ROLLO

1350

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1350 (JC)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 29 de abril de 1994.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro.9400001 Fs.001/003 REF. A:PEDIDO DE INFORMACION Nro.67/93 DEL DEPARTAMENTO I/D.G.I.D.

OPERARIO/S: Sdo.1a. G. POSE Y Sdo.1a. J. GONZALEZ.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: //////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: /////////////////////////

CONTROL: PERSONAL DEL A.G.I.I./D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto. Agustín Barboza.-

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel. Walter A. Mesa.

Documentos D.G.I.D

Año 1994

COPIA N°. 3

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
191215/OCT/1993
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 67 / 93

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada: 03 ENE 1994
Pase a: Antecedentes
Nº. de Orden: S 400001

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 2: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DEPARTAMENTO II/E.M./ D. E. I.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT) / D. G. I. D.

DPTO. I INTERIOR

Cor. gne.
Diego W. Sader

SECRETO

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
Fecha: 3/1/94.
Pase a: SDI.
Nº. de: 9400001

001/003

FECHA: 27 OCT. 1993

Pase al Dpto. — 3 — a sus efectos.

D.N.I.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 27 OCT. 1993
HORA
No. ORDEN 2074
FIRMA BAF.

EL JEFE DE SECRETARIA
COMISARIO:

José Pedro NUÑEZ RODRIGUEZ

D.N.I. e I.
ENTRADA
FECHA: 2 NOV 1993
HORA:
Nº DE ORDEN:
FIRMA:

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 1ro.de diciembre de 1993.

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted, que las personas Marcelo Santiago PAZ GONELLAy Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente .

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO
COMISARIO
FRANCISCO ...

MINISTERIO DEL INTERIOR - DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA - DEPARTAMENTO 3

Montevideo, 15 DIC. 1993

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia
INSPECTOR PRINCIPAL
CEFERINO PONTE PERERA

002

- Marcelo Santiago PAZ GONNELLA
  C.I. : 3.053.551-4
  C.C. : BRA 40079

- Gerardina GONNELLA MEROLA
  C.I. : 1.394.486-5

- Magela Nair CABALLERO MUELA
  C.I. : 3.004.109-4
  C.C. : BRB 14873

9400003

INFORME ENLACE BRASIL.

BRASIL: PROYECTO DE CREACIÓN DE LA SECRETARÍA NACIONAL DE ESTUPEFACIENTES.

INUR.

8-12-93.

11176 11349

65092

507482

11233

11235

11214

ENTRADO

CRUZADO

01-13

9400003

INUR Nº 389/012/081293

ASSUNTO: ***Projeto de criação da Secretaria Nacional de Entorpecentes.***
ANEXO: Projeto de Lei nº 3.713-D, de 1993

Encaminha-se, para conhecimento, o texto do Projeto de Lei 3.713-D, de 1993, que cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes do Ministério da Justiça, em tramitação no Congresso Nacional.

Informa-se que é intenção governamental concluir a tramitação do citado Projeto de Lei ainda no corrente exercício de 1993, declarado ***"ano nacional de combate às drogas"***, com o objetivo de coroar os esforços conjuntos do Governo e da Sociedade contra a produção, tráfico e consumo de estupefacientes.

* * *

9400003

02

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.713-D, DE 1993

EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI Nº 3.713-C, de 1993, que "cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências".

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE DEFESA NACIONAL; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART.54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada no Ministério da Justiça a Secretaria Nacional de Entorpecentes.

Art. 2º Compete à Secretaria Nacional de Entorpecentes supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Entorpecentes e exercer a administração, a coordenação geral, a supervisão, o controle e a fiscalização das atividades relacionadas com o tráfico e uso de substâncias que determinem dependência física e psíquica.

Art. 3º A Secretaria Nacional de Entorpecentes é o orgão central do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Art. 4º O órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Educação, o órgão de fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e o órgão de Assistência Social do Ministério do Bem-Estar Social ficam sujeitos à supervisão técnica da Secretaria Nacional de Entorpecentes, no que tange às atividades de prevenção ao uso indevido de produtos e substâncias que

derterminem dependência física e/ou psíquica, disciplinadas pelo Conselho Federal de Entorpecentes, sem prejuízo da subordinação administrativa aos órgãos em cuja estrutura estejam integrados.

Art. 5º Incumbe à Secretaria Nacional de Entorpecentes promover a integração ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes dos órgãos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que exerçam atividades concernentes à prevenção, fiscalização e repressão de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 6º A Secretaria Nacional de Entorpecentes tem a seguinte estrutura:

I - Departamento de Supervisão Técnica e Normativa;

II - Departamento de Acompanhamento e Fiscalização.

Art. 7º Ao Departamento de Supervisão Técnica e Normativa compete estabelecer as prioridades para o cumprimento das normas fixadas pelo Conselho Federal de Entorpecentes, para a consecução da Política Nacional de Entorpecentes e para as atividades disciplinadas pelo Sistema Nacional de Entorpecentes.

Art. 8º Ao Departamento de Acompanhamento e Fiscalização compete verificar a execução e a observância das medidas adotadas para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Entorpecentes.

Art. 9º Os departamentos integrantes da estrutura da Secretaria Nacional de Entorpecentes serão compostos por duas divisões, cuja organização e funcionamento serão regulados em ato do Poder Executivo.

Art. 10. Ficam criados os cargos em comissão constantes do Anexo a esta lei.

Art. 11. Os arts. 1º, 2º e 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que "cria o Fundo de Prevenção , Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com o produto de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências", passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas - FUNCAB, a ser gerido pela Secretaria Nacional de Entorpecentes.

Art. 2º Constituirão receita do FUNCAB, além dos previstos nesta lei, os recursos de outras origens,

inclusive de recursos ou financiamentos externos e internos, e os oriundos de participação na apreensão de bens móveis e imóveis utilizados no tráfico de drogas, conforme dispuser a lei.

....

Art. 5º Os recursos do FUNCAB serão destinados:

I - aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização de uso de tráfico de drogas;

II - aos programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

III - aos programas de esclarecimento ao público, incluído campanhas educativas e de ação comunitária;

IV - às organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários;

V - ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados;

VI - ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas;

VII - aos custos de sua própria gestão.

Parágrafo único. Quarenta porcento dos recursos do FUNCAB, havidos por sentença judicial relacionada à repressão ao tráfico ilícito de drogas serão destinados à Polícia Federal e a convênios com a Polícia Estadual responsável pela investigação que deu origem à decretação do procedimento. Vinte por cento para sua gestão e quarenta por cento para a prevenção."

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 09 de julho de 1993.

ANEXO

CARGOS	CÓDIGO	QUANTIDADE
SECRETÁRIO	DAS 101.6	1
DIRETOR	DAS 101.5	2
CHEFE DE DIVISÃO	DAS 101.2	2
CHEFE DE GABINETE	DAS 101.4	1
ASSESSOR DE SECRETÁRIO	DAS 102.2	1
ASSESSOR DE DIRETOR	DAS 102.1	2

As Comissoes Art. 24.II
Seguridade Social e Familia
Defesa Nacional
Trabalho, de Adm e Servico Publico
Financas e Tributacao (Art. 54-RI)
Const. e Justica e de Redacao (Art. 54-RI)

Em 20/09/1993 Presidente

EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº 149, de 1993 (PL nº 3.713-C, de 1993, na Casa de origem), que "cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências"

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 6, de Plenário)

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º Compete à Secretaria Nacional de Entorpecentes supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Entorpecentes."

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 4 - CCJ)

Suprima-se o art. 3º do Projeto, renumerando-se os demais.

Emenda nº 3

(Corresponde à Emenda nº 7, de Plenário)

Dê-se ao art. 4º a seguinte redação:

"Art. 4º Sem prejuízo da subordinação administrativa aos Ministérios de cuja estrutura façam parte, ficam integrados na supervisão técnica da Secretaria Nacional de Entorpecentes, no que tange às atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao uso indevido de produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, disciplinadas pelo Conselho Federal de Entorpecentes, os seguintes órgãos:

a) os de vigilância sanitária e de assistência à saúde, do Ministério da Saúde;

b) o de fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

c) o de assistência social do Ministério do Bem-Estar Social;

d) o Conselho Federal de Educação;

e) órgãos que venham a ser criados com competência prevista no *caput* deste artigo."

Emenda nº 4

(Corresponde à Emenda nº 8, de Plenário)

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5° Incumbe à Secretaria Nacional de Entorpecentes promover a integração ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes dos órgãos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que exerçam atividades concernentes à prevenção, fiscalização e repressão do uso e tráfico ilícitos de entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica."

Emenda n° 5

(Corresponde à Emenda n° 5 - CCJ)

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

"Art. 11. ....

Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas - FUNCAB, a ser gerido pela Secretaria Nacional de Entorpecentes, cujos recursos deverão ter o seu plano de aplicação e projetos submetidos à apreciação prévia do Conselho Federal de Entorpecentes.

...."

Emenda n° 6

(Corresponde à Emenda n° 1 - CCJ)

Dê-se ao art. 11 a seguinte a redação:

"Art. 11. ....

....

Art. 2° Constituirão recursos do FUNCAB:

I - dotações específicas estabelecidas no orçamento da União;

II - doações de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

III - recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o art. 4° desta Lei;

IV - recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados no fabrico e transformação de drogas de abuso;

V - recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos.

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do FUNCAB.

Emenda nº 7

(Corresponde à Emenda nº 2 - CCJ)

Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

"Art.11. ....

....

Art. 5º ....

Parágrafo único. Quarenta por cento dos recursos do FUNCAB de que trata o item III do art. 2º desta Lei serão destinados à Polícia Federal e a convênios com a polícia estadual responsável pela investigação que deu origem à decretação do procedimento."

SENADO FEDERAL, EM 20 DE SETEMBRO DE 1993

SENADOR HUMBERTO LUCENA
PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Lei N.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986

Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso - FUNCAB, a ser gerido pelo Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN.

Art. 2º - Constituirão recursos do FUNCAB:

I - dotações específicas estabelecidas no orçamento da União;

II - doações de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;

III - recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o art. 4º desta Lei;

IV - recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados no fabrico e transformação de drogas de abuso.

Parágrafo único - Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do FUNCAB.

Art. 3º - As doações em favor do FUNCAB, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas declarantes do Imposto de Renda nos termos da legislação em vigor, serão dedutíveis da respectiva base de cálculo de incidência do referido imposto, desde que devidamente comprovado o recebimento pelo CONFEN.

Art. 4º - Todo e qualquer bem de valor econômico, apreendido em decorrência do tráfico de drogas de abuso ou utilizado de qualquer forma em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou ainda, que haja sido adquirido com recursos provenientes do referido tráfico, e perdido em favor da União constituirá recurso do FUNCAB, ressalvados os direitos do lesado ou de terceiros de boa-fé e após decisão judicial ou administrativa tomada em caráter definitivo.

Parágrafo único - As mercadorias a que se refere o art. 30 do Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que estejam relacionadas com o tráfico de drogas de abuso, sofrerão, após sua regular apreensão, as cominações previstas no referido Decreto-lei, e as mercadorias ou o produto de sua alienação reverterão em favor do FUNCAB.

Art. 5º - Os recursos do FUNCAB serão destinados:

I - aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso ou tráfico de drogas de abuso;

II - aos programas de educação preventiva sobre o uso de drogas de abuso;

III - aos programas de esclarecimento ao público;

IV - às organizações que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários;

V - ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados;

VI - ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas de abuso;

VII - à participação de representantes e delegados em eventos realizados no Brasil ou no exterior que versem sobre drogas e nos quais o Brasil tenha de se fazer representar;

VIII - aos custos de sua própria gestão.

Art. 6º - O FUNCAB será estruturado de acordo com as normas de contabilidade pública e auditoria estabelecidas pelo Governo, devendo ter sua programação aprovada na forma prevista pelo Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

Art. 7º - O Poder Executivo baixará os atos necessários à regulamentação desta Lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o § 2º do art. 34 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.

Brasília, em 19 de dezembro de 1.986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSE SARNEY
Paulo Brossard
Dilson Domingos Funaro

SINOPSE

Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1993
(PL nº 3.713-C, de 1993, na origem)

Cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências.

Apresentado pelo Poder Executivo

Lido no expediente da Sessão de 12/7/93, e publicado no DCN (Seção II) de 13/7/93, devendo sua tramitação obedecer a prazo de 45 dias. Despachado à Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá receber emendas pelo prazo de 5 dias, após publicado e distribuído em avulsos.

Em 25/8/93, leitura do Parecer nº 285/93-CCJ, concluindo favoravelmente ao projeto com emenda que apresenta. A proposição será concluída em Ordem do Dia, após o interstício regimental, nos termos do art. 375, inciso IV, do Regimento Interno.
Em 2/9/93, é lido, nesta oportunidade, o RQS nº 867/93, subscrito pelo Senador Almir Gabriel, solicitando audiência da CAS sobre o projeto, ficando sua votação adiada por falta de "quorum".
Em 15/9/93, anunciada a matéria, é aprovado o Requerimento nº 867/93, lido em sessão anterior, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Passando-se à sua apreciação, é proferido pelo Senador Almir Gabriel, relator designado em substituição à CAS, parecer de plenário concluindo favoravelmente ao projeto, com as Emendas do Relator nºs 6, 7 e 8. Submetido a votos o projeto, ressalvadas as emendas, é aprovado. Passando-se à votação das emendas, é lido e aprovado o Requerimento nº 902/93, do Senador Almir Gabriel, de preferência para votação da Emenda nº 6, a fim de ser votada antes da Emenda nº 3-CCJ. Submetido a votos a Emenda nº 6, é aprovada, ficando prejudicada a Emenda nº 3-CCJ. Submetidas a voto as Emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, de parecer favorável, são aprovadas. A CDIR para redação final das Emendas do Senado ao projeto.
Leitura do Parecer nº 306/93-CDIR (Relator Senador Júlio Campos), oferecendo a redação final das emendas. Aprovado.
À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº.743, de 20.09.93

SM/Nº743 Em 20 de setembro de 1993

Senhor Primeiro-Secretário

Comunico a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal aprovou, com emendas, o Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1993 (PL nº 3.713-C, de 1993, nessa Casa), que "cria a Secretaria Nacional de Entorpecentes e dá outras providências".

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência os autógrafos referentes às emendas em apreço, bem como, em devolução, um da proposição primitiva.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

SENADOR LUCÍDIO PORTELLA
Primeiro-Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA
Em 20 / 4 / 94. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
DD. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/.

13 - 13

9400003

LA EXPLOTACION DE MENORES DE EDAD, UN FENOMENO QUE CRECE

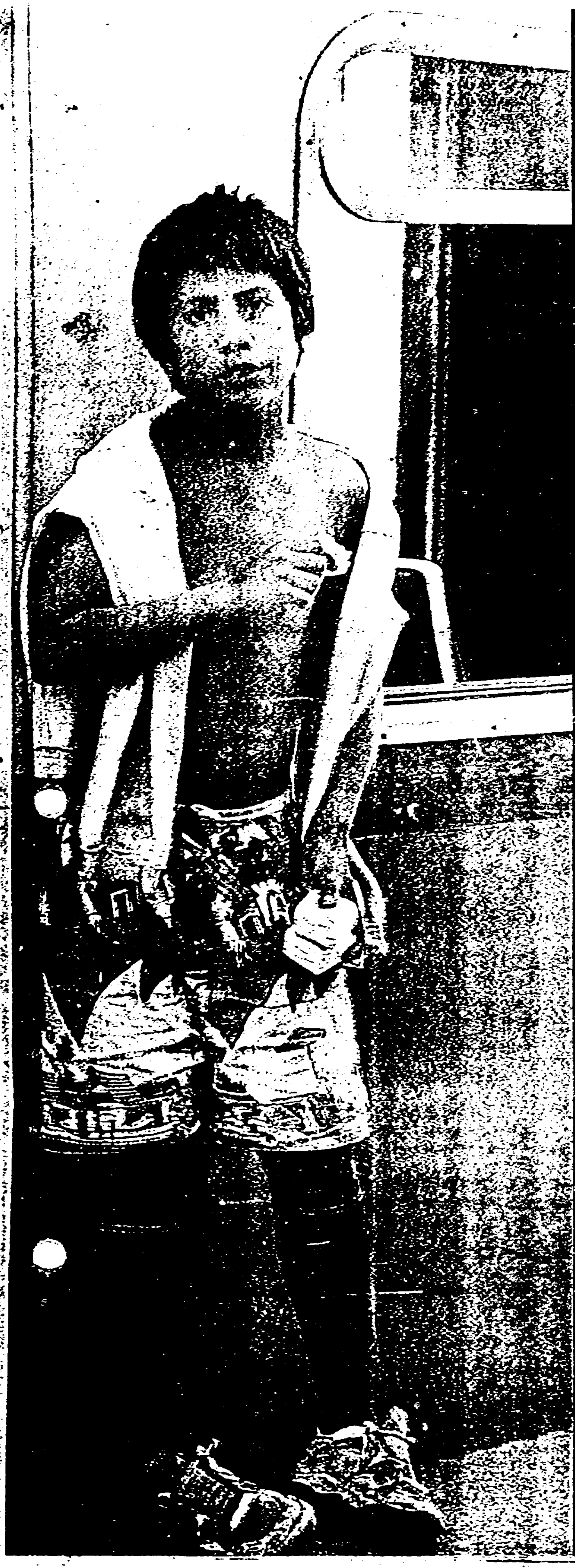
EL MERCADO NEGRO DE LOS CHICOS DE LA CALLE

- Miles de niños están en manos de una verdadera "mafia de la calle".
- Hay adultos, "jefes de zona", que organizan la venta y la mendicidad. Ciento de miles de niños no cubren los niveles de supervivencia.
- Se alquilan y prestan chicos por día para vender y limosnear. Un bebé de piel negra o con un miembro amputado cuesta más caro.
- Hay niños que no pueden volver a su casa sin "la diaria": nunca menos de $ 20. Se calcula que 30 mil realizan actividades marginales.
- Los propios funcionarios reconocen que la cantidad de chicos callejeros aumenta día a día. Hay cuanto menos 8 mil indocumentados.
- Los especialistas son claros: "De la venta callejera y la mendicidad, se pasa muy rápidamente al robo de pasacasetes y la prostitución."

"No hagan con los derechos del niño lo mismo que con los Diez Mandamientos. Respétenlos. Ayuden a quienes mañana pueden arreglar todo." (Mafalda, 1967)

La Convención Internacional sobre los derechos del Niño señala claramente que *"los Estados parte* –entre los cuales se encuentra la Argentina– *reconocen el derecho del niño a estar protegido contra la explotación económica y contra el desempeño de cualquier trabajo que pueda ser peligroso o entorpecer su educación, o que sea nocivo para su salud o para su desarrollo físico, mental, espiritual, moral o social."* Agrega, además, que esos países *"se comprometen a proteger al niño contra todas las formas de explotación y abusos sexuales."*

Habría que ser muy distraído para no advertir que, por lo menos en nuestro país, esa declaración no es más que una larga lista de artículos e incisos convertida en una expresión de deseos. Las cifras –oficiales y de las otras– indican que todos los días decenas de miles de chicos pierden su inocencia vendiendo peines en estaciones de ferrocarril, abriendo puertas de taxis y hasta conociendo el sexo de la manera más repugnante. Que son cientos de miles los que no alcanzan los niveles mínimos de supervivencia. Y que hay muchos que ni siquiera forman parte de censo o estadística alguna, simplemente porque ca-





Subir o bajar del tren, para Diego, da lo mismo.

"ME LLAMO DIEGO, TENGO 12 AÑOS, Y ACA EN ONCE LA PASO BIEN. MI VIEJA MURIO. MI VIEJO ESTA TODO EL DIA EN CASA Y LE GUSTA TOMAR. YO PIDO PLATA EN EL TREN."

ESTADISTICAS

CIFRAS QUE AVERGÜENZAN

Según Unicef, el Consejo del Menor y especialistas.

8000. Son, aproximadamente, los chicos que no existen judicialmente. Sus padres o encargados jamás los anotaron en un Registro Civil

500.000. Son los menores de 12 años que –solamente en el conurbano bonaerense– no alcanzan a cubrir niveles de supervivencia.

250.000. Los niños que en la Provincia de Buenos Aires se encuentran en "grave riesgo social", según los especialistas.

50%. El porcentaje de menores que –en algunos partidos de Buenos Aires– tienen padre ausente.

30.000. Los niños que están en actividades marginales que pueden ser delictivas, predelictivas o al borde de la delincuencia.

50 millones. La cantidad de niños abandonados en América Latina

recen de datos filiatorios.

La realidad se torna todavía más patética cuando sale a la luz la evidencia de que muchos mayores –con mayor o menor responsabilidad, con diferentes grados de miserabilidad– son partícipes directos en diferentes casos de explotación infantil. A plena luz del día y, en muchos casos, a la vista de una sociedad claramente distraída, adultos sin escrúpulo alguno empujan menores a limosnear obligadamente, a diferentes formas de cuentapropismo y ▶

"LA CARCEL ES PEOR"

OPINION DE ENTENDIDO

Un funcionario, experto en el tema, asegura que "acá se justifica la violencia contra los chicos".

Atilio Alvarez es presidente del Consejo Nacional del Menor y la Familia. Es, quizá, la persona que más conoce sobre los chicos de la calle. Alvarez se caracteriza por hablar sin pelos en la lengua y poner blanco sobre negro los problemas de la infancia marginada. Recibió a SOMOS en su despacho y dejó estas frases:

● *En lo referente a la explotación de menores, la Argentina está en camino a parecerse a Brasil y Colombia. En esos países, la vida de un niño cada vez vale menos.*

● **Los explotadores son muchos. Y los chicos saben bien quiénes tienen el poder. Y saben que durante las 24 horas del día están expuestos a las represalias de quienes dominan la calle.**

● *Esos explotadores le han quemado la cara a una chica que declaró en su contra, otras chicas hasta fueron quemadas vivas. A otra le tiraron el auto encima. Es un nivel de mafia, donde todo está justificado.*

● **Si un menor comete un delito en la Capital Federal, se lo deriva a un sistema de atención, con psicólogos y otros especialistas. En cambio, si lo comete en la provincia, pasa mucho tiempo en comisarías y cárceles. Creo que eso no es razonable: todos los chicos deberían tener el mismo tratamiento.**

● *Cuando ocurre un delito protagonizado por un chico, todo el mundo se escandaliza. Sin embargo, la mayoría de los hechos en los que los menores fueron víctimas, no tuvieron solución judicial. ¿Qué pasó con los crímenes de María Soledad, de Nair Mostafá, de Ximena Hernández, de los chiquitos de San Luis y muchos casos parecidos?*

● **Es peligroso justificar la violencia contra los chicos. Hace poco mataron a Carlitos Ibarra, un interno del Aráoz Alfaro. Lo mató un agente del Estado con un tiro de Itaka. A los pocos días, una agencia de noticias habló con una autoridad que dio cifras escalofriantes –por lo mentirosas– sobre los hechos delictivos protagonizados por menores. Luego, un experto internacional justificó esas cifras. La sociedad debería estar preocupada por la muerte de un chico a manos de un agente del Estado, no por el ingreso de chicos en las comisarías.**

● *Cuando un chico pasa por una comisaría o una cárcel no soluciona su problema. Al contrario, lo empeora.*



Atilio Alvarez, presidente del Consejo del Menor.

hasta a la promiscuidad sexual.

¿EXPLOTACION LEGAL? – Los entendidos en el tema aseguran que los mayores agentes de explotación se encuentran entre los propios padres, en diferentes niveles: los que recorren la ciudad acompañados por sus propios hijos y, en algún momento, los dispersan para que trabajen vendiendo o mendigando; los que usan al niño para la mendicidad callejera, como el mejor argumento para dar lástima. Muchos llegan a alquilar por día a su propio hijo a un tercero que mendiga con el chico a su lado; así, la ganancia suele ser mayor. También existen quienes directamente envían a sus hijos a juntar dinero, esperando que el menor, al final del día, vuelva con "la diaria".

Para dar una idea más clara, y por patético que suene, basta con echar mano solamente a los casos comprobados por funcionarios del Consejo del Menor:

● Una mujer ganaba dinero alquilando a su bebé de raza negra; al parecer, los "intermediarios" pagaban un precio más alto por aquella criatura algo exótica, a quien los caminantes prestaban mayor atención.

● Un chico de ocho años, con un pie amputado, era obligado por sus padres a mendigar con el muñón al aire. Detectado el caso por representantes del Consejo, ofrecieron una prótesis de rehabilitación para el pequeño: los padres se negaron, desaparecieron del lugar y nunca se los volvió a ver.

● En Paso del Rey un hombre violó y asesinó a su hijastra porque, a la vuelta de su recorrida diaria, no había traído el dinero suficiente.

● Se conocen también casos comprobados –por las propias denuncias de los menores– de padres que, apenas sus hijas alcanzan el período de pubertad, las adoctrinan compulsivamente por el camino de la prostitución. Y hasta hay denun-





"ME LLAM
EDUARDO
TENGO 1
AÑOS.
HASTA HA
POCO FU
A LA ESCUE
Nº 3, DE
MORON.
VIEJO M
VERDUGUE
MUCHO.
ROMPI U
BOTELLA E
CABEZA.



Los chicos de la calle suelen elegir un tren para pasar la noche. No vuelven a su casa.

cias de abusos sexuales ejercidos por los propios familiares.

Absolutamente en todos los casos antes mencionados, no hay mucho que hacer por la vía legal: cuando la madre decide ejercer la patria potestad sobre su hijo, ningún tercero puede intervenir. Más aún, existe la certeza que sólo una ínfima parte de ese tipo de abusos llega a convertirse en denuncia con nombre y apellido: la sensación de culpa, el pudor y el miedo indefectiblemente obran en contra.

LA LEY DE LA CALLE – Sin embargo, suele existir un paso posterior a esa forma de explotación familiar: ocurre cuando el menor –haciendo abandono del hogar o directamente desamparado por sus mayores– decide alejarse de su casa. A partir de ese momento, suele sufrir una explotación más dura todavía. El menor no tiene muchos caminos que elegir: o la mendicidad o la venta callejera. En el primer caso, la cosa no es tan sencilla como puede suponerse. Pedir limosna en una esquina clave tiene sus códigos; a veces, el lugar tiene "dueño". Si se trata de otro menor en su misma condición, es probable que el conflicto se dirima diplomáticamente o bien a las trompadas. Pero en muchos casos, es un adulto quien organiza los grupos que, invariablemente, deben darle una tajada al final del día. Se está frente al "jefe de zona" o "jefe de calle". Si el niño decide probar suerte en la venta callejera, siempre existe alguien mayor que él que lo provee de la mercadería necesaria sin pago previo. El arreglo es una especie de consignación. Así lo explican los mismos chicos: *"A mí me dan una caja de turrones. Una vez que vendí todo, le llevo la plata y me quedo con una parte. Yo sé dónde puedo comprar la mercadería por mi cuenta, pero no tengo la plata necesaria. Así es más fácil."*



"ME LLAMO CESAR, TENGO 9 AÑOS. COMPRO 500 ESTAMPITAS POR 5 PESOS Y LA GENTE ME DA LO QUE QUIERE. HACE RATO QUE NO APAREZCO POR CASA."

En Once, Constitución o Retiro pululan varios "organizadores" de estos grupos. Llegan a hacer su trabajo con tanta naturalidad que hasta parece legal. Los mismos organismos de menores consultados reconocen que cuentan con cierta impunidad. Todos los días, por ejemplo, una camioneta se detiene en 9 de Julio y Moreno, frente al edificio del Ministerio de Acción Social. De allí descienden varios chicos, que se reparten por toda la zona. Limpian parabrisas, venden chucherías o, simplemente, piden. Cerca de las siete de la tarde, la misma camioneta pasa a buscar al plantel. No se sabe de dónde vienen ni adónde van, pero no parece ser un charter fletado especialmente por los chicos. En Once, cualquiera conoce al "Gitano", alguien que –según se llegó a contar en televisión (ver recuadro)– explota menores económica y hasta sexualmente. En Retiro, varios chicos hablan de un supuesto "Rengo Farías"; cuentan que el hombre llega en un auto último modelo a repartir su mercadería: linternas pequeñas, portadocumentos o cajas de pilas, según el día. La mayoría de los chicos, pagan al final de la jornada. Suena extraño, pero son los propios niños quienes aseguran que *"al Rengo, nunca se le fue ningún pibe sin pagar."* ▶

OPINION

SISTEMA PERVERSO

Por ENRIQUE MEDINA



Escritor.

■ No es la primera vez que me refiero a este tema. Sé lo que es pasar hambre, pedir limosna en la calle e ir a parar a un reformatorio, porque me pasaron todas esas cosas alguna vez. El drama de "los chicos de la calle" es casi tan viejo como el mundo. Estamos tan cerca del siglo 21, hay tantos adelantos tecnológicos, tantos especialistas en economía diagramando planes supuestamente perfectos y, sin embargo, no somos capaces de solucionarle -ni siquiera en parte- el problema a miles de chicos que no eligieron empezar su vida de esa manera. Y no sólo me refiero a los que vemos todos los días en plena Capital Federal; hay que viajar al interior del país para advertir la pobreza, la marginalidad, el alto grado de analfabetismo infantil, que nos equiparan a los países más subdesarrollados. Quiero ser claro y evitar toda demagogia: el Estado tiene la obligación de crear un programa alternativo de formación para que los llamados "chicos de la calle" tengan, por lo menos, la oportunidad de ver que hay una vida mejor. Quienes aseguran que tenemos el ingreso seguro al Primer Mundo no deberían olvidar que esos mismos chicos van a ser el cuerpo social de los argentinos en un futuro no muy lejano. Nunca tuve dudas: un país que tiene a sus pibes y a sus ancianos mendigando, tiene un sistema económico-social perverso. Podremos ser los campeones del liberalismo, alcanzar la más baja inflación; pero ésta es una asignatura pendiente muy grave.



Edgardo Vallone "protege" niñas. El "Gitano", acusado.



ACUSADOS POR TV

EL GITANO DEL ONCE

El programa Edición Plus mostró pruebas

El programa "Edición Plus" dedicó uno de sus capítulos a la "Niñez Violada". Allí se reflejaron diferentes casos de explotación, sobre todo la sexual. Se realizaron denuncias contra Juan José Vilas (a) "El Gitano", quien tendría como centro de operaciones la zona de Once. Dos monjas de la Congregación de las Adoratrices denunciaron el caso de Verónica Escobar, una adolescente que habría sido duramente maltratada por Vilas al haberse negado a mantener relaciones sexuales. Alicia Escobar -madre de Verónica- llegó a declarar a "Edición Plus" que "el Gitano trae chicos a su casa para hacerlos trabajar. Les da pegamento para que se droguen. Y Adriana, amiga de la muchacha, confesó que el hombre hacía trabajar a varias adolescentes en la prostitución y que "cuando no le traían plata, les quemaba los pechos con agua caliente." En aquel programa también se mencionó como amigo del "Gitano" a Edgardo Vallone, quien también apareció en cámara.

Absolutamente todos los especialistas coinciden en que los explotadores trabajan con demasiada comodidad. Y parece cierto. Cuentan que el "Gitano", con denuncias en su contra, sigue deambulando por Once, la zona en que opera. El "Rengo Farías" cada día gana más plata. Y, por lo menos hasta el cierre de esta edición, la camioneta seguía estacionando en su esquina preferida. Consultada la comisaría 7a, del barrio de Once -la zona donde más cantidad de menores deambulan, mendigan y trabajan- el subcomisario de turno dijo no conocer ni un sólo caso de explotación. Ni siquiera hay algún sospechoso.

DROGAS, SEXO Y VIOLENCIA – La investigación de SOMOS arrojó otros datos. Algunos previsibles, otros reveladores:

- De un tiempo a esta parte, los chicos que deambulan en la calle son víctimas de una nueva forma de "persecución": la de los grupos religiosos y sectas, que intentan adoctrinarlos desde bien pequeños. No menos de tres chicos coincidieron ante el cronista que uno de esos grupos predica su fe todas las noches en la plaza que está al costado de la estación Miserere.
- A cincuenta metros de la estación Liniers y a una cuadra de la estación Flores hay negocios que atienden exclusivamente a vendedores ambulantes. La mayoría de los clientes son menores de edad.
- Las drogas, fármacos, todo tipo de estimulantes y alucinógenos circulan casi como el pan entre los chicos de la calle. Pueden mezclar gotas nasales con bebida cola, tomar jarabes antitusivos en exceso o simplemente aspirar pegamento. Una investigación habría detectado a varios quiosqueros que llegan a fraccionarlo. A tal punto se convirtió en problema que el Consejo del Menor hizo llegar una gacetilla a todos los quioscos del país informando sobre los efectos de la aspiración de pegamento. Según el informe, en ese estado los chicos pierden la conciencia, tienen sentimientos de grandeza, alucinaciones y sienten su ánimo exaltado, al punto de tornarse muy violentos. Hoy, vender pegamento a menores está prohibido por ley. Sin embargo, hay quienes hasta se toman el trabajo de fraccionarlo para vender sólo una "dosis personal".
- Llegan a utilizarse niños hasta para enfrentamientos de bandas y ajustes de cuentas. Varios casos fueron páginas policiales de los diarios. El más conocido fue el protagonizado por los "Rufianes de Santa Fe", a principios de este año. Se secuestraron en manos de chicos verdaderos arsenales. Los integrantes de las bandas mandaban chicos armados hasta los dientes, por unos pocos pesos.
- La prostitución de adolescentes está más a la vista de lo que parece. En los avisos clasificados de un diario matutino, se ofrecen "jovencitas para el placer". El cronista de SOMOS se comunicó telefónicamente con los autores del aviso, para saber cuánto de jovencitas son las mujeres en oferta. La respuesta fue sugerente: *"Más jovencitas de los que usted se imagina"*.



"ENTRE LOS DOS, GANAMOS 20 PESOS POR DIA. NOS ALCANZA PARA COMER UNOS PANCHOS Y JUGAR UNAS FICHAS EN LOS VIDEOS. ¿VOLVER A CASA? ¿PARA QUE?"

El panorama es lo suficientemente sombrío como para suponer que la solución a este problema esté cerca. Sobre todo si -como queda claro- lejos de ofrecérseles soluciones, hay adultos que explotan ese verdadero mercado negro, directa o indirectamente. Atilio Alvarez, presidente del Consejo del Menor, deja una pista: *"Solemos tapar el tema de la prostitución infantil porque la consumen los adultos. Y, en cuanto a la violencia, esta sociedad cree que los adultos son víctimas de los chicos y hasta se justifica la impunidad contra ellos. No seamos hipócritas. La misma mano que le compra un alfajor a un chico, mañana le compra un pasacasete robado. La misma mano que le da limosna a una nena, mañana puede abrir la puerta del auto para dejar subir a una prostituta."*

Beto Casella co
Marcelo Dimang
y Marcelo Pens
Fotos: Alejandro Del Bosc
Antonio Pin
Henry Von Wartenbe

05 - 05 9400004



João Alves: saldo bancário gigante

Raunheitti: subvencionando a si próprio

Vasconcellos: ainda na lupa

Fiúza: não apareceu nenhuma prova

Guerra: depoimento que agradou à CPI

Moreira: riqueza incompatível

Feres Nader: verba suspeita

João de Deus: para o próprio bolso

Ibsen: caminhonete que não convence

Aragão: 800 000 dólares para fundação

No Congresso, até o busto de dom Pedro I conhece a prova contra João Alves, Manoel Moreira, José Geraldo, Cid Carvalho e Genebaldo Correia: dinheiro.

O deputado Fábio Raunheitti e o suplente Feres Nader enviaram para entidades sob seu controle, supostamente filantrópicas, 22 milhões de dólares nos últimos quatros anos, período em que também engordaram seu patrimônio pessoal. Já o deputado João de Deus confessou que mandou para o próprio bolso 60 000 dólares das subvenções sociais.

Ibsen Pinheiro, José Carlos Vasconcellos e Carlos Benevides estão enrolados. Ibsen não consegue explicar seu saldo bancário e um negócio com Genebaldo.

Os deputados Ricardo Fiúza e Sérgio Guerra, ambos de Pernambuco, amigos de empreiteiras e da Comissão de Orçamento de 1992, saíram-se bem ao depor na CPI. Já o senador Ronaldo Aragão, que ainda não depôs, terá de responder por que mandou 800 000 dólares a uma fundação mantida por ele.

Até onde vai a CPI

Depois de abrir o leque de investigações e aceitar listas inconclusivas, a CPI adia seus trabalhos e corre o risco de terminar emparedada

Quando foi criada, a CPI do Orçamento tinha como tarefa investigar denúncias de corrupção envolvendo dezenove deputados, quatro senadores, dois ministros, quatro ex-ministros e três governadores de Estado. Depois de quase dois meses de trabalho, a lista de investigados já alcança meia centena de políticos — e a CPI corre o risco de não acabar nunca ou frustrar todas as expectativas de punição. Ao abrir o leque de investigações de maneira indiscriminada, sem distinguir indícios concretos da pura boataria ou do terrorismo, nem possíveis suspeitos de prováveis injustiçados, a CPI atemorizou a maioria do Congresso e das forças políticas. Esse medo de que o processo de caça às bruxas alcance o Congresso como um todo choca-se com a força da opinião pública e provocou o emparedamento da CPI, que na semana passada adiou por um mês o relatório com as suas conclusões.

Pelo novo cronograma, a CPI encerrará seus trabalhos em 17 de janeiro. Nesse dia, sob a presidência do senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), seus 22 integrantes irão votar o relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Até a semana passada, havia pouca certeza sobre quem será condenado e quem será inocentado, num processo que terá novas etapas pelas duas Casas do Congresso e dificilmente terminará antes de maio de 1994. Os trabalhos da CPI se desenvolvem numa geografia de incertezas. Paralelos à CPI, correm os rios da hiperinflação, com a possibilidade latente do fracasso do plano do ministro Fernando Henrique Cardoso (*veja reportagem à pág. 114*), o falatório crescente dos chefes militares e até a votação do Supremo Tribunal Federal na segunda-feira passada, que, através do empate, deu sobrevida ao desejo do ex-presidente Fernando Collor de recuperar os seus direitos políticos (*veja reporta-*



[illegible]: suspeitas vagas



Roseana Sarney: reunião em casa



Hargreaves: falatório até sair do governo



[illegible] ele próprio [illegible] as contas



Messias Góis: moral realista



Miguel Arraes: ajuda de campanha



Costa: não saiu, mas falatório parou



Lucena: fora do rol dos acusados

[illegible] Aleluia, Messias Góis e Eraldo [illegible] aparecem numa lista da Odebrecht [illegible] nomes acompanhados de [illegible]. A empreiteira possui relatos [illegible] sobre os trabalhos da Comissão [illegible] de 1993 e à proposta de [illegible] de interesse da [illegible] [illegible] própria [illegible] o sigilo de suas contas.

Os nomes de Roseana Sarney e Miguel Arraes surgiram da papelada apreendida na casa de um diretor da Odebrecht em Brasília. Segundo os documentos, chegou a ser marcada uma reunião da empreiteira na casa de Roseana, o que não prova nada contra ela. Já Arraes pediu à construtora uma contribuição para sua campanha eleitoral de 30 000 dólares por mês.

O ex-ministro Henrique Hargreaves, o ministro Alexandre Costa e o senador Humberto Lucena tiveram suas contas bancárias vasculhadas. Apesar do falatório, nada foi encontrado. Depois que Hargreaves perdeu a chefia de gabinete do Planalto, o falatório contra ele cessou. Ninguém se preocupou em dizer que ele foi considerado inocente.

gem à pág. 40). Se a decisão do Supremo prevalecer, por que alguns anões, na iminência de ser cassados, não renunciariam para tentar a reeleição?

Metralhadora na Mão — O plano inicial de Jarbas Passarinho e Roberto Magalhães era confeccionar um relatório parcial a ser divulgado na próxima quinta-feira. Seria anunciado que os trabalhos ainda não estavam encerrados, mas que já fora possível encontrar provas capazes de incriminar oito parlamentares, quem sabe nove. Mudaram de idéia quando se constatou que, divulgada a primeira lista de candidatos à punição, se formaria um muro de concreto no Congresso para impedir que as investigações fossem adiante. Também se verificou que a lista de punidos faria um estrago no PMDB, o maior partido do Congresso, e deixaria de fora suspeitos de outras legendas, submetidos a uma apuração mais demorada. "Tenho certeza de que esse acabará sendo o único relatório", explicou Magalhães a Passarinho. "Depois dele só conseguiremos entrar no Congresso de metralhadora na mão e não conseguiremos fazer mais nada."

A CPI irá atravessar o Natal e o réveillon com pouco descanso. Até 17 de janeiro, deverão ser investigados dez parlamentares que apareceram nos documentos da empreiteira Odebrecht como possíveis embolsadores de propinas. Também será refeita a investigação sobre deputados que integram a relação de acusados há mais tempo. Para que não paire uma única dúvida sobre Ricardo Fiúza (PFL-PE), cujas contas bancárias nada revelaram de estranho, a CPI decidiu abrir o sigilo bancário de seus parentes próximos. O mesmo ocorre com Sérgio Guerra (PSB-PE), que, por ter aparecido nos papéis da empreiteira com uma porcentagem ao lado de seu nome, sofrerá uma investigação suplementar. Além de propor punições, o relatório de Magalhães trará sugestões destinadas a modificar os costumes monetários do Congresso. Pretende propor que se acabe com as verbas a fundo perdido e que se proíba os parlamentares de apresentar emendas individuais — em seu projeto, apenas os partidos teriam esse direito. "Quero que meu relatório seja uma contribuição ao Estado e à nação", diz ele.

Teste — Para quem alimenta tantos planos e tem a responsabilidade de reunir provas e condenar os culpados, a quarta-feira passada foi um dia de teste. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara reuniu-se para definir o destino dos deputados Onaireves Moura, Nobel Moura e Itsuo Takayama, acusados de manter um balcão de mandatos em torno do PSD. Por folgada maioria de 3 para 1, decidiu-se propor a cassação em plenário, que irá para a votação final nesta semana, mas ninguém precisa iludir-se com o placar. Só se alcançou o número mínimo de votos a favor da punição — 28 num plenário de 54 possíveis — depois de uma mobilização de emergência. Para chegar ao quorum, foi necessário que o deputado José Genoíno (PT-SP) corresse atrás do presidente Inocêncio Oliveira, convencendo-o a convocar seus aliados para a votação. Depois, Genoíno foi ao gabinete da liderança do PFL.

Para que os doze parlamentares da sigla que integram a comissão apoiassem a cassação, o líder Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) teve de telefonar a cada um deles ameaçando substituí-los. "Se não for para cassar, troco você agora", disse Luiz Eduardo. Tarcísio Delgado, líder do PMDB, também largou os afazeres de seu gabinete para ir à sala da comissão. Fez, pessoalmente, o que o líder do PFL fez por telefone. No plenário da comissão, foi

sentar-se o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), uma das grandes sabedorias jurídicas do Congresso, a postos para evitar que os advogados dos três acusados tentassem atrasar a decisão propondo alguma chicana de última hora.

TRAFICANTES — Se contra Onaireves, Nobel Moura e Takayama houve dificuldades em fazer andar o processo de cassação, contra os implicados no escândalo do Orçamento os problemas serão muito maiores. Primeiro, a natureza das denúncias. Elas foram feitas pela primeira vez pelo assessor parlamentar José Carlos dos Santos, um corrupto confesso, homicida indiciado e suicida fracassado. Até mesmo no seu bilhete de suicida, José Carlos dos Santos implicou dezesseis homens públicos nas maracutaias do orçamento, sem se esquecer de anotar que não havia "indícios" contra eles. Ou seja, a credibilidade de José Carlos dos Santos é próxima de zero. A segunda fonte de denúncias são os documentos encontrados no banheiro da casa de Ailton Reis, diretor da empreiteira Odebrecht. Nos papéis há listas de parlamentares para cujas campanhas eleitorais o diretor cogitava fazer donativos. Há alguns deputados ao lado de cujos nomes aparecem porcentuais. E outros que teriam sido agraciados com presentes pela empreiteira. Nenhuma dessas listas oferece indício sólido de corrupção, quanto mais prova alguma delinqüência.



ROBERTO JAYME

Reis: dez nomes novos nos documentos da Odebrecht

Traficantes de drogas também fazem listas com o nome de seus clientes. É uma de suas providências elementares é salpicar suas listas de viciados com os nomes de pessoas famosas, de maneira a fazer confusão, misturando inocentes e culpados, verdades e mentiras. Quando o delegado encarregado de conduzir o inquérito sobre esse suposto traficante vem a público dizer que há pessoas famosas na lista, é mais que provável que esteja querendo achacar alguém famoso do que chegar aos consumidores de drogas. Algo semelhante está acontecendo em Brasília.

Na semana passada, por exemplo, encontrou-se entre os papéis da Odebrecht um bilhete do então vice-presidente Itamar Franco à ministra Margarida Procópio, da Ação Social. Em poucas linhas, Itamar solicitava que a ministra recebesse um prefeito do interior de Minas interessado numa obra de esgoto a ser tocada pela empresa. Apenas a má-fé poderia transformar uma mensagem desse teor num caso suspeito. É obrigação de um político batalhar obras para a região onde é eleito. É obrigação de um parlamentar, portanto, que lute para que o Orçamento da União contemple obras que beneficiem a vida de seus eleitores. Mas o ar anda tão envenenado em Brasília que, até que tudo ficasse esclarecido, o bilhete sobreviveu por 48 horas como uma bomba-relógio institucional, gerando especulações sobre golpe, renúncia e antecipação das eleições do próximo ano.

O recurso de usar listas sem consistência, suposições e insinuações para semear o pânico entre os adversários políticos, foi empregado com desassombro nos anos 50,

Com as biografias em jogo

O presidente e o relator da CPI vivem a hora decisiva

O senador do Pará Jarbas Passarinho, 73 anos, e o deputado de Pernambuco Roberto Magalhães, 60, têm um ponto em comum nas suas biografias: o passado os persegue e o presente os aprisiona. Há 25 anos, o então ministro Passarinho defendeu que era preciso mandar "às favas os escrúpulos de consciência" e apoiou a edição do AI-5. Até hoje se constrange quando é associado à fase mais sombria do regime militar. Em 1989, foi a vez de Magalhães tomar uma atitude que o marcaria dali em diante, embora de natureza bem distinta. Deixou o posto de vice na chapa de Mário Covas, então candidato a presidente. Com isso, o atormenta até hoje a pecha de temperamental. À frente das investigações sobre a máfia do Orçamento, os dois têm nas mãos a oportunidade de lustrar suas biografias como pilotos da CPI que deu em tudo. Ou de ser lembrados como mestres de pizza.

"Vivo um dos momentos mais importantes da minha vida", diz Magalhães. Desde que foi nomeado para a relatoria, há dois meses, sua rotina mudou. Sua mulher, Jane, com quem tem quatro filhos, trocou o Recife por Brasília, para poder ver o marido. Magalhães não dorme antes da meia-noite e às 8 da manhã já tomou café, leu quatro jornais e deu pelo menos duas entrevistas. Às 9h30 está na CPI. Seu primeiro compromisso é uma reunião com Passarinho e o deputado Odacir Klein (PMDB-RS), vice-presidente da CPI. Ali decidem quem vai depor, e quando. Discutem quem terá o sigilo fiscal ou bancário quebrado, quem será convidado a dar explicações e quem estará no relatório final como corrupto. Ao final do dia, os dois voltam a se reunir para um balanço. Analisam documentos, assinam ofícios requisitando papéis e cobram rapidez no trabalho das subcomissões.

"Por mais necessário que seja, nosso trabalho é doloroso", afirma Passarinho, coronel reformado mas parlamentar até a medula. Viúvo, com cinco filhos e catorze netos, o senador assumiu a presidência da CPI e logo sofreu alterações na sua rotina, e na saúde. Irritou-se com o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), que, sem avisar, e junto com o deputado Aloizio Merca-

nos Estados Unidos, pelo senador Joseph McCarthy, em sua cruzada anticomunista. Ironicamente, no Brasil um recurso parecido com o macarthismo vem sendo usado por um partido de esquerda, o PT, com o concurso do senador José Paulo Bisol, do PSB. Antes mesmo de um exame sumário, os nomes dessas listas podres são cuidadosamente vazados pelos petistas para a imprensa, provocando alarme. Na semana passada, o PT começou a colher os frutos da sua tática: o isolamento. O presidente do partido, Luís Inácio Lula da Silva, esteve em Brasília e reuniu-se com os chefes do PSDB e do PMDB. Enquanto isso, o PFL e o PPR conversavam. Ao perceber que, por motivos alheios à vontade de Passarinho e de Roberto Magalhães, a CPI estava se orientando para as incriminações indiscriminadas, boa parte dos congressistas partiu para um contra-ataque. Cada um o fez à sua maneira.



JOBEMAR GONÇALVES/AG. JB

Takayama, Nobel e Onaireves: mobilização de última hora

"Bando de Canalhas" — O ex-ministro e atual deputado Aníbal Teixeira, um dos citados na relação inicial de José Carlos dos Santos, preferiu fazer uma cena. Aos berros, invadiu uma reunião reservada exclusivamente aos membros da CPI: "Este é um tribunal de m...! Bando de canalhas!" Um deputado o interrompeu para pedir a Passarinho que o retirasse da sala. O senador disse que iria chamar agentes de segurança do Congresso, mas Aníbal Teixeira ameaçou: "Não saio. Sou deputado. A segurança não me tira daqui. Quero ver quem vai fazer isso", gritou. "Então, tiro eu", respondeu Passarinho, levantando-se da mesa de presidente e caminhando na direção do parlamentar. Os demais presentes ficaram de pé e, para conter os ânimos, trataram de expulsar Aníbal Teixeira do local.

Outras pressões são menos ruidosas. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) chegou a ser denunciado e, como ocorreu com uma dúzia de acusados por José Carlos dos Santos, economista-homicida-suicida, nada se provou contra ele. Já seu filho, o deputado Carlos Benevides, se deu mal. A CPI descobriu que ele enviava verbas para quinze entidades fantasmas e que construiu um patrimônio imobiliário de 1,5 milhão de dólares. O senador Benevides tem passado os últimos dias empenhado em evitar que o deputado Benevides seja convidado a explicar-se no plenário da CPI. Só na semana passada mobilizou seis parlamentares, que procuraram o relator Roberto Magalhães com essa finalidade. Quando atendeu Gilson Machado (PFL-PE), sexto deputado interessado em discutir o apoio a Carlos Benevides, Roberto Magalhães se irritou. "Ô, Gilson, eu gosto muito de você, mas nem complete o assunto. Se você também falar em livrar o Carlos Benevides, eu vou incluí-lo no relatório e pedir sua cassação sem ouvi-lo", disse. O senador ainda se deu ao trabalho de procurar o embaixador em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, em busca de apoio. Em vão. O embaixador recusou a ajuda e ainda comunicou o fato a seus amigos brasileiros.

---

dante (PT-SP), participou de uma estabanada diligência na casa do assassino José Carlos dos Santos, de onde saiu carregando uma sacola de dólares. Quando chegou à CPI, Miranda colocou a sacola sobre a mesa e derramou um copo d'água no terno de Passarinho. Sua pressão subiu na hora para 19,5 por 9,5. Passarinho sofre de labilidade, doença de origem emocional que aumenta a quantidade de adrenalina no sangue, jogando sua pressão nas nuvens. Toma Adalat, que baixa a pressão para 13 por 8.



ROBERTO JAIME

Passarinho e Magalhães: durante os depoimentos, trabalho em sintonia

Na semana passada, sua adrenalina voltou a subir quando o deputado Aníbal Teixeira invadiu aos gritos uma reunião reservada da comissão. Depois de ameaçar tirá-lo com as próprias mãos, Passarinho chamou a segurança. "Foi uma bravata", reconhece. "É que às vezes baixa o coronel." É durante os depoimentos que a dupla exibe sintonia para o trabalho. Advogado e ex-governador de Pernambuco, Magalhães interrompe os integrantes da CPI que se comportam de forma agressiva com as testemunhas, como a dupla Miranda e Mercadante. Já Passarinho censura os colegas que fazem perguntas longas, como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). E também gosta de fazer rir. Quando foi à CPI denunciar seu ex-marido, o deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), Marinalva Soares pediu desculpas pela forma emotiva com que se expressava, alegando que estava sem dormir havia 24 horas. Passarinho não resistiu. "E o deputado consegue dormir?", perguntou.

FOTOCÓ

As fardas falantes

Chefes militares discutem política

Os comandantes militares estão falando cada vez mais. Na semana passada, ao se manifestar sobre orçamento, estavam certos. Em seu plano econômico, o ministro Fernando Henrique Cardoso propôs cortes de 40% no custeio dos ministérios militares. A conta, típica operação de calculadora eletrônica manual, significava, na prática, a extinção das Forças Armadas. Seria o mesmo que querer que uma embaixada do Brasil fosse mantida com 200 dólares mensais. Há ministérios que podem nem existir, mas não é o caso das pastas militares. Os militares reclamaram e Itamar lhes atendeu. No dia 2 de dezembro, o vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS), recebeu três generais para falar sobre reforma constitucional. Da conversa participaram os generais Joubert Brízida, Cyro Albuquerque e Werlon Roure, além do relator-geral da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O assunto logo passou a ser PC Farias, que no dia seguinte aterrissaria preso no Brasil.

"Há um medo do pessoal da tropa de que o PC desembarque com essa história do cheque que teria dado ao Itamar", disse Brízida. "Se o presidente renunciasse, como seria?" "O presidente da Câmara assumiria e faria eleição", disse Jobim. Um militar perguntou sobre os riscos institucionais. "Seria um pacto com a Constituição na mão", explicou Jobim. Num outro encontro, no dia 29 de novembro, meia dúzia de empresários se reuniu com duas dezenas de generais no Ministério do Exército, em Brasília, e também falaram de atualidades. O encontro foi organizado pelo empresário Jorge Gerdau, do grupo Gerdau, e pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Onofre Leonel. Compareceram, entre outros, o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco. Conversou-se de inflação, sucessão, crise social e, é claro, de corrupção.



AILTON DE FREITAS/FOLHA IMAGEM

O general Leonel: "Cólera das legiões"

Na quinta-feira passada, o mesmo general Leonel discursou na formatura de oficiais do Exército. Foi uma fala repleta de ambigüidades. Ele afirmou, por exemplo, que a opção dos militares "é pela democracia, no seu entendimento mais amplo, pela qual lutamos e tivemos baixas até hoje sentidas, pranteadas e sempre lembradas". Não se sabe se ele se referia à II Guerra, quando a Força Expedicionária Brasileira, FEB, enviou soldados à Europa para lutar contra o fascismo, ou se elogiava os torturadores do DOI-Codi durante o regime militar.

Num outro momento, ele invocou uma carta escrita pelo militar romano Marcus Flavinius quando estava em guerra no Oriente. "Dizem-me que em Roma se sucedem as intrigas e conspirações, se desenvolve a traição e muitos, hesitantes, perturbados, cedem com facilidade às piores tentações do abandono e aviltam a nossa nação." Se tudo isso fosse verdade, ameaçava Flavinius, "cuidado com a cólera das legiões". Leonel afirmou que "ainda não é o momento de nos identificarmos com as angústias de Marcus Flavinius". O general poderia explicar então qual a utilidade de se invocar "a cólera das legiões" se "ainda não é o momento", e qual será esse momento, e de que servirá essa cólera.

É natural que um pai se mobilize para ajudar um filho em qualquer situação, mas existem ações mais legítimas do que outras. Mobilizado em causa própria, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) está fugindo de uma apresentação na CPI desde que se descobriram depósitos milionários em suas contas bancárias. É uma situação idêntica à de Carlos Benevides. Um caso diverso é o da deputada Roseana Sarney (PFL-MA), filha do ex-presidente José Sarney, senador pelo Amapá. Acompanhada de uma dezena de políticos, inclusive ex-ministros de Sarney como José Reinaldo Tavares e Vicente Fialho, na semana passada ela compareceu a uma subcomissão da CPI que debatia a oportunidade de investigá-la. Sob o comando do deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), seus adversários da bancada brizolista também mandaram uma tropa de choque. "Saiam todos daqui", ordenou o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da subcomissão. "É a única forma de colocar método nessa reunião." Ao final do encontro, decidiu-se que Roseana não será convocada.

Enterrado Vivo — Roseana é citada em três oportunidades nos papéis da Odebrecht descobertos na residência do diretor Ailton Reis. Num deles como integrante de uma lista de presentes, segundo a qual recebeu um quadro de 2 000 dólares. Em outro como autora de emendas para obras a serem construídas pela empreiteira, e, no terceiro, sua casa de Brasília é citada como local marcado para uma reunião de executivos da empresa com parlamentares. Aceitar presentes de empreiteira não é privilégio de políticos. Centenas de empresários, profissionais liberais e jornalistas recebem mimos de empreiteiras no Natal. Assinar emendas ao Orçamento não é um direito, mas até um dever de qualquer parlamentar. Não fosse assim, a deputada Maria Laura (PT-DF) poderia tornar-se suspeita de ter pedido 40 milhões de dólares para estaleiros vinculados à Petrobrás. Quanto à reunião da empreiteira na casa de Roseana, não se sabe se chegou a ser realizada.

"Se a Roseana fosse convocada agora, o Congresso poderia implodir", diz o deputado José Genoíno. "O Sarney colocaria sua tropa de choque para acabar com nosso trabalho." A decisão sobre Roseana melhorou a CPI. Ela não foi pré-inocentada. O que se evitou foi o clima

de prejulgamento que acompanha uma convocação apressada. Estabeleceu-se, na semana passada, um critério mais preciso sobre quem será investigado e quem não será. Considerou-se apressado expô-la ao vexame de ter de se explicar sem que houvesse bases sólidas para suspeitas. A pressa já produziu pelo menos um caso exemplar. O do ministro Henrique Hargreaves, da Casa Civil, que foi citado por José Carlos Alves dos Santos. Hargreaves foi enterrado vivo já nos dias iniciais da CPI. Quando deixou o governo, forçado a renunciar, o falatório cessou e hoje é um nome esquecido. Nem sequer foi convidado a prestar depoimento com transmissão direta pela TV. Bastou ter saído do governo para que as investigações sobre ele fossem paralisadas. Na mesma situação de Hargreaves encontram-se o também ministro Alexandre Costa (PFL-MA), o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e Mauro Benevides.

APOSTANDO EM CONFUSÃO — Outro critério estabelecido pela CPI é o de deixar de investigar recursos de campanhas eleitorais. Foi esse o caminho que evitou que Miguel Arraes fosse para o pelourinho. Na documentação da Odebrecht, registra-se que Arraes se encontra em campanha pelo governo de Pernambuco e pede colaboração para pagar uma parcela de suas despesas, estimadas em 30 000 dólares por mês. Dois meses depois de modificar as regras das finanças de campanha, autorizando que empresas privadas auxiliem os candidatos de sua preferência e até descontem no imposto de renda, a CPI deliberou que não irá se debruçar sobre esse dinheiro. Arraes nega que tenha pedido verbas à empreiteira e não existem provas de que as tenha recebido. A CPI não pretende confundir o dinheiro sujo da corrupção com o dinheiro ilegal das campanhas eleitorais, que, do PT ao PPR, cumpriu um caminho clandestino em função de uma legislação hipócrita. Confundir uma verba com outra é a última jurisprudência ensaiada pela dupla Collor-PC em seu esforço para escapar da Justiça. Apostando em mais confusão, PC voltou da Tailândia anunciando a divulgação de uma lista de empresários e políticos envolvidos com 170 milhões de dólares levantados na campanha de 1989. Collor deu entrevistas sobre os custos da campanha presidencial em Minas Gerais. Só que PC está preso como sonegador do imposto de renda. E Collor sofreu impeachment por empregar PC como intermediário para achacar empresários e assaltar o Estado. A CPI que propôs sua cassação nem sequer investigou suas contas de campanha. ■

MARCOS SÁ CORRÊA

De mãe para filho

A família Maluf merece a atenção dos antropólogos. Trata-se de um grupo consangüíneo unido por verbas de campanha.

Faz dez anos que o prefeito Paulo Maluf deu a largada para a épica empreitada sucessória em que esterilizaria a dinastia dos generais, furaria todos os tetos nacionais de impopularidade e elegeria o adversário Tancredo Neves presidente da República. Numa rodada prévia de viagens de cabala, encontrou em Fortaleza um repórter que lhe fez a pergunta engasgada em nove entre dez gargantas: de onde vinha o dinheiro para sustentar a aventura? "Tudo o que estou gastando é financiado pela minha mãe, dona Maria, que é muito rica e quer ver o filho dela em posição de destaque", ele respondeu, com uma insolência que durante meses serviu para reforçar os traços de sua caricatura.

Fez escola. Há duas semanas, chamado a esclarecer à Polícia Federal por que foram parar em sua conta 400 000 dólares da Paubrasil, holding de donativos da empresa ao malufismo, seu filho Flávio explicou que estava repondo os desembolsos feitos para custear a derrota do pai na eleição para governador em 1990.

Flávio não imagina a sorte que teve. Dez anos atrás, estaria se alistando a virar boneco de papel machê, para a turma das diretas já malhar em praça pública. Na década que se escoou entre as duas declarações, os Maluf podem continuar os mesmos, solidários na caixinha, mas o malufismo perdeu a dimensão simbólica, e o país perdeu a ingenuidade. Na sucessão de 1983, à falta de informações melhores, agarrou-se à piada sobre dona Maria como uma evidência de culpa. Se alguém lançava a própria mãe num ambiente sucessório envenenado por suspeitas como aquele, só podia ser falta de coisa melhor para dizer.



ILUSTRAÇÃO LAURA CARDOSO PEREIRA

Sabia-se pouco e desconfiava-se muito de corrupção eleitoral naquela época. Supunha-se que, deixado solto no curral de votos indiretos, o malufismo compraria a Presidência. Presumia-se que bastaria vencê-lo para exorcizar da política a poluição financeira. Maluf foi derrotado num transe nacional de magia.

Hoje se sabe muito mais do malufismo do que na época, graças aos recitais do pianista João Carlos Martins, dono da Paubrasil, no inquérito da Polícia Federal. Dona Maria vingou-se, postumamente, da polícia do governador Franco Montoro, que em 1983 invadiu arbitrariamente sua casa em Parelheiros, em São Paulo, atrás de panfletos que atestassem o uso indevido da gráfica do Estado nas campanhas de Maluf. Os políticos daquele tempo, se sabiam onde ficava a corrupção eleitoral, certamente não sabiam procurar. Ergueram sobre a derrota de Maluf, conquistada no gogó do povo, uma República que, salva do rateio no colégio eleitoral, deixou que se negociasse no varejo uma Constituinte e uma sucessão presidencial de 82 milhões de votos, para não falar no Orçamento da União. Uma opinião pública que passou por isso não precisa mais conceber um malufismo maior do que a realidade. É por isso que hoje ele cabe num processo regular.

Em dezembro de 1983, como neste dezembro de 1993, o país fechou as contas de um ano acabrunhante. O presidente estava à deriva, o SNI calculava a escalada de Maluf, roendo o PDS, pelas bordas, o senador José Sarney colhia assinaturas para um manifesto contra o voto direto e em São Paulo, pouco antes, acabava em fiascó o primeiro comício da safra diretas já. Nada mais improvável, a essa altura, do que um feliz 1984. Mas foi daí mesmo que ele saiu.



ROBERTO STUCKERT FILHO/AG. O GLOBO



ALBUM DE FAMILIA

"Dá um jeito nela"

Os detalhes sórdidos do assassinato de Ana Elizabeth, uma mulher apaixonada, a mando de seu marido e carrasco, José Carlos dos Santos

Na noite em que foi morta a golpes de picareta, a pedagoga Ana Elizabeth Lofrano vestiu-se como uma mulher apaixonada. Ao entrar no restaurante Versailles, em Brasília, para jantar em companhia do marido, o economista José Carlos Alves dos Santos, ela usava um vestido azul de tecido importado com delicadas estampas de flores vermelhas e verdes, um decote discreto e mangas compridas. Por baixo, um sutiã preto. O manequim 42 era motivo de orgulho pelo sucesso de um regime que a fizera perder 15 quilos em oito meses. Calçava um sapato de couro, modelo czarina, com 6 centímetros de salto. Tinha brincos e gargantilhas douradas, uma aliança de ouro e outra de brilhante. José Carlos vestia um terno cinza. No bolso do paletó, levava a fita adesiva, a mordaça e o capuz que mais tarde usaria para imobilizar a mulher no momento de entregá-la nas mãos de dois assassinos.

A circunstância desse encontro torna ainda mais brutal o desfecho da história de Ana Elizabeth. De um lado, a mulher que julgava estar reconquistando o marido depois de uma crise conjugal. Do outro, um homem cuja frieza era capaz de fazer crer que a estava seduzindo enquanto preparava sua morte. Na semana passada, a polícia de Brasília ouviu a confissão dos dois assassinos, o detetive Lindauro da Silva, de 52 anos, e o mecânico Valdei de Souza, de 32. Eles disseram que foram contratados por José Carlos para matar a pedagoga e indicaram um local na periferia de Brasília de onde os policiais desenterraram ossos e pedaços de roupa de mulher. O exame do crânio, feito com ajuda de computadores, não deixou dúvidas: era mesmo de Ana Elizabeth. Ela foi assassinada na noite de 19 de novembro do ano passado, golpeada duas vezes na cabeça com uma picareta e jogada ainda viva dentro do buraco. "Ela estava agonizando. Nós jogamos terra em cima do corpo e tapamos", contou Valdei à polícia. José Carlos acompanhou tudo de dentro de um Monza estacionado a 250 metros de distância.

Com a confissão dos assassinos, chegou ao fim o mistério que já durava um ano e nove dias. Até então, havia apenas duas versões para o sumiço de Ana Elizabeth. A primeira era a do próprio José Carlos Alves dos Santos. Durante todo o tempo, ele sustentou a farsa de que Ana Elizabeth havia sido seqüestrada por bandidos na saída do restaurante. Outra versão foi conduzida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que durante algumas semanas levou muitos brasileiros a acreditar que a pedagoga estaria viva e morando fora do país. Suplicy conseguiu até testemunhas que diziam ter se encontrado com Ana Elizabeth em Nova York. No seu papel de detetive, Suplicy esqueceu-se apenas de consultar a lista de passageiros dos vôos internacionais para descobrir se Ana Elizabeth tinha, de fato, deixado o país.

Os novos detalhes sobre o crime ajudam a compor um perfil assustador de José Carlos Alves dos Santos, o homem que fez as denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento. Durante meses José Carlos tratou a mulher como um marido atencioso. O casamento deles ia muito mal, mas José Carlos começou a se





José Carlos, transferido para o Hospital de Base de Brasília depois de tentar suicídio ao saber da confissão dos assassinos de Ana Elizabeth: foto do álbum de família e o teste no computador da polícia

reaproximar de Ana Elizabeth. Chegou a comprar-lhe flores, levou-a a passear no exterior, em busca de uma recomposição. Pelo menos era o que ela acreditava. O desfecho da história mostrou que aquilo que Ana Elizabeth imaginava ser um sinal de afeição era o cerco definitivo do assassino à sua vítima.

O jogo de sedução e morte de José Carlos com a mulher começou seis meses antes do crime. O casal vivia em crise desde que, em 1991, Ana Elizabeth havia descoberto que o marido tinha uma amante, a advogada Cristiene Oliveira. Continuaram morando juntos, mas levando vidas paralelas do ponto de vista afetivo. Ana Elizabeth, porém, nunca perdeu a esperança de reconquistar o marido. Em meados do ano passado, dizendo-se arrependido da traição, José Carlos fingiu que estava de novo interessado nela. Primeiro, levou Ana Elizabeth para uma longa viagem a Miami e Nova York. Ao mesmo tempo, passou a ter com a mulher gestos de delicadeza que não lhe eram habituais. Em junho, levou pessoalmente ao Ministério da Educação, onde ela trabalhava, um vaso de violetas. Ana Elizabeth colocou-o sobre a mesa. "Foi o José Carlos que me deu", dizia a todos os que entravam na sala. "Nesse final da vida, ela mostrava estar plenamente feliz", diz o professor Léo Kessel, colega de Ana Elizabeth no ministério.

A reaproximação de José Carlos com Ana Elizabeth ganha tons macabros quando se descobre um assassino fazendo planos e uma vítima nutrindo ilusões românticas a respeito de seu carrasco. A frieza de José Carlos, ou sua loucura, chegou ao extremo na própria noite do assassinato. A pretexto de celebrar a reconciliação com a mulher, José Carlos convidou-a para jantar fora. O filho menor, Rodrigo, de 10 anos, pediu para ir junto. Ana Elizabeth não deixou. "A mamãe já volta", disse ela ao garoto. José Carlos e a mulher chegaram ao restaurante Versailles por volta de 22h30. Pediram vinho branco alemão, badejo e, de sobremesa, profiterolis. A conta ficou em 800 000 cruzeiros (o equivalente hoje a 87 dólares) e foi paga em dinheiro.

Ao sair do restaurante, por volta de 23h30, no Monza de José Carlos, o casal era aguardado pelos dois assassinos contratados pelo economista. No seu depoimento à polícia, o detetive Lindauro conta que estava em outro carro com o comparsa. José Carlos passou por eles devagar, colocou a cabeça para fora da janela e perguntou se o pneu estava furado. Em seguida, parou o carro. Lindauro se aproximou, simulou um assalto e pulou para o banco de trás do Monza. Seguiram então até o Lago Norte por uma estrada de terra. Lá, segundo o detetive, Ana Elizabeth foi amordaçada e encapuzada pelo próprio José Carlos. "Ele pegou a cabeça dela e abaixou, colocando o capuz." Depois, foi trancada no porta-malas. "Fique quieta", ordenou José Carlos.

Ao chegar ao local do assassinato, uma clareira no meio do cerrado na localidade de Brasilinha, a 60 quilômetros de Brasília, José Carlos permaneceu sentado no carro e ordenou:

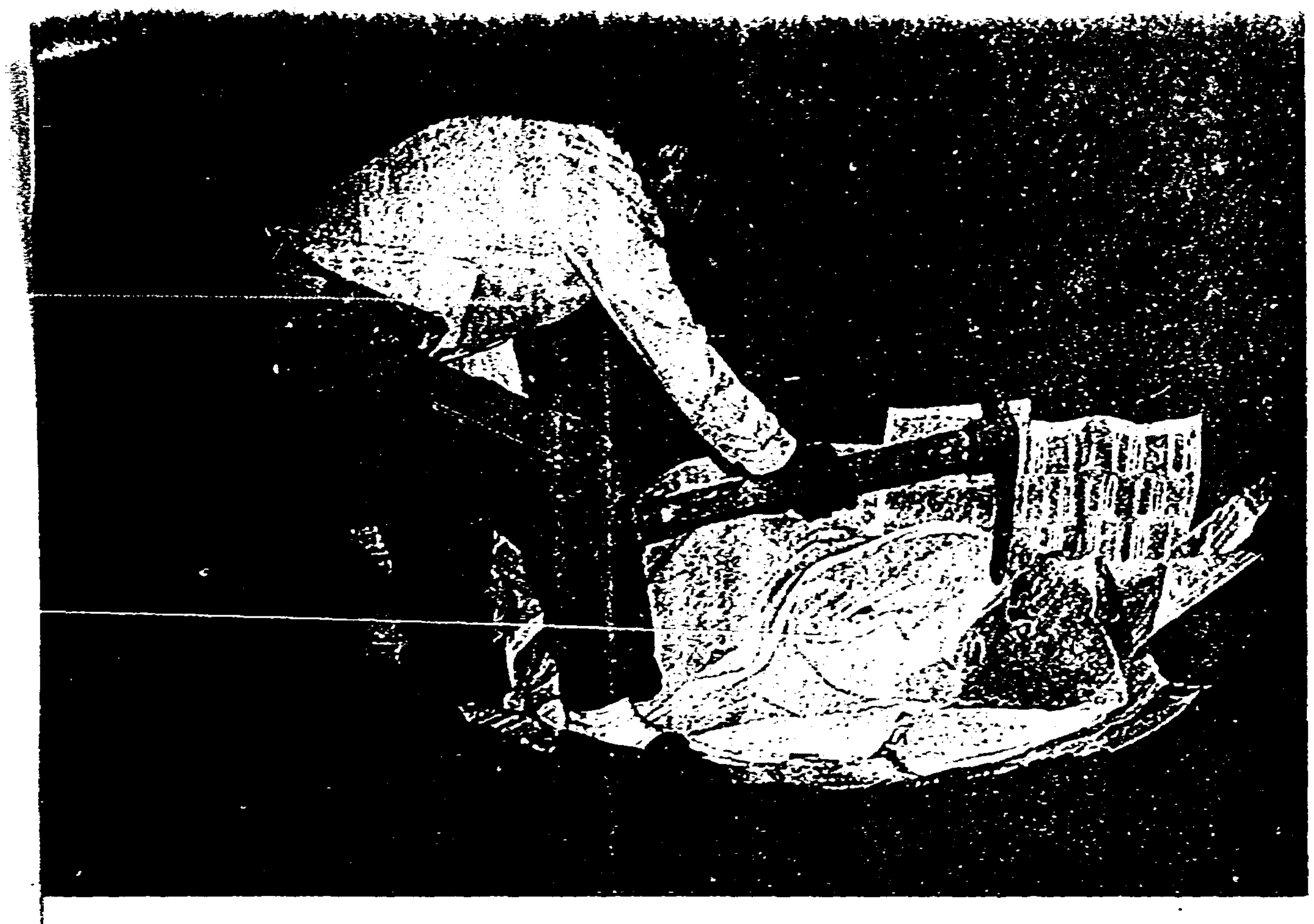
— Dá um jeito nela e rapa.

Os dois assassinos retiraram Elizabeth do porta-malas e a levaram até o buraco. "O corpo dela estava mole", diz o detetive. A pedagoga foi colocada de costas do lado da cova e Lindauro desferiu-lhe um primeiro golpe de picareta. Em vez da ponta, usou o lado mais pesado da ferramenta e atingiu a parte frontal esquerda da cabeça. Depois, jogou o corpo no buraco e desferiu um segundo golpe. Dessa vez, usou a extremidade mais pontiaguda da picareta. A ponta de ferro, com cerca de 1 centímetro e meio de espessura, atravessou a garganta da pedagoga e produziu um ruído seco. "Ela fungava muito quando a jogamos dentro do buraco", contou o mecânico Valdei à polícia.

Terminada a tarefa, Lindauro e Valdei voltaram ao carro onde o economista os aguardava. Para reforçar a versão do seqüestro, José Carlos ordenou aos dois que o amarrassem com o cinto e o colocassem no porta-malas. Disse também para ligarem para sua



As provas: pá, picareta e ossos achados na cova





A reconstituição do crime, conforme a confissão do mecânico Valdei *(centro)* e do detetive Lindauro

casa ainda naquela madrugada, fingindo pedir resgate. Mais tarde, José Carlos contou ter conseguido escapar do porta-malas e encontrado a chave do carro na ignição. Em seguida, ainda segundo sua versão, teria ido para casa dormir e só no dia seguinte procurou a polícia. Como pagamento pelo crime, Lindauro recebeu 100 000 dólares. Valdei, um Passat e mais alguns trocados. Foi um pequeno pedaço de papel encontrado na casa do economista em outubro passado que levou a polícia a investigar a participação dos dois no crime. No papel estava anotada a palavra "[illegible]bo", um apelido de Lindauro *(leia quadro à pág. 51)*.

É curioso observar como José Carlos vivia múltiplos papéis ao mesmo tempo, enquanto planejava matar a mulher. No Congresso, era visto pelos colegas como um funcionário exemplar. Poucos sabiam que nesse meio tempo ele era também o corrupto que tramava o desvio das verbas sociais com a quadrilha do orçamento. Em casa, José Carlos encenava o papel de um pai de família bem-sucedido, que trabalhava muito e tinha pouco tempo para a mulher e os filhos. Havia também o José Carlos mais secreto de todos, o pervertido sexual, que tinha dezenas de amantes e promovia sexo grupal num apartamento de Brasília cuja existência era desconhecida pela família e pelos amigos.

Seu relacionamento com Ana Elizabeth começou a naufragar em 1989, ano em que José Carlos começou a enriquecer com os dólares que o deputado João Alves lhe dava de presente pelos serviços prestados à máfia do orçamento. Entre 1989 e 1992, enquanto Ana Elizabeth mergulhava na solidão de um casamento fracassado, José Carlos saía com uma vasta rede de garotas. Seus hábitos sexuais ultrapassavam a fronteira da simples curiosidade. [illegible] realizar uma blitz no apartamento que mantinha para encontros amorosos, no dia 5 de outubro, a polícia encontrou lá 31 fitas de vídeo pornográfico, 32 pênis de borracha, vibradores manuais e vibradores à pilha, cremes e pomadas. Também foi apreendida uma fita de vídeo em que ele aparece mantendo relações sexuais durante 54 minutos com a advogada Crislene de Oliveira.

Na época em que Ana Elizabeth soube da amante Crislene, José Carlos pediu o divórcio pela primeira vez e chegou a sair de casa. "O José Carlos queria se separar de todo jeito", lembra Célia Maria de Oliveira, uma amiga da pedagoga no Ministério da Educação. "Mas ela não admitia, tinha uma paixão doentia por ele." Numa carta sem data endereçada ao marido e apreendida pela Polícia Civil, Ana Elizabeth faz um desabafo dolorido. "Por favor, leia, sou eu, a sua Beth", escreveu no verso da carta. "José Carlos (meu marido, meu tudo), se eu não botar para fora, acabo de enlouquecer", dizia num dos trechos. Terminava com um apelo dramático: "Deixe o seu coração falar! Por favor! Se eu fui um erro em sua vida, que tenha sido o melhor deles. E que agora, na curva de nossas vidas, possa ser o maior acerto. Deus nos abençoe. Beth". Nessa época, numa tentativa de reagir ao naufrágio conjugal, Ana Elizabeth começou a fazer ginástica e dieta, emagreceu 15 quilos e passou a usar roupas mais coloridas.

José Carlos, enquanto isso, mergulhava cada vez mais no próprio abismo. Paranóico, obsessivo, incapaz de administrar o próprio turbilhão existencial, José Carlos procurou o detetive Lindauro pela primeira vez no dia 31 de dezembro de 1991. Deu-lhe a missão de seguir os passos da amante Crislene, que passou a ser vigiada das 7 horas da manhã às 10 da noite. Num dos relatórios entregues a José Carlos, o detetive contava que Crislene tinha sido beijada por um rapaz. "Como foi esse beijo?", quis saber o economista. "Foi desses de chupar?" Lindauro contou-lhe que foi um beijo no rosto e que o rapaz era um colega de trabalho a quem Crislene dava carona todo dia. José Carlos não se deu por satisfeito. "Eu deveria era queimar este carro", esbravejou. "Ele pedia relatórios detalhados do que ela comprava em farmácias e até na padaria", conta o detetive. "Na formatura da Crislene tive que ir observar e investigar todos os homens que a abraçavam com mais intensidade." A perseguição a Crislene durou até junho. "Vamos dar uma pausa", ordenou José Carlos.

Em agosto, o economista voltou a ligar para o detetive. "Tenho um negócio para você fazer pra mim", avisou. Marcaram um encontro às 7 horas da noite, num estacionamento. José Carlos foi direto ao ponto:

— Eu quero que você apague uma pessoa pra mim.

— Quem é? — quis saber Lindauro.

— É minha mulher — respondeu o economista.

"Pensei que ele estivesse doido ou que fosse um policial querendo me testar", diz o detetive. José Carlos insistiu e marcou

MÉXICO

¡Maten al Cardenal!

Una revista italiana desmiente la versión oficial de la muerte del arzobispo mexicano Posadas: no fue un error de los narcos, sino un asesinato premeditado

JULIO ALGAÑARAZ, Roma

SON LAS 15,45 HORAS. ES EL MOMENTO en que el cardenal debe morir. Un informe de 13 páginas del número de noviembre de la revista católica italiana *30 Giorni* está dedicado al asesinato del arzobispo mexicano Juan José Posadas Ocampo, el pasado 24 de mayo. Tras una exhaustiva investigación, el periodista Andrea Tornielli llega a la conclusión de que Posadas fue víctima de un crimen político premeditado y no de una fatal confusión en medio del enfrentamiento a tiros de dos grupos de narcotraficantes en el aeropuerto de Guadalajara, versión que ofreció desde el primer momento el Gobierno de Carlos Salinas de Gortari. De este modo, *30 Giorni* confirma las investigaciones del periodista Ramón Márquez publicadas en el número 1.126 de CAMBIO16 el pasado mes de junio.

Antes de poner a la venta los ejemplares correspondientes al número de noviembre, la revista italiana ha difundido un resumen de sus conclusiones que ha tenido una gran repercusión en México, donde aumentan por momentos las dudas acerca de las circunstancias que rodean este asesinato, repleto de misterios. Tornielli destaca que, aunque existen varias hipótesis creíbles, sólo hay un hecho cierto: «Para organizar una emboscada como la del 24 de mayo son necesarios poderosos apoyos y coberturas».

El cardenal era una figura emergente de la Iglesia latinoamericana, vicepresidente del CELAM (Consejo Episcopal para América Latina) y, según algunos especialistas, hasta posible candidato a Papa en el próximo cónclave, en el que la hipótesis de un Pontífice iberoamericano será tenida muy en cuenta. Posadas recibió 14 balazos dentro de su automóvil mientras su chófer aparcaba en el aeropuerto de Guadalajara. El prelado iba a esperar, como había hecho siempre, al nuncio apostólico en México, monseñor Giroiamo Prigione, al que el artículo de *30 Giorni* deja mal parado.

El cardenal Posadas Ocampo no bajará nunca del carro que había sido regalado a la archidiócesis días antes. Estalla un tiroteo infernal, de esos típicos mexicanos. La versión oficial dirá que un grupo de pistoleros al servicio de los hermanos Arellano ha ido a matar al *Chapo* Guzmán, que se apresta a abordar el avión para Puerto Vallarta. Las dos bandas de narcos se enfrentan en el aparcamiento: un par de asesinos creen que el *Chapo* está dentro del auto del arzobispo, un Grand Marquis, y abren las puertas del carro, masacrando al chófer y al cardenal.

Los supervivientes huyen en medio de una gran confusión. En el campo de batalla quedan siete cadáveres. Durante una hora, el nuncio Prigione no puede bajar del avión, inmóvil en las pistas del aeropuerto. Todos los vuelos han sido suspendidos. Bueno, *no todos*. Media hora después del tiroteo parte un avión de Aeroméxico con destino a Tijuana. Entre los pasajeros van siete de los pistoleros contratados por los hermanos Arellana, que vuelven a su ciudad de origen. ¿Quién dejó partir al aparato, sin someter a los pasajeros a control alguno? Peor aún: dos horas y media después, cuando la noticia del asesinato del cardenal Posadas Ocampo conmovía ya a medio mundo, el avión aterrizaba en Tijuana y los asesinos abandonaban tranquilamente el aeropuerto sin que nadie los molestara.

El artículo de *30 Giorni* glosa algunos de los probables móviles del asesinato. Podría haber sido la hostilidad del gobernador de Guadalajara, Cosio Vidaurri, o la noticia de que el cardenal Posadas, harto de las luchas sangrientas entre los traficantes de drogas de Guadalajara, se aprestaba a denunciar las complicidades de políticos, gobernantes y miembros de las fuerzas de seguridad con el crimen organizado.

No contenta con eso, la revista católica italiana reproduce también un párrafo del diario francés *Le Monde*, que el 17 de septiembre publicó que en México combaten por el poder dos grupos del gobernante Partido Revolucionario Institucional (PRI), eternizado en el Gobierno. De un lado estarían los «dinosaurios», los dirigentes de la vieja guardia del PRI vinculados a la masonería tradicional y a las familias de la oligarquía mexicana, hostiles a la nueva estrategia del Estado con respecto a la Iglesia y a las relaciones diplomáticas con la Santa Sede. Del otro lado, los «modernizadores», que promovieron la normalización de las relaciones con la Iglesia y el Vaticano. El jefe de los tecnócratas sería el presidente Salinas.

El asesinato de Posadas Ocampo, símbolo del nuevo acuerdo entre el Estado mexicano y la Iglesia, «podría representar —según *30 Giorni*— una advertencia de los 'dinosaurios' a los 'modernizadores', lanzado el día anterior a la primera celebración de la fiesta de los mártires Cristeros. Un golpe contra la política del presidente Salinas, que tenía necesidad de mostrar la moderna imagen de México», justo en esos días en que viajaba a Estados Unidos para negociar el nuevo Tratado de Libre Comercio (TLC).

Según *30 Giorni*, la tragedia de Gua-



El cardenal recibió 14 impactos de bala, uno de los cuales fue el clásico tiro de gracia, según su médico; el auto, otros 37. Su chófer también murió. ¿Mala suerte?

Nº DOCUMENTO

TITULO

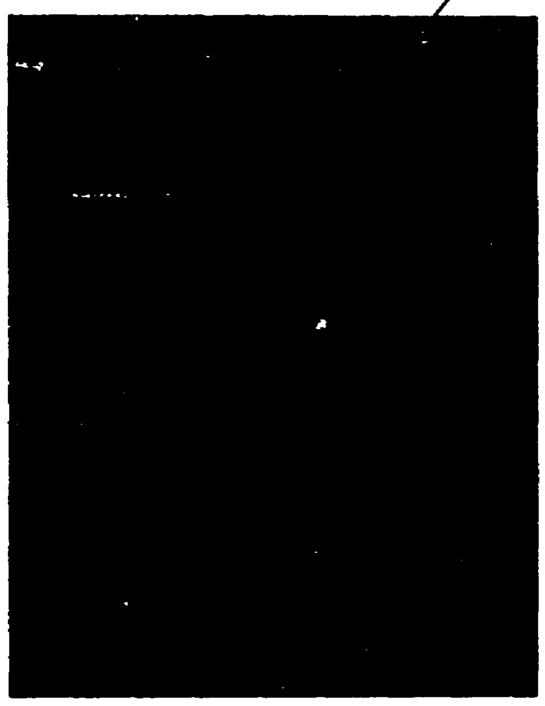
Poco legible

dalajara debe ser interpretada también a la luz de los forcejeos entre «dinosaurios» y «modernizadores» para nombrar al próximo candidato del PRI a la Presidencia de la República.

Carlos Castillo, presidente del Partido de Acción Nacional (PAN), fuerza opositora de tinte conservador y católico, cree que la muerte del cardenal ha perjudicado al Gobierno de Salinas. Además, Castillo opina que los sectores que manejaron los hilos del asesinato de Posadas Ocampo están muy interesados en presentar a México como un país inestable.

La revista *30 Giorni* es un tradicional portavoz del grupo Comunión y Liberación, una asociación de laicos fundada por monseñor Luigi Giussani y fuertemente apoyada por el Papa Juan Pablo II. A esta circunstancia, que acentúa el interés por la investigación del caso Posadas Ocampo, se agrega otra: la edición de noviembre, cuya portada está dedicada al asesinato del cardenal mexicano, lleva la firma de un nuevo director. Se trata de Giulio Andreotti, senador vitalicio y siete veces primer ministro italiano por la Democracia Cristiana. En pocos meses, el mito de Andreotti —encarnación del poder en Italia durante casi medio siglo— ha sido destruido. A los 73 años, «el inoxidable Giulio» es casi un fantasma político, acusado judicialmente de complicidad con la Mafia y de ordenar el asesinato del periodista Mino Peccorelli.

Resulta curioso que Andreotti haya escogido la investigación de Andrea Tornielli para estrenarse como director de *30 Giorni*, pero las preguntas sin respuesta de la versión oficial eran muchas y demasiado evidentes. Tornielli entrevistó a la monja Felicia Sánchez, una estrecha colaboradora del cardenal Posadas Ocampo. En sus primeras declaraciones a la prensa, sor Felicia afirma que el teléfono del arzobispo estaba controlado y que, cuando se enteró del tiroteo en el aeropuerto y se hizo llevar hasta allí por un vecino, apenas pudo ver el cadáver del cardenal. «Un policía nos apartó y nos obligó a entrar en una ambulancia y agacharnos —comenta sor Felicia—. Dijo que el tiroteo proseguía, pero el vecino que me llevó, se levantó, miró por la ventana y vio que sobre el techo del aeropuerto sólo había un hombre que disparaba al aire».





«Nunca hemos creído que la muerte del cardenal fuera un error», afirma la monja. Sor Felicia contó al periodista italiano que, antes y después del crimen, distintos individuos hicieron varias incursiones en la casa del cardenal. Los vecinos que los vieron entrar no quieren hablar porque recibieron oportunas llamadas intimidatorias. La religiosa afirma, además, que en la semana anterior al asesinato de monseñor Posadas Ocampo, un helicóptero pasó sobre la casa del arzobispo en repetidas ocasiones y que el lugar estaba vigilado por desconocidos que desaparecieron después de su muerte. «De todos estos episodios se desprende que no hubo errores, que el cardenal Posadas Ocampo era la víctima elegida —agrega sor Felicia—. La gente dice que fue el Gobierno. No lo sé, lo que sé es que aquí, en México, hay sectores del Gobierno vinculados a la masonería y al narcotráfico».

El médico personal del cardenal asesinado, el doctor Alfredo Sandoval Jáuregui, declaró a *30 Giorni*: «El teléfono del arzobispo estaba bajo control y creo que muchos sectores del mundo político deseaban su desaparición. No se confundieron de persona». Sandoval fue el primero en examinar el cuerpo del cardenal Posadas Ocampo en el hospital adonde fue trasladado. «Algunos disparos fueron realizados a menos de 30 centímetros de distancia —prosigue— y una bala fue disparada de arriba hacia abajo, en el clásico tiro de gracia». El médico recuerda que «el cardenal Posadas era un personaje muy conocido. Llevaba alzacuello y lucía una cruz bien visible en el pecho. Era uno de los protagonistas de la nueva fase de las relaciones entre la Iglesia católica y el Estado mexicano. No es posible que alguien se equivocara».

En el caso del crimen del cardenal comienza a alargarse la lista de muertes misteriosas. El 8 de septiembre fue encontrado en su celda el cadáver de Ramón Torres Méndez, *el Spunky*, uno de los protagonistas del tiroteo. Las autoridades de la cárcel dictaminaron en un primer momento que la muerte había sido un suicidio. Una rápida autopsia cambió el suicidio por el estrangulamiento. La última versión oficial es la de «asfixia por broncoaspiración» de alimentos. *El Spunky* comía demasiado. También han muerto otros dos pistoleros en enfrentamientos con la Policía.

Un sector del clero mexicano expresa abiertamente sus dudas sobre la versión oficial del asesinato del cardenal y critica la excesiva prudencia del nuncio, monseñor Prigione. El artículo de *30 Giorni* no demuestra simpatía por el representante del Papa en México: recoge declaraciones de prelados que acusan a Prigione de impedirles hablar del caso Posadas Ocampo con Juan Pablo II cuando éste visitó Yucatán, de paso hacia la ciudad estadounidense de Denver. ■

9400006

02 · 02

CRIME

Sindicato de ladrões

Vinte anos depois do primeiro contato com presos políticos, uma nova geração assume a chefia do Comando Vermelho

Arnaldo César, do Rio de Janeiro

Acaba de ser lançado, pela Editora Record, o livro *Comando Vermelho, a História Secreta do Crime Organizado*, do jornalista Carlos Amorim, 41 anos. É o primeiro trabalho de fôlego sobre uma quadrilha que há duas décadas se tornou uma lenda no país inteiro. Seus integrantes controlam boa parte do tráfico de drogas do Rio de Janeiro, dominam o sistema penitenciário da cidade, desafiam a polícia explodindo fogos de artifício nos morros e chegam a ser tratados como ídolos da juventude. Em bailes da periferia do Rio, jovens vestem camisetas e portam chaveiros com as iniciais C.V., sem falar em pipas e bonés. Em alguns morros da cidade, é comum ler pichações com as palavras "Paz, Justiça e Liberdade", que a quadrilha apresenta como seu slogan oficial.

Diretor de eventos especiais do jornalismo da Rede Globo, Amorim compôs um relato repleto de fatos, datas, depoimentos e documentos, fruto de um respeitável trabalho de pesquisa. Através dele é resgatada a história do Comando Vermelho desde as suas origens, no final dos anos 60, na galeria B do 2º andar do presídio da Ilha Grande, até os dias atuais, quando a PM é repelida das favelas da Zona Norte por armamentos sofisticados do tipo M-203 de 40 milímetros, um lança-granadas utilizado pelo Exército americano. Embora a pesquisa exaustiva seja o forte da obra, existem novidades de impacto. Por exemplo, um inédito depoimento do ex-governador Wellington Moreira Franco — a autoridade que mandou construir o intransponível presídio Bangu 1, onde estão confinados 48 dos mais graduados integrantes da quadrilha. Franco revela ter sofrido dois atentados do Comando, que só não foram bem-sucedidos porque, por acaso, não ocupava seu assento no carro oficial no momento em que os criminosos atacaram.

Frente Única — A história do Comando Vermelho remonta ao regime do AI-5. Na esperança de conter os assaltos a banco promovidos por organizações terroristas de esquerda, o regime militar baixou a Lei de Segurança Nacional. Nela, o artigo 27 mandava para a cadeia tanto os integrantes de organizações armadas que promoviam assaltos em nome de ideais políticos como os que roubavam para encher o bolso. Uns e outros eram destinados ao 2º andar, na galeria B, do presídio da Ilha Grande, um complexo penitenciário instalado a quase duas horas de barco do continente. A idéia era juntar todos num mesmo lugar. Misturando presos comuns com presos políticos, os militares pretendiam livrar-se das freqüentes pressões vindas de fora por conta da defesa dos direitos humanos. Também imaginavam que a convivência com criminosos comuns auxiliasse na destruição das organizações políticas. Deu tudo errado.

Os grupos terroristas definharam por motivos que todo mundo conhece, mas, antes disso, transferiram para os camaradas de cadeia boa parte da tecnologia criminológica que haviam adquirido. Os presos políticos possuíam advogados melhores e até ensinaram os vizinhos a ser mais eficazes na luta por seus direitos na cadeia, inclusive através de greves de fome. Também faziam assaltos mais organizados e bem-sucedidos, nos quais cada um dos participantes tinha uma missão bem definida a cumprir, os movimentos eram cronometrados e a fuga planejada em detalhes, em vez de promover ataques violentos e freqüentemente mal calculados aos bancos, como ocorria com os bandidos comuns.

A frente única entre as duas categorias de presos da galeria B foi inicialmente incentivada pelas famílias dos políticos. Era comum os parentes dos chamados subversivos oferecerem carona aos dos presos comuns. Normalmente iam até lá em suas próprias lanchas ou em embarcações especialmente fretadas para isso. Não se submetiam às imprevisíveis e caquéticas barcaças que até hoje fazem a ligação de duas horas entre Mangaratiba e o vilarejo do Abraão, na ilha. A maioria esmagadora deles vinha da classe média paulista, carioca ou mineira. Pessoas para quem uma travessia de barco a 200 dólares não representava nenhum sacrifício intransponível. O mesmo não se pode dizer dos comuns. Quase todos vinham do interior, especialmente do Nordeste, ou das favelas do subúrbio carioca. "O acesso ao presídio era e continua sendo um drama terrível para as famílias. Muitas amizades se forjaram nesse trajeto", recor-

A história do CV em três tempos

Pode-se dividir a trajetória do Comando Vermelho em três fases. A primeira, marcada pela busca da hegemonia nos presídios. A segunda, quando o grupo se consolida e vai para as ruas aplicar as novas técnicas de assalto. E a fase atual, de contato com traficantes de cocaína e da prática de seqüestros

A luta pelo poder no interior dos presídios

Entre 1969 e 1974 a organização se esforça para acabar com os estupros, assaltos e assassinatos dentro das cadeias. Para isso, entra em choque com vários grupos rivais. Na "guerra", perto de cinqüenta presos são "justiçados". Nessa fase, predomina a liderança de:

O domínio de novas técnicas de assalto

A partir do final dos anos 70, o Comando Vermelho está consolidado nos presídios e, fora deles, seus integrantes promovem grandes assaltos. O dinheiro corre farto nas cadeias e surgem líderes violentos como:

O auge do tráfico de cocaína e dos seqüestros

Na fase atual do Comando Vermelho, os traficantes dos morros cariocas se aproximam do grupo. O Rio de Janeiro é sacudido por uma avalanche de seqüestros, fonte alternativa de recursos para os criminosos. Nessa fase assume o comando do grupo presidiários do calibre de:





Símbolos do Comando: o coração de néon homenageia um traficante preso e o boné reproduz palavras de ordem

da o coronel da Polícia Militar Nelson Bastos Salmon, o diretor do presídio na época.

"PRESOS PROLETÁRIOS" — "Não podíamos deixar de ajudar aquela gente", admitiu a VEJA, quase 25 anos depois, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que hoje vive em Lisboa, onde trabalha na Rádio e Televisão Portuguesa como editor de documentários. Freitas foi parar no cárcere por conta de sua militância na Ação Popular, a AP de origem católica, e posteriormente em outro grupo extremado mas minúsculo, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, PRT. Ele chegou à cadeia, em 1970, com fama de valente. Havia dado um bofetão no rosto de um de seus algozes do porão. Sua ação na ilha aconteceu no final de 1974, quando juntamente com outros colegas de cela conseguiu evitar uma invasão dos agentes penitenciários na parte da galeria ocupada pelos presos comuns. A direção do presídio ordenara uma ação punitiva contra a matança de seis detentos determinada pelos chefes de quadrilha. Temendo uma pancadaria ou mesmo uma sessão de extermínio. Alípio ameaçou relatar o episódio às



William da Silva Lima, o Professor. Espécie de guru da organização. Preso em Bangu 1, já escreveu um livro sobre os fundadores do CV



Rogério Lengruber, o Bagulhão. Truculento, gostava de ser chamado de Marechal. Morreu de diabete, na prisão, há pouco mais de um ano



Francisco Viriato Correa, o Japonês. É o atual chefão. Trancafiado em Bangu 1, quer acabar com os presídios de segurança máxima

Paulo César Chaves Branco, o PC. Sempre escreve os manifestos do grupo. Até o final deste ano espera ganhar a liberdade e diz que sairá do país

José Jorge Saldanha, o Zé Bigode. Conhecido pela audácia, morreu num cinematográfico tiroteio com 400 policiais, que durou onze horas, na Ilha do Governador

José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha. Em seu currículo constam fugas espetaculares, com auxílio de helicópteros. É apontado como próximo de fornecedores colombianos de cocaína

Apolinário de Souza, o Nanal. Oriundo de uma família de evangélicos de classe média baixa, morreu no final de 1980 num tiroteio com a polícia

Júlio Augusto Diegues, o Portuguesinho. Foi o que melhor absorveu as lições de assalto dos presos políticos. Eliminado na Rocinha por ordem expressa de um rival

Nelson da Silva, o Bill do Borel. Suspeito de ter planejado os seqüestros de Isac Mackbar, importador de carros Mercedes, e da dona de casa Eleonora Conde



Interior do presídio Bangu 1: sob o domínio de 48 integrantes graduados da organização

entidades internacionais de defesa dos direitos humanos e conseguiu conter a reação das autoridades em termos mais civilizados. "Salvamos algumas vidas com isso", assegura o ex-padre.

"Sempre tive o pressentimento de que a 'falange' (denominação inicial do Comando) cresceria e, se esse mal não fosse cortado logo pela raiz, ia dar no que deu", diz. Depois disso, homens que até então só sabiam resolver suas diferenças à base de força física e morte passaram a fazer greves de fome e de trabalho para reivindicar a criação de uma cooperativa para atender às necessidades mais prementes dos presidiários, como papel higiênico, pasta de dente e sabonete. Numa paródia do típico "trabalho de base", até montaram um time de futebol para atrair a massa carcerária. Em suas horas de ócio, chegaram a ler obras como *Guerra de Guerrilhas*, de Ernesto Che Guevara, ou *História da Riqueza do Homem*, de Leo Huberman, e *Vietnã — a Guerrilha Vista por Dentro*, sobre o líder vietnamita Ho Chi Minh. Também participaram de cursos de alfabetização, história, geografia e política. De todas as lições recebidas, no entanto, a doutrinação política foi a que menos funcionou. Não há registro de um criminoso que se tenha tornado militante de uma organização de esquerda, embora casos inversos sejam mais conhecidos.

Um dos assaltantes pioneiros da Ilha Grande e hoje apontado como cérebro do Comando Vermelho, William da Silva Lima, o "Professor", autor de *Quatrocentos contra Um*, livro que dá sua versão sobre a história da organização, recorda-se da época. "Naquele tempo os presídios eram cheios de 'xerifes', de assaltos, de estupros, de roubos e de corrupção. Queríamos dar maior dignidade à vida na cadeia", revela Silva Lima. Dos noventa presos comuns que estiveram no 2º andar da Ilha Grande, o Professor integra um reduzido grupo de pouco mais

Infiltrados no Exército

A partir dos anos 80 a favela do Borel, na Tijuca, com seus 13 000 moradores, tornou-se uma espécie de matriz do tráfico de entorpecentes do Rio, chegando a registrar um faturamento mensal de 2,5 milhões de dólares na atividade. Essa estrutura foi descoberta a partir de uma minuciosa investigação de João Batista Pereira Neto, detetive da 19ª Delegacia Policial, no próprio bairro. Existem hoje nada menos do que 51 mandados de prisão expedidos pela Justiça contra integrantes da quadrilha de traficantes, dos quais 32 já se encontram presos. Descobriu-se no Borel um esquema que permitia a compra de armas e garantia o pagamento de pensões para parentes de bandidos presos. E também um esforço dos traficantes para infiltrar jovens da favela como recrutas do Exército.

"O interesse era dar aos jovens um aperfeiçoamento no trato com armamentos e explosivos, cujos conhecimentos eram utilizados posteriormente na segurança dos pontos-de-venda de drogas", diz a promotora Ana Maria da Silva Gonçalves, ao fazer a denúncia dos acusados. Não é por outro motivo que entre os 32 presos dois são soldados do Exército. Cláudio Ferreira Barbosa, com 20 anos, é soldado do 26º Batalhão Blindado de Infantaria e Alberto de Oliveira Santos, de 18 anos, está prestando serviço militar. Outro ex-militar do

de dez sobreviventes. Até hoje ainda guarda mágoas da maneira como os políticos tratavam os presos comuns. Nos documentos que produziam dentro da cadeia, os primeiros faziam questão de anotar: "Somos trinta presos políticos". Os condenados comuns alfinetavam: "Somos noventa presos proletários".



Amorim, autor do livro sobre o Comando: boa pesquisa

Pastor Evangélico — Um aspecto curioso do livro é destrinchar a origem dos integrantes do Comando Vermelho. Ao contrário do que se poderia imaginar, nem todos são marginais de origem — entre eles havia até mesmo um ladrão cujo pai era sindicalista e a mãe, judia, chegara a sofrer uma detenção num campo de concentração nazista durante a II Guerra Mundial. Existem outros casos. Hoje cumprindo pena, Paulo César Chaves, o "PC", é oriundo da classe média. Fala francês e inglês com desenvoltura, tem formação intelectual acima da média, redige documentos e faz discursos com habilidade fora do comum. Filho de um pastor evangélico, sambista, cozinheiro de mão-cheia e emérito contador de piadas, Apolinário de Souza, o "Nanai", costumava assaltar um banco com a mesma determinação e disciplina com que pregava a *Bíblia* entre os seus colegas de cela. José Lourival Siqueira, o "Mimoso", um menino pobre das favelas cariocas antes de assaltar bancos, conheceu a fama por outros meios. Era jogador de futebol. Atuou no América do Rio, foi vendido para o Miami Gatos e acabou encerrando a carreira no Saint-Etienne, da França.

Também existem exemplos de uma temeridade espantosa, como o assaltante José Jorge Saldanha, o "Zé Bigode". Em abril de 1981, ele resistiu por onze horas a um cerco de 400 policiais num conjunto de bancários na Ilha do Governador, para onde se mudara com nome falso e a intenção, verdadeira, de ganhar intimidade com empregados dos estabelecimentos que pretendia assaltar. Zé Bigode morreu ao final da mais barulhenta operação policial já realizada na cidade para capturar um único homem. Foram necessárias 150 bombas de gás lacrimogêneo, quinze granadas, 4 000 balas dos mais variados calibres — além de dois helicópteros e cinco carros do Corpo de Bombeiros. Ao final, cinco marginais, entre eles Zé Bigode, e três policiais estavam mortos. Vinte pessoas saíram feridas e doze apartamentos foram completamente destroçados.

Bode Expiatório — Sobre o Comando Vermelho sempre pesaram fatos assombrosos, mas também uma grande mística. Aí se encontra o principal defeito do livro de Amorim. Ele trata a organização como uma versão carioca da Máfia italiana ou do cartel de Medellín. A ponto de repetir por vários parágrafos que o Comando Vermelho domina, atualmente, 70% do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com fortes possibilidades de se espraiar por outros Estados. Um exagero. Nem Amorim nem autoridade alguma são capazes de oferecer dados para sustentar essa informação, o que dá a impressão de que tenha caído na velha armadilha de policiais e governantes em geral, que, na falta de melhores argumentos para justificar a miséria e a violência entre os 2 milhões de cariocas que vivem pendurados numa das 1 300 favelas da cidade, usam o fantasma de um Comando hiperpoderoso como bode expiatório.

"O Comando é infinitamente maior e mais poderoso nas páginas dos jornais do que na vida real", observa o coronel Nelson Bastos Salmon. O Comando não entrou para a história da criminalidade do país por acumular um poderio sem limites. Sua força consiste em ganhar influência naquele local em que todo criminoso sabe que irá residir um dia, quem sabe por muitos anos — a cadeia. A grande lição que seus integrantes aprenderam na Ilha Grande foi organizar a rotina nas penitenciárias, derrotar, em confrontos assassinos, quadrilhas que não aceitaram seus chefes e, a partir dali, garantir seu poder de fogo do lado de fora.

Não é recomendável, para quem anda no mundo do crime, negar-se a atender um pedido do Comando quando está em liberdade. Os pedidos podem ir da simples compra de material escolar para a família de preso que está cumprindo pena até algo mais sério, como a eliminação de um egresso do sistema que desrespeitou os códigos de dentro da cadeia. A troca de favores entre o pessoal que está preso e os traficantes nos morros é constante. "Isso, no entanto, não significa que, para tomar uma decisão nos seus negócios, o dono de uma boca-de-fumo ou o líder do tráfico numa favela tenha de se submeter aos líderes do Comando em Bangu 1", adverte o promotor de Justiça na cidade de São Gonçalo, Astério Pereira dos Santos, apontado como um dos mais sérios pesquisadores do assunto.

---

bando do Borel é um traficante mais graduado que, fardado, se mostrou um aplicado recruta do 25° Batalhão de Infantaria Pára-quedista antes de se dedicar exclusivamente ao tráfico, onde acabou galgando cargos de chefia.

No mesmo processo a polícia obteve o depoimento de um capitão reformado do Exército, cujo nome mantém em sigilo, que qualificou o traficante como um exímio recruta, bom manejador de armas e explosivos. Os jovens escolhidos são chamados pelo pessoal do tráfico de "sangue bom" e, normalmente, segundo a promotora, já prestavam serviços ao tráfico antes de atingir os 17 anos. Um ano antes de completar a idade para ingressar no Exército, eles tinham a "ficha limpa", deixavam o serviço no morro e ganhavam um emprego regular para não despertar a atenção.

Há dois meses o chefe do tráfico no morro, conhecido como "Bill do Borel", foi recolhido a Bangu 1. Com a mesma desenvoltura, seu substituto, o traficante Carlos José Pereira, o "Mozinho", comandou, na madrugada da terça-feira passada, dia 23, a violenta invasão ao abrigo de menores infratores Padre Severino, na Ilha do Governador. Foram libertar William Rodrigues Vieira, "Robocop", sobrinho de Isaías Rodrigues, o "Isaías do Borel", outro chefão da organização trancafiado em Bangu 1. Deixaram um soldado da PM baleado com dois tiros. Robocop está sendo preparado para assumir os negócios do tio no Borel.

04-04 940007-

REPORTAJE



Carlos Fuentes. *Mario Vargas Llosa.* *Joan Manuel Serrat.* *Carmen Rico-God*

Con base en una ponencia del premio Nobel Gabriel García Márquez, CAMBIO16 ha organizado una recogida de firmas en apoyo de la legalización de las drogas. En las siguientes páginas aparecen ensayos de García Márquez, Antonio Caballero, Fernando Savater y Milton Friedman en pro de la legalización. También una entrevista en que Gonzalo Torrico, alto ex funcionario boliviano, se opone a ella

DROGA LEGAL

ANTONIO CABALLERO

EL FRACASO DE LA POLÍTICA DE REPRESIÓN de las drogas es de tal modo evidente, que en los últimos tiempos se han multiplicado en todas partes los debates sobre otras posibles soluciones. CAMBIO16, que lleva ya años comprometido con la posición de que la represión no es el remedio, sino por el contrario la causa principal de que exista un problema de drogas, prosigue ahora esa campaña presentando un proyecto de manifiesto por su legalización. Se trata de un texto del premio Nobel de Literatura Gabriel García Márquez, enviado por él a un debate organizado por la Procuraduría mexicana, y que está siendo suscrito por personas de la más variada condición: economistas, cantantes, escritores, filósofos, profesores de Derecho, geógrafos, antropólogos, arquitectos. En el mismo sentido, publicamos en esta revista un artículo del filósofo Fernando Savater y una ponencia del premio Nobel de Economía Milton Friedman, así como la opinión, en una entrevista, del periodista y escritor boliviano Gonzalo Torrico, que muestra el porqué de los contrarios a esta propuesta.

Gente muy heterogénea, como puede verse. Y es posiblemente en los últimos 20 años la primera vez en que están de acuerdo sobre un mismo tema Mario Vargas Llosa y García Márquez, para no hablar de Friedman. Pero no sólo ellos, sino además los geógrafos, los arquitectos, los cantantes, etc. ¿Qué tienen en común todos ellos? Significativamente, tienen en común no lo que son, sino lo que no son: no son ni narcotraficantes ni banqueros ni miembros de ningún gobierno.

Es decir, no pertenecen a ninguna de las minorías que sacan provecho directo de la prohibición de las drogas, en dinero o en poder. Y en consecuencia tienen la capacidad de juzgar desinteresadamente el resultado de décadas de prohibición, y de concluir que ésta no sólo no ha resuelto el problema de las drogas, sino que además causa daños mucho mayores que los de las drogas mismas, y que se suman a ellos. Y entre esos daños mayores hay que contar, claro está, el provecho en dinero y en poder que le sacan a la prohibición las tres minorías mencionadas: narcos, bancos y gobiernos.

El provecho de los narcos está claro. Sin la prohibición su negocio no valdría casi nada; gracias a ella, es el mejor negocio del mundo. Y también están claros los daños colectivos que se derivan de que los narcos sean ricos y poderosos.

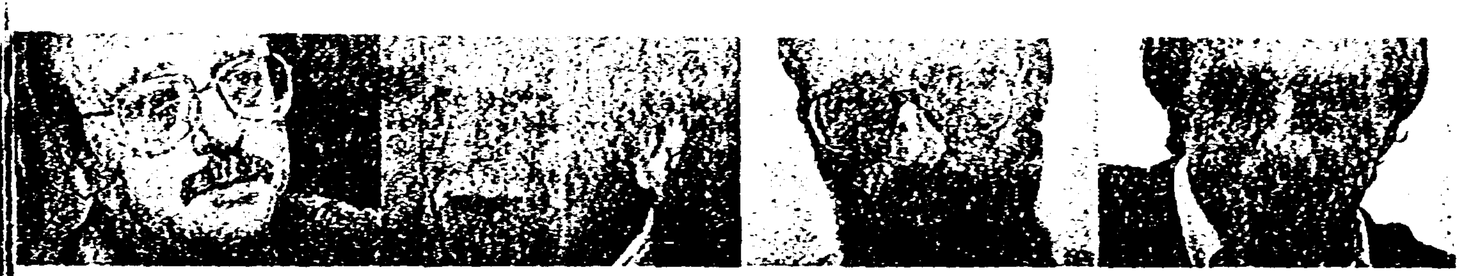
El interés de los bancos también está bastant[e] claro. Las drogas mueven anualmente billones d[e] dólares, que se lavan a través de los bancos: de todos los bancos. Que ese volumen de dinero pas[e] por los bancos puede ser malo o bueno: ésa es otr[a] discusión; pero hasta los mismos gobiernos preferirían sin duda que fuera dinero limpio (los banqueros tal vez no).

Pero si los motivos por los cuales narcos y banqueros son amigos de la prohibición saltan a la vista, los de los gobiernos son menos evidentes. Y si embargo son los que importan, pues son los gobie[r]nos quienes mantienen la prohibición. Son men[os] evidentes porque los disfrazan detrás de una retór[i]ca moralista como detrás de una cortina de humo, es necesario primero apartar la cortina y desmont[ar] la retórica para ver cuáles son los intereses reale[s,] nunca explícitos: porque si siempre es útil para [u]n gobierno ser cínico, nunca es bueno parecerlo.

LOS gobiernos —todos los gobiernos: [el] teocrático de Irán, el comunista de Chin[a,] el democrático de Estados Unidos y tod[as] las variedades intermedias— dicen proh[i]bir las drogas por razones de moral y salud púb[li]ca. Porque las drogas son malas. Y llevan décad[as] propalando la doctrina de que, como son mal[as,] prohibirlas es bueno, sean cuales sean los resul[ta]dos: esos resultados catastrófic[os] que vemos totalmente malsan[os] en el terreno de la salud y resu[l]tamente inmorales en el de[l] moral. En el primero, la multip[li]cación de los adictos a las d[ro]gas, el crecimiento de las mu[er]tes por sobredosis (droga adu[lte]rada) o por sida (transmisión [en]tre adictos marginados). En el [se]gundo, la proliferación de peq[ue]ños delincuentes que necesi[tan] financiar su costosa adicción[,] corrupción de jueces, polic[ías,] ejércitos, países enteros. Pero [de]trás de lo que dicen, los inter[eses] que tienen los gobiernos en m[an]tener la prohibición son tan cl[aros] como los de los narcos y banc[que]ros. Y es natural, es que son [los] mismos: dinero y poder.



La represión ha fracasado.



Manuel Vázquez Montalbán. *Francisco Ayala.* *Antonio Caballero.* *Ricardo Bofill.*

Dinero: indirectamente a través de los bancos; o directamente, por el tráfico mismo, que brinda una manera cómoda de financiar esas operaciones secretas y «sucias» a que tan aficionados son todos los gobiernos: desde pagar con droga a informantes de la Policía hasta costear una guerra prohibida por el Congreso, como hizo el ex presidente norteamericano George Bush en Nicaragua. Y poder: poder sobre los propios ciudadanos —esas tremendas leyes antidroga que brotan en todos los países—, y poder, para los países grandes, de intervención «legítima» en los asuntos de los más débiles. También el ejemplo más claro lo brinda Estados Unidos, principal campeón de la represión de las drogas, que justificó con ella la invasión de Panamá.

Pues lo más inmoral de la prohibición es que sirve para disfrazar de moralidad los intereses de dinero y poder que ella misma genera. Es el refinamiento final del concepto de «opio del pueblo». Resulta fascinante que se haya llegado ahí: la prohibición del opio es hoy el verdadero opio del pueblo. Y esa es la droga de la que la sociedad está por fin empezando a despertar. ■

Apuntes para un Debate Nuevo sobre las Drogas

GABRIEL GARCIA MARQUEZ, premio Nobel de Literatura

Creo que el primer paso para una solución realista del problema de las drogas en el mundo es reconocer el fracaso de los métodos con que se está combatiendo. Son esos métodos, más que la droga misma, los que han causado, complicado o agravado los males mayores que padecen tanto los países productores como los consumidores.

Ha habido tiempo de sobra para comprobarlo. En realidad esos métodos fueron impuestos por el presidente norteamericano Ronald Reagan en 1982, cuando proclamó la cocaína como uno de los Satanes más útiles para su política de seguridad nacional, y le declaró la guerra armada. El presidente George Bush había de continuarla, y de llevarla a sus extremos con las tentativas constantes de involucrar a Cuba en el tráfico de drogas y la invasión de Panamá para secuestrar al general Manuel Antonio Noriega. Al cabo de 11 años hay razones de sobra para creer que ambos presidentes sólo pensaban en los intereses de sus gobiernos y que su guerra contra la droga no ha sido mucho más que un instrumento de intervención en América Latina, como tantas veces lo han sido ciertas ayudas económicas y humanitarias, o la defensa de los derechos humanos.

En Colombia la primera acción de esa guerra fue revitalizar un tratado de extradición que había sido firmado entre los dos países años atrás para combatir el cultivo y tráfico de marihuana, y que nunca se había puesto en práctica. Al mismo tiempo, la embajada norteamericana en Bogotá empobreció la lengua castellana con un neologismo: *narco-guerrilla*.

Con esa divisa publicitaria, y a la sombra de aquel tratado, Estados Unidos podía demostrar que narcotraficantes y guerrilleros eran la misma cosa, y por consiguiente podía mandar tropas a Colombia con el pretexto de combatir a los unos y apresar a los otros. Llegado el caso, cualquier colombiano podía ser extraditable.



La guerra contra la droga entró de inmediato en contradicción con la política de paz del nuevo presidente de entonces, Belisario Betancur, que inauguró su Gobierno con una propuesta de perdón y olvido a las guerrillas. Fue un soplo de esperanza para los anhelos de paz de una nación castigada por una guerra interna de más de 30 años.

La polémica sobre la droga no debería seguir atascada entre la guerra y la libertad, sino agarrar el toro por los cuernos de la legalización

Los traficantes de cocaína, contra quienes no había aún cargos graves, se apresuraron a responder sin ser llamados. Ofrecieron al nuevo Gobierno retirarse del negocio, desmantelar sus bases de procesamiento y comercialización de la cocaína, repatriar sus enormes capitales e invertirlos en el país con todas las de la ley. Ni siquiera aspiraban a la amnistía general propuesta por el Gobierno a las guerrillas. Sólo querían ser juzgados en Colombia sin que les fuera aplicada la extradición. El presidente Betancur, en privado, consideró que la propuesta era estudiable dentro de su política de paz.

Toda posibilidad de acuerdo fracasó en el embrión, por un sabotaje evidente que lo descalificó antes de tiempo e intimidó a la opinión pública con versiones alarmistas. Nadie puso en duda que detrás de aquel fracaso fulminante estaban los intereses de Estados Unidos, pero el Gobierno de Colombia se vio obligado a negar cualquier participación en el acuerdo. La única opción contra la droga, a partir de entonces, fue la guerra santa del presidente Ro-





Manuel Vázquez Montalbán. *Francisco Ayala.* *Antonio Caballero.* *Ricardo Bofill.*

Dinero: indirectamente a través de los bancos; o directamente, por el tráfico mismo, que brinda una manera cómoda de financiar esas operaciones secretas y «sucias» a que tan aficionados son todos los gobiernos: desde pagar con droga a informantes de la Policía hasta costear una guerra prohibida por el Congreso, como hizo el ex presidente norteamericano George Bush en Nicaragua. Y poder: poder sobre los propios ciudadanos —esas tremendas leyes antidroga que brotan en todos los países—, y poder, para los países grandes, de intervención «legítima» en los asuntos de los más débiles. También el ejemplo más claro lo brinda Estados Unidos, principal campeón de la represión de las drogas, que justificó con ella la invasión de Panamá.

Pues lo más inmoral de la prohibición es que sirve para disfrazar de moralidad los intereses de dinero y poder que ella misma genera. Es el refinamiento final del concepto de «opio del pueblo». Resulta fascinante que se haya llegado ahí: la prohibición del opio es hoy el verdadero opio del pueblo. Y esa es la droga de la que la sociedad está por fin empezando a despertar. ■

Apuntes para un Debate Nuevo sobre las Drogas

GABRIEL GARCIA MARQUEZ, premio Nobel de Literatura

CREO QUE EL PRIMER PASO PARA UNA SOLUCIÓN realista del problema de las drogas en el mundo es reconocer el fracaso de los métodos con que se está combatiendo. Son esos métodos, más que la droga misma, los que han causado, complicado o agravado los males mayores que padecen tanto los países productores como los consumidores.

Ha habido tiempo de sobra para comprobarlo. En realidad esos métodos fueron impuestos por el presidente norteamericano Ronald Reagan en 1982, cuando proclamó la cocaína como uno de los Satanes más útiles para su política de seguridad nacional, y le declaró la guerra armada. El presidente George Bush había de continuarla, y de llevarla a sus extremos con las tentativas constantes de involucrar a Cuba en el tráfico de drogas y la invasión de Panamá para secuestrar al general Manuel Antonio Noriega. Al cabo de 11 años hay razones de sobra para creer que ambos presidentes sólo pensaban en los intereses de sus gobiernos y que su guerra contra la droga no ha sido mucho más que un instrumento de intervención en América Latina, como tantas veces lo han sido ciertas ayudas económicas y humanitarias, o la defensa de los derechos humanos.

En Colombia la primera acción de esa guerra fue revitalizar un tratado de extradición que había sido firmado entre los dos países años atrás para combatir el cultivo y tráfico de marihuana, y que nunca se había puesto en práctica. Al mismo tiempo, la embajada norteamericana en Bogotá empobreció la lengua castellana con un neologismo: *narco-guerrilla.*

Con esa divisa publicitaria, y a la sombra de aquel tratado, Estados Unidos podía demostrar que narcotraficantes y guerrilleros eran la misma cosa, y por consiguiente podía mandar tropas a Colombia con el pretexto de combatir a los unos y apresar a los otros. Llegado el caso, cualquier colombiano podía ser extraditable.



La guerra contra la droga entró de inmediato en contradicción con la política de paz del nuevo presidente de entonces, Belisario Betancur, que inauguró su Gobierno con una propuesta de perdón y olvido a las guerrillas. Fue un soplo de esperanza para los anhelos de paz de una nación castigada por una guerra interna de más de 30 años.

La polémica sobre la droga no debería seguir atascada entre la guerra y la libertad, sino agarrar el toro por los cuernos de la legalización

Los traficantes de cocaína, contra quienes no había aún cargos graves, se apresuraron a responder sin ser llamados. Ofrecieron al nuevo Gobierno retirarse del negocio, desmantelar sus bases de procesamiento y comercialización de la cocaína, repatriar sus enormes capitales e invertirlos en el país con todas las de la ley. Ni siquiera aspiraban a la amnistía general propuesta por el Gobierno a las guerrillas. Sólo querían ser juzgados en Colombia sin que les fuera aplicada la extradición. El presidente Betancur, en privado, consideró que la propuesta era estudiable dentro de su política de paz.

Toda posibilidad de acuerdo fracasó en el embrión, por un sabotaje evidente que lo descalificó antes de tiempo e intimidó a la opinión pública con versiones alarmistas. Nadie puso en duda que detrás de aquel fracaso fulminante estaban los intereses de Estados Unidos, pero el Gobierno de Colombia se vio obligado a negar cualquier participación en el acuerdo. La única opción contra la droga, a partir de entonces, fue la guerra santa del presidente Ro-



Juan Marsé.



Pilar Miró.



Vicente Molina Foix.



Antonio Escohotado.

nald Reagan. Los sucesivos gobiernos de Colombia impidieron el envío de tropas norteamericanas para luchar al mismo tiempo contra el tráfico y las guerrillas. Pero la intolerancia se impuso sobre cualquier otra alternativa. El resultado, al cabo de 11 años amargos, es la delincuencia a gran escala, el terrorismo ciego, la industria del secuestro, la corrupción generalizada, y todo ello dentro de una violencia sin precedentes. Una droga más perversa que las otras se introdujo en la cultura nacional: el dinero fácil, que ha fomentado la idea de que la ley es un obstáculo para la felicidad, que no vale la pena aprender a leer y a escribir, que se vive mejor y más seguro como sicario que como juez. En fin, el estado de perversión social propio de toda guerra.

Los países consumidores, por supuesto, sufren por igual las graves consecuencias de esa guerra. Pues la prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga, y también allí fomenta la criminalidad y la corrupción a todos los niveles.

Sin embargo, Estados Unidos se comporta como si no lo supiera. Colombia, con sus escasos recursos y sus millares de muertos, ha exterminado numerosas bandas y sus cárceles están repletas de delincuentes de la droga. Por lo menos cuatro capos de los más grandes están presos y el más grande de todos se encuentra acorralado. En Estados Unidos, en cambio, se abastecen a diario y sin problemas 20 millones de adictos, lo cual sólo es posible con redes de comercialización y distribución internas muchísimo más grandes y eficientes. Sin embargo, ni un policía de Estados Unidos está preso por tráfico de droga, ni un guardia de aduana ni un vendedor callejero, y ningún capo ha sido identificado.

Puestas así las cosas, la polémica sobre la droga no debería seguir atascada entre la guerra y la libertad, sino agarrar de una vez al toro por los cuernos y centrarse en los diversos modos posibles de administrar la legalización. Es decir, poner término a la guerra interesada, perniciosa e inútil que nos han impuesto los países consumidores y afrontar el problema de la droga en el mundo como un asunto primordial de naturaleza ética y de carácter político, que sólo puede definirse por un acuerdo universal con Estados Unidos en primera línea. Y, por supuesto, con compromisos serios de los países consumidores para con los países productores. Pues no sería justo, aunque sí muy probable, que quienes sufrimos las consecuencias terribles de la guerra nos quedemos después sin los beneficios de la paz. Es decir: que nos suceda lo que a Nicaragua, que en la guerra era la primera prioridad mundial y en la paz ha pasado a ser la última. ■

Ponencia enviada por el autor al ciclo «La Procuración de Justicia: problemas, retos y Perspectivas», organizado en México

Seducción por lo Prohibido



FERNANDO SAVATER, filósofo y escritor

DE LOS MÁS GRAVES PROBLEMAS QUE TIENE nuestra sociedad, sólo dos pueden ser directamente resueltos por la autoridad. Y ello por la sencilla razón de que ambos problemas vienen causados por un abuso de la autoridad en su ejercicio político. El primero es el problema de los objetores de conciencia e insumisos al servicio militar obligatorio, que puede resolverse (y no puede resolverse de ningún otro modo) convirtiendo el servicio militar en una opción profesional como cualquiera de las demás. El segundo es el problema de las drogas ilegales, con sus males concomitantes de gangsterismo, adulteración, sobredosis, seducción suicida por lo prohibido, etc... que puede resolverse (y no puede resolverse de ningún otro modo) si dichas sustancias son despenalizadas. El servicio militar obligatorio creará problemas mientras sea obligatorio, no por ser militar; las droga ilegales seguirán siendo un problema insoluble mientras sean ilegales, no por ser drogas.

En nombre del «peligro» de las drogas, los gobiernos llevan a cabo desde hace décadas una serie de espectaculares abusos contra los ciudadanos: abusos de control, de propaganda, de penalización de la intimidad hasta agresiones internacionales de corte bélico. El verdadero *abuso* referido a las drogas es el que cometen quienes las proscriben, no quienes las toman. Por supuesto cuentan con la complicidad de la parte peor informada, más timorata o más reaccionaria de la población internacional, tanto de derechas como de izquierdas. Son los mismos, por lo general, que con mayor alharaca dicen preocuparse por los males que sufre la juventud descarriada de nuestros días, mientras mantienen una legislación que causa más muertes y desvaríos morales entre los jóvenes que cualquier otra disposición social.

Pero todo esto es ya tan sabido que casi da un poco de vergüenza seguir repitiéndolo. Lo único que disipa ese azoro es que los causantes del problema no sientan vergüenza en seguir repitiendo sus ineptas fórmulas que no hacen más que reforzarlo y agravarlo. Quien desee reflexionar sobre este desafío insistente a la democracia liberal puede consultar los espléndidos libros de Thomas Szasz titulados *Nuestro derecho a las drogas* (Anagrama) y *Droga y ritual* (Fondo de Cultura Económica). Son obras que no sólo afrontan la cuestión de las drogas sino consideraciones más importantes sobre lo que es la libertad y la responsabilidad en la sociedad moderna. ■



Terenci Moix. *Miguel Ríos.* *Juan Ballesta.* *Antonio Gala.*

Para vivir en una sociedad realmente democrática

MILTON FRIEDMAN, premio Nobel de Economía

SOY ECONOMISTA DE PROFESIÓN, PERO LAS razones que me llevan a inclinarme por la legalización de la droga no son, de ninguna manera, económicas. La prohibición de las drogas es un proceso costoso en términos económicos, pero para un país rico ése es un problema secundario.

La razón principal por la cual me opongo a la prohibición de las drogas es de orden moral. Pienso que prohibir su uso es una actitud altamente inmoral por parte de un Estado. Y con Colombia se ha producido una inmensa inmoralidad. Estados Unidos está imponiéndole un enorme costo a Colombia, Perú y otros países, asesinando literalmente a miles y miles de personas, y todo eso sólo porque no podemos fortalecer nuestras propias leyes. Por esa razón acabamos con miles de vidas, y ponemos a esos países en una situación en la cual no pueden mantener verdaderas democracias. ¿Cómo se puede justificar? Le he hecho esa pregunta a mucha gente, y hasta ahora no he encontrado la primera respuesta satisfactoria.

Pero la inmoralidad no está únicamente en lo que hacemos en países extranjeros. También está en casa. Para empezar, ¿cómo puede un gobierno decirme lo que puedo o no ingerir? Somos supuestamente una sociedad libre, donde cada uno es responsable de sí mismo. Aquí el Gobierno no es dueño de mí. Si hago algo que me hace daño, no tiene derecho a detenerme, como no tiene derecho a decirme que no tengo derecho a comer carne, aunque todos sepamos que un elevado consumo de grasa puede causar enfermedades.

Incluso personas que no están de acuerdo con mis puntos de vista éticos y que originalmente apoyaban la prohibición, coinciden conmigo en el sentido de que la prohibición ocasiona más daño del que causa la droga. Y si vamos a hablar de los estragos que causa, no el consumo, sino la prohibición, tomemos en cuenta que el Gobierno estadounidense gasta entre 20.000 y 30.000 millones de dólares anuales para impedir que las personas la consuman. La sola prohibición origina un sinnúmero de crímenes que causan miles de víctimas inocentes. Y, sin embargo, las únicas víctimas verdaderamente inocentes de consumo —y no de la prohibición— de drogas son, probablemente, los hijos de las madres adictas al *crack*.

Es más: al criminalizar la droga y las actividades que con ella se relacionan, lo único que se está logrando es hacer costosa la distribución de droga. El resultado es un alza en el precio, y eso hace sumamente caro para la gente mantener el consumo. Por ello los adictos terminan convirtiéndose en criminales, pues es la única manera de conseguir dinero suficiente para obtener su dosis.

Y probablemente lo más triste del asunto sea que quienes se benefician en mayor medida con la prohibición sean los propios carteles, que gracias a ese sistema son protegidos de la competencia. La prohibición hace del negocio algo altamente peligroso, y por cuenta de esos riesgos toda la actividad termina por quedarse en las manos de quienes tienen las organizaciones más grandes y preparadas: los carteles.



Y ahí no paran los perjuicios de esta situación. En EE UU, el grueso de la distribución está a cargo de menores de edad. La razón para que ello ocurra es muy sencilla: nuestras leyes son mucho menos severas con los jóvenes que con los adultos, y quienes dirigen la industria de la droga encuentran mucho más ventajoso contratar adolescentes.

¿Cómo puede un gobierno decirme lo que puedo o no ingerir? Somos una sociedad libre, donde cada uno es responsable de sí mismo, y el Gobierno no es dueño de mí

Por si esto fuera poco, la prohibición aumenta increíblemente las ganancias del negocio. Eso lleva a la violencia en las calles por el control de la distribución, desencadena la corrupción de la administración pública cuando los traficantes tratan de comprar a los funcionarios, e igualmente lleva a una corrupción cubierta de legalidad, que se produce cuando la DEA (Agencia estadounidense antidroga) allana y decomisa las propiedades sin pasar por los trámites judiciales de rigor. En fin, no podemos sino concluir que por tratar de evitar que se consuman ciertas sustancias, por la llamada guerra contra las drogas, hemos llegado a escenarios mucho peores que los que se producirían si las personas pudieran consumir libremente. ■

Algunas Firmas de ADHESION

Escritores e intelectuales. Carlos Fuentes, Carlos Monsiváis, Antonio Escohotado, Fernando Sánchez Dragó, María Mercedes Carranza, Fernando Savater, Manuel Vázquez Montalbán, Rafael Humberto Moreno Durán, Terenci Moix, Leopoldo Alas, Antonio Gala, Francisco Ayala, Juan Marsé, Héctor Aguilar Camín, Roger Bartra, Enrique Krauze, Vicente Molina Foix, Iván Restrepo, Jaume Reixach.

Profesores. Antonio Viader, Oriol Romaní, Encarna Bodelón, José Díaz Calzada, Roberto Bergalli, Eudald Carbonell, Yolanda Bodoque, Andreu Recasens, Eduardo Kingman-Garcés, Josep Oliveras, Iñaki Rivera, Manuela C. Brunet, Joan Prat, Joan J. Pujadas.

Arte y Espectáculos. Joan Manuel Serrat *(Cantautor)*, Raimón *(Cantautor)*, Ciro Durán *(Cineasta)*, Miguel Ríos *(Cantante)*, Guillermina Mota *(Cantante)*, Josep María Flotats *(Actor)*, Pilar Miró *(Directora de cine)*, Ricardo Bofill *(Arquitecto)*.

Políticos. Mario Onaindia *(Senador PSE-EE)*, Angel Colom *(Secretario General ERC)*, Javier Bosch *(secretario de la Mesa del Parlamento de Cataluña)*, Ana Miranda *(europarlamentaria del PSOE)*.

Periodistas. Juan Tomás de Salas, Angeles Caso, Carmen Rico-Godoy, Antonio Caballero, Patricia Lara, Román Orozco, Ander Landaburu, Juan Ballesta, Daniel Samper.

MANIFIESTO a favor de la Legalización de las Drogas

Este texto de GABRIEL GARCIA MARQUEZ, premio Nobel de Literatura, es asumido por CAMBIO16 como un manifiesto a favor de la legalización de las drogas

La prohibición ha hecho más atractivo y fructífero el negocio de la droga y fomenta la criminalidad y la corrupción a todos los niveles.

Sin embargo, los Estados Unidos se comportan como si no lo supieran. Colombia, con sus escasos recursos y sus millares de muertos, ha exterminado numerosas bandas y sus cárceles están repletas de delincuentes de la droga. Por lo menos cuatro capos de los más grandes están presos y el más grande de todos se encuentra acorralado.

En Estados Unidos, en cambio, se abastecen a diario y sin problemas 20 millones de adictos, lo cual sólo es posible con redes de comercialización y distribución internas muchísimo más grandes y eficientes.

Puestas así las cosas, la polémica sobre la droga no debería seguir atascada entre la guerra y la libertad, sino agarrar de una vez al toro por los cuernos y centrarse en los diversos modos posibles de administrar la legalización.

Es decir, poner término a la guerra interesada, perniciosa e inútil que nos han impuesto los países consumidores y afrontar el problema de la droga en el mundo como un asunto primordial de naturaleza ética y de carácter político, que sólo puede definirse por un acuerdo universal con los Estados Unidos en primera línea.

Y por supuesto, con compromisos serios de los países consumidores para con los países productores.

Pues no sería justo, aunque sí muy probable, que quienes sufrimos las consecuencias terribles de la guerra nos quedemos después sin los beneficios de la paz.

Es decir: que nos suceda lo que a Nicaragua, que en la guerra era la primera prioridad mundial y en la paz ha pasado a ser la última.

Todos aquellos lectores que deseen suscribir este manifiesto a favor de la legalización de las drogas pueden hacerlo enviando una carta al director de CAMBIO16, Juan Tomás de Salas.



ELIO BUGALLO

El ex subsecretario de Defensa Social de Bolivia GONZALO TORRICO es enemigo de despenalizar la droga y propone educar y mantener la prohibición

CARLA PULIN

GONZALO TORRICO, POLÍTICO Y periodista boliviano, subsecretario de Defensa Social del Ministerio del Interior hasta hace unos meses, ha vivido de cerca la lucha contra el narcotráfico en Bolivia. En su libro *Un desafío para el siglo XXI*, que acaba de publicarse, relata su experiencia y se muestra contrario a legalizar las drogas.

P. *El Manifiesto a favor de la legalización de la droga lo están firmando importantes personalidades. ¿Piensa que se trata de una moda?*
R. Cuando el premio Nobel Milton Friedman propone legalizar la droga surge una corriente de personas que piensan de igual forma, porque creen que, de esta manera, se podría reducir y erradicar el consumo. Ultimamente hemos escuchado argumentos de personas respetables que prefieren rendirse a los narcotraficantes y permitir la libre expansión de las drogas a cambio de que no sigan sembrando violencia. Pero también existe una corriente contraria que piensa que no tendría éxito.

P. *Entonces, no comparte la opinión de quienes argumentan que la corrupción de políticos, narcotraficantes y policías podría terminar con la legalización...*
R. La experiencia de haber estado al frente de la política antinarcóticos del Gobierno de Bolivia durante cuatro años me hace ver que no es posible eliminar este problema con la legalización de las drogas. Daríamos paso a grandes consorcios de producción y tráfico de drogas y a que recayesen cientos de drogadictos que están en el camino de la rehabilitación. ¿Quién nos garantiza que las drogas no vayan a llegar a niños y a jóvenes? El hecho de que habría que ser mayor de edad para adquirirlas en la farmacia no significaría que se erradicase la venta a menores. No podemos tener una conducta dual. La legalización quizá barrería la violencia en barrios de gente acomodada, mientras en los barrios pobres seguirían la delincuencia y los hogares convertidos en infiernos. ¿Quién asegura que los narcotraficantes no crearán una nueva droga sintética con otro tipo de características más dañinas que cree una legión de consumidores y adictos en potencia?

OPINION ADVERSA

P. *¿La legalización incitaría a consumir?*
R. La legalización supondría que los cultivos de coca, dañaran o no la tierra, serían absolutamente legales, así como su venta en todo el territorio de la nación. En la zona del Chapares, donde se cultiva la hoja de coca y se produce droga, se ha descubierto que los narcotraficantes, para crear nuevas legiones de consumidores, pagaban a los cultivadores parte en dinero y parte en droga. De esa manera se aseguraban de que esa gente seguiría trabajando, dada su adicción a la coca. Me opongo tanto al consumo y al tráfico de drogas como a la liberalización del consumo.

P. *Muchos de los que defienden la legalización dicen que no matan las drogas, sino la ignorancia. ¿Está de acuerdo?*
R. Claro, pero también nos tenemos que preguntar si somos capaces de lanzar un programa a nivel mundial sobre el uso y el consumo de drogas y si sus destinatarios van a comprender el peligro que suponen. En EE UU, según Lee Johnson, un investigador norteamericano, existen 250.000 hijos de drogadictos y cientos de niños abandonados por sus padres a causa de la droga. En muchos países, los niños de la calle son un grave problema social. Existen niños que consumen drogas, que inhalan gasolina de los vehículos... Si no somos capaces de educarlos a ellos, ¿cómo es posible que pensemos en legalizar el uso y el consumo? Podríamos desembocar en una situación insostenible.

P. *¿Qué ha conseguido Bolivia en su lucha contra la droga?*
R. Se han hecho grandes esfuerzos y hemos logrado buenos resultados. Hace cuatro años y medio había alrededor de 37 líneas de narcotraficantes, que hoy en día han quedado reducidas a 30. El problema no está resuelto, pero Bolivia está consiguiendo avances importantes.

P. *¿Cree que la mafia de la droga está acorralada, o participa en actividades políticas y económicas bolivianas?*
R. Gracias a Dios, en Bolivia han ocurrido dos fenómenos importantes. Por un lado, se ha logrado mantener las fronteras de paz y, por otro, existe una cultura política y se ha fortalecido la democracia, lo que ha impedido la penetración del narcotráfico en la vida política del país.

P. *¿Los países consumidores se esfuerzan en la lucha contra la droga o dejan esa responsabilidad a los países productores?*
R. El narcotráfico no se va a resolver con su erradicación en países productores como Colombia, Perú y Bolivia, ni con políticas aisladas en los países consumidores. Para combatir de forma efectiva un problema que afecta a toda la humanidad, debemos buscar un marco general y hacer un programa integral. Es decir, debemos compaginar la interdicción con la educación, la rehabilitación y la reinserción social de los drogadictos. Mientras no asumamos entre todos una política adecuada, el daño y el problema irán en aumento. También sería necesario evitar el lavado de dinero.

P. *¿Cómo valora la política antidroga de la anterior Administración boliviana?*
R. Los resultados son evidentes: cerca de 50 toneladas de droga incautada, más de 270 toneladas de droga evitada y la detención de un gran número de personas involucradas en el narcotráfico. ■

"Legalizar crearía gran adicción"



RIVER PHOENIX. Conocido como un vegetariano abstemio, amante de la vida sana, se destruyó a los 23 años con una explosiva mezcla de drogas

VO PRESS

La muerte de River Phoenix ha reabierto el caso. La fama a veces se alimenta de drogas. La cara oculta del Olimpo esconde una historia de bellos cadáveres

CARLOS ENRIQUE BAYO, Washington

ESTE LUGAR, LOS ANGELES, ES VEneno. Sobre todo para el que se ha criado en un lugar aislado, en un mundo idealista, y después viene aquí. Somos una ciudad de excesos». Con esta sentencia condenatoria resumía la publicista Sue Patricola el horror que le había producido la convulsa muerte, tirado en una acera del mítico Sunset Boulevard, de su mejor cliente: el joven actor River Phoenix, conocido como un abstemio y vegetariano amante de los animales y de la vida sana... que se autodestruyó a los 23 años con una explosiva mezcla de cocaína, morfina, marihuana, valium y efedrina.

Phoenix, llamado a reemplazar a James Dean en el corazón de la juventud norteamericana, fue una estrella fugaz más de la depravada voracidad del mismo Hollywood, que ya despedazó con sus rutilantes drogas la vida de gigantes del espectáculo como Judy Garland o John Belushi.

En «este lugar», una de las primeras cosas que descubre el recién llegado es que una dosis de heroína sólo cuesta 25 dólares, pero que esa droga es una nimiedad en comparación con los brutales efectos de un gramo de Special K (150 dólares), un tranquilizante para animales que se emplea como sustituto *suave* del

[illegible]ADOS

terrible PCP, el anestésico de elefantes con el que un adicto es capaz de seguir bailando sin darse cuenta de que le han clavado un puñal en el estómago.

«Las drogas psicodélicas, como los hongos, son otra vez muy populares en este mundo», explica un camarero del exquisito Sunset Marquis Hotel. «El *éxtasis* tampoco morirá nunca, igual que la heroína, pero lo que ahora prima es el GHB». El ácido gamma hidroxi-butírico (GHB) es un esteroide que produce una potente euforia y gravísimos efectos secundarios, hasta el punto de que los consumidores le llaman «severo daño corporal», expresión cuyas iniciales en inglés coinciden con las de su nombre químico

RIVER PHOENIX.

Pocos días antes de que Phoenix cayera fulminado frente a la discoteca The Viper Room, en West Hollywood, el rockero Billy Idol se había desplomado entre espasmos ante la puerta del club Tatou de Beverly Hills, aunque él tuvo la suerte de sobrevivir a la ingestión del GHB letal, quizá tan de moda porque supone jugar con la muerte. Sin embargo, la más dañina adicción es la propia fama, que también ha sumergido en el torbellino de las drogas al mismísimo Michael Jackson, quien siempre las había odiado al ver desde niño los efectos que tuvieron entre algunos de sus hermanos mayores de los Jackson Five.

Hoy, escondido en un hospital de Londres para un especialísimo tratamiento de dos meses, y requerido por los tribunales de California por presuntos abusos sexuales a un niño de 13 años, el rey del pop está ahogando su incomparable éxito mundial (*Thriller* es el disco más vendido de la historia, con 40 millones de copias) en el mismo lodazal de fármacos que ha arruinado las carreras de innumerables músicos en la cúspide de la fama.

Michael Jackson «ya casi no era capaz de funcionar adecuadamente en el nivel intelectual, y sin tratamiento su vida estaría en peligro», reveló su abogado, Bertram Fields, al anunciar el fin de la gira mundial del cantante y de su contrato con Pepsi-Cola, que le costará muchos millones de dólares. Eso, además, pone en peligro su fastuoso contrato con Sony Corporation.

Pero Jackson, aconsejado por Elizabeth Taylor, puede al menos salvar la vida, algo que no lograron músicos como el genial guitarrista negro-cherokee Jimi Hendrix, destruido por los barbitúricos en su tercera y triunfal gira europea, o el cantante de The Doors, Jim Morrison, muerto de sobredosis en París.

Esos héroes de la contracultura juvenil de los años 60 fueron ampliamente superados en su loco galope hacia la muerte por Janis Joplin, fulminada en medio del escenario por los excesos de los que hizo dogma de vida. Igual que para ella, el vértigo del éxito fue también demasiado para Cole Porter, Edith Piaf o Billie Holliday, quienes se arrojaron al abismo de la adicción que ha atraído a muchos genios desequilibrados por la fama.

«Cuando todos los que te rodean no hacen más que decirte que el mundo entero es tu ostra, es difícil no verte a ti mismo más que como una perla —explicaba a la revista *Cosmopolitan* un psiquiatra de Hollywood—. Pero siempre hay que recordar que no todas las perlas están cultivadas. Eso sólo llega con el tiempo, y para muchas estrellas, sobre todo a las que la fama y la celebridad les llegan muy rápido, el tiempo es un lujo que parecen no poderse permitir. Cuanto más jóvenes son, más presión sienten».

Jackson, a sus 35 años, ya no es tan joven, pero todos los que lo conocen ad-



De niño odiaba las drogas, pero de adulto ha caído en las redes de los sedantes. El cantante es un caso clínico

→ MICHAEL JACKSON.

62

9400009

6.



El solista del grupo Nirvana ha cantado a la heroína desde el movimiento «grunge». Una desesperación con estilo

miten que a menudo se comporta como un niño. Hace pocos meses, durante una cena privada con muchos otros *superstars*, de pronto dejó caer la cabeza sobre la mesa, sin motivo aparente ninguno, y se puso a llorar como un crío, obligando a los demás a interrumpir el banquete y marcharse, presos de vergüenza ajena.

Eso ocurrió antes de que se le acusase de pedofilia, humillación que, según sus abogados, precipitó su adicción por los analgésicos, recetados para calmar los dolores provocados por la intervención quirúrgica craneal a la que se sometió en julio para arreglar las quemaduras que sufrió grabando un anuncio de Pepsi en 1984. El opulento cantante-bailarín no ha reunido suficientes millones para protegerse de la epidemia adictiva de la que tantos reyes del rock han tenido que curarse, y podría acabar tratado por los mismos médicos londinenses que atendieron a Elton John o Boy George.

El lema «Vive deprisa, muere joven y deja un bonito cadáver», que ha llevado a la tumba a más de uno, sigue guiando las frenéticas vidas de los que llegan demasiado pronto al estrellato. Richard Dreyfuss se convirtió en el más joven ganador de un Oscar al mejor actor y casi de inmediato se sumergió en la cocaína.

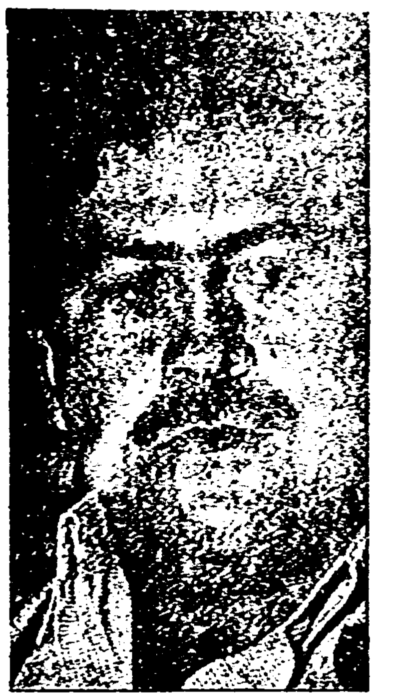
Dreyfuss ha logrado rehacer su vida, pero la lista de enfermos que han tenido que recibir tratamiento es tan larga como estelar: Demi Moore, Melanie Griffith, Sean Penn, Julia Roberts, Ryan O'Neal, Mickey Rourke, Dennis Quaid, Robin Williams, y los músicos Keith Richards y Kurt Cobain...

Pero no es un fenómeno nuevo. Basta recordar a Roscoe (*Fatty*) Arbuckle, estrella del cine mudo cómico de 120 kilos de peso que en 1921 perdió sus cabales después de tres días seguidos de alcohol y drogas en el St. Francis Hotel de San Francisco. *Fatty* violó con una botella de coca-cola a la *starlet* Virginia Rappe con tan mala fortuna que ella murió de peritonitis cinco días después.

Sin embargo, la vorágine hollywoodiana se cobra hoy a sus víctimas cada vez más jóvenes: desde Drew Barrymore, la cara de ángel de *E.T. el extraterrestre*, quien a los 10 años era ya una alcohólica fumadora de marihuana y a los 14 era cocainómana, hasta Carrie Fisher, cuyo éxito en *La guerra de las galaxias* la lanzó a un viaje de diez años por el universo de las drogas.

«No sé qué es lo que les hace cambiar», casi sollozaba después de la tragedia Iris Burton, quien había representado a River Phoenix desde que éste inició su carrera cinematográfica con sólo 10 años de edad. «Ni siquiera yo me daba cuenta.. ¡Yo lo quería tanto! Pero creía que su comportamiento extraño formaba parte del hecho de ser un actor. ¡Y dicen que es un accidente! ¿Quién se lo puede creer? ¡Sólo este maldito Hollywood es capaz de destruir a alguien tan hermoso!».

(1) INTERNACIONAL



Somos Newsweek LA MAFIA CONTINUA VIVA

LA SINIESTRA HERENCIA DE ESCOBAR



Pablo Escobar, el zar del cartel de Medellín, es pasado. Pero el crimen organizado seguirá lavando 8.500 millones de narcodólares al año, con tecnología sofisticada y en nuevos países.

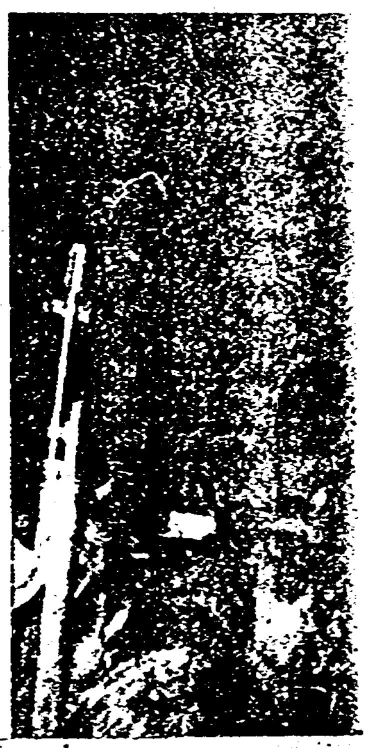
Era un multimillonario. Su imperio de las drogas le permitió comprarse, por ejemplo, una impresionante mansión en Miami y tener un gran zoológico personal. Era capaz de sobornar a pequeños gobiernos y de intimidar a otros no tan pequeños. La gente pobre de su ciudad lo miraba con adoración, lo consideraba un nuevo *Robin Hood*.

Murió como un criminal común. Cuando hablaba por teléfono con su hijo *Juan Pablo*, de 17 años, la policía volteó la puerta de su escondite. Saltó descalzo por una de las ventanas del piso superior de su vivienda, con una pistola en la mano, y trató de escapar por los techos. Pero lo esperaba un pequeño grupo de policías entrenado por los Estados Unidos, secundado por 150 soldados. En pocos segundos, introdujeron seis balas en su cuerpo.

Pablo Escobar, flamantes 44 años, era el prototipo del nuevo gangster internacional. Ayudó a hacer de la cocaína un negocio mundial. Construyó una organización multinacional de traficantes y vendedores de drogas,

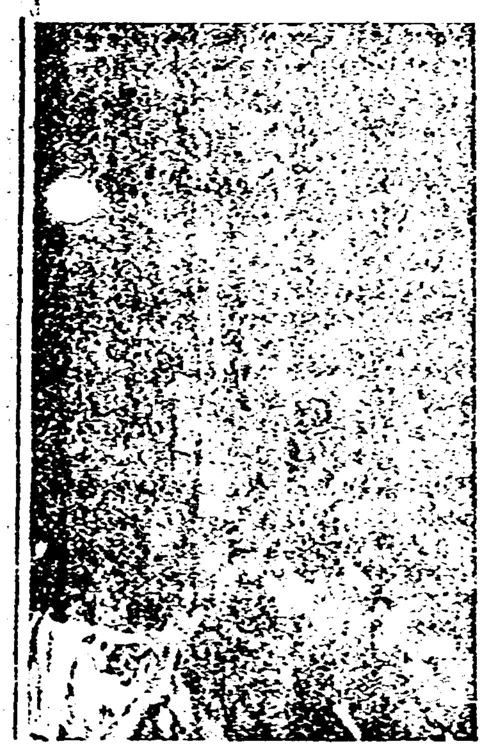






El interior de la casa donde estaba Escobar (arriba), fuertemente custodiado por la policía colombiana (izquierda). Confusión y armas en el tumulto fuera de la iglesia (derecha) donde fue depositado provisoriamente el cadáver de quien era uno de los hombres más buscados del mundo (der, arriba).





con base en su tierra, Medellín.

Tenía dinero distribuido en los mayores centros financieros. Su ejército privado de más de mil hombres cometió infinidad de asesinatos y logró que inventaran para él la etiqueta de "narcoterrorista". Una organización criminal como la suya sólo puede ser llamada "mafia".

Escobar fue *uno de los creadores de la nueva mafia*, pero al momento de su muerte ya era un dinosaurio, desplazado por los miembros del Cartel de Cali, mejor organizados y con menos instintos asesinos, lo que los diferencia también de los últimos gangsters que surgieron del otro lado del océano. Los hábitos asesinos de Escobar lo habían convertido en un fugitivo. Gastaba un millón de dólares al día para mantenerse oculto.

El grupo que encontró a Escobar, el *Bloque de Búsqueda*, era monitoreado por la CIA y la DEA, que previamente habían colaborado en su entrenamiento. Estados Unidos no participó en el ataque al ex rey de la cocaína, pero en Bogotá un equipo de la CIA hizo inteligencia para el Bloque. Además, la Agencia Nacional de Seguridad norteamericana distribuyó satélites espías sobre la órbita de Colombia y la búsqueda de Escobar fue compartida por aviones C-130 de Estados Unidos, que partían del Comando Sur norteamericano, en Panamá.

La policía sostiene que los líderes del Cartel de Cali, *Gilberto Rodríguez Orejuela* y su hermano *Miguel*, junto al grupo que ellos fundaron, *los Pepes* (Perseguidos por Pablo Escobar), fueron los responsables de matar a docenas de gurdaespaldas y familiares de Escobar, y de hacer ▶

explotar su cotizada colección de autos antiguos, incluyendo un Pontiac que perteneció a *Al Capone*.

La debilidad de Escobar era su familia: la envió pidiendo asilo a Alemania, que lo negó por un pedido especial de Colombia y Estados Unidos. El miércoles 1, Escobar habló con su hijo Juan Pablo a Bogotá, quien, al poco tiempo de comenzada la conversación, le dijo a su padre: *"¡cuelga, cuelga, que van a rastrear la llamada!"*. Al día siguiente volvieron a hablar y, efectivamente, les rastrearon la llamada, con el desenlace conocido.

"Ahora que él murió, comenzará a venir más droga que nunca", predijo *Max Mermelstein*, un confeso traficante que trabajaba para Escobar y que se encuentra bajo el sistema de protección de testigos en Estados Unidos.

Escobar no está, pero nadie cree que su método de hacer negocios haya quedado obsoleto.

Las mafias son ahora mucho más sofisticadas, más internacionales y más peligrosas de lo que jamás hayan sido la siciliana o la de Medellín.

El Centro Nacional de Información Estratégica de Washington afirma que los beneficios del crimen organizado en todo el mundo ascienden a 1 billón de dólares por año.

La CIA está investigando, inclusive, si el poder de estos grupos llega al punto de que puedan adquirir armas nucleares. *Juri Pihl*, jefe de la Policía de Estonia, habla de un mercado negro de armas rusas que está *"totalmente fuera de control"*.

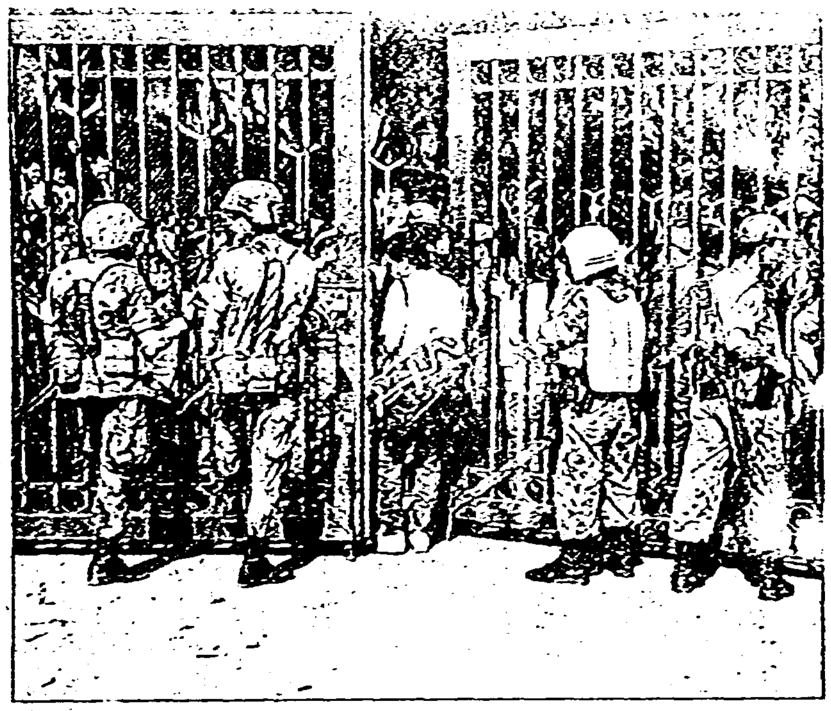
Varias innovaciones sociales, políticas y tecnológicas contribuyeron a formar este nuevo espacio para el crimen organizado:

- el desarrollo de las telecomunicaciones y la tecnología informática. Hoy, con una sola tecla, se pueden transferir miles de millones de dólares alrededor del planeta. Otro ejemplo: los carteles de la droga tienen sistemas en los aviones donde llevan su carga a los Estados Unidos, que evitan ser rastreados por los radares;



03

9400010





El cadáver de Escobar en el suelo de un patio externo de la morgue (izquierda). Una multitud empuja para atravesar las rejas exteriores del cementerio donde fue enterrado (arriba). Una hermana del narcotraficante muerto, desconsolada sobre el féretro (derecha). Y gente de las barriadas más pobres de Medellín, con ramos de flores, se dirige al cementerio (derecha, abajo). Un mafioso que ganaba dinero con negocios sucios y repartía algo de su ganancia en beneficios para los sectores bajos de la sociedad.



● la caída del comunismo. En la ex URSS, la revaloración de la ganancia y los gobiernos débiles conforman una devastante mezcla;

● la declinante importancia de las fronteras nacionales.

Estas tres tendencias trajeron al mundo un período de prosperidad sin paralelos en los negocios ilegales. La cooperación criminal internacional está creciendo. Los mafiosos de Rusia y Europa del Este le venden armas a la mafia siciliana, y los rusos y chinos –con fronteras abiertas– compiten con las mafias tradicionales de Occidente.

Todo esto tiende a crecer, debido a la cuarta y última tendencia:

● la apetencia de los ricos de todo el mundo por la droga, especialmente la cocaína, que genera enormes sumas de dinero.

La Organización para la Cooperación y el Desarrollo (OCDE) estima que 8.500 millones de dólares del narcotráfico son lavados por año en los mercados financieros. Nunca antes, una actividad criminal había generado semejante suma de dinero.

EL CARTEL DE CALI APRENDIO DE ESCOBAR QUE LA VIOLENCIA NO CONDUCE A NADA. TIENE TAL PODER QUE INTENTO PONER EN ORBITA UN SATELITE PARA INTERFERIR A LA CIA.

Franklin Jurado, sofisticado financista que operaba desde París y Luxemburgo, con un título de Harvard, se encontraba en Moscú viendo nuevas oportunidades de negocios cuando la policía de Luxemburgo lo acusó de lavar 36 millones de dólares del narcotráfico en 33 bancos distintos (la tesis doctoral de Jurado había sido sobre lavado de narcodólares). Trabajaba para el Cartel de Cali. Hoy está en la cárcel.

Este grupo aprendió de Escobar que la violencia excesiva no conduce a nada: maneja sus negocios como si fuera de cualquier otro tipo. Tiene tal poder que intentó poner en órbita su propio satélite para interferir las investigaciones que sobre ellos realiza la CIA.

El Cartel de Cali y los otros reyes de la cocaína enfrentan dos nuevos problemas. El primero es el precio del éxito. Generaron tanto dinero que deben encontrar qué hacer con él. El segundo, es que el uso de la cocaína está en caída en mercados saturados, como los Estados Unidos y Europa Occidental. Frente a esto, buscan nuevas posibilidades de inversión.

Se calcula que 10 mil millones de dólares son lavados en Canadá y 32 mil millones a través de Gran Bretaña. En Panamá, esta actividad es un hábito nacional. Junto con el proceso de unidad europea, Suiza y Luxemburgo hacen más pulcro su accionar. Pero los zares de la droga siempre encuentran algún nuevo lugar para lavar su efectivo. Por ejemplo la república báltica de Estonia, con sus escasas regulaciones bancarias. Los carteles comprendieron que esos países pueden ser también un buen camino de entrada en los mercados consumidores de Occidente.

Alekandr Sergeyev, el encargado de narcotráfico de la policía rusa, afirma que los gangsters de Colombia, Israel y Rusia trabajan juntos. En esta nueva realidad, el crimen organizado actúa con una división internacional, para entorpecer las investigaciones que, así, generalmente caen en disputas jurisdiccionales. La manera de combatir esto es con reglas mundiales sobre el lavado de dinero. Pero en un nivel más simple, los países más poderosos necesitan mayor cantidad de agentes que sean capaces de hablar los nuevos idiomas en los que se maneja la mafia.

La CIA ya se ha infiltrado en el Cartel de Cali, pero debe ponerse de acuerdo con el FBI, con el que hasta hoy no ha coordinado las tareas de inteligencia. Ⓢ

(c) Newsweek
Russell Watson y Michael Elliott
Fotos: Gamma

04-04

RESERVADO

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

DEPARTAMENTO NRO. IV

OFICIO Nro. 002/994.-GEP.-

REF.: Finca de la calle Galicia Nro. 2022, pericia de atentado explosivo.-

SE SOLICITA

Montevideo, 1º de enero de 1994.-

SEÑOR DIRECTOR DE LA DIRECCION GRAL. DE INF. DE DEFENSA

Por medio del presente solicito a usted, tenga a bien disponer las diligencias necesarias, a los efectos de que se nos proporcione en forma URGENTE, la información siguiente:

1- Copia de la pericia realizada por el RAT del Servicio de Material y Armamento, en el domicilio del Dr. José Luis BARBAGELATA GARCIA, Fiscal Penal de 3er. Turno, sito en calle Galicia Nro. 2022.-

2- Similitudes y diferencias en los atentados y amenazas, que fueron reivindicados por el autodenominado "Guardia de Artigas".-

3- Breve historia de la "Guardia de Atigas", de acuerdo a la información de la Dirección a su mando.-

La citada finca fue objeto de un atentado explosivo, el día 31 ppdo. a la hora 02.20 aproximadamente. Es de suma importancia esta información para la averiguación que se está realizando por parte de ésta Dirección Nacional.-

Saluda a usted atentamente.-

INSPECTOR GENERAL

SAUL HUMBERTO CLAVERIA

DI 3/1/94

9400011

RESERVADO

Fecha 03 ENE. 1994

Pase a Archivo

Montevideo, 4 de abril de 19..

NOTA: LA INFORMACION SOLICITADA FUE EVACUADA VERBALMENTE._

001/01 -

SECRETO 1/2

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
030830/ENE/1994
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 001 /1994

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 2: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DEPARTAMENTO II/E.M./ D. E. I.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DPTO. I INTERIOR

P.O./M EL JEFE DEL DPTO.I(INT) / D. G. I. D.

C/F (CG)

CANELLI

MINISTERIO ... NACIONAL
Dirección ... Defensa
Fecha 09 FEB 1994
Pase ARCHIVO
Nº. de 94000114

SECRETO

001/002.

- POSE SUAREZ , Cecilia
  C.C. CME 9196

- POSE ROMERO , MARCELINO RUBENS
  C.C. AAA 4532

- REINA SUAREZ , Margarita
  C.C. BAB 32330

- POSE SUAREZ , Ruben Marcelino
  C.C. CMA 38149

-CAMACHO , Ana Alejandra
C.C. ABA 4590

-CAMACHO MORENO , Soledad Raquel
C.C. BCA 46226

-GARGIULO FACHAN , Pablo
C.C. BJB 98033

-ANDRADA SORIA , Irma
C.C. ATA 7020

-MARTINEZ ACOSTA, Alfredo
C.C. APA 7607

002/002 -

9400014 -

- POSE SUAREZ , Cecilia

  C.C. CME 9196

- POSE ROMERO , MARCELINO RUBENS

  C.C. AAA 4532

- REINA SUAREZ , Margarita

  C.C. BAB 32330

- POSE SUAREZ , Ruben Marcelino

  C.C. CMA 38149

-CAMACHO , Ana Alejandra

C.C. ABA 4590

-CAMACHO MORENO , Soledad Raquel

C.C. BCA 46226

-GARGIULO FACHAN , Pablo

C.C. BJB 98033

-ANDRADA SORIA , Irma

C.C. ATA 7020

-MARTINEZ ACOSTA, Alfredo

C.C. APA 7607

002/002-

9400014-

El próximo 29 se realizarán las elecciones en la A. N. R. C. I.

ASOCIACION NACIONAL DE REMATADORES Y CORREDORES INMOBILIARIOS

LEMA: **UNIDAD E INTEGRACION**

VOTO por la presente lista y sus candidatos:
COMISION DIRECTIVA Y FISCAL
Período 1993-1995

COMISION DIRECTIVA

PRESIDENTE

Juan José Victorica

TITULARES	SUPLENTES
Pedro Cáceres	Otto Muller
Héctor Bavastro Cavallaro	Horacio Castells Montes
César Pomies	Alfonso Vargas Garmendia
Hugo Cersósimo	Marcos Dutra
Alvaro Vizintin	Nelson Bachino
Olavo Macedo	Eduardo Ramos
Julio César Olmedo	Gerardo Zambrano
Néstor Rossi	Héctor H. Echegula

COMISION FISCAL

TITULARES	SUPLENTES
Alberto J. Bocking	Mario Ibarca Izaurral
Héctor Bavastro Guimaldo	José Ma. Martínez Gómez
Hermes Picun	Wellington Coronel

Montevideo, diciembre 29 de 1993

Para el próximo miércoles 29 de diciembre se han fijado las elecciones que determinarán las nuevas autoridades que integrarán la Comisión Directiva y Comisión Fiscal de la Asociación Nacional de Rematadores y Corredores Inmobiliarios para el período 1993-1995.

Las mismas se llevarán a cabo en la misma asociación en la calle Zabala 1330, en el horario de 10 a 20 y podrán votar los socios fundadores, honorarios y activos.

Los socios del interior del país podrán votar personalmente o por carta, siempre que ésta haya sido recibida antes de iniciarse el escrutinio. Si envían su voto por carta deberá procederse de la siguiente forma:

1) Ponga la lista en el sobre azul y ciérrelo, sin inscripción alguna.

2) Coloque este sobre cerrado dentro del sobre blanco, que cerrará y firmará, aclarando su nombre con letra de imprenta.

3) Finalmente coloque el sobre blanco en el sobre amarillo y envíelo dirigido a la A.N.R.C.I. calle Zabala 1330, CP 11000, Montevideo.

En esta oportunidad se han presentado dos listas y sus candidatos: la lista 1 encabezada por Juan José Victorica y la lista 12, cuyo titular es Alfredo Martínez Oliva.



Rematador Juan José Victorica, que encabeza la lista 1 con el lema Unidad e Integración.



Rematador Alfredo Martínez Oliva, titular de la lista 12 para las elecciones en la A.N.R.C.I.

ASOCIACION NACIONAL DE REMATADORES Y CORREDORES INMOBILIARIOS

VOTO por la presente lista y sus candidatos:
COMISION DIRECTIVA Y FISCAL
Período 1993-1995

COMISION DIRECTIVA

PRESIDENTE

Alfredo Martínez Oliva

TITULARES	SUPLENTES
Roberto Pedragosa Icart	Héctor Santome Dupont
Manuel Víctor Ojeda	Juan Francisco Hill Marquez
Daniel Orellano Recalde	José E. Decia Mendizabal
José Pedro Achard Navarro	Selva Colman Rubi
Miguel Hugo Wolf	Miguel A. Infante Mercadal
Juan Carlos Panzardi	Ernesto Suarez
Ana Moreira Ayala	José Lorenzo D'Angelo
Miguel Niber Zabaleta	Elbio Di Giovanni

COMISION FISCAL

TITULARES	SUPLENTES
Ariel D. Pintado Hernández	Luis B. Dominguez
Mario L. Pazos Molteni	Teresita Cabrera Banegas
Argentino Ismael Fernández	Claudio Garrido Aznarez

Montevideo, diciembre 29 de 1993

Venia para Embajador de Uruguay en Polonia

Sesionó en la víspera la Comisión Permanente del Poder Legislativo, considerando el único punto del orden del día que era la venia solicitada por el Poder Ejecutivo para designar en calidad de Embajador Extraordinario y Plenipotenciario de nuestro país ante la República de Polonia, al Dr. Daniel Pérez del Castillo.

La misma resultó aprobada en sesión secreta y, a renglón seguido se planteó el tratamiento urgente de cinco venias de destitución de otros tantos funcionarios públicos, que también fueron votadas favorablemente.

Sin otros asuntos que considerar, la sesión, que había sido iniciada a las 14.10 fue levantada a las 14.40.

LA MAÑANA 23 DIC. 1993

B registra 30/12/93

001/001

B

RESERVADO

1/15

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
M O N T E V I D E O .-
301320 - DIC - 1993 .-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 090/PL/93

I.- EVALUACION: A-1

II.- RESPONDE A: INFORMACION EXISTENTE EN ESTE DPTO.

III.- TEXTO: SE ADJUNTA.

VI.- ACCION TOMADA: CONFECCION DEL PRESENTE PARTE.

V.- DISTRIBUCION:

ORIGINAL D.G.I.D.

COPIA ARCHIVO

EL JEFE DEL DPTO. II (ICIA) DEL E.M.E.
CORONEL
JULIO TABAREZ.-

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO DEPARTAMENTO INTELIG. REPUBLICA O. DEL

MINISTERIO DE DEFENSA N.
Dirección General de Información de
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 04 ENE 1994
Militar
Nº de Orden 9400018

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
3/I/94.
SDI
Nº de Clasificación 9400018
04/1035/ENE

001/015

RESERVADO

C. G. E.

E. M. E.

DPTO. II (ICIA)

28DICIEMBRE993.-

I.- ASUNTO: Transcripcion del articulo "BUSCANDO NUEVOS ROLES PARA LOS EJERCITOS DE AMERICA LATINA".

II.- FUENTE: Revista "SEGURIDAD ESTRATEGICA REGIONAL" de la Republica Argentina, la cual es de origen nacionalista y dirigida por el Senador EDUARDO VACA, el cual es Presidente de la Comision de Defensa del Senado Argentino.-

002

9400018

ENSAYOS

Dr. Virgilio Beltrán

Subsecretario de Política y Estrategia del Ministerio de Defensa

BUSCANDO NUEVOS ROLES PARA LOS EJERCITOS DE AMERICA LATINA (*)

1. EL CAMBIO EN EL PARADIGMA ESTRATEGICO [1]

Las relaciones internacionales de seguridad antes de fines de 1989, lo que podría llamarse el orden de la Guerra Fría, tenía características que fueron únicas en la historia:

a) Una polarización político-estratégica que alcanzaba casi todo el globo. Ambas superpotencias (EE.UU. y la URSS) se enfrentaban en todas las dimensiones del poder (militar, política, psicosocial, diplomática, económica, tecnológica, etc.). La confrontación, si bien se centró en el continente euroasiático, penetró en las relaciones internacionales y en los conflictos internos, en casi todo el mundo.

b) Todos los conflictos internacionales e intestinos, aún los de origen puramente endógeno, terminaban por alinearse, de un modo u otro, en relación al conflicto principal, el cual los ordenaba, les daba orientación y ponía límites a su escalada.

c) El peligro siempre presente del desastre nuclear reguló los conflictos para mantenerlos fuera del nivel de las armas atómicas, evitó la confrontación militar directa entre ambas superpotencias y constituyó, a la postre, un elemento estabilizador.

Este orden terminó formalmente con la Declaración Conjunta del Consejo de Seguridad y Cooperación Europea y el Tratado sobre (reducción) de Armas Convencionales en Europa, suscripto en París el 19 de noviembre de 1990.

La Guerra Fría terminó así, felizmente, sin guerra caliente entre los bloques, por la declinación de uno de los contendientes, incapaz de mantener las apuestas económicas, científicas y militares de su oponente.

El nuevo orden mundial se encuentra aún en gestación [2] y, en las turbulencias del cambio, se presenta todavía como un desorden, cuando se

(*) Este trabajo fue presentado en ocasión del Congreso Internacional de Sociología Militar celebrado en Valparaíso, Chile, del 29 al 31 de agosto de 1992.

(1) En este punto sigo, en general, los lineamientos de MEARSHEIMER, J.J. "Back to the Future: Inestability in Europe After the Cold War", en **International Security**, nº 15, 1990, págs. 5/56, y la discusión de sus tesis en la Mesa Redonda Especial de la Biennial International Conference del IUS, Baltimore, Md, Oct. 1991. Ver también BRZEZINSKI, Z. "Selective Global Commitments", en **Foreign Affairs**, Vol. 70, Nº 4, 1991.

(2) "Hoy todos saben lo que la nueva era no es: se acabó la guerra fría. Nadie sabe aún qué es." GRONDONA, M. La Nación, Buenos Aires, 12/7/92. También NYE, J.S. "What New World Order?", en **Foreign Affairs**, Vol. 71, Nº 2, 1992.

compara con el anterior. Tiene los siguientes rasgos generales:

a) Ante el colapso de la URSS resta una sola superpotencia militar mundial en un contexto aún no bien definido, en el que ésta debe competir con Japón y la Comunidad Europea. [3]

Sin el poder cohesivo que daba a su bloque la amenaza soviética[4], su capacidad de liderar los asuntos mundiales tiene límites[5], si bien mantiene medios militares muy superiores a los de sus competidores.

b) Al desaparecer el conflicto principal organizador Este-Oeste, los conflictos tienden a desorganizarse y, por ello, serían más posibles aquellos originados en errores de apreciación o de cálculo. Por otra parte, un posible descontrol de la difusión de la tecnología nuclear podría crear amenazas si éstas llegan a manos de naciones de menor desarrollo relativo, si bien las que ya han alcanzado esa tecnología o están cerca de lograrlo, no tienen ni la cantidad, ni la potencia, ni los medios de proyección.

c) Cobran nueva relevancia asuntos vinculados con la calidad de vida de las personas como la pobreza, el subdesarrollo, la estabilidad política, la salud, la educación, los derechos humanos, etc.

d) Adquieren importancia nuevas dimensiones de los conflictos -algunas como resucitadas del pasado siglo- como son las originadas en motivos étnicos, nacionalistas, territoriales y religiosos, que replantean las cosas en términos de "nosotros" y "ellos". Aparecen o se intensifican otros nuevos como los de raíz ecológica, las migraciones indeseadas y el narcotráfico (a veces asociado con el terrorismo como en América Latina).

Frente a los elementos disruptores de este orden todavía no hallado, las áreas centrales (las de los países altamente industrializados) ejercen la función de **ordenadores** del sistema: los EE.UU. de América en primer lugar, por sus capacidades militares, y las otras potencias del Grupo de los 7.

Son poderes ordenadores aquellos actores internacionales que tienen las capacidades efectivas para: 1) producir las normas del sistema, por sí o asociados a otros actores regionales de gravitación, 2) interpretar dichas normas en su alcance, aplicación y oportunidad, 3) hacerlas cumplir por su capacidad político-militar y la legitimación de su actuación a través de su capacidad de convicción de la opinión pública internacional.

Los ordenadores constituyen un *"ring of nations"* centrales que buscan estabilizar y consolidar el *statu quo*. Podría sugerirse que para ellos habría "terminado la Historia" [6] mientras que la periferia estaría aún enredada en la Historia [7].

El resto del mundo parecería ser un área a controlar por los ordenadores para evitar, regular o desescalar conflictos que, por lo demás, están condicionados:

a) Por la limitada capacidad logística y de movilización de recursos de los contendientes.

b) Por el tipo de armamento y equipo a emplear, teniendo en cuenta la falta de acceso a los medios de destrucción masiva y a las tecnologías militares modernas.

c) Por la posible lesión de intereses vitales de las potencias centrales (por ejemplo, petróleo) [8].

d) Por la acción de los subordenadores regionales que puedan existir.

2.
LA AGENDA NORTE-SUR [9]

La desaparición del desafío ideológico y la reducción notable de la amenaza militar proveniente del ex campo socialista (El Segundo Mundo) ha hecho perder identidad al Tercer Mundo, que se había presentado -sin llegar a serlo nunca- como una opción diferente y en equilibrio entre los dos bloques antes en pugna. Como se ha mencionado antes, viejos problemas aparecen con nuevos ropajes y otros adquieren mayor saliencia también en la dimensión Norte-Sur. Ellos son:

a) **Conservación del Medio Ambiente:** Las naciones industriales han advertido que los recursos naturales del planeta son agotables y degradables. Sus inmensas potencialidades ponen en peligro la existencia misma de muchos de los bienes disponibles en el mundo y desean conservar aquellos que se hallan en reserva en el Sur, donde las sociedades no tienen, hasta ahora, capacidades de magnitud para consumirlos o deteriorarlos.

El Sur considera que la presión recibida para conservar el medio ambiente resulta, en buena medida, de la intención del Norte de reservar-

(3) HUNTINGTON, S.P. "America's Changing Strategic Interests", en **Survival**, Vol. XXXIII, Jan/Feb 1990; MONETA, J.C. "Mitos y Realidades del Nuevo Orden Mundial", en SELA, **Capítulos**, Nº 29, abril/junio, 1991.

(4) "Huérfano de enemigo Occidente ya no sabe a qué atenerse". GRONDONA, M., op. cit.

(5) *"The U.S. remains a super power in military terms, but it occupies a less than commanding role in the international economy. Hence, the unipolar model is dubious"*. FREEDMAN, L. "Order and Disorder in the New World", en **Foreign Affairs**, Vol. 71, Nº 1, 1992.

(6) En los términos de FUKUYAMA, F. "¿El final de la Historia?", en **Revista Occidental**, año 8, Nº 2.

(7) CERESOLE, N. **Argentina y el Ocaso de los Poderes Hegemónicos de la Política Mundial**. ILCTRI, Buenos Aires, 1992, cáp. VI.

(8) *"(...) peripherical conflicts in areas without strategic value and strategic resources, like Yugoslavia, will only be supervised and contained by Europe"*. JOFFE, J. "Collective Security and the Future of Europe: Failed Dreams and Dead Ends", en **Survival**, Spring, 1992.

(9) Ver MORTIMER, E.J. **New Fault Lines: Is a North-South Confrontation Inevitable in Security Terms?** Adelphi Papers, Nº 266, 1991-1992.

los para su oportuna explotación en beneficio de las naciones industrializadas, negando su aprovechamiento inmediato por la región que, precisamente, es la menos capaz de destruirlos. Tampoco hay que olvidar la creciente necesidad de las regiones industrializadas de deshacerse de residuos nucleares y tóxicos de todo tipo. Un destino probable de ellos es la periferia no industrializada.

b) Migraciones Hacia el Norte: La presión migratoria de las regiones pobres -que además son las de mayor crecimiento demográfico- sobre las ricas es de anorme magnitud y de difícil control. Desde Asia, Africa y América Latina el flujo es constante hacia Europa y Norteamérica. Luego de ocupar, en general, las posiciones más modestas en la actividad laboral, los inmigrantes demandan bienes, servicios y bienestar, de mucho mayor nivel que aquél que conocían en sus países de origen, que son producidos por la sociedad receptora y que ésta considera justo reservarlos para sus nacionales-contribuyentes.

c) Proliferación y Transferencia de Tecnología de Posible Uso Militar: El Norte hace cuestión no negociable y de seguridad propia la transferencia de tecnologías sensitivas, acentuando el abismo tecnológico entre ambas regiones y bloqueando desarrollos (p. ej. nucleares y misilísticos) que también podrían ser competidores de sus empresas en el mercado mundial.

d) Terrorismo: Si bien el terrorismo parece endémico en ciertas partes del Norte (País Vasco, Irlanda, Alemania, etc.) está más difundido en el Sur, como metodología escogida por la parte más débil en los conflictos que tienen lugar en esa región.

La seguridad internacional en los transportes, personas e instalaciones es un costo ineludible frente a esta amenaza. También es un hecho que la frecuencia de los atentados ha disminuído y que los países que los apoyan han reducido su respaldo a esa actividad, pero el peligro continúa y la posibilidad de que los terroristas accedan a tecnologías sensitivas, refuerza el celo por el control de ellas.

e) Narcóticos: Su consumo ilegal representa una notable lesión al potencial humano de las sociedades industriales, es una inagotable fuente de corrupción y delincuencia y genera ingentes gastos para su control y para la rehabilitación de los afectados.

Las medidas adoptadas para reducir su oferta han dado escaso o ningún resultado. Los bloqueos se han burlado. La represión en las áreas de producción se hace difícil, particularmente, frente a la alianza táctica narco-guerrilla-terrorismo y por la escasez de políticas de sustitución o de subsidios a los agricultores que producen la materia prima.

Si continúa la situación con estas características, dice E. Mortimer, puede concebirse una guerra del opio al revés, en la que una o más potencias industrializadas consumidoras ataquen militarmente las áreas de producción o los puntos de tráfico para limitar o eliminar la oferta.

f) Comercio: Los países del Norte no sólo tienen ventajas financieras, tecnológicas, de comercialización, etc. inalcanzables para las sociedades del Sur, sino que, además, no practican la doctrina de libre cambio que propugnan ideológicamente, regulando políticamente el comercio internacional a su favor y subsidiando productos primarios competitivos con los del Sur.

Estas áreas problemáticas, salvo, quizás, la del terrorismo y el narcotráfico, es muy improbable que produzcan conflictos de contenido militar entre el Norte y el Sur. En todos los casos, los países no industrializados carecen de las capacidades de iniciar un conflicto en este sentido, salvo, por supuesto, conductas irracionales.

3. *CONDICIONAMIENTOS PROYECTADOS DESDE ORGANIZACIONES INTERNACIONALES*

Pueden señalarse al menos cuatro tendencias, empíricamente observables, como indicadores de la voluntad de regular efectivamente los conflictos con componente militar en la periferia no industrializada y, a la vez, descartar posibles amenazas a las sociedades industriales.

1) Las Decisiones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas: Desde la Guerra del Golfo las Naciones Unidas funcionan como un sistema colectivo de seguridad de alcance mundial, como se había previsto en sus orígenes, apto para imponer las decisiones del Consejo de Seguridad, inclusive por la fuerza militar.

Las operaciones anteriores de la Organización, de conservación de la paz, interposición, observación, etc. *(peace keeping)* han dado lugar, por primera vez, a una operación de imposición de la paz *(peace enforcing)* a través de una coalición militar liderada por los Estados Unidos de América, apoyada por decenas de otros países y financiada en parte por otros como Alemania y Japón.

Esta aplicación efectiva de la Carta de las Naciones Unidas y el desarrollo de los correspondientes órganos ejecutivos, de inteligencia, de planeamiento militar, etc., bajo la autoridad del Consejo de Seguridad y del Secretario General anticipan posibilidades de intervención que hasta ahora (salvo Corea, 1950) no se habían visto [10].

2) La limitación de Difusión de Tecnologías Sensibles: A través del Tratado de No Proliferación Nu-

(10) Ver URQUHART, B. The UN: From Peace-Keeping to a Collective System, y CHANG HENG CHEE. From Peace-Keeping to Peace-Making? Adelphi Papers Nº 265, 1991-1992. NYE, J.S. "What...", op. cit.

clear (NPT), la Agencia Internacional de Energía A[illegible]nica (IAEA) y los acuerdos sobre control de difusión de tecnología misilística (MTCR) se busca, y obtiene en buena medida, mantener cierto monopolio sobre el conocimiento de tecnologías de uso posible en la construcción de armas de destrucción masiva. Diversas decisiones y convenios también limitan la exportación de material militar y *"know how"* de cierta complejidad a los países periféricos, salvo en casos excepcionales. No existiendo la contrapartida soviética, como en el caso ejemplar del Medio Oriente antes de la debâcle de la URSS, la limitación tiene un resultado efectivo. [11]

3) Intervención Humanitaria: A partir de la Resolución N°688/91 del Consejo de Seguridad, dictada en auxilio de la minoría kurda en Irak, se ha desarrollado una firme tendencia internacional que legitima la intervención de fuerzas militares de las Naciones Unidas en casos graves de "violación de los derechos humanos que pongan en peligro la paz" (arts. 55 y 56 de la Carta) [12]. Se trata de intervenciones protectivas, con o sin invitación del país afectado. De igual manera no tienen precedentes las medidas de desarme misilístico y de eliminación de posibles capacidades nucleares impuestas a Irak por las Naciones Unidas.

4) Condicionamientos Financieros: El Banco Mundial recomienda a los países del Tercer Mundo bajar sus gastos militares hasta "niveles óptimos", para considerar facilidades financieras. Dice un informe oficial que serán considerados especialmente aquellos países que gasten menos del 2% del PBI en el "sector seguridad" [13].

En suma, se trataría de una división del trabajo militar por administración calculada de la difusión y transferencia de tecnología aplicable al desarrollo de medios masivos de destrucción, de material militar sofisticado y de las capacidades técnicas y organizacionales relacionadas con ellos.

Siempre que los integrantes de la "troika" (EE.UU., Europa y Japón) se mantengan firmes en la limitación de la exportación de armas, material y tecnología y salvo que se produzcan situaciones imprevistas que reanuden el reaprovisionamiento, las fuerzas armadas de América Latina se irán desarmando por propia obsolescencia salvo que encuentren alternativas proporcionales a sus necesidades de defensa. En este aspecto sólo la producción o adquisición de equipo militar y tecnología intermedia, permitiría a las fuerzas armadas de América Latina conservar cierta relevancia en el manejo de los eventuales conflictos regionales y siempre tratándose de operaciones relativamente reducidas en tiempo e intensidad.

La relativa desorganización del sistema internacional parece inducir a las potencias ordenadoras a presionar el desarme de las naciones periféricas a la vez de inducir el empleo de los recursos financieros respectivos en salud, educación y desarrollo, en general.

Quizás la idea sea que el Sur entre en un proceso "civilizatorio" que pacificará la resolución de los conflictos por las limitaciones militares de los posibles contendientes, consolidará el mecanismo del mercado para la distribución de bienes y recursos naturales, dentro del libre flujo internacional de ellos, en una paz garantizada por organismos internacionales.

Estos condicionamientos y la profunda transformación de la situación y la praxis estratégica deberán impulsar la elaboración de conceptos nuevos en la región. Por una parte, resulta evidente que solamente fuerzas armadas bien estructuradas, preparadas para compromisos de toda índole, dentro de la situación de cada país, pueden asegurar la protección necesaria de los intereses de sus pueblos. Por la otra, el pensamiento militar se encuentra con barreras tecnológicas y de política internacional difíciles de superar, capacidades presupuestarias reducidas e indeterminación de la amenaza que oriente el planeamiento. [14]

Como se verá más adelante, lo primero será advertir la existencia de distintos niveles de compromisos de seguridad: los que atañen exclusivamente al país y los que se deriva de esta internacionalización contemporánea de los problemas de seguridad [15].

4. CONCEPTOS ESTRATEGICOS Y DE EMPLEO DE LA FUERZA A CONSIDERAR EN AMERICA LATINA

Teniendo en cuenta los factores apuntados más arriba, que limitan pero

---

(11) Ver SAYIGH, Y. **Confronting the 1990s: Security in the Developing Countries.** Adelphi Papers N° 251, 1990. DUNN, L.A. **Containing Nuclear Proliferation.** Adelphi Papers N° 263, 1991. ROBERTS, B. **Chemical Disarmament and International Security.** Adelphi Papers N° 267, 1992. NYE, J.S. "What...", op. cit.

(12) ROBERTS, A. **International Law and the Use of Force, I** y GARDNER, R.N. **International Law and the Use of Force, II.** Adelphi Papers N° 266, 1991-1992. WEISS, T.G. y CAMPBELL, K.M. "Military Humanitarianism", en **Survival**, Vol. XXXIII, N° 5, set-oct 1991. NYE, J.S. "What...", op. cit.

(13) MC NAMARA, R.S. "The Post-Cold War World and the Implications for Military Expenditure in the Developing Countries", World Bank, **Anual Conference in Development Economics**, 1991. Ver nota 16.

(14) Ver ROPER, J. **Shaping Strategy Without Threat.** Adelphi Papers N° 257, 1990-1991.

(15) *"There will always be small-scale operations that a single country undertakes by itself in support of secondary interests, but the truly vital interests are collective, and they will require a collective response."* FREEDMAN, L. "Escalators and Quagmires: Expectations and the Use of Force", en **International Affairs**, N° 67, I, 1991.

también estimulan, no resultaría ocioso explorar las posibilidades de una nueva conceptualización estratégica para la región, con la necesaria adaptación a las realidades y necesidades de cada país, pues, como se sabe, los recursos asignados para la defensa se hallan en función de la percepción que tiene la comunidad de las amenazas que puedan afectarla.

Los cambios del paradigma estratégico y las restricciones ya mencionadas sugieren cambios en la organización, doctrina, instrucción y formas de empleo de las fuerzas armadas que permitan enfrentar los nuevos y viejos desafíos.

No se trata simplemente de comprar "llave en mano" un conjunto de ideas sino de tomarlas como una orientación para pensar por cuenta propia desde las realidades nacionales.

Así como todas las estructuras de seguridad han devenido obsoletas en este período, que muchos convienen en considerar de transición, en el hemisferio americano también se da una situación similar respecto de un sistema de seguridad hoy arcaico (OEA, TIAR).

En fin, repensar los conceptos estratégicos básicos y derivar de ellos las consecuencias prácticas que les siguen es un desafío que los latinoamericanos no pueden dejar de resolver.

4.1. La Región

En lo concerniente a esta cuestión el área puede ser descripta sucintamente como sigue:

a) América Latina es un ámbito que ya cuenta con limitados medios de violencia [16] que, con toda probabilidad, no serán ampliados notablemente en el previsible futuro, no sólo por el control de armamentos sino también por sus propias limitaciones económicas y tecnológicas.

b) La evolución cultural moderna y los valores sugeridos por los medios masivos de comunicación, hacen que la sociedad civil, en especial en las áreas urbanas, comparta una escala de valores en los cuales los temas de seguridad y defensa no están en los primeros lugares.

c) Puede percibirse también una aceptación cada vez más generalizada del humanismo internacionalista de la ONU y la confianza, más o menos sólida, en los mecanismos diplomáticos regionales y mundiales de preservación de la paz. El enorme costo de la agresión, para los que no son ordenadores -luego de la Guerra del Golfo- también es muy claro.

d) En la última mitad de este siglo la región ha presentado un bajo nivel de conflictualidad internacional -si bien las tensiones internas, en algunos casos, son de importancia- que coincide con la tradición jurídico-política pacifista de las naciones de América Latina.

e) Los acuerdos de seguridad hemisféricos, liderados por los Estados Unidos de América, han tenido como enemigos a los enemigos de la potencia líder. Durante la Segunda Guerra Mundial, las potencias del Eje y en la Post Guerra, el bloque comunista. Desaparecidos estos peligros, no se advierte amenaza extracontinental cierta, determinada y/o posible [17].

f) La mayoría casi absoluta (excepto Cuba y Haití) de los países de América Latina cuentan con gobiernos de estructura democrática, con mandatarios responsables ante el electorado. Por ello, las posibilidades de un ataque por sorpresa de uno a otro no parece probable [18]. En caso de ruptura de los procedimientos constitucionales (p. ej. Perú) ésta ha sido parcial y es de prever que las que puedan producirse en el futuro guarden las formas [19].

4.2. Reformulación del Pensamiento Militar

Si las afirmaciones que se dejan consignadas tienen algún sustento, las condiciones que se dan en América Latina podrían dar lugar a la **reformulación del pensamiento militar** de la región sobre algunos de estos **supuestos** [20]:

a) Las estructuras de seguridad existentes en el Hemisferio no corresponden a la realidad estratégi-

(16) El gasto militar promedio en América Latina y el Caribe en el período 1972-1988 ha sido del 2,3% del Producto Bruto Interno, muy reducido con respecto a la media mundial en el mismo período (durante la Guerra Fría) de 16,5% del PBI. Las excepciones en ese lapso las constituyen Cuba con 11,7%, Guyana con 7,2% y Chile con 6,7% HEWITT, D.P. **Military Expenditure: International Comparison of Trends.** IMF, Fiscal Affairs Dept. WP/91/54, 1991. Este documento aconseja ejercer presión sobre los países del Tercer Mundo para que la asistencia financiera del FMI no sea empleada en gastos militares. También del mismo autor, **Military Expenditure: Econometric Testing and Political Influences.** IMF, Fiscal Affairs Dept. WP/91/53, 1991.

(17) Ver CAFFREY, D.F. "The Inter-American Military System. Rethoric vs Reality", en FAURIOL, G. (ed). **Security in the Americas.** National Defense University Press, Washington, 1989.

(18) SCHWELLER, R.L. "Domestic Structure and Preventive War: Are Democracies More Pacific?", en **World Politics**, Vol. 44, Nº 2, Jan. 1992. También HURREL, A. "Latin America in the New World Order: A Regional Bloc of the Americas", en **International Affairs** 68:I, 1992.

(19) Debe tenerse en cuenta que en América Latina hay hoy una ola de descontento respecto de los incumbentes de los roles políticos, por imputaciones de ineficiencia y corrupción. En Brasil, Colombia y Venezuela se han producido importantes crisis por diferentes motivos. La difícil situación de Perú ha sido ya recordada. Por otra parte, en la OEA, se trata de impulsar el establecimiento de sanciones dentro del sistema hemisférico para el caso de producirse cambios de gobiernos por medios no constitucionales. Datos inquietantes obtenidos por Samuel Fitch y aún no publicados, muestran que en Ecuador, por ejemplo, más del 60% de la población encuestada vería con buenos ojos que los militares se hicieran cargo del gobierno.

(20) Sigo a CHIPMAN, J. "The Future of Strategic Studies", en **Survival**, Spring 1992.

ca actual y deben ser reelaboradas consensualmente por los participantes en ellas, o crear nuevas.

b) En estos tiempos la seguridad doméstica y la seguridad internacional se superponen e interrelacionan íntimamente y no pueden ser consideradas sino simultánea y entrelazadamente.

c) El concepto de soberanía nacional se está transformando rápidamente. Las dimensiones que lo componen tienen cada vez menor referencia territorial. Las amenazas que afectan a un determinado país provienen de sectores económicos, tecnológicos, financieros, de comercio exterior, etc., que no siempre tiene referencia geográfica en el sentido tradicional [21]. Por ello, también es obsoleto definir los intereses de seguridad en términos predominantemente geográficos.

d) Los Estados no tienen capacidades ilimitadas de coacción respecto de sus propios ciudadanos o habitantes. Los derechos humanos son un asunto de interés internacional.

e) Las estructuras militares de la nación no siempre se preparan para una amenaza determinada, sino que deben tener gran flexibilidad para lo imprevisto, contar con nuevas reglas de compromiso militar y con renovados criterios de empleo de la fuerza.

f) Los problemas importantes de seguridad, donde están en juego los más relevantes intereses de las unidades políticas son materia de acción militar colectiva, que toma legitimidad de niveles superiores (tipo ONU, pactos regionales), economiza recursos y facilita el consenso internacional.

Esto no supone que deban excluirse organizaciones militares con capacidad para enfrentar las amenazas tradicionales, proteger los recursos naturales y la jurisdicción del Estado, explorar regiones de difícil acceso, luchar conflictos de baja intensidad, participar en la elaboración y mantenimiento de ámbitos de confianza *(Confidence Building Measures)*, etc.

g) El control de la transferencia de armas y tecnología de uso militar, no sólo con respecto de armas de destrucción masiva sino de material convencional de cierta sofisticación, impondrá un "techo" a las capacidades operacionales de las fuerzas armadas de América Latina.

h) El apoyo de la opinión pública nacional e internacional es cada vez más necesario, para lograr la aceptación, tanto del contribuyente que debe mantener sus fuerzas armadas como la del público internacional en la legitimación de las acciones militares.

4.3. El Modelo de Fuerzas Armadas

Si de lo expresado anteriormente puede deducirse que existe:

1) un conjunto de sociedades con baja probabilidad de guerras, al menos convencionales;

2) la posibilidad de obtención de material en base a tecnologías militares intermedias, adecuadas a las capacidades de cada país;

3) fuerzas armadas incluídas en sociedades en procesos de modernización general;

podría ser entonces menos aventurado pensar en un **modelo de fuerzas armadas latinoamericanas** con algunos rasgos del tipo de "Sociedades sin Guerra" propuesto por C. Moskos [22].

Dicho modelo supone fuerzas armadas:

a) Basadas en un cuadro profesional en servicio activo y fuerzas de reserva de rápida y fácil movilización. (Europa tiene por ahora, un sistema mixto. El promedio de voluntarios-profesionales en los países de la NATO es de 45.5%).

b) Con fuerte orientación hacia los valores cívicos y subordinación al poder político.

c) Conducidas por cuadros de oficiales y suboficiales de alta capacitación, no sólo profesional militar sino terciaria y universitaria. La disciplina no será predominantemente autoritaria o apoyada en diferencia de clase, sino que se obtendrá en función de las misiones a cumplir.

d) Reducido en sus dimensiones pero muy flexible, versátil y móvil. Apto para operaciones conjuntas *(Joint Operations)* y combinadas *(Combined Operations)*, con fuerzas armadas de otros países.

e) Con equipamiento diferente según las misiones. En parte de cierta complejidad tecnológica (misiones combinadas) y en parte de tecnología convencional (misiones convencionales).

f) Con una amplia base de reclutamiento. Con promociones y posiciones asignadas con criterios exclusivamente meritocráticos.

g) Con menos referencia a valores puramente institucionales, es decir, con mayor comunión con los valores generales de la sociedad, manteniendo siempre el núcleo duro e irreductible de las pautas del comportamiento militar [23], fundadas en su misión de aplicar la violencia del Estado, en combate.

4.4. Criterios de Empleo de la Fuerza Militar

En esta misma línea de razonamientos también sería posible intentar la introducción de **modernos criterios de empleo de la fuerza militar** que atiendan a las nuevas condiciones de la región, a los valores aceptados por la comunidad internacional y a los intereses de cada nación.

(21) Este cambio se refleja también en los nuevos intereses de inteligencia de las naciones. Ver TURNER, S. "Intelligence in a New World Order", en **Foreign Affairs**, Fall 1991.

(22) MOSKOS, C. "Armed Forces in a Warless Society". Paper based on luncheon address to the IUS, Baltimore, Md. 1989.

(23) Para un panorama general de la cuestión ver MOSKOS, C. y WOOD, F.R. **The Military: More Than Just a Job?** Pergamon Brassey's, 1988. BOENE, B. (ed.). **La Spécificité Militaire**. Armand Colin, París, 1990.

Las normas sugeridas para el empleo de las fuerzas armadas de la región podrían seguir las siguientes pautas [24]:

a) El alistamiento comprende todas las situaciones: de paz *(peace commitments)*, conflictos de baja intensidad, alivio de catástrofes, guerra convencional, manejo de crisis, emergencias ecológicas, apoyo de las fuerzas de seguridad y policiales (bajo control de las autoridades civiles), etc.

El concepto central es que el empleo de la fuerza militar es supletorio a las negociaciones (diplomáticas o entre sectores en conflicto) y cesa tan pronto como esas negociaciones puedan restablecerse. La fuerza militar actúa como estabilizador de crisis y trata de evitar, en lo posible, la escalada a niveles superiores de crisis o conflicto.

b) El criterio a emplear en todos los casos es el del empleo de la mínima fuerza necesaria para lograr el objetivo propuesto. La victoria es cada vez más un objetivo táctico, el objetivo estratégico es lograr acuerdos de paz amplios y duraderos. Por tanto, el propósito del combate no es el aniquilamiento del oponente, debe ser la imposición de un castigo o un costo (disuasión), tenderá a su neutralización, o a minar su moral de combate, o a su desarme, etc. El objetivo final ha de ser el de la reconciliación.

Por ello, todo plan de batalla debe adecuarse en lo posible a minimizar los efectos colaterales y las bajas innecesarias del enemigo, de tal manera que resulte más fácil lograr, más tarde, relaciones internacionales o entre grupos sociales, viables y duraderas.

c) La postura del soldado será entonces protectiva no destructiva. Sus misiones en el siglo XXI, dice Däniker, serán "proteger, ayudar y evitar los sufrimientos". Es decir, mantener la paz y la seguridad. Por esas razones también, las funciones de verdadero combate no serán las más frecuentes en la vida del soldado [25].

d) La flexibilidad y multifuncionalidad serán tan importantes como el poder de fuego y la movilidad en el campo de batalla. Los comandantes deberán reunir las condiciones de versatilidad y de educación para cubrir una amplia gama de misiones.

5. *AMERICA LATINA*

5.1. Importancia Estratégica

La región ha salido de la dialéctica de la Guerra Fría. Un nuevo contexto democrático ha reducido las probabilidades del retorno a los proverbiales gobiernos militares. Las competencias por el predominio y las carreras armamentistas se han reducido o han desaparecido (el caso Argentina/Brasil es el más notorio). En la presente década se han difundido políticas de ajuste económico orientadas hacia el mercado y a la reducción del papel del Estado. Al mismo tiempo subsisten grandes desigualdades económicas y sociales en el seno de las sociedades de la región y tampoco las instituciones democráticas están totalmente consolidadas [26]. En suma, la importancia estratégica del área, desde el punto de vista mundial, ha perdido relevancia. También se discute su valor para los EE.UU. [27].

La actividad guerrillera subsistente no sólo se ha reducido notablemente sino que opera sin el apoyo externo que otrora gozaban los movimientos subversivos desde el campo socialista, directamente o vía Cuba [28]. En Colombia y particularmente en Perú, la guerrilla y el terrorismo han adquirido una notable peligrosidad por su alianza con el narcotráfico, amenazando la estabilidad misma de estos Estados.

La función como retaguardia y seguridad territorial que las fuerzas armadas latinoamericanas desempeñaban en el dispositivo estadounidense de defensa de los años '50, como garantes de vías de comunicación expeditas, provisión de algunas materias primas y rechazo de la penetración soviética, comenzó a debilitarse y perder contenido hacia los '60 y '70, momentos en que la amenaza subversiva y terrorista alcanzó su máximo pico de actividad.

Producido el cambio de enemigo (de las potencias del Eje, al bloque comunista y a la guerrilla) las provisiones de armas y equipo militar por parte de los EE.UU. a las fuerzas armadas de América Latina fue cambiando del "surplus" de la II Guerra Mundial a la provisión de material ligero, de comunicaciones, helicópteros, etc., aptos para la lucha contrainsurgente.

(24) En las siguientes proposiciones sigo a JANOWITZ, M. **The Professional Soldier.** Free Press, Glencoe, 1960, cáp. VIII, "Towards the Constabulary Concept". DANIKER, G. **Wende Golfkrieg Von Wesen und Gebrauch künftiger Streitkräfte.** Verlag Huber, Frauenfeld, 1992, en la transcripción y síntesis presentada en SCHWEIZER-MEYER, H.J. y MEYER-SCHWEIZER, R. "Swiss Security Policy and its Reception by Public and Parties". Paper presentado en la IUS Biennial Conference, Baltimore, Md, Oct. 1991. Similares conceptos se vuelcan en **Plan Directeur de l'Armée.** Report du Conseil Federal aux Chambres Fédérales, 1992. Las adaptaciones al contexto de América Latina y a lo ya dicho en este trabajo son de mi responsabilidad.

(25) Tampoco lo son en las fuerzas armadas que se han conocido hasta el día de hoy. La mayor parte de su tiempo, el soldado lo ocupa en su entrenamiento, instrucción, ejercicios, etc. No podría ser de otra manera.

(26) Ver RIAL, J. **Las Fuerzas Armadas de América del Sur y su relación con el Estado en el nuevo contexto democrático, en un mundo en cambio constante.** PEITHO, Montevideo, Doc. de Trabajo Nº 70, 1991. PERELLI, C. **El nuevo ethos...** (publicado en este mismo volumen de SER en el 2000, p. 47).

(27) Ver KAUFMAN PURCELL, S. **US Policy Towards Latin America after the Cold War.** Adelphi Papers Nº 256, 1990-1991.

(28) Para una visión general de la cuestión ver FAURIOL, G. (ed.). **Latin American Insurgencies.** Georgetown University, CSIS, Washington, 1985.

Con ello la brecha tecnológica militar en detrimento de los países de América Latina se hizo aún más amplia y evidente. Algunos países, principalmente Argentina y Brasil, en los años '60 y '70 aceleraron el desarrollo de industrias militares domésticas y obtuvieron el material bélico de nuevos proveedores, principalmente de Europa [29]. Estas alternativas están actualmente en retroceso por el control internacional de armamentos que se ha mencionado, las limitaciones propias de los mismos actores latinoamericanos, y la recesión del mercado regional de equipo militar. Aún tratándose de un área de paz cuasi-estructural, como se ha expresado, aún es posible detectar algunas causas posibles de conflicto [30] vinculadas a:

a) Cuestiones de límites, que han sido frecuentes en el pasado. Hay muchas fronteras no bien delimitadas en la región, si bien, en la gran mayoría de los casos, han sido resueltas pacíficamente a través de tratados o por el sistema hemisférico de resolución de disputas.

b) Cuestiones sobre recursos naturales. Se han solucionado o se hallan en trance de hacerlo por mecanismos similares a las anteriores.

c) Descolonización. Aún existen en América Latina y el Caribe territorios en poder de potencias extracontinentales sobre los cuales los países del área alegan fundados derechos.

d) Desborde de conflictos internos. Un efecto "dominó" siempre es posible.

e) Aquellos provenientes de la oposición Norte/Sur.

f) Imprevistos. Que obviamente, no pueden identificarse, pero que exigen fuerzas militares preparadas y listas para operar en corto tiempo.

5.2. Los Estados Unidos de América

"La existencia de una potencia hegemónica en el continente es un dato de la realidad. Como lo es su capacidad de influir en los países del área y de dictar normas internacionales ordenadoras en aquélla. De allí que los roles asignados por los EE.UU. a las fuerzas armadas del continente, conforme a la visión del marco estratégico mundial por ellos elaborada, no pueden ser ignorados." [31]

Sin duda, este país queda como la única superpotencia militar restante. Sin embargo, enfrenta inquietantes cuestiones domésticas como su déficit fiscal [32], y el desequilibrio de su comercio exterior, a la vez que siente el esfuerzo de la competencia económica y tecnológica con Japón y, en segundo término, con la Europa comunitaria.

La desaparición de su enemigo principal ha desatado fuertes presiones internas para disminuir los gastos de defensa y transferir esos fondos principalmente a servicios sociales, para un sector no despreciable de su población en estado de pobreza. De allí también que piense no sólo en competir sino en cómo compartir responsabilidades "ordenadoras" con la Europa comunitaria y el Japón.

EE.UU. mantiene la mayor capacidad de disuasión nuclear contra eventuales disrupciones en el sistema internacional que afecten sus intereses. Ella ya no se dirige principalmente hacia los estados sucesores de la URSS -si bien los emplazamientos nucleares en sus territorios están siendo vigilados estrechamente- sino que constituye una respuesta posible a las amenazas provenientes de países radicalizados (Libia), "santuarios" nucleares protegidos por el principio de soberanía territorial (Corea del Norte) o grupos terroristas que puedan acceder a la tecnología atómica.

Siempre mantendrá, asimismo, poder militar suficiente para proyectar poder en todo el mundo *(global reach)*, individual o colectivamente y capacidad para intervenciones militares "quirúrgicas", sobre objetivos muy puntuales, tratando de minimizar los daños colaterales [33].

Los lineamientos generales de los intereses de seguridad que los EE. UU. tienen respecto de América Latina pueden extraerse de la literatura proveniente de esa misma fuente [34].

---

(29) Esta diversificación de las fuentes de aprovisionamiento de equipo militar permitió que Argentina intentara recuperar las Islas Malvinas en 1982.

(30) Un excelente análisis del tema para América del Sur puede hallarse en CHILD, J. "Geopolitical conflicts in South America", en FAURIOL, G. Security..., op. cit.

(31) BELTRAN, V. **Marco General para el Estudio de la Reorganización del Ejército.** Mimeo, 1991.

(32) El déficit fiscal federal se aproxima a 400.000 millones de dólares, es decir al 6% del producto Bruto Interno y una cuarta parte del gasto fiscal federal total.

(33) Para una visión de este punto proveniente de fuentes oficiales ver JOINT CHIEFS OF STAFF. **Joint Military Net Assesment**, Washington, 1991. ASSO-CIATION OF THE U.S. ARMY. **The Army Budget for Fiscal Years 1992-1993**, Washington, 1991. STONE, P.W. y SULLIVAN, G.R. **Strategic Force, Strategic Vision for the 1990' and Beyond.** House of Representatives, Washington, 1991. JOINT CHIEFS OF STAFF. **National Military Strategy of the United States.** Washington, 1992.

(34) Las fuentes que han podido ser consultadas son las siguientes:

a) Documentos académicos:

- MARCELLA, G. y WOERNER, F. **Strategic Vision and Opportunity: The US and Latin America in the 1990's.** Discussion Draft, Feb. 1991.
- NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY, INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES. **Latin American Development Shop.** Fort Mc Nair, Washington, septiembre 1990.
- NATIONAL DEFENSE UNIVERSITY, INSTITUTE FOR NATIONAL STRATEGIC STUDIES. OFFICE OF REGIONAL STUDIES. **Refining US Interests in Latin American.** Washington, 1992.
- WILSON, M.G. **Towards the next American century: Building a new partnership with Latin America.** Backgrounder, The Heritage Foundation, 1992.
- MARCELLA, G. "Military participation in the democratic process", en FAURIOL, G. Security..., op. cit.
- GOETZ, R.B. "US Security interests in

Ellos son:

a) Control de la insurgencia y el terrorismo.

b) Apoyo a la lucha contra el tráfico ilegal de narcóticos.

c) Desarrollo social y económico, entendido como lucha contra las condiciones que originan las insurgencias, a través de tareas de acción cívica por parte de las fuerzas armadas de América Latina para paliar las condiciones de pobreza de la región.

d) Apoyo a los gobiernos democráticos, lo que incluye la reformulación de las relaciones civil/militares. Donde sea necesario, acciones de apoyo a la *"nation building"*.

No en todos, en cambio, aparecen los siguientes temas:

a) Dar mayor eficiencia a la OEA, para estabilizar la región.

b) Apoyar las "misiones de paz" en el Hemisferio.

c) Sostener la formación de sistemas de seguridad regionales.

d) Impulsar ejercicios militares o navales combinados con los diversos países de América Latina (tipo "Unitas").

e) Control de desastres naturales, aprovechando la capacidad organizacional y el equipamiento de las fuerzas armadas.

Estas pautas de política de seguridad hemisférica llevan consecuencias evidentes para el equipamiento, doctrina, organización e instrucción de las fuerzas armadas de América Latina y produce varios tipos de reacciones:

1) Las implicancias para el equipamiento militar de las fuerzas armadas latinoamericanas son claras y se suman a las restricciones de transferencia de material y tecnología por parte de los países industrializados y a las decisiones que por sí mismas han tomado ya algunas de las naciones del área [35].

2) Las nuevas condiciones de la situación mundial y hemisférica no siempre son percibidas adecuadamente por los órganos políticos y militares que deben estudiar y decidir los cambios inevitables en el formato y las misiones de las fuerzas armadas de América Latina. Por una parte, los funcionarios civiles no siempre muestran conocimientos o interés suficientes en el área de la Defensa Nacional y, por la otra, los militares conservan una especie de monopolio sobre esos asuntos que los políticos no siempre quieren o pueden quebrar.

3) Los oficiales militares responsables deben enfrentar las resistencias personales e institucionales naturales al cambio y los temores, fundados, de que cualquier transformación del formato de las fuerzas armadas latinoamericanas, siempre significará una reducción de personal (como lo está siendo en todas partes del mundo).

4) Muchos oficiales militares, particularmente los pertenecientes a los países de mayor importancia en América Latina han sido educados y se han ejercitado en la doctrina militar de las grandes operaciones tipo II Guerra Mundial y no se han visto obligados a pensar, hasta ahora, en nuevos roles para sus fuerzas armadas, en la situación estratégica post-Guerra Fría. Ellos no parecen resignarse a aceptar papeles que estiman de menor importancia, que el planeamiento de operaciones al nivel Teatro, Cuerpo de Ejército o equivalentes.

5.3. Roles Tradicionales y Posibles Nuevos Roles para las Fuerzas Armadas de América Latina

La primera salvedad que no por obvia debe omitirse, es que América Latina

---

Latin America"; FALCOFF, M. "Military and strategic issues in Latin America"; FAURIOL, G. "Social and economic challenges to hemispheric security", todos en GARRITY, P.J., ENDICOTT, J.E. y GOETZ, R.B. (eds.). **Regional Security Issues.** National Defense University, Institute of Higher Defense Studies, Washington, 1991.

- VARAS, A. (ed.). **Hemispheric Security and U.S. interests in Latin America.** Westview Press, Boulder, Colorado, 1989.

b) **Programas Especiales:** particularmente la International Service School, College of Law de la Washington University, y fundaciones como National Democratic Endowment, McArthur, etc. Estudios con énfasis en las relaciones civiles-militares y la capacitación de funcionarios civiles latinoamericanos para conducir los asuntos militares, defensa de los derechos humanos, etc.

c) **Conferencias de Ejércitos Americanos:** en la XIXa Conferencia celebrada en Washington D.C. en noviembre de 1991, los temas propuestos por la Secretaría Ejecutiva Permanente (Documento SEPCEA Nº 32/91) como desafíos para los ejércitos (latinoamericanos) eran: 1. La violencia política; 2. El tráfico de narcóticos; 3. Las condiciones económicas y sociales de América Latina.

En este documento se hace referencia sólo tangencialmente a las misiones militares "clásicas", como la defensa del territorio nacional y los intereses vitales de los países, como propios de los ejércitos latinoamericanos.

(35) Así, entre los ejemplos más recientes:

1. Brasil y Argentina acordaron, el 28/11/90, en renunciar a la producción o adquisición de armas nucleares y en someter sus instalaciones nucleares a la inspección mutua.
2. La XIIa Asamblea General de la OEA (Sgo. de Chile, junio de 1991) se reunió para tratar el tema "Cooperación para la seguridad del Hemisferio" y produjo importantes declaraciones sobre defensa de la democracia, mecanismos de seguridad colectiva, control de armamentos y limitación de armas de destrucción masiva (7/7/91).
3. El 5/9/91 Argentina, Brasil y Chile acuerdan no producir, no poseer ni usar armas químicas o biológicas.
4. El 13/12/91 los Presidentes de Argentina y Brasil firmaron los acuerdos de salvaguardia nuclear con la International Atomic Energy Agency y pusieron sus instalaciones nucleares bajo control de esa agencia, etc.

En este punto, y con referencia a Argentina, ver DIAMINT, R.C. **Cambios en la política de seguridad en la Argentina en busca de un perfil no conflictivo.** Mimeo, enero 1992.

es un continente de amplias diversidades económicas, políticas y sociales. También sus relaciones con el exterior, en particular, con los EE.UU. son diferentes en cada caso. Asimismo, cada unidad nacional tiene sus necesidades de defensa y sus intereses de seguridad respecto de sus vecinos, de su situación interior y de sus relaciones hemisféricas.

Por lo tanto, los presupuestos efectuados más arriba y las sugerencias que siguen deben considerarse a la luz de la voluntad política de cada nación, sus necesidades y sus posibilidades.

En principio, pueden visualizarse tres tipos de misiones generales para las fuerzas armadas del área:

a) Las tradicionales o convencionales de defensa de la soberanía nacional, de los intereses vitales y de los recursos naturales de su país. A éstas se agregan la vigilancia general del territorio y fronteras, defensa de los gobiernos legítimos, exploración y ocupación de áreas de difícil acceso (desiertos, selvas, zonas polares), etc.

b) La participación en misiones militares combinadas de defensa regional, cuando se establezcan sistemas colectivos de seguridad viables en la región.

c) Misiones de conservación de la paz, interposición, humanitarias, de vigilancia, etc., o de preservación o restablecimiento del orden jurídico internacional *(peace enforcing)*, fuera del territorio nacional y bajo autoridad internacional (ONU).

5.3.1. Reestructuración de las Misiones Tradicionales

Si resultan aceptables algunas de las proposiciones efectuadas en el punto 4) precedente, la concepción estratégica de las fuerzas armadas de América Latina podría guiarse por el principio de la suficiencia defensiva, es decir el que indica que debe contarse con las capacidades necesarias para cumplir las misiones mencionadas en el punto 5.3.a) precedente, pero no aptitudes para montar un ataque significativo por sorpresa sobre otro país o lograr una penetración en profundidad y en gran escala en el territorio de un vecino [36].

Las peculiaridades nacionales harán que algunos países del área privilegien el conflicto de baja intensidad o la vigilancia de fronteras o la protección de recursos naturales o de las vías de navegación o la ocupación de áreas de difícil acceso, etc.

En términos generales, las fuerzas armadas comprometidas en este proceso de modernización deberían pensar en medidas relacionadas con:

a) La organización de unidades militares muy versátiles y flexibles para componer unidades mayores, tipo "fuerza de tareas", aptas para cumplir las variadas misiones que les puedan ser asignadas. Una o más unidades o estructuras (Ingenieros, Comunicaciones, Acción Psicológica, Contrainsurgencia, etc.) serían la columna vertebral, según el compromiso a enfrentar.

b) El armamento y equipo sería convencional. El más moderno que sea posible obtener de acuerdo a la asignación de recursos públicos y la capacidad de absorción y manejo del personal.

c) La elaboración de nuevas normas de empleo en la acción *(Rules of Engagement)* en cada caso, según los conceptos aplicables de los señalados en el punto 4.

d) El despliegue de las fuerzas no sería territorial, sino concentrado en centros de asentamiento e instrucción, con movilidad suficiente para ser empleadas en cualquier punto del territorio. La existencia de lucha antisubversiva constituye una clara excepción a este principio. La mayor potencia de fuego y los medios de desplazamiento y apoyo deben compensar la disminución en el número de efectivos.

(36) Ver WALKER, J. "New thinking about conventional arms control", en **Survival**, Vol. XXXIII, Nº 1, Jan.Feb. 1991. BELTRAN, V.R. "El concepto de suficiencia defensiva" en **Seguridad Estratégica Regional**, Nº 1, Buenos Aires, 1992.

5.3.2. Participación en Sistemas Colectivos de Seguridad

Un sistema colectivo de seguridad es un sistema regulador de la vida internacional que previene y controla los conflictos intra y extra sistema y está preparado para enfrentar flexiblemente eventos no previsibles que lo afecten negativamente. Un ordenamiento de este tipo presupone que:

a) Los miembros comparten puntos de vista generales, es decir que tenga ciertos valores básicos compartidos.

b) Cada uno de los miembros recibe beneficios en función de sus intereses individuales.

c) Todos los miembros deben ser, de alguna manera, vulnerables a las medidas colectivas.

d) Cada Estado perteneciente al sistema controle su orden político interno.

e) Ningún miembro formule objeciones fundamentales al sistema.

f) Si se trata de un subsistema regional, sus disposiciones, acciones y sanciones sean compatibles con el orden mundial (ONU). [37]

- Viabilidad de un Sistema Hemisférico de Seguridad

Un análisis breve indica que las posibilidades de un sistema de seguridad con este alcance son, por el momento, remotas.

a) Una consideración hemisférica del problema de la seguridad colectiva hace resaltar, en primer lugar, la contraposición Norte-Sur en su interior. La diversidad de intereses y la dialéctica de las oposiciones de la agenda ya descripta imponen considerar algún tipo de nivelación (a más de la jurídica, que es el presupuesto teórico pero no práctico de los instrumentos existentes) entre la potencia hegemónica y su estrecho aliado canadiense y el resto del continente. Es decir un impulso notable al desarro-

(37) BELTRAN, V.R. "La seguridad hemisférica y el nuevo orden internacional" en **Military Review**, edición española, sep.oct. 1992.

llo y a la modernización de los más débiles, para que puedan identificarse con mayor facilidad los intereses comunes de los socios a incorporarse al sistema.

b) En un sistema de seguridad colectivo, como se ha dicho, todos los miembros deben ser, de alguna manera, vulnerables a las medidas colectivas que legalmente se tomen para prevenir los conflictos, sancionar las violaciones y mantener la seguridad de todos.

En el hemisferio americano la potencia de los EE.UU. es de una magnitud tal, en relación al resto de los países, aún considerándolos en conjunto, que descarta toda vulnerabilidad a una sanción colectiva.

c) La dimensión y potencia extraordinaria de los EE.UU. hacen poco probable que no actúen en el sistema sino persiguiendo sus propios intereses vitales. Así lo ha demostrado en Grenada y Panamá.

d) Si uno de los objetivos esenciales de un sistema colectivo de seguridad es preservar el *statu quo*, dando previsibilidad al desarrollo de la conducta de los participantes, la situación a preservar en el momento corriente es claramente insatisfactoria para buena parte del área, lo que lleva a deducir que el interés de los menos favorecidos sería, al menos, vacilante.

e) Todo proyecto encaminado a la organización de un sistema de seguridad hemisférica deberá ser compatible:

- Con los intereses de la potencia hegemónica del continente. Ello no significa dejar la iniciativa exclusivamente en sus manos. Entraña coordinar y conciliar entre todos los miembros, intereses que no siempre son fáciles de conciliar.
- Con las capacidades económicas, técnicas, políticas, etc. de cada uno de los miembros, para lo cual deben partir de un mínimo aceptable para la participación activa en el sistema.

f) El sistema colectivo de seguridad también debe demostrar ser más eficiente que otros organismos más generales (ONU) para proteger la seguridad jurídica, el imperio del derecho internacional y rechazar la agresión.

g) El TIAR (1947) constituye una alianza contra un enemigo extra americano innominado, que no podía ser otro que la ex-URSS, para alinear a los países del continente junto a los EE.UU. en la Guerra Fría y debería ser reemplazado por otro instrumento internacional de similar nivel con el consenso de todos los estados del continente.

h) Sobre este último aspecto, una tendencia observable es la de dar nueva vida a la OEA por medio de un órgano ejecutivo similar al Consejo de Seguridad de la ONU, adaptado a las necesidades hemisféricas. Sus miembros podrían tener designación rotativa y sin el sistema oligárquico de membrecía permanente, con poder implícito de veto, que tiene el Consejo de Seguridad de la ONU. Esto también podría significar dar un rol efectivo a la Junta Interamericana de Defensa, como órgano de planeamiento militar de la OEA.

- Sistemas Regionales de Seguridad:

Entendidos como "áreas de seguridad" que pueden apoyarse en emprendimientos preexistentes como el Mercosur, el Pacto Andino o la Iniciativa para la Cuenca del Caribe (Caribbean Basin Iniciative), etc. con las características más arriba definidas y con un dispositivo militar combinado para proteger los intereses defensivos del conjunto.

Esta posibilidad ha sido entendida como un estadio superior y más avanzado de los acuerdos económicos y políticos ya vigentes entre los miembros actuales, al nivel militar.

En principio no parece padecer de las desventajas de un eventual sistema hemisférico y supone la posibilidad de alcanzar un grado razonable de interoperabilidad [38] entre las fuerzas militares comprometidas y un sistema de comando y responsabilidades políticas que funcione en un nivel superior de coordinación, con la necesaria autoridad.

Una de las ventajas a contabilizar es lo que podría llamarse las "economías de escala" en los gastos de defensa de los países miembros y la suma de capacidades técnicas para su aplicación a investigación y desarrollo comunes aplicables a usos militares. Como desventaja, la dificultad teórica de pensar una estrategia sin tener, en principio, un adversario preestablecido [39].

Un sistema de seguridad colectiva, particularmente en el área considerada, estaría siempre sujeto a los avatares político-económicos de sus miembros, puesto que exige cierto grado de compatibilidad o complementariedad de sus economías y de control del orden político interno por parte de cada Estado miembro.

Las misiones de un sistema colectivo de seguridad también pueden ampliarse a la supervisión de áreas marítimas, pesquerías, cuestiones ecológicas, espacios aéreo y exterior, etc.

En el Cono Sur de América Latina se han comenzado estudios de importancia sobre la posibilidad de implementar un sistema colectivo de seguridad entre los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay). Entre el 22 y el 26 de junio de 1992 se celebró en Vicente López (localidad cercana a Buenos Aires) el

(38) El concepto de interoperabilidad puede verse en U.S. DEPARTMENT OF THE ARMY. Army Regulation 34-1, "International Military Rationalization, Standardization and Interoperability", Washington, 1985.

(39) "Ha perdido realismo la antigua teoría del planeamiento estratégico basado en una guerra con un enemigo determinado (...). Es necesario un poder militar sin determinismos ni enemigos prefijados". FERRER, J.O., Almirante, Jefe del Estado Mayor General de la Armada Argentina. Conferencia ofrecida en el Colegio Interamericano de Defensa, Fort Mc-Nair, Washington, 19/10/91. También ROPER, J. Shaping strategy..., op. cit.

VI Simposio de los Estados Mayores Conjuntos de los países del Mercosur, actuando representantes de las fuerzas armadas chilenas como observadores. El trabajo presentado por el Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas Argentinas bajo el título "¿Es viable un sistema colectivo de defensa en el Cono Sur en un contexto de integración regional en marcha?"[40] representa un notable avance en el estudio de estas posibilidades, como paso futuro de la integración de los países del Mercosur [41]. Finalmente cabe recordar, asimismo, que la formación de sistemas regionales de seguridad restaría fundamentos a la constitución de una fuerza interamericana de intervención bajo control de la OEA, proyecto difícilmente aceptable por los países latinoamericanos.

- Otras medidas para Consolidar la Paz en el Continente:

Si bien los posibles sistemas regionales de seguridad pueden contribuir a establecer "áreas de seguridad" y, por lo tanto, de paz en América Latina, hay otros medios convencionales de conservación de la paz que ya existen o que pueden implementarse en el futuro.

a) Los mecanismos diplomáticos existentes dentro de la OEA y la ONU son de valor reconocido y en muchos casos, particularmente los de la OEA, han sido efectivos.

b) El Tratado sobre Armas Convencionales en Europa (París, 19/12/90), la experiencia del Consejo de Seguridad y Cooperación Europeas y la "tradición" de Helsinki tienen principios y conceptos de utilidad que pueden extenderse fácilmente a América Latina. La comunicación de movimientos militares, la formación de un Centro de Prevención de Conflictos y Procesamiento de Crisis en países neutrales (respecto de aquellos que tienen disputas pendientes en el área) son sólo ejemplos de caminos a explorar [42].

c) Las áreas de cooperación militar en investigación y desarrollo, cofabricación de armamento y equipo, ejercicios combinados, son también medios accesibles no sólo para reducir costos sino para ampliar la confianza mutua entre los países del área.

5.3.3. Misiones Bajo Autoridad Internacional

"La opción militar de fuerzas multinacionales constituirá, sin duda, en el futuro, la más legítima respuesta (...) ante los perturbadores del orden y la convivencia mundiales (...) Toda nación debe disponer permanentemente organizada y alistada, una fuerza de proyección de dimensión moderada y acorde con el potencial de cada Estado (...). Un contingente de proyección (...) debe ser multipropósito, asegurando que, con sólo un cambio de configuración de armamento y equipo, el mismo participe en fuerzas de intervención, de mantenimiento de paz, observación o ayuda humanitaria, según sea necesario." [43]

Es decir que un sector de las fuerzas armadas debe estar en condiciones de actuar bajo autoridad internacional y ser interoperable con las fuerzas armadas de los países industrializados. Tener compatibilidad doctrinaria, de organización, lenguaje, frecuencias de comunicaciones, calibres de las armas, etc. Condiciones que no son fáciles de llenar si recordamos, por ejemplo, las dificultades existentes en la Brigada Franco-Alemana y en la fuerza de paz interna que está preparando la Mancomunidad de Estados Independientes. Los problemas no sólo son técnicos ya que las fuerzas que participan en operaciones multinacionales deben compartir, aunque sea parcialmente, pautas culturales y sociales.

En el continente, Argentina en los últimos años ha dado los primeros pasos, que consolidan una tendencia anterior [44], al enviar dos fragatas a la Operación para restablecer la independencia de Kuwait en 1991 y un Batallón para servir con las Fuerzas de Paz de la ONU en Yugoslavia (1992 a la actualidad) [45]. El 21 de abril de 1992 el entonces Secretario de Asuntos Militares del Ministerio de Defensa de Argentina, Ferreira Pinho, solicitó a la ONU la creación

(40) Preparado por DEIMUNDO PIÑEIRO, A.J., DOMINGUEZ, R.F., HERRERA, A.J. y LOBAIZA, H. Todos oficiales superiores del Ejército Argentino, en situación de retiro.

(41) Se prepararon otros notables trabajos en el mismo sentido: HERNANDEZ OTAÑO, F., LAIDLAW, C.E. y LUSSO, E., con el mismo título y temática del anterior, publicado en **Revista de la Escuela Superior de Guerra, Nº 504**, Buenos Aires, enero-marzo 1992. Los autores también son oficiales superiores del Ejército Argentino. Otro, DONADIO, M., DRUETTA, G. y TIBILETTI, L. "Los nuevos conceptos sobre seguridad estratégica regional", en **Seguridad Estratégica Regional, Nº 1**, Buenos Aires, 1992. Otra visión favorable a la creación de sistemas regionales de seguridad en RUBINO, S. "La reconversión militar en América del Sur", en **Revista Española de Defensa**, Año 5, Nº 51, mayo 1992.

(42) Ver WALKER, J. "New thinking...", op. cit. Para América Central ver CHILD, J. (ed.). **Conflict in Central America: approaches to peace and security**. St. Martin's Press, New York, 1986; y CHILD, J. "Cómo verificar los acuerdos de paz y fomentar la confianza en América Central", en **Geopolítica**, Vol. XV, Nº 39, Buenos Aires, 1989.

(43) FERRER, J.O., op. cit.

(44) En funciones de observadores y verificadores de acuerdos por cuenta de la ONU hay 6 oficiales en Palestina, 7 en Angola, 6 en Irak-Kuwait y 15 en el Sahara. Otros 29 oficiales y suboficiales, con 4 lanchas rápidas, se encontraban en el Golfo de Fonseca (hoy en El Salvador para supervisar los acuerdo con la guerrilla). N. de la R.: situación a agosto de 1992.

(45) El Jefe del Estado Mayor General del Ejército Argentino, Teniente General M. Balza, dijo en esa oportunidad que esa misión era: "... la más trascendente operación de paz en el exterior que haya realizado la Fuerza".

de un centro de adiestramiento militar en ese país para tropas destinadas a operaciones de paz. Asimismo, Argentina envía 75 miembros de su Gendarmería Nacional a Camboya y estudia una mayor participación de fuerzas de paz en ese país.

En la publicación oficial del Ejército Argentino se coloca a las misiones de paz bajo autoridad internacional como las de segunda importancia, sólo a continuación de la misión de contar "con una capacidad de disuasión (convencional) creíble que posibilite desalentar amenazas que afecten intereses vitales." [46]

6. EPILOGO

Probablemente este "paper" pueda ser visto como perteneciente al campo de la ciencia ficción o de la estrategia ficción, toda vez que se apoya en tendencias que se cree advertir, pero que nadie puede asegurar que continúen, en el sentido en el cual actualmente se manifiestan.

Se ha subrayado, quizás con excesivo énfasis, la importancia y las consecuencias de la brecha tecnológica entre los países centrales industrializados y el resto del mundo y sus efectos en las relaciones internacionales de seguridad, pero tal relación parece la variable con mayor capacidad explicativa en el contexto de este trabajo [47].

Si bien puede parecer arrogante proyectar la experiencia del presente hacia el siglo XXI, en una situación mundial y hemisférica tan cambiante, las conceptualizaciones teóricas, si ocasionalmente sirven para provocar el debate y orientar los cambios en la realidad, cumplen una función positiva que me he atrevido a intentar.

(46) Verde Oliva, N° 2, junio de 1992.

(47) KENNEDY, P. The rise and fall of the great powers. Vintage Books, New York, 1989. El autor resalta la relación entre poder industrial y poder político-militar. En pp. 150-157, por ejemplo, señala la capacidad igualadora que tiene el desarrollo industrial entre las naciones.

P.364.-

Montevideo, 30 de Diciembre de 1993.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FOEB: Los empleados de la Fabrica Nacional de Cerveza y de Coca Cola se encuentran en pre-conflicto, debido al ingreso de bebidas importadas lo que pondría en riesgo la fuente laboral.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Se encuentran en conflicto en reclamo del pago del medio aguinaldo. Continua la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Continuan con la realización de paros sorpresivos cada vez que un cajero recibe un cheque de City Bank.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

F.U.S: EMP. CIVILES DE LA NACION: En reunión efectuada el 28/XII/ se resolvió realizar paro hasta el 3/I/94, a la hora 00.00. No se atenderá en Policlínica Central, excepto Urgencias. Esta medida la realizan por la falta de pago a los empleados.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN. CORTE ELECTORAL: Desde el 20/XII/ se encuentran realizando paros de brazos caídos hasta que se efectue la próxima asamblea Nacional para levantar los vetos a los acuerdos salariales.-

FUN. ELIMA: En el día de ayer se reunieron dirigentes del sindicato y directivos del Ente para destrabar el conflicto, no registrandose avances. El cuarto intermedio se mantiene hasta hoy a la hora 14.00, continuando con las medidas de lucha que vienen realizando.-

A.T.S.S: Como estaba previsto en el día de ayer a la hora 10.00 se concentraron el el hall de la sede central unas 100 personas, las que posteriormente recorrieron el edificio batiendo palmas y golpeando objetos metalicos. Al llegar al 5to. Piso no fueron recibidos por el Directorio por lo que descendieron en forma pacifica. A la hora 11.05 se reintegraron a sus lugares de trabajo. Se prevee para hoy la realización de un paro de 12.00 a 12.30 en apoyo de las gestiones que se vienen realizando ante la Oficina de Planeamiento y Presupuesto.-

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: En reclamo de salarios continuan con la realización de paros de dos horas por turno.-

FUN. MTOP: Presiguen con los paros parciales en las Secciones Vialidad y Arquitectura de Obras.-

P.368.-

Montevideo,30 de Diciembre de 1993.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FOEB: Los empleados de la Fabrica Nacional de Cerveza y de Coca Cola se encuentran en pre-conflicto, debido al ingreso de bebidas importadas lo que pondría en riesgo la fuente laboral.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T. Se encuentran en conflicto en reclamo del pago del medio aguinaldo. Continua la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Continuan con la realización de paros sorpresivos cada vez que un cajero recibe un cheque de City Bank.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

F.U.S: EMP. CIVILES DE LA NACION: En reunión efectuada el 28/XII/ se resolvió realizar paro hasta el 3/I/94, a la hora 00.00. No se atenderá en Policlínica Central, excepto Urgencias. Esta medida la realizan por la falta de pago a los empleados.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN. CORTE ELECTORAL: Desde el 20/XII/ se encuentran realizando paros de brazos caídos hasta que se efectue la próxima asamblea Nacional para levantar los vetos a los acuerdos salariales.-

FUN. ELENA: En el día de ayer se reunieron dirigentes del sindicato y directivos del Ente para destrabar el conflicto, no registrandose avances. El cuarto intermedio se mantiene hasta hoy a la hora 14.00, continuando con las medidas de lucha que vienen realizando.-

A.T.S.S: Como estaba previsto en el día de ayer a la hora 10.00 se concentraron el el hall de la sede central unas 100 personas, las que posteriormente recorrieron el edificio batiendo palmas y golpeando objetos metalicos. Al llegar al 5to. Piso no fueron recibidos por el Directorio por lo que descendieron en forma pacifica. A la hora 11.05 se reintegraron a sus lugares de trabajo. Se prevee para hoy la realización de una paro de 12.00 a 12.30 en apoyo de las gestiones que se vienen realizando ante la Oficina de Planeamiento y Presupuesto.-

ASOC. DE FUN. JUDICIALES: En reclamo de salarios continuan con la realización de paros de dos horas por turno.-

FUN. MTOP: Presiguen con los paros parciales en las Secciones Vialidad y Arquitectura de Obras.-

1994-01-03 08:48 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01

PERSONAL

P.001.-

Montevideo, 3 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FOEB: Los empleados de la Fabrica Nacional de Vervesa y los de Coca Cola, se declararon en pre-conflicto, por el ingreso al país de bebidas importadas.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Continuan en pre-conflicto en reclamo del pago del medio aguinaldo: Funciona además en el local de Verasierto 3310 una olla sindical.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Prosiguen con la instalación de una carpa frente a la fabrica, en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

BANCA PRIVADA

AEBU: Desde el 13/XII/93, se encuentran realizando paros sorpresivos, cada vez que un cajeré recibe un Cheque del City Bank. En el día de hoy a la hora 12.00 realizarán unas asamblea del sector en el local de Camacuá y Reconquista.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION(FUS): A la hora 00.00 de hoy finaliza, el paro que vienen efectuando, debido a la falta de pago de los empleados por parte de la empresa.-

2)- INFORMACION ESTATAL

CORTE ELECTORAL: Desde el 20/XII/ se encuentran realizando paros de brazos caídos, los que continuarán hasta la próxima asamblea nacional.-

ASOC. DE TRAB. SEG. SOCIAL: Prosiguen con lass distorsiones del servicio de 10 minutos a las 10.00 y a las 13.00 en todo el BPS, difundiendo el conflicto entre los usuarios. El 5/I/ se efectuará a la hora 10.00 una concentración en el hall de la sede central y una posterior marcha hasta el 5to. piso.-

FUN. PLUNA: Hasta el 7/I/ se encuentran en cuarto intermedio, para facilitar las negociaciones.-

3/I/94

SDI

9400020

04 10 35/EVE

001/001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 04 ENE 1994
Pasa a Archivo
Nº. de Orden 9400020

TOTALE P.01

RESERVADO

1/2

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	03ENE94				HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 01/94					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 05ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA._

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 4/1/94
N. 002

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
04 ENE 1994
antecedentes
N. de Ident. 9400021

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D

D.E. I

FIRMA: El Jefe del DptoII(INF) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. DEPARTAMENTO II República O. del Uruguay

001/002-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 03.01.94
Pasa a DIDI
Nº. de Identificación 9400021
041035/EDE

RESERVADO

RESERVADO

Montevideo, 3 de Enero de 1994.-

1.-SABAT MILANS, TERESITA INES. Pediatra. 1998640

Fecha y lugar de nacimiento: 21/1/1961 Montevideo

C.I. 1.248.717/9

C.C. AXA 20.690

Domicilio actual: Julio Sosa 2333/901

Domicilio anterior: Chaná 2196/401

Nombre del padre: Juan Carlos Sabat Garibaldi (Fallecido)

Nombre de la madre: Teresita Milans Gomez

Nombre del cónyuge: Alfredo Prego Marzano.Méd.Militar

RESERVADO

002/002 -9400021

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO I	(GY)	HOJA 1/1...
MEMORANDUM (A) Nº 002/94		06/01/94

RESPONDE A: Nº 01/94.- S.S.FF.AA.

DIFUSION D.G.I.D.

PARA: SR. JEFE DEL DEPTO. II(INF.)E.M.C.D.N.S.FF.AA.

TEXTO:

- SE ADJUNTA INFORMACION SOLICITADA.-

DISPOSICION

ESTA INFORMACION ES ABSOLUTAMENTE RESERVADA PARA USO EXCLUSIVO Y ESTRICTAMENTE RESTRINGIDO DE LA AUTORIDAD QUE LA SOLICITA Y NO SE LE DARA VISTA O CONOCIMIENTO A LA PARTE INTERESADA.

FIRMA: P.O./A/M. JEFE DEL DEPARTAMENTO I DE LA D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL – DIRECCION GENERAL DE INFORMACION – JEFE DEPARTAMENTO I

C/F (CG) PABLO PANGALO

DISTRIBUCION:

ORIGINAL - SR. JEFE DEL DPTO. II(INF)E.M.C.D.N.S.FF.AA.

COPIA - DEPARTAMENTO I / D.G.I.D.

SECRETO

RESERVADO

1/2

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	03ENE94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 01/94		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 05ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de entrada 4/1/94
N. 002

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV - ACCION TOMADA:

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
04 ENE 1994
antecedentes
9400021

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D

D.E. I

FIRMA: El Jefe del DptoII(INF) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. DEPARTAMENTO II República O. del Uruguay

001|002-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de entrada 03.01.94
Pasa a S.I.D.I.
Nº. de Identificación 9400021
041035/EOE

RESERVADO

RESERVADO

Montevideo, 3 de Enero de 1994.-

1.-SABAT MILANS, TERESITA INES. Pediatra. 1998640

Fecha y lugar de nacimiento: 21/1/1961 Montevideo

C.I. 1.248.717/9

C.C. AXA 20.690

Domicilio actual: Julio Sosa 2333/901

Domicilio anterior: Chaná 2196/401

Nombre del padre: Juan Carlos Sabat Garibaldi (Fallecido)

Nombre de la madre: Teresita Milans Gomez

Nombre del cónyuge: Alfredo Prego Marzano.Méd.Militar

RESERVADO

SECRETO ORIGINAL

9400022

M E M O R A N D U M No...940001...Ref/Fecha: 03.01.94

I: ASUNTO: RESPONDE EEI Nro. 9315969, REFERENTE AL PEI 2261/E/93 (RADIOS FM CLANDESTINAS)

II: EVALUACION: B-2

III: REFERENCIA:

MINISTERIO ... Dirección ... DEPARTAMENTO ... Fecha de entrada 04 ENE 1994 Pase a Archivo, Pol. Geográfico. Nº. de Orden 9400022

IV: T E X T O:

A.- CONFIRMACION DE LA INFORMACION APORTADA:

1.- Se confirma el funcionamiento de Radio FM "EL PUENTE" en zona general Iglesia de La Teja (C.Comunal 14), la que se encuentra a prueba.-
Esta emisora Clandestina salió al aire el día domingo 19 de diciembre (aparentemente por única vez), en horas de la mañana, durante la realización de la feria en Av. Carlos Ma. Ramírez - Plaza Lafone.-
Dicha emisión se realizó mediante parlantes colocados en diferentes puntos de la feria.-
En la Zona General se detectó una antena de Radio-Aficionado (Dionisio CORONEL 1015), desestimándose por inadecuada para trasmisión en bandas de F.M..-
Se constató en Calle Benito RIQUET 1031 la existencia de una antena de 60 cms., localizada arriba de una casa, que podría cumplir los requisitos para trasmisión F.M., no captándose emisión.-

2.- Se confirma la existencia de un Radio FM instalado en Zona General en "Barrio CASABO" (C.Comunal 17), no detectándose indicios que permitan obtener otros datos de interés.-

3.- Del resto de las emisoras que aporta la información contenida en el EEI de referencia, no se ha podido confirmar su -- existencia, así como tampoco determinar exactamente las frecuencias que utilizan. Si se ha podido saber que estos equipos son altamente móviles por sus características y tamaño, teniendo un radio de acción, de acuerdo a su ubicación, de 10 o 15 cuadras.-

V.- DISTRIBUCION:

ORIGINAL: SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I

001/001

SECRETO

9400023
Benazir Bhutto "congeló" el programa nuclear paquistaní.
L. Rep.
12/11/93
11876
507636
65890
11019
11166

Benazir Bhutto congeló el programa nuclear paquistaní

Islamabad (AFP)
por Hervé Clero

■ La primera ministra Benazir Bhutto anunció oficialmente que el programa nuclear, paquistaní había sido "congelado", pero imputó la responsabilidad de la impopular medida a su principal adversario, el ex primer ministro Nawaz Sharif.

Tres semanas después de su retorno al poder, Bhutto anunció simultáneamente que en ningún caso el gobierno paquistaní iniciará una "involución" del programa nuclear, como es reclamado por Estados Unidos. Nawaz Sharif, quien dimitió en julio pasado al término de una crisis política de cuatro meses, "sucumbió a las presiones y congeló el programa nuclear", agregó al nueva primera ministra del país asiático, al tratar de descargar su responsabilidad.

Pakistán, que siempre desmintió poseer el arma atómica, es considerado por los expertos occidentales como uno de los países capaces de construir una o varias armas nucleares en un plazo muy corto.

El programa nuclear, iniciado en la década del 70 por el primer ministro Zulficar Alí Bhutto, padre de la actual primera ministra, es muy popular en la opinión pública del país, que lo considera un contrapeso indispensable a la superioridad convencional del ejército de la India, país con el que ha disputado dos mortíferas guerras.

La primera ministra adoptó la difícil decisión, a escasos tres días de una crucial elección presidencial, en momentos en que los dos candidatos, uno apoyado por Benazir Bhutto y el otro por Nawaz Sharif, parecen con iguales posibilidades de triunfo.

01/01

Nº 82

9400024

INUR Nº 397-C/012/131293

PERU

02 - **Julgamento de militares acusados de violação de direitos humanos.**

Em 08 Dez 93, o Ministro da Defesa do PERU, General VÍCTOR MALCA, afirmou que os tribunais militares deveriam julgar os membros da Forças Armadas acusados de seqüestro e morte de um professor universitário e de nove estudantes da Universidade de "La Cantuta", reduto do "Partido Comunista del Perú" Sendero Luminoso (PCP-SL). Essa afirmação ocorreu em meio a uma acirrada controvérsia, porquanto renomados juristas locais e segmentos da imprensa entendem que os militares deveriam ser julgados pela Justiça civil.

O episódio de "La Cantuta" vem contribuindo para prejudicar a imagem internacional do Governo peruano, chegando a causar restrições para a liberação de recursos ao país, em razão da questão dos direitos humanos. Para evitar repercussões ainda mais negativas, a atual Administração vem envidando esforços para inibir a prática de atos violentos semelhantes aos envolvendo os militares peruanos. A propósito, recente publicação da Associação de Direitos Humanos (ADH), sediada em LIMA, assinalou avanços obtidos pelo Governo FUJIMORI.

* * *

01-01

9400024

9400025.

20349
20362
11848
66153
11164

INUR Nº 383-B/012/071293

HONDURAS

- Vitória da oposição na eleição presidencial. Perspectivas.

No pleito de 28 Nov, CARLOS ROBERTO REINA, do oposicionista Partido Liberal (PL), foi eleito Presidente, vencendo com uma vantagem de 12% dos votos sobre o candidato da situação, OSWALDO RAMOS SOTO, do Partido Nacional (PN). Esta agremiação perdeu também a maioria no Parlamento, ficando com 55 cadeiras, contra as 71 obtidas pelos liberais. A derrota dos nacionalistas é, em parte, atribuída à política de ajuste econômico implementada pelo atual Mandatário, RAFAEL CALLEJAS. Liberais e nacionalistas, ambos conservadores, têm-se alternado com os militares no Poder.

O pais é um dos mais pobres da AMÉRICA LATINA e tem enfrentado, ao longo dos últimos trinta anos, o agravamento da violação aos direitos humanos.

Apesar do clima de tensão antecedente às eleições, devido às acusações de fraudes entre os dois partidos majoritários — concorreram quatro partidos —, as eleições foram realizadas com relativa calma, contribuindo, para isso, a presença de mais de 100 observadores internacionais.

Devido à sua atuação como Presidente da Corte Internacional de Direitos Humanos da OEA, na luta pelo respeito aos direitos humanos, REINA tende a dar prioridade à área social e ao combate à corrupção. Apesar de ser partidário da integração econômica e social centro-americana e da inserção da economia regional no contexto das zonas de livre comércio, o novo Presidente tenderá a conter socialmente a política econômica neoliberal, devido aos seus efeitos imediatos no agravamento das condições sociais da população.

* * *

01-01 9400025

9400026.

30044
20302
11292.
55582
1161

INUR Nº 397-B/012/131293

COLÔMBIA

- Acordo comercial com o CHILE.

Os Governos colombiano e chileno firmaram um acordo de complementação econômica visando liberar o comércio bilateral em um período de cinco anos.

O convênio, previsto para entrar em vigor a partir de 01 Jan 94, deverá beneficiar, de imediato, 40% do comércio bilateral, com a eliminação das tarifas alfandegárias de 300 produtos incluídos nos acordos de alcance parcial firmados pelos dois países na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALADI). Os demais terão suas tarifas reduzidas gradativamente até 1999, quando 90% das mercadorias intercambiadas estarão livres de tarifas. Foram excluídos dos benefícios produtos de setores sensíveis, embora haja cláusula permitindo acelerar sua liberação e reduzir seu número.

A decisão reveste-se de importância na medida que permitirá uma intensificação dos fluxos de comércio e investimento entre CHILE e COLÔMBIA, com o conseqüente fortalecimento das perspectivas econômicas, além de ajudar na diversificação das respectivas pautas de exportações.

Vale destacar o fato de o atual Presidente colombiano estar procurando implementar uma política de internacionalização da economia de seu país -- já vinculado a diversos grupos de comércio, como o Pacto Andino e o Grupo dos 3 (G-3) -- e, mais recentemente, ter começado a entrar em contato com os países da Comunidade do CARIBE (CARICOM). Seu objetivo é conformar mecanismos capazes de permitir à COLÔMBIA um maior trânsito comercial e político nos países latino-americanos.

* * *

01-01

9400027

INUR Nº 383-A/012/071293

MÉXICO

- **Eleição presidencial. Perspectivas.**

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), há 64 anos no Poder, indicou o economista e Ministro do Desenvolvimento Social, LUIS DONALDO COLÓSIO, como candidato à eleição presidencial prevista para 21 Ago 94. COLÓSIO, um dos autores do programa econômico neoliberal aplicado pelo Presidente CARLOS SALINAS DE GORTARI, é também diretor do Solidariedade, um programa social para socorrer a população menos favorecida. Esse último cargo permite-lhe defender e aplicar ações de estímulo à educação, à saúde e outros serviços para combater a pobreza, passíveis de redundar em dividendos ainda mais favoráveis à sua eleição.

Assumindo posição inédita na política mexicana, COLÓSIO declarou estar disposto a participar de debates públicos com os demais candidatos. Também deverá enfrentar uma forte oposição dos adversários do Partido da Revolução Democrática (PRD), de tendência centro-esquerda, CUANHTEMOC CÁRDENAS — o qual ocupou o segundo lugar nas eleições presidenciais de 1988 —, e do conservador Partido da Ação Nacional (PAN), DIEGO FERNANDES DE CEVALLOS.

Entretanto, como candidato do PRI, COLÓSIO torna-se, automaticamente, o provável sucessor de SALINAS, pois, desde 1929, o Partido vence as eleições presidenciais com uma ampla margem de votos, ainda que, em algumas delas, tenha sido acusado de fraudes. Soma-se a isso o fato de o Governo SALINAS ter implantado uma radical política de abertura, de estabilidade econômica e de apoio social — onde COLÓSIO é peça chave —, proporcionando uma imagem de modernização ao PRI e algum sucesso nos seus objetivos nos últimos anos, a despeito do menor crescimento neste exercício. Acrescente-se, ainda, como fator favorável à eleição do candidato oficial, a recente ratificação do Tratado de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA) pelos Legislativos mexicano e norte-americano.

* * *

Las armas estratégicas después de la Guerra Fría

EE. UU. disminuiría su prevención nuclear

7/12 LN

Confianza: los misiles intercontinentales serían reprogramados para que en caso de disparo accidental caigan en el mar y no en Rusia, los pro y los contra del proyecto.

WASHINGTON, 6 (EFE). – El Departamento de Defensa norteamericano prepara un plan para modificar los objetivos de algunos de sus misiles nucleares con el fin de que apunten a mares abiertos y no a Rusia, informa hoy el diario The New York Times.

La propuesta, en gran manera simbólica, pretende reducir el riesgo desde un lanzamiento accidental, mejorar las medidas de confianza entre las naciones con arsenal nuclear y reflejar las nuevas realidades surgidas tras el final de la Guerra Fría, agrega el periódico, que cita como fuentes a generales no identificados.

Contra accidentes

El plan del Pentágono incluye introducir como primer objetivo en la memoria de cientos de misiles nucleares zonas abiertas de mares y océanos.

Según el diario, ya se han identificado una docena de lugares en mares y océanos como posibles objetivos.

Los funcionarios del gobierno de Bill Clinton reconocieron que la puesta en práctica de este plan está condicionada a que Rusia y otras antiguas repúblicas soviéticas con armas nucleares modifiquen también sus misiles con ojivas.

El presidente ruso, Boris Yeltsin, declaró en enero de 1992 que los misiles balísticos rusos no apuntaban a ciudades norteamericanas, aunque al parecer esto no se ha cumplido.

Según explicaron fuentes militares de los Estados Unidos, el "cerebro" de cada misil contiene tres objetivos, uno principal y dos secundarios.

La idea es modificar el objetivo principal y apuntar el misil a zonas despobladas, mientras que los dos secundarios continúan siendo de valor militar: ciudades, complejos militares o cuarteles.

Los militares de los Estados Unidos consideran que en caso de conflicto se tardaría menos de 15 minutos en modificar el objetivo primario del misil, mientras que un ataque nuclear desde Rusia tardaría media hora en llegar a suelo norteamericano.

El periódico asegura que se eligió esta opción, de entre una gran lista de posibilidades, por tres razones: es físicamente posible, políticamente aceptable y fácilmente reversible.

Bruce Blair, experto en control de armas de la Brookings Institution, criticó el plan por considerarlo demasiado cauteloso, y afirmó que hay que borrar todos los objetivos de los "cerebros".

"Esta operación de cambio de objetivos no elimina suficientemente el peligro de un lanzamiento por accidente, el principal problema de las armas nucleares", subrayó Blair.

Nº. DOCUMENTO 9400029
TITULO Tendencia de crecimiento en la economía norteamericana.
PROCESO 150025
FECHA 10/12/93
VINCULACIONES 65800
11161
11392

ENTRADO
CRUZADO

La economía de los EE. UU. se pone en marcha

Por Fernán Saguier 10/12 LN
(Corresponsal de LA NACION en Washington)

WASHINGTON.– Luego de dos [illegible] de impasse y dudas, la econo[illegible] norteamericana parece haber [illegible] una tendencia de creci[illegible] sostenido, aunque por el [illegible] en la Casa Blanca nadie [illegible] oír hablar de la palabra [illegible].

[illegible] bien casi todas las estadís[illegible] económicas muestran un re[illegible], cinco son los indicadores básicos que sintetizan la evolución de la actividad productiva y, por ende, endulzan la imagen pública y el humor del presidente Bill Clinton:

- La tasa de desempleo, que [illegible] del 7,2 % de enero último al [illegible] el mes pasado, lo que repre[illegible] la creación de 208.000 nuevos [illegible] de trabajo.
- El Producto Bruto Interno (GDP) registró el cuarto trimestre consecutivo de aumento respecto de 1992, ascendiendo del 2,8 por ciento a casi el 4 por ciento.
- El índice de confianza de los consumidores, que retorna al nivel de enero último (72,2) y señala que los americanos están comprando principalmente autos, casas, muebles, hornos microondas y aspiradoras.
- La inflación –pese a no constituir un problema preocupante– retomó el ritmo de hace siete años, del 0,4 por ciento al 0,2 por ciento.
- La caída de las tasas de interés al nivel de hace dos décadas.

En términos cotidianos, esto significa que las empresas están invirtiendo en computadoras y maquinaria y, luego de siete meses de recortes presupuestarios, fábricas y constructoras comienzan a contratar más empleados.

Un 75 % de los consultados por una encuesta de Time dijo que sus finanzas progresaron.



Clinton, mejor

El gobierno ha preferido no cantar victoria y mantiene una actitud prudente, exenta de desbordes, pues si la aceleración se detiene, cualquier efusividad podría afectar nuevamente la remozada imagen presidencial del 52 %, el mayor índice desde que asumió.

Es que existen más de ocho millones de norteamericanos en busca de empleo y ciertos sectores de la economía presentan aún perspectivas sombrías, como son las áreas de defensa, la venta de inmuebles comerciales y las débiles exportaciones.

Razones de peso para apaciguar la euforia sin caer en comparaciones desmedidas con el "boom" de los '60. Mientras la tendencia de los indicadores no se estabilice un tiempo razonable, la economía norteamericana mantendrá el apodo de los últimos dos años: frena y sigue ("stop and go").

01-01 9400029

Clinton se reunirá con el Presidente de Siria

10/12 LH.

• Espera relanzar las negociaciones de paz

El proceso de paz en Medio Oriente dio ayer un significativo paso hacia adelante con el anuncio de una cumbre entre el Presidente estadouanidense Bill Clinton y el sirio Hafez al-Assad el mes próximo, en Ginebra, y de la reanudación de las negociaciones bilaterales de paz árabe-israelíes, en Washington.

Damasco (Ansa)

Tras una reunión de tres horas con el Presidente Assad, el Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher anunció que los Presidentes estadounidense y sirio se reunirán a fines de enero o principios de febrero en Ginebra "para relanzar el proceso de paz".

Durante una conferencia de prensa conjunta con su homólogo sirio Faruk al-Chareh --al término de la reunión con Assad--Christopher subrayó que la cumbre Clinton-Assad es "importante por el papel estadounidense de socio a pleno título y eficaz mediador en el proceso de paz árabe-israelí".

El jefe de la diplomacia estadounidense afirmó asimismo que la cumbre --primera desde la reunión entre el ex Presidente George Bush y Assad en noviembre de 1990 en Ginebra-- estará consagrada a las perspectivas de un acuerdo de paz entre Israel y Siria.

"El Presidente Clinton --dijo el Secretario de Estado-- considera esta reunión con Assad como una ocasión para discutir los requisitos para alcanzar un acuerdo de paz entre Israel y Siria basado en las resoluciones 242 y 338" del Consejo de Seguridad de la ONU, que sancionan el principio de "paz en cambio de territorios".

Siria exige que Israel se retire totalmente de las Alturas del Golán, como confirmó ayer el jefe de la diplomacia de Damasco.

El enviado estadounidense, por su parte, se negó a discutir sobre las presuntas acusaciones de su Gobierno a Siria respecto del presunto aliento al terrorismo internacional -elemento por el que, se afirma, Damasco está incluido en la "lista negra" del departamento de Estado norteamericano- y al tráfico de estupefacientes.

En su lugar respondió el Ministro Al-Sharaa, quien afirmó que "el pueblo sirio no cree en la existencia de aquella lista sobre el terrorismo. Nosotros combatimos el terrorismo". También señaló que Siria no considera a la rebelión palestina contra la ocupación israelí (Intifada) como una acción de terrorismo.

Por otra parte, el jefe de la diplomacia estadounidense afirmó que todas las partes "están de acuerdo en reanudar las negociaciones en Washington" a fines de enero o principios de febrero.

Además, antes de la reanudación de las negociaciones bilaterales, los jefes de las delegaciones siria y libanesa acudirán a Washington el 18 de enero, o en torno de esa fecha, para consultas.

Los intereses de EEUU en el Sudeste Asiático

LA ASEAN EN LA POST GUERRA FRIA

12/12 LT

En los momentos actuales se perciben algunos cambios en las proyecciones y acciones de la administración Clinton hacia el sudeste asiático y especificamente hacia los países miembros de la ASEAN (Singapur, Malasia, Thailandia, Brunei, Indonesia y las Filipinas). Lo anterior se corresponde con afirmaciones hechas por el secretario de Estado para Asia Oriental y el Pacífico, Winston Lord en el sentido de que... «pasado el período de guerra fría EEUU... buscará una nueva aproximación y estructuras de cooperación con Asia. Estos son tiempos de construir, con otros, una nueva comunidad del Pacífico».

Los cambios más evidentes están dirigidos hacia el tema de la seguridad regional, la cooperación e integración económica y el enfoque de las relaciones bilaterales.

CAMBIOS EN LA SEGURIDAD REGIONAL

Con relación al tema de la seguridad en el presente el gobierno norteamericano está adoptando una actitud de apoyo al funcionamiento del foro multilateral de seguridad y políticas a tomar al respecto, cuya creación fue resultante de la reunión de cancilleres de la ASEAN, celebrada en Singapur en julio pasado, con la participación de Warren Christopher como jefe de la delegación norteamericana, y efectuará su primera Asamblea formal el próximo año en [illegible] Thailandia.

EEUU en calidad de socio del diálogo de la ASEAN se convierte en integrante del foro. En el desarrollo de las consultas sobre el tema, Christopher declaró que ...»EEUU mantendrá una fuerte presencia militar en el sudeste asiático, la cual no será reducida sino mejorada en su efectividad». Es llamativo el contraste de este actuar con la postura tradicional cuyo objetivo era impedir la creación de cualquier entidad regional que abordara la seguridad en Asia en forma regional.

En tal sentido de jugar un importante rol en la seguridad regional se están desarrollando, por la parte norteamericana, amplias propuestas de venta de armas con bajos precios y facilidades de pago como la de los aviones F18 a Malasia, los F16 y C130 a Thailandia e Indonesia.

EEUU, a la vez que facilita las compras de sus productos a los países de la ASEAN, bloquea otros posibles proveedores de armas para estos países como fue el caso de la prohibición de Jordania de que vendiera a Indonesia aviones del modelo F5 alegando como justificación que este país está acusado de violaciones de los derechos humanos.

Esta avalancha de armas norteamericanas también tienen otra arista y es la referente a las intenciones de compra de armas e fabricación rusa por los países de la ASEAN, consideradas más baratas y de la misma calidad.La compra por parte de Malasia de 18 MIG 29 de fabricación rusa ha agudizado las contradicciones existentes entre este y EEUU.

Respecto a la posición sobre la cooperación económica en el área podemos plantear que de una actitud ambigua y algo distante hacia el Foro para la Cooperación Económica en Asia y Pacífico (APEC), de la cual forman parte los países miembros de la ASEAN, se manifiesta en estos momentos con un renovado vigor en el apoyo a dicho foro e intentando jugar un papel más importante.

EEUU se ha propuesto llevar a cabo su intención de convertir a la APEC de un foro consultivo en uno institucionalizado, avalando su actuar en su calidad de presidente de la APEC durante 1993.

PREOCUPACION EN LOS PAISES DE LA ASEAN

La nueva postura de la administración norteamericana ha preocupado a los países de la ASEAN que temen que la APEC se convierta en un instrumento de respuesta a los intereses hegemónicos de EEUU y a la vez eclipse a la ASEAN como entidad regional.

En el plano de las relaciones económicos bilaterales las fricciones heredadas de la administración Bush se mantienen y tienden a su crecimiento. Una fuerte campaña de EEUU contra la venta de productos malayos como aceite de palma y derivados del caucho en el mercado norteamericano, acusaciones a los exportadores thailandeses de ventas de productos textiles en el mercado norteamericano en porcentaje mucho más elevado de lo establecido, las acusaciones a Thailandia, Malasia e Indonesia de violadores de la propiedad intelectual por el robo de patentes, y la no inclusión de algunos productos indonesios y malayos en el sistema de tarifas preferenciales norteamericano alegando la existencia de violaciones de derechos humanos en estos países, son algunos ejemplos de lo antes planteado.

UN CRECIMIENTO QUE PREOCUPA A LOS EEUU

En la medida en que EEUU le ha concedido un lugar a la ASEAN en su política exterior, sus vínculos con esta entidad regional y con los países miembros han sufrido contratiempos mayores a las contradicciones económicas mencionadas anteriormente. Esto también está muy relacionado con el crecimiento económico de los países de la ASEAN lo que le permite buscar mayor independencia política.

Los problemas en las relaciones con Malasia aumentan con la reiterada negativa de EEUU a la propuesta del gobierno malayo de crear la junta económica para Asia oriental y la presión por parte del primero para que el resto de los países asiáticos no se incorporen. El reino de Thailandia, tradicional baluarte de los intereses políticos y militares de EEUU en la región, también está siendo objeto de presiones y acusaciones norteamericanas en lo referente al apoyo a los Khmer Rouge.

Con Filipinas en estos momentos, agregando a las ya resquebrajadas relaciones producto de la obligada salida de EEUU de las bases militares, existen fuertes presiones por parte norteamericana contra las negociaciones del gobierno filipino y la guerrilla del Nuevo Ejército del Pueblo.

A esto se une la demora en la toma de decisión del gobierno norteamericano en cuanto a la asistencia monetaria que otorgará a Filipinas en 1994 a través de la Agencia Multilateral de Asistencia.

por María Cristina Delgado- PL

Nº. DOCUMENTO 9400032
TITULO Construirían muro en frontera de EEUU con México.
PROCEDE 150024
FECHA DE 13/12/93
VINCULACI 65890
11164
11399

ENTRADA
CRUZ

ESTARIA EN NUEVO MEXICO Y TENDRIA TRES METROS DE ALTO

EE.UU.: piden levantar un muro para frenar la inmigración ilegal

13/12 E.C.

Un muro como el de Berlín sería construido en la frontera entre los Estados Unidos y México para impedir la entrada de inmigrantes ilegales a los Estados Unidos. De ser aprobado el proyecto por la agencia central de Patrulla de Fronteras, el muro empezaría a construirse el año entrante en el estado de Nuevo México. Anualmente son capturados en la frontera cerca de un millon de inmigrantes ilegales que intentan ingresar a este país.

EL PASO, EE.UU., 12 (AP, EFE y AFP). — Como en los mejores tiempos del **Muro de Berlín**, la **Patrulla de Fronteras** estadounidense planea construir una valla de acero en el estado de **Nuevo México** para impedir el paso de indocumentados que ingresan a los **Estados Unidos**.

De ser aprobado el proyecto por la agencia central de Patrulla de Fronteras, la valla de una altura de tres metros se empezaría a construir el año entrante.

El jefe de la Patrulla de Fronteras, **Silvestre Reyes**, dijo que el muro sería construido con planchas de acero, y estaría situado al sur de la localidad de **Sunland Park**, en el estado de Nuevo México, y al norte de la colonia **Anapra**, en la **ciudad de Juárez, México**.

"Cubre una zona sumamente transitada, tanto por indocumentados como por traficantes de drogas", afirmó Reyes.

Actualmente un grupo de agentes impiden el paso de indocumentados a lo largo de un tramo de 32 kilómetros en el **río Grande**, en la región de **El Paso-Juarez**.

El bloqueo ha reducido las detenciones de 1.000 a 150 por día desde que comenzó el 19 de setiembre, lo cual indica la disminución del número de indocumentados que tratan de cruzar la frontera, dijeron funcionarios de la patrulla.

Anualmente son capturados alrededor de un millón de inmigrantes ilegales que tratan de ingresar a los Estados Unidos por distintos puntos de la frontera con México, de 3.200 kilómetros de extensión.

Ninguna otra agencia del orden en ese país efectúa tantos arrestos como la patrulla fronteriza.

Reyes dijo que la valla constituye una ampliación de los crecientes esfuerzos de vigilancia que realiza la agencia.

Indicó que se han presentado solicitudes para que se efectúe un estudio federal sobre las consecuencias en el medio ambiente en el área adyacente a Sunland Park.

Calculó que el proyecto costará de 100.000 a 120.000 dólares. Asimismo se planea instalar reflectores y cámaras de vigilancia en la zona.

"Estamos construyendo lo que ya se está haciendo en California y lo que se hará en Arizona" aseguró Reyes. Hay una cerca de acero de 22 kilómetros al sur de San Diego y se planea otra de 7 kilómetros en Nogales, Arizona.

Reyes también dijo que una nueva ampliación del proyecto de 20 kilómetros para el canal concreto del río Bravo, en el área metropolitana de El Paso y Juárez también fortalecería la frontera.

Dos vallas de seguridad estarán paralelas a la margen meridional de la extensión. Otra se extenderá a lo largo del norte del nuevo canal, cuyo costo se calcula en unos 35 millones de dólares.

El proyecto del canal se extendería para proteger las aguas del río para el uso de los agricultores. Pero Reyes también afirmó que servirá para agregar otra barrera a los inmigrantes indocumentados. "Aprovecharemos la estructura existente", señaló.

01.01 9400032

Nº. DOCUMENTO 9400033
TITULO EEUU entrenó escuadrones de la muerte en El Salvador.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE 15/12/93
VINCULACIÓN 65880
11163
11328

«The New York Times» publicó documentos del gobierno norteamericano

EEUU ENTRENO A LOS ESCUADRONES DE LA MUERTE SALVADOREÑOS

Las Fuerzas Armadas estadounidenses entrenaron a civiles salvadoreños de grupos adinerados, vinculados con los «escuadrones de la muerte» y cercanos al ultraderechista Roberto D'Aubuisson, informó el diario «The New York Times».

15/12/93

El periódico publica en primera página diversos documentos sobre los que el Gobierno estadounidense ha levantado el secreto.

Los civiles entrenados por los oficiales estadounidenses estaban bajo la supervisión del coronel salvadoreño Francisco Elena Fuentes, comandante de la Primera Brigada, que tenía en la década de los ochenta la responsabilidad militar de la capital.

En un informe del entonces embajador estadounidense en El Salvador, William Walker, se describe a los componentes de la brigada mandada por Fuentes como «los peores violadores de los derechos humanos».



Roberto D'Aubuisson fue entrenado por oficiales norteamericanos, al igual que otros integrantes de los «escuadrones de la muerte».

Las 12.000 páginas de los documentos oficiales sobre los que se ha levantado el secreto indican [illegible] a entre 50 y 60 adinerados salvadoreños que se denominaban «Los Patrióticos».

D'Aubuisson, que murió de cáncer en 1992, ha sido acusado de ser el responsable del asesinato de un número indeterminado de civiles salvadoreños, entre ellos el arzobispo Arnulfo Romero.

El Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) salvadoreño, [illegible] partido político tras la guerra civil, exige del Gobierno de EEUU la identificación de los responsables de la matanza sistemática de civiles durante los años de conflicto.

Los documentos estadounidenses y las investigaciones de Naciones Unidas apuntan a las Fuerzas Armadas y las fuerzas de seguridad como vinculadas a los escuadrones de la muerte, que eliminaron entre 1980-1992 a numerosos opositores políticos, activistas sociales, sindicalistas y religiosos.

EEUU, durante los años de la guerra civil, facilitó un total de 6.000 millones de dólares en ayuda militar y cooperación económica para combatir lo que Washington describía entonces como «la amenaza comunista» del FMLN.

La actividad de los «escuadrones de la muerte» salvadoreños quedó bajo una estricta observación internacional después de la matanza de un grupo de jesuitas de la universidad Centroamericana en noviembre de 1989, aunque «The New York Times» recalca que «Los Patrióticos» continuaron funcionando después de estos asesinatos.

A principios de noviembre de 1990, el subsecretario de Defensa de EEUU, Henry Rowen, envió un escrito al titular de ese departamento, Richard Cheney, en el que le sugería la suspensión de la ayuda para el entrenamiento de civiles en El [illegible]

«No hay duda de que allí hay un fértil territorio para el potencial abuso de los derechos humanos», escribió Rowen en la nota que envió a Cheney. (efe)

PARTES POCO LEGIBLES

01-01

9400033

Nº. DOCUMENTO 9400034
TITULO Tropas de EEUU en Colombia
PROCEDENCIA 150090
FECHA 16/12/93
VINCULACIÓN 65890
11163
11328

ENTRADO CRUZ

Maniobras «humanitarias y civiles»

TROPAS ESTADOUNIDENSES EN COLOMBIA

16/12 LS

Militares de Estados Unidos y Colombia participarán en una serie de maniobras conjuntas de «asistencia de ingeniería, humanitaria y cívica», durante tres meses en una región del suroeste del país, informó la Embajada estadounidense en Santafé de Bogotá.

El Servicio de información de la legación diplomática en la capital colombiana dijo en un comunicado que los militares de ambos países trabajarán conjuntamente en el departamento del Valle del Cauca en una «campaña cívico-militar».

En los tres meses, desde este diciembre y hasta marzo de 1994, se repararán carreteras y se construirán una escuela y una clínica. La Embajada añadió que las obras se realizarán a 75 kilómetros al noroeste de Cali, capital departamental del Valle del Cauca (zona de activa movilización guerrillera), y se harán por invitación del Gobierno de Colombia. Las Fuerzas Militares de los dos países, señala también el comunicado, «participarán en un ejercicio combinado-conjunto de ingeniería».

Los ejercicios, aprobados por el Gobierno del presidente César Gaviria, informó también la embajada, fueron bautizados como «Fuertes Caminos 94 Sur de Colombia» y están patrocinados por el Comando Sur del Ejército de EEUU con base en Panamá.

Protesta contra tropas de USA

30/12 LM

El Alcalde de Tulua ordenó, ayer, colocar la bandera colombiana a media asta mientras permanezcan en este territorio las tropas estadounidenses, que ya produjeron el primer incidente, al arribar el lunes pasado una avanzada.

Cali (Ansa)

El Alcalde, Gustavo Alvarez Gardeaz Bal "rechazó" ayer, mediante un decreto, la presencia de los militares norteamericanos que, según los informes oficiales, desarrollarán obras de beneficio comunitario en la empobrecida localidad Juan Chaco, a unos 200 kilómetros al occidente de Cali.

Alvarez Gardeaz Bal expresó que, desde "hoy, la bandera de Colombia ondea a media asta en el edificio de la Alcaldía municipal de Tulua, en protesta por la presencia de tropas norteamericanas en el territorio vallecaucano sin permiso oficial del Senado de la República y seguirá así hasta cuando abandonen el país".

También se informó que la Senadora María Izquierdo envió una carta al Presidente César Gaviria Trujillo "exigiéndole" el cumplimiento de la Constitución Nacional, que prevé una autorización del Senado para la presencia de tropas extranjeras en territorio nacional.

Tulua, una ciudad cercana a Cali, es uno de los principales polos de desarrollo del estado occidental Valle del Cauca, en donde permanecerán por tiempo indefinido los 150 militares, quienes no podrán portar armas.

Sin embargo el lunes pasado, al llegar a esta ciudad una avanzada del grupo, se presentó el primer incidente, esta vez con un periodista, al que le fue decomisado un rollo con las fotografías que había captado. El operativo lo efectuó la policía colombiana, según el informe dado por el diario El País, de Cali.

01-01

9400034

CONTINUARA EN EL PENTAGONO AL MENOS HASTA EL 20 DE ENERO

Clinton aceptó ayer la renuncia del secretario de Defensa, Les Aspin

*"Por motivos personales", el secretario de Defensa norteamericano, Les Aspin, renunció ayer, después de haber desmentido, hace unos días, los rumores sobre su alejamiento. **Más allá de la discreción oficial** —se habló de los problemas cardíacos de Aspin— el principal motivo de su renuncia sería el cuestionamiento del Congreso y otros sectores políticos sobre su política en Somalia y Haití.*

WASHINGTON, 15 (EFE, Reuter y por **Art Pine y Doyle Mcmanus** de "Los Angeles Times" especial para Clarín). — El secretario de Defensa norteamericano, **Les Aspin**, presentó hoy la renuncia a su cargo pero desempeñará sus funciones hasta el 20 de enero —por lo menos— para garantizar una transición normal.

Así lo anunció hoy el presidente norteamericano **Bill Clinton**, tras una breve reunión con Aspin en Washington en la que el mandatario expresó su "tristeza" por el alejamiento de quien considera "un asesor muy cercano y gran amigo".

Según sus declaraciones, la renuncia de Aspin —es el primer miembro del gabinete de Clinton que se aleja— tiene motivos estrictamente personales, referidos a sus problemas cardíacos. Pero a nadie escapa el peso de las fuertes críticas del Congreso y otros centros políticos a su estrategia de Defensa.

Desde hace unas semanas, el alejamiento de Aspin circulaba en forma de rumor en ambientes de **Washington**, mientras la **Casa Blanca** trata de recuperarse de los reveses sufridos en **Somalia y Haití**, y los conservadores endurecen sus ataques contra la administración por ver una actitud débil de su parte en el campo de la defensa nacional.

En rueda de prensa en la Casa Blanca, Aspin explicó que "había llegado el momento de tomarse un respiro" después de once meses de trabajo para reestructurar las fuerzas armadas de Estados Unidos tras el fin de la guerra fría. A su lado, Clinton dijo que le había pedido mantenerse en el puesto hasta fines de enero, una vez realizada la cumbre de jefes de Estado de la Alianza Atlántica.

Pese a la discreción del gobierno sobre el tema, desde hace un par de meses **había señales que demostraban que la situación de este ex legislador por el estado de Wisconsin, de 55 años, no era del todo alentadora:**

- El Congreso —que lo consideraba un secretario de Defensa rebelde— habló repetidas veces de su despido.
- Altos funcionarios comenzaron a criticarlo en privado, identificándolo como el eslabón perdido del equipo de Seguridad Nacional de Clinton.
- En la Casa Blanca, cuando se preguntó si Aspin estaba en problemas, un funcionario de alto rango dudó antes de hacer la clásica desmentida.

Aunque Clinton hoy lo definió como "un elemento clave del equipo de seguridad nacional" y alabó "su personalidad, su inteligencia y su buen humor", el paso de Aspin al frente del Pentágono estuvo marcado por la polémica sobre la presencia de homosexuales en las fuerzas armadas y por lo que muchos consideran "graves desaciertos" en la política de defensa.

Desde el manejo de la crisis de **Bosnia** hasta el envío a Haití de ingenieros de combate cuyo barco debió regresar tras ser bloqueado, Aspin fue acusado por gran parte de los legisladores y la opinión pública de haber cometido serios errores. El más grave habría sido en **Somalia**, donde el 3 de octubre murieron 18 miembros de la fuerza de elite **US Ranger** y otros 77 resultaron heridos, debido —en parte— al mal manejo que hizo el gobierno norteamericano de los esfuerzos [illegible] y militares en [illegible].

Tres semanas antes, el secretario de Defensa había rechazado un pedido de comandantes militares norteamericanos en la capital somalí de Mogadiscio para recibir docenas de tanques y vehículos de combate Bradley, extras, que hubieran ayudado a evitar esas bajas.

16/12 EC

01-01

9400035

Nº. DOCUMENTO 9400036

TITULO EEUU y Rusia firman acuerdos económicos

PROCEDE 150025

FECHA 17/12/93

VINCULACION 65890
11164
11399
11161
11409

ENTRADA

CRUZ

Gore y Yeltsin firmaron acuerdos económicos

17/12/93

MOSCU, 16 (Reuter). – El vicepresidente norteamericano Al Gore, firmó hoy acuerdos de largo plazo con Rusia sobre desarrollo espacial y económico mientras el primer ministro de Moscú Viktor Chernomirdin, aseguraba que "no hay por qué temer a Rusia" tras las recientes elecciones legislativas.

Gore, que trató de aliviar las preocupaciones de que la victoria del partido ultranacionalista de Vladimir Zhirinovsky en las elecciones del domingo representan una amenaza a las reformas en Rusia, firmó un acuerdo sobre una misión espacial conjunta entre Washington y Moscú, el primer paso hacia la construcción de una estación espacial internacional.

"No es cierto que fascistas y comunistas hayan tomado el control de Rusia o de su Parlamento", dijo en una conferencia de prensa junto a Chernomirdin.

"Los próximos días serán emotivos y constituirán un desafío no siempre fácil o predecible" -agregó-. "Con los resultados de esta elección, Rusia ha entrado en la era de la verdadera política."

Zhirinovsky alentó los temores sobre sus intenciones al decir que Rusia debería empezar a "pensar en colonias" mediante la provocación de "guerras entre las tribus nativas".

Gore replicó que "cuando aparece en el escenario alguien que habla abiertamente sobre muertes en masa, el mundo no puede quedarse en silencio".

Tanto Chernomirdin como Gore enfatizaron que confían en que el presidente Boris Yeltsin podrá seguir adelante con sus reformas económicas y políticas, y que las relaciones con los Estados Unidos no cambiarán.

Chernomirdin concluyó la conferencia de prensa con un llamado a los periodistas norteamericanos: "No hay por qué tenerle miedo a Rusia".

Los dos gobernantes firmaron un acuerdo para un proyecto espacial conjunto que servirá como primer paso hacia la construcción de una estación espacial internacional.

Según el acuerdo, los Estados Unidos pagarán a Rusia 400 millones de dólares para que permita a los astronautas norteamericanos vivir en la estación espacial Mir durante hasta seis meses y tener acceso a los datos sobre los efectos de una permanencia prolongada en el espacio

Los Estados Unidos sólo [illegible] mantenido a sus astronautas [illegible] rante períodos relativa[illegible] breves, mientras que los [illegible] largos era misiones rutinari[illegible] los cosmonautas rusos.

Gore también dijo que la [illegible] ración Privada de Inversi[illegible] Exterior, dependiente del [illegible] de Washington, proveerá [illegible] millones de dólares en [illegible] miento y seguros de riesgo [illegible] para Rusia y otras ex repú[illegible] viéticas, para alentar la [illegible]

Gore y Chernomirdin [illegible] sidentes de la Comisión [illegible] sobre Cooperación Energ[illegible] pacial, que concluyó una [illegible] de tres días en Moscú que [illegible] discutió sobre problemas eco[illegible] y de tecnología.

01-01

9400036

Estados Unidos prepara una cumbre de presidentes americanos para 1994

19/12 E.C.

La última reunión continental fue hace 26 años: la de la OEA, en 1967, en Punta del Este

WASHINGTON, 18 (AP). — El secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, anunció hoy que los **Estados Unidos** preparan una reunión cumbre de presidentes americanos para 1994. Christopher mencionó el tema al recibir al ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, **Celso Amorin**, quien inició ayer en **Washington** una serie de consultas sobre las relaciones entre ambos países.

"Espero con interés la consulta (con Brasil) en momentos en que planeamos una cumbre hemisférica", agregó Christopher, aunque no especificó en qué fecha ni en qué país se realizará el encuentro.

La idea de realizar cumbres periódicas fue abordada varias veces por los Estados Unidos, pero la asamblea general de la **Organización de Estados Americanos** (OEA) la formalizó en 1990 en **Paraguay**, al señalar en su documento final que "es necesario y de gran valor realizar reuniones frecuentes de los países miembros a nivel presidencial".

La última cumbre presidencial de los miembros de la OEA tuvo lugar en 1967 en **Punta del Este** (hace 26 años), a causa de una iniciativa del entonces presidente norteamericano **Lyndon B. Johnson**; la reunión contó con la presencia de **Ernesto Che Guevara** en representación de Cuba.

El vicepresidente norteamericano, **Al Gore**, reavivó la semana pasada el tema de un encuentro periódico al señalar, durante la visita que realizó a México, que el **Tratado de Libre Comercio de Norte América (NAFTA)** —entre el **Canadá, México y los Estados Unidos**— afianzaba la idea de la formación de "una comunidad de naciones democráticas en este hemisferio".

Gore dijo que el presidente **Bill Clinton** recibiría complacido en la Casa Blanca en 1994 a sus colegas democráticos del continente. Sin embargo, no precisó la fecha del encuentro.

Fuentes confiables del Departamento de Estado aseguran que las consultas de Christopher se centran inicialmente en la preparación de la lista de asistentes, en la cual no figuraría el presidente de Cuba, Fidel Castro. El mandatario cubano, aunque ausente de la cumbre de 1967, ha asistido a las reuniones de presidentes iberoamericanos, la última de las cuales se efectuó en julio en Salvador (Bahía) con los auspicios del Brasil.

Durante ese encuentro, la diplomacia argentina intentó un acercamiento con la delegación de La Habana para que el líder cubano y el presidente Carlos Menem se reunieran en privado, pese a las constantes críticas del mandatario argentino a su colega. La negativa de la delegación cubana de aceptar intermediarios en su relación con los Estados Unidos frustró el encuentro.

El canciller del Brasil no mencionó específicamente ayer la nueva cumbre aun cuando, al hablar después de Christopher, dijo que "es importante mantener un continuo diálogo con los Estados Unidos, que es el más importante aliado del Brasil. Estamos listos para analizar algunos de los asuntos mencionados por el secretario Christopher".

Según altas fuentes del Departamento de Estado, las autoridades en el poder en **Haití** definitivamente no serán invitadas al nuevo encuentro, pues la OEA sigue reconociendo como legítimo presidente al derrocado **Jean Bertrand Aristide**, que pasa su exilio en Washington.

El gobierno de Clinton sigue empeñado en lograr que se restablezca la democracia en Haití pero está tratando de elaborar una nueva fórmula para lograr ese objetivo, señaló Christopher. El secretario de Estado indicó que Washington sigue comprometido con el acuerdo de julio por el cual los dirigentes militares haitianos prometieron dejar el poder a fin de permitir el regreso de Aristide.

Nº. DOCUMENTO 9400038

TITULO Bobby Ray Inman puede ser rechazado como Nuevo Ministro de Defensa por su pasado.

PROCEDENCIA 150015

FECHA DE PROCESO 21/12/93

VINCULACIONES 6580 PO

1164

El pasado condena al rechazo del futuro Ministro en EE.UU.

21/12 24.

Bobby Ray fue relacionado con traficantes de armas

Una serie de revelaciones sobre su pasado podrían hacer que el Congreso estadounidense rechace el nombramiento del Almirante retirado Bobby Ray Inman, como nuevo Ministro de Defensa, en lugar de Les Aspin, quien renunciará en enero próximo.

Washington (ANSA)

El almirante retirado, de acuerdo con lo que publican ayer los medios, habría intervenido en favor de un traficante de armas, James H. Guerin, y llevó casi a la quiebra a una firma de pertrechos militares, la Tracor Inc., de Austin, Texas.

Promotor de una estrecha cooperación entre el Ministerio de Defensa y la industria nacional de armamentos, Inman concluyó 31 años de carrera en la Marina en 1982, como vicedirector de la CIA, entonces encabezada por William H. Casey, donde llegó durante la Presidencia de Ronald Reagan. En los años siguientes, Inman trabajó en la industria privada, donde adquirió una serie de conocimientos que, aseguró recientemente, aplicará en el Pentágono.

El Washington Post informa ayer sobre una carta de Inman, de abril de 1992, para apoyar a James H. Guerin, un ex comerciante de armas de Pennsylvania quien, en 1991, admitió ser culpable de un fraude por 700 millones de dólares durante los ochenta, y de haber violado la ley estadounidense sobre ventas de armas a Sudáfrica, parte de las cuales terminaron en Iraq y fueron usadas contra los propios estadounidenses durante la guerra que liberó a Kuwait en 1991.

Guerin, cuando trabajó para la International Signal and Control Corp. (ISC), colaboró con los servicios secretos estadounidenses por dar información sobre armas que él vendió a Sudáfrica y sobre los datos relativos a las naves y submarinos soviéticos que navegaban frente a las costas africanas, relevados con instrumental provisto por él a Pretoria.

A principios de los ochenta, Inman, que en ese momento era sólo un ciudadano, se volvió el director-gerante, requerido por la ley estadounidense, para la ISC, cuyas acciones cotizaban en la bolsa de Londres.

La ISC fue comprada en 1987 en 670 millones de dólares por la Ferranti International, una empresa británica que sólo después de la adquisición se dio cuenta de los fraudes de Guerin, lo cual no la llevó a la quiebra por poco, aunque debió despedir a cientos de empleados.

El otro traspié de Inman tras su retorno a la vida privada es citado hoy por el New York Times y el Washington Post. Este hecho es relativo a Tracor, una compañía que proveía al Pentágono con sede en Austin, Texas, que fue presidida por Inman desde 1987.

Errores de management, un excesivo aumento de costos y la reducción de los gastos militares tras la caída del Muro de Berlín, llevaron a la firma a iniciar las actuaciones de quiebra, nueve meses después de que Inman dejó la presidencia.

La firma, luego, se recuperó y ahora está financieramente sana.

Para el Washington, este caso tiene un lado positivo: las experiencias recogidas por Inman en Tracor Inc podrían ser una lección muy útil en caso de que éste llegue a dirigir el Pentágono, que tiene problemas para hallar 31.000 millones de dólares aún faltantes para el presupuesto con miras a 1995.

01-01 9400038

Nº. DOCUMENTO 9400039
TITULO Emplazan a militares haitianos.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 23/12/93
VINCULACIONES 65880.
11163
11164
11388
66123.

ENTRADO
CRUZADO

Emplazan a militares haitianos

23/12

WASHINGTON, 22 (Reuter).– Los Estados Unidos advirtieron hoy a los militares haitianos que deben cumplir con un plan de paz para el 15 de enero o de lo contrario se endurecerían las sanciones económicas internacionales contra el país caribeño.

Las sanciones adicionales podrían incluir la limitación a la entrada y salida de Haití de los vuelos no comerciales, dijo el vocero del Departamento de Estado, David Johnson.

La advertencia se produjo luego de que el jefe militar de Haití, general Raoul Cedras, se negara a reunirse con oficiales de Canadá, los Estados Unidos, Francia y Venezuela, indicó Johnson.

Los militares de los cuatro países viajaron a Puerto Príncipe específicamente para ese encuentro, con el objeto de que Cedras se comprometa a cumplir con el Acuerdo de la Isla del Gobernador.

Cedras, el "hombre fuerte" de Haití, tomó el poder el 30 de septiembre de 1991 al derrocar al presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide, ahora exiliado en los Estados Unidos.

01-01

9400039

Nº. DOCUMENTO 9400040

TITULO Aristide organiza reunión en Miami para ayudar a Haití.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE P... 26/12/93

VINCULACIONES 65880

11164

11388

66123

ENTRADO ...

CRUZ ...

Aristide Organiza Reunión por Haití

26/12 E.P.

WASHINGTON D.C. (Servicio exclusivo de "The New York Times"). — El exiliado presidente de Haití Jean-Bertrand Aristide, dijo hoy que está organizando una conferencia internacional en Miami para el próximo 15 de enero, para ayudar a reinstaurar la democracia en Haití, pero varios funcionarios estadounisenses se negaron a darle su apoyo porque incluye a los militares haitianos.

Ante la presión de Estados Unidos para que sea una conferencia lo más amplia posible, Aristide dio su apoyo a una reunión más limitada que reúna a las fuerzas haitianas partidarias de la democracia y a representantes de las Naciones Unidas y de los grupos de refugiados haitianos.

Varios asesores de Aristide indicaron que los miembros de la junta militar que gobierna a Haití, que lo derrocó hace dos años, no fueron invitados a la conferencia.

En una carta expedida por la embajada haitiana en Washington, Aristide menciona que la conferencia tiene por objeto proteger a los refugiados haitianos y a los ciudadanos de ese país perseguidos por los militares, así como restaurar la democracia, presionando a los militares para que dimitan.

El Departamento de Estado reaccionó fríamente a la reunión, y declaró que Washington apoya una conferencia entre todas las facciones haitianas, en las que presumiblemente estarían incluidos los militares.

Algunos funcionarios estadounidenses indicaron la conferencia propuesta por Aristide, porque aparentemente se enfocaría sobre los derechos humanos y en el problema de los refugiados, más que en la crisis política.

"Creemos que la verdadera solución a los problemas de derechos humanos y de los refugiados es propiciar una solución duradera a la crisis política, declaró un funcionario gubernamental.

Varios funcionarios estadounidenses prefirieron la conferencia de reconciliación propuesta a principios de este mes por Robert Malval, quien fue nombrado Primer Ministro por Aristide durante su ausencia. Esa conferencia hubiera incluido a los militares, pero Aristide se opuso a ello.

Michael Barnes, abogado de Washington que asesora a Aristide, informó durante una conferencia propuesta por Malval, quien fue nombrado Primer Ministro por Aristide durante su ausencia. Esa conferencia hubiera incluido a los militares, pero Aristide se opuso a ello.

Michael Barnes, abogado de Washington que asesora a Aristide, informó durante una conferencia de prensa que el mandatario haitiano teme que sería peligroso que las fuerzas democráticas se reúnen en Haití, donde los militares y los civiles armados han matado a muchos partidarios de Aristide.

Ayer, Estados Unidos se unió a Canadá, Venezuela, y Francia para amenazar con hacer más severo el bloqueo contra Haití, a menos que el gobierno militar del general Cedras renuncie para el 15 de enero próximo.

Barnes declaró que el gobierno haitiano en el exilio decidió celebrar una conferencia el 15 de enero, porque esa fecha sería oportuna para que las fuerzas democráticas de Haití elaboren su estrategia, dependiendo de que la junta renuncie o no.

El pasado 3 de julio, los líderes militares haitianos firmaron un acuerdo en la Isla del Gobernador, en el que prometieron renunciar al poder en octubre, pero a la postre pasaron por alto ese plazo.

Durante una conferencia de prensa celebrada hoy, Barnes informó que Aristide está muy preocupado por lo que sufren los refugiados haitianos, muchos de los cuales están siendo devueltos inmediatamente por las autoridades estadounidenses.

"Los líderes del golpe de Estado deberán estar obligados a abandonar Haití, no sus víctimas, afirmó en su declaración el gobierno haitiano en el exilio". "El Presidente de Haití debe volver, no las víctimas de la represión".

01-01

9400040

Nº DOCUMENTO 9400041
TITULO EE.UU. cambiaría su estrategia si corrobora existencia de bombas atómicas en Norcorea
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCESO 27/12/93
VINCULACIONES 65890
11164
11388
507487

Norcorea tendría una o dos bombas atómicas

27/12/93

Viraje: EE. UU. cambiaría radicalmente su estrategia en Asia si se corrobora la suposición de todos sus servicios de espionaje, según uno de los más influyentes diarios norteamericanos.

WASHINGTON, 26 (EFE). – Los diferentes servicios de espionaje de los Estados Unidos han llegado a la conclusión, de que Corea del Norte dispone ya probablemente de una o dos bombas atómicas, lo que cambiaría de raíz la extrategia norteamericana en Asia.

Ni el Servicio Central de Inteligencia (CIA), ni los otros servicios del espionaje norteamericano han logrado comprobar fehacientemente la existencia de la bomba atómica, pero todos los cálculos y suposiciones llegan a la misma conclusión.

El periódico The New York Times informó hoy que la CIA ha dibujado un escenario en el que en el peor de los casos Corea del Norte ha acumulado hasta 12 kilogramos de plutonio que son suficientes para fabricar una o dos bombas atómicas.

El Departamento de Estado ha rechazado, sin embargo, el informe de la CIA y la diplomacia norteamericana mantiene que los norcoreanos no han llegado todavía a disponer de un artefacto nuclear".

Por ello, los funcionarios del Departamento de Estado han aconsejado a la Casa Blanca mantener la misma actitud de presión diplomática hacia Corea del Norte para intentar que Pyongyang se deshaga de su programa nuclear.

Los cálculos de la CIA se basan en diversas informaciones, pero sin que haya fotografías de satélites o testimonios definitivos que apoyen tal tesis.

La CIA ha llegado a la tal conclusión tras analizar las informaciones de las inversiones norcoreanas para disponer de plutonio, de los detonadores explosivos y por los avances en la fabricación de un misil de medio alcance que pudiera llegar a Japón.

En febrero de 1992, el entonces director de la CIA, Robert Gates, ya advirtió que Corea del Norte podría disponer de una bomba atómica en unos meses o un par de años.

La mayor preocupación de la CIA es la instalación nuclear de Yongbyon, situada cerca de 90 kilómetros al norte de la capital del país.

Aún en el caso de que se confirmase que los norcoreanos disponen ya de una bomba nuclear, el Departamento de Estado sostiene que se debe mantener la misma política de aproximación.

El informe de la CIA se ha dado a conocer tras la llegada el viernes a Pyongyang del secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, para una visita oficial.

En ocasión de la estancia de Ghali, el ministro de Asuntos Exteriores norcoreano, Kim Youngnam, advirtió que si los Estados Unidos ejercen "una presión injustificada" contra el país, por la actual crisis nuclear, no tendrá otra alternativa que "tomar medidas decisivas para defender la soberanía nacional".

El presidente norteamericano, Bill Clinton, se enfrenta, mientras tanto, al dilema de proseguir con la misma política o aceptar los informes del espionaje y tratar de aumentar la presión sobre Pyongyang.

La opción militar, si se confirmase el informe de la CIA, sigue siendo una alternativa repleta de riesgos porque, según el Times, el Pentágono no sabe a ciencia cierta cuáles son las instalaciones claves del programa nuclear norcoreano.

Ello provocaría además un posible ataque norcoreano a Corea del Sur y una peligrosa escalada en el conflicto, incluso si los Estados Unidos se decidiera a imponer sanciones al gobierno comunista de Pyongyang.

Durante la visita de esta semana del secretario general de la UN a Pyongyong, las autoridades norcoreanas insistieron en que las diferencias con Washington se pueden resolver de manera pacífica.

01-01

9400041

Tensión en Península Coreana. Conversaciones con EE.UU
Sur/ Brasil Perspectivas
93-12-13
C. Norte
FP 1164 1810
1165
1163 11305

INUR Nº 397-D/012/131293

CORÉIA DO NORTE

- Clima de tensão permanece na Península Coreana. Conversações com os EUA. Perspectivas.

Mantém-se em evidência o quadro da segurança asiática, devido à negativa da CORÉIA DO NORTE em permitir inspeções de rotina, por parte da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), às suas principais usinas nucleares. Sobre esse país recaem suspeitas de desenvolver o processo de separação do plutônio, usado na fabricação de armas nucleares.

Os EUA, mesmo empenhados na solução do litígio pela via pacífica, haja vista os contatos de alto nível com PIONGYANG, vêm revisando o plano do Pentágono de defesa da CORÉIA DO SUL, para a eventualidade de um ataque-surpresa pelo vizinho do Norte. O empenho de WASHINGTON para evitar uma solução mais drástica decorre do fato dela encontrar restrições da CHINA, do JAPÃO e, principalmente, da CORÉIA DO SUL, por incluir o bloqueio econômico.

A AIEA já alertou a ONU estarem os seus equipamentos controladores da atividade nuclear nas usinas norte-coreanas em vias de esgotamento da capacidade de operação e, se isso ocorrer, suas funções estarão encerradas naquele país. Para o Chanceler sul-coreano, HAN SUNG-JOO, caso a AIEA declare que **"a continuidade foi perdida"** nas inspeções à CORÉIA DO NORTE, **"não haverá escolha senão procurar alguma ação forte por parte da ONU"**.

Recentemente, a CORÉIA DO NORTE propôs aos inspetores da AIEA acesso irrestrito a cinco das sete instalações nucleares, excluindo as duas principais. Concordou, também, com a reposição de filmes, câmeras e baterias dos equipamentos de controle. Entretanto, essa iniciativa foi classificada pela AIEA como inadequada e de efeito paliativo.

Sem uma solução definitiva para a desnuclearização e pacificação da Península Coreana, WASHINGTON, apesar do ceticismo quanto a um acordo a curto prazo, entende ser conveniente consultar seus aliados asiáticos antes de tomar uma decisão contundente, ou até aceitar as proposições de PIONGYANG.

Essa posição norte-americana é influenciada pela revisão do plano estratégico e pelas conversações em andamento entre as partes envolvidas na questão. Assim — e devido às carências econômicas da CORÉIA DO NORTE —, não se afasta a possibilidade de uma solução negociada para breve.

* * *

Nº DOCUMENTO 9400043

TITULO Clinton viajará a Moscú para un encuentro "cumbre" con Yeltsin.

PROCEDENCIA 1500 IS

FECHA DE PROCEDENCIA 28/12/93

VINCULACIONES 65890

1164

11388

507294

Clinton viajará a Moscú para un encuentro "cumbre" con Yeltsin

28/12 CM.

● *La relaciones bilaterales y la ayuda estadounidense estarán en el tapete*

El Presidente estadounidense, Bill Clinton, aceptó la invitación de su colega ruso, Boris Yeltsin, y visitará Moscú desde el 12 al 15 de enero próximos, anunció ayer la vocera de la Casa Blanca, Dee Dee Myers.

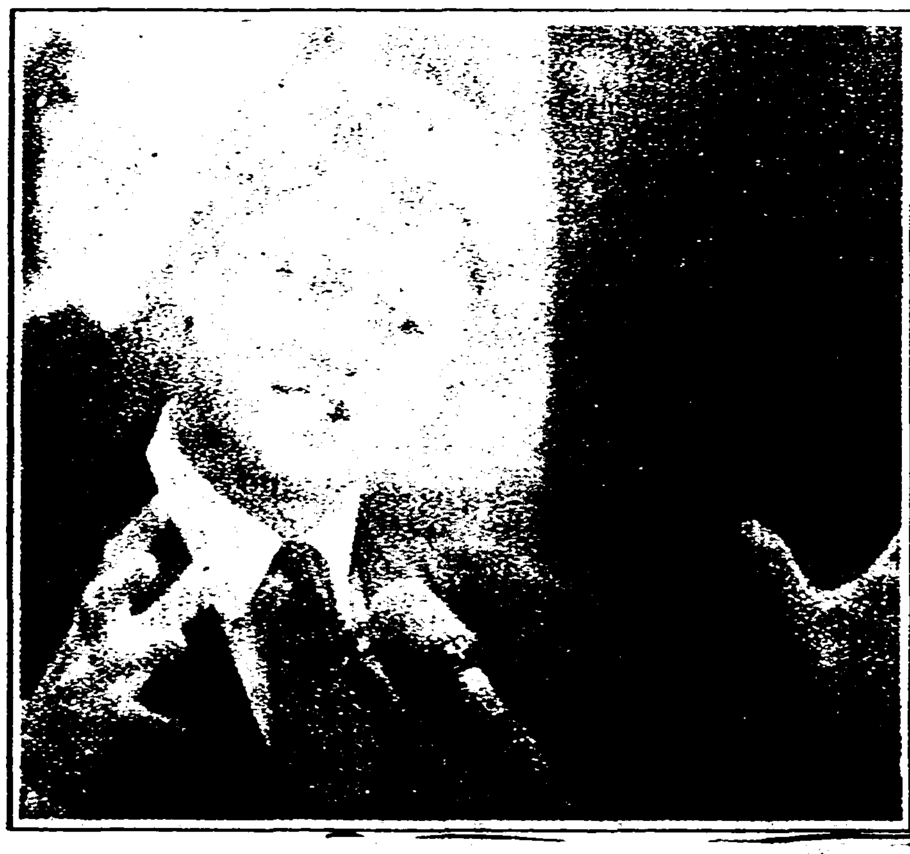
Washington (Ansa)

Este será el primer viaje de Clinton a Europa desde su elección para Presidente de Estados Unidos, en enero de 1993.

El encuentro fue expresamente señalado como la continuación de los coloquios del pasado mes de abril en Vancouver, Canadá, donde Clinton y Yelstin se reunieron por primera vez.

Las conversaciones estarán dedicadas, sobre todo, al espectro de las relaciones bilaterales, incluidos los esfuerzos por despejar los últimos vestigios de la Guerra Fría y la cooperación estadounidense para el éxito de las reformas en Rusia.

Clinton dejará Estados Unidos el 8 de enero para realizar una primera escala en Bruselas, donde participará de una cumbre de la OTAN, luego se trasladará a Praga —donde se reunirá con jefes de Estado de algunos países ex comunistas— y finalmente visitará Moscú y Minsk, en la república ex soviética de Bielorrusia.



La gira europea de Clinton finalizará en la ciudad suiza de Ginebra, donde el presidente estadounidense recibirá a su par sirio, Hafez al Assad, con el objetivo declarado de darle un nuevo impulso al proceso de paz en Medio Oriente.

En el curso de la próxima reunión ruso-norteamericana a realizarse en Moscú, los presidentes Boris Yeltsin y Bill Clinton "harán un balance del trabajo desarrollado para liberar las relaciones entre los dos países de los últimos vestigios de la guerra fría", y "examinarán las cuestiones de la colaboración bilateral, a la luz de la marcha de las reformas en curso en Rusia".

Esto se afirma en un comunicado con el cual el Kremlin anunció hoy oficialmente que por invitación del Presidente Yeltsin, Bill Clinton efectuará una visita oficial a Rusia desde el 12 al 15 de enero.

"En el curso de las conversaciones, los Presidentes de los dos países continuarán la búsqueda de los caminos para ampliar la cooperación bilateral, iniciada en su encuentro de Vancouver de abril pasado", dice el documento difundido por la presidencia. "En la agenda de las conversaciones -agrega el documento- estarán también los problemas de la seguridad, incluida la colaboración para el control de armamentos y para la no proliferación de las armas nucleares, además de los temas más importantes de la problemática internacional, entre los cuales el relativo al papel de las fuerzas multilaterales de paz en los conflictos regionales".



9400043

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400044
TITULO Partidos de izquierda se unifican para participar en elecciones.
PROCEDENCIA 65356.
FECHA DE 17/12/93
VINCULACION 66153
11164
11304

Izquierda hondureña con pretensiones

Los partidos de izquierda comenzaron los trámites legales para participar en el proceso político de Honduras, tras los comicios generales de noviembre, donde triunfó abrumadoramente el abogado liberal Carlos Roberto Reina.

Agrupados en una coalición denominada partido Unificación Democrática (UD), la documentación fue presentada ante el Tribunal Nacional de Elecciones (TNE) que comenzó su análisis este lunes.

La inscripción del nuevo partido se ampara en un decreto de excepción de la Cámara Legislativa, emitido en octubre, para facilitar a los grupos y partidos de izquierda participar en el proceso político.

En este decreto se eliminó una serie de requisitos, como la presentación de 20 mil firmas, una publicación pagada en el diario oficial La Gaceta y tener una organización en cada municipio, departamento y a nivel nacional.

Jorge Illescas, dirigente de UD, dijo que el nuevo partido aspira a convertirse en una alternativa para el electorado hondureño que demostró un alto grado de abstencionismo en las últimas elecciones generales. "*Nos definimos como un partido pluralista, progresista y defensor de las causas populares*", dijo Illescas.

Según el dirigente político, la nueva organización agrupa a los partidos Renovación Patriótica (PRP), Morazanista de Liberación Nacional (PML) y de los Trabajadores (PT).

Estos grupos surgieron como extensiones de los partidos Comunista, Marxista Leninista, Socialista y el Movimiento Popular Hondureño, quienes fueron duramente combatidos por las fuerzas armadas, y de los dos grandes partidos tradicionales, el Liberal y el Nacional, que han dirigido al país desde principios de este siglo.

El decreto especial fue negociado antes de las elecciones generales del 28 de noviembre con el candidato del gobernante partido Nacional, Oswaldo Ramos Soto.

Al lograr la promulgación del decreto, Ramos–quien fue acusado durante la campaña política de ser un violador de los derechos humanos y opuesto a los grupos de izquierda– cumplió su palabra.

En las elecciones de noviembre, el candidato del Partido Liberal, Reina, se alzó con una victoria electoral de un 53 por ciento frente a Ramos Soto, que obtuvo el 40 por ciento del electorado, la Social Democracia 2,9 por ciento y la Democracia Cristiana 1,9 por ciento.

9400044

01-01

Sustituyen en Honduras a la Dirección Nacional de Investigaciones

ORGANISMO CIVIL ROMPE MONOPOLIO CASTRENSE

El futuro de los agentes de la Dirección Nacional de Investigaciones (DNI), la policía secreta de Honduras, es incierto, ya que en 1994 entrará en funciones un nuevo organismo de investigación civil que romperá un monòpolio castrense de 30 años. La incertidumbre se acrecienta con la ratificación por el Congreso, a mediados de esta semana, de que la nueva Dirección de Investigación Criminal (DIC) opere a partir de 1994 bajo orden civil.

La alta jerarquía ha considerado «discriminatorio» esta decisión y defiende la tesis de que los militares tienen derecho a dirigir ese organismo.

Este planteamiento ha sido rechazado por los altos cargos del Gobierno, que ratificaron la necesidad de que la policía de investigación esté bajo la dirección del recién creado ministerio Público. La DIC sustituirá a la Dirección Nacional de Investigaciones (DNI) uno de los cuerpos de investigación más polémicos y temidos del país, creado tras el golpe de Estado de 1963 contra el liberal Ramón Villeda y después de que los militares disolvieran de forma cruenta la policía civil.

Tras un escándalo por las declaraciones del ex agente Josué En Zuñiga quien implicó a oficiales y compañeros en crímenes, robos y narcotráfico, se creó una comisión de alto nivel que recomendó constituir el ministerio Público y la DIC. Desde mediados de este año una Comisión Interventora de la DNI, integrada por tres civiles, prepara las condiciones para la transición de un organismo a otro.

En enero próximo se elegirá al nuevo Fiscal General, a cargo del ministerio Público, y tres meses después se constituirá la DIC, ya bajo el mandato del presidente electo, el liberal Carlos Roberto Reina. Ahora los agentes de la DNI, en su mayoría de escasa formación educativa, no saben si serán recontratados o despedidos, si dejarán de ser miembros de una rama de las Fuerzas Armadas o estarán supeditados a los civiles. El número de sus integrantes se desconoce, pero extraoficialmente se calcula que es un millar, en su mayoría con bajos ingresos y acostumbrados a métodos de interrogación que son criticados por los organismos defensores de los derechos humanos.

Varios de esos organismos han mostrado su preocupación de que «la DIC sea la misma DNI bajo otro nombre».

«No podrá haber garantías sin una verdadera depuración y una clara orientación de respeto a las garantías constitucionales de la población», dijo a EFE Ramón Custodio, presidente del Comité para la Defensa de los Derechos Humanos. La transición de la policía «militar» a la «civil» es uno de los asuntos más polémicos pendientes en la agenda hondureña de 1994, en una tarea en la que el próximo Gobierno espera contar con la asesoría de la policía española. (EFE)

LJ 17/12

PARTES ILEGIBLES

Nº. DOCUMENTO 9400046
TITULO Belice teme ser invadida
PROCEDENCIA 1500/4
FECHA DE PROCEDENCIA 22/12/93
VINCULACIONES ~~A0039~~ 507476.
11164
11302
66087

ENTRADO
CRUZ

El primer ministro denuncia a Guatemala

BELICE TEME SER INVADIDA

22/12 LS

Belice, la ex colonia británica en Centroamérica, teme ser invadida por Guatemala, declaró el primer ministro beliceño, Manuel Esquivel.

El gobernante del pequeño país anglohablante cree que las autoridades guatemaltecas demuestran además poco interés por negociar el fin del litigio entre las dos naciones vecinas.

Esquivel, un conservador que asumió el poder en julio pasado tras derrotar en las elecciones a su rival y varias veces primer ministro George Price, dijo que a pesar del cambio de gobierno se mantiene la política de su antecesor de no ceder ni un centímetro de terreno a Guatemala.

Belmopán (nombre de la capital) sí está dispuesta, puntualizó, a negociar que Guatemala tenga una salida al Caribe. Guatemala reclamó durante siglo y medio los 22.965 kilómetros cuadrados del territorio de Belice y no reconoció su independencia de Gran Bretaña, en 1981, hasta diez años después.

El entonces presidente guatemalteco Jorge Serrano estableció en 1991 relaciones diplomáticas con Belmopán en una decisión que levantó una intensa polémica en el país y llegó hasta la Corte de Constitucionalidad, que finalmente avaló la actuación del gobernante.

El actual gobernante guatemalteco, Ramiro de León Carpio, que sustituyó a Serrano tras su fallido «autogolpe» de Estado de mayo, no ha reabierto negociaciones con Belmopán sobre el litigio y además ha puesto en tela de juicio la forma en que Serrano manejó el asunto.

En sus declaraciones a EFE, Esquivel dijo que las incursiones frecuentes de tropas guatemaltecas a territorio de Belice, aunque normalmente podrían aceptarse entre dos países vecinos, «pueden ser un mal presagio».

«Tenemos una frontera muy larga y constantes incursiones», señaló el Primer Ministro, que aludió también al problema que representa la crisis política que atraviesa Guatemala.

La población presiona al Gobierno para que el Ejército tome acciones de hecho y se anexione Belice, agregó, y este país se siente amenazado por los políticos que -en Guatemala- piden una salida violenta al litigio.

Ahora las autoridades de Belice, explicó, trabajan en sus propios planes de seguridad porque en enero empiezan a retirarse los 1.800 soldados británicos acantonados en su territorio.

Estos temores sólo desaparecerán, advirtió, cuando los gobiernos lleguen a un acuerdo sobre el litigio territorial. Pero esto tomará tiempo, vaticinó, porque no se han reanudado las negociaciones, que ya mantuvieron ambos gobierno hace dos años, por la falta de interés de los guatemaltecos.

(efe)

01-01

9400046

Esposa de Endara a la oposición

LA HABANA 23/12

La primera dama panameña, Ana Mae de Endara, sorprendió ayer al país al anunciar su candidatura a Alcaldesa de la ciudad de Panamá por el opositor Partido Liberal Republicano (PLD), que fuera aliado del general Manuel Noriega, derrocado por las tropas norteamericanas en 1989.

Panamá (Ansa)

La esposa del Presidente Guillermo Endara anunció oficialmente su postulación a la Alcaldía de Panamá por el PLD, que forma parte de la alianza opositora, encabezada por el Partido Revolucionario Democrático (PRD), en su momento aliada a Noriega, hoy encarcelado en Miami por narcotráfico. Alberto Conte, uno de los principales dirigentes en la lucha contra el régimen militar que encabezó Noriega, calificó ayer la decisión de la señora de Endara como "oportunista".

El Partido Liberal Republicano apoyó al general Manuel Antonio Noriega y sobre su principal dirigente, Rodolfo Chiaria, en el exilio, pesan varias denuncias sobre violaciones a la libertad de expresión.

Sin embargo, la primera dama panameña dijo que ya es "tiempo que se olvide el pasado", y se busque una efectiva reconciliación nacional.

Por su parte, su compañero de nómina, el periodista Homero Londoño, destacó ayer que los partidos oficialistas se habían alejado de los intereses por los que se luchó en tiempos de Noriega. Agregó que "los intereses personales" habían sido puestos por sobre los la de la nación.

Entretanto, George Weden, asesor del Presidente Endara, dijo que "es increíble que la primera dama haya sido postulada por un partido político que cobijó al régimen de Noriega".

La primera dama de Panamá, 30 años menor que su esposo, es asesorada políticamente por José Isabel Blandón, ex asesor del general Noriega.

Nº. DOCUMENTO 9400049
TITULO Culmina huelga de maestros en Ecuador.
PROCEDENCIA 1500/4
FECHA DE 8/12/93
VINCULACIÓN 65838
11165
11413
11414

ENTRADO
CRUZ

El gobierno ecuatoriano accedió al reclamo de los maestros

FINALIZO HUELGA EN LA ENSEÑANZA

8/12 LS

Las clases en las escuelas y colegios estatales de Ecuador se reanudaron ayer, en todo el país, con lo que concluyó la huelga decretada por el sector hace diez semanas y que afectó a unos dos millones de estudiantes.

El gobierno del presidente Sixto Durán-Ballén accedió, luego de dos meses de huelga, a aprobar un proyecto de reformas a la Ley de Escalafón de los maestros estatales, lo que fue exigido al comenzar la protesta por la Unión Nacional de Educadores (UNE), que aglutina a alrededor de 100.000 profesores.

Los maestros estatales decretaron hace diez semanas una paralización indefinida y desde hace cuatro semanas, hasta hace pocos días, cientos de ellos realizaron una huelga de hambre para presionar al gobierno.

El paro dejó un saldo de un maestro muerto alcanzado por un disparo en una manifestación callejera, un oficial de policía herido de gravedad y varios profesores hospitalizados por desnutrición.

El gobierno decretó la semana pasada el estado de emergencia y de movilización (trabajo obligatorio), para terminar con la huelga, pero los maestros no acataron la orden gubernamental y la protesta se prolongó hasta el pasado fin de semana.

Según la prensa de Ecuador, el gobierno estudia la manera de recuperar los dos meses perdidos en los colegios y se considera la posibilidad de implantar, por un tiempo, jornadas suplementarias.

01-01

9400049

INTERNACIONAL

PUERTO, RICO Y LIBRE

Decidieron conservar lo mejor de los dos mundos, la cabeza y el bolsillo norteamericano, y el corazón hispano. Los 500 años de historia triunfaron



JOSE CARLOS PRATA*, San Juan

EL 14 DE NOVIEMBRE, CINCO DÍAS ANTES de la celebración del Quinto Centenario del Descubrimiento y encuentro en la Historia de España y Puerto Rico, todo el peso de la Hispanidad se dejó sentir en el plebiscito celebrado en la isla. El resultado del mismo, en el cual participaron 1.700.000 electores, acumuló un voto de rechazo a la anexión con Estados Unidos de un 52,8 por ciento de los votantes.

La consulta hecha al pueblo de Puerto Rico para determinar su futura relación con Estados Unidos se caracterizó por un debate en el que los propulsores de la anexión utilizaron anuncios televisados de tres ex presidentes de Estados Unidos —Gerald Ford, Ronald Reagan, George Bush— respaldando la asimilación. Todos ellos en inglés con subtítulos en español. La defensa del idioma español, la cultura puertorriqueña, de lo puertorriqueño y la patria, resultaron ser los elementos de la Hispanidad que movilizaron a los votantes a las urnas para mayoritariamente derrotar la anexión para los próximos 500 años.

La decisión del pueblo puertorriqueño de mantenerse como pueblo hispano fue enviada a todo el mundo por las cadenas de noticias en Estados Unidos; los titulares de los principales periódicos señalaban el rechazo de la *estadidad* (pertenecer a la Unión) y el que, por primera vez en la historia de EE UU, un territorio, con una particular relación, rechazaba integrarse al arrogante coloso. A cinco años del centenario de la Guerra Hispano-americana, los puertorriqueños derrotaban a aquéllos que quisieron imponerle el idioma inglés, asimilarlos a una cultura extranjera, anexionarlos a una diferente unidad política y económica y destruir su esencia de pueblo hispano. Los puertorriqueños ganaban la batalla de ser un pueblo de profunda raigambre hispana.

Desde la noche anterior al día 14 de noviembre, los *orishas* [adivinos], al tirar sus caracoles sobre la tela de Ifá, habían anunciado que el pasado se volcaría sobre el presente con su verdad inventada. Desde una semana antes, los habitantes del pueblo de Jayuya comentaban que en la región del Coabey se había visto rondando el fantasma del cacique indio Guaminiquina Cepí. Al amanecer del día 14 de noviembre, el alcalde de Yauco informaba a La Fortaleza, residencia oficial del gobernador, que la tumba del soldado desconocido español de la Guerra Hispano-americana había amanecido adornada con flores y claveles; el buque de guerra Ticonderoga, camino a su base en Roosevelt Road, en Ceiba, informaba haber visto en la bruma de la noche la aparición de la Cuarta Carabela. En Hormigueros, en su santuario, la Virgen Negra emanaba sangre de sus manos; y en Vieques, los pescadores decían haber visto en las murallas del fortín a Miguel Henríquez disparar los cañones.

Toda la isla se llenaba de fantasmas del pasado. En San Juan, el capitán Amézquita alentando a sus hombres contra el holandés; en Arecibo, el capitán Correa en la playa y frente al mar derrotando a los ingleses; en el Condado, y desde el Fuerte San Gerónimo de Boquerón, una turista norteamericana afirmó haber oído al perro de piedra lanzar sus aullidos a la luna. Incluso en la catedral apareció un pasquín con un texto de Miguel de Cervantes que decía: «La libertad, querido Sancho, es uno de los más preciosos dones que a los hombres dieron los cielos. Con ella no pueden igualarse los tesoros que encierra la tierra ni el mar encubre; por la libertad se puede y debe aventurar la vida».

Mientras el día 14 de noviembre transcurría, en las iglesias católicas y protestantes se oraba para que la voluntad de Dios se expresara libremente. Los observadores internacionales, los periodistas y las cadenas de televisión extranjeras esperaban el resultado de aquella votación en aquella tierra que era más antigua que la llegada de los puritanos ingleses a las costas de Jamestown, en Virginia (Estados Unidos).

Al mediodía comenzaron a sonar las congas en todos los barrios de Humacao y Guayama, y en Ponce se oía la voz del salsero Héctor Lavoe como un recuerdo, mientras en Rincón los descendientes de corsos almorzaban. Los apellidos de canarios, mallorquines, vascos, catalanes, franceses, venezolanos, africanos; los nombres negros y blancos y mestizos; las ascendencias y las descendencias de migraciones enteras de toda la región de Andalucía, los marranos que llegaron junto a los moros encubiertos, Pedro Mejía mulato y la cacica Luisa, Juan Ponce y Diego de Sotomayor, Guánina, Guarionex y Agueybana, Betances, Hostos y Muñoz y Pedro Albizu Campos estaban en las filas de votantes, esperando, aguardando el momento que llega, con los resultados que dicen que el español, el isle-

01-02

ño, el criollo, el pardo, el negro, el blanco, la bomba, la plena, la danza, la salsa, la bandera, el idioma, la cultura, los 500 años están votando, pesando una larga Historia, estableciendo que dos más dos no es igual a cuatro, proclamando que el uno se divide en dos y es igual a uno y que la historia se escribe en espiral, que es el día del puertorriqueño y de la Hispanidad.

Los resultados llegan, van llegando, recordando que Pepe Díaz murió en el puente de Martín Peña luchando contra las tropas de Harvey y de Abercombry; matemáticamente los resultados van llegando estableciendo que Ricardo Alegría ha recibido la medalla Picasso de la Unesco por haber salvado el patrimonio cultural que es El Viejo San Juan, con la Fortaleza de 1538, con el castillo de San Felipe del Morro, con el fuerte de San Cristóbal, con las casas de adobe y ausubo, con los ladrillos centenarios; se van contando los votos que dicen cómo nos lo escribió José Gautier Benítez, lo escribió Alejandro Tapia, lo cantó Juan Antonio Corretjer: «Patria es saber los ríos, los valles, las montañas, los bohíos, los pájaros, las plantas y las flores, los caminos del monte y la llanura, las aguas y los picos de la altura, las sombras, los colores con que se pinta el oriente y con que se despinta el occidente, los sabores del agua y de la tierra, los múltiples aromas, las hierbas y las lomas, y en la noche que aterra, el trueno que retumba en la negrura...».

Esa noche, después de los cantos y canciones, pasado el momento de la euforia, cuando la noche se apoderó de la ciudad, el silencio del ruido, la tranquilidad del alboroto; esa noche, cuando la lluvia caía constante y la mar embravecida batía contra las rocas de la costa, en el horizonte apareció su figura ennegrecida por el tiempo.

Venía empujada por el viento que en 500 años marcó su ruta, sus velas henchidas, llenas de todas aquellas esperanzas que trajeron hasta la tierra firme una nueva voz que al juntarse con las antiguas voces serían la invisible ruta que va del corazón a la palabra. Esa misma noche, antes de que se cerrara el día 14 de noviembre, antes de que se cumplieran los 500 años del misterio del pasado, de la luna del presente, regresó la Cuarta Carabela. ■

Escritor y delegado de la Asociación de Escritores y Artistas Españoles

CIUDADANOS DE PRIMERA CLASE

Muchos norteamericanos no entienden todavía cómo los 3,8 millones de puertorriqueños prefieren permanecer como una antigua colonia de ultramar y continuar viviendo por debajo del nivel económico del estado más pobre de Estados Unidos, cuando podrían ser ciudadanos estadounidenses «de primera clase» y recibir todos los beneficios y ayudas sociales que les correspondería por ley.

Sin embargo, para muchos hispanohablantes, Puerto Rico es el sueño latinoamericano, con su cultura propia, el español como lengua materna, dólares en el bolsillo después de cada quincena trabajada y sin militares ni iglesias que dicten las directrices políticas a seguir.



Los partidarios del ELA lo celebraron por todo lo alto.

Los resultados del plebiscito celebrado el 14 de noviembre —el 48,4 por ciento del 1.700.000 votantes con derecho a voto decidió que quiere continuar viviendo como Estado Libre Asociado (ELA) a Estados Unidos, mientras que un 46,2 por ciento apoyó la unión y el 4,4 por ciento optó por una república independiente— aplazó, al menos por unos años, la petición a Washington de unir una nueva estrella a las 50 que tiene en su bandera. Según algunos analistas locales, la anexión hubiera creado un serio problema en el Capitolio estadounidense.

«El Congreso debe haber suspirado tranquilo con este resultado. De todas formas, no iban a concedernos la *estadidad*, pero ahora ni siquiera tienen que decir que no», opinó Celeste Benítez, directora de campaña del opositor Partido Popular Democrático (PPD) y artífice de una frase ganadora que resume el resultado del referéndum: «Puerto Rico, lo mejor de dos mundos».

«Pero esta es una lucha que sigue», ha asegurado Pedro Rosselló, gobernador de la isla y promotor de la consulta, en referencia al crecimiento sin prisa, pero sin pausa, de los partidarios de la unión con el padrino del Norte.

Puerto Rico pasó a ser posesión de EE UU en 1898, cuando España lo cedió como botín, junto con Cuba y Filipinas, tras perder la Guerra Hispanoamericana. En 1917, el Congreso norteamericano concedió la ciudadanía estadounidense a todos los nacidos en la isla. Treinta y cinco años más tarde se redacta la Constitución del Estado Libre Asociado, sistema por el cual los puertorriqueños se gobiernan a sí mismos y dejan en manos norteamericanas todo lo relacionado con defensa, aduana, moneda y comercio exterior.

El resultado de la consulta refleja que el ELA tiene más apoyo que el Partido Popular Democrático (PPD) que lo engendró. Y demuestra que el gobernador, Pedro Rosselló, del Partido Nuevo Progresista (PNP), confundió el masivo apoyo que recibió su candidatura en las elecciones pasadas con votos a favor de la unión.

El ELA fue creado en 1952 con el apoyo del 75 por ciento de la población; en 1967 fue ratificado con el 60,41 por ciento a favor, y ahora, en 1993, subsiste con el 48,4 por ciento de los sufragios.

El partido del Gobierno intentó hacer malabarismos retóricos con la derrota y la transformó en un crecimiento del movimiento unionista en la isla. «Asumo toda la responsabilidad», dijo apesadumbrado el gobernador Rosselló, quien agregó que cumpliría con la ley plebiscitaria de informar del resultado al Congreso norteamericano y al presidente, Bill Clinton. ■

Claudio Alvarez-Dunn (San Juan)

02-02

9400050

Nº. DOCUMENTO 9400051
TITULO Manifestantes retienen al presidente Cristiani en el Parlamento.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE ... 16/12/93
VINCULACIONES 507511
111651
114114

ENTRADA
CRUZADO

Presidente salvadoreño retenido seis horas en el Parlamento

16/12/12 B

San Salvador (AFP)

El presidente de El Salvador, Alfredo Cristiani, se vio forzado ayer a permanecer seis horas en el Congreso, debido a la tensión que provocaron en las cercanías del edificio centenares de desmovilizados del Ejército que exigían una indemnización.

La sede del Congreso, localizada en el centro de San Salvador, fue rodeada desde la mañana por desmovilizados del Ejército que portaban varillas de hierro, palos, piedras, cuchillos y otros objetos, con los que rompieron la tela metálica que rodea el edificio.

El presidente Cristiani, quien había llegado al lugar previamente para participar en la celebración del décimo aniversario de la carta magna, tuvo que permanecer seis horas (hasta las 15H00 locales), debido a que los manifestantes bloquearon el ingreso y la salida de las instalaciones. Una delegación del gobierno debió negociar con los manifestantes para que permitieran la salida de Cristiani, su escolta y miembros del cuerpo diplomático, pero algunos diputados se vieron obligados a saltar los muros para participar en la sesión plenaria del Parlamento.

Una hora más tarde, los manifestantes se retiraron del lugar tras obtener el compromiso, por parte de una delegación parlamentaria, de que sus demandas serán cumplidas antes del 30 de enero.

El Poder Legislativo celebró este miércoles la última sesión plenaria del año y los desmovilizados del ejército, estimados en unos 31.000, exigían la aprobación inmediata de una ley de indemnización, la entrega de tierras para los ex soldados campesinos y otras prerrogativas.

Los manifestantes lanzaron fuertes ataques contra el gobierno y el gobernante partido Alianza Republicana Nacionalista (Arena), a los que acusan de haberlos engañado.

«Nosotros les ayudamos para que llegaran al gobierno, pero a los de Arena ya nadie los quiere», dijo uno de los ex soldados.

En la protesta también participaron lisiados de guerra del ejército que también se consideraron «abandonados» por parte del gobierno.

01-01

9400051

Colosio, un sexenio más de salinismo

Finalmente, hubo humo blanco y el presidente Carlos Salinas de Gortari, siguiendo la práctica bárbara del todopoderoso presidencialismo mexicano, el "dedazo", designó a su sucesor.

Al caer la "capucha" del "tapado" emergió el nombre de Luis Donaldo Colosio, el "hijo predilecto" del actual mandatario. De 43 años, nacido en Magdalena de Kino, Sonora, cerca de la frontera con Arizona, Estados Unidos, y graduado en la Universidad de Pensilvania en planeamiento de economías urbanas, Colosio es definido como un joven político tecnócrata.

Entre los politólogos existe consenso en que de los tres firmes candidatos a suceder al presidente Salinas –Pedro Aspe, secretario de Hacienda, Manuel Camacho, regente del Distrito Federal y Luis Colosio, secretario de Desarrollo Social– a este último fue a quien, como nunca antes, se le fabricó una imagen.

La carrera de Colosio revela que todo se lo debe a su jefe, por más que el suyo sea el único currículum de los tres que registra además de los puestos en el sector público los de elección popular y, nada menos, la presidencia del Partido Revolucionario Institucional (PRI). Pero si esto fue así, fue gracias a su amigo, maestro, mentor y protector que lo *hizo* políticamente, llevándolo de la mano, en el marco de lo que aquí se define como un proyecto "transexenal" de la nueva elite en el poder y que, previa reforma de la Constitución, podría llevar después del año 2000 al mismo Salinas de regreso al sillón presidencial de Los Pinos.

Entre 1979 y 1982 Colosio fue asesor y subdirector de la Dirección General de Política Económica y Social de la Secretaría de Programación y Presupuesto (SPP), cuando el titular de esa unidad era Salinas de Gortari y el secretario del ramo Miguel de la Madrid. Cuando Salinas se hizo cargo de esa secretaría en 1982 –al asumir Miguel de la Madrid la presidencia de México–, Colosio continuó como subdirector del área.

En 1985 Colosio fue electo diputado federal del PRI. Fue entonces que surgió a la vida pública nacional como presidente de la Comisión de Programación y Presupuesto de la Cámara de Diputados. De acuerdo con columnistas políticos, en realidad Colosio tenía un cargo extraoficial: "Jefe de la diputación de la SPP", es decir, representante personal de Salinas en ese órgano legislativo.

Desde 1987, cuando fue "destapado" Salinas, Colosio fue primero oficial mayor del PRI y luego coordinador de su campaña presidencial, senador y presidente del partido (por lo que no pudo cumplir su representación en el Senado). En su calidad de presidente del PRI Colosio participó en la selección de candidatos a diputados y senadores y de la mayor parte de los gobernadores. Por lo que, de manera natural, la clase política priista se congregó en su entorno.

El "factor Pronasol"

Además, su estrecha relación y dependencia del presidente se vio coronada a inicios de 1992 con su ingreso al gabinete presidencial como responsable de lo que se definió como una "supersecretaría" de Estado de nueva creación; la de Desarrollo Social (Sedesol), a cargo del Programa Nacional de Solidaridad (Pronasol), el proyecto consentido del mandatario mexicano.

De acuerdo con los críticos del salinismo, el Pronasol fue diseñado como un nuevo aparato de control político-territorial para garantizar la continuidad del proyecto del presidente Salinas. Ha sido el "brazo social" de la política neoliberal bautizada por Salinas como "liberalismo social". El proyecto hizo posible la transformación del concepto tradicional de "Estado benefactor" por el de "solidario".

Sumado a los beneficios que pueda haber redituado a millones de mexicanos en la extrema pobreza, los críticos del Pronasol estiman que el éxito que el programa ha tenido para el gobierno radica en su utilización como estrategia política y electoral. Se convirtió en un mecanismo que pretende "recorporativizar" estableciendo nuevas alianzas entre la sociedad mexicana y el gobierno, para darle bases sociales y clientelas electorales al PRI. Dicha recorporativización pretendió desvincular al Estado de sus alianzas corporativas tradicionales (los tres sectores básicos del PRI: el obrero, el campesino y la burocracia estatal) y formar nuevas agrupaciones de colonos, campesinos y pequeños propietarios que, beneficiados por el Pronasol y sin llegar a formar parte orgánica del PRI, se conviertan en clientela electoral del partido.

Tal visión parecería estar avalada por el hecho de que el Pronasol se ha dedicado a la realización de obras públicas, particularmente en áreas donde el cardenismo (la fuerza opositora que conduce Cuauhtémoc Cárdenas, máximo dirigente del PRD, centro-izquierda) obtuvo amplios espacios en los comicios de 1988, y a cooptar a los "líderes" naturales de esas comunidades, a efectos de construir un vasto movimiento territorial.

Como complemento de Pronasol figura desde hace un par de meses Procampo, un programa basado en sub-

sidios directos a los productores agrícolas y cuyo objetivo primario, aunque desde luego no confesado, no es reducir la dependencia alimentaria que tiene México, ni siquiera elevar de manera importante la producción, sino "sembrar" votos que sean "cosechados" por el candidato priista en los comicios presidenciales de 1994.

Fue al frente de estos proyectos que Salinas puso a Colosio, lo que permitió al ahora precandidato del PRI a la Presidencia reforzar sus relaciones en todo el país y convertirse prácticamente en un candidato en campaña, pues podía recorrer libremente toda la República y conceder beneficios, una varita mágica de la cual carecían los demás aspirantes. Detrás de Colosio se halla la maquinaria de Pronasol, con sus miles de comités de base expandidos por toda la República como un verdadero partido dentro de otro.

La decisión

Muchas versiones se han manejado sobre *la decisión* de Salinas. Algunas fuentes señalan que en la elección final influyó el grupo compacto en torno al presidente, formado por su padre Raúl Salina Lozano, su hermano Raúl Salinas de Gortari, su jefe de gabinete presidencial José Córdoba, los gobernadores Patricio Chirinos y Héctor Granados, el secretario de Comercio Jaime Serra Puche (principal negociador del Tratado de Libre Comercio), su jefe de Información, José Carreño Carlón y el extitular de Educación, Ernesto Zedill Ponce de León, quien ha sido nombrado por el candidato Colosio su coordinador de campaña.

Hay coincidencias en que Colosio garantiza la continuidad en lo económico con énfasis en lo social. Resultó el perfil más completo para los intereses del grupo compacto en el poder. Camacho y Aspe eran *personalidades* y encarnaban proyectos propios. Se dice que el "pecado" de ambos fue sugerir cierto grado de autonomía política frente a Salinas y su proyecto transexenal. En cambio, la formación político-burocrática de Colosio fue cincelada por el propio Salinas. Y como el operador de las dos tareas políticas clave del salinismo –recuperar el control presidencialista del PRI e institucionalizar el modelo recorporativizador inaugurado con el Pronasol– Colosio se convirtió en el *salinismo* en funcionamiento.

El politólogo Arnaldo Córdova sostiene que de los tres aspirantes con posibilidades reales, Aspe no quiso ser presidente (se autodescartó y aspira a ser director del banco de México); Camacho, con virtudes indiscutibles de gran concertador (fue el promotor de la reforma política del Distrito Federal) es quien más rápidamente hubiera podido democratizar al país, pero por eso mismo se convirtió en enemigo de los sectores más conservadores del oficialismo. Si bien podía haber unificado al país, representaba el peligro de una división interna del PRI. Fueron las propuestas democráticas, conciliadoras y concertadoras de Camacho las que no habrían convencido a Salinas y al grupo del poder, más allá de que garantizaran la continuidad del proyecto económico.

Colosio ganó –sostiene Córdova– porque no sólo aseguraba la continuidad del proyecto salinista; ganó por una razón más política: fue el que logró convencer a los sectores más retardatarios del PRI –no obstante haber sido él quien encabezó el frustrado proceso de reforma del partido del gobierno– de que sería un presidente de *continuidad*, también en el statu quo político.

El proyecto del candidato Colosio

Ante la virtual coincidencia de un espectro amplio de analistas políticos de distinto signo en que Salinas eligió un candidato a su imagen y semejanza, en el marco de un proyecto transexenal, el principal problema del candidato Colosio es ahora, como se ha dicho, tratar de desprenderse de "la sombra del otro". Según esta visión, Colosio es todavía un "rehén" del señor Salinas; no es un individuo independiente.

Colosio ha dicho que pertenece a la "generación del cambio" que encabeza Carlos Salinas de Gortari y que vino a salvar al país de los desastres de gobiernos anteriores. Alguien vio en esa cita, además de agradecimiento, un juramento: el de la continuidad del proyecto de fidelidad al grupo. *"Soy hombre de lealtades"*, dijo.

Su otro déficit en el corto plazo es que, de cara al país, si deja pendiente la agenda por la democratización, sufrirá desequilibrios, pues sin justicia política no habrá armonía en el conjunto del sistema. (En su editorial principal sobre el destape de Colosio, el influyente The New York Times calificó tal designación y la democracia en México como *"una broma cínica"*).

Por lo pronto, entre los principales retos económicos y sociales del país destaca la necesidad de superar las deficiencias estructurales de la economía para crecer sin mayores déficit en el sector externo y resolver el problema de la distribución del ingreso.

Hasta donde se ha dejado asomar, Colosio trabaja ya en un esquema de neocapitalismo popular basado en el desarrollo regional equilibrado y en la democracia industrial, con un fuerte impulso a los nuevos polos industriales y agrícolas integrales, a efecto de tratar de empatar el bien común con el bien individual.

Teóricamente, esa propuesta económica y social ayudaría a superar los grandes retos del país en esas materias. Sin embargo, es también evidente que no puede haber justicia social si antes no hay justicia política, entendida como una mayor democratización del sistema político y de la sociedad.

Más allá de tales expectativas, todo indica que la "generación del cambio" llegó para quedarse y perpetuarse en el poder. Colosio garantiza la continuidad del draconiano programa neoliberal y de inmediato obtuvo el visto bueno de Estados Unidos. Seguirá, pues, la modernización del capitalismo salvaje, sin visos de una transición a la democracia moderna. Colosio es más de lo mismo: salinismo económico, con baños de Pronasol.

¿Cómo resolver el problema estructural de la pobreza y no limitarse a sus manifestaciones inmediatas con programas asistencialistas? El proyecto salinista no ha respondido tal interrogante. Pero todavía a Colosio le falta además pasar la prueba democrática. Porque hasta ahora la élite salinista y su proyecto económico han logrado imponerse con una carencia esencial: la falta de credibilidad comicial. ¿Logrará Colosio en el 94 la credibilidad que Salinas no tuvo en el 88?

Carlos Fazio

*En México las "secretarías" equivalen a los ministerios en Uruguay y, por ende, se denominan "secretarios" a quienes aquí son ministros.

Nº. DOCUMENTO 9400053
TITULO Viaje del pte. Salinas a China y Japón.
PROCESO 150014
FECHA 15/12/93
VINCULACI 507623
11164
11302
11399

ENTRADO

México
15/12/93

SALINAS VIAJA A CHINA Y JAPON

El presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, emprenderá hoy, miércoles, una gira por la República Popular China y Japón.

En China hará una visita oficial del 16 al 19 de diciembre, y en Japón una visita de trabajo, entre el 19 y el 22 del mismo mes.

La visita a China del presidente Salinas tiene como objetivo consolidar las relaciones que, desde hace 21 años, mantiene México con ese país, lo que permitirá concretar intercambios en renglones específicos.

El viaje de Salinas de Gortari a Japón se enmarca en la necesidad de fortalecer los contactos oficiales, políticos y económicos, que permitan ensanchar las perspectivas de intercambio.

01-01

9400053

6 MILLONES DE PERSONAS GANAN MENOS DE U$S 5 POR DIA

Paro y pobreza en México

18/12 E.C.

MEXICO (EFE). — Un **desempleo creciente** y un reducido poder de compra de los obreros son el **efecto principal del control de la inflación hasta cifras del 7,2% anual**, al parecer el mayor logro de la política económica aplicada en México en los últimos años. El caso mexicano, como otros de la región, evidencian las **dos caras** que asumen las reformas económicas que se encaran actualmente.

Este año —el último de mandato completo del presidente **Carlos Salinas de Gortari**— será recordado por los economistas como aquel en el que se controló la inflación en México tras dos décadas de hiperinflación, pero los obreros también podrán recordarlo como la fecha en que su precaria condición económica tocó fondo.

El optimismo de las cifras oficiales, que fijan la inflación anual en un 7,2%, contrasta con la **realidad que viven unos seis millones de trabajadores, que ganan un salario diario de 4,75 dólares.**

Un estudio del grupo financiero **Banamex** señala que la meta del gobierno de lograr una inflación de un dígito ha implicado un **bajo crecimiento de la producción, mayor desempleo, contracción en las ventas y un menor dinamismo en la inversión.**

El pasado sábado se anunció un aumento del salario mínimo de 7% -o sea 33 centavos de dólar- para situarlo en **5,08 dólares por día**, al que se suma una desgravación que tendrá el mismo efecto que un aumento en sus ingresos de **17,8%**, según los planes oficiales. Para cubrir la canasta básica, el aumento debería ser dos veces mayor.

Al comenzar ese año habrá unos **5 millones de mexicanos en el desempleo**, según cifras de la oficialista **Confederación de Trabajadores de México (CTM)**, que aspira a ver mejoras con la próxima vigencia del **Tratado de Libre Comercio norteamericano.**

Un aumento de la inversión del 4,3% contribuirá a impulsarlo

México espera un crecimiento económico de entre 2,5% y 3,5% para el año entrante

24/12 E.O.

México DF - La economía mexicana, con un probable avance de menos de un punto porcentual este año, se recuperará en 1994 para expandirse entre el 2,5 y el 3,5%, debido a que la inversión ayudará a impulsar el crecimiento, estiman los economistas mexicanos.



Carlos Salinas de Gortari
Ahora que las dudas sobre el Tratado de Libre Comercio se acabaron y las tasas se reducen, la inversión debe incrementarse

La mayoría está de acuerdo en que la mayor parte de la recuperación tendrá lugar en la segunda mitad del año.

"Creemos que muchas firmas suspendieron su inversión debido a dudas sobre el Tratado de Libre Comercio. Ahora que las dudas se acabaron y las tasas se reducen, la inversión debe incrementarse", dijo Carl Ross, del Bankers Trust.

El experto proyectó un crecimiento del 2,5% en 1994, por encima del 1,1% de 1993, y consideró la inversión como el principal impulsor del crecimiento, elevándose de 6 a 10% con respecto a los niveles de este año.

Ross pronosticó que para finales de 1994 las tasas de interés primario a 28 días oscilarán entre el 9 y el 10%.

Ernest Brown, el principal economista para América Latina de la compañía Morgan Stanley, dijo que la inversión pública, principalmente en infraestructura, encabezará probablemente la recuperación, con los gastos de los consumidores y la inversión privada aumentados después de las elecciones presidenciales de agosto.

Brown espera un crecimiento del 1% en el primer trimestre, que se elevará al 4% para los dos últimos trimestres del año.

Cuando funcione plenamente el TLC, el 84% de las importaciones mexicanas empezarán a entrar a los Estados Unidos libres de impuestos en 1994, según un informe de la embajada de los Estados Unidos en la ciudad de México.

El informe agregó que el país eliminará inmediatamente los aranceles en lo que corresponde a computadoras, equipos de telecomunicación, equipos y partes electrónicas, herramientas para maquinarias, bienes de capital y algo de equipo médico.

Además, las subsidiarias de bancos canadienses y estadounidenses podrán poseer en 1994 hasta el 8% de la capitalización total del sistema bancario. También en 1994, México reducirá a la mitad a sus socios en el TLC las tarifas en automóviles de pasajeros y camiones ligeros.

Los analistas dicen que el paquete de estímulos económicos del reciente Pacto para la Estabilidad, la Competitividad y el Empleo (PECE), un acuerdo antinflacionario entre las empresas, los obreros y el gobierno, también ayudará a la expansión de la economía en 1994.

"El tipo de estímulo que se avecina debe dar a México un crecimiento de más del 3% en 1994", dijo Jim Nash, vicepresidente de la compañía JP Morgan, quien pronosticó un crecimiento del 3,5% en la economía mexicana en 1994.

Además de una proyectada elevación del 4,3% en la inversión pública y privada y del estímulo económico, Nash espera un impulso en las exportaciones mientras la economía estadounidense recupera sus fuerzas.

Nash piensa que las exportaciones mexicanas en 1994 serán de 57.000 millones de dólares, incluyendo las de las maquiladoras, lo que significaría un incremento del 12% en comparación a 1993.

Otro analista estimó que el crecimiento será de "por lo menos 3,5%". Agregó que las tasas, por lo bajas, incrementarán la disponibilidad de crédito.

El mismo analista dijo que las tasas primarias oscilarán entre el 10 y el 11% y que la tasa de interés interbancario sea del 12% para finales de 1994.

Rogelio Ramírez, de la consultora Ecanal, pronosticó por su parte un crecimiento del 3% en el PBI, y sostiene que los sectores más fuertes en 1994 serán el de la construcción, cemento, automóviles y camiones, el de ventas al por menor, comida y bebidas. ■

Nº. DOCUMENTO 94C0056

TITULO México y EEUU eliminarán muchos aranceles a partir del 1º enero.

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE ... 27/12/93

VINCULACIONES 507623

11161

11382

65880.

México y los EEUU eliminarán muchos aranceles a partir del 1º de enero

27/12 E.P.

México, 26 - Las barreras a más de la mitad del comercio de Estados Unidos con México desaparecerán el 1 de enero. Pero los efectos inmediatos de estos cambios supuestamente radicales del Tratado de Libre Comercio para América del Norte (TLC) han de ser sorprendentemente escasos.

Desaparecerán los aranceles sobre alrededor de la mitad de las exportaciones estadounidenses a México y 75 por ciento de las importaciones estadounidenses de México. Para el año 2004, menos de 1 por ciento del comercio entre los dos países estará sujeto a aranceles.

El TLC es solo una parte, si bien importante, de un proceso que ya liberalizó la economía de México, trayendo una inundación de importaciones y forzando a muchas compañías mexicanas a agilizarse o cerrar.

El pacto es el mayor logro de la campaña del presidente Carlos Salinas de Gortari para que la economía del país pueda competir a nivel mundial.

Pero ambos países negociaron protecciones para industrias laves que pudieran ser afectadas adversamente por la competencia extranjera. En estos casos, la reducción arancelaria tardará hasta 15 años.

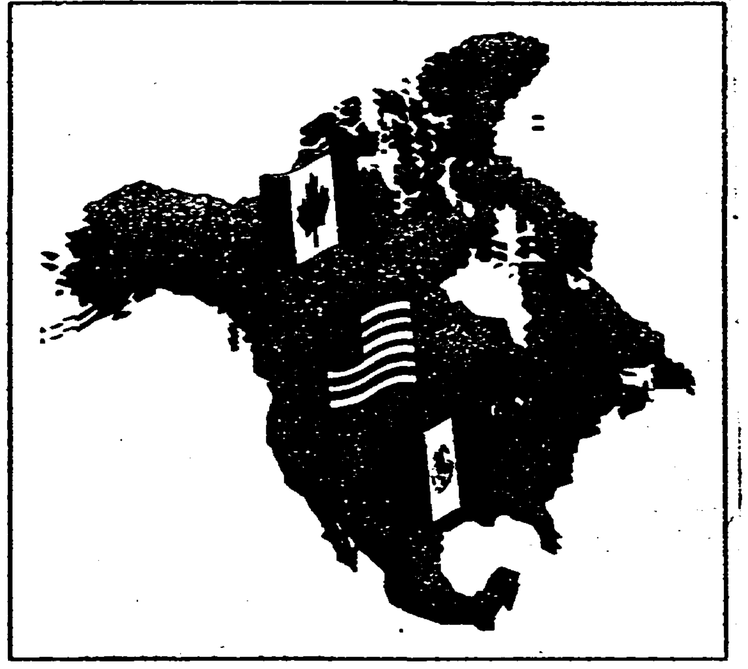
Varios economistas dicen que los efectos del TLC serán sentidos principalmente en México, cuya economía tiene una vigésima parte el tamaño de la estadounidense y es por tanto más sensible al cambio.

"La mayoría de las cosas que usted hallarían en (la tienda por departamentos estadounidense) Wal-Mart, por ejemplo, entrarán a México libres de aranceles", dijo Carlos Poza, funcionario económico de la embajada de Estados Unidos en esta capital especializado en el TLC.

Poza dijo que los consumidores mexicanos solo verán cambios graduales. "Aún hay inventarios sobre los cuales se han pagado aranceles", dijo, y los importadores no estarán dispuestos a sobrellevar la pérdida.

Productos estadounidenses tales como computadoras, helicópteros, máquinas de rayos X, equipo para telecomunicaciones y numerosos productos agrícolas figuran entre los 4.500 artículos que quedarán libres de aranceles inmediatamente.

Los aranceles sobre los automóviles fabricados en Estados Unidos serán cortados de 10 a 50 por ciento el 1 de enero y desaparecerán en cinco años.



Las fábricas automovilísticas estadounidenses vendieron unos 5.000 coches en México en 1993 y espera vender al menos 10 veces esa cantidad el próximo año.

Los aranceles sobre la mayor parte del equipo industrial estadounidense exportado a México desaparecerán dentro de cinco años.

Alrededor de la mitad de las exportaciones de México a Estados Unidos ya entran libre de aranceles. Aquellas que más probablemente desafíen a los productos de Estados Unidos, como productos de cristal, zumo de naranja, nueces y algunos otros productos agrícolas, tendrán que esperar 15 años para entrar libre de aranceles al mercado estadounidense.

Poza dijo que el TLC probablemente cambiará el comercio en México. "La costumbre en México es un alto margen y escasas ventas. Las empresas (estadounidenses) no están acostumbradas a eso. Funcionan de modo inverso".

(AP)

9400056

PERU Y LOS MILITARES

Un conflicto de dos justicias

8/12 P.12

El estallido de un conflicto entre la justicia civil y la militar del Perú, que se disputan el derecho a juzgar a cuatro oficiales acusados por la desaparición de un profesor y nueve alumnos universitarios ocurrida un año atrás, obligó a una intervención de la Corte Suprema, que determinará cuál será el fuero que intervendrá en el proceso. El primer ministro Alfonso Bustamante, quien atribuyó las desapariciones a posibles "excesos" de la represión, dijo que los oficiales deberían ser juzgados por el fuero militar. Mientras tanto, el ministro de Defensa, general Víctor Malca, aceptó concurrir hoy al Congreso para informar sobre el caso.

El presidente de la Corte Suprema, Luis Serpa Segura, anticipó ayer que el Tribunal emitirá un fallo "inapelable" sobre cuál es el fuero al que corresponde procesar a cuatro militares acusados por la desaparición de diez personas en la Universidad de La Cantuta, ocurrida durante una operación antiterrorista en julio del año pasado.

Los acusados están detenidos y en manos del Consejo Supremo de Justicia Militar (CSJM), cuyo instructor, el general Marco Antonio Rodríguez Huerta rechazó el viernes último un pedido de Víctor Cubas, fiscal de la justicia civil, quien pretendía interrogar a los cuatro oficiales.

El instructor militar dijo que el pedido de la fiscalía representaba una "interferencia", calificación que fue rechazada por Luis Serpa Segura, quien anticipó que el Tribunal que preside pondría fin a la disputa. También el primer ministro Alfonso Bustamante terció en el conflicto al declarar que "el que tiene competencia es el fuero militar porque se está juzgando a militares".

Bustamante reconoció que existen violaciones a los derechos humanos en su país, que atribuyó a una guerra sucia que, según dijo, "puede ocurrir en un proceso de pacificación". El premier subrayó que "existe voluntad política" para que las desapariciones de La Cantuta sean investigadas y sean sancionados "con severidad" sus responsables.

Las declaraciones ocurrieron en momentos en que el ministro de Defensa, el general Víctor Malca se preparaba para su presentación de hoy ante el Congreso, para informar "sobre lo que conozca" de los sucesos de La Cantuta. Según anticiparon los legisladores, la sesión no podrá utilizarse a modo de interpelación.

El caso de la Universidad de La Cantuta adquirió notoriedad un año después de la desaparición de las víctimas, en julio último, cuando fueron encontrados restos en fosas clandestinas ubicadas en una quebrada en el distrito de Cieneguilla, en las afueras de Lima. En noviembre también aparecieron restos humanos en el paraje conocido como Boca del Diablo en la zona de Huachipa, al este de la capital peruana.

Junto a los restos encontrados en ambos lugares había algunas ropas que fueron reconocidas por los familiares de los desaparecidos. El profesor y los nueve estudiantes habrían sido secuestrados y fusilados por los militares que desarrollaban un operativo en la universidad.

PERU

12/12 LS

SE AGRAVA SITUACION DE LOS DERECHOS HUMANOS

Con la aprobación por escaso márgen de la nueva Constitución, la situación de los derechos humanos en Perú ya de por sí grave, ha empeorado considerablemente, según concluye un informe de Amnistía Internacional divulgado en Suecia.

Rosmarie Asker, de Amnistía Internacional, que recientemente visitó el país andino, subrayo que tanto los gobiernos militares como civiles de distinta orientación han violado sistemáticamente los derechos humanos en Perú y que la situación se agrava con la implantación de la pena de muerte en la nueva Constitución.

«Desde 1983 a la fecha han desaparecido 4.300 personas en Perú», señaló la presentante de Amnistía, agregando que desde el autogolpe de Fujimori en abril de 1992, los ataques han aumentado al amparo de un decreto antiterrorista que da a las fuerzas de represión facultades irrestrictas. Aministía Internacional ha lanzado recientemente una intensa campaña denunciando lo que en buena medida ya se sabe, que tanto las dictaduras como los considerados gobiernos «democráticos» en distintos países y especialmente en América Latina, violan sistemáticamente los derechos humanos particularmente por el método de la «desaparición» de personas, o simplemente mediante el atentado criminal por parte de organismos paralelos a las Fuerzas Armadas.

El abogado Hans Goran Franck dijo por su parte que en marzo de este año un grupo de parlamentarios suecos envió una carta al presidente Fujimori exigiéndole que se abstuviera de la implantación de la pena de muerte.

Informó asimismo que en la Comisión de Constitución del Riksdag, el grupo socialdemócrata exigió una revisión de las actuaciones del gobierno sueco respecto al tratamiento de las peticiones de asilo por parte de ciudadanos peruanos y de las expulsiones de algunos de ellos.

En los últimos días además se ha agregado la insubordinación del ejército que se niega a entregar a la justicia civil a los responsables de la matanza de estudiantes en la Universidad de Perú, acusados de estar vinculados a la guerrilla de Sendero Luminoso.

Los cuerpos de nueve estudiantes y un profesor que se encontraban desaparecidos fueron hallados en una fosa común y de acuerdo a las investigaciones los responsables serían altos miembros de las fuerzas armadas encargadas de la lucha antisubersiva.

Con los poderes que le otorga la nueva Constitución a Fujimori se espera que la situación de los derechos humanos continúe agravándose, sobre todo si se comienza a aplicar la pena de muerte según lo establece la nueva carta magna.

01-01

Nº. DOCUM... 9400059
TITULO Perú podrá pedir condonación de su deuda en 1994
PROCEDEN... 150007
FECHA DE ... 13/12/93
VINCULACION 66817
11161
11314

ENT... /
C...

Deuda: Pero Podrá Pedir Condonación

13/12 E.P.

LIMA, 11 (ANSA). — El Perú podrá solicitar a sus acreedores la reducción o condonación de su deuda externa después de marzo de 1996, cuando concluya con la primera etapa de su reinserción en el sistema financiero internacional, anunció hoy el ministro peruano de Economía, Jorge Camet Dickmann. El proceso de reinserción económica del Perú en el contexto internacional, del que se apartó durante el régimen de Alan García (1985—1990), se inició cuando el presidente Alberto Fujimori asumió el gobierno de cinco años, el 28 de julio de 1990.

El Ministro formuló esta declaración ante el Congreso unicameral, donde sustentó la ley de presupuesto general de 1994, e informó sobre la marcha del programa económico de ajuste estructural que se aplica en el país desde 1990.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400060

TITULO Juez peruano ordena arresto de militares acusados de La Cantuta..

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 22/12/93

VINCULACIONES 66817

11165

11245

11064

11163

ENTRADA /

CRUZ /

Juez peruano ordena arresto de militares acusados de La Cantuta

LR 22/12 Lima (UPI)

■ El juez Carlo Magno Chacón, amenazado de muerte mediante llamadas telefónicas anónimas, ordenó la comparecencia forzada y el arresto de los 10 militares contra quines abrió instrucción por la matanza de un profesor y nueve estudiantes de la Universidad de la Cantuta de Lima.

Los 10 militares debieron acudir al 16º Juzgado Penal este lunes, donde debían brindar sus declaraciones, en vista de la citación enviada al Ministro de la Defensa, general Víctor Malca, y al comandante general del Ejército, general retirado Nicolás Hermoza.

El juez manifestó que era "un desacato y una burla" la incomparecencia de los militares que habrían cometido los asesinatos, formando parte de un clandestino "Grupo Colina" y al cual se le atribuyen otros crímenes.

Chacón dijo que había recibido varias llamadas telefónicas anónimas intimidatorias en las que lo acusan de "prestarse al juego de los militares" y amenazándolo de muerte.

"Lo que pretenden es intimidarme e influenciar en mi actuación, pero yo no acepto presiones de ningún tipo", señaló el magistrado, tras expresar que no descarta que estas amenazas sean efectuadas por terroristas de Sendero Luminoso.

Señaló que también recibe presiones de políticos, a los que no identificó, tratando de sacar ventajas, "pero a todos debo decirles que no conseguirán perturbarme", acotó.

01-01 9400060

Nº. DOCUMENTO 9400061
TITULO Ordenaron en Perú detener a un jefe militar.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 24/12/93
VINCULACIONES 66817
11163
11328

Ordenaron en Perú detener a un jefe militar

24/12 LN

ENTRADO
CELA

LIMA, 23 (EFE).- La justicia militar ordenó la detención del jefe de los Servicios de Información del Ejército, general Juan Rivero, acusado de estar implicado en la muerte de nueve estudiantes y un profesor, informó hoy el diario limeño El Comercio.

El rotativo, que cita "fuentes confiables", informó asimismo que la justicia castrense dispuso la detención de un teniente de esa misma arma, Rodolfo Velarde, con lo que se eleva a trece el número de militares acusados de los crímenes.

Sin embargo, no se sabe si las detenciones se han efectuado o si los acusados continúan en libertad, debido a que la justicia militar dirige el proceso en secreto.

Los demás demandados son el coronel Federico Navarro, el teniente coronel Manuel Guzmán, los mayores Santiago Martín y Eliseo Pichilingüe y el teniente Aquilino Portella, así como los integrantes del personal militar subalterno Eduardo Sosa, Juan Supo, Juan Sosa, Julio Chuqui, Nelson Carvajal y Hugo Coral.

Están acusados de haber secuestrado y asesinado a tiros, el 11 de julio de 1992, a nueve estudiantes y un profesor de la universidad La Cantuta, de Lima, cuando ésta se hallaba bajo control militar.

El proceso contra los encausados está a cargo del Consejo Supremo de Justicia Militar (CSJM), pero la Fiscalía de la Nación ha pedido que pase al fuero civil, ya que considera que los delitos cometidos son comunes: secuestro y homicidio calificado.

El conflicto de competencia será resuelto esta semana por la Corte Suprema de Justicia de la República, que decidirá en última instancia cuál de los dos fueros juzgará a los militares, según informó el presidente de la judicatura, Luis Serpa Segura.

61-61

9400061

Nº. DOCUMENTO 9400062
TITULO Fujimori promulgó la nueva Constitución política de Perú.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PROCESO 26/12/93
VINCULACIONES 66817
11164.
11302

Fujimori promulgará Ley

26/12 CH.

El Presidente Alberto Fujimori promulgará el próximo 29 de diciembre la controvertida nueva Constitución política del Perú, aprobada por referéndum popular con estrecho margen.

Lima (Ansa)

Voceros del gobierno confirmaron que el propio Fujimori promulgará la nueva carta política en sesión especial que se realizará en el palacio de gobierno y a la cual no asistirán personalidades políticas del exterior.

La oposición insistió ayer en rechazar la promulgación y denunció que se pretende imponer una Constitución que ha sido rechazada por el 70 por ciento de la población nacional.

La Carta magna aprobada por la mayoría oficialista del Congreso Constituyente Democrático (CCD) fue sometida a referéndum con un 52 por ciento a favor de ella y un casi 48 por ciento en contra.

No participaron en los comicios casi un tercio del electorado, mientras unos 700 mil ciudadanos votaron en blanco o viciaron su voto. La oposición sostiene que la nueva Carta magna fue elaborada para favorecer la reelección de Fujimori en 1995, aunque el mandatario sostiene que los nuevos preceptos constitucionales permitirán modernizar la estructura del Estado peruano. Aun así, los analistas consideran que la Constitución oficialista durará el tiempo que Fujimori permanezca en el poder bajo el respaldo incondicional de los altos mandos militares.

9400062

01-01

Alan García se aleja del partido aprista agobiado por una avalancha de acusaciones

27/12 LR.

Lima (UPI)

■ Abrumado por la avalancha de acusaciones y los testimonios sobre presunta corrupción por haber recibido sobornos mayores al millón de dólares, el ex presidente Alan García renunció ayer a su militancia y cargos en el partido aprista.

Una carta dirigida al secretario general del APRA, Armando Villanueva y a los miembros del Comité Ejecutivo Nacional, les dice que "acusado permanentemente, me siento como una carga innecesaria o injusta para un movimiento que tiene abiertas las puertas del futuro".

"Definitivamente, me alejo de todo cargo o encargo, honorífico o activo, de toda actividad partidaria; que cuando lancen más infamias contra Alan García, no caigan sobre el APRA", manifiesta su carta de dimisión.

La carta fue precipitada por las investigaciones que viene haciendo en Italia el fiscal romano Vittorio Paraggio, dentro del proceso Manos Limpias, en las que habría encontrado responsabilidad en el ex primer ministro de ese país Bettino Craxi y en García de haber recibido sobornos de la cooperación de ese país para la construcción del tren eléctrico de Lima.

El funcionario de la empresa Tralima, Sergio Siragusa, encargado de las obras del tren, declaró ante Paraggio, la fiscal peruana Flor Mayta y la comisión investigadora del Congreso, haber entregado a García 200.000 dólares en efectivo.

Otros 860.000 dólares dijo que los depositó por indicación de García en cuentas cifradas en



Alan García abandona el APRA. (Telefoto de archivo de AFP).

forma escalonada en bancos de las islas de Gran Caimán, según versiones que trascendieron en Perú y por noticias cablegráficas procedentes de Italia.

En Perú, García es investigado por los supuestos sobornos por una fiscal especial y una comisión investigadora del Congreso, otras acusaciones por supuesto enriquecimiento ilícito en agravio del Estado están pendientes de acusación en la sala penal de la Corte Suprema.

Las acusaciones provocaron una grave crisis en su partido, el APRA, donde hay quienes están abocados a su defensa mientras otros lo acusan y piden se someta a las investigaciones judiciales.

El ex presidente de la Cámara de Diputados y ex dirigente aprista, Héctor Vargas Haya, pidió un "inmediato deslinde entre el partido y quienes están cuestionados por conducta moral, y no se debe silenciar ni pretender poner en un solo saco a los militantes con trayectoria intachable con aquéllos corruptos", agregó.

El secretario nacional de juventudes del partido, Eduardo Quintabna, se sumó a la ola de cuestionamientos de diversos dirigentes y militantes del partido y de muchos comités de bases, en la realización de una "investigación a fondo".

El subsecretario general del APRA, Benigno Chirinos, minimizó en cambio las críticas y consideró que los pronunciamientos, comentarios y sugerencias son respetables, pero que deberían discutirse en el interior del partido.

Paso al costado: el ex presidente peruano dejó el APRA para evitar desacreditarlo con los cargos que pesan sobre su gestión gubernamental.

27/12 LN

LIMA, 26 (AP). – El ex presidente Alan García renunció del Partido Aprista, aparentemente para evitar que éste se vea desacreditado luego que un juez dictaminó en favor de que sea sometido a juicio por malversación de fondos.

García, que ejerció la presidencia entre 1985 y 1990 y ahora tenía el cargo de secretario general honorario, fue noticia por su retórica contra Estados Unidos y por su negativa a pagar la deuda externa del Perú. Pero su gobierno terminó en medio de una creciente hiperinflación y de acusaciones de corrupción en gran escala.

En una carta publicada hoy, García dijo que renunciaba al Partido Aprista, de izquierda, porque se consideraba "como una innecesaria e injusta carga para un movimiento que tiene las puertas abiertas al futuro".

El juez Carlos Hermozo Moya, de la Corte Suprema, dictaminó que había pruebas suficientes sobre la culpabilidad de García, y ahora la Corte Suprema debe decidir si se justifica que sea sometido a juicio.

García, de 44 años y que en junio de 1992 recibiera asilo político en Colombia al afirmar que era víctima de persecución política, ha sido acusado, entre otros cargos, de malversar fondos del Tesoro y canalizar parte de ese dinero a cuentas bancarias en el extranjero, y usar el resto para construir tres casas en Lima.

El Congreso había votado en octubre de 1991 en favor de que García fuera enjuiciado, y el procurador general formuló los cargos respectivos. Pero la Corte Suprema, en la que presuntamente había numerosos jueces que respaldaban a García, dictaminó en contra de un juicio.

Desde entonces García también ha sido acusado de aceptar en 1987 sobornos de una compañía italiana de construcción, a cambio de asignarle el contrato para construir en Lima un sistema de trenes eléctricos de superficie.

García ha negado todas las acusaciones, afirmando que los bancos que trató de nacionalizar en 1987 trataban de arruinar su futuro político.

Cada día crece el temor de que la vuelta del presidente constitucional Aristide y el regreso a la senda democrática estén precedidos por un auténtico baño de sangre

LUISA SAINT-LANNES, enviada especial

«CREO SINCERAMENTE QUE NO QUEDA otro remedio que tomar las armas para librar a Haití de tanta miseria y de tanta corrupción. Yo estoy dispuesto a hacerlo. El problema es que aquí sólo tienen armas los militares y sus amigos». François M., 43 años, vestido con una elegancia poco habitual en Puerto Príncipe, ha recibido a CAMBIO16 en su apartamento de Petion-Ville, una de las zonas más exclusivas del país. Hijo de una familia de clase media, trabaja en el Ministerio de Justicia. En su ambiente familiar y laboral son mayoría los que detestan al presidente constitucional Jean-Bertrand Aristide. En estas circunstancias no deja de sorprender el tono amable y mesurado de su voz: «Si regresa Aristide, un día u otro lo van a matar. Pero de cualquier forma, habrá una revolución, que es lo único que puede salvar al país».

El miércoles 27 de octubre se desvanecían las esperanzas de que Jean-Bertrand Aristide volviera del exilio y de intentar de nuevo que Haití camine por la senda democrática; y lo peor es que cualquier otra alternativa es un océano de sangre. Los militares se niegan a cumplir los acuerdos firmados el pasado 3 de julio en la Isla del Gobernador (Estados Unidos), un pacto muy laborioso que se calificó como histórico. El pretexto es que los jerarcas del Ejército exigen que se apruebe previamente la Ley de Amnistía que contemplan los citados acuerdos. Además, interpretan que el contenido de la ley debe incluir no sólo las responsabilidades políticas derivadas del golpe de Estado, sino también todas aquellas nacidas de cualquier otro delito cometido hasta la misma fecha del regreso de Jean-Bertrand Aristide.

Pero, ¿es la única condición, o el sector más duro del régimen militar desea mantener otros privilegios? ¿Qué es lo que verdaderamente quiere el coronel Michel François, el odiado y temido jefe de la Policía de Puerto Príncipe?

Las autoridades norteamericanas han presionado a Aristide para que dé cabida en su Gobierno a sectores políticos que han contemporizado con el régimen militar. De esa forma, dicen, quedarían aislados los duvalieristas [seguidores del ex dictador Jean Claude Duvalier] y Michel François, porque se incorporarían representantes de clases medias que no se identifican con la elite mulata que supuestamente personificaría el primer ministro, Robert Malval.

Esto ha dado pie a que algunos hablen de un «doble juego» norteamericano (manejando al mismo tiempo a los militares y a Aristide) o a un conflicto de intereses entre el presidente de EE UU, Bill Clinton, y las fuerzas (como la oposición republicana o la CIA) poco interesadas en involucrarse en Haití y en apoyar a Aristide.

«Haití está acostumbrado a las dictaduras. El pueblo no tiene una cultura democrática y relaciona todo con el presidente, que tiene un poder absoluto y por tanto una tendencia a saltarse la legalidad, como hizo Aristide —asegura Antonine Joseph, ginecólogo y presidente de la Cámara de Diputados haitiana—. Aristide ha construido su imagen con un discurso anti-imperialista, antinorteamericano y anticapitalista y ahora se encuentra en brazos de EE UU para volver a Haití. Los sectores más radicales que lo han apoyado pueden sentirse traicionados y presionarlo para que actúe al margen de la Constitución, lo que podría provocar un estallido social. Hoy se hace necesaria una reconciliación; si no, vamos a la catástrofe».

De momento, esta reconciliación parece casi de otro mundo. Aprobar la Ley de Amnistía y la Ley de Creación de una Policía independiente del Ejército no ha sido posible. Los diputados pro Aristide temen ser asesinados. El miedo puede mascarse en las calles. El propio Gobierno vive en una especie de semiclandestinidad. Las reuniones se celebran en la residencia privada del primer ministro, Robert Malval, en el adinerado barrio Delmos, de Petion-Ville. Los ministros no aparecen por sus despachos.

El país es un verdadero descenso a los infiernos. El embargo internacional ha agravado todavía más, si cabe, la vida de los haitianos. La situación empeora cada día. Todo ello ha hecho que una parte de las clases más acomodadas que apoyaron el golpe militar del general Raoul Cédras crea que hay que buscar soluciones y aceptar el regreso de Aristide. Pero todos los avances que se habían hecho parecen hundidos irremisiblemente. Haití es un país demasiado polarizado y con demasiados odios y recelos. Algunos, como el ex secretario de Defensa de EE UU Dick Cheney, dicen claramente que en Haití no hay lugar para la esperanza. ¿Será irremediable tanta tragedia? ■

Haiti

PROPONEN NUEVAS ELECCIONES

11/12 65

Venezuela propondrá a Estados Unidos, Canadá y Francia, que integran el llamado «Grupo de Amigos de Haití», la celebración de nuevas elecciones en ese país antillano sin el exiliado presidente Jean-Bertrand Aristide ni el «hombre fuerte», general Raoul Cedrás, según fuentes diplomáticas.La propuesta se efectuará en la reunión del Grupo, que se celebrará en París los días 13 y 14 de diciembre, en la que Venezuela propondrá también el levantamiento del embargo, agregaron las fuentes citadas, por «El Diario de Caracas».

La reunión de París tendrá la finalidad de buscar una nueva estrategia para restablecer la democracia en Haití tras el fracaso del acuerdo para que, antes del 31 de octubre pasado, retornara al poder Aristide, firmado en la Isla del Gobernador, en Nueva York,

Desde EEUU, el derrocado presidente haitiano aceptó la dimisión de su primer ministro al tiempo que "retiraba" de su cargo al general Raoul Cedras

Malval renuncia, Aristide destituye

16/12 LR

Robert Malval renunció ayer al cargo de primer ministro de Haití, mientras Jean Bertrand Aristide -presidente constitucional de este país- destituyó al general Raoul Cedras como jefe de las Fuerzas Armadas.

Puerto Príncipe (ANSA)
— por Jacquelin Telemaque

La destitución del general Cedras fue dada a conocer a ANSA por fuentes allegadas al presidente Aristide, que pidieron el anonimato.

Ante la decisión presidencial, los observadores políticos nacionales comentaron que Cedras asumirá "posiciones de rebeldía" y de "insubordinación" al poder civil, lo que pronostica un nuevo recrudecimiento en la crisis haitiana.

El Parlamento haitiano inició de inmediato un proceso de consultas con el propósito de influir en el proceso de nombramiento de futuro primer ministro.

Robert Malval continuará como encargado del despacho -sin posibilidades de tomar iniciativas políticas- hasta que el presidente Aristide nombre a su sucesor.

De acuerdo con la Constitución de Haití, el presidente de la República debe nombrar al primer ministro en consulta con los presidentes de las dos cámaras que integran el Parlamento, en caso de que no exista un partido político mayoritario.

La ratificación del primer ministro es un proceso largo que incluye sesiones de las dos cámaras, donde debe comparecer el aspirante al cargo, para conseguir el "voto de confianza" sobre su política general.

Hace cuatro meses, cuando Robert Malval asumió el cargo, indicó que no iba a permanecer en el puesto más alla del 15 de diciembre.

Pero antes de renunciar, Malval inició una serie de consultas con la clase política del país para proponer un nuevo pacto social y una especie de tregua en la víspera de las fiestas del fin de año.

Malval se reunió con partidos políticos, tanto opuestos como aliados al presidente constitucional, así como con el ejército.

Él hasta ayer primer ministro lanzó la idea de una conferencia de reconciliación nacional para analizar las vías de solución a la crisis, de la que excluyó al representante especial de ONU y de OEA en al crisis haitiana, el argentino Dante Caputo.

Sin embargo, Robert Malval hizo una invitación especial para que el Vaticano envíe a un representante como "apoyo moral" a la conferencia.

La idea de una mediación de el Vaticano, fue hecha hace dos meses por el propio general Raoul Cedras y otros aliados golpistas.

Esa iniciativa de la Conferencia de Reconciliación Nacional no ha tenido éxito.

Los grupos duvalieristas manifestaron su oposición. Hubert de Rocenray, con el cual Malval se reunió antes de su viaje a Washington, se dice opuesto a la conferencia. El líder del Partido Movilización para el Desarrollo Nacional (MDN), pro golpista, argumentó que la solución a la crisis haitiana no debe contar con la participación del presidente Aristide.

Por su parte, el grupo neoduvalierista Frente Para el Avance y el Progreso de Haití (Fraph), también se pronunció en contra de a conferencia. El Fraph reclamaba la renuncia de Malval como solución a la crisis.

Los sectores aliados a Aristide se pronunciaron en contra de la conferencia, pero por motivos diferentes. Consideran que la idea de Malval tiene como verdadero objetivo la renuncia de Acuerdo de la Isla del Gobernador, firmado a principios de julio entre Jean Bertrand Aristide y el general Raoul Cedras, como base de las discusiones y de solución a la crisis.

En declaraciones hechas a la prensa desde Washington, el embajador de Haití ante Estados Unidos, Jean Casimir, planteó la necesidad de que los participantes a la conferenca gocen de garantías y de plena seguridad.

Hace tres años, el 16 de diciembre de 1990, Jean Bertrand Aristide fue designado presidente de Haití luego de un proceso electoral considerado como "limpio" por la comunidad internacional.

La experiencia de Aristide duró siete meses. Un golpe de Estado mandó al exilio al primer presidente democráticamente electo. Desde entonces, la marcha del pueblo haitiano hacia una vía democrática conoció momentos difíciles, con un saldo de 5.000 muertos, según cifras de organismos independientes de defensa de los derechos humanos.

La renuncia de Malval inicia una nueva ronda de negociaciones, que podrían durar algunos meses o años.



Jean Bertrand Aristide deberá nombrar sucesor de Malval. (Telefoto de archivo de AFP)

Nº. DOCUMENTO 9400067
TITULO Cedras no recibió a militares extranjeros
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 24/12/93
VINCULACIONES 66123
1163
1164
11388

ENTRADO
CRUZADO

Haití: desairó Cedras a militares extranjeros

24/12 LN

Negativa: el general golpista no recibió al grupo "Amigos de Haití", integrado por los Estados Unidos, Canadá, Venezuela y Francia.

PUERTO PRINCIPE, 23 (EFE). – Importantes militares de los cuatro países que integran el grupo "Amigos de Haití" se marcharon ayer de Puerto Príncipe sin ser recibidos por el Estado Mayor del Ejército haitiano.

Informes de prensa confirmaron hoy que el Estado Mayor del Ejército, encabezado por el general golpista Raúl Cedras, ignoró a los cuatro militares del grupo que intentaban reanudar las discusiones sobre el futuro de este país.

La visita era parte de los esfuerzos del grupo "Amigos de Haití" para que se cumplan los acuerdos de la Isla del Gobernador, en Nueva York, y se logre el regreso al poder del presidente constitucional haitiano, Jean Bertrand Aristide.

El grupo "Amigos de Haití" está integrado por los Estados Unidos, Venezuela, Canadá y Francia.

El acuerdo de la Isla del Gobernador disponía la renuncia de Cedras para el 15 de octubre último y el regreso de Aristide para el 30.

Sin embargo, el acuerdo no fue cumplido porque Cedras puso como condición que el Parlamento aprobara una ley de amnistía general.

El 13 y 14 de diciembre último, representantes del grupo "Amigos de Haití" se reunieron en París para discutir la crisis haitiana.

Los voceros del grupo llegaron al aeropuerto de Puerto Príncipe, pero ante la negativa de Cedras, se marcharon inmediatamente del país.

El 20 del actual varios representantes del grupo se reunieron con Aristide para informarle sobre las conversaciones de París y reafirmaron su determinación de defender la causa de la democracia para Haití y de buscar nuevas estrategias para el logro del acuerdo de la Isla del Gobernador.

Nuevas sanciones

PARIS, 23 (Reuter). – Los jefes militares de Haití que detentan el poder y sus partidarios podrían sufrir el congelamiento de sus bienes personales en el exterior y una limitación de los vuelos comerciales a menos que acaten un plan de paz antes del 15 de enero, dijeron hoy funcionarios franceses.

Las sanciones podrían sumarse a las que ya están en vigencia aunque apuntadas directamente a los golpistas, y a los sectores acomodados que los respaldan.

La violencia toma las calles de P. Príncipe

28/12 LH

En un nuevo episodio de violencia en Haití, civiles armados quemaron más de 200 viviendas del barrio de City Soleil, que provocaron tres muertos y al menos un herido de bala, dijeron las autoridades.

Puerto Príncipe (EFE)

El incidente se atribuye al grupo de extrema derecha "Frente para el Avance del Progreso y la Democracia" (FRAPH), lo que fue negado por esta organización.

La prensa local indicó que, miembros del FRAPH acompañados por militares uniformados pretendieron "vengar" el asesinato del comerciante Issa Paul, tesorero de la organización en City Soleil, cuyo cuerpo se encontró calcinado en la mañana de ayer.

Los militantes del FRAPH quemaron las residencias de las personas que, según ello, creen que pudieron estar vinculadas a la muerte de Paul.

Las autoridades, en un comunicado de prensa, indicaron que en el incendio murieron otras dos personas.

Los representantes del FRAPH, organización que surgió públicamente mientras se negociaba el retorno del Presidente constitucional, Jean Bertrand Aristide, llegaron incluso a apresar ciudadanos.

El FRAPH es un grupo de civiles armados, formado principalmente por los "ton ton macoutes" (Policía paramilitar) de la época del gobierno duvalierista.

Un portavoz de FRAPH, Hervé Black, rechazó que fueran ellos los que realizaran el siniestro en el superpoblado barrio de City Soleil.

El coordinador del FRAPH, Emmanuel Constant, exhortó a los militares del organismo a no dejarse "provocar" por los partidarios del movimiento "Lavalas", que encabezó el grupo que llevó al poder al Presidente Aristide.

Por su parte, víctimas del siniestro dijeron haber perdido todas sus pertenencias, mientras el director del Centro de Desarrollo de Salud, Reginald Eoulos, se hizo cargo de los refugiados, que serán temporalmente instalados en un terreno cercano y recibirán alguna ayuda económica.

Reanudan oficialmente las relaciones diplomáticas

CANCILLER CUBANO LLEGA HOY A COLOMBIA

12/12/93

El ministro cubano de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, arribará hoy, domingo, a Colombia, en cumplimiento de una invitación de la canciller colombiana, Noemí Sanín, infomaron fuentes oficiales.

Esta será la primera visita de una representación cubana a Colombia después del reciente restablecimiento de las relaciones diplomáticas entre los gobiernos de Santafé de Bogotá y La Habana.

La visita de Robaina incluye entrevistas con el presidente colombiano, César Gaviria; con la canciller Sanín, con los ministros de Comercio Exterior, Juan Manuel Santos, y de Desarrollo Económico, Luis Moreno; y con varios empresarios, académicos, personalidades culturales y religiosas.

Robaina estará acompañado por el director del Centro de Estudios de la Economía Mundial, Osvaldo Martínez; el director del Centro de Estudios de América, Luis Suárez; el investigador social Darío Machado y el escritor y poeta Miguel Barnet, entre otros representantes cubanos.

Las relaciones diplomáticas entre Cuba y Colombia fueron restablecidas el 28 de octubre pasado, después de una suspensión de doce años.

Los vínculos entre los dos países quedaron rotos en marzo de 1981 durante el gobierno del entonces presidente Julio César Turbay Ayala (1978-1982), cuando un avión procedente de Cuba aterrizó en el departamento colombiano de Caquetá con armas para los guerrilleros del M-19 y Colombia consideró que el Gobierno cubano apoyaba a esa organización insurgente.

(efe)

Nº. DOCUMENTO 9400070
TITULO Cubanos buscan apoyo en Uruguay.
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE 13/12/93
VINCULACION 65671
11164
11388.
Urug. 507466.

ENTRADO /
CRUZ ... /

Una delegación de la Casa de la Amistad con Cuba visitó Fray Bentos en el marco de la campaña pro recursos para dicha nación

Cubanos buscan apoyo en Uruguay: "Fidel nos dice que resistir es la única forma de vencer"

13/12 LR.

La República Litoral — Ricardo Arbiza — RIO NEGRO

■ Una delegación de la Casa de la Amistad con Cuba integrada por el doctor Carlos Ruggiero, el profesor Eduardo Riveiro, Ana Suisiña Pola Ruiz y la licenciada cubana Elba Suarez, realizaron en Fray Bentos diversos contactos, difundiendo el propósito de asistir a Cuba con la campaña que solicita un dólar por cada uruguayo.

"Tenemos en Cuba una situación económica bien difícil, hay carencias y hay escasez brutal, pero yo puedo afirmar categóricamente que nadie está pasando hambre en mi país", indicó a LA REPUBLICA la licenciada Elba Suarez, vocera de la delegación. "Si reconozco que hay niños pidiendo, sobre todo vinculados a los circuitos turísticos, pero esos niños piden, generalmente, chiclets y biromes, como le dicen ustedes acá. Eso es lo que piden, pero no están pidiendo para comer. Piden cosas que nosotros no podemos darnos el lujo de importar, porque no podemos estar importando chiclets en función de que con dos mil millones de dólares tenemos que vivir once millones de cubanos y traer lo más imprescindible para el país.

Ciertamente además, la inmensa mayoría de la población conoce las causas de la situación que tenemos hoy de estrecheces, la situación bien dura, el año más difícil del período revolucionario, y por eso hay voluntad de seguir y de resistir este momento". Agregó luego que los habitantes de la isla son conscientes que por, un lado la caída de los países socialistas y la desintegración de la Unión Soviética rompió con un esquema comercial que estaba establecido, y abarcaba el 85% del intercambio comercial. "Esto se cayó de golpe y porrazo y por otra parte el bloqueo nunca ha dejado de pesar sobre la economía cubana, y ahora se siente con toda su intensidad porque afecta a todos y cada uno de los renglones económicos de Cuba".

"LOS CUBANOS TENEMOS OPTIMISMO Y FIRME CONVICCION QUE SALDREMOS DE ESTA SITUACION".

Refiriendo a si es posible que en un lapso más o menos breve se pueda encontrar una salida a este problema, Elba Suarez indicó que "nosotros estamos viviendo un período especial que no fue diseñado a la carrera, porque hemos estado más de treinta años con la presión de una intervención armada de Estados Unidos hacia Cuba y eso nos obligó a diseñar un esquema de período especial en el que no recibiéramos ni un granito del exterior.

En este momento se está aplicando, no porque estén cayendo las bombas, pero sí porque tenemos un bloqueo que hace imposible adquirir en el mercado internacional muchas de las cosas que necesitamos, en alimentación, en medicina, en cualquier cosa".

Por otra parte, continuó "en nuestra economía se cometieron errores, hubo tendencias equivocadas, copiamos mal porque no se ajustaban a nuestra historia, a nuestra idiosincrasia, a nuestro proyecto económico ni a nuestro entorno ni a nada, y hace mucho tiempo que se viene estudiando el tema para perfeccionarlo".

Sostuvo que esta situación "nos llevó a insertarnos en otra parte del mundo que no era lo óptimo y por eso también tratamos de diversificarnos, y esas líneas económicas se están desarrollando ahora en medio de dificultades pero con toda la prioridad para que estas apunten a sacarnos de esta situación y a encontrar el desarrollo del país".

URUGUAYOS A CUBA EN EL MES DE ENERO

El profesor Eduardo Riveiro informó que un contingente de compatriotas, de distintas edades y de diferentes orientaciones políticas, partirán en el próximo mes de enero a la isla caribeña, para prestar colaboración en la extracción de citrus. "Esto no es nada partidizado -remarcó - porque sólo se trata de gente que quiere colaborar, y los hay de todos los colores y de todos los partidos".

El grupo de uruguayos partirá el 28 de enero y estará allí hasta el 10 de febrero, inscriptos para lo que en Cuba se denomina como trabajo voluntario. "Será una militancia solidaria" agregó.

La licenciada Suárez precisó que los uruguayos estarán alojados en un área de citrus. El patrocinio de este emprendimiento está siendo manejado por la Casa de la Amistad Uruguayo-Cubana, figurando nuestro país como el primero en abrir las puertas de una casa de la amistad con Cuba en 1961.

La delegación prosigue visitando otros departamentos del litoral, señalándose que se procurará dar cobertura a todo el interior de nuestro país difundiendo el propósito de solidaridad que identifica esta acción.

01-01 9400070

Nº. DOCUMENTO 9400071
TITULO Fidel se reunió con legisladores de EE.UU.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE 14/12/93
VINCULACIONES 65671
11164
11399
11302

ENTRADO /
CRUZ /

Fidel se reunió con legisladores de EE.UU.

14/12 LH.

El Presidente cubano, Fidel Castro, se reunió con un grupo de asesores en política exterior de senadores y congresistas de Estados Unidos, se informó ayer oficialmente.

La Habana (ANSA)

El encuentro fue "breve e informal", señaló la Agencia de Información Nacional de Cuba (AIN), sin dar detalle alguno de lo conversado.

De otras fuentes, se conoció que algunos de los integrantes del grupo norteamericano se reunieron, también de manera informal, con representantes de los grupos políticos de oposición a Castro.

El grupo de asesores legislativos norteamericano estuvo en la isla entre el 9 y 12 de diciembre atendiendo una invitación de la Asamblea Nacional del Poder Popular (Parlamento), pero recién ayer cuando se informó a la prensa de su visita.

El viaje, añadió AIN, fue auspiciado por el Centro para Política Internacional, una institución académica con sede en Washington, Estados Unidos.

01-01 9400071

Nº. DOCUMENTO 9400072
TITULO Iglesia cubana convoca a un "verdadero Diálogo".
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE 19/12/93
VINCULACIONES 65671
11165
11020

ENTRADO / /
CAJA / /

La Iglesia Cubana Convoca a un "Verdadero Diálogo"

19/12 E.P.

LA HABANA, 18 (ANSA).— La jerarquía católica cubana abogó hoy por la apertura de un "verdadero diálogo interno" que incluya también a los grupos opositores, en un mensaje navideño que empezó a ser leído en los templos de la isla.

Los obispos se manifestaron satisfechos por el próximo encuentro entre el gobierno y la comunidad del exilio, prevista para abril de 1994, pero subrayaron la necesidad de que este encuentro se convierta en una "esperanzadora realidad por medio de un verdadero diálogo interno".

Una carta pastoral emitida por la Iglesia Católica en setiembre pasado, auspiciando también una apertura interna, provocó duras reacciones en los medios oficiales, que acusaron a la jerarquía eclesiástica de "traición a la patria".

En el mensaje navideño, los obispos dijeron que "la mutua y dialogante relación entre hombres bien intencionados, y mucho más cuando de cristianos se trata, ha de basarse en una actitud no excluyente de personas, de argumentos y de razones del otro".

01-01

9400072

Nº. DOCUMENTO 9400073
TITULO Intercambio comercial Ruso-Cubano.
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE PROCEDEN. 23/12/93
VINCULACIONES 65671
11161
11409
507284

Cuba

COMERCIO RUSO CUBANO

23/12/93

Los gobiernos de Rusia y Cuba celebran negociaciones en Moscú sobre la concertación de un protocolo de intercambio comercial para 1994 entre ambos países que, de firmarse, podría aliviar la grave crisis energética que aqueja a la isla. «Las conversaciones tiene como objetivo continuar los esfuerzos para reanimar y estabilizar las relaciones económicas entre nuestros dos países», declaró ayer, el portavoz de la delegación gubernamental cubana, Fernando Dávalos. La parte cubana está representada por el vicepresidente del Consejo de Ministros, Lionel Soto, el ministro de Comercio Exterior, Ricardo Cabrisas, y cerca de una decena de altos funcionarios y expertos del Gobierno cubano. El jefe de la delegación cubana se reunió con el ministro de Energía y Combustibles de Rusia, Yuri Shafránik, con quien discutió el «incremento de la colaboración en los suministros de petróleo».

Alina Fernández es la única mujer entre los siete hijos conocidos del mandatario cubano

Hija de Fidel Castro pide asilo en EEUU

23/12/12.

Alina Fernández Revuelta, hija del presidente cubano Fidel Castro, salió de Cuba el lunes vía España, y se le concedió asilo político en Estados Unidos al llegar a este país, anunció ayer un funcionario del Departamento de Estado.

Washington (AFP)

David Johnson, uno de los portavoces del Departamento, dijo que Alina Fernández estaba en territorio de Estados Unidos, y opinó que su exilio es "una demostración adicional de la falta de libertad y de esperanza que prevalece hoy en Cuba".

Johnson indicó que la hija de Castro se encuentra en Atlanta, estado de Georgia, pero dijo carecer de otras precisiones.

Los detalles del viaje de Alina Fernández eran confusos ayer.

En Madrid, fuentes del Ministerio de Asuntos Exteriores anunciaron a la AFP que pasó efectivamente por España para dirigirse a Estados Unidos.

Alina Fernández "ha pasado por España en una brevísima estancia de tránsito" entre su salida de Cuba y el viaje a Estados Unidos, precisaron las fuentes.

Por su parte José Cárdenas, portavoz de la Fundación Nacional cubano-americana en Estados Unidos, dijo que Alina dejará pasar varios días antes de hacer una declaración pública.

Ricardo Bofill, a su vez, presidente del Comité Cubano Pro-Derechos Humanos, dijo que esa organización venía denunciando desde hace dos años la situación de Alina Fernández, que se consideraba a sí misma rehén del gobierno cubano en vista de que se le negaba autorización para viajar al extranjero.

"Su salida de Cuba demuestra una vez más que Fidel Castro es susceptible al peso de las denuncias internacionales", dijo Boffil.

Alina, de 37 años, es hija natural de Fidel Castro y de Naty Revuelta.

El apellido que usa es el de Orlando Fernández, ex esposo de Naty Revuelta, quien la reconoció legalmente.

Alina es la única mujer entre siete hijos conocidos de Fidel Castro, según Gergie Ann Geyer, biógrafa del presidente cubano.

Su único hijo légitimo es Fidel Castro Díaz-Balart, ex director del Instituto Cubano de Energía Nuclear, quien hace tiempo desapareció de la escena pública según afirma Geyer.

Bofill agregó que el Comité Cubano Pro-Derechos Humanos recibió el primer informe sobre la situación de Alina Fernández en noviembre de 1991, y desde entonces presentó su caso a las Naciones Unidas y a varios gobiernos, y envió cartas a numerosas personalidades, entre ellas Danielle Miterrand, la esposa del presidente de Francia.

Un obstáculo inicial, explicó, fue que Alina no quería "hacer ruido" sobre la negativa del gobierno a otorgarle pasaporte y autorización para viajar.

Hubo que convencerla de que nadie podía ayudarla si ella no se ayudaba a sí misma, dijo Bofill.

Desde entonces Alina concedió numerosas entrevistas a la prensa extranjera, en una de las cuales describió a su padre como "un tirano" y se declaró muy pesimista en cuanto a sus posibilidades de salir de Cuba.

En abril de 1992 dijo al diario The Washington Post que sólo había salido de Cuba en 1964, con su madre, a la edad de ocho años: "Yo sueño con volver allá, con ir a otras partes, pero creo que nunca podré salir, como le pasa a tanta gente aquí".

En otra ocasión dijo haber creído en el socialismo cuando era niña, pero terminó decepcionándose. "El socialismo cubano está en un callejón sin salida. En mi mente yo lo asocio con el colapso económico, con la escasez de alimentos", manifestó.

Bofill cree que la reciente visita a Cuba de eurodiputado español Fernando Suárez puede haber tenido que ver con el permiso de salida de Alina Fernández. "Suárez llevó a La Habana el mensaje de que toda ayuda europea dependerá de que se respeten los derechos humanos", dijo Bofill.

El diario madrileño ABC publicó ayer una entrevista con Naty Revuelta, quien dijo que le hubiera gustado que "Alina hubiese sido feliz".

"He tenido diferencias con mi hija, como todas las madres, pero la quiero y ella y su hija saben que cuentan conmigo", dijo Naty Revuelta.

Alina dejó en Cuba a su hija de 16 años.

Raúl Castro llamó a un cambio de mentalidad de todos para trabajar en las nuevas condiciones y en los cuadros políticos

El peor año del PC cubano

24/12 CR

La Habana (IPS)



Raúl Castro reconoció que 1993 fue el peor año para el Partido Comunista cubano. (Telefoto de archivo de AFP).

■ El Partido Comunista de Cuba reconoció que 1993 ha sido el peor de los 35 años de proyecto socialista debido a la caída de la capacidad importadora del país, así como por la concurrencia de fenómenos climáticos y epidemias.

Una nota publicada ayer en el periódico **Granma**, órgano del Comité Central del Partido Comunista, señala que el análisis en cuestión se realizó el lunes durante el cuarto pleno anual de esa organización.

Agregó que la disminución de la capacidad importadora se debió al recrudecimiento del bloqueo que mantiene Estados Unidos sobre la isla y la baja de los precios en el mercado mundial de productos de exportación cubanos, como el níquel.

Recordó que los factores climáticos también fueron adversos y señaló como ejemplo a la llamada "tormenta de siglo", que pasó por la isla el 13 de marzo y dejó más de mil millones de dólares en pérdidas.

Las prolongadas lluvias también afectaron la zafra azucarera, que tuvo que detener su cosecha en 4,3 millones de toneladas con un estimado de 500 millones de dólares menos en ventas de ese producto, la principal exportación cubana. El Partido Comunista llamó a trabajar en 1994 en "la disminución del presupuesto y en la elevación de la eficiencia en el uso de los recursos".

Raúl Castro, ministro de Defensa y segundo hombre en el partido, llamó a "un cambio de mentalidad de todos para trabajar en las nuevas condiciones y particularmente en los cuadros" políticos.

El pleno del Partido se realizó previo a la segunda sesión anual de la Asamblea Nacional (Parlamento), convocada para el día 27 y la cual debe analizar importantes problemas en el ordenamiento financiero del país.

También se produce en el intermedio de un grupo de medidas dictadas a partir de agosto y que han sentado las bases para una reforma económica en el país.

En líneas generales, esos cambios realizados fueron la legalización de la tenencia de divisas extranjeras, una mayor apertura al capital extranjero y a la comunidad cubana radicada en el exterior, la división de la agricultura estatal en unidades autogestionadas y la autorización al trabajo por cuenta propia en unos 140 oficios.

El Comité Central fue "unánime" en la necesidad de "continuar aplicando sin tregua, pero con el mayor orden y sin absurdas precipitaciones, los pasos encaminados a reanimar la economía y producir más en condiciones de bloqueo económico y período especial".

La experiencia del año que termina sirvió para "medir nuestras propias fuerzas, comprobando la capacidad que tiene el país para salir adelante con políticas flexibles, sin hacer concesiones de principio ni poner en juego las conquistas del socialismo", dijo la información de **Granma**.

El Parlamento cubano estudiará a partir del lunes un paquete de medidas destinadas al ordenamiento financiero del país y a disminuir un exceso de circulante monetario que alcanza los 10.000 millones de pesos (un peso es igual a un dólar en el cambio oficial).

"Al respecto hubo un consenso de la necesidad de un enfoque político y no tecnocrático de tan delicado asunto", dijo la nota.

Entre las medidas mencionadas para disminuir el exceso de circulante y el déficit presupuestario están la instalación de un fuerte sistema impositivo, la eliminación gradual de los subsidios a los precios minoristas, la estimulación del ahorro y la valoración real del peso cubano frente a las divisas extranjeras.

Todo Cambia

FUNCIONARIOS CUBANOS TRAS EL ASESORAMIENTO DEL FMI

WASHINGTON, 25 (AP). — Los funcionarios cubanos, que otrora desdeñaron los consejos capitalistas del Fondo Monetario Internacional, buscaron calladamente el asesoramiento de la entidad para transformar su economía de planificación centralizada, indicó un documento confidencial.

Tras un primera contacto informal en junio, dos funcionarios del FMI pasaron el mes pasado seis días en Cuba e informaron a funcionarios isleños de las experiencias de otros países ex comunistas de Europa oriental.

Los funcionarios visitantes, Jacques de Groote, director ejecutivo del FMI para nueve países europeos y Frank Moss, su asistente, escribieron un sumario de cinco páginas de la visita y una copia fue facilitada a The Associated Press.

Aunque de Groote y Moss efectuaron la visita "a título personal", fue considerada un avance, ya que Cuba es uno de los pocos países que no pertenecen al FMI ni su organización gemela, el Banco Mundial.

Cuba criticó con frecuencia al FMI por considerar que sus recetas de crecimiento económico para el Tercer Mundo beneficiaron a la clase inversora mientras perjudicaban a los pobres.

Sin embargo, las autoridades cubanas dijeron a Groote y Moss que están sumamente interesadas en "ampliar y profundizar sus contactos con los funcionarios del FMI".

La economía cubana está por los suelos desde la desaparición del bloque comunista en Europa oriental. El informe de los funcionarios del FMI concluyó que Cuba es quizás el país que "más ha sufrido a causa de la disolución de la Unión Soviética".

Los soviéticos fueron importantes clientes de la industria azucarera cubana, y cambio suministraron a la isla combustible y otros productos esenciales, en términos muy favorables

El sumario del FMI dijo que las autoridades cubanas decidieron que sin un cambio general, la actual política económica "inevitablemente causará la ruptura del tejido social, desapareciendo en la conmoción los logros restantes del modelo político y social de Cuba".

Otras fuentes dijeron que otros cambios económicos importantes, entre ellos el cobro de un impuesto a los ingresos personales, serán ratificados la próxima semana en una reunión de la Asamblea Nacional de Cuba, cuerpo legislativo de la isla.

El informe de los funcionarios del FMI advirtió que "se está agotando el tiempo" y dijo que las autoridades cubanas disponen de tres a seis meses para adoptar cambios significativos.

Sin embargo, de Groote y Moss se sienten optimistas en torno al futuro económico de Cuba.

Su informe indicó que las fuerzas del mercado libre "serán irreversibles y mucho más fuertes de lo que parecen indicar los actuales indicios de las autoridades cubanas".

"Una vez que la economía queda más expuesta a los incentivos del mercado, y los consumidores y productores respondan plenamente a esos incentivos, la economía cubana dotada de ricos recursos naturales y capital humano seguramente despegará."

Por otra parte, el informe dijo que el embargo económico norteamericano contra Cuba seguirá entorpeciendo el potencial crecimiento isleño.

Agregó que Estados Unidos está decidido a mantener el embargo y que no fueron analizadas las relaciones cubano-norteamericanas.

Acuerdo de cooperación entre Cuba y Rusia

B 26/12 LN

MOSCU, 25 (AP). – Rusia y Cuba han firmado un acuerdo de cooperación económica, y la representación cubana llamó al pacto "una nueva etapa" en las relaciones bilaterales entre La Habana y Moscú.

Según el acuerdo suscripto ayer Rusia comprará un millón y medio de toneladas de azúcar no refinada de Cuba a cambio de 4 millones de toneladas de petróleo, dijo el viceprimer ministro ruso, Vladimir Shumeiko.

El pacto permitirá a Rusia eliminar a las compañías occidentales que compran azúcar crudo a Cuba y luego de numerosas transacciones lo venden a Moscú a altos precios, agregó.

Unos 30 grupos industriales, financieros y bancarios forman parte del nuevo acuerdo, entre ellos algunos de los principales productores de petróleo y metalmecánica de Rusia, dijo Shumeiko.

"Las compañías rusas entienden bien que el desarrollo de las relaciones con Cuba les permitirá entrar en un nuevo mercado, un mercado rentable para Rusia", explicó Shumeiko al referirse a las posibilidades que representa América latina.

El vicepresidente del Consejo de Ministros de Cuba, Lionel Soto, que firmó los documentos, hizo notar que el acuerdo "abre una nueva etapa" en las relaciones entre ambas partes.

Cuba fue uno de los Estados clientes de la Unión Soviética, pero el colapso de 1991 la dejó en el abandono político y económico, obligándola a imponer estrictas raciones de alimentos y energía. La ayuda rusa a Cuba fue eliminada y las tropas emplazadas en la isla, retiradas.

La economía cubana se ha visto igualmente en aprietos ante el embargo norteamericano impuesto luego del ascenso al poder de Fidel Castro, aunque muchos países occidentales han estado invirtiendo en hoteles y otros emprendimientos en Cuba.

A mediados de año, Rusia concedió a Cuba 380 millones de dólares en créditos: 350 millones para terminar 12 proyectos iniciados por la ex Unión Soviética y 30 millones para una planta de energía nuclear, también de origen soviético.

Nº. DOCUMENTO 9400078
TITULO Castro autoriza a su nieta a viajar a EEUU.
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 28/12/93
VINCULACIONES 65671
11164
11388
65880

ENTRADA
CRUZ

Buenos Aires, martes 28 de diciembre de 1993 ★ CLARIN

PEDIDO DE JESSE JACKSON AL LIDER CUBANO

Castro autoriza a su nieta a viajar a EE.UU.

LA HABANA, 27 (Reuter y AP). — El presidente cubano **Fidel Castro** dijo que su nieta adolescente puede salir de la isla para reunirse con su madre en los Estados Unidos si el resto de la familia de la joven está de acuerdo, informó hoy el activista de los derechos civiles **Jesse Jackson**.

Jackson, quien se encuentra de visita en La Habana, declaró a la prensa que discutió la situación de **Alina María Revuelta**, de 16 años, en conversaciones que mantuvo ayer con el presidente de Cuba.

"El (Castro) dijo que ella estaba en libertad de irse si sus padres daban su consentimiento, que de ninguna forma le impediría que se fuera", informó Jackson a los reporteros, agregando que Castro también mencionó que la salida de la joven dependería del consentimiento de otros miembros de la familia de Alina que viven en Cuba.

La hija de Castro, **Alina Fernández Revuelta**, de 37 años, desertó la semana pasada de Cuba hacia los Estados Unidos, donde se le concedió asilo político. De la isla logró salir disfrazada con una peluca y con un falso pasaporte español.

Fernández Revuelta dijo la semana pasada en una conferencia de prensa en los Estados Unidos que su principal preocupación era su hija, una estudiante de danza en la Escuela Nacional de Arte de Cuba. "Mi preocupación es qué tiempo pasará antes que puede ver a mi hija", expresó.

Jackson dijo que Castro le explicó que la salida de la joven dependería del consentimiento de su padre y abuela, que se encuentran en Cuba.

El activista de los derechos civiles dijo que el caso de la hija de Fernández Revuelta era solo uno de los tratados en sus conversaciones del domingo.

Jackson informó que en el tema de los derechos humanos presentó una lista de nombres que le había entregado el **departamento de Estado norteamericano**.

POCO LEGIBLE

9400078

01-01

Jesse Jackson nuevamente de visita en La Habana

"CUBA Y EEUU DEBEN NEGOCIAR"

El reverendo Jesse Jackson, líder de los derechos civiles en Estados Unidos, reiteró su oposición al embargo económico estadounidense contra Cuba «porque estos son momentos -dijo- de derribar barreras y construir puentes».



El Reverendo Jackson es partidario de levantar el bloqueo a Cuba

«Ahora que la guerra fría acabó y que ya no existe el imperio soviético, ni razones para la inseguridad, el embargo debe cesar y las diferencias entre Cuba y Estados Unidos deben resolverse en la mesa de negociaciones», subrayó Jackson en una conferencia de prensa.

Jesse Jackson, que llegó a La Habana el pasado día 24, explicó que su propósito era entrevistarse con representantes de comunidades religiosas y funcionarios gubernamentales y contribuir, en lo posible, a la mejora de las relaciones entre los dos países.

El líder negro insistió en que «se debe romper el ciclo de hostilidad de treinta años para beneficio mutuo y, sobre todo, para beneficio de los cubanos de aquí y de allá».

Jackson recordó que el congresista Charles Rangel tiene un proyecto de ley, que comenzará a ser discutido en febrero, cuya aprobación supondría el inicio del levantamiento del embargo.

Jesse Jackson, que se ha entrevistado con el presidente del Parlamento, Ricardo Alarcón, y con el ministro de Relaciones Exteriores, Roberto Robaina, es muy probable que se reúna también con el presidente cubano, Fidel Castro, a quien conoció hace diez años, cuando visitó Cuba por primera vez.

La visita de Jackson está transcurriendo de forma mucho más discreta que hace diez años, aunque él mismo dijo que esperaba «algún gesto concreto» al término de sus encuentros «que nos ayude a construir los puentes entre los dos países».

No obstante, en declaraciones hechas en Estados Unidos antes de viajar a La Habana, Jesse Jackson fue mucho más explícito al declarar que su intención era pedir a Fidel Castro que permita abandonar el país a los disidentes y activistas de derechos humanos que deseen hacerlo.

Jackson asistirá en calidad de invitado al segundo periodo de sesiones de la Asamblea Nacional del Poder Popular, para estudiar el proceso de apertura económica iniciado el pasado verano y las medidas pendientes de aplicación. (efe)

El Parlamento cubano evalúa las recientes modificaciones económicas

NUEVAS MEDIDAS PARA ENFRENTAR EL BLOQUEO

La Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba (Parlamento) se reunía ayer lunes, en su segunda y última sesión anual para evaluar los resultados de la recién iniciada apertura económica y analizar otras medidas pendientes. Fuentes oficiales aseguraron, sin embargo, que el Parlamento no va a aprobar nuevas medidas, sino que se trata sólo de una «evaluación y reflexión colectiva.»

28/12 LS

Las citadas fuentes insistieron en que en esta sesión parlamentaria, que concluirá hoy, no se va a tomar ninguna decisión respecto al saneamiento de las finanzas internas del país, caracterizadas por un exceso de circulante y que constituyen uno de los problemas claves de su economía. La despenalización de la tenencia de divisas, aprobada el pasado agosto, contribuyó a que la mayoría de los cubanos volvieran a adquirir conciencia del valor del dinero, pero, al mismo tiempo, anuló el ya escaso poder adquisitivo del peso. Según los responsables de la economía, existe en el país un exceso de circulante en moneda nacional, que contribuye a desestimular el trabajo y, por tanto, la producción.



Ricardo Alarcón de Quesada, Presidente de la Asamblea del Poder Popular de Cuba

Algunos expertos opinan que el saneamiento de las finanzas internas implica medidas que, de cualquier forma, serán duras porque suponen la devaluación del peso, la aplicación de una política impositiva y la eliminación de subsidios a precios de algunos productos de primera necesidad. Además, se ha anunciado ya una próxima reorganización y, por tanto, reducción del aparato del Estado, que dejará a miles de personas sin trabajo. En su más reciente discurso, el presidente cubano, Fidel Castro, dijo que todavía no se ha aprobado una fórmula definitiva para reducir el exceso de circulante, pero insistió en que hay que preparar a la población para que comprenda el sentido de muchas de las medidas que deberán tomarse.

«La gente sabe que estas medidas no las hacemos por placer, no las hacemos por gusto, las hacemos por necesidad», dijo Castro. El presidente cubano dejó bien marcados los cauces de este proceso de liberalización económica al poner como ejemplo el modelo chino.

Los chinos, según Castro, han preservado el socialismo, mantienen el papel del Partido Comunista, la «dictadura democrático-popular» y las ideas de Marx, Lenin y Mao. La sesión de la Asamblea comenzó con una exposición del ministro de Agricultura sobre los problemas de la zafra, que este año quedó en un mínimo histórico de 4,2 millones de toneladas por falta de recursos y de combustible, lo que supuso pérdidas de quinientos millones de dólares.

A la reunión del Parlamento cubano, que se reune habitualmente un par de días en julio y otros dos en diciembre, asiste el reverendo y dirigente demócrata estadounidense Jesse Jackson, que llegó a Cuba el pasado día 24, y una delegación de la Asamblea Nacional de Nicaragua encabezada por su presidente, Iván Salvador Madrid.

Cuba evalúa su apertura económica

LA HABANA - La Asamblea Nacional del Poder Popular de Cuba (Parlamento) se reunió ayer en su segunda y última sesión anual para evaluar los resultados de la recién iniciada apertura económica y analizar otras medidas pendientes que se cree tengan impacto negativo en la población.

Fuentes oficiales aseguraron, sin embargo, que el Parlamento no va a aprobar nuevas medidas, sino que se trata sólo de una "evaluación y reflexión colectivas". Las fuentes insistieron en que en esta sesión parlamentaria, que concluirá hoy, no se va a tomar ninguna decisión respecto al saneamiento de las finanzas internas del país, caracterizadas por un exceso de circulante y que constituye uno de los problemas clave de su economía cubana.

La despenalización de la tenencia de divisas, aprobada en agosto, contribuyó a que la mayoría de los cubanos volviera a adquirir conciencia del valor del dinero, pero, al mismo tiempo, disminuyó el ya escaso poder adquisitivo del peso.

Según las autoridades económicas, en Cuba existe un exceso de circulante en moneda nacional, que contribuye a desestimular el trabajo y, por tanto, la producción.

Algunos expertos opinan que el saneamiento de las finanzas internas implica medidas que, de cualquier forma, serán duras porque suponen la devaluación del peso, la aplicación de una política impositiva y la eliminación de subsidios a precios de algunos productos de primera necesidad.

Además, se ha anunciado ya una próxima reorganización y, por tanto, reducción del aparato del estado, lo que dejará a miles de personas sin trabajo.

Castro y su nieta

El presidente Fidel Castro dijo que su nieta adolescente puede salir de la isla para reunirse con su madre en Estados Unidos si el resto de la familia de la joven está de acuerdo.

El activista de los derechos humanos Jesse Jackson, que se encuentra de visita en La Habana, dijo a la prensa que presentó el tema de Alina María Revuelta, de 16 años, en conversaciones que mantuvo el domingo con Castro.

"Castro dijo que ella estaba en libertad de irse si sus padres daban su consentimiento" y que de ninguna forma él le impediría que se fuera.

La madre de Alina, hija de Castro, Alina Fernández Revuelta, desertó la semana pasada de Cuba hacia Estados Unidos.

Nicaragua 11/12 LT

REFORMA DE LA CARTA MAGNA

Diputados sandinistas, del Grupo de Centro y la Democracia Cristiana discutían ayer, en Managua, unas reformas parciales de la Constitución como primer paso para superar la crisis política del país.

La Constitución vigente, promulgada por los sandinistas en 1987, establece que las reformas constitucionales parciales deben ser discutidas y aprobadas en dos legislaturas.

Las reformas de los artículos 192 y 195 de la ley fundamental, allanarían el camino para que las modificaciones parciales sean aprobadas en una sola legislatura el próximo año.

Los 39 diputados del Frente Sandinista, con la colaboración del Grupo de Centro, que ahora forman doce legisladores escindidos de la Unión Nacional Opositora (UNO), controlan la Asamblea Nacional y, a última hora, lograron que los siete diputados de la Unión Demócrata Cristiana (UDC) regresasen a sus labores parlamentarias.

El regreso al Parlamento nicaraguense de los democristianos hace que haya un quorum de 58 diputados, dos más de los necesarios para acabar las reformas de los dos artículos de la Constitución.

N°. DOCUM: 9400083
TITULO: D. Ortega denuncia actividades de inteligencia estadounidense en Nicaragua.
PROCEDENC: 150023
FECHA DE: 15/12/93
VINCULACIÓN: 66603
11163
11337

Daniel Ortega denuncia actividades de servicios de inteligencia estadounidenses en Nicaragua

15/12 LR

Managua (AFP)

■ El ex presidente de Nicaragua, Daniel Ortega, denunció ayer que los servicios de Inteligencia de EEUU participan en la revisión de las listas de extranjeros nacionalizados nicaragüenses, con la anuencia de altos funcionarios locales.

El ex mandatario dijo a la prensa que tiene "evidencias" de que agentes de la Central de Inteligencia (CIA), del Buró Federal de Investigaciones (FBI) y de la Agencia Nacional de Seguridad, intervienen en la elaboración y chequeo de listas de ciudadanos de origen árabe nacionalizados durante el anterior gobierno sandinista.

Ortega, quien participó la noche del lunes en un acto de repudio a la persecución de los extranjeros nacionalizados en Nicaragua, señaló directamente al canciller Ernesto Leal, al vice canciller, José Pallais, al ministro de Gobernación, Alfredo Mendieta y a su viceministro Frank César, de complicidad con los organismos norteamericanos.

"Esos funcionarios han facilitado listas y toda la información necesaria de los nacionalizados, con énfasis en los de origen árabe", sostuvo Ortega y acusó a la presidenta Violeta de Chamorro por esas "graves acciones violatorias a los derechos humanos".

En marzo de este año, tras el atentado a las torres del Word Trade Center de Nueva York, fueron encontrados algunos pasaportes nicaragüenses entre los documentos incautados a uno de los implicados en esa acción.

Entretanto, el gobierno nicaragüense convocó la semana pasada a 900 extranjeros nacionalizados entre febrero y mayo de 1990, antes del fin del gobierno sandinista, a fin de "ordenar" los archivos y actualizar su situación en el país.

La convocatoria ocurre luego que el dos de diciembre las autoridades anularon la ciudadanía nicaragüense al italiano Alessio Casimirri, acusado de cometer fraude para obtener la nacionalidad.

Casimirri es prófugo de la Justicia de Italia, donde fue condenado a cadena perpetua, supuestamente por su participación en el secuestro y asesinato de Aldo Moro en 1978.

Asimismo, en mayo de este año tres vascos con ciudadanía nicaragüense fueron deportados a España, luego que las autoridades encontraron irregularidades en el proceso de su nacionalización.

01-01

9400083

Nº. DOCUMENTO 9400084

TITULO Convocatoria a Asamblea Constituyente en Nicaragua

PROCEDENCIA 150074

FECHA DE [illegible] 17/12/93

VINCULACIONES 66603

1U64

11302

Nicaragua

CONVOCATORIA A ASAMBLEA CONSTITUYENTE

17/12 LT

Los líderes de siete partidos de la Unión Nacional Opositora (UNO) de Nicaragua suscribieron ayer un documento en el que se comprometen a recoger miles de firmas de ciudadanos para pedir la convocatoria de una Asamblea Constituyente que redacte una nueva Constitución. Los delegados de tres de los diez partidos que integran la coalición opositora no firmaron el documento por respaldar únicamente reformas parciales a la Carta Magna promulgada por los sandinistas en enero de 1987.

Los tres partidos que no firmaron la declaración son el Movimiento Democrático Nicaraguense (MDN), la Alianza Popular Conservadora (APC) y la Unión Demócratacristiana

ENT[illegible] 1

CRU[illegible] 1

01-01

9400084

Nº. DOCUMENTO 9400085
TITULO Situación económica de Nicaragua.
PROCEDENCIA 1500014
FECHA DE 18/12/93
VINCULACIONES 66603
11161
11320

La crisis nicaraguense sin soluciones

VIOLETA APOYADA MORALMENTE POR ESPAÑA

18/12 CJ

El secretario de Estado español para la Cooperación Internacional e Iberoamérica, José Luis Dicenta, declaró ayer, que los avances del Gobierno de Nicaragua para solucionar la crisis que atraviesa el país «deben ir apoyados por los esfuerzos de la comunidad de donantes».

El secretario español y el ministro nicaragüense de la Presidencia, Antonio Lacayo, fueron los oradores de la clausura en Managua de la III reunión de la comunidad de países donantes de ayuda a Nicaragua.

La conferencia, que comenzó sus sesiones de trabajo el miércoles, evaluó las posibilidades de la asistencia internacional a la nación centroamericana para el próximo trienio, aunque todavía no se dieron oficialmente sus posibles montos y contenidos. Nicaragua quedó sumida en una grave crisis económica tras concluir la guerra civil de ocho años entre sandinistas y «contras» con la llegada al poder, en 1990, de la actual presidenta Violeta Barrios de Chamorro. Dicenta habló ante unas treinta delegaciones procedentes de 22 países y 14 organismos internacionales que asistieron a la cita para evaluar las perspectivas de la ayuda a Nicaragua. Este país no podría subsistir sin la cooperación internacional, que asciende a más de 600 millones de dólares anuales frente a un presupuesto nacional de apenas 450 millones de dólares. El secretario de Estado español subrayó que lo conseguido por Nicaragua hasta ahora, pese a las dificultades y los bajos precios de sus principales productos de exportación (banano, café y manufacturas), «constituye ya una base de partida segura». «Mi país reconoce los esfuerzos realizados por el Gobierno de doña Violeta Barrios de Chamorro en pro del avance general económico del país», dijo Dicenta, tras destacar la reducción de la inflación del 13,5 por ciento en 1990 al 4 por ciento en 1992.

01-01

9400085

PRESIDENTE DEL PARLAMENTO RENUNCIARA EL 9 ENERO

El presidente del Parlamento nicaraguense, el socialista Gustavo Tablada, renunciará al cargo a partir del 9 de enero próximo, para «permitir» la recomposición de la mesa directiva de la Cámara, según anunció ayer. Además de Tablada, líder del grupo de «Centro», también renunciará a su cargo de tercer secretario de la junta directiva del legislativo la diputada sandinista Marcia Quezada.

Desde enero pasado, cuando abrió sesiones la Asamblea Nacional, la Unión Nacional Opositora (UNO) reclamó, sin ocupar sus escaños, el control de la mesa presidencial, que perdió al aliarse los sandinistas con nueve diputados del llamado grupo de «Centro», escindidos de esa coalición opositora. Los siete legisladores de la Unión Demócrata Cristiana (UDC), que oficialmente todavía integra la UNO, sumaron a mediados de noviembre pasado sus votos al Frente Sandinista y al Grupo de Centro, logrando consenso para aprobar una iniciativa de ley de reforma parcial a la Constitución.La renuncia de Tablada «es una noble acción», resaltó el jefe del grupo parlamentario sandinista, Sergio Ramírez, ex vicepresidente de Nicaragua. La elección del nuevo presidente del Parlamento, prevista para el 10 de enero próximo, «marca un nuevo paso para la estabilidad total» de las actividades legislativas, añadió el líder sandinista.

Causa R es el mayor bloque parlamentario en Venezuela

CALDERA DEBERA NEGOCIAR

Rafael Caldera es el presidente venezolano de la etapa democrática que ha ganado con menor porcentaje de votos, lo que le obligará a negociar para sacar adelante los cambios económicos y sociales que se propone. 8/12 LJ

Las proyecciones señalan una abstención electoral del 18 por ciento, o que 1,8 millones de personas no acudieron a votar en las elecciones celebradas el domingo en Venezuela, lo cual ha dejado una cifra de votantes efectivos de poco más de ocho millones.

Caldera, que ya fue presidente del país entre 1969 y 1974, obtuvo el 30 por ciento de los votos (2,5 millones), mientras que sus tres rivales más cercanos lograron en conjunto el 67 por ciento y los candidatos sin opciones se repartieron el restante dos por ciento.

Aunque el Consejo Supremo Electoral no ha dado información sobre la nueva composición del Congreso, en los medios políticos se afirma que en la nueva correlación de fuerzas ningún partido será mayoría hegemónica y esto hará necesaria la negociación para la aprobación de las leyes.

Según los comentaristas, el nuevo Congreso, [illegible] funciones en febrero de 1994, estará formado por cuatro fuerzas fundamentales: La Causa Radical (Causa R), cuyo candidato presidencial fue Andrés Velásquez; el movimiento Convergencia, que presentó a Rafael Caldera; el partido Acción Democrática (AD), cuyo candidato fue Claudio Fermín, y el partido socialcristiano COPEI, que fue a la elección presidencial con Oswaldo Alvarez.

Andrés Velásquez afirmó que Causa R es el primer partido nacional, ya que pasó de tres congresistas a contar con un grupo parlamentario de 60 o 70 miembros.

Caldera, que pretende modificar en parte el denominado "paquete neoliberal" aplicado por el gobierno actual como base de su política económica, debe buscar al menos el apoyo de Causa R para llevar adelante sus reformas, toda vez que se da por seguro que COPEI, y posiblemente AD, se opondrán a sus proyectos.

AD y COPEI presentaron programas "neoliberales" en la campaña electoral, sobre todo en los aspectos tributarios, en los que difirieron de Caldera, quien prometió eliminar el Impuesto al Valor Agregado (IVA) y no aumentar el precio de la gasolina.

El virtual presidente ha logrado, a dos días de haber ganado los comicios, aglutinar tras él muestras de confianza en que su gobierno logrará recuperar la economía dentro de un clima de paz social.

El principal organismo empresarial venezolano, Fedecámaras, expresó su respaldo a la intención de Caldera de modificar el IVA y crear en su lugar un impuesto al consumo de bienes suntuarios.

Por su parte, representantes del sector financiero señalaron que el nuevo gobierno debe bajar la inflación para estimular las inversiones extranjeras y pronosticaron que los capitales foráneos "restablecerán su interés por Venezuela a partir de 1994".

En sentido similar se pronunció el presidente de la Cámara Petrolera, Alan [illegible]iergutz, quien dijo que la política energética que ha diseñado Caldera atraerá a los inversores de otros países.

Los precios de la deuda venezolana cayeron en dos puntos el lunes en el mercado secundario de Nueva York, después de que Caldera anunciara el comienzo de conversaciones con los acreedores para redefinir los pagos.

Sin embargo, el embajador de Estados Unidos en Caracas, Jeffreys Davidow, calificó de pequeña la baja y aseguró que ya está en proceso de recuperación.

La culminación del proceso electoral generó críticas al Consejo Supremo Electoral (CSE) por la lentitud en proporcionar los resultados de los escrutinios, ya que, dos días después de la votación, apenas ha dado cifras parciales sobre un tercio de los votos.

El ministro de Relaciones Interiores, Carlos Delgado Chapellín, que durante varios años fue presidente del CSE, se unió a las críticas contra este organismo y propuso modificar el proceso de inscripción de candidatos para evitar la proliferación de aspirantes presidenciales y partidos sin opciones de victoria.

El presidente del CSE, Isidro Morales Paúl, rechazó ayer las críticas y anunció que en las próximas horas dará a conocer los resultados oficiales definitivos del proceso.

Morales Paúl ratificó que Rafael Caldera será proclamado por el organismo electoral presidente electo dentro de diez días. (efe)

Nº. DOCUMENTO 9400088

TITULO Denuncias de fraude en elecciones venezolanas.

PROCESO 150023

FECHA 11/12/93

VINCULACION 67380

11164

11302

ENTRADA /

CREA /

El presidente electo Rafael Caldera dijo que son evidentes las irregularidades

Causa R convocó caceroleo contra fraude en elecciones venezolanas

11/12 LR.

El fiscal general Ramón Escovar Salom, pidió ayer detener toda proclamación de parlamentarios elegidos en los comicios del domingo en Venezuela, ante denuncias de fraude del obrerista partido Causa Radical y la Convergencia Nacional del presidente electo Rafael Caldera.

Caracas (AFP)

■ Escovar Salom dijo a periodistas que el único elegido seguro en las elecciones del domingo es Caldera, cuyo triunfo fue reconocido por sus principales rivales y partidos políticos.

Las denuncias de fraude se intensificaron esta semana, cuando el candidato de Causa Radical, Andrés Velásquez, descendió en los conteos de votos oficiales de segunda a cuarta posición, detrás de Caldera, el socialdemócrata Claudio Fermín y el democristiano Oswaldo Alvarez Paz, en ese orden.

Los sondeos previos, y aun el primer boletín oficial emitido el lunes, tenían a Caldera como favorito, escoltado, sucesivamente, por Velásquez, Alvarez Paz y Fermín.

El último boletín oficial, anunciado como definitivo por el presidente del Consejo Supremo Electoral (CSE), Isidro Morales Paul, confirmó la noche del jueves la variación sobre conteo de 22.441 actas para 5.616.697 votos válidos —de 5.829.216 votos emitidos— equivalentes al 97.13% de los escrutados.

Estos fueron los resultados concretos del reporte oficial:

Rafael Caldera (Convergencia Nacional) 1.710.722 - 30.95%

Claudio Fermín (Acción Democrática, AD) 1.325.287 - 23.59%

Oswaldo Alvarez Paz (Copei) 1.272.506 - 22.72%

Andrés Velásquez (Causa Radical) 1.232.253 - 21.94%

Causa Radical convocó anoche a un «cacerolazo» de protesta por el fraude electoral y para el fin de semana caravanas de vehículos de protesta en todo el país.

El presidente provisorio Ramón J. Velásquez dijo que respetaba el derecho de la protesta de Causa Radical, pero advirtió debe producirse sin alteraciones de orden público.

El mandatario electo Rafael Caldera, entrevistado por televisión, dijo que son evidentes las irregularidades e hizo notar que la ley de sufragio prohíbe la eliminación del material electoral durante 45 días, que, confió, podría permitir depurar la situación.

El presidente del CSE, Morales Paul, replicó ayer molesto a las aseveraciones de fraude de Causa Radical, señalando que a ellos corresponde probar sus denuncias «y no a nosotros».

Todos los observadores concuerdan en que el telón de fondo de las elecciones están en la composición del Congreso, que determinará las reales fuerzas políticas y por ello se augura una lucha más dura en los próximos días para decidir quiénes son los legisladores electos.

La Convergencia Nacional de Caldera denunció que socialdemócratas y democristianos les escamotearon 40 diputados y 10 senadores.

Los dirigentes Guillermo Alvarez Bajares, Julio Alvarez y José Amalio Graterol, dijeron que iniciaron gestiones para pedir revisión de actas en los estados de Miranda (el más poblado del país, parte del este caraqueño) y Trujillo, donde afirman haber detectado «el mayor y más evidente número de irregularidades», que calificaron como «delitos electorales».

Aseveraron que si no hay rectificaciones en 45 días acudirán a la Corte Suprema de Justicia.

Admitieron que las irregularidades afectan también a Causa Radical y que la situación anormal ha sido detectada en casi todos los estados.

Todo ello derivó en la intervención directa del fiscal general, Ramón Escovar Salom, quien anunció que ayer mismo su despacho contactaría con el CSE para concretar las averiguaciones.



Andrés Velásquez convocó a un caceroleo apoyando sus denuncias de fraude en el recuento de votos en Venezuela. (Telefoto de archivo de AFP)

9400088

01-03

El presidente electo Rafael Caldera se sumó a las acusaciones de Causa R

Denuncian fraude en Venezuela

10/12 LR

Denuncias de fraude electoral se multiplicaron en Venezuela, no sólo por parte del obrerista partido Causa Radical, sino de la Convergencia Nacional del presidente electo Rafael Caldera, que acusó de modo directo a social demócratas y democristianos.

Caracas (AFP)

■ En el centro de las acusaciones quedó el Consejo Supremo Electoral (CSE) no sólo por hacer mutis respecto a sus conteos al término de la jornada electoral del domingo, sino por la lentitud e incoherencia del proceso.

El matutino **El Universal** destacó que en el último recuento se restó casi medio millón de votos a cada uno de los cuatro principales candidatos.

El siguiente es el resultado de este boletín oficial sobre 16.004 actas válidas para un total de 4.120.259 votos válidos (ver cuadro).

Pese a que la victoria del presidente electo Rafael Caldera fue reconocida el lunes por los otros tres aspirantes, ayer sus seguidores se sumaron a las denuncias de fraude, responsabilizando de modo directo a los partidos Acción Democrática (AD, socialdemócrata), y Copei (democristiano).

Los sondeos de opinión previos a los comicios, daban como favorito a Caldera, seguido por Andrés Velásquez, Alvarez Paz y Fermín, en ese orden.

El lunes, el primer boletín oficial reiteró la tendencia de las encuestas, pero desde el martes Fermín ascendió al segundo lugar y Alvarez Paz al tercero, detonando las acusaciones del rezagado Velázquez y su partido Causa Radical.

Velásquez aseveró que 4.500 actas llegaron a la sede del CSE, enclavada en el centro histórico de Caracas y desaparecieron allí.

Buscando limar asperezas, el presidente del CSE, Isidro Morales Paúl, dio luz verde al conteo de votos invalidados por diversas razones y considerados aceptables tras las denuncias, pero la correlación de votos no varió.

Como telón de fondo, quedó la lucha por las estratégicas curules en el Congreso, cuya puja se augura mucho más tensa e irregular.

La víspera, el fiscal general dijo que si se comprueban las irregularidades se podría ordenar un "reconteo nacional" de los votos.

El socialdemócrata Claudio Fermín, que brega ahora por el control de AD, comentó que las encuestas "pasaron a ser instrumentos comerciales" y deploró que por haber figurado en casi todas en cuarta posición no obtuvo mayores sufragios por aquello de la "economía del voto".

Mientras en la sudoccidental San Cristóbal, vecina a Colombia por Cúcuta, el diputado socialista Walter Márquez denunciaba ante el cuerpo de detectives de la policía un fraude electoral en la zona fronteriza; en la petrolera Maracaibo se informó que el CSE podría intervenir a la Junta Electoral del Zulia.

El Zulia eligió el pasado domingo gobernadora, coincidiendo con los comicios presidenciales y legislativos, surgiendo como ganadora la senadora socialista Lolita Aniyar, aún no reconocida por sus rivales.

En Maracaibo los democristianos de Copei impugnaron actas, desatándose continuos enfrentamientos con los socialistas y otros partidarios de Caldera, que traban la aprobación de los boletines oficiales de los escrutinios. Pese a ello, el secretario general de Copei, José Curiel, aseveró en Caracas que su partido conquistó 14 senadores y 52 diputados, que convertiría a los democristianos en primera fuerza política del país. El vaticino de Copei, sucede al de los socialdemócratas, que también tienen augurios similares, cuando aún no se divulgó ningún resultado oficial de los comicios legislativos. Observadores estiman que aún es impredecible estimar cuál de los cuatro grupos —la Convergencia Nacional de Caldera, a la que se unen socialistas y comunistas, socialdemócratas, democristianos y obreristas— tendrá una mayor representación en el Congreso, aunque está descartada toda hegemonía.

CUADRO

Candidato	Partido	Votos		%
Rafael Caldera	(Conv.Nacional)	1.224.958	votos	(30.53 %).
Claudio Fermín	(socialdemócrata)	948.682	votos	(23.54 %).
Oswaldo Alvarez Paz	(democristiano)	992.210	votos	(22.98 %).
Andrés Velásquez	(obrerista)	865.981	votos	(21,58 %).

Rafael Caldera sostuvo que acudirá a la Corte Suprema, de no aclararse las denuncias

Hallan dos contenedores con votos en basural de una población caraqueña

13/12 LR

*** "Los compromisos de la deuda externa son impagables a menos que sometamos al pueblo con gran sacrificio", afirmó el presidente electo**

El hallazgo de dos contenedores de material electoral válido, de los comicios del domingo pasado en Venezuela, en un depósito de basura del poblado de Charallave, 45 quilómetros al suroeste de Caracas, dio un nuevo sesgo a las denuncias de fraude electoral, coindicieron ayer analistas.

Caracas (AFP)

■ Trabajadores de la dependencia dijeron que el material electoral fue llevado al depósito de basura La Bonanza, de Charallave, en camiones militares y dejado por soldados, que primero lo habrían dejado en Las Mayas, enclavada en la salida occidental de Caracas, y volvieron a recogerlo ante denuncias de empleados.

Las fuerzas armadas tuvieron a su cargo el control de las elecciones y el resguardo del material electoral, e inclusive tenían comunicación directa con el conteo de votos, según destacó la prensa.

El alcalde caraqueño Aristóbulo Istúriz, del obrerista partido Causa Radical, movilizó en La Bonanza a la jueza penal provisoria de Caracas, Tibisay Pacheco, a fiscales, al director de la división contra la delincuencia organizada, de la Policía Técnica Judicial (PTJ, detectives), comisario Luis Guanda, y periodistas.

El matutino **El Globo** destacó que "pudimos ver varios centenares de tarjetones electorales esparcidos, algunos con votos válidos, así como una gran cantidad con votos nulos por no presentar sello, ni numeración de mesa o centro de votación correspondiente. Sin embargo, la gran mayoría de los tarjetones válidos que fueron observados en la inspección pertenecían a la Causa Radical".

El influyente matutino **El Universal** publicó en primera plana una foto de la inspección, que ocupó espacios en toda la prensa escrita.

El hallazgo se produjo cuando se registró un enfrentamiento entre el fiscal general Ramón Escovar Salom, quien pidió que no haya proclamaciones de legisladores electos hasta que se aclaren las denuncias de fraude, y el presidnete del Consejo Supremo Electoral (CSE), Isidro Morales Paul, calificó esta propuesta como "fuera de orden" y dijo que Escovar Salom no era funcionario electoral para pronunciarse y si hay reclamos se debía proceder por las vías jurisdiccionales correspondientes.

Sin embargo, el ministro del Interior, Carlos Delgado Chapellín, asentó que el fiscal general "es el guardián de la legalidad, incluso la electoral".

Mientras el presidente del Congreso, el socialdemócrata Octavio Lepage, pidió que se aclararan las denuncias de fraude en el menor tiempo posible, la Convergencia Nacional del presidnete electo Rafael Caldera reiteró que acudirá a la Corte Suprema de Justicia si no se aclaran las denuncias.

Las denuncias se intensificaron cuando el candidato de Causa Radical, Andrés Velásquez, descendió en los conteos de votos oficiales de segunda a cuarta posición, detrás de Caldera, el socialdemócrata Claudio Fermín y el democristiano Oswaldo Alvarez Paz, en ese orden.

"DECIDO YO"

Mientras tanto, el presidente electo, Rafael Caldera, afirmó que sólo él tomará decisiones sobre privatizaciones en Venezuela y dejó entrever —en declaraciones publicadas ayer— que si la línea Aeropostal es rescatable, no la traspasará al sector privado.

En entrevista publicada por el matutino **El Universal**, Caldera reiteró que sustituirá el impuesto a las ventas por una reforma tributaria que enviará al Congreso apenas asuma la presidencia y descartó en lo inmediato un aumento de la gasolina.

"Es imposible a breve plazo pensar en eso. Si el pueblo no tiene una compensación que justifique este aumento tan conflictivo, es mejor no pensar en él... por ahora", expresó Caldera.

En torno a la aerolínea, asentó que "si es recuperable con un pequeño subsidio es mejor mantenerla".

En su primera rueda de prensa como presidente electo, Caldera tomó distancias contra lo que llamó "epidemia de privatizaciones", pero uno de sus asesores, José Ignacio Moreno León, quien fuera ministro de ese sector, aseguró este fin de semana que desea reanudarlas.

Sin aludirlo de modo directo, Caldera replicó que ninguno de sus asesores está autorizado a hablar en nombre del nuevo gobierno, especialmente cuando en este diciembre y en enero próximo se estudiarán medidas concretas para la ejecución de la política económica y tributaria.

Atribuyó a estas declaraciones buena fe, pero remarcó que "lo que no puede decir es que está pensado, decidido, porque hasta ahora las decisiones me las reservo yo, como tengo que hacer".



Rafael Caldera se unió a las denuncias de fraude lanzadas por Causa R. (Telefoto de archivo de AFP)

En el plano económico, Caldera descartó la vuelta del control de cambios en Venezuela y anunció que comenzará un diálogo con los acreedores de su país para buscar fórmulas de renegociación que alivien los pagos de la deuda comercial, que supera los 27.000 millones de dólares.

– "El próximo año (1994) vencen compromisos que son prácticamente impagables a menos que sometamos al pueblo a un gran sacrificio", expresó.

03-03

94 088

"Intereses de deuda son impagables"

13/12 L M.

CARACAS, 12 (ANSA)- El Presidente electo de Venezuela, Rafael Caldera, que asumirá el Gobierno el 2 de febrero de 1994, afirmo ayer que los compromisos de pagos de capital e intereses de la deuda externa para el año entrante "son impagables", por lo cual buscará fórmulas de renegociación.

El líder político, electo octavo Presidente venezolano el domingo ultimo, añadió que su Gobierno buscará fórmulas de alivio "con renegociación de la deuda".

Según los compromisos de la renegociación de 21.500 millones de dólares en 1991, Venezuela deberá cancelar en 1994 unos 3.000 millones de dólares en concepto de pagos de capital e intereses de la deuda externa con la banca comercial.

Deuda externa de 35.000 millones

La deuda externa global venezolana asciende a unos 35.000 millones de dólares.

Caldera reiteró que no aumentará la gasolina para cubrir el déficit fiscal, sustituirá el Impuesto al valor Agregado, (IVA), y enfatizó que le "horrorizan las minidevaluaciones".

El Banco Central de Venezuela mantiene un programa de minidevaluaciones entre 10 y 15 céntimos diarios del bolívar con relación al dólar, para evitar la fuga de divisas, mientras que las tasas de intereses se ubican por sobre el 70 por ciento.

Asimismo, Caldera fustigó una vez más las políticas económicas neoliberales impuestas en Venezuela a partir de 1989 y afirmó que "quienes nos metieron el paquete (shock) económico están viviendo muy bien en el exterior".

LEY AMBIENTAL EN EEUU PODRIA PERJUDICAR VENTA DEL PETROLEO

14/12 LJ

Caracas, (EFE).- Venezuela podría dejar de colocar más de 50.000 barriles diarios de petróleo en los Estados Unidos, si el gobierno de ese país decide aprobar una disposición sobre cierta gasolina que contamina el medio ambiente.

El Presidente de Venezuela, Ramón José Velásquez, informó a la prensa local de que dentro de la política ambientalista norteamericana se señala que «cierta gasolina tiene un contenido que afecta el medio ambiente», por lo que se estaría pensando en prohibir su entrada a los Estados Unidos.

La decisión será tomada por dicho país y, de aprobarse la medida, podría significar una reducción en las ventas de por lo menos unos 50.000 barriles diarios de petróleo venezolano, aseguró Velásquez.

El precio promedio del barril OPEP cayó esta semana a menos de13 dólares, una de las cifras más bajas de los últimos años, sin que la reciente reunión del organismo en Viena, en la que se ratificó el tope de 24,52 millones de barriles diarios de producción, haya logrado tonificar el mercado.

Velásquez informó que Julio Sosa Rodríquez, que preside la comisión de enlace del presidente electo Rafael Caldera, viajó a Washington acompañado del ministro de Energía y Minas, Alirio Parra, para reiterar que la gasolina venezolana cumple con los requisitos ambientales estadounidenses.

Venezuela está considerada la sexta potencia mundial en reservas de petróleos convencionales y se calcula que tan sólo en crudos ligeros está por el orden de los 66.000 millones de barriles, mientras que las de crudos pesados y superpesados de la Faja del Orinoco ronda los 300.000 millones de barriles.

Nº. DOCUMENTO 9400091
TITULO Desmienten acusaciones de fraude en Venezuela
PROCEDENCIA 150023
FECHA DE 15/12/93
VINCULACIONES 67390
11164
11302

ENTRADO
OK

Desmienten acusaciones de fraude en Venezuela

15/12 CR

Caracas (ANSA)

■ El presidente del Consejo Supremo Electoral (CSE), Isidro Morales Paul, aseguró ayer que el material electoral hallado en un basurero corresponde a desechos electorales y no a tarjetones (boletas) válidos, como había denunciado la agrupación Causa Radical.

Dirigentes de Causa R habían denuncisdo el hallazgo de boletas electorales y actas de escrutinios en un depósito de basura, por lo cual reclamaron ser víctimas de un fraude en las elecciones legislativas del 5 de diciembre último.

Causa Radical responsabilizó del fraude a militares y funcionarios del Consejo Supremo

"De cada acta de las mesas electorales se sacan un original y ocho copias, el original queda en poder del Consejo Supremo Electoral y las copias restantes en poder de los integrantes de la Junta Electoral, de manera que es imposible alterar un acta, porque deben repetir la alteración nueve veces y, además, cada partido tiene su propia copia, de manera que son absurdas las acusaciones de fraude", subrayó Morales Paul.

El presidente del CSE dijo que este organismo está dispuesto a un nuevo conteo de votos de los escrutinios para elegir a los cuerpos deliberantes "si las objeciones son formales y serias".

A Morales Paul le resultó "curioso" que la única organización política que denunció fraude sea Causa Radical, cuyos representantes —dijo— participaron del escrutinio y estuvieron "absolutamente de acuerdo" con los resultados de cada mesa.

Por su parte, el ministro venezolano de Defensa, vicealmirante Radamés Muñoz, reiteró que la participación de las Fuerzas Armadas en los comicios del 5 de diciembre se limitó a cumplir las órdenes del Consejo Supremo Electoral y juntas Electorales, en cuanto al destino de los desechos de la elección.

Empero, admitió que los tribunales competentes realizan una investigación sobre las supuestas acusaciones de fraude y destino de boletas electorales y actas de escrutinios en un depósito de basura, donde implican a militares, pero enfatizó que se trata de desechos y sobrantes electorales,

DOC. POCO LEGIBLE

01-01

9400091

Nº. DOCUMENTO 9400092
TITULO Rafael Caldera proclamado presidente
PROCEDENCIA 150074
FECHA DE 15/12/93
VINCULACIONES 67390
11164
11302

Todavía no se conoce el nuevo parlamento venezolano

CALDERA FUE PROCLAMADO AYER PRESIDENTE

Rafael Caldera, de 77 años, fue proclamado ayer presidente electo de Venezuela para el quinquenio 1994-99, nueve días después de unas elecciones empañadas por las denuncias de fraude.

Caldera salió elegido con el 30,5 por ciento del voto válido, lo que equivale al 17 por ciento del censo de casi diez millones de electores, según las cifras del Consejo Supremo Electoral.

Aunque las acusaciones de fraude en los comicios legislativos que se celebraron simultáneamente el 5 de diciembre impiden conocer la composición del Congreso, Caldera tiene una débil base parlamentaria, fraccionada entre las 17 agrupaciones políticas que le apoyaron en su reelección al cargo que ya ocupó de 1969 a 1974.

Las más fuertes de esas agrupaciones son Convergencia, el nuevo partido de Caldera, y el Movimiento Al Socialismo (MAS), que entre las dos parece que sumarán unos 10 senadores, de 56, y unos 43 diputados, de 189, esa decir, casi la quinta parte.

Caldera aseguró que, lejos de gobernar con sus socios electorales o coaligarse con alguno de los tres partidos rivales, buscará un acuerdo nacional para resolver la crisis que atraviesa este país e introducir importantes reformas, incluso a la Constitución de 1958.

Ningún partido ha puesto en entredicho la victoria de Caldera, aunque todos están enzarzados en una crispada pelea por los escaños.

El tono de la disputa subió después de que la Causa R mostrara a la prensa y a la policía, el fin de semana pasado, una considerable cantidad de actas de votación y tarjetas de sufragio arrojados supuestamente por militares a un basurero cerca de Caracas.

La Causa R aseguró que lo hallado en el «basurero electoral» de «La Bonanza» eran actas y votos auténticos, pero el Consejo Supremo Electoral dijo que era «material de desecho» y las Fuerzas Armadas rechazaron oficialmente cualquier participación en la supuesta manipulación de los resultados.

El asunto tiene ribetes de escándalo y está en manos de la justicia. Las autoridades electorales designaron una comisión investigadora y los militares ofrecieron su colaboración para aclarar las cosas.

(efe)

01-01 9400092

Rafael Caldera quiere gobernar a Venezuela en paz 16/12 LP.

El presidente Velásquez indultó a 15 golpistas

Caracas (AFP),
por Jorge Calmet Wagner

■ El presidente electo venezolano Rafael Caldera tendió la mano al mundo político para iniciar en paz un quinquenio de gobierno, que se augura difícil y no exento de conmociones, mientras su ex delfín Oswaldo Alvarez Paz consideró que particularmente el primer semestre "será duro, muy delicado y peligroso".

La víspera, al ser proclamado como presidente, Caldera anunció que, a la par con un gobierno de austeridad por la crisis fiscal y baja de precios petroleros, buscará crear un consenso entre todos los sectores del país.

Caldera, abogado de 77 años, que gobernó Venezuela entre 1969 y 1974, es considerado el último caudillo del país petrolero sudamericano, además de ser el único padre sobreviviente de la actual era democrática de 35 años.

Alvarez Paz, su ex delfín y derrotado candidato presidencial de Copei, advirtió sobre el frágil piso político con que se inicia el nuevo gobierno de Caldera, y el parcelamiento del nuevo Congreso.

Cuando aún no hay información oficial sobre los nuevos congresistas electos, perdura la lucha en el recuento de votos, y subsisten denuncias de fraude. Los observadores concuerdan en que no habrá predominio de ninguna fuerza.

Por el contrario, recalcan que el Congreso estará dividido en cuatro partes, entre los socialdemócratas de Acción Democrática (AD), los democristianos de Copei, la Convergencia Nacional y grupos que respaldan a Caldera, y la obrerista Causa Radical.

Por ello Alvarez Paz considera críticos los seis primeros meses del gobierno que se iniciará en febrero de 1994. "Si el país logra superar ese semestre podría reencontrar su ritmo y su camino hacia la estabilización", expresó.

Poco después de ser reconocido por sus oponentes políticos como presidente electo, Caldera reveló que sus seguidores ya habían establado contactos con AD y Causa R. Ayer mismo el secretario general de AD, Luis Alfaro Ucero, adelantó la disposición de colaboración de los socialdemócratas y ejercer una oposición leal y constructiva.

Caldera también anunció la reducción de los montos de las partidas de gastos secretos del Estado, motivo de procesos contra el destituido Pérez y su predecesor y correligionario socialdemócrata Jaime Lusinchi.

Reafirmando su postura de pacificar a la convulsionada Venezuela, Caldera afirmó que "las dificultades, por arduas que sean, se resolverán dentro del sistema democrático".

"Se inicia un nuevo tiempo político y no le vamos a poner retroceso", dijo en alusión a los resultados de las elecciones en las que por primera vez en 35 años se rompió con el bipartidismo que cinco veces llevó al poder a Ad y dos a Copei.

Mientras tanto, el presidente venezolano del gobierno de transición, Ramón Velásquez, anunció ayer el indulto a 12 oficiales y tres civiles involucrados en la frustrada intentona golpista del 27 de noviembre del año pasado.

Los nombres de los militares y civiles indultados por el jefe de Estado se publicarán en la Gaceta Oficial de hoy, se informó en el Palacio de Miraflores, sede de gobierno.

Fuentes del Ministerio de la Secretaría de la Presidencia de la República anunciaron que el presidente tiene previsto conceder otros indultos antes de fin de año.

01-01

9400093

Partidos tradicionales unidos en la derrota

AD Y COPEI COMPARTIRAN OPOSICION HISTORICA A CALDERA

Por primera vez en los 35 años de democracia de Venezuela, los partidos Acción Democrática (AD, socialdemócrata) y el democratacristiano COPEI compartirán la oposición política durante el próximo gobierno de Rafael Caldera.

17/12 LJ

La AD y COPEI, que se repartieron el poder durante tres décadas y media en Venezuela, han sufrido una histórica derrota que les coloca juntos por primera vez en los bancos de la oposición parlamentaria.

Caldera, que ganó las elecciones presidenciales del 5 de diciembre, con el 30,45 por ciento de los votos, tendrá que gobernar sin mayoría parlamentaria, situación que le obligará a buscar alianzas en el Congreso.

El presidente electo de Venezuela, que asumirá el poder el 2 de febrero de 1994, tendrá que afrontar las impredecibles consecuencias de un Congreso fragmentado en el que Convergencia, variopinta amalgama de 17 partidos que le llevó al poder, no le ofrece un piso sólido para garantizar la gobernabilidad en la difícil etapa política que vive el país.

El veterano político de 77 años ha guardado un hábil silencio en cuanto a anunciar con qué organizaciones políticas es más proclive a buscar eventuales alianzas.

A pesar de que el Consejo Supremo Electoral no tiene cifras definitivas sobre las elecciones parlamentarias, portavoces de las principales organizaciones políticas coinciden en señalar que los resultados serán similares a los de las presidenciales, en las que

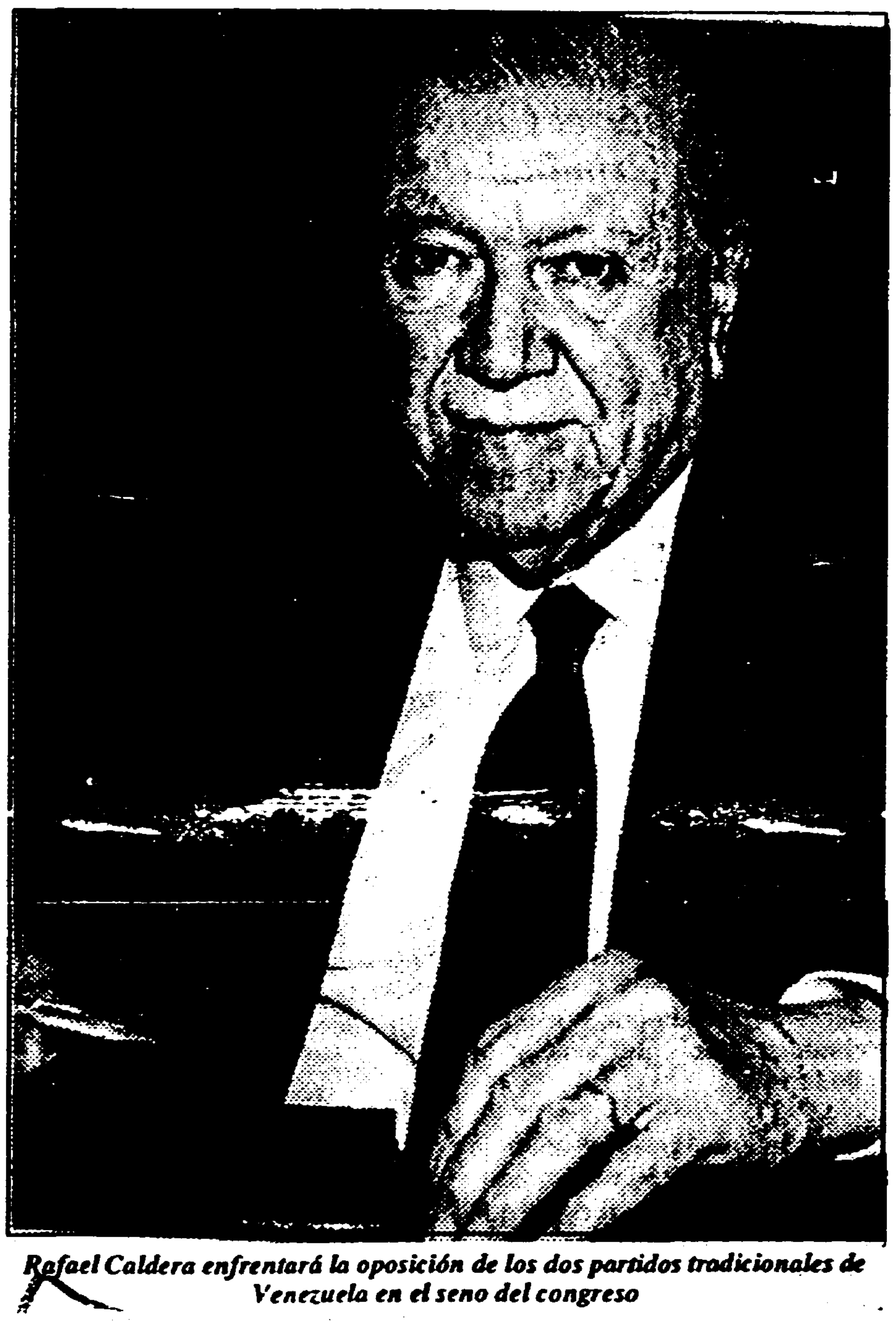
AD obtuvo el segundo lugar, COPEI el tercero y La Causa Radical el cuarto, para sumar el 68,25 por ciento de los votos.

La posibilidad de que AD y COPEI, tradicionales oponentes, lleguen a un acuerdo para convertirse en un bloque mayoritario en el Congreso para no dejarse arropar por la fuerza emergente de Causa Radical y de Convergencia le pondrían bastante difícil el panorama a Caldera.

El próximo presidente venezolano tendrá que asumir difíciles decisiones en materia económica en un país con un déficit fiscal de más de 4.000 millones de dólares para 1994 y un 70 por ciento de la población en situación de pobreza.

Caldera, que ya gobernó Venezuela entre 1969 y 1974, es poco probable que, al menos en los primeros seis meses de su gobierno, haga borrón y cuenta nueva con la dirección de COPEI, partido que fundó y del que fue separado a mediados de año tras lanzar una candidatura suprapartidaria.

De ahí, que una alianza con COPEI surge más difícil, sobre todo si se tiene en cuenta que Oswaldo Alvarez Paz, ex candidato presidencial «copeyano», ha señalado que su partido prefiere «una oposición constructiva».



Rafael Caldera enfrentará la oposición de los dos partidos tradicionales de Venezuela en el seno del congreso

Caldera, que durante la campaña electoral acusó a AD, en sus diez últimos años de gobierno, de ser la causante de la grave crisis económica que vive Venezuela y de las nefastas consecuencias sociales del programa económico neoliberal que aplicó el ex presidente Carlos Andrés Pérez (1989-1993), se muestra poco proclive a negociar un futuro apoyo parlamentario socialdemócrata.

Ante esta situación, Causa Radical, partido de origen sindical, que de tener presencia sólo en tres estados venezolanos en los comicios de 1988 y sólo tres parlamentarios se convirtió en la cuarta organización política nacional, aparece como la opción menos traumática para Caldera.

Rafael Caldera no ha descartado la cooperación de Causa R, de cuyos dirigentes opinó durante la campaña que «son gente honesta y bien intencionada» y hasta llegó a afirmar que comparte algunos de sus criterios sobre las fórmulas para solucionar los principales problemas que vive el país. El presidente electo ha propuesto al país «un gobierno de unidad» que ponga énfasis en la defensa de los derechos de las grandes mayorías y en una «lucha implacable contra la corrupción», ofertas en las que ha coincidido con Andrés Velásquez, ex candidato presidencial de La Causa Radical y actual gobernador del estado de Bolívar, sede de las más importantes empresas básicas estatales. EFE

01-01

Partidos tradicionales unidos en la derrota

AD Y COPEI COMPARTIRAN OPOSICION HISTORICA A CALDERA

Por primera vez en los 35 años de democracia de Venezuela, los partidos Acción Democrática (AD, socialdemócrata) y el democratacristiano COPEI compartirán la oposición política durante el próximo gobierno de Rafael Caldera.

La AD y COPEI, que se repartieron el poder durante tres décadas y media en Venezuela, han sufrido una histórica derrota que les coloca juntos por primera vez en los bancos de la oposición parlamentaria.

Caldera, que ganó las elecciones presidenciales del 5 de diciembre, con el 30,45 por ciento de los votos, tendrá que gobernar sin mayoría parlamentaria, situación que le obligará a buscar alianzas en el Congreso.

El presidente electo de Venezuela, que asumirá el poder el 2 de febrero de 1994, tendrá que afrontar las impredecibles consecuencias de un Congreso fragmentado en el que Convergencia, variopinta amalgama de 17 partidos que le llevó al poder, no le ofrece un piso sólido para garantizar la gobernabilidad en la difícil etapa política que vive el país.

[illegible] político [illegible] 77 años ha guardado un hábil silencio en cuanto a anunciar con qué organizaciones políticas es más proclive a buscar eventuales alianzas.

A pesar de que el Consejo Supremo Electoral no tiene cifras definitivas sobre las elecciones parlamentarias, portavoces de las principales organizaciones políticas coinciden en señalar que los resultados serán similares a los de las presidenciales, en las que

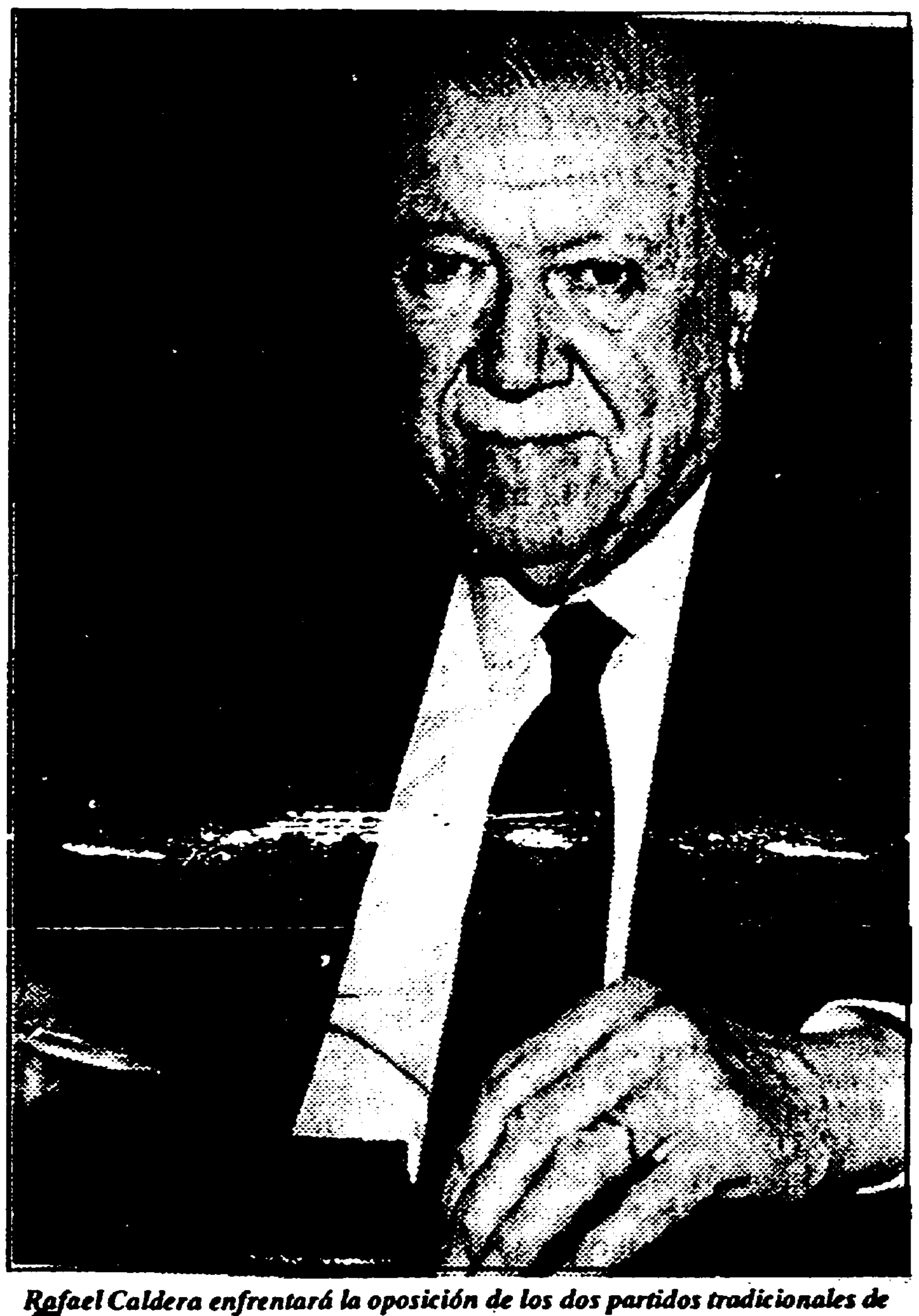
AD obtuvo el segundo lugar, COPEI el tercero y La Causa Radical el cuarto, para sumar el 68,25 por ciento de los votos.

La posibilidad de que AD y COPEI, tradicionales oponentes, lleguen a un acuerdo para convertirse en un bloque mayoritario en el Congreso para no dejarse arropar por la fuerza emergente de Causa Radical y de Convergencia le pondrían bastante difícil el panorama a Caldera.

El próximo presidente venezolano tendrá que asumir difíciles decisiones en materia económica en un país con un déficit fiscal de más de 4.000 millones de dólares para 1994 y un 70 por ciento de la población en situación de pobreza.

Caldera, que ya gobernó Venezuela entre 1969 y 1974, es poco probable que, al menos en los primeros seis meses de su gobierno, haga borrón y cuenta nueva con la dirección de COPEI, partido que fundó y del que fue separado a mediados de año tras lanzar una candidatura suprapartidaria.

De ahí, que una alianza con COPEI surge más difícil, sobre todo si se tiene en cuenta que Oswaldo Alvarez Paz, ex candidato presidencial «copeyano», ha señalado que su partido prefiere «una oposición constructiva».



Rafael Caldera enfrentará la oposición de los dos partidos tradicionales de Venezuela en el seno del congreso

17/12

Caldera, que durante la campaña electoral acusó a AD, en sus diez últimos años de gobierno, de ser la causante de la grave crisis económica que vive Venezuela y de las nefastas consecuencias sociales del programa económico neoliberal que aplicó el ex presidente Carlos Andrés Pérez (1989-1993), se muestra poco proclive a negociar un futuro apoyo parlamentario socialdemócrata.

Ante esta situación, Causa Radical, partido de origen sindical, que de tener presencia sólo en tres estados venezolanos en los comicios de 1988 y sólo tres parlamentarios se convirtió en la cuarta organización política nacional, aparece como la opción menos traumática para Caldera.

Rafael Caldera no ha descartado la cooperación de Causa R, de cuyos dirigentes opinó durante la campaña que [illegible] gente honesta y bien [illegible]» y hasta [illegible] a afirmar que comparte algunos de sus criterios sobre las fórmulas para solucionar los principales problemas que vive el país. El presidente electo ha propuesto al país «un gobierno de unidad» que ponga énfasis en la defensa de los derechos de las grandes mayorías y en una «lucha implacable contra la corrupción», ofertas en las que ha coincidido con Andrés Velásquez, ex candidato presidencial de La Causa Radical y actual gobernador del estado de Bolívar, sede de las más importantes empresas básicas estatales. EFE

PARTIDOS POCO [illegible]

01-01

Nº DOCUMENTO 9400095
TITULO Comandante del Ejército Hugo Chávez se declaró en huelga de hambre indefinida
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE [illegible] 23/12/93
VINCULACIONES 67380.
1169
11328

El comandantte del Ejército de Venezuela, Hugo Chávez Frías, cabecilla de la frustrada intentona golpista del 4 de febrero de 1992, se declaró ayer en huelga de hambre indefinida, para exigir mejores condiciones de reclusión.

LM 23/12

Caracas (Ansa)

Chávez y otros tres oficiales detenidos en el centro penitenciario de Yare, a unos 60 kilómetros de Caracas, solicitaron la intervención de la Fiscalía General de la República y de la Iglesia Católica, para que le otorguen "un trato más humano en la cárcel".

El militar golpista declaró a una emisora local desde la cárcel que los detenidos están recibiendo un trato "peor que los presos de Juan Vicente Gómez", dictador que gobernó Venezuela por más de 36 años, a principios de este siglo.

Mientras tanto el presidente venezolano del gobierno de transición, Ramón Velásquez, firmó ayer el sobreseimiento de 20 militares vinculados al frustrado golpe de Estado del 27 de noviembre del año pasado.

Entre los militares rebeldes sobreseídos por el jefe de Estado figura el teniente coronel de la aviación Jesús Reyes Reyes, uno de los pilotos rebeldes que bombardeó objetivos civiles y militares durante la asonada.

El líder de la pasada intentona golpista, General Hugo Chávez, se declaró en huelga de hambre en demanda de mejores condiciones carcelarias.

El inspector general de las Fuerzas Armadas, general de aviación Manuel Angel Andara Clavier, informó que el sobreseimiento al oficial Reyes se debió a que tiene graves problemas con uno de sus hijos y el presidente lo incluyó por razones humanitarias.

El jefe militar anticipó que, antes del 31 de diciembre, el jefe de Estado firmará otros 20 sobreseimientos a militares vinculados con la intentona golpista del 27 de noviembre, dentro de una política de pacificación y reconciliación nacional.

En referencia a los militares exiliados en Perú, el general Andara Clavier dijo que el presidente Velásquez los invitó a regresar al país y ponerse a derecho "y quizás, puedan correr la misma suerte de sus compañeros sobreseídos hoy", concluyó.

01-01

9400095

VENEZUELA DEBE SUPLIR CON IMPUESTOS CAIDA DE INGRESOS PETROLEROS

23/12 LJ

El Presidente electo de Venezuela, Rafael Caldera, heredará una economía «agudamente afectada por un clima político adverso» que requiere de decisiones e impuestos para evitar que 1994 sea un año más aciago de lo que ha sido 1993.

Según el informe anual del Banco Central de Venezuela, Caldera, que asumirá el poder el 2 de febrero de 1994, debe tomar por las astas al toro del déficit, que amenaza con quedar fuera de control si la recaudación no aumenta, la privitación se para y se mantienen los subsidios al sector público.

La economía venezolana, según cálculos preliminares, tuvo una recesión del 1 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB), sobre todo lastrada por la reducción del ingreso petrolero, la actividad principal del país, y por el debilitamiento del sector privado.

Venezuela llegó a cubrir en años pasados el 70 por ciento del gasto público con las exportaciones de crudo, pero actualmente no llega para pagar el 40 por ciento como consecuencia de la caída del precio internacional del petróleo.

La inflación fue en 1993, según esas mismas cifras, del 46 por ciento, superior a la esperada y sin precedentes, salvo el 81 por ciento registrado en el año atípico de 1989

Entre otros factores, la inflación fue estimulada por el desequilibrio de las finanzas públicas y las restricciones de caja que repercutieron en un atraso de pagos al sector privado de unos 2.000 millones de dólares que tuvieron que ser refinanciados.

La entrada parcial en vigencia, para mayoristas, del Impuesto sobre el Valor Añadido (IVA), en octubre, tuvo una repercusión moderada en la inflación del últimos trimestre, según el Banco Central de Venezuela.

El déficit público alcanzó una «tasa excesiva» del 3,5 por ciento del PIB y, si bien fue levemente inferior al de 1992, se duplicaría en 1994, si el nuevo gobierno no realiza agresivas reformas para disminuirlo al nivel manejable del 2 por ciento.

Las Reservas Internacionales disponibles alcanzan una «sólida posición» de unos 12.500 millones de dólares, que constituyen «un aporte significativo» a la política de estabilización que «tendrá que aplicar» el nuevo gobierno.

La balanza de pagos cierra en una posición «relativamente favorable», con un déficit en la cuenta corriente de unos 1.800 millones de dólares, menos de la mitad que en 1992, mientras que el movimiento neto de capitales en el sector privado refleja un superávit de 751 millones de dólares.

El resultado de la economía venezolana en 1993, según el Banco Central, indica la necesidad de «abatir la inflación y crear un clima favorable a las inversiones» que «revierta la expectativa negativa de los agentes económicos y reoriente la dinámica de formación de precios en los mercados».

Para ello el nuevo Gobierno de Caldera debe adoptar «medidas integrales» contra la inflación y dar señales «claras y precisas» de su voluntad para lograr el equilibrio fiscal y para estimular la productividad.

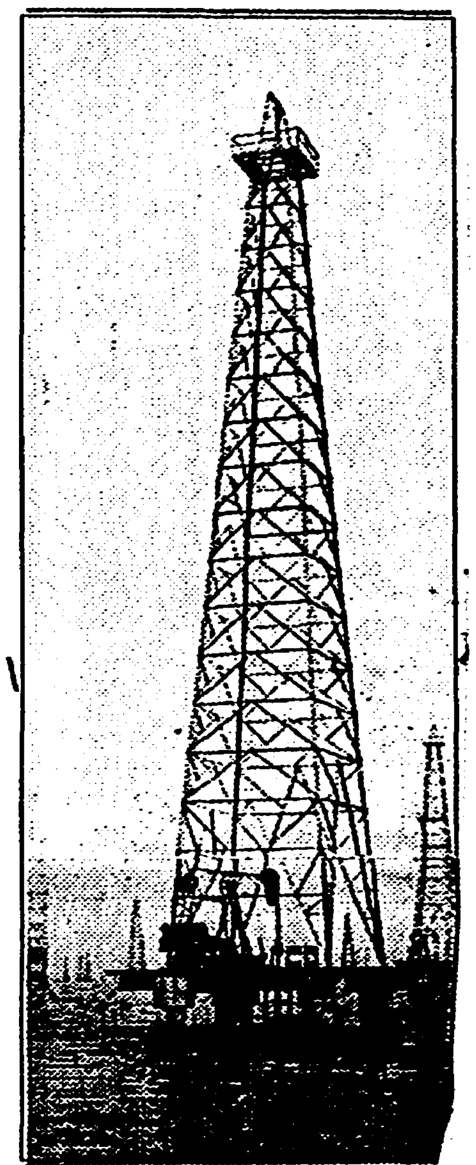
El Banco Central recomendó que Caldera combata con decisión el desequilibrio fiscal teniendo en cuenta que, con el ingreso petrolero reducido al 40 por ciento o menos, se deben buscar una fuente alternativa financiera en los impuestos, a los que el país no está acostumbrado.

Sin citarlo expresamente, el Banco Central se inclinó por mantener el IVA, que entrará plenamente en vigor el próximo primero de enero, aunque Caldera anunció que pretende liquidarlo.

Además, recomendó al nuevo gobernante que adopte «una política clara de privaticiones» para eliminar la ineficiencia del sector público, que requirió en 1993 de una inyección de capitales de unos 1.000 millones de dólares.

Según el Banco Central, el déficit financiero del sector público en 1993 no debe superar el 2 por ciento del PIB para poder lograr en un plazo de 3 años un superávit moderado, con los que se logrará transmitir «un mensaje firme a los agentes económicos».

El Banco Central dijo



implícitamente que el mundo apunta a la libertad económica y que Venezuela se queda al margen de esa tendencia generalizada, paga las consecuencias.-

(efe)

01-01

9400096

Economía venezolana al borde de hiperinflación

• Si suspenden impuestos, esa será la consecuencia

El Presidente del Consejo de Economía de Venezuela, Enrique Sánchez, advirtió que el futuro Gobierno del Presidente electo Rafael Caldera enfrentará el peligro de la hiperinflación, si suprime impuestos como ha anunciado.

CARACAS (ANSA).- Sánchez afirmó que uno de los mecanismos existentes para controlar la hiperinflación es aumentar los ingresos fiscales, y ello se logra mediante la aplicación de nuevos tributos.

El Presidente del Consejo de Economía Nacional aseguró que el nuevo Gobierno no podrá suspender el Impuesto al Valor Agregado (IVA), tasa del 10 por ciento al consumo, como lo anunció el Presidente electo Caldera.

Sánchez agregó que si Venezuela no sincera el gasto público, el déficit fiscal podría ubicarse en 5.000 millones de dólares, equivalente al 7 por ciento del Producto Interno Bruto, (PIB) "y estos niveles indican que estamos bordeando la hiperinflación".

Advirtió por fin que "no traerá resultados positivos" al país llevar el tema de la deuda externa a la Corte Internacional de La Haya, como propusieron miembros del Parlamento Latinoamericano, quienes aseguraron contar con el apoyo de Caldera para denunciar la "ilegalidad" de la carga ante el tribunal.

"Si estos compromisos se contrajeron con algunos vicios, fueron subsanados con los dos procesos de renegociación del débito de la República con la banca acreedora", subrayó Sánchez.

Déficit fiscal podría llegar a U$S 5.000:

Venezuela cierra 1993 con una deuda externa de 27.300 millones de dólares y, según cronogramas de pagos suscritos por el gobierno, deberá cancelar 35.000 millones de dólares más por concepto de servicios hasta el año 2005.

Cronogramade pagos

Venezuela pagará por concepto del servicio de la deuda externa unos 35.000 millones de dólares entre 1994 y el año 2005, según compromisos contraídos por la nación.

Los años más "duros" para honrar los compromisos de la deuda externa venezolana serán 1995 y 1998, cuando el país deberá cancelar 3.000 y 4.000 millones de dólares, respectivamente.

Del monto global de la deuda venezolana, el mayor peso radicará en los pasivos que se mantienen con los organismos financieros multilaterales, compromisos bilaterales y bonos, préstamos que no pueden ser reestructurados y que representan aproximadamente el 90 por ciento de las obligaciones del país.

El cronograma de pagos de la deuda externa venezolana, según el informe del Ministerio de Hacienda (finanzas públicas), es el siguiente: 3.199 millones de dólares en 1994, 3.114 millones en 1995, 3.211 millones en 1996, 3.255 millones en 1997, 3.781 millones de dólares en 1998, 3.256 millones en 1999, 3.274 millones en el año 2000, 2.836 millones de dólares en 2001, 2.700 millones de dólares en el año 2002, 2.678 millones en 2003, 2.323 millones de dólares en 2004 y 2.060 millones de dólares en el año 2005.

27/12 LM

Nº. DOCU... 9400098.

TITULO Jean Charest electo líder del Partido Conservador.

PROCESO 1500/4

FECHA DE 16/12/93

VINCULACIONES 65456

11164

11904

Canadá 16/12 CT

NUEVO LIDER

El Partido Conservador de Canadá eligió al abogado Jean Charest, de 35 años, como su nuevo líder para rejuvenecer la organización, que sufrió la mayor derrota en la historia política del país en las elecciones de octubre pasado.

Ex viceprimer ministro de la provincia francófona de Quebec, Charest está considerado como parte de la nueva generación de políticos conservadores y sustituye a Kim Campbell que dimitió hace dos días por motivos de la derrota electoral.

01-01

9400098

1/2

0029401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 03 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.002/03/ I /94.-SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 39 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

RESERVADO

(DM/gri)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO SALINAS

Jefe de la Secretaría

de Inteligencia Naval

0029401 a 02.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 5/1/94
N. 005

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 ENE. 1994
Pase a Antecedentes
Nº. de Orden 9400101

4/I/94
SID
9400101

001/002

03746
0029402.-

ABAD FERNANDEZ LIRA ISABEL 041236 C.L. A.PARIENTE 457(R.BRANCO)
[illegible]
[illegible]/01/94

Rueptev

APELLIDOS	NOMBRES	[illegible] - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ABAD FERNANDEZ (F/R Sust.)	LIRA ISABEL	041236 C.L.			A.PARIENTE 457(R.BRANCO)
[illegible] 0	[illegible]	031046 A.G.	3.422.879-3	ICD 6237	PANDO 1147 (BELLA UNION)
[illegible] 0	ANGEL		3.601.373-4	COB 2615	CALLE S/N(MALDONADO)
[illegible] 0	MARIA LILIAN	211075 LAV.	4.164.910-0	DAA 52175	CALLE S/N(MALDONADO)
CARRERA 0	JUAN ANTONI	091257 FLORIDA			CASAGRANDE 880(MERCEDES)
[illegible] 0	[illegible]	300626 FLORIDA	.703.626-0	[illegible]	J.ROLDOS Y PONS 3991
CABRERA FERRARI 0	ELIDA LAURA	010934 CAN.	.833.385-6		CASAGRANDE 880(MERCEDES)
[illegible] 0	[illegible] Y ROCIO	170483 MDEO.	4.047.992-7	DEG 1299	ROXLO Y TRELLES (PLAYA PASCUAL
[illegible] CABRERA 0	NELSON	081274 MDEO.	2.936.424-3	BBA 41425	J.ROLDOS Y PONS 3991
[illegible] 0	[illegible]	030730 MDEO.		BAB 10589	J.ROLDOS Y PONS 3991
[illegible] CARRILLO 0	VIRGINIA ROCIO	171074	3.712.798-3	CGA 2014	ROXLO Y TRELLES (PLAYA PASCUAL
[illegible] 0	[illegible]	180186 MDEO.	3.337.004-6	BFB 1781	ROXLO Y TRELLES (PLAYA PASCUAL
[illegible] 0	[illegible]	240156 ROCHA	[illegible]-4		ELISEO MARZOL 288(ROCHA)
[illegible] 0	[illegible] DE LOS ANGELES		[illegible]-5	[illegible]	
DIAZ DIAZ 0	RAFAEL MIGUEL	221274 MDEO.	3.799.748-0		
[illegible] 0	[illegible]	[illegible] MDEO.	[illegible]-0	BOB 17735	
[illegible] 0	JULIO CESAR		1.562.003-1	BOB 34372	
[illegible] 0	[illegible]	[illegible] MDEO.	[illegible]-1	[illegible]	
[illegible] 0	MARIA DEL CARMEN	090643 LAV.	[illegible]-3	BUS 475	CALLE S/N(MALDONADO) (todo otro.)
[illegible] 0	[illegible]	[illegible] CAN.	[illegible]-1	[illegible]	CASAGRANDE 880(MERCEDES)
[illegible] 0	[illegible] MARTIN	260875 MDEO.	[illegible]-1	ICB 51290	
[illegible] (F/R)	[illegible]				
[illegible] 0	DORA MARY	200446 DUR.	1.365.777-7	BBB 17880	MASOLLER 4949
[illegible] 0	[illegible]				
[illegible] SILVA 0	MARIA DORIS	221063 MDEO.	2.505.565-6	AZA 36540	
[illegible] 0	ALEJANDRO	140774 ART.	3.880.217-8	ICD 18277	PANDO 1147 (BELLA UNION)
[illegible] OLIVERA 0	VICTOR FREDDY	260772 TBO.	3.914.460-9		
[illegible] 0	[illegible]	261076 MDEO.	3.276.360-6	BAA 36503	B.ESTRAGOSO 1420 BIS
[illegible] 0	[illegible]	021071	4.217.312-8	EAA 47340	SARANDI 213 BIS (ROCHA)
[illegible] 0	[illegible] CRISTINA	071249	3.702.597-2	CAA 3622	SARANDI 213 BIS (ROCHA)
[illegible] 0	[illegible]	260873 ROCHA	[illegible]-0	CAA 45530	ELISEO MARZOL 288(ROCHA)
[illegible]	[illegible]	070175 S.L.	3.713.858-5		A.PARIENTE 457(R.BRANCO)
[illegible] (F/R SIST.)	[illegible]	110734 S.L.			A.PARIENTE 457(R.BRANCO)
[illegible] 0	[illegible]	280644 S.J.	[illegible]-7	DBE 803	DI MARTINO 809(SAN JOSE)
[illegible] (F/R)	SANDRA VIRGINIA	041068 MDEO.	[illegible]-4	[illegible]	MASOLLER 4949
[illegible]	[illegible]	[illegible] DUR.	1.276.584-8	BOB 17869	MASOLLER 4949
[illegible] 0	[illegible]	260343	[illegible]-5	AZA 38364	B.ESTRAGOSO 1420 BIS
[illegible] F/R	[illegible]		1.802.734-3	BOA 22400	
[illegible] 0	[illegible]	[illegible] S.J.	[illegible]-2	DBB 5509	DI MARTINO 809(SAN JOSE)

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	04ENE94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 03/94		

I.- FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 17ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 5/1/94
N° 007

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 05 ENE. 1994
Pase a Antecedentes
N°. de Orden 9400104

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA:

El Jefe del DptoII(Inf) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel Franklin W.Fernández

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. ESTADO MAYOR DEPARTAMENTO II República O. del Uruguay

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPTO.
Fecha 5/I/94
SDI
Clasificación 9400104

N°. 001/011

RESERVADO

RESERVADO Montevideo, 3 de Enero de 1994.-

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.

1.-ALFARO, JOSE ALBERTO. Sanitario.

Fecha y lugar de nacimiento: 2/2/1955

C.I. 3.025.418/4

C.C. CJA 15.021 traslado BNB 39.824

Domicilio actual: Méndez Nuñez S/N

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

Nombre de la madre: Ermeninda Alfaro (Fallecida)

Nombre del cónyuge: María Cristina Igini

2.-BALLESTRINO RICHERO, MARIA CLAUDIA. (F/R) Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 15/8/1969 Montevideo

C.I. 2.853.135/8

C.C. CME 3960

Domicilio actual: Ruta 8 Km.28.200 Cno.Helguera Villa Anita M.B S.19 Pueblo Cap.Artigas-Canelones-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Pablo Daniel Ballestrino Vigil Militar(R)

Nombre de la madre: María Rosa Richero Cardone

Nombre del cónyuge:

3.-BENTANCOR SOSA, FANNY JACKELINE. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 6/3/1970 Canelones

C.I. 3.884.628/6

C.C. CDA 68.986

Domicilio actual: Paraguay N° 87 -Las Piedras-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Hugo Roberto Bentancor Barreto (F/R)

Nombre de la madre: Reina Edilma Sosa Sosa

Nombre del cónyuge: Alexandro Wellington Pimentel

002 -9400104

RESERVADO

4.-BERDIA SUAREZ, ANA MARIA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 7/12/1959 Río Branco

C.I. 3.553.250/1

C.C. GDA 9395 traslado CMF 5701

Domicilio actual: Buschental 369 San José de Carrasco -Canelones-

Domicilio anterior: Quijote 2561

Nombre del padre:

Nombre de la madre: Enilda Suarez Bentancort

Nombre del cónyuge: Prospero Germán Legelen Sappia Militar

5.-BORRAZAS FUENTES, GRACIELA DEL CARMEN. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 6/11/1970 Montevideo

C.I. 3.049.526/9

C.C. BDA 83.250

Domicilio actual: Carreras Nacionales 3543

Domicilio anterior: Jaime Roldos y Pons 3970/3

Nombre del padre: Ruben Ramon Borrazas Pintos

Nombre de la madre: Marys Irma Fuentes Correa (FIR)

Nombre del cónyuge:

6.-CASTRO VILA, SILVIA VERONICA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 9/3/1972 Montevideo

C.I. 1.840.839/1

C.C. BAB 52.011

Domicilio actual: Tomás Gomez 3672

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Rodolfo Castro Agrelo

Nombre de la madre: María Vila Regueira

Nombre del cónyuge:

7.-COMPIANI HERNANDEZ, ZULMA YRMA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 13/1/1968 Montevideo

C.I. 1.857.043/3

C.C. CEA 23.446

Domicilio actual: 28 de Febrero 382 -La Paz-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Delmo Compiani Voloni (Fallecido)

Nombre de la madre: Zulma Esther Hernández Hernández

Nombre del cónyuge: Patricio Daniel Cilleruelo Vasconi

8.-MARTINEZ SANCHEZ, DANIELA LEONOR Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 18/12/1969 Santa Rosa

C.I. 2.833.067/3

C.C.CQA 11.114

Domicilio actual: Larrañaga S/N -Suarez-

Domicilio anterior: China 1770

Nombre del padre: Francisco Horacio Martínez Fernández

Nombre de la madre: Lydia Nancy Sánchez Cabrera

Nombre del cónyuge: Andrés Jesús Trujillo Mazzoni F/R

9.-GARCILASO MARTINEZ, GABRIELA GISELL. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 25/7/1974 Salto

C.I. 3.178.043/9

C.C. BDB 61.360

Domicilio actual: Dr.Capdehourat 2462

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Remigio Garcilaso Alfonso 682112

Nombre de la madre: Blanca Graciela Martínez F/R

Nombre del cónyuge:

10.- ELISSALDE DURAN, MARIA DE LAS MERCEDES.- ADM.-

Fecha y lugar de nacimiento: 27-01-73 Montevideo.-

C.I. 3.449.755.6.

C.C. AXB 30599.-

Domicilio actual: Gabriela Mistral 2304.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Mario Alberto Elissalde Leites

Nombre de la madre: Haydee Mercedes Durán.-

Nombre del cónyuge:

11.- GIMENEZ TUR, ARNALDO FABIO.- Aux.Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 26-1-1974 YOUG.-

C.I. 3.323.759.7.-

C.C. LBD 8753.-

Domicilio actual: Río Branco 1542.-

Domicilio anterior: Martiriné 1880 Youg

Nombre del padre: Luis Gimenez Modernell.- 1940378

Nombre de la madre: Ema Isabel Tur Pesce.-

Nombre del cónyuge:

12.-GUICHON NIELL, VANESSA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 13.4.1969 Paysandú.-

C.I. 3.880.659.1.

C.C. BAB 48.838.-

Domicilio actual: E. Acevedo 1291- 101

Domicilio anterior: Cno. Carrasco 4680 Block.D/508.-

Nombre del padre: Ramón Alcides Guichon Picos.-

Nombre de la madre: Sofía Lourdes Niell Urruty.-

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

13.- GAMARRA de ARMAS, NELYS MIRIAM. Aux. Enf..

Fecha y lugar de nacimiento: 23.10.1965 Treinta y Tres.-

C.I. 3.853.972.8.-

C.C. FEF 5964.-

Domicilio actual: Menorca 2094

Domicilio anterior: Zelmar Michelini entre Canelones y Maldonado (Pensión

Nombre del padre: Teófilo Javier Gamarra Sorribas.- F/R

Nombre de la madre: Nelys Dorila de Armas Lucas.-0

Nombre del cónyuge:

14.- KOSER SCHINNER, ELIZABETH MARIA.-.Aux. Enfer. F/R

Fecha y lugar de nacimiento: 19-10-1955 Montevideo.-

C.I. 1.389.382.4.-

C.C. BMB 22.270.-

Domicilio actual: Julio César Gravert 3243-3245.-

Domicilio anterior: Marcelino Sosa 2825.-

Nombre del padre: Johann Koser Pompe.-0

Nombre de la madre: Frieda Schinner Fladel0

Nombre del cónyuge: Gualberto Etchart Casella.0-

15.- LIMA, WASHINGTON CARLOS.0- Aux. Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 28.8.1967 Montevideo.-

C.I. 3.147.651.9.-

C.C. BCB 41.344

Domicilio actual: Colonia Nicolich Ruta 102 Km. 24.500.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

Nombre de la madre: Liria Lima0.-

Nombre del cónyuge:

16.-LOURIDO PACHECO, ROSANA ESTELA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 6/6/1972 Montevideo

C.I. 1.979. 572/9

C.C. BMB 27.903

Domicilio actual: José L.Terra 3485

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Faustino Lourido Reboredo (Fallecido)

Nombre de la madre: Marta Elena Pacheco Gaitan

Nombre del cónyuge:.

17.-MAFFEI ARRILLAGA, MARIA CRISTINA. Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 8/6/1967 Montevideo

C.I. 1.549.035/9

C.C. BBB 39.209

Domicilio actual: Famailla 3398/001

Domicilio anterior: 8 de Octubre 3329/406

Nombre del padre: Julio César Maffei Morlán

Nombre de la madre: Blanca Renée Arrillaga Oronoz

Nombre del cónyuge: Carlos Alberto Fuentes Silvera F/R

18.-MARTINEZ LUZARDO, MARIELA ELIZABETH. Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 25/5/1969 Soriano

C.I. 3.034.015/9

C.C. MAA 56.873

Domicilio actual: Aparicio Sarabia 3517/2

Domicilio anterior: Ramos 4320 -Buseo-

Nombre del padre: Martín Luis Martínez Mesa

Nombre de la madre: María Noelia Luzardo Bilat

Nombre del cónyuge: Julio César Huerta Lima Militar

19.-MARTINEZ NUÑEZ, MARIA DEL ROSARIO. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 8/1/1973 Florida

C.I. 3.504.085/7

C.C. QHF 3525

Domicilio actual: Manuel Calleros S/N -Florida-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Victor Zelmar Martínez Bessia (Fallecido)

Nombre de la madre: María Angélica Nuñez Paz

Nombre del cónyuge:

20.-MELIANTE DIAZ, MARTA RAQUEL. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 25/10/1958 Montevideo

C.I. 1.361.832/1

C.C. BCA 61.680

Domicilio actual: Berlin 3463

Domicilio anterior: Tillaut 1385

Nombre del padre: Walter Luis Meliante Díaz

Nombre de la madre: Teresa Mabel Díaz (Fallecida)

Nombre del cónyuge: Héctor Hugo Rivero FIR

21.-MENDEZ GAMALLO, RODOLFO. Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 11/9/1970 Montevideo

C.I. 2.672.063/2

C.C. BDA 88.400

Domicilio actual: Alsacia 3811

Domicilio anterior: Haig 4134

Nombre del padre: Vicente Mendez Muniz FIR

Nombre de la madre: Nelly Gamallo Andrada

Nombre del cónyuge: Silvia Rosalía Suarez Mercadal

2 2-OLIVERA PERDOMO, NELIDA GLORIS. Dietista.

Fecha y lugar de nacimiento: 11/3/1945 Cerro Largo

C.I. 3.700.606/1

C.C. GBC 8220 traslado BLB 33.477

Domicilio actual: Emilio Raña 2475 Bis Ap.001

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Dreyfus Amado Olivera Antunez Militar(R)

Nombre de la madre: Aracelia Perdomo Muniz

Nombre del cónyuge:

2 3 -PECHI PEDROZO, EVA ANTONIA Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 3/5/1961 Tacuarembó

C.I. 3.427.355/0

C.C. AQB 8075

Domicilio actual: Juan Paullier 1008

Domicilio anterior: Dr.Duvimioso Terra 1220/31

Nombre del padre: Mario Alberto Pechi (Fallecido)

Nombre de la madre: Carmen Pedroso

Nombre del cónyuge:

2 4.-PEREZ CASURIAGA, ELENA,GRACIANA. F/R Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 6/10/1959 Tacuarembó

C.I. 2.879.885/3

C.C. TFD 18.619

Domicilio actual: Galicia 1326/7

Domicilio anterior: Gral.Artigas 451 -Paso de los Toros-

Nombre del padre: Ernesto Eduardo Perez Zaugg F/R

Nombre de la madre: Nilda Estela Casuriaga

Nombre del cónyuge: William Noe Gonzalez Merlano F/R

25.-PLADA TRINIDAD,MARIA PATRICIA. Aux.de Enfermería.
Fecha y lugar de nacimiento: 2/6/1972 Maldonado
C.I. 3.455.678/4
C.C. DBA 27.944
Domicilio actual: 2 de Mayo 1425 Ap.2
Domicilio anterior: Minesota 2002
Nombre del padre: Yers Pablo Plada Guadalupe
Nombre de la madre: María Cristina Trinidad Batista F/R
Nombre del cónyuge:

26.-RODRIGUEZ BARBOSA, PAULA ANDREA. Aux.de Enfermería.
Fecha y lugar de nacimiento: 26/2/1973 Montevideo
C.I. 3.379.751/7
C.C. BVA 38.677
Domicilio actual: Vicente Basagoiti 4472
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Sadot Rodriguez Larramendi
Nombre de la madre: Ana María Barbosa Rifas F/R
Nombre del cónyuge:

27.-SANSONE ROSSEL, MARIA FERNANDA. Aux.de Enfermería.
Fecha y lugar de nacimiento: 20/3/1970 Montevideo
C.I. 2.915.607/8
C.C. BGA 0060
Domicilio actual: Pedernal 2032
Domicilio anterior:
Nombre del padre: Bosco Edunio Sansone Albarenque
Nombre de la madre: María Mercedes Rossel Mallo F/R
Nombre del cónyuge:

28.-SIERRA RUIZ, CLAUDIA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 16/3/1972 Florida

C.I. 3.272.556/7

C.C QAA 46.074

Domicilio actual: Joaquín Campana 2808 Ap.2

Domicilio anterior: Arenal Grande 1336

Nombre del padre: Antonio María Sierra Plácido F/R

Nombre de la madre: Amalia Margot Ruiz Bruno F/R

Nombre del cónyuge:

29.-TARRECH MINTEGUI, MARIA ALEXANDRA Farmaceutica.

Fecha y lugar de nacimiento: Móntevídeo

C.I. 1.734.266/9

C.C. BCC 6675

Domicilio actual: María Espínola 1618

Domicilio anterior: Rambla O'Higgins 4727/501

Nombre del padre: Hugo Tarrech Perez Militar(R)

Nombre de la madre: Nora Miryam Mintegui Melesi

Nombre del cónyuge:

30.-CARLON, ANGELA YANAINA Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 9/5/1970 Rocha

C.I. 2.940.788/5

C.C. EDC 14.926

Domicilio actual: Magallanes 1444/201

Domicilio anterior:

Nombre del padre: (ADOPTIVO) Emeterio Carrero Campos (Fallecido)

Nombre de la madre: (ADOPTIVA) Pura Massiotti Rodriguez

Nombre del cónyuge:

31.-DIAZ LARRAÑAGA, FREDDY. Sanitario.

Fecha y lugar de nacimiento: 15/7/1957 Toledo

C.I. 1.702.756/0

C.C. CQB 3957

Domicilio actual: Luis Alberto de Herrera 1230-Toledo-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Teodoro Ramón Díaz Marrero

Nombre de la madre: Sara Larrañaga (Fallecida)

Nombre del cónyuge: Ada Marisella Salemme

1/13

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
070830ENERO94

M E M O R A N D U M Nro. 001/94.

E V A L U A C I O N : A-2

R E F E R E N T E A : CONCEJOS VECINALES-IMM.

T E X T O : Se adjunta información de prensa sobre elecciones en Concejos Vecinales, impulsadas por la I.M.M.

DISTRIBUCION: Original: BIOGRAFICO

El Jefe de Biográfico y Antecedentes del Dpto.I

CAPITAN

NORBERTO DEVINCENSI.

001/13.

001/013

EL 21, TABARE VAZQUEZ INSTALARA EN LA EXPLANADA A TODAS LAS JUNTAS LOCALES

El martes 21 de los corrientes, en un acto que se proyecta cumplir en la Explanada Municipal a las 19 horas, el Intendente Vázquez proclamará electos por las respectivas colectividades políticas a los 90 integrantes de las Juntas Locales, organismos políticos de la descentralización.

LA INTEGRACION

De acuerdo al mecanismo de «tres y dos», tres miembros del oficialismo y dos de la oposición, el Frente Amplio c[illegible]á con 54 ediles locales, y con 36 la oposición. De estos últimos, quince serán colorados, todos de la 15, al negarse a participar del proceso el Foro, UCB y 94; 14 blancos -seis herreristas, cinco del Movimiento Nacional de Rocha y tres de RENOVI) y siete del Nuevo Espacio -seis del PGP y uno del PDC-.

Asimismo, dentro del Frente Amplio, y según los comicios reali[illegible]s a fines de setiembre último -con voto secreto y adhesión simultánea-, 21 ediles locales pertenecen al Partido Comunista, 11 al P. Socialista, otros 11 son independientes; tres a Convocatoria (ex PCU, «renovadores»). 3 al Movimiento de Participación Popular (PVP, MLN, PST e independientes); tres a Vertiente Artiguista, uno a la Corriente Popular y uno es un «ex PCU no alineado».

LA NOMINA COMPLETA

Estos son los vecinos montevideanos que serán proclamados el 21:

COMISION DELEGADA 1 (CIUDAD VIEJA, CENTRO): Haydee Ballesteros, Raúl Sastre y Raúl Camacho (FA); Irma Núñez De Belo (15); falta designar un delegado nacionalista.

COMISION DELEGADA 2 (CORDON): Rolando Vieira, María Vieira, María N. Iriarte (FA); Margarita Fontán Stewart (15) y Martín Apezech (PGP)

COMISION DELEGADA 3 (GOES): Calixto González, Julio Schiavone y Graciela Ruggiero (FA); Ing. Civil Gustavo Martínez Rimoldi (15) y Bedulia Jorge (PN)

COMISION DELEGADA 4 (BLANQUEADA): Sergio Tomasso, Ever Irisity y Mario Lecomte (FA); Daniel Rossi (15) y Leandro Balboa Barrios (PN).

COMISION DELEGADA 5 (POCITOS): Hernán Castro, Graciela Rodríguez y Susana Jaureguy (FA); Dr. Israel Bergstein Wolson (15) y Susana Marquisá (PGP).

JUNTA LOCAL 6 (UNION): Joan Abenente, Carmen Cambón y Jorge Muvich (FA); Daniel Ordóñez (15) y Esteban Jardín (PN)

COMISION DELEGADA 7 (MALVIN): Susana Ibarburu, Luis A. Abete y Hugo Rodríguez (FA); Claudio Olmedo (15) y José Alvez (PN).

JUNTA LOCAL 8 (CARRASCO): Alberto Muniz, Joaquín Beraza y Olvaldo Alvarez (FA); Juan Pedro Pereyra (PN) y Rafael Martínez (PGP).

JUNTA LOCAL 9 (MAROÑAS): Juan Martínez, Juan Berdun y Donato Riera (FA); Alberto Sánchez Silva (15) y Heber Tapié (PN).

JUNTA LOCAL 10 (PIEDRAS BLANCAS): Cipriano Alamo, María Bouvet y Oscar Ortiz (FA); Juan H. Iribarne Umpiérrez (PC) y Wilson Biniel (PN).

JUNTA LOCAL 11 (MANGA): Leontina Constantino, Nelson Gómez y Oscar Bounadi (FA); Juan O. Ferro Schinca (15) y Carmen García (PN).

JUNTA LOCAL 12 (COLON): Francisco Maiorana, Ana Nochetti y Juan C. Mancassola (FA); Pablo Pereyra Ayala (15) y Julio Valdivia (PGP).

JUNTA LOCAL 13 (SAYAGO): Nelli Devechi, Roberto Burmida y Eduardo Farías (FA); Mirta L. Rodríguez Paz (15) y Mario Failde (PN)

JUNTA LOCAL 14 (LA TEJA): Julio Listre, Juan Padrós y Manuel Soroe (FA); Francisco Berriel (15) y el Dr. Elbio Machado (PGP)

COMISION DELEGADA 15 (CAPURRO): Luis Facio, Sylvia Pereyra y Raúl González (FA); Marcelo Martín (PN) y Radamés Buffa (PGP).

COMISION DELEGADA 16 (CASAVALLE): Araceli González, Jorge Rosella y Diana Fosalba (FA); Silver Estévez Rodríguez (15) y Estela López (PN)

JUNTA LOCAL 17 (CERRO): Ruben Abeiro, Héctor Giacoboni y Alicia Sapin (FA); Máximo Dacha (15) y Enrique González Garín (PN).

JUNTA LOCAL 18 (PASO DE LA ARENA): Casiano Andined, Hugo Coitiño y René da Silveira (FA); Juan Angel Techera (PN) y Orlando Anifonis (PDC).

LA ENTREGA

La lista completa de los ediles locales -sólo falta la designación de un delegado blanco en el CCZ 1- fue entregada por el presidente de la Comisión Mixta sobre descentralización -que integran ediles de todos los partidos y jerarcas municipales- Juan Dialakis al Intendente (interino) dr. Tabaré González. Dialakis señaló, en dicho acto, que «la descentralización es un paso hacia una democracia más participativa, un paso de siete leguas, que sólo tiene antecedentes en nuestro país los cabildos artiguistas; y estamos caminando hacia una mayor diseminación del poder, en un salto de calidad, no sólo de cantidad, que permitirá que los que hasta ahora sólo podían ser peticionantes, los vecinos, sean estadistas, gobernantes que decidan, ejecuten y controlen; tendremos, en una expresión, a los vecinos gobernando, y de esa manera toda fuerza política que detente el poder ya no gobernará sola, deberá gobernar con todos».

Dialakis insistió en que la primera medida de las Juntas Locales -que se instalarán fuera de la zona urbana, siguiendo la Constitución- y las Comisiones delegadas -designadas por el intendente dentro de la zona urbana, de acuerdo a sus potestades- deberá convocar a los Concejos Vecinales, que serán los órganos sociales de la descentralización, y que ya fueron electos en cada CCZ.

Ultima Noticia. 11/12/93

002

9400

El próximo 21 en la Explanada Municipal se realizará un acto único donde quedarán instalados los gobiernos zonales de la capital

La Lista 15, representando al Partido Colorado, designó la totalidad de los ediles que integrarán Juntas Locales

■ Fue presentada ayer la lista de ediles locales colorados al intendente interino de Montevideo, Tabaré González. Con esto, se completa la conformación de las juntas locales y comisiones delegadas, lo que a su vez permitirá la instalación de los concejos vecinales recientemente electos.

El resultado de la elección de concejales, precisamente, ingresaría hoy en la Junta Departamental. Se espera que a principios de la semana que viene la Intendencia mande las propuestas para integrar las juntas locales, de acuerdo a las listas que presentaron todos los partidos. Esta lista deberá ser aprobada formalmente por la Junta, lo que [illegible]blemente se haga en una [illegible] extraordinaria. Luego, el [illegible]te investirá las once juntas locales y siete comisiones especiales (de la zona más céntrica), que —a su vez— investirán a los 18 concejos vecinales.

La Intendencia prepara una gran fiesta con motivo de la instalación del nuevo esquema de descentralización, que tendrá lugar el día 21 de diciembre, en la explanada municipal, con participación de números artísticos.

JORGE BATLLE: ACTITUD CONSTRUCTIVA

Los cargos de ediles locales e integrantes del comisiones especiales que le correspondían al Partido Colorado, serán ocupados por partidarios de la Lista 15, dado que los demás sectores no los han aceptado.

La edila Cristina Ferro (Lista 15) explicó que "estos nombres que hemos presentado, son la concreción de lo que plasmó cuando la Lista 15 votó en la Junta Departamental la creación de las juntas locales, en el entendido de que esta referencia local del poder político va a ser beneficioso para elevar el nivel de vida de los vecinos de los barrios de Montevideo. Esto dará oportunidad a que la gente se acerque a la acción de gobierno".

"Los compañeros de la Lista 15 harán allí sus aportes en pro de los vecinos de Montevideo, con un espíritu de obra, positivo. En pro, no en contra de nada. No van a trabajar para trabar iniciativas, sino que apoyarán las mejores soluciones para la zona y presentarán sus iniciativas en ese sentido", explicó Ferro. "Al igual que los quincistas en la Junta Departamental y a nivel nacional, aportarán para hacer un gobierno entre todos y para todos".

"El doctor (Jorge) Batlle reunió a todos los futuros ediles locales e integrantes de comisiones delegadas en la Casa del Partido, el pasado martes —explicó la edila—. En su alocución, habló precisamente de estas cosas, del espíritu de la Lista 15 al asumir esta representación."

"Dijo que la 15 está identificada con este proceso de descentralización porque acerca el poder a la gente y permite que la gente se integre", recalcó Ferro.

El martes quedó fijado un calendario de trabajo para que los ediles locales y los departamentales de la 15 se mantengan en contacto. Además, a cada edil local se le entregó una carpeta con material informativo básico.

"Son unas 60 personas, pero además, la 15 conformará equipos de cuatro personas para trabajar en aquellas zonas en que no tiene representación, para que se mantengan en contacto y acerquen sus aportes e ideas". Se trata de aquellas zonas en que los cargos opositores están ocupados por blancos y nuevoespacistas.

Cosultada sobre el perfil de los nuevos ediles locales colorados, Ferro dijo que en general "es gente que tiene interés en los asuntos barriales. No se eligió en particular a jóvenes, o a mujeres, o a viejos dirigentes, ni a gente de mediana edad. Se buscó llevar a las juntas a personas consustanciadas con los problemas locales. Muchos de ellos ya trabajan en comisiones vecinales; otros, son jóvenes interesados por esta forma nueva de hacer política. Las juntas locales no son nuevas en nuestro ordenamiento jurídico, pero sí lo es para los jóvenes esta forma de estar directamente junto a la gente", concluyó Ferro.

LISTA DE COLORADOS

A la comisión especial 1 (Centro), fueron designados Irma Núñez de Bello (titular) y Elbio Manuel Lagoa, Mariela Leticia Milano y Adoración Tessore (suplentes). A la 2 (Cordón) Margarita Fontán Stewart y Julio María Islas, Raquel Batista y Alvaro Adhemir Salas Gularte. A la 3 (Goes) el ingeniero Gustavo Martínez Rimoldi y José Mario Rasso, Mirtha Lacoste y Alberto Martínez. A la 4 (Tres Cruces) Daniel Rossi y María Julia Yannotti, Ana Luisa Montelongo y María Fernanda Gaimari. A la 5 (Pocitos), doctor Israel Barpstein y Marta Amestoy, escribano Alicia Postiglioni y Carlos Gelvez. A la 16 (Capurro), Silver Estévez y Rodolfo Antuña, Jorge Berracochea y Elsa Rodríguez.

En cuanto a las juntas locales, a la 6 (Unión) fueron designados Daniel Ordóñez (titular) y Jorge Yadala, Rudy Lima y Florencio Roldán (suplentes). A la 7 (Malvín), Claudio Olmedo e ingeniero agrónomo Joaquín Carbonell, Sandra Nion y doctor Ruben Avcharián. Zona 9 (Maroñas), Alberto Sánchez Silva y Walter Gómez, Adriana Miranda y Marta D'Alessandro. A la 10 (Piedras Blancas) Juan Iribarne y Nelson Silveira, María Inés Techera y Sylvia Sarmiento Iribarne. A la 11 (Cerrito), Juan O. Ferro Schinca y Arturo Laviña, Gustavo Rojo y Renée Angelieri. A la 12 (Colón), Pablo Pereyra, Héctor Layácano, Pedro Carbone y Pablo Bertinat. A la 13 (Sayago), Mirta Lilián Rodríguez y Sergio Socimaro, Walter Segundo Olmos y Amalia Mello. A la 14 (La Teja), Francisco Berriel y Lilián Vidal, Manuel Cayetano y Roberto Servía. A la 17 (Cerro), Máximo Dachs y Walter Paris, Fothios Aidópolus y Juan C. Ibáñez.

LA ROP 7/12/93

003

-9400109

El Partido Nacional también presenta sus candidatos a la Juntas Locales

Los nacionalistas se suman al Frente Amplio y Nuevo Espacio con respecto a la designación de sus integrantes para las Juntas Locales.

Queda en suspenso la posible designación de los representantes barriales del Partido Colorado, que al cierre de esta edición aún no ha difundido su nómina.

De acuerdo con la lista presentada por el edil herrerista Gustavo Penadés al Presidente de la Comisión de Descentralización, edil Juan Diakakis el pasado 3 de diciembre, los postulados son:

Zona 13: Mario Failde; zona 11, Carmen García; 8, Juan Pedro Pereyra; 10, Wilson Birriel; 18, Juan Angel Techera; 17, Enrique González Garín; 7. José Alvez; 6. Esteban Jardín y 9, Heber Tapié. En las comisiones delegadas (juntas de la zona céntrica), zona 4, Leandro Balboa; 15, Marcelo Martín; 3, Bedulio Jorge y 16, Estela López. Falta designar un titular, que será presentado a la brevedad.

Cabe recordar que los designados por el Nuevo Espacio se distribuyen 6 cargos al PGP (en los centros comunales 5, 8, 12, 13, y 15) mientras que el PDC tendrá un representante en el CCZ 18. La lista del PGP incluye a Rafael Martínez (hijo del ex senador y escritor fallecido en México, Enrique Martínez Moreno), que actuará en la Junta Local del CCZ N°8 (Carrasco), y tendrá como suplente al pastor Luis Noya.

Julio Valdivia como titular y Luis Pallas como suplente estarán en el organismo vecinal del CCZ 12 (Colón).

En el zonal 14, el doctor Elbio Carlos Machado y el arquitecto Mario Mañana serán titular y suplente respectivos.

En tanto en las comisiones especiales, por la cordonense zona 2 trabajará Martín Apezeche (suplente, Margarita Stupino). En Pocitos, zonal 5, se desempeñarán según la eventualidad, como titular, Susana Marquisá y como suplente Eve Vasconcellos.

Finalmente, en el CCZ 15, actuará Radamés Buffa y su suplente será Augusto Castagnolo.

Por su parte el Partido Demócrata Cristiano estará representado en el Centro Comunal Zonal 18 por Orlando Anilionis.

MONTEVIDEO TU CASA ULTIMAS NOTICIAS

8/12/93

004

-9400 10

RESULTADO CCZ 5

RESULTADOS CCZ 5

El Concejo Vecinal del Centro Comunal Zonal 5 quedó integrado por:

Subzona Punta Carretas: Eduardo Carrier y Serrana Auliso
Subzona Bulevar Sur: Ariel Brunet
Subzona Plaza Varela: José Bonilla
Subzona Parque Batlle: Héctor Rossier y Marcos Wolman
Subzona Belgrano: José Miguel Lorenzo
Subzona Villa Dolores: Salvador Mata y Susana Aljas
Subzona Buceo: Gloria Albano
Subzona Complejos Buceo: Ruben Ramos y M Sánchez
Subzona Puerto Buceo: Luis Colman
Subzona Pocitos Costa: Stella Evia de Caramés
Subzona Pocitos Nuevo: Ester Veiras
Subzona Pocitos Centro: Carmen Buxedas
Subzona Pocitos Costa: Alejandro Rossi
Subzona Obligado: Elbio Frade

La Juventud 24/11/93

Así estará integrado el Concejo Vecinal del CCZ 5

Subzona 1. Punta Carretas
1. Eduardo Carrier
2. Serrana Auliso
Subzona 2. Bvar. al Sur
1. Ariel Brunet
Subzona 3. Plaza Varela
1. José Bonilla
Subzona 4. Parque Batlle
1. Héctor Rossier
2. Marcos Wolman
Subzona 5. Belgrano
1. José M. Lorenzo (Lalo)
Subzona 6. Villa Dolores
1. Salvador Malta
2. Susana Aljas
Subzona 7. Buceo
1. Gloria Albano
Subzona 8 C.H. Buceo
1. Rúben Raúl Ramos
2. Myriam Sánchez
Subzona 9. Puerto Buceo
1. Luis Colman
Subzona 10. Pocitos Nuevo C.
1. Stella Evia de Caramés
Subzona 11. Pocitos N. Centro
1. Ester Veiras
Subzona 12. Pocitos Centro
1. Carmen Buxedas
Subzona 13. Pocitos Costa
1. Alejandro Rossi
Subzona 14. Obligado
1. Elbio Frade
Candidatos por Organizaciones
Eduardo Bejar, Gualberto Molas, Elene Gimenez, Oscar Fidel Castro, Pablo Notaro, Alicia Topolanski, Angélica Burgueño.

MONTEVIDEO FU CASA ÚLTIMAS NOTICIAS 29/11/93

Candidatos a Concejal por la zona 7

Subzona A Buceo - Nvo. Malvín (B.B. y Ordóñez - Av. Italia - Rbla. - Conc. del Uruguay)

1.- Acosta, Carlos Julio, 2.- Ballini, de Schwedi, Nelly, 3.- Becchino, Héctor, 4.- Borrone, Mabel, 5.- Caffa de Correa, Gladys, 6.- Camodeca Vinelli, Angelo, 7.- Cardozo, Leoncio (Heber), 8.- D'Angelo, Liliana, 9.- Fenochhi Maberino, Alba. 10.- Fernández, Fernández, Inés, 11.- Figueredo Escobar, Oscar, 12.- Illarze Castro, Sylvia I. 13.- López Fraquelli, Mercedes, 14.- Malan Carro, Walter, 15.- Martínez Sanchez, Jesús, 16.- Rodríguez Zully, 17.- Romao Waldis, Fco. Jorge, 18.- Rotunno Hernández, Jorge, 19.- Terra de Serrentino, Ma. del Carmen, 20.- Vigliola Silveira, H. Julio, 21.- Villar Vilariño, Víctor Miguel.

Subzona B Malvín Viejo (Conc. del Uruguay - Gallinal - Rambla)

22.- Acevedo, María Isabel, 23.- Arigoñ, Luis W., 24.- Avegno, María E. (Pocha), 25.- Bessio, Omar R., 26.- Bianchi, Pablo, 27.- Bordoni, Héctor, 28.- Dall'orso, Juan, 29.- González, Zully, 30.- Lorda, Carlos, 31.- Martínez, Graciela. 32.- Morales, Josefa (Fefa) 33.- Pérez, Luis, 34.- Raffo, Alberto, 35.- Rodríguez, Lerida (Teresa), 36.- Sandes, Nelson. 37.- Yorio, Robert.

Subzona C Punta Gorda (San Marino - Bolivia - Av. Italia - Gallinal - Rambla).

38.- Aguila, Clara, 39.- Barrios, Griselda, 40.- Cacciatori, Tabaré, 41.- Camara, Andrés, 42.- Campos, Alicia. 43.- Caprio, Remember, 44.- Cerpa, Antonio, 45.- Costa, Esteban, 46.- De los Santos, Delceo, 47.- Fitipaldo, Daniel, 48.- Fontenla, Washington, 49.- García, Raúl, 50.- López, Héctor, 51.- Natero, Julio, 52.- Pacheli, Rolandis (Pachi), 53.- Peirano, Aurelio, 54.- Pereira, Carlos, 55.- Perriachioni, Washington, 56.- Piriz, Julio, 57.- Portes, Zulema, 58.- Ribeiro, Edgardo, 59.- Rodríguez, Héctor, 60.- Rodríguez, Mónica, 61.- Romanos, Juan, 62.- Ruival, José Luis, 63.- Selva, José Luis (Pinocho), 64.- Schiavo, Julio, 65.- Sierra, Eduardo, 66.- Vázquez, Daniel, 67.- Ximeno de Romanos, Alba.

Locales de Votación en el CCZ 7

Buceo-Nuevo Malvín

Club Unión Atlética. Amsterdam y Velsen
Capilla Santa Elena. Rivera y Comercio
Arrascaeta y Mahoma
Comercio y Mantana
Comercio y Pérez Gomar
Biblioteca Municipal. Blixen y Alto Perú
Iglesia Metodista. Espinosa y Asamblea
Almacén de Pedro. Santana 4305

Malvín

Club Malvín - Legrand y Rivera
Pquia. Nta. Sra. de Lourdes. Rivera y Michigan
Comisión de Fomento Malvín. Aconcagua y Michigan
Club Relámpago. Rivera 4830

Punta Gorda

Colegio Sta. Rita
Gral. Paz. Fte. a Mercado Devoto
Caramurú. Fte. a Escuela 180
Palermo y Grito de Gloria

As. Cristiana de Jóvenes Este
Biblioteca Del Molino
Coop. «COVIF» calle Fpe. Cardozo
Bolivia casi esq. Av. Italia.

MONTEVIDEO
TU CASA.
24/11/93

007

-9400106

La zona Este elige concejales

En ocho subzonas se ha dividido el territorio del Centro Comunal Zonal 8, a los efectos de la elección de los delegados al Concejo Vecinal de dicha zona. Así, el próximo domingo, en 29 mesas receptoras de votos los vecinos podrán sufragar para elegir a los 30 concejales que compondrán este nuevo órgano de asesoramiento vecinal.

Desde las nueve hasta la diecisiete horas, entonces, todos aquellos vecinos mayores de 18 años, podrán sufragar en los siguientes lugares:

Lugar	Dirección
Subzona 1:	
- Cooperativa COVICRUZ	Oncativo 2288 y Of. 4
- Parroquia La Cruz	J. Agazzi y Cam. Carrasco
- Almacén «Alberto»	Diego Espinosa 2833
Subzona 2:	
- Cooperativa COVIPASO	Zum Felde 1920 A
- Club Educación Física	Pedro Cossio 2068
- Coop. «El Timón»	Cossio 2235 - Galinal 2162
- Club Social «Itú»	Pedro Cossio 2233
- Pedro Cossio 2363	
Subzona 3:	
- Garage	Oncativo 2791
- Coop. Zona 6 Policlínica	Cam. Carrasco 5391
Subzona 4:	
- Guardería Pasitos Cortos	Cambay 2539 bis.
- Policlínica Com. Fom. 24 Diciembre - Cambay	Canovas del Castillo 5049
- Coop. Mesa 1. Salón COVICO Cam. Carrasco y F. Cardozo	Cam. Carrasco y F. Cardozo Calle 7 Nº 2647
Subzona 5:	
- Coop. COVICOES. Salón	Zum Felde 2094
- Coop. Jardín de la Cruz	Zum Felde 2160
- Coop. COVISUNA 4, 5, 6	Zum Felde 2090
- Coops. Zona 3. Salón	Av. Bolivia 2551 Calles 4 y 1 (dos circuitos)
Subzona 6:	
- Club Juan Ferreira	Av. Bolivia 2278
- Coop. COVITEL Biblioteca «Durandeau»	Cont. Messina 5277
- COVITECHO. Salón	Siracusa esq. Masnou
Subzona 7:	
- Colegio Jesús María	M. Tajes y E. Bianchi
- Est. «El Tanque Sisley»	Santa Mónica y Fedra

17/11/93

008

MONTEVIDEO TU CASA

Centro Comunal Zonal N°8

- Coop. BANREP. Salón	Correa Moreno 2294
- Colegio Stella Maris	Máximo Tajes 7357
- Asoc. Civil Esperanza	Acosta y Lara 1633
- Com. Fom. Carrasco Norte	Agustín Musso 7035

Subzona 8:

- Club Náutico - Gimnasio	Rambla Rep. de México y Líbano (Sala musculación)
- Asoc. Fom. Carrasco Centro Cívico	Eduardo Couture 6493

LIMITES DE LAS DISTINTAS SUBZONAS

A su vez importa aclarar que las ocho subzonas -o circuitos electorales- han sido delimitadas de la siguiente manera:

Subzona 1: Límites - Arroyo Carrasco, Camino Carrasco, J. Agazzi, Oficial 1, Oncativo y cañada de las Canteras.

Subzona 2: Límites - Gallinal, Avenida Italia, Camino Carrasco y Zum Felde.

Subzona 3: Límites - Camino Carrasco, Agazzi, Oficial 1, Oncativo, cañada de las Canteras y Felipe Cardozo.

Subzona 4: Límites - Pantaleón Pérez Cambay, Camino Carrasco y Felipe Cardozo.

Subzona 5: Límites. Zum Felde, Camino Carrasco, Avenida Bolivia y lateral Parque Rivera.

Subzona 6: Límites - Camino Carrasco, Saldún de Rodríguez, Avenida Italia, Lateral Parque Rivera y avenida Bolivia.

Subzona 7: Límites - Camino Carrasco, Arroyo Carrasco, Avenida Italia, Saldún de Rodríguez.

Subzona 8: Límites - Arroyo Carrasco, Rambla San Marino, Avenida Bolivia y Avenida Italia.

Candidatos a Concejal

Por Subzona 1: Teresa Bermúdez, Mercedes Borges, Graciela González, Alcides Juvencio, Ana María Marabotto, Osvaldo Ramos.
Por Subzona 2: Rosario Arzaguet (Susana), Alicia Baico, Mary Figueredo, Norah A. Gómez, Carlos E. Jorge, Wilson de Laccasa, Laura Rodríguez, Mirta Tenca.
Por Subzona 3: María Ludgar, Mauro Alvarez, Hugo de la Vega, Mirtha Duarte Doh, Ignacio Dallo.
Por subzona 4: Miguel Alvarez, Dinorah Araújo, Carlos Cabeda, Amalia Laluz, Gustavo Machado, Juan Marcucci, Reyna Nogues, Juan Carlos Sibes.
Por Subzona 5: Jorge N. Blanco, Alejandro Lebas, Jorge López, Juan López, Ofelia Nogueira, Eduardo Pañella, Enrique Ramos; Antonio Reyes, Renée Roballo.
Por Subzona 6: David Walter Halegoa, Esbir Gaya, Javier Navarro, Julio Lucas, Nino Suppa, Mónica Toledo, Heber Vázquez, Alberto Ferreira.
Por Subzona 7: Alejandro Nario, Luis Cesano Marquez, Graciela Currás, Mercedes Grecco, Juan R. De León, Carlos Menezes, Ildemar Urtiaga, José Castro, José Zúñiga, Roberto García.
Por Subzona 8: Ernesto Balseiro, Jorge Basile, Ricardo Benavente, Juan Carlos Jantol, Raquel Melgarejo, Luis Odella Prior, Sergio Rígoli, Amilcar Romero.
Por Zona Tercera Edad: Alcides Airaudo, Yolanda Caetano de Busquetes, Adolfo Gunkel, Francisco Pérez.
Por Zona Jóvenes: Andrea Bayardi, Leonardo Machado, Daniel Pereyra.

MONTEVIDEO TU CASA 10/11/93

RESULTADO CENTRO COMUNAL ZONAL Nº 10

RESULTADOS EN EL CCZ 10

El Concejo Vecinal del CCZ 10, quedó integrado de la siguiente manera: Víctor Hugo Araújo, Graciela Cruz, César Durán, Ruben Durán, Omar Fernández, Angel Garrido, Hermenegildo Ustra, Néstor Hernández, Pedro Martínez, María Rosa Mota, Arazatí Nuñez, Isaías Ocampo, Mabel Protto, Luis Rodríguez, Pablo Saniana, José Silvera, Julio Tabárez, Alberto Viera (zona Piedras Blancas-Punta de Manga), Antonio Plana, Silvia Bonino, Blanca González, Jesús Asconeguy, Wilson Do Amaral, Susana Casanova, Mary De Brum, Pedro Verges, Zenobio Barrera, Daniel Raggio (zona Puntas de Manga), Luis Magrassi, Carlos Cabrera, José Traversa, Cipriano Cabrera, Juan Giordano, Hugo Carbone, Roberto Astrada, Mario Píriz, Alberto Molleri (zona rural).

El escrutinio arrojó un total de 2.785 votos, distribuídos de la siguiente manera:

Zona Manga - Piedras Blancas 1.761 votos

Zona Puntas de Manga 513 votos

Zona Rural 511 votos

LA JUVENTUD

24/11/93

Resultados de la elección en el CCZ 16

Los resultados de la elección en el zonal 16, arrojó los siguientes nombres. Concejales electos por:

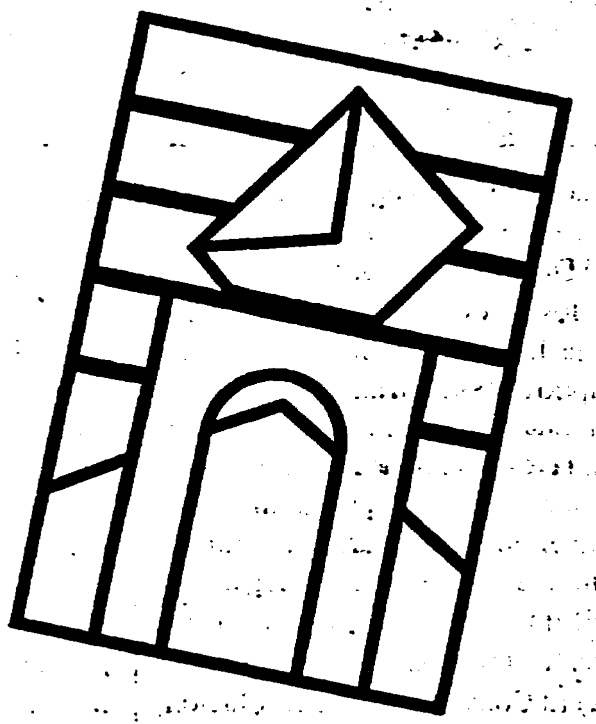
Subzona Bella Vista:
Ricardo Abeledo, Mónica Alaníz, María del Carmen Ferreira, Milka Correa, Carlos Machi y Julio Gómez.

Subzona Reducto-San Martín:
Germán Brasco, Milka Baubeta, Washington Quesada, Leonardo Cabral, Coral Curtti y Susana Nosella de Belo.

Subzona Capurro:
Luis Vargas, Alma Luz Shano, Amanda Baica, Nélida Billares, Esteban Fossatti, Luis Alberto Santana y Roberto Méndez. (Esta subzona tiene un Concejal más, por haber obtenido el mayor número de sufragios).

Subzona Prado:
Gloria Más de Ayala de Addiego, Gustavo Curbelo, Vicente Carpentieri, Miguel Alpino, Miguel Cárdenas y José Gabriel Rebellato.

El total de sufragios registrados el pasado domingo 21 en el zonal 16, fue de 1.820 votos.



MONTEVIDEO TU CASA

24/11/93

Locales de votación del CCZ 17

Zona 1 Zona Norte
1. Com. de F. Barrio Alianza. Calle Gorgonio Aguiar 1812 esq. Juan B. Mendez (frente a la plaza)
2. Barrio Municipal 31. Pasaje Central 4448 Av. 30 mts. y Camino de Las Tropas.
3. Tobogán, COVINFU y Pque. Causeglia. Ruta 1 4461.
4. Nuestra Casa. Federico Capurro Nº 2251.
5. Com. 33 Orientales (salón)
6. Barrio Artigas. Santín Carlos Rossi 4563 (detrás del salón comunal)
7. La Paloma 1852 (casa particular).
8. Barrio 1º de Mayo. Santín C. Rossi 4761 (Casa particular)
9. Barrio San Rafael, Cuba 4403 casi Haití (salón comunal)
10. La Boyada, Antonio Camacho 5238
11. Rincón del Cerro. Teatro Cibils y La Boyada.
12. COVICENOVA. Cno. Cibils y Pernambuco
13. San Rafael Norte. Pasaje Artigas 4548 y La Paloma (Casa particular)
14. Club Social y D, La Paloma. Pernambuco 1944
15. Uruguayito. Joaquín Martori y Lucio Rodríguez
16. Barrio Obrero (Carlos Ma. Ramírez) Cantón Central - Parroquia San Rafael.

Zona 2 Santa Catalina y Punta Yeguas
1. Terminal de ómnibus
2. Tamberas y Las Rosas

Cantón Central - Ruben Darío 3424

Zona 3 Cerro Oeste
1. Comisión Cerro Oeste. Calle C 1775 esq. calle A, paralela a San Fuentes.
2. Barrio Nuevo Amanecer, cont. EEUU y La Vía (Salón Comunal).
3. Com. 30 de Mayo. Primer paralela a EEUU frente a la Escuela de recuperación (Salón Mujer)
4. Capilla Bajo Valencia

Zona 4 Casabó y Punta Yeguas
1. Barrio Ansina II. Local de la cancha Las Flores
2. Casabó Holanda 130 casi 9 (Casa particular)
3. Punta de Sayago - calle Sur Solar 2.
4. Comisión Nuevo Casabó. cont. calle 7, 3603 casi Lituania
5. Com. Acción Social. (Nvo. Casabó) Calle 8, 113 casi Lituania
6. Com. 4 de Marzo. calle 14 entre Holanda y cont. Charcas.
7. Com. Villa Esperanza - Calle 10 entre Yala y Austria.
8. Estrella del Cerro (Local del Tambo) calle de los Santos y Caña.

Zona 6 Monterosa
1. Calle 1 4853 (casa particular)

Zona 9 Casco del Cerro
1. COVIDE Inglaterra y Vizcaya
2. Casa Colectiva Nº 7. Puerto Rico entre EEUU y Japón.
3. C.E. y S. del Cerro. Grecia y Prusia - Cantón central y General
4. Casa de la Amistad. Grecia y China
5. COVIECUADOR
6. Barrio Obrero
7. Las Flores. Patagonia y Suecia
8. Tito Borjas. Gibraltar y Bélgica
9. Abasto. Bulgaria 4272 entre C. Ma. Ramírez y Japón.
10. Casa del Canillita. Grecia 3413
11. El Carioca. Grecia 4181
12. Puerto del Son
13. Lituano (Río de Janeiro).

Montevideo
La República

24/11/93

Nómina de Candidatos al Consejo Vecinal del CCZ 17

Zona 1 Norte:
San Fuentes, Carlos María Ramírez, Bajo de la Petisa, Ruta 1 y Arroyo Pantanoso
1. Alaniz José
2. Amarillo Silvia
3. Andrade Inés
4. Añon Cristina
5. Barrera José
6. Barzi Luis
7. Bentancourt Laura
8. Bos Pablo
9. Camacho Juan
10. Cubilla Hugo
11. Dagurkis Victoria
12. Dambolena Guillermo
13. De Almeida Hugo
14. Dominguez Jorge
15. Dos Santos Ana
16. Dos Santos Ernesto
17. Fernández Nourelein
18. Ferreira Gladys
19. Gómez Justo
20. González Pedro
21. González René
22. Hernández Luis (chileno)
23. Lombardi Marcos
24. Maldonado Estela
25. Martínez Alvaro (Bigote)
26. Martínez Nelson
27. Olivera Carlos
28. Osorio Mabel
29. Otton Gabriel
30. Pedrozo Hugo
31. Pereira Luis
32. Pérez José (El Pelado)
33. Pérez Raúl
34. Pérez Gadea
35. Perrone Julio
36. Piñeyro Castellanos Miguel
37. Polocastro Walter
38. Presa Galván, Tomás
39. Quirino Antonio (Tony)
40. Rígoli Carmen (Perla)
41. Rodríguez Héctor Pedro
42. Rolando Alvaro
43. Romero Alfredo
44. Ruiz Díaz Luis Alberto
45. Sandes Almiro
46. Scarmatto Julio
47. Soria Miguel Angel
48. Souto Luis Alberto
49. Valdivia Eloydez
50. Varela Gladys Teresa
51. Zapata José

ZONA 2. Santa Catalina
Límites: San Fuentes, Cno. Santa Catalina, Continuación Tómkinson y Río de la Plata.
1. Belli Laura
2. Bregonis Carlos (Maneiro)
3. Franco Humberto
4. Guidobono Hellen
5. Machado Carlos
6. Moreira Juan Ramón
7. Pose Erika
8. Romero Ramiro
9. Solsona Liber
10. Vidal Alberto

ZONA 3. Cerro Oeste
Límites: San Fuentes, Santa Catalina, Cno. Cibils y Burdeos
1. Acosta Mirta
2. Ancheta Guillermo
3. Dure Quintina
4. Echeverría Silfredo
5. Fonseca Raúl (Negro 40)
6. Jaluff Luis Alberto
7. Mattos Oscar Gerardo
8. Melo Sonia
9. Pereira Luis E.
10. Pérez María Laura
11. Wilkin Julio

ZONA 4. Casabó. P. de Sayago
Límites: Burdeos, Sta. Catalina, Calle 10 Metros, Río de la Plata
1. Alvarez Julio
2. Bince Mario
3. Calongen Carlos
4. Camargo Ramón
5. Da Rosa Eliseo
6. Fagian Octaviano
7. Fernández Ramón
8. Fumero Nelly
9. Galvan Hugo
10. Garín Graciela
11. Gutierrez Héctor Artigas
12. Lecuna Oscar
13. López Enrique
14. Luna Gladys
15. Mayero Juan
16. Medina Silvia
17. Meriles Gladys
18. Núñez Waldemar
19. Olivera Betty
20. Riveiro Miguel
21. Rodríguez Delia
22. Salgado Florindo
23. Sanchez Zulma
24. Santos Ana María
25. Sarubbi Miguel
26. Scayola Juana
27. Solano Andrea
28. Ubal Conciel
29. Vera Silvera José
30. Villanueva Almita

ZONA 5. Los Cilindros
Límites: Cont. Tómkinson, Cno. Vecinal y Río de la Plata
1. Dalgabarrondo Tenarabí Artigas

ZONA 6. Monterosa
Límites: Cno. Vecinal, Cont. Tómkinson, Camino San Fuentes y Río de la Plata.
1. Ramos Goyeneche María del Rosario

ZONA 9. Casco del Cerro
Límites: Carlos M. Ramírez, calle 10 metros y Bahía.
1. Ardissono Luis
2. Baez Héctor
3. Barreiro Angel
4. Bentancor Ricardo
5. Blanco Ana
6. Cáceres Mari Ana Lía
7. Cardozo Rafael
8. Flores Susana
9. Freire Dagoberto
10. García Ana María
11. Gómez Mario
12. Guevara Graciela
13. Guevara Florentino
14. Guevara Violeta
15. Icasuriaga Rúben
16. Martínez Florial
17. Martínez Osvaldo
18. Nizarala Stella
19. Pavlov Ana
20. Rodríguez Artigas Nelson
21. Rodríguiez Elsa
22. Rodríguez Wilfredo
23. Silva Gustavo
24. Skliro Hilda
25. Yunes Ali
26. Yvenco Jacobo

Montevideo
En casa
24/11/93

013/013 9400109

Nº. DOCUMENTO 9400113

TEMA: Visita a Uruguay del miembro del Secretariado del Frente Polisario. (Generalidades de Rep. Saharaui)

L. Jur.

5/12/93

507619 - Rep. Arab. Saharaui - 515804

11164 -

11830 -

11650 -

E.Bl. - 515805

Ahmed Muley Ali dirigente del Frente Polisario

«EL PUEBLO SAHARAUI EXISTE Y ESTA DECIDIDO A EXISTIR»

En el marco de su visita a nuestro país donde participó en el Congreso de la Unión Internacional de Jóvenes Socialistas, Panorama Internacional entrevistó al Secretario General de la Unión de Jóvenes y miembro del Secretariado Ejecutivo del Frente Polisario, Ahmed Muley Ali. En una extensa charla, Ahmed pasó revista a los principales acontecimientos que pautan la lucha del pueblo Saharaui por su independencia así como a la situación actual en su enfrentamiento con Marruecos y a los distintos problemas de la región.



Secretario General del UJSARIO y miemb[illegible] del Secretariado del Frente Polisario.

El dirigente saharaui comenzó refiriéndose a la situación en que se encuentra el diálogo con Marruecos, expresando que « la situación actual es una situación muy difícil, hace tres años se aprobó un plan de paz en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, y lo que debía haberse hecho en un mes se está haciendo en tres años. ¿Porqué? Porque al Rey Hassan II de Marruecos no le ha entrado todavía en la cabeza que el pueblo saharaui es un pueblo que existió, [illegible] y que está decidido a existir y no piensa ser una minoría bajó las órdenes del Rey de Marruecos.

Entonces Hassan II se da cuenta muy bien que si las Naciones Unidas mandan sus observadores internacionales para controlar la realización del referéndum y que cada saharaui tenga en su mano esa hojita donde se le hace una sola pregunta, Liberación o Dependencia, si esto se hace libremente, Hassan está seguro de que la República Saharaui se independizará y la zona ocupada que tiene tendrá que ser devuelta.

Por eso lo [illegible] haberse hecho en un mes ha demorado tres años».

Ahmed se refirió también a la forma en que se está tratando de hacer cumplir los acuerdos manifestando que «actualmente se está presionando para que la Comisión de Identificación empiece a trabajar y ha esto es a lo que le tiene miedo Hassan II. El trabajo de la Comisión de Identificación consiste en preparar las listas de quienes tienen derecho a votar. Estas personas son todos los saharauis que están en el Censo de 1974, censo que fuera hecho por España. Todo descendiente directo de [illegible] censados tiene derecho a votar, toda persona que estuvo viviendo en tiempo de España y tiene documentos puede votar. Serán alrededor de 100.000 personas los que tienen derecho a votar. Marruecos quiere poner en esa listas a alrededor de 120.000 personas más, con la excusa de que también son saharauis, esto no es cierto, no son saharauis ni por el dialecto que hablan ni por tradición, ni por vestimenta, ni por la manera de comer, de hacer el té ni por la manera de hablar, son gente totalmente diferente.

La Comisión de Identificación está tratando de hacer dos formularios, uno para los verdaderos saharauis, los que están en el censo, y otro para todos aquellos que supuestamente se cree que son saharauis. Los primeros podrán votar sin problemas y los segundos deberán pasar a estudio de una Comisión de la ONU, integrada por notables saharauis, donde se decidirá quien tiene derecho o no al voto, ese trabajo llevará unos 5 a 6 meses. Por otra parte se está trabajando para avanzar en las negociaciones, se está intentando de empujar a Marruecos hacia las negociaciones y en esto está trabajando el Consejo de Seguridad, y principalmente los Estados Unidos. Es que se ha visto que los dos de los problemas más graves del mundo se han resuelto gracias a las negociaciones, entre la OLP con Israel y el ANC con el gobierno de Sudáfrica».

«EL PUEBLO SAHARAUI ESTA DECIDIDO A VIVIR EN SU PATRIA»

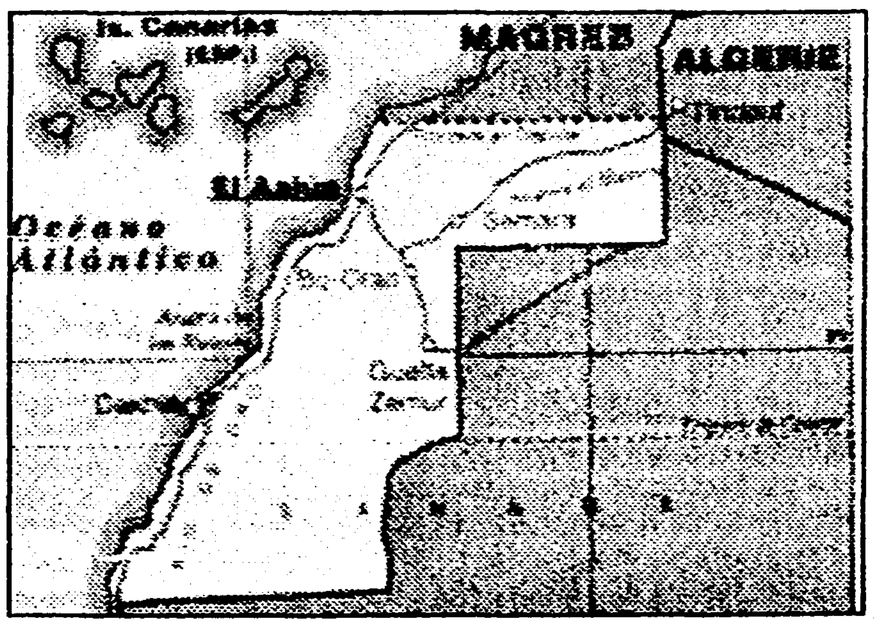
Preguntado sobre la presencia de los cascos azules de la ONU, el dirigente del Polisario expresó que «ahora hay cerca de 300 cascos azules que se encuentran en la línea de fuego, entre nosotros y los marroquíes, controlan que se mantenga el alto al fuego acordado al comienzo de las negociaciones, el que todavía se mantiene, lo que está claro es que el pueblo saharaui está decidido a no seguir viviendo refugiado en tierras áridas donde es imposible vivir, no está dispuesto a vivir fuera de sus tierras, de sus casas»

Sobre los cambios ocurridos en Argelia, un aliado fundamental del Frente Polisario, Ahmed Muley manifestó « que la posición sigue siendo la misma, Argelia sigue apoyando al pueblo saharaui, hay una embajada de la República Saharaui en la capital argelina». «Con España las relaciones últimamente se están mejorando, hay buenas relaciones, aunque los marroquíes ejercen presiones sobre España principalmente debido a los acuerdos pesqueros entre ambos países.

Consultado si durante su visita a nuestro país había logrado establecer contactos con el gobierno uruguayo, el dirigente saharaui expresó «hasta ahora yo he estado en la Comisión de Relaciones Internacionales del Parlamento, fui además recibido en la Cancillería por el responsable de política exterior y me he entrevistado con personalidades políticas de varias tendencias y todos se han manifestado a favor de que el gobierno uruguayo reconozca a la República Arabe Saharaui Democrática, y además contribuya a presionar en las Naciones Unidas al gobierno marroquí para que cumpla los acuerdos de paz. La RASD ya ha sido reconocida por más de 76 países, entre ellos 23 de América Latina».

Finalizand[illegible] entrevista Ahmed Muley Ali [illegible] a los plazos posibles en que podría celebrarse el referéndum expresando que «todo depende de la presión de la opinión internacional, del trabajo que puedan hacer los gobiernos, los partidos, la prensa, depende del trabajo que pueda hacer el Consejo de Seguridad, sobre todo la posición positiva que tiene ahora los EEUU y todo esto hará que el referéndum se realice el año que viene o el otro año. Nosotros estimamos que si se sigue empujando de esta manera, en el 94 va a ser un año muy difícil». «Ha habido incluso una negociación de tres días en la propia capital marroquí, entre una delegación del Frente Polisario y Hassan II, donde le planteamos que el pueblo saharaui es un pueblo que tiene fronteras con el pueblo marroquí y que creemos que puede haber relaciones económicas, culturales etc, pero hay algo que no se puede discutir, que es la soberanía saharaui, esto es indiscutible. Por eso las negociaciones tienen que cumplir dos objetivos, uno que se haga el referéndum y segundo que el gobierno marroquí reconozca la soberanía saharaui y se retire del país».

REPUBLICA ARABE SAHARAUI DEMOCRATICA



Capital: El Aaiún.

País casi desértico, dividido en dos regiones: Saguía el Hamra y Río de Oro. Posee una de las mayores reservas pesqueras del mundo, pero su principal riqueza es minera. Existen grandes yacimientos de fosfatos.

El Frente Polisario calcula que un millón de saharauies se encuentran dispersos. Se trata mayoritariamente de tribus nómadas que se diferencian de los tuaregs y bereberes por su organización social y cultural.

Religión: Islámica.

Idiomas: oficiales, árabe y español (segundo).

El gobierno: Mohamed Abdelaziz, presidente de la República, secretario general del Frente Polisario y presidente del Consejo Superior de la Revolución. El Consejo Superior es el órgano máximo de la República Arabe Saharaui Democrática.

Fiesta Nacional: 27/11, Proclamación de la República (1976).

El Frente Popular de Liberación de Saguia al-Hamra y Río de Oro (Polisario) fue fundado el 10/5/73 por Mustafá Seyid El-Uali. Su brazo armado, el Ejército Popular de Liberación Saharaui inició la lucha contra el colonialismo español el 20/5/73.

01/01

01-01

9400113

Pequeña y Feliz República Construida por un Albañil

National Geographic Society

SAN MARINO.— En un país tan pequeño que gran parte de él desaparece de la vista en un día neblinoso, una antigua ceremonia ofrece nueva consagración a la independencia y a la libertad.

Vestidos con los ropajes de funcionarios medievales y escoltados por una guardia de nobles vestidos con uniformes azules y dorados, luciendo sombreros emplumados y centellantes espadas, un abogado y un contador son instalados en los cargos de capitanes regentes –jefes del poder ejecutivo– de la república de San Marino.

"La ceremonia significa mucho para nosotros", dice Giovanni Righi, propietario de un restaurante cuyas raíces en el lugar se remontan a siete siglos. "Es un recordatorio de lo que somos".

¿Qué es exactamente San Marino? Es la más antigua (casi 17 siglos) y más pequeña (61 kilómetros cuadrados) república del mundo.

Colocada como un pequeño botón en el costado noreste de la bota italiana, San Marino se halla en las faldas del monte Titano, de 750 metros de altura, desde el cual se domina la llanura de la Romaña.

La minúscula nación tiene 24.000 habitantes, 24 hoteles, 53 restaurantes, tres cines, varios castillos y fortalezas, una carta muy apreciada que envió Abraham Lincoln, una pequeña parte de la leyenda de Hollywood y un escaño en las Naciones Unidas.

De acuerdo a la historia local, fue fundada en el año 301 de nuestra era cuando un albañil cristiano llamado San Marino cruzó el mar Adriático desde Dalmacia a fin de huir a la persecución del emperador romano Diocleciano.

Marino se refugió en una zona a unos 15 kailómetros tierra adentro, en las laderas del monte Titano, donde dio su nombre a una comunidad cuya ley garantizaba a los residentes la libertad de cultos.

De esa forma, se desarrolló una república independiente que ha sobrevivido muchas crisis, incluida la ocupación por los ejércitos de César Borgia, intentos de anexión de Papas en la Edad Media, un gobierno fascista títere y el bombardeo británico durante la segunda guerra mundial.

La experiencia histórica enseñó a los ciudadanos de San Marino que la forma de proteger su democracia era impedir la perpetuación de un líder en el poder. Con ese propósito crearon un gobierno liderado por dos capitanes regentes, que permanecían en el cargo apenas seis meses y no podían ser reelectos hasta tres años después de abandonar sus funciones.

Ese espíritu cívico impresionó a Napoleón Bonaparte y a Abraham Lincoln. Cuando el general francés invadió Italia en 1797, no sólo rindió homenaje a la independencia de San Marino sino que le ofreció mayor cantidad de territorio. Temiendo que eso convertiría a la república en algo demasiado rentador o amenazante para sus poderosos vecinos, los habitantes de San Marino declinaron la oferta.

En 1861 funcionarios de San Marino escribieron a Lincoln, expresando su simpatía por los problemas que sufría y designándolo ciudadano honorario. Lincoln contestó:

"Aunque su territorio es pequeño, su estado es sin embargo uno de los más distinguidos en toda la historia. Ha demostrado que un gobierno fundado en principios republicanos es capaz de ser administrado de una manera tal que puede ser seguro y perdurable".

Neutral durante la segunda guerra mundial, la liliputense nación se convirtió en santuario para más de 100.000 refugiados provenientes de Italia y de otras naciones europeas.

Luego de la guerra, San Marino prosiguió su propio camino, convirtiéndose en el primer país del mundo en elegir en comicios libres un gobierno comunista. Doce años después se convirtió también en el primero en librarse del comunismo de manera pacífica.

San Marino también entabló una demanda contra Gran Bretaña por 1.120.000 dólares a raíz de un bombardeo durante la segunda guerra mundial. Los británicos, alegando que el bombardeo ocurrió porque San Marino se hallaba a lo largo de la ruta de abastecimientos alemana en Italia, ofrecieron apenas 72.000 dólares como compensación. Los orgullosos habitantes de San Marino se negaron a aceptar ese dinero.

A lo largo de los años, San Marino ha formulado algunas creativas ideas para lograr ingresos.

Durante una época, vendió títulos de nobleza. Una persona podía comprar un ducado por unos 25.000 dólares o convertirse en marqués por 16.700 dólares.

Coloridas estampillas, que mostraban desde signos del zodíaco hasta personajes de historieta, permitieron obtener mejores ganancias. Se calcula que hacia comienzos de la década del cuarenta, una cuarta parte de los ingresos de San marino eran producto de la venta de estampillas.

Hubo también uan época, durante la década del cuarenta, en que el país en su totalidad fue alquilado al productor cinematográfico norteamericano Darryl F.Zanuck para la filmación de la película de capa y espada "The Prince of Foxes".

En la actualidad San Marino mezcla lo antiguo con lo nuevo. Aunque la mitad de su tierra sigue siendo cultivada, las principales fuentes de ingresos son pequeñas industrias y el turismo.

La capital, también llamada San Marino, se halla en la cumbre del monte Titano. Está llena de estrechas callejuelas empedradas, torres, encantadoras catedrales y muros almenados.

También está repleta de negocios que atienden anualmente a unos tres millones de turistas.

Pese a su tamaño y a su ubicación mediterránea, San Marino no está aislada. Envía equipos a los Juegos Olímpicos, ha firmado un tratado prometiendo que su simbólico ejército no empleará armas nucleares y en 1992 se convirtió en miembro pleno de las Naciones Unidas.

"Somos un pequeño país pero nos sentimos parte del mundo", dice Emma Rossi, ministra de Educación y presidenta del partido Socialista.

San Marino mantiene estrechos vínculos con Italia, aunque sus habitantes enfatizan que no son italianos. No hay fronteras entre ambas naciones y los habitantes de San Marino usan la moneda italiana, designan jueces italianos y hablan con un dialecto italiano.

"La gran diferencia entre ambos países", dice Righi al National Geographic, "es que la vida aquí es más apacible. Si usted desea renovar una licencia de conducir u obtener un pasaporte, simplemente va y lo hace. En la noche se pueden dejar la puertas abiertas y caminar por cualquier parte. Todo el mundo lo conoce a uno".

Y conoce a sus políticos. Muchos de los más de 11.000 habitantes de San Marino que han emigrado a otros países, principalmente a Italia y a los Estados Unidos, prosiguen participando en las elecciones locales. El gobierno inclusive paga gastos de viaje para los votantes radicados en otros países.

Philip Valentini, que abandonó San marino en 1952, cuando tenía 15 años, retornó este año desde Garden City, Nueva York con su esposa, Jeanne, para votar y visitar viejos amigos.

"Es como formar parte de la tradición", dice. "me siento muy orgulloso de este país".

PERSONAL

R.165.-

Montevideo,31 de Diciembre de 1993.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FOEB:Continuan en conflicto los empleados de la Fabrica Nacional de Cervezas y los de Coca Cola,en reclamo del no ingreso al país de bebidas importadas.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION:FUS:Hasta el 3/I/94,a la hora 00.00,efectuarán paro,no atendiendo en Policlínica Central excepto urgencias.Esta medida se debe a la falta de pago a los empleados.-

BANCA PRIVADA

AEBU:Se encuentran realizando paros sorpresivos desde el 13/XII/ cada vez que un cajero recibe un cheque del City Bank.-

2)- INFORMACION ESTATAL

CORTE ELECTORAL:Desde el 20/XII/,se encuentran realizando paros de brazos caídos,hasta que se levanten los vetos de los convenios salariales.-

FUN.FLUNA:Hasta el 7/I/94 se levantarán las medidas de lucha para facilitar las tratativas.-

A.T.S.S:Se encuentran realizano paros de 10 minutos distorsionantes a la hora 10.00 y a las 13.00,en reclamo de mejoras salariales.-

FUN.JUDICIALES:Prosiguen con la realización de paro 2 horas por turno.-

FUN.MTOP:Continuan con los paros parciales en Secc.Vialidad y Arquitectura de Obras.-

PERSONAL

P.002.-

Montevideo,4 de Enero de 1994.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: Se mantienen en conflicto ante el no pago del medio aguinaldo. Prosiguen además con la instalación de una olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con la instalación de una carpa frente a la fábrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA DE LA BEBIDA

FOEB: Los empleados de la F.N.C. y los de Coca Cola se encuentran en pre-conflicto, por el ingreso al país de bebidas importadas, lo que pondría en riesgo las fuentes de trabajo.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U.: Continuan con los paros sorpresivos cada vez que reciben un cheque del City Bank. En el correr de esta semana se van a incrementar las medidas.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

CORTE ELECTORAL: Desde el 20/XII/93 se encuentran realizando un paro de brazos caídos hasta la próxima asamblea nacional en la que se levantarán los vetos a los acuerdos colectivos.-

A.T.S.S.: Continuan con la distorsiones de 10 minutos a la hora 10.00 y a las 13.00, en todo el BPS para difundir entre los usuarios el conflicto. En el día de mañana realizarán una concentración a la hora 10.00 en el Hall central para marchar posteriormente hasta el 5to. Piso.-

OF. PLENA: El conflicto pasó a cuarto intermedio hasta el 7/I/ para facilitar las negociaciones.-

FUN. REGISTRALES: En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió no efectuar ningun tramite de Bien-Inmueble ni Bien-Mueble, debido al rechazo de los vetos a la Rendición de Cuentas.-

ASOC. DE FUN. MSAP: En asamblea efectuada ayer se resolvió realizar los analisis pero no entregarlos en virtud de que el Ministerio no brinda locomoción hasta el Laboratorio Rubino, al finalizar el contrato con la empresa que lo realizaba.-

FUN. MTOP: Continuan con la realización de paros parciales en Secc. Vialidad y Arquitectura de obra en reclamo de mejoras salariales.-

X 001/001

PERSONAL

P.001.-

Montevideo,5 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA

AEBU:En el correr de esta semana se incrementarán las medidas de lucha,cada vez que aparezca un cheque del City Bank en los Bancos de Plaza,no siendo recibidos los mismos y parando automaticamente.Continuan además con las medidas de lucha que comenzaron a efectuar el 13/XII/.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:Continuan en conflicto en reclamo del pago del aguinaldo. Sigue funcionando además la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM.S.A:Desde el día de ayer se encuentra ocupada ante el envío al Seguro de paro de 300 obreros,en su Planta de Camino Carrasco 5959.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI:En reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de paro continuan con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN.MTOP:Continuan con la realización de paros parciales en las secciones Arquitectura de Obra y Vialidad,en reclamo de mejoras salariales.-

FUN.JUDICIALES:Continuan con la realización de 2 horas de paro por turno,estando la asamblea en cuarto intermedio hasta nueva fecha.-

FUN.MSP:Realizan los examenes y analisis pero no los entregan ante la falta de locomoción para concurrir al Laboratorio Rubino ubicado en la Ruta Nro.8 Km.17.500.-

FUN.CORTE ELECTORAL:Prosiguen con el paro de brazos caídos en reclamo de la firma de convenio salarial.-

A.T.S.S:Continuan con la distorsión de los servicios de 10 minutos a la hora 10.00 y a las 13.00 en todo el BPS,para difundir el conflicto entre los usuarios.En el día de hoy a la hora 10.00 se concentraran en el Hall de la sede central y realizaran posteriormente una marcha hasta el 5to.Piso,donde se encuentra el Directorio.-

9400119

^ 001/001

PERSONAL

P.005.-

Montevideo, 6 de enero de 1993.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con la instalación de una carpa frente a la fábrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

COT: Prosiguen con la olla sindical en el local de Veracierto 3870.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM: Camino Carrasco 5959: en asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió levantar la ocupación, continuando con el conflicto efectuando el 10/I/ a la hora 10.00 una asamblea.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U.: Las medidas de paro que venían realizando quedaron suspendidas hasta la próxima semana en que se reunirán en el Ministerio de Trabajo.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FUN. CORTE ELECTORAL: Desde el 20/XII/93, vienen realizando paros de brazos caídos; hasta la proxima asamblea Nacional para levantar los vetos a los acuerdos colectivos.-

A.T.S.S.: El 22/I/ realizaran una asamblea nacional de delegados a los efectos de estudiar la marcha de las negociaciones y las medidas de lucha a adoptar.-

FUN. PLUNA: El conflicto pasó a cuarto intermedio hasta el día 7/I/, a los efectos de facilitar las negociaciones que vienen realizando, partiendo los vuelos de PLUNA en forma normal.-

FUN. REGISTRALES: Las medidas que venían realizando fueron levantadas y a partir del 7/I/ se comenzaran a normalizar los servicios.-

FED. DE FUN. MGAP: Ruta 8 Km. 17.500 Laboratorio RUBINO, continuan con la realización de los análisis pero no son entregados en virtud de que carecen de locomoción.-

BANCA OFICIAL: A partir del 7/I/ comenzarán a realizar medidas zonales en todo el país, en reclamo de que las autoridades se definen sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país.-

ARCHIVO

PERSONAL

PAGO7.-

Montevideo,7 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Continuan en conflicto, a raíz del despido de obreros de diferentes fabricas, funcionando una olla sindical en el local de Veracierto 3910.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continua la carpa frente a la fabrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM: El 10/I/ a la hora 10.00 realizarán una asamblea.-

BANCA PRIVADA

AEBU: Continuan con la realización de paros sorpresivos.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN.CORTE ELECTORAL: Desde el 30/XII/; se encuentran realizando paros de brazos caídos.-

A.T.S.S: El 22/I/efectuarán una asamblea nacional de delegados a los efectos de analizar la marcha de las negociaciones y las medidas a adoptar.-

A.F.M.S.A.P: Laboratorio Rubino, ruta 8 Km. 17.500, continuan con las medidas de no realización de entrega de analisis por carecer de traslado.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES: Prosiguen con la realización de dos horas de paro por turno, estando en cuarto intermedio la asamblea.-

FUN.M.T.O.P: Prosiguen con el paro en sección Vialidad y Arquitectura de Obras.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 10 ENE 1994
Pasa a ARCHIVO-SICOSOCIAL
N°. de Orden 9400121

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 7/01/94
Pasa a PDI
N°. de Identificación 9400121

001/001

TOTALE P.01

1/3

R.E.Nº ....

ASUNTO: Atentado Domicilio Dr Barbagelata 30/12/93

PROCEDENCIA: DGID

EVALUACION: ....

OBSERVACIONES: Original Biografico
Copia 01- Inspecto Jefe Dpto I
Copia 02- Campo Militar

FIRMA: CAP. NORBERTO DI VINCENSI

FECHA: 07 ENE 1994

MINISTERIO ...
Dirección General ...
Fecha 10 ENE 1994
Pase a Biografico
Nº 9400122

001/012

-9400122

RESERVADO

Copia No.
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A.
Montevideo,R.O. URUGUAY
311200D1C93
JC-13

INFORME DE INTERVENCION No.93/123/101.-

ASUNTO: HECHO CONSUMADO (ATENTADO) SOBRE EL DOMICILIO DEL DR. JOSE L. BARBAGELATA, PODER JUDICIAL.-

I. ASUNTO:

A. Se intervino inicialmente de oficio, al tomar conocimiento de un hecho consumado (atentado con explosivos) sobre la finca sita en Galicia 2022 esquina Constitución, Montevideo.-

1. Se adelantaron medios (Oficial Operador) al lugar del hecho, estableciéndose enlace con personal de Secc.Pol.4ta., Dir.Nal. Policia Tècnica y D.N.I.I. .-

2. Por informe del personal policial presente, se afirma que en el incidente asume competencia la Dir.Nal.Pol.Tècnica, por disposiciòn del Juez en lo penal de 11o. Turno, Dr. Timbal.-

3. La alerta del incidente al S.M.A., procedió de Secc.Pol.4ta.por medio telefónico.-

II. DESARROLLO:

A. Descripción de efectos por explosión:

1. Sobre la fachada de la finca:

a. Se verifica el punto de explosión en la base del portón metálico del garage, vista frontal esquina inferior derecha.-

b. Abertura sobre la chapa de 45 cm. de radio mayor, con torsión del metal hacia el interior .-

c. Rotura de planchuela (armazón) del portón .-

d. Daños menores en mamposteria contigua con desprendimiento de azulejos del revestimiento exterior, en el perfil inmediato de la construcción.-

2. En el interior del garage:

a. Torsión de partes metálicas de una bicicleta.-

b. Apertura de puerta en una heladera.-

c. Remoción y daños menores sobre diferentes objetos depositados en el recinto, por efecto de soplo.-

3. En el entorno (zona próxima):

a. Rotura de vidrios en un radio de 15 metros, sobre la fachada de fincas linderas y el blanco, ubicadas en el sentido de orientación principal de la onda expansiva.-

FECHA 11.04.94 SH

Procesado

b. Fragmentos de vidrio y mampostería dispersos en un radio de 15 metros sobre la acera y calzada.-

c. Tres fragmentos de mecha lenta ordinaria (45 cm. aprox. longitud), localizados respectivamente a 1,10; 2,0 y 7,0 metros desde el punto de explosión, en el sentido de orientación principal de la onda expansiva.-

d. Dos fragmentos de piezas de plástico moldeadas halladas en la acera, las que se descartan pertenezcan al envoltorio del artefacto por no poseer señales de deterioro típicas.-

B. Otros elementos de información.

1. Se procedió a interrogar al Dr. J.L. BARBAGELATA y esposa, así como a otros familiares y algunos vecinos. De las entrevistas se extrae:

a. La explosión se produjo próximo a la hora 0230 del día de la fecha.-

b. Momentos antes del atentado, la Sra. Esposa del Dr. Barbagelata escucho pasos en la acera; al observar por el balcón vió a dos individuos que se alejaban presurosamente del lugar, posteriormente vió alejarse un automóvil color amarillo el que circulaba con las luces apagadas.-

c. Hace aproximadamente diez días se apersonó a la casa una mujer preguntando si allí era la casa de la familia Barbagelata; posteriormente, se han producido reiteradas llamadas telefónicas en las que nadie habla.-

d. Aún después de producida la explosión, y estando efectivos policiales en la casa, se sucedieron cinco llamadas más.-

e. La totalidad de las evidencias y muestras recogidas en el punto de explosión y entorno, permanecen en poder de Dir.Nal. Policía Técnica.-

f. El trozo de mecha hallado en el lugar se reconoce como mecha lenta ordinaria, comercial, de origen brasileño, fabricante EXPLO S.A. No posee identificaciones.-

2. Se recibió de la Secc.Pol. 4ta. un volante impreso, coleccionado en el lugar del incidente(se afirma por parte de Sgto.1o. Fernandez-perito criminalista, Pol.Técn.- que ejemplares similares al de referencia se encontraban dispersos en próximo al punto de explosión.-(Anexo No.1)

III. CONCLUSIONES.

A. Los efectos observados se corresponden con los de la detonación de hasta 500 gramos de explosivo.-

1. No es posible llegar a conclusiones afirmativas respecto del tipo de explosivo utilizado, en razón de la intervención previa del personal de la Dir.Nal. de Policía Técnica.-

El Ofi. Ejec. de la Brigada de Explosivos.-
Tte.1o.
JUAN CUADRADO

FECHA 11.04.84 SH

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE POLICIA TECNICA
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTOLOGIA

INFORME No 0367/93.-

Montevideo, 31 de Diciembre de 1993.-

SEÑOR DIRECTOR NACIONAL DE POLICIA TECNICA

Señor Director:

Referente a la Nov. Nro. 3199-93 del Depto. Pericial, atentado con explosivos contra el domicilio del Fiscal Letrado en lo Penal de Tercer Turno, Dr. Jose Luis BARBAGELATA GARCIA, sito en Galicia Nro. 2022 (Secc.4ta.), habiendo concurrido el suscrito al lugar del hecho, en su calidad de experto en explosivos, al Sr. Director informa:

CAPITULO I. OBJETO PERICIAL.

Se trata de establecer el tipo de explosivo utilizado, mecanismo de iniciación e identificar a los autores del atentado.

CAPITULO II. ELEMENTOS OFRECIDOS.

Constituído el equipo pericial en la escena del hecho, se constató:

EXAMEN DE LA ESCENA: La puerta del garage de la finca, de metal, presentaba un boquete de 70 cms. de diámetro, en el ángulo inferior izquierdo, con eversión de la chapa hacia el interior de la finca, rotura de vidrios de pequeñas ventanas existentes en la zona superior de la puerta, desplazamiento de mobiliario y otros objetos dentro del garage, también en dirección al interior de la finca, provocando daños varios en la mampostería de la casa, así como en vidrios y mampostería de fincas vecinas, a consecuencia de la onda mecánica, expansiva o de choque de la explosión.

En el lugar, sobre la vereda de la finca dañada, se ubicaro

dos trozos de mecha de seguridad, lenta, tipo "Bickford", uno de ellos de 50 cmts. de largo y el otro de 3 cmts. de largo, ambos quemados.

No se ubicaron restos de detonador, como tampoco de material continente de la sustancia explosiva.

[illegible] ... [illegible] de la finca, como vecinos, fueron contestes en manifestar que la explosión se produjo aproximadamente a la hora 02.30 de hoy, coincidiendo también en calificar la detonación como " muy fuerte ".

CAPITULO III. OPERACIONES REALIZADAS.

Se procedió a la inspección de la escena, relevamiento planimétrico, documentación fotográfica, así como detección valoración y transporte de indicios materiales.

Además de las mechas quemadas, mencionadas anteriormente se procedió al transporte de material de mampostería del epicentro de la explosión, raspaje de la chapa de la puerta de la misma zona, interior y exterior, restos de metal arrancados por la onda mecánica, así como un panfleto impreso dejado en el lugar, que fuera entregado por personal de la Seccional 4ta.

CAPITULO IV. CONCLUSION.

Teniendo en cuenta la inspección realizada y considerando la presencia de los restos de mecha en el lugar, la entidad de la explosión, los efectos de la onda mecánica sobre el foco y sobre las zonas circundantes, la ausencia de elementos materiales continentes del explosivo detonado y la valoración de los testigos y considerando la falta de tiempo para realizar examenes químicos complementarios, los que se practicarán a partir de la fecha, el suscrito se encuentra en condiciones de ofrecer las siguientes conclusiones primarias:

1) El explosivo fue activado mediante sistema mecánico, por mecha lenta, con retardo de aproximadamente 60 [illegible]

FECHA 11 04 94 SH

Procesado [illegible]

OBSERVACIO[illegible]

aplicación de llama o incandescencia a la mecha.

2) Muy probablemente, el explosivo activado es de alto poder rompedor o "alto explosivo", en cantidad moderada, de uso industrial o militar. T.N.T. o [illegible]

3) El tren explosivo utilizado, si bien no es muy rudimentario, tampoco puede considerarse sofisticado, no requiriendo una alta capacitación en el tema, sólo un conocimiento básico sobre explosivos

El suscrito continuará en el estudio de los indicios materiales recogidos, cuyos resultados informará a la brevedad.

Saluda a usted atentamente:

COMISARIO:

Washington CURBELO MARTINEZ

TOTAL P.01

FECHA 11,04,94 SH

Procesado a

OBSERVACIO

Montevideo, 31 de Diciembre de 1993.-

MEMORANDUM DE INTELIGENCIA

ASUNTO: ARTEFACTO EXPLOSIVO

TEXTO: 0615 - Se concurre al domicilio del Dr. BARBAGELATA, sito en la calle Galicia 2026 esq. Constitución, donde fue colocado y detonado un artefacto explosivo.

De acuerdo a información de prensa y del propio implicado se pudo saber que la explosión se produjo aproximadamente a las 0230 de la madrugada del 31/DIC/93.

El lugar del hecho se encontraba perimetrado por cinta de seguridad y un Agente de la Seccional 4ª de Policía en carácter de custodia.

Asimismo se hicieron presentes en la hora arriba indicada el Inspector CLAVERIA y el Ministro del Interior, los cuales estuvieron dialogando con el Dr. BARBAGELATA.

Todos los indicios y elementos probatorios fueron levantados por Policía Técnica para la realización del peritaje correspondiente. Los daños causados por el artefacto, en base al reconocimiento primario realizado por esta Agencia son los siguientes:

1.- Rotura y retorcimiento de parte inferior izquierda del garage (garage de tres puertas metálicas).-

2.- Rotura de reboque y manpostería exterior de la zona afectada a la parte inferior izquierda de garage.-

3.- Rotura de vidrios de fincas contigüas, producido por efecto de onda expansiva.-

Habiéndose buscado en la zona algún indicio que pudiera aportar información útil, no se encontró, recabándose datos que resultan de interés:

1.- Se encontró en el lugar aproximadamente 10 cm. de mecha comercial de color amarillo, siendo levantada por Policía Técnica.

2.- Se presume que el tipo de explosivo utilizado pudiera ser plástico, esperándose posterior confirmación.

3.- Se constató a la hora de la explosión la presencia de un auto modelo nuevo de color amarillo que circulaba en dirección opuesta a la nomenclatura.

4.- El panfleto encontrado es de buena calidad y presuntamente confeccionada en una imprenta.

Siendo consultado al Dr. BARBAGELATA sobre la relación del hecho con el procesamiento del General (R) PAULOS, éste manifestó que no, que la noticia fue un trascendido de prensa sin su consentimiento.

Cabe destacar que en la hora del atentado el implicado se encontraba con su esposa y su suegra.-

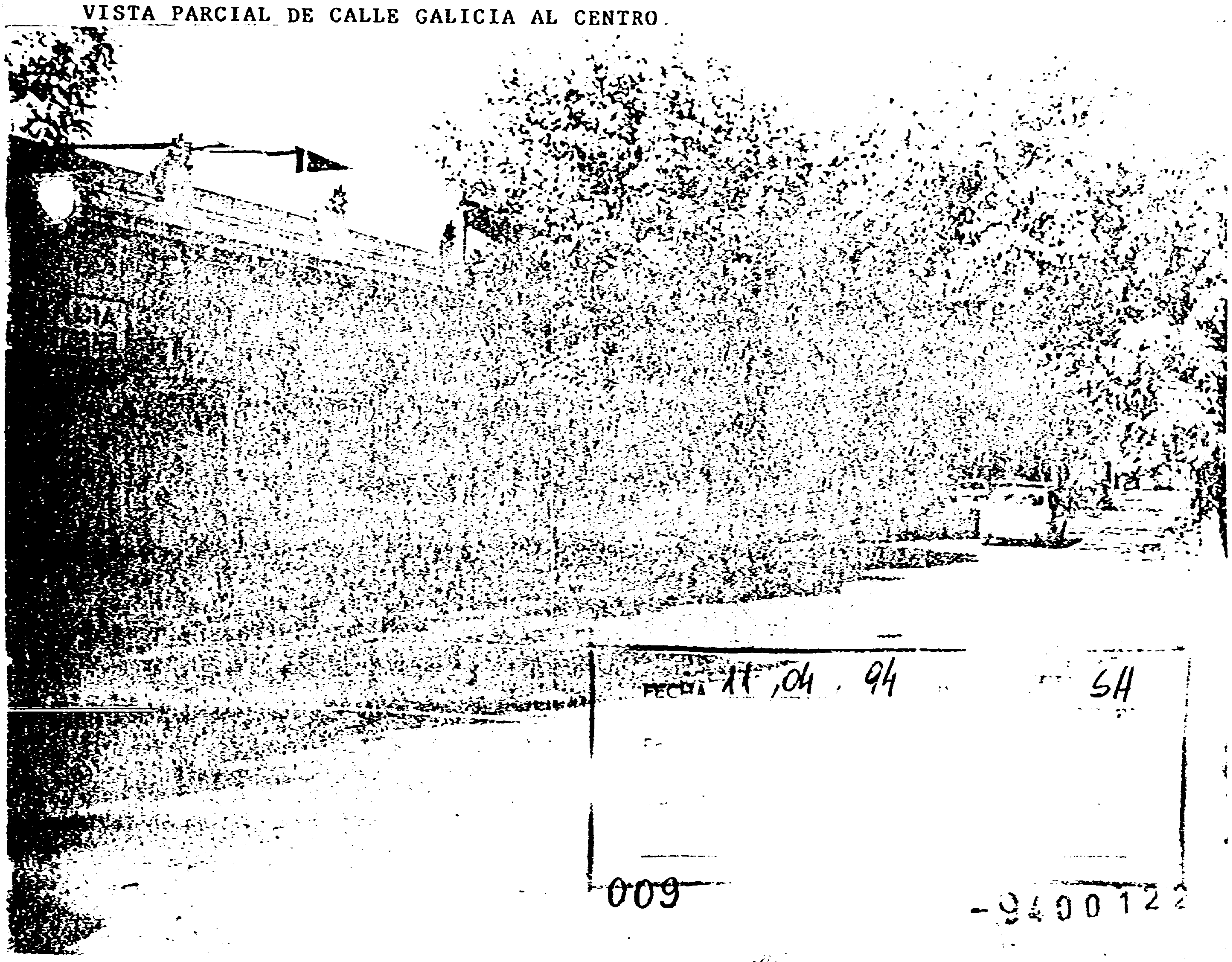
ANEXO Nº1 - FOTOGRAFIAS DEL LUGAR DEL HECHO.-

ANEXO Nº2 - ARTICULOS DE PRENSA DEL DIARIO "EL OBSERVADOR" Y "EL PAIS" DE LA FECHA.-

VISTA ZONA PERIMETRADA POR CORDON SEGURIDAD POLICIAL.



VISTA PARCIAL DE CALLE GALICIA AL CENTRO.

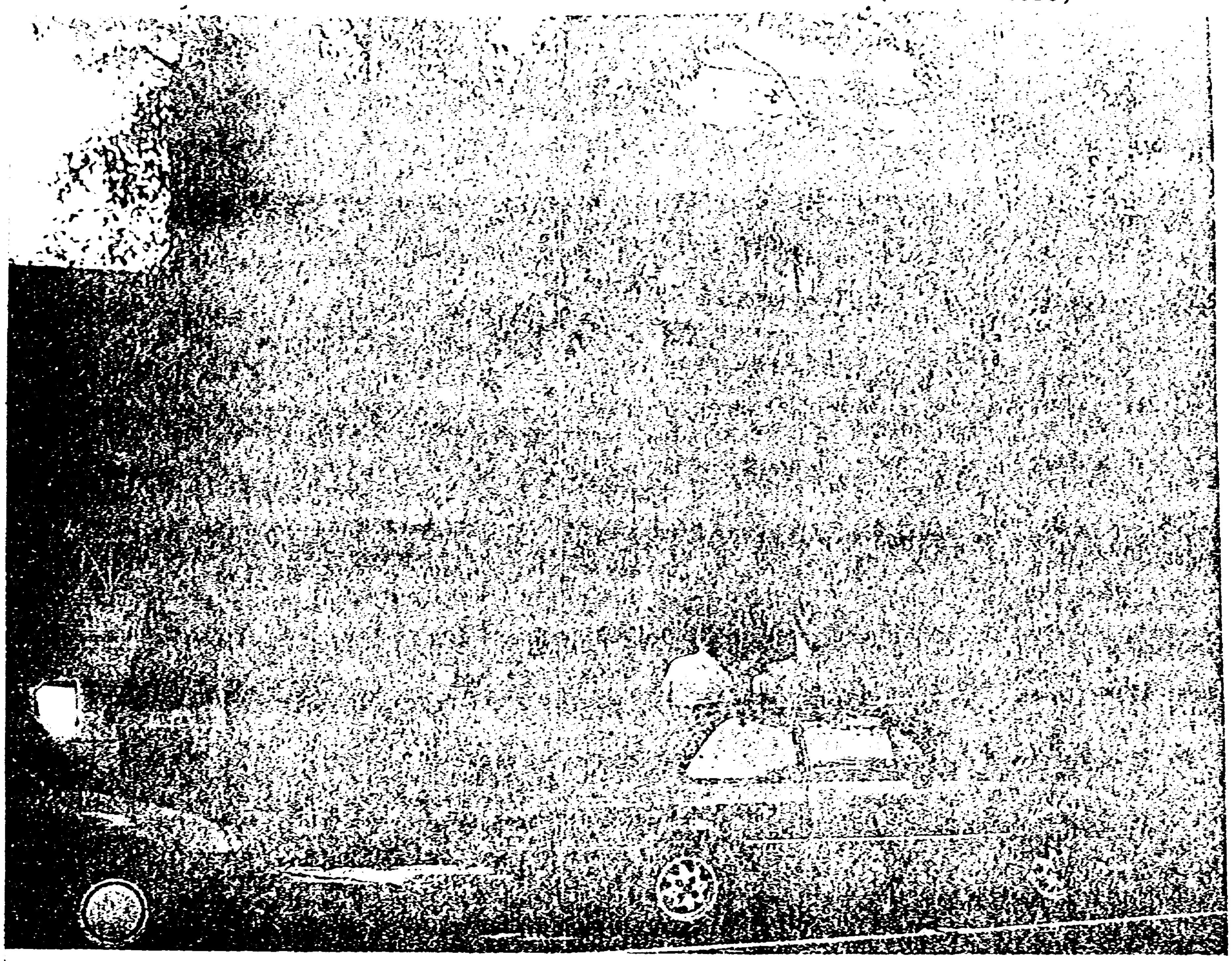


FECHA 11.04.94 SH

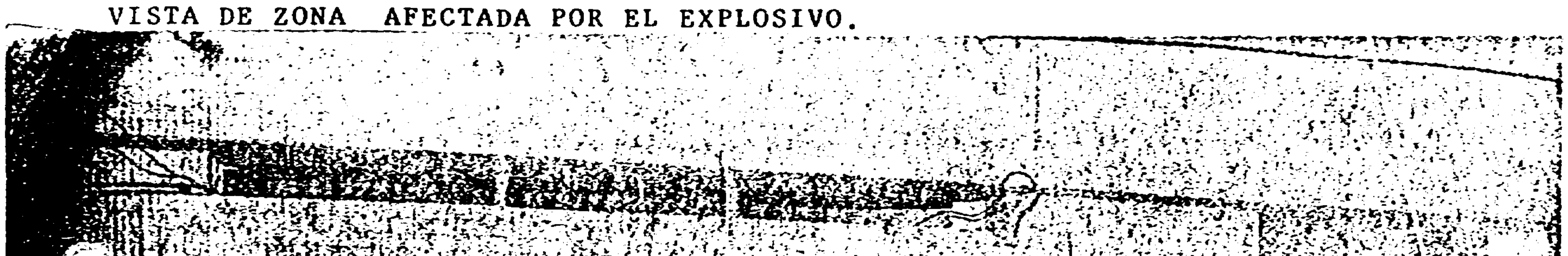
009

-9400122

VISTA FRONTAL PARCIAL DEL DOMICILIO DEL DR.BARBAGELATA (GALICIA 2026)



VISTA DE ZONA AFECTADA POR EL EXPLOSIVO.



010

La Guardia de Artigas reivindicó el atentado en la madrugada mediante una llamada telefónica y volantes

Explotó una bomba en la casa del fiscal que procesó a Paulós

Una bomba detonó esta madrugada, en la casa del fiscal José Luis Barbagelata, quien recientemente condenó al ex presidente del Centro Militar y ex jefe de los servicios de inteligencia del Ejército durante el gobierno de facto, general retirado Iván Paulós, por el delito de desacato contra el presidente de la República y el ministro de Defensa.

El atentado, que ocurrió sobre la hora 2:34, fue reivindicado por la Guardia de Artigas, en una llamada realizada a la redacción de *El Observador* y mediante un volante dejado en el lugar de los hechos.

Bando No 3 " GUARDIA DE ARTIGAS "

CONTRA LA JUSTICIA CORRUPTA,
CONTRA LA IMPUNIDAD DE LOS DELLA VALLE
Y LOS JORGE MARTINEZ . . .
CONTRA LA INSEGURIDAD PUBLICA
POR EL SEÑOR ALMACENERO
PROCESADO EN DEFENSA PROPIA
POR LOS PROCESADOS POR EXPRESAR
LA VERDAD . . .

"Alguna diferencia debe ponerse entre los servidores de la PATRIA y los que no han hecho más que multiplicar nuestros trabajos"

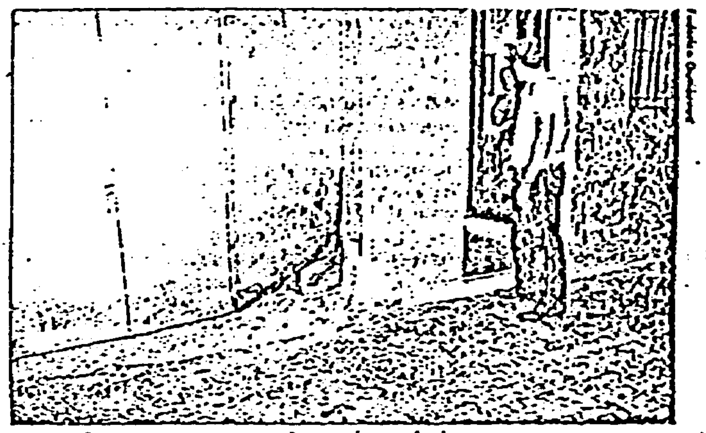
(ARTIGAS a Antonio Pereira, 8 de Agosto de 1815)

Volante

La reivindicación de la Guardia de Artigas dejada en la madrugada

Quien realizó la llamada, un hombre cuya voz parecía la de una persona joven, se limitó a afirmar: "Acaba de ser colocado un aparato explosivo en la casa del fiscal Barbagelata en la calle Galicia y lo reivindica la Guardia de Artigas".

Poco después, la Policía confirmó el atentado y la hora en que ocurrió el mismo. La explosión pudo ser escuchada en varias cuadras a la redonda, según dijeron a *El Observador* vecinos del lugar. "A pesar de que teníamos la ventana cerrada sentimos como un gran trueno", afirmaron los mismos.



Atentado explosivo

La foto muestra parte de los daños provocados por la detonación

La bomba fue colocada en la puerta del garage de la casa del fiscal provocando daños, la destrucción de algunos electrodomésticos, así como la ruptura de todos los vidrios del domicilio y de varias viviendas cercanas.

El volante dejado en el lugar por los autores del atentado expresaba textualmente: "Bando número 3 Guardia de Artigas: contra la justicia corrupta, contra la impunidad de los Della Valle y los Jorge Martínez...contra la inseguridad pública, por el señor almacenero procesado en defensa propia, por los procesados por expresar la verdad..."Alguna diferencia debe ponerse entre los servidores de la PATRIA y los que no han hecho más que multiplicar nuestros trabajos" (Artigas a Antonio Pereyra, 8 de agosto de 1815)".

El fiscal Barbagelata, superados los primeros momentos de conmoción, dijo a *El Observador*, que cuando ocurrió el atentado, se encontraba durmiendo y al escuchar el estruendo de la detonación, inicialmente pensó en la posibilidad de una pedrada contra los ventanales, pero de inmediato comenzó a aparecer humo, tras lo cual salió al exterior y encontró que los vecinos ya estaban junto a su puerta. Barbagelata no dudó en vincular el atentado con el reciente procesamiento de Paulós.

La Guardia de Artigas es un grupo clandestino cuyos integrantes se han identificado como mandos medios del Ejército. ■

El Obs. 31/12/93

Hora 4.30: Atentado con Explosivos en la Residencia del Fiscal Barbagelata

Un atentado con explosivos fue cometido a las 2.39 horas de hoy viernes, contra la residencia del fiscal en lo Penal Dr. José Luis Barbagelata, en la calle Galicia 2220, barrio de La Comercial. La detonación provocó reacciones de alarma entre los vecinos. Pocos minutos después de la explosión se hicieron presentes en el lugar móviles de Radio Patrulla, así como integrantes de los cuerpos especializados en explosivos y unidades de la Dirección Nacional de Bomberos.

Los expertos comenzaron a recoger testimonios de los habitantes de la casa afectada, así como de los vecinos, en tanto practicaron diversos peritajes para tratar de determinar el tipo de explosivo utilizado en el atentado.

La finca presentaba destrozos en el portón, así como en los ventanales y puerta principal.

En el lugar, los funcionarios policiales encontraron panfletos que llevaban como pie de imprenta la firma de "Los Guardias de Artigas". El texto hacía referencia a diversas actuaciones del Poder Judicial así como al caso del almacenero rapiñado que mató a uno de los asaltantes.

A la hora 4.30 no se conocían otros detalles del hecho.

El País 31/12/93

FECHA 11 / 01 / 94 ... SA

Procesado a ...

OBSERVACIO...

Poco Legible

Bando No 3 " GUARDIA DE ARTIGAS "

CONTRA LA JUSTICIA CORRUPTA,
CONTRA LA IMPUNIDAD DE LOS DELLA VALLE
Y LOS JORGE MARTINEZ . . .
CONTRA LA INSEGURIDAD PUBLICA
POR EL SEÑOR ALMACENERO
PROCESADO EN DEFENSA PROPIA
POR LOS PROCESADOS POR EXPRESAR
LA VERDAD . . .

"Alguna diferencia debe ponerse entre
los servidores de la PATRIA y los que
no han hecho más que multiplicar
nuestros trabajos"

(ARTIGAS a Antonio Pereira,
8 de Agosto de 1815)

FECHA 11 , 04 , 94   SH

Procesad...

OBSERVA...

012/012   -9000122

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	07ENE94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 06/94		

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 17ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS ENRELACION ADJUNTA.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 11/01/94
N° 010

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA:

El Jefe del DptoII(Inf) E M.C D.N.S FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández

Fecha de Entrada: 19 ENE 1994
Antecedentes
9400128

RESERVADO

001/004

RESERVADO

Montevideo, 07 de Enero de 1994.-

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.

1.-BENTANCUR COTO, SILVIA ELSA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 13/9/1973 Montevideo

C.I. BVA 38.407

C.C. 1.814.306/8

Domicilio actual: Vicente Basagoiti 4489

Domicilio anterior: Adolfo Vaillant 196

Nombre del padre: Esteban Bentancur Marset (F/R)

Nombre de la madre: Elena Coto Romano (F/R)

Nombre del cónyuge:

2.-CASARETTO RAMIREZ, NORMA SUSANA. (F/R) Aux. de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 29/7/1958 Río Negro

C.I. 2.678.391/1

C.C. LAA 26.133 traslado AZB 13.017

Domicilio actual: José L.Terra 2877/12

Domicilio anterior: Av.Italia esq.Loretto 2020022

Nombre del padre: Julio Alberto Casaretto Solsona

Nombre de la madre: Juana Susana Ramirez Ferreira (Fallecida)

Nombre del cónyuge:

3.-DEL CAPELLAN ROMERO, MARIA INES. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 11/10/1973 Canelones

C.I. 2.700.590/6

C.C. BDC 7361

Domicilio actual: Villa García Km.21 10535

Domicilio anterior: Km.17 Camino Maldonado

Nombre del padre: Luis Carlos Del Capellán Bono

Nombre de la madre: Esther María Romero

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

4.-FONTANA COITIÑO, GABRIELA. Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 20/7/1966 Montevideo

C.I. 1.547.514/3

C.C BBB 37.136

Domicilio actual: Guemes 2993

Domicilio anterior: Industria 2927

Nombre del padre: Gabriel Fontana Molina (Fallecido)

Nombre de la madre: Noemia Coitiño Olivera F/R

Nombre del cónyuge: Juan Carlos Villalba Ortega(Fallecido)

5.-NUÑEZ GOMEZ, VALERIA ELIZABETH Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 20/11/1975 Montevideo

C.I. 3.336.075/0

C.C. ABB 15.522

Domicilio actual: Pablo de María 1386/1002

Domicilio anterior: Carlos Nery 3700

Nombre del padre: Arley Nuñez Pereira F/R Militar(R)

Nombre de la madre: Cedalia Gomez Silveira Militar D.N.S.FF.AA.

Nombre del cónyuge:

6.-PINTO FREITAS, MARIA NOEL Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 7/12/1971 Montevideo

C.I. 3.022.337/9

C.C. BCC 7059

Domicilio actual: Paulina Luisi 1945 BIS

Domicilio anterior:

Nombre del padre: José Antonio Pinto de Sá F/R

Nombre de la madre: Rosaura Freitas

Nombre del cónyuge:

7.-SANTURION RODRIGUEZ, MARIA DEL CARMEN Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 19/7/1959 Montevideo

C.I. 1.811.389/3

C.C. BNA 40.703

Domicilio actual: Leandro Gomez 3289 Block "A" AP.203

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Iber Santurion Navarrín Militar(R)

Nombre de la madre: Sara Rodriguez

Nombre del cónyuge: José María Leiva Guerrero Militar(R)

QJC. 2 34698 911022 Dom M. Rodriguez 4226, 2 y Chimborazo

Empleado PRIM. HILAND. URUG. ALGODON S.A.

8.-LAMAS DIAZ, JULIA MARIA DE LOS ANGELES. 5157. Odontóloga.

Fecha y lugar de nacimiento: 25/1/1968 Montevideo

C.I. 1.717.838/9

C.C. AIB 7284

Domicilio actual: Paraguay 1508/602

Domicilio anterior: Paraguay 1479/13E

Nombre del padre: Luis Eduardo Lamas Soto Militar

Nombre de la madre: Marie Díaz Ayub

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

1/1

LA MAÑANA.

Sábado 27 de Noviembre d

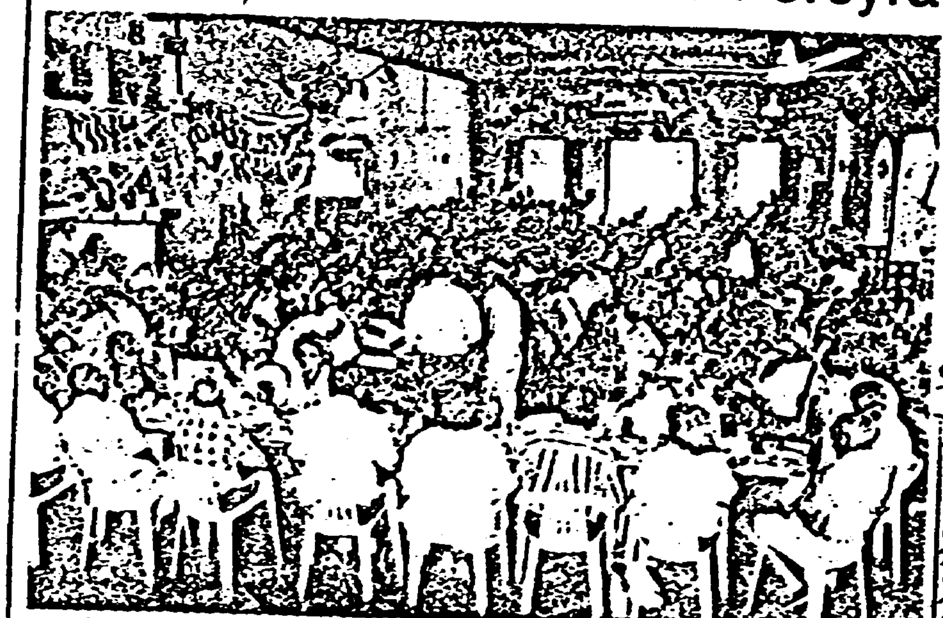
Medallas para 58 empleados del Senado

En el salón de fiestas del Palacio Legislativo, el día 22, se hizo entrega de medallas de oro a 58 funcionarios (10 jubilados y 48 en actividad) del Senado de la República.

El acto fue ofrecido por el Presidente Gonzalo Aguirre quien hizo entrega de las mismas conjuntamente con los secretarios del cuerpo, Mario Faracchio y Juan Harán Urioste quienes también recibieron esa distinción. Estaba en el estrado, asimismo, el Prosecretario Dardo Ortiz.

1/1

Apoyan Candidatura de Pereyra



23/12/93

La juventud de la Comunidad Nacionalista Federal "Brig. Gral. Manuel Oribe" (CONFE), realizó el domingo último su Asamblea Abierta en los salones del Club "Euskaro Español". En la oportunidad, se aprobaron los estatutos, eligieron autoridades y emitieron una declaración política en la que reafirmaron su voluntad indeclinable de que el senador Carlos Julio Pereyra sea candidato a la presidencia de la República, y de que su orientador, el diputado Ricardo Rocha Imaz siga ocupando un escaño parlamentario.

Luego de la Asamblea se sirvió un almuerzo de camaradería de fin de año, del que participaron los integrantes de la Comunidad, habiéndose repartido el Nº 8 de la revista "Saravia" y los "Postulados Básicos de Acción Política" del grupo comunitario.

Hablaron en el acto la joven Stella Zabaleta, el Dr. Elbio Méndez, el dirigente del MNR, Alberto Fernández Kelly, el diputado Dr. Javier Barrios Anza y el diputado Ricardo Rocha Imaz.

La nota gráfica ofrece una vista general de los asistentes al almuerzo.

FECHA 14/1/94 INICIAL (V2)

03/01/94

CAMPO POLITICO
BIOGRAFICO
REGISTRAR
MAI

1/1

FECHA 16/3/94 INICIAL DP.

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

La Mañana 20/12/93

Ingresan venias al Senado por las renuncias en Entes

Varias venias ingresaron al Parlamento, sumándose a las ya aprobadas la semana anterior; son consecuencia de las renuncias que muchos directores de organismos públicos han presentado a sus cargos, cumpliendo disposiciones constitucionales, a efectos de abocarse a sus respectivas campañas políticas.

En este caso, las solicitudes ingresadas son las siguientes: para ANTEL Víctor Cortazzo (sustituirá a Benito Stern, del Foro Batllista); para ANCAP Abayubá Amén Pisani (sustituirá a Ariel Lausarot, del Foro Batllista); para el Banco de Seguros Román Moré; para el Banco Hipotecario Velardo González Nieto (sustituirá a Raúl Rosales, del MNR) y Luis Hourcade (sustituirá a Emilio Martino, del Foro Batllista).

Estas solicitudes serán resueltas la semana próxima por la Comisión Permanente del Poder Legislativo y no existen elementos de juicio para pensar que alguna de ellas sea rechazada.

De este modo se irán completando directorios que estaban desintegrados por las razones antes aludidas, lo que les permitirá volver a sesionar regularmente.

CAMPO POLITICO
BIOGRAFICO
REGISTRAR
MAT

03/01/94

001/001

11

B

Homenaje a José A. Ramírez

Al final de la larga sesión a que dio lugar el llamado a sala Ministro de Defensa Nacional, Daniel Hugo Martins, el pasado martes, que concluyó pasadas las 2 de la madrugada de ayer miércoles, la Cámara alta tributó homenaje al Señor José Antonio Ramírez, ex Senador de la República (suplente de Adolfo Tejera por la Lista 97 del nacionalismo), ex Edil por Montevideo y presidente de la desaparecida AMDET.

El Señor Ramírez, padre del actual Senador nacionalista Juan Andrés Ramírez, falleció en la noche del pasado lunes y sus restos fueron inhumados el martes a la hora 16.

LA MAÑANA. 06 ENE. 1994

FECHA 12 / 4 / 94 INICIAL DP

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

1/1

La izquierda y los verdes

El Partido Verde ha enviado el siguiente desmentido:

"Nuestros precandidatos: Dr. Rodolfo V. Tálice, Dra. Gabriela Casella, Dr. Antonio A. Aguirre, Profesor Luis A. Franco, Capitán Omar Medina Soca, Juan Carlos Palacios, etc. se comprometen en la DEFENSA DE LA LIBERTAD DE PRENSA Y DE LA IGUALDAD DE TODOS LOS CANDIDATOS para acceder a la opinión pública, principio éste defendido en reiteradas oportunidades por vuestro medio de comunicación social.

En este sentido ante la información aparecida en la página dos de "La República" del día 27 de diciembre, en la cual se expresa que el Partido Verde tiene tendencia de izquierda, palabras atribuidas a nuestro Presidente de Honor y Líder Dr. Rodolfo Tálice, es nuestro deber manifestar que el Partido Verde considera a la clasificación de izquierda y derecha de una manera artificial y perimida de dividir las opciones políticas.

El Partido Verde Eto-Ecologista no está a la derecha, ni a la izquierda, se coloca adelante y proclama que solo el cambio en el comportamiento de los seres humanos (Etología) modificará las tendencias depredadoras (caza masiva de ñandúes, destrucción de bosques indígenas, construcciones en las dunas de las costas del este, verter productos químicos al mar y fuentes hídricas, etc.) que impiden el éxito de los planes ecológicos convencionales. Adjuntamos una página del Libro verde -Manual práctico de los talleres de trabajo del Partido Verde en Uruguay- donde se resume lo esencial de la ideología verde uruguaya.

Seguimos agotando esfuerzos en sentido de incluir en la Reforma Constitucional, cláusulas ecológicas como las que tienen otros países; y lograr que sea realmente democrática la elección permitiendo la separación de las elecciones ejecutivas, legislativas, nacionales y municipales sin perder la actual proporcionalidad.

LA MAÑANA 02 ENE. 1994



Martínez Oliva es el nuevo presidente de la A.N.R.C.I.

La lista 12, cuyo titular es el rematador Alfredo Martínez Oliva, ha resultado triunfadora en las elecciones de la Asociación Nacional de Rematadores y Corredores Inmobiliarios que se llevaron a cabo el 29 de diciembre pasado.

Alfredo Martínez Oliva quien regirá los destinos de la Asociación por el período 93-95 cuenta con una larga y proficua trayectoria en su profesión y ha ocupado diferentes cargos, en otros períodos, dentro de la A.N.R.C.I.

Un extenso currículum que lo ha llevado desde sus inicios en la profesión en el año '65 a participar en las actividades llevadas a cabo por la asociación, colaborando activamente en las charlas y cursillos que se llevaron a cabo en el año 1970.

Desempeñó desde el año 1971 el cargo de vocal suplente en la Comisión Directiva, luego vocal hasta el año 1973, vocal bibliotecario hasta el año 1975, prosecretario hasta el año 1977, siendo reelecto hasta 1979, y tesorero desde el año 1983 al 1985.

Asimismo participó en la organización del 1er. Congreso de Rematadores de América, oportunidad en la que se fundó la Asociación Americana de Rematadores, Corredores y Balanceadores, ocupando en la misma y en representación de la A.N.R.C. los cargos de vocal suplente desde 1974 a 1977 y reelecto de 1977 a 1979, vocal titular de 1979 a 1981, tesorero de 1981 a 1982, secretario de 1982 a 1983, reelecto como secretario general de 1983 a 1985, reelecto en 1985 a 198,7 reelecto de 1987 a 1989 y culminando como vicepresidente de 1990 a 1992, ocupando estos cargos fue también distinguido en varias oportunidades con el máximo galardón otorgado por la entidad continental, el premio "Alberto Vanoli Rago".

Un calificado grupo de rematadores acompañará a Alfredo Martínez Oliva desde diferentes cargos, en esta tarea de regir los destinos de la A.N.R.C.I. Vayan desde estas páginas nuestros fervientes deseos de éxito a todos en el desempeño de la nueva gestión.

B



Martínez Oliva es el nuevo presidente de la A.N.R.C.I.

La lista 12, cuyo titular es el rematador Alfredo Martínez Oliva, ha resultado triunfadora en las elecciones de la Asociación Nacional de Rematadores y Corredores Inmobiliarios que se llevaron a cabo el 29 de diciembre pasado.

Alfredo Martínez Oliva quien regirá los destinos de la Asociación por el período 93-95 cuenta con una larga y proficua trayectoria en su profesión y ha ocupado diferentes cargos, en otros períodos, dentro de la A.N.R.C.I.

Un extenso currículum que lo ha llevado desde sus inicios en la profesión en el año '65 a participar en las actividades llevadas a cabo por la asociación, colaborando activamente en las charlas y cursillos que se llevaron a cabo en el año 1970.

Desempeñó desde el año 1971 el cargo de vocal suplente en la Comisión Directiva, luego vocal hasta el año 1973, vocal bibliotecario hasta el año 1975, prosecretario hasta el año 1977, siendo reelecto hasta 1979, y tesorero desde el año 1983 al 1985.

Asimismo participó en la organización del 1er. Congreso de Rematadores de América, oportunidad en la que se fundó la Asociación Americana de Rematadores, Corredores y Balanceadores, ocupando en la misma y en representación de la A.N.R.C. los cargos de vocal suplente desde 1974 a 1977 y reelecto de 1977 a 1979, vocal titular de 1979 a 1981, tesorero de 1981 a 1982, secretario de 1982 a 1983, reelecto como secretario general de 1983 a 1985, reelecto en 1985 a 198,7 reelecto de 1987 a 1989 y culminando como vicepresidente de 1990 a 1992, ocupando estos cargos fue también distinguido en varias oportunidades con el máximo galardón otorgado por la entidad continental, el premio "Alberto Vanoli Rago".

Un calificado grupo de rematadores acompañará a Alfredo Martínez Oliva desde diferentes cargos, en esta tarea de regir los destinos de la A.N.R.C.I. Vayan desde estas páginas nuestros fervientes deseos de éxito a todos en el desempeño de la nueva gestión.

01-02 9400139.

9400132.

INUR Nº 397/012/131293

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- **A extinção do COCOM e sua substitução por outro organismo. Perspectivas.**

Os países-membros do Comitê de Coordenação de Controles Multilaterais de Exportação (COCOM) — AUSTRÁLIA, BÉLGICA, CANADÁ, DINAMARCA, FRANÇA, ALEMANHA, GRÉCIA, ITÁLIA, JAPÃO, LUXEMBURGO, PAÍSES-BAIXOS, NORUEGA, PORTUGAL, ESPANHA, TURQUIA, REINO UNIDO e EUA — concordaram em extinguí-lo, porquanto seu objetivo principal era impedir a transferência de tecnologia sensível para o LESTE EUROPEU e às ex-repúblicas soviéticas.

A previsão é de essa intenção ser concretizada até 31 Mar 94, sendo o COCOM substituído por uma nova entidade, incluindo a RÚSSIA e, possivelmente, alguns países do antigo bloco comunista. Além desses, espera-se o convite para a CHINA, FINLÂNDIA, SUÍÇA, ÁUSTRIA, SUÉCIA, IRLANDA, NOVA ZELÂNDIA e HONG KONG. Todavia, qualquer nova adesão deverá implicar a aceitação, por parte do país-candidato, da instalação, no próprio território, de um adequado sistema de controle de exportação e a criação de uma legislação para fiscalizar o seu cumprimento.

Os grupos de trabalho formados para o planejamento do novo organismo reunir-se-ão no início de Jan 94, quando serão discutidos detalhes, como a lista dos produtos abrangidos.

Dentre as propostas da nova concepção destaca-se a não-existência de qualquer lista permanente de países proibidos, os quais entrariam e sairiam da relação conforme decisão dos demais membros. Entretanto, o IRÃ, o IRAQUE, a LÍBIA e a CORÉIA DO NORTE continuam a ser objeto de extrema preocupação, em particular dos EUA.

A despeito da extinção do COCOM — vislumbrada há algum tempo em decorrência dos abrandamentos paulatinos executados nas listas de produtos impedidos de exportação —, a tendência é de permanecer o rigoroso controle de transferência de tecnologias sensíveis, cabendo a cada membro a fiscalização dessa ação. De qualquer forma, o objetivo precípuo da nova entidade deverá ser desencorajar a proliferação de armas de destruição em massa, garantir alguma forma de coordenação e disciplina sobre o comércio de armas convencionais e reduzir a lista de tecnologias de uso ambivalente — civil e militar — que possam ser controladas.

* * *

Congreso Político. 11
BIOGRAFICO
REGISTRAR
MAY.

La Mañana 10/01/94

Congreso democristiano

Lescano preside la delegación uruguaya que concurrirá a la reunión de Democristianos de todo el mundo que se reúnen en Chile.

Gobernantes, parlamentarios y dirigentes demócratas cristianos de todo el mundo se reúnen en Santiago de Chile para participar de dos conferencias organizadas por la Internacional DC. Con este motivo viajaron a la capital chilena el diputado Héctor Lescano -vicepresidente de la IDC- la secretaria de asuntos internacionales María Julia Aguerre y el secretario general de la Juventud Demócrata Cristiana de América (JUDCA), Daniel Radío.

La conferencia que versó sobre "Evolución de los principios, valores y programas en Europa y en América Latina; la búsqueda de un nuevo orden internacional", fue inaugurada por el Presidente chileno Patricio Aylwin y clausurada por el Presidente electo, el también demócrata cristiano Eduardo Frei Ruiz-Tagle. De carácter plural, el evento contó con la participación del economista José Manuel Quijano, por razones de agenda no pudieron participar el expresidente Julio Mª Sanguinetti y el Intendente de Montevideo Tabaré Vázquez que también habían sido invitados.

Hoy y mañana, entretanto, a través de la Conferencia sobre "Valores, principios y programas de la PC", los demócratas cristianos abordarán propuestas "frente al mundo de hoy".

001/001

Campo Político
Biografías
REGISTRAR
MAS

1/1

La situación en Flores no es algo nuevo

LA MAÑANA 8-1-94

TRINIDAD. (Por Heber Escondeur Muñiz) El Presidente de la Junta Departamental de Flores, Juan B. Goñi (Partido Colorado) admitió que el distanciamiento entre la Intendencia y el legislativo local "es una situación que se viene arrastrando de periodos anteriores", señalando asimismo que no es momento de buscar responsables.

Las declaraciones del Presidente de la Junta, fueron formuladas en el marco de la especial coyuntura política que se da en el departamento, y a la decisión de doce ediles de solicitar juicio político al Intendente Municipal Walter Echeverría.

Hay una separación entre la Junta y la Intendencia, no sé quién es la responsable de esa situación. Creo que es lo que corresponde profundizar en el diálogo; es necesario estar en una comunicación más fluida, para de esa forma allanar los eventuales inconvenientes", indicó Juan B. Goñi.

En otro sentido opinó estar conforme con el trabajo legislativo del año 93, reafirmando el concepto de que el Intendente debería estar más en contacto para "dar informaciones más directamente, ya sea a nivel de Comisiones o en los plenarios. Creo que no sólo debe venir a sala cuando se le convoca por algo específico; entiendo que tanto el Intendente como sus asesores deben concurrir a participar en comisiones para dar todo tipo de explicaciones que sean necesarias para adoptar luego resoluciones".

Uno de los temas que provocó la solicitud de juicio político al Intendente fue el pago de compensaciones a tres asesores, y un reciente informe del Tribunal de Cuentas indicó que el Ejecutivo había actuado de acuerdo a derecho.

El Presidente de la Junta sobre este asunto explicó que el tema va más allá de eso. "En el seno de la Comisión de Presupuesto de la Junta se indicó que los asesores ganaban una cifra baja, que esos profesionales estaban ganando poco más de 1.300 pesos cuando en realidad se les estaba compensando, abonándoseles más. En base a ese informe se entendió de estricta justicia elevar sus retribuciones pero la Intendencia no necesitaba pagar nada 'por fuera' en la medida de haber planteado con claridad los elementos que hacían que los señores asesores tuvieran un pago de acuerdo a su trabajo", expresó Juan B. Goñi.

001/001

Campo Político 1/1

Fernando Riet asume el 14 en Melo

• El jerarca municipal está alineado contra Nin Novoa en el Partido Nacional

MELO. (Por León Cabrera). El Esc. Fernando Riet asumirá en forma interina la intendencia Municipal de Cerro Largo a partir del 14 de enero, como primer suplente del titular Rodolfo Nin Novoa que tomará su licencia anual en la segunda quincena de este mes.

Se cumple de esta forma el acuerdo político pactado a principios de la administración Nin, con la lista 1633 del Herrerismo. El propio Riet confirmó la información desde Punta del Este a la Voz de Melo.

Consultado sobre la política a desarrollar, habida cuenta de las diferencias políticas sustanciales entre el jefe comunal y el sector al que pertenece Riet, liderado por José Luis Rodríguez, señaló que nada va a cambiar y que todo seguirá su curso con el actual funcionariado y las tareas que se están cumpliendo, porque corresponde otra cosa en un lapso tan breve de solo 15 días.

"Las diferencias son notorias, se enmarcan en los distintos ámbitos del gobierno departamental, pero para poder hacer determinados cambios hay que tomar el timón con el tiempo suficiente. Esta es simplemente una suplencia por 15 días por lo que no corresponden cambios que no tendrían ningún efecto práctico para la población, que es lo que se busca al tomar determinadas medidas", afirmó.

Por otra parte Riet descartó que puede ser contraproducente asumir como suplente la Intendencia en el año de la próxima instancia electoral ya que siempre se ha manifestado en forma muy clara frente a la ciudadanía. "Nosotros votamos en la última elección la fórmula Lacalle - Aguirre y acompañamos a Rodolfo Nin a la Intendencia, pese a que las discrepancias en lo nacional eran muy notorias entre nuestro sector y el Movimiento de Rocha al que él pertenecía.

Siempre hemos expresado con claridad nuestras diferencias, todos saben cuál es nuestra postura y línea de conducta, pero seguimos pensando que en la vida política siempre deben buscarse consensos o acuerdos y coincidencias en el plano departamental", acotó el Esc. Fernando Riet a la emisora local.

La Libertad 06/01/94

001/001

Recibimos y publicamos

Saneamiento de la Ciudad de la Costa

La grave problemática de las aguas negras domiciliarias, como contaminantes de la napa freática y la deposición final del vaciado por barométricas, constituyó la necesidad de estudiar sistemas de saneamiento que solucionen este grave aspecto de las poblaciones de gran crecimiento, como la nuestra.- Dicho sistema debería ser moderno y adaptado a las condiciones del suelo arenoso y de poca pendiente en la mayor parte de la Ciudad de la Costa, y al mismo tiempo, que los efluentes resultantes no sean contaminantes de los cursos de agua donde desagüen.-

Como consecuencia, y ante el interés personal del Sr. Intendente de Canelones en el tema, la Comisión Especial de Programas de Desarrollo del MNR realiza estudios, determinando que el tipo de "Saneamiento Selectivo" es el que mejor se adapta, tanto por su sencillez, como por el bajo costo de construcción y mantenimiento.- Este tipo de saneamiento consiste básicamente en robadores selectivos domiciliarios, alimentados sólo por líquidos de las cámaras sépticas de cada vivienda; los mismos son transportados por colectores secundarios que correrían enterrados por el centro de las distintas calles, sirviendo ambos lados, y cuyo recorrido estaría determinado por pendiente a un colector costero.- Este colector tendría dos puntos de arranque: uno, desde la Av. Racine y la Rambla, y otro desde Rambla Costanera en El Pinar.- El punto de confluencia estaría ubicado a la altura de la Av. Márquez Castro, de acuerdo a las curvas de nivel determinadas en los estudios técnicos efectuados.-

Desde ese punto de encuentro se trasladarían los líquidos al Norte, por medio de bombas de elevación, hasta otra zona ubicada sobre la Ruta Interbalnearia, desde donde, contando con un importante declive natural, se trasladarían a una Planta de Depuración ubicada en el actual predio de las Piletas de Oxidación, a una distancia de 2 kms. del área suburbana de El Pinar Norte, solucionando también ese problema a los pobladores del lugar.-

Este sistema de saneamiento es similar en sus aspectos técnicos a otros ya en uso o en construcción en nuestro país, y que operan con excelentes resultados.- La experiencia internacional en el tema también avala este tipo de sistemas sobre los sistemas convencionales de uso en ciudades sin los amplios espacios verdes y retiros que caracterizan a nuestra Ciudad.-

Los barros ó residuos sólidos resultantes serían retirados por camiones apropiados, regulados por un régimen preestablecido de frecuencias, que oscila próximo a un año.-

El costo estimado para el proyecto en estudio para la Ciudad de la Costa es de aproximadamente u$s 10:000.000 (diez millones de dólares), cubriendo todos los balnearios y barrios de la misma.- Las aguas resultantes de la depuración podrían usarse para riego, permitiendo desarrollar cultivos intensivos que requieran agua abundante y barata; en caso de ser vertidas al arroyo Pando, las mismas no tendrían ningún riesgo de contaminación.-

La puesta en práctica de este proyecto, que cuenta con el interés especial de la Junta Local, dependerá de la iniciativa que tenga al respecto, la Intend. Municipal de Canelones, pidiendo anuencia al Parlamento para llamar a interesados en la concesión de obra por licitación pública, instrumentando los plazos de explotación, y fundamentalmente la amortización de la inversión por capitales privados dispuestos a desarrollar la propuesta.- De esta forma, se podrá avanzar decididamente en la meta que todos aspiramos: vivir en un medio cada vez más sano y natural.-

Edil Téc. Agr. Jorge Barlocci
Presidente de la Com. Esp. de Programa del MNR

En otro orden de cosas, y en relación al tema de cómo invertir el Fondo de Obras, es muy claro que el mismo no puede ser asignado a obras de caminería o alumbrado público, salvo aquellos casos muy puntuales de escuelas, ferias, iluminación de accesos a barrios modestos, y otras que a juicio de los vecinos sean requeridas.-

La propuesta de comprar un camión regador de asfalto realizada por la Dir. Gral. de Obras es totalmente inadecuada, ya que la obligación de la compra de maquinarias es inherente a la Intend. Municipal de Canelones, con los fondos provenientes de la Contribución Inmobiliaria y otros tributos.-

Inclusive no estamos de acuerdo en invertir el Fondo de Obras en la reparación de camiones municipales, que luego pueden ser llevados para otras zonas del departamento, y esto es tan así como que una de las inversiones que fueron realizadas en los primeros años fue la compra de dos motoniveladoras que vaya a saberse dónde están ahora, porque acá no quedaron.- Sería interesante además que por vía de enmienda a la ley de creación del FOZ, varias veces modificada en el gobierno de facto, se vuelva a los porcentajes originales de inversión, a efectos de cumplir fielmente con el espíritu de la creación del Fondo.-

De todas formas, la solución definitiva al problema de la inversión en la zona está dada por la propia constitución, que determina porcentajes precisos a ser manejados por las Juntas Locales autónomas, extremo pedido en junio de 1992 por la Junta Local de San José de Carrasco.-

Edil Tec. Agr.
Jorge Barlocci

LA GACETA DE LA COSTA OCTUBRE/1993

Recibimos y publicamos

Saneamiento de la Ciudad de la Costa

La grave problemática de las aguas negras domiciliarias, como contaminantes de la napa freática y la deposición final del vaciado por barométricas, constituyó la necesidad de estudiar sistemas de saneamiento que solucionen este grave aspecto de las poblaciones de gran crecimiento, como la nuestra.- Dicho sistema debería ser moderno y adaptado a las condiciones del suelo arenoso y de poca pendiente en la mayor parte de la Ciudad de la Costa, y al mismo tiempo, que los efluentes resultantes no sean contaminantes de los cursos de agua donde desagüen.-

Como consecuencia, y ante el interés personal del Sr. Intendente de Canelones en el tema, la Comisión Especial de Programas de Desarrollo del MNR realiza estudios, determinando que el tipo de "Saneamiento Selectivo" es el que mejor se adapta, tanto por su sencillez, como por el bajo costo de construcción y mantenimiento.- Este tipo de saneamiento consiste básicamente en robadores selectivos domiciliarios, alimentados sólo por líquidos de las cámaras sépticas de cada vivienda; los mismos son transportados por colectores secundarios que correrían enterrados por el centro de las distintas calles, sirviendo ambos lados, y cuyo recorrido estaría determinado por pendiente a un colector costero.- Este colector tendría dos puntos de arranque: uno, desde la Av. Racine y la Rambla, y otro desde Rambla Costanera en El Pinar.- El punto de confluencia estaría ubicado a la altura de la Av. Márquez Castro, de acuerdo a las curvas de nivel determinadas en los estudios técnicos efectuados.-

Desde ese punto de encuentro se trasladarían los líquidos al Norte, por medio de bombas de elevación, hasta otra zona ubicada sobre la Ruta Interbalnearia, desde donde, contando con un importante declive natural, se trasladarían a una Planta de Depuración ubicada en el actual predio de las Piletas de Oxidación, a una distancia de 2 kms. del área suburbana de El Pinar Norte, solucionando también ese problema a los pobladores del lugar.-

Este sistema de saneamiento es similar en sus aspectos técnicos a otros ya en uso o en construcción en nuestro país, y que operan con excelentes resultados.- La experiencia internacional en el tema también avala este tipo de sistemas sobre los sistemas convencionales de uso en ciudades sin los amplios espacios verdes y retiros que caracterizan a nuestra Ciudad.-

Los barros o residuos sólidos resultantes serían retirados por camiones apropiados, regulados por un régimen preestablecido de frecuencias, que oscila próximo a un año.- El costo estimado para el proyecto en estudio para la Ciudad de la Costa es de aproximadamente u$s 10:000.000 (diez millones de dólares), cubriendo todos los balnearios y barrios de la misma.- Las aguas resultantes de la depuración podrían usarse para riego, permitiendo desarrollar cultivos intensivos que requieran agua abundante y barata; en caso de ser vertidas al arroyo Pando, las mismas no tendrían ningún riesgo de contaminación.-

La puesta en práctica de este proyecto, que cuenta con el interés especial de la Junta Local, dependerá de la iniciativa que tenga al respecto, la Intend. Municipal de Canelones, pidiendo anuencia al Parlamento para llamar a interesados en la concesión de obra por licitación pública, instrumentando los plazos de explotación, y fundamentalmente la amortización de la inversión por capitales privados dispuestos a desarrollar la propuesta.- De esta forma, se podrá avanzar decididamente en la meta que todos aspiramos: vivir en un medio cada vez más sano y natural.-

Edil Téc. Agr. Jorge Barlocci
Presidente de la Com. Esp. de Programa del MNR.

En otro orden de cosas, y en relación al tema de cómo invertir el Fondo de Obras, es muy claro que el mismo no puede ser asignado a obras de caminería o alumbrado público, salvo aquellos casos muy puntuales de escuelas, ferias, iluminación de accesos a barrios modestos, y otras que a juicio de los vecinos sean requeridas.-

La propuesta de comprar un camión regador de asfalto realizada por la Dir. Gral. de Obras es totalmente inadecuada, ya que la obligación de la compra de maquinarias es inherente a la Intend. Municipal de Canelones, con los fondos provenientes de la Contribución Inmobiliaria y otros tributos.-

Inclusive no estamos de acuerdo en invertir el Fondo de Obras en la reparación de camiones municipales, que luego pueden ser llevados para otras zonas del departamento, y esto es tan así como que una de las inversiones que fueron realizadas en los primeros años fue la compra de dos motoniveladoras que vaya a saberse dónde están ahora, porque acá no quedaron.-

Sería interesante además que por vía de enmienda a la ley de creación del FOZ, varias veces modificada en el gobierno de facto, se vuelva a los porcentajes originales de inversión, a efectos de cumplir fielmente con el espíritu de la creación del Fondo.-

De todas formas, la solución definitiva al problema de la inversión en la zona está dada por la propia constitución, que determina porcentajes precisos a ser manejados por las Juntas Locales autónomas, extremo pedido en junio de 1992 por la Junta Local de San José de Carrasco.-

Edil Tec. Agr.
Jorge Barlocci

LA GACETA DE LA COSTA OCTUBRE/1993

La Gaceta de la Costa

Octubre 1993
Año I Nº 3

Permiso MEC Nº 93/3278

Director
Fernando Zorrilla de San Martín

Redactora Responsable
Ruth Sonia Astesiano
Achiras M. 1 S. 8
SOLYMAR

Propietaria
COTEDOR SRL.
Fco.Muñoz 3283 ap. 801

Periodistas
Walter Barrón, Mariela Couto, Anselmo Grau, Marcelo Segalerba, Fernando Zorrilla A.

Colaboradores
Graciela Bourdette, Marcela Araújo, Alejandra Orlando, Camilo Sosa, Kristina Modzelewski

Depto. Comercial
Alvaro Segalerba y Jorge Montaldo

Fotografía
Wáshington Ponce
Daniel Torres

Composición y armado
"La Gaceta"
Gabriel Pereira 3081 Of. 702. ☎ 79 94 13

DISTRIBUCION
"La Gaceta de la Costa de Oro" se edita mensualmente, y se distribuye en forma gratuita en los balnearios de Canelones comprendidos entre el Puente Carrasco y el Peaje Pando, entregándose a firmas comerciales, clubes, instituciones deportivas y sociales, escuelas e institutos de enseñanza privados y públicos, y reparticiones estatales.-
Se efectúa además un reparto domiciliario en forma personalizada en casas de vecinos.-
Se entrega además, a la Presidencia de la República, Casa de Gobierno, Ministerios, Intendencia Municipal de Canelones y sus respectivos departamentos, bancadas de ediles, diputados y senadores del departamento, Jefatura de Policía y sus seccionales de la zona, Cámara de Ind. y Comercio, Embajadas y Consulados, AGADU, ANDEBU, Com. Nal. de Educación Física, Canales de Televisión, Federaciones deportivas, Radios de Montevideo e Interior, Diarios y Semanarios.-

IMPRESION
Impreso en Imprenta "Diseños", Emilio Frugoni 1221 Tel. 48 09 21.

Depósito Legal
Nº 253471/93

REDACCION Y ADMINISTRACION
Achiras M.1 S.8
SOLYMAR
☎ (038) 5.79.65

1/1.

B registrar C/
30/12/93

PYONGYANG, Corea del Norte. — Parece una tierra congelada en la guerra fría donde todos los años son 1950. Sin embargo hasta en Corea del Norte, último bastión del estalinismo, hay cambios. **"Esperanza"** fue la palabra de orden en 1991 cuando el régimen de Pyongyang firmó un tratado de no agresión con Corea del Sur instaurando lo que un diario de Seúl llamó **"un nuevo amanecer"**. Pero en 1992 cundió el desencanto al comprobarse, con evidencias atómicas y mentía al respecto. Sobre el cierre de 1993 este peligro nuclear plantea lo que bien puede ser la mayor amenaza para la paz mundial. En palabras de un alto funcionario del gobierno de Seúl, **"si nos negamos a negociar existe una gran probabilidad de que se produzca una segunda guerra de Corea, una matanza en la península coreana y un empuje en la proliferación mundial de armas nucleares"**.

La amenaza nuclear de Corea del Norte fue el ítem número uno en la agenda de las conversaciones entre el presidente Clinton y el presidente surcoreano Kim Young Sam en Washington. También resultó tema predominante en los corredores de la reciente reunión de los países del área del Pacífico celebrada en Seattle. Que el tema haya sido cuidadosamente mantenido fuera de la atención pública demuestra el celo que emplean los diplomáticos de la región —incluyendo los de China comunista— para tratar la cuestión y cuán delicada es la presente coyuntura.

Seúl, la capital de Corea del Sur, dista sólo 65 kilómetros de la zona desmilitarizada que separa a [illegible] surcoreanos y 35.000 norteamericanos de los más de 700.000 efectivos norcoreanos emplazados cerca de la frontera. Los servicios de inteligencia surcoreanos informan que las tropas norteñas están hoy en su más alto grado de preparación para un eventual "golpe de mano".

A diferencia de Haití o Somalia, Corea del Norte no es otro de esos **"pequeños problemas"** destinados a desaparecer rápidamente de la atención mundial. La administración Clinton sostiene que en el mundo de la posguerra fría la única verdadera amenaza, y el único verdadero enemigo, es "La Bomba" misma, especialmente si está



Patrullaje y alerta. Un soldado de Corea del Sur cumple la guardia en la tensa zona fronteriza

en manos de un gobierno como el de Kim Il Sung, a quien Washington considera un dictador paranoico o impredecible cuyas ambiciones nucleares deben ser contenidas de alguna manera.

Sin esconder palabras, en julio el presidente Clinton advirtió que si Corea del Sur llega a emplear alguna vez una bomba atómica **"será el fin de ese país"**. Debe haber sido un espectáculo singular: el líder de la única superpotencia global castigando verbalmente a un país de 22 millones de habitantes empobrecidos y mal alimentados. Y debe haber sido un momento muy feliz para Kim, que se considera a sí mismo uno de los grandes colosos del escenario internacional. Kim se ha construido cuidadosamente una imagen de Gran Líder, disponiendo la erección de miles de monumentos consagrados a celebrar sus logros. Se mantiene en el poder supremo desde hace 45 años y ya anunció la transferencia del mismo a su hijo Kim Jong Il. La intensidad del culto a su persona indica un grado de megalomanía que es el factor más preocupante de la actual crisis. ¿Es posible que Kim arriesgue su legado, su descendencia y su país ordenando un ataque suicida contra el Sur? El tema sería inimaginable en el caso de cualquier otro líder, pero Kim es cualquier cosa menos predecible. Antes de viajar a Seattle, el presidente surcoreano Kim Young Sam se hizo eco de las palabras de Clinton diciendo que **"si Corea del Norte insiste en desarrollar armas nucleares, será la destrucción de ese país"**. El peligro es que Kim ya haya planificado su salida de escena haciendo mucho ruido.

PACIENCIA AGOTADA

La crisis se agudizó a partir de marzo, cuando el gobierno de Kim Il Sung prohibió el acceso de los inspectores de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA, de la ONU) al complejo de [illegible] nucleares de Yongbyon. Esto hizo pensar que Corea del Norte está almacenando combustible nuclear. En el Pentágono se comenzó incluso a hablar de ataques aéreos contra Yongbyon. Hoy, después de meses de idas y venidas, los inspectores de la AIEA serán autorizados a visitar la planta. Las fuentes de inteligencia norteamericanas y asiáticas difieren en cuanto al adelanto de las investigaciones nucleares de Corea del Norte, pero están de acuerdo en que el país dispone de plutonio suficiente como para fabricar dos bombas. Sin inspectores curiosos, Pyongyang podría utilizar el combustible del reactor principal de Yongbyon para fabricar un número mucho mayor de artefactos atómicos, dice un vocero autorizado de la AIEA. **"Con cada semana, con cada día, que pasa, aumenta nuestro desconocimiento de lo que están haciendo en Yongybon"**, agrega la fuente.

En la AIEA ya se agotó toda la paciencia con Corea del Norte. Después de firmar en 1985 el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) Kim Il Sung se las arregló para demorar durante siete años las visitas de inspección exigidas por el documento. Los inspectores finalmente entraron a mediados de 1992, trabajando en completa armonía con los técnicos de Yongbyon hasta que éstos les mintieron al afirmar que sólo en dos oportunidades —una en 1970 y otra en 1990— habían extraído plutonio de los desperdicios nucleares del reactor principal. Un análisis especializado permitió comprobar que la muestra de plutonio era posterior a 1970 y anterior a 1990. **"Pretendían que les creyéramos que durante 20 años se habían desinteresado totalmente por la extracción de plutonio"**, dijeron los técnicos de la AIEA.

Era bastante improbable que así ocurriera. Por otra parte, relevamientos fotográficos satelitales realizados por los Estados Unidos permitieron comprobar que algunas instalaciones disimuladas del complejo de Yongbyon son muy similares a los vaciaderos para desperdicios nucleares de modelo soviético. El acceso de los inspectores a estos "basureros" permitiría comprobar el volumen de desechos atómicos con que contaban los coreanos y de allí deducir la producción potencial de plutonio. Pero no se permitió dicha inspección. **"Si no tienen nada que ocultar** ¿por qué no permitir la entrada de los inspectores?", se preguntó la AIEA.

POSIBLES SANCIONES

Aunque consideran que Corea del Norte no dispone de detonadores, los servicios de inteligencia pudieron determinar que en mayo de este año Pyongyang llevó a cabo con éxito las pruebas su nuevo misil **Rodong I**, que, con una autonomía de desplazamiento de 1.000 kilómetros, podría detonar un artefacto atómico en territorio japonés, chino, ruso y —obviamente— surcoreano. El **Rodong II**, actualmente en construcción, ampliaría el alcance al territorio de la China meridional y Taiwan. El peligro para el mantenimiento del régimen de no proliferación es que si Corea del Norte fabrica su bomba, otros países pueden sentirse tentados a hacer lo mismo: India, Pakistán, Irak, Libia, Siria. Para muchos expertos, en Corea del Norte se juega la suerte final del régimen previsto en el TNP.

En términos prácticos cabe preguntarse exactamente para que Kim Il Sung puede querer la bomba. Una teoría es que todo es un gigantesco bluff para extraer concesiones de Occidente. Si es así, el método puede estar dándole resultado. En junio, Clinton aceptó un pedido de larga data formulado por Pyongyang para celebrar conversaciones de alto nivel. El presidente norteamericano esperaba que este reconocimiento sirviera para inducir a Kim a comportarse como un buen vecino. Sin embargo, nada parece satisfacer realmente al dictador, lo que lleva a muchos a pensar que lo que realmente quiere es glorificarse a sí mismo como líder del Tercer Mundo poseedor del arma nuclear. El gobierno de Clinton fue bastante criticado en la prensa de su país por su supuesta política de **"apaciguamiento"** de Kim Il Sung, y Washington adoptó entonces una línea más dura. El Departamento de Estado anunció la factibilidad de buscar la imposición de sanciones por parte de las Naciones Unidas.

Kim tiene amplios antecedentes de resistencia a las presiones de las grandes potencias basándose en la filosofía que los norcoreanos llaman **juche** (algo así como "confiar en los recursos propios" o "ser el dueño del propio destino"). El concepto fue elevado a la categoría de credo oficial del gobierno, y las librerías se llenaron de textos sobre la autosuficiencia económica, la independencia militar y la autonomía política. Kim la puso en práctica separándose de sus antiguos protectores —China comunista y la URSS— señalándolos como **"potencias colonialistas"**. Decretó 12 horas de trabajo diario para toda la población —hombres, mujeres y niños— con el fin de compensar la pérdida de las importaciones procedentes del bloque soviético al tiempo que resistió las presiones para ingresar al CAME, la unión económica comunista. **"Kim creó un país que valora el autosacrificio"**, sostiene Dae Sook Suh, especialista en asuntos coreanos de la Universidad de Hawaii. **"Si le aplican sanciones, sobrevivirá y quizás hasta prospere"**, agrega.

ECONOMIA PRIMITIVA

Sin embargo un estudio de datos y números sugiere que Corea del Norte debe ser un país muy vulnerable. En los últimos tres años el producto nacional cayó un 13 por ciento, situándose en 22.000 millones de dólares en 1992. El comercio exterior disminuyó en un 50% entre 1990 y 1992, alcanzando apenas los 2.000 de dólares. Han disminuido significativamente las importaciones de productos vitales (petróleo, trigo), provocando racionamientos y cierre de fábricas. Dos tercios de lo que actualmente importa Corea del Norte proviene de China, Japón y Corea del Sur: si estos se unieran a las sanciones, paralizarían al país. El problema puede estar en que la mayoría de estas cifras provienen de Corea del Sur, que tiene su propia historia de propaganda antinorteña. Pero de cualquier manera resulta indesmentible que la economía del Norte es básicamente primitiva: aparte de los misiles SCUD modificados, que el país dice vender en el Oriente Medio, su exportación de más alta tecnología son los trajes de hombre (confeccionados mediante un **joint-venture** con firmas japonesas), los pianos y el licor de **ginseng**. La debilidad exportadora significa que Pyongyang obtiene muy pocas divisas para pagar sus importaciones. Como no ha devuelto los varios miles de millones de dólares de su deuda externa, los bancos internacionales eliminaron a Corea del Norte de la lista de receptores de créditos. Hasta la fecha, siguiendo con su tradición, Pyongyang no publica ninguna clase de estadísticas económicas oficiales, insistiendo sin embargo que todo marcha muy bien en [illegible] **trabajadores"**. Averiguar datos concretos es bastante difícil: en el Departamento de Estado, por ejemplo, no hay un solo funcionario que haya podido visitar Corea del Norte.

El gobierno de Kim no desprecia del todo al mundo exterior. A partir de 1988 un grupo reformista encabezado por el primer ministro Yon Hyong Muk, pero claramente autorizado por Kim, abrió negociaciones con el Sur, ingresó el Norte a las Naciones Unidas y estableció zonas francas para atraer inversores. Pero en 1992 hubo un retroceso después que el Hijo y Querido Líder Kim Jong Il asumió el comando en jefe de las fuerzas armadas y el despacho diario de los asuntos de gobierno. Se cerraron las fronteras y los extranjeros fueron obligados a salir del país. El grupo de **"halcones"** que respalda al joven Kim parece estar en ascenso, lo que lleva a temer que si se produce un colapso en el país, adquiera características violentas.

Es un problema que preocupa, entre otros, al secretario de Defensa norteamericano Les Aspin, quien en una reciente visita a Corea del Sur recordó en varias oportunidades que las tropas norcoreanas están concentradas a menos de 100 quilómetros de la frontera. Los efectivos militares del Norte se duplicaron en los últimos diez

Enfrentamiento en la Península Coreana

Los intentos de Corea del Norte por impedir el ingreso de inspectores internacionales a sus instalaciones nucleares, suscita tensión en la península que comparte con Corea del Sur. El presidente Clinton busca una solución pacífica, pero no descarta el uso de la fuerza.



Desde un puesto militar, el presidente Bill Clinton observa el territorio de Corea del Norte

años, llegando hoy a más de un millón de hombres. Hay que recordar también que desde 1960 el gobierno ha procurado hacer, mediante planes de entrenamientos, "un soldado de cada ciudadano". Pero la fuerza militar profesional norcoreana y la preparación bélica de los civiles no es nada nuevo: lo que más preocupa —y en algunos casos alarma— es el estado actual de las defensas de Corea del Sur. Según algunos analistas militares un ataque por sorpesa del Norte aplastaría las defensas surcoreanas en dos semanas.

¿Pyongyang está planificando una invasión? Se sabe que el Norte está detrás de numerosas intrigas, actos terroristas e incluso intentos de asesinato de funcionarios surcoreanos, pero de la infiltración guerrillero-terrorista a una invasión militar en fuerza hay una gran diferencia. Si la crisis actual se aplaca y se llega a algún acuerdo es muy probable que el mercurial Kim Il Sung quiera seguir adelante, de alguna manera y en secreto, con sus proyectos nucleares. En caso de que ni las sanciones lo detengan, el mundo tendrá finalmente que decidir si está dispuesto a convivir con una Corea del Norte nuclearizada desde el punto de vista militar. Si la respuesta es no, entonces las perspectivas son en verdad alarmantes.

El "Secreto Impublicable"

SEUL, Corea del Sur.— En 1991 un estudio del Pentágono dejó al descubierto lo que un funcionario norteamericano llamó *"ese secreto impublicable"* de Corea del Sur: la debilidad relativa de sus defensas frente a un eventual ataque del Norte. Sin adornos, con *"franqueza brutal"*, el estudio dice que una *blitz* por sorpresa terminaría con las defensas sureñas en dos semanas o menos. Peor aún: debido a ciertos problemas logísticos, los refuerzos estadounidenses tardarían entre seis y ocho semanas en llegar. Interin, la fuerza aérea podría enlentecer, pero no detener por completo, el ataque del norte.

Estas son, por supuesto, previsiones relativas al peor de los casos.

Pero de cualquier manera la opinión virtualmente unánime de los expertos no es nada tranquilizante. Los aliados —Corea del Sur y Estados Unidos— triunfarían en definitiva, pero en no menos de seis meses y sufriendo enormes bajas. El estudio del Pentágono es una de las razones por las cuales en 1991 Estados Unidos puso fin al retiro de sus efectivos del Sur, buscando mantener el equilibrio de poderes en la península. Según este estudio, durante la década de los años 80 Corea del Norte efectuó inversiones masivas en la compra de tanques y la modernización de su parque de artillería, al tiempo de trasladar el grueso de sus fuerzas a la región fronteriza. Los norteños adquirieron lo que en términos militares se llama *"capacidad de ataque con escaso preaviso"*, que deriva de haber realizado ya la movilización necesaria y el posicionamiento de los efectivos.

Las fuerzas aliadas, mientras tanto, no respondieron en la misma medida.

02-02

9400142

Libia revela red de espionaje entre militares y la CIA

por Bahaa Elkoussy
Trípoli (UPI)

■ Libia reveló que interrogaba a por lo menos una docena de oficiales del ejército y a otros acusados de espiar para la agencia central de Inteligencia de Estados Unidos.

"Descubrimos una red de espionaje, pero no una rebelión, como la prensa de occidente ha sostenido", manifestó el ministro de Relaciones Exteriores de Libia, Omar Almuntasser, durante una rueda de prensa en la capital Libia.

Indicó que habían descubierto que los sospechosos, entre los cuales se encontraba un número no especificado de militares, mantenían contactos con la CIA, por lo que fueron arrestados en setiembre.

Narró que los presuntos espías tenían equipos de comunicaciones, utilizaban platos de satélite, y se descubrió que habían celebrado encuentros con personal de la CIA.

Almuntasser indicó que ningún otro país u organismo de inteligencia se encuentra implicado en este complot, pero se negó a entrar en detalles sobre el asunto, explicando que todavía investigan a los supuestos espías y sus contactos.

Recientes informes habían aludido a un levantamiento o un intento golpista por parte de los militares, el cual habría sido sofocado por el coronel Mohamar Khadafi.

Sin embargo, según reiteró el canciller, Trípoli todavía sigue interesada en mejorar sus relaciones con Washington, a pesar de la actitud antagónica que han demostrado hacia Libia los gobiernos de occidente, en particular los de Gran Bretaña y Estados Unidos.

"No existen antecedentes negativos en nuestra relación con Clinton, así que no hay que malograr las ofertas de diálogo", opinó el ministro en su oficina, frente al puerto mediterráneo de Trípoli.

Al Muntasser desestimó el embargo y otras sanciones impuestas por la ONU contra su país por rehusarse a entregar a dos libios acusados del atentado contra un avión de Pan Am que sobrevolaba la localidad escocesa de Lockerbie en 1988, matando a 270 personas.

Solicitó que se llevará a cabo una nueva investigación independiente del asunto de Lockerbie en vista de las declaraciones hechas recientemente por un ejecutivo suizo indicando que Libia no era el único país que había comprado los dispositivos de tiempo para bombas que se presume fueron utilizados para hacer explotar el avión.

Almuntasser manifestó que el episodio de Lockerbie probó a Trípoli que Estados Unidos y el gobierno británico no estaban buscando justicia, sino otra cosa, algo que no podía comprender.

Afirmó que era contra la ley libia y contra los principios de derechos humanos el obligar a dos sospechosos libios a rendirse para ser sometidos a juicio en Estados Unidos o el Reino Unido, pero recordó que su gobierno ha dicho que no objetaría si los dos hombres deciden someterse a ello voluntariamente.

Cuando se le preguntó si planeaba hablar sobre el asunto de Lockerbie con el secretario general de Naciones Unidas, Boutros Ghali, Almuntasser dijo que le escribe con frecuencia a Ghali pero que el jefe de la ONU ha establecido condiciones que él no puede aceptar para una reunión entre ellos.

Dijo que había invitado a Ghali a una visita a Libia en su camino a Nueva York desde su actual viaje al lejano oriente, pero que todavía no recibe respuesta.

Nº. DOCUMENTO 9400144
TITULO Consulado de Malasia en Montevideo.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 6/12/93.
VINCULADOS 507615 -
507466. -
11164. -
11339 -

El nuevo consulado en Montevideo hará el enlace entre los sectores público y privado

Malasia promoverá en Uruguay inversiones en industrias con mano de obra intensiva

Como parte de su nueva estrategia de relacionamiento con América Latina, el gobierno de Malasia promoverá la llegada de inversiones a Uruguay, donde podrían instalarse industrias que emplean mano de obra intensiva.



Federico Gutiérrez

Carlos Garramón
El gran desarrollo malasio es una demostración de que es posible crecer

Para instrumentar esa estrategia, el gobierno malasio abrió un consulado en Montevideo, que se encargará del enlace entre los respectivos gobiernos y sectores privados.

El cónsul honorario de Malasia, Carlos Garramón, destacó en entrevista con *El Observador* las oportunidades que se abren para Uruguay con este nuevo relacionamiento, en el entendido de que a través de Malasia el país puede contactarse con el sudeste asiático, la región que ha experimentado un crecimiento económico más rápido en los últimos años.

Con una tasa de crecimiento anual promedial del 8%, 18 millones de habitantes y exportaciones por 49.000 millones de dólares al año, Malasia es uno de los nuevos "tigres" en el concierto económico mundial.

"A comienzos de los años 70, Malasia exportaba 2.000 millones de dólares, algo más que lo que vende Uruguay actualmente, y su nivel industrial y tecnológico era similar al nuestro. Su gran desarrollo es una demostración de que es posible crecer", afirmó Garramón.

El representante señaló que el interés malasio por el Cono Sur de América está motivado en dos hechos fundamentales. El aspecto político es una definición de ese país en cuanto a propiciar un relacionamiento más estrecho con países del Tercer Mundo y particularmente con los países donde no hay una presencia tan fuerte de Japón. El tema económico radica en la necesidad de "desinvertir" por temor a un "recalentamiento" de la economía malasia y, por consiguiente, se están buscando nuevos destinos para los capitales de ese país.

Bien informados

"Ellos tienen mucho más información sobre esta región de lo que nosotros creemos y están mirando con mucha atención la formación del Mercosur", expresó Garramón.

"El príncipe Abdul, hijo del sultán, estuvo en Montevideo, y quedó impresionado por el potencial del país y de su capital humano. Recordó que hace 23 años los malasios tenían dificultades para instalar su primera planta de circuitos integrados, porque la mano de obra no estaba bien capacitada y no respondía, y hoy Malasia es el principal exportador del mundo. El príncipe decía que si hoy Uruguay instalara una fábrica de circuitos integrados, no habría ningún problema porque la gente está capacitada, por lo que las condiciones para el desarrollo están dadas".

Indicó Garramón que el principal beneficio para Uruguay en su nueva relación con Malasia es la llegada de capitales, ya sea en forma de joint ventures o de inversiones directas, para instalar plantas industriales.

El interés malasio es instalar fuera del país las industrias que emplean mano de obra intensiva. Entre los principales rubros que podrían llegar al país mencionó el de los aparatos de aire acondicionado, los televisores, productos derivados del caucho, telefonía y otras líneas de artículos electrodomésticos. ■

01-01 9400144

Guinea

ENFRENTAMIENTOS

Al menos dos personas murieron y decenas resultaron heridas el pasado fin de semana, en los enfrentamientos entre simpatizantes del Partido para la Unidad y el Progreso (PUP) del presidente guineano, general Lansana Conte, y de la Agrupación del Pueblo Guineano (RPG), que lidera Alpha Conde.

Según indicaron fuentes opositoras, los enfrentamientos se produjeron cuando los militantes de la RPG pretendían manifestarse en señal de rechazo por las elecciones presidenciales previstas para el próximo domingo, las primeras pluralistas que se celebran en esa antigua colonia francesa.

Las fuentes indicaron que también hubo enfrentamientos entre simpatizantes del PUP y de la Unión para la Nueva República (UNR) de Mamadou Ba, que pretendían manifestarse en las calles de Conakry con el mismo motivo, aunque no indicaron si hubo pérdidas humanas.

Las autoridades de Malí detuvieron a varios jefes del Ejército

IMPIDEN GOLPE DE ESTADO

Las autoridades de Mali anunciaron ayer, la detención de cinco miembros del Ejército que pretendían asesinar al presidente de la nación, Alpha Omar Konare, y a varios ministros.

Según declaró el ministro de Comunicación y portavoz del Gobierno, Sheikna Sisoko, el intento de golpe de Estado se produjo el jueves.

A raíz del intento, las fuerzas de seguridad detuvieron a sus supuestos autores, entre los cuales se encontraba el teniente coronel Oumar Diallo, próximo al ex presidente Mousa Traore, del que fue ayuda de campo y jefe de los servicios secretos durante años.

Traore, que gobernó Mali desde 1968, fue destituido en marzo de 1991 tras un levantamiento popular contra su negativa de establecer el pluralismo político, y ahora se encuentra detenido por malversación de fondos públicos, corrupción y violación de los derechos humanos.

Las autoridades afirmaron que los presuntos golpistas pretendían asesinar al jefe del Estado, al presidente de la Asamblea Nacional, al primer ministro y a varios miembros del Gobierno.

Sisoko comparó la intentona golpista con la de Burundi, donde el pasado 21 de octubre los militares asesinaron al presidente Melchior Ndadaye y a varios de sus ministros, tras fracasar un golpe de Estado contra el Gobierno establecido en julio.

Para el ministro maliense, con este intento queda confirmado que el Ejército sigue siendo una amenaza para el proceso democrático de Mali, que comenzó tras el derrocamiento de Mousa Traore. (EFE)

Nº DOC. 9400147
TITULO Gabón: sin presidente.
PROC. L. Jur.
FECHA 12/12/93
VINCUL. 507-515-
11164-
11437-
11302-

Gabón

SIN PRESIDENTE

El líder de la Agrupación Nacional de los Leñadores (RNB), el sacerdote católito Paul Mba Abessolo, se autoproclamó vencedor de las presidenciales pluralistas del pasado domingo, y nombró primer ministro a Pierre Andre Kombela, informó la radio de la oposición.

Sin embargo, los resultados de las elecciones anunciados el jueves por el ministro de la Administración Territorial, Antoine Mboundou Mikaou, presidente de la Comisión Electoral Nacional (CEN) favorecían al candidato del Partido Democrático Gabonés (PDG), el presidente Omar Bongo, en el poder desde hace 26 años.

La oposición criticó a Francia por afirmar que las elecciones se desarrollaron regularmente, lo que a su juicio equivale a respaldar a Bongo, acusado de proteger los intereses franceses en Gabón.

01-01

9400147

Nº DOCUMENTO 9400148
TITULO Enfrentamientos en el Congo.
L-Jur.
FECHA 15/12/93
65605 –
11164 –
11163 –
11418 –

Congo

NUEVOS ENFRENTAMIENTOS

Otras cinco personas murieron anoche en los barrios populares de Makele-kele y Nfila de la capital de Congo, en los enfrentamientos entre simpatizantes de la coalición gubernamental y los de la oposición, informaron fuentes oficiales.

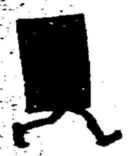
Con estos son ya oficialmente quince las víctimas mortales que se registraron desde el pasado viernes en Makele-kele y Nfila, donde los enfrentamientos se reanudaron entre ambos bandos después de que un seguidor de la coalición presidencial fuera secuestrado y encontrado luego ahorcado.

Hace unas semanas, los enfrentamientos armados entre e Ejército y las milicias armadas de la oposición terminaron con 50 muertos, según datos oficiales, aunque fuentes diplomáticas y testigos afirmaron que los cadáveres se amontonaban en los hospitales de Brazzaville.

Nº. DOCUMENTO 9400149
TITULO situación en Sierra Leona.
P País
FE 19/12/93
VI... 507659-
11164-
11302-

SIERRA LEONA

Gobernar es cosa de niños



Freetown, la capital de Sierra Leona, está cubierta de retratos de su actual presidente, el capitán Valentine Strasser. Junto a un grupo de oficiales y camaradas de armas, conocidos como "los niños", tomó el poder hace 18 meses, derrocando el corrupto y sangriento régimen de Joseph Momoh.

Muy pocos pueden ver personalmente a Strasser. Diariamente se limita a ir de su residencia a su despacho, rodeado de siete "jeeps" Land Rover con jóvenes soldados armados a guerra.



Según sus allegados Strasser no recibe ninguna visita oficial debido a su timidez. No quiere que le saquen fotos y no concede entrevistas. En una reunión del Commonwealth la reina de Inglaterra se interesó por él, pero el gobernante veinteañero sólo aceptó reunirse con un funcionario administrativo.

Strasser y "los niños" han entregado el gabinete ministerial a un grupo de civiles presidido por un empresario. El país ha hecho un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional y la inflación bajo del 95 al 16%.

Un diario afirmó que "el niño" Strasser es tímido pero astuto para los negocios y que habría viajado a Alemania a vender diamantes por valor de unos 40 millones de dólares. Los autores de la nota fueron inmediatamente encarcelados, aumentando los temores de que los días de un gobierno civil y democrático aún están lejos.

Costa de Marfil

DESIGNAN SUCESOR DE PRESIDENTE FALLECIDO

El presidente del Parlamento, Henri Konan Bédié, de 59 años de edad, es constitucionalmente el sucesor del jefe de Estado de Costa de Marfil, Félix Hufué Buaní, fallecido ayer a los 88 años.

Hufué falleció en la mañana de ayer, después de 33 años en el poder, víctima de un cáncer de próstata, del que fue operado en París en junio pasado.

Fuentes diplomáticas en Abiyán informaron de que, a pesar de estar constitucionalmente prevista la sucesión, partidarios del primer ministro, Alasane Uattara, pusieron de manifiesto la semana pasada su absoluta disconformidad con que la jefatura del Estado recaiga sobre el presidente del Parlamento.

La oposición marfileña y algunos dirigentes del gubernamental Partido Democrático (PDCI) han manifestado durante la larga enfermedad de Hufué su rechazo a la disposición suceroria, introducida como modificación a la actual Constitución en 1990.

Murió el único presidente de Costa de Marfil en sus 33 años

ABIDJÁN, COSTA DE MARFIL - Con la muerte del presidente Félix Hufué Buaní (88), único jefe de Estado de Costa de Marfil desde que esa nación se independizó de Francia hace 33 años, Africa perdió a uno de sus más respetados y veteranos dirigentes.

"El viejo", como se le conocía cariñosamente en Africa, nunca trató de desmentir el carácter paternalista del régimen monocolor que implantó en su país tras la independencia de Francia.

Su inquietud principal y uno de sus mayores logros fue preservar la paz y la estabilidad de su país, frente a los conflictos, golpes de Estado y guerras que sacudían a las naciones vecinas y al continente africano en general, y nunca ocultó que, en caso de verse obligado a elegir entre el orden y la justicia, optaba por lo primero.

Mantuvo en general buenas relaciones con Francia -fue primero diputado de su Asamblea Nacional y más tarde ministro de Sanidad durante varios años- y con otros países occidentales, pero no dudó en hacerles frente con firmeza cuando lo exigía la ocasión.

A sus opositores, en lugar de aplicarles una política sanguinaria o revanchista, como sucedió tan a menudo en otros países africanos, Hufué los enviaba generalmente de embajadores al extranjero o les encomendaba tareas de gobierno, de forma que se ganaba, cuando no su gratitud, al menos su silencio.

Hufué Bauní y sus colaboradores vieron crecer sus fortunas-la del "Viejo" se calcula en 3 mil millones de dólares- y en las épocas de "vacas flacas", recuerdan algunos viejos políticos, el presidente pedía a sus ministros que repatriaran parte de sus millones atesorados en Suiza para hacer frente a las necesidades del país. El mismo predicó siempre con el ejemplo.

Su elocuente retórica y su habilidad política le valieron el respeto de la mayoría de sus colegas africanos y occidentales, que lo reconocían como "El sabio de Africa".

Hasta el Papa Juan Pablo II, a quien al parecer no le hizo mucha gracia el derroche de dinero de que hizo gala Hufué al construir su famosa Basílica de Yamusukro, ligeramente más alta que la de San Pedro - 150 millones de dólares de costo pagados con su fortuna personal- sucumbió al encanto del "Viejo" y se desplazó en 1990 a Costa de Marfil por tercera vez, para consagrar esa muestra del ferviente catolicismo del presidente.

Aunque las capas más jóvenes del país no le demostraban el mismo cariño que sus contemporáneos, Hufué fue reelegido presidente por abrumadora mayoría en los comicios de 1991, los primeros celebrados en el país bajo un sistema multipartidario.■ *(EFE y AP)*

01-01

LAS *fuerzas armadas no pueden superar su costumbre de tener a todo el mundo bajo la bota"*, dijo en reciente entrevista al líder nigeriano Beko Ransome-Kuti, presidente y cofundador del movimiento "Campaña por la Democracia", una coalición de 40 sindicatos y agrupaciones de defensa de los derechos humanos que vehiculiza la oposición al régimen militar. Ransome-Kuti teme que se desencadene un incontrolable conflicto, porque la población *"está cansada de los gobiernos militares"*. La situación hizo crisis cuando a mediados de este año los uniformados anularon la elección (junio 12) en la que había triunfado un candidato civil. Como transacción para calmar las aguas, los generales instalaron otro "presidente interino" civil, pero el 17 de noviembre también lo derrocaron.

El parlamento aprobó la consulta para aprobar el ingreso a la Unión Europea

NORUEGA IRA AL REFERENDUM

El Parlamento noruego ha autorizado al gobierno de ese país para que examine la posibilidad, junto con los ejecutivos de Suecia y Finlandia, de someter el ingreso de estos tres países en la Unión Europea (UE) en un referéndum a celebrar en una fecha común.

La decisión se tomó en la madrugada del martes por 49 votos a favor y 46 en contra, en momentos en que la mayor parte de los 165 diputados estaban ausentes.

Según algunos partidarios del ingreso, si se celebra un referéndum en una fecha común quedarían limitadas las posibilidades de que Noruega forme parte de la UE.

Un 56 por ciento del electorado noruego se niega a que su país forme parte de la UE, con la que negocia desde abril pasado, y sólo un 26 por ciento la apoya, según una encuesta publicada el pasado domingo.

Como las otras dos candidatas nórdicas, Suecia y Finlandia, Noruega deberá someter a referéndum el resultado de las negociaciones, pero aún no se ha fijado la fecha de la consulta.

Los partidarios del ingreso en la UE creen que el resultado positivo en un futuro referéndum sería más probable si la primera en celebrar la consulta fuera Finlandia, partidaria del ingreso.

Según las encuestas, el ingreso de Suecia y Finlandia cambiaría poco la opinión del votante noruego, que seguiría oponiéndose a la UE en un 45 por ciento.

La población noruega está dividida frente a la UE desde que un referéndum celebrado en 1972 rechazó la integración en la entonces Comunidad Europea (CE) con el 53,5 por cien de los votos en contra. (EFE)

Nº. DOCUM: 9400153
TITULO: Temor de que el crecimiento económico produzca expansionismo militar.
PROCED: 150090
FECHA DE: 5/12/93
VINCULACIÓN: 507638-
11161-
11163-
11332-

Temor en continente asiático por la amenaza militar de la "gigante China"

• La explosión económica fortalece viejas ambiciones

No obstante las seguridades dadas por el Presidente chino, Jiang Zemin, en la reunión de la APEC de la semana pasada en Seattle, los países de Asia oriental temen que el rápido crecimiento económico de China pueda inducir a sus autoridades en un futuro no lejano a intentar el expansionismo militar.



El vertiginoso ascenso económico de China en el continente predice una apertura de mercados y una expansión en "conquistas" territoriales, como las islas Spratly.

Singapur (ANSA)

Estos temores se refieren, en modo particular, a las islas Spratly, en el mar de China meridional, potencialmente ricas en petróleo y gas natural, reivindicadas, además de China, por Vietnam, Malasia, las Filipinas, Brunei y Taiwan.

"Las ambiciones de China son evidentes", afirma al respecto Paul Dibb, director del Centro de Estudios Estratégicos de la universidad australiana de Camberra, **"y en el próximo decenio paralelamente al crecimiento económico se desarrollará un mayor papel estratégico en el cuadro de todo el sistema de seguridad asiático"**.

Análogas evaluaciones fueron expresadas por B. A. Hamzah, director del Instituto Marítimo Malayo, según el cual **"si los gobernantes de Pekín transformaran el mar de China meridional en un lago chino, la navegación internacional estaría amenazada, y, antes que ninguno, el Japón correría al rearme"**.

Según Dibb, si quisiera imponer su soberanía sobre las islas Spratly con un acto de fuerza, Pekín tiene ya la capacidad para poner en el campo fuerzas muy superiores a las de los países vecinos.

Y el control de las islas significaría el control del mar de China meridional, donde transitan las importaciones petrolíferas del Japón y gran parte de su intercambio comercial.

Los países de Asia oriental están convencidos que para conjurar **"tentaciones aventureras"** por parte de Pekín es indispensable favorecer la modernización económica de China y su cada vez más pronunciada apertura al mundo exterior, de forma de vincularla con el mantenimiento de la paz.

Por esta razón los líderes regionales, con el ex Primer Ministro de Singapur, Lee Kuan Yew a la cabeza, presionan sobre los Estados Unidos para que alienten el nexo entre la apertura de sus mercados a China y los progresos de Pekín en el campo de los derechos humanos.

Los regímenes de Asia oriental, muchos de ellos inspirados en la ética confuciana que conjuga paternalismo y autoritarismo, sostienen, a menudo con tonos ásperos como en el caso del Primer Ministro malayo Mahatir Mohammed, que la democracia de tipo occidental no es exportable a esta parte del mundo.

La situación en las islas Spratly es potencialmente explosiva porque todos los países que las reivindican mantienen contingentes militares. China, que estableció una cabeza de puente en 1988 después de un choque armado con Vietnam, el mes pasado firmó con Hanoi un tratado en el cual renuncia al uso de la fuerza para resolver disputas territoriales. Al mismo tiempo, Pekín se está mostrando conciliadora respecto a la explotación conjunta de las reservas isleñas.

9400153

01-02

La necesidad económica ha logrado transformar en pocos años al ejército más grande de la tierra en una máquina comercial dedicada a la venta de armas.

CHINA

Comunistas, capitalistas y militares

Acosado por la inflación el presupuesto militar comenzó a ser escaso en la pasada década. Allí el gobierno encabezado por Deng Xiaoping decidió fijar nuevas pautas que terminaron cambiando el rumbo de este ejército que, con tres millones de efectivos permanentes, se erige como el más grande del orbe. La creación de aproximadamente 20.000 empresas dedicadas a la fabricación y a la comercialización de armas así como a la planificación y asesoramiento militar, es lo que hoy podría catalogarse como la más temible "amenaza amarilla".

Las industrias militares de occidente han sentido sensiblemente el ingreso de este gigante al mercado mundial. En dos años se ha ubicado en el quinto puesto entre los productores de armas. El inicio de la historia comercial se remonta a la guerra entre Irán e Irak, a comienzos de los años ochenta, donde fueron proveedores no solo de ambos bandos sino también del 60% de las armas utilizadas en el prolongado conflicto. En 1988 con el fin de la guerra se abre una etapa de incertidumbre que desemboca en la generalización del proceso comercial.

"Hoy esta industria no solo permite cubrir todos los gastos militares sino que esta generando la necesidad de canalizar las ganancias hacia otras áreas dinamizando notablemente la economía", reza una de las conclusiones de un informe cuasi secreto del ejército chino. Lo cierto es que acaban de invertir 70 millones de dólares en un complejo hotelero muy próximo a Hong Kong ante la futura incorporación de esta ciudad al país. Esto le permitirá, en el futuro, tener al alcance de la mano el centro financiero más importante de Asia después de Tokio.

La decolonización de Hong Kong

NINGUN ACUERDO ENTRE CHINA Y HONG KONG

El gobernador de Hong Kong, Chris Patten, hizo caso omiso de las advertencias del Gobierno chino y anunció ayer que avanzará con una parte de su programa de democratización, a pesar de que no tiene el visto bueno de Pekín.

Mientras el gobernador hablaba ante el Consejo Legislativo o Parlamento, Pekín anunció que daba por concluidas las conversaciones chino-británicas, en las que después de siete meses y diecisiete rondas no se logró ningún acuerdo.

Patten dijo que, por presión del calendario, el ministro de Asuntos Exteriores británico, Douglas Hurd, el consejo de ministros de Hong Kong y él llegaron a la conclusión de que no hay otra opción que avanzar en solitario.

Añadió que presentará para su aprobación una serie de medidas que son los elementos más sencillos de su programa global de democratización para las elecciones municipales de 1994 y las legislativas de 1995.

Las autoridades chinas advirtieron que si no había acuerdo entre Pekin y Londres se reservaban el derecho de anular las decisiones del Gobierno de Hong Kong cuya repercusión supere 1997, fecha en que China debe recuperar la soberanía de Hong Kong.

Chris Patten, en una alocución difundida en directo por radio y televisión, dijo que propondrá este mes la aprobación de la reducción de la edad de voto de veintiún años a dieciocho, la abolición de escaños de designación directa en los gobiernos municipales y el sistema electoral, que será de un escaño por circunscripción.

Patten lamentó que no se haya llegado a un acuerdo ni siquiera parcial en los asuntos más sencillos y sugirió que las autoridades de China dan la sensación de querer retrasar el proceso.

Las medidas de democratización, inicialmente presentadas por Patten en octubre de 1992, pretenden dar mayor participación al electorado de Hong Kong en la elección de sus representantes y con ello lograr un sistema más representativo, en lugar del corporativo ahora vigente.

Pero China mostró desde el principio su oposición a tales planes, ya que dijo que iban contra los acuerdos explícitos y tácitos alcanzados entre los gobiernos de Pekin y Londres para la transferencia de soberanía de Hong Kong.

El anuncio de que China da por terminadas las conversaciones, tras la acción unilateral de Patten, puede producir inestabilidad financiera en el territorio y una nueva interrupción en el proceso de aprobación de proyectos de infraestructura para la colonia.

China ya redujo esta colaboración cuando Patten desveló su programa y ahora podría adoptar una actitud que haría ineficaz al gobierno de Hong Kong, ya que muchas de sus decisiones tienen el veto tácito de China. EFE

China

PEKIN ACUSA A LONDRES

China Popular, a través del organismo encargado de los asuntos de Hong Kong hasta que la colonia británica pase a soberanía china, el Comité Preliminar de Trabajo para la Región Administrativa de Hong Kong, acusó al Gobierno de Londres de sabotear las conversaciones sobre el futuro democrático de la colonia, informan fuentes oficiales.

Pekín ha expresado su rechazo a la decisión del gobernador de Hong Kong, Chris Patten, de elevar el proyecto de reformas parciales sobre edad de voto y forma de elección de los diputados al Consejo Legislativo para su aprobación, ya que China comunista no reconoce dicha facultad a ese organismo.

SHANGAI, China. (Especial para EL PAIS por Daniel Herrera Lussich. Vía Fax). Apenas se cruzan los umbrales de esta ciudad viniendo del Aeropuerto; el contraste, aquí más acentuado, vuelve a conmover a los visitantes. Edificios gigantescos, de vidrio que reflejan los pálidos rayos de sol de los últimos días otoñales, hoteles modernos, de decenas de pisos, un tráfico infernal, especialmente de vehículos colectivos y taxis, no pueden ocultar miles y miles de abigarradas viviendas precarias, que exhiben en lugar de fachadas, tenderetes de ropa recién lavada, colgando en la avenida principal y en los barrios más alejados.

Las masas de miles y miles de personas cruzando las calles, en bicicletas, caminando por la zona de la rambla, en un tono general gris, con gesto preocupado o indiferente, atenazan más al extranjero. Cuando aludimos a esta impresión de masificación triste, nos responden convencidos: "¡No se imagina lo que era esto hacia diez años. Se ha avanzado muchísimo!".

Ex una explicación que puede servir, pero que para el recién llegado suena a justificación. La mayoría de los hombres o muchachos con pantalones grises y saco azul claro, tipo tela de "jean" o pantalones azules y sacos grises. Las mujeres casi igual, salvo alguna más elegante que se anima a usar tacos altos y a vestir más a lo occidental. En la caminata que efectuamos los periodistas por la rambla, todos, sin excepción, nos observaban con mirada preocupada y alertas a las filmadoras o máquinas de fotografía. Cualquier intento nuestro de apuntarles con el lente, chocaba con las espaldas o una rápida disparada. Los controles de seguridad no se distanciaban más de 30 o cuarenta metros. Sin duda para nosotros un clima de tensión. "Antes había mucho más pobreza y menos libertad", responden voces que defienden pero no se identifican. Y no dudamos que se ajuste a una realidad, aunque nosotros intentamos hablar de lo que vemos hoy. Sólo nos queda por pensar: ¡qué drama el anterior!

EL RAPIDO DESARROLLO

Las cifras de producción de la zona costera, poco o nada se habla de las endémicas regiones rurales, verdaderamente impactan. El crecimiento ha sido y es notorio. La construcción es un rubro que no se detiene a lo largo de las 24 horas. De día y de noche se escuchan los golpeteos en las obras. En meses aparecen como hongos edificios modernos. Tampoco es discutible que llega un alud de inversiones extranjeras. Sin duda un signo de cierta confianza. Las referencias a exportaciones, importaciones e inversiones extranjeras, en estas partes de China, llegan a miles y miles de millones. ¿En el resto qué sucede? Una interrogante que nadie responde, aunque nos decían que para ingresar a vivir en Shenzhem o en Guangzhou se exigen determinadas seguridades de tener trabajo y garantías, reales o de personas solventes. Se reclaman las mismas condiciones en lo interno, que existen hoy para detener la avalancha migratoria del este en Europa Occidental. También se dice que un excelente salario no supera los 60 dólares mensuales. Es una cadena de contrastes. El crecimiento del PBI es real y llamativo: 12,8% pero aún no se refleja en la gente. De allí que siempre surga la misma interrogante:

¿Puede hilvanarse una libertad de mercado, una apertura comercial total, con un régimen totalitario marxista-leninista?

TAIWAN: UN APOYO VERGONZOSO

Cuando se habla de inversiones en China siempre está latente el tema de Taiwan. Es el cuarto o quinto inversor en este gigantesco país, aunque en reuniones oficiales se mencionan Japón, EE.UU., países asiáticos, Hong Kong, Alemania y se elude a Taiwan. Pero el telón no se puede bajar totalmente. Las empresas con capital taiwanés aparecen, por todos lados y en los comercios los productos de la isla están a la vista del público y se venden como "pan caliente". La realidad es que las relaciones de ambos países no son tan malas como surgen en el mundo, pero a China, que asegura que Taiwan será, tarde o temprano una provincia más de la "Gran China" ostensiblemente oculta el período y la constante penetración técnica y de capitales de sus precoces hermanos.

China en el mundo de hoy

por Niko Schvarz

■ No se dio la debida importancia al viaje del presidente chino, Jiang Zemin, a nuestro continente a fines de noviembre. Quizá la visita del presidente Lacalle y su comitiva político-empresarial a China, y los 5 acuerdos suscritos reaviven el interés por colocar en su justo lugar a este gigantesco país, el más poblado de la tierra con sus 1.200 millones de habitantes, actualmente nuestro primer comprador de lanas; y que se proyecta para constituirse en el principal país industrializado del planeta en el primer cuarto del siglo XXI de continuar los actuales ritmos de crecimiento económico.

El presidente chino participó en primer lugar en Seattle, EEUU, en el Foro de Cooperación de Asia y el Pacífico (APEC), la zona llamada al máximo dinamismo económico-comercial en el milenio ya próximo. En ese marco se desarrollaron negociaciones bilaterales con los Estados Unidos (suscribieron tres comunicados conjuntos) y tuvieron lugar conversaciones para el fomento del intercambio con dirigentes de Japón, Indonesia, Tailandia, Australia, Nueva Zelanda, Filipinas, Corea del Sur, Singapur y Canadá. Con la particularidad de que ingresaron a la APEC, como integrantes de la cuenca del Pacífico, dos países latinoamericanos: México y Chile.

La ulterior visita a Cuba (y luego a Brasil) reviste alcance continental y mundial. Hacía tiempo que no se veía en La Habana una ceremonia de recepción a un gobernante extranjero tan masiva y emocionante. En las conversaciones con Fidel Castro y la plana mayor (Robaina, Lage, Alarcón) se procuró "explorar nuevas vías para llevar más adelante los lazos de amistad y cooperación tanto entre los dos países como entre China y América Latina en general", dijo Jiang Zemin.

Para Cuba las relaciones con China revisten extraordinaria importancia, ya que pueden contribuir eficazmente a suplir la ayuda prestada por la Unión Soviética durante décadas, que virtualmente desapareció.

El mandatario chino culminó su periplo americano en Brasil, el mayor país latinoamericano y el de más alto desarrollo tecnológico, donde firmó un tratado de cooperación espacial.

¿DONDE ESTA PARADA CHINA?

Para responder a esta pregunta debemos tomar en cuenta que el crecimiento del PBI en China fue, durante el año 1992, de 12.8%. Y que durante el primer semestre de este año, a pesar de las medidas de control macroeconómico impuestas por el gobierno central, el índice se elevó al 13.2%. Es sobre esa base que el Banco Mundial calcula que para el año 2020, China será la mayor potencia mundial.

China se propone desarrollar lo que define como **economía de mercado socialista.** Con ese fin está poniendo a punto una serie de instrumentos a entrar en vigor el primer día del año entrante: leyes sobre valores, comercio de futuro, banca, defensa del medio ambiente, medidas múltiples de bienestar social en la esfera de las jubilaciones, atención a la vejez, seguros sociales, seguros por accidentes de trabajo, etcétera.

Se basan en la concepción, expuesta por Deng Xiaoping, de construir un socialismo con características chinas, de manera de elevar el nivel de vida del pueblo y el poderío integral del país. El sistema de economía de mercado socialista —señalan— está ligado al sistema fundamental del socialismo y tiende a que el mercado, bajo el control macroeconómico estatal, desempeñe un papel decisivo en la distribución de los recursos.

En los primeros años, tras el triunfo revolucionario de 1949, el objetivo principal era terminar con las hambrunas y dotar a cada uno por lo menos de una frazada y de lo más elemental, ahora el nivel de vida colectivo se ha elevado considerablemente.

A la vez el suministro de fondos para la construcción de grandes obras estatales corre por cuenta del Banco de Desarrollo Nacional.

El proyecto en marcha se propone terminar con el igualitarismo en materia salarial y aplicar rigurosamente la norma del pago según la calidad y cantidad del trabajo, sobre la base de la fijación de un salario mínimo nacional. Se dota de autonomía e iniciativa, tanto a las empresas como a las regiones.

Una novedad es la próxima instauración de impuestos sobre la renta individual (y más adelante, sobre las herencias). Grava también a los extranjeros, incluso los de Macao, Hong Kong y Taiwan, aunque con sensibles reducciones.

Más allá de lo señalado los mayores cambios en la economía china provienen de la creación de zonas económicas especiales, donde se instalan empresas e inversionistas extranjeros, y una apertura muy acentuada en su comercio exterior, con rebaja de aranceles, etcétera. Se proponen continuar promoviendo dichas zonas económicas especiales en ciudades y franjas costeras, abiertas al exterior. Simultáneamente adoptan medidas para elevar su capacidad de competencia en el mercado internacional, con tendencia a promover la convertibilidad de su divisa y a fortalecer la administración de empresas de capital chino establecidas fuera del país.

Sobre estas bases, las importaciones en el año en curso rondarán los 100 mil millones de dólares (con un crecimiento del 24.1% sobre 1992) y las exportaciones cifrarán 90 mil millones de dólares (con un crecimiento del 7.1% sobre el nivel de 1992).

Los proyectos contratados con capital externo suman en 1993 unos 100 mil millones de dólares, de los cuales este año se utiliza solamente la cuarta parte, figurando entre los principales inversores la Siemens alemana, la Gillette norteamericana, la Mitsubishi japonesa, sin contar inversiones de Taiwan y Hong Kong.

LA FIEBRE DEL ORO

Volviendo al aspecto interno, la economía china revela una fuerte tendencia a la descentralización, otorgando poderes a las provincias, regiones autónomas y municipios, para promocionar su propio desarrollo económico y social.

Se estima que, en el momento actual, un 90% de los artículos de consumo están expuestos a las fuerzas del mercado, rigiendo para los restantes la regulación estatal.

Leíamos recientemente el vívido relato de un profesor de historia brasileño sobre un viaje realizado a lo largo de dos meses por Rusia y China, en el Transiberiano, siguiendo la ruta de Miguel Strogoff, el correo del zar (*). Bajo el título: "El milagro chino", nos brinda una descripción que resulta el mejor colofón a esta nota:

"De Pekín, al norte, a Chian, en el noroeste; de la nerviosa Shanghai, en el litoral central, a las bellezas naturales de la calma Guilin en el sudoeste y hasta la histérica Cantón y la delirante Hong Kong, lo que más impresiona es el ritmo febril con que se trabaja, se construye, se produce, se compra y se vende. China explota en dinamismo por todas partes, pero en forma aún más intensa de Shanghai hacia el sur, y sobre todo en torno a Cantón, la ex roja, pegada a Hong Kong (20% de crecimiento anual en los últimos 8 años)".

"... Lo que no se puede negar, es la participación aparente de la población en la construcción del "milagro" chino. Si no hay aún amplia participación política, se abren márgenes cada vez mayores a la participación privada en los lucros y beneficios de la riqueza material y del amplio consumo".

"...Trabajar duro, ganar dinero, consumir, tales son los resortes que empujan el crecimiento vertiginoso de China. Las ciudades son canteras de obras, el comercio es febril, todo el día y todos los días las tiendas están repletas de gente, en un régimen de compraventa frenético y constante, para el cual no existen días feriados. En el campo [illegible] tendencias en este sentido se van tornando más precisas y claras".

Nº DOCUMENTO 9400157
TITULO Unificación en cotización del "yuan" e inflación China.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 23/12/93
VOLUMEN 507 638.-
1116/-
11300-

Ante la unificación de la cotización del yuan y nuevas leyes impositivas

Expectativas desatan inflación en China

Beijing- Los precios han vuelto a dispararse en las principales ciudades chinas tras el anuncio de una pronta unificación de la cotización del yuan y de las nuevas leyes económicas que entrarán en vigor a partir del 1º de enero.

El yuan, que cotiza oficialmente a 5,79 por dólar, lo hace en los mercados libres, como los de Shangai o Shenzhen, a 8,70, por lo que la unificación supondrá, según creencia generalizada, una devaluación de la moneda y la desaparición del yuan FEC (convertible) utilizado por los recientes y las firmas extranjeras en China Popular.

La introducción de Impuesto sobre el Valor Agregado (IVA) y otras tasas generará, opinan los comerciantes, un aumento de precios, y algunos grandes almacenes de Beijing, entre ellos algunos mayoritariamente extranjeros, aprovecharon para elevar en casi un 50% el de sus productos en las últimas semanas.

Algunos restaurantes, también de coparticipación foránea, han "creado" impuestos dudosamente ilegales que añadir al habitual 15% por servicio, según observadores locales para crear un "colchón" monetario ante la introducción del IVA.

Las autoridades de Beijing, ante la ola alcista, han impuesto el control de precios a 27 de los bienes de consumo importantes, entre ellos cereales, arroz, aceites de cocina, cerdo y huevos, cuyos precios aumentaron hasta el 40% la semana pasada.

Fenómenos de almacenamiento ilegal, carestía fraudulenta de productos y especulación se han registrado en numerosas tiendas, estatales o privadas, y muchos campesinos no han vendido su cosecha de cereales, convencidos de que a principios de 1994 será sustancialmente mayor.

El viceprimer ministro Zhu Rongji, máximo responsable de la economía, visitó en los últimos días varias zonas del país para recalcar que el control de la inflación es básico para garantizar una suave transición de las reformas económicas previstas, y añadir que no se permitirá que los precios de productos básicos, como el arroz, se disparen.

Ante el temor de una fuerte suba de precios aumentaron fuertemente las compras de electrodomésticos y otros aparatos caseros y también el de las ropas textiles se encareció en las mayores ciudades del país, según residentes extranjeros en ellas.

Wang Baosen, vicealcalde de Beijing, pidió ayer que refuercen los servicios de inspección de precios y se castigue a los establecimientos que los eleven por encima de los márgenes fijados por el Estado, y solicitó la colaboración de la población para que informe de los aumentos excesivos.

Las fiestas de Año Nuevo y las del Año Lunar chino, en febrero, son otros dos factores de alza de los precios, ante el notable aumento del consumo, y los principales responsables de ciudades como Beijing proyectan subsidiar a las tiendas estatales para tratar de impedir nuevos incrementos de precios.

En el primer semestre de este año la cotización oficiosa del yuan llegó a 10 por dólar y obligó en junio a implantar un programa de austeridad en 16 puntos que redujo la diferencia de valor con el oficial y "enfrió" la economía, a costa de congelar los créditos y crear problemas de liquidez en numerosas empresas del sector estatal. ■ *(EFE)*

LA ECONOMIA CHINA EN NUMEROS

Indicador	Valor
PBI	3 millones de yuanes
Renta "per cápita" urbana	2.400 yuanes
Renta "per cápita" rural	810 yuanes
Inflación promedio	12,1%
Ahorro privado	1,49 billones de yuanes
Aumento del circulante	22 %
Importaciones (estimadas)	96.000 millones de dólares
Exportaciones (estimadas)	99.500 millones de dólares

Fuente: Agencia EFE en base a estadísticas oficiales

01-01

9400157

Nº. DOCUMENTO 9400158
TITULO Reaparición de Deng Xiaoping.
/Rep.
FECHA 23/12/93
VINCULOS 507638 -
11164 -
11302 -

Deng Xiaoping reapareció en público y votó en Pekín

Pekín (ANSA)

El inspirador del "nuevo curso" de China, el anciano líder Deng Xiaoping, votó ayer en la elección de diputados de barrios de Pekín, informaron la televisión y la radio local, que sin embargo no fueron testimonio de la reaparición del líder.

Xiaoping, de 89 años, no es visto en público hace 11 meses.

La televisión, en el telediario de la noche, mostró las imágenes de los principales dirigentes que depositaban su voto, pero no la de Xiaoping.

El episodio, probablemente, contribuirá a desatar nuevas especulaciones sobre el estado de salud del viejo patriarca.

El líder chino apareció en público por última vez el 22 de enero en Shanghai y la televisión en esa ocasión difundió imágenes de Deng que saludaba a sus compatriotas con motivo del año nuevo.

Rumores acerca de un deterioro de su estado de salud fueron aumentando acerca de quien, a pesar de no ocupar ningún cargo oficial, sigue siendo el dirigente supremo de China.

También la agencia Nueva China había informado ayer del voto, pero había relegado al padre de la China posmaoísta al décimo párrafo de un despacho recordando su papel de "jubilado".

Deng está oficialmente pensionado desde 1990, pero de hecho su palabra sigue contando mucho más que la de cualquier otro dirigente del país.

La agencia, claramente para subrayar como las redes del poder hayan sido cedidas a la "nueva generación, coloca a Deng después del jefe del Estado y secretario general del Partido Comunista, Jian Zemin, del premier Li Peng, que en gira de inspección por el interior votó por poder, y del presidente dal Parlamento, Qiao Shi.

Los dirigentes votaron en al mesa electoral instalada dentro del Zhongnanhai, el cuartel general del partido más allá de los muros de la ciudad prohibida.

Los diputados de barrio, en el cargo por cinco años, deberán elegir a su vez a los representantes de la municipalidad de entre los cuales serán elegidos los diputados para el Parlamento. Los votantes eligen dos candidatos sobre tres, pero la mayor parte ignora quiénes son.

La televisión hizo elogios al Presidente de la República y al secretario general del Partido Comunista, Jiang Zemin, quien fue aplaudido a su llegada al local de la votación. Después, la TV mostró rápidamente la secuencia de los otros principales dirigentes e informó que también Deng votó.

01-01

9400158

LOS LIDERES CHINOS EXALTAN LAS REFORMAS DE DENG XIAOPING

Celebran el centenario de Mao

PEKIN, 26 (EFE y ANSA). — Al cumplirse hoy el centenario del nacimiento del líder comunista **Mao Tsé Tung**, el presidente chino **Jiang Zemin** aseguró que en la actualidad el camino para desarrollar las ideas de aquel "es la política de reforma y apertura económica de **Deng Xiaoping**".

En un largo discurso transmitido por televisión a toda China y ante una audiencia de unos diez mil integrantes del gobierno central, el Parlamento y los órganos partidarios, **Jiang dedicó pocas palabras a Mao y centró la mayor parte de su mensaje en la política reformista de Deng.**

Deng, alejado de los cargos públicos en los últimos años, pero aún controlando las riendas del poder a través de sus hombres de confianza, entre ellos Jiang Zemin, fue el artífice de las reformas económicas y de la introducción del capitalismo en China.

"Mao fue un gran marxista, un proletario revolucionario, un estratega y un teórico, y fue además un héroe nacional en la historia moderna de China", manifestó Jiang, quien agregó que una de sus máximas contribuciones fue "buscar la vía del socialismo desde las especiales condiciones de China".

El jefe de Estado agregó que a "pesar de los graves errores que se cometieron en esa búsqueda", la China liderada por Mao "comenzó la construcción nacional a gran escala

Jiang agregó que los errores cometidos por Mao durante el período de la **Revolución Cultural** deben quedar en el olvido.

Agencia AP



El presidente Jian Zemin (izq.), el premier Li Ping (centro) y dos miembros del PCCh, desfilan ante el cuerpo de Mao.

El presidente chino sostuvo que **"Deng reelaboró el pensamiento de Mao individualizando la vía china al socialismo** que, con las reformas y la apertura, debería permitir al país lograr el bienestar y la prosperidad".

El discurso de Jiang sintetiza la línea del mismo Deng, quien sostiene que no se deben exagerar las críticas a un personaje histórico como Mao "porque esto implicaría la negación de un importante período y podría crear confusión ideológica e inestabilidad política".

CENTENARIO

En discurso de una hora y seis minutos, el secretario general del PCCH, Jian Zemin, definió al viejo profeta como "un gran marxista, revolucionario proletario, estratega, teórico y héroe nacional de la moderna historia del país"

China en el cuello de Mao

*** *La celebración reunió a 10.000 invitados en el salón de la Asamblea del Pueblo, donde imperó el acostumbrado tono austero, coros militares, el himno nacional y concluyó con "La Internacional"***

El régimen comunista chino rindió ayer solemne homenaje al viejo profeta Mao Tsetung, en el centenario del nacimiento e, indirectamente, celebró a su profeta actual Deng Xiaoping quien, corrigiendo los errores cometidos por el promotor de la revolución, permitió a China encontrar su camino al socialismo y al Partido Comunista mantenerse en el poder.



Enorme retrato de Mao en la Asamblea del Pueblo. (Telefoto de AFP)

Pekín (ANSA)
por Franco Vaselli

■ En el salón de la Asamblea del Pueblo, presentes los mayores dirigentes y 10.000 invitados, el secretario general del partido comunista Jian Zemin pronunció un discurso de una hora, seis minutos.

La ceremonia transmitida en directo por radio y televisión y realizada con el acostumbrado tono austero, fue abierta por algunos coros militares, el himno nacional y concluyó con la ejecución de "La Internacional" que en la China moderna se ha convertido casi en una rareza.

"El presidente Mao fue un gran marxista, un revolucionario proletario, un estratega y un teórico, un extraordinario patriota, un héroe nacional de la moderna historia de China", dijo Jian Zemin, en su larga intervención.

"Guió el Partido Comunista y al pueblo para encontrar el camino justo" poniendo fin a "una sociedad semifeudal y semicolonial fundando la República Popular e introduciendo un sistema socialista", agregó.

"Mao se ha convertido en una gran figura histórica no sólo en China sino también en el mundo, donde fue tratado con profundo respeto y amor", sostuvo el dirigente comunista.

Agotado el capítulo de los méritos, Jian Zemin no calló los errores cometidos por el padre de la patria y en síntesis repitió la fórmula según la cual Mao adaptó los principios del marxismo-leninismo a la realidad china y comprendió que era necesario seguir un camino diferente al del régimen soviético, pero cometió graves errores y dejó incompleta su obra.

Deng Xiaoping reelaboró el pensamiento de Mao "individualizando la vía china al socialismo" que con las reformas y la apertura, debería permitir al país lograr bienestar y prosperidad y al partido, mantenerse en el poder. El discurso celebrativo sintetiza la línea del mismo Deng, según el cual no es necesario exagerar en las críticas a un personaje histórico como Mao porque esto "implicaría la negación de un importante período histórico y podría crear confusión ideológica e inestabilidad política".

Interesado en utilizarlo como símbolo para reforzar la estabilidad política en un momento de grandes cambios económicos y sociales, el régimen chino cierra los ojos tanto sobre las admisiones de los jóvenes que dicen no tener "ni tiempo ni interés" en estudiar el pensamiento de Mao, como sobre su transformación en una especie de santo, venerado sobre todo en las zonas rurales donde hoy muchos quemaron incienso y encendieron velas frente a su retrato.

Por los mismos motivos, con excepción de algunos artículos de fuego en los diarios, fue tolerada también la explotación comercial: la última fue la de un restaurante francés que promovió una fiesta con el fondo de un árbol de Navidad del cual colgaban decenas de retratos de Mao, camareros con uniformes militares y boina con la estrella roja y en las paredes muchos dazibaos, algunos con leyendas decididamente irreverentes.

CENTENARIO

En discurso de una hora y seis minutos, el secretario general del PCCH, Jian Zemin, definió al viejo profeta como "un gran marxista, revolucionario proletario, estratega, teórico y héroe nacional de la moderna historia del país"

China en el cuello de Mao

*** La celebración reunió a 10.000 invitados en el salón de la Asamblea del Pueblo, donde imperó el acostumbrado tono austero, coros militares, el himno nacional y concluyó con "La Internacional"**

El régimen comunista chino rindió ayer solemne homenaje al viejo profeta Mao Tsetung, en el centenario del nacimiento e, indirectamente, celebró a su profeta actual Deng Xiaoping quien, corrigiendo los errores cometidos por el promotor de la revolución, permitió a China encontrar su camino al socialismo y al Partido Comunista mantenerse en el poder.



Enorme retrato de Mao en la Asamblea del Pueblo. (Telefoto de AFP)

Pekín (ANSA)
por Franco Vaselli

■ En el salón de la Asamblea del Pueblo, presentes los mayores dirigentes y 10.000 invitados, el secretario general del partido comunista Jian Zemin pronunció un discurso de una hora, seis minutos.

La ceremonia transmitida en directo por radio y televisión y realizada con el acostumbrado tono austero, fue abierta por algunos coros militares, el himno nacional y concluyó con la ejecución de "La Internacional" que en la China moderna se ha convertido casi en una rareza.

"El presidente Mao fue un gran marxista, un revolucionario proletario, un estratega y un teórico, un extraordinario patriota, un héroe nacional de la moderna historia de China", dijo Jian Zemin, en su larga intervención.

"Guió el Partido Comunista y al pueblo para encontrar el camino justo" poniendo fin a "una sociedad semifeudal y semicolonial fundando la República Popular e introduciendo un sistema socialista", agregó.

"Mao se ha convertido en una gran figura histórica no sólo en China sino también en el mundo, donde fue tratado con profundo respeto y amor", sostuvo el dirigente comunista.

Agotado el capítulo de los méritos, Jian Zemin no calló los errores cometidos por el padre de la patria y en síntesis repitió la *fórmula* según la cual Mao adaptó los principios del marxismo-leninismo a la realidad china y comprendió que era necesario seguir un camino diferente al del régimen soviético, pero cometió graves errores y dejó incompleta su obra.

Deng Xiaoping reelaboró el pensamiento de Mao "individualizando la vía china al socialismo" que con las reformas y la apertura, debería permitir al país lograr bienestar y prosperidad y al partido, mantenerse en el poder. El discurso celebrativo sintetiza la línea del mismo Deng, según el cual no es necesario exagerar en las críticas a un personaje histórico como Mao porque esto "implicaría la negación de un importante período histórico y podría crear confusión ideológica e inestabilidad política".

Interesado en utilizarlo como símbolo para reforzar la estabilidad política en un momento de grandes cambios económicos y sociales, el régimen chino cierra los ojos tanto sobre las admisiones de los jóvenes que dicen no tener "ni tiempo ni interés" en estudiar el *pensamiento* de Mao, como sobre su transformación en una especie de santo, venerado sobre todo en las zonas rurales donde hoy muchos quemaron incienso y encendieron velas frente a su retrato.

Por los mismos motivos, con excepción de algunos artículos de fuego en los diarios, fue tolerada también la explotación comercial: la última fue la de un restaurante francés que promovió una fiesta con el fondo de un árbol de Navidad del cual colgaban decenas de retratos de Mao, camareros con uniformes militares y boina con la estrella roja y en las paredes muchos dazibaos, algunos con leyendas decididamente irreverentes.

02-02

Los "tigres" del este de Asia

Mercado libre y países pobres

Por Carlos Moyano Llerena
(Para LA NACION)

A los economistas liberales no les gusta nada que la realidad desmienta sus teorías. Se preocupan sobre todo cuando la discrepancia es muy obvia y se refiere a temas de gran interés general. Tal es lo que sucede con la explicación acerca de por qué algunos países son ricos y otros son pobres; y acerca de lo que debe hacerse para que éstos salgan de su pobreza y puedan acceder a la abundancia.

La ciencia neoclásica es categórica al respecto. Para que la economía de un país se desarrolle sólo se requiere que se establezca el mercado libre en toda su plenitud, evitándose cualquier interferencia por parte del Estado. La acción de éste debe limitarse a un mínimo: garantizar el orden jurídico para proteger la propiedad y para asegurar el cumplimiento de los contratos. Esa es la esencia del *sistema capitalista*, que debe ser acompañada también por la libertad en el plano político, encarnada en el *sistema democrático*.

Solamente contando con estos requisitos podrá lograrse el aumento de las inversiones y su mejor utilización, que conducirán a una mejor productividad, esencial para alcanzar un mayor desarrollo.

La experiencia universal

Los sostenedores de estas ideas consideran que la mera observación de la realidad confirma de un modo inapelable la verdad de sus afirmaciones. Por una parte hay unas veinte naciones industriales del *Primer Mundo* en donde rigen plenamente el capitalismo y la democracia. Lo que explicaría su riqueza, con más de 10.000 dólares anuales de ingreso por habitante.

Luego están los países del este de Europa, que integraban antes el *Segundo Mundo*. Allí prevalecían las condiciones exactamente opuestas a las recomendadas, o sea, centralismo económico y autocracia política. Como era de esperar no pudo haber un auténtico progreso, a pesar de la industrialización. Los ingresos de su población están, en general, entre 2000 y 3000 dólares per cápita. El sistema no pudo perdurar.

Por fin, en el *Tercer Mundo* está incluido más de un centenar de países cuya economía se encuentra manifiestamente sometida a las decisiones de sus gobiernos, casi siempre dictatoriales. Según se podría suponer, su pobreza es abrumadora. En la mitad de los integrantes de este grupo vive el 60 por ciento de la población mundial, con ingresos anuales inferiores a 1000 dólares por persona.

La moraleja es clarísima e indica que fuera del Primer Mundo sólo puede haber miseria y opresión. Para salir de este estado la receta liberal es muy simple y se puede sintetizar en dos palabras: mercado y elecciones. Eso es lo que aconsejan –y a veces imponen– las naciones ricas a las más desposeídas, ya se trate de Burundi o de Haití.

Según esta explicación, la teoría se ve asombrosamente confirmada por la realidad. Solamente los ignorantes podrán insinuar dudas acerca de verdades tan evidentes.

> Los dos casos más interesantes son Corea del Sur, que era entonces más pobre que el Sudán, y Taiwan, con el que sucedía algo parecido

Los doctos economistas y los intereses capitalistas se han encargado de difundirlas entre las universidades y los centros de poder. El Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional han sido eficaces apóstoles para la propagación de este credo.

Las molestas excepciones

No obstante, en las últimas décadas ha aparecido un hecho perturbador que adquiere progresiva importancia. Porque en una remota región del Oriente han ocurrido acontecimientos que están poniendo seriamente en duda algunas certidumbres liberales de Occidente.

Se trata de la evolución que han tenido unos pocos países que hace apenas treinta años eran extremadamente atrasados. Los dos casos más interesantes son Corea del Sur, que era entonces más pobre que el Sudán, y Taiwan, con el que sucedía algo parecido. Hoy en día ellos tienen ingresos más altos que cualquier nación del Tercer Mundo, e incluso superiores a los de dos países que pertenecen a la Comunidad Europea (Grecia y Portugal).

Desarrollo sin precedentes

Este desarrollo sin precedentes en la historia ofrece dos características muy notables. La primera es que *simultáneamente* con el aumento de la riqueza ha tenido lugar una redistribución progresivamente igualitaria. La segunda consiste en que esos procesos, si bien ocurrieron en economías de mercado, han estado sometidos a una intensa política de *intervención estatal*. Se ha utilizado para ese fin una gran diversidad de medidas tendientes a modificar deliberadamente los resultados que hubiera arrojado el mercado libre. Para mayor escándalo, esa política fue aplicada por gobiernos fuertemente autoritarios, carentes de los principales atributos de las democracias: pluralismo político, elecciones periódicas, plenas libertades civiles. Fácil es imaginar el desconcierto que esto ha provocado entre los cultores de la sabiduría convencional. La realidad viene a poner en evidencia hechos absolutamente inexplicables para la doctrina prevaleciente. Lo que supone una grave amenaza para el prestigio de los científicos, aparte del riesgo de que cunda el descrédito de sus ideas entre los países del Tercer Mundo.

Las autoridades del Banco Mundial han pensado que correspondía hacer un ataque frontal a estos peligros. Durante dos años sus expertos han trabajado en la elaboración de un informe que ha sido publicado a fines de septiembre último. Su preocupación fundamental consiste en buscar una explicación a esas novedades sorprendentes. Su título es muy sugestivo: "El milagro del este asiático". Pero sus conclusiones son decepcionantes y demuestran que sus autores se niegan a reconocer los hechos que contradicen sus prejuicios. En ello radica el principal interés de ese estudio.

Los "tigres" del este de Asia

La obstinación de los técnicos

Por Carlos Moyano Llerena
(Para LA NACION)

Hace algún tiempo había quienes pensaban que los países pobres superarían gradualmente su atraso de un modo casi automático, a medida que fueran incorporándose más o menos inevitablemente a nuevas etapas del crecimiento económico. Después se vio que el proceso no tendría nada de espontáneo y que sería indispensable que se adoptaran políticas muy concretas para provocar el desarrollo.

El Banco Mundial es una institución que tiene como misión específica ocuparse de este problema, a cuyo fin ha dedicado enormes recursos financieros. Sus resultados, sin embargo, no han sido demasiado alentadores, lo que ha movido a las autoridades de la entidad a investigar a qué se debe esto.

El caso de más notoria pobreza es el de Africa al sur del Sahara, una región que comprende 45 países. El banco publicó en 1989 un prolijo estudio sobre el tema. En él se reconoce que la situación económica de los 450 millones de personas que allí habitan ha empeorado con respecto a 1960, a pesar de que han transcurrido tres decenios de aplicación de "programas para el desarrollo".

Los planes de reforma que adoptaron los países africanos -a instancias del banco- han consistido en la vieja receta de efectuar ajustes con el objetivo esencial de asegurar la libertad de los mercados y de eliminar toda interferencia estatal. Esta política ha revelado en la práctica una asombrosa falta de realismo, con resultados deplorables. En los últimos cuatro años la crisis se ha acentuado. El banco calcula ahora que habrá que esperar por lo menos 40 años más para recuperar el nivel de ingresos per cápita con el que se contaba hace dos décadas.

Una noticia muy reciente sirve para mostrar la inadecuación de esas políticas. Zambia suprimió hace poco el monopolio oficial de compra de maíz, y ahora los agricultores no tienen otra alternativa que vender su producto al monopolio de los comerciantes a precios muy inferiores de los que recibían antes. La respuesta del Banco Mundial ha sido de una ingenuidad que desconcierta: "Sean pacientes, con el tiempo la competencia entre los comerciantes debería ayudar a que los precios suban".

La incomprensión del éxito

Parecería que la ciencia económica de los países ricos es incapaz de elaborar una eficaz política de desarrollo para los países pobres y que, además, no puede comprender las razones de su *fracaso*. Pero las consecuencias de los prejuicios van todavía más allá: la ciencia neoclásica tampoco puede entender cuál es la causa del *éxito* de los poquísimos países que han logrado salir de su atraso en los últimos treinta años, como es el caso de algunas naciones del nordeste de Asia. Ello provoca una gran perplejidad entre los economistas liberales, porque allí se han aplicado políticas caracterizadas por un activo intervencionismo estatal.

Las autoridades del banco resolvieron que debían estudiar exhaustivamente la evolución de esos países. Al cabo de dos años de labor han publicado hace muy poco (septiembre de 1993) un informe que se titula "El milagro del este asiático". Su propósito específico se revela en el subtítulo que alude a la relación entre "el crecimiento económico y la política estatal".

Las conclusiones del informe

Se trata de un voluminoso trabajo de cerca de 400 páginas. Pero consideramos que los resultados de tanta tarea son en realidad muy escasos, porque no se termina de saber cuáles son las causas del extraordinario desarrollo de esa región.

El estudio que comentamos reconoce que hay dos enfoques diferentes. El habitual es el *neoclásico*, que estima que el éxito de esos países consiste en que su política se ha basado esencialmente en el correcto funcionamiento de los mercados. En cambio el criterio *revisionista* sostiene la importancia decisiva que han tenido las intervenciones del Estado, que no pueden reconciliarse con el encuadre neoclásico.

Los autores del informe se inclinan manifiestamente por la primera interpretación. Creen que no hay una relación entre el crecimiento y las medidas oficiales tendientes a modificar el funcionamiento de los mercados. A su juicio las medidas de control sobre el comercio, la industria y las finanzas fueron eficaces solamente en casos excepcionales, y tendieron a menudo simplemente a superar fallas de los mercados en materia de información o coordinación. Se señala que a veces los controles fueron claramente perjudiciales y que, en definitiva, no se advierte nada "milagroso" en el éxito de estas políticas, ya que se limitaron, en general, a actuar según los principios fundamentales de la economía libre.

La lectura de estas conclusiones deja la impresión de que el propósito principal de este estudio hubiera sido demostrar que la intervención del Estado no puede ser nunca causa del crecimiento. Por supuesto que hay que luchar en contra de la ilusión de que las medidas del gobierno puedan resolver todos los problemas. Sin embargo, la obstinación de los técnicos del banco en su actitud unilateral no les permite contestar la cuestión central: por qué las economías intervencionistas del este asiático han alcanzado tan singular eficacia y por qué han fracasado los programas liberales en el resto del Tercer Mundo.

Tal vez la respuesta se encuentre averiguando qué tienen en común esos países exitosos. El extenso informe del Banco Mundial no lo dice. Pensamos que es probable que la explicación resida en los *valores culturales* distintivos de esos pueblos, que los expertos de la institución claramente menosprecian. Creemos que esta importante cuestión merece un detenido análisis.

02-02

De acuerdo al informe sobre perspectivas económicas de Union Bancaire Privée

Economías europeas tendrán dificultades en asumir la senda del crecimiento en 1994

El clima macroeconómico de Europa continental permanecerá incierto en 1994, aunque se espera una gradual salida de la recesión, con un escenario general de crecimiento cero influido fundamentalmente por la situación alemana.

Alemania, que siempre jugó un papel muy importante en Europa, se encuentra inmersa en una profunda crisis económica y debe responder a un doble desafío:

• Manejar las ventajas sociales mientras ajusta su competitividad industrial.

• Reducir un creciente déficit fiscal (de 7% a 8% del PBI) que significa una alta presión fiscal cuando la actividad económica ya fue reducida.

Este incremento en la presión fiscal pesará sobre el consumo doméstico en Alemania y por lo tanto se verá reflejado en el crecimiento europeo. De acuerdo al informe del banco suizo Union Bancaire sobre las perspectivas para 1994, la globalización de la economía europea y su fuerte sensibilidad a Alemania confirman que las economías europeas tendrán dificultades en asumir el sendero del crecimiento en 1994.

El mayor desempleo a través del continente es la fuente de todos los peligros, limitando la implementación de políticas económicas restrictivas. Exportaciones apoyadas en los países asiáticos de rápido crecimiento y la recuperación en Estados Unidos, proveerán la contribución esencial al crecimiento europeo.

Divisas

Desde el 1º de noviembre de 1993, la Comunidad Europea (CE) se transformó en la Unión Europea, con la implementación del Tratado de Maastricht. Finalmente, esta unión se materializará en Unión Económica y Monetaria (EMU). Pero el camino hacia la divisa común será largo, dado que requiere que cada país respete el criterio de convergencia (inflación por debajo del 4,2%, déficit público por debajo del 3% del PBI y deuda pública por debajo del 60% PBI). Hoy ninguno de los miembros de la Unión Europea satisface todos los requisitos.

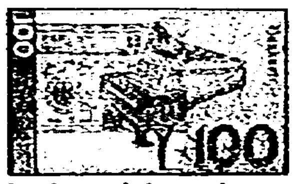
El propósito de la moneda común aparece como algo remota, mientras la recesión pesa considerablemente sobre la política macroeconómica de cada país. El ajuste de paridades entre las divisas europeas se encuentra muy lejos de estar terminado.



Suiza

El franco suizo debería recuperar su rol de moneda resguardo, mientras Europa corra el riesgo de ser agitada por problemas sociales, lo cual representa uno de los mayores riesgos que amenazan a la Europa continental en 1994. La divisa suiza tomará ventaja de su tradicional clima de consenso social que predomina en Suiza. Sin embargo, la Union Bancaire no prevé un fortalecimiento, mientras el Swiss National Bank busque fomentar las exportaciones.

El mercado suizo se verá estimulado por los bajos tipos de interés y las ganancias de las empresas que usualmente toman ventaja de la buena coyuntura internacional, incluyendo los "tigres" del sudeste asiático.



Alemania

El Bundesbank seguirá muy de cerca la evolución de la inflación antes de decidir cortar los tipos de interés. Inicialmente, el marco alemán debería permanecer relativamente fuerte respecto a las demás divisas europeas. Sin embargo, en un contexto de deterioro de la actividad económica alemana, el gradual debilitamiento del marco alemán parece probable.

En los niveles actuales del índice bursátil DAX de la bolsa de Frankfurt las perspectivas de crecimiento en las ganancias ya estarían descontadas en los precios. Las perspectivas son bastante limitadas dado la contracción estructural que afectará la economía alemana en 1994. Existe además la incógnita sobre la reacción del mercado en caso de que se dé una depreciación del marco que provoque una fuga de capital.

Francia



La salud del franco francés no depende de los altos intereses de corto plazo, sino todo lo contrario, en los bajos niveles que juegan un rol fundamental para sostener la demanda doméstica. Ante la ausencia de un rápido recorte en los tipos de interés real, puede preverse una inestabilidad política, políticamente con un deterioro de la estructura social y económicamente con el peso excesivo de los tipos de interés real sobre la actividad económica.

Dos escenarios aparecen como posibles.

El primero muestra al franco francés siguiendo inicialmente el descenso de las tasas de interés y luego recuperándose. En el segundo escenario, las políticas monetarias son mantenidas y la economía se deteriora, arrastrando al franco francés a nuevos mínimos frente al marco.

Si bien el mercado decepcionó a varios inversores especialmente estadounidenses en 1993, el mercado de París tiene el mejor potencial de crecimiento en Europa para 1994, dado que los intereses de corto plazo son recortados en forma rápida y marcadamente. El índice CAC-40 debería beneficiarse de la mejora en las ganancias de las empresas el año que viene. Otro catalizador importante para el mercado francés estará dado por las privatizaciones.

Reino Unido

El control de la inflación actualmente provoca una relativa debilidad en la demanda, con lo cual se debería permitir futuros recortes en los tipos de interés. En 1994, el consumo continuará como el principal catalizador para el crecimiento, pero de acuerdo al Union Bancaire no se espera un aceleramiento importante en la actividad económica, dado la necesidad de reducir el déficit fiscal a través del incremento impositivo. En este contexto, la libra esterlina debería mantenerse dentro del rango de operación de los últimos meses.

El fuerte incremento financiado a través de menores tasas de interés continúa teniendo efectos positivos sobre el mercado británico.

El consumo debería traer crecimiento, a pesar del gradual incremento



en la presión fiscal durante el año.

Actualmente los riesgos inflacionarios son muy bajos, brindando la posibilidad de reducir los intereses y darlo un nuevo empuje al mercado. ■

AFRICA ¿SE HUNDE O SE SALVA?

Hay noticias del Africa, y tal vez debamos estar agradecidos por ello. Hace unos años atrás había rumores de que el continente se estaba por caer del mapa. Mientras que varios gobiernos han tomado medidas importantes, aún cuando cautelosas, hacia la liberación política, las noticias a menudo son amargas y sombrías.

Hay una guerra en la zona de Kivú en Zaire, que en la actualidad es presa de una espiral inflacionaria del tipo de Alemania en la década del '20 y Argentina en la del '70. En Kivu la gente no se refiere entre sí como a zairenses, sino como bahundes, hutus o tutsis (que son algunos de los grupos más grandes). Utilizan armas de la edad de piedra: lanzas, arcos y flechas. En el mes de julio tres mil personas murieron, incluyendo a mujeres y niños, y cientos de aldeas fueron incendiadas. Tal vez algunos hayan escuchado hablar de esta zona en "Las verdes colinas del Africa", de Heminghway.

Desde ya que la más importante noticia política de Africa del pasado verano, fue la interrupción del proceso electoral en Nigeria. Nigeria es el país más rico y más grande —demográficamente hablando— del continente. Muchos lo consideran —aún hoy— el más prometedor. La decisión del entonces presidente, Ibrahim Babangida, un militar, de cancelar los resultados de las elecciones de junio, trajo el caos político al país. El Partido Social Demócrata, opositor, insiste en que su candidato, Moshood Abiola, un musulmán billonario, había triunfado frente a Bashir Othman Tofa, el candidato de la Convención Nacional Republicana.

Cuando los militares cancelaron las elecciones dijeron que ambos partidos habían estado comprando votos, pero no presentaron evidencias de ello. Babangida anunció nuevas elecciones, diciendo que los candidatos deberían tener al menos cincuenta años de edad y ser miembros de sus partidos políticos durante al menos un año. Estos requisitos no son caprichosos: en Africa Occidental se respeta la edad y la pertenencia partidaria puede ser interpretada como un compromiso para con la estabilidad de las instituciones democráticas. Pero Tofa tiene cuarenta y seis años de edad y Abiola ingresó a su partido el pasado mes de enero.

El jefe, Abimbola Davis, de la Asociación por una Nigeria Mejor, sostuvo que su organización había sido utilizada por los militares para desestabilizar a la oposición política, huyendo luego del país con su familia. La Campaña por la Democracia, una organización de derechos humanos encabezada por Beko Ransome Kuti, llamó a una campaña de desobediencia civil pacífica. Desafortunadamente, marchas pacíficas degeneraron en disturbios y hubo desmanes en Lagos. Recordemos que Lagos, aún sin crisis política, es una de las ciudades menos seguros del Africa. Cuando el ejército terminó de reprimir hubo más de cien muertos.

En una comedia de errores (para llamarlo de alguna manera), el gobierno militar cambió de idea dos o tres veces acerca de qué hacer y, finalmente, sugirió nuevas elecciones. Por último se constituyó un gobierno interino compuesto por civiles, que a su vez fue derrocado en noviembre por el general Sani Abacha. Inmediatamente prohibió las actividades políticas y desmanteló todas las instituciones políticas.

Ha instalado un Consejo Provisional de Gobierno, reservándose para sí mismo el cargo de Ministro de Defensa. Su nuevo gabinete, de 32 ministros, incluye a los más experimentados políticos nigerianos, pero no a Moshood Abiola.

En otras regiones del continente la situación política incluye serios conflictos regionales e internos, que socavan gobiernos y ponen en peligro a millones de personas. En Somalía la situación continúa siendo anárquica, mientras que las fuerzas de la ONU buscan pacificar y alimentar al país. Sudán sigue siendo un osario, con las facciones en pugna utilizando alimentos como armas y secuestrando a niños para enviarlos a luchar en el frente de batalla. El presidente Daniel Arap Moi de Kenya, intenta desesperadamente salvar una economía que se desmorona, así como a su corrupto gobierno que enfrenta la parálisis económica y política. En Djibouti, las fuerzas del Gobierno luchan contra los insurgentes del FRUD (Frente por la Restauración de la Unidad y la Democracia) en la frontera con Eritrea.

En el lado positivo, en Eritrea, un referéndum en abril aprobó abrumadoramente la independencia, terminando así, oficialmente, una lucha de treinta años contra el dominio de Etiopía. En Ginebra, aparentemente la CEAO (Comunidad Económica de Africa Occidental), negoció un alto el fuego y un acuerdo de paz, poniendo término a los tres años y medio de guerra civil en Liberia. Elecciones legislativas y presidenciales se llevarán a cabo en febrero próximo.

Las causas generales del malestar del Africa son conocidas. La población está creciendo a tal velocidad que, para el año 2000, puede llegar a haber un billón de personas en el Africa del sub-Sahara. Ello podría ser ocasión de celebraciones, sugiriendo la conquista de las enfermedades. En realidad, la gente está pasando hambre. La producción de alimentos está rezagada con respecto a la explosión demográfica.

Es significativo que haya grandes debates que permitan a los africanos encontrar las verdaderas causas de sus problemas, más allá de abstracciones como "el neocolonialismo occidental". Occidente fue, y de hecho continúa siendo responsable, pero no fue el causante único. "Africa debe comprender", escribe el novelista mali, Ahmadou Kouroumba, "que de poco sirve tirar una soga a un pozo al cual hayas caído si no haces un esfuerzo por tomarla. Puede haber causas culturales de los problemas del Africa. Los mismos africanos deben identificar estas causas y corregirlas. Europa puede ayudar, pero es Africa la que debe hacer el esfuerzo".

Esta declaración hace eco a lo que dijera el filósofo argelino, Mohammed Arkoun: "Es erróneo culpar de pleno la decadencia de la mente árabe islámica en el colonialismo... Cuando Europa ingresó a la Edad de la Razón, el Maghreb (norte de Africa) se dividió en regiones, divisiones lingüísticas y étnicas regidas por los señores locales de los lugares santos".

ROGER KAPLAN

(El autor es el director de "Freedom Review".)

Pánico: los Croatas Huyen de Argelia Luego de la Matanza

ARGEL, 16 (EFE).— El asesinato de doce bosnios y croatas a manos de un grupo armado integrista ha provocado una nueva ola de pánico entre los extranjeros, mientras el gobierno argelino, consciente del peligro, ha reafirmado su intención de atajar, por todos los medios, el terrorismo.

La embajada croata en Argel confirmó hoy que se procederá a la repatriación de un grupo de personas de esa nacionalidad tras la matanza, de la que se conocen los detalles gracias al testimonio de dos de los expatriados que sobrevivieron al ataque terrorista.

Los sobrevivientes indicaron que, en la noche del martes pasado, medio centenar de personas, aproximadamente, vestidas con cazadoras militares y armadas de fusiles y escopetas, asaltaron los barracones donde vivían los técnicos de la empresa mixta croato-argelina "Hydro-Elektric", en la localidad de Tamezguida, al suroeste de Argel.

El comando armado separó a los bosnios y croatas del personal argelino, y obligó a 14 de los trabajadores extranjeros a abandonar sus alojamientos, llevándolos hasta el lecho de un río a un centenar de metros de distancia, donde los maniataron y degollaron a sangre fría.

Los asesinos dejaron en el lugar a doce cadáveres y a dos de los croatas, bañados en su sangre, que fueron recogidos por los efectivos del Ejército y la policía, alertados por otros trabajadores que no fueron obligados a abandonar sus barracones.

Desde el martes pasado, las fuerzas del Ejército y de la policía, haciendo uso de blindados y helicópteros, rastrean la zona donde ocurrieron los hechos, sin que hasta ahora se haya localizado a los autores de la carnicería.

El primer ministro argelino, Reda Malek, que se declaró "horrorizado" y el Gobierno, que en un comunicado difundido en la noche del miércoles calificó los hechos de "crimen contra el Estado y la Nación", han condenado el ataque, que "atenta contra la dignidad y el honor de cada argelino".

La comunidad extranjera seguía hoy bajo el choque de esta matanza, ampliamente comentada por la prensa argelina que subraya que se produjo poco después de que el ministro del Interior, Salim Saadi, asegurase a los técnicos extranjeros del complejo industrial de Arzew (Oeste del país), que se tomarían medidas para protegerlos.

El asesinato de extranjeros responde a un deliberado plan de desestabilizar aún más la economía argelina, y tiene también como objetivo, obligar a las autoridades a reconocer su fracaso en su intento de pacificar el país tras la aparición de múltiples grupos armados supuestamente integristas.

La "estrategia del horror" de los grupos terroristas, a la que hace referencia el comunicado del Gobierno, pretende aislar a este país martirizado, llevándolo a una situación de conflicto interno generalizado en la que las alternativas más probables serían el golpe de Estado militar o la negociación, en posición de debilidad, con el integrismo.

Este marco se ensombrece todavía más, si se tiene en cuenta que, en su gran mayoría, los analistas de la crisis argelina y los medios diplomáticos dan por descontado que el ciclo de violencia puede propagarse a dos países vecinos, Túnez y Marruecos.

Las autoridades argelinas, conscientes de ello, esperan de Occidente y en concreto de los países de la ribera sur del Mediterráneo, menos críticas y consejos y más ayudas concretas para hacer frente a la crisis económica, de cuya solución depende también la posibilidad de atajar el mal integrista.

Pero, tal como evolucionan los hechos, los medios citados se interrogan sobre si no están en la antesala de formular el triste presagio de una inquietante "dimisión" del actual poder político argelino, lo que daría una dimensión más dramática a la crisis.

N° DOCUMENTO 9400164
TITULO Sin avances en negociaciones somalíes.
PAIS 150090
FECHA 28/12/93
VINCULO 507661-
11164-
11163-
11418-

Recrudece la violencia en Mogadiscio

por Horace Anuki
Nairobi (IPS)

Una bomba estalló ayer en una zona de la capital de Somalia controlada por las fuerzas de las Naciones Unidas y provocó daños a dos contenedores en el puerto, dijo una fuente de la ONU en Mogadiscio.

El estallido, que al parecer no produjo bajas, se dio luego de que efectivos de Estados Unidos mataron a balazos a dos somalíes en el área el domingo.

El portavoz de la operación de la ONU en Somalia (Onusom) dijo a IPS que la explosión también destruyó 10 ventas callejeras y cafés.

Onusom y la Alianza Nacional Somalí (SNA), encabezada por el general Mohammed Aidid, se culparon mutuamente por el atentado.

"La explosión fue causada probablemente por dinamita, utilizando un detonador de cronómetro. Creemos que el ataque fue obra de gente local", aseguró el portavoz de la ONU.

El estallido ocurrió cerca de donde dos vehículos de Estados Unidos fueron destruidos por una mina en setiembre, luego de enfrentamientos de los norteamericanos con la milicia de Aidid.

Funcionarios de Onusom consideraron que el ataque fue en represalia por la muerte de los dos somalíes el domingo, pero según el portavoz de la SNA, Abshir Kanite, expertos nacionales que inspeccionaron el lugar de la explosión descartaron que esta hubiera podido llevarse a cabo con el arsenal de la milicia.

"Este es otro acto de provocación por parte de las fuerzas de Estados Unidos y Onusom contra la SNA y el pueblo somalí", aseguró la fuente, quien agregó: "Una nave americana disparó un misil contra personas somalíes indefensas, para provocarnos a ir a la guerra".

Kanite también sostuvo que dos civiles fueron heridos y dos muertos por francotiradores de Estados Unidos cerca del puerto.

Pidió a las tropas extranjeras abandonar esos ataques "sin razón" contra su pueblo, e instó a los somalíes armados a mantenerse alejados de las posiciones de la ONU.

En una transmisión de una emisora radiofónica clandestina favorable a Aidid, un comentarista advirtió que los ataques son "perjudiciales para la obtención de la estabilidad y la paz" en Somalia.

Un funcionario de Onusom en Nairobi confirmó que efectivos de Estados Unidos sí dispararon contra un camión que transportaba a somalíes, hirieron a dos pasajeros y mataron a uno.

Pero el portavoz sostuvo que los tres somalíes estaban equipados con una ametralladora liviana en las inmediaciones del puerto, lo que viola las órdenes de las Naciones Unidas.

Los últimos hechos violentos no se limitan a Mogadiscio.

Una agencia de socorro católica afirmó que una granada fue lanzada contra sus instalaciones en Baidoa el día de Navidad, hiriendo a dos somalíes. Antes, aseguró el grupo, un automóvil también fue atacado por una granada, sin producir bajas.

Los ataques, atribuidos a fundamentalistas islámicos, parecieron motivados por la celebración de la Navidad por parte del personal de la agencia y la ONU en un país musulmán.

No estuvieron presentes las principales facciones

SIN AVANCE EN NEGOCIACIONES SOMALIES

Las facciones somalíes presentes en Etiopía se reunieron ayer, sin la presencia del presidente interino, Ali Mahdi Mohamed, y su rival el líder de la Alianza Nacional Somali (ANS), general Mohamed Farah Aidid.

Ali Mahdi y Farah Aidid son los principales protagonistas del conflicto somalí surgido tras el derrocamiento del expresidente Mohamed Siad Barre en enero de 1991.

Este encuentro es el primero que reúne a las 16 facciones somalíes y está auspiciado por el presidente Meles Zenaui.

Fuentes próximas a las negociaciones afirmaron que la misión de las delegaciones, integradas por ocho personas cada una, es la de preparar una conferencia que podría servir de base para otras negociaciones de reconciliación el próximo enero, posiblemente en Adis Abeba.

Hasta ahora, el presidente etíope, -quien viajó a Egipto para asistir a una reunión del Comité de la Organización de la Unidad Africana (OUA) para la Prevención y Solución de los Conflictos en Africa- no ha conseguido su objetivo de reunirse cara a cara con Mahdi Mohamed y Farah Aidid, aunque algunos de sus tenientes no descartan la posibilidad de tal reunión.

El presidente interino condiciona tal reunión a que se respeten las decisiones tomadas en la conferencia de reconciliación de marzo, en Adis Abeba: desarme de sus milicias, el alto el fuego, la solución negociada del conflicto, así como la intervención de las fuerzas extranjeras a Somalia, lo que nunca respetó el líder de la ANS.

Las doce facciones que respaldan a Mahdi Mohamed acusaron al presidente etíope Zenaui de parcialidad, cuando quiso convencerles de que acepten la propuesta de Farah Aidid de revisar las decisiones de marzo.

01-03

9400164

Recrudece la violencia en Mogadiscio

por Horace Anuki
Nairobi (IPS)

Una bomba estalló ayer en una zona de la capital de Somalia controlada por las fuerzas de las Naciones Unidas y provocó daños a dos contenedores en el puerto, dijo una fuente de la ONU en Mogadiscio.

El estallido, que al parecer no produjo bajas, se dio luego de que efectivos de Estados Unidos mataron a balazos a dos somalíes en el área el domingo.

El portavoz de la operación de la ONU en Somalia (Onusom) dijo a IPS que la explosión también destruyó 10 ventas callejeras y cafés.

Onusom y la Alianza Nacional Somalí (SNA), encabezada por el general Mohammed Aidid, se culparon mutuamente por el atentado.

"La explosión fue causada probablemente por dinamita, utilizando un detonador de cronómetro. Creemos que el ataque fue obra de gente local", aseguró el portavoz de la ONU.

El estallido ocurrió cerca de donde dos vehículos de Estados Unidos fueron destruidos por una mina en setiembre, luego de enfrentamientos de los norteamericanos con la milicia de Aidid.

Funcionarios de Onusom consideraron que el ataque fue en represalia por la muerte de los dos somalíes el domingo, pero según el portavoz de la SNA, Abshir Kanite, expertos nacionales que inspeccionaron el lugar de la explosión descartaron que esta hubiera podido llevarse a cabo con el arsenal de la milicia.

"Este es otro acto de provocación por parte de las fuerzas de Estados Unidos y Onusom contra la SNA y el pueblo somalí", aseguró la fuente, quien agregó: "Una nave americana disparó un misil contra personas somalíes indefensas, para provocarnos a ir a la guerra".

Kanite también sostuvo que dos civiles fueron heridos y dos muertos por francotiradores de Estados Unidos cerca del puerto.

Pidió a las tropas extranjeras abandonar esos ataques "sin razón" contra su pueblo, e instó a los somalíes armados a mantenerse alejados de las posiciones de la ONU.

En una transmisión de una emisora radiofónica clandestina favorable a Aidid, un comentarista advirtió que los ataques son "perjudiciales para la obtención de la estabilidad y la paz" en Somalia.

Un funcionario de Onusom en Nairobi confirmó que efectivos de Estados Unidos sí dispararon contra un camión que transportaba a somalíes, hirieron a dos pasajeros y mataron a uno.

Pero el portavoz sostuvo que los tres somalíes estaban equipados con una ametralladora liviana en las inmediaciones del puerto, lo que viola las órdenes de las Naciones Unidas.

Los últimos hechos violentos no se limitan a Mogadiscio.

Una agencia de socorro católica afirmó que una granada fue lanzada contra sus instalaciones en Baidoa el día de Navidad, hiriendo a dos somalíes. Antes, aseguró el grupo, un automóvil también fue atacado por una granada, sin producir bajas.

Los ataques, atribuidos a fundamentalistas islámicos, parecieron motivados por la celebración de la Navidad por parte del personal de la agencia y la ONU en un país musulmán.

No estuvieron presentes las principales facciones

SIN AVANCE EN NEGOCIACIONES SOMALIES

Las facciones somalíes presentes en Etiopía se reunieron ayer, sin la presencia del presidente interino, Ali Mahdi Mohamed, y su rival el líder de la Alianza Nacional Somali (ANS), general Mohamed Farah Aidid.

Ali Mahdi y Farah Aidid son los principales protagonistas del conflicto somalí surgido tras el derrocamiento del expresidente Mohamed Siad Barre en enero de 1991.

Este encuentro es el primero que reúne a las 16 facciones somalíes y está auspiciado por el presidente Meles Zenaui.

Fuentes próximas a las negociaciones afirmaron que la misión de las delegaciones, integradas por ocho personas cada una, es la de preparar una conferencia que podría servir de base para otras negociaciones de reconciliación el próximo enero, posiblemente en Adis Abeba.

Hasta ahora, el presidente etíope, -quien viajó a Egipto para asistir a una reunión del Comité de la Organización de la Unidad Africana (OUA) para la Prevención y Solución de los Conflictos en Africa- no ha conseguido su objetivo de reunirse cara a cara con Mahdi Mohamed y Farah Aidid, aunque algunos de sus tenientes no descartan la posibilidad de tal reunión.

El presidente interino condiciona tal reunión a que se respeten las decisiones tomadas en la conferencia de reconciliación de marzo, en Adis Abeba: desarme de sus milicias, el alto el fuego, la solución negociada del conflicto, así como la intervención de las fuerzas extranjeras a Somalia, lo que nunca respetó el líder de la ANS.

Las doce facciones que respaldan a Mahdi Mohamed acusaron al presidente etíope Zenaui de parcialidad, cuando quiso convencerles de que acepten la propuesta de Farah Aidid de revisar las decisiones de marzo.

Tropas norteamericanas matan a tres somalíes

El general Aidid convoca a una reunión de todas las fuerzas en pugna

Mogadiscio (AFP)

■ El jefe de guerra somalí, general Mohamed Farah Aidid, lanzó un llamado ayer a todas las facciones somalíes para reunirse a principios de enero en Mogadiscio a fin de discutir todos los problemas del país.

El general Aidid lanzó este llamado en el momento en que comenzaba en la capital etíope, Addis Abeba, una conferencia sobre los temas humanitarios bajo la égida de las Naciones Unidas. El general, quien delegó a esta conferencia a cinco miembros de su partido, la Alianza Nacional Somalí (SNA), se negó a asistir personalmente en señal de protesta por la detención por las fuerzas de la ONU de ocho de sus partidarios, entre ellos el tesorero de su organización, Osmán Ato.

"La SNA propone a todas las organizaciones políticas somalíes una reunión en Mogadiscio la primera semana de enero de 1994", precisó el general Aidid en conferencia de prensa.

Mientras tanto, las tropas norteamericanas mataron ayer a tres somalíes que portaban armas en Mogadiscio, indicó el coronel Steve Rausch un portavoz militar de Estados Unidos.

En el primer incidente, los norteamericanos mataron a un somalí que cargaba un cohete lanzagranadas (RPG) en el sur de la ciudad. El segundo incidente se produjo cuando las tropas norteamericanas observaron a tres somalíes con una ametralladora cerca del hospital de Benedir, matando a dos e hiriendo al tercer hombre.

Rausch señaló que, de acuerdo a las reglas de la ONU, las personas que porten RPG o armas pesadas pueden ser abatidos al instante. Los somalíes no respondieron y no hubo heridos entre los norteamericanos, añadió el coronel.

Poco después, durante una conferencia de prensa, Aidid emplazó a las tropas norteamericanas para que se retiren de Mogadiscio.

La ONU liberaría los últimos rehenes somalíes

Mogadiscio (UPI)
por Osmán Alí

■ Los diecinueve somalíes que aún siguen prisioneros, entre ellos los oficiales más importantes de Mohamed Farah Aidid, podrían ser liberados dentro de algunas semanas o días, informaron fuentes cercanas al jefe militar de la Alianza Nacional de Somalia.

Las fuentes agregaron que los oficiales de la organización recibieron "cierta promesa" sobre la liberación por parte del enviado especial de EEUU, Robert Oakley, durante la reunión que sostuvo la semana pasada con Aidid; la fuente no dio más detalles.

La liberación de los somalíes, arrestados durante diferentes ataques a posiciones de la Alianza durante los últimos seis meses, podría allanar el camino para una completa reanudación del diálogo entre el grupo somalí y funcionarios de las Naciones Unidas.

"La cuestión de la liberación de prisioneros continúa siendo el principal obstáculo para la reanudación de las conversaciones entre la Alianza Nacional de Somalia, EEUU y las Naciones Unidas", agregó la fuente.

Entre los prisioneros que se encuentran detenidos en un lugar que no ha sido revelado en Mogadiscio, está el principal financista de Aidid, Osman Ato.

También se informó que se encontraban detenidos los asesores políticos y principales oficiales del jefe militar, Mohamed Hassan Awale, Omar Salad y Abdi Karim Duale.

Las fuentes, que no quisieron ser reveladas, dijeron que la cuestión de la liberación de los prisioneros dominó las conversaciones del jueves pasado entre Oakley y Aidid, sin embargo, no pudieron determinar cuándo se produciría la liberación, así como tampoco si la misma sería incondicional.

Las conversaciones se iniciaron horas después de que el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas comenzara la búsqueda del jefe fugitivo del clan, y sólo momentos antes de que Aidid volviera a aparecer en público por primera vez en casi seis meses.

Aidid se había ocultado en junio para escapar de la captura de las Naciones Unidas, debido a su supuesta participación en la matanza de veinticuatro soldados pakistaníes de las Naciones Unidas el 5 de junio.

Los cuatro poderosos somalíes fueron capturados el 21 de setiembre durante una importante operación con comandos del ejército norteamericano. La operación siguió a la matanza de tres pacifistas pakistaníes de las Naciones Unidas por parte de los sospechosos aliados de Aidid en Mogadiscio.

Los funcionarios de las Naciones Unidas dijeron que los hombres estaban detenidos en virtud de una resolución sobre seguridad de las Naciones Unidas, la cual autorizaba a los pacifistas a utilizar la fuerza para arrestar a las personas involucradas en los asesinatos del 5 de junio.



El general Mohamed Aidid aguarda la liberación de sus hombres aún detenidos en Somalia. (Telefoto de archivo de AFP)

Observadores en Somalia especularon que los cuatro oficiales y posiblemente el resto de los detenidos podrían ser liberados antes de la conferencia humanitaria de la semana próxima, patrocinada por las Naciones Unidas en Addis Abeba, la capital de Etiopía.

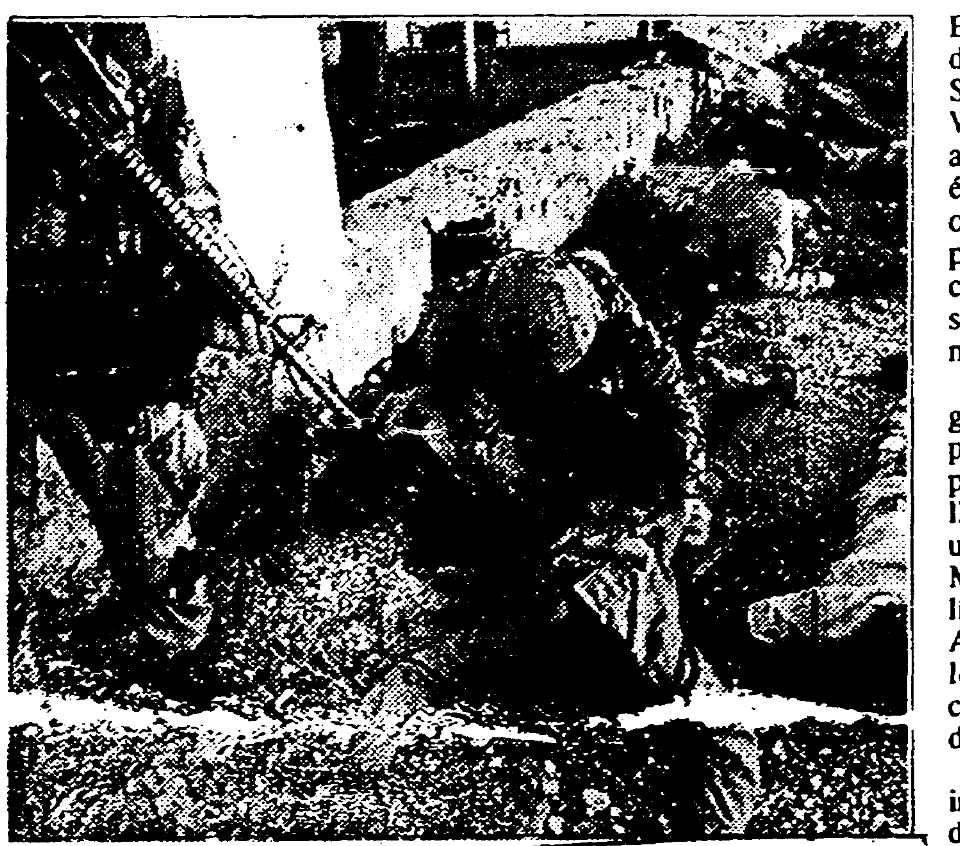
Los dieciséis bandos somalíes han sido invitados a la conferencia de tres días, destinada a diseñar programas de rehabilitación y reconstrucción para la nación africana del este.

SOMALIA NO HA RECUPERADO LA ESPERANZA

Con más pena que gloria se cumple hoy, jueves, el primer aniversario del desembarco en la bahía de Mogadiscio de varios centenares de marines estadounidenses, avanzadilla de una ambiciosa pero frustrada operación internacional para «Devolver la esperanza» a Somalia.

Espantada por las dramáticas imágenes de millares de niños muertos de hambre o a punto de sucumbir, la comunidad internacional, con Estados Unidos en cabeza, asumió hace un año a bombo y platillo el papel de salvadora de un país devastado durante los dos últimos años por la sequía y el desgobierno que siguió al derrocamiento del presidente Mohamed Siad Barre.

Durante unos meses, 25.000 soldados estadounidenses y 10.000 más de otras partes del mundo lograron, armas en la mano, garantizar la distribución de la ayuda alimentaria entre la población somalí -que además se vio favorecida por una fuerte estación de lluvias- e incluso mantener una precaria paz entre las facciones guerrilleras rivales que luchan por el poder.



Cuando el pasado mes de mayo Estados Unidos pasó la antorcha del mando de la operación en Somalia a las Naciones Unidas, Washington consideró que su actuación en este país había sido un éxito, pero la mayoría de las organizaciones humanitarias presentes en Somalia no coincidían con esa afirmación y opinaban que sólo se había puesto un parche que no duraría mucho.

La muerte en una emboscada guerrillera de 23 «cascos azules» paquistaníes, en junio pasado, prendió la mecha de la discordia y llevó a las Naciones Unidas a lanzar una serie de ataques aéreos en Mogadiscio contra posiciones del líder guerrillero Mohamed Farah Aidid, responsable de la muerte de los soldados paquistaníes, convertido en enemigo número uno de Estados Unidos y la ONU.

Más de un centenar de somalíes, incluidos mujeres y niños, murieron durante los sucesivos bombardeos. Otros 50 «cascos azules», incluidos 12 norteamericanos, perdieron también la vida en ataques guerrilleros, además de cinco periodistas extranjeros.

«La operación ha perdido sus objetivos humanitarios y se ha convertido simplemente en una misión militar», denunció la organización humanitaria Médicos Sin fronteras, mientras varios países, con Italia a la cabeza, criticaban la agresividad de la fuerza multinacional contra la población somalí.

Tras varios sonados y frustrados intentos de capturar a Farah Aidid, la ONU se vio obligada el mes pasado a rectificar su actitud y tratar de fomentar el diálogo, aunque ello le obligó a anular la orden de detención contra el líder guerrillero.

En un último intento de promover la reconciliación nacional, la ONU organizó la pasada semana una conferencia en Adis Abeba para reunir a los principales líderes somalíes, pero tampoco tuvo éxito.

Estados Unidos y otros países occidentales han anunciado que retirarán sus tropas de Somalia en el primer trimestre del año próximo, mientras el Consejo de Seguridad de la ONU discute aún el futuro de su misión en este país.

Pero como la cadena de televisión CNN, que desplegó a cien personas en Somalia hace un año para retransmitir en directo el desembarco de los marines, ha abandonado el país, el conflicto somalí, lamentan algunos funcionarios de organizaciones humanitarias, ha perdido gran parte de su interés. (EFE)

Alemania inicia maratón electoral con sorpresas para el oficialismo

• Anuncian derrota en las urnas para el CDU del Canciller Kohl

Como un barómetro político se presentan las elecciones municipales del domingo en Brandenburgo, las primeras en la Alemania del Este después de la reunificación, y las últimas ante las dieciocho convocatorias a las urnas de 1994.



Bonn (EFE)

Si aciertan los sondeos, el Partido Socialdemócrata (SPD) saldrá de las urnas como grupo más fuerte, el Partido del Socialismo Democrático (PDS), sucesor del Partido Comunista de la ex RDA, como el más beneficiado, y la Unión Cristianodemócrata (CDU) del Canciller Helmunt Kohl, como la gran derrotada.

La CDU que en su día fue la más favorecida por la reunificación, y que de los anteriores comicios municipales de ese "land", un estado federado, germanooriental de mayo de 1990 salió todavía como primera, con el 31,8 por ciento de los votos, apenas superará en el día de hoy el 9 por ciento, según un sondeo realizado a finales de noviembre por un instituto de medición.

Este descalabro, si se produce, sobrevendrá en un momento malo para los democristianos, que hace sólo un mes han visto fracasar a su candidato presidencial, Steffen Heitmann, favorito de Kohl, que hace dos días se salvaron de un milagro de una casi segura derrota en unos comicios anticipados en el Estado Sajonia-Anhalt, y que en Bonn se ven expuestos ahora mismo a fuertes tensiones con los coligados liberales.

Sólo faltan cuatro meses para que las elecciones parlamentarias de la Baja Sanjonia abran un maratón electoral en el que se renovarán las Cámaras en siete, y las administraciones municipales, en nuevo Estados Federados, se designarán a los nuevos diputados europeos y se elegirá el "Bundestang", el Parlamento federal, del que habrá de salir el Gobierno que rija los destinos de Alemania en los cuatro años siguientes.

A juzgar por los últimos sondeos electorales, tanto en Brandenburgo como a nivel nacional, el SPD y su nuevo Presidente, Rudolf Scharping, en la oposición en Bonn, llevan todas las de ganar en las municipales del domingo, en las que se les augura un 35 por ciento de los votos, y en las generales de octubre de 1994, para las que aparecen actualmente como favoritos.

Al SDP, que gobierna en coalición con liberales y verdes en Brandenburgo, le preocupa en los comicios municipales ante todo el PDS que obtuvo el 16,6 por ciento de los votos en mayo de 1990, y cuyo candidato principal, Rolf Kutzmutz, parece encaminado a apear el domingo de su cargo en la capital, Potsdam, al actual alcalde socialdemócrata.

Contrario a lo sucedido en otras elecciones recientes en Alemania, la ultraderecha no supone esta vez una amenaza, ya que apenas presenta candidatos, con excepción de las ciudades de Eisenhuttenstadt y Templin, donde concurren los Republicanos y Cottbus, donde aparece en las listas la neonazi "Liga Alemana".

Aproximadamente 1,9 millones de electores están llamados a las urnas para renovar cerca de 16.000 cargos municipales por los que compiten unos 30.000 candidatos de trece partidos y de numerosos independientes y asociaciones electorales locales.

El mayor peligro para todos lo constituye la indiferencia popular, que ha conducido ya a que la falta de candidatos forzara la anulación total de los comicios en 24 de los casi 1.700 municipios, y de las elecciones de alcalde, en otros 350.

La abstención es lo que más temen los partidos, y como comentó en vísperas de las elecciones el jefe regional del SPD, Steffen Reiche, si uno de cada dos electores ejerciera su derecho al voto, todos los políticos **"podrían darse con un canto en los dientes"**.

Grave derrota de democristianos por primera vez en Alemania

Berlín (ANSA)

■ Por primera vez en la historia, el partido democratacristiano (CDU) que tiene la mayoría relativa en Alemania y expresa el gobierno federal, ha de contentarse con un tercer puesto en una tanda de elecciones administrativas, superado por los socialdemócratas (SPD) y por los ex comunistas del Partido Socialista Democrático (PDS).

Según las últimas proyecciones, en las elecciones administrativas celebradas ayer en la región de Brandeburgo, las primeras en la ex Alemania Oriental después de la reunificación, la CDU perdió aproximadamente un tercio de los votos respecto a las administrativas anteriores de mayo de 1990, al conquistar el 20,6% de los sufragios (-11,2%).

Los socialdemócratas, en cambio, conquistaron el 33,8% (+5,7%) y los ex comunistas del PDS el 21,8% (+5,3%). Respecto a las administrativas anteriores, los liberales (FDP) se mantuvieron estacionarios con un 6% y los verdes pasaron al 6% (+2,2%). La extrema derecha no representó ningún papel porque sólo presentó candidatos en media docena de municipios.

La abstención fué elevada (58%), pero mucho más baja que en 1990 (76,4%). Si bien el cuerpo electoral llamado ayer a las urnas está compuesto solamente por 1,9 millones de ciudadanos, se considera que esta tanda de elecciones es una "prueba política" de primer orden para el año próximo, en el que los alemanes votarán dieciocho veces (en el plano local, federal y europeo).

Brandeburgo, con un 15% de desocupación, comprobó como las demás regiones de la ex Alemania oriental cuán difícil es mantener la promesa de un aumento de bienestar hecha en 1990 por el líder de la CDU y jefe del gobiero federal Helmut Kohl.

El secretario general de la CDU, Peter Hintze, dijo que los resultados son "absolutamente insatisfactorios".

Para él, estas elecciones estuvieron condicionadas por las vicisitudes de Sajonia-Anhalt (supersueldos a los ministros procedentes de la ex Alemania Occidental) y los ex comunistas "navegan sobre las olas de la protesta".

El secretario de organización de los socialdemócratas, Gunther Verheugen, dijo que el jefe del gobierno federal dejó de tener una base en Alemania Oriental. Verheugen, sin querer ser profeta, anunció nuevas derrotas a Kohl.

El ex jefe del partido ex comunista, Gregor Gysi, dijo que el aumento de votos a su partido es una crítica a toda la política del gobierno federal y una buena base de partida para participar en las elecciones generales del año próximo.

Nº. DOCUMENTO 9400166
TITULO Alemania se retira de Somalia.
PROCEDENCIA L. J.
FECHA 22/12/93
VINCULADO 500145-
507661-
11399-
11163-

Retornan a su país las primeras tropas alemanas fuera de frontera desde el fin de la Segunda Guerra

ALEMANIA SE RETIRA DE SOMALIA

El consejo de ministros del gobierno alemán, de acuerdo con la Organización de las Naciones Unidas (ONU), decidió que los soldados alemanes estacionados en la localidad somalí de Belet Uen, concluirán su misión el 31 de marzo de 1994.

Tras la última reunión del consejo en el año 1993, el ministro federal de Defensa, Volker Ruehe, aseguró ante los periodistas que el gobierno alabó la misión llevada a cabo por el ejército alemán en la localidad central de Somalia y recalcó que la decisión ha sido adoptada de acuerdo con la ONU.

Los primeros movimientos de retirada se realizarán a principios de enero de 1994 cuando regresen a Alemania los primeros vehículos y aparatos utilizados por los soldados en Somalia.

En declaraciones que publicó ayer martes, el periódico sensacionalista «BILD», Kohl asegura quela misión de los soldados alemanes, que se encuentran en el país africano desde el pasado 31 de agosto, «ha sido un éxito».

«Nuestro ejército se ha ganado desde entonces la confianza del pueblo somalí», dice Kohl quien añade que «por su misión en condiciones de trabajo difíciles nuestros soldados merecen todo nuestro agradecimiento y han logrado que Alemania pueda ser reconocida como un socio de confianza de la ONU».

Hasta el momento los ejércitos de Francia, Bélgica, Suecia y Noruega ya han retirado sus fuerzas de Somalia, mientras que el ejército norteamericano retirará su contingente a finales de marzo y los soldados italianos lo harán a finales de abril.-

01-01

9400166

9400167
Crisis norcoreana sobre armas nucleares.
150090
28/12/93
507487 -
65890 -
66224 -
501889 -
11019 -

Kim Il-Sung: el Hombre de la Bomba Atómica

Corea del Norte, gobernada desde hace 45 años por Kim Il-Sung (88) fue uno de los escasos países que no participó en la reunión celebrada en Seattle por la organización de cooperación económica de Asia y el Pacífico (APEC). Es que Kim, cuyo país vive una pavorosa crisis económica, está ocupado en otros menesteres, como por ejemplo llevar a término el proyecto largamente acariciado de convertir su Corea en el segundo país asiático poseedor del arma atómica (el otro es China comunista).

La situación se ha vuelto preocupante para todos (incluido el gobierno de Pekín) debido a la demostrada imprevisibilidad del líder coreano, uno de los últimos auténticos estalinistas que sobreviven en el mundo. Corea del Norte también posee un misil de alcance medio (el **Rodong**) con el que estaría en condiciones de alcanzar territorio taiwanés y japonés. Kim ha hecho todo lo posible por impedir las inspecciones de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) a pesar de ser firmante del Tratado de No Proliferación de armas nucleares. El caso coreano será llevado a decisión de las Naciones Unidas. La situación es sumamente delicada. Por lo pronto, Estados Unidos suspendió el retiro de sus efectivos militares emplazados en Corea del Sur y Washington advirtió de las **"graves consecuencias"** para el norte que entrañaría cualquier acto de agresión.

Kim mantiene 700.000 efectivos concentrados sobre la zona desmilitarizada que separa ambas Coreas desde el fin del conflicto en 1953.

Peligro nuclear en la frontera coreana

La situación en la frontera entre Corea del Norte y Corea del Sur es peligrosa, no aseguran que exista riesgo de guerra inminente, afirmó ayer el Secretario de Defensa de Estados Unidos, Les Aspin.

Washington (EFE)

El Jefe del Pentágono declaró a la cadena de televisión "NBC" que Estados Unidos cree que Corea del Norte no está importando más material nuclear e indicó que su Gobierno agotará la vía diplomática para impedir que esa nación se convierta en una potencia nuclear.

Sin embargo, aclaró que si la diplomacia no es suficiente para lograr que Corea del Norte, admita la inspección internacional de sus instalaciones nucleares, Estados Unidos se decidirá por otro tipo de opciones, que no quiso detallar.

Corea del Norte propuso recientemente autorizar una inspección de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) de cinco instalaciones, pero opuso a una verificación de dos centros sospechosos de procesar plutonio, donde se cree puede fabricar una bomba atómica, iniciativa que fue rechazada por Washington.

Los expertos occidentales consideran que los científicos norcoreanos utilizan las dos instalaciones secretas del complejo de Yongbyon para obtener plutonio, elemento básico para la fabricación de la bomba atómica.

Aspin afirmó que este asunto es muy grave, pero indicó que la amenaza de guerra en la zona, especialmente para los 16 millones de civiles del área desmilitarizada de Crea del Sur cercana a la frontera, n es peor ahora de lo que era a comienzos del año.

Si Corea del Norte decide, sin embargo, invadir a su vecino del Sur, esa acción sería considerada como un ataque a Estados Unidos, que está comprometido con la defensa del Gobierno de Seúl, afirmó el jefe del Pentágono.

"Nos vamos a dejar que los norcoreanos se conviertan en una potencia nuclear", indicó Aspin.

Boutros Ghali intenta resolver en Pekín la crisis norcoreana

Pekín (ANSA)

■ El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, en su intento de resolver la crisis norcoreana, sospechada de producción de armas atómicas en sus plantas nucleares, llegó ayer a Pekín y se reunió con el premier Li Peng.

El secretario de la ONU realiza una visita de dos días a Pekín, con la cual concluye su misión por extremo oriente que lo llevó a Japón, Corea del Sur y Corea del Norte.

Boutros-Ghali, que llegó procedente de Pyongyang, había declarado antes de su partida de Corea del Norte que creía posible resolver el problema nuclear a través de negociaciones y diálogo.

Muchos países, además de la ONU, expresaron la esperanza de que Pekín use su influencia con Corea del Norte, su aliado desde hace largo tiempo, para resolver el problema nuclear. China reiteró en muchas ocasiones que el único camino para evitar la crisis eran las conversaciones.

La CIA, según el New York Times de ayer, entregó un informe al presidente Bill Clinton, en el cual se sostiene que Corea del Norte probablemente tiene en su poder una o dos bombas nucleares.

El presidente norcoreano que recibió a Boutros-Ghali en Pyongyang, sostuvo que no era necesaria la mediación de la ONU para la reanudación de las negociaciones entre Corea del Norte y Estados Unidos, para llegar a un acuerdo sobre las inspecciones a las plantas nucleares de su país.

En efecto, las conversaciones entre la AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica) y Corea del Norte, para concordar las inspecciones, podrían comenzar en los primeros días de enero.

Boutros-Ghali, además, examinará con los dirigentes chinos "algunos aspectos relativos a la actividad de la ONU".

Hoy se reunirá con el vicepremier y canciller Qian Qichen y luego realizará una conferencia de prensa.

China manifestó en reiteradas ocasiones su perplejidad sobre el costo y los resultados de las misiones de paz emprendidas por las Naciones Unidas en los últimos tiempos y pide un nuevo examen general del papel y de los podres del Consejo de Seguridad de la ONU, del cual es uno de los cinco miembros permanentes, antes de proceder a su revisión y ampliación.

Otro tema previsto en las conversaciones de Boutros-Ghali es la situación en la región, en particular en Camboya en ambas Corea.

POCO LEGIBLE

01-02

9400167

Mientras, el Secretario General de la ONU muestra su optimismo

COREA DEL NORTE DENUNCIA HOSTILIDAD EE.UU. Y JAPON

Corea del Norte denunció nuevamente a Estados Unidos y Japón, a quienes calificó de «fuerzas hostiles que quieren sofocar» el país.

La agencia oficial de noticias norcoreana, KCNA, en sus emisiones para el exterior, salió al paso de algunas informaciones según las cuales Estados Unidos y Japón quieren poner freno al envío de dinero a Corea del Norte por parte de norcoreanos que residen en Japón. Según diversas fuentes, esta cantidad de dinero podría ser de 1.000 millones de dólares al año.

Alrededor de 200.000 personas de origen norcoreano residen en Japón, y tanto las autoridades niponas como las surcoreanas creen que las ayudas económicas y de todo tipo que éstas proporcionan son básicas para que el régimen comunista puede seguir con su programa nuclear.

KCNA dijo que el flujo de dinero de Japón a Corea del Norte «no es más que un falso rumor», y repitió que el país nunca ha fabricado armas atómicas.

GALI ESPERANZADO EN EL DIALOGO

El Secretario General de la ONU, Butros Butros Gali, mostró en Pekín su esperanza de que den resultado los tres canales de diálogo abiertos para resolver la crisis creada por la nuclearización de Corea del Norte.

El secretario general de Naciones Unidas destacó que el viaje fue una inciativa personal, que no tenía un mandato del Consejo de Seguridad de la ONU para presentar soluciones o pedir la adopción de medidas con respecto a la crisis en la península coreana, y que no cree que el papel de la ONU se menoscabe porque los canales de diálogo abiertos sean bilaterales.

Estos tres canales, precisó, son las conversaciones entre Estados Unidos y Corea del Norte, las que se mantienen entre las dos Coreas, que son miembros de la ONU desde 1991, en que entraron conjuntamente, y las del régimen de Pyongyang con la Agencia Internacional de la Energía Atómica (AIEA).

Reveló que durante su estancia en Corea del Norte se entrevistó con Kim il Sung, «aunque no sólo hablamos de la crisis, sino también de los programas de cooperación» de ese país con la ONU, y apreció «una voluntad de resolver pacíficamente la crisis y un deseo de reunificación, paso a paso, de ambas Coreas», similar al de las autoridades de Seúl.

Rechazan mediación

SEUL, 25 (AP). – El presidente Kim Il Sung sostuvo hoy una entrevista "cordial" con Boutros Ghali, pero le dijo al secretario general de las Naciones Unidas que no desea su mediación en la controversia sobre la presunta capacidad de Corea del Norte para fabricar armas nucleares.

Un vocero de las Naciones Unidas manifestó que Kim consideró que la mediación, ofrecida por Boutros Ghali en una reunión anterior con el canciller norcoreano, Kim Young Nam, no era necesaria debido a que su país y los Estados Unidos estaban ya sosteniendo conversaciones sobre el asunto.

02-02

TOKIO.- Las circunstancias actuales por las que atraviesan tanto Japón como la Argentina suscitaron la idea en distintas personalidades de ambos países de concertar un encuentro entre los representantes de más alto nivel de ambas naciones. Esa es la razón principal del viaje de Menem a Japón.

Uno de los funcionarios que más impulsaron la reactivación de los vínculos entre la Argentina y Japón es Teresuke Terada, secretario de Prensa y director general de Información Pública y de Asuntos Culturales del Ministerio de Relaciones Exteriores de Japón. Se trata de uno de los hombres de más prestigio en los estamentos oficiales, conocido por su espíritu cosmopolita y por su don de lenguas: habla a la perfección el español, el inglés, el francés (su esposa es francesa) y el alemán.

"Los vínculos que me unen a la Argentina se remontan a mi adolescencia -recuerda Terada-; cuando yo era alumno en el liceo, estudiaba hasta muy tarde y, al mismo tiempo, escuchaba la radio. Era un excelente estudiante y por eso me acostaba tardísimo leyendo casi hasta el alba. La música que pasaban por la radio era a menudo argentina: tangos. Fue así como me entusiasmé con ese ritmo y con Buenos Aires. Siempre me llamó la atención la manera en que los argentinos pronuncian el español. Cuando resolví ingresar en el servicio diplomático, quise aprender el castellano. Me hubiera gustado que me enviaran a practicarlo a la Argentina o a México. En cambio, me tocó Madrid. No me quejo, pero nunca pude librarme del acento madrileño con que hablo. Viví posteriormente en México durante largo tiempo, pero mi entonación madrileña no me abandonó."



TOKIO. - Siete mil calígrafos compiten en un concurso frente al Budokan Martial Arts Hall

Beneficios de la derrota

Uno de los aspectos que más impresiona a los observadores de la política internacional es el hecho de que Japón, no siendo una potencia militar, no habiendo empleado la violencia, no habiendo invadido ningún país, después de la derrota sufrida en 1945, se haya convertido en la primera potencia económica mundial. Terada es muy claro al explicar este punto: "Hasta cierto grado, la confrontación entre el Este y el Oeste ayudó a que Japón se desarrollara económicamente. Tras el desastre bélico que sufrimos, la alianza con los Estados Unidos nos permitió disfrutar la protección brindada por el paraguas nuclear norteamericano. Japón no necesitó entonces desarrollar ningún poderío militar. Ese aspecto estaba ausente de su presupuesto y de sus preocupaciones. Sólo debíamos empeñarnos en progresar. Hubo otra causa exógena que nos ayudó enormemente: la guerra de Corea de 1950. Fue una coincidencia que impulsó nuestra economía, ya que las guerras aumentan la demanda".

"Pero también hay una causa endógena del éxito japonés: el esfuerzo de su pueblo -señala Terada-. Siempre hemos tenido la convicción como comunidad de que, para avanzar, se debe trabajar. Nuestro territorio es pequeño: el setenta por ciento es montañoso, de modo que sólo podemos subsistir trabajando mucho. Esa tradición laboriosa forma parte de nuestra manera de ser desde hace siglos. En cierta manera, también nos ayudó el hecho de que la derrota fuera completa. Tuvimos que empezar desde cero. Comprendimos por otra parte que, para salir del pantano en que nos hallábamos, debíamos mejorar la educación general. La escasez de recursos humanos con buena preparación terminó siendo positiva, ya que nos llevó a cambiar por completo de actitud. Había que elevar del modo más rápido y efectivo el nivel cultural de nuestro pueblo. Además se hicieron inversiones en áreas de la economía que se consideraron claves para que produjeran un efecto multiplicador: el sector carbonífero y el siderúrgico. Más tarde fuimos diversificando los esfuerzos. Después de la guerra, el ahorro que podíamos conseguir más que privado era presupuestario".

"Las bases del despegue se dieron en los años sesenta", continúa Terada.

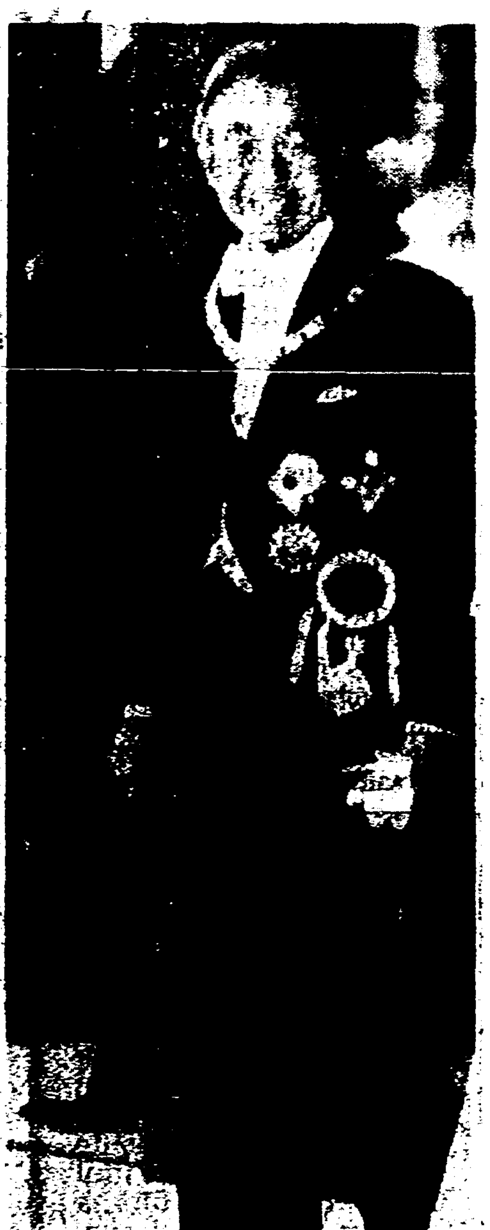
"El gobierno aprovechó un acontecimiento internacional, la Olimpíada de Tokio de 1964, para dar a conocer los cambios del país. Por eso creemos que es importante para China ser la sede de la Olimpíada del 2000. Ese tipo de hechos ayudan a lanzar internacionalmente a una nación. Para que esa Olimpíada fuera un éxito construimos una red ferroviaria que unió a Tokio y a Osaka, y también una autopista. Nuestro gobierno pidió créditos al Banco Mundial, con los que pagamos el ferrocarril y la autopista. Los créditos nos apoyaron mucho. Pero el desarrollo japonés no podría haberse producido sin la confrontación entre el Este y el Oeste. Durante hechos tan dramáticos como la crisis de los misiles de Cuba, Japón se quedó muy tranquilo, no debió dedicar ni dinero ni esfuerzos para montar un ejército fuerte, salvo el presupuesto consagrado a autodefensa, que es muy reducido".

No pocos estudiosos internacionales piensan que Japón, como primera potencia económica mundial, no podrá seguir prescindiendo de un poder militar propio, lo que preocupa a varios gobiernos extranjeros, teniendo en cuenta la peligrosa tradición militarista del imperio nipón. En ese sentido, Terada tiene un pensamiento totalmente opuesto: "Los Estados Unidos creen que una potencia económica debe estar respaldada por poderío militar. Nosotros tenemos en nuestra Constitución la prohibición explícita de convertirnos en una nación belicista. La experiencia japonesa en ese sentido es histórica. No podemos volver atrás. En primer lugar porque no es fácil enmendar nuestra Constitución. Muy pocos, o nadie, lo desean. Los jóvenes japoneses son, en su mayoría pacifistas. Por otra parte, después de la caída del muro de Berlín, no creemos que tenga ninguna utilidad política convertirse en una potencia militar. Si se piensa en nuestro pasado, no hay ninguna chance de que la experiencia de la Segunda Guerra Mundial se repita. Japón cometió el error en aquellos años y en la década del treinta de seguir el modelo de comportamiento occidental con respecto a las colonias (eso fue lo que nos ocurrió con China). Buscamos, en cambio, utilizar nuestras fuerzas económicas en favor del bienestar general, no sólo de Japón, sino del mundo. Para nosotros, la esperanza reside en una organización como la UN".

También nos ayudó el hecho de que la derrota fuera completa. Tuvimos que empezar desde cero. Comprendimos por otra parte que, para salir del pantano en que nos hallábamos, debíamos mejorar la educación general

La solidaridad que Japón demuestra hacia los países en vías de desarrollo se ha concretado en la entrega de importantes fondos para la realización de distintos planes, para la transferencia de tecnología y de conocimientos, así como para la lucha en contra de la contaminación ambiental, un aspecto al que el Japón es particularmente sensible debido a lo que sufrió en carne propia durante las décadas del sesenta y setenta cuando Tokio estaba severamente polucionada. Sin embargo se dice que la actual recesión económica podría hacer disminuir el caudal de ayuda que Japón brinda a los países subdesarrollados. En este asunto, Terada tiene una actitud tan firme como esperanzada: "Estamos sufriendo una fuerte recesión, como todos los países del mundo, pero en Japón no debemos exagerar: la situación no es tan crítica. La tasa del desempleo es apenas del 2,5 por ciento. En el seno del gobierno no hay ningún sentimiento de fatiga con respecto a la ayuda que se otorga a los países en desarrollo. Entregamos once billones de dólares este año a la Ayuda Oficial para el Desarrollo (AOD), una suma que sobrepasa la que da los Estados Unidos. Las necesidades por las que atraviesa Japón no frenan los esfuerzos que hacemos con respecto al bienestar del planeta. En junio de este año, se anunció el Quinto Programa de la AOD por un período de cinco años, es decir del 1993 al 1998. En ese período, nuestro gobierno entregará entre 70 y 77 billones de dólares para el desarrollo.

Uno de los aspectos que más preocupa a Japón en el nivel internacional es la lucha contra la contaminación. "En la reunión de Río de Janeiro, Japón anunció que aportará de 7 a 8 billones de dólares para colaborar en la depuración del medio. En América latina apoya dos proyectos: el de forestación para la ciudad de México y el otorgamiento de un préstamo de 850 millones de dólares a interés reducido destinado a planes relacionados con la lucha para erradi-



El emperador Akihito

car la contaminación de Río de Janeiro y de San Pablo. Por si fuera poco, el año pasado, aprovechando la visita del presidente de Chile, nos hemos puesto de acuerdo para la creación de un centro de estudios de medio ambiente en Santiago de Chile. Deseamos compartir nuestros conocimientos con otros países. El proyecto de Chile es un esfuerzo conjunto en el que intervendrán científicos de ambas naciones".

La hora argentina

"Creemos que la Argentina está en un momento en que puede participar con nosotros de todas estas tareas -subraya Terada-. El hecho de que haya renunciado a integrar la línea del Tercer Mundo es un síntoma muy positivo y una señal muy clara para nuestro gobierno. La relación de Japón y de la Argentina durante el período militar fue muy limitada. Con la administración radical ese vínculo cambió, sobre todo en 1986, cuando se recibió al presidente Alfonsín de un modo tan caluroso en Tokio, pero las dificultades económicas que se precipitaron sobre la Argentina impidieron que esos lazos incipientes se desarrollaran. El estancamiento diplomático continuó hasta comienzos de este año. Hace poco, en junio, hice un viaje a Chile como encargado de la sección de América latina, tal era mi cargo en ese entonces, pero aproveché para hacer una corta estada en Buenos Aires. Quería tener una impresión aunque fuera fugaz de lo que ocurría en la Argentina, ya que había escuchado hablar mucho de transformaciones asombrosas debidas a la actual gestión. La primera palabra que me vino a los labios en cuanto vi el clima que se vive en la capital y los progresos realizados fue una exclamación: ¡Caramba! Para creer hay que ver. Pero ver es creer. Una manera, si usted quiere algo elemental, para saber cuál es el nivel de una ciudad, es buscar los restaurantes japoneses. Antes no había ninguno de categoría en Buenos Aires. Ahora di con dos excelentes en sendos hoteles internacionales que acaban de inaugurarse. Hubo varias pautas que me indicaron cuán rápidamente las cosas se están moviendo en la Argentina. Ahora, como director general de Información Pública, como vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores de Japón, estoy en condiciones de definir la política con respecto a América latina. Soy consciente de las transformaciones positivas por las que pasa la Argentina, pero esas modificaciones todavía no se conocen lo suficiente en Japón. Por eso me pareció razonable pensar que una visita presidencial podía acelerar el estrechamiento de relaciones entre Japón y la Argentina."

"La idea de un viaje del presidente Menem a nuestro país se me ocurrió cuando recordé lo favorable que fue el paso por Tokio del presidente chileno Aylwin -comenta Terada-. Chile ya se ha dado cuenta de las posibilidades concretas y provechosas que puede desarrollar si mira hacia la cuenca del Pacífico, hacia los países asiáticos y, en especial, a Japón. En el último año, por ejemplo, ha exportado 1800 millones de dólares a nuestro país, mientras que sólo importó una tercera parte de lo que exportó, lo cual fue muy beneficioso para el saldo del comercio exterior chileno. Ellos están aprovechando notablemente la coyuntura. Creo que la Argentina, llevada por su tradición europea, ha pasado gran parte de su historia vinculada casi exclusivamente con Europa y con los Estados Unidos. Pero en el siglo XXI las decisiones económicas más importantes tendrán como centro la cuenca del Pacífico y Asia. Habrá tres centros energéticos: el ya mencionado, la Comunidad Europea y el Nafta. Pero nadie podrá prescindir de entablar relaciones de importancia con Asia y con Japón, porque en eso le va su propio progreso y subsistencia. Repito que Chile ya está empleando ese criterio de un modo muy hábil. El caso de la Argentina es distinto del de muchos países de América latina: en primer lugar, porque la economía de la actual gestión ha liberalizado los mercados a pasos acelerados; segundo, porque el país cuenta con diez años de tradición democrática cada vez más fuerte; en tercer término, los recursos humanos argentinos tienen un nivel de preparación muy alto si se los compara con el resto del continente sudamericano. Por lo tanto los planes que podemos forjar conjuntamente deben hacerse a partir de un nivel distinto. Esa es la meta que esperamos alcanzar y que la visita del presidente Menem puede acelerar a través de un contacto directo, sincero y, esperamos, fructífero." (c) LA NACION

02-02

9400168

Japón: los perjuicios de una deflación

¿Será que tener demasiado poca inflación puede ser tan dañino para una economía como tenerla en demasía?

Los economistas están afanosamente reduciendo la escala de sus predicciones para el crecimiento de Japón. En junio pasado, el pronóstico promedio del crecimiento del PBI japonés para 1994 que realiza mensualmente un panel de especialistas en predicciones para *The Economist* era de un optimista 2,8%. En noviembre, este porcentaje había sido recortado a un 1,6%. Y luego de las recientes cifras poco alentadoras, un numero cada vez mayor de economistas temen que Japón puede que deba enfrentar otro año más de estancamiento.

La producción industrial de Japón ya cayó en más de un 10% desde 1991, y las perspectivas podrían ser peores. Una fuente de preocupación en particular es que Japón podría enfrentarse a una franca deflación - baja de los precios al consumo- el año entrante, lo que debilitaría aún más su economía.

Los precios al por mayor han estado cayendo desde hace ya dos años; en octubre eran 3,2% más bajos que un año antes. Eso no es raro en Japón. En 1986-87 la caída de los precios del petróleo y la tendencia a la alza del yen provocaron la baja de los precios al por mayor a una tasa anual de alrededor del 10%.

La tendencia a la baja de los precios al consumo, sin embargo, es menos común. Se redujeron apenas en 1987, pero fue debido principalmente a un reflejo de la reducción en los precios del petróleo. Los precios no relacionados con el petróleo aumentaban más rápidamente en ese entonces que ahora. Los precios al consumo aumentaron en un 1,5% en el año que culminó en setiembre, pero esto fue en parte debido a una suba abrupta en los precios de los alimentos a causa del mal tiempo. La tasa de inflación subyacente es sólo del 1%.

Más aún, es muy posible que el índice de precios al consumo (IPC) oficial de Japón esté sobreestimando la inflación. Aparte de los problemas de medición comunes a los índices de precios, como ser el no tener en cuenta totalmente las mejoras en la calidad de los productos, el IPC de Japón no refleja aún el cambio reciente en el gasto, que se vuelca más hacia los comercios de descuento en perjuicio de los minoristas tradicionales. A partir del año próximo, este índice icluirá el efecto de las compras con descuento.

Otro motivo de presión hacia abajo sobre la inflación es el impacto rezagado de la apreciación del yen. Según James Capel, una firma de títulos/valores de Londres, cada 10% de apreciación del yen reduce el índice de precios al consumo en un 1,5% el primer año y un 1,5% adicional en los dos años subsiguientes. Por lo tanto, los efectos totales del aumento del 30% que se registró a partir de mediados de 1992 en el valor del yen ponderado según el comercio todavía no se han sentido. James Capel prevee que los precios al consumo podrían estar bajando en un 1% año a año para la segunda mitad de 1994.

PENSAMIENTOS NEGATIVOS

Si una inflación elevada constituye una mala noticia, entonces seguramente una caída en los precios -o una tasa inflacionaria negativa- constituye una buena noticia, ¿no es así? Sólo hasta cierto punto. Una baja en el precio de unos pocos productos, como ser computadores o grabadores de video, es sin duda una buena noticia para los consumidores. Pero una baja en el nivel de precios global puede ocasionar problemas. De hecho, en algunos casos, como ocurriera en la década del Treinta, una deflación puede ser aún más negativa que una hiperinflación.

La teoría económica tradicional solía subrayar el impacto positivo de una caída de precios. Se argumentaba que los precios en baja impulsaban el valor real del ahorro. Los hogares que se sentían más ricos entonces gastarían más.

Sin embargo, una tendencia a la baja en los precios puede tener el efecto opuesto. En especial, inflan el valor real de las deudas. Los consumidores y las empresas endeudadas probablemente reduzcan el gasto en lugar de aumentarlo. Como señaló recientemente un análisis de la S.G. Warburg, otra firma británica de títulos/valores, esto es especialmente importante en una economía como la de Japón donde tanto los núcleos familiares como las empresas tienen una carga excesiva de endeudamiento. Japón tiene el coeficiente más alto de deuda de hogares con relación al ingreso disponible, y la carga de deuda empresarial más elevada entre los países industrializados.

Cuando los precios al consumo están en baja, los hogares también pueden posponer sus compras con la esperanza de que los productos pronto serán más baratos. La caída consiguiente en la demanda podría hacer que los precios bajen aún más. Mientras tanto, la flexibilidad salarial de Japón, que generalmente es uno de sus puntos fuertes, también podría ejercer una influencia adversa para la recuperación económica. En Europa occidental, por ejemplo, donde es difícil bajar los salarios, una caída en los precios provocaría ganancias en el salario real lo cual serviría de apoyo a una demanda de consumo. En Japón, por el contrario, los salarios reaccionan rápidamente incluso cuando hay reducciones en los precios, con bonificaciones menores y una reducción de las horas extras.

Quizás la consecuencia más seria de una tendencia a la baja en los precios es que como las tasas de interés no pueden ser negativas, cuando los precios bajan las tasas de interés pueden llegar a subir a niveles reales demasiado elevados. El Banco de Japón ya redujo su tasa de redescuento al 1,75% -una tasa real de aproximadamente 0,25%. Si para el año que viene la tasa inflacionaria sobre doce meses fuera de menos 1%, entonces, aunque la tasa de redescuento se bajara a cero, las tasas de interés reales sufrirían una presión a la alza. Cuando los precios al consumo bajaban a un promedio anual del 6,8% en los Estados Unidos entre 1930 y 1933, las tasas de interés reales quedaron fijas a niveles excesivamente altos. La política monetaria se volvió casi impotente como herramienta para reactivar la demanda.

Una tendencia a la baja en los precios al consumo que se prolongue sostenidamente en el tiempo podría sin duda alargar más aún la fase descendente de Japón y producir una recuperación más atenuada. Pero afortunadamente no hay necesidad de que ocurra una repetición del período deflacionario de la década del Treinta. Aunque las tasas de interés pueden ser una herramienta ineficaz cuando los precios están en baja, queda aún la política fiscal. Japón es el único gran país industrializado que no tiene un gran déficit presupuestario. En realidad, su presupuesto total (a todo nivel de gobierno) está aproximadamente en equilibrio. Esto significa que puede darse el lujo de tener un impulso fiscal importante. En los últimos dieciseis meses, el gobierno japonés anunció tres paquetes de gastos que supuestamente sumaban un estímulo total de U$S 280 mil millones, o sea 6,4% del PBI.

El problema es que gran parte de ese estímulo fue más imaginario que real, y los burócratas han sido demasiado lentos en gastar ni siquiera la porción real. Se espera una baja en el impuesto a la renta para principios del año próximo, pero el gobierno aún no ha fijado una fecha firme. Si Japón llega a sufrir una sobredosis de deflación, el gobierno sólo se puede culpar a sí mismo. Sería una amarga ironía si la única economía industrializada que puede darse el lujo de emprender un estímulo "keynesiano" fracasara al hacerlo.

Nº. DOCUMENTO 9400170
TITULO Japón invierte en CEE.
PRESA L.M.
FECHA 5/12/93
VINCUL 66224 – 12640 – 11161 –

Japón invirtió más en CEE

TOKIO (ANSA)- Las inversiones directas de Japón en el exterior en la primera mitad de 1993 disminuyeron por cuarto año consecutivo, según la información oficial japonesa.

Pero en los países de la CEE aumentaron un 11,5 por ciento gracias al reforzamiento de la presencia nipona en el sector químico y en la distribución comercial.

Así informó ayer el Ministerio de finanzas de Tokio, que precisó que las inversiones totales en la primera mitad del año fiscal 1993 fueron 15.711 millones de dólares, lo que equivale a -9,6 por ciento respecto al año anterior.

En Estados Unidos la disminución fue del 20,1 por ciento, y en Asia del 2,2.

01-01 9400170

Vuelve a estallar el escándalo en Japón

• El ex Premier Noboru Takesita es el implicado

El ex Primer Ministro japonés Noboru Takesita volvió a la mira de los jueces tras las revelaciones hechas en estos días por consejeros de una empresa constructora investigada por haber corrompido a otros políticos y haber fraguado los contratos.

Tokio (Ansa)

Según las revelaciones publicadas ayer por el diario Mainichi y hechas a los jueces por Sukemasa Uera, el consejero especial de 85 años de edad de la empresa edilicia Tobishima, desde 1989 hasta 1992 Takeshita recibió 10 millones de yenes anuales, unos 95 mil dólares, a cambio de favores hechos a la empresa en calidad de hombre fuerte del partido Liberaldemócrata que desde 1955 hasta julio pasado mantuvo las riendas de Japón.

En el período indicado por Uera, Takeshita ya era sospechoso de corrupción en el marco del escándalo que giró en torno de la compañía de expediciones Sagawa, tras haber tenido que renunciar por haberse visto envuelto en el escándalo Recruit.

En ambos casos Takeshita es sospechoso de haber concedido favores a cambio de financiamientos ocultos. Desde hace algunos meses Takeshita y su suegro, Shin Kanemaru, ex Vicepremier, están siendo investigados por la justicia por los financiamientos ocultos recibidos por la empresa constructora Kajima, Kiyoyama y Shimizu.

Diez millones de yenes a cambio de favores

Los casos en los cuales Takeshita y Kanemaru están envueltos, sugiera el diario Mainichi, no serían casos aislados sino episodios que conformarían un único gran caso corrupción.

Uera, que el lunes pasado fue enviado a juicio por haber sobornado con 10 millones de yenes al ex gobernador de la provincia de Ibaraki, quien en 1991 aseguró a la Tobishima una parte de los trabajos públicos locales, también admitió haber entregado personalmente seis millones de yenes al año, casi 60 mil dólares, a Hiroshi Mitsuzuka, responsable de la comisión política del partido Liberaldemócrata y jefe de la mayor corriente del partido.

El papel de Uera, recuerda Mainichi, no se limitaba al de confiable y discreto guardavalores sino que además tenía competencias de mucho más alcance. El anciano consejero admitió, en efecto, haber sido presidente de la Keiei Konwakai, el cartel instituido por las empresa inmobiliarias más importantes del Japón para repartirse los trabajos de los contratos públicos.

01-01

DIMITIO EL MINISTRO DE DEFENSA

Japón sin guerreros

Presionado por pedidos de dimisión que presentaron dentro del propio gobierno el vital Partido Socialista y desde la oposición los demoliberales y comunistas, el ministro japonés de Defensa Keisuke Nakanishi renunció ayer después de haber provocado un escándalo de grandes proporciones al violar abiertamente el tabú pacifista de la posguerra y declarar que el país debería revisar su Constitución para poder participar en operaciones de los cascos azules de la ONU. El jueves, Nakanishi había dicho que "seguir ateniéndose piadosamente a un documento escrito hace medio siglo no es muy sutil, en una época de cambios dramáticos". "Podríamos revisar ese texto en la letra, aunque nos atuviéramos a su espíritu", explicó. El premier Morihiro Hosokawa lo llamó de inmediato a la prudencia, pero eso no bastó para calmar a la coalición de siete partidos ni a la oposición, y debió irse.

Nakanishi hizo las declaraciones del escándalo en una reunión abierta de su partido, el Shinseito, escindido del conservador Partido Liberal Democrático en junio pasado. De inmediato se vieron conmovidos los cimientos de la coalición gubernamental, donde militan desde el mayor partido de izquierda, el Socialista, hasta conservadores de distintos matices unidos bajo la bandera de la lucha contra la corrupción, gruesa materia que Japón dejó pendiente a lo largo de medio siglo de portentoso crecimiento industrial.

Aunque la Constitución japonesa tiene un prestigio ambiguo por haber sido impuesta casi sin consultas por las fuerzas de ocupación norteamericanas, los japoneses, habituados a importar elementos constitutivos de su cultura, como la escritura, las religiones, la tecnología o la vestimenta, mantuvieron un prolongado consenso sobre sus bondades, y particularmente sobre el rol que el texto cumplió en acelerar aun más el ritmo de crecimiento que el país ya traía desde el siglo pasado.

En todo caso, los artículos que estipularon la renuncia de Japón a "usar la fuerza para la solución de conflictos internacionales" y excluyeron así implícitamente su participación en toda alianza defensiva, como la OTAN, fueron un tabú que aun la derecha más acendrada dudó siempre en tocar. Así, el PLD, que siempre intentó revisar de costado esos principios, hizo aprobar el año pasado –antes de la hecatombe política que lo destronó por primera vez desde la posguerra– una ley especial para permitir la participación de las "Fuerzas de Defensa" (formalmente no puede haber ejército en Japón) en operativos de la ONU, sin tocar el texto constitucional, que se vio así contorneado mediante una batalla política infinitamente menor que la que hubiera demandado una reforma de la Carta Magna.

Sendero Luminoso, con bases en Japón

Vínculos: desde 1991, guerrilleros peruanos han ingresado en el país asiático para establecer contacto con extremistas nipones.

TOKIO, 26 (Reuter). - Guerrilleros peruanos, entre ellos miembros de Sendero Luminoso, han instalado bases en Japón mientras intentan establecer vínculos con extremistas nipones, según un informe oficial que se conoció hoy.

Guerrilleros peruanos, que se hacen pasar por peruanos de ascendencia nipona que están buscando trabajo, han ingresado en Japón desde 1991 a fin de escapar a la represión que se les aplica en su país, informó la Agencia de Investigaciones sobre Seguridad Pública de Tokio en su informe anual que difundió el diario Sankei Shimbun en su edición de hoy.

El organismo, que depende del Ministerio de Justicia, se reconoció preocupado porque los revolucionarios peruanos -miembros de Sendero Luminoso o del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru- están estableciendo relaciones con grupos guerrilleros nipones.

La organización ultraizquierdista Kakumaru ha anunciado su intención de acrecentar intercambios y fortalecer vínculos con Sendero Luminoso, que se levantó en armas con la declarada intención de derrocar a sucesivos gobiernos peruanos -incluyendo el que encabeza actualmente Alberto Fujimori- con el propósito de establecer un Estado obrero-campesino, según los lineamientos establecidos por el extinto líder chino Mao Tse-tung, comentó la agencia en su informe anual correspondiente a 1993 sobre la actividad terrorista en el país.

Sin embargo, las acciones terroristas de los grupos japoneses durante ese lapso han experimentado una disminución. En 1993 hubo 29 casos reconocidos de ataques incendiarios o de otro tipo lanzados por sectores extremistas, frente a los 46 que se contabilizaron en 1992, precisó la agencia.

Constatado: guerrilleros peruanos en el Japón

TOKIO, 27 (AP). – Algunos guerrilleros peruanos que escaparon a las medidas represivas del gobierno de ese país han venido al Japón y es posible que se hayan vinculado con los sectores radicales japoneses, confirmó hoy el gobierno.

Un informe anual emitido por el Departamento de Investigación de Seguridad Pública dice que las autoridades han confirmado recientemente versiones de que algunos guerrilleros peruanos de origen japonés han entrado al Japón desde 1991 como trabajadores.

El informe no da cifras, pero dice que los guerrilleros eran del grupo maoísta Sendero Luminoso y del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru.

Añadió que estos individuos no se han enfrascado hasta ahora en ningún tipo de actividad que afecte la seguridad de Japón, pero el informe expresa inquietud en torno de la declaración de un grupo radical japonés, emitida en enero, de que fortalecerá vínculos con los guerrilleros peruanos.

El informe estima que hay en Japón 11.000 radicales de varios tipos y aludió a tres grupos importantes de izquierda, incluso Kakumaru-a, Facción Central, que según se alega propugna el establecimiento de vínculos con sus colegas peruanos.

Organizaciones radicales han declarado su intención de establecer un gobierno marxista en Japón. Estos grupos participan ocasionalmente en actos de sabotaje y terrorismo, como el disparo de proyectiles de fabricación casera o la colocacón de bombas incendiarias en propiedades vinculadas con la familia imperial o con funcionarios del gobierno.

También se alían con grupos que abrigan quejas contra el gobierno, como los granjeros que hacen frente a la posible expropiación de sus tierras para la expansión del aeropuerto.

El informe dice también que los extranjeros que trabajan ilegalmente en Japón han pedido ayuda a grupos radicales en sus esfuerzos por obtener un mejor tratamiento aquí. Añadeque los sectores radicales estaban usando aparentemente cuestiones relacionadas con obreros extranjeros como parte de sus actividades antigubernamentales.

LN 28/12

España, huelga general

Los dos grandes sindicatos españoles amenazaron ayer al gobierno de Felipe González con convocar a una huelga general en enero si el gobierno decide, por falta de un acuerdo previo, aplicar su propia versión de un pacto social orientado a combatir un galopante desempleo de 23 por ciento.

Madrid (ANSA)



Un desempleo del 23% pone contra las cuerdas al gobierno de Felipe González. (Telefoto de archivo de AFP)

■ Nicolás Redondo, líder de la socialista Unión General de Trabajadores (UGT), y Antonio Gutiérrez, de la comunista Comisiones Obreras (CCOO), anunciaron que organizarán la huelga si González ordena por decreto la "flexibilización laboral".

Los sindicatos consideran "inaceptables" los términos de la flexibilización laboral propuesta por el gobierno del Partido Socialista (PSOE), también estimados "insuficientes" por los empresarios.

El presidente González confirmó el fin de semana que las medidas de flexibilización laboral serán aprobadas por el Consejo de Ministros el viernes, si antes no llega un acuerdo con los sindicatos y los empresarios.

El pacto social fue una promesa electoral de González que cumplió apenas el PSOE ganó sus cuartas elecciones consecutivas desde 1982. Las conversaciones comenzaron con signos alentadores pero paulatinamente los desacuerdos fueron minando su futuro.

España, el país con más desempleo de Europa comunitaria (dobla el promedio de la CE), atraviesa una crisis inédita desde 1970 en términos de caída de actividad económica y el propio gobierno ha estimado el Producto Interior Bruto (PIB) de 1993 en 0,5 por ciento negativo.

En una muestra de fuerza, la UGT y la CCOO consiguieron sacar a las calles de las principales ciudades de España, el jueves, a centenares de miles de personas para protestar contra la política económica y social del cuarto gobierno de González.

En diciembre de 1988, una primera huelga general recogió un apoyo unánime entre los españoles, pero pocos meses después, aún bajo los efectos de la gran bonanza económica del lapso 1985-89, González consiguió otra amplia victoria en las urnas.

Las principales objeciones sindicales hacen blanco en la liberalización de los despidos, que según propone el gobierno deberían ser administrativamente rápidos y por un cupo de hasta el 10 por ciento en las empresas de entre 100 y 300 empleados. El gobierno sugiere además crear la institución del aprendiz, categoría en la que se podría incluir a un trabajador por un período de hasta tres años, durante los cuales no gozaría de cobertura de salud alguna.

Los sindicatos en pie de guerra

Las dos grandes centrales obreras españolas, la Unión General de Trabajadores (UGT) que hegemoniza el socialismo y las Comisiones Obreras (CCOO) de orientación comunista, comenzarán hoy su campaña de protesta contra el proyecto de reformas laborales del gobierno, con manifestaciones que se realizarán en todo el país y que podrían ser el preámbulo de una huelga general. Por otra parte, hoy asumirá el nuevo ministro del Interior, Antoni Asunción, ex titular de la Subsecretaría de Instituciones Penitenciarias.

El gobierno de Felipe González inauguró en setiembre pasado un diálogo con los sindicatos y los empresarios con el fin de acordar un Pacto Social para poner freno al crecimiento del desempleo, cuya tasa ha alcanzado el 22,25 por ciento, equivalente a unas 3,4 millones de personas.

En esas negociaciones el gobierno propuso la flexibilización laboral, otorgando a los empresarios mayores facilidades para despedir a los trabajadores y creando un nuevo tipo de contrato para jóvenes.

Las medidas fueron consideradas "insuficientes y timoratas" por los representantes empresariales, mientras que la UGT y las CCOO las rechazaron porque a su juicio, en lugar de servir como paliativo para la desocupación, van a agudizar el problema. "El gobierno hace pagar a las clases más desfavorecidas y a los empresarios les da ventajas fiscales por más de 300.000 millones de pesetas", declaró al respecto el líder de la UGT, Nicolás Redondo.

Por su parte, el líder de Comisiones Obreras, Antonio Gutiérrez, afirmó que "el gobierno de González ha vuelto a hacer trampas", recordando las promesas del presidente de mantener la protección social y el poder adquisitivo de los jubilados, formuladas durante la campaña electoral.

Las dos centrales acordaron en principio un plan de lucha que comenzará hoy con una serie de movilizaciones en las grandes ciudades. Estas marchas serán el primer test para que los sindicatos puedan medir su poder de lucha con la mira puesta en futuras medidas de fuerza. Los dirigentes de CCOO impulsan la realización de un paro general de 24 horas que se realizaría antes de Navidad, mientras que los de la UGT actúan con mayor cautela. Sin embargo, en medios sindicales se estimaba que finalmente llegarían a un acuerdo para convocar la huelga.

Mientras tanto, el presidente González nombró ayer como su nuevo ministro del Interior a Antoni Asunción, en sustitución del renunciante José Luis Corcuera. Nacido en 1951 en Manises, en la provincia de Valencia, Asunción venía desempeñándose como secretario de Estado de Instituciones Penitenciarias.

Corcuera dimitió luego de que el Tribunal Constitucional declarara inconstitucionales dos apartados de sendos artículos de la Ley de Seguridad Ciudadana. Uno de los artículos, el número 21, autorizaba la entrada de la policía en un domicilio particular sin orden judicial.

España, huelga general

Los dos grandes sindicatos españoles amenazaron ayer al gobierno de Felipe González con convocar a una huelga general en enero si el gobierno decide, por falta de un acuerdo previo, aplicar su propia versión de un pacto social orientado a combatir un galopante desempleo de 23 por ciento.

Madrid (ANSA)



Un desempleo del 23% pone contra las cuerdas al gobierno de Felipe González. (Telefoto de archivo de AFP)

■ Nicolás Redondo, líder de la socialista Unión General de Trabajadores (UGT), y Antonio Gutiérrez, de la comunista Comisiones Obreras (CCOO), anunciaron que organizarán la huelga si González ordena por decreto la "flexibilización laboral".

Los sindicatos consideran "inaceptables" los términos de la flexibilización laboral propuesta por el gobierno del Partido Socialista (PSOE), también estimados "insuficientes" por los empresarios.

El presidente González confirmó el fin de semana que las medidas de flexibilización laboral serán aprobadas por el Consejo de Ministros el viernes, si antes no llega un acuerdo con los sindicatos y los empresarios.

El pacto social fue una promesa electoral de González que cumplió apenas el PSOE ganó sus cuartas elecciones consecutivas desde 1982. Las conversaciones comenzaron con signos alentadores pero paulatinamente los desacuerdos fueron minando su futuro.

España, el país con más desempleo de Europa comunitaria (dobla el promedio de la CE), atraviesa una crisis inédita desde 1970 en términos de caída de actividad económica y el propio gobierno ha estimado el Producto Interior Bruto (PIB) de 1993 en 0,5 por ciento negativo.

En una muestra de fuerza, la UGT y la CCOO consiguieron sacar a las calles de las principales ciudades de España, el jueves, a centenares de miles de personas para protestar contra la política económica y social del cuarto gobierno de González.

En diciembre de 1988, una primera huelga general recogió un apoyo unánime entre los españoles, pero pocos meses después, aún bajo los efectos de la gran bonanza económica del lapso 1985-89, González consiguió otra amplia victoria en la urnas.

Las principales objeciones sindicales hacen blanco en la liberalización de los despidos, que según propone el gobierno deberían ser administrativamente rápidos y por un cupo de hasta el 10 por ciento en las empresas de entre 100 y 300 empleados. El gobierno sugiere además crear la institución del aprendiz, categoría en la que se podría incluir a un trabajador por un período de hasta tres años, durante los cuales no gozaría de cobertura de salud alguna.

Los sindicatos en pie de guerra

Las dos grandes centrales obreras españolas, la Unión General de Trabajadores (UGT) que hegemoniza el socialismo y las Comisiones Obreras (CCOO) de orientación comunista, comenzarán hoy su campaña de protesta contra el proyecto de reformas laborales del gobierno, con manifestaciones que se realizarán en todo el país y que podrían ser el preámbulo de una huelga general. Por otra parte, hoy asumirá el nuevo ministro del Interior, Antoni Asunción, ex titular de la Subsecretaría de Instituciones Penitenciarias.

El gobierno de Felipe González inauguró en setiembre pasado un diálogo con los sindicatos y los empresarios con el fin de acordar un Pacto Social para poner freno al crecimiento del desempleo, cuya tasa ha alcanzado el 22,25 por ciento, equivalente a unas 3,4 millones de personas. En esas negociaciones el gobierno propuso la flexibilización laboral, otorgando a los empresarios mayores facilidades para despedir a los trabajadores y creando un nuevo tipo de contrato para jóvenes.

Las medidas fueron consideradas "insuficientes y timoratas" por los representantes empresariales, mientras que la UGT y las CCOO las rechazaron porque a su juicio, en lugar de servir como paliativo para la desocupación, van a agudizar el problema. "El gobierno hace pagar a las clases más desfavorecidas y a los empresarios les da ventajas fiscales por más de 300.000 millones de pesetas", declaró al respecto el líder de la UGT, Nicolás Redondo.

Por su parte, el líder de Comisiones Obreras, Antonio Gutiérrez, afirmó que "el gobierno de González ha vuelto a hacer trampas", recordando las promesas del presidente de mantener la protección social y el poder adquisitivo de los jubilados, formuladas durante la campaña electoral .

Las dos centrales acordaron en principio un plan de lucha que comenzará hoy con una serie de movilizaciones en las grandes ciudades. Estas marchas serán el primer test para que los sindicatos puedan medir su poder de lucha con la mira puesta en futuras medidas de fuerza. Los dirigentes de CCOO impulsan la realización de un paro general de 24 horas que se realizaría antes de Navidad, mientras que los de la UGT actúan con mayor cautela. Sin embargo, en medios sindicales se estimaba que finalmente llegarían a un acuerdo para convocar la huelga.

Mientras tanto, el presidente González nombró ayer como su nuevo ministro del Interior a Antoni Asunción, en sustitución del renunciante José Luis Corcuera. Nacido en 1951 en Manises, en la provincia de Valencia, Asunción venía desempeñándose como secretario de Estado de Instituciones Penitenciarias.

Corcuera dimitió luego de que el Tribunal Constitucional declarara inconstitucionales dos apartados de sendos artículos de la Ley de Seguridad Ciudadana. Uno de los artículos, el número 21, autorizaba la entrada de la policía en un domicilio particular sin orden judicial.

Felipe González perdió un ministro clave

Vacío: el premier español debió aceptar la dimisión del ministro del Interior, José Luis Corcuera, uno de los funcionarios más respetados del gobierno, que discrepó con un fallo de la Corte.

MADRID, 23 (Reuter). - El controvertido ministro del Interior español José Luis Corcuera declaró hoy que el primer ministro Felipe González aceptó su dimisión, presentada por discrepar con un fallo de la Corte Constitucional contra una nueva ley sobre atribuciones de la policía.

Su decisión priva al gobierno minoritario socialista de uno de sus más vehementes pero respetados ministros y artífice de los principales éxitos obtenidos contra guerrilleros separatistas vascos de la ETA.

Corcuera, titular de la cartera del Interior durante cinco años, presentó su renuncia el jueves último, cuando la Corte Constitucional rechazó por inconstitucional una parte clave de la Ley de Protección de los Ciudadanos, que hubiera conferido a la policía amplias facultades para perseguir a delincuentes.

Corcuera, de 48 años, declaró en conferencia de prensa que él respeta el veredicto de la Corte Constitucional sobre algunas cláusulas de una medida que autoriza a la policía a ingresar en domicilios privados sin orden de allanamiento.

"Esta es una renuncia sin cólera. Yo he renunciado y sé positivamente que el primer ministro ha aceptado mi dimisión", dijo.

Se espera que su sucesor sea nombrado esta semana. Quien se perfila como favorito para reemplazarlo es Antoni Asunción, secretario de Estado para Prisiones. Entre posibles candidatos se menciona al secretario de Seguridad, Rafael Vera, y al jefe de la Guardia Civil, Luis Roldán.

Advertencia

Durante la campaña proselitista para las elecciones generales de junio, Corcuera había anticipado que renunciaría si la Corte Constitucional se pronunciaba contra cualquier segmento importante de la Ley de Protección de Seguridad a los Ciudadanos, que fue aprobada por el Parlamento en marzo de 1992.

La controvertida norma, bautizada en todas partes como "ley Corcuera", aspira particularmente a lidiar con el narcotráfico que prolifera en todas las ciudades importantes de España. Fue ardorosamente debatida en el Parlamento y en la prensa, antes de convertirse en ley.

El artículo 22, calificado como "la patada en la puerta" por su discutida cláusula, faculta a la policía a irrumpir en una vivienda privada sin orden de allanamiento si cuenta con fuertes evidencias de que se está perpetrando un delito. Unas 800 personas arrestadas hasta el momento bajo los términos de este artículo serán liberadas como resultado del fallo expedido la semana última por la Corte.

Nº. DOCUMENTO 9400176
TÍTULO Reunión de Kohl y González.
P 150090
FECHA 27/11/93
VINCULACIÓN 507613 –
500145 –
11164 –
11399 –

Kohl y González Reclaman Acción

GRANADA (España), 27 (EFE). — El canciller alemán, Helmut Kohl, y el presidente del gobierno español, Felipe González, coincidieron en la necesidad de adoptar medidas urgentes para superar la crisis económica que vive Europa y crear empleo.

Al término de la cumbre bilateral celebrada en la ciudad española de Granada (sur de España), Kohl y González expresaron puntos de vista similares sobre el proceso de integración europea, la guerra en la antigua Yugoslavia y el narcotráfico, a la vez que intentaron transmitir un mensaje de confianza a la opinión pública.

El canciller alemán rechazó la idea del "europesimismo", al calificar de "estupenda" la entrada en vigor del Tratado de Maastricht, e instó a recordar la idea inicial de la construcción europea. "Juntos podemos llegar muy lejos", dijo.

En una rueda de prensa ofrecida poco antes de abandonar Granada, ambos jefes de Gobierno hicieron hincapié en la necesidad de mejorar la competitividad para combatir el desempleo y anunciaron que la creación de empleo será uno de los temas que abordará el Consejo Europeo de los próximos 10 y 11 de diciembre en Bruselas.

Durante la cumbre, que duró veinticuatro horas, Kohl y González tuvieron ocasión de hablar sobre la crisis de la empresa automovilística española Seat, propiedad del consorcio alemán Volkswagen, que tiene planes de despedir a 9.000 trabajadores de su fábrica de Barcelona.

González dijo que ambos gobiernos tienen interés en que Seat resuelva sus problemas con el menor costo social posible, pero advirtió que la cuestión no puede ser solucionada por los políticos, sino por los empresarios.

Kohl se mostró de acuerdo y afirmó que se trata de un problema de gestión de dos compañías privadas.

01-02

EUROPA AGITADA POR EL DESEMPLEO: FELIPE Y KOHL EN CRUCIAL REUNION



Felipe González y Helmut Kohl reunidos en Granada (España) para analizar los problemas que afectan a sus dos países y a Europa. (AP)

GRANADA, España, 26 (AP).— El canciller alemán Helmut Kohl llegó hoy para una conferencia de dos días con el presidente del gobierno español Felipe González, y confirmó que el temario incluirá el problema de los despidos de una subsidiaria de la compañía alemana Volkswagen en este país.

Ambos dirigentes mantuvieron hoy su primera sesión de trabajo en el monasterio local de Carmen de los Mártires, donde también sostendrán sus conversaciones de mañana, luego de lo cual González y Kohl brindarán una conferencia de prensa conjunta.

Se prevé que durante su reunión cumbre de dos días en esta ciudad sureña, los dos dirigentes tratarán a fondo uno de los temas de mayor seriedad que enfrentan sus respectivos países, es decir el desempleo.

Según un informe oficial divulgado hoy, la tasa de desempleo aumentó en el tercer trimestre del año a casi el 23 por ciento, la más elevada en la Comunidad Europea de 12 naciones, y por gran margen de diferencia.

Un claro símbolo de la crisis sería el caso de la fábrica de automotores SEAT, que una vez representara el ingreso de España en la comunidad de naciones industrializadas.

Pero en 1986 el estado español vendió la SEAT a la fábrica automotriz alemana Volkswagen (VW), empresa que este año anunció que tiene planes de dejar de fabricar automóviles en una planta clave situada en Barcelona, lo que espera que significará la eliminación de entre 7.600 y 9.000 empleos durante por lo menos dos años.

Funcionarios españoles indicaron que consideran que es poco lo que Kohl ha hecho para insistir en que la VW no tome medidas de peso en España. Sin embargo, Kohl enfrenta sus propios problemas, como la desocupación del 7,6 por ciento en Alemania Occidental y del 15,3 por ciento en la región oriental.

La VW anunció esta semana que sus 100.000 trabajadores en Alemania empezarán una semana laboral de cuatro días a partir de enero, en un intento por evitar la eliminación de puestos de trabajo. Si bien los trabajadores recibirán menores salarios, se evitará lo que la empresa dijo que sería la pérdida de 30.000 empleos.

Se prevé que González y Kohl también habrán de considerar temas como la industria del acero, posiciones comunes respecto a las conversaciones del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), la situación en Bosnia-Hercegovina y en Rusia, y la fuerza europea conjunta de defensa conocida como Eurocorps.

Tras un otoño tenso, Europa se encamina hacia un "invierno caliente" en el que los observadores no descartan un dominó de huelgas generales.

Bélgica ha quedado paralizada en efecto hoy por un huelga general que, según la Federación de Empresas Belgas, costó al país ochocientos ochenta y seis millones de dólares, y en España se anuncia otra similar para antes de finales de año.

Las negociaciones para lograr un pacto social están virtualmente rotas en ambas naciones, gobiernos y sindicatos atrincherándose en posiciones irreconciliables.

Bélgica y España se han convertido muy a su pesar en sendos bancos de pruebas de las dificultades de la solución de la crisis.

El presidente de la Comisión de la Unión Europea, Jacques Delors, desearía atajar la situación con una concertación sobre empleo y crecimiento económico a escala europea, para lo que ha preparado un libro blanco que se discutirá el próximo diez de diciembre en una cumbre de los Doce.

Pero la tensa situación en Bélgica, donde la actividad industrial se detuvo por completo hoy, y en España, donde un millón de trabajadores se lanzó a la calle ayer para expresar su descontento, anuncia tendencias similares en los demás países comunitarios.

En Bélgica, la protesta sindical produjo un paro total el lunes en las provincias de Lieja, Limburgo y Amberes y el miércoles en el resto del país, extendiéndose hoy a la capital, Bruselas, y provocando la primera huelga general desde 1988.

9400176

02-02

España: anuncian una reforma laboral

Para frenar el creciente desempleo (que según la Encuesta de Población Activa afecta a más de tres millones y medio de españoles) el gobierno de Felipe González dará a conocer hoy una polémica reforma al mercado laboral, que incluye una flexibilización de los contratos temporales, movilidad geográfica para los trabajadores y cambios en los contratos de aprendizaje. El líder de la Unión General de Trabajadores dijo que la medida "será un corte de manga" para los sindicatos.

MADRID, 2 (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para **Clarín**). — No hay ningún acuerdo entre gobierno y sindicatos sobre la polémica reforma del mercado de trabajo que adoptará mañana el consejo de ministros presidido por **Felipe González** mediante un decreto ley y un proyecto de reforma al Estatuto de los Trabajadores. Esta grave disputa teñirá de agitación el clima político y social en España hasta la segunda mitad de enero, cuando está prevista una huelga general, la cuarta contra el gobierno socialista desde que llegó al poder en 1982.

El paquete de medidas impulsará todavía más la destrucción de empleo, según las centrales sindicales. Ayer se informó que habrá 200.000 nuevos desocupados entre noviembre y diciembre, lo que sumaría medio millón para el total anual. El gobierno sostiene que España ha perdido competitividad por los altos costos laborales y una legislación poco flexible sobre el despido y que no queda más remedio que impulsar un cambio de fondo.

Los líderes de las dos centrales sindicales, **Antonio Gutiérrez** (Comisiones Obreras) y **Nicolás Redondo** (Unión General de Trabajadores), estuvieron hoy reunidos dos horas con Felipe González acompañando al presidente de la Confederación Europea de Sindicatos, Emilio Gabaglio. Mientras esperaban el momento de ingresar en la sede de la Moncloa, los rostros crispados de Nicolás Redondo, que parece recorrer un calvario cada vez que tiene que visitar a su ex amigo, y de Antonio Gutiérrez, hacían prever el resultado negativo de la reunión que estaba prevista de antemano en relación con temas de la Comunidad Europea.

"Lo que va a hacer el gobierno mañana es un verdadero corte de manga a los sindicatos", explicó con elocuencia el dirigente de Comisiones Obreras a la salida. Redondo lanzó un torrente de críticas en una posterior conferencia de prensa, lo que permite predecir que UGT se sumará a la convocatoria de huelga general ya aprobada por Comisiones Obreras. El comité confederal de la UGT tratará el tema en su asamblea del 9 y 10 de diciembre próximos.

El gobierno indicó que quiere recoger algunas de las objeciones de los sindicatos y ha introducido 25 modificaciones en el conjunto de medidas que sancionará mañana. Las más importantes prevén la prórroga por 18 meses de los contratos de fomento del empleo que vencen el año próximo. También hay cambios en la reglamentación del contrato por aprendizaje para jóvenes que cobrarían el 70 por ciento del salario mínimo.

Habrá, además, un nuevo proyecto de ley para modificar el Estatuto de los Trabajadores, un verdadero fortín legal de los sindicatos que los socialistas no han tocado en los once años que llevan en el poder. La iniciativa contiene modificaciones en la jornada laboral y se introducirían las causales de movilidad geográfica y funcional en las empresas para ampliar las causales de despido.

Los gremios rechazan de plano estas medidas. Después de la gran movilización sindical que tuvo lugar el 30 de noviembre se esperaba que la huelga general se realizara el 21 de diciembre, como proponían los dirigentes que prefieren un choque frontal contra el gobierno. Pero, la crisis cada vez más cruenta y la cercanía de las fiestas de fin de año hicieron temer una reacción negativa por parte de sectores de la población convencidos de que el conflicto gremial y el cese de tareas ahondarán las penurias económicas.

Por lo tanto se decidió postergar la huelga general para la segunda mitad de enero, una época del año en que, tradicionalmente, a los españoles les cuesta llegar a fin de mes porque se han gastado el dinero en las fiestas de Navidad, Año Nuevo y Reyes. Esta situación se la describe popularmente como "la cuesta de enero", que este año promete ser más empinada que nunca. Las tres huelgas generales anteriores se realizaron siempre en día jueves y por lo tanto se espera que la medida de fuerza se cumpla el 20 o el 27 de enero.

Mientras tanto, los sindicatos y el gobierno prometen librar una dura guerra de propaganda para convencer a la opinión pública sobre sus respectivas posiciones. "No habrá marcha atrás en la reforma laboral, aunque la huelga tenga éxito", proclamó hoy el ministro de Economía, **Pedro Solbes**. El funcionario propone que los empresarios y los gremios logren un pacto de rentas que permita controlar por tres años los salarios para que los hombres de negocios e inversores puedan volver a considerar que los costos de trabajo españoles son otra vez competitivos.

Los sindicatos rechazaron la propuesta calificándola de "burla" después del naufragio de las negociaciones para un pacto social. Fracasó así el objetivo de Felipe González, en maniobras que se han desarrollado los últimos tres meses, de pactar un consenso sobre los sueldos, las jubilaciones y la reforma al mercado laboral que incluye la flexibilización del despido. Este descalabro no se ve nada auspicioso para frenar la crisis, mientras la economía española sigue en caída libre.

¿Cuántas personas hay sin trabajo?

MADRID, 2 (Especial para **Clarín**). — Las cifras de desocupación en España parecen bailar constantemente. La discrepancia se refiere al número de personas sin empleo registradas oficialmente, que a fin de año llegarán a **2.800.000** o las que computa la reciente Encuesta de Población Activa (EPA), 3.545.950.

Cuando se produce el despido, un trabajador debe acudir al Instituto de Empleo (INEM). De allí surgen las cifras del desempleo registrado. El Instituto de Estadística realiza trimestralmente un sondeo en 64.000 familias y, mediante una serie de preguntas se trata de profundizar en el tema de la desocupación, el más grave problema que afronta España desde la transición democrática.

Las discrepancias son muchas y la polémica no cesa. El gobierno se inclina por las cifras registradas. La oposición y los sindicatos por las estadísticas. La verdad es que muchas personas registradas como desempleadas tienen algún trabajo y que para poder inscribirse en el INEM hay que haber estado empleado en forma estable durante seis meses, una situación imposible para centenares de miles de trabajadores, sobre todo jóvenes y mujeres. ¿Cuántos desocupados hay en España? Demasiados.

RECHAZO SINDICAL: SE MODIFICAN LOS MODOS DE CONTRATACION,

Ponen en marcha en España una profunda reforma en la legislación del trabajo

Los funcionarios del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) aseguran que sin ciertos cambios en el mercado laboral es imposible detener la crisis, crear empleo y aumentar la competitividad de la economía. En esa dirección, el presidente Felipe González anunció ayer una profunda reforma laboral, a la que los sindicatos se opusieron abiertamente. Las nuevas medidas incluyen cambios en los contratos de trabajo, en los horarios, las vacaciones y la búsqueda de empleos. Armando Caro Figueroa, secretario de Trabajo durante el gobierno de Raúl Alfonsín, y asesor de Carlos Menem en cuestiones laborales, participó en la elaboración del proyecto.

HORARIOS Y VACACIONES

MADRID, 3 (Por **Juan Carlos Algañaraz**, especial para **Clarín**). — Sin tener en cuenta la frontal oposición de los sindicatos, el gobierno socialista de **Felipe González** aprobó hoy una profunda reforma de la legislación laboral que modifica las modalidades de contratación, búsqueda de empleo, jornada de trabajo, horarios, vacaciones, negociación colectiva y despidos. Los funcionarios oficiales y dirigentes del Partido Socialista Obrero Español (PSOE) insisten en que sin estos cambios será imposible detener la destrucción del empleo y frenar la crisis, ya que la economía española es ahora escasamente competitiva.

Poco después de conocerse el paquete de medidas, las centrales sindicales insistieron en que "la opción por el contrato barato, el recorte de derechos y el despido fácil es todo lo que este gobierno es capaz de proponer a la sociedad para responder al reto de la crisis y el futuro incierto". Los sindicatos convocaron de inmediato a una movilización masiva contra estas medidas que culminarían con una huelga general el 20 o el 27 de enero. Al mismo tiempo anunciaron que la reforma aprobada hoy da un golpe de gracia a un posible pacto social y también al acuerdo sobre salarios entre empresarios y trabajadores que propiciaba el gobierno.

González recibió el respaldo del PSOE, de sus aliados nacionalistas catalanes, del nacionalismo vasco y del Partido Popular por intermedio del presidente de la Xunta de Galicia, quien se mostró de acuerdo con las medidas y la urgencia en adoptarlas.

Izquierda Unida rechazó con energía lo que considera un retroceso en las conquistas sociales y volvió a reclamar una movilización popular de apoyo a los sindicatos.

Las nuevas disposiciones terminan con el sistema de seguridad laboral vigente, recortan a fondo la protección del empleo y derogan una serie de medidas que garantizaban la estabilidad profesional.

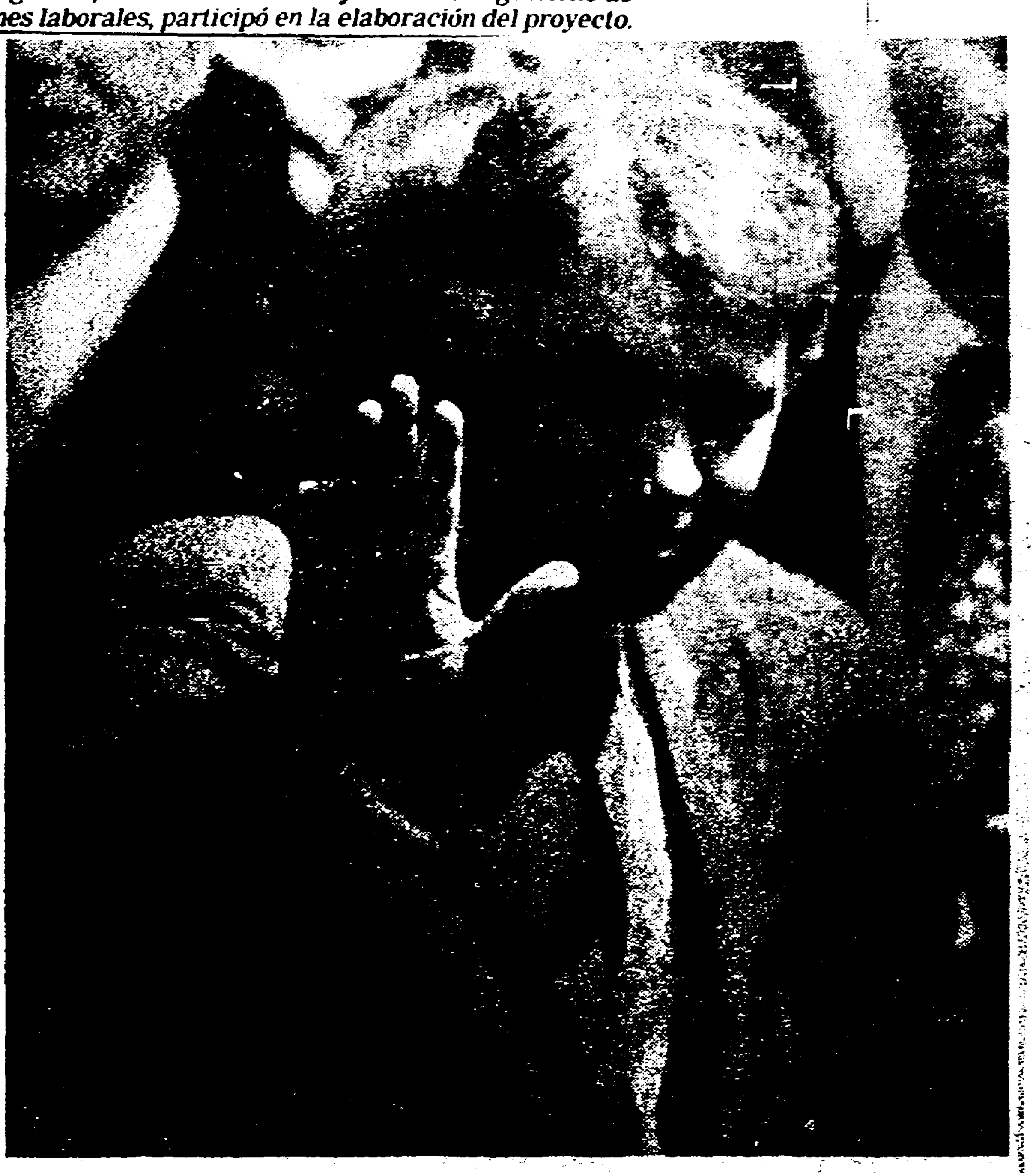
"Estas medidas tratan de quitar rigidez al mercado de trabajo español que es hostil e insolidario con los desocupados", explicó el ministro de Trabajo, **José Antonio Griñan**. "Queremos flexibilizar la negociación colectiva y nuevas formas de contratación que hagan más dinámico el mercado de trabajo", añadió.

El gobierno parece decidido a impulsar el empleo de los jóvenes, que son los más golpeados por la desocupación. Los nuevos contratos de aprendizaje a tiempo parcial serán sin duda atractivos para los empresarios ya que establecen retribuciones básicas del 70 por ciento del salario mínimo y las cargas sociales serán asumidas en gran parte por el gobierno.

El gobierno aprobó un decreto-ley que establece nuevos contratos de aprendizaje, de prácticas y a tiempo parcial, elimina el monopolio en la distribución del empleo por parte del instituto oficial, INEM, y prorroga los contratos de fomento del empleo que vencían el año próximo por otros 18 meses.

Al mismo tiempo envió al Parlamento un proyecto de ley que modifica el Estatuto de los Trabajadores y establece un aumento de las opciones al despido justificado. En cuanto a la jornada laboral se podrá extender más de nueve horas al día, se permiten acuerdos para flexibilizar los horarios y tiempos de trabajo

Las históricas decisiones adoptadas hoy por el gobierno socialista sintonizan con las medidas de recorte del estado de bienestar y de protección laboral que tienen lugar en toda la Europa desarrollada. Los altos costes de esta bonanza, que aseguraron la prosperidad y la paz social en la Europa capitalista de la posguerra, son ya casi imposibles de financiar. Las grandes empresas orientan ahora sus inversiones hacia las nuevas zonas emergentes del sudeste asiático y la América latina, que ofrecen mano de obra barata y de buena calificación. Si el Este europeo logra estabilidad política, también brindará grandes oportunidades de desarrollo. Enormes masas de capitales están trasfiriéndose hacia esas áreas o se preparan a marchar hacia el nuevo El Dorado del crecimiento mundial en el umbral del siglo XXI.



Felipe González, jefe del gobierno español: pese a la oposición sindical, una nueva legislación para regular el trabajo.

9400177

02-02

FINANCIAL TIMES

MADRID, (Servicio exclusivo de "Financial Times").— La economía de España está en calma, pero Felipe González se encamina hacia una tormenta. El presidente del Gobierno español se apresta a tener un enfrentamiento con las centrales sindicales del país a raíz de sus planes para aplicar cambios muy necesarios en la legislación laboral. Más que ningún otro miembro de la Unión Europea, España constituye un claro caso de legislación anacrónica y restrictiva que impide que la economía alcance su pleno potencial. El gobierno está dispuesto a imponer las medidas a través de la acción parlamentaria, al haber vencido el plazo para discutir reformas del mercado laboral. Mientras el gobierno está pronto para impulsar las medidas en el Parlamento, los sindicatos, que la semana pasada realizaron manifestaciones en cincuenta ciudades para rechazar las políticas del gobierno, ahora amenazan con una huelga general a partir de enero. González está analizando su próximo movimiento y todos los ojos de Europa le observan.

Después de obtener el triunfo en las elecciones y lograr el cuarto período en el gobierno, González ha presidido una suave reducción de las tasas de interés, anunció un Presupuesto relativamente duro para el próximo año, con el propósito de intentar la reducción del déficit fiscal que ha crecido con rapidez. González ha dudado para poner en práctica medidas fundamentales tendientes a corregir errores estructurales en la economía y rescatar a España de la recesión. Tres meses de negociaciones y conversaciones con los sindicatos y las gremiales de empresarios, terminaron sin resultado positivo.

Pasó el tiempo de la evocación y González no debe hesitar.

Los sindicatos se oponen con vehemencia a las propuestas para modificar la legislación laboral que fue aprobada poco después de que el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) asumiera el gobierno en 1982.

ECONOMÍA DE ALTO COSTO

España ha consolidado con éxito la transición a la democracia, pero en función de los parámetros europeos, tiene una economía con costos bastante altos. Nadie entiende esta situación mejor que el ministro de Economía, Pedro Solbes, quien sostuvo que los sindicatos han perdido contacto con la realidad. España está compitiendo por inversiones no sólo con otros países más eficientes en Europa Occidental, sino también con naciones que pagan bajos salarios como son los casos de los que se encuentran en Europa Oriental y Central, y Asia.

Normas restrictivas en materia de contratación y despido de personal, negociaciones salariales rígidamente centralizadas, impedimentos legales para contratación temporaria y aprendizajes, y el monopolio estatal en materia de reubicación de los desocupados, constituyen elementos que están frenando la creación de empleos y el crecimiento económico.

Debido a la existencia de un "mercado laboral negro", la tasa oficial de desempleo que se sitúa en 22.9 por cierto, es lo más elevada de la Unión Europea y en realidad sobredimensiona la verdadera entidad del problema. De cualquier manera, la cifra muestra un gran desequilibrio entre la oferta y la demanda de mano de obra.

El gabinete fue convocado para mañana, a efectos de discutir la aplicación de un decreto que otorgue flexibilidad a los mecanismos de contratación de personal. Los sindicatos consideran que esa y otras medidas programadas por González, constituyen un asalto a los derechos de los trabajadores. Un enfrentamiento parece inevitable.

UN PERIODO CRUCIAL

Sin embargo, González tiene los medios para capear el temporal. Al llegar a su fin el auge económico que vivió España de 1985 a 1991, los sindicatos perdieron poder para imponer su voluntad.

En contraste con la victoria que obtuvieron hace cinco años cuando obligaron a González a retirar un proyecto de planificación del empleo para los jóvenes, el paro general de doce horas convocado por los sindicatos en mayo pasado tuvo apoyo parcial.

En las elecciones de junio, los socialistas perdieron la mayoría absoluta que tenían, pero el Presidente del gobierno puede contar con el apoyo del minoritario Partido Catalán, identificado con la sigla CIU, para lograr la aprobación de legislación laboral en el Parlamento.

Después de tres devaluaciones de la peseta desde setiembre de 1992, los mercados financieros le han otorgado, con renuencia, el beneficio de la duda a González. Como indica la debilidad de la peseta en los últimos días, aún esta limitada confianza se perderá si nuevamente no puede cumplir sus promesas de reajustar la política económica. En juego está mucho más que la autoridad personal de González como el gobernante socialista con más años en Europa. Si González no puede superar el desafío que enfrenta, España deberá abandonar su esperanza de jugar un papel competitivo en la

FINANCIAL TIMES

MADRID, (Servicio exclusivo de "Financial Times").— La economía de España está en calma, pero Felipe González se encamina hacia una tormenta. El presidente del Gobierno español se apresta a tener un enfrentamiento con las centrales sindicales del país a raíz de sus planes para aplicar cambios muy necesarios en la legislación laboral. Más que ningún otro miembro de la Unión Europea, España constituye un claro caso de legislación anacrónica y restrictiva que impide que la economía alcance su pleno potencial. El gobierno está dispuesto a imponer las medidas a través de la acción parlamentaria, al haber vencido el plazo para discutir reformas del mercado laboral. Mientras el gobierno está pronto para impulsar las medidas en el Parlamento, los sindicatos, que la semana pasada realizaron manifestaciones en cincuenta ciudades para rechazar las políticas del gobierno, ahora amenazan con una huelga general a partir de enero. González está analizando su próximo movimiento y todos los ojos de Europa le observan.

Después de obtener el triunfo en las elecciones y lograr el cuarto período en el gobierno, González ha presidido una suave reducción de las tasas de interés, anunció un Presupuesto relativamente duro para el próximo año, con el propósito de intentar la reducción del déficit fiscal que ha crecido con rapidez. González ha dudado para poner en práctica medidas fundamentales tendientes a corregir errores estructurales en la economía y rescatar a España de la recesión. Tres meses de negociaciones y conversaciones con los sindicatos y las gremiales de empresarios, terminaron sin resultado positivo.

Pasó el tiempo de la evocación y González no debe hesitar.

Los sindicatos se oponen con vehemencia a las propuestas para modificar la legislación laboral que fue aprobada poco después de que el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) asumiera el gobierno en 1982.

ECONOMÍA DE ALTO COSTO

España ha consolidado con éxito la transición a la democracia, pero en función de los parámetros europeos, tiene una economía con costos bastante altos. Nadie entiende esta situación mejor que el ministro de Economía, Pedro Solbes, quien sostuvo que los sindicatos han perdido contacto con la realidad. España está compitiendo por inversiones no sólo con otros países más eficientes en Europa Occidental, sino también con naciones que pagan bajos salarios como son los casos de los que se encuentran en Europa Oriental y Central, y Asia.

Normas restrictivas en materia de contratación y despido de personal, negociaciones salariales rígidamente centralizadas, impedimentos legales para contratación temporaria y aprendizajes, y el monopolio estatal en materia de reubicación de los desocupados, constituyen elementos que están frenando la creación de empleos y el crecimiento económico.

Debido a la existencia de un "mercado laboral negro", la tasa oficial de desempleo que se sitúa en 22.9 por cierto, es lo más elevada de la Unión Europea y en realidad sobredimensiona la verdadera entidad del problema. De cualquier manera, la cifra muestra un gran desequilibrio entre la oferta y la demanda de mano de obra.

El gabinete fue convocado para mañana, a efectos de discutir la aplicación de un decreto que otorgue flexibilidad a los mecanismos de contratación de personal. Los sindicatos consideran que esa y otras medidas programadas por González, constituyen un asalto a los derechos de los trabajadores. Un enfrentamiento parece inevitable.

UN PERIODO CRUCIAL

Sin embargo, González tiene los medios para capear el temporal. Al llegar a su fin el auge económico que vivió España de 1985 a 1991, los sindicatos perdieron poder para imponer su voluntad.

En contraste con la victoria que obtuvieron hace cinco años cuando obligaron a González a retirar un proyecto de planificación del empleo para los jóvenes, el paro general de doce horas convocado por los sindicatos en mayo pasado tuvo apoyo parcial.

En las elecciones de junio, los socialistas perdieron la mayoría absoluta que tenían, pero el Presidente del gobierno puede contar con el apoyo del minoritario Partido Catalán, identificado con la sigla CiU, para lograr la aprobación de legislación laboral en el Parlamento.

Después de tres devaluaciones de la peseta desde setiembre de 1992, los mercados financieros le han otorgado, con renuencia, el beneficio de la duda a González. Como indica la debilidad de la peseta en los últimos días, aún esta limitada confianza se perderá si nuevamente no puede cumplir sus promesas de reajustar la política económica. En juego está mucho más que la autoridad personal de González como el gobernante socialista con más años en Europa. Si González no puede superar el desafío que enfrenta, España deberá abandonar su esperanza de jugar un papel competitivo en la

QUITAN LA INMUNIDAD A UN SENADOR POR LA FINANCIACION ILEGAL DEL PSOE

Resurge en España el "caso Filesa"

El principal implicado en la red de financiación ilegal del Partido Socialista Español (PSOE), el senador José María Sala, perdió ayer su inmunidad parlamentaria y será sometido a juicio. Sala tendrá que explicar cómo se obtuvieron unos diez millones de dólares, a través de la financiera Filesa y otras dos empresas, que luego habrían servido como fondos de campaña del partido gobernante.

MADRID, 1º (EFE y AFP). — El Senado español acordó hoy levantar la inmunidad parlamentaria al senador **José María Sala**, implicado en el llamado **"caso Filesa"** de presunta financiación irregular del gobernante **Partido Socialista Obrero Español (PSOE)**.

Por 206 votos a favor y seis en contra de los senadores presentes (de los 256 escaños que forman la Cámara Alta), el Senado concedió el **"suplicatorio"** solicitado por el Tribunal Supremo para seguir un juicio contra Sala, uno de los encargados de las finanzas del PSOE durante años.

La votación se realizó a puertas cerradas después que el senador socialista **José Ramón Herrero** presentó el dictamen favorable al levantamiento de la inmunidad parlamentaria.

El dictamen considera que los delitos que se imputan a Sala —falsedad en documento público y testimonio falso contra la Hacienda Pública— no tienen relación con su función como parlamentario y, por tanto, era pertinente acceder a la solicitud de los tribunales.

El senador José María Sala y el entonces diputado socialista **Carlos Navarro** son los principales implicados por el juez en el llamado "caso Filesa", que toma su nombre de una de las empresas creadas presuntamente para la financiación irregular del partido.

Según el informe pericial del sumario, Filesa junto a otras dos empresas, **Malesa y Time Export**, pagaron a otras firmas por bienes y servicios cuyo destinatario real era el PSOE.

Filesa y Time Export también cobraron a diversas compañías unos diez millones de dólares por informes técnicos inexistentes, que luego se justificaron con facturas falsas, según el informe de los peritos al juez Marino Barbero, que alcanzó gran notoriedad tras encargarse del caso y es denominado por la prensa madrileña como "la bestia negra de los socialistas".

Investigaciones

Las actividades irregulares comenzaron después que los parlamentarios Navarro y Sala compraron Time Export en 1987, según el informe redactado a partir de 100.000 documentos obtenidos por el juez Barbero, en una investigación que ha durado dos años y ha incluido varios registros en la sede del PSOE y el **Banco de España (emisor)**.

El caso, destapado por la prensa en mayo de 1990, llevó a una crisis en el PSOE y fue causa indirecta del adelanto de las elecciones generales españolas al pasado mes de junio.

Tras conocerse la decisión del Senado, Sala expresó su satisfacción por el levantamiento de su inmunidad para poder probar su inocencia ante la Justicia.

El parlamentario hizo hincapié en la necesidad de que el juicio oral se celebre de forma inmediata, ya que está convencido de que es **"imposible que lo encuentren culpable de los delitos que se le imputan"**.

"Estoy seguro de que habrá una resolución que dejará definitivamente claro que yo, más allá de la titularidad de unas acciones en Time Export, sin haber desempeñado ningún tipo de gestión ni administración en esta empresa ni en Filesa o Malesa, es imposible que haya cometido algún tipo de actividad irregular", agregó.

Reiteró Sala que el final del proceso restablecerá en su plenitud su honor personal y negó que se considere una víctima de la Justicia.

El presidente del Senado, **Juan José Laborda**, consideró que la instrucción de la causa ha tenido errores **"como su excesiva publicidad y que se haya abierto un juicio paralelo en los medios de comunicación"**, y subrayó que la decisión de la Cámara supone una exigencia para que el juicio oral por este caso se efectúe de manera inmediata.

Tras la concesión del "suplicatorio" y según el reglamento de la Cámara, el presidente del Senado tiene un plazo de ocho días para trasladar la decisión de la Cámara al Tribunal Supremo, al que enviará una copia autorizada de la resolución adoptada para que se inicie el juicio.

Izquierda portuguesa vence en elecciones municipales

Lisboa (ANSA)

■ Los socialistas Jorge Sampaio y Fernando Gómez fueron confirmados como alcaldes de Lisboa y Oporto, según una primera proyección de la televisión portuguesa RTP sobre las elecciones municipales realizadas ayer.

Los cálculos a cargo de la Universidad Católica de Lisboa, atribuyen a la alianza entre socialistas, comunistas y otros partidos menores de izquierda, encabezada por Sampaio, un porcentaje entre el 53 y el 57 por ciento.

Sampaio, de 54 años, es alcalde de la capital desde 1989 y entre 1989 y 1991 fue secretario general del Partido Socialista.

En Oporto, el Partido Socialista obtuvo entre el 55 y 58 por ciento, lo cual confirma la gran influencia local del alcalde saliente y ahora confirmado Fernando Gómez, ex diputado europeo.

Los socialistas habrían obtenido un importante triunfo en los municipios de Cascais y Sintra, en las cercanías de Lisboa, que hasta ahora estaban en manos del PSD (socialdemócrata), derecha liberal en el poder.

En las municipales de 1989 los socialistas obtuvieron el 32,4 por ciento y el PSD el 31,3.

Voces a favor y en contra

Ultranacionalistas israelíes se manifestaron ayer frente al Ministerio de Relaciones Exteriores en Jerusalén contra el acuerdo entre Israel y la Santa Sede para el establecimiento de relaciones diplomáticas. La histórica firma del tratado, celebrada en Jerusalén, recibió variadas críticas y respaldo. Integristas musulmanes y cristianos ortodoxos calificaron el hecho de "traición", mientras que para la Radio Vaticana se trata de la "caída de otro muro".

ACUERDO HISTORICO



Monseñor Claudio M. Celli, subsecretario de Relaciones Exteriores de la Santa Sede, y Yossi Beilin, vicecanciller israelí, intercambian ayer en Jerusalén los documentos firmados.

JERUSALEN, 30 (ANSA, EFE y AFP). — El acuerdo entre la Santa Sede e Israel provocó reacciones a favor y en contra. La prensa israelí refleja hoy declaraciones de integristas musulmanes y cristianos ortodoxos que califican el proceso de **"traición"**, mientras los religiosos tanto católicos como judíos lo consideran "un hecho positivo" y el **"derrumbe de otro muro"**.

Quienes manifestaron la mayor oposición, previsiblemente, fueron los ultranacionalistas israelíes. En una concentración cerca del Ministerio de Relaciones Exteriores en Jerusalén, partidarios del partido racista **Kach** enarbolaban pancartas para recordar la persecución de los católicos a los judíos.

Pero el comentario general de la prensa israelí no distó demasiado de esta postura extrema. Los medios coincidieron hoy en que el proceso de pacificación no puede hacer olvidar los capítulos oscuros de las relaciones judeo-católicas.

El diario progresista **Haaretz** recuerda en un editorial publicado hoy que la Iglesia Católica persiguió a los judíos en la Edad Media, durante las Cruzadas y en la Inquisición. "Las páginas de la historia de la Iglesia Católica están manchadas de sangre judía", afirma el matutino, tras recordar el silencio del papa Pío XII ante el Holocausto de judíos perpetrado por los nazis durante la Segunda Guerra Mundial.

Los cristianos ortodoxos jordanos expresaron a diversos medios que "el acuerdo es un golpe en la espalda de la Iglesia ortodoxa y una traición a Jesucristo". Los musulmanes coincidieron. El sacerdote **Constantino Qurmosh**, miembro del Consejo Nacional Palestino (Parlamento en el exilio), expresó en Ammán que se trata de "un insulto a los sentimientos de Cristo y un desafío a los musulmanes".

Los cristianos de Occidente fueron el blanco de las críticas de los musulmanes. "Es una lástima que ya no existan valores cristianos; ellos (los católicos occidentales) hasta visitan el Muro de los Lamentos". Ubicado en Jerusalén Este, el Muro es un lugar sagrado para los jordanos y estuvo bajo control jordano hasta la ocupación israelí en 1967.

La apertura de la ciudad de Jerusalén es uno de los puntos no discutidos entre las partes firmantes. Sin embargo, voces como la del ex director general de la cancillería israelí, **Yitzhak Minerbi**, indican que "con el acuerdo, la Santa Sede quiere asegurar el carácter especial de Jerusalén como enclave religioso para insertarse definitivamente en las discusiones sobre el estatus de la Ciudad Santa".

La Radio Vaticana, en cambio, difundió hoy las palabras de su director, el jesuita **Pasquale Borgomeo**: "Hoy, 30 de diciembre de 1993, los hebreos de Israel y de todo el mundo pueden gozar de la caída de otro muro..."

EL DOCUMENTO BUSCA PONER FIN A 2.000 AÑOS DE DESENCUENTRO ENTRE JUDIOS Y CATOLICOS

Israel y el Vaticano firmaron en Jerusalén el acuerdo para establecer relaciones

ACUERDO HISTORICO

Israel y el Vaticano firmaron ayer un histórico acuerdo de reconocimiento mutuo, que allana el camino para establecer vínculos plenos entre judíos y católicos tras años marcados por "el odio, el temor y la ignorancia". La Santa Sede reconoció la soberanía israelí sobre Jerusalén pero pidió el control internacional de la ciudad. **(más información págs. 30 y 31)**

JERUSALEN, 30 (ANSA, Reuter y EFE). — Israel y la Santa Sede, "conscientes de la naturaleza única de las relaciones entre la Iglesia Católica y el pueblo judío", firmaron hoy en Jerusalén un "acuerdo fundamental" de reconocimiento recíproco, que pone formalmente fin a una historia a menudo dramática entre ambas partes.

El acuerdo, que llevará al nombramiento inmediato de representantes diplomáticos especiales, que luego asumirán el rango de embajador y nuncio apostólico, consta de un preámbulo, quince artículos y un protocolo anexo sobre la fase transitoria de las relaciones diplomáticas entre los dos Estados.

El acuerdo corona los avances diplomáticos israelíes hacia la paz de la región, prepara el terreno para una visita a Tierra Santa del papa Juan Pablo II y concede al Vaticano la posibilidad de participar en las negociaciones para determinar el futuro de Jerusalén.

La cuestión de Jerusalén no fue mencionada en el acuerdo, pero en una extensa reunión de prensa el vocero vaticano Joaquín Navarro Valls (véase aparte) sostuvo que la Ciudad Santa debe quedar protegida por medio de un estatuto especial con garantías internacionales. Jerusalén es capital de Israel desde 1980, cuando el sector oriental fue anexado tras pertenecer al reino de Jordania desde 1948.

Las afirmaciones de Navarro-Valls pueden complicar las flamantes relaciones entre los dos Estados, aunque suponen que la Santa Sede ya no discute la soberanía israelí sobre Jerusalén, ciudad sagrada para las tres grandes religiones monoteístas del mundo: judaísmo, cristianismo e islamismo.

El documento firmado hoy recuerda, en su primer artículo, la declaración "Nostra Aetate", sobre las relaciones de la Iglesia Católica con las religiones no cristianas, aprobada por el Vaticano el 28 de octubre de 1965. En ese documento se eliminó por primera vez la acusación de "pueblo deicida" contra los judíos".

Esa declaración, que marcó el comienzo del largo camino de reconciliación entre católicos y judíos, significó una ruptura fundamenttal con una tradición de desprecio y desconfianza, cuya primera expresión se remonta al Concilio de Nicea, en el año 325, cuando la Iglesia Católica declaró al judaimo "una aberración de la voluntad divina".

La ceremonia de la firma del acuerdo se realizó en la sala Avriel de la Cancillería israelí, y estuvo a cargo del vicecanciller israelí, Yossi Beilin, y de monseñor Claudio María Celli, subsecretario para las relaciones con los Estados del Vaticano.

"Detrás del acuerdo —dijo Beilin después de la firma— hay cientos de años de historia llenos de odio, de miedo y de ignorancia, con pocas islas de comprensión y diálogo". En una alusión a las enormes dificultades que aun deberán superarse para alcanzar una relación más o menos fluida, Beilin se preguntó si podrá ignorarse "la memoria de tantos años".

Por su parte, monseñor Celli consideró que la nueva situación creada tras el acuerdo "da nuevo ímpetu" al diálogo entre católicos y judíos, y ofrece "más seguridad" a la Iglesia Católica en Israel. Agregó que este hecho histórico "se inscribe en un contexto general de búsqueda de paz, de justicia y cooperación en la región" y que constituye por lo tanto el comienzo de "una nueva era".

Durante la ceremonia, fuera del edificio, unos 40 judíos ortodoxos protestaron contra la firma del acuerdo, con carteles en los que aparecían leyendas tales como "Inquisición" y "No hay perdón sin arrepentimiento". La prensa israelí también reaccionó contra el acuerdo con el pedido de que no se olvide el pasado (véase aparte).

También era evidente hoy la suspicacia sobre el acuerdo entre las comunidades cristianas no católicas, que temen perder los privilegios garantizados por el statu quo de 1852.

LOS PROXIMOS PASOS

El acuerdo firmado ayer entre Israel y el Vaticano pone fin a 30 años de frías relaciones entre los dos Estados. La última visita de un Sumo Pontífice a Israel se produjo en 1964, cuando Paulo VI fue recibido por el presidente Zalman Zhazar. La siguiente es una síntesis de los próximos pasos que harán efectiva la firma del acuerdo.

- Ratificación del acuerdo por parte de la Knesset (el Parlamento israelí) y la firma del mismo por parte del papa Juan Pablo II.
- Antes de cuatro meses los dos Estados restablecerán relaciones diplomáticas.
- Intercambio de embajadores: el primer nuncio vaticano en Israel será monseñor Andrea Cordero de Montezemolo, actual delegado apostólico en Jerusalén en Palestina y pro nuncio de Chipre. El enviado papal se establecerá en la ciudad de Jaffa, cerca de Tel Aviv.
- Creación de una comisión que tratará los asuntos fiscales y financieros en el proceso gradual de oficialización de las relaciones bilaterales (Israel reclamaba al Vaticano el pago de impuestos atrasados sobre los bienes de la Iglesia Católica en Tierra Santa. A partir del acuerdo, esos bienes estarán exentos de impuestos).
- El año próximo el Papa tiene programado un viaje al Líbano y ya manifestó su interés por visitar Tierra Santa, previa invitación de la Iglesia local y del gobierno de Israel.

Nº. DOCUMENTO 9400182
TITULO La Santa Sede espera llegar a un acuerdo con el reino de Jordania
Clarín
FECHA 31/12/93
11876 —
507684 —
507605 —
11399 —

LA SANTA SEDE BUSCA ESTABLECER VINCULOS CON JORDANIA

Reunión vaticana con palestinos

CIUDAD DEL VATICANO, 30 (AFP). — Monseñor **Claudio Celli**, vicecanciller del Vaticano que hoy firmó **el histórico acuerdo** que abre el camino a las relaciones diplomáticas entre la Santa Sede e Israel, **se reunirá este viernes con altos dirigentes palestinos**, anunció el portavoz papal **Joaquín Navarro Valls**.

El vocero adelantó también en rueda de prensa que la Santa Sede "espera poder anunciar pronto el logro de un **acuerdo con el reino de Jordania** que abra el camino al establecimiento de **relaciones diplomáticas**", entre los dos Estados.

En lo referente a la reunión que este viernes mantendrá monseñor Celli, Navarro dijo que sus interlocutores serán "representantes de alto nivel" **elegidos por la Organización para la Liberación de Palestina** (OLP), y agregó que su líder, **Yasser Arafat**, no se encuentra actualmente en la región.

En torno a la postura de la Iglesia frente a las relaciones judeo-palestinas, Navarro señaló que "la Santa Sede ha constatado que, en lo que concierne a la cuestión territorial y a la soberanía ligada a ella, algo ha cambiado en las posiciones de las partes más directamente interesadas".

"Después de la Conferencia de Madrid (de octubre de 1991), después de las negociaciones de Washington y **después del acuerdo histórico entre Israel y la OLP del 13 de setiembre pasado**, las partes —cuyas reivindicaciones son bien conocidas— están sentadas a la misma mesa para negociaciones directas. **La Santa Sede no pretende sustituir a ninguna de las partes en la negociación de los problemas de soberanía territorial**".

Como una reafirmación de que los contactos con los palestinos no pretenden **injerencia alguna del Vaticano, ni en torno a la situación política regional ni al status de Jerusalén**, el portavoz insistió en que **la Santa Sede se compromete a quedarse al margen de las cuestiones "temporales" en Israel**, y en particular de aquellas ligadas a territorios en discusión o fronteras por fijar.

Navarro Valls reveló que el Vaticano convocó en julio a los embajadores árabes con el objeto de informarles **sobre sus negociaciones** con Israel, y dijo que ninguno de los países **representados puso objeciones**.

El vocero reiteró de manera indirecta el respaldo **del Vaticano a la constitución de un Estado palestino**, al afirmar que la Santa Sede espera que las conversaciones de paz pongan de manifiesto el "respeto por el derecho que todos tienen a vivir con dignidad, paz y seguridad en su propio país".

01-01

9400182

Clarín 9400184

FECH 31/12/93 regirá el acuerdo

VINCULACI... A partir de enero del 94 ~~[illegible]~~ del A.E.E.

11876 –

10184 –

11005 –

11161

SE INTEGRARON 17 PAISES EN

Europa se mercado más

A partir del 1º de enero 17 países europeos conformarán el Area Económica Europea (AEE), una nueva alianza comercial que se transforma —con 370 millones de habitantes— en el mercado integrado más grande del mundo. De los principales países europeos sólo queda afuera Suiza. Tampoco integran la AEE los países del Este.

Con 1994 aparecerá la última puntada para un **nuevo bloque comercial**, el más grande de la tierra en número de habitantes ya que **involucrará a 372 millones** de personas, levemente superior a los 350 millones que abarcará el NAFTA, el acuerdo de libre comercio de Norteamérica. El nuevo bloque —que se llamará Area Económica Europea (AEE)— se conformará el sábado mediante la **fusión económica de 17 países: los 12 comunitarios de la Unión Europea (UE) y 5 de la Asociación Europea de Libre Comercio (AELC).**

La Asociación permitirá ampliar las ventajas económicas —especialmente en cuanto a la circulación libre de mercaderías— que hoy gozan los integrantes de la UE a los nuevos socios. También habrá libertades para los sectores laborales.

El acuerdo comenzó a gestarse en 1992 en la ciudad de Oporto. Incluirá a la gran mayoría de países del continente excepto **Suiza** —cuya población lo rechazó en un **plebiscito** (ver recuadro)— **Lichtenstein**, aunque este último ya solicitó el ingreso, y los **países del Este**, que con tiempo podrían achicar la distancia que los separa de los mercados occidentales.

El presidente de la CE, **Jacques Delors**, dijo que considera a la AEE como **un foro para integrar a los ex países comunistas al escenario internacional europeo.**

Por ahora, **será un área cuyos 17 países manejan el 40% del comercio mundial.**

- **Antecedentes**

La UE (nombre actual de la Comunidad Económica) nació luego del **Tratado de Roma en 1957**, y la AELC después de la **ronda de Maudling** en 1959. Actualmente, luego de varios cambios a lo largo de los años, integran la Asociación **Austria, Finlandia, Islandia, Noruega, Suecia, Suiza y Lichtenstein.**

En su momento también formó parte **Inglaterra**, que **la fomentó contra la Comunidad** por sus disputas con la Francia de **Charles De Gaulle**, hasta que cambió de ideas y se pasó a la CE, bien que debiendo esperar que muriera el general. Desde hace tiempo la Unión Europea, más aún ahora con el proceso de unidad de **Maastricht**, tiene un **mayor peso político y comercial.**

Los países de la AELC han mantenido, hasta ahora, relaciones estrechas pero en forma bilateral por país. Hubo varias razones para diferenciarse de la Comunidad: en algunos casos, la neutralidad ante la OTAN y el Pacto de Varsovia —las alianzas militares de los países industrializados de Occidente y de los países comunistas de Europa—; en otros, razones más vinculadas a la **idiosincrasia nórdica y a sus modelos de desarrollo económico y social.**

Algunos observadores estiman que el Area acarreará beneficios económicos tangibles a **una región que se extiende desde el Artico hasta el Mediterráneo.** Según un despacho de Reuter fechado en Bruselas, Austria, Finlandia, **Noruega y Suecia consideran esta etapa como una transición hasta una cabal admisión dentro de la UE.**

Es que los 4 han solicitado carné de socio a la CE en los últimos años, con lo cual, si ello se aprueba, solo Islandia y el pequeño principado de Lichtenstein quedarían en la AEE como socios extracomunitarios.

En el caso de **Islandia**, el problema central es la **pesca**, un recurso fundamental en la sólida economía de la isla que, habiendo caído su principal cliente, la **Unión Soviética**, y con la crisis en **Rusia**, necesita garantías para que se resguarden sus intereses en el sector.

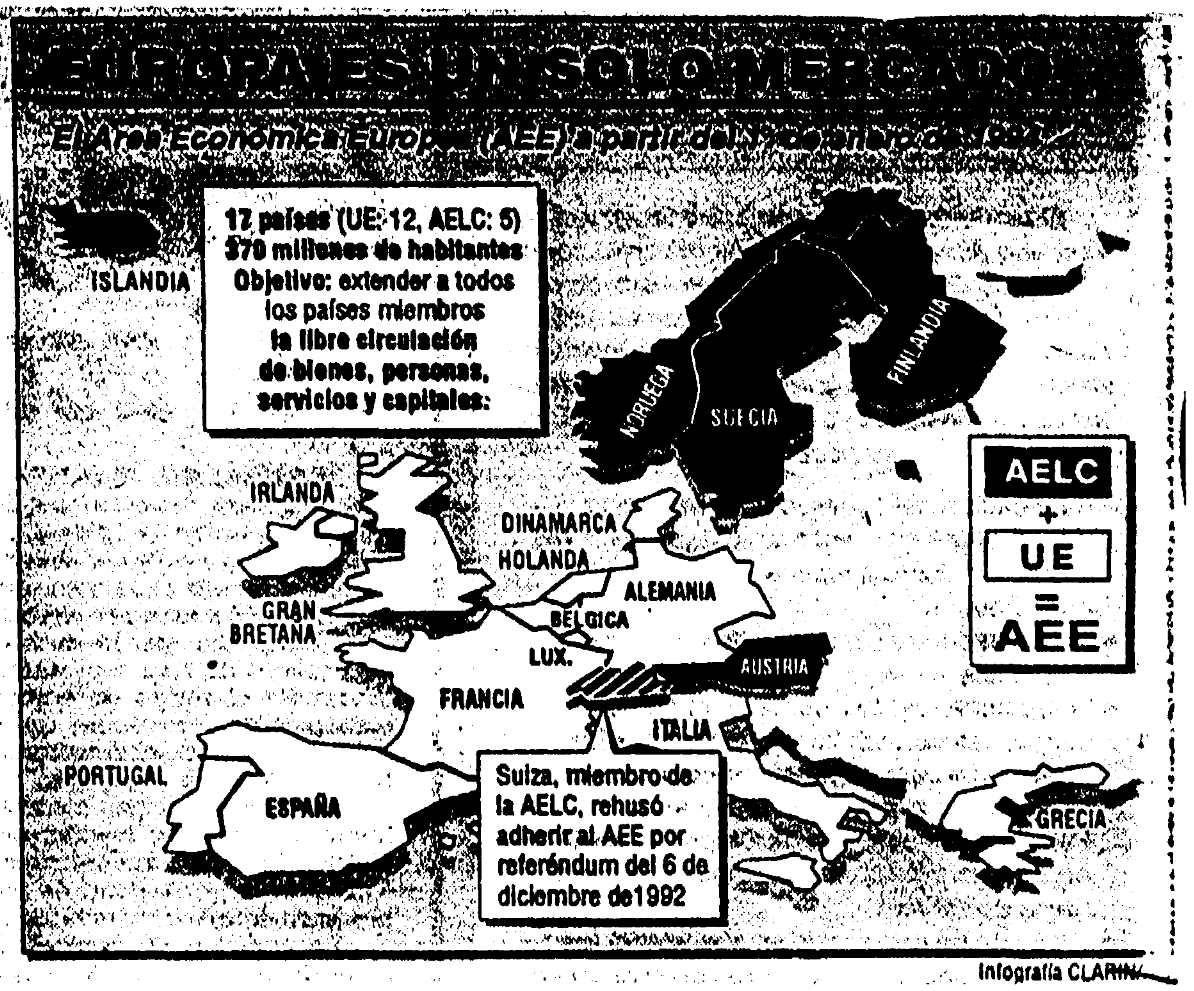
Hay un plazo previsto para dentro de un año —el 1º

01-02

9400184

UNA NUEVA AREA ECONOMICA

...transformó en el ... grande del mundo



Infografía CLARIN

Suiza, neutral

Los suizos tienen una larga tradición de neutralidad. En 1986 rechazaron ingresar a la **Organización de las Naciones Unidas**, y seis años después también votaron **No al Area Económica Europea**

Por eso, si el Area Económica Europea (AEE) avanza este año, **Suiza será el único país del occidente europeo fuera de la integración económica y comercial del continente.**

El voto negativo de 1992 tuvo que ver con **el temor al desempleo**. Quienes más se volcaron a esa opción viven en **los cantones más poblados de habla alemana e italiana;**

El Swiss Bank proyecta una tasa de desocupación de **5,7% para 1994**, un índice **relativamente bajo** para una Europa atravesada por la recesión. Los suizos temen que una **mayor apertura** tienda a nivelarlos con **las tasas más negativas** que tienen los países vecinos. **Ya tienen bastante —dicen— con el 17% de extranjeros, en especial turcos y eslavos,**

de enero de 1995— para que los 4 aspirantes a entrar al mercado común concreten el pase, pero parece ambicioso pensar que ello ocurra pues, entre otros factores, deben realizarse **plebiscitos** en las respectivas poblaciones, y el **síndrome suizo** asusta a más de un gobierno.

El miedo a la desocupación es generalizado en Europa. Sin dudas, 1993 fue el **peor año de la historia de posguerra.** Pero **para 1994 se estima una tasa de desempleados del 14%** de la población activa. Hay quienes dicen que al abrirse **las fronteras impactará negativamente** en las naciones más afectadas por la recesión. Los gobiernos, en general, pretenden que la integración resultará, al contrario, en mayores oportunidades

N. R.

02-02

9400184

UN "TURCO" PARA SALVAR AL PARTIDO SOCIALISTA

El secretario de los socialistas italianos, Ottaviano del Turco, dirigirá con plenos poderes la transformación de su partido en una nueva formación política, tras haber derrotado al ex líder Bettino Craxi en la última batalla por el poder.

El moribundo Partido Socialista Italiano (PSI), al que su desesperada situación impidió presentar candidatos propios a las recientes elecciones municipales, morirá oficialmente el próximo mes de enero y de sus cenizas nacerá un nuevo grupo destinado a participar en las coaliciones de izquierda que encabezan los ex comunistas.

La asamblea nacional del PSI asestó el jueves una humillante derrota a Craxi, que había regresado de su retiro político en un desesperado intento de tomar las riendas socialistas.

El ex líder del PSI, al que los magistrados anticorrupción han abierto ya más de 30 sumarios judiciales, entregó la Secretaría el pasado mes de feberero, pero su sombra nunca ha abandonado el partido, al que arrastró consigo al fondo del escándalo de las comisiones ilegales.

Craxi se puso una vez más al frente de sus fieles para tratar de detener los intentos renovadores del ex sindicalista Del Turco, que trata de seguir el rumbo que el aparato socialista impidió tomar al anterior secretario, Giorgio Benvenuto, obligado a dimitir después de cien días de mandato.

Por primera vez desde que en 1976 fue elegido secretario del partido, Craxi escuchó silbidos de protesta durante su intervención en la asamblea, cuando lanzaba su ataque contra Del Turco por haber solicitado poderes extraordinarios para [illegible] la transformación del partido.

El proyecto de Del Turco, apoyado poe el presidente del partido, Gino Giugni, y el ministro de Medio Ambiente, Valdo Spini, prevé nombre y símbolo nuevos para el partido, que deberá encontrar su sitio a la izquierda del espacio político.

Los «craxianos» se opusieron a los planes del secretario socialista en un documento presentado por el diputado Franco Piro, en el que se advertía del peligro de caer en brazos de los ex comunistas del Partido Democrático de la Izquierda (PDS).

Craxi defendió la autarquía del partido y basó el futuro en la esperanza de que los socialistas, que actualmente forman parte de la coalición de Gobierno, alcancen en las elecciones generales del próximo año el cuatro por ciento de los votos necesario para poder entrar en el Parlamento.

El documento presentado por Del Turco se impuso por 50 votos de diferencia, que sellaron la primera derrota de Craxi y los suyos en diecisiete años de poder absoluto.

El hasta hace poco todopoderoso líder socialista abandonó la reunión malhumorado, sin conocer el resultado final de la votación, que tuvo como principal ausente al anterior primer ministro italiano, Giuliano Amato.

El secretario socialista ha logrado vencer a Craxi, pero ha recibido como premio el timón de un partido en ruinas, sepultado por la operación «Manos Límpias» contra la corrupción.

El PSI pondrá fin a sus 101 años de historia en su convención del próximo 15 de enero, en la que podría quedar formalizada la escisión si Craxi decide abandonar el partido con sus fieles. (EFE)



Craxi fué drrotado en el seno deñ Partido Nacional

01/01 –

Craxi declaró y no perdonó: cayeron empresarios y políticos

El ex líder socialista Bettino Craxi no dejó títere con cabeza ayer, durante una larga audiencia judicial, en la que implicó en la corrupción italiana al ex Partido Comunista, a grandes grupos industriales como Fiat y Olivetti, además de numerosos empresarios y políticos de primer plano.

Milán (ANSA)

El ex jefe de los socialistas dijo, entre otras cosas, que hasta 1981 el ex PC italiano tuvo una red secreta de telecomunicaciones con la KGB soviética.

Craxi prestó declaración voluntaria en una audiencia sobre las "tangenti" (sobornos), que ayer fue un auténtico desfile de ex secretarios de los partidos: antes de Craxi, declararon los ex líderes de la Democracia Cristiana, Arnaldo Forlani, y del Partido Socialdemocrático, Carlo Vizzini.

Pero el plato fuerte del día llegó por la tarde cuando, sorpresivamente, Bettino Craxi anunció que quería prestar declaración voluntaria ante el fiscal Antonio Di Pietro, el juez símbolo de la investigación Manos Limpias.

Había gran expectativa por las confesiones de Craxi, que fueron televisadas en vivo y en directo por un par de canales televisivos.

Al principio de su declaración, Craxi apuntó todos sus cañones contra el disuelto Partido Comunista Italiano, hoy Partido Democrático de la Izquierda.

"El PCI nunca fue pobre y por el contrario tuvo más recursos que los partidos del Gobierno; había organizado la principal máquina burocrática del mundo occidental", atacó Craxi, tras declarar que los ex comunistas italianos eran financiados **"por todos los entes internos donde estaban presentes y por la URSS, los países del COMECON y del pacto de Varsovia"**.

Craxi remató sus acusaciones al PCI con una clara amenaza: **"Cuando se abran los archivos de la KGB, que ahora son secretos por decisión del viejo Parlamento, nos enteraremos de todo"**, dijo.

Hubo más, porque afirmó que **"hasta 1981 trabajó en Italia una red clandestina de radiotrasmisiones que tenía entre 13 y 16 centros y que estaba conectada directamente con el KGB"**.

También habló sobre **"relaciones entre el KGB, el PCI y los servicios secretos búlgaros"**.

En el capítulo de su confesión sobre las industrias, Craxi habló de la Fiat, **"también dio contribuciones financieras"**, de la Olivetti **"estaba dispuesta a pagar, a cambio de favores en algunos negocios"**, además de la empresa química Montedison y del grupo agroindustrial Ferruzzi.

01-01

9400186
Em marzo habría elecciones en Italia.
150090
24/12/93
11876 –
507604 –
11164 –
11437 –

Vía libre para elecciones de marzo en Italia

ROMA - ITALIA SE encamina hacia la realización de elecciones generales en marzo, luego de despejar el camino hacia la disolución del Parlamento con la aprobación del presupuesto de 1994 por parte de la Cámara Baja.

El proyecto de ley será enviado hoy para una tercera y última revisión en el Senado, donde se presume será aprobado en los próximos días.

El presupuesto de austeridad para 1994 del primer ministro Carlo Azeglio Ciampi es el último proyecto legislativo que necesitaba la aprobación de ambas cámaras para que el presidente Oscar Luigi Scalfaro puediera disolver el Parlamento. El ministro de Reforma Electoral, Leopoldo Elía, dijo ayer que ahora queda despejado el camino hacia las elecciones de marzo, tres años antes de lo previsto. Las fechas más probables son el 20 y el 27 de marzo.

La decisión final le corresponde a Scalfaro, quien el sábado declaró que intenta consultar esta semana a los presidentes de ambas cámaras para fijar una fecha y disolver el Parlamento.

Alrededor de una tercera parte de los miembros del Parlamento italiano están siendo investigados por supuestos delitos que van desde recibir comisiones de contratos de obras públicas hasta conspiración con la mafia y asesinatos.

Los partidos que tradicionalmente gobernaron Italia, la Democracia Cristiana (DC), y los socialistas, se derrumbaron en las recientes elecciones locales, pero todavía dominan el Parlamento elegido en abril de 1992 antes de que estallaran los escándalos de corrupción.

La competencia por conseguir un lugar en el escenario político en vistas de las elecciones de marzo ya ha comenzado. ■ *(Reuter)*

Las elecciones generales en Italia se realizarían el 20 de marzo

A las urnas: el presidente Scalfaro trató con los titulares de ambas cámaras la disolución del Parlamento, para luego convocar a comicios adelantados.

ROMA, 23 (Reuter). – El presidente italiano Oscar Luigi Scalfaro se reunió hoy con los presidentes de ambas cámaras del Parlamento para tratar el adelantamiento de las elecciones generales, que según los analistas políticos se harían el 20 de marzo.

El presidente del Senado, Giovanni Spadolini, y su par de la Cámara baja, Giorgio Napolitano, concurrieron a ver al presidente en su palacio del Quirinale.

Fue el primer paso formal hacia el anuncio de una fecha para los comicios.

El Senado eliminó el último de los escollos legislativos que impedían la disolución de ambas cámaras y la celebración de elecciones anticipadas –las primeras bajo el nuevo sistema electoral eliminatorio–, dando su sanción ayer al presupuesto para 1994.

Una vez disuelto el Parlamento, probablemente dentro de unas semanas, Scalfaro estará en condiciones de llamar a elecciones generales adelantadas conforme al nuevo régimen electoral aprobado por referendum en abril.

Las elecciones podrían significar un duro golpe para los partidos implicados en el resonante escándalo de corrupción que dominaron la escena política italiana en las pasadas cuatro décadas.

La Liga del Norte

MILAN, 23 (EFE). – La Liga del Norte (federalistas radicales) ha rechazado la dimisión presentada por su secretario, Umberto Bossi, que fue anunciada el martes después de que el fiscal Antonio Di Pietro abriera diligencias por un presunto delito de financiación ilegal de ese partido.

El consejo federal de la Liga rechazó anoche la dimisión de Bossi, en una reunión celebrada en la sede de Milán, se informó hoy en un comunicado de esa formación política.

El consejo aprobó la propuesta de Bossi de pedir la confiscación de todos los bienes de los partidos implicados en el escándalo de las comisiones ilegales.

El hecho que motivó las diligencias contra Bossi fue la entrega de 200 millones de liras (117.000 dólares) realizada en 1992 por el ex administrador delegado de Montedison Carlo Sama al entonces secretario administrativo de la Liga, Alessandro Patelli, detenido la pasada semana y luego puesto en libertad tras admitir la percepción de la comisión.

La inscripción de Bossi en el libro de los investigados se produjo después de ser interrogado por Di Pietro, al que entregó un cheque por los 200 millones de liras de la comisión y los balances de la Liga de los últimos cinco años.

01-02

9400186

Podrían retrasarse para que coincidan con la votación del Parlamento Europeo

Italia: elecciones serían el 20 de marzo

El jefe del Estado italiano, Oscar Luigi Scalfaro, se reunió ayer en Roma con los presidentes del gobierno, de la Cámara de Diputados y del Senado, para planificar la convocatoria de elecciones generales anticipadas.



Giovanni Spadolini

Ayer mantuvo una reunión con el presidente Scalfaro para fijar un debate parlamentario previo a las elecciones

Debido a que el martes 80 diputados presentaron una moción de censura contra el gobierno del independiente Carlo Azeglio Ciampi, un comunicado de la Jefatura del Estado informó que Scalfaro, Giorgio Napolitano (presidente de la Cámara de Diputados) y Giovanni Spadolini (titular del Senado) "se mostraron de acuerdo en la absoluta necesidad de un debate parlamentario", que será fijado en los próximos días.

Fue el primer paso formal hacia el anuncio de una fecha para los comicios.

El Senado eliminó el último de los escollos legislativos a la celebración de elecciones anticipadas —las primeras bajo el nuevo sistema electoral eliminatorio—, dando su sanción el miércoles al presupuesto para 1994.

Una vez disuelto el Parlamento, probablemente dentro de una semanas Scalfaro estará en condiciones de llamar a elecciones generales adelantadas conforme al nuevo régimen electoral aprobado por referéndum en abril.

Las elecciones, que se realizarían en marzo según los analistas políticos, podrían significar un duro golpe para los partidos implicados en el resonante escándalo de corrupción, que dominaron la escena política italiana en las pasadas cuatro décadas.

Aún no se ha definido la fecha exacta, aunque se manejaba el día 20 hasta que 350 legisladores formularon un pedido para retrasar los comicios hasta junio, de manera que coincidan con las elecciones al Parlamento europeo.

La Democracia Cristiana (DC), que se mantuvo en el poder ininterrumpidamente desde que derrotó en las urnas a los comunistas en 1948, continúan sumidos en la confusión.

Se aguarda que la DC dé a conocer su nuevo programa partidario y cambie su nombre por el de Partido Popular Italiano el mes próximo.

El Partido Democrático de la Izquierda (PDS), surgido de las cenizas del ex partido comunista en 1991, ha tenido un excelente desempeño en las elecciones municipales celebradas en cinco ciudades este mes.

Se prevé que emergerá como uno de los principales partidos italianos tras las nuevas elecciones.

La Liga del Norte, un partido opositor favorable a una mayor autonomía para el próspero norte, sería otro de los grandes beneficiarios de la elección.

El retiro de los parlamentarios de la Liga se produjo en momentos cuando la agrupación atraviesa una crisis por sus presuntas vinculaciones con los casos de corrupción, que llevó a su líder populista Umberto Bossi a ofrecer su renuncia.

La Liga sufrió un revés en las elecciones locales de principios de mes, manteniéndose como el principal partido del norte italiano pero perdiendo las elecciones en Génova, Triestre y Venecia.

La renuncia de Bossi fue rechazada el miércoles por el consejo directivo de la Liga, que le reafirmó su total confianza.

Bossi ofreció renunciar esta semana al citárselo como uno de los sospechosos en el escándalo de corrupción luego de que un ex tesorero del partido admitiera haber recibido aportes ilegales.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de la agencia Reuter y EFE)*

02-02

El líder de la secesionista Liga Norte, Umberto Bossi, renuncia a su partido en medio de las investigaciones por corrupción en Italia

Los ex comunistas también cobraban sobornos

*** La novedad de "coimas" entre miembros del PCI cayó como una bomba en los ambientes políticos de Roma**

El ex líder de la Montedison, Carlo Sama, dijo ayer que en 1989 el Partido Comunista Italiano recibió "coimas" de manos de Raúl Gardini, además de presentar una lista con los políticos sobornados en 1992 y declarar que algunas comisiones ilegales fueron pagadas con bonos para la gasolina. La acusación de Sama al PC italiano (hoy Partido Democrático de la Izquierda) es un nuevo golpe de escena en la investigación judicial "manos limpias".

Milán (ANSA)
por Martino Rigazzi

■ Sama ya había hablado en diversas oportunidades sobre los sobornos pagados por Montedison, pero esta es la primera vez que menciona a los comunistas.

Por otra parte, el líder de la secesionista Liga Norte, Umberto Bossi, anunció que mañana jueves presentará su renuncia al partido.

Bossi fue inscripto el lunes en el registro de los indagados por corrupción, a raíz de un soborno por unos 120.000 dólares cobrado en 1992 por un ex "cajero" de la Liga Norte.

El carismático líder de la Liga restó importancia a la historia de los 120.000 dólares ("es una regalía, no una tangente", dijo) y subrayó que la presentación de su renuncia "es un acto puramente formal, porque el congreso de nuestro partido está muy cerca". Pese a que existía gran expectativa sobre una eventual renuncia de Bossi, el hecho del día en las investigaciones sobre la corrupción fue la sorpresiva acusación de Sama al Partido Comunista. Los comunistas recibieron dinero en ocasión del voto en el Parlamento de un decreto impositivo que debía favorecer a la Montedison, dijo el empresario. Al término de la audiencia, Di Pietro pidió que se presente ante el tribunal, "para aclarar los hechos", el poderoso número dos del PDS, Massimo D'Alema, quien es también jefe de la bancada de su partido en la Cámara de Diputados.

La reacción del PDS fue inmediata. Una nota difundida por el ex partido Comunista definió "increíble" la declaración de Sama.

"El Partido Comunista no recibió ni una lira de Gardini", destacó la nota. El comunicado también subrayó que en el Parlamento los comunistas votaron contra el decreto sobre los impuestos que debía favorecer a la Montedison.

No se explicaría entonces el justificativo de la "tangente" mencionada por Sama, afirmó el PDS. "Además Sama se refiere a declaraciones de Gardini que, por las conocidas razones trágicas, no pueden ser verificadas", concluyó la nota. La acusación contra el PC cayó como una bomba en los ambientes políticos de Roma. "¿Dónde está la novedad? Ya se sabía que el PC-PDS participaba en los sobornos", dijo el líder del partido neofascista MSI, Gianfranco Fini, mientras que también algunos exponentes socialistas comentaron con ironía la noticia.

En otro párrafo de su confesión, Sama presentó una lista completa de los políticos que fueron sobornados en 1992. Los que más dinero recibieron fueron los ex líderes del Partido Socialista, Bettino Craxi (entre 3 y 4,2 millones de dólares) y de la DC, Arnaldo Forlani (casi un millón de dólares).

El ex canciller Gianni De Michelis cobró, por medio de su secretaria, unos 60.000 dólares, añadió Sama, tras destacar que en algunas ocasiones la Montedison pagó "sobornos" por unos 4.000 y 6.000 dólares en bonos para comprar gasolina.

Por otra parte, el Tribunal del Vaticano transmitió a la policía financiera de Italia el resultado de la rogatoria internacional presentada por la fiscalía de Milán sobre títulos del Estado italiano por más de 50 millones de dólares de la "maxitangente" (supersoborno) detectada en el grupo químico Enimont. El Instituto para Obras Religiosas (IOR), el banco del Vaticano, confirmó que los bonos fueron cobrados en las ventanillas de tres bancos de la península.

Italia: Sorpresivas y tardías acusaciones de Carlo Sama de comisiones ilegales de Enimont

RECHAZAN IMPLICANCIA DEL PCI

El ex comunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS) asegura que la implicación del PCI en el escándalo de las comisiones Enimont es una «calumnia», a la vez que en ambientes políticos se preguntan por qué el ex dirigente de Montedison Carlo Sama ha esperado tanto tiempo para desvelarlo.

Sama, de 45 años, ex administrador delegado de la cabecera química del grupo Ferruzzi-Montedison, confesó el martes al juez Antonio Di Pietro, símbolo de la lucha contra la corrupción, que su cuñado Raúl Gardini, hombre fuerte de Ferruzzi que se suicidó, también pagó en 1989 comisiones ilegales al antiguo Partido Comunista.

El PDS, heredero del desaparecido PCI, se apresuró a desmentir a Sama mediante un comunicado en el que aseguraba que «ni una lira llegó al Partido Comunista procedente de Gardini. Confiamos en que no se dé crédito alguno a afirmaciones que carecen de lógica y que no se pueden verificar, ya que habría que llamar como testigo a un muerto».

Sama -casado con una hija de Serafino Ferruzzi, el fundador del considerado segundo grupo privado italiano en importancia- precisó que si no lo dijo antes fue porque nadie se lo preguntó: «Yo respondo a preguntas exactas, Di Pietro me las ha hecho. Además, respondo cuando estoy seguro», puntualizó a los periodistas que le hicieron notar el terremoto político que ha causado.

Para Achille Occhetto, líder del PDS y último secretario general del PCI, que rechazó con furia cualquier implicación de su antiguo partido en las comisiones de Enimont -considerada por el juez Di Pietro «la madre de todas las comisiones», ya que se repartieron 89 millones de dólares entre los partidos-, Sama «hacé sesiones de espiritismo».

Occhetto subrayó que no quiere ser irreverente con una persona muerta (Gardini) y que lo que ha hecho Sama es echar las cartas del tarot y después informar a Di Pietro.

Claudio Petrucelli, diputado del PDS, fue más lejos: «O Gardini se lo ha revelado a Sama en sueños o Sama lo sabía desde el pasado mes de julio. Entonces, ¿por qué ha esperado hasta ahora?».



El Juez di Pietro sigue tirando de la madeja de la corrupción

«L'Unitá», órgano del PDS, indica hoy que Sama «se lo repiensa» y «saca a colación» al PCI, a la vez que señala que hace un mes el ex administrdor delegado de Montedison dijo lo contrario.

«La Stampa» de Turín, propiedad de FIAT, se pregunta también por qué Sama ha esperado, «después de quince interrogatorios», a implicar a los ex comunistas, teniendo en cuenta que Italia está al borde de disolver su Parlamento y ante una campaña electoral que se anuncia como una de las más ásperas.

Para «Il Messaggero», perteneciente a Ferruzzi, «sorprende» que Sama (ex dirigente de dicho grupo) haya esperado tanto tiempo para «meter» al PDS en las «arenas movedizas» de las comisiones.

El diario romano se pregunta si se está ante un nuevo paso hacia la verdad «o bien en la segunda parte de la puesta en escena» por el ex líder socialista Bettino Craxi. (efe)

Nº DOCUMENTO 9400189
TITULO El Banco Vaticano proporciona a la Justicia información sobre lavado de dólares.
PRENSA Clarín
FECHA 23/12/93
VINCULADO 11876 —
507604 —
11164 —
~~11426~~
11846 —

EL FISCAL ANTONIO DI PIETRO PROFUNDIZA LAS

El Banco Vaticano información sobre

El Partido Democrático de Izquierda, ex Partido Comunista de Italia, desmintió ayer las acusaciones del ex gerente de la empresa Ferruzzi, Carlo Sama, de haber aceptado coimas en 1989. El Instituto para las Obras de Religión, el banco vaticano, está colaborando con la fiscalía de Milán en proporcionar datos para establecer el destino de varios millones de dólares utilizados en coimas a partidos políticos.

ROMA, 22 (Especial para Clarín). — Por primera vez en su historia, el **IOR (Instituto para las Obras de Religión)**, el banco de la Santa Sede, colabora con la Justicia italiana y confiesa: sí, por nuestros canales pasó el equivalente de 65 millones de dólares, provenientes de "Tangentópolis," anunciaron hoy fuentes judiciales de Milán.

Otra vez el IOR mezclado en negocios "non sanctos," como a comienzos de la década de los ochenta, cuando explotó el escándalo del **Banco Ambrosiano**, el más grave de la historia financiera de la Italia republicana. Su bancarrota costó entonces 1.200 millones de dólares a los ahorristas y al Estado. La Santa Sede pagó 240 millones a los bancos acreedores extranjeros para calmarlos. El presidente del Ambrosiano, **Roberto Calvi**, apareció ahorcado debajo del puente de los Frailes Negros de Londres, el 18 de junio de 1982.

El escándalo de corrupción salpica también ahora al **Partido Democrático de Izquierda (PDS)**, ex Partido Comunista de Italia, que hoy salió al cruce de las acusaciones formuladas por el ex gerente de la empresa Ferruzzi **Carlo Sama**, respecto a que en 1989 el todavía PCI había aceptado sobornos de la firma que presidía.

"El PCI jamás cobró una lira, ni entonces ni en ninguna otra ocasión. Los cargos son totalmente infundados", dijo el comunicado del actual PDS.

El juez anticorrupción **Antonio Di Pietro** interrogó hoy al líder del PDS en la Cámara de Diputados, [illegible] sobre las denuncias de Sama.

01-02

9400189

INVESTIGACIONES SOBRE LA "TANGENTOPOLIS"

entregó a la Justicia lavado de dólares

Como hace una década, otra vez el IOR está metido en un gran lío de maniobras financieras ilícitas. La enorme diferencia ahora es que la comisión de control de cinco cardenales, presidida por el poderosísimo purpurado venezolano **Rosario Castillo Lara**, ordenó una "total colaboración" con la Justicia italiana.

El sábado 18, la bomba. Llegó la respuesta del IOR a las preguntas que los magistrados milaneses de "Tangentópolis" formularon a través de una rogatoria internacional que aumentó las expectativas. El famoso juez Di Pietro, un héroe nacional para el 92,5% de los italianos, según la última encuesta, hizo testimoniar ayer y hoy, en el proceso contra el financista socialista **Sergio Cusani**, a un suboficial y a un oficial de la guardia de finanzas, un cuerpo de policía fiscal que reconstruyó toda la operación de blanqueo del dinero sucio a través del IOR.

La historia se remonta a 1989, cuando se produjo la "atracción fatal" entre el gigante estatal petrolero ENI y la sociedad privada Ferruzzi-Montedison (segundo grupo privado del país), para hacer nacer el polo químico italiano, uno de los más importantes del mundo. Como dote, ENI y Ferruzzi (ambos tienen importantes intereses en nuestro país) consignaron sus fábricas. Nació Enimont, la sociedad que pasará a la historia de la Península como "la madre de todos los escándalos" de "Tangentópolis."

Dos años después el matrimonio había naufragado. Montedison vendió su parte al ENI, que pagó una fortuna colosal de tres mil millones de dólares por un pésimo negocio que suma pérdidas de 600 millones de dólares cada año que pasa. La familia Ferruzzi, dueña del negocio, pagó "tangentes" superiores a los cien millones de dólares para asegurarse que políticos, gobernantes, partidos y altos funcionarios del ENI concretaran la nacionalización de Enimont.

En el centro de las maniobras estuvo el financista Sergio Cusani, hombre de confianza de **Bettino Craxi**, ex primer ministro y líder socialista, que acaba de ser consagrado como el personaje más detestado por los italianos en 1993, junto con el siete veces ex premier democristiano Giulio Andreotti. Ambos son considerados hoy la síntesis del viejo poder corrompido de la Primera República.

Sergio Cusani fue el que distribuyó "la madre de todas las coimas" de cien millones de dólares.

El equivalente de 65 millones de dólares fue entregado en títulos públicos. Reciclarlos sin dejar huellas era un gran problema porque los bancos registran los números de los bonos. La solución se llamó **Luigi Bisignani**, un periodista que se convirtió en ejecutivo del grupo Ferruzzi-Montedison, muy amigo de Andreotti, que llevó el negocio al santuario extraterritorial ubicado en Ciudad del Vaticano.

Según el IOR, Bisignani les dio los títulos que, hechos dinero (y cobradas las jugosas comisiones), fueron despachados a tres cuentas secretas en Luxemburgo y Suiza. En el gran ducado luxemburgués funcionaba una de las cajas fuertes socialistas, a nombre de **Mauro Giallombardo**, secretario de Craxi.

Luigi Bisignani y Mauro Giallombardo están prófugos. **Arnaldo Forlani**, ex líder democristiano, y Craxi, ex jefe socialista, niegan haber cobrado una lira por la maxicoima. Pero la colaboración del IOR los crucifica. El fiscal Di Pietro, que hizo ya desfilar a medio mundo en el proceso a Sergio Cusani, exigió ayer y hoy que Forlani, Craxi y otros políticos vuelvan a sentarse en el banquillo.

Julio Algañaraz

02-02

9400190
Silvio Berlusconi, se presentará como candidato a diputado en las elecciones del 94.-
Clarín
24/12/93
11876 -
507604 -
11164 -
11437 -
515432 -

SU GRUPO SE LLAMA "FORZA ITALIA", COMO EL GRITO DE LOS HINCHAS DEL CLUB MILAN, QUE PRESIDE

El magnate de la TV italiana se lanza a la política para derrotar a los ex comunistas

"La Santa Sede desconocía el objetivo de la operación", declaró ayer el administrador del patrimonio vaticano, cardenal Rosalio Castillo Lara, en referencia a los 55 millones de dólares en sobornos que circularon por el banco del Vaticano. Decidido a vencer a los ex comunistas en las próximas elecciones italianas, el magnate televisivo Silvio Berlusconi lanzó el movimiento político Asociación Nacional Forza Italia y prevé presentarse como candidato. La Liga Lombarda rechazó ayer la renuncia de su líder, Umberto Bossi.

ROMA, 23 (AFP y EFE). — El magnate televisivo y presidente del club de fútbol Milan, **Silvio Berlusconi**, anunció hoy que se presentará como candidato a diputado en las elecciones legislativas italianas de 1994 con el fin de derrotar a los ex comunistas del Partido Democrático de la Izquierda (PDS).

Berlusconi anunció el lanzamiento de una "corriente de opinión" de orientación "liberal democrática", a la que llamó Asociación Nacional Forza Italia o ANFI, en alusión al grito de aliento de los partidarios del club de fútbol Milan.

No es la primera vez que el empresario, apodado también "Sua Emittenza", habla de su incursión en la política: antes de las elecciones municipales de noviembre —en las que el PDS ganó las principales ciudades—, había manifestado su preferencia por **Gianfranco Fini**, el candidato neofascista en Roma, y posteriormente propuso su eventual postulación en un frente de centro-derecha que desató tal escándalo que lo obligó a retractarse.

♦ Tiempo completo

Luego de confiar el timón del conglomerado empresarial Fininvest, a su principal asesor **Fedele Confalonieri**, el magnate periodístico dijo que está decidido a vencer a los ex comunistas y que para lograrlo desde ahora solo se dedicará a Forza Italia.

No se lanza a la carrera por la diputación en el vacío político: desde julio, cuando los italianos estaban estupefactos e indignados por los casos de corrupción descubiertos en la clase dirigente gracias a la operación mani pulite, los servicios de marketing de Berlusconi llevan a cabo un amplio estudio de mercado "cualitativo y cuantitativo" para sondear necesidades y aspiraciones.

"Nuestra organización no es ideológica", afirmó hoy el secretario general del nuevo movimiento, **Antonio Codignoni**, quien además preside la rama francesa del grupo Fininvest, la financiera de Berlusconi. Desde las oficinas recién pintadas y equipadas con tecnología de punta, Codignoni advirtió que el diagnóstico de Forza Italia es que "la península se encuentra en un estado de grave deterioro y los italianos están desconcertados", de ahí la necesidad de nuevas fuerzas.

Acusado de querer erigirse como "el salvador de la patria" cuando habló de su ingreso a la política en noviembre, Berlusconi considera que **"el 60 por ciento de los italianos no quiere la izquierda, por eso los que no la quieren deben reunirse"**.

Como, a su entender, solo hay el cinco por ciento de probabilidad de que se forme un frente de centro-derecha capaz de vencer a los ex comunistas, asumirá su "responsabilidad civil" al presentarse como candidato. Según el diario italiano "La Repubblica", Forza Italia podría llegar a un acuerdo —al menos técnico— con la Liga Norte y otras agrupaciones de derecha más pequeñas.

♦ La Liga Norte

Mientras tanto, el escenario político italiano sigue revuelto por la acción de los magistrados de manos limpias. La Liga Norte (que basó su campaña en la lucha contra la corrupción) rechazó hoy la renuncia de su líder **Umberto Bossi**, presentada el martes después que el fiscal **Antonio Di Pietro** abrió un sumario por presunta financiación ilegal del partido.

Por otra parte, el empresario **Sergio Cusani**, uno de los principales acusados en el gigantesco caso de corrupción Montedison, fue autorizado hoy a salir en libertad por el tribunal de Milán. Hace cinco meses que Cusani está en la prisión milanesa de San Vittore, y a pesar de la autorización de hoy podría volver a ser encarcelado por otro caso, vinculado al pago de sobornos a los partidos para obtener el contrato de seguros del grupo estatal petrolero ENI.

9400190

01-01

Medio siglo después de la caída del fascismo

La Liga quiere convertir al país en una confederación de tres repúblicas: Norte, Centro y Sur, en una perspectiva que aterroriza a muchos italianos y preocupa a los europeos más lúcidos

El futuro es incierto y el sendero para nada luminoso: luce oscuro, lleno de minas y poblado de emboscadas. Italia está a mitad del río entre la Primera y la Segunda República, en un clima de incertidumbre política formidable que daña las perspectivas de recuperación de una economía que hasta ahora ha dado buenas señales de vitalidad en la Europa de la recesión.

ROMA
por Julio Algañaraz

Los resultados de las elecciones municipales de 21 de noviembre se han convertido en una misa de cuerpo presente para el régimen democristiano que gobernó durante casi medio siglo: la Democracia Cristiana (DC) y sus aliados tradicionales (socialistas, socialdemócratas y liberales) se precipitaron del 50 por ciento de los votos al 16 por ciento.

La rabia popular contra los responsables principales de las oleadas interminables de escándalos de corrupción ha castigado sin piedad a los políticos de la vieja coalición de gobierno. El voto de protesta puso en el centro del escenario a fuerzas políticas contrapuestas que el domingo 5 de diciembre se enfrentarán, en segunda vuelta, en la elección entre los candidatos más votados a alcalde en 91 ciudades. En las cinco más importantes —Roma, Nápoles, Génova, Venecia y Trieste— la izquierda ganó el primer asalto y combatirá con una derecha de dos cabezas: en las ricas regiones septentrionales, la Liga Norte, y en el centro-sur, los neofascistas del Movimiento Social Italiano (MSI).

La izquierda obtuvo una decisiva victoria en Palermo, la capital siciliana, al conseguir el ex alcalde democristiano Leoluca Orlando —que hizo de la guerra a la mafia y de la limpieza moral sus principales banderas de lucha— el 74 por ciento de los votos.

Si se hace caso a la rutina de las palabras, Italia parece ir a contramano de la Historia, en este mundo en el que han desaparecido por el momento las utopías ideológicas. El desastre electoral democristiano-socialista-liberal ha creado un gigantesco agujero negro en el centro del espectro político. A la "Gran Ballena Blanca", como era llamado el partido católico, se la están devorando, mientras agoniza, derechas e izquierdas.



La figura del dictador Benito Mussolini asoma por varios frentes en Italia. (Telefoto de archivo de AFP)

La batalla política aparece exasperada por el radicalismo en una de las grandes democracias industriales, donde los dos tercios de sus 57 millones de habitantes viven al menos con decoro pese a la recesión y a la crisis profunda, irreversible, del Estado del Bienestar.

Muy pocos quieren aventuras y saltos en el vacío. La división florece porque la democracia en Italia se normaliza, después de vivir durante medio siglo en la anomalía política que obligaba a gobernar a los democristianos, y a los comunistas a ser eterna oposición porque así lo disponía la soberanía limitada de la guerra Fría.

El gigantesco yacimiento mayoritario de votos centristas moderados las izquierdas y las derechas. «Somos una izquierda que mira al centro», proclama Achille Occhetto, líder del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), en torno al cual se compacta "la sinistra" (la izquierda). «El centro somos nosotros», afirma Umberto Bossi, patrón de la Liga Norte, el partido-príncipe en las ricas regiones septentrionales, populista, neoconservador y atravesado de fuertes impulsos separatistas. «Queremos fundar una derecha de gobierno», asegura Gianfranco Fini, jefe del neofascista Movimiento Social Italiano, que en Roma y Nápoles pasó del 6 al 30 por ciento de los votos. La gran incertidumbre está determinada por la rotura de los viejos equilibrios sin que se advierta, hasta ahora, cuáles serán los nuevos.

Los flamantes personajes y sujetos políticos de la nueva era son, ante todo, de derechas. Sus dichos y sus hechos, además, justifican una creciente inquietud debido al talante autoritario que demuestran. El fenómeno más importante es el de la Liga Norte. Umberto Bossi era en los años '70 un jovencito de izquierdas que engañó a su primera mujer cuando sólo era enfermero al asegurarle que era médico. Dotado de una gran inteligencia natural y de una inmensa ambición, abandonó una mediocre carrera de cantante para dedicarse a formar un partidito regional, la Liga Lombarda.

Lombardía es el equivalente italiano de Cataluña (España), con Milán gemela de Barcelona en lo que a sentimientos nacionalistas e, incluso, independentistas se refiere. Los italianos del norte, además, son despreciativos hacia los meridionales, a quienes denominan "terrones"; pero profundo. Roma, la capital, encarna para la Liga todos los males. Bossi acuñó un lema popularísimo: «Roma ladrona, la Liga no perdona». El próspero norte es de cultura industrial avanzada y reinan en él tanto el espíritu empresarial como la obsesión por el trabajo. En el sur, estragado por las mafias, el atraso y la falta de burguesía, se ha desarrollado el asistencialismo estatal.

En este caldo de cultivo, Umberto Bossi favoreció con la Liga Lombarda todos los rencores políticos, justificados o no, al enarbolar la siniestra perspectiva de una secesión de la República del Norte. Sus prédicas comenzaron a dar fruto a comienzos de los años 90 y el agotamiento del régimen derramó sobre el Piamonte, la Liguria, el Véneto y las demás regiones septentrionales el verbo de la Liga.

En las elecciones municipales, los nordistas se convirtieron también en el primer partido en Génova, Venecia y Trieste, aunque su aislamiento les hizo perder frente a la coalición de las izquierdas. Umberto Bossi, llamado el "senatur" en dialecto lombardo (aunque ya no es senador sino diputado), resume su credo en una frase muy eficaz: «Federalismo contra estatalismo».

La Liga quiere que Italia se convierta en una confederación de tres repúblicas: Norte, Centro y Sur. Es ésta una perspectiva que aterroriza a muchos italianos y preocupa a los europeos más lúcidos, que temen una repetición del caso yugoslavo. Bossi advierte que, si no le hacen caso, fundará por su cuenta un Parlamento y un gobierno federales. Pero, hasta ahora, la vertiginosa expansión de la Liga no atraviesa el río Po.

En el centro de Italia domina la vieja tradición comunista y se creía, hasta las elecciones municipales de noviembre, que en el sur se mantenía la hegemonía democristiana. A nivel nacional, la Liga Norte no logra pasar de un 17 o 18 por ciento del consenso popular. Sus resultados como Liga Federal (así se llama en el centro-sur) son escasos, ínfimos.

Esta realidad hace más agresivo a Bossi, que profiere amenazas verbales a diestra y siniestra (aunque lo único que consigue con ello es espantar a su electorado más moderado). El éxito de los neofascistas en Roma y Nápoles ha introducido, además, un suceso inesperado. La Democracia Cristiana también se ha derrumbado en sus bastiones tradicionales de Roma, Nápoles y Palermo.

Medio siglo después de la caída del fascismo, el fantasma del dictador Benito Mussolini se pasea entre los italianos. Los neofascistas del MSI han aglutinado un voto de protesta, combinado con una maniobra por parte de las derechas democristianas, contra el líder Mino Martinazzoli, que es el jefe de la izquierda de la DC.

Gianfranco Fini, de 41 años, jefe de los neofascistas, quiere disolver el MSI y crear la Alianza Nacional, una formación neoconservadora a la que también se adherirían los sectores derechistas de la DC. Antonio Bassolino en Nápoles, los neofascistas han logrado una gran victoria política.

Han logrado perforar las bases mismas de cultura antifascista sobre las que nació la Primera República Italiana, de las ruinas del fascismo y la Segunda Guerra Mundial. Excluidos por principio durante medio siglo, han regresado por la puerta grande que lleva a la Segunda República. Aunque muera el MSI, el partido «negro» fundado por Giorgio Almirante, el

Nº DOC. 9400191
TITULO Se prevé un futuro incierto para Italia.
Rep
26/12/93
11876 —
507604 —
11164 —
515432 —

Medio siglo después de la caída del fascismo

*** La Liga quiere convertir al país en una confederación de tres repúblicas: Norte, Centro y Sur, en una perspectiva que aterroriza a muchos italianos y preocupa a los europeos más lúcidos**

El futuro es incierto y el sendero para nada luminoso: luce oscuro, lleno de minas y poblado de emboscadas. Italia está a mitad del río entre la Primera y la Segunda República, en un clima de incertidumbre política formidable que daña las perspectivas de recuperación de una economía que hasta ahora ha dado buenas señales de vitalidad en la Europa de la recesión.



La figura del dictador Benito Mussolini asoma por varios frentes en Italia. (Telefoto de archivo de AFP)

ROMA
por Julio Algañaraz

■ Los resultados de las elecciones municipales de 21 de noviembre se han convertido en una misa de cuerpo presente para el régimen democristiano que gobernó durante casi medio siglo: la Democracia Cristiana (DC) y sus aliados tradicionales (socialistas, socialdemócratas y liberales) se precipitaron del 50 por ciento de los votos al 16 por ciento.

La rabia popular contra los responsables principales de las oleadas interminables de escándalos de corrupción ha castigado sin piedad a los políticos de la vieja coalición de gobierno. El voto de protesta puso en el centro del escenario a fuerzas políticas contrapuestas que el domingo 5 de diciembre se enfrentarán, en segunda vuelta, en la elección entre los candidatos más votados a alcalde en 91 ciudades. En las cinco más importantes —Roma, Nápoles, Génova, Venecia y Trieste— la izquierda ganó el primer asalto y combatirá con una derecha de dos cabezas: en las ricas regiones septentrionales, la Liga Norte, y en el centro-sur, los neofascistas del Movimiento Social Italiano (MSI)

La izquierda obtuvo una decisiva victoria en Palermo, la capital siciliana, al conseguir el ex alcalde democristiano Leoluca Orlando —que hizo de la guerra a la mafia y de la limpieza moral sus principales banderas de lucha— el 74 por ciento de los votos.

Si se hace caso a la rutina de las palabras, Italia parece ir a contramano de la Historia, en este mundo en el que han desaparecido por el momento las utopías ideológicas. El desastre electoral democristiano-socialista-liberal ha creado un gigantesco agujero negro en el centro del espectro político. A la "Gran Ballena Blanca", como era llamado el partido católico, se la están devorando, mientras agoniza, derechas e izquierdas.

La batalla política aparece exasperada por el radicalismo en una de las grandes democracias industriales, donde los dos tercios de sus 57 millones de habitantes viven al menos con decoro pese a la recesión y a la crisis profunda, irreversible, del Estado del Bienestar.

Muy pocos quieren aventuras y saltos en el vacío. La división florece porque la democracia en Italia se normaliza, después de vivir durante medio siglo en la anomalía política que obligaba a gobernar a los democristianos, y a los comunistas a ser eterna oposición porque así lo disponía la soberanía limitada de la guerra Fría.

El gigantesco yacimiento mayoritario de votos centristas moderan las izquierdas y las derechas. «Somos una izquierda que mira al centro», proclama Achille Occhetto, líder del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), en torno al cual se compacta "la sinistra" (la izquierda). «El centro somos nosotros», afirma Umberto Bossi, patrón de la Liga Norte, el partido-príncipe en las ricas regiones septentrionales, populista, neoconservador y atravesado de fuertes impulsos separatistas. «Queremos fundar una derecha de gobierno», asegura Gianfranco Fini, jefe del neofascista Movimiento Social Italiano, que en Roma y Nápoles pasó del 6 al 30 por ciento de los votos. La gran incertidumbre está determinada por la rotura de los viejos equilibrios sin que se advierta, hasta ahora, cuáles serán los nuevos.

Los flamantes personajes y sujetos políticos de la nueva era son, ante todo, de derechas. Sus dichos y sus hechos, además, justifican una creciente inquietud debido al talante autoritario que demuestran. El fenómeno más importante es el de la Liga Norte. Umberto Bossi era en los años '70 un jovencito de izquierdas que engañó a su primera mujer cuando sólo era enfermero al asegurarle que era médico. Dotado de una gran inteligencia natural y de una inmensa ambición, abandonó una mediocre carrera de cantante para dedicarse a formar un partidito regional, la Liga Lombarda.

Lombardía es el equivalente italiano de Cataluña (España), con Milán gemela de Barcelona en lo que a sentimientos nacionalistas e, incluso, independentistas se refiere. Los italianos del norte, además, son despreciativos hacia los meridionales, a quienes denominan "terrones"; un sentimiento despreciable pero profundo. Roma, la capital, encarna para la Liga todos los males. Bossi acuñó un lema popularísimo: «Roma ladrona, la Liga no perdona». El próspero norte es de cultura industrial avanzada y reinan en él tanto el espíritu empresarial como la obsesión por el trabajo. En el sur, estragado por las mafias, el atraso y la falta de burguesía, se ha desarrollado el asistencialismo estatal.

En este caldo de cultivo, Umberto Bossi favoreció con la Liga Lombarda todos los rencores políticos, justificados o no, al enarbolar la siniestra perspectiva de una secesión de la República del Norte. Sus prédicas comenzaron a dar fruto a comienzos de los años 90 y el agotamiento del régimen derramó sobre el Piamonte, la Liguria, el Véneto y las demás regiones septentrionales el verbo de la Liga.

En las elecciones municipales, los nordistas se convirtieron también en el primer partido en Génova, Venecia y Trieste, aunque su aislamiento les hizo perder frente a la coalición de las izquierdas. Umberto Bossi, llamado el "senatur" en dialecto lombardo (aunque ya no es senador sino diputado), resume su credo en una frase muy eficaz: «Federalismo contra estatalismo».

La Liga quiere que Italia se convierta en una confederación de tres repúblicas: Norte, Centro y Sur. Es ésta una perspectiva que aterroriza a muchos italianos y preocupa a los europeos más lúcidos, que temen una repetición del caso yugoslavo. Bossi advierte que, si no le hacen caso, fundará por su cuenta un Parlamento y un gobierno federales. Pero, hasta ahora, la vertiginosa expansión de la Liga no atraviesa el río Po.

En el centro de Italia domina la vieja tradición comunista y se creía, hasta las elecciones municipales de noviembre, que en el sur se mantenía la hegemonía democristiana. A nivel nacional, la Liga Norte no logra pasar de un 17 o 18 por ciento del consenso popular. Sus resultados como Liga Federal (así se llama en el centro-sur) son escasos, ínfimos.

Esta realidad hace más agresivo a Bossi, que profiere amenazas verbales a diestra y siniestra (aunque lo único que consigue con ello es espantar a su electorado más moderado). El éxito de los neofascistas en Roma y Nápoles ha introducido, además, un suceso inesperado. La Democracia Cristiana también se ha derrumbado en sus bastiones tradicionales de Roma, Nápoles y Palermo.

Medio siglo después de la caída del fascismo, el fantasma del dictador Benito Mussolini se pasea entre los italianos. Los neofascistas del MSI han aglutinado un voto de protesta, combinado con una maniobra por parte de las derechas democristianas, contra el líder Mino Martinazzoli, que es el jefe de la izquierda de la DC.

Gianfranco Fini, de 41 años, jefe de los neofascistas, quiere disolver el MSI y crear la Alianza Nacional, una formación neoconservadora a la que también se adherirían los sectores derechistas de la DC. Antonio Bassolino en Nápoles, los neofascistas han logrado una gran victoria política.

Han logrado perforar las bases mismas de cultura antifascista sobre las que nació la Primera República Italiana, de las ruinas del fascismo y la Segunda Guerra Mundial. Excluidos por principio durante medio siglo, han regresado por la puerta grande que lleva a la Segunda República. Aunque muera el MSI, el partido «negro» fundado por Giorgio Almirante, el

01/01

9400191

Nº DOC: 9400192

TITULO: Complicaciones en Italia para llegar a elecciones políticas anticipadas.

PROCE: Rep.

FECHA: 26/12/93

VINCULO: 11876 —
507604 —
11164 —
515432 —
11437 —

Moción de desconfianza al gobierno italiano

Milán (ANSA)

■ El camino para llegar a elecciones políticas anticipadas en Italia se complicó repentinamente, a raíz de una moción de desconfianza al gobierno presentada por un nutrido pelotón de parlamentarios, que se discutirá el 12 de enero próximo.

El presidente de la Cámara de Diputados, Giorgio Napolitano, declaró que la fecha de los comicios todavía no está decidida. Pero muchos analistas coinciden que los italianos irán a las urnas a fines de marzo o principios de abril.

Hasta el viernes la disolución del Parlamento y la sucesiva convocatoria de los comicios no presentaban mayores problemas.

Pero las cosas ya no están tan claras a raíz de la moción contra el gobierno presentada por 158 diputados y 200 senadores.

Gran parte de estos parlamentarios pertenecen a las formaciones tradicionales como la Democracia Cristiana y el Partido Socialista, las más golpeadas por la investigación judicial Manos Limpias.

Analistas locales coinciden en que el objetivo de fondo de la moción de desconfianza al gobierno es postergar lo más posible las elecciones, hasta mayo o incluso hasta el 12 de junio, para hacerlas coincidir con los comicios para el Europarlamento, como reclamaron en una carta unos 350 miembros de las dos Cámaras.

«En este lapso muchos de los parlamentarios investigados podrían tratar que la Asamblea apruebe una ley de «borrón y cuenta nueva» que salve a los acusados de corrupción», escribió por ejemplo el diario romano La Repúbblica.

Para La Stampa, de Turín, los partidos del centro quieren retrasar las elecciones «para ganar tiempo y poder reorganizarse».

De hecho, las fuerzas que ganaron las elecciones municipales de diciembre en Roma, Nápoles y otras 400 ciudades del país, quieren llegar a los comicios cuanto antes. Entre estos partidos se destacan el ex comunista PDS, la secesionista Liga Norte y el neofascista MSI.

En la orilla de enfrente están los democristianos, socialistas y otros partidos tradicionales que no tienen prisa por ir a la votación.

01-01

9400193

Reseña de lo que fué el año 1993 para Italia.

Rep.

26/12/93

11876 -

507604 -

11650 -

11164 -

1993, el año que disgrégó a Italia

Roma (AFP)
por Jean Louis de la Vaissiere

Italia vivió 1993 al ritmo de la investigación judicial "Mani Pulite" (Manos Limpias) contra la corrupción político-financiera, que provocó un verdadero sismo, quebrando las instituciones, desacreditando a la clase que gobierna la península desde hace 50 años y abriendo finalmente la vía de la renovación.

Muchos de los pilares en que se apoyaba el sistema perdieron la estabilidad a consecuencia de esta investigación nacional, en primer lugar los partidos políticos.

La Democracia Cristiana fue uno de los partidos más dañados, descendiendo al 12% del electorado después de haber tenido más del 30%, hasta tal punto que en las elecciones municipales parciales del 5 de diciembre, no pasó a la segunda vuelta, dejando el lugar en Roma y en el sur a la extrema derecha neofascista encarnada por el Movimiento Social Italiano (MSI).

El Partido Socialista desapareció prácticamente. Los herederos de Bettino Craxi, que dejó el cargo de secretario del movimiento en febrero se disputan un legado envenenado por la corrupción y las disensiones internas.

Los líderes de la clase política tradicional están todos bajo investigación judicial. Guilio Andreotti y Bettino Craxi, así como otros dirigentes democristianos, los más conocidos en el exterior, están desacreditados y aislados.

Craxi es objeto de unos 20 avisos judiciales de apertura de sumario por corrupción y prefirió permanecer por muchos meses en el extranjero. Andreotti está acusado de complicidad con la mafia en base a testimonios de mafiosos arrepentidos.

Los jueces de Milán, que encabezan "Mani Pulite", pusieron en el banquillo de los acusados todo un sistema de recomendaciones, pequeños y grandes regalos, corrupción generalizada. A los magistrados de Milán siguieron los de Roma y luego los de todo el país.

El mayor escándalo fue el de Enimont, fallido polo químico nacido de la fusión del grupo público Eni (Ente Nacional de Hidrocarburos) con el entonces segundo grupo privado de Italia, Ferruzzi-Montedison. Al parecer, unos 150.000 millones de liras (98 millones de dólares) fueron repartidos a los partidos de la mayoría gobernante en el momento de la recuperación de las acciones de Ferruzi por parte del Estado a un precio exorbitante.

"Manos Limpias" no detuvo la máquina económica, pero los más grandes grupos industriales, comprendida la FIAT, reconocieron haber registrado fenómenos de corrupción.

Incluso Carlo De Benedetti, patrón de Olivetti -que estuvo 13 horas en prisión- reconoció el pago de "comisiones". Decenas de empresarios pasaron por la prisión San Vittore de Milán antes de concedérseles el arresto domiciliario.

Cuando se llegó a un cuarto de los 956 diputados y senadores bajo investigación judicial, los sectores políticos que se consideran no tocados por la corrupción lanzaron una ofensiva contra el Parlamento desacreditado. El líder de la Liga Norte, Umberto Bossi, lanzó insultos contra los "ladrones de Roma", antes de ser, a su vez, los últimos días de diciembre, puesto bajo investigación por violación de la ley sobre financiamiento de partidos políticos.

Mario Segni, ex dirigente democristiano, hizo votar un referendo que introdujo el sistema principalmente mayoritario para las próximas elecciones legislativas en el primer trimestre de 1994. Por primera vez este año, los alcaldes fueron elegidos por sufragio universal, lo que dio una buena ganancia a los ex comunistas y sus aliados, al MSI y a la Liga Nord.

Un gobierno, formado en parte por técnicos y dirigido por el viejo gobernador de la Banca d'Italia (Banco Central), Carlo Azeglio Ciampi, sucedió al del socialista Giuliano Amato y apoyó discretamente una política severa de saneamiento presupuestario.

El muy católico presidente Oscar Luigi Scalfaro, que sermonea a todo el mundo, reaccionó con fuerza al intento de poner su honradez en tela de juicio en un sórdido asunto de corrupción en los servicios secretos.

Presidente del gobierno y presidente de la República son los principales garantes de la estabilidad italiana en una fase de total confusión y de locos rumores.

Otro componente específico de la sociedad italiana, la mafia, parece ligeramente debilitada, pero la "piovra" (el pulpo) sigue moviendo sus tentáculos. El jefe supremo de Cosa Nostra, Toto Riina, fue arrestado en Palermo a mediados de enero, el número de arrepentidos se multiplica, la policía reestructura sus fuerzas y multiplica sus controles, pero desde el mes de mayo, el terror hizo su reaparición. Coches bomba estallaron en Roma, Florencia y Milán, provocando 10 muertos y unos 60 heridos.

¿Es una venganza de la mafia que se encuentra en los últimos estertores? ¿Existe complicidad de los servicios secretos, de logias masónicas ocultas, de ambientes terroristas de extrema derecha? Estas preguntas sin respuestas agitan el país al concluir el año 1993 y siembran inquietudes en la fase de la renovación.

01-01

9400193

Nº DOCUMENTO 9400194
TITULO Los ex comunistas revalidaron su condición de 1era fuerza a nivel nacional.
PRENSA Clarín
FECHA 6/12/93
VINCULACION 11876 — 507604 — 11164 — 11437 — 515432 —

COMO SE VOTO AYER

La izquierda italiana ratificó ayer, en la segunda ronda de las elecciones municipales, su protagonismo político como la principal fuerza del país. Los candidatos del Partido Democrático de la Izquierda o los que fueron apoyados por él lograron triunfar en las principales ciudades. La gran derrotada en estos comicios fue la Liga del Norte, que perdió en Génova y Venecia y sufrió un gran traspié en su objetivo de dominar el Norte y presionar por un Estado federal. Los neofascistas realizaron una muy buena elección a pesar de no haber ganado en Roma y Nápoles.

Génova
Adriano Sansa (Progresista) **59,2%**
Enrico Serra (Liga Norte) **40,8%**

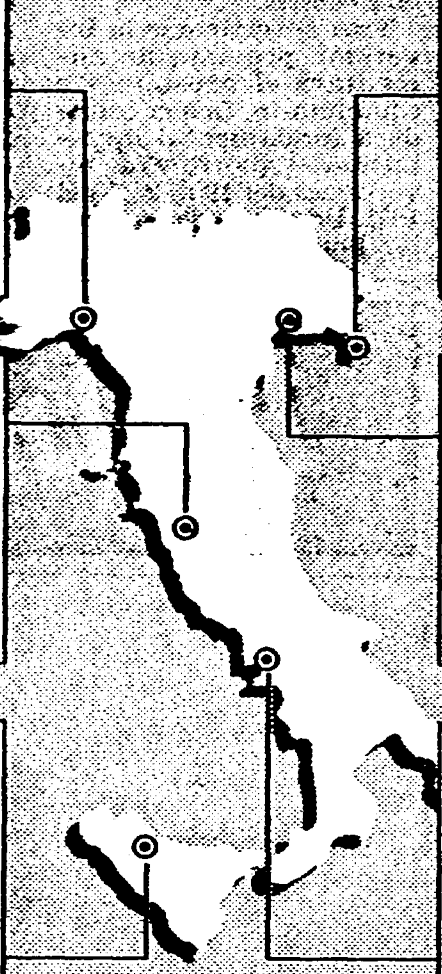
Trieste
Ricardo Illy (PDS-DC) **53,2%**
Giulio Staffieri (Liga Norte) **46,8%**

Roma
Francesco Rutelli (Verde-PDS) **53,11%**
Gianfranco Fini (MSI) **46,89%**

Venecia
Massimo Cacciari (Progresista) **55,4%**
Aldo Mariconda (Liga Norte) **44,6%**

Palermo
Alcalde electo en primera vuelta **Leoluca Orlando** (La Rete) **75,2%**
[illegible]da Pucci (DC) **13,2%**

Nápoles
Antonio Bassolino (PDS) **55,6%**
Alessandra Mussolini (MSI) **44,4%**



EX COMUNISTAS Y SUS ALIADOS GANARON LAS

Los candidatos de revalidaron ayer su

Las derrotas ante el Partido Democrático de la Izquierda (PDS) de sus tres candidatos en Génova, Venecia y Trieste, le frustraron a la Liga del Norte la buscada "salida al mar", esencial para su objetivo de convertir a la región en un Estado Federal separado del Sur. Las coaliciones "progresistas" nucleadas en torno del PDS (que lograron el 60% de los concejales) se impusieron también en Roma y Nápoles, donde derrotaron al neofascista Movimiento Social Italiano (MSI). Los resultados de la segunda vuelta de las elecciones municipales, realizada ayer, revalidaron a los ex comunistas su condición de primera fuerza a nivel nacional.

ROMA, 5 (EFE, ANSA y AFP). — Los ex comunistas del **Partido Democrático de la Izquierda** (Sinistra, PDS) revalidaron hoy su condición de **primera fuerza política italiana** en la segunda vuelta de las elecciones municipales: en las cinco grandes ciudades donde se votó, sus candidatos se impusieron con claridad a los rivales de la derecha, los neofascistas del **Movimiento Social Italiano** (MSI) y de la **Liga del Norte**.

Las alianzas de fuerzas "progresistas" nucleadas en torno al PDS le ganaron al MSI en **Roma y Nápoles**, y también postergaron las aspiraciones de la Liga en las tres ciudades más importantes del norte de la Península donde se votó, **Venecia, Gênova y Trieste.**

"Los ciudadanos han comprendido que **no había dos extremismos, sino uno solo, el de la derecha**, al que había que derrotar", dijo el líder del PDS, **Achille Occhetto**. "Este es un triunfo histórico, que abre el camino a la alternativa", dijo el dirigente poscomunista, considerado el gran triunfador de estas elecciones municipales parciales.

"Es una **derrota numérica**, pero es una **gran victoria política**", consideró el líder neofascista **Gianfranco Fini** en relación a su derrota, en Roma, ante el "verde" **Francesco Rutelli**, candidato de la agrupación de fuerzas "progresistas".

Antonio Bassolino, del PDS, se impuso en Nápoles a la polémica **Alessandra Mussolini**, del MSI. La nieta del "Duce" se declaró también "feliz" por los resultados de la elección: "No es un triunfo, pero sí una gran victoria para mí", enfatizó.

En Venecia, el filósofo **Massimo Cac-**

01-02

9400194

ALCALDIAS EN LAS GRANDES CIUDADES

la izquierda italiana ascenso político

clari, de una coalición también integrada por el PDS, obtuvo el **55,4 %** de los votos, frente al 44,6 % de su adversario **Aldo Marironda**, candidato de la Liga que lidera el milanés **Umberto Bossi**.

El empresario cafetero **Riccardo Illy**, apoyado por un sector de la **Democracia Cristiana** (DC) local y el PDS, sumó el **53,02 %** de los votos emitidos en **Trieste**.

La agrupación liderada por Bossi aparece como la gran derrotada: en **Génova** el candidato de la coalición "progresista" **Adriano Sansa** obtuvo un holgado triunfo sobre su rival "liguista", **Enrico Serra**.

Con esta derrota, a la Liga se le frustra la buscada "salida al mar" en el norte, en lo que supone un traspié importante para su objetivo de dominar la región septentrional de la península y presionar por un estado federal separado del Sur.

Tras el hundimiento del centro político ocupado por la DC, en la primera vuelta del pasado 21 de noviembre, los comicios municipales de este domingo adquirieron un valor especial como barómetro del nuevo cuadro político a nivel nacional, que quedará definitivamente configurado en las próximas elecciones generales anticipadas, a celebrarse entre marzo y mayo del año próximo.

El presidente de la Cámara de Diputados, **Giorgio Napolitano** (PDS), anunció el sábado que desde el próximo 21 de diciembre, con la ley financiera aprobada y los nuevos colegios electorales en marcha, el gobierno del primer ministro **Carlo Azeglio Ciampi** reducirá "los motores al mínimo", a la espera de que el jefe del Estado, **Oscar Luigi Scalfaro**, fije la fecha definitiva de la votación.

El ojo en el centro

ROMA, 6 (Especial para **Clarín**). — Esta madrugada del lunes festejan en las grandes ciudades miles de partidarios de los grupos de variado pelaje de las izquierdas triunfantes. Pero a no engañarse: **Italia no vive un vuelco "a sinistra"**. Han vencido las coaliciones llamadas progresistas, contrapuestas a los grupos llamados moderados.

En el fondo se trata de una normalización de la política peninsular a los cánones occidentales, dramatizada por el hecho que la protesta de derechas se canalizó en Roma y Nápoles a través de los neofascistas del MSI. En realidad, todos sienten la irresistible fascinación del centrismo, un espacio gigantesco que ha dejado huérfano la Democracia Cristiana.

Los escándalos de corrupción y el agotamiento del régimen identificado con la DC que gobernó a este país durante medio siglo, hundieron catastróficamente a los partidos centristas del viejo poder en la primera vuelta del domingo 21 de noviembre. Este agujero dejó para la segunda ronda un enfrentamiento entre izquierdas y derechas que luchaban por conquistar el espacio vacío.

Esto explica por qué **Achille Occhetto**, el jefe del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), columna vertebral de las coaliciones progresistas, haya podido afirmar que la **"sinistra" ha obtenido un "resultado histórico"**, para aclarar enseguida que **la izquierda italiana mira más que nunca al "centro moderado"**.

Del otro lado del espejo, la primera declaración de **Gianfranco Fini**, el líder de los neofascistas del MSI que perdió la alcaldía de Roma, fue la siguiente: "Hemos sufrido una derrota numérica y una victoria política. **!No dirán ahora que el 47 por ciento de los romanos son fascistas!**".

También Fini lanzó inmediatos piropos al centro, reiteró que él no es un "neofascista" sino un **"posfascista"**. Todo indica que no perderá tiempo en fundir al MSI, creado por su maestro **Giorgio Almirante** en la posguerra como heredero político del fascismo, en un nuevo contenedor llamado **Alianza Nacional**, para darle una nueva virginidad como parte de la derecha civilizada.

Derechas e izquierdas que "miran al centro" quieren representar desde hoy los puntos de referencia de una democracia madura occidental caracterizada por la bipolaridad.

Pero en Italia las cosas de la política son muy complicadas. Los resultados de los "ballottages" municipales han dejado abierto el camino para las elecciones generales anticipadas. La bronca popular asedia el actual Parlamento de la Primera República, dominado por los llamados "zombies": democristianos, socialistas, socialdemócratas, republicanos, liberales, que entre todos no reunieron en los comicios municipales más de un 15 por ciento.

Una buena parte de los 953 diputados y senadores están metidos hasta el cuello en los escándalos de corrupción y el italiano quiere mandar lo antes posible a casa a los parlamentarios.

El presidente de la república, **Oscar Luigi Scalfaro**, debe esperar hasta el martes 21 para que entre en vigor la nueva ley electoral de tipo mayoritario, antes de disolver el Parlamento y llamar a elecciones generales, probablemente en marzo próximo.

Los líderes políticos están ya pensando en cómo formar las coaliciones ganadoras. El PDS de Achille Occhetto se presenta naturalmente como el eje de las coaliciones progresistas y de izquierda.

02-02

La izquierda italiana festeja el triunfo en las grandes ciudades tras cumplirse la segunda vuelta en las elecciones municipales

Se aleja el fantasma neofascista, por ahora

✱ El líder del PDS Achille Occhetto se mostró eufórico al conocer los primeros resultados

Las coaliciones progresistas apoyadas por las izquierdas triunfaron en la segunda vuelta de las elecciones municipales parciales realizadas ayer en Italia y se alejó el fantasma de una victoria neofascista en Roma y Nápoles, según las últimas proyecciones difundidas por los institutos especializados.

por Julio Algañaraz

■ "Es una victoria histórica", dijo eufórico Achille Occhetto, líder del Partido Democrático de la Izquierda (PDS), que fue el eje de las alianzas entre grupos de la "sinistra" y de sectores centristas, que variaron según las circunstancias locales.

Las izquierdas triunfaron en las seis más grandes ciudades de los 92 municipios de más de 15 mil habitantes en los que ocho millones de italianos fueron convocados a elegir entre los dos candidatos a alcalde más votados en la primera vuelta.

En Roma, el diputado verde ecologista de 29 años Francesco Rutelli logró el 52,7 por ciento de los sufragios, según la tercera proyección del Instituto "Doxa", realizado con un escaso margen de error mientras avanzan los escrutinios que se iniciaron a las 22 hora local (las 21 GMT).

El líder neofascista Giancarlo Fini logró el 47,3 por ciento de los votos y pudo decir con razón que "hemos sufrido una derrota numérica pero una victoria política", al hacer converger sobre la llama tricolor del MSI el voto de protesta de las derechas y de una parte consistente del centro conservador.

También proclamó en Nápoles "una gran victoria" la joven Alessandra Mussolini, nieta del Duce fusilado en 1945, pero las proyecciones le asignan un 54,5 por ciento de los sufragios contra el 56,6 por ciento del dirigente poscomunista Antonio Bassolino.

Bassolino dijo que el suyo era "un triunfo histórico" en una ciudad en crisis, tradicionalmente dominada en los últimos tres decenios por la Democracia Cristiana y antes por los monárquicos conservadores.

Las izquierdas lograron también resonantes victorias en otras ciudades del sur. Ya habían logrado imponer en la primera vuelta como alcalde de Palermo a Leoluca Orlando, líder del partido La Red, que logró el 75 por ciento de los sufragios con una campaña contra la mafia siciliana.

En la ciudad calabresa de Cosenza venció con el 58,9 por ciento el anciano cacique socialista Giacomo Mancini, de 77 años, al frente de una coalición de las izquierdas. Mancini estaba semirretirado, tras oponerse al liderazgo en el Partido Socialista de Bettino Craxi, destruido políticamente en los últimos meses por los escándalos de corrupción.

En las tres grandes ciudades del norte donde se votó, los resultados frenaron el arrollador avance en las ricas regiones septentrionales de la Liga Norte de Umberto Bossi.

En Génova, la tercera proyección indicó una clara victoria con el 60,8 por ciento del magistrado Adriano Sansa, que lideró una amplia coalición progresista centrada en el apoyo de los poscomunistas del PDS. El candidato de la Liga Norte, Enrique Serra, logró apenas el 39,2 por ciento.

En Venecia, el filósofo poscomunista Massimo Cacciari obtuvo el 55,8 por ciento, contra el 44,2 del nordista Aldo Mariconda.

La Liga Norte logró amplias victorias en otras ciudades del norte más pequeñas, como Alessandría, San Remo y Jesolo.

Umberto Bossi dijo que la Liga "está pagando las mayores dificultades en Venecia y Génova", pero recordó que en ambas ciudades y en Trieste los nordistas se han convertido en el primer partido político.

En Trieste, el industrial del café Riccardo Illy encabezó una alianza triunfadora de las izquierdas y la Democracia Cristiana, que consiguió un 51,7 por ciento de los votos contra el 48,3 por ciento del ex alcalde Giulio Staffiere, de centroderecha pero apoyado también por los neofascistas del MSI. En las principales ciudades los partidarios de las coaliciones de izquierdas salieron a festejar la victoria en las primeras horas de la madrugada de hoy.



Achille Occhetto, líder del PDS, está de festejo. (Telefoto de archivo de AFP)

Nº. DOC. 9400196
TITULO 81 Pte. Scalfaro decidió disolver el Parlamento y convocará a elec. anticipadas.
PROCED. L.M.
FECHA 9/12/93
VINCULAC. 11876 — 507604 — 11164 — 11302 — 11437 —

Scalafaro decidió disolver en enero el Parlamento

El Presidente italiano, Oscar Scalfaro, puso ayer en marcha el proceso institucional que llevará a la disolución del Parlamento en enero y a las elecciones generales anticipadas, quizás para el domingo 27 de marzo de 1994, al invitar a una reunión para tratar el tema con los titulares de las dos Cámaras del Congreso.

Roma

(ANSA)

En sendos mensajes enviados a Giovanni Spadolini, Presidente del Senado, y a Giorgio Napolitano, titular de la Cámara de Diputados, el Jefe del Estado dijo que es "indispensable" un encuentro apenas el Parlamento apruebe la crucial Ley del presupuesto 1994 y se definan los colegios electorales como dispone la nueva ley electoral mayoritaria.

"La situación política requiere un examen con vistas a los sucesivos empeños institucionales", escribió Scalfaro.

La reunión tendrá lugar a fines de este mes, por lo que los observadores estiman que el Presidente de la República quiso anunciar desde hoy, con buena anticipación, cuál es el camino institucional que ha decidido adoptar.

El domingo se celebró la segunda vuelta de unas elecciones municipales parciales que terminaron de dibujar una nueva geografía política en el país.

Las izquierdas, reunidas en alianzas progresistas apoyadas y animadas por el poscomunista PDS de Achille Occhetto, vencieron en las grandes ciudades en las que se votó y lograron la mayoría de los municipios.

También las derechas de la autonomista Liga Norte y del neofascista MSI obtuvieron buenas performances, mientras que se hundió el centrismo político representado por la Democracia Cristiana y sus viejos aliados de Gobierno, como el partido Socialista.

El Parlamento actual, dominado por los partidos centristas de la tradicional alianza de Gobierno, está muy desprestigiado por los escándalos de corrupción.

Los italianos, además, han votado en varios referendos una reforma radical del sistema electoral, tanto en el orden nacional como en el regional, provincial y municipal, para facilitar la elección directa de las autoridades y dar vida a gobiernos con seguras mayorías de trabajo.

El nuevo sistema electoral, que estará definitivamente en vigor el 20 de enero, establece que el 75 por ciento del parlamento sea elegido por un mecanismo mayoritario, mientras que el restante 25 por ciento de los diputados y senadores será consagrado por el tradicional régimen proporcional.

01-01 9400196

1/3

0049401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 08 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.004/08/ I /94.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 73 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

(DM/gri)

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

0049401 a 03.-

69 014 187468

2/8 afiliado 38823 fecha 690630 0049402

Dom: Jose Castro 4226

~~Edad 21~~

Page No. 1

01/08/94

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ALBARENQUE MONTERO	TATIANA JACQUELINE	180871 MDEO.	3.455.989-9	BCB 44929	IGUA Y MATAOJO(MDEO.)
ALVARADO CACARO	CLAUDIO JAVIER	290674 COL.	4.168.067-3	NHB 24303	COLONIA 2094
ALVARADO ILLESCAS F/R	IVAN JOSE	100851 COL.	3.923.137-3	NHB 15527	I.BARRIOS S/N(CARMELO)
AYCAGUER CROSA	HEBER	251239 DUR.			LA VIA 85 BIS
AYCAGUER ROMAN	MARIA NINFA	020165 DUR.	2.507.994-5	AEA 7945	LA VIA 85 BIS
BERMUDEZ FERNANDEZ	WILLIAAM ALEX	140472 MDEO.	3.136.630-4	BCB 47962	IGUA Y MATAOJO(MDEO.)
BERMUDEZ SEARA	JESUS	100434 ESPAÑA	.967.499-5		IGUA Y MATAOJO(MDEO.)
CACARO CASERAS	GLADYS RAQUEL	310152 COL.	2.858.099-2	NHB 15284	I.BARRIOS S/N(CARMELO)
CASTRO SALINA	MARCELO FABIAN	110674 MDEO.	3.820.587-4		PASAJE 144 NRO. 859
CHOCA BOLFARINI F/R	CARLOS ENRIQUE	051044 SOR.	3.018.327-8	MCA 25967	AGRACIADA Y RIVERA(DOLORES)
CHOCA ESTEVEZ F/R	GONZALO AGUSTIN	130769 SOR.	2.837.542-1	MCA 24610	AGRACIADA Y RIVERA(DOLORES)
CLAVIJO EPIFANIO	LUIS ALBERTO	210440 RIV.	1.276.332-7	BDA 47049	IRUN 2394
CLAVIJO OCAMPO	JULIO CESAR	081071 MDEO.	2.936.443-1	BCB 45852	IRUN 2394
DEBIA DELGADO	LUIS CARLOS	140170 S.J.	2.884.880-0	BTB 30895	
DEBIA FERRADA	TEODORO	170939 S.J.			
DELGADO PEREZ	GLADYS JOSEFINA	310143 S.J.			
ERASO F/R	MIREYA ESTELA		3.538.149-5	EAA 24773	GALLINAL Y J.HERNANDEZ(ROCHA)
ESTEVEZ GONZALEZ F/R	MANUELITA LOURDES	030845 SOR.	3.511.558-7	MCA 25968	AGRACIADA Y RIVERA(DOLORES)
FERNANDEZ CENA 2098810 F/R	NORMA LILIAN 596668	210847 LAV.	1.311.899-5	BAB 38628	IGUA Y MATAOJO(MDEO.)
FLORES LOPEZ	RAUL RICARDO	041070 SOR.	3.839.146-3	MAA 56137	
FUENTES GONZALEZ	PABLO RAFAEL	300868 CAN.	2.682.113-3	CBC 41634	
GARCIA MOLINA	YONNY DARIO	220170 ART.	2.526.408-7	ICD 15163	PANDO 1874(B.UNION)
GUTIERREZ	MERCEDES SUSANA		3.784.926-5	MAA 37155	DON BOSCO Y T.GOMEZ(MERCEDES)
GUTIERREZ	JESUS GABRIEL	191075 SOR.	4.092.101-6	MAA 61349	DON BOSCO Y T.GOMEZ(MERCEDES)
GUTIERREZ ABOAL	ELENA IRENE	250971 SOR.	3.270.054-9	MAA 58974	ORIBE 956(MERCEDES)
GUTIERREZ BRAZEIRO F/R	MIRTA RENEE	131244 ART.	1.589.686-		MARTIN GARCIA 2067
IGLESIAS ROSSI F/R	MIRIAM MABEL	171168 SOR.	2.623.225-7	MCA 24654	AGRACIADA Y RIVERA(DOLORES)
IRIBARNEGARAY ESPINOSA F/R	JOSE GREGORIO				DON BOSCO 1148 (MERCEDES)
IRIBARNEGARAY PARAO	PABLO DANIEL	021075 SOR.	3.133.503-8	MAA 13581	DON BOSCO 1148 (MERCEDES)
LARROSA	WALTER FREDDY	110846			DGO.ARENA 4163 AP.1
LARROSA GUTIERREZ F/R	MARIA DEL ROSARIO	281266 MDEO.	2.620.091-5	BNB 45282	DGO.ARENA 4163 AP.1
LECINA LOTITO	ALBANEL	121251 RIV.	3.256.433-8		FIGUEROA 36 (RIVERA)
LECINA RIVERO	LUIS EDUARDO	270865 C.L.	3.156.146-4	CAB 12908	FIGUEROA 36 (RIVERA)
LLAGUEIRO RUIZ	TERESA LAURA	120935 CAN.			RUTA 5 KM. 28.500(PROGRESO)
LOPEZ ESPINOSA	NELLY ELSA	SOR.			
MAIDANA	VICTOR DANIEL	190447 SOR.	3.516.045-7	MAA 36049	CASAGRANDE 818 (MERCEDES)
MAIDANA SCLAVI	MARCELO DANIEL	261070 SOR.	3.276.013-3	MAA 59153	CASAGRANDE 818 (MERCEDES)
MAIDANA SCLAVI	VICTOR DANIEL				CASAGRANDE 818 (MERCEDES)
MARQUEZ	RAMON	070941	3.370.764-5	ICD 6586	HILE 1344(B.UNION)
MARQUEZ LLAGUEIRO	MARIA LAURA	011065 MDEO.	3.043.814-7	CDB 9482	
MARQUEZ SUAREZ	DENIS JESUS	050572 ART.	3.890.650-9	ICC 16177	HILE 1344(B.UNION)
MARTINEZ CASAL	JOSE PEDRO	55 AÑOS EN 1993	2.649.364-5	MAA 29754	HEDO 876MERCEDES)
MARTINEZ MERINO	JUAN JOSE	150975 OSR.	2.997.228-4	MAA 61068	HEDO 876MERCEDES)
MATA NASS	ANAMARIA	090367 MDEO.	1.767.417-3	AVB 81113	BVAR.ESPAÑA 2343
MATA OTERO	ENRIQUE	250549 MDEO.	.878.199-	BJA 13699	BVAR.ESPAÑA 2343
MENDEZ VIERA	MARGARITA	190951	1.428.027-3	CMF 468	
MERINO DENIS	EUFEMIA MERCEDES	080337 SOR.	2.897.369-1	MAA 27408	HAEDO 876MERCEDES)
MOLINA SEÑORANES	SUSANA	080944 SAL.	3.596.929-1	ICD 6781	PANDO 1874(B.UNION)
NASS ARENA	ANA MARIA	301141 MDEO.	.993.149-		BVAR.ESPAÑA 2343
PAEZ ERASO	MARIO GERARD	140475 ROCHA	3.425.761-2	EAA 47198	GALLINAL Y J.HERNANDEZ(ROCHA)
PAEZ INZETA	LUCIO VENANCIO		3.544.599-1	EAA 11549	GALLINAL Y J.HERNANDEZ(ROCHA)
PARAO MIRANDA	JULIA BEATRIZ				DON BOSCO 1148 (MERCEDES)

002 9400197

187469

aplicado 57121 fecha 710731

004940 3

Page No. 2
01/08/94

Dom: Real 4682 Gowland Adolfo Vaillant - B. Sarandi

Edad 31 Ocupación doméstica CC.RDE 8164

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
RAFFO MORALES 0	LUIS ALBERTO	50 AÑOS EN 1993			L.LATORRE S/N(COLONIA)
RAFFO VIERA 0	LUIS ALBERTO	220874 COL.	3.826.364-2	NAB 19455	L.LATORRE S/N(COLONIA)
REYES RODRIGUEZ 0	LAURA LETICIA	120572 ART.	3.306.182-7		CHILE 1344(B.UNION)
RIBVERO GONZALEZ 0	MARIA ELIDA	260553 RIV.			FIGUEROA 36 (RIVERA)
RODRIGUEZ 0	CARINA ANDREA	070875 MDEO.	4.159.911-9		IRUN 2394
ROMAN RODAO F/R PC	MARIA NIFA	021239 DUR.	1.639.925-7	BOB 34471	LA VIA 85 BIS
ROSANO VARELA 0	OVIDIO GERARDO	170860 MDEO.	1.757.188-4	BTA 15861	LA VIA 85 BIS
SALINA PEÑA 0	MARIA ESTHER	030850 RIV.			PASAJE 144 NRO. 859
SILVEIRA MELLO 0	GRACIELA LYLIAN	260567 RIV.	2.456.106-8	CAB 12808	FIGUEROA 36 (RIVERA)
SLAVI CORREA F/R	DIVER ELVIRA	220142 R.N.		MAA 31891	CASAGRANDE 818 (MERCEDES)
SOLARES SUAREZ 0	LUIS ALBERTO	051160 MDEO.			MARTIN GARCIA 2067
SOSA MEDINA 0	HECTOR HUGO	210137 SOR.	4.052.314-1	MAA 59711	ITUZAINGO 1242(MERCEDES)
SOSA SUGO 0	JOHN FISHER	291268 COL.	3.639.823-7		ORIBE 956 (MERCEDES)
SUAREZ FERNANDEZ 0	ISIDORO	251065 ART.	3.721.777-1	ICD 11862	LAVALLEJA Y OFICIAL 12(B.U.)
SUAREZ NUÑEZ 0	SANDRO	110875 RIV.	3.595.335-3	BOA 18614	CASAVALLE 5023
SUAREZ PIREZ 0	ATANACIO	62 AÑOS EN 1993			CASAVALLE 5023
SUAREZ VILLALBA F/R	IRMA	130348 ART.	3.300.482-1	ICD 6254	CHILE 1344(B.UNION)
SUAREZ VILLALBA 0	MILTON	131236 ART.	3.144.699-4	ICD 4670	LAVALLEJA Y OFICIAL 12(B.U.)
SUGO 0	MIRTA PRUDENCIA	190940 SOR.			ITUZAINGO 1242(MERCEDES)
VALIENTE DELGADO 0	DIEGO	260243	1.892.986-8	CMF 467	
VALIENTE MENDEZ 0	SANDRA YANET	140770 MDEO.	2.542.654-8		
VIERA F/R	ANA MARIA	38 AÑOS EN 1993 COL.			L.LATORRE S/N(COLONIA)

SALDO

003/003 9400197

DOCUMENTO 9400198.
TITULO La Derecha italiana renunciaría a los símbolos e ingresaría a la Alianza Nacional.
PROC. L. M.
FECHA 11/12/93
V... 11876-
507604-
11164-
515432-

Derecha italiana renuncia a los símbolos y saluda a la democracia

También para la extrema derecha italiana ha llegado el momento de los grandes cambios: mañana, el líder del MSI, Giancarlo Fini, propondrá a los suyos renunciar al tradicional símbolo de la llama tricolor y pasar de la aceptación del "método" al "sistema" democrático.

Roma (ANSA)

El mundo político está ya lanzado hacia las elecciones generales anticipadas que tendrían lugar el 27 de marzo y que obliga, por un nuevo sistema electoral mayoritario, a formar grandes coaliciones.

Los neofascistas perdieron en Roma y Nápoles (con Fini y Alessandra Mussolini) en las elecciones para alcalde del domingo pasado, pero el MSI se convirtió en el primer partido en ambas ciudades, con alrededor del 30 por ciento de los sufragios.

Este buen resultado y el peligro de quedar aislados en las elecciones generales anticipadas decidieron a Giancarlo Fini a dar el gran paso en la reunión del Comité Central del día de ayer.

El secretario general lanzaría hoy, según buenas fuentes del MSI, una **"fuerte señal de discontinuidad"** para limpiar del **"extremismo gritado"** al Partido que recogió la herencia política de la dictadura fascista de Benito Mussolini. **"Mantendremos nuestra tradicional intransigencia en los principios"**, dijo Fini, según trascendió.

El secretario propondría la renuncia al símbolo de la llama tricolor y al nombre de Movimiento Social Italiano-Derecha Nacional en las próximas elecciones generales, reemplazándolos por los de la Alianza Nacional, una coalición de derechas a la que ingresarían algunos grupos democristianos e independientes.

Al menos por el momento no se plantearía la disolución del MSI. Menos aún, Giancarlo Fini se atrevería a abjurar del pasado, aunque en la campaña electoral de los comicios municipales el líder se atrevió a proclamarse **"no un neofascista, sino un posfascista"**.

Para disolver el MSI sería necesario un Congreso que no será convocado sino después de las elecciones generales, cuando Italia vivirá una nueva era política.

Fini dirá a los camaradas del MSI que la Alianza Nacional es la única posibilidad que permitirá a los herederos políticos de Mussolini (fusilado en abril de 1945 por partisanos comunistas), hacer realidad la ambiciosa perspectiva de ser los protagonistas de la alternativa a la Alianza Progresista, la coalición de las izquierdas que se presenta como favorita a las elecciones generales.

El líder "negro" considera que el Comité Central de hoy **"representa una ocasión histórica para acelerar de manera decidida el nacimiento de un gran polo nacional, basado en una derecha moderna que contienda a las izquierdas el Gobierno de la nación"**.

Fini quiere que antifascistas y neofascistas miren al futuro. **"Nuestra voluntad democrática es sincera, dijo ayer, así como la determinación de consignar a la historia las polémicas del pasado"**.

Mientras la Alianza Progresista está ya poblada de partidos y grupos, apoyados en la armadura del poscomunista Partido Democrático de la Izquierda (PDS), de Achille Occhetto, el centro y las derechas viven una gran confusión por la lucha entre varios grupos.

Mario Segni, el líder visible del centrismo destinado a heredar la tradición democristiana de los **"católicos democráticos"** y del centrismo socialista, socialdemócrata y liberal, anunció ayer que su proyecto político, el Pacto de Renacimiento Nacional, propone un amplio frente liberaldemócratico que excluye, expresamente, a los neofascistas del MSI.

Doc. Poco Legible

01-01

9400198

N.º DOCUM. 9400199
TITULO: La corrupción involucra al Partido Comunista y al PDS.
PRENSA: L. R.
FECHA: 11/12/93
VINCULOS: 11876 –
507604 –
11436 –
11164 –

Achille Occhetto dialogó con el juez de Milán sobre casos de corrupción que involucran al Partido Comunista y al PDS

Sobornos a diestra y siniestra

Roma (ANSA)
por Eusebio Aranas

■ En medio de una extraordinaria expectativa, el líder del poscomunista PDS Achille Occhetto dialogó ayer durante dos horas en Milán con el famoso fiscal Antonio Di Pietro acerca de varios casos de corrupción en los que aparece mezclado el viejo Partido Comunista y su principal heredero político.

Al volver anoche a Roma, Occheto dijo en el aeropuerto de Fiumicino que su encuentro con Di Pietro en un cuartel de la Guardia de Finanzas había sido muy cordial y positivo.

Después de leer durante esta semana una serie de noticias falsas en la prensa decidí pedir un encuentro aclaratorio al doctor Di Pietro, dijo Occheto, gran triunfador en las elecciones municipales del domingo y líder en la Alianza Progresista, que se presenta favorita en las elecciones generales anticipadas convocadas probablemente para marzo de 1994.

Ni Occheto ni Di Pietro dijeron públicamente cuál había sido el contenido del diálogo, pero trascendió que el jefe del PDS hizo una larga exposición y respondió a las preguntas del fiscal número uno de Tangentópolis acerca de varios escándalos.

El PCI y el PDS aparecen comprometidos en los sobronos pagados en la construcción de los subterráneos de Milán, que costaron la cárcel a Luigi Carnevale y Sergio Soave, dos personajes locales del partido de la hoz y el martillo.

Por este caso han recibido avisos de garantía (están protegidos por la inmunidad parlamentaria) los parlamentarios del PDS Gianni Cervetti y Barbara Polastrini.

El PCI-PDS aparece también mencionado en los escándalos del grupo Ferruzzi-Montedison, que distribuyó sobornos a diestra y siniestra durante años a los aprtidos.

Un dirigente de Ferruzzi, Lorenzo Panzavolta, sostiene haber pagado «dos cuotas» de 450 mil dólares cada una a Primo Greganti, un ex funcionario del PCI-PDS en Turín. Greganti sostiene que recibió una sola «cuota» y que la empleó en negocios personales.

Hasta ahora no se ha logrado probar ninguna conexión entre Greganti, el «Compaño G» y las cumbres del partido, en particular Marcello Stefanini, administrador del PCI-PDS.

Tercer dolor de cabeza para Occheto: la financiación de la URSS al Partido Comunista Italiano, que llegaba a la península «el oro de Moscú» no es ningún secreto, pero los dirigentes del PDS sostienen que la práctica fue eliminada hace tres lustros.

Sin embargo, pica fuerte una transferencia bancaria de un millón setecientos mil dólares que pasaron por una cuenta suiza de Primo Graganti llamada «Jaulita», emitida desde la ex Alemania Oriental, y destinada a una editorial en dificultades presidida nada menos que por la hermana de Achille Occheto.

01-01

Italia: no todos caben en el centro

por Pablo Aragón
especial para El Observador

MARIO CHIESA, UN político socialista milanés, habría sido seguramente olvidado por la historia de no haber desatado, en 1992, la revolución que amenaza dar por tierra con la República italiana de la posguerra.

Chiesa exigió al empresario Luca Magni una suma de dinero para otorgarle un contrato de limpieza de un hogar de ancianos municipal pensando, tal vez, que no hacía nada fuera de lo corriente: "Cosí fan tutte".

Qué equivocado estaba. El caso Chiesa permitió a los italianos destapar la olla podrida de su sistema político, tronchando las carrera de decenas de figuras públicas, entre las que se cuentan las del ex primer ministro Giulio Andreotti, el ex dirigente socialista Bettino Craxi, hombres de empresa como Raúl Gardini, (cabeza del poderoso grupo Ferruzzi), Franceso Mattioli, (director financiero del no menos encumbrado grupo Fiat) o Gabriele Cagliari (director de la empresa petrolera estatal ENI).

Envuelta en un clima a medio camino entre lo felliniano y Freedonia, la republiqueta inmortalizada por los Hermanos Marx, la quinta potencia industrial del mundo vio derrumbarse en meses su sistema político en manos de los investigadores judiciales encabezados por el juez Antonio Di Pietro, mientras más de un centenar de parlamentarios, decenas de empresarios, y aun jueces, policías e integrantes de los servicios de seguridad ensayaban respuestas a cargos de corrupción, connivencia con la Mafia, la Camorra napolitana o la 'NDrangheta calabresa.

La revolución italiana tuvo, sin embargo, un lanzamiento formal en abril de este año, cuando los electores se pronunciaron masivamente en cinco referendos simultáneos contra cualquier opción remotamente cercana a su sistema político: desde la eliminación de la representación proporcional integral (a la que se atribuye la proliferación de partidos) hasta la despenalización del empleo individual de drogas, pasando por la supresión de ministerios, controles y competencias públicas, asociadas al desembozado saqueo de los políticos.

A los revolucionarios les ha faltado, sin embargo, un líder, y son varios los que disputan ese honor: Mario Segni, el ex democristiano casado con una uruguaya que lanzara la idea de convocar el referéndum; Umberto Bossi, el líder de Lega Nord, el grupo federalista (¿secesionista?) de base lombarda; el comunista reciclado Achille Occhetto o Leoluca Orlando, dirigente de La Rete, un partido siciliano de plataforma antimafiosa.

La formación de un nuevo gobierno encabezado por Carlo Azeglio Ciampi tras el histórico referéndum ha preparado el clima para esta nueva república, de la que estarían ausentes los cinco partidos de centro que dominaran los 50 gobiernos anteriores.

Ciampi, un ex gobernador del Banco Central Italiano, ha sometido a aprobación parlamentaria el detalle de las reformas plebiscitadas y, sobre fines de este mes, debería completar su labor entregando las nuevas circunscripciones electorales que mitigarían la proliferación de partidos pero también consolidarían los liderazgos regionales: el de la Lega en el norte, el de democristianos y La Rete en el sur, de los neocomunistas en el centro.

Al mismo tiempo, Ciampi no ha sido omiso en implementar algunas indispensables reformas administrativas para controlar el gasto público de un país cuyo déficit en 1992 fue equivalente al 11% del PBI, dentro de cuya estrategia está, por lo demás, el lograr la aprobación del postergado presupuesto nacional antes del 21 de diciembre próximo. El primer ministro ha tenido suerte. En su afán por conquistar el desvencijado centro político, los legatarios de la fenecida república democristiana han buscado tranquilizar a los agentes económicos, asegurando una rápida aprobación del presupuesto. No debe haber influido poco el que, logrado esto, el gobierno puede convocar a nuevas —y prontas— elecciones generales.

Y es que los resultados de las elecciones municipales celebradas en las dos rondas del 21 de noviembre y el 5 de diciembre pasados constituyen un fuerte aliciente para que la elección sea temprana.

De ellas ha emergido el MSI, con 16,4% de los votos y heredero directo del viejo fascismo, como el partido político más importante de Italia: Alessandra Mussolini, nieta del dictador y aspirante a "starlet" de Cinecitta, quiere creer que la elección reivindica históricamente a su deleznable abuelo.

El MSI no logró, sin embargo, la fuerza coaligante que sí le dio al PDS de Occhetto el 15,9% de los votos y la mayoría de las grandes alcaldías italianas.

Neofascistas y neocomunistas se definen, naturalmente, por estos días como "partidos de centro", y Occhetto ha asegurado su apoyo a los programas privatizadores que Ciampi busca implementar con apoyo del FMI. Gianfranco Fini, dirigente del MSI estaría también en vías de distanciarse de la agraciada Mussolini, demasiado hormonal en su entusiasmo poselectoral para el gusto de los cazadores de votos centristas.

La tarea, sin embargo, queda abierta para quienes buscan recomponer el verdadero centro de la política italiana antes de la prevista elección de marzo. Los ojos se concentran ahora en Segni, titular de una Alianza Democrática, que es un estado mayor sin tropas pero bien puede convertirse en lo que los votantes requieren: algo menos asociado a las dos quiebras políticas más espectaculares del siglo. ■

LA LIGA DEL NORTE Y EL NEOFASCISMO NO CONVENCEN

Las dificultades de la derecha

ROMA, 6 (Especial para **Clarín**). — La derecha de dos cabezas que hay hoy en Italia no sonríe como el líder del triunfante ex comunista Partido Democrático de la Izquierda **Achile Occhetto**. Tiene muchas más dificultades para lograr alianzas y agregar consenso más allá de sus propias tolderías. En las ricas regiones septentrionales, la **Liga Norte de Umberto Bossi** se sigue expandiendo pero sus candidatos perdieron ayer en Génova y Venecia. Como los nordistas cultivan un federalismo que muchos creen separatista, en el centro y sur de Italia les pagan su hostilidad hacia los **"terrones"** con la misma moneda y no los votan. La Liga Norte es, pues, una fuerza regional. Lo comprendió definitivamente hoy **Umberto Bossi**, que a regañadientes reconoció que "no podemos quedarnos aislados". La Liga tiene que buscar aliados y socios entre las fuerzas que desprecia o exasperar el clima de secesión y radicalismo nordista que asusta a muchos de sus propios partidarios, buenos burgueses que detestan las cabezas calientes que pueden provocar una pequeña Yugoslavia en el bel paese".

La otra derecha es la neofascista del MSI. **Gianfranco Fini**, candidato derrotado en Roma, es un hombre joven (41 años), tan educado e inteligente como ambicioso. Sabe que la herencia mussoliniana pesa como un sobretodo de plomo. Los mercados financieros temían más su victoria que la de las izquierdas, aunque Fini se ejercita todos los días sinceramente en el arte de demostrarse un moderado. Por eso se ve obligado a disolver el neofascismo y reciclarlo en la **Alianza Nacional** que propone y a la que quiere atraer, por supuesto, a los centristas católicos y liberales, que se resisten.

¿No queda más nada? Sí, queda una última esperanza centrista que se llama **Mario Segni**. Hijo de un fallecido presidente de la república de los años sesenta, diputado ex democristiano, Segni es muy popular porque desde hace cuatro años lucha contra la partidocracia proponiendo los referendos que hicieron cambiar los mecanismos electorales. Además abandonó el partido católico, en el que prácticamente nació. Durante mucho tiempo sus bases eran la aguerrida uruguaya **Vicky Pons**, su mujer, y las tres hijas del matrimonio, que lo acompañan a todos lados.

Un amasijo de intelectuales católicos, liberales y posmarxistas de mucho prestigio, entre ellos el filósofo **Rocco Buttiglione**, amigo personal del papa Juan Pablo II, pidieron a Segni hace dos semanas que aceptara proponerse como futuro primer ministro. "Mariotto" aceptó. Tiene ahora detrás un arma formidable que se moviliza en su favor: la Iglesia Católica italiana. Desesperada, la Democracia Cristiana advierte que el único camino que le queda es el que traza hoy Mario Segni con su **Pacto de Renacimiento Nacional**. Muchos liberales, socialistas y socialdemócratas también lo siguen.

Pero queda muy poco tiempo. Las elecciones generales están allí adelante. El verdadero drama que se vivirá en las próximas semanas será como exhumar y resucitar el centro político, un Lázaro a quien solo Segni, con sus carismas y crecientes apoyos, podría poner a andar hacia las elecciones de marzo para negociar después una alianza de gobierno con las izquierdas de Occhetto o la Liga Norte de Umberto Bossi. O con los dos, si Dios quiere.

J. A.

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

65590.

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N Nro. 169/993 .-

AGENCIA:	SEINT.-
FECHA:	28 de Diciembre de 1993.-
REFERENCIA:	OMITIDO.-
ORIGEN:	SEINT.-
AREA/PAIS:	SECRETARIO DE DEFENSA/EE.UU.
DIFUSION ANTERIOR:	ARMADA.-
DISTRIBUCION:	DGID - E-II - A-II - ESMACO - ARCHIVO -
ANEXOS:	"ALFA".-
TEXTO:	Se adjunta información en Anexo "ALFA".-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

SECRETARIA
11.1.94
SDE
9400202

01-05

9400202

<u>Anexo "ALFA"</u>

La semana pasada, en un hecho de poca repercusión renunció a su cargo el Secretario de Defensa de EE.UU, Les ASPIN siendo subrogado por el Almirante (R) Robert Raymond INMAN. Esto fue interpretado como la caída de la primera víctima del fracaso ante la opinión pública estadounidense de la política de policía mundial (globo cop policy) en Bosnia, Somalia y Haití. La segunda podría ser el Asesor de Seguridad Nacional, Anthony (Tony) LAKE, quien se encuentra con licencia médica desde noviembre. Una tercera víctima habría sido el Secretario de Estado, Warren CHISTOPHER, pero con una maniobra digna de su veteranía y cintura políticas logró revertir la situación adversa recostándose al Congreso.

El relevo en la cartera de Defensa podría implicar cambios radicales en la política militar de EE.UU. (que sin duda se harían sentir en otras regiones del mundo) por las características personales y concepciones funcionales de cada uno de los involucrados.

Les ASPIN, con 22 años de carrera política en la Cámara de Representantes (Demócrata por Wisconsin) fue durante 14 años integrante del Comité de Defensa de Diputados, ejerciendo su presidencia en los últimos ocho (1983-1990). Admirador del primer Secretario de Defensa de EE.UU., James FORRESTAL, pretendió rediseñar la estructura militar de su país en la era post guerra fría con una política de defensa de largo plazo, tarea para la cual, por sus antecedentes, era considerado el técnico más capacitado. Sin embargo, en los hechos no habría sabido rodearse de subalternos civiles adecuados, ganarse el respeto y la comprensión de sus ideas por los mandos militares y entenderse con la prensa. Esta última, inmediatamente después de la muerte de los 18 combatientes en un frustrado operativo en Somalia, lubricó generosamente el tobogán de su caída, convirtiéndolo en blanco de críticas y por ende en problema para el Presidente CLINTON, quién no dudó en aceptar su renuncia cuando ésta se produjo.

Bobby Ray INMAN llegó a ser el Almirante que más joven obtuvo la cuarta estrella después de la Segunda Guerra Mundial. Especializado en inteligencia, sirvió en dicha área funcional en forma ininterrumpida los últimos 16 años de su carrera, pasando a retiro voluntario en 1982, en momentos en que se desempeñaba como Subdirector de la Agencia Central de Información (CIA), puesto al que llegó por sus méritos profesionales y por su amistad con el Vice Presidente George BUSH y con el Senador Barry GOLDWATER. Al retirarse, fundamentó su renuncia en que las actividades de inteligencia lo habían alejado demasiado de su familia y del mar. Sin embargo, algunos observadores indicaron que las razones de su alejamiento fueron por no compartir el estilo de trabajo del Director de la CIA (William CASEY), y por discrepancias con la política de la cúpula naval del momento (que lo hacían sentir sin cabida en la Armada), en particular con los Almirantes James WATKINS, Wesley McDONALD y Ronald HAYS, quienes sostenían la tesis de que para la US Navy no existía mundo al sur del trópico de Capricornio. En la actualidad, claramente vinculado al Partido Republicano y a su amigo George BUSH, es considerado un tecnócrata eficiente y pragmático que no cree

en las intuiciones sino en las metodologías de trabajo, pero que no posee ideas políticas fuertes. Con su nombramiento (aún pendiente de aprobación por el Congreso) se estima que el Presidente CLINTON procura solucionar dos de los problemas de la cartera de Defensa: la relación con los uniformados y el manejo de la prensa, dos áreas en las que INMAN tiene experiencia.

Este relevo, más el pendiente del Asesor de Seguridad Nacional, sumado al cambio de prioridades mundiales del Secretario de Estado, vaticinan alteraciones en la política internacional de los EE.UU., pero no se poseen aún indicios que permitan apreciar el tipo y magnitud de dichos cambios en su repercusión para nuestra Armada, nuestro País o la región.

were no tanks to rescue them—the grunts felt betrayed. Though he warned the White House it would be a mistake to brief Congress before setting a clear policy, he was sent anyway, and was roundly denounced for the massacre.

In fact, Aspin was only partially to blame for the Somalia disaster. He alone among Clinton's senior advisers had warned that American forces were getting overcommitted. Even if he had approved the armor, it probably would have arrived too late. The real fault lay with the pigheadedness of U.N. political advisers in Somalia, who insisted on a manhunt of warlord Mohammed Farah Aidid, and the macho culture of U.S. Rangers, who got themselves into a deadly jam without planning a way out.

Still, Aspin knew that he was damaged goods. After the massacre, he offered Clinton his resignation. The president turned it down, but the endgame had begun. In early November, Clinton quietly told his chief of staff, Mack McLarty, to begin searching for Aspin's replacement. By the time he resigned last week, his successor, Admiral Inman, was already in place in a Washington hotel. Clinton was gracious with the bad news. He told Aspin to take some time off and come back with an idea of what else he would like to do.

But there really isn't anything else. Aspin's whole career—his 22 years in Congress, his eight years as chairman of the House Armed Services Committee—had led him to the job he had just lost. Aspin was a good soldier last week. He held up his head, praised his successor and gave no interviews. But the wounds he sustained will not heal quickly, if ever.

JOHN BARRY *with* ELEANOR CLIFT, BOB COHN *and* DOUGLAS WALLER *in Washington*

Calling Back a Washington Operator

IN 1969, AS BILL CLINTON AND thousands of other young men contrived to avoid the draft, Bobby Ray Inman was a naval-intelligence analyst on his way to becoming the service's youngest four-star admiral. At his White House unveiling last week, the new defense secretary-designate was astoundingly blunt about the gulf of experience that separated him from his new commander in chief. He even acknowledged that he voted for his friend George Bush last year. It took several long conversations before Inman decided that the president had passed inspection. "I had to reach a level of comfort that we could work together," he said as Clinton stood by silently like a junior plebe.



WALLY McNAMEE FOR NEWSWEEK

Reaching a 'level of comfort': *Inman with Clinton*

White House aides didn't take offense at the arrogance of Inman's debut. That's because he gives the administration a fresh start at the Pentagon, where military leaders remain deeply suspicious of Clinton. Inman is one of their own—the first ex-uniformed officer since George C. Marshall to head the Defense Department. His style is a radical contrast to that of the rumpled, discursive Les Aspin. Lean and self-effacing, Inman is a crisply efficient technocrat with a knack for ingratiation. He is widely known among journalists in Washington as a great source. And as head of the National Security Agency (NSA) in the late 1970s, he routinely phoned congressional aides to scope out their bosses' interests. Waking up at 4 each morning, he'd scan briefcases of cables and file them away in his near-photographic memory bank. When an appropriate piece of intelligence from the agency's massive volume of electronically intercepted data turned up, Inman would discreetly pass it on to a member.

Still, Inman is likely to face some of the same frustrations as his predecessor. The career military man and former participant in the Reagan-era military buildup (as deputy CIA director) is likely to bridle at painful budget cutbacks sought by the White House. When Reagan budget director David Stockman tried to staunch Pentagon spending in 1981, Inman made an impassioned plea before Reagan and other senior aides. "He gave a long historical lecture going back to the Peloponnesian War on the need for a strong national defense," recalls Lawrence Korb, then a top Defense Department official. Moved by Inman, Reagan quashed Stockman's bid.

Yet for all the hawkish rhetoric, Inman is not known to harbor strong policy views. His principal patron was former senator Barry Goldwater, who tried unsuccessfully to place him in the CIA directorship under Reagan. But Inman has also kept close ties with moderate Democrats like Rep. Dave McCurdy. He'll probably mirror the cautious—critics say drifting—approach of Clinton's two other senior national-security advisers, Anthony Lake and Secretary of State Warren Christopher. "He's had his fingers on a lot of parts," a former Reagan aide says of Inman's résumé. "But he doesn't have a grand strategy on how to use them."

Inman once vowed never to return to Washington. He left in 1982 after 16 months as William Casey's deputy at the CIA, appalled by Casey's cowboy style and fondness for covert operations. He returned home to Texas—well before the Iran-contra scandal broke—to enter the private sector. Although Inman promises to bring a businessman's acumen to the Pentagon, his record as a CEO is spotty. Tracor, Inc., a high-tech defense firm that he helped take private in 1987 with a leveraged buyout, later filed for bankruptcy. And he hasn't always been the best judge of character. His confirmation hearing is certain to include questions about his letter to a judge last year praising the patriotism of arms merchant James Guerin. An NSA operative in the 1970s, Guerin is now serving a 15-year prison term for fraud, money laundering and export of military technology to South Africa. Inman served on a special board of outside directors for Guerin's firm, International Signal and Control.

It won't keep Inman from a job he has wanted for years. But he may find his spook's sense of precision out of step with the ad hoc Clinton White House. "I'm leaving in six minutes," one stunned aide overheard him say during a phone call last week. "That is a phrase you never hear around here," the staffer said. To make a difference at the Pentagon, this ambitious operative will have to prove he can do more than make the trains run on time.

BILL TURQUE *with* DOUGLAS WALLER, BOB COHN *and* ELEANOR CLIFT *in Washington*

PUBLIC LIVES

JOE KLEIN

The New Neatness

IS IT POSSIBLE THAT THE 1990S ARE THE 1930S ON PROZAC? There are vast rumblings and upheavals out in the world, economic collapses, xenophobia and revanchism, but it all seems muffled, distant; we respond calmly, with bemusement. The Japanese have had a stock-market crash to rival 1929, but in slow motion. The Russians are suffering a Great Depression. Ukraine has nuclear weapons and hyperinflation. China's Great Expansion seems as out of control—and potentially dangerous—as Russia's depression. Europe languishes, nervously. Everywhere New Age fascists sprout, nudging 20 percent in the polls—smiling, sound-biting, postmodern brats. Russia's Hitler may be Jewish, an inspired touch. (Paging Mel Brooks!) Again, the insistent question of the Clinton era: is stronger leadership needed, or just group therapy?

The president may hope to concentrate on health-care and welfare reform in 1994, but the world seems to be insisting otherwise. The problems are no longer small-country sideshows (though such abound). They are the main event: Russia, China, the Middle East, the Korean Peninsula. Each will demand sustained presidential attention almost immediately. Clinton's presidency—even his ability to move effectively in the domestic-policy arena—may rest on the crispness and assurance with which he attends to an unhinged world.



LARRY DOWNING—NEWSWEEK

Diffident duo: *Tony Lake and Warren Christopher*

His foreign-policy performance so far doesn't inspire confidence. The response to Bosnia, Somalia, Haiti was tentative, defensive—three crises, three retreats. The retreats weren't as worrisome as the awkward, incoherent *manner* of the backpedaling. No one seemed in charge. But the Somalia slaughter of Oct. 3 may have been a turning point. It precipitated a personal crisis for each of Bill Clinton's three foreign-policy principals. Les Aspin's native discombobulation intensified, became chronic and, ultimately, terminal. National-security adviser Tony Lake suffered quietly, as is his wont. He offered his resignation. His health declined. He slipped into a passive-aggressive turf war with David Gergen, who intended to add some politics to Lake's policy planning.

Secretary of State Warren Christopher took the most enterprising course. Stunned and embarrassed after his disastrous joint attempt with Aspin to explain Somalia to congressional leaders, Christopher retreated into his office and began to make lists. He listed America's priorities in the world. He listed the things that had to be done to get the foreign-policy team back on track. There were, allegedly, five items on the second list: a new sense of priorities (in other words, his first list); more regional ombudsmen like Dennis Ross (Middle East) and Strobe Talbott (former Soviets); the axing of Deputy Secretary Clifton Wharton (perhaps an effort to deflect fire from the secretary's closest confidant, dovish Under Secretary Peter Tarnoff); the elevation of Al Gore as the administration's most visible foreign-policy spokesman (a tacit admission by Christopher of his own discomfort in "public settings"), and a more active role for Gergen and George Stephanopoulos (a swipe at Lake?). He took these to the president on Oct. 19 and apparently succeeded in mending fences pre-emptively. He laid out his six policy priorities before the Congress on Nov. 4. He was, as ever, more orderly than inspired. But neatness counts.

Diplo-twaddle: And now, neatness is doctrinal. Indeed, last week may have been the debut of the New Neatness. There was the surgical removal of Les Aspin, followed by the Bobby Inman implant. This was, obviously, the president's doing—and decisively done at that—but Christopher, Lake and Gergen all had hands in it (the latter two working successfully in tandem, finally). There also was Al Gore's sharp rebuke of the Russian Nazi-*bouffe* Vladimir Zhirinovsky, an operation—coordinated by Strobe Talbott, traveling in Russia with Gore—that conveyed a brisk, purposeful American response to a situation that might have yielded muddy diplo-twaddle in the past.

But is neatness enough? "Christopher's six priorities are statements, not policies," says one expert. Some of the statements are long overdue: that economic "security" is now central to American foreign policy, that Asia is as important as Europe. And some of the statements *are* policies—America's unabashed support for Boris Yeltsin, for example. But life is about to get more complicated. The next six months may be brutal; there will be a need for sharper decision making—and articulation of those decisions—than the Clintonites have shown so far. There will be immediate pressure for a tougher line on Russia. The elections may force Yeltsin to change course, to take a more leftish line domestically (favoring inflation over unemployment) and a more nationalist line regionally. Clinton will have to decide whether to hedge his Yeltsin position and pay more attention to those Eastern Europeans who fear Russia and want membership in NATO. Then there is China. The president will be pushed by Congress to take a tougher line with the Chinese on human rights, imposing trade sanctions that could lead to economic chaos; Deng Xiaoping may die—he's fading fast, it is said—which could lead to political chaos (succession rarely occurs without bloodshed in China). The Middle East peace process is coming to a climax now, too. And who knows what nuclear games the North Koreans will play?

This is a far more complicated world than the one Harry Truman faced, and defined, after World War II. There are many more moving pieces. There may not be any overarching themes (although entropy comes close). Timidity is the strongest temptation in such a world, and the greatest danger. The sacking of Aspin—the sureness and lethal cool of it—may indicate that Bill Clinton and his diffident advisers have now learned that lesson.

WORLD AFFAIRS

Changing of the Guard

Cabinet: A U.S. Defense Secretary becomes a casualty of Washington's wars, and loses an opportunity to reshape America's post cold-war military policy

THE RISE AND FALL OF LES ASPIN IS a Washington tragedy. He had spent most of his professional life thinking about better ways of defending the United States. But when he was asked by Bill Clinton to be secretary of defense, the 54-year-old chairman of the House Armed Services Committee hesitated. The challenge was irresistible: with the cold war over, the nation's defense establishment would have to be rebuilt "from the bottom up." The basic architecture had been designed 45 years before by the first secretary of defense, James Forrestal. "Now I have the chance to structure American defense for the next 45 years," Aspin said to a friend last January when he accepted the position.

But Aspin knew what had happened to James Forrestal. In 1949, caught between vicious interservice feuds, unable to persuade the White House to spend the money to face the Soviet threat adequately, Forrestal had been driven from office. "I am a victim of the Washington scene," he declared. Two months later, seeing communists under his bed, he tied a noose around his neck and jumped out of a window.

Les Aspin is apparently more stable than the tormented Forrestal, and his departure last week was all very dignified. President Clinton praised him at some length for mapping out a new defense strategy, and for his "razor-sharp mind." Nevertheless, for Aspin, drawn and tense in his customary ill-fitting suit, the moment was bitter. Although White House aides did their best to look somber, they were, of course, delighted. Aspin had come to be seen as one of the administration's main liabilities, and his replacement, Adm. Bobby Inman, an establishment favorite, was sure to be greeted enthusiastically by the press. The president had shown that he had finally learned how to fire—and hire—someone without making a mess of it.

Aspin believed that he had done a far better job than anyone, including the president, had given him credit for. His problems, he believed, were largely cosmetic. He knew, however, that in Washington, success is based on appearances, and that his image was all wrong. Clinton needed someone who could help convince the military that the president was not a draft-dodging softy. Aspin, verbose and academic, came across like Clinton, only more so.



ENRICO FERORELLI

Image problem: *A succession of missteps made Aspin a liability for the administration*

Aspin's bitterness is not unjustified. He was, in fact, a fall guy for the stumbles of the Clinton administration on Bosnia, Somalia and Haiti. He may be the first casualty of Clinton's error-prone foreign policy, but it is doubtful he will be the last.

A Phi Beta Kappa from Yale and a "whiz kid" under Defense Secretary Robert McNamara in the 1960s, Aspin had been a star in Congress ever since he won a seat from Wisconsin at the age of 32. But his downfall at the Pentagon may have been inevitable. The office of the secretary of defense is at a bloody angle. It comes under cross-fire from the various uniformed services, which vie with each other for glory and money, and from the White House and the State Department. Some defense secretaries, like McNamara, try to get control of the military, and pay a terrible psychic price. (Torn by Vietnam, McNamara was known to weep in his office.) Others, like Caspar Weinberger, try to keep the generals happy and end up busting the budget.

It takes a bulldozer personality to master the Pentagon. Aspin, though talkative and bluff, is actually shy. Married briefly in the 1970s, he lives alone and works almost ceaselessly. He is known for squiring handsome and intelligent women about Georgetown, but for years his most devoted companion was a sheepdog that slept under his desk and faintly resembled its master. Aspin was brokenhearted when the dog died four years ago.



MAGGIE STEBER FOR NEWSWEEK

Foreign-policy headaches: *Anti-U.S. protesters in Haiti, with Clinton*



LARRY DOWNING—NEWSWEEK

To achieve control over the military, the secretary of defense needs strong managers. Aspin, who knows he is a poor delegator (he once spent 90 minutes trying to find a secretary for a Pentagon consultant), was frustrated by the White House's failure to quickly clear his appointments. Forced to meet White House diversity requirements, Aspin was unable to find many qualified women and minorities with an interest or background in defense. Some of his recruits arrived with a grudge against anyone in uniform. One young assistant secretary stunned her military staff by announcing as they were introduced: "Of course, you realize that I will have to treat you as hostile until you prove otherwise."

Aspin likes to think out loud, a refreshing habit in a politician but a dangerous one for a cabinet secretary. It got him into trouble right away when he went public with doubts about the practicality of simply abolishing the ban on gays in the military. Aspin wasn't saying anything surprising: he knew that Senate Armed Services Committee chairman Sam Nunn would never let the new administration simply abolish the ban. But his outspoken remarks last January angered White House aides, and they gave him little credit three months later for hammering out the eventual "Don't ask, don't tell" compromise.

At the same time, he lost credibility with the military, which were quick to see that Aspin lacked clout at the White House. Chairman of the Joint Chiefs Colin Powell was respectful to Aspin, but cool. Powell's independent streak showed when the White House encountered its first foreign-policy crisis. At National Security Council sessions on Bosnia last Spring, the JCS chairman held the floor, swatting away any suggestions that the United States intervene with force. Aspin, for the most part, merely echoed him. Clinton's top aides were miffed. Couldn't Aspin control his chief? Couldn't he push the military for some real options?

Yet the fault lay largely with the president. Discouraged after endless sessions on Bosnia, Aspin would gripe to aides that White House meetings were like "college bull sessions." Clinton seemed unwilling to set any clear objectives, and his top advisers—national-security adviser Tony Lake, Secretary of State Warren Christopher and Aspin—never could agree on a course of action. Instead, Lake, who was trying to play honest broker, would present several options to Clinton—who was angry because he wanted consensus among his advisers. The result was more meetings.

And Aspin came to feel increasingly marginalized. He told one friend that when he looked at the White House, he felt like a child with his nose pressed up against the windowpane, peeking at a party to which he had not been invited. He became a target for leakers. One widely publicized story had Aspin announcing he was going to suspend airdrops over beleaguered Bosnia—only to be countermanded by an outraged White House. In fact, the pause in the airdrops was necessary to permit aerial reconnaissance. But White House aides, eager to show Clinton's willingness to stand up to the Pentagon, continued to spread the story around.

Bad Jokes: Aspin was dubbed gaffe-prone, a lethal affliction in Washington. When the Pentagon had to repair Aspin's leaky roof in Georgetown to install some communications equipment, reporters saw a scam. Aspin was furious. Where had the press been, he wondered, when one Reagan Defense Department official insisted that the Pentagon install a secure communications system in the summer home he owned in France? When Aspin took a girlfriend to Venice to stay in a fancy hotel—and his usual Pentagon backup went with him—the press corps demanded to know the bill to taxpayers ($30,000). Aspin protested that he needed his staff close by.

Aspin's great passion was his "Bottom-Up Review." He wanted to design a post-cold-war force that could fight two medium-size wars at once—in Iraq, say, and Korea—yet still meet Clinton's goal of cutting more than $100 billion from the Pentagon budget. Staffers worked through the process with surprising collegiality. But BUR's final product—10 army divisions, 12 aircraft carriers, 20 air wings and a good-size Marine Corps—missed Clinton's budget goal by close to $50 billion.

In Somalia, Aspin managed to infuriate nearly everyone. When he turned down the ground commander's request for additional armor—and 18 GIs died because there

05-05

9400202

Nº. DOCUM... 9400203
TITULO La izquierda italiana se perfila como una alianza sólida.
PROCED... Clarín
FE... 7/12/93

LOS RESULTADOS DE LAS ELECCIONES PRODUJERON UNA ESPECTACULAR SUBIDA DE LA BOLSA DE MI...

La izquierda parece hoy la única fuerz... con consenso para gobernar en Italia

11161
11876
507604
515432
11164

Ante la inminencia de la convocatoria a elecciones generales anticipadas, la derecha y la izquierda italianas se lanzaron a la lucha por ocupar el "centro" de la escena política y lograr el apoyo de aquellos que hasta el año pasado votaron por la Democracia Cristiana o el Partido Socialista. El líder del ex comunista Partido Democrático de la Izquierda, Achille Occhetto, se perfila como el único capaz de amalgamar una alianza sólida. La derecha no logra conciliar posiciones y despejar el temor de una vuelta al pasado fascista. Espectacular aumento de la Bolsa de Milán y de la lira.

ROMA, 6 (Especial para **Clarín**). — Ha llegado la hora de la verdad, que son las elecciones generales anticipadas. El desprestigiado Parlamento de la corrupción será pronto mandado a casa por el buen presidente de la república, **Oscar Luigi Scalfaro**, quien convocará a comicios para marzo.

El día después de las elecciones municipales, comenzaron las grandes maniobras. **¡Cómo cambia Italia! ¡A qué velocidad!** Esta noche, los líderes políticos que protagonizan el presente y el futuro fueron reunidos en un programa de televisión para analizar los resultados de las elecciones municipales de ayer y hablar de la que se viene. Lo más extraordinario no era lo que decían sino hacer el recuento de las caras que faltaban. Giulio Andreotti, Arnaldo Forlani, Bettino Craxi, Giorgio La Malfa, Ciriaco De Mita y tantos otros que apenas ayer encarnaban un poder omnipotente son hoy fantasmas de un pasado cancelado casi brutalmente.

Su desastre se expresa en el inmenso agujero negro que esta allí, a la vista de todos: es el vacío dejado por el centrismo, que era el campo orégano del poder de la Democracia Cristiana, los socialistas y los otros aliados menores de la "Gran Ballena Blanca", el partido católico.

Millones y millones de italianos que cotidianamente maldecían a sus dirigentes pero los votaban han recuperado el gusto por la política. Aprenden que los cambios obligan a comprometerse, a elegir. Ya no están la guerra fría y los Estados Unidos, que resolvían las opciones de fondo. Y ha llegado para quedarse la crisis económica estructural, la peor desde que Italia salió de las ruinas del fascismo y la Segunda Guerra Mundial, que hace jadear la larga prosperidad nacional y puebla de incertidumbres el futuro.

Eso sí, no hay saltos en el vacío. En las elecciones de ayer las izquierdas ganaron en las seis ciudades principales de las 92 en las que se votó, pero las derechas también están satisfechas con sus performances.

El día después, **todos se apresuran a exhibirse moderados y progresistas.** Esta **es una cosa buena, porque** las grandes democracias funcionan bien cuando las alternativas se diferencian pero no tanto, porque en el fondo reconocen la vigencia de un proyecto nacional y de principios de solidaridad comunes.

El hundimiento del centrismo político lo ha convertido en un oscuro objeto del deseo y en un imán irresistible que pone a izquierdas y derechas al reparo de las aventuras y los radicalismos. Los primeros que se dieron cuenta, cuándo no, fueron los operadores financieros. El mundo capitalista celebró hoy los resultados de las elecciones con una **espectacular subida de la Bolsa de Milán y un alza generalizada de la lira.** Gusta la Italia progresista, no genera temores.

Los mismos operadores bursátiles se declararon sorprendidos por el aumento del 2,5 por ciento de la Bolsa de Milán y de algunos papeles, como Fiat, que son el símbolo del capitalismo italiano. La lira recuperó posiciones frente al dólar y el marco alemán.

He aquí, sonriente y afeitado para siempre —como cantó la escritora y compositora argentina **María Elena Walsh**—, no a un ejecutivo muy vivo sino a **Achille Occhetto**, 55, líder del poscomunista partido Democrático de la Izquierda, el PDS. Occhetto, gran timonel, vive su mejor momento de gloria. Hasta ahora las pegó todas. Es el único sobreviviente de los viejos caciques de la Primera República, lo cual equivale a decir mucho de su olfato político. Primero disolvió al jurásico Partido Comunista, en febrero de 1991, en una batalla que le costo sangre, sudor, lágrimas y una escisión, la de Refundación Comunista. Después comprendió antes que los otros que la sociedad italiana es centrista hasta la médula y que la médula es conservadora aunque prefiera vestirse de solidarismo católico o de socialismo liberal.

Occhetto comprendió que el secreto es ser un progresista. Afilió al PDS a la Internacional Socialista de tradiciones socialdemócratas y se codeó con **Willy Brandt, François Mitterrand, Felipe González** y los demás protagonistas de un movimiento político de hondas raíces y prestigio europeos.

Las elecciones municipales que en dos ocasiones tuvieron lugar en los últimos seis meses, han sido el banco de prueba para la idea de Occhetto de convertir al PDS en la columna vertebral y el motor de alianzas progresistas teñidas de izquierda que se corren más ... más para acá según las circ... concretas de cada realidad local.

El resultado ha sido magnífic... de Achille Occhetto es hoy la ... coalición variopinta que está ... partir desde la rampa de lanza... cia la conquista del poder en las ... elecciones generales. Esta noche ... dijo, además, muchas más cosas ... lizantes. "Aspiramos a gobernar ... caracterizaciones de izquierda ... subordinadas a la eficiencia, la ... zación del país, el funcionami... economía." Vivan las privatiza... eficiencia. Es más, Occhetto a... si la coalición progresista no ... ría asegurará una "transición ... nal" uniéndose a las fuerzas ... Elogió las medidas liberales ... miento financiero del primer ... **Carlo Azeglio Ciampi** (ex gober... Banco Central), formando un ... voces con el **Fondo Monetario ... nal**, que hoy también bendijo ... económica de austeridad de Cia...

Esta es la hora de hacer la... coaliciones porque en las próx... ciones el sistema electoral será ... rio en un 75 por ciento. Se ... colegios, como en Gran Breta... gana se lleva la banca en ... perdedores tendrán el consue... de repartición proporcional en ... y la Cámara de Diputados.

Julio A...

9400203

01-01

N 9400204
TITULO Carlo Sama dijo a la Justicia que por el Banco Vaticano habría pasado dinero que fue usado para sobornos
PROCEDENCIA Rep.
FECHA 14/12/93
VINCULACION 11876 -
507604 -
11846 -
11161 -

Por el Banco Vaticano pasó dinero italiano usado luego para sobornos

Milán, (AFP)

El ex administrador delegado de la Ferruzzi-Montedison, Carlo Sama, dijo anoche a la Justicia que su empresa pagó unos 70.000 millones de liras en Bonos del Tesoro al Partido Socialista (PSI) en calidad de "comisión" por el negociado Enimont y que el dinero fue cambiado en el banco vaticano IOR.

Cerca de 70.000 millones de liras (41 millones de dólares) "fueron hechos llegar" por el ex dirigente de Ferruzzi, Sergio Cusani, "a Craxi en CCT" (bonos del tesoro), los que fueron "cambiados en el IOR (Instituto para las Obras de Religión)".

Por esa operación el instituto vaticano "cobró una comisión de unos 9/10.000 millones de liras", dijo Sama en el proceso contra Cusani que se está llevando a cabo en Milán.

Sama se refería a la gran "comisión" de 140.000 millones de liras (unos 88 millones de dólares) —en Italia bautizada como "la madre de todas las tangentes" en obvia alusión a la guerra del Golfo—, pagada por Ferruzzi a los partidos de gobierno en 1991 en ocasión de la fallida unificación del polo químico Enimont, integrado por la Montedison y la estatal ENI (Ente Nacional de Hidrocarburos).

Sama dijo además que en ocasión de las elecciones legislativas de 1992 entregó 500 millones de liras al entonces vicesecretario del PSI, Claudio Martelli —que reconoció haberlos recibido— y de 5 a 7.000 millones de liras al secretario Bettino Craxi.

El Vaticano, por primera vez, salió a justificar la operación a través de declaraciones del cardenal venezolano Rosario Castillo Lara, virtual ministro del Tesoro de la Santa Sede y presidente de la comisión de cardenales que vigila el accionar el IOR.

En una entrevista con la agencia económica italiana Radiocor, el cardenal reconoció que los 70.000 millones de liras pasaron por el IOR pero negó que ellos hubieran servido declaradamente para pagar "sobornos", excluyendo además que ese dinero hubiera terminado en el bolsillo de algún político implicado en el negociado Enimont.

"En 1991, cuando ocurrieron los hechos, si un industrial o una empresa hubiera hecho transitar dinero para pagar sobornos por nuestra cuentas, nadie hubiera sospechado.

Creo que ningún banco hubiera hecho investigaciones especiales porque en el clima general italiano de entonces, no era una cosa sospechosa", dijo Castillo Lara.

"No creo que se pueda hablar de culpabilidad —indicó además el cardenal— porque si así fuera, habría una lista en la que deberían figurar todos los bancos que cambiaron Bonos del Tesoro que luego sirvieron para pagar sobornos por decenas de millones".

01-01

9400204

9400205
Rechazo del Pte. Scalfaro a la división de Italia en tres repúblicas.
L.M.
14/12/93
11876-
507604-
11164-
11302-

Rechazo a la división de Italia en tres repúblicas

El Presidente de Italia, Oscar Luigi Scalfaro, dijo ayer que "es imposible tocar la unidad del Estado y del pueblo italiano sin llamar a este pueblo a las urnas", respondiendo a una propuesta de dividir a la península en tres repúblicas confederadas en una Unión, que formuló ayer el Jefe de la Liga Norte, Umberto Bossi.

Nápoles (ANSA)

La de Scalfaro fue la más importante reacción politicoinstitucional después de la alarma y preocupación que produjo la propuesta de una "Constitución federal provisoria" por parte de los nordistas, que se han convertido en el primer partido de las ricas regiones septentrionales.

Una andanada de críticas, condenas y tomas de posición por parte de distintos sectores y personalidades, señalan el peligro de que Italia emboque la perspectiva de la ex Yugoslavia.

Al hablar en Nápoles, el Presidente Scalfaro dijo que el pueblo italiano tiene derecho a votar en las urnas para expresar su pensamiento ante la propuesta de realizar modificaciones "que cambian la naturaleza y los principios fundamentales de nuestro Estado".

Scalfaro hizo un firme llamado a los valores que están en la base "de la existencia histórica y cultural" de Italia.

El Presidente también advirtió que el jefe del Estado "no aceptará ningún tipo de presiones en el camino hacia las elecciones políticas que ya ha preanunciado".

En una asamblea de la Liga Norte, Umberto Bossi también hizo aprobar ayer una moción que anuncia el retiro de los senadores y diputados de su partido (casi un centenar), después de que sea aprobada la ley de presupuesto.



Oscar Luigi Scalfaro no permitirá una división del país sin consulta popular.

La medida tiene el propósito de conseguir una rápida convocatoria a los comicios generales anticipados.

Pero el Presidente Scalfaro puso ya hace una semana en marcha el mecanismo que llevará, en enero, a la disolución del Parlamento y a las elecciones políticas probablemente para el domingo 27 de marzo.

Scalfaro rechazó la presión de la Liga para obligarlo a convocar a las elecciones antes de que se hayan cumplido, hacia el 20 de enero, los plazos para aplicar la nueva ley electoral, mayoritaria en un 75 por ciento y proporcional en el restante 25 por ciento.

"El Presidente de la Nación es el garante de esta Constitución y no puede callar sobre estas materias", dijo Scalfaro. "Los partidos son libres de sostener las modificaciones a la Constitución, pero los cambios deben realizarse a través de los procedimientos indicados en la misma Constitución". Scalfaro aclaró que la unidad del Estado y del pueblo italianos "no es un principio constitucional sino un presupuesto, un fundamento y una concepción de existencia histórica y cultural".

El líder del poscomunista PDS, corazón de la triunfante Alianza Progresista en las recientes elecciones municipales, dijo que la propuesta de Bossi es "un atentado a la normal vida democrática y constitucional".

"Italia es una e indivisible", afirmó Occhetto.

Desde la derecha, el líder posfascista Gianfranco Fini, jefe de la flamante Alianza Nacional, sintonizó con Occhetto al afirmar "creemos que es necesario detener la avanzada de las izquierdas y renovar a la clase política italiana, pero lo fundamental es defender la unidad de la nación".

También el centrista Mario Segni, cabeza visible del Pacto de Renacimiento Nacional, al que se están incorporando paulatinamente la Democracia Cristiana y los partidos "laicos", dijo que "la unidad de Italia no se toca" y que "crear tres repúblicas (norte, centro y sur) es algo inaceptable".

Tanto Segni como Fini descartaron cualquier posibilidad de acuerdo en el campo del centro y de las derechas con los autonomistas, acusados de separatismo, de la Liga Norte.

En una declaración, Umberto Bossi dijo que el retiro de los senadores y diputados de la Liga del Parlamento no significaba "un acto de desafío y arrogancia".

Bossi defendió la constitucionalidad de la actitud que adoptarían los nordistas y afirmó que la decisión de disolución del Parlamento y convocatoria de las nuevas elecciones generales "no es más un acto dejado a la exclusiva responsabilidad del Presidente de la República".

El líder nordista, revolucionando los principios constitucionales tradicionalmente aceptados por el mundo político italiano, afirmó que la posibilidad de disolución del Parlamento es en cualquier medida "automática" cuando se manifiestan "elementos de crisis y no representatividad".

POCO LEGIBLE

65890.

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 06/994 .-

AGENCIA: SEINT.-

FECHA: 05 de Enero de 1994.-

REFERENCIA: RESIN Nº 169/993.-

ORIGEN: SEINT

AREA/PAIS: POLITICA EXTERIOR/EE.UU.-

DIFUSION ANTERIOR: ARMADA.-

DISTRIBUCION: DGID - E-II - A-II - ESMACO - ARCHIVO -

ANEXOS: "ALFA".-

TEXTO: Se adjunta información en Anexo "ALFA".-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

[Cap]itán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

01-05

9400206

ANEXO "ALFA"

En vísperas de fin de año, el Presidente de EE.UU. Bill CLINTON designó como nuevo Vice Secretario de Estado a Strobe TALBOT, en un movimiento que confirma el giro en su política exterior.

TALBOT, de 46 años de edad, fue compañero de CLINTON en las Universidades de Yale y Oxford, donde cursó estudios sobre historia y literatura de Rusia, y obtuvo la especialización en sovietología. Vinculado desde sus adolescencia al partido Demócrata, no dudó en apoyar la política de la primera Administración REAGAN con respecto a la URSS y la OTAN, a través de diversos artículos de prensa, lo que no siempre fue bien entendido desde su partido. Entre 1985 y 1990 se especializó en temas de armamento y desarme, y en la problemática europea. Con la asunción de Warren CHRISTOPHER como Secretario de Estado, TALBOT pasó a ocupar la Sub Secretaría de Asuntos de Europa Oriental y Rusia, puesto desde el que acompañó la reciente gira del Vice Presidente Albert GORE por las Repúblicas de la Ex-URSS.

La designación de TALBOT, las confirmaciones del Gral. John SHALIKASAVILI (Joint Chief Of Staff) y de Denis ROSS (Cercano Oriente) y la probable sustitución del Asesor de Seguridad Nacional Tony LAKE por David GERGEN o George STEPHANOPOULOS permiten apreciar que el orden de prioridades de la política exterior de EE.UU. serían:

1. Rusia.
2. Europa Oriental y OTAN.
3. China.
4. Cercano Oriente.
5. Korea del Norte.

De ello se desprende que América Latina no figura en las primeras prioridades de la política exterior estadounidense, desapareciendo por primera vez en 12 años las temáticas de Cuba y Centro América, y consecuentemente el resto sur del continente (el NAFTA, luego de su aprobación, pasó a ser tema económico, no político).



GREGORY DUKOR—REUTER

An Ice Cold Shower for a 'Culture Man'

Policy: Clinton's chief Russia aide faces a rethink

BY MICHAEL ELLIOTT

IF YOU BECOME INTERESTED in Russia through its history and politics, says a noted scholar in Washington, you end up hating the place. You learn of unbelievable cruelty; of dreams trampled for centuries. But if your entry to Russia is through its culture and language, you become convinced that inside an aggressive beast there is "a radiant, shining country on the steppe." Strobe Talbott, President Clinton's ambassador at large to the former Soviet Union, says this same scholar, is a culture man.

Vice President Gore teamed up with Strobe Talbott to pledge U.S. support for Russia's shaken reformers

So Talbott was less than thrilled when he heard the first results of the Russian elections and the success of the less radiant side of the Russian character. He was in Bishkek, Kyrgyzstan, with Vice President Al Gore when the news started to come through. Talbott says that he was "obviously concerned" about the showing of the ultranationalist Liberal Democratic Party of Vladimir Zhirinovsky, but that he was "never close to despair."

Why not? Because Talbott believes that Russia is following a road—albeit a bumpy one—that will lead to political and economic reform. For some in Washington, the elections were proof that the bear still had bloody claws. Talbott, for his part, rejects the idea that "totalitarianism and authoritarianism are genetically coded into the Russian soul." In an interview before leaving with Gore, Talbott anticipated a time when Russia and its neighbors will have evolved into "a community of truly modern, democratic states at peace with each other, with themselves and with the rest of the world." The elections, he admitted after the ballot, were "a pretty big pothole—but it's the same road."

By midweek, after a period when the administration seemed devastated by the results, this was the official line. Clinton said that there was no evidence to anticipate a "big new dangerous direction in Russian policy"; a senior administration official called the elections "a very positive

development ... for the evolution of democracy in Russia."

And yet there is little point pretending that things are now as they once were: those whose policies of economic and political reform were so favored by the administration have been snubbed. Jeffrey Sachs, a Harvard economist who has been working with the Russian government, angrily warns against "falling into a serious delusion in thinking that life can go on as before." The West, says Sachs, will make a "colossal blunder" if it thinks that everything is fine. For too long, he argues, the West has reacted to bad news in Russia by sitting on its hands. This year, says Sachs, the World Bank and International Monetary Fund have disbursed no more than $2.1 billion in aid to Russia; given the size of its problems, hardly worth counting.

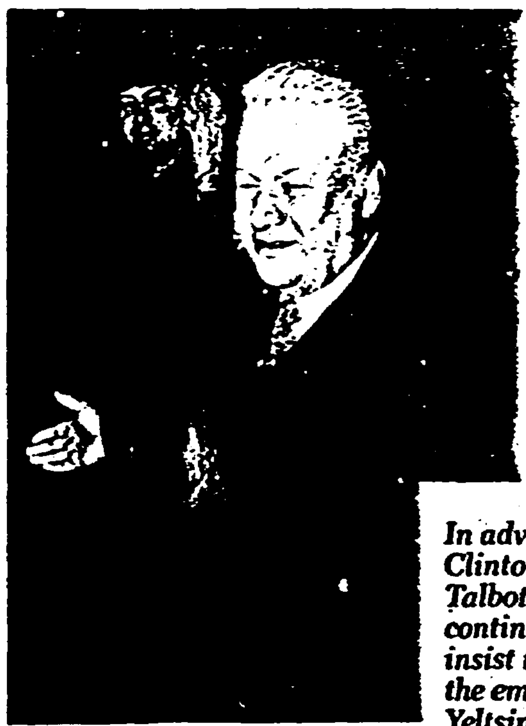


WALLY McNAMEE FOR NEWSWEEK

If support—moral, political and economic—is to flow from America to the beleaguered forces of reform in Russia, Talbott will have to direct it. He insists that he is not starry-eyed about the place. He remembers, at the age of 16, being summoned by the headmaster at Hotchkiss School to a prayer for deliverance during the Cuban missile crisis. But Talbott also had a teacher at Hotchkiss called Clinton Ely who gave him a lifelong love of Russian language and literature. Talbott's Yale thesis was on 19th-century Russian lyric poetry; his thesis at Oxford (where he became, as he remains, one of Clinton's very closest friends) was on Vladimir Mayakovsky. He is a writer himself, and not just of long books on arms control and foreign relations—his specialty during a career at Time magazine. In a poem published in The New Yorker in 1987, Talbott contrasted the dark side of Soviet society—a toast where the "hosts turn on their guest like a firing squad"—with the elegant, imaginative "microclimate" of the widow of a Tashkent composer.

Despite all protestations to the contrary ("We are not hopelessly naive," said a close colleague of Talbott this week), it is this romantic streak that will now be tested. For Talbott, the years since 1985 have been a vindication of those who saw the greatness in the Russian soul. Young people in Russia, he thinks, are optimistic, and "Boris Yeltsin ... sees the future with the eyes of a young man."

In fact, according to some Washington analysts, the poor showing of the reformers is explained partly because the young didn't vote. And although nothing will be said publicly, there is disappointment in the administration that Yeltsin failed to lift a finger to help the reformers. In the new conditions a romantic attachment to Yeltsin and Russian youth will not be enough. In two areas, Talbott is now going to have to persuade constituencies to accept what they don't want.



BORIS YURCHENKO—AP

In advising Clinton, Talbott has continued to insist that the embattled Yeltsin is Russia's best hope for normal life

The first sell involves economics. All sides in the elections—even the reformers of Russia's Choice—stressed that the country needed a "social safety net" if economic restructuring was not to be hopelessly unpopular politically. Sachs claims that the wages of as many as 5 million Russians are in arrears; Stephen Sestanovich, of Washington's Center for Strategic and International Studies, says that old industrial plants, which will go bust under free-market conditions, often provided services such as laundries and child care.

Treasury officials—a delegation was in Moscow last week—agree with Sachs that the West must do something to help mitigate the pain of economic reform. In Moscow, Gore criticized the IMF for ignoring the social consequences of economic change. So Talbott's first postelection duty will be to convince both other industrial countries and Congress that Russia needs more money, not less. At a time of budget cuts and a distaste for any foreign aid, this will be the most demanding domestic political task he has yet faced.

Second, Talbott must reassure Russia's neighbors that America will protect them from any new nationalism in Moscow. Hitherto, the most common criticism of the administration is that its policy amounts—in the words of Zbigniew Brzezinski, national-security adviser to Jimmy Carter—to a "Russocentric obsession which is troubling." Talbott's critics say he forgets that, long term, a strong and independent Ukraine is in America's interest. They note that in the fall Talbott won an administration tussle on offering early membership of NATO to the countries of Eastern Europe—something Russia did not want and that Talbott helped water down.

Subtle policy: Talbott has heard the charge of his Russocentrism many times; he says it "truly is not so." In his eyes, the essential element for the security of Ukraine and other neighbors of Russia is political and economic renewal in Russia itself; so what appears to be an obsession with Russian reform is also a subtle policy for its neighbors. Too subtle to be grasped, perhaps. At a NATO summit in January, the East Europeans, quoting Zhirinovsky's threats, will be pressing their noses to the window of a party to which they have not been invited: somehow, Talbott and Clinton have to give them more than the leftover wine and a stale canapé.

All this adds up to a test of a quality that Talbott has never before faced. If things go well, the sky is the limit. It is not hard to hear Talbott spoken of as a future secretary of state. He insists that he wants to return to journalism. Yet he was always too close to power to be dismissed as a mere wordsmith: his writings on arms control in the 1980s were so well informed that it was hard to think of him as a spectator rather than a player. He enjoys his new role.

And yet romantics run the risk of disappointments far more wounding than those who see only the dark side of life. Mayakovsky, who had once been the revolution's ardent poet laureate, ended up in despair, killing himself at 36. During the next year Talbott's faith in the shining nation on the steppe will be tested as never before. ■

04

9400206



Army Gen. John M. Shalikashvili, supreme allied commander, Europe, selected by President Clinton to succeed Gen. Colin L. Powell as chairman of the Joint Chiefs of Staff.

The Search For A New JCS Chairman

Gen. John Shalikashvili was supreme allied commander, Europe (SACEUR), when President Clinton selected him to be the new chairman of the U.S. Joint Chiefs of Staff, succeeding Gen. Colin L. Powell as the nation's highest-ranking military officer.

A senior Defense Department official privy to the inner workings of the Pentagon recently drew the curtain back for a group of Washington journalists on how Clinton went about making this important appointment.

The process began at the Pentagon in the office of Secretary of Defense Les Aspin, who set forth a number of qualifications he believes a JCS chairman should have, including the following:

- He must be "a warrior, a fighting man."
- He must have the knowledge and ability to fill the chairman's role as counsel to the president and secretary of defense on the use of military force—what the nation's armed forces can do and cannot do, depending upon the situation.
- He must be a "new thinker," not someone wedded to doing things "the way they have always been done."
- He must not only embody traditional U.S. military values, but also be accepted by the troops in the field. And the forces must believe that he will give the president and secretary honest advice, rather than telling them only what he thinks they want to hear.
- Finally, he must have the temperament needed to work with the leaders of *all* of the nation's armed services.

Narrowing the Search

In a memo to the president, Aspin described the qualifications he and his senior advisors think are required for the nation's top military post, and listed 15 officers he believes possess all of those qualifications. He also suggested to the president three ways a selection could be made: (1) choose among the 15 officers; (2) select a retired officer, as President John F. Kennedy did in selecting Gen. Maxwell Taylor; or (3) "deep-select" an officer, perhaps even one with two-star rank, as President Dwight D. Eisenhower did in 1953 in nominating then-Rear Adm. Arleigh A. Burke for the first of his unprecedented three terms as chief of naval operations.

After additional discussions with Powell and other national security officials, Aspin proposed a shorter list—three candidates—for consideration by Clinton. The president himself then met separately with each of the three. One was eliminated from the running early, but the other two made "the final round."

The senior DOD official said Aspin then recommended Shalikashvili (and, according to other reports, so did Powell). Clinton agreed, and the Ukrainian-born officer became JCS chairman-designate.

According to the official, Shalikashvili and the runner-up each possess two important virtues—character and competence. "Both are quiet, deeply self-possessed professionals," he said. "There was no self-promotion on their parts." He declined to identify the runner-up, but praised him as an outstanding officer "who has proved he could organize a military campaign."

Former JCS chairman Gen. Colin L. Powell, who retired 30 September, is shown here at a pre-retirement ceremony with his wife, Alma, greeting enlisted service leaders. From left: Powell, Mrs. Powell, Sergeant Major of the Army Richard A. Kidd, Sergeant Major of the Marine Corps Harold G. Overstreet, and Master Chief Petty Officer of the Navy John Hagan.



Chairman Sam Nunn (D-Ga.) and the other members of the Senate Armed Services Committee were favorably impressed by Shalikashvili during the SASC hearings on the nomination, but said they would not recommend confirmation by the full Senate until a new SACEUR has been named. On 4 October, Clinton nominated Gen. George A. Joulwan, commander of the U.S. Southern Command, headquartered in Panama, to succeed Shalikashvili as NATO's senior commander in Europe.

Several additional four-star changes are likely in the first half of 1994. Adm. David E. Jeremiah, JCS vice chairman, became acting chairman when Powell retired; his tour as vice chairman ends next summer, though, and it seems likely that another Navy (or Marine Corps) officer will be named to succeed him. Traditionally, the sea services hold one of the top two jobs, the Army and Air Force the other.

The four-year tour of Adm. Frank B. Kelso II, chief of naval operations, also ends next summer. The selection of a new CNO will undoubtedly trigger numerous other three- and four-star shifts. ■

05-05

Nº DOCUMENTO 9400 207
TÍTULO Declaraciones de Donato Di Santo en su visita a Montevideo.
PROCEDENCIA Rep.
FECHA 1/12/93
VINCULACIÓN 11876 –
507604 –
11164 –
515432 –

Vísperas del segundo turno electoral, el 5 de diciembre

Los poscomunistas en el eje de la vida política italiana

LO QUE NO DICE EL CABLE

por Niko Schvarz

■ Un amigo de años, el responsable para América Latina de la sección internacional del PDS italiano (Partido Democrático de la Izquierda, poscomunista), Donato Di Santo, puso a punto la situación política en su país en una estadía breve por Montevideo. Interesan sus opiniones, como conocedor avezado de ambos mundos.

1) En primer lugar, Di Santo confirma que el PDS emerge como fuerza central de la vida política italiana: para el segundo turno de las elecciones municipales, el próximo 5 de diciembre, y para las elecciones generales anticipadas a efectuarse entre marzo y mayo próximo.

El lector ya sabe que en las principales seis ciudades en que se votó las coaliciones de izquierda impulsadas por el PDS, en un cuadro muy flexible de alianzas, conquistaron las principales posiciones. E incluso en Palermo —territorio de la mafia siciliana— el ex alcalde Leoluca Orlando, que abandonó la DC, fue consagrado en el primer turno con 75% de los votos.

Estos hechos, unidos al hundimiento de la Democracia Cristiana, del PSI y de los demás partidos que integraron los gobiernos pentapartitos o tetrapartidos con base en la DC, profundizan y extienden los profundos cambios producidos en las elecciones de los pasados 6 y 20 de junio, que remodelaron profundamente al cuadro político peninsular.

2) El PDS es un partido "aggiornado". Su símbolo es un árbol frondoso con la hoz y el martillo del PCI en sus raíces. Remonta en sus orígenes a Gramsci. Abandonó hace tiempo la tesis de la dictadura del proletariado, y unió [illegible] en su concepción al socialismo con la democracia, y [illegible] la democracia con el socialismo. Ya Togliatti había alertado lúcidamente (y precozmente) en su Memorial de Yalta sobre aspectos antidemocráticos del stalinismo. Como vocero del PDS, Di Santo estima que el ideal del socialismo sí tiene vigencia en el mundo de hoy, que ser de izquierda implica volver a las ideas fundacionales, y que no son éstas las que fracasaron, sino [illegible] años de interpretación stalinista.

Agrega un elemento de gran interés (para su país y para [illegible]): las recientes declaraciones del Papa, según las cuales el socialismo encierra semillas de verdad" frente al régimen del "capitalismo salvaje", destacando su preocupación por las necesidades elementales de la gente, por la seguridad social, etcétera.

3) Esto nos lleva de la mano al factor ético, de gravitación creciente en Italia como en las sociedades latinoamericanas. Es un elemento fundamental de definición política en el mundo contemporáneo. Di Santo explica que la coalición gubernista (los jirones de ella que quedan) posterga las elecciones generales a la espera de poder demostrar que también el PDS está envuelto en la "tangentópolis". Y ha fracasado. El partido ostenta su limpieza moral. "El objeto principal del sistema político (con centro en la DC) era excluirnos", dice Di Santo.

4) Ingresamos así a la esencia del tema. A lo largo de toda la posguerra, prácticamente durante medio siglo, todos los gobiernos italianos de la DC con diversas apoyaturas tenían por objetivo radiar a los comunistas. Gente sensata opinaba que la clásica inestabilidad política italiana terminaría el día en que los comunistas —con poderío reconocido, insertos en todos los poros de la sociedad pasaran a integrar el gobierno. Aldo Moro fue secuestrado y asesinado porque era partidario de ese "compromiso histórico", y los jefes de la DC, como Andreotti, se negaron a hablar con las Brigadas Rojas. Hoy se sabe hasta qué punto los servicios norteamericanos estaban metidos en esta combinación, e incluso infiltrados hasta la médula en militares y en los aparatos de seguridad (operación Gladio).

Hoy, esa política y las fuerzas que la sostenían, se han derrumbado. La DC atraviesa una crisis de identidad. La ACLI, que es el sostén de todos los movimientos de masas —femeninos, juveniles, sindicales, etcétera— influidos por la DC, ha proclamado que votará a la izquierda. Ésta tiene, como nunca, posibilidades de vencer, no sólo frente a la DC, sino a la ultraderecha que intenta levantar cabeza: en el norte, con las Ligas, en el sur haciendo resurgir a las fuerzas fascistas del MSI, que desde antes detentaban un poder no despreciable en alianza con los monárquicos. En este sentido, las elecciones en Génova y Venecia, por una parte, en Nápoles por otra, y también la drástica confrontación de Roma, interesan a Europa, —convulsionada por el resurgimiento neonazi en varias regiones— y al mundo.

Doc. Poco LEGIBLE

01-01

9400207

EL LIDER NEGRO ANTE LA OFENSIVA DE LOS SECESIONISTAS BLANCOS

Mandela amenaza con formar en Sudáfrica un frente antifascista

El clima político en Sudáfrica se enrarece cada vez más, al reiterar los grupos extremistas blancos la intención de formar un Estado independiente dentro del país y porque se multiplica los atentados que perturban el proceso de transición hacia las elecciones libres multirraciales de abril de 1994. El líder del Congreso Nacional Africano, Nelson Mandela, amenazó ayer con formar un frente antifascista para combatir a la oposición de ultraderecha. El presidente Frederik de Klerk manifestó que "no es conveniente colgar etiquetas de fascista a nadie". Una persona murió y otras veinte resultaron heridas ayer, al explotar una bomba en un colectivo.

CIUDAD DEL CABO, 30 (EFE, AP y por **Paul Taylor**, de "The Washington Post", especial para **Clarín**). — El líder del Congreso Nacional Africano (CNA), **Nelson Mandela**, amenazó hoy con formar un "frente antifascista" para contrarrestar las intenciones de la oposición de ultraderecha de crear un Estado para blancos dentro de Sudáfrica.

Reunido con la prensa tras un desayuno de trabajo con el secretario de Comercio norteamericano, Mandela advirtió que no escatimará esfuerzos para evitar la formación de un "grupo armado fascista" en Sudáfrica. Se refería a los conservadores ultraderechistas de la Alianza para la Liberación (AL), que se oponen a un futuro gobierno del CNA e intentan desestabilizar las negociaciones para introducir reformas políticas.

Varios grupos de la AL, que van desde el Partido de la Liberación Inkhata (integrado fundamentalmente por zulúes) hasta el Volksfront Afrikaner (partidario de la segregación racial) alegan que la creación de estados separados para sus seguidores es la única vía para impedir la guerra civil.

"Si continúan con las amenazas de secesión armada no tendremos otra alternativa que la de llamar a un frente antifascista", afirmó Mandela, quien aún confía en que "no será necesario llegar a tanto." Si bien no se dieron detalles sobre el eventual frente, se presume que incluiría a representantes de los principales partidos políticos y permitiría la aplicación de estrictas medidas para controlar a los grupos secesionistas.

El presidente **Frederik de Klerk** se diferenció de Mandela al declarar que "no es conveniente colgar etiquetas de fascistas a nadie." Es necesario, estimó, concentrar todos los esfuerzos para incorporar a la AL al proceso de transformación política de Sudáfrica.

Pero también condenó hoy la propuesta de declaración unilateral de independencia planteada por la coalición ultraderechista Frente Popular Afrikaner (FPA), uno de los grupos reunidos en la AL. El lunes, la FPA anunció el establecimiento de un gobierno de transición propio hasta la elección de otro definitivo en unos comicios que se celebrarían dentro de las fronteras de un Estado blanco propio dentro de Sudáfrica, aún no definidas.

La iniciativa de los ultraderechistas —interpretada como el paso previo a una declaración unilateral de independencia— trata de contrarrestar la inminente entrada en funciones del Consejo Ejecutivo de Transición (CET), una especie de gobierno paralelo que supervisará al de De Klerk hasta las elecciones multirraciales del 27 de abril de 1994.

Mandela y otros líderes del CNA ya iniciaron la campaña preelectoral. Pero sus discursos no hablan de proyectos políticos sino de guerra e intimidaciones, con frecuentes advertencias como "habrá tanques" o "miles de blancos inocentes morirán". Frente a ellas se escuchan, entre otras, la voz del extremista blanco de derecha **Eugene Terre Blanche** ("roben armas si fuera necesario, hay que prepararse para la guerra civil", exhortó) y la de los líderes negros pro apartheid, que amenazan con "una resistencia violenta a las elecciones."

El clima político que se vive hoy en Sudáfrica es entonces más que confuso, y tanto blancos como negros parecen desear antes que nada una transición en paz. La última encuesta nacional —encargada por el Instituto Republicano Internacional, con sede en los Estados Unidos— reflejó una contradicción: el 81 por ciento de los sudafricanos dicen que tienen "esperanzas" con respecto a las elecciones, pero la tercera parte de ellos cree que es posible que provoquen una guerra civil.

Los atentados —hoy una persona murió y otras seis fueron heridas cuando estalló una bomba en un colectivo— complican aún más el camino hacia las próximas elecciones. "Difícilmente puedan ser justas y libres, hay demasiada violencia en la cultura política", considera Patricia Kiefer, directora del Proyecto Sudáfrica del Instituto Democrático Nacional, una organización norteamericana que ayuda a las nuevas democracias. "Pero tiene la oportunidad de convertirse en un paso legitimado dentro del período de transición."

La polémica Fuerza Sudafricana de Defensa está lista para servir a un gobierno negro y controlar los posibles disturbios. Para las elecciones habrá también observadores extranjeros y nacionales, con una fuerza multipartidaria de control formada por 10,000 personas.

UN CONSEJO MULTIRRACIAL

Por primera vez en más de 300 años, los negros cogobiernan en Sudáfrica

SUPERVISA DESDE AYER AL GABINETE HASTA LOS COMICIOS DE ABRIL

El líder del Congreso Nacional Africano, Nelson Mandela, llegó ayer a Oslo, donde el viernes recibirá el Premio Nobel de la Paz junto con el presidente sudafricano, Frederick de Klerk. El proceso del fin del "apartheid", por el que ambos fueron galardonados, entró ayer en una etapa decisiva al quedar instalado el Consejo Ejecutivo de la Transición, una suerte de "gobierno paralelo" en el que los negros, por primera vez en 340 años de dominación blanca, tienen poder de decisión o veto sobre cuestiones de defensa, seguridad interior, finanzas y asuntos externos.

CIUDAD DEL CABO, 7 (Reuter, EFE, AFP y ANSA). — Un **Consejo Ejecutivo de Transición** (CET) de carácter **multirracial**, que supervisará los preparativos para los primeros comicios abiertos en Sudáfrica, quedó constituido hoy como el primer paso para poner **fin a 340 años de exclusivo gobierno blanco.**

Aunque el gobierno de minoría blanca que encabeza el presidente **Frederick de Klerk** va a seguir **en funciones hasta las elecciones del 27 de abril de 1994**, el CET tendrá **poderes de decisión o veto** sobre una amplia gama de temas, incluyendo **defensa, seguridad, finanzas y asuntos externos.**

Entre los 19 partidos y organizaciones que integran el CET se encuentra el **Congreso Nacional Africano** (CNA) del líder antiapartheid **Nelson Mandela**, pero están **ausentes** la **Alianza para la Libertad** (AL), que reúne a conservadores y ultraderechistas blancos y negros, la organización radical negra **Congreso Panafricanista** (PAC) y el ultraderechista **Frente Unido Afrikaner.**

La AL cuenta entre sus integrantes al **Partido de la Libertad Inkatha**, liderado por el ultraconservador **Mangosuthu Buthelezi**, que agrupa a la gran mayoría de la **etnia zulú**, la más importante numéricamente entre la población negra sudafricana.

Esta primera reunión del CET, cuya principal tarea es colaborar con el gobierno y el Parlamento en los meses previos a las elecciones, representa la primera imagen de la "Nueva Sudáfrica", tras dos años de negociaciones multipartidistas.

A ojos de la comunidad internacional también significa un paso histórico en la transición sudafricana, que se verá recompensado con el **levantamiento del embargo petrolero** y la concesión de un **préstamo de 850 millones de dólares del Fondo Monetario Internacional (FMI).**

Tanto el gobierno como el CNA, principales protagonistas de las negociaciones, han tratado hasta última hora de convencer a la AL para que participe en los mecanismos de la transición, aunque sin resultado.

Se trata de una **carrera contrarreloj**, antes que el Parlamento sudafricano apruebe el proyecto de Constitución elaborado durante las negociaciones y pueda incluir las eventuales enmiendas presentadas por la AL.

El Consejo Negociador, que se reúne habitualmente en Johannesburgo, se trasladó también ayer lunes a Ciudad del Cabo ante la posibilidad de que finalmente la AL acepte participar en esta etapa de transición del país.

En ese caso, los acuerdos alcanzados entre la AL y el gobierno deberán ser aprobados por el Consejo Negociador antes de someterlos al Parlamento con todo el paquete constitucional acordado en las negociaciones.

Dirigentes de la lucha contra el "apartheid" a favor de la liberación negra observaron complacidos cómo altos funcionarios de las 19 agrupaciones blancas y negras tomaban posiciones, esta mañana, en la cámara del **Consejo Presidencial en Table Bay**, donde desembarcaron los primeros colonos blancos, en 1652.

"Nuestro ingreso aquí significa que hemos desinfectado la cámara de malos olores. Esto significa que la gente ha tomado lo que es suyo", dijo a la prensa **Cyril Ramaphosa**, secretario general del CNA.

Ramaphosa habló en representación de Mandela, quien este martes llegó a Oslo, Noruega, donde el viernes recibirá el **Premio Nobel de la Paz** junto con el presidente De Klerk.

El jefe de negociadores del gobierno, **Roelf Meyer**, cuyo **Partido Nacional** inventó el "apartheid" en 1948 para fortalecer el poder blanco, manifestó en la sesión que "**por primera vez en la historia de Sudáfrica** todos los ciudadanos del país están reunidos en un organismo estatutario. El CET es el último paso en el proceso hacia una democracia completa" en el país.

El Consejo reúne representantes del gobierno reformista del presidente De Klerk y una variedad de grupos que firmaron una constitución democrática transicional el mes pasado.

COMO SE LLEGO

El proceso de reformas políticas en Sudáfrica comenzó en 1990. La siguiente es una síntesis de los principales acontecimientos.

- **El 2 de febrero de 1990** es liberado el líder negro Nelson Mandela, tras haber pasado 26 años en distintas cárceles del país. Legalización del Congreso Nacional Africano.
- **En junio de 1991**, el Parlamento abolió la ley de registro de población según la raza, norma segregacionista por antonomasia.
- **En marzo de 1992** casi el 70 por ciento de los blancos sudafricanos apoyó en un referéndum una propuesta del presidente De Klerk, que establecía la extensión del voto a la mayoría negra.
- **En setiembre de 1993**, 19 grupos políticos acuerdan la formación de un Consejo multirracial, que reduce el poder presidencial, que se encargará de supervisar a las fuerzas de seguridad y obligará al gobierno a compartir el poder con los negros.

QUE FALTA

Sudáfrica aún debe atravesar los siguientes pasos institucionales para alumbrar la democracia multirracial que ponga fin definitivo al "apartheid":

- **APROBACION DE LA CONSTITUCION PROVISORIA:** una vez puesto en marcha el Consejo Ejecutivo de la Transición (CET), primero deberá sancionar la nueva Constitución y luego la ley electoral, que deberán elaborar los Constituyentes electos para tal fin el año próximo.
- **CONTROL DE GESTION:** el CET deberá controlar la gestión del presidente Frederick De Klerk y la marcha de la transición hacia la democracia plena.
- **ELECCIONES DEL 27 DE ABRIL DE 1994:** blancos y negros elegirán presidente, legisladores y los Constituyentes que definirán la Carta Magna definitiva. Se formará un gobierno de unidad nacional, con la participación de todos los partidos políticos que obtengan al menos el 5 por ciento de los sufragios.

Un poder compartido

El Consejo Ejecutivo de la Transición en Sudáfrica (CET), que se reunió ayer por primera vez, está encargado de establecer las condiciones para la realización de elecciones libres y transparentes en abril de 1994. Sus principales características son.

- **UN CONSEJO PRINCIPAL:** integrado por 19 miembros que representan a los 19 partidos y grupos que participaron en las negociaciones sobre democratización que se desarrollaron en el Centro Comercial Mundial de Johannesburgo.
- **SIETE SUBCONSEJOS:** cada uno de ellos tendrá a su cargo un área específica y dependerá del Consejo Principal. Se encargarán de los gobiernos regionales, la defensa, la ley y el orden, las finanzas, los asuntos exteriores, la situación de la mujer y los servicios de inteligencia.
- **El Consejo podrá crear otros Subconsejos.** Los integrantes de estos subconsejos, que podrán ser más de seis, no tendrán que ser necesariamente miembros del CET, pero sí deberán ser designados por uno de los 19 grupos que participaron de las negociaciones.
- **El Consejo tiene poderes de veto** sobre las acciones del gobierno para garantizar la realización de elecciones libres y transparentes. Con esta medida, los sectores negros, mayoría en Sudáfrica, van a tener por primera vez en 341 años injerencia en el poder político del país.

CONSEJO EJECUTIVO DE LA TRANSICION EN EN SUDAFRICA

El Consejo ejecutivo de la Transición en Sudáfrica (CET) se reunió hoy por primera vez en Ciudad del Cabo con el propósito de establecer las condiciones para la realización de elecciones libres y transparentes en abril de 1994, que determinarán el fin de 341 años de gobiernos blancos

Consejo Principal:
21 miembros que representan a los 21 partidos y grupos que participaron en las negociaciones sobre democratización que tuvieron lugar en el centro comercial mundial de Johannesburgo.

Siete Sub-Consejos:
- Gobiernos regionales y locales y autoridades tradicionales
- Ley y orden estabilidad y seguridad
- Defensa
- Finanzas
- Asuntos exteriores
- Situación de la mujer
- Inteligencia

- *El consejo puede crear otros sub consejos. Los integrantes de los sub-cnsejos, que podran excedar de seis, no tendrán que ser necesariamente miembros de la CET pero tendrán que ser designados por uno de los 21 grupos participantes*
- *El Consejo tiene pores de veto sobre las acciones del gobierno con el propósito de profundizar su declarado objetivo de garantizar elecciones libres y transpartentes, con lo que los sectores negros van a tener por primera vez ingerencia en el poder político sudafricano*

[illegible]

CIUDAD DEL CABO, Sudáfrica, 7 (AP).— Dirigentes negros ocuparon hoy por primera vez puestos en el gobierno, para ayudar a guiar al país rumbo a la democracia y poner así fin a casi tres siglos y medio de dominio blanco.

Sectores blancos derechistas ocuparon un fuerte abandonando en las afueras de Pretoria para protestar por la participación de la población negra en el gobierno, pero su acto fue empequeñecido por el significado de la instalación y primera reunión del Consejo Ejecutivo de Transición (CET).

"Ser parte del CET significa que la lucha en que participamos durante tantos años al fin está dando frutos", dijo el secretario general del Congreso Nacional Africano, Cyril Rampahosa, mientras ocupaba su escaño de terciopelo azul en el salón en que se reunían los arquitectos y guardianes de la política de segregación racial.

El CET, integrado por representantes del Congreso Nacional Africano (CNA), del gobierno y de otros grupos negros y blancos, vigilará la segunda vuelta de las primeras elecciones multipartidistas del país señaladas para el 27 de abril.

Investido de amplios poderes para vetar las decisiones del gobierno, su creación entraña que por primera vez la mayoría negra del país tiene en sus manos el poder de trazar el futuro desde dentro del gobierno.

"Seguramente el CET es el paso final en el proceso para establecer una democracia verdadera en Sudáfrica", dijo el ministro del gobierno para asuntos constitucionales, Roelf Meyer, uno de siete blancos entre los 32 políticos que ocuparon la Cámara del Consejo del Presidente.

Cada uno de los 16 partidos envió dos delegados a Ciudad del Cabo hoy. Otros tres partidos enviarán a sus representantes en los próximos días.

El Consejo del Presidente, disuelto anteriormente este año como parte de las reformas entronizadas por F.W. de Klerk, fue usado por anteriores presidentes como un organismo nominal a fin de aprobar leyes generalmente controvertidas que carecían de apoyo suficiente en el parlamento.

Entre los que formaron parte del organismo figuraban Clive Derby-Lewis, prominente político partidario de la segregación sentenciado a muerte por el asesinato de dirigente negro comunista Chris Hani en abril de 1993.

"Con nuestra presencia, esta Cámara será desinfectada de los malos olores que han prevalecido" en ella, dijo Ramaphosa.

Los discursos conciliadores pronunciados por los delegados no reflejaron las frenéticas y enconadas negociaciones que precedieron el acontecimiento. Varios partidos se ausentaron, negándose a unirse a él pese a las apelaciones formuladas por el CNA y el gobierno, que incluyeron ayer reuniones de última hora.

Los renuentes, agrupados en la Alianza para la Liberación y encabezados por el Partido de la Liberación Inkahta, integrado por zulúes, y por la agrupación derechista Afrikaner Volksfront, han acusado al CNA y al gobierno de secuestrar las negociaciones y se negaron a participar en el CET.

Fracasaron negociaciones de última hora para atraer a los renuentes, pero de Klerk les pidió que cambiarán de parecer. "Las puertas se mantendrán abiertas", dijo el presidente a los reporteros, poco antes de viajar a Suecia para recibir el premio Nobel de la Paz, que compartirá con el dirigente negro Nelson Mandela por sus esfuerzos por eliminar la segregación racial y establecer una democracia en Sudáfrica.

Grupos blancos derechistas e Inkatha, principal rival del CNA en la lucha por el poder entre los negros, alegan que la votación de abril desembocará en una guerra civil a menos que a sus seguidores se les pueda asegurar la autonomía. Se anticipa que el CNA ganará los comicios de abril.

En diálogo con los periodistas antes de su partida hacia Oslo, donde el 10 de diciembre recibirá el Premio Nobel de la Paz 1993 junto con el líder del Consejo Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela, de Klerk criticó las afirmaciones de hoy del secretario general de su agrupación, Cyril Ramaphosa, quien sostuvo que el Consejo no deberá ser "un teléfono de juguete que mantenga quieta a la mayoría", sino "el fin del gobierno de las minorías".

"Si el señor Ramaphosa quiere hacer política está en su derecho, El Consejo no será un teléfono de juguete ni tampoco un nuevo gobierno. Eso no le compete al señor Ramaphosa o a otros...

02-02

9400209

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 03/994 .-

AGENCIA: SEINT.-

FECHA: 03 de Enero de 1994.-

REFERENCIA: APRESIT.-

ORIGEN: SEINT.-

AREA/PAIS: GLOBAL.-

DIFUSION ANTERIOR: ARMADA.-

DISTRIBUCION: DGID - E-II - A-II - ESMACO - ARCHIVO-

ANEXOS: "ALFA".-

TEXTO: Se adjunta información en Anexo "ALFA".-

11876
507294
507472
10195
10034
66224
507638

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)

Francisco VALINAS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

11.01.94
SDE
9400210

01-07

9400210
(Secr.)

Apreciación de la Situación de Política Exterior

" Antes de que la ilusión globalista llegara, nosotros pensábamos que era asunto nuestro definir nuestros intereses vitales y defenderlos. En contra de la gran autoilusión del globalismo está el realismo tradicional, que sostiene que una política exterior profunda está basada en un estudio cuidadoso y constante de la geografía del mundo. Esto lleva al descubrimiento de que el poder norteamericano no puede ser igualmente efectivo al de todo el globo..."

Walter LIPPMANN
EE.UU., 1953.

" El mundo continuará siendo un lugar inestable, y no es mucho lo que, aún una superpotencia, pueda hacer al respecto."

Peter McGRATH
EE.UU., 1993.

1.- INTRODUCCION

El año político 1993 fue la continuación lógica de su antecesor, reafirmando algunas tendencias que se venían manifestando de antaño, ya fuera por el éxito o por el fracaso de las políticas aplicadas. Así, EE.UU. continuó asumiendo el rol protagónico de gendarme mundial que inaugurara con Escudo del Desierto, aunque con un importante cambio cualitativo en su accionar, producto del relevo en hombres y partido de la cúpula gobernante. Sin embargo, pese a los esfuerzos, el nivel de violencia continúa siendo alto, en aumento, y notoriamente mayor al de hace una década. El colapso del comunismo continuó sacudiendo al mundo y nada hace suponer que 1994 será diferente. Si la guerra civil no es en Somalia puede ser en Angola o Liberia, si la violencia étnica no es en Bosnia puede ser en Afghanistan o Argelia. Sólo dos hechos pueden asumirse con certeza;

a.- la inestabilidad continuará redefiniendo la división política de un mundo que carece de los principios organizativos que le brindó la guerra fría.

b.- EE.UU. continuará encontrando dificultades para llenar el vacío de poder dejado por la ex URSS y proveer un liderazgo global.

2.- AREAS DE CONFLICTO

a.- EX URSS

Los resultados de las elecciones del pasado 12/XII/93 en Rusia no solucionaron las divergencias pero sí agregaron nuevas fuentes de fricción entre las repúblicas de la Ex Unión Soviética, particularmente en la tendencia radicalizadora de las posiciones. El aumento del nacionalismo militante fue previsto, como respuesta a la humillación de la madre patria, en proporción directa a la profundización de la debilidad política y la parálisis económica de Rusia. Esto puede empujar a Boris YELTSIN a reconsiderar viejos reclamos rusos en las fronteras cercanas, encubriendo confrontaciones nacionalistas en lugares como Ucrania (tiene 21% de población rusa) o alentando conflictos étnicos como las de las repúblicas del Cáucaso. Esas son situaciones amenazantes, pero es poco lo que otros países puedan hacer para evitarlo. Por otra parte, el surgimiento de ultranacionalistas como Vladimir ZHIRINOVSKY (en un fenómeno de similitud a la ascensión de Adolf HITLER) reclamando espacios más allá de las fronteras de la ex URSS agrega otros elementos de fricción entre Rusia y sus vecinos europeos. Si bien todo esto puede tratarse de manifestaciones pasajeras, existe un enemigo real, bajo las formas de un gobierno débil, un orden social en derrumbe, una herencia de promesas electorales incumplidas y un electorado frustrado y decepcionado, que puede votar por el primer alienado que les prometa la dignidad y el respeto que tuvieron en las eras de STALIN o de BREZHNEV.

b.- BALCANES

Es quizás la guerra más incomprensible y difícil de manejar del mundo moderno. Los serbios son aliados de sus enemigos históricos, los musulmanes, contra los croatas en la región de Mostar. Por otra parte, en la zona norte-central de Bosnia, serbios y croatas combaten juntos a los musulmanes. Existe confusión en la comprensión de las nacionalidades y por ende las lealtades, y ese es un cruel dilema para serbios-bosnios y bosnios-serbios, serbios-croatas y croatas-serbios, etc. Entre tanto, la masacre continúa, y con repercusiones no esperadas en otras regiones del mundo (en Argelia es asesinado un cristiano por cada musulmán muerto por los serbios). Hasta el momento, todos los esfuerzos de la comunidad internacional por detener el conflicto han sido inútiles. Algunos observadores occidentales

recientemente propusieron suspender todo tipo de ayuda a los beligerantes, incluso la humanitaria, por considerar que prolonga la guerra al solucionarle a las partes en conflicto un sector importante de sus problemas logísticos. Los indicios tienden a indicar que habrán pocos cambios trascendentes en 1994. Parece poco probable que el conflicto se extenderá hacia el sur (Kosavo), pero las líneas de batalla y las fronteras de Bosnia serán más flexibles que antes.

c.- CERCANO ORIENTE

En los últimos tiempos la tensión mundial se enfocó en las negociaciones Yitzak RABIN - Yassir ARAFAT, y la lucha de los palestinos hacia el autogobierno en los territorios ocupados por Israel, pero el área está inmersa en otros viejos conflictos sin resolver. Irán, no se ha reconciliado totalmente de su guerra de nueve años con Irak, y está reconstruyendo sus fuerzas armadas lenta pero continuamente. El fundamentalismo islámico continúa (y continuará) siendo factor de desestabilización en Egipto y Palestina en particular, y en todo el mundo árabe en general aunque se estima que en los meses venideros adquirirá una expresión peligrosa en Argelia. El Cercano Oriente pude dar el inicio a varios conflictos puntuales o escenarios de crisis por la simple muerte (natural, accidental o provocada) de un personaje dado. ¿Qué estabilidad tendrá Siria sin Hafez ASSAD? ¿Irak sin Saddam HOUSSEIN? ¿Jordania sin el Rey HOUSSEIN? ¿Palestina sin Yassir ARAFAT? Es que el punto central de la idiosincrasia del mundo árabe es el culto a la personalidad, y eso se trasmite a las políticas de cercano oriente, en una manera que hace los problemas menos susceptibles a influencias externas basadas en especulaciones de intereses mutuos, pero si más sensibles a las reacciones emotivas de las masas, que bien pueden ser explotadas en aras de intereses políticos locales o foráneos.

d.- SUR DE ASIA

El revés del partido ultranacionalista hindú Bhrartiya Janata en las elecciones del mes pasado en la India permite apreciar que habrá una disminución temporaria en las bases políticas del extremismo religioso que produjo graves disturbios un año atrás. Consecuentemente, parece aliviarse un poco la tensión en Kashmir, donde el conflicto religioso está ligado a una larga disputa territorial entre India y Pakistán. Entretanto, un conflicto igualmente virulento puede renacer este año en Afghanistán, cuando con las elecciones de

junio 1994 expire la tregua existente entre los varios grupos étnicos y religiosos emergentes a la retirada soviética. Es probable que se reitere el enfrentamiento entre afganos y kurdos, o peor aún entre los Tajiks afganos y los Tajiks de la República de Tajikistán (ex URSS y sede de algunos silos de armas TNC) con la posibilidad de provocar la intervención de Rusia y una reacción en cadena de otros estados.

e.- LEJANO ORIENTE

En 1994 el Lejano Oriente tiende a mantener la situación de estabilidad que lo ha caracterizado en los dos años anteriores. Sin embargo, pueden allí estar germinando las semillas de conflictos futuros. China ve con preocupación como se aproxima el fin de Deng Xiaoping, último sobreviviente lúcido de la vieja guardia de Mao Zedong, porque para los Chinos los cambios de liderazgo, como los terremotos, siempre han cobrado una cuota alta de vidas humanas. Por otra parte, se enfrentan al dilema de la modernización versus tradición ante su posible transformación en la próxima superpotencia económica. Enfrente a los chinos, Japón asiste al resurgimiento del nacionalismo militante simultáneamente con su entrada a una gran recesión económica y el cambio en su política interna y externa que le permitió integrar tropas militares a fuerzas multinacionales de paz para así tener otro tipo de presencia en la región, lo que inevitablemente lo habrá de enfrentar con China. Korea del Norte, por su parte, se retiró del Tratado de No Proliferación de Armamento Nuclear, no permitiendo a partir de marzo de 1993 la inspección de la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA). Los expertos opinan que el gobierno de Pyongyang posee combustible nuclear (plutonio) como para elaborar dos bombas medianas, pero que la planta energética de Yongbyon puede brindar material para otras dos a cuatro. Inteligencia satelital de EE.UU. reveló la existencia de un lugar de desarrollo de vehículos de lanzamiento. Con una economía en ruinas y un liderazgo político férreo y nepótico, Korea del Norte sería un probable foco de conflicto en el corto plazo, pero sus vecinos no están dispuestos a darle motivos, al punto que China (a pedido de Japón y Korea Sur) impuso el veto a las sanciones que la ONU aplicó a solicitud de AIEA, con lo que la situación parece permanecerá estable.

f.- CENTROAMERICA

La situación en Haití, aunque aún muy frágil e inestable, parece ir aquietándose. No debe

esperarse que en 1994 se soluciones los grandes problemas haitianos, pero sí que aumente la estabilidad política y derivada de ella la paz y la emotividad social. En El Salvador, Honduras y Guatemala la violencia terrorista (de izquierda o derecha) parece aumentar, aunque se trataría de pequeños grupos desencuadrados de organizaciones mayores que decidieron abandonar la vía armada. La situación interna en Cuba continuará deteriorándose en lo que respecta a las condiciones de vida de la población, aunque a un régimen más lento que en 1993. A ello contribuirá el que el gobierno estadounidense de Bill CLINTON no presiona con la misma magnitud que su antecesor en las sanciones económicas y que Fidel CASTRO logró que Colombia rompiera el bloqueo impuesto por OEA. No se vislumbran indicios de que puedan ocurrir estallidos sociales destinados a derrocar al gobierno.

g.- SURAMERICA

Existe una creciente amenaza del comercio ilegal de estupefacientes, sustancias psicotrópicas y armas, convirtiéndose el narcotráfico en el gran peligro de la región.

La producción de drogas continuará aumentando en países con agudos problemas de deuda externa, desempleo y de discriminación de clases sociales (Perú, Bolivia, Ecuador y Colombia) y buscará otros asentamientos para satisfacer la demanda y protegerse de la actividad represiva de algunos gobiernos.

La incapacidad física, tecnológica y presupuestaria de las fuerzas policiales empeñadas contra el Narcotráfico han obligado y continuarán necesitando la asistencia de las Fuerzas Armadas, asignándoles una misión complementaria.

La deuda externa, la corrupción, la inflación y la falta de empleo son problemas que causan inestabilidad en la región pero la amenaza del traficante es mayor que el subversivo en estos momentos.

Continuará la complicidad entre narcotraficantes y grupos subversivos terroristas, generándose una corriente de droga hacia el Norte y Este y contrabando de armas en sentido inverso.

3.- LOS LIMITES DEL PODER

El año 1993, en las experiencias de Bosnia, Somalia y Haití, demostró que existen límites en el ejercicio del poder, aún por la superpotencia EE.UU.

Al término de la Guerra del Golfo , 1991, pareció adecuado hablar de EE.UU. como "la última

superpotencia", porque tenía los atributos necesarios: autoconfianza ideológica, gran riqueza y la capacidad de proyectar su poder en largas distancias. Pero la voluntad para usar dicho poder pronto mostró signos de erosión, al tiempo que el "distanciamiento selectivo de las políticas globales" pasó a ser la consigna de Washington (hasta Pat BUCHANAN, candidato ultra conservador en las internas republicanas, la utilizó). La elección de Bill CLINTON fue un claro reflejo del pensamiento, quien enfocó su campaña a los asuntos internos y criticó al Presidente BUSH por no ejercer suficiente poder para obtener un acuerdo de paz en Bosnia.

Pero CLINTON fue electo y heredó el tema bosnio, para demostrar la misma inmovilidad que su predecesor: el 10 de febrero prometió aplicar "el peso total de la diplomacia" a la búsqueda de la paz para endosarle la mediación a la ONU; el 23 de abril a pedido de ésa prometió serios ataques aéreos contra las posiciones serbias para el 17 de junio aceptar la idea de la partición de Bosnia (en los hechos una victoria para Serbia); el 8 de setiembre ordenó alistar 25.000 efectivos para integrarse a la ONU en los Balcanes, pero elevó el tema para aprobación del Congreso, y cuando el 3 de octubre 18 Rangers fueron muertos en Somalia la presencia de militares, de EE.UU. en Bosnia o en Haití también se murió. Esto permite apreciar que la intervención de tropas estadounidenses en otras regiones del mundo correrá la misma suerte.

Esto no debe interpretarse como el regreso del aislacionismo en EE.UU. Si el empleo de la fuerza es una continuación de la política, al decir de Karl Von CLAUSEWITZ, estamos ante la determinación de una política limitada. Aún para una superpotencia es logísticamente difícil llevar a cabo otra globo-cop policy. (Pocos adversarios darán 6 meses para movilizar, como lo hizo SADDAM mientras que el público interno no aceptará las muchas más de 18 muertes que ocasionará una participación activa.) Finalmente, cualquier demanda de intervención militar estadounidense deberá reconocer las peculiaridades del sistema político de EE.UU., con un esquema constitucional de poderes divididos y controles recíprocos que institucionaliza la cautela en la enunciación y aplicación de la política exterior. La actitud norteamericana hacia el conflicto de los Balcanes en 1993 lo refleja, y en 1994 puede esperarse lo mismo en las distintas áreas de conflicto.

No obstante, EE.UU. puede valerse de la herramienta de la ONU para intentar imponer la "pax americanas" en algún rincón del mundo, y hasta (como en el caso de Cambodia) hacer que otro pague los costos de la operación de paz.

Nº. DOCUMENTO 9400211
TITULO Los Zulúes piden autodeterminación
P... L.J.
FE... 17/12/93
V... 11876 -
507663 -
11164 -
11833 -

Sudáfrica C2

ZULUES PIDEN AUTODETERMINACION

Butalezi respaldó las declaraciones del rey Zewletini de que los zulúes «ya no volverán a ser conquistados ni subyugados», en alusión a la conquista del territorio por británicos hace dos siglos.

Butalezi desafió al Congreso Nacional Africano (CNA) y al líder del Partido Comunista (PCSA), Joe Slovo, a cumplir su amenaza de desplegar tanques para impedir la autodeterminación de Zululandia, lo que «equivale a una segunda invasión».

01-01

9400211

Babel democrática

P. 19/12

Aunque el Consejo de Negociación que ha tratado diversos aspectos de la transición ha resuelto que Sudáfrica tendrá 11 idiomas oficiales, se acepta que el inglés será el idioma dominante. Fue el utilizado durante dos años de conversaciones que terminaron con el sistema de apartheid.

El Gobierno insistió que el afrikaans, lengua de la mayoría de los congresistas y ministros actuales, conservara la jerarquía que alcanzó durante la época que finaliza. Hasta ahora, toda la documentación oficial, desde las leyes hasta las boletas de estacionamiento, están en inglés y en afrikaans. Los nombres de las calles y las señales de tránsito combinan ambas lenguas: en una cuadra están en inglés y en la siguiente en afrikaans.

El Congreso Nacional Africano aceptó el planteo, pero como contrapartida obtuvo la oficialización de 9 lenguas de la población negra originaria. Las más importantes son el zulú, el zhosa y el sotho.

Uno de los negociadores propuso doclarar como idiomas oficiales el hebreo, el árabe y el urdu, como señal de tolerancia hacia las minorías religiosas. Teniendo en cuenta que también se propuso oficializar el portugués, el italiano, el alemán y el polaco, los negociadores optaron por no agregar nuevas lenguas a las 11 ya aprobadas.

También se decidió que ningún sudafricano será obligado a utilizar un idioma diferente al aprendido en su hogar. El levantamiento de Soweto, en 1976, con el que comenzara la movilización democrática en el país, se produjo luego que el Gobierno decidió que el afrikaans sería el idioma obligatorio en todas las escuelas.

Nº DOCUMENTO 9400213
TITULO Conservadores blancos y el CNA llegaron a un acuerdo sobre una democracia no racista.
P. L.J.
FECHA 21/12/93
VINCUL. 11876 - 507663 - 11164 - 11005 -

ACUERDO ENTRE EL CNA Y CONSERVADORES BLANCOS

El Congreso Nacional Africano (CNA) y la organización conservadora blanca Frente Popular Afrikaner (FPA) han llegado a un acuerdo de principio que puede llevar a los «afrikaners» (descendientes de los primeros holandeses asentados en Sudáfrica) a participar en el proceso de transición del país.

El acuerdo, según un comunicado conjunto difundido ayer, tras un fin se semana de negociaciones, debe ser firmado hoy por los líderes de ambas organizaciones.

Según el comunicado, «ambas partes están de acuerdo en la introducción de una democracia no racista en Sudáfrica y en la necesidad de acomodar el deseo de autodeterminación de muchos afrikaners».

Este acuerdo, según el comunicado, despeja al FPA el camino para participar en las estructuras constitucionales del proceso de transición en Sudáfrica y en las elecciones del día 27 de abril próximo,

Por otra parte, el neonazi Movimiento de Resistencia Afrikaner (MRA) calificó de «falso y ridículo» un documento presentado la pasada semana en el Parlamento, según el cual esa organización se prepara para una guerra civil contra la población negra sudafricana.

Tras asegurar que la difusión del documento es una «maliciosa» estrategia del gubernamental Partido Nacional, la policía y la prensa sudafricanas para desacreditar a su organización y enfrentarla con sus aliados negros, el MRA señaló en un comunicado que suspenderá inmediatamente a cualquiera de sus miembros que pueda estar implicado en ese plan.

MUGABE ADVIERTE SOBRE EXTREMISTAS BLANCOS

El Presidente de Zimbabwe, Robert Mugabe, subrayó la necesidad de que el Gobierno sudafricano se prepare para combatir a los ultraderechistas blancos que pretenden crear en Sudáfrica un estado independiente.

En la ceremonia de apertura de una cumbre de los países de «La Línea del Frente», que agrupa a siete estados de Africa Austral, Mugabe lamentó que «todavía haya líderes políticos en Sudáfrica dispuestos a entorpecer el proceso de transición y promover la confrontación e, incluso, la guerra».

El Presidente zimbabuo criticó en especial al ultraderechista Movimiento de Resistencia Afrikaner (MRA), «que parece decidido -dijo- a perpetuar la supremacia de los blancos», y subrayó la necesidad de que las autoridades de Pretoria se preparen para atajar una posible rebelión.

La organización de países de la Línea del Frente fue fundada con el objetivo principal de erradicar el sistema de segregación racial en Sudáfrica, aunque en la actualidad se preocupa también de otros problemas regionales, como el caso angoleño.



La violencia política en Sudáfrica provocó tantas bajas como la sangrienta guerra de Angola.

DIEZ MIL ASESINATOS POLITICOS EN LOS ULTIMOS TRES AÑOS

Nueve mil trescientas veinticinco personas han muerto en Sudáfrica víctimas de la violencia política desde julio de 1990 hasta el pasado mes de septiembre, recordó el diputado sudafricano Nic Koornhof.

En una intervención en el Parlamento, donde se debate la aprobación de la nueva Constitución, Koornhof, del gubernamental Partido Nacional (PN), subrayó que esas cifras, a las que hay que sumar un total de 16.000 personas heridas, significan que Sudáfrica padece la más sangrienta guerra en el mundo, después de la de Angola. (efe)

01-01 9400213

Algo más sobre Sudáfrica

por Juan Bautista Schroeder Otero
especial para El Observador



EN UN ARTÍCULO anterior hicimos referencia a las primeras elecciones multirraciales a realizarse en Sudáfrica en el mes de abril del año 1994, como parte de un cronograma de apertura democrática que prevé el funcionamiento de un gobierno de transición desde ahora hasta esa fecha, de uno interino desde abril de 1994 hasta 1999 (lapso en el que se ha de aprobar la nueva Constitución definitiva que habrá de regir en el futuro), y de unas elecciones, multirraciales y libres, a realizarse en el año 1999, de las que surgirán los sucesivos gobiernos que tendrá el país en adelante.

Señalamos que el acontecimiento, que no vacilamos en calificar de histórico, y protagonizado por dos grandes líderes, el presidente De Klerk y el señor Mandela, recientemente galardonados con el Premio Nobel de la Paz, aparecía ensombrecido por algunos aspectos negativos de magnitud preocupante: la ausencia de las negociaciones multipartidarias de grandes sectores del espectro político total del país (toda la derecha blanca, el Partido Inkthazulú, representativo de la tribu negra más numerosa e importante del país y eventualmente de algunos grupos radicales blancos y negros); la ausencia de un régimen totalmente confiable para el registro de los votantes, en un país de 35 a 40 millones de habitantes; y, por último, la presencia, la desdichada presencia de la violencia (negros contra blancos, blancos contra negros y negros contra negros, como los derivados de la ancestral rivalidad entre las tribus Zulú y Khosa), una violencia que ha cobrado ya varios miles de muertos en un período de apenas unos meses.

A los factores mencionados es preciso añadir otro, de comprensión quizás algo difícil para quien no conozca a fondo la realidad sudafricana.

Ese enorme país constituye desde el punto de vista étnico, cultural y religioso, uno de los conglomerados más heterogéneos, abigarrados y desparejos que se conocen en el mundo de hoy.

No hay raza o grupo humano que no esté presente allí: a los negros (divididos en unas doce o trece tribus distintas, cada una con su dialecto) y los blancos (descendientes de holandeses, ingleses, alemanes, franceses, portugueses e italianos, para citar los principales ancestros europeos) es necesario sumar los mestizos, los asiáticos (mayoritariamente indios —llamados comúnmente hindúes— pero también los chinos, japoneses y malayos) y, en fin, una infinidad de personas que han llegado a la región en los últimos años, procedentes de las más diversas partes de la Tierra, incluyendo muchos sudamericanos.

> *Si hay un país en el mundo hecho a la medida para un esquema descentralizado de poder ese es Sudáfrica. Pretender imponerle una estructura centralista puede ser el preludio de grandes tensiones futuras*

Y ocurre que cada uno de esos grupos tiene no sólo su idioma, sus tradiciones y sus costumbres, sino hasta sus propios territorios, más o menos confusamente definidos.

El gobierno blanco del apartheid llegó a otorgar un status amplio de autonomía (de cuasi estados) a los territorios de Transkei, Bophuthatswana, Venda y Ciskei.

El proyecto de Constitución de los señores Mandela y De Klerk, aparte de hacer "tabla rasa" con los territorios mencionados, prevé un esquema de estructura de poder centralizado con nueve regiones autónomas pero controladas por un poder central sumamente fuerte.

Y esto resulta bastante preocupante.

Si hay un país en el mundo hecho a la medida para un esquema descentralizado de poder —de estado federal o de comunidad de estados— ese es, en mi opinión, Sudáfrica.

Pretender imponerle una estructura centralista puede ser el preludio, desde ya, de grandes tensiones futuras.

Los ejemplos de la ex Unión Soviética y de la ex Yugoslavia resultan demasiado elocuentes y dramáticos como para no ser tenidos en cuenta a la hora de dar la partida de nacimiento a este novel estado democrático y multirracial por cuya viabilidad oran muchas personas en el mundo, no sólo en el World Trade Center. ■

N°. 9400215
TITULO: La derecha sudafricana no acepta la transición hacia un gobierno negro.
150090
FECHA: 22/12/93
11876 -
507663 -
11164 -
515432 -

La derecha sudafricana no acepta la transición hacia un gobierno negro

El Parlamento sudafricano vota hoy la nueva Constitución, que de ser aprobada entregará el gobierno a la mayoría negra del país. Se postergó ayer la firma de lo que se preveía un histórico acuerdo entre el Congreso Nacional Africano y la extrema derecha blanca para que esta participara del proceso democrático multirracial a cambio de obtener una región autónoma. Constand Viljoen, líder de la extrema derecha blanca, acusó al CNA de "traición" ante el empantanamiento de las negociaciones

CIUDAD DEL CABO, 20 (AP, ANSA y Reuter). — El Frente del Pueblo Afrikaner (FPA), grupo blanco de extrema derecha, y el Congreso Nacional Africano (CNA), liderado por **Nelson Mandela**, decidieron hoy postergar la firma de lo que hubiera sido un histórico acuerdo que preveía el reconocimiento de la autodeterminación para los descendientes de los antiguos colonos holandeses y abriría el camino para su participación en las elecciones multirraciales de abril próximo.

El acuerdo debía haber sido firmado hoy por Mandela y el líder del FPA, el general retirado **Constand Viljoen**, ex comandante de las FF.AA. sudafricanas.

EL FPA, que agrupa a todas las organizaciones políticas de la extrema derecha blanca, exige el derecho a crear un Estado separado para la minoría blanca.

El estancamiento de las negociaciones se produjo por la virtual intransigencia de los representamntes del FPA frente a la negativa previa del CNA de asumir futuros compromisos de poder. (se considera a Mandela el gran favorito para ganar las elecciones) **en el marco de un país inmerso en la violencia.**

El pacto entre las dos agrupaciones, que se consideraba hasta ayer como un hecho, también preveía el compromiso mutuo de participar en las primeras elecciones multirraciales —que se llevarán a cabo el 27 de abril del próximo año— en los tres siglos y medio de la historia de Sudáfrica.

El Parlamento, dominado por los blancos, debe votar mañana un proyecto de Constitución para el período de transición hacia un gobierno de la mayoría.

El retraso o postergación de la firma del acuerdo se debe a una "pulseada" **entre el actual gobierno sudafricano, presidido por Frederik de Klerk, el CNA y la denominada Alianza por la Libertad**, una coalición formada por el ultraderechista FPA, el Partido Conservador Blanco, el Partido Inkhata (conservador al que adhiere la etnia negra más poderosa del país, los zulúes).

Hace unos meses, esa particular alianza abandonó las negociaciones para la elaboración de una nueva Constitución, que sería provisoria. De todas maneras, el actual Parlamento —coinciden los observadores y diplomáticos— aprobará mañana el proyecto unilateralmente confeccionado por los blancos.

"Tratar de convencer a la Alianza para que participe de buena voluntad y sin ventajas en el proceso de transición y en las elecciones multirraciales significa algo así como sacar un diente sin anestesia", dijo hoy a los periodistas **Cyril Ramaphosa**, secretario general del CNA, quien, sin embargo, se manifestó optimista con referencia al resultado final de las tratativas.

Tanto el presidente De Klerk como el CNA quieren que el movimiento conservador de los blancos y los grupos negros menos intransigentes participen en las elecciones, **para que no permanezcan aislados, auspiciando conflictos civiles en nombre de la autodeterminación.**

Viljoen admitió que la postergación de la firma del acuerdo de principios "es una traición" por parte de los negros, pero añadió que no puede **"romper el frente de la derecha, por lo menos hasta que no se dé punto final a los diálogos en curso en Ciudad del Cabo".**

Por su parte, el vicesecretario del CNA, **Jacob** [illegible] dijo en conferencia de prensa que para el Frente Afrikaner, la firma del acuerdo "hubiese sido la cosa más sabia y atinada".

En el postergado acuerdo, considerado por ambos bandos como **interino y estratégico**, el CNA reconoce el derecho de autodeterminación de muchos afrikaners (los blancos descendientes de los primeros colonos holandeses) en un Estado separado y la necesidad de buscar una solución a esa aspiración lo más rápidamente posible. A ese respecto, se creó un grupo de trabajo conjunto encargado de investigar la viabilidad de la constitución de un **Estado afrikaner** y sus relaciones con el resto de Sudáfrica, el cual debería presentar sus proyectos y conclusiones antes del 24 de enero.

En el proyecto del frustrado —o postergado— acuerdo, el FPA se compromete a desalentar cualquier acción desestabilizadora durante el proceso de transición.

01-02

9400215

La ultraderecha sudafricana se retira del acuerdo nacional

El Frente del Pueblo Afrikaner, agrupación de organizaciones de la extrema derecha, renunció a firmar un compromiso con el Congreso Nacional Africano después de que fracasara el acuerdo para asegurarse un territorio autónomo para los blancos. Hoy el Parlamento aprobará la Constitución transitoria que conducirá a las primeras elecciones multirraciales en abril.

De Klerk negoció con la ultraderecha.
No logró su acuerdo para la reforma.

El Frente del Pueblo Afrikaner (AVF), que agrupa a las organizaciones políticas y armadas de la extrema derecha sudafricana, renunció a último momento a firmar un compromiso con el Congreso Nacional Africano (ANC) liderado por Nelson Mandela en favor de la democratización del país. La decisión fue adoptada luego de que sus socios en la Alianza de la Libertad rechazaran el acuerdo en el transcurso de las negociaciones que venían manteniendo paralelamente con el gobierno y el ANC para asegurarse un territorio autónomo para los blancos en la futura Sudáfrica democrática. Hoy se espera que el Parlamento apruebe la Constitución transitoria que a raíz del fracaso del diálogo no contendrá las modificaciones propuestas por la derecha blanca.

El Frente del Pueblo Afrikaner es un movimiento que aglutina, entre otros, al Partido del Pueblo Africano Unido, al Movimiento de Resistencia Afrikaner y al Partido Conservador. A su vez, el AVF está asociado al movimiento conservador de la poderosa etnia zulú, el Inkhata y a otros sectores, como los bantustanes negros de Ciskei y Bpophuthatswana, en el seno de la Alianza de la Libertad.

El AVF había llegado a un principio de acuerdo el lunes último, cuando anunció junto con el ANC que firmaría un pacto en el que se comprometería a participar de los primeros comicios multirraciales, que se realizarán el próximo 27 de abril. Como contrapartida, el movimiento liderado por Mandela debía reconocer el derecho de los blancos a la autodeterminación.

Paralelamente, el gobierno de Frederik de Klerk, el ANC y la Alianza de la Libertad venían negociando la introducción de modificaciones en el proyecto de Carta Magna que hoy debe aprobar el Parlamento, en lo que puede ser el último acto de una Legislatura heredada del régimen del apartheid.

Durante la jornada de ayer, el gobierno y el ANC trataron infructuosamente de convencer a los dirigentes de la Alianza para que se integraran al Consejo de la Transición y este desacuerdo provocó también el súbito cambio de opinión del AVF, que se negó a firmar su pacto con el Congreso Nacional Africano.

El líder del Frente Afrikaner, el ex jefe de Estado Mayor de la Defensa general Constand Viljoen, admitió que la postergación del acuerdo de principio es "una traición", pero añadió que no podía "romper el frente de la derecha, por lo menos hasta que no concluyan los diálogos en curso en Ciudad del Cabo", en referencia a las negociaciones tripartitas en las que participa la Alianza.

Sin embargo, el dirigente del movimiento derechista blanco estimó que el acuerdo con el ANC es "la única solución a los problemas que oponen los afrikaners a los africanos" y que en consecuencia no podía ser abandonado a pesar de esta postergación "inevitable".

El acuerdo de 10 puntos que pensaban firmar ayer rechaza el apartheid, compromete al AVF a participar en las elecciones de abril próximo, trata de poner fin al antagonismo entre negros y afrikaners (descendientes de los primeros colonos holandeses que llegaron al país en el siglo XVII e identificados como los grupos más violentamente racistas) y reconoce la necesidad de la autodeterminación de los afrikaners en un volkstaat (provincia dotada de amplios poderes autonómicos).

Por otra parte, ayer continuaron las negociaciones entre el gobierno, el ANC y la Alianza de la Libertad, constituyendo una comisión técnica para resolver las diferencias más importantes. Si bien anoche todavía quedaban expectativas de alcanzar un acuerdo, todo indicaba que finalmente el Parlamento adoptaría hoy su proyecto de Constitución, en el que no se incluirían las enmiendas propuestas por la Alianza.

Esas enmiendas se refieren fundamentalmente a una ampliación de poderes de las futuras 9 provincias sudafricanas. Ayer el dirigente del ANC, Cyril Ramaphosa, había señalado que lograr un acuerdo con la Alianza era tan complicado "como extraer un diente sin anestesia", pero de todos modos había dicho que conservaba algunas esperanzas de que se llegara a una solución.

Por su parte, el representante del gubernamental Partido Nacional, Dawie de Villiers, dijo que "aún es posible un milagro". En cambio, el dirigente de la Alianza, Rowen Cronje, acusó al ANC de haber presentado nuevas condiciones, como la de exigir un compromiso por escrito de cada uno de los líderes de la Alianza para que participen en el nuevo proceso constitucional en el caso de llegar a un acuerdo final.

"Eso es imposible", subrayó Cronje al recordar que algunos de los líderes de la AL, como los gobiernos de los estados seudoindependientes de Ciskei y Bophuthatswana, necesitan contar con la aprobación de sus respectivos parlamentos.

Mientras tanto, ayer el presidente De Klerk retó al líder del ANC, Nelson Mandela, a un debate en televisión en una fecha lo más próxima posible a las elecciones de abril. "El debate tendrá que ser abierto, abarcar libremente todos los aspectos, ser transparente y libre", propuso el presidente.

Sudáfrica estrena una Constitución democrática

El Parlamento aprobó la primera Constitución democrática que otorga el derecho a voto a todos los ciudadanos, cualquiera sea su color. La ultraderecha podría incorporarse.

El Parlamento sudafricano aprobó ayer, con 237 votos a favor y 45 en contra, la primera Constitución democrática que otorga el voto igualitario a todos los ciudadanos, cualquiera sea el color de su piel. Esta nueva Carta Magna, que mantendrá su vigencia hasta que el Parlamento surgido de las elecciones multirraciales del próximo 27 de abril apruebe una definitiva, podría sufrir algunas modificaciones en los próximos días si la derechista Alianza por la Libertad (AL) acepta la última propuesta negociadora del gobierno de Frederik de Klerk y del Congreso Nacional Africano (ANC) que lidera Nelson Mandela. La AL, que integran la ultraderecha blanca y el movimiento Inkhata de la tribu zulú, decidirán en las próximas horas si firman el acuerdo y se integran al proceso de democratización del país.

Al grito de guerra de Amandla, awethu (el poder es nuestro) los diputados del ANC que lidera Nelson Mandela aclamaron ayer la aprobación de la primera Constitución democrática de Sudáfrica. Del otro lado, los legisladores de las distintas fuerzas de derecha y ultraderecha, nostálgicos por los privilegios perdidos, replicaron cantando el himno *La Voz*, considerado una ofensa por los pobladores negros. Algunos dirigentes de la derecha, como el jefe del Partido Conservador Ferdi Hartzenberg, consideraron la nueva Carta Magna como una "transición del apartheid al comunismo".

En realidad, la Constitución aprobada ayer es de transición, pero hacia una norma definitiva que deberá aprobar el nuevo Parlamento, que será elegido en los comicios multirraciales del próximo 27 de abril. El Parlamento sudafricano estará formado por la Asamblea Nacional (Cámara baja) con 400 diputados y un Senado (Cámara alta) integrado por 90 senadores representantes de las provincias.

La Asamblea Nacional y el Senado constituirán en conjunto la Asamblea Constitucional, que será la encargada de elaborar la Constitución definitiva y lo hará en concordancia con los principios democráticos contenidos en la provisoria aprobada ayer (ver recuadro). El jefe de Estado será elegido por la Asamblea Nacional y su cargo tendrá carácter ejecutivo. El gabinete se formará con participación proporcional de los partidos que obtengan un mínimo de 20 diputados.

Hasta ahora, el Parlamento estaba dividido en tres Cámaras, una para los blancos, otra para los mestizos y otra para los indios. En la jornada de ayer, la Cámara blanca aprobó la nueva Constitución con 132 votos a favor y 42 en contra, la mestiza con 72 contra 1 y la india con 33 contra 2. Los únicos que no participaron fueron los legisladores de la Alianza por la Libertad, integrada entre otros por el Frente Afrikaner (ultraderecha blanca) y el movimiento Inkhata de la tribu zulú.

Esta alianza condiciona su participación en el proceso de democratización a un acuerdo en el que el gobierno y el ANC se comprometan a garantizar el derecho a la autodeterminación para los blancos. En las discusiones tripartitas desarrolladas hasta la tarde del martes, la AL, el gobierno de Frederik de Klerk y el ANC no habían logrado ponerse de acuerdo y todo indicaba que una vez votada la nueva Constitución los opositores de derecha, que representan un 15 por ciento según la intención de voto registrada por las empresas encuestadoras, se autoexcluirían del proceso de democratización.

Sin embargo, a última hora el gobierno y el ANC ofrecieron a la Alianza un nuevo plazo para llegar a un acuerdo. Este sorprendente acuerdo permitirá reabrir las discusiones sobre probables enmiendas a la Constitución provisoria. Antes de aceptar, la AL tendrá que someter el proyecto a sus cinco líderes y en caso de que éstos la aprueben significaría la reapertura de las negociaciones.

El gobierno y el ANC dijeron ayer que ahora la pelota está en manos de la AL, en lo que consideran la "última oportunidad" para incluir a todos los sudafricanos en el proceso de transición. En su propuesta, el gobierno sudafricano y la organización liderada por Nelson Mandela pretenden que los líderes de la AL asuman un compromiso formal en tres aspectos primordiales del proceso de transición: la aceptación de la Constitución, el acatamiento de las leyes y la estructura del proceso de transición y la participación y respeto de los resultados de las elecciones del 27 de abril.

01-03

La nueva Constitución

La Constitución transitoria de Sudáfrica, que ya ha sido aprobada por los máximos dirigentes políticos de ese país, reemplazará a la ley fundamental del apartheid e introducirá principios democráticos. Los principales puntos del documento, de 164 páginas, son los siguientes:

- Todos los ciudadanos, comenzando desde los 18 años, tendrán derecho a voto (los habitantes de raza negra no tenían antes este derecho).
- El futuro Parlamento estará formado por la Asamblea Nacional (Cámara baja), con 400 diputados, y un Senado (Cámara alta, como representante de las provincias), integrado por 90 senadores.
- La Asamblea Nacional y el Senado, en reuniones conjuntas, forman la Asamblea Constitucional. Esta asamblea deberá elaborar la Constitución definitiva y lo hará en concordancia con los principios democráticos contenidos en la Constitución provisoria.
- El jefe de Estado será elegido por la Asamblea Nacional y su cargo tendrá un carácter ejecutivo. Cada partido, con por lo menos 80 escaños en la Asamblea Nacional, tiene derecho a nombrar un vicepresidente.
- El presidente, el vicepresidente y hasta 27 ministros forman el gabinete. Cada partido con un mínimo de 20 diputados tiene derecho a una participación proporcional en el gobierno.
- Sudáfrica estará dividida en nueve provincias, las que podrán introducir su propia lengua en forma oficial. En todo el país habrá once lenguas distintas.

Holgada mayoría aprobó iguales derechos para blancos y negros

Nueva Constitución en Sudáfrica

Ciudad del Cabo - El Parlamento dominado por blancos aprobó ayer por mayoría abrumadora una nueva Constitución que concederá a los negros los mismos derechos que a los blancos por primera vez en la historia del país.

El documento, que fue rechazado vehementemente por los sectores segregacionistas blancos y algunos grupos negros, reemplaza una Constitución que por generaciones le negó a la mayoría negra el derecho a votar, a ocupar puestos en el gobierno y a participar en los asuntos nacionales.

La Constitución entrará en vigencia tan pronto como sea firmada por el presidente F.W. de Klerk. No se ha fijado aún la hora ni la fecha, pero no se espera demora alguna.

Seguir adelante

Tras dos días de infructuosas negociaciones con la Alianza Libertad, una coalición de conservadores blancos y negros que rechazan la Constitución, el gobierno de De Klerk y el Congreso Nacional Africano (CNA) decidieron seguir adelante y aprobar el documento que formularon en noviembre tras dos años de negociaciones.

"Ahora, por primera vez, el futuro contiene la promesa de un mañana más brillante", dijo el líder del CNA, Nelson Mandela.

La nueva Constitución fue aprobada por 237 votos a favor y 45 en contra.

"Estoy más convencido que nunca de que tomé las decisiones correctas", dijo De Klerk luego de la votación. El presidente, calificado de traidor por los conservadores blancos, dijo que fue insultado y calumniado desde que puso en marcha reformas que según él eran la única salida pacífica que le quedaba al país.

Los legisladores rechazaron cambios de última hora promovidos por la Alianza Libertad, por considerar que hubiesen debilitado el poder del gobierno central y permitido la posibilidad de una patria blanca y regiones autónomas.

Puertas abiertas

En la sección de los legisladores conservadores hubo gritos de furia y amenazas luego de que fracasaran sus intentos de enmendar la Constitución, que fue rechazada también por los miembros blancos del Partido Libertad Inkatha, el principal rival del CNA.

Pero el gobierno y el CNA dejaron las puertas abiertas a la posibilidad de que la Constitución sea enmendada a principios de 1994 si sus rivales aceptan reconocerla y participar en las primeras elecciones multirraciales el 27 de abril.

Tras una rueda de negociaciones mantenida el martes por la noche, el gobierno y el CNA acordaron al menos considerar hacer cambios en la Constitución para el 24 de enero para satisfacer a la Alianza Libertad. Pero ese grupo tendrá primero que respetar la Constitución y prometer participar en las elecciones de abril.

La Constitución eliminará las reservas de negros establecidas por el gobierno segregacionista y todo el país quedaría unido bajo un gobierno. Según el censo de 1990, la población negra abarca el 73% de los 40 millones de sudafricanos, mientras que los blancos son el 18%.

Tiempo atrás

La historia de Sudáfrica se remonta al año 1652, cuando se inició la colonización por los holandeses. Casi un siglo y medio después, en el año 1795, los ingleses conquistaron la ciudad de El Cabo, y se mantuvieron allí hasta el año 1961 en que el país se retiró de la Comunidad Británica.

Londres no pretendía el control directo de las poblaciones nativas, sino su administración indirecta. Su permanencia no fue pacífica, ya que desde el principio se enfrentaron con los agricultores holandeses que querían conservar sus posesiones.

La mentalidad comercial y liberal de los británicos consideraba la esclavitud como una traba para la creación de mercados de consumo. No dejaron por ello de establecer rígidas barreras para impedir que los negros sudafricanos tuvieran posibilidades de ascenso económico y social; los nativos estaban obligados a trabajar por un salario muy inferior al de un trabajador de ascendencia europea.

En 1910 se aprobó la Constitución de la Unión Sudafricana y los negros fueron privados del derecho al voto y a la propiedad de la tierra.

Desde que Sudáfrica se constituyó en país independiente, en 1934, y hasta 1984, la participación política estuvo limitada a menos del 17% de los habitantes. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de archivo y de la agencia AP)*

FECHAS CLAVE PARA LA INTEGRACION

1989

6 de setiembre - De Klerk gana las elecciones. Autoriza manifestaciones contra la segregación de los negros y promete reformas.

1990

2 de febrero - De Klerk legaliza al CNA y excarcela al líder Nelson Mandela.

2 y 4 de mayo - El gobierno y el CNA sostiene sus primeras conversaciones y acceden a colaborar para poner fin a la violencia política y reformar la Constitución.

1991

1° de febrero - De Klerk insta para la abolición de las principales leyes segregacionistas.

1992

20 de febrero - De Klerk llama a un referéndum y son aprobadas las reformas por amplia mayoría.

1993

19 de abril - El líder del CNA Chris Hani es asesinado frente a su casa. Tres derechistas son detenidos.

15 de octubre - De Klerk y Mandela comparten el Premio Nobel de la Paz por sus esfuerzos para terminar con la segregación racial.

22 de diciembre - El Parlamento de mayoría blanca ratifica la nueva Constitución, dando a los negros iguales derechos que a los blancos por primera vez en la historia de Sudáfrica.

ESTABLECE DERECHOS IGUALITARIOS Y ENTIERRA EL SISTEMA DE "APARTHEID"

Sudáfrica: una Constitución para todos

Por 237 votos a favor y 45 en contra, el Parlamento de Sudáfrica aprobó ayer una nueva Constitución —provisoria— para el país. La Carta Magna consagra formalmente el fin del sistema segregacionista del "apartheid" y es uno de los últimos pasos institucionales antes del 27 de abril de 1994, cuando los sudafricanos votarán libremente por primera vez en su historia.

CIUDAD DEL CABO, 22 (EFE, AP, por **Patti Waldmeir**, del "Financial Times", y **Georges Marion**, de "Le Monde", especial para **Clarín**). — En una histórica sesión, **el Parlamento de Sudáfrica aprobó hoy una Constitución provisoria** que establece derechos iguales para todos sus habitantes, con lo que enterró oficialmente el sistema segregacionista del **"apartheid"**.

La nueva Carta Magna, elaborada durante dos años de arduas negociaciones entre el gobierno y los principales partidos sudafricanos, fue aprobada por el Parlamento tricameral —integrado por una Cámara de diputados blancos, otra de mestizos y otra de indios— por 237 votos contra 45.

Con esta medida la legislatura de Sudáfrica firmó su propio certificado de defunción, ya que la próxima reunión parlamentaria se realizará con los representantes elegidos en los comicios del 27 de abril de 1994, los primeros verdaderamente libres en la historia del país.

Los resultados de la votación fueron acogidos con una estruendosa ovación, especialmente de los diputados independientes —en realidad representantes del **Congreso Nacional Africano (CNA)**—, quienes saltaron de sus escaños y con sus puños en alto lanzaron el grito de guerra de los negros sudafricanos: **"Amandla, awethu"** ("el poder es nuestro").

"Ahora, por primera vez, el futuro contiene la promesa de un mañana más brillante", opinó el líder del CNA, **Nelson Mandela**, quien por oponerse a la discriminación racial estuvo en prisión durante más de 27 años. Ahora Mandela es el candidato favorito para ganar las elecciones multirraciales de abril.

El presidente sudafricano, **Frederik de Klerk**, sostuvo que **"estoy más convencido que nunca de que tomé las decisiones correctas"**. De Klerk, uno de los artífices del derrumbe del "apartheid" y de las reformas democráticas, agregó que "no hay mejor manera de sofocar la amenaza del radicalismo del ala izquierda o de la derecha, del comunismo o del nazismo, que mediante la participación democrática en las urnas".

El tiro por elevación del mandatario estuvo dirigido a los grupos de **la extrema derecha blanca** y al **partido zulú Inkhata**, quienes en oposición a las negociaciones democráticas y a la nueva Constitución decidieron abstenerse de participar en los comicios de abril.

Mientras la mayoría de los sudafricanos festejaba la llegada de una nueva era y expresaba su esperanza de que traiga la paz y la estabilidad a un país en el que la violencia política ha causado unos 10.000 muertos en los últimos tres años, el líder del **Partido Conservador** (derecha blanca), **Ferdi Hartzenberg**, dijo que **"Sudáfrica tiene ahora una nueva Constitución, pero no una solución"**. Se refería al rechazo que suscita entre una importante parte de los blancos y de algunos sectores negros la nueva ley fundamental.

Añadió Hartzenberg que tal y como ha sido aprobada esta Constitución, el Partido Conservador no la acepta, no reconoce ninguna autoridad al Consejo Ejecutivo de Transición (un virtual gobierno paralelo multipartito, que supervisará el proceso de transición) y no acatará los resultados de las elecciones multirraciales convocadas para el año próximo.

Hasta el momento las negociaciones para que los conservadores blancos y negros se incorporen al proceso electoral han fracasado.

La aprobación de la nueva Constitución abre un nuevo capítulo en la historia de Sudáfrica radicalmente diferente de lo que han sido los últimos tres siglos y medio, durante los cuales la minoría blanca (el 18 por ciento de los sudafricanos) impuso su supremacía y marginó hasta límites insospechables a la mayoría negra.

La dominación ejercida por los blancos fue tal que en sus manos está aún el 87 por ciento de las tierras cultivables de Sudáfrica, y su desprecio hacia los negros les llevó a negarles hasta el derecho al voto que, en cambio, concedieron a los mestizos y a los inmigrantes indios.

El período de transición que acaba de comenzar culminará el 27 de abril de 1994 con la celebración de las elecciones, en las que se elegirán a los 400 diputados que tendrá la nueva **Asamblea Nacional** y a los 90 miembros del **Senado**, quienes elaborarán la Constitución definitiva.

La Asamblea Nacional elegirá, a su vez, al nuevo presidente de Sudáfrica, cargo que según todos los pronósticos será para Mandela.

RIGE en Sudáfrica una flamante Constitución interina, hasta que la asamblea —que surgirá de las elecciones de abril junto con el nuevo Presidente de la República— redacte la definitiva y ésta sea sometida a ratificación. La Carta interina, sin embargo, enterró el *apartheid* dando nacimiento a un nuevo país en el que todo cambiará, incluyendo los símbolos nacionales y hasta el himno.

Otra Sudáfrica

La Constitución surgió luego de dos años de arduas y complejas negociaciones en las cuales una veintena de partidos, incluidos el del presidente Frederik de Klerk y el Congreso Nacional Africano (ANC) de Mandela, llegaron finalmente a un acuerdo que cabe tildar de histórico; si alguna vez este calificativo tan recurrente tuvo verdadera razón de ser es en este caso.

Ya trabaja un Consejo Ejecutivo de Transición, con representantes de todos los partidos mayoritarios, que apoyará a la administración de Klerk y supervisará todo lo concerniente a los comicios del año entrante.

Sudáfrica tendrá un gobierno semejante al de una república de organización federal, con un poder central fuerte y gobiernos locales dotados igualmente de fuertes potestades en cada una de

Nace una nueva Sudáfrica

las nueve provincias en que se divide ahora el país. En ellas habrá un Primer Ministro y un parlamento y este último tendrá la facultad de proponer y aprobar (por mayoría de dos tercios) la constitución provincial.

Después de las elecciones de abril, el país tendrá un nuevo Presidente; todo indica que el cargo recaerá en la persona de Nelson Mandela, quien —en forma conjunta con el actual presidente de Klerk— obtuvo en octubre pasado el Premio Nobel de la Paz. De acuerdo con sondeos realizados hace dos meses, la opinión sudafricana se expresa en un 58% en favor del ANC de Mandela, un 13% en faor del Partido Nacional gobernante, un 11,5% en favor de la llamada "Alianza por la Libertad" —compuesta por grupos blancos y negros de oposición "línea dura" al acuerdo constitucional (*)— y porcentajes bastante menores para otros partidos (Democrático; Congreso Panafricanista de Azania; Organización Popular de Azania; Partido Comunista). *"La Constitución interina"*, comentó un observador diplomático, *"muestra básicamente que se ha alcanzado un compromiso de todas las partes. Requiere, por ejemplo, el nombramiento de dos Vicepresidentes de la República por parte de los partidos que obtengan el 20% de los votos, pero sin la participación en estas designaciones del partido ganador. Esto permite compartir el poder al más alto nivel del gobierno. Cualquier partido que obtenga el 5% o más de los votos tendrá participación en el Gabinete o Consejo Ejecutivo"*. Las autoridades que surjan de la elección se denominarán Gobierno de Unidad Nacional, cuyo mandato expira en 1999. Antes de dicha fecha no habrá otras elecciones, pero en algún momento de ese quinquenio —se piensa que para 1996 o 1997— estará lista y probablemente ratificada la Constitución permanente.

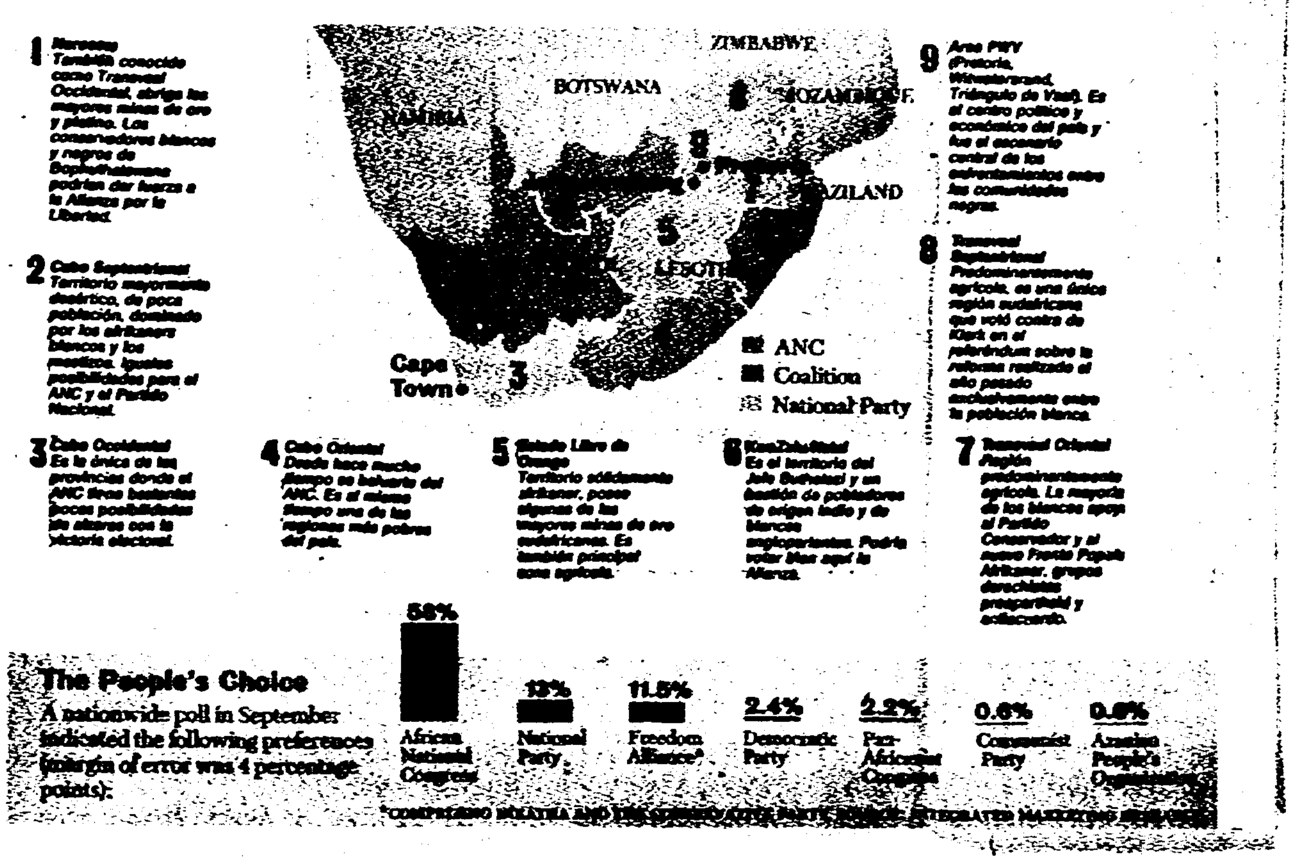
Fin de una era

"Hemos llegado al fin de una era. Millones de personas que no tenían derecho al voto podrán ahora ejercerlo. Yo mismo votaré por primera vez en mi corta vida", comentó el septuagenario líder Mandela, que estuvo preso durante 27 años hasta el 11 de abril de 1990, cuando la administración de Klerk comenzó un proceso de cambios sin par en el Estado sudafricano. Mandela agregó, en otras declaraciones, que quienes todavía abrigan temores e inquietudes deben tener en cambio confianza *"en una sociedad libre de la violencia y fundada en la tolerancia y la común condición humana"* de todos los sudafricanos. De Klerk por su parte, el otro gran artífice del acuerdo, recordó en su discurso en la madrugada en que se aprobó la nueva Constitución a quienes se oponían al acuerdo *"la profundidad de nuestro aislamiento internacional, la frustración de nuestros empresarios (...) y la asfixiante claustrofobia cultural y espiritual de nuestra sociedad"*. Un recuerdo a punto: Sudáfrica es uno de los países potencialmente más poderosos, emprendedores (y además naturalmente rico) del continente africano, el principal polo de desarrollo de toda el Africa meridional, pero su *"sistema particular"* había concluido por aislarlo virtualmente del mundo. Eso es lo que recordaban las palabras de de Klerk. Una combinación de factores que van desde la esforzada acción política de líderes como Mandela hasta la de gobernantes con visión de futuro, como de Klerk, pasando por la presión de la comunidad internacional y hasta imponderables como el peso de la historia, lograron coalescer en el gran consenso y el cambio. En los dos años de negociaciones se fue desmantelando paso a paso, el estatuto del *apartheid*, hasta que los sudafricanos, al decir de un analista francés, *"acordaron dar vuelta la página"* de la segregación. Quedan obstáculos por delante. La Constitución no es bien vista por grupos ultranacionalistas negros (los zulúes, liderados por el jefe Mangosuthu Buthelezi, que se retiraron de las negociaciones antes de que concluyeran) y blancos, como los orientados por Eugene Terre'Blanche, que habla un lenguaje de características neofascistas. Con la "Alianza por la Libertad" conforman una suerte de *"frente de rechazo"* similar en cierto modo al de los *ultras* que en el Oriente Medio rechazan cualquier diálogo árabe-israelí. En la venidera campaña política de cuatro meses se podrá ver hasta dónde los refractarios encuentran eco.

(*) La Alianza está integrada por los zulúes del jefe Buthelezi y otros cuatro pilares del "ala derechista" blanca y negra: el Partido Conservador, el Frente Popular Afrikaner y los gobiernos de los *homelands* negros de Ciskei y Bophuthatswana.

Las Nueve Provincias de de la Nueva Sudáfrica

Es factible que el ANC logre el gobierno en seis de las nueve



Representantes de Gran Bretaña e Irlanda negocian en Bruselas

PODRIA HABER ACUERDO DE PAZ EN EL ULSTER

La paz en Irlanda del Norte podría lograrse la próxima semana si concluyen con éxito las negociaciones del primer ministro británico, John Major, con su colega irlandés, Albert Reynolds.



John Major, primer ministro de Gran Bretaña, inició conversaciones con Irlanda.

Altos funcionarios británicos e irlandeses mantienen contactos en Bruselas, con motivo de la cumbre europea, en un intento contra reloj para poder superar las diferencias que todavía existen.

Si estas se superan, Major y Reynolds podrían firmar este martes o miércoles en Londres una declaración de intenciones que podrían conducir a que la organización terrorista IRA (Ejército Republicano Irlandés) abandone las armas y que se abra un proceso de negociación para el futuro del Ulster.

Pero el ministro británico de Asuntos Exteriores, Douglas Hurd, advirtió, en una entrevista en la Radio BBC, sobre los peligros de un "optimismo exagerado" sobre una inminente paz en el Ulster.

"Uno nunca puede asegurar que estas conversaciones concluyan con un acuerdo", vino a decir Hurd.

No obstante, después de su segunda entrevista en menos de dos semanas, Major y Reynolds dieron a entender ayer en Bruselas que se podría lograr un acuerdo antes de Navidades.

La impresión en Londres es que Major y Reynolds, si se llega finalmente a un acuerdo, podrían anunciarlo a sus respectivos parlamentos antes del viernes 17 de diciembre, fecha que comienza el largo receso de las vacaciones de Navidad.

Reynolds dijo en Bruselas que los problemas por resolver son mas que todo de lenguaje y semántica.

La declaración que podrían firmar ambos líderes incluiría el reconocimiento, por parte del gobierno de Dublín, del derecho del pueblo de Irlanda del Norte de determinar si la provincia quiere integrarse en una Irlanda unida o seguir como está actualmente, como parte del Reino Unido.

Las grandes dificultades hasta el momento, según observadores diplomáticos en Londres, es la negativa ó recelo del gobierno británico de aceptar la condición impuesta por Dublín, de reconocer como légitima la aspiración de una Irlanda unida.

En caso que Londres no quiera reconocerla de una manera abierta y contundente, para no enfurecer a los unionistas protestantes del Ulster, la declaración final podría decirlo en otras palabras: que Londres no tiene intereses económicos, estratégicos o egoistas de mantener la división de Irlanda en dos partes.

El gobierno británico trata, no obstante, de dejar bien en claro que no tiene la intención de "persuadir" al pueblo del Ulster de la conveniencia d[illegible] unida.

Dublín aceptaría también someter a un referéndum la eliminación de la constitución irlandesa de los artículos dos y tres que reinvindica el territorio del norte, aunque no se sabe si Londres aceptaría convocar un referéndum en el Ulster sobre la unión de la isla.

La declaración entre Londres y Dublín invitaría al Sinn Fein, el brazo político del IRA, a unirse a las negociaciones de paz que podrían tener lugar el próximo año, siempre y cuando la organización terrorista renuncie finalmente a la violencia.

Major necesita desesperadamente un acuerdo sobre el Ulster, pero sabe que no puede arriesgarse a perder el apoyo parlamentario de los nueve diputados unionistas protestantes en la Cámara de los los Comunes, quien ya han advertido de los riesgos de una "traición".

Por Alberto García Marrder [illegible]

PARTES ILEGIBLES

01-09

9400218

La violencia entre católicos y protestantes no cesa en Irlanda del Norte

Major insiste en un "diálogo exploratorio"

✻ *El gobierno de Londres confirma que está dispuesto a negociar la paz a cambio de un alto el fuego duradero*

El premier británico, John Major, confirmó ante la Cámara de los Comunes su voluntad de mantener sus controvertidos contactos con el IRA (Ejército Republicano Irlandés) y de seguir buscando los modos de llegar a una solución del conflicto en Irlanda del Norte.

Londres (ANSA)

■ "Yo creo que estos contactos son útiles", dijo Major a pocas horas de la reivindicación del asesinato de un obrero católico por el grupo protestante "Ulster Freedom Fighters" (UFF), y a tres días de la revelación de los mensajes secretos cruzados por Londres con el IRA.

Major agradeció a los diputados por "el firme apoyo" al gobierno después de esas revelaciones sobre sus contactos con el IRA. "Confío, agregó, que estos contactos ayuden al IRA a comprender que la violencia debe cesar antes de que los que la respaldan puedan participar en negociaciones con el gobierno".

Pero la violencia entre católicos y protestantes no cesa en Irlanda del Norte, tras un período de cuatro semanas de calma relativa.

Esta madrugada, un obrero católico fue asesinado con una ráfaga de metralleta al salir del turno de noche en una fábrica de Belfast, la capital del Ulster.

Un grupo de terroristas protestantes le tendió una emboscada en la playa de estacionamiento de la fábrica European Components y tiró a matar.

Durante la noche, guerrilleros católicos del Ejército Republicano Irlandés (IRA) lanzaron una granada contra la casa de un oficial de policía en Armagh. No hubo víctimas.

Ayer, antes de que los dos bandos reanudasen sus acciones de violencia, el gobierno de Londres confirmó que a partir de febrero de este año mantuvo abierto un canal de contacto con los guerrilleros independentistas católicos, y que está dispuesto a negociar la paz a cambio de un alto el fuego duradero.

Los protestantes del Ulster agrupados en las organizaciones "unionistas", que quieren seguir dependiendo de Gran Bretaña critican duramente la apertura del gobierno de Londres.

Ayer también el secretario para Irlanda del Norte, sir Patrick Mayhew, se presentó ante el Parlamento para explicar la decisión de mantener abierto un canal secreto de comunicación con los guerrilleros independentistas.

El secretario anunció que si el IRA da "en forma pública y sin equívocos, seguridades de un cese permanente de la violencia". Londres estará dispuesto a reunirse con sus representantes en enero, "para un diálogo exploratorio".

Mayhew aseguró que su gobierno no hizo "ninguna concesión" a los independentistas, y que el Ulster seguirá siendo parte del Reino Unido si así lo desean sus habitantes.

La comunidad protestante de Ulster (el 56,6 por ciento de la población) permanece dividida.



John Major reitera su decisión de diálogo (Telefoto de archivo de AFP)

Major y Reynolds buscan el modo de pacificar el Ulster

Londres (ANSA)
por Darío Castello

■ La crisis de Irlanda del Norte y los caminos para la pacificación serán discutidos mañana viernes en Dublín por el premier británico, John Major, y su homólogo irlandés, Albert Reynolds.

Ambos mandatarios comenzarán así una serie de entrevistas de trabajo destinados a resolver el problema de la violencia separatista que azota Irlanda del Norte y en especial el Ulster.

Por su parte, el presidente norteamericano, Bill Clinton, solicitó telefónicamente al jefe del gobierno de Londres que redoble sus esfuerzos para frenar la violencia en Ulster, donde actúa el Ejército Republicano Irlandés (IRA), que lucha por la independencia de Irlanda del Norte de la corona británica.

El encuentro entre Major y Reynolds servirá para comenzar a discutir las divergencias entre Londres y Dublín, y no será una cumbre bilateral como habían dado a entender en un primer momento ciertas fuentes, si bien se trata del primer encuentro de ambos primeros ministros desde el lanzamiento de la iniciativa de paz de Bruselas a fines de octubre pasado.

Dublín pretende que Londres le ofrezca ciertas garantías si renuncia a la reivindicación sobre los seis condados del Ulster.

El gobierno británico, según esta hipótesis, debería aceptar la idea de una Irlanda unificada, si la mayoría de los irlandeses del norte están de acuerdo con esta opción.

Irlanda del Norte, cuya capital es Belfast, está representada por 12 miembros elegidos en el Parlamento de Londres, y cuenta con un gobierno y un Parlamento propios. Este último, está integrado por una Asamblea de 78 miembros con limitadas funciones legislativas. El Poder Ejecutivo es ejercido por un gobernador que representa a la corona británica.

Sin embargo, todas estas instituciones fueron suspendidas como consecuencia de la guerra civil que desde el 1969 enfrenta católicos separatistas y ortodoxos unionistas, por lo cual la administración de la provincia actualmente es ejercitada directamente por el gobierno de Londres.

Irlanda del Sur, por su parte, es una república parlamentaria, ex dominio británico, cuya capital es Dublín.

Londres y Dublín lanzaron un programa para la pacificación de Irlanda del Norte y especialmente del Ulster, la zona más afectada por la violencia separatista, el pasado octubre en Bruselas, y el encuentro programado entre Major y Reynolds para el viernes en Dublín está destinado a reanudar dichas tratativas.

La noticia y la posterior confirmación realizada el pasado lunes por el gobierno de Londres sobre sus contactos secretos con el IRA, que lucha con las armas para eliminar el poder británico en la provincia, provocó mucha inquietud en los ambientes políticos, ya que hasta el momento el premier John Major había negado que existiesen tratativas con el Ejército Republicano.

02

9400218

El primer ministro británico, John Major, y su colega irlandés, Albert Reynolds, firmaron ayer en Londres un histórico acuerdo para intentar terminar con la violencia en el Ulster y los ataques terroristas del IRA, el Ejército Republicano Irlandés. Tras 25 años de sangrientos enfrentamientos, que provocaron unos 3.000 muertos y 35.000 heridos, el acuerdo propicia una amplia negociación con todos los sectores.

PRIMER PASO PARA PONER FIN A UN CUARTO DE SIGLO DE VIOLENCIA EN EL EIRE

Inglaterra e Irlanda rubricaron ayer un histórico acuerdo para el Ulster

LONDRES, 15 (EFE, Reuter y por **Philip Stephens**, del "Financial Times", especial para **Clarín**). — El **Reino Unido** e **Irlanda** firmaron hoy un acuerdo histórico que intenta poner fin a 25 años de violencia en el **Ulster** (Irlanda del Norte) y a los sangrientos ataques terroristas del **Ejército Republicano Irlandés (IRA)**.

El primer ministro británico, **John Major**, y su colega irlandés, **Albert Reynolds**, firmaron hoy en Londres una declaración conjunta por la que se reconoce el derecho de autodeterminación de los pueblos del norte y sur de Irlanda.

Con este reconocimiento, al que se oponen vigorosamente los unionistas protestantes (pro británicos), tanto Londres cuanto Dublín esperan que se pueda convencer a los terroristas del IRA de que abandonen la violencia.

Sin embargo, el brazo político del IRA, el partido **Sinn Fein**, se mostró **"decepcionado"** por los términos del acuerdo. El presidente del Sinn Fein, **Mitchel McLaughlin**, sostuvo que "la decepción es mayor dadas las expectativas tan altas que había", aunque aclaró que el documento firmado por Major y Reynolds será estudiado por su partido **"en profundidad"**.

Entre otros puntos el acuerdo recalca que Irlanda del Norte seguirá siendo parte del Reino Unido, "mientras así lo desee la mayoría", y que el gobierno británico no hará nada para persuadir a la población protestante del Ulster a cambiar de opinión.

En rueda de prensa, Major dijo que no había ningún futuro para la violencia en el Ulster e invitó, en un mensaje claramente dirigido al IRA, a quienes usaron o apoyaron la violencia a sumarse al acuerdo. **"La puerta está abierta para ellos. No tendrán una mejor oportunidad ni una mejor opción"**, señaló el primer ministro británico.

Reynolds, por su parte, calificó de "histórico" el acuerdo y reiteró que de ahora en adelante hay un "nuevo comienzo" para el Ulster.

El acuerdo propicia un proceso de negociación que se iniciará el próximo año, con la participación de todos los partidos políticos del Ulster, incluido el Sinn Fein, aunque su presencia estará condicionada a que el IRA demuestre durante tres meses que renuncia efectivamente a la violencia.

Londres aceptó finalmente la propuesta de Dublín de que se reconozca como legítima la aspiración de una Irlanda unida, y el gobierno británico afirma en la declaración que "no tiene intereses estratégicos, económicos y egoístas en el Ulster".

Las autoridades irlandesas hicieron una significativa concesión, como es la promesa de eliminar los artículos dos y tres de su Constitución por los que reclama como territorios de Irlanda los seis condados del Ulster, una vez que culmine el proceso de negociación.

El gran obstáculo ahora para el acuerdo es la oposición de los unionistas protestantes del Ulster, partidarios de seguir perteneciendo al Reino Unido, cuyos doce votos en la Cámara de los Comunes británica son decisivos para que el gobierno de Major pueda sobrevivir a una moción de censura.

El acuerdo de hoy fue el resultado de tres reuniones entre Major y Reynolds en las últimas dos semanas.

C2

03

9400218

Qué se acordó

Los puntos más importantes de la declaración conjunta sobre Irlanda del Norte firmada ayer son los siguientes:

- Diálogo: se invitó a todas las formaciones políticas que estén dispuestas a renunciar a la violencia a participar en negociaciones. El primer ministro John Major dijo que, de establecerse una tregua permanente, tres meses después podrían iniciarse conversaciones con el Sinn Fein, brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA).
- Autodeterminación: los dos gobiernos acordaron la permanencia del Ulster dentro del Reino Unido, siempre que así lo desee la mayoría de la población. Dublín admite que sería equivocado intentar imponer una Irlanda unida sin el consentimiento de la mayoría protestante que habita el norte de la isla. Se establece el mutuo reconocimiento a las libertades de culto, de ideas y actividades políticas, y a la búsqueda de cambios constitucionales por medios pacíficos y legítimos.
- Reforma constitucional: Dublín accede a enmendar la Constitución irlandesa en lo referente al reclamo del territorio del Ulster como parte indivisible de la república, aunque ello solo podría producirse dentro de un acuerdo político general que refleje puntualmente los principios por los que se establece un mutuo acuerdo en torno a la región norte de Irlanda.

Gran Bretaña e Irlanda firmaron acuerdo en busca de la paz

Londres (UPI)

El primer ministro de Gran Bretaña, John Major, y su colega irlandés, Albert Reynolds, firmaron ayer una declaración conjunta que allanar una solución pacífica para Irlanda del Norte, ofreciéndole al Ejército Republicano Irlandés la oportunidad de negociar para ponerle punto final a 25 años de violencia.

El acuerdo permitiría que el Sinn Fein, el ala política del IRA, participe en las negociaciones preliminares multipartidistas sobre el futuro de la provincia británica, tres meses después de que detenga su lucha armada.

Pero Mayor advirtió que no podía asegurar que dicha declaración traería la paz. Agregó que el IRA tendría que abandonar primero el sendero de la violencia.

"Tenemos una opción para la paz", manifestó Mayor. "Si se acata o no esa opción depende de los partidarios de la violencia y no de nosotros... Yo digo simplemente, la opción existe de una manera en que no ha existido antes. Espero que tengan la sensatez de acatarla".

"Creo que la declaración de hoy representa el primer paso... hacia la creación de un marco que pueda producir un proceso que conducirá a la paz", expresó Reynolds.

Major luego presentó un informe en el Parlamento sobre el acuerdo de siete páginas y tenía previsto dirigirse a la nación en un intento por esquivar las críticas de políticos locales.

La respuesta que ha recibido la declaración por parte de los parlamentarios ha sido positiva en general, con la notable excepción del Partido Demócrata Unionista, que la rechazó de plano.

04

SEGUNDA REUNION EN 25 AÑOS DE LA CUPULA TERRORISTA

El IRA analiza el acuerdo anglo-irlandés para el Ulster

Después de la firma del histórico acuerdo entre los gobiernos de Londres y Dublín para intentar terminar con la violencia en Irlanda del Norte, ahora se espera la respuesta del Ejército Republicano Irlandés, el IRA. El fin de semana se reunirá por segunda vez en los últimos 25 años la Convención General del Ejército, integrada por los siete grandes comandantes de la organización terrorista, para fijar su posición. Los analistas políticos de los principales diarios británicos aseguran que al IRA no le queda otro camino que aceptar un armisticio de Navidad.

LONDRES, 16 (EFE, Reuter y Laurent Zecchini de "Le Monde", especial para Clarín). — Los irlandeses esperan con gran expectativa la posición que va a tomar el comando supremo del **Ejército Republicano Irlandés (IRA)** acerca del acuerdo anglo-irlandés que puede suponer la paz para el **Ulster** después de 25 años de terror.

En medio del silencio de las armas, calladas desde hace 36 horas, los políticos y los ciudadanos, en **Gran Bretaña** y en la **República de Irlanda**, aguardan la decisión del IRA que se tendría que conocer a más tardar el domingo.

Por segunda vez en sus 25 años de historia armada, el grupo terrorista parece haber convocado a su máxima autoridad, la **Convención General del Ejército** (integrada por sus siete líderes máximos y comandantes de las columnas), para decidir si acepta o rechaza la declaración de principios firmada por los gobiernos británico e irlandés. En febrero, el IRA habría hecho saber al gobierno que estaba dispuesto a negociar una salida al conflicto que produjo la muerte de más de 3.000 personas y heridas graves a 35.000.

De acuerdo a los analistas de los principales diarios londinenses, con la firma del acuerdo en el día de ayer, el primer ministro británico, **John Major**, y el irlandés, **Albert Reynolds**, han **"pasado la pelota"** a los terroristas quienes **"tienen muy pocas salidas como para no aceptar el inicio de conversaciones de paz"**.

Reynolds había advertido durante la presentación del histórico documento, que **"la puerta está abierta. No habrá mejor oportunidad y no tendrán mejor opción"** en referencia a los grupos terroristas.

Los comentaristas señalan que un rechazo del IRA de esta propuesta, después de tantas advertencias, dejaría al grupo terrorista sin el apoyo popular del que habitualmente goza.

Sin embargo, los observadores consideran que el abandono de las armas puede crear una situación aún más sangrienta si grupos más jóvenes dentro de la organización deciden la escisión para emprender la violencia por su cuenta.

Tras el documento conjunto hay una intención de los gobiernos de **Londres** y **Dublín** de aunar fuerzas contra el terrorismo, con la actuación conjunta por primera vez en la historia del Ulster de ambas fuerzas de seguridad.

Mientras llega la respuesta del IRA, el **"Sinn Fein"** ("Nosotros solos", en gaélico), rama política de la organización terrorista, ha roto su silencio para señalar que **"estudiará la declaración conjunta sobre Irlanda del Norte"**.

El presidente del "Sinn Fein", **Gerry Adams**, afirmó hoy que este análisis **"llevará tiempo"** y recordó que no puede haber **"respuestas rápidas"** en estos asuntos.

El documento reconoce el derecho de la autodeterminación de todos los irlandeses sobre el futuro de Irlanda del Norte, pero también ofrece garantías a la población del Ulster de que podrán seguir siendo miembros de Gran Bretaña si este es su deseo mayoritario.

Además el documento ofrece la posibilidad de **"conversaciones exploratorias"** entre el gobierno de Londres y el "Sinn Fein", para su posterior inclusión en un foro sobre Irlanda del Norte, si el IRA abandona las armas por un plazo mínimo de tres meses.

El encargado británico para el Ulster, **Patrick Mayhew**, explicó que no sería necesaria una entrega de las armas en una primera fase, en la que el gobierno se conformaría con un cese **"en la justificación de la violencia como futuro para Irlanda del Norte"**.

Pero **Ian Paisley**, el líder de los unionistas democráticos (protestantes pro británicos), dijo que no aceptará el acuerdo y que prefiere la independencia antes que **"someterme a la bota de Dublín"**.

"Soy unionista y deseo permanecer en la Unión (con Gran Bretaña), pero si tengo que decidir entre formar parte de una Irlanda unida o no, elegiré quedarme afuera", dijo el duro líder anticatólico.

El IRA, sin otro camino que la paz

Análisis: observadores británicos e irlandeses coinciden en señalar que la postura conjunta adoptada por ambos países deja sin alternativas a la organización terrorista.

LONDRES, 16 (Reuter). – El IRA no tiene otra alternativa que deponer las armas y hablar de paz ahora que los gobiernos británico e irlandés acordaron una postura conjunta sobre Irlanda del Norte, comentaron hoy funcionarios británicos.

"Si no asumen una actitud positiva, ¿qué será de ellos? Se encuentran en absoluta soledad", dijo un alto colaborador del primer ministro británico John Major.

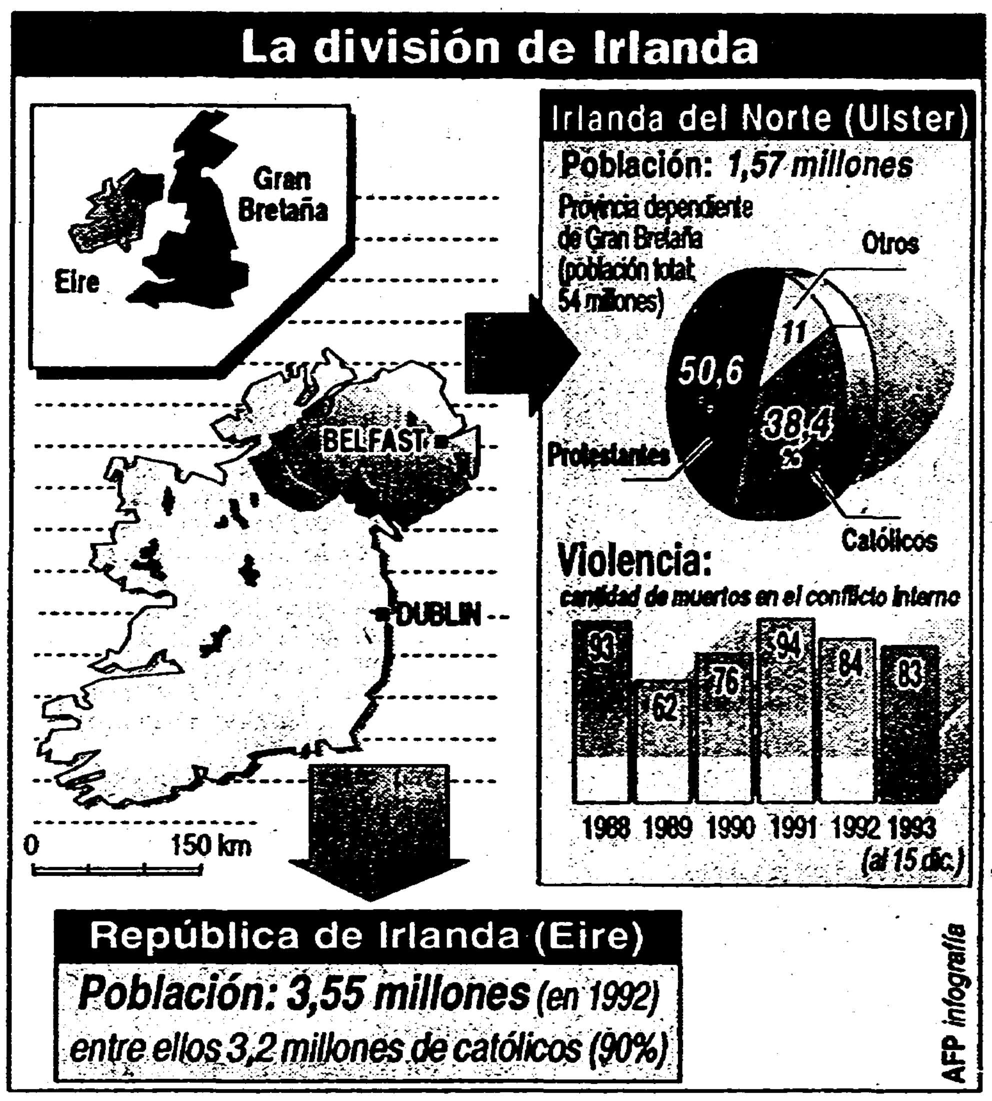
La declaración de principios, firmada ayer por Major y su par irlandés, Albert Reynolds, dejó en un vacío político al proscripto Ejército Republicano Irlandés (IRA), manifestó el funcionario.

Con los dos gobiernos en una postura común y los dirigentes nacionalistas moderados del Ulster a favor de la declaración de principios, no le queda al IRA otra alternativa que hablar de paz.

"Sólo puede irse en un sentido. Carecen de una base de poder", dijo el ayudante de Major.

Gran Bretaña negó que la declaración –en la que afirma no abrigar ningún designio egoísta sobre la provincia y reconoce la posibilidad de una Irlanda unida– sea una capitulación ante las tácticas terroristas del IRA ni tampoco que esté lista para negociar con los guerrilleros.

Pero el secretario para Irlanda del Norte, sir Patrick Mayhew, destacó su disposición a entablar contactos con el Sinn Fein, ala política del IRA, en el breve lapso de tres meses, siempre que los comandantes del ejército guerrillero aseguren el cumplimiento de un cese del fuego.



"No procede el regateo en una democracia con una organización política que usa la violencia para alcanzar sus fines políticos", dijo Mayhew en una entrevista radial de la BBC.

El sector protestante

El Sinn Fein ha sido parco en su reacción al acuerdo cojunto, que sigue a casi dos años de "contactos" secretos entre la guerrilla y sus adversarios en el gobierno británico. Un vocero del Sinn Fein dijo que el grupo se sentía "decepcionado".

Los dirigentes "unionistas" de línea dura, del sector protestante de Irlanda del Norte, que han estado en la acera de enfrente durante 25 años de conflicto político y sectario, desestimaron de plano las sutilezas de Mayhew.

Su líder, el vehemente predicador y político Ian Paisley, advirtió que el Norte bajo dominio protestante preferiría la independencia a ver cómo los británicos deshacían 300 años de unión con la provincia.

"Soy un unionista que quiere permanecer en la unión, pero si tengo que decidirme sobre si ingresar a una Irlanda unida o no, optaría por no ingresar a una Irlanda unida", dijo Paisley, cuyo partido ocupa tres bancas en el Parlamento.

La única alternativa, indicó, era ponerse "bajo los talones" de la república de Irlanda con predominio católico.

Viejos rencores

Reynolds usó un tono conciliador para suavizar los viejos enconos y temores de los unionistas del Ulster y para atraer al Sinn Fein a la mesa de negociaciones.

Hablando en Dublín, recomendó tomar con mesura las primeras reacciones a la declaración. Era importante, señaló, "que cada uno se tome su tiempo" para estudiar la declaración de principios.

Algunos políticos británicos, que Major deberá llevar consigo en su riesgosa misión encaminada a resolver el conflicto civil más viejo del mundo, pidieron a Mayhew que no entablara conversaciones con el IRA hasta tanto los guerrilleros hayan entregado sus armas y explosivos.

Pero Mayhew rechazó esto como poco práctico, y dijo que las fuerzas de seguridad continuarán buscando a los miembros del IRA y sus arsenales.

"Debemos sostener la legislación penal. Cualquiera que conserve armas en infracción de la ley será procesado en la forma ordinaria", dijo Mayhew en la entrevista radial.

Sorpresa a la irlandesa

por Pablo Aragón
especial para *El Observador*

SE TRATA, CON toda probabilidad, de una de las guerras religiosas más antiguas de Europa. En el Ulster, el rincón nororiental de la isla de Irlanda, se libra la última guerra de la Reforma, en una lucha sórdida, de la que no están ausentes los demonios de la contemporaneidad, bajo la forma del extremismo terrorista.

Historiar las cuitas irlandesas sería largo y laberíntico: hunden sus raíces en la Reforma, las guerras de conquista británicas de la era isabelina, la sujeción final bajo Guillermo III. Los aspectos más ostensibles de esta frustración nacional fueron la colonización por violencia, la hambruna, el exilio forzoso y la miseria. "Nunca existió — afirmó el duque de Wellington— un país en el que la pobreza existiera en la dimensión en que existe en Irlanda."

La independencia, lograda en 1921, no pudo incluir en el Estado Libre de Irlanda primero y Eire después a las provincias del Ulster, rica "plantación" protestante desde los tiempos de Cromwell, dictador republicano. Desde entonces, Dublín ha luchado con cuanto recurso tuvo a mano a fin de obtener el retorno de su hermana industrializada y protestante al redil rural y católico de la República.

En 1972 los términos artificiales en los que transcurría el dominio británico en el Ulster se vieron sacudidos por la explosión de violencia que llevó al fin del gobierno autónomo del norte de Irlanda y precipitó a la región en un círculo infernal de atentados entre facciones religiosas que ya ha cobrado más de 3.000 víctimas, sin contar el astronómico costo que para Londres significa mantener allí un virtual ejército de ocupación de más de 17.000 efectivos.

Romper el anillo de hierro de la violencia en el Ulster no es fácil: los monárquicos protestantes ("unionistas") de la región son mayoría y se niegan a considerar siquiera una fusión con la república católica del Eire, donde el gaélico es idioma oficial y el divorcio no es admitido. Varios siglos han tornado a los "unionistas" en tan irlandeses como los católicos asentados allí desde la era celta y Londres no tiene la fuerza para abandonarlos a su suerte, tan fuerte es la historia y la docena de votos parlamentarios de los que podría depender la caída de cualquier gobierno.

El nudo gordiano de Irlanda comenzó, sin embargo, a ser desatado en noviembre de 1985, cuando la entonces primera ministra Margaret Thatcher pactó con su par irlandés, el "Taoiseach" Garret Fitzgerald un arreglo en el que se dejaba a salvo la voluntad mayoritaria de la población del Ulster en la definición de la suerte de la región, reconociendo, sin embargo, a Dublín un rol "consultivo" en el gobierno de la disputada manzana.

El arreglo de 1985 no pudo poner fin, sin embargo, al conflicto, y la persistencia de la violencia terrorista en manos de grupos paramilitares "unionistas" y efectivos del ilegal Ejército Republicano Irlandés (IRA) impulsó al gobierno británico que encabeza John Major a buscar, desde mediados de este año, un acuerdo que lleve a Irlanda algo del asombro que el mundo necesita después del desplome del comunismo, el fin del apartheid en Sudáfrica o el diálogo oficial entre Israel y la OLP.

La tarea no era fácil, por cuanto implicaba que Londres debería, a alguna altura del trayecto, abrir canales de diálogo con el IRA, una organización paramilitar creada en 1916 con el loable propósito de poner fin al dominio británico en Irlanda, pero degenerada con el tiempo por su compromiso con una "república socialista irlandesa" o, desde 1969, con la violencia terrorista indiscriminada que impulsaba su ala "provisional".

El acuerdo finalmente obtenido el 15 de diciembre entre Major y el "Taoiseach" Albert Reynolds consagra una aproximación inteligente al dilema. Adornada por una redacción que más semeja a pasos de ballet que a la jerigonza burocrática de Whitehall, el documento reconoce la fuerza del acuerdo y la cooperación entre el norte y el sur como único camino a la paz.

Reconociendo expresamente los derechos de la mayoría protestante del Ulster —sin cuyo consentimiento ninguna solución se ve como posible— Dublín y Londres convinieron en aceptar la necesidad de reformar la Constitución irlandesa como paso previo a la reconciliación, al tiempo que el rechazo a toda "estrategia egoísta o interés económico" del Reino Unido en el Ulster. Y el corolario de la sorpresa: la renuncia a la violencia por tres meses abriría el camino a un diálogo directo con Sinn Féin ("Nosotros Solos"), el grupo político extremista de izquierda que opera como intermitente rama política del IRA.

El insólito acuerdo representa el punto más cercano al que británicos e irlandeses han llegado en la búsqueda de una solución para el Ulster. Previsiblemente, ha despertado la resistencia de los "unionistas" extremistas como el reverendo Ian Paisley, pero una actitud más positiva en el Sinn Fein y, tal vez, en algunos sectores del mismo IRA. Si la fuerza del acuerdo logra extender al año próximo la tradicional tregua navideña de los terroristas, Major y Reynolds podrían haber abierto las compuertas de la paz para el norte de Irlanda.

Décadas de violencia deberían, a esta altura, persuadir a las partes de las bondades del acuerdo. Tan atrás como en 1844 razonaba en los Comunes el historiador Macaulay en relación a Irlanda: "¿Cómo gobernarla? No por amor, sino por miedo (...), no por la confianza de sus gentes en las leyes y su apego a la Constitución, sino por medio de hombres armados y campos atrincherados". A veces da pena lo poco que se atiende a los académicos. ■

07

Major y Reynolds responden a las exigencias del líder del Sinn Fein, de realizar negociaciones directas

Ulster: sin paz no habrá diálogo con el IRA

El primer ministro británico, John Major, llegó ayer en un viaje sorpresivo a Irlanda del Norte para una visita de un día, una semana después de la firma de la declaración de paz para el Ulster.



Tercera visita en 1993
En esta oportunidad, John Major invitó al IRA a renunciar a 25 años de violencia

Major llegó a la base de la Fuerza Aérea Real (RAF) en Aldergrove, en las afueras de Belfast, rodeado de fuertes medidas de seguridad. Una vez en Belfast, Major pidió al líder del Sinn Fein, Gerry Adams, que recoja el reto y acepte la declaración de Downing Street. El primer ministro señaló que el Reino Unido no puede estar "esperando eternamente" a que el Sinn Fein acepte la declaración, así como que debería "recoger el guante de paz arrojado, aprovechar esta oportunidad de paz" y reunnciar a 25 años de violencia. Precisó que "no puede haber retrasos interminables".

Major rechazó el martes la propuesta de Adams de que haya aclaraciones "sobre todos los temas involucrados", aduciendo que no podrá haber conversaciones sin que antes reine la paz.

El primer ministro reiteró igualmente su rechazo a considerar una amnistía para los terroristas que cumplen condena por delitos de terrorismo, como parte de las condiciones para iniciar las conversaciones para la pacificación de Irlanda del Norte. "Nosotros no ofrecemos amnistías. El gobierno no acostumbra a soslayar los crímenes perpetrados", manifestó Major, en lo que constituye el más categórico rechazo de parte del primer ministro a los pedidos del Sinn Fein y otros grupos republicanos por una amnistía para unos 700 prisioneros del IRA.

El apoyo de Reynolds

Mientras tanto, en Dublín, el primer ministro irlandés, Albert Reynolds insistió ayer en que la declaración de paz para el Ulster no es "una base para la negociación".

Reynolds dijo en el Parlamento irlandés que la oferta anglo-irlandesa, firmada la semana pasada en Londres, es una "declaración de principios, no una base para la negociación". "El texto establece que las negociaciones sólo pueden llegar una vez que la paz haya sido lograda", añadió Reynolds, reafirmando las declaraciones de Major.

Las palabras tanto del primer ministro irlandés como de su colega británico se produjeron un día después de que el líder del Sinn Fein pidiera conversaciones "directas y sin condiciones" con los gobiernos del Reino Unido e Irlanda.

La fórmula de paz anglo-irlandesa, firmada por Reynolds y Major establece que el Sinn Fein podrá entrar a las conversaciones exploratorias sobre el futuro del Ulster después de un período de tres meses en el cual el IRA debe demostrar que renuncia definitivamente a la violencia. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias EFE y Reuter)*

Rotunda negativa a un diálogo por el IRA

LONDRES y DUBLIN, 22 (ANSA, EFE y Reuter). — Los primeros ministros británico, **John Major**, e irlandés, **Albert Reynolds**, rechazaron hoy la propuesta del **Sinn Fein**, brazo político **del Ejército Republicano Irlandés (IRA)**, de entablar un diálogo directo sobre el futuro del Ulster.

Gerry Adams, presidente del Sinn Fein, había reclamado ayer el inicio de negociaciones directas entre su partido y los gobiernos británicos e irlandés. Además había pedido aclaraciones sobre algunos puntos del acuerdo firmado el miércoles entre Major y Reynolds para lograr la pacificación en Irlanda del Norte.

Reynolds desde Dublin y Major desde Belfast (donde efectuó una imprevista visita de 24 hóras) aseguraron que sobre la declaración anglo-irlandesa firmada el 15 de este mes no hay nada que discutir.

"La declaración suscripta hace una semana es una afirmación de principios y no una base para la discusión", señaló el primer ministro irlandés, contestando a Adams.

Major, tras su arribo a la ciudad norirlandesa de Belfast, declaró: **"Hay una oportunidad significativa para lograr la paz. Le corresponde al Sinn Fein aprovecharla o no".**

El primer ministro británico agregó, con términos similares a los de su par irlandés, que la declaración de principios sobre el Ulster es perfectamente clara y que no son necesarias negociaciones ulteriores.

"Si Adams quiere alguna aclaración sobre el texto firmado, se la brindaremos, pero lanzar cada día una idea nueva para discutir, con el objetivo de ganar tiempo, es algo que no estoy dispuesto a tolerar", señaló Major.

Un día antes de proponer un diálogo directo con los gobiernos de Londres y Dublín, Adams había reclamado, como parte de las tratativas de paz para el Ulster, una amnistía general para todos los prisioneros del IRA que se encuentran encarcelados por el gobierno británico acusados de participar en asesinatos y atentados con bombas.

"Nosotros no ofrecemos amnistías. Los delitos no resueltos seguirán siendo investigados. Nuestro gobierno no acostumbra soslayar los crímenes perpetrados", declaró Major, haciendo referencia a los presos del IRA.

El terrorismo, tanto del Ejército Republicano Irlandés como de las organizaciones paramilitares protestantes, causaron en Irlanda del Norte más de 3.000 muertes en los últimos 25 años.

Los gobiernos del Reino Unido e Irlanda se oponen a mantener contactos con el Sinn Fein hasta que el IRA renuncie públicamente a la violencia e inicie una tregua.

El acuerdo anglo-irlandés establece que el Sinn Fein recién se puede incorporar a las negociaciones sobre el futuro del Ulster después que hayan pasado tres meses de alto el fuego efectivo por parte del IRA.

La declaración firmada por Major y Reynolds reconoce la "legitimidad" de la población del Ulster, tanto católica como protestante, para decidir su futuro, contempla la posibilidad de una Irlanda unificada como parte del Reino Unido, y establece los mecanismos de reforma de la Constitución irlandesa para reflejar en ella el acuerdo suscripto.

Concluyó en Irlanda del Norte la tregua de Navidad decretada en forma unilateral por el Ejército Republicano Irlandés, el IRA, sin que se conozca una respuesta de los terroristas al acuerdo de paz propuesto por los gobiernos de Londres y Dublín. Se cree que los más altos dirigentes del IRA se reunieron este fin de semana con algunos de los 140 presos de esa organización que obtuvieron licencias para pasar la festividad con sus familiares y que en las próximas horas presentarán su contrapropuesta a la Declaración de Downing Street firmada por los premiers John Major y Albert Reynolds hace dos semanas.

INFORME ESPECIAL

AL CONCLUIR UNA TREGUA DE TRES DIAS, EL PREMIER IRLANDES EXHORTO A DEPONER LAS ARMAS

El IRA, entre dos fuegos y jaqueado por una puja entre duros y dialoguistas

LONDRES, 26 (Por **María Laura Avignolo**, especial para **Clarín**). — Impecable como un parlamentario, **Gerry Adams** —líder del **Sinn Fein**, brazo político del católico **Ejército Republicano Irlandés** (IRA)— gesticulaba frente a la cámara el mismo día que el premier **John Major** visitaba inesperadamente **Belfast**, el corazón de la guerra civil en **Irlanda del Norte**. Pero ningún británico ha podido aún escuchar sus palabras. Una voz de un actor con acento irlandés remplazaba a la suya y decía que el Sinn Fein —"Nosotros solos" en gaelico— exigía una amnistía para los presos políticos antes que diera comienzo una negociación por la paz.

La ridícula escena recordaba a las prohibiciones que rigen en cualquier dictadura tropical en tiempos de "guerra sucia". Desde el gobierno de **Maggie Thatcher**, ninguna voz de un miembro del Sinn Fein o del Ejército Republicano Irlándés puede ser emitida por la radio o la televisión británica, so pena de ser acusada de complicidad con el terrorismo. El actor es el último hallazgo de la prensa para burlar la disposición.

En plena **"iniciativa de paz"** para terminar con el anacrónico conflicto de Irlanda del Norte en la frontera del siglo XXI, la censura continúa vigente. La voz de Gerry Adams es un privilegio que sólo conocen los periodistas que lo entrevistan en estos agitados días navideños.

Después de 25 años de violencia, un texto de 2.500 palabras elaborado detalladamente por el premier británico John Major y su colega irlandés **Albert Reynolds**, la semana pasada, ofrece a los católicos y protestantes de Irlanda del Norte —envueltos en una guerra civil religiosa desde 1621— una alternativa de paz.

El gobierno británico está de acuerdo en que sólo corresponde al pueblo de Irlanda ejercer su derecho a la autodeterminación sobre la base de un acuerdo entre católicos y protestantes si ese es su deseo.

El primer ministro irlandés, **Albert Reynolds**, reconoce que sería equivocado tratar de imponer una Irlanda unida, con la ausencia del consentimiento libre de la mayoría de la población de **Irlanda del Norte**.

La propuesta ofrece un diálogo con los partidos políticos. El acuerdo debe suponer el fin de la violencia paramilitar, ejercida por el católico ejército republicano irlandés y los paramilitares protestantes "UVF" y "UFF" mejor armados, inmanejables y con igual número de muertos y masacres. La iniciativa no los obliga a entregar las armas sino a no disparar un solo tiro ni recurrir a la violencia por tres meses.

El secreto de la negociación reside en saber hasta qué punto el dialoguista Sinn Fein y sus máximos líderes, **Gerry Adams** y **Martin Mc Guinness**, pueden defender las conversaciones ante los jefes militares del IRA, al que representan políticamente.

Las bombas que mataron a 11 protestantes en Belfast el fin de semana, y las amenazas de explosivos —que provocaron el mayor caos de tráfico que recuerde la historia de Londres el martes— demuestran que no hay una sola opinión en el IRA con respecto a la paz.

La ruptura o una división profunda en la cúpula militar del IRA ha quedado demostrada. McGuinness —que participó 20 años atrás en las secretísimas negociaciones por la paz con el gobierno británico— fue siempre para los servicios de inteligencia ingleses el máximo líder del IRA. Pero ahora es un moderado. El ala militar ha incorporado jóvenes ultras a sus filas, que han escalado rápidamente en la estructura del ejército republicano irlandés y se oponen a cualquier transacción.

Desde la cárcel, los más virulentos cuadros del IRA exigen a sus líderes una amnistía para los presos como primer paso de la negociación.

Entre dos fuegos, Adams y Mc Guinness se las arreglan para dejar conformes a tirios y troyanos. El Sinn Fein ha dicho oficialmente que debe "analizar" el documento escrupulosamente y exigió una amnistía como paso previo.

La respuesta de Albert Reynolds, el premier irlandés, fue terminante: **"Tómenlo o déjenlo. La iniciativa de paz es una declaración de principios y no la base para una negociación".**

En tanto, los paramilitares protestantes **se han quedado** sin estrategia en los acontecimientos. Durante años, sus actos de terrorismo se basaban en vengar los asesinatos del IRA, pero sus objetivos políticos fueron siempre más difusos.

MALVINAS

LONDRES (Especial). — Los **kelpers** deben analizar cuidadosamente la **"cuestión irlandesa"**. La autodeterminación que el premier John Major ofreció a Irlanda del Norte podría ser una solución que puede llegar a las islas Malvinas tan inesperadamente como alcanzó ahora a los católicos y protestantes del Ulster.

Major no solo está dispuesto a dejar su impronta en la nueva era de la modernidad de la **Unión Europea**. Quiere ser diferente de Maggie Thatcher y el perfil elegido es el del **"pragmatismo flemático"**.

La defensa del imperio y sus colonias no es prioridad para Major. Después de haber vencido a su manera la recesión británica, el premier está dispuesto a reducir drásticamente los gastos del Ministerio de Defensa porque le preocupan mucho más las demandas sociales en un país repleto de **"homeless"**. Si la paz es posible en Irlanda, las tropas podrán retirarse y Major habrá cumplido su doble objetivo: economizar y pacificar.

El otro gran gasto es **"la fortaleza Malvinas"** y la solución puede ser tan pragmática como la del Ulster, según los expertos en diplomacia británica.

EL 95% DE LOS EMPRESARIOS APOYA LA NEGOCIACION

Los irlandeses quieren la paz

LONDRES (Especial). — Después de 25 años de terror, muerte, torturas y guerra civil, la opinión pública de Irlanda del Norte mayoritariamente quiere la paz.

En una encuesta realizada entre 50.091 personas consultadas en el **Ulster**, el 51,3 por ciento cree que la declaración conjunta anglo-irlandesa es el **"primer paso"** para conseguir la pacificación en la región y el 48,7 por ciento está en desacuerdo. Unas cifras que remplazan al escepticismo que reinaba apenas unos meses atrás, cuando las matanzas entre protestantes y católicos se intensificaron.

Un 95 por ciento de los empresarios del Ulster ve con buenos ojos la participación del **Sinn Fein**, la rama política del IRA, en el proceso para decidir el futuro de la provincia británica. **Justifican su participación si el IRA abandona la violencia. Los hombres de negocios consultados por el "Financial Times" creen que ni los violentistas del IRA ni los paramilitares protestantes pueden ser derrotados por las armas.**

En el histórico comunicado conjunto del premier británico John Major y el irlandés Albert Reynolds de la semana pasada se propuso el derecho a la autodeterminación en la convulsionada provincia británica de Irlanda del Norte.

Pero los sondeos realizados en la República de Irlanda muestran que el 70 por ciento de los irlandeses **prefieren que el futuro del Ulster se configure a través de un "acuerdo político negociado"**. Solo el 30 por ciento considera **"favorable"** que las dos Irlandas **se unan**.

09-09

9400218

Culminan las negociaciones entre el gobierno angoleño y la UNITA

«NEGOCIACIONES NERVIOSAS»

Las cuestiones militares vinculadas al proceso de paz angoleño en discusión desde hace tres semanas en la capital zambiana, Lusaka, fueron finalmente definidas con un consenso que se logró al final de discusiones cualificadas como «muy nerviosas».

Las delegaciones del Gobierno y UNITA fueron presididas en la última sesión de la comisión militar, respectivamente, por los generales Higino Carneiro y Arlindo Chenda Pena Ben-Ben y asesoradas por representantes de los observadores (EEUU, Rusia y Portugal) y de las Naciones Unidas.

Con el fin de los trabajos de la comisión militar, se logró el consenso completo sobre el alto el fuego, y se definieron todos los elementos de la retirada de las fuerzas de UNITA de las zonas ocupadas en los últimos 13 meses de guerra.

La segunda guerra civil angoleña estalló en octubre del año pasado cuando el movimiento de Jonas Savimbi no reconoció los resultados de las primeras elecciones democráticas realizadas en el país bajo supervisión de las Naciones Unidas y ganadas por el gubernamental MPLA.

Uno de los puntos que dio mas trabajo para se llegara a un consenso fue el momento en que los soldados de UNITA depondrían las armas.

Después de varios dias de «impasse» y cuando la ruptura de las negociaciones parecía inminente, la dirección politica de UNITA resolvió aceptar el pasado viernes las condiciones y garantías de los observadores y las Naciones Unidas, consentiendo que sus hombres entregen las armas a los «cascos azules» a la entrada de las areas designadas para su acantonamiento.

Otra importante cuestión fue la de determinar el momento en que los generales y restantes oficiales de UNITA se tienen que integrar en las Fuerzas Armadas.

El Gobierno insistía que el eventual retraso de la integración de los generales de UNITA en las FAA «sería sospechoso y suceptible de animar situaciones extremadamente peligrosas», posición ésta apoyada por los observadores.

UNITA, en caso de retrasar la entrada de sus generales continuaría, en opinion del Gobierno, manteniendo el cuerpo de su Estado Mayor con graves riesgos para la «consolidación del proceso de paz y recuperación de confianza».

Con la inclusión de unos 40.000 elementos de UNITA en las formaciones de las Fuerzas Armadas se registrará un crecimiento sustancial de oficiales y soldados del ejército, lo que causará problemas de acomodación y alimentación, que era preciso definir.

Otro punto sensible eran los mecanismos y modalidades de selección de los militares de UNITA para el ejército nacional.

Mientras UNITA insistía en la incorporación de los «mas capaces», el Gobierno asumió la posición de que se tienen que aplicar los métodos habituales del reclutamiento regular, teniendo en cuenta ante todo la edad de los soldados.

Ayer en Lusaka se iniciaron las conversaciones políticas, no menos importantes, en sesiones plenarias por voluntad expresa de ambas partes.

El primer tema de discusión es la reconciliacion nacional donde destacan cuestiones como la segunda vuelta de las elecciones presidenciales, la atribución de ministerios y puestos de gobernador a UNITA, futuro estatuto de Jonas Savimbi y otras. (efe)

Angola

SE REANUDA EL DIALOGO

El representante especial del Secretario General de la ONU en Angola, el maliense Aliun Blondin Beye, afirmó que «cree firmemente» en las declaraciones del líder de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), Jonas Savimbi, sobre el reinicio de las negociaciones de paz en Lusaka el próximo cinco de enero.

La ronda de Lusaka fue interrumpida a petición del líder de UNITA el pasado viernes después de 38 días de negociaciones.

Las declaraciones optimistas de Beye contradicen las informaciones de fuentes militares angoleñas que confirman «nuevos movimientos» de fuerzas de UNITA en el norte, centro y sur del país.

Angola: acuerdo Gobierno-Unita

Lobakh (IPS)

El gobierno y los rebel[illegible] de Angola han comple[illegible] los detalles para procla[illegible] un cese el fuego bilateral [illegible] creación de un ejército [illegible] unificado, dijo un [illegible] que sigue las [illegible] de paz en esta [illegible].

La fuente agregó que las [illegible] discuten ahora [illegible], incluido el pa[illegible] desempeñarán los al[illegible] de la Unión Nacional [illegible] la Liberación Total de [illegible] (Unita) en un futuro [illegible]

Luanda - *El presidente angoleño José Eduardo dos Santos y el jefe guerrillero Jonas Savimbi acordaron mantener conversaciones destinadas a poner fin a la guerra civil más sangrienta de Africa y evitar la continuación del hambre, dijeron ayer versiones de prensa.*

Las negociaciones que se estuvieron efectuando durante seis semanas fueron suspendidas el 24 de diciembre, para permitir a ambos bandos mantener consultas con sus respectivos dirigentes. (AP)

Cumbre de los países de la «Línea del Frente»

SE EXIGE MAYOR PRESION SOBRE LA UNITA

Estados Unidos, Rusia y Portugal deben tomar las medidas necesarias para convencer al Gobierno de Luanda y a los guerrilleros de UNITA de que pongan fin a la guerra civil en Angola, subrayaron los líderes de los siete países de Africa Austral de la «Línea del Frente».

Un comunicado difundido tras la cumbre celebrada en Harare por esa organización expresó su preocupación por las consecuencias de la guerra angoleña y pidió a los gobiernos de Washington, Moscú y Lisboa que prosigan sus esfuerzos para que el Gobierno de Angola y la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA) lleguen pronto a un acuerdo.

Estados Unidos, Rusia y Portugal participan como observadores en el proceso de paz angoleño desde la firma, en mayo de 1991, de los acuerdos de paz entre el Gobierno de Luanda y UNITA.

La organización de Países de la Línea del Frente - Angola, Botsuana, Namibia, Mozambique, Tanzania, Zambia y Zimbabwe- fue creada para luchar contra el régimen de segregación racial en Sudáfrica, aunque también se ocupa de otros problemas de la región.

ONU CONFIRMAN QUE NO HUBO ATENTADO CONTRA SAVIMBI

El representante de la ONU en Angola, Aliun Blondin Beye, aseguró que el Gobierno de Luanda no atentó contra el líder guerrillero de UNITA, Jonas Savimbi, el pasado día 11 en la ciudad de Kuito, como denunció el movimiento rebelde.

La conclusión de la Comisión de Investigación de Naciones Unidas, compuesta por oficiales de Estados Unidos y Portugal, fue dada a conocer al Gobierno y otros países participantes en la Cumbre de la llamada «Línea del Frente».

Fuentes próximas a la delegación presidencial angoleña confirmaron que Beye había anunciado que si UNITA insistía en la interrupción de las negociaciones, el Consejo de Seguridad podría aplicar un nuevo «paquete» de sanciones contra los rebeldes

(efe)

La población saqueó comercios

EL GOBIERNO ANGOLEÑO REQUISO MERCANCIAS DE EXTRANJEROS

El Gobierno angoleño ordenó que se requisasen todas las mercancías existentes en los almacenes de empresas que pertenecían a los extranjeros expulsados del país.

La incautación, medida extremamente inhabitual en los últimos años en Angola, fue ordenada mediante un despacho conjunto de los ministros del Interior, Hacienda y Comercio en una acción promovida para suprimir la especulación masiva con bienes de consumo básicos.

Entre las empresas cuyas mercancías fueron requisadas se encuentran la «Campex» (ASICO), la «Nataly's Group» y «Carmovel Lda.», que se dedicaban al comercio general, y a la importación de alimentos, en particular.

Según los observadores, las autoridades angoleñas se vieron obligadas a adoptar esta medida ante el saqueo de varios de estos almacenes por los pobladores pobres de los barrios suburbanos, ocurridos en la noche pasada.

El saqueo de los almacenes tuvo lugar horas después de que las autoridades anunciaran que habían expulsado a un grupo de 28 extranjeros acusados de «desestabilizar financiera, económica y socialmente» la vida de la población angoleña.

El comunicado, firmado por los ministros de Interior, Finanzas y Comercio, confirma que los extranjeros detenidos tienen que abandonar el país antes de la medianoche de hoy, miércoles.

Los almacenes saqueados pertenecían a ciudadanos libaneses, israelíes, indios, iraníes, egipcios y qataris.

El despacho justifica la medida con la situación de carencia general en el país provocada por la situación de guerra y de destabilización ecónomica y la escasez de reservas de productos alimenticios bajo control del Estado.

En la acción conjunta de la Policía Nacional y la Seguridad del Estado, que tuvo lugar durante las últimas 24 horas, fueron requisadas igualmente grandes cantidades de drogas, armas, miles de millones en dinero de curso legal y diamantes en bruto por varios millones de dólares.

La detención de los comerciantes libaneses, que controlaban el mercado negro de las divisas, hizo caer hoy bruscamente el valor del dólar en el mercado «paralelo», de los 110.000 a 75.000 kuanzas (NKZ, moneda nacional) por un dólar.

02-02

Nº DOCUMENTO 9400220
TITULO Pte. surcoreano ordenó limpiar de corrupción el ejército.
PROCEDENCIA L. J.
FECHA 30/12/93
VINCULACION 11876 —
507488 —
11302 —
11163 —

Corea

ORDENAN LIMPIAR DE CORRUPCION EL EJERCITO

El presidente surcoreano, Kim Young-sam, el primer titular civil del cargo en los últimos 30 años, ordenó una limpieza general en el Ejército y acusó a pasados gobiernos de ocultar corrupción en él.

El Gobierno ha prohibido la salida del país de Choi Se-chang, ex ministro de Defensa y ex jefe del Estado Mayor del Ejército, que ocupó sus cargos durante el mandato del anterior presidente, Ro Tae-wu.

Choi y seis empresarios civiles serán el centro de una investigación sobre posibles prácticas corruptivas por contratos de armamentos por los que el Gobierno pagó comisiones exageradas.

01-01 9400220

DOCUMENTO 9400221
TITULO Aidid visita Kenia pidió colaboración para proceso de paz en Somalia.
PROCEDENCIA L.J.
FECHA 30/12/93
VINCULOS 11876 –
507608 –
507661 –
11164 –
11399 –

Kenia

VISITA DE AIDID

El líder guerrillero somalí Mohamd Farah Aidid pidió al presidente de Kenia, Daniel Arap Moi, su colaboración en el proceso de paz en Somalia, informaron fuentes oficiales kenianas.

Aidid llegó el miércoles a Nairobi procedente de Adis Abeba y se trasladó de inmediato a la aldea natal de Moi, Nakuru, unos 150 kilómetros al noroeste de la capital keniana, donde se entrevistó con el presidente de la República.

Aidid tiene previsto viajar asimismo a Uganda y Tanzania para conversar con los presidentes respectivos de esos países.

01-01 9400221

Violentos enfrentamientos de fin de año en Turquía

REBELDES KURDOS TOMARON LA CIUDAD DE IDIL

Guerrilleros rebeldes kurdos tomaron la ciudad de Idil, en la provincia de Sirnak (sudeste de Turquía), y mataron a tres soldados y a un teniente, informaron ayer fuentes oficiales.

Estas fuentes indicaron también que cuatro policías resultaron heridos en la contienda registrada en la ciudad, donde fue declarado el toque de queda y se detuvo a varias personas, aunque la mayoría de los rebeldes kurdos consiguieron huir.

Por otra parte, se informó de la colocación de un atentado donde al menos cuatro personas resultaron heridas, dos de ellas de gravedad, en un atentado realizado con granadas contra la sede del Partido de la Senda de la Verdad, que gobierna en Turquía.

Según las primeras informaciones, los atacantes dejaron dos granadas en el interior del edificio antes de abandonarlo y momentos después hicieron explosión.

Aunque ninguna organización se ha responsabilizado del atentado, medios gubernamentales indicaron que podría ser obra de rebeldes independentistas kurdos, que en el pasado han ejecutado acciones de características similares contra instituciones gubernamentales turcas.

Una mina colocada por la guerrilla kurda explotó al pasar por encima un vehículo militar y mató a los 12 soldados turcos que viajaban en él, según informaron las autoridades militares.

La explosión ocurrió cuando el vehículo se dirigía desde la ciudad de Dargecit hasta el pueblo de Klavuz en la provincia de Mardín, sudeste del país.

El PKK es una organización marxista-nacionalista que desde 1984 lucha por la independencia para los 12 millones de kurdos que viven en las provincias del sudesde turco, donde desde entonces murieron al menos 11.000 personas en las luchas con las fuerzas de seguridad turcas.

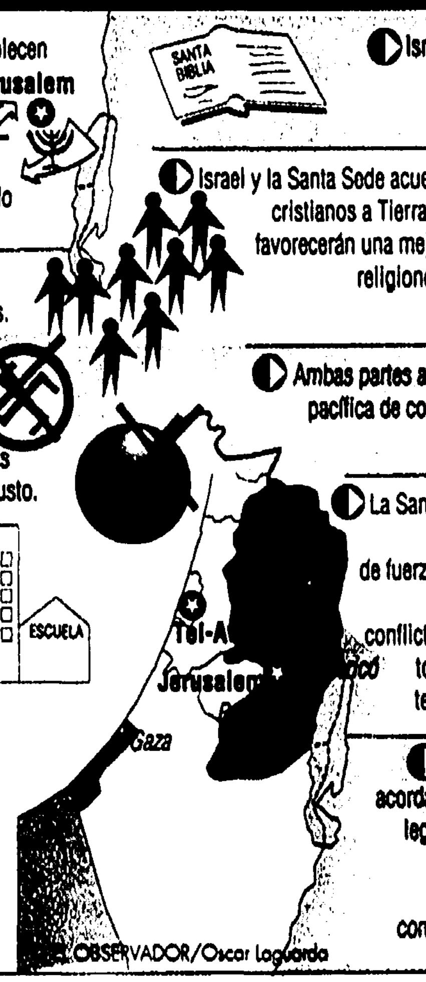
El paso más importante en las relaciones entre ambos desde la fundación del estado judío en 1948

Vaticano e Israel aprobaron histórico acuerdo

Negociadores del Vaticano y de Israel concluyeron ayer su tarea sobre un acuerdo que conducirá al establecimiento de relaciones plenas entre la Santa Sede y el estado judío, dijo un comunicado conjunto.

PRINCIPALES PUNTOS DEL ACUERDO ENTRE EL VATICANO E ISRAEL

- En el preámbulo del acuerdo, la Santa Sede y el estado de Israel establecen que comprenden la importancia universal de la Tierra Santa.
- Luego de la firma del acuerdo, que tendrá lugar hoy en Jerusalén, Israel y la Santa Sede intercambiarán representantes especiales. Se designarán embajadores y se abrirán embajadas cuando el acuerdo entre en vigor.
- Israel ratifica su respeto por los derechos humanos. La Santa Sede afirma que respeta a las demás religiones y a sus fieles.
- La Santa Sede e Israel acuerdan combatir todas las formas de antisemitismo, racismo e intolerancia religiosa. La Santa Sede deplora los ataques contra judíos, la profanación de sinagogas y cementerios y los actos que ofendan la memoria de las víctimas del intento nazi de exterminar a los judíos durante el Holocausto.
- Israel reconoce el derecho de la Iglesia Católica a contar con sus propias escuelas, medios de comunicación, organizaciones de caridad, hospitales y agencias de asistencia social en Tierra Santa, así como a designar y entrenar a su personal.
- Israel y la Santa Sede coinciden en la necesidad de continuar respetando y protegiendo santuarios católicos como iglesias, monasterios, conventos y cementerios.
- Israel se compromete a continuar garantizando la libertad del culto católico.
- Israel y la Santa Sede acuerdan impulsar los peregrinajes cristianos a Tierra Santa con la esperanza de que favorecerán una mejor comprensión entre distintas religiones. Ambas partes impulsarán el intercambio cultural.
- Ambas partes acuerdan impulsar la resolución pacífica de conflictos y condenar la violencia y el terrorismo.
- La Santa Sede se reserva el derecho a hacer declaraciones en calidad de fuerza moral, pero se compromete a permanecer al margen de todo conflicto temporal, específicamente de todos aquéllos relacionados con territorios en disputa y fronteras.
- Comisiones de especialistas acordarán los detalles de la situación legal y fiscal de la Iglesia Católica Romana en Israel. Estiman que su tarea quedará completa en un plazo de dos años.



OBSERVADOR/Oscar Logoarda

El acuerdo, un importante hito en 2.000 años de relaciones entre cristianos y judíos, será firmado en Jerusalén hoy.

El documento, que representa el más importante paso dado en las relaciones entre Israel y el Vaticano desde la fundación del estado judío en 1948, obtuvo aprobación final en una sesión de la comisión plenaria.

Las delegaciones estaban trabajando en este acuerdo desde hace 17 meses.

Hoy, el Vaticano e Israel instalarán representantes especiales que se desempeñarán como enviados hasta que sean designados embajadores y sean habilitadas las representaciones diplomáticas consiguientes, lo cual ocurrirá luego que las subcomisiones hayan definido todos los aspectos legales y el acuerdo haya sido ratificado por el Parlamento israelí.

La concertación de estas nuevas relaciones allanará el camino para que el papa Juan Pablo acepte las invitaciones cursadas por las autoridades israelíes para que visite Tierra Santa. El histórico acuerdo, meta largamente pretendida por Israel y grupos judíos a través del mundo, sería firmado hoy por el viceministro de Relaciones Exteriores israelí, Yossi Beilin y monseñor Claudio M. Celli, subsecretario de Estado del Vaticano.

Beilin llegó ayer a Roma para asistir a una reunión de la comisión bilateral que coronó 18 meses de trabajo.

El Vaticano se ha negado por años a otorgar reconocimiento diplomático a Israel y ello ha causado resentimientos entre las comunidades judías que han abordado el asunto durante los viajes del papa Juan Pablo II alrededor del mundo.

Las negociaciones de paz del Oriente Medio han impulsado al Vaticano a establecer lazos con Israel, ya que ansía jugar un papel en el proceso.

Aunque firmar el acuerdo será un gigantesco paso, aún hay obstáculos.

Quedan por resolver las inquietudes católicas sobre Jerusalén, ciudad sagrada para cristianos, judíos y musulmanes, que Israel declaró su capital.

El Vaticano ha insistido en que debe haber garantías internacionales de libre acceso a todos los santuarios de la ciudad.

Israel prometió en el acuerdo mantener y respetar el "statu quo" de los santuarios cristianos.

Israel prometió también "respetar y observar el derecho humano a la libertad de culto y de conciencia", y el Vaticano hizo lo mismo.

La Santa Sede, declarando su "respeto para otras religiones y sus seguidores", mencionó la declaración del Segundo Concilio del Vaticano, celebrado en 1965, que refutó oficialmente la denuncia de que los judíos habían matado a Cristo.

El Vaticano condenó en el acuerdo con Israel los ataques contra los judíos, las sinagogas y los cementerios, "actos que ofenden la memoria de las víctimas del holocausto" judío.

Los judíos han criticado al Vaticano por considerar que no se opuso vigorosamente al antisemitismo. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias AP y Reuter)*

DOCUMENTO 9400224
Se asociaron dos empresas de seguros (Arg. y Bra.)
Cl 150024
8.11.93
Tem 12781
Arg 66860
Bra 507482
Int 12785

ENTRADO

SEGUROS EN EL MERCOSUR

Nace un nuevo matrimonio

Rivadavia Seguros

- El quinto de la Argentina, muerde el 2,7% del mercado.
- Productos: Seguros de automóviles, transporte de carga y accidentes de vida en grupo.
- Activos: 134 millones de u$s.
- Facturación: 130 millones de u$s en 1992.

Aseguradora Bamerindus

- El tercero de Brasil, muerde el 8,25% del mercado.
- Productos: Pólizas en todos los ramos y carteras.
- Activos: 429 millones de u$s.
- Facturación: 419,2 millones de u$s en 1992.

LOS BRASILEÑOS SE ASOCIAN CON LA ARGENTINA RIVADAVIA

Bamerindus desembarca en busca de negocios seguros

Ayer se oficializó otro matrimonio del Mercosur. Esta vez, en seguros: Bamerindus del Brasil se unió a la local Rivadavia. Formaron un hólding que intentará posicionarse en un negocio que promete, ahora que está en marcha la jubilación privada. Los brasileños llegan con una activa política de marketing y ya están abrochando acuerdos con tarjetas de créditos y bancos. Trabajarán con nuevos productos, como seguros para consorcios, escolares y combinado familiar.

Aseguradora Bamerindus, todo un gigante en su natal Brasil, hizo público ayer su **matrimonio con Seguros Rivadavia**. Lo festejó por la noche con la asistencia de **Carlos Menem** y empresarios de alto vuelo.

El verdadero anzuelo para que Bamerindus se instalara por aquí fueron **las 120 firmas brasileñas** que están aposentadas entre nosotros: **"Preferiren asegurarse con una empresa que ya conocen"**, dijeron sin disimulo.

De paso, los brasileños **se posicionan en un negocio que mueve en la Argentina 3.500 millones de dólares** (en Brasil, 4.900). Fruto de esta unión entre Rivadavia y Bamerindus, nació un crío que pronto será padre de otros. **CABIE**, es el nombre del hólding que acaban de formar. Bamerindus aportó el 65% y 35% Rivadavia. Su primera adquisición fue la marca de la aseguradora **Quilmes**, desde hace tiempo inactiva. La inversión de CABIE alcanzó a 3 millones de dólares.

El caballito de batalla de CABIE serán los seguros. Pero tienen otras intenciones: **se asomarán en distintos tipos de negocios. El próximo zarpazo, será armar una administradora de Fondos de Pensión.** También planean extender sus tentáculos a los demás socios del Mercosur.

Quilmes se abrirá paso con los seguros de vida, entre otros productos.

—¿Cómo convencerán a los argentinos para contratar una póliza extraña para el mercado local, a muy largo plazo, en una empresa sin antecedentes?

—Tenemos el respaldo de dos compañías muy sólidas y creemos que las condiciones del mercado dan para que los argentinos apuesten en un producto a largo plazo que impulsa el ahorro.

Pero este es un matrimonio muy particular. Seguros Rivadavia, bajo la batuta del argentino **Oscar Sánchez**, seguirá en lo suyo (ver infografía). A Quilmes, producto de su unión con Bamerindus, la dirigirá el brasileño Jorge Peres Brazil: parece tener un buen punto de partida. En el catálogo de sus clientes figuran **Alcoa, Bunge y Born, la cervecera Brahma, General Motors, Fiat, Hering, Sadia, IBM, Shell, Pirelli, Mercedes Benz y Autolatina.**

—¿Cómo harán para no pisarse los talones con Quilmes?, se les preguntó a los de Rivadavia.

—Hay un acuerdo de no agresión. Pero además apuntamos a mercados distintos. Fíjese que Quilmes, en un principio, se orientará al mercado corporativo (venderá seguros a las empresas).

—¿Cuál es la ventaja para ustedes?

—Aprovechar las dos experiencias y las ventajas de las economías de escala. Y no quedarnos solos, frente al mercado ampliado que representa el **Mercosur.**

El negocio del seguro vive por aquí una época de vacas flacas. Los de Bamerindus, con su poderío, confían ocupar espacio rápidamente: vienen con una política de **marketing activa**. Dicen que la póliza será inmediata, se podrá pagar con la tarjeta de crédito o con la cuenta bancaria. Operarán a toda hora y todos los días del año (algo que ya hacen algunas aseguradoras locales).

Ya se sabe que están armando un acuerdo con **American Express** (Bamerindus es dueña del 20% de American Express de Brasil), y otro con dos bancos de primera línea.

Quilmes tiene en carpeta nuevos productos. Piensa facturar 50 millones de dólares en primas en el '94. Aquí lo que ofrecerán:

- **Un seguro de vida**, para disfrutar de la póliza aun antes del fallecimiento del asegurado.
- **Combinado familiar**: con la combinación de coberturas tradicionales de una casa se prevé la asistencia a domicilio por roturas y accidentes (cambio de vidrios, caños y otros desperfectos).
- **Seguros para consorcios.**
- **Seguro de vida escolar**: si fallecen los padres los hijos reciben el dinero hasta completar la educación.

En Brasil Bamerindus tiene brazos en el sector bancario, papelero y agropecuario. Posee 40 empresas y vínculos con hóldings que pisan fuerte: **Icatú y Unibanco**. Su propio banco, el Bamerindus do Brasil, disputa la cima del ránking.

01-01

9400224

SEGUROS EN EL MERCOSUR

Nace un nuevo matrimonio

Rivadavia Seguros

- El quinto de la Argentina, muerde el 2,7% del mercado.
- Productos: Seguros de automóviles, transporte de carga y accidentes de vida en grupo.
- Activos: 134 millones de u$s.
- Facturación: 130 millones de u$s en 1992.

Aseguradora Bamerindus

- El tercero de Brasil, muerde el 8,25% del mercado.
- Productos: Pólizas en todos los ramos y carteras.
- Activos: 429 millones de u$s.
- Facturación: 419,2 millones de u$s en 1992.

LOS BRASILEÑOS SE ASOCIAN CON LA ARGENTINA RIVADAVIA

Bamerindus desembarca en busca de negocios seguros

Aseguradora Bamerindus, todo un gigante en su natal Brasil, hizo público ayer su **matrimonio con Seguros Rivadavia**. Lo festejó por la noche con la asistencia de **Carlos Menem** y empresarios de alto vuelo.

El verdadero anzuelo para que Bamerindus se instalara por aquí fueron **las 120 firmas brasileñas** que están aposentadas entre nosotros: **"Prefieren asegurarse con una empresa que ya conocen"**, dijeron sin disimulo.

De paso, los brasileños **se posicionan en un negocio que mueve en la Argentina 3.500 millones de dólares** ((en Brasil, 4.900). Fruto de esta unión entre Rivadavia y Bamerindus, nació un crío que pronto será padre de otros. **CABIE**, es el nombre del hólding que acaban de formar. Bamerindus aportó el 65% y 35% Rivadavia. Su primera adquisición fue la marca de la aseguradora **Quilmes**, desde hace tiempo inactiva. La inversión de CABIE alcanzó a 3 millones de dólares.

El caballito de batalla de CABIE serán los seguros. Pero tienen otras intenciones: **se asomarán en distintos tipos de negocios**. El próximo zarpazo, **será armar una administradora de Fondos de Pensión**. También planean extender sus tentáculos a los demás socios del Mercosur.

Quilmes se abrirá paso con los seguros de vida, entre otros productos.

Ayer se oficializó otro matrimonio del Mercosur. Esta vez, en seguros: Bamerindus del Brasil se unió a la local Rivadavia. Formaron un hólding que intentará posicionarse en un negocio que promete, ahora que está en marcha la jubilación privada. Los brasileños llegan con una activa política de marketing y ya están abrochando acuerdos con tarjetas de créditos y bancos. Trabajarán con nuevos productos, como seguros para consorcios, escolares y combinado familiar.

—¿Cómo convencerán a los argentinos para contratar una póliza extraña para el mercado local, a muy largo plazo, en una empresa sin antecedentes?

—Tenemos el respaldo de dos compañías muy sólidas y creemos que las condiciones del mercado dan para que los argentinos apuesten en un producto a largo plazo que impulsa el ahorro.

Pero este es un matrimonio muy particular. Seguros Rivadavia, bajo la batuta del argentino **Oscar Sánchez**, seguirá en lo suyo (ver infografía). A Quilmes, producto de su unión con Bamerindus, la dirigirá el brasileño Jorge Peres Brazil: parece tener un buen punto de partida. En el catálogo de sus clientes figuran **Alcoa, Bunge y Born, la cervecera Brahma, General Motors, Fiat, Hering, Sadia, IBM, Shell, Pirelli, Mercedes Benz y Autolatina.**

—¿Cómo harán para no pisarse los talones con Quilmes?, se les preguntó a los de Rivadavia.

—Hay un acuerdo de no agresión. Pero además apuntamos a mercados distintos. Fíjese que Quilmes, en un principio, se orientará al mercado corporativo (venderá seguros a las empresas).

—¿Cuál es la ventaja para ustedes?

—Aprovechar las dos experiencias y las ventajas de las economías de escala. Y no quedarnos solos, frente al mercado ampliado que representa el Mercosur.

El negocio del seguro vive por aquí una época de vacas flacas. Los de Bamerindus, con su poderío, confían ocupar espacio rápidamente: vienen con una política de **marketing activa**. Dicen que la póliza será inmediata, se podrá pagar con la tarjeta de crédito o con la cuenta bancaria. Operarán a toda hora y todos los días del año (algo que ya hacen algunas aseguradoras locales).

Ya se sabe que están armando un acuerdo con **American Express** (Bamerindus es dueña del 20% de American Express de Brasil), y otro con dos bancos de primera línea.

Quilmes tiene en carpeta nuevos productos. Piensa facturar 50 millones de dólares en primas en el '94. Aquí lo que ofrecerán:

- **Un seguro de vida**, para disfrutar de la póliza aun antes del fallecimiento del asegurado.
- **Combinado familiar**: con la combinación de coberturas tradicionales de una casa se prevé la asistencia a domicilio por roturas y accidentes (cambio de vidrios, caños y otros desperfectos).
- **Seguros para consorcios.**
- **Seguro de vida escolar**: si fallecen los padres los hijos reciben el dinero hasta completar la educación.

En Brasil Bamerindus tiene brazos en el sector bancario, papelero y agropecuario. Posee 40 empresas y vínculos con hóldings que pisan fuerte: **Icatú y Unibanco**. Su propio banco, el Bamerindus do Brasil, disputa la cima del ránking.

Nº 9400225

T Arg. rechazó el considerar la postergación del Merc.

150007

11.11.93

Merc 12781

Arg 66960

Int 12795

ARGENTINA DIJO QUE NO ANALIZA EVENTUAL POSTERGACION MERCOSUR

BUENOS AIRES, 10 (Reuter).— Argentina rechaza considerar una eventual postergación de la fecha de inauguración el 1º de enero de 1995 del Mercado Común del Cono Sur, dijo hoy un funcionario del equipo económico.

"(El gobierno) no está manejando la hipótesis de postergar", la puesta en marcha del emprendimiento, aseguró el subsecretario de programación sectorial e integración del Ministerio de Economía, Alejandro Mayoral.

El MERCOSUR es un ambicioso acuerdo regional que liberará el tránsito de mercaderías y personas entre Argentina, Uruguay, Paraguay y Brasil, un mercado de casi 200 millones de habitantes y un Producto Bruto Interno sumado superior a los 500 mil millones de dólares.

El cuarteto funcionará con una total apertura arancelaria interna y con la fijación de un arancel común para negociar con terceros mercados.

Mayoral diferenció que el MERCOSUR "es una zona de libre comercio y un mercado común, como proyecto". En este sentido sostuvo que la finalidad del emprendimiento "es potenciar la industria argentina".

Las declaraciones de Mayoral se produjeron en momentos que trascendió que la poderosa Unión Industrial Argentina contempla pedir al gobierno que se prorroguen los plazos establecidos para la inauguración del MERCOSUR atento a la existencia de supuestas ventajas comparativas en favor de Brasil.

Parte del desequilibrio comercial de Argentina de casi 2.800 millones de dólares en 1992 y un estimado de 3.000 millones para este año fue alimentado por el intercambio con Brasil.

Argentina con un programa de ajuste que derrumbó los índices de inflación y logró estabilizar por primera vez en años su caótica economía fijó un tope de un peso para la paridad del dólar.

Brasil en cambio, con una inflación del 30 por ciento promedio mensual, ajusta periódicamente su moneda, lo que produce un abaratamiento de sus productos de exportación que invadieron Argentina causando una creciente irritación de los empresarios locales y dudas respecto al MERCOSUR. "He escuchado algunos trascendidos pero no hubo un pedido oficial de la UIA" para postergar el emprendimiento, dijo Mayoral.

Agregó que "de todas formas estamos abiertos a discutir con la UIA cuáles son las mejoras que se pueden introducir en el proceso de integración".

Remarcó que "eso no quiere decir que se vayan a postergar los plazos porque el tratado del MERCOSUR es una ley de la Nación y por lo tanto exigiría modificaciones parlamentarias".

El subsecretario de Inversiones del gobierno argentino, Guillermo Harteneck, había puesto en duda recientemente el cumplimiento de los plazos fijados para el acuerdo regional.

Pero Mayoral sostuvo que en realidad "Harteneck aclaró que si no se consiguieran los rasgos de un mercado común, va a existir con seguridad una zona de libre comercio, lo cual no invalida que se hagan inversiones para el mercado ampliado".

01-01 0 9400225

La administración menemista presionaría a Brasil a hacer concesiones

Disconformidad de los privados con marcha del Mercosur endurecería posición argentina

El gobierno argentino podría hacer valer la fuerte presión de sus industriales por suspender o alargar los plazos del Mercosur, como arma para que Brasil haga concesiones en las negociaciones de la integración regional, especuló ayer la prensa argentina.



Federico Gutiérrez

Domingo Cavallo

Los industriales argentinos lo presionan argumentando que los plazos fijados para la integración son demasiado cortos

En momentos en que se está por definir la estructura del arancel externo común — uno de los temas más trascendentes de la integración regional— y a un mes de la próxima reunión cumbre de presidentes, la Unión Industrial Argentina solicitó al gobierno de Carlos Menem que ese país solicite una revisión del Tratado de Asunción.

Los industriales argentinos argumentan, como lo hicieron en su oportunidad los empresarios uruguayos, que los plazos fijados para la integración son demasiado cortos como para permitir a las empresas absorber el impacto de la competencia brasileña, y que si se llega a un mercado común en las actuales condiciones muchos sectores industriales se verán gravemente afectados.

La respuesta del gobierno argentino fue categórica en el sentido de que el Mercosur es irreversible y que sus plazos no pueden ser modificados. Sin embargo, ante la acusación de que los funcionarios del gobierno argentino, a diferencia de los brasileños, no defienden cabalmente los intereses de sus empresarios, el equipo encabezado por Domingo Cavallo podría endurecer su posición en las negociaciones regionales y hacer valer la disconformidad de sus industriales como elemento de presión ante los delegados brasileños, se informó.

Hoy definen el arancel

Uno de los episodios más trascendentes para el futuro del proceso de integración tendrá lugar hoy en la Secretaría Administrativa del Mercosur, cuando los viceministros de Economía de los cuatro países se reúnan para definir el arancel externo común que tendrán los cuatro países a partir de 1995.

La reunión, que fue considerada "clave" por el gobierno uruguayo, deberá definir qué protección arancelaria se dará a los bienes de capital. Si bien ya se alcanzó un principio de acuerdo sobre el arancel de la mayoría de los productos, la importancia de los bienes de capital es tal que una falta de consenso en este punto podría poner en riesgo la vigencia de una unión aduanera.

Argentina, Uruguay y Paraguay pugnan por un arancel bajo, mientras que Brasil, que es productor de bienes de capital, aspira a mantener una protección relativamente elevada, para evitar que su industria se vea perjudicada por la competencia de los países industrializados.

Los aranceles para estos rubros en Argentina, Uruguay y Paraguay rondan el 0%, mientras que los delegados de Brasil han defendido la necesidad de mantener niveles cercanos al 20%.

Funcionarios del ámbito diplomático señalaron que ambas partes llegan a la reunión de hoy tras haber mantenido posiciones intransigentes. Destacaron que Brasil volcará todo su peso negociador y que presentará el tema del arancel externo común como decisorio sobre el futuro del Mercosur. ■

9400227 — y Arg. pone en peligro el Merc.

Diferencias entre Bra.

Itamaratí no quiere una integración "a la carte" y reclama equilibrio en las ventajas recíprocas

Las importantes diferencias de prioridades económicas entre Brasil y Argentina han colocado al Mercosur en una vía muerta

Las importantes diferencias entre los intereses económicos de Argentina y Brasil llevaron el pasado viernes 12 a una vía muerta las negociaciones para definir el arancel externo común del Mercosur y obligaron a suspender la inminente reunión de ministros de Economía prevista para el lunes 22. El obstáculo determinó una ronda de consultas al más alto nivel político para intentar superar esta instancia

Asimismo, quedó suspendida de momento la reunión de presidentes de los países miembros, que estaba prevista para un mes después en Colonia.

La pasada semana los viceministros de Economía no pudieron hallar una fórmula transaccional que aproximara la pretensión de los argentinos —acompañados por Uruguay— de mantener desgravada la importación de los bienes de capital provenientes de extrazona. Los brasileños quieren mantener este ítem en el máximo nivel de protección.

■ La apuesta de Menem

Carlos Sánchez, secretario de Comercio e Inversiones de Argentina y cabeza de su delegación, rechazó secamente explicar la situación que se había suscitado. Empero, otro miembro de la representación explicó que el gobierno de Carlos Menem apuesta a la "inversión, reconversión y dinamización" de su industria, objetivo para el cual resulta "imprescindible obtener los equipamientos tecnológicos de última generación a precios competitivos".

Renato Rodrigues Marques, representante del ministerio de Industria y Comercio de Brasil, dijo a la prensa que "no se puede aceptar" el planteo argentino de mantener en 0% el arancel de bienes de capital e informática.

Dijo que sería como si el gobierno de Brasilia quisiera un "Mercosur sin los granos argentinos". Agregó que "el Mercosur no puede privilegiar la compra de bienes de capital de extrazona y dejar de lado a Brasil" y advirtió que "si esto ocurre, entonces tendremos que revisar las preferencias arancelarias que el Brasil le da a la Argentina".

■ Algunos problemas

Juan Ignacio García Peluffo, presidente de la delegación de Uruguay, que actuó como vocero de la reunión, admitió que se generaron problemas en la determinación de las alícuotas, "en todos los niveles arancelarios", y señaló que los "más importantes" se registraron en informática, industrias químicas y en los bienes de capital.



Domingo Cavallo

Agregó que el mecanismo de las excepciones no resulta suficiente en estos casos, porque no se requiere un entendimiento previo en torno al nivel de arancel al que debe converger en un lapso de seis años el país que pida esas excepciones.

Puntualizó que para los bienes de capital, donde tres países quieren 0% y el cuarto 20%, lo que "no existe es el acuerdo hacia dónde tiene que bajar o subir" el socio que pide la excepción.

■ Equilibrio de ventajas

Cuando la delegación de Argentina ya había partido hacia el aeropuerto de Carrasco para retornar a Buenos Aires, los brasileños sorprendieron a los representantes uruguayos y paraguayos que aun permanecían en la sede de la Secretaría del Mercosur, al difundir las "premisas" que su gobierno había sostenido como línea de negociación.

El documento que ordenó distribuir Rubens Barbosa, secretario de Integración de Itamaratí, sostiene que se defenderá en forma "intransigente" una "unión aduanera con definición de un arancel externo común", al final del período de transición.

El negociador brasileño dijo que "no es admisible un Mercosur *a la carte*", por lo que no es posible "aceptar" algunos instrumentos de la integración y "rechazar" otros, por lo que Brasil en 1995 "no admitirá la implantación exclusiva de una zona de libre comercio".

El documento subrayó que "así como algunos sectores industriales —siderúrgicos, no ferrosos, papel y celulosa— y todo el sector agrícola son de interés central para nuestros socios, los bienes de capital, ómnibus, camiones, tractores, productos químicos e informática son de fundamental importancia para Brasil".

Destacó que "Brasil dará a sus socios acceso privilegiado al mercado brasileño de productos agrícolas" y "consecuentemente espera niveles razonables" de protección para asegurar la preferencia para sus productos, con relación a terceros países, "promoviendo un equilibrio de ventajas dentro de la unión aduanera".

01-02

9400227

■ Locomotora peligrosa

Casi a la misma hora del viernes, en un acto en Buenos Aires, el ministro de Economía, Domingo Cavallo, alertó que la integración regional "depende" del "proceso de estabilización de Brasil".

El presidente Carlos Menem fue menos drástico y recordó que "así como nosotros (los argentinos) estuvimos muchos años con problemas, los brasileños tienen un enorme potencial que les permitirá salir del pozo en poco tiempo más".

Dos días antes los empresarios argentinos, a través del presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA) Jorge Blanco Villegas, habían reclamado que se renegocien los plazos de la desgravación arancelaria prevista en el Tratado de Asunción para evitar la avasallante exportación brasileña, lo que rechazó de plano Sergio Gambarotta, Secretario de Relaciones Económicas de la cancillería.

El viernes, en la misma reunión en la que hablaron Menem y Cavallo, el ex titular de la UIA y empresario textil Roberto Favelevic reflexionó: "Mirando bien, nos conviene más el NAFTA, porque Estados Unidos es una locomotora y Brasil, como socio, nos puede llevar adelante o arrastrar a un pozo, según hacia donde vaya su economía."

Nº DOCUMENTO 9400228
TITULO Importancia de Uruguay como puerta y puerto del Mercosur
150007
30.11.93
Merc 12781
Urug 507466

Importancia de Uruguay Como Puerta y Puerto del MERCOSUR

SHENZHEN, China (Especial para EL PAIS por Daniel Herrera Lussich, vía fax).— Los técnicos y jerarcas oficiales de Uruguay y de esta ciudad rompieron el fuego en la visita a China, en la tarde de ayer, dando un pormenorizado informe de la realidad económica actual, y de las perspectivas que ambos ofrecen para el intercambio comercial. Un estrado formado por la Directora de Comercio Exterior, Dra. Lilián Arbiza; el Director de Zonas Francas, José Luis Ovalle; Director de Política Exterior, Embajador Carlos Gianelli; y el Director para Asuntos Económicos, Embajador Guillermo Valles y altos funcionarios y expertos de Shenzhen, fueron los encargados de brindar los informes a un centenar y medio de empresarios que se ubicaron en torno a distintas mesas de acuerdo a los sectores: pesca, textiles, productos farmacéuticos, cereales, etc.

PANORAMAS OPTIMISTAS

Uno de los representantes locales comenzó explicando el rápido crecimiento de Shenzhen, ciudad fronteriza con Hong Kong, que paso de 300 mil habitantes en 1979 a 3 millones en 1993; que creció industrialmente de 0.71 en 1980 a 371% en los últimos diez años y que exporta 6 mil millones de dólares. Luego señaló la importancia que ha tenido para ese desarrollo la fuerte inversión de Hong Kong, Tsiwán, Japón, EE.UU., los llamados "tigres asiáticos" y también Alemania.

Luego la Dra. Arbiza y el Dr. Ovalle se refirieron a las posibilidades del Mercosur de inversión en las Zonas Francas. La Directora de comercio definió a Uruguay como el "puerto y la puerta no solamente para los países del Mercado Común del Sur, sino también para toda latinoamerica. Ambos señalaron con claridad las leyes de protección al inversor y de libertad de comercio que brinda Uruguay y dieron cuenta de los favorables índices económicos.

Luego de estas exposiciones quedaron en franco diálogo en forma sectorial los empresarios de cada país. "Fueron las primeras conversaciones en un clima de cordialidad y buena disposición al entendimiento. Los contactos continuaran", dijeron.

01-01 9400228

9400229
Bloqueadas las negociaciones del AEC
150014
3.11.93
Men 12781
FEcon 11161
S Fin 11403
Dut 12785

Críticas al Mercosur en Paraguay

BLOQUEADAS LAS NEGOCIACIONES SOBRE ARANCEL EXTERNO COMUN

***Asunción.** Las negociaciones para el establecimiento de un arancel externo común en el MERCOSUR están bloqueadas debido a las posiciones encontradas de los países miembros, Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, afirmó el subsecretario paraguayo de Integración, Rubén Fadlala.*

En declaraciones a la prensa, Fadlala dijo que el mayor escollo en las negociaciones técnicas en curso está en el establecimiento de niveles arancelarios para los bienes de capital y anunció una reunión de viceministros, el próximo día 12 en Montevideo, para buscar una salida al problema.

Según el experto, mientras que Argentina y Brasil propugnan un arancel externo alto, Paraguay y Uruguay son partidarios de niveles arancelarios bajos.

Por otra parte, Carlos Raúl Troche, representante de la Asociación Rural del Paraguay en el subgrupo de Política Agrícola del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), informó de que la empresa privada acordó solicitar a las autoridades de los cuatros países la liberación total del comercio de ganado y sus derivados.

La fuente agregó que, en el caso de la carne y el cuero, el acuerdo prevé excepciones para Paraguay, aunque con el compromiso de desgravaciones graduales hasta llegar a cero en enero de 1995, fecha en que está prevista la entrada en vigor de una zona de libre comercio en la región.

Para la CIU, el Mercosur es un "juego de medidas y contramedidas"

El tránsito hacia el Mercosur "es solamente un juego de medidas y contramedidas", según el presidente de la Cámara de Industrias del Uruguay (CIU), César Rodríguez García, quien consideró que esa situación "está postergando las condiciones operativas normales", al tiempo que sostuvo que no será con la firma de la gremial que se "recompondrán aranceles obsoletos" en la región.

El empresario aseguró a *El Observador* que las discrepancias que tiene la CIU con algunos criterios que sostienen las delegaciones de Argentina y Brasil para determinar el arancel externo en productos que son materia prima para Uruguay pero que aquellos consideran productos terminados, son compartidas por las industrias medianas y de productos finales de esos mismos países.

Rodríguez García manifestó que los sectores privados están preocupados ante la eventualidad de que "no se den las condiciones operativas de igualdad competitiva" y expresó que "mientras no se logren, las cuatro partes tenemos la misma preocupación".

Lo que se está llevando a cabo "es solamente un juego de medidas y contramedidas que no son constructivas" y "por el contrario, están postergando las condiciones operativas normales", puntualizó.

En relación a la actitud a tomar por Uruguay, el titular de la CIU sostuvo que no cree "que hagamos planes para dar cumplimiento a lo que nos perjudica sin haber logrado subsanar los desencuentros y las infracciones al acta de Asunción".

Por otra parte, en relación a las diferencias existentes en materia de arancel externo para los productos que faltan acordar señaló que "en las reuniones que hemos tenido con industriales, tanto de Brasil como de Argentina, donde hay sectores muy importantes, se manifiesta la misma discrepancia que tenemos nosotros".

Al respecto dijo que "la industria mediana y la de productos finales se encuentra muy condicionada a una limitada fuente de aprovisionamiento que tendría privilegios extraordinarios recomponiendo aranceles que ya son obsoletos en la zona".

Argentina y Brasil "tienen aranceles cero y para algunos productos entrarían a aplicar aranceles que van del 6 al 14% y nosostros que tenemos 6 —donde estamos pidiendo 0 para el tratamiento a terceros— ahora nos encontraríamos que firmaríamos un acuerdo en el cual nos pondríamos la condicionante de perder competitividad. Nosotros no lo podemos hacer. De ninguna manera va a ser con nuestra firma. En ese caso será con nuestra discrepancia y elevada a todos los niveles", afirmó Rodríguez García. ■

Serios obstáculos en el arancel común para bienes de capital y el tema cambiario

Se espera que las definiciones políticas de Argentina, que se muestra ambigua, desbloqueen las negociaciones por el Mercosur

Cuando el próximo viernes 12 Carlos Sánchez, viceministro de Economía de la Argentina, tome asiento en la mesa de negociaciones del Mercosur, será el centro de atención de sus pares, que esperarán algunas definiciones de su gobierno para volver a avanzar en el acuerdo regional.

Las posiciones políticas que enunció su jefe, Domingo Cavallo, en Asunción el pasado 1º de julio, prácticamente han paralizado las tratativas sobre la definición del arancel externo común (AEC).

El ministro de Economía argentino estableció en aquella oportunidad como temas irrenunciables para su gobierno que el AEC para los bienes de capital sea de 0%, que se coordinen las políticas macroeconómicas y que se renegocien los acuerdos que comprometen a los cuatro socios en ALADI.

Al cabo de trabajosas transacciones se compatibilizaron miles de ítems arancelarios, pero cuando se ingresó a los bienes de capital, Brasil se ubicó firmemente en la posición extrema contraria a la Argentina —el arancel más alto para los bienes de capital— y rechazó seguir discutiendo el tema en el nivel técnico.

Como corolario del estancamiento, se suspendió la convocatoria del Sub Grupo de Trabajo en el que se discute el AEC, que debía reunirse a partir de hoy jueves 4 y se adelantó del lunes 15 al viernes 12 la sesión de los viceministros de Economía, para emprender el camino de las definiciones políticas.

Estas aparecen como imprescindibles, puesto que Brasil acaba de reiterar que si no se alcanza un entendimiento en materia de AEC, no estaría dispuesto a profundizar el acuerdo regional.

■ Las bandas cambiarias

Para los nuevos pasos también será necesaria una clarificación de la posición argentina sobre coordinación de políticas macroeconómicas, cuando se ingresó ya en el proceso de análisis de la propuesta de Brasilia de fijar bandas cambiarias que funcionen como luces de alerta frente a devaluaciones con objetivos de mejorar la competitividad de las producciones nacionales.

La fórmula sobre el tapete pretende evitar las devaluaciones exageradas, medidas sobre el tipo de cambio real, y mantener una relación entre los precios internacionales y los mayoristas.



Domingo Cavallo

Una primera aproximación por parte de los delegados de Uruguay indicó que para los países miembros de menor dimensión económica, tanto las devaluaciones como las revaluaciones exageradas producen graves distorsiones. Asimismo se considera que el índice de precios mayorista no es una referencia relevante para fijar las bandas.

Otra de las precisiones que se esbozan es que la eventual perforación de las bandas no debe constituir un detonador de sanciones sino un alerta para encarar la cooperación en la búsqueda de políticas compensatorias.

El gobierno argentino aún no dio indicaciones claras sobre cuáles son sus criterios en materia de coordinación de políticas macroeconómicas y sólo aceptó estudiar técnicamente el borrador brasileño.

■ Ambigüedad

Observadores diplomáticos recuerdan que los principales protagonistas del gobierno argentino parecen haber abandonado sus expectativas de vinculación con el NAFTA o un cierre positivo de la Ronda Uruguay del Gatt; empero las señales con relación al Mercosur continúan siendo ambiguas.

En tal sentido, al apoyo político del presidente Carlos Menem y del propio Cavallo al Tratado de Asunción contraponen la aplicación de cupos a la importación de papel y la restricciones sobre textiles, que no eximieron al Mercosur, y las cuotas impuestas a los refrigeradores brasileños.

Existen dificultades para destrabar firma de acuerdos sectoriales en el Mercosur

No hay perspectivas de que el estancamiento en que se encuentran los acuerdos entre las industrias del Mercosur pueda ser superado en el corto plazo, dijo a *El Observador* un funcionario uruguayo que participa en las negociaciones regionales.

Tras meses de negociación, en la mayoría de los sectores no se ha logrado que los industriales de los cuatro países lleguen a concretar los llamados "acuerdos sectoriales", por lo que existe el riesgo de que se llegue a la fecha prevista para la vigencia plena del Mercosur en la actual situación.

"A esta altura, lo raro sería que en 1995 hubiera algún acuerdo, serían casos excepcionales", comentó el funcionario consultado.

Los acuerdos sectoriales fueron ideados en el comienzo de la etapa de transición hacia un mercado común, y suponen la complementación entre las empresas de los cuatro países, de manera de posibilitar la coexistencia de las industrias, sin que la competencia implique riesgos para la supervivencia de algún sector. El mecanismo de negociación previsto implica que los sectores privados busquen un entendimiento, sin intervención del sector oficial, que luego necesita ser refrendado por los cuatro gobiernos.

Desde el año pasado, las conversaciones en varias áreas de la industria han entrado en una impasse, dado que los gobiernos han rechazado algunos acuerdos, por incluir normas que fueron consideradas como proteccionistas, mientras que en otros rubros los empresarios no llegaron a un entendimiento.

Los empresarios uruguayos han denunciado que industriales de Brasil y, en algunos casos, de Argentina, pretenden cerrar el mercado a la competencia de extrazona mediante la prohibición de ingreso de insumos y partes desde otros países. También hubo acusaciones sobre intentos de hacer "repartos de mercado".

Los brasileños argumentan que es necesario un régimen más estricto que el previsto para las "normas de origen", porque temen verse perjudicados ante la posibilidad de que ingresen a su mercado productos construidos con componentes fabricados fuera del Mercosur.

Gobiernos no intervienen

El subgrupo número 7, que se ocupa de la política industrial del Mercosur, observó que los cuatro factores principales que motivan una impasse en las negociaciones son:

* Inestabilidad de las variables macroeconómicas de los países de la región.
* Prolongado tiempo de análisis, proceso de aprobación y entrada en vigencia de los acuerdos sectoriales propuestos.
* Divergencias en las regulaciones y/o reglamentaciones, tales como el de registros sanitarios de productos.
* Asimetrías existentes que inhiben los intentos de elaboración de un proyecto de acuerdo sectorial.

Si bien se había planteado la posibilidad de que los gobiernos tomaran cartas directamente en la negociación, ante la imposibilidad del subgrupo 7 de destrabar la situación, el funcionario consultado por *El Observador* aseguró que no habrá acciones si los privados no intentan superar sus diferencias.

Entre los acuerdos industriales que afectan a Uruguay, las mayores dificultades aparecen en los rubros textil, químico y farmacéutico. El sector automotor, que durante meses fue objeto de polémicas entre agremiaciones industriales y el gobierno, está en una posición más adelantada, ya que hubo una negociación bilateral con Brasil y se está encarando otra con Argentina. ■

Anuncio de José Luis Ovalle en el seminario de Punta del Este

El gobierno defenderá la plena vigencia de las zonas francas dentro del Mercosur

El director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle, aseguró ayer en Punta del Este que el gobierno defenderá la plena vigencia de las zonas francas uruguayas dentro del Mercosur, precisando que en menos de tres años se han radicado inversiones en obras de infraestructura del orden de los 18 millones de dólares.

Al inaugurar el seminario *Presente y Futuro de las Zonas Francas Uruguayas*, organizado por la Asociación de Usuarios de Zonas Francas, Ovalle destacó que de los 25 usuarios que existían hasta hace seis años, hoy, a raíz del empuje dado por la ley vigente, el número se sitúa en 100 usuarios directos y 260 indirectos.

El seminario, que se realiza en el Cantegril de Punta del Este, nuclea a especialistas de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Panamá, Miami (Estados Unidos) y Barcelona (España).

Ovalle anunció que en el marco del proceso de reacondicionamiento y desarrollo de la zona franca de Nueva Palmira —la única que queda en manos del Estado— se abrirá en el Ministerio de Transporte y Obras Públicas (MTOP) una licitación para la ejecución de trabajos de caminería, lo que favorecería significativamente el desenvolvimiento de esa región, fundamentalmente en lo que hace a la hidrovía Paraguay-Paraná.

La visión del usuario

El presidente de la entidad organizadora, Walter Papantonakis, por su parte, resaltó que las zonas francas uruguayas están sufriendo un proceso de transformación, pasando de meros depósitos de almacenaje de mercaderías en tránsito a verdaderos centros de desarrollo industrial.

Significó la constante evolución en materia de radicación de capitales productivos, lo que se traduce en generación de mano de obra y dinamización de todos los estratos de la economía.

Papantonakis se congratuló por la materialización del seminario, a través del cual se podrán difundir las bondades del régimen uruguayo de zonas francas, al tiempo que permitirá cotejar experiencias con los principales centros mundiales.



Magela Ferrero

José Luis Ovalle

En menos de tres años se han radicado inversiones en obras de infraestructura del orden de los 18 millones de dólares en las zonas francas

En ese marco, adquirió relieve la exposición del director de la Zona Franca de Colón (Panamá), Manuel Cupas Fernández, quien aseguró que el régimen de zonas francas, en cualquier parte del mundo, facilita el desarrollo económico e industrial ya que favorece, en condiciones excepcionales, la multiplicación de inversiones de riesgo.

Destacó también que Panamá, la segunda zona franca a nivel internacional después de Hong Kong, cuenta con 1.500 usuarios directos, movilizando mercaderías por varios cientos de millones de dólares al año. En relación a las zonas francas uruguayas, no aventuró opinión, señalando que por la ubicación geográfica del país sus posibilidades son más que halagüeñas.

Experiencia de una multinacional

Pablo Cavassa, director de Pepsi-Cola Internacional SA, reseñó la experiencia de la corporación en la zona franca de Colonia, donde instaló la más moderna planta de concentrado del mundo, con una inversión cercana a los quince millones de dólares.

Destacó que luego de un largo proceso de análisis, se resolvió finalmente apostar a las zonas francas uruguayas, respaldándose en las bondades de las normas jurídicas y en las condicionantes del país.

Anunció que las inversiones de la corporación no se limitarán a esta planta, ya que se encuentran a estudio nuevos emprendimientos, alguno a punto de concretarse.

MERCOSUR Y TRANSPORTE: OEA APORTA A URUGUAY U$S 500.000 PARA ESTUDIO

La organización de Estados Americanos (OEA) aportará al gobierno de Uruguay medio millón de dólares para realizar un estudio de impacto vial que traerán los procesos de integración regional, dijo ayer a EL PAIS el ministro de Transporte y Obras Públicas, Juan Carlos Raffo.

Raffo dijo el sector forestación traerá una gran pujanza a la zona, sobre todo en Cuchilla de Haedo, donde más de 200.000 hectáreas arboladas posibilitarán un importante respaldo al transporte carretero nacional.

El Secretario de Estado regresó ayer a primeras horas de la tarde desde Estados Unidos en donde mantuvo contactos con importantes organismos como el Banco Mundial, el Banco Interamericano de Desarrollo y la Organización de Estados Americanos.

Raffo viajó a Washington la pasada semana con una delegación gubernamental integrada además por el presidente de la Administración Nacional de Puertos Ing. Eduardo Alvarez Mazza y el presidente del Congreso de Intendentes, el jefe comunal de Tacuarembó Sergio Chiesa.

Raffo calificó a la misión uruguaya a Washington como "exitosa" respecto a las gestiones desarrolladas ante la OEA, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo.

Con la Organización de Estados Americanos, el Ministro suscribió un importante convenio mediante el cual se realizará un estudio de impacto sobre el transporte en el marco del Mercado Común del Sur.

Con el Banco Interamericano de Desarrollo se realizaron entrevistas al más alto nivel para revisar los planes de obras de diversas intendencias del país, en especial el referido al plan de saneamiento II de Montevideo.

"Una de nuestras intenciones cumplidas en este viaje fue establecer algunos esbozos de lo que serán los posibles convenios a firmar por parte de futuras administraciones comunales", dijo Raffo. "cumplido este período de gobierno, había que sentar las bases para los futuros proyectos del país".

Con el Banco Mundial, señaló el Ministro, existen fuertes líneas de crédito para los Municipios y la Administración Nacional de Puertos. Por otra parte, la delegación uruguaya mantuvo contactos con la Organización Panamericana de la Salud con la cual se intercambiaron ideas sobre la futura campaña gubernamental de prevención de accidentes y seguridad vial.

MERCOSUR, TRANSPORTE Y FORESTACION

La Organización de Estados Americanos (OEA) aportará 500.000 dólares para un estudio de impacto ambiental que sobre el sector transporte traerá el MERCOSUR.

Según Raffo, Uruguay pretende ser "cabecera de puente" de la integración en el transporte. En el ámbito de la región —dijo— los técnicos nacionales son pioneros, a través de la Dirección de Transportes del MTOP.

"El gobierno está seriamente preocupado por el impacto que traerá el transporte intermodal en el marco de los procesos de integración", estimó el Secretario de Estado.

Raffo comentó que se hicieron gestiones para invertir en la industria forestal que "va a tener una importancia vital en un plazo no mayor a cuatro o cinco años".

"La zona de la Cuchilla de Haedo que abarca parte de Rivera, Tacuarembó, Paysandú y Río Negro va a tener 200.000 hectáreas forestadas y esto va a causar un impacto en los sistemas de transportes notable", subrayó el Ministro. "Cada diez minutos van a pasar decenas de camiones cargados a "full", ya sea por caminos departamentales o por carreteras nacionales", agregó. Raffo indicó que esta situación determinará que los puertos de Nueva Palmira y Fray Bentos estén llamados a cumplir un papel muy importante al cual podría sumarse Paysandú de confirmarse la alternativa de que el Río Uruguay se profundice.



Ministro Juan Carlos Raffo

DOCUMENTO 9400235

Sienra: Urug no debe aprobar un AEC que comprometa su desarrollo tecnológico

150015

4.11.93

Sienra advirtió "eventuales" resultados del Arancel Común

• *"Nos podría conducir a no poder importar tecnología de punta"*



Jorge Sienra, Presidente de la COMISEC.

El Presidente de la COMISEC, señala que Uruguay no debe aprobar un Arancel Externo Común, que comprometa su desarrollo tecnológico. Es algo, afirma, que deben comprender la empresa y los trabajadores.

SI Uruguay, por estar integrado a la región, tiene que pagar un precio demasiado alto para quedar prisionero de las ineficiencias de la zona, definitivamente no se justificaría nuestra presencia en el proceso integracionista del MERCOSUR, dijo Jorge Sienra.

El Presidente de la Comisión Sectorial del MERCOSUR, habló en la última sesión del Primer Congreso sobre Relaciones Laborales y expresó también que "Uruguay tiene que utilizar el proceso de integración en forma inteligente".

"El punto aquí es que nosotros no quedemos desconectados del resto del mundo para terminar con un atraso tecnológico", indicó el funcionario.

Arancel Externo

"Un Arancel Externo Común en Bienes de Capital, de ciertos componentes de tecnología de punta, nos puede dejar prisioneros de una producción no eficiente en la región, o que de alguna forma, en el campo de la informática, de la transferencia de cierto tipo de tecnología, quedemos prisioneros de una mala administración regional, por atrasos tecnológicos dispuestos en algunos casos, estratégicamente por algunos de nuestros socios hace 15 o 20 años atrás", aseveró Sienra.

Manifestó que "Uruguay, el sector empresarial y el sector laboral tienen que ser muy conscientes de esto, porque tener aranceles altos, simplemente para estar protegiendo industrias regionales ineficientes, es agregar un costo, al ya alto costo uruguayo, de índole regional", añadió.

Informó Sienra que esto se viene estudiando en la COMISEC para dejarlo muy claro desde ya "porque en esto estamos hablando de estrategia país, estrategia empresa, estrategia sector laboral, que es lo que en definitiva va a darle el perfil al Uruguay que estamos buscando todos para los próximos 10, 15, 20 años".

Asimismo, ratificó la fecha del 1º de enero de 1995, para la plena vigencia del MERCOSUR, aunque dejó entrever que si así no sucediera, Uruguay igualmente deberá estar preparado y transformado, independientemente de los procesos de integración regional.

Sistema educativo

Manifestó más adelante y al hacer referencia al sistema educativo y a las opciones en el área de la enseñanza (esto vale para todos los países del MERCOSUR, dijo) que "nosotros tenemos una generación que está entre los 15 y los 22 años, que ha tomado distintas opciones a las que tomaron generaciones como la mía, en las cuales básicamente, se apuntó a determinado tipo de formación académica: medicina, ciencias económicas, abogacía, escribanía, etc.".

"En los últimos cinco años, estamos registrando a nivel de matrícula en la Universidad de la República, un cambio cualitativo, sustantivamente distinto. Estamos entrando en el área de la ingeniería, de la informática, de la electrónica, de la administración de empresas, en el área de disciplinas que en Uruguay, 10 o 15 años atrás, era impensable que alguien las considerara su futuro en el mercado laboral", dijo el Presidente de la COMISEC.

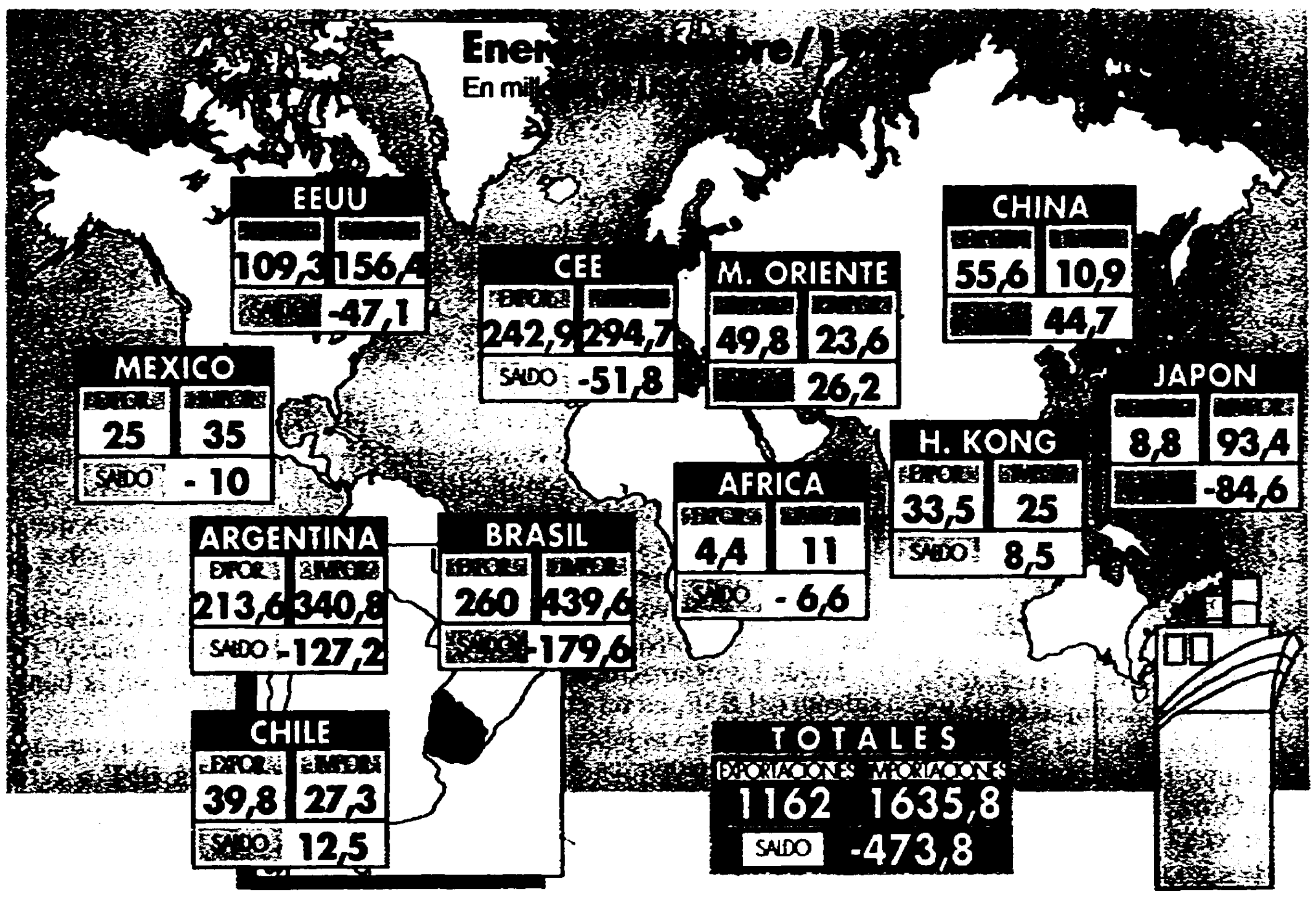
01-01 9400235

En los primeros nueve meses del año

El comercio de Uruguay con los países del Mercosur creció 18% respecto del año pasado

El intercambio comercial del Uruguay con sus socios del Mercosur representó el 45% del total al finalizar los nueve primeros meses de 1993, registrando un crecimiento de 18% respecto de igual período del año anterior.

DESTINO GEOGRAFICO DEL COMERCIO EXTERIOR



En el mismo lapso de 1992, el comercio con los países limítrofes era de 40%, mientras el déficit comercial con ellos alcanzaba los US$ 183,8 millones. En 1993, el saldo negativo con los países del Mercosur alcanza los US$ 300,6 millones, o sea 63% mayor al año anterior.

Más de la quinta parte de las exportaciones (22%) se dirigieron hacia Brasil (US$ 260 millones), lo que implica un crecimiento de 38% respecto a los nueve meses de 1992.

Las importaciones desde el país norteño, en tanto, representaron más de la cuarta parte del total (26%), habiendo crecido 25% con relación a igual lapso del año anterior.

El déficit comercial con Brasil alcanza, de esta forma, a US$179,2 millones casi 10% mayor al registrado hasta setiembre de 1992.

Argentina, en tanto, es el segundo país en cuanto a destino del comercio exterior del Uruguay. Las exportaciones hacia el país vecino por US$ 213,6 millones, representan el 18% del total y significan una caída de 14% respecto a los tres primeros trimestres de 1992.

Las importaciones por US$ 340,8 desde dicho país, sin embargo, crecieron 27% hasta setiembre y configuran la quinta parte del valor total de las mercaderías registradas que ingresaron al Uruguay en ese período. De esta forma se configuró un saldo desfavorable de US$ 127,2 millones, seis veces superior al registrado en el mismo período de 1992.

Las exportaciones a Paraguay, si bien se encuentran aún en un nivel relativamente bajo, se incrementaron 63% en los nueve meses del año, alcanzando, US$ 11,4 millones, mientras las importaciones provenientes de dicho país descendieron 34%.

Crecieron, asimismo, las exportaciones hacia Chile (16%) y otros países de América (76%), mientras descendieron los ventas a México (-9,3%). También las importaciones desde el país trasandino aumentaron 8%, llevando el superávit comercial con dicha nación a US$12,5 millones. En tanto, la caída de las exportaciones hacia México de 9,3%, aumentó el déficit con dicho país a US$ 10 millones.

Aumenta el déficit con EEUU y Europa

Las exportaciones hacia Estados Unidos, que representan el 9,4% del total, cayeron 16% hasta setiembre, mientras las importaciones crecieron 2,4% duplicando el déficit comercial con ese país que pasó de 22 a 47 millones de dólares en los nueve primeros meses del año.

Los países de la Comunidad Económica, son destino del 21% de nuestras ventas al exterior y cayeron 24% hasta setiembre, en tanto las compras en esos países crecieron 18%, pasando de un superávit comercial de US$ 69 millones en nueve meses de 1992, a un déficit de US$ 52 millones en 1993.

Con el resto del mundo las importaciones se redujeron 12,6%, principalmente por efecto de las menores compras en Nigeria y en Medio Oriente que superaron a los incrementos que sufrieron las importaciones desde China (58%), Hong Kong (71%), Corea del Sur (67%) y de Japón (31%). Las exportaciones cayeron hacia casi todos los países asiáticos exceptuando Israel y Hong Kong.■ *(Producción: Alejandro Gold)*

Lacalle y Ovalle: firme posición en conversaciones del Mercosur

Gobierno exige pleno reconocimiento de las zonas francas uruguayas

El presidente de la República, Luis Alberto Lacalle, y el director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle, aseguraron la semana pasada que Uruguay defenderá la plena vigencia de las zonas francas uruguayas —con todas sus dimensiones— en el marco de las conversaciones del Mercado Común del Sur (Mercosur).

A pocos días de haber concluido en Tierra del Fuego el encuentro entre empresarios y representantes de gobiernos del Mercosur —en donde se debatió el tema de los enclaves aduaneros y fiscales de la región— Uruguay reiteró su firme posición: exigir el pleno reconocimiento y el marco legal actual que otorga diversos beneficios promocionales.

Este punto fue particularmente objetado en Tierra del Fuego por la delegación brasileña, tanto que días después —el 28 de octubre en el diario Gazeta Mercantil, de San Pablo— un fuerte empresario brasileño, dijo que era un tema de importancia y que la posición uruguaya iba a generar dificultades a la hora de considerar otros puntos del Mercosur.

Ya en Tierra del Fuego, Uruguay fijó una posición clara. Eso quedó establecido en el documento firmado al concluir el encuentro.

"La posición inicial expuesta por la delegación de Brasil resulta inaceptable para la delegación uruguaya, tanto del sector público como del privado, que destacan además la falta de fundamentación de la misma, así como el desconocimiento de derechos legítimos y de realidades uruguayas", dice el documento al que accedió *El Observador*.

Lacalle: exigir pleno reconocimiento

El presidente Luis Alberto Lacalle, en entrevista concedida a la revista mensual Zonas Francas, Mercosur e Hidrovía, en su número de octubre, dijo: "La posición de nuestro país debe ser la de exigir el pleno reconocimiento a nuestro marco legal de zonas francas y a su funcionamiento con todos los beneficios promocionales que otorga. En consecuencia, si los bienes que allí se industrialicen obtienen el certificado de origen uruguayo que expide nuestra Cámara de Industrias del Uruguay, deberían entrar con arancel cero a los otros países del Tratado de Asunción".

Lacalle puso el ejemplo de la actitud asumida en la Comunidad Económica Europea, con respecto al mismo tema.

Con respecto a los bienes de fuera del Mercosur que se introduzcan en las zonas francas uruguayas y de allí a cualquiera de los cuatro países, Lacalle sostuvo que no se deben plantear dudas: "Deberán ser tratados a todos los efectos como importaciones provenientes de terceros países extracomunitarios".

Ovalle: defensa de la plena vigencia

Hablando en el seminario organizado en Punta del Este por la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, José Luis Ovalle, dijo el pasado jueves 4 que se defenderá la plena vigencia de las zonas francas en el Mercosur. En su exposición Ovalle aseguró que en las conversaciones desarrolladas con representantes de los otros gobiernos que integran el Mercosur, Uruguay señaló que cualquier clasificación de zonas francas y de las actividades realizadas en las mismas —fundamentalmente las industriales— debería partir del reconocimiento de las realidades existentes, "sin omitir la experiencia y legislación uruguaya en la materia", tal como dice la declaración final de Tierra del Fuego, cuando se refiere a la posición uruguaya. ■

De no llegar a un acuerdo la unión aduanera podría quedar descartada

Viceministros de Economía discutirán el AEC en semana decisiva para el Mercosur



Magela Ferrero

Gustavo Licandro
Junto a sus pares del Mercosur podría definir esta semana el perfil de la integración subregional

Sin claras perspectivas de acuerdo, los funcionarios del gobierno uruguayo se preparan esta semana para una instancia que consideran "clave" en la historia del Mercosur: la reunión que mantendrán el próximo viernes los cuatro viceministros de Economía, en la cual se deberá definir el nivel de protección arancelaria para los bienes de capital en el futuro mercado común.

Fuentes del gobierno reconocieron que en el encuentro "podría definirse el perfil de la integración", ya que de la existencia o no de arancel externo común depende que se llegue a una zona de libre comercio o a una unión aduanera.

Las divergencias entre las posiciones sustentadas por Brasil y Argentina respecto a este punto motivaron que fueran suspendidas las reuniones de nivel técnico que aún quedaban por celebrarse de acuerdo al cronograma y que se decidiera derivar la cuestión al ámbito político.

Los viceministros —que cuentan con mayores potestades para negociar que las que tienen los funcionarios— intentarán superar los obstáculos que han trabado la discusión, de manera que los plazos fijados por los cuatro presidentes para la definición de un arancel externo común puedan ser efectivamente cumplidos.

En caso de que tampoco se llegue a un acuerdo en esta reunión, la decisión pasará a depender de los ministros, pero los funcionarios consultados adjudicaron escasas chances de éxito a esa instancia, si antes no se logra un avance entre los vice.

El principal punto de discrepancia radica en cuál debe ser el nivel de protección arancelaria que tendrán los bienes de capital a partir de 1995. Si bien no hubo mayores dificultades para llegar a acuerdos en la mayoría de los capítulos que conforman la nómina arancelaria, la importancia de los bienes de capital es considerada tan grande como para poder determinar el fracaso de toda la negociación.

Argentina, Uruguay y Paraguay pugnan por un arancel bajo, mientras que Brasil, que es productor de bienes de capital, aspira a mantener una protección relativamente elevada, para evitar que su industria se vea perjudicada por la competencia de los países industrializados.

Los aranceles para estos rubros en Argentina, Uruguay y Paraguay rondan el 0%, mientras que los delegados de Brasil han defendido la necesidad de mantener niveles cercanos al 20%.

Los funcionarios consultados indicaron que durante las últimas reuniones tanto Brasil como Argentina se mostraron "intransigentes", lo cual hace difícil visualizar un acuerdo.

Pero también se ha especulado en el sentido de que los gobiernos hayan dado instrucciones a sus delegados de mostrarse inflexibles, de manera de "producir el desgaste" en el nivel técnico y llegar al terreno político con mejor disposición de hacer concesiones.

Al gobierno uruguayo le interesa sobremanera tener el arancel más bajo posible en los rubros de maquinaria agroindustrial, así como en informática y bienes de tecnología avanzada, de manera de evitar que la industria nacional tenga un acceso restringido a la tecnología de punta y que quede cautiva de la tecnología que desarrolla Brasil. ■

Decisiva semana para el Mercosur: definen el arancel externo común

El futuro del Mercosur vivirá esta semana una instancia decisiva cuando el viernes próximo se reúnan en Montevideo los viceministros de Economía de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, con el objetivo de definir el nivel de protección arancelaria para los bienes de capital en el futuro mercado común.

Fuentes del gobierno reconocieron que en el encuentro "podría definirse el perfil de la integración", ya que de la existencia o no de arancel externo común depende que se llegue a una zona de libre comercio o a una unión aduanera.

Las divergencias entre las posiciones sustentadas por Brasil y Argentina respecto a este punto motivaron que fueran suspendidas las reuniones de nivel técnico que aún quedaban por celebrarse de acuerdo al cronograma, y que se decidiera derivar la cuestión al ámbito político.

Los viceministros —que cuentan con mayores potestades para negociar que las que tienen los funcionarios— intentarán superar los obstáculos que han trabado la discusión, de manera que los plazos fijados por los cuatro presidentes para la definición de un arancel externo común puedan ser efectivamente cumplidos. ■

9400239
Sectores Industriales arg. presionan para seguir protegidos dentro del Merc
150007
10.11.93
Merc 12781
Arg 66860
FEcon 1116
SInd 1140

Sectores Industriales Argentinos Presionan Para Seguir Protegidos

BUENOS AIRES, 9 (EFE).— Los empresarios de varios sectores industriales de Argentina han presionado al Gobierno para que se les mantenga dentro de las listas de protección comercial del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), dijeron hoy, martes, fuentes oficiales.

Las presiones proceden de la industria petroquímica, textil, papelera, alimentación y siderúrgica, todas ellas protegidas dentro de las listas "de excepción" que prevé reducir el programa del MERCOSUR a partir del 1º de enero próximo.

Mientras las autoridades argentinas estudian la reducción del proteccionismo, los industriales pretenden que se postergue el momento para competir con sus colegas de Brasil, Paraguay y Uruguay, los otros países miembros del MERCOSUR.

El Gobierno argentino estudia la posibilidad de aumentar hasta el 40 por ciento el arancel de importación de productos textiles, si bien esa medida tiene el principal objetivo de frenar las importaciones desde los países asiáticos.

La importación de textiles, la mayoría de ellos desde China y Corea, llegó a los 800 millones de dólares en 1992, lo cual contribuyó a aumentar el déficit del comercio exterior argentino, que el año pasado fue de unos 2.800 millones de dólares.

Argentina fijó salvaguardias (cupos de importación) para medio centenar de manufacturas brasileñas, la mayoría de ellas congeladoras, cables de cobre, piezas de motores y bicicletas, y materiales eléctricos.

Pero al mismo tiempo rechazó las peticiones de protección que en su momento hicieron los fabricantes de máquinas de coser, soda cáustica, tableros de madera, telas vinílicas y los productores de pollos locales frente a la competencia de Brasil.

A comienzos del año próximo se reducirán en siete puntos los aranceles para el comercio regional y en un 20 por ciento las listas "de excepción" elaborada por cada uno de los socios del MERCOSUR, cuya plena entrada en vigor está prevista para 1995.

Los productos del resto del MERCOSUR que hoy pagan un arancel de 2,5 por ciento para entrar a Argentina pasarán a pagar el 1,8 por ciento.

Igualmente, la mitad de los productos que hoy pagan los aranceles completos previstos para cada caso sólo se enfrentarán a una barrera del 18 por ciento a partir de enero próximo.

La decisión de qué productos dejarán de formar parte de los listados de protección se tomará a mediados de diciembre próximo, cuando se prevé un recrudecimiento de las presiones empresariales en los cuatro socios del MERCOSUR.

El intercambio de Argentina con sus socios del MERCOSUR subió en un 32,4 por ciento, desde los 3.108,4 millones de dólares de enero-julio de 1992 a los 4.115,5 millones del mismo período de este año.

El mayor temor de los empresarios argentinos es la competencia con Brasil, que en los últimos años logró un abultado superávit comercial en el intercambio con este país.

Sin embargo, en agosto pasado, Argentina logró un superávit de 153,7 millones de dólares en el comercio con Brasil, lo que reaviva las esperanzas de revertir la tendencia deficitaria de los últimos años.

En agosto pasado, los argentinos exportaron por 507,8 millones de dólares (224 por ciento más que el mismo mes de 1992) frente a importaciones por 354,1 millones (32 por ciento más).

Las autoridades argentinas prevén que el comercio global argentino-brasileño (exportaciones más importaciones) será de 6.000 millones de dólares a finales de 1993, el triple que hace tres años.

9400239

01-01

PREOCUPAN LAS IMPORTACIONES DESDE EL BRASIL

La UIA le pedirá al Gobierno que renegocie los plazos del Mercosur

La oficialista UIA parece decidida a tomar una línea política menos conciliadora, a través de un documento de pronta publicación, criticando el proceso de integración con el Brasil en el marco del Mercosur. Los industriales han visto con preocupación el efecto de un verdadero aluvión de importaciones brasileñas, impulsadas por la diferencia en los costos de producción que amenazan, dicen, con barrer buena parte de la estructura productiva nacional. Frente a esto se caldearon las opiniones en el seno de la UIA, donde algún industrial llegó a pedir lisa y llanamente que se termine con el Mercosur. Las opiniones moderadas primaron y, ahora, a través de un documento, se pedirá alargar los plazos.

LOS PASOS DE LA INTEGRACION

- El 1° de enero de 1995 entrará en plena vigencia el Mercado Común del Sur. Eso significa que habrá **una zona de libre comercio** conformada por cuatro países: **Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay.**
- **La zona de libre comercio implica que cada uno de los asociados podrá acceder en forma irrestricta a los mercados de sus otros tres socios. El Tratado de Asunción** (que puso la piedra fundamental del Mercosur) establece que todos los bienes se comercializarán, desde 1995, con **arancel nulo (es decir, entrarán libres de impuestos aduaneros).**
- **A la vez, a partir de esa fecha, regirá el arancel externo común** (protección para las productoras del bloque frente a países extrazona).
- **Hasta el 31 de diciembre de 1994,** el Mercosur atraviesa un período de transición. Se caracteriza por desgravaciones arancelarias que se producen semestralmente en forma automática (para llegar al arancel cero el primer día del '95). En diciembre de este año, **la preferencia arancelaria será de 82 %** (es decir, habrá un descuento de esa magnitud sobre los aranceles que cada país dispone como protección
- A partir de 1995, los socios deben eliminar todas las **trabas para-arancelarias** (en el caso de la Argentina es la tasa de estadística, un impuesto del 10 % que se adiciona al arancel).
- El Tratado de Asunción establece que los cuatro socios tendrán que **"armonizar" sus políticas macroeconómicas (tipos de cambio, costos de energía, estructuras impositivas) para evitar efectos indeseados sobre el flujo comercial.**

Nº DOCUMENTO

En un cambio de actitud que puede leerse como un giro en su hasta ahora pasiva estrategia política, la **Unión Industrial Argentina** pedirá oficialmente la **postergación** de los plazos del proceso de integración económica con el Brasil.

La decisión se anunciará en breve, ya que solo resta pulir el borrador del documento que elevará la cúpula de la central fabril al Gobierno, con las observaciones a la marcha del proceso integrador.

El titular de la UIA, **Jorge Blanco Villegas**, ya le anticipó la drástica decisión de los empresarios al presidente de la Nación **Carlos Menem**. También le adelantará el texto de los reclamos al ministro de Economía, **Domingo Cavallo**.

Ante una consulta de **Clarín**, el dirigente industrial confirmó ayer la decisión, al decir: **"Es cierto. Vamos a pedir que se readecue el Mercosur a las necesidades de la industria local. Estamos evaluando cada palabra, de un documento que daremos a conocer a la brevedad".**

El trabajo le fue encomendado al tesorero de la central fabril, **Sergio Einaudi**, quien formó una comisión especial para determinar consensuadamente las medidas que solicitarán los industriales para hacer digerible el proceso de integración en el largo plazo.

Einaudi (del grupo Techint) es uno de los voceros de las posiciones más extremas contra la forma como marcha del acuerdo con el Brasil dentro de la UIA. Sostiene, por ejemplo, que de mantenerse como hasta ahora el proceso de integración, la industria nacional sufrirá daños graves.

La iniciativa que adoptará la central fabril cuenta con el total apoyo de todos los sectores, los que elaboraron la estrategia en un agitada reunión de la conducción de la Unión Industrial Argentina.

En un reciente debate en el seno de la Comisión Directiva, cuyo contenido publica Clarín en forma exclusiva, **se afirmó que las diferencias de tipo de cambio, costo laboral y valor de la electricidad hacen imposible por el momento avanzar en la integración económica con el Brasil (véase aparte).**

La opinión de los empresarios se fundamenta con cifras: solo el 34% de las exportaciones argentinas al Brasil son de origen industrial. En cambio, del total de importaciones desde el Brasil, el 90% son de origen manufacturero.

En la reunión se habló de los serios trastornos que el actual proceso de integración puede causar en el aparato productivo de la Argentina. Frente a las graves consecuencias que se notan sobre algunas ramas, hubo voces dentro de la UIA pidiendo que se adopten posturas todavía más drásticas, **exigiendo la anulación del acuerdo del Mercosur.**

Al final se resolvió que en el texto del documento que se entregará a las autoridades, **se pedirá que se cumplan los siguientes puntos:**

- **Postergar los plazos de integración con el Brasil fijados en el Tratado del Mercosur.**
- **Ampliar el período de transición hasta el momento, en el cual se compensen las fuertes asimetrías que favorecen al Brasil en materia de desgravaciones fiscales, incentivos monetarios y de política cambiaria. Los empresarios sostienen que las diferencias favorecen a la industria brasileña.**
- Mantener durante ese período más extenso de transición, cláusulas más severas de salvaguardia de la industria local y aplicarlas, de ser necesario, en forma automática.

De hecho, este pedido golpea en **forma seria** al Tratado del Mercosur. Tal como están dadas las cosas, parece imposible que pueda haber convergencia entre las políticas económicas de ambos países.

- **Utilizar los nuevos plazos, para reformular en forma completa el tratado de integración económica.**

Los reclamos no disgustarían del todo al Palacio de Hacienda. **En privado, hasta el propio Cavallo se muestra preocupado por la ola importadora brasileña.**

Marcelo Bonelli

02-02

9400240

El Gobierno no quiere demora en el Mercosur

Plazos: textiles y siderurgia serán los sectores más afectados por la rebaja arancelaria que entrará en vigor en enero próximo.

La conducción económica no planteará a sus socios del Mercosur la postergación de los plazos previstos en el proceso de integración.

Pese a algunos reclamos sectoriales, el ministro Domingo Cavallo y sus colaboradores no liderarán una corriente de opinión para postergar la entrada en vigor de la próxima reducción arancelaria, prevista para enero del año próximo.

El siguiente episodio de la agenda del Mercosur está tan cerca que no son pocos los que tiemblan: el 1º de enero próximo alrededor de 80 productos verán reducido sustancialmente el arancel para el comercio regional, y la mayoría de ellos son textiles o siderúrgicos.

Para el equipo económico, la puesta en vigor de esas preferencias arancelarias, que alcanzarán al 82 %, constituye el trasfondo del bullicio que se escucha en estos días en torno del mercado común.

Los afectados

Cuando comenzó el proceso de integración había 400 posiciones arancelarias preparadas para ver reducida su protección en el comercio entre los cuatro países. Hoy, quedan 160 productos en la lista de espera, de los cuales la mitad tendrá un arancel notoriamente inferior el 1º de enero del año próximo.

"El 80 % de los productos que estarán afectados en enero son siderúrgicos y textiles", admitieron funcionarios de la cartera económica.

Definición

Antes del 15 de diciembre habrá más de un tema vinculado con el comercio exterior que tendrá definiciones contundentes. Hasta entonces, se reunirán los ministros y presidentes de los países del Mercosur, habrá claridad sobre el resultado de la Ronda del GATT y se sabrá si se aprueba el Nafta o no.

"Son definiciones importantes en el corto plazo; no nos queda otra que esperar", opinó un alto funcionario de la cartera económica.

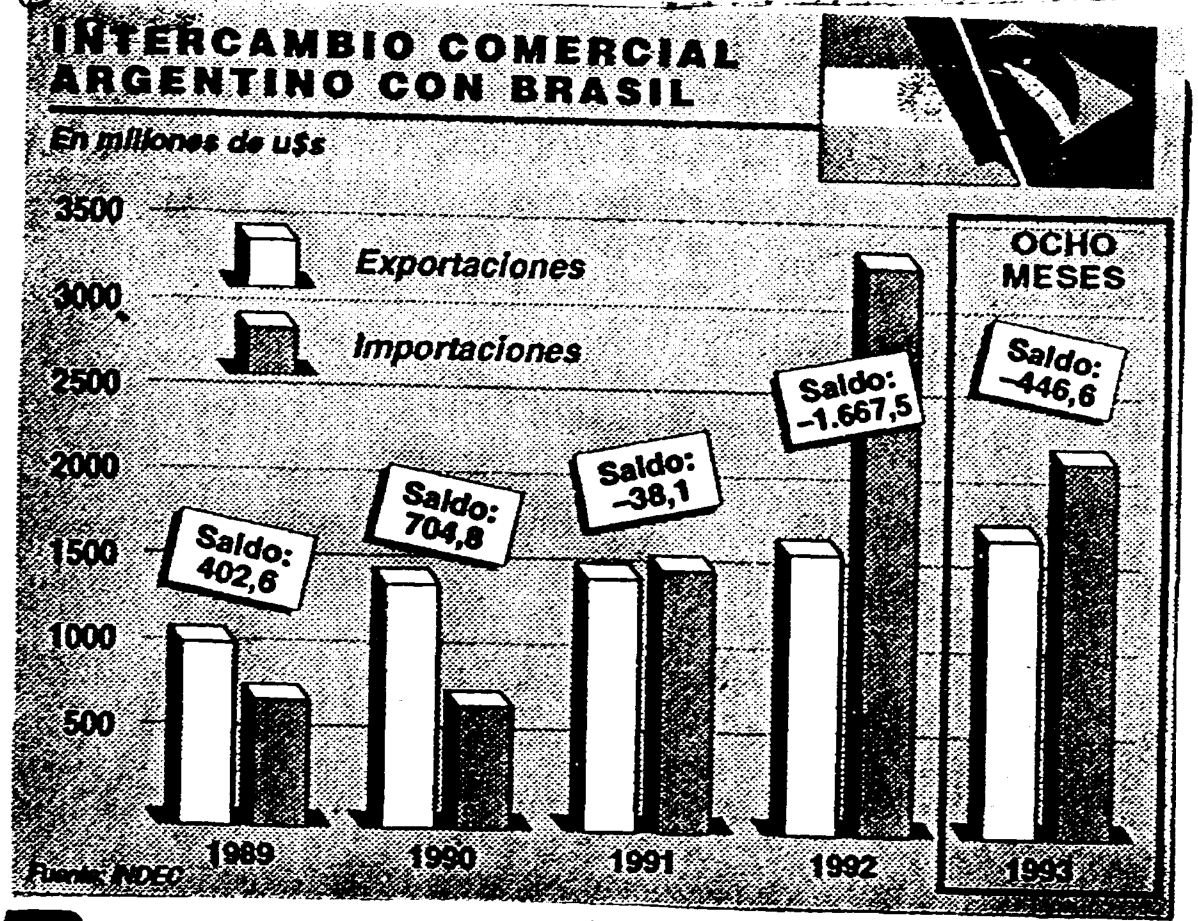
Pero la preocupación industrial encuentra escaso eco en el Palacio de Hacienda. "Para alterar los plazos previstos habría que modificar el tratado del Mercosur, que está aprobado por ley, y no pensamos en nada de eso", se sinceró un estrecho colaborador del ministro Domingo Cavallo.

El razonamiento de los funcionarios es uniforme: este año, el déficit comercial con el Brasil es inferior al de 1992, y si entonces no se pensó en modificar el cronograma menos aun cabe hacerlo ahora.

De aquí a un mes y medio habrá tres instancias sucesivas de negociación que resolverán los problemas pendientes para la integración. Mañana se reunirán en Montevideo los viceministros de Economía de los cuatro países; el 22 de este mes lo harán los ministros en Río de Janeiro y, finalmente, a mediados de diciembre lo harán los presidentes.

"El tema central de la reunión de mañana es el arancel externo común", dijo una fuente de Economía para aventar sospechas. Y sobre esta cuestión ya hay principio de entendimiento para que la protección máxima frente a terceros países ronde el 20 por ciento.

Eduardo De Simone



La Cancillería fue clara y terminante en su respuesta a los hombres de la Unión Industrial Argentina: los plazos del Mercosur no se pueden modificar. Domingo Cavallo, en la reunión del gabinete económico, calificó el contenido del documento de los industriales adelantado por *Clarín* como una mala señal a los futuros inversores del exterior

Respuesta del Gobierno a la UIA: no se puede postergar el Mercosur

CANCILLERIA PROMETIO UNA REUNION CON INDUSTRIALES DEL BRASIL

El jefe máximo de la Unión Industrial, **Jorge Blanco Villegas**, y su colega **Sergio Einaudi** ayer se cruzaron juntos hasta la Cancillería (la sede de la central patronal queda solo a 100 metros). A las 13, lo fueron a ver a **Hector Gambarotta**, secretario de Relaciones Económicas Internacionales. La cita se había fijado hace bastante, pero el tema saltó en el momento: los tiempos de la integración en el Mercosur. Es la primera vez que la UIA le pide al Gobierno, oficialmente, que alargue los plazos para el mercado común, tal como lo anticipó **Clarín** en su edición de ayer.

La respuesta oficial fue no. El diplomático despejó cualquier duda: **"No hay posibilidad de estirar ningún plazo, porque el Tratado fue ratificado por los Parlamentos de los cuatro países. Es una ley que solo podría revisar el propio Congreso".** Como si no bastara, subrayó: **"La apertura y la integración son dos procesos indestructibles".**

Para esta cita, que duró exactamente una hora, Einaudi (hombre del hólding siderúrgico y petrolero Techint) se había puesto el casco de combate. Le dijo al funcionario: "Se está violando el Tratado de Asunción que establecía una coordinación de políticas macroeconómicas. Y eso no está sucediendo ni a nivel de las políticas cambiarias, ni tampoco de las energéticas y de costos laborales".

Del otro lado, Gambarotta se mostró todo lo amable que pudo. Les prometió que podía haber lugar para una mayor participación de los privados, en el tratamiento de sector por sector. Einaudi le pidió algo más: "A nosotros nos gustaría que mientras los gobiernos negocian en una habitación, los privados lo hagan en el cuarto de al lado".

Para no dejarlos con las manos vacías, la Cancillería tomó un compromiso: **promover una cumbre entre la UIA y la FIESP (Federación de Industriales de San Pablo) para la próxima semana.** El encuentro sería el lunes o el martes, pero no se sabe dónde (si en el Brasil o en Buenos Aires). Justo en esos días, la UIA dará a conocer un documento oficial que fija su posición pidiendo flexibilización de los plazos.

Como los de la Unión no quieren romper relaciones, le aseguraron a Gambarotta que ese documento será "lavado", es decir, le quitarán las expresiones explosivas. **Blanco Villega** aclaró que lo publicado por **Clarín** sobre las preocupaciones de la entidad habían sido planteadas en una reunión reservada del comité ejecutivo y que en modo alguno se buscó "provocar una conmoción".

Cuentan que ayer por la mañana, en la reunión de equipo económico, Domingo Cavallo se mostró disgustado con la UIA. "Tendrían que haber evitado que esas posiciones tomaran estado público. No se dan cuenta de que así no benefician a las inversiones. Porque los que vienen a la Argentina a poner plata lo hacen pensando en el Mercosur y no en un mercado de apenas 33 millones de habitantes", les dijo a sus muchachos, con el diario en la mano. Algunos dicen, sin embargo, que Cavallo no está en desacuerdo con la declaración de los industriales. Podría usarla, incluso, como carta de negociación con los brasileños, agitando el fantasma de la oposición interna a los plazos del Mercosur, para apurar la convergencia de ciertas medidas macroeconómicas.

A los empresarios les asusta el "tanque" brasileño que se les viene encima. **Gilberto Montagna**, vicepresidente de la UIA y dueño de Terrabusi, mostró por dónde pasan los temores: **"Existen desequilibrios macroeconómicos entre el Brasil y la Argentina que están implícitos en el tipo de cambio, en el costo laboral y en el energético. Con estos tres elementos hay de sobra para decir que no se corrigieron los desfasajes. Y creo que es suficiente para pedir que se amplíe el período de transición".**

Otros creen que no todo es cuestión de las asimetrías. Reconocen que los tipos de cambio relativos entre los dos socios grandes del Mercosur no favorecen a los empresarios domésticos. Y admiten que en términos de costos también hay desventajas. Pero subrayan otro problema: **las diferencias de escala y de productividad en las compañías de los dos países.**

Ven también otro problema: el gobierno argentino no tiene una política industrial activa. Y esa es una diferencia grande con el Brasil. A los de la UIA no se les escapa: en la reunión "secreta" del comité ejecutivo hubo quien lo planteó con todas las letras.

Una advertencia amistosa para el Brasil

"Si el Mercosur avanza en forma coordinada y dentro de los plazos previstos, entonces deberíamos negociar en forma conjunta nuestro ingreso al NAFTA, pero todo depende de los plazos de la integración y del proceso de estabilización en Brasil", dijo anoche **Domingo Cavallo.**

El ministro abordó desde esta óptica el virtual ingreso de la Argentina al **Tratado de Libre Comercio de América del Norte**, al hacer declaraciones durante la cena que organizó la **Coordinadora de Empresas Productoras de Alimentos** (COPAL).

Sus expresiones estuvieron precedidas por los discursos de rigor. Primero habló **Alberto Alvarez Gaiani**, titular de la entidad que celebró otro aniversario, y el broche de oro lo dio el presidente **Carlos Menem**, con una exposición que fue interrumpida en varias oportunidades por los aplausos de los asistentes.

Alvarez Gaiani hizo una dura crítica a **"los subsidios que aplican algunos países para favorecer las ventas de sus productos y que a la vez entorpecen nuestras exportaciones"**. En este caso, el empresario se cuidó de no mencionar expresamente a los **Estados Unidos.**

"La clave del Mercosur —agregó después— está en el desarrollo de las ventajas comparativas dinámicas, pero no hay en este momento políticas macroeconómicas coherentes y armonizadas en el bloque regional".

En otro momento de su discurso, Alvarez Gaiani hizo un velado reclamo proteccionista, que acompañó con la siguiente aclaración: **"No estamos renunciando a la apertura de la economía, pero consideramos que deben atenderse los problemas en algunos sectores de la industria amenazados por la importación".**

Por último, el empresario hizo una mención sobre el proyecto de reforma constitucional que disparó una posterior réplica de Menem. **"Estamos de acuerdo** —dijo Alvarez Gaiani— **siempre que se preserve el espíritu dogmático de nuestra Constitución".**

Sin perder tiempo, apenas ocupó el estrado, Menem señaló que "comparto la preocupación del presidente de COPAL, y por eso quiero dejar bien en claro **que no nos proponemos introducir cambios en la parte dogmática, sino en los aspectos instrumentales**".

Inmediatamente comentó que "cuando hablamos de reformar la Constitucion es porque en esta aldea global en que se transformó el mundo gracias a las comunicaciones, **nuestra Constitucion es de la época de las carretas**".

Más adelante, el Presidente dedicó un largo párrafo de su discurso para referirse a la tarea de los legisladores: se quejó por la recurrente falta de quórum para discutir los proyectos que interesan al Poder Ejecutivo y recordó que los diputados cobran **"una dieta que les paga el pueblo para asistir a las sesiones".**

Respecto del Mercosur, Menem fue más benevolente que Cavallo respecto de la situación de Brasil. **"Así como nosotros estuvimos muchos años con problemas, los brasileños tienen un enorme potencial que les permitirá salir del pozo en poco tiempo más"**, señaló.

La participación de Menem en la cena de COPAL se demoró como consecuencia del mensaje al país que el Presidente concretó desde uno de los salones del Hotel Hyatt, a pocos metros del lugar donde se realizó el festejo empresarial.

Llamó la atención entre los comensales la vestimenta presidencial, ya que el mandatario lució una corbata amarillo patito sobre una camisa celeste brillante y un traje celeste claro.

El tema dominante de la noche fue la eventual incorporación argentina al NAFTA. El empresario textil **Roberto Favelevic** dijo a **Clarín** que "nos conviene que el NAFTA no se haga, porque podríamos tener una relación privilegiada con Estados Unidos. Pero, mirándolo bien nos conviene más el NAFTA que el Mercosur, porque EE.UU. es una locomotora, y Brasil, como socio, nos puede llevar adelante o arrastrar a un pozo, según hacia dónde vaya su economía".

A su vez, el titular de la **Unión Industrial de Capital Federal, Pedro Reyna**, opinó que **"el NAFTA es un proyecto para el futuro, y nosotros ahora tenemos problemas mucho más concretos para resolver con el Mercosur".**

Analizarán en el Grupo Mercado Común el "Código Vitivinícola" del Mercosur

• Hay consenso entre los productores e industriales

El Código Vitivinícola del MERCOSUR será firmado este mes y elevado al Subgrupo de Políticas Agrícolas, quien lo remitirá al Grupo Mercado Común (GMC), afirmó a LA MAÑANA el Secretario Ejecutivo del Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI), Enólogo Francisco Zunino.

El acuerdo sectorial regional será suscrito este mes, tras ratificarse el consenso entre las partes en Asunción del Paraguay, por los delegados de los industriales, productores y autoridades oficiales.

Las normas básicas acordadas por los representantes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, establecen que no circularán los vinos a granel y propone a los gobiernos de la región, adoptar garantías de genuinidad cuando la mercadería se transporte a grandes distancias.

"Sólo se habilitaría la circulación en estas condiciones, bajo controles especiales, en casos donde exista deficiencia de producción por problemas climáticos u otros inconvenientes", subrayó Zunino.

Código Vitivinícola

En la capital paraguaya se acordó redactar un Código Vitivinícola que antes de fin de año se elevará al Subgrupo de Políticas Agrícolas del MERCOSUR, a efectos de que éste lo remita al Grupo Mercado Común (GMC), luego que los estados miembro lo aprueben y conviertan en ley.

Zunino explicó que las normas que contendrá el Código Vitivinícola abarcan la definición y adquisición de productos, fiscalización y circulación en el MERCOSUR, prácticas enológicas autorizadas, métodos de análisis, prohibición de circulación de los vinos a granel, etiquetado y rotulado de los envases, denominaciones de origen y la creación del Comité Vitivinícola del MERCOSUR.

Delegados serán designados por los 4 Estados

Agregó que el cometido de este organismo será asesorar en materia de políticas sectoriales a los órganos superiores, según se estableció en el Tratado de Asunción y los delegados serán designados por los Estados a propuesta de los sectores privados.

La Comisión de Fiscalización y el Comité Vitivinícola tendrán cometidos diferentes, ya que mientras la primera debe proveer normas de contralor igualitarias para los cuatro países, la segunda analizará todos los temas relacionados con el sector, asesorando, ayudando y dirimiendo posibles controversias.

En los próximos días, técnicos del INAVI ser reunirán con los delegados oficiales en Políticas Agrícolas (Subgrupo 8), para definir aspectos del proyecto de Código Vitivinícola y evaluar técnicamente el contenido de la propuesta.

Envases distintos

La reunión verificada en Asunción del Paraguay, dejó traslucir las diferencias existentes en lo referente a la capacidad de los envases en que circularán los productos dentro de la región, a partir del 1° de enero de 1995.

Mientras que Uruguay impulsa que se establezcan recipientes de un litro: Argentina, Brasil y Paraguay son partidarios que el vino se distribuya en envases de hasta cinco litros de capacidad y que nuestro país se sume a esa modalidad a partir del año 2000.

El Secretario Ejecutivo del INAVI remarcó que la política de los delegados uruguayos consiste en "no establecer plazos y armonizar los sistemas de control sobre estos productos".

Por otro lado, un Grupo de Trabajo tendrá la responsabilidad de analizar las normas a tomar para el contralor y fiscalización de los productos vitivinícolas en base a un relevamiento regional que abarcará a cada país firmante del Tratado de Asunción.

De las negociaciones, emergerá una propuesta única destinada a asegurar las garantías necesarias para los productores y consumidores en cuanto a la genuinidad de los productos. La Comisión referida está integrada por tres representantes de cada país: un técnico de la actividad privada, otro de los organismos de fiscalización y un especialista en legislación vitivinícola. El Grupo de Trabajo deberá elaborar un informe final antes del año 2000.

Los delegados sectoriales acordaron respetar las "denominaciones de origen"

Habrá propuesta única destinada a las garantías

en el MERCOSUR vitivinícola, lo que implica un reconocimiento del Decreto de nuestro país respecto de vinos de calidad preferente.

Por último, Zunino sostuvo que los países que aún no respaldaron estos productos lo harán en forma gradual, para que a corto plazo todos adopten mecanismos de respeto de la mercadería como "denominaciones de origen" e indicaciones geográficas.

Los Industriales Argentinos Ratifican la Necesidad de Prorrogar el MERCOSUR

BUENOS AIRES (Fernando Nolé, corresponsal).— Tal como lo había adelantado EL PAIS hace 20 días, los industriales argentinos exigieron nuevamente establecer una prórroga en los plazos de la integración del MERCOSUR, debido a los que los propios empresarios definen como provocados por las asimetrías entre las políticas económicas de Argentina y de Brasil.

El anuncio sobre la solicitud de una prórroga fue ratificado esta semana por el titular de la Unión Industrial Argentina (UIA), Jorge Blanco Villegas, quien remarcó que hay suficientes argumentos como para decir "paremos la mano" con los plazos del MERCOSUR, y buscar "soluciones definitivas" al proceso de integración regional.

Los argumentos a los que aludió Blanco Villegas son, por ejemplo, los altos costos laborales y de energía existentes en Brasil, que se transforman en desventajas competitivas para la Argentina.

Frente a estas exigencias, el gobierno argentino aclaró que no se analiza ninguna posibilidad de "plantear una prórroga" y puntualizó que se continuará adelante con el esquema de integración.

En declaraciones a EL PAIS, el secretario de la UIA, Eduardo Faena, no sólo ratificó la postura del titular de la entidad, sino que subrayó que "estamos preocupados por todas las distorsiones que se están produciendo debido a las condiciones actuales de la integración con Brasil".

"Las diferencias en las políticas macroeconómicas son cada vez mayores y por eso nosotros solicitamos una postergación en la conformación del MERCOSUR", enfatizó el dirigente argentino.

Explicó que se han generado problemas en el listado de excepción y también, el controvertido arancel externo común.

A comienzos del próximo año se reducirán en siete puntos los aranceles para el comercio regional y en un 20 por ciento las listas de excepción elaborada por cada uno de los socios del MERCOSUR.

Los productos del resto del MERCOSUR que hoy pagan un arancel del 2,5 por ciento para ingresar a la Argentina, pasarán a tributar el 1,8 por ciento.

Igualmente, la mitad de los productos que hoy pagan los aranceles completos previstos para cada caso sólo se enfrentarán a una barrera del 18 por ciento a partir de enero de 1994.

Frente a estas condiciones, el secretario de la UIA planteó que "los brasileños devalúan constantemente y esto provoca graves distorsiones, como por ejemplo en el nivel salarial, y en los costos tarifarios".

En ese sentido, un informe de la central fabril considera que frente a salarios industriales de 150/190 dólares mensuales que posee Brasil, mientras Argentina tien un promedio de 400 a 500 dólares mensuales.

Además, los costos de energía y transporte en nuestro país duplican a los que tiene Brasil, lo cual, indefectiblemente, influye en la integración económica.

Los sectores más afectados —según los empresarios locales— son: textil, petroquímica, siderúrgica, papel, algunos rubros de la alimentación y electrónica.

Claro, que hay que tener en cuenta que en los últimos meses Argentina fijó varias medidas de protección para su industria, en especial para las importaciones de productos textiles y papel.

Esta actitud fue cuestionada tanto en nuestro país, como en Brasil y en Paraguay.

Esto forma parte en realidad de un problema mayor que tiene Argentina: su balance comercial.

Se prevé que la balanza comercial de este país con Brasil será deficitaria este año para la Argentina en un monto que oscilará entre 600 y 800 millones de dólares.

Si bien el déficit disminuirá con relación a 1992 —donde el saldo negativo para la Argentina fue de 1.700 millones de dólares—, los empresarios locales apuntan que se debe tener en cuenta que este año se ha compensado en gran medida por las exportaciones de automotores hacia Brasil que no se pudieron concretar durante el año pasado.

Además, a esto se le agregó el acuerdo entre ambos países para que la Argentina exportara mayor cantidad de granos como así también de petróleo y sus derivados, productos de menos valor agregado a los que exporta Brasil hacia este país.

Pero ante estos pedidos, el gobierno argentino sin embargo se mantiene inflexible en la necesidad de seguir adelante con el programa trazado.

La misma definición expuso el subsecretario de Política Económica e Integración, Alejandro Mayoral, quien recalcó que los pasos del proceso de integración fueron aprobados por una ley del Parlamento, por lo cual cualquier cambio reclamaría un nuevo debate legislativo, tanto en Argentina como en Brasil, Paraguay y Uruguay, los demás países miembros del MERCOSUR.

El mismo Mayoral salió al cruce de las presiones de los industriales argentinos y concluyó que "el gobierno del presidente Carlos Menem no trabaja en la hipótesis de una postergación".

SE ACELERA DEFICIT COMERCIAL CON LOS PAISES DEL MERCOSUR

En el período enero-setiembre del presente año, el comercio exterior de nuestro país con sus socios del MERCOSUR fue deficitario en U$S 300.6 millones. Este guarismo es el resultado de exportaciones por U$S 485.0 millones e importaciones por U$S 785.6 millones.

La importancia que la región ha adquirido dentro del comercio exterior uruguayo en su conjunto se aprecia en el hecho de que las exportaciones a la región representan un 41.7% del total exportado, las importaciones regionales constituyen el 48.0% del total de importaciones en tanto el déficit comercial que se genera con la región constituye un 63.4% del déficit comercial del país.

Las exportaciones a la región se han incrementado en un 9.1% en los nueve primeros meses del año con relación a igual período del año anterior contrastando con lo sucedido a nivel de las exportaciones totales que disminuyen un 6.6%.

Ello hace que en los últimos 12 meses finalizados en setiembre las exportaciones a los países del MERCOSUR alcancen a U$S 662.6, cifra superior en un 8.0% a la correspondiente a los 12 meses anteriores. No obstante este crecimiento reciente, los valores exportados a la región se mantienen relativamente estabilizados habiendo oscilado —para los períodos de 12 meses analizados desde junio 91 a la fecha— entre U$S 581 millones y U$S 662 millones definiendo una diferencia entre puntas de ese intervalo del 14%.

IMPORTACIONES

En lo que se refiere a las importaciones se aprecia una situación completamente diferente ya que en el período analizado crecen en forma ininterrumpida. En los 12 meses finalizados en setiembre las importaciones provenientes de Argentina, Brasil y Paraguay alcanzan a U$S 1.051.7 millones, monto superior en un 29.5% al del período octubre 91-setiembre 92.

Las importaciones del período octubre 92-setiembre 93 son un 73.0% superiores a las de los 12 meses finalizados en junio 91, período en el que alcanzaron a los U$S 608.4 millones.

La evolución de exportaciones e importaciones regionales determinó que, partiendo de un superávit de U$S 7.7 millones experimentado en julio 90-junio 91, el comercio regional mostrara un creciente déficit cuyo máximo se alcanza en los 12 meses finalizados en setiembre pasado (U$S 389.1 millones).

Esta situación es producto de la política comercial seguida por el país y acentuada durante la actual administración. A ello se agrega el denominado "atraso cambiario" que provoca una pérdida de competitividad que acentúa la apertura comercial.

Un primer elemento que explica el crecimiento de las importaciones radica en las reducciones arancelarias que se aprobaron a lo largo del período analizado.

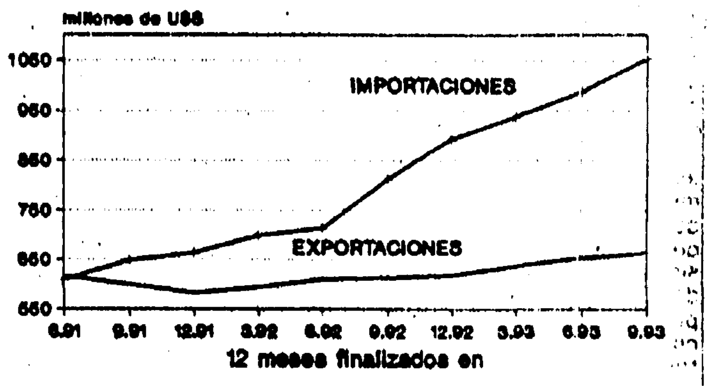
En efecto, tal como puede apreciarse en el cuadro Nº 1 se produjeron sucesivas disminuciones arancelarias por las cuales el nivel máximo pasó del 40% al 20%. Paralelamente, la ratificación del Tratado de Asunción para la constitución del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) incrementó las ventajas generadas por los acuerdos de alcance parcial (CAUCE y PEC) a los países de la zona frente al resto del mundo en cuanto a constituirse en abastecedores de nuestro país.

En efecto, el artículo 3º del anexo I del Tratado establece que a partir de su entrada en vigencia, los países iniciarán un programa de desgravación progresivo, lineal y automático que beneficiará a los productos comprendidos en el universo arancelario clasificados conforme a la nomenclatura arancelaria utilizada por ALADI. Dichas preferencias se aplicarán sobre el arancel vigente en el momento de su aplicación y consisten en una reducción porcentual de los gravámenes más favorables aplicados a la importación de productos provenientes desde terceros países no miembros de ALADI. El cronograma de preferencias arancelarias es el que se indica en el Cuadro Nº 2.

El Tratado de Asunción excluía de este cronograma de desgravación a 960 productos uruguayos incluidos en las denominadas listas de excepciones las que se reducen al vencimientos de cada año calendario a razón de 10% a la fecha de entrada en vigor del tratado, 10% al 31.12.91 y 20% a fines de cada uno de los cuatro años sucesivos. Por último, la evolución de los distintos precios de la economía ha favorecido la importación de todo tipo de bienes frente a la producción nacional. En efecto, a mediados del año en curso los precios al consumo medidos en dólares crecieron un 32,5% con respecto al promedio de 1991, y los salarios del sector privado un 36.7%.

Estos elementos ratifican la creciente pérdida de competitividad que experimenta el país y que acentúa las tendencias comerciales que se manifiestan con los países vecinos.

COMERCIO EXTERIOR CON PAISES DEL MERCOSUR



Cuadro Nº 1 Tasa global arancelaria

(Evolución 1990-1993 en %)

Bien	Abr. 90	Set. 91	Abr. 92	Ene. 93
Bienes de capital	15	10	10	0-6
Materias primas	15	10	10	6
Bienes intermedios	25	20	17	15
Bienes de consumo	35-40	30	24	20

Cuadro Nº 2:
EVOLUCION DE LOS PORCENTAJES DE DESGRAVACION ENTRE PAISES DEL MERCOSUR

Fecha	Porcentaje
30.06.91	47
31.12.91	54
30.06.92	61
31.12.92	68
30.06.93	75
31.12.93	82
30.06.94	89
31.12.94	100

Cuadro Nº 3

BALANZA COMERCIAL CON PAISES DEL MERCOSUR

En millones de dólares
Período enero-setiembre

	Exportaciones				Importaciones				Saldo		
PAIS	1992	1993	Var. (%)	Peso (%)	1992	1993	Var. (%)	Peso (%)	1992	1993	Peso (%)
Argentina	248.7	213.6	-14.1	18.4	268.2	340.8	27.1	20.8	-19.5	-127.2	26.8
Brasil	188.8	260.0	37.7	22.4	352.2	439.6	24.8	26.9	-163.4	-179.6	37.9
Paraguay	7.0	11.4	62.9	1.0	7.9	5.2	-34.2	0.3	-0.9	6.2	-1.3
MERCOSUR	444.5	485.0	9.1	41.7	628.3	785.6	25.0	48.0	-183.8	-300.6	63.4
TOTAL PAIS	1243.9	1162.0	-6.6	100.0	1463.7	1635.8	11.8	100.0	-219.8	-473.8	100.0

Nº DOCUMENTO 9400247
En Encuentro del Mercosur no se resolvió el AEC
P12
13.11.93
Merc 12781
Euro 11078
F.Econ 1116/
SFin 11403
Int 12785

ARANCEL EXTERNO DEL MERCOSUR

Violento rebote de Cavallo con Brasil

(Por D.S.) Una durísima respuesta del gobierno brasileño a las propuestas argentinas abrió ayer en la reunión de viceministros del Mercosur la crisis más grave en la corta historia del esquema de integración cuatripartito. El encuentro en Montevideo pasó a un cuarto intermedio sin fecha y dejó irresuelto el tema clave del arancel externo común (la barrera comercial ante terceros países) que debería ser puesto en marcha el 1° de enero de 1995. El eje de la divergencia fue la inflexible posición mantenida por el número dos de Economía, Carlos Sánchez, al negarse a aceptar otro criterio que la simple y llana liberación para los bienes de capital, rechazado de plano por los brasileños.

"Brasil no puede aceptar el principio de abrir su mercado sin estricta reciprocidad para productos brasileños", advirtió un texto de nueve puntos y dos carillas. La declaración señala que "así como algunos sectores industriales (siderúrgico, no ferrosos, papel y celulosa) y todo el sector agrícola son de interés central para los demás socios, bienes de capital, ómnibus, camiones, tractores, productos químicos e informática son de fundamental importancia económica para Brasil".

El choque diplomático se suma a la comunicada intención de la UIA de solicitar una extensión de dos años en el período de transición. Los empresarios de Paraguay y Uruguay también expresaron fuertes reparos a la idea de seguir abriendo sus mercados.

Según el texto brasileño, "para bienes de capital e informática fue propuesto cero por ciento de arancel, lo que Brasil considera inaceptable". Más aún, "la propuesta agrede los preceptos técnicos y el principio de escalada tarifaria adoptado como metodología común para la elaboración de la tarifa externa".

La decisión de liberar el ingreso de los equipos (incluidos camiones) fue adoptada por Domingo Cavallo en mayo pasado como una forma de abaratar las inversiones productivas. En Brasil la política sectorial es diametralmente opuesta, ya que se mantienen aranceles elevados para defender a los fabricantes de la competencia externa.

La declaración –que abre un interrogante hasta el encuentro de ministros programado para el 22– critica en forma elíptica a la Argentina al señalar que "Brasil lamenta el creciente nivel de divergencia introducido en el perfil arancelario de los países del Mercosur posteriormente a la firma del Tratado de Asunción".

El punto 6 de la declaración resume el malestar expuesto a los representantes argentinos, uruguayos y paraguayos. "Los aranceles acordados para los capítulos 1 a 24 –dice– demuestran que Brasil dará a sus socios del Mercosur acceso privilegiado al mercado brasileño de productos agrícolas. Consecuentemente cabe a ellos acordar niveles razonables de alícuotas a los sectores brasileños que necesitan de mayor protección, hasta como forma de asegurar la preferencia a los productos brasileños en relación con terceros países, promoviendo un equilibrio de ventajas dentro de la unión aduanera."

01-01

9400247

FRACASO LA REUNION DE VICEMINISTROS DE ECONOMIA EN MONTEVIDEO

Los negociadores del Mercosur no pueden acordar el arancel común



Carlos Sánchez. La delegación argentina se refugió en el silencio para evitar explicar el fracaso de la reunión.

Una aparentemente tranquila reunión de viceministros de Economía del Mercosur para avanzar en la discusión del arancel común terminó por reflejar las diferencias de fondo entre los socios. El aparente culpable de la ruptura fue Brasil, que insistió en aplicar una barrera alta a los productos de terceros países, especialmente para los bienes de capital, donde su industria tiene un interés especial. Ni la Argentina ni Uruguay están dispuestos a tolerar esa decisión: quieren importar máquinas sin protección de todo el mundo. La diferencia es grande y hace peligrar el calendario de la integración en el Mercosur.

MONTEVIDEO (Enviada especial). — El clima estaba fresco y el ánimo de los negociadores del Mercosur parecía tranquilo. **Pero esta reunión de viceministros de Economía del bloque terminó de repente y sin acuerdos.** La falta de consenso es tal que resolvieron pasar a un cuarto intermedio, pero sin fecha. **Tampoco se hará la cumbre de ministros prevista para el lunes 22.**

Las divergencias son de peso. **Está en juego el arancel externo común del bloque.** Y eso significa definir cómo y cuánto se va a proteger (de las importaciones extrazonales) a los productores regionales. Los negociadores argentinos hicieron mutis —casi total—. Los brasileños optaron por repartir un escrito entre la prensa. Fue casi la única versión oficial de lo que había ocurrido puertas adentro de la reunión.

—**¿Dónde está el conflicto?** —le preguntó **Clarín** a **Carlos Sanchez** (la cabeza de la misión).

—¿Conflicto? —repreguntó.

—**Bueno, hablemos de las diferencias...**

—Aquí hemos avanzado en compatibilizar criterios y ahora pasamos a un cuarto intermedio, hasta una próxima reunión. En todo caso, hable con García Peluffo (el número uno de los uruguayos), que él le va a informar.

El diplomático brasileño **Rubens Barbosa** (uno de los más antiguos en estas negociaciones) fue más receptivo.

—**¿Es en el tema de bienes de capital en donde no se ponen de acuerdo?**

—No solo en eso. Las diferencias son mucho más amplias. Le diría que estamos discutiendo todo.

El tono del documento distribuido por la misión brasileña es muy duro. Allí plantean:

● El gobierno brasileño defiende en forma "intransigente" la unión aduanera y el arancel externo común desde el 1° de enero de 1995.

● Considera que el arancel externo común es un punto central de las negociaciones. Y advierte: "**No se puede aceptar algunos elementos del Mercosur y rechazar otros. No es admisible un Mercosur al gusto de cada uno**".

● Brasil no está dispuesto a que en 1995 el Mercosur sea únicamente una zona de libre comercio. Lo dicen en estos términos: "En caso de no ser viable la unión aduanera (que está condicionada por el arancel externo común) para los niveles arancelarios comprendidos entre 0 y 20%, no admitiremos la implantación exclusiva de una zona de libre comercio".

● Brasil no puede aceptar abrir sus mercados (a sus socios) sin estricta reciprocidad para productos brasileños.

Los brasileños no se quedaron con la espina: A los argentinos les dijeron sin ambages: "**Nosotros les estamos dando a ustedes un acceso privilegiado para sus productos agrícolas. A cambio, queremos que se acuerden niveles de protección razonables para los bienes de capital e informática frente a terceros países. Porque es la única forma de que Brasil tenga ventajas dentro de la unión aduanera**".

Juan Ignacio García Peluffo, el jefe de la delegación uruguaya, admitió que justo en ese punto está la mayor confrontación. "La Argentina y Uruguay tienen arancel 0 para los bienes de capital; y eso responde a nuestra necesidad de equiparnos con tecnologías avanzadas. Por eso no queremos aceptar un arancel alto."

—**Pero hay una lista de excepciones en que cada país puede fijar el arancel que más le convenga para los productos que la integran. Si Brasil puede, en ese caso, fijar un arancel alto para sus bienes de capital, ¿por qué les preocupa que la Argentina y Uruguay los dejen en un nivel bajo de protección en sus respectivos territorios?**

—La respuesta está en las diferentes políticas industriales. Si nosotros dejamos en cero la protección de estos bienes, quiere decir que podemos importarlos desde cualquier parte sin restricciones. Y entonces la industria brasileña de ese sector se quedará sin preferencias arancelarias dentro del bloque; es decir, no tendrá ventajas frente a terceros países.

Los técnicos dicen que Brasil quiere utilizar al Mercosur como plataforma para financiar la reconversión del sector de bienes de capital. No puede hacerlo si tiene que competir de igual a igual en la región con maquinaria que viene de extrazona.

En el fracaso de esta reunión, disimulado en la figura de un "**cuarto intermedio**", quedaron patentes las dificultades para un proceso de integración entre economías tan diferentes en tamaño, y con gobiernos que aplican modelos diferentes. El Mercosur requiere una estrategia conjunta frente al mercado mundial. "Como esto no existe, un arancel externo común puede generar situaciones costosas para cada socio" decían aquí, en los pasillos.

Eleonora Gosman

9400249
AEC, la barrera que el Merc. todavía no supera
LN 150025
13.11.93
Merc 12781
FEcon 11161
STm 11403
Int 12795

Arancel externo común, la barrera que el Mercosur todavía no supera

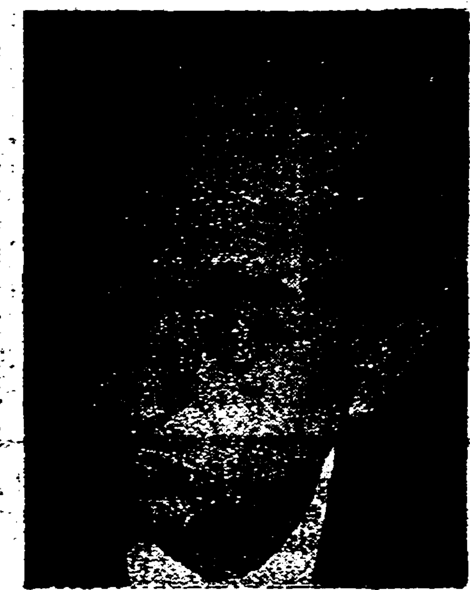
[illegible] los viceministros de Economía de los cuatro países no consiguieron ayer un acuerdo sobre el tema, clave para el futuro del bloque.

MONTEVIDEO.- Los viceministros de Economía de los cuatro países signatarios del Acuerdo de Asunción se reunieron en la sede de la Secretaría Administrativa del Mercosur, en esta capital, en procura de llegar a una definición del arancel externo común que regirá a partir de 1995.

El tema clave de la reunión fue el de la protección arancelaria que se dará a los bienes de capital. Antes de la reunión, fuentes del gobierno uruguayo indicaron que se trataba de una decisión fundamental por cuanto, si bien ya se ha alcanzado un principio de acuerdo sobre el arancel de la mayoría de los productos, una falta de consenso acerca de los bienes de capital podría poner en peligro el establecimiento de la unión aduanera.

A puertas cerradas

La reunión se realizó a puertas cerradas, sin permitirse el acceso de los medios. Trascendió que mientras la Argentina, cuya delegación presidió el viceministro Carlos Sánchez, Paraguay y Uruguay defendieron la fijación de un arancel bajo, la posición brasileña fue contraria en razón de que, como productor de bienes de capital, aspira a mantener una protección que impida que su industria sea perjudicada por la competencia de los países industrializados.



Sánchez no cede

La diferencia va del cero por ciento de los tres países mencionados al 20 por ciento, que es el nivel de arancel en el Brasil.

La delegación brasileña presentó el tema como decisivo, mientras que las dos corrientes plantearon posiciones calificadas como intransigentes.

Finalmente, se pasó a cuarto intermedio sin fijar fecha para levantarlo. No se emitió comunicado oficial y la Argentina, Paraguay y Uruguay mantuvieron reserva.

Brasil amenaza

La delegación brasileña dio a conocer un texto en el que reafirma la voluntad política y la alta prioridad que atribuye al Mercosur y al cumplimiento de sus plazos.

Pero agrega que se pueden aceptar algunos elementos y recursar otros, o sea, "no es adminisible un Mercosur a la carta" y que para Brasil, en caso de no ser posible la viabilización de la Unión Aduanera, para los ítems tarifarios encuadrados entre un cero y un 20 por ciento en 1995 "no se admitirá la implantación exclusiva de una zona de libre comercio".

Barrett Puig

01-01

9400249

DOCUMENTO 9400250

Choque en Merc. por entrada de bienes de capital

el 150024

14.11.93

Merc 12781

Arg 06860

F.Econ 1161

S.F. 11403

Urug 12785

BRASIL DEFIENDE SU FUTURO INDUSTRIAL

Choque en el Mercosur por la entrada de bienes de capital

La decisión política del Brasil en el marco del Mercosur es clara: defender a muerte el futuro de su industria de bienes de capital. Argentina y Uruguay, en cambio, aspiran a comprar ese tipo de bienes en el resto del mundo, sin aranceles. La discusión de un arancel común —lo que separa a un mercado común de una asociación de libre comercio— llegó, en apariencia, a una vía muerta. El viernes se levantó sin mayores explicaciones la reunión de viceministros de Economía del Mercosur que pretendía, justamente, avanzar en el tema del arancel común.

Ahora es el turno de las decisiones políticas de fondo para reencauzar el tema. Brasil lo dijo muy claro: sacrificamos a nuestros agricultores a favor de la Argentina pero no vamos a hacer lo mismo con la industria de bienes de capital. La Argentina, presionada por el disgusto de la UIA por la invasión de importaciones cariocas, no parece dispuesta a dar una preferencia arancelaria especial a los bienes de capital del país vecino.

MONTEVIDEO (Enviada especial). — Ayer amaneció con lluvia y frío. **Renato Marques**, secretario de Comercio Exterior de Brasil, se puso el piloto y bajó al "lobby" del hotel Embajador. Planeaba salir para comprar anteojos. Pero en ese momento lo encontró **Clarín**.

Vino aquí como el número uno de su país para la reunión de viceministros del Mercosur:

—El encuentro terminó en un fracaso. ¿Por qué?

—Los periodistas siempre hablan de fracaso y de ruptura. Pero nosotros jamás. Se decidió que los gobiernos hagan una evaluación, reflexionen y después nos sentaremos de nuevo a discutir.

Marques tiene fama de "duro" en Buenos Aires, pero se defiende: **"En mi país me critican por ser blando frente a ustedes. Yo entiendo que el gobierno argentino quiera entrar al Mercosur con ciertas ventajas competitivas. Por eso hemos aceptado varias posiciones que iban en contra del Tratado de Asunción sin quejarnos".**

En esta reunión de viceministros del bloque, que terminó el viernes de repente, la delegación del Brasil se plantó en sus trece. **"En 1995, o hay una unión aduanera o no hay nada, porque no queremos exclusivamente una zona de libre comercio"**, le dijeron a sus otros socios. Y eso significa que el bloque debe funcionar **con un arancel externo común.**

Los socios pudieron acordar, hasta ahora, que habrá una protección del 0 al 20% para la mayoría de los bienes que se produzcan en la región. Y pactaron que habrá un remanente donde cada país aplicará su propio arancel. Pero este es un concepto general. **El conflicto empieza en la letra chica, cuando hay que analizar producto por producto.**

La pelea tiene un foco: **los bienes de capital.** Para, Brasil es un tema crítico proteger esa industria. Y procura que los demás socios del Mercosur respeten ese criterio. La Argentina (y el Uruguay) no quiere dar ventajas a la maquinaria y las computadoras brasileñas sobre las del resto del mundo. En el modelo de **Domingo Cavallo** es vital conservar las manos libres para comprar donde más convenga. Es una condición para las inversiones extranjeras.

—¿Cuál es el núcleo de las divergencias? —le preguntó **Clarín** a Marques.

—El planteo argentino es mantener en 0 el arancel de los bienes de capital y de informática. Nosotros no podemos aceptarlo. Es como si nosotros quisiéramos hacer un Mercosur sin los granos argentinos. **Para el Brasil los bienes de capital y la informática son tan importantes para la economía como los granos para ustedes.** Queremos una integración aduanera a partir del 1º de enero de 1995. Puede, desde luego, existir alguna flexibilización: por ejemplo, excepciones al arancel externo común de una serie de productos. Pero no podemos aceptar una zona de libre comercio sin unión aduanera porque entonces el Brasil pierde las preferencias arancelarias frente a terceros mercados.

—Entre los otros socios hay quienes afirman que el Brasil quiere utilizar al Mercosur como plataforma para reconvertir y modernizar su sector de bienes de capital...

—Pregunte a agricultores "gaúchos" del sur del Brasil cómo los afecta el Mercosur, respondió Marques con una sonrisa irónica. El año pasado —dijo— se sembraron 6 millones de toneladas, este año sólo 2 millones. Nosotros estamos abriendo el mercado brasileño a los agricultores argentinos. Y lo que queremos es reciprocidad con nuestros bienes de capital. Es un sector clave de nuestra economía. El Mercosur tiene costos y beneficios. Esta frase no es mía, la dijo el viceministro **Carlos Sánchez**. Hay que entender que no se trata de una asociación entre amigos sino de cuatro países que defienden sus intereses nacionales. El Mercosur no puede privilegiar la compra de bienes de capital en los países de extrazona y dejar de lado al Brasil. Si esto ocurre entonces tendremos que revistar las preferencias arancelarias que el Brasil le da a la Argentina en este terreno.

—En la Argentina hay sectores, por ejemplo los industriales, que reclaman flexibilizar los plazos del Mercosur. El tiempo previsto para concretar el mercado común, a partir de los problemas que surgieron, ¿no parece demasiado estricto?

—Me enteré que la Unión Industrial Argentina pidió esa flexibilización. También muchos sectores empresariales del Brasil se resisten. Pero nuestro gobierno quiere el Mercosur con los plazos estrictos, tal como están en el Tratado de Asunción.

—Aquí se dijo que la posición del Brasil no dejó margen para las negociaciones. El fracaso de la reunión ¿puede poner en riesgo los plazos para constituir el bloque?

—Los problemas que puede haber en el Mercosur son típicos del crecimiento del comercio y en una relación adulta entre los socios. Con Bangladesh nunca vamos a discutir ni pelear; pero con ellos casi no tenemos intercambio. Pero la Argentina es, en este momento, el segundo cliente individual del Brasil. ¿A quién se le puede ocurrir, entonces, que nosotros pensemos en romper el Mercosur?

Eleonora Gosman

POCO LEGIBLE

01-01

9400250

Nº DOCUMENTO 9400251
Para definir el AEC se necesitaría una negociación política
150023
16.11.93
FCrc. 12781
FEcon 11161
STi 11403
FPol 11164
Int 12795

ENTRADO
CRUZ

El Arancel Externo Común requiere una negociación política para su definición

La posición asumida por Argentina, Paraguay y Uruguay, en contraposición a la impulsada por el socio mayor del Mercosur, Brasil, respecto al arancel externo común, continúa [illegible] y requerirá una definición de carácter político al más alto nivel, señaló a LA REPUBLICA el representante técnico por nuestro país en las negociaciones sobre el tema, Ignacio García Pelufo.

Por su parte el director de la Comisión Sectorial para el Mercosur, Diego Cardozo Cuenca, opinó coincidentemente con el negociador uruguayo y afirmó que "restan más de noventa artículos para analizar que serán considerados a nivel técnico, y existen capítulos en los que va a surgir una discusión política".

Las dificultades de coordinación del arancel externo para los cuatro países, surgidas fundamentalmente en los bienes de capital y materias primas, "están siendo estudiadas conjuntamente por nuestros asesores y la Cámara de Industrias para lograr un mejor acuerdo", advirtió Cardozo Cuenca.

La reunión de viceministros de Economía celebrada el pasado viernes, culminó con pasaje a un cuarto intermedio, derivando la discusión para una próxima reunión de los altos funcionarios aún no fijada, y dando un margen de tiempo para que cada país realice un análisis de los temas considerados, explicó García Pelufo.

01-01 9400251

Nº DOCUMENTO 9400252
Diferencias por AEC ponen en riesgo el cumplimiento de plazos del Merc.
150483
17.11.93
Merc. 12781
FEcon 11461
SFin 11403 Int 12785

Argentina y Brasil buscarán reducir discrepancias en encuentros bilaterales

Diferencias para acordar arancel común ponen en riesgo cumplimiento de plazos del Mercosur

Las dificultades para lograr un acuerdo sobre el Arancel Externo Común del Mercosur amenazan con hacer incumplibles los plazos fijados para la vigencia plena del futuro mercado regional, según la opinión de diversos sectores involucrados en el proceso.



AFP

Presidentes en la encrucijada
Los desacuerdos puntuales ponen en riesgo el cumplimiento de los plazos previstos

Tras la reunión de viceministros de Economía realizada el viernes 12, las negociaciones entraron en un impasse, ante la imposibilidad de acortar las diferencias que mantienen Brasil y los restantes tres socios, respecto de qué nivel de protección arancelaria deben tener los bienes de capital en el mercado común.

Diplomáticos y funcionarios consultados dijeron que, a partir de ahora, se abrirá una etapa de consultas informales y negociaciones bilaterales, principalmente entre los dos socios mayores: Argentina y Brasil.

En ese sentido, se anunció que el ministro argentino, Domingo Cavallo, solicitó una reunión a su colega brasileño, Fernando Henrique Cardoso, para tratar de destrabar la situación.

En Uruguay, los delegados del gobierno se manifestaron moderadamente optimistas en el sentido de que las partes abandonarán sus posturas intransigentes y se podrá llegar a un acuerdo que permita cumplir el cronograma.

Pero, por lo pronto, ya hay señales de que la situación no será tan fácil de resolver. Funcionarios del gobierno argentino consultados por *El Observador* dijeron que el pedido de postergación del encuentro que los cuatro presidentes tenían previsto para el 22 de diciembre en Uruguay se debe a que el gobierno de Carlos Menem no quiere que se realice el evento antes de que el tema arancelario esté en vías de solución.

Por otra parte, el secretario argentino de Industria, Carlos Magariños, relativizó la inflexibilidad de los plazos para la plena vigencia de la unión aduanera y del mercado común, en lo que supone un cambio de actitud, ya que hasta el momento siempre se había ratificado el cumplimiento estricto del cronograma.

Los cuatro gobiernos están encarando esta negociación con una fuerte presión de los sectores privados, ya que tanto las ramas industriales como los productores agropecuarios que ven un riesgo de estar afectados por la competencia están reclamando una revisión de los tiempos previstos para la unificación total de los mercados.

Además del conocido pedido de una "pausa" en la desgravación arancelaria interna que realizó la Cámara de Industrias del Uruguay, también se sumaron pedidos de protección arancelaria de agricultores del sur de Brasil, así como un reclamo de industriales paulistas para hacer más estricto el régimen de control de origen de los productos Mercosur.

En Argentina, mientras tanto, la principal agremiación industrial inició una nueva ofensiva, con el propósito de proteger varios rubros que están amenazados por la competencia brasileña. Los argentinos aspiran a un corrimiento de los plazos o, de lo contrario, al establecimiento de unos 80 productos en la lista de protección bajo el régimen de "salvaguardias", que implica restricciones a la importación.

Posiciones alejadas

En ese contexto, no resulta fácil para los gobiernos flexibilizar sus posiciones, a pesar de que los delegados a las negociaciones no dejan de hablar de nuevos espacios, posibles fórmulas de entendimiento y nuevas instancias para desbloquear diferencias.

Brasil mantiene su posición de reclamar un arancel de 20% para los bienes de capital, como forma de no exponer a su parque industrial a los riesgos de la competencia internacional. Los otros tres países, por el contrario, quieren un nivel bajo, preferentemente de 0%, con el objetivo de no quedar cautivos de Brasil como proveedor regional de los bienes de capital.

Según Brasil, este punto será el que determine el éxito o el fracaso del Mercosur. El secretario de Comercio Exterior brasileño, Renato Marques, dijo al diario argentino Clarín que "el Mercosur no puede privilegiar la compra de bienes de capital en los países de extrazona y dejar de lado al Brasil. Si esto ocurre, entonces tendremos que revisar las preferencias arancelarias que Brasil le da a Argentina en ese terreno".

Los funcionarios brasileños han argumentado que el principal problema radica en que Argentina cambió su política industrial después de haber firmado el Tratado de Asunción, ya que el arancel para bienes de capital fue rebajado a cero a mediados de 1991, lo cual implicaría "un cambio en las reglas de juego".

Desde el punto de vista de los intereses uruguayos, aún existen expectativas de que no haya que aumentar en forma considerable el impuesto arancelario para bienes de capital que afectan a la industria nacional.

Al gobierno le interesa sobremanera tener el arancel más bajo posible en los rubros de maquinaria agroindustrial, así como en informática y bienes de tecnología avanzada, de manera de evitar que la industria nacional tenga un acceso restringido a la tecnología de punta y que quede cautiva de la tecnología que desarrolla Brasil. Para ello, el Ministerio de Economía está analizando fórmulas de acuerdo y estrategias de negociación. ■

01-01 9400252

MERCOSUR: Industriales Argentinos Piden Prórroga de dos o Tres Años

BUENOS AIRES, 17 (EFE). — La Unión Industrial Argentina (UIA) pedirá al Gobierno que negocie con Brasil, Paraguay y Uruguay una prórroga de dos o tres años en la plena entrada en vigor del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), informaron hoy miércoles fuentes empresariales.

La UIA, la asociación empresarial más poderosa de Argentina, consultará a los representantes de cada sector industrial, a fin de fijar el plazo de prórroga para levantar barreras aduaneras según los distinos intereses de los empresarios.

El secretario general de la UIA, Eduardo Faena, quien representa a la industria textil, anunció que se pedirá una prórroga "de dos o tres años" a partir de 1995, cuando se prevé levantar todas las barreras dentro del MERCOSUR.

"Si no dan un mayor plazo, habrá cierres de fábricas", subrayó Faena.

El cambio en las reglas del MERCOSUR debe ser aprobado por los parlamentos de los cuatro socios de ese organismo, creado en marzo de 1991 a partir del acuerdo de integración que Argentina y Brasil suscribieron en 1986.

El MERCOSUR abarca a una población de 190 millones de habitantes y un Producto Interior Bruto (PIB) equivalente a poco más de la mitad del total de los países de América Latina.

LAS MAYORES PRESIONES

Las mayores presiones provienen de la industria petroquímica, textil, papelera, la alimentación y siderúrgica argentinas, todas ellas protegidas dentro de las listas "de excepción" que se prevé reducir en un 20 por ciento a partir del primero de enero próximo.

A comienzos de 1994 también se reducirán en siete puntos los aranceles para el comercio regional, según el programa del MERCOSUR.

Los productos del resto del MERCOSUR que hoy pagan un arancel de 2,5 por ciento para ingresar a Argentina pasarán a pagar el 1,8 por ciento.

Asimismo, la mitad de los productos que hoy pagan los aranceles completos previstos para cada caso sólo se enfrentarán a una barrera del 18 por ciento a partir de enero próximo.

El intercambio de Argentina con sus socios del MERCOSUR subió en un 32,4 por ciento, desde los 3.108,4 millones de dólares de enero-julio de 1992 a los 4.115,5 millones del mismo período de este año.

BRASIL: EL MAS TEMIDO

El mayor temor de los empresarios argentinos es la competencia con Brasil, que en los últimos años logró un abultado superávit comercial en el intercambio bilateral.

El Gobierno argentino fijó salvaguardias (cupos de importación) para unas cincuenta manufacturas brasileñas, la mayoría de ellas heladeras, cables de cobre, piezas de motores y bicicletas y materiales del sector eléctrico.

Sin embargo, rechazó las peticiones de protección que en su momento hicieron los fabricantes de máquinas de coser, soda cáustica, tableros de madera y telas vinílicas y los productores de pollos.

La decisión de qué productos dejarán de formar parte de los listados de protección se tomará a mediados de diciembre próximo, en que se prevé un recrudecimiento de las presiones empresariales en los cuatro socios del MERCOSUR.

Presiones industriales sobre el Mercosur

La segunda parte de la reunión del Consejo de la Producción se dedicó a un **análisis en profundidad del problema del Mercosur.** Ahí aprovechó la **Unión Industrial Argentina (UIA) para entregar a Domingo Cavallo** un documento que venía siendo retenido desde días atrás, donde se **pide concretamente una postergación en los plazos de entrada en vigencia de esa zona de libre comercio y de mercado común.**

Jorge Blanco Villegas, el titular de la UIA, fue muy drástico respecto al Brasil. En su opinión, el país vecino "no ha cumplido con los principios fundamentales del Tratado de Asunción y del Acuerdo de Las Leñas, y las asimetrías que plantean las economías de los dos países hacen que aparezcan **ventajas encubiertas (para los brasileños) que no podemos aceptar".**

Cuando se le consultó sobre la eventual respuesta del Ministerio de Economía, el dirigente fabril respondió que ellos "tienen una gran preocupación y esto va a ser analizado profundamente para saber qué medidas se pueden tomar". Asimismo, sugirió que el tratado del Mercosur —como ocurre con el del Mercado Común Europeo— "debiera tener enmiendas que permitan correcciones, que se plantean por la lógica dinámica diferencial de los países".

♦ Plazos

Según **Rolando Pietrantueno,** presidente del Consejo Argentino de la Industria, el ministro Cavallo estaría dispuesto a tomar en cuenta una **postergación en los plazos del Mercosur pero con la condición de que sea una decisión conjunta de los cuatro países miembros y no unilateral de la Argentina.**

También la **CGT** compartió la preocupación de los sectores industriales acerca de este tema, fundamentalmente desde el punto de vista de la mano de obra, **su costo diferencial, migraciones ilegales y la incidencia sobre el mercado de trabajo argentino.**

Sin embargo, **Juan José Llach** aclaró que de ninguna manera el Gobierno va a aceptar una **postergación en los plazos del Mercosur,** aunque indicó que a lo sumo se va a trabajar sobre las cláusulas de salvaguardia en productos sensibles.

A fines de este año entra en vigor una **profundización arancelaria del 81%,** por lo que resta **poco tramo para que la liberación del comercio entre los cuatro países, y especialmente de la Argentina y Brasil, sea plena.** Sin embargo, no han podido ponerse de acuerdo en el arancel externo común para **bienes de capital,** porque mientras Brasil, con una política industrial activa, pide que sea el 20% o más, para la Argentina, embarcada en una política de **apertura irrestricta,** un arancel del cero por ciento o lo más cercano a ello es lo correcto, según Cavallo.

♦ Lista de excepción

Globalmente la relación comercial con Brasil ha mejorado este año, pero lo que suscita la preocupación empresarial es **la próxima caída del 50% de la lista de excepción.** La determinación de los artículos que componen ese listado deberá ser aprobada por un decreto que sacará el Gobierno antes de fin de año y allí sí pueden contemplarse excepciones que serían, en todo caso, transitorias.

También los funcionarios oficiales desecharon la hipótesis de que, habiendo aprobado el Congreso norteamericano el NAFTA, la Argentina se aleje del Mercosur para aspirar a ingresar en ese bloque económico de Norteamérica.

"Lo que sí sería altamente deseable es que Brasil **cuanto antes normalice su tasa de inflación",** admitió Llach. Las distorsiones macroeconómicas brasileñas inciden en la situación argentina. Lo cierto es que reservadamente los funcionarios brasileños han indicado que necesitan por lo menos dos años para arreglar los problemas de déficit fiscal y poner en caja una inflación del 35% mensual, y la industria argentina, que ha sufrido las consecuencias de los subsidios brasileños, no puede esperar esos dos años.

Se posterga la decisión por el arancel externo

En 1994: la reunión de mandatarios del Mercosur prevista para el mes próximo sería trasladada para mediados de enero.

SAN CARLOS DE BARILOCHE (DyN).– Una reunión de presidentes del Mercosur prevista para diciembre será postergada posiblemente para mediados de enero mientras se resuelve la cuestión del arancel externo común, dijo el presidente uruguayo Luis Lacalle.

"Llegamos a una impasse. Brasil sostiene un arancel externo común alto como forma de proteger sus industrias, Argentina cero", dijo Lacalle aquí a un grupo de corresponsales extranjeros.

"Yo estoy confiado en que haya un acuerdo que parta de excepciones o que se llegue a ese arancel en cierto tiempo", agregó el mandatario uruguayo.

Según Lacalle, el tema fue analizado con los presidentes Carlos Menem, y Juan Carlos Wasmosy, de Paraguay, cuando ambos viajaron el miércoles a esta ciudad para asistir a la inauguración formal de la asamblea anual de la Sociedad Interamericana de Prensa.

"Resta la opinión de Brasil. Nosotros nos movemos por consenso, pero en el avión en viaje a Bariloche consideramos mejor pasar la reunión a enero, después de Reyes o más adelante", dijo el presidente uruguayo.

Se espera que los ministros de Economía de los cuatro países se reúnan antes de la cumbre presidencial para llegar a un consenso sobre el nivel de protección arancelaria que compartirán los países que integran el Mercosur a partir del 1º de enero de 1995.

"Antes de fin de noviembre veremos cuándo los ministros se sientan, y los encerraremos en un cuarto hasta que aparezca humo blanco o que aparezcan todos muertos", bromeó Lacalle.

Preocupación

A medida que se acortan los plazos para el funcionamiento a pleno del Mercosur el arancel externo común es una de las principales trabas que hoy enfrenta la región en el intento por establecer una política comercial conjunta frente al resto del mundo.

El debate oscila entre el proteccionismo que propugna Brasil, fundamentalmente para los bienes de capital que produce, y la apertura general que alienta nuestro país.

01-01

ARCHIVO

PERSONAL

P.008.-

Montevideo,8 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: En reunión mantenida el 5/I/ entre el gremio y autoridades del Ministerio de Trabajo,estos últimos se comprometieron a mediar referente a la situación delCity Bank.Por otra parte continuan con la realización de paros sorpresivos.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION:FUS:Continuan en conflicto con atención de guardia gremial en Policlinicas.El 10/I/ se entrevistarán con el director de Trabajo a la hora 17.00 y el 11/I/ a la hora 20.00 se realizará una asamblea General en el local del SUNCA en Yí y Paysandú.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEEM:Camino Carrasco 5959;Continuan con el conflicto,realizando el 10/I/ una asamblea a la hora 10.00.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.C.T:Se encuentran en conflicto por el despido de funcionarios de distintas fabridas,con olla sindical en el local de Veracierto 3810.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSANI:Continuan con la carpa frente a la fabrica en horas de trabajo en reclamo del reintegro del personal envíado al Seguro de Paro.-

2)- INFORMACION ESTATAL

A.T.S.S:El 22/I/ efectuaran una asamblea nacional de Delegados para analizar la marcha de las negociaciones.-

CORTE ELECTORAL:Desde el 20/XII/ vienen realizando paros de brazos caídos.-

FUN.PLUNA:El 10/I/ se reunirá la gremial con las autoridades de Pluna,para tratar el tema redistribución.-

BANCA OFICIAL:Desde el 6/I/ vienen realizando medidas zonales en todo el país.-

FUN.MTOP:Desde el 20/XII/ vienen realizando paros en Arquitectura de Obra y Sección Vialidad.-

-001/001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 11 ENE 1994
Pasa a Archivo-Secretaría
Nº. de Orden 9400256

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 11/I/94.
Pasa a SIDI
Nº. de Identificación 9400256

LOS ARANCELES EXTERNOS SON EL EJE DE LA DISCORDIA

Estrategias distintas dentro del Mercosur

La divergencia de políticas y economías entre los países del Mercosur (Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay) ha vuelto a manifestarse.

Esta vez, la discusión del **arancel externo común**, que deberá fijar el bloque regional, ha dividido a sus dos mayores socios.

Mientras la Argentina procura un arancel externo **bajo**, el Brasil es partidario de fijar un porcentaje más **alto**, con el fin de proteger sus industrias. A poco más de un año para que entre en vigencia el Mercosur, las diferencias no son por cierto menores: hacen a la estrategia económica global de las cuatro naciones involucradas.

Desde el inicio del proceso de integración entre la Argentina y el Brasil, en 1986, la ambivalencia de criterios —pero, por sobre todo las asimetrías—, entre los dos países, ha colocado al bloque de integración regional en situaciones por momento críticas. Es que políticas macroeconómicas distintas, en un cuadro productivo diferente, por las estructuras disímiles, fueron alterando la realidad de los mercados.

El tipo de cambio fue un factor adicional de distorsión, porque la volatilidad cambiaria en uno y en otro país determinaron el sentido preciso de los flujos comerciales. Cuando el dólar cotizaba alto en la Argentina, crecían las exportaciones hacia el Brasil y lo contrario sucedía cuando el tipo de cambio era alto en la nación vecina.

Por otra parte, la integración fue creando otras reglas del juego. La Argentina exportaba productos primarios, mientras importaba bienes industriales del Brasil. Esta tendencia se acentuó, porque desde 1991 el dólar quedó fijo en la Argentina mientras el Brasil atravesó por ciclos de recesión: el fenómeno condicionó la inundación de productos brasileros en el mercado argentino. En los últimos meses la relación comercial varió, porque la Argentina incrementó sus colocaciones de trigo y de petróleo y comenzó a cumplir con el cronograma de intercambio compensado de automotores. Además, cupos en papel, medidas antidúmping en acero, derechos específicos en textiles, aumento de la tasa de estadística, fueron controlando las importaciones que llegaban a Buenos Aires desde el Brasil. Aun así, el intercambio comercial bilateral sigue siendo deficitario para la Argentina.

Los empresarios nucleados en la Unión Industrial Argentina han pedido ampliar el período de transición previsto en el Acuerdo de Integración (el Tratado de Asunción) y se han venido escuchando quejas sobre la desventaja de la producción argentina. El sector privado diseñó algunas "salidas" a la crisis: 1) Definición de plazos razonables para la fijación del arancel externo común, previendo su extensión hasta que concluyan las excepciones arancelarias; 2) Mayor tiempo para armonizar la integración.

La ausencia de un criterio común entre los socios en torno al arancel externo común tienen otros ingredientes que no pesaban hasta ahora. Es sabido que el gobierno norteamericano impulsa una integración continental, en base a la iniciativa para las Américas, formulada en su momento por el ex presidente Bush. Reiteradamente, la administración Clinton manifestó su deseo de que la Argentina forme parte del bloque económico del Norte, lo cual constituiría un desaire al Mercosur. Pero se sabe que la Argentina tendría impedimentos para saltar a otro bloque comercial, mientras suscriba el Mercosur, salvo que ese intento de integración global abarque, también, a los cuatro miembros del Mercosur.

Según algunos analistas, son varios los que procuran introducir un elemento de fricción entre los dos más importantes socios del Mercosur, con la finalidad de "presionar al Brasil" para que realice concesiones en materia comercial. Y, sobre todo, para que elimine la "reserva de mercado" que mantiene para ciertos sectores industriales nacionales (informática, bienes de capital).

A la luz del día, el Mercosur muestra tironeos desde distintas puntas. Por un lado, por las "asimetrías internas" y, por el otro, por estrategias de integración que provienen del hemisferio Norte. Más allá de los deseos de algunos dirigentes políticos, los técnicos encuentran también "asimetrías" entre la Argentina y los Estados Unidos, que habría que vencer para poder participar de un acuerdo comercial de largo aliento.

El Mercosur ha servido, hasta ahora, para darle un impulso al comercio regional, pero salvo escasas excepciones, no ha sido un buen mecanismo para emprendimientos agrícolas e industriales más amplios y duraderos. Como un modelo de integración debería preciarse de contar.

La fijación de un arancel externo común podría servir, teóricamente, para crear un polo industrial, algo que no están contemplando los negociadores argentinos y brasileños. Los primeros, porque insisten con un arancel bajo, lo cual sería un aliciente para las importaciones a toda la región, extendiendo el nivel del déficit comercial en la balanza comercial externa argentina a los cuatro países del Mercosur. Y los brasileños porque plantean un porcentaje alto, que constituiría una protección indiscriminada.

LACALLE: HABRA MERCOSUR SI SE ACUERDA ARANCEL EXTERNO

Opciones: Mercado Común y Zona de Libre Comercio

La asociación comercial entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay podría derivar en un producto "híbrido", "algo que a lo mejor no tiene nombre", que combine las características de un mercado común y una zona de libre comercio, declaró el presidente Luis Alberto Lacalle en conferencia de prensa ante corresponsales extranjeros.

El Mandatario también proclamó su opinión en el sentido que antes que pensar en un relacionamiento con el Tratado de Libre Comercio (TLC) norteamericano, entre Canadá, EE.UU. y México, "lo importante es consolidar lo que tenemos entre manos (porque) articular esta región es una tarea para una o dos generaciones."

En consecuencia, estimó Lacalle, es preferible que "el relacionamiento con otras regiones se produzca entre grupos de países, no naciones individualmente consideradas, sino entre grupos organizados de países."

Las características que adquirirá el proceso subregional de integración en el Cono Sur, dijo el presidente, dependerá del "tema crucial" del Arancel Externo Común (AEC), pues según la decisión que se adopte en torno al tema, será el tipo de asociación comercial que se establezca entre los cuatro países, "y a lo mejor el resultado es un poco de cada cosa (zona de libre comercio o mercado común), que es lo más razonable."

Informó que el punto se encuentra ahora a estudio, "está ahora en manos de técnicos del más alto nivel, es decir ministros de Economía y Cancilleres", y por lo tanto la cumbre presidencial —que debía realizarse en Colonia del Sacramento los días 21 y 22 de diciembre—, se postergó hasta tanto se defina la situación sobre el Arancel Externo Común (que el "la cruz de los caminos"), posiblemente hasta la segunda quincena de enero.

MERCADO COMUN O ZONA DE LIBRE COMERCIO

En sus declaraciones, que virtualmente ya recorrieron el mundo, Lacalle advirtió que "el Mercado Común del Sur tiene sus propios bemoles: estamos enfrentados ahora al tema crucial del arancel externo común."

"Si se logra establecerlo habrá un tipo de asociación (mercado común), y en caso contrario, otro tipo de asociación (zona de libre comercio)", afirmó el Mandatario, en la primera oportunidad que a nivel presidencial se admite que la subregión podría encaminarse a una relación comercial diferente a un mercado común, que significa la libre circulación de bienes, servicios y otros factores económicos, como capitales y recursos humanos.

La zona de libre comercio implicaría la mutua desgravación total para los productos de origen subregional, sin la obligación de una idéntica política comercial y aduanera hacia el resto del mundo.

"Se abre entonces una gama de opiniones que van desde que Brasil desea un Arancel Externo Común relativamente alto en algunos ítems, hasta Argentina que quiere cero, y nosotros que estamos más proclives al cero pero consideramos que no es realista, (porque) Brasil tiene un fuerte caso a su favor por la protección de determinados bienes", añadió Lacalle.

En definitiva, prosiguió, "esto es crucial, porque si no hay Arancel Externo Común entramos en algo que no es un mercado común, es una zona de libre comercio."

HACIA UNA COMBINACION

Explicó entonces el Jefe de gobierno uruguayo que "también se habla de un híbrido, que quizás como en tantas cosas humanas sea el ideal."

Ese presunto híbrido fue descripto como "un mercado común para un importante rango de mercaderías, y otro tipo de asociación para otras, están abiertas todas las posibilidades."

Por esa razón, ese desacuerdo, esa necesidad de defi-

(Continúa en la página 14)

Arancel: Crucial Negociación

(Viene de página 1)

nición, "hemos suspendido la reunión cumbre de diciembre, porque el tema ahora está en manos de técnicos del más alto nivel, es decir ministros de Economía y cancilleres."

"Y estamos expectantes de cuál será el resultado de las negociaciones, a lo mejor es un poco de cada cosa (zona de libre comercio y mercado común), que es lo más razonable", estimó.

El presidente precisó que, "hay tres variables: el monto, el arancel común, si lo hay, el plazo dentro del cual se puede aplicar, y a qué cosas se puede aplicar. La combinación de esas tres variables puede dar algo que a lo mejor no tiene nombre. Puede surgir una combinación, transitoria o definitiva, que se llame MERCOSUR (Mercado Común del Sur), pero que a lo mejor tiene un poquito de cada cosa."

ACTUAR TODOS JUNTOS

La flexibilidad exhibida en cuanto al tipo de asociación a que llevará el proceso de integración del Cono Sur, se transformó en total rigidez en cuanto a los plazos de mutua desgravación. Para Lacalle "no son modificables", aunque reconoció que "esto requiere cuatro voluntades conformes y yo no puedo hablar por los demás países, pero a nuestro juicio (la firmeza de esos plazos) es lo que le ha dado sensación de veracidad al proceso."

En cuanto a una posible adhesión de Argentina o Brasil al TLC (o NAFTA en su versión inglesa, North American Free Trade Asociation), el Presidente uruguayo subrayó que no pueden hacerlo individualmente, "porque el Tratado de Asunción (que dio origen al MERCOSUR), exige que actuemos todos juntos".

En todo caso, "lo que sí podría considerarse en un relacionamiento de todo el MERCOSUR con el NAFTA", agregó.

Pero, "yo soy partidario de que cada uno en lo suyo. Articular esta región (el Cono Sur), es una tarea para una o dos generaciones —somos 200 millones de consumidores, somos una importante región del mundo— y lo importante es consolidar lo que tenemos entre manos."

La comparación entre ambos procesos demuestra que existe una gran diferencia económica entre ambos. Mientras el MERCOSUR apenas llega a los 200 millones de habitantes, el NAFTA sobrepasa los 360 millones. El producto bruto interno global es de siete billones de dólares, en tanto el del MERCOSUR no llega a 450 mil millones. Las exportaciones del NAFTA sobrepasan los 600 mil millones de dólares, las del MERCOSUR escasamente suman 50 mil millones. Las importaciones del NAFTA totalizan 730 mil millones, las del MERCOSUR, 40 mil millones.

De todas formas Lacalle opina que, "el relacionamiento con otras regiones es preferible que se produzca entre grupos de países, no naciones individualmente consideradas, sino entre grupos organizados de países."

En cuanto a la fecha de la próxima cumbre del MERCOSUR, "veremos como avanza este tema del Arancel Externo Común, que es la cruz de los caminos, y en función de eso posiblemente nos reuniremos en la segunda quincena de enero."

P.009.-

Montevideo,10 de Enero de 1993.-

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:Continuan en conflicto,en razón de la cantidad de despidos de diferentes fabricas,funcionando una olla sindical en el local sindical de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEEM:Cno.Carrasco 5959:Se encuentran en conflicto.En el día de hoy a la hora 10.00 efectuaron una asamblea para resolver futuras movilizaciones.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI:Continuan con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo,en reclamo del reintegro de los obreros enviados al Seguro de Paro.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U:Continuan con paros sorpresivos cada vez que un cajero recibe un cheque del City Bank.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIVILES DE LA NACION.FUS:Continuan con la atención de guardia gremial en Policlinicas.A la hora 17.00 de hoy se reuniran en el Ministerio de Trabajo.En el día de mañana se efectuará una asamblea a la hora 20.00 en el local del SUNCA.-

2)- INFORMACION ESTATAL

BANCA OFICIAL:Desde el 6/I/ vienen realizando medidas zonales en todo el país,en reclamo de que las autoridades se definan sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país.-

ASOC.DE FUN.MSAP:Continuan con la medida de realización de los analisis pero no los entregan debido a que carecen de locomoción.-

FUN.PLUNA:En el día de hoy se reunen los dirigentes gremiales con autoridades de Pluna,para tratar el tema redistribución del personal que trabaja en tierra.-

-001/002

10 DE ENERO DE 1994.

SECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	1) Continúan paros sorpresivos cada vez que un cajero reciba un cheque de CITY BANK.-
TEXTILES.	COBRO ½ AGUINALDO.	C.O.T.	2) Continúa olla sindical en Veracierto 3310.-
TEM S.A.	F. LABORAL.	U.N.T.M.R.A.	3) Hora 10.00 asamblea general en el local de la empresa (Cno. Carrasco 5959).-
EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION.	SALARIO.	F.U.S.	4) Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas. Hora 17.00 entrevista en el M.T.S.S.
CORTE ELECTORAL.	SALARIO.	A.F.C.E.	5) Continúa paro de brazos caídos.-
PLUNA.	F. LABORAL.	O.F.PLUNA.	6) Reunión de dirigentes con autoridades de PLUNA a los efectos de tratar la redistribución del personal de servicios en tierra.-
MINISTERIO GANADERIA AGRICULTURA Y PESCA.	VIATICO PARA TRANSPORTE.	A.F.M.G.A.P.	7) Realizan exámenes y analisís pero no los entregan ante la falta de locomoción para concurrir al Laboratorio RUBINO (Ruta 8 Km. 17.500).-
OSAMI.	REINTEGRO ENVIADOS AL SEGURO DE PARO.	S.U.A.	8) Continúan instalando carpa frente a la planta en el horario de trabajo.-
JUDICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	9) Continúa paro de 2 horas por turno, asamblea en 1/4 intermedio hasta nueva fecha.-
TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS.	SALARIO.	F.O.M.T.O.P.	10) Continúan paro en las secciones: Vialidad y Arquitectura de Obra.-

Uruguay se opondría a la modificación del Tratado de Asunción

Brasil pretendería revisar las normas de origen para productos "made in Mercosur"

El gobierno uruguayo teme que los intereses de la industria nacional puedan verse perjudicados por una revisión de las "reglas de origen" en el Mercosur, dijeron a* El Observador *funcionarios que participan en las negociaciones para poner en marcha el mercado subregional.

Luego de la última reunión entre empresarios de los cuatro países, los industriales brasileños anunciaron que harían una solicitud a su gobierno, en el sentido de que se estudie una modificación del Tratado de Asunción.

El punto que preocupa a los brasileños es la disposición de que los bienes producidos en el Mercosur deben tener un 50% de componente regional y otro 50% de componente de extrazona. Al respecto se informó que la Federación de Industrias del Estado de San Pablo (Fiesp) ha organizado una encuesta entre sus asociados, y que el sondeo reflejó una opinión generalizada de rechazo a las condiciones de origen estipuladas en el Tratado de Asunción.

La mitad no alcanza

El temor de los empresarios brasileños radica en que, a través de otros países de la región, puedan ingresar a su mercado productos construidos a partir de componentes de extrazona, con lo cual se estaría afectando la competitividad de la producción brasileña. Por ello, exigen un elevado porcentaje de partes producidas dentro del Mercosur en los bienes industriales.

Por su parte, empresarios uruguayos comentaron que si se accediera a las pretensiones brasileñas, en muchos casos la industria local quedaría cautiva de los proveedores de Brasil, ya que hay componentes que, dentro del Mercosur, sólo son producidos en el país vecino. Las consecuencias de ello sería un encarecimiento de la producción nacional, sostienen industriales uruguayos.

La encuesta realizada entre los empresarios brasileños indica que una exigencia de 50% de contenido nacional no sería suficiente para la protección de sus inversiones y que el permiso de transgedir el requisito de origen cuando en el país no hubiera una suficiente oferta del bien en cuestión, significa "perforar el Arancel Externo Común".

En razón de ello, se está realizando un trabajo para proponer un criterio de origen alternativo. El Grupo Mercado Común (órgano ejecutivo del Mercosur) autorizó una revisión del tema, en vista de las preocupaciones surgidas al respecto. Un funcionario consultado indicó que probablemente el gobierno brasileño tomará como propia la iniciativa de los industriales.

"Made in Mercosur"

El gobierno uruguayo, por su parte, defenderá la posición de que el Tratado de Asunción no debe ser modificado y que, por consiguiente, el requisito de origen debería seguir fijado en 50% de componente regional y 50% de componente de extrazona. Un funcionario admitió que en adelante se abrirá una "batalla negociadora" por las reglas de origen y no ocultó su preocupación por la posibilidad de que los intereses de la industria uruguaya se vean perjudicados.

Entre los temas que se está considerando para revisar el asunto en cuestión figura la posibilidad de adopción de una metodología armonizada para certificar el origen, la implementación de una norma industrial "Hecho en Mercosur". También debe determinarse si los criterios de origen se aplicarán igualmente a productos con arancel común y para los de excepción, si el criterio será permanente o transitorio, o si sólo tendrá vigencia en los acuerdos sectoriales. ■

PERSONAL

P.010.-

Montevideo, 11 de Enero de 1993.-

&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: En el día de hoy se reunirán el gremio con autoridades del Ministerio de Trabajo y representantes del City Bank.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

FED.URUG.DE SALUD: EMP.CIV.DE LA NACION: En reunión mantenida en el día de ayer en el MTSS, no se logró avance en el día de hoy a la hora 20.00 se reunirán en asamblea en el local del Sumsa, para resolver futuras movilizaciones.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Continuan en conflicto por el despido de obreros de diferentes fabricas, funcionando una olla sindical en el local de Verasierte 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

TERM: Cno. Carrasco 5959: En asamblea efectuada en el día de ayer se evaluó la propuesta de vender el depósito a la Coca Cola y con ese dinero saldar los sueldos atrasados y comprar materia prima. Dicha asamblea pasó a cuarto intermedio, continuando con las medidas de lucha.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo, en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&

2)- INFORMACION ESTATAL

CORTE ELECTORAL: El conflicto que venían manteniendo se solucionó al otorgarse por parte del P.E. varios puntos de la Rendición de Cuentas.-

ASOC.DE FUN.MGAP: En asamblea efectuada el 1/I/ se resolvió hacer los analisis pero no entregarlos, en virtud de que finalizó el contrato con la empresa que transportaba al Laboratorio Rubino, sito en Ruta 8 Km. 17.500.-

BANCA OFICIAL: A partir del 6/I/ se realizan medidas zonales en todo el país, ya que se exige que las autoridades se definan sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país.-

FUN.PLUNA: En el día de hoy recibirán respuesta del Ministro de Defensa sobre la redistribución del personal de tierra.-

FUN.MTOP: Continuan con paro en Sección Vialidad y Arquitectura de Obra, en reclamo de mejoras salariales.-

&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&&
&&&&&&&&&&&&&&&

&&&&&&&&&&&&&&&&&&&

&&&&&&&&&&&&&&&

001/001

MERCOSUR

Reunión de Alto Nivel Entre Argentina y Brasil Para Desbloquear la Negociación Arancelaria

BRASILIA, 23 (EFE). — Los gobiernos de Brasil y Argentina celebrarán próximamente una reunión de alto nivel para desbloquear la negociación sobre el arancel exterior del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), dijeron hoy en Brasilia fuentes diplomáticas.

A la reunión pueden asistir ministros de ambos países como los argentinos de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y Economía, Domingo Cavallo; y por Brasil el canciller, Celso Amorín, y el responsable de Hacienda, Fernando Cardoso.

La propuesta es analizada por las cancillerías brasileña y argentina, si bien aún no ha sido fijada una fecha para la ronda de conversaciones, explicaron a EFE las fuentes.

Las autoridades brasileñas han manifestado que Argentina y Brasil, como mayores socios del MERCOSUR, deben reflexionar sobre el tipo de relación económica a la que aspiran, que determinarán el futuro del bloque regional, integrado también por Paraguay y Uruguay.

Las negociaciones sobre el arancel exterior común se encuentran bloqueadas, después de las divergencias sobre las propuestas de tasas para determinados productos, especialmente las presentadas por Argentina y Brasil.

Una reciente reunión de trabajo, celebrada a mediados de este mes en Montevideo por el grupo Mercado Común, a cargo de los coordinadores nacionales del MERCOSUR, terminó en fracaso por las discrepancias sobre los índices del arancel exterior.

El gobierno brasileño rechazó la propuesta argentina de establecer el arancel cero para los sectores de informática y de bienes de capital en el bloque económico.

Brasil quiere proteger, mediante tasas arancelarias de hasta el 355 por ciento, su industria de informática, autobuses, camiones, tractores y productos químicos, áreas que tienen "una importancia fundamental" para la economía nacional, según funcionarios del gobierno federal.

Después del fracaso de las negociaciones, Cavallo criticó duramente en Buenos Aires el comercio exterior brasileño, que, afirmó, registra un crecimiento a costa del nivel de vida de la población.

Con el propósito de armonizar las políticas fiscales en la región

Uruguay propuso devolución de impuestos conjunta en Mercosur

El gobierno uruguayo sugirió a sus socios del Mercosur la posibilidad de adoptar en conjunto un sistema de devolución de impuestos indirectos a las empresas exportadoras, como forma de armonizar las diferentes políticas fiscales de los cuatro países y de evitar distorsiones en el flujo comercial de la región, según consta en el acta de la última reunión sobre asuntos comerciales, a la cual tuvo acceso **El Observador.**



Magela Ferrero

Negocian incentivo a exportaciones

El objetivo es impedir que las políticas para el sector de los gobiernos nacionales se contradigan con la coordinación de las cuatro economías

El tema fue analizado en la última sesión del subgrupo número 1, que se reunió hace dos semanas en Río de Janeiro. Uno de los temas a estudio fue la aplicación de estímulos a las exportaciones, para lo cual se está procurando una coordinación de políticas.

El objetivo de la negociación es impedir que las políticas para la exportación de los gobiernos nacionales se contradiga con la coordinación de las cuatro economías, así como evitar conductas que puedan distorsionar el comercio intrarregional, se informó. En ese sentido, una de las propuestas a estudio de las delegaciones está relacionada con la prohibición de otorgar subsidios a través de tipos de cambio preferenciales a los sectores exportadores.

Las cuatro delegaciones deberán definir un criterio general sobre cuáles estímulos estarán permitidos y cuáles serán considerados como subsidios y, por consiguiente, prohibidos a partir de la vigencia plena del mercado común.

La delegación uruguaya presentó un documento, en el cual sienta su posición respecto a incentivos permitidos y destaca la importancia de la devolución de impuestos indirectos, como un instrumento de armonización. Argumenta también que ese mecanismo no constituye un incentivo de carácter fiscal a las exportaciones.

Los funcionarios uruguayos señalaron la necesidad de que el Mercosur adopte "una regla de disciplinamiento del comercio: el ajuste de frontera". En ese sentido, justifica la adopción conjunta de las devoluciones de impuestos indirectos. Según consta en el acta, la delegación argentina consideró "de significativa importancia" la propuesta uruguaya, por lo que sugirió una profundización del estudio de la medida en forma conjunta.

Sin embargo, Argentina indicó que en la propuesta uruguaya no estaría claro si la devolución de impuestos regiría para las exportaciones hacia países de extrazona, o si también debería regir para el intercambio comercial "intra Mercosur". Por ese motivo, se solicitó una aclaración del punto, como condición previa para adoptar una resolución al respecto.■

9400266
Brasil mantiene tarifa de importación para bienes de capital
150015
25.11.93
Merc 12781
Bra 507482
FEcon 11161
STm 11403
SCom 11407

Brasil mantiene tarifa de importación para el rubro bienes de capital

BRASILIA (ANSA)- El Gobierno brasileño sigue firme en su posición de mantener tarifas de importación más elevadas que sus socios del MERCOSUR para sectores de bienes de capital, que ha bloqueado hasta ahora la definición del arancel externo común del proceso integrador que completan Argentina, Paraguay y Uruguay.

Funcionarios brasileños admiten que en las últimas negociaciones, realizadas en Montevideo, los representantes de los gobiernos y empresarios de Argentina, Uruguay y Paraguay, ampliaron sus críticas al "proteccionismo brasileño", y pidieron la ampliación del plazo para la entrada en vigencia del mercado común, hoy fijado en el 1 de enero de 1995.

El Secretario de comercio exterior del Ministerio de Industria, Comercio y Turismo de Brasil, Renato Marques, reafirmó ayer que Brasil "no piensa postergar la fecha de implantación de la zona de libre comercio".

Marques sostuvo que los cuatro países volverán a reunirse "cuando puedan examinarse fórmulas mínimas para reanudar las negociaciones", confirmando así en forma implícita el estancamiento de las negociaciones.

"Brasil no desea el impasse", agregó el funcionario, para quien "el país ya cedió en varios puntos, como en la aplicación de tarifas más elevadas en los sectores siderúrgico, papel y celulosa".

La expectativa de los negociadores brasileños se apoya en que sus socios de MERCOSUR deben colaborar, "efectuando una evaluación de costos y beneficios", manifestó el Secretario de comercio exterior.

"Argentina, Paraguay y Uruguay han discutido la aplicación de tarifas cero para bienes de capital e informática, mientras que Brasil pretende incluirlos en la lista de excepciones con alícuotas de 25 por ciento para bienes de capital y de 35 por ciento para informática para el año 2000", destacó.

Ayer se conoció que la reunión entre los Ministros de economía de los cuatro países del MERCOSUR, que debía celebrarse en Montevideo para analizar las propuestas que debatirán los Presidentes, fue suspendida.

La reunión presidencial, originalmente prevista para el 21 y 22 de diciembre en Colonia, Uruguay, se realizará con toda probabilidad en la segunda quincena de enero, aclaró recientemente el Presidente uruguayo, Luis Alberto Lacalle.

Doc. Poco LEGIBLE

9400266

01-01

Bloqueo en negociación sobre Arancel Externo

• Abreu confirma la posición uruguaya en el AEC

Era previsible. La Dra. Lilián Arbiza lo había puesto encima de la mesa días atrás. Hay un bloqueo real e inocultable del camino hacia el MERCOSUR y se confirma el adelanto de LA MAÑANA, Ministros de Economía suspenden su reunión.



Dr. Sergio Abreu, Canciller de la República

La fijación del porcentaje del Arancel Externo Común (A.E.C) sigue dando dolores de cabeza a las autoridades políticas responsables de crear condiciones *"favorables"*, para que antes del 1 de enero del 95 se encarrile normalmente el proceso de integración entre los cuatro países de la región.

Por un lado, la posición brasileña de mantener altos los porcentajes para los bienes de capital. Y por otro, Argentina, Uruguay y Paraguay sustentan una posición contraria a la norteña.

Renovar integración

El Canciller uruguayo Sergio Abreu reafirmó la posición de nuestro país, al señalar que *"continuamente se está intentando renovar el proceso de integración teniendo a Uruguay como principal protagonista del mismo. Las dificultades no son obstáculo para la integración, son forma de mejorar un mejor entendimiento entre los cuatro países"* acotó el Canciller. Con respecto a los problemas en la fijación del Arancel Externo. Abreu anunció que *"en el día de ayer se había comunicado con el Canciller de Brasil con el objetivo de buscar entendimiento y criterios comunes para salir de esta situación"*.

Ronda del Gatt

El también presidente de la Ronda Uruguay del Gatt, indicó que la misma está viviendo su última etapa. En estos momentos, señaló Abreu, se están negociando entre la Comunidad Económica Europea y Estados Unidos para que antes del 15 de diciembre se llegue a buen término.

Por otra parte Abreu indicó *"que los países latinoamericanos siguen sosteniendo la posición de que es imposible que se llegue a un acuerdo en la Ronda Uruguay del Gatt sin que se contemplen las aspiraciones del sector agrícola*, con el objetivo de obtener acceso a *los mercados extranjeros a través de una disciplina, que defienda a los países en vía de desarrollo de la aplicación de políticas desleales de comercio"*.

Guerra comercial

Para el presidente de la Ronda Uruguay del Gatt, un fracaso de la misma significaría *"una guerra comercial internacional"*, con consecuencias particularmente *"negativas para los pequeños países.*

Sin embargo, Abreu anunció que Uruguay está diseñando su estrategia, y está mirando con cierta satisfacción algunos de los logros que se están obteniendo.

En esta última fase de la Ronda, nuestro país está redoblando los esfuerzos para preservar la seguridad jurídica internacional en el ámbito multilateral y poder conquistar, en lo posible, todas aquellas posiciones que favorezcan al sector productivo, exportador y en particular al sector agropecuario", indicó Abreu.

Viaje a China

Con respecto a los motivos de la visita de una delegación uruguaya hacia China, Abreu indicó que hoy en día la *"diplomacia debe ir de la mano con hechos concretos y con oportunidades comerciales"*.

La República Popular de China con 1.200.000 millones de habitantes es uno de los *"mercados más apetecibles en el ámbito internacional"*, concluyó el Canciller Abreu.

9400267

01-01

Intercambiarán lista de productos sensibles en busca de entendimiento

Esta semana habría acercamientos por AEC

Esta semana se podría producir un acercamiento entre Brasil y los restantes tres socios del Mercosur, para avanzar en el controvertido tema de la protección arancelaria para bienes de capital, dijeron a* El Observador *funcionarios argentinos que participan en las negociaciones.

TRAS EL IMPASSE en que entraron las negociaciones luego de la última reunión de viceministros, los cuatro gobiernos, por separado, iniciaron la búsqueda de fórmulas que permitan un replanteo del tema. Algunas de esas propuestas podrían conocerse en los próximos días, y no se descartó que haya algún intercambio de ideas cuando se vuelva a reunir el subgrupo 10.

Brasil, que es productor de bienes de capital, pretende mantener un arancel de 20%, mientras que Argentina, Uruguay y Paraguay quieren que el arancel sea 0%, para no quedar cautivos de la industria brasileña como proveedora de maquinarias.

La primera consecuencia que este desacuerdo tuvo fue la postergación de una reunión de los cuatro presidentes, que estaba originalmente pactada para el 22 de diciembre.

En la reunión presidencial, según estaba dispuesto desde julio pasado, se debía poner punto final al tema del Arancel Externo Común.

"Brasil aceptó bajar"

Para superar el estancamiento de las negociaciones, los cuatro gobiernos están preparando nuevas propuestas y fórmulas de entendimiento. Informaciones llegadas desde Buenos Aires indican que habría posibilidades de que tanto Argentina como Brasil flexibilizaran sus posiciones en algunos de los puntos.

En declaraciones recogidas por la agencia EFE el subsecretario de Comercio Exterior argentino, Carlos Kessman, dijo que "Brasil aceptó bajar el nivel de los aranceles para bienes de capital, mientras que Argentina está dispuesta a subir su propuesta".

Ello implicaría que Brasil centrará sus esfuerzos en obtener la protección más alta en informática y electrónica, mientras que estaría dispuesto a ceder en el área de maquinaria industrial.

Otro funcionario argentino consultado por *El Observador* negó que haya habido contactos bilaterales. Sin embargo, señaló que Argentina está preparando una lista de productos para los que no está dispuesta a aceptar un arancel mayor que cero, y que pedirá a Brasil una lista similar con los productos que no pueden bajar de 20%.

"Con los puntos que no estén incluidos en esa lista ya podemos ir acercando las posiciones", expresó.

Posible reunión de viceministros en diciembre

También se ha informado de una posible nueva reunión de los cuatro viceministros a comienzos de diciembre. Sin embargo, no existe una previsión oficial al respecto, según supo *El Observador*.

Tampoco ha habido contactos entre funcionarios argentinos y brasileños, aunque en estos días podría haber algún intercambio de ideas.

Esta semana se reunirá, a pedido de Brasil, el subgrupo número 10 (encargado de la coordinación de políticas macroeconómicas) y, aunque el tema del Arancel Externo Común no está incluido en la agenda, funcionarios consultados no descartaron que pueda haber contactos informales para tratar de destrabar la situación. ■

Nº DOCUMENTO 9400268
TITULO Amorim: La Ind. brasileña necesita protegerse con arancel elevado
PRO 150007
F 23.11.93
VINCUL Merc 12781
Bra 507482
F Econ 11161
S Ind 11101
S Fin 11403

La Industria Brasileña Necesita protegerse con Arancel Elevado

BRASILIA, (EFE). — Brasil necesita proteger su industria de bienes de capital con la aplicación de una tasa adecuada de arancel exterior en el seno del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), afirmó el, viernes, el canciller brasileño, Celso Amorim.

Respecto a las divergencias con los otros países socios en los aranceles exteriores sobre informática, electrónica y bienes de capital, Amorim dijo que Argentina, Paraguay y Uruguay deben evaluar "los beneficios que pueden perder sin el MERCOSUR".

"Brasil ostenta del 60 al 70% del Producto Interior Bruto (PIB) de la región y eso debe ser sopesado", dijo Amorim, quien manifestó su esperanza de que el grupo logre desbloquear próximamente la negociación de los índices de aranceles exteriores, que deberán entrar en vigor en enero de 1995.

Según fuentes locales, los ministros de Relaciones Exteriores y de Economía de los cuatro países celebrarán posiblemente el 10 de diciembre próximo, en São Paulo o Rio de Janeiro, una reunión para desbloquear las negociaciones.

Argentina ha aplicado sobretasas de importación en los últimos meses a los productos brasileños y eliminó la preferencia sobre los bienes de capital, al anular los aranceles aduaneros para todos los países.

"Nuestras exportaciones para el mercado argentino están cayendo", señaló Amorim y agregó que Argentina y Brasil deben definir las líneas generales que regirán el intercambio económico bilateral.

"Estados Unidos y Canadá deciden los conflictos comerciales en el seno del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) y Francia y Alemania los resuelven entre ellos. Necesitamos saber cómo será entre Brasil y Argentina", dijo.

En el sector de bienes de capital, Brasil ha propuesto tasas arancelarias de hasta el 35%, mientras que los otros socios prefieren su anulación, lo que permitiría abrir por completo las puertas a los productos extrarregionales, en perjuicio de la industria de la región.

01-01

9400268

9400270
Brasil pide ... AEC elevado
150483
30.11.93
Mer 12781
Br 507482
FEcon 11161
SFin 11403

Brasil sigue firme y pide AEC elevado

El gobierno brasileño se mantendrá firme en su postura de no rebajar la protección arancelaria para sus bienes de capital y considera que su mayor peso económico en el Mercosur debe ser tomado en cuenta a la hora de fijar el Arancel Externo Común del bloque regional, según expresó el canciller Celso Amorim en declaraciones de prensa.

Amorim justificó la posición intransigente que han mantenido los funcionarios brasileños en las negociaciones del Mercosur, en el entendido de que Brasil necesita proteger su industria de bienes de capital.

Brasil, que es productor de equipamientos industriales, productos electrónicos y de informática, pugna por un arancel de 20% para esos rubros, mientras que Argentina, Uruguay y Paraguay aspiran a tener un nivel de protección bajo, preferentemente de 0%, de manera de no quedar cautivos de la industria brasileña para obtener tecnología de punta.

Amorim dijo que los socios de Brasil deben evaluar "los beneficios que pueden perder sin el Mercosur", reafirmando que para el gobierno brasileño el tema de los bienes de capital es determinante sobre cuál será el futuro del tratado de integración.

El socio gigante

"Brasil ostenta del 60 al 70% del Producto Bruto Interno de la región y eso debe ser sopesado", dijo el canciller, quien manifestó su esperanza de que el grupo logre desbloquear próximamente la negociación de los índices de aranceles externos, que deberán entrar en vigencia en 1995.

Según informaciones que trascendieron en Brasil, los ministros de Relaciones Exteriores y de Economía de los cuatro países celebrarán el 10 de diciembre próximo en Río de Janeiro una reunión de máximo nivel político para desbloquear las negociaciones.

Sin embargo, en Uruguay no ha habido solicitudes oficiales para dicha reunión. Funcionarios consultados por *El Observador* consideraron poco probable una reunión de ministros sin que antes haya un avance entre los viceministros, que son quienes vienen manejando el tema, o un intercambio de propuestas a nivel técnico.

El canciller brasileño también expresó quejas por la aplicación de cupos y sobretasas a la importación que está llevando a cabo el gobierno argentino. Amorim destacó que se está constatando una caída en el volumen de exportaciones hacia Argentina y reclamó un ámbito donde resolver los diferendos comerciales. ■

(De la redacción de* El Observador *en base a un informe de la agencia EFE)

9400270

01-01

9400271 - Acuerdos para el tráfico marítimo en el Mercosur
LN 150025
30.11.93
Merc 12781
Ac 11005
FEcon 11161
Comgto 11411

Acuerdos multilaterales para el tráfico marítimo en el Mercosur

RIO DE JANEIRO (ANSA). - Concluyó la octava reunión del subgrupo de transportes marítimos del Mercosur, que contó con la participación de representantes del la Argentina, Brasil y Uruguay (Paraguay no asistió) y se realizó esta semana en Río de Janeiro.

Los cuatro principales temas discutidos por los representantes del sector marítimo de esos tres países fueron la consolidación de estadísticas del Mercosur, acuerdos multilaterales de transporte marítimo, acuerdo multimodal y creación de un registro especial de navíos para los países miembros del bloque económico.

Entre los avances logrados en esta octava reunión está la presentación de datos estadísticos sobre transportes marítimos en el Mercosur, donde se identificó un crecimiento de volumen de mercaderías comercializadas entre los países miembros en los últimos cuatro años, principalmente entre la Argentina y Brasil.

A pesar de un incremento de 50 por ciento en el comercio de Mercosur, el transporte marítimo no registró crecimiento, y perdió cuota en beneficio del transporte vial, que mantiene una tendencia de expansión.

Para el director del Departamento de marina mercante de Brasil, Sergio Doherty, el acuerdo multilateral de transportes estimulará el transporte marítimo, que deberá crecer y competir con el transporte vial.

Por su parte, los representantes de Uruguay y la Argentina informaron sobre los avances del sector en sus respectivos países, más adelantados que en Brasil. Uruguay, por ejemplo, ya cuenta con un registro alternativo para navíos, que está recibiendo inscripciones.

El jefe de la delegación uruguaya, Ulises López, afirmó que "no estamos implantando un registro para tener navíos de banderas de conveniencia, y sí una bandera conveniente para impulsar el comercio marítimo".

"El decreto que fue elaborado tiene el objetivo de crear un registro nacional alternativo, eximiendo a las empresas de la carga tributaria y cargas laborales", agregó.

El director nacional de transportes fluvial y marítimo de la Argentina, Fermín Alarcia, explicó que hace cuatro años está en vigencia en su país una medida de carácter provisional, que permite a las empresas nacionales operar con navíos de conveniencia, para reducir los costos operacionales y permitir la igualdad de condiciones con los extranjeros.

El plazo de esa medida vence en breve, pero el gobierno elaboró una nueva medida con plazo de cuatro meses, el cual será prorrogado sucesivamente hasta que el Parlamento apruebe la propuesta de creación definitiva de un segundo registro.

Los países del Mercosur quieren crear un segundo registro ante la necesidad de mejorar la utilización de los transportes marítimos en el intercambio comercial regional.

01-01

Siete asimetrías y un reclamo escondido

Por lo menos son **siete** las diferencias que los industriales argentinos señalan a la hora de marcar perjuicios de costos con sus pares brasileños.

Se trata de las famosas **asimetrías**. Eufemismo que se utiliza para evitar decir algo más fuerte: las ventajas que otorga Brasil a todas las empresas fabriles para penetrar en el mercado argentino.

En la nota de la Unión Industrial Argentina se detallan algunas, pero se evita mencionar algo que irrita al ministro Domingo Cavallo. En ningún párrafo se menciona al **desfasaje del tipo de cambio argentino**, en relación con la devaluación constante en el Brasil. Solo una mención al pasar, a pesar de que es el argumento predilecto del gobierno de **Itamar Franco** para contrarrestar los reclamos de la industria argentina.

Entre los factores de la economía brasileña que afectan a los industriales argentinos, la UIA cita:

- **La enorme diferencia en el precio de la energía eléctrica**. A juicio de la UIA eso es consecuencia de la no amortización de las inversiones estatales en las usinas hidráulicas que generan más del 90 % del consumo eléctrico del Brasil.
- **La altísima evasión fiscal**, estimada por autoridades brasileñas en el 55% como mínimo.
- La competencia entre los estados del Brasil para atraer inversiones concediendo **fuertes exenciones impositivas** a los proyectos de inversión y productivos.
- El **retraso** del salario real.
- Las ventajas financieras para el exportador que cobra el **tipo de cambio del día**, mientras paga con atraso los insumos, servicios, materias primas y personal.
- La existencia de **subsidios** en algunos casos de provisión de materias primas provistas por empresas estatales.
- La financiación a **largo plazo y muy bajo interés**, de las ventas de **bienes de capital**.

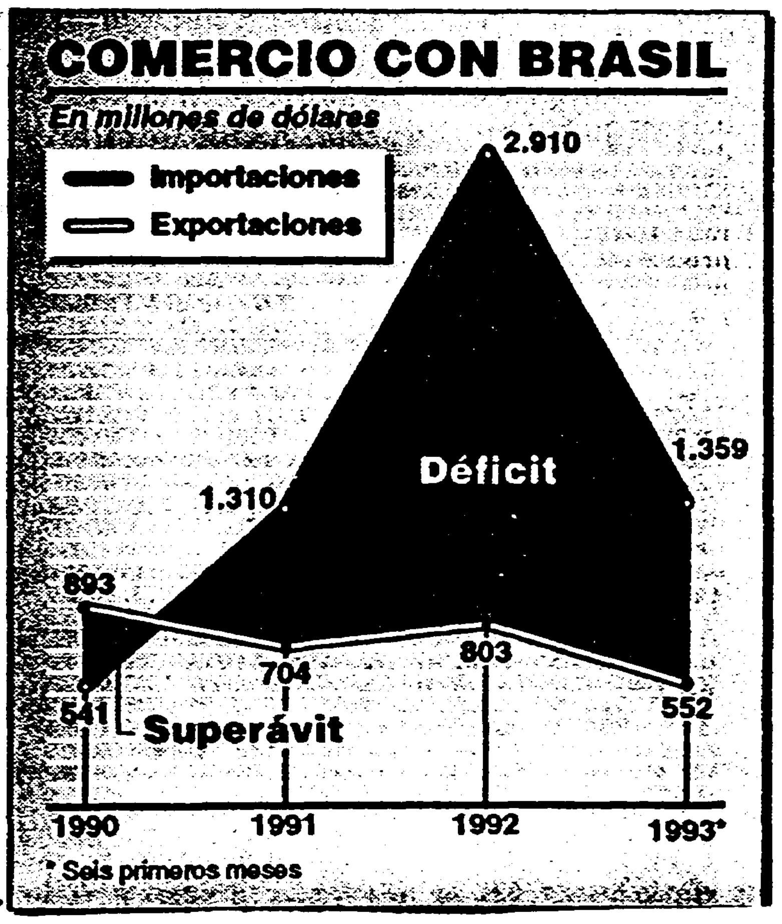
Nº DOCUMENTO 9400273
TITULO Protesta de la UIA por la invasión de bienes brasileños
Pr el 150024
F 30.11.93
Vi Men 12781
Arg 66860
Bra 507482
Fecon 1161
S Int 11401
Int 12785

NOTA DE LA UIA A CAVALLO:

PIDE QUE SE POSTERGUE EL MERCOSUR

Protestan por la invasión de bienes brasileños

La Unión Industrial Argentina le exigió al Gobierno la postergación, hasta el 30 de junio de 1994, del programa de integración comercial del Mercosur. El retraso de seis meses se reclama debido a los marcados desequilibrios entre las economías de la Argentina y el Brasil. "De no tomar salvaguardias —se advierte— se sustituirá totalmente la actividad productiva argentina por la importación de productos brasileños."



01-02

9400273

Por primera vez en forma oficial el conjunto de los empresarios argentinos exigió al Gobierno la suspensión transitoria de todos los aspectos centrales del **tratado de integración con el Brasil.**

El severo e inusual pedido se incluye en un documento en el que la **Unión Industrial Argentina** advierte algo grave para toda la economía argentina. Insiste en que de no tomar salvarguardias especiales, en muchos sectores fabriles "**se sustituirá totalmente la actividad productiva por la importación de productos brasileños**".

Apoyada en estos dramáticos argumentos, en los manifiestos desequilibrios económicos del Brasil y en las desventajas productivas que tiene la industria nacional, la central fabril reclama medidas urgentes y drásticas para frenar la ola importadora brasileña.

En otras palabras, pide tiempo y lo hace de esta manera: "**Es necesario producir enmiendas necesarias o extender el periodo de transición del tratado, que en esencia otorguen el tiempo suficiente para que el principal socio del Mercosur produzca el ajuste indispensable para armonizar las políticas macroeconómicas con los otros países**".

Las exigencias se incluyen en una carta que la Unión Industrial Argentina envió al titular del Palacio de Hacienda (ver facsímil).

La nota esta fechada el 18 de noviembre y en sus cinco carillas de extensión detalla los **perjuicios** que sufren las empresas argentinas. La carta fue entregada en forma confidencial por **Jorge Blanco Villegas al ministro Domingo Cavallo.**

Y en su texto se precisa: "**Entendemos que las actuales y profundas asimetrías que existen entre la Argentina y el Brasil, y que favorecen comercialmente a este último, se acrecentarán en lo inmediato aumentando los problemas y perjuicios de muchos sectores industriales argentinos**".

En consecuencia solicita "parar la pelota" en todo el proceso de integración con el Brasil. Exactamente pide una prórroga general del orden **de un semestre.**

Y lo requiere sin medias tintas: "**Proponemos establecer un plazo que venza el 30 de junio de 1994 (en lugar del próximo 31 de diciembre) para que los países partes decidan los nuevos cronogramas de la Liberación Comercial y de las listas de Excepción del Mercosur**".

Y para que no queden dudas insiste: "**También proponemos el 30 de junio de 1994 para determinar el Arancel Externo Común y las nuevas pautas para los acuerdos sectoriales**".

Entre las urgentes medidas que solicita la central fabril se encuentran:

- Suspensión transitoria del Cronograma de Liberación Comercial, de modo que el escalón de fin de diciembre no tenga efecto.
- Suspensión transitoria de la reducción de la lista de Excepciones, con la intención de que el 20% previsto al terminar este año no tenga efecto.
- Modificar el cronograma de Las Leñas, para permitir el más equitativo y conveniente diseño del Arancel Externo Común.
- Modificar las pautas vigentes para los acuerdos sectoriales.

La dura exigencia de la central fabril se emitió para terciar en la disputa abierta dentro del Gobierno, sobre la posición que debe tomar la Argentina frente al Brasil.

La Cancillería pretende instrumentar a rajatabla el convenio. En esa dirección se expresan el ministro **Guido Di Tella** y el secretario **Hector Gambarotta**. En cambio, el Palacio de Hacienda es más permeable a los problemas que origina la invasión de importados, porque desequilibra el plan de convertibilidad.

En la carta, que lleva las firmas de la máxima conducción fabril —**Jorge Blanco Villegas** y **Eduardo Faena**— la Unión Industrial recargó las tintas sobre los efectos que la integración produce sobre el aparato productivo en caso de que el Gobierno no adopte medidas excepcionales.

Estos son:

- **Las importaciones del Brasil desplazan producciones locales eficientes.**
- Las pequeñas y medianas industrias limitaron su capacidad productiva a causa de la ola importadora.
- Otros sectores fabriles postergaron y abandonaron proyectos de reconversión ante la conveniencia comercial de complementar sus ventas con iguales productos traídos desde el Brasil.
- Hay sectores industriales que, tentados por las transitorias ventajas comercializadoras, sustituyen totalmente su actividad productiva por la importación, manteniendo su porción del mercado y sus utilidades con la ventaja de simplicar el negocio.
- Todo este retroceso se debe al desigual proceso de comercio bilateral. Las compras al Brasil son en un 90 % bienes fabriles. Las exportaciones manufacturadas argentinas solo representan la mitad, el 47% del total vendido, pero incluyendo bienes de origen agropecuario.
- **En consecuencia, la UIA insiste en que los perjuicios y problemas de muchos sectores industriales se complicarán a partir del 1° de enero. Y aún más de continuar sin modificaciones al comienzo de 1995.**

Los industriales sostienen que el tiempo es exiguo. Y que no hay mucho plazo para decidir. No quieren condenar a la Argentina al rol de proveedor de combustibles y granos.

02-02

9400273

1/3.

0119401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 11 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.011/11/ I /94.-SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 77 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

(DM/gri) Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

0119401 a 03.-

001/003

Afiliado 16396 fecha
CC BKB 2228
Edad 21
Obrero construcción

Page No. 1
01/11/94

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD
ALMADA AMARILLO F/R	TERESITA	300649 SAL.
AMARILLO GODIN F/R	MARIA IRMA	270645 SAL.
APARICIO Sat PC 83615	EUSEBIO F/R	180814 LAV.
APARICIO SAAVEDRA F/R	EDUARDO ALEXIS	230463 LAV.
BALIÑO GONZALEZ F/R	PERFECTA ESTELA	010355 SAL.
BERMEDA F/R	JUANA LUISA	250835 SAL.
CABALLERO ø	ELISEO	C.L.
CABALLERO COSTA ø	JULIO CESAR	250475 C.L.
CABALLERO MOREIRA ø	ROBERT WILLIAM	040575 MDEO.
CABALLERO PALACIO ø	RONIL	44 AÑOS EN 1993
CHAVES SANCHEZ ø	CESAR JESUS	011074 S.J.
CHAVES VILLALVA ø	VICTOR SANTIAGO	010552 SOR.
COMAN F/R	EDILIA JUANITA	100247 MDEO.
COMANDO ORTELLADO ø	ALEJANDRO FEDERICO	250675 R.N.
COMANDO VESPA ø	CARLOS ENRIQUE	260953 R.N.
COSTA ø	BEATRIZ	42 AÑOS EN 1993
CUELHO MIGUENS ø	ALVARO MANUEL	070669 SAL.
DABALO ø	IRRADELINA	OCT./35
ECHAGUE ø	NIRIA ESTHER	140952 SAL.
FERNANDEZ GARBARINO ø	JORGE DAVID	230870 PAY.
FERNANDEZ VAZQUEZ ø	JUAN PABLO	R.N. 57AÑOS EN 1993
FERRON ø	JORGE STEVE	021275 MDEO.
FERRON ø	ZULMA MARIA	37 AÑOS EN 1993
FRANCIA MELO ø	YENIFER TERESA	110271 CAN.
GARBARINO ø	BLANCA IRIS	310537 PAY.
GOMEZ ALMADA ø	ALBERTO RAFAEL	150175 PAY.
GOMEZ SILVA ø	RAMON ALBERTO	020345 PAY.
GONZALEZ SUAREZ ø	ELIDA VIOLETA	280439 SAL.
GROSSI PRANTL ø	ALBA CRISTINA	120757 R.N.
GULARTE PEREIRA ø	RICHARD PAUL	171075 MDEO.
GULARTE VIANA F/R	ARIEL	210752 RIV.
GUTIERREZ AMARILLO ø	ERNESTO FABIAN	110969 MDEO.
GUTIERREZ PEREIRA ø	STARLIN DAMASO	120835 R.N.
HEREDIA ø	JOSE FRANCISCO	210433 SAL.
HEREDIA TABOADA ø	JULIO CESAR	140969 SAL.
LOPEZ CAÑETTE ø	INGRID ALEJANDRA	160873 SAL.
LUGO RODRIGUEZ ø	JOSE ENRIQUE	37 AÑOS EN 1993
LUGO SAUCO ø	CARLOS JAVIER	061075 C.L.
MADEIRA ø	NORIBAL	211032 BRASIL
MADEIRA GONZALEZ ø	NERY IGNACIO	010875 SAL.
MATIAS ø	PABLO DANIEL	260775 MDEO.
MORALES ø	MARIA NILSA	43 AÑOS EN 1993
MOREIRA CARDOZO PC ø	CELESTE AIDA	46 AÑOS EN 1993
NIEVES ø	CLAUDIA SOLANGE	22 AÑOS EN 1993
NUÑEZ ø	GABRIEL JESUS	210374 SAL.
NUÑEZ GARCIA ø	NELLYS	220745 SAL.
OLIVERA DABALO ø	DARIO	250472 R.N.
OLIVERA OLIVERA ø	HECTOR	311235 MDEO.
ORTELLADO DIAZ ø	GILBERTO ONOFRE	040450 R.N.
ORTELLADO DIAZ ø	SONIA RAQUEL	010555 R.N.
ORTELLADO GROSSI ø	RICARDO DANIEL	070475 R.N.
PEREIRA VELAZQUEZ F/R	ALBA CELESTE	170652 IRV.

afiliado 50291 fecha 701030
Dom: Holanda 1864 Ap. 3 Bogota
C.C. BKA 2228
Edad 24

X 002(A)

101410
0113602
Banco Estado ... [illegible] 22 R/07

CED.IDENT. CRED.CIV DOMICILIO

CED.IDENT.	CRED.CIV		DOMICILIO
2.596.706-1	KDA	1314	RUTA 90 KM.8.500
1.172.517-8			L.MULLER 1817
			BARRIO KENNEDY (MAL)
2.638.581-4	SAA	31351	BARRIO KENNEDY (MAL)
2.827.328-3	JCB	7333	PARAGUAY Y CONCORDIASAL)
3.976.980-7	JCC	5800	
			BATOVI 1922(MELO)
3.790.595-2	GBB	14267	BATOVI 1922(MELO)
2.558.644-1			L.BATLLE BERRES Y J.LLUPES
			L.BATLLE BERRES Y J.LLUPES
3.059.418-2	MAA	62167	ANDRESITO 731(MERCEDES)
3.049.458-8	MAA	39075	ANDRESITO 731(MERCEDES)
1.632.458-5	BCA	57174	P.RICALDONI 3611
2.987.301-0	LAA	37201	SANTIAGO LAWRY (F.BENTOS)
2.987.302-6	LAA	23876	SANTIAGO LAWRY (F.BENTOS)
			BATOVI 1922(MELO)
2.743.071-5	JBC	8551	8 DE OCTUBRE 9939(SALTO)
3.172.254-2	JAA	5841	F.SANCHEZ 1405(SAL)
3.078.300-4	LAA	36980	DR.PASO 512(GUICHON)
			DR.PASO 512(GUICHON)
4.234.182-4	BTA	23631	ROMULO MUÑOZ 5241
			ROMULO MUÑOZ 5241
3.358.122-1			P.RICALDONI 3611
			DR.PASO 512(GUICHON)
3.106.692-2	KCD	1442	RUTA 90 KM.8.500
3.073.184-1			RUTA 90 KM.8.500
3.112.205-1	JCC	6702	T.TRES 1839 (SALTO)
4.011.510-4	LAA	25299	ZORILLA Y GASSANIGA(F.BENTOS)
3.814.550-1			
1.628.152-3	HCC	6373	
3.824.228-8	BDB	6141	L.MULLER 1817
			L.MULLER 1817
3.248.884-0	JAE	2769	LUCAS CAFFRE 80(SALTO)
3.233.281-1	JAE	10014	LUCAS CAFFRE 80(SALTO)
			T.TRES 1839 (SALTO)
			CALLE NRO.2 S/N(MELO)
4.239.143-7	GBB	14075	CALLE NRO.2 S/N(MELO)
2.686.141-8	JCC	5984	DIAGONAL 4 (SALTO)
2.759.970-5	BDA	96330	T.TRES 1839 (SALTO)
4.290.998-9			FCO.SITTY 2164
			L.BATLLE BERRES Y J.LLUPES
			CALLE NRO.2 S/N(MELO)
3.812.640-2	JCC	22549	SOLIS 1099(SAL)
1.575.654-5	JCC	9787	SOLIS 1099(SAL)
3.614.367-0	BTA	21701	
			SOLIS 1099(SAL)
2.707.535-5	LAA	21545	ZORILLA Y GASSANIGA(F.BENTOS)
2.778.126-5	LAA	26552	SANTIAGO LAWRY (F.BENTOS)
3.764.634-4	LAA	36987	ZORILLA Y GASSANIGA(F.BENTOS)
1.600.993-1	AXB	15087	

06E 288

002(B)

9400278

187471

NRO. 16399 fecha 611020
Dom: Julio 29 NRO 740
C C SAA 2826
Edad 39

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ROBAINA RODRIGUEZ	JAIME DANIEL	031075 C.L.	3.926.533-4	GBC 18490	CALLE 3 NRO.1783(MELO)
RODRIGUEZ	NIRIAN TOMASA	33 AÑOS EN 1993			CALLE 2 NRO.1642(MELO)
RODRIGUEZ	PABLO FERNANDO	140975 C.L.	3.926.531-2	GBC 18820	CALLE 3 NRO.1783(MELO)
RODRIGUEZ RODRIGUEZ	SANTA SILVESTRE	C.LARGO			CALLE 3 NRO.1783(MELO)
SAAVEDRA YAMBI	NILDA LILA	050124 LAV.			BARRIO KENNEDY (MAL.)
SANCHEZ	ADRIAN	30675 SAL.	3.875.537-4	JCB 11796	PARAGUAY Y CONCORDIASAL)
SANCHEZ ARAUJO	CARMELO RAMON	280949 SAL.		JCD 6513	PARAGUAY Y CONCORDIASAL)
SANCHEZ BALIÑO	CARMELO GUSTAVO	100471 SAL.	3.862.947-6	JCB 10934	PARAGUAY Y GAUTRON (SAL)
SANCHEZ GARETA	LEONOR ISABEL	210153 SOR.	2.577.645-8	MAA 40621	ANDRESITO 731(MERCEDES)
SAUCO	MARIA NAIFE	36 AÑOS EN 1993			CALLE NRO.2 S/N(MELO)
SEVERO RIEGAS	CHARLES JAVIER	010974 MDEO.	3.848.931-7	AMB 8027	PASAJE "J" 1411
SILVERA	JUAN CARLOS	181070 MDEO.	3.867.331-4	BBA 39181	
SILVERA ALFONSO	DOMINGO DORISON	071051 SAL.	3.441.168-3	JAA 5508	F.SANCHEZ 1405(SAL)
SILVERA ECHAGUE	DOMINGO JAVIER	050175 SAL.	3.799.615-7	JCC 23497	F.SANCHEZ 1405(SAL)
SILVERA RODRIGUEZ	ADA LILIAN	291156 C.L.			18 DE JULIO 936(MELO)
SUAREZ	HECTOR MANEL	45 AÑOS EN 1993	BLA 5983		
SUAREZ MORALES	HECTOR GRACIANO	030774 SAL.	4.413.388-3	BTA 22851	
TELLIS	NIDIA MARIA	120545 SAL.	3.503.610-9	JBE 2962	GAUTRON Y PARAGUAY(SAL)
TELLIS	WASHINGTON JOB	150672 SAL.	3.503.613-7	JBE 5766	GAUTRON Y PARAGUAY(SAL)
VALDIVIA	MANUEL	300742 SOR.			CNO.MAUA S/N(MERCEDES)
VALDIVIA BARRETO	MARCELO ALEJANDRO	120975 SOR.	4.416.770-3	MAA 63415	CNO.MAUA S/N(MERCEDES)
VARGAS BERNEDA	RUBEN WALTER	280875 SAL.	4.041.407-1	JCB 11786	
VARGAS LA ROSA	RAMON FRUCTUOSO	161232 SAL.	4.296.167-8	JCB 2907	
VILLADEAMIGO CORREA	NIDIA MARIA				BARRIO KENNEDY (MAL.)
ZAGANI COLMAN	GUSTAVO ANDRES	090473 MDEO.	2.809.165-7		P.RICALDONI 3611
ZAGANI PARODI	PABLO CARLOS	260546 MDEO.	1.138.082-1	BCB 19809	ESTIBAO 1954

manuel

003/003 9400278

Copia Nº 1

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	Sección: S.I.F.A.	Hoja: 1 / 1
	Evaluación: --------------	Fecha: 04/01/94

DOCUMENTO:

ASUNTO: HURTO DE EQUIPO DE COMUNICACIONES

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION FUERZA AEREA	Para: DIRECCION GENERAL DE INFORMACION Y DEFENSA.

TEXTO:

EL DIA 30 DE DICIEMBRE DE 1993 LE FUE HURTADO DEL AUTOMOVIL DE UN INTEGRANTE DE ESTA FUERZA UN EQUIPO ICOM IC-H 19 HANDY Nº SERIE 02572 CON BATERIA Nº SERIE 8169 DE 16 CANALES.

EL HURTO SE REALIZO EN LA ZONA DE LA PLAYA DETRAS DEL PARQUE ROOSVELT Y SE RADICO LA DENUNCIA EN EL DESTACAMENTO DE PREFECTURA NACIONAL NAVAL DE SOLYMAR.

CANALES QUE POSEE EL EQUIPO HURTADO:

CANAL 1 COMANDO AEREO DE OPERACIONES
2 ADMINISTRATIVA COMANDO GENERAL FUERZA AEREA
3 SISTEMA DE CONTROL AEROTACTICO
4 SISTEMA DE CONTROL AEROTACTICO
5 REPETIDORA (RECEP. Y TRASM.)
6 CENTRO COORDINADOR DE RESCATE
7 CENTRO COORDINADOR DE RESCATE
8 SERVICIO NACIONAL BUSQUEDA Y RESCATE
9 SERVICIO NACIONAL BUSQUEDA Y RESCATE
10 DIRECCION NACIONAL DE BOMBEROS
11 RADIO PATRULLA
12 POLICIA CAMINERA
13 JEFATURA DE POLICIA DE MONTEVIDEO

EL DIRECTOR ACCIDENTAL DEL SERVICIO DE INFORMACION FUERZA AEREA.-
MAY.(ST) [signature]
JUAN BALSERINI.-

001/001

Nº DOCUMENTO 940028

TITULO ERRADICACIÓN DE CULTIVOS EN BOLIVIA, COLOMBIA Y PERÚ

PROCEDENCIA LA PRENSA

FECHA DE PROCEDENCIA 7/7/87

VINCULACIONES 11176 ✓ 66723 ✓ 60900 ✓ 66817 ✓ 507180 ✓ 65592 ✓ 11234 ✓ 11225 ✓ 65890 ✓ 507482 ✓ 65709 ✓

RADO ✓

ZADO ✓

01/02

Coca y marihuana

Erradicación de cultivos en Bolivia, Colombia y el Perú

Por Héctor N. Pastrián



Soldados bolivianos "leopardos", instruidos por militares norteamericanos vigilan una planta clandestina de procesamiento de cocaína descubierta en plena selva

Bolivia, uno de los principales países productores de coca y el más pobre de Sudamérica, donde miles de campesinos —lamentablemente—, viven de las ganancias de tales plantaciones (un producto de dimensiones casi sagradas a través de los vínculos históricos con los incas), sigue dando al mundo un ejemplo de sacrificio al reconocer los males que causa la droga y combatir la acción de narcotraficantes.

Enfrentó la crítica de muchos que censuraron la autorización dada a tropas norteamericanas que operaron en esa nación con efectivos propios para ayudar a los poco entrenados "leopardos" bolivianos a detectar plantaciones, para luego destruirlas y conseguir el arresto de traficantes.

En 1986, los doscientos miembros de la única fuerza antinarcótica del país del altiplano fueron rodeados y amenazados por cerca de 17.000 campesinos modestos porque representaban una fuerza policial en la región del Beni, dedicada casi exclusivamente al cultivo de la coca.

¿Esta reacción de los pobladores contra soldados hermanos tenía sentido?... sí, los campesinos comenzaban a sentir los efectos económicos del asalto de su gobierno contra cultivos que no tenían sustitutos. No se los podía convencer de que estaban trabajando para causar la muerte de millones de personas en los cinco continentes, porque las plantaciones de coca, los improvisados "laboratorios" ubicados en plena selva, y el rédito —para ellos efímero— del narcotráfico, subsisten sus mujeres e hijos.

Qué ocurrió en Bolivia

En 1986, los Estados Unidos recibieron informes de variada índole referentes al narcotráfico. Pakistán y Jamaica habían convenido métodos para rociar con herbicidas las plantaciones de opio y marihuana, mientras que en Birmania el primero aumentaba su producción debido a condiciones meteorológicas favorables. En este país, los traficantes, bajo la presión del amplio programa de erradicación del opio emprendido por el gobierno —que eliminó 13.600 hectáreas— aumentaron solapadamente la producción del peligroso alucinógeno. En Laos crecieron las plantaciones. En cambio, en Tailandia, un vigoroso programa gubernamental de erradicación de opio redujo las cosechas estimadas en 1985 en 35 toneladas métricas a la cifra [illegible] toneladas.

Mientras tanto, la coca seguía siendo el gran problema insoluble y presentaba un serio contraste en los programas norteamericanos de ayuda para erradicación de la producción de narcóticos. Bolivia y el Perú produjeron, en 1985, unas [illegible] toneladas métricas de hojas de coca y los traficantes colombianos siguieron fabricando y trasportando al exterior cientos de toneladas de cocaína, especialmente a los Estados Unidos. Al año siguiente, el gobierno boliviano pidió ayuda al país del Norte para cerrar los laboratorios clandestinos de cocaína y como parte de una operación denominada "Alto Horno", seis helicópteros Black Hawk fueron llevados a la nación latinoamericana para utilizarlos en la detección de laboratorios ubicados en la zona de Beni. El resultado fue efímero, las tropas norteamericanas —que sólo actuaron como instructoras— recibieron reprobación de muchas naciones que las tildaron de "inmiscuirse" en los problemas de otros países, y sólo se logró una reducción (para algunos notable) en el precio de las hojas de coca, lo que llevó a muchos agricultores a abandonar el cultivo.

Observadores mundiales piensan ahora que la política no debe ser una valla para la acción contra el narcotráfico y mantienen la esperanza de que quienes lleven equipos e instructores norteamericanos para combatir el flagelo, no tomen tales acciones en un sentido que los operativos no tienen.

En Colombia

Colombia, que aunque sea reiterativo, integra el nefasto "Triángulo de plata" de la cocaína (con Bolivia y el Perú), se destacó en 1983 y 1984 por su brillante acción contra el narcotráfico, recordando que los jefes de este infame comercio ofrecieron al presidente de la Nación cancelar la deuda externa si se los dejaba operar libremente, obteniendo como respuesta "Colombia no se vende" y una arremetida general de las fuerzas de Seguridad contra el crimen organizado.

Desde 1986 volvió a ser reducto de infinidad de narcotraficantes. Los asesinatos de dos personalidades —el ex jefe de la Policía Nacional, coronel Jaime Ramírez, y el respetado y valiente periodista Guillermo Cano—, no amilanaron al gobierno ni redujeron el compromiso mundial colombiano de reducir la actividad en el control de los narcóticos.

El flamante presidente de Colombia mantuvo la promesa y la constitucionalidad del tratado de extradición con los Estados Unidos, y en 1987 remitió a ese país a Carlos Lehder, considerado el monarca de la droga en Colombia y principal exportador a la nación del Norte.

Otros aliados

El Perú, destacándose en la producción de coca, tal vez por razones políticas no muy afines con los Estados Unidos, no hizo todo lo que pudo haber hecho contra el narcotráfico y se cree que actualmente puede ser el principal productor de cocaína, aunque dentro de la legalidad ofreció y sigue ofreciendo frente policial y militar a los traficantes de drogas.

El Paraguay, la Argentina, el Brasil, Chile y el Uruguay, casi convertidos en países base de operaciones del narcotráfico ([illegible] puertos de reembarque) mantuvieron una lucha sin cuartel contra los cultores de la comercialización de alucinógenos en acciones que en próximas entregas detallaremos.

Chile, por su ubicación geográfica es la nación menos perjudicada por el narcotráfico, pero nuestro país, el Paraguay y el Brasil, están siendo utilizados en gran escala para la comercialización de cocaína y marihuana.

Para no dejar al lector dudas sobre el comportamiento peruano ante la guerra contra el flagelo, destacaremos que durante el gobierno de Alan García se cumplieron tres grandes operativos contra los traficantes, confiscando 13 toneladas de coca (todo un récord) y destruyendo 70 pistas clandestinas de aterrizaje; fue desarticulada una peligrosa organización y se apresó a su "padrino", en tanto que 369 policías veteranos fueron pasados a retiro obligatorio como parte de una campaña de "moralización". Los expertos aseguran que el Perú erradicó el 54 por ciento de las plantaciones de coca en 1984, pero todo esto, por ser uno de los principales productores, no satisfizo en la medida necesaria.

Condena a mafiosos

Si bien los tribunales neoyorquinos no aplicaron a los mafiosos norteamericanos e italianos la pena de cadena perpetua por su accionar en la operación "pizza" del narcotráfico, es de destacar que las penas oscilaron entre 35 y 45 años de cárcel y multas de 150.000 a 2.500.000 dólares —según los casos—, dinero que será destinado a la rehabilitación de adictos a las drogas.



El Tribunal Militar egipcio encontró a estos siete hombres culpables de atentar contra turistas. Siete islamistas fueron ahorcados.

Dios es Grande y la Horca es Rápida

Numerosos gobiernos del Norte de Africa se enfrentan al integrismo religioso con medidas radicales: la pena de muerte se ha convertido en la vía mas rápida y eficaz

CELSO MARTI, Magreb

«ALAH AKBAR, DIOS ES GRANDE», gritaron Corán en mano los siete islamistas que fueron colgados a principios de julio en Egipto cuando escucharon la sentencia del Tribunal Militar que los encontró culpables de participar en varios atentados contra turistas. La Yama Al Islamiya (Asamblea islámica), una de las principales organizaciones integristas armadas del país, ha perdido este año 15 militantes en la horca y tiene a su líder, Omar Abdel-Rahman, detenido en Nueva York, con una demanda de extradición sobre su cabeza. A su vez, desde septiembre de 1992 se han promulgado en Argelia un total de 76 penas de muerte contra islamistas extremistas, seis de los cuales ya han sido ejecutadas. La espiral de violencia entre las fuerzas del orden y los movimientos islamistas armados sacude estos dos países del Norte de Africa desde hace más de un año. Atentados, detenciones, asesinatos, tiroteos... Las muertes se cifran en 180 egipcios desde marzo de 1992 y 500 argelinos en los últimos cinco meses.

En los países vecinos, Marruecos y Túnez, el poder mantiene a raya a los movimietos de oposicjón islámica. En el primero, quitándoles toda legitimidad en el terreno religioso (asumido por la monarquía alauí). En el segundo, con una política que ha hecho desaparecer de la escena al otrora pujante Movimiento de Tendencia Islámica (MTI), reconvertido en 1989 a Movimiento del Renacimiento islámico (Ennahda), uno de los más antiguos de la región con excepción de su padre espiritual, los Hermanos Musulmanes egipcios (1928). El caso de Libia depende de las relaciones particulares que mantiene su líder, Muamar el Gadafi, con el islam, que *tan pronto sustenta* una guerra sin cuartel contra los hermanos musulmanes, como reintroduce las penas coránicas de cortar las manos a los ladrones o castigar con latigazos la prostitución.

Los regimenes laicizantes de Egipto y Argelia comparten una misma estrategia de represión contra el integrismo, aderezada con la adopción de medidas religiosas de cara a una población que es en un 90 por ciento musulmana sunita. En ambos países, leyes antiterroristas recién aprobadas en el marco del estado de emergencia han traspasado los procesos judiciales al Ejército. El Cairo ha aplicado por primera vez la ley que prohibe servir alcohol a la población durante el ayuno, mientras que la televisión argelina ha interrumpido su programación durante las horas de plegaria del mes de Ramadán. «En el movimiento de la sociedad islámica consideramos que sólo se puede resolver la crisis en Argelia a través del diálogo», dice Abdenhamit Medaoud, representante del moderado Hamas, un partido islamista legal que condena el uso de la fuerza y es partidario de «utilizar las reglas del juego del país».

Los acontecimientos de estos últimos 18 meses en Argelia han hecho que el

Frente Islámico de Salvación (FIS) y su líder, Abassi Madani, ocupen la primera plana de la actualidad mundial, a pesar de que era el movimiento islamista magrebí menos conocido. Con su legalización en 1989 tras la reforma constitucional del ex presidente Chadli Benjedid, Argelia fue el segundo país, después de Jordania, en dar estatuto de partido político a un movimiento religioso.

A pesar de las demandas de 1981 y 1984, el MTI tunecino no tuvo la misma suerte. Por su parte, los Hermanos Musulmanes egipcios participaron oficialmente en política, pero aunque entre 1987 y 1990 sentaron diputados en el Parlamento, no han llegado nunca a existir legalmente. En Marruecos, el Ministerio del Interior denegó a principios de los años 80 la solicitud de legalización de la Asociación Justicia y Caridad, dirigida por Abdessalam Yasin (en arresto domiciliario desde hace cuatro años), que cuestiona la legitimidad religiosa de Hassan II y aspira a llegar al poder por métodos democráticos.

Excepto en Marruecos, casi todos los movimientos islámicos han crecido con el caldo de cultivo del laicismo de los regímenes de partido único, el desencanto post-independencia, la presión demográfica y el deterioro de la economía, y han irrumpido en la escena pública a través de las mezquitas y la universidad. La mayoría comparte puntos de inflexión en su biografía: la revolución jomeinista de 1979 en Irán que hizo tri[illegible] el Islam y la guerra de Afganistán, donde se formaron algunos de sus actuales combatientes.

«Hay mala imagen del islam en la prensa occidental, pero ni es violento ni terrorista», dice Medaoud

«Hay una mala imagen del islam en los medios de prensa occidentales —señala Medaoud—. Es cierto que ha habido errores en la manera de presentarlo al mundo, pero el islam no es violencia y terrorismo». Los regímenes de los países donde se han engendrado los grupos islamistas han reaccionado a menudo a su nacimiento con una represión que algunos consideran desproporcionada.

Marruecos es un caso especial, porque allí la cuestión queda zanjada al asumir el rey alauí el título de Comendador de los creyentes. Hassan II ha combinado la adopción de medidas de inspiración islámica con la apertura occidentalista. En 1979, Rabat acogió al derrocado sha de Persia y hace dos años mandó tropas a Arabia Saudí en la guerra del Golfo. En Argelia y en Túnez se toleró a los movimientos islamistas hasta principios de los años 80, cuando fueron detenidos sus primeros militantes. Pero si Túnez rompió pronto con aspectos de la ley religiosa, el ex partido único argelino, Frente de Liberación Nacional (FLN), intentó contrarrestar el fundamentalismo en su propio terreno, con un «socialismo islamista» que le llevó a construir cerca de 2.000 mezquitas entre 1968 y 1980. El hoy presidente tunecino, Ben Ali, prometió hacer borrón y cuenta nueva, pero en 1989 inició una represión que ha llevado a la cárcel, según la Liga de Derechos Humanos del país, de 3.000 a 5.000 integristas.

La historia de las relaciones entre el Estado egipcio y los islamistas está salpicada de ambigüedades. Supuestamente para contrarrestar a la oposición de izquierda, el asesinado Anuar el Sadat promovió en los años 70 el regreso y la amnistía de los Hermanos Musulmanes e inició una política de concesiones. El actual presidente, Hosni Mubarak, se ha esforzado en contrarrestar el discurso islamista radical con un acercamiento a los más moderados, y lo ha acompañado de una creciente represión militar y policial contra el terrorismo. La ejecución de los siete islamistas ha sido la más numerosa de la historia reciente del país, si se tiene en cuenta que por el asesinato de Sadat se colgó a dos personas menos. ■



Los musulmanes no perdonan a Rushdie su «blasfemia» contra el Corán.

El cisma Rushdie

Con la sentencia de muerte al novelista británico Salman Rushdie por su libro *Los versos satánicos*, el ayatolá Jomeini comenzó un agrio enfrentamiento, que aún no ha terminado, entre Occidente y el islam. La *fatwa* (pena de muerte) de Jomeini, proclamada el 14 de febrero de 1989, vino cuatro meses después de que el libro fuese prohibido en la India y un mes después de que miembros de la comunidad musulmana de Bradford (Inglaterra) lo quemaran en plena calle. En los meses siguientes, las acciones violentas se mezclaron con los intentos de los musulmanes británicos para que el libro se prohibiera por blasfemia. El 9 de abril de 1989 dos bombas destruyeron dos librerías en Londres que exhibían la novela en sus escaparates. La Corte Suprema británica decidió que la blasfemia era un delito que sólo se aplicaba al cristianismo, lo que inflamó aún más los ánimos musulmanes. El año de la *fatwa* se cerró con la deportación de dos estudiantes iraníes acusados de planear el asesinato de Rushdie.

Ese año, Gran Bretaña y otros países occidentales rompieron relaciones diplomáticas con Irán, pero Jomeini, recién terminada la guerra contra Irak, se erigió en el defensor del orgullo musulmán en el mundo. El 12 de febrero de 1989 seis personas murieron y cien resultaron heridas en una manifestación contra Rushdie en Paquistán. Tres días después miles de personas apedrearon la embajada británica en la capital iraní, Teherán. El 29 de marzo, el líder de la comunidad musulmana de Bélgica, Abdullah Al Ahdal, de 36 años, fue asesinado en Bruselas: al parecer, se había mostrado conciliatorio con Rushdie.

Durante los años siguientes continuaron los atentados. En febrero de 1990, el editor de la traducción japonesa de *Los versos satánicos*, Gianni Palma, fue atacado por un paquistaní en Tokio. El 12 de julio de 1991, el traductor japonés del libro, Hitoshi Igarashi, fue asesinado en Tokio. Nueve días antes, Ettore Capriolo, de 61 años, traductor italiano de Rushdie, había sido apuñalado por un hombre que dijo ser iraní. Capriolo sobrevivió al ataque. Rushdie ha estado bajo protección policial en los últimos cuatro años. La sentencia de muerte todavía pesa sobre él y hay un «premio» de dos millones de dólares para el musulmán que logre asesinarlo. ■

Daniel Memmelstein, Londres

9400286

03-03

Nº DOCUMENTO 9400287
TITULO Presencia árabe en Latinoamérica
PROCEDENCIA Serv. Israelí
FECHA DE PROCEDENCIA 20/10/93
VINCULACIONES 118471
11677

NZ.
NZ.

-SECRETO-

20 DE OCTUBRE, 1993

INFORME NO. /7222

ASUNTO: LA PRESENCIA ARABE EN LATINOAMERICA

9400287

01-50

GENERALIDADES

1. LA DIASPORA DE EMIGRANTES DE LOS PAISES ARABES EN LATINOAMERICA Y EN LAS ISLAS DEL CARIBE SE ESTIMA HOY EN DIA EN UNOS 15 MILLONES DE PERSONAS. EN SU MAYORIA SE COMPONE DE PROCEDENTES DE SIRIA Y EL LIBANO (HAY UNA MINORIA DE PALESTINOS), QUE SE RADICARON EN EL CONTINENTE A PARTIR DEL FIN DEL SIGLO ANTERIOR, Y ESPECIALMENTE EN LAS TRES PRIMERAS DECADAS DE ESTE SIGLO, Y DE SUS DESCENDIENTES. SE HAN INTEGRADO EN LA POBLACION LOCAL, Y SON ACTIVOS EN UNA VARIADA GAMA DE CAMPOS: LA AGRICULTURA, LA INDUSTRIA Y EL COMERCIO MINORISTA, EL ARTE, Y EN LOS NIVELES LAS ALTOS DE LA POLITICA LOCAL (POR EJEMPLO EL PRESIDENTE MENEM EN LA ARGENTINA). LA MAYORIA DE LOS QUE PROCEDEN DE LOS PAISES ARABES EN LATINOAMERICA SON CRISTIANOS (CATOLICOS, ORTODOXOS Y MARONITAS), Y HAY UNA MINORIA DE MUSULMANES (EN SU MAYOR PARTE SUNITAS). ENTRE ELLOS HAY TAMBIEN DRUSOS Y ASIRIOS, EN UN NUMERO REDUCIDO.

2. DESDE LOS COMIENZOS DE LA DECADA DE 1980 VIENE DESARROLLANDOSE EN EL CONTINENTE TAMBIEN LA PRESENCIA DE LA COMUNIDAD CHIITA (DE ORIGEN LIBANES) QUE GOZA DEL APOYO IRANI Y ACTUA PARA LA DIFUSION DEL ISLAM EN EL CONTINENTE (LO CUAL TIENE SU EXPRESION EN LOS NUMEROSOS CASOS DE CONVERSION AL ISLAM DE LATINOAMERICANOS CRISTIANOS). ENTRE LOS INTEGRANTES DE LA COMUNIDAD CHIITA SE DETECTA A ELEMENTOS MILITANTES EN 'HIZBOLLAH' Y 'AMAL'.

3. LOS ARABES LATINOAMERICANOS 'VETERANOS', EN SU INMENSA MAYORIA, NO MANTIENEN VINCULOS CON SUS PAISES DE ORIGEN, Y SU LEALTAD BASICA CORRESPONDE A LOS PAISES EN QUE VIVEN. NO OBSTANTE, MANTIENEN MARCOS SOCIALES Y CULTURALES, QUE NO CARECEN, DE MODO NATURAL, DE ASPECTOS POLITICOS, Y CUYO OBJETIVO ES EL DE CONSERVAR LOS VALORES DE LA TRADICION Y LA UNIDAD COMUNITARIA. EN ESTOS MARCOS SE EFECTUA TAMBIEN UNA ACTIVIDAD ORIENTADA A ADELANTAR LOS INTERESES DE LOS PAISES ARABES EN EL SENO DE LOS PAISES LATINOAMERICANOS. EN ESTE CONTEXTO CABE

SENALAR QUE LA COMUNIDAD ARABE, Y LAS POSICIONES DE INFLUENCIA DE QUE GOZA EN LATINOAMERICA, SON EXPLOTADOS POR ALGUNOS DE LOS PAISES ARABES PARA IMPULSAR SUS PROPIOS INTERESES EN EL PLANO DE LAS RELACIONES BILATERALES CON PAISES LATINOAMERICANOS.
ASIMISMO, UNA PARTE DE LOS PAISES DEL MEDIO ORIENTE (COMO LIBIA E IRAN) Y ORGANISMOS TERRORISTAS DE LA REGION (PALESTINOS, ENCABEZADOS POR LA OLP, EL 'HIZBOLLAH' Y ABU NADEL), CONSIDERAN A LA COMUNIDAD LOCAL COMO UN POSIBLE POTENCIAL DE RECLUTAMIENTO PARA LA CONSTRUCCION DE UNA INFRAESTRUCTURA PARA SUS ACTIVIDADES, INCLUYENDO LAS DE SUBVERSION Y TERRORISMO.

4. ESTE INFORME PRESENTA EL CUADRO DE LA INFORMACION (QUE DEBIDO A BRECHAS DE INFORMACION, EN CIERTOS CASOS ES PARCIAL) RESPECTO A LA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN LATINOAMERICA Y LA INTERVENCION DE FACTORES DEL MEDIO ORIENTE EN SU SENO.

CARACTERISTICAS GENERALES

5. LA INMIGRACION DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES AL CONTINENTE AMERICANO COMENZO EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO 19, Y SE INCREMENTO CON LA CAIDA DEL IMPERIO OTOMANO, COMO CONSECUENCIA DE LA DERROTA DE ESTE EN LA PRIMERA GUERRA MUNDIAL. LA MAYORIA DE LOS INMIGRANTES ARABES LLEGARON A LOS ESTADOS UNIDOS, A BRASIL Y A LA ARGENTINA. LOS DEMAS SE CONCENTRARON, EN NUMEROS MAS PEQUENOS, EN MEXICO, URUGUAY, VENEZUELA Y COLOMBIA. INMIGRANTES PALESTINOS (QUE EN PARTE LLEGARON A LATINOAMERICA A FINES DEL SIGLO PASADO Y EN PARTE DESPUES DEL ESTABLECIMIENTO DEL ESTADO DE ISRAEL) SE RADICARON EN GRANDES NUMEROS EN ECUADOR, PERU, BOLIVIA Y CHILE. LOS QUE PROFESAN LA RELIGION CRISTIANA CONSTITUYEN UNA MAYORIA ENTRE LOS 15 MILLONES DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES EN LATINOAMERICA. ALREDEDOR DE 5 MILLONES SON MUSULMANES.

6. LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN EL CONTINENTE LATINOAMERICANO SE INTEGRARON BIEN EN TODOS LOS CAMPOS DE LA VIDA, ASIMILANDOSE RAPIDAMENTE EN LA SOCIEDAD LOCAL. LOS INMIGRANTES ADOPTARON LAS COSTUMBRES DEL LUGAR, ABANDONARON

GENERALMENTE LOS VINCULOS CON SUS PAISES DE ORIGEN Y NO LES ENSENARON A SUS HIJOS EL IDIOMA ARABE. PARECE QUE LA MAYORIA DE LOS INMIGRANTES ABANDONARON SU PATRIA CON EL PROPOSITO DE HALLAR UNA PATRIA ALTERNATIVA, DE MODO QUE SU VINCULO BASICO - Y EN REALIDAD EL UNICO - 'TRASLADARON' A LOS PAISES QUE LES RECIBIERON, CONVIRTIENDOSE EN 'SUDAMERICANOS' EN TODO SENTIDO.

7. NO OBSTANTE, CABE SUBRAYAR QUE SU SEPARACION DE LAS RAICES NO FUE ABSOLUTA, Y CIERTAS COSTUMBRES SOCIALES Y FAMILIARES, COMO EL APEGO A LA RELIGION, LA VIDA EN EL MARCO DE 'CLANES', EL RESPETO A LOS PADRES Y EL STATUS DE LA MUJER, GENERALMENTE FUERON CONSERVADOS. LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE INCLUSO ESTABLECIERON MARCOS SOCIALES PARA MANTENER LOS VALORES DE LA TRADICION. EL DESARROLLO DE LA CONCIENCIA POLITICA EN EL MEDIO ORIENTE HA INFLUIDO TAMBIEN EN LAS ACTIVIDADES DE ESTOS MARCOS COMUNITARIOS Y SOCIALES, QUE AUNQUE NO HAN CAMBIADO SU CARACTER ORIGINAL, HAN COMENZADO A DEDICAR, A MEDIDA QUE EL TIEMPO PASABA, MAS ATENCION A LOS ASUNTOS POLITICOS DEL MEDIO ORIENTE. ESTE FENOMENO SOBRESALE ESPECIALMENTE EN LOS ULTIMOS ANOS, EN LOS QUE SE PERCIBE UNA MAYOR ACTIVIDAD EN ESTOS MARCOS, LO CUAL TIENE SU EXPRESION NO SOLO EN LA NATURALEZA Y EN EL VOLUMEN DE LAS ACTIVIDADES, SINO TAMBIEN EN EL INCREMENTO DE SU VINCULO CON LOS PAISES DEL MEDIO ORIENTE.

8. ADEMAS DE LA DIASPORA DE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE 'TRADICIONAL', CUYOS MIEMBROS LLEGARON A LATINOAMERICA A FINES DEL SIGLO 19, DURANTE LOS ULTIMOS ANOS SE HA DESARROLLADO UNA COMUNIDAD CHIITA BASTANTE CONSIDERABLE, QUE SE CONCENTRA SOBRE TODO EN EL TRIANGULO DE LAS FRONTERAS ENTRE BRASIL, PARAGUAY Y ARGENTINA, Y LA MAYORIA DE SUS MIEMBROS LLEGARON COMO REFUGIADOS O EMIGRANTES DESDE EL ESTALLIDO DE LA GUERRA CIVIL EN EL LIBANO EN 1975, Y OTROS DESPUES DE LA OPERACION 'PAZ PARA GALILEA'. HASTA AHORA CONTINUA EL PEQUENO FLUJO DE EMIGRANTES LIBANESES A ESTA REGION. EN MUCHOS CASOS SE TRATA DE INMIGRANTES ILEGALES (EL PRECARIO CONTROL DEL PASO DE FRONTERAS NO PERMITE A LAS AUTORIDADES SEGUIR CON EFICIENCIA A ESTOS ELEMENTOS). CONTRARIAMENTE A LA COMUNIDAD ARABE 'TRADICIONAL', LA COMUNIDAD

CHIITA ESTA MUY INVOLUCRADA EN LO QUE OCURRE EN EL MEDIO ORIENTE, Y SUS MIEMBROS MANTIENEN ESTRECHAS RELACIONES CON EL LIBANO, INCLUYENDO A FACTORES TERRORISTAS. TAMBIEN SOBRESALE EN ESTA COMUNIDAD LA TENDENCIA DE ISLAMIZACION, Y CADA VEZ UN MAYOR NUMERO DE SUS MIEMBROS ADOPTAN LA FORMA DE VIDA ISLAMICA RELIGIOSA RADICAL.

ORGANIZACION COMUNITARIA Y CARACTERISTICAS DE LA ACTIVIDAD

9. LA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN LATINOAMERICA ACTUA DE MODO ORDENADO E INSTITUCIONALIZADO PARA ADELANTAR LOS INTERESES DE LOS PAISES ARABES, A PESAR DE QUE, COMO SE HA MENCIONADO, LAS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS SE CENTRALIZAN GENERALMENTE EN ACTIVIDADES DE CARACTER SOCIAL Y CULTURAL, Y LAS CUESTIONES DEL MEDIO ORIENTE NO CONSTITUYEN EL TEMA CENTRAL. EN EL TRANSCURSO DE 1992, POR EJEMPLO, ESTAS INSTITUCIONES SE DESTACARON EN LA ORGANIZACION DE CONVENCIONES Y SEMINARIOS SOBRE EL TEMA DEL APORTE DE LOS ARABES AL CONTINENTE AMERICANO, CON MOTIVO DEL ANIVERSARIO NUMERO 500 DE LA LLEGADA DE COLON AL NUEVO MUNDO.

10. DE HECHO, SE TRATA DE DECENAS DE ASOCIACIONES, CLUBES, CENTROS E INSTITUTOS CULTURALES, COMPANIAS, COMISIONES, LIGAS, FONDOS Y ASOCIACIONES, FEDERACIONES, ETC. EL OBJETIVO DE UNA CONSIDERABLE PARTE DE ESTAS INSTITUCIONES ES EL DE CONSERVAR LAS COSTUMBRES Y EL IDIOMA ARABES. LA META DE OTRA PARTE DE LAS INSTITUCIONES ES LA DE ADELANTAR LOS INTERESES POLITICOS DE LOS PAISES DEL MEDIO ORIENTE Y ORGANIZACIONES COMO LA OLP.

11. EN TODO LO RELACIONADO CON EL MEDIO ORIENTE, LA ACTIVIDAD DE ESTAS INSTITUCIONES SE CONCENTRA EN LOS SIGUIENTES TERRENOS:-

A. RECLUTAMIENTO DE FONDOS PARA LA OLP Y LOS 'TERRITORIOS',

B. EL ADELANTO DE LOS INTERESES PALESTINOS EN EL PLANO PROPAGANDISTICO,

C. ACTUAR, ENTRE LOS JEFES DE ESTADO LATINOAMERICANOS Y EN EL SENO DE LA CUPULA DEL SISTEMA POLITICO, PARA ADELANTAR LOS INTERESES ARABES Y DE LA OLP,

D. LA REALIZACION DE CONVENCIONES PUBLICAS PARA CONMEMORAR FECHAS IMPORTANTES PALESTINAS Y ARABES (SABRE Y SHATILA, EL COMIENZO DE LA INTIFADA, ETC.).

12. LA ORGANIZACION CENTRAL QUE COORDINA LA ACTIVIDAD DE TODA LA COMUNIDAD ARABE EN LATINOAMERICA ES LA FEARAB-AMERICA (FEDERACION DE ENTIDADES ARABES), CON FILIALES EN MAS DE 15 PAISES A TRAVES DEL CONTINENTE, ACTUANDO CADA UNA DE LAS MISMAS DE MODO INDEPENDIENTE. LA ORGANIZACION FUE ESTABLECIDA EN 1972 CON EL PATROCINIO SIRIO, Y EFECTUA SUS CONVENCIONES CADA DOS ANOS. COMO PRESIDENTE DE LA FEARAB-AMERICA SE DESEMPENA HOY EN DIA KHALED SALAME, QUE VIVE EN PANAMA. EL RESPONSABLE EJECUTIVO DE LA ACTIVIDAD DE LA ORGANIZACION ES FARID SAWWAN, QUE SE HALLA EN LA JEFATURA DE LA ORGANIZACION EN BRASIL.
LOS OBJETIVOS DEL FEARAB SON:-

A. EL ROBUSTECIMIENTO DE LAS RELACIONES COMUNITARIAS ENTRE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE QUE RESIDEN EN LOS PAISES DEL CONTINENTE,

B. LA DIFUSION DE LA CULTURA ARABE,

C. LA PARTICIPACION EN ACTIVIDADES INTERNACIONALES SOBRE TEMAS ARABES,

D. LA CONSERVACION DE LOS VALORES DE LA CULTURA ARABE EN EL SENO DE LOS JOVENES DE PROCEDENCIA ARABE.

13. OTRA ORGANIZACION DE IMPORTANCIA, QUE CENTRALIZA ACTIVIDADES DE LA COMUNIDAD PALESTINA EN LA CONTINENTE, ES COPLAC (CONFEDERACIONES PALESTINAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE), ENCABEZADO POR EL MIEMBRO DEL CONGRESO GENERAL

PALESTINO, HANNA SAPHIE. BAJO EL PATROCINIO DE ESTA ORGANIZACION ACTUA LA ORGANIZACION DENOMINADA SANAUD ('RETORNAREMOS'), QUE ES UN CENTRO CULTURAL Y JUVENIL. EL CENTRO DE LA ACTIVIDAD DEL COPLAC SE ENCUENTRA EN LA CIUDAD DE NATAL, EN EL NORESTE DE BRASIL, Y EN EL MARCO DE SUS ACTIVIDAD SOCIOCULTURAL Y POLITICA EDITA LA PUBLICACION MENSUAL 'PALESTINA INFORMA'. COPLAC MANTIENE RELACIONES DIRECTAS CON LA OLP (TUNEZ), Y ACTUA EN FORMA COORDINADA CON LAS OFICINAS DE LA OLP QUE ACTUAN A TRAVES DE LATINOAMERICA, ESPECIALMENTE LA OFICINA DE LA OLP EN BRASILIA Y EL CENTRO PALESTINO DE PROPAGANDA EN BUENOS AIRES. LAS CONVENCIONES GENERALES DEL COPLAC SE EFECTUAN CADA CINCO ANOS (LA ULTIMA SE REALIZO EN AGOSTO DE 1992 EN CHILE).

14. TAMBIEN EXISTEN FILIALES DE LA 'UNION LIBANESA MUNDIAL' EN LA MAYORIA DE LOS PAISES DEL CONTINENTE.

ACTIVIDADES ISLAMICAS Y EL FENOMENO DE 'ISLAMIZACION'

15. EN EL SENO DE LOS MUSULMANES DE ORIGEN ARABE QUE RESIDEN EN LATINOAMERICA, SE PERCIBE EN LOS ULTIMOS ANOS UN PROCESO DE RETORNO A LAS FUENTES Y DE RADICALIZACION RELIGIOSA. ESTE PROCESO ES, ENTRE OTRAS CAUSAS, EL RESULTADO DEL INCREMENTO DE LA ACTIVIDAD DE IRAN Y DE ARABIA SAUDITA EN EL SENO DE LAS COMUNIDADES MUSULMANAS EN EL CONTINENTE. HASTA AHORA SU ACTIVIDAD HA OBTENIDO UN EXITO NADA DESPRECIABLE, QUE SE EXPRESA EN EL ESTABLECIMIENTO DE MEZQUITAS Y CENTROS ISLAMICOS CIVILES QUE NO TIENEN VINCULO ALGUNO CON EL MEDIO ORIENTE. CABE SENALAR QUE INCLUSO LA GRAN MAYORIA DE LOS MUSULMANES EN LATINOAMERICA SON SUNITAS, MIENTRAS QUE LOS QUE 'RETORNAN A LA RELIGION' NO SE ABSTIENEN DE ADOPTAR POSTURAS RELIGIOSAS RADICALES, QUE SON PREDICADAS EN LOS CENTROS RELIGIOSOS CHIITAS.

16. SE PUEDEN HALLAR EJEMPLOS SOBRESALIENTES DEL PROCESO DE ISLAMIZACION EN:-

A. ARGENTINA: DURANTE LOS ULTIMOS ANOS COMENZARON A ACTUAR VARIOS CENTROS ISLAMICOS, Y SE CONSTRUYO UN CONSIDERABLE NUMERO DE MEZQUITAS Y ESCUELAS PARA LAS COMUNIDADES ARABES, LO CUAL NO ERA CONOCIDO EN EL PASADO. SOBRESALE

ESPECIALMENTE EL INCREMENTO DE LA COMUNIDAD CHIITA (UNAS 600 FAMILIAS), QUE SE CONCENTRA EN EL BARRIO DE FLORESTA EN LA CAPITAL. EL FENOMENO DE LA ISLAMIZACION ES POPULAR ULTIMAMENTE EN LA ARGENTINA, Y POR LO VISTO IRAN SE HALLA TRAS ESTE PROCESO.

B. EN LA REGION DEL CARIBE ACTUAN VARIOS GRUPOS FUNDAMENTALISTAS DE NEGROS QUE SE HAN CONVERTIDO AL ISLAM (NO DE ORIGEN ARABE). LOS GRUPOS MAS SOBRESALIENTES SON: 'J'AMAAT AL-MUSLEMIN' (JAM) EN TRINIDAD, QUE MANTUVO EN EL PASADO ESTRECHAS RELACIONES CON LIBIA, Y QUE SE HALLABA EN LOS BASTIDORES DEL INTENTO DE GOLPE EN LA ISLA (JULIO 90'). CABE SENALAR QUE TAMBIEN EN OTRAS REGIONES DE LAS ANTILLAS (COMO JAMAICA Y SURINAM) SE PRODUJO EN LOS ULTIMOS ANOS UN DESPERTAR ISLAMICO RELIGIOSO, Y TAMBIEN ALLI SE HAN ESTABLECIDO CENTROS RELIGIOSOS Y CULTURALES ISLAMICOS.

C. EN BRASIL LA ACTIVIDAD ISLAMICA, QUE SE ACRECENTO CONSIDERABLEMENTE EN LOS ULTIMOS ANOS, SE CONCENTRA EN LA REGION DE FOZ DO IGUACU, (ASI COMO EN LA PEQUENA CIUDAD FRONTERIZA PARAGUAYA VECINA, CIUDAD DEL ESTE), EN EL TRIANGULO DE LAS FRONTERAS ENTRE BRASIL, PARAGUAY Y ARGENTINA. EN EL LUGAR HAY UNA GRAN COMUNIDAD CHIITA (7.000 PERSONAS), QUE MANTIENE UNA INTENSA ACTIVIDAD RELIGIOSA, E INCLUSO SIRVE COMO INFRAESTRUCTURA PARA ACTIVIDADES SUBVERSIVAS Y TERRORISTAS (DETALLES A CONTINUACION). OTRA CONCENTRACION DE ACTIVIDAD ISLAMICA SE ENCUENTRA EN LA REGION DE LA CIUDAD DE SAO PAULO Y SUS SUBURBIOS, DONDE RESIDEN, COMO SE INFORMARA, UNOS 100.000 MUSULMANES, EN CUYO SENO SE PRODUJO EN LOS ULTIMOS ANOS UN PROCESO DE CONSIDERABLE RADICALIZACION RELIGIOSA, LO CUAL SE EXPRESA EN UNA ENERGICA ACTIVIDAD DE DIFUSION DEL ISLAM ENTRE EL GRAN PUBLICO BRASILENO. ENTRE OTROS EVENTOS, SE EFECTUAN SEMINARIOS SOBRE ASUNTOS RELIGIOSOS, CON LA PARTICIPACION DE CIENTOS DE CURSANTES DE TODO EL BRASIL E INCLUSO DE PAISES VECINOS (BOLIVIA Y PARAGUAY). ESTOS SEMINARIOS SE LLEVAN A CABO CON EL PATROCINIO DEL 'CENTRO DE DIFUSION DEL

ISLAM EN LATINOAMERICA' Y CON LA FINANCIACION DEL GOBIERNO DE ARABIA SAUDI. LOS INSTRUCTORES SON GENERALMENTE MAESTROS DE RELIGION DE LA UNIVERSIDAD ISLAMICA DE ARABIA SAUDI, QUE LLEGAN AL BRASIL ESPECIALMENTE CON ESTE OBJETIVO. TAMBIEN IRAN PARTICIPA DE ESTAS ACTIVIDADES, Y EN JUNIO DE 1992 SE INFORMO EN LOS MEDIOS DE COMUNICACION IRANIES SOBRE UN GRUPO DE JOVENES DE BRASIL, PERTENECIENTES AL 'HIZBOLLAH', QUE EFECTUO UN VIAJE DE PEREGRINACION A LOS LUGARES SANTOS EN IRAN, Y QUE SE REUNIO CON ALTOS NIVELES DE LA ADMINISTRACION IRANI.

ANEXO 1

LAS COMUNIDADES ARABES EN LOS PAISES DEL CONTINENTE

I. AMERICA DEL SUR

URUGUAY

1. EN URUGUAY HAY UNA COMUNIDAD DE ALGUNOS MILES DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES, EN SU MAYORIA CRISTIANOS DE EL LIBANO. ENCABEZA LA COMUNIDAD PEDRO ABUCHALJA, Y SUS MIEMBROS SE DEDICAN SOBRE TODO AL COMERCIO. COMO EN LOS DEMAS PAISES LATINOAMERICANOS, TAMBIEN EN URUGUAY SE INTEGRARON LOS INMIGRANTES DE ORIGEN ARABE EN TODOS LOS TERRENOS DE LA VIDA SOCIAL, CULTURAL Y POLITICA.

2. LA COMUNIDAD DE CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN URUGUAY INCLUYE TAMBIEN UNOS 2.000 MUSULMANES, Y ALGUNAS DECENAS DE CIUDADANOS URUGUAYOS CRISTIANOS QUE SE CONVIRTIERON AL ISLAM EN LOS ULTIMOS ANOS. SUS PRINCIPALES CONCENTRACIONES SE ENCUENTRAN EN LA CAPITAL, MONTEVIDEO, EN TACUAREMBO Y EN ROCHA. ESTAN AGRUPADOS EN CUATRO CENTROS:-

A. 'EL CENTRO EGIPCIO DE CULTURA ISLAMICA' (SUNITA)
B. 'LA FRATERNIDAD ISLAMICA DE URUGUAY'
C. 'EL CENTRO ISLAMICO DE URUGUAY' (CHIITA)
D. 'EL CENTRO DE LA FEDERACION DE CULTURA ISLAMICA' (PROIRANI).

3. ADEMAS DE ESTA COMUNIDAD, EXISTE UNA GRAN CONCENTRACION DE PALESTINOS, SOBRE TODO EN LA CIUDAD DE CHUI (QUE UNA MITAD DE LA MISMA SE HALLA EN URUGUAY Y LA OTRA MITAD EN BRASIL), ASI COMO EN OTRAS CIUDADES A LO LARGO DE LA FRONTERA ENTRE BRASIL Y URUGUAY, COMO ARTIGAS Y BARRA DE LA BELLA UNION. EN CHUI RESIDEN VARIOS CENTENARES DE PALESTINOS, QUE CONSTITUYEN UN CONSIDERABLE PORCENTAJE DE LA POBLACION DEL PUEBLO. HAY QUIENES DICEN QUE EL ESTILO DE VIDA Y DE EDIFICACION DEL LUGAR SE PARECE AL DE GAZA. LA COMUNIDAD PALESTINA EN CHUI SE HALLA EN PROCESO DE

CRECIMIENTO. LOS PRIMEROS INMIGRANTES LLEGARON ALLI A FINES DE LA DECADA DE 1960, Y LA PRINCIPAL OLA INMIGRATORIA SE PRODUJO A FINES DE LA DECADA DE 1970 Y A COMIENZOS DE LA DE 1980. TAMBIEN HOY EN DIA CONTINUAN LLEGANDO PALESTINOS, EN SU MAYORIA PROCEDENTES DE LOS 'TERRITORIOS', QUE EN PARTE INCLUSO FUERON EN EL PASADO MILITANTES DE LA INTIFADA. SE DEDICAN AL COMERCIO (TIENDAS DE COMESTIBLES Y TIENDAS CON EXENCION DE IMPUESTOS), Y APROVECHAN LA FRONTERA ABIERTA Y EL PRECARIO CONTROL DE LAS AUTORIDADES PARA CONTRABANDEAR MERCADERIAS, Y SEGUN LO INFORMADO, TAMBIEN SE DEDICAN AL CONTRABANDO DE ARMAS. ESTA REGION SIRVE TAMBIEN COMO 'LUGAR DE DESCANSO' PARA LOS COMBATIENTES DE LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS Y PALESTINAS.

4. LOS PALESTINOS DE CHUI MANTIENEN ESTRECHAS RELACIONES CON LA OLP, INCLUYENDO TODOS SUS GRUPOS, Y ALGUNOS INCLUSO ERAN MILITANTES DE LA ORGANIZACION ANTES DE LLEGAR AL URUGUAY. TRASLADAN FONDOS A LA ORGANIZACION Y A SUS FAMILIARES EN LOS 'TERRITORIOS', Y SE OCUPAN DE ACTIVIDADES PROPAGANDISTICAS PARA EL ADELANTO DE LOS INTERESES PALESTINOS. ESTAN ORGANIZADOS EN EL 'CLUB ARABE', QUE MANTIENE UNA ESCUELA Y ACTIVIDADES SOCIALES Y CULTURALES. LA IDENTIFICACION CON LA OLP ES PUBLICA Y ABIERTA. LAS BANDERAS DE 'PALESTINA' Y LAS FOTOS DE ARAFAT SE HALLAN EN LAS VITRINAS DE LAS TIENDAS DE SU PROPIEDAD, Y ALGUNOS DE LOS PALESTINOS POSEEN FINCAS, QUE SEGUN LO INFORMADO, EN EL PASADO SE EFECTUABAN EN LAS MISMAS ENTRENAMIENTOS DE CARACTER MILITAR PARA MILITANTES DE ORGANIZACIONES TERRORISTAS.

5. ASIMISMO, EN CHUI EXISTE UNA ORGANIZACION PALESTINA DE COMERCIANTES, Y LA COMUNIDAD POSEE TAMBIEN UN CLUB DEPORTIVO, Y EN SU MARCO (DESDE 1985) UN EXITOSO EQUIPO DE FUTBOL 'CPFC' (CENTRAL PALESTINO FUTBOL CLUB), CUYOS TRIUNFOS SON EXPLOTADOS TAMBIEN PARA FINES DE PROPAGANDA.

6. TAMBIEN HAY EN MONTEVIDEO POR LO MENOS DOS MEZQUITAS CHIITAS, RELACIONADAS CON IRAN. ENCABEZA LA COMUNIDAD MUSULMANA LOCAL MUHAMMED ALI - UBALDO PINO, CIUDADANO URUGUAYO CRISTIANO QUE SE CONVIRTIO AL ISLAM. PINO MANTIENE RELACIONES CON EL IMAN

DE LA MEZQUITA CHIITA DE BUENOS AIRES, RABANI, QUE LLEGA EN VISITAS PERIODICAS A MONTEVIDEO Y TRATA DE CREAR CONTACTO CON LOS MUSULMANES SUNITAS DEL LUGAR (EN PARTICULAR CON LOS PALESTINOS SUNITAS DE CHUI).

ECUADOR

7. EN ECUADOR RESIDE UNA COMUNIDAD RELATIVAMENTE GRANDE DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES, EN SU MAYORIA CRISTIANOS, LIBANESES Y PALESTINOS (ESPECIALMENTE DE BELEN Y DE BETH JALLAH). LA PARTE DE LOS PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN LA POLITICA LOCAL ES MUY GRANDE, MUCHO MAYOR QUE SU PESO ESPECIFICO RELATIVO DENTRO DE LA POBLACION. ASI POR EJEMPLO, EL VICEPRESIDENTE DE ECUADOR, ALBERTO DAHIK, DE ORIGEN LIBANES, Y EL INTENDENTE DE QUITO, LA CAPITAL, JAMIL MAUAD. TAMBIEN HAY MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ARABE LOCAL EN NUMEROSOS PUESTOS DEL GOBIERNO Y EN LAS FILAS DEL EJERCITO.

8. LOS ARABES DE ECUADOR NO ESTAN BIEN ORGANIZADOS, AUNQUE ULTIMAMENTE SE PERCIBE UNA MAYOR ACTIVIDAD EN ESTE SENTIDO. RECIEN A COMIENZOS DE 1992 SE INAUGURO EN QUITO UNA FILIAL DE LA ORGANIZACION FEARAB. ADEMAS, SE CREO A COMIENZOS DE 1992 UN CENTRO DE JOVENES MUSULMANES. PARALELAMENTE, ACTUA EN QUITO UN CLUB ARABE. OTRA ORGANIZACION EXISTENTE ES LA FUNDACION ECUATORIANO-ARABE, ESTABLECIDA EN 1987 BAJO INSPIRACION LIBIA. ESTA ORGANIZACION SIRVE DE CUBIERTA AL 'COMITE REVOLUCIONARIO ECUATORIANO', QUE ACTUA PARA ADELANTAR LAS IDEAS DE KADAFI Y EL 'LIBRO VERDE'. ESTA ORGANIZACION MANTIENE AL 'FONDO J'AHAD', QUE FINANCIA VIAJES DE JOVENES (NO SOLAMENTE DE ORIGEN ARABE) A LIBIA, CON EL FIN DE RECIBIR INSTRUCCION POLITICA.

9. LA OLP SE HALLA PRESENTE EN ECUADOR, POR MEDIO DE LA OFICINA PALESTINA DE INFORMACION, QUE ACTUA EN LA CIUDAD DE GUAYAQUIL.

ARGENTINA

10. LA COMUNIDAD DE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN ARGENTINA CUENTA HOY EN DIA, SEGUN ALGUNOS INFORMES, CON ALREDEDOR DE DOS MILLONES Y MEDIO DE PERSONAS (APROXIMADAMENTE UN 8 POR CIENTO DE

LA POBLACION DEL PAIS), Y ES LA TERCERA MAYORIA ETNICA, DESPUES DE LOS DE ORIGEN ESPANOL Y LOS QUE PROCEDEN DE ITALIA (LA COMUNIDAD JUDIA, ES DE UNAS 250.000 PERSONAS). LA GRAN MAYORIA DE LOS QUE PERTENECEN A LA COMUNIDAD ARABE SON DESCENDIENTES DE LOS INMIGRANTES DE SIRIA Y EL LIBANO QUE LLEGARON A LA ARGENTINA A FINES DEL SIGLO PASADO Y COMIENZOS DE ESTE SIGLO. ASIMISMO, EXISTE UNA MINORIA PALESTINA Y UNA PEQUENA COMUNIDAD CHIITA DE ORIGEN LIBANES.

11. LA MAYORIA DE LOS ARABES QUE LLEGARON A LA ARGENTINA SE ASENTARON EN LA PROVINCIAS DEL NOROESTE DEL PAIS, EN SALTA, SANTIAGO DEL ESTERO, TUCUMAN, LA RIOJA Y CATAMARCA. AL PRINCIPIO SE DEDICARON AL COMERCIO MINORISTA, COMO VENDEDORES AMBULANTES DE ARTICULOS DE MERCERIA, QUE VIAJABAN DE UN LADO A OTRO EN LAS PROVINCIAS ALEJADAS DE LA CAPITAL, BUENOS AIRES. CUANDO LOGRARON UNA BASE ECONOMICA ROBUSTA, LOS INMIGRANTES SE TRASLADARON A LAS GRANDES CIUDADES Y A LAS CAPITALES DE PROVINCIA, Y COMENZARON A DEDICARSE AL COMERCIO MAYORISTA Y A LA PEQUENA INDUSTRIA. MAS TARDE SE INTEGRARON AL TERRENO DE LOS NEGOCIOS Y DE LA INDUSTRIA PESADA. HOY EN DIA, ARGENTINOS DE ORIGEN ARABE CONTROLAN VARIOS GRANDES CONSORCIOS EN EL TERRENOS DE LA PETROMICA, LA INDUSTRIA PAPELERA, LA PESCA, DIVERSOS ARTICULOS ALIMENTICIOS Y ARTEFACTOS ELECTRICOS.

12. LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN LA ARGENTINA SE ASIMILARON BIEN EN LA SOCIEDAD LOCAL Y SE CONVIRTIERON EN ARGENTINOS EN TODO SENTIDO. SE DESTACA SU INTEGRACION EN LA VIDA POLITICA, SIENDO SU REPRESENTANTE MAS SOBRESALIENTE EN ESTE CAMPO EL PRESIDENTE, CARLOS SAUL MENEM, QUE SE ENORGULLECE DE SU ORIGEN SIRIO.

13. CON RESPECTO A LA ACTIVIDAD COMUNITARIA DE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN ARGENTINA, LA ORGANIZACION CENTRAL QUE COORDINA LA ACTIVIDAD DE LA COMUNIDAD ARABE ES LA FILIAL LOCAL DEL FEARAB, QUE POSEE 11 SUBFILIALES EN TODO EL PAIS. MUNIR HADDAD ENCABEZA LA FEARAB DE LA ARGENTINA.

14/..

14. LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL, A PESAR DE SUS DIMENSIONES RELATIVAMENTE REDUCIDAS, MANTIENE UNA ENERGICA ACTIVIDAD Y ESTA MAS ORGANIZADA A COMPARACION CON LA COMUNIDAD DE LOS PROCEDENTES DE SIRIA Y EL LIBANO. LA ACTIVIDAD SE DESARROLLA MEDIANTE DOS ORGANIZACIONES PRINCIPALES:-

A. LA FILIAL LOCAL DEL COPLAC, EN CUYO MARCO ACTUA TAMBIEN LA ORGANIZACION 'SANAUD', ENCABEZADA POR JULIO CESAR FARJAT Y FAUZI JABER, QUE ACTUA COMO CENTRO CULTURAL ARGENTINO-PALESTINO.

B. LA ORGANIZACION FEARAP (A DIFERENCIA DE FEARAB) - 'LA FEDERACION DE INSTITUCIONES PALESTINAS EN ARGENTINA'. ESTA ORGANIZACION FUE FUNDADA A MEDIADOS DE LA DECADA DE 1980 BAJO LA CONDUCCION DE TILDA RABI Y RAFAEL ARAYA EL-MASRI, Y ESTA PRESIDIDA HOY EN DIA POR DANIEL MASSARA.

15. LAS ORGANIZACIONES PALESTINAS EN LA ARGENTINA MANTIENEN RELACIONES CON LA OLP (TUNEZ) POR MEDIO DE LA JEFATURA DEL COPLAC EN LA CIUDAD NATAL, BRASIL, Y TAMBIEN POR MEDIO DEL REPRESENTANTE DE LA OLP EN BRASIL, AHMED SUBEH, QUE SE DESENVUELVE EN EL MARCO DE LAS OFICINAS DE LA LIGA ARABE EN BRASILIA. ASIMISMO, LAS ORGANIZACIONES PALESTINAS ARGENTINAS ACTUAN EN COORDINACION CON LAS OFICINAS DE PROPAGANDA DE LA OLP (O.I.P - OFICINA DE INFORMACION PALESTINA) EN ROSARIO (INAUGURADA A COMIENZOS DE LA DECADA DE 1970), Y EN BUENOS AIRES (INICIO SU ACTIVIDAD EN 1990), BAJO LA DIRECCION DE SUHEIL AKEL. CABE SENALAR QUE A PESAR DE LA COORDINACION EXISTENTE ENTRE LOS DIVERSOS ORGANISMOS, LAS RELACIONES ENTRE LAS ORGANIZACIONES LOCALES Y ENTRE ESTOS Y LA OFICINA DE INFORMACION PALESTINA NO SON MUY BUENAS.

16. LAS ORGANIZACIONES ARABES EFECTUAN TRANSMISIONES DE RADIO (COMO EL PROGRAMA 'PATRIA ARABE', DE ORIENTACION PROSAUDITA), Y PUBLICAN PERIODICOS COMO 'AL-WATAN' Y 'NUEVA BANDERA ARABE', QUE EN PARTE SON EDITADOS CON LA ASISTENCIA Y EN COORDINACION CON LAS OFICINAS DE LA LIGA ARABE EN BUENOS AIRES. LA PRINCIPAL ACTIVIDAD DE LAS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS EN LA ARGENTINA EN

EL CONTEXTO DEL CONFLICTO DEL MEDIO ORIENTE SE CENTRA EN LOS ESPUERZOS DE PROPAGANDA (COMO CONGRESOS, EXPOSICIONES, SEMINARIOS Y CONVENCIONES). A COMIENZOS DE 1990, POR EJEMPLO, SE REALIZO EN BUENOS AIRES UNA SERIE DE DIAS DE ESTUDIO -'JORNADAS PALESTINAS' - QUE SE DEDICARON A LA CUESTION PALESTINA. LA CRISIS DEL GOLFO SE PROYECTO SOBRE LA COMUNIDAD LOCAL, QUE SE DIVIDIO ENTRE LOS QUE APOYABAN A IRAK Y LOS QUE SE PRONUNCIABAN A FAVOR DE LOS PAISES ARABES MODERADOS QUE SE UNIERON A LA COALICION DIRIGIDA POR LOS ESTADOS UNIDOS. EN ESTE PERIODO (ENERO DE 1991) SE ORGANIZO EN BUENOS AIRES EL 'COMITE DE SOLIDARIDAD CON IRAK Y LOS PUEBLOS ARABES', QUE OBTUVO EL APOYO DE LOS PARTIDOS DE LA EXTREMA IZQUIERDA LOCAL.

17. ADEMAS DE LAS ORGANIZACIONES ARABES CENTRALES QUE SE HAN MENCIONADO, SE PUEDE HALLAR EN LA ARGENTINA UN GRAN NUMERO DE PEQUENAS AGRUPACIONES COMUNITARIAS DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES (EN LOS TERRENO DE LA BENEFICIENCIA, EL DEPORTE, ETC.), QUE EN PARTE ACTUAN TAMBIEN EN COOPERACION CON CIUDADANOS ARGENTINOS QUE NO SON DE ORIGEN ARABE, COMO POR EJEMPLO:-

A. <u>JUVENTUDES ARABES</u> - ORGANIZACION CULTURAL PARA LA JUVENTUD DE ORIGEN SIRIO

B. <u>ASOCIACION ARGENTINA DE CULTURA ARABE</u> - LA ORGANIZACION ARGENTINA DE CULTURA ARABE

C. <u>INSTITUTO CULTURAL PALESTINO-ARGENTINO</u> - ORGANIZACION DE AMISTAD ARGENTINO-ARABE

D. <u>CLUB PALESTINO</u> - EL CLUB PALESTINO

E. <u>SOCIEDAD DE AMISTAD ARGENTINO-ARABE</u> - ORGANIZACION DE AMISTAD ARGENTINO-ARABE

F. <u>FUNDACION 'LOS CEDROS'</u>

G. UNION ALAUITA DE BENEFICIENCIA - LA FUNDACION ALAUITA DE BENEFICIENCIA (CON PATROCINIO SIRIO)

H. CASA ARGENTINA-PALESTINA

I. CENTRO DE ENTIDADES PALESTINAS

J. FRENTE PRO-APERTURA DE UNA EMBAJADA PALESTINA EN ARGENTINA - EL CENTRO DE LA ORGANIZACION SE HALLA EN LA CIUDAD DE ROSARIO (PROVINCIA DE SANTA FE), Y SE HALLA DIRIGIDO POR ALBERTO RUFINO

K. CIRCULO PROFESIONALES ARABE - ORGANIZACION DE PROFESIONALES DE ORIGEN ARABE.

18. A ESTA LISTA SE DEBE ANADIR OTRAS ORGANIZACIONES E INSTITUCIONES DE LOS DRUSOS, LA IGLESIA MARONITA, LA IGLESIA GRIEGA-CATOLICA Y CLUBES DEPORTIVOS, HOSPITALES Y RESTAURANTES.

19. EN CUANTO A LA COMUNIDAD CHIITA, ESTA SE HA IDO ACRECENTANDO DURANTE LOS ULTIMOS ANOS, Y SUS PRINCIPALES CONCENTRACIONES SE HALLAN EN BUENOS AIRES, EN LA PROVINCIA DE TUCUMAN, AL NOROESTE DE LA ARGENTINA, Y EN LA PROXIMIDAD DEL TRIANGULO FRONTERIZO ENTRE PARAGUAY , ARGENTINA Y BRASIL (ESPECIALMENTE DEL LADO BRASILERO Y DEL LADO PARAGUAYO). TAMBIEN SE INFORMO SOBRE UNA PRESENCIA CHIITA, DE REDUCIDAS DIMENSIONES POR AHORA, EN LA PROVINCIA DE CORDOBA. LA COMUNIDAD CHIITA DE BUENOS AIRES CUENTA CON UNAS 600 FAMILIAS, QUE SE CONCENTRAN EN EL BARRIO DE FLORESTA. ESTA COMUNIDAD ESTA COMPUESTA SOBRE TODO POR INMIGRANTES QUE LLEGARON A LA ARGENTINA DESPUES DEL ESTALLIDO DE LA GUERRA CIVIL EN EL LIBANO (1975), Y A UN RITMO MAS ACELERADO DESDE LA OPERACION PAZ PARA LA GALILEA (1982). UNA PARTE DE ESTOS INMIGRANTES HABIA ESTADO INVOLUCRADA EN EL LIBANO EN ACTIVIDADES MILITARES, TAMBIEN CONTRA ISRAEL. EN EL SENO DE ESTA COMUNIDAD SE PUEDE DETECTAR CELULAS DE LA ORGANIZACION 'HIZBOLLAH' Y ALGUNOS DE SUS MIEMBROS SE IDENTIFICAN ABIERTAMENTE COMO MIEMBROS DE LA ORGANIZACION. CABE SENALAR QUE

EN LOS ULTIMOS ANOS SE PERCIBE UN FENOMENO DE RETORNO AL ISLAM DE CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE-MUSULMAN, Y TAMBIEN DE CONVERSION AL ISLAM DE CIUDADANOS CRISTIANOS, CARENTES DE CUALQUIER VINCULO FAMILIAR-NACIONAL CON EL MEDIO ORIENTE Y EL ISLAM.

20. EN LA ARGENTINA ACTUAN VARIAS INSTITUCIONES CULTURALES Y RELIGIOSAS ISLAMICAS, ESPECIALMENTE CHIITAS, QUE TIENEN VINCULOS CON IRAN:-

A. MEZQUITA 'AL TAUHID': ('LA UNION') SE HALLA EN BUENOS AIRES Y CENTRALIZA LA ACTIVIDAD DE LA 'HERMANDAD MUSULMANA' EN ARGENTINA, DIRIGIDA POR ZOUHAIR SALEH QUE SE DESEMPENA POR LO VISTO COMO EL LIDER ESPIRITUAL DE LA MEZQUITA. EN ESTA MEZQUITA ACTUA TAMBIEN EL IMAN KHOJAT AL ASLAM MUHSAN RABANI, ENVIADO POR IRAN PARA CONDUCIR A LA COMUNIDAD CHIITA DE ARGENTINA (Y QUE POR LO VISTO HA RETORNADO ULTIMAMENTE A IRAN Y FUE REEMPLAZADO POR UN NUEVO ENVIADO IRANI). ESTA MEZQUITA TIENE TAMBIEN UNA EDITORIAL Y UNA TIENDA DE LIBROS QUE SE LLAMA 'ALBORADA', QUE SIRVE DE CUBIERTA A LA ACTIVIDAD CHIITA FUNDAMENTALISTA EN LA ARGENTINA. ESTA EDITORIAL PUBLICA UNA REVISTA DE NOMBRE 'EL MENSAJE DEL ISLAM'. CABE SENALAR QUE MUHSAN RABANI, SEGUN INSTRUCCIONES DE IRAN, FUNDO LA 'ORGANIZACION ISLAMICA ARGENTINA'

B. MEZQUITA AL MARTIR: EN LA CIUDAD DE TUCUMAN, EN EL NOROESTE DE ARGENTINA. LA MEZQUITA ESTA DIRIGIDA POR EL JEQUE MAHMUD AID (ARGENTINO CRISTIANO QUE SE CONVIRTIO AL ISLAM), QUIEN SE IDENTIFICA COMO HOMBRE DEL 'HIZBALLAH'. EL EDIFICIO DE LA MEZQUITA FUE ADQUIRIDO EN 1984 POR LA EMBAJADA DE IRAN EN LA ARGENTINA, Y ADEMAS DE SERVIR COMO MEZQUITA, ES TAMBIEN LA FILIAL LOCAL DE LA 'ORGANIZACION ISLAMICA ARGENTINA'. LA MEZQUITA SIRVE TAMBIEN A LA POBLACION MUSULMANA DE LAS DEMAS PROVINCIAS DEL NOROESTE DE ARGENTINA (CATAMARCA, SANTIAGO DEL ESTERO, SALTA, JUJUY). JUNTO A LA MEZQUITA HAY UNA TIENDA DE LIBROS Y UNA BIBLIOTECA, CON LIBROS EN ESPANOL EN SU MAYOR PARTE, PERO QUE SON EDITADOS EN IRAN. TAMBIEN SE EFECTUAN EN EL LUGAR CURSOS PARA EL

ESTUDIO DEL IDIOMA ARABE, Y CLASES QUE SE DICTAN GRATUITAMENTE, PARA EL ESTUDIO BASICO DEL ISLAM. LAS ORACIONES CORRESPONDIENTES A LOS VIERNES DE LA MEZQUITA SON TRASMITIDAS EN LA ESTACION DE RADIO 'RADIO FM ARABE', QUE TRASMITE TAMBIEN PROGRAMAS SOBRE TEMAS RELIGIOSOS (LAS TRASMISIONES SE REALIZAN EN COOPERACION CON LA ESCUELA ARABE DEL LUGAR)

C. MEZQUITA AL-AIMAN: EN CANUELAS DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES.

D. FUNDACION PARA LA DIFUSION DEL ISLAM, QUE ACTUA EN BUENOS AIRES.

E. ASOCIACION ARABE - ARGENTINA ISLAMICA

F. CENTRO ISLAMICO LATINOAMERICANO

G. CENTRO SIRIO ISLAMICO: MANTIENE DE MODO REGULAR CURSOS PARA EL ESTUDIO DEL IDIOMA ARABE.

H. UNION DE MUJERES MUSULMANAS ARGENTINAS

I. ADEMAS DE ESTAS ORGANIZACIONES, SE HA INFORMADO QUE IRAN PLANEA ADQUIRIR TERRENOS CERCA DE LA CONCENTRACION CHIITA EN EL BARRIO DE FLORESTA EN BUENOS AIRES, CON LA META DE CREAR UN NUEVO CENTRO RELIGIOSO, QUE INCLUIRA UNA BIBLIOTECA, UNA SALA DE CONFERENCIAS Y HABITACIONES DE VIVIENDA PARA LOS CREYENTES.

BOLIVIA

21. LA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN BOLIVIA ES RELATIVAMENTE PEQUENA, ESTA COMPUESTA SOBRE TODO POR ORIGINARIOS DE EL LIBANO, Y NO SE SABEN MUCHOS DETALLES SOBRE ESTA COMUNIDAD. SUS PRINCIPALES CONCENTRACIONES SE HALLAN EN LA PAZ, LA CAPITAL, Y EN LAS CIUDADES DE SANTA CRUZ Y COCHABAMBA. COMO EN OTROS PAISES DEL CONTINENTE, LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD

ARABE SE INTEGRARON EN TODOS LOS SISTEMAS DE LA SOCIEDAD Y LA POLITICA. EL MINISTRO ACTUAL DE SALUD, POR EJEMPLO, CARLOS DABDOUB, PERTENECE A LA COMUNIDAD. TAMBIEN SE PUEDE HALLAR A PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN LOS PARTIDOS DE LA IZQUIERDA RADICAL.

22. EN BOLIVIA ACTUA UNA FILIAL LOCAL DEL FEARAB, CUYO REPRESENTANTE, RAFAEL ABUAWAD, PARTICIPO EN LA ULTIMA CONVENCION DE LA ORGANIZACION, QUE SE REALIZO EN OCTUBRE DE 1992 EN CHILE. EN LA PAZ ACTUA TAMBIEN EL CLUB ARABE. CABE SENALAR QUE HASTA EL ULTIMO PERIODO, EN BOLIVIA ACTUABA UNA OFICINA OFICIAL DE LA OLP, QUE SE CLAUSURO SEGUN INSTRUCCIONES DE TUNEZ, POR DIFICULTADES DE PRESUPUESTO.

BRASIL

23. EN BRASIL SE HALLA LA MAYOR CONCENTRACION DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN LATINOAMERICA. LAS ESTIMACIONES RESPECTO A LAS DIMENSIONES DE ESTA CONCENTRACION VARIAN DE TRES A OCHO MILLONES (DE UNA POBLACION GENERAL DE UNOS 150 MILLONES DE HABITANTES). LA MAYORIA DE LOS ARABES DE BRASIL SON DE ORIGEN SIRIO-LIBANES, Y SE CONCENTRAN EN LAS ZONAS DEL SUR DEL PAIS (ESTADOS DE RIO GRANDE DO SUL, SAO PAULO, PORTO ALEGRE, PARANA). DE ENTRE ESTOS, SEGUN OTRAS ESTIMACIONES, ALREDEDOR DE 2 MILLONES SON MUSULMANES, Y EL RESTO CRISTIANOS, EN PARTE MARONITAS (ALGUNOS DE LOS CUALES REVELAN SIMPATIA RESPECTO A ISRAEL). ASIMISMO, EXISTE UNA COMUNIDAD PALESTINA DE VARIAS DECENAS DE MILES DE MIEMBROS. A PESAR DE SUS RELATIVAMENTE REDUCIDAS DIMENSIONES, LA COMUNIDAD PALESTINA SOBRESALE POR SUS ACTIVIDADES SOCIALES Y POLITICAS.

24. COMO EN ARGENTINA, TAMBIEN EN BRASIL LOS PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES SE HAN INTEGRADO EN TODOS LOS TERRENOS DE LA VIDA, Y SE PUEDE HALLAR A SUS REPRESENTANTES EN PUESTOS DE PRIMER ORDEN DE LA SOCIEDAD Y DEL SISTEMA POLITICO LOCAL, COMO EL EX MINISTRO DEL EXTERIOR REZEK, Y EL EX MINISTRO DE FINANZAS Y PLANIFICACION, PAULO HADDAD, EL MINISTRO DE SALUD JAMIL HADDAD, Y OTROS ALTOS FUNCIONARIOS DEL ESTABLISHMENT FEDERAL Y POLITICO.

25. TAMBIEN EN BRASIL ACTUAN FILIALES LOCALES DE LAS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS DE LAS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS ARABES EN LATINOAMERICA, FEARAB Y COPLAC (INCLUYENDO LAS INSTITUCIONES SANAUD QUE COMENZARON A ACTUAR EN BRASIL EN 1983). CABE SENALAR QUE LA JEFATURA CENTRAL DEL COPLAC ESTA UBICADA EN LA CIUDAD NATAL, EN EL NORESTE DE BRASIL, Y QUE ESTA DIRIGIDA POR HANNA SAPHIE. LAS ORGANIZACIONES DE LA COMUNIDAD REALIZAN ACTOS Y CONGRESOS DE IDENTIFICACION CON PAISES ARABES Y CON LA OLP, EFECTUAN DONACIONES Y ACTUAN PARA RECLUTAR FONDOS PARA LA ORGANIZACION. ESTAS ORGANIZACIONES HAN EXPRESADO APOYO A IRAK EN EL TRANSCURSO DE LA CRISIS DEL GOLFO.

26. DEBIDO AL VOLUMEN Y AL PESO ESPECIFICO DE LA COMUNIDAD ARABE EN BRASIL, EL FEARAB Y EL COPLAC GOZAN DE UNA CONSIDERABLE INFLUENCIA SOBRE FIGURAS DEL SISTEMA POLITICO Y LA FORMACION DE LA OPINION PUBLICA. EN EL TERRENO CONCRETO, ESTA INFLUENCIA TIENE SU EXPRESION EN LA ACTIVIDAD DEL LOBBY ARABE (QUE GOZA DEL APOYO DE LOS PARTIDOS DE IZQUIERDA), Y QUE TRATA DE INFLUIR SOBRE LA ADMINISTRACION A FAVOR DEL RECONOCIMIENTO DE UN 'ESTADO' PALESTINO Y LA APERTURA DE UNA OFICINA OFICIAL DE LA OLP EN BRASIL. ADEMAS, ESTE LOBBY ACTUA FRENTE AL MINISTERIO LOCAL DEL EXTERIOR, PARA QUE ESTE DEMANDE POR CANALES DIPLOMATICOS FRENTE A ISRAEL LA LIBERACION DE LA TERRORISTA LAMYA MARUF (DUENA DE CIUDADANIA BRASILERA), QUE SIRVE UNA CONDENA EN ISRAEL POR SU INTERVENCION EN ACTOS TERRORISTAS (ENTRE OTROS ATENTADOS, ESTUVO INVOLUCRADA EN EL ASESINATO DEL SOLDADO DAVID MANOS EN 1984). LAS ORGANIZACIONES ARABES DE BRASIL HAN OBTENIDO EN LOS ULTIMOS ANOS EXITO EN EL TERRENO PROPAGANDISTICO, POR EJEMPLO: LA IMPOSICION DEL NOMBRE ESTADO DE PALESTINA A UNA PLAZA EN LA CIUDAD DE SAO PAULO, EN ABRIL DE 1992. SIN EMBARGO, SE DEBE SUBRAYAR QUE LA INFLUENCIA DE QUE GOZA LA COMUNIDAD ARABE LOCAL, NO SE CONCRETIZA EN EL TEMA ISRAELI, PUESTO QUE SU POSICION BASICA RESPECTO A ISRAEL ES POR LO GENERAL DE UNA VIRTUAL INDIFERENCIA.

27. LAS ORGANIZACIONES DE LA COMUNIDAD ARABE MANTIENEN, COMO YA SE HA EXPRESADO, ESTRECHAS RELACIONES CON LA OLP, MEDIANTE EL REPRESENTANTE DE LA ORGANIZACION, AHMED SUBEH, CON SEDE EN BRASILIA, EN EL MARCO DE LAS OFICINAS DE LA LIGA ARABE EN EL LUGAR. EL PRIMER REPRESENTANTE DE LA OLP LLEGO A BRASIL EN 1971, Y LA ACTIVIDAD DE LA ORGANIZACION SE INCREMENTO ENTRE LOS ANOS 1979 Y 1989, DURANTE EL DESEMPENO DE FARID SAWWAN COMO REPRESENTANTE DE LA ORGANIZACION.

28. ADEMAS DE LAS DOS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS CENTRALES CITADAS, ACTUAN EN BRASIL DECENAS DE ORGANIZACIONES VINCULADAS CON LA COMUNIDAD ARABE, COMO POR EJEMPLO:-

A. LA ASOCIACION DE MAESTROS BRASILEROS DE ORIGEN ARABE (CREADA EN RIO DE JANEIRO EN FEBRERO DE 1990)

B. UN GRUPO PARLAMENTARIO ARABE-BRASILERO

C. ASOCIACION PALESTINA-ARABE-BRASILERA (CON CENTRO EN BRASILIA)

D. COMITES PALESTINA DEMOCRATICA

E. ORGANIZACAO DA JOVENTUDE PALESTINA

F. COMITE DA MULHER PALESTINA

G. COMITE DA SOLIDARIDADE AO POVO PALESTINO, FUNDADO A COMIENZOS DE LA DECADA DE 1980.

H. CONSELHO REGIONAL ARABE-PALESTINO, QUE CONCENTRA LA ACTIVIDAD DE LAS ORGANIZACIONES ARABES EN EL SUR DE BRASIL.

I. LA LIGA ARABE PALESTINA BRASILERA EN CAMPO GRANDE, ENCABEZADA POR OMAR FARES SOLEIMAN SBITAR.

29. DURANTE LOS ULTIMOS ANOS SOBRESALE EL AUMENTO DE LA ACTIVIDAD ARABE EN EL SUR DE BRASIL (ESTADOS DE PARANA Y SANTA CATERINA). ADEMAS DE LA ACTIVIDAD DE LA COMUNIDAD CHIITA EN EL LUGAR, SE HA PRODUCIDO ALLI EN LA ULTIMA DECADA UN GRAN NUMERO DE ORGANIZACIONES COMUNITARIAS Y POLITICAS.

30. EN EL ESTADO DE PARANA:-

A. EL COMITE DE APOYO Y SOLIDARIDAD CON LOS PALESTINOS Y LOS LIBANESES, EN NARINGA. FUNDADO EN AGOSTO DE 1982. UNO DE SUS LIDERES ES JOSE GIL DE ALMEIDA, MILITANTE DEL PARTIDO DE LOS TRABAJADORES (PT). SEGUN VARIOS INFORMES, ESTE COMITE GOZA DEL APOYO LIBIO, E INCLUSO POSEE ARMAS.

B. EL COMITE BRASILERO DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PALESTINO Y LIBANES, EN LONDRINA. FUNDADO EN SEPTIEMBRE DE 1982.

C. EL COMITE DE LA MUJER PALESTINA, EN FOZ DO IGUACU, FUNDADO EN MAYO DE 1990. EL 2 DE ENERO DE 1990 ESTE COMITE EFECTUO UN DESFILE PARA CELEBRAR EL DIA INTERNACIONAL DEL NINO, CON LA PARTICIPACION DE 100 NINOS PALESTINOS.

D. EL COMITE PALESTINO EN FOZ DO IGUACU.

E. LA ASOCIACION ARABE-PALESTINA-BRASILERA, EN FOZ DO IGUACU. EL PRESIDENTE ES OTHOMAN ARAFAT. UN EJEMPLO DE LAS ACTIVIDADES DE ESTA ORGANIZACION ESTA DADO POR LAS CELEBRACIONES DEL DIA DEL FOLKLORE PALESTINO. EN 1990, APARECIERON EN EL MARCO DE ESTAS CELEBRACIONES UN CONJUNTO FOLKLORICO DE NOMBRE 'INTIFADA', CON DANZAS, HUBO UNA EXPOSICION DE TRAJES TRADICIONALES Y DE CARTELES Y TRABAJOS PALESTINOS HECHOS A MANO. EN EL SUCESO PARTICIPARON UNOS 500 INTEGRANTES DE LA COMUNIDAD ARABE LOCAL.

F. EL COMITE DE SOLIDARIDAD CON LOS PALESTINOS Y LIBANESES EN CURITIBA.

31. <u>SANTA CATARINA Y RIO GRANDE DO SUL</u>:-

A. LA ASOCIACION ARABE-BRASILERA DE BENEFICIENCIA, EN LIVRAMENTO Y EN VILA DO CHUI.

B. LA ASOCIACION PALESTINA DE RIO GRANDE DO SUL, EN SAO LEOPOLDO.

C. LA ASOCIACION ARABE-PALESTINA, CON FILIALES EN URUGUAIANA, SANTA ROSA, SANTA MARIA Y PORTO XAVIER.

D. EL COMITE DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PALESTINO EN PELOTAS.

32. <u>EN EL ESTADO DE GOIANA (AL SUR DE BRASILIA)</u>:-

A. EL CONGRESO POPULAR ARABE-BRASILERO DE CULTURA (DIRIGIDO POR AJUAD AL JANABRI).

B. LA COMISION DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO ARABE IRAQUI

C. LA ASOCIACION DE BENEFICIENCIA ARABE-PALESTINA, DIRIGIDA POR ALI MUHAMMAD FAYAD EL-SAID.

33. EN CUANTO A LA <u>COMUNIDAD CHIITA</u>, ESTA INCLUYE UNAS 7.000 PERSONAS, Y SE CONCENTRA EN LA ZONA DEL TRIANGULO FRONTERIZO ENTRE BRASIL, PARAGUAY Y ARGENTINA, EN LA CIUDAD DE <u>FOZ DO IGUACU</u>, Y EN LA CIUDAD PARAGUAYA <u>CIUDAD DEL ESTE</u> (EX PUERTO STROESSNER), PROXIMA A LA ANTERIOR. EL PRECARIO CONTROL DE LOS PASOS FRONTERIZOS, Y LA POLITICA LIBERAL ASUMIDA POR AMBOS PAISES EN LO RELATIVO AL PASO DE LA FRONTERA, PERMITEN UNA CIRCULACION CASI LIBRE DE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD CHIITA DESDE EL TERRITORIO PARAGUAYO AL DE BRASIL, Y EN SENTIDO CONTRARIO. UNA PARTE DE LOS CHIITAS EN ESTA ZONA SON INMIGRANTES LEGALES (EN SU MAYORIA LLEGARON DE EL LIBANO DESPUES DE 1975, Y OTRA OLA LLEGO DESPUES DEL OPERATIVO PAZ PARA GALILEA, EN 1982), Y ALGUNOS LLEGARON COMO INMIGRANTES ILEGALES (GENERALMENTE LLEGAN PRIMERO A PARAGUAY Y DE ALLI PASAN ILEGALMENTE A BRASIL).

34. LA ORGANIZACION DE LOS INMIGRANTES CHIITAS DE EL LIBANO EN ESTA REGION SE INICIO EN 1983, ESPECIALMENTE DESPUES DEL ENVIO DEL FUNCIONARIO DE LA RELIGION, MOHAMMED TAGHI TABATABAIE EINAKI, DE IRAN, QUE CONCENTRO SUS ACTIVIDADES EN FOZ Y EN CURITIBA. OFICIALMENTE, ESTE SACERDOTE LLEGO PARA SUPERVISAR LA MATANZA DE AVES SEGUN LOS PRECEPTOS ISLAMICOS, PERO, PARALELAMENTE SE OCUPO DE ACTIVIDADES POLITICAS, ORGANIZO DESFILES Y MANIFESTACIONES Y PREDICO LA DIFUSION DE LAS IDEAS DE LA REVOLUCION ISLAMICA, MIENTRAS SE PRESENTABA COMO REPRESENTANTE DE JUMEINI. ASIMISMO, SE OCUPO POR LO VISTO DE RECLUTAR JOVENES PARA CURSOS MILITARES EN IRAN, RECLUTO FONDOS PARA LA ADQUISICION DE ARMAS, Y SE INFORMO TAMBIEN QUE ACTUO PARA EL ESTABLECIMIENTO DE CELULAS TERRORISTAS ENTRE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD CHIITA LOCAL. EN ESTE CONTEXTO CABE MENCIONAR QUE ULTIMAMENTE LA TELEVISION IRANI INFORMO SOBRE UN GRUPO DE JOVENES BRASILEROS, MIEMBROS DEL 'HIZBALLAH', QUE LLEGO EN TREN DE PEREGRINAJE A IRAN, Y SE REUNIO CON ALTOS NIVELES DE LA CUPULA IRANI, QUIENES REITERARON ANTE LOS JOVENES LA NECESIDAD DE CONTINUAR COMBATIENDO CONTRA ISRAEL HASTA SU DESTRUCCION, Y DE DIFUNDIR LAS IDEAS DE LA REVOLUCION ISLAMICA 'HASTA LA VICTORIA FINAL'.

35. LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD CHIITA DE LA REGION SON EN SU MAYORIA JOVENES, EMPLEADOS EN TRABAJOS TEMPORARIOS (AUXILIARES) MIENTRAS ESPERAN GESTIONAR SU PRESENCIA EN BRASIL (O EN PARAGUAY) DE MODO LEGAL. NO ESCONDEN SU ODIO A ISRAEL, ESTADOS UNIDOS Y GRAN BRETANA. UNA PARTE DE ESTOS JOVENES INCLUSO HA EXPRESADO SU NOSTALGIA POR LA ATMOSFERA BELICA EXISTENTE EN EL MEDIO ORIENTE, Y QUE SE ABURREN POR LA FALTA DE ACCION QUE CARACTERIZA A SUDAMERICA. EN EL SENO DE ESTOS JOVENES ACTUAN CELULAS DEL 'HIZBOLLAH', Y SE HA DEMOSTRADO QUE EXISTEN CONTACTOS ENTRE ESTOS FACTORES Y ELEMENTOS DEL 'HIZBOLLAH' EN EL LIBANO Y
EN IRAN. COMO LUGAR DE REUNION DE ESTOS JOVENES FUNCIONA LA 'HUSSEINA' (MEZQUITA CHIITA) DE LA CIUDAD FOZ DO IGUACU, ENCABEZADA HASTA EL ULTIMO PERIODO POR MOHSEN ALU HASSAN, QUE TIENE QUE SER REEMPLAZADO POR SAYED NOUR EL DIN EL HOUSEINI.

QUIEN LLEGARA PROXIMAMENTE DE IRAN.

36. CABE SENALAR QUE EN FOZ EXISTE POR LO VISTO TAMBIEN UNA PRESENCIA DEL MOVIMIENTO 'HAMAS', CUYO REPRESENTANTE MAS DESTACADO EN LATINOAMERICA (QUE RESIDE EN FOZ PERO TRABAJA EN PARAGUAY) ES KHALED TAKI EL-DIN.

37. ADEMAS DE ELLOS, Y PARALELAMENTE A LOS MISMOS, EXISTEN EN BRASIL NUMEROSAS MEZQUITAS, COMO LA DE RASOULALLA DE SAO PAULO. ESTAS MEZQUITAS MANTIENEN RELACIONES CON ARABIA SAUDI E IRAN. TAMBIEN EXISTE EN BRASIL UNA FILIAL DEL 'CENTRO INTERNACIONAL DE LA JUVENTUD MUSULMANA', Y EL CENTRO DE PREDICA ISLAMICA EN LATINOAMERICA (CON SEDE EN SAO PAULO, Y QUE TIENE OTRAS FILIALES EN LATINOAMERICA), ENCABEZADO POR EL JEQUE AHMAD EL-SAIFY, ACTIVO TAMBIEN EN EL MARCO DEL 'CENTRO ISLAMICO DE BRASIL'.

VENEZUELA

38. EN VENEZUELA RESIDE UNA COMUNIDAD ARABE, CUYO VOLUMEN SE ESTIMA ENTRE 100.000 A 300.000 PERSONAS, EN SU MAYORIA DE ORIGEN SIRIO, LIBANES Y PALESTINO (ESTOS ULTIMOS SON UNOS 50 A 60 MIL, DE ELLOS 20 MIL CIUDADANOS JORDANOS). A LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ARABE SE HAN SUMADO EN LA ULTIMA DECADA ESTUDIANTES QUE LLEGARON DEL MEDIO ORIENTE (SOBRE TODO DE EL LIBANO Y DE LOS 'TERRITORIOS'), QUE SE INTEGRAN EN LAS ACTIVIDADES COMUNITARIAS DE LOS PROCEDENTES DE PAISES ARABES MAS 'VETERANOS'.

39. COMO EN LOS OTROS PAISES LATINOAMERICANOS, TAMBIEN EN VENEZUELA LOS PROCEDENTES DE PAISES ARABES ACTIVAN MARCOS COMUNITARIOS. SE DEDICAN, SOBRE TODO LOS PALESTINOS, A UNA ENERGICA ACTIVIDAD PROPAGANDISTICA PARA ADELANTAR LOS INTERESES PALESTINOS, ORGANIZANDO DESFILES, MANIFESTACIONES, DIAS DE DEBATES Y CELEBRACIONES PARA CONMEMORAR SUCESOS IMPORTANTES PARA LA LUCHA PALESTINA. TODO ESTO SE REALIZA EN COOPERACION CON ORGANIZACIONES DE LA IZQUIERDA RADICAL COMO 'BANDERA ROJA', ORGANIZACION QUE MANTIENE ESTRECHAS RELACIONES CON LIBIA.

40. ADEMAS DE LAS FILIALES DE FEARAB Y COPLAC (EN LOS QUE ACTIVAN FACTORES DE LAS DISTINTAS FACCIONES DE LA OLP) SE PUEDE HALLAR VARIAS ORGANIZACIONES, VINCULADAS CON LOS PALESTINOS:-

A. 'EL CLUB ARABE-PALESTINO' EN CARACAS, ENCABEZADO POR MAHMUD ISSA, FUNDADO EN 1962 Y QUE POSEE FILIALES EN VARIOS ESTADOS, SIENDO LA FILIAL MAS IMPORTANTE LA DE LA CIUDAD DE VALENCIA, EN LA QUE SE HALLA LA MAYOR CONCENTRACION PALESTINA LOCAL.

B. 'ORGANIZACION DE LA JUVENTUD PALESTINA, EN EL ESTADO DE CARABOBO

C. 'ORGANIZACION DE ESTUDIANTES ARABES EN LA UNIVERSIDAD LOS ANDES', EN LA CIUDAD DE MERIDA, ENCABEZADA POR HANNI MUHAMMAD, EN CUYO MARCO SE DICTAN CURSOS PARA EL APRENDIZAJE DEL IDIOMA ARABE

D. 'LIGA DE AMISTAD VENEZUELA-PALESTINA', ENCABEZADA POR EL MIEMBRO DEL SENADO ADEL MUHAMMAD (SUS PADRES SON ORIGINARIOS DE NABLUS, QUE PERTENECE A L PRINCIPAL PARTIDO DE LA OPOSICION, COPEI, EL CITADO ES EL HOMBRE DE CONTACTO ENTRE SU PARTIDO Y LA OLP

E. ADEMAS, ACTUAN VARIOS CLUBES ARABES/PALESTINOS EN LOS ESTADOS DE GUARICO, YARACUY Y CARABOBO, Y UNA REPRESENTANCION DEL PARTIDO DEL PUEBLO SIRIO - PPS, CUYA FILIAL VENEZOLANA ESTA DIRIGIDA POR HALIL ZADA

F. UNA FILIAL DEL 'FRENTE MUNDIAL DE LIBERACION DE EL LIBANO' - ORGANIZACION DE EXILIADOS LIBANESES CRISTIANOS (QUE APOYAN A MICHEL AOUN), QUE SE ESTABLECIO RECIENTEMENTE, Y ACTUA PARA QUE LE SEA DEVUELTA LA SOBERANIA A TODO EL TERRITORIO LIBANES, ESPECIALMENTE MEDIANTE ACTIVIDADES DE ESCLARECIMIENTO CONTRA EL CONTROL SIRIO DEL PAIS.

41. LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD PALESTINA EN VENEZUELA MANTIENEN ESTRECHAS RELACIONES CON SUS PARIENTES EN EL MEDIO ORIENTE, Y SE PERCIBE UNA AMPLIA ACTIVIDAD, QUE SE VA INCREMENTANDO EN LOS ULTIMOS ANOS, DE LAS DIVERSAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS (ORGANIZACION DE HABASH, EL FATAJ, ABU NIDAL Y OTRAS). LA PRINCIPAL ACTIVIDAD DE LAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS EN VENEZUELA ESTA ORIENTADA PARA ADELANTAR LOS ESFUERZOS PROPAGANDISTICOS Y EL RECLUTAMIENTO DE FONDOS. ASI, POR EJEMPLO, EN VISPERAS DE LA CONFERENCIA DE MADRID, VISITO EN VENEZUELA UNA MISION, POR LO VISTO DE GENTE DE HABASH, QUE ACTUO PARA EXPLICAR LA OPOSICION DE LA ORGANIZACION AL PROCESO DE PAZ EN SU ACTUAL VERSION. EN EL TERRENO DEL RECLUTAMIENTO DE FONDOS, CABE SENALAR QUE EN EL TRANSCURSO DE 1990 LA OLP REALIZO UN CENSO DE LA POBLACION PALESTINA EN VENEZUELA, EN CUYO TRANSCURSO SE PROPUSO A LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD EQUIPARSE CON 'DOCUMENTO DE IDENTIDAD PALESTINA' A CAMBIO DE 100-120 DOLARES.

42. SE DESARROLLAN TAMBIEN ACTIVIDADES PARA RECLUTAR PERSONAL PARA LAS FILAS DE LAS DIVERSAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS ENTRE LOS JOVENES DEL LUGAR, ESPECIALMENTE HIJOS DE INMIGRANTES PALESTINOS, NACIDOS EN VENEZUELA. ESTO SE SUMA A LOS ESFUERZOS POR RECLUTAR A JOVENES NACIDOS EN EL MEDIO ORIENTE QUE HAN LLEGADO A VENEZUELA POR DIVERSOS MOTIVOS (SOBRE TODO PARA ESTUDIAR).

43. LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL TIENEN UN REPRESENTANTE EN EL CONSEJO NACIONAL PALESTINO, NAYID MUSTAFA, QUE ES PROFESOR DE ECONOMIA EN EL ESTADO DE CARABOBO.

44. EN EL TERRENO DE LA <u>ACTIVIDAD ISLAMICA</u>, SE ESTA COMPLETANDO EN CARACAS LA CONSTRUCCION DE LA MEZQUITA MAS GRANDE DE LATINOAMERICA (3.500 LUGARES). EL PROYECTO ES FINANCIADO POR ARABIA SAUDITA (FONDO IBRAHIM IBN ABD EL-AZIZ', QUE PERTENECE A LA FAMILIA REAL SAUDI Y CONSTRUYE MEZQUITAS TAMBIEN EN OTROS LUGARES DEL MUNDO OCCIDENTAL), Y TAMBIEN SE PLANEA LA CONSTRUCCION DE 'MADRESA', ESCUELA DE ESTUDIOS ISLAMICOS. TODO ESTO, EN EL MARCO DEL CENTRO ISLAMICO EN CARACAS, DIRIGIDO POR

HASSAN FADAL MAYZOUB, Y QUE ACTUA CON LA ORIENTACION Y FINANCIACION SAUDITAS. CABE SUBRAYAR QUE FACTORES LIBIOS E IRANIES TRATAN DE INFILTRARSE E INFLUIR EN EL CARACTER DE LAS ACTIVIDADES DE ESTOS CENTROS.

45. EL CENTRO DE LA ACTIVIDAD ISLAMICA EN VENEZUELA SE ENCUENTRA EN LA ISLA DE MARGARITA - ESTADO NUEVA ESPARTA, EN LA QUE VIVE UNA COMUNIDAD CHIITA RELATIVAMENTE GRANDE (ENTRE 2.000 Y 3.000 PERSONAS), EN PARTE SIMPATIZANTES, E INCLUSO MILITANTES, DEL HIZBALLAH. EN LA ISLA, COMO EN LA PARTE CONTINENTAL DE VENEZUELA, EXISTE UNA INFRAESTRUCTURA DEL HIZBALLAH. EN LA CIUDAD DE PORLAMAR, EN LA ISLA, ACTUA EL 'CENTRO SUR DE LIBANO. TAMBIEN SE INFORMO SOBRE LA CONSTRUCCION DEL CLUB ISLAMICO EN LA LOCALIDAD JUAN ERIEGO, EN LA ISLA.

46. CABE SENALAR QUE LOS IRANIES ESTAN INVOLUCRADOS EN ACTIVIDADES ISLAMICAS/CHIITAS EN VENEZUELA. EN ESTE MARCO SE HA ENVIADO ULTIMAMENTE A LA ISLA MARGARITA UN FUNCIONARIO RELIGIOSO DE IRAN QUE ACTUA EN LA ISLA Y EN EL CENTRO ISLAMICO EN CARACAS (AUNQUE ESTA BAJO INFLUENCIA Y ORIENTACION DE ARABIA SAUDI). NO OBSTANTE, LOS IRANIES TRATAN DE OCULTAR SU PARTE EN ESTAS ACTIVIDADES Y, POR LO MENOS EXTERIORMENTE, TRATAN DE INVESTIRLE UN CARACTER EXCLUSIVAMENTE ISLAMICO, SIN CARACTERISTICAS POLITICAS.

47. SE PUEDE HALLAR CENTROS ISLAMICOS, CASAS DE ORACION, CLUBES Y ESCUELAS EN LAS QUE SE ESTUDIA EL CORAN, EN LOS ESTADOS DE ARAGUA Y CARABOBO (EN LA CIUDAD DE VALENCIA). TAMBIEN SE SABE SOBRE LA EXISTENCIA DE UNA ORGANIZACION JUVENIL ISLAMICA - 'LA JUVENTUD ARABE-ISLAMICA PROGRESISTA', QUE ACTUA CON EL PATROCINIO DEL CENTRO ISLAMICO DE CARACAS.

48. CABE SUBRAYAR QUE TAMBIEN EN VENEZUELA SE HA DETECTADO EL FENOMENO DE CONVERSION AL ISLAM DE CIUDADANOS VENEZOLANOS CRISTIANOS, INCLUYENDO A VENEZOLANOS QUE NO PERTENECEN A LA COMUNIDAD ARABE.

MEXICO

49. LA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN MEXICO (NO HAY DATOS EXACTOS EN NUMEROS) ESTA COMPUESTA SOBRE TODO POR CRISTIANOS MARONITAS PROCEDENTES DE EL LIBANO. TAMBIEN HAY UNA COMUNIDAD MUSULMANA, UNA PEQUENA COMUNIDAD ASIRIA (QUE SE EVADIO DE IRAK), UNA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE IRAK (ENCABEZADA POR ULISES CASSAB RUEDA), Y PALESTINOS. EN MEXICO HAY FILIALES DE LA FEARAB Y DE LA COPLAC (DIRIGIDA POR JAMIL NAZZAL), Y ENTRE OTROS, EL 'CENTRO CULTURAL MEXICANO LIBANES', ENCABEZADO POR ANTONIO TRABULSE KAIM, Y UNA FILIAL DE LA UNIDAD LIBANESA MUNDIAL.

50. EN CUANTO A LA ACTIVIDAD ISLAMICA, DURANTE LOS ULTIMOS ANOS SE PERCIBE UN ASCENSO EN EL NUMERO DE INTENTOS PARA ORGANIZAR LA VIDA DE LOS CREYENTES MUSULMANES, ESPECIALMENTE SUNITAS, EN EL PAIS (A PESAR DE SER RELATIVAMENTE POCOS) Y DE ALENTAR LA DIFUSION DEL ISLAM. LLEGAN CONSTANTEMENTE SACERDOTES RELIGIOSOS Y ESTUDIANTES DESDE IRAN, Y TAMBIEN EXISTE UNA ACTIVIDAD COORDINADA DE LOS EMBAJADORES DE PAISES MUSULMANES EN MEXICO CON EL OBJETIVO DE IMPULSAR EL ISLAM. DE ESTA MANERA, POR INICIATIVA DE VARIOS EMBAJADORES DE PAISES MUSULMANES (PAKISTAN, ARABIA SAUDI, IRAN, EGIPTO, IRAK Y MARRUECOS), Y CON LA FINANCIACION DE SUS PAISES - SOBRE TODO DE IRAN - SE COMENZO EN SEPTIEMBRE DE 1991 LA PROMOCION DE UN PROYECTO PARA LA CONSTRUCCION DE UNA GRAN MEZQUITA EN MEXICO CITY, QUE INCLUIRA TAMBIEN UN CENTRO DE ESTUDIOS ISLAMICOS (DE NOMBRE: 'AL-KUDS').

51. COMO PARTE DEL ESFUERZO PARA IMPULSAR EL ISLAM EN MEXICO, EN SEPTIEMBRE DE 1991 SE REGISTRO AL ISLAM COMO RELIGION CON STATUS LEGAL (LO CUAL ES EXIGIDO POR LA LEY LOCAL), Y ADEMAS IRAN TIENE EL PROPOSITO DE CONVERTIR A MEXICO EN EL CENTRO DE LA ACTIVIDAD IRANI PARA LA DIFUSION DEL ISLAM EN EL CONTINENTE. EN EL MARCO DE ESTA TENDENCIA FACTORES IRANIES HAN ESTABLECIDO YA EL 'INSTITUTO SUPERIOR LATINOAMERICANO MUSULMAN - 'ISLAM', CON SEDE EN MEXICO CITY.

52. TAMBIEN SE SABE SOBRE UN CENTRO ISLAMICO ACTIVO EN LA CIUDAD TORREON, Y SOBRE LA INTENCION (ACTUALIZADO A MEDIADOS DE 1991) DE ABRIR UN CENTRO ISLAMICO EN LA CIUDAD COLIMA, ADONDE DEBIAN LLEGAR 50 IRANIES A EFECTOS DE PONER EN FUNCIONAMIENTO EL CENTRO, ASI COMO SOBRE UNA MEZQUITA SUNITA CUYA UBICACION NO ES CONOCIDA, QUE SE HA CONSTRUIDO EN LOS ULTIMOS ANOS CON FINANCIACION SAUDITA.

PARAGUAY

53. LAS PRINCIPALES CONCENTRACIONES DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES (SOBRE TODO DE SIRIA Y EL LIBANO) EN PARAGUAY SE HALLAN EN ASUNCION , CIUDAD DEL ESTE (DONDE ADEMAS DE LA COMUNIDAD TRADICIONAL DE ORIGINARIOS DE PAISES ARABES EXISTE TAMBIEN LA PRESENCIA DE LIBANESES CHIITAS SOBRE LOS QUE SE HA INFORMADO AMPLIAMENTE EN EL CAPITULO DEDICADO A BRASIL) Y EN LA CIUDAD PEDRO JUAN CABALLERO. LA COMUNIDAD ARABE LOCAL ESTA INTEGRADA EN TODOS LOS TERRENOS DE LA VIDA EN EL PAIS. SIN EMBARGO, CONTRARIAMENTE A OTROS PAISES LATINOAMERICANOS, GENERALMENTE NO INTERVIENEN DE MODO DIRECTO EN LA POLITICA, AUNQUE ALGUNOS DE ELLOS TIENEN BUENAS RELACIONES PERSONALES CON POLITICOS (EL VICEMINISTRO DE INDUSTRIA Y COMERCIO, RUBEN FADLALA, QUE ES DE ORIGEN ARABE, ES UNA EXCEPCION). ALGUNOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD CONTROLAN ALGUNOS IMPORTANTES PERIODICOS, E INCLUSO UN CANAL DE TELEVISION. EL ASISTENTE DEL PRESIDENTE DE PARAGUAY PARA ASUNTOS CONECTADOS CON LOS MEDIOS DE COMUNICACION, GUILLERMO JALUF, ES MIEMBRO DE LA COMUNIDAD ARABE LOCAL.

54. LA COMUNIDAD ARABE TIENE VARIAS ORGANIZACIONES COMUNITARIAS:-

A. EL CLUB SIRIO DE LA CIUDAD DE ASUNCION

B. FILIAL DE LA FEARAB, ENCABEZADA POR JAMIL SAFUAN. LA FILIAL DE LA FEARAB NO TIENE SEDE PROPIA Y SUS REUNIONES Y ACTIVIDADES SE DESARROLLAN EN CASAS DE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD LOCAL O EN EL CLUB SIRIO. ULTIMAMENTE LA FEARAB ORGANIZO UNA SERIE DE SUCESOS Y CONFERENCIAS PARA

CONMEMORAR EL 500 ANIVERSARIO DEL DESCUBRIMIENTO DE AMERICA. EN LOS CITADOS SUCESOS SE TRATO LA PARTICIPACION DE LOS ARABES EN EL DESARROLLO DEL CONTINENTE. LA ACTIVIDAD DE LA ORGANIZACION ESTA FINANCIADA PARCIALMENTE POR ARABIA SAUDI.

C. LA ESCUELA PRIVADA REPUBLICA DE SIRIA (FUNDADA EN 1991), EN LA QUE ESTUDIAN SOBRE TODO MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ARABE LOCAL

D. 'ASOCIACION DE JOVENES LIBANESA-PARAGUAYA' EN CIUDAD DEL ESTE, FUNDADA EN FEBRERO DE 1992 Y CUYOS PLANES INCLUYEN EL ESTABLECIMIENTO DE UNA ESCUELA PARA JOVENES, UN HOSPITAL, UN CLUB SOCIAL Y UNA ESCUELA DE IDIOMAS.

55. CABE SUBRAYAR QUE PARALELAMENTE AL CRECIMIENTO DE LA COMUNIDAD CHIITA EN LA REGION DEL TRIANGULO FRONTERIZO ENTRE PARAGUAY, ARGENTINA Y BRASIL, SE PERCIBE TAMBIEN UNA MAYOR ACTIVIDAD DE LA COMUNIDAD ARABE VETERANA', QUE A VECES COOPERA CON LA COMUNIDAD CHIITA QUE LLEGO HACE POCO. EN ESTE MARCO SE INFORMO SOBRE CASOS DE 'RETORNO A LAS RAICES' DE ALGUNOS MIEMBROS VETERANOS DE LA COMUNIDAD). EN RELACION A ESTE TEMA, CABE MENCIONAR LA CEREMONIA (SEPT.92') DE PUESTA DE LA PIEDRA FUNDAMENTAL PARA EL ESTABLECIMIENTO DE UN CENTRO ISLAMICO EN CIUDAD DEL ESTE. SE TRATA DE UN COMPLEJO GIGANTESCO IMPULSADO POR LA 'ASOCIACION DE BENEFICIENCIA ISLAMICA DE PARAGUAY'. TAMBIEN SE INFORMO SOBRE UN EMPEORAMIENTO DE LAS RELACIONES ENTRE LA COMUNIDAD ARABE VETERANA Y LA COMUNIDAD JUDIA LOCAL, RELACIONES QUE SE CARACTERIZABAN TRADICIONALMENTE POR LA AMISTAD Y EL RESPETO MUTUO.

PERU

56. EN PERU EXISTE UNA COMUNIDAD DE ALGUNOS MILES DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES, EN SU MAYORIA PALESTINOS, ORGANIZADOS EN EL MARCO DE LA FEDERACION PALESTINA DE PERU. ADEMAS, ACTUA EN PERU UNA FILIAL DE LA COPLAC (EL SEGUNDO CONGRESO GENERAL DE LA ORGANIZACION SE EFECTUO EM JUNIO DE 1987

EN LIMA, CON LA PARTICIPACION DE 200 DELEGADOS DE LOS PAISES DEL CONTINENTE). LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL TIENE A SU DISPOSICION UN CLUB CON PISCINA, INSTALACIONES DEPORTIVAS Y CLUBES DE APUESTAS, DE LOS MAS GRANDES EXISTENTES EN EL PAIS. EN LIMA ACTUA TAMBIEN EL INSTITUTO DE ESTUDIOS ISLAMICOS - 'IEI'.

57. DESDE 1975 ACTUA EN PERU UNA OFICINA DE LA OLP, HOY EN DIA ENCABEZADA POR SABRI ATIAH (QUE LLEGO EN LA PRIMERA MITAD DE 1992). LA OFICINA SE OCUPA DEL RECLUTAMIENTO DE DONACIONES PARA LOS INTERESES PALESTINOS, Y EN EFECTO ALGUNOS DE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD (UAN MINORIA) REALIZAN UN PAGO MENSUAL AL FONDO DE LA INTIFADA. LAS DIVERGENCIAS INTERNAS ENTRE LAS DISTINTAS ORGANIZACIONES QUE COMPONEN LA OLP HAN AFECTADO EN EL PASADO LA DISPOSICION DE LA COMUNIDAD PARA DONAR FONDOS DESTINADOS A LOS INTERESES PALESTINOS. TAMBIEN RESIDEN EN PERU VARIOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ASIRIA, QUE HABIAN HUIDO DE IRAK.

CHILE

58. EN CHILE VIVEN UNOS 400.000 HABITANTES DE ORIGEN ARABE (SEGUN ALGUNAS ESTIMACIONES SE TRATA DE MEDIO MILLON), DE LOS CUALES 350.000 SON DE ORIGEN PALESTINO. LA MAYORIA DE LOS ARABES DE CHILE LLEGARON A ESTE PAIS DESFUES DEL ESTABLECIMIENTO DEL ESTADO DE ISRAEL Y DESPUES DE LA GUERRA DE LOS SEIS DIAS. PROCEDEN DE BELEN, BET SAHUR, BET G'ALA Y RAMALLAH. ESTA COMUNIDAD SOBRESALE POR SU RAMIFICADA ACTIVIDAD Y POR SU CONSIDERABLE INFLUENCIA EN EL SISTEMA POLITICO LOCAL, MEDIANTE SUS SOLIDAS RELACIONES CON EL PARTIDO SOCIALISTA. HAY MIEMBROS DE LA COMUNIDAD INTEGRADOS EN EL SISTEMA POLITICO, Y SE LOS PUEDE HALLAR EN EL PARLAMENTO Y EN LA ADMINISTRACION DEL GOBIERNO. ESTA INFLUENCIA ES EXPLOTADA POR LA COMUNIDAD PARA ADELANTAR LOS INTERESES ARABES, Y SOBRE TODO EL STATUS DE LA OLP, MIENTRAS SU PRINCIPAL OBJETIVO, POR AHORA, ES QUE EL GOBIERNO CHILENO RECONOZCA OFICIALMENTE A LA OLP COMO EL 'ESTADO PALESTINO'. ULTIMAMENTE EL MINISTERIO CHILENO DEL EXTERIOR APROBO LA APERTURA DE UNA OFICINA PALESTINA DE PROPAGANDA, QUE SERA ENCABEZADA POR HUSSEIN ABD EL-ALK, HOMBRE DE LA OLP.

59. COMO EN LOS DEMAS PAISES LATINOAMERICANOS, TAMBIEN EN CHILE ACTUAN ORGANIZACIONES COMUNITARIAS:-

A. FILIAL DEL FEARAB-CHILE, DIRIGIDA POR FRANCISCO JARUFE. EN LA ORGANIZACION SE HAN REVELADO DISCREPANCIAS, Y DESDE NOVIEMBRE DE 1991 SE HA PRODUCIDO EN LA MISMA UNA DIVISION INTERNA. ENCABEZA LA FACCION SALIENTE DEL FEARAB-CHILE YASMIN HEVIA CHARAD. LA ORGANIZACION EDITA UNA PUBLICACION: 'FEARAB-CHILE INFORMA'

B. LA FILIAL LOCAL DE LA COPLAC, ENCABEZADA POR NELSON HADDAD HERASI

C. UGEP 'LA UNIDAD GENERAL DE LOS ESTUDIANTES PALESTINOS', DIRIGIDA POR DANIEL JADUE, QUE ACTUA EN SANTIAGO Y TIENE FILIALES TAMBIEN EN VINA DEL MAR, CHILLAN Y LA SERENA. LA ORGANIZACION EDITA LA 'REVISTA PALESTINA', QUE SE DIFUNDE EN LAS UNIVERSIDADES, Y QUE CONTIENE COMENTARIOS SOBRE LA CUESTION PALESTINA. ESTA ORGANIZACION, UNA DE LAS MAS ACTIVAS ENTRE LOS ARABES DE CHILE, HA FUNDADO TAMBIEN LA 'ORGANIZACION DE LA JUVENTUD PALESTINA', PARA RENOVAR ALGUNAS ORGANIZACIONES JUVENILES PALESTINAS (COMO LA 'JUVENTUD DEL ESTADIO PALESTINO' Y LA 'FEDERACION DE LA JUVENTUD PALESTINA', QUE HABIAN CESADO SUS ACTIVIDADES EN LOS ULTIMOS ANOS

D. ASIMIMO, LOS ARABES DE CHILE TIENEN UNA ESCUELA ('COLEGIO PALESTINO') Y UN CLUB DEPORTIVO, UN ESTADIO, UNA CASA CULTURAL, UNA ORGANIZACION DE COMERCIANTES DE ORIGEN ARABE, ETC. LA COMUNIDAD LOCAL TAMBIEN EDITA LA PUBLICACION 'MUNDO ARABE', Y EN EL MARCO DE LA ESTACION DE RADIO 'PANAMERICANA' PATROCINA UN PROGRAMA LLAMADO 'LA VOZ DE PALESTINA', BAJO LA DIRECCION DE FUAD MABASH ANSARA.

60. LOS ARABES DE CHILE MANTIENEN ESTRECHAS RELACIONES CON LA OLP, Y SU COMUNIDAD SIRVE COMO CENTRO DE CONGRESOS PARA LA COMUNIDAD ARABE DEL CONTINENTE. LA COMUNIDAD ARABE DE CHILE - Y EN PARTICULAR LA PALESTINA - DESEA RECIBIR EL STATUS DE

'CONDUCCION' DE LA COMUNIDAD ARABE LATINOMERICANA. LA COMUNIDAD TIENE CUATRO MIEMBROS EN EL CONSEJO NACIONAL PALESTINO: FRANCIS SHOMALY, RITA HAZBOUN, NANCY LOLAS Y YABER JOUSSEF EL WANNI (REPRESENTANTE DEL 'FRENTE POPULAR DE HABASH). SEGUN OTROS INFORMES, TAMBIEN PERTENECEN AL CNP CARLOS DUGHMAN Y NICOLAS ABUMOHOR. LA COMUNIDAD PALESTINA EFECTUA CAMPANAS DE RECOLECCION DE FONDOS PARA LOS HABITANTES DE LOS 'TERRITORIOS', Y EN ESTE MARCO SE REUNEN ANUALMENTE CIENTOS DE MILES DE DOLARES QUE SE TRASLADAN POR MEDIO DE LA OLP A LA MARGEN OCCIDENTAL, SOBRE TODO A LAS CIUDADES DE ORIGEN DE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD.

61. DESDE COMIENZOS DE 1991 ACTUA EN CHILE UNA OFICINA NO OFICIAL DE LA OLP. LA OFICINA FUE ABIERTA POR JERIS AL-ATRASH, PERO DEBIDO A CONFLICTOS CON LA COMUNIDAD LOCAL, FUE REEMPLAZADO POR HUSSEIN ABD-ALKHALAK. LA OFICINA EDITA UN QUINCENARIO LLAMADO 'OLP - BOLETIN INFORMATIVO'. ASIMISMO, LA OFICINA DE LA OLP EN CHILE PROMOVIO LA CREACION DE UN CENTRO DE ESTUDIOS PALESTINOS EN LA CAPITAL, SANTIAGO, EN EL QUE INTELECTUALES CHILENOS Y MIEMBROS DE LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL SE DEDICARAN A REALIZAR
INVESTIGACIONES SOBRE EL PROBLEMA PALESTINO.

62. JUNTO A LA OFICINA DE LA OLP ACTUA UNA OFICINA DE PROPAGANDA DE LA OLP, ENCABEZADA POR ROBERTO BISHARA. ESTA OFICINA DIFUNDE ARTICULOS DE LA AGENCIA PALESTINA DE NOTICIAS WAFA, Y EDITA UN QUINCENARIO LLAMADO 'AS-SALAM', QUE CONSTITUYE UNA PUBLICACION OFICIAL DE LA FEDERACION PALESTINA DE CHILE.

63. ULTIMAMENTE AUMENTAN LAS NOTICIAS SOBRE INTENTOS DE IRAN PARA TRATAR DE OBTENER INFLUENCIA EN LA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES MUSULMANES EN EL LUGAR (CUYOS MIEMBROS SON EN SU MAYORIA SUNITAS, PERO SE HA INFORMADO TAMBIEN SOBRE LA EXISTENCIA DE UNA PEQUENA COMUNIDAD DE ESTUDIANTES CHIITAS). EN ESTE MARCO HA LLEGADO DE VISITA A CHILE EL IMAN DE UNA MEZQUITA DE BUENOS AIRES, MOHSEN RABANI, Y SE HA SABIDO SOBRE LA ASISTENCIA OTORGADA POR IRAN A MUSULMANES DEL LUGAR. TAMBIEN VISITAN EN CHILE FUNCIONARIOS RELIGIOSOS DE ARABIA SAUDITA.

ENVIADOS POR LA 'LIGA ISLAMICA MUNDIAL' (WML), QUE DIRIGEN LA ACTIVIDAD RELIGIOSA DE LA COMUNIDAD LOCAL. UNA EXPRESION DEL DESPERTAR RELIGIOSO Y CULTURAL DE LOS MUSULMANES EN CHILE (QUE CONSTITUYEN UNA PEQUENA MINORIA DE UNAS 300 FAMILIAS, EN COMPARACION CON LA MAYORIA CRISTIANA) ES LA INAUGURACION DE LA GRAN MEZQUITA DE SANTIAGO (UNOS 330 LUGARES), QUE FUE CONSTRUIDA POR LA 'SOCIEDAD UNION MUSULMANA DE CHILE', ACTIVA EN EL PAIS DESDE 1926.

LA MEZQUITA FUE CONSTRUIDA, ADEMAS DE LA PARTICIPACION DE OTROS FACTORES, CON LA FINANCIACION SAUDI. ENCABEZA LA MEZQUITA Y LA SOCIEDAD UNION MUSULMANA TUFIK ROMIAH, DE ORIGEN SIRIO, RADICADO EN CHILE UNOS CUARENTA ANOS. EN EL MARCO DE LA SOCIEDAD UNION MUSULMANA ACTUA UNA ORGANIZACION JUVENIL, DENOMINADA 'JUVENTUD ISLAMICA', ENCABEZADA POR MAZNAH RAJAB. CABE SUBRAYAR EN ESTE CONTEXTO, QUE EN 1988 SE EFECTUO EN HILE EL 'PRIMER CONGRESO DE JUVENTUD ISLAMICA DE CHILE', EN EL QUE PARTICIPARON TAMBIEN DELEGACIONES DE OTROS PAISES LATINOAMERICANOS, LOS ESTADOS UNIDOS Y PAISES DEL MEDIO ORIENTE. EN EL CONGRESO SE TRATARON LAS VIAS DE DIFUSION DEL ISLAM, CON LA ASISTENCIA DE FACTORES ISLAMICOS DEL MEDIO ORIENTE, ESPECIALMENTE DE ARABIA SAUDITA. SE INFORMO SOBRE LA 'COMPETENCIA' EXISTENTE ENTRE IRAN Y ARABIA SAUDI PARA ADQUIRIR INFLUENCIA EN EL SENO DE LOS MUSULMANES DE CHILE.

COLOMBIA

64. EN COLOMBIA HAY UNA COMUNIDAD DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES DE 40.000 A 60.000 MIEMBROS, EN SU MAYORIA CRISTIANOS (LIBANESES, Y SOBRE TODO, PALESTINOS). LAS CONCENTRACIONES PRINCIPALES DE LOS MIEMBROS DE ESTA COMUNIDAD ESTAN UBICADAS EN LA CAPITAL, BOGOTA, Y EN BARRANQUILLA, MAICAO Y EN LA ISLA DE SAN ANDRES. LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD SE DEDICAN SOBRE TODO AL COMERCIO Y A LA DIRECCION DE RESTAURANTES, Y EN GENERAL GOZAN DE UNA BUENA POSICION ECONOMICA. TAMBIEN INTERVIENEN EN LA VIDA POLITICA LOCAL, Y HAY ALGUNOS GOBERNADORES DE DEPARTAMENTOS DE LA ZONA COSTERA, INTENDENTES Y SENADORES DE ORIGEN ARABE. EL EX VICEMINISTRO DE DEFENSA, FARUK YAMA, ERA DE ORIGEN PALESTINO.

65. LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE DE COLOMBIA TIENEN VARIOS MARCOS COMUNITARIOS:-

A. FILIAL DE LA FEARAB, BAJO LA DIRECCION DE EDUARDO KRONFLY, DE LA QUE SON MIEMBROS UNAS DIEZ ORGANIZACIONES ARABES COMUNITARIAS LOCALES.

B. FILIAL DE LA COPLAC, CUYO CENTRO ESTA EN LA CIUDAD DE BARRANQUILLA, Y COORDINA SU ACTIVIDAD CON LAS ORGANIZACIONES SECUNDARIAS QUE SE HALLAN EN LAS CIUDADES DE MEDELLIN, CALI, MAICAO, CARTAGENA Y BOGOTA.

C. FEDERACION PALESTINA DE COLOMBIA, QUE ACTUA EN BOGOTA (Y PROBABLEMENTE ESTE CONECTADA CON LAS OFICINA DE LA COPLAC DEL LUGAR)

D. OTRAS ORGANIZACIONES, Y ENTRE ELLAS LA 'UNION LIBANESA MUNDIAL' Y EL CENTRO CULTURAL PALESTINO, LA ORGANIZACION DE MUJERES COLOMBIANAS-ARABES-PALESTINAS, ETC.

66. LOS LIDERES DE LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL SON JAIME SALEM (QUE ES MIEMBRO DEL CONSEJO NACIONAL PALESTINO) Y SU HERMANO IBRAHIM MAHMUD SALEM, QUE MANTIENEN ESTRECHAS RELACIONES CON FACTORES DE LA OLP Y DE SUS DIVERSAS FACCIONES. MILITANTES DE LA COMUNIDAD Y ELEMENTOS CONECTADOS CON ORGANIZACIONES TERRORISTAS SUELEN REUNIRSE EN EL RESTAURANTE EL-CALIFA, CUYO PROPIETARIO ES ABU AWAD (TAMBIEN REPRESENTANTE DEL 'FRENTE DEMOCRATICO' DE HAWATMA EN COLOMBIA). ADEMAS DE LOS HOMBRES DEL FD, SE PUEDE HALLAR UNA CONCENTRACION PALESTINA EN LA FRONTERA ENTRE COLOMBIA Y ECUADOR, CON ALGUNOS MILITANTES DEL 'FRENTE POPULAR' DE HABASH QUE SE DEDICAN AL COMERCIO.

67. EN CUANTO A LA ACTIVIDAD ISLAMICA RELIGIOSA, SOBRE TODO CON INSPIRACION IRANI, ESTA HA AUMENTADO DURANTE EL ULTIMO ANO, Y SE DESARROLLA POR MEDIO DE ESCUELAS Y MEZQUITAS. ASI, POR EJEMPLO, SE HA FUNDADO RECIENTEMENTE (ACTUALIZADO A ABRIL DE 1992) UN CENTRO ISLAMICO EN BOGOTA, EN EL QUE SE EFECTUO EN JUNIO DE 1992

UNA CONVENCION PARA CONMEMORAR EL ANIVERSARIO DE LA MUERTE DE HUMEINI (EL ACONTECIMIENTO SE REALIZO CON LA PARTICIPACION DE MIEMBROS DE LA COMUNIDAD PALESTINA LOCAL Y LA PLANTILLA DE LA EMBAJADA DE IRAN, QUE POR LO VISTO PARTICIPA EN LA FINANCIACION - O FINANCIA COMPLETAMENTE - LAS ACTIVIDADES DEL CENTRO).

68. SE PUEDE HALLAR EN COLOMBIA CONCENTRACIONES DE POBLACION CHIITA, EN LAS QUE TAMBIEN EXISTE UNA PRESENCIA DE GENTE DEL 'HIZBALLAH'. NO ESTA CLARO SI EL 'HIZBALLAH' MANTIENE EN COLOMBIA UNA INFRAESTRUCTURA ORDENADA, PERO ACTUALIZADO A ABRIL DE 1992, EN BOGOTA SE HALLABA UN HOMBRE DEL APARATO DE SEGURIDAD EN EL EXTERIOR DE LA ORGANIZACION, JELAL AFIF KASEM. EN CUANTO A LAS CONCENTRACIONES DE LOS CHIITAS:-

A. EN MAICAO, CERCA DE LA FRONTERA CON VENEZUELA, HAY UNA CONCENTRACION DE CHIITAS PROCEDENTES DE LIBANO, QUE PERTENECEN EN PARTE A 'AMAL' Y 'HIZBALLAH', Y OTROS ORIGINARIOS DE PAISES ARABES QUE ACTUAN EN EL FRENTE POPULAR (HABASH). EN ESTA CIUDAD TAMBIEN ACTUA LA 'ORGANIZACION DE BENEFICIENCIA SHEEITA), ENCABEZADA POR MOHAMED FARMAT. ASIMISMO, FUNCIONA EN EL LUGAR LA ESCUELA'EL-DAR ARQAM', PERTENECIENTE A LA 'ORGANIZACION DE BENEFICIENCIA ISLAMICA DE CIUDADANOS COLOMBIANOS ARABES'

B. EN LA ISLA SAN ANDRES (PERTENECIENTE A COLOMBIA, FRENTE A LAS COSTAS DE NICARAGUA) EXISTE UNA REDUCIDA PRESENCIA CHIITA. NO OBSTANTE, SE HA CONSTRUIDO ALLI HACE UNOS TRES ANOS, CON LA ASISTENCIA FINANCIERA LIBIA Y LA PARTICIPACION DE LA COMUNIDAD MUSULMANA LOCAL, UN CENTRO ISLAMICO, BAJO LA DIRECCION DE MUSTAFA ZOGHBI, LIBANES SUNITA, PRO LIBIO. EN EL LUGAR FUNCIONA TAMBIEN UNA MEZQUITA, DIRIGIDA POR ALI ALJAJI.

69. EN COLOMBIA EXISTE TAMBIEN LA PRESENCIA DE MILITANTES DE LA ORGANIZACION DE ABU NIDAL, SIENDO EL MILITANTE MAS DESTACADO ISMAEL SAID ISSA, QUE RESIDE EN BOGOTA. POR LO VISTO EL CITADO CENTRALIZA LA ACTIVIDAD DE LA ORGANIZACION EN TODA LATINOAMERICA. EL MENCIONADO HA ADQUIRIDO ULTIMAMENTE UN

RESTAURANTE EN LA ISLA SAN ANDRES, CON LA INTENCION DE CREAR ALLI UNA INFRAESTRUCTURA DE LA ORGANIZACION. LOS MILITANTES DE ABU NIDAL EN COLOMBIA MANTIENEN RELACIONES CON LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS LOCALES (ELN, QUE ALGUNOS DE SUS HOMBRES RECIBEN ENTRENAMIENTO POR PARTE DE ABU NIDAL, SEGUN LO INFORMADO), Y TAMBIEN CON EL MOVIMIENTO SUBVERSIVO 'SENDERO LUMINOSO' PERUANO.

ANEXO 2

LAS COMUNIDADES ARABES EN PAISES DEL CONTINENTE

II. AMERICA CENTRAL Y PAISES DEL MAR CARIBE

GENERALIDADES

1. EN LOS PAISES DE AMERICA CENTRAL (PANAMA, COSTA RICA, NICARAGUA, HONDURAS, GUATEMALA Y BELICE) Y EN LAS ISLAS DEL MAR CARIBE RESIDEN COMUNIDADES RELATIVAMENTE PEQUENAS DE PROCEDENTES DE LOS PAISES ARABES, EN SU MAYORIA CRISTIANOS, DE ORIGEN SIRIO, LIBANES Y PALESTINO. LAS CARACTERISTICAS DE LAS ACTIVIDADES DE LAS COMUNIDADES DE ESTOS PAISES NO SON DIFERENTES DE LAS DE LAS COMUNIDADES MAS GRANDES DE LOS PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN EL CONTINENTE. TAMBIEN EN LAS COMUNIDADES ARABES DE AMERICA CENTRAL EXISTEN MARCOS COMUNITARIOS COMO FEARAB Y COPLAC, Y ESTOS MARCOS MANTIENEN CONTACTO CON FACTORES RELACIONADOS CON ORGANIZACIONES TERRORISTAS DEL MEDIO ORIENTE. TAMBIEN EN ESTOS PAISES LA MAYORIA DE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ARABE SON PARTE INTEGRAL DE LA SOCIEDAD LOCAL, Y SON LEALES, EN PRIMER LUGAR, A SUS PAISES DE RESIDENCIA. PARALELAMENTE SOBRESALE EL FENOMENO DEL INCREMENTO DE LAS ORGANIZACIONES ISLAMICAS, LO CUAL SE LLEVA A CABO GENERALMENTE CON EL APOYO IRANI O LIBIO.

EL SALVADOR

2. LA MAYORIA DE LOS ORIGINARIOS DE PAISES ARABES EN EL SALVADOR (NO HAY DATOS NUMERICOS) SON DE ORIGEN LIBANES Y PALESTINO, EN SU MAYORIA CRISTIANOS (EL NUMERO DE MUSULMANES SEGUN LO QUE SE SABE, NO EXCEDE ALGUNAS DECENAS). LA COMUNIDAD LOCAL HA COMENZADO A ORGANIZARSE RECIEN EN LOS ULTIMOS ANOS. EN EL LUGAR ACTUA UN CLUB CUYO PROPIETARIO ES DE ORIGEN ARABE (EN EL PASADO EL CLUB SE LLAMABA 'PRADO', PERO AHORA SE DENOMINA 'CENTRO ISLAMICO ARABE SALVADORENO'. CUANDO SE FUNDO EN JUNIO DE 1992, SE PUBLICO UN ANUNCIO EN LA PRENSA LOCAL QUE HACE UN LLAMADO A TODOS LOS MUSULMANES DE ESTE PAIS PARA PRESENTARSE Y REGISTRASE EN LA ORGANIZACION, A EFECTOS DE INICIAR UNA ACTIVIDAD COMUNITARIA ORGANIZADA. ESTE CENTRO MANTIENE CURSOS PARA EL

ESTUDIO DEL IDIOMA ARABE Y LOS FUNDAMENTOS DEL ISLAM.

BELICE

3. EN BELICE HAY UNA PEQUENA COMUNIDAD ARABE, COMPUESTA SOBRE TODO DE PALESTINOS. ENTRE LAS FIGURAS MAS SOBRESALIENTES DE LA COMUNIDAD: EL CANCILLER SAID MUSSA, QUE PROCEDE DE EL-BIRA (MANIFIESTA UNA POSICION AMISTOSA RESPECTO A ISRAEL). EN BELICE ACTUA UNA FILIAL LOCAL DE LA COPLAC, Y CON LA ASISTENCIA DE LA OFICINA DE LA OLP EN MEXICO PROMOVIO DESDE COMIENZOS DE 1992 EL ADELANTO DE LA INICIATIVA DE CONSTRUIR UNA MEZQUITA PARA LOS MIEMBROS MUSULMANES LOCALES. CABE SENALAR QUE EN EL LUGAR FUNCIONA UN CENTRO ISLAMICO CON EL PATROCINIO IRANI.

GUATEMALA

4. LA COMUNIDAD ARABE DE GUATEMALA ESTA COMPUESTA SOBRE TODO DE PROCEDENTES DE SIRIA Y EL LIBANO (NO HAY DATOS RESPECTO A SUS DIMENSIONES). LOS ARABES DEL LUGAR TIENEN DIVERSOS MARCOS COMUNITARIOS. ASI, POR EJEMPLO, SE PUEDE HALLAR LA FILIAL LOCAL DE LA FEARAB, DIRIGIDA POR MUFID MASSIS, Y LA 'UNION ARABE GUATEMALTECA'. LA COMUNIDAD TIENE UN HOSPITAL PROPIO, 'CEDRO DEL LIBANO', QUE PROPORCIONA SERVICIOS TAMBIEN A LA POBLACION EN GENERAL. SEGUN INFORMES AISLADOS Y QUE NO HAN SIDO CONFIRMADOS, ALGUNOS MIMEBROS DE LA COMUNIDAD MANTIENEN RELACIONES, E INCLUSO BRINDAN ASISTENCIA A ELEMENTOS TERRORISTAS DEL MEDIO ORIENTE (EN PARTICULAR A LA OLP, INCLUSO EN EL TERRENO OPERATIVO).

HONDURAS

5. EN HONDURAS, SEGUN LO INFORMADO, RESIDE UNA COMUNIDAD ARABE, COMPUESTA SOBRE TODO POR PALESTINOS, CONSIDERADA COMO LA MAYOR DE AMERICA CENTRAL, AUNQUE NO HAY NUMEROS EXACTOS RESPECTO A SU VOLUMEN. LA PRINCIPAL CONCENTRACION DE PROCEDENTES DE PAISES ARABES EN ESTE PAIS SE ENCUENTRA EN LA CIUDAD SAN PEDRO SULA, JUNTO A LA FRONTERA CON GUATEMALA. LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD GOZAN DE UNA BUENA SITUACION ECONOMICA, Y ENTRE OTROS TERRENOS, CONTROLAN VARIOS PERIODICOS MAS IMPORTANTES DEL PAIS (COMO 'LA

PRENSA' Y 'HERALDO'), EXPLOTADOS POR ELLOS PARA PUBLICAR ARTICULOS QUE CONDENAN A ISRAEL Y FAVORECEN LOS INTERESES PALESTINOS. DEBIDO A SU CONTROL DE LOS MEDIOS DE COMUNICACION, LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE GOZAN TAMBIEN DE CIERTA INFLUENCIA EN EL SISTEMA POLITICO. SE PUEDE HALLAR A MIEMBROS DE LA COMUNIDAD ARANE, SOBRE TODO PALESTINOS, EN EL SENO DE LA OFICIALIDAD DEL EJERCITO DE HONDURAS.

6. HAY UNA FILIAL DE LA FEARAB EN EL LUGAR, QUE NO ES ESPECIALMENTE ACTIVA, DIRIGIDA POR JORGE JAAR, DE ORIGEN PALESTINO, QUE ES UNO DE LOS DIRIGENTES DE LA ORGANIZACION FEARAB. JAAR SE DESEMPENA TAMBIEN COMO HOMBRE DE CONTACTO ENTRE LA COMUNIDAD LOCAL Y LA OLP. BAJO SU DIRECCION ACTUA TAMBIEN EL 'COMITE HONDURENO DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PALESTINO'.

7. CABE SENALAR QUE DESDE EL ESTALLIDO DE LA INTIFADA, SE HAN SUMADO A LA COMUNIDAD 'VETERANA' NUEVOS INMIGRANTES DE LOS TERRITORIOS. SEGUN LO INFORMADO, LOS NUEVOS INMIGRANTES NO SE ADAPTAN MUY BIEN AL LUGAR Y NO SON BIEN ACEPTADOS POR LOS 'VETERANOS'.

NICARAGUA

8. LA COMUNIDAD ARABE DE NICARAGUA (NO HAY DATOS NUMERICOS, PERO ES BASTANTE PEQUENA) ESTA COMPUESTA EN SU MAYORIA POR PALESTINOS QUE HAN LLEGADO A FINES DEL SIGLO PASADO Y EN EL PERIODO DEL ESTABLECIMIENTO DEL ESTADO DE ISRAEL. COMENZARON SU ABSORCION COMO COMERCIANTES PEQUENOS, SE INTEGRARON BIEN EN EL LUGAR, Y HOY EN DIA GOZAN DE UNA SOLIDA POSICION ECONOMICA.
ENTRE LOS CIUDADANOS NICARAGUENSES DE ORIGEN PALESTINO HAY TAMBIEN DESTACADOS COMBATIENTES DEL MOVIMIENTO SUBVERSIVO SANDINISTA, ANTES DE QUE FUERA DESTITUIDO EL PRESIDENTE SOMOZA EN 1979 (FAMILIAS COMO MARCOS, FRECH Y HASSAN).

9. EN NICARAGUA HAY UNA FILIAL DE LA FEARAB, PERO EN AGOSTO DE 1992 SE INFORMO QUE DEJO DE ACTUAR. SIN EMBARGO, EN EL LUGAR FUNCIONA EL 'INSTITUTO CENTROAMERICANO Y DEL CARIBE DE ESTUDIOS

E INFORMACION ARABES', QUE EDITA LA PUBLICACION 'ALJAMA', CON ARTICULOS SOBRE LA ACTUALIDAD DEL MEDIO ORIENTE Y SOBRE EL APORTE DE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE EN LATINOAMERICA EN GENERAL Y EN NICARUAGA EN PARTICULAR. TAMBIEN FUNCIONA EL 'CLUB LATINO DE LA JUVENTUD DE ORIGEN ARABE', QUE DESARROLLA CAMPAMENTOS PARA EL 'DESARROLLO Y ESTIMULO DEL RETORNO A LAS RAICES NACIONALES ARABES', Y UNA DE SUS ACTIVIDADES FUE POR EJEMPLO UN EVENTO DE FOLKLORE PALESTINO EN EL 'DIA DE LA TIERRA'.

10. EN NICARUAGUA ACTUA, DESDE 1979, UNA OFICINA DE LA OLP CON STATUS DIPLOMATICO. CABE MENCIONAR QUE DURANTE EL REGIMEN SANDINISTA (HASTA FEBRERO DE 1990), NICARAGUA MANTUVO UNA ESTRECHA COOPERACION CON LA OLP, TAMBIEN EN EL TERRENO OPERATIVO, Y ESTE PAIS FUE UNO DE LOS PRIMEROS QUE DIO SU RECONOCIMIENTO AL 'ESTADO PALESTINO'.

PANAMA

11. EN PANAMA HAY UNA COMUNIDAD DE UNOS 3.000 PRECEDENTES DE PAISES ARABES, SOBRE TODO PALESTINOS Y LIBANESES QUE LLEGARON ALLI A FINALES DEL SIGLO PASADO, Y DESPUES DEL ESTABLECIMIENTO DEL ESTADO DE ISRAEL. A ESTA COMUNIDAD SE SUMARON EN LOS ULTIMOS ANOS PALESTINOS DE LOS 'TERRITORIOS' E INMIGRANTES DE EL LIBANO (SEGUN LO INFORMADO, EN PARTE SON CONSIDERADOS RADICALES-RELIGIOSOS). LA MAYOR PARTE DE LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE QUE VIVEN EN LA CIUDAD COLON, JUNTO AL CANAL DE PANAMA (OTRA CONCENTRACION MAS PEQUENA EXISTE EN LA PROVINCIA BOCAS DEL TORO), SE DEDICAN AL COMERCIO Y LA HOTELERIA, Y CONTROLAN UNAS 70 GRANDES EMPRESAS COMERCIALES EN EL PAIS. GOZAN DE UNA SOLIDA POSICION ECONOMICA, LO CUAL LES REPORTA INFLUENCIA TAMBIEN EN EL PLANO POLITICO. LOS MIEMBROS MUSULMANES DE LA COMUNIDAD CONCURREN ASIDUAMENTE A LA MEZQUITA LOCAL, AUNQUE NO SON CREYENTES RADICALES.

12. EN PANAMA FUNCIONA UNA DE LAS FILIALES MAS IMPORTANTES DE LA FEARAB EN EL CONTINENTE, ESTANDO A CARGO DE SU DIRECCION KHALED SALAMA, QUE SE DESEMPENA TAMBIEN COMO SECRETARIO GENERAL DE FEARAB-AMERICA, MANTIENE UNA AMPLIA ACTIVIDAD PROPAGANDISTICA PARA ADELANTAR LOS INTERESES ARABES, Y ESPECIALMENTE EL PALESTINO (EN LA GUERRA DEL GOLFO SE DEDICO A ACTIVIDADES DE PROPAGANDA CONTRA NORTEAMERICA). SUELE VIAJAR FRECUENTEMENTE PARA VISITAR FILIALES EN EL CONTINENTE, Y MANTIENE RELACIONES CON GENTE DE LA OLP/TUNEZ. LA FILIAL DE LA FEARAB EN PANAMA FUNCIONA DE HECHO COMO UNA REPRESENTACION DE LA OLP EN EL LUGAR. PARALELAMENTE A LA FEARAB, ACTUA EN PANAMA TAMBIEN UNA FILIAL DE LA COPLAC.

COSTA RICA

13. EN COSTA RICA VIVEN UNOS 5.000 CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE, EN SU GRAN MAYORIA DE EL LIBANO. (MENOS DE 100 SON DE ORIGEN PALESTINO. (QUE LLEGARON AL PAIS DESDE LA DECADA DE 1950). SEGUN LO QUE SE SABE, LOS CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE DE COSTA RICA NO MANTIENEN UNA ACTIVIDAD COMUNITARIA DESARROLLADA NI ORGANIZADA. EN LA CAPITAL, SAN JOSE, FUNCIONA LA 'CASA LIBANESA', CON UN RESTAURANTE ORIENTAL, CURSOS DE IDIOMA ARABE Y DE DANZAS FOLKLORICAS. HUBO UNA ACTIVIDAD PROPAGANDISTICA QUE SE REDUJO A CONFERENCIAS DE ESCLARECIMIENTO EN EL PERIODO DEL GOBIERNO DE LOS SANDINISTAS EN NICARAGUA, PERO SE TRATABA DE ACTIVIDADES MARGINALES.

14. EN SAN JOSE EXISTE UNA PEQUENA COMUNIDAD DE ORIGEN IRANI. NO OBSTANTE, NO SE SABE HASTA AHORA SOBRE ALGUNA INTERVENCION DE FACTORES IRANIES EN EL LUGAR EN LO RELACIONADO AL IMPULSO DE ACTIVIDADES ISLAMICAS RADICALES.

LAS ISLAS DEL CARIBE

15. CUBA: EN CUBA HAY UNA COMUNIDAD DE UNOS 200.000 PROCEDENTES DE PAISES ARABES, EN SU MAYORIA DE ORIGEN SIRIO, LIBANO Y PALESTINO. ADEMAS DE LA FILIAL LOCAL DE LA FEARAB, ACTUAN ALLI:

LA 'UNION ARABE DE CUBA', ENCABEZADA POR ALFREDO DERICHE (DARWISH), QUE SE DESEMPENA TAMBIEN COMO DIRECTOR DE LA FEARAB LOCAL, LA 'SOCIEDAD SIRIO LIBANESA'), Y LA 'SOCIEDAD PALESTINA', QUE FUNCIONA EN EL LUGAR DESDE 1930. ULTIMAMENTE (A COMIENZOS DE 1991) SE ABRIO EN LA HABANA UN MUSEO DE CULTURA Y FOLKLORE ARABES, LA 'CASA ARABE'. DESDE 1979 SE DIFUNDE LA REVISTA 'EL ARABE'.

16. EN CUBA ACTUA DESDE 1978 UNA OFICINA DE LA OLP, QUE RECIBIO EL STATUS DE EMBAJADA CON LA DECLARACION DE OLP DEL ESTABLECIMIENTO DEL 'ESTADO PALESTINO', EN 1989. EN ESTA OFICINA TAMBIEN HAY REPRESENTANTES DE LAS OTRAS ORGANIZACIONES TERRORISTAS, ESPECIALMENTE DE SUS FACCIONES MARXISTAS (FRENTE POPULAR Y FRENTE DEMOPCRATICO).

17. EN LA REPUBLICA DOMINICANA SE HALLA UNA COMUNIDAD ARABE BASTANTE GRANDE, AUNQUE NO HAY DATOS EXACTOS RESPECTO A SUS DIMENSIONES, PARECE QUE VARIA ENTRE ALGUNOS MILES Y MAS DE DIEZ MIL. EN SU GRAN MAYORIA SON CRISTIANOS QUE EMIGRARON DE EL LIBANO Y SIRIA A FINES DEL SIGLO PASADO Y EN LAS PRIMERAS DECADAS DE ESTE SIGLO. SE INTEGRARON BIEN EN LA SOCIEDAD LOCAL, Y UN TESTIMONIO DE ELLO ESTA DADO POR SU GRAN INTERVENCION EN EL SISTEMA POLITICO Y EL CONSIDERABLE NUMERO DE REPRESENTANTES CON QUE CUENTAN EN LOS ALTOS NOVELES DEL GOBIERNO (EN EL PASADO, EL COMANDANTE DE LA FUERZA AEREA, EL DIRECTOR DE LA ADUANA, DIRECTORES DEL BANCO CENTRAL E INCLUSO EL PRESIDENTE INTERINO ENTRE LOS ANOS 1982 Y 1986, ETC).

18. LA ORGANIZACION DE LA COMUNIDAD ES BASTANTE PRECARIA. EN EL PASADO FUNCIONABA EL 'CLUB LIBANES SIRIO PALESTINO', CUYA META ERA CONSERVAR LOS VINCULOS TRADICIONALES SOCIALES ENTRE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD, PERO ESTA ORGANIZACION CESO PRACTICAMENTE SUS ACTIVIDADES. LA FILIAL DE LA FEARAB EN EL LUGAR ESTA DIRIGIDA POR JORGE YEARA NASSER (DIPLOMATICO EN RETIRO), QUIEN SE DESEMPENA TAMBIEN COMO DIRECTOR DE LA 'HERMANDAD DOMINICANO-ARABE'. TAMBIEN FUNCIONA EN EL LUGAR LA 'JUVENTUD DE DOMINICANOS LIBANESES', QUE SE DEDICAN AL CULTIVO

DE SU TRADICION ETNICA Y CULTURAL.

19. DURANTE LOS ULTIMOS ANOS COMENZO A AFLUIR A LA REPUBLICA DOMUNICANA UNA CORRIENTE DE ESTUDIANTES IRANIES (SU NUMERO SE ESTIMA HOY EN DIA EN UNOS CIEN). ESTOS CREARON EN 1989 UN CLUB REGISTRADO LEGALMENTE, QUE SE LLAMA 'SOCIEDAD MUSULMANA DOMINICANA', ENCABEZADA POR YUSSEF HEIDARY. SE DEDICAN A LA VENTA DE LIBROS DEL CORAN, CURSOS DEL IDIOMA PERSA, E INCLUSO SE HAN DETECTADO ACTIVIDADES PROPAGANDISTICAS ANTISIONISTAS. DESARROLLAN TAMBIEN ACTIVIDADES EN EL SENO DE ESTUDIANTES DOMINICANOS QUE NO SON DE ORIGEN ARABE O IRANI, PERO HASTA AHORA NO SE HA DETECTADO UN FENOMENO DE CONVERSION AL ISLAM, TAL COMO OCURRE EN OTROS PAISES LATINOAMERICANOS. SE INFORMO QUE UNA PARTE DE LOS MIEMBROS DE LA SOCIEDAD SE DEDICAN A TRATAR DE ESTABLECER UNA INFRAESTRUCTURA IRANI TERRORISTA.

20. <u>TRINIDAD-TOBAGO</u>: EN TRINIDAD-TOBAGO HAY UNA COMUNIDAD MUSULMANA RELATIVAMENTE GRANDE, PERO QUE NO ESTA COMPUESTA DE ORIGINARIOS DE PAISES ARABES. LOS MUSULMANES DEL LUGAR SON SOBRE TODO NEGROS, DESCENDIENTES DE LOS ESCLAVOS QUE FUERON TRASLADADOS DE AFRICA EN LOS SIGLOS PASADOS. SOBRESALE EN PARTICULAR LA ACTIVIDAD DE UN GRUPO ISLAMICO RADICAL, 'JAMAT AL-MUSLEMIN' (JAM). ESTE GRUPO ACTUA DESDE COMIENZOS DE LA DECADA DEL 80' PARA MEJORAR EL STATUS DE LOS MUSULMANES DE LA ISLA. EL GRUPO ESTA DIRIGIDO POR EL IMAN YASSIN ABU-BEKAR, Y CUENTA CON UNOS 400 MIEMBROS, ORIGINARIOS DE TRINIDAD QUE SE CONVIRTIERON AL ISLAM (UNOS 150 DE ELLOS SON COMBATIENTES QUE RECIBIERON CAPACITACION DE CIERTO TIPO PARA EL USO DE ARMAS). EL GRUPO RECIBIO EN EL PASADO ASISTENCIA FINANCIERA E IDEOLOGICA DE LIBIA, Y DECENAS DE SUS MIEMBROS INCLUSO PASARON POR DIVERSOS CURSOS RELIGIOSOS Y POR ENTRENAMIENTO MILITAR EN LIBIA. EL GRUPO TIENE EN SU PODER ARMAMENTO VARIADO. EL 'JAM' ESTUVO TRAS EL INTENTO DE GOLPE QUE FUE FRUSTRADO EN JULIO DE 1990, Y SEGUN DIFERENTES INFORMES, TIENE EL PROPOSITO DE TRATAR NUEVAMENTE DE LESIONAR LA ESTABILIDAD INTERNA DEL PAIS. EL GRUPO ES ESPECIALMENTE ACTIVO EN EL SENO DE LA JUVENTUD MUSULMANA EN EL PAIS (EN SU MAYORIA NEGRA).

ANEXO 3

III. ACTIVIDADES DE FACTORES DEL MEDIO ORIENTE EN EL SENO DE LOS PROCEDENTES DE PAISES ARABES - CARACTERISTICAS GENERALES

LIBIA

1. LA ACTIVIDAD LIBIA EN LATINOAMERICA SE INICIO, YA A COMIENZOS DE LA DECADA DEL 80', EN LAS ISLAS DEL CARIBE Y EN AMERICA CENTRAL, CON LA BASE DE LA IDEOLOGIA DEL LIBRO VERDE DE KADAFI, ASI COMO LA CONCEPCION DE QUE SE TRATA DE UNA REGION INESTABLE EN EL ASPECTO POLITICO, E IMPORTANTE ESTRATEGICAMENTE PARA LOS ESTADOS UNIDOS. CON EL CAMBIO DEL REGIMEN EN PANAMA Y SOBRE TODO EN NICARAGUA, VENEZUELA SE CONVIRTIO (DESDE 1990) EN EL CENTRO DE LAS ACTIVIDADES LIBIAS EN LATINOAMERICA. EL TRASLADO A VENEZUELA PRODUJO APARAJADO UN CAMBIO DE LA CONCEPCION LIBIA, QUE CONSIDERABA CORRECTO AMPLIAR SU PENETRACION TAMBIEN A LAS OTRAS PARTES DEL CONTINENTE, UTILIZANDO LAS COMUNIDADES MUSULMANAS COMO PALANCA PARA AUMENTAR SU INFLUENCIA, ESPECIALMENTE EN PAISES COMO ARGENTINA, BRASIL, VENEZUELA, GUAYANA, SURINAM Y TRINIDAD, EN LOS QUE EXISTE UN PORCENTAJE RELATIVAMENTE ALTO DE POBLACION MUSULMANA.

2. LAS ACTIVIDADES PRINCIPALES DE LIBIA EN LATINOAMERICA ESTAN DIRIGIDAS POR LA ORGANIZACION 'MATHABA', QUE ES RESPONSABLE TAMBIEN DE LOS VINCULOS CON LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DE DIVERSOS PAISES DEL CONTINENTE. EL 'MATHABA' TIENE CINCO CENTROS QUE ACTUAN EN VENEZUELA DE MODO ILEGAL. ASIMISMO EXISTEN CENTROS EN ECUADOR, PANAMA Y BRASIL (EN LAS CIUDADES DE PRAIA GRANDE Y BRASILIA). EL RESPONSABLE DE LA ACTIVIDAD DEL 'MATHABA' EN LATINOAMERICA ES ABDALLAH MAATUK, QUE SE DESEMPENA TAMBIEN COMO EMBAJADOR AMBULANTE ENTRE LOS DIVERSOS CENTROS DE LA ORGANIZACION. SUS ACCIONES PRINCIPALES SE COMPONEN DE LA MANTENCION DE CONTACTOS CON ORGANIZACIONES SUBVERSIVAS, LA ORGANZIACION DE CONGRESOS DEL 'MATHABA' EN LATINOAMERICA, Y EL ENVIO DE DELEGACIONES DE LATINOAMERICA PARA CURSOS DE PERFECCIONAMIENTO Y CONVENCIONES DEL 'MATHABA' EN LIBIA.

3. ASI POR EJEMPLO, EN EL MARCO DE LA CONVENCION DEL 'MATHABA' QUE SE LLEVO A CABO EN JUNIO DE 1991 EN LIBIA ESTUVIERON PRESENTES DELEGADOS DE LAS ISLAS DEL CARIBE, LA EX 'M-19' DE COLOMBIA, 'AVC' DE ECUADOR, 'FMLN' DE EL SALVADOR (QUE ENTRETANTO INICIO EL PROCESO DE SU DESMANTELAMIENTO CON EL LOGRO DEL ACUERDO DE CONCILIACION NACIONAL), Y REPRESENTANTES DE CHILE. ADEMAS DE LAS ORGANIZACIONES LATINOAMERICANAS MENCIONADAS, LIBIA MANTIENE RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES SUBVERSIVAS, COMO POR EJEMPLO:-

A. 'BANDERA ROJA' Y 'TERCERA VIA' DE VENEZUELA, CUYOS LIDERES REALIZARON VISITAS EN EL TRANSCURSO DE 1990 EN LIBIA

B. 'JAMAT AL-MUSLEMIN' EN TRINIDAD, ORGANIZACION QUE LIBIA TRATA DE ROBUSTECER, TAMBIEN DESPUES DEL FRUSTRADO INTENTO DE GOLPE EN JULIO DE 1990.

4. LA PRINCIPAL ASISTENCIA OTORGADA EN EL PASADO A LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS LATINOAMERICANO SE CENTRO EN EL DESARROLLO DE SUS INFRAESTRUTURAS MILITARES. HOY EN DIA, SE SUBRAYA MAS EL TERRENO FINANCIERO Y EL DE LA PROPAGANDA POLITICA. LOS CURSOS DE INSTRUCCION EN LIBIA INCLUYEN EL PERFECCIONAMIENTO EN LO RELACIONADO A LA VIA EN QUE SE PUEDE AFECTAR LA ESTABILIDAD Y EL ORDEN PUBLICO DE LOS PAISES. POR EJEMPLO, ESTUDIANTES VENEZOLANOS QUE ESTUVIERON EN LIBIA PARA RECIBIR CURSOS DE PERFECCIONAMIENTO Y ENTRENAMIENTO, REVELARON SU CAPACIDAD PARA LA ORGANIZACION DE MANIFESTACIONES ENCAMINADAS A PERTURBAR EL ORDEN PUBLICO.

5. CABE SENALAR QUE DESDE LA PUBLICACION (14 DE NOVIEMBRE DE 1991) DE LOS RESULTADOS DE LA INVESTIGACION DEL 'AFFAIRE DE LOCKERBIE', EN LA QUE SE PROBO LA INTERVENCION DE LIBIA EN EL ATENTADO, LAS ACTIVIDADES DEL 'MATHABA' SE HAN REDUCIDO.

OLP

6. ADEMAS DE LA ACTIVIDAD DE LOS ORGANISMOS QUE GOZAN DE LA FINANCIACION DE LA OLP EN EL SENO DE LA COMUNIDAD ARABE EN EL CONTINENTE (COPLAC, SANAUD, ETC.), LA OLP ACTUA TAMBIEN EN EL TERRENO POLITICO, FRENTE A LAS AUTORIDADES GUBERNAMENTALES DE LOS DISTINTOS PAISES LATINOAMERICANOS. HOY EN DIA LA OLP TIENE OFICINAS EN MEXICO, NICARAGUA, PERU, BOLIVIA (QUE SE CERRO DURANTE EL ULTIMO ANO), BRASIL Y CUBA, ASI COMO REPRESENTANTES EN EL MARCO DE LAS OFICINAS DE LA LIGA ARABE, Y CAMARAS DE INFORMACION EN LOS DEMAS PAISES DE LATINOAMERICA. CABE SUBRAYAR QUE LAS OFICINAS DE LA OLP INCLUYEN, ADEMAS DE LOS MILITANTES POLITICOS TAMBIEN MILITANTES DE LOS APARATOS OPERATIVOS (FUERZA-17, HAWARI), SUBORDINADOS DIRECTAMENTE A LOS JEFES DE SUS APARATOS. ESTOS MILITANTES, ASI COMO OTROS QUE SE HALLAN EN LATINOAMERICA FUERA DEL MARCO DE LAS OFICINAS DE LA ORGANIZACION, INTERVIENEN DIRECTAMENTE EN LAS ACTIVIDADES QUE TIENEN COMO META BASAR LA INFRAESTRUCTURA OPERATIVA DE LAS ORGANIZACIONES PALESTINAS EN LATINOAMERICA, INCLUYENDO LA COMPILACION DE INFORMACION PREOPERACIONAL Y EL CONTRABANDO DE ARMAS. SIN EMBARGO, LA MAYOR PARTE DE LA ACTIVIDAD ESTA ORIENTADA AL TERRENO DE LA PROPAGANDA Y AL RECLUTAMIENTO DE FONDOS ENTRE LOS MIEMBROS DE LA COMUNIDAD PALESTINA DEL CONTINENTE.

7. DESDE EL ESTALLIDO DE LA INTIFADA SE PERCIBE UN ESFUERZO ESPECIAL POR PARTE DE LA OLP POR OBTENER EL RECONOCIMIENTO POLITICO DE LOS PAISES DEL CONTINENTE, Y AUMENTA SUS ACTIVIDADES DE PROPAGANDA. ASI POR EJEMPLO EN LA ARGENTINA, DONDE DURANTE MUCHOS ANOS EXISTIA UNA OFICINA DE PROPAGANDA DE LA OLP EN LA CIUDAD DE ROSARIO, SE SUMO RECIENTEMENTE UNA OFICINA DE PROPAGANDA EN LA CAPITAL, BUENOS AIRES, Y EN CHILE SE APROBO OFICIALMENTE EN EL ULTIMO PERIODO LA APERTURA DE UNA OFICINA PALESTINA DE PROPAGANDA. ASIMISMO LA OLP ACTUA PARA CREAR UN LOBBY A FAVOR DE SUS INTERESES EN LOS PARLAMENTOS DE LOS PAISES DEL CONTINENTE, CON EL FIN DE LOGRAR EL ASCENSO DEL STATUS DE LAS OFICINAS DE LA OLP (O SU APERTURA), ASI COMO EL RECONOCIMIENTO DEL 'ESTADO PALESTINO'.

IRAN

8. LA ACTIVIDAD IRANI EN LATINOAMERICA SE EFECTUA EN DOS PLANOS PARALELOS:-

A. EL PLANO DE LAS RELACIONES ENTRE LOS PAISES.

B. LA ACTIVIDAD FRENTE A LA COMUNIDAD DE CIUDADANOS DE ORIGEN ARABE, ESPECIALMENTE MUSULMANES (SUNITAS Y SHIITAS EN LA MISMA MEDIDA).

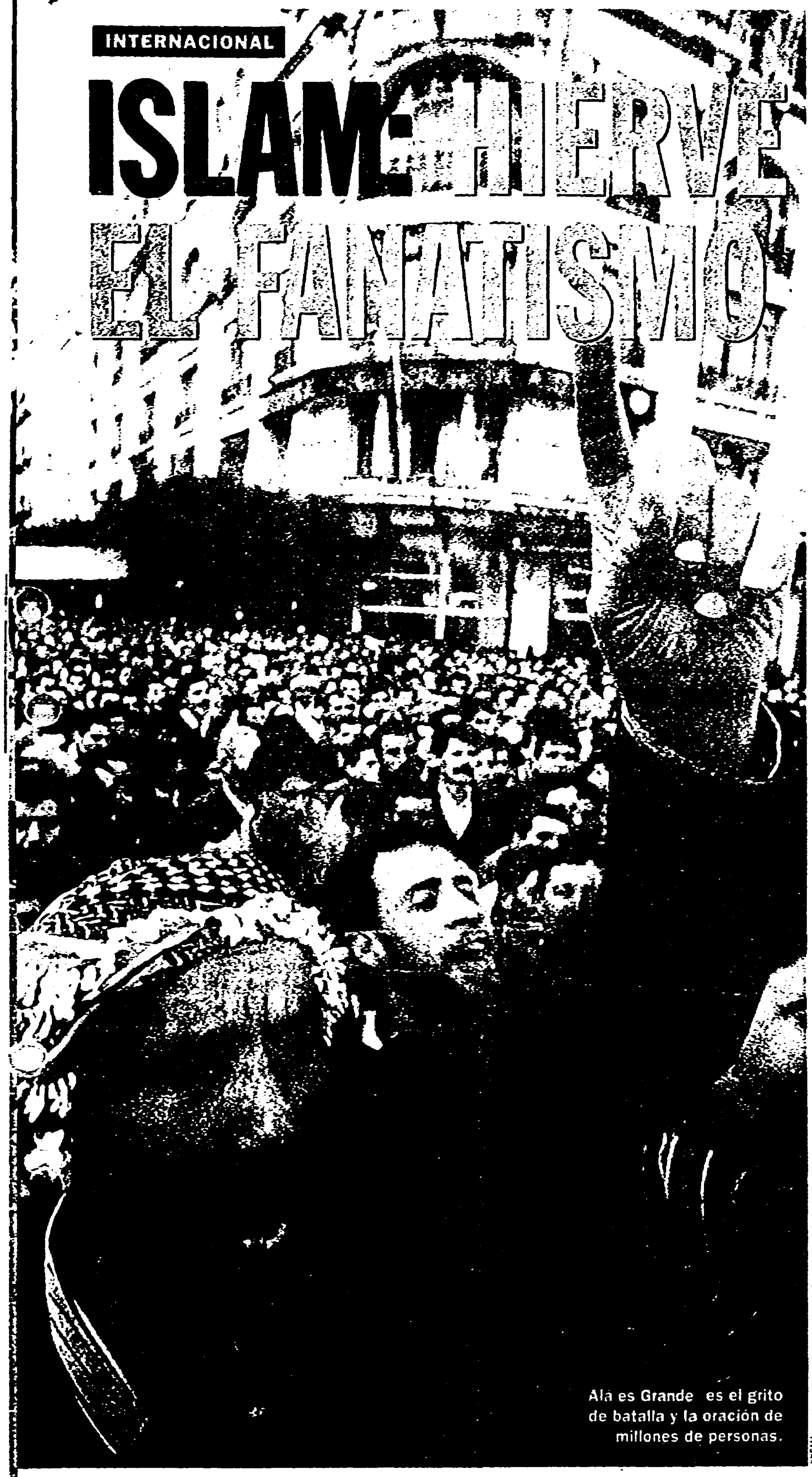
9. EN EL PLANO DE LAS RELACIONES BILATERALES IRAN ACTUA, SOBRE TODO DESDE LA CONCLUSION DE LA GUERRA CONTRA IRAK, PARA EL DESARROLLO DE SUS RELACIONES ECONOMICAS, COMERCIALES Y CULTURALES CON LOS PAISES LATINOAMERICANOS. HAY UN MOVIMIENTO CONSTANTE DE MISIONES RELACIONADAS CON UNA GAMA DE TEMAS DE COOPERACION, ASI COMO UN FLUJO DE ESTUDIANTES IRANIES A UNIVERSIDADES DE ALGUNOS PAISES DEL CONTINENTE. ADEMAS DE ELLO, IRAN ACTUA PARA DESARROLLAR LA COOPERACION EN EL TERRENO DE LAS ADQUISICIONES - INCLUYENDO EN EL CAMPO DE MISILES SUELO-SUELO - SOBRE TODO CON BRASIL, Y EN EL TERRENO NUCLEAR, CON ARGENTINA, A PESAR DE QUE POR LA PRESION DE NORTEAMERICA ESTE PAIS NO SE RINDE A LOS INTENTOS IRANIES EN ESTE CAMPO.

10. PARALELAMENTE A LA ACTIVIDAD POLITICA, IRAN SE DEDICA A ESTIMULAR LA ACTIVIDAD ISLAMICA EN EL CONTINENTE. EN ESTE MARCO, SE INFORMO SOBRE EL PROPOSITO DE IRAN DE DIFUNDIR EL ISLAM EN EL SENO DE LOS HABITANTES LATINOAMERICANOS (TANTO CRISTIANOS COMO MUSULMANES), MIENTRAS CONVIERTE A MEXICO EN UN CENTRO DE ACTIVIDADES EN ESTE SENTIDO. IRAN FINANCIA LA CONSTRUCCION DE CENTROS ISLAMICOS Y MEZQUITAS A TRAVES DEL CONTINENTE (TANTO SUNITAS COMO CHIITAS) Y SUMINISTRA MATERIAL DE ESCLARECIMIENTO Y UN SISTEMA LOGISTICO (COMO LA PUBLICACION DE LIBROS, VOLANTES Y OTRAS PUBLICACIONES EN ESPANOL QUE SE EDITAN EN IRAN), Y ASISTENCIA PARA PROPAGARLOS A TRAVES DEL CONTINENTE. PARECE QUE TEHERAN CONSIDERA A LA DIASPORA ARABE, Y SOBRE TODO A LOS MUSULMANES, COMO UNA IMPORTANTE RESERVA HUMANA PARA LA DIFUSION

DE LA REVOLUCION ISLAMICA. IRAN TAMBIEN CUENTA CON LA ASISTENCIA DE SUS EMBAJADAS Y SERVICIOS DE INTELIGENCIA, PARA LAS ACTIVIDADES DE LA GENTE DEL 'HIZBALLAH' EN EL CONTINENTE.

INTERNACIONAL

ISLAM: HIERVE EL FANATISMO



Alá es Grande es el grito de batalla y la oración de millones de personas.

La herencia de Alá vuelve a marcar a fuego todo el Norte de Africa. La pobreza, un cierto nacionalismo y los gobiernos corruptos han impulsado un integrismo que amenaza Europa

JORGE DEZCALLAR*

EL PROGRESO DEL RADICAlismo islámico a lo largo de la costa africana del Mediterráneo es tan real como peligroso. Mientras la situación reviste caracteres de reconocida gravedad en Argelia —a apenas media hora de avión de España—, otros países hacen guiños a la sensibilidad religiosa de sus ciudadanos con gestos como la gigantesca mezquita de Casablanca, en Marruecos; o la declaración de Mauritania como República islámica, en una ceremonia de confusión entre lo espiritual y lo temporal, lo que es de Dios y lo que es del César, difícilmente comprensible para una Europa que lleva 200 años tratando de separar Iglesia y Estado, aunque con éxito variable.

Se trata de hechos y gestos que no escapan a ningún conocedor de la región, que observa cómo cada vez más se siguen y respetan en público ciertos comportamientos como el uso del velo por las mujeres o el no servir bebidas alcohólicas en actos oficiales. Puede ser respeto a ciertas creencias o puede ser miedo, o simple moda, pero es un hecho que está ahí y que, probablemente, no tendría más trascendencia si no fuera acompañado de una fuerte reivindicación de lo propio y un paralelo rechazo de todo lo extranjero y, especialmente, de lo occidental. Si todo nacionalismo es reductor y, en consecuencia, empobrecedor, en este caso los radicales optan claramente por islamizar la modernidad en lugar de tratar de modernizar el islam.

Este rechazo de los valores occidentales ahonda el foso que separa las riberas norte y sur del Mediterráneo y añade distancia e incomprensión intelectual a las ya casi insalvables diferencias demográficas y de renta. Por no hablar de la fuerte dependencia comercial —más del 60 por ciento como media— con respecto a Europa, o del fuerte endeudamiento con el Primer Mundo, que hace que Argelia deba emplear el 75 por ciento de sus ingresos por exportaciones para el pago del servicio de su deuda externa. Es un dato muy revelador y que contribuye a explicar mucho de lo que ahí está hoy ocurriendo.

Lo cierto es que mientras la población europea está hoy más o menos estabilizada, el Magreb crece a razón de dos



Aunque el control policial y militar en Argelia es intenso, los atentados son frecuentes; ahora se dirigen contra la colonia extranjera.

millones de habitantes por año, y pasará de los 65 millones de 1993 a 130 millones en el año 2025. Con una tasa de natalidad del 2,7 por ciento, el Producto Nacional Bruto argelino debe crecer por encima del 6 por ciento para que la situación de su población no empeore. No se trata de mejorar, sino de no empeorar, y ni eso se consigue. Por su parte, Egipto aumenta su población en 800.000 personas por año. Son cifras apabullantes que impiden el desarrollo de estos países. Y sin embargo no hay una política clara que ataque la raíz del problema: el control de la natalidad. Lo impiden consideraciones de tipo religioso junto con ancestrales convicciones que ven en el número de hijos tanto una fuente de prestigio como de seguridad ante la vejez. Consecuencia de todo ello es que si en 1958 dos tercios de la población del Mediterráneo vivía en su orilla norte, en el 2025 sólo lo hará un tercio. La proporción se habrá invertido en beneficio de la ribera sur.

Además, la diferencia de renta per cápita se hace evidente entre los 12.000 dólares por habitante y año en España, que no es de los países más ricos de la Unión Europea, y los 900 dólares de Marruecos. De ahí las presiones migratorias del sur hacia el norte por el estrecho de Gibraltar, convertido en un nuevo Río Grande por el que atraviesan otros espaldas mojadas a bordo de frágiles barcazas o como polizones en embarcaciones mayores. Es una tendencia imparable que ya ha empezado a ser explotada por organizaciones mafiosas a ambos lados del estrecho.

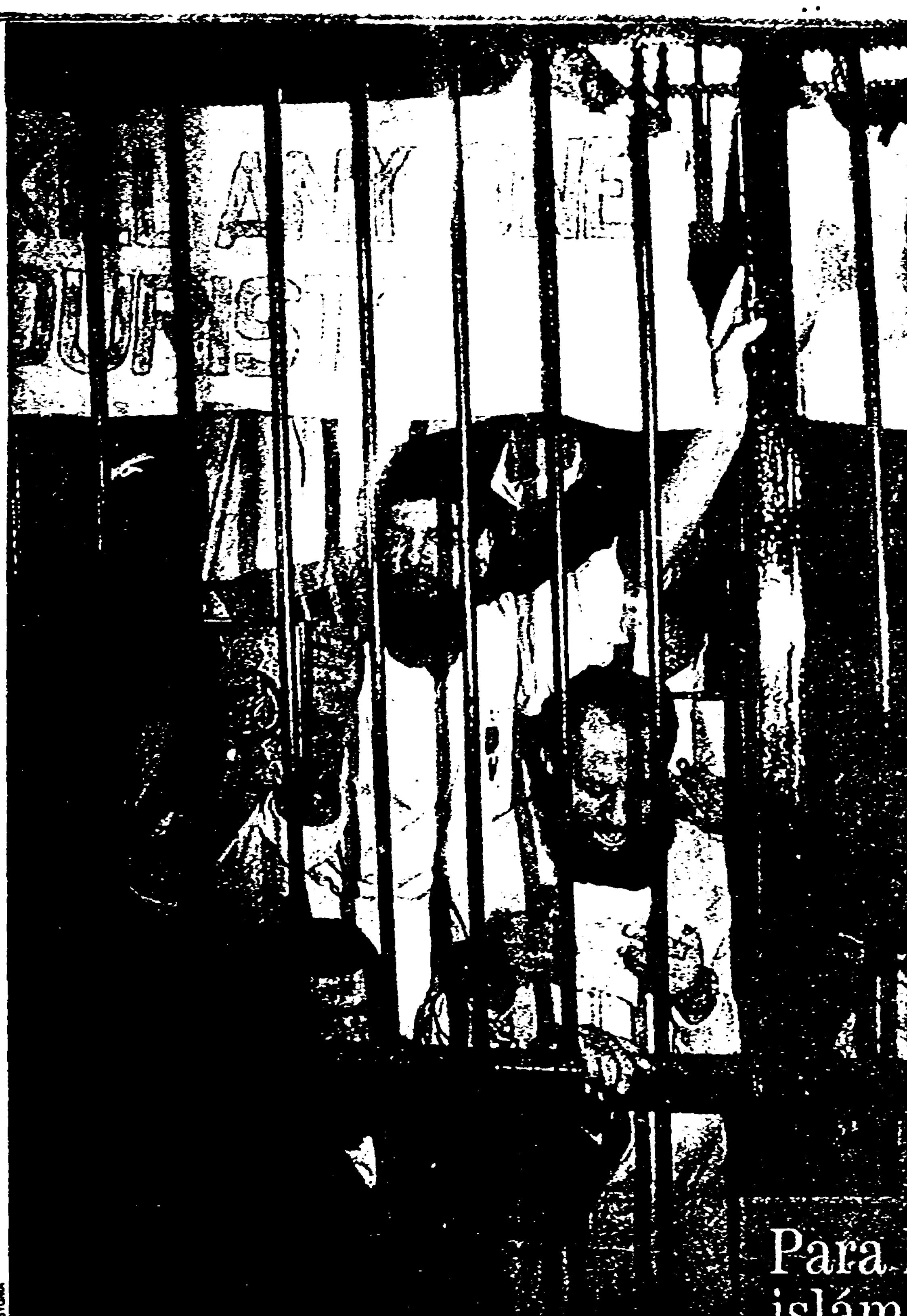
No se trata tanto de la falta de trabajo como de la inexistencia de la esperanza de poder tenerlo algún día. Es una huida tanto del presente como, sobre todo, del futuro.

Es frecuente en algunos países del Magreb culpar a Irán o a Sudán del origen de sus problemas. Es cierto que ambos países irradian una peculiar y radical visión del islam y que la propia Constitución iraní hace un objetivo político de la proyección exterior de la revolución islámica. Pero la lejanía es grande, las diferencias entre el islam chiíta y el sunnita son difícilmente conciliables y, sin negar que alguna influencia puede existir, en los países de Africa del Norte se dan bastantes razones locales de frustración como para tener que ir a buscar su origen en geografías distantes.

> La religión fue el dique para frenar la fuerza de la izquierda en aquellos países

Son razones que tienen que ver con la falta o la imperfección de los canales políticos de participación, lo que otorga indudables ventajas a los que disponen de un púlpito para predicar y una mezquita para reunirse; con la inadecuación de los modelos políticos y económicos del Primer Mundo, que se han querido trasvasar miméticamente y sin adaptaciones al Tercer Mundo; con la crisis de identidad producida por una colonización a veces brutal; con rápidos procesos de industrialización, urbanización y modernización que han roto los equilibrios tradicionales; con el secuestro del poder político y económico por parte de elites locales que han suplantado el poder colonial; con el lujo de pocos y la miseria de casi todos. Sin contar con que, en sus principios, esta sensibilidad islámica fue provocada con objeto de frenar la ascensión de grupos izquierdistas, contemplados como amenaza desde un poder legal pero en muchos casos ilegítimamente constituido.

El esquema ha sido siempre el mismo, desde Siria a Túnez, Argelia y Egipto: una primera etapa en que gobiernos con escasa legitimidad buscan el apoyo del elemento religioso frente a una creciente contestación social y política; una segunda etapa caracterizada por el aumento de influencia de islamistas, que llega un momento en que de verdad creen que pueden influir en el propio gobierno e incluso compartirlo o llegar a controlarlo; la tercera etapa es la represión pura y dura que fuerza a la clandestinidad a unos islamistas frustrados y radicalizados, que recurren al terrorismo de forma creciente. Utilizar blancos europeos como objetivo de sus ataques, como ocurre últimamente en Egipto y Argelia, es una cuestión puramente táctica que



En Egipto, mano dura: estos integristas morirán en la horca.

Por otra parte, las peculiaridades del sistema libio de democracia de masas hacen difícil calcular el peso de los islamistas que, en todo caso, el régimen reprime con dureza en cuanto se dejan ver.

Desde Occidente es importante tratar de desdramatizar el problema colocándolo en sus justos términos y procurando comprender sus razones. Es preciso tender puentes de diálogo entre códigos de valores diferentes, buscando al menos la coexistencia si no se logra la coincidencia. Hay que entender que se trata de países herederos de una civilización y una cultura basadas en presupuestos diferentes de la occidental, pero no menos brillante o sofisticada; países que tratan de recuperar una identidad cultural robada por la colonización y por el brusco tránsito a una modernidad basada en esquemas ideológicos no compartidos.

Aún así, no resulta fácil entender esta búsqueda en el pasado de soluciones a los problemas del presente, y tampoco lograr resolver la paradoja entre la defensa del valor instrumental de la democracia y el respeto del resultado de su ejercicio cuando de él puede derivarse el triunfo de los no demócratas y el fin de la propia democracia. Ya lo dijo Pascal al referirse a aquéllos que exigen en nombre de nuestros principios lo que luego nos niegan en función de los suyos.

He aquí un claro ejemplo de las dificultades derivadas de la existencia de diferentes códigos de valores entre las riberas norte y sur del Mediterráneo: simplificando un poco se puede decir que en Europa, heredera de la tradición de la filosofía griega y del cristianismo, la soberanía y el poder emanan del pueblo, mientras que en la ribera sur del Mediterráneo se estima que proceden de Dios y que no tiene sentido someter a Dios a votación.

En todo caso, está claro que la represión no resolverá el problema. Probablemente la solución deberá venir por la apertura paralela de un diálogo que trate de delimitar reglas de juego compartidas, según las cuales abrir luego vías de participación popular en la cosa pública.

Mientras esto no se logre, la tentación en el norte seguirá siendo el repliegue desconfiado e incrédulo. De ahí al rechazo con todas sus secuelas hay sólo un paso, tentador para algunos, pero que constituiría una traición de incalculables consecuencias al espíritu europeo. ■

pretende llamar la atención sobre su situación, disminuir los jugosos ingresos turísticos y forzar un diálogo con el poder constituido.

La suma de todos estos factores hace que desde Europa el fenómeno se contemple con aprensión creciente. Aunque se distinga claramente entre Egipto, donde la organización integrista Hermanos Musulmanes no es por el momento alternativa de poder, y Argelia, donde el Frente Islámico de Salvación (FIS) podría haberlo sido de no haberse interrumpido el proceso electoral; de hecho actualmente plantea un duro pulso al Gobierno con un diario reguero de atentados y víctimas.

En Túnez, el movimiento islamista radical está descabezado y controlado, aunque conviene no olvidar que los candidatos independientes que defienden sus ideas integristas (el Movimiento de la Tendencia Islámica no está legalizado) obtuvieron un 30 por ciento de los votos en la capital en las últimas elecciones, por más que el sistema electoral mayoritario los excluyera luego de toda participación parlamentaria. Marruecos es un caso muy diferente porque la vitalidad de la religiosidad popular (con sus cofradías tradicionales), la existencia de partidos políticos y la doble cualidad político-religiosa del rey amortigua el sentimiento islamista, que no necesita revestirse de radicalismo y que persigue más bien influir en el poder antes que apoderarse de él. Pero esto no quiere decir que sea inexistente.

Para los islámicos, el poder viene de Dios, por eso no hace falta votar

**Director general de Asuntos Políticos de la Administración española*

Las Huestes

El islam cuenta con unos 600 millones de adeptos. El Corán, además de libro sagrado, es la norma jurídica que regula el comportamiento de todos los creyentes

TERESA BLANCO

ESTA RELIGIÓN, QUE nació en la familia semítica, fue difundida por el profeta Mahoma en Arabia en el siglo VII después de Cristo. En el año 622, Mahoma viajó de La Meca a Medina; este viaje se denominó *hijra* (emigración) y marcó el comienzo del calendario lunar musulmán, en el que cada mes dura 29 días.

El término árabe *islam* significa «rendirse»; es la rendición a la Voluntad de Alá, su Dios único. Su libro sagrado es el Corán. Los llamados Cinco Pilares (obligaciones básicas) de esta religión son: orar cinco veces al día, dar limosna (*zakat*), ayunar en el mes del Ramadán (el noveno del calendario lunar musulmán), peregrinar a la Meca al menos una vez en la vida y la creer en un solo Dios.



El Corán. En su nombre se vive, se lucha y se muere.

La Fecunda semilla de Mahoma

El islam es una religión dual que une los aspectos espiritual y temporal. Los musulmanes se consideran una comunidad de creyentes liderados por Dios cuya misión es la de llevar su religión a todo el mundo. Esta es la causa principal de la *yihad*, la Guerra Santa.

Cuando muere Mahoma, en el año 632, comienza la primera expansión de la religión, hacia el oeste (España) y el este (hasta la India). Los cristianos y judíos en tierra musulmana, eran respetados como creyentes, pero estaban obligados a pagar un impuesto llamado *jizyah*. Los no creyentes eran obligados a convertirse o morir. Muchos judíos y cristianos se convirtieron al islam para no pagar el impuesto.

En el siglo XII se produce la segunda expansión, mucho más importante que la primera. Fue llevada a cabo por los *sufíes* (místicos musulmanes), que llevaron el islam de India y Asia Central a Turquía y al Africa subsahariana.

Los comerciantes musulmanes también contribuyeron en gran medida a la expansión del islam por Indonesia, Malasia y China. Con la pérdida del poder político en la época colonial (siglos XIX y XX), parte de la comunidad islámica radicalizó su postura para conseguir la libertad política y la soberanía en el siglo XX. ■

DOCTRINA

[illegible]

ARTE MUSULMAN

[illegible]



Nombres de Alá, Mahoma y los primeros califas.

CÁBALA Y NUMEROLOGÍA

Están relacionados íntimamente con el valor místico de los números, como el doble tres y el doble siete. El Profeta solía repetir algunos dichos ese número de veces. El número 40, que aparece en el Corán, es el número de días que dura la preparación, meditación y el ayuno de los novicios. Las letras del alfabeto tienen asignados números. La primera letra del alfabeto tiene asignado el número uno (*alif*) y simboliza la unicidad de Alá. La b, que es la primera letra del Corán, representa para muchos místicos el poder divino de crear. La h, a la que corresponde el número 5, es el símbolo de *Huwa* (El), que representa la trascendencia absoluta de Dios.

DICCIONARIO

Integrista: con ese nombre se define al que defiende la interpretación más tradicional, arcaica e inmovilista de su religión.

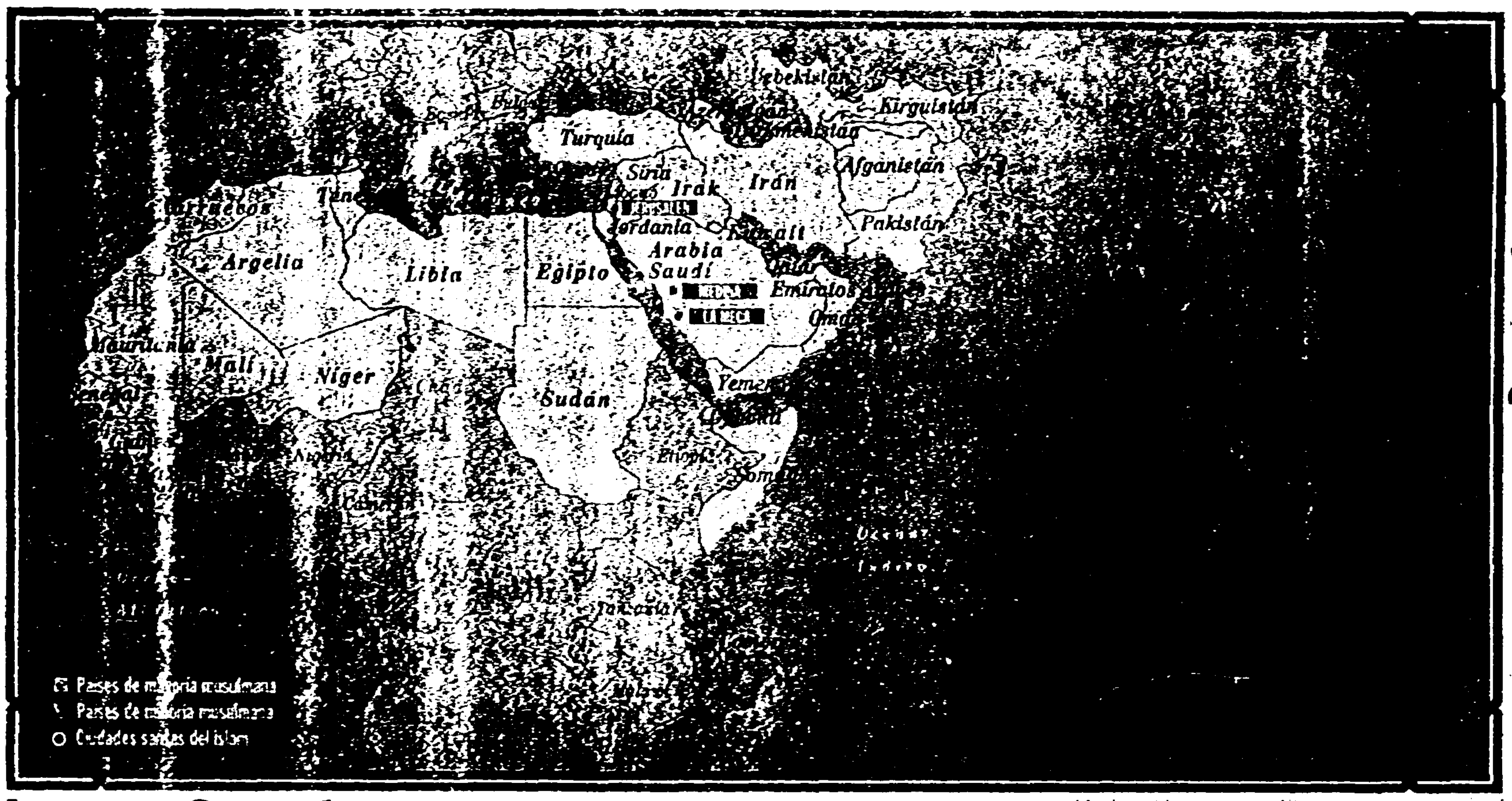
Fundamentalista: se tiene por tal al que usa su religión con la intención de hacerse con el poder político. En el caso de los seguidores del islam, la pretensión es instaurar el imperio de la tradición y de la Ley islámica.

Charia: la Ley islámica. Sus fuentes son el Corán (texto sagrado) y la Sunnah (normas dictadas por Mahoma).

Yihad: término con el que se conoce en la religión islámica a la Guerra Santa.

Doc. Poco legible

de Alá



Lugares Sagrados. El santuario *Ka'bah* en la Meca es el lugar sagrado por excelencia para los musulmanes. Hasta allí se trasladan miles de peregrinos cada año a adorar la Piedra Negra. Según sus creencias, a ella llegan directamente la felicidad y el poder divinos. El segundo lugar sagrado es la mezquita de Mahoma en Medina, y Jerusalén, el tercero. Originalmente, los musulmanes dirigían sus oraciones hacia esta ciudad, desde la cual, según la tradición, Mahoma hizo su ascensión (*mi'raj*) a los cielos.

Las familias del islam

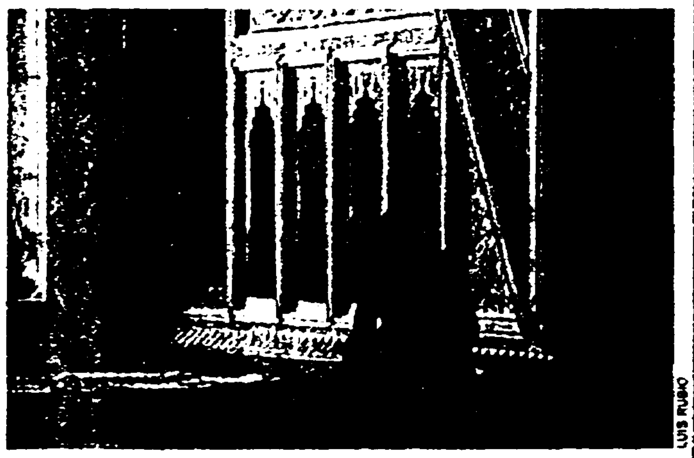
KHARIJISMO. Tendencia que considera las buenas obras como parte integrante de la práctica religiosa. Su confesión de fe es «unirse a Dios y castigar el mal».

LOS MU'TAZILAB. Se denominan a sí mismos «campeones de la unidad y justicia de Dios». No creen en la predestinación y postulan que el hombre es responsable de sus actos porque tiene absoluta libertad para obrar y para interpretar las Escrituras. Dios y el hombre se encuentran, por tanto, en esferas totalmente diferentes.

SUNNITAS. Son musulmanes ortodoxos. Dan importancia fundamental a las tradiciones y a lo que hace la mayoría (*al jama'ah*). Creen en la predestinación de las acciones de los hombres y en el consenso (*ijma*) de la comunidad.

CHIITAS. Consideran al *imam* (líder) como la manifestación de Dios en la tierra. El se encarga de sostener y guiar el conocimiento de sus seguidores. Es infalible. Creen en la libre voluntad del hombre. Dentro de esta tendencia existen varias sectas más o menos extremistas.

SUFISTAS. Creen en la posesión de un conocimiento innato o revelación (*kashf*). Plantean un conflicto entre las figuras del Profeta y del santo. Según los adeptos al sufismo, el santo es más importante que el Profeta porque recibe su conocimiento directamente de Dios, mientras el segundo lo recibe de un ángel.



La oración es uno de los Cinco Pilares del Islam.

Otras formas minoritarias son los Ahmadis y los Musulmanes Negros.

Al Jama'ah: la opinión de la mayoría.
Corán: literalmente, «leer o recitar».
Hadith: conjunto de dichos atribuidos a Mahoma.
Hijrah: viaje de Mahoma a la ciudad de Medina (año 622 d.c.). En esta fecha empieza el calendario islámico.
Imam: líder religioso.
Ijma: consenso.
Ijtihad: literalmente, «esforzarse».
Jizyah: impuesto pagado por judíos y cristianos.
Kashf: revelación.
Khuruj: rebelión. Son llamados *kharijis* los que creen en este método para cambiar una situación injusta.
Mi'raj: ascensión.
Mu'tazilah: separados, escindidos.
Qiyas: razonamiento de las creencias.
Shahadah: confesión de fe musulmana: «No hay más Dios que Alá y Mahoma es su Profeta».
Surahs: capítulos del Corán.
Sunnah: el sendero bien trazado por Mahoma (sus normas escritas).
Ummah: comunidad islámica.
Usul: principios fundamentales.
Yihad: Guerra Santa.
Zakat: purificación.

9400288

05-C5

Nº DOCUMENTO 9400289
TITULO Acciones terroristas contra intereses franceses
PROCEDENCIA Serv. Brasil
FECHA DE PROCEDENCIA 23/11/93
VINCULACIONES 11847 T.I
507472 ARG
65943 FR.

5/14664 #15

INUR Nº 372-G/012/231193

ARGÉLIA

- Ações terroristas contra interesses franceses. Perspectivas.

A espiral de violência promovida por grupos fundamentalistas islâmicos na ARGÉLIA começa a atingir os interesses franceses naquela sua ex-colônia. Entre outros atentados, destaca-se o seqüestro de três funcionários do Consulado francês em ARGEL, em 24 Out 93, posteriormente libertados pelas forças policiais argelinas.

A FRANÇA, dada a proximidade geográfica com a ARGÉLIA e a TUNÍSIA, possui numerosa comunidade muçulmana originária do MAGREB, instalada principalmente nos arredores das grandes cidades, onde é alvo da propaganda político-religiosa de organizações fundamentalistas, como a Frente Islâmica de Salvação (FIS), argelina, atualmente na clandestinidade, e a ***"AL-NADHA"***, tunisina.

Temendo o alastramento da presença de ativistas da FIS no país, o Governo francês promoveu, nos últimos dias, uma operação policial de grande envergadura nos principais redutos muçulmanos de PARIS, LILLE, MARSELHA e LYON, resultando na detenção de 88 pessoas suspeitas de desenvolverem atividades de apoio ao movimento islâmico argelino. Dentre os detidos foram identificados os integristas DJAFFAR EL-HUARI, dirigente da Fraternidade Argelina na FRANÇA (FAF), organização que representa a FIS naquele país; MOUSSA KRAOUCHE, porta-voz da FAF; ABDELHAK BOUDJAADAR; e LARBI BEDDIAF. Os três últimos foram formalmente acusados de envolvimento no seqüestro dos funcionários franceses em ARGEL, com base em documentação, armamentos e explosivos apreendidos em seu poder.

O objetivo da operação policial foi desmantelar o núcleo de apoio da FIS na FRANÇA, suspeito de ter planejado o seqüestro dos cidadãos franceses. Serviu, igualmente, para demonstrar a disposição do Governo de PARIS de responder à violência promovida pelos fundamentalistas contra seus interesses na ARGÉLIA, em especial contra a comunidade francesa, de cerca de vinte e cinco mil pessoas.

O aumento da atividade terrorista na ARGÉLIA deu-se em resposta à decisão do Governo argelino de anular as eleições parlamentares de JAN 92 e de dissolver a FIS, em MAR 92. Desde então, têm sido freqüentes os enfrentamentos entre fundamentalistas e as forças de segurança, bem como a prática de atentados contra policiais e personalidades políticas argelinas, causando a morte de cerca de 400 pessoas. Ultimamente, no entanto, os integristas argelinos parecem ter adotado nova tática terrorista, atacando também cidadãos e interesses estrangeiros no país, com vistas a desacreditar o Governo de ARGEL perante a comunidade internacional.

Por sua vez, além da decretação, por tempo indeterminado, do ***"estado de emergência"***, o Governo argelino aprovou, em 04 Out 92, uma legislação prevendo pesadas penas aos acusados de terrorismo, inclusive sentenças de morte. Os julgamentos

dos envolvidos têm sido realizados por Cortes Especiais de Justiça, instaladas em ARGEL, ORAN, CONSTANTINE e ANNABA, as quais, até o momento, sentenciaram à morte 320 fundamentalistas, dos quais 26 já foram executados.

Apesar dessas medidas, é previsível uma ampliação das atividades do chamado ***"fundamentalismo combatente"***, principalmente contra a presença de ocidentais no país, situação capaz de impor, a curto prazo, ao Governo argelino, a adoção de ações mais amplas de controle interno, entre as quais a restrição às atividades das organizações religiosas.

* * *

Nº DOCUMENTO 9400290
TITULO Fechas posibles de atentados terroristas
PROCEDENCIA CIA
FECHA DE PROCEDENCIA 25/11/93
VINCULACIONES 11847
97-

SECRET - IMMEDIATE

25TH NOVEMBER, 1993

REPORT NO: /7320

SUBJECT: SENSITIVE DATES (Fechas importantes)

1. WE ARE ENTERING A PERIOD IN WHICH SOME DATES MAY BE SINGLED OUT BY TERRORIST ORGANIZATIONS FOR PERPETRATING TERRORIST ATTACKS.

2. THE PEACE PROCESS MIGHT PROMPT ORGANIZATIONS AND/OR INDIVIDUALS TO INDEPENDENTLY PERPETRATE ATTACKS ON ISRAELI/JEWISH TARGETS ABROAD ON ANY OF THE FOLLOWING DATES:

A. 29 NOVEMBER - ANNIVERSARY OF THE UNITED NATIONS RESOLUTION ON THE PARTITION OF PALESTINE. THIS HAS BEEN DECLARED A DAY OF SOLIDARITY WITH THE PALESTINIAN PEOPLE.

B. 9 DECEMBER - THE ANNIVERSARY OF THE OUTBREAK OF THE UPRISING IN THE TERRITORIES. THIS DATE IS USUALLY MARKED BY CEREMONIES, RALLIES AND STRIKES.

C. 9-16 DECEMBER - THE FESTIVAL OF HANUKKAH.

D. 24-25 DECEMBER - CHRISTMAS. IN THE PAST, LETTER BOMBS WERE SENT AROUND THIS DATE, UNDER THE GUISE OF INNOCUOUS GREETING CARDS.

E. 31 DECEMBER-1 JANUARY - NEW YEAR 1994.

F. 1 JANUARY - NEW YEAR'S DAY, AND THE ANNIVERSARY OF THE FOUNDING OF FATAH.

000

01-01

9400290

INSURGENCIA KURDA EN TURQUIA

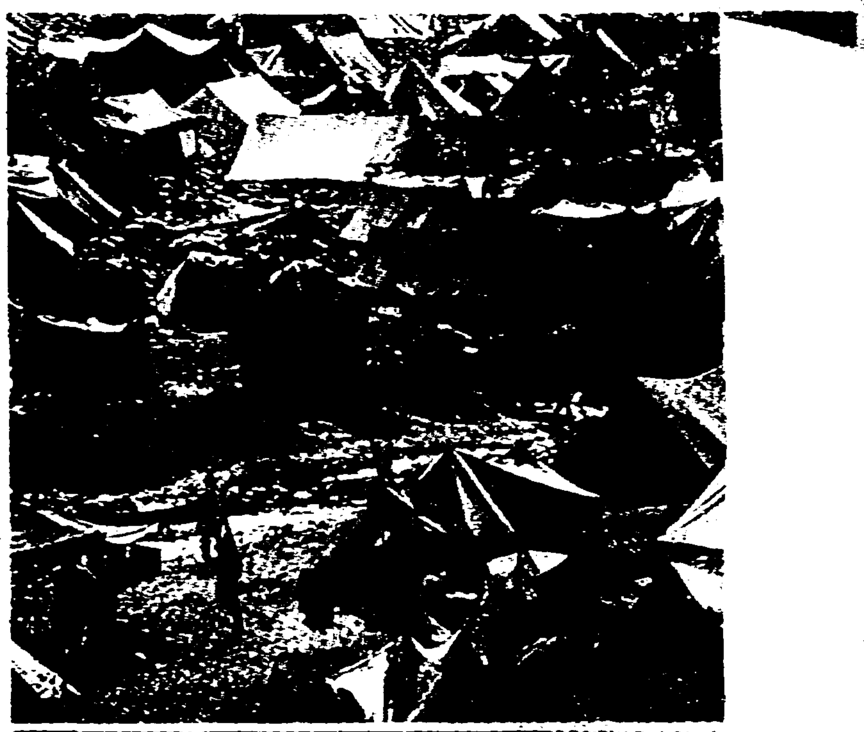
La Otra Guerra del Oriente

Lo que empezó hace casi diez años como una insurgencia focalizada —una "rebelión de los kurdos" más, aparentemente controlable— se ha convertido en una guerra en gran escala que ahora amenaza la estabilidad de Turquía y abre graves interrogantes para el futuro de este país.

LAS partes en conflicto están decididas a ir hasta el final en lo que se ha convertido en un enfrentamiento de los más sangrientos de la historia turca, que cobra un promedio de 30 muertes por día entre rebeldes, soldados y civiles que ha ocasionado la huida de más de medio millón de refugiados.

Como Vietnam

Los kurdos constituyen una etnia sin territorio propio. Habitan una región montañosa que engloba porciones de Siria, Irán, Irak, Armenia y Turquía y reivindican la formación de un Estado propio que nunca ha podido materializarse. Conforman una nación en perpetuo conflicto con sus distintos soberanos, que en los últimos setenta años se ha levantado en armas 16 veces contra los turcos (siendo aplastados en cada una de esas oportunidades). Ahora, una vez más, concentran sus fuerzas en el sector sudoccidental de Turquía, donde también operan 200.000 soldados del gobierno de Ankara, comprendidas 10.000 tropas especializadas en lucha antiguerrillera y milicias territoriales. Un enviado del semanario norteamericano *Times* a la zona de combates comparó recientemente la situación que se vive en torno a Diyarbakir, la principal base de orientaciones turca en la zona, con la que antaño se daba en los centros de desempeño norteamericano en Vietnam. Los rebeldes, escribe el enviado "tratan de expulsar todo tipo de autoridad turca de la región. Políticos y periodistas están amenazados de muerte. Los kurdos prohibieron el cigarrillo, el alcohol y la circulación de los medios de prensa. Las industrias regionales se han visto obligadas a abandonar la zona. Como representantes y símbolos del "imperialismo turco" los maestros fueron elegidos como blancos especiales y 47 de ellos fueron asesinados en lo que va del año. Se incendiarion 500 escuelas y otras 3.000 se vieron obligadas a cerrar sus puertas. Los guerrilleros han dado muerte a 200 mujeres y niños kurdos con el propósito de asegurarse de que nadie colabore con las autoridades turcas".





La Insurgencia Organizada

Durante décadas los gobiernos de la región, incluido el turco, no prestaron mayor atención a los movimientos kurdos, controlando las periódicas insurrecciones y levantamientos ocurridos con la regularidad de tormentas estacionales. En la última década, sin embargo, la situación cambió a merced a la irrupción en escena del Partido Kurdo de los Trabajadores (P.K.K.) un movimiento de orientación e ideología marxistas cuya plataforma reivindica la secesión de Turquía y el surgimiento de un estado autónomo. El informe antes citado del periodista norteamericana compara los métodos del P.K.K. con la insurgencia senderista en el Perú. Practicando hasta sus extremos la máxima "quien no están con nosotros en nuestro enemigo", el P.K.K. no ha vacilado en cobrar víctimas entre los propios kurdos acusados de "colaboricionistas". En la represión, el ejército turco tampoco se ha caracterizado por utilizar métodos demasiado contemplativos. Turquía tiene una población de 57 millones de habitantes de los cuales 12 millones son kurdos. De estos, hay unos 5.000 cuadros guerrilleros de alto nivel de adiestramiento, respaldados por unos 150.000 milicianos comprometidos con el movimiento y unos dos millones de simpatizantes. El P.K.K. tiene numerosas fuentes de ingresos que lo dotan de importante poder económico. Uno de los principales aportes y "colaboraciones" provenientes del millón y medio de kurdos emigrados a países europeos (el P.K.K. es muy activo en estas comunidades exiliadas). Pero desde hace mucho tiempo las autoridades de lucha contra el narcotráfico señalan al P.K.K. como un vínculo clave en la cadena de transmisión de la heroína procedente de Afganistán, Irán y el Líbano con destino a las principales metrópolis de Europa. La insurgencia no sólo está bien organizada sino muy bien financiada.

El P.K.K. ha llevado al exterior su guerra contra Turquía mediante actos de terrorismo y sabotaje contra funcionarios diplomáticos, empresas y negocios turcos en países tales como

Medio



Campo de refugiados: medio millón de personas procuran escapar de la matanza

Suiza, Gran Bretaña y Francia. En la propia Turquía el objetivo oficial del movimiento es crear un Kurdistán independiente. Una meta más inmediata, sin embargo, en palabras de Abdullah Ocalan, cofundador del P.K.K., es la desestabilización del estado turco. "Queremos otro golpe militar. Queremos el fin de la democracia en Turquía. Será entonces que podremos prevalecer" dijo Ocalan en declaraciones a la prensa libanesa.

Turquía es el ancla euroasiática de la OTAN. El país tiene aspiraciones de larga data de unirse a la Comunidad Europea. La "guerra kurda" puede, efectivamente, constituirse en un factor de incertidumbre y extrema debilitación en un país que busca consolidarse por el camino de la democracia representativa. Turquía linda, además, con algunas ex-repúblicas soviéticas del Caúcaso (Armenia, Azerbajan, Georgia) también conmovidas por luchas civiles sangrientas. El caos no le conviene a nadie, salvo a los creyentes y practicantes de la filosofía de "lo peor es lo mejor", que ocasiona los grandes desastres.

Turquía

COMBATES CON EJERCITO

Cinco guerrilleros kurdos murieron en un choque con el Ejército de Turquía en la provincia oriental de Igdir, informaron las autoridades.

Un grupo de guerrilleros que viajaban en una furgoneta dispararon contra un grupo de soldados en un control, e hirieron a dos de ellos, según las fuentes.

El Ejército montó una operación para perseguir a los atacantes, en la que dio muerte a cinco de los guerrilleros.

Once mil personas han muerto desde que el Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) tomara las armas en 1984 para conseguir un Estado kurdo en el sudeste de Turquía.

Turquía

CONTINUAN BOMBARDEOS CONTRA EL NORTE DE IRAK

La aviación turca volvió a lanzar sus bombas contra las bases de la guerrilla kurda turca en el norte de Irak, señaló la primera ministra Tansu Ciller, al confirmar una nueva ofensiva aérea de Turquía en el país vecino.

Ciller informó al Parlamento que el pasado lunes, tras el reconocimiento aéreo previo por helicópteros, los cazabombaderos arrasaron nueve campamentos del grupo separatista turco Partido de los Trabajadores de Kurdistán (PKK) al otro lado de la frontera.

La primera ministra resaltó que no fue alcanzada ninguna zona habitada por los kurdos autóctonos iraquíes que el año pasado combatieron contra el PKK después de que este último intentara hacerse fuerte en las montañas del norte de Irak.

Algunos comentaristas opinan que el Ejército turco quiere una ofensiva a gran escala mientras el duro invierno les hace la vida difícil a los guerrilleros, y así restarles el máximo de capacidad operativa antes de las importantes elecciones locales que se celebrarán en primavera.

El PKK se alzó en armas en 1984 para reclamar el derecho a la autodeterminación para los 12 millones de kurdos que viven en Turquía.

02 - 02

Nº DOCUMENTO 9400292
TITULO Vascos liberados en el Uruguay.
PROCEDENCIA /50090
FECHA DE PROCEDENCIA 1/12/93.
VINCULACIONES 112/3TM
501410 ETA
507466 URU
507513 ESP.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

LA ULTIMA VASCA RECLUIDA EN CARCEL CENTRAL FUE LIBERADA

Amaia Arakistain la última mujer vasca que quedaba presa en Cárcel Central está desde el viernes en la noche de nuevo en casa. Su liberación es la segunda en la semana, a continuación de la de Juan José Urrutia.

Debemos recordar que aún permanecen presos tres vascos, Mikel Ibáñez esposo de Amaia, Luis María Lizarralde y Juanjo Goitia.

En esta semana también se ha hecho público un llamado de la Comisión Uruguaya por el Asilo Político a una concentración el 10 de diciembre a las 10.30horas en la Plaza Libertad, con motivo de la celebración mundial del Día de los Derechos Humanos.

«Para que los vascos pasen Navidad en casa con sus familiares y amigos», es la consigan de la concentración.

CONVERSANDO EN LA TRAINERA

Encontramos a Amaia Arakistain en La Trainera en la noche de ayer. Esa mujer de aspecio frágil que nos franqueó la entrada es ella, la mujer que nos desveló tantas veces durante la huelga de hambre mientras pensabamos en lo injusto del encierro que la privaba de su hijo y le significaba a él la ausencia de su mamá. Entre otras cosas importantes. Solicitar una evaluación de lo vivido era en ese momento imposible y hasta desplazado. Asistimos entonces a un momento de rencuentro y amistad, alrededor de una mesa que se convierte con el tiempo en familiar. Kepa, el hijo de Amaia y Mikel viene y va entre las mesas, se sienta en su falda, vuelve a brincar, se trepa al árbol del fondo. Reinicio de una vida normal, o casi. Todavía falta el papá.

Conversamos de la inseguridad de Amaia al comenzar la huelga de hambre. Esta mujer que resistió los 26 días de riguroso ayuno con una entereza y una fortaleza moral y física admirable nos cuenta las dudas que la embargaban antes de empezar. Argutzane Delgado le daba confianza, argumentando que ella era más que capaz de llevar adelante la huelga y resistirla. Amaia Arakistain sorprendió a médicos y parlamentarios que la visitaron por su resistencia. También sorprendió a sus guardianes, despertando un muy merecido respeto. Hoy, con humildad, la que dio una lección dice haber aprendido algo más de la vida...

De estas cosas conversamos en el patio de La Trainera. En los próximos días continuaremos informando.

Silvia Martínez.

Ayer se confirmó la negativa a su extradición

Liberaron al ciudadano vasco Juan José Urrutia

■ Ayer el Tribunal de lo Penal de 1er. Turno, con el voto unánime de sus tres ministros los doctores Irma Alonso, Gervasio Guillot y Eduardo Lombardi, confirmó la negativa a la extradición de Juan José Urrutia, tal como lo había decretado en primera instancia el juez de lo Penal doctor Gómez Tedeschi. La libertad fue comunicada de inmediato. Quedan aún por resolver en el Tribunal de 1er. Turno, las situaciones de Amaia Araquistain, cuya extradición fue negada en primera instancia y la de Luis María Lizarralde cuya extradición fue otorgada. La actual situación de los vascos es la siguiente: hay todavía cuatro en prisión, dos esperando se resuelva acerca de la extradición y dos esperando se resuelva el incidente excarcelatorio que planteara su defensor, doctor Gustavo Puig.

9400292

01-02

· Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA /5.002.3
FECHA DE PROCEDENCIA 4/12/93
VINCULACIONES

ENTRADO
CRUZADO

Aún quedan tres vascos encarcelados

Liberaron a Amaia Araquistaín

■ Fue liberada en la tarde de ayer de la ciudadana vasca Amaia Araquistaín, detenida desde hace un año y medio en Cárcel Central. La liberación se produjo por decisión del Tribunal de Apelaciones, el que ratificó la sentencia del juez Gómez Tedeschi de no conceder la extradición y desestimó la apelación del fiscal Miguel Langón.

Del grupo inicial de 13 vascos acusados de mantener vinculaciones con la ETA, quedan aún tres vascos recluidos en Jefatura: Jesús Goitía, Mikel Ibáñez y Luis Lizarralde. Con respecto al primero, hay en trámite un pedido de cese de arresto cursado por su abogado defensor, doctor Gustavo Puig, en tanto que los expedientes de los restantes están pendientes también del Tribunal de Apelaciones.

Las 8 extradiciones solicitadas a la Justicia uruguaya por parte del gobierno español motivaron pocos días atrás una controversia diplomática entre ambos países.

Una carta enviada desde España recibida en la cancillería contenía una protesta porque Uruguay estaba demorando demasiado tiempo en resolver el problema. Al día siguiente, Uruguay respondió con una misiva entregada al embajador español, en la que se argumentaba que la Justicia es independiente y que no se puede interferir en la toma de decisiones de la misma.



Amaia Araquistain, fotografiada anoche, poco después de su liberación.

9400292

02-02

Nº DOCUMENTO 9400293

TITULO Enfrentamientos en Franja de Gaza

PROCEDENCIA 'S0023

FECHA DE PROCEDENCIA 1/12/93

VINCULACIONES 11847 TI

500868 OLP.

514395 A-F

[illegible] 507603 ISR.

ENTRADO VZ

CRUZADO AZ

Los Halcones perdieron la paciencia

Franja de Gaza (AFP)
por Sammy Ketz

Una densa nube de humo negro flotaba ayer sobre Gaza, donde la [illegible] de los enfrentamientos, en los que 80 palestinos fueron heridos [illegible], recordaba los primeros días de la Intifada, hace seis años.

Los jóvenes de Gaza siguieron quemando neumáticos por toda la ciudad [illegible] a las patrullas israelíes que tratan de extinguir las llamas y la [illegible].

Por la mañana, las calles de la ciudad y de las principales localidades de la franja de Gaza estaban llenas de resto de automóviles calcinados.

La técnica de los enfrentamientos es la misma por todas partes. Así, en el campo de refugiados de Jabaliya, donde se encuentra una importante posición militar, los jóvenes escondidos en las esquinas se turnan para [illegible] o insultar a los israelíes. Soldados protegidos por sacos de arena [illegible], mientras las ambulancias estacionadas en las cercanías esperan para recoger a los heridos y transportarlos al hospital.

En este campo, dos fotógrafos de la AFP, Patrick Baz y Fayez Nurredin, fueron golpeados por soldados israelíes. Un fotógrafo de Associated Press, Jerome Delay, fue alcanzado por una bala de goma, mientras su compañero de trabajo Nati Harnik fue golpeado y detenido durante varias horas.

La mayoría de los heridos ingresados en los hospitales procede de Jan [illegible], Jabaliya y Gaza. En el primer campo, tres miembros de los Halcones [illegible], principal componente de la OLP (Organización de Liberación [illegible]) lanzaron una granada y abrieron fuego contra una patrulla.

Según un médico del Hospital Nasser de Jan Yunes, en su establecimiento fueron ingresados 20 heridos en las escaramuzas y los soldados israelíes [illegible] por la mañana en busca de los autores de ataques armados.

En Beit Hanun, norte de la franja de Gaza, activistas de los Halcones con [illegible] verde oliva y el rostro encapuchado patrullaban por las calles para hacer respetar la consigna de huelga general lanzada por su organización.

En Rafah, en el sur de la franja de Gaza, dos Halcones lograron escapar [illegible], después de que los soldados asediaron la casa del número uno de la organización, Tayssir Bordeineh, a quien detuvieron.

En el mismo momento, cinco otros Halcones, con el rostro oculto con el "keffieh" (pañuelo palestino a cuadros blancos y negros) declararon a los periodistas: "Nosotros aceptamos la orden de la OLP de cesar el fuego contra los soldados, pero ellos dispararon contra nosotros. Tuvimos mucha paciencia, [illegible] vamos a volver los fusiles contra el ocupante".

DOC. POCO LEGIBLE

9400293

01-01

Nº DOCUMENTO 9400294
TITULO Declaración de Ex-dirigente Tupamaro.
PROCEDENCIA /50023
FECHA 1/12/93
VIA 11140 sub.
507466 URU
500457 MLN

ENTRADO NZ
CRUZ DE NZ

9400294

01-03

Tras regresar de Europa, donde traducirán varios de sus libros, aseveró que "el FA tiene

El ex dirigente tupamaro Mauricio fuerzas de izquierda "nunca se

* "El período de la lucha armada también es válido porque la única cosa a la que un hombre no tiene derecho es a quedarse quieto"

Mauricio Rosencof, veterano dirigente del Movimiento de Liberación Nacional—Tupamaros, narrador, dramaturgo, recientemente llegó de una gira por Europa, donde se le traducirán varios libros que componen su obra a los idiomas árabe y turco, teniendo "El Bataraz" buenas repercusiones en el cineasta Costa Gavras. Al regreso de su gira, Mauricio Rosencof señaló en entrevista con **LA REPUBLICA** que "las organizaciones de izquierda nunca se han preparado para el gobierno" y "las discusiones dentro del Frente Amplio son temas menores con respecto a otros que deben ser solucionados por todos los políticos del país".

—En los comienzos del Frente Amplio existía la concepción de que al imperialismo y al capitalismo se los enfrentaba con una izquierda unida, fundamentalmente. ¿Continúa vigente esta noción?

—La presencia del imperialismo y la injusticia social del capitalismo exigen una respues-

[illegible] está hablando mucho sobre la caída del socialismo, pero continúa existiendo la motivación del individuo frente a la injusticia social y la ideología que busca ese individuo. Dicha ideología puede fenecer, pero lo que no muere es la injusticia social que motiva al hombre a buscar una respuesta.

Es decir, que cuando se habla de la muerte de una ideología, debe decirse que las situaciones desesperantes que viven la mayor parte de los habitantes del planeta van a seguir motivando convulsiones sociales, porque no hay nada más subversivo que el hambre.

Los respecto a la crisis del socialismo, eso es un proceso, una evolución. Lo que incuestionablemente padeció fue la estructura donde se concebía al socialismo, estructurado, a su vez, en determinados Partidos Comunistas.

Así que la crisis es de ellos, de los viejos miembros del Partido Comunista (teniendo en cuenta que yo fui co-fundador de la UJC).

El Frente Amplio por su parte tiene como esencia al socialismo y si no fuese de ese modo tendría que crearse otro Frente Amplio.

Hoy el Frente Amplio es la fuerza que se rebela ante la injusticia social, junto con otras fuerzas y organizaciones que no están estructuradas dentro de las 18 que integran la coalición.

¿Que es lo que ocurrirá? No lo sé. Como se sabe, no estoy encuadrado en lo que tradicionalmente se concibe como militancia.

Sin embargo soy militante. Mi obra literaria es un acto político, esta entrevista es un acto político. Hay muchas maneras de concebir la militancia.

—¿Hay un cambio profundo en lo que usted concebía como militancia hasta hace poco tiempo, relativamente?

—Son diferentes períodos. Aquello era absolutamente válido en aquel momento. En los comienzos de mi militancia trabajé en la comisión de propaganda del Partido (junto a Héctor Rodríguez, uno de los diputados más notables que tuvo este país). En otros momentos fui a vivir a la cuenca arrocera, alrededor de 1955, donde me encuentro con Raúl Sendic.

El período de lucha armada también es válido. La única cosa a la que un hombre no tiene derecho es a quedarse quieto, pues la militancia es una actitud frente a la vida, es una necesidad y un acto de alegría.

—Las conferencias que usted acaba de dar en varios países de Europa, ¿también son parte de la militancia?

—En algunos países de Europa señalaba en conferencias que sería suficiente una actitud humana por parte de algunos dirigentes políticos de nuestro país, para que termine el problema de la desnutrición, en un terriotorio que tiene, por ejemplo, la segunda reserva pesquera más importante del mundo. Según la Unicef tenemos un 27% de niños desnutridos.

Es claro que para resolver el problema de la niñez abandonada en nuestro país no hay que solucionar el problema del latifundio y del imperialismo, por lo que no habría obstáculos en que se pusieran de acuerdo desde el comandante en jefe del Ejército hasta dirigentes de izquierda.

—Continuando con el Frente Amplio, se ha disuelto la homogeneidad que lo caracterizaba (a pesar de la diversidad de fuerzas). ¿Las divisiones entre "moderados" y "radicales" son tan profundas como para que haya separación política dentro de la coalición?

—Con respecto al tema que veníamos hablando éste me parece menor. Si se mira por encima de esas discrepancias (que son transitorias) se ve a un Frente integrado por gente que tiene una misma preocupación frente a temas fundamentales. Por otra parte, una de las estructuras puntales del Frente Amplio siempre ha sido el Partido Comunista y se vio que luego de la crisis y las divisiones que se produjeron ninguno de ellos se fue de la coalición.

—Estas discusiones que se plantean en el Frente Amplio sobre reestructura, fecha de realización de elecciones internas, ¿obstaculizan los objetivos del Frente?

—Las polémicas de orden interno en una organización como el Frente no son para espantarse. Hace tres años se produjo una escisión con el alejamiento de Batalla, pero las preocupaciones sociales continúan siendo puente entre las dos fuerzas.

En el pasado hubieron entendimientos entre Arismendi y Wilson Ferreira, constituyendo acontecimientos significativos.

No deben, entonces, magnificarse esos sucesos, y no intervengo en esas discusiones pues lo más importante es que el Frente no pierda el norte hacia donde apunta.



"Los paradigmas revolucionarios siguen vigentes, así como la necesidad de encontrar una respuesta, una en cada país".

—Sin embargo no sólo hay diferencias en cuanto a fecha de elecciones, también las hay con respecto al pago de la deuda externa. ¿Cuál es su posición al respecto?

—En 1988 se reúne en Berlín el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. En el mismo momento organizaciones contestatarias se congregan y yo inauguro el llamado anti-congreso.

Como lo hice entonces, voy a contestar a esta pregunta.

Recordé un relato de "Las mil y una noches" cuando en Bagdad un pordiosero colocó su trozo de pan en el humo de la olla de un gran restaurante. El dueño del lugar alegó que ese era su humo y que le debía pagar por ello. El mendigo replicó que no tenía con qué pagarle y lo llevan a la justicia.

El juez coincide con el propietario del restaurante y le pide al mendigo que entregue su única moneda. De inmediato se dirige al dueño del restaurante y le pregunta: "¿Ves esta moneda? Ahora escucha". El juez golpea la moneda contra el mármol y dice: "El humo de esa comida se paga con el sonido de esta moneda", devolviéndole la misma al mendigo.

—Otro de los problemas que pueden observarse en el Frente es su dificultad para perpetuar aquella fuerza que logró luego del plebiscito del 13 de diciembre pasado, para colocarse con mayor peso en 1994. ¿Ha sabido continuar esa fuerza alcanzada?

—Junto con el Frente otras fuerzas ponen claramente de manifiesto que existen otras corrientes en otros partidos que pueden entenderse y marchar juntas.

La conducta de los partidos obedece a la conducta de los hombres que los dirigen y los hombres tienen todos las mismas limitaciones, defectos y ambiciones que deben posponerse para resolver, en primer lugar, el problema de la niñez.

—¿Es viable, entonces, para el Frente Amplio ganar las elecciones nacionales para 1994?

—Uno de los problemas más fuertes de la organización revolucionaria y de las políticas que se definen de izquierda, es que nuca se han preparado para el gobierno.

Así, Tabaré Vázquez era conocido por ser oncólogo y presidente del Club Progreso y dentro del Partido Socialista no tenía un gran peso en su dirección. De pronto aparece y según las encuestas la gente responde afirmativamente.

Precisamente entonces hay que ir ganando espacios y conocimientos que no tenemos hoy en el Frente Amplio.

Con un gobierno de coalición, que es el paso más lógico en estos momentos, la cuestión principal es dilucidar cómo deben ser las relaciones con las demás fuerzas, organismos e instituciones.

Hay que tener una política muy clara y muy precisa, que tradicionalmente no tenemos. La izquierda siempre ha sido contestataria y opositora y el ejercicio del gobierno es muy



Rosencof opinó sobre el relacionamiento del Frente Amplio con las FFAA: "Una organización debe estar conectada con todas las fuerzas, estableciéndose los términos dentro del marco de la Constitución y las buenas costumbres"

como esencia el socialismo, y si no fuese de ese modo tendría que crearse otro Frente"

Rosencof reconoció que las han preparado para el gobierno"

distinto.

—¿Cuáles deben ser, entonces, las relaciones entre el Frente Amplio y las Fuerzas Armadas?

—Una organización debe estar conectada con todas las fuerzas, estableciéndose los términos dentro del marco de la Constitución y las buenas costumbres.

Sin embargo, a pesar de que existe un serio conflicto con los militares desde la época de la dictadura, tenemos que gobernar relacionándonos con las fuerzas que, justamente, no coincidimos, porque las negociaciones no sólo se hacen con los amigos. Deben realizarse mejoras básicas y para ello hay que desprenderse de la propia estructura partidaria.

—¿Ha variado, según usted, el significado de izquierda desde hace 20 años a la actualidad?

—Las izquierdas varían en cada coyuntura, en cada país. Hace 20 años atrás los anarquistas eran parte de la izquierda y sin embargo tenían su posición y no aceptaron al Frente Amplio.

En toda época han habido discrepancias y convulsiones en la izquierda y ésta no es una línea recta sino una avenida donde puede zigzagearse dentro de ella.

La izquierda tiene que ser como los dedos de una mano, sueltos no sirven para nada y en un determinado momento tienen que cerrarse y formar un puño.

—¿Ve usted agotados los paradigmas revolucionarios, derivados, por ejemplo, de la Revolución Cubana?

—De la Revolución Cubana, de la Revolución Rusa en 1917, de la Revolución Mexicana en el mismo año, del ejemplo de Guatemala y Nicaragua y yendo más atrás aún nos encontramos con Tupac Amaru en 1788.

Los paradigmas revolucionarios siguen vigentes y sigue vigente la necesidad de encontrar una respuesta, una en cada país.

En una encuesta se observaba cómo el 15% de los jóvenes uruguayos se identifican con un grupo musical y no con un grupo político.

Porque hay, sin duda, un desgaste de la palabra y la acción y hay una actitud de expectativa, hay necesidad de nuclearse en torno a algo, sin saber bien a qué.

—¿Hay una especie de apatía, una privatización del individuo?

—Transitoria. La Revolución no es una carrera de 100 metros llanos, es una carrera de postas y los jóvenes la van a hacer, no como la intentamos nosotros; a su manera encontrarán su respuesta.

—¿Usted qué respuesta encuentra?

—La misma de siempre. Uno tiene que tener sentido común e interpretar el período con sentido crítico.

En este momento desearía que se produjera un movimiento en el tablero, que se dejaran de lado los deseos de poder, las vanidades y que hubiera un encuentro de las corrientes políticas sin prejuicios.

El siguiente es un conjunto de nombres, lugares, recuerdos, que se le propusieron al entrevistado. Las respuestas adjuntas son las asociaciones que Mauricio Rosencof hizo al escucharlas.

—Alejandra (su hija): Embarazada, se llamará Inés

—Las Toscas: Los viejos.

—Columna 10: La tercera que se forma dentro del MLN-T.

—Paso de los Toros: Las catacumbas, las ratas.

—Wasem: El Nepo, mi hermano.

—Frente Amplio: Desde semiclandestinidad partici[illegible] para su creación.

—Carusso: El Ñato y Marenales me ponen así porque mi sobrenombre hasta ese entonces era Ruso y me cambiaron a Carusso.

—Leonel (su nombre de guerra): Mi hermano, él murió y lo tomé para que de alguna forma esté presente.

—Acrósticos: Hice un millón y medio en la cana y los cambiaba por huevos duros, yerba, cigarros.

—Alpargata: Libro que lo acaban de publicar en Francia, conversaciones con la...

—Santa Clara: El séptimo de Caballería: la lacra.

—Nº 813: Eso lo llegué a añorar. Estuve 10 meses seguidos en la biaba, luego nos llevan al Penal y luego de setiembre de 1973 nos tienen en un pozo, incomunicados.

Allí soñé con el Penal como si fuera el Sheraton y como la felicidad no es más que la comparación de un estado con otro, añoré el 813.

—14 de marzo (día de la liberación): Cumple el Ñato y con ese motivo nos dan la libertad.

—Pamento: Personaje del barrio, glorioso. Cuando murió, el negro Varela rezó en la Iglesia cantándole "uruguayos campeones..."

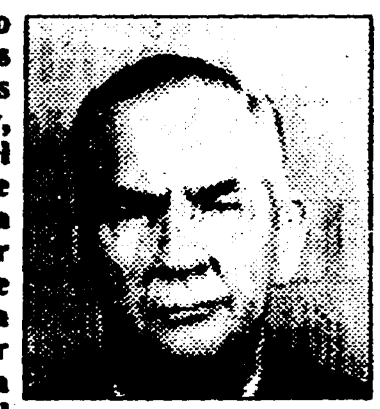
—Revolución: La Revolución es un acto de amor, una necesidad orgánica de la condición humana.

03-03

Nº DOCUMENTO 9400295
TITULO Los vascos y el derecho de asilo
PROCEDENCIA 150014
FECHA DE PROCEDENCIA 2/12/93
VINCULACIONES 11213 TM
507513 ESP
507466 URU
501410 ETA

ENTRADO VZ
CRUZADO VZ

LOS VASCOS Y EL DERECHO DE ASILO



Roberto GILARDONI

Un representante del gobierno español, que visitó estos días Montevideo, postula la entrega de los ciudadanos vascos, llegados al Uruguay, escapando de la persecusión de aquel gobierno. Torrens, que así se llama éste joven socialista que integra el oficialista gobierno monárquico español, quizá por las cinco décadas que han pasado desde que Indalecio Prieto también tuviera que escapar de España por defender hasta el límite de sus fuerzas la continuidad de la República en aquel país, no tenga por la razón del tiempo transcurrido, recuerdos muy claros. Pero hay quien los tiene.

Si Indalecio Prieto viviera y estuviera todavía en Uruguay, el gobierno español también tendría que pedir su retorno, a los efectos de ser juzgado. Porque, ¿acaso no era con las armas en la mano y matando fascistas, que los republicanos españoles defendían la Libertad, la Democracia y el decoro nacional?

Se trata del derecho de Asilo, que está por encima de toda consideración parcializada. Es mucho más digno, para cualquier gobierno democrático, equivocarse negando el retorno, que equivocarse dando la anuencia para llevarlos a España. Siempre quedará la duda si deben ser o nó extraditados.

Pero si en el futuro se conoce la verdad y ella demuestra que son simplemente perseguidos políticos, ya no podrá el Uruguay lavar semejante mancha. Si la verdad no llega a conocerse, nuestro país tendrá la sospecha de que cumplió solo a medias y sin convicción con tan sagrado derecho de Asilo.

El dirigente socialista fue entrevistado y se le preguntó si en España se presiona o se tortura a los detenidos. La respuesta asombra. Dijo que ningún país escapa a la denuncia de que existan la presión y la tortura. España, por lo tanto, tampoco. Organizaciones mundiales de Derechos Humanos proclaman que casi ningún país esc[illegible] [illegible]todos violatorios de esenciales Derechos. Pensa[illegible] a pesa[illegible] todo, la pres[illegible]cia del señor Torrens en nues[illegible] país, y [illegible] declaraciones en el Foro de carácter Socialista en el que intervino, llevan a una posible reconsideración de lo que Uruguay está estudiando y resolviendo. Ni siquiera en España se tiene clara idea de lo que son y lo que fueron, los etarras que se juzgan.

Víctor Hugo escribió en la primera página de uno de sus libros, desde su exilio en Inglaterra, lo siguiente: «Digo a Inglaterra la verdad, PERO YO, COMO ASILO LA AMO».

Por encima de banderías, Uruguay tiene la oportunidad de aumentar, si cabe, su grandeza.

01-01

9400295

Nº DOCUMENTO 9400296
TITULO Condenan a un integrista a muerte en Egipto
PROCEDENCIA 150483
F 2/12/93
VINCULACIONES 11847 TI
65841 E6.

ENTRADO N2
CRUZADO N2

EO 2/12

Culpable del asesinato del intelectual liberal egipcio Farag Fuda

Egipto: condenan integrista a muerte



AFP

Destino incierto
El hijo de uno de los fundamentalistas musulmanes frente a su padre preso

El Cairo - Un tribunal egipcio condenó ayer a muerte al extremista musulmán Abdel Shafi Mohamed Ramadán, declarado culpable del asesinato del intelectual liberal egipcio Farag Fuda cometido el 8 de mayo de 1992.

El presidente del tribunal, Mohamed Abdel Hamid al Bahr, dijo que el veredicto fue comunicado al Mufti (máxima autoridad religiosa) de la República, jeque Husein Tantawi, quien debe dar su conformidad a la aplicación de las sentencias.

Ashraf Sayed Ibrahim, acusado también de haber participado en el asesinato de Farag Fuda, fue ejecutado en julio pasado después de que un tribunal militar le encontrara culpable de haber tomado parte en el atentado frustrado contra el ministro de Información, Safuat el Sherif, el 20 de abril de este año.

Entre los otros 11 militantes islámicos acusados (cuyo proceso fue pospuesto) figura Safuat Abdel Ghani, jefe del ala militar de la organización radical Yihad (Guerra Santa), que se encontraba en prisión cuando Fuda fue asesinado, pero a quien se acusa de haber sido el instigador del crimen.

El juicio contra los asesinos de Farag Fuda tuvo y tiene un particular relieve, ya que los acusados pretendieron que actuaron contra él por ser apóstata, y dijeron que en el Islam los apóstatas no tienen lugar y deben ser eliminados si no se arrepienten.

Una de las más importantes autoridades islámicas del país, el jeque Mohamed al Gazali, cuya opinión a ese respecto fue solicitada por el tribunal, declaró que "quien mata a un apóstata comete un crimen ante el Estado, pero no ante Dios". ■ *(EFE)*

9400296

01-01

Nº DOCUMENTO 9400297
TITULO Tregua entre AL FATAH e ISRAEL
PROCEDENCIA 15 00K1
FECHA DE PROCEDENCIA 2/12/93.
VINCULACIONES 11847 T I
507603 ISR
514395 A.F

ENTRADO NZ
CRUZADO 1/2

Nuevos muertos en los territorios palestinos ocupados

TREGUA ENTRE AL FATAH E ISRAEL

Dirigentes del grupo palestino Al Fatah se reunieron con oficiales del Ejército israelí en la franja de Gaza y acordaron una tregua para apaciguar esa zona ocupada tras una jornada de violentos enfrentamientos.

Jerusalén- La delegación de Al Fatah a la "mini-conferencia de paz" que se celebró en la noche del martes estaba encabezada por Ihab al-Ashkar, y la israelí por el comandante de la zona sur del Ejército, Matán Vilnaí.

En una reunión sin precedentes, las dos partes acordaron actuar juntas para apaciguar la franja de Gaza, donde el martes, resultaron heridos 80 palestinos y siete soldados israelíes, y donde el próximo día 13 debe entrar en vigor la autonomía.

Para conseguirlo, las tropas israelíes no perseguirán a militantes de los "Halcones de Al-Fatah" -el brazo armado de esa organización, la principal de las ocho que integran la Organización para la Liberación de Palestina (OLP)-, con excepción de aquéllos que hayan matado a israelíes o palestinos.

El Ejército también acelerará el indulto de 17 miembros de ese grupo armado que hasta la fecha no han depuesto las armas, tal como ordenó el presidente de la OLP, Yasser Arafat, tras firmar con Israel el acuerdo de autonomía.

Las Fuerzas Armadas se comprometieron asimismo a reducir sus tropas en las zonas de la franja de Gaza donde la situación es más tensa, a fin de evitar enfrentamientos con sus habitantes, y a que los soldados tengan una actitud más tolerante hacia ellos.

Los dirigentes palestinos, por su parte, comenzaron una campaña para devolver la calma a la zona, y con ese objetivo se reunieron con representantes de los "Halcones de Al-Fatah", y la dirección de la OLP en Túnez reiteró su deseo de evitar tensiones con Israel.

Pero en medios militares se teme una escalada de la violencia en los territorios ocupados después de que soldados israelíes mataron a un adolescente palestino en la franja de Gaza y nacionalistas árabes a una israelí en Cisjordania.

Soldados israelíes mataron en martes al palestino Hasem Mekdad, de 16 años, en la ciudad de Gaza cuando pasaba cerca de un puesto militar desde el que aquéllos respondían al fuego de nacionalistas árabes.

Dos palestinos mataron en la mañana de ayer a una israelí de 24 años e hirieron a tres al dispararles cuando detuvieron el automóvil en el que viajaban a la altura de la localidad de El-Bire, de Cisjordania ocupada, para cambiar una rueda pinchada.

A pesar del acuerdo el comandante en jefe del Ejército, general Ehud Barak, ordenó reforzar los efectivos militares en los territorios ocupados y declaró a la franja de Gaza zona militar cerrada, medida por la cual nadie puede entrar ni salir de ella salvo los militares.

(efe).

2/12

9400297

01-01

PERSONAL

P.012.-

Montevideo,13 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DE SALUD

FUS:EMP.CIV.DE LA NACION:En asamblea realizada el 11/I/resolvieron mantener las medidas de paro con presentismo,repudiar la presencia de la guardia pública en los locales de la Asociación,repudiar los sumarios e investigaciones administrativas. En el día de hoy a la hora 20.00 se reunirá en asamblea el personal de enfermería,para evaluar la situación en que se ecuentran trabajando,no descartandose la renuncia masiva a la institución de dichos funcionarios.-

BANCA PRIVADA

AEBU:En reunión efectuada en el día de ayer en el Ministerio de Trabajo,con representantes del City Bank,se resolvió otorgarle una tregua de 72 horas a este último y en caso de no surgir solución,se tomarán nuevas medidas de lucha.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEEM:La asamblea se encuentra en cuarto intermedio,continuando las negociaciones en el Parlamento y a nivel del Gobierno.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:La olla sindical que se venía realizando en el local de Veracierto 3310 se dejo de hacer.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI:Prosiguen con la instalación de una carpa frente a la fabrica en horas de trabajo,en reclamo del reintegro del personal envíado al Seguro de Paro.-

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN.MGAP:Continuan con las medidas de realización de los examenes peron no entregarlos ya que carecen de locomoción para llevarlo al Laboratorio Rubino sito en Ruta 8 Km.17.500.-

FUN.PLUNA:Se creó una tripartita para analizar el futuro de la Companía.-

BANCA OFICIAL:Desde el 6/I/ vienen realizando medidas zonales en el interior del país.-

FUN.MTOP:Continuan con la realización de paros en Sección Vialidad y Arquitectura de Obra.-

× 001/001

Nº DOCUMENTO 9400299

TITULO Negociaciones de paz entre el IRA y el Gobierno británico

PROCEDENCIA 150024

FECHA PROCEDENCIA 2/12/93.

VINCULACIONES 11213

66196 IRL.

65890 E.U.

507529 G.B

ENTRADO NZ

CRUZADO MZ

Irlanda

El presidente norteamericano, Bill Clinton, ofreció ayer su ayuda al primer ministro británico, John Major, en las negociaciones que mantiene con los líderes del Ejército Republicano de Irlanda (IRA), en una conversación telefónica desde Washington. El primer ministro irlandés, Albert Reynolds, anunció al Parlamento que el viernes se celebrará una reunión cumbre anglo-irlandesa para tratar de detener la violencia en el Ulster. (EFE)

9400299

01-01

Nº DOCUMENTO 9400300
TITULO El FIS da un ultimátum a los extranjeros en Argelia
PROCEDE: 150090
FECHA DE: 2/12/93
VINCULADO: 11847 TI
507472 ARG.
514664 FIS

ENTRADO VZ
CRUZADO NZ

"Nos vamos", dicen los extranjeros en Argelia

Dar el Beida, Aeropuerto Internacional de Argel (AFP) por Hassen Zenati

■ "Nos vamos, ya está". "¿Volverán?". La conversación se acaba bruscamente. Por respuesta, una mueca dubitativa que subraya una sonrisa más crispada que escéptica, antes de que el pasajero penetre en la sala de embarque.

Manifiestamente, las consignas de discreción que las autoridades diplomáticas prodigan desde hace semanas a sus ciudadanos se respetan escrupulosamente.

Sobre todo no hay que decir nada que pueda poner en peligro a los que se quedarán por obligaciones familiares o profesionales y que se sienten los "rehenes" de una guerra invisible, cuyos envites no siempre comprenden.

Incluso a su llegada a París, los pasajeros respetan esa consigna de silencio. "Estamos contentos de volver, no sabemos aún si nos volveremos a marchar, aprovecharemos las vacaciones para reflexionar", indica en voz baja una joven acompañada por sus dos hijos, mientras los otros se eclipsan discretamente. El asesinato de 23 extranjeros desde finales de setiembre en atentados atribuidos a grupos armados islamistas, alimenta esta psicosis.

La masacre, el pasado martes, de doce técnicos bosnios y croatas cerca de su cantera en Tamezguida, a cincuenta quilómetros al sur de Argel, no hizo más que confirmar las amenazas islamitas y avivar los temores.

Como la primera, en Semana Santa poco después del secuestro de tres funcionarios del consulado de Francia en Argel, esta segunda ola de éxodo de extranjeros se desarrolla sigilosamente.

Unos 5.000 franceses, de los 8.000 expatriados recientes, ya habrían partido. El número de funcionarios del Estado (600 al final del verano) está en vías de reducción, pero el liceo francés reabrirá sus puertas después de las vacaciones de Navidad.

Españoles, italianos, alemanes, rusos, norteamericanos, canadienses siguieron a los franceses: repatriación inmediata de las familias y retirada del personal "no indispensable" de las cancillerías y empresas privadas. Los solteros abandonaron sus viviendas y se agruparon en los grandes hoteles, que se encuentran bajo protección.

En el aeropuerto internacional "Houari Boumediene", a unos treinta quilómetros de la capital, la tensión es perceptible, pero no hay ni precipitación ni empujones. Pasajeros argelinos, tradicionales turistas de las fiestas de fin de año y extranjeros, todos mezclados.

Sin embargo, el número de baúles metálicos cuidadosamente cerrados con candado indican que para la mayoría de los extranjeros, se trata de una partida definitiva. Prácticamente todos los vuelos están "completos" hasta mediados de enero, pero no está previsto ningún vuelo suplementario.

Otra señal que no engaña: nunca durante este período del año los extranjeros utilizaron tanto los barcos en dirección a Marsella.

(En Bonn, el responsable para el extranjero de la organización integrista argelina Frente de Salvación Islámico (FIS), Rabah Kebir, presentó el viernes cinco condiciones para una reanudación del diálogo con el gobierno argelino, en una rueda de prensa.

Kebir se negó a denunciar claramente los atentados contra los extranjeros cometidos durante las últimas semanas en Argelia por militantes islámicos, limitándose a decir que el FIS "no está detrás de los llamados al asesinato y no tiene nada contra los extranjeros".

9400300

Comunidad extranjera en Argelia padece campaña de intimidación

4/12

Argel (AFP)
por Hassen Zenati

■ La inquietud aumentó ayer en la comunidad extranjera de Argelia tras el asesinato del empresario español Manuel López Bailén, muerto después de que expirase el ultimátum islamista para que los extranjeros salieran del país.

Muy pocos residentes salieron a buscar las compras que solían hacer todos los viernes, día festivo semanal musulmán, comprobaron los observadores. "Las haré más adelante, en la semana", respondió un profesor de francés que optó por "encerrarse en su casa en espera de noticias".

"Alrededor mío, la gente reacciona como yo", añadió el testigo, que requirió el anonimato.

El ministro del interior, Selim Saadi, reconoció, al recibir a la encargada de negocios de España, Almudena Mazarassa, que el asesinato de López Bailén está destinado a "reactivar la campaña de intimidación contra los ciudadanos extranjeros". Agregó que "esta campaña está condenada al fracaso" y que "el crimen no quedará impune".

López Bailén, originario de Alicante, iba de Orán (oeste argelino) a Annaba (este) en un vehículo con matrícula española. Fue interceptado por un grupo armado en una zona montañosa entre Jemis Meliana y Berrughia, a unos 100 km al sur de Argel. Fue asesinado con un fusil de caza, mientras que sus cuatro compañeros de ruta argelinos fueron dejados en libertad tras haber sido "maltratados", según el comunicado oficial.

La víctima dirigía una pequeña empresa de importación/exportación de mariscos y viajaba regularmente a Argelia, según fuentes españolas.

Los secuestradores de Alain Fressier y Jean Claude y Michele Thevenot, los tres funcionarios del consulado de Francia en Argel, había exigido la partida de los extranjeros en un plazo de un mes en un mensaje entregado a este último el pasado 31 de octubre.

"Abandonen el país, les damos un mes de plazo. Toda persona que supere ese lapso será responsable de su muerte súbita. No habrá secuestro, pero será mucho más violento que en Egipto", amenazaban los secuestradores en ese mensaje manuscrito, redactado con rapidez en una hoja de cuaderno.

La tregua fue cumplida. Desde el 31 de octubre no se señaló ningún atentado y la amenaza de muerte no fue vana, ya que López Bailén no fue secuestrado sino ejecutado de inmediato.

El Grupo Armado Islámico (GIA), que había reivindicado el secuestro de los tres funcionarios franceses, es considerado como uno de los movimientos armados más radicales opuestos a las autoridades argelinas.

Su jefe actual Si Ahmed Murad, 29 años, conocido con el nombre de guerra de Yaafar El Afghani, fue condenado a muerte en rebeldía.

Había prometido a los periodistas que "atacan el Islam con la pluma que perecerán por la espada".

Tiene en su haber varios asesinatos de civiles y de agentes de las fuerzas del orden.

Desde hace 10 semanas, ocho extranjeros murieron en atentados atribuidos a islamistas: dos técnicos franceses, el 21 de setiembre; dos oficiales instructores rusos, el 19 de octubre; un técnico boliviano, otro peruano y un tercero filipino, el 23 de octubre; y por último López Bailén.

Desde entonces, varios miles de personas, sobre todo mujeres y niños, abandonaron Argelia a pedido de sus empleadores.

El gobierno argelino emplaza al Frente Islámico

PLAZO PARA EL DIALOGO

El régimen argelino se ha dado un mes más de plazo para lograr que el Frente Islámico de Salvación (FIS) participe en la elaboración de un programa de transición política, que será discutido en una conferencia nacional prevista para los días 25 y 26 de enero.

Esta decisión del Alto Consejo de Seguridad, que constituye el primer escalón de mando del poder político, después de la dimisión forzada del coronel Chadli Benyedid, en enero de 1992, se complementa con la prórroga del mandato de la actual presidencia colegiada hasta finales del mes próximo.

La comisión encargada de organizar la Conferencia nacional del diálogo», recibió el encargo de lograr una participación «lo más amplia y representativa posible», decisión que los medios políticos interpretan como otro tímido paso en dirección de los «moderados» del movimiento integrista.

Cada día que pasa se refuerza la idea, asentada tanto en el seno del Gobierno que preside el veterano Reda Malek, como en los partidos, de que la crisis argelina sólo podrá entrar en vías de solución tras un compromiso con el Frente Islámico.

La popularidad de los principales líderes de esta disuelta formación, actualmente encarcelados o en residencia vigilada, como el caso de sus dos figuras más conocidas, los imanes Abasi Madani y Ali Benhach, parece ser tan grande como el rechazo popular a los asesinatos que cometen los grupos armados.

La participación del FIS en la preparación de la transición política es reclamada por las formaciones que se consideran conservadoras, entre las que destaca el Frente de Liberación Nacional (FLN) y el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS).

La comisión encargada de preparar el diálogo ha redactado un proyecto de plataforma política en la que, una vez enunciados los grandes principios del sistema republicano y de la separación de poderes, se pronuncia por la alternancia y el rechazo a que el Islam o el arabismo sean atributos de un sólo partido.

«La ideología de los partidos políticos no nos importa, ni la consideramos obstáculo o elemento de favor para participar en el diálogo, pero sí entendemos que se deben aceptar tales principios para que se abra la puerta de la conferencia», agregan los responsables de la comisión organizadora.

El FIS, ha presentado un pliego de condiciones para aceptar el diálogo con las autoridades, en el que además de reclamar la liberación de sus dirigentes encarcelados y el fin de las leyes de excepción, propone mantener negociaciones bilaterales en un «país neutral». (efe)

9400300

EO 3/12

Ultimátum a extranjeros que viven en Argelia

ARGEL - EL PLAZO de un mes dado por el Grupo Islámico Armado (GIA, integristas) a los extranjeros que residen en Argelia para que dejen el país o, de lo contrario, se atengan a posibles represalias, venció ayer.

El pasado 31 de octubre, el GIA, presunto responsable del secuestro de tres agentes del consulado francés en Argel, entregó al tercer rehén, Michele Thévenot, un mensaje en el que amenazaba con "la muerte súbita" a los extranjeros que permanecieran en el país un mes después.

Desde aquel secuestro, que conmocionó a la comunidad occidental residente en Argelia, unos cinco mil extranjeros optaron por un rápido regreso a su país de origen.

No obstante, ninguna embajada occidental pidió oficialmente la repatriación de sus súbditos, mientras el resto de los extranjeros que aún siguen trabajando en Argelia observan drásticas medidas de seguridad.

La tensión parecía haber aflojado y la vida diaria de los extranjeros retorna a la normalidad "si no fuera por este plazo que venció y que despierta más preocupación que pánico", afirmó un residente español.

De la comunidad española en Argelia, que hace poco más de un mes contaba con unas 600 personas, unas 200 se fueron durante la semana posterior al secuestro de los franceses.

La extensión de la inseguridad hacia la comunidad extranjera en Argelia es uno de los efectos del agravamiento de una situación política marcada por la ausencia de diálogo entre los grupos integristas y el poder. ■ *(EFE)*

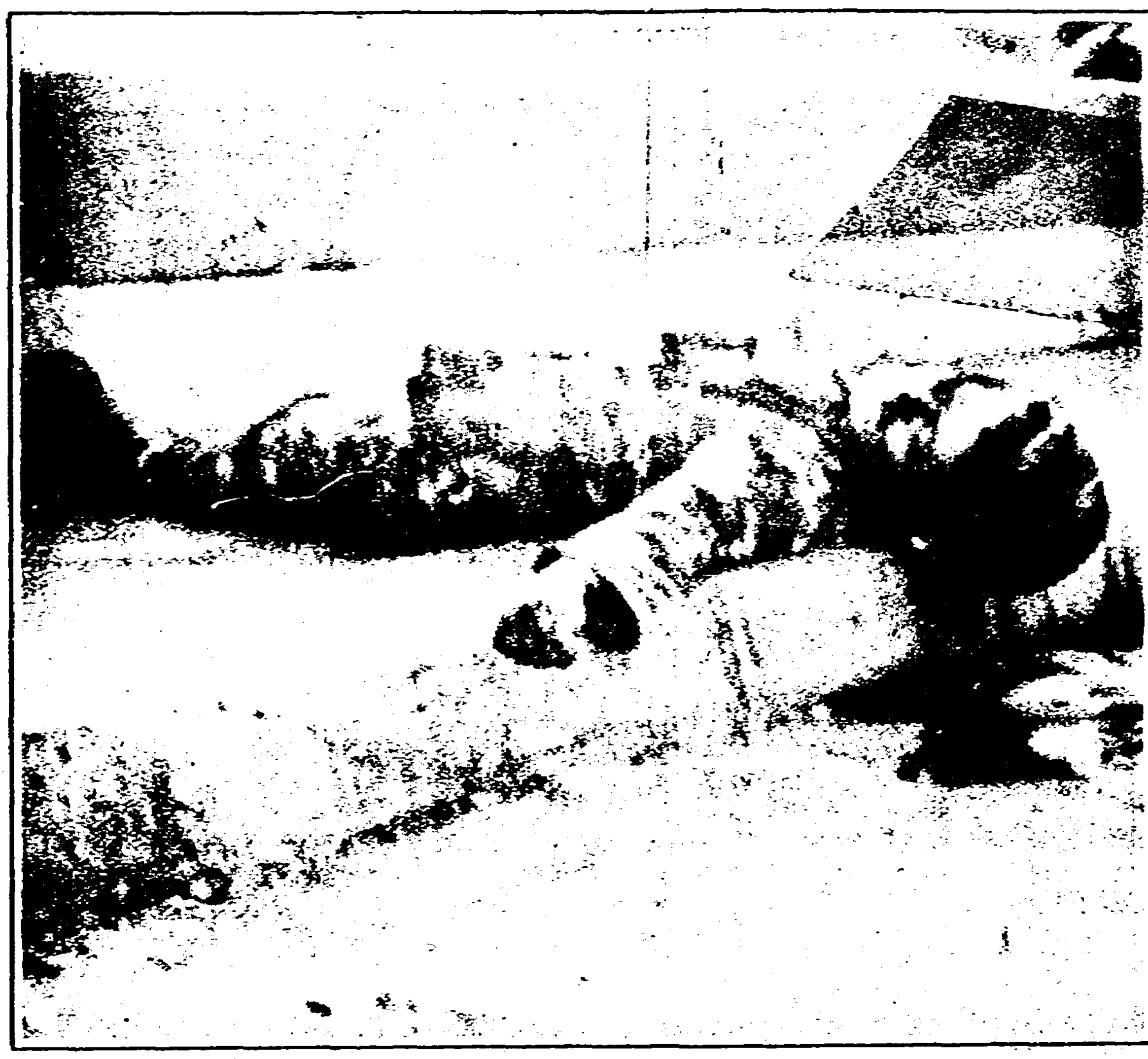
9400300

03-03

Sangriento atentado palestino mata a dos israelíes provocando reacción

• El problema de seguridad de los colonos es un tema que aún no se ha podido resolver

Un nuevo y sangriento atentado palestino se perpetró ayer en Cisjordania, en el que dos israelíes fueron muertos. En Bytunia (Ramallah) un comando palestino disparó a un automóvil con chapa israelí matando a dos israelíes de 38 y 25 años respectivamente.



La difícil paz entre palestinos e israelíes tuvo ayer otro sangriento golpe en contra con el atentado que causara la muerte de dos israelíes.

Tel Aviv (Ansa)

El atentado provocó la ira de los colonos de los territorios ocupados que ayer bloquearon algunas carreteras, quemaron gomas de automóviles, mientras el ejército está rastreando la zona para dar con el paradero de los asesinos.

El atentado fue reivindicado por la noche por el grupo Ez-Aldyn Al-Kassan, brazo armado del movimiento integrista Hamas. Los reivindicadores del hecho consideran el atentado "una respuesta" palestina a la muerte del líder religioso Imad Akel por obra de soldados israelíes el 24 de noviembre.

Hamas promete proseguir con su guerra hasta que los israelíes se retiren de los territorios ocupados.

"El gobierno de Yitzhak Rabin no puede negociar con la OLP en Versailles, mientras los judíos continúan siendo asesinados en los territorios", dijo ayer Ron Chehner, responsable de la seguridad de los colonos de Cisjordania.

El problema de la seguridad de los colonos en los territorios (entre 120 y 136 mil) es uno de los puntos que Israel y la OLP no han logrado aún resolver.

Pese a la conmoción provocada por este atentado, Israel y la OLP prosiguen sus negociaciones en Versailles (París).

La agencia egipcia MENA ha difundido un borrador de acuerdo que estarían examinando el jefe de la delegación israelí, el canciller Shimon Peres, y el jefe del Departamento de Información de la OLP, Abed Rabbo, que encabeza la delegación palestina en las negociaciones para la autonomía de la Franja de Gaza y de Jericó.

La Franja de Gaza y Jericó, territorios árabes ocupados por Israel desde 1967, debían comenzar a ser evacuados por los israelíes el 13 del corriente en virtud de una declaración de intenciones firmada el 13 de setiembre en Washington por Israel y la OLP.

Sin embargo, la operación se retrasó por divergencias entre las partes, sobre todo por lo referente a la extensión que habrá de ser autónoma en la zona de Jericó y a los controles en los puntos de tránsito y en las fronteras entre Gaza y Egipto y entre Jericó y Jordania.

Según el borrador citado por la MENA, Israel aceptó que la zona autónoma de Jericó tenga 80 kilómetros cuadrados (antes hablaba de 25 y los palestinos reclamaban 350). Del mismo modo, Israel está de acuerdo en que haya campos de refugiados cerca de la ciudad y en que se eliminen los actuales asentamientos israelíes.

Respecto a los controles en los puntos de tránsito y las fronteras, el borrador prevé un sistema de controles dobles, aunque Israel quisiera puntos exclusivos para sus ciudadanos.

La policía palestina controlará a los palestinos de Cisjordania y Gaza, e Israel hará lo mismo sirviéndose de su archivo electrónico. Las partes se reservan el derecho de negar el ingreso en casos determinados.

Y mientras las dos partes discuten en Versailles, desde Madrid, el gobierno español dio ayer un espaldarazo a la OLP aprobando una resolución por la cual se conceden 7,1 millones de dólares a la organización palestina, en el cuadro del Fondo de ayuda al desarrollo durante el año en curso.

Cisjordania: Hamas Mata a 2 Israelíes

TEL AVIV, (ANSA).— Un nuevo y sangriento atentado palestino se perpetró hoy en Cisjordania en el que dos israelíes fueron muertos.

En Bytunia (Ramallah) un comando palestino disparó a un automóvil con chapa israelí matando a dos israelíes de 38 y 25 años respectivamente.

El atentado provocó la ira de los colonos de los territorios ocupados que hoy bloquearon algunas carreteras, quemaron gomas de automóviles, mientras el ejército está rastreando la zona para dar con el paradero de los asesinos.

El atentado fue reivindicado por la noche por el grupo Ez-Aldyn Al-Kassan, brazo armado del movimiento integrista Hamas. Los reivindicadores del hecho consideran el atentado "una respuesta" palestina a la muerte del líder religioso Imad Akel por obra de soldados israelíes el 24 de noviembre.

Hamas promete proseguir con su guerra hasta que los israelíes se retiren de los territorios ocupados.

"El gobierno de Yitzhak Rabin no puede negociar con la OLP en Versailles, mientras los judíos continúan siendo asesinados en los territorios", dijo hoy Ron Chehner, responsable de la seguridad de los colonos de Cisjordania.

El problema de la seguridad de los colonos en los territorios (entre 120 y 136 mil) es uno de los puntos que Israel y la OLP no han logrado aún resolver.

Pese a la conmoción provocada por este atentado, Israel y la OLP prosiguen sus negociaciones en Versailles (París).

La agencia egipcia MENA ha difundido hoy un borrador de acuerdo que estarían examinando el jefe de la delegación israelí, el canciller Shimon Peres y el jefe del Departamento de Información de la OLP Abed Rabbo, que encabeza la delegación palestina en las negociaciones para la autonomía de la Franja de Gaza y de Jericó.

01-03

El grupo Hamas se responsabilizó de la ola de atentados E C2

Gaza: un muerto y 18 heridos

Dos muertos y unos treinta heridos en la franja de Gaza y en Cisjordania ha sido el saldo de una nueva jornada de violencia en los territorios ocupados, ayer, con motivo del Día del Movimiento de la Resistencia Islámica (Hamas).

Un militante de la agrupación palestina minoritaria murió ayer en un choque con agentes de la Policía, uno de los cuales fue herido, en la ruta que circunvala la ciudad.

Otros 18 manifestantes resultaron heridos en enfrentamientos en los campos de Shat Rafah en el sur de la franja de Gaza, así como en los campos de El Bureij y el de Yebalía, el más grande de ellos, con 60.000 refugiados.

A través de los altavoces de las mezquitas se dijo que el frustrado ataque con un automóvil dinamitado fue obra de las Brigadas Ezzedine al-Gaasam, ala militar de Hamas. También se anunció una huelga de tres días en señal de duelo por el activista muerto por la Policía.

Una declaración explica que los policías dispararon cuando el chofer del vehículo desobedeció una orden de que se detuviera. Los ocupantes del automóvil respondieron el fuego con una pistola y un fusil e hirieron a un policía. Después que uno de los palestinos fue muerto, los otros dos huyeron.

Hamas indicó que habría una marcha en homenaje al muerto.

Cuarenta y cinco palestinos y 14 israelíes fueron muertos en los hechos de violencia que estallaron después que el 13 de setiembre se firmó el acuerdo de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). La violencia fue promovida por extremistas de ambas partes que se oponen al proceso de paz.

Después que el domingo Israel y la OLP frecasaron en un intento por acordar la forma de aplicar el acuerdo a partir del martes, la fecha que se había previsto, se pronosticaron nuevos hechos de violencia.

Rabin y Arafat, que se reunieron el pasado domingo en El Cairo, se concedieron otros diez días para superar las divergencias que impidieron concretar el acuerdo, pero el primer ministro israelí ya anticipó que será imposible hacerlo en ese plazo tan corto.

Arafat confirmó ayer a Rabin que sus emisarios proseguirán su participación en las conversaciones de paz en Al Arish (Egipto), pese a que estos delegados habían anunciado horas anteas que no acudirían a estas negociaciones para concertar la transferencia de atribuciones de la Administración del gobierno militar israelí.

Por su parte el presidente de la delegación israelí, general Amnón Shájak, dijo que la imposibilidad actual de empezar la retirada militar y aplicar la autonomía en Gaza y Jericó se debe a que la OLP se apartó del acuerdo pactado en Oslo.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias EFE y AP)*

9400301

En la Margen Occidental Ocupada

PISTOLEROS PALESTINOS AMETRALLAN UN AUTOMOVIL ISRAELI Y MATAN UNA MAESTRA



Un colono israelí es trasladado a un hospital de Jerusalén después del ataque de integristas del grupo Hamas, en las inmediaciones de El Bireh, en la Cisjordania ocupada. Una mujer judía murió en el atentado. (AP)

EL-BIREH, Margen Occidental Ocupada, 1° (AP).— Pistoleros palestinos que ametrallaron hoy un automóvil israelí en la Margen Occidental Ocupada del Jordán mataron a una maestra de un jardín de infancia e hirieron a tres colonos judíos.

El movimiento fundamentalista islámico Hamás se atribuyó la resposabilidad por el ataque a los israelíes, dijo la radio israelí.

La violencia, que provocó temores de nuevas represalias por parte de los colonos israelíes contra los árabes, estalló un día después de' los peores incidentes ocurridos en la franja ocupada de Gaza desde la firma el 13 de setiembre del acuerdo entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel, a fin de establecer un gobierno propio palestino en los territorios ocupados. Un adolescente palestino de 15 años murió y 65 personas resultaron heridas ayer.

El ejército israelí declaró la Franja de Gaza zona militar cerrada, lo que impidió que los periodistas pudieran informar desde el lugar. De acuerdo con lo expresado por funcionarios de seguridad, los comandantes del ejército culparon a la televisión por atizar los dersódenes.

Los colonos se reunieron con el general Nehemia Tamari, que comanda la Margen Occidental, el cual los instó a realizar sus protestas en el marco de la ley.

Uri Ariel, líder de los colonos, acusó al ejército de no poder garantizar la seguridad de los 120.000 colonos judíos establecidos en la Margen Occidental, y los instó a no tomar medidas de represalia contra árabes inocentes.

"Cualquiera que piense sin embargo que vamos a recitar salmos todo el día se equivoca", dijo Ariel a través de la radio de Israel y añadió que se pianean establecer nuevas colonias judías.

El diario "Yediot Ahronot" informa hoy que los colonos judíos planean poner en marcha una operación para establecer 130 nuevos asentamientos, lo que duplicaría su número en la Margen Occidental, la Franja de Gaza y las Alturas de Golán.

Los palestinos demandan la retirada de las colonias israelíes del territorio que quieren para establecer en él un estado independiente, mientras que el propósito de los colonos es demorar o detener ese proceso.

El tiroteo de hoy ocurrió a las 07.55 de la mañana hora local, cuando los israelíes arreglaban un neumático en la carretera principal a la entrada de esta población, 12 kilómetros al norte de Jerusalén.

La mujer asesinada fue identificada como una residente de Jerusalén de 24 años que enseñaba en una colonia judía. Un estudiante de 19 años del seminario Yeshiva de una colonia judía sufrió heridas graves. Las otras dos personas resultaron ligeramente heridas.

En el escenario del ataque en Cisjordania, un pequeño montículo de trapos ensangrentados quedó cerca del automóvil de los israelíes. El vehículo mostraba no menos de 12 orificios de bala.

El ejército impuso el toque de queda en Ramallah y El Bireh, además de colocar vallados sobre las rutas para tratar de dar con los atacantes.

9400301

03-03

Extremista abatido

José Aguilera, el extremista abatido por la Policía el lunes último durante un control rutinario y que trató de evitar haciendo uso de su arma, fue miembro del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), y está involucrado en el asesinato del general Carol Urzúa.

Santiago de Chile (Ansa)

Este último crimen ocurrió el 30 de agosto de 1983, cuando Urzúa, entonces intendente de Santiago, fue muerto, junto a sus guardaespaldas, los suboficiales del Ejército José Aguayo y Carlos Riveros, por un comando compuesto al menos por una quincena de miembros del MIR, entre los cuales estaba Aguilera.

Aguilera se asiló en la sede de la Nunciatura en enero de 1984 y el 17 de febrero del mismo año salió del país a Suecia, para posteriormente radicarse en Argelia.

Su regreso a Chile correspondería a una nueva "operación retorno" de guerrilleros que persisten en su proyecto de lucha armada, según investigaciones policiales.

El diario Las Ultimas Noticias señaló al respecto que "se trataría de cerca de 22 exiliados o prófugos, la mayoría ligados al MIR. Todos ellos tienen entrenamiento militar en Cuba, en Libia o combatieron junto al Movimiento por la Liberación de Angola".

Las últimas dificultades en la transición sudafricana

LOS AFRIKANER RETROCEDEN EN LA FIRMA DE UN ACUERDO

El Congreso Nacional Africano (CNA) y la coalición ultraderechista blanca Frente Popular Afrikaner (FPA) decidieron aplazar la firma prevista para ayer de un acuerdo histórico que reconocería a los blancos sudafricanos el derecho a la autodeterminación y abriría el camino para su participación en las elecciones multirraciales del próximo año.

El acuerdo iban a firmarlo el líder del CNA, Nelson Mandela, y el del FPA, Constand Viljoen, general retirado y ex jefe supremo de las Fuerzas Armadas sudafricanas.

El FPA, que agrupa a todas las organizaciones políticas de la extrema derecha blanca, entre ellas el Partido Conservador y el neonazi Movimiento de Resistencia Afrikaner, exige el derecho a crear un Estado separado para los blancos.

Al anunciar el aplazamiento de la firma del acuerdo, Viljoen dijo que de las declaraciones hechas a raíz de las frustradas conversaciones celebradas el lunes y martes en Ciudad del Cabo entre el Gobierno, el CNA y la Alianza de la Libertad (AL), coalición de la que forma parte del FPA junto a los conservadores negros, se deduce que aquel no sería tomado en serio.

Viljoen hacía alusión a las declaraciones del secretario general del CNA, Cyril Ramaphosa, en las que insistió en la necesidad de que todos los miembros de la AL se comprometan por escrito a integrarse en el proceso constitucional y a participar en las elecciones convocadas para el 27 de abril de 1994 si se llega a un acuerdo.

A juicio de Viljoen, esas declaraciones han echado por tierra la última oportunidad para encontrar un acuerdo pacífico para Sudáfrica, «al menos de momento», tras lo cual subrayó que el FPA se siente traicionado.

Pese al fracaso inicial de las conversaciones en Ciudad del Cabo entre el Gobierno, el CNA y la AL, los representatantes de las tres partes acordaron volver a reunirse en un último intento de llegar a un acuerdo para que la alianza conservadora se incorpore al proceso de transición democrática.

Sudáfrica

ASESINATOS RACISTAS

Dos personas, entre ellas un niño de once años, fueron asesinadas esta madrugada en un barrio del oeste de Johanesburgo en un ataque aparentemente racista perpetrado por individuos blancos uniformados con prendas de camuflaje, informó la policía local.

Según uno de los heridos, los asesinos, liderados por un individuo rubio vestido completamente de negro, obligaron a los ocupantes de dos automóviles a salir de sus vehículos, los llevaron a un descampado próximo y dispararon a bocajarro contra ellos.

Estalló bomba donde se reunirían derechistas sudafricanos

JOHANNESBURGO - UNA BOMBA destruyó un hotel horas antes de que grupos partidarios de la segregación racial se reunieran allí y la Policía advirtió que es posible que ocurran otros atentados a medida que se acerca la fecha de las primeras elecciones multirraciales en Sudáfrica.

Cinco personas resultaron ligeramente heridas por el estallido de la bomba que rompió anoche el techo del pequeño hotel Port Edward en la ciudad de ese nombre.

La pequeña población tiene fronteras con la reserva negra de Trinskei, que según alega el gobierno es una base de nacionalistas negros que atacan a civiles blancos.

La organización pro segregacionista Afrikaners Volksfront, coalición de partidos derechistas opuestos a las elecciones, tenía previsto reunirse ayer en el hotel, dijo el hijo del propietario, Theuns Van Rensburg.

La Policía dijo estar investigando la posibilidad de que fuera ése el motivo del ataque.

"De haber habido personas (en el local) habrían resultado muertas", dijo Van Rensburg, que especuló con la posibilidad de que la bomba estallara antes de tiempo.

Algunas personas estaban en el bar del hotel al ocurrir la explosión y cinco sufrieron heridas leves.

Horas antes, una mina estalló en un autobús municipal en el centro de Durban, al norte de Port Edward.

Un hombre murió y seis personas resultaron heridas.

La Policía arrestó a uno de los heridos, un negro que tenía en su poder partes de un artefacto explosivo, dijo ayer el vocero del Ministerio del Interior, Craig Kotze.

Una tercera explosión ocurrida durante la madrugada causó daños pero no heridos en una planta de energía eléctrica cerca de Johannesburgo. ■ *(AP)*

Nº DOCUMENTO 9400304
TITULO Grupo venezolano del tipo "CARAPINTADA"
PROCEDENCIA /500024
FECHA 2/12/93
VIA 514570 I.C.
67390 Ve.

ENTRADO NZ
CRUZ NZ

DPTO. II (EXTERIOR) 20/1/94 NZ FICHADO

Los "carapintada" aseguran que no impulsan otra asonada

CARACAS, 1º (Enviado especial). — Si en Venezuela se habla de golpe militar, una de las opiniones de referencia es la del teniente coronel Hugo Chávez, líder de la frustrada intentona del 4 de febrero de 1992 y del Movimiento Revolucionario Bolivariano (MRB-200). Detenido en una penitenciaría de las afueras de Caracas, Chávez es el único jefe golpista que se encuentra en el país, ya que los que encabezaron la insurrección del 27 de noviembre están asilados en Perú y Ecuador.

Clarín dialogó en forma exclusiva con el abogado defensor de Chávez, el doctor **Carlos Fermín**, quien sostuvo que, de acuerdo con lo afirmado repetidamente en las últimas semanas por su defendido, **el MRB-200 no apoya un golpe como el que se rumorea porque en esta oportunidad el objetivo es perpetuar el actual sistema y la corrupción.**

Fermín explicó que el MRB-200, un movimiento cívico militar (del tipo de los "carapintada" argentinos) surgido en la génesis del primer intento golpista, continúa activo pese a que su líder está en prisión. Desde la cárcel, Chávez ha reiterado que no tiene vínculos con ningún partido político y que el MRB-200 no participa en estos comicios por considerar que el sistema no garantiza la participación popular.

En relación con las casi unánimes promesas de indulto de los principales candidatos presidenciales para los golpistas detenidos, Fermín dijo que esa "es una aspiración real, porque aquí el problema es eminentemente político y debe ser solucionado políticamente".

Pese a no pertenecer al MRB-200, Fermín informó que, como abogado defensor de Chávez, su actividad está constantemente sometida a vigilancia, sus oficinas fueron allanadas en varias oportunidades y hasta fue detenido por la inteligencia militar para tomarle una declaración indagatoria.

A casi dos años del intento de golpe, Chávez sigue en prisión.

J. C.

9400304

01-01

"Hasta tanto no se esclarezcan los hechos, los responsables del asesinato del

En un comunicado, la clandestina Organización el secuestro y posterior muerte del periodista

Secuestrado el pasado 11 de noviembre en Buenos Aires, el periodista Mario Bonino apareció muerto cuatro días después en aguas del Riachuelo. Mientras la Justicia argentina manejó desde un primer momento la hipótesis de un suicidio, diversas agrupaciones hicieron sentir su desacuerdo y solicitaron una investigación a fondo de los sucesos, en tanto los familiares solicitaban una nueva autopsia. En una "declaración pública" hecha llegar a LA REPUBLICA, la clandestina Organización Revolucionaria del Pueblo atribuye móviles políticos a la muerte del trabajador de la Utpba. El siguiente es el texto íntegro de dicho comunicado.

■ La Organización Revolucionaria del Pueblo se dirige al pueblo; a las organizaciones políticas, gremiales y defensoras de los Derechos Humanos; a la prensa nacional e internacional y a las autoridades del gobierno nacional; para fijar su posición en relación al secuestro y asesinato del compañero Mario Bonino.

El 15 de julio del presente año, en medio del escándalo suscitado por la divulgación de directivas, emanadas del Ministerio del Interior, tendientes a profundizar el fichaje ideológico; nuestra Organización emitió un comunicado que fuera enviado a numerosos periodistas, medios de prensa oral y escrita, organizaciones políticas, sindicales y defensoras de los Derechos Humanos y a los legisladores Carlos Alvarez (Frodejuso) y Alfredo Bravo (Unidad Socialista).

Dicha declaración pública fue, además, motivo y eje de un reportaje que concediéramos al diario LA REPUBLICA, de la República Oriental del Uruguay, el cual fuera publicado el 18 de julio.

Sosteníamos en esa oportunidad: "...(expresamos) nuestra profunda preocupación en relación a los sucesos [...] que dan cuenta de directivas que [...] tienden a profundizar y dinamizar las tareas de inteligencia política que el gobierno lleva adelante con el único e inocultable objetivo de colocarlas al servicio de la represión presente y futura contra nuestro pueblo y sus organizaciones representativas".

"...Nos encontramos preocupados pero no sorprendidos ya que la represión ha sido, es y será la herramienta que, invariablemente, utilizan los gobiernos comprometidos con el sostenimiento del sistema capitalista de opresión frente a las previsibles e inexorables luchas que el pueblo desarrolla en defensa de sus derechos frente a la acción cada vez más criminal del capital monopólico...".

"...'El 2 de julio ppdo. el semanario El Informador Público, publicó una nota firmada por el señor Luis Sobrino Aranda [...] en uno de cuyos párrafos sostiene que: '...fuentes bien allegadas al gobierno estudian los antecedentes que podrían determinar que, efectivamente, está actuando en el sur de la provincia de Buenos Aires un autotitulado escuadrón de la muerte [...] cuya acción es descubrir el paradero de integrantes de la denominada Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP) [...] el escuadrón, ya habría indagado y ejecutado en el lugar mismo del interrogatorio a tales elementos".

"Resulta llamativo que, en el marco de las diarias denuncias de nuevos casos de 'persecución ideológica' ningún legislador, periodista o dirigente en general, haya reparado en esta gravísima denuncia".

"...nuestra experiencia indica que a la profusa actividad de inteligencia le ha seguido el accionar de los llamados escuadrones de la muerte que en nuestra tierra tomaran el nombre de Alianza Argentina Anticomunista, la Triple A".

"...Lo que queremos decir es que de confirmarse la existencia de dicho escuadrón se cerraría el círculo que conforma la estrategia represiva montada por el gobierno...".

"...Lamentablemente el relajamiento del conjunto de las organizaciones populares producto de la errónea interpretación acerca del carácter de la 'democracia' que impera en nuestra patria, conduce a que se sigan cometiendo, desde nuestro punto de vista, errores inmensos que, un tiempo después se pagan con la sangre del pueblo...".

"... La represión continúa. Aquellos que creyeron que eso era sólo una consigna agitativa producto de mentes acaloradas, observan hoy impávidos cómo se revela ante sus ojos como una cruel realidad...".

Como señalamos más arriba, esa declaración pública no tuvo más difusión que la brindada por LA REPUBLICA, siendo ignorada por el conjunto de los medios de comunicación por lo que aquella denuncia, la primera y hasta el momento única denuncia concreta, sobre la conformación de un "escuadrón de la muerte" quedó sepultada en el olvido.

Luego recrudecieron las amenazas contra los trabajadores de prensa. Sumaron más de 300 amenazas las recibidas por periodistas a las que se agregaron tres atentados directos siendo sus víctimas los periodistas Marcelo Bonelli y Hernán López Echagüe (en dos oportunidades, en la segunda fue secuestrado en Avellaneda) quienes recibieron heridas de distinta consideración.

En medio de esta situación la Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires (Utpba) a través de su secretario general Juan Carlos Camaño sostenía: "...¿Hasta dónde pretenden llegar los agresores? Seguramente más allá del 3 de octubre, día de las sagradas elecciones; dado que el país no dejará de ser lo que es el bendito 3 de octubre. (...) Sin duda, entonces, que los hacedores de 'listas negras' no cejarán en su tarea. Oponerse al modelo continuará siendo riesgoso y ejercer la profesión periodística en favor de la verdad seguirá constituyéndose en la tarea riesgosa de todos los días. El periodismo de denuncia e investigación está en la mira de los denunciados y de sus amanuenses; de los que detentan el poder y de los lúmpenes que por un plato de lentejas matan a su madre a la vuelta de cualquier esquina, siempre en nombre de la patria y del amo que los manda a hacer...".

El día 11 de noviembre a las 19 horas es secuestrado el compañero Mario Bonino quien se desempeñaba en la Secretaría de Prensa de la Utpba.

El día 14 de noviembre es atacado brutalmente el sereno del local de la Utpba quien debe ser internado como consecuencia de la golpiza recibida.

El día 15 de noviembre un trabajador descubre el cuerpo del compañero Bonino flotando en las aguas del Riachuelo.

Los medios de prensa, los mismos que se desgarraban las vestiduras en momentos en que las amenazas eran sólo eso, callan vergonzosamente, una mezcla de terror y complicidad con la versión oficial cubren el hallazgo con un manto de silencio, incluyendo la información sobre el mismo como relleno en sus secciones "policiales".

Silencio. Justamente, "la peor opinión". Un silencio que acompaña la versión oficial "suicidio", luego desbaratada por la insistencia de la familia de Bonino que exige una nueva autopsia.

Silencio. Justamente, "la peor opinión". Un silencio temeroso de ligar el asesinato del compañero con su militancia gremial.

Un silencio irrespetuoso de las evidencias que indican que al compañero lo asesinaron en otra parte, donde quedaron su saco y sus documentos, y luego lo arrojaron al curso de agua más contaminado del país.

El 23 de noviembre fue sepultado el compañero Mario Bonino en el cementerio de Flores, hasta donde fue acompañado por su familia, sus compañeros de militancia y algunos ex compañeros de trabajo.

Esta vez el silencio se transformó en ausencia, ausencias incomprensibles (o no) de muchos que dicen estar "decididamente" del lado de la lucha de los trabajadores, de muchos que dicen estar "dispuestos a luchar hasta las últimas consecuencias" por la defensa de los intereses del pueblo, de legisladores que dicen que sus bancas son y serán "tribuna permanente" frente a la prepotencia de quienes tienen el poder.

Negar hoy el carácter político del asesinato del compañero Bonino equivale a "escupir para arriba", sentando un terrible precedente de cara al futuro.

Hoy, más que ayer, quienes detentan el poder y quienes lo administran suman a su convicción de impunidad para sembrar el terror la certeza de que, al menos por ahora, pueden seguir amenazando, golpeando e inclusive asesinando sin tener que temer, siquiera, que alguien pueda desnudar ante la sociedad el carácter de sus actos.

Negar el carácter político del asesinato del compañero Bonino significa desconocer que el enemigo busca mediante el terror quebrar la voluntad de los que luchan y confundir a quienes todavía no se han incorporado a la lucha.

Cuando a mediados de los setenta miles de argentinos eran arrancados de sus hogares y lugares de trabajo para nunca más volver, la dictadura procuraba por esa vía quebrar la voluntad de lucha de quienes estaban dispuestos a resistir, pero también se ocupaba de diseminar la teoría de "por algo será" para confundir al pueblo.

Hoy asesinan a un compañero para quebrar la voluntad de lucha de quienes están a su lado mientras le hacen creer al pueblo que se trató de un suicidio contando en esta tarea con la sorpresiva ayuda de quienes callan cuando tendrían que gritar.

Mañana, con este antecedente, cualquier compañero puede ser secuestrado y asesinado y para acallar las voces de repudio bastará con que coloquen al lado del cuerpo unos gramos de cocaína y lo acusen de narcotraficante; o como hicieron con el "Lobito" Rodríguez Saá, fabriquen un "fallido intento de asalto", o como hicieron en La Tablada con Carlos Samojedny, Iván Ruiz y José Díaz de quienes nunca se volvió a saber nada mientras el Ejército, oficialmente, sostiene que lograron "escapar" de un cuartel que se hallaba rodeado por tres mil soldados.

¿Cómo podemos dudar del carácter político del asesinato del compañero Bonino si fue la propia "justicia" la que intentó disfrazar de suicidio el hecho, fraguando la primera autopsia?

¿Cómo podemos dudar del carácter político del asesinato del compañero Bonino si su saco y sus documentos jamás aparecieron?

¿Cómo podemos dudar del carácter político del asesinato del compañero Bonino si el mismo se da en el marco de una agudización de los ataques contra la Utpba?

¿Cómo podemos dudar del carácter político del asesinato del compañero Bonino si tenemos memoria, si todavía permanecen en nuestra memoria decenas de miles de compañeros que cayeron en manos de la represión, los cuales durante años (y todavía aún) son negados por quienes tuvieron en sus manos la implementación del terrorismo de Estado?

¿Cómo podemos dudar que los autores cuentan con la impunidad que otorga el gobierno a sus sicarios si mientras 5.000 policías buscaban a Marcelo Grimoldi (empresario secuestrado y liberado en 12 horas) ni uno estaba abocado a localizar al compañero cuya desaparición fuera denunciada tres días antes y cuyo cuerpo no fue localizado por la Policía sino descubierto de casualidad por un trabajador y las pericias efectuadas sobre el cuerpo indican que se hallaba en el agua desde hacía por lo menos 72 horas, tiempo más que sufi-

Gremio periodístico movilizado

Declaración de la Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires

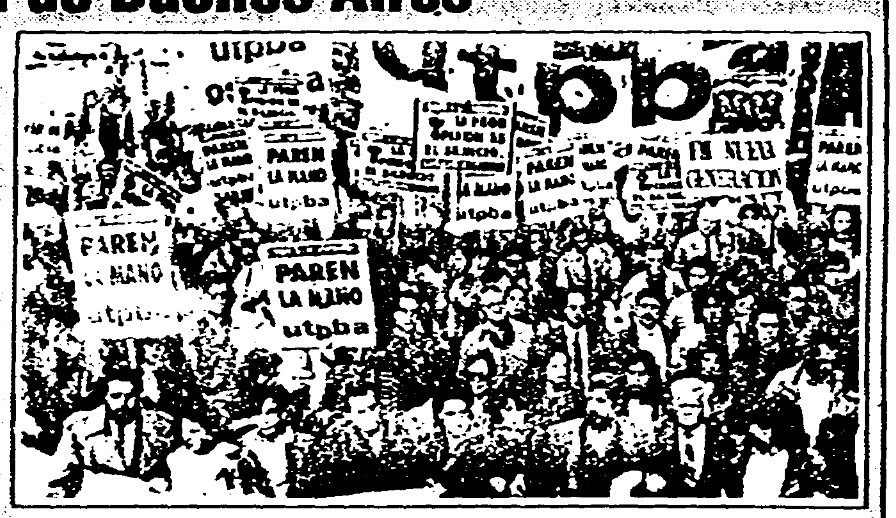
■ La Unión de Trabajadores de Prensa de Buenos Aires (Utpba), en el marco de una importante movilización, de la que participaron más de 2.500 personas, logró entrevistarse ayer martes con el juez Raúl Irigoyen, quien entiende en la causa en que se investiga la muerte del periodista Mario Bonino. En dicha entrevista, en donde la Utpba estuvo representada por su secretario general, Juan Carlos Camaño, y el prosecretario de Obra Social, Raúl Bair, el juez Irigoyen dijo que los peritajes definidos realizados al cuerpo de Mario Bonino se conocerán a más tardar en las próximas setenta y dos horas.

Al concluir la reunión, Camaño señaló que se había logrado abrir una instancia nueva al producirse este encuentro y que la Utpba volverá a reunión plenaria de sus delegados y afiliados para analizar las medidas a seguir. En la entrevista con el juez Irigoyen, acompañaron a la Utpba los diputados Carlos Chacho Alvarez y Héctor Polino.

Por otra parte, participaron de la movilización desde Plaza de Mayo a Tribunales, periodistas, trabajadores de prensa de los medios de comunicación, representantes de partidos políticos, organizaciones sindicales, sociales y culturales. Estuvieron presentes y dieron su adhesión a la marcha de la Utpba el titular del radicalismo Raúl Alfonsín, el Comité Capital de la UCR, Humberto Volando, el Frente Grande, Plenario Permanente de Jubilados, Poder Ciudadano, el Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA), Tato Bores, la Federación Universitaria Argentina (FUA), Cristina Banegas, el ex fiscal Luis Moreno Ocampo, el Partido Socialista Democrático, el Movimiento al Socialismo, la Liga Socialista Revolucionaria, el Partido de los Trabajadores por el Socialismo, el Partido Obrero, todos los organismos de derechos humanos, el Instituto de Fondos Cooperativos y las principales organizaciones de periodistas a nivel regional y mundial, entre ellas la Federación Latinoamericana de Periodistas (Felap), la Organización Internacional de Periodistas (OIP) y sindicatos y colegios de Chile, Costa Rica, Colombia, Venezuela, Uruguay, Perú, Inglaterra, España y Francia.

En relación a la OIP (entidad que nuclea a 250.000 periodistas en todo el mundo), su representante regional en América Latina, Ernesto Vera, se encuentra en el país para reclamar a las autoridades nacionales "una acción rápida y cristalina en el esclarecimiento de la muerte de Mario Bonino".

Secretaría de Prensa
1º de diciembre de 1993



Trabajadores de la Utpba se movilizaron el martes en pleno centro de la capital argentina. (Foto de Página/12)

01-02

compañero Bonino son el presidente Menem y el ministro del Interior Ruckauf" La 2/12.

Revolucionaria del Pueblo (ORP) sostiene que argentino Mario Bonino fue un asesinato político

ciente para que desaparezcan las huellas que pudieran llevar a reconocer a sus asesinos?

Es el gobierno quien tiene que demostrar que no está implicado en el asesinato del compañero Bonino, ya que el único beneficiado con el silencio que, mediante el terror, se intenta imponer a aquellos trabajadores de prensa comprometidos con la difusión de la verdad, es el gobierno.

Hasta tanto no ocurra esto los responsables del asesinato del compañero Bonino son el presidente Menem y el ministro del Interior Ruckauf, y son ellos y las estructuras que les obedecen directamente quienes tendrán que responder por la vida del periodista asesinado.

La Utpba ha demostrado ser, de un tiempo a esta parte, la única expresión organizada de los trabajadores que no está dispuesta a negociar su silencio por alguna prebenda o concesión del gobierno, y esta actitud la ha colocado en la mira de quienes detentan y administran el poder, y por ello ha pagado un altísimo precio.

Es esta actitud que ha venido enarbolando la Utpba la que obliga a todas aquellas organizaciones políticas, gremiales y defensoras de los derechos humanos a rodearla con su solidaridad concreta, efectiva y de cara al pueblo, sin actitudes mezquinas ni silencios vergonzantes, porque hoy más que nunca "la peor opinión es el silencio".

Debemos comprender que el silencio no aplacará a la represión sino que le dará más bríos y la envalentonará.

Debemos comprender que el silencio, en estas particulares circunstancias no se asimila a la prudencia, sino más bien a la cobardía.

Debemos comprender que en el futuro cercano no disminuirá la acción terrorista del gobierno sino que se acrecentará, y para enfrentarla será preciso invertir una dosis superior de convicción y coraje.

Quienes no estén dispuestos a este sacrificio es mejor que dejen de tomar posturas que no se corresponden con su actitud vacilante y complaciente, ya que no hacen más que confundir y agregar una dosis más de desconfianza a una realidad ya bastante bastardeada por las traiciones y los doble-discursos.

De esta manera la Organización Revolucionaria del Pueblo (ORP) hace pública su posición a la vez que:

1) Exige al gobierno:

a) Que investigue la denuncia hecha el 2 de julio por el señor Luis Sobrino Aranda en relación a la conformación de un "escuadrón de la muerte".

b) Que dé muestras concretas de estar investigando las circunstancias que rodearon al secuestro y posterior asesinato del compañero Mario Bonino.

c) Que dé a publicidad el estado de las investigaciones sobre las amenazas y agresiones que vienen sufriendo los trabajadores de prensa.

2) Solicita a las organizaciones defensoras de los Derechos Humanos

a) Que agoten las instancias nacionales e internacionales para denunciar el secuestro y asesinato del compañero Bonino como así también el incremento en la utilización de la amenaza y la agresión por parte de sectores directamente vinculados o afines al gobierno.

b) Que adopten una actitud de vigilancia permanente respecto a las violaciones a los Derechos Humanos que se producen en el presente y las que eventualmente se produzcan en el futuro.

3) Reclama a los partidos políticos populares en general y a los que tienen representación parlamentaria en especial:

a) Que utilicen todos los medios a su alcance para denunciar estos hechos y exigir de las autoridades nacionales el urgente esclarecimiento de los mismos.

4) Advierte al gobierno y a sus fuerzas de seguridad

a) Que la repetición de hechos como el que nos ocupa puede motivar la toma de medidas, de manera unilateral, en la búsqueda por castigar ejemplarmente a los responsables directos o indirectos.

b) Que cualquier hecho igual o similar al que nos ocupa que tenga como víctima a algún militante de la ORP motivará una respuesta militar inmediata de nuestra organización sobre cualquier integrante del aparato militar del Estado, sin perjuicio de la posterior localización de los autores materiales sobre los que se tomarán idénticas medidas.

*** Por el esclarecimiento del asesinato del compañero Mario Bonino**

*** Solidaridad activa y efectiva con los trabajadores de prensa**

Buenos Aires, 29 de noviembre de 1993

Raúl Martínez-Alfredo Estévez-Alberto Ferreira

SECRETARIADO EJECUTIVO ORGANIZACION REVOLUCIONARIA DEL PUEBLO (ORP) BUENOS AIRES REPUBLICA ARGENTINA

Activan en Perú un plan de máxima seguridad en la frontera con Colombia

Un "Plan Operativo" (PO) de máxima seguridad anti-narcoterrorista fue activado en las últimas horas por las autoridades peruanas en los distintos puestos de control en la frontera con Colombia, informaron ayer a ANSA fuentes oficiosas.

Lima (Ansa)

La medida obedecería a una eventual fuga masiva hacia Perú de numerosos narcotraficantes colombianos, buscados intensamente por las autoridades del vecino país tras la muerte del otrora poderoso narcotraficante y jefe del cartel de Medellín, Pablo Escobar Gaviria.

Los narcotraficantes peruanos y colombianos mantienen una alianza comercial en vastas zonas de la selva nororiental del Perú, donde grandes plantaciones de hojas de coca abastecen la demanda de materia prima para la elaboración industrial de la cocaína.

Los "narcos" colombianos controlan la parte financiera del negocio ilícito mientras los mafiosos peruanos suministran la hoja de coca, la pasta básica y los insumos para la elaboración de la droga en sus distintas formas de pureza.

Unas 300 mil hectáreas de plantaciones de hojas de coca, con la posibilidad de una mayor expansión, forman parte en Perú de la gran usina de la cocaína en el mundo.

A pesar de los intensos planes operativos desplegados por el Gobierno peruano en su lucha contra el narcotráfico, éste no ha sido neutralizado ni mucho menos erradicado.

Se calcula que el narcotráfico introduce en la economía peruana no menos de mil millones de dólares anuales, mientras otra cifra menor recircula en la compra de insumos, pago de sobornos y hasta para el "salario" de los sicarios del narcotráfico.

Unas 15 avionetas colombianas que transportan cocaína sobrevuelan y aterrizan diariamente en las distintas pistas clandestinas entre los departamentos de San Martín, Huanuco y Ucayali, en la selva amazónica de Perú, según informes de organismos especializados.

Pero la muerte de Escobar no provocará, según expertos como Iván De Rementería, una reducción significativa del narcotráfico sino, más bien, una disputa de un mercado que amenaza con expandirse a otros países latinoamericanos aún no comprometidos en el consumo masivo de cocaína.

El Gobierno del Presidente Alberto Fujimori ha reiterado sus llamado a la comunidad internacional, principalmente a Estados Unidos, para que colaboren en la lucha contra el narcotráfico.

Si bien Perú ha desplegado una mayor acción represiva, utilizando inclusive aviones de combate para derribar avionetas colombianas que realizan vuelos clandestinos, el narcotráfico parece no haber sufrido mayores derrotas.

Por lo pronto, las autoridades están investigando las nuevas rutas implementadas por las bandas del narcotráfico colombiano-peruano, ubicadas en otras zonas del Perú donde ya se han reportado inmensas plantaciones de amapola.

En suma, una guerra contra el narcotráfico que todavía no comienza mientras las mafias parecen haber corroído con su influencia a la sociedad peruana.

ANALISIS

Nueve años de narcoterrorismo

por Roberto Rojas Monroy
de la agencia EFE

"Narcoterrorismo", fue un término acuñado a la fuerza en los últimos años en Colombia, para caracterizar el proceso de destrucción y muerte impulsada por el cártel de Medellín bajo el liderazgo de Escobar Gaviria.

Fue la "guerra" sin cuartel librada entre el Estado y los narcotraficantes.

Miles de vidas perdidas en casi una década en la que fueron sacrificados ministros, candidatos presidenciales, magistrados, jueces, un procurador general, soldados, policías y periodistas, entre muchas de las víctimas mortales.

El primer muerto "famoso" y que prendió la hoguera de la guerra fue el entonces ministro de Justicia del presidente Belisario Bentancur (1982/86), Rodrigo Lara Bonilla en 1984.

Lara Bonilla había acosado y denunciado a los mafiosos en distintas tribunas públicas y políticas después de que los narcotraficantes trataran de involucrarlo en operaciones de "dineros calientes".

Las listas negras de la muerte crecieron vertiginosamente durante el siguiente gobierno del liberal Virgilio Barco (1986/90).

El 18 de agosto de 1989, Barco declaró la "guerra total" a los mafiosos tras el asesinato del pre candidato liberal a la Presidencia de la República, el senador Luis Carlos Galán.

Los narcotraficantes respondieron varios días después, por medio del siniestro grupo "Los extraditables", brazo armado del cártel de Medellín, y anunciaron "su aceptación" de la guerra.

Entre el anuncio -que fue más bien una advertencia- y los hechos, no medió mucho tiempo; mientras el gobierno se dedicó a perseguir a los mafiosos, a confiscar sus propiedades y a bloquear sus cuentas bancarias, los narcotraficantes comenzaron con sus bombas mortales.

La ofensiva incluyó acciones osadas y de terrorismo indiscriminado con la explosión de coches-bomba en centros comerciales que causaron la muerte de centenares de personas, entre ellas decenas de niños y ancianos.

Los diarios El Espectador, de Santa Fe de Bogotá, y Vanguardia Liberal, de Bucaramanga, resultaron semidestruidos.

Sólo en Medellín, ciudad sede del cártel liderado por Escobar, fueron asesinados más de 250 policías en menos de siete meses, entre octubre de 1989 y abril de 1990, e hicieron explosión 40 coches-bomba que causaron la muerte a cerca de un centenar de personas.

La guerra incluyó, por parte de los narcoterroristas, secuestros, extorsiones y presiones y solamente disminuyó en intensidad cuando resultó elegido presidente de la República el actual gobernante, César Gaviria, en mayo de 1990.

Meses después de asumir, Gaviria presentó su política de sometimiento a la que acogieron los principales protagonistas del narcoterrorismo, entre ellos Escobar, que se fugó de prisión el 22 de julio de 1992, y que ayer, al día siguiente de cumplir 44 años, resultó muerto en el techo de una casa cuando intentaba escapar, en Medellín, de las fuerzas del orden.

Nº DOCUMENTO 9400307

TITULO Atentados del Ira entorpecen conversaciones de paz

PROCEDENCIA 150090

FE[illegible] 3/12/93

VINCULACIONES 11213 TM

507529 G.B

66196 IRL

514711 IRA

ENTRADO 1/2

CRUZADO 1/2

IRA atenta contra fuerza policial irlandesa

Dos policías fueron muertos a tiros en la noche del sábado en Irlanda del Norte, en un ataque reivindicado por el IRA (Ejército Republicano Irlandés), anunciaron fuentes policiales.

Londres (ANSA)

Los policías estaban efectuando una ronda en el centro de Fivemiletown, en el condado de Tyrone, cuando "**al menos dos hombres**" dispararon a quemarropa contra el vehículo en el que estaban y posteriormente se fugaron.

Con estas muertes asciende a seis el número de policías que han perdido la vida este año por atentados en Ulster. Desde el primero de enero de 1993 la violencia de los grupos paramilitares protestantes y la minoría católica del Ulster causaron un total de 82 muertos.

Por tercera vez desde principios de diciembre, los Primeros Ministros irlandés y británico, Albert Reynolds y John Major, deberán reunirse en Londres en los próximos días en busca de una fórmula de paz que ponga fin a 25 años de conflictos en Irlanda del Norte.

Reynolds es favorable a una cogestión de la provincia por parte de los Gobiernos de Londres y Dublín, como primer paso hacia una futura unificación de Irlanda: los contactos clandestinos con la "Ulster Volunteer Force" (UVF) tenderán a convencer al ala más extremista de la mayoría protestante de que nada tiene que temer, en caso de que Ulster salga del Reino Unido.

El "Mail on Sunday" reveló ayer que el Ministro de Exteriores irlandés, Dick Spring, entabló hace unos meses contactos clandestinos con los leales de la UVF, acérrimos enemigos de Dublín.

Según el Ministro de Exteriores británico, Douglas Hurd, la paz no depende de un acuerdo Major-Reynolds, sino que es crucial que "**los terroristas del IRA y los leales lleguen a la conclusión de que la lucha armada y los asesinatos no los llevan a ninguna parte**".

Las últimas negociaciones entre los Premiers persisten, pero los analistas han señalado que en un punto muerto: en este momento las reacciones de los terroristas de la IRA complica las posibles intervenciones gubernamentales para la unificación de Irlanda.

Francotirador mata a un soldado británico en Ulster

Londres (ANSA)

■ En vísperas de la cumbre británico-irlandesa de Dublín entre el premier John Major y su colega Albert Reynolds, un francotirador mató en una calle de Keady, en el condado Armagh, a un soldado británico, reanudando así el estado de violencia en el Ulster. La policía estima que la emboscada es obra del IRA (Ejército Republicano Irlandés), aparentemente dispuesto a demostrar que Londres ha mentido cuando afirma que ha sido esta organización la que ha dado por concluido el conflicto, como gesto previo para entablar negociaciones de paz.

Para el Sinn Fein, como para su ala militar el IRA, el ministro para Irlanda del Norte, sir Patrick Mayhew mintió y continúa mintiendo cuando dice que el IRA habría pedido a Londres que le indicase el modo y los medios de poner fin al conflicto. "No ha sido el IRA que ha ido a Londres, sino Londres la que ha ido al IRA", afirmaron hoy miembros del Sinn Feinn.

LR 3/12.

9400307

01-04

Ataque con bombas en el sur del Ulster hace tambalear los esfuerzos de paz de los gobiernos irlandés y británico

El IRA apenas respetó la Navidad

El Ejército Republicano Irlandés (IRA) demostró su voluntad de mantener la presión durante los esfuerzos de paz de los gobiernos irlandés y británico al efectuar su primer atentado un cuarto de hora después de que expiró su tregua de Navidad.

Belfast (AFP)

■ Una persona resultó con heridas leves a causa de este ataque con mortero, efectuado contra un puesto policial de Fintona, en el sur de Ulster. El mismo terminó con las esperanzas de que la organización extendiera la tregua de facto, llegando a esos tres meses de inactividad exigidos por Londres como condición previa para entablar negociaciones con el movimiento republicano.

El atentado no significa un rechazo de la declaración anglo-irlandesa firmada el pasado 15 de diciembre por los primeros ministros, John Major y Albert Reynolds. Según los observadores, para el IRA éste constituye un medio de permanecer en posición de fuerza durante el largo proceso de consultas en sus filas sobre la respuesta que dará a dicha declaración.

Pero el secretario del Foreign Office (cancillería británica), Douglas Hurd, advirtió contra esas prácticas dilatorias, reiterando la determinación de Londres de luchar contra la violencia en el Ulster, incluyendo, si fuese necesario, un incremento de las medidas de seguridad en la provincia. "No bajaremos la guardia.

No daremos cuartel", dijo en la radio de la BBC.

Douglas Hurd afirmó que actualmente el IRA no tiene alternativa, subrayando la cohesión británico-irlandesa. "Ya no pueden explotar disensiones entre los gobiernos irlandés y británico, o fomentar distrubios desde Estados Unidos, como hacían antes", estimó.

Esta voluntad de cohesión fue destacada por las declaraciones del jefe del gobierno irlandés, publicadas el pasado fin de semana por la prensa de Dublin. Reynolds afirmó que no había que permitir que "el proceso de paz pierda velocidad antes de haber comenzado", al tratar de responder a "preguntas que deberán ser contestadas en el futuro", refiriéndose implícitamente a la cuestión de los prisioneros del IRA.

El gobierno de Londres —que excluye toda amnistía para los detenidos culpables de actos terroristas— mostró su irritación hace una semana, cuando Reynolds sugirió que la suerte de los prisioneros era "el tipo de cuestiones que sin duda serán tratadas durante encuentros exploratorios" entre el Sinn Fein, rama política del IRA, y las autoridades británicas.

Para el Sinn Fein, la liberación de los prisioneros del movimiento republicano debe formar parte de un acuerdo negociado sobre el conflicto en Irlanda del Norte.

El Partido Republicano también quiere "un diálogo directo" con Londres y Dublín sobre la declaración, que según esta organización necesita "aclaraciones". Pero los gobiernos británico e irlandés se niegan a efectuar discusiones antes de que cese la violencia.



Dos policías recorren el lugar donde explotaron bombas ayer en el sur de Ulster. (Telefoto de AFP)

02

9400307

No hay tregua para el IRA

Atentado contra un puesto policial que aleja las propuestas de paz entre Irlanda y Gran Bretaña.

El Ejército Republicano Irlandés (IRA) tácitamente rechazó toda perspectiva de adhesión inmediata al plan de paz de los gobiernos de Irlanda y Gran Bretaña al hacer estallar una bomba contra un puesto policial de Fintona, al sur del Ulster, apenas un cuarto de hora después de que expirara su tregua de Navidad. El atentado, que causó heridas leves a dos transeúntes, terminó con la esperanza de que la organización extendiera la tregua de facto, llegando a los tres meses de inactividad exigidos por Londres como condición previa para entablar negociaciones con el movimiento, y movió al canciller británico Douglas Hurd a advertir que Gran Bretaña podría reforzar sus dispositivos de seguridad en Irlanda del Norte.

La respuesta del IRA era objeto de varias interpretaciones, ya que la organización no anunció previamente su ataque ni emitió ningún comunicado al respecto en las horas que siguieron. Hurd advirtió contra estas "tácticas dilatorias" con respecto a la declaración de Downing Street de los primeros ministros John Major y Albert Reynolds, afirmando que "no bajaremos la guardia; no daremos cuartel". El canciller advirtió que el IRA no tiene alternativa, subrayando la actual cohesión entre Londres y Dublin: "Ya no pueden explotar disensiones entre los gobiernos irlandés y británico, o fomentar disturbios desde Estados Unidos". La voluntad de cohesión fue enfatizada por Reynolds en declaraciones publicadas el fin de semana, donde dijo que no debía permitirse que "el proceso de paz pierda velocidad antes de haber comenzado", al tratar de responder a "preguntas que deben ser contestadas en el futuro". El premier irlandés aludía de este modo a la cuestión de los prisioneros del IRA, que el Sinn Fein (brazo político de la organización armada) sostiene que debe formar parte de cualquier negociación. Tampoco se descartaba que el atentado y la falta de un anuncio al respecto revelaran divisiones en las filas de la organización.

Las voces contra el IRA no se hicieron esperar. El reverendo Ian Paisley, líder del Partido Democrático Unionista del Ulster, y uno de los críticos más duros del plan Major-Reynolds, calificó a la organización de "monstruo asesino". Las críticas no han sido dirigidas sólo contra el IRA, sino también contra su brazo político, el Sinn Fein, y su líder, Gerry Adams, que, según Philip McGarry, presidente del moderado Partido de la Alianza del Ulster, no han sabido convencer a la organización terrorista de que interrumpa sus ataques. El atentado de Fintona fue una especie de balde de agua fría después de los llamamientos de Navidad por la paz, realizados por la reina Isabel II, Reynolds y los primados de las iglesias católica de Irlanda y anglicana, el cardenal Cahal Daly y el arzobispo de Canterbury, George Carey, respectivamente, que habían fomentado expectativas de que la organización continuara la tregua aunque no la aceptara explícitamente.

Con respecto a la declaración de Downing Street, Hurd subrayó que "este es el camino y si no van a seguirlo, por ahora, las medidas de seguridad contra ellos se intensificarán y no deberán esperar ningún desfallecimiento nuestro en ese esfuerzo". Agregó que el IRA debe "dejar de prevaricar" y aceptar que "el único camino a seguir es el del cese de la violencia". Con todo, el canciller puntualizó que el gobierno británico está dispuesto a mantener su oferta de un puesto en la mesa de negociaciones al Sinn Fein, a pesar de que por el momento el IRA no haya dado una respuesta al plan de paz, si en fecha posterior los terroristas deciden deponer definitivamente las armas.

03

9400307

PROCURAN HACER FRACASAR LAS NEGOCIACIONES DE PAZ

Irlanda: cinco heridos al estallar una bomba del IRA

Debido a una amenaza de bomba del IRA, las autoridades de Londres clausuraron hoy numerosas estaciones ferroviarias de la capital británica. Cinco personas, entre ellas tres niños, resultaron heridos al estallar un artefacto explosivo colocado aparentemente por el IRA en Londonderry, segunda ciudad más importante del Ulster. El Ejército Republicano Irlandés acatará, como lo hace usualmente, una tregua de cuatro días por las festividades navideñas. Críticas del Sinn Fein, brazo político del IRA, a la iniciativa de paz lanzada por los jefes de gobierno británico e irlandés.

LONDRES y LONDONDERRY, 19 (Reuter, ANSA, AFP, DPA y EFE). — Cinco personas, entre ellas tres niños, resultaron heridas al estallar hoy una bomba colocada en una carretera de **Londonderry**, la segunda ciudad más importante de Irlanda del Norte.

El artefacto explosivo, que dejó un enorme cráter a un lado de la ruta y destrozó los vidrios en un amplio radio, presenta las características de los cometidos por el **Ejército Republicano Irlandés (IRA)**, según un vocero policial.

Este nuevo atentado se registra en medio de negociaciones entre Londres y Dublin para detener la violencia en el Ulster (Norte de Irlanda).

Varias de las principales estaciones ferroviarias de **Londres** fueron clausuradas hoy debido a una amenaza telefónica que, según la policía, habría sido realizada por el IRA, aunque esta organización no se atribuyó el llamado.

Las autoridades explicaron que esta mañana habían recibido por teléfono un mensaje cifrado, similar a otros realizados recientemente por los terroristas irlandeses, para comunicar que habían colocado una bomba en la transitada línea **Londres-Sevenoaks**.

Como el martes estalló un artefacto explosivo en la vía férrea de **Woking**, en el oeste londinense, la policía hoy no quiso correr riesgos y cerró todas las estaciones entre la capital y Sevenoaks.

Tregua

El IRA anticipó que continuará la lucha contra el gobierno británico una vez que haya concluido la tregua de cuatro días que siempre respeta durante los festejos navideños, según informó hoy el diario irlandés "Sunday Tribune".

En Inglaterra, el semanario "Sunday Mirror" manifestó que el papa **Juan Pablo II** decidió intervenir en la crisis del Ulster, para lo que por medio de canales secretos se habría puesto en contacto con los guerrilleros independentistas católicos a fin de persuadirlos de que abandonen la lucha armada.

El atentado de hoy en el Ulster fue el primer golpe extremista desde que los jefes de gobierno de Irlanda, **Albert Reynolds**, y de Gran Bretaña, **John Major**, dieron a conocer el miércoles una iniciativa de paz.

El proyecto comprende una promesa al **Sinn Fein**, ala política del IRA, de incluirlo en futuras conversaciones de paz, con la condición de que los guerrilleros irlandeses interrumpan por completo su ofensiva.

El líder del Sinn Fein, **Gerry Adams**, sostuvo que el plan Reynolds-Major no tendrá éxito a menos que Londres presione exitosamente a los partidos unionistas (protestantes que quieren mantener el estatuto político actual del Ulster) para que adopten una posición más flexible.

Adams, en comentarios que la prensa difundió hoy, censuró la incorporación al documento de una cláusula por la cual se otorga a la mayoría protestante del Ulster el derecho a vetar cualquier medida que pueda conducir a la unión con Irlanda.

Según fuentes próximas a los insurgentes irlandeses, la dirigencia del IRA iba a reunirse durante este fin de semana para analizar la propuesta de Reynolds y Major.

Diversas agrupaciones armadas de tendencia protestante anticiparon que podrían renunciar a seguir luchando en caso de que el IRA resuelva abandonar la violencia.

POCO LEGIBLE

04-04 9400307

Nº DOCUMENTO 9400308
TITULO Declaración de Kadafi, crítico al IRA.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 3/12/93
VINCULACIONES 11213 TM
514711 IRA
66333 LIBIA
{Borrar el 66330 Libano.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Muamar Kadafi critica al IRA y elogia al Presidente Clinton



El controvertido líder libio Muamar Kadafi dijo estar satisfecho con la elección de Bill Clinton como Presidente de Estados Unidos.

El líder libio Muamar Kadafi admite, en una entrevista publicada ayer por el diario árabe Saudi Gazette, que se equivocó al suministrar armas a los guerrilleros irlandeses del IRA, y dice que no repetirá el error.

Abu Dhabi (Ansa)

Además del insólito e inesperado "mea culpa", el Coronel libio sostiene, en la misma entrevista, que "detestó intensamente" al ex Presidente estadounidense Ronald Reagan, mientras considera que la elección de Bill Clinton es "una victoria de los aliados de Libia".

El diario precisa que la entrevista fue concedida por Kadafi el pasado 7 de noviembre, es decir, antes de que la ONU impusiera a Libia nuevas sanciones por su falta de colaboración en las investigaciones sobre el atentado al avión de la PanAm que explotó en el cielo sobre Lockerbie, en Escocia, en 1988. En una especie de autocrítica, Kadafi dice que cuando el bloque comunista respaldaba su gobierno "nosotros apoyamos algunos movimientos de manera demasiado rápida, como por ejemplo la cuestión de Irlanda del Norte".

"En vez de darles apoyo político para resolver sus problemas, les suministramos armas. Hemos actuado de manera apresurada y eso perjudicó nuestra imagen", dijo Kadafi. "A pesar de ello, hemos superado aquella época y no permitiremos que se repita una cosa de este tipo", agregó.

El líder libio afirmó también que sus relaciones con el ex Presidente estadounidense Reagan "estaban dominadas por una profunda antipatía: él mató a mi hija" (en el bombardeo aéreo ordenado por el entonces Presidente norteamericano sobre Trípoli y Bengasi para vengar la supuesta complicidad libia en varios actos terroristas en Europa).

Kadafi dijo también que aprecia el hecho de que Clinton sea un demócrata. "Nosotros apoyamos a las minorías, añadió el Coronel, y Clinton viene de la parte de las minorías: por ello consideramos la victoria de los demócratas una victoria de nuestros aliados".

"¿Por qué deberíamos odiar a Clinton?", se pregunta Kadafi. "No hay ninguna razón. No es agresivo sino un amante de la paz. Es una estrella que brilla en el oscuro hemisferio occidental. Tenemos que apoyarlo y ayudarlo".

En relación con las noticias de prensa según las cuales Libia dispondría o podría obtener armas nucleares, químicas o biológicas, Kadafi respondió que "las posibilidades de Libia no le permiten crear una industria bélica y utilizarla".

El líder libio añadió que mientras Israel podría usar contra los árabes las armas nucleares de las que dispone, una bomba atómica árabe lanzada sobre el Estado judío destruiría por completo Siria, Jordania, Líbano y a los palestinos de la región.

"Usar armas nucleares contra Israel es inconcebible, concluyó Kadafi, no resolvería ningún problema".

9400308

01 - 01

La extradición y los vascos

La negativa de la Justicia uruguaya a conceder la extradición de algunos detenidos vascos supuestamente involucrados en actividades terroristas del grupo ETA ha motivado, según trascendiera la pasada semana, una dura interpelación de las frustradas autoridades españolas, a su vez respondida por el Ministerio de Relaciones Exteriores uruguayo.

La posición que, en la emergencia, mantuviera el gobierno nacional, no puede ser más compartible: en nuestro país el Poder Judicial es independiente y, por esa condición, no puede ser objeto de sugerencias o presiones de otro poder del Estado o, para decirlo con mayor calidad, de un Estado extranjero que busque actuar por intermedio del Poder Ejecutivo nacional.

Esta inteligencia se encuentra en la base de nuestro ordenamiento constitucional y, por añadidura, forma parte del buen entendimiento de los instrumentos internacionales suscritos por la República, entre los que se incluye el tratado de extradición que la vincula con el Reino de España.

Así defendida, pues, la majestad de la Justicia uruguaya, sí cabe preguntar desde el plano interno si esa Justicia ha actuado, en referencia a este caso, con el tino y la profesionalidad que el mismo (y esa majestad) requerían. Y la respuesta, mucho nos tememos, es negativa.

> "No cabe sino preguntarse qué obstáculos impiden hoy que esos ciudadanos sean entregados al Estado español para su recto juzgamiento"

No es la primera vez que, desde esta columna, debemos manifestar nuestro pesar por el contenido y la inspiración de resoluciones judiciales que denuncian, bien a las claras, lo lejana que se encuentra nuestra Justicia de la realidad y de la recta inteligencia de los casos puestos a su consideración. El que nos ocupa es otro ejemplo de nuestro aserto.

Los ciudadanos vascos detenidos a la espera de que se finiquite el trámite de extradición, así como aquellos en relación a los cuales la extradición ha sido denegada, han sido requeridos por un país en el que rige, en toda su plenitud, el estado de derecho, al punto de haber sido, precisamente, un modelo al que el Uruguay elevó sus ojos durante la década del 80 y en ocasión de su tránsito a la democracia. Sólo una franja de inadaptados sociales ha ensayado, en medio de la universal rechifla, la absurda tesis de que la España contemporánea persigue a algunos ciudadanos por delitos de opinión o políticos y, curiosamente, en esa franja militan extremistas notorios, como los integrantes del grupo terrorista ETA.

Las actividades por las que los ciudadanos vascos residentes en el Uruguay han sido reclamados no constituyen, por lo demás, ilegitimidades de opinión: se les han imputado delitos de terrorismo, consistentes en asesinatos de blancos seleccionados, ataques indiscriminados a la población y otras actividades que, según ya es pacífica la doctrina universal, exceden por su vesanía e impacto todo tipo de caracterización política.

Frente a estos dos datos, no cabe sino preguntarse qué obstáculos impiden hoy que estos ciudadanos sean entregados al Estado español para su recto juzgamiento: ni estarán en manos de un régimen que les niegue las garantías del debido proceso, ni los delitos que se les atribuyen constituyen crímenes de orden político, tal como eran frecuentes bajo la dictadura franquista.

A mayor abundamiento, la presencia de estos ciudadanos vascos en el país no se produjo en condiciones regulares: medió en algunos casos la falsificación documentaria. Se trata de personas que, conscientes de las connotaciones de su voluntario exilio, buscaron sustraer al conocimiento de las autoridades su identidad.

Al actuar como actuó, la Justicia uruguaya ha dado una señal errada y de pobre inspiración. Ha ignorado, en primer lugar, la condición manifiestamente regular y democrática del sistema de gobierno español, por lo que poco debe extrañar que éste haya reaccionado de la forma impropia en que lo ha hecho.

Pero, y esto es lo más grave, ha ignorado la asistencia que el régimen de derecho español ha prestado a la consolidación de nuestras mismas instituciones democráticas durante los tristes tiempos de la dictadura militar, prestando un inusitado refugio en nuestro país a quienes son acusados de los más infames e injustificables delitos de nuestros tiempos, como lo son los terroristas.

Aun dando por aceptado que nuestra Justicia debe atenerse a la letra de las normas jurídicas, no debe soslayarse que desempeña una función cuyo impacto va más allá de esas normas y contribuye a formar los valores sobre los que se funda la sociedad. Es en este sentido que nuestros jueces revelan severas carencias e imponen, ante casos como el que nos ocupa, una inquietante reflexión que bien haremos en no eludir, mal que les pese a los falsos puristas que, en esta materia, tanto abundan. ■

Nº DOCUMENTO 9400310
TITULO Subsidios de Irán a fundamentalistas islámicos.
PROCEDENCIA 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 3/12/93
VINCULACIONES 11847 II
507597 IRAN
515160 FPLP/CG.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Los subsidios de Irán

Por Ed Blanche

NICOSIA, Chipre (AP).- Irán suministra millones de dólares a facciones islámicas fundamentalistas y a palestinos extremistas que han prometido asesinar al jefe de la OLP, Yasser Arafat, por haber concertado la paz con Israel, dijeron fuentes occidentales.

El gobierno de Teherán entregó recientemente un millón de dólares a la facción Frente Popular para la Liberación de Palestina-Comando General a través de la embajada iraní en la capital siria de Damasco, donde el grupo tiene su base, dijeron las fuentes que declinaron ser identificadas.

El Frente Popular, cada vez más allegado a la causa fundamentalista que respalda Irán, también ha estado recibiendo los últimos meses pagos de 125.000 dólares mensuales a través de la misión iraní en Damasco, según las fuentes.

Los informantes occidentales, que observan los vínculos de Irán con grupos terroristas, consideran que también se han efectuado "sustanciales pagos anuales" -que podrían ascender a 10 millones de dólares- al grupo extremista shiíta Partido de Dios.

Ese movimiento musulmán libanés es financiado principalmente por Teherán y se ha constituido en uno de sus más prominentes instrumentos de terrorismo. Siria es el principal aliado árabe de Irán.

Esfuerzo sistemático

"Lo que estamos viendo es un esfuerzo sistemático de alguna gente en la jerarquía de Teherán para reforzar el arma terrorista y usarla", dijo Paul Wilkinson, experto en terrorismo internacional.

"Siria está mucho menos activa en el terrorismo en estos días, e Irán se está haciendo cargo", dijo Wilkinson en una entrevista telefónica desde Londres, donde trabaja con el organismo privado Instituto de Investigaciones para el Estudio del Conflicto y el Terrorismo.

"Desde hace un tiempo ha habido indicios de una nueva coalición de facciones sunnitas y shiítas con otros grupos, auspiciados y financiados por la inteligencia iraní para operaciones especiales alrededor del mundo", dijo Wilkinson.

El Frente Popular es encabezado por el ex capitán del ejército sirio Ahmed Jibril, experto en explosivos, que se opone a los esfuerzos de Arafat para lograr la paz con Israel. En tal sentido, Jibril dijo que Arafat era un hombre marcado por haber firmado el 13 de septiembre un acuerdo de paz con el Estado judío.

Los fondos que Jibril recibe de Irán comenzaron hace algún tiempo y no parecen estar vinculados directamente con las amenazas de asesinato contra Arafat, formuladas tras la firma del acuerdo de paz, dijeron las fuentes occidentales.

Pero importantes funcionarios palestinos afirmaron recientemente que el aparato de seguridad de Arafat frustró dos conspiraciones para asesinarlo, en un período de dos semanas, y que una de ellas estaba financiada por Teherán.

Jibril, de 55 años, ha tenido su base en Damasco desde 1968, cuando formó su grupo controlado por la inteligencia siria.

Pero después de que Siria se desplazara en los últimos años hacia la órbita de Occidente tras el desplome de la Unión Soviética, Jibril se aproximó a Irán y efectuó frecuentes visitas a Teherán.

Otras facciones palestinas extremistas, como Guerra Santa Islámica y Partido de Dios-Palestina, también están recibiendo "significativas contribuciones financieras regulares de Irán", dijeron las fuentes. Esos dos grupos sunnitas fundamentalistas operan en los territorios ocupados por Israel, mientras que sus dirigentes viven en Damasco.

Pagos regulares

Al igual que Jibril e Irán, los fundamentalistas se oponen al proceso de paz en Medio Oriente, y han prometido sabotearlo. Las fuentes indicaron que Teherán efectúa pagos regulares a esas dos agrupaciones, que oscilan entre 60.000 y 200.000 dólares mensuales.

Además, los iraníes ofrecen armas y brindan instalaciones de entrenamiento a ambas facciones, que cuentan con activistas en Siria, Líbano, Jordania y los territorios ocupados.

Fuentes occidentales y árabes coincidieron en que los dirigentes iraníes intensifican sus esfuerzos para forjar una cadena islámica internacional destinada a dominar el auge fundamentalista, a derrocar gobiernos seculares y a establecer regímenes islámicos, así como a enfrentar a Occidente con un reto ideológico conjunto.

Una reunión organizada por agencias de inteligencia iraníes y efectuada en Teherán a principios de año contó con la asistencia de dirigentes de más de 50 organizaciones islámicas y extremistas, entre los que figuraron delegados del Frente Popular, de Guerra Santa Islámica y del Partido de Dios-Palestina, dijeron fuentes de inteligencia árabes y occidentales.

Según las mismas, el régimen en Teherán ha establecido un presupuesto de 500 millones de dólares para el financiamiento de actividades terroristas en todo el mundo.

9400310

01-01

Nº DOCUMENTO 9400311

TITULO Liberan en Yemen a diplomático estadounidense secuestrado

PROCEDENCIA 150014.

FECHA DE PROCEDENCIA 3/12/93.

VINCULACIONES 11213. T-M

507675 Yemen

65890. E.U.

ENTRADO 1/2

CRUZADO 1/2

Yemen

LIBERADO DIPLOMATICO EEUU

Un diplomático estadounidense secuestrado en la capital yemení, Sana, hace una semana, fue liberado la noche del miércoles y entregado a la embajada de Estados Unidos, según informó Radio Sana.

La emisora, que cita al ministro del Interior, Yahia al Mutawakil, afirma que el diplomático, Haynes Mahoney, responsable de Relaciones Públicas e Información de la embajada de Estados Unidos en Sana, fue liberado después de la intervención en su favor de importantes líderes tribales yemeníes.

Mahoney fue secuestrado el pasado jueves por un grupo de hombres armados pertenecientes a una tribu, que lo trasladaron a Mareb, a unos 300 kilómetros de la capital.

Los secuestradores pedían al Gobierno yemení que les pagara una compensación a cambio de la instalación de una estación de bombeo de petróleo de la compañía estadounidense «Hunt» en sus tierras.

El ministro del Interior lamentó el secuestro del diplomático y advirtió quer «tales acciones dañan a la reputación de Yemen».

9400311

01-01

Nº DOCUMENTO 9400312
TITULO Atentados xenófobos en Alemania
PROC 1500%
FE 3/12/93
VI J1204 xen.
500145AI.

Arrestan al autor de fallido atentado xenófobo en Alemania

Berlín (ANSA)

■ La policía de Wiesbaden, Alemania centro-occidental, arrestó a un hombre que, empujado por impulsos xenófobos, días atrás había intentado ejecutar un atentado dinamitero contra un hotel para refugiados extranjeros en espera de asilo.

El hombre es un joven de 20 años, ya conocido por la policía por su odio hacia los extranjeros. Este confesó haber colocado el miércoles por la noche una bomba, que él mismo fabricó, dentro de un automóvil estacionado frente al hotel de Hohenstein, cerca de Wisbaden.

El automóvil fue incendiado pero los habitantes del hotel lograron apagarlo, antes de que la bomba fuese alcanzada por las llamas.

El joven, que dijo haber actuado solo, ya había sido señalado días atrás por incendio doloso con motivación xenófoba, por violación de la ley sobre la posesión de armas y por lesiones personales.

Una persona resultó muerta y otras catorce heridas en un incendio que destruyó un asilo para extranjeros en espera de asilo político en Nuremberg, sur de Alemania, sobre el cual la policía aún no logró verificar si se trata de un enésimo atentado xenófobo.

El muerto era un búlgaro de 40 años de edad, cuyo cadáver fue extraído por los bomberos de las ruinas humeantes del edificio, donde pereció quemado por las llamas.

Más de un centenar de extranjeros fueron evacuados del edificio.

Por su parte, la policía ha informado que no dispone aún de los elementos suficientes para establecer la causa del incendio.

El año pasado, extremistas de derecha y xenófobos ejecutaron numerosos ataques contra los albergues para extranjeros en busca de asilo político y las residencias para inmigrantes.

En tanto, una investigación realizada a fines de este mes por el instituto demoscópico Emnid por cuenta de la cadena televisiva N-TV, afirma que el extremismo de derecha y el de izquerda deben ser combatidos con igual firmeza.

Según el 59 por ciento de las 975 personas interrogadas, es necesario proceder contra cualquier forma de extremismo. Para el 33 por ciento de los entrevistados, sin embargo, el extremismo de derecha debería ser perseguido con mayor rigor respecto al de izquierda, mientras sólo el 9 por ciento de los interrogados ve un mayor peligro en el extremismo de izquierda.

Del sondeo resulta además que, a cuatro años de la caída del muro, en la mente de los alemanes la unificación aún no es un hecho consumado. Un 34 por ciento siente que todavía están divididos, para un 33 no hubo sustanciales cambios desde este punto de vista y un 32 afirma haber verificado un cierto acercamiento entre las partes.

ALEMANIA

Más víctimas del racismo

Una persona de origen turco murió y otros catorce extranjeros resultaron heridos a raíz de un incendio que tuvo lugar en un centro de refugiados en Nüremberg, al sur de Alemania, según informó la policía local, que consideró que el siniestro había sido accidental. También hubo un incendio en el comercio de una familia turca en la ciudad de Kaltenkirchen, pero en este caso existe la certeza de que fue un atentado de un grupo xenófobo.

"No hay indicio de incendio criminal", dijo un vocero policial, quien agregó que la causa podría haber sido "un cigarrillo mal apagado". En el albergue están alojados 116 extranjeros solicitantes de asilo en Alemania y, según las primeras estimaciones, los daños materiales alcanzarían un valor de medio millón de marcos, equivalente a unos 300.000 dólares.

Por otra parte, en Kaltenkirchen, también en Alemania, unos desconocidos rompieron la puerta de un comercio de una familia turca y lanzaron dentro varias botellas con un líquido inflamable. Un peatón avisó a los bomberos que apagaron el incendio cuando ya las llamas habían destruido por completo el local y la mercadería, pero no se informó si hubo víctimas.

Incidentes con turcos en Alemania

BERLIN, 18 (ANSA) - La policía alemana arrestó anoche a 16 turcos al concluir una feroz batahola entre éstos y alemanes en la ciudad bávara de Rosenheim, en la que participaron decenas de personas.

El episodio se produjo anoche frente a una discoteca y no se sabe si hubo heridos durante la revuelta, pero numerosos automóviles fueron golpeados con bates de beisbol por un grupo de turcos enardecidos que intentaba vengarse de un ataque precedente a otros compatriotas.

Según un sondeo publicado hoy por la revista Focus, uno de cada dos extranjeros fue insultado alguna o más veces por los alemanes, mientras que uno de cada cinco fue víctima de algún acto de violencia.

Los alemanes son poco comprensivos con los extranjeros y hacen poco o nada por comprenderlos, es otro de los resultados de la encuesta que fue llevada a efecto a fines de septiembre en un grupo de 3100 personas que incluía italianos, ex yugoslavos y turcos.

Para el 31 por ciento de los extranjeros entrevistados, los alemanes son más bien xenófobos", mientras que los otros dos tercios opinan lo contrario.

Finalmente, los turcos son los que encuentran mayores dificultades en las relaciones personales con los alemanes.

Alemania

ATENTADO RACISTA

La policía de lo criminal no descarta una posible relación entre la serie de atentados con cartas bomba registrados en las ultimas semanas en Austria y la explosión de un paquete bomba en la ciudad de Melle, en el Estado federado de la Baja Sajonia.

Una familia de cinco miembros y de nacionalidad albana recibió un paquete del servicio de correos alemán en cuyo interior se encontraba un aparato de radio.

El artefacto hizo explosión cuando el padre de familia, un hombre de 32 años, puso la radio perdiendo una mano y un dedo de la otra.

Neonazis difunden lista de personalidades a quienes atacar

Bonn, (AFP)

■ Los neonazis difunden un catálogo con el nombre y dirección de varios cientos de personas llamando a la violencia contra ellas, informó el sábado la fiscalía federal.

En especial reclaman que se ponga "definitivamente y fuera de juego" a esos adversarios políticos, a quienes prometen "castigos" y "noches agitadas", según informaciones coincidentes del diario Tageszeitung (TAZ) y del canal de televisión ARD, que lograron obtener ejemplares del documento. La fiscalía afirma que abrió una investigación contra los autores del catálogo, no identificados, por "asociación criminal". El caso fue confiado a la policía federal (BKA), competente en asuntos de terrorismo.

El catálogo tiene informaciones detalladas sobre la dirección privada y profesional de las potenciales víctimas, su número de teléfono y la descripción de su vehículo, indica TAZ.

Por primera vez, figuran en la lista personalidades de todos los estamentos profesionales (juristas, profesores, responsables políticos locales) de toda Alemania, y no sólo militantes de ultraizquierda. Esta publicación es "seria" y "de un alcance inédito", afirmó a ARD el presidente de la Oficina de Protección de la Constitución (informaciones generales) de Hamburgo, Ernst Uhrlau. En especial confirma los temores de que los neonazis se organicen progresivamente en el ámbito federal y sobre la emergencia de un terrorismo de ultraderecha, se subrayó en los servicios de informaciones.

9400312

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400313

TITULO Tráfico de armas en Panamá

PROCEDENCIA 1500/4

FECHA 3/12/93

VINCULACION 11875 TA
66718 PAN

ENTRADO N2
CRUZADO N2

Panamá

ARMAS Y ELECCIONES

Hasta 60.000 armas clandestinas de diferente calibre están en manos de panameños en un «mercado negro» que puede empañar el desarrollo pacífico de las elecciones generales del 8 de mayo de 1994, informó la policía.

El director de la Policía Técnica Judicial (PTJ), Jaime Abad, dijo que en Panamá es muy fácil acceder al «mercado negro» de armas, las cuales se pueden conseguir «de los más variados calibres»

Las armas pueden provenir de los grandes remanentes que hay en Nicaragua o El Salvador, según han reconocido las autoridades en anteriores ocasiones.

Para Abad, la proliferación de armamento en Panamá puede crear una situación «más grave» a medida que se aproximen los comicios electorales ya que, en manos de inescrupulosos o delincuentes, representa un peligro para los ciudadanos.

El Ministerio de Gobierno informó de que suspenderá los permisos para portar armas, además de su venta e importación, tres meses antes de las elecciones del 8 de mayo de 1994.

9400313

01-01

Nº DOCUMENTO 9400314
TITULO Rabin rechazó la mediación de Estados Unidos
PROCEDENCIA 150015
FECHA 4/12/93
VINCULACIONES 11847 T.I
500868 OLP
507603 ISR.
65890 E.U.

ENTRADO
CRUZADO

LN 4/12.

Rabin rechaza la mediación de EE.UU.

"No necesitamos tíos ni padres para aplicar el acuerdo"

El Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, llegó a Jerusalén para una nueva misión de paz dirigida a promover las negociaciones entre Israel y Siria. Isaac Rabin rechazó la intervención de Estados Unidos en las negociaciones sobre la autonomía de Gaza y Jericó, a diez días del gradual retiro israelí.

Jerusalén (ANSA)

Pero, en lo tocante a las negociaciones con la OLP, el Premier israelí, Yitzhak Rabin, rechazó ayer una eventual intervención diplomática estadounidense para desbloquear las negociaciones con la organización palestina sobre el retiro del ejército israelí de la franja de Gaza y de Jericó.

"Llegamos al acuerdo con los palestinos en Oslo sin ningún patrocinador", dijo Rabin, señalando que **"no necesitamos tíos, ni padres, ni abuelos, ni abuelas. La aplicación del acuerdo con la OLP es responsabilidad nuestra"**.

Rabin efectuó esas declaraciones a su regreso a Israel, al término de una gira por los países europeos, haciendo referencia a un comunicado emitido ayer por la Organización para la Liberación de Palestina en el que se invocaba una mediación urgente de Estados Unidos y Rusia para llevar adelante los plazos del acuerdo de paz.

Palestina quiere mediación de EE.UU.

La central palestina, autora del pedido de intervención estadounidense, se encuentra reunida ayer en Túnez justamente para examinar el deterioro de la situación en los Territorios, que en el comunicado del 1º de diciembre atribuía a Israel.

Extrañamente, la reunión no está presidida por Arafat, que ayer llegó a Gabón. Los analistas estiman que el líder de la OLP habría decidido esta **"ausencia diplomática"** para que los disidentes de Fatah esclarezcan entre ellos sus diferencias.

La OLP teme que se retrase el comienzo formal de la autonomía en los Territorios. En base al acuerdo firmado en Washington el pasado 13 de setiembre entre Israel y la OLP, dentro de diez días debería iniciarse la evacuación del Ejército israelí de la franja de Gaza y de Jericó.

Clinton se reunirá con Assad

El Presidente estadounidense, Bill Clinton, está interesado en continuar el diálogo con su par sirio Hafez Assad, informó ayer la portavoz Dee Dee Myers, quien se negó a confirmar los rumores sobre una posible reunión entre los dos jefes de Estado, en Ginebra en las próximas semanas.

La versión acerca de una eventual cumbre entre los líderes de Washington y Damasco fue publicada ayer por el Washington Post.

Dee Dee Myers se limitó a decir que **"Clinton está dispuesto a continuar el diálogo con Assad"**, y observó que el titular de la Casa Blanca habló con el Presidente sirio **"muchas veces"**.

Rabin quitó importancia a las afirmaciones de la OLP, según las cuales --a diez días del inicio del previsto retiro del Ejército israelí de Gaza y de Jericó-- las negociaciones se encontraban en un punto muerto. **"Se trata de una táctica de las negociaciones"**, dijo Rabin.

Christopher desembarcará en Israel en el momento en que se estarán apagando los ecos de una manifestación de diez mil simpatizantes del movimiento integrista palestino Hamas, realizada en el campo de refugiados de Jabaliya, en la franja de Gaza, en memoria del jefe militar de la organización, Imad Akel, muerto hace diez días por militares israelíes.

Los manifestantes juraron vengar la muerte de Akel y proseguir con la lucha armada contra Israel.

La violencia no cesa

Mientras tanto, en Hebron (Cisjordania), y según testigos locales, colonos judíos agredidos con piedras por palestinos reaccionaron indiscriminadamente, disparando con ametralladoras.

Tres palestinos resultaron heridos, uno de ellos en la cabeza. Christopher, excluido de la fase inicial de las negociaciones entre Israel y la OLP tratará, ahora, de colaborar para que se llegue a una solución satisfactoria, una condición considerada esencial para infundir confianza en los palestinos de los territorios.

"El problema principal por resolver --dijo hoy el jefe de Estado mayor israelí, general Ehud Barak-- es el control de las arterias en el interior de los territorios autónomos palestinos".

"Existe una seria probabilidad --añadió-- de que la negociación no pueda concluirse en la fecha establecida", es decir, el 13 de diciembre, agregó el militar.

Otro problema no resuelto es el relacionado con el control de los pasos fronterizos de Rafah (entre Egipto y la franja de Gaza) y del puente de Allenby (entre Jordania y Jericó). El control de las fronteras, como es sabido, debería quedar en manos israelíes, en base a los acuerdos estipulados entre Israel y OLP.

Por su parte, Arafat piensa entrar triunfalmente en Gaza y Jericó a principios del próximo año y para el líder de la OLP sería una humillación aparecer en sus dominios con las fronteras controladas por soldados israelíes.

4/12.

Senderistas ocupan agencia de noticias

Tres jóvenes armados del grupo terrorista Sendero Luminoso ocuparon ayer la agencia de noticias France Press (AFP) y transmitieron una proclama contra el Gobierno peruano y a favor de su líder, Abimael Guzmán, quien ayer cumplió en la cárcel 59 años de edad.

Lima (Ansa)

Uno de los periodistas de la AFP, Reynaldo Muñoz, dijo a ANSA que dos mujeres y un hombre ingresaron al local, ubicado en el centro de Lima, fingiendo ser integrantes de un grupo de derechos humanos, pero luego desenfundaron sus armas y se identificaron como miembros del autodenominado Partido Comunista del Perú.

En el local se hallaba el periodista francés Frederic Chappaz, jefe de la oficina, su colega peruano Diogenes De la Puente, y la secretaria Doris Ruiz, que lleva un embarazo de seis meses.

Esta es la tercera ocupación a una agencia internacional de noticias por parte de Sendero Luminoso. La primera fue en Reuter y la segunda (1.05.87) ANSA.

Es también la quinta incursión terrorista a AFP, pues el movimiento revolucionario Tupac Amarú ocupó el local en oportunidades anteriores.

Los jóvenes lanzaron vivas a su movimiento y pintaron las paredes del local con consignas a favor del autoproclamado "Ejército Popular de liberación" y de Guzmán, quien purga una condena de cadena perpetua en la base naval del Callao por el delito de traición a la Patria.

CUMPLEAÑOS DE ABIMAEL GUZMAN

Sendero festeja con bombas

Aferrado a su propia versión de que la conciliación de Abimael Guzmán con Alberto Fujimori es una patraña gubernamental, Sendero Luminoso "festejó" ayer el 59 cumpleaños de su líder encarcelado con una serie de atentados, incluyendo un apagón en Lima y la detonación de un coche bomba ante la sede de un diario oficialista que produjo dos muertos y una decena de heridos. También ocuparon las oficinas de la Agencia France Press para obligar al personal a transmitir una proclama en la que reafirman su "disposición a dar la vida por el presidente Gonzalo".

Las únicas víctimas fatales de la campaña por los 59 años de Guzmán fueron un agente de la policía y un peatón que murieron cuando estalló el coche bomba frente a la sede del diario *El Peruano*. Pero la campaña incluyó un despliegue impresionante de pequeñas acciones, aunque la mayoría de ellas de carácter menos agresivo, como el emplazamiento de banderas rojas con la hoz y el martillo en distintos puntos de la ciudad con cargas explosivas para que se tardara en retirarlas.

La mayor parte de las acciones estuvo coordinada con el apagón, que duró sin embargo sólo cinco minutos. En ese lapso se oyó la tremenda explosión del coche bomba y luego detonaciones menores que aparentemente expresan en la clave sangrienta del grupo una metáfora de las velas que se apagan en sucesión en cumpleaños más apacibles. Desde su aparición en 1980, Sendero nunca dejó de festejar de esa manera los cumpleaños de su inmaculado Gonzalo. Este ha cambiado sin embargo su prédica apocalíptica en favor de la lucha armada por propuestas de pacificación que incluyeron francos elogios al gobierno de Fujimori, contrapuesto en una de sus cartas por su supuesta eficiencia a los políticos tradicionales de Perú.

En su última misiva, Guzmán exhortó expresamente a sus seguidores a suspender toda violencia para facilitar un diálogo con el gobierno, a lo que Sendero respondió con la versión de la "patraña" gubernamental. Sendero centró su proclama de ayer en la defensa de la "guerra popular prolongada" y las únicas alusiones a algún cambio en la situación fueron las referencias a que "ahora más que nunca" seguirá fiel a esa promesa de guerra.

El homenajeado pasó entre tanto su cumpleaños en el mismo aislamiento en el que está desde su detención, y que sólo se interrumpió cuando se lo presentó enjaulado a la prensa, a poco de sus detención y todavía inflexible, y cuando un año más tarde se convirtió en parte del dispositivo electoral de Fujimori al aparecer reiteradas veces por TV para leer sus cartas y exhortar a una suspensión de la lucha armada. Las apariciones tuvieron, sin embargo, un resultado inverso al esperado y Fujimori ganó el referendo raspando. Desde entonces, Gonzalo, a quien no se le permite leer, ni cualquier contacto con el mundo exterior, y sólo se lo autoriza a fumar "para que no se ponga nervioso" (Fujimori dixit), no volvió a aparecer ni a ser mencionado por el gobierno.

Las FFAA redefinen sus estrategias en todo el mundo

CRISIS EN LA INDUSTRIA DE ARMAMENTO

Todas las publicaciones especializadas del mundo coinciden en afirmarlo sin cortapisas: la industria armamentista vive su más grave crisis de la época moderna y sufre un proceso de profunda reconversión.

El comercio de armas, entre tanto, florece a través de tortuosos caminos, atizado por innumerables conflictos regionales en los cuatro rincones del planeta.

En el trasfondo se ubica el debate respecto a la nueva configuración de fuerzas en el mundo y los desafíos estratégicos que ella determina.

La fabricación y el comercio de armas ha sido uno de los más florecientes y jugosos negocios durante las últimas décadas.

Reservado a capitales estrechamente vinculados con las más altas esferas del poder, la industria armamentista afronta la nueva realidad internacional que, junto a un profundo cambio de las necesidades estratégicas de las FFAA en todo el mundo, también impone nuevas reglas de juego vinculadas, particularmente, con dos cuestiones: la globalización de la economía mundial y la privatización y la desregulación de los mercados.

Entre tanto, el comercio mundial de armas - tráfico parece, en muchos sentidos, un término más apropiado para definir buena parte de estas operaciones "comerciales" -, se beneficia de la nueva realidad mundial, adquiriendo un volúmen y características desconocidas hasta ahora.

LA NUEVA REALIDAD ESTRATEGICA DEL MUNDO

La explosiva autodisolución del sistema socialista, con todas sus repercusiones, ha dado origen a una nueva configuración de fuerzas en el mundo.

De un alto nivel de confontación y una gran estabilidad globales, se ha evolucionado, con extraordinaria rapidez, hacia muy bajos niveles de confrontación global que coexisten con una impresionante inestabilidad difusamente extendida en todo el planeta.

Así, ciertos especialistas en el análisis estratégico señalan que el planeta ha pasado de una realidad dominada por la bipolaridad, con el consiguiente alto nivel de confrontación global de carácter nuclear y sus amenazas para el futuro de la Humanidad, caracterizado por un peligroso aunque "sólido" equilibrio inestable de fuerzas, a un mundo en el que, desaparecido sorpresivamente uno de los polos de la confrontación y arrojado al basurero de la historia el concepto de "equilibrio de fuerzas", los estrategas se enfrentan a un dramático panorama dominado por la inestabilidad y la impredictibilidad, pese a que nada cuestiona seriamente la hegemonía militar estratégica de la Alianza Atlántica (EEUU-Europa Occidental).

LA INDUSTRIA DE LA GUERRA

La crisis que atraviesa el complejo industrial-militar en el mundo incluye una reestructuración general, la consolidación de sus empresas más sólidas y un redimensionamiento global, con una drástica reducción de puestos de trabajo y del número de productos fabricados, así como el cierre de buena parte de las plantas industriales.

La nueva realidad estratégica mundial, sumada a la crisis que afecta a las economías desarrolladas de Occidente, explica la fuerte tendencia hacia la reducción del gasto militar y a un redimensionamiento de sus FFAA, que sin embargo coexiste con un impresionante auge de conflictos locales.

Se sabe que el gasto militar mundial se redujo, entre 1987 y 1992, en una cifra que orilla los 120 mil millones de dólares - 90 mil millones resultan de los ahorros de EEUU y la ex-URSS -, por otra parte, entre 1988 y 1991, se verificó la eliminación de 400 mil puestos de trabajo en la industria de la guerra estadounidense y la de los países de la C.E.E..

La experiencia de la Guerra del Golfo, entre tanto, ha reforzado la tendencia hacia el desarrollo de una nueva "generación" de armas de enorme sofisticación que requiere de una altísima calificación tecnológica de la industria y se traducirá en un cambio sustancial en las características y el volúmen de las FFAA.

Observada desde otro ángulo, la actual realidad de la industria bélica en el mundo, también enfrenta otras dificultades; de carácter financiero.

En efecto, las grandes empresas de este sector -sean públicas, privadas o de capitales mixtos -, habituadas a un determinante apoyo estatal y desarrolladas a partir de su fuerte imbricación nacional, se hallan ante la evidencia de una sustancial reducción en los niveles de financiamiento estatal, la creciente reticencia de los gobiernos para financiar y garantizar sus operaciones de ventas al exterior y al proceso de desregulación e internacionalización que también comienza a golpear a este sector.

Simultáneamente, el inconmensurable volúmen de armas y material bélico que ha quedado bruscamente sin destino, ya sea por su obsolescencia o, principalmente, por los cambios en Europa Oriental y la URSS y por sus consecuencias en el mundo, actúa como otro factor de desestabilización del negocio armamentístico, dando lugar a una proliferación sin límites del tráfico.

EL TRAFICO DE ARMAS EN EL MUNDO

Mientras las FFAA del Primer Mundo se hallan en pleno proceso de redefinición de sus misiones y de sus estrategias, lo que se traduce en cambios importantes en la concepción del empleo de sus fuerzas, así como en el despliegue y las características de las mismas, un floreciente negocio, que incluye los más increíbles trasiegos y los negocios más sórdidos, se desarrolla como sustento material de encarnizados conflictos regionales.

Obviamente, no existen cifras confiables respecto a este "comercio" que se adivina, sin embargo, jugoso y de enorme volúmen.

La liquidación del antagonismo de la Guerra Fría y la caída de las barreras políticas e ideológicas que lo habían compartimentado este "negocio" durante décadas, han dado paso a un frenético comercio que provoca fuertes preocupaciones en los más altos niveles de la OTAN.

En este campo, actividades altamente lucrativas, como el comercio de oro o el narcotráfico, se entrelazan frecuentemente con el tráfico de armas.

No sólo el pillaje de los arsenales de los países de Europa Oriental y la ex-URSS [illegible] fuente inagotable de abastecimiento para los conflictos regionales. Incluso los depósitos del Pentágono en Alemania han sido objeto de sensacionales "operativos" que explican la aparición de sofisticados misiles tierra-aire dotados de sensores térmicos, que habían sido utilizados en la Guerra del Golfo, en manos del Cartel de Medellín. Su ruta para llegar a Colombia desde Alemania, ahora se sabe, fue la Base del Comando Sur del Pentágono, ubicada en la Zona del Canal de Panamá, y para ello fue imprescindible la participación de militares en actividad del Ejército norteamericano.

PERSPECTIVAS PARA LA EMPRESAS QUE SOBREVIVAN A LA CRISIS

Las perspectivas de la industria bélica se vinculan con las opciones estratégicas que actualmente se hallan en debate en las más altas esferas del Pentágono y sus aliados europeos.

Nadie duda de que las FFAA se dirigen hacia un radical proceso de redimensionamiento que supondrá reducir sustancialmente sus efectivos.

Por otra parte, también parece ser una idea generalmente aceptada por los estrategas, la de que, si bien una buena parte del arsenal militar desarrollado en la época de la Guerra Fría ha caído irreversiblemente en desuso, las armas y el apoyo logístico de que disponen las FFAA de la Alianza Atlántica no son suficientes, en cantidad y especialmente en calidad, para enfrentar el futuro inmediato.

La industria militar deberá responder, en las actuales condiciones de crisis y competencia desenfrenada, a nuevos requerimientos que, seguramente, supondrán mayores niveles de sofisticación para equipar fuerzas con altos niveles de tecnificación y entrenadas para cumplir misiones que suponen una "flexibilidad" y una "eficacia" hasta ahora desconocidas, pero de las que la Guerra del Golfo ha dado un buen indicador.

Mientras los especialistas definen las opciones ante un mundo plagado de conflictos de difícil "manejo" y casi impredescible desarrollo futuro, enfocando sus esfuerzos hacia el desarrollo de estrategias de seguridad coherentes con esa nueva realidad, se pierden centenares de miles de puestos de trabajo de todas las categorías desaparecen y obreros y funcionarios sufren la inestabilidad laboral en un sector industrial tradicionalmente estable pero que seguirá generando jugosas ganancias a pesar de la crisis.

Argelia: la crisis amenaza con incendiar el Mediterráneo





Manifestación en Argel: lo religioso con lo político

Europa, y en especial Francia, enfrentan el problema representado por la expansión del fundamentalismo musulmán. La crisis de Argelia amenaza con incendiar la cuenca del Mediterráneo y no hay soluciones "fáciles" a la vista.

PARA complicar aún más la situación, en el caso argelino las líneas políticas se confunden con las religiosas, ya que los islamistas radicales constituyen la cabeza de la oposición al régimen militar con el que están en guerra, una guerra progresivamente más radicalizada y sangrienta.

Mar de fondo

Hay un mar de fondo que se llama "fundamentalismo" o "integrismo" islámico que agita a todo el mundo de religió musulmana —desde el Asia central de las repúblicas ex soviéticas, Pakistán y Afganistán, hasta el Africa del norte— y que preocupa a Occidente. En un análisis reciente, una publicación francesa sostiene que la preocupación se manifiesta incluso en países como Rusia, en cuyo territorio viven entre veinte millones de musulmanes, que ve con preocupación cómo el integrismo golpea a sus puertas y puede extenderse al interior de su propio territorio. En Estados Unidos después del atentado del World Trade Center a principios de este año, hubo que repensar toda la estrategia nacional a seguir frente a un fenómeno como el fundamentalismo, que Washington veía otrora como un aliado de hecho en la lucha estratégica contra el comunismo. Pero los Estados más inmediatamente preocupados son los de Europa, porque el integrismo se ha convertido en una realidad que amenaza con alterar el delicado equilibrio en la cuenca del Mediterráneo. El integrismo lucha en Egipto, con métodos terroristas, contra el gobierno del presidente Hosni Mubarak, un "ancla" regional cuya eventual desestabilización acarrearía consecuencias imprevisibles. Pero es en Argelia, donde de un estado de guerra larvado se ha pasado a una guerra civil abierta, que la situación se ha vuelto mucho más preocupante.

A principios de 1992 un gobierno militar tomó el poder impidiendo la realización de la segunda vuelta de unas elecciones que consagraban la victoria del Frente Islámico de Salvación (FIS). Este es un movimiento integrista que propugna la transformación de Argelia en un Estado coránico, a imagen y semejanza de, por ejemplo, el Irán de los religiosos. El FIS fue nucleado en torno a su prédica a los descontentos con el caos y la corrupción de treinta años de gobierno exclusivo del FLN, partido que luchó y obtuvo la independencia argelina de Francia. El problema para Europa, y especialmente para la antigua potencia colonial, es que la lucha del norte de África se va extendiendo al territorio europeo continental.

Política y religión

En varios países europeos es considerable, entre la población de inmigrantes, el porcentaje de musulmanes. No significa esto que todos estos musulmanes se afilien a las ideas pregonadas por los fundamentalistas (*"los locos de Dios"*, los llaman en algunos medios franceses); significa, en cambio, que existe un buen campo potencial para el trabajo de agitadores y representantes del movimiento, que pueden aprovechar incluso los problemas derivados del desempleo, los brotes de xenofobia y fenómenos similares para captar adeptos. Episodios como la condena del escritor Salman Rushdie —autor de *Los versos satánicos*— sirvieron de catalizadores para movilizaciones, manifestaciones y enfrentamientos, hechos que han ocurrido en diversos países, desde Gran Bretaña a Alemania.

El peligro que advierten las naciones de Los Doce es el traslado a sus territorios de las controversias que afectan al mundo musulmán, dividido entre los "secularistas" y los ortodoxos. La división entre la agitación estrictamente religiosa y la agitación política es sumamente fina, especialmente en el caso de los argelinos, ya que el movimiento religioso es a la vez la oposición política a un régimen militar que gobierna el país con mano dura. El *affaire* argelino preocupa especialmente a Francia y no sólo por su relación "especial" con esa nación africana sino porque Francia resulta ser la nación mediterránea más vulnerable a lo que ocurra en su ex colonia. En Argelia hay una considerable cantidad de residentes franceses e incluso de ciudadanos que ostentan la doble nacionalidad; a su vez, en territorio francés viven por lo menos tres millones de musulmanes, de los cuales un millón son argelinos. En esta comunidad se ha abierto camino el integrismo, que ahora también se apoya en la reivindicación de las libertades democráticas conculcadas por un gobierno que anuló elecciones libres.

De a poco, el conflicto argelino ha determinado una radicalización de las posiciones del FIS, que comenzó a llevar a cabo secuestros, atentados y asesinatos contra residentes extranjeros en Argel y otras ciudades. En octubre se produjo el secuestro de tres funcionarios consulares franceses, los cuales fueron rescatados con vida luego de gestiones sobre las que no se informó con demasiada precisión. De cualquier manera, el FIS ha distribuido volantes donde se advierte que peligra la seguridad de los extranjeros cuyos países apoyen directa o indirectamente al gobierno militar argelino. En otras palabras, el FIS considera que quienes no están con él son sus enemigos. La situación es en extremo peligrosa. El Ministro del Interior francés Charles Pasqua, por su parte, advirtió luego de los secuestros que su gobierno no habrá de permitir ninguna acción de los musulmanes residentes que "vaya en contra de los intereses de Francia", advertencia clara contra disturbios y otras alteraciones del orden público. Las líneas han quedado definidas mientras Francia se ve hoy frente a una reedición no deseada de la "crisis argelina" de los años Cincuenta, situación delicada aunque ya no estén de por medio las cuestiones clave de entonces, como la independencia y el coloniaje.

DOCUMENTO 9400318
TITULO Entrevista al vicepresidente mundial de Interpol (Terrorismo).
150007
5/12/93
11140 SUB
11875 TA
515012 C.C.S.

"YO NO DIGO QUE URUGUAY CARIBE, SINO UNA PEQUEÑA

* Operativo Farías: la Verdad al Desnudo
* Oro en Otra Modalidad de la "Cosa Nostra"
* Terrorismo y Narcotráfico Entrelazados
* Nigeria es Depósito Mundial de Drogas

"Para poner un artefacto explosivo en la embajada de Israel en Buenos Aires los terroristas no tuvieron que viajar a Argentina; simplemente efectuaron una llamada telefónica a un comando árabe radicado allí y le dijeron "ponga una bomba y venga para acá que nosotros le damos protección". Entonces yo me pregunto, ¿si para el terrorismo internacional no existen fronteras, si los criminales actúan con la celeridad que les otorgan los adelantos científicos y las comunicaciones, cuál es el motivo por el cual la policía de Uruguay, por ejemplo, no puede pedir por teléfono a la brasileña o a la japonesa la detención inmediata de un criminal de Estado".

A lo largo de una entrevista exclusiva que se extendió durante más de tres horas, EL PAIS tuvo la oportunidad de mantener un contacto directo con el llamado **"superpolicía de América"**, el doctor **Romeu Tuma**, actual vicepresidente mundial de Interpol, con quien no sólo se analizó la geografía de la delincuencia del continente, sino del resto del planeta en una visión globalizadora de los alcances de las organizaciones criminales. Esta charla será reproducida por todos los periódicos que integran el denominado "Grupo Diarios de América". Tuma reflexionó sobre la necesidad de que los políticos tomen conciencia a nivel mundial de la importancia que significa "poner una valla, un muro de contención, a los grupos delictivos para los cuales su radio de acción ya es el mundo entero. Más allá de los tratados de extradición que existan entre las naciones, surge la imperiosa necesidad de eliminar aquellos lugares de refugio para criminales de Estado que hayan cobrado como víctimas a los integrantes de toda una comunidad".

—Pero Brasil, por cierto, no se ha caracterizado en ser un país que entregue rápidamente a los delincuentes a aquellas naciones que se los han solicitado. Su país ha sido tradicionalmente refugio de criminales de guerra y famosos ladrones, como es el caso del inglés Ronald Biggs que hace 30 años robó 5 millones de dólares del tren pagador de Glasgow y se vino a vivir a Río de Janeiro, sin que pasara nada.

—"Hoy Biggs no duraría dos meses en Brasil, porque Brasil ha cambiado su esquema hacia el mundo. Para que ustedes tengan una idea basta con hacer un recuento de los dos últimos años en los cuales se han extraditado 28 integrantes de la mafia italiana. Hoy mismo se mandó desde aquí, San Pablo, al "camorrero" **Marco Puglisei**, quien deberá cumplir en Italia pena de prisión perpetua por homicidio, tráfico de drogas y asociación criminal. Cifra de 28 extraditados que supera largamente lo sucedido en Argentina".

—En el majestuoso Palacio Dos Bandeirantes, sede de la gobernación de San Pablo, todo es agitación, empero a Tuma no se la toma por sorpresa cuando abruptamene se cambia de tema y se le consulta sobre la infiltración de la mafia en Europa.

—"No es novedad que estos grupos criminales han hecho fuertes inversiones inmobiliarias en Alemania y sobre todo en Francia en la zona costera de Marsella y Costa Azul, aunque la mayor preocupación de Interpol es la expansión del problema delictivo en gran escala hacia el este europeo, dada por el desmembramiento de la ex Unión Soviética y la actual crisis económica. Llámese mafia o cualquier otra organización criminal, lo cierto es que allí están ocupando puestos de relevancia porque existe una clientela nueva y potencialmente muy importante. La situación se agrava aún más porque en esos países no existe la necesaria experiencia como para combatir estos tipos de delitos".

■ NIGERIA: DEPOSITO MUNDIAL DE DROGAS

Para el investigador internacional "hay indicios muy fuertes sobre la venta de armas de guerra por parte de delincuentes rusos y en muchos casos oficiales retirados a los países del este europeo, como así también un creciente tráfico de drogas en la mencionada región, y también en Asia en el denominado "Triángulo de Oro", donde existen verdaderos ejércitos organizados para proteger las plantaciones y los traslados. En Asia, concretamente, la situación es alarmante".

—¿Es cierto que Africa se ha convertido en algo así como un gigantesco depósito de drogas, desde donde se distribuye el opio y la cocaína?

—"Yo no generalizaría a todo el continente, aunque el caso concreto de Nigeria ciertamente que es sumamente preocupante, ya que allí sí se han detectado enormes almacenes de drogas en tránsito y la existencia de una red de estafadores de increíble nivel científico que ha perjudicado a empresarios de diversas partes del mundo.

En Uruguay, concretamente, el buró de Interpol de Montevideo puso sobreaviso a varios organismos del Estado sobre las actividades del supuesto grupo de prestamistas que ofrecían sumas siderales y de acuerdo con la información que poseemos pudieran ser evitadas estafas de enorme cuantía".

■ EL TERRORISMO MODERNO

Al referirse al tráfico de drogas en particular Tuma manifestó que también la zona del Caribe representa un riesgo cierto debido a que grupos escindidos de los Ejércitos de Liberación, como en El Salvador o Nicaragua, se han incorporado no sólo a las organizaciones del tráfico de drogas y armas, sino que, por el contrario, ampliaron su radio de acción hasta completarse para



"PC" Farías es la punta del iceberg en lo que los brasileños denominan "el catálogo de la corrupción". Un poder invisible, dicen, vinculado al escándalo de sobornos, tráfico de influencias y malversación de recursos presupuestarios.

9400318

A-03

SEA UN GRAN SUIZA..."

partir de ese momento, tal cual el aviso proponía, resultó cosa lógica que todo ciudadano brasileño quisiera obtener ventaja de todo y en contrapartida comenzara a quedar indiferente ante la *corrupción*. Hoy las cosas han cambiado, toda la historia en torno a Collor de Mello hizo rever su comportamiento y proceder a toda la sociedad brasileña que comenzó a demostrar su repudio frente a estos delitos mediante el instrumento de la moviliza-ción".

■ "PC" O EL GRAN MENTIROSO

—¿Cómo es posible que Paulo César "PC" Farías (el cabecilla de la estructura de corrupción en el gobierno brasileño durante la presidencia de Fernando Collor de Mello) haya fugado de Brasil con su propio pasaporte cuando había una requisitoria de Interpol?

—"No es posible, por la sencilla razón de que Farias mintió una vez más cuando lo entrevistó la televisión brasileña en Londres. El hombre escapó de Brasil como lo hacen los delincuentes: en forma clandestina".

Notoriamente molesto, Romeu Tuma tomó un bolígrafo y un papel y dijo: "voy a contarles como es que PC Farías hizo para evadir a la justicia y policía de Brasil. En primer lugar contrató telefónicamente a un grupo marginal con escritorios en Miami, dirigido por José Iribarra, dedicado a fugas y rescates de personas perseguidas y condenadas por la justicia. Ese sujeto fue quien preparó el plan de vuelo en un aparato paraguayo piloteado por un tal Bandera, al cual acompañó otro individuo al que vinieron a buscar a Pernambuco. Sin documento alguno Farías, entonces, pasó por aire sobre la frontera y llegó a territorio paraguayo. El avión lo dejó en la pista y retornó a Brasil donde el piloto realizó los trámites correspondientes. Farías, entonces, no tendría registro de salida de Brasil ni de ingreso a Paraguay. Luego de ello ingresó a Argentina, aunque sin embargo, cuando intentó legalizar su estadía un juez ordenó orden de captura contra él lo que lo obligó a un urgente cambio de planes, que primero lo llevó hasta alguna posesión inglesa en el Caribe, previo pasaje por Ecuador donde tenía montada una empresa de juego de lotería".

—Pero, ¿en ningún momento utilizó sus documentos?

—"Farías siempre utilizó el mismo esquema para ir saltando de país en país, de eso no hay dudas. Una vez en el Caribe intentó y obtuvo que en Inglaterra se permitiera su ingreso y para Londres se fue".

—Es extraño que Inglaterra no hiciera cuestión por su ingreso. ¿Acaso allí no llegó el pedido de ubicación y captura?

—"La solicitud formal sobre su detención fue enviada a Lyon el día 7 de julio y de allí retrasmitida a 170 países, incluida Inglaterra. Pero cada nación, asimismo, debe hacer llegar la novedad de inmediato a sus respectivos puestos fronterizos, entre ellos naturalmente los aeropuertos. Lo que también resultó extraño es que ni Argentina ni Paraguay hubiesen ratificado la llegada de la requisitoria, el que lo hizo imediatamente fue casualmente Uruguay.

—¿Hubo un seguimiento de la policía brasileña?

—"Teníamos un hombre infiltrado que permaneció en Francia e Inglaterra durante 22 días desde el momento en que se supo que Farías había logrado fugar de Brasil. Pudimos interferir comunicaciones telefónicas en un escritorio que tenía en París y así supimos que podía estar en Londres. Nosotros desconfiamos que Farías ubicó telefónicamente al periodista que lo entrevistó, ya que era muy amigo de él y hacía poco tiempo le había hecho una nota, porque su aparato de Inteligencia ya sabía de la presencia policial brasileña en Londres y temía ser secuestrado".

[illegible] secuestros de poderosos empresarios de [illegible] Latina y, sobre todo, del Brasil. Tuma investigó [illegible] en Nicaragua esta red de secuestradores [illegible] por elementos de diversas nacionalidades. En [illegible] a este caso, recordó el entrevistado, recientemente viajó a Lyon (donde se encuentra la sede central de Interpol) el viceministro nicaragüense de Gobernación, Frank César, para participar en una reunión en la que presentó un informe de las investigaciones acerca de la red internacional de terrorismo.

—¿Cuáles son los países en el mundo donde se [illegible] más dinero proveniente del narcotráfico?

—"En ningún lado en especial y en todos por igual, creo que nadie escapa al problema, aunque debo reconocer que en ciertos países no existen los controles adecuados y eso facilita en mucho la colocación de dinero sucio.

En Italia, por ejemplo, se ha creado un grupo de investigación especial, integrado por miembros del Poder Judicial, para ejercer presión sobre otros países a fin de identificar los orígenes de los depósitos bajo sospecha de pertenecer a la mafia. En el Río de la Plata, y particularmente en la ciudad de Punta del Este, nadie investiga de dónde proviene el dinero cuando alguien compra una lujosa mansión o un valioso apartamento. Hay que evitar que Uruguay se convierta en una pequeña Suiza, donde se pueda invertir sin correr riesgo de ser identificado. Que quede claro que yo no digo que Uruguay sea un Gran Caribe, donde se capta de exprofeso el dinero producto de un delito mediante el cobro de tasa de interés".

9400318

02

—¿Qué clase de instrumentos puede utilizar el organismo de la policía mundial para frenar el lavado de dinero?

—"La Interpol puede efectuar recomendaciones a las policías locales, pero sólo eso, recomendaciones, ya que obviamente no se puede inmiscuir en los marcos legales de cada país". Tuma explicó que el lavado de dinero no sólo debe circunscribirse al proveniente del tráfico de drogas, ya que las colocaciones por negociados o fraudes también representan un tipo de lavado del dinero sucio. "En gran medida, en Brasil, los traficantes de drogas reciclan su dinero a través de la compra de oro que es sacado de contrabando preferentemente a Uruguay, donde existe libre comercialización y donde se puede legalizar para luego colocar en distintos puntos de Europa o Estados Unidos".

LOS CHINOS, LOS HINDUES Y EL ORO

"El contrabando a gran escala de oro y piedras preciosas representa para nuestro país un problema de muy difícil resolución debido a que está a cargo de organizaciones internacionales muy poderosas, comandadas por elementos asiáticos. Las comunidades hindúes y chinas tienen asentamientos centenarios en esta zona y muchos elementos de esas comunidades son los que dirigen estas organizaciones que tienen bajo sus órdenes comandos para consumar crímenes. Hoy en día existe una definida interrelación entre los traficantes de drogas y las organizaciones de contrabando de oro".

La pérdida de una riqueza muy grande para la economía de Brasil dada por el contrabando de oro —dijo— ha movilizado al gobierno y hoy existe marcado interés en mantener un contacto con sus países vecinos para que se instrumenten controles.

"Me consta que en estos días el problema será analizado con el gobierno uruguayo por parte de representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil".

—La corrupción ha sacudido todos los niveles de la sociedad brasileña. En cuanto al cuerpo policial ¿ha sido alcanzado por el flagelo?

—"La policía vive a un milímetro entre el bien y el mal, es un límite muy tenue, muy sutil, entonces la conciencia del policía tiene que ser mucho más fuerte que la de un ciudadano común, poque en cada instante de su actividad está en trato constante con la marginalidad y la corrupción. Ello lleva a que la corrupción tenga mucha más facilidad de instalarse en los cuadros policiales que en cualquier otra actividad.

Por ejemplo, en Rio de Janeiro la corrupción policial iba por el lado de la contemplación pasiva de la difusión del "Jogo do Bicho" (quiniela clandestina), lo cual significa una contravención, pero que para el análisis implica una serie de otros delitos graves. Tuvimos que investigar las denuncias hechas, que alcanzaron a incriminar a una cierta cúpula policial. Yo creo que Brasil afortunadamente ya pasó la etapa de la indiferencia frente a la corrupción. Dejó de lado aquello del "drama en la casa del vecino es novela". Tuma se pasa la mano por la cabeza y memora: "Hace unos años un gran jugador de fútbol, Gerson, hizo una propaganda de una marca de cigarrillos que se llamaba "Vantage" (Ventaja) y según confesó después eso lo marcó de por vida. A

—¿Pensaban realmente secuestrarlo?

—"De ninguna manera; lo que se manejó fue la posibilidad de retenerle su pasaporte para que la policía londinense lo deportara y así nosotros podríamos capturarlo, pero no se llegó a un acuerdo con el Jefe de Interpol inglés, por lo cual el operativo quedó anulado".

—¿Es cierto que se llevó 100 millones de dólares en su avión "Murciélago Negro"?

—"Es muy probable".

—¿Inglaterra les pasó el débito por Biggs?

—Si el caso del inglés se hubiera dado hoy no podría estar en territorio brasileño ni dos meses sin ser extraditado. No decimos esto por el caso de "PC" Farías; es simplemente que Brasil ha cambiado, en fin, el mundo está cambiando. No pueden existir barreras que impidan atrapar criminales".

—¿Usted dijo que Farías huyó de Brasil y en todos los casos lo hizo sin documentación, en forma clandestina, sin embargo el Londres y después en Bangkok, Tailandia, donde cayó definitivamente, exhibió su propio pasaporte.

—"Aunque lo parezca no es un contrasentido, al recalar en Europa y luego en el sudeste asiático, concretamente en países donde no había tratados de extradición con Brasil, Farías de alguna manera subestimó la inteligencia de nuestras autoridades. Cuando supimos que el hombre estaba en Europa se puso en marcha una estrategia elaborada por dos investigadores (el Jefe de Interpol de Río de Janeiro, **Edson Oliveira y Romeu Tuma** hijo, que aunque me correspondan las generales de la ley debo decirlo) quienes sugirieron al Ministerio del Interior, en acuerdo con la oficina de asuntos internacionales, que impartiera las órdenes a todas las embajadas del mundo para que se anulara su pasaporte apenas fuera detectada su presencia en algún lugar. De esa manera podría ser inmediatamente deportado".

—El escándalo que derivó en la caída de Collor de Mello se inició con el descubrimiento de un préstamo de 5 millones de dólares supuestamente obtenido en Uruguay para financiar su campaña. ¿Salió efectivamente ese dinero de Montevideo?

—"La investigación del caso, así como el análisis de la documentación, aún está en proceso judicial, aunque existe la firme sospecha de que ese dinero nunca salió de Uruguay. Lógicamente, ahora, con la captura de Farías, esas indagaciones tendrán una reactivación que puede ser fundamental para el curso del proceso. En el caso de Farías la investigación mencionada tiene dos aspectos, ya que por un lado está todo lo relativo a los hechos que desencadenaron la renuncia del ex presidente Collor de Mello y en otro orden la presente indagatoria a nivel parlamentario que involucra a varios integrantes de dicho cuerpo".

—¿En todas estas denuncias de corrupción surge el nombre del ex alto funcionario del Congreso, Alvez Dos Santos, que radicó las primeras revelaciones. ¿Ese hombre, que intentó suicidarse el domingo pasado en la cárcel es a la vez responsable del asesinato de su mujer, Ana Elizabeth?

—"Sobre ese punto efectivamente Alvez Dos Santos es el eje en torno al cual surgieron las denuncias. En cuanto al asesinato de su esposa este hecho se encuentra aún en el terreno de la pesquisa, ya que presenta características muy confusas. Todo puede tener una relación, aunque adelantar juicios sería prematuro".

03 - 03

Nº DOCUMENTO 9400319

TITULO Fin del monopolio de ARAFAT en las conversaciones con Israel

PROCEDENCIA 150025

FECHA DE PROCEDENCIA 5/12/93

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

VINCULACIONES 11847 II

500868 OLP

507603 ISR

Fin del monopolio de Arafat en la OLP

TÚNEZ, 4 (Reuter). – El Comité Ejecutivo de la OLP decidió hoy poner fin al monopolio de Yasser Arafat en la dirección de las conversaciones con Israel, afirmaron fuentes de la organización.

Los jerarcas que trataban de evitar una disputa por el estilo del liderazgo de Arafat acordaron -en una reunión en Túnez- la formación de un comité que supervise las conversaciones, comentaron las fuentes.

Dirigentes de la OLP sostienen que Arafat ha estado conduciendo unilateralmente el diálogo con Israel en semanas recientes, hecho que provocó molestias en los comités más importantes del organismo ejecutivo de la OLP.

"El comité ejecutivo decidió establecer un cuerpo que sea la referencia para las conversaciones con Israel", señaló a Reuter un alto dirigente de la OLP que pidió no ser identificado.

No mencionó los miembros del comité.

Arafat convocó a conversaciones en Túnez el viernes por la noche, luego de que se informó que tres altos asesores y partidarios clave de su acuerdo de paz con Israel se encontraban "resentidos" por el tema del liderazgo.

Los dirigentes incluían a Mahmud Abbás, más conocido como Abu Mazen, el encargado de dirigir las conversaciones secretas con Israel que condujeron al acuerdo de autonomía firmado por él en nombre de la OLP.

Los otros son el director de informaciones Yasser Abed-Rabbo y Sliman Najab, líder del Partido del Pueblo Palestino.

En teoría Abu Mazen es codirector, con el ministro de Relaciones Exteriores israelí Shimon Peres, del comité de enlace en las negociaciones.

Pero el comité se reunió sólo una vez en octubre y no fue convocado cuando se interrumpieron las conversaciones en El Cairo con Israel sobre la aplicación del acuerdo de autonomía.

Arafat invitó a los tres a asitir a la reunión del comité ejecutivo, prometiendo un debate libre sobre las reformas democráticas de la Organización para la Liberación de Palestina, agregó la fuente de la OLP.

Durante las dos sesiones del viernes y la de hoy, el comité ejecutivo también adoptó medidas para preparar un carta constitucional y definir los lineamientos de la política económica en las zonas ocupadas que Israel debe entregar a la OLP el 13 de diciembre, señaló un alto dirigente de la OLP.

También inició la discusión de los nombres para la Autoridad Nacional Palestina que será encabezada por Arafat y debería asumir el poder luego de la retirada israelí de la franja de Gaza y de la ciudad cisjordana de Jericó.

La autoridad estará compuesta por personalidades de los territorios ocupados y de la diáspora, indicó el dirigente.

La ruenión del comité ejecutivo de la OLP contó con la presencia de 11 de sus 18 miembros. Seis integrantes de la composición originaria renunciaron cuando surgieron las conversaciones secretas con Israel.

La reunión se reanudará el 9 de diciembre para permitir que Arafat viaje a Jordania, se entreviste con el secretario de Estado, Warren Christopher, y visite a Alemania la próxima semana, comentaron fuentes de la OLP.

9400319

01-01

Nº DOCUMENTO 9400320
TITULO Arresto de autores del atentado al Primer Ministro Sedki
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 5/12/93
VINCULACIONES 11847 II
65841 EG.
51441 AJAI

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Arresto de autores del atentado al Primer Ministro Sedki

Nueve terroristas islámicos, autores del atentado del 25 de noviembre último contra el Primer Ministro Atef Sedki, en el que murió una estudiante de 15 años, fueron arrestados, anunció el Ministro del Interior egipcio, Hassan el Alfy.

El Cairo (ANSA)

Los nueve miembros de los grupos integristas clandestinos Tala ei el Fatah, "Vanguardia de la conquista" y Al Jihad, fueron arrestados 72 horas después del atentado, en la capital y en los suburbios.

Al Jihad se había atribuido la autoría del atentado contra el Ministro. "Vanguardia de la conquista", reivindicó a su vez el atentado cometido el 18 de agosto último contra el Ministro del Interior el Alfy, en el que murieron cinco personas, entre ellos dos de los terroristas.

Los arrestos fueron realizados tras la detención de Sayed Salah, un integrista, que con su confesión llevó al arresto de otros tres militantes.

LN 5/12

9400320

01-01

94003321
Tráfico de armas en Uruguay.
150007
5/12/93
11875 TA.
507466 URU.

N2
N2

Uruguay es "un Contexto Internacional de Tránsito" en Estupefacientes

TRAFICO DE NIÑOS Y DE ARMAS, SON CATEGORICA PRIORIDAD DE INTERPOL

El tráfico de niños y la comercialización ilícita de armas a gran escala son las grandes prioridades de Interpol en los proyectos en marcha de combate al crimen organizado en el mundo, declaró a **EL PAIS** Romeu Tuma, que ejerce la vicepresidencia internacional de aquel organismo.

Durante el diálogo exclusivo con los enviados especiales, en su despacho del majestuoso Palacio Dos Bandeirantes, de San Pablo, el denominado "superpolicía" dijo que el tráfico de niños es un delito cada vez más extendido, como ocurre también con las armas.

Mencionó que en el primero de los casos las maniobras se consuman, ya sea a través de bandas que operan a nivel internacional, o como producto de acciones individuales. Prostitutas y mujeres de bajos recursos —que se ven en la imposibilidad de mantener a sus hijos— son las "proveedoras" naturales de los mercaderes que incluso han llegado también a consumar asesinatos de niños para traficar con sus órganos, como recientemente se denunció en Francia.

Tuma indicó que en el caso particular de Brasil las acciones preventivas son muy intensas aunque de todas maneras se descubren casos en forma muy frecuente. En ese sentido, indicó que hace poco tiempo se evidenció una conexión con Paraguay, donde eran llevados niños brasileños recién nacidos para venderlos a matrimonios guaraníes.

En sus referencias habló también del reciente descubrimiento de una **"clínica y hotel"**, en Santa Catarina donde con una organización casi perfecta se llevaba a las embarazadas a las que se retenía hasta que dieran a luz, para así vender luego a sus hijos.

LATINOAMERICA: DROGAS Y HOMICIDIOS

Al consultársele sobre cuales eran a su vez las prioridades de Interpol para América Latina dijo que ellas refieren, básicamente, al tráfico de estupefacientes y a los homicidios co-



Desde Argentina a Camboya (donde fue tomada esta foto) da lo mismo. Los niños víctimas de los traficantes de drogas y de sus propios destinos.

metidos por criminales internacionales, esto último un capítulo que ha tenido alarmante auge en los últimos años.

Hablando del tema de las drogas en el Río de la Plata, indicó que puede calificarse tanto a Argentina como a nuestro país como **"un contexto internacional de tránsito"**. Puntualizó que respecto al consumo ello es materia de las autoridades de cada país aunque significó que "evidentemente va en aumento". De allí lo que entiende como urgente necesidad de implementar proyectos de prevención tendiendo a la concientización social con el mayor espectro posible. "Solo en eso reside la clave de un intento de solución efectiva: educando a la gente, pues los narcotraficantes siempre van a estar un paso adelante por los enormes recursos que poseen y que les permite sobreponerse a todo tipo de represión".

En el amplio diálogo, el vicepresidente de la Organización Internacional de Policía Criminal (INTERPOL) puntualizó que "lo positivo es que cada vez más los países impulsan una intercolaboración que rinde buenos dividendos, tanto en lo policial como en las normas legales internacionales, que sin menoscabar los derechos constituidos de cada país deben uniformizarse en algunos casos, tender hacia un marco internacional a efectos de que el crimen organizado se vea cada vez más acorralado".

COMPUTADORA CONTRA DELITO

Adelantó que el grado de agilización de los sistemas de interconexiones informativas a nivel de Interpol está avanzando cada vez más y a breve plazo se pondrá en funcionamiento en Buenos Aires un nuevo programa de vastísimos alcances.

Precisó que hay proyectos prioritarios en ese sentido para América Latina y una vez que la red de computarización esté dotada de lo último en materia tecnológica se atenderá ese mismo servicio en Africa y Asia.

"Como están las cosas no es aventurado estimar que en un plazo de cinco años contaremos con una conexión completa a nivel mundial, ajustada a las más modernas tecnologías del área", enfatizó.

Esa intercolaboración cada vez mayor entre países tiene un ejemplo bien gráfico —por su magnitud— en los EE.UU., que pese a poseer gran diversidad de organismos de seguridad están ins[illegible] un trabajo en com[illegible] ha arrojado muy pos[illegible] resultado en el [illegible] combate contra la [illegible] cuencia más allá de las fronteras de cada [illegible]

Poco legible

9400321

01-01

Nº DOCUMENTO 9400322
TITULO Frustran conspiración contra el proceso electoral en Venezuela.
PROCED. 150025
FECHA 5/12/93
VI... 11140 sub.
67390 Ven.
514570 IC

ENTRADA VZ
CRUZ VE

Frustran una conspiración

CARACAS, 4 (EFE). – El presidente venezolano, Ramón Velázquez, y el ministro de Defensa, vicealmirante Radamés Muñoz, confirmaron hoy que informaciones de inteligencia, permitieron detener una posible conspiración contra el proceso electoral en la que participaban militares retirados y civiles.

"La información de inteligencia habló no sólo de un posible movimiento en los cuarteles sino también de oficiales retirados que estaban conspirando para propiciar desórdenes en las calles" durante las elecciones presidenciales de mañana, declaró Velázquez.

El ministro venezolano de Defensa, vicealmirante Radamés Muñoz, explicó que han sido detenidos siete oficiales retirados del servicio activo y que varios civiles están siendo investigados, todos ellos acusados de preparar acciones de sabotaje contra el proceso electoral.

Según el ministro, los detenidos están relacionados con el Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR-200), integrado por oficiales que en febrero de 1992 intentaron derrocar a Carlos Andrés Pérez.

01-01 9400322

Ahmed Muley Ali dirigente del Frente Polisario

«EL PUEBLO SAHARAUI EXISTE Y ESTA DECIDIDO A EXISTIR»

En el marco de su visita a nuestro país donde participó en el Congreso de la Unión Internacional de Jóvenes Socialistas, Panorama Internacional entrevistó al Secretario General de la Unión de Jóvenes y miembro del Secretariado Ejecutivo del Frente Polisario, Ahmed Muley Ali. En una extensa charla, Ahmed pasó revista a los principales acontecimientos que pautan la lucha del pueblo Saharaui por su independencia así como a la situación actual en su enfrentamiento con Marruecos y a los distintos problemas de la región.



Secretario General del UJSARIO y miemb[illegible] del Secretariado del Frente Polisario.

El dirigente saharaui comenzó refiriéndose a la situación en que se encuentra el diálogo con Marruecos, expresando que « la situación actual es una situación muy difícil, hace tres años se aprobó un plan de paz en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, y lo que debía haberse hecho en un mes se está haciendo en tres años. ¿Porqué? Porque al Rey Hassan II de Marruecos no le ha entrado todavía en la cabeza que el pueblo saharaui es un pueblo que existió, [illegible] y que está decidido a existir y no piensa ser una minoría bajó las órdenes del Rey de Marruecos.

Entonces Hassan II se da cuenta muy bien que si las Naciones Unidas mandan sus observadores internacionales para controlar la realización del referéndum y que cada saharaui tenga en su mano esa hojita donde se le hace una sola pregunta, Liberación o Dependencia, si esto se hace libremente, Hassan está seguro de que la República Saharaui se independizará y la zona ocupada que tiene tendrá que ser devuelta.

Por eso lo [illegible] haberse hecho en un mes ha demorado tres años».

Ahmed se refirió también a la forma en que se está tratando de hacer cumplir los acuerdos manifestando que «actualmente se está presionando para que la Comisión de Identificación empiece a trabajar y ha esto es a lo que le tiene miedo Hassan II. El trabajo de la Comisión de Identificación consiste en preparar las listas de quienes tienen derecho a votar. Estas personas son todos los saharauis que están en el Censo de 1974, censo que fuera hecho por España. Todo descendiente directo de l[illegible] censados tiene derecho a votar, toda persona que estuvo viviendo en tiempo de España y tiene documentos puede votar. Serán alrededor de 100.000 personas los que tienen derecho a votar. Marruecos quiere poner en esa listas a alrededor de 120.000 personas más, con la excusa de que también son saharauis, esto no es cierto, no son saharauis ni por el dialecto que hablan ni por tradición, ni por vestimenta, ni por la manera de comer, de hacer el té ni por la manera de hablar, son gente totalmente diferente.

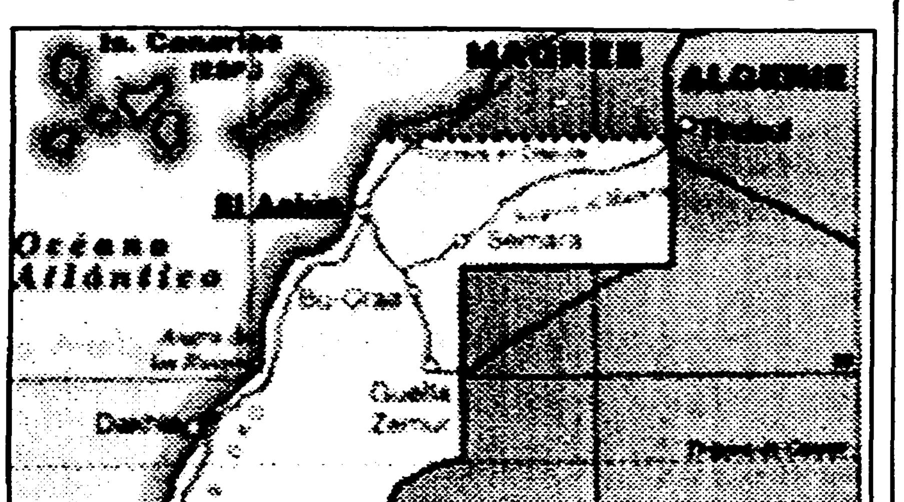
La Comisión de Identificación está tratando de hacer dos formularios, uno para los verdaderos saharauis, los que están en el censo, y otro para todos aquellos que supuestamente se cree que son saharauis. Los primeros podrán votar sin problemas y los segundos deberán pasar a estudio de una Comisión de la ONU, integrada por notables saharauis, donde se decidirá quien tiene derecho o no al voto, ese trabajo llevará unos 5 a 6 meses. Por otra parte se está trabajando para avanzar en las negociaciones, se está intentando de empujar a Marruecos hacia las negociaciones y en esto está trabajando el Consejo de Seguridad, y principalmente los Estados Unidos. Es que se ha visto que los dos de los problemas más graves del mundo se han resuelto [illegible] dirigente del Polisario expresó que «ahora hay cerca de 300 cascos azules que se encuentran en la línea de fuego, entre nosotros y los marroquíes, controlan que se mantenga el alto al fuego acordado al comienzo de las negociaciones, el que todavía se mantiene, lo que está claro es que el pueblo saharaui está decidido a no seguir viviendo refugiado en tierras áridas donde es imposible vivir, no está dispuesto a vivir fuera de sus tierras, de sus casas»

Sobre los cambios ocurridos en Argelia, un aliado fundamental del Frente Polisario, Ahmed Muley manifestó « que la posición sigue siendo la misma, Argelia sigue apoyando al pueblo saharaui, hay una embajada de la República Saharaui en la capital argelina». «Con España las relaciones últimamente se están mejorando, hay buenas relaciones, aunque los marroquíes ejercen presiones sobre España principalmente debido a los acuerdos pesqueros entre ambos países.

Consultado si durante su visita a nuestro país había logrado establecer contactos con el gobierno uruguayo, [illegible] República Arabe Saharaui Democrática, y además contribuya a presionar en las Naciones Unidas al gobierno marroquí para que cumpla los acuerdos de paz. La RASD ya ha sido reconocida por más de 76 países. entre ellos 23 de América Latina.

Finalizan[illegible] entrevista Ahmed Muley Ali [illegible] a los plazos posibles en que podría celebrarse el referéndum expresando que «todo depende de la presión de la opinión internacional, del trabajo que puedan hacer los gobiernos, los partidos, la prensa, depende del trabajo que pueda hacer el Consejo de Seguridad, sobre todo la posición positiva que tiene ahora los EEUU y todo esto hará que el referéndum se realice el año que viene o el otro año. Nosotros estimamos que si se sigue empujando de esta manera, en el 94 va a ser un año muy difícil». «Ha habido incluso una negociación de tres días en la propia capital marroquí, entre una delegación del Frente Polisario y Hassan II, donde le planteamos que el pueblo saharaui es un pueblo que tiene fronteras con el pueblo marroquí y que creemos que puede haber relaciones [illegible]

REPUBLICA ARABE SAHARAUI DEMOCRATICA



Capital: El Aaiún.

País casi desértico, dividido en dos regiones: Saguía el Hamra y Río de Oro. Posee una de las mayores reservas pesqueras del mundo, pero su principal riqueza es minera. Existen grandes yacimientos de fosfatos.

El Frente Polisario calcula que un millón de saharauies se [illegible] Abdelaziz, presidente de la República, secretario general del Frente Polisario y presidente del Consejo Superior de la Revolución. El Consejo Superior es el órgano máximo de la República Arabe Saharaui Democrática.

Fiesta Nacional: 27/11, Proclamación de la República

Ahmed Muley Ali dirigente del Frente Polisario

«EL PUEBLO SAHARAUI EXISTE Y ESTA DECIDIDO A EXISTIR»

En el marco de su visita a nuestro país donde participó en el Congreso de la Unión Internacional de Jóvenes Socialistas, Panorama Internacional entrevistó al Secretario General de la Unión de Jóvenes y miembro del Secretariado Ejecutivo del Frente Polisario, Ahmed Muley Ali. En una extensa charla, Ahmed pasó revista a los principales acontecimientos que pautan la lucha del pueblo Saharaui por su independencia así como a la situación actual en su enfrentamiento con Marruecos y a los distintos problemas de la región.



Secretario General del UJSARIO y miembro del Secretariado del Frente Polisario.

El dirigente saharaui comenzó refiriéndose a la situación en que se encuentra el diálogo con Marruecos, expresando que « la situación actual es una situación muy difícil, hace tres años se aprobó un plan de paz en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, y lo que debía haberse hecho en un mes se está haciendo en tres años. ¿Porqué? Porque al Rey Hassan II de Marruecos no le ha entrado todavía en la cabeza que el pueblo saharaui es un pueblo que existió, [illegible] y que está decidido a existir y no piensa ser una minoría bajó las órdenes del Rey de Marruecos.

Entonces Hassan II se da cuenta muy bien que si las Naciones Unidas mandan sus observadores internacionales para controlar la realización del referéndum y que cada saharaui tenga en su mano esa hojita donde se le hace una sola pregunta, Liberación o Dependencia, si esto se hace libremente, Hassan está seguro de que la República Saharaui se independizará y la zona ocupada que tiene tendrá que ser devuelta.

Por eso lo [illegible] haberse hecho en un mes ha demorado tres años».

Ahmed se refirió también a la forma en que se está tratando de hacer cumplir los acuerdos manifestando que «actualmente se está presionando para que la Comisión de Identificación empiece a trabajar y ha esto es a lo que le tiene miedo Hassan II. El trabajo de la Comisión de Identificación consiste en preparar las listas de quienes tienen derecho a votar. Estas personas son todos los saharauis que están en el Censo de 1974, censo que fuera hecho por España. Todo descendiente directo de los censados tiene derecho a votar, toda persona que estuvo viviendo en tiempo de España y tiene documentos puede votar. Serán alrededor de 100.000 personas los que tienen derecho a votar. Marruecos quiere poner en esa listas a alrededor de 120.000 personas más, con la excusa de que también son saharauis, esto no es cierto, no son saharauis ni por el dialecto que hablan ni por tradición, ni por vestimenta, ni por la manera de comer, de hacer el té ni por la manera de hablar, son gente totalmente diferente.

La Comisión de Identificación está tratando de hacer dos formularios, uno para los verdaderos saharauis, los que están en el censo, y otro para todos aquellos que supuestamente se cree que son saharauis. Los primeros podrán votar sin problemas y los segundos deberán pasar a estudio de una Comisión de la ONU, integrada por notables saharauis, donde se decidirá quien tiene derecho o no al voto, ese trabajo llevará unos 5 a 6 meses. Por otra parte se está trabajando para avanzar en las negociaciones, se está intentando de empujar a Marruecos hacia las negociaciones y en esto está trabajando el Consejo de Seguridad, y principalmente los Estados Unidos. Es que se ha visto que los dos de los problemas más graves del mundo se han resuelto gracias a las negociaciones, entre la OLP con Israel y el ANC con el gobierno de Sudáfrica».

«EL PUEBLO SAHARAUI ESTA DECIDIDO A VIVIR EN SU PATRIA»

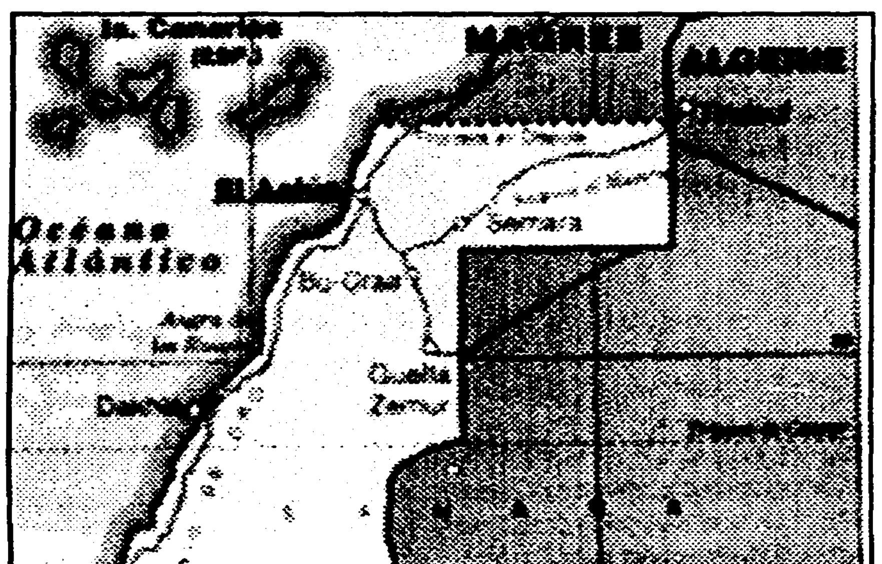
Preguntado sobre la presencia de los cascos azules de la ONU, el dirigente del Polisario expresó que «ahora hay cerca de 300 cascos azules que se encuentran en la línea de fuego, entre nosotros y los marroquíes, controlan que se mantenga el alto al fuego acordado al comienzo de las negociaciones, el que todavía se mantiene, lo que está claro es que el pueblo saharaui está decidido a no seguir viviendo refugiado en tierras áridas donde es imposible vivir, no está dispuesto a vivir fuera de sus tierras, de sus casas»

Sobre los cambios ocurridos en Argelia, un aliado fundamental del Frente Polisario, Ahmed Muley manifestó « que la posición sigue siendo la misma, Argelia sigue apoyando al pueblo saharaui, hay una embajada de la República Saharaui en la capital argelina». «Con España las relaciones últimamente se están mejorando, hay buenas relaciones, aunque los marroquíes ejercen presiones sobre España principalmente debido a los acuerdos pesqueros entre ambos países.

Consultado si durante su visita a nuestro país había logrado establecer contactos con el gobierno uruguayo, el dirigente saharaui expresó «hasta ahora yo he estado en la Comisión de Relaciones Internacionales del Parlamento, fui además recibido en la Cancillería por el responsable de política exterior y me he entrevistado con personalidades políticas de varias tendencias y todos se han manifestado a favor de que el gobierno uruguayo reconozca a la República Arabe Saharaui Democrática, y además contribuya a presionar en las Naciones Unidas al gobierno marroquí para que cumpla los acuerdos de paz. La RASD ya ha sido reconocida por más de 76 países, entre ellos 23 de América Latina.

Finalizando la entrevista Ahmed Muley Ali se [illegible] a los plazos posibles en que podría celebrarse el referéndum expresando que «todo depende de la presión de la opinión internacional, del trabajo que puedan hacer los gobiernos, los partidos, la prensa, depende del trabajo que pueda hacer el Consejo de Seguridad, sobre todo la posición positiva que tiene ahora los EEUU y todo esto hará que el referéndum se realice el año que viene o el otro año. Nosotros estimamos que si se sigue empujando de esta manera, en el 94 va a ser un año muy difícil». «Ha habido incluso una negociación de tres días en la propia capital marroquí, entre una delegación del Frente Polisario y Hassan II, donde le planteamos que el pueblo saharaui es un pueblo que tiene fronteras con el pueblo marroquí y que creemos que puede haber relaciones económicas, culturales etc, pero hay algo que no se puede discutir, que es la soberanía saharaui, esto es indiscutible. Por eso las negociaciones tienen que cumplir dos objetivos, uno que se haga el referéndum y segundo que el gobierno marroquí reconozca la soberanía saharaui y se retire del país».

REPUBLICA ARABE SAHARAUI DEMOCRATICA



Capital: El Aaiún.

País casi desértico, dividido en dos regiones: Saguía el Hamra y Río de Oro. Posee una de las mayores reservas pesqueras del mundo, pero su principal riqueza es minera. Existen grandes yacimientos de fosfatos.

El Frente Polisario calcula que un millón de saharauies se encuentran dispersos. Se trata mayoritariamente de tribus nómadas que se diferencian de los tuaregs y bereberes por su organización social y cultural.

Religión: Islámica.

Idiomas: oficiales, árabe y español (segundo).

El gobierno: Mohamed Abdelaziz, presidente de la República, secretario general del Frente Polisario y presidente del Consejo Superior de la Revolución. El Consejo Superior es el órgano máximo de la República Arabe Saharaui Democrática.

Fiesta Nacional: 27/11, Proclamación de la República (1976).

El Frente Popular de Liberación de Saguia al-Hamra y Río de Oro (Polisario) fue fundado el 10/5/73 por Mustafá Seyid El-Uali. Su brazo armado, el Ejército Popular de Liberación Saharaui inició la lucha contra el colonialismo español el 20/5/73.

N° DOCUMENTO 9400324
TITULO Atentados con bombas y desmantelación de un comando escindido del FPMR.
PROC. 150090
FECHA 6/12/93
VINC. 11140 sub. 65709 CHIL. 506808 FMR.

VZ

NZ

Aumenta seguridad en Chile a seis días de los comicios



Patricio Alwyn

A seis días de los comicios presidenciales y parlamentarios chilenos, las autoridades afinan el cronograma electoral y las medidas de seguridad, aunque descartan alteraciones violentas del orden público.

Santiago de Chile (EFE)
El próximo 11 de diciembre, un poco más de ocho millones de chilenos elegirán al sucesor del Presidente Patricio Alwyn, así como a 18 senadores, y renovarán totalmente la Cámara de Diputados de 120 escaños.

Este sábado pasado, la cuenta regresiva comenzó con la constitución del 83,37 por ciento de las mesas receptoras de sufragio sobre un total de 26.852 mesas repartidas en 1.378 locales de votación en los 51 distritos electorales de todo el país.

El proceso se desarrolló en un ambiente de total normalidad, lo que fue destacado por las autoridades del Ministerio del Interior al evaluar todo el proceso preelectoral.

El Ministro del Interior, Enrique Krauss, aseguró que a una semana de las elecciones generales reina absoluta tranquilidad en el país y que no existen signos que permitan vislumbrar alteraciones de los comicios.

Agregó que de todos modos se han adoptado todas las medidas preventivas para garantizar el normal desarrollo de los comicios, los segundos desde que el país retornó al sistema democrático tras 17 años de régimen de facto.

En las últimas semanas, las fuerzas policiales desbarataron la cúpula de un comando operativo-militar escindido del Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR), aunque las autoridades han insistido en que estas diligencias no tienen relación con los comicios.

En Chile continúan operando algunos grupos terroristas, cada vez más desarticulados, y cuyas acciones se han reducido a limitados atentados explosivos de menor escala.

Según explicó el Subsecretario del Interior, Belisario Velasco, 30.000 policías y miembros de las Fuerzas Armadas y 5.550 funcionarios del Ministerio del Interior vigilarán el normal desarrollo de los comicios.

De acuerdo con el cronograma electoral, el miércoles 8, las Fuerzas Armadas y Carabineros asumirán el control y el resguardo del orden público del país, como es tradicional.

Ese mismo día, a medianoche, termina el período de propaganda electoral tanto a través de los medios de comunicación como el uso de carteles callejeros, y al día siguiente se prohibirá toda manifestación pública de carácter electoral.

Estos comicios, los segundos presidenciales y parlamentarios desde que el país retornó a la democracia en marzo de 1990, se verifican en un marco económico exitoso, con un amplio consenso democrático, pero todavía con más de cuatro millones de pobres.

En el mapa electoral, seis figuras se disputan el sillón presidencial, con dos candidatos en la oposición de derecha, uno de la coalición gobernante, uno de la izquierda tradicional y dos del área ecologista-humanista.

Clima de Tranquilidad, a Pesar de dos Atentados

SANTIAGO DE CHILE, 11 (EFE). — La tranquilidad ha sido la característica general de los comicios en que los chilenos eligieron hoy a un nuevo presidente y renovaron la mayor parte del Parlamento bicameral, en una jornada carente de dramatismo, con la que culminó una corta, pero intensa campaña electoral.

Al mediodía (15:00 gmt), cinco horas después de comenzadas las votaciones, se habían constituido en todo el país 25.551 mesas receptoras de sufragios equivalentes al 95.70% del total, que es de 26.875 según indicó el subsecretario del Interior, Belisario Velasco, en su segundo informe oficial.

La tranquilidad existente en Chile, dijo Velasco, sólo fue perturbada por dos atentados con bombas de escaso poder, cometidos por desconocidos en la región metropolitana de Santiago.

Una de las bombas fue colocada en una torre de alta tensión en la comuna santiaguina de Macul, pero los autores no lograron su objetivo de cortar el suministro de energía en el sector y la otra estalló en un colegio de la comuna de San Bernardo, al sur de la capital chilena, que no sufrió daños.

El funcionario añadió que a las 03.40 horas (06.40 gmt) un temblor de 3 a 4 grados de intensidad en la escala de Mercalli (de doce) afectó la región de Tarapacá, a 2.000 kilómetros al norte de Santiago, que no causó víctimas ni daños.

Además, se informó de la muerte de dos personas, de 72 y 79 años de edad, mientras votaban en las ciudades de Coquimbo, a 458 kilómetros al norte de Santiago y Los Angeles, a 513 kilómetros al sur de la capital.

9400324

01-01

¿La paz en Irlanda del Norte?

LA MAYORIA DE LOS CATOLICOS IRLANDESES; LOS PROTESTANTES,

LONDONDERRY (Servicio de Le Monde especial para EL PAIS). — **"Usted dijo que la iniciativa Hume-Adams es la mejor oportunidad en veinte años para la paz en Irlanda del Norte. Sin embargo, John Major y Albert Reynolds, Primeros Ministros de Gran Bretaña e Irlanda, han rechazado la propuesta"**, le dice el periodista de Le Monde a John Hume.

—No lo dije a la ligera. Desde hace veinticinco años soy diputado y durante todos ellos me he opuesto a la violencia. Sé de lo que hablo. Desde hace 20 años tenemos 20.000 soldados y 12.000 policías armados en la calle, una legislación que es la más estricta de Europa, y no hemos resuelto nada. El gobierno admitió que no puede poner fin a la violencia. Así que cuando tuve la oportunidad de un diálogo la aproveché. Hoy, tanto Major como Reynolds tienen un plan sobre la mesa de trabajo. Si lo aceptan, la violencia terminará. He dicho, junto con Adams, que buscamos crear un proceso de paz del que nadie puede temer porque incluye a todos. Gracias a nuestra iniciativa, el tema Irlanda del Norte es hoy la preocupación número uno del gobierno, por primera vez en 20 años.

—Pero hace 20 años que el conflicto prosigue, con múltiples ocasiones para llegar a la paz, todas abortadas...

—Durante años nadie se interesó por Irlanda del Norte. Se hablaba de una guerra religiosa del siglo XVII, y la religión no es más que una diferencia en Irlanda del Norte. Lo que sí es causa es la identidad y el territorio. La mayoría de los protestantes se consideran británicos y los católicos se consideran irlandeses. En el fondo, el problema tiene origen europeo, porque Inglaterra entró en Irlanda del Norte en el siglo XVII por nuestros vínculos con España. Inglaterra siempre

Le Monde

consideró a Irlanda como la base de avanzada de sus enemigos europeos y decidió solucionar la situación ocupándola. Se trata entonces, en su origen, de un conflicto de soberanía entre dos países. Personalmente pienso que esto ha cambiado. En cuanto a Gerry Adams, opina que Inglaterra está aquí para defender sus intereses por la fuerza y que, por lo tanto, los irlandeses tienen derecho a utilizar la fuerza para echarlos. Pero en la Europa de hoy ya no hay más conflicto de soberanías, lo que hay es una forma de compartir soberanías. La división de la población irlandesa no puede ser resuelta por la violencia. Adams me dice: "Usted afirma que las razones históricas, los intereses de Gran Bretaña, ya no existen. Pruébelo". Es lo mismo que yo pido a Major: demostrar que el problema irlandés es el de una población dividida y que los ingleses desean un acuerdo con los irlandeses. Un acuerdo, repito, no una victoria de una fracción sobre la otra. Por supuesto hará falta una nueva Constitución y un sistema de gobierno que asocie las dos comunidades. Se puede también proyectar, sobre el modelo de Europa, un Consejo de Ministros para el norte y el sur, y finalmente un referéndum. Si la respuesta es idéntica, avala la reunificación. Lo que espero ahora es la respuesta de Major.

—¿Cuáles, son las diferencias entre su iniciativa, la propuesta del gobierno británico y la del Primer Ministro irlandés?

—Los documentos de Londres y Dublin encaran una solución anticonstitucional, nosotros hablamos de un proceso de discusión que ponga en la mesa de negociaciones los modelos de los unionistas, de



En Belfast una mujer no identificada llora al enterarse de que un familiar fue víctima en la calle de una bomba explotada por el IRA. (Laserfoto de Reuter)

Adams y el mío propio. Si se desarrolla en un entorno pacífico, sus posibilidades serán mayores. Se dice que es a causa de Admas que el gobierno no acepta nuestra propuesta. Yo creo que esa es una actitud estúpida, porque al fin de cuentas lo que nosotros buscamos es el fin de la violencia, y la influencia de Adams en ese campo es importante.

—Se dice que el principal resultado de su iniciativa es el haberle conferido una nueva legitimidad al Sinn Fein.

—Está bien claro que Sinn Fein apoya al IRA y yo estoy en contra del IRA y quiero detenerlos, mediante el diálogo.

—¿Usted le pide al gobierno británico que dialogue con el IRA, una organización responsable de atentados terroristas?

—No mientras prosiga la violencia, primero hay que detenerla totalmente. Pero ha habido una detención total de hostilidades y el Sinn Fein tiene los mismos derechos que los otros partidos.

—¿Qué le hace pensar que el Sinn Fein y el IRA quieran el fin de la violencia?

—Mi diálogo con ellos, que ha durado varios meses.

—¿Cree que el gobierno británico puede reconocer la reunificación de Irlanda como un objetivo legítimo si Dublín renuncia a una reivindicación constitucional sobre el Ulster?

—Londres y Dublin pueden muy bien resolver esta cuestión "teológica": lo que me preocupa a mí son las relaciones humanas. Más adelante, los prejuicios desaparecerán y en una o dos generaciones surgirá una nueva Irlanda.

—Una parte de la comunidad católica quiere conservar los vínculos institucionales con Gran Bretaña.

—Y una parte de los protestantes está a favor de la unidad. Hay dos mentalidades en el Ulster. La de los unionistas es una mentalidad afrikaner, y su doctrina sostiene que la única forma de protegerse es excluir a los demás. Por eso hemos tenido 50 años de discriminación contra la población católica. Es necesario que reconozcan que existen otros medios para proteger su identidad. La otra mentalidad es la territorial de los nacionalistas, que también debe evolucionar.

—En caso de reunificación ¿no existe el riesgo de que la mayoría católica oprima a la minoría protestante?

—¡Tuvimos un gobierno unionista en Irlanda del Norte durante 70 años sin discontinuidad! Excluyeron totalmente a la población católica. No podían votar, ni conseguir una casa, ni trabajo. Crearon la segregación igual que en Africa del Sur. Fundamentalmente los unionistas son colonizadores, pero yo no busco la revancha.

—Hay razones que explican su mentalidad de "sitiados". Los católicos de Ulster y de la República de Irlanda están contra ellos, y ni siquiera están seguros de que el gobierno de Major no cambie de opinión.

—Para el mundo exterior, el jefe de los unionistas es Ian Paisley. Si los protestantes lo eligieron para representarlos ¿qué otra cosa podían esperar? Si la palabra "no" estuviera ausente del idioma inglés Paisley no podría expresarse. Nosotros le decimos a los protestantes: "Comprendemos que a causa del pasado y del IRA tengan mentalidad de sitiados, siéntense con nosotros y conversemos". Paisley habla de una asamblea para Irlanda del Norte, lo que busca es un medio de conservar el poder. El problema que tenemos que arreglar es la falta de relación entre los unionistas y el resto de Irlanda del Norte. Es su temor a esta relación lo que ha creado el problema, la segregación. Mientras ese miedo no desaparece, no habrá solución. Es por eso que hace falta un acuerdo.

Reportaje de Kaurent Zecchi

DICEN SER BRITANICOS

Es una Historia de 822 Años que no ha Terminado

Es una historia de 822 años. Exactamente desde que las tropas inglesas de Enrique II invadieron la isla de Irlanda, en 1171. El pueblo irlandés, de origen católico, organizó de inmediato un boicot contra los ocupantes protestantes que terminó en seis grandes alzamientos nacionalistas en 1641, 1690, 1798, 1803, 1848 y 1867. Pero ninguno de ellos pudo terminar con el dominio de Londres.

El respetado historiador franco-irlandés Jean Pierre Carasso describió así la importancia social y política de Irlanda para Inglaterra: "Antes que la colonización de la India le diese a Inglaterra campo ilimitado para su expansión industrial, la ocupación de la Irlanda católica por los barones protestantes fortificó el poder de la nobleza... sin Irlanda Inglaterra no hubiese consolidado la Revolución Industrial".

En 1916 se produjo la Pascua de Sangre, un alzamiento que culminó con la proclamación de la independencia que duró apenas seis días. Tras la derrota de las fuerzas republicanas, los ingleses fusilaron a su líder, el socialista James Connolly, y a otros 16 altos dirigentes.

Los nacionalistas tardaron dos años en recuperarse. En 1918 crean el partido Sinn Fein (Nosotros Solos, en idioma gaélico) que logró agrupar a las fuerzas dispersas por la represión y el incipiente movimiento sindical. En pocos meses se presentó a elecciones y obtuvo 73 de las 105 bancas destinadas a Irlanda en el Parlamento británico. Los "comunes" (diputados) del Sinn Fein se negaron a tomar posesión de sus escaños en el histórico edificio de Westminster y crearon un Parlamento irlandés en Dublín (el Dail Eireann). La primera medida fue proclamar la independencia una vez más y designar al Ejército Republicano Irlandés, que estaba en formación desde hacía algunos meses, como el ejército regular de la República.

Lo que siguió fueron tres años de duras luchas guerrilleras que forzó al gobierno de Londres a negociar un acuerdo político que terminó en la creación de un Estado irlandés libre pero bajo el dominio británico. Esto creó una división entre los militantes republicanos, que terminaron separados entre la facción que aceptó el acuerdo y "los irregulares" o núcleo del actual Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Las facciones no tardaron en enfrentarse en una cruenta guerra civil que terminó en 1923 con la rendición de los "irregulares". Pero los rebeldes nunca depusieron las armas y con la proclamación de la República en 1948 lanzaron una ofensiva para liberar Irlanda del Norte.

Durante las siguientes dos décadas, los republicanos perdieron mucho del apoyo de las bases católicas hasta el congreso del Sinn Fein de diciembre de 1969. Es cuando comienza la "era moderna" de la acción del IRA y del enfrentamiento entre protestantes y católicos. Un ala "provisional" logra arrastrar al 80 por ciento de los jóvenes católicos a posiciones radicalizadas.

En 1974 lanzó una campaña sistemática de colocación de bombas y asesinatos selectivos. Ese mismo año hicieron volar una buena parte de la estructura del Parlamento en la capital inglesa dejando once heridos. Luego vino la Torre de Londres con un muerto y 29 heridos y la casa del ex primer ministro Edward Heath.

La ofensiva británica no se hizo esperar. Enviaron más tropas a Belfast convirtiéndola en una ciudad militarizada y con enfrentamientos diarios. Comienza a hablarse del Vietnam inglés.

Fuente "Clarín"

Nº DOCUMENTO 9400326

TITULO Atentado Xenófobos con cartas-bomba en Austria

PROCEDENCIA 150090

[illegible] 6/12/93

[illegible]CIONES 11204 Xen.

[illegible] Aus.

65201

ENTRADO
CRUZADO

Austria: atentados con cartas-bomba

Una oleada de cartas-bomba que sacude desde hace días a Austria ha de atribuirse a xenófobos de extrema derecha o a un "loco muy inteligente", dijo ayer el Ministro austríaco del Interior, Franz Loeschnak.

Viena(ANSA)

Desde el viernes pasado fueron enviadas diez cartas-bomba en Austria. Cinco de ellas hirieron a los destinatarios. Entre los heridos figura el alcalde de Viena Helmut Zilk. Ayer no estalló ninguna carta, pero la policía recibió 50 **"falsas alarmas"**.

Hablando después de una reunión del Gobierno, Loeschnak dijo que la Policía sigue indagando a pleno ritmo y que ya se llevaron a cabo algunas inspecciones domiciliarias. Otras, agregó el Ministro, se llevarán a cabo dentro de poco.



Loeschnak consideró **"inexplicable"** que el líder del partido liberal de derecha Joerg Haider, acusado en estos días de haber preparado el terreno a la violencia con su política contra los extranjeros, se haya quejado de no haber sido avisado sobre el peligro de las cartas explosivas. Haider, dijo el ministro, **"no tiene ningún motivo para tener miedo"**.

Como ya hicieron en días pasados, el jefe del gobierno, Franz Vranitzky y su vice Erhard Busek condenaron los atentados en nombre del Gobierno.

Vranitzky habló de la búsqueda de un equilibrio entre **"el dictado jurídico y la razón y la tolerancia"**, mientras que Busek declaró estar convencido de que la democracia y la República no están en peligro a causa de la oleada de atentados.

El Austria democrática manifestó ayer su repulsa por los atentados con un minuto de silencio en todos los lugares. Con el mismo objetivo la plataforma "SOS-prójimo" celebrará hoy por la noche una velada de dos horas en la céntrica plaza vienesa de San Esteban.

Por otra parte, los jefes de todos los partidos decidieron reunirse próximamente para buscar un lenguaje político nuevo, que no incite a la violencia.

Viena: Carta Bomba Contra el Alcalde; Pierde Dedos

VIENA, 4 (AP).— El alcalde de Viena Helmut Zilk resultó hoy herido al estallar una carta explosiva en su domicilio, en tanto que otras dos bombas fueron desactivadas, lo que lleva a seis el número de atentados registrados en tres días contra defensores de minorías e inmigrantes.

Tres de las seis cartas con explosivos enviadas desde el viernes estallaron e hirieron a cuatro personas.

Los atentados estuvieron dirigidos a periodistas, sacerdotes y otras personas vinculadas a los derechos de las minorías o a la comunidad de inmigrantes en Austria.

Zilk, de 66 años, fue herido al abrir la correspondencia en su casa, a la llegada de un viaje a Zurich, Suiza, señalaron la agencia y la cadena televisiva ORF.

Hans Mayr, vicealcalde de la capital, declaró a la televisión que Zilk fue herido en el brazo izquierdo y la mano, y que quizás tendrían que amputarle algunos dedos, pero aclaró que su vida no corría peligro.

Zilk fue llevado a un hospital de Viena, donde fue operado de urgencia. Su esposa, Dagmar Koller, estaba bajo tratamiento en el mismo hospital por una crisis nerviosa, pero no fue herida en el atentado, dijo Mayr.

Zilk, uno de los más abiertos defensores de los derechos de minorías en Austria y estrechamente vinculado a la comunidad judía, es la cuarta persona herida en una serie de atentados con bombas, que han despertado el temor de que esté aumentando la violencia de derecha.

"Por lo que hemos visto, hay conexión con las otras cartas-bomba", dijo Mayr, y exhortó "a toda la gente en la vida pública a poner cuidado especial al abrir y examinar la correspondencia".

El presidente de Austria Thomas Klestil visitó a Zilk en el hospital y dijo que estaba "profundamente consternado y apabullado" por el ataque.

9400326

01-01

Nº DOCUMENTO 9400327
TITULO Siria rechazó una propuesta israelí para negociar la paz.
PROCEDENCIA 150025.
FECHA DE PROCEDENCIA 6/12/93
VINCULACIONES 11847 II
507603152.
500868OCP
671905IR.

ENTRADO
CRUZADO

Siria rechazó una propuesta israelí

Christopher: el secretario de Estado norteamericano, que ayer se reunió con Rabin, intenta lograr la paz a cambio del retiro de tropas judías de las mesetas del Golán.

DAMASCO, 7 (Reuter). – El gobierno sirio rechazó un ofrecimiento israelí que proponía un repliegue en cuatro etapas de sus fuerzas que ocupan las alturas del Golán a cambio de una paz "inmediata" con Siria, declaró hoy un diario oficial local.

El Syria Times, que se edita en inglés, dijo que el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, había presentado la iniciativa a las autoridades de Damasco cuando visitó a Siria el domingo último.

"El señor Christopher... escuchó en Damasco un abierto y franco rechazo de la retirada israelí en cuatro etapas a cambio de una paz inmediata con Siria", precisó la información.

Siria comunicó a Christopher que sólo aceptaría un repliegue simultáneo de las fuerzas judías.

El Syria Times no reveló otros detalles de la propuesta, ni si Siria objetaba fundamentalmente tener que hacer la paz con Israel antes de completarse la cuarta etapa del repliegue.

Sin embargo, reiteró que Siria no volverá a las conversaciones a menos que Israel asuma un compromiso firme en relación con el Golán.

"Christopher trató de romper el hielo e hizo un gran esfuerzo para persuadir a Damasco que su administración quiere lograr todavía una paz amplia en la región", agregó.

"Pero hasta que presente un plan completo para reactivar las conversaciones de paz, y hasta que venga con una política norteamericana amplia para llegar a una paz colectiva resolviendo simultáneamente todos los problemas, todas las garantías que está trayendo con él de Washington y Tel Aviv siguen careciendo de significado."

El diario del partido gobernante sirio, Al-Baas, difundió la semana pasada un comunicado israelí en el que se reconociera la soberanía siria sobre las alturas del Golán ayudaría a revitalizar las conversaciones de paz.

Christopher con Rabin

JERUSALEN, 7 (AP). – El secretario norteamericano de Estado, Warren Christopher, dijo hoy que, debido a los últimos incidentes de violencia ocurridos en la margen occidental del Jordán, ha llegado la hora de "redoblar nuestros esfuerzos en búsca de la paz y la seguridad para todo el pueblo de Israel".

Christopher y el primer ministro israelí Yitzhak Rabin se reunieron durante una hora e insinuaron luego ampliamente que antes de que el diplomático regrese a Washington espera anunciar planes dirigidos a reanudar las negociaciones bilaterales entre Israel y las partes árabes que intervienen en el proceso de paz.

"La única cuestión por determinar radica en cuál será el programa cuando estas negociaciones se reanuden", dijo Rabin.

La mayoría de las especulaciones se centran en una reanudación de sus conversaciones bilaterales en Washington a mediados de enero.

Christopher expresó sentirse optimista con la puesta en marcha, "una vez más, de mecanismos que pueden funcionar" para lograr una paz global en la región.

Por su parte, los colonos judíos prometieron realizar una campaña de protestas para hacer que Rabin cancele el acuerdo entre la OLP e Israel.

El canciller israelí, Shimon Peres, reconoció hoy, tras entrevistarse con el secretario norteamericano, que no ha habido progresos en las conversaciones con Siria, aunque la disposición al diálogo ha mejorado ostensiblemente.

Israel pide a Siria tiempo para negociar con la OLP

JERUSALEN, 5 (EFE). – El primer ministro israelí, Isaac Rabin, declaró hoy ante el secretario de Estado de EE.UU., Warren Christopher, que "Siria debe esperar" a que Israel concluya sus negociaciones con la OLP para la aplicación de la autonomía palestina.

Tras la reunión celebrada esta mañana, antes de que Christopher viajara a Damasco, tanto el canciller israelí, Peres, como el secretario de Estado norteamericano declararon que hay una "oportunidad sin precedente de alcanzar una paz global en Oriente Medio".

En una cena celebraba anoche, Rabín reiteró a Christopher su interés en el progreso de las conversaciones de paz con Siria, pero señaló que deben ser postergadas.

Según Rabín, el pueblo israelí no aceptará concesiones territoriales en los altos del Golán sirios. "Pero estoy convencido de que las oportunidades son mucho mayores que los problemas", dijo Peres.

El ministro israelí y el jefe de la diplomacia norteamericana manifestaron que la reunión fue "muy productiva", lo que, según los observadores, significa que trataron las dificultades que se presentan en el proceso de paz.

9400327

01-01

Nº DOCUMENTO 9400328
TITULO Atentados del grupo UFF
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 6/12/93
VINCULACIONES 11213
515263 C Por Lib. ULSTER
66196 IRL
507529 G.B.

ENTRADO	
CRUZADO	

Irlanda

ATENTADO DERECHISTA

El grupo paramilitar protestante «Luchadores por la Libertad del Ulster» (UFF) se responsabilizó de la muerte de una persona en Belfast, informó la policía.

La víctima falleció ayer en un hospital de Belfast después de haber sido encontrado con graves heridas en la cabeza en un piso de la capital del Ulster, añadió la fuente.

El UFF alegó que la víctima era un «informante» de los servicios secretos y que lo habían dejado abandonado en un piso de la capital norirlandesa.

Asesinatos en el Ulster

BELFAST, 5 (EFE).– Dos hombres fueron asesinados hoy en una parada de taxis, en el norte de Belfast, a causa de los disparos que les hicieron desde un automóvil, informó la policía.

El grupo protestante radical Luchadores para la Libertad del Ulster se aribuyó el atentado por medio de una llamada telefónica a una emisora local.

El hecho ocurrió en una zona católica en las afueras de Belfast, dijo la policía, que no divulgó la identidad de las víctimas.

El grupo protestante generalmente atenta contra personas sospechosas de ser miembros de la organización terrorista Ejército Republicano Irlandés (IRA).

9400328

01-01

Nº DOCUMENTO 9400329
TITULO Arafat concede a Israel aplazar retiro de Gaza
PROCEDENCIA 150015
FECHA 6/12/93.
VINCULACIONES 11847 TS
500868 OLP
507603 ISR
67190 SIR

ENTRADO NE
CRUZADO NE

Arafat concede a Israel aplazar retiro de Gaza

El jefe de la OLP, Yasser Arafat, concedió a Israel retrasar por dos semanas su retiro de Gaza y de Jericó, mientras su estrecho colaborador, Abu Mazen, se negó a presidir un comité directivo para las negociaciones de paz.

Amman (ANSA)

Arafat, quien hoy se entrevista en Amman con el Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, quería presentar una imagen sólida de su organización, para pedir que Washington ejerza una fuerte presión sobre Israel para que suavice su posición en las negociaciones.

Pero la prórroga del retroceso en las posiciones de las tropas israelíes en Gaza y Jericó, fijado para el 13 de diciembre por el acuerdo firmado en Washington, parece ser el comienzo de nuevas acusaciones de **"capitulación"** lanzadas contra Arafat.

Las críticas a la conducción **"autocrática"** de las negociaciones obligaron a Arafat a nombrar en Túnez una comisión para que dirija las negociaciones, bajo la presidencia de Abu Mazen.

Mazen, considerado el brazo derecho de Arafat -negoció junto con él el acuerdo con Israel- se rebeló en los últimos días contra el autoritarismo y **"absentismo"** de su jefe y se negó a participar en reuniones importantes para las negociaciones.

Otros fieles de Arafat, Yasser Abed Rabbo y Suleiman Najab, siguieron la iniciativa de Mazen.

La concesión de dos semanas a Israel hecha por Arafat debe haber inducido a Mazen a rechazar el mandato.

Abu Mazen es también copresidente de la comisión de enlace OLP-Israel para las negociaciones, que se reunió en El Cairo una sola vez.

Durante una reunión realizada en Túnez, del Comité Ejecutivo, de 18 miembros, de Al Fatah -principal sector de la OLP y base del poder de Arafat- si bien no había quórum, Arafat designó a los delegados del grupo en Cisjordania y Gaza.

Arafat se reunirá dos veces, en Amman y en Túnez, con el Secretario de Estado Christopher, que visita Siria, procedente de Israel.

La misión de Christopher es la de acercar las posiciones de sirios, jordanos y libaneses ante las negociaciones Israel-OLP.

"Terrorismo hebraico"

El Gobierno israelí, reunido en Jerusalén, discutió la situación de violencia de los colonos israelíes en los territorios ocupados, los atentados palestinos y la visita del Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher.

Según Radio Jerusalén, muchos Ministros condenaron la conducta de los colonos en los territorios ocupados y el Ministro de Agricultura Jacov Tzur habló de "terrorismo hebraico".

Los colonos, después que cuatro de los suyos murieron en ataques palestinos, instauraron un clima de intimidación y terror, con expediciones punitivas y tirando contra los palestinos de manera indiscriminada.

Trascendió que la Policía y las Fuerzas Armadas resolvieron adoptar medidas más severas contra los colonos. Michael Ben Yair, consejero legal del Gobierno y jefe de la Fiscalía del Estado, acusó de subversión al consejo que representa a las colonias judías en los territorios ocupados.

Mientras tanto, subió a cinco el número de colonos detenidos por sospechosos de haber participado en el ataque a tiros a un automóvil ocupado por un palestino de 54 años, Talal Bakri, al que dieron muerte.

Según el Ministro de Policía Moshe Shahal, las autoridades saben quién fue el asesino de Bakri y cuentan con pruebas suficientes para mandarlo a juicio.

En la parte política de la sesión, el Gobierno escuchó un informe del Primer Ministro Yitzhak Rabin, sobre su conversación con el Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, quien ya se encuentra en Siria.

"Siria fracasará con su boicot"

Rabin dijo que espera que fracase el intento de Siria de sabotear las negociaciones de paz entre Israel y la OLP. Antes de partir con destino a Damasco, Christopher se reunió con el Ministro de Exteriores Shimon Peres.

Según trascendió, Peres informó a Christopher de los progresos hechos en las negociaciones israelíes con Jordania y los palestinos.

El Secretario de Estado norteamericano, en respuesta a los periodistas, lanzó un llamado a todas las partes a evitar la violencia y a los jefes políticos, en particular, a tomar todas las medidas necesarias para superar **"el difícil período"** en que se encuentra el proceso de paz.

DOC. POCO LEGIBLE

01-01

9400329

Nº DOCUMENTO 9400330
TITULO Terroristas islámicos asesinan a extranjeros en Argelia
PROCESO /150090
FECHA 6/12/93
VINCULACION 11847 TI
507472ARG

ENTRADO NZ
CRUZ NZ

Matan a juez en Argel

Argel (ANSA)

● Tres individuos asesinaron a tiros al presidente del tribunal de Orán, Raaz Lakhdar, cuando salía de su casa para ir a su despacho.

Se considera que los autores del atentado pertenecen a un grupo terrorista islámico, que puede ser el mismo que asesinó hace ocho días al juez de instrucción de Argel, Mahfud Kerdali.

Orán, Constantina y la capital Argel, son las tres ciudades del país donde funcionan tribunales que en los últimos meses condenaron a muerte a un total de más de 350 integristas islámicos acusados de cometer "atentados terroristas y acciones subversivas".

• **Argel** - Los cadáveres de un ciudadano belga y su esposa argelina fueron hallados ayer en su vivienda, con lo que aumentaron a 24 los extranjeros asesinados en la campaña de violencia emprendida hace dos años por los musulmanes fundamentalistas.

La pareja fue asesinada en su residencia en el poblado de Thamer, unos 120 kilómetros al sudeste de Argel, dijeron fuerzas de seguridad en un comunicado. No se revelaron las circunstancias del crimen. **(AP)**

Muerte de extranjeros

ARGEL, 5 (ANSA).- Una mujer rusa, casada con un argelino y madre de tres niños, fue asesinada hoy mientras hacía compras en un mercado de Argel, posiblemente víctima de la matanza de extranjeros desatada en el país por terroristas musulmanes.

También hoy, en Reghaia, a 35 kilómetros de Argel, otro grupo disparó ráfagas de metralleta contra un camión que transportaba a cooperadores militares rusos.

Los autores del atentado huyeron y no hubo heridos.

Los terroristas fijaron un ultimátum que venció a la cero del miércoles (hora local) y a partir de ese momento tres extranjeros fueron asesinados: dos comerciantes, uno español y otro italiano, y hoy la mujer rusa.

Argelia

ASESINAN DOCE EXTRANJEROS

Los servicios de seguridad argelinos dieron a conocer hoy que doce extranjeros que trabajaban como operarios de una empresa hidroeléctrica mixta argelina y yugoslava, en la región de Blida (75 kilómetros al suroeste de Argel) fueron degollados por un grupo armado formado por supuestos terroristas islámicos.

Argelia

ASESINAN AL PRESIDENTE DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA

El presidente del Tribunal de Justicia de la localidad de Tizi-Uzu (capital de la Cabilia) fué asesinado ayer al salir de su domicilio en el centro de Argel, informó el Ministerio de Justicia.

Seddik Guentri, de 46 años, fue abatido a tiros por un grupo terroristas, convirtiéndose en el octavo magistrado asesinado en Argelia desde mayo pasado.

Asesinaron a poeta argelino

El poeta y escritor argelino Yussef Sebti, de 42 años, fuè asesinado ayer, probablemente por fundamentalistas musulmanes, que lo degollaron en el Instituto Agrario de Argel, donde era profesor, dijo la Policía.

Argel (ANSA)

El Instituto Agrario se encuentra en el barrio de El Harrash, considerado un bastión de los integristas musulmanes.

El maestro de Sebti, Jean Senac, que en Argelia había promovido la creación de un grupo de poetas surrealistas, fue asesinado también en Argel hace unos quince años.

Con Sebti son dieciocho los intelectuales argelinos asesinados desde marzo en una serie de atentados atribuidos a fundamentalistas musulmanes.

9400330

01-02

Otros dos extranjeros asesinados en Argelia

Argel (AFP)

El Dos extranjeros fueron muertos en Argelia con pocas horas de intervalo, llevando a cuatro el número de extranjeros asesinados desde la expiración, el martes pasado a medianoche, del ultimátum de los integristas islámicos exigiendo su partida de Argelia.

Once extranjeros fueron asesinados desde el 21 de setiembre en atentados atribuidos oficialmente a grupos armados integristas.

Max Barbot, de 67 años ciudadano francés jubilado, fue encontrado muerto de un balazo en la vivienda que ocupaba en el recinto de la empresa para la que había trabajado, en Larbaa (20 km al sur de Argel), Barbot residía en Argelia desde 1968.

Fuentes oficiales indicaron que "en el estado actual de la investigación no es posible hacer afirmaciones respecto al móvil de este homicidio".

Pocas horas después, Malcom David Vincent, técnico británico de 41 años, fue asesinado en Bettiwa, cerca de Arzew, base petrolera del oeste de Argelia. Fue abatido de un balazo cuando se aprovisionaba de combustible en una estación de servicio.

Según la policía argelina, Vincent se negó a entregar su vehículo a sus agresores, que le dispararon. Herido en el tórax, falleció cuando era trasladado a un hospital.

Fuentes argelinas afirmaron que este asesinato es el resultado de "un robo de automóvil que terminó mal". Un argelino que se encontraba en la misma estación de servicio fue agredido por el mismo grupo armado, que le robó su vehículo.

El jueves pasado fue asesinado en Argelia un empresario español, Manuel López Bailén, y el domingo una rusa casada con un argelino, Larissa Ayadi.

El sábado, fue agredido y gravemente herido un empresario italiano, Aniello Castaldo, cuando salía de su domicilio en la periferia de Argel.

La serie de asesinatos de residentes extranjeros empezó con el de dos técnicos franceses que trabajaban por cuenta de una empresa francesa que instala una línea telefónica en el oeste de Argelia. Secuestrados en la carretera, fueron encontrados degollados 24 horas más tarde a 100 Km del lugar.

El 19 de octubre, dos oficiales rusos instructores de la escuela de defensa antiaérea de Laghuat (400 km al sur de Argel) fueron asesinados cerca de su domicilio. Otro oficial ruso fue herido en el atentado.

Dos días después, un colombiano, un peruano y un filipino, técnicos que trabajaban para una empresa italiana, fueron secuestrados en la cantina de su trabajo cerca de Tiaret (300 Km al sudoeste de Argel). Sus cadáveres degollados fueron encontrados 48 horas más tarde en Frenda, un poco más al sur.

El 24 de octubre, tres funcionarios del consulado francés en Argel fueron secuestrados en el garaje de su edificio y liberados una semana después tras intensas operaciones de búsqueda de la policía argelina. Los secuestradores entregaron a uno de ellos un mensaje en el que daban plazo de un mes a los extranjeros para partir de Argelia.

Violencia integrista en Argelia

ARGEL, 25 (AP).— Cinco policías fueron muertos y dos más resultaron heridos en una emboscada, informa el diario "Alger Republicain", en el más reciente acto de violencia atribuido a los insurgentes fundamentalistas que libran desde hace dos años una campaña contra el gobierno respaldado por los militares.

El ataque ocurrió anoche, cuando los agentes se dirigían en dos camionetas de la policía a relevar a otra patrulla en la ciudad costera oriental de Annaba, cerca de la frontera con Túnez, indicó la versión.

Entretanto, el Gobierno, que en enero mantendrá conversaciones con la oposición, ha elaborado una propuesta sobre una administración de transición para un período de tres años, con miras a la realización de elecciones. Los partidos de la oposición han reclamado que la votación se lleve a cabo antes.

Por otra parte, el Gobierno enfrenta crecientes presiones para que introduzca reformas democráticas y económicas. El régimen de mano dura no ha logrado sofocar la violencia, que ha dejado 2.000 muertos desde que estallara al anularse las elecciones de enero de 1992, en que los fundamentalistas se perfilan como triunfadores.

Asimismo, 23 extranjeros fueron asesinados desde que en setiembre empezó la campaña fundamentalista contra los foráneos en Argelia.

Los fundamentalistas argelinos serían los responsables

«ARTICLE 19» DENUNCIA ASESINATOS DE PERIODISTAS

La organización internacional contra la censura, «Article 19», denunció el asesinato en Argelia de al menos 16 periodistas y escritores, víctimas de la violencia de grupos islámicos radicales, que los justifican, por motivos religiosos, como «sentencias y no crímenes».

En un informe titulado «Argelia: Asesinatos en el nombre de la religión», difundido hoy, Día Internacional de Acción, «Article 19» pretende alertar al mundo sobre la escalada de la violencia en el país magrebí dirigida contra periodistas, escritores e intelectuales.

La organización interpreta estas muertes como un acto de censura de los grupos radicales islámicos que intentan acallar así a periodistas y escritores destacados por su oposición pacífica a las actividades del movimiento radical islámico.

En el informe «Article 19» señala que el Gobierno argelino no está ofreciendo la protección necesaria a los medios de comunicación frente a los ataques y amenazas a que son sometidos por los grupos fundamentalistas.

«Article 19» añade que, en numerosas ocasiones, son los mismos periodistas que informan sobre estos hechos los que sufren persecución y juicio por parte de las autoridades.

Asimismo, la organización internacional contra la censura pide que los grupos armados pongan fin a estos ataques y asesinatos.

También hace un llamamiento a las autoridades argelinas para que cumplan con sus obligaciones bajo las leyes internacionales para promover y proteger el derecho a la libertad de expresión, mediante la protección de la integridad física de periodistas y escritores.

02-02

Nº DOCUMENTO 9400331

TITULO Bombas en Trenes de India

PROCEDENCIA 150023.

FECHA DE PROCEDENCIA 7/12/93.

VINCULACIONES 11847 TI
507594 IND.

ENTRADO N2
CRUZADO N2

Bombas en trenes

Nueva Delhi (ANSA)

● La explosión de sendas bombas colocadas en cinco trenes causó un muerto y 18 heridos en India esta madrugada, y así comenzó el primer aniversario de la destrucción de la mezquita de Ayodhya por extremistas hindúes.

Las autoridades dispusieron severas medidas de control en todo el territorio y el ejército patrulla las calles de la capital, Nueva Delhi. También se adoptaron medidas de excepción en Bombay, donde las organizaciones musulmanas proclamaron un día de huelga.

POCO LEGIBLE

9400331

01-01

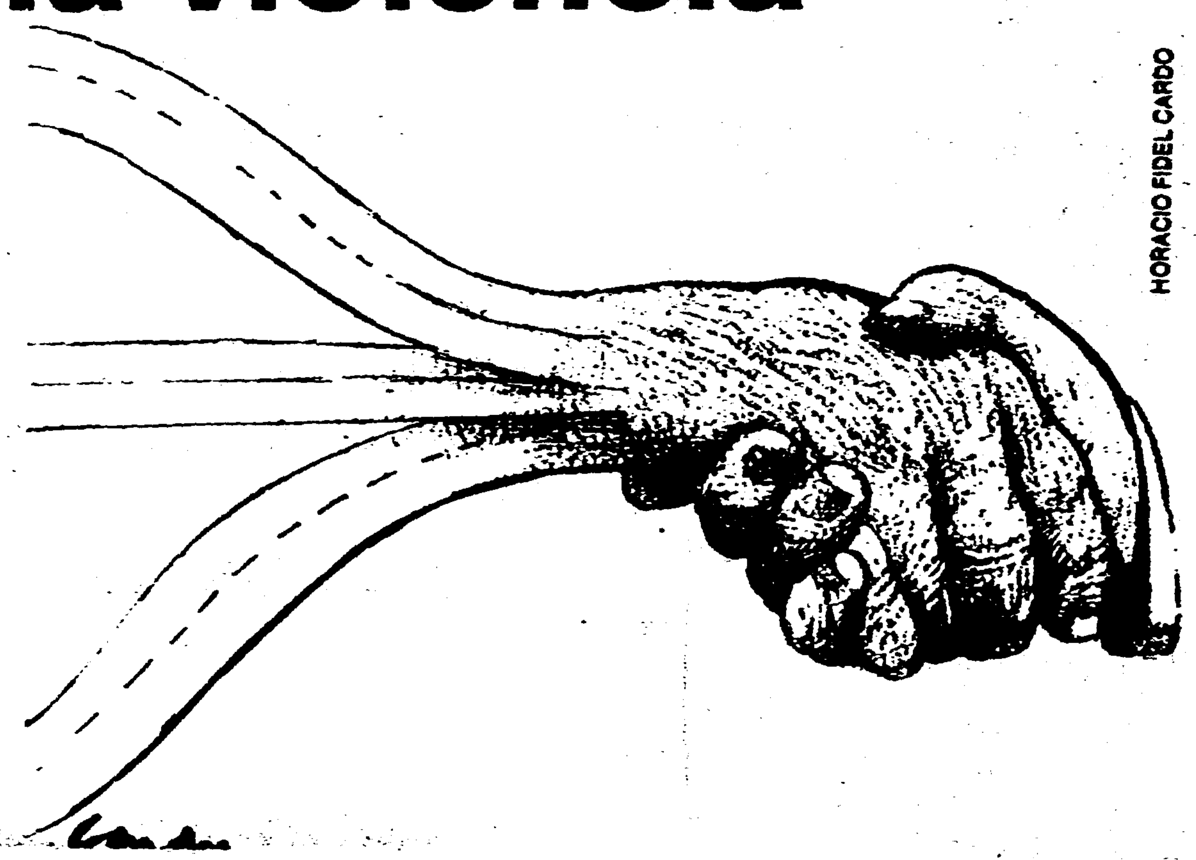
OPINION / DEBATES

EL REPRESENTANTE DE LA ORGANIZACION PALESTINA EN BUENOS AIRES RESPONDE A QUIENES VEN EL ACUERDO CON ISRAEL COMO UNA RENDICION

La OLP elige el diálogo, no la violencia

El tratado de paz con Israel firmado el 13 de setiembre pasado generó polémica, incluso entre los propios palestinos. En un reportaje exclusivo publicado por este diario el 21 de noviembre, Edward Said —un prestigioso intelectual palestino que vive en los Estados Unidos— criticó los términos en que se hizo el acuerdo y objetó la conducción del líder de la OLP, Yasser Arafat. Como representante de la OLP en nuestro país, el autor de esta nota le contesta a Said esgrimiendo las razones que condujeron al acuerdo.

Por Suhail Hani Akel



HORACIO FIDEL CARDO

Qué dijo Said

- "Arafat se convirtió en un socio de Israel para que la OLP aplique a los palestinos un gobierno de ocupación capaz de reprimir cualquier intento de autodeterminación."
- "Los líderes palestinos son incompetentes, cometieron muchos errores. Arafat firmó la rendición."
- "La pregunta es por qué la OLP rechazó tantas propuestas de paz y aceptó esta, que es la más débil."
- "Nunca tuvimos elecciones. Nadie eligió a Arafat."
- "Los israelíes seguirán controlando la tierra, el agua, el aire, las costas, la seguridad, los asuntos externos, los asentamientos, Jerusalén."

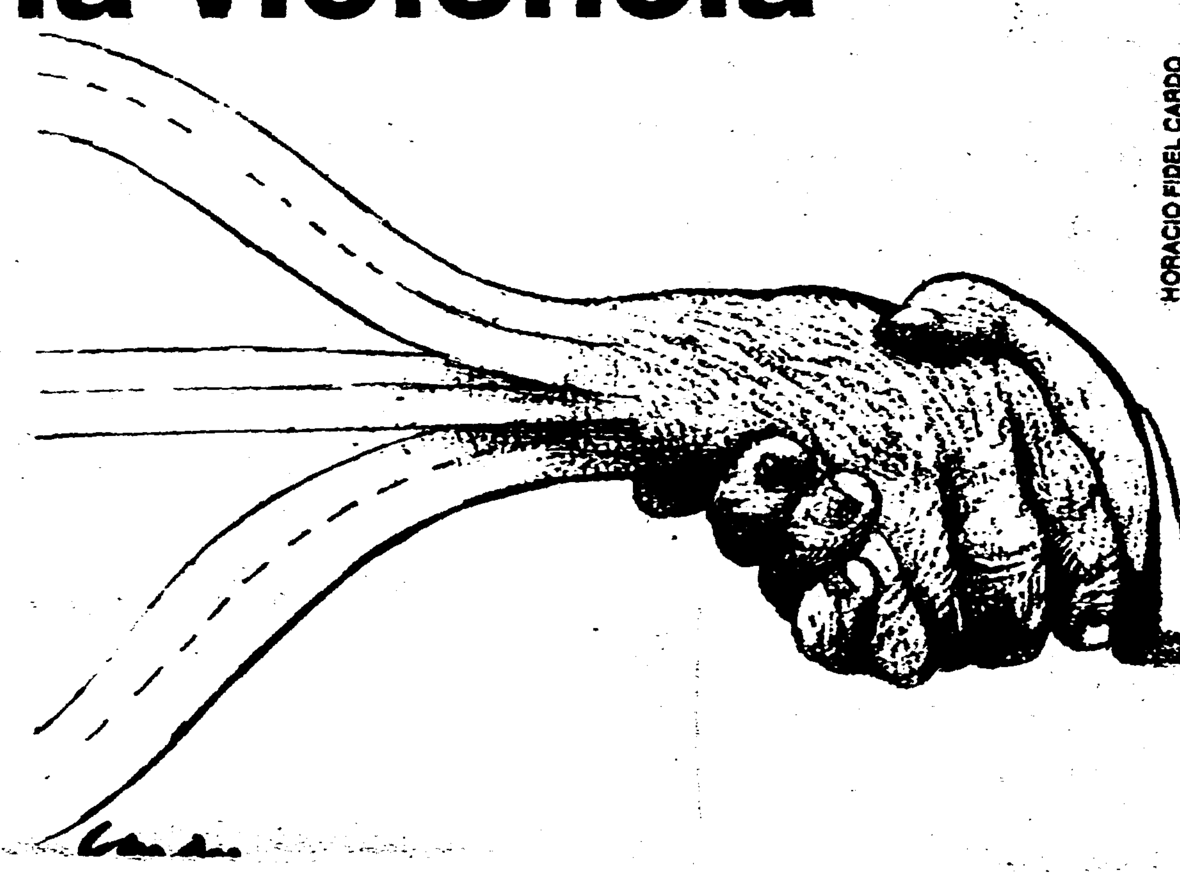
OPINION / DEBATES

EL REPRESENTANTE DE LA ORGANIZACION PALESTINA EN BUENOS AIRES RESPONDE A QUIENES VEN EL ACUERDO CON ISRAEL COMO UNA RENDICION

La OLP elige el diálogo, no la violencia

El tratado de paz con Israel firmado el 13 de setiembre pasado generó polémica, incluso entre los propios palestinos. En un reportaje exclusivo publicado por este diario el 21 de noviembre, Edward Said —un prestigioso intelectual palestino que vive en los Estados Unidos— criticó los términos en que se hizo el acuerdo y objetó la conducción del líder de la OLP, Yasser Arafat. Como representante de la OLP en nuestro país, el autor de esta nota le contesta a Said esgrimiendo las razones que condujeron al acuerdo.

Por Suhail Hani Akel



HORACIO FIDEL CARDO

Qué dijo Said

- "Arafat se convirtió en un socio de Israel para que la OLP aplique a los palestinos un gobierno de ocupación capaz de reprimir cualquier intento de autodeterminación."
- "Los líderes palestinos son incompetentes, cometieron muchos errores. Arafat firmó la rendición."
- "La pregunta es por qué la OLP rechazó tantas propuestas de paz y aceptó esta, que es la más débil."
- "Nunca tuvimos elecciones. Nadie eligió a Arafat."
- "Los israelíes seguirán controlando la tierra, el agua, el aire, las costas, la seguridad, los asuntos externos, los asentamientos, Jerusalén."

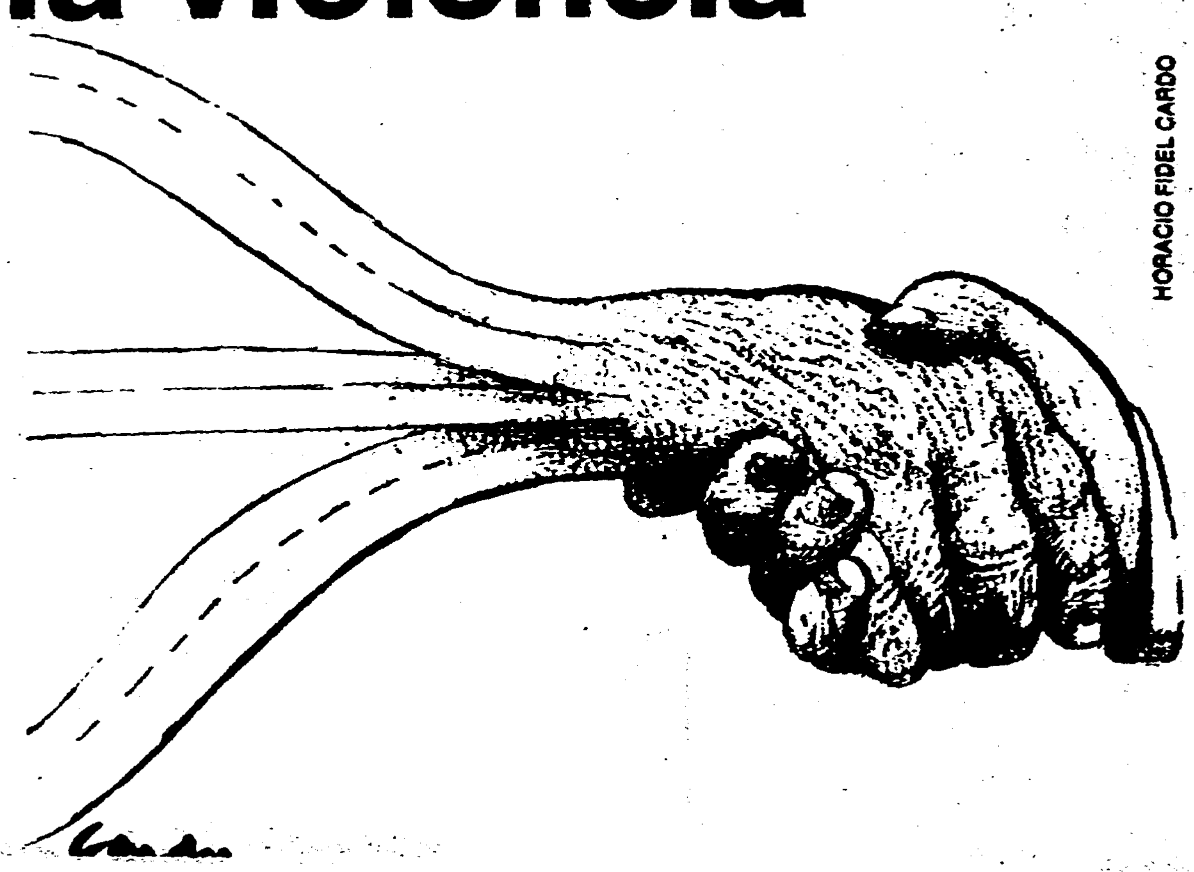
OPINION / DEBATES

EL REPRESENTANTE DE LA ORGANIZACION PALESTINA EN BUENOS AIRES RESPONDE A QUIENES VEN EL ACUERDO CON ISRAEL COMO UNA RENDICION

La OLP elige el diálogo, no la violencia

El tratado de paz con Israel firmado el 13 de setiembre pasado generó polémica, incluso entre los propios palestinos. En un reportaje exclusivo publicado por este diario el 21 de noviembre, Edward Said —un prestigioso intelectual palestino que vive en los Estados Unidos— criticó los términos en que se hizo el acuerdo y objetó la conducción del líder de la OLP, Yasser Arafat. Como representante de la OLP en nuestro país, el autor de esta nota le contesta a Said esgrimiendo las razones que condujeron al acuerdo.

Por Suhail Hani Akel



HORACIO FIDEL CARDO

Qué dijo Said

- "Arafat se convirtió en un socio de Israel para que la OLP aplique a los palestinos un gobierno de ocupación capaz de reprimir cualquier intento de autodeterminación."
- "Los líderes palestinos son incompetentes, cometieron muchos errores. Arafat firmó la rendición."
- "La pregunta es por qué la OLP rechazó tantas propuestas de paz y aceptó esta, que es la más débil."
- "Nunca tuvimos elecciones. Nadie eligió a Arafat."
- "Los israelíes seguirán controlando la tierra, el agua, el aire, las costas, la seguridad, los asuntos externos, los asentamientos, Jerusalén."

9400332

01-02

CUARENTA y cinco años en la historia es poco, 45 años de ocupación es demasiado tiempo. Muy poco lograron las organizaciones internacionales para el acatamiento de sus resoluciones, mucho menos consiguieron las guerras árabes-israelíes y solo las aprovechó Israel para expandirse más. Negaron todos nuestros derechos nacionales y esencialmente el humano, nos convirtieron en víctimas obviando su propio dolor. No obstante nada nos autoriza a cometer el mismo pecado.

Hay una realidad innegable: durante estas décadas se desarrolló otro pueblo, el israelí, compuesto por 3,5 millones de seres humanos. Fuimos víctimas de la injusticia; ¿debemos cometer la misma injusticia?

La opción del pasado 13 de setiembre es una respuesta a muchos interrogantes. **A nuestros pueblos solo les restaban dos caminos, el de la violencia o el del diálogo.** Este nos comprometería con la vida y la convivencia por encima de la muerte y la violencia. En la Declaración de Independencia (15/11/88) quedó reflejada esta teoría al reconocer a Israel. También fue en esa oportunidad cuando el Consejo Nacional Palestino (CNP) eligió democráticamente presidente del Estado de Palestina a Yasser Arafat. Lamentablemente, con tozudo accionar, Israel rechazó la propuesta, nuestros derechos y los de la OLP.

Sin embargo, **la fuerza de la "intifada" diluyó la soberbia israelí y les permitió pensar, luego de 24 meses y 10 sesiones de Conferencia de Paz con resultados negativos, que únicamente reconociendo a la OLP se destrabaría el conflicto palestino-israelí.**

Lógicamente esto sorprendió a todos, fundamentalmente a quienes deseaban vernos enfrentados de por vida. Desde cómodas posiciones y hasta a miles de kilómetros, al mejor estilo de un entretenimiento de videojuego, exhortaban a continuar con los enfrentamientos y se jactaban de acusar a la OLP de exceso de poder y al presidente Arafat de traidor, olvidando —quizá por amnesia política— que la determinación de participar en la Conferencia de Paz y negociar con la delegación israelí, la adoptó el CNP democráticamente en su sesión de "Jerusalén y los Mártires" del 26 al 28 de setiembre de 1991.

Es posible que el acuerdo contenga fallas, pero tiene muchas virtudes. Por primera vez el ejército israelí comenzará a desmilitarizar nuestra patria. Por primera vez se formarán comisiones para tratar la cuestión de los refugiados palestinos y su derecho al retorno.

Del mismo modo se analizarán el tema del agua, el desarrollo y esencialmente el tratamiento del futuro de Jerusalén a cargo de un comité palestino-israelí, presidido por Faisal Al Husseini y Moshe Shalal. También está contemplada la pronta liberación de 13.000 presos palestinos, el banco y la moneda propia, la bandera y el himno.

Por primera vez, los Estados Unidos alejaron sus tambores de guerra de la zona y llamaron a una conferencia internacional para financiar a Palestina. Europa y Japón sumaron su ayuda económica para desterrar la miseria y la hambruna bajo la ocupación.

En un proceso de 5 años —tiempo de autonomía— se deberá erradicar esta violencia, dar paso a la dignidad, aplicar las resoluciones 242 y 338 de la ONU y retirar totalmente su fuerza de ocupación para establecer la independencia del Estado de Palestina con Jerusalén oriental como capital.

Sabemos que hay muchas heridas abiertas de ambas partes y el precio de la paz es caro. Desde la firma de Washington fueron asesinados treinta palestinos y hay un centenar de heridos. Los israelíes aún mantienen su "dedo en el gatillo", según recientes declaraciones del premier Rabin, con el agravante de una fuerte represión en estas últimas horas. Pero una vez más el esfuerzo está en manos de nuestro pueblo. Solo de nuestra capacidad depende lograr nuestros objetivos libertarios o consolidar definitivamente la ocupación israelí.

Jericó es la ciudad palestina más antigua; cuenta la milenaria historia que el sonido de unos cuernos derrumbaron sus muros y su pueblo fue pasado por la cuchilla. Hoy ese sonido volvió a sonar en Jericó para derrumbar el muro de la ocupación dando paso a la libertad.

Suhail Hani Akel es representante de la Organización para la Liberación de Palestina en la República Argentina.

Nº DOCUMENTO 94/00333
TITULO Arafat exige a EE.UU que Israel retire sus tropas de Gaza
PROCEDENCIA 150024
FE... 7/12/93
VINCULACIONES 11847
500868 OCP
507603 ISR
65850 EU

ENTRADO
CRUZADO

EL 13 DEBE COMENZAR LA EVACUACION DE GAZA Y JERICO

Arafat exige a EE.UU. que Israel respete los acuerdos

AMMAN, EL CAIRO y JERUSALEN, 6 (AP, DPA, EFE, Reuter y por **Michael Parks**, de "Los Angeles Times", especial para **Clarín**). — El líder palestino **Yasser Arafat** le reclamó hoy al secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, que convenza a **Israel** de que la semana próxima **retire sus tropas de la franja de Gaza** y la ciudad cisjordana de **Jericó**.

Christopher, durante una conferencia de prensa conjunta con Arafat al finalizar las conversaciones que mantuvieron en **Jordania**, sostuvo que había percibido "la urgencia que atribuye a este tema el presidente (palestino Arafat), y es seguro que cuando me reúna con el primer ministro (israelí **Yitzhak**) **Rabin** lo informaré al respecto".

Previamente, el jefe de la diplomacia estadounidense se había reunido en **Amman** con el **rey Hussein** de Jordania. Aunque no se conocieron mayores detalles de ese encuentro, Christopher subrayó a su término que le había transmitido al monarca hachemita un mensaje del presidente **Bill Clinton** donde se ratifica que "**Estados Unidos quiere una paz global**" para toda la región.

A la par del reclamo de Arafat, el primer ministro Rabin aseguró desde Jerusalén que la **Organización para la Liberación de Palestina (OLP)** está "de acuerdo en **demorar dos o tres semanas el comienzo de nuestra retirada**" de Jericó y Gaza.

Coincidentemente, en **Túnez**, un importante asesor político de Arafat indicó que la central palestina y el Estado judío "se encaminan hacia una postergación de la fecha de aplicación del acuerdo".

En **Egipto**, palestinos e israelíes se reunieron en una maratónica sesión de conversaciones destinada a despejar sus diferencias sobre la instrumentación del acuerdo de autonomía limitada en torno de los territorios.

El jefe del equipo negociador palestino, **Nabil Shaat**, puntualizó que las conversaciones que se desarrollan en la localidad fronteriza egipcia de **El Arish** sobre la transferencia de los poderes civiles, están en avanzada.

Shaat agregó que, por el contrario, se mantiene **estancado** el diálogo que se desarrolla en El Cairo, donde se debaten la instrumentación de la **evacuación militar** israelí de los territorios comprendidos por el acuerdo.

Fuentes diplomáticas anticiparon en Jerusalén que Arafat se reunirá el jueves en **Granada, sur de España**, con el ministro de Relaciones Exteriores israelí **Shimon Peres**, con el fin de procurar encontrar una fórmula que rompa con las trabas al proceso de paz.

Un comunicado dado a conocer por la OLP en **Túnez** consignó que **Arafat** "sigue siendo la máxima autoridad en las negociaciones con Israel sobre la autonomía palestina", y anticipó que la organización se propone **constituir en breve plazo una nueva dirección**.

Fuentes diplomáticas explicaron en la capital tunecina que la decisión de renovar la dirección es la respuesta a la posición de un sector del Comité Ejecutivo que, sin rechazar el acuerdo de paz con Israel, sostiene que **Arafat debe delegar parte de sus facultades**.

Fuentes militares israelíes pronosticaron hoy una escalada de espectaculares operaciones terroristas palestinas a medida que se acerque el lunes 13, fecha prevista por el acuerdo para la retirada.

POCO LEGIBLE

9400333

01-01

Nº DOCUMENTO 9400334

TITULO Enfrentamiento entre guerrilleros y el Ejército de SRI LANKA

PROCEDENCIA 150014

F... 7/12/93

VINCULACIONES 11843 TI

5C7662 S.L.

515532. LTTE.

ENTRADO N2

CRUZADO N2

Sri Lanka

VEINTE MUERTOS

Al menos veinte civiles resultaron muertos como consecuencia de los bombardeos realizados el domingo por el Ejército de Sri Lanka sobre varios enclaves de la península norteña de Jaffna , la plaza fuerte de la guerrilla tamil, según informó la agencia estatal india PTI.

El blanco de los bombardeos fueron las posiciones del principal grupo guerrillero del país, Tigres de Liberación de Tamil Eelam, que lucha por la independecia del norte y este de la isla, donde vive la minoría tamil.

Según testigos presenciales, al menos tres poblaciones de la península de Jaffna fueron alcanzadas por las bombas del ejército.

Fuentes militares en Colombo, capital de Sri Lanka, no negaron ni confirmaron los bombardeos, aunque manifestaron que los ataques del ejército contra posiciones guerrilleras son frecuentes.

01-01 9400334

Nº DOCUMENTO 9400335

TITULO La UNITA y las negociaciones de paz.

PROCEDENCIA 150090.

F. PROCEDENCIA 7/12/93

VINCULACIONES 1121374M.

514336 UNITA.

507470 NG.

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Angola

UNITA TERMINARIA CON EL DIALOGO

El movimiento rebelde angoleño UNITA (Unión Nacional para la Independencia Total de Angola), ha amenazado con abandonar las negociaciones de Lusaka (Zambia) si el Gobierno no admite la responsabilidad del supuesto atentado contra su líder, Jonas Savimbi.

Para la delegación de UNITA, «sólo la admisión pública de culpa» podría contribuir a una vuelta al clima de confianza necesario para continuar las negociaciones iniciadas hace cuatro semanas.

Las autoridades angoleñas afirman que se trata de un «argumento absurdo» esgrimido por UNITA en el momento en que se llegaba a un entendimiento final sobre el alto el fuego.

La guerrilla angoleña acusó al gobierno de intentar asesinar a Savimbi

UNITA SUSPENDE EL DIALOGO

La guerrilla angoleña de UNITA rompió las negociaciones que celebraba con el Gobierno en la capital de Zambia, Lusaka, al denunciar que su líder, Jonás Savimbi, fue objeto de un intento de asesinato el pasado fin de semana.

El portavoz de la Unión Nacional para la Independencia Total de Angola (UNITA), Jorge Valentim, manifestó que «el atentado contra la vida de nuestro presidente constituye un serio retraso para las negociaciones».

El dirigente rebelde angoleño calificó de «grave» la actual situación del diálogo de paz al asegurar que Savimbi fue bombardeado el sábado, por la Fuerza Aérea.

La guerrilla no informó de si continuará las negociaciones después del ataque aéreo lanzado, según UNITA, contra los rebeldes que asediaban la ciudad de Cuito en el momento en el que los visitaba Savimbi.

Esta suspensión del diálogo se produce después de que el domingo pasado los negociadores de ambas partes lograran avances, al dividir en cuatro puntos las cuestiones políticas: la constitución de la Policía Nacional, el futuro mandato de la Misión de la ONU para la Verificación (UNAVEM), la reconciliación nacional y asuntos electorales.

(efe)

Diálogo de paz para Angola

Lisboa (ANSA)

● Las negociaciones de paz entre el gobierno de Angola y el movimiento rebelde Unita, se reanudaron en Lusaka, capital de Zambia, informó la agencia portuguesa Lusa.

Las conversaciones de Lusaka siguen al acuerdo de principio del fin de semana último, para un alto el fuego en la guerra civil angoleña que ya causó cientos de miles de víctimas y casi destruyó la estructura económica de la ex colonia portuguesa, desde su independencia en noviembre de 1974.

En Lusaka funcionan dos comisiones mixtas: una militar y otra política. La primera debe fijar la fecha del acuartelamiento de las fuerzas de Unita, bajo control de los cascos azules de la ONU.

9400335

01-01

Implicados en los atentados con cartas - bomba

CONFIRMAN RED NEONAZI EN AUSTRIA

Las nuevas detenciones practicadas en Austria en la investigación contra los responsables de las cartas-bomba que causaron cinco heridos hace diez días, confirman la implicación de varias organizaciones neonazis, según se supo en Viena.

Con la detención de Michael Endres y Hans Georg Ley, son ya seis las personas investigadas y capturadas por la policía, todas ellas relacionadas con asociaciones de carácter neonazi.

Aunque aún no se ha informado sobre quién o quiénes pueden haber sido los fabricantes y remitentes de las cartas-bomba que, entre otros, causaron graves heridas al alcalde de Viena, Helmut Zilk, los investigadores opinan que están cerca de desentrañar la red.

Endres, de 33 años, que fue detenido el viernes en Viena, está considerado como el sustituto de Gottfried Kuessel al frente de la ultraderechista Organización Extraparlamentaria Leal al Pueblo (VAPO).

Kuessel cumple una pena de diez años de prisión por apología del nacionalsocialismo.

Endres era conocido en medios policiales austriacos por su actividad neonazi -como colaborador de la publicación «Halt» y por sus contactos con el líder ultraderechista Gerd Honsik-, y había compartido vivienda con otro sospechoso, también detenido esta semana, Franz Radl.

En cuanto a Ley, se desconoce aún su relación con los atentados, aunque se sabe que tuvo contactos con Karl Ausserer, activista radical a favor de la independencia del Tirol del Sur y que fue condenado en 1989 por preparar un atentado con explosivos.

Todos los detenidos son conocidos además por su vinculación con organizaciones como la VAPO y otras, que han atacado al menos verbalmente en repetidas ocasiones a destacadas personalidades públicas que en Austria se han comprometido con la defensa de los refugiados y extranjeros residentes en la república alpina.

Las diez cartas-bomba que explotaron o fueron desactivadas a tiempo estaban dirigidas a políticos, periodistas, sacerdotes y personas comprometidas con la defensa de los derechos de los extranjeros en Austria.

(cfe)

Austria

AUMENTARON ACTIVIDADES NEONAZIS

El número de acciones de carácter neonazi y antixenófobo registradas en Austria en 1992 fue de 429, según datos del Ministerio del Interior.

Ciento sesenta y cinco de esas acciones son calificadas de propaganda por el Ministerio, según el cual 68 de los activistas eran menores.

Jóvenes pertenecientes a bandas extremistas llevaron a cabo acciones de tipo delictivo que van desde incendios provocados hasta ataques físicos a personas o destrucción de objetos materiales.

La policía austriaca busca en círculos de la extrema derecha austriaca al autor o autores de una serie de atentados mediante cartas bomba contra personalidades de la vida pública austriaca que se han destacado por la ayuda a refugiados y minorías étnicas.

AUSTRIA Y LA CARTA FATAL

Una ola de cartas bomba enviadas contra figuras defensoras de los derechos de los extranjeros conmociona a Austria.



Desde el viernes, nueve personalidades han recibido las misivas de la muerte

Austria quebró medio siglo de una de las convivencias ideológicas más pacíficas del mundo con una ola de atentados con cartas bomba dirigidas por ultraderechistas contra figuras defensoras de los derechos de los extranjeros, una de los cuales provocó ayer al alcalde socialdemócrata de Viena, Helmut Zilk, la pérdida de tres dedos de su mano izquierda. Al cierre de esta edición, y desde el comienzo de la campaña el viernes pasado, nueve personalidades habían recibido cartas explosivas, entre ellas el presidente de la organización Cáritas de Viena, Helmut Shüller; la ministra de Asuntos de la Mujer, Johanna Dohnal; las diputadas ecologistas Madeleine Petrovic y Terezija Stoisits, y las autoridades de un tribunal vienés y de una organización cultural eslovena. El viernes una periodista de TV de origen croata y un sacerdote que se ocupa de los refugiados albaneses de Kosovo habían sido heridos por otras dos cartas.

Como las primeras víctimas estaban asociadas a los Balcanes y la ultraderecha no reivindicó hasta ahora explícitamente la campaña, en un comienzo se especuló con que hubiese sido montada por organizaciones serbias, lo que hubiera dejado incólume el prestigio que Austria se ganó desde la posguerra como tierra de paz y bisagra entre los bloques. Pero ayer el ministro del Interior del gobierno socialdemócrata dijo que todo señala a la ultraderecha local como única responsable.

El ministro Franz Löschnak tiene sobrados fundamentos para su afirmación. Todas las cartas descubiertas hasta ahora fueron despachadas desde la misma región de Viena el jueves pasado. Cuatro de las cartas llevan un escudo de armas con la inscripción Rüdiger de Starhemberg, aunque sin ninguna mención adicional que permita establecer si se trata de una alusión al héroe nacional que derrotó en 1683 para siempre a los turcos a las puertas de Viena, poniendo una valla definitiva a las pretenciones musulmanas en Europa, o a uno de los líderes del fascismo austríaco en el período anterior a la Anschuss, lo que señalaría a neonazis locales con veleidades de independencia respecto del nazismo alemán. En cualquiera de los casos, la inspiración ultraderechista es indudable.

El nombre de Starhemberg aparece, a veces referido al primer personaje, a veces al segundo, en varias revistas de la región de Estiria. Además, cotejando la lista de víctimas con las personalidades mencionadas críticamente en el último número de la principal revista neonazi de esa región se estableció que no hay siquiera una sola que no aparezca también entre los destinatarios de las cartas. Zilk y Schüller recibieron en particular el grueso de la artillería verbal neonazi, antes de ser alcanzados por la crítica más contundente de las bombas camufladas.

Austria, gobernada casi sin interrupción por los socialdemócratas desde la posguerra y con economía más estatatizada entre los países capitalistas, vio crecer meteóricamente en los 80 la ultraderecha parlamentaria de Jörg Haider, que ayer condenó los atentados, pero nunca tuvo grupos nazis violentos.

P.12 7/12

Austria

ATENTADOS DERECHISTAS

Dos nuevas cartas-bombas explotaron ayer en Viena, una de las cuales hirió de gravedad en la mano izquierda a una mujer. Con estos son diez los atentados registrados en Austria en una semana.

La novena carta-bomba explotó en un despacho de abogados del centro de Viena, cuando una de las empleadas abrió el envio, según lo anunciado por el Ministerio del Interior.

El décimo atentado se produjo en una oficina destinada a proporcionar puestos de trabajo a ciudadanos extranjeros, en un distrito alejado de Viena, donde la explosión no produjo daños, según el mismo Ministerio.

En la serie de atentados con el procedimiento de cartas-bombas, resultó gravemente herido en la última hora del domingo el alcalde de Viena, Helmut Zilk, y anteriormente una periodista de la televisión austríaca tuvo que ser atendida de las heridas provocadas al abrir un paquete.

El presidente de «Cáritas», Helmut Schueller, las parlamentarias «verdes» Madelaine Petrovic y Terezija Stoisits, así como la ministra de Asuntos de la mujer, Johanna D[illegible]nal, [illegible] sido algunos de los destinatarios de otras cartas-bombas que fueron desactivadas a tiempo. Medios locales atribuyen la autoría de los atentados a grupos neonazis muy activos en los últimos meses.

Jefes de los cinco partidos políticos examinarán acontecimientos derivados de las cartas-bomba que provocaron terror en Viena

"Algo está cambiando en Austria"

*** Existirían vínculos entre neonazis austríacos y alemanes en los atentados de la última semana**

Dos primeros arrestos en las filas de los neonazis austríacos y una "punta del ovillo" que probablemente lleva a ambientes de las extrema derecha en Alemania, son los primeros resultados de la investigación sobre una serie de cartas explosivas que hicieron vivir a Austria una semana de terror. La Policía logró poner las manos sobre dos activistas, Peter Binder y Alexander W., afiliados a la VAPO (la "oposición extraparlamentaria fiel al pueblo"), fundada en 1986 por el líder neonazi Gottfried Küssel, que cumple una condena a diez años por graves delitos de apología del nazismo.

Viena (ANSA)
por Flaminia Bussotti

■ El ministro del Interior Franz Löschnak dijo que se trata de la primera "rueda" del engranaje y que existen buenas posibilidades también de llegar a "otras".

El jefe de la seguridad pública, Michael Sika, confirmó que con el arresto de los dos, los investigadores entraron "en poder de la punta del ovillo", pero invitó a la opinión pública a no tener demasiadas expectativas.

Sika desmintió que las cartas explosivas hayan sido fabricadas en el laboratorio descubierto durante un allanamiento en la casa de Alexander W.

Resta en vigor el llamado a la población a la prudencia en los controles de la correspondencia y también un total silencio para la prensa. Sika habló también de una pista que lleva a ambientes neonazis en Alemania.

Los vínculos entre neonazis austríacos y alemanes no son una novedad para las autoridades.

Basta pensar en que a la dirección del movimiento neonazi alemán, tras la muerte del líder Michael Kühnen, fallecido hace unos tres años de sida, fue convocado durante una reunión en Cottbus, ex Alemania del Este, el vienés Küssel, arrestado en Viena en enero de 1992.

Peter Binder había sido arrestado el miércoles por la policía fronteriza checa tras haberlo sorprendido rumbo a Berlín, con una alta cantidad de armas en el vehículo.

El hombre, de 26 años, fue entregado a la policía austríaca que también había llegado tras sus huellas gracias a una mujer que lo había reconocido mientras compraba numerosos sellos de la serie con la cual fueron franqueadas las cartas explosivas.

Al segundo sospechoso, Alexander W., amigo del primero, la policía llegó durante un allanamiento de su casa. También inspecciones en dos casas del primer arrestado permitieron reunir numerosos indicios.

La serie de atentados xenófobos había comenzado el viernes con una carta a una periodista de origen croata de la ORF, la televisión estatal, que fue herida gravemente. En total, cinco personas, de las cuales cuatro en modo grave, incluyendo al alcalde de Viena, Helmut Zilk, fueron heridas en los atentados.

A nivel político, tras los recientes intercambios de acusaciones, sobre todo hacia el líder del Partido Liberal, de derecha, Jörg Haider, acusado de haber preparado el terreno a la violencia con su política radical antiextranjeros, ahora se trata de remediar los problemas creados por un clima de polarización y contrastar eventuales daños en vista de las numerosas citas electorales de 1994.

Según el premier Franz Vranitzky, dada la novedad del fenómeno, "algo ha cambiado en Austria", mientras el vicepremier, Erhard Busek, está convencido de lo contrario, e invita a no ceder a la "histeria".

Una cumbre de los jefes de los cinco partidos se realizará para examinar los acontecimientos y buscar un nuevo consenso político.

En declaraciones a ANSA, el director del Archivo de la Resistencia, Wolfgang Neugebauer, coautor de un reciente manual sobre el escenario neonazi austríaco, calificó a los atentados como venganzas de activistas de segundo, tercer rango (los jefes están todos detenidos), contra la dura sentencia del proceso Küssel. También recordó que paralelamente a los atentados tuvo lugar en Austria y Alemania una semana de solidaridad para Küssel. Según su opinión, los acontecimientos no llevarán a un "cambio de dirección" de la política radical de Haider.

Nº DOCUMENTO 9400337
TITULO Indicios de Xenofobia en Uruguay
PROCESO 150023
FECHA 7/12/93
VINCULO 11204 Xen
507466 URU

ENTRADO NZ
CRUZ NZ

Investigan la Seccional 14ª y la Dirección Nacional de Información e Inteligencia

Cruces esvásticas en residencia de Punta Gorda de comerciante judío

■ La casa de un comerciante de origen judío fue objeto de un atentado de corte neonazi. Este consistió en la pintada de cruces esvásticas a lo largo de todo el frente de la finca. El hecho ocurrió en la noche del domingo en el barrio Punta Gorda, y en momentos en que el propietario se encontraba descansando.

La situación fue denunciada a la Seccional 14ª de la Dirección de Seguridad, y, según vecinos del lugar, habría ocurrido entre las 22:30 y 23 horas. Las cruces, dibujadas con pintura azul, se pueden apreciar en las persianas del comedor y de dos cuartos, en la puerta de la casa y en el garaje de la misma.

El damnificado, propietario de un comercio en la zona de Paso Molino, manifestó a LA REPUBLICA desconocer el origen del atentado, al tiempo que repudió la manera de proceder de sus autores.

El empresario cuenta con los servicios de una empresa de seguridad, la que no reportó ningún elemento extraño en la hora referida.

"En realidad, nosotros nos dimos cuenta a las 7 y media de la mañana, cuando nos levantamos, porque de noche no sentimos nada" dijo el agredido, al tiempo que señaló que "los vecinos, según nos comentaron, lo vieron anoche mismo".



Todo el frente de la finca del dueño de un importante negocio fue pintado con los distintivos nazis. (Foto de Mauricio Skrycky)

Además de la mencionada repartición policial, el caso también es seguido por investigadores de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, tal como es habitual en estos episodios, según informaron las fuentes policiales.

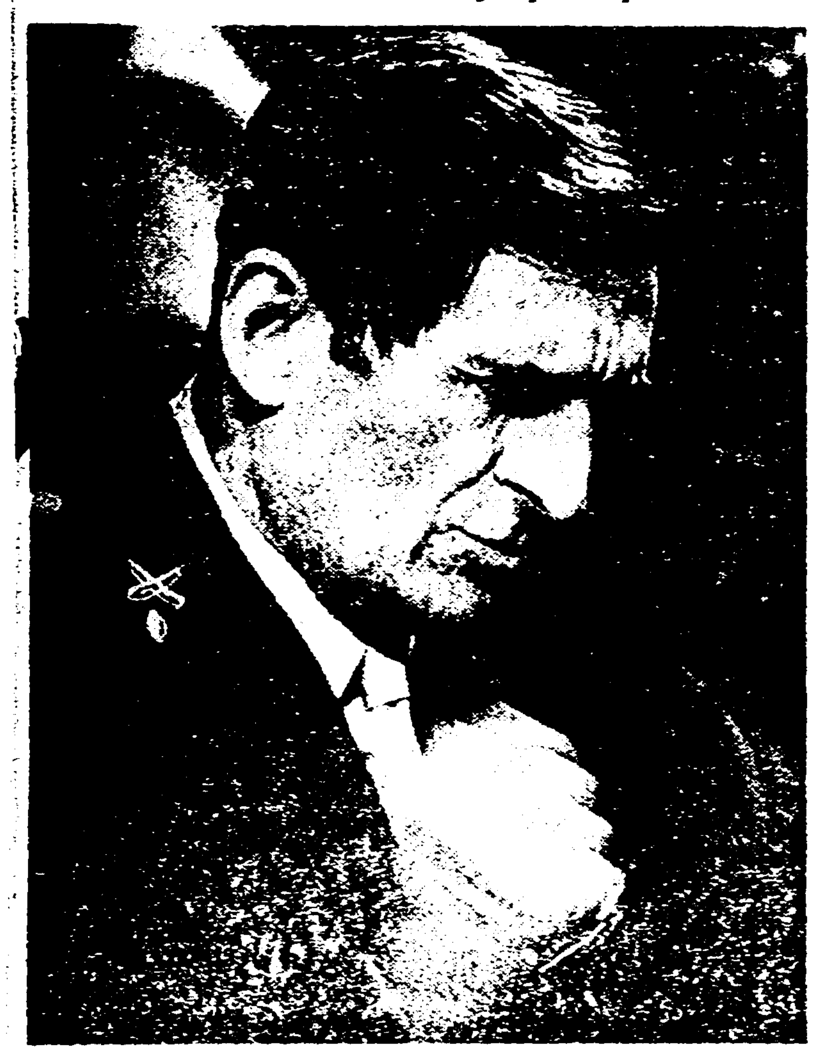
9400337

01-01

LA CORTE RATIFICO EL FALLO DE LA CAMARA POR LA REBELION DE 1990

Confirman la perpetua para Seineldín

La Corte Suprema de Justicia confirmó ayer el fallo de la Cámara Federal que condena al líder de la rebelión carapintada de diciembre de 1990, Mohamed Alí Seineldín, a reclusión perpetua. El máximo tribunal tambien ratificó la mayoría de las condenas contra los militares que participaron en ese levantamiento, que dejó un saldo de 13 muertos y 350 heridos. En el caso de Seineldín, la Corte valoró las "múltiples probanzas" reunidas en la causa, "incluida la confesión del propio militar", que demuestran que este "acordó con sus seguidores un levantamiento armado, formando a tal fin un estado mayor reducido integrado por algunos de los coprocesados".



Mohamed Alí Seineldín: la Corte ratificó la perpetua sobre el ex coronel por el levantamiento de 1990.

La Corte Suprema de Justicia de la Nación **ratificó** ayer la mayoría de las condenas dictadas por la Cámara Federal contra los cabecillas de la sangrienta rebelión carapintada del 3 de diciembre de 1990, entre ellas la pena de reclusión por tiempo indeterminado del ex coronel **Mohamed Alí Seineldín**.

La ratificación de la mayoría de las condenas se produjo ante la apelación que la defensa de los carapintada (**el levantamiento había provocado la muerte de 13 personas y 350 heridos**) había presentado contra el fallo que la Cámara Federal dictó en el caso el 2 de setiembre de 1991.

En su dictamen el máximo tribunal de justicia, en cambio, ordenó a la Cámara Federal que dicte **un nuevo fallo** en el caso del mayor **Horacio Linari**, quien había sido sentenciado a tres años de prisión y al igual que los otros 14 líderes carapintada cumplen la pena en la prisión militar de Magdalena.

Además, la Corte aceptó el recurso de queja formulado por el teniente coronel **Antonio Pérez Cometto** contra la resolucion por la que se lo condenó a cuatro años de reclusión con destitución.

Luego de cuatro meses y medio de un tenso juicio oral y público, la Cámara había llegado a esas sentencias confirmando la mayoría de las penas que el Consejo Supremo de las Fuerza Armadas había dispuesto contra estos 15 oficiales por su participación en el levantamiento del 3 de diciembre, que tuvo lugar justo un día antes de la visita del entonces presidente de los Estados Unidos **George Bush** a la Argentina.

Los epicentros de la rebelión estuvieron en el edificio Libertador, el regimiento de Patricios —donde murieron el teniente coronel **Hernán Pita** y el mayor **Federico Pedernera**—, la fábrica militar de tanques de Boulogne y en algunas unidades del interior del país.

Las penas contra los carapintada habían sido acompañadas de la decisión de destituirlos del Ejército, es decir que **perdieron su estado militar**.

Seineldín, que si bien no participó directamente de los levantamientos por estar detenido en una unidad de San Martín de los Andes debido a un arresto disciplinario, fue considerado como el **ideólogo** de la rebelión.

La Corte valoró "las múltiples probanzas" reunidas en la causa, "**incluida la confesión del propio militar**", que "**demuestran que Seineldín acordó con sus seguidores un levantamiento armado, formando a tal fin un estado mayor reducido integrado por algunos de los coprocesados**".

De acuerdo con lo denunciado por el entonces fiscal federal **Luis Moreno Ocampo** en su alegato, **la rebelión tuvo por objetivo intentar la toma del poder**.

En calidad de coautores de la rebelión también fueron condenados los siguientes oficiales a quienes ayer se les ratificaron sus condenas: coronel **Oscar Ricardo Vega** (20 años); coronel **Luis Enrique Baraldi** (20 años); teniente coronel **Osvaldo Raul Tévere** (18 años); teniente coronel **Angel David Leon** (2 años y un mes); y mayor **Hugo Reinaldo Abete** (18 años). También fueron sentenciados el mayor **Pedro Edgardo Mercado** (20 años); mayor **Jorge Pedro Mones Ruiz** (10 años); mayor **Esteban Horacio Rafael** (12 años); mayor **Adrián Romero Mundani** (10 años); mayor **Rubén Enrique Miguel Fernández** (15 años); mayor **Osvaldo Diego Zacarías** (10 años); y capitán **Luis Breide Obeid** (10 años).

Luego de la confirmación de la Corte de estas penas, los carapintada solo podrán salir en libertad ante un hipotético indulto del presidente de la Nación o una ley de amnistía del Congreso.

Oportunamente, el presidente **Carlos Menem** había declarado que no iba a indultar a Seineldín con quien, antes del levantamiento, se había entrevistado en un par de oportunidades.

A fines de 1989 Menem había indultado a los ex comandantes presos por graves violaciones a los derechos humanos durante la lucha antisubversiva, a los máximos responsables militares de la guerra de las Malvinas, y a los líderes carapintada por su participación en las rebeliones de Semana Santa (1987); Monte Caseros (1988); y Villa Martelli (1988), entre otros.

Nº DOCUMENTO 9400339
TITULO Rodríguez Camusso mantiene veto contra reunión del Foro de San Pablo.
PROCEDENCIA 150483
FECHA 8/12/93
VINCULOS 507466 URU
514055 FSP.

NZ
NZ

Rodríguez Camusso mantiene veto contra reunión del Foro de San Pablo

El Frente Amplio (FA) como tal no podrá convocar al Foro de San Pablo en Montevideo porque el diputado Francisco Rodríguez Camusso insistirá en vetar la participación de la coalición en la organización que nuclea a partidos y fuerzas de izquierda del continente, dijo a *El Observador* el propio legislador.

Igualmente, el evento se podría llevar a cabo en Uruguay si algunas de las fuerzas integrantes del FA que participan del Foro de San Pablo cursa, por su cuenta y no involucrando a la coalición, la invitación a sus pares de la región.

Rodríguez Camusso vetó, en su oportunidad, el ingreso del FA al Foro de San Pablo, al tiempo que reiteró sus críticas a éste cuando la reciente visita del candidato presidencial del Partido de los Trabajadores (PT) de Brasil, Luiz Inacio Lula da Silva.

El anuncio de que la organización que nuclea a partidos de izquierda del continente "tal vez próximamente pueda reunirse acá" fue hecho en la apertura del 23° Congreso del Partido Comunista del Uruguay (PCU) por el integrante del Comité Central de su similar cubano (PCC) Germán Sánchez. El PCU será uno de los impulsores de que la próxima reunión del Foro de San Pablo se haga en Montevideo, al igual que el ala radical de la coalición, señalaron fuentes frentistas.

9400339

01-01

Nº DOCUMENTO 9400340
TITULO Funciones de la policía palestina
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE PROCEDENCIA 9/12/93
...LACIONES 11847 TI
500868 OLP
507603 ISR
514407 HAMAS

ENTRADO N2
CRUZADO N2

ISRAELIES SERAN «INTOCABLES» PARA POLICIAS PALESTINOS

Los israelíes que circulen por las zonas autonómicas de Cisjordania y Gaza deben ser «intocables» para los policías palestinos, según recomendación de una comisión de funcionarios de Gobierno al primer ministro Isaac Rabin.

Los policías palestinos no podrán detener ni investigar a ciudadanos israelíes, recomienda el documento, de cuyo contenido informó el diario «Iediot Ajronot».

La policía palestina, la mayoría de cuyos 15.000 agentes han sido reclutados de entre los del Ejército Palestino de Liberación, tiene que comenzar a operar a partir del próximo lunes 13 en la franja de Gaza y en el distrito cisjordano de Jericó.

El acuerdo para el repliegue israelí y para la autonomía de los más de 850.000 habitantes palestinos de esas zonas ocupadas se está negociando en secreto en Egipto.

Esos policías sustituirán al ejército israelí en las zonas donde se aplique un régimen de autonomía provisional, por cinco años, conforme a la Declaración de Principios acordada por Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Según el rotativo de Tel Aviv, en las negociaciones que están celebrando representantes de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel en El Cairo, el problema es determinar las atribuciones que tendrán esos policías.

Los agentes palestinos tampoco podrán exigir a los israelíes que se identifiquen y sólo estarán autorizados a anotar sus datos personales para informar a la policía de este país, según el documento preparado por juristas de los Ministerios de Defensa Asuntos Exteriores, Justicia y Policía.

La policía árabe, preocupada

GAZA, 11 (AFP y ANSA). — La futura policía palestina aún no sabe cuál será su función, horas antes del comienzo del retiro israelí de los territorios ocupados, previsto en principio para el lunes 13.

La principal preocupación de la futura policía palestina consiste en saber cuáles serán sus atribuciones y a partir de qué fecha comenzará su trabajo.

¿Cuándo llegan los uniformes? ¿Dónde están las armas?... El responsable de esta policía, general Zyad Aref, guarda silencio ante las preguntas, en parte porque hay cosas que no sabe y también porque espera directivas de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) desde Túnez.

Presente en Gaza desde hace tres semanas para preparar la nueva fuerza, el general Aref pasó la mayor parte de este tiempo apaciguando a ciertas facciones árabes temerosas de que el nuevo cuerpo policial sea utilizado para reprimirlas.

"Nuestra policía respetará los derechos humanos y se comportará en forma democrática", afirmó el general Aref.

Miles de palestinos se presentaron para integrar la fuerza, cuyos efectivos podrían alcanzar los 15.000 hombres, según fuentes israelíes.

En una primera fase, 6.000 policías deberían desplegarse en remplazo de los israelíes, según el general Aref. 500 palestinos de la Franja de Gaza, que ya tienen la experiencia del servicio en la policía israelí o que siguieron entrenamiento antes de la "intifada", hace seis años, están listos para encargarse de los cuarteles de policía a partir de la semana que viene.

♦ Violencia

Alarmados, los colonos judíos de los territorios ocupados, un total de 120.000 personas, lanzaron una campaña nacional con el lema: "No den armas a los asesinos".

Los brotes de violencia continúan: una decena de palestinos fue herida hoy en la ciudad de Gaza, por disparos de soldados israelíes durante una manifestación del movimiento fundamentalista islámico Hamas.

Según fuentes árabes locales, al final de la manifestación —durante la cual un dirigente de Hamas incitó a intensificar la lucha armada contra Israel— llegaron miembros del grupo Ez-Aldin Al-Qassam, brazo armado de Hamas, que dispararon al aire y hacia un puesto de observación israelí, sin provocar víctimas.

Desde la firma del acuerdo entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina, el 13 de setiembre, treinta y siete palestinos han muerto en choques contra israelíes. Catorce judíos han muerto a manos de los palestinos en el mismo período.

01-01

9400340

El teléfono de los nazis

La ultraderecha alemana se organiza cada vez más y mejor. Ahora dispone de un servicio telefónico de información clandestino. Sirviéndose del teléfono y de un computador mailbox, las diferentes organizaciones neonazis intercambian entre sí, de un punto a otro de Alemania, noticias, panfletos e información personal y política, que emplean para organizar manifestaciones, veladas políticas conspirativas, discursos, reuniones y otros actos.

Los receptores del servicio telefónico nazi son informados también de quiénes son sus adversarios políticos, casi en su totalidad de la izquierda; dónde están ubicados los albergues de solicitantes de asilo; dónde residen ciudadanos de credo judío; dónde se ubican familias turcas, negros, gente de raza no blanca, etc. El segundo paso es proporcionarles, a los militantes y simpatizantes de ideología neonazi, listas completas de todas estas personas, lugares y domicilios.

Basta con marcarlo y ya se oye al otro lado del hilo la frase: "Aquí, el servicio de información nacional". Después siguen dos minutos de información política noticiosa, y al final la voz se despide con un "Gracias por la llamada, Heil (viva) Alemania". Ultimamente vienen utilizando teléfonos móviles, para dificultar su localización por parte de la policía.

El "teléfono nazi" insta igualmente a sus militantes y simpatizantes a que suministren información personal, familiar y profesional a una determinada dirección, sobre todas las personas antifascistas de su entorno, sea en su lugar de trabajo, en el bar que frecuentan, en el centro deportivo, etc., así como la placa del automóvil y la foto del conocido en cuestión. Esta información aparece después en una larga lista de "antifascistas" que se actualiza continuamente.

Los autores de estos crímenes actúan siempre cobardemente, y aquí se parecen también a sus antecesores nazis de hace más de medio siglo, que dejaron por todo el mundo una estela de muerte y desolación.

Las acciones de la red neonazi comienzan a preocupar a la Fiscalía Federal alemana

La red neonazi que se viene formando desde hace varias semanas preocupa a las Fiscalía Federal alemana. Los neonazis se sienten cada vez más fuertes y hasta se permiten abiertos llamamientos a la violencia y la publicación de "listas de muerte".

Las actividades que preocupan son diversas, pero según los agentes de la Oficina de Protección de la Constitución, uno de los problemas más graves es el esfuerzo de los ultraderechistas por instalar en Alemania una red informatizada, con diferentes listas de correo que ofrecen acceso, mediante una clave, a los adeptos poseedores de un ordenador. Aunque las informaciones que proporciona hasta ahora la red no parecen ir más allá de asesoramientos sobre publicaciones de extrema derecha, los agentes señalaron que el sistema podría acabar por ser una especie de mando central para toda la escena ultraderechista, de muy difícil control para las fuerzas de seguridad. ■ *(EFE)*

Polícia alemã promove ato nazista em treino

Da "Reuter"

Uma unidade da polícia alemã que participou de um treinamento para repressão a neonazistas está sob investigação judicial. Alguns policiais teriam usado símbolos nazistas proibidos e o exercício teria sido "realista demais", disse um promotor público.

O escritório da Promotoria em Oldenburg disse não ter detalhes sobre o que aconteceu durante o exercício de treinamento, realizado quinta-feira passada no centro comunitário de Ohrwege. "Posso afirmar apenas que uma investigação foi iniciada", afirmou um porta-voz.

Segundo o jornal "Tageszeitung", 15 dos policiais, vestidos com uniformes nazistas, cantaram hinos hoje proibidos, como o "Horst Wessel", fizeram a saudação nazista com o braço estendido e gritaram "Sieg Heil" (viva a vitória) numa sala decorada com bandeiras nazistas, suásticas e retratos de Adolf Hitler.

O treinamento terminou com outros policiais —estes com uniformes e equipamento padrão das forças antimotim— invadindo a sala e "reprimindo" a reunião. A Promotoria acredita que não era necessário adotar tanto realismo na "manifestação".

Alemania

SECUESTRAN REVISTA NEONAZI

La fiscalía de Flensburg, al norte de Alemania, secuestró ayer una tirada de 3.000 ejemplares de la revista neonazi «Die Bauernschaft» (El Campesinado), informó un portavoz judicial.

La policía se incautó de los 3.000 ejemplares, que eran casi por completo la tirada mensual, en una imprenta de la localidad de Bielefeld (cuenca del Ruhr).

El editor de la publicación es el alemán Thomas Thamm, de 74 años, que vive en el sur de Dinamarca. Contra él existen varias denuncias por el contenido neonazi de su revista donde niega la esistencia del holocausto judío y de campos de exterminio en la época hitleriana.

02-02.

9400341

El País 6 - 1º - 94 -   1/1.

A Prisión el Soldado que Mató a un Joven

Luego de la reconstrucción llevada a cabo en horas de la mañana de ayer, donde la extrema tensión fue la nota dominante y donde los encolerizados vecinos debieron ser mantenidos a más de cien metros del lugar, se dispuso el procesamiento del soldado del ejército responsable de efectuar el disparo que acabó con la vida del joven Marcelo Javier Marra Rodríguez, de 20 años.

En la instancia se pudo establecer que el grupo de amigos nó estaba tomando vino, como se dijo en su momento, sino un refresco, y además bajo los gritos de ¡asesino!, ¡asesino!, el ahora procesado indicó cómo salió de su casa, efectuó el mortal disparo y se retiró nuevamente a dormir.

Como EL PAIS informó oportunamente, el soldado del ejército, de 39 años de edad, efectuó el disparo que hirió mortalmente al infortunado Marcelo Marra, cuando se encontraba reunido con otros ocho jovencitos, sobre la medianoche del domingo.

Posteriormente declaró a la policía que sólo había intentado asustar a los jovencitos y al resbalar en unas ramas, porque se encontraba en estado de ebriedad, se le escapó el mortal disparo.

El Juez en lo Penal de 12º Turno, que entiende en el caso dispuso que ayer de mañana se realizara la reconstrucción en las viviendas de Chimborazo y Gral. Flores, donde ocurrieron los hechos. Todo era tensión en la zona, a la hora en que estaba programada la instancia. Prácticamente todo el barrio se apostó detrás del férreo cordón policial que mantuvo a los enfervorizados vecinos a más de cien metros del lugar. Sin embargo esto no fue obstáculo suficientes para que la gente indignada hiciera llegar al imputado los gritos de ¡asesino!, a la vez que declaraban a quien quisiera oírlo que no era cierto que el hombre se había resbalado y que realmente había tirado a matar.

Mientras tanto, dentro del perímetro aislado por la policía se pudo establecer que en realidad los jóvenes estaban tomando un refresco y no vino como se dijo en primera instancia. Por su parte el resto de los muchachos participantes del hecho manifestaron que el hombre salió de su casa y sin decir nada disparó sobre ellos.

Luego de cumplida tal instancia, las acciones se trasladaron a la sede del Juzgado Penal de 12º Turno, cuyo Magistrado determinó en horas de la tarde de ayer el procesamiento con prisión del militar por "un delito de lesiones personales y un delito de domicilio en reiteración real."



El juez José Ferreira (Penal 12º) asistido por su Actuaria, escucha la declaración del homicida procesado tras la reconstrucción efectuada en la mañana de ayer

Biográficos (Campo Militar)

13/4/94 (RS)

x 001/001

Nº DOCUMENTO 9400344
TITULO Ataques israelíes en el Sur del Líbano
PROCEDENCIA 130090
FECHA 9/12/93
VINCULACION 11847 II
507603 ISR
514402 Hez
514396 FDLP
514395 A-F

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Diez misiles contra las bases del Hezbollah

Aviación israelí ataca el sur del Líbano

Saida, Líbano (AFP)

La aviación israelí bombardeó ayer posiciones del Hezbollah proiraní en el norte de la zona ocupada por el estado hebreo en el sur del Líbano, después de dos ataques integristas contra la milicia proisraelí, indicó la policía libanesa.

Cuatro cazabombarderos pasaron cuatro veces entre las 15:20 y las 15:30 locales (13:20 y 13:30 GMT) y lanzaron diez misiles aire-tierra contra las bases integristas en Mlita, Jabal Safi y Jabal Al Ajdar, en el bastión del Hezbollah en Iqlim at-Tuffah, al sureste de Saida, capital del sur del Líbano, añadió la misma fuente.

Se veían salir espesas columnas de humo negro de los lugares bombardeados, mientras la defensa antiaérea del ejército libanés y del Hezbollah disparaban contra los aviones israelíes sin alcanzarlos, se constató.

Después de la incursión aérea, la artillería pesada israelí bombardeó intensamente las alturas de Iqlim at-Tuffah con un ritmo de cinco obuses por minuto.

Un responsable del Hezbollah en Saida afirmó a la AFP que su formación "disparó misiles SAM contra los aparatos israelíes que bombardeaban las posiciones en Iqlim at-Tuffah", sin indicar si se produjeron víctimas en las filas integristas.

Ayer, los combatientes atacaron, en dos tiempos, una posición en Rihan y una patrulla que circulaba cerca de Sujud, en la zona ocupada, de la milicia proisraelí Ejército del Líbano Sur (ELS). Un civil libanés resultó herido en una respuesta de artillería israelí contra el bastión del Hezbollah en Iglim at-Tuffah.

La última incursión israelí se remonta al pasado 28 de noviembre. La aviación israelí destruyó entonces un puesto del Frente Democrático de Liberación de Palestina (FDLP de Nayef Hawatmeh) en el campamento de refugiados palestinos de Ain, Helus, en los suburbios de Saida.

Libano

PATRULLA ISRAELI MATO A TRES GUERRILLEROS

Soldados de una patrulla israelí mataron a tres guerrilleros que habían cruzado la frontera libanesa, han informado fuentes militares.

El enfrentamiento se produjo en Har Dov, cerca de las faldas del Golán, en otro tiempo llamada "la tierra de Al Fatah", cerca del kibuts israelí de Dan.

Los guerrilleros, de cuya filiación nacional y política no se informó aún, habían cruzado la cerca electrónica de la frontera para atacar objetivos en suelo israelí, agregaron las fuentes.

Hace dos días, en ataques de la fuerza aérea israelí, murieron dos guerrilleros de la milicia proiraní de Hizbulá (Partido de Dios), que exigen la evacuación israelí de esa "zona de seguridad", y otros tres resultaron heridos, según fuentes libanesas.

Libano

CIVILES HERIDOS EN BOMBARDEO ISRAELI

Tres civiles libaneses resultaron heridos ayer, como consecuencia del bombardeo artillero por parte de las tropas israelíes de varias aldeas situadas al norte de la zona de seguridad que Israel ocupa en el sur del país.

Según fuentes de la policía, los bombardeos eran una respuesta israelí a los ataques lanzados esta mañana por militantes del proiraní Partido de Dios (Hizbulá) contra posiciones del Ejército del Sur del Líbano, pro israelí.

La ciudades de Nabatia, Luiza y Iqlim al Tufah fueron las más afectadas por los bombardeos, en especial las dos últimas, que sufrieron daños materiales importantes.

9400344

01-02

Seis palestinos y un colono judío resultaron heridos en un clima de total confusión

La violencia reina en Gaza

Al menos seis palestinos fueron heridos ayer en Gaza en enfrentamientos con divisiones del Ejército israelí, mientras un colono judío fue herido e internado en un hospital de Jerusalén. Los choques más graves, según fuentes palestinas, ocurrieron en un colegio secundario de Rafah, donde los militares dispersaron con la fuerza una manifestación estudiantil. Cuatro jóvenes fueron internados luego en un hospital de la zona, con heridas diversas.

Tel Aviv (ANSA)

■ En la zona de los asentamientos hebreos de Gush Katif, en el sur de la Franja, una patrulla militar abrió fuego contra un automóvil que no se detuvo a la orden de alto. Dos palestinos fueron heridos por proyectiles.

También es tensa la situación en la ciudad de Khan Yunes, donde tuvo lugar una operación de rastrillaje de activistas de la Intifada.

No fueron identificados aún los asesinos del jeque Ialed Sakalla, de 45 años, muerto por dos hombres con el rostro cubierto en la puerta de su confitería de Gaza.

Sakalla había cumplido largos períodos de detención en la cárceles israelíes y era considerado cercano a Al Fatah, pero con fuertes simpatías también hacia los movimientos islámicos.

Ninguna organización se hizo responsable del homicidio.

Por otra parte, un colono israelí resultó herido de gravedad en un ataque de aparente matriz palestina cerca de Belén, en Cisjordania, informó **Radio Jerusalén**.

El colono Yair Coheh, habitante de Kidar, en las inmediaciones del asentamiento judío de Maale Adumin, resultó herido en el estómago por tiros de pistola disparados por un palestino, y fue trasladado al hospital Hadassah de Jerusalén.

Según Radio Jerusalén, la víctima acababa de entrar, junto a su esposa, en una tienda para hacer unas compras. Un palestino, que los había seguido, abrió fuego y después huyó junto a su cómplice hacia un campo de refugiados cercano.

Tropas israelíes acudieron inmediatamente al lugar y emprendieron una vasta operación de búsqueda del agresor.

La emisora refirió también que decenas de palestinos, activistas de movimientos islámicos y de otras organizaciones que se oponen a las negociaciones de paz con Israel, fueron arrestados en los últimos días en los territorios ocupados, para evitar posibles desórdenes el próximo 13 de diciembre, fecha en la que se prevé el inicio del retiro del ejército israelí de Gaza y Jericó.

Fuentes palestinas anunciaron que fue alcanzado un acuerdo de principios con Israel sobre la liberación de unos tres mil detenidos palestinos, que se prevé comenzar en los próximos días.

02-02

ALEMANHA

Justiça condena criminosos neonazistas

☐Os dois implicados na morte de uma mulher turca e suas duas netas pegaram a pena perpétua e 10 anos de prisão, respectivamente

Bonn — Um tribunal alemão condenou ontem dois neonazistas envolvidos no ataque com bombas incendiárias que provocou a morte de três turcas em novembro do ano passado, na cidade de Moelln. O juiz considerou os dois réus culpados de assassinato e incêndio criminoso, sentenciando Michael Peters, de 26 anos, à prisão perpétua (a condenação máxima pelas leis alemãs) e Lars Christiansen, de 20 anos, a dez anos de prisão — a maior pena prevista para um menor de 21 anos.

O atentado de Moelln deixou vários feridos, causou a morte de uma mulher turca e suas duas netas, de 14 e dez anos, e marcou o início da escalada da violência contra estrangeiros na Alemanha. O crime dos dois *skinheads*, que repercutiu em toda a Europa, com manifestações pacifistas que se estenderam até a Turquia, foi um dos 2.584 atos de violência cometidos pelos neonazistas em 1992, segundo a polícia alemã. As estatísticas revelam que desde a reunificação do país, há três anos, os extremistas de direita já mataram 26 pessoas.

Peters e Christiansen deveriam ter sido sentenciados na última sexta-feira, mas o tribunal adiou seu veredicto depois de homem ter dito à polícia que tinha participado do ataque, o que acabou sendo desmentido mais tarde. Christiansen apresenta sinais de distúrbio mental e tentou suicidar-se pouco depois de ser preso.

Também ontem o Tribunal Federal Alemão decidiu manter na prisão quatro extremistas detidos depois da morte de cinco turcos em incêndios criminosos cometidos em maio deste ano. Baseando-se em declarações da polícia, que julgava insuficientes as provas contra os acusados, a imprensa informou que os quatro poderiam ser soltos, o que acabou não se confirmando. Os suspeitos — com idades entre 16 e 23 anos — foram interrogados cerca de 17 horas, antes da determinação de mantê-los aguardando o julgamento na prisão.

ÁUSTRIA — Em mais um ato de violência contra a entrada de estrangeiros na Europa, um atentado direitista atingiu o prefeito de Viena, Helmut Zilk, que teve três dedos amputados depois da explosão de uma carta bomba em sua mão, no último domingo. A polícia austríaca busca os autores deste e de outros crimes cometidos desde sexta-feira passada, que feriram cinco pessoas.

Um panfleto neonazista que circulou no país, entitulado "Não à invasão estrangeira", ameaçava fuzilar a chefe do Partido Verde, Madeleine Petrovic, e também prometia matar os "jornalistas de esquerda" da ORF (rede de televisão estatal). Outros políticos, como Johanna Dohnal, do Ministério da Mulher, foram ameaçados e posteriormente receberam cartas-bomba.

Reuter/ZH



Pena: *Christiansen pegou dez anos*

Neonazistas fogem de prisão alemã

Nove neonazistas, entre eles um condenado por homicídio, fugiram ontem de uma prisão em Brandemburgo, leste da Alemanha. Três guardas foram feridos na fuga.

Neonazistas pegam penas máximas

Jovens incendiários recebem as sentenças mais duras já aplicadas na Alemanha a extremistas

Cai número de atentados

Das agências internacionais

A ocorrência de atentados de inspiração neonazista na Alemanha caiu 28% nos primeiros 11 meses do ano em relação ao mesmo período de 1992, segundo a Agência de Proteção à Constituição (APC).

O declínio da violência, de acordo com a APC, é resultado das medidas de repressão tomadas após o atentado neonazista contra um abrigo de imigrantes em Solingen, em maio. O ataque matou três mulheres e duas crianças turcas.

Em 1993, oito pessoas morreram em 1.699 ataques neonazistas; em 1992, os 2.366 ataques registrados mataram 17 pessoas.

Apesar dos números, a APC teme que os neonazistas estejam melhor organizados. Uma das provas disso é uma lista com nomes e endereços de defensores dos direitos das minorias e dos imigrantes na Alemanha, recentemente publicada por uma revista extremista.

Reuter



Os neonazistas Peters (na frente) e Christiansen, na corte

Das agências internacionais

Um tribunal alemão condenou ontem um neonazista à prisão perpétua e outro a dez anos de prisão (pena máxima para menores de 21 anos) pelo ataque a um abrigo de imigrantes em 1992. No atentado, uma mulher e duas crianças turcas de uma mesma família morreram. Foram as mais duras sentenças proferidas até agora contra neonazistas alemães.

"O veredicto mostra que os turcos na Alemanha podem ter um tratamento justo de um tribunal alemão", disse o advogado da família das vítimas, Hans-Christian Ströbele.

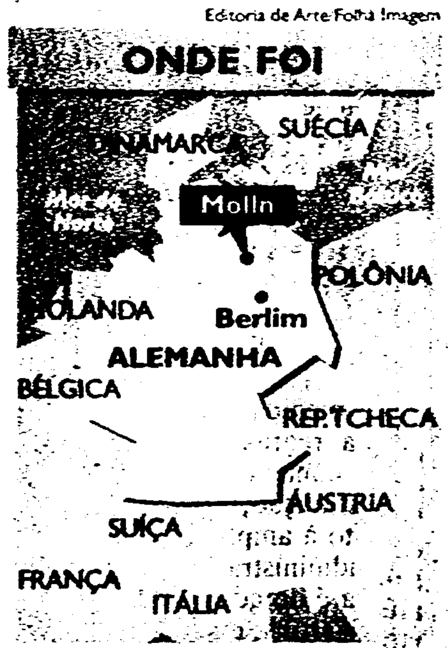
"Estamos satisfeitos com a sentença, mas se fosse por nós teria sido muito maior", afirmou Ahmed Arslan, tio de Yeliz, 10, morta no atentado. "O ódio que eu carregava está extinto", disse Faruk, pai da menina.

Em novembro de 1992, Michael Peters, 26, e Lars Christiansen, 20, jogaram duas bombas incendiárias contra um asilo de imigrantes turcos em Mölln (norte), no auge dos ataques neonazistas contra estrangeiros na Alemanha. Foi a segunda bomba que matou a menina Yeliz e sua prima Aysche Yilmaz, 14. A avó de Yeliz, Bahide Arslan, 51, morreu quando tentava salvar as garotas.

"Tais atos só poderiam ter sido cometidos por pessoas indiferentes ao destino das vítimas", disse Hermann Ehrich, que presidiu o corpo de cinco juízes, no tribunal de Schleswig (norte da Alemanha). O aspecto mais chocante, segundo ele, é que o segundo ataque ocorreu "no momento em que as primeiras vítimas já poderiam estar mortas nas chamas".

Peters pegou perpétua e Christiansen, por ter menos de 21 anos, foi condenado a dez anos de prisão (pena máxima) por homicídio e incêndio criminoso. Eles não demonstraram emoção alguma quando ouviram as sentenças. Seus advogados já apelaram, mas consideraram o julgamento justo e disseram que a apelação tem chances mínimas.

Editoria de Arte Folha Imagem



Postergarían el Retiro Judío

ISRAEL ENVIA MAS TROPAS CISJORDANIA PARA FRENAR

JERUSALEN, BONN y WASHINGTON, 8 (AP, EFE, ANSA y Reuter).— Israel anunció nuevos emplazamientos militares en territorios ocupados para evitar la violencia que se ha acrecentado últimamente.

Isaac Rabin, el primer ministro, dijo que prometió combatir la violencia con todas las fuerzas posibles, pese a vencerse la próxima semana el plazo para empezar el retiro de sus fuerzas.

La posibilidad de que los israelíes aplacen la retirada cobró mayor fuerza mientras se suscitan los enfrentamientos entre civiles palestinos y los soldados hebreos destacados en las zonas ocupadas.

Warren Christopher, que se halla en El Cairo, declaró que EE.UU. no se opondría a que el retiro comenzará después, vistas las situaciones que crea víctimas de palestinos y judíos.

Yasser Arafat entre tanto, lanzó desde Bonn, un llamado a Israel para que cumpla los plazos acordados.

En una rueda de prensa celebrada hoy, miércoles, en Bonn, Arafat aseguró que esta fecha debe cumplirse porque las partes implicadas en el preacuerdo de paz (israelíes y palestinos), tienen un compromiso con los patrocinadores del proceso de paz en Oriente Medio, que además de los presidentes de EE.UU., Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, es —en definitiva— el mundo entero.

Sobre el futuro de Jerusalén, el dirigente palestino negó que esta cuestión haya estado excluida del principio de acuerdo firmado el 13 de setiembre en Washington, aunque admitió que el estatuto definitivo de la Ciudad Santa se decidirá en un margen de tres años a partir de la aplicación del documento.

A las voces críticas que no consideran posible una convivencia pacífica en Jerusalén de tres comunidades religiosas, Arafat replicó con optimismo que si esto ha sido posible durante siglos, también lo podrá ser en el futuro.

"Durante siglos dos Estados han compartido a Jerusalén como capital, y yo confío en que esto es posible. Ahora, eso sí, no quiero un muro de Berlín", precisó el líder de la OLP.

Arafat aprovechó su comparecencia ante la prensa para expresar nuevamente su agradecimiento al Gobierno y al pueblo alemán por el apoyo prestado al pueblo palestino.

De su reunión celebrada anoche con el canciller federal, Helmut Kohl, el dirigente palestino salió con la firme promesa de que junto al resto de sus socios comunitarios, Bonn apoyará con todas sus fuerzas, tanto política como económicamente, el proceso de paz en Oriente Medio.

La República Federal de Alemania se ha comprometido en este año ya a donar 33 millones de marcos (alrededor de 19.400 millones de dólares) para la reconstrucción de los territorios palestinos, y la cooperación técnica aumentó en 1993 de 8,7 a 15 millones de marcos (de 5 a 8,8 millones de dólares).

Yaser Arafat comenzó hoy, miércoles, su última jornada oficial en Alemania con un desayuno de trabajo con el ministro de Cooperación Económica, Carl-Dieter Spranger, con el que trató de las ayudas germanas al proceso autonómico palestino.

Spranger prometió que Alemania seguirá su apoyo activo a la construcción de un Estado palestino, ayuda que se concentrará por el momento en proyectos administrativos y educación, así como para el abastecimiento de agua.

POCO LEGIBLE

A GAZA Y VIOLENCIA

Xenofobia en Argelia

Un empleado británico fue liquidado a tiros anoche por dos desconocidos y con él ya suman once los extranjeros asesinados en Argelia desde setiembre último.

Argel (Ansa)

Malcolm David Vincent, 41 años, técnico de computación, murió en el trayecto al hospital después de haber sido gravemente herido en una estación de servicio cercana a Arzew (Argelia occidental), donde había detenido su automóvil para cargar gasolina.

Según la agencia oficial argelina APS, los dos individuos hirieron también a un dependiente de la gasolinera y huyeron en el coche de Vincent.

Pocas horas antes fue asesinado el francés Marx Barbot de 67 años, en Larbaa a 20 kilómetros de Argel. El jueves último mataron a un comerciante español que circulaba por la carretera Orán-Annaba; al día siguiente resultó herido un comerciante italiano cerca de Constantina y el sábado mataron a una joven rusa -casada con un argelino y madre de tres niños- que hacía sus compras en un mercado de Argel.

Estos atentados son atribuidos al Grupo Islámico Armado, una organización integrista que a mediados de noviembre último amenazó con matar a los extranjeros residentes en Argelia si no se iban antes del día 30 del mismo mes.

Pero en medios policiales se considera que podría tratarse de diferentes grupos de fanáticos musulmanes que abrazaron el camino del terrorismo desde enero de 1992, cuando las autoridades anularon las elecciones generales en que había resultado vencedor el opositor Frente de Salvación Nacional (FIS), integrista.

En los casi dos años trascurridos, en Argelia perdieron la vida 1.700 personas en acciones violentas atribuidas a militantes islámicos.

Numerosos extranjeros abandonaron el país en las últimas semanas y el ministro de exteriores de Francia, Alain Juppé, insistió hoy en pedir a todos que regresen, a menos que su presencia en territorio argelino sea esencial.

Dois estrangeiros são assassinados na Argélia

Das agências internacionais

Um francês e um britânico foram assassinados anteontem na Argélia, elevando para quatro o número de estrangeiros mortos desde a meia-noite de terça-feira da semana passado, prazo dado pelos fundamentalistas islâmicos para que todos não-argelinos deixassem o país. Desde 21 de setembro, 11 estrangeiros foram mortos em atentados atribuídos oficialmente a militantes fundamentalistas islâmicos.

O aposentado francês Max Barbot, 67, foi encontrado morto a tiros nas dependências da empresa para a qual havia trabalhado, em Larbaa (20 km ao sul de Argel). Barbot vivia na Argélia desde 68.

Poucas horas depois, o britânico Malcom David Vincent, 41, foi assassinado em Bettiwa, cidade próxima a Arzew, base de exploração de petróleo na região oeste da Argélia. Segundo a polícia, ele se recusou a entregar seu carro a um grupo de agressores.

Um funcionário do Ministério das Relações Exteriores da Argélia foi morto quando saía de casa em Argel. Em Ued Fodda, 180 km da capital, oito pessoas de uma mesma família foram assassinadas dentro de casa.

Em Paris, o ministro das Relações Exteriores da França, Alain Juppe, reafirmou a recomendação do governo francês para que os seus cidadãos deixem a Argélia.

Nº. DOCUMENTO 9400 349
TITULO Atentado xenófobo en Nueva York.
PROCEDE 150538
FECHA 9/12/93
VINCULA 10204 xen - 65890 EU

Ódio racial motivou crime em Nova York

FERNANDA GODOY
De Nova York

O ódio racial foi a motivação do atirador que matou 4 pessoas e deixou 25 feridas —2 em estado crítico— anteontem à noite, em um trem da ferrovia de Long Island (Estado de Nova York). A polícia encontrou nos bolsos de Collin Ferguson, 35, anotações que indicam seu ódio aos brancos, asiáticos e "negros conservadores". Ferguson, nascido em Kingston (Jamaica), é negro, solteiro e estava desempregado.

Segundo o chefe da polícia do Condado de Nassau, Donald Kane, as mesmas anotações indicam que o criminoso decidiu "poupar a cidade de Nova York por respeito ao prefeito David Dinkins". O prefeito é negro e, aparentemente, Ferguson não quis que ele fosse prejudicado por um crime de motivações raciais. Ferguson pegou o trem em Nova York e seguiu até Long Island, começando a disparar ao se aproximar da estação de Merillon Avenue.

Segundo a polícia, o assassino não possui antecedentes criminais nem de doença mental ou uso de drogas. Ele foi detido logo após o ataque por três passageiros, que o derrubaram no chão, e um policial de Long Island. Segundo a polícia, ele disparou, durante cerca de três minutos, pelo menos 30 tiros com uma pistola 9 mm e ainda tinha mais de 100 balas.

9400349

Nº DOCUMENTO 94 00 350
TITULO Escuadrones de la muerte de El Salvador.
PROCEDENCIA /50090
FECHA 9/12/93
VINCULADO 11140526.
65890 E.U.
507591 E.S.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

El Salvador

INVESTIGARAN «ESCUADRONES DE LA MUERTE»

DPTO. II (EXTERIOR) 21/1/94 NZ FICHADO

La comisión especial que investigará en El Salvador a los ultraderechistas «escuadrones de la muerte» quedó constituida ayer, informó la Misión de Observadores de la ONU en el país (ONUSAL).

Un comunicado de la ONUSAL señala que la comisión estará formada por los juristas salvadoreños José Leandro Echeverría y Juán Jerónimo Castillo, en representanción del Gobierno; el procurador de Derechos Humanos, Mauricio Molina Fonseca, y el director de la División de Derechos Humanos del organismo internacional, el peruano Diego García-Sayán.

Según la fuente, el secretario general de la ONU, Butros Gali, anunció la creación de la comisión, la cual «tiene una identidad institucional y su propóstio es ayudar al Gobierno a aplicar las recomendaciones de la Comisión de la Verdad en el sentido de que se emprenda una investigación a fondo de grupos armados ilegales».

La Comisión de la Verdad, creada en los acuerdos de paz suscritos en 1992 por el Gobierno y la antigua guerrilla, investigó los crímenes políticos cometidos durante la pasada guerra y recomendó la investigación de los «escuadrones de la muerte».

La comisión, que tendrá un mandato de seis meses, investigará «las actividades de grupos armados ilegales a partir del 16 de enero de 1992, fecha de la firma de la paz».

Según el informe de la ONUSAL, las facultades que tendrá la comisión serán «organizar, conducir y supervisar a un equipo de investigación técnico-científico integrado por profesionales nacionales y extranjeros de probada competencia, imparcialidad y respeto a los derechos humanos».

Además, deberán «presentar al presidente de la República y al secretario general de las Naciones Unidas un informe con conclusiones y recomendaciones que será público».

Oficiales norteamericanos adiestraron escuadrones de la muerte en El Salvador

Washington (ANSA)

■ Consejeros militares norteamericanos adiestraron hasta fines de 1990 a entre 50 y 60 ciudadanos salvadoreños de acomodada posición, con vínculos muy estrechos con los temidos escuadrones de la muerte liderados por Roberto D'Aubuisson.

La actividad de "consultoría" continuó también en una época en la que las tensiones de la guerra fría se habían alejado, y la administración Bush había lanzado una serie de iniciativas de paz en América Central.

Así lo demuestran algunos documentos del Departamento de Estado recientemente divulgados, obtenidos por el Archivo Nacional de Seguridad y por el Centro para la Política Internacional, dos fundaciones privadas de Washington.

"Mis peores temores, escribía en un cablegrama de octubre de 1990 el embajador norteamericano en El Salvador, William Walker, se han confirmado. Oficiales norteamericanos adiestran semanalmente a unos 60 ricos salvadoreños autodenominados Los Patriotas".

El embajador definía a Los Patriotas como "un grupo de aventureros y jóvenes extremistas, que brindan una cobertura a las actividades de los escuadrones de la muerte".

Las tropas norteamericanas llegaron a El Salvador en los años 80, para sostener al gobierno en su lucha contra la guerrilla de izquierda, y los documentos publicados ayer por el New York Times son los primeros en relacionar a esos oficiales con las bandas homicidas de la extrema derecha

9400350

01-01

Nº DOCUMENTO 9400351

TITULO Enfrentamientos entre islamitas en Argel

PROCEDENCIA 150090

FECHA DE PROCEDENCIA 10/12/93

VINCULACIONES 118477 I

507472 ARGELIA

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Fundamentalismo: Enfrentamientos Graves en Argelia

ARGEL, 25 (AP).— Seis militantes y cinco policías murieron en enfrentamientos violentos en el más reciente acto de violencia atribuida a los insurgentes fundamentalistas que libran desde hace dos años una campaña contra el gobierno respaldado por militares, informaron funcionarios.

Presuntos militantes mataron a los cinco oficiales e hirieron a otros dos en una emboscada el jueves, cuando los policías se trasladaban en dos vehículos en la ciudad costera oriental de Annaba, cerca de la frontera con Túnez, informó el diario Alger Republicain.

Fuerzas de seguridad informaron que mataron a cinco militantes entre el miércoles y ayer en la ciudad occidental de Tiaret y la oriental de Boumerdes. Agregaron que un poblador había matado a un militante que intentó robarle su fusil de caza el jueves, cerca de Tizi Ozou, al este de Argel.

Entretanto, el gobierno, que en enero mantendrá conversaciones con la oposición, ha elaborado una propuesta sobre una administración de transición para un período de tres años, con miras a la realización de elecciones. Los partidos de la oposición han reclamado que la votación se lleve a cabo antes.

Por otra parte, el gobierno enfrenta crecientes presiones para que introduzca reformas democráticas y económicas. El régimen de mano dura no ha logrado sofocar la violencia, que ha dejado 2.000 muertos desde que estallara al anularse las elecciones de enero de 1992, en que los fundamentalistas se perfilaban como triunfadores.

Asimismo, 23 extranjeros fueron asesinados desde que en setiembre empezó la campaña fundamentalista contra los foráneos en Argelia, causando un éxodo de técnicos y expertos que el gobierno necesita para afianzar la vacilante economía.

El organismo oficial denominado Comisión sobre el Diálogo Nacional formulará su propuesta durante la Conferencia Nacional prevista para el 25-26 de enero con miembros de la oposición, antes que el 31 de ese mes se forme un nuevo gobierno.

Esa administración estará encabezada por una "presidencia estatal" integrada por un presidente y dos vicepresidentes, en reemplazo del actual Alto Comité Estatal de cinco miembros.

El plan contempla también un Consejo Nacional de Transición de 180 miembros, formado por representantes del gobierno, de partidos políticos, de grupos económicos y sociales, e individuos independientes.

Sangrientos enfrentamientos entre islamistas en Argel

■ Con su saldo de 29 muertos, la víspera fue la jornada más sangrienta desde que comenzaron los enfrentamientos entre las fuerzas del orden y los islamistas de Argelia, hace ya dos años, según información proporcionada por la Policía. Además de una emboscada contra una patrulla policial en Sidi Moussa (sudeste de Argel), que dejó 10 muertos (8 agentes del orden y dos civiles) y de un ataque de un grupo islamista durante un almuerzo, cerca de Ch'lef (oeste de Argel), que dejó 8 muertos, las fuerzas del orden anunciaron que mataron a 11 islamistas en diversos puntos del territorio.

Por otra parte, los servicios de seguridad señalaron el arresto de 11 islamistas involucrados directamente, según el comunicado, en el asesinato de dos oficiales instructores rusos en Laghouat, 400 km al sur de Argel, el 19 de octubre pasado. Una rusa casada con un argelino también fue muerta el domingo pasado en Argel. El Ministerio de Relaciones Exteriores ruso se adelantó a varias capitales occidentales y anunció la repatriación de las familias de sus diplomáticos en Argelia. Hace tres semanas, la Embajada de Rusia recomendó salir del país a los rusos que viven en Argelia y cuya presencia no es indispensable. Los 8 policías muertos en Sidi Moussa trataban de poner orden en una fila de clientes que esperaba una entrega de sémola, un producto básico que comenzó a desaparecer recientemente de los almacenes. Esos policías fueron acribillados a boca de jarro por un grupo de 10 hombres armados que surgieron de la multitud. Al terminar la carnicería desaparecieron, llevándose las armas de sus víctimas. Dos civiles murieron en el atentado.

9400351

01-01

Los escuadrones de la muerte asesinan a un líder del FMLN

El ex comandante de la antigua guerrilla salvadoreña Mario López murió ayer en un hospital de San Salvador mientras era intervenido quirúrgicamente tras ser tiroteado junto con un guardaespaldas, que resultó herido, por tres desconocidos. Este es el tercer dirigente del ahora partido Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN) que es asesinado en poco más de un mes en El Salvador, donde el miércoles se constituyó una comisión especial para investigar a los "escuadrones de la muerte", a quienes los ex guerrilleros achacan esas muertes.

Un dirigente del FMLN, Miguel Sáenz, declaró que su organización exige una investigación inmediata y espera que la Misión de Observadores de la ONU en El Salvador (ONUSAL) esté presente en todas sus fases para que tenga la debida credibilidad y confianza. "Ojalá no se vaya a salir con que (el asesinato de López) se trató de un robo de auto frustrado o que es una cuestión delictiva", agregó Sáenz. Roberto Roca, también dirigente del FMLN, declaró a la prensa que su compañero López, de 53 años, no pudo superar la intervención quirúrgica a la que fue sometido tras el atentado.

El ataque se produjo en una calle del barrio San Miguelito, en el norte de San Salvador, cuando el dirigente asesinado se dirigía a visitar a uno de sus hijos. Debido a la gran pérdida de sangre, explicó Roca, López sufrió un paro cardíaco y los médicos no pudieron reanimarle.

Mario López, miembro de la Comisión Política y del Consejo Nacional del FMLN, trabajaba como catedrático de la Facultad de Economía de la Universidad de El Salvador y era alto dirigente del Partido Revolucionario de los Trabajadores Centroamericanos (PRTC), uno de los cinco grupos que integraban la antigua guerrilla.

Nº DOCUMENTO 94 00 353
TITULO Actividad relacionada a los vascos en ROU.
PROCESO 150090
FECHA 11/12/93
VINCULACI 11213
501410 ETA
507513 ESP
507466

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

DPTO. II (EXTERIOR) 24/1/94 NZ FICHADO

«Porque la voluntad de los hombres es efímera, pero la de los pueblos permanece»

«GORA EUSKADI ASKATUTA»

Con esas palabras finaliza el mensaje que desde Cárcel Central hicieran llegar a los manifestantes que reclamaron, en el Día Internacional de los Derechos Humanos y la Solidaridad entre los Pueblos, cuyo texto nos fue imposible publicar ayer.

Los presos políticos vascos detenidos en Cárcel Central queremos expresaros nuestro agradecimiento por esta nueva muestra de solidaridad».

«Somos concientes de que vuestro apoyo ha sido fundamental para la liberación de nuestros compañeros y confiamos que dicho apoyo continúe hasta reencontrarnos libremente en esta Plaza tan significativa para el Pueblo Uruguayo».

«Deciros también que la iniciativa de acogernos en vuestras familias en las próximas fiestas navideñas demuestra una vez más que a los vascos detenidos el Pueblos Uruguayo nos ha dado el silo de hecho, lo cual nos ha conmovido profundamente».

«Gracias Uruguay -Eskerrik Asko- Jesus Ma.Goitia, Mikel Ibañez y Luis Ma.Lizarralde»

DESDE EUSKADI
COMUNICADO DE LA ASOCIACION DE FAMILIARES DE PRESOS

La SENIDEAK (Asociación de Familiares de Presos, Refugiados y Deportados Políticos Vascos) también hizo llegar desde el País Vasco un comunicado de solidaridad.

«Hoy es un día señalado, lleno de simbolismo y de actualidad. Pero para nosotros, la defensa de los Derechos Humanos es una cuestión diaria, por encima de fechas y celebraciones, porque día a día nos estamos enfrentando a las injusticias y arbitrariedades que se cometen en el Estado español contra nuestros familiares. Hoy por hoy, el respeto de los derechos humanos es una asignatura que el gobierno español tiene pendiente».

«Son ya 15 años en los que, lejos de conducirse la política penitenciaria

CONVOCAN A ACTO DE APOYO A LOS VASCOS

La Comisión Uruguaya pr el asilo político a los ciudadanos vascos convocan al Pueblo Uruguayo a la concentración que tendrá lugar en Pza. Libertad el viernes 10 de diciembre de 1993 a las 10,30 hs. día INTERNACIONAL DE LOS D. HUMANOS demandando que los presos políticos Vascos pasen la próxima Navidad junto a sus familiares y amigos en libertad.

Asimismo la Comisión de apoyo a los exciliados vascos informó de la puesta en libertad del preso político Vasco Juán José Urrutia el día 30 de Noviembre.

En primera instancia la Justicia denegó su extradición porque los Tribunales determinaron que los delitos por los que era acusado no estaban comprendidos en el tratado de extradición vigente.

Sin embargo, Urrutia ha tenido que esperar 18 meses para su puesta en libertad. En conclusión, advertimos que el Estado Español obligaó a Uruguay a este largo proceso por delitos no extraditables demostrando la saña y persecución a que son sometidos los Vascos en todo el mundo.

¿ Quién devuelve los largos meses de prisión que incluyeron una huelga de hambre de 26 días ? , se preguntan lo informantes.

2? 3/12.

9400353

01-03

Manifestantes reclamaron ayer la inmediata libertad de Goytía, Ibáñez y Lizarralde

"El pueblo uruguayo ya nos ha dado el asilo", dijeron los familiares de los vascos detenidos en nuestro país

* "Por una navidad sin presos políticos vascos", fue la consigna coreada por los participantes de la demostración
* "El respeto a los derechos humanos es una asignatura que el gobierno español tiene pendiente", aseguraron los familiares de los detenidos



Más de medio millar de uruguayos y familiares de los vascos exigieron la libertad de los últimos detenidos

■ Bajo la consigna "por una Navidad sin presos políticos vascos", alrededor de medio millar de manifestantes se congregaron ayer a las 19:30 horas en la Plaza Libertad, emprendiendo luego una marcha hacia la Cárcel Central, donde permanecen aún detenidos Jesus Goytía, Mikel Ibáñez y Luis María Lizarralde, los tres ciudadanos vascos que del grupo inicial que fueron detenidos hace 19 meses por haber sido acusados de mantener vinculaciones con la ETA aún permanecen recluidos.

Entonando enérgicamente consignas de apoyo a la causa del pueblo vasco, en favor de la liberación de los detenidos, contra la extradición y en favor del asilo político, la caravana se dirigió por 18 de Julio hasta Jefatura, donde se hallaba apostado un triple cordón de seguridad policial. De todos modos, los manifestantes permanecieron algunos minutos frente al edificio de la Cárcel coreando su adhesión a los tres prisioneros.

En la Plaza Libertad, antes de iniciar la marcha, se dio lectura a tres proclamas, una de la Comisión Uruguaya por el Asilo Político a los Vascos, otra enviada desde *Euskadi* por la Asociación de Familiares de Presos, Refugiados y Deportados Políticos Vascos, y otra remitida desde Cárcel Central por los tres detenidos.

La proclama de la Comisión fue leída por una integrante de la misma, y sostenía que "luego de pasado el efecto ocasionado por una huelga de hambre de 26 días de duración y tras la liberación la semana pasada de dos de los vascos detenidos, la Comisión considera que el nudo del problema político que nos ocupa continúa sin resolverse, con el agravante de que dos de los detenidos tienen concluido su proceso ante el Poder Judicial, y habiéndose solicitado su excarcelación continúan inexplicablemente presos".

"Ante esta situación —decía la declaración—, y con el objetivo de llegar a una Navidad sin presos políticos, saludamos con alegría la iniciativa de un grupo importante de familias uruguayas que han decidido invitar a su mesa navideña a un represaliado vasco por familia. Nuestra máxima aspiración ante tan solidaria iniciativa es que en estas navidades no queden tres sillas vacías en el seno de tres familias uruguayas".

La misiva enviada desde Euskadi, que fue leída por un miembro de la Asociación de Familiares de Presos, Refugiados y Deportados Políticos Vascos, afirmaba que "la defensa de los derechos humanos es una cuestión diaria por encima de fechas y celebraciones, porque día a día nos estamos enfrentando a las injusticias y arbitrariedades que se cometen en el Estado español contra nuestros familiares".

Agregaba que "hoy por hoy, el respeto de los derechos humanos es una asignatura que el gobierno español tiene pendiente", y que "son ya 15 años en los que lejos de conducirse la política penitenciaria hacia parámetros respetuosos con la dignidad de las personas, se ha llegado hacia planteamientos degradantes y negativos para el preso, con el único objetivo de sacarle un miserable beneficio político al sufrimiento humano".

Por último, se agradecía "a todos los que hoy estáis aquí y a toda la sociedad uruguaya en general, al ser protagonista de esa lucha y hacer de la defensa de los derechos humanos un compromiso colectivo y diario. Desde el país vasco agradecemos a las doscientas familias ese abrazo e invitación a nuestros compatriotas en su lucha por una Navidad sin presos políticos vascos en Uruguay", concluía la misiva.

"EL PUEBLO URUGUAYO NOS HA DADO EL ASILO DE HECHO"

Por último, la carta enviada por Goytía, Ibáñez y Lizarralde, que fue leída por su compañera liberada Delgado Iriondo, expresaba el agradecimiento "por esta nueva muestra de solidaridad". "Somos conscientes de que vuestro apoyo ha sido fundamental para la liberación de nuestros compañeros y confiamos en que dicho apoyo continúe hasta reencontrarnos libremente en esta plaza tan significativa para el pueblo uruguayo. Queremos deciros también que la iniciativa de acogernos en vuestras familias en las próximas fiestas navideñas demuestra una vez más que el pueblo uruguayo nos ha dado el asilo de hecho, lo cual nos ha conmovido profundamente", finalizaba.

Un reclamo de todos los uruguayos, de todos los partidos

Navidad sin presos políticos vascos

Situados ya casi a las puertas de la campaña electoral, el gobierno uruguayo debe estar maldiciendo la hora en que, empujado por el espejismo de unas docenas de ambulancias y patrulleros, se lanzara a la triste aventura de cazar a un grupo de ciudadanos vascos. Los casi veinte meses transcurridos desde aquella redada han dejado al descubierto la sumisión de la Administración Lacalle la "cooperación" española y la falta de argumentos jurídicos para mantener el interminable cautiverio. Para buena parte de la comunidad, por el contrario, ha sido un hermoso aprendizaje de solidaridad y compañerismo.

Si el Juez Penal de 2º Turno, Alfredo Gómez Tedeschi, no lo remedia, Jesús Goitia, Mikel Ibáñez y Luis Mari Lizarralde pasarán las fiestas en el quinto piso de Cárcel Central. Sería en verdad un acto de mínima justicia devolverlos a la calle, tras diecinueve meses de arresto preventivo de dudosa legalidad. Ibáñez y Goitia tienen concedida la extradición en segunda instancia y la Suprema Corte de Justicia rechazó el recurso de casación, por lo que puede afirmarse que sus juicios de extradición están prácticamente concluidos. Razón de más para que sean puestos en libertad hasta que finalice el proceso que les sigue la Justicia uruguaya por falsificación de documentos. Ambos han firmado la petición de libertad condicional, pero Gómez Tedeschi sigue empeñado en mantenerlos en prisión, ante la eventualidad de que se fuguen antes de que finalice la causa uruguaya y puedan ser embarcados rumbo a Madrid. Por su parte, Luis Mari Lizarralde está pendiente del fallo de alzada, ya que la Justicia ha concedido su extradición en primera instancia.

Entre julio y principios de diciembre fueron recobrando la libertad Josu Láriz, Pedro Gómez, Agurtzane Delgado, Juan José Urrutia y Amaia Araquistain, después de una huelga de hambre de 27 días y numerosas movilizaciones populares en favor de su libertad, y en medio de las enérgicas presiones del gobierno español. El 23 de noviembre, el Ministerio de Relaciones Exteriores español enviaba una *"nota verbal"* a la Embajada uruguaya en Madrid, afirmando que la demora en la concesión de las extradiciones contraviene el Tratado de Cooperación que implicaba para nuestro país unas 200 ambulancias y préstamos para refacciones hospitalarias y para el Ministerio de Defensa. Saltaba así, por primera vez de forma "oficial", el verdadero motivo del celo puesto por el gobierno uruguayo en la persecución de los vascos. El argumento utilizado por la Comisión por el Asilo, en el sentido de que se estaban intercambiando patrulleros por vascos, se veía confirmado de tal modo por los propios interesados. Con razón el diario madrileño **ABC** aseguraba que de ahora en más se iba a enlentecer la concesión de los préstamos concedidos a Uruguay. La nota de réplica con que el gobierno de Lacalle pretende dar por zanjado el tema no aborda los puntos centrales del contencioso, que se resolvería con la devolución de los patrulleros y las ambulancias, única forma de dejar a salvo la dignidad nacional.

Detrás quedaban toda una serie de irregularidades que se constataron a lo largo del proceso: la detención, fichaje e interrogatorio a menores, hijos de los detenidos; la participación de policías españoles en los allanamientos y en los interrogatorios; el requisamiento de dinero y pertenencias que aún siguen depositados en el Juzgado de 9º Turno. El fiscal Langón, en declaraciones a **Canal 4**, daba ya por sentado que las extradiciones se cumplirían, adelantándose a la finalización de la causa.

De poco han valido las constantes denuncias realizadas por Amnistía Internacional sobre la violación de los derechos humanos en las cárceles españolas y la constatación de que la tortura es una práctica permanente en las comisarías. La muerte de tres detenidos en Bilbao y Madrid en los meses de agosto y setiembre y la constatación de que habían sufrido torturas, recogidas por toda la prensa española, no merecieron ser tenidas en cuenta por la Justicia uruguaya. La negativa de la Justicia belga a conceder la extradición de una pareja de ciudadanos españoles y la solicitud realizada por el Comisario General para los Refugiados del gobierno de Bruselas, de otorgarles el estatuto de refugiados, tampoco mereció la atención de los jueces uruguayos. Más aun, tratándose de un gobierno que, pese a compartir sus intereses comunitarios con el español, reconoce que en España se producen constantes violaciones de los derechos humanos. El precedente belga bien merecería haber sido tomado en cuenta, ya que Uruguay también es signatario de la Convención de la ONU sobre Derechos Humanos, que en definitiva fue uno de los argumentos esgrimidos por la Justicia de aquel país.

La visita realizada a Cárcel Central durante la huelga de hambre por un grupo de parlamentarios pertenecientes a los cuatro partidos políticos uruguayos permitió al diputado Daniel Díaz Maynard asegurar que *"todos los partidos estamos de acuerdo en que se les conceda el asilo"*, y así se lo dijo al subsecretario de Relaciones Exteriores José María Gamio, la delegación que le visitó en la entrevista mantenida el pasado 17 de noviembre. Los esfuerzos por encontrar una salida a la situación chocaron una y otra vez con la negativa de las autoridades uruguayas a conceder el asilo; a lo que se ve, son más proclives a atender las presiones del gobierno español que los reclamos de los partidos y de la ciudadanía uruguaya. Toda una tradición de la que nuestro pueblo se enorgullece puede resultar enterrada por unas docenas de patrulleros y ambulancias.

El levantamiento de la huelga de hambre y la libertad concedida a principios de diciembre a Juan José Urrutia y Amaia Araquistain, abrieron un resquicio de esperanza que podría verse confirmado si antes del comienzo de la Feria Judicial, o sea antes del próximo jueves, se concretara la libertad de Goitia e Ibáñez, desde que ya no existe ningún motivo para su denegación. A no ser que el juez Gómez Tedeschi se abone a la ridícula tesis de que existe riesgo de que ambos huyan ante la inminencia de la extradición. Quedaría entonces solo por considerar el caso de Lizarralde, pendiente del nombramiento del quinto juez capaz de desempatar la igualdad que impide la resolución en segunda instancia.

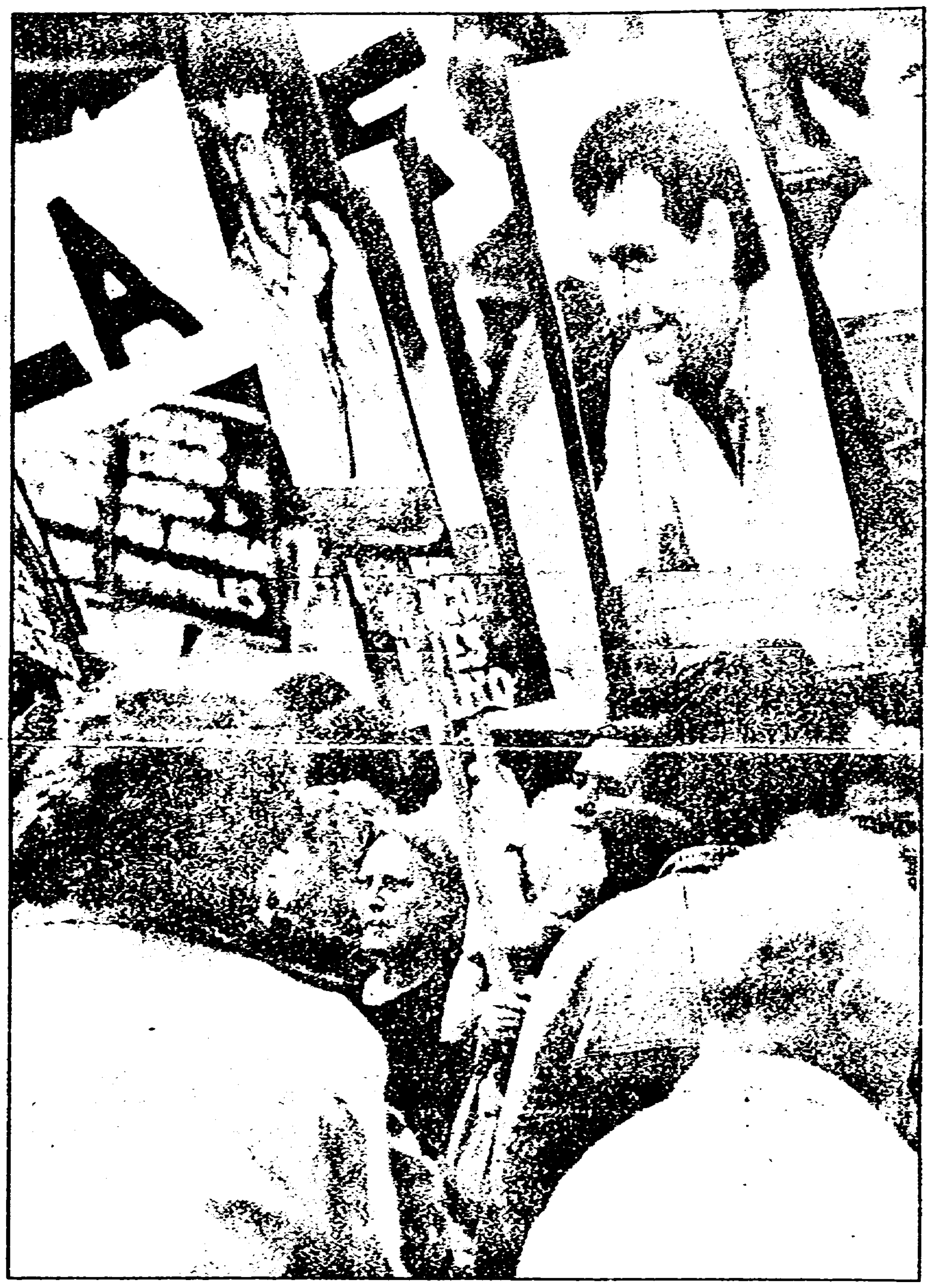


Foto de Rolando W. Sasso

En todo caso, y mucho más allá de la definitiva resolución de la Justicia uruguaya, los casi veinte meses transcurridos desde que en mayo de 1992 un impresionante operativo policial detuviera a 24 personas, el caso de los ciudadanos vascos deja una larga retahíla de enseñanzas para ser tenidas en cuenta. Por un lado, las ya comentadas de la subordinación de nuestro gobierno a unos mezquinos intereses económicos. A lo que habría que agregar la mentirosa campaña desatada por la policía española sobre la "peligrosidad" de los detenidos, que luego la Justicia no fue capaz de probar. Puede resultar un buen ejercicio retrotraerse veinte meses atrás para constatar la histérica campaña de prensa orquestada por los partidarios de una extradición rápida, que daba por juzgados ya a los vascos, antes de iniciarse el proceso. Por no hablar de la insostenible tesis del juez que argumentaba que el derecho a la vida se antepone a cualquier causa política, olvidando que en nuestro propio suelo, la vida ha sido apartada a un lado por la ley de caducidad.

Repasando la crónica de estos veinte meses, no deja de sorprender la enorme capacidad de la Comisión por el Derecho al Asilo y de amplios sectores del pueblo uruguayo por abrirse camino en medio de tanta mentira enhebrada por poderosos intereses. El trabajo realizado en pos de desmontar las acusaciones injustificadas, la paciente labor informativa que permitió un mayor conocimiento de la realidad del pueblo vasco y la búsqueda de apoyos institucionales y políticos, fructificaron en una amplia campaña de solidaridad. Ni un solo día los detenidos dejaron de contar con esa solidaridad, que se expresó en múltiples acciones, desde la recolección de veinticinco mil firmas hasta la realización de multitudinarias marchas hasta la Cárcel Central.

Con motivo de las fiestas, esa solidaridad se multiplicó, y doscientas familias uruguayas están dispuestas a recibir en su mesa navideña a los ciudadanos vascos, expresando una forma de adhesión que no está dispuesta a bajar la guardia en ningún momento.

La comisión también convoca para el próximo jueves 23, a las 11 de la mañana, a una entrega masiva de paquetes navideños para los tres detenidos que aún continúan en Cárcel Central.

Todavía queda mucho trecho por andar. Ya se ha conseguido que diez personas queden en libertad, y es muy probable que los tres restantes la recuperen en los próximos meses. Si es verdad que *"la solidaridad es la ternura de los pueblos"*, cabe estar satisfechos con el trabajo realizado, a condición de no olvidar que el ejercicio solidario enriquece a quien lo realiza. En este caso, los compañeros vascos nos han aportado toda la generosidad y espíritu de sacrificio y de lucha de quienes, en condiciones más que difíciles, luchan por la supervivencia de su pueblo. Que no es poco.

Raúl Zibechi

03-03

9400353

Nº DOCUMENTO 9400354

TITULO Atentados varios en diciembre de Al-Jamaa.

PROCEDE 50090

FECHA 11/12/93.

VINCULADO 11847 TI

65841 EG.

514411 A-J-A-I

ENTRADO NZ

REVISADO NZ

Egipto

ATENTADO CONTRA UN CINE

Una persona resultó muerta y otras seis heridas, algunas de gravedad, cuando supuestos extremistas musulmanes dispararon anoche con ametralladoras contra los espectadores de un cine de El Cairo, indicó un portavoz de la policía.

En el cine de Heluán se proyectaba una de las más de cien películas extranjeras de las que se exhiben ahora en El Cairo, con motivo del Festival de cine inaugurado hace una semana. Los integristas musulmanes han criticado duramente tanto éste como todos los festivales celebrados anteriormente, por considerarlos "contrarios a las enseñanzas del Islam".

Egipto envuelto en la violencia

NUEVOS ATENTADOS INTREGRISTAS

Dos policías murieron ayer, a manos de presuntos integristas musulmanes en el tercer atentado contra las fuerzas de seguridad perpetrados en la provincias de Asiut en las últimas 24 horas, informaron fuentes de policía.

Los policías murieron en la aldea de Al Namaisa, provincia de Asiut, 380 kilómetros al sur de El Cairo, al ser atacados por tres hombres armados que les dispararon y huyeron tras apoderarse de sus armas.

Otras diez personas murieron en un atentado en la misma provincia, en el que murieron el general de brigada, Mohamed Kasem Tocima, el capitán de policía, Isa Karram, el teniente Basim Al Katib, y tres agentes de seguridad.

Egipto

ASESINAN CORONEL DE LA POLICIA

Un coronel de policía fue asesinado ayer, en El Cairo por presuntos integristas musulmanes, informaron fuentes de seguridad egipcias.

Varios desconocidos dispararon sobre el coronel Ahmad Chaalan con fusiles de asalto «Kalashnikov» cuando éste salía de su casa en el barrio cairota de Matareya, señalaron las fuentes.

Chaalan pertenecía a las fuerzas especiales de policía encargadas de luchar contra los grupos integristas, causantes de una ola de violencia en el país empezada en marzo de 1992.

Más de 240 personas, entre policías, civiles y los propios integristas, murieron en ataques con armas y explosivos tanto en la capital como en las provincias sureñas de Egipto, bastiones del integrismo, según fuentes oficiales.

Fuentes de policía sospechan de que el ataque contra el coronel Chaalan es un acto de venganza por la reciente ejecución de tres militantes de grupos integristas, condenados por haber «intentado derrocar al Gobierno por la fuerza».

● El Cairo - Un grupo fundamentalista musulmán se atribuyó la responsabilidad por un atentado con bombas que causó heridas a 16 personas, incluso a ocho turistas austríacos, dijo ayer el diario Al-Hayat.

Al-Gamaa al-Islamiya (Grupo Islámico) dijo que el ataque del lunes en el sector antiguo de El Cairo fue en venganza por la ejecución de activistas musulmanes, según informó el diario con sede en Londres. La declaración fue hecha en un facsímil enviado a la oficina de Al-Hayat en esta capital.

Egipto ha ejecutado en la horca a 27 extremistas musulmanes este año después de ser hallados culpables de pertenecer a grupos proscritos, de asesinato y de conspirar contra el Estado. *(AP)*

Dieciséis Heridos en Atentado Terrorista en Capital Egipcia

EL CAIRO, 27 (EFE).— Un total de 16 personas, entre ellas ocho turistas austriacos, resultaron heridas hoy, lunes, en un atentado perpetrado por presuntos integristas islámicos en el barrio más antiguo de El Cairo.

En un comunicado, el Ministerio egipcio del Interior señaló que el atentado tuvo lugar a las 08.30 hora local (06.30 GMT), cuando el autobús con 18 austriacos se encontraba a unos cien metros del Viejo Cairo.

Este es el lugar más antiguo de la capital egipcia, donde se encuentran los restos de una fortaleza romana, varias iglesias coptas y griegas y la famosa sinagoga de Ben Ezra.

El comunicado indicó que un joven terrorista lanzó una piedra contra el parabrisas del autobús, al parecer para detenerlo, pero el conductor no paró el vehículo y aceleró para huir de los atacantes, que lanzaron dos bombas y dispararon repetidamente con armas automáticas.

Uno de los artefactos estalló dentro del autobús y causó heridas a varias personas.

De acuerdo con el comunicado, entre los heridos figuran ocho egipcios que se encontraban en el lugar del ataque y que también fueron alcanzados por las explosiones.

Los heridos, dos de ellos graves, fueron trasladados al hospital de al Kasr Al Aini, según fuentes sanitarias.

Las Fuerzas de Seguridad egipcias bloquearon el barrio para intentar detener a los terroristas que, sin embargo, lograron burlar el cerco policial.

Ningún grupo extremista se ha atribuido hasta el momento el atentado, aunque las autoridades creen que fue perpetrado por los integristas musulmanes.

Una turista británica, un turco y un sueco murieron y decenas de turistas resultaron heridos, después de que los integristas empezaran a atacar, en setiembre de 1992, al sector turístico, que proporciona la tercera parte de los beneficios del país en divisas.

Otros cuatro extranjeros murieron el pasado otoño a causa de los disparos de un integrista que los atacó en un lujoso hotel de El Cairo.

El incidente de hoy es considerado el golpe más duro perpetrado contra el gobierno egipcio por parte de los extremistas, que intentan derrocarlo por la fuerza y establecer un régimen islámico.

Más de 250 personas han muerto en ataques terroristas desde que empezara la nueva ola de violencia en Egipto en marzo de 1992.

Cuatro policías murieron el domingo en la provincia de Asiut, sur de Egipto, considerada el principal bastión de los grupos extremistas.

Otras diez personas, entre ellas un general, murieron en un enfrentamiento con terroristas en la misma provincia, el pasado día 19.

El ministro egipcio del Interior, general Al Alfi, declaró hoy, que la lucha contra el terrorismo en el país continuará hasta la liquidación de los grupos extremistas.

9400354

01-01

Nº DOCUMENTO 9400355

TITULO Bélgica liberó a refugiados vascos.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 11/12/93

VINCULACIONES 11213 TM.
501410 ETA.
507513 ESP.
652805 BELGICA

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

DPTO. II (EXTERIOR) 21/1/94 NZ FICHADO

La Policía española registró las instalaciones del diario Egin

En Bélgica dejaron en libertad a los refugiados políticos vascos, detenidos hace seis meses

■ El Tribunal de Primera Instancia de Bruselas ordenó la inmediata puesta en libertad de los refugiados políticos vascos, Raquel García y Luis Moreno, que se encontraban detenidos en Bélgica desde el pasado mes de junio. La sentencia de la magistrada subraya que para tomar tal decisión se tuvo en cuenta el informe que obra en poder del Comisariado General para Refugiados, en el que se señala que en caso de ser extraditados a España no tendrían la posibilidad de un juicio justo.

La noticia motivó ayer un extenso informe en el diario vasco Egin, donde se afirma que fuentes judiciales aseguraron que la magistrada consideró [illegible] el tiempo que llevaban en prisión después de que el Comisariado General para Refugiados hubiera aceptado estudiar un informe de solicitud de asilo político. Según explicaron los abogados defensores —agrega el informe—, "el ministro de Justicia tenía que ponerlos en libertad, pues en caso contrario, el Estado belga tendría que pagar 50.000 francos por cada día de detención abusiva". El abogado representante del gobierno de Bélgica indicó además que "la sentencia del Tribunal de Primera Instancia es ejecutiva, por lo que no tiene mucho sentido que el ministro de Justicia belga interponga un recurso a la sentencia".

La información agrega que de todos modos el gobierno belga notificó a la prisión en la que se encontraban los refugiados vascos que su liberación no debía producirse mientras no se obtuviera la autorización del Ministerio de Justicia. Dice Egin que "al tiempo que trataban de ponerse en contacto con el Departamento de Justicia, los abogados defensores se mostraron escandalizados ante el intento del gobierno de prolongar la detención". Finalmente el Ejecutivo autorizó la liberación de los vascos pero interpuso un recurso contra la sentencia del Tribunal.

Luis Moreno y Raquel García fueron detenidos por la policía belga el 14 de junio de este año en Vilvoorde, al norte de Bruselas, por un mandato del 19 de mayo del juez español de la Audiencia Nacional, quien los acusaba de pertenecer a ETA. El matrimonio llegó a Bélgica un año antes y residía en la casa de un matrimonio vasco con la intención de trabajar en ese país.

Tras su arresto, ambos plantearon una demanda de asilo político que fue rechazada en primera instancia el pasado 23 de setiembre por la Oficina de Extranjeros, al haber sido presentada fuera de plazo. Esta cuestión, entre otras, motivó que el pasado 29 de noviembre el gobierno español formulara una reserva general a la legislación sobre el derecho de asilo en la Unión Europea.

Una vez dictada la sentencia del Tribunal, Luis Moreno y Raquel García tendrán la obligación de inscribirse en alguna comuna de la provincia de Brabant y deberán esperar la decisión del Comisariado General para Refugiados y Apátridas sobre si se les concede o no el estatuto de refugiado político, lo que podría demorar entre 15 o 20 meses.

LA POLICIA ESPAÑOLA REGISTRO LA REDACCION DEL DIARIO EGIN

En una acción que fue denunciada por el propio diario vasco, el miércoles fueron tomadas las instalaciones de Egin en Hernani y Bilbo por un desmesurado despliegue policial en base a un requerimiento judicial del juez Carlos Bueren, por el que se instaba a los agentes judiciales a proceder al registro y requisa de documentación archivada en cuatro despachos del mencionado periódico.

La requisitoria del juez de la Audiencia Nacional relacionaba la incautación de documentos al refugiado político vasco Carlos Almorza Arrieta, con determinados informes elaborados por la empresa Ikeresa, con la que Egin ha mantenido relaciones comerciales. El rotativo denunció en su edición del jueves que la acción judicial vino acompañada de un exagerado despliegue de agentes de Ertzaintza, cuyo mando se negó en todo momento a identificarse, mostrando una actitud "prepotente, grosera y chulesca".

A LA OPINION PUBLICA

Con motivo de este acontecimiento, Egin publicó el jueves en su página 3 un manifiesto titulado "A la opinión pública" que a continuación transcribimos textualmente:

"La libertad de expresión e información son bienes en sí mismos. Los intentos de criminalización y cierre de un medio de comunicación sólo pueden ser entendidos como un ataque frontal a los derechos de los ciudadanos/as, y un medio de comunicación solamente puede ser prohibido y eliminado por la fuerza, contra la voluntad de sus numerosos lectores/as y oyentes.

Egin es expresión de una corriente de opinión que existe realmente en Euskal Herria, con una línea editorial caracterizada por la defensa de los sectores populares, y es un diario perfectamente legal que nunca ha sido secuestrado bajo la legislación vigente en sus dieciséis años de existencia (excepto el día en que publicó extractos de "El libro Rojo de Cole").

El camino trazado contra Egin mediante los hechos acontecidos estos días puede acabar en una situación en la que resulten perjudicados los derechos fundamentales de cualquier ciudadano/a.

Llamamos la atención de la opinión pública ante una actitud institucional que sólo puede ser considerada como un atentado a los derechos de los ciudadanos/as, un atentado, en definitiva, a la información y expresión en Euskal Herria.

Por todo ello, llamamos a una actitud activa por parte de la ciudadanía en defensa de Egin, proponiendo como primera medida la adhesión de firmas a este manifiesto:

Las personas que firman este manifiesto son: Alfonso Sastre, Isabel Etxeberria, Alicia Sturtze, Amaia Zubiria, Sabino Cuadra, José Luis Alvarez Enparantza, José Mari Esparza, Rafa Castellano, Iñaki Beracategi, Carlos Yuste, Jon Maia, Teresa Del Valle, Joseba Macías, Iñaki Antiguedad".

DOC. POCO LEGIBLE

01-01

9400355

SE ACERCA LA FECHA CLAVE Y PERSISTEN LAS DIFERENCIAS

Incertidumbre en Gaza y Jericó

KHAN YUNIS, Franja de Gaza, 10 (EFE y de "The Washington Post", especial para Clarín). — Confusión, miedo y suspicacia: son los sentimientos de los casi 900.000 habitantes de la franja de Gaza, quienes esperan el retiro de las tropas israelíes estipulado entre la OLP e Israel para el lunes 13.

En el lugar donde hace seis años nació la "intifada" contra la ocupación israelí, muchos anhelan hoy levantarse y no ver ni a un soldado. El sueño colectivo es la paz, aunque los fanatismos no hayan desaparecido.

El palestino Khalil Aram nunca pensó que su hijo Basam fuera un héroe o un asesino. Sin embargo, el viernes vio a Basam acuchillar a su empleador judío; luego sintió el arma en su propia rodilla, cuando acudió para ayudar al judío agonizante. Basam y otros dos adolescentes robaron el arma del herido y huyeron.

El ejemplo explica la frustración, la furia y el temor que se expandieron con violencia por las tierras ocupadas, que las negociaciones intentan liberar. La sangre corrida provoca dudas acerca del futuro de paz.

Las mezquitas de la franja de Gaza fueron pintadas en los últimos días. "La nueva guerrilla palestina (representada por el llamado Grupo de Venganza de la Unión Nacional) seguirá matando a los ocupadores judíos y a los soldados israelíes hasta que el último se haya ido de nuestras tierras", rezan los graffiti.

Parece difícil imaginar una retirada lenta y pacífica. "Los israelíes siguen buscándome, siguen queriendo matarme", explica Ismail Abu Khomsan, un soldado del grupo Fatah, seguro de que no se rendirá ni entregará sus armas hasta que una fuerza de seguridad palestina controle a los israelíes de la región.

La actitud de Khomsan es la más frecuente, a pesar de que los grupos palestinos deberían haberse desarmado con anticipación, según la orden del líder de la Organización para la Liberación Palestina, **Yasser Arafat**. Tras la primera etapa del acuerdo firmado en setiembre en Washington, la insatisfacción con la dirigencia se convirtió en un signo generalizado.

El avance en las negociaciones entre Israel y la OLP es grandioso ante los ojos del mundo, pero no se puede observar en los territorios ocupados: allí todo parece haber fracasado. Fuerzas israelíes siguen persiguiendo a los palestinos armados día a día, y el pensamiento de Khomsan sirve para comprender las dificultades: "Nuestros líderes dijeron que tienen un acuerdo con las autoridades israelíes por el que dejarán de capturarnos", declara, "pero sólo los obedeceremos bajo ciertas condiciones".

Mientras los grupos armados prometen sangre y las autoridades se muestran optimistas, un obrero palestino revela sus dudas sobre el proceso de paz: "No creo que podamos convivir, pues ese acuerdo dejará a los colonos judíos residir en nuestras tierras", dice.

Las medidas de seguridad tomadas por Israel para evitar violencia en la fecha de retirada son consideradas perjudiciales para la paz. "Pensábamos que las tropas israelíes comenzarían a evacuar la franja de Gaza el lunes 13", afirma Ajmed Ibrahaim, un jornalero.

Para muchos palestinos, el plan de autonomía para Gaza y Jericó "nació muerto", pues no incluyó a Jerusalén, los asentamientos seguirán en su lugar y los soldados israelíes siguen allí, a la vista de todos. Sin embargo, deja una esperanza, la del gobierno democrático que, una vez retirados los israelíes, termine con 27 años de ocupación.

Nº DOCUMENTO 9400357

TITULO Boing chino desviado a TAIWAN.

PROCEDENCIA 150023

FECHA DE PROCEDENCIA 13/12/93

VINCULACIONES 11213

507638 CH.

514643 TAIW.

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Otro Boeing chino fue desviado hacia Taiwan

Pekín (ANSA)

■ Un Boeing 737 de la compañía aérea china Xiamen Airlines fue secuestrado y desviado ayer hacia Taiwan, donde aterrizó, anunció un portavoz del aeropuerto de Taipei.

Se trata del noveno desvío de un avión chino hacia la isla de Taiwan desde principios de año y el segundo en cuatro días.

Según las fuentes, el avión fue secuestrado mientras efectuaba un vuelo interno entre la ciudad de Harbin, en el norte de China y Xiamen, en la costa meridional.

La identidad del pirata aéreo no ha sido precisada, si bien fuentes no confirmadas señalaron que se trata de Qi Dachuan, un joven vendedor de 23 años.

El miércoles último, un joven chino se rindió a las autoridades taiwanesas después de haber secuestrado y desviado hacia Taipei un MD-82 de la firma Northern Airlines, que volaba de Qingdao a Fuzhou, con 129 pasajeros a bordo y ocho miembros de la tripulación.

En los anteriores secuestros los piratas aéreos se entregaron a la policía y pidieron asilo político en Taiwan.

Normalmente, las autoridades de Taipei hacen regresar a la tripulación y demás pasajeros a China en el mismo avión, pero retienen al secuestrador en la isla, para que sea juzgado por las leyes taiwanesas, negando su extradición.

9400357

01-01

Nº DOCUMENTO 9400358
TITULO Continúa indagación por el arsenal encontrado en Uruguay -
PROCE. 150075
FE. 13/12/93
V. 11875 I-A-
507466 URU.

ENTRADO NZ
CRUZ D NZ

Por el arsenal sigue indagación

La Policía y el propio Ejército Nacional vienen investigando la misteriosa aparición de un verdadero arsenal enterrado bajo los cimientos de una casa del balneario Shangrilá. Armas de distinto calibre, cartuchos, granadas lanzacohetes, granadas de mano y municiones de fogueo componen en enigmático material bélico encontrado.

El hallazgo fue realizado por una pareja de albañiles que venían efectuando una serie de trabajos para colocar la instalación sanitaria de una casa de Shangrilá.

En efecto, el propietario de la referida finca, Antonio Pelegrini Fernández, de 64 años, le había comprado el inmueble a una mujer en el año 1978 y nada sabía de la existencia del arsenal.

El morador de la vivienda ubicada en la intersección de las calles Secco García y Mar de Ajó le había encomendado a unos obreros de la construcción una serie de trabajos para la instalación de una nueva cañería dado que la existente estaba averiada.

Así, en momentos que excavaban la tierra, a pocos centímetros de profundidad, los trabajadores encontraron el referido material bélico dando cuenta inmediatamente al dueño de casa.

Pelegrini Fernández, absolutamente sorprendido por el hallazgo, realizó la denuncia a la Policía y, dadas las características del caso, ésta dio cuenta a su vez a las autoridades del Ejército Nacional.

Momentos después, un grupo de efectivos del Ejército se hizo presente en el lugar disponiéndose una serie de excavaciones en el lugar presumiéndose que puedan existir otra gran cantidad de armas. Asimismo quedó establecido que el dueño de la casa nada tenía que ver con el arsenal encontrado, calificándose el caso como de un hecho fortuito.

Fuentes consultadas manifestaron que el material bélico podría pertenecer a la organización terrorista que irrumpió en nuestro país en la década del setenta.

9400358

01-01

Según Fujimori, en Perú hay 274 condenados a prisión perpetua

Iquitos, Perú (AFP)

■ El presidente peruano, Alberto Fujimori, dijo este sábado que un total de 274 personas han sido condenadas a prisión perpetua por la justicia militar por el delito de terrorismo, agravado con la figura de traición a la patria.

La cadena perpetua está vigente en Perú desde agosto de 1992 y son condenados a esa pena los dirigentes y militantes de la organización Sendero Luminoso (maoísta) y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (guevarista).

Los jefes de Sendero, Abimael Guzmán, y del MRTA, Víctor Polay, están condenados a prisión perpetua y cumplen la sentencia en una cárcel, construida en la base naval del puerto de El Callao.

Fujimori, en el discurso de inauguración de un nuevo local de la justicia militar de la ciudad amazónica de Iquitos, extremo nororiental del país, dijo que las condenas a prisión perpetua, "permiten haber terminado con la impunidad del terrorismo en Perú".

"Los 274 condenados por el fuero militar permiten garantizar que la paz se está alcanzando definitivamente, gracias a la acción conjunta de las fuerzas armadas, fuerzas policiales y de la justicia", dijo.

El mandatario sostuvo que "cuando el gobierno en 1992 decidió reemplazar, en algunos casos, a la justicia civil por la militar, fue porque aquélla no actuaba en los términos de eficiencia que el momento exigía". Fujimori dijo finalmente que "gracias a la justicia militar que ha actuado con celeridad y eficiencia, dentro del marco de la defensa de los derechos fundamentales, el Perú puede empezar a disfrutar de la paz y abrirse una perspectiva de futuro".

Nº DOCUMENTO 9400360
TITULO Críticas al acuerdo por parte de HAMAS
PROCEDENCIA 1500/4
F. DE PROCEDENCIA 14/12/93.
VINCULACIONES 11847 TI
500868 OLP
507603 ISR
514407 HAM.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Duras críticas al acuerdo por parte del HAMAS

«ARAFAT ENTREGA NUESTRA PATRIA A LOS ISRAELIES»

En medios del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) se acusaba a Yaser Arafat y a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) de «entregar nuestra patria a los israelíes».

«La OLP es débil e Israel fuerte», dijo a EFE Mohamed Majmud Yibren, activista de HAMAS -grupo que hoy martes, celebrará los cinco años de su fundación-, culpando de la actual situación a la organización palestina.

Israel ha reforzado sus tropas, cuya presencia es masiva, en los territorios ocupados en previsión de disturbios.

A raíz de la muerte de su jefe, Imad Akel, a manos del Ejército, HAMAS -grupo integrista palestino- decretó la «Yihad» (guerra santa) contra Israel, y amenazó de muerte al comandante de sus Fuerzas Armadas, el general Ehud Barak.

Al participar en negociaciones de paz, «los objetivo de Israel son ser reconocido como un Estado legítimo en Oriente Medio, y dominar al mundo árabe y a las naciones musulmanas; la OLP le servirá de puente para ello», aseguró el activista palestino.

Arafat y las organizaciones palestinas que apoyan el acuerdo de Oslo, refrendado el pasado 13 de diciembre en Washington, «insisten en andar por la senda de la humillación y la desgracia, pero los judíos saben que su fracaso es la victoria del Movimiento Islámico y sus aliados», destacó Yibren.

Los activistas de HAMAS, respaldados por más del 40 por ciento de la población palestina, según cálculos no oficiales, también se preparaban para recibir esta semana a más de 200 de sus compañeros deportados hace un año por Israel a Marj az-Zuhur, en Líbano.

Los militantes musulmanes no reaccionaron al retraso por al menos diez días del acuerdo para la retirada militar y la autonomía en Jericó y Gaza, según lo resuelto el domingo en El Cairo por Arafat e Isaac Rabin.

Yibren dijo que «yo soy un musulmán y mis opiniones derivan de la religión; lo que ésta acepta es lo que aceptamos nosotros», aclaró al ser interrogado sobre la importancia del proceso de paz.

El militante de HAMAS, que tenía apenas tres años cuando su familia se vio obligada a huir de la ciudad de Gaza debido a la primera guerra árabe-israelí de 1948, protestó por la falta de democracia en la OLP, pues «no consultó con nosotros» al pactar hace dos meses con Israel, en Washington, para negociar la paz.

9400360

01-01

Nº DOCUMENTO 9400361
TITULO Francia preocupada por conflicto en Argelia.
PROCEDENCIA 150007
FECHA DE PROCESAMIENTO 14/12/93.
VINCULACIONES 11847 TI
507472 ARG.
65963 FRANCIA

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Francia Teme ser Arrastrada

VIOLENTO CONFLICTO ESTALLA EN ARGELIA

PARIS y ARGEL, 13 (The New York Times). — Aún con las cicatrices causadas por la dolorosa pérdida de Argelia, hace más de 30 años, Francia teme ser arrastrada hacia el violento conflicto entre los fundamentalistas islámicos y la junta que, con el respaldo del ejército, gobierna esta antigua posesión francesa del norte de Africa.

Casi un millón de argelinos viven en Francia; por lo demás, Argelia sigue viendo en su antigua metrópoli a su más importante aliado europeo, por lo que cada vez es más difícil para París defenderse de las repercusiones de la violencia que está desgarrando a Argelia. La crisis de Argelia es "una de las situaciones más dramáticas y difíciles que tenemos que encarar, advirtió el presidente François Mitterrand.

El ministro de Asuntos Exteriores europeo Alain Lamassoure declaró la semana pasada que Francia estaba "muy preocupada por los acontecimientos de Argelia.

El miércoles, un hombre anciano fue el tercer ciudadano francés asesinado en Argelia desde setiembre. En octubre, tres diplomáticos franceses fueron secuestrados, al parecer por extremistas islámicos, y posteriormente fueron liberados.

Irritada por los secuestros, Francia respondió con una redada en la que cayeron 88 sospechosos simpatizantes del Frente Islámico de Salvación, grupo fundamentalista que estuvo a punto de ganar las elecciones parlamentarias de hace dos años, las cuales fueron canceladas por las autoridades.

Y aunque después fueron liberados todos los argelinos, salvo uno, el gobierno francés le advirtió al frente que se abstuviera de actuar en Francia. La

The New York Times

semana pasada, la policía francesa detuvo a una docena de fundamentalistas tunecinos para interrogarlos.

Otra organización argelina militante, el Grupo Islámico Armado, ha amenazado con matar a todos los extranjeros, por lo que Francia ha instado a sus ciudadanos a regresar al país, o por lo menos enviar de regreso a sus dependientes.

De unos 75,000 ciudadanos franceses que viven en Argelia, todos excepto 8.000 tienen también nacionalidad argelina. Hasta ahora, entre 3.000 y 4.000 franceses han salido de Argelia.

Alarmados por los ataques contra extranjeros, Rusia, Alemania, Italia, España y Gran Bretaña han instado a sus ciudadanos a salir del país. El jueves de la semana pasada, Estados Unidos anunció que reduciría el tamaño del personal de su embajada en Argel y exhortó a los estadounidenses a abandonar el país si no tenían razones de peso para permanecer en él.

Aunque ocho de los once extranjeros asesinados por los militantes desde no eran franceses, Francia es el país que se siente más vulnerable a los acontecimientos de Argelia. Esto no es sólo por la enorme población argelina que vive en su territorio, sino también por los lazos históricos y emocionales.

Francia estableció su dominio directo sobre Argelia en 1834. Para mediados del siglo XIX, miles de familias francesas ya se habían establecido ahí.

La guerra de independencia de Argelia, que se inició a mediados de este siglo, fue muy traumática para Francia. Cuando se estaba librando, Francia se dividió profundamente entre simaptizantes y opositores de la independencia. Y cuando perdió en 1962, un millón de franceses argelinos huyeron a Francia.

En los años siguientes, Francia estableció lentamente lazos económicos y políticos con el gobierno revolucionario seglar que gobernaba a Argelia. Y cuando este se vino abajo por las presiones de la crisis económica, la corrupción generalizada y el creciente fundamentalismo, Francia se vio obligada a adopar una postura.

En enero de 1992, después de que el gobierno argelino canceló la segunda ronda de elecciones parlamentarias, en las que parecía seguro que el Frente Islámico de Salvación llegaría al poder, Francia apoyó la movida a regañadientes, con la esperanza de que la junta recuperara cierta popularidad reviviendo la economia

ASESINATOS EN ARGELIA

13 policías fueron ultimados en el más reciente estallido de violencia, atribuida por las autoridades argelinas a militantes musulmanes armados, que ha segado la vida de por lo menos 1.700 personas en los últimos dos años.



01-01

9400361

ORIENTE

Indignación en la OLP contra Yasser Arafat

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, afirmó ayer que la crisis con la Organización para la Liberación de Palestina "era grave" y que el Estado judío podría no ajustarse al nuevo plazo de diez días para el retiro de sus tropas de Gaza y Jericó. Duras críticas contra el líder de la OLP, Yasser Arafat, por parte de un amplio sector de la organización.

JERICO y FRANJA DE GAZA, 13 (AP, EFE, ANSA y Reuter). — La postergación de la retirada militar israelí de **Jericó y la franja de Gaza**, inicialmente prevista para hoy, generó la indignación de numerosos grupos palestinos que culparon al líder de la OLP, **Yasser Arafat**, por no haber conseguido que se cumpliera con los plazos previstos.

Aunque los dirigentes de **Al Fatah** (el grupo que lidera Arafat) intentaron disimular lo que la mayor parte de los palestinos consideraron un fracaso personal del titular de la OLP, llovieron las críticas de todos los otros sectores sobre quien hasta hace poco era el caudillo indiscutido de los palestinos.

Las agrupaciones extremistas que desde un primer momento se opusieron al acuerdo de paz palestino-israelí firmado en **Washington** el 13 de setiembre, aprovecharon el traspié de Arafat en las conversaciones que mantuvo ayer en Egipto con el primer ministro Yitzhak Rabin para pedir la anulación de la totalidad de los convenios.

El **Frente Popular para la Liberación de Palestina** (FPLP) y el **Frente Democrático para la Liberación de Palestina** (FDLP) manifestaron su aspiración de que esos acuerdos se derrumben, mientras la agrupación fundamentalista **Hamas** acusó a Arafat y a la OLP de "entregar nuestra patria a los israelíes".

Sectores de la **Organización para la Liberación de Palestina** manifestaron su preocupación por la decisión de Arafat de asumir personalmente las negociaciones sobre la evacuación militar hebrea, en lugar de dejarlas en manos del comité que las había manejado hasta ahora.

Esta decisión reforzó la inquietud de un amplio sector de la cúpula de la OLP, que se siente molesto por el "personalismo" con que Arafat se ocupa de las conversaciones con el Estado judío.

Según un dirigente de la organización que se prestó a formular declaraciones a la prensa con la condición de que no se mencionara su nombre, la disolución del comité de El Cairo es un primer paso del líder de la OLP para poder hacer nuevas concesiones.

Fuentes de la organización opinaron que Arafat estaría dispuesto a permitir que los israelíes controlen tanto los pasos entre Jericó y **Jordania** como los puestos fronterizos entre Gaza y Egipto.

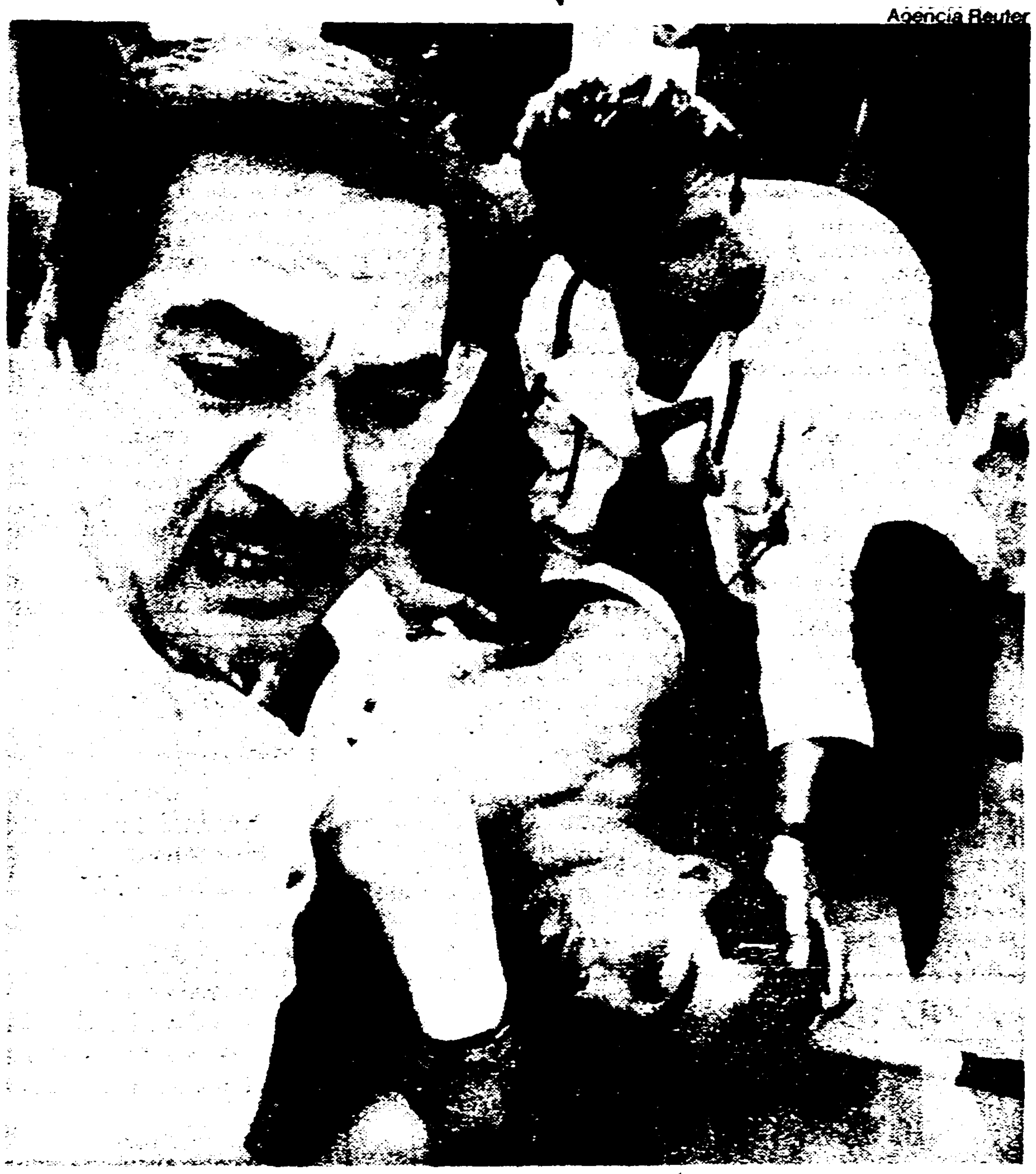
Uno de los principales negociadores palestinos en el proceso de paz, **Haidar Abel Shafi**, indicó que "la credibilidad de Arafat quedó gravemente desgastada, ya que había afirmado que la condición de que los israelíes se retiraran el 13 de diciembre era sagrada".

Por su parte, el jefe de la OLP manifestó en **La Haya**, adonde viajó para pedir ayuda económica europea, que el proceso de paz en **Oriente Medio** sufriría un grave golpe en caso de que el ejército israelí no comience a retirarse dentro de diez días.

No obstante, Arafat relativizó sus desacuerdos con Rabin al sostener que "diez días no es un plazo muy largo. Venimos esperando desde 1948 (fecha de la fundación de Israel)".

El cuestionado líder palestino viajó luego a Estrasburgo donde expuso su posición ante el Parlamento Europeo.

Agencia Reuter



Voluntarios palestinos auxilian a un compañero herido por el ejército israelí en Jabalya, en la franja de Gaza ocupada: ayer fueron muertos tres militantes árabes.

MEDIO

Yitzhak Rabin dijo que la crisis con la cúpula palestina es muy grave

JERUSALEN, 13 (EFE y AFP). — El primer ministro **Yitzhak Rabin** responsabilizó hoy al líder de la **Organización para la Liberación de Palestina (OLP)**, **Yasser Arafat**, por el **fracaso** de la reunión para acordar la **retirada militar israelí de Gaza y Jericó**, y aseguró que el **plazo de diez días** fijado para seguir las negociaciones **no será suficiente**.

"**La crisis con la OLP es grave**", dijo el premier ante un consejo extraordinario de ministros convocado tras el fracaso, el domingo, de su reunión con Arafat en El Cairo sobre la aplicación del acuerdo de autonomía, en virtud del cual el retiro israelí debía empezar este lunes y terminar el 13 de abril del año próximo.

"Los dirigentes palestinos carecen del necesario valor interior para tomar decisiones difíciles", declaró el jefe del gobierno, para recalcar enseguida que **Israel no cederá** ante los palestinos en cuestiones **de seguridad**.

Los obstáculos pendientes y aparentemente insalvables se deben, básicamente, a interpretaciones distintas acerca de la "seguridad exterior", explicó Rabin, también ministro de Defensa del Estado judío.

De ese desacuerdo, agregó, surgieron las divergencias por el **control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó con Egipto y Jordania**, y acerca de la **protección de los colonos de los asentamientos judíos**.

Rabin estimó que por esos pasos los palestinos podrían introducir armas en las zonas autonómicas de Gaza y Jericó, y agregó que Israel no hará "ninguna concesión a los palestinos en materia de seguridad de los colonos, y **que no habrá fechas sagradas para concertar ninguno de nuestros acuerdos**".

Arafat y Rabin resolvieron extender por diez días el plazo para concluir el acuerdo sobre Gaza y Jericó que debía entrar en vigor hoy, el primero derivado de la histórica Declaración de Principios pactada el 13 de setiembre pasado en Washington para negociar la paz.

"Esto debe ser claro para los palestinos: todos los elementos de la Declaración de Principios sobre los cuales hay que llegar a acuerdos de aplicación deben ser respetados. Si no hay acuerdo sobre esos puntos, las fechas fijadas carecen de significado", declaró el primer ministro a la radio militar israelí.

Según el diario independiente "Haaretz", Rabin "acentuó la presión sobre Arafat y **planeó este fracaso para sacar provecho, a último minuto, de la posición de debilidad" del líder de la OLP**.

El primer ministro "**espera que esta presión haga ceder a Arafat para que deje el verdadero control de los puntos de paso a los israelíes, y que la presencia palestina sea solamente simbólica**", agregó el diario.

La prensa israelí teme que este fracaso acarree una intensificación de la violencia en los territorios ocupados. "Todavía en los dos campos hay una mayoría que apoya el acuerdo, pero esta se debilita y el fracaso del encuentro de El Cairo no contribuirá a mejorar la situación", escribió el diario "Yediot Ajrhonot".

"Si el proceso fracasa, no se volverá a la situación anterior, habrá una gran depresión, otras víctimas y se arraigará en ambas partes la idea de que es imposible la reconciliación entre los dos pueblos", agregó "Yediot Ajrhonot".

"Los obstáculos también se deben a que la Declaración de Principios es muy general y se presta a múltiples interpretaciones, y a que los palestinos olvidan que, de momento, deben negociar **un régimen provisional de autonomía, no un Estado soberano**", dijo al terminar la reunión la ministra de Ciencias, **Shulamit Aloni**.

Nº DOCUMENTO 9400363
TITULO Kadafi convoca a reunión de guerrilleros.
PROCEDENCIA 150090
14/12/93
VINCULACIONES 118477 IJ
11213 TM
514711 IRA
65841 EG.
507472 ARG.
66330 LIB
671805 SIR.
507605 SOR.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Libia

GADAFI LUCHARA HASTA FINAL

En un discurso Gadafi invitó a los líderes palestinos radicales, incluídos Abu Nidal y Ahmed Yibril, a venir a Trípoli para entrevistarse con él.

El dirigente libio invitó también a los líderes del ilegal Ejército Republicano Irlandés (IRA) a reunirse con él en la capital libia «públicamente».

Khadafy: "Trípoli es la Meca de los guerrilleros"

TUNEZ, 17 (Reuter). – El líder libio, Muammar Khadafy ha proclamado a Trípoli como la Meca de los guerrilleros que provienen desde Irlanda hasta las Filipinas.

También solicitó a los guerrilleros árabes como Abu Nidal, buscado en Occidente por atentados y secuestros, que regresen a Libia.

Khadafy aseguró al Oeste que había roto relaciones con los grupos guerrilleros en cumplimiento de las sanciones de la UN, impuestas tras del atentado contra el avión en vuelo sobre Lockerbie.

Diplomáticos indicaron que sus últimos comentarios, formulados ayer durante una manifestación en la ciudad libia de Zawia, fueron un intento por atemorizar a Occidente.

"Somos la Meca de los combatientes de la libertad y su aliado natural. Somos los primeros en recibirlos, desde Iralanda a Filipinas", manifestó en un discurso de fuerte contenido militante.

Calificó a los países occidentales como "enemigos de la humanidad y criminales de guerra". JANA señaló que la manifestación contó con la presencia de decenas de dirigentes de movimientos radicales árabes.

El miércoles se celebró un "Diálogo Revolucionario Arabe", en Trípoli que reunió a viejos izquierdistas, clérigos musulmanes y líderes milicianos de Egipto, Argelia, Líbano, Siria y Jordania.

Diplomáticos agregaron que probablemente fue la mayor reunión de ese tipo realizada en Libia desde que se impusieron las sanciones de la UN hace 19 meses.

En su discurso, Khadafy se negó, una vez más a entregar a dos sospechosos libios por el atentado contra el avión de Pan Am en vuelo sobre Lockerbie, Escocia, en 1988 en el que murieron 270 personas.

"Libia actúa de acuerdo con sus intereses. Los nuestros significan que nos reunimos con Abu Nidal, Abu Abbas, Ahmed Jibril, Abu Mussa, y todos los auténticos dirigentes palestinos y de la resistencia", expresó.

9400363

01-01

Nº DOCUMENTO 9400364
TITULO Ataques del PKK en Turquía.
PROCEDENCIA /S 0014
FECHA 14/12/93.
VINCULACIONES 1A213 TM.
507672 TUR.
515470 PKK.

ENTRADO N.
CRUZADO NZ

Turquia

ATAQUES DEL PKK

Cuarenta y dos personas murieron en las últimas 48 horas en el sudeste de Turquía, de mayoría kurda, en dos enfrentamientos entre los rebeldes del Partido de los Trabajadores del Kurdistán (PKK) y las fuerzas de seguridad.

Según informaciones oficiales, el ejército mató a veinticuatro guerrilleros kurdos que habían entrado desde el norte de Irak y atacado el puesto militar fronterizo de Cukurca, en la provincia de Uzumlu, con granadas, morteros y ametralladoras.

Diecisiete miembros de la guerrilla independentista kurda fueron abatidos en territorio de Turquía y los otros siete, en una incursión del ejército turco en Irak en persecución de los guerrilleros.

9400364

01-01

Nº DOCUMENTO 9400365

TITULO El objetivo del Terrorismo (Editorial)

PROCEDENCIA 150007

FECHA DE PROCEDENCIA 14/12/93

VINCULACIONES 11213 T. M

11847 TII

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

EL OBJETIVO DEL TERRORISMO

El terrorismo de la segunda mitad de este siglo es como una hidra, una bestia de múltiples cabezas. Aunque desciende del anarquismo del siglo pasado, que se concentraba en el asesinato de monarcas europeos y sus allegados, cuenta ahora con toda la magia de la tecnología internacional. Las bombas de los primeros terroristas iban dirigidas específicamente a una persona que, a los ojos del terrorista, merecía la muerte. Hoy, en cambio, el blanco del terrorismo son personas inocentes. Su objetivo es intimidar a personas y naciones, no a las odiadas familias reales del pasado.

Hasta la desaparición de la Unión Soviética, los expertos de inteligencia en los países occidentales estaban convencidos de que la mayoría de los actos de terrorismo estaban concebidos en Moscú. Estos iban desde la piratería aérea practicada por la Organización para la Liberación Palestina hasta el intento de asesinato del Papa Juan Pablo II.

Pero a pesar de la evidencia acumulada, nada podía convencer de lo que estaba sucediendo a los cegados por las anteojeras ideológicas. Es notable que haya suscitado tan pocos comentarios el hecho de que ahora el ex jefe de los servicios de inteligencia de Alemania Oriental haya admitido que la Fracción del Ejército Rojo estaba dirigida por uno de sus servicios. Con todo, cuando los políticos de Alemania Occidental sugerían esto, se afirmaba que esos políticos estaban simplemente buscando chivos expiatorios para seguir ignorando los problemas sociales que los terroristas alegadamente trataban de resolver.

El objetivo del terrorismo era destruir la democracia. Ese era también el objetivo del sistema soviético. Los servicios de inteligencia que pensaban que el terrorismo tenía su origen en Moscú dirigían sus investigaciones hacia lo que era obvio. Y lo obvio resultaba ser cierto con mucha más frecuencia de lo que se pensaba. El hecho de que también encontraran evidencia de esto no tiene nada de sorprendente.

Mirando retrospectivamente, es asombroso el número de genuinos idealistas occidentales engañados por las afirmaciones emanadas de las grotescas dictaduras comunistas. La realidad es que tenían incontables millones de creyentes. ¿Qué se hizo de ellos? ¡Resulta asombroso! ¿Qué se hicieron los nazis en 1945? ¿Dónde están los comunistas ahora? Son muy pocos los que tienen algo bueno que decir de ellos. Los pueblos de la antigua Unión Soviética y de los antiguos países cautivos se lamentan de que tantos familiares, amigos y conciudadanos fuesen asesinados por un régimen que finalmente se desplomó como un pedazo de cartulina mojada. Los aturdidos millones que emergieron de la Revolución Cultural China a la muerte de Mao tuvieron la misma reacción.

El triunfo de la democracia a través de esos años se debió simplemente al hecho que era lo suficientemente fuerte como para sobrevivir. Ciertamente que se observó que no había terrorismo —o se practicaba sólo muy raras veces— donde había dictadura. Existía sólo donde florecía el sistema de equilibrio democrático. El objetivo del terrorismo era crear una situación en la que los líderes democráticos se sintieran obligados a cancelar ese sistema de equilibrio, y abolir la libertad, en la que los terroristas podían nadar como el pez en el agua.

En algunos casos la población tenía poca percepción de que el terrorismo estaba dirigido por los soviéticos. Esto era cierto en el caso de la violencia del IRA, tanto en Irlanda del Norte como en la propia Inglaterra. La opinión pública británica estaba cons-

El Objetivo del Terrorismo

(Viene de página 6)

ciente de que el terrorismo del IRA tenía por objeto dividir al Reino Unido. Era antidemocrático porque sus objetivos políticos iban claramente contra los declarados deseos de la vasta mayoría de la población de Irlanda del Norte.

Séa como sea, la solidaridad nacional permitió a los británicos librar una exitosa lucha contra el terrorismo. Igualmente, los israelíes mantuvieron durante muchos años un envidiable récord de seguridad, aunque gran prte del mundo era estremecida por las amenazas terroristas de la OLP, dirigida contra Israel indirectamente, pero raras veces directamente. Entonces se decía que El Al era la aerolínea más segura del mundo, debido a las extraordinarias precauciones que tomaba.

Cuando la OLP empesó s juego de piratería aérea, mundo se sintió indefenso. L primera reacción, que se ge neralizó rápidamente, fue qu no era posible hacer absolutamente nada al respecto. Es difícil recordar ahora que hubo una época en que se podía entrar en un aeroplano con la misma seguridad con que se podía entrar en un ómnibus. Y ciertamente que era posibl hacer algo al respecto. Gradualmente se fueron instalando aparatos de seguridad en todos los aeropuertos del mundo, de modo que hoy todo el que planee un acto de piratería aérea se ve envuelto en numerosas y verdaderamente riesgosas operaciones.

(El autor es un periodista suizo)

Otto Mona

9400365

01-01

Arden los territorios ocupados



Una nueva ola de violencia desatada tras el aplazamiento del retiro israelí de Gaza y Jericó, que debía comenzar ayer, dejó dos palestinos muertos y al menos 12 heridos en varios enfrentamientos entre árabes y unidades del ejército israelí.

Tel Aviv (ANSA)

Un palestino murió en Shabura, cerca de Rafat, en la frontera entre la Franja y Egipto en un choque armado con soldados israelíes. Se trata de Ashraf As-Sindi, de 23 años, miembro de la Jihad Islámica, grupo integrista que se opone al acuerdo Israel-OLP.

Los otros enfrentamientos ocurrieron en Rafah y Jabalya, el más poblado campo de refugiados de la Franja, donde en ocho campos viven más de 600.000 personas.

En el intento de lanzar un auto bomba contra un jeep del ejército, esta mañana había muerto otro palestino en el confín entre Gaza y el Estado de Israel.

La Jihad Islámica reivindicó después ese atentado suicida contra el ejército de la estrella de David.

Un comunicado distribuido en los territorios ocupados por la misma Jihad reivindica la acción terrorista e indica que la lucha armada proseguirá "hasta la liberación de Palestina".

En tanto, en algunos campos de refugiados de Gaza se realizaron hoy manifestaciones de protesta luego de difundirse la noticia de la muerte del palestino en la frontera entre Israel y Gaza.

El clima de tensión en los territorios es alimentado también por el hecho que en la cumbre de ayer, en El Cairo, el Primer Ministro israelí, Yitzhak Rabin, y el presidente de la OLP, Yasser Arafat, no resolvieran las dificultades para la puesta en marcha del acuerdo de Washington del 13 de setiembre para dar comienzo, a partir de hoy, a la autonomía en Gaza y en la zona de Jericó.

La oficina de la Organización para la Liberación de Palestina en Jericó permaneció cerrada y sobre la puerta del edificio fue colgado un cartel que dice: **"Israel no quiere la paz".**

Respecto al atentado cometido ayer, el terrorista palestino, tras embestir un jeep del ejército israelí en Sajaieh, en la frontera con la Franja de Gaza, murió carbonizado dentro del vehículo en llamas.

La víctima, que guiaba un auto bomba camuflado de ambulancia árabe, embistió el jeep del ejército en un ataque suicida. El furgón se incendió y provocó una gran explosión.

LA EXTRADICION DE LOS VASCOS ETARRAS

Un prestigioso y serio órgano de prensa publica un artículo sobre la extradición y los vascos. Comparto plenamente sus conclusiones relacionadas con la juridicidad de la extradición y la imposibilidad, para nuestro Poder Ejecutivo, de intervenir en este proceso, salvo su actividad de intermediario entre quien pide y quien va a intervenir. En cambio, en algunos países como Estados Unidos, Francia y España (Ley 4-1985 de extradición pasiva) los tribunales opinarán si corresponde o no la entrega. Si la respuesta es negativa no hay extradición. Si por el contrario la resolución es de la entrega, será el Poder Ejecutivo. Soy contrario a esta posición porque significa la posibilidad de politizar el proceso. La historia nos muestra varios casos en que quedaron flotando en el ambiente, aspectos políticos poco claros (Casos Abu Daoud, Barbie).

En lo que nos permitimos en manifestar nuestra oposición, es la acusación que se efectúa acerca de presuntos errores de nuestra justicia. En materia de extradición y, en general, del derecho, el trato de una cuestión debe ser efectuado teniendo a la vista, más aún, estudiando el expediente, porque la extradición es bastante compleja y para emitir una opinión se debe conocer a fondo el expediente. Comparto, desde el punto de vista teórico, el "deber ser" como decía el maestro Kelsen, pero no la consecuencia, precisamente por tener a la vista una información completa.

Estamos en un caso en que el tratado que nos rige con la Madre Patria, data dal año 1885, es decir, más de un siglo! Los tratados de extradición siguen dos criterios para poder entregar a un delincuente o presunto delincuente: uno es el sistema de la gravedad del delito por el cual la persona es reclamada, vg. el tratado de Derecho Penal de 1889, o la Convención de Caracas de 1981. El otro sistema es el llamado criterio de la "lista", o sea, que en el texto del tratado debe figurar el delito por el cual se pide la extradición, vg. si el tratado no menciona el delito X no hay entrega. Claro que, como una acción puede ser igual en ambos países, pero su designación ("nomen juris") distinta, los jueces analizan si los actos constitutivos del delito son los mismos para autorizar o denegar la entrega.

No conozco los delitos que habrían cometido los etarras reclamados, aunque algo ha trascendido en la prensa. Pero igual, sigo insistiendo: si no se tiene a la vista el expediente, no se puede juzgar a un poder del Estado. El tratado no contempla delitos actuales como el terrorismo, que no es lo mismo que homicidio, drogas u otros delitos modernos.

En el artículo que comentamos, se dice en un título "No cabe sino preguntarse ¿qué obstáculos impiden, hoy, el que esos ciudadanos sean entregados al Estado Español para su recto juzgamiento? A mi juicio, la respuesta es muy sencilla. Es difícil, muy difícil,poder poner a tono un texto de hace un siglo con delitos que en esa época no se conocían, vg. terrorismo, ataque indiscriminados a la población y otras barbaridades por el estilo. Si se hubiera seguido el sistema de la gravedad de la pena, ciertamente el resultado sería otro.

Pero el artículo que comento, tiene una gran virtud y es la de hacer pensar a nuestros gobernantes en la necesidad de revisar y poner al día, fundamentalmente en lo internacional, para ponernos a tono con este mundo plagado de crímenes y delincuentes de toda laya. Una breve revista de la situación en materia de extradicción, nos muestra que tenemos tratados vigentes con Italia (1879), Inglaterra (1884), Argentina, Bolivia y el Perú (1889); Chile (1897), éste ratificado en 1909); Brasil (1916), y un Protocolo (1921); Paraguay (1940); Estados Unidos (1972). Además, hemos firmado acuerdos con Italia, Australia e Israel, los cuales no han sido ratificados pese a que los de Israel e Italia tienen dos decenas de años de firmados. Debo decir que el texto con Israel, tiene algunos inconvenientes difíciles de aceptar.

Todo lo cual significa que, si hay una responsabilidad genérica en esta materia que día a día adquiere mayor importancia, es de los Poderes Legislativo y Ejecutivo, pues han firmado tratados que luego son letra muerta por no haberse ratificado, como ocurre con los arriba citados y la Convención de Caracas de 1981. ¡Esta última tuvo más de 27 años de elaboración! ¡En el ámbito interno, los Estados regulan la extradición por medio de leyes muy detalladas; ello porque la extradición es una medida excepcional y tiene que ser muy cuidadosamente redactada para justificar el procedimiento y evitar las defensas que se puedan oponer a este mecanismo de cooperación internacional en materia penal. Pero hay más, pues en 1968 presenté, por intermedio del recordado Paz Aguirre, un proyecto de ley regulando los aspectos fundamentales de la extradición. Pasado un tiempo, logré que fuera considerado por el Consejo de Estado, el cual lo descartó por "ser demasiado largo".

Vueltos a la democracia, nuestra Cancillería y el Ministerio del Interior designaron a dos distinguidos juristas para que, con el suscrito, revisaran el proyecto. Así se hizo y luego dicho proyecto quedó, como no se sabe en donde...

Todo esto lleva a la conclusión sobre la responsabilidad del Ejecutivo en no remitir el proyecto de ley (con las modificaciones que estime del caso) y del Legislativo, que, entre paréntesis, tiene más de 70 tratados para considerar...

Manuel A. Vieira

Según el New York Times

Nuevas revelaciones sobre refugiados nazis en la Argentina

Los archivos argentinos sobre la llegada de numerosos dirigentes nazis en la década del cuarenta han producido muchos más datos de los que se imaginaba en un primer momento, indicó una amplia nota del The New York Times.

En su edición de ayer, un artículo firmado por el corresponsal del NYT en Buenos Aires, Nathaniel Nash, sostiene que más de 1000 nombres de agentes nazis ocultos en la Argentina en los años posteriores a la Segunda Guerra han sido encontrados por la comisión de investigadores que comenzó su trabajo luego que el presidente Carlos Menem ordenó abrir los archivos de la Cancillería argentina, en noviembre de 1991.

El artículo cita a Beatriz Gurevich Rubel, directora de la investigación que efectúa, en forma conjunta, el Congreso Judío Mundial, la Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA) y la Fundación Banco Mayo. Según sus palabras, "pensábamos que no encontraríamos mucho porque los datos habrían sido destruidos, pero encontramos mucho más de lo que jamás se hubiera imaginado".

Según la nota del NYT, de los más de 1000 nombres de sospechosos de crímenes de guerra, se han preparado unos 230 dossiers que ya fueron enviados al Centro de Investigación del Holocausto Yad Vashem, de Jerusalén, para profundizar la investigación.

La conexión Pavelic

Entre los nombres encontrados en los archivos figurarían los de numerosos acompañantes del líder croata pro nazi Ante Pavelic, quien se refugió en la Argentina en 1946. Entre los acusados de crímenes de guerra figuran José Berkovic, Mirko Eterovic, Ivo Bogdan, Nikolic Vinko, Daniel Uvanovic, Marko Colak, Esteban Lackovic y Yakob Yokovich.

Los documentos encontrados por el grupo investigador, continúa la nota, también agregan evidencias sobre la presencia en Buenos Aires del tristemente célebre doctor Josef Mengele, responsable de experimentos con seres humanos en el campo de concentración de Auschwitz.

También surgiría de los documentos el grado de influencia que tuvo la ideología nacionalsocialista entre sectores dirigentes de la Argentina y, particularmente, en la Cancillería, donde habría textos que indican que "diplomáticos argentinos admiraban la habilidad de Hitler para promover un intenso nacionalismo, xenofobia e indiferencia ante la violencia".

Nº DOCUMENTO 9400369
TITULO Hamas insiste en boicotear el proceso de paz
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 15/12/93
VINCULACION 11847 IJ
500868 OLP
507603 ISR
514407 HAM

ENTRADO
CRUZADO

Dos palestinos resultaron muertos mientras se demora la entrada en vigor de la autonomía

Hamas insiste en boicotear el proceso de paz firmado por la OLP

Dos palestinos murieron ayer bajo las balas israelíes en enfrentamientos callejeros en Gaza, mientras los militantes del Movimiento Islámico Hamas celebraban su sexto aniversario con nuevas promesas de torpedear el acuerdo de paz entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). Ese fue el saldo de la primera jornada en la que debería haber entrado en vigor el acuerdo de paz, con el comienzo de la retirada militar israelí forzosamente aplazado por las profundas diferencias que persisten entre los ex enemigos que no parecen capaces de hacer la paz en Oriente Próximo.



Uno de los dos palestinos muertos ayer en Gaza. (Telefoto de AFP)

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Jerusalén, por Carlos Gumucio

La Brigada Ezzedin al Qassam, el brazo armado del Hamas, se adjudicó responsabilidad de un nuevo y militarmente inocuo atentado en la franja ocupada.

Los militantes islámicos trataron de explotar un coche bomba en la ciudad de Gaza. Fue una nueva demostración de aparatosa ineficiencia: A los atacantes se les olvidó poner en marcha el mecanismo de detonación.

Se salvaron quién sabe cuántos civiles, pero no la reputación subversiva de quienes han jurado destruir el proceso de paz. Fuentes policiales dijeron que el coche bomba no llegó a ser tal por un descuido esencial: sus creadores, sencillamente, se habían olvidado de darle cuerda al reloj.

Unidades especiales del ejército israelí, entre tanto, dieron muerte a dos de los centenares de palestinos «buscados» en Gaza. Uno de ellos, Husam Al-Bagari, de la facción "Halcones de Al-Fatah", fue «cazado» mientras aceitaba su fusil automático, dijeron fuentes policiales israelíes. Otros dos palestinos perecieron a plomo en sus casas, en similares operaciones clandestinas dirigidas por el ejército israelí.

Vanos resultaron los intentos por averiguar la exacta circunstancia de esas muertes. La censura militar israelí dejó, como siempre, muchos interrogantes.

El más serio, ajeno al modus operandi del manejo de la información israelí, no estaba bajo el control de los censores. Nadie anoche sabía el curso que pueden tomar las cosas tras el atraso de la puesta en marcha del proyecto de paz entre Israel y la OLP. Pero si habría que guiarse por las señales que parten el Líbano, es decir, las operaciones que se ejecutan con la bendición y el apoyo de Siria, lo que se avecina son tiempos turbulentos.

La guerrilla pro-iraní dio una nueva muestra de eficacia con bombardeos de las vitales rutas de abastecimiento de los milicianos a sueldo de Israel. Si todavía se puede hablar de paz en la Palestina histórica, ciertamente no era el caso en el Líbano meridional: Dos soldados israelíes fueron heridos en las últimas 48 horas en los ataques al norte de la frontera internacional que Israel prefiere, eufemísticamente, denominar como su «zona de seguridad».

Israel afirma que no negociará con Hamas

JERUSALEN, 25 (Reuter). – El ministro de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, dijo hoy que Israel no está interesado en llegar a un cese del fuego con el movimiento militante Hamas.

Peres, al hablar un día después de que un miembro de Hamas mató a un teniente coronel israelí en la franja de Gaza, declaró a la radio del ejército que no hay base para un acuerdo con el grupo islámico.

Cuando se le preguntó si Israel quiere llegar a un entendimiento con el Hamas para evitar ataques ulteriores, contestó: "Quieren la rendición de Israel. Son gente que quiere asesinar a otros y matar la paz. No hay acuerdo con ellos".

En un panfleto distribuido el jueves en Gaza, el brazo armado del Hamas ofreció detener los atentados contra los colonos judíos si el primer ministro Yitzhak Rabin los desarmaba y ordenaba al ejército que interrumpiera las agresiones contra civiles palestinos.

El comunicado daba tres días a Rabin para responder al ofrecimiento a través de la televisión nacional.

Pero el viernes en Amman, el representante del Hamas en Jordania negó que las brigadas Izz el-Deen al-Qassam hubieran ofrecido un cese del fuego.

Optimismo

El principal negociador palestino Faisal Husseini señaló que estima que Israel y la OLP llegarán a un acuerdo sobre la mayor parte de los temas que obstaculizan la instrumentación de un acuerdo de autonomía.

"Pienso que el lunes se resolverán los temas más importantes", declaró Husseini en Amman.

El domingo, un día antes de que se reanuden las conversaciones en El Cairo, Yasser Arafat se entrevistará con el presidente egipcio Hosni Mubarak para resolver las diferencias en torno a la puesta en práctica del acuerdo de paz.

Según lo establece el acuerdo de autonomía palestina, Israel debía comenzar a retirar sus tropas de la franja de Gaza y de la ciudad cisjordana de Jericó el 13 de diciembre.

Sin embargo, la persistencia de algunos problemas postergó la instrumentación del acuerdo que se firmó en septiembre. Entre ellos está el tema de quién controlará los pasos fronterizos entre la franja de Gaza y Egipto, por un lado, y el enclave de Jericó y Jordania por el otro.

Husseini viajará hoy a Arabia Saudí con el objeto de recuperar la asistencia financiera a los territorios ocupados, que se suspendió durante la crisis del Golfo de 1990/91.

Gaza y Cisjordania

GAZA, 23 (Reuter y EFE). — El grupo islámico **Hamas** ofreció hoy detener sus ataques contra los colonos hebreos durante las fiestas de fin de año si el primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, desarma a los grupos judíos de los asentamientos y ordena al ejército que no dispare contra civiles palestinos.

"Para demostrar al mundo quién es el terrorista, la brigada **Izz el-Deen al-Qassam** anunció que está dispuesta a revisar su posición sobre los ataques contra civiles", dijo el Movimiento de Resistencia Islámica Hamas en un volante distribuido hoy.

Hamas, el principal grupo palestino opositor a los acuerdos de paz OLP-Israel, agregó que si el premier israelí no acepta, "se arrepentirá y las brigadas de Qassam demostrarán a la opinión pública y a nuestra población que las manos de Rabin —manchadas con la sangre de nuestra gente— tendrán que ser cortadas algún día".

El grupo islámico afirmó que es responsable de la muerte de 13 de los 20 israelíes ultimados desde la firma del acuerdo de paz entre la OLP e Israel en setiembre.

Cuarenta y cuatro árabes —incluyendo guerrilleros que perecieron en ataques y ciudadanos desarmados atacados por colonos en respuesta a la agresión militante— murieron desde la firma del acuerdo de paz.

9400369

01-01

Integristas festejaron aniversario con graves atentados en Gaza

• Arafat está convencido que en enero entrará a gobernar en Jericó

Volvió a correr ayer la sangre en los territorios ocupados, donde el ejército mató a dos palestinos y los integristas islámicos de "Hamas" amenazaron con vengarse, mientras el Gobierno israelí autorizó a los casi doscientos palestinos deportados hace un año al sur del Líbano a regresar.

Tel Aviv (ANSA)

"Hamas" celebraba ayer sus seis años de vida. En previsión de posibles atentados perpetrados para "celebrar" el acontecimiento, el ejército israelí desplegado en la franja de Gaza se encontraba en estado de máximo alerta.

En un suburbio de Gaza dos palestinos abrieron fuego esta mañana contra una patrulla, hiriendo a un soldado.

Los militares respondieron al fuego y mataron a un joven palestino de 25 años, Osama Hamed, miembro del grupo Ez Aldin Al Qassam, brazo armado de "Hamas", mientras su cómplice lograba escapar.

Al efectuar un rastreo, los soldados encontraron dos coches bomba, que fueron inmediatamente desactivados.

En tanto, unos mil partidarios de "Hamas" se reunieron en Rafah (en la frontera con Egipto), gritando consignas y amenazas contra Israel. Por la tarde, en un nuevo enfrentamiento armado en la norte de Gaza, los soldados mataron a un palestino de 20 años.

"Hamas" fue fundado el 14 de diciembre de 1987 por el jeque Ahmed Yassin, de 58 años, quien está descontando en Israel una condena a cadena perpetua por haber ordenado el asesinato de un soldado.

Mientras en los territorios se producían estos hechos, el Gobierno israelí confirmaba para mañana el regreso de los casi doscientos palestinos que desde hace un año se encuentran confinados en la "tierra de nadie" en el sur del Líbano.

El 17 de diciembre del año pasado, las autoridades israelíes confinaron a 415 palestinos originarios de los territorios ocupados, sosteniendo que se trataba de individuos peligrosos.

La decisión había suscitado las protestas de la OLP y de todos los países árabes, que habían acusado a Israel de "deportar" a los palestinos violando normas de derecho internacional.

El pasado 9 de setiembre, el Primer Ministro israelí Yitzhak Rabin había autorizado el regreso de casi la mitad (189) de los palestinos exiliados en Líbano.

En este clima de enorme tensión pasó la segunda jornada de la fecha que había sido fijada en el acuerdo de Washington para el inicio de la actuación de la autonomía en la franja de Gaza y en la zona de Jericó.

Pese a todo, Arafat se mostró optimista y declaró estar convencido que entrará en Jericó en enero, o como muy tarde en febrero.

Con un gesto que algunos colonos en Israel han interpretado como una confirmación indirecta que el proceso de la autonomía en los territorios seguirá adelante, Rabin intervino hoy en la ceremonia de la colocación de la primera piedra para la construcción de la nueva ciudad de Modiyn.

Hamas: "El Estado sionista será destruido"

El grupo Hamas fue fundado por el jeque islámico Ahmed Yassin en el año 1987. Es el principal opositor de la agrupación Al Fatah, que dirige el líder de la OLP Yasser Arafat.

Tiene el apoyo de entre el 40 y el 50% de los palestinos, y es la agrupación más importante en los territorios ocupados.

Según su líder, Hamas seguirá adelante con la lucha armada contra Israel a la que la OLP puso fin. Yassin, que tiene 58 años y se encuentra en prisión, afirmó ayer que hay dos cosas de las que está seguro: que recuperará su libertad y que el Estado sionista será destruido, algo que según dice está escrito en el Corán.

El jeque islámico declaró en una entrevista que el grupo podría participar en las elecciones de julio, de las que surgirá una asamblea que regirá la autonomía palestina.

Al mantener abierta la opción electoral, Yassin presiona a Arafat para que demuestre a un pueblo palestino cada vez más escéptico que el acuerdo con Israel puede mejorar sus condiciones de vida y poner fin a la ocupación.

Comentaristas políticos palestinos consideran que, al explotar el descontento ante el acuerdo del 13 de setiembre, Hamas obtendría un buen resultado en las elecciones, de las que surgirá un consejo ejecutivo. ■

Dos muertos y 30 heridos en en el sexto aniversario del

Entre hoy y mañana regresarán a Israel unos 200 extremistas palestinos deportados. Dos muertos y 30 heridos fue el resultado de enfrentamientos en los territorios ocupados durante el sexto aniversario de la fundación del grupo fundamentalista Hamas. Ya son cinco los extremistas palestinos muertos entre lunes y martes. (Más inf. págs. 44 y 45.)

MEDIO

los territorios grupo Hamas

GAZA y JERUSALEN, 14 (EFE, AFP, Reuter y por **Michael Parks**, de "Los Angeles Times", especial para **Clarín**). — Dos muertos y una treintena de heridos en los territorios ocupados de Gaza y Cisjordania fue el saldo de una nueva jornada de violencia en la región, con motivo de cumplirse el sexto aniversario de la fundación del movimiento extremista islámico **Hamas**.

En el terreno diplomático, mientras desde Londres el jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), **Yasser Arafat**, opinó que el primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, era "un gran hombre" y se mostró confiado en que se superará el estancamiento de las negociaciones por la autonomía palestina, el gobierno hebreo responsabilizó a la OLP por la paralización de los acuerdos.

Decenas de militantes de Hamas, lanzados a la calle para conmemorar el sexto aniversario de la fundación del grupo integrista, provocaron varios atentados y se enfrentaron con el ejército israelí en distintas zonas de los territorios ocupados de Gaza y Cisjordania. El saldo de los choques fueron dos palestinos muertos y una treintena de heridos.

Los incidentes se produjeron en momentos en que las tropas hebreas se encontraban en estado de alerta máxima en los territorios ocupados, en previsión de posibles atentados "suicidas" del Hamas en conmemoración de un nuevo aniversario de su fundación.

Con la muerte de los activistas fundamentalistas Usama Hamdi Hmeid (de 25 años) y Husam Mohamed al Bakri (de 19), ya son cinco los extremistas palestinos muertos en las últimas 24 horas en los territorios ocupados.

El Hamas y la Jihad Islámica, las dos principales agrupaciones fundamentalistas palestinas, se oponen férreamente a cualquier tipo de acuerdo con Israel (al que quieren eliminar como Estado) y han acentuado sus ataques suicidas contra las fuerzas y los colonos israelíes desde el pasado 13 de setiembre, cuando Israel y la OLP firmaron en Washington un histórico acuerdo de paz. La ola de ataques en los últimos tres meses provocó la muerte de 18 israelíes y 42 palestinos.

Los integristas del Hamas "siguen enriqueciendo sus filas con los palestinos frustrados y cada vez más pesimistas", dijo hoy a la agencia EFE un alto dirigente de la OLP.

La suspensión el lunes de la retirada militar israelí y de la puesta en práctica de la autonomía a Gaza y Jericó —tal como se acordó en setiembre— podría multiplicar el desencanto palestino y remarcar la influencia integrista, según señalaron varios analistas locales.

Desde Londres, donde cumple una inédita visita oficial, Arafat se mostró confiado en que se puedan superar los obstáculos que traban la marcha de los acuerdos. El jefe de la OLP (al que varios de sus partidarios lo hacen responsable de este estancamiento) dijo además que Rabin era "un gran hombre, un hombre valeroso, un hombre que tiene palabra".

Sin embargo desde Jerusalén el tono fue más escéptico. El general **Amnon Shajak**, jefe de la delegación israelí en las negociaciones con la OLP en El Cairo, sostuvo que la OLP se apartó de los acuerdos y por eso se paralizaron.

Nº DOCUMENTO 9400371

TITULO Atentado del Ku Klux Klan en Estados Unidos.

PROC. 150023

FECHA 15/12/93

VOL. 11204 Xen.
65890 E.U.

N2

[illegible] estadounidenses agreden a una [illegible] blanca por vestirse como los negros

[illegible]reso del Ku Klux Klan

[illegible]ancia racial ha vuelto a los niveles de la [illegible] '60

[illegible] de un liceo de [illegible] porque se vestía a [illegible] experimentan- [illegible] el creciente [illegible] norteamerica- [illegible]

(ANSA) [illegible] de intole- [illegible] policías. [illegible] Al comienzo era [illegible] me insultaban, [illegible] dijo Andrea [illegible] de la North New- [illegible] culpable sola- [illegible] asistir a la [illegible] a la [illegible] la única, por [illegible] locales se [illegible] compañe- [illegible]

cuela. "Muy peligroso, me llamaban 'whigger', un insulto para definir al blanco que quiere hacerse pasar por negro". Algunas familias recibieron amenazas de muerte. Y Paul, el padre de Elizabeth, comenzó a dormir en la sala, con una hacha y una pistola bajo la almohada. La Policía de Morocco negó que exista algún problema: "Nuestra comunidad ha sido acusada de racismo, pero no es verdad", proclamó el jefe de Policía Charles Mulligan. Un compañero de clase de la muchacha, Mike Blakeney, minimiza los hechos: "Las amenazas eran sólo para asustarla. Pero ninguno habría tocado nunca uno de sus cabellos". "Cuando el jefe de la comuna me pidió que cambiara de ropas, me dijo: Si lo haces, tus compañeros no te crearán más problemas", añadió Andrea. El episodio —comentan los investigadores— podría en cambio representar un enésimo síntoma: la escuela en EEUU está en pleno retroceso. Un informe de Harvard denunció que la segregación entre las etnias ha vuelto al nivel de los años '60. Sobre diez estudiantes negros o hispánicos, revela el informe, siete frecuentan escuelas a las cuales no asisten los blancos. [illegible] impulso por los derechos civiles [illegible] y por primera vez en cua- [illegible]

Doc. Poco Legible

9400371

01-01

Nº DOCUMENTO 9400372

TITULO Argentina extraditará a terrorista italiano

PROCEDENCIA 150024.,

FECHA DE PROCEDENCIA 16/12/93.

VINCULACIONES 11213 TM-

66960 ARG.

507604 IT.

ENTRADO	NZ
CRUZADO	NZ

Extradición para un terrorista italiano

El juez federal **Martín Irurzun** hizo lugar al pedido **de extradición** del ciudadano italiano **Augusto Cauchi**, acusado de colaborar con el sangriento atentado contra la estación ferroviaria de Bologna. Cauchi se encuentra detenido en la Argentina, desde abril, donde vivía con una **falsa identidad**.

Sin embargo, la extradición de Cauchi a Italia no se concretará hasta que se termine un juicio por falsificación de documento que se le sustancia en nuestro país. Además, los abogados de Cauchi apelaron el fallo de Irurzun ante la Cámara Federal.

En su dictamen Irurzun rechazó el dictamen del fiscal **Héctor Luis Yrimia**, quien se había opuesto a la extradición de Cauchi, argumentando que se lo quiere juzgar en Italia por "delitos políticos y delitos comunes conexos con los políticos". Según el fiscal, Cauchi sería un perseguido político porque su intención era **"reconstruir el partido fascista, mediante asociaciones subversivas, utilizando para el caso explosivos y armas"**.

La Justicia de Florencia condenó a Cauchi en ausencia a 7 años de prisión por los delitos de "asociación subversiva, posesión y portación ilegal de explosivos", entre otras condenas.

En su fallo, Irurzun negó que Cauchi sea un perseguido político en Italia y rechazó que la Justicia italiana, según se desprendería de los escritos de la defensa, está instrumentada para reprimir "a piacere".

"Es pública y notoria —afirma Irurzun— la **denonada lucha** que ha debido enfrentar el país reclamante contra todos los delitos que cometiera el crimen organizado y aún más, el terrorismo del que fue víctima."

9400372

01-01

Reynolds y Major firmaron una declaración de paz

Acuerdo para Irlanda del Norte

Los primeros ministros de Gran Bretaña y de Irlanda acordaron ayer una histórica declaración que apunta a poner fin a 25 años de violencia en Irlanda del Norte por parte de republicanos radicalizados y grupos armados de protestantes.

John Major, y su par irlandés, Albert Reynolds, anunciaron el acuerdo en el acceso del número 10 de la Downing, la residencia del premier británico, tras una entrevista de cuarenta minutos.

La declaración reconoce el derecho del pueblo irlandés a la autodeterminación, un requisito insoslayable para que los guerrilleros del Ejército Republicano Irlandés (IRA) depongan las armas.

En un mensaje claramente dirigido al IRA, Major dijo que ahora, a quienes usaron o apoyaron la violencia, les correspondía aprovechar esta oportunidad para terminar el conflicto.

Reynolds, que flanqueaba a Major, dijo: "Esta es una oportunidad histórica para la paz. Confío que todos la tomarán para que podamos en conjunto empezar nuevamente".

Este fue el tercer encuentro entre Major y Reynolds para dar un decidido impulso a la búsqueda de una solución definitiva y poner coto al conflicto que ha costado más de 3.000 vidas desde 1969.

Las repercusiones no se hicieron esperar y luego de la conferencia de prensa que dieron los dos mandatarios, los unionistas protestantes norirlandeses rechazaron la declaración de paz por considerarla una "traición".

En este sentido el reverendo Ian Paisley, líder del Partido Unionista Democrático, fue contundente al afirmar que la declaración de paz "quiere satisfacer a la diabólica escoria republicana" del IRA y traicionar a la población protestante.

Las fuerzas de seguridad de Belfast creen que esta declaración de paz no será bien recibida por los grupos paramilitares protestantes y advirtieron de la posibilidad de una escalada de violencia sin precedentes por parte de éstos.

A su vez, Mitchel McLaughli, presidente del Sinn Fein en Irlanda del Norte, señaló que entre los nacionalistas católicos existe un sentimiento de "decepción" ante los términos del acuerdo.

Las palabras de McLaughlin son la primera respuesta expresada por un miembro del Sinn Fein (rama política del grupo terrorista IRA), que podría sentarse a la mesa de conversaciones con el gobierno británico el próximo marzo si cesa la lucha armada durante un período de 12 semanas.

A pesar de las críticas, el presidente del Sinn Fein no rechazó el documente conjunto y aseguró que su partido lo someterá a un estudio en profundidad.

El punto relativo a la autodeterminación ha sido el más duro al que se han tenido que enfrentar Major y Reynolds para llegar a un acuerdo, ya que el texto pretendía evitar la mención de forma directa de compromisos que supusieran reformas a puntos constitucionales de los dos países pero sin cerrar las puertas que puedan producirse.

La reclamación de la República de Irlanda sobre la provincia británica del Ulster está incluida en dos artículos de su Constitución, que sólo pueden ser reformadas mediante referéndum.

La declaración, con su llamamiento al cese de la violencia, tanto por el IRA como por los paramilitares protestantes, va mucho más lejos en su afán de disipar recelos y abre las puertas a cambios sobre temas hasta ahora tabú en Irlanda.

La declaración conjunta de Major y Reynolds ofrece a todas las partes implicadas en el conflicto del Ulster la posibilidad de aprovecharlo para iniciar un nuevo camino partiendo de cero, sin tomas de posición previas o compromisos que han sido despejados por ambos líderes.

Irlanda del Norte es una región de un millón y medio de habitantes; actualmente es custodiada por 30.000 efectivos de la Policía. ■

(De la redacción de El Observador *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

Veinticuatro años de violencia

Diciembre de 1969 - Quince personas murieron por un ataque dinamitero de la fuerza de voluntarios protestantes del Ulster contra un bar del norte de Belfast.

Marzo de 1972 - Gran Bretaña implanta su administración directa desde Londres para tratar de aplacar las tensiones sectarias en Irlanda del Norte.

Julio de 1972 - Mueren 11 personas y otras 130 quedan heridas en el "Viernes sangriento" de Belfast, cuando el IRA hace detonar 26 bombas. Frustradas conversaciones secretas del IRA con el gobierno británico en Londres.

Enero de 1974 - Irlanda del Norte pone en funcionamiento su propia asamblea, en la que protestantes y católicos comparten el poder, pero el ejecutivo se derrumba tras huelgas de encolerizados protestantes.

Octubre de 1984 - El gabinete de la primera ministra Margaret Thatcher escapó por poco a la muerte al estallar una bomba del IRA que mató a cinco personas en un hotel del centro turístico de Brighton durante una convención del Partido Conservador.

Noviembre de 1985 - Gran Bretaña e Irlanda firman un acuerdo que concede ingerencia a Dublín en la administración de la provincia que es interpretado como una herramienta apta para aplacar a los republicanos que aspiran a la unificación irlandesa.

Febrero de 1991 - El IRA dispara un proyectil de mortero contra la oficina londinense del primer ministro John Major. No provoca víctimas pero el IRA lanza campaña propagandística triunfalista afirmando que estuvo a punto de matar al jefe del gobierno.

Febrero de 1993 - Gran Bretaña inicia contactos exploratorios y secretos con el IRA para tratar de lograr el fin de su campaña de violencia.

Marzo de 1993 - Estalla bomba de fragmentación en Warrington, Inglaterra septentrional, matando a dos niños de tres y doce años. El atentado provoca una oleada de repudio y da nuevo impulso a la búsqueda de un acuerdo de paz.

Octubre de 1993 - John Major y Albert Reynolds lanzaron una iniciativa que apuntaba a principios de acuerdo sobre la futura situación de Irlanda del Norte.

Atentado dinamitero del IRA contra una concurrida calle comercial de Belfast mata a nueve protestantes y a uno de los autores del atentado.

Elementos protestantes, al grito de "treta o trato" matan a siete personas que festejaban Halloween en un atestado bar de una ciudad de Irlanda del Norte.

Diciembre 15 de 1993 - Londres y Dublín acuerdan una declaración que, según la manifestada esperanza de Major y Reynolds, va a impulsar al IRA y a los grupos protestantes radicalizados a depoder las armas. ■



El Primer Ministro Irlandés Pide paz a los Extremistas

BELFAST, 25 (Reuter). — El primer ministro irlandés Albert Reynolds instó hoy a los guerrilleros de Irlanda del Norte a aceptar la idea fundamental de una iniciativa de paz y trabajar para el futuro en lugar de embrollarse con los detalles del plan.

"No quiero que nadie más pierda la vida en Irlanda del Norte ni en ninguna otra parte, ahora que la paz está claramente a nuestro alcance", escribió en su artículo publicado por el semanario Sunday Life de Belfast.

El artículo de Reynolds parece dirigido a Sinn Fein, a la política del Ejército Republicano Irlandés (IRA) que ha pedido en vano un diálogo directo con los primeros ministros de Irlanda y Gran Bretaña para estudiar la iniciativa lanzada el 15 de diciembre.

"No deberíamos permitir que nos desvíén hacia cuestiones que es necesario dejar para el futuro", enfatizó. "Si tratamos de resolverlas ahora, podrían transformarse en un escollo que trabará todo el proceso".

Su llamado fue publicado en las últimas 24 horas de una tregua de tres días declarada por los guerrilleros del IRA, que buscan expulsar a las autoridades británicas de Irlanda del Norte.

Los líderes de las iglesias católica y protestante de Irlanda exhortaron a los extremistas de ambas partes a detener definitivamente los ataques y dar una oportunidad a la paz.

"Es hora de que salgan del mundo oscuro y siniestro que han creado en torno a sí", dijo el arzobispo Robin Eames, jefe de la Iglesia de Irlanda, en su mensaje de Navidad.

"La paz bien vale la espera. Pero ojalá cesen las muertes mientras esperamos", expresó el cardenal Chal Daly, líder de la Iglesia Católica en Irlanda, en la misa de medianoche.

No se registró ningún acto de violencia política desde el lunes por la noche, cuando el IRA hirió a un soldado británico y a un civil al detonar una bomba en Belfast.

Daly pidió oraciones para dar valor a los negociadores ingleses e irlandeses, como así también a los activistas que libran una guerra que ha cobrado 3.000 vidas en 20 años.

Hay que tomar decisiones difíciles, y es necesario buscar con paciencia y constancia un acuerdo para llevar a la práctica esas decisiones", dijo. "Los demás debemos mostrar paciencia y preservar con las plegarias mientras se desarrolla el duro proceso de tomar decisiones".

Daly pronunció su mensaje en South Armagh, el "territorio de los bandidos" o plaza fuerte del IRA, apoyado por la minoría católica en su guerra para unir al resto de la isla la porción meridional separada como provincia británica hace siete décadas.

La iniciativa de paz anglo-irlandesa, lanzada hace 10 días, fue aceptada a regañadientes por los principales partidos protestantes, pero Sinn Fein la rechazó.

El plan ofrece al ala política del IRA un lugar en las conversaciones sobre el futuro de Irlanda del Norte si el IRA detiene totalmente sus ataques, pero otorga a la mayoría protestante un poder de veto frente a cualquier cambio en la condición de la provincia.

Los dirigentes de la agrupación exigen conversaciones directas con Gran Bretaña e Irlanda para estudiar el plan, pero los gobiernos de ambos países dijeron que no habrá diálogo a menos que Sinn Fein utilice su influencia para frenar la violencia del IRA.

Gestiones entre los gobiernos británico e irlandés

El brazo político del IRA apoya las conversaciones por la paz

BELFAST, 21 (Reuter). – El líder del Sinn Fein –brazo político del IRA–, Gerry Adams, formuló hoy un llamado a conversaciones directas y sin precondiciones entre los gobiernos británico e irlandés.

En conferencia de prensa, señaló que la declaración anglo-irlandesa de la semana última, que aspira a pacificar a Irlanda del Norte, "ciertamente no es el fin. Nosotros queremos que sea el comienzo del fin".

La declaración conjunta emitida el último miércoles por los gobiernos irlandés y británico proponía a Sinn Fein conversaciones acerca del futuro de la provincia, si el Ejército Republicano Irlandés (IRA) renunciaba a la campaña violenta con que desde hace 25 años intenta desalojar a Gran Bretaña de Irlanda del Norte.

Esta representa la primera respuesta sustantiva a la propuesta, de parte de Adams, quien previamente había dicho que el Sinn Fein necesitaba más tiempo para evaluar.

Gran Bretaña declaró la semana última que hablaría con el Sinn Fein dentro de tres meses, después de haber renunciado a la lucha armada, aun cuando para esa fecha no hubiera entregado todas sus armas.

En espera del dictado de la burocracia terrorista

Por Graciela Iglesias

(Especial para LA NACION)

Regateos: el IRA exige el indulto de prisioneros de ambos bandos, en una carrera contra el tiempo en su complejo proceso de decisión sobre el plan anglo-irlandés.

BELFAST.– La impresión que se recibe, tres años tras el último paso por la capital europea de la violencia, es que nada ha cambiado.

Esa violencia ha agotado el interés de este pueblo cálido y dicharachero. Pero la posibilidad de alcanzar una paz duradera hace que siga de cerca las alternativas de lo que se considera como la más seria posibilidad de terminar con un antagonismo de más de 400 años.

La "Declaración de Downing Street", firmada por los primeros ministros británico e irlandés hace una semana abrió la puerta a la participación del brazo político del IRA, Sinn Fein, en la mesa de negociaciones.

Los recientes reclamos de su líder, Gerry Adams, sobre un indulto para todos los terroristas prisioneros (1550 católicos y protestantes), son tanto un "regateo" previo al ingreso a las negociaciones como un recurso para ganar tiempo.

El PIRA (Provisional Irish Republican Army), organización con raíces en el IRA nacido en el siglo pasado, ha heredado de él rutinas administrativas bien establecidas. Sus reglas, conocidas como "Ordenes del Ejército General" (General Army Orders) fueron revisadas por última vez en 1987 y de ellas emana la forma de aceptar un armisticio.

La campaña armada

Todo parte del "Consejo del Ejército" integrado por ocho miembros encargados de dirigir la campaña armada. Varios de ellos, se afirma, son personas allegadas a Gerry Adams y a su subrogante, Martin Mc Guiness. Este octeto es elegido por el "Ejecutivo del Ejército", un comite de 12 paramilitares escogidos, a su vez, en turno por una "Convención General" con representantes de cada área y departamento del IRA.

El punto 8 de sus reglas otorga al "Consejo del Ejército" el poder de "concluir la paz o declarar la guerra", pero agrega de inmediato que esa medida debe ser "ratificada" por la convención".

Esta base de la pirámide se reúne en pocas ocasiones, especialmente por razones de seguridad. Se estima que su última asamblea fue en 1986. Muchos de sus integrantes tienen ahora domicilio fijo en cárceles del Reino Unido, Irlanda, Alemania, Holanda y los Estados Unidos. Algo que no merma su poder de opinión y, muy por el contrario, explica la preocupación de Adams por tener entre sus manos la tentadora carta de la amnistía.

El premier irlandés, Albert Reynolds, admitió que el tema está en la agenda. Y por más que su colega británico ponga el grito en el cielo, en la trastienda asegura que "un alto el fuego prolongado puede hacer ver las cosas diferentes".

Aquí muchos rezan para que esto se concrete. Un deseo de perdón que no tiene como destinatario final precisamente a los gobiernos sino a los hogares de las 3110 víctimas de la más prolongada expresión de odio irracional de este cuarto de siglo.

9400373

03

POLICIA/1

cos a la ba pieza

pieza, convenciéndose de que está libre de algún siniestro o estilo.

greso, la señora sove, pero la sorpresa ndo, luego de en-

La mujer se dirigió entonces a la Jefatura capital donde radicó la denuncia correspondiente y los investigadores procedieron a detener a la "alquiladora" trucha, la fue trasladada a dependencias de la Segunda Zona del

olds descartaron ta del Sinn Fein

directo entre las partes

Los Primeros Ministros británico, John Major, e irlandés, Albert Reynolds, descartaron ayer la propuesta del Sinn Fein, brazo político del IRA, de un diálogo directo y afirmaron que la declaración conjunta de paz para Irlanda del Norte no es negociable.

Londres (Ansa)

Ayer, Gerry Adams, Presidente del Sinn Fein, había pedido negociaciones directas y públicas entre la dirección del IRA (Ejército Republicano Irlandés) y los Gobiernos del Reino Unido y de la República de Irlanda.

En vista de "declaraciones contradictorias" de Londres y Dublín sobre varios puntos de la declaración, Adams había afirmado ayer que es necesaria una "aclaración" a través de un diálogo directo con los dos gobiernos.

Major y Reynolds respondieron hoy que sobre la declaración anglo-irlandesa, firmada el pasado día 15, no hay nada que discutir. "La declaración es una afirmación de principios y no una base para la discusión", dijo el Primer Ministro irlandés.

"La declaración es perfectamente clara, de modo que no son necesarias ulteriores negociaciones", afirmó por su parte Major, quien instó al Sinn Fein a "recoger el desafío lanzado sobre la mesa de paz".

"Hay una oportunidad significativa de paz sobre la mesa, toca a Sinn Fein aprovecharla", dijo Major a su llegada a Ulster para una breve visita, de 24 horas.

Durante su inédito viaje a Belfast, el primer ministro británico visitó la parte oeste de la ciudad, la más pobre, habitada por los católicos, y bastión del IRA.

Major visitó una pequeña fábrica desde la cual se ve el largo muro gris del cementerio de Milltown, donde se encuentran enterrados decenas y decenas de guerrilleros republicanos.

Protegido por un nutrido grupo de policías y militares, Major invitó a la gente del Ulster "a no estar al juego de Gerry Adams".

Después de la visita a una fábrica en la parte este de Belfast, la protestante, el Primer Ministro acudió al Municipio de la ciudad, donde algunos consejeros unionistas le reprocharon y acusaron de traicionar a la gente de Irlanda del Norte.

Entre gritos, un consejero lo acusó de querer consentir al IRA sentarse en la mesa de negociaciones con "los fúsiles aún humeantes", y lanzó contra Major un proyectil de papel en señal de protesta.

La declaración conjunta adoptada el miércoles de la semana pasada por Major y Reynolds, propone la participación del movimiento republicano a negociaciones políticas después de un alto el fuego efectivo del IRA de tres meses.

La declaración reconoce también la "legitimidad" de la reivindicación de una Irlanda unida, subrayando la necesidad de un consenso de la mayoría protestante del Ulster.

Mientras, en Dublín el Primer Ministro irlandés afirmó hoy que la declaración conjunta anglo-irlandesa para la paz en Ulster ofrecía un medio valioso para poner en marcha una primera etapa para una paz justa y duradera en Irlanda del Norte.

Reynolds respondió también en la misma línea que Major, a la propuesta de Sinn Fein de "diálogo directo", diciendo que las negociaciones sólo pueden entablarse "una vez que se haya establecido la paz".

La propuesta de diálogo directo planteada ayer por Adams coincidió con una nueva ofensiva telefónica del IRA, que consiguió bloquear Londres con una serie de falsas amenazas de bomba.

Además, esta oferta de Adams resulta tan inaceptable para Londres y Dublín como la del día anterior, en la que el presidente del Sinn Fein planteó la amnistía de todos los cientos de presos del IRA, como condición para un acuerdo de paz.

Se espera que el IRA anuncie, en las próximas 48 horas, su tradicional tregua navideña.

John Major y Reynolds descartaron aceptar propuesta del Sinn Fein

• *El brazo político del IRA solicitó un diálogo directo entre las partes*

Los Primeros Ministros británico, John Major, e irlandés, Albert Reynolds, descartaron ayer la propuesta del Sinn Fein, brazo político del IRA, de un diálogo directo y afirmaron que la declaración conjunta de paz para Irlanda del Norte no es negociable.

Londres (Ansa)

Ayer, Gerry Adams, Presidente del Sinn Fein, había pedido negociaciones directas y públicas entre la dirección del IRA (Ejército Republicano Irlandés) y los Gobiernos del Reino Unido y de la República de Irlanda.

En vista de "declaraciones contradictorias" de Londres y Dublín sobre varios puntos de la declaración, Adams había afirmado ayer que es necesaria una "aclaración" a través de un diálogo directo con los dos gobiernos.

Major y Reynolds respondieron hoy que sobre la declaración anglo-irlandesa, firmada el pasado día 15, no hay nada que discutir. "La declaración es una afirmación de principios y no una base para la discusión", dijo el Primer Ministro irlandés.

"La declaración es perfectamente clara, de modo que no son necesarias ulteriores negociaciones", afirmó por su parte Major, quien instó al Sinn Fein a "recoger el desafío lanzado sobre la mesa de paz".

"Hay una oportunidad significativa de paz sobre la mesa, toca a Sinn Fein aprovecharla", dijo Major a su llegada a Ulster para una breve visita, de 24 horas.

Durante su inédito viaje a Belfast, el primer ministro británico visitó la parte oeste de la ciudad, la más pobre, habitada por los católicos, y bastión del IRA.

Major visitó una pequeña fábrica desde la cual se ve el largo muro gris del cementerio de Milltown, donde se encuentran enterrados decenas y decenas de guerrilleros republicanos.

Protegido por un nutrido grupo de policías y militares, Major invitó a la gente del Ulster "a no estar al juego de Gerry Adams".

Después de la visita a una fábrica en la parte este de Belfast, la protestante, el Primer Ministro acudió al Municipio de la ciudad, donde algunos consejeros unionistas le reprocharon y acusaron de traicionar a la gente de Irlanda del Norte.

Entre gritos, un consejero lo acusó de querer consentir al IRA sentarse en la mesa de negociaciones con "los fúsiles aún humeantes", y lanzó contra Major un proyectil de papel en señal de protesta.

La declaración conjunta adoptada el miércoles de la semana pasada por Major y Reynolds, propone la participación del movimiento republicano a negociaciones políticas después de un alto el fuego efectivo del IRA de tres meses.

La declaración reconoce también la "legitimidad" de la reivindicación de una Irlanda unida, subrayando la necesidad de un consenso de la mayoría protestante del Ulster.

Mientras, en Dublín el Primer Ministro irlandés afirmó hoy que la declaración conjunta anglo-irlandesa para la paz en Ulster ofrecía un medio valioso para poner en marcha una primera etapa para una paz justa y duradera en Irlanda del Norte.

Reynolds respondió también en la misma línea que Major, a la propuesta de Sinn Fein de "diálogo directo", diciendo que las negociaciones sólo pueden entablarse "una vez que se haya establecido la paz".

La propuesta de diálogo directo planteada ayer por Adams coincidió con una nueva ofensiva telefónica del IRA, que consiguió bloquear Londres con una serie de falsas amenazas de bomba.

Además, esta oferta de Adams resulta tan inaceptable para Londres y Dublín como la del día anterior, en la que el presidente del Sinn Fein planteó la amnistía de todos los cientos de presos del IRA, como condición para un acuerdo de paz.

Se espera que el IRA anuncie, en las próximas 48 horas, su tradicional tregua navideña.

9400373

04

LOS PRESOS DEL IRA

Reynolds provoca revuelo

Las sugerencias del primer ministro irlandés, Alberto Reynolds, de que se consideraría el futuro de los presos del IRA con el fin de concretar un cese permanente de la violencia en el Ulster, en aparente alusión a una amnistía, fueron recibidas con preocupación ayer por Londres. Reynolds, en unas declaraciones hechas a la BBC, señaló que el gobierno irlandés y el británico han prometido en la declaración de Bruselas del pasado 29 de octubre que responderán de forma "imaginativa" a un alto el fuego por parte del Ejército Republicano Irlandés (IRA).

"Indudablemente, el futuro de los prisionerosw sería parte de ello y yo creo que eso es lo que el gobierno británico tendría en mente en sus conversaciones exploratorias con el Sinn Fein", puntualizó el primer ministro irlandés a la BBC. Las observaciones de Reynolds provocaron preocupación en funcionarios británicos, cinco días después de que el primer ministro irlandés y su colega británico, John Major, firmaran la declaración de paz para el Ulster que abre las puertas a una solución al problema de Irlanda del Norte.

Las sugerencias de Reynolds fueron interpretadas por la prensa londinense como la pretensión de liberar a presos con el propósito de convencer al Sinn Fein (rama política del IRA) de que entre en el diálogo exploratorio sobre el futuro del Ulster a cambio de que el Ejército Republicano Irlandés renuncie definitivamente a la violencia.

Cientos de presos pertenecientes al IRA cumplen condenas en cárceles británicas e irlandesas por delitos relacionados con el terrorismo.

Los funcionarios británicos recibieron con "alarma" estas sugerencias de Reynolds, ya que el gobierno de Londres ha puntualizado que no habrá una amnistía general como precio para acabar con la violencia del IRA.

John Major resaltó la semana pasada en la Cámara de los Comunes que su gobierno está comprometido en que no haya una amnistía para terroristas. Diputados unionistas, a favor de que el Ulster siga anexado a Gran Bretaña, también recibieron con preocupación las sugerencias de Albert Reynolds y las rechazaron.

El IRA aún no ha respondido a la fórmula de paz firmada el pasado miércoles en Londres, pero el Sinn Fein ha dicho que si bien quiere la paz debe estudiar cuidadosamente la declaración angloirlandesa.

Nº. DOCUMENTO 9400374
TITULO Inversionistas temen a la xenofobia en Rusia
PROCEDE 50483
FECHA 16/12/93
VINCULA 11204 Xen. 507294 Rusia

ENTRADO VZ
CRUZADO VZ

Inversionistas le temen a la xenofobia

MOSCÚ - LOS PRINCIPALES inversionistas occidentales mantuvieron un rostro imperturbable ante el resultado de las elecciones rusas, pero detrás de esa máscara subyace el temor a la xenofobia y a que empeore el clima para invertir. El grupo de Zhirinovsky, que ostenta el desconcertante nombre de Partido Democrático Liberal, parece estar a punto de convertirse en el principal partido del nuevo Parlamento ruso y hace surgir dudas respecto al futuro de las reformas económicas. El dirigente nacionalista apoya la existencia de un sector privado en la economía de Rusia, pero sostiene que la industria estatal debe estar a la cabeza de la modernización de plantas obsoletas. *(Reuter)*

9400374

01 - 01

DOCUMENTO 9400375
TITULO Declaración del IRA sobre acuerdo de paz.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PROCEDENCIA 17/12/93
VINCULACIONES 11213
50752 96 B.
66196 IRL.
314 711 IRA

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

IRA levanta la voz: amnistía para los detenidos políticos

Ningún acuerdo de paz para el Norte de Irlanda podrá prescindir de la amnistía para todos los detenidos políticos, declaró ayer Gerry Admas, Presidente del Sinn Fein, el brazo político del Ejército Republicano Irlandés (IRA).

Londres (ANSA)

El Gobierno de Londres, sin embargo, ya excluyó la posibilidad de conceder una amnistía general, sosteniendo que no hay presos políticos sino criminales condenados por atentados, homicidios y otros delitos.

En cambio es diferente la posición de Dublin, donde el Premier Albert Reynolds señaló que el tema de la amnistía se discutirá en la mesa de las negociaciones.

Las conversaciones de paz –según la declaración firmada la semana pasada por Londres y Dublin– podrán comenzar sólo a los tres meses del cese de la violencia.

El Sinn Fein será admitido por primera vez en las tratativas.

En el Norte de Irlanda, los presos por delitos relacionados con la lucha armada son 1.600, de los cuales más de 1.000 son republicanos y los otros pertenecen a grupos paramilitares protestantes.

Además, hay 28 militantes del IRA detenidos en Inglaterra, entre ellos Pat Magee, condenado por el atentado de 1984 al hotel de Brigton, donde se estaba realizando el congreso del Partido Conservador.



Los atentados no terminan pero el grupo terrorista condiciona un acuerdo de paz a la amnistía de sus presos.

El IRA hará su pronunciación

En los próximas 48 o 72 horas la conducción suprema de la guerrilla católica irlandesa se pronunciará sobre la histórica "declaración de paz" para el Ulster, anunciada ayer en Londres por el Premier británico John Major y por su colega irlandés, Albert Reynolds.

Belfast (Ansa)

Major y Reynolds se manifestaron en general confiados. Pero el brazo político del IRA, el Sinn Fein, definió anoche como "desilusionante" la declaración, aunque no la rechazó e incluso prometió "un estudio profundo".

Sólo la denominada "Convención General" del IRA (en la que están representados los siete más importantes "líderes de columna" de la organización) tiene el poder para suspender la "campaña militar" contra Gran Bretaña por la "ocupación colonial" de Irlanda del Norte. Debiera ser convocada en secreto, a lo sumo en 72 horas.

En los últimos 25 años de extenuante guerra civil entre católicos y protestantes, que costó la vida de 3.111 personas, la Convención General del IRA se reunió sólo en otras dos ocasiones.

En febrero, según sostuvo el Gobierno de Major, los líderes del movimiento independentista católico señalaron estar dispuestos a negociar "una vía de salida", confesándose "cansados" por la incontrolable espiral de violencia.

De ser así, se considera posible que acepten el proceso de paz acordado por Londres y Dublín con un casi increíble acuerdo que debiera desembocar en el lanzamiento de nuevas tratativas entre todas las partes y facciones interesadas.

9400375

Nº DOCUMENTO 9400376
TITULO El FDLP frustró desembarco Israelí al norte de Líbano
PROCEDENCIA 15004
FECHA DE PROCED. 17/12/93
VINCULACIONES 11847 TI
507603 ISR
66330 LIB
67190 SIR
514396 FDLP.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Libano

PALESTINOS FRUSTRAN DESEMBARCO ISRAELI

Una organización guerrillera palestina con base en Siria afirmó ayer que sus combatientes frustraron un intento de desembarco desde una unidad naval israelí que pretendía atacar el campo de refugiados palestinos de Nahr el Bared, al norte del Líbano.

En un comunicado el Frente Democrático para la Liberación de Palestina (FDPLP), de Nayef Hawatmeh, afirma que sus hombres repelieron un intento de desembarco israelí en la noche del miércoles cerca de Nahr el Bared, donde el frente tiene una de sus bases.

9400376

01-01

Nº DOCUMENTO 94003?7
TITULO Israel ordenó toque de queda en Gaza y Jericó
PROCEDENCIA 150483
FECHA DE PROCEDENCIA 17/12/93
VINCULACIONES 118477 J.S
500868 OLP
507603 ISR

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Israel ordenó toque de queda en Gaza y Jericó

ISRAEL IMPUSO AYER el toque de queda en los territorios ocupados de Gaza y Jericó mientras un funcionario de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) declaró en Túnez que el acuerdo de paz OLP-Israel quedaría congelado la semana próxima si una reunión cumbre previa fracasa en concertar el inicio de la evacuación israelí de la zona en litigio.

Un primer plazo fijado para ello, el del 13 de diciembre, ya transcurrió estérilmente, a causa de preocupaciones de seguridad israelíes fundamentalmente.

Los colonos dijeron que no piensan obedecer el toque de queda.

Las órdenes, dadas a conocer en un cuadernillo de 10 páginas, fueron emitidas mientras crece la violencia entre palestinos y extremistas judíos en las ocupadas franja de Gaza y Cisjordania.

El primer ministro Yitzhak Rabin y el presidente de la OLP Yasser Arafat tienen previsto reunirse la semana próxima en El Cairo para intentar despejar los obstáculos que impiden el comienzo de la evacuación.

Ambos bandos firmaron el 13 de setiembre una declaración de principios que apunta a consagrar un período de cinco años de autonomía interina para los palestinos en Gaza y Jericó.

Israel, por su parte, advirtió ayer que no hará concesiones a la OLP sobre control fronterizo, que es uno de los mayores escollos al autogobierno palestino.

La violencia perpetrada por oponentes del acuerdo autonómico israelí-palestino costó la vida a 14 israelíes, cinco de ellos colonos.

Los colonos a su vez mataron en venganza a seis de los 47 árabes muertos por israelíes desde que fue firmado el acuerdo el 13 de setiembre.

Una declaración del Ejército dijo que tanto los soldados como la Policía recibieron órdenes de "actuar agresivamente contra los judíos que violen la ley y alteren el orden público".

Retransmisiones de televisión en las que colonizadores judíos dispararon sus fusiles en las calles de la población cisjordana de Hebrón, mientras los soldados permanecían al margen, crearon una ola de indignación pública por lo que el Ejército decidió dar nuevas órdenes.

A pesar de ello tras décadas de afrontarlo todo, desde misiles hasta piedras, los militares israelíes piensan en lo hasta ahora impensable, un Ejército para tiempos de paz.

El comandante del Ejército dijo el pasado mes a la Comisión parlamentaria de Defensa que Israel ya no tenía necesidad de reclutar a casi todos sus jóvenes de ambos sexos de 18 años de edad para el ya tradicional servicio militar, de casi dos años para las mujeres y tres años para los hombres.

Un miembro del Estado Mayor general dijo que la intención de Barak de acortar los períodos de conscripción era parte de una revisión más general de los planes de largo alcance del Ejército ante posibles tiempos de paz. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter, AP y EFE)*

9400377

01-01

9400378
Continúan los atentados de Sendero Luminoso
150090
17/12/93
111405 Sub.
501173 SC
668177 Peru

ENTRADO N.Z
CRUZADO N.Z

Continúan acciones militares del grupo maoísta de Perú.

MINISTRO DESCARTA RECOMPOSICION DE SENDERO

El ministro peruano del Interior, General Juan Briones, descartó ayer sábado, que las últimas acciones terroristas de la banda maoísta Sendero Luminoso, constituyan evidencia de alguna recomposición de sus cuadros dirigentes. Briones, que confirmó que activistas de dicho organización terrorista perpetraron el jueves, el asalto a una agencia del Banco de la Nación, en Lima, durante el que murieron nueve personas, atribuyó los ataques a grupos senderistas "que ahora se dedican al robo, al pillaje y al asesinato, al haber perdido sustento ideológico".

Añadió en declaraciones a la prensa, que tras haberse capturado casi la totalidad del alto mando de la banda maoísta, incluído su cabecilla máximo, Abimael Guzmán, "las células que han quedado se han dedicado al bandolerismo realizando acciones de este tipo, para dar la connotación que tienen capacidad, cosa que no es cierta". Briones consideró que las acciones violentas, como el asalto al Banco de la Nación y los atentados con explosivos cometidos en los primeros dias de diciembre, cuando fueron asimismo derribadas torres de alta tensión del tendido eléctrico, son "una muestra de la desesperación y desorientación" en que se encuentran los terroristas "debido a los constantes golpes que se les dan". Entre las víctimas mortales del asalto de ayer se encuentran un niño de cuatro años, tres policías, dos vigilantes particulares, una maestra y una integrante del grupo senderista.

Los senderistas, entre diez y quince, irrumpieron en la oficina bancaria del distrito periférico limeño de El Agustino, y arrojaron explosivos y dispararon indiscriminadamente sus armas de fuego, tras lo cual robaron unos 25.000 dólares.

Perú-Asalto

LIMA, (ANSA).— Nueve muertos y cuatro heridos graves dejó el violento asalto que perpetró hoy un grupo terrorista no identificado a una agencia bancaria, en un distrito populoso de la periferia este de la capital peruana.

Las víctimas fueron identificadas como tres policías, dos vigilantes y cuatro civiles, entre ellos la terrorista Teodora [illegible], que fue abatida por la policía cuando ella y sus compañeros, fuertemente armados, se enfrentaron a las fuerzas del orden, a su salida de la agencia del Banco de la Nación.

9400378

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400379

TITULO AL KASSAR no puede Salir de España acusado de Tráfico de Armas -

PROCEDENCIA 150024

FECHA DE 17/12/93

VINCULACIONES 11873 T.A

507513 ESP

11847 TI

514871 FPLP

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Al Kassar no puede salir de España



Un juez de la Audiencia Nacional de España rechazó ayer la petición del presunto traficante de armas sirio **Monzer Al Kassar** de salir de España para visitar en Túnez a un hermano enfermo.

El juez **Manuel García Castellón** adoptó esta decisión porque la solicitud de Al Kassar no es compatible con su actual estado de **libertad provisional**, que lo obliga a comparecer los días 1º y 15 de cada mes

Al Kassar está procesado en España como presunto integrante de una fracción del Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP) y como supuesto suministrador de las armas utilizadas en el secuestro del buque italiano "Achille Lauro" en 1985, en el que fue asesinado un estadounidense.

Además, la Audiencia Nacional concedió a la Argentina la **extradición** de Al Kassar para que sea juzgado allí por supuesta falsedad para conseguir la nacionalidad de aquel país, una vez que cumpla sus penas en España.

Poco legible

9400379

01-01

Nº DOCUMENTO 9400380

TITULO Enfrentamientos y atentados en Filipinas.

PROCEDENCIA 150090

18/12/93

VINCULACIONES 11847 TI

6594/FIL

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Filipinas

16 MUERTOS EN ENFRENTAMIENTOS

Al menos seis soldados y diez rebeldes musulmanes del secesionista Frente de Liberación Moro Islámico (FMIL) murieron en enfrentamientos en la sureña provincia filipina de Cotabato del Norte, en la isla de Mindanao, informaron fuentes oficiales.

El enfrentamiento, en el que también hubo varios heridos, tuvo lugar en Alcosan, unos 960 kilómetros al sureste de Manila.

Las Fuerzas Armadas filipinas libran desde hace dos décadas una guerra de guerrillas contra varios miles de insurgentes comunistas y grupos de separatistas musulmanes que actúan en el sur del archipiélago.

Arrojaron tres granadas en una atestada catedral filipina

MANILA, 26 (AP). – Siete personas fueron muertas y 130 resultaron heridas por la explosión de tres granadas arrojadas hoy en la catedral católica de San Pedro de la ciudad de Davao, la mayor de la isla de Mindanao, mientras estaba colmada de feligreses.

Cinco personas perecieron en un ataque similar perpetrado en 1981 contra la misma catedral.

La policía y el alcalde de Davao, Rodrigo Duterte, dijeron que el ataque ocurrió a las 18.35. El reverendo Bong Dublan, que oficiaba una misa, dijo que un atacante que estaba en la parte posterior del templo arrojó dos granadas. "No tengo idea de sus motivos, pero es un acto inhumano", dijo Dublan a una estación de radio de Manila.

Ningún grupo se atribuyó la responsabilidad del atentado, pero se sospecha que los responsables son extremisas musulmanes.

Aunque Davao es una ciudad fundamentalmente cristiana, Mindanao es la patria tradicional de la minoría musulmana del país. Grupos musulmanes han sido acusados de una serie de ataques contra intereses cristianos en el sur de Filipinas.

El primer artefacto explosivo detonó frente al altar e inmediatamente fue seguido por otro en el atrio y un tercero en una de las naves laterales.

El pánico hizo presa de los concurrentes que se lanzaron atropelladamente hacia las salidas, volcando a su paso los pesados reclinatorios utilizados por los fieles, dijeron testigos presenciales.

9400380

01-01

Nº DOCUMENTO 9400381
TITULO Protestantes no depondrán armas si IRA no da una respuesta de paz.
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE PRODUCCIÓN 18/12/93.
VINCULACIONES 112131 TM
507529 GB
66196 IRL
514711 IRA

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Protestantes no deportarán armas si IRA no da una respuesta de paz

Preparan foro político que pondrá fin al reino del terror

Las dos principales organizaciones paramilitares protestantes de Irlanda del Norte anunciaron ayer, en Belfast, que no depondrán las armas hasta que el IRA responda a la declaración de paz adoptada el pasado miércoles por los Gobiernos británico e irlandés.

Londres (ANSA y EFE)

"En el período interino y en ausencia de una respuesta de las bandas asesinas del IRA, el comando militar leal conjunto proseguirá con su política actual en relación con la violencia del IRA", indicaron en un comunicado las dos milicias protestantes.

El pasado miércoles, el Primer Ministro irlandés, Albert Reynolds, y el británico, John Major, firmaron en Londres una declaración conjunta destinada a acabar con 25 años de terror y enfrentamientos: ambos Gobiernos se comprometieron a facilitar y respetar el derecho de autodeterminación de la población norirlandesa.

La declaración sobre Irlanda del Norte reconoce, por primera vez, la **"legitimidad"** de la reivindicación de los nacionalistas católicos a una Irlanda unida, pero subraya que será necesario el asentimiento de la mayoría protestante de la provincia.

La declaración, siete folios cuya redacción requirió varios meses de negociaciones intensas, fue acogida con entusiasmo en los Parlamentos de ambos países y con enorme esperanza por la mayoría de los partidos y ciudadanos de Irlanda del Norte.

El Sinn Fein, brazo político del IRA, anunció ayer que se tomaría su tiempo para estudiar los detalles de la declaración conjunta de paz.

Las dos milicias protestantes, ilegales, son responsables de la mayor parte de los atentados de los últimos meses en Ulster, en particular las sangrientas represalias emprendidas después del atentado del IRA, en octubre, en el barrio de Shankill en Belfast, que acabó con la vida de nueve protestantes.

Por su parte, el líder del Partido unionista de Ulster, Ian Paisley, que representa el ala "dura" del electorado protestante, había calificado de "traición" y excluido todo diálogo con el ala política del IRA.

Acuerdo, no recompensa al terrorismo

El Primer Ministro irlandés, Albert Reynolds, rechazó los comentarios que califican al acuerdo angloirlandés como una recompensa al terrorismo. En la alocución del Parlamento señaló que **"no existen concesiones de ninguna de las partes"**.

Declarando además que el grupo IRA tendrá que dejar las armas si quiere participar en este intento por la paz en Irlanda del Norte. Sobre el Foro para la Paz y la Reconciliación que propone el acuerdo, Reynolds insistió en la importancia "vital" para conseguir que la democracia haga desaparecer el reino del terror instalado en la provincia británica hace 25 años.

Reynolds especificó que el foro **"dará los medios para debatir las estrategias políticas alternativas a la violencia"**.

Aclarando el Premier irlandés que los partidos unionistas no participarán de este foro, pero se espera un estrecho contacto con sus líderes, será un **"buen ejercicio como antesala de las conversaciones entre unionistas y nacionalistas"**.

La organización IRA no dio respuesta ante el acuerdo, que no dejó conforme a la mayoría de Irlanda, pero que será el principio del final del terrorismo, que durante 25 años azotó la provincia de Ulster.



9400381

01-01

DOCUMENTO 9400382
TITULO Encuentro de cabezas rapadas en San Pablo.
PROC 150538
FECHA 18/12/93
VIA 11204 Xer
507482 BR.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Polícia observa encontro de 'carecas' em SP

CLAUDIO JULIO TOGNOLLI
Da Reportagem Local

O movimento "carecas do subúrbio", de tendência neofascista, promove hoje às 22h, na estação de trem de Ermelino Matarazzo, na zona leste de São Paulo, um encontro reservado de seus líderes. As gangues vão comemorar o "Dezembro Negro", que é o nome dado ao Natal dos movimentos neofascistas da Europa.

A reunião é de conhecimento da Polícia Civil e da Polícia Federal, que enviam agentes à festa para acompanhar o desenrolar do encontro. Dois delegados em São Paulo investigam os encontros desses grupos, João Câncio Pereira, da PF, e Celso Terra, da Delegacia contra Crimes Raciais, da Polícia Civil.

"Dezembro Negro" se refere ao mês em que as tropas dos EUA entraram na 2ª Guerra Mundial e começaram a lutar contra o nazismo. Em São Paulo, o nome foi adaptado para "Dezembro Oi". A "Oi" é o tipo de música escutado pelos carecas de todo o mundo.

A **Folha** apurou que estarão presentes no encontro os todos os líderes do grupo "carecas do subúrbio". Eles moram na periferia da cidade e se diferenciam dos carecas "white power" porque dizem não adotar o preconceito racial contra negros, judeus e nordestinos. De qualquer forma, têm tendência fascista.

Esses grupos que hoje se começaram a ser investigados pela Polícia Federal, depois que um grupo de "carecas" invadiu, disparou tiros e pichou os muros do Centro de Tradições Nordestinas, na zona norte de São Paulo, em maio passado. A PF indiciou o estudante Ivan Guidi Ferreira como líder do movimento "white power".

9400382

01-01

Nº DOCUMENTO 9400383
TITULO Atentado guerrilleros en Colombia
150090
18/12/93
1140
65592 col
501782 ELN
514593 FARC
514330 CNG
514397 EPL

El ejército acusó a la Coordinadora Guerrillera Simón Bolivar

BAJAS DEL EJERCITO EN EMBOSCADA

Cuatro agentes de la Policía colombiana murieron, otros cinco resultaron heridos y dos más fueron dados como desaparecidos tras una emboscada guerrillera en el departamento del Cauca (suroeste), informaron fuentes del cuerpo armado.

Un portavoz de la Policía del Cauca explicó que el hecho ocurrió en la zona rural del municipio de Bolívar, a 100 kilómetros de Popayán (capital departamental), donde insurgentes de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CGSB), emboscaron una patrulla oficial.

Los policías fueron emboscados en el sitio «Guayabillas», cuando regresaban de patrullar la región y los insurgentes, al parecer pertenecientes a un frente del Ejército de Liberación Nacional, les robaron los fusiles, precisó el informante.

Añadió que la brigada número 13 del Ejército colombiano envió refuerzos a la zona rural de Bolívar para perseguir a los guerrilleros y rescatar a los dos desparecidos.

La CGSB, que mantuvo negociaciones de paz con el Gobierno entre junio de 1991 y mayo de 1992, está formada por el ELN, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), y disidentes del disuelto Ejército Popular de Liberación (EPL). (efe)

ENTIDAD N2
CRUZ VE

Guerrilleros

Once agentes policiales ecuatorianos desaparecieron y por lo menos dos oficiales murieron tras un ataque de grupos armados colombianos a un destacamento de la policía del Ecuador, producido el jueves a la tarde en el norte de la Amazonia ecuatoriana fronteriza con Colombia. Se trata aparentemente de una maniobra de guerrilleros que habrían emboscado a 42 hombres —entre militares y policías— que retornaban a su base en siete lanchas. El jefe del ejército ecuatoriano, general Edmundo Luna, informó que "se realizan tareas coordinadas con militares colombianos ya que el ataque podría provenir de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). (Reuter).

Colombia

ACCIONES MILITARES

Un soldado del Ejército colombiano murió y tres resultaron heridos en una zona rural del departamento del Tolima (centro), al estallar una mina colocada por guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), informaron fuentes militares.

La brigada número 6 del Ejército, con sede en Ibagué (capital del Tolima), precisó que el hecho ocurrió en el municipio de Dolores, donde los militares rastreaban al frente número 25 de las FARC.

Guerrilla Colombiana Operará en el Exterior

BOGOTA (ANSA).— La beligerante guerrilla colombiana busca internacionalizar su lucha a través de los esporádicos ataques a unidades militares ecuatorianas y venezolanas que operan en las regiones fronterizas, de acuerdo con un análisis de una alta fuente policial.

Sin embargo se advierte que los ataques a miembros del ejército ecuatoriano estuvieron estrechamente vinculados a la defensa de los cultivos de coca y laboratorios para el procesamiento de cocaína, que operan en las zonas semiselváticas de la frontera entre los dos países.

El comandante del ejército colombiano, general Hernán José Guzmán, dijo que los aproximadamente 10.000 miembros de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolivar (CGSB) buscan convertirse en el tercer mayor cartel de narcotraficantes.

La razón es que en alguna forma los guerrilleros, según Guzmán, han estado vinculados a la siembra, producción o protección de los 3.633 kilos de cocaína, dos de morfina, 21.190 de marihuana y 47 de látex de amapola decomisados por el ejército este año.

El general Guzmán también sustenta su tesis sobre la ampliación de la actividad narcoguerrillera señalando que ellos eran dueños de las siembras destruidas de 273 hectáreas de amapola y 47 de marihuana, lo mismo que de las 525 de hojas de coca.

La CGSB está compuesta por las ilegales Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el Ejército de Liberación Nacional (ELN) y la disidencia del desmolizado Ejército Popular de Liberación (EPL).

Emboscada guerrillera

BOGOTA y QUITO, 19 (EFE y AP). — Trece militares muertos y once heridos fue el saldo de dos emboscadas que los guerrilleros del **Ejército de Liberación Nacional (ELN)** le tendieron ayer en la región de Boyacá a tropas regulares colombianas.

Las bajas del lado del ELN no fueron confirmadas, pero una fuente castrense calculó que eran por lo menos diez.

El jueves unos doscientos integrantes de las **Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)** emboscaron en el río Putumayo (que señala la frontera entre Colombia y Ecuador) a ocho lanchas de patrullaje de la policía ecuatoriana, provocando 13 muertos y una veintena de heridos.

Combates en Colombia

BOGOTA, 18 (ANSA). - Se elevó hoy el número de muertos por los enfrentamientos entre el ejército y guerrilleros de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), al conocerse la muerte de otros cinco militares.

Los combates tienen lugar desde ayer en zona rural del poblado Guican, en el Estado central de Boyacá, y en los mismos han muerto ocho soldados y cinco subversivos, según se informó hoy oficialmente.

9400383

01-01

Argelia al borde de la guerra civil

EL FRENTE ISLAMICO RECHAZA EL DIALOGO

El «diálogo nacional» propuesto por el régimen argelino para preparar la transición política se encuentra seriamente amenazado, tras el llamamiento hecho por el Frente Islámico de Salvación (FIS) a favor de la lucha armada.

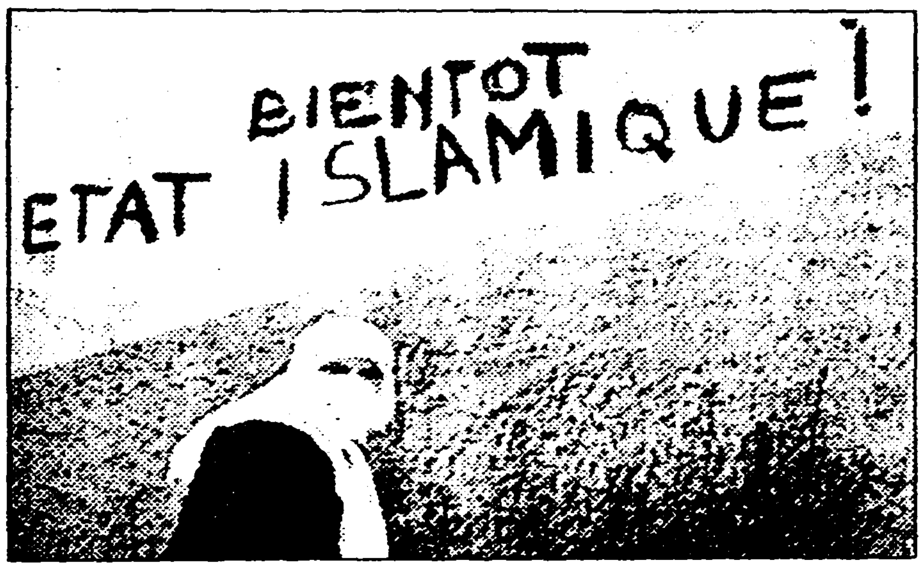
Los medios políticos argelinos predicen con pesimismo el clima de tensión que puede rodear a la «conferencia nacional del diálogo», anunciada para los días 25 y 26 de enero próximo, si el FIS emprende una nueva ola de atentados como promete el llamamiento.

En nombre de la dirección del FIS, su antiguo responsable de la Comisión de Información Abderrazak Radyam, que vive en la clandestinidad desde hace dos años, pidió el lunes pasado a los argelinos que «continúen defendiendo por todos los medios lícitos su derecho a crear un Estado Islámico».

Para el disuelto partido político-religioso, la violencia «contra los impíos» es considerada un medio lícito de lucha, en la medida en que en Argelia se lleva a cabo una «guerra santa».

El movimiento integrista afirmó que quienes se alcen en armas contra el poder serán considerados «guerreros y mártires de Dios, a los que se les ha prometido el Paraíso».

Ante el giro que toman los acontecimientos en Argelia, donde no decrece la violencia, los principales partidos que forman la oposición legalizada al Gobierno continúan preguntándose sobre la oportunidad de ir o no a la conferencia nacional del diálogo.



«Un estado islámico pronto!», reza una pared en Argel.

El Frente de Liberación Nacional (FLN), que dirige el veterano Abdelhamid Mehri; el Frente de Fuerzas Socialistas (FFS), del líder histórico de la revolución argelina, Hocin Ait Ahmed, y el Movimiento para la Democracia (MDA), del ex presidente Ahmed Ben Bella, no han confirmado todavía su participación en la conferencia.

El comunicado del FIS advirtió también a los medios integristas que pudieran mantener la idea de un diálogo con las autoridades de que «no deben caer en la trampa consistente en asumir una parte de la represión».

«El objetivo del poder es comprometer a la oposición y servirse de ella para renovar su legitimidad», señaló el llamamiento firmado por Radyam, en el que se calificó a las Fuerzas Armadas de «responsables del baño de sangre que padece el pueblo argelino desde la independencia del país».

Los medios políticos creen que, con este llamamiento, la dirección clandestina del FIS ha sellado definitivamente la posibilidad de que, desde su ángulo, pueda haber otra alternativa que no sea la construcción del Estado Islámico.

El llamamiento hecho el lunes pasado es más contundente que las condiciones puestas por el representante en el exilio del FIS, Rabah Kebir, para aceptar la propuesta de diálogo del Gobierno.

Kebir, en una conferencia de prensa dada en la capital de Alemania a mediados de mes, puso cinco condiciones para participar en la oferta gubernamental, entre las que figuraban la liberación de todos los detenidos políticos, la supresión de las leyes de excepción y el comienzo de negociaciones «en un país neutral».

A raíz de estas declaraciones del portavoz del FIS en el exilio, un antiguo vicepresidente del Frente, Abdelbaki Sahraui, ofreció otra rueda de prensa en París en la que admitió que en Argelia «reina la confusión más grande» y apeló a «los hombres que pueden hacer la paz», sin identificarlos con exactitud.

Todas estas declaraciones demuestran, en opinión de los analistas políticos, que el FIS actúa simultáneamente en varios escenarios para imponer sus puntos de vista, sin que ello pueda ser interpretado como el resultado de una escisión en sus filas.

Los «clandestinos» declaran que están dispuestos a continuar la lucha armada, cualquiera que sea el precio que deban pagar para llegar a su ambición de edificar la República Islámica.

Los «políticos», sin pronunciarse contra la violencia, consideran que pueden llegar al mismo fin por medio de negociaciones, en las que su verdadero objetivo sería convencer a la cúspide militar de «arrojar la toalla» a cambio de mantener algunos de sus privilegios.

(efe)

Diálogo de sordos en Argelia entre el poder y los islamitas

Argel (AFP)
por Hassen Zenati

■ El diálogo de sordos prosigue entre el poder y el Frente Islámico de Salvación (FIS), mientras se aproxima el cambio en la dirección política de Argelia, que debe efectuarse antes del 31 de diciembre.

Paralelamente, continúan las rivalidades dentro del movimiento islamista entre las direcciones del FIS en el interior y en el exterior y entre "políticos" y "jefes de guerra" de los movimientos islamistas armados. Los jefes de los grupos armados, principalmente el Grupo Islamista Armado (GIA), uno de los más radicales, anunciaron que rechazaban "cualquier diálogo, cualquier tregua, cualquier reconciliación" con el poder actual y prometieron "la peor de las muertes" a los "políticos" de su movimiento que infringiesen esta consigna.

Partidarios de la lucha armada a ultranza, rechazan "cualquier otra alternativa al Estado islámico", según uno de sus últimos comunicados, y confirmaron su determinación en esta vía con la matanza de doce técnicos croatas cerca de la cantera de Tamezguida, al sur de Argel. Su objetivo: seguir presionando a los extranjeros para debilitar la posición de las autoridades actuales ante sus partidarios en el extranjero. Entre las "políticas" del FIS, hay dos posturas diferenciadas: una "minimalista" expresada por la dirección del interior y otra "maximalista" defendida por la dirección del exterior y principalmente por su máximo dirigente, Rabah Kebir.

9400384

02-02

Nº DOCUMENTO 9400385
TITULO Venezuela niega detención de ABU NIDAL.
PROCEDENCIA 1500014
FECHA DE PROCEDENCIA 9/12/93.
VINCULACIONES 11847 TI
507603 ISR.
67390 Ven.

ENTRADO
CRUZADO 1/2

Venezuela

NIEGAN DETENCION DE ABU NIDAL

El Gobierno de Venezuela negó que se haya detenido en Caracas a un comando del extremista palestino Abu Nidal encargado de atentar contra la Embajada de Israel en esta capital.

9400385

01-01

Nº DOCUMENTO 9400386

TITULO Enfrentamientos entre rebeldes musulmanes y fuerzas de seguridad

PROCEDENCIA 150090.

FECHA DE PROCEDENCIA 20/12/93

VINCULACIONES 118471 I

65841 EG.

51441 AL-JAL-I.

ENTRADO

CRUZADO

Ola de violencia en Egipto

El Cairo (UPI)

■ Cinco oficiales resultaron ayer muertos en los más recientes enfrentamientos con rebeldes musulmanes en Egipto.

La violencia creció en la localidad de Assuit, en la provincia del mismo nombre, localizada unos 380 quilómetros al sur de El Cairo. El Ministerio del Interior informó que la policía había realizado una ofensiva contra una mezquita en Manfaloot, cerca de Assuit, luego de informes de que extremistas musulmanes se encontraban reunidos en el recinto religioso. El despacho emitió un comunicado en el que decía que los insurgentes se reunían para organizar "un acto de terrorismo".

Los rebeldes comenzaron a disparar luego que la policía intentó entrar al lugar sagrado, señaló el ministerio.

La policía dijo que uno de los irregulares murió en el enfrentamiento. Las fuerzas policiales sometieron a los musulmanes y arrestaron a 75 personas. Dentro de la mezquita encontraron dos pistolas, dos rifles de fabricación rusa y un número no especificado de municiones.

Poco tiempo después del choque, un general fue asesinado junto a su chofer y guardaespaldas cuando un grupo de presuntos rebeldes musulmanes emboscaron su automóvil.

La policía persiguió un taxi en el que iban los irregulares, y dos oficiales de policía, tres rebeldes y cuatro civiles, incluido el conductor del taxi, murieron en el tiroteo que se desencadenó.

Once policías resultaron heridos en el enfrentamiento.

Egipto

ENFRENTAMIENTOS

Un violento enfrentamiento armado tuvo lugar ayer en la provincia sureña de Asiut entre fuerzas de seguridad y extremistas musulmanes opositores al Gobierno, informaron fuentes policiales.

Los informes indican que varias personas de ambas partes murieron o resultaron heridas en este enfrentamiento en la isla de Badari, en el sureste de Asiut, a 385 kilómetros al sur de El Cairo.

Las fuentes agregaron que el enfrentamiento comenzó cuando tropas de seguridad iniciaron un «peinado» en la isla en el Nilo para detener a presuntos militantes integristas, presuntos autores de actos de violencia, incluso el asesinato de 3 oficiales y siete soldados de policía.

La provincia de Asiut es el bastión más importante de los grupos extremistas musulmanes acusados por el gobierno de intentar derrocar el régimen actual por la fuerza para establecer un gobierno islámico.

El ministro del Interio egipcio, general Hasán al Alfi, dijo que la confrontación con los grupos terroristas continuará y que su Gobierno insiste en erradicar el terrorismo de Egipto.

Asesinan a un general egipcio

EL CAIRO, 19 (ANSA, Reuter y DPA). — Por lo menos 9 personas murieron y una veintena resultaron heridas en un atentado de un grupo islámico fundamentalista egipcio que hizo volar el automóvil en que se desplazaba un general de los servicios de seguridad del ejército por una calle de la ciudad de **Assiut**, a unos 300 kilómetros de El Cairo.

El general **Mohamed Kassem Toeima**, tres policías de su custodia, un civil y cuatro guerrilleros figuran entre los muertos. Los heridos serían once policías y 10 transeúntes.

Al intentar huir, los guerrilleros fueron interceptados por la Policía, generándose un tiroteo que habría dejado por lo menos cuatro insurgentes muertos.

Los atacantes pertenecen al grupo islámico **El Gamma El Islamiya**, que ha lanzado hace cuatro meses una ofensiva contra el gobierno del presidente Hosni Mubarak.

Ayer, el mismo grupo se había reivindicado el asesinato de un alto funcionario de seguridad, el coronel **Ajmed Shaalan** en una calle de El Cairo. De acuerdo con un comunicado de los guerrilleros, el atentado fue llevado a cabo como represalia por la ejecución en la horca la semana pasada de tres extremistas y por las torturas a las que fueron sometidos otros prisioneros de Islamiya.

Uno de los guerrilleros muertos fue identificado como **Rifat Zidaan Abdullah**, que estaba incluido en una lista de los once activistas más buscados por las autoridades que publicó el Ministerio del Interior egipcio en abril pasado.

La violencia desatada por los grupos islámicos egipcios han dejado en los dos últimos años más de trescientas víctimas.

01-01

9400386

Nº DOCUMENTO 9400387
TITULO CAYO UNO DE LOS GUERRILLEROS MUSULMANES MAS BUSCADOS.
PROCEDENCIA 15.0025
FECHA PROCEDENCIA 20/12/93
VINCULACIONES 11847 TI
65841 EG.
514411 A3AI

ENTRADO NE
CRUZADO NE

Sangriento ataque fundamentalista en Egipto: 9 muertos y 18 heridos

Fanáticos: se trata de una facción que busca derrocar al presidente Hosni Mubarak; cayó uno de los guerrilleros musulmanes más buscados.

ASSIUT, Egipto, 19 (Reuter).- Nueve personas murieron y por lo menos 18 resultaron heridas hoy como consecuencia de la violencia desatada aquí por grupos de musulmanes fanáticos.

Cuatro militantes musulmanes atacaron una patrulla de policía en la ciudad de Assiut, en el sur de Egipto, matando a tres agentes y a otras dos personas antes de ser perseguidos y abatidos por la policía.

Los musulmanes abrieron fuego contra dos autos de policía frente a un cine y arrojaron una bomba contra uno de los vehículos.

En el ataque resultaron heridas por lo menos 18 personas que se encontraban circunstancialmente en el lugar.

Los cuatro agresores intentaron huir, pero las patrullas que acudieron de inmediato a la zona los persiguieron, los alcanzaron y los mataron con fuego de armas automáticas en un puesto de control, a tres kilómetros del sitio del ataque.

Todos los atacantes eran miembros de El-Gamaa el-Islamiya, un grupo de acción.

Se trata de uno de los movimientos militantes que buscan derrocar al presidente egipcio Hosni Mubarak.

Uno de los atacantes muertos era Rifat Zidaan Abdullah, incluido en la lista de los once activistas más buscados por las autoridades.

La lista fue publicada por el Ministerio del Interior en el mes de abril último.

El fanatismo musulmán, traducido en violencia muchas veces suicida, es una cuestión que está comenzando a preocupar seriamente a todos los gobiernos del mundo. En la mayoría de los casos, los grupos radicalizados que llevan adelante esa lucha sangrienta lo hacen convencidos de que se trata de una guerra religiosa y que ganarán el cielo si mueren en la confrontación, lo que los vuelve casi insensibles a la posibilidad de perecer.

Muchos gobiernos están tratando de hallar la manera de frenar esa violencia suicida, hallando modos no convencionales de atemorizar a los guerrilleros para impedir sus acciones, visto que la posibilidad de la muerte no sólo no los detiene sino que, en ocasiones, los alienta.

Assiut, capital de la provincia del mismo nombre, es justamente uno de los principales escenarios de la lucha de los grupos musulmanes radicalizados.

Pacto

OSLO, 19 (Reuter).- Israel y la OLP finalizaron hoy dos días de conversaciones secretas en Noruega y acordaron una nueva reunión para discutir la instrumentación de su pacto sobre la autonomía palestina.

La Cancillería noruega indicó que las dos delegaciones regresaron para realizar consultas y volverán a reunirse en los próximos días. Pero no especificó el lugar del encuentro.

230 muertos

En este caso se trata de una confrontación entre los fundamentalistas islámicos y el gobierno egipcio. Esta lucha ha cobrado ya más de 230 muertos en dos años.

En la provincia de Assiut los grupos radicalizados islámicos vienen atentando varias veces por semana contra las fuerzas de seguridad. Hoy, por primera vez, un grupo islámico se declaró autor del asesinato, ayer, de un alto oficial en El Cairo.

La muerte del coronel Ajmed Shaalan fue efectuada por la organización fundamentalista El Gamaa el-Islamiya, como represalia por la ejecución en la horca esta semana de tres extremistas convictos y por las presuntas torturas a que fueron sometidos otros miembros del grupo por parte de oficiales de seguridad en los interrogatorios.

Grupo sanguinario

El coronel Shaalan fue el primer oficial de policía asesinado en El Cairo por efectivos de este grupo, cuyos seguidos han ultimado a 40 policías en el sur de Egipto desde julio último.

La fracción había amenazado con trasladar a El Cairo la campaña de violencia, escenificada hasta ahora en distintas zonas rurales y en localidades pequeñas.

En un comunicado enviado a varios medios informativos occidentales en El Cairo, el grupo dijo que el asesinato de Shjaalan en la capital egipcia fue el preludio de otros ataques contra oficiales implicados en la lucha antiterrorista.

9400387

01 - 01

Nº DOCUMENTO 9400388

TITULO Enfrentamientos entre el Hezbollah y el ejército israelí

PROCEDENCIA 150090

FECHA 20/12/93

VINCULACIONES 118477I

507603 ISR

514402 Hez

ENTRADO VZ

CRUZADO VZ

Ataque al sur del Líbano

JERUSALEN, 19 (AFP y Reuter). — La aviación israelí bombardeó este domingo posiciones de la guerrilla pro iraní de **Hezbollah** en el área de **Jabel Safi**, en la zona ocupada del sur del Líbano.

Un portavoz militar israelí dijo que el bombardeo había sido en represalia por dos ataques guerrilleros a una posición militar de **Rihan** y contra una patrulla que se desplazaba cerca de **Sujud**, en la zona ocupada.

Del ataque participaron cuatro cazabombarderos que lanzaron diez misiles. No hubo reporte de víctimas.

En tanto que en la **franja de Gaza**, anoche un grupo de enmascarados mataron a tres palestinos después de acusarlos de colaborar con los israelíes. Entre las víctimas, se encuentra un joven de 24 años cuyo padre había sido abatido hace dos años por miembros del grupo integrista **Hammas** por el mismo motivo.

Y en una alocución radial, el ex rabino jefe ashkenazi de Israel, **Shlomo Goren**, instó a los soldados israelíes a desobedecer cualquier eventual orden de desmantelar los asentamientos judíos de los territorios ocupados como lo prevén los acuerdos de paz firmados en Washington.



Agencia A

Un estudiante palestino se protege frente a la arremetida de soldados israelíes en Gaza.

Bombardeo israelí en el sur de Líbano

Sidón (ANSA)

■ Por lo menos dos guerrilleros de Hezbollah (Partido de Dios, proiraní) resultaron muertos y otros tres heridos en una serie de bombardeos llevados a cabo por la aviación israelí en el sur del Líbano, en aparente represalia ante nuevos ataques de los grupos árabes.

Según fuentes de la seguridad libanesa, los dos guerrilleros murieron en una base cerca de Luwaizen. Los heridos fueron registrados en esta base y en otra cerca de Mlita. Las mismas fuentes apuntaron que por lo menos 10 cohetes aire-tierra fueron lanzados por los aviones israelíes.

Las incursiones aéreas, cinco durante la mañana según testigos, habrían sido lanzadas como represalia, luego de que un soldado israelí resultó herido al estallar una mina, mientras patrullaba la "zona de seguridad" creada por Israel en su frontera septentrional. Según los analistas, el actual recrudecimiento de los ataques del Hezbollah se debe al anuncio del encuentro entre el presidente norteamericano Bill Clinton y su homólogo sirio Hafez el Assad.

9400388

01-02

Violento bombardeo del Hezbollah contra fuerzas en zona de seguridad

Los guerrilleros islámicos del Hezbollah (Partido de Dios, proiraní) lanzaron ayer una serie de violentos ataques y bombardeos contra unidades del Ejército israelí y de su milicia aliada del Ejército del Líbano del Sur (ELS), luego de que tres de sus compañeros murieran ayer a causa de los bombardeos israelíes.

Sidon (Ansa)

Según fuentes de la seguridad libanesa, Hezbollah realizó ayer unos ocho ataques con cohetes Katiusha contra la "zona de seguridad" creada por Israel en su frontera norte, concentrados sobre la localidad de Marjayun, cuartel general de los israelíes y el ELS.

En un comunicado difundido hoy, el grupo islámico afirma, a su vez, haber llevado a cabo 19 ataques en las últimas 24 horas contra bases militares dentro a la "zona de seguridad", mientras el ELS mencionó 16 ataques en un despacho anterior.

Lo cierto es que desde hace 48 horas el sur del Líbano es sacudido por los choques más violentos desde el pasado mes de julio, cuando los israelíes llevaron a cabo una ofensiva terrestre y aérea de siete días contra la guerrilla islámica, bajo el nombre de "Operación Ajuste de Cuentas".

Entre los objetivos de los ataques de la guerrilla se encuentran unidades militares cerca de las localidades de Tallusa, Haddata, Barashit y Hula, en el centro de la "zona de seguridad", así como en Tumat Niha, en la zona oriental, cerca de la frontera con el valle del Bekaa, bastión tradicional del Hezbollah.

La artillería israelí y del ELS respondieron con una serie de bombardeos de represalia, cañoneando con obuses de 155 milímetros las aldeas chiítas al norte de la "zona de seguridad", donde se encuentran las bases operativas de Hezbollah.

En uno de estos bombardeos, según fuentes de la seguridad local, una mujer y su hija de cinco años resultaron heridas por las esquirlas de un obús.

Timor Goskel, vocero de la Fuerza de las Naciones Unidas en el Líbano (UNIFIL), afirmó que hoy los combates y los bombardeos parecían haber disminuido su intensidad, pero apuntó que la tensión era aún perceptible en la población civil, que permanecía inmóvil y bajo refugio, tanto en la "zona de seguridad" como en la región directamente al norte.

Varias radios libanesas, citando fuentes locales, informaron por su parte que Israel ha reforzado su dispositivo de control de la "zona de seguridad", intensificando sus patrullas terrestres así como los controles efectuados sobre la costa meridional del Líbano con lanchas militares.

Ayer, durante una breve gira en la "zona de seguridad", el Premier israelí, Yitzhak Rabin, acusó a Siria de no hacer lo que debía para detener la acción de "grupos terroristas" en el sur del Líbano, país en el que Damasco mantiene aún unos 30 mil soldados.

Un editorial aparecido ayer en la primera página del diario oficial sirio "Al-Baath" sostiene que las afirmaciones de Rabin son "pretextos infundados".

"Israel nunca pierde una ocasión de inventar acusaciones contra Siria en el intento de dañar su firme y decidida posición con respecto al proceso de paz", afirmó el diario. Hezbollah (chiíta filoraní) es abiertamente hostil al proceso de paz entre Israel y sus vecinos árabes, y ha condenado el acuerdo firmado por la OLP en Washington el pasado 13 de setiembre.

Damasco, por su parte, participa en las negociaciones bilaterales de paz y no ha condenado el acuerdo de Washington, pero ha deplorado que se llegue a acuerdos de paz separados entre Israel y una de las partes árabes en causa (los palestinos) en vez de una solución global del conflicto.

El Gobierno sirio, por otra parte, afirma que no apoya directamente al Hezbollah y a otros grupos radicales aún activos en el sur del Líbano, pero no puede oponerse a su lucha contra el ejército israelí, que ocupa una parte del territorio del Líbano.

02 - 02

940388

Nº DOCUMENTO 9400389

TITULO Robo de armas en Brasil

PROCEDENC 15 05 38

FECHA DE P 21/12/93

VINCUL-CIO 11875 IA

507482 BR

ENTRADO: NZ

CRUZ: NZ

Ladrões roubam 18 armas de parque

Três homens e um adolescente roubaram 18 armas anteontem, às 21h, do posto de segurança do Parque Estadual da Cantareira, a residência de inverno do governador do Estado de São Paulo. Carlos Roberto Valdez, 19, e o adolescente S.J.S., 14, foram detidos duas horas depois do assalto pela PM. Com eles, a polícia encontrou 14 revólveres calibre 38 (12 eram do posto) e uma carabina calibre 38. Cinco revólveres roubados não foram recuperados.

9400389

01-01

Nº DOCUMENTO 9400389

TITULO Robo de armas en Brasil

PROCEDENCIA 150538

FECHA DE ... 21/12/93

VINCUL-CIA 11875IA

507482 BRA

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Ladrões roubam 18 armas de parque

Três homens e um adolescente roubaram 18 armas anteontem, às 21h, do posto de segurança do Parque Estadual da Cantareira, a residência de inverno do governador do Estado de São Paulo. Carlos Roberto Valdez, 19, e o adolescente S.J.S., 14, foram detidos duas horas depois do assalto pela PM. Cóm eles, a polícia encontrou 14 revólveres calibre 38 (12 eram do posto) e uma carabina calibre 38. Cinco revólveres roubados não foram recuperados.

9400389

01-01

RETORNA LA VIOLENCIA EN EL LIBANO: DINAMITARON LA SEDE DEL PARTIDO FALANGISTA

Dos muertos y casi cien heridos en un atentado con explosivos en Beirut

BEIRUT, 20 (AP y EFE). — Un atentado con explosivos contra la sede del **mayor partido político cristiano** provocó hoy en Beirut **dos muertos y un centenar de heridos**, y desnudó la violencia latente entre los clanes rivales que durante 15 años sumieron al Líbano en una sangrienta guerra civil.

El ataque, con una carga que los expertos estimaron de entre 150 y 200 kilos de explosivos, se perpetró cuando la cúpula directiva del **Partido Falange** estaba a punto de iniciar su reunión semanal. La agrupación es el principal representante de los aproximadamente **un millón de cristianos maronitas** que habitan en el país.

Una de las víctimas fatales fue **Antoine Basklini**, de 45 años, miembro del politburó de Falange. El cadáver de un civil que no fue identificado fue hallado poco después de la explosión en una vivienda vecina de la sede atacada. Entre el centenar de heridos figuran unos 60 funcionarios del partido.

El artefacto estalló en la sala principal de conferencias de la sede, donde 10 de los 19 miembros de la jefatura partidaria participaban en su sesión semanal bajo la dirección de **Salah Matar**, uno de los jerarcas de la agrupación, quien resultó herido de gravedad.

George Saadeh, el líder del Falange, y su lugarteniente **Munir Hajj**, debieron haber asistido a la reunión, pero ambos informaron una hora antes que no podrían asistir por razones de salud, dijeron las autoridades.

George Shahin, vocero del Falange, dijo que vio la sede del partido arder cuando llegaba en su vehículo para asistir a la reunión en el local central de la formación, situado en el distrito Saifi del sector oriental de Beirut.

Shahin dijo que los peritos de la policía consideran que se trató de una bomba de entre 150 y 200 kilos de explosivos. Ni el partido ni las autoridades dijeron de inmediato qué agrupación rival podría haber sido la autora del atentado.

El Falange, integrado mayormente por católicos maronitas, ha agudizado su **oposición** al primer ministro **Rafik Hariri**, de la secta **sunnita del islamismo**.

La agrupación es el principal referente del millón de maronitas libaneses, y se la considera como **la que más terreno perdió** —entre las mayores formaciones político-religiosas del país— como consecuencia del **tratado de paz que puso fin a la guerra civil** (1975-1990) bajo los auspicios de la **Liga Arabe**.

Según ese acuerdo, los maronitas, que habían dominado el país desde que se independizó de Francia en 1943, se vieron obligados a varias concesiones en el reparto del poder con la mayoría musulmana que habita el **Líbano**.

Hasta la firma del pacto auspiciado por la Liga Arabe, los maronitas tenían garantizada para sí la presidencia de la república, un cargo que ocuparon varios destacados líderes de Falange, entre ellos **Bashir Gemayel** (muerto en 1982) y su hijo **Amin Gemayel**, quien lo sucedió entre 1982 y 1988.

La explosión de hoy fue el segundo atentado importante de este año en el Líbano contra una agrupación cristiana.

El 22 de junio, dos activistas musulmanes fueron muertos al estallar una bomba en un edificio donde se reunían dirigentes de los cultos católico y griego ortodoxo, en el monasterio Balamand en el norte del Líbano.

Aunque todavía no se habían establecido pistas ciertas sobre los autores del atentado, la ferocidad del ataque dejó al descubierto la persistencia de las rivalidades entre las distintas sectas que desde la misma independencia libanesa se han disputado el poder en sangrientas luchas.

Las disputas no se limitan a la pugna entre cristianos y musulmanes. Entre los seguidores del credo islámico ha sido creciente la rivalidad entre sunnitas y chiítas. Estos últimos han tenido un notable crecimiento de adeptos en las últimas dos décadas.

Nº DOCUMENTO 9400391
TITULO Israelíes detienen al portavoz de los palestinos repatriados
PROCEDENCIA 150014
FE 21/12/93.
VINCULACIONES 118477I
500868 OLP
507603 ISR
514407 HAM
66330 LIB

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Amenazan a Arafat

DETENIDO EL PORTAVOZ DE LOS DEPORTADOS

El portavoz de los palestinos repatriados el pasado miércoles desde el sur del Líbano, Abdel Asis Rantisi, ha sido puesto bajo «detención administrativa» por las autoridades militares de Israel.

Rantisi, médico pediatra de la franja de Gaza y uno de los dirigentes del Movimiento de la Resistencia Islámica (HAMAS) en esa zona ocupada, no estaba entre los 132 de un total de 197 repatriados que, al cabo de cuatro días de interrogatorios, regresaron a sus hogares.

Además de Rantisi, han sido recluídos por seis meses y sin juicio previo otros dos dirigentes de HAMAS en Gaza, el doctor Majmud Shama y Abed al-Fatah Duján, informó ayer el diario «Yediot Ajronot» de Tel Aviv.

De los 132 que recuperaron su libertad después del confinamiento de un año en el campamento de Marj a-Zuhur del sur del Líbano, 86 son de ciudades y pueblos o aldeas de Cisjordania, y 46 de Gaza, entre éstos el doctor Majmud A-Zahar.

A-Zahar es considerado el segundo del fundador e ideólogo de HAMAS, el jeque Ajmed Yasín, quien cumple cadena perpetua, condenado por un tribunal militar como autor intelectual del secuestro y el asesinato de dos soldados israelíes.

La liberación de los deportados, que fueron recibidos como héroes por sus parientes y amigos, se llevó a efecto a altas horas de la noche para evitar disturbios, explicaron fuentes de las fuerzas israelíes de seguridad.

Otro grupo de deportados, de los 415 palestinos que fueron trasladados al Líbano hace un año, regresó en septiembre pasado, cuando la opinión internacional estaba concentrada en el histórico acuerdo entre la OLP e Israel, negociado en Oslo en secreto el verano pasado.

Uno de los militantes de HAMAS que aguardaban a los repatriados en la ciudad cisjordana dijo al diario israelí «Maariv» que si el presidente de la OLP, Yaser Arafat, vuelve a los territorios ocupados será asesinado. (efe)

01-01 9400391

Nº. DOCUMENTO 9400392
TITULO Presidente guatemalteco anunció diálogo con la URNG
PROCED. 150014
FECH. 22/12/93
VINCUL. 11140 506
66097 GUAT
500099 URNG

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

La guerrilla sostiene que no ha sido informada

CARPIO ANUNCIA DIALOGO CON LA URNG

El presidente de Guatemala, Ramiro de León Carpio, anunció una eunión entre su Gobierno y la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) se celebrará en enero próximo.

De León explicó a la población, en cadena de radio y televisión, los logros de los seis meses y medio que lleva de gestión, después de remplazar en junio pasado al depuesto presidente golpista Jorge Serrano.

En su discurso, en donde también deseó una Feliz Navidad a los guatemaltecos, el gobernante anunció que la primera reunión entre una misión oficial y la URNG se realizará en enero, pero no entró en más detalles.

La guerrilla ha negado en México que exista ya un acuerdo con el gobierno guatemalteco para celebrar la reunión «discreta», en la que se deberá discutir el marco para reanudar las negociaciones, suspendidas desde mayo pasado.

Esa cita tiene que ser promovida por la Organización de las Naciones Unidas, de común acuerdo con las partes en conflicto, que sostiene una guerra civil desde 1960.

En los últimos días, se han denunciado varios enfrentamientos entre el ejército y la guerrilla en el interior del país, mientras que voceros de la URNG señalaban que no había ninguna señal del gobierno para reanudar el diálogo.

También voceros de organizaciones de los derechos humanos han criticado al gobierno por no actuar decidiamente en esclarecer la desaparición de miles de personas.

9400392

01-01

Rabin "está impactado por el hecho de que los palestinos controlen las fronteras de Jericó alcanzando la línea con Jordania"

El futuro de Arafat está en juego

Altos funcionarios del gobierno israelí y la OLP reanudaron ayer en la capital francesa las negociaciones de paz, en un nuevo intento por superar los tres principales obstáculos para ejecutar el acuerdo de autogobierno palestino para Gaza y Jericó. El encuentro entre el canciller israelí, Shimon Peres y Yasser Abed Rabbu, un alto funcionario de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) tiene el objetivo de dar seguimiento a conversaciones realizadas durante el fin de semana en la capital noruega de Oslo.

París (IPS), por Angeline Uyug y Joan Roberts

■ Según un funcionario de la cancillería francesa, el lugar preciso donde se realizan las discusiones se mantiene en secreto.

Los tres aspectos del acuerdo, firmado por Israel y la OLP en Washington en setiembre, guardan una estrecha relación entre sí.

El primero de ellos es el mando de los punto fronterizos, en la actualidad, el Estado judío controla el tráfico de personas que cruzan el puente Allenby, sobre el río Jordán. Este divide a Jordania de los territorios ocupados por Israel en la margen occidental de dicho río.

El segundo problema es la definición de las fronteras, la ciudad cisjordana de Jericó, su municipalidad será la primera localizada en la margen que el gobierno hebreo entregue a la OLP.

Según la doctora Rosemary Aullib, directora del programa sobre Medio Oriente del Instituto Real de Servicios Unidos, se ha dicho que Rabin "está impactado por el hecho de que los palestinos desean que las fronteras de Jericó alcancen la línea fronteriza con Jordania".

Para la analista del Instituto, cuya sede se encuentra en Gran Bretaña, los temores israelíes se deben a que el patrullaje palestino sobre los puntos fronterizos que dividen a Jericó del resto de los territorios ocupados en la margen no será lo suficientemente estricto.

"Los israelíes desean el control absoluto de quien ingresa en la margen occidental, porque después de eso ya no pueden controlarlos, no quieren una ola de refugiados palestinos de regreso y no quieren ver ingresar elementos armados que puedan atacar a los (colonos) israelíes, sostuvo la analista.

Fuentes occidentales aseguran que el gobierno israelí, estaría dispuesto a aceptar un patrullaje compartido de las fronteras.

Sin embargo, informes provenientes del área indican que Israel ha acordado con Jordania que el control efectivo del puente Allenby quede en manos de ambos gobiernos una vez que las tropas de ocupación se retiren de Jericó.

Según los términos del acuerdo de autogobierno, la retirada israelí tanto de Jericó como de la franja de Gaza, debió haberse iniciado el 13 de diciembre, pero el empantanamiento en las discusiones no ha permitido ni siquiera fijar una nueva fecha.

La cuestión de los puestos fronterizos guarda estrecha relación con el tema de las fronteras de Jericó, entre 1922 y 1946, cuando Gran Bretaña tuvo el mandato sobre Palestina, la nación europea definió el área de Jericó como la que abarcaba tanto la ciudad como sus alrededores.

Así, dicha área se extendía seis o siete quilómetros del municipio hasta llegar al puente Allenby. En esencia, esa es el área que la OLP considera que se le prometió en el acuerdo de setiembre.

Sin embargo, para los israelíes Jericó abarca sólo el municipio, por lo demás, los asentamientos judíos están dentro del área que reclama la organización, por lo que el gobierno de Rabin no desea acceder a concesiones que definan de manera irrevocable la suerte de los colonos. Sin embargo, mas allá de los puntos inmediatos de negociación, existen otros aspectos que posiblemente definirían la respuesta de judíos y palestinos a las propuestas que se pongan en la mesa de negociaciones.

En ese sentido, un punto crucial es la posición de presidente de la OLP, Yasser Arafat.

Según fuentes occidentales, la cuestión de fondo está en que Israel realmente quiera seguir tratando con el líder palestino, o si duda de la capacidad de la organización y la destreza personal de Arafat para poner en vigor un pacto tan complejo.

Las fuentes destacan la aparente ambivalencia tanto de Jordania como de Siria —el otro país involucrado junto con Líbano en el conflicto árabe-israelí— con respecto a los problemas que enfrenta el máximo dirigente de la OLP.

"No parece que Jordania o Siria tengan ninguna premura por hacer algo para reforzar la posición de Arafat", dijo a IPS una fuente occidental.

Arafat ha recibido fuertes críticas a su papel tanto de palestinos moderados como de movimientos islámicos tales como el "Hamas", el cual rechaza la declaración de Gaza.

Según se informó, el comandante de las fuerzas israelíes en Gaza sostuvo recientemente un encuentro en ese territorio con dirigentes locales de ese movimiento fundamentalista, y posteriormente calificaron a sus representantes de pragmáticos.

La analista aseguró que el objetivo de los israelíes fue el de sondear los aspectos en que los integristas no están dispuestos a negociar y las áreas en las que podrían ser más flexibles.



Dos mujeres palestinas atraviesan una calle que fuera virtualmente cortada por el incendio de neumáticos. La acción estuvo a cargo de miembros del movimiento islámico Hamas. (Telefoto de AFP)

Nº DOCUMENTO 9400394

TITULO Sacerdote amenazado por la xenofobia en AUSTRIA.

PROCE 50014

FECHA 23/12/93

VINCUL 11204 Xen. 65201 Aust.

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

Austria

SACERDOTE AMENAZADO ABANDONO EL PAIS

El sacerdote y presidente de «Caritas» austriaca, Helmut Schueller, uno de los blancos de la reciente serie de atentados con carta bomba, ha abandonado Austria provisionalmente al temer por su propia seguridad.

Schueller, que se ha destacado por su defensa de inmigrantes y refugiados en este país y a quien por suerte no llegó a estallarle la carta bomba, decidió suspender su participación en una serie de actos públicos porque «Caritas» no consideraba garantizada suficientemente su seguridad personal.

Mientras tanto, el ministro del Interior austriaco, Franz Loeschnak, está siendo fuertemente criticado por los escasos resultados de la policía en sus intentos de dar con los responsables de esa campaña de terrorismo postal, que hirió en parte gravemente a cinco personas, entre ellas el alcalde de Viena.

as detenciones efectuadas hasta ahora por la policía están relacionadas con militantes de la extrema derecha austriaca y concretamente de la VAPO (Unión Extraparlamentaria Leal al Pueblo) del neonazi Gottfried Kuessel, actualmente encarcelado.

9400394

A-A

Nº DOCUMENTO 9400395

TITULO Ira declaró tregua navideña por tres días

PROCEDENCIA 150483.

FECHA DE PROCEDENCIA 24/12/93

VINCULACIONES 112137M.

66096 IRL

5075296 B.

514711 IRA

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

IRA declaró tregua navideña por tres días

BELFAST - EL IRA declaró ayer su tradicional tregua navideña por tres días, pero un dirigente del ala política del grupo descartó la posibilidad de que los guerrilleros pongan fin a su campaña de 25 años para plegarse a un acuerdo de paz anglo-irlandés.

En una declaración enviada a los medios de difusión, la agrupación anunció que suspenderá sus actividades durante 72 horas a partir del 24 de diciembre, pero no dijo nada sobre un cese del fuego permanente.

Sin embargo, Martin McGuinness, uno de los más altos funcionarios del Sinn Fein, enfrió las esperanzas de lograr un acuerdo de paz a partir de una iniciativa conjunta de Gran Bretaña e Irlanda al decir que las concesiones que incluye no son suficientes.

Sus comentarios fueron el indicio más claro hasta ahora de que la iniciativa anglo-irlandesa —que ofreció a los guerrilleros un lugar en las discusiones para la provincia si ponen fin a la violencia— será finalmente rechazada por Sinn Fein. *(Reuter)*

9400395

01-01

Terminó la Odisea: Terroristas Fueron Capturados en la Montaña

MOSCU, lunes 27. (AP). — Secuestradores que habían huído en un helicóptero cargado con explosivos y 10 millones de dólares han sido capturados, dijo esta madrugada la Televisión de la Mancomunidad.

El informe no indicó si los cuatro secuestradores habían sido capturados, o si todo el rescate ha sido recobrado.

Los cuatro secuestradores habían huído anoche hacia una pequeña población en la región rusa de Dagestan, en las montañas del Cáucaso, al sur del país, y habían abandonado el helicóptero, dijo el informe.

Los dos pilotos del helicóptero militar volaron luego hacia Makhachkala, la capital de Dagestan, dijo la televisión.

Los secuestradores habían despegado del aeropuerto de Mineralnye Vody, donde previamente liberaron a tres rehenes.

El helicóptero había sido perseguido por otros dos helicópteros que llevaban soldados de élite rusos, mientras que otras fuerzas lo esperaban en Makhachkala. No se explicó cómo los hombres armados habían logrado eludirlos.

Los secuestradores liberaron a los rehenes de a poco en los días que siguieron, a medida que las autoridades cumplían con sus exigencias, que abarcaban desde un aparato de radio hasta un cuantioso rescate.

Previamente hoy, los secuestradores liberaron tres rehenes y despegaron del aeropuerto de Mineralnye Vody, una localidad turística de aguas surgentes.

Tras volar durante 90 minutos hacia el sudeste, el helicóptero Mi-8 camuflado aterrizó acerca de Khasaviurt también en la provincia rusa de Dagestan, dijeron funcionarios.

Partió de allí luego y voló durante aproximadamente una hora hacia la localidad suburbana de Makhachkala, informó ITAR-Tass. Makhachkala está ubicada a 700 kilómetros de Rostov-on-Don, donde fueron tomados los rehenes.

Los hombres armados dijeron que sufrían de SIDA y pidieron pasar a Irán para recibir tratamiento. Pero el primer vicepremier Oleg Soskovets, que estaba dirigiendo las negociaciones para resolver la crisis, afirmó que eso parecía una excusa.

"Durante la operación, concluimos que simplemente querían desaparecer en una dirección desconocida junto con el dinero que recibieron. Aparentemente contaban con cómplices en territorio ruso", dijo a la televisión rusa.

La odisea se inició el jueves por la mañana cuando los secuestradores, armados con tres rifles automáticos y una pistola, se apoderaron de una decena de estudiantes en Rostov-on-Don, a unos 1000 kilómetros al sur de Moscú.

Llevaron a los rehenes en un autobús, y luego pidieron un helicóptero y comenzaron su vuelo a Irán. Amenazaron con matar a los rehenes si no se les permitía salir a salvo. Los funcionarios dijeron que los hombres armados tenían artefactos explosivos y amenazaron con hacer volar el helicóptero si eran atacados.

Las autoridades rusas cumplieron con todas las exigencias: les proveyeron de un helicóptero militar y 10 millones de dólares en moneda estadounidense.

Ocho rehenes —siete muchachas adolescentes y una maestra— fueron liberadas el viernes. Dos jóvenes fueron liberados ayer en el aeropuerto Mineralnye Vody.

Las policías y comandos de elite rusos "Alpha" estaban preparados para atacar al helicóptero en el aeropuerto de Mineralnye Vody.

Secuestro de catorce estudiantes rusos

El helicóptero en el que se hallan los cuatro hombres armados de nacionalidad caucásica que tomaron ayer como rehenes a 14 jóvenes estudiantes de una escuela de Rostov, sobre el Don, en el sur de Rusia, partió ayer a las 17.20 GMT de un aeropuerto militar en las afueras de la ciudad.

Moscú (ANSA)

Se ignora aún en qué dirección partió el helicóptero, aunque se había informado anteriormente que cada uno de los cuatro bandidos tendría una carga de explosivos y habrían declarado estar listos para hacerlos explotar. Las rehenes, se precisó, son jóvenes de 15 ó 16 años de la escuela secundaria de Rostov.

Junto con éstas fue tomada como rehén también una profesora.

En un primer momento se habló de 14 rehenes, pero según información oficial al helicóptero subieron 11 personas, refiriendo que durante las negociaciones, los cuatro secuestradores se declararon dispuestos a liberar a las jóvenes y la docente a cambio del alcalde de Rostov.

Sobre la identidad de los cuatro hombres no se conocen detalles. Estos pidieron trasladarse a Teherán pasando por Georgia y Daguestán.

El episodio comenzó hacia el mediodía, cuando los cuatro irrumpieron en una clase de la escuela Número 25 del centro de Rostov, una ciudad de alrededor de un millón de habitantes.

Los bandidados dispararon numerosos tiros hacia el techo del aula y luego obligaron a docente y alumnas a ascender a un autobús detenido frente al colegio.

Un Drama de Cuatro Días

LA POLICIA Y EX COMANDO DE LA KGB CAPTURARON A LOS TERRORISTAS RUSOS



Associated Press desde Rusia trasmitió esta laserfoto tomada de la televisión de Moscú donde aparece uno de los terroristas que había secuestrado escolares. Se trata de un militar del ejército dado de baja por alcoholismo

MOSCU, 27 (Fuentes AP y EFE).— La policía y comandos de la antigua agencia KGB capturaron hoy a cuatro secuestradores tras perseguirlos en medio de montañas nevadas, un día después que liberaron a sus rehenes y huyeron en un helicóptero con 10 millones de dólares.

Algunos de los niños que habían sido secuestrados en su escuela y mantenidos a punta de pistola lograron reunirse con sus familias en la ciudad rusa de Rostov en el Don, al sur del país, poniendo fin a un drama de cuatro días de duración.

La policía dijo que recobró 9.4 millones de dólares del rescate pagado por el gobierno. Los secuestradores habían metido el dinero en sacos de lona y al parecer arrojaron el resto mientras volaban sobre la república autónoma de Chechnya.

"Supongo que era demasiado para que pudieran transportarlo y huir a través de las montañas", dijo a The Associated Press el coronel de la policía Yuri Reshetnik.

Los secuestradores pueden ser condenados a muerte.

El gobierno del presidente Boris Yeltsin, que ha sido criticado por sus opositores nacionalistas y comunistas por el marcado aumento en el índice de criminalidad, respondió al secuestro como si se tratase de una crisis internacional del primer orden o un descalabro del medio ambiente.

Un viceprimer ministro estuvo a cargo de un comité de emergencia que dirigió la investigación y el Banco Central, sin demora alguna, obtuvo los 10 millones de dólares de dos bancos privados. Por su parte, la ex KGB envió a sus comandos especiales del grupo Alfa.

Yeltsin agradeció hoy la labor de la policía y de otras agencias. "Esta hora de emergencia dejó al descubierto las mejores cualidades de nuestro pueblo, que jamás ha sido indiferente ante el sufrimiento de otros, y cuyo corazón no se ha endurecido, incluso hoy en día", dijo el presidente en un comunicado.

Los cuatro secuestradores habían huido anoche hacia una pequeña población en la región rusa de Dagestan, en las montañas del Cáucaso, al sur del país, y habían abandonado el helicóptero en que viajaron.

Los dos pilotos del helicóptero militar volaron luego hacia Majachkala, la capital de Dagestan, dijo la televisión. Los secuestradores habían despegado del aeropuerto de Mineralnye Vody, donde previamente liberaron a tres rehenes.

El helicóptero había sido perseguido por otros dos helicópteros que llevaban soldados de las fuerzas especiales rusas, mientras que otras fuerzas lo esperaban en Majachkala. No se explicó cómo los hombres armados habían logrado eludirlos.

El vuelo de Majachkala, sobre la costa del Mar Caspio, fue la última etapa de un tenso y complicado viaje que se inició el jueves cuando los asaltantes se apoderaron de una decena de niños escolares.

Los secuestradores liberaron a los rehenes de a poco en los días que siguieron, a medida que las autoridades cumplían con sus exigencias, que abarcaban desde un aparato de radio hasta un cuantioso rescate.

Los secuestradores dijeron que padecían el SIDA y pidieron pasar a Irán para recibir tratamiento. Pero el primer viceprimer ministro Oleg Soskovets, que estaba dirigiendo las negociaciones para resolver la crisis, afirmó que eso parecía una excusa.

"Durante la operación, concluimos que simplemente querían desaparecer en una dirección desconocida junto con el dinero que recibieron. Aparentemente contaban con cómplices en territorio ruso", dijo a la televisión rusa.

El destacamento antiterrorista "Kaskad" de la policía de Daguestán bloqueó los accesos de la ciudad y tres horas más tarde, tras un breve tiroteo, detuvo a dos de los secuestradores, que estaban pertrechados con una pistola y un fusil automático.

El grupo "Kaskad" participó en diciembre de 1979 en la toma del palacio presidencial de Kabul, que concluyó con la muerte del presidente afgano Hafizullah Amin y la instauración del régimen prosoviético de Babrak Karmal.

De momento, las autoridades no han proporcionado datos sobre las identidades de los terroristas, y sólo se sabe que uno de ellos es kazajo y otro uzbeko y que sus edades son 48 y 21 años.

Horas después, los efectivos policiales que "peinaban" la zona capturaron a los otros dos delincuentes.

El helicóptero en el que se encontraban los "piratas aéreos" despegó anoche de Mineralnye Vodi y tomo rumbo hacia Majachkalá, tal y como lo habían anunciado los "piratas aéreos".

Sin embargo, en lugar de aterrizar en el aeródromo de la ciudad, los terroristas obligaron a los dos tripulantes a posar el aparato en uno de los arrabales periféricos de Majachkalá, donde se dieron a la fuga.

Los cuatro individuos se dividieron en parejas para dificultar la acción de las fuerzas del orden.

El portavoz del "estado mayor" para la liberación de los rehenes, Yuri Mijailov, declaró a Interfax que la policía recuperó la totalidad de los diez millones de dólares, dinero que habían proporcionado al Gobierno dos bancos privados.

OI - 02

Los gobiernos de Guatemala y El Salvador acusan al FMLN de armar a la URNG

URNG RECHAZA PROPIEDAD DE LAS ARMAS DECOMISADAS

La Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) rechazó, en la capital mexicana ser la propietaria de un cargamento de armas decomisadas por el Ejército de Guatemala.

La URNG «nada tiene que ver con el supuesto cargamento de armas recientemente decomisado», que supuestamente le envió la antigua guerrilla salvadoreña, dijo la guerrilla guatemalteca en un comunicado difundido en la capital mexicana.

Según la URNG, el ministro de la Defensa de Guatemala, Mario Enríquez, anunció hace una semana que tenía informes de que antes de fin de año entrarían en ese país armas procedentes de México y El Salvador para la guerrilla guatemalteca.

El Ejército guatemalteco aseguró haber decomisado un cargamento de armas que supuestamente pertenecían al Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) y que iban a ser entregadas a la URNG.

«Es obvia la maniobra publicitaria encaminada a dañar la imagen política del FMLN, y atribuirse una falsa victoria sobre la URNG», denunció la guerrilla de Guatemala.

Fuentes militares de Guatemala puntualizaron que el cargamento incluía pistolas, fusiles AK-47, cohetes fabricados en China y otras armas de largo alcance que no fueron precisadas y que venían en dos cajas que transportaba un camión de carga proveniente de El Salvador.

El Ejército no precisó cuándo se incautaron ni cuántas son las armas, pero destacó que, con el decomiso, se comprobó, en su opinión, el apoyo bélico del FMLN a la guerrilla guatemalteca.

«Llama la atención que desde hace algunas semanas el ministro de la Defensa esté anunciando futuras capturas de cargamentos de armas y que hoy proclame este decomiso», señala la URNG en su comunicado.

GUATEMALA Y EL SALVADOR ACUSAN AL FMLN

Guatemala y El Salvador acusaron al salvadoreño Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), partido político desde el año pasado, de suministrar armas a la última guerrilla activa en Centroamérica, la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG).

El presidente salvadoreño, Alfredo Cristiani, acusó en San Salvador al antiguo movimiento guerrillero de su país, con el que firmó la paz en enero de 1992 en México, de armar y entrenar a combatientes de la URNG.

Sin embargo, el candidato a la presidencia de El Salvador por la coalición izquierdista Convergencia Democrática-FMLN, Rubén Zamora, negó el martes que la antigua guerrilla esté vendiendo armas a los rebeldes de Guatemala, y aseguró que esas acusaciones forman parte de «una propaganda tipo nazi que se quiere hacer aquí en el país, de bajo nivel y sin ninguna prueba».

Zamora descartó «totalmente» las acusaciones y subrayó que la ONU ya emitió un informe sobre estos asuntos en el que se declaró satisfecha del proceso de entrega de armas del FMLN. (efe)

Nº DOCUMENTO 9400398

TITULO Bajas que hubieron en 1993 por enfrentamientos en Nicaragua

PROC. /500/4

FECHA 24/12/93.

11140 sub.

66603

515118 R-Con

515119 R-Cont.

EDI. Nt

CLIS. NT

La mayor parte de las bajas eran «recontras y recompas»

487 MUERTOS EN 247 COMBATES EN NICARAGUA

Un total de 487 personas, entre irregulares, militares y civiles, murieron en lo que va de este año, a causa de la violencia armada en el norte de Nicaragua, donde se registraron 247 combates hasta noviembre último, informó el Jefe del Ejército, general Humberto Ortega.

El militar dijo que de esos 487 muertos en este año, 260 eran ex «contras» y ex militares sandinistas rearmados, conocidos como «recontras» y «recompas», respectivamente.

El Ejército tuvo un total de 120 bajas, de los cuales 46 murieron y el resto resultaron heridos, mientras en el mismo período perecieron 181 civiles y 100 sufrieron lesiones de bala de distintos tipos.

Ortega, hermano del expresidente sandinista Daniel Ortega, añadió que en el mismo período también fueron secuestrados 176 campesinos o productores por los irregulares organizados en pequeñas bandas de «verdaderos delincuentes».

El jefe militar reconoció que el número de muertos, heridos y secuestrados de este año fue superior al del año pasado y señaló que en los pasados once meses, el Ejército incrementó sus misiones militares para garantizar la recolección de las cosechas, especialmente de café.

Ortega dijo que desde octubre pasado, cuando el Ejército envió refuerzos militares al norte del país, las operaciones castrenses aumentaron, tras vencer el plazo que los rearmados tenían para deponer la lucha armada.

Aunque la mayoría de estos rearmados se acogieron a la amnistía decretada por el Gobierno de Violeta Chamorro para pacificar el país, unos 800 hombres organizados en pequeñas bandas aún se movilizan en el norte de Nicaragua cometiendo toda clase de delitos.

El Jefe del Ejército anunció que en los próximos días enviará más refuerzos al norte para «liquidar» este año lo que llamó el «fenómeno de los rearmados» que se movilizan en grupos de seis en los departamentos norteños de Jinotega, Matagalpa y la región del Caribe central.

(efe)

9400398

Grupo armado roba 300 kilos de oro del aeropuerto de Ezeiza

• La operación se realizó en una zona militar bajo vigilancia

Un grupo armado robó 300 kilos de oro de una zona militar estrictamente vigilada del Aeropuerto Internacional de Ezeiza, 50 kilómetros al sudoeste de Buenos Aires, en un cargamento valuado en 3 millones de dólares conformado por 11 cajas con componentes electrónicos y medallas.

Buenos Aires (Ansa)

El robo, denunciado por el juez de la localidad de Lomas de Zamora, Daniel Llermanos, según reveló ayer la prensa local, fue cometido el martes pasado entre las 21.30 y las 21.45, en la sección carga de una zona militar permanentemente vigilada por la policía aeronáutica.

Esta fuerza de seguridad informó que un empleado de la United Airlines en Ezeiza y otro trabajador de la estación aérea que conducían un pequeño vehículo fueron interceptados por personas uniformadas.

Los empleados estimaron que se trataba de miembros de la Policía Aeronáutica, pero inmediatamente fueron amenazados con armas de fuego y obligados a echarse boca abajo.

Según el diario Clarín, el vehículo abandonó el aeropuerto por un portón de "acceso", estrictamente vigilado, y no despertó las sospechas de los custodios de la policía aeronáutica. Unos metros más adelante, los dos empleados fueron dejados en libertad.

Estos estimaron en media docena el número de miembros de la banda que se llevó en el furgón con conmutadores telefónicos, interruptores y otros equipos electrónicos, fabricados por la empresa norteamericana American Chemical, la gran mayoría con componentes de oro de una pureza del 999,50 por mil.

En las once cajas sustraídas, precisó el diario Crónica, también había 65.580 pequeños componentes electrónicos con incrustaciones de oro de una pureza de 999,58 por mil, 35 láminas de oro de 25 centímetros de largo y 184.502 interruptores con bordes terminados de oro.

Crónica revela que en el despacho de la Aduana figura que el cargamento estaba compuesto, además, por 200 medallas que pesan cada una 20 gramos confeccionadas con aleación 90 por ciento de oro de 999,50 por mil de pureza y 10 por ciento de bronce.

Las once cajas debían ser exportadas por United Airlines a Nueva York, según el despacho de la Aduana de Ezeiza, y los investigadores valuaron el cargamento robado entre los 2,5 y los 3 millones de dólares.

Revocan proceso a Embajador

Mientras tanto la Justicia argentina revocó ayer el procesamiento que pesaba sobre el Embajador en Brasil, Alieto Guadagni, que era investigado por presuntas irregularidades cometidas en la adjudicación de obras públicas en 1988, cuando era Ministro de Obras Públicas de la provincia de Buenos Aires.

Guadagni era investigado por los presuntos delitos de cohecho, incumplimiento del deber de funcionario público y administración fraudulenta, por la adjudicación a una empresa italiana de las obras de saneamiento del río Matanza, en la provincia de Buenos Aires.

Después de cinco meses de investigar, la Sala II de la Cámara Federal de Apelaciones de la Capital Federal determinó que "no se encuentra probado aún que el proceso de adjudicación de la obra hubiera resultado provechoso, ni que el precio por el cual se contrató aquella estuviera sobrevaluado".

Nº. DOCUMENTO 9400400
TITULO Asesinatos de albañiles en Colombia por escuadrones de la muerte
PROC 150014
FE 24/12/93
VI 1140 65592 col

ENTRADO N12
CRUZADO N12

Colombia

200 ASESINATOS DE ALBAÑILES

Las autoridades de Cali (suroeste de Colombia), pidieron a la Fiscalía General de la Nación que investigue el asesinato de doscientos albañiles este año en esa ciudad, capital del departamento del Valle del Cauca.

El personero municipal (defensor público) de Cali, Diego Rojas, solicitó a la Fiscalía que aclare la proliferación de crímenes similares perpetrados por «escuadrones de la muerte» en esa ciudad, la tercera del país en población.

Rojas dijo que en 1993 fueron abatidos a tiros 153 ayudantes de la contrucción y otros 54 fueron asesinados con armas punzantes.

Tras solicitar un grupo especial de investigación de los crímenes, el personero Rojas precisó que los meses con mayor número de asesinatos de albañiles en Cali fueron julio y noviembre, con una veintena de casos cada uno.

En Cali se registró este año un fuerte aumento en el índice de criminalidad en la construcción, que según analistas locales tiene relación con el florecimiento de los negocios de narcotraficantes.

9400400

01-01

Nº DOCUMENTO 9400401

TITULO La bandera palestina es izada en la municipalidad de Belén.

PROCEDENCIA 150023

FECHA 26/12/93

VINCULACIONES 11847

514395 A-F

500868 OLP

507603 ISR

ENTRADO	N
CRUZADO	N

La bandera palestina flamea de nuevo en la municipalidad de Belén

Belén (ANSA)

[illegible] jóvenes miembros de Al Fatah, el [illegible] liderado por Yasser Arafat, mayorita[illegible] la OLP, izaron nuevamente la bandera [illegible] en el techo de la municipalidad de [illegible], en Cisjordania, ocupada, después de [illegible] y afloje que duró dos días. El alcalde [illegible] de Belén supuestamente dijo a los dos jóvenes que "hagan lo que quieran" y no impidió que se treparan al techo del edificio, mientras que los soldados israelíes termina[illegible] por [illegible] sin intervenir.

La "lucha por la bandera" comenzó ayer en Belén, cuando un joven palestino izó el pabellón palestino negro, blanco, verde y rojo, en el techo de la municipalidad, y soldados israelíes lo retiraron poco después.

El episodio amenazó con crear tensió[illegible] y violencia en Belén, pero parecía superado tras un presunto acuerdo por el cual el alcalde se comprometió a no izar la bandera en la municipalidad, a cambio de la promesa de las fuerzas de ocupación de no impedir que el pabellón palestino sea colocado en otros lugares.

POCO LEGIBLE

9400401

01-01

Nº DOCUMENTO 9400402

TITULO Eta atacó estación de TV durante el mensaje del Rey.

PROCEDENCIA /50007

FECHA 26/12/93.

VINCULACIONES 11213 IH

507513 ESP

501410 ETA

ENTRADO NZ

CRUZADO NZ

ETA Atacó Estación de TV Durante el Mensaje del Rey

MADRID, 25 (Reuter).— Una bomba estalló en una estación retrasmisora de televisión cerca de la localidad norteña de Pamplano durante la transmisión del discurso navideño del rey Juan Carlos el viernes en la noche, dijo hoy la Radio Nácional de España.

Otras cuatro bombas colocadas a cada costado del mastil de la televisión fracasaron en explotar y el mastil no resultó seriamente dañado. La trasmisión de tres estaciones privadas de televisión resultaron interrumpidas pero otros canales continuaron.

En su discurso, difundido a las 20:00 GMT, el Rey Juan Carlos condenó al terrorismo como bastión del totalitarismo y la intolerancia y se refirió a la docena de españoles que murieron a manos del grupo séparatista vasco durante el transcurso del año.

9400402

01-01

Nº DOCUMENTO 9400403
TITULO Guerrilleros peruanos en Japón
PROCEDENCIA 150025
FECHA 28/12/93
VINCULACION 11140 sub
66817 Perú
501173 SL
514678 MRTA
66224 Jap

NZ

Constatado: guerrilleros peruanos en el Japón

TOKIO, 27 (AP). – Algunos guerrilleros peruanos que escaparon a las medidas represivas del gobierno de ese país han venido al Japón y es posible que se hayan vinculado con los sectores radicales japoneses, confirmó hoy el gobierno.

Un informe anual emitido por el Departamento de Investigación de Seguridad Pública dice que las autoridades han confirmado recientemente versiones de que algunos guerrilleros peruanos de origen japonés han entrado al Japón desde 1991 como trabajadores.

El informe no da cifras, pero dice que los guerrilleros eran del grupo maoísta Sendero Luminoso y del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru.

Añadió que estos individuos no se han enfrascado hasta ahora en ningún tipo de actividad que afecte la seguridad de Japón, pero el informe expresa inquietud en torno de la declaración de un grupo radical japonés, emitida en enero, de que fortalecerá vinculos con los guerrilleros peruanos.

El informe estima que hay en Japón 11.000 radicales de varios tipos y aludió a tres grupos importantes de izquierda, incluso Kakumaru-a, Facción Central, que según se alega propugna el establecimiento de vínculos con sus colegas peruanos.

Organizaciones radicales han declarado su intención de establecer un gobierno marxista en Japón. Estos grupos participan ocasionalmente en actos de sabotaje y terrorismo, como el disparo de proyectiles de fabricación casera o la colocacón de bombas incendiarias en propiedades vinculadas con la familia imperial o con funcionarios del gobierno.

También se alían con grupos que abrigan quejas contra el gobierno, como los granjeros que hacen frente a la posible expropiación de sus tierras para la expansión del aeropuerto.

El informe dice también que los extranjeros que trabajan ilegalmente en Japón han pedido ayuda a grupos radicales en sus esfuerzos por obtener un mejor tratamiento aquí. Añadeque los sectores radicales estaban usando aparentemente cuestiones relacionadas con obreros extranjeros como parte de sus actividades antigubernamentales.

9400403

01-01

BOLETIN INFORMATIVO

DE

PRENSA

19 a 25 de diciembre de 1993 9400404

01- 11

HOJA INFORMATIVA N° 1

FECHA : 19 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

EMPIEZA CLIMA DE SUCESION PRESIDENCIAL EN ENERO

- Un conjunto de hechos inesperados transformó a enero en un mes dramático para la definición de los candidatos que van a disputar la sucesión de Itamar Franco, el 3 de octubre y 15 de noviembre de 1994. Enero concentra tres factores decisivos: el día 9, termina el plazo de afiliación partidista de los posibles candidatos el día 17, el informe final de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del escándalo del Presupuesto determinará las reputaciones capaces de sobrevivir a una campaña electoral con énfasis en la moralidad; y hasta fin de mes, el ministro Fernando Henrique Cardoso sabrá si tendrá condiciones políticas de posibilitar su plan económico.

Además de esos hechos, es importante tener en cuenta los resultados de la revisión constitucional que crearán un nuevo ambiente para la articulación entre los partidos. Se espera que la revisión empiece en enero, después del informe de la CPI. Tan sólo con los efectos producidos hasta ahora, la CPI redujo el poder del PMDB, afectando a diputados vinculados al ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia, acabó con la alternativa de una candidatura del diputado Ibsen Pinheiro y, como sobra, abrió una nueva posibilidad en el campo del PPR: la eventual candidatura del senador Jarbas Passarinho, presidente de la CPI, quien niega cualquier pretensión a no ser la de renovar su mandato parlamentario.

PROBLEMAS DE LULA CON SU PROPIO PARTIDO

- El mayor enemigo de la candidatura del virtual candidato del PT a la Presidencia de la República, Luis Inacio da Silva -Lula-, continúa siendo su propio partido. Las acciones de la dirección del PT, dominada por grupos radicales, marchan en sentido contrario a la postura de Lula, que ya sufre críticas por mantenerse en silencio. Fuera de los límites del partido, sus miembros luchan para evitar la instalación de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) de la CUT (Central Única de los Trabajadores).

"El partido no puede tener un discurso para la sociedad y otro internamente. Lula podría tener una influencia mayor, pero se recusa a luchar dentro del partido", comentó el diputado federal del PT, Paulo Delgado.

Aunque Lula se mantenga en primer lugar en las encuestas de intención de voto, el PT enfrenta una lucha interna más, porque su dirección prohibió a su representación parlamentaria que presente enmiendas

02 9400404

a la revisión constitucional. Insatisfechos por la decisión, que tuvo el apoyo de Lula, los 36 parlamentarios del PT decidieron divulgar una nota contra la prohibición impuesta por la dirección.

Lula también es criticado por varios de sus partidarios porque concentra sus energías en caravanas por todo el país en vez de tratar de buscar aliados que permitan ganar la sucesión y, sobre todo, conseguir gobernar.

PAULO CESAR FARIAS DEPONE ANTE LA CPI

- Paulo César Farias, ex tesorero de la campaña electoral del ex presidente Fernando Collor, no consiguió convencer a los integrantes de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto de que no tiene vinculación con el esquema de corrupción en el Poder Ejecutivo para la liberación de partidas presupuestarias.

Aunque haya adoptado la táctica de no dar respuestas positivas a las preguntas, PC Farias fue útil para las investigaciones de la CPI, según sus integrantes. El relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, obtuvo de PC la información de que no existe la práctica de que las empresas fijen con antecedencia los valores que serán entregados a los candidatos. Según el Relator, quedó clara la conexión entre el esquema PC y los fraudes en el Presupuesto.

Internacional

EL CANCILLER BRASILEÑO EN LOS EE.UU.

- En su primera visita a los Estados Unidos como canciller del Brasil, el ministro Celso Amorim usó un lenguaje que caracterizó como "franco" para tratar de superar las "falsas percepciones que generaron actitudes paradójicas y contradictorias" en las relaciones entre los dos países. El Ministro estuvo con el secretario de Estado, Warren Christopher, con quien conversó sobre la reunión de los dirigentes latinoamericanos del año que viene, y con el asesor de Seguridad Nacional, Anthony Lake. Amorim manifestó preocupación con la 'impaciencia' de Washington con relación a los problemas brasileños: "En vez de un compañero digno de atención, Brasil es visto como un gran problema", afirmó. En ninguno de los contactos con las autoridades estadounidenses, el Ministro notó cualquier preocupación por la posibilidad de instabilidad política en Brasil.

Durante almuerzo en el Inter American Dialogue, influyente foro de intelectuales y de ex y futuros funcionarios del Gobierno estadounidense, el Canciller expuso lo que considera la mayor paradoja en las relaciones entre Brasil y los Estado Unidos: "Hace 20 años, cuando Brasil vivía bajo el autoritarismo --con violaciones de derechos humanos, proteccionismo y se evitaba firmar tratados de no proliferación--, las relaciones entre los dos países eran consideradas extremadamente buenas", dijo el

Ministro. "Hasta éramos llamados de subimperialistas por nuestros vecinos. Ahora que Brasil es un país enteramente democrático, con una prensa libre y movimientos civiles activos, cuando las violaciones a los derechos humanos son atacadas por el Gobierno, profundas reformas estructurales objetivan la liberación de la economía y el firme compromiso brasileño con la no proliferación y el desarmamiento se transformaron en la pieza central de nuestra política externa, hay una creciente impresión de que las relaciones entre Brasil y los Estados Unidos cambiaron para peor. La sensación es de que nuestros esfuerzos no fueron reconocidos", dijo el Canciller.

Refiriéndose al Acuerdo Norteamericano de Libre Comercio (Nafta), dijo el Ministro que para entrar en él, falta la invitación, que sería "muy bienvenida, pero tendría que ser negociada, junto con los compañeros del Mercosur". El Canciller se quejó de que las tarifas impuestas por los Estados Unidos a los productos brasileños son de un promedio de 25%.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

EL PROGRAMA DE PRIVATIZACION

- La aceleración del programa de privatización deberá ser una de las piezas-llave del plan económico, pero sólo en su segunda etapa. Según el ministro Fernando Henrique Cardoso, la privatización no es fundamental para el ajuste fiscal, punto de partida para la adopción del nuevo índice de indexación y el éxito del programa de estabilización. El objetivo del Gobierno en el momento es alcanzar el equilibrio presupuestario.

El programa de privatización fue uno de los asuntos discutidos recientemente por el Ministro con empresarios y banqueros. Sobre el aumento de los impuestos, dijo el Ministro que el Gobierno está dispuesto a estudiar propuestas alternativas, pero aclaró que no abandonará la meta de elevar la carga tributaria, para conseguir anular el déficit público.

MEDIDA PROVISORIA SERIA UNA ALTERNATIVA

- Depende tan sólo del presidente Itamar Franco la edición de una medida provisoria, hasta fin de año, que determinaría el aumento de 5% de las alícuotas de impuestos federales a partir del 1° de enero. El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, está decidido a asumir "el peso político" de la medida, lo que liberaría al Congreso para la aprobación de otras medidas del ajuste fiscal, como la retención del 15% de las transferencias a estados y municipios y cortes de gastos en el Presupuesto para 1994.

El Ministro considera que la medida provisoria para aumentar los impuestos es la única alternativa para garantizar ingresos extras a partir de enero.

HOJA INFORMATIVA N° 2

FECHA : 20 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

POSIBLES CANDIDATOS A LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA

- Ya empiezan a presentarse las opciones: a fines de 1993, por lo menos 11 nombres están siendo re - cordados para disputar las elecciones para la Presidencia de la República, en 1994. Y todos ellos, son viejos conocidos de la política brasileña: un ex presidente, dos gobernadores, un ministro, dos ex ministros, un alcalde, un senador, un sindica - lista, un ex gobernador y un empresario. Ese cuadro se definirá en los próximos meses, cuando los partidos estarán discutiendo también las alianzas, pero algunos ya empezaron sus campañas, moderada - mente.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, sociólogo, ministro de Hacienda, es el nombre preferido del PSDB para disputar la Presidencia de la República. Sus chances están directamente vinculados a la performance de la economía en los próximos tres meses.

JOSE SARNEY, ex presidente de la República, es uno de los tres principales líderes del PMDB. Su candidatura depende, principalmente, de la posición que asumirá el ex gobernador Orestes Quércia, otro líder del partido.

ANTONIO BRITTO, diputado y periodista que acaba de dejar el cargo de ministro de Previsión Social, trae en su equipaje una magnífica administración,elogiada por casi todos los partidos. Pero,su tendencia es ser candidato al Gobierno del estado de Río Grande do Sul, presentado por el PMDB.

ANTONIO CARLOS MAGALHAES, gobernador del estado de Bahía, del PFL, no declara que es candidato,pero acostumbra siempre a dar como ejemplo la admi - nistración en Bahía, que funcionó bien. Su principal bandera es el combate a la corrupción.

ANTONIO ERMIRIO DE MORAIS, empresario, del grupo Votorantim, puede ser el preferido de una alianza, envolviendo al PFL, al PP y al PPR. Su nombre es siempre recordado por el presidente del PFL, Jorge Bornhausen.

ADIB JATENE, cirujano, ex ministro de Salud del Gobierno Collor. Su nombre también surge en las conversaciones del PFL. Ya fue invitado, pero aún no contestó si entra en el partido, pero para dispu - tar la elección, tendrá que afiliarse antes del 9 de enero.

PAULO MALUF, alcalde de Sao Paulo. Uno de los principales nombres del PPR y el probable candidato del partido. Disputó la Presidencia con Tancredo Neves, en el Colegio Electoral, en 1985, y fue derrotado. Ya hace discursos de candidato.

JARBAS PASSARINHO, senador, presidente de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del

05 9400404

Presupuesto, cuyo nombre ya fue recordado como opción del PPR, aunque dice que su objetivo, en las próximas elecciones, es renovar su mandato de senador.

LEONEL BRIZOLA, gobernador del estado de Río de Janeiro, es, como en toda elección para presidente de la República, el primer candidato del PDT, partido que mantiene bajo su absoluto y riguroso control.

LUIS INACIO DA SILVA -LULA-, sindicalista, presidente del PT, desde hace meses, ya en campaña para la presidencia de la República, buscando en el interior del país, atraer a las poblaciones más humildes.

ORESTES QUERCIA, ex gobernador del estado de Sao Paulo, volvió a la vida pública hace dos semanas, ya con un discurso de candidato, no se sabe si a la Presidencia o al Gobierno de Sao Paulo.

CONGRESISTAS MODIFICAN SUS POSICIONES

- Cinco años después de la promulgación de la Constitución, cuando una lucha ideológica radicalizó posiciones y dividió el Congreso, la mayoría de los diputados y senadores quiere aprovechar la revisión constitucional para cambiar. Hoy, la mayoría de los parlamentarios apoya la entrada del sector privado en las áreas de petróleo y de las telecomunicaciones, quiere rever la limitación a la participación del capital extranjero en las actividades de minería, y quiere acabar con el tratamiento diferente entre empresas brasileñas y extranjeras. Ocho en cada diez parlamentarios consideran muy importante el papel del capital extranjero para la retomada del crecimiento económico del Brasil y la casi totalidad de diputados y senadores defiende la asociación de empresas brasileñas y empresas de capital extranjero. Ellos quieren una ley de patentes eficaz y creen que el fin de la reserva de mercado de informática trajo beneficios al desarrollo del país.

Este es el resultado de una encuesta, concluida este mes, efectuada por el Instituto Brasileño de Estudios Políticos(Ibep)

TODO DEPENDE DE CARDOSO EN EL PSDB

- De todos los candidatos a la sucesión de Itamar Franco, nadie acompaña con mayor atención el desarrollo de los hechos durante el mes de enero que el ministro Fernando Henrique Cardoso. Hasta fines de enero, él sabrá si puede contar con el Congreso para implantar su plan económico o si deberá usar medidas provisorias. Más importante todavía, es que después de implantado el plan, la sociedad sabrá si Cardoso es el político que consiguió mejorar la economía.

06 9400404

Como esas respuestas tienen que llegar antes de abril de 1994, cuando termina el plazo para registrar las candidaturas, el PSDB ya busca opciones a la candidatura de Cardoso. En un encuentro de la representación parlamentaria de Sao Paulo del partido, días atrás, el senador Mario Covas fue presentado como una opción para la elección para el Gobierno de Sao Paulo. También el líder José Serra fue lanzado como candidato, pero él mismo declaró que prefiere disputar una plaza en el Senado.

LA LUCHA INTERNA EN EL PMDB

- El mayor partido del Brasil, el PMDB, empieza el año de la sucesión presidencial dividido en tres corrientes. El dueño de la corriente más fuerte, Orestes Quércia, lanzó un claro desafío al grupo del senador Pedro Simon: quiere que él y sus aliados dejen el partido antes del 9 de enero, último día de plazo para quien desea cambiar de partido a tiempo para disputar la elección. Fue así que el grupo de Simon --en el cual se incluye el ex ministro Antonio Britto-- interpretó el discurso con que Quércia volvió al escenario político la semana pasada, criticando a todos los otros candidatos e incluso hasta al presidente del PMDB, diputado Luiz Henrique da Silveira.

Quércia ya mostró posibilidades de diálogo a Paulo Maluf, alcalde de Sao Paulo, y viene manteniendo una cordial relación con la tercera fuerza del PMDB, la que está bajo la influencia del ex presidente José Sarney. Aunque no sea candidato al Palacio del Planalto, Quércia quiere mantener el control del partido.

En Sao Paulo, el grupo político de Quércia cree que su Líder quiere disputar el Gobierno del estado de Sao Paulo, y no la Presidencia de la República.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

LA PRIVATIZACION DE LA ENERGIA ELECTRICA

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, anunció que negociará la privatización de las empresas de energía eléctrica con los representantes del sector, pero adelantó que no aceptará más medidas prorrogativas. Para evitar nuevos contratiempos, él quiere que el Ministerio de Planificación sea el coordinador de la comisión interministerial que, en 60 días, deberá elaborar la agenda y el alcance de la privatización del sector eléctrico.

Su propuesta es diferente de la presentada por el ministro de Minas y Energía, Paulino Cícero, que quiere una comisión más amplia, coordinada por su Cartera, con plazo de 120 días para montar un nuevo modelo del sector eléctrico para el país. Cardoso opina que el sector eléctrico tiene que ser oído al respecto.

HOJA INFORMATIVA N° 3

FECHA : 21 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

PRESIDENTE NOMBRA NUEVOS MINISTROS

- Un mes después de empezar la reforma ministerial que está substituyendo ministros-candidatos,el presidente Itamar Franco anunció la indicación de tres mujeres para su equipo. Confirmó el nombre de la empresaría de Sao Paulo, Cosette Alves, para substituir a José Eduardo de Andrade Vieira en el Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, pero horas después informó que ella no había aceptado. Anunció también el nombre de la ingeniera Margarida Coimbra do Nascimento para el Ministerio de Transportes, en substitución a Alberto Goldman. La presidenta de la Legión Brasileira de Asistencia, Leonor Franco, amiga del Presidente, asumirá interinamente el ministerio de Acción Social en lugar de Jutahy Magalhaes Jr., quien volverá, al igual que Goldman, a la Cámara de Diputados.

El presidente Franco resolvió también que el secretario ejecutivo del Ministerio de Agricultura, Alberto Portugal, responderá interinamente por la Cartera y no descartó la posibilidad de que permanezca en el cargo. Para el Ministerio de Integración Regional, Franco designó temporalmente al ministro de la Secretaría de Administración Federal (SAF), Romildo Canhim. A los interinos Leonor Franco y Romildo Canhim, el Presidente atribuyó la tarea de distribuir los órganos de esos Ministerios, empezando así la extinción de las dos Carteras.

Con estas modificaciones, el Presidente resuelve en parte la reforma ministerial y mantiene su idea original de tener un Ministerio técnico en vísperas del fin del plazo para la compatibilidad de los candidatos. Falta definir los nuevos titulares de Comunicaciones, Minas y Energía, e Industria, Comercio e Turismo. Así, es posible que sea cumplido el plazo de 6 de enero que el Presidente estipuló para concluir la formación de su nuevo equipo.

PREFERENCIA POR RIGOTTO PARA LIDER EN LA CAMARA

- El diputado Germano Rigotto, del PMDB, es el nombre más cotizado para asumir el liderato del Gobierno en la Cámara de Diputados. "El nuevo líder debe ser alguien muy afinado con el senador Pedro Simon. Eso es más importante que estar de acuerdo con el ministro Fernando Henrique Cardoso", dijo el presidente Itamar Franco. Rigotto es muy vinculado a Simon, de quien fue líder en la Asamblea Legislativa cuando el Senador fue Gobernador de Río Grande do Sul.

08 9400404

En la representación parlamentaria del PMDB en la Cámara, sin embargo, hay fuertes resistencias a la indicación de un diputado del partido para el liderazgo del Gobierno. En reciente reunión de los coordinadores de las representaciones de los estados en la Cámara, Rigotto oyó insistentes pedidos para que no aceptase una eventual invitación de Itamar Franco.

El Diputado apoya la enmienda constitucional con los cortes en el Presupuesto, es afinado con el equipo económico de Cardoso y cree que el Gobierno necesita urgentemente articular una negociación entre los partidos, "si quiere aprobar el nuevo plan de estabilización económica". Aclaró Rigotto que si el Presidente lo invita oficialmente, someterá esa invitación a la opinión de la Dirección Ejecutiva Nacional del PMDB.

DIPUTADOS DEL PT SE REBELAN CONTRA PROHIBICION

- La rebeldía de los parlamentarios del PT contra su Dirección Nacional, no se limitó a la divulgación de una nota de protesto de la representación. Irritados debido a la prohibición de presentar propuestas para alterar el texto constitucional en el Congreso Revisor, impuesta por la Dirección, algunos diputados simplemente ignoraron la orden. Como resultado, el partido acabó presentando 245 enmiendas.

Los diputados y el senador del partido consideraron que la Dirección se había inmiscuido en asunto que no domina, dejando a los parlamentarios del PT sin condiciones de actuar con relación a las modificaciones en la Constitución.

CONGRESO RESPONDERA A LAS CRITICAS DEL STF

- El Congreso Nacional reaccionará oficialmente a las críticas que hicieron los ministros del Supremo Tribunal Federal (STF) contra la revisión constitucional. "No aceptamos las agresiones hechas por el Supremo", desafió el primer vicepresidente de la mesa del Congreso y de la Cámara, diputado Adylson Motta, del PPR. En nombre de la mesa del Congreso Revisor, de la cual también es integrante, el parlamentario va a 'repeler' los ataques de los ministros, principalmente Carlos Veloso y Sepúlveda Pertence.

Comentó el Diputado que la conducta de los ministros representa "la ruptura de la armonía entre los Poderes". Para justificar su actitud, Motta recordó que el Legislativo es un Poder independiente y que no puede quedar en silencio, pues en ese caso "sería pusilánime". Dará a público una nota de protesto y de repudio, en nombre del Congreso Nacional.

Motta reafirma su legitimidad, recordando que es contra el control externo del Poder Judicial, apoyado por varios parlamentarios.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

PETROBRAS PODRA ASOCIARSE A EMPRESAS PRIVADAS

- La empresa Petrobrás tiene 271 proyectos con rentabilidad empresarial guardados, totalizando US$ 40 mil millones y está dispuesta a admitir asociación con empresas privadas --nacionales y extranjeras-- para desarrollar una buena parte de esos proyectos, según reveló ayer, el superintendente de Planificación de la empresa, José Fantini. Esos proyectos abarcan toda la actividad petrolífera, desde la construcción de tuberías --como el caso de la sociedad con empresas privadas para la construción del gasoducto Brasil-Bolivia, presupuestado por un total de US$ 2 mil millones--, hasta la refinación, explotación y producción de petróleo.

En todos estos casos, no hay ruptura del monopolio, pues la Petrobrás mantiene el control de las operaciones. Ninguna empresa entrará sola en un proyecto.

La Petrobrás decidió entrar en la discusión sobre el monopolio del petróleo y está organizando una serie de debates sobre el asunto.

ALZA DE INFLACION AMENAZA ADOPCION DE LA URV

- Los promedios de la inflación de diciembre no paran de subir y junto con ellos, las previsiones para enero y febrero. Hecho que no beneficia absolutamente la adopción del nuevo índice de indexación de la economía, la Unidad Real de Valor(URV),afirman los economistas, ante el clima creado la semana pasada por el aumento de los intereses y, consecuentemente,por la confirmación de la tendencia de alza de la inflación, además de las especulaciones sobre la mala cosecha agrícola de verano.

En realidad, fue una semana caótica en términos de expectativas. Principalmente porque el Gobierno quiere crear la URV, dentro del plan de estabilización económica, justamente entre enero y febrero.

FACTOR SOCIOLOGICO

Nacional

CREADO CONSEJO PARA FISCALIZAR SUBVENCIONES

- Las irregularidades en la liberación de los recursos de subvención social, por intermedio de entidades filantrópicas, motivaron la extinción del Consejo Nacional de Servicio Social y la creación del Consejo Nacional de Asistencia Social(CNAS), por el Ministerio de Bienestar Social. El nuevo Consejo será representado por 18 miembros de entidades gubernamentales y no gubernamentales.

El nuevo Consejo tendrá sus funciones ampliadas y definirá la política nacional de asistencia social, además de controlar y fiscalizar las acciones del sector. Fijará los criterios que serán adoptados para la transferencia de recursos provenientes de subvención social para estados y municipios.



UNA GRATA PAZ NAVIDEÑA

Y

UN VENTUROSO AÑO NUEVO

11-11 9400404

DOCUMENTO 9400405
TITULO Atentados de Sendero Luminoso
PROC. 150090
FECHA 29/12/93
VI. 11140 Sub.
66817 Perú
501173 SL.

Atentados senderistas en rechazo a la nueva Constitución del Perú

Castigo: el presidente Fujimori promulgará hoy la Carta Magna aprobada en controvertido referendum hace dos meses, que contempla la pena de muerte para delitos del terrorismo.

LIMA, 28 (EFE). – La banda terrorista Sendero Luminoso volvió a atacar hoy en Lima, 24 horas antes de que el presidente peruano, Alberto Fujimori, promulgue la nueva Constitución, aprobada por referendum en octubre último, que implanta la pena de muerte para delitos de terrorismo.

Para hacer constar su rechazo a la nueva Constitución, los senderistas colocaron hoy dos coches bombas cerca de la Prefectura de Lima (gobierno civil) que causaron la muerte a un policía, heridas a diez y grandes destrozos, y volaron el edificio donde funcionaban el servicio funerario de la fuerza aérea y la asociación de cadetes de la marina, hecho cuyo saldo fue de ocho heridos.

También hay numerosos civiles con heridas en el atentado con coches bombas, para el que, según fuentes policiales, se emplearon al menos unos 250 kilos de dinamita y nitrato de amonio.

Sendero Luminoso intenta de esta forma deslucir el acto de la promulgación de la nueva Carta Magna peruana, aprobada en una consulta popular el 31 de octubre último, y recordar que el 26 de diciembre se cumplió el centenario del nacimiento del hombre cuyas tendencias políticas siguen: Mao tse-Tung.

La nueva Constitución será promulgada mañana por Fujimori en el Palacio de Gobierno de Lima en un acto en el que sólo habrá dos oradores: el propio mandatario y el presidente del Congreso, Jaime Yoshiyama.

Asistirán también 44 congresistas de la alianza gubernamental Cambio 90-Nueva Mayoría, seis del Movimiento Renovación y cuatro independientes.

Ausencias en protesta

El resto de los legisladores hasta los 80 que integran el Congreso y que pertenecen a la oposición política no asistirán a la ceremonia: son 26 congresistas que no están conformes con la nueva Carta Magna que reemplaza a la de 1979, y que es la duodécima que tiene el país.

Una de las dirigentes del partido Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), la ex ministra de Educación Mercedes Cabanillas, dijo que no se puede negar que la Constitución fue aprobada por referendum por una mayoría menor de la prevista: 52 por ciento en favor frente al 47 por ciento que la rechazó.

"Habría sido saludable que la Constitución hubiera sido aprobada por una consistente y sólida mayoría, pero no fue así", dijo Cabanillas.

También el ex secretario general de la UN Javier Pérez de Cuéllar, que se halla en Lima para pasar las fiestas de Fin de Año, afirmó ayer que la nueva Carta Magna debe ser enmendada, y se pronunció contra la reelección presidencial inmediata que este texto autoriza, así como la unicameralidad.

El secretario general de la UN durante los dos últimos períodos agregó que los orígenes de la nueva Constitución son "discutibles" y ésta ha sido aprobada por "una mayoría relativa", aunque admitió que "es un documento que se debe respetar".

Mientras, los partidos políticos opositores representados en el Congreso subrayaron que su ausencia en la ceremonia de mañana se debe a que "nosotros no tenemos nada que celebrar", declaró Henry Pease, del Movimiento Democrático de Izquierda.

Pease aseguró que la nueva Constitución es legal, pero no tiene la legitimidad que le da el amplio respaldo popular, y anunció que su partido va a "pelear hasta verla reformada o verla en el suelo cuando caiga Fujimori", dijo el congresista.

La oposición afirma que la nueva Constitución es autocrática, contra los derechos sindicales, centralista y está hecha a la medida del actual mandatario peruano.

Una mujer

LIMA, 28 (Reuter).– Una mujer ha sido nombrada miembro de la Corte Suprema por primera vez en la historia de Perú.

Elcira Vásquez Cortez, de 46 años, del Tribunal Superior de Lima, es uno de los catorce integrantes de la Corte Suprema, designados por el Jurado de Honor de la Magistratura.

Fuentes judiciales dijeron que "ahora sólo le resta presidir la Corte Suprema".

Frustrado ataque antinorteamericano

LIMA, 28 (AFP). — En el marco de la ola de atentados con explosivos que sacudió hoy a Lima, un grupo comando de la organización guerrillera **Sendero Luminoso** intentó activar sin éxito un coche bomba frente a la residencia del embajador norteamericano en **Perú, Alvin Adams**, según informaron fuentes policiales.

El numeroso personal de seguridad que resguarda la sede diplomática de los Estados Unidos detectó la maniobra del grupo senderista y comenzó un intenso tiroteo contra el pequeño ómnibus en el que se desplazaban los atacantes, que iba a ser utilizado como coche bomba.

Los disparos obligaron a huir a los senderistas, según señalaron las mismas fuentes policiales, aunque no informaron si después del intento fallido se produjeron detenciones.

El embajador Adams, que asumió sus funciones en los primeros días de diciembre y que se encontraba descansando al momento del frustrado ataque, resultó ileso. Tampoco hubo heridos entre los miembros de las fuerzas de seguridad.

La policía informó que el grupo senderista intentó, además de hacer explotar el coche bomba, colocar varias banderas rojas con la hoz y el martillo (emblema del Partido Comunista del Perú-Sendero Luminoso) en los muros de la residencia.

La legación diplomática de los Estados Unidos fue blanco de una media docena de atentados desde 1980, año en que el senderismo comenzó la guerra contra el Estado peruano.

DOCUMENTO

Sendero Luminoso desata ola de atentados en Lima con numerosos muertos y heridos

Sangre y fuego celebran el centenario de Mao

*** *El jefe del Ejército desmintió una versión según la cual habría surgido un nuevo grupo terrorista autodenominado Movimiento Revolucionario Nuevo Perú***

Una de las más violentas jornadas terroristas de los últimos meses vivió ayer la capital peruana, donde Sendero Luminoso hizo estallar dos coches bomba y una poderosa carga explosiva que causó la muerte a dos personas, heridas graves a decenas de peatones y cuantiosos daños materiales.

Lima (ANSA)
por Floria Aranda

La nueva ofensiva terrorista, que se inició a "sangre y fuego" hace una semana, elevó a 15 el número de muertos en el marco de la conmemoración senderista del primer centenario del nacimiento del extinto líder chino Mao Tsé Tung, que se cumplió el último domingo.

Esos ataques se sumaron a otros ejecutados en Lima y en diversas ciudades del Perú, donde el Ejército y la Policía enfrentaron el acoso de pequeños grupos armados de Sendero Luminoso, cuyo máximo líder, Abimael Guzmán Reinoso, está en prisión bajo cadena perpetua, desde septiembre de 1992.

Ayer de mañana, las explosiones simultáneas de dos vehículos cargados con dinamita derribaron elevados muros perimetrales de la Prefectura de Lima y de la sede de la séptima subregión de la policía, y afectaron a decenas de casas y edificios vecinos al lugar del atentado, en la céntrica avenida Alfonso Ugarte.

Los estallidos causaron heridas graves a 21 personas, 11 de ellas policías, y daños cuantiosos en la estructura de numerosas viviendas y automóviles policiales y privados.

Siete horas después, otro atentado con explosivos destruyó las oficinas administrativas del servicio funerario de la Fuerza Aérea del Perú, en el barrio limeño de Santa Beatriz, a dos cuadras de la estatal Radio Televisión Peruana y de la privada América Televisión, que fue adquirida hace algunos meses por Televisa.

Ese atentado causó la muerte de un hombre de 35 años y una adolescente de 16, cuyas identidades aún no fueron determinadas por la policía, y dejó heridas a decenas de personas, entre ellas dos trabajadores de la fuerza área.

Un hospital de emergencia fue instalado en el mismo lugar de la tragedia, mientras las ambulancias trasladaban a los heridos a hospitales y clínicas.

La televisión local mostró imágenes patéticas de la conmoción que generó entre los vecinos de Santa Beatriz la destrucción de sus viviendas, mientras la policía efectuaba disparos disuasivos y buscaba a los autores del ataque.

La jornada comenzó con un ataque frustrado a la residencia del embajador de los EEUU, Alvin Adams, que asumió sus funciones hace menos de un mes, informó la policía.

Las autoridades informaron que elementos subversivos trataron de colocar varias banderas rojas con la hoz y el martillo, símbolo del autodenominado Partido Comunista del Perú, Sendero Luminoso, en árboles vecinos a la residencia norteamericana. Inmediatamente después de los atentados se desplegó por aire y tierra un gran operativo antiterrorista con la finalidad de "bloquear" nuevas jornadas por parte de los seguidores de Guzmán, informó a ANSA una fuente de la Dirección Contra el Terrorismo (Dincote).



Un policía monta guardia frente a las ruinas del edificio de la Prefectura de Lima, blanco de un atentado con dinamita ayer. (Telefoto de AFP)

Entretanto, las fuerzas de seguridad, apoyadas por el servicio de serenazgo municipal y emisoras locales, formulaban frecuentes llamados a la población para ubicar un camión cargado con más de 400 balones de gas, que fue robado por terroristas en la víspera de la Navidad.

Tras los atentados, el presidente del Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas y jefe del Ejército, general Nicolás de Bari Hermoza, desmintió una versión según la cual habría surgido un nuevo grupo terrorista autodenominado "Movimiento Revolucionario Nuevo Perú".

Por su parte, el ex jefe de la Policía antiterrorista (Dincote), John Caro, reveló que el comité metropolitano de Sendero Luminoso se había reorganizado, luego de los duros reveces que sufrió por la captura de importantes líderes, entre ellos Guzmán Reinoso y su compañera, Elena Iparraguirre. Fuentes de inteligencia y medios periodísticos habían advertido sobre el recrudecimiento de las acciones senderistas durante diciembre, cuando se conmemoran varias fechas simbólicas de Sendero Luminoso, entre ellas el 58 cumpleaños de Guzmán, el 3 de diciembre.

En los últimos días se reportaron ataques terroristas y enfrentamientos armados en los departamentos de Puno, Cajamarca, Junín, Ayacucho, Ancash, San Martín y Lima, a pesar de los esfuerzos del gobierno por neutralizar a los elementos sediciosos.

Sendero Luminoso habría logrado reorganizar su dirección metropolitana

Atentados: un ex jefe de la Dincote aseguró que el grupo maoísta demostró su recuperación con los ataques del martes último; mientras tanto, estaba por promulgarse la nueva Constitución.

LIMA, 29 (AFP). – El Comité Metropolitano de Sendero Luminoso, y su cuerpo asistencial Socorro Popular, habrían logrado reorganizarse y demostraron este hecho en los cruentos atentados de ayer en la capital peruana, señaló hoy el general John Caro, ex jefe de la Dirección Nacional Contra el Terrorismo.

Un día después del doble atentado contra un complejo de la Policía Nacional, donde funciona el centro de inteligencia de la Dincote, y una dependencia de la Fuerza Aérea del Perú, los informes oficiales dicen que el saldo fue de una persona muerta y no menos de un centenar de heridos.

También nueve casas y parte de un edificio tendrán que ser demolidos al haber quedado inservibles por los atentados, dijo hoy Carlos Otárola, director del Instituto Nacional de Defensa Civil.

Tanto el Comité Metropolitano como el Socorro Popular habían sido desarticulados desde que, en septiembre del año pasado, el fundador e ideólogo de Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, fue apresado con principales miembros de la cúpula de esa organización maoísta. Todos ellos cumplen cadena perpetua en inexpugnables prisiones militares.

Una primera consecuencia del ataque con dos coches-bomba contra la sede de la Séptima Región de la Policía Nacional es la posible remoción de su comandante por no haber adoptado medidas preventivas en pleno alerta máxima por el aniversario del nacimiento de Mao tse-Tung y la promulgación de la nueva Constitución, dijo un vocero de la Oficina de Inspectoría de la PN.

Los extremistas actuaron con suma libertad "en las narices de las patrullas de control" al maniobrar dos microbuses cargados con 300 kg de dinamita y química activante.

En acción disuasiva, francotiradores atacaron la Prefectura de Lima, que funciona en el complejo policial, luego un terrorista se acercó a pie y lanzó una bomba molotov contra una tanqueta blindada y finalmente dos coches-bombas fueron lanzados con la dirección trabada y ladrillos puestos contra el acelerador, según la reconstrucción de los hechos.

Nueva Constitución

LIMA, 29 (EFE). – El presidente de Perú, Alberto Fujimori, estaba por promulgar hoy la duodécima Constitución del país en sus 172 años de vida republicana, primera ratificada por el voto popular.

La nueva Constitución se promulgará en el Palacio de Gobierno, por primera vez en la historia republicana del país, pues las anteriores lo fueron en el Congreso.

La Carta Magna que regirá la vida peruana de ahora en adelante tiene 206 artículos y 16 disposiciones finales y transitorias y reemplaza a la de 1979, que empezó a regir en 1980.

El 31 de octubre, la nueva Constitución fue ratificada en un referendum y, aunque el presidente Fujimori llegó a pronosticar que obtendría un 70 por ciento de aprobación, sólo consiguió un 52 por ciento.

La nueva Constitución, que la oposición critica por autoritaria, centralista, antilaboral y, sobre todo, porque instituye la reelección presidencial inmediata, también incluye la ampliación de la pena de muerte a los terroristas y establece un régimen económico liberal para Perú.

La oposición, que reclama una serie de modificaciones para la nueva Constitución, no asistirán al Palacio de Gobierno.

Nº DOCUMENTO 9400407
TITULO Siria rechazó pedido para detener a Hezbollah
PROCEDENCIA 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 30/12/93.
VINCULACIONES 11B47TI
67190 SIRIA
514402 Hez.
507603 ISR.

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Siria no detendrá a Hezbollah

DAMASCO, 29 (Reuter). — **Siria rechazó hoy un pedido** del gobierno de Yitzhak Rabin para que las tropas de Damasco **detengan los ataques de la guerrilla pro iraní en el sur de Líbano** contra fuerzas israelíes asentadas en la llamada Franja de seguridad

"La resistencia de los guerrilleros islámicos a la ocupación israelí es legítima", sostuvo el diario oficial sirio "Al-Baath", que condenó los ataques aéreos del Estado de Israel contra el sur del Líbano y los señaló como evidencia de que el gobierno de Rabin "no quiere la paz".

"Los ataques de la guerrilla pro iraní **Hezbollah** continuarán", agregó el periódico.

El primer ministro israelí **Yitzhak Rabin** había dicho el martes que Siria, principal árbitro de poder en Líbano, no hace lo suficiente para poner fin a los ataques de la guerrilla.

"No nos sorprende ver cómo Rabin repite en el territorio ocupado del sur del Líbano sus falsas acusaciones contra Siria, con pretextos ilógicos".

El diario del gobierno presidido por **Hafez Assad** dijo que el premier israelí "quiere detener las operaciones de la resistencia nacional, ignorando el hecho de que constituyen un derecho legítimo de un pueblo cuyo territorio está ocupado".

"Al-Baath" indicó que las operaciones de la guerrilla continuarán hasta que el sur de Líbano quede libre de la ocupación israelí.

9400407

01-01

Nº DOCUMENTO 9400408
TITULO IRA no renuncia a la lucha armada pero quiere acuerdo.
PROCEDENCIA /50015
FECHA DE PROCEDENCIA 31/12/93
VINCULACIONES 21213 TM
507529 GB
66196 IRL
514711 IRA

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

El IRA no renuncia a la lucha armada, pero quiere un acuerdo

Un soldado británico fue muerto ayer por un francotirador del independentista Ejército Republicano Irlandés (IRA), en la aldea norirlandesa de Crossmaglen, cerca de la frontera con Irlanda, primer muerto desde que hace dos semanas fue presentado un plan de paz anglo-irlandés.

Londres (ANSA)

Si bien el Ejército republicano aún no dio una respuesta oficial a la reciente propuesta de paz, la emboscada de ayer, precedida por una serie de atentados menores en diversas localidades de Ulster, deja pensar que la organización rechazará el ofrecimiento de tratativas condicionadas para poner fin a la violencia, realizada días atrás por los Gobiernos de Londres y Dublín.

La Policía precisó ayer que el militar estaba patrullando la zona a pie cuando fue alcanzado por un disparo en la espalda. Internado en el hospital de Newry, falleció poco después.

El IRA reiteró ayer que quiere la paz, pero no tiene intenciones de renunciar a la lucha para la autodeterminación del pueblo irlandés. Esta es la primera declaración de cierto relieve difundida por el grupo armado tras la presentación del nuevo plan de paz anglo-irlandés.

Otra señal negativa llegó de una asamblea convocada por el Sinn Fein en el condado Tyrone, en la cual participaron más de 400 militantes, entre los cuales muchísimos detenidos con permiso natalicio.

Uno de los problemas principales es que en el texto firmado por los Primeros Ministros británico, John Major, e irlandés, Albert Reynolds, no se hace ninguna referencia al millar de presos políticos.

En el documento difundido ayer, el Ejército republicano afirma: **"Nuestra lucha resistió una ofensiva británica tras otra. El derecho del pueblo irlandés a la autodeterminación y la cuestión de una paz duradera son inexorablemente vinculados".**

"El IRA -se lee luego en la declaración- quiere la paz".

"Si la voluntad política existe o puede ser creada, entonces existe una real esperanza que una base para la paz pueda ser establecida. Y es nuestro deseo que sea así", dijo Major.

9400408

01-01

HOJA INFORMATIVA N° 4

FECHA : 22 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

PRESIDENTE ATENTO A MILITARES DE RESERVA

- El general Romildo Canhim, ministro da Secretaría de Administración Federal(SAF), salió ayer del Palacio del Planalto con la misión de sumergir en el mundo de los militares de reserva, un foco de descontentamiento con el Gobierno y las instituciones en general. Por determinación del presidente Franco, Canhim deberá hacer una invitación formal al grupo que se intitula Movimiento Guararapes,gran productor de manifiestos.

La invitación es para que el grupo indique uno de sus miembros para componer la Comisión Especial, presidida por Canhim, que investigará denuncias de corrupción en el Poder Ejecutivo. El Presidente tuvo la idea de llamar a los militares de reserva obedeciendo a un raciocinio linear: si ellos reclaman tanto por la corrupción, tienen el deber de ayudar a combatirla, dentro del campo institucional.

Incluso teniendo a Canhim como presidente y un oficial de reserva entre sus miembros, los militares no serán mayoría en la Comisión Especial. Un lugar está reservado para el Movimiento por la Etica en la Política y dos para ex ministros de tribunales superiores, que ya fueron sondeados por el general Canhim. Hasta el final de esta semana, el Gobierno espera divulgar los nombres de los cuatro miembros y del secretario ejecutivo.

La maniobra del Presidente parece tener dos objetivos: dar un carácter más político que técnico a la Comisión Especial, y de sobra, hacer un gesto--uno más-- en dirección hacia los militares, ahora, para el grupo que está afuera de los cuarteles.

REFORMA PREOCUPA A CARDOSO Y SIMON

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, y el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, revelaron ayer a interlocutores que estaban preocupados por los criterios nada políticos adoptados por el presidente Itamar Franco para la reciente reforma ministerial. Citados por el propio Presidente como integrantes del llamado 'núcleo de poder' ambos hasta admitieron que la flojedad política del Gobierno podrá comprometer el plan económico en el Congreso.

Según comentarios, Cardoso y Simon están perplejos con la falta de interés político del Presidente en la conducción de las materias que interesan al Gobierno, principalmente ante la crisis instalada dentro del Congreso. Ellos esperaban que Franco hiciera la reforma ministerial con un cuadro de 'notables'.

01-10 9400409

PLAN ECONOMICO TENDRA PRIORIDAD EN LA REVISION

- Los presidentes de los principales partidos políticos, reunidos ayer en el Congreso, decidieron dar prioridad al plan económico del ministro Cardoso, dentro de la revisión constitucional. El Ministro de Hacienda prefería la votación por separado de la enmienda del ajuste fiscal, pero admite que la decisión de los partidos facilitará un acuerdo político para aprobar todo el plan por mayoría simple. La inclusión de la enmienda del plan en la revisión atrasará la votación del Presupuesto de la Unión para 1994, puesto que las propuestas aprobadas en la revisión serán promulgadas en bloque al final de los trabajos, en abril o mayo.

Los partidos deberán presentar una propuesta alternativa al plan económico del Gobierno. Una comision formada por 11 diputados que se instalará hoy, tandrá tiempo hasta el 15 de enero para estudiar las alteraciones al plan.

MEDIDA PROVISORIA PARA AUMENTAR LOS IMPUESTOS

- Tal vez en el penúltimo día del año, el Gobierno debe de enviar al Congreso una medida provisoria aumentando 5% las alícuotas de todos los impuestos y contribuciones. Este aumento es parte del plan de estabilización económica presentado por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso. La decisión sobre la medida provisoria fue comunicada por el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, a los presidentes de los partidos políticos.

Enviando la medida el día 30, el Gobierno podrá cobrar los nuevos porcentajes en los impuestos en 1994. La intención del Gobierno es solicitar al Congreso la rápida aprobación de la medida, para evitar una reedición.

Los líderes de los partidos aliados al Gobierno prevén una verdadera guerra para aprobar la medida y otros puntos del ajuste fiscal. El principal problema es que todas las sugestiones presentadas hasta ahora con impopulares. Los líderes de los principales partidos ya se muestran contrarios a la aprobación de la medida provisoria y empiezan a accionar sus representaciones parlamentarias para la presentación de propuestas alternativas.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

MANTENDRAN TRANSFERENCIAS A ESTADOS Y MUNICIPIOS

- Después de reunirse con seis gobernadores del Nordeste, el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, admitió, por primera vez, abandonar la idea de retener 15% de los recursos transferidos para estados y municipios. La no retención podrá ser compensada por el aumento de impuestos sobre el sector financiero, según informaron los gobernadores.

El gobernador de Bahia, Antonio Carlos Magalhaes, fue uno de los más feroces opositores a retener el

el fondo de participación, explicando que "el corte es innegociable, así como el aumento de los impuestos. No negamos apoyo al ajuste, pero no podemos perjudicar al Nordeste, que está pasando por una seca lastimosa", dijo.

Hasta el gobernador Ciro Gomes, correligionario del Ministro, criticó la retención de los fondos, argumentando que sólo podría apoyar la propuesta si los estados y municipios más pobres fuesen excluidos.

Todos los gobernadores presentes prometieron apoyar las demás medidas del plan, siempre y cuando el Gobierno retire la propuesta de retención de los fondos de participación.

Internacional

LAS EXPORTACIONES BRASILEÑAS

- Las exportaciones brasileñas entre enero y noviembre totalizaron US$ 35,3 mil millones, mayor valor registrado en este período. En noviembre, Brasil exportó US$ 3,212 mil millones e importó un total de US$ 2,016 mil millones, con saldo positivo de US$ 1,196 mil millones. La expectativa es de finalizar el año con un total de US$ 39,5 mil millones, considerando alcanzada la meta de US$ 40 mil millones. En los 11 meses del año, las importaciones quedaron en US$ 22,770 mil millones, siendo también las más elevadas desde 1980. El saldo llegó a US$ 12,609 mil millones, el cuarto de la historia para ese período. El aumento de las importaciones fue causado, principalmente, por la compra de materias primas y de máquinas y equipamientos, para ser utilizados en la manufactura interna.

La composición de las exportaciones demuestra que Brasil continúa aumentando la participación de los productos industrializados en sus ventas, lo que permite obtener una ganancia mayor, pues se gana más exportando la máquina que el hierro para construirla. Las exporatciones de industrializados totalizaron US$ 26,487 mil millones, lo que representa 74,8% de las ventas globales, el mayor porcentaje ya registrado.

FACTOR SOCIOLOGICO

Nacional

CREADA LA SECRETARIA NACIONAL DE ESTUPEFACIENTES

- El presidente Itamar Franco sancionó proyecto de ley creando la Secretaría Nacional de Estupefacientes, que será responsable de la ejecución del Programa Nacional de Combate a las Drogas. La ley establece que los recursos del Fondo de Prevención, Recuperación y de Combate al Abuso de Drogas (Funcab) serán aplicados por la nueva Secretaría, después de aprobado por el Consejo Nacional de Estupefacientes (Confen).

"La creación de la Secretaría Nacional de Estupefacientes representa la firme disposición del Gobierno federal para combatir el tráfico de narcóticos en todo el país", afirmó el ministro de Justicia, Mauricio Correa.

HOJA INFORMATIVA Nº 5

FECHA : 23 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

PSDB Y PT PREPARAN ALIANZA POLITICA

- El PT y el PSDB dieron un paso fundamental para conseguir una importante alianza política para 1995. Ambos partidos concordaron en que no habrá acuerdo ni apoyo mutuo durante el primer turno de las elecciones presidenciales, puesto que ninguno de ellos abandona la idea de tener su propio candidato. Pero quedó prácticamente convenido que, si uno de los dos no llega al segundo turno, el apoyo será automático, y más aún, los dos partidos ya hablan abiertamente de acordar la línea de trabajo de sus representaciones en el caso de que uno de los dos venza las elecciones presidenciales.

"Esa alianza política puede realmente salir en 1995 en nombre de la futura gobernabilidad", admitió el presidente del PT, Luiz Inacio da Silva--Lula--.

En realidad, el PT tiene mucho interés en ese acuerdo para 1995 y volvió a aproximarse del PSDB. Lula sabe que, si llega al Palacio del Planalto, necesitará tener una representación fuerte para dar apoyo a las medidas de su gobierno. Aunque la representación del PT aumente considerablemente en caso de victoria de Lula, continuaría siendo necesario buscar una alianza con otro partido que sustentase los programas de gobierno del PT. Lula y el partido confían en el acuerdo con el PSDB como la perfecta solución, pues opinan que, aunque el PSDB no consiga la Presidencia de la República, seguramente conseguirá elegir a muchos diputados y senadores. La unión del PT y el PSDB sería suficiente para dar el mínimo apoyo político que el nuevo gobierno exigirá.

EX MINISTRO LUCHARA CONTRA PROPUESTA DE CARDOSO

- Después de dejar el cargo de Ministro de Transportes, el diputado federal Alberto Goldman, del PMDB, anunció que vuelve a la Cámara de Diputados pata luchar contra la propuesta del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, de cortar 15% del Fondo de Participación de Estados y Municipios, pues según él, ese corte perjudicará demasiado a las regiones más carecientes. Aclaró que su partido deberá continuar dando apoyo al presidente Franco, en lo que se refiere a gobernabilidad.

"Nosotros del PMDB no tenemos obligación de apoyar todos los proyectos del Gobierno. Tenemos que analizarlos caso por caso. No vamos a aprobar proyectos de ojos cerrados, sino con las modificaciones que se hagan necesarias", dijo Goldman.

04 9400409

QUERCIA CRITICA AL GOBIERNO Y A LA CPI

- El ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia, criticó ayer al Gobierno federal, afirmando que el "país está paralizado". Según dijo, el PMDB está en condiciones de levantar al Brasil, levantar la bandera del progreso, si encuentra la unidad.
Quércia también criticó a la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto,diciendo que las investigaciones fueron "enfriadas" cuando llegaban cerca del nombre de Itamar Franco y sus aliados.
Comentó el ex Gobernador que quería responder al desafío de Pedro Simon, quien dijo que antes de ser candidato, Quércia debería comprobar el origen de sus bienes, y por eso, está esperando con ansiedad que se fije la fecha para esa comprobación.

FLEURY QUIERE QUE PSDB DEFIENDA PLAN DE CARDOSO

- El gobernador de Sao Paulo, Luiz Antonio Fleury, quiere que el próximo líder del Gobierno sea indicado por el PSDB. Desde agosto pasado, Fleury pide que su partido, el PMDB, se aleje del Gobierno federal, pues en su opinión, es el PSDB quien debe ser responsable por la conducción del plan económico en el Congreso, elaborado por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, afiliado al PSDB.
Dijo el Gobernador que no consigue entender el acuerdo hecho entre el presidente del PT, Luis Inacio da Silva -Lula-, y el presidente del PSDB, Tasso Jereissati, que prevé la postergación de la revisión constitucional a trueque de la aprobación del ajuste fiscal.
Ese acuerdo es prácticamente imposible, según el Gobernador, porque algunas cuestiones, como el corte de 15% en la transferencia para las alcaldías, difílmente contará con el apoyo de la mayoría de los partidos.

Internacional

ACUERDO DEL GATT PODRA BENEFICIAR EXPORTACIONES

- El presidente de la Asociación de Comercio Exterior del Brasil, Marcus Vinicius Pratini de Morais, prevé que las exportaciones brasileñas podrán crecer entre US$ 1,5 mil millón y US$ 2 mil millones, como consecuencia del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT), firmado la semana pasada, que tendrá vigencia en 1995. Aclaró, sin embargo, que el desempeño de Brasil puede ser perjudicado debido a los elevados tributos que recaen sobre las exportaciones. Los productos más perjudicados serían el acero, los alimentos y el calzado.

Como consecuencia de esa alta tributación practicada en Brasil, las exportaciones quedarán inferiores a las primeras previsiones.

Pratini de Morais cree que, para defender la producción nacional, una nueva forma de proteccionismo podrá surgir en el comercio internacional: usando el argumento ecológico, muchos países cerrarán sus puertas al Tercer Mundo.

FACTOR SOCIOLOGICO

Internacional

BRASIL ELOGIADO EN INFORME DE UNICEF

- El informe anual del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia y la Adolescencia (Unicef) divulgado en Washington, por primera vez en muchos años elogia al Brasil por su lucha por la erradicación de enfermedades que todavía matan a más de ocho millones de niños por año en todo el mundo.

En el caso de Brasil, el informe presentado por el director ejecutivo de Unicef, James Grant, destaca la erradicación de la poliomielitis y la reducción de la mortalidad infantil. Muestra que en el año 1986 el país era responsable por dos tercios de los casos de poliomielitis en todo Occidente y que, por determinación política, según Unicef, consiguió eliminar el virus de la enfermedad en tres años. Destaca también el informe, que hace 30 años, de cada mil niños brasileños, 181 morían antes de completar 5 años, y en 1992, ese número cayó para 65.

TELECOMUNICACIONES

INVESTIGARAN RETRANSMISORAS DE TV EDUCATIVA

- El Ministerio de Comunicaciones investigará las estaciones retransmisoras de la TV Educativa, empresa estatal. La decisión fue tomada por el ex ministro Hugo Napoleao, antes de dejar el cargo, debido a denuncias de irregularidades cometidas por estas empresas. Diversas retransmisoras de la TVE no cumplen las normas de programación cultural y educativa de la Fundación Roquette Pinto y muchas aceptan publicidad paga, burlando la legislación de radiodifusión educativa.

Dependiendo de la gravedad de las irregularidades, el Ministerio podrá advertir a la retransmisora, aplicar multas, suspenderla temporalmente o anular definitivamente la autorización para funcionar.

06 9400409

HOJA INFORMATIVA N° 6

FECHA : 24 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

PALACIO DEL PLANALTO ANUNCIA NUEVOS MINISTROS

- El Palacio del Planalto anunció los nombres de dos nuevos ministros. El presidente de la empresa Telemig, Djalma Moraes, asume el Ministerio de Comunicaciones, substituindo a Hugo Napoleao, y Ailton Barcelos Fernandes, secretario ejecutivo del Ministerio de Industria y Comercio, toma el lugar de José Eduardo Andrade Vieira.

Ambos ocuparán los cargos en la condición de interinos, pero se especula que Moraes, amigo del presidente Itamar Franco desde 1972, podrá repetir la trayectoria del ministro de Planificación, Alexis Stepanenko, efectivizado en el cargo después de un período de interinidad. Oficialmente, sin embargo, el Presidente avisó que, con excepción de Margarida Coimbra, de Transportes, todos los nuevos ministros son interinos. También asumió ayer, el general retirado Romildo Canhim, el Ministerio de Integración Regional.

Debido a las divergencias dentro del PMDB,el Presidente también anunció que decidió postergar para después del día 10 de enero la definición del nombre del nuevo líder del Gobierno en la Cámara de Diputados.

CONGRESO RECIBE MAL INDICACION DE NUEVOS MINISTROS

- La demora del presidente Itamar Franco para concluir la reforma ministerial y la ausencia de expresión política de los ministros nombrados hasta ahora, ponen en riesgo la sustenctación del Gobierno en el Congreso. Los líderes de los mayores partidos que dan apoyo al Gobierno en el Congreso consideran que el Ministerio que el Presidemte anunció no impresiona al Poder Legislativo.

"Yo creía que en este instante de la vida nacional, con revisión constitucional, plan económico y otras cosas, el Presidente tendría otra actitud"dijo el líder del PSDB en el Senado, Mario Covas.

El senador Elcio Alavares, del PFL, que hasta la semana pasada parecía que integraría el nuevo Ministerio, tampoco entendió lo que el Presidente pretende con esa reforma. "El PFL, que la mayoría ve como un partido que no apoya el Gobierno, siempre dio al Presidente 80% de los votos de su representación. Aquí, ese Ministerio no tiene el menor peso", comentó.

Itamar Franco prefirió evitar comentarios sobre las críticas que ha recibido por causa de los criterios adoptados para escoger los nuevos ministros.

SIMON CRITICA OMISION DEL CONGRESO

- En discurso pronunciado desde la tribuna del Senado, el líder del Gobierno , senador Pedro Simon, del PMDB, pidió un "cambio de procedimiento" del Congreso ante las irregularidades descubiertas por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, que según él, evidencian la omisión del Poder Legislativo. Simon, que consultó al presidente Itamar Franco antes de pronunciar el discurso, afirmó que todos los parlamentarios, por acción u omisión, son corresponsables por los escándalos que eran practicados en la Comisión de Presupuesto.

Simon criticó a los parlamentarios que en la presentación de enmiendas al Presupuesto, piensan solamente en sus estados y se olvidan del país.

EL PRESIDENTE ATACA EN CARTA A ORESTES QUERCIA

- El presidente Itamar Franco envió una carta al ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia, desafiándolo a que pruebe el origen de sus bienes y repudiando las acusaciones de que las investigaciones de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto fueron "enfriadas" cuando se aproximaban del Presidente o de sus aliados.

"Mi vida profesional y política es conocida por todos. Mis pocos bienes, mi pasado, mi conducta durante el ejercicio de los mandatos efectivos que cumplí y vengo cumpliendo pueden ser examinados por cualquiera. No sé si sus bienes o el patrimonio de sus empresas pueden recibir la misma investigación", respondió el Presidente.

Con ironía, el Presidente observa en su carta que las investigaciones de la CPI cuentan con todo su apoyo y transcurren sin la interferencia del Gobierno. "El objetivo de la CPI es investigar las relaciones entre políticos y empresas, de notoria convivencia con Usted".

FACTOR ECONOMICO

Nacional

AUMENTO DE IMPUESTOS EN EL MERCADO FINANCIERO

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, confirmó que el Gobierno está estudiando el aumento de la tributación sobre empresas del mercado financiero, sugerido por los gobernadores del Nordeste para evitar el corte de US$2,7 mil millones en las transferencias de la Unión a estados y municipios. También confirmó la edición de la medida provisoria hasta fin de mes, aumentando 5% en las alícuotas de todos los impuestos y contribuciones federales a partir de enero.

El equipo económico no está aún en condiciones de decir si el aumento de impuestos en el mercado financiero será suficiente para substituir la retención de 15% de los recursos de los fondos de participación de los estados y municipios.

08 9400409

INFORME DENUNCIA AUMENTO DE VIOLENCIA CONTRA INDIOS

- El Consejo Indigenista Misionero(Cimi) divulgó un documento demostrando que el año de 1993 fue el más violento de la década para los pueblos indígenas "con el asesinato de 42 indios, casi el doble de lo ocurrido el año pasado, cuando fueron conocidos 24 casos". De acuerdo con el informe, "es igualmente grave el número de indios guaraníes kaiowaás y nhandevas que se suicidaron, 17 solamente en Mato Grosso do Sul".

De los 42 homicidios, 29 fueron cometidos por no indios y 16 casos ocurrieron entre los ianomamis, muertos por buscadores de oro. Los datos del Cimi indican que los estados más violentos con los indios fueron Amazonas y Maranhao, con cinco asesinatos en cada región. Las invasiones de tierras, según el informe del Cimi, fueron la causa de 26 asesinatos.

FACTOR ADMINISTRATIVO

REFORMA DESCENTRALIZARA AL GOBIERNO

- La reforma administrativa del presidente Itamar Franco será mucho más amplia y no se limitará apenas a la extinción de los ministerios de Integración Regional y de Bienestar Social. La idea es crear una Cámara Sectorial --integrada por los ministerios de Hacienda, Planificación y por la Secretaría de Administración Federal(SAF)-- que estudiará la descentralización de varios órganos del Gobierno.

Según el ministro Romildo Canhim, el presidente Itamar Franco no está convencido aún sobre la necesidad de una descentralización amplia y, por eso, la primer gran negociación para extender la reforma administrativa a otros sectores será con el Presidente. Sin querer adelantar qué órganos serán descentralizados, Canhim informó apenas que algunas actividades de áreas de Educación y de Salud quedarán a cargo de estados y municipios.

La Cámara Sectorial será permanente y, de acuerdo con el órgano a ser descentralizado, otros ministerios y gobiernos estatales o municipales podrán ser llamados para integrarla.

TRANSPORTES

PROYECTO PREVE FIN DE TARIFA PORTUARIA

- El último acto del ministro Alberto Goldman en el Ministerio de Transportes, fue proponer la extinción del Adicional de Tarifa Portuaria(ATP), enviando al presidente Itamar Franco un proyecto de ley revocando la ley que creó el adicional cobrado por las administraciones de los puertos organizados.

Goldman alega que tanto el adicional como las tarifas portuarias eran "impropiamente" utilizados como instrumentos de política aduanera.

HOJA INFORMATIVA N° 7

FECHA : 25 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

DECLARACIONES DE PINHEIRO NO CONVENCEN A LA CPI

- El diputado Ibsen Pinheiro, del PMDB, no consiguió explicar las cuatro principales denuncias que motivaron su convocación por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto: el movimiento bancario de US$ 2,3 millones en los últimos cinco años; el origen de US$ 127 mil que pagó por la primera cuota de una residencia en Porto Alegre; los depósitos del diputado Genebaldo Correia, del PMDB, en su cuenta; y el archivo de otra CPI del Presupuesto, solicitada hace dos años, cuando era presidente de la Cámara de Diputados. La mayoría de los integrantes de la CPI no se satisfizo con las versiones presentadas. El relator, Roberto Magalhaes, del PFL, cree que Pinheiro tiene aún "muchas cuentas que prestar a la CPI".

El único dato adelantado por Pinheiro sobre la auditoría solicitada a la empresa Trevisan y Asociados, fue que su patrimonio total no excede de US$ 348 mil. En su explicación preliminar, Pinheiro contestó la afirmación del diputado Vivaldo Barbosa, del PDT, de que sus rentas no eran compatibles con su movimiento bancario.

ACTUALIDAD

PARALIZACION DE ACTIVIDADES

- Con motivo de la celebración de las fiestas navideñas, fueron paralizadas las actividades oficiales y privadas. También fueron parcialmente paralizadas las actividades de la prensa escrita.

Nº DOCUMENTO 9400410
TITULO Atentados en Perú por nueva constitución
FECHA 15.05/8
FECHA 31/12/93
VINCULACIÓN 11140 Sub
66817 Perú
501173 SL

ENTRADO NZ
CRUZADO NZ

Constitución y bombas para Perú

Por lo menos tres personas resultaron heridas en la noche del miércoles al estallar un coche bomba, activado por militantes de Sendero Luminoso, en un barrio residencial de Lima, poco después de que el presidente Alberto Fujimori promulgara la nueva Constitución de Perú. El rebrote de violencia senderista, que en siete días provocó una docena de muertes, obligó a un reforzamiento de la seguridad, con bloqueos de calles y parques.

El coche bomba, el cuarto que estalla en la capital peruana en menos de 48 horas, causó cuantiosos daños metariales en un establecimiento de importación y exportación de maquinaria de Taiwán, así como en una docena de edificios y viviendas particulares. También fueron dañados al menos siete automóviles de lujo de una tienda de venta de vehículos, contigua al local que fue escogido como blanco de la acción dinamitera, dijo una fuente policial al señalar que los senderistas hicieron detonar una carga de 30 kilos de dinamita y anfo.

Los locales afectados se encuentran ubicados en la avenida Javier Prado, una de las más importantes de la capital, que conecta los barrios exclusivos del sector sur de Lima.

La explosión se produjo minutos después de que concluyera la solemne ceremonia en que el presidente Fujimori promulgó la nueva Constitución en el Palacio de Gobierno. La policía reforzó de inmediato la seguridad en la sede del gobierno e inició operaciones de búsqueda de los atacantes, dos hombres y una mujer, según relataron testigos a las autoridades.

Tras rubricar la nueva Carta Magna, Fujimori dijo a la prensa que los recientes atentados senderistas son "coletazos" de Sendero Luminoso, "que será derrotado en 1995", cuando concluya su mandato. "La guerra continúa contra el senderismo, el terrorismo aún no ha terminado, pueden producirse coletazos, pero no debemos bajar la guardia", declaró el mandatario.

El martes tres coches bomba causaron un muerto y casi un centenar de heridos en acciones que estuvieron dirigidas contra un complejo policial, contra el cual fueron lanzados dos vehículos cargados de explosivos, y contra una dependencia de la fuerza aérea. Con estos atentados Sendero Luminoso buscaba "celebrar" el centenario del nacimiento de Mao Zedong (26 de diciembre) y desdibujar el acto de promulgación de la nueva Carta Magna.

01-01 9400410

INUR Nº 397-A/012/131293

ARGENTINA

- **Acordo sobre investimentos mútuos com os EUA. Implicações e perspectivas.**

O Senado norte-americano ratificou um tratado -- já aprovado pelo Congresso argentino em Ago 93 --, pelo qual os dois países se comprometem a criar mecanismos de "**segurança jurídica**" aos investimentos em ambas as partes, ao mesmo tempo em que os EUA propugnam um tratamento de nação mais favorecida à ARGENTINA sobre a questão.

As vantagens de "**nação mais favorecida**", segundo o tratado, não se estenderão às empresas de terceiros países vinculados em razão de uniões aduaneiras regionais e/ou zonas de livre comércio. Isso implica a exclusão dos parceiros comerciais integrados economicamente tanto com a ARGENTINA (os parceiros do MERCOSUL) quanto com os EUA (componentes do NAFTA).

Como parte dos acordos, o Governo argentino dispôs-se propiciar igual proteção a todo tipo de propriedade intelectual. Isso, na prática, consiste no pagamento dos direitos autorais aos produtos e aos processos de elaboração. O próprio Ministro da Economia, DOMINGO CAVALLO, reiterou seu empenho com vistas à aprovação pelo Congresso, no próximo ano, do projeto de lei de patentes. Esse compromisso deverá arrefecer as pressões norte-americanas sobre o reconhecimento das patentes farmacêuticas, ainda pendente de aprovação legislativa e objeto de intensa resistência dos laboratórios locais.

Além disso, sem prejuízos às regras legais para nacionais de outros países, será permitido aos cidadãos de ambas as nações a entrada e permanência nos respectivos territórios, com o objetivo de estabelecer, desenvolver, administrar ou assessorar na exploração de investimentos.

A efetivação do tratado amplia a aproximação argentina aos EUA. Do ponto de vista econômico, mostra-se um mecanismo adequado para a atração de investidores de risco direcionados às atividades produtivas, haja vista ser hoje a segurança do capital investido uma das principais atratividades de um mercado em nível internacional.

* * *

0,1-0,1 9400411

INUR Nº 383/012/071293

ARGENTINA

- **Adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis. Interesses e perspectivas.**

O ingresso da ARGENTINA no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (RCTM) foi formalizado, dia 30 Nov 93, após reunião do organismo em INTERLAKEN/SUÍÇA. O RCTM, ligado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/ONU), objetiva regular a proliferação das tecnologias do produto, mediante uma política comum de exportação, com vistas a evitar a sua transferência a países considerados **"não-confiáveis"**.

O ato foi precedido de um processo de negociação iniciado em Mar 93, após convite do organismo, apoiado pelos EUA, devido à decisão do Governo argentino de desativar o Projeto do Míssil Condor II, após pressões de WASHINGTON.

A adesão reforça as diretrizes da política externa da atual Administração, visando a uma maior aproximação com os países industrializados detentores de tecnologias avançadas e de alto valor estratégico, em especial os EUA, com quem mantém um alinhamento automático. Com essa postura, o Governo argentino deverá intensificar os apelos por uma contrapartida, de forma a propiciar ao país melhores condições de acesso a conhecimentos científico-tecnológicos. Ademais, encontra sustentação interna, haja vista as condições da ARGENTINA nessa área não lhe permitirem desenvolver, a curto ou médio prazos, tecnologias próprias em setores considerados vitais aos seus objetivos econômicos. Contudo, tais pretensões não deverão ser concretizadas satisfatoriamente, em especial nas áreas consideradas de ponta ou de interesse estratégico para as nações industrializadas.

* * *

Nº DOCUMENTO ____________

TITULO Adhesión al régimen de Tecnología de Misiles-

PROCEDENCIA Servicio Brasil-

FECHA DE PROCEDENCIA 7-12-93-

VINCULACIONES Servicio Brasil - 20362

SAE-

Argentina - 503429

F. Tecnológico-

01-01

940042

EL PRESENTE DE EUROPA ESTÁ ENSOMBRECIDO POR DOS PROBLEMAS: UNO ES LA INMIGRACIÓN, CON LAS VINCULACIONES QUE ÉSTA TIENE CON EL DESEMPLEO Y LA XENOFOBIA, Y EL OTRO ES LA CRISIS EN BOSNIA, AZOTADA POR UNA GUERRA CIVIL QUE LA PARTIÓ EN TRES. LAS PERSPECTIVAS DE SOLUCIÓN, POR EL MOMENTO, SON NULAS PARA AMBAS CUESTIONES

PARIS:

Jamás –ni siquiera cuando en el siglo VIII los árabes invadieron España, ni cuando en el siglo XVI los turcos otomanos sitiaban Viena, ni en los siglos siguientes cuando los piratas berberiscos saqueaban las costas de Francia, España e Italia– los occidentales hubieran podido imaginar que, hacia fines del siglo XX, millones de musulmanes elevarían sus plegarias en el corazón de Europa y que las mezquitas florecerían en Londres, París, Bruselas, Berlín y hasta en Roma.

Esta vez, –por una vez en la historia– la presencia masiva de los mahometanos en las "tierras de los infieles" no es fruto de la guerra sino más bien consecuencia de la más grande "invasión pacífica" que el continente cristiano haya vivido desde el derrumbe de la Roma imperial, un movimiento espectacular de poblaciones de Africa y el Medio Oriente (al cual se agregarán las del Este europeo). Todos buscan aquel "Eldorado" que los hombres del Renacimiento soñaron en el Nuevo Mundo sin sospechar que, en la propia Europa, el capitalismo entonces en gestación haría florecer, hacia fines del segundo milenio, la sociedad más rica, abierta y generosa de la humanidad.

Aceptados durante decenios, los inmigrantes de Africa y Asia ahora inquietan, son rechazados, agredidos, devueltos a veces a sus países. ¿Cómo llegaron aquí los "nuevos bárbaros"? ¿De qué los acusan? ¿Por qué los acusan?

PARAISO DE LOS POBRES. Después de la Segunda Guerra Mundial, algunos países europeos que comenzaban su *boom* económico abrieron sus puertas generosamente para recibir a los trabajadores extranjeros.

Los primeros desplazamientos de población fueron europeos, sobre todo españoles y portugueses. Pero enseguida llegaron masivamente turcos (sobre todo a Alemania), norafricanos (a Francia), paquistaníes e indies (a Gran Bretaña), además de negros del Africa islamizada, cristianizada o animista así como habitantes de otros lugares colonizados anteriormente por europeos. Millones de hombres, a menudo analfabetos en sus idiomas, casi siempre campesinos o desplazados de los campos, fueron recibidos sin condiciones. Se los reclutaba en sus aldeas. Se los empleaba en los oficios más duros y peor pagados.

Los inmigrantes se congratulaban. Mal pagados y peor alojados, su pobreza en Europa era riqueza si la comparaban con la miseria en la que vivían en sus propios países. Además, ¿quién hubiera imaginado que en Francia, por ejemplo, el Estado reembolsa la mayor parte de los gastos de médico, hospital, maternidad, y medicamentos, incita a los padres a tener más hijos pagándoles subvenciones por cada uno de ellos, asegura la educación casi gratuita desde la escuela primaria hasta la universidad y paga prolongadas indemnizaciones por desempleo?



¿Por qué el rechazo al extranjero, viejo reflejo defensivo en las comunidades humanas de todas las épocas, se exacerba actualmente en algunos países de Europa Occidental (incluso con asesinatos en Alemania y en Francia)? Al menos por tres razones.

En primer lugar, por la abundancia y el aumento constante de inmigrantes, jamás frenado desde la posguerra. Un fenómeno que llevó en cierta ocasión al presidente francés François Mitterrand a advertir que "el umbral de tolerancia" estaba siendo traspasado, al ex presidente Valery Giscard d'Estaing a denunciar una "invasión" y a Michel Rocard, cuando era primer ministro socialista, a sostener que Francia "no puede recibir a toda la miseria del mundo".

En Francia hay más de cuatro millones de inmigrantes pero en realidad son muchos más. La verdad es que se desconoce su número porque los ilegales suman centenares de miles y es muy fácil adquirir la nacionalidad francesa. De ahí que las cifras sobre los extranjeros no reflejen la realidad.

DESEMPLEO. Una segunda razón, la más importante, es la crisis económica de los últimos años, que parece interminable y se agrava al extremo de que hay en estos momentos 17 millones de desocupados en la Comunidad Económica Europea (CEE).

Las clases populares, las más afectadas por la crisis, llegaron rápidamente a la conclusión de que los extranjeros ocupan los puestos de trabajo que debían corresponderle a la mano de obra autóctona.

¿Si se eliminara el desempleo se erradicaría la xenofobia? Nadie lo cree, pero mucho menos se cree en la hipótesis de llegar en los próximos años al "pleno empleo".

En julio, nuevas previsiones estadísticas oficiales anunciaron que –contrariamente a lo que esperaban los franceses que eligieron a la derecha en los comicios de marzo– el desempleo seguirá creciendo. Este año habrá más de 400 mil nuevos desocupados que se sumarán a los tres millones ya existentes, sin contar a aquellos trabajaderes de medio tiempo y otras formas de "desempleo disfrazado".

LA OLA DEL ISLAM. La tercera causa de las tensiones xenófobas se deben buscar en la procedencia de los inmigrantes.

Los italianos, españoles o portugueses migrantes se integran fácilmente en sus patrias adoptivas porque son de cultura europea. Las nuevas olas de inmigrantes están formadas principalmente por musulmanes, miembros de un universo cultural, histórica y radicalmente diferente.

Los franceses se sienten "chocados" cuando, con motivo de ciertas fiestas religiosas, los mahometanos degüellan ritualmente corderos hasta en los balcones o las bañeras (tinas) de sus departamentos. Se indignan al saber que financian mediante sus impuestos la poligamia, que permite casos de hombres hasta con cuatro mujeres y una veintena de hijos, todos subvencionados por la legislación social. Se espantan al descubrir cosas peores aún, como la excisión o corte ritual del clítoris que se hace a las niñitas antes de la pubertad, horrible mutilación traumática importada ahora a Francia junto con nuevas supersticiones e innumerables brujos, "excisadoras", curanderos y un sinúmero de elementos religiosos primitivos. Pero, salvo una llegada inesperada de la extrema derecha al poder, los franceses tendrán que habituarse a convivir con sus nuevos huéspedes puesto que ninguno quiere irse, pese a que hay programas que ofrecen sumas de dinero a los candidatos al retorno.

Aun así nadie quiere marcharse y muchos otros seguirán llegando porque las políticas de control de inmigración parecen condenadas al fracaso. Francia, por ejemplo, suprimió hace 19 años el ingreso de trabajadores extranjeros para defender el empleo. Sin embargo, en ese tiempo, la inmigración no cesó de aumentar en forma impresionante.

Como en el pasado, las grandes civilizaciones atraen a los habitantes de la periferia.

No cabe duda de que el brillo del modo de vida que puede ofrecer en el presente Europa Occidental transformó sus fronteras en verdaderas esponjas.

9400413

02-02

VS-VERTRAULICH
amtlich geheimgehalten

23 August 1993

POLITICAL REPORT

TgbNr. 0419/93 VS-V

Subject: Republic of South Africa
DE KLERK and MANDELA - Towers of Strength for the NP and the ANC (Till Election Day)

DOI: August 1993 Eval.: F - 2

Summary

Three "blocs" in the National Party, but no indication of a split or disintegrative tendencies. The ANC has to contend with conflicts of interests erupting in its alliance with the SACP and COSATU rather than with the attempts by "radical leftist" idols at grass-roots level to make a mark for themselves in politics. Mounting rejection of Venda general-secretary RAMAPHOSA.

From Pretoria

Factionalism, partly sharp disagreement about the policy to be adopted in dealing with major contentious issues in the MPF and deep rifts between "fellow party members", caused also by personal animosities, are characteristic of the climate within both the National Party (NP) and the ANC, according to well-informed circles. Even so, there are no indications at present that the two power-sharing partners' pragmatic cooperation might seriously suffer till the elections, possibly even some time thereafter, and that their readiness and ability to take concrete decisions about the realization of the democratization concept might fall away.

1. According to the above-mentioned circles, the NP can by now be divided into three "blocs":

   - A group of determined reformers;
   - a circle of "moderate opportunists" developing more and more sympathies for "popular-front" arguments and
   - the staunch supporters of the IFP and/or BUTHELEZI.

   The controversies between these three factions are not to be dismissed, and even make themselves felt in public every so often (for instance, when Law and Order Minister KRIEL orders the arrest of 75 senior PAC officials without notifying key cabinet members), but are still far from threatening the party's cohesion and will on no account topple the government. The "idol of the reformers", Roelf MEYER, is reportedly rallying around him all those who, with varying degrees of com-

mitment, favor the continuation of South Africa's evolutionary change, while on the other side KRIEL is keeping the party's right wing in line by launching one verbal attack after the other against the unloved black rivals looked on with suspicion. Most of the few NP members who went over to the IFP see themselves as connecting link to their original political camp. For the time being, however, President DE KLERK serves all three factions as irreplaceable protector of their interests.

2. Reportedly, much more complicated maneuvers are required to "harmonize" the three allies ANC-SACP-COSATU, especially because latent-inherent conflicts of interests become increasingly virulent as the elections approach. With some success, and certainly not on grounds of altruism, the SACP is doing its level best to accommodate these divergent interests. The communists are trying to keep mainly the trade unionists in the alliance, less for fear of their survival in the longer term but rather to get COSATU members on the lists of candidates, who often, just as ANC members, are also members or at least sympathizers of the SACP. On this issue, the ANC and the SACP are on common ground, anxious to preserve the alliance of three as long as possible also beyond election day, with the Communist Party cleverly staying in the background of this "mudslinging match for nomination".

3. Seen apart, the ANC has since early this year reflected friction between the hawks and doves at grass-roots level rather than in its top echelons (NWC and NEC). A "gang of four" is increasingly making its mark as "rallying point of radical opposition" and of a revolutionary avant-garde powered by youths, who more than

anything want to dissociate themselves from the "saturated liberation patriarchy":

- Peter MOKABA, chief of the ANC Youth League (ANCYL);
- Harry GWALA, ANC regional chief for Natal/Midland;
- Tony YENGENI, ANC regional chief for Western Cape, and
- Winnie MANDELA.

Although these four are reported to be using all means available to mobilize the "disaffected, underprivileged masses", they are wise enough to avoid a showdown with the moderate leadership which would be likely to split the ANC. Realizing the still outstanding prestige that makes the "national cult figure" MANDELA invulnerable to attacks from every which way, the hawks think that the chances of challenging the old guard will be best after the elections turning yesterday's heroic freedom-fighters into plain government officials that are more exposed to attack.

Additional intramural factors of instability in the ANC:

- A rising, not least tribalism-based, tide of vague resentment against the Venda RAMAPHOSA, secretary-general and chief negotiator of the ANC, who close aides say has been saved from ouster only by MANDEALA's patronage, and

- the Zulu members' increasingly vociferous criticism of alleged overrepresentation of Indians in top positions of the movement and/or in lists of candidates.

4. If the NP as well as the ANC, nevertheless, reach election day in all likelihood in their current shape, they will owe this mainly to the persuasive unifying power of their leaders DE KLERK and MANDELA.

Comment:

1. In our estimation, this situation report is correct in principle. Numerous items of information about MPF negotiations behind closed doors and strictly confidential contacts between NP and ANC representatives confirm that a constructive job is still being done there, that concrete decisions are taken about specific issues of importance (regionalization, TEC, electoral law) and that the "big two" are still in tacit agreement about steering South Africa's ship of state through the rough seas of change till about the year 2000. Thus, most of the mutual attacks and tactical "kicks", which are likely to grow in intensity in the next few months, can primarily be seen as side effects of the electoral campaign gathering momentum, in the course of which representatives of either side will also have to allow for animosities and hostilities in their own ranks.

2. Even so, the odds are that the elections, no matter whether in the spring or fall of 1994, will also mark a watershed in South Africa's party-political landscape. Initial signs of this are on the horizon:
The considerable political weight gained by the extreme Boer right wing must be factored in not only by the NP and IFP strategists; taking on new importance is also

the relationship between these two conservative camps of different stripe. In the long run, a coalition partner BUTHELEZI might become more important for DE KLERK than MANDELA's still indispensable readiness for cooperation.
The ANC, in turn, is likely to find it harder in the long term to "stomach" the forthcoming dissolution of the alliance with the SACP, with the trade unions in particular, than to keep in bay the trouble-makers of its left wing. The consolidation of the social conditions in particular, from which the black clients of the liberation movements would gradually benefit, too, and the readiness rooted in African mentality to lend an ear to the experienced "chiefs" from elitist origin rather than to youthful demagogues with the charm of social climbers should gradually cut the "leftist" opposition in the ANC and PAC to an acceptable size. (There is credible information on hand that ANCYL chairman MOKABA's support for MBEKI as MANDELA's successor in the ANC leadership also has some, not even weak, roots in the fact that the father of the potential rival RAMAPHOSA was "only a police officer" while MBEKI's father Govan - alongside MANDELA, TAMBO and SISULU - was one of the big four in the history of liberation!)

3. In the weeks to come, we will give extensive coverage to the various developments on South Africa's party-political scene.

06-06

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

27 September 1993

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

TgbNr: 0263/93 VS-NfD

La nueva Constitución

Subject: Cambodia - The New Constitution

Cutoff Date: Late September

Nº. DOCUMENTO 9400415
TITULO La nueva Constitución en Camboja.
PROCEDENCIA 20360
FECHA 27/9/93
VINCUL. 11876
30044
20360
507606
11164

- 4 -

01-07

9400415

__Summary__

On 21 September 1993, the new Constitution was endorsed by a large majority of the Constitutional Assembly. Cambodia thus becomes a constitutional monarchy with SIHANOUK as the King. The mission of the UN has reached its end.

Details:

1. SIHANOUK was elected as constitutional monarch of Cambodia by a crown council, with limited authority. In contrast to this, SIHANOUK had not only favored the "French model", i.e., a strong presidency, but had even rejected the office of monarch until a short time ago. His yielding on this point is another indication that his power is waning.

2. His son RANARIDDH, who no doubt will have a major influence on the political fortunes of his country during the coming decades, holds the position of First Prime Minister. Second Prime Minister will be HUN SEN, but no clear demarcation of responsibilities is apparent. This is a pragmatic concession to the strong loser, the People's Party, without which Cambodia cannot be governed. This system, however, is bound to entail friction losses.

3. The Khmers Rouges support the monarchy, but with the idea at the back of their mind that they would benefit most from a King SIHANOUK. The Khmers Rouges speculate that SIHANOUK will be on their side because he wants to achieve his lifetime goal of bringing reconciliation and peace to Cambodia.

The Cambodian population have a positive attitude towards the monarchy. The King is venerated and enjoys an almost sacred standing. This will give to the war-torn country a degree of stability and a new national identity. The system of a First and Second Premier may lead to problems because

Summary

On 21 September 1993, the new Constitution was endorsed by a large majority of the Constitutional Assembly. Cambodia thus becomes a constitutional monarchy with SIHANOUK as the King. The mission of the UN has reached its end.

Details:

1. SIHANOUK was elected as constitutional monarch of Cambodia by a crown council, with limited authority. In contrast to this, SIHANOUK had not only favored the "French model", i.e., a strong presidency, but had even rejected the office of monarch until a short time ago. His yielding on this point is another indication that his power is waning.

2. His son RANARIDDH, who no doubt will have a major influence on the political fortunes of his country during the coming decades, holds the position of First Prime Minister. Second Prime Minister will be HUN SEN, but no clear demarcation of responsibilities is apparent. This is a pragmatic concession to the strong loser, the People's Party, without which Cambodia cannot be governed. This system, however, is bound to entail friction losses.

3. The Khmers Rouges support the monarchy, but with the idea at the back of their mind that they would benefit most from a King SIHANOUK. The Khmers Rouges speculate that SIHANOUK will be on their side because he wants to achieve his lifetime goal of bringing reconciliation and peace to Cambodia.

The Cambodian population have a positive attitude towards the monarchy. The King is venerated and enjoys an almost sacred standing. This will give to the war-torn country a degree of stability and a new national identity. The system of a First and Second Premier may lead to problems because

there is no clear definition of responsibilities. Since, however, RANARIDDH and HUN SEN have cooperated smoothly so far, and the strong loser People's Party is integrated into the governmental system in this way, these problems do not seem intractable. Generally speaking, further developments are seen in a positive light, even though the country's bleak economic situation will constitute a long and severe burden.

- 4 -

The New Constitution

On 21 September 1993, the Constitutional Assembly adopted the new Constitution for Cambodia with a large majority. The Constitution had been drafted in the past three months by two constitutional committees. Cambodia will become a constitutional monarchy along the lines of the United Kingdom.

1. **The Constitutional Monarch**

SIHANOUK was elected by the Crown Council, consisting of the two Prime Ministers, the Speaker of Parliament and his two deputies, as well as two high-ranking Buddhist dignitaries. Since SIHANOUK's successor, too, would be nominated by the Crown Council, it will be possible to elect a personality not belonging to the royal familily of NORODOM. The King "reigns but does not rule". His powers are limited and not clearly defined, so that it is a question of the respective king's and premier's personalities who wields power and influence. Broadly, this approach is reminiscentof SIHANOUK's abdication as King in 1955 in favor of his father. At that time, SIHANOUK renounced the throne in order to be able, as Prime Minister, to exercise real political power. This rôle-swapping is repeated today with his son RANARIDDH. Yet SIHANOUK may feel that, unlike his father, he has more charisma and hence can take an active hand in politics. There are signs, nevertheless, that his position has weakened, inter alia because he has lost credibility in recent months as a result of his vacillation. Moreover, political forces and personalities have emerged who will resent a king meddling in their business.

SIHANOUK had sought the office of President with extensive powers ("French model"). He also rejected the crown until a short time ago. His yielding on both issues is another indication of his dwindling power and

influence. The first clue to this was the conflict between him and his son RANARIDDH shortly after the elections in late May 1993. At that time, SIHANOUK wanted to form a transitional government without consultations. The plan foundered on the refusal of his son and chief of the victorious party, FUNCINPEC, to participate in such an arrangement, and SIHANOUK went to Peking. RANARIDDH, by contrast, prevailed against his father and, together with HUN SEN, formed his own transitional government. In spite of all this, SIHANOUK will still have a say in his country's affairs as a constitutional monarch, thanks to his charisma and the veneration he enjoys. However, the country is no longer solely dependent on SIHANOUK with his failing health. The US and France, but also the PR China and the ASEAN countries, support this constitutional system.

2. Constitutional System With Two Prime Ministers

RANARIDDH had definitely expected to become the only prime minister in the new lawful government. Although, in his capacity as First Prime Minister, he enjoys a somewhat more senior position, there is no clear-cut demarcation of responsibilities against those of the Second Prime Minister. This approach is a concession to the strong loser People's Party, without which governing would not be possible. In particular the party's hardliners insisted on this post in order to safeguard future influence of the party. HUN SEN may reportedly be replaced by CHEA SIM, the People's Party leader, or the latter's brother-in-law and ex-Interior Minister SAR KHENG. Even if this change does not materialize, HUN SEN, with his own wing in the People's Party, will be under pressure from the hardliners. The latter had lost no time in placing their supporters in key provincial posts and now dominate the administration, so that governing without them is all but impossible.

- 6 -

Notwithstanding the friction to be anticipated from the two prime ministers, cooperation between the two premiers might well work as long as HUN SEN remains Second Prime Minister. An ASEAN delegation which recently visited Phnom Penh made explicitly positive comments on this tandem construction. For the difficult problems ahead, they thought that this was not a bad idea and ought to be retained until the next elections.

RANARIDDH, who progressively emancipated himself from his father during the election campaign and evolved into a leader in his own right, will have a major say in the political fortunes of Cambodia. He will follow the footsteps of his father, whose behavior he is emulating and with whom he bears a striking resemblance. RANARIDDH is also successful in developing a certain charisma. His party, FUNCINPEC, can count on support from both the West and China.

3. **The Khmers Rouges**

The Khmers Rouges, weakened by ongoing desertions of fighters, came out in favor of a monarchy. They expect that SIHANOUK will accommodate them in order to achieve his lifetime goal of bringing peace and reconciliation to Cambodia. The Khmers Rouges hope for his support in the issue of their integration into the state. Roundtable talks have been scheduled for October. Also, the monarch has the right to grant pardon, and the Khmers Rouges hope to benefit from that as well.

Outlook

Further developments are seen with cautious optimism, inter alia because the "Paris conference on building Cambodia" in September 1993 was a success. Yet the country will have to grapple chiefly with economic and social problems. In that

- 7 -

respect, the twin-prime-minister arrangement may turn out to be a handicap because there is no clear-cut demarcation of responsibilities and because it is unclear who defines the political guidelines.

SIHANOUK as King will exert a stabilizing effect on the war-torn country, to which he will give a new national identity. The most serious security problems will be crime, banditry and the remaining mines, not so much Khmer Rouge terrorism. It is likely that the latter will be integrated in some form or other. No doubt an "Asian solution" will be found.

The UN mission ends with the adoption of the Constitution and the installation of a new lawful government. The last UN personnel are to be pulled out by 15 November 1993, leaving only a small UN office in Cambodia.

VS-VERTRAULICH
amtlich geheimgehalten

15 November 1993

POLITICAL REPORT

TgbNr. 0567/93 VS-V

SUBJECT: Kenya - Opposition Leader ODINGA About to Return to KANU?

DOI: November 1993

EVALUATION: B - 3

SUMMARY:

After intensive talks with the MOI administration, opposition leader ODINGA allegedly is about to cross over to KANU.

From Nairobi:

From circles close to the Kenyan opposition leader, ODINGA (FORD-Kenya), it was learnt that the veteran politician was pondering concrete plans to cross over to President MOI's KANU, taking with him as much of his party as possible. In close personal cooperation with MOI, ODINGA wanted to integrate his fellow Luo tribesmen into the regime in order to secure for them a share in the fruits of economic progress also under the conditions of a multi-party system. Underlying this decision was the fact that, in the presidential elections of December 1992, the Kikuyu, which are also in opposition, had refused for selfish reasons to cooperate with the Luo and other tribes to bring down MOI and help ODINGA assume power. Now the leader of FORD-Kenya had decided to throw in his lot with the President, even at the risk of his so-called "Young Turks" refusing to go along and leaving the party. A noted figure among these "Young TOrks" was ODINGA's son, Raila; but the "old man" had meanwhile given up his efforts to sell his more moderate line to his son. However, ODINGA knew that the majority of the Luo and their political representatives supported him, because the alternative to ODINGA's plans involved the danger of losing power and influence. A "new KANU", on the other hand, would ensure continued domination of Kenyan politics.

COMMENT:

Both ODINGA, well into his eighties, the opposition leader and "dinosaur" of Kenyan politics, and Luo deputies of FORD-Kenya have for some time been in contact with the MOI administration. Although ODINGA has not yet explained his strategy to the party's ruling bodies - reportedly he only asked for their confidence with regard to his dialogue with the president - it is not at all impossible that his talks have developed in the direction mentioned above and intensified. Evidently, ODINGA sees himself as following a tradition of African realpolitik, which makes it possible for him, despite painful experiences in his dealings with the MOI regime, to opt for cooperation rather than confronta-

tion in the interest of his tribe. Yet there are likely to be limits to this pragmatism. True, MOI himself belongs to a minority tribe, and alliances as a counterpoise to Kikuyu ambitions are probably not unwelcome to him; but what matters first of all to MOI are the objectives of KANU so that, if ODINGA linked up with MOI, he would merely serve as a useful tool to realize the latter's objectives. Given the urgent need to calm the volatile situation in Kenya, though, even a formal cooperation arrangement between ODINGA and MOI would be a useful first step towards eliminating the ethnic strife in the country.

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

25 November 1993

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

TgbNr : 0347/93 VS-NfD

Subject : Cambodia
Internal Aspects Aspectos internos

Cutoff Date : Late November 1993

Summary:

Within the new cabinet (since 29 October 1993) the People's Party succeeded in obtaining all ministries dealing with security matters. The People's Party therefore remains the real domestic power. The chairman of the party, CHEA SIM, is certainly one of the most influential persons in Cambodia's political power system. FUNCINPEC, the original victorious party, will play a dominant role, if anything, in foreign policy matters. The People's Party will be pragmatic enough to cooperate with FUNCINPEC in order to come to terms with the Khmers Rouges issue and the economic problems. The People's Party will be anxious in the long run to enhance its power.

Cambodia: Internal Aspects

1. Situation of the government

The parliament of Cambodia adopted the proposed cabinet list with a great majority on 29 October 1993. The transitional government formed after the elections in May 1993 was virtually absorbed by this new government; it was, however, reduced to 18 ministries. The construct of two premiers originally designed only as a transitional arrangement was retained as the coalition parties were unable to reach a compromise. The constitution, however, refers only to one premier who shall head, for instance, the cabinet meetings. In day-to-day politics, friction will certainly develop between Premier Samdech NORDODOM RANARIDDH and Deputy Premier HUN SEN.

Out of the 18 ministries some of which are headed by undersecretaries, FUNCINPEC, the victorious party, occupied 6, the People's Party 10 ministries. The number and importance of the ministries allocated clearly reflect the actual power constellation in the country.

FUNCINPEC

Foreign Affairs	Prince NORODOM SIRIVUDH
Finance	SAM RAINSY
Public Works & Transport	ING KIETH
Education & Youth	UNG HUOT
Industry, Mining & Energy	POU SUTHIRAK
Tourism (Undersecretary)	VENG SEREYVUTH

People's Party

Defence	TEA BANH
Interior	SAR KHENG
Justice	CHEM SNGUON
Trade	VAR HUOT

Planning	CHHEA CHANTO
Health	CHHEA THANG
Agriculture, Forestry, Fishery	KING SAM-OL
Undersecretaries:	
Post & Telecommunications	SO KHUN
Culture	NOUTH NARANG
Social Affairs, Welfare, Veterans	SUY SEM

The internal affairs are thus in the hands of the People's Party because it largely controls both the security apparatus and the administration. Ministries which maintain contact with foreign countries are headed by FUNCINPEC members. Although FUNCINPEC holds major government posts and provides the Premier, its internal position will be weak. Although it has been planned for quite some time to appoint new governors (11 for FUNCINPEC and 10 for the People's Party), the entire substructure in the provinces dates back to the time when the People's Party (then the Communist Party of Cambodia) was in power. A FUNCINPEC governor will therefore find it hard to have his way. The office of governor is of great importance because the existing militias and the administration are under its direct authority. In the present reorganization phase which is characterized above all by growing uncertainty in the country due to banditry these individual governors may have to play a greater role than planned. Already now there are some quite powerful governors who have become rich by having been involved in smuggling like the governor of the island of Koh Kong.

Up to now it has been reported that FUNCINPEC is to be given the governor posts of the provinces of Siem Reap, Kompong Spoe and Sihanoukville. These provinces are important but difficult areas since the Khmers Rouges still have spheres of influence there. Siem Reap is attractive particularly for its unique temple of Ankor Wat which will bring about a touristic boom after the danger of the Khmers Rouges has been averted. Moreover, the province is situated directly on Lake Tonle Sap

with its fertile alluvial land and richness in fish. The province of Kampong Spoe is crossed by the national road No. 4, the only direct link between Phnom Penh and Sihanoukville, the formerly most important harbor of Cambodia. The latter is to be reconstructed with the assistance of the Australians. The area of Sihanoukville is to be opened to tourism, too. The simultaneous appointment of FUNCINPEC members to undersecretary for tourism and the governor posts has to be seen in this light. However, the great weakness of FUNCINPEC is that it emerged victorious from the elections but has not enough qualified personnel to fill all necessary medium- und higher-level posts. It may be, however, that some FUNCINPEC adherents or sympathizers in France and America will return to Cambodia when the overall situation becomes stable and the planned relief measures will be started and help FUNCINPEC out of the plight.

2. The special strength of the People's Party

During the coalition talks the People's Party succeeded in having its way by the normative force of the stronger party, although it is only the second strongest party according to the election results. The wing around party chairman CHEA SIM is gaining great influence on account of the fact that SAR KHENG holds the position of deputy premier as well as minister of the interior. SAR KHENG, a self-confident and power-minded personality, is also related to CHEA SIM. Both SAR KHENG and Minister of Defence TEA BAHN held these posts already in the past during the communist government. That is why they have good inside information and have entrusted their followers with important positions. Together with the minister of state for justice, CHEM SNGUON, they form a powerful troika who will be responsible for domestic questions and security structures and shape the internal climate significantly. The son of Minister of Justice CHEM WIDDHAYA is the administrative head of the foreign ministry and speaks German

perfectly since he studied in the former GDR for many years.

Within the People's Party the ideological direction represented by the CHEA SIM wing is not entirely different from that of the HUN SEN group, the differences are more of a personal nature. CHEA SIM adherents are considered more uncompromising, they seek to maintain and regain control for their party. However, they are pragmatic enough so that a breakup of the coalition is not expected shortly despite growing problems. The People's Party will be anxious to enhance its power in the country by clever appointments in the years to come at the expense of FUNCINPEC. It remains doubtful whether FUNCINPEC is able to gain enough ground nationwide in order to become again the strongest party in future elections (and then certainly without the SIHANOUK bonus).

3. The new constitution

After several months of consultations the new constitution was adopted by a large majority in the Constituent Assembly on 21 September 1993. The role of the king was clearly restricted to representative functions. All stipulations and powers referring to the king cannot be modified, supplemented or extended constitutionally. The constitutional role of the king can therefore not be changed in the future according to his wishes for the choice of a successor. The king cannot determine a successor. This comes within the purview of a crown council consisting of the chairman of parliament and his two deputies, the premier and the two supreme Buddhist dignitaries. Only descendants of the NORODOM or SISOWATH line are eligible.

The constitution entrusts the chairman of parliament with an outstanding role. This post, which is almost the most influential one in Cambodia's political power

system, is held by CHEA SIM, chief of the People's Party. He was the strong man in the background already in the past. In the event of a serious illness of the king which would prevent him from performing his duties or in the event of his death the chairman of parliament assumes the reign and the tasks of the head of state. Although a new king has to be elected seven days after the death of the old one, CHEA SIM might exercise his influence in this connection. In the absence of the king - as is currently the case due to the stay of King SIHANOUK in Peking for health reasons - CHEA SIM is the head of state, too. For that reason but also with a view to integrating this probably most powerful man more strongly CHEA SIM was raised to the peerage and was given the title of Samdech.

Articles 78 and 100 of the constitution manifest the power of the chairman of parliament. Parliament can be dissolved only with the approval of its chairman and the recommendation of the premier. The chairman of parliament plays a role even in the appointment of the premier. He proposes a "dignified person" for this office with the consent of his two deputies. Following a vote of confidence in parliament the king appoints the whole cabinet by a royal decree.

Although the king is the supreme commander of the Cambodian royal armed forces, the actual power is in the hands of supreme commander KE KIMYAN who belongs to the CHEA SIM circle but is accepted as a recognized military expert in this role by all parties. The king is simultaneously the honorary chairman of the National Defence Council. In the absence of the king these functions are performed by CHEA SIM. A clever and influential personality like CHEA SIM might exploit this possibility and interpret the articles of the constitution extensively. This is a danger particularly in the event of a weak or disinterested successor of SIHANOUK. The chairman of parliament plays an important role also in the constitutional council and considering the pos-

sibility of amending the constitution (Article 121/132).

Outlook

The People's Party wields the actual power also in the foreseeable future. It can still fall back upon its former systematically organized communist party structure and will also use this network for enhancing its power. Nevertheless the People's Party has also to promote progress in the country and to improve the population's quality of life, for social and economic grievances would only be of benefit to the Khmers Rouges. The People's Party and FUNCINPEC are therefore likely to cooperate successfully also in the near future.

Although the Khmers Rouges remain a serious source of friction, they are no longer a military force threatening the existence of the parties. If anything, the Khmers Rouges will constitute a threat to the two big parties at the political level. If the economic situation of the population does not change the Khmers Rouges will become attractive with their National Unity Party (inactive for the time being). With social promises and anti-Vietnamese racist slogans they might meet with lasting response especially if guiltless functionaries of the Khmers Rouges like MAK BEN will offer them in public.

The key problems of Cambodia's domestic policy are hence the low public finances and the disastrous economic situation. Minister of Finance SAM RAINSY seeks for the time being to improve the inadequate tax collection system. The government is also deprived of major earnings because of the escalating smuggle. It depends on the security organs whether they will succeed in coping with this grievance. Moreover, the new government will be anxious to gain control of the most profitable source of income, the precious stone mines in the area of Pailin. This is linked directly to the solution of the Khmers Rouge issue since the pre-

cious stone mines are their main source of income and Pailin is one of their headquarters.

Another problem indirectly affecting the economy is the enormous number of mine victims particularly among young people able to work. Besides Afghanistan Cambodia has the greatest number of most seriously wounded mine victims with amputations. The new government will have to carry a heavy burden due to the consequential social costs especially since the danger of mines is not eliminated. It is therefore considered necessary that the Cambodia Mine Action Center continues its work.

Cambodia's great dependence particularly in the economic sector might open interested foreign countries the possibility to exert influence on certain developments.

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

15 October 1993

POLITICAL REPORT

TgbNr. 0514/93 VS-NfD

Puntos de Información de FUNCINPEC

Subject: Cambodia - Items of Information on FUNCINPEC

DOI: Mid-October

Eval.: B - 2

Summary:

A cooperation agreement between FUNCINPEC and the People's Party has so far been honored by either side.
In dealings with the Khmer Rouge, RANARRITH, head of FUNCINPEC, and King SIHANOUK follow different lines: unlike RANARRITH, who has adopted a get-tough policy toward the Khmer Rouge, SIHANOUK displays more readiness for dialogue. The integration of some untainted cadres of the Khmer Rouge is conceivable.

Cambodia: Items of Information on FUNCINPEC

<u>On the Cooperation Agreement between FUNCINPEC and the People's Party</u>

Information from regional circles points to a cooperation agreement between the two coalition partners. In essence, the accord contains declarations of intent by either side:

- Either party seeks consensus in finding solutions to the problems.
- Mutual attacks, recriminations and public controversies are to be avoided.
- Cooperation is to be based on confidence and honesty.

The cooperation agreement is not yet aimed at preparing a merger of the two parties. Rather, it is intended to facilitate their daily joint government and to help ease strife within the coalition.

Comment

By all accounts, these agreements were complied with. The two onetime opponents cooperate comparatively well.

The new, truncated cabinet is to be unveiled in late October. FUNCINPEC chief RANARRITH intends to accommodate the hardliners of the People's Party and accept the takeover of the Interior Ministry by SAR KHENG, the brother-in-law of CHEA SIM, head of the People's Party and antagonist of HUN

SEN. It is still unclear whether CHEA SIM will assume a ministry. He is, however, being touted as parliamentary speaker, a function which he performed during the previous term of government and which gives a great deal of leverage. The relationship between RANARRITH and CHEA SIM has so far not been strained by fundamental problems. The First Prime Minister values the former communist's strong nationalist leaning. What is more, CHEA SIM, a former Buddhist monk, is not reputed to be corrupt. Another major factor in the two parties' power-sharing is which and how many gubernatorial posts each side will receive. They are of special consequence, since the governors control the provincial militias.

RANARRITH contemplates merging the two parties into one "social-liberal" party. However, no steps beyond the cooperation agreement have been taken.

FUNCINPEC's Current Policy Toward the Khmer Rouge

SIHANOUK and RANARRITH follow different lines in dealings with the Khmer Rouge: while the Premier categorically calls upon the Khmer Rouge to suspend hostilities and to cede Pailin, the part of the country where the mines with the highest output of precious stones are located, SIHANOUK has adopted a more conciliatory stance and displays more readiness for dialogue. He put forward the proposal, approved by both coalition partners, that a round-table discussion with the Khmer Rouge be held in mid-November. FUNCINPEC assumes that the Khmer Rouge have split into two groups. The weaker one, which includes SON SEN, the former military chief, and IENG SARY, ideology chief of the Khmer Rouge, seeks political solutions and agreements with the government. The stronger group is represented by POL POT, the

effective leader of the Khmer Rouge, and TA MOK, current military commander in the northwest of Cambodia and the person mainly responsible for slaying and torture during the Khmer Rouge's term of government (1975-79). They continue to play the card of intransigence.

Comment

The Cambodian government demands that the Khmer Rouge suspend hostilities and abandon the territories under their control. Although SIHANOUK is the appropriate broker in round-table talks with the Khmer Rouge, crucial is what the two coalition partners have in mind. Their goal is to inflict as many casualties as possible on the Khmer Rouge so as to pressurize them into scaling back their demands considerably. Conceivable as a quid proquo is that some junior cadres of the Khmer Rouge might be taken over and assigned to low-echelon jobs; participation in government is ruled out, though.

At the same time, military action against the Khmer Rouge is going on. The current offensive against the Khmer Rouge in the Anlong Veng area had to be put on hold because of logistic problems. Deployed in this area are 3,000 government troops and 1,000 miltiamen whose morale has sharply risen following the successes in recent weeks and the resumption of payment. They are pitted against 1,000 Khmer Rouge fighters whose morale is now considered to be low as a result of the political development. A successful attack against Anlong Veng, where TA MOK is in command, would hit the Khmer Rouge very hard and strip TA MOK, one of the most implacable opponents of an agreement with the government, of much of his influence.

Some reports suggest that Thai military, against express directions from the political and military leaderships, supported the Khmer Rouge in the most recent military operations. Mention is also made of new Chinese weapons. According to information available here, these are unauthorized individual actions by local military personnel. The Khmer Rouge have so much money that they are able to pay substantial bribes and to buy on the "normal" arms market. The Thai military leadership have now made it quite clear also within the armed forces that they are not willing any longer to support the Khmer Rouge. This means a sharp decline in, and possibly an end to, the deals between local commanders and the Khmer Rouge.

INUR Nº 377-D/012/301193

RÚSSIA

- Preocupações com a aprovação da Constituição. Consequências.

O Governo admitiu o risco de perder a *"guerra"* de propaganda com vistas ao referendo para a aprovação da nova Constituição e às eleições legislativas, previstos para 12 Dez, com os quais o Presidente BÓRIS YELTSIN está contando para erradicar os aspectos obsoletos da era comunista e colocar em prática uma série de medidas reformistas.

O alerta visa às autoridades regionais — a quem foi determinado convencer os eleitores das vantagens da nova Carta —, pois alguns territórios autônomos estão estimulando a oposição ao projeto, por não conter o grau de soberania desejado. Recai, também, sobre o processo de divisão na frente reformista, que apóia o Governo, porquanto, caso ele se concretize, poderá permitir — à semelhança do ocorrido em países vizinhos, como a POLÔNIA — a volta dos comunistas ao Poder. Devido a essa divisão, os não-reformistas podem conquistar a maioria das cadeiras na Câmara Baixa (Duma) do novo Parlamento.

Embora os partidários de YELTSIN acreditem na aprovação do projeto, caso haja o comparecimento mínimo exigido para validar o referendo — mais de 50% do eleitorado de 107 milhões de pessoas —, pesquisas recentes mostram que apenas 25% dos entrevistados tomaram conhecimento e pretendem apoiar a nova Carta. Essa apatia — influenciada também pela perspectiva de um inverno rigoroso — e as divergências entre os segmentos políticos aumentam a preocupação do Kremlin, apesar de, aparentemente, estarem sendo superdimensionadas para servir como estímulos internos e externos, haja vista as previsões favorecerem, com certa folga, a dividida corrente de YELTSIN.

A advertência do Presidente visa, também, chamar a atenção externa para a necessidade de ajuda econômica imediata e para a resolução de outros problemas, a exemplo dos relacionados à questão nuclear com a UCRÂNIA e aos litígios de fronteira.

Ressalte-se, ainda, que a política de aproximação com a LITUÂNIA e o AZERBAIJÃO — grande produtor de petróleo — e o anúncio do Governo russo quanto à possibilidade de deixar de importar cereais são parte da estratégia de máxima capitalização de todos os aspectos da situação, na busca de apoio objetivando a consolidação do Poder.

* * *

INUR Nº 377-E/012/301193

IUGOSLÁVIA

- **Proposta européia de suspensão das sanções à SÉRVIA. Perspectivas.**

A Comunidade Européia (CE) pretende reabrir as conversações de paz para pôr fim à violência na BÓSNIA-HERZEGOVINA, com uma proposta de suspensão das sanções econômicas impostas pela ONU à SÉRVIA, em troca de concessões territoriais aos muçulmanos e de imediatas garantias para a passagem de comboios com ajuda humanitária à população.

Os doze ministros do Exterior da CE promoverão uma rodada de conversações em GENEBRA no dia 29 Nov 93, em uma nova tentativa para evitar um desastre maior, pois, com a baixa temperatura e com a continuação do conflito, os civis bósnios enfrentam o frio, a fome, o desabrigo e as doenças. Representantes dos EUA e da RÚSSIA devem de participar das conversações, pois qualquer modificação das sanções exigiria a aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

A iniciativa denota uma reformulação da política da CE sobre o conflito, marcando, ao mesmo tempo, uma mudança com relação à tentativa de isolamento da SÉRVIA e à inflexível disposição para ampliar concessões territoriais aos muçulmanos.

A proposta exige dos sérvios a cessão aos muçulmanos bósnios, além do acordo acertado no último verão, entre 3 a 4% do território da BÓSNIA-HERZEGOVINA, bem como a permissão para o trânsito de auxílio humanitário. Em troca, haveria o gradual alívio das sanções econômicas à SÉRVIA e MONTENEGRO.

Como o plano não pretende abolir, mas apenas suavizar as sanções, e a tendência da SÉRVIA é de não concordar em ceder mais de 2% do território, as conversações de GENEBRA buscarão expandir promessas políticas visando, em primeira instância, a sua transformação em garantias militares para a passagem dos comboios com ajuda humanitária e, em seguida, a ampliação das possibilidades de um novo entendimento sobre a difícil questão.

* * *

INUR Nº 377-F/012/301193

CORÉIA DO NORTE

- **Conversações sobre a questão nuclear. Proposições conciliatórias dos EUA. Perspectivas.**

Persiste o clima de apreensão no Extremo Oriente, enquanto não se conhece o resultado das conversações em andamento entre os EUA e a CORÉIA DO NORTE, em busca da desnuclearização e pacificação da Península coreana.

No início do mês, os norte-coreanos reagiram à resolução do Conselho de Segurança da ONU advertindo-os a cumprir as obrigações previstas para os signatários do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Ciente de que o assunto PIONGYANG/AIEA encerra controvérsias sobre segurança regional e mundial, WASHINGTON — que recentemente reafirmou seu apoio militar a SEUL, em caso de agressão da CORÉIA DO NORTE, e alertou este país para as conseqüências de sua pretensa corrida nuclear — passou a agir de forma mais conciliatória, propondo um ***"novo enfoque"*** para o tema, incluindo o eventual cancelamento das manobras militares conjuntas com a CORÉIA DO SUL, previstas para Mar 94. Uma decisão dessa natureza é plausível, levando-se em conta o alerta do Presidente BILL CLINTON de que ***"é preciso resolver, de uma vez por todas, essa questão nuclear"***.

A CORÉIA DO SUL, por sua vez, temerosa das reais intenções norte-coreanas, procura testar a capacidade defensiva do país, pedindo ao Exército e aos Órgãos de Inteligência que estejam preparados para ***"qualquer eventualidade"***, numa clara referência a um ataque-surpresa de seu vizinho. Nesse sentido, anunciou, esta semana, a realização de novas manobras militares conjuntas com os EUA, apesar da colocação do Presidente CLINTON sobre o assunto.

A nova estratégia de WASHINGTON para a solução do problema PIONGYANG-AIEA, a qual tem o total apoio da ONU e dos países asiáticos, caso seja aceita pela CORÉIA DO NORTE, deverá marcar o reinício das relações comerciais (não mais por via de terceiros países), bem como o começo do diálogo para o estabelecimento de relações diplomáticas intercoreanas.

* * *

1

Nº DOCUMENTO 9400422
TÍTULO Perspectivas ao 50º aniversário de la Independência
PROC. 20362
FECHA 30/11/93
VÍNCULO 30044 - 20362 - 11849 - 11876 - 66330 - 11164 -

INUR Nº 377-G/012/301193

ORIENTE MÉDIO

- **Perspectivas libanesas no aniversário da independência nacional.**

Transcorridos mais de três anos do fim da guerra civil que devastou o seu território, o LÍBANO comemorou, em 22 Nov 93, o 50º aniversário de autonomia política. Na atualidade, tal independência é, todavia, relativa, porquanto o Governo libanês não exerce soberania sobre a totalidade do território nacional.

Aparentemente superado o conflito interno entre cristãos e muçulmanos, com duração de mais de quinze anos, o território libanês continua ocupado por tropas estrangeiras, entre essas a de ISRAEL, que criou, em 1985, uma ***"zona de segurança"*** — uma faixa de aproximadamente 15 Km de largura em toda a extensão da fronteira meridional libanesa; e pela SÍRIA, a qual mantém um contingente militar de cerca de 35 mil soldados estacionado no Vale do BEKAA.

Após o encerramento do mandato francês, os libaneses estabeleceram o ***"sistema confessional"*** para garantir a governabilidade do país — uma divisão de poder entre as comunidades religiosas, a princípio favorecendo os cristãos. Os muçulmanos, porém, começaram a questionar o predomínio daquele segmento religioso e, em 1975, uniram-se aos palestinos numa guerra contra os cristãos. Um ano depois, as instituições políticas do LÍBANO estavam destruídas e, nas ruínas, com a conivência dos muçulmanos, instalava-se um Estado dominado pelos palestinos. Tal domínio, entretanto, foi desfeito, inicialmente pela SÍRIA e depois por ISRAEL. A indiferença do OCIDENTE pela situação libanesa e a divisão entre os cristãos durante o Governo do General MICHEL AOUN (88-90) favoreceram aos interesses sírios de influir de forma mais intensa no país, em prol dos muçulmanos.

A partir de então, a conformação dos Governos do LÍBANO tem sido edificada com base no Acordo de TAIF, de Out 89, que prevê a divisão, em partes iguais, da estrutura de poder entre cristãos e muçulmanos, numa tentativa de representar todo o complexo espectro político, étnico e religioso libanês. Tal ajuste instaurou as reformas políticas exigidas pelos muçulmanos, os quais obtiveram igualdade de representação no Parlamento e nas instituições, bem como a redução das prerrogativas do Presidente, tradicionalmente um cristão maronita. Além disso, a presença de tropas sírias — no país desde 1976 — foi ***"legitimada"*** por um ***"tratado de fraternidade, amizade e cooperação"***, assinado em 1991, vinculando, na prática, o LÍBANO à tutela político-militar da SÍRIA.

Nesse quadro, o LÍBANO tem-se mantido à margem das negociações de paz com ISRAEL, em função de perfilar-se à posição SÍRIA. Ao contrário dos jordanianos e palestinos, os libaneses têm obtido avanços nas discussões com os israelenses. No entanto, é evidente o interesse de BEIRUTE em encetar negociações diretas com TEL AVIV, em especial sobre a presença de cerca de 350 mil

refugiados palestinos, bem como a respeito de questões conflituosas entre os dois países. Dessa forma, o Governo mostra-se incapacitado de negociar, sem o consentimento de DAMASCO, a retirada israelense do território libanês, porque os sírios exigem uma prévia definição de ISRAEL quanto às Colinas de GOLAN. Outro fator de debilidade do Governo central é a falta de controle sobre o movimento fundamentalista xiita libanês ***"HIZBALLAH"***, pró-iraniano, que mantém extensos ***"feudos"*** no Sul e Leste do país e se converteu, nos últimos anos, no principal agente de instabilidade na região meridional ao promover ações militares que provocam contínuas e pesadas retaliações por parte de ISRAEL.

Assim, é previsível que o LÍBANO — necessitado de estabilidade para recomeçar a sua reconstrução política e econômica — continue, a curto e médio prazos, a assistir em seu território o prosseguimento do conflito entre partidários e adversários do processo de paz para o ORIENTE MÉDIO, assim como a prestar-se como palco para as manobras políticas do Governo sírio. Ademais, a intrínseca debilidade dos Poderes do Estado libanês não favorece a recuperação da plena soberania e da independência nacionais, razão pela qual, a curto e médio prazos, deve de manter-se sob a tutela da SÍRIA, situação determinante para a persistência de focos de tensão na região, malgrado os esforços de paz entre árabes e israelenses.

* * *

INUR Nº 378/012/031293

LÍBIA

Rebelião militar e perspectivas.

Unidades das Forças Armadas líbias, leais ao Governo do Coronel MUAMMAR AL-QADHAFI, sufocaram, entre os dias 12 e 15 Out 93, uma sublevação promovida por militares do Exército. O incidente seria uma reação à determinação governamental de desativar uma unidade de infantaria mecanizada sediada em MISRATAH. A rebelião teve seu epicentro nessa cidade e ampliou-se para BANI WALID, GHARYAN e TARHUNAH, envolvendo cerca de dois mil homens, a maioria pertencente a uma única tribo, a ***"Warfalla"***. A movimentação tática dos insurretos foi desarticulada pela Força Aérea, com bombardeios às colunas motorizadas rebeldes, quando essas se deslocavam para TRÍPOLI, procedentes do Sul do país, provocando inúmeras baixas entre os revoltosos.

A rebelião militar, embora neutralizada, vem produzindo desdobramentos, como julgamentos sumários e execuções de oficiais do Exército. A propósito, a tônica do discurso de QADHAFI em MISRATAH, após a rebelião, sugeria uma punição rigorosa aos responsáveis. As medidas de segurança foram reforçadas em todo o país, particularmente em torno do próprio QADHAFI.

O dirigente líbio, presume-se, irá se utilizar do episódio para expurgar aqueles considerados potencialmente contrários ao Governo. Em paralelo, o núcleo de poder em torno de QADHAFI aparenta estar mais coeso. O Governo dá mostras de recear que os efeitos das sanções econômicas, impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/ONU) contra a LÍBIA em Abr 92, tenham contribuído para o incitamento da rebelião. Há indícios da existência de descontentamento crescente no seio das Forças Armadas, em face da substituição de unidades do Exército por outras da Guarda Revolucionária. Há também insatisfação nos quartéis devido ao alegado rebaixamento do ***"status"*** do Exército e pelo atraso no pagamento de salários. As freqüentes manifestações de protesto contra a deterioração e o declínio do nível de vida têm sido exacerbadas pelo desvio de recursos para compensar os efeitos da recente Resolução do CS/ONU, prevendo o reforço das sanções impostas à LÍBIA.

As novas medidas, como o bloqueio dos bens financeiros líbios no exterior e um embargo de equipamentos destinados à indústria petrolífera, entrarão em vigor em 01 Dez 93, a menos que QADHAFI acate as exigências da ONU, em particular a entrega de dois cidadãos líbios à Justiça dos EUA ou do REINO UNIDO - acusados de envolvimento no atentado contra o avião da PAN AM, em Dez 88, em LOCKERBIE, na ESCÓCIA, onde morreram 270 pessoas -, o que se afigura improvável.

A maioria dos militares sob suspeição pertence à tribo ***"Warfalla"***. A lealdade dos ***"Megraha"*** não pode ser considerada, porquanto não está claro se QADHAFI e ABDEL SALAM JALLOUD, líder da tribo, resolveram suas divergências. Há indicações, entretanto, de que JALLOUD - o principal líder da Revolução líbia depois de QADHAFI - teria sido excluído do rol de suspeitos de envolvimento na revolta.

As implicações da eventual entrega dos supostos envolvidos no caso LOCKERBIE são, por enquanto, incertas. É pouco provável, no entanto, que QADHAFI venha a considerá-la com a finalidade de obter a suspensão do embargo para melhorar as condições econômicas da LÍBIA.

A rebelião ampliou o temor de QADHAFI em relação às ameaças internas contra o regime. Com a lealdade do Exército questionada, deverá se acercar mais da Guarda Republicana e dos Serviços de Segurança e de Inteligência líbios. Dessa forma, o Governo não pretende prejudicar o seu relacionamento vital com os Órgãos de Segurança, inevitavelmente abalado caso venha a entregar os dois agentes líbios, pois pertencem aos seus quadros operacionais.

* * *

INUR Nº 379/012/081293

IRÃ

Conjuntura Interna. Perspectivas.

O Presidente ALI AKBAR HASHEMI RAFSANJANI vem encontrando sérias dificuldades para conduzir o Governo do IRÃ, neste seu segundo mandato. A situação econômica continua se deteriorando e a popularidade do Governo declinou consideravelmente. Há um perceptível processo de transformação na cena política, com sinais de divisão. Além disso, a formação do novo Gabinete limitou a liberdade de ação de RAFSANJANI. O problema básico tem sido a conciliação da ideologia de expansão do ***"modelo"*** revolucionário islâmico com a condução da economia, vital para a manutenção de um Estado moderno.

Em Jun 93, RAFSANJANI foi reeleito para um segundo mandato presidencial de quatro anos - o último, de acordo com a Constituição iraniana -, com 63% dos votos de um universo votante de 57% do eleitorado, num contexto bem diferente do verificado no pleito de 1989, quando recebeu 95% dos sufrágios de um total de 70% de comparecimento. Em Ago 93, devido a críticas sobre a composição pretendida para seu Gabinete, RAFSANJANI não conseguiu garantir a substituição de alguns Ministros, por não contar com o suficiente apoio de representantes no ***"Majlis"*** (o Parlamento iraniano), inclusive para a recondução do Ministro da Economia e Finanças, MOHSEN NOORBAKHSH, considerado vital para a implementação do programa de reformas econômicas. Para mantê-lo no Governo, RAFSANJANI criou um cargo especial de vice-ministro.

As condições econômicas são, em grande parte, responsáveis pelo descontentamento. A inflação, o desemprego - em torno de 20% - e a queda do poder aquisitivo dos salários, combinados com a alta taxa de crescimento demográfico, têm atingido duramente grandes faixas da população. A corrupção - mesmo entre os clérigos e dentro do Governo - é outra fonte de queixas contra o regime. Além disso, a freqüência dos iranianos às orações das sextas-feiras - principal indicador da devoção revolucionária - tem-se reduzido de maneira significativa. Embora as críticas dos principais líderes iranianos não sejam expostas abertamente, RAFSANJANI admitiu, no pronunciamento de posse, de forma implícita, ter modificado o seu ***"comportamento"***.

O Governo RAFSANJANI continua a contar com o apoio público do Aiatolá ALI KHAMENEI, sucessor de KHOMEINI como guia espiritual da revolução iraniana, mas faltam-lhe as credenciais religiosas do falecido líder. Apesar de sentir-se desconfortável com a política de RAFSANJANI - responsável pela obstrução de algumas de suas propostas de mudanças no Gabinete -, KHAMENEI vem estabelecendo um suporte mútuo de alianças para permanecer no Governo. RAFSANJANI, no entanto, está enfrentando agora a oposição dos tradicionalistas dentro do regime, seus aliados formais nas eleições legislativas de Jun 92. Tais segmentos identificam-se com o ***"BAZAAR"*** - o grande comércio de TEERÃ - e seus interesses econômicos foram prejudicados com as recentes medidas adotadas pelo Governo, com o objetivo de

disciplinar o crescimento da economia no pós-guerra, unificar a taxa de câmbio e reduzir os subsídios governamentais. Além disso, desconfiam das idéias de modernização de RAFSANJANI e dos tecnocratas do Governo, de formação ocidental. Essa postura - contrária a uma reforma econômica a passos rápidos - ficou evidente por ocasião da recondução do Ministro da Economia e Finanças. Episódio como esse não tinha sido verificado no regime iraniano desde os anos oitentas, com a agravante de não mais haver a autoridade dominante de KHOMEINI para recompor a unidade nacional.

O Presidente RAFSANJANI considera o seu programa econômico - prevendo uma economia moderna e crescentemente privatizada, com investimentos estrangeiros e o estabelecimento de uma base industrial competitiva - fundamental para os interesses de longo prazo do regime e para a consecução dos objetivos geo-estratégicos do país. Apesar disso, RAFSANJANI está ciente da impopularidade das políticas adotadas e das dificuldades na implementação de novas medidas, particularmente a retirada de subsídios aos produtos alimentícios, combustíveis e serviços. Não obstante a determinação de continuar com as reformas, o Governo iraniano já começa a evidenciar certa moderação na sua efetivação, revogando alguns aumentos de preços e reduzindo outros, e retardando a edição de algumas ações para o exercício 94/95. Além disso, foi adiada a apresentação do Segundo Plano Qüinqüenal ao Parlamento.

O atraso na execução de alguns programas econômicos tem sido artifício usado pelo Governo para evitar o aumento da inquietação popular. Na verdade, o IRÃ enfrenta sérias dificuldades para obter créditos externos. Tem descartado algumas soluções com vistas ao reescalonamento dos serviços da dívida externa, num nítido indício de ***"falta de caixa"***, isto é, de moeda conversível, e não está preparado para aceitar um programa do FMI - pré-condição para reescalonar seus débitos junto ao ***"Clube de PARIS"*** -, pois as exigências reforçariam a síndrome da interferência do Ocidente. Nesse sentido, os EUA vêm desenvolvendo gestões junto àquele Organismo financeiro internacional e ao ***"Clube de PARIS"*** para não atenderem às demandas iranianas. Caso os pleitos de TEERÃ não sejam levados em conta, é provável a ocorrência de reações internas, em termos de manifestações populares.

Ainda que obrigado a ajustar sua linha política, considerada pragmática, o Governo de RAFSANJANI não está, no momento, ameaçado, embora se preocupe em fortalecer uma aliança com os militares e com os Serviços de Segurança. Entretanto, a necessidade de acomodar seus críticos poderia afetar outras áreas, além da econômica. Tais segmentos poderiam inibir possíveis ***"melhorias de comportamento"*** do IRÃ em relação a questões como o alegado apoio ao terrorismo e o desrespeito aos direitos humanos. Caso as condições econômicas se deteriorem no próximo ano, com ou sem a implantação das reformas, é possível que as disputas dentro do clero e o descontentamento popular venham a se multiplicar, colocando em risco o curso da Revolução Islâmica iraniana, voltando-a para um rumo mais radical. É previsível, também, o desafio à liderança de RAFSANJANI por seus opositores clericais dentro do regime, apesar de inexistirem, publicamente, candidatos para substituí-lo.

INUR Nº 383-C/012/071293

RÚSSIA

- Intensificação da luta interna no Governo. Conseqüências.

*Após ter aproveitado as desavenças internas para chamar a atenção do eleitorado e utilizar a "**guerra**" de propaganda com vistas às eleições, objetivando maior ajuda externa, o Governo russo enfrenta o crescimento real da intensificação da disputa dentro das próprias fileiras, ameaçando, no pleito de 12 Dez, a aprovação da nova Constituição e a formação da maioria. Isso porque o Vice-Primeiro-Ministro acusou o Ministro das Finanças de excessivas ambições pessoais e de tentativas de ampliar sua esfera de influência, lançando a política no caos e confundindo os parceiros comerciais do país.*

Por sua vez, políticos antigovernistas acusam os da situação de abusarem de seus cargos e do orçamento oficial para financiar campanhas, bem como de utilizar a mídia além do permitido pela legislação.

Nesse quadro, o Governo tenta o aparentemente impossível: subvencionar os setores econômicos em crise, mantendo rigor orçamentário. Ademais, diante das ameaças de greve dos mineiros, da crise do setor agrário, dos grupos de pressão do complexo militar-industrial e das promessas dos políticos em campanha, o Presidente YELTSIN decidiu conceder subvenções globais de US$ 3 bilhões de dólares a esses setores, aumentando o déficit do país.

Por outro lado, assessores governamentais — preocupados com o crescimento da campanha para a rejeição da Constituição e com o surgimento de alianças críticas de facções democratas com os comunistas — alertam para a conseqüente desestabilização do país. Dos treze blocos concorrentes ao pleito, apenas cinco apoiam YELTSIN. Aproveitando os ataques oposicionistas, este solicitou à comissão eleitoral a suspensão das chapas comunistas e de centro, não tendo sido atendido pelo Tribunal formado para assegurar a campanha eleitoral.

*Com a proximidade da data das eleições e com o aumento do fluxo de chegada de observadores estrangeiros à RÚSSIA, o Governo e a oposição acirram a "**luta**", buscando vencer a apatia da população. Internamente, o Governo procura evitar divergências provocadoras de eventuais posições radicais, passíveis de interpretações diversas e de reflexos negativos no exterior.*

* * *

INUR Nº 383-D/012/071293

UCRÂNIA

- **Impasse com a RÚSSIA e aproximação com a POLÔNIA. Perspectivas.**

OV

Ao rejeitar a ratificação parcial do Parlamento ucraniano ao Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START), aC RÚSSIA afirmou não poder continuar garantindo a manutenção das armas estratégicas na UCRÂNIA, hoje considerada a terceira potência nuclear. MOSCOU também denuncia a manobra ucraniana de pretender apenas o desmantelamento de mísseis obsoletos.

Em conseqüência, o Kremlin, numa atitude interpretada como **"chantagem"**, *decidiu manter velhas ogivas de combustível líquido naquele território — as quais os especialistas de KIEV não podem desarmar sem ajuda — e retaliar com a divulgação de eventuais catástrofes.*

A UCRÂNIA prolonga as discussões — segundo alguns observadores, a fim de dar tempo aos seus técnicos para decifrar os procedimentos de desativação dos artefatos —, procurando, ao mesmo tempo, criticar a atual postura da RÚSSIA, com considerações quanto à nova doutrina de defesa, em especial no que tange ao aspecto étnico — minorias russas em outras nações — e ao cerceamento à participação de ex-integrantes do bloco soviético em organismos internacionais.

Nesse particular, UCRÂNIA e POLÔNIA acordaram, em VARSÓVIA, a criação de um Conselho Consultivo, cujo objetivo é desenvolver as relações comerciais e de segurança entre os dois países. O comunicado conjunto, após as primeiras reuniões, assinala que a UCRÂNIA, a exemplo da POLÔNIA, tenciona ligar-se às estruturas ocidentais. Essa postura, num claro desafio à RÚSSIA, tende a ser seguida por outras iniciativas de negociação com os países ocidentais, caracterizando a criação de subgrupos com interesses diversificados no âmbito da CEI e dos componentes do antigo bloco comunista.

* * *

Br Sub Comission on Irak / les exigences de la ONU.
20362 9400427 1/2
7/12/93
30044 - 10195 - 507596 501889 - 11164 -
20362 - **INUR Nº 383-E/012/071293**
11849 -
11876 - **ORIENTE MÉDIO**

- A submissão do IRAQUE às exigências do CS/ONU. Possibilidade de levantamento do embargo sobre o petróleo.

O Governo iraquiano decidiu aceitar o monitoramento, a longo prazo, do seu parque industrial militar pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS/ONU), evidenciando um novo posicionamento de BAGDÁ em relação às exigências daquele Organismo.

SADDAM HUSSEIN acatou, inicialmente, o desmantelamento das armas de destruição em massa e a eliminação do potencial nuclear, químico e bacteriológico, bem como a destruição de seus mísseis com alcance superior a 150 km, pontos principais da Resolução 687, adotada pelo CS/ONU em Abr 91. Entretanto, rejeitou as exigências da Resolução 715, de Out 91, a qual prevê o estabelecimento de um regime de monitoramento a longo prazo da produção de armas de destruição em massa, alegando ser tal medida violadora da soberania do país.

A mudança da postura de SADDAM HUSSEIN deve-se aos progressos alcançados nas últimas negociações com a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM), as quais alimentaram as esperanças do Governo iraquiano de conseguir a suspensão do embargo petrolífero, caso continuasse cooperando com as equipes de inspeção da ONU.

A UNSCOM — durante as inspeções realizadas em 93 — não teria encontrado nenhum material fora das especificações estipuladas na Resolução 715, embora, supõe-se, tenha evitado vistoriar alguns locais considerados sensíveis, como os palácios presidenciais. As autoridades iraquianas, por sua vez, têm emprestado ampla colaboração às equipes de peritos da ONU, fornecendo dados sobre os programas de armas químicas, biológicas e nucleares anteriores à Guerra do Golfo, bem como a relação de seus respectivos fornecedores, na qual, suspeita-se, há significativas omissões. Além disso, o IRAQUE vem cooperando para a destruição de seu arsenal químico.

Em relação ao elemento nuclear, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) acredita que, muito embora o programa nuclear tenha sido aparentemente neutralizado, permanecem pontos obscuros em seus dados históricos, bem como quanto às listas de fornecedores e de conselheiros estrangeiros. Apesar disso, é provável que BAGDÁ prossiga com a tática de exigir da UNSCOM a especificação detalhada do pretendido e de se mostrar relutante quanto ao fornecimento voluntário de mais conhecimentos às equipes de inspeção. Ademais, é previsível que os iraquianos venham a se utilizar das próximas reuniões com a ONU, previstas para Jan 94, para pressionar a restauração do acesso às instalações interditadas.

Apesar de o CS/ONU ter decidido, em 19 Nov 93, manter

o embargo econômico contra o IRAQUE, SADDAM HUSSEIN acredita ter solucionado as questões consideradas essenciais relativas ao armamento de destruição em massa, sendo, inclusive, encorajado por sinais de abrandamento emitidos por membros da UNSCOM.

A curto e médio prazos, caso as equipes técnicas não encontrem irregularidades, torna-se-á mais difícil para o CS/ONU persistir na tese do ocultamento, pelo IRAQUE, de informações e materiais dos inspetores da UNSCOM e da AIEA. Assim, é possível aqueles Organismos virem a considerar satisfatórios os dados básicos obtidos, ensejando ao Governo iraquiano as condições para negociar com a ONU a suspensão parcial das sanções econômicas, em vigor desde Ago 90.

Para a remoção do embargo petrolífero, a UNSCOM exige do IRAQUE o reconhecimento formal de suas obrigações nos termos do regime de monitoramento a longo prazo e a submissão a um sistema de verificação e experiência de vários meses para comprovar a efetividade das medidas, havendo indícios da aceitação das condições pelo IRAQUE. Entretanto, este deverá argumentar no sentido da redução do período de provas, procurando limitar o que qualifica como um desrespeito à sua soberania.

As condições para a remoção completa das sanções econômicas contra BAGDÁ são mais amplas do que o embargo do petróleo e dependem do **"comportamento satisfatório"** *desse país em outras áreas. Nesse sentido, as autoridades iraquianas continuam a desafiar as determinações do CS/ONU, a respeito da aceitação do traçado de fronteiras do KUWAIT, do retorno dos prisioneiros de guerra e da devolução dos equipamentos militares kuwaitianos, bem como da indenização dos custos da guerra àquele Emirado. Tais pendências, todavia, não parecem preocupar o Governo iraquiano, porquanto o regime de sanções terá menores efeitos, ante as indicações das Nações Unidas de pretender levantar o embargo do petróleo, em futuro próximo.*

* * *

9400428
Atraso en el cumplimiento del acuerdo de paz.
20362
13/12/93
30044 -
20362 -
11849 - 11879 - 11164 -
11876 -
10195 -

INUR Nº 397-E/012/131293

ORIENTE MÉDIO

- Atraso no cumprimento das etapas do acordo israelense-palestino. Reflexos para o processo de paz.

O Acordo GAZA-JERICÓ I, concedendo a autonomia limitada aos palestinos, está ameaçado ante as indicações do Governo de ISRAEL de adiar o início da retirada das tropas israelenses dessas áreas, inicialmente previsto para 13 Dez 93.

Transcorridos quase três meses da sua assinatura, representantes de ISRAEL e da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), após sucessivas reuniões de trabalho, não conseguiram superar alguns aspectos fundamentais da "declaração de princípios" para a implementação do calendário acordado visando a transferência dos poderes aos palestinos na Faixa de GAZA e na cidade de JERICÓ, na CISJORDÂNIA.

Entre as questões, persistem divergências sobre a libertação de milhares de palestinos presos em instalações israelenses, os limites geográficos de JERICÓ e o controle dos pontos de cruzamento de fronteiras ligando as duas regiões autônomas ao EGITO e à JORDÂNIA. Além disso, os dois lados ainda não chegaram a um entendimento sobre a distância em que as forças israelenses, ao se retirarem, deverão permanecer estacionadas. ISRAEL insiste numa redistribuição de tropas, em especial em GAZA, por causa dos atos de violência de grupos palestinos contrários ao acordo.

Tais desacertos, agregados à espiral de violência promovida por opositores, de ambos os lados, ao acordo nos territórios árabes ocupados, levaram o Governo israelense a propor um adiamento, entre duas ou três semanas, da data de início da evacuação das Forças de Segurança israelenses. Tal proposta, todavia, não tem encontrado ressonância junto à OLP, a qual insiste no cumprimento do prazo determinado. A aparente demonstração de força de YASSSER ARAFAT tem por finalidade reduzir o descontentamento entre os palestinos moderados da OLP, inclusive da "AL-FATAH", insatisfeitos com a sua política em relação às exigências de ISRAEL. Além disso, os palestinos temem que o atraso contribua para aumentar o prestígio dos segmentos radicais do Movimento Nacional Palestino (MNP), principalmente os fundamentalistas, contrários às negociações com o Estado judaico, e ampliar a violência nos territórios árabes ocupados, provocando retaliações por parte das Forças de Defesa de ISRAEL.

O atraso na implementação do Estado palestino poderá, ainda, colocar em risco a credibilidade do processo de paz israelense-palestino perante o mundo árabe, o qual havia criticado a OLP pela aceitação de um acordo de autonomia limitado.

Em ambos os lados, a popularidade do Acordo de Paz está decrescendo. Tal assertiva é corroborada pelos resultados de duas eleições, considerados sintomáticos. Tais pleitos a eleição de um Conselho Estudantil nos territórios ocupados e as eleições municipais israelenses do início de Nov 93 concluíram pela vitória da oposição à "declaração de princípios" assinada em 13 Set 93, em WASHINGTON. No caso palestino, os representantes da "AL-FATAH" foram superados pelos fundamentalistas do "HAMAS".

Assim, é improvável que o prazo para a retirada das tropas israelenses venha a ser cumprido, apesar do anunciado encontro, na véspera da data de seu encerramento, no CAIRO, entre o Primeiro-Ministro YITZHAK RABIN e YASSER ARAFAT, Presidente da OLP, porquanto os dois lados enfrentam ainda problemas aparentemente insuperáveis no acerto dos significativos detalhes da autonomia palestina.

* * *

SECRET

93/M/31

9 December 1993

Proyectos militares para los musulmanes bosnios

BOZNIA - HERZEGOVINA: MILITARY PROSPECTS FOR THE BOSNIAN MUSLIMS

Attached is Report Number 93/1142.

Nº [illegible] 9400429
TITULO Proyectos militares para los musulmanes bosnios.
[illegible] 20358
FECHA [illegible] 9/12/93
VINCUL[illegible] 30041 -
20358 -
11876 -
507697 -
11163 /

01-05

9400429

SECRET

Z 9853F 9/78

RELS/93/1142 9 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

BOSNIA-HERZEGOVINA: MILITARY PROSPECTS FOR THE BOSNIAN MUSLIMS

Summary

- This winter, the Bosnian Muslims are determined to seek substantial military gains from the Bosnian Croats, thus consolidating their hold on their future ''Republic''. Negotiations are unlikely to offer sufficient territorial concessions to deflect them from this course.

- Whilst the Muslims will probably succeed in wresting some land from the Croatian enclaves in central Bosnia, they are unlikely to make significant gains. The Bosnian Croats are intent on holding the front line in southern Bosnia, and Tudjman will provide sufficient Croatian army reinforcements to prevent the Muslims taking Mostar and establishing access to the Adriatic.

- The Bosnian Muslims will probably continue to try to provoke the Bosnian Serbs, hoping that an over-reaction would induce NATO air attacks. But the Serbs, alert to this threat and satisfied with their territorial gains, are unlikely to resume large scale hostilities against the Muslims in the near term. Where there is some local advantage from doing so, the Bosnian Serbs will continue to assist militarily both the Muslims and Croats in their battles against each other.

1. Despite agreeing to participate in the new round of

negotiations, by effectively rejecting the Geneva Peace Plan the Bosnian Muslims announced their intent to fight through the winter. Izetbegovic has spoken of the need to ''liberate'' those districts of Bosnia where there was a Muslim majority before the war, by force where appropriate. On his recent tour of Bosnia he was impressed by the spirit of the army, and has no intention of compromising on his demands for more territory.

Muslim/Croat Fighting

2. The Muslim army, encouraged by territorial gains from the Bosnian Croats, is confident of further success. The Muslims' main aims appear to be to consolidate their hold on land likely to form the Muslim ''Republic'', and to strengthen their negotiating position. They wish to eliminate armed resistance in the Croatian enclaves in central Bosnia.

3. All the evidence suggests that the Muslim-dominated Bosnian armed forces, which number at least 52,000 regular troops, plus up to 40,000 part-timers, are adequately equipped to sustain their campaign against the Croats through the winter. Morale is good, and their ability to coordinate military operations has improved. But the Muslim army lacks large scale mobility, is short of heavy weaponry, and is heavily committed. Recent high level changes in its command structure will enhance the degree of political control over the army, but are unlikely in the near term to improve its effectiveness. Isolated intra-Muslim fighting in Bihac, as long as it remains stalemated, will probably not reduce the Muslims' ability to conduct operations against the Croats in

central Bosnia.

4. The Bosnian Croats lack the determination, firepower and manpower required to regain significant amounts of territory lost to the Muslims. Concerned by recent losses and poor discipline, Zagreb is attempting to improve the effectiveness of the approximately 45,000 strong Bosnian Croat army. In a widespread reorganisation of the Bosnian Croat leadership, Praljak, who was only appointed in July, has been replaced as Armed Forces Commander by another regular Croatian general, Roso. Nevertheless, the Bosnian Croats will continue to rely on support from the regular Croatian army, which provides around 5,000 troops in Bosnia and additional equipment including helicopters. Where reinforcement is not available, the Muslims are likely to make some gains. But progress will be slow. Fighting during the winter will focus on securing lines of communication. Any ground that does change hands will do so by attrition.

5. The Bosnian Muslims are poised to launch an offensive against the Croatian enclave around Kiseljak. But despite the balance of forces in this area moving slightly in the Muslims' favour, only small changes to front lines are likely. Elsewhere, isolated Croatian enclaves are more vulnerable. Troops in the enclave around Vitez, which is a prime target for the Muslims, are outnumbered and lack ammunition. But, before spring, the Muslims are at best only likely to be able to split this enclave.

6. Significant changes to the front line are unlikely in Herzegovina. The presence of around 8,000 troops near Prozor

suggests that the Bosnian Croats are prepared to hold the line in the Vrbas valley. Despite international criticism of Croatian involvement in Bosnia, President Tudjman appears to be determined to resist what he believes to be potentially realisable plans for a Muslim state extending through Mostar to the Adriatic Sea. Zagreb is prepared to deploy yet more regular Croatian army troops to prevent this occurring. In particular, the Croats will not allow Dubrovnik to be cut-off from the rest of Croatia. At present, this seems a distant prospect.

7. The Bosnian Serbs continue to collude with whichever party suits their local (often commercial) interests; but they continue to avoid a strategic alliance with either faction. The assistance they are providing is not on a scale sufficient to give either Muslims or Croats a decisive advantage in any particular locality. Artillery and tanks are being leased to the Bosnian Croats in Kiseljak. Artillery support has been provided to Muslim forces in Mostar. Karadzic claims this was unauthorised and will cease. But such assistance is likely to continue as long as it benefits local Serb commanders.

Muslim/Serb Clashes

8. The Bosnian Serbs are likely to continue to pressurise the Muslims, both militarily and by blocking aid, to encourage Izetbegovic to seek a settlement. By maintaining pressure on the Sarajevo area, the Muslim enclaves in Serb-held territory, and towns on the front line such as Olovo, the Serbs are also reminding the Muslims that they lack the firepower and organisation to take on the Bosnian Serb army.

SECRET

93/M/29

9 December 1993

Albania Sin frío, pero los viejos hábitos difícil-

ALBANIA: OUT OF THE COLD, BUT OLD HABITS DIE HARD.

Attached is Report Number 93/1139.

9400430

Sin frío, pero los viejos hábitos difícilmente mueren.

20358

9/12/93

30044 -

20358 -

11876 -

65054 -

11164 -

11650 -

01-07

9400430

SECRET

Z 9853F 9/79

RELS/93/1139 8 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

ALBANIA: OUT OF THE COLD, BUT OLD HABITS DIE HARD

Summary

- Although free elections have been held, Albania is only moving very slowly towards a truly democratic system; in particular, the proposed new constitution could tend to concentrate power in the President rather than in parliament. President Berisha himself appears increasingly autocratic.

- Albania has moved surprisingly quickly towards a free market economy, but progress will now slow.

- Albanian foreign policy is dominated by the threat to national security posed by the potential for conflict in Kosovo and the inevitable risk of spillover thereafter. Despite continuing nationalist rhetoric, the Albanian government is unlikely to pursue an overtly irredentist line with its immediate neighbours (particularly Kosovo, Greece and Macedonia). But Albania would be obliged to provide some military support for the Kosovars if Serbia clamped down hard in the province.

Domestic Issues

1. Albania has made considerable progress over the last 18 months. There are, however, serious problems: the country starts from a very low economic base and remains largely dependent on subsistence farming. Unemployment is about 40

per cent and as high as 80 per cent in the old industrial areas. The social welfare system is still in its infancy. There is little hope for the antiquated heavy industry, most of which has already closed down and is unlikely to reopen. Outward signs of an upsurge in economic activity are somewhat illusory and are largely confined to Tirana; most of the goods on sale are imports and are prohibitively expensive. Nevertheless, the ruling Democratic party has commenced an ambitious transition to a free market economy. Albania has stuck rigidly to IMF Standby Programmes and has benefited from 70 mecu in EC grant financing. There has been limited foreign investment, but the risk of trouble in Kosovo has deterred some firms. Over 90 per cent of the land has been privatised with compensation (in various forms) going to the previous land owners, including expatriates; however, problems remain over title to some parcels of land and therefore to whom compensation is due. The privatisation has removed much uncertainty and ensured that peasant farmers cultivate their plots. Small and medium sized businesses are being sold off. Inflation is down from over 40 per cent per month to ''under total control'' - quoted at 1.4 per cent per month in August. The currency is stable and freely tradable in the country.

2. Although free elections have been held, old habits are proving hard to eradicate in the human rights field; the judiciary is still far from independent. Television, which is the main media outlet to the majority of Albanians is tightly controlled by the state; the press is largely restricted to party newspapers. Corruption is endemic. Criticism in the press of the ruling party is often punished with imprisonment

of the author or editor (usually on defamation charges). Political opponents, such as the socialist ex-Prime Minister, Fatos Nano who is under long term arrest awaiting trial on corruption charges, are dealt with equally harshly. The separation of powers - essential to the establishment of the rule of law -far from being enshrined in the proposed new constitution appears to be becoming concentrated in the office of President. Berisha appears personally secure and the ruling Democratic Party has overcome any potential threat from the ex-communists.

Foreign and Defence Policy

3. Albania is deeply concerned that a Serbian clamp-down in neighbouring Kosovo would unleash a tidal wave of refugees: this still does not appear imminent as both the Serbs and Kosovar Albanians are anxious to avoid a clash. Whilst Macedonia would be a more attractive destination for most Kosovar-Albanians, both countries would be overwhelmed in almost any scenario. Whilst the authorities claim to have contingency plans for such an eventuality, it is more likely that Albania would need considerable international assistance. Conflict in Kosovo would also have a serious effect on the fragile Albanian economy. Relations with the Serbian authorities are likely to remain strained, at least as long as

border incidents, such as Serbian soldiers shooting Albanian border guards, continue unchecked.

4. Any rise in tension in Kosovo would result in an increase in border incidents with even more accusations from Belgrade that guerrillas and materiel were crossing into the province. If trouble flared in Kosovo, Albania would almost certainly be obliged to provide at least a safe-haven for the Kosovars and some military support such as the provision of arms. Albania has no real offensive capability against any of its neighbours and its forces would be easily overwhelmed by the Yugoslav army if conflict escalated; in all probability this would be restricted to Serbian cross-border operations against ''guerrilla camps'' rather than a full-scale invasion. The Albanian army has reduced from 26 divisions to nine. Despite efforts to procure more equipment, its inventory is still very basic; the government cannot afford to increase defence expenditure significantly and will therefore rely on countries such as Turkey for assistance.

5. Albanian relations with Greece are strained. Successive

Greek governments have been vocal in their support for the Greek minority in southern Albania. This has extended to material assistance, especially for Greek schools. The Albanians are concerned over the plight of ethnic Albanians living in Greece. Athens denies the existence of this minority and maintains that the majority of Albanians living in Greece are illegal immigrants; expulsions occur regularly and are likely to remain a source of friction despite recent efforts by the new Greek administration to improve relations at ministerial level. The Albanian government is aware of the economic benefits of developing good relations with Athens.

6. Relations with Macedonia are conditioned by the status of the large ethnic Albanian minority in the new state; Albania is currently blocking Conference on Security and Cooperation in Europe (CSCE) membership for Macedonia on this count. Berisha appears to be advocating moderation to the Macedonian Albanians in that he is suggesting that they should seek to improve their status to that of a ''constituent people'', rather than aspire to autonomy, independence or a greater Albania. Reunification of the Albanian people (just over six million people) within one state is not yet widely advocated in Macedonia, Kosovo or in Albania itself. But this could change

quickly if a greater Serbia (or Croatia) came close to becoming reality. The Albanians are also watching Western attitudes towards a possible confederal solution for Bosnia. There is some evidence to suggest that Macedonians and Serbs believe that Berisha's public approach is disingenuous and that there is active support for would-be Albanian separatists; this cannot be discounted. The Albanian government's approach to Macedonia will nevertheless be tempered by the need to avoid alienating the West.

7. Albania is keen to become accepted as an integral European state; it has applied to join the North Atlantic Treat Organisation (NATO) (but was rejected) and is keen to become a member of European organisations; it is largely enforcing sanctions against Serbia. Albania is, however, willing to accept help from any quarter - hence the recent decision to join the Organisation of the Islamic Conference - even though the country is, at present, essentially secular, religion having been officially banned under the Hoxha dictatorship.

SECRET

93/M/30

6 December 1993

Tajikistán: el "límite derribado" de Rusia

TAJIKISTAN: RUSSIA'S FAR FLUNG FRONTIER

Attached is Report Number 93/1135.

Nº DOCUMENTO 9400431
TITULO El "límite derribado" de Rusia
PROCEDENCIA 20358
FECHA DE 6/12/93
VINCULACIONES 30044 –
20358 –
11876 –
507693 –
507294 –
11164 –

01-05

SECRET

RELS/93/1135 6 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

TAJIKISTAN: RUSSIA'S FAR-FLUNG FRONTIER

Summary

- The Russians' over-riding concerns in Tajikistan are to prevent instability spreading to her Central Asian neighbours and to protect ethnic Russians. But Russia's military intervention is propping up President Rakhmanov's regime, with which they have little affinity.

- Even if the Russians succeed in bringing Rakhmanov and his opponents to the negotiating table, the sharp political, ethnic, regional and clan rivalries within the country make a lasting settlement unlikely.

- Armed resistance to the Rakhmanov regime will continue. The Russians will continue to seek international endorsement and support for the Commonwealth of Independent States (CIS) peacekeeping efforts. But the future of their own commitment will not depend on this being forthcoming.

The Russian Commitment

1. Following a period of relative calm since late August, recent skirmishes on the Tajik-Afghan border, and within Tajikistan itself, have highlighted the country's continuing political and military instability. The Russians, who have an agreement with the Tajik government to help defend their border with Afghanistan from rebel insurgency, strengthened

their military presence after rebels, with mujahideen support, killed 25 Russian service men at an isolated border post in July. Following Russian pressure, Kazakhstan and Kyrgyzstan, have joined Uzbekistan in agreeing to provide troops to serve alongside Russian-controlled border guards in a ''CIS collective peacekeeping force''. It is not clear to what extent those pledges have been kept: Kozyrev has complained that Kazakhstan has failed to provide its battalion. The Russian 201st Motorized Rifle Division, with headquarters in Dushanbe, has been reinforced and is providing rapid reaction support to the border guards.

2. The avowed task of the CIS force is to defend against armed incursions from Afghanistan by Tajik rebels and Afghan mujahideen. Its presence has reduced, but not eliminated, the threat posed by the rebels. Larger rebel incursions are expected in the spring. The Russian Deputy Commander of the CIS force has acknowledged that it also has the task of maintaining internal stability in Tajikistan. In practice, the task of containing rebel activity in Tajikistan must fall predominantly to the Russian 201st Motorized Rifle Division.

3. The Russians see it as their responsibility to prevent instability in this far-flung corner of the former Soviet empire. There are no effective borders between Russia and her former Soviet Union (FSU) neighbours to the south and the Russians are concerned that, unless checked, radical Islam could become established in Tajikistan and spread through Central Asia into Russia. Russians at the highest level are convinced that the defence against Islamic extremism must begin on the FSU's southern frontiers. The Russians are also

concerned to protect the remaining ethnic Russian minority in Tajikistan (over half of the previous Russian inhabitants left as a result of last year's fighting) and to limit drugs and arms smuggling from Afghanistan. The Russians argue that they are doing the international community a service by acting to quell instability in Tajikistan and are pressing hard for international endorsement and financial support for the CIS force.

The Tajik Morass

4. Tajikistan's largely artificial borders with its FSU neighbours are a legacy of Stalin. Its border with Afghanistan also serves to divide rather than unite ethnic groups. Internal politics are riven by ethnic, clan and regional rivalries. The bloody crackdown on opposition by Rakhmanov after seizing power last year has deepened those divisions. Even his government is split along regional lines and his hold on power is far from secure. The government's authority is not recognised in large parts of the country and secessionist pressures are growing, particularly in Gorno Badakshan and the northern, more industrialized Khojand region. Thousands of Tajik refugees remain in Afghanistan. Human rights are routinely violated. The economic situation is dire. Tajikistan's recent decision to remain in the rouble zone will mean ceding to the Russians broad control over major aspects of Tajik economic policy.

5. Two main elements underpin Russian policy towards Tajikistan: use of Russian troops, with CIS support, to maintain internal stability; and diplomatic pressure to bring

Rakhmanov and his opponents to the negotiating table. The effect of Russian and other CIS military intervention is to support Rakhmanov's old style authoritarian regime with which the Russians have little sympathy. But the Russians judge that this is preferable to the risk of radical Islam establishing itself, or Tajikistan disintegrating into further regional or clan in-fighting and chaos.

6. It is doubtful whether Rakhmanov's reported agreement to enter into discussions with his moderate opponents is intended to do more than placate the Russians. Even if his offer is genuine, and the opposition are prepared to go along with it, there is no sign that either side is prepared to compromise. The prospects for an early breakthrough in any negotiations are slim, given bitter internal rivalries and memories of the bloody civil war.

7. It is believed that armed Tajik resistance will continue both at the border and within Tajikistan. Russia is therefore facing a long-term military commitment. Given the political and financial burden, Russia can be expected to continue to seek wider international endorsement and financial support. But the future of their commitment will not depend on their getting it.

SECRET

93/M/33

21 December 1993

Economía rusa: las reformas continúan.

RUSSIAN ECONOMY: REFORMISTS SOLDIER ON

Attached is Report Number 93/1169

9400432

TITULO: Continúan las reformas de la economía rusa.

20358

FECHA: 21/12/93

VINCULACI: 30044 —

20358 —

11876 -

507294 —

11161 —

01-06

SECRET

9400432

Z 9853F 9/78

RELS/93/1169 16 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

RUSSIAN ECONOMY: REFORMISTS SOLDIER ON

Summary

- Yeltsin's government will continue to swing between stringent controls to curb inflation and concessions to put off the pain of industrial restructuring. Current better performance, bolstered by some post-election tightening, will probably be sufficient to secure further international assistance early next year.

- The new parliament should be more supportive of the principles of economic reform than its predecessor, but will be a more credible rival to government on the details of policy. The government will face difficulty securing agreement on industrial restructuring, social security and regional tax matters.

- In the year ahead, inflation control will continue to be a problem, though the risk of hyperinflation has receded. Unemployment will continue to rise and become apparent, making bankruptcy and closures difficult to sustain. Nevertheless, some industrial restructuring will continue.

Much Accomplished, But Much More Still To Do

1. Russian economic prospects are better at the end of 1993 than at the start, but a similar array of problems remains to be tackled. The immediate danger of hyperinflation has been avoided; inflation is now edging down to around 15 percent a

month. The government's battles with the central bank and with the parliament have both been resolved in favour of Yeltsin's administration, although central bank chairman Gerashchenko still remains a problem for the finance ministry. Within cabinet, reformists have been strengthened by the reinstatement of Gaidar as first deputy prime minister overseeing the economy. Recent stronger measures, largely International Monetary Fund (IMF)-endorsed, have not, however, been matched by policy implementation, which has continued to be hampered by institutional weakness and obstruction, along with continuing arguments between the federal and regional authorities.

2. With debate on privatisation suspended after the 4 October events, key budget and monetary policy issues remain to be resolved. Having resisted parliament's attempts to impose a fiscal deficit equivalent to 25 percent of Gross Domestic Product (GDP), the government nevertheless looks unlikely to be able to meet its own end-year target of a budget gap around 10 percent of output. Although most subsidies have now been eliminated (notably on bread and fuel), resistance by parts of the administration to planned wide ranging spending cuts, and higher than anticipated agricultural payments, have reduced the impact of spending cuts. Revenues have been falling in real terms (by around one-third over the first nine months of the year), and additional measures such as higher VAT rates have been omitted in the run-up to elections. Fiscal disputes between the regions and Moscow have also continued, reducing the federal finance obtained. The government recognises the need for tax

reform next year but will have difficulties in collecting sufficient revenue to narrow the budget deficit.

3. The fight against inflation has dragged on throughout this year and will continue into 1994. Early gains (monthly inflation down to 19 percent in May) were lost by late summer when the effects of energy price liberalisation and surges in central bank credits began to feed through into prices. More recent tightening is paying off, though, with inflation heading towards government forecasts of 15 percent for this month (some 10 percentage points above targets set in mid-year). The underlying trend of tougher monetary action looks set to continue into the New Year: interest rates at 18 percent a month are now narrowly positive in real terms, money supply growth appears to have slowed and direct credit to enterprises is no longer subsidised. Inter-enterprise debt, however, has risen in partial compensation. The relations between the finance ministry and central bank are improved but still bad tempered. While bank chairman Gerashchenko remains in office there are risks of sporadic policy easing, and resulting reverses in progress on inflation. Furthermore, bond financing of the budget deficit, although growing, is still only a tiny fraction of the total, so any overspend will continue to have direct inflationary effects.

Structural Reform Rumbles On

4. Despite the political turmoil in Moscow, privatisation across Russia has proceeded steadily, with an increase in the pace of large-scale sell-offs offsetting somewhat the slow down in sales of small firms. It is estimated that around 30

percent of the labour-force is working outside the state sector. The process was boosted by two decrees this autumn, one extending the validity of privatisation vouchers, the other liberalising the ownership of land. Agricultural privatisation (so far affecting less than 10 percent of farm land) has yet to produce significant benefits. Although there have been some productivity gains, declines elsewhere and mixed weather have kept this year's harvest at or just below 1992 levels.

5. In the industrial sector, neither the threat nor reality or privatisation is yet producing noticeably more efficient management. Further action to enforce bankruptcies (and to provide a social safety-net) is necessary before productivity gains become widespread. Although some firms have made use of new-found freedoms to improve production, in many cases management-labour pacts aimed at maintaining employment have continued to be financed by inter-enterprise arrears. Registered unemployment has stabilised at around 1.5 percent of the workforce, but estimates of further unemployment hidden by layoffs and short hours would take the total rate to over 10 percent. Industrial restructuring is likely to become more divisive next year as tighter credit policy starts to bite. Recent attempts to strengthen creditors' ability to pursue enterprise debt could provide the spur to bankruptcy of the most severe loss-makers. But government predictions that up to 30 percent of enterprises could close are unlikely to be fulfilled, as fears of open unemployment will slow the pace. Government threats not to write off inter-firm debt will be

sorely tested.

Outlook

6. Initially, post elections, much will depend on whether Yeltsin feels the need to alter his government to reflect the parliamentary balance. He seems inclined to keep Chernomyrdin as prime minister and this points to a government covering a wide political spectrum. Decisions on major questions of economic reform will still be difficult.

7. The government will probably deliver the deficit reduction necessary to secure the second US dollars 1.5bn tranche of the IMF Systemic Transformation Facility loan in the next few months; but it will have difficulty holding fiscal control thereafter. Inflation looks to be heading down, although probably slowly and erratically, and output decline slowing (from this year's 10-15 percent fall). Industrial restructuring, and the social security system to support it, are likely to become the focus of economic debate next year. In the inherently profitable energy sectors, production will slow its rate of fall; however, other industries (particularly the defence complex) will sustain further losses and be pushed towards the first plant closures. Despite the best macroeconomic motives, the government is unlikely to be able to maintain concerted pressure for an industry shake-out in the face of local and regional opposition. The path to stabilisation and reallocation of resources will thus be extended, and the social pains of the reform will become increasingly evident.

SECRET

93/M/32

20 December 1993

NORTH KOREAN AIMS AND THE RISKS OF CONFLICT

Attached is Report Number 93/1134

9400433

01-06

SECRET

9400433

Z 9853F 9/78

RELS/93/1134 6 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

NORTH KOREAN AIMS AND THE RISKS OF CONFLICT

Summary

- It is assessed that the North Korean regime is not prepared to abandon its nuclear weapons programme. It is therefore unlikely that negotiations will succeed in persuading North Korea to meet its full obligations under the nuclear non-proliferation treaty (NPT). The matter is likely to revert to the Security Council.

- Further pressure on North Korea could produce military posturing which would be difficult to distinguish from preparations for an attack on the South, and possibly small-scale action, increasing the risk of conflict by miscalculation. A more serious offensive against the South, which could be mounted without warning, cannot be ruled out, although it is judged unlikely.

1. Since June 1993, when the North Koreans announced at the last moment that they were suspending their notice to quit the nuclear non-proliferation treaty they have had two rounds of negotiations with the US. They have not so far been persuaded to meet their obligations under the NPT. Some continuity of safeguards has been lost, and if talks fail the Security Council will probably decide to consider the issue again.

The Negotiations

2. The present situation arose from a North Korean refusal to allow the International Atomic Energy Agency (IAEA) to inspect two nuclear waste sites, which raised suspicions that

they were trying to conceal evidence of a clandestine nuclear weapons programme. The North Koreans originally underestimated the IAEA's ability to detect undeclared plutonium. They have maintained this refusal, and are also resisting normal inspections, merely offering access to service existing monitoring equipment, which the IAEA is not prepared to accept in isolation. The US has made an offer to cancel next year's joint military exercise with the South (Team Spirit) in exchange for the resumption of normal inspections and North-South talks; if North Korea accepts, it would be a step forward, but would not resolve the core issue.

3. The North Koreans are aware that South Korea, Japan and China wish to exhaust all possible diplomatic options before tougher measures such as sanctions are considered. They also know that China is opposed to sanctions, although it is not known whether they expect a Chinese veto in the Security Council. And they may be hoping to exploit differences between proponents of a hard or soft line among key international players.

Prospects for a Negotiated Solution

4. Although Pyongyang appears to have been exploring what might potentially be on offer for allowing access to suspect sites, this does not necessarily mean that it is seeking a solution. It could equally be trying to prolong the negotiations as a tactical ploy or because it has no real idea of how to extricate itself from its current predicament. Cancellation of major US-South Korean exercises, establishment of diplomatic relations with the US and provision of light-

water nuclear reactors for a power programme have all been mooted as possible bargaining chips; but the crucial question remains whether the North Koreans would ultimately - for any incentive - contemplate the abandonment of their nuclear weapons programme, without which there can be no prospect of a negotiated solution.

5. Intelligence on North Korea's specific intentions and general objectives is severely limited, but it is judged unlikely on grounds of both security and authority that North Korea would be prepared to abandon the programme. No longer protected by old alliances rendered invalid by the end of the Cold War, undergoing steady economic decline, facing a potentially difficult transition of power from the elder to the younger Kim, and above all infected with the paranoia of extreme isolation, the North Koreans probably genuinely fear that US-South Korean military exercises could provide cover for an attack. They probably regard possession of a nuclear weapon as the only effective guarantee of their security. The public abandonment of their nuclear weapons programme under pressure would also be seen as an unacceptable erosion of the leadership's authority, unless it could be used to achieve their long-cherished aim of securing US disengagement from the Korean peninsula - a concession which they must know is not on offer.

Risks of Conflict

6. If this judgement is right, Pyongyang cannot afford to allow effective IAEA inspection, and it is only a matter of time before the negotiations reach impasse; at that point the

matter will return to the Security Council. This will increase pressure on the North Koreans, though the extent of this will depend on what action is taken. A lack of intelligence makes it impossible to judge exactly how they will react. North Korean military dispositions have long been based on an offensive posture, which would allow an attack to be mounted on the South with little warning. Troop numbers and equipment close to the demilitarised zone have been built up steadily over several years. Multiple rocket-launchers newly installed as part of a force modernisation programme improve Pyongyang's existing ability to bombard targets in the South including Seoul. However, it is judged that this posture results more from North Korean belief that it is the most effective deterrent against an attack, than because they actively intend to mount one themselves.

7. Blood-curdling rhetoric - the normal North Korean reaction to a perceived external threat - is virtually certain to follow any Security Council move to apply greater pressure. There could very well also be military movements calculated to look alarming. Such posturing would be difficult to distinguish from a build-up for an attack, seriously eroding the warning time available. Actions such as artillery fire across the demilitarised zone and commando raids are also possible, and in current circumstances, there would be a risk that this could lead to wider conflict through miscalculation.

8. A serious offensive would be dangerous for the North Koreans, and very unwelcome to the Chinese, their most sympathetic neighbour. It is assessed that if the North

Koreans are to serve their best interests, an offensive should be unlikely. However, given the unusual world-view of the North Koreans it can not be ruled out with any confidence.

06-06

9400433

SECRET

93/M/34

21 December 1993

Elecciones de Rusia: un balance preliminar.

RUSSIA'S ELECTIONS: A PRELIMINARY BALANCE SHEET

Attached is Report Number 93/1170

9400434

Balance preliminar de elecciones rusas,

20358

21/12/93

30044 –

20358 –

11876 –

507294 –

11164 –

11437 –

01-06

SECRET

9400434

Z 9853F 9/78

RELS/93/1170 17 December, 1993

CURRENT ASSESSMENT

RUSSIA'S ELECTIONS: A PRELIMINARY BALANCE SHEET

Summary

- Yeltsin has achieved his main objective: a new constitution giving him increased powers over parliament. Gaidar and the reformers have suffered a major setback. Zhirinovsky's populist nationalists have emerged as a serious force.

- Despite his greater powers deriving from the new constitution, there will be pressures on Yeltsin now to modify his government to reflect the election results. He may seek to reduce the pace and soften the impact of economic reform.

- Talk of a neo-fascist Russia is premature. But the elections have opened the prospect of a more aggressively nationalist Russia. Zhirinovsky's bid for the presidency will now become one of Yeltsin's major preoccupations.

A New Constitution

1. The Electoral Commission has confirmed that Yeltsin's draft constitution was endorsed in the referendum on 12 December. Yeltsin required a minimum 50 per cent turnout with 50 per cent of voters supporting the text. He achieved about 53 per cent and 57 per cent respectively, although support in many ethnic republics was lower and further arguments over constitutional provisions are likely. Endorsement of the constitution was Yeltsin's main objective and the result

represents a major achievement for him.

Zhirinovsky's Surge

2. Full results of the simultaneous parliamentary elections are not yet available. Half of the 450 State Duma (Lower House) seats were contested by 13 registered parties or blocs on a proportional, party list basis; the other half were fought in single member constituencies. Preliminary and partial results so far show that the extreme nationalist/populist Liberal Democratic Party of Vladimir Zhirinovsky has won about 24 per cent of the list votes; Gaidar's Russia's Choice about 14 per cent; the communists 13 per cent and their agrarian allies 9 per cent. The reformist Yavlinsky block has won about 7 per cent. Results in the major cities of Western Russia, yet to be declared, may boost the reformers' and lower Zhirinovsky's share of the list vote. Three further parties (Travkin's Democratic Party of Russia, Shakhrai's Party of Russian Unity and Accord, and Women of Russia) are likely to surmount the 5 per cent threshold for representation in the Duma. The final composition of the Duma will depend upon the single member constituencies, for which final results may not be available until the week beginning 20 December. Results so far show about half the seats going to independents, with Russia's Choice, the communists and agrarians doing significantly better than Zhirinovsky. The results of elections to the Federation Council (Upper House) are also unlikely to be announced until the week beginning 20 December, although early indications are that governors and

3. Reacting to the results so far, the government has

stressed the importance of the approval of the constitution and reaffirmed its commitment to reform. Gaidar has called for the creation of an anti-fascist block in parliament, to include the communists. Zhirinovsky has made clear that his next goal is the presidency. (One of parliaments first tasks will be to consider Yeltsin's as yet unrepealed decree that presidential elections should be held in June 1994).

4. The elections are broadly seen as having been free and fair with no reports of significant malpractice from international observers. Media access appears to have worked fairly, with free air time allotted to all the registered parties. The Central Electoral Commission has worked impartially and scrupulously.

Assessment

5. Yeltsin's success over the new constitution has been overshadowed by the major setback suffered by the reformers in the election. Zhirinovsky has emerged as a force to reckon with. His success stems to a large degree from his simple campaign message, promising economic well-being, an end to crime and restoration of Russia's greatness. His message came across much better than that of the reformers, who were divided amongst themselves, ran uninspiring campaigns and sorely missed Yeltsin's championship. Zhirinovsky represented an attractive alternative for an electorate disillusioned by the failure of reform to alleviate economic hardship but on the whole unwilling to return to a communist past. He seems to have scored well amongst the military.

6. Constituency results will reduce the proportion of Duma seats held by Zhirinovsky, but the Liberal Democratic Party may still be the laryest single party and consequently well placed to exert influence through parliamentary committees and possibly through chairmanship of the Duma. The other major opposition parties (communists and agrarians) have also done well. Reformists' hopes of an easy passage for key items of legislation awaiting consideration have been dashed. Reformers will need to build coalitions on an issue-by-issue basis against a backyround of weak party discipline and a large number of uncommitted Duma members. Yeltsin's increased constitutional powers will help him overcome parliamentary opposition to reform policies but parliament will seek to exploit its new legitimacy to the full.

7. Election of a new parliament does not automatically require the resignation of the government and formation of a new one. But if Yeltsin is to avoid early confrontation with parliament he will need to take account of the poor showing of the reformers in enunciatiny policies and choosiny yovernment members. He will probably continue with Chernomyrdin as Prime Minister (so avoidiny the need to seek early endorsement of a new Prime Minister from parliament) but may offer up one or two other posts from amongst the reformist ministers to reduce the pace of economic reform and look for ways of softening its impact on living standards. This could put at risk western financial support for the reform process. Russia's neighbours particularly those with a large ethnic Russian population. Some Former Soviet Union (FSU) countries

have reacted with alarm to Zhirinovsky's success. With his eyes on the ultimate goal of the presidency, he will need to decide whether to launch an outright populist attack on Yeltsin and his government, or to attempt to command more of the centre ground in the run up to presidential elections.

While Zhirinovsky will always have a political constituency, it is not yet clear how far his policies will stand up to the detailed criticism to which they would be exposed in the run up to presidential elections. But the election results have opened the prospect of a much more assertively nationalist Russia in the future. Handling Zhirinovsky's presidential ambitions will now become a major preoccupation for Yeltsin and the reformist camp.

SECRET

93/M/28

6 December 1993

Corea del Norte - Oct/93

NORTH KOREA - OCTOBER 1993

Attached is Report Number 93/1100

Nº DOCUMENTO 9400435

TITULO Informe de octubre '93 sobre Corea del Norte.

PROCEDENCIA 20358

FECHA DE PROCEDENCIA 6/12/93

VINCULACIONES 30044 -
20358 -
11876 -
507487 - 507488 -
11650 - 11019 -

01-11

9400435

SECRET

Z 9853F 9/78

RELS/93/1100 29 November, 1993

NORTH KOREA - OCTOBER 1993

SUMMARY

1. The IAEA made its annual report to the UN and the UNGA adopted a resolution which includes a reference to North Korea.

2. President Clinton said that North Korea cannot be allowed to make nuclear weapons. The Team Spirit decision has been postponed.

3. North Korea cancelled a meeting with the South.

4. There was a meeting on the Tumen River development.

NUCLEAR

1. On 1 November the UN General Assembly (UNGA) adopted a draft resolution on the annual report by the Director-General of the International Atomic Energy Agency (IAEA). His statement on North Korea was in moderate terms. He noted the widening of non-compliance with the safeguards agreement and the possibility that nuclear material had been diverted for weapons development, but was careful not to suggest that the IAEA believed this to have happened. He said that some verification procedures are now overdue, and the IAEA remains ready for further discussion and inspection. The North Korean items of the overall resolution which expressed the concern of the UNGA about the widening of non-compliance, and commended the impartial operation of the IAEA while urging North Korea

to co-operate. The final vote was 140 for and North Korea against, with China among the 9 who abstained. The Chinese restated their position that the problem should be resolved through negotiation and not pressure.

2. The IAEA appears to be taking a cautious line. They are taking care to say, while this can still be said, only that the continuity of monitoring has been compromised, not actually broken which could mean swift referral to the Security Council. They have also been at pains to avoid the suggestion that firm deadlines exist. Mr Blix did, however, point out that North Korea cannot expect to make their own selection of inspections. Press statements during the visit in October to Seoul by the Director-General to attend an international conference were also low-key. North Korea criticised his visit as a proof of the partiality of the Agency.

3. The resolution provoked a return volley of official North Korean statements. The IAEA was accused of applying double standards and of acting as a tool of ''Western countries'' which have not changed their intention of stifling North Korea. The UN too was accused of infringing the sovereignty of a member nation. The South Koreans, said the North, should apologise for acting as co-sponsor of the resolution. Their conclusion is again that the nuclear issue can be solved only in talks between North Korea and the US. The North Koreans went so far as to claim that the US recognised this, and the partiality of the IAEA, in agreeing to talks with the North. A TV interview in which South Korea's Defence Minister talked of military

countermeasures drew a statement from a North Korean Vice-Minister, in which he warned that military retaliation would mean war.

4. The Americans continue to see the nuclear problem as an international non-proliferation issue rather than a bilateral one. Informal contacts continued, but have not led on to further talks between the Americans and North Koreans. Requirements for a third round as set out in the first two rounds were vague. North Korea undertook only to hold discussions with the South and the IAEA, and is now taking exception to any idea that these must show some progress, because a one-sided precondition would be inappropriate for talks specifically ''on equal terms''.

5. American Defence Secretary Aspin went to Japan before going on to South Korea for the annual security consultative meeting. In both countries he discussed regional security and in particular North Korea and the nuclear issue. The Americans and South Koreans decided to postpone the decision on next year's Team Spirit joint exercise. His comments on the way home about the forward deployment of North Korean troops caused a flurry of dramatic press reporting, which touched breathtaking heights when President Clinton gave a press interview in which he said that North Korea could not be allowed to build a nuclear bomb, adding for good measure that any attack on South Korea was an attack on the United States (''remarks seriously getting on our nerves'', said North Korea). It soon turned out that there was no crisis and that

the situation was normal, as far as that applies to Korea; normality meaning that many thousands of heavily armed troops face each other as usual across the Military Demarcation Line. There has since been considerable troop movement on the South side, as another annual military exercise got under way. According to press reports the North Koreans put their troops on alert in early November, perhaps in response to the UN resolution. It is still the first time that President Clinton has been so explicit about North Korea's nuclear programme.

6. When the tension eased North Korea's neighbours were increasingly disposed to favour patience and continuing negotiation. In fact this appears to have been the overall approach during Mr Aspin's talks in South Korea and Japan. The South Koreans seem more inclined than recently to feel that the problem should be resolved without increasing tension. Japan is also looking for a diplomatic solution. All are at the same time giving much thought to co-operative security measures.

7. Various discreet contacts are going on. A South Korean press report of further discussion between North Korea and the IAEA claimed that North Korea had offered limited routine inspection at the Yongbyon site. They were also said to have approached the Americans about the basic level of required inspection. North Korea's Ambassador to Russia said that preparations for the next round of official talks with the Americans are under way, adding that North Korea will never accept IAEA special inspection. According to the South

Korean press, the North Korean Chairman of the Joint Nuclear Committee recently visited the US where he spoke to an Assistant Secretary of State. The South Korean press also reported a working-level DPRK-US meeting in New York held at the request of the North Koreans, who wanted to be clear about the real intentions of the Americans. The general impression, partly from the North Koreans, is that a comprehensive solution possibly including recognition is under discussion.

8. A press statement by First Vice-Minister of Foreign Affairs Kang Sok-chu, head of North Korea's side in the DPRK-US talks, was broadcast on 11 November. He warned the Americans of deadlock on the nuclear issue, insisting that this is not being used by his side for bargaining purposes, and pointed to practical measures already undertaken in accordance with the joint statement of the earlier talks. He said that North Korea has frozen the internal movement of nuclear materials and has shown willingness to sacrifice independence in the nuclear industry by replacing indigenous graphite-moderated technology, while the US he said took the lead on the IAEA and UNGA resolutions naming North Korea (''only we have worked..to fulfil the agreement'').

9. Kang proposed a package solution which would cover the nuclear issue, based on what looks like a new North Korean interpretation of the nuclear non-proliferation treaty (NPT) which makes a distinction between IAEA inspection to ensure continuity of safeguards, and inspection aimed at complete implementation, which according to North Korea would imply full return to the NPT. So far any offer of compromise by

North Korea has been noticeably lacking. This version of the NPT could form the basis of an offer of North Korea's return to their previous position as their side of the bargain. According to Kang's proposal, the Americans in turn would have to show in practice that they do not intend to stifle North Korea, thereby removing the lack of confidence that prevents solution of the problem; and the Americans as assailant should move first, then North Korea would respond. Their response to this package will show if the US is sincere. The IAEA should also respond. The next move towards progress, said North Korea, must now be made by the US and IAEA. Only days earlier Mr Aspin claimed that it was the North Koreans' responsibility to make the next move.

NORTH KOREA/SOUTH KOREA

10. North Korea sent a message to the South on 3 November informing them that North Korea's delegates would not attend the working meeting at Panmunjom scheduled for the following day, because a press interview by South Korea's Defence Minister in which he said the South would not rule out military countermeasures, had made this contact impossible. No further meeting has been arranged. Later in November President Kim Yong-sam told a security-related meeting that he saw no sign of provocation by the North, and his Defence Minister said that the situation is not seen as urgent, although the Defence Ministry say they remain prepared.

11. The North Korean delegate to an industry workshop meeting of the Tumen River Area Development Programme (TRADP) in

Seoul put forward plans to establish a free trade zone on the northern border, suggesting that some investment could come from the South. North Korea has already started infrastructure construction with investment from Taiwan, Hong Kong, the Netherlands and Norway. He said North Korea's plans for developing transport and communications are already being prepared: roads, ports and railways will be modernised, industrial parks created, an airport built at Najin, and tourism will be developed. Officials from both Koreas, Russia, China, Mongolia, Finland, and UN Industrial Development Organisation (UNIDO) and UN Development Programme (UNDP) attended. North Korea has just signed an industrial property agreement with Finland, one of the countries sponsoring the Tumen River project. The Supreme People's Assembly has adopted a new Land Lease Law dealing with foreign investment, including Koreans from the South and abroad. Sport co-operation is also planned between North and South. South Koreans went to Pyongyang to discuss North Korean hosting of the East Asian Games, and North and South are considering a joint World Cup football team. North Korea is now out of the current qualifying round. Trade between North and South showed some recent increase. Religious groups from North and South met in Peking.

12. North Korea has discovered an even more remote common ancestor, a prehistoric fossil named by Kim Il-sung as Korean Archaeopteryx. If any doubt remained that North Korea is a cradle of human and specifically Korean civilisation, by direct continuous line, this can now be laid to rest.

13. While visiting South Korea, Japan's new Prime Minister offered an apology for the past which was meant also for the North. North Korea is not convinced. They want some more substantial acknowledgement. North Korea says they have reached the conclusion that the new Japanese government shares the anti-Pyongyang prejudice of its predecessors, and has continued the criticism of Japanese military ambition as a threat to Asia. A North Korean Foreign Ministry statement on the anniversary of the 1905 treaty which formed the basis of Japan's colonial rule of Korea rejected the legality of the treaty and the post-war settlement reached by Japan and South Korea, and demanded further reparation; North Korea will not negotiate with Japan while Japan maintains its hostile attitude and makes resolution of the nuclear issue a precondition. However the transfer of Japan expert Kim Yang-kon from the Party International Department to become Vice-Minister of Foreign Affairs suggests that North Korea is preparing for some move in relations with Japan. In the context of foreign affairs the government post carries more weight than the Party one, and in any case a government post is much more versatile now that Party-to-Party relations are a minority occupation. In the meantime North Korea has strongly denied reports that Koreans in Japan are funding North Korea's nuclear programme.

14. On the anniversary of the entry of Chinese forces into the Korean War, ''Nodong Sinmun'' spoke of long friendship and comradeship in opposing international reactionary forces and defending socialism. Kim Il-sung, receiving a senior Chinese developing agriculture, light industry, and foreign trade,

practising socialism in a realistic manner, step by step and learning while constructing. A Chinese civil aviation delegation also visited. According to recent reports, increases in barter and border trade have put China ahead of Japan as North Korea's biggest trading partner. A Chinese military delegation making a friendship visit arrived on the same day as the UNGA passed its resolution on the nuclear question.

HOME

15. A meeting of senior Army officers and officials praised the loyalty of the armed forces to leader and Party and called for further combat and political training to defend the socialist cause. In his report the Chief of General Staff spoke of Kim Chong-il's leadership role as Supreme Commander, in which he has visited training grounds and himself guided military exercises. The meeting pledged loyalty to both Kims. The Politburo also met, to discuss rural issues on the 30th anniversary of Kim Il-sung's thesis for socialist rural construction. A communique was issued noting administrative reform, including the workteam bonus system, and increased production, calling for better welfare and cultural facilities in rural areas and improved management of agricultural enterprises serving co-operative farms. The meeting noted the need to conclude successfully the harvest for this year's ''bumper crop'', and prepare for next. Like most North Korean exhortation, the text is a curious mixture of ideological rhetoric and practical detail; in this case extending to compost and animal feed. Various reports suggest that the

harvest in the western parts has been good, but this is not confirmed. Other rallies celebrated the 20th anniversary of Kim Il-sung's regional budget system, further developed by Kim Chong-il. In this system regions run their own economy under unified, and probably detailed, central guidance, each balancing its own budget, developing trade and building up its construction and export goods production bases according to local needs, and transferring capital to the state. Top performers get exemplary status.

16. Yun Ki-pok has been appointed Chairman of the Economic Policy Commission of the Central People's Committee, a top position in economic policy-making. He has had years of experience in economy-related posts, as Vice-Chairman of the same committee in the 1980s, and earlier, back in the 1960s and 70s, as Minister of Finance and Chairman of the State Planning Commission. He has also a background in North-South relations going back to 1972 when he took part in Red Cross talks between North and South. Later he was briefly Chairman of the Supreme People's Committee Reunification Policy Committee which was created in 1990, and more recently he was, and may still be, Chairman of the North side's headquarters of the reunification organisation Pomminnyon which is illegal in the South. Such contradictions are apparently not seen as eccentric by North Korea, which seems to consider that experience is experience, and minor details of its nature are irrelevant. As regards economic policy, Yun must be seen as a safe pair of hands in changing times.

CAMPO POLITICO
BIOGRAFICO
REGISTRAR
MAY

1/1

FECHA 5/4/94 INICIAL

Procesado a Sistema DPX

OBSERVACIONES

Artiguense Aldorio Silveira: "Soy un guerrillero político"

La Mañana 15/ENE/94

"Soy un guerrillero político y si me atacan respondo con todo", manifestó el Diputado nacionalista Aldorio Silveira al referirse a las versiones procedentes de Artigas que lo sindican como poco proclive al diálogo en procura de la unidad de los diferentes sectores blancos. Reiteró por otra parte que el Directorio del Partido Nacional no representa a nadie y por lo mismo deben renunciar a sus cargos.

Precisando los términos de las recientes declaraciones atribuidas a las autoridades de la Comisión Departamental Nacionalista de Artigas presidida por Sergio Arbiza, el Diputado disidente Aldorio Silveira, electo por el departamento de Artigas, dijo que nunca rehuyó el diálogo y que siempre estuvo dispuesto a conversar. "Pero ellos desconocieron al Diputado departamental del nacionalismo que por primera vez en la historia concitó la amplia mayoría en el departamento. Y yo que soy un guerrillero político, si me atacan respondo con todo".

Explicó los recientes sucesos acaecidos en la última sesión de las autoridades departamentales, cuando no le permitieron hacer uso de la palabra y optó por retirarse bajo aplausos de los presentes y la rechifla de las autoridades partidarias. El tema pasa porque Aldorio Silveira se declaró partidario de realizar por separado las elecciones nacionales de las departamentales y de no acumular votos por sublemas, según lo explicó a LA MAÑANA.

Demostrando su malestar con el manejo que se ha hecho del relacionamiento dentro del Partido Nacional, Silveira rechazó lo que hace el Directorio "que no representa a nadie porque son ilustres desconocidos que nadie sabe cómo llegaron a ocupar esos cargos", y confirmando su posición contraria declaró que "les pedí la renuncia públicamente y siguen sin darse por enterados".

Según entiende, su posición no es otra que la que corresponde a "un blanco, nacionalista y saravista que siempre lo seguirá siendo, por más que alguno quiera que me vaya para el Frente Amplio o para otro lado. Si me voy del Partido Nacional, será sólo para irme a mi casa", concluyó Silveira.

001/001

CAMPO POLITICO
BIOGRAFICO
REGISTRAR
MAY

1/1

La Mañana
15/ENE/96

Durazno: nueva postulación de Apolo



Ing. Luis Hugo Apolo Tejedor

DURAZNO (por Nelson Poloni).- El ex Intendente Ing. Luis Hugo Apolo Tejedor acaba de aceptar la candidatura por tercera vez para dirigir los destinos de la Comuna de Durazno.

En nota de redacción de nuestro colega El Acontecer se destaca que la decisión se hizo esperar y varios meses después que la Agrupación Aparicio Saravia del viejo Wilsonismo y un grupo de militantes entre los que se encuentran dirigentes de la lista 19 que orienta Shelay, gente de la lista 11, allegados al Polo Progresista y un grupo de nacionalistas independientes propusieran firmemente su candidatura en las próximas elecciones nacionales.

En la actualidad en el viejo Wilsonismo hay dos corrientes bien definidas: la de Aparicio Saravia a la que estuvo ligado el Ing. Apolo en las pasadas elecciones y el "Juanraulismo" que en lo departamental lidera el Esc. Shelay.

Apolo mantuvo siempre cordura al respecto y hasta prefirió que su nombre no figurara en ningún comité barrial, pero ahora la cosa cambió y según los últimos trascendidos su campaña comenzará a fines del venidero mes de febrero o principios del mes de marzo.

También por trascendidos de allegados al candidato departamental, éste no se pronunciaría por un candidato en particular en lo nacional y ya estaría contando con la adhesión de varios postulantes a la Cámara de Representantes.

A este respecto se han manejado ya varios nombres; pero oficialmente los mismos no se han dado a conocer.

De acuerdo a las últimas versiones, en el correr del presente mes se estarían iniciando contactos con líderes de otros grupos blancos e incluso ya se piensa en la posibilidad de acuerdos con el MNR que estaría proponiendo al actual Jefe de Policía local Jorge Lladó Gastambide a la diputación.

001/001

CAMPO POLÍTICO 1/1
BIOGRÁFICO.
REGISTRAR
MAY
SIN LEGAJO

Ricardo Romero será el presidente del BPS

Ricardo Romero sería nombrado, antes del viernes, como nuevo Presidente del Banco de Previsión Social, aseguraron a LA MAÑANA fuentes del organismo.

En el caso de Romero, que es el Vicepresidente en cargo de Presidente interino, la ratificación al máximo cargo sería solamente mediante decreto firmado por el Presidente Lacalle.

Se informó además que el propio Romero habría manifestado al Presidente de la República su disponibilidad para mantenerse al frente del organismo, aunque todo esto dependía de los contactos a mantener entre Lacalle con dirigentes del Herrerismo.

Según se dijo a **LA MAÑANA** en los últimos días, en el propio organismo, han venido sonando varios nombres, pero indudablemente la elección de Romero se ve con "mucho más fuerza".

En caso de que el candidato no pertenezca al Banco, el Parlamento deberá aprobar la nominación a través de un venia, lo cual no sería el caso del actual Director Ricardo Romero.

La Mañana
11/ENE/94

x 001/001

Nº DOCUMENTO 9400440
SE CELEBRA el 10 del corriente LA ADMNISTÍA INTERNACIONAL DE LOS DERECHOS HUMANOS
L.R. – 150023
10/12/93
500576
11245

Se celebra hoy el Día Internacional de los Derechos Humanos

Amnistía Internacional convoca hoy a la Explanada de la Universidad

■ Instituciones defensoras de los derechos humanos se concentrarán esta tarde entre las 14 y 22 horas en la Explanada de la Universidad. La convocatoria a este encuentro la realiza Amnistía Internacional, la que se encuentra realizando una campaña contra las "Desapariciones y Ejecuciones Extrajudiciales" a nivel internacional.

POR LAS "VIDAS SILENCIADAS"

Es así que bajo el lema "Vidas silenciadas" Amnistía Internacional del Uruguay, junto a otras organizaciones de derechos humanos realizarán en el día de hoy un espectáculo con muestras de teatro, exposición fotográfica, videos, música, etcétera, y por lo tanto convocan a la población a hacerse presente en la Explanada de la Universidad, tomar participación e informarse sobre esta preocupante temática de la sociedad.

Antonio Carámbula, integrante de la Comisión de Paz y Bien de la familia Franciscana, señaló a **LA REPUBLICA** la importancia de esta convocatoria que realiza Amnistía Internacional y manifestó seguridad de contar con la presencia de la población en este llamado.

SOBRE LA "CONSPIRACION DEL TERROR"

Las desapariciones y los crímenes políticos son dos de los más preocupantes temas que afligen a Amnistía Internacional.

En su informe "Conspiración de terror" esta organización defensora de los derechos humanos indica que "millones de hombres, mujeres y niños han sido exterminado o han "desaparecido" desde los años sesenta.

No fueron víctimas de guerras entre naciones, sino de políticas de represión oficiales y premeditadas, y fueron elegidos a causa de sus opiniones políticas, su origen étnico, por el lugar en el que habitaban o, sencillamente, porque eran pobres. Fueron las autoridades precisamente las personas a las que se había confiado su protección quienes ordenaron o permitieron sus homicidios o "desapariciones" señala el informe de Amnistía Internacional.

Indica más adelante que "La comunidad internacional se ha mostrado poco dispuesta a erradicar la injusticia y la brutalidad, o incapaz de hacerlo. Si no se adoptan medidas para que cesen los homicidios políticos y las "desapariciones", la creciente oleada de matanzas podría superar a las instituciones creadas para promover las normas internacionales de derechos humanos tras los horrores de la Segunda Guerra Mundial.

Por último el informe "Conspiración de terror" expresa que "Las violaciones de derechos humanos no son inevitables...

Debe obligarse a los gobiernos a cambiar de métodos. Si actuamos unidos, podremos crear un auténtico "nuevo orden mundial en el que los derechos humanos fundamentales sean una realidad para todos y no un privilegio de una minoría".

1-1

9400440

Desde el 6 de enero Brasil asume el nuevo cargo dentro del grupo latinoamericano

CHILE ENTREGA SECRETARIA DEL GRUPO DE RIO

Chile entregará a Brasil la secretaría «pro témpore» del Grupo de Río, que ejerció durante 1993, el próximo 6 de enero en una ceremonia en Brasilia, informaron fuentes de la Cancillería. Las fuentes indicaron que a la ceremonia asistirán el ministro de Relaciones Exteriores, Enrique Silva Cimma; el director general de Política Exterior, Carlos Portales, y el director de Planificación Augusto Bermúdez.

Portales y Bermúdez fueron este año los coordinadores de la secretaría «pro témpore», que dirigió durante doce meses las actividades del mecanismo de concertación y consulta política al que pertenecen once países de Latinoamérica: Argentina, Brasil, Bolivia, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela. En octubre pasado, los presidentes de estos países se reunieron en la VII Cumbre del Grupo de Río, en la que formularon fuertes críticas al proteccionismo y reiteraron la defensa «sin excepciones» de la democracia en América Latina. En 1994, la «troika» del Grupo de Río, encargada de representar a sus miembros en las reuniones internacionales, estará integrada por los cancilleres de Brasil, Chile y Ecuador.

(efe)

El presidente electo venezolano apoya la iniciativa

LA DEUDA EXTERNA A LA CORTE DE LA HAYA

El Presidente electo de Venezuela, Rafael Caldera, respaldó la iniciativa de llevar el problema de la deuda externa latinoamericana a la Corte de La Haya, con la finalidad de analizar sus implicaciones legales y morales.

El Presidente del Parlamento Latinoamericano (PARLATINO), el venezolano Humberto Celi, dijo que durante una reunión con Caldera éste ofreció su respaldo a la búsqueda de una salida satisfactoria al problema del endeudamiento regional, que se eleva a 496.200 millones de dólares, según el Banco Mundial.

Caldera se reunió en su residencia caraqueña de «TInajero» con dirigentes del PARLATINO y apoyó también la iniciativa de crear una comunidad latinoamericana de nacionales.

El Presidente electo venezolano, tras asumir el poder, el próximo 2 de febrero para el quinquenio 1994-99, adoptará como estrategia principal de política exterior «estimular e impulsar» el proceso de integración latinoamericana, indicó Celí.

La Mesa Directiva del PARLATINO, en una reunión de este fin de semana en Caracas, está estudiando las implicaciones para América Latina del Tratado de Libre Comercio (TLC) entre Estados Unidos, Canadá y México.

Según el PARLATINO, dicho acuerdo debe ser ampliado al resto de los países de la región, que «merecen un tratamiento especial por parte de los Estados Unidos».

Celi declaró también en una rueda de prensa que el PARLATINO, a través de una comisión de seguimiento, propicia una apertura política en Cuba, como complemento a la apertura económica que inicio el gobierno del Presidente Fidel Castro.

Caldera manifestó a los dirigentes del PARLATINO su convencimiento de que la unidad de América Latina debe ser lograda «por encima de regimenes políticos y de corrientes ideológicas».

Dijo también que su gobierno incentivará al PARLATINO y resaltó el papel de esa institución en su búsqueda de la unidad hemisférica, según Celi.

Los dirigentes del PARLATINO felicitaron a Caldera por su reciente elección y manifestaron su seguridad de que Venezuela «se dirige hacia la estabilidad y a la recuperación democrática, tras los dos intentos golpistas de 1992 y la destitución, a mediados de 1993, de presidente Carlos Andrés Pérez para ser juzgado por presunta corrupción.

La delegación que visitó a Caldera estuvo integrada por Celi así como por Carlos Durpré, de Chile; Carlos Arellano, de Panamá; Luis Rubeo y Eduardo Varela, de Argentina; Humberto Peláez, de Colombia: Vasco Furhan y Ney Lopes, de Brasil; y Aristide Fernández, de la República Dominicana, entre otros.-(efe)

Nº DOCUMENTO 9400443
El 11 de diciembre se realizará el 2º Encuentro de las Ongs en Rivera
L.R. - 150023
FECHA 2/12/93
501946
507466
11078

Ministerio de Medio Ambiente convoca a ONGs para seminario

LA REP. 2-DIC-93

■ La Dirección Nacional de Medio Ambiente del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente dio a conocer ayer el programa tentativo del 2º Encuentro de Organizaciones no Gubernamentales Ambientales que se llevará a cabo el próximo 11 de diciembre en Rivera.

En la oportunidad la directora de Medio Ambiente, Annie Hareau y el ministro de Vivienda, Manuel Romay, inaugurarán el evento y presentarán el programa Unepnet, red de información ambiental a la cual puede asociarse cualquier institución o persona interesada.

Por la mañana se prevé la discusión de las propuestas para la elaboración de la Agenda 21 Nacional y el planteamiento de temas puntuales sobre medio ambiente.

Por la tarde se continuará con la discusión de los temas planteados al tiempo que las ONGs expondrán libremente sus preocupaciones.

Como se recordará, y tal como se planteó en el último encuentro de ONGs ambientalistas, convocado por el Ministerio de Vivienda que se desarrolló en junio del pasado año en San José, las inquietudes más urgentes de las mismas son, entre otras: el manejo de basuras y residuos sólidos, problemática de la disposición de los residuos plásticos, promoción del reciclaje como solución.

Preocupa también la contaminación de cuerpos de agua, tales como el arroyo Pantanoso, por industrias, vertidos cloacales y hospitalarios, y la necesidad de la creación de comisiones con vecinos para la recuperación de los cauces naturales.

01-01 9400443

9400444

TITULO FILIAL DE ONG JAPONESA SE INSTALA EN URUGUAY

L.M - 1500/5

7/12/93

601946

66224

507466

Filial de ONG japonesa se instala en Uruguay

OISCA (Organización for Industrial, Spiritual and Cultural Advacement u Organización para el Desarrollo Industrial, Espiritual y Cultural) es la Organización No Gubernamental más grande de Japón que realiza dichas actividades en el ámbito internacional a fin de promover el desarrollo industrial y humano en los países en vías de desarrollo y está reconocida por el Consejo Económico Social de las Naciones Unidas (ECOSOC) como entidad consultiva.



Yoshiko Nakano, Presidenta de OISCA Internacional

OISCA Internacional (Sede en Japón) apunta a extender sus actividades al Uruguay con el fin de lograr el desarrollo equilibrado de la sociedad uruguaya apoyando especialmente a los sectores carenciados por diversas razones y también mejorar las condiciones humanas y ambiental de nuestro país.

OISCA Uruguay, filial de OISCA Internacional se instalará en ceremonia que se levará a cabo hoy martes 7 de diciembre, a las 10:30 horas, en el Salón de Actos del Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU), Av. Italia 6201, contando con la presencia de una importante comitiva de OISCA Internacional Japón.

OISCA Uruguay tendrá como uno de los objetivos principales, activar la ayuda a nuestro país por parte de las Agencias Gubernamentales y No Gubernamentales del Japón. A ese efecto, ya se han comenzado a realizar actividades de apoyo con la participación de voluntarios uruguayos y de la colectividad japonesa local.

La Presidenta de OISCA Internacional, Sra. Yoshiko Nakano (Foto), dice que el empobrecimiento y la contaminación del medio ambiente, los cuales están avanzando, emanan principalmente de la contaminación de corazones de seres humanos (mind pollution en inglés), por lo que OISCA Internacional y también OISCA Uruguay que hoy se instala, están volcando sus esfuerzos a fin de expandir los Bosques Infantiles a nivel mundial, en sentido educativo en el futuro para la conservación del medio ambiente, inaugurando el día de hoy, el Bosque Infantil N° 1 en Uruguay en una Escuela Rural frente al monumento de la Victoria de la Batalla de Sarandí Grande, con colaboraciones de la Intendencia Municipal de Florida y Rotary Club Sarandí Grande.

Visiones totalmente opuestas de lo ocurrido en Rivera

Directora de Medio Ambiente rechazó críticas de las ONG

La titular de la Dirección Nacional de Medio Ambiente (Dinama), Annie Hareau, rechazó las impugnaciones que la Red de organizaciones ambientalistas efectuó respecto al encuentro celebrado en la ciudad de Rivera el pasado 11 de diciembre.



Annie Hareau

La titular de la Dinama calificó como "totalmente falsas" las críticas realizadas por la Red de ONG

En una nota pública, la Red de ONG ambientalistas afirmó que en esa reunión "se dieron lamentables hechos", ya que "el trato recibido por parte de las autoridades oficiales no estuvo a la altura de este espíritu de diálogo constructivo". Básicamente se cuestionó la exclusión de las ONG en la confección de la agenda del encuentro, y se afirmó que los tiempos de exposición de los grupos participantes "fueron mínimos" en comparación con los utilizados por los delegados oficiales, lo que motivó que "los puntos de vista de las ONG fueran desoídos o coartados, a pesar de la voluntad mayoritaria de los allí presentes para que dichos reclamos fueran escuchados".

Sorpresa oficial

Conocido el comunicado de la Red, Hareau expresó su sorpresa por las afirmaciones contenidas, que desmintió tajantemente.

"Acordamos que se expondría sobre lo que la Dinama había hecho desde el encuentro de San José (de similares características, celebrado el 5 de junio pasado, Día Mundial del Medio Ambiente), para luego discutir colectivamente", explicó la jerarca.

"Como el tiempo era una limitante y pretendíamos tener la mayor participación posible, se acotó el uso de la palabra pero, por ejemplo, de la energía nuclear en Uruguay se debatió una hora; teníamos que dar cabida a otros temas y por eso se cortó", agregó.

En relación a la presencia o no de algunas ONG, Hareau explicó que "invitamos particularmente a todas las que estuvieron en San José, y dimos la mayor difusión a la reunión por todos los medios de comunicación. No sólo no se limitó a nadie, sino que se les pagó absolutamente todos los gastos".

La titular de la Dinama enfatizó en que "trabajamos sobre los puntos planteados en San José, por lo cual lo que se dice ahora es una franca contradicción en sí misma".

"Politización del tema"

Hareau dijo que percibía una "politización" del tema ambiental. "Está siendo usado por sectores políticos para criticar la labor del gobierno, con una clara idea de desacreditar nuestro trabajo".

Destacó que "no hay antecedentes de este tipo de diálogos tan amplios, donde se promueve desde el gobierno la participación horizontal de todos los interesados", agregando que "el diálogo no está cortado por nosotros, aunque no queremos convertirlo en un campo de batalla".

La directora de la Dinama recordó que "existe un número importante de ONG con las que trabajamos de la mejor manera —como Aprac, para la recuperación del arroyo Carrasco—, y queremos ampliar ese espectro, pero esto no se logra si se busca únicamente el hostigamiento y la desacreditación".■

"No entiendo cómo se puede ver tan distinto"

"Cuando terminó el encuentro, muchos delegados de ONG —incluso integrantes de la Red— vinieron a felicitarme por los resultados. Yo salí conforme, más allá de las dificultades que se presentaron en la dinámica de funcionamiento", recordó Hareau.

La sensación final fue "de conformidad", dijo. "Al leer lo que se publicó después, no lo podía creer".

"No entiendo cómo se puede ver una misma cosa e interpretar tan diametralmente opuesto", reflexionó la jerarca.

La información sobre el encuentro y los desencuentros sucedidos fue publicada cinco días después del hecho en el semanario Búsqueda, y dos días más tarde la reunión de la Red resolvió emitir el comunicado público. ■

LO QUE CUESTIONO LA RED	LAS RESPUESTAS DE HAREAU

LO QUE CUESTIONO LA RED

- El "Segundo Encuentro" fue, en realidad, el tercero
- Llamarlo "encuentro con ONG" induce al error, ya que participaron algunos grupos, no todos
- Las ONG no tuvieron incidencia en la confección del programa
- Los tiempos de exposición de las ONG fueron desmedidamente menores a los de representantes oficiales
- El ministerio no informó sobre medidas tomadas desde el encuentro de San José
- Los mecanismos de consulta deben ser revisados para lograr participación real, efectiva y democrática

LAS RESPUESTAS DE HAREAU

- Era la segunda reunión del año, pero la crítica es muy menor
- Se invitó a todas las ONG, tanto directamente como a través de todos los medios de prensa
- Se acordó, como metodología de trabajo, posibilitar los informes oficiales y luego debatir sobre los mismos
- En las exposiciones de los distintos delegados del gobierno se explicaron las acciones y proyectos originados en el encuentro de San José
- No hay antecedentes en el país de diálogos de este tipo, donde se busca la participación horizontal con todos los sectores
- Algunas ONG están siendo utilizadas por sectores políticos para desacreditar el trabajo realizado, en un intento desestabilizador

OCDE Recomendó a Japón Reformas Estructurales

El País 3/12/93

PARIS, 2 (EFE).—La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) recomienda, en un informe sobre Japón difundido hoy, jueves, que el país asiático efectúe reformas estructurales en su economía.

"La economía japonesa —indican los expertos— volverá a encontrar la senda de la reactivación no sólo con una acción macroeconómica sino también con un programa de reformas estructurales".

Según la OCDE, la crisis que atraviesa Japón es más larga que de costumbre, como lo demuestra el hecho de que las recesiones de la posguerra, hasta ahora, sólo duraban un promedio de quince meses.

"A finales de 1992 habían transcurrido casi dos años desde que la economía empezó a estar en recesión", destacan los economistas.

Después de afirmar que las perspectivas no son nada alentadoras, la OCDE recuerda que los últimos indicadores son malos: subida del paro al 2,7% de la población activa, baja de la producción industrial del 6,2% (de octubre de 1992 a octubre de este año) y caída del índice Nikkei en un 21% desde el pasado 25 de octubre.

"La mala salud" de la economía japonesa es el resultado de decisiones adoptadas en los años 80; durante dicho período de calentamiento de la economía las empresas invirtieron masivamente y contrataron en consecuencia, lo que provocó un incremento de los costes salariales y de los gastos de amortización de las mismas.

En 1990 y 1991, las empresas intentaron reducir inversiones y sus costes de mano de obra, lo que afectó al consumo y debilitó aún más la producción.

OCDE: repunte y desempleo en 1994

CRECIMIENTO PBI - %

País	1993	1994	1995
EEUU	2,8	3,1	2,7
JAPON	-0,5	0,5	2,3
ALEMANIA	-1,5	0,8	2,2
FRANCIA	-0,9	1,1	2,7
ITALIA	-0,1	1,7	2,3
G. BRETAÑA	2	2,9	2,9
CANADA	2,5	3,7	4,1

DESEMPLEO - %

País	1993	1994	1995
EEUU	6,9	6,5	6,2
JAPON	2,5	2,9	2,8
ALEMANIA	8,9	10,1	10,3
FRANCIA	11,7	12,4	12,3
ITALIA	10,2	11,1	11,6
G. BRETAÑA	10,3	10	9,5
CANADA	11,2	11	10,5

PARÍS - LA ECONOMÍA mundial debería repuntar levemente en 1994, pero la acumulación de un fuerte endeudamiento público y privado impedirá traducir ese crecimiento en un freno al inexorable alza del desempleo, según la OCDE.

Casi 35 millones de personas, el 8,5% de la fuerza laboral en los 24 países miembros de la OCDE, podrían estar desempleados a mediados de 1994, frente a los 34 millones de la actualidad.

En sus Perspectivas Económicas de fin de año, la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico señaló que América del Norte experimentará una sólida expansión y que en el resto del mundo angloparlante la mejoría será moderada.

En Europa continental y Japón el crecimiento será escaso.

Como resultado, la producción mundial de bienes y servicios crecerá no más de 2,1% en 1994, tras 1,1% de este año.

La tasa de desocupación podría llegar a 11,5%, es decir, 22 millones, en el segundo semestre de 1994, contra 10,7% este año.

Se espera que el Bundesbank flexibilice aún más su política, bajando la tasa de interés a tres meses en Alemania desde el actual 7,3%, a un promedio de 5%.

La OCDE considera que el acuerdo sobre comercio mundial alcanzado la semana pasada en el marco del GATT es un gran paso adelante, sin olvidar empero que las presiones proteccionistas "no se esfumarán así nomás". ■ *(Reuter)*

Nº DOCUMENTO 9400449
TITULO OCDE pronosticó para 1994 y 1995 un crecimiento para América Latina
PROC. E.P. - 150007
FE 21/12/93
VI 12718

PRONOSTICOS 1994-95

El País 21/12/93

OCDE Vaticina crecimiento para América Latina

México DF, dic 20 - La recuperación económica de América Latina va a ser sostenida en el período 1994/95, crecientemente impulsada por las inversiones privadas y las exportaciones, según un informe que dio a conocer hoy la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OCDE).

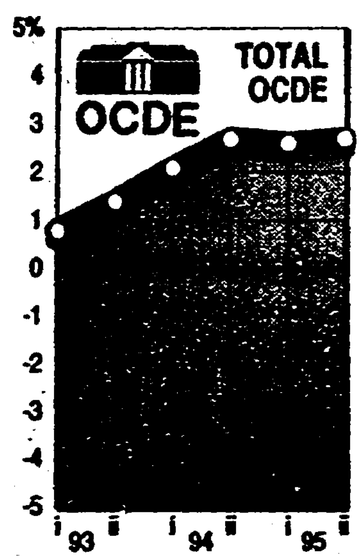
La OCDE, en su estudio semestral, vaticinó que el producto bruto interno (PBI) latinoamericano va a experimentar una expansión del 3,5 por ciento ejn 1994 y un 3,7 por ciento en 1995.

México y Argentina lograrán un fuerte crecimiento y una inflación de un solo dígito pero la OCDE pronosticó una recuperación más débil e incierta para Brasil.

La organización de estudios creada por las naciones industrializadas, con sede en París, precisó que las tendencias comerciales en la región están cambiando rápidamente en la región, ya que las exportaciones manufacturadas representan la tercera parte de las ventas al exterior de América Latina.

Una proliferación de los acuerdos comerciales regionales, que incluyen al Tratado de Libre Comercio para América del Norte (TLC, más conocido por la traducción de su sigla en inglés NAFTA), el Mercosur y el Caricom, están teniendo un efecto estimulante, agregó el informe.

La creciente competitividad resultante de las iniciativas comerciales están ayudando a enfrentar los efectos del



flujo de capitales hacia la región sobre las actuales tasas de cambio, agregó.

La OCDE advirtió que con respecto a la continuidad del flujo de capitales hacia la región, que en 1993 alcanzó a 49.000 millones de dólares, subsiste como causa de preocupación el hecho de que una buena parte de ese dinero está dirigido al corto plazo.

Se espera que la aprobación del TLC aliente una mayor modernización de la economía mexicana. La OCDE puntualizó también que las empresas orientadas hacia el campo exportador ya están enfrentando los efectos de una crecienteicnee competitividad y que la apertura tparcial del sistema bancario al capital extranjero en 1994 ayudará a reducir los costos del financiamiento.

El grupo de estudios consideró que el crecimiento de un cuatro por ciento prevista para este año para la economía brasileña, la mayor de América Latina, refleja apenas mejorías transitorias.

La OCDE puntualizó sobre el particular su preocupación sobre las transferencias a los estados y municipios brasileños sin una paralela transferencia de las responsabilidades en los gastos.

Recientes iniciativas en la política económica de Argentina conducirán a un fuerte crecimiento económico y una baja inflación y precisó que el objetivo de una tasa de crecimiento del seis por ciento para ese país en 1994 transformará el resultante ingreso per cápita de 8.600 dólares en el más alto de América Latina. **(REUTER)**

01-01

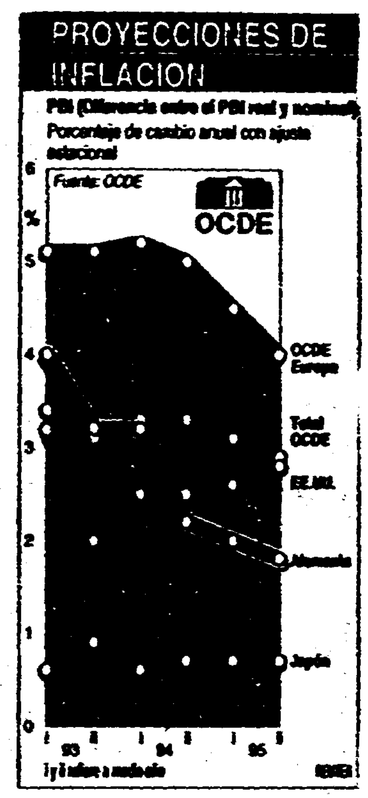
9400449

Precios al consumo zona OCDE aumentaron 0,3 por ciento

París,.- Los precios al consumo en los países de la OCDE (excluída Turquía) aumentaron un 0,3 por ciento el pasado mes de octubre, según las últimas cifras disponibles de la organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, divulgadas hoy, viernes.

El resultado supone un incremento del 0,1 por ciento con relación a septiembre pasado, indica un comunicado según el cual el aumento de los precios en octubre se sitúa en el 0,5 por ciento si se incluye a Turquía.

Tras los resultados de octubre, la inflación en los últimos doce meses para la zona de la OCDE en su conjunto, exceptuada Turquía, fue del 2,7 por ciento, una disminución del 0,3 por ciento respecto a octubre de 1992 (con Turquía el nivel anual sería del 3,9 por ciento).



La OCDE precisa que la inflación ha aumentado en los siete principales países de la organización, al pasar del 0,2 al 0,3 por ciento. (EFE)

01-01

9400451

Nº DOCUMENTO 9400451
TITULO Los precios al consumo en octubre 1992 en la OCDE aumentaron 0,3 por ciento
PROCED. E.P. - 150007
FE. 21/12/93
VI. 12718

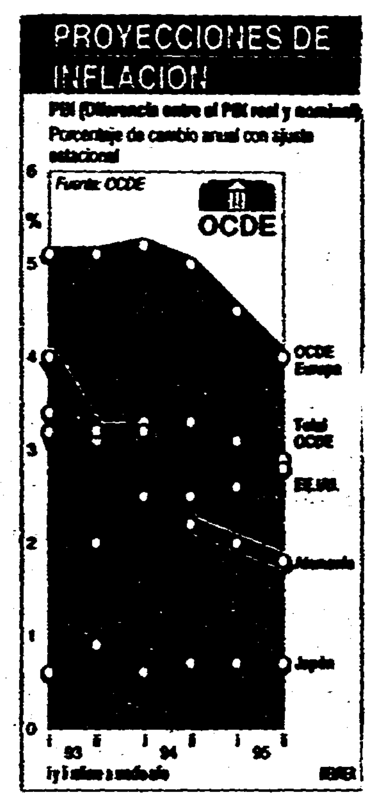
Precios al consumo zona OCDE aumentaron 0,3 por ciento

París,.- Los precios al consumo en los países de la OCDE (excluída Turquía) aumentaron un 0,3 por ciento el pasado mes de octubre, según las últimas cifras disponibles de la organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico, divulgadas hoy, viernes.

El resultado supone un incremento del 0,1 por ciento con relación a septiembre pasado, indica un comunicado según el cual el aumento de los precios en octubre se sitúa en el 0,5 por ciento si se incluye a Turquía.

Tras los resultados de octubre, la inflación en los últimos doce meses para la zona de la OCDE en su conjunto, exceptuada Turquía, fue del 2,7 por ciento, una disminución del 0,3 por ciento respecto a octubre de 1992 (con Turquía el nivel anual sería del 3,9 por ciento).

La OCDE precisa que la inflación ha aumentado en los siete principales países de la organización, al pasar del 0,2 al 0,3 por ciento. **(EFE)**



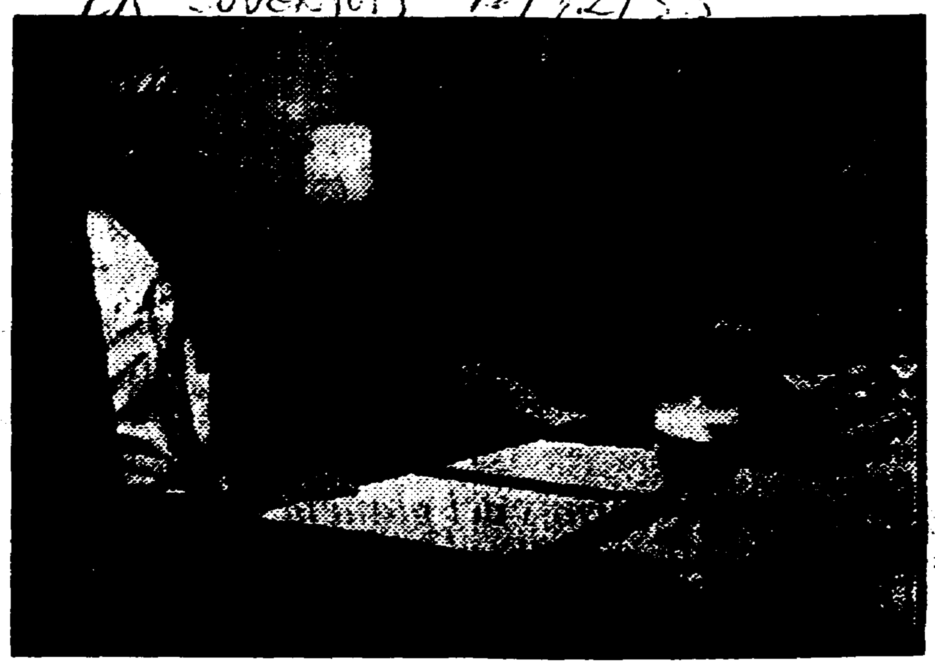
01-01 9400451

LA JUVENTUD 12/12/93

Los intereses de EEUU en el Sudeste Asiático

LA ASEAN EN LA POST GUERRA FRIA

En los momentos actuales se perciben algunos cambios en las proyecciones y acciones de la administración Clinton hacia el sudeste asiático y especificamente hacia los países miembros de la ASEAN (Singapur, Malasia, Thailandia, Brunei, Indonesia y las Filipinas). Lo anterior se corresponde con afirmaciones hechas por el secretario de Estado para Asia Oriental y el Pacífico, Winston Lord en el sentido de que... «pasado el período de guerra fría EEUU... buscará una nueva aproximación y estructuras de cooperación con Asia. Estos son tiempos de construir, con otros, una nueva comunidad del Pacífico».



La política exterior de Clinton preocupada por Asia

Los cambios más evidentes están dirigidos hacia el tema de la seguridad regional, la cooperación e integración económica y el enfoque de las relaciones bilaterales.

CAMBIOS EN LA SEGURIDAD REGIONAL

Con relación al tema de la seguridad en el presente el gobierno norteamericano está adoptando una actitud de apoyo al funcionamiento del foro multilateral de seguridad y políticas a tomar al respecto, cuya creación fue resultante de la reunión de cancilleres de la ASEAN, celebrada en Singapur en julio pasado, con la participación de Warren Christopher como jefe de la delegación norteamericana, y efectuará su primera Asamblea formal el próximo año en Bangkok, Thailandia.

EEUU en calidad de socio del diálogo de la ASEAN se convierte en integrante del foro. En el desarrollo de las consultas sobre el tema, Christopher declaró que ...»EEUU mantendrá una fuerte presencia militar en el sudeste asiático, la cual no será reducida sino mejorada en su efectividad». Es llamativo el contraste de este actuar con la postura tradicional cuyo objetivo era impedir la creación de cualquier entidad regional que abordara la seguridad en Asia en forma regional.

En tal sentido de jugar un importante rol en la seguridad regional se están desarrollando, por la parte norteamericana, amplias propuestas de venta de armas con bajos precios y facilidades de pago como la de los aviones F18 a Malasia, los F16 y C130 a Thailandia e Indonesia.

EEUU, a la vez que facilita las compras de sus productos a los países de la ASEAN, bloquea otros posibles proveedores de armas para estos países como fue el caso de la prohibición de Jordania de que vendiera a Indonesia aviones del modelo F5 alegando como justificación que este país está acusado de violaciones de los derechos humanos.

Esta avalancha de armas norteamericanas también tienen otra arista y es la referente a las intenciones de compra de armas e fabricación rusa por los países de la ASEAN, consideradas más baratas y de la misma calidad. La compra por parte de Malasia de 18 MIG 29 de fabricación rusa ha agudizado las contradicciones existentes entre este y EEUU.

Respecto a la posición sobre la cooperación económica en el área podemos plantear que de una actitud ambigua y algo distante hacia el Foro para la Cooperación Económica en Asia y Pacífico (APEC), de la cual forman parte los países miembros de la ASEAN, se manifiesta en estos momentos con un renovado vigor en el apoyo a dicho foro e intentando jugar un papel más importante.

EEUU se ha propuesto llevar a cabo su intención de convertir a la APEC de un foro consultivo en uno institucionalizado, avalando su actuar en su calidad de presidente de la APEC durante 1993.

PREOCUPACION EN LOS PAISES DE LA ASEAN

La nueva postura de la administración norteamericana ha preocupado a los países de la ASEAN que temen que la APEC se convierta en un instrumento de respuesta a los intereses hegemónicos de EEUU y a la vez eclipse a la ASEAN como entidad regional.

En el plano de las relaciones económicos bilaterales las fricciones heredadas de la administración Bush se mantienen y tienden a su crecimiento. Una fuerte campaña de EEUU contra la venta de productos malayos como aceite de palma y derivados del caucho en el mercado norteamericano, acusaciones a los exportadores thailandeses de ventas de productos textiles en el mercado norteamericano en porcentaje mucho más elevado de lo establecido, las acusaciones a Thailandia, Malasia e Indonesia de violadores de la propiedad intelectual por el robo de patentes, y la no inclusión de algunos productos indonesios y malayos en el sistema de tarifas preferenciales norteamericano alegando la existencia de violaciones de derechos humanos en estos países, son algunos ejemplos de lo antes planteado.

UN CRECIMIENTO QUE PREOCUPA A LOS EEUU

En la medida en que EEUU le ha concedido un lugar a la ASEAN en su política exterior, sus vínculos con esta entidad regional y con los países miembros han sufrido contratiempos mayores a las contradicciones económicas mencionadas anteriormente. Esto también está muy relacionado con el crecimiento económico de los países de la ASEAN lo que le permite buscar mayor independencia política.

Los problemas en las relaciones con Malasia aumentan con la reiterada negativa de EEUU a la propuesta del gobierno malayo de crear la junta económica para Asia oriental y la presión por parte del primero para que el resto de los países asiáticos no se incorporen. El reino de Thailandia, tradicional baluarte de los intereses políticos y militares de EEUU en la región, también está siendo objeto de presiones y acusaciones norteamericanas en lo referente al apoyo a los Khmer Rouge.

Con Filipinas en estos momentos, agregando a las ya resquebrajadas relaciones producto de la obligada salida de EEUU de las bases militares, existen fuertes presiones por parte norteamericana contra las negociaciones del gobierno filipino y la guerrilla del Nuevo Ejército del Pueblo.

A esto se une la demora en la toma de decisión del gobierno norteamericano en cuanto a la asistencia monetaria que otorgará a Filipinas en 1994 a través de la Agencia Multilateral de Asistencia.

por María Cristina Delgado- PL

02-02

En El Salvador Gobierno y FMLN reprograman los pactos

LA ONU TIENE PRISA

El Gobierno salvadoreño y la ex guerrilla trabajan en la reprogramación de los acuerdos de paz pendientes de ejecución, mientras la ONU les ha pedido que aceleren su cumplimiento, en particular el reparto de tierras y la reinserción de los ex combatientes.

El ministro de la Presidencia, Oscar Santamaría, dijo que se trabaja en un nuevo calendario para la ejecución de acuerdos pendientes, sobre todo el de distribución de tierras para ex combatientes, despliegue de la nueva Policía Nacional Civil (PNC) y programas para la reinserción productiva de los ex guerrilleros.

Mientras, el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas aprobó el martes, por consenso, una solicitud del secretario general del organismo, Butros Gali, para prorrogar hasta el 31 de mayo de 1994 el mandato de la ONUSAL, que terminaba oficialmente el mismo martes.

En la resolución aprobada, la ONU condenó también los recientes actos de violencia política, y respaldó una pronta investigación imparcial y digna de crédito.

El portavoz oficial del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), Juan Ramón Medrano, declaró a EFE que la decisión del Consejo de Seguridad refleja «preocupación» por el resurgimiento de la violencia, a raiz de asesinato de dos de sus ex comandantes por «escuadrones de la muerte».

Medrano señaló que «la ONUSAL es un puente que creo debería quedarse incluso por más tiempo, quizá un año más, para garantizar la transición hacia la paz», y añadió que «la ONU debe estar preocupada porque aún existen grupos de derecha interesados en atacar al FMLN para intentar restarle fuerza de cara a las elecciones de 1994».

Santamaría dijo que los acuerdos atrasados tienen que ver con la distribución de tierras para los ex combatientes, el despliegue de la nueva PNC y los programas para la reinserción productiva de los ex guerrilleros.

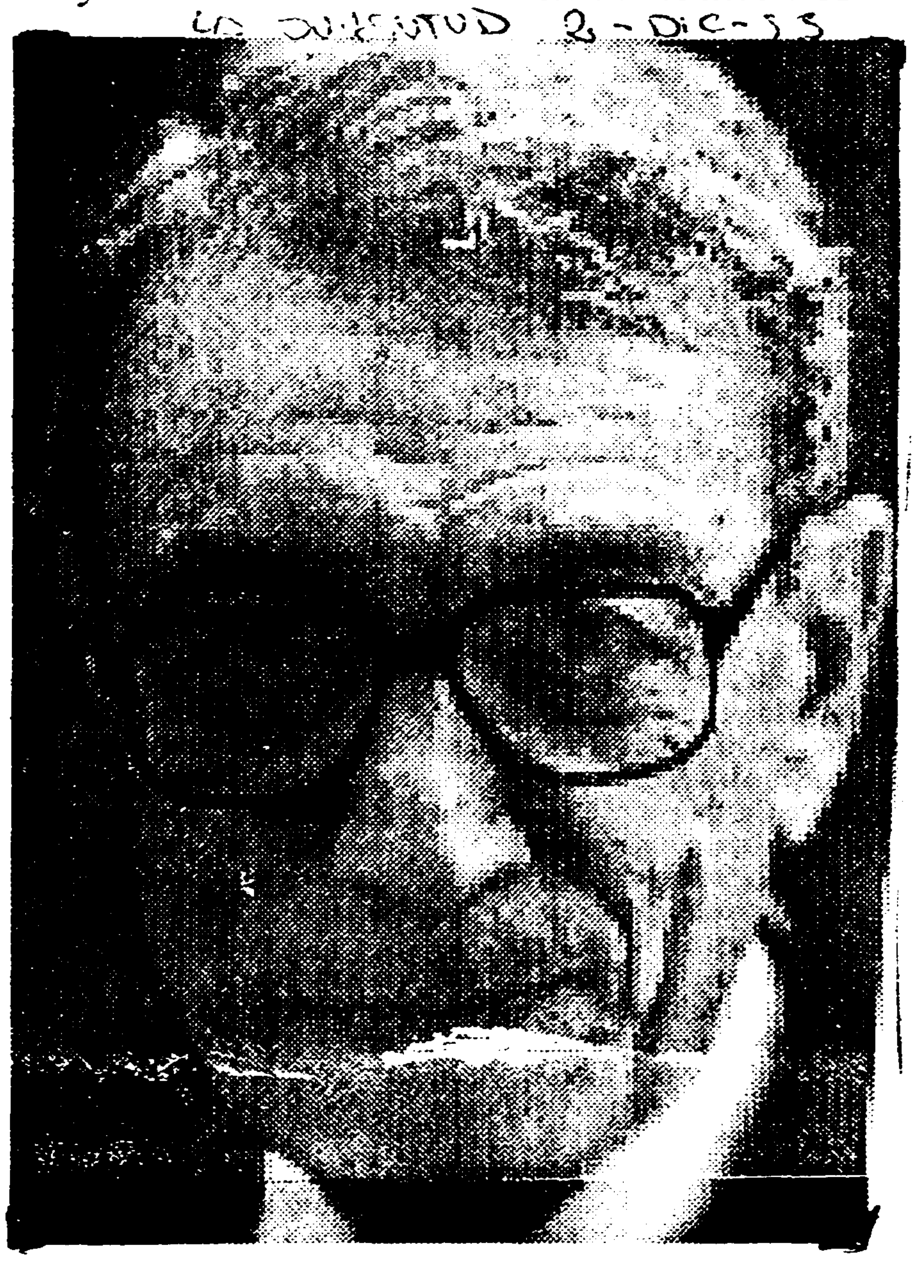
El ministro aseguró que el nuevo calendario superará los atrasos en el tema de las reformas en la Fuerza Armada, sobre todo en lo relacionado con su legislación, y las recomendaciones de la Comisión de la Verdad que investigó los asesinatos políticos cometidos durante la guerra civil.

La ONU instó al Gobierno salvadoreño y al FMLN a que eviten la violencia política y aceleren el cumplimiento de los Acuerdos de Paz, en particular el reparto de tierras y la reintegración de los ex combatientes.

En ese sentido, Medrano indicó que el Consejo de Seguridad incluyó también en su reclamación al FMLN porque «no podía dejar sólo al Gobierno, ya que nosotros cumplimos todos los compromisos adquiridos en los acuerdos, con la desmovilización de nuestros combatientes, la entrega y destrucción de nuestras armas, y la legalización de nuestro partido».

Agregó que el punto más importante que debe resolver el Gobierno es el cumplimiento de los programas de reinserción, ya que incluso «está recibiendo fuertes presiones de parte de los ex soldados, que han sido prácticamente abandonados a su suerte».

El dirigente del FMLN dijo que el Gobierno debe garantizar el cumplimiento de todos los acuerdos pendientes antes del próximo 20 de marzo, fecha de los comicios generales, ya que después será muy poco el tiempo que tendrá antes de entregar el poder al nuevo Ejecutivo que surja de las elecciones (efe).



El secretario general de la ONU Butros Gali presiona para que se solucione el más pronto posible la crisis en El Salvador

SE NECESITA UNA NUEVA ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS

el País 12-12-93

El año 1995 marcará el quincuagésimo aniversario de la ONU, que seguramente tendrá que reformarse en este rápidamente cambiante mundo. "La guerra en Europa aún no había terminado y la era atómica todavía no había empezado, cuando los planificadores de la Carta se reunieron por primera vez en abril de 1945. Un nuevo capítulo de la historia del mundo ha empezado y demanda unas nuevas Naciones Unidas", dijo el 24 de octubre, Día de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, "pero sin nuevos cimientos de apoyo el mundo no puede esperar que la ONU tenga éxito en momentos en que sus miembros le han dado más responsabilidades que nunca antes en la historia".

Tras algunos éxitos en 1988, cuando la ONU tenía como objetivo básico poner fin a la guerra de ocho años entre Irán e Iraq y "salvar la cara" de los soviéticos para su retirada de Afganistán, la imagen de la ONU se ha deteriorado últimamente con los reveses en Bosnia y Croacia, Somalía y Haití. Pero la realidad es que la ONU es sólo un sistema, un instrumento en manos de los estados miembros, y ante todo, de los cinco miembros permanentes; la ONU es el chivo expiatorio tras el que se esconden las grandes potencias.

Examinemos la base financiera de la ONU: el pasado mes de setiembre los atrasos en los pagos del presupuesto y las operaciones de paz ascendían a casi U$S 2.000 millones; sólo diez países miembros habían pagado íntegramente sus contribuciones. De acuerdo con "Noticias del Secretariado", no podía asegurarse que los empleados cobrarían sus cheques el 15 de noviembre. Entonces Estados Unidos pagó casi U$S 500 millones, pero aún debe U$S 474 millones. Ahora el mayor deudor es la Federación Rusa, que debe unos U$S 500 millones.

Mientras tanto la ONU ha desplegado 17 operaciones de paz en diferentes partes del mundo. Hace cinco años había 10.000 Cascos Azules movilizados; hoy hay 80.000. Su tarea es más complicada; ellos no sólo deben "mantener" la paz, sino "fortalecerla" y participar en la "formación de la nación". Pero los países miembros suministran soldados a regañadientes para las misiones riesgosas en países en donde no tienen intereses de seguridad directos. De ahí que Brian Urquart, ex subsecretario general, sugiriera formar "una especie de legión extranjera" de voluntarios; esta idea es apoyada por Arthur Schlesinger Jr., el historiador humanista, otrora asistente especial del presidente John F. Kennedy y Profesor de Harvard, que escribió un artículo publicado por el Wall Street Journal y dio una entrevista a "The Earth Times", periódico que se concentra en la ONU y los problemas mundiales.

"Tal vez debamos promover la reciente propuesta de Sir Brian Urquart para un ejército de voluntarios de la ONU, una legión extranjera basada en el idealismo o el deseo de aventuras que pueda servir al Consejo de Seguridad como fuerza de paz de despliegue rápido", escribió el historiador, que advierte la posibilidad de resurgimiento del aislacionismo en Estados Unidos, tras contemplar la imagen de cadáveres de soldados estadounidenses arrastrados por las calles de Mogadiscio. "Los acontecimientos de las pasadas semanas prueban la gran resistencia del Congreso de los Estados Unidos a enviar tropas a combatir a lugares como Haití, Somalía o Bosnia, en donde muchos pueden morir".

En cuanto a Bosnia, el historiador respondió a "The Earth Times": "Yo creo que Bosnia fue inicialmente una prueba para Europa, en la que la Comunidad Europea fracasó. Es increíble que a fines del siglo veinte, en el corazón de Europa, tengan lugar tales atrocidades... Si fuera necesario usar la fuerza aérea para aliviar el sitio de Sarajevo, eso tal vez deba hacerse. Pero si no bastara la fuerza aérea, entonces hay que retirarse o enviar fuerzas terrestres. Ningún país enviará fuerzas terrestres. Sería muy difícil explicar a las madres y esposas de Ohio que sus hermanos, hijos o esposos deben estar dispuestos a morir en Bosnia o en Somalía..."

El recordó sus conversaciones en Europa, concluyendo que "los europeos simplemente no ven la guerra en Yugoslavia como una tragedia, como la ven muchos estadounidenses; la reacción general ha sido que los Balcanes simplemente están siendo los Balcanes de nuevo". (Bastante cínico, pero verdadero.)

Durante décadas, la ONU estuvo inmovilizada por la Guerra Fría, y ahora el mundo "descarga sus problemas en la ONU, que no cuenta con el personal, la organización, ni los fondos para lidiar con todos estos problemas de manera eficiente". Además, no hay más que examinar la ONU: de los iniciales 51 estados miembros su número es ya de 184, entre los que se encuentran "muchos pequeños estados isleños con menos de 50.000 habitantes, cuyos votos valen en la Asamblea General igual que el de China". Tal vez esos pequeños estados deban agruparse regionalmente y nominar a un miembro a la Asamblea General.

Schlesinger cree que las diversas regiones deben asumir más responsabilidad por los problemas en sus respectivas áreas. "Somalía es inicialmente un problema africano. ¿Por qué no hay allí un mayor contingente de Africa?" Cada vez son más los gobiernos que piden una participación permanente de Alemania y Japón en el Consejo de Seguridad; India debería ser considerada también para un asiento permanente.

¿Cuáles son las mayores amenazas hoy y mañana?, preguntó el historiador. "Nadie se sentiría muy feliz si Kim Il Sung o Saddam Hussein tuvieran armas nucleares. El genio se ha escapado de la botella...

En su artículo publicado en el Wall Street Journal, Schlesinger recordó un poema de Tennyson, "que Churchill llamaba 'la más maravillosa de la modernas profecías' y que Harry Truman llevaba en su cartera". Es una "visión del futuro", cuando "se plegaran las banderas de batalla en el Parlamento del Hombre, la Federación del Mundo". Con todo, aún estamos lejos de estos ideales.

JUAN FERCSEY

Nº DOCUMENTO 9400456
TITULO ONU preocupación por impedimentos a distribución de ayuda humanitaria en Bosnia
PROC. L.J. - 150014
FECHA 15/12/93
VINCUL. 501889
Chipre - 507486
Angola - 507470
Bosnia - 507697

ONU

PREOCUPACION

El Consejo de Seguridad de la ONU consideró la prórroga de las operaciones de paz en Chipre y Angola, y expresó su preocupación por los impedimentos a la distribución de la ayuda humanitaria en Bosnia.

Al concluir las consultas, el presidente del Consejo, el embajador Li Zhaoxing, expresó a nombre de los miembros que consideran esencial que la ayuda humanitaria llegue a la población afectada, y que deben cesar las actividades de los que tratan de impedirla.

El presidente del Consejo dijo también que está prácticamente concluido el proyecto de resolución para prorrogar por seis meses la Fuerza de Separación de la ONU en Chipre (UNFICYP).

Las fuentes agregaron que Gali ha presentado un informe sobre Angola, en el que solicita se prorrogue la presencia de la Misión de Verificación de la ONU (UNAVEM), que está reducida a su mínima expresión, con la esperanza de que prosperen las negociaciones en el Gobierno angoleño y UNITA en Lusaka para un alto el fuego.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

A-A 9400456

DOCUMENTO 9400457
TITULO Boutros Ghali visita Japón para discutir su acceso al Consejo de Seg.
PROCESO LJ - 150090
FECHA 19/12/93
VINCULO 501889
66224

Japón JW. 19/12/93

CAMBIOS EN EL CONSEJO DE SEGURIDAD

El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Gali, llegó ayer a Tokio en una visita de cinco días para discutir el acceso de Japón como miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU y el programa nuclear de Corea del Norte.

Gali hablará con el primer ministro nipón, Morihiro Hosokawa, sobre el supuesto desarrollo de armas nucleares en Corea del Norte y el envío de tropas japonesas al extranjero bajo los auspicios de Naciones Unidas para operaciones de paz, según la prensa local.

El pasado martes, Gali apoyó a Japón para que sea miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU.

Japón ha participado con efectivos militares en operaciones de mantenimiento de la paz en Camboya y Mozambique, pese a que su Constitución no permite a los soldados nipones intervenir conflictos internacionales.

ENTRADO
CRUZADO

01-02

9400457

Boutros Ghali de visita en Japón

El Secretario General de la ONU, Boutros Boutros Ghali, llegó ayer a la capital japonesa para una visita de cinco días, la segunda que efectúa este año a este país asiático que aspira a convertirse en miembro permanente del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

Tokio (Ansa)

El lunes Boutros Ghali se entrevistará con el Premier Morihiro Hosokawa y con el Ministro de Exteriores, Tsutomu Hata, con los cuales discutirá sobre el problema nuclear en Corea del Norte y un mayor papel de Japón en el Consejo de Seguridad.

Hace algunos días el Secretario General de la ONU se manifestó abiertamente a favor de un escaño permanente de Japón en el Consejo de Seguridad de la ONU.

El miércoles 22 de diciembre Boutros Ghali viajará a Corea del Sur y el 24 a Corea del Norte, atravesando la zona desmilitarizada de la frontera.

El Gobierno de Pyongyang es acusado por los occidentales de desarrollar un programa nuclear de carácter militar.

Boutros Ghali subrayó que desea reunirse con las autoridades de Corea del Norte para documentarse sobre la crisis, no para hacer de mediador con Estados Unidos en la cuestión de las inspecciones nucleares.

Con el Embajador Ramiro Píriz Ballón

LA REESTRUCTURA DE NACIONES UNIDAS Y EL ROL DE URUGUAY

NUEVA YORK. (Por Blanca Giuria). Con una de las delegaciones menos numerosas (son seis funcionarios incluido el Representante Permanente) en el contexto de los ciento ochenta y tres países representados en las Naciones Unidas, Uruguay tiene una participación destacada y creciente en las decisiones que adopta el foro internacional. Buena prueba de lo anterior la da el hecho de que además de integrar varias Comisiones, nuestro país preside actualmente el grupo que estudia la reestructura del sistema económico y social de Naciones Unidas, estudio que incluye puntos claves como la ampliación del Consejo de Seguridad y la posibilidad de que lo integre un país latinoamericano. El Representante Permanente uruguayo, Embajador Píriz Ballón, dialogó con EL PAIS sobre ese y otros temas, entre los cuales la alternativa de que Uruguay amplíe su participación en misiones de paz, y la reciente aprobación, por unanimidad, de la iniciativa del Presidente Lacalle para los niños víctimas de conflictos armados.

Licenciado en Derecho en la Universidad de Ginebra, diplomático de carrera con destinos en el Reino Unido, la ex Unión Soviética, Egipto y Jordania, Píriz Ballón fue también Consultor de la Organización Marítima Internacional (OMI) de Naciones Unidas y hace tres años y medio que está al frente de la representación uruguaya, coincidiendo con un momento de auge en lo que tiene que ver con la partipación de nuestro país en el organismo internacional.

—¿Por qué se encara un aumento en el número de miembros que integran el Consejo de Seguridad?

—Se considera que, visto el aumento importante de miembros de Naciones Unidas, la integración actual del Consejo no refleja ni ese aumento ni tampoco el nuevo contexto internacional. Por eso existe el proyecto a estudio —estamos en los prolegómenos— para aumentar el número de miembros a veintinueve.

—¿Es una decisión prudente? ¿No se corre el riesgo de enlentecer la toma de decisiones?

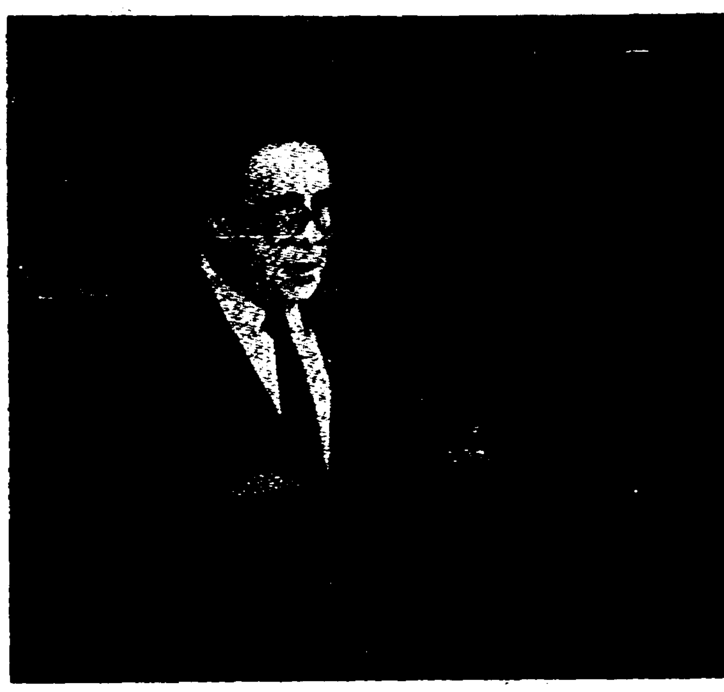
—Con el fin del bipolarismo las condiciones políticas han cambiado, es importante abrir nuevas posibilidades de participación para nuevas potencias económicas, y debemos buscar que su acción sea efectiva a través de condiciones de transparencia que aseguren lo que dice la Carta de Naciones Unidas. Fíjese que el Consejo no es un órgano supremo de la Asamblea General y, por una cuestión de principios, debemos evitar que se constituya en una especie de directorio con poder casi absoluto. De manera que cuando tratamos el tema de la ampliación no nos referimos solamente a la ampliación numérica, sino que vamos a tratar de introducir normas que aseguren un doble objetivo: efectividad, dentro de los principios de participación auténtica de todos los países miembros.

—¿Hay posibilidades que esa ampliación permita a una nación latinoamericana acceder al Consejo de Seguridad?

—Cómo no. Hay varios esquemas a estudio. Personalmente me inclinaría por establecer ciertas rotaciones, vale decir no inscribir a miembros permanentes, sine die, sino buscar un sistema por el cual puedan ser reemplazados al cabo de cierto tiempo. Vamos a tratar también la reforma en cuanto a los métodos de trabajo del Consejo de Seguridad para que funcione más ágilmente, con más efectividad, una alternativa muy posible ahora que su acción está destrabada a raíz del fin de la confrontación este-oeste.

—Uruguay ha tenido una participación activa importante en las operaciones de mantenimiento de paz. ¿Existen posibilidades de que esa participación se amplíe?

—Es posible, el gobierno lo tiene a estudio. Uruguay ha prestado un decidido apoyo a este sistema con el cual el Consejo de Seguridad ha buscado consolidar la paz y la seguridad mundial y que ha cobrado importancia capital. Nuestro país ha participado en Camboya, actualmente lo hace en Mozambique, el Comandante en Jefe del contingente de fuerzas de Naciones Unidas en Cachemira es un uruguayo, estamos presentes en las fuerzas de paz entre Kuwait e Irak, y participamos con algún personal policial en El Salvador.



Embajador Ramiro Píriz Ballón, Representante Permanente de Uruguay ante Naciones Unidas.

■ MAYORIA ATRASADOS EN CUOTAS

Hay muchos países que están atrasados en el pago de sus cuotas.

—La mayoría. En este momento están al día sólo 77 países de los 183 miembros de Naciones Unidas. Y debo decir, con orgullo, que nuestro país está casi al día.

—No ocurre lo mismo con algunos de los países más ricos.

—Lamentablemente no ocurre lo mismo con grandes potencias como Estados Unidos. A veces no es mala voluntad hacia Naciones Unidas sino que los gastos son imprevisibles y aumentan, y los presupuestos de los Estados no tienen recursos previstos. La contribución de Estados Unidos y otros países es realmente cuantiosa.

—Haciendo una comparación con la Sociedad de las Naciones y el fracaso que fue ¿cómo ve a las Naciones Unidas de hoy?

—Están mucho mejor equipadas que la Sociedad de las Naciones. No nos olvidemos que en materia de asegurar la paz en el mundo, las Naciones Unidas disponen de un mecanismo representado por el Consejo de Seguridad que hace obligatorias las resoluciones que se toman en su nombre. La situación es completamente diferente a la que existía cuando la Sociedad de las Naciones, y además es un momento muy interesant para Naciones Unidas porque se está formando un nuevo contexto internacional, no un nuevo orden, del que sería prematuro hablar. Uruguay tiene que colaborar en ese intento a través de Naciones Unidas participativas, democráticas y efectivas, en lograr el gran sueño de sus creadores. Un sueño del cual todos participamos, porque es el foro democrático por excelencia.

01-02

■ INICIATIVA LACALLE APROBADA

—También ha sido importante la participación uruguaya en el contexto general.

—En efecto. Y tengo el placer y el orgullo de decirle que la Tercera Comisión de la Asamblea General acaba de aprobar, por unanimidad y con el patrocinio de cincuenta países, la propuesta de Uruguay basada en la iniciativa del Presidente Lacalle por la cual las Naciones Unidas adoptarán medidas concretas para evitar o por lo menos aliviar el sufrimiento de los niños víctimas de conflictos armados. Tales medidas serían propuestas por un experto internacional nombrado especialmente y consistirían en establecer "corredores de paz" en los lugares del conflicto para permitir la evacuación de los niños, y "días o zonas de tregua" previamente convenidos por los bandos beligerantes para procurarles medicinas y alimentos de emergencia. Además, la resolución —elaborada con la intervención de UNICEF— exhorta a los países miembros a otorgar, en sus territorios, tratamiento médico gratuito y refugio para los familiares más próximos de esos menores.

—Es un triunfo para la diplomacia uruguaya.

—Así es, y se debe al prestigio internacional que tiene el Uruguay, a su excelente imagen en el exterior. El gobierno uruguayo ha sabido captar el momento internacional importantísimo que vivimos y hemos tenido grandes Ministros de Relaciones Exteriores en esa etapa, que han sabido darle al país el papel que le corresponde. Nosotros, digo así porque tengo un excelente equipo de colaboradores con una performance de la cual estoy muy satisfecho, sólo hemos instrumentado las instrucciones del gobierno y también del país entero, porque, me complace señalarlo, la política exterior del Uruguay es una política participativa de todos los sectores.

—¿En qué Comisiones o en qué Organismos de Naciones Unidas actúa Uruguay?

—Integramos la Comisión de Desarrollo Sostenible, la de Derechos Humanos, hemos presidido el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en 1991, hemos desempeñado la vicepresidencia de UNICEF, en este año presidimos la Segunda Comisión que se ocupa de Economía y Medio Ambiente y la Comisión de Cooperación Técnica entre países en desarrollo, como así también el grupo de trabajo que se ocupa de reestructurar el sistema económico y social de Naciones Unidas. Tenemos una *gran fe en la otra cara de* Naciones Unidas, esto es en la cooperación internacional, y creemos que a través de ella el organismo va a afianzar el papel a que está predestinado por su Carta. Lamentablemente, se gasta más dinero en operaciones para mantener la paz que en la cooperación internacional, sobre todo a los países en vías de desarrollo.

■ FUTURO DE LA ONU

—En materia de asignación de recursos y de extensión de operaciones ¿hacia dónde se encamina Naciones Unidas?

—Ese es el dilema que estamos tratando de resolver. ¿Va a llenar el vacío actual de poder de acuerdo a la idea del Secretario General Boutros Boutros Ghali, a través de su programa de paz presentado a consideración de los miembros y en principio aceptado, o va a tener que replegarse en función de que la tarea es demasiado extensa y requiere demasiados recursos? ¿Queremos unas Naciones Unidas que con el consenso de todos los países impongan cierto orden y nuevos principios y reglas para la convivencia internacional, o vamos a rendirnos a la realidad de que es un sueño imposible, que no es posible controlar todos los conflictos bilaterales o regionales y hasta nacionales que se registran en el mundo?

—¿Con esto quiere decir que le parece una utopía?

—No necesariamente, aunque algunos países lo consideran así. Uruguay apoya un papel más fuerte para Naciones Unidas porque es el foro mundial donde todos los países son iguales, donde prevalece el principio de la igualdad soberana de los Estados. Aunque todos sabemos que entre los iguales hay algunos más iguales que otros.

—Esos proyectos ¿no están condicionados a la mala situación económicas por la que atraviesa Naciones Unidas?

—Por supuesto. Cuando digo que para emprender una empresa tan ambiciosa Naciones Unidas necesita los recursos, esto supone una determinación política de los países en dárselos.

—¿Existe esa determinación?

—Está en duda. No nos olvidemos que estamos en un mundo en crisis y hay cierta reticencia por la gran retracción económica que afecta precisamente a las grandes potencias. Además no hay una clara noción de cuales son los límites a los que puede llegar esta participación de las Naciones Unidas en la solución de los conflictos. ¿Va a solucionar únicamente aquellos conflictos que comprometen la paz y la seguridad internacional? ¿Se va a ocupar también de aquellos conflictos con proyecciones humanitarias como es el drama de Somalia? ¿En nombre de un ideal extraordinario como es la vigencia de los Derechos Humanos, va a pretender intervenir en aquellos países donde son masivamente violados?

—Una vez que se domina un conflicto armado ¿qué pasa después?

—Esa es otra etapa. El país muchas veces queda en ruinas y entonces se trata de ayudar a consolidar la paz lograda, lo que también representa una inversión en recursos humanos y materiales. Es el caso de Camboya y va a ser el caso de Mozambique.

02-02

Nº DOCUMENTO 9400459
TITULO Boutros Ghali visita a Corea del Norte.
PROC L.R. - 150090
FECH 26/12/93
VINCU 501889
507487

Boutros Ghali inicia visita a Corea del Norte

Pekín (ANSA)

El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, arribó el viernes a Panmunjom, etapa inicial de su visita de dos días a Corea del Norte que proseguirá a la capital, Pyongyang, y se transformó en el primer exponente extranjero que traspone la línea que divide a las dos Coreas.

Boutros Ghali será recibido en Panmunjom por el viceministro norcoreano de Exteriores, Choe U Jin, quien le mostró la aldea donde fue firmado el acuerdo, hace 40 años, que puso fin a la guerra de Corea.

El secretario general de la ONU, informó desde Pyongyang la agencia Nueva China, dijo a los periodistas que auspicia que la visita "sirva para mejorar las relaciones entre Corea del Norte y las Naciones Unidas".

También precisó que no tiene mandato "ni del Consejo de Seguridad de la ONU, ni de otros", y que había decidido el viaje en calidad de secretario general de la Organización.

Precedentemente Boutros Ghali había estado en Japón y Corea del Sur, y desde Pyongyang se trasladará hoy domingo a Pekín, donde concluirá su misión en Extremo Oriente.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9400459

01-03

Boutros Ghali intenta resolver en Pekín la crisis norcoreana

Pekín (ANSA)

■ El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, en su intento de resolver la crisis norcoreana, sospechada de producción de armas atómicas en sus plantas nucleares, llegó ayer a Pekín y se reunió con el premier Li Peng.

El secretario de la ONU realiza una visita de dos días a Pekín, con la cual concluye su misión por extremo oriente que lo llevó a Japón, Corea del Sur y Corea del Norte.

Boutros-Ghali, que llegó procedente de Pyongyang, había declarado antes de su partida de Corea del Norte que creía posible resolver el problema nuclear a través de negociaciones y diálogo.

Muchos países, además de la ONU, expresaron la esperanza de que Pekín use su influencia con Corea del Norte, su aliado desde hace largo tiempo, para resolver el problema nuclear. China reiteró en muchas ocasiones que el único camino para evitar la crisis eran las conversaciones.

La CIA, según el New York Times de ayer, entregó un informe al presidente Bill Clinton, en el cual se sostiene que Corea del Norte probablemente tiene en su poder una o dos bombas nucleares.

El presidente norcoreano que recibió a Boutros-Ghali en Pyongyang, sostuvo que no era necesaria la mediación de la ONU para la reanudación de las negociaciones entre Corea del Norte y Estados Unidos, para llegar a un acuerdo sobre las inspecciones a las plantas nucleares de su país.

En efecto, las conversaciones entre la AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica) y Corea del Norte, para concordar las inspecciones, podrían comenzar en los primeros días de enero.

Boutros-Ghali, además, examinará con los dirigentes chinos "algunos aspectos relativos a la actividad de la ONU".

Hoy se reunirá con el vicepremier y canciller Qian Qichen y luego realizará una conferencia de prensa.

China manifestó en reiteradas ocasiones su perplejidad sobre el costo y los resultados de las misiones de paz emprendidas por las Naciones Unidas en los últimos tiempos y pide un nuevo examen general del papel y de los podres del Consejo de Seguridad de la ONU, del cual es uno de los cinco miembros permanentes, antes de proceder a su revisión y ampliación.

Otro tema previsto en las conversaciones de Boutros-Ghali es la situación en la región, en particular en Camboya en ambas Corea.

Ghali Reclama Paciencia

PEKIN, 27 (ANSA).– El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, dijo hoy que "es necesario tener paciencia" para lograr una solución a la disputa sobre el programa nuclear de Corea del Norte, al afirmar que las autoridades de Pyongyang "están dispuestas a negociar".

En una conferencia de prensa llevada a cabo en Pekín, al cabo de una gira en el Extremo Oriente, Boutros-Ghali sostuvo que "mi impresión personal es que los dirigentes de Corea del Sur y del Norte poseen la voluntad política de definir una solución pacífica a la crisis, prosiguiendo las negociaciones".

Los países occidentales acusan a Corea del Norte de llevar a cabo un vasto programa de armamento nuclear, y citan como "prueba" el rechazo a las visitas de inspección de la Agencia Internacional para la Energía Atómica (AIEA) por parte de Pyongyang.

Boutros-Ghali, quien subrayó que su gira constituyó una iniciativa personal.

La economía de América Latina crecerá 3% en 1994, para la ONU

■ La economía de América Latina crecerá tres por ciento el año próximo, medio punto más que el promedio mundial, en parte debido a la expansión que se registrará en México, predijo el panorama económico mundial elaborado por las Naciones Unidas, según informó la agencia UPI desde Estados Unidos.

Pese a que se aminorará el proceso de crecimiento en Argentina, que será del 4,5 por ciento, y en Brasil, 2,5 por ciento, se estima que el crecimiento de América Latina y el Caribe será de tres por ciento, como ocurrió en 1993.

Se espera que México se recupere y pase de un crecimiento de uno por ciento este año a tres en 1994, dijo el estudio.

Según las predicciones sólo Cuba y Haití continuarán sufriendo más declinaciones en su producto interno bruto.

Agrega que el panorama general para la región continuará siendo de un crecimiento moderado, con la inflación en declinación, grandes flujos de capital y creciente déficit en cuentas corrientes.

También señaló que continúan ganando aceptación las políticas de consolidación fiscal, estabilidad monetaria, apertura, eliminación de regulaciones y privatizaciones.

Brasil y Venezuela "continúan siendo las principales extensiones hacia la estabilización; en ambas naciones la inestabilidad política y los procesos electorales evitaron la adopción de las reformas fiscales necesarias.

La ONU aproba la declaración sobre la Eliminación de la Violencia contra la mujer

LA ONU Y LAS MUJERES

Sin necesidad de voto, la Asamblea de la ONU aprobó en comisión la declaración sobre la Eliminación de la Violencia Contra la Mujer.

«La violencia contra la mujer constituye una violación de los derechos humanos y las libertades fundamentades, e impide total o parcialmente a la mujer gozar de dichos derechos y libertades», afirma la declaración.

«La violencia contra la mujer constituye una manifestación de las relaciones de poder históricamente desiguales entre el hombre y la mujer, que han conducido a la dominación de la mujer y a la discriminación en su contra por parte del hombre», agrega.

Señala que las mujeres que integran grupos minoritarios, aborígenes o poblaciones migratorias o refugiadas, y las que viven en situaciones bélicas «son particularmente vulnerables a la violencia».

«Las oportunidades de que dispone la mujer para lograr su igualdad jurídica, social, política y económica en la sociedad se ven limitadas, entre otras cosas, por una violencia continua y endémica», señala.

Se refiere la declaración también «a todo acto de violencia basado en la pertenencia al sexo femenino, que tenga o pueda tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o sicológico para la mujer».

Incluye «las amenazas o la coacción o privación arbitraria de la libertad, tanto si se producen en la vida pública como en la privada».

La declaración condena «la violencia física, sexual y sicológica perpetrada o tolerada por el Estado, donde quiera que ocurra», y también el abuso sexual de las niñas, la violación por el esposo, el acoso sexual en el trabajo y la vida social y la prostitución forzosa.

«La mujer tiene derecho, en condiciones de igualdad, al disfrute y la protección de todos los derechos humanos y libertades fundamentales en la esfera política, económica, social, cultural, civil y de cualquier otra índole», afirma la declaración.

Destaca el derecho a la vida, a la igualdad, la libertad y seguridad, estar libre de toda forma de discriminación, y el derecho a alcanzar el mayor grado posible de salud física y mental.

Dice que los estados deben condenar la violencia contra la mujer y no invocar «costumbre, tradición o consideración religiosa alguna, para eludir su obligación de procurar eliminarla» a través de la legislación, las instituciones, la elaboración de planes nacionales y políticas preventivas.

Considera necesario que las víctimas de la violencia «dispongan de asistencia especializada, como servicios de rehabilitación», a los que también tengan acceso sus hijos, y promueve la recopilación de datos y estadísticas sObre la violencia en el hogar «a fin de impedirla y remediar sus efectos». EFE

Nº DOCUMENTO 9400462
TITULO La Asamblea Gral. de la ONU exigirá regreso a Haití de Aristide.
PROC. L.J. - 150014
FE. 5/12/93
VI. 12576
501889
66123

Haití La Van. 5/dic/93

ONU EXIGIRA REGRESO DE ARISTIDE

La Asamblea General de la ONU exigirá el regreso a Haití del presidente Jean-Bertrand Aristide y proclamará que el acuerdo de la isla del Gobernador (EEUU) es el único marco vigente para continuar la restauración de la democracia, según un proyecto de relación. Esos dos son los puntos principales de la propuesta presentada por Ecuador y que se espera sea aprobada por consenso el próximo lunes, tras concluir el debate en el que la ministra de Asuntos Exteriores de Haití, Claudette Wereigh, expuso la grave situación por la que atraviesa en la actualidad su país.

ENTRADO
CRUZ-DO

01-01

9400462

La ONU condenó la violación de los Derechos Humanos en Cuba

• La votación abrumadoramente mayoritaria: 62 a favor, 18 en contra

La Asamblea General de las Naciones Unidas, por 62 votos contra 18 y 52 abstenciones, aprobó una dura condena al régimen cubano, por la violación sistemática de los derechos humano, que a juicio de ese alto organismo, aumentaron en los últimos años.

La resolución también da pleno apoyo al Secretario General de la ONU y en particular al Relator Especial del informe sobre Cuba, que debió enfrentar todo tipo de limitaciones y críticas en el cumplimiento de su misión.

Esta grave resolución fue adoptada el 6 de diciembre a las 10 y 57 hora local y por su importancia consideramos necesario publicar totalmente el texto resolutivo.

"Tomando nota también de la preocupación que causa la información sobre graves violaciones de los derechos humanos en Cuba, reseñada en el informe provisional sobre la situación de los derechos humanos en Cuba, presentado a la Asamblea General por el Relator Especial.

Profundamente preocupada por el hecho de que Cuba haya aumentado su represión contra los dirigentes de varias agrupaciones de derechos humanos en el país el Día de los Derechos Humanos que celebran las Naciones Unidas (10 de diciembre de 1992).

Recordando que el Gobierno de Cuba no colaboró con la Comisión de Derechos Humanos con respecto a su resolución 1991/68, de 6 de marzo de 1991, al no permitir que el Representante Especial visitara Cuba, así como la respuesta del Gobierno de Cuba, citada en el apéndice I del informe provisional del Relator Especial, en que expresó su decisión de que "no cumplirá ni una coma de la resolución 1992/61".

1. Felicita al Relator Especial de la Comisión de Derechos Humanos por su informe provisional sobre la situación de los derechos humanos en Cuba.

2. Expresa su total apoyo a la labor del Relator Especial.

3. Exhorta al Gobierno de Cuba a que colabore plenamente con el Relator Especial permitiéndole pleno y libre acceso para que pueda establecer contactos con el Gobierno y los ciudadanos de Cuba a fin de cumplir el mandato que se le ha confiado.

4. Lamenta profundamente las numerosas informaciones no desmentidas sobre violaciones de los derechos humanos básicos y las libertades fundamentales que se recogen en el informe del relator Especial del Secretario General y en el informe provisional del Relator Especial de la Comisión de Derechos Humanos.

5. Exhorta al Gobierno de Cuba a que adopte las medidas propuestas por el Relator Especial y ratifique los instrumentos internacionales de derechos humanos, deje de perseguir y castigar a los ciudadanos por motivos relacionados con la libertad de expresión y de asociación pacífica, permita la legalización de grupos independientes, respete las garantías de juicio imparcial, permita el acceso de grupos nacionales independientes y de organismos humanitarios internacionales a las instituciones penitenciarias, revise las condenas por delitos de índole política y deje de tomar medidas de represalia contra quienes solicitan autorización para salir del país.

6. Decide seguir examinando esta cuestión en su cuadragésimo noveno período de sesiones".

ONU pide levantamiento de embargo de armas a Bosnia

Naciones Unidas ■ La Asamblea General de las Naciones Unidas instó al Consejo de Seguridad a que "considere debidamente y con urgencia" la posibilidad de levantar el embargo de armas a Bosnia-Herzegovina impuesto a la ex Yugoslavia.

Asimismo exigió a todas las partes en el conflicto de la ex Yugoslavia que apliquen de inmediato y mantengan escrupulosamente y de buena fe una cesación del fuego y convengan en poner fin a todas las hostilidades de la República de Bosnia-Herzegovina.

Esta resolución había sido auspiciada por 43 países, dos de ellos latinoamericanos, Colombia y Costa Rica.

La votación fue de 109 votos a favor, ninguno en contra y 59 abstenciones.

La mayoría de las naciones latinoamericanas votaron a favor y entre las abstenciones se cuentan las de Argentina, Brasil, México y Venezuela.

Brasil y Venezuela integran este año el Consejo de Seguridad. El primero de enero Venezuela será sustituida por Argentina de manera que la opinión latinoamericana en el Consejo no está a favor del levantamiento del embargo.

Cabe destacar que las resoluciones de la Asamblea General son de tipo declarativo y no tienen fuerza operativa, las decisiones obligatorias sólo pueden ser tomadas por el Consejo de Seguridad.

En la resolución la Asamblea General reafirma que la comunidad internacional no aceptará las consecuencias de la "depuración étnica", agrega que quienes se han apoderado de tierras por medio de la "depuración étnica" y del uso de la fuerza deberán abandonarlas, de conformidad con las normas de derecho internacional.

También exige que la parte serbia de Bosnia levante inmediatamente el sitio de Sarajevo y de otras "zonas seguras", así como de otras ciudades bosnias asediadas. El documento instó al secretario general a que dé instrucciones a la fuerza de protección de la ONU para que adopte las medidas necesarias para la protección de las "zonas seguras".

LA Republica

Nº DOCUMENTO 9400465
TITULO La Asamblea Gral. de la ONU creó cargo comisionado de DD.HH.
PROCED. L. Nac' - 150090
FECHA 21/12/93
VINCUL. 12576
501888
11245

LA NACION

Derechos humanos

NACIONES UNIDAS, 20 (Reuter).– La Asamblea General de las Naciones Unidas (UN) creó hoy, formalmente, el cargo de comisionado de Derechos Humanos.

Este cargo estuvo bajo discusión durante 45 años, debido a las presiones de países que se negaban a su creación.

Finalmente, la resolución de hoy fue adoptada por consenso, sin que hubiera necesidad de votar.

ENTRADO
CRUZ

9400465

01-02

Derechos Humanos: Aprueban Planteo Uruguayo

NACIONES UNIDAS, 20 (EFE).— La Asamblea General completó hoy lunes el proceso para establecer el cargo de Alto Comisario para los Derechos Humanos y ahora falta sólo la designación por el secretario general, Butros Gali, de la "persona idónea" para desempeñarlo.

La Asamblea aprobó sin necesidad de voto la resolución elaborada por consenso en el grupo de trabajo presidido por el embajador ecuatoriano, José Ayala Lasso, y aprobada luego por la tercera comisión (social, humanitaria y cultural).

La idea de crear el puesto fue planteada inicialmente por Uruguay en 1952, y promovida por Costa Rica desde 1965, señaló la representante alterna de ese país en la ONU, Emilia C. Barish, que recordó también que la propuesta figuró en las recomendaciones de la Declaración y el Plan de Acción de la Conferencia Internacional de los Derechos Humanos de Viena.

La Embajadora de Costa Rica rindió tributo a Ayala Lasso "por su efectiva y firme dirección de las deliberaciones del Grupo de Trabajo, su tacto diplomático, su comprensión y su gran esfuerzo para aunar en un documento de trabajo posiciones contradictorias, con el cual nos llevó al éxito en cumplimiento del mandato de la tercera Comisión".

Derechos Humanos: Aprueban Planteo Uruguayo

NACIONES UNIDAS, 20 (EFE).— La Asamblea General completó hoy lunes el proceso para establecer el cargo de Alto Comisario para los Derechos Humanos y ahora falta sólo la designación por el secretario general, Butros Gali, de la "persona idónea" para desempeñarlo.

La Asamblea aprobó sin necesidad de voto la resolución elaborada por consenso en el grupo de trabajo presidido por el embajador ecuatoriano, José Ayala Lasso, y aprobada luego por la tercera comisión (social, humanitaria y cultural).

La idea de crear el puesto fue planteada inicialmente por Uruguay en 1952, y promovida por Costa Rica desde 1965, señaló la representante alterna de ese país en la ONU, Emilia C. Barish, que recordó también que la propuesta figuró en las recomendaciones de la Declaración y el Plan de Acción de la Conferencia Internacional de los Derechos Humanos de Viena.

La Embajadora de Costa Rica rindió tributo a Ayala Lasso "por su efectiva y firme dirección de las deliberaciones del Grupo de Trabajo, su tacto diplomático, su comprensión y su gran esfuerzo para aunar en un documento de trabajo posiciones contradictorias, con el cual nos llevó al éxito en cumplimiento del mandato de la tercera Comisión".

PNUD y BID ponen acento para lograr desarrollo

● Conclusiones a estudio de Ejecutivo y Parlamento

Legisladores y miembros del Gabinete gubernamental están estudiando pormenorizadamente un importante documento que refleja las recomendaciones que hacen el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y la Agencia Sueca para el Desarrollo Internacional, a los países latinoamericanos para promover su desarrollo global. El mismo insiste en la interrelación existente con numerosos aspectos del sistema político y la eficacia con la cual pueden contar los gobiernos.

Las conclusiones emitidas en el reciente Congreso del Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, realizado con la colaboración del BID y la Agencia Sueca para el Desarrollo Internacional, vienen siendo analizadas a nivel de gobierno y del Parlamento, según dijeron a **LA MAÑANA** fuentes cercanas al Poder Ejecutivo.

El documento final, en poder de **LA MAÑANA**, señala una serie de definiciones claras respecto del tema central, que fue "Un Gobierno para el Desarrollo Humano".

Se dice que el tema de la gobernabilidad ha sido tomado en los últimos años por los organismos internacionales con la finalidad de promover los adecuados cambios y crear la mentalidad receptiva para que ellos se concreten en directo beneficio del ser humano. En este camino se siguen realizando conferencias, congresos y se movilizan las categorías económicas, de la ciencia política y de la cultura.

Primeras experiencias

De acuerdo al documento, las primeras experiencias incursionaron por los caminos de la eficacia en el ejercicio del gobierno, los medios para acrecentarla y el buen uso de los recursos. Una buena gerencia de los asuntos públicos se pretende hacer equivalente al buen gobierno. Y en ello ha coincidido el Presidente del BID, Enrique Iglesias, cuyas declaraciones anticiparon a este congreso.

Coinciden en que hay una brecha enorme entre un campo teórico que se presenta como el ideal y los esfuerzos que se dan cada día en cada una de las naciones. La claridad del diagnóstico y del perfil de nuevos modelos, no es suficiente para que los gobiernos de la región sean mejores y más legítimos.

En el relato de problemas que afligen a los países latinoamericanos y de otras regiones subdesarrolladas, se apunta la necesidad de que los temas trasciendan de los círculos de especialistas, para saber cómo están interrogando a los fines, a los valores de la vida y de la libertad, siempre a partir de la realidad concreta: la economía de los pobres, la integración de los campesinos -allí donde los hay-, de los indígenas, de las aspiraciones de la juventud, de las demandas de las mujeres y la seguridad de los ancianos.

Eficacia en el ejercicio del gobierno es clave

Y así, en orden a encarar estos problemas, renovar el ordenamiento de las finanzas y los sistemas tributarios, la modernización de la economía, los cambios en el Estado, los partidos políticos, los tribunales de Justicia, la política social, el papel de las Fuerzas Armadas, la opinión pública, la seguridad ciudadana y nacional, como esfuerzo para la Paz, la justicia y la integración.

Apertura, integración y los mercados

El importante documento que comentamos analiza positivamente el hecho de que en América latina y el Caribe, los pueblos se han beneficiado de esa condicionalidad que protege grandes valores que son compartidos, como el respeto a los derechos humanos, la democracia y otros.

Señala que las economías abiertas, que hoy se propician en todos los lugares, hacen que los grandes mercados consumidores sean los que tengan el mayor poder. Y cuando éstos se cierran a nuestros productos, causan efectos inmediatos en las economías más débiles. Esta condicionalidad hace que se lleguen a imponer determinadas políticas y comienzan a aparecer condiciones de carácter ecológico, social y político que, a veces, traspasan los límites de los derechos humanos y de la misma democracia.

Gobierno planetario

Confirman estos análisis y pronósticos la existencia de un movimiento cada vez más acelerado hacia la unidad en la diversidad, que habrá de culminar en un gobierno planetario.

Pero advierten que para poder participar con éxito en el desarrollo justo de ese gobierno planetario, es imprescindible encontrar los caminos de gobernabilidad en cada uno de nuestros países. Es importante conocer los esfuerzos que se están haciendo y compartir las experiencias. Desde reformas constitucionales hasta programas de modernización aduanera. Conocer los esfuerzos por distribuir el poder político y garantizar la participación popular. Encontrar formas para invertir en el hombre, en su educación, su salud, la vivienda y otros.

El reto de la gobernabilidad no es sólo para los países, sino también para la forma en que éstos tratarán en conjunto los problemas comunes. Afirman asimismo, en las conclusiones a que nos referimos, que si no se robustecen los organismos internacionales y se modernizan, habrán sólo discursos y ello no va a favorecer de ningún modo a la paz mundial, ni ayudará a preservar el ambiente, ni disminuirá la pobreza, porque se requiere para ello de los acuerdos y la solidaridad de todos.

Conocer logros y compartir experiencias

Análisis del cambio

La profundidad de las conclusiones a que arribaron los políticos y expertos reunidos en Valparaíso ante la convocatoria del PNUD y el BID no pueden sino resumirse brevemente en este comentario, indicando sí que hoy el mundo enfrenta retos muy diferentes.

En la década del '60 se vivió el tiempo de la creatividad. La consigna del desarrollo mentalizó a todos, entusiasmó a la juventud, movilizó a intelectuales y a los políticos. Hubo avances categóricos porque el Estado protegía la actividad productiva, era promotor y ejecutaba. Nada parecía viable si no era en conexión con sus instituciones. Así aparecieron luego las presiones fiscales, las tendencias inflacionarias, los déficit co-

en gobernabilidad de democracias y combatir la pobreza extrema

● *El documento se elaboró en Valparaíso en cónclave de alto nivel*

m[illegible]les, los endeudamientos internos y externos, las contradicciones entre las expectativas y las realidades.

Nadie duda que los cambios tecnológicos en los países industrializados ahondó la brecha y dejó en descubierto que aquella vía para el desarrollo era obsoleta.

La caída de los regímenes socialistas aceleró el esfuerzo para desmantelar los aparatos estatales y reducirlos a una mínima expresión y permitir que el mercado y la iniciativa privada asumieran los papeles protagónicos.

Se señala como verdad incontrovertible que los índices de pobreza para medir los comienzos de la última década del [illegible] son alarmantes. Como el peligro del comunismo no es amenaza para nadie, el debate ideológico en torno a las diferencias de clase perdió su contenido tradicional. Y es así, según lo marcan muy especialmente, que América latina enfrenta hoy el reto de encontrar un camino que aleje al Continente de tantas situaciones de injusticia y de retomar el tema del crecimiento económico para hacerlo equitativo, equilibrado y sostenible en el largo plazo.

Con miedo a la libertad no se puede construir

Y como una propuesta que deberían recoger todos los gobiernos, se marca claramente que ésta es la hora de los cambios. La hora de hacer Patria, considerando que la gran riqueza de la región está en su gente, y que sólo mediante el trabajo y la confianza en nosotros mismos, será posible construir los nuevos diseños políticos.

Luego de señalar puntualmente la necesidad de combatir la corrupción, de que los partidos, los empresarios y la gente deben asumir la responsabilidad de los cambios, se indica como indispensable educar a la juventud para liberar su capacidad creativa. Con miedo a la libertad no se puede construir la nueva democracia. Ya nadie quiere una integración de la sociedad por la vía burocrática, menos aún por el clientelismo político y, para ello, es preciso la descentralización del Estado. El Estado tradicional de burocracias concentradas no es una vía factible para la libertad y la participación de la gente. Y se afirma seguidamente que el reto del presente es trasladar muchas de las actividades políticas que aún mantiene el Estado a la sociedad civil.

También es objeto de análisis la realidad política que impera en la mayoría de nuestros países y parece casi como a propósito de lo que está pasando en el Uruguay, donde los partidos negocian la reforma constitucional, del Estado y los sistemas electorales, aunque todavía sin la participación del ciudadano común.

Se vive una crisis de "la política"

Dice el documento que la política ejercida a nivel de "cúpulas" termina conspirando contra la credibilidad de la función política como tal. Y señala en forma concreta que lo que se vive en la región no es "una crisis política", sino una "crisis de la política".

En plena coincidencia con los actuales esfuerzos que realizan los sectores políticos para coincidir en una reforma, no sólo constitucional sino electoral, el documento en cuestión pauta con claridad que para evitar el descreimiento y descrédito probables, el propio régimen de democracia representativa debe ser objeto de modificaciones que lo perfeccionen.

Afirma que los sistemas electorales pueden ganar en desconcentración y proporcionalidad, los Parlamentos pueden ser más eficaces, las autoridades más sujetas a evaluación y control, los tribunales de Justicia más vigilantes y los propios partidos políticos más dinámicos para ejercer su función mediadora con el gobierno y la ciudadanía.

En el profundo análisis que se realiza de nuestras realidades, ocupa un espacio importante la referencia a la pérdida de los valores espirituales. Apagados esos valores, se expandieron males como la droga, el terrorismo, el desenfreno y la corrupción. Y dice que, si en nombre de la tecnocracia, se frustran las inquietudes que hoy despiertan, cundirá la desconfianza entre los hombres y de ella derivará más violencia.

Nº DOCUMENTO 9400467
TITULO Ejército uruguayo en misión a Burundi.
PROC. E.P. 150090
FECHA 1/12/93
VINCUL. 501889
507466
10022

Ejército Uruguayo en Misión a Burundi

El Ejército uruguayo recibió una nueva invitación de las Naciones Unidas para que efectivos participen como observadores integrando la fuerza de cascos azules, esta vez en Burundi, Africa. La noticia fue brindada a EL PAIS ayer por el comandante en jefe del Ejército, Tte. Gral. Daniel García, quien estuvo presente en el Palacio Legislativo con motivo del homenaje al extinto líder nacionalista Wilson Ferreira Aldunate.

García reveló, asimismo, que la ONU invitó a Uruguay a incrementar el personal existente en carácter de observador en Cachemira, llevándolo a entre cinco y ocho efectivos, debido al retiro de los representantes de Austria.

Con respecto a ambos ofrecimientos, García dijo que se está aguardando la resolución del Poder Ejecutivo.

Se le preguntó al Tte. Gral. García sobre la deuda que ONU mantiene con los efectivos que concurrieron en misión de paz a Camboya y Mozambique, a lo que el jerarca militar respondió que "es algo normal por la lentitud con que la Organización de Naciones Unidas recibe los recursos de los países", pero ratificó la seguridad que los efectivos van a recibir el dinero adeudado.



Tte. Gral. Daniel García

Además, García dijo que todos los que concurren a esas misiones lo hacen en carácter de voluntarios y por lo tanto saben en qué condiciones están. El País 1/12/93

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

a-ce

9400467

ONU pide "observadores" para Burundi y Cachemira



El Comandante en Jefe del Ejército, Tte. Gral. Daniel García, manifestó ayer en el Senado que se han recibido dos invitaciones por parte de Naciones Unidas, una para que enviemos observadores militares a Burundi y otra para aumentar nuestra participación en esa tarea en la frontera entre India y Cachemira.

Dijo García que Uruguay tiene observadores hace años en dicha frontera pero, ante el retiro de los observadores austriacos, se ha pedido el refuerzo de los mismos con entre 5 y 8 militares más.

Estas solicitudes están a la espera de una decisión del Poder Ejecutivo, añadió.

Deuda de las Naciones Unidas

Preguntado sobre la deuda que mantiene Naciones Unidas con motivo de la participación de nuestras Fuerzas Armadas en misiones encargadas por ese organismo (Camboya y Mozambique), García manifestó que es un caso normal al ser conocida la lentitud con que se procesan esos pagos por dificultades económicas.

De todos modos, tenemos la seguridad de que siempre pagan y, además, el personal que concurre es voluntario y sabe de antemano del atraso en los pagos.

Uruguayo designado por ONU

La Mañana 2/12/93

El sacerdote uruguayo Luis Pérez, asesor del Servicio de Paz y Justicia del Uruguay (SERPAJ), fue nombrado por el Secretario General de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, para formar parte del grupo de asesores de la ONU.

Aguirre fue nombrado experto del Programa de Servicios de Asesoramiento y el Fondo de Contribuciones Voluntarias para la Cooperación Técnica en materia de Derechos Humanos.

Dichos servicios fueron creados por decisión del Consejo Económico y Social y en conformidad con el cual, el 5 de mayo de 1991, el Secretario General estableció el fondo para la Asistencia Técnica en Materia de Derechos Humanos.

Tendrá como cometido principal elaborar principios rectores aplicables a largo plazo en el tema de Derechos Humanos, examinar proyectos concretos, las relaciones y la cooperación con otros organismos de las Naciones Unidas para la Infancia y Organización Mundial de la Salud.

Será también parte de su trabajo garantizar la transparencia de los criterios aplicados y de los reglamentos a seguirse para la realización de la cooperación técnica en materia de Derechos Humanos.

Millor Pide Alentar Ingreso de Taiwan a ONU; hay Apoyo a China



El líder de la Cruzada 94, Pablo Millor, pidió al Senado que se recomiende al gobierno de nuestro país que acompañe las gestiones entabladas por algunas naciones con el propósito de alentar el ingreso de la República de China en Taiwan a la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

En una documentada exposición, el senador colorado hizo hincapié en la tradición uruguaya en materia política internacional como por ejemplo en la defensa de los principios de universalidad e igualdad jurídica entre los Estados.

Millor habló sobre la fundación de Taiwan en 1912 y sobre su desarrollo comercial, social y económico, así como su evolución hacia la pluralidad política.

Su intervención fue respondida por los senadores frenteamplistas Reinaldo Gargano y Jaime Pérez y por el pegepista Carlos Cassina. Los dos primeros dijeron que no era su intención entrar en el terreno estrictamente político del tema, a sabiendas que degeneraría en una discusión bizantina, pero se pronunciaron a favor de la decisión del gobierno uruguayo, adoptada en 1988 por el ex presidente Julio Sanguinetti, de establecer relaciones diplomáticas con la República de China Popular.

Cassina, a su turno, también respaldó la decisión del anterior gobierno y dijo que no hay posibilidad de reconocer a los dos Estados por propia voluntad de Taiwan. También sostuvo que es diferente la situación de las dos Coreas y los dos Yemen, frente a las Naciones Unidas, ejemplos citados por Millor.

El enfoque distinto que le dio Cassina tiene que ver con la posibilidad que se fomente otro tipo de relación con la isla, como el comercio. Mencionó, en este sentido, la actividad de un comité que se ocupa de alentar las relaciones comerciales de nuestro país con Taiwan, el que es presidido por el Dr. Washington Beltrán.

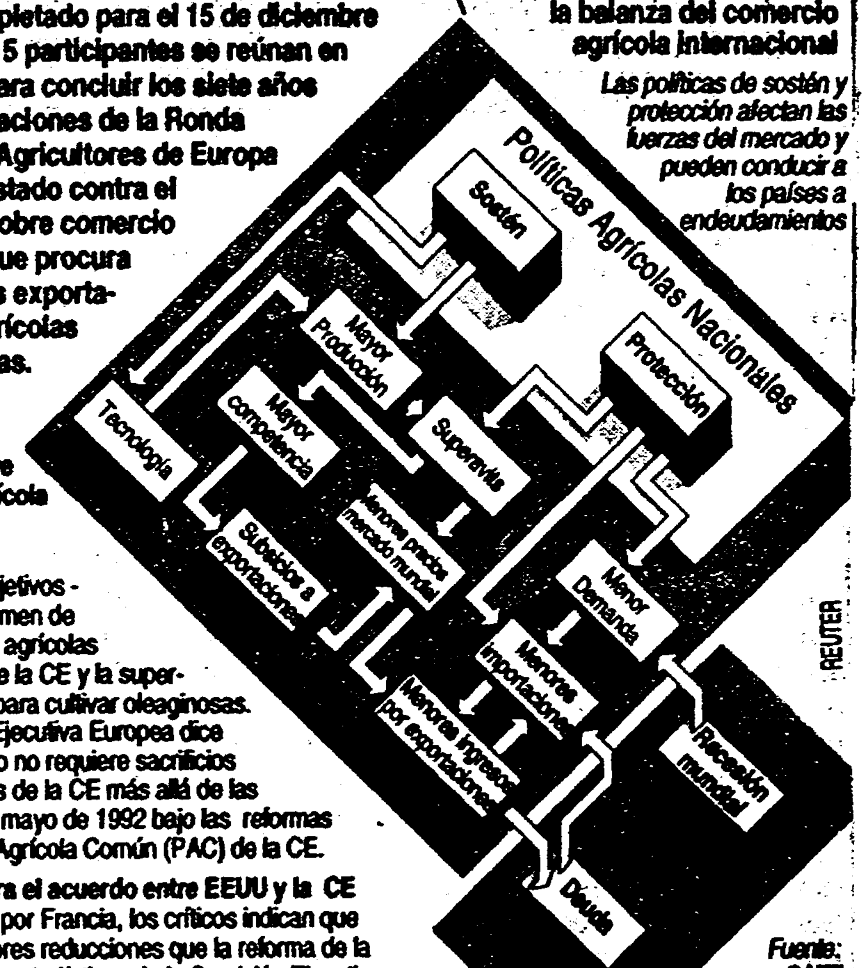
Nº DOCUMENTO 9400470
TITULO Decisión agrícola en el GATT.
PROCED. E.P. – 150007
FE. 1/12/93
VINCUL. 510821

DECISION AGRICOLA EN EL GATT

Un nuevo acuerdo comercial mundial debe estar completado para el 15 de diciembre cuando 115 participantes se reúnan en Ginebra para concluir los siete años de negociaciones de la Ronda Uruguay. Agricultores de Europa han protestado contra el acuerdo sobre comercio agrícola que procura reducir las exportaciones agrícolas subsidiadas.

Factores que influyen en la balanza del comercio agrícola internacional

Las políticas de sostén y protección afectan las fuerzas del mercado y pueden conducir a los países a endeudamientos



Acuerdo sobre comercio agrícola entre EE.UU. y la CE.
Principales objetivos - reducir el volumen de exportaciones agrícolas subsidiadas de la CE y la superficie de tierra para cultivar oleaginosas. La Comisión Ejecutiva Europea dice que el acuerdo no requiere sacrificios de agricultores de la CE más allá de las acordadas en mayo de 1992 bajo las reformas de la Política Agrícola Común (PAC) de la CE.

Críticas contra el acuerdo entre EEUU y la CE
Encabezados por Francia, los críticos indican que requiere mayores reducciones que la reforma de la PAC y que las estadísticas de la Comisión Ejecutiva Europea son defectuosas.

Fuente: GATT

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

9400470

01-01

OBS 2-12-93

Mitterrand se preocupa de que no se lo perciba cediendo ante EEUU

Francia se siente "la víctima" de la Ronda Uruguay del GATT

Francia se siente "la víctima" en las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, según afirmó ayer el presidente francés, François Mitterrand, al término de una reunión con el canciller alemán Helmut Kohl.

Mitterrand y Kohl discutieron sobre las perspectivas de un acuerdo en el otorgamiento de subsidios para la producción agrícola, que se ha transformado en uno de los principales escollos para lograr la liberalización internacional del comercio.

Estados Unidos, con el apoyo de los países latinoamericanos ha presionado para que Francia y sus aliados de la Comunidad Europea desistan de los subsidios y otras prácticas comerciales consideradas como proteccionistas y violatorias de las disposiciones internacionales.

El mandatario francés dijo ayer que está dispuesto a ceder pero que los esfuerzos de su país deberían tener una contrapartida, de manera [illegible] aya un acuerdo "pero sin la sensación de que un país u otro es tratado como víctima; hay días en que Francia tiene esa sensación".

Al parecer a Mitterrand le preocupa que el público francés llegue a opinar que su gobierno dio marcha atrás ante la presión de Estados Unidos, en caso de que las negociaciones que se llevan a cabo estos días en Bruselas tengan éxito.

El tema central de las negociaciones radica en si se debe reabrir o no el acuerdo conocido como Blair House, firmado por Estados Unidos y la Comunidad Europea a fines de 1992 para evitar lo que parecía una guerra comercial sin precedentes. El Blair House supuso una serie de concesiones hacia los europeos, pero éstos se comprometieron a disminuir sustancialmente la aplicación de subsidios a su producción agrícola.

Desde entonces, Francia ha reclamado una revisión del acuerdo, con el argumento de que su economía se verá seriamente perjudicada. Estados Unidos se había mostrado inflexible en cuanto a considerar el tema, pero en los últimos días han surgido dudas al respecto.

Al tiempo que el negociador comercial estadounidense, Mickey Kantor, afirmó ayer que "no hay posibilidad de que el acuerdo sea renegociado", el secretario de Estado, Warren Christopher, dijo que habría "flexibilidad" para tratar el asunto.

Desde el punto de vista de los intereses latinoamericanos, una revisión del Blair House sería negativa, ya que probablemente supondría la aceptación de altos niveles de subsidios en el rubro agrícola, donde las economías de la región son más competitivas. ■

(En base a información de las agencias EFE, AP y Reuter)



François Mitterrand

El mandatario francés dijo ayer que está dispuesto a ceder pero que los esfuerzos de su país deberían tener una contrapartida

Cronograma de la última fase de la Ronda Uruguay

[illegible] en Bruselas de los ministros [illegible] la Comunidad Económica Eu-[illegible]

[illegible] general del GATT, Peter Sutherland, [illegible] del Comité de Negociaciones Co-[illegible]

[illegible] de delegación se reunirán en sesión [illegible] Sutherland. El 9 se realizará en Ginebra la [illegible] ronda final de conversaciones referida al [illegible]

[illegible] Suiza, se realizará una reunión cumbre comunitaria para discutir cuáles deben ser las posiciones finales en la negociación.

● El 13 en el mismo lugar está previsto que terminen las negociaciones de fondo sobre el acuerdo final. Simultáneamente, en Bruselas los ministros de Agricultura de la Comunidad Europea comenzarán una reunión de tres días de duración.

● El 15 Sutherland convocará a sesión al Comité de Negociaciones Comerciales. En esa jornada expirará la autorización que el Congreso estadounidense otorgó al presidente Bill Clinton para negociar por la vía rápida el tratado de la Ronda Uruguay.

Gatt:

Ahora sí, el final de la **Ronda Uruguay del GATT** está a la vista. Una **buena noticia** para el campo, que en general tiene una actitud entre prescindente y escéptica respecto de esta rueda de negociaciones. Sin embargo, un remate feliz significa un paso trascendente para lograr dos temas caros al sector agropecuario argentino: **el recorte de los subsidios en las grandes potencias** -lo que inevitablemente frenará la expansión agrícola- y **cierta apertura** en los mercados para nuestros productos, hoy vedados por tarifas imposibles.

Esta semana, los **negociadores de Estados Unidos y la Comunidad Europea** se encerraron en Bruselas y repasaron todas las posibilidades. La actitud norteamericana se flexibilizó a último momento, desbloqueando las conversaciones. **Mickey Kantor**, representante comercial de la Unión, decidió finalmente reabrir la discusión de los **acuerdos de Blair House (BHA)**, una exigencia que Francia impuso al negociador comunitario **Leon Brittan**. El BHA había sido firmado por ambos bloques el año pasado, pero los galos se negaron luego a refrendarlo, con lo que se trabaron las posibilidades de avance.

Capítulo agrícola

Pero la historia es más complicada. La Ronda Uruguay del GATT se inició hace ocho años, aunque recién en 1989 -bajo una fuerte presión de los países productores de materias primas agropecuarias- incorporó el **capítulo agrícola**. La feroz carrera de subsidios amenazaba ya con una guerra comercial, mientras las arcas de los países desarrollados veían espantadas cómo crecía el déficit ocasionado por el proteccionismo. Las ayudas a la agricultura superaban ya los **200.000 millones de dólares y seguirían creciendo hasta arañar los 300.000 millones el año último.**

La inclusión del tema agrícola fue un triunfo de los países productores, entre ellos la Argentina, afectados por la caída de los precios internacionales -provocada por el vuelco al mercado de los **excedentes** de los países desarrollados- y por las barreras que impedían el acceso a los mejores mercados. Pero fue tambien un hecho **traumático**, pues desde que se incorporó a la mesa de las negociaciones, la cuestión agrícola dividió las aguas impidiendo el avance de la negociación global. **Este fue justamente el punto que fortaleció la posición de la Argentina y sus socios del Grupo de Cairns, que se negaron a firmar cualquier acuerdo comercial que no incluyera una solución en este tema.**

Hace un par de años, el anterior director del GATT Arthur Dunkel culminó su gestión entregando un voluminoso proyecto de Acta Final, con el que intentaba finalizar su mandato con la ronda cerrada. Pero eran "demasiado" liberales en

01-02

9400472

PANORAMA AGROPECUARIO

ahora en la recta final

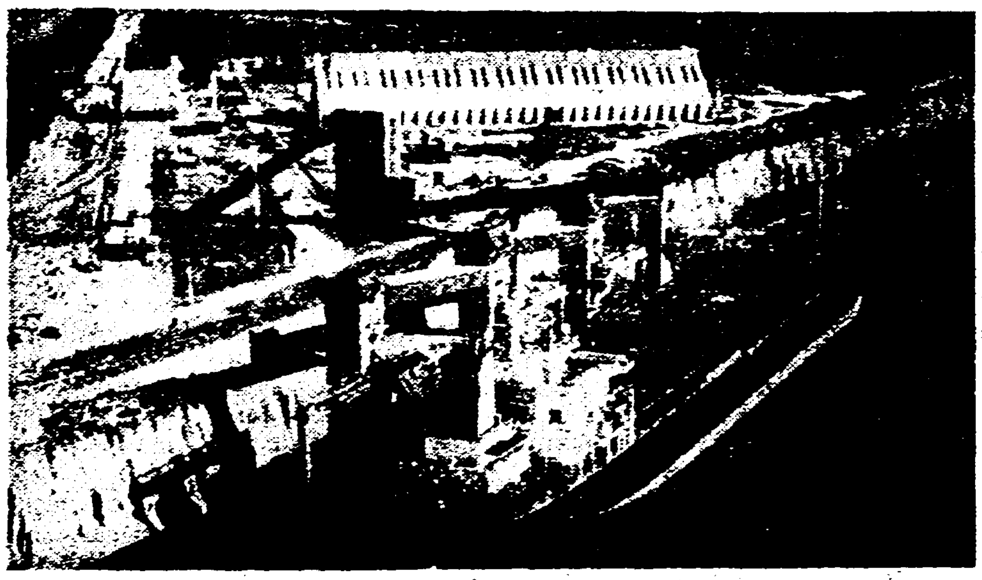
Clarín 4/12/93

sus propuestas. Planteaba **la disminución de los subsidios internos y externos, la apertura sin aranceles para un porcentaje del mercado interno de cada país (proponía un 3%, una cifra para nada despreciable si se considera la dimensión de los mercados en los países desarrollados), y un acuerdo sanitario** para impedir que las barreras comerciales fueran sustituidas por medidas paraarancelarias.

Esta propuesta, conocida como **"tesis Dunkel"**, fue bien acogida por los países de Cairns. Pero la Comunidad Europea se opuso y no se pudo avanzar. Un año después, frente a la parálisis, y ante la amenaza de guerra comercial entre Estados Unidos y la Comunidad por la cuestión de las oleaginosas -cuya siembra crecía sin cesar en la CE- se celebraron los acuerdos BHA. Estos ponían límite a la expansión oleaginosa, y la Argentina los vio con **buenos ojos** por esta razón: el complejo oleaginoso es el rubro más importante de la economía nacional, con un crecimiento espectacular en la última década. Hoy la Argentina **lidera** el mercado mundial de aceite de girasol, y el rubro en su conjunto factura 4.000 millones de dólares. Más que el petróleo.

Blair House

Pese a que el BHA significaba menos apertura, menos disminución de subsidios y más aspectos en el aire que la tesis Dunkel, nunca fue rechazado por los países productores



Los avances entre la Comunidad Europea y los Estados Unidos pre nuncian un mayor dinamismo del comercio mundial.

como **alternativa para un acuerdo**. En las recientes conversaciones del Grupo de Cairns en Ginebra, la posición del secretario de Agricultura argentino, **Felipe Solá**, fue la defensa a ultranza de la tesis Dunkel,

la hipótesis de máxima. Pero se dejó la puerta abierta a la aceptación de BHA como base para la negociación si se incorporaban las demandas de apertura a mercado que cada país debía explicitar. **Esta alternativa se planteó tras el peligro de que definitivamente no se pudiese avanzar más por el lado de Dunkel**. En voz baja, todos decían que BHA era el único camino por el que se destrabaría la Ronda.

Así fue, aunque Kantor tuvo que hacer algunas concesiones adicionales que aún no trascendieron, pero que **no modificarían sustancialmente** la base del acuerdo: límite fijo para la siembra de oleaginosas en la CE, con lo que se modifica el panorama de largo plazo y mejora sustancialmente el panorama de uno de los segmentos **más competitivos** de la economía argentina.

Esto ya se siente en los mercados. La fuerte caída de la producción norteamericana de soja como consecuencia de las inundaciones, y el límite que se había autoimpuesto la Comunidad con la **Política Agraria Común (PAC)** que se aplica desde el año pasado, se suman al casi seguro cierre de la Ronda Uruguay para entonar sustancialmente los mercados. La soja a 250 dólares en Chicago -240 en el mercado local- y el girasol disparado a 270 dólares presagian un futuro de abundancia en este rubro.

Así se refleja en las chacras, donde nadie da abasto para sembrar en tiempo y forma.

Subsidios

Mientras las trilladoras ya están a full levantando el **trigo**, se cierne una tormenta de proporciones en el mercado. Los precios están muy firmes, porque la demanda interna empuja y el mercado internacional está entonado. Pero el fantasma de las exportaciones subsidiadas de Canadá a Brasil preocupa a operadores y gobierno.

El tema es así: Brasil adquirió más de un millón de toneladas de trigo a Canadá, a **105 dólares la tonelada**. Este precio está bien por debajo de la cotización argentina, en el orden de los **125/130 dólares**. Un informe del **Departamento de Estado** de los EE.UU., elaborado en el marco de los estudios previos a la firma del **NAFTA**, plantea el problema de los subsidios canadienses a la producción y fletes cerealeros. Estos alcanzan un total de 70 dólares por tonelada, que se descomponen en unos **20 dólares por flete terrestre -que lo paga el gobierno- y otros 50 de ayudas directas o indirectas. La Junta Canadiense del Trigo.**

Los exportadores argentinos, habituales proveedores de la industria molinera de Brasil, advierten que mientras existan estos apoyos la producción local no será competitiva. En consecuencia, y dada su condición de operadores multinacionales, prefieren operar directamente con el organismo canadiense.

Ante esta situación, la **Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca** inició una serie de tratativas y consultas. Según trascendió, se está presionando sobre el gobierno brasileño para que instrumente medidas tales como la **aplicación de aranceles de importación compensatorios**, como los que ya rigieron para la introducción de trigo francés.

Pero el fuerte **lobby molinero de Brasil**, como es lógico, intenta abastecerse de materia prima barata y sólo compra trigo argentino por su mejor calidad, este año, en comparación con el pobrísimo cereal cosechado en las grandes planicies de **Saskatchewan y Manitoba**. Por otro lado, los grandes lagos norteamericanos, por donde normalmente sale el trigo canadiense, ya están por helarse. En consecuencia, tienen que transportar el cereal hasta el puerto de **Vancouver**, sobre el Pacífico, con enormes gastos de fletes internos. El transporte marítimo también les resulta oneroso: desde el Pacífico Norte deben llegar al canal de Panamá, cruzar y acceder a los puertos de Santos y Porto Alegre, que solo descargan barcos de bajo tonelaje. Toda esta operación los pone fuera de competitividad con el trigo argentino, abastecedor natural de Brasil si no median importaciones subsidiadas.

Los productos de zonas templadas son justamente los que mayores ventajas competitivas ofrecen para Argentina en el controvertido marco del Mercosur, tanto desde el punto de vista productivo como geográfico.

Si bien no se avizoran problemas de precios en el corto plazo, el temor de las autoridades es que se resientan los precios para la próxima campaña. También es un **trago difícil aceptar los subsidios trigueros de un socio político en el grupo de Cairns, justo cuando la Ronda Uruguay se encamina a un final feliz.**

02-02

La Argentina ya obtuvo beneficios

Por Graciela Iglesias
(Especial para LA NACION)

Detalles: los cambios al acuerdo de Blair House benefician parcialmente a los países exportadores de productos agropecuarios, como el nuestro.

ESTRASBURGO. – Como en las películas de misterio, en la Ronda Uruguay del GATT nadie sabrá hasta el final cuál es el texto que habrá de firmarse el 15 del actual.

Y la comparación no es gratuita por cuanto el nuevo gran frente de batalla en la contienda comercial transatlántica es el área de los audiovisuales, la segunda exportación norteamericana a la Comunidad Europea.

Su predecesora en el papel protagónico, la agricultura, estaría dispuesta a dejarle el espacio tras las negociaciones realizadas la semana última al acuerdo de Blair House.

El suspenso persistirá hasta mañana, cuando los negociadores se encontrarán otra vez en Bruselas para intercambiar las opiniones de sus respectivos superiores: el presidente Bill Clinton para Mickey Kantor; los gobiernos europeos (en especial el francés) para sir Leon Brittan.

¿Por qué sus reuniones son tan cruciales para el futuro del comercio internacional?

El embajador argentino ante los organismos internacionales, Archibaldo Lanús, lo explica claramente: "Las negociaciones en Ginebra han sido de vuelta capturadas por el diferendo Comunidad-Estados Unidos. Lo que decidan entre ellos se traducirá, sin duda, en enmiendas al Acta Dunkel, es decir, en una multilateralización".

La impresión generalizada es que la confección de la gran torta de la economía mundial ha quedado en manos de dos de los tres "mastodontes". Al gran ausente (Japón), como al resto, le quedará el papel de aceptar o no el hecho consumado.

Es así como los cambios introducidos al texto del Blair House están destinados a afectar la vida de todos los agricultores del planeta.

Voceros confiables cercanos a la misión negociadora norteamericana adelantaron a LA NACION, en exclusiva, los dos puntos principales modificados. El primero fue una concesión de los norteamericanos, el segundo de la CE:

- Extensión de la denominada "cláusula de paz" prevista en 5 a 6 años por 9 a 10 años. Este mecanismo impide la aplicación de contramedidas durante ese período sobre los productos exportados.
- Desagregado para el acceso al mercado de productos cárnicos uno por uno y no globalizados.

El planteo europeo para establecer el mínimo de acceso al mercado (un porcentaje del 3 al 5 por ciento del consumo) era que había que tomar una cifra promedio para todo el paquete cárnico (vacunos, pescado, pollos, ovinos, etcétera).

Por ejemplo, suponiendo que la media fuera del 2 %, por más que el sector pesquero contara con un margen superior, los exportadores debían atenerse a ese cociente. Merced a la presión de Washington, ese impedimento ahora ha desaparecido.

Esto beneficia notablemente a los grandes países exportadores de productos agropecuarios, como la Argentina. No tanto así la extensión de la "cláusula de paz", por cuanto limita en cierta forma la posibilidad de plantear contenciosos en caso de disputa.

Peor sería aún –por más que de esto no se pudo obtener confirmación– el paso por la lapicera de los negociadores de un párrafo del texto firmado en noviembre de 1992 y que establecía la forma de calcular la baja de los subsidios para la exportación. Ahora se habría otorgado un mayor grado de tolerancia para los primeros años. De modo que la caída de los subsidios tendría una curva mucho más lenta.

Así y todo, en círculos diplomáticos argentinos el conflicto agropecuario se da por superado y satisfactoriamente.

Con la mira ya puesta sobre el 15 de este mes, el embajador ante la CE, Guido Guelar, manifestó que, conforme con las informaciones oficiales que le han transmitido ambas partes, "y pese a las dificultades, se alcanzará la firma de la ronda".

"Cuando hablo de problemas, me refiero al área audiovisual que se ha transformado en el gran freno –explicó–. Aún en eso se me comentó que se llegaría a una solución en los «últimos 30 segundos». Existe vocación política de terminar bien con esta historia de siete años."

Lo pendiente

La bandera de guerra que se enarbola ahora de este lado de la costa es la de la "defensa del patrimonio cultural europeo en contra del imperialismo yanqui".

Con una industria de bienes culturales en crisis (especialmente la cinematográfica), los franceses han convencido a sus socios españoles, italianos y belgas a "detener al invasor". Figuras como Gerard Depardieu y Catherine Deneuve aparecen en posters y cortos televisivos para pedir el apoyo de la población en la cruzada. El Senado francés ya pasó a la acción al estudiar el viernes último un proyecto de ley para exigir que el 40 por ciento de la música difundida por las radios sea de origen francés.

Este es, sin duda, el tema más llamativo, pero no el único pendiente. Quedan por definir las áreas siderúrgica, textil, servicios, antidumping, fitosanitario y creación –o no– del Organismo de Comercio Multilateral.

Una modificación en el Acta Dunkel sobre cualquiera de ellos, podría afectar a la Argentina. Pero el gran temor está en los terrenos fitosanitarios y las reglamentaciones del antidumping.

Los norteamericanos quieren poner sobre este último un mecanismo de revisión ("standard of review") que limitaría a los paneles del GATT a la mera función de evaluar las investigaciones nacionales. También procuran involucrar en los procedimientos antidumping a todos los países que entraron en la fabricación de un producto (por ejemplo, una herramienta ensamblada en los Estados Unidos sobre piezas producidas en China haría responsable a los dos países).

Hay, de todas formas, motivos de optimismo para la Argentina. Las reducciones ponderadas sobre líneas tarifarias para todos los productos industriales que la Argentina exporta serían, de seguir todo como hasta ahora, del siguiente tenor: Comunidad Europea, 35,25 por ciento; Japón, 53 por ciento, y los Estados Unidos, 36 por ciento.

Eso sí, la oferta argentina de "cero por cero" para el área de oleaginosas no ha merecido contestación alguna, ni siquiera de aquellos países (como los Estados Unidos) que habían presentado la idea en Ginebra.

Pero quedan muchas páginas por escribir hasta el epílogo del 15 del actual. Y si bien la trama insiste en mantener su intriga casi policial, algo ya se sabe: ningún país quiere tener en esta obra el papel del mayordomo.

Clinton: estamos haciendo todo lo que podemos

NUEVA YORK (ANSA).-Los negociadores norteamericanos están haciendo "lo más que pueden para alcanzar antes del 15 de diciembre una coincidencia sobre el Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), dijo el presidente Bill Clinton.

El jefe de la Casa Blanca reconoció que la empresa es difícil.

"Estamos haciendo lo que más podemos en los días que restan. No se si llegaremos a un acuerdo, pero no podrá ser por falta de esfuerzos", dijo Clinton durante una mesa redonda en Los Angeles.

Añadió que "un buen acuerdo" traería beneficios a las empresas manufactureras norteamericanas.



Clinton, con trabajo

Claves hasta la hora cero

Durante los próximos días, las negociaciones del GATT suponen una serie interminable de reuniones y debates en distintas capitales del mundo. La Argentina tiene especial interés, por supuesto, en lo que se relaciona con el comercio agrícola.

Estos son algunos de los puntos fundamentales de esa negociación, de acuerdo con un calendario general elaborado por Reuter.

- El viernes y el sábado próximos, en Bruselas, se realiza una cumbre de líderes de la Comunidad Económica para discutir las posiciones finales de la Ronda Uruguay y, tal vez, se alcance un compromiso de finalización.

Allí Francia sólo firmará si los acuerdos sobre subsidios agrícolas son aceptables.

- El domingo 12, en Ginebra, deben concluir las negociaciones finales para la redacción del texto definitivo, aunque probablemente continúen las tratativas sobre acceso a los mercados.

En Bruselas, ese mismo día comienza una una cumbre de ministros de agricultura de la CE para ver si se acepta la reducción de subsidios negociada con los EE. UU. el año último, pero rechazada por Francia.

- Lunes 13, en París, se prevé el debate parlamentario sobre la ronda.

El primer ministro Balladur sostiene que todavía no hay certeza sobre la votación.

- Miércoles 15, en Ginebra, debate plenario de los miembros del GATT y, finalmente, su hora decisiva.

02-02

Nº DOCUMENTO 9400474
TITULO Más de 4000 productores de Europa, Japón y Canadá protestaron en Ginebra
L.R. - 150023
6/12/93
510821
66224
10184
65456
67228

Febriles negociaciones dominaron el fin de semana, caracterizado por grandes discusiones, reuniones y vuelos de un punto a otro del mundo

La Rep. 6/Dic/93

Más de 4.000 productores de Europa, Japón y Canadá protestaron en Ginebra contra el acuerdo del GATT

*** 25.000 campesinos coreanos manifestaron en Seúl contra la apertura a las importaciones de arroz**

Más de 4.000 productores de Europa, Japón y Canadá protestaron en las últimas horas en Ginebra contra la propuesta de acuerdo en agricultura del GATT que consideran "el error del siglo", mientras 25.000 campesinos coreanos manifestaron en Seúl contra la apertura del mercado nacional a las importaciones de arroz. Febriles negociaciones continuaban en las últimas horas de este fin de semana, que se caracterizó por ser de grandes discusiones, reuniones y vuelos de un punto a otro del mundo, a la búsqueda de acuerdos. Hasta ahora, nada definitivo.

Ginebra, Suiza (AFP)

Febriles negociaciones dominaron la jornada de ayer domingo movilizando las delegaciones que participan en el GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) con el fin de dar los últimos toques al "proyecto de acuerdo global" que debe ser presentado hoy en Bruselas.

El documento deberá ser examinado por los ministros de Relaciones Exteriores de los Doce tras las últimas discusiones entre los dos negociadores, Mickey Kantor (EEUU) y Leon Brittan (CEE) en Bruselas.

Sin embargo, el representante norteamericano en el GATT, John Schmidt, declaró ayer que Estados Unidos y la Unión Europea se hallaban aún en la búsqueda de un acuerdo para solucionar sus diferendos en las negociaciones comerciales de la Ronda Uruguay.

"Seguimos sin lograr un acuerdo pero trabajamos en su búsqueda", declaró Schmidt a la AFP.

El director del GATT, Peter Sutherland interrumpió sus consultas para hacer un ida y vuelta a París ayer a las 16:30 horas con la intención de reunirse con el primer ministro francés, Edouard Balladur.

Poco antes de partir Sutherland se reunió con los negociadores norteamericanos que le informaron sobre la marcha de las negociaciones que mantienen con sus homólogos de la CEE.

El secretario de Estado norteamericano para la agricultura Mike Espy, quien se encuentra en Ginebra para realizar las últimas negociaciones, declaró el sábado en la noche a un grupo de periodistas su esperanza de que el documento por el capítulo agrícola entre Estados Unidos y la Comunidad Económica Europea pueda ser firmado hoy en Bruselas.

Espy, que regresó a Washington ayer por la noche, se reunió durante este fin de semana con su homólogo canadiense Ralph Goodale, así como en tres oportunidades con el ministro surcoreano de Agricultura Hub Shin-Haeng. Con este último, la negociación versó sobre la apertura de los mercados agrícolas coreanos particularmente del arroz.

Unos 25.000 campesinos coreanos manifestaron ayer en Seúl para protestar contra la apertura del mercado nacional a las importaciones de arroz.

Unos 25.000 campesinos coreanos manifestaron el domingo en Seúl para protestar contra la apertura del mercado nacional a las importaciones de arroz.

Hugo Paemen, uno de los negociadores de la CEE para la Ronda Uruguay, pasó también todo el fin de semana en Ginebra con el fin, según explicó, de "solucionar las dificultades que subsisten" con su homólogo norteamericano, Rufus Verxa.

Estados Unidos y la CEE deben llegar a un entendimiento acerca de tres puntos:

- el acuerdo agrícola de Blair House (Francia, segundo exportador agrícola mundial detrás de Estados Unidos, rechaza ciertas disposiciones).
- el audiovisual, en el que Francia con el apoyo de varios otros países de los doce entiende obtener un régimen de excepción para proteger las producciones europeas y limitar las "made in Hollywood".
- el mantenimiento o no por parte de Estados Unidos de una legislación antidumping bastante restrictiva pese al refuerzo de los procedimientos para la solución de los conflictos comerciales previsto en la Ronda Uruguay.

Yerxa declaró por otra parte a la AFP que ninguna decisión definitiva fue tomada hasta el momento para la llegada de Kantor a Gineba después de Bruselas.

"Kantor está dispuesto a hacer todo lo necesario para facilitar un acuerdo incluido de viajar a Ginebra", agregó su adjunto. "Hay un cierto número de reuniones planeadas, pero nada definitivo", dijo. Según fuentes oficiales coreanas Kantor debería reunirse mañana por la tarde en Ginebra con el ministro coreano de Agricultura, Huh Shin-Haeng.



Productores de diferentes partes del mundo presionaron en Ginebra contra la propuesta de acuerdos del GATT en agricultura, considerándola "el error del siglo".

9400474

01-01

FINALIZA UNA LARGA DISPUTA ENTRE NORTEAMERICANOS Y EUROPEOS

GATT: acordaron el tema agrícola

La Ronda Uruguay del GATT, encaminada a liberalizar el comercio mundial, avanzó hacia un final feliz al arribar a un acuerdo en el tema agrícola entre la Unión Europea y los Estados Unidos. Se reducirán los subsidios a la producción y a la exportación, con lo que tenderán a mejorar los precios de las materias primas agropecuarias. No es la mejor propuesta pero significa importantes ventajas para la Argentina.

BRUSELAS (AP, AFP, EFE, Reuter, DPA). — Norteamericanos y europeos se **pusieron de acuerdo en Bruselas** sobre el **capítulo agrícola**, destrabando el aspecto hasta ahora más conflictivo de la **Ronda Uruguay del GATT**. Superadas las divergencias en este rubro, surgen ahora como **prioritarios** los demás temas pendientes, en especial el **sector audiovisual y los servicios financieros**. De todas formas, y pese a la prudencia con que se manifiestan los observadores, todos vaticinan que el 15 de diciembre —fecha límite para arribar a un acuerdo— **se firmará el ansiado final de la Ronda.**

"Mire nuestras sonrisas. Hemos mantenido una negociación muy productiva. Estoy orgulloso de lo que hemos realizado hoy", declaró el ministro de Agricultura norteamericano Mike Espy, que estuvo reunido durante cinco horas con el comisario de Agricultura de la Unión Europea, **Rene Steichen**. "Por ahora no tenemos nada más que negociar —dijo este último— pues hemos terminado todo en bloque".

La **base del acuerdo agrícola** es el **Blair House Agreement (BHA)**, celebrado hace un año entre **EE.UU. y la Comunidad**. Este acuerdo, en lo más sustantivo, prevé una **reducción de 21% en el volumen de las exportaciones subsidiadas en seis años, a razón de 3,5% por año**. Pero además establece **límites a los subsidios internos**, que deben **bajar un 20%** en el mismo período.

Ambas medidas significan una inversión de la tendencia de aumento de los subsidios agrícolas en los países desarrollados. Estos alcanzaron su pico en 1992 y 1993, y es probable que se mantengan elevados en 1994. Pero a partir de entonces deben comenzar a ceder, generando **ventajas para los países productores de materias primas alimentarias** como la **Argentina** y sus socios del denominado **Grupo de Cairns**.

Para estos países el BHA no es el mejor acuerdo, "pero es el acuerdo posible", según lo indicaron los negociadores argentinos que ahora, en Ginebra, esperan ansiosos la firma del acta final. La **liberalización completa** del comercio agrícola, una **utopía** frente a las presiones políticas del campesinado europeo y de otros países como Japón, es imposible, y ni siquiera fue viable la propuesta del ex director general del GATT, **Arthur Dunkel**, que elevó su proyecto de acta final hace un par de años. Al no prosperar, Estados Unidos negoció con la Unión Europea los acuerdos de Blair House, que fueron firmados pero luego no se pudieron ratificar por la cerrada oposición francesa.

Precisamente ayer, tras los gestos optimistas de Steichen y Espy, funcionarios **franceses** volvieron a expresar sus **reparos** a un acuerdo agrícola. Pero se estima que ya **no hay lugar para una marcha atrás** por causa de este tema. No obstante, un portavoz del **Ministerio francés de Asuntos Exteriores** declaró en Bruselas que "la negociación no está desbloqueada". Dijo que mañana —por hoy— seguirán las negociaciones, pero el consenso es **que la cuestión agrícola está terminada.**

saciones privadas en Bruselas antes de dirigirse a Ginebra —donde esta la sede del GATT— con el paquete definido. Sin un pacto comercial entre los Estados Unidos y la Comunidad, no hay posibilidad de llegar a un acuerdo, que luego debe ser refrendado por los 115 países miembros del GATT.

Pero, por otra parte, muchos funcionarios gubernamentales y economistas de los países desarrollados insisten en que **sin un acuerdo comercial el mundo corre el riesgo de regresar al proteccionismo** que causó la gran depresión de la década del 30. En el marco de la actual recesión, se supone que un final como el que se perfila permitiría inyectar **más de 200.000 millones de dólares al comercio mundial**, con un fuerte efecto sobre el empleo.

QUE SIGNIFICA PARA LA ARGENTINA

En millones de dólares por año

	LIBERALIZACION COMPLETA	PROYECTO DE ACTA FINAL I (PAF I)	PROYECTO DE ACTA FINAL II (PAF II)	BLAIR HOUSE AGREEMENT (BHA)
Valor de la producción	1638	966	565	388
Valor de la exportación	676	422	184	127

Liberalización completa: Significa que caen todos los subsidios de inmediato. No prosperó.
PAF I: Final de la Ronda Uruguay que toma como base la propuesta de Arthur Dunkel, ex director del GATT. No prosperó.
PAF II: Idem, con deficiencias que se plantearon para intentar un acuerdo. No prosperó.
BHA: Acuerdo entre la CEE y EE.UU. que ahora constituye la base para la resolución final de la Ronda Uruguay.

♦ Oposición francesa

Ahora todo se centra en lo que suceda en las otras materias. Y nuevamente **Francia opone la mayor resistencia**, pues no está de acuerdo con la apertura del tema audiovisual. El ministro de Cultura, **Jacques Toubon**, trata de **exceptuar las producciones televisivas y cinematográficas del acuerdo de liberalización comercial**, y se quejó ante los periodistas de que "los norteamericanos no quieren ceder en nada".

Ahora se está en plena **cuenta regresiva**, pero el bullicio que va creciendo en Ginebra —donde comenzaron a arribar importantes figuras políticas de todo el mundo— refuerza la idea de que habrá un final feliz. **Leon Brittan**, comisionado de comercio de la Comunidad Europea, y **Mickey Kantor**, representante comercial de los Estados Unidos, mantienen conver-

Nº. DOCUMENTO 9400476
TITULO Felipe González con Clinton optimista para Ronda Uruguay del GATT.
150015
L.M.
7/12/93
510821
65890
507513

Felipe optimista con Clinton para Ronda Uruguay del GATT

LA MAÑANA 7/12/93.

El Jefe del Gobierno español, Felipe González, y el Presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, defendieron ayer en Washington la coordinación de los países desarrollados para superar la crisis económica, impulsar el crecimiento y generar empleo.

Washington (EFE)

En una rueda de prensa conjunta en la residencia de Blair House, donde se aloja el Presidente del Gobierno español, y después de caso tres horas de conversaciones, González y Clinton pusieron de manifiesto su acuerdo en la mayoría de los asuntos tratados.

Un portavoz español aseguró que en este primer encuentro entre González y Clinton se produjo un clima de **"buena comunicación"**, y destacó que, aunque estaba previsto una entrevista a solas y otra con las delegaciones, casi todo el tiempo lo agotaron ambos dirigentes en sus conversaciones personales.

González invitó al Presidente norteamericano a visitar España, y comentó al respecto que **"la invitación ha sido bien acogida"**.

El gobernante norteamericano señaló también que el estado que lo vio nacer, Arkansas, **"formó parte del imperio español, en el territorio que hoy es Estados Unidos"**.

Felipe González, por su parte, manifestó su "placer" por encontrarse en Washington y resaltó las coincidencias que, en materia de sanidad, educación e infraestructuras, comparten los programas políticos de los dos gobiernos.

Ambos Mandatarios se mostraron optimistas respecto a la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT, cuando hoy en día los negociadores de Estados Unidos y la Unión Europea están buscando un consenso que permita regular las relaciones comerciales en el mundo.

A referencia de la recesión económica, González señaló la necesidad de **"coordinar las políticas de las naciones desarrolladas para superar la crisis, impulsar el crecimiento y generar empleo"**. También subrayó la importancia que tendrá para Europa la bajada de tipos de interés para reanimar la inversión.

ENTRADO
CRUZ

9400476.

01-01

GATT: definiciones de

A pesar de los avances logrados en materia agrícola, los negociadores de los Estados Unidos y la Comunidad Europea no lograron zanjar las diferencias en cuanto a los subsidios europeos a la industria aeronáutica y del cine. Los temas pendientes deberán ser resueltos en tan solo una semana cuando deberá concluir la Ronda Uruguay del GATT.

GINEBRA (EFE, AP, AFP y Reuter). — Los responsables de comercio de los Estados Unidos y la Unión Europea **ya están en Ginebra,** tras las febriles negociaciones de Bruselas en las que **se sentaron las bases** para solucionar el **diferendo agrícola,** y expresaron su **convencimiento** absoluto de que los problemas que todavía los separan **no impedirán que la Ronda Uruguay del GATT concluya el miércoles 15.** Esa es la fecha límite para arribar a un acuerdo, con el que culminarían siete años de tratativas destinadas a liberalizar el comercio mundial.

El representante estadounidense, **Mickey Kantor,** y el comisario europeo del sector, **Leon Brittan,** respondieron al llamamiento que ayer lanzó el director general del GATT, **Peter Sutherland,** y acudieron a Ginebra para informarle acerca del estado de las negociaciones entre ambas partes.

Sutherland urgió a ambos negociadores a que **"multilateralicen"** los avances logrados entre los Estados Unidos y la Comunidad. Esta es una demanda del resto de los miebros del GATT (en total, 115 países que deben aprobar por unanimidad el texto del acta final), entre ellos los integrantes del **Grupo de Cairns,** formado por los países que no subsidian su producción agropecuaria. Multilateralizar los avances significa presentar ante el GATT los acuerdos de Blair House (BHA) y sus modificaciones, que han constituido la base para el acuerdo en el capítulo agrícola.

Por primera vez, **los franceses reconocieron aceptar las propuestas agrícolas.** El ministro de Asuntos Exteriores, **Alain Juppé,** dijo en conferencia de prensa que **Francia no dará su aprobación final** a la Ronda Uruguay si no hay un acuerdo para que la Unión Europea adopte las medidas necesarias que garanticen la Política Agraria Común (PAC). En otras palabras, **Francia se resigna** a aceptar el capítulo agrícola de la Ronda **bajo un compromiso interno de la Comunidad** de atender las **consecuencias negativas** que emergen del acuerdo general.

Juppé reconoció, al igual que el ministro de Agricultura, **Jean Puech,** que se han producido **modificaciones sustanciales a los acuerdos de Blair House,** y en consecuencia aceptan sus términos. Entre estas modificaciones se cuenta el permitir que la PAC se prolongue **hasta el año 2004** y admitir la vocación exportadora de la Comunidad.

Ahora el **centro de gravedad** se desplaza al tema **audiovisual,** y a la **aeronáutica,** además de otros sectores donde todavía no se lograron acuerdos pero no parecen tan rispidos como los primeros.

♦ Proteccionismo francés

En el tema audiovisual otra vez **la oposición viene de Francia,** que intenta proteger a su país de la penetración de material fílmico extranjero, en especial de los Estados Unidos. "Hemos respetado la identidad cultural de Europa, pero nuestras compañías no han obtenido un buen acceso a los beneficios y a los derechos de propiedad intelectual", dijo el negociador Kantor.

Francia, apoyada por España, ha hecho de la "especificidad cultural" uno de sus primeros caballitos de batalla, para poder mantener su industria audiovisual **jaqueada por la producción norteamericana.**

En el sector aeronáutico el problema básico son las **subvenciones directas** e in-

último momento



Peter Sutherland, director general del GATT

directas que tanto los Estados Unidos como la Comunidad conceden a esta industria. Entre ambos existe un acuerdo bilateral sobre las ayudas estatales en el sector de la aviación civil, que tenía el objetivo de convertirse en la base para el acuerdo. Pero todo se trabó por las subvenciones estatales directas que recibe **el consorcio Airbus**, en el que participan España, Francia, el Reino Unido y Alemania.

Al ver estos inconvenientes, Peter Sutherland citó a Kantor y a Brittah a Ginebra para que comunicasen sus avances y los dos escollos, para decidir luego qué hacer: si seguir con las negociaciones multilaterales con los delegados de todos los países ya reunidos o esperar un desbloqueo entre los EE.UU. y la Unión Europea.

Mientras tanto, el primer ministro británico, **John Major**, advirtió que un **fracaso** de las negociaciones tendría **graves repercusiones económicas mundiales**. La cumbre de jefes de Estado europeos del próximo viernes y sábado, en Bruselas, también dejará oír apreciaciones favorables.

♦ El temor japonés

En el **Japón**, por su parte, **se teme que la apertura del mercado de arroz** decidida en el marco de la Ronda Uruguay puede suponer la **ruptura** de la coalición que dirige el primer ministro **Morihiro Hosokawa**. Tras el acuerdo celebrado entre los EE.UU. y la Comunidad sobre subsidios agrícolas, el jefe de gobierno anunció que retrasaba hasta el viernes 10 la decisión final sobre la apertura del mercado de arroz para intentar ganar el consenso de los siete partidos en el gobierno. La autosuficiencia arrocera está declarada por ley como un tema de seguridad nacional. Pero Hosokawa dejó en claro que **el Japón debe contribuir a la comunidad internacional** y aceptar el plan destinado a terminar la Ronda Uruguay, el Japón aceptaría una **apertura parcial, del 4 al 8% de su mercado interno**.

Hoy continuarán las tratativas en el edificio gris del GATT, frente al lago de Ginebra, en un marco de nerviosismo que va creciendo ante la espada de Damocles: el último plazo es el 15 de diciembre, y solo quedan 7 días. Pero, pese a los nubarrones, hay un ambiente optimista.

02 9400477

último momento



Peter Sutherland, director general del GATT

directas que tanto los Estados Unidos como la Comunidad conceden a esta industria. Entre ambos existe un acuerdo bilateral sobre las ayudas estatales en el sector de la aviación civil, que tenía el objetivo de convertirse en la base para el acuerdo. Pero todo se trabó por las subvenciones estatales directas que recibe **el consorcio Airbus**, en el que participan España, Francia, el Reino Unido y Alemania.

Al ver estos inconvenientes, Peter Sutherland citó a Kantor y a Brittah a Ginebra para que comunicasen sus avances y los dos escollos, para decidir luego qué hacer: si seguir con las negociaciones multilaterales con los delegados de todos los países ya reunidos o esperar un desbloqueo entre los EE.UU. y la Unión Europea.

Mientras tanto, el primer ministro británico, **John Major**, advirtió que un **fracaso** de las negociaciones tendría **graves repercusiones económicas mundiales**. La cumbre de jefes de Estado europeos del próximo viernes y sábado, en Bruselas, también dejará oír apreciaciones favorables.

♦ El temor japonés

En el **Japón**, por su parte, **se teme que la apertura del mercado de arroz** decidida en el marco de la Ronda Uruguay puede suponer la **ruptura** de la coalición que dirige el primer ministro **Morihiro Hosokawa**. Tras el acuerdo celebrado entre los EE.UU. y la Comunidad sobre subsidios agrícolas, el jefe de gobierno anunció que retrasaba hasta el viernes 10 la decisión final sobre la apertura del mercado de arroz para intentar ganar el consenso de los siete partidos en el gobierno. La autosuficiencia arrocera está declarada por ley como un tema de seguridad nacional. Pero Hosokawa dejó en claro que **el Japón debe contribuir a la comunidad internacional** y aceptar el plan destinado a terminar la Ronda Uruguay, el Japón aceptaría una **apertura parcial, del 4 al 8% de su mercado interno.**

Hoy continuarán las tratativas en el edificio gris del GATT, frente al lago de Ginebra, en un marco de nerviosismo que va creciendo ante la espada de Damocles: el último plazo es el 15 de diciembre, y solo quedan 7 días. Pero, pese a los nubarrones, hay un ambiente optimista.

02

SITUACION DEL ACUERDO

Europa-Estados Unidos

	DESACUERDO	ACUERDO
AGRICULTURA - las exportaciones subvencionadas serán reducidas el 21% en 6 años - seguirá vigente la Política Agrícola Común (PAC) de Europa - Los EE.UU. abrirán parcialmente los mercados porcino, avícola y de frutas y verduras		X
AERONAUTICA - se limitarán las ayudas públicas a los fabricantes de aviones civiles	ACUERDO A LA VISTA	
CULTURA - las producciones audiovisuales no se consideran como simples mercancías - protección de los intereses culturales de los países	ACUERDO A LA VISTA	
DERECHOS ADUANEROS - reducción de "picos arancelarios" en los EE.UU. (derechos superiores al 15 % en 800 artículos)	X	
DUMPING - se establece un sistema de penalizaciones para los productos exportados a un precio inferior al precio vigente en el país de origen	X	
ORGANIZACION - Europa propone crear una organización mundial del comercio (OMC) que tendrá un papel de arbitraje. Los EE.UU. se oponen.	X	
SERVICIOS - libertad de establecimiento para los bancos y las compañías de seguros	X	
TEXTIL - disminución de los derechos aduaneros de la producción europea en los países en desarrollo - represión de la falsificación de marcas	X	

AFP Infografía - Patrice Deré

03-03

9400477

Audiovisuales y aviación civil impiden el acuerdo

"NO HABRA RONDA URUGUAY DEL GATT"

Estados Unidos y la Unión Europea (UE) no lograron ayer, tras 23 horas de negociaciones, alcanzar un acuerdo que permita desbloquear la Ronda Uruguay del GATT por diferencias en el sector audiovisual y la industria de la aviación civil.

"No habrá Ronda Uruguay del GATT hasta que estos problemas no estén resueltos", dijo el principal negociador de Estados Unidos, Mickey Kantor, al término de las negociaciones y antes de partir hacia Ginebra para entrevistarse con el director general de la Ronda, Peter Sutherland.

El comisario europeo de Comercio, sir Leon Brittan (negociador oficial de la CE) precisó que "las negociaciones han quedado interrumpidas porque Estados Unidos no está satisfecho con nuestra oferta".

El Representante de Comercio de EE.UU señaló que permanecerá en Ginebra, sede del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), durante seis horas y que después viajará a Washington para informar al presidente Bill Clinton.

Kantor responsabilizó a los europeos de la falta de acuerdo, ya que "la flexibilidad de Estados Unidos no ha tenido la misma respuesta".

"Estoy contrariado pero no desanimado", dijo el representante norteamericano, quien en una manifestación positiva aseguró, además, que "tenemos todavía mucho tiempo", pese a que el plazo para la conclusión de la Ronda finaliza dentro de siete días (15 diciembre).

Desde el otro lado de la negociación, Brittan subrayó que "desgraciadamente no se ha podido lograr un acuerdo provisional aunque hay progresos en distintos campos", entre los que destacó textiles, servicios financieros y transportes marítimos.

El fracaso en alcanzar un acuerdo en estos dos capítulos contrasta con los importantes avances en el sector agrícola, en el acceso a mercados, en la liberacion de las licitaciones públicas y el sector textil.

El negociador norteamericano calificó las reducciones de aranceles acordadas, como "las más importantes de la historia", ya que alcanzan en algunos productos hasta el 50 por ciento.

Los negociadores agrícolas, el comisario René Steichen y el secretario de Agricultura de Estados Unidos, Mike Espy ultimaron el lunes el apartado agrícola que se selló con importantes concesiones de Washington, en gran parte destinadas a acomodar las posiciones francesas.

El compromiso agrícola de Blair House (1992) firmado entre ambos socios comerciales para poner fin a sus divergencias en productos agrícolas subvencionados, fue contestado hasta el lunes mismo por Francia que después de las concesiones americanas consideró que "la oferta era inaceptable" para los intereses de sus agricultores".

Las dos manzanas de la discordia que envenenaron en el último momento la negociación fueron los sectores de la cultura, en concreto el audiovisual, y el de la aviación civil.

"Hemos respetado la identidad cultural de Europa, pero nuestras compañías no han obtenido un buen acceso a los beneficios y a los derechos de propiedad intelectual", argumentó el mediador norteamericano.

Francia (apoyada por España) ha hecho de la "especificidad cultural" uno de sus principales caballos de batalla, para poder mantener su industria audiovisual.

El comisario europeo matizó que "Estados Unidos quiere libre acceso al mercado comunitario audiovisual y se niega pagar los derechos de autor y emisión (royalties) que pide la CE".

En el sector aeronáutico, el problema básico con las subvenciones, directas e indirectas que tanto Estados Unidos como la UE conceden a esta industria.

Entre ambos socios comerciales existe un acuerdo bilateral sobre las ayudas estatales en el sector de la aviación civil, que tenía el objetivo de convertirse en la base para la multilateralización.

"No hemos logrado un acuerdo en la disciplina de estas subvenciones", dijo el negociador norteamericano.

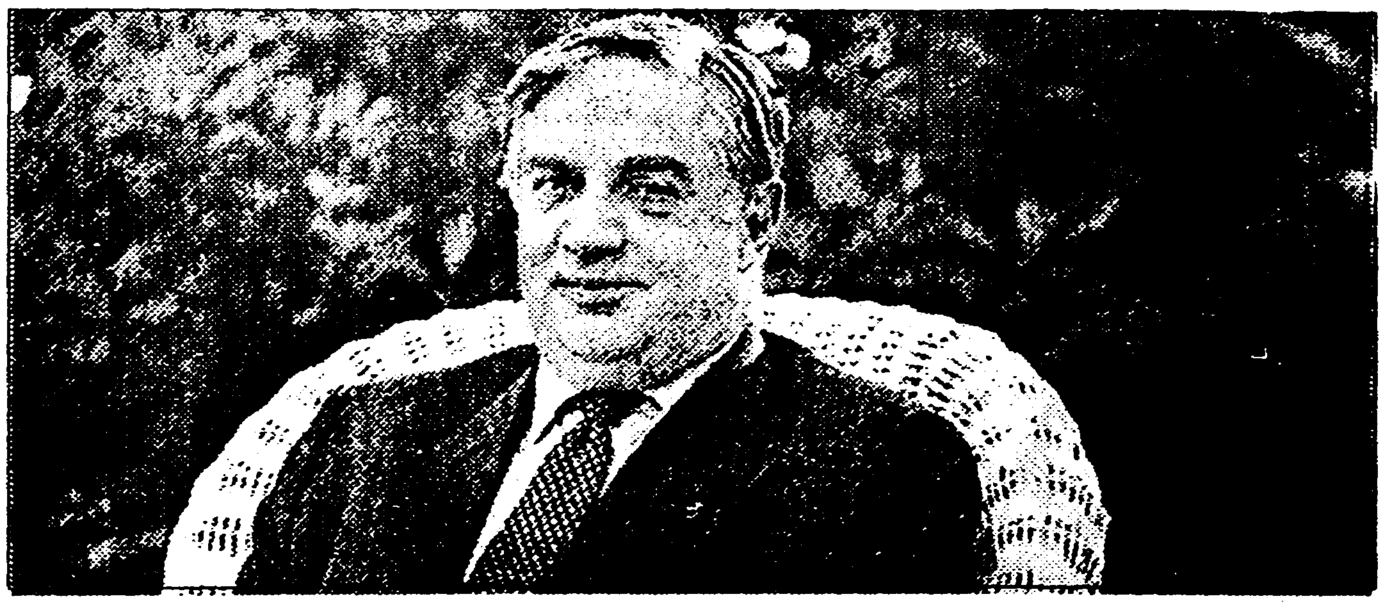
La principal queja de los norteamericanos se centra en las subvenciones estatales directas que recibe el Consorcio Airbus Industries, en el que participan España, Francia, Reino Unido y Alemania.

El director general del GATT, Peter Sutherland, ha convocado tanto a Kantor como a su homólogo comunitario, Leon Brittan, a Ginebra.

Los dos negociadores comunicarán los avances y los dos escollos, para que Sutherland "decida qué es lo que más le interesa hacer" si seguir con las negociaciones multilaterales con el resto de miembros del GATT o esperar un desbloqueo entre EEUU y la Unión Europea.

Los ministros de Exteriores de la UE se encuentran reunidos en estos momentos para analizar el acuerdo parcial alcanzado hasta ahora, y no se descarta que convoquen un nuevo consejo el 11 de diciembre, después de que termine la cumbre de Jefes de Estado o de Gobierno que el próximo viernes y sábado se celebrará en Bruselas.

La Unión Europea "está muy interesada en alcanzar una solución y espero que los ministros den un nuevo ímpetu para alcanzar el acuerdo", dijo Kantor. (efe)



El director general de la Ronda Uruguay del GATT, Peter Sutherland apura un acuerdo para antes del 15 de diciembre.

STEICHEN DEFIENDE ACUERDO AGRICOLA ANTE CRITICAS MINISTROS

El comisario europeo de Agricultura, René Steichen, defendió el compromiso en el capítulo agrícola del GATT que alcanzó la víspera con su homólogo americano, Mike Espy, ante las críticas de varios países de la Unión Europea (UE), encabezados por Francia y España.

Fuentes diplomáticas confirmaron que al menos siete de los doce países de la Unión Europea (UE) habían puesto reservas al acuerdo, entre los que figuraban España, Francia, Italia, Irlanda, Portugal, Grecia y Dinamarca, aunque cada uno por razones distintas.

Steichen presentó el acuerdo a los ministros de Exteriores de los "Doce" y explicó que en sus condiciones actuales es compatible con la Política Agrícola Común (PAC) y no implica más sacrificios a los agricultores europeos.

El comisario europeo consideró que tras las negociaciones con los americanos, se han conseguido las modificaciones que exigieron los ministros de Exteriores y de Agricultura el pasado 20 de septiembre con respecto al anterior acuerdo suscrito en Blair House (Washington) en noviembre del año pasado.

España basaba el lunes sus reservas ante el acuerdo en la falta de una garantía sobre la reforma de las organizaciones de mercado de frutas y hortalizas en la UE, que dejaría desprotegido a los productores españoles de estos sectores ante un aumento de las exportaciones procedentes de países terceros.

Steichen manifestó su compromiso de proponer dichas reformas que reconoció "necesarias a nivel interno", pero adujo que "no deben conducir a exigencias suplementarias a consecuencia de los acuerdos del GATT".

En líneas generales, el acuerdo agrícola supone un paso adelante respecto a Blair House y sirve para cubrir todas las demandas que solicitaron varios países comunitarios, encabezados por Francia, según Steichen.

En primer lugar, Estados Unidos reconoce la implantación de una "cláusula de paz" que podrá durar hasta nueve años, en lugar de los seis previstos en Blair House, lo que preserva a la política agrícola comunitaria de ser acusada de competencia desleal. Estados Unidos se compromete además a negociar la extensión de dicha claúsula a partir del quinto año de aplicación del acuerdo.

Ambas partes se comprometen a la reducción en un 21 por ciento de las exportaciones subvencionadas en seis años, calculada sobre la media de 1991-92 y no sobre la media del período 1986-90 como figuraba en el acuerdo de Blair House.

De esta forma, la CE podrá exportar con subvención mayores cantidades de productos agrícolas que las previstas en Blair House, lo que permitirá dar salida a una parte de los excedentes de producción en varios sectores.

Steichen precisó que se podría exportar unas 8,1 millones de toneladas de trigo y harina más (un tercio del excedente actual de este producto en la CE), 102.000 de queso, 362.000 de vacuno (un 65 por ciento del excedente), 156.000 de tabaco y 253.000 de carne de ave.

Al mismo tiempo, según los responsables de la Comisión Europea el acuerdo frena los intentos norteamericanos de obtener cuotas suplementarias a la exportación hacia la CE de 9,8 millones de toneladas de maíz, 626.000 toneladas de carne de cerdo o 255.000 toneladas de carne de ave.

Asimismo, la UE ha obtenido que se reconozca el uso de una cláusula de salvaguardia contra exportaciones abusivas de productos de terceros países a la CE, para regular el acceso a los mercados.

Estados Unidos ha conseguido la consolidación del contigente anual de importación de 2 millones de toneladas de maíz y 200.000 de sorgo a España y Portugal, como fijaba el Acta de Adhesión a la CE de ambos países.

En el sector del vino el acuerdo con Estados Unidos incluye la petición hispano-portuguesa de incluir sus exportaciones de este producto en el período 1986-90 lo que eleva en 4,4 millones de hectólitros el volumen de exportaciónes subvencionadas de vino.

El acuerdo también contempla que las dos partes se consulten anualmente para adaptar su participación ante un eventual crecimiento del comercio mundial de productos agrícolas.

Por último, ambas partes acordaron negociar las cantidades de importación de productos sustitutivos de cereales para pienso animal -como el gluten e maíz- procedentes de Estados Unidos si se constatan aumentos desmesurados con respecto a la media de los años 1990-92. (efe)

En Busca de un Acuerdo Para el GATT y de Mejores Oportunidades Para Uruguay

El PAIS 8/12/93

INTENSAS GESTIONES MULTILATERALES Y BILATERALES DE ABREU EN GINEBRA

El ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu, en su calidad de presidente del Comité Político de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio), ha intensificado los contactos y conversaciones en Ginebra con el propósito de alcanzar un acuerdo global y equilibrado antes del 15 de diciembre, fecha límite para culminar las negociaciones por la liberalización del comercio mundial. Además de los contactos multilaterales, en los que se busca compensaciones a los países en vías de desarrollo de los magros resultados para eliminar el proteccionismo en la disciplina agrícola y en la política de accesos a los mercados que surgen del acuerdo entre Estados Unidos y la Comunidad Europea, Abreu también continúa gestiones bilaterales para lograr significativos avances en las posibilidades de exportación para Uruguay.



El ministro de Relaciones Exteriores de nuestro país, Dr. Sergio Abreu, captado durante la reunión que mantuvo con el director general del GATT, Peter Sutherland, en Ginebra (Laserfoto especial para EL PAIS)

El Ministro Abreu se reunió en la víspera, en entrevista privada con el Director General del GATT, Peter Sutherland, y almorzó luego con éste, el Representante de EE.UU. para Negociaciones Comerciales de los Estados Unidos, Mickey Kantor, el Canciller de Brasil, Celso Amorín, el Ministro de Comercio de Canadá y el Ministro de Comercio de Australia, Senador Peter Cook.

Abreu realizó en ambas reuniones un enérgico planteo a favor de la finalización de la Ronda Uruguay, en un marco global y equilibrado. Manifestó su preocupación por los acuerdos alcanzados por la Comunidad y los Estados Unidos en el sector agrícola y reclamó que en el marco de las negociaciones finales se compense a los países en vías de desarrollo.

En los últimos días se han intensificado las negociaciones bilaterales entre los negociadores principales de los EE.UU y la Comunidad Europea, con el fin de resolver los importantes diferendos comerciales que han obstaculizado hasta el momento la finalización de la Ronda. A tales efectos se han venido realizando conversaciones en Washington y recientemente en Bruselas. Paralelamente, el Director General del GATT ha realizado también importantes contactos, entre ellos, los celebrados con el gobierno francés.

De acuerdo con las informaciones recibidas, estos encuentros han permitido estrechar la distancia que existía entre las posiciones negociadoras de ambos socioscomerciales. Este acercamiento bilateral, en áreas donde persistían importantes divergencias, debe interpretarse como un dato positivo para las negociaciones, en la medida en que facilita la conclusión de la Ronda Uruguay en los plazos previstos.

Entre las modificaciones que se producirían en el escenario de las negociaciones, se cuenta la flexibilización del Acuerdo del Blair House, el cual ya de por sí constituía un debilitamiento de las disciplinas previstas en el Proyecto de Acta Final para el comercio agrícola.

Sin perjuicio de su condición de Presidente de la Ronda del GATT a nivel Ministerial, Abreu viene realizando intensas gestiones ante los grandes socios comerciales para lograr significativos aumentos en las posibilidades de exportación para el país. Como otros países, Uruguay evaluará hasta el último momento las concesiones que se otorguen a nivel multilateral y bilateral a fin de asumir una posición definitiva.

Abreu finalizó reafirmando la necesidad de culminar la Ronda a fin de asegurar un marco multilateral de comercio confiable. Pero manifestó también su preocupación por los logros que alcancen los países del Grupo de Río, y en especial el Uruguay. Debe mantenerse una posición de bloque y afinar las negociaciones bilaterales para compensar las modificaciones que se le han efectuado al Proyecto de Acta Final.

En los próximos días se intensificarán las negociaciones bilaterales y multilaterales en Ginebra, tanto en sus niveles técnicos como políticos. Allí se procurarán obtener los equilibrios globales necesarios para que todos los países puedan vislumbrar en el paquete final de resultados, los beneficios que hacen justificable su participación en la Ronda.

Naturalmente que no se desconoce el peso que tienen sobre las negociaciones los acuerdos alcanzados entre los grandes socios comerciales y la capacidad de negociación que poseen países como el Uruguay. Sin embargo, es indispensable que una negociación multilateral permita a todos sus participantes alcanzar beneficios recíprocos.

La Misión de Uruguay ha sido reforzada en Ginebra con técnicos de los Ministerios de Agricultura y Pesca y de Economía. Ello se hace necesario en la última erapa de las negociaciones donde las concesiones bilaterales toman mayor fuerza.

Abreu viaja a Bruselas para reiterara su planteo ante la Comunidad Europea ante el comisario para Agricultura René Steichen, con quién se reunirá el día jueves 9 de diciembre. Asimismo tiene prevista una reunión con los embajadores del Grupo de Río ante la comunidad y mantendrá conversaciones con los Embajadores del MERCOSUR allí acreditados, regresando al país el día viernes.

Mientras tanto en Ginebra, los negociadores uruguayos continuarán las negociaciones bilaterales y multilaterales hasta el día 15 de diciembre, fecha prevista para la conclusión de la ronda Uruguay.

DOCUMENTO 9400480
TITULO Países latinoamericanos protestaron por "prepotencia" de EE.UU. y Europa en el GATT.
PROC. L.R. -150023
FE. 9/12/93
VI. 510821
65890
10184

Por haber sido marginados de hecho en las últimas fases de la Ronda Uruguay

Países latinoamericanos protestaron por la "prepotencia" de EEUU y Europa en el GATT

*** Ayer se entró en la parte final, que culmina el próximo miércoles**

por Albi de Mendata (ANSA)

Varios delegados latinoamericanos protestaron ayer por la "prepotencia" de EEUU y los doce países de la Unión Europea que, tras lograr un arreglo bilateral para concluir la Ronda Uruguay del GATT al máximo dentro de una semana —tras siete años de tratativas—, comenzaron ayer las grandes maniobras finales para imponer un acuerdo general a los 115 países que toman parte aquí de las negociaciones para liberalizar los intercambios mundiales.

La de los latinoamericanos fue la más virulenta reacción de las otras áreas del mundo por haber sido marginados de hecho en las últimas fases de la Ronda Uruguay, el octavo acuerdo internacional desde 1945, que debería suscribirse la semana próxima en el marco del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT), con sede aquí.

El clima general es de cauto optimismo. El negociador de la Unión Europea, sir Leon Brittan, dijo que las posibilidades de alcanzar un acuerdo "son de un 70, tal vez un 80 por ciento".

También Jacques Delors, presidente de la Comisión Ejecutiva de la Unión Europea, dijo que era "relativamente optimista" con respecto a un acuerdo.

"La cuestión agrícola no es más el principal problema", dijo un vocero francés, y el primer ministro de París, Edouard Balladur, afirmó que "no estoy descontento con los resultados porque las negociaciones todavía no han concluido".

Francia es el país de la Unión Europea que más se enfrentó a EEUU en defensa de los subsidios agrícolas, haciendo retardar en tres años la firma del acuerdo de la Ronda Uruguay que debería facilitar el acceso multilateral a los mercados y aumentar en más de 200 mil millones de dólares el comercio internacional.

El irlandés Peter Sutherland, director general del GATT, hizo circular esta noche un nuevo proyecto de acuerdo sobre el capítulo agropecuario, el más conflictivo de los 15 sectores en que fue dividida la negociación de la Ronda Uruguay cuando los países del Acuerdo se reunieron en el balneario de Punta del Este, en setiembre de 1986.

Es la primera vez desde diciembre de 1991 que una nueva propuesta para la liberalización del comercio agrícola mundial llega a la mesa de negociaciones de Ginebra.

El proyecto fue elaborado en base a las consultas realizadas ayer aquí tras el acuerdo agrícola producido entre EEUU y la Unión Europea.

LOS MAS POBRES SERAN LOS QUE MAS PIERDAN

El texto comprende también una revisión con respecto al acceso a los mercados del arroz, que ha motivado un duro enfrentamiento con Japón y Corea del Sur. Ambos países defienden los altos subsidios que conceden a sus agricultores como una decisión para asegurar el autoabastecimiento de sus poblaciones por razones de seguridad estratégica.

El nuevo texto comprende también un nuevo capítulo sobre los productos tropicales.

Algunos observadores señalaron que las protestas de los países latinoamericanos, asiáticos y africanos apunta a obtener concesiones de último hora por parte de EEUU, la Unión Europea y Japón.

Pero la organización humanitaria británica "Ayuda cristiana" afirmó en una declaración de protesta que la apertura de los mercados prevista en la Ronda Uruguay "terminará por tener entre sus principales perdedores a los países más pobres del Tercer Mundo".

EUROPA DEFINE MAÑANA

Los cancilleres de los Doce países de la Unión Europea, la ex CEE, se reunirán mañana en Bruselas y, aunque el tema no ha sido inscripto en la agenda, deberán dar una aprobación final al acuerdo global de la Ronda Uruguay.

Francia ha pedido garantías y compensaciones en efectivo a los socios de la Unión (Alemania, Gran Bretaña, Italia, España, Portugal, Dinamarca, Irlanda, Grecia, Holanda, Bélgica y Luxemburgo), por el precio a pagar a raíz del acuerdo agropecuario con EEUU.

Las demandas ponen en una situación difícil al primer ministro germano, Helmut Kohl. Alemania sería la nación que debería pagar la cuenta más salada por las exigencias francesas.

Pero Kohl, ya debilitado por una serie de reveses electorales, deberá enfrentar en 1994 pruebas políticas muy serias, que incluyen comicios generales que podrían significarle el fin de su carrera política.

Alemania presionó fuertemente en la Unión Europea para obtener que se renegociara con EEUU, como pedía Francia, el preacuerdo agrícola entre ambas márgenes del Atlántico suscripto en la Blair House de Washington en noviembre de 1992.

Los alemanes no esperaban que, tras lograr los cambios, los franceses hicieran sorpresivas reivindicaciones económicas dentro de la Unión Europea, pidiendo nuevas garantías y compensaciones en efectivo para calmar a sus agricultores.

Furiosos funcionarios alemanes [illegible] "mismo" de las autoridades francesas y la prensa acusó a Francia de "chantaje".

El gobierno de París anunció ayer que pedirá un voto de confianza en el Parlamento sobre la Ronda Uruguay del GATT, "para que cada uno asuma sus responsabilidades".

GRUPO CAIRNS APOYA Y JAPON ADVIERTE

Los negociadores se dividieron ayer en varios sectores. Hubo intensos encuentros entre los norteamericanos y los europeos con los representantes de los catorce países del Grupo Cairns, grandes exportadores agropecuarios que no subsidian su producción. Entre ellos se encuentran cinco naciones latinoamericanas: Argentina, Brasil, Chile, Uruguay y Colombia.

El ministro de comercio australiano, Peter Cook, actual presidente del Grupo Cairns, dijo que las 14 naciones agropecuarias no se opondrían a los cambios del acuerdo de la Blair House entre EEUU y la Unión Europea, señal de que las diferencias se están superando.

Japón, Corea del Sur y Taiwan (Formosa), anunciarían en las próximas 48 horas su disposición a una apertura progresiva en el acceso al mercado del arroz.

Las tratativas más interesantes se concentraron en la víspera en el área del acceso a los mercados, en la que deberían conseguirse importantes disminuciones en las tarifas aduaneras de importación.

Las discrepancias siguen siendo fuertes en el sector textil, en los metales no ferrosos, en los productos electrónicos y en los servicios financieros. EEUU sigue defendiendo un tratamiento diferenciado a las sociedades financieras locales y extranjeras en el mercado norteamericano.

Japón lanzó ayer una severa advertencia a EEUU, que pretende incluir severas medidas antidumping (venta por debajo de los costos) en la disciplina de la Ronda Uruguay para el comercio internacional.

Koro Bessho, uno de los negociadores nipones, rechazó "cualquier pretensión" de imponer nuevas normas en materia de dumping, que apuntan a frenar la invasión de productos electrónicos y otras mercaderías japonesas y asiáticas en EEUU.

Detalles sobre el acuerdo agrícola

Los pormenores de un pacto sobre agricultura entre EEUU y la Comunidad Europea fueron presentados ante los ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad, informó desde Bruselas la agencia UPI.

El convenio, aprobado por la comisión de la Comunidad Europea, pero que aún necesita ganar el apoyo de las 12 naciones incluyendo a una escéptica Francia, podría poner fin a un largo debate sobre los subsidios a las exportaciones agrícolas que obstaculizó las conversaciones sobre comercio mundial de las 116 naciones del GATT.

Las explicaciones son extraídas del texto que el comisionado agrícola de la Comunidad Europea, René Steichen, presentó a los ministros de Exteriores, quienes se reunieron para acelerar el progreso de las negociaciones con EEUU.

Washington acepta la oferta de la Comunidad Europea sobre las tarifas, según el texto. La comunidad apoyaría las propuestas para reducir los aranceles a trigo, frutas, vegetales y quesos.

Sin embargo, EEUU está de acuerdo en hacer menos pronunciados los recortes a las exportaciones agrícolas subsidiadas, según el acuerdo de la Casa Blair, permitiendo a los agricultores de la Comunidad Europea exportar mayores cantidades de productos.

El convenio reduciría el volumen de las exportaciones subsidiadas en 21 por ciento, durante un período de seis años partiendo del nivel promedio de 1986-1990.

El documento indicó que la Comunidad Europea podría exportar 8,12 millones de toneladas adicionales de harina de trigo, 102.000 toneladas de queso; 362.000 de carne, 253.000 de aves; 16.000 toneladas de huevos y 156.000 de tabaco sin considerar las disposiciones del pacto original de Casa Blair.

El acuerdo también extiende de seis a nueve años una "cláusula de paz" en virtud de la cual EEUU no debe cuestionar el régimen de subsidios de exportación de Europa.

PARTES ILEGIBLES

9400480

01-02

9400480

Lobo suelto, cordero atado

Naciones pobres y la población marginal serán los perdedores

■ Los países más pobres y la población marginada de las naciones desarrolladas serán los perdedores, si prospera la Ronda Uruguay del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), sostiene um reciente informe preparado para una organización británica de ayuda al Tercer Mundo, informó ANSA desde Londres.

El informe, titulado "Winers and Losers" (Ganadores y perdedores), preparado por Peter Madden y John Madeley para la organización Christian Aid, plantea que el GATT incluye sistemas de compensaciones para países y poblaciones pobres.

El trabajo agrega que la Comunidad Europea será la mayor beneficiada con el crecimiento del comercio mundial en caso de que el GATT llegue a un acuerdo (213.000 millones de dólares para el año 2002). De la cifra citada: los "doce" embolsarían 80.700 millones de dólares, seguidos por Japón, con 25.000 millones y Estados Unidos, con 18.000 millones.

América Latina se favorecerá con 8.000 millones de dólares, de los cuales Brasil recibirá 3.400 millones, 300 millones para México y 4.400 para el resto.

Los mayores perdedores serán los países de Africa, con una pérdida de 2.600 millones de dólares, una cifra significativa para un continente con limitadas exportaciones y alto nivel de deuda. "Muchos de los países más pobres, en especial de Africa, nada tienen que ganar con la Ronda Uruguay (del GATT), y consideran que las conversaciones no han tomado en cuenta sus intereses, pero seguramente firmarán el Acuerdo" dice el informe. El trabajo añade que los 69 países que pertenecen al grupo de Africa, Caribe y Pacífico, cubierto por el Acuerdo de Lome, perderán ante otros países en desarrollo debido a los planes de liberalización del comercio.

El informe critica también la inclusión de la llamada protección de patentes en un acuerdo de libre comercio, y que pondría en desventaja a los países pobres, pues permitiría que grandes empresas multinacionales del sector farmacéutico o químico patenten variedades de cosechas, y en la práctica tengan control exclusivo de comercialización, cuyo material genético original proviene de países pobres.

"Empresas internacionales dedicadas al comercio de semillas podrían exigir el pago de royalties en algunas de las semillas que compran los agricultores, aún cuando la materia prima de estas semillas de alto rendimiento, que son desarrolladas en los laboratorios de países occidentales, provienen de los países del Tercer Mundo", señala "Ganadores y Perdedores".

El GATT, al establecer también un mercado libre de servicios favorecerá a los países ricos, en donde este sector es sumamente moderno, en detrimento de las empresas de países pobres, concluye el informe.

02-02

PANORAMA AGROPECUARIO

Vigilia ante el fin del Gatt

El posible y ansiado **final de la Ronda Uruguay del GATT**, la situación del mercado de ganados y carnes, y los problemas con el trigo canadiense exportado aparentemente con subsidios al Brasil son las notas salientes de la semana agropecuaria. Pero también hubo grandes novedades en otros rubros sensibles: el **precio** de los cerdos y del girasol, **que treparon increíblemente** –por distintas razones– y cierta estabilización climática que permitió avanzar en las **tareas de recolección** de la fina y siembra de la gruesa.

La cuestión de la Ronda Uruguay no siempre es percibida en su justa dimensión por los analistas agropecuarios y la gente del campo. Sin embargo, una **inversión en la tendencia de los subsidios juega un papel sustantivo en el futuro de los precios agrícolas**. La resistencia de la Unión Europea, con los franceses como abanderados, se fue diluyendo y hasta los propios galos cedieron finalmente, aunque exigiendo compensaciones de la misma Comunidad. En definitiva, el tema agrícola dejó de ser lo que **trababa** la firma del acta final. **La base** del acuerdo es el Blair House Agreemen, el documento firmado el año pasado entre EE.UU. y la **UE** para destrabar el tema oleaginosas y otros puntos.

Felipe Solá, secretario de Agricultura, Ganadería y Pesca, no se mostró muy conforme con lo que en definitiva acordaron los dos colosos agrícolas. En el reciente encuentro del **grupo de Cairns** (integrado por los países que no subsidian su producción) en Ginebra, se acordó seguir adelante con la defensa de la tesis de Arthur Dunkel, más liberalizadora que el Blair House, dejando a este como una alternativa a considerar una vez se satisfagan las demandas de acceso a mercados de los miembros del grupo.

Blair House diluido

El acuerdo entre americanos y europeos implica una **dilución adicional** del Blair House. Solá informó que el jueves había sido llamado por **Peter Cook**, ministro de Comercio Exterior australiano, que preside el grupo de Cairns y ha dado junto con el argentino la batalla final contra la cerrada posición europea, tras el encuentro de octubre en Ginebra.

Cook le pidió autorización para solicitar, en nombre de la Argentina y otros países miembros, **compensaciones específicas** por el menoscabo que significa firmar un acuerdo algo distinto al que se había previsto, ya que todos descontaban que el Blair House no sufriría nuevas alteraciones. Al correrse la frontera, "se abre un espacio para legítimos reclamos de los países productores", dijo Solá.

Pero está pendiente el tema de acceso a mercados, donde la delegación argentina en Ginebra concentra sus esfuerzos. Según transmitió el propio Solá, son muy importantes los avances bilaterales con los Estados Unidos. En ese sentido, recordó que en el contexto del **acuerdo NAFTA** celebrado entre EE.UU., Canadá y México, se introduce el concepto de regiones libres de plagas –contra el tradicional de "país libre"–, con lo que se abre la posibilidad de exportar carne vacuna proveniente de la Patagonia, zona libre de aftosa.

Sigue la carne.

En materia de **ganados y carnes**, la lucha continúa. Ocupó un buen rato la atención de los ministros de Agricultura provinciales reunidos en el Consejo Federal Agropecuario. Allí, el titular de la SAGyP hizo una firme defensa de la política de carnes inaugurada el año pasado, conocida como "corte por lo sano".



Carlos Alberto Medrano y José Weber, ministros de Agricultura de La Pampa y Santa Fe, junto con Felipe Solá, titular de la SAGyP, y colaboradores.

Esta política **fue jaqueada** hace un par de meses por la provincia de Buenos Aires, cuyo ministro de la Producción Carlos Brown elaboró su propia norma.

Para **José Weber**, ministro de Agricultura de Santa Fe, su provincia tiene un **50%** de capacidad de faena ociosa y sería muy afectada por la existencia de una doble norma, pues la hacienda se correría a las plantas en las que hay menos presión sanitaria e impositiva. Por eso sostiene la necesidad de una normativa única a nivel nacional. Su colega pampeano, **Carlos Alberto Medrano**, hizo una encendida defensa del corte por lo sano, y cuestionó la actitud del funcionario bonaerense ya que el año pasado –dijo– firmó un compromiso con las otras cuatro provincias involucradas (Entre Ríos, Santa Fe, Buenos Aires y Córdoba, las cinco provincias pampeanas que por su peso en el sector frigorífico fueron las que iniciaron el nuevo sistema) para intercambiar información y formular recomendaciones. Para Medrano, Brown "se retiró unilateralmente, un año después de poner esto en marcha y cuando lo que había que hacer, para superar las cuestiones que se presentaban, era profundizar en las exigencias".

Solá, que presidió la reunión del Consejo, indicó que se aprobó una recomendación para crear una **Comisión de Carnes**, en el seno del organismo federal para avanzar en el corte por lo sano hacia el resto del país, y perfeccionar las acciones en las cinco provincias debutantes.

Mientras tanto, el titular de la **Federación Gremial del Personal de la Carne, Carlos Etchehún**, propuso al Gobierno y a los empresarios "un acuerdo sectorial" que permita delinear una política de carnes, y lamentó que "los verdaderos empresarios de la carne encuentran en los aventureros y los negreros una poderosa, persistente y desleal competencia que los arruina y manda a la quiebra".

También la **Sociedad Rural Argentina** terció en el tema ganadero, manifestando su preocupación por el alargamiento de los plazos de pago, la existencia de operadores de escasa solvencia, la caída de los precios del ganado y "la aplicación de nuevas normas desde octubre de 1992 que profundizó los perjuicios".

Mientras tanto, los precios de los cerdos subieron "a lo chancho" esta semana en Liniers, sorprendiendo a productores y autoridades. Para la SAGyP, la explicación de las subas del 15%, tiene que ver con la prohibición de las denominadas "ventas al oído", una norma habitual en ese recinto. El nuevo régimen –elaborado por el organismo oficial y consensuado con productores y chacinadores– aporta **transparencia** y otorga mejores posibilidades en la concreción de negocios.

Canadá y el trigo

El **trigo canadiense**, exportado al Brasil aparentemente con la ayuda de subsidios, fue otro de los ejes de la semana. Solá instruyó a Eugenio Díaz Bonilla, consejero agrícola de la Embajada argentina en Washington, para que se traslade a Ottawa a discutir el punto con las autoridades canadienses.

Estas niegan los subsidios, pero un estudio realizado por los estadounidenses antes de la aprobación del NAFTA marcaba las ayudas que reciben los agricultores canadienses. El trigo argentino se cotiza en estos momentos a **130** dólares, pero los exportadores aseguran que podría subir rápidamente a **150** dólares si se despejase el problema. Brasil ha adquirido 1,4 millones de toneladas de trigo a Canadá, a un precio FOB de 104 dólares, bien por debajo de la cotización argentina. Canadá niega el subsidio, pero hay un reclamo diplomático argentino, que además presiona al gobierno brasileño para que aplique medidas compensatorias.

Se cierra la "Ronda Uruguay" del GATT

EL TERCER MUNDO: "AFEITADO Y SIN VISITA" (II y Final)

Luego de una larga prédica de siete años, nuestros gobernantes se encuentran ante la evidencia que la "Ronda Uruguay" del GATT no era más que una burla sangrienta a los países exportadores de productos agrícolas. Ya es tarde para sus lamentos. Sumisamente darán su voto al vergonzoso arreglo que, para regocijo de las transnacionales, han acordado EEUU y la C.E.E.. La "zahahoria" que ahora ponen delante del "burro" son las graciosas concesiones comerciales que nos harán. Señores gobernantes: a hacer reverencias ante el altar del dinero...

Ayer esquematizamos bevemente el proceso que vivió esta Octava Ronda de Negociaciones del GATT y el verdadero papel que jugó la cuestión del comercio agrícola en ella.

Hoy intentaremos señalar las reales implicancias de los demás aspectos que, aunque casi desconocidos para la opinion pública, constituyen el núcleo del acuerdo desde el punto de vista de las transnacionales (ver también LA JUVENTUD 400, 401, 402 y 405 del 24, 25, 26 y 30 de noviembre de 1993).

IMPORTANCIA DEL COMERCIO DE SERVICIOS, DE LA INVERSION EXTRANJERA Y LA PROPIEDAD INTELECTUAL

No se requiere gran profundidad de análisis para hacer conciencia de la importancia que, para los países capitalistas desarrollados, poseen los tres temas "ocultos" de la "Ronda Uruguay" del GATT.

Sólo se requiere examinar la información respecto a la evolución del comercio mundial y de las características últimas que presenta el desarrollo de las economías de los países "centrales" con sus consecuencias sobre nuestras sociedades.

De una somera observación de la evolución de los grandes fenómenos económicos internacionales se desprende que el sector más dinámico del comercio mundial ya no es el del intercambio de bienes materiales tradicionales.

De la misma forma que la industria en los países desarrollados reduce sus dimensiones a través de un acelerado proceso de concentración del capital, apoyado en y condicionado por la adopción de tecnologías que multiplican la productividad del trabajo gracias a la robótica y la informatización, la importancia de los "servicios" en el conjunto de la actividad económica crece aceleradamente.

Dicho proceso, muy avanzado en las potencias económicas capitalistas dominantes, se extiende rápidamente al conjunto del planeta, impulsado por el fenómeno de globalización que registra la economía internacional con el avance de las transnacionales y la imposición de las políticas de liberalización y desregulación que ellas promueven.

Simultáneamente, el proceso de acelerada "innovación" científico-tecnológica que caracteriza la evolución del capitalismo durante estos últimos años, ha desplazado el dinamismo económico hacia nuevas áreas y concentrado los "descubrimientos", a niveles inéditos, en los "laboratorios de investigación y desarrollo" de las transnacionales o de las instituciones por ellas financiados.

UN VERGONZOSO ACUERDO SELLARA LA OCTAVA RONDA DEL GATT

La exacerbación de la competencia entre gigantescas empresas que conciben sus estrategias a nivel global ha dado como resultado un notable fenómeno de "acercamiento" entre dos ámbitos tradicionalmente separados; la investigación científica y el desarrollo de nuevos productos, técnicas de producción y métodos de gestión empresarial.

A su vez, el surgimiento de nuevas áreas de desarrollo; particularmente la ingenería y la biogenética ha abierto un nuevo campo donde la manipulación de material viviente se transforma en fuente potencial de incalculables ganancias para las transnacionales.

Como puede comprenderse, en un mundo donde las barreras fronterizas para las actividades de esos enormes monstruos económicos tienden a ser eliminadas, el establecimiento de normas internacionales que consagren y otorguen status jurídico a tal realidad, hasta ahora impuesta por la vía de los hechos, constituye para ellos una prioridad absoluta.

Libertad de circulación universal para los servicios; el sector más dinámico del comercio internacional.

Garantías para la inversión extranjera que den seguridad a las transnacionales para ubicar sus inversiones en aquellas áreas del mundo que estimen más convenientes para sus intereses estratégicos.

Normas universalmente reconociadas sobre la propiedad intelectual que aseguren a las grandes transnacionales los derechos sobre las "innovaciones" desarrolladas en sus laboratorios.

Todo ello se halla consagrado en los acuerdos del GATT que cerrarán "exitosamente" la Octava Ronda.

El compromiso de un "comercio regulado" entre los grandes "bloques económicos" mundiales en el marco de la liberalización de las economías del Tercer Mundo terminan de conformar un "arreglo" vergonzoso que cohonestarán los dóciles gobiernos de nuestros países.

COMPETENCIA ENTRE MISERABLES POR LOS "FAVORES" DE LAS "FORTALEZAS" LEVANTADAS POR LA OPULENCIA

Ahora, con nuestro Canciller y Presidente de la "Ronda Uruguay" del GATT, Sergio Abreu, al frente los gobiernos de los países del Tercer Mundo, se agolparán en las puertas de los gobiernos de EEUU, la C.E.E. y el Japón para mendigar alguna ventaja comercial para sus respectivos productos de exportación impedidos de penetrar las "murallas" levantadas por los poderosos para proteger sus espacios económicos nacionales o regionales.

Es la situación ideal. Penetrarán a las "fortalezas" quienes ellos deseen y en la medida que no molesten. Los gobiernos de los países del Tercer Mundo deberán competir entre sí para ganar los "favores" de los poderosos.

Y guay de quien ose violar los [illegible] del GATT, imponer alguna barrera de protección a su producción nacional o algún subsidio a sus exportaciones, reglamentar el ingreso o la salida de capitales, limitar la circulación de servicios, proteger sus mercados a través de normas referidas a la propiedad intelectual.

Como sostuvo el Dr. Philip Crosby, uno de los tantos "gurús" modernos que recorren el mundo cosechando dólares a cambio de lugares comunes bajo el misterioso título de "calidad total"; ese fetiche que se agita para consumo de incautos.

"Los gobiernos deben crear la infraestructura y asegurar el flujo de información para los inversores extranjeros, deben eliminar cualquier tipo de reglamentaciones y el resto ... viene por añadidura".

El "resto" son los capitales, el progreso y el bienestar generalizado que, cual mitológicos Papa Noel, traen en sus elegantes maletas esos simpáticos, elegantes y "modernos" personajes que sólo hablan inglés: los ejecutivos del gran capital transnacional.

En América Latina, los pueblos conocen hace décadas los "beneficios" del capital extranjero cuando nadie garantiza los intereses de nuestras naciones y sus habitantes. También a los "marines" que usualmente custodian sus intereses. (Fin)

JULIAN GONZALEZ

La Juv. 12/12/93

SIN ACUERDOS EN EL COMERCIO AUDIOVISUAL

La conclusión de un acuerdo en la Ronda Uruguay que regule el comercio audiovisual sólo será posible al más elevado nivel político debido a la pugna que libran en Ginebra EEUU -con el apoyo de Japón- y la UE en torno a la inclusión de la "especifidad cultural".

Esta fue la opinión expresada a EFE por numerosos negociadores, quienes consideran que la única solución que se vislumbra es una intervención ministerial a raíz del "bloqueo" reinante en esas conversaciones que se celebran bajo el paraguas del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

El sector audiovisual, junto al de la aviación civil, fueron las principales cuestiones sobre las que no pudieron sellar un compromiso el pasado lunes en Bruselas el representante de Comercio estadounidense, Mickey Kantor, y su colega de la Unión Europea (UE), Leon Brittan.

Precisamente ayer, sendos negociadores relanzaron con su presencia en Ginebra una ofensiva diplomática en la que se intentan zanjar las diferencias en materia de liberalización del comercio audiovisual, uno de los capítulos todavía por resolver para la adopción de los acuerdos de la Ronda Uruguay, prevista para el próximo día 15.

Ya que Estados Unidos ha encontrado en Japón su mejor aliado para luchar contra el intento de la UE de incluir la cláusula de respeto de la "especificidad cultural" del comercio audiovisual, no estará de más la intervención del ministro de Asuntos Exteriores japonés, quien también llegó a la ciudad helvética.

El asunto será con toda probabilidad negociado a cuatro bandas en la reunión que los ministros de la Cuadrilateral (EEUU, Japón, UE y Canadá) celebrarán este fin de semana en Ginebra en la que en lo que respecta el conflicto audiovisual partirán en condiciones de equidad, puesto que el Gobierno de Montreal es uno de los pocos que defiende la posición de "Los Doce" frente a la alianza Washington-Tokio.

Tan sólo Canadá y Australia han expresado abiertamente su apoyo a la propuesta de la Unión Europea - la única existente en la mesa de negociaciones sobre servicios audiovisuales-, que cuenta entre sus más acérrimos detractores a países latinoamericanos como México.

De acuerdo con la propuesta sobre servicios audiovisuales presentada el jueves de forma oficial en Ginebra y a la que tuvo acceso EFE, la UE pide que "el proceso de liberalización debe desarrollarse con el debido respeto de los objetivos de la política nacional".

"Esos objetivos pueden verse afectados de forma adversa -cuando están relacionados con el sector audiovisual y la preservación de los valores culturales de miembros a nivel regional, nacional o subnacional- por un proceso destinado a lograr de forma progresiva un mayor nivel de liberalización", agrega la UE en la propuesta rechazada por EEUU.

Añade el documento comunitario que "por lo tanto, en futuras rondas de negociaciones se deberá reconocer de forma total los requerimientos específicos para mantener o desarrollar esos valores culturales en el sector audiovisual, cuando se considere necesario por los miembros afectados.

Al texto inicial sobre comercio de servicios en el que se destaca que "los miembros reconocen que los subsidios pueden tener efectos distorsionadores en el mercado de servicios en ciertas circunstancias, el texto de "Los Doce" añade que "los miembros tienen que ser flexibles en esta área en lo que respecta a la aplicación de los objetivos de política nacional reconocidos, cuando los afectados así lo requieran".

La UE añade en el capítulo de exenciones que los acuerdos de coproducción en el sector audiovisual, podrán mantenerse por un período superior a diez años, considerando su limitado impacto económico, su extendido uso y su primordial naturaleza cultural.

El jefe negociador de la UE ante el GATT, Hugo Paemen, subrayó a EFE que "no haremos concesiones en lo que respecta a la especifidad cultural en esta negociación".

Delegados de diversos países latinoamericanos declararon a EFE que "puede lograrse un compromiso al más alto nivel político en las próximas horas para lo que posiblemente se mercadeará entre concesiones en audiovisual y en los servicios de transporte marítimo", cuestión ésta última que todavía enfrenta a EEUU y la UE".

"Mediante los tres artículos que pretende modificar, la UE quiere un tratamiento específico que no va alterar en nada la situación. Se trata de una cuestión política y no técnica, ya que se ha creado una historia innecesaria que se ha convertido en una bola de nieve que no acaba nunca", comentó a EFE un negociador de un país latinoamericano.

Concluyó que "la inclusión del término cultural es un elemento demasiado vasto que poco tiene que hacer en un acuerdo internacional sobre servicios que no pone en tela de juicio sino que defiende la preservación de las identidades culturales y los subsidios". EFE

LQ DVV. 12/12/93

A 48 horas de que venza el plazo final

América Latina firmará acuerdo por GATT pese a que la perjudica

Cuando faltan 48 horas para el plazo final de la Ronda Uruguay del GATT, los países latinoamericanos han dado señales de que, pese a su insatisfacción con los términos del acuerdo, igualmente firmarán el texto para fijar un nuevo orden en el comercio internacional.

Los latinoamericanos, que son productores agrícolas, no sólo no tendrán un buen resultado en su reclamo de que terminen los subsidios europeos a la agricultura, sino que tampoco hay muchas posibilidades de que mejore su acceso a los mercados internacionales. El comisionado europeo de Agricultura, Rene Steichen, dijo que estudiará los reclamos de los países agrícolas pero que ve "poco espacio" para nuevas concesiones.

El sábado, el llamado Grupo de Río, que reúne a la mayoría de los países latinoamericanos, emitió una declaración en la cual manifiesta su "preocupación" por el hecho de que las negociaciones entre Estados Unidos y la Unión Europea han ignorado los intereses de los países agrícolas.

El entendimiento entre estadounidenses y europeos implica que los recortes a la aplicación de subsidios para las exportaciones agrícolas serán más lentos de lo previsto, y que por nueve años no se podrán aplicar medidas compensatorias contra dichas prácticas desleales de comercio.

Los países latinoamericanos proclamaron su insatisfacción ante la falta de receptividad de sus principales socios comerciales, pero de todas maneras dejaron constancia de su satisfacción por los avances registrados en la negociación global.■

Se atrasaría el acuerdo del GATT

Pese al optimismo reinante, el negociador europeo León Brittan dijo en Bruselas que la negociación de la Ronda Uruguay puede estirarse más allá de mañana, fecha prevista para finalizarla. Peter Sutherland, titular del GATT, se mostró optimista, pero desde Ginebra. El clima de expectación mostró un contrapunto en las declaraciones en esas dos ciudades, sedes de la Unión Europea y del GATT respectivamente

BRUSELAS y GINEBRA (AFP, DPA, EFE y Reuter). — A solo 24 horas de la fecha tope para finalizar la Ronda Uruguay del GATT, todavía ayer estaba en duda si los representantes de los 116 países miembros estamparán mañana la firma que finalizará con esta prolongadísima fase de negociaciones, comenzada en 1986 en Punta del Este.

Peter Sutherland, el titular del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT, en su sigla inglesa) e impulsor de que la fecha **15 de diciembre a las 23 horas** operara como un ultimátum, estaba confiado. Sin embargo, el negociador de la Unión Europea (nuevo nombre de la Comunidad, a partir de diciembre), **León Brittan**, dijo que **tal vez hagan falta más días para completar los acuerdos**, que tienen a esa región y a Estados Unidos como los principales protagonistas.

La presidencia belga de la Unión Europea habló del "pacto de caballeros" del continente para que se tome una decisión unánime, **"aunque no sea el 15 de diciembre"**, según el canciller belga **Willy Claes**, quien considera que la clave pasa ahora por el **tema textil**. Recién **mañana por la mañana definirán su posición**.

"No puedo creer que la disputa audiovisual, por ejemplo, pueda impedir el mayor acuerdo en la historia mundial del comercio. Brittan me prometió lo del 15", dijo ayer Sutherland. El sector **audiovisual** es uno de los puntos **no consensuados** aun entre europeos y EE.UU., que sí solucionaron el tema que trabó por años el acuerdo: **la cuestión agrícola**, contemplada en el pacto de Blair House por el cual **Europa reducirá en los próximos 6 años en un 21%** sus exportaciones subsidiadas a EE.UU.

Otros de menor importancia, pero igualmente sin criterio compartido en torno a la reducción de trabas arancelarias o al tratamiento en el intercambio, son **la aviación civil, la propiedad intelectual, el transporte marítimo, la organización que remplazará al GATT y pequeños detalles complementarios de la agricultura.**

De aquí para allá

Brittan viajó de Bruselas a Ginebra para negociar con el delegado de EE.UU., el secretario **Mickey Kantor**, y luego de entrevistarse con él durante varias horas regresó a Bruselas, anoche, para informar a los europeos. En Suiza, el jefe de la delegación europea, **Hugo Paemen**, dijo que no se alcanzará un trato final hasta que su representante Brittan regrese a Bélgica y reciba el aval de todos los europeos, luego de lo cual el funcionario viajará nuevamente a Ginebra, sede del GATT.



León Brittan, negociador europeo en el GATT.

"No estamos satisfechos todavía con algunos equilibrios", dijo Brittan.

Para apoyar sus declaraciones, varios funcionarios del continente también formularon declaraciones en la antesala del edificio Charlemagne, donde esperaron ansiosos el informe del comisario. "Brittan hizo un buen trabajo, **pero no todo está arreglado**", expresó el ministro francés de Comercio e Industria, **Gerard Longuet**. El canciller francés, **Alain Juppe**, también relativizó la fecha del miércoles.

Españoles y portugueses dijeron también que habrá que esperar a la reunión de mañana para ver si todas las demandas europeas están contempladas. **Portugal**, por ejemplo, criticó duramente a Brittan por "no defender intereses" de su país, cuyos habitantes **dependen en un 10% del sector textil**.

El líder británico **John Major**, el presidente francés **François Mitterrand**, y el premier alemán **Helmut Kohl** se comunicaron ayer con el presidente de Estados Unidos, **Bill Clinton**, para que dé todo el espacio de maniobra posible a su equipo negociador, encabezado por Kantor, para cerrar la Ronda Uruguay.

"Apoyo crítico" de la Argentina a la rebaja de subsidios en el GATT

Aunque aún hay "dificultades por resolver" entre EE.UU. y Europa, mañana se firmaría el acuerdo de comercio internacional.

"Acuerdo crítico." Esa es oficialmente la posición de la Argentina ante las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT, cuyo plazo de conclusión vence mañana a medianoche en Ginebra. Las delegaciones de 115 países están a punto de alcanzar un entendimiento global que pondría fin a siete años de tratativas, y el director del Acuerdo General de Aranceles y Comercio, Peter Sutherland, ya ordenó la impresión del texto completo del Acta Final. Pero el negociador europeo León Brittan admitió que todavía quedan "dificultades por resolver" con EE.UU. en los sectores de textiles, transporte marítimo, aeronáutica, organización mundial de comercio y política audiovisual, lo que obligaría a [illegible] las negociaciones más allá [illegible]coles.

El embajador argentino Juan Archibaldo Lanús planteó concretamente el respaldo al acuerdo agrícola entre Estados Unidos y Europa, supeditado a que se obtengan mejores condiciones de acceso a los mercados. La fórmula fue adoptada "para que el acuerdo sea el comienzo de un proceso de integración de la agricultura al sistema comercial mundial con reglas claras para todos".

La Argentina considera que el entendimiento en materia agrícola entre **EE.UU. y la Unión Europea es un retroceso respecto del acuerdo preliminar de Blair House, alcanzado en noviembre de 1992. Este, a su vez, contemplaba sólo parcialmente los reclamos de reducción de subsidios a** las exportaciones de ese sector.

Pese a esa crítica la Argentina reconoció que "las principales mejoras estructurales consisten en que la agricultura se encauza dentro de normas internacionales de comercio". Además –añadió Lanús– otro dato positivo es que se concertó un programa para reducir el proteccionismo que ejercen Europa y Estados Unidos. Concretamente, la CEE se comprometió a reducir los subsidios en un 21 por ciento en los próximos seis años.

A cambio del apoyo a ese acuerdo bilateral entre europeos y norteamericanos, la Argentina reclamó en negociaciones bilaterales con ambos (y también ante Japón) un mejor acceso de los productos agrícolas e industriales nacionales a esos mercados.

Entre los documentos que ordenó imprimir Sutherland –unas 450 páginas que se difundirán hoy, en las que aún se observan algunos blancos– figura el acuerdo marco de servicios pero sin los apartados referidos a los sectores audiovisual y financiero, a la espera de las tratativas de último momento. "Prepárense para una larga noche", dijo ayer el portavoz de Brittan a la prensa a su llegada a Ginebra, antes de iniciar una nueva ronda negociadora con el estadounidense Mickey Kantor. El primer ministro británico, John Major, pidió al presidente de EE.UU. que dé todo el margen de maniobra posible a sus negociadores para facilitar el acuerdo. Bill Clinton se comunicó también con el canciller alemán, Helmut Kohl, y el presidente francés, François Mitterrand.



Peter Sutherland, director del GATT, ya ordenó imprimir el acta.
Los subsidios agrícolas se reducirán un 21 por ciento en seis años.

Al informar sobre las tratativas a los representantes de los doce países europeos, Brittan se consideró satisfecho por las ofertas de los países en desarrollo. Ejemplificó que Corea del Sur reducirá en 40 por ciento sus derechos de aduana y aplicará tarifas del 10 por ciento, igual que Singapur, mientras Hong Kong las ubicará en un 35 y los latinoamericanos las mantendrán entre un 25 y un 35 por ciento. Japón y Corea, a su vez, aceptaron abrir sus mercados a importaciones limitadas de arroz.

Pese a los avances, el problema subsiste porque Europa demanda tiempo para concluir el acuerdo y Sutherland aclaró que "la fecha del 15 no es extensible".

Nº. DOCUMENTO 9400487
TITULO Acta final del GATT de Europa y EE.UU terminó sin acuerdo.
PROCEDENCIA L.H. - 150015
FECHA 14/12/93
510821
65890
10184

Acta final del GATT de Europa y EE.UU. terminó sin acuerdo

Sutherland marcó fin de hora; Japón cedió abrir mercado de arroz

El plazo final para cerrar las negociaciones de la Ronda Uruguay del GATT concluyó ayer de noche sin que Estados Unidos y la Unión Europea lograran acuerdos en los sectores audiovisuales, aviación civil, industria textil y financieros.



Morihiro Hosokawa sólo explicó que la Ronda Uruguay del GATT no fallará por culpa de los japoneses; ellos acordaron la apertura de mercados, ahora están tranquilos.

Madrid (EFE)

La impresión de texto completo del Acta Final de la Ronda Uruguay comenzó dos horas después del cierre del plazo que figuraba el acuerdo de servicios, pero sin especificaciones en los citados temas, a la espera de posteriores nogociaciones entre la Unión Europea y EE.UU. que se resolverían antes del próximo miércoles, informó un portavoz del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), David Woods.

Previamente, Peter Sutherland, Director General del GATT, advirtió que ***"las negociaciones deben concluir a las 22:00 GTM del día lunes y la Ronda Uruguay concluirá oficialmente el 15 de diciembre a la medianoche en Ginebra".***

Aunque el plazo técnico marcado por Sutherland ya ha vencido y comenzó la impresión del Acta Final, los negociadores de EE.UU. y la Unión Europea mantienen sus conversaciones sin descanso, ya que los acuerdos a que lleguen podrán figurar como anexos o "correcciones" al Acta Final de la Ronda Uruguay del GATT.

El inconveniente de esta fórmula será que los acuerdos europeo-estadounidenses deberán ser examinados y aceptados por los otros 106 países participantes en las negociaciones de la actual Ronda del GATT.

Respecto a si se puede producir un bloqueo en la firma del Acta Final, el próximo miércoles, Woods indicó que **"siempre existe el peligro, pero ésta es una hipótesis cada vez más lejana debido a la existencia ya sobre la mesa de un texto consolidado"**

El texto del Acta Final incluye 45 elementos individuales, entre ellos acuerdos, decisiones y declaraciones que configurarán un texto en tres idiomas de entre 400 y 450 páginas.

En el capítulo del sector audiovisual, EE.UU. reclama a la Unión Europea que no aplique la cuota de programación europea, el 60 por ciento, durante las hora de máxima audiencia y que no se regule la imposición de un canon sobre las cintas de casetes vírgenes.

El Ministro español de Asuntos Exteriores, Javier Solana, especificó que **"quedan algunos temas pendientes", como el tratamiento que se dará a productos de nuevas tecnologías en este campo, tales como las bibliotecas de videosatélite".**

Estos aspectos se representan como los más controvertidos y difíciles de resolver, ya que en las últimas horas se registraron avances en el capítulo de aviación, en el que EE.UU. pide a los europeos que limiten las subvenciones a las industrias aeronáuticas y a las líneas aéreas civiles.

Sin embargo, a última hora, se agudizó el problema en el sector textil ya que el Gobierno portugués ha anunciado que vetará un acuerdo del GATT en la votación, que deberá ser por unanimidad, si no se modifican los términos actuales.

Francia y España apoyan las tesis portuguesas que piden una prolongación del periodo de suspensión del Acuerdo Multifibras de diez a quince años y la reducción de "picos tarifarios" en, al menos, unos 40 productos.

Con especial agrado se recibió ayer la noticia de que Japón está dispuesto a abrir parcialmente su mercado de arroz a las importaciones en un plazo de seis años, periodo durante el cual se efectuarán importaciones mínimas del cuatro al ocho por ciento del consumo nacional.

PLAZO DEL GATT CONCLUYO SIN ACUERDO EN VARIOS CAPITULOS

El plazo final para cerrar las negociaciones de la ronda Uruguay del GATT concluyó ayer lunes a las 20.00 horas GMT sin que Estados Unidos y la Unión Europea (UE) lograran acuerdos en los sectores audiovisuales, aviación civil, industria textil y financieros.

La impresión del texto completo del Acta Final de la Ronda Uruguay comenzó dos horas después del cierre del plazo figura el acuerdo marco de servicios, pero sin especificaciones en los citados temas, a la espera de posteriores negociaciones entre la UE y EEUU que se resolverían antes del próximo miércoles, informó el portavoz del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), David Woods.

Aunque el plazo técnico marcado por Sutherland ya ha vencido y comenzó la impresión del Acta Final, los negociadores de EEUU y la UE mantienen sus conversaciones sin descanso, ya que los acuerdos a que lleguen podrán figurar como anexos o «correcciones» al Acta Final de la Ronda Uruguay del GATT.

El inconveniente de esa fórmula será que los acuerdos europeo-estadounidenses deberán ser examinados y aceptados por los otros 106 países participantes en las negociaciones de la actual Ronda del GATT.

Respecto a si se puede producir un bloqueo en la firma del Acta Final el próximo miercoles, Woods indicó que «siempre existe el peligro, pero ésta es una hipótesis cada vez más lejana debido a la existencia ya sobre la mesa de un texto consolidado».

El texto del Acta Final incluye 45 elementos individuales, entre ellos acuerdos, decisiones y declaraciones que configurarán un texto en tres idiomas de entre 400 y 450 páginas.

En el capítulo del sector audiovisual, EUU reclama a la UE que no aplique la cuota de programación europea (60 por ciento) durante las horas de máxima audiencia y que no se regule la tecnología de futuro (cable y satélite), al tiempo que reclama la imposición de un canon sobre las cintas de casete vírgenes.

A última hora se agudizó el problema en el sector textil, ya que el gobierno portugués ha anunciado que vetará un acuerdo del GATT en la votación, que deberá ser por unanimidad, si no se modifican los términos actuales.

Francia y España apoyan las tesis portuguesas, que piden una prolongación del periodo de supresión del Acuerdo Multifibras (AMF) de diez a quince años y la reducción de «picos tarifarios» en al menos unos 40 productos.

Al margen de las negociaciones entre EEUU y la UE, los restantes participantes en la Ronda lograron en los últimos días a nivel multilateral numerosos acuerdos.

Peter Sutherland subrayó que «en las últimas 17 horas de negociación se han logrado acuerdos textuales en sectores como la agricultura, así como en subvenciones, salvaguardias, (medidas) antidumping, inversiones relacionadas con el comercio, obstáculos al comercio, medidas sanitarias y fitosanitarias, y la Organización Multilateral de Comercio».

Ronda Uruguay no colma esperanzas de América Latina

por Andrés Pérez,
enviado especial de AFP

■ La Ronda Uruguay, que quedó lista para aprobación tras el acuerdo euro-norteamericano de ayer, no colma las grandes esperanzas de liberalización del comercio mundial que había puesto América Latina, región netamente exportadora y desarmada unilateralmente de aranceles q[illegible]ería abrir los mercados ricos para consolidar su resurgimiento económico. Los países latinoamericanos manifiestan su satisfacción por la globalidad de los acuerdos de liberalización, que reducen en un tercio los aranceles mundiales, incluyen parcialmente a agricultura y servicios en el régimen liberal de intercambios, clarifican normas antidumping y crean una Organización Multilateral del Comercio (OMC), entre otras disposiciones. No obstante, se estiman lesionados en sus intereses allí donde eran más vitales, especialmente en el tema de las exportaciones agrícolas y las de productos tropicales, además de ciertos productos manufacturados. Las "excepciones" al acuerdo textil anunciadas este martes, cuyos detalles todavía no se conocen, y los escasos avances en la liberalización del transporte marítimo, podrían venir a sumarse a la lista de agravios de los países latinoamericanos.

Por el contrario, la mayoría de los países latinoamericanos mira con tranquilidad la excepción de dieciocho meses que los europeos concedieron a los norteamericanos en los servicios financieros, ya que tienen ese sector claramente abierto.

La "pesadilla" de los países de la región en la Ronda Uruguay ha sido sin duda el preacuerdo agrícola euro-norteamericano de Blair House (diciembre de 1992) y su posterior revisión la semana pasada. Al renegociar Blair House, los dos gigantes comerciales elevaron el nivel monumental de exportaciones agrícolas subsidiadas que se autorizan mutuamente hasta el año 2.000, haciendo más amargo un trago que los países en desarrollo habían tenido que aceptar por una cuestión de "realismo político", en palabras del director general del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT), Peter Sutherland. El Blair House renegociado, aún manteniendo el objetivo de reducir en un 21% los contingentes subvencionados, pondrá en el mercado mundial 15,6 millones de toneladas de productos agrícolas subsidiados más (8,1 millones para la CEE y 7,5 millones para Estados Unidos).

A Quiénes Beneficia el Acuerdo del GATT

GINEBRA, 14 (Reuter).— El nuevo tratado de comercio del GATT aumentará en 200.000 a 300.000 millones de dólares los ingresos mundiales —más del uno por ciento del Producto Bruto Mundial— en un período de 10 años a partir de 1995, según estimaciones oficiales.

Los mayores ingresos para los 117 estados que aprobarán el pacto surgen de una reducción en las tarifas globales, a un promedio del tres por ciento contra el actual cinco por ciento, y de la eliminación de gran número de barreras comerciales.

A continuación se detallan los beneficios por sector.

AGRICULTURA

El acuerdo agrícola dentro del tratado beneficiará principalmente a la Comunidad Europea y su eficiente sector agrícola, con un incremento de U$S 30.000 millones en sus ingresos netos.

Los ingresos netos de Japón, que abrirá progresivamente a las importaciones su mercado de arroz y otros sectores agrícolas protegidos, aumentarán en 22.000 millones de dólares. En cuanto al Tercer Mundo, retrocederá en su mayor parte en alrededor de U$S 1.500 millones.

TEXTILES

Estados Unidos y las economías del ex bloque soviético aparecen como los beneficiarios del desmantelamiento del Acuerdo Multifibras en un período de 10 años. Los consumidores norteamericanos gozarán de precios más bajos y el ex bloque soviético de mejores oportunidades de exportación. Los ingresos netos subirán, respectivamente, en 22.000 millones y 20.000 millones de dólares.

SERVICIOS

El ex bloque soviético también saldrá ganancioso de la liberalización de los servicios, por un monto de aproximadamente 13.000 millones de dólares, en la medida que se vuelvan más eficientes los mercados poderosamente protegidos. Los ingresos netos de la CE, en particular Gran Bretaña y Francia en su carácter de importantes exportadores en la materia, mejorarán en 7.000 millones de dólares, y los de Estados Unidos, en 2.000 millones de dólares. En último término figuran Australia y Nueva Zelanda.

AUMENTOS EN LOS INGRESOS NETOS POR REGION

	U$S millones
Comunidad Europea	61.000
Ex Bloque Soviético	37.000
Estados Unidos	36.000
Japón	27.000
Tercer Mundo	16.000
Agroexportadores (excluyendo los antes citados)	12.000
Europa Occidental (excluyendo la CE)	8.000
Agroimportadores (excluyendo los antes citados)	7.000
Canadá	4.000
Australia Nueva Zelanda	2.000

Estas estimaciones no toman en cuenta beneficios intangibles debidos al fortalecimiento de las normas que restringen el uso arbitrario de los impuestos antidumping, las que reglamentan los derechos de propiedad intelectual y las reformas a los procedimientos para zanjar las disputas comerciales.

ANÁLISIS DE LAS TENDENCIAS DE LOS MERCADOS INTERNACIONALES

Expectativas sobre GATT no inciden en los mercados

LOS MERCADOS INTERNACIONALES no registraron grandes variaciones durante la pasada semana, en que las expectativas sobre la Ronda Uruguay del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) próxima a culminar, no parecen ser fuente de incertidumbre para la mayor parte de los mercados de acciones, divisas y Bonos.

Luego de siete años de idas y venidas los mercados financieros se encuentran bastante cansados, opinaron algunos especialistas, y ni siquiera en Europa —donde hay más en juego— el acuerdo provocó mayor euforia.

Al parecer los mercados ya incorporaron la aprobación del acuerdo y lo único que podría provocar un desequilibrio sería el fracaso de las negociaciones.

El dólar se mantuvo oscilante, sin un comportamiento definido durante los últimos siete días respecto a las divisas europeas y el yen, aunque esta semana comenzó con cierta firmeza.

Punta a punta el dólar ganó un 0,8% frente al marco y un 1,3% respecto al yen. Si bien existen expectativas de que se recorten los intereses alemanes esta semana, las expectativas se están trasladando hacia el mes de enero y por lo tanto el dólar logró mantenerse firme respecto al marco.

Los datos económicos estadounidenses a publicar esta semana deberían ser relativamente buenos y como resultado el dólar se mantendría firme. Sin embargo, el mercado está bastante reducido con las vacaciones en puerta; ya se respira la atmósfera de fin de año.

Si bien existiría un fenómeno estacional de debilidad del dólar a fin de año, impulsado por la repatriación de capitales, esta tendencia no se verifica hoy día como una década atrás. De acuerdo a Prudential Securities, en los pasados cinco años no existe una caída real del dólar hacia fin de año. ■

El mayor beneficio lo obtiene Europa

GINEBRA (Reuter) — El nuevo tratado de comercio del GATT aumentará 200.000 a 300.000 millones de dólares los ingresos mundiales —más del 1% del producto bruto mundial— en un período de 10 años a partir de 1995, según est[illegible]iciones oficiales.

Los mayores ingresos para los 117 estados que aprobarán el pacto surgen de una reducción en las tarifas globales, a un promedio del 3% contra el actual 5% y de la eliminación de barreras comerciales.

Los beneficios por sector son los siguientes: • Agricultura. El acuerdo beneficiará principalmente a Europa y su eficiente sector agrícola, con un incremento de 30.000 millones de dólares en sus ingresos netos.

Los ingresos netos de Japón, que abrirá progresivamente a las importaciones su mercado de arroz y otros sectores agrícolas protegidos, aume[illegible] en 22.000 millo[illegible] En cuanto al Tercer Mundo, retrocederán en su mayor parte en alrededor de 1.500 millones. • Textiles. Los EE.UU. y las economías del ex bloque soviético aparecen como los beneficiarios del desmantelamiento del Acuerdo Multifibras, pero en un período de 10 años.

• Servicios. El ex bloque soviético también saldrá ganancioso de la liberalización de los servicios, por un monto de aproximadamente 13.000 millones, en la medida que se vuelvan más eficientes los mercados poderosamente protegidos. Los ingresos netos de Europa, en particular Gran Bretaña y Francia en su carácter de importantes exportadores en la materia, mejorarán en 7.000 millones, y los de EE.UU., en 2.000. En último término figuran Australia y Nueva Zelanda.

En cuanto a los ingresos netos por región los cálculos son estos: Unión Europea, 61.000 millones; ex bloque soviético, 37.000; EE.UU., 36.000; Japón, 27.000; Tercer Mundo, 16.000; agroexportadores (excluyendo los antes citados), 12.000; Europa occidental no comunitaria, 8.000; agroimportadores (excluyendo los antes citados), 7.000; Canadá, 4.000, y Australia y Nueva Zelanda, 2.000 millones de dólares.

♦ **América latina**

La culminación de la Ronda Uruguay no colma las expectativas de América latina, región netamente exportadora, afectada por proteccionismo y desarmada unilateralmente de aranceles, dijeron fuentes de la región que están en Ginebra. Todavía no ha habido un pronunciamiento oficial, pero los negociadores de la región tratan con socios bilaterales las demandas que no se lograron a nivel multilateral. El acuerdo de Blair House en materia agrícola, por ejemplo, los ha perjudicado.

La Argentina y sus socios del Mercosur comprometieron una rebaja arancelaria de hasta el 35% promedio para terceros, con excepciones a una tasa inferior varias posiciones arancelarias. La Argentina excluyó de la reducción los aportes estatales al Servicio Nacional de Sanidad Animal, el Fondo del Tabaco y los institutos Nacional de Semillas, Nacional de Tecnología Agropecuaria y de Sanidad y Calidad Vegetal.

NEGOCIADORES SATISFECHOS

GATT: firma con

GATT — EL ACUERDO EUROPA - EE.UU.

	ACUERDO	ACUERDO PARCIAL	EXCLUSION
● **AGRICULTURA** - Las exportaciones subvencionadas serán reducidas en 21 % en 6 años. - Seguirá vigente la Política Agrícola Común (PAC) de Europa. - EE.UU. abrirá parcialmente los mercados porcino, avícola, y de frutas y verduras.	X		
● **AERONAUTICA** - Se limitarán las ayudas públicas a los fabricantes de aviones civiles.		X	
● **AUDIOVISUAL** - Las producciones audiovisuales no serán consideradas como simples mercancías - Protección de los intereses culturales de los diferentes países.			X
● **ORGANIZACION** - Creación de una Organización Mundial del Comercio (OMC), como sucesora del GATT, que tendrá funciones de arbitraje.	X		
● **SERVICIOS MARITIMOS**			X
● **SERVICIOS FINANCIEROS** - Libertad de radicación para los bancos y seguros. Estados Unidos obtuvo 18 meses de plazo para abrir sus mercados.		X	
● **TEXTILES** ● **ACCESO A LOS MERCADOS**	EN SUSPENSO...		

AFP Infografía - Patrice Deré

PARTES PERFORADAS

01-02

9400492

temas pendientes

Los negociadores de Estados Unidos y Europa acordaron cerrar la Ronda Uruguay del GATT en la fecha prevista, a pesar de que muchos temas quedaron en la agenda sin resolver. De todas maneras, la rúbrica de un acuerdo considerado histórico permitió acariciar el éxito a los negociadores de los bloques y hasta al mismo presidente Bill Clinton, a quien le expiraba el mandato para presentar ante el Capitolio los términos del convenio con los europeos.

GINEBRA (AFP, ANSA, AP, EFE, DPA y Reuter). — **Todo está listo para que la Ronda Uruguay del GATT finalice hoy** —el día límite— tras 7 años de negociaciones que se aceleraron vertiginosamente en las últimas semanas. Ayer, tras maratónicas reuniones, **la Unión Europea y Estados Unidos alcanzaron contrarreloj un acuerdo global** que, aun cuando **deja pendientes ciertos puntos del comercio bilateral y multilateral**, despejó el camino para que **los 117 estados miembros del organismo rubriquen un histórico pacto para el intercambio**.

El Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT), que con esta fase de negociaciones dejará paso a una nueva **Organización de Comercio Multilateral (OCM)**, atravesó últimamente por serios problemas de entendimiento en el marco de la dificultades económicas que atraviesan muchos países industrializados, el auge del proteccionismo y la tensión producida por el surgimiento de bloques regionales que, en parte, podrían amenazar la vigencia de pautas mundiales.

Peter Sutherland, quien asumió hace pocos meses la titularidad del organismo, había fijado con carácter de ultimátum la fecha del **15 de diciembre** para el cierre de la Ronda Uruguay (el GATT tuvo varias rondas de negociaciones a lo largo de su historia), y hoy se verá cumplida su aspiración. EE.UU., que por su peso político es determinante en el organismo, también tenía urgencia pues hoy vence el mandato otorgado al presidente **Bill Clinton** por el Capitolio para esta negociación. Y en general, todos los países miembros corrían el riesgo de desacreditar esta experiencia multilateral.

Por eso más allá de las asignaturas pendientes del pacto trabajosamente alcanzado por europeos y estadounidenses —los dos pesos pesados del GATT— **se acordó no pasarse de la fecha prevista para alcanzar esta victoria política** de todos quienes impulsaron la exitosa conclusión de la Ronda.

León Brittan, de la Europa unida, y **Mickey Kantor**, representante comercial de EE.UU., anunciaron el acuerdo satisfactoriamente, luego que ellos y sus técnicos pasaran virtualmente toda la noche de ayer negociando en Ginebra. La misma satisfacción evidenció Sutherland, quien ya ordenaba la redacción del documento final de la Ronda que se difundirá mañana con las **nuevas directivas de reducciones arancelarias para el mundo**, esparcidas a lo largo de 450 páginas.

Brittan y Kantor hablaron de un **"amplio acuerdo"**, al que los observadores llaman el mayor de la historia en cuanto a la liberalización del comercio internacional. El precio que pagaron fue dejar para más adelante las tratativas de los temas pendientes, que hasta ayer amenazaban —del lado europeo— con no terminar el día 15.

♦ **Cómo quedó**

El sector **agricologanadero** (ver infografía), que había sido la piedra de la discordia los últimos años, fue negociado mediante el acta de **Blair House** de 1992 entre EE.UU. y Europa y cerró en el GATT, a pesar de las críticas de países como los latinoamericanos y otros exportadores mundiales que pretendían mayor liberalización. En otros temas de la agenda también se avanzó, pero lo que falta negociar ahora requerirá seguir discutiendo duramente por la cantidad de intereses en juego.

● En el **comercio audiovisual**, por ejemplo, EE.UU. y Europa no lograron zanjar diferencias. El primero, que ha penetrado significativamente los espectáculos en Europa, quiere abrir más los mercados y someter al sector a las reglas del GATT. Los europeos luchan por preservar su identidad y sus intereses comerciales en el sector. Aparentemente, EE.UU. bajó sus pretensiones y el tema quedó fuera de la Ronda Uruguay, lo cual fue duramente criticado en el país, en especial por la industria cinematográfica nucleada en **Hollywood** (a Ginebra viajó como lobbysta el habitual maestro de ceremonias en la entrega de los Oscar, **Jack Valenti**. "Estoy enfurecido", dijo). En cambio, en París esta indefinición se vivió con algarabía. Kantor y Brittan dijeron, sobre el punto, que **"acordaron discrepar"** acerca de las barreras europeas a los programas de televisión y películas de EE.UU. y los subsidios pagados a la industria.

● **En aviación civil y transporte marítimo**, otros dos ítem todavía pendientes, se sentaron las bases de un acuerdo que se negociará posteriormente a la firma de la Ronda. Este tema se justificó porque **la inclusión del sector servicios en el GATT es una novedad.**

● **En textiles**, el debate sobre apertura de los mercados sigue en curso. **Hasta fines de 1995 las grandes potencias comerciales siguen protegiendo su mercado gracias al acuerdo multifibras que fija cuotas de importación de productos provenientes de países no desarrollados.**

● **En servicios financieros**, EE.UU. observará durante 18 meses cómo otros países se abren a los seguros y la banca mundiales. Luego se estudiará una compatibilización a nivel mundial. En este punto, las fricciones mayores fueron con los asiáticos, con Japón en primera fila.

Tokio, justamente, presentó su lista de compromisos en el GATT, que pasan por productos agrícolas como el arroz (con baja de aranceles al 36%), forestales (50%), de pesca (33%) y otros industriales y mineros.

Nº DOCUMENTO 9400493
TITULO EE.UU y CE llegaron a un acuerdo comercial global.
E.OBS - 150483
15/12/93
510841
65890
12640

Nuevo tratado de comercio del GATT generaría US$ 200.000 millones de intercambio

EEUU y CE llegaron a un acuerdo comercial global y hoy finalizará la Ronda Uruguay



Mickey Kantor y Leon Brittan

Tras 26 horas de arduas negociaciones anunciaron un acuerdo

Estados Unidos y la Comunidad Europea anunciaron ayer que llegaron a un "amplio acuerdo" superando las diferencias que habían obstaculizado hasta el momento la firma del mayor paquete de reformas comerciales de la historia, lo que despejó el camino para que la Ronda Uruguay culmine exitosamente en el plazo previsto antes de la próxima medianoche.

Sin embargo, las dos mayores potencias comerciales del mundo no pudieron acortar sus discrepancias sobre el sector audiovisual, que quedará fuera del acuerdo final que los 115 países firmantes del Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio (GATT) deben terminar antes que finalice el día de hoy.

El acuerdo fue firmado tras una reunión que se extendió toda la noche entre el representante comercial de Estados Unidos, Mickey Kantor y su colega de la CE, Leon Brittan.

En tanto, Peter Sutherland se manifestó "muy satisfecho" por la conclusión de las negociaciones bilaterales. "Estoy convencido de que la Ronda Uruguay concluirá, a pesar de los asuntos que quedan pendientes, mañana (por hoy) miércoles", sostuvo.

Kantor y Brittan anunciaron su acuerdo bilateral ayer tras 26 horas de negociaciones ininterrumpidas y expresaron su disposición "a trabajar codo con codo en la conclusión de la Ronda Uruguay con éxito".

Kantor calificó de "acuerdo histórico" el entendimiento alcanzado, "que fue más allá" de todo lo previsto cuando se lanzó la Ronda Uruguay hace siete años, "ya que los aranceles disminuirán el 50% y no el 33%".

"La conclusión de la Ronda es esencial para crear empleo en EEUU y el resto del mundo, así como para poner en circulación millones de dólares", afirmó el representante norteamericano.

Según cálculos del Banco Mundial el éxito de la Ronda Uruguay puede expandir la economía mundial en unos 200.000 millones de dólares.

Kantor instó a los gobiernos de los 115 países participantes en la Ronda a "tener la valentía, la visión política y la decisión que nosotros tuvimos, porque el beneficio final es muy grande".

A todo esto, el presidente norteamericano Bill Clinton calificó el acuerdo de "victoria histórica", al tiempo que reiteró que no aceptará "un mal acuerdo en el GATT, pero no repararemos en los esfuerzos para conseguir un buen acuerdo".

01-03

9400493

Los países desarrollados serán los mayores beneficiarios de los efectos del nuevo marco de comercio mundial

El nuevo tratado de comercio del GATT aumentará en 200.000 a 300.000 millones de dólares los ingresos mundiales —más del 1% del producto bruto mundial— en un período de diez años a partir de 1995, según estimaciones oficiales.

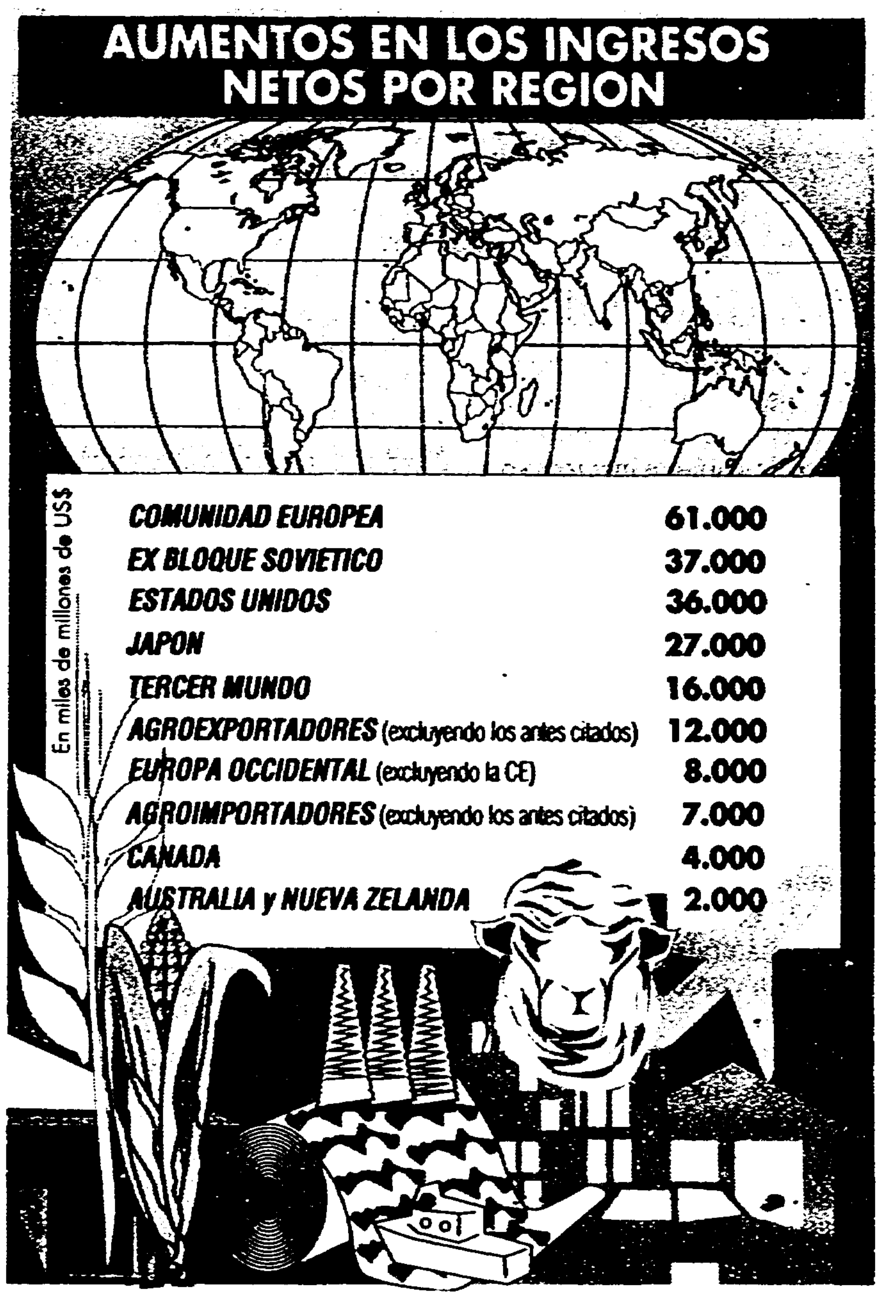
Los mayores ingresos surgen de una reducción en las tarifas globales, a un promedio del 3% contra el actual 5%, y de la eliminación de gran número de barreras comerciales.

Los siguientes son los detalles de los beneficios por sector:

Agricultura: El acuerdo agrícola dentro del tratado beneficiará principalmente a la CE y su sector agrícola, con un incremento de 30.000 millones de dólares en sus ingresos netos. Los ingresos netos de Japón, que abrirá progresivamente a las importaciones su mercado de arroz y otros sectores agrícolas protegidos, aumentarán en 22.000 millones de dólares. En cuanto al Tercer Mundo, retrocederá en su mayor parte en alrededor de 15.000 millones de la divisa norteamericana.

Textiles: Estados Unidos y las economías del ex bloque soviético aparecen como los beneficiarios del desmantelamiento del Acuerdo Multifibras en un período de diez años. Los consumidores norteamericanos gozarán de precios más bajos y el ex bloque soviético, de mejores oportunidades de exportación. Los ingresos netos subirán, respectivametne, en 22.000 millones y 20.000 millones de dólares.

Servicios: El ex bloque soviético también saldrá ganancioso de la liberalización de los servicios, por un monto de aproximadamente 13.000 millones de dólares. En la medida que se vuelvan más eficientes los mercados poderosamente protegidos. Los ingresos netos de la CE, en particular Gran Bretaña y Francia en su carácter de importantes exportadores en la materia, mejorarán en 7.000 millones de dólares, y los de Estados Unidos, en 2.000 millones de dólares. En último término figuran Australia y Nueva Zelanda. ■ *(Reuter)*



Pospusieron diferencias

Sobre el sector audivisual Brittan explicó que "tras intensas negociaciones fracasadas hemos decidido conjuntamente no aplicar la política del GATT en este sector", a lo que Kantor agregó que "estuvimos de acuerdo en que no estamos de acuerdo, porque para nosotros, la difusión de cine, televisión y de grabación de sonido son fundamentales porque afectan a millones de trabajadores".

El representante de Comercio estadounidense subrayó que a pesar de no haber conseguido un acuerdo, Washington seguirá luchando para que todos los ciudadanos "tengan las libertades que hemos defendido".

El ministro francés de Cultura, Jacques Toubon, se congratuló ayer de la exclusión del capítulo audiovisual del GATT, gracias a una "excepcional movilización de todos los que están detrás de los negociadores franceses".

Ambos negociadores se felicitaron por los acuerdos conseguidos bilateralmente en aviación civil y transportes marítimos, sectores en los que solamente se sentaron las bases y queda mucho por hacer, porque como reconoció Brittan, la inclusión del comercio de los servicios en el GATT es totalmente nueva.

Brittan y Kantor destacaron la importancia de haber logrado el acuerdo para el establecimiento de la Organización Multilateral de Comercio que "regulará los intercambios comerciales libres y justos, regidos por normas y disciplinas internacionalmente acordadas y evitará así la ley de la jungla".

La posibilidad de un acuerdo global aumentó con la decisión de Japón de ceder ante la presión internacional y permitir la importación de arroz, a pesar de la oposición de sus agricultores.

A todo esto, el director general del GATT, el irlandés Peter Sutherland, dijo: "Debo felicitar la perseverancia de Mickey Kantor y Leon Brittan, ya que como consecuencia de sus negociaciones, algunas propuestas han sido introducidas en áreas muy sensibles de la Ronda Uruguay que requerirán del acuerdo de todos los participantes".

Sutherland citó en particular las propuestas de EEUU y la CE en materia de servicios financieros, textiles y propiedad intelectual.

La actual ronda de negociaciones del GATT, la octava en la serie, es la más ambiciosa de todas, dada su cobertura geográfica y sectorial, y además por los objetos que persigue.

Según muchos especialistas comerciales, su conclusión permitirá la mayor liberalización de la historia del comercio mundial, e impondrá también mayor disciplina comercial, lo que fomentará el crecimiento económico. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de AP y EFE)*

03-03

9400493

SUTHERLAND CERRO LA RONDA URUGUAY

La Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio) concluyó ayer, miércoles, a las 18.35 GMT, tras siete años de negociaciones multilaterales, con un seco martillazo propinado por el director general, Peter Sutherland y que simboliza la aprobación por consenso del Acta Final.

Poco antes de dar el martillazo simbólico que anunciaba la conclusión de la Ronda, el director general del GATT, Peter Sutherland, afirmó que «el 15 de diciembre de 1993 será considerado un día histórico para redefinir la Economía moderna y la Política histórica».

En un mundo cambiante tras el fin de la guerra fría, «habéis invertido en el futuro», manifestó Sutherland a los representantes de los países, una veintena de los cuales tomó la palabra para expresar su satisfacción o interés en que éste sea un primer paso para continuar luchando por la reducción de las barreras arancelarias que obstaculizan el comercio.

«El mundo eligió la apertura en lugar del conflicto y en qué sistema basará su economía futura, ya que el creado tras la Segunda Guerra Mundial con las Instituciones de Breton Woods era incompleto y le faltaba llenar vacíos para afrontar los nuevos desafíos», afirmó el director general del GATT.

Las perspectivas de aumento en la creación de empleo por el flujo de intercambios comerciales se concretan en la aprobación de un acuerdo que afecta a más del 60 por ciento de la producción mundial de bienes industriales y agrícolas, según destacó Sutherland en su intervención ante el CNC.

«Cada sector ha sido negociado con la participación de todos los países, pero sobre todo con elevada contribución de los países en desarrollo, contribución vital que refleja nuevas oportunidades en nuevas áreas importantes de la economía mundial, que fueron incluidas por primera vez en el GATT», añadió.



Peter Sutherland tuvo la satisfacción de «bajar el martillo» a la Ronda Uruguay del GATT.

Sutherland no se olvidó de agradecer a la prensa su contribución al éxito de las negociaciones comerciales multilaterales «por su seguimiento contínuo e incansable que contribuyó a un resultado que origina el aumento de la cooperación».

La reducción conseguida de subsidios debería conducir a mercados más sostenidos en el mundo y ayudar a la fluidez de los intercambios comerciales mundiales y se ha llevado a las normas del GATT la regulación del comercio de los textiles.

Además, los resultados en acceso a los mercados para los bienes «representan un gran logro en la historia del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio, porque esperamos que la reducción arancelaria sea de casi un 40 por ciento».

Sutherland no olvidó mencionar el esfuerzo efectuado por numerosos países en desarrollo «que emprendieron reformas desde que empezó la Ronda para conseguir una mayor integración en los mercados mundiales».

El director general concluyó cifrando en el 95 por ciento el total del comercio mundial que se verá asegurado por las consolidaciones tarifarias negociadas en los últimos años y adoptadas hoy «y que representan una enorme ventaja para la estabilidad de los mercados».

«La Ronda Uruguay ha ido más allá que cualquier otra en la extensión de las normas de comercio internacional, llevando los principios del GATT a zonas que antes no alcanzaba y estableciendo un mecanismo de solución de diferencias que aumentará la credibilidad en el sistema multilateral. Habéis invertido en el futuro», declaró Sutherland.

A las 550 páginas del Acta Final, que contiene los acuerdos logrados en los diversos sectores afectados por el comercio, se suman los escenarios básicos conseguidos en Servicios y Acceso a los Mercados, cuyas ofertas podrán mejorarse en el futuro.

Principales puntos

■ El Acta final de la Ronda Uruguay, que se compone de unas 550 páginas, enumera las grandes decisiones de orden general que tomaron los 117 países miembros del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) para liberalizar el comercio mundial, informó AFP desde Ginebra.

Este documento se divide en una treintena de capítulos referentes a sectores precisos como la agricultura, los servicios y el textil, que por primera vez se integran en el GATT, pero también a las soluciones generales de funcionamiento del comercio en materia de propiedad intelectual, de código de las subvenciones o de arbitraje de los conflictos.

El Acta final no incluye las propuestas individuales de los países en materia de reducción de los aranceles sobre sus mercancías y de apertura de sus mercados en materia de servicios. Estas propuestas figurarán como anexo al Acta final, que tendrá un millar de páginas suplementarias.

Estos son los principales puntos del Acta final, cuyo resumen fue difundido a la prensa:

Organización Mundial del Comercio: Creado en 1947, el GATT se fundirá en una Organización Multilateral del Comercio (OMC). Será una verdadera institución responsable de la supervisión y la liberalización del comercio internacional, cuando el GATT sólo es un acuerdo provisional.

La nueva OMC tendrá el mismo carácter institucional que el Banco Mundial o el Fondo Monetario Internacional (FMI), principalmente, vigilará la aplicación de los acuerdos de la Ronda Uruguay y supervisará la solución de los conflictos comerciales.

Agricultura: Este sector se integra en el GATT por primera vez. El Acta final insiste en la necesidad de liberalizar este mercado y disminuir las políticas de subvenciones a la agricultura.

Después del acuerdo entre Estados Unidos y la Unión Europea (Blair House), el volumen de las exportaciones subvencionadas se reducirá en un 21%. Los países tendrán que abrir sus mercados hasta un 3% del consumo interno y después hasta un 5% de este mismo consumo. Esta obligación se calculará por grandes categorías de productos. Las barreras no arancelarias (normas reemplazadas por derechos de aduana. Estos últimos se reducirán de un 24% en diez años en los países desarrollados.

El capítulo agrícola insiste también en la necesidad de que los países miembros del GATT adopten normas elevadas en materia de protección sanitaria y fitosanitaria, que no deberán transformarse en armas proteccionistas.

Finalmente, prevé compensaciones (ayuda alimentaria y financiera) para los países más pobres, que se verán afectados por un alza de los precios de sus importaciones agrícolas tras la reducción de las exportaciones subvencionadas.

Textil: El Acta final prevé la liberalización del comercio textil, actualmente muy protegido. El acuerdo multifibras (AMF), que permitía que los países industrializados protegiesen sus mercados contra las exportaciones de los países de bajos salarios, gracias a cuotas de importación, será progresivamente eliminado (en diez años).

El desmantelamiento del AMF se traducirá en una entrada masiva en los mercados occidentales de textiles a buen precio producidos en los países en vías de desarrollo. En caso de aumento de las importaciones de textil en un país dado, que pudiesen amenazar a corto plazo su industria textil, se podrán decidir medidas de salvaguarda.

Aranceles en general: El Acta final prevé que la reducción de los aranceles (salvo la agricultura) se pueda efectuar en cinco etapas de un año cada una. La totalidad de la reducción tendrá que ser efectiva de aquí al año 2.000.

Servicios (bancos, seguros, turismo, obras públicas...): Los servicios, que representan más del 20% del comercio mundial, se integran por primera vez al GATT. Están sometidos a los principios generales del acuerdo pero se podrán hacer excepciones, como pidió Estados Unidos. Así tendrán la posibilidad de condicionar la apertura de sus mercados financieros a las concesiones recíprocas de sus asociados. El audiovisual y el transporte marítimo no serán liberalizados.

Medidas Anti-Dumping: Sin embargo, el Acta final endurece un cierto número de reglas de funcionamiento del comercio internacional principalmente el arsenal anti-dumping (exportación de un producto a un precio inferior al practicado en el país de origen). El anterior ciclo de negociaciones del GATT (Tokyo Round) ya formuló un código anti-dumping, pero este código se ha reforzado principalmente gracias a una definición más precisa del dumping y vinculada a los perjuicios sufridos por los importadores.

Propiedad Intelectual: El reglamento de la propiedad intelectual (protección de los derechos de autor, de las marcas, de las patentes, lucha contra la falsificación) se integra por primera vez en el GATT. Los países desarrollados tendrán un año para conformarse a los nuevos reglamentos, los países de transición (como los de Europa del este) dispondrán de cinco años y los países menos desarrollados de diez.

Solución de los Conflictos: El sistema se ha endurecido y prevé un mayor automatismo para nombrar comisiones de arbitraje que resuelvan los conflictos. Estas comisiones tendrán que trabajar con rapidez, seis meses en general, tres en caso de urgencia. Los perdedores ya no podrán bloquear la adopción de decisiones de los grupos de arbitraje. Se necesitará un "consenso" para rechazar las conclusiones. Se instituirá un órgano de apelación para que los Estados puedan protestar las decisiones de los grupos de arbitraje.

01-02

"El mundo eligió la apertura y la cooperación en vez de la incertidumbre y el conflicto", anunció Sutherland

Aprobaron por unanimidad Acta Final de Ronda Uruguay del GATT

Los 117 países que participaron en las negociaciones del GATT aprobaron el miércoles en Ginebra, por unanimidad, el Acta Final de la Ronda Uruguay, que consagra la más ambiciosa liberalización del comercio mundial de la historia. A las 19:35 hora local (16:35 hora de Uruguay), el director general del, GATT Peter Sutherland, de acuerdo a la tradición, dio un golpe de martillo para expresar que se había llegado al consenso general, bajo los nutridos aplausos de todos los países. "El mundo eligió la apertura y la cooperación en vez de la incertidumbre y el conflicto", señaló Sutherland.

Ginebra (de nuestras agencias)

■ El director general del GATT, Peter Sutherland, anunció oficialmente ayer que 117 países llegaron a un acuerdo sobre un tratado comercial mundial que significará "más comercio, más inversiones, más trabajo y un mayor crecimiento del ingreso para todos".

Sutherland hizo estas declaraciones en el acto de clausura de las negociaciones de la Ronda Uruguay del Acuerdo General de Comercio y Tarifas Aduaneras (GATT), iniciadas hace siete años. Según Sutherland, "productores y consumidores, inversionistas y comerciantes de todas partes resultarían gananciosos". Asimismo anunció oficialmente la creación de una Organización Mundial de Comercio (OMC) "con poderes a la medida de las difíciles tareas que le asignamos".

Al inaugurar una sesión final del Comité de Negociaciones Comerciales, el principal grupo de las negociaciones, Sutherland dijo que la OMC "deberá vigilar que el orden comercial que hemos negociado sea efectivamente fortalecido y eficientemente administrado".

La confianza de los productores, comerciantes y consumidores en la estabilidad del nuevo orden comercial creado por la Ronda Uruguay "seguramente se verá reforzada por nuestra decisión de darle a ese orden una sólida base institucional".

Según Sutherland el sistema de posguerra establecido en Bretton Woods estaba basado en tres pilares, incluido el sistema multilateral de comercio, pero su construcción era "incompleta". "La creación del OMC llenará ese vacío", dijo.

"La Ronda Uruguay fue más lejos que cualquier otra negociación para extender y reforzar la ley en el comercio internacional", agregó.

El nuevo Acuerdo General de Comercio y Servicios (GATS) brindará un marco para el "proceso continuo de liberalización" basado en un tratamiento por naciones y no en la discriminación. Asimismo añadió que al ser incluida la agricultura en el GATT y al aplicarse las tarifas a los productos agrícolas, 95% de las mercaderías y productos mundiales en ese rubro serán sometidos ahora a "tarifas comerciales obligatorias".

"Las tarifas aduaneras bajarán de alrededor 40%", añadió.

"El mundo eligió la apertura y la cooperación en vez de la incertidumbre y el conflicto", concluyó Sutherland.

Para embajador argentino "el mejor acuerdo es el posible y no el que imaginamos"

Este nuevo GATT es bueno para América, destacó Bill Clinton

(De nuestras agencias)

■ El presidente Bill Clinton elogió al acuerdo sobre Comercio Internacional alcanzado ayer en el GATT, afirmando que aunque Estados Unidos no obtuvo todo lo que quería, marcó un paso adelante hacia la renovación de su economía. "Este acuerdo elimina las barreras a los bienes y servicios estadounidenses alrededor del mundo. Significa nuevas oportunidades, más trabajos y mejores ingresos", dijo el presidente.

"Este nuevo GATT es bueno para América", agregó Clinton.

Durante una conferencia de prensa en la Casa Blanca, el presidente dijo que ya notificó al Congreso sobre su intención de firmar el acuerdo que reducirá las tarifas arancelarias en todo el mundo.

Durante su próximo período legislativo, el Congreso estadounidense tendrá un plazo de 90 días para aprobar el pacto, sin realizar ajustes. Clinton admitió que el acuerdo, alcanzado tras siete años de intensas negociaciones, "no consiguió todo lo que queríamos", citando en particular a las industrias de cine y televisión, los seguros y la banca.

"Pero el acuerdo del GATT de ahora tiene las cualidades de un buen acuerdo debido a que beneficiará a nuestra nación y reúne nuestros requerimientos, dijo Clinton. También el mandatario estadounidense elogió la aprobación del acuerdo, luego de la reciente ratificación del Tratado de Libre Comercio para América del Norte (Nafta), calificándolo como otro paso adelante para colocar a Estados Unidos en la senda del crecimiento económico. "Desde el fin de la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos no había logrado acuerdos de comercio de tanto significado como estos. Este nuevo acuerdo corona un año de renovación económica para nuestra nación", afirmó Clinton.

ARGENTINA: ALGO ES ALGO

El embajador argentino en Ginebra, Juan A. Lanus, declaró que "el mejor acuerdo no es el que nos imaginamos, sino el acuerdo posible" en la reunión de delegados de 117 países que aprobó el Acta Final de la Ronda Uruguay este miércoles en Ginebra.

"Si bien el acuerdo final refleja de manera parcial las aspiraciones que tiene la República Argentina, tenemos plena conciencia de que el mejor acuerdo no es que nos imaginamos, sino el acuerdo posible", declaró Lanus.

El embajador señaló que "todos hemos contribuido a dar más certeza y transparencia a una economía mundial que se globaliza" y destacó que la "Ronda Uruguay ha puesto un freno a las peligrosas tendencias proteccionistas y a las conductas unilaterales".

"Son los países en desarrollo y especialmente aquellos con economías emergentes los que con más convicción y menos retórica aceptan los desafíos y las obligaciones de una economía mundial integrada", añadió.

Mundo en desarrollo: esperanzas satisfechas a medias en el GATT

por Christine Buhagiar de AFP

■ Lanzada simbólicamente en 1986 en Punta del Este, en un país en desarrollo, la Ronda Uruguay debería finalmente responder sólo parcialmente a las esperanzas del mundo en desarrollo, que tuvo muchas dificultades para defender sus intereses ante las grandes potencias comerciales.

Muchos de esos países estuvieron en primera línea en el combate por la liberalización del comercio, tras haber abierto sus mercados para dinamizar sus economías y aliviar el peso de la deuda gracias a sus exportaciones.

Pero muy a menudo durante los siete años de negociaciones del acuerdo, los países en desarrollo fueron puestos ante el hecho consumado y tuvieron que resignarse a aceptar las decisiones de las grandes potencias, y eso pasando por alto las reglas del GATT (Acuerdo General de Comercio y Tarifas Aduaneras), que fijan que todas las decisiones importantes deben ser tomadas por el conjunto de los países que participan en las negociaciones.

El ejemplo más evidente será sin duda el del acuerdo agrícola de Blair House, negociado entre EEUU y la Unión Europea y después reformado por ambas superpotencias. Ni un solo país en desarrollo pudo decir una palabra aunque el comercio de productos agrícolas es vital para muchos de ellos. Pese al alud de protestas, Blair House fue finalmente avalado por los 117 países participantes en el GATT. "Nosotros lo hicimos por realismo político", dijo un dirigente latinoamericano, porque, globalmente, según él, la Ronda Uruguay debería ser positiva para la mayoría de los países en vía de industrialización. Para muchos países, como México, Argentina, Brasil y otros, que ya desde hace años aplican la política de apertura de sus mercados, "la Ronda Uruguay permitirá aportar compensaciones", estimó el embajador de Brasil, Felipe Lampreia.

El acceso a los mercados de los países industrializados será más fácil.

Según un estudio reciente del GATT, los países desarrollados proponen en promedio una baja de por lo menos 23% de sus derechos de aduana a los productos que importan del mundo en desarrollo.

En algunos sectores, que importan mucho a los países en desarrollo, como la madera, los juguetes y el papel, las grandes potencias decidieron eliminar todos los derechos aduaneros en diez años.

Globalmente positiva para los países en vía de industrialización, la Ronda Uruguay debería resultar un pesado fardo para las economías de los países menos avanzados, sobre todo para los países africanos.

Nº DOCUMENTO 9400496

TITULO Final de la Ronda: aprobaron el mayor acuerdo comercial mundial

PROC[illegible] E.P. – 15[illegible]

FE[illegible] 16/12/93

VI[illegible] 510821

<u>Ovacionado el Director del GATT</u>

FINAL DE LA RONDA URUGUAY: EL MAYOR ACUERDO COMERCIAL

* Todo Comenzó en Punta del Este en 1986

GINEBRA, 15 (AP). — Los negociadores de 117 países concluyeron hoy un histórico acuerdo comercial g[illegible]al destinado a sacar a la economía mundial de s[illegible]ancamiento, mediante la reducción de aranceles y otras barreras al comercio.

Peter Sutherland, director general del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), fue ovacionado cuando dio por terminada la Ronda Uruguay de negociaciones, en que se aprobó el "acuerdo de mayor envergadura jamás concertado".

"Levantaré este mazo y daré por concluida la Ronda Uruguay, que fue un éxito al cabo de siete años", dijo Sutherland, mientras daba el mazazo ante nutridos aplausos y el destello de las cámaras. Las negociaciones del GATT comenzaron en el balneario uruguayo de Punta del Este en 1986.

"Estoy convencido de que esta fecha será considerada un momento definitivo en la historia económica y política moderna", dijo. "Hoy el mundo eligió la apertura y la cooperación en lugar de la incertidumbre y el conflicto".

El documento de 400 páginas será firmado formalmente en Marrakech, Marruecos, en abril. El acuerdo, llamado a entrar en vigor en 1995, encara ahora el difícil proceso de aprobación por la legislatura de cada país. En Estados Unidos, el Congreso no podrá iniciar el debate correspondiente antes del 15 de abril.

El acuerdo eliminaría los aranceles a miles de mercancías, desde partes de computadores a patatas.

Ex[illegible]día por primera vez las normas que rigen el co[illegible]mundial para que abarquen los productos ag[illegible] y el sector de servicios como la banca y el turismo. Incluye nuevos reglamentos destinados a frenar la venta de productos por debajo de su costo (dumping) y una mejor protección de patentes y propiedad intelectual.

Establecerá una nueva Organización Mundial de Comercio con mayores facultades que el GATT, que sería eliminado. Fue posible acordar establecer esa agencia luego que Estados Unidos quedó satisfecho de que ese organismo no podrá anular las leyes del comercio de ese país.



Peter Sutherland "bajó el martillo" en Ginebra. (Associated Press).

En los últimos días de negociaciones fue necesario acordar numerosas fórmulas de transacción entre varios países que buscaban proteger sus principales industrias ante la competencia del exterior.

Aún así, Sutherland dijo que el acuerdo surgido de la Ronda Uruguay de negociaciones "significaría un mayor comercio mundial, mayores inversiones, más trabajos y más ingresos para todos".

Los economistas consideran que la liberalización del comercio podría inyectar seis billones de dólares a la economía mundial en los próximos 10 años y un billón a la economía de Estados Unidos.

La ceremonia de aprobación debió haber sido breve. Pero siguiendo la trayectoria y reputación del GATT, los discursos duraron más de dos horas. Sutherland decidió intervenir a las 19.30 local (1830 GMT) y con el mazo dio por aprobado el tratado para que la noticia saliera en los noticieros de televisión europeos.

Los delegados de Australia, Canadá, Corea del Sur, Chile y otros países dejaron a un lado las críticas y rencores que caracterizaron las negociaciones de la semana anterior; uno tras otro dijo que estaba por comenzar una nueva era brillante en el comercio mundial.

El acuerdo fue concertado antes del plazo que vencía a la medianoche. Ese plazo era crucial porque a esa hora vencía la autoridad del presidente estadounidense Bill Clinton de lograr un acuerdo que sería sometido a la consideración del Congreso sin que ese organismo pudiera enmendarlo. Se limitará a votar en favor o en contra.

En Washington, Clinton elogió el acuerdo tras enterarse de que fue aprobado. Manifestó que el pacto "reúne todos los requisitos de un buen acuerdo", porque tiende a crear más trabajos mediante un aumento en las exportaciones.

Mientras se negociaban los últimos detalles del acuerdo en Ginebra, Portugal había amenazado con bloquear el acuerdo a menos que se hiciera caso a sus demandas de que su alicaída industria de textiles fuera protegida. El plazo para que llegue a un acuerdo global vencía a medianoche.

Pero los ministros de Relaciones Exteriores de la CE se ganaron el apoyo de Portugal con una promesa de ayuda financiera para compensar a ese país por cualesquiera pérdidas que sufra su industria textil a raíz del acuerdo.

Además aprobaron medidas que harán más fácil que un país europeo imponga sanciones a países que recurran al "*dumping*".

PARTES PERTINENTES

9400496

01-03

APROBARON MUNDIAL



El Acuerdo Comercial Deberá ser Ratificado por las Legislaturas

GINEBRA, 15 (AP).— Se dio a conocer hoy el texto oficial del acuerdo comercial surgido de la ronda Uruguay de negociaciones, que para cumplir con requisitos legislativos de Estados Unidos deberá ser aprobado para la medianoche.

El documento de 500 páginas es resultado de las conversaciones que comenzaron en la ciudad uruguaya de Punta del Este en setiembre de 1986, y debe ser ratificado por las legislaturas nacionales para entrar en vigor en enero o bien en julio de 1995.

El documento incluye los siguientes acuerdos:

■ **Organización de Comercio Multilateral:** Una nueva organización que reemplace el Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), creado en 1948 como un organismo temporario. Contará con poderes más amplios que los del GATT para mantener el orden en el comercio mundial y solucionar disputas.

■ **Agricultura:** Prohibiciones directas a ciertas importaciones, como arroz en Japón y Corea del Sur, y reemplazo de cuotas límites por aranceles a las importaciones. Esos aranceles serán reducidos en un 36 por ciento en un lapso de seis años. El apoyo de los gobiernos a agricultores que aumenten la producción y las existencias será reducido en un promedio del 20 por ciento. Reducción en un 36 por ciento de los subsidios a exportaciones, principalmente europeas y de Estados Unidos, que obligan a agricultores eficientes a marginarse de los mercados mundiales, y reducción del volumen de exportaciones subsidiadas en un 31 por ciento. Disposiciones especiales para países pobres.

■ **Textiles y vestimentas:** Eliminación en un período de 10 años de las cuotas límites utilizadas por países ricos para limitar tales importaciones desde países en desarrollo, aplicando las mayores reducciones hacia el final de ese período.

■ **Acuerdo General sobre Comercio de Servicios (GATS):** Primer conjunto de normas establecidas hasta ahora sobre comercialización de servicios como banca y turismo. El GATS busca liberar el comercio de servicios como el GATT liberó el comercio de mercancías. El impacto inicial fue menor que el esperado, siendo poco probable que resulten afectadas las mayores industrias, como banca, telecomunicaciones, películas y navegación.

■ **Derechos a la Propiedad Intelectual:** Nuevas normas para reprimir el robo de derechos de autor, incluyendo grabaciones no autorizadas de actuaciones en vivo, y la copia no autorizada de películas. Leyes más severas para evitar abuso de patentes, con la cláusula general de que todas las nuevas invenciones deberán obtener una protección durante 20 años. Mejor protección para fabricantes y consumidores contra mercancías falsificadas.

■ **Inversiones:** Se prohibirá que gobiernos obliguen a inversionistas extranjeros a usar productos locales en operaciones de manufactura.

■ **Subsidios:** Normas más claras sobre subsidios industriales que distorsionen el comercio. Prohibir aquellos otorgados para estimular las exportaciones. Mejores métodos para resolver disputas sobre subsidios cuestionables. Se permitirán subsidios para ayudar regiones pobres o promover investigaciones.

■ **Aranceles contra el "dumping":** Disposiciones más exigentes sobre ventas de exportaciones a precios por debajo del costo, definición más clara de lo que es un producto de ese tipo y sobre cómo perjudica industrias domésticas.

■ **Aranceles a importaciones:** Aquellos no incluidos formalmente en el nuevo documento del GATT elaborado en negociaciones por separado pero paralelas. Se ha cumplido con el objetivo de una rebaja general de un tercio en los aranceles a las importaciones.

02

"Nadie ha Ganado Cien por Ciento, Todos Cedieron"

GINEBRA, 15 (EFE). — Estados Unidos, la Unión Europea (EU), Japón y Canadá, las principales potencias comerciales, expresaron hoy, miércoles, su satisfacción por el resultado global de la Ronda Uruguay, aunque reconocieron que "nadie" ha ganado en un cien por ciento, ya que "todos han hecho concesiones".

"Todos somos vencedores, aunque ninguno ha ganado en un cien por ciento. Pero en la Ronda Uruguay no hay perdedores. En cualquier caso, la adopción de los acuerdos de la Ronda suponen el comienzo de un largo camino todavía por andar", subrayó a EFE Tran Van Thin, embajador de la UE ante el Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

Según el también negociador comunitario Hugo Paemen, "las negociaciones de la Ronda Uruguay han sido dolorosas para todos los participantes y la UE en particular no ha alcanzado todos sus objetivos".

"La Unión quería mayores compromisos en la reducción de las crestas máximas arancelarias en el sector de acceso a los mercados, así como una mayor liberalización en los ámbitos de servicios financieros y de transporte marítimo.

Agregó que "la Comunidad tiene fe en el sistema del GATT y considera que el haber adaptado el comercio de propiedad intelectual y servicios en el sistema de liberalización supone un logro genuino, cuyos efectos serán sentidos por otros. También la creación de una Organización Multilateral de Comercio sentará las bases de un firme desarrollo del comercio mundial".

John Schmidt, embajador de EE.UU. ante el GATT, subrayó a EFE que "en calidad de negociador, me siento muy satisfecho de los resultados. Sin embargo, la responsabilidad para el verdadero cumplimiento de los acuerdos de la Ronda incumbe ahora a los políticos. En estos momentos, el mundo ha optado por el camino de la apertura".

El también enviado de Washington y jefe negociador de EE.UU. ante el GATT desde casi el comienzo de la Ronda Uruguay, Rufus Yerza, dijo que "mucho queda, sin embargo, por hacer, hasta que estos resultados culminen en Marrakech", ciudad marroquí en la que en abril de 1994 los ministros de 117 países firmarán los acuerdos de esa fase de negociación.

Gerald Shannon, embajador de Canadá, fue muy breve al resaltar los beneficios que reportará la Ronda Uruguay, aunque reconoció que los países del Grupo de Cairns (países exportadores netos de alimentos) "no han obtenido todas las reducciones tarifarias que deseaban".

El embajador de Japón ante el GATT, Nobutosi Akao, por su parte, hizo referencia al "tremendo esfuerzo y la difícil decisión política a las que se ha enfrentado el Gobierno de Tokio para sumarse al reforzamiento de la liberalización del comercio mundial al haber decidido la apertura del comercio de arroz".

"Sin embargo, Japón no solamente ha hecho concesiones en el arroz, sino que también se ha comprometido a la reducción a un 60 por ciento de los aranceles para los productos industriales y ha presentado una oferta sustancial en el sector de servicios", indicó.

Terminó la "Ronda Uruguay" del GATT

La Juv. 17/Dic/93

MURIO EL GATT; ¡VIVA EL GATT!

Los titulares de la prensa dieron cuenta ayer del "martillazo" final con el que Peter Sutherland, Director General del GATT, dio por cerrada la Octava Ronda del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio que será la última de la historia. El Nuevo Orden Mundial ha dado a luz su primera criatura institucional - la Organización de Comercio Multilateral - , que surge junto con un acuerdo que permite aventar el riesgo de una "guerra comercial" salvaje y da partida de nacimiento al "comercio regulado" entre las grandes potencias. El Tercer Mundo ni participó ni obtuvo logros sustantivos de estos siete años de cabildeos.

La última Ronda de Negociaciones de la historia del GATT se inició en Punta del Este hace siete años atrás y se planteó inicialmente como un enfrentamiento entre los intereses del mundo opulento con las débiles pretensiones de introducir normas de equidad para el comercio agrícola del Tercer Mundo pobre y dependiente.

Sin embargo, la negociación culminó anteayer en Ginebra como una febril [illegible] que dejó al márgen a los gobiernos del Tercer Mundo.

Las grandes transnacionales obtuvieron así un triunfo significativo en su ofensiva por convertir al Tercer Mundo en un gran espacio económico abierto a sus estrategias globales.

LOS ACUERDOS ALCANZADOS EN LA "RONDA URUGUAY"

LA JUVENTUD dedicó una serie de comentarios, desde esta misma página, al desarrollo final de la negociación, así como a las características del GATT y el previsible resultado de la "Ronda Uruguay" (ver LA JUVENTUD 400, 401, 402, 405, 415 y 416 del 24, 25, 26 y 30 de noviembre y del 11 y 12 de diciembre).

Francia y en menor medida España, al igual que EEUU, jugaron roles duales desde el punto de vista de los intereses de los países dependientes.

En efecto, el gobierno francés, como punta de lanza de la política agrícola de la CEE, logró poner en la congeladora las pretensiones de EEUU que intentaba penetrar con sus producción agrícola en la "fortaleza europea" y para ello "posó" de adalid del libre comercio agrícola y de aliado de nuestros intereses.

En ese sentido, fuentes francesas pusieron de relieve que, en realidad, si se toma en consideración el valor de los subsidios por empresario agrícola o por hectárea, los subsidios norteamericanos a la producción agrícola son mayores que los que otorga Europa - y Francia en particular - a su numeroso empresariado agropecuario.

Por otra parte, Francia obtuvo junto a España, que la cuestión de la libre circulación de medios audiovisuales y la liberalización de la aeronaútica comercial quedara para más adelante y también obtuvo que se mantengan por diez años más las restricciones para el ingreso de los productos textiles y de la vestimenta, provenientes del Tercer Mundo, a los mercados de las economías opulentas.

En cuanto al conjunto de los demás temas que se agrupan en los estratégicos rubros del "comercio de servicios" y de la propiedad intelectual, las transnacionales lograron que ingresaran en el tratamiento de la futura Organización de Comercio Multilateral que sucederá al GATT, estableciendo normas que aseguren la libre circulación de servicios, además de garantías para la protección de la propiedad intelectual.

VERDADERO SIGNIFICADO DE LOS ACUERDOS DE GINEBRA Y DEL "MARTILLAZO" DEL DIRECTOR DEL GATT

Las agencias de prensa internacional han puesto énfasis en los beneficios que los acuerdos alcanzados acarrearán para el comercio internacional. Las estimaciones primarias hablan de multimillonarias cifras de incremento del intercambio mundial gracias al éxito alcanzado por la Ronda del GATT.

Nada se dice, sin embargo, acerca de que la tendencia creciente del comercio internacional indica que el mismo se concentra cada vez más entre los grandes bloques económicos dominantes, marginando cada vez más al Tercer Mundo - tanto en términos de volúmen como de valor de los intercambios - y de que, como resultado de ello, el comercio mundial va quedando, cada vez más, en manos de las transnacionales.

Por otra parte, el flujo de los "bienes intangibles" - servicios - crece vertiginosamente, desplazando al intercambio de productos.

Ello pone de relieve la trascendencia de los acuerdos alcanzados en Ginebra para los intereses económicos dominantes que controlan el sector servicios.

Una mención especial merece el paso acordado en el marco de los acuerdos finales de esta Octava Ronda de Negociaciones, por el cual se estableció que el GATT dé origen a una nueva institución internacional: la Organización de Comercio Multilateral.

El GATT, Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio, no pasó de ser un acuerdo sin mayor estructura ni organización.

Su fuerza e influencia se basó en sus estrechos vínculos con el FMI y el Banco Mundial o el BID y otras instituciones financieras regionales como el Banco Europeo, las que a través de las condiciones que impone a los países al otorgar sus préstamos, dieron vigencia a los acuerdos de las ocho Rondas de Negociación.

En sus casi cuarenta años de existencia, el Acuerdo General libró una sorda lucha con la UNCTAD - Conferencia de Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo - foro privilegiado por los gobiernos de los países dependientes para impulsar sus reivindicaciones de equidad en el intercambio comercial con los países ricos.

No parece casual que sea justamente ahora que el GATT adopta la [illegible] de una verdadera organización internacional.

Así, el Nuevo Orden Mundial, surgido a partir de la autodisolución del sistema socialista y de la "Tormenta del Desierto" en el Golfo Pérsico, cuenta con un nuevo organismo internacional.

La amenaza de una "guerra comercial" salvaje, planteada a partir del desarrollo alcanzado por las transnacionales y azuzada por la globalización de la economía mundial y la agudización de la competencia en el marco de la creación de bloques económicos alrededor de las potencias económicas dominantes, ha sido conjurada.

Muy lejos de haber logrado una total liberalización del comercio mundial de mercancías, la "Ronda Uruguay" selló las normas que regirán una etapa que se caracterizará, más bien, por el comercio "regulado" entre los grandes espacios económicos; Europa, Japón y los EEUU, que coexistirá con un Tercer Mundo al que se le ha ido imponiendo la adopción de políticas de desregulación general de sus economías.

Luego de la "bajada de martillo" de Peter Sutherland sólo resta que en abril de 1994, los países miembros del GATT ratifiquen en Marruecos los acuerdos alcanzados anteayer en con el marco cinematográfico de la Sede del Acuerdo en Ginebra, al borde del Lago de Lemans.

PARTES ILEGIBLES

9400497

02-02

ESQUEMA DEL ACTA FINAL DE LA RONDA URUGUAY DEL GATT

El Acta Final de la Ronda Uruguay recoge los acuerdos resultantes de siete años de negociaciones lanzadas en 1986 en Punta del Este (Uruguay) para liberalizar el comercio mundial. Este documento, que consta de 550 páginas, será firmado en una Conferencia Ministerial que el director general del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), Peter Sutherland, ha convocado para el 15 de abril en Marrakech (Marruecos). El Acta Final deberá ser luego «ratificada» por los Parlamentos de los países firmantes.

El esqueleto del Acta Final es el siguiente:

ORGANIZACION MULTILATERAL DE COMERCIO (OMC)

Esta nueva institución, que primará sobre el GATT, será la encargada de supervisar el [illegible] miento de todos los acuerdos de la Ronda Uruguay, así como de intervenir ante los casos de disputas comerciales entre diferentes países.

ACUERDO GENERAL SOBRE TARIFAS Y COMERCIO 1994

Este acuerdo es fruto de una nueva interpretación de un total de siete artículos del GATT, además de la redefinición de las reglas del comercio en materia de balanza de pagos.

PROTOCOLO RONDA URUGUAY (1994) ANEXO AL GATT

Los resultados de las negociaciones sobre acceso a los mercados en las que los participantes han presentado compromisos para eliminar o reducir niveles tarifarios y medidas no tarifarias aplicables al comercio de bienes se registrarán en listas nacionales de concesiones que estarán anexas al Protocolo de la Ronda Uruguay, que forma parte integral del Acta Final.

ACUERDO SOBRE AGRICULTURA

Este acuerdo, que recoge las concesiones y compromisos formulados por los 115 países participantes de la Ronda Uruguay, se asienta en cuatro pilares fundamentales: acceso a los mercados, subvenciones nacionales y a la exportación, medidas sanitarias y fitosanitarias, así como una decisión ministerial que reconoce los posibles efectos negativos de los programas de reforma que se llevan a cabo en los países en desarrollo y menos desarrollados y en consecuencia sobre los objetivos de la ayuda alimentaria.

ACUERDO SOBRE MEDIDAS SANITARIAS Y FITOSANITARIAS

Este acuerdo reconoce el derecho de los Gobiernos a aplicar medidas sanitarias y fitosanitarias a las importaciones, pero subraya que dichas medidas no deben aplicarse de forma arbitraria y discriminatoria para frenar las exportaciones de otro país.

ACUERDO SOBRE TEXTILES Y PRENDAS DE VESTIR

El objetivo de las negociaciones en este sector fue la liberación progresiva del comercio mundial de los textiles y prendas de vestir, ya que este comercio se basa actualmente en acuerdos de cuotas negociados de forma bilateral. La integración progresiva de los textiles en las normas del GATT comenzará el 1 de enero de 1995 y concluirá en el 2005, fechas que marcan el principio y el fin del desmantelamiento paulatino del Acuerdo Multifibras.

ACUERDO APLICACION ARTICULO VI (ANTI-DUMPING)

Acuerdo revisado del artículo VI del GATT sobre medidas anti-dumping (medidas contra importaciones de un producto a un precio de exportación inferior a su «valor normal») que refuerza y aporta reglas más claras sobre el [illegible] para determinar que un producto es puesto en el mercado de esa forma y obliga a los afectados a recurrir a un Comité Anti-dumping para resolver la disputa. Impide la adopción de represalias unilaterales.

ACUERDO SOBRE VALORACION EN ADUANA

La Decisión sobre valoración en aduana otorga a las administraciones aduaneras el derecho a solicitar más información a los importadores cuando tengan dudas acerca de la exactitud del valor daclarado de los bienes importados.

ACUERDO SOBRE INSPECCION PREVIA A LA EXPEDICION

El acuerdo establece un procedimiento de revisión independiente -dirigido de forma conjunta por una organización que representa a agencias de inspección previa a la expedición (PSI) y una organización representante de los exportadores- para resolver disputas entre un exportador y una agencia PSI.

ACUERDO SOBRE NORMAS DE ORIGEN

El acuerdo prevé una armonización a largo plazo de las normas de origen, así como de reglas de origen relacionadas con la concesión de tarifas preferenciales, que aseguren que esas normas no ponen obstáculos innecesarios al comercio.

PROCEDIMIENTOS PARA TRAMITE DE LICENCIAS DE IMPORTACION

El acuerdo revisado fortalece las disciplinas de los usuarios de sistemas de licencias de importación -que son ahora menos utilizadas que en el pasado- e incrementa la transparencia y previsibilidad. Obliga a las partes a publicar toda la información necesaria para los comerciantes.

SUBVENCIONES Y DERECHOS COMPENSATORIOS

Dado que el objetivo de la Ronda Uruguay es la liberalización del comercio mundial, este acuerdo limita y divide las subvenciones estatales en tres categorías: las prohibidas, aquellas que por causar efectos adversos a otros países signatorios del Acuerdo pueden ser recurridas, y los subsidios a la investigación industrial, a la asistencia al desarrollo y a actividades para fomentar la competitividad.

ACUERDO SOBRE SALVAGUARDIAS

Este acuerdo determina los principios que regirán la aplicación de medidas de salvaguardias a fin de mejorar y fortalecer las reglas del comercio internacional y suprimir las medidas que escapen al control de la aplicación de salvaguardias, que no podrán aplicarse contra un producto originario de un país en desarrollo cuando las importaciones efectuadas por el miembro importador no superen el 3 por ciento.

ACUERDO GENERAL SOBRE COMERCIO DE SERVICIOS (GATS)

Este acuerdo tiene tres ejes: un acuerdo marco con las obligaciones básicas de los países miembros, listas de compromisos nacionales para liberalización progresiva y un número de anexos en los que se recogen situaciones especiales de los sectores individuales de servicios (telecomunicaciones, financieros, tráfico...). No se incluyen compromisos en audiovisuales.

DERECHOS DE PROPIEDAD INTELECTUAL RELACIONADOS CON EL COMERCIO, INCLUIDO COMERCIO MERCANCIAS FALSIFICADAS

Ante la ausencia de un marco disciplinario que pueda aplicarse al comercio internacional de productos sujetos a derechos de propiedad intelectual y mercancías falsificadas, este acuerdo refuerza los principios básicos del GATT en esa materia. Abarca patentes, diseños industriales, marcas comerciales e invenciones cuya explotación comercial se ajuste a razones de orden público y moralidad.

NORMAS Y PROCEDIMIENTOS PARA SOLUCION DIFERENCIAS

Las disputas comerciales entre países miembros deberán resolverse a nivel multilateral en la órgano de solución de diferencias, que estará integrado en la Organización Multilateral de Comercio (OMC).

MECANISMO REVISION POLITICAS COMERCIALES

El acuerdo confirma el mecanismo de revisión de las políticas comerciales introducido por el GATT para supervisar esos regímenes de sus Estados miembros [illegible] transparencia en las políticas comerciales nacionales.

DECISION PARA MAYOR COHERENCIA POLITICAS ECONOMICAS GLOBALES

Esta decisión está destinada a establecer conceptos y propuestas para el logro de una mayor coherencia en el diseño de políticas económicas globales.

COMPRAS DEL SECTOR PUBLICO

El acuerdo sobre Compras del Sector Público ha sido creado para facilitar la adhesión de los países en desarrollo y recoger de los países miembros y comunicar al resto las entidades públicas que someterán a concurso internacional sus compras y contrataciones. (EFE)

Compensarán a Portugal por el sector textil

«DOCE» APRUEBAN ACUERDO DEL GATT

Los ministros de Exteriores de la Unión Europea aprobaron ayer en Bruselas el acuerdo alcanzado con Estados Unidos que dará luz verde a la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT en Ginebra.

Portugal, que amenazó con vetar la decisión al quedar discriminado su sector textil, dio finalmente su aprobación al recibir compensaciones comunitarias para reestructurar esa industria.

Los Doce aprobaron también la necesidad dotarse de instrumentos de defensa comercial, que permitirán a la Unión Europea defenderse con más agilidad ante la competencia desleal.

Esta decisión se tomó con el voto en contra de Gran Bretaña y Holanda, que van a hacer una declaración adicional sobre su negativa.

Francia y en menor medida España y Portugal habían condicionado la aceptación del acuerdo del GATT a que fueran aprobados los nuevos mecanismos de defensa comercial.

Con ellos la UE está en igualdad de condiciones con Estados Unidos y otros competidores en el momento de reacionar contra la competencia desleal.

El veto portugués se superó con un compromiso de los ministros de Exteriores para que la Comisión Europea conceda al Gobierno de ese país unas ayudas por valor de 400 millones de ecus (480 millones de dólares) para la industria textil durante un periodo de seis años.

Esta dotación excepcional será destinada a modernizar el sector textil portugués y completará el programa comunitario del Objetivo 1 (zonas más deprimidas de la UE) y se añadirá a la iniciatia RETEX en vigor hasta el 1997.

Según explicó el ministro de Exteriores español, Javier Solana, esta cantidad será en forma de subvenciones, más 100 millones de ecus en créditos comunitarios a interés bonificado del Banco Europeo de Inversiones (BEI).

El 10 por ciento de la población portuguesa depende directa o indirectamente del sector textil, por lo que el Gobierno luso consideraba absolutamente imprescindible una compensación ante la liberalización del sector prevista en el acuerdo de la Ronda Uruguay. El presidente de la Comisión Europea, Jacques Delors, aseguró que las ayudas adicionales concedidas a Portugal no modificarán el presupuesto comunitario ni los fondos concedidos a otros países. (EFE)

1/1

1994-01-14 08:34 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01

PERSONAL

P.011.-

Montevideo,14 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.T.C.: En el día de ayer la Linea"A" efectuó un paro de 06.00 a 12.00 en reclamo de la falta de cambio de 0.20(veinte centesimos).-

ORGANIZACIONES DE SALUD

F.U.S.EMP.CIV.DE LA NACION: Continuan atendiendo en Policlínicas Urgencia y Emergencia con guardia gremial, en reclamo del pago de salarios adeudados.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM.S.A: En reclamo de fuentes laborales, la asamblea se encuentra en cuarto intermedio, continuando con las movilizaciones.-

CONSTRUCCION

SUNCA: Realizarán hoy una paro de 24.00 horas desde la hora 00.00. A la hora 15.00 se concentrarán frente al MTSS, para protestar por la falta de seguridad ante la muerte de un obrero.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con el campamento frente a la fabrica en horas de trabajo, en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de paro.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Hasta el 17/I/ se le dio plazo al City Bank, luego si no surge ninguna solución se tomarán medidas de lucha.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ASOC.DE FUN.MSAP: Se hacen los analisis pero no se entregan en virtud de que cesó el contrato con la empresa de omnibus que se encarga de trasladar al personal hasta el Laboratorio Rubino, sito en Ruta 8 Km.17.500.-

BANCA OFICIAL: Desde el 6/I/ realizan medidas señales en el interior del país en reclamo de una definición sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país.-

FUN.MTOP: En reclamo de salarios, continuan con el paro en las secciones, Vialidad y Arquitectura de Obras.-

001/001

TOTALE P.01

Nº DOCUMENTO 9400500
TITULO Entrevista a Miguel Berthet, rep. permanente del Uruguay ante la ONU y el GATT en Suiza.
PROCEDENCIA E. OBS. 150483
FECHA 16/12/93
VER 510821
507466

"El acuerdo a alcanzarse será el mejor posible, dentro de las actuales circunstancias"

Miguel Berthet: "Perverso refinamiento" del proteccionismo dificultó acuerdo en el GATT

Obs. 16/12/93

"Estamos convencidos de que el Uruguay ha realizado y realiza los máximos esfuerzos que se pueden hacer en las negociaciones por el GATT y por lo tanto el acuerdo a alcanzarse será el mejor posible, dentro de las presentes circunstancias", dijo a* El Observador *el embajador Miguel Berthet, representante permanente del país ante la ONU y el GATT en Ginebra.



por Laureano Büttenbender y Luis Romero
de la redacción de El Observador

01-02

Al responder por escrito a un cuestionario elaborado por *El Observador,* Berthet consideró que "un logro de gran importancia es la efectiva incorporación de la agricultura al GATT, lo que significa que los países industrializados, muy especialmente los Estados Unidos y la Unión Europea, por primera vez aceptan que sus políticas agrícolas internas queden sujetas a un sistema normativo multilateral".

De esta forma se iniciará en el campo agrícola "un proceso de disminución de apoyos internos a la producción y de subsidios a la exportación, controlado internacionalmente a través de los órganos del GATT", expresó el representante uruguayo. El que sigue es un resumen de la entrevista.

—¿Cuáles han sido los principales escollos en las negociaciones por el GATT?

—El principal obstáculo ha sido el proteccionismo comercial, contra el cual han luchado y luchan permanentemente el Uruguay y los demás países en vías de desarrollo. Pero también han surgido aliados en los países industrializados, incluso a nivel de los gobiernos, crecientemente preocupados por los cuantiosos gastos presupuestales que requieren las políticas de apoyo interno y de subsidios, por los muy elevados stocks de productos de difícil colocación y por la disminución de la capacidad de importación de países en desarrollo como consecuencia de la imposibilidad de obtener mayores recursos por sus exportaciones.

Dicho proteccionismo, que con perverso refinamiento se ha venido progresivamente acentuando desde mucho tiempo atrás, ha generado en los países desarrollados una compleja trama de condicionantes políticas internas y de intereses económicos que bregan por su mantenimiento y por su profundización, constituyendo una suerte de coalición en contra de la liberalización del comercio internacional.

En definitiva, por tanto, los resultados de la negociación comercial multilateral más ambiciosa hasta ahora realizada, es decir la Ronda Uruguay, derivarían de las soluciones que puedan alcanzarse en esa pugna entre el liberalismo y el proteccionismo comercial.

—¿Qué acuerdo estaría dispuesto a firmar Uruguay?

—El Uruguay ha dado su nombre a la Ronda, cuatro ministros han presidido la misma y permanentemente se ha trabajado en forma intensa en todos sus ámbitos, multilaterales y bilaterales. Estas gestiones están culminando en la actualidad con la misión que acaba de cumplir en Ginebra y Bruselas su actual presidente, el ministro de Relaciones Exteriores Sergio Abreu.

A ello se agrega el equipo de negociación a nivel técnico, reforzado recientemente con distinguidos expertos del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, del INAC, del sector privado y de la Cancillería, y en el campo institucional es un uruguayo, el embajador Julio Lacarte, quien preside el respectivo grupo de negociación.

Esta acción del Uruguay se realiza bajo la orientación del presidente de la República, Luis Alberto Lacalle, que en múltiples oportunidades ha manifestado su pleno apoyo a la Ronda y trazado pautas fundamentales de la misma.

A ello se suman las actividades y el protagonismo de nuestro país en el marco de los Estados latinoamericanos miembros del Grupo de Río.

Estamos convencidos de que el Uruguay ha realizado y realiza los máximos esfuerzos que se pueden hacer y por lo tanto el acuerdo a alcanzarse será el mejor posible, dentro de las presentes circunstancias, para lo cual debe tenerse en cuenta que todo entendimiento internacional implica un compromiso entre las posiciones de los gobiernos participantes en las negociaciones y que en la Ronda Uruguay intervienen 116 países de todas las regiones del mundo.

Cabe destacar que en la Ronda se consideran las posibilidades y los mecanismos para el mejoramiento del acceso a los mercados, pero no se disminuyen las cuotas ni los derechos vigentes en la actualidad.

—El acuerdo en el GATT es casi un hecho. ¿Cuáles son sus pautas básicas en el área agrícola? ¿Qué conveniencia tendría este acuerdo para Uruguay?

—En el campo agrícola, sin perjuicio de otros temas puntuales, además de las reducciones ya mencionadas, un logro de gran importancia es la efectiva incorporación de la agricultura al GATT, lo que significa que los países industrializados, muy especialmente los Estados Unidos y la Unión Europea, por primera vez aceptan que sus políticas agrícolas internas queden sujetas a un sistema normativo multilateral, iniciándose un proceso de disminución de apoyos internos a la producción y de subsidios a la exportación controlado internacionalmente a través de los órganos del GATT. La primera etapa de este proceso, que durará 6 años, quedará regulada mediante el Acuerdo Agrícola a incluirse en el acta final de la Ronda y luego de este período de transición se irán definiendo las fases siguientes, todo en el marco de un GATT modernizado a través de la reforma institucional que está siendo simultáneamente negociada.

Por otra parte, según estudios realizados por expertos internacionales, se estima que la finalización de la Ronda, al crear un mejor marco mundial para el comercio internacional y al reducir los obstáculos arancelarios y no arancelarios en el comercio de bienes y de servicios, debería producir un importante incremento de dicho comercio, con los consiguientes beneficios en el crecimiento económico de los países. ■

"Habéis invertido en el futuro" ha dicho el Director General del GATT

EE.UU. satisfecho; la UE también; Grupo Río: nadie obtuvo todo lo deseado

Para el Director General del GATT, Peter Sutherland, la Ronda Uruguay, cerrada ayer en su sede ginebrina, ha pretendido extender normas de comercio internacional, a zonas no alcanzadas antes. El tiempo dirá si son de recibo entre sus signatarios.

La Ronda Uruguay del GATT ha ido más allá que cualquier otra en la extensión de las normas de comercio internacional, llevando sus principios, a zonas que antes no alcanzaba y estableciendo un mecanismo de solución de diferencias que aumentará la credibilidad en el sistema multilateral.

Con estas palabras, el Director General del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio, Peter Sutherland, anunciaba en Ginebra a las 18:35 GMT de ayer, el cierre de la Ronda, cuya conclusión hizo exhalar un suspiro de alivio entre las delegaciones de los 115 países que durante siete años negociaron, con períodos de calma, intensidad y en general de frustración, los acuerdos para liberalizar el comercio mundial.

"Habéis invertido en el futuro", declaró Sutherland, al referir a las 500 páginas del Acta Final, que contiene los acuerdos logrados en los diversos sectores afectados por el comercio y a las que se suman los escenarios básicos conseguidos en Servicios y Acceso a los Mercados, cuyas ofertas podrán mejorarse en el futuro.

Entre los principales acuerdos trazados en el Acta Final de la Ronda Uruguay, destacan por su importancia para el comercio mundial, el establecimiento de la Organización Mundial del Comercio, así como los compromisos sobre agricultura, medidas sanitarias, textiles, antidumping, subvenciones y propiedad intelectual.

Nueva Organización

La Organización Multilateral de Comercio (OMC) será establecida como resultado de los acuerdos de la Ronda Uruguay y estará por encima del GATT, que se incluirá en la misma.

Esta nueva institución será el máximo órgano de supervisión de los compromisos adquiridos por los 115 países firmantes y a ésta deberán recurrir todos aquellos Estados que vean sus intereses menospreciados por acciones comerciales emprendidas por un tercer país.

Es decir, que impide la adopción de represalias unilaterales, ya que la OMC será la encargada de mediar en las disputas comerciales mediante la institución de paneles que recomendarán las medidas a tomar frente a una "agresión" comercial.

Precisamente, porque la OMC obliga a sus naciones miembro a adaptar su legislación a la establecida por esta organización, Estados Unidos ha sido el país más reacio a aceptar su creación, ya que ésta impide en principio, a Washington, seguir haciendo uso de lo conocido como el artículo "super 301" de su legislación mediante el que adopta represalias unilaterales.

La OMC no tiene carácter de veto ni podrá imponer sanciones a los Estados que violen sus reglas ya que, al igual que hasta ahora el GATT, solamente podrá recomendar y también condenar.

Con el fin de lograr una mayor coherencia en la formulación de las políticas económicas a escala mundial, la OMC cooperará, según procede, con el Fondo Monetario Internacional y con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y sus organismos conexos.

Extensa negociación

Desde el lanzamiento de la Ronda (Punta del Este, 1986) los países estaban tan convencidos de los beneficios para la economía mundial de un aumento de intercambios comerciales que sólo el hecho de verla concluida hoy, lo consideran positivo.

El proyecto en su lanzamiento era muy ambicioso, para unos los resultados se quedaron cortos, para otros van más allá en algunos aspectos como en la reducción entre EE.UU. y la UE de aranceles en una media de 50 %, en lugar del fijado 33 %. Sólo por esto, el negociador estadounidense lo calificó de "acuerdo histórico".

"Aunque se solamente por eso, estamos satisfechos porque se amplían los mercados para nosotros", declaró a EFE, el Embajador de Argentina, Juan Archibaldo Lanús. "Ningún país obtuvo todo lo que quería porque el proyecto era extraordinariamente ambicioso. Pero todos hemos contribuido, principalmente los países en desarrollo, a tirar abajo barreras que obstaculizaban el comercio", manifestó.

"Al menos hemos conseguido ordenar el comercio mundial para integrar la economía de todos los sistemas y crear las disciplinas para una economía mundial", añadió.

"Hemos puesto un freno al proteccionismo y las medidas unilaterales que tenían como objetivo la exclusión de las economías de países con economías emergentes cada vez más competitivas", insistió.

Según Lanús, con la conclusión de la Ronda se fortalecieron las reglas del sistema para dar transparencia a las políticas gubernamentales y hacer más eficaz el sistema de solución de diferencias.

Brasil, consiguió mejorar el acceso de sus productos industriales, pero nada en Agricultura. "El acuerdo agrícola solamente beneficia a EE.UU. y a la UE", añadió rotundamente Luis Felipe Lampreia. Subrayó a EFE los obstáculos puestos por la UE, principalmente por España, para facilitar las exportaciones del jugo de naranja brasileño, uno de los principales productos agrícolas que Brasil desea exportar.

¿Qué resultados tuvo la Ronda-Uruguay?

La reducción de aranceles supone un espaldarazo al volumen de exportaciones y al crecimiento económico, según estimaron ayer los economistas internacionales al analizar el resultado de la Ronda Uruguay.

Se calcula que los intercambios comerciales podrían incrementarse un 12 % y aunque jurídicamente, el GATT es un Acuerdo, viene actuando como organización de comercio internacional, reseña EFE, en otro de sus despachos desde Ginebra.

El principal instrumento del GATT para conseguir su objetivo de suprimir barreras al comercio es el de las negociaciones comerciales entre las partes contratantes o multilaterales y que se denominan habitualmente Rondas de negociación.

Las Rondas, se convocan periódicamente y cada una de ellas suele tener una duración de varios años, conociéndose con el nombre de la persona que la impulsó o del país o ciudad donde se celebraron.

¿Qué resultados tuvo esta Ronda Uruguay, iniciada en 1986?

Agricultura

Los países industrializados se comprometieron a reducir los aranceles que aplican en la actualidad a los productos agrícolas en un 36 %, recortes que deberían ser efectivos en un plazo de seis años a partir de la entrada en vigencia de los resultados de la Ronda, el 1º de enero de 1995.

Los países en desarrollo, por su parte, harán bajar en un plazo de diez años sus aranceles agrícolas un 24 %, mientras que las naciones menos desarrolladas podrán mantenerlos en los niveles actuales.

Medidas sanitarias

A partir del 1º de enero de 1995 ningún Gobierno podrá frenar en su propio beneficio las exportaciones de un tercer país con el argumento de que no cumplen los requisitos sanitarios si no es capaz de demostrarlo con informes científicos en la mano.

Para defenderse de acciones como ésta, para dejar muy sentadas las reglas del juego en la nueva era de la liberalización del comercio mundial, los países firmantes se comprometieron a adecuar sus medidas sanitarias y fitosanitarias a las normas internacionales vigentes, que se presumirán compatibles con el GATT.

Mercado Textil

El comercio de textiles y prendas de vestir no estará totalmente liberalizado, de acuerdo con los principios de la Ronda Uruguay, hasta el año 2005, debido a que en ese año estará desmantelado en su totalidad el Acuerdo Multifibras (AMF).

Según el Acuerdo sobre Textiles y Vestidos negociado durante siete años en la Ronda Uruguay y uno de los capítulos cerrados en el último minuto debido a las numerosas divergencias entre exportadores e importadores, la eliminación paulatina del AMF comenzará el 1º de enero de 1995.

El objetivo de las negociaciones en este sector ha sido la liberalización progresiva del comercio mundial de los textiles y prendas de vestir, ya que este comercio se asienta en la actualidad en acuerdos de cuotas negociados de forma bilateral. A fin de integrar el sector en la normativa del GATT, cada país miembro deberá liberalizar el 1º de enero de 1995 productos de una lista específica del AMF que supongan no menos del 16 % del volumen total de la importaciones de 1990.

"Antidumping"

El nuevo código de la Ronda Uruguay reforzará el control de las medidas "dumping" (productos vendidos por debajo del precio que tienen normalmente en el mercado nacional del país exportador).

La Ronda Uruguay prevé con su nuevo acuerdo aportar una mayor claridad y normas más detalladas sobre el método para determinar que un producto ha sido introducido mediante "dumping" en el mercado, así como acerca de la aplicación y duración de las medidas "antidumping". El acuerdo fortalece el procedimiento para iniciar casos "antidumping" y las normas acerca de la modalidad en la que deben llevarse a cabo esas investigaciones, a la vez que contiene una lista de condiciones para asegurar que todas las partes interesadas contarán con la oportunidad de presentar evidencias. ***Extractado de EFE.***

Acuerdo del GATT generó diversas reacciones a nivel internacional

AUNQUE NO TODOS estaban contentos con el proyecto final de un acuerdo internacional de comercio, la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT provocó un suspiro de alivio entre las delegaciones de los 115 países que durante siete años negociaron, con períodos de calma, intensidad y, en general, de frustración, l[illegible]acuerdos para liberalizar el c[illegible]ercio mundial.

Para algunos los objetivos de la ronda fueron conseguidos a medias y para otros superaron lo previsto en algunos aspectos, como en la reducción de aranceles entre los EEUU y la CE media del 50%.

dos Unidos y la Unión Europea", aunque admitió sentir una "relativa satisfacción" por la conclusión de la Ronda Uruguay.

Tanto en Corea del Sur como en Japón ha habido protestas cotidianas y grupos que se declaran en huelga de hambre por el convenio del GATT.

En la India, agricultores que temen el fin de los subsidios gubernamentales realizaron sentadas de protesta y el Parlamento estalló en airadas reacciones al saberse que el primer ministro Narashima Rao había accedido al convenio.

Pero en París el primer ministro Edouard Balladur recibió una

TERMINOS DEL ACUERDO

[illegible] Organización de Comercio Multilateral que [illegible] GATT, que fuera creado como un organismo [illegible] con poderes más amplios que el GATT

[illegible]mental a agricultores que aumenten [illegible] en un 20%. Reducción en un 36% de los [illegible]ciones, principalmente de la CE y EEUU. [illegible] volumen de las exportaciones subsidiadas. [illegible]ciales para países pobres

[illegible] 10 años de las cuotas límite usadas por los [illegible] limitar importaciones de textiles y vestimenta [illegible] pobres

[illegible] Acuerdo General sobre Comercio de Servicios [illegible], etcétera)

[illegible]rmas para reprimir el robo de derechos de autor. [illegible] para evitar abuso de patentes. Nuevas [illegible]tendrán protección durante 20 años

[illegible] más claras sobre subsidios industriales que [illegible] el comercio; prohibición de aquellos que estimulan [illegible]

[illegible] más duras contra el dumping

Mientras buena parte de los países desarrollados celebraban la aprobación del acuerdo, en las naciones en vías de desarrollo se produjeron reacciones de enojo o temor.

Para el diplomático argentino, Juan Archibaldo Lanús, "se amplían los mercados para nosotros", ya que su país ha obtenido un mejor acceso a los mercados de Estados Unidos, la Unión Europea, Japón y Canadá.

Sin embargo, el embajador brasileño, Luis Felipe Lampreia, advirtió que "el acuerdo agrícola solamente beneficia a Esta-

prolongada ovación de legisladores conservadores por sus gestiones de alto riesgo, que finalmente brindaron inesperadas concesiones de Estados Unidos y nuevo prestigio para Francia.

También había ambiente de [illegible] en Australia, gran exportadora de productos agrícolas que se verá beneficiada por los menores volúmenes de productos norteamericanos y europeos subsidiados que habrá en los mercados mundiales.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias AP, EFE y Reuter)*

El acuerdo multilateral se firmará en abril de 1994 en Marruecos

Ovacionado, Sutherland dio por culminada ayer la Ronda Uruguay

Eran las 15:35 hora uruguaya de la víspera, cuando tras siete años de desencuentros el director general del GATT, el irlandés Peter Sutherland, dio el tradicional martillazo simbólico de la aprobación por consenso del Acta Final de la Ronda Uruguay del GATT.



Luego de recibir una cerrada ovación de los 115 representantes de los países miembros del acuerdo, Sutherland sostuvo que "la Ronda Uruguay ha ido más allá que cualquier otra en la extensión de las normas de comercio internacional, llevando los principios del GATT a zonas que antes no alcanzaban y estableciendo un mecanismo de solución de diferencias que aumentará la credibilidad en el sistema multilateral. Habeis invertido en futuro".

"Estoy convencido de que esta fecha será considerada un momento definitivo en la historia económica y política moderna", dijo, a lo que agregó que "hoy (por ayer) el mundo eligió la apertura y la cooperación en lugar de la incertudimbre y el conflicto".

El documento de 400 páginas será firmado formalmente en Marraquech, Marruecos, en abril. El acuerdo, que entrará en vigor desde 1995, encara ahora el difícil proceso de aprobación por parte de la legislatura de cada país. En Estados Unidos el Congreso no podrá iniciar el debate correspondiente antes del 15 de abril. El acuerdo eliminará los aranceles a miles de mercancías, desde partes de computadoras a verduras. Expandería por primera vez las normas que rigen el comercio mundial para que abarquen los productos agrícolas y el sector de servicios como la banca y el turismo.

También establece una nueva Organización Mundial de Comercio con mayores autoridades que el GATT, que sería reemplazado. Fue posible acordar establecer esa agencia luego que Estados Unidos quedó satisfecho de que ese organimo no podrá anular las leyes de comercio de ese país.

En los últimos días de negociaciones fue necesario acordar numerosas fórmulas de transacción entre varios países que buscaban proteger sus principales industrias ante la competencia del exterior.

Aun así, Sutherland dijo que el acuerdo surgido de la Ronda Uruguay "significará un mayor comercio mundial, mayores inversiones, más trabajos y más ingresos para todos".

Los economistas consideran que la liberalización del comercio podría inyectar seis billones de dólares a la economía mundial en los próximos diez años y un billón a la economía de Estados Unidos.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de AP, EFE y Reuter)*

01-02

La Ronda Uruguay insumió 8 años de marchas y contramarchas

Después de siete años de negociaciones se llegó ayer miércoles al final del camino de la Ronda Uruguay, con la ratificación de Acta Final por las delegaciones de los 115 países presentes en Ginebra (Suiza). Había sido el 20 de setiembre de 1986 cuando los ministros de Comercio de 92 países que integraban entonces el GATT decidieron preparar la octava ronda.

Durante los dos primeros años de la ronda —que ha sido la más larga con casi ocho de duración— se desarrolló una intensa actividad, de forma que en diciembre de 1990 ya se habían celebrado más de 150 reuniones formales y presentado más de 600 propuestas de negociación y documentos de trabajo.

Las sucesivas disputas en los capítulos agrícolas, sobre todo entre Estados Unidos y la Unión Europea, el sector servicios y el acceso a los mercados, han interrumpido en varias ocasiones la tantas veces anunciada y luego postergada conclusión de la Ronda Uruguay.

Prácticamente en la víspera del "día D" del 15 de diciembre, fecha tope establecida por Peter Sutherland, director general del GATT, para llegar a un acuerdo, Estados Unidos y la Unión Europea lograron un acuerdo *in extremis*, aunque dejaron al margen el sector audiovisual, ante la imposibilidad de conciliar los interese contrapuestos en este renglón.

También Japón y Corea del Sur lograron romper la tradicional falta de apertura de su mercado arrocero y abrieron sus puertas, aunque tímidamente.

Se entiende que estos dos gestos contribuyeron a desbloquear la octava ronda y a dar luz verde a una nueva etapa en el comercio mundial.

Según los analistas económicos, la reducción de aranceles supone un espaldarazo al volumen de exportaciones y al crecimiento económico. Se calcula que los intercambios comerciales podrían incrementarse en un 12%.

Los primeros pasos tendentes a suprimir las barreras al comercio internacional de mercancías se dieron en la Conferencia Internacional de Comercio y Empleo, celebrada en 1946 en La Habana que, sin embargo, no dio sus frutos hasta dos años después.

En 1948 fueron 23 países los que decidieron redactar una "carta" de intención relativa a concesiones arancelarias y que tomó el nombre del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), aunque no faltó quien lo denominara irónicamente, en sus peores épocas, "General Agreement to Talk and Talk" (acuerdo general para hablar y hablar).■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias AP, EFE y Reuter)*

02-02

FOCO SECTORIAL

¿Qué se discutió en el GATT en relación a la agricultura?

Gobernar es prevenir (E. de Girardin)

FINALMENTE LA Ronda Uruguay llega a su término. Habiendo pasado apenas horas en un período de años, el mundo aún desconoce las derivaciones que habrán de producirse como resultado de las ofertas -aún inconclusas- de las partes negociadoras. Se conocen sí, algunas posiciones defendidas por los participantes de la Ronda en relación a los más diversos temas y en especial al tema agrícola, que a pesar de no ser el más relevante, se ha convertido en una verdadera piedra en el zapato para los intereses de todos los países, industrializados o no.

En grandes líneas, la gente sabe que en el caso agrícola el menútiene los siguientes platos: a) la CEE -que ahora es la Unión Europea- apoya su sector agrícola con una Política Común (PAC), b) otros desarrollados lo hacen a título individual, c) los EEUU lo hacen porque otros lo hacen, aunque estarían dispuestos a no hacerlo, d) existe un acuerdo -en parcial desacuerdo- llamado Blair House entre la UE y los EEUU, y e) los países menores patalean y comienzan a hechar mano de una de las estrategias más antiguas de la humanidad: la del ¡sálvese quien pueda!.

Para el analista metódico,para quien evalúa las partes sin desconocer el todo, el tema agrícola sólo puede ser entendido en un contexto mayor al meramente económico, que aún siendo importante, no parece ser determinante de las circunstancias en las que se centraron las discusiones de la Ronda, visto lo mucho que estáen juego en los temas industrial y de servicios. Me refiero al **estigma históricoy** al **imperativo cultural**, categorías no económicas, que nos dicen que la fenomenología de los acontecimientos humanos no siempre se explica -aún en lo que refiere a los asuntos económicos- con la ciencia de la escasez.

Para los países subdesarrollados este tema es de crucial importancia, ya que sin duda sería más fácil sondear soluciones bajo el prisma económicoque bajo el prisma vital, de características más complejas, más atávicas, menos cartesianas. Por lo mismo, las estrategias de desarrollo en la etapa global que se avecina tendrán que ser más creativas, más negociadas, de mayor completitud. En otras palabras, el tema agrícola no puede reducirse a sus aspectos exclusivamente comerciales. Tiene otros componentes que atañen a la sensibilidad.

¿Qué categorías integran el estigma histórico y el imperativo cultural?. Pueden resumirse esquemáticamente así: la memoriade las guerras y el hecho de que la cultura abarca-entreotras-, dos disciplinas principales; la arquitectura, ciencia de la vivienda y del refugio ante las inclemencias y la agronomía, ciencia primera de la sobrevivencia humana. Comencemos el análisis del problema: la PAC, su polémica y el Blair House.

El origen de la PAC está en el propio Tratado de Roma, pieza magnífica de integración y de voluntad de paz de la cultura europea después de las desgracias de la segunda guerra mundial. En forma inteligente, los estadistas de la Comunidad de los Seis supieron aprovechar la conveniencia de practicar la solidaridad económica como garantía de una paz duradera. No sólo por intereses económicos llegan los pueblos a la guerra, pero no haydudas de que existiendo intereses económicos comunes, la probabilidad de iniciar conflagraciones es ciertamente menor que cuando no los hay.

El artículo 39 del Tratado de Roma fijó los objetivos de la PAC: garantizar un nivel de vida equitativo a la población agrícola, estabilizar los mercados primarios, asegurar precios razonables a los consumidores y modernizar las estructuras agrarias. Aunque con enormes costos, esos objetivos fueron cumplidos hasta con exceso: la UE tiene varios sectores productivos competitivos y el éxodo rural y la modernización han permitido reducir del 20 al 8 por ciento el tamaño de la población agraria sobre la población activa, superando la evolución del consumo, que creció a tasas del 0.5% anual entre 1973 y 1988, con tasas cuatro veces mayores a ese crecimiento.

Ese crecimiento enorme de la producción -y de la productividad-, haproducido los excedentes que causan las actuales discordias en torno al problema de los subsidios a las exportaciones y a las dificultades que se han ido erigiendo en relación a las importaciones por parte de la UE. Este hecho se suma además, a las políticas de apoyo que -por razones similares o no- practican otros países desarrollados como el Japón o los Estados Unidos. ¿Cuales son las diferencias y las semejanzas entre estas actitudes proteccionistas?. ¿Qué futuro es previsible en las circunstancias que vive el mundo actual?.

Una conversación informal -inclusive con personas no relacionadas a la política agrícola- en el caso europeo,ayuda a entender la filosofía que fundamenta las acciones que han venido practicando los países de la UE. La valoración que esas personas han tenido de la seguridad alimentaria en la posguerra y la tradición cultural que está implícita en la producción agrícola, aunadas a la riqueza económica y tecnológica de los países europeos, explican más que suficientemente la conducta europea hasta los días de la perestroika, a mediados de los '80.

El apoyo europeo a la agricultura se fundamentó en la memoria de la guerra y en la necesidad de afirmar la identidad cultural

Los fundamentos económicos de las medidas de apoyo a la agricultura son bien conocidos. Comienzan en las bajas elasticidades de la demanda de los productos agrícolas, hecho notoriamente acentuado en los países más ricos. Esto condiciona un retraso en el ingreso rural en relación al ingreso de los otros sectores económicos. Debido a la reducida elasticidad ingreso, el aumento general en el ingreso real no conduce a un desplazamiento apreciable de la curva de la demanda y la reducida elasticidad precio significa que los aumentos en la productividad conducen a una reducción del ingreso total. Desde luego, éstas son las razones por las que en la mayoría de los países desarrollados ya no se dejan funcionar por sí solos a los mercados agrícolas, apoyándolos en todas las formas posibles. Estos controles pueden afectar los precios o la producción directa o indirectamente, de manera de destruir lainelasticidad casi perfecta de la oferta agrícola, causa primaria de todo el problema.

Pero, ¿es ésta la visión que un ciudadano francés tiene de la realidad de su país y de Europa?. Ciertamente, no. La explicación anterior es de carácter técnica, se basa en el conocimiento de la lógica contenida en la realidad económica. La explicación que nos ofreceráel ciudadano francés será de carácter fundamentalmente emocional. Nos dirá que a los efectos de mantener viva su cultura, es imprescindible que el campo se mantenga activo, no solamente manteniendo su contenido poblacional (esa población podría dedicarse a otras actividades, de proveerse los apoyos necesarios, de forma de frenar el éxodo rural) sino dedicándose además al cultivo de una de sus más finas tradiciones culturales: la producción de alimentos, desde su arraigo mismo en la tierra.

LA REFORMA DE LA POLÍTICA AGRICOLA COMUN (PAC)

Es claro que el apoyo a ese tipo de ideas tiene sus límites, marcados por el grado de bienestar y riqueza en el que se encuentre la sociedad en el momento en que se evalúa la conveniencia de implementar las medidas del caso. Algo de eso está implícito en la reforma de la PAC que en el período 1988-92 ha consumido entre 22 y 31 mil millones de dólares, representando entre el 63 y el 58 por ciento del presupuesto de la CEE en aquel período, o, en otros términos, el equivalente a que cada habitante de la Comunidad gastara entre 70 y 90 dólares por año para hacer posible la existencia de una política agrícola común.

Sin abandonar el ideario solidarista (o comunitario), la actual UE está dispuesta a sostener a sus agricultores, aunque con otra filosofía diferente a la del ciudadano francés de nuestro ejemplo. En vez de financiar excedentes difíciles de comercializar, financiará el nivel de ingreso de sus productores.

En otras palabras, la PAC inicial pretendía proteger niveles de abastecimiento y niveles de renta de los productores. Había una combinación de objetivos de estrategia alimentaria y de localización de la población rural, preservando determinados niveles de ingreso. En la reforma, el objetivo es la disminución de la oferta agrícola excedentaria, para disminuir los niveles de subsidios a las exportaciones. Pero esto no habráde producir aumentos internos de precios. Por el contrario, ocurrirán reducciones de los niveles de sostén de precios que habrán de determinar bajas de 15 a 30 por ciento, en la intención de acercar los precios europeos a los valores del mercado mundial.

En ese contexto, se hace necesario entonces sostener la formación de la renta agrícola a través de subsidios directos a los productores, sea por medio de pagos que remuneren las áreas que serán retiradas de la producción, sea por las pérdidas de ingreso que habrán de ocurrir por las reducciones de precios previstas en

01-02

F El País 17/DIC/93

la reforma, sea por los premios que se habrán de otorgar por los productos obtenidos en condiciones de una agricultura más "biológica" (con menos pesticidas y más extensiva), sea en fin por las posibilidades de jubilación anticipada que será ofrecida a los productores comunitarios de 55 años o más, que deje lugar a los más jóvenes. Todo eso no condicionará aumentos de gastos en relación a los actuales. Por el contrario, para 1997 la vieja PAC costaría unos 2.500 millones de dólares más que la reforma aprobada.

Europa reformó su PAC para minimizar sus problemas domésticos, pero hay otras cuestiones que también han influído, referidas a la configuración de la etapa global que hoy vive el planeta y que se visualizan en el acuerdo de Blair House entre la UE y los Estados Unidos -oposición francesa mediante- y en los esfuerzos por lograr el cierre de la Ronda Uruguay. Por ese acuerdo (que flexibiliza enormemente el proyecto multilateral del ex-Director del GATT Arthur Dunkel), la UE se dispone a reducir en 21% en volumen (en seis años) sus niveles de subsidios a las exportaciones (36% en términos de gastos) mientras los EEUU disminuirán 36% sus subsidios a las exportaciones en el mismo período, pasando así a gastar unos 350 millones de dólares menos de lo que actualmente gastan en su apoyo a las exportaciones del sector primario.

Las preguntas que se imponen son: 1) ¿por qué cambió la PAC?, 2) ¿quéimplica el acuerdo de Blair House para todo el mundo?, 3) ¿qué importancia tiene el cierre de la Ronda? y 4) en quése modifican las relaciones internacionales en esta nueva etapa global?.

La respuesta a la primera pregunta está desarrollada a lo largo de este artículo aunque puede resumirse así: porque además de cara y desgastante en sus aspectos administrativos, no se adecua a las nuevas relaciones globales. En relación al Blair House, claramente implica que si bien la guerra de subsidios no habrá de producirse, los países subdesarrollados deberán redoblar esfuerzos de negociación por ocupar espacios de comerciò, diseñando nuevas estrategias de protección arancelaria que sustituyan la adopción de las medidas de defensa contra prácticas desleales de comercio que -como los derechos compensatorios- difícilmente serán aplicables en el futuro inmediato.

El cierre de la Ronda es de crucial importancia para todos. Aunque parezca dramático, es comparable con la esperanza de llegar a la paz cuando los tiempos son de guerra. Esto se vincula con la última pregunta. Los tiempos por venir parecen sustancialmente distintos a los idos, aún en épocas recientes. En esos nuevos tiempos todo indica que la liberalización del comercio y la internacionalización del mercado de capitales forman un todo íntimamente relacionado que se potencia día a día por los progresos de la comunicación. Seguridad alimentaria, integración y política de bloques son términos que seguramente habrán de merecer revisión a corto plazo.

Ing. Agr. Luis E. Plouvier

CONVENIOS BILATERALES

GATT: Argentina logró avances sustanciales

La Argentina resultó beneficiada por el acuerdo final de la Ronda Uruguay del GATT, pero al parecer mucho más por los acuerdos bilaterales alcanzados en el seno de las discusiones con los Estados Unidos, el Japón y los países europeos. En el primer caso se logró una importante cuota para carnes frescas y refrigeradas.

"Está lejos de lo que pretendíamos, pero también sabemos que el acuerdo estuvo a punto de fracasar y por eso estoy satisfecho con el final de la Ronda Uruguay del GATT", dijo ayer Felipe Solá, secretario de Agricultura, Ganadería y Pesca. El funcionario convocó a una conferencia de prensa en la que resumió los beneficios que logra la Argentina con el acuerdo alcanzado el miércoles en Ginebra.

Para Solá, las cosas ya no serán como antes. Los stocks de materias primas agropecuarias ya no crecerán con el mismo ritmo de los años anteriores, donde la escalada de subsidios motorizó una violenta expansión. Con el recorte de los apoyos oficiales a la producción en los países desarrollados, "los mercados aparecen tensionados, como prevenidos ante eventuales faltantes, lo que genera precios en alza".

En opinión del funcionario, la simple expectativa por un final feliz en el GATT ha tenido influencia fundamental en el fuerte incremento que experimentaron este año las cotizaciones del maíz, el girasol y la soja. Agregó que "es difícil que tengamos peores precios que los que hemos padecido hasta hace pocos meses".

♦ Acceso a mercados

Pero la Argentina logró avances importantes en materia de "acceso a mercados", a partir de **negociaciones bilaterales** con los Estados Unidos, Europa y el Japón. Los Estados Unidos concedieron una **cuota de 25.000 a 45.000 toneladas de maní**, que ingresarán con los aranceles correspondientes a "nación más favorecida", y otras **20.000 toneladas de pasta de maní** en las mismas condiciones. El maní es un cultivo importante en la provincia de Córdoba, con una producción que promedió las 250.000 toneladas anuales en la última década. La nueva cuota americana significa un **40% extra** en el volumen de las exportaciones de semilla y pasta.

En **quesos**, los norteamericanos **admiten** ahora, sin pago de arancel, el ingreso de 1.750 toneladas adicionales. También se dispuso rebajar un 33% el arancel de importación para **mosto de uva**. Pero donde el **impacto** puede ser más fuerte es en **carnes refrigeradas y congeladas**, uno de los puntos de mayor interés para los negociadores argentinos. Aquí se logró una cuota de **22.000 toneladas**, aunque sujetas a un acuerdo sanitario por la cuestión de la aftosa. Los norteamericanos siempre fueron **remisos** a abrir su mercado de **carne fresca**, por lo que el anuncio causó **sorpresa**.

♦ Explicaciones de Solá

¿Por qué los norteamericanos cedieron en esto?, preguntó **Clarín** a Felipe Solá. "Simplemente, se les dijo que si no nos concedían este punto, no firmábamos el final de la Ronda, que requiere unanimidad", respondió el secretario de Agricultura. Las 22.000 toneladas significan un volumen equivalente al de la preciada **cuota Hilton**, aunque la mayor ventaja de la concesión es que no se concentra en los cortes de mayor valor, que son los que se venden bien en Europa.

También se logró una **reducción arancelaria del 50%** en carnes cocidas y enlatadas, y del 55% en aceites esenciales. También se mantendrá la **cuota actual del azúcar**, que los norteamericanos estaban cuestionando. Con el **Japón** se negoció la **disminución de más del 36%** en los aranceles de importación de **aceites vegetales comestibles, aceites esenciales, cueros y algunos productos pesqueros**.

Finalmente, la Unión Europea **rebajó** un 36% el arancel para las **manzanas** y se sigue discutiendo una cuota de 500.000 toneladas de maíz y sorgo.

Insatisfacción por Resultados en el Capítulo Agrícola

GOBIERNO DESTACO LOGROS DE RONDA URUGUAY

Pese a manifestar su "disconformidad por los resultados obtenidos" en el capítulo agrícola del acta final de la Ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio), el gobierno destacó que el entendimiento alcanzado el 15 en Ginebra, "sin perjuicio de sus imperfecciones e insuficiencias,

...ntribuye a consolidar el sistema multilateral de comercio ...mo principal instrumento para defender los principios de ...quilibrio y globalidad".

El Poder Ejecutivo destacó también, en una declaración de ...eis puntos difundida anoche, que el acuerdo "contribuyó a evitar una confrontación que de haber fracasado las negociaciones, hubiera aparejado consecuencias negativas impredecibles para el comercio internacional, y en especial para los países en vías de desarrollo".

LA DECLARACION DEL GOBIERNO

Ante la finalización de la Ronda Uruguay del GATT, el Poder Ejecutivo estima necesario efectuar ante la opinión pública las siguientes consideraciones:

1) Luego de siete años de intensas y complejas negociaciones la culminación de la Ronda Uruguay del GATT, recoge el compromiso de más de un centenar de países de asegurar un marco multilateral de comercio. En un contexto internacional signado por profundos cambios en las estructuras económicas y políticas el acuerdo logrado contribuyó a evitar una confrontación, que de haber fracasado las negociaciones hubiera aparejado consecuencias negativas impredecibles para el comercio internacional y, en especial, para los intereses de los países en vías de desarrollo.

2) El acta final de la Ronda Uruguay constituye a juicio del Poder Ejecutivo un marco de normas y disciplinas tendientes a liberar el comercio internacional y reducir las medidas proteccionistas de carácter unilateral ejercidas por las economías de los países desarrollados. El acuerdo alcanzado, sin perjuicio de sus imperfecciones e insuficiencias contribuye a consolidar el ...istema multilateral de comercio como principal instrumento ...ara defender los principios de equilibrio y globalidad que ...nspira el funcionamiento del GATT.

Asimismo, debe señalarse que en la Ronda Uruguay se han incluido sectores que tradicionalmente se mantuvieron ajenos a las disciplinas del libre comercio estatuidas por el GATT, y que son de particular importancia para los intereses del Uruguay por la competitividad natural que en ellos desarrolla tal situación permite que el comercio de productos agrícolas, textiles, vestimenta y servicios incorporar al GATT en un marco normativo y arancelario de carácter multilateral.

3) En el capítulo agrícola del acta final, el Poder Ejecutivo manifiesta su disconformidad por los resultados obtenidos, los que si bien representan un avance respecto de la situación anterior, no colman la totalidad de las expectativas ni la globalidad de los intereses de los países en vías de desarrollo, tal como fuera expuesto en la declaración de los países del Grupo de Río del pasado 11 de diciembre.

No obstante debe considerarse que este acuerdo incorpora disciplinas claras para un proceso gradual y auspicioso de desmantelamiento de los subsidios a la producción y exportación de productos agrícolas, aún cuando los acuerdos alcanzados se consideran compromisos parciales, incompletos y no definitivos.

4) Debe resaltarse como aspecto positivo en el marco institucional la creación de la organización multilateral de comercio destinada a sustituir la actual y precaria naturaleza jurídica del GATT. El acuerdo orientado a fortalecer el sistema multilateral y la vigencia del derecho internacional da vida a una nueva estructura institucional permanente que administrará el comercio internacional en el futuro e incorpora un sistema integrado de solución de diferencias. Con ello los países en vías de desarrollo, y en especial el Uruguay, se verán beneficiados por la vigencia de normas más transparentes dotadas de mayor seguridad jurídica.

5) Simultáneamente a las negociaciones multilaterales se han desarrollado y aún continúan perfeccionándose negociaciones bilaterales entre el Uruguay y sus principales socios comerciales a fin de obtener concesiones arancelarias específicas en aquellos rubros y sectores de mayor sensibilidad para su producción exportable. En esta fase ha participado un equipo interministerial en apoyo a las gestiones de nuestra representación permanente en Ginebra.

En tal sentido se desarrolla aún una intensa gestión diplomática tendiente a mejorar las condiciones de acceso del Uruguay para determinados productos que hacen a su interés comercial, en especial los mercados de Estados Unidos de América y la Unión Económica.

6) En consecuencia, al cierra formal de la ronda a nivel ministerial en marzo del próximo año, el Uruguay habrá concluido su participación desde su lanzamiento en Punta del Este en el año 1986. Para su culminación ha puesto el mayor de los esfuerzos tanto en el ámbito multilateral como bilateral. Extremando su capacidad negociadora ha contribuido con responsabilidad y equilibrio a defender los intereses del país y asegurar en el marco institucional los principios destinados a consolidar un comercio internacional más libre y justo.

El acuerdo del GATT no satisface a Uruguay, afirmó ayer el Ejecutivo

• *Ve con beneplácito que ese organismo sea sustituido*

Ante la finalización de la Ronda Uruguay del GATT, el Poder Ejecutivo estima necesario efectuar ante la opinión pública las siguientes consideraciones.

1) Luego de siete años de intensas y complejas negociaciones la culminación de la Ronda Uruguay del GATT recoge el compromiso de más de un centenar de países de asegurar un marco multilateral de comercio. En un contexto internacional signado por profundos cambios en las estructuras económicas y políticas el acuerdo logrado contribuyó a evitar una confrontación; que de haber fracasado las negociaciones hubiera aparejado consecuencias negativas impredecibles para el comercio internacional y, en especial, para los intereses de los países en vías de desarrollo.

2) El acta final de la Ronda Uruguay constituye, a juicio del Poder Ejecutivo, un marco de normas y disciplinas tendientes a liberar el comercio internacional y reducir las medidas proteccionistas de carácter unilateral ejercidas por las economías de los países desarrollados. El acuerdo alcanzado, sin perjuicio de sus imperfecciones e insuficiencias contribuye a consolidar el sistema multilateral de comercio como principal instrumento para defender los principios de equilibrio y globalidad que inspira el funcionamiento del GATT.

Asimismo, debe señalarse que en la Ronda Uruguay se han incluido sectores que tradicionalmente se mantuvieron ajenos a las disciplinas del libre comercio estatuidas por el GATT y que son de particular importancia para los intereses del Uruguay por la competitividad natural que en ellos desarrolla. Tal situación permite que el comercio de productos agrícolas, textiles, vestimenta y servicios incorporar al GATT en un marco normativo y arancelario de carácter multilateral.

3) En el capítulo agrícola del acta final, el Poder Ejecutivo manifiesta su disconformidad por los resultados obtenidos, los que si bien representan un avance respecto de la situación anterior, no colman la totalidad de las expectativas ni la globalidad de los intereses de los países en vías de desarrollo, tal como fuera expuesto en la declaración de los países del Grupo de Río del pasado 11 de diciembre.

No obstante, debe considerarse que este acuerdo incorpora disciplinas claras para un proceso gradual y auspicioso de desmantelamiento de los subsidios a la producción y exportación de productos agrícolas, aun cuando los acuerdos alcanzados se consideran compromisos parciales, incompletos y no definitivos.

4) Debe resaltarse como aspecto positivo en el marco institucional la creación de la organización multilateral de comercio destinada a sustituir la actual y precaria naturaleza jurídica del GATT. El acuerdo orientado a fortalecer el sistema multilateral y la vigencia del derecho internacional de vida a una nueva estructura institucional permanente que administrará el comercio internacional en el futuro e incorpora un sistema integrado de solución de diferencias con él o los países en vía de desarrollo y en especial el Uruguay. Se verán beneficiados por la vigencia de normas más transparentes dotado de mayor seguridad jurídica.

5) Simultáneamente a las negociaciones multilaterales se han desarrollado y aún continúan perfeccionándose negociaciones bilaterales entre el Uruguay y sus principales socios comerciales a fin de obtener concesiones arancelarias específicas en aquellos rubros y sectores de mayor sensibilidad para su producción exportable. En esta fase ha participado un equipo interministerial en apoyo a las gestiones de nuestra representación permanente en Ginebra.

En tal sentido se desarrolla aún una intensa gestión diplomática tendiente a mejorar las condiciones de acceso del Uruguay para determinados productos que hacen a su interés comercial, en especial los mercados de Estados Unidos de América y la Unión Económica.

6) En consecuencia, al cierre formal de la Ronda a nivel ministerial en marzo del próximo año, el Uruguay habrá concluido su participación desde su lanzamiento en Punta del Este en el año 1986. Para su culminación ha puesto el mayor de los esfuerzos, tanto en el ámbito multilateral como bilateral, y extremando su capacidad negociadora ha contribuido con responsabilidad y equilibrio a defender los intereses del país y asegurar en el marco institucional los principios destinados a consolidar un comercio internacional más libre y justo.

Uruguay disconforme con los resultados en materia agrícola de la Ronda del GATT

■ El Poder Ejecutivo manifestó ayer, a través de una declaración oficial, su disconformidad respecto a los resultados obtenidos en el capítulo agrícola de la Ronda Uruguay del GATT. Estos no colman la totalidad de las expectativas ni la globalidad de los intereses de los países en vías de desarrollo —tal como fuera expuesto en la declaración de los países del Grupo de Río del pasado 11 del corriente, aclara el comunicado oficial—, si bien representan un avance respecto a la situación anterior.

Asimismo, el Poder Ejecutivo señaló, por otra parte, que el acuerdo alcanzado, sin perjuicio de sus imperfecciones e insuficiencias, contribuye a consolidar el sistema multilateral de comercio como principal instrumento para defender los principios de equilibrio y globalidad que inspira el funcionamiento del GATT.

El Poder Ejecutivo resaltó, por otra parte, el aspecto positivo que constituyó la creación de la Organización Multilateral de Comercio destinada a sustituir la actual y precaria naturaleza jurídica del GATT.

Puntualiza la declaración oficial que se mantienen las negociaciones bilaterales entre nuestro país y sus principales socios comerciales.

DOCUMENTO 9400508
Gatt: España aprueba acuerdo.
L.M. 150015
22/12/93
510821
507513
11005

GATT: España aprueba acuerdo marco

MADRID (ANSA)- El Parlamento español aprobó ayer, pese a las objeciones de la oposición y las distribuidoras, una ley sobre los audiovisuales concebida para proteger al cine español de la "invasión" de la producción norteamericana.

La legislación ya estaba operativa en base a un decreto del Ministerio de Cultura, y su aprobación parlamentaria, lograda con la mayoría socialista en el gobierno, se daba por descontada.

La nueva ley fija una llamada "cuota de pantalla", en base a la cual las salas cinematográficas de ciudades con más de 125.000 habitantes deberán programar un día de cine comunitario por cada dos de cine norteamericano. En las ciudades más pequeñas, la cuota será de una cada tres.

Los distribuidores, dominados por las grandes cadenas norteamericanas, se oponen a la ley porque ahora podrán programar producciones norteamericanas sólo después de haber adquirido películas comunitarias "menos comerciables".

El derechista Partido Popular, el principal de la oposición, dijo hoy que la ley fue preparada por los "comisarios políticos" del Partido Socialista, mientras que la asociación de gestores de cine anunció que apelará al Tribunal Constitucional.

9400508

01-01

No hay buenas perspectivas de que mejoren exportaciones agrícolas

Negociaciones bilaterales de Uruguay para mejorar oferta del GATT no son auspiciosas

Son desalentadores los resultados de las negociaciones que Uruguay está realizando en forma individual para mejorar el acceso de sus productos en los mercados internacionales, confiaron a **El Observador** ***funcionarios del gobierno.***



AFP

Jacques Delors y Leon Brittan

Uruguay centró su esfuerzo en la obtención de mayores cupos de importación para las carnes bovina y ovina de parte de la UE

Si bien existían expectativas de que la Ronda Uruguay del GATT arrojaría resultados magros en cuanto a la eliminación de normas proteccionistas que perjudican a los países agrícolas, el gobierno uruguayo esperaba que, en las negociaciones bilaterales que cada país mantiene con los grandes bloques comerciales, se pudiera obtener un tratamiento preferencial para mejorar la capacidad exportadora del país.

Sin embargo, cuando están por finalizar las negociaciones bilaterales de la Ronda Uruguay, no hay buenas perspectivas de que mejoren las posibilidades de exportar productos agrícolas.

"Es cierto que nunca tuvimos grandes expectativas, ni sobre la negociación global de la Ronda Uruguay, ni sobre nuestra negociación individual, pero los resultados obtenidos son bastante pobres", comentó un funcionario que sigue la marcha de las gestiones comerciales.

Indicó que, pese a la presión ejercida por los países latinoamericanos en contra de las prácticas desleales de comercio, no fue posible influir ante las grandes potencias comerciales. "Es como si fuéramos una hormiga y nos pusiéramos a discutir con un elefante, por más que nos enojemos y lo amenacemos el elefante va a hacer lo que quiere, y si se enoja nos pisa", expresó.

Europa nada, EEUU un poquito

Las conversaciones por mayor acceso a los mercados con la Unión Europea, Estados Unidos y Japón continuarán en las próximas semanas, ya que hay algunas ofertas que están pendientes de respuesta.

Por ese motivo, los funcionarios consultados prefirieron no brindar detalles sobre cómo se está negociando en los rubros que el gobierno consideró prioritarios. De todas maneras, adelantaron que los resultados no colmarán las aspiraciones del gobierno.

Uruguay centró su esfuerzo negociador en la obtención de mayores cupos de importación para las carnes bovina y ovina, de parte de la Unión Europea, de lácteos y textiles de parte de Estados Unidos y de arroz de parte de Japón. También se negoció un tratamiento especial para eludir recargos en las exportaciones de cítricos a Europa.

Ahora se espera una respuesta a las ofertas uruguayas para comienzos de enero pero agregó que no hay buenas perspectivas porque "los europeos no le dieron nada a nadie, en ningún rubro".

En la negociación con Estados Unidos los resultados fueron más auspiciosos, ya que el gobierno norteamericano accedió a un aumento en el cupo de importaciones de lácteos uruguayos y a una rebaja arancelaria para textiles.

La preocupación específica de Uruguay radicaba en aumentar su cuota de 428 toneladas de queso semiduro que ingresan al mercado estadounidense con arancel cero. En ese rubro se continúa negociando, pero es seguro que habrá una mejora en la capacidad exportadora.

Respecto al arroz, el tema no parece claro, ya que si bien Japón abrió su mercado luego de 40 años de rígido proteccionismo el tipo de grano que se consume en ese país es diferente que el que se produce en Uruguay.

Los funcionarios uruguayos no descartan que exista chance de llegar al mercado nipón pero ello demandará una negociación con los importadores que reciban las licencias gubernamentales. ■

Saravia: Hay que Esperar Hasta Marzo Para Evaluar los Resultados del GATT

El ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Pedro Saravia, dijo ayer que hay que esperar a marzo para evaluar el reordenamiento mundial que se produjo luego del cierre de la Ronda Uruguay del GATT.

Saravia expresó que al primer trimestre del año venidero la Ronda quedará definitivamente consolidada y entonces sería prudente estudiar cuáles son las posiciones y agrupamientos mundiales que han surgido.

"Aquí estamos casi todos disconformes en mayor o menor grado", dijo el titular de la cartera de Ganadería en referencia da los países del continente.

"Aun en el Grupo Latinoamericano tenemos diferentes posiciones", dijo.

Explicó que en su criterio luego de la Ronda se producirá un realineamiento de intereses nacionales, además de que con ella se cerró una etapa que canceló la finalidad de grupos de países como Cairns, que nacieron con el objetivo de trabajar sobre la rueda negociadora del GATT.

Señaló además que para el año venidero el gobierno seguirá tomando medidas que faciliten las exportaciones y mejoren los guarismos productivos.

Saravia dijo también que su cartera ha buscado modernizar su gestión, procurando en 3 años un ahorro de 32 millones de dólares, la reducción de un 20 por ciento del funcionariado, de un 25 por ciento de la flota automotriz, el ahorro de un 17 por ciento en combustible, un aumento de los funcionarios técnicos y una disminución de los funcionarios administrativos y de servicio.



Pedro Saravia.

Ayer el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca firmó en el Edificio Libertad un convenio con la mayoría de las intendencias del país, para desarrollar programas de apoyo a los pequeños productores.

01-01

Dunkel: el GATT Creará Problemas a Países Pobres

ZURICH, Suiza, 25 (EFE).— El acuerdo comercial que puso término a la Ronda Uruguay creará muchos problemas a los países en desarrollo, según el antiguo director del GATT, Arthur Dunkel, que después de siete años al frente de las negociaciones fue sustituido este verano por el irlandés Peter Sutherland.

En declaraciones al semanario suizo "Tages-Anzeiger", Dunkel apunta que, "para los países más pobres, esencialmente en Africa y el Caribe, la participación en el sistema comercial mundial no representa actualmente una vía de crecimiento".

En opinión del antiguo director general del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio), para que estos países puedan llegar a beneficiarse de la liberalización del comercio mundial, "primero tienen que reformar sus estructuras internas".

Para ello, deberán contar con una "gran ayuda técnica y financiera" de los países industrializados, pues es probable que la supresión de las subvenciones encarezca los precios de los alimentos importados por los países más pobres.

"Eso puede provocar un verdadero impacto, pero estoy convencido de que la Banca Mundial, el Fondo Monetario Internacional y otras organizaciones de ayuda al desarrollo van a intervenir con objeto de aminorar las consecuencias a corto plazo", sostiene Dunkel.

En contrapartida, el antiguo director general del GATT subraya que ese mismo acuerdo, si bien creará problemas iniciales a los países en desarrollo, también les ofrece ciertas ventajas de cara al futuro.

"Gracias a la subida de los precios agrícolas, los países en desarrollo podrán apoyar más y mejor a sus agricultores", dijo Dunkel, que lamentó que las grandes potencias comerciales "legitimaran" con la Ronda Uruguay algunas de sus restricciones a los productos de los países más pobres.

El País 26-12-93

N° DOCUMENTO 9400512
TITULO Visión optimista de la cancillería Arg. sobre el comercio exterior tras cierre de Ronda.
PROC. E.E. - 150024
FE. 27/12/93
VINCUL. 510821
66960

VISION OPTIMISTA DE LA CANCILLERIA

Ventaja en el GATT, pero

Tras el cierre de las discusiones del GATT, la Cancillería cree haber logrado ventajas en los acuerdos bilaterales con algunos de los países miembros. También estima que las nuevas reglas de juego del comercio internacional favorecen a una economía, como la argentina, ya en franco proceso de apertura. Pero queda pendiente el avance en el proceso de integración dentro del Mercosur.

Héctor Gambarotta es secretario de Relaciones Económicas Internacionales de la Cancillería. Pero también economista. Desde esa óptica cree que "la Argentina juega su destino social en la profundización de la competitividad". Como hombre de gobierno, dice: "En Relaciones Exteriores pensamos que, cerrada la Ronda Uruguay, el mayor gasto social es la inversión: **lo que profundice la atracción de inversiones en la Argentina, y el desarrollo de nuevos proyectos productivos es lo que constituirá la malla de seguridad**".

—Además de lo logrado en el sector agrícola, ¿qué ventajas obtiene la Argentina con el cierre de la Ronda Uruguay del GATT?

—Hay tres resultados del cierre de la Ronda Uruguay. Primero, los **beneficios** que consiguió la Argentina en las negociaciones **particulares con cada país, y producto por producto: se amplió el acceso a mercados como el del Japón, la Comunidad Europea y los Estados Unidos para la agroindustria.** El segundo tema es que un país de economía abierta y ordenado como la Argentina puede conseguir mayores ventajas con reglas de juego **más previsibles** en el mundo. Y tercero es que a partir de ahora habrá normas generales de comportamiento en el mundo, lo que permite a la Argentina plantear **controversias, sabiendo que obtendrá respuestas consistentes.**

9400512

01-02

SOBRE EL COMERCIO EXTERIOR

atrasos en el Mercosur

—¿Cuándo se verán los resultados?

—El primer elemento tendrá efectos cuantificables. Los otros dos se demostrarán con el tiempo. No tendrán impacto inmediato porque el acuerdo estará operativo en el primer semestre de 1995. Hay que pensar, también, en qué hubiera pasado si no cerraba la Ronda Uruguay del GATT: **el statu quo y la inercia hubieran profundizado las guerras comerciales.** Y la Argentina, con una economía abierta, hubiera sufrido.

♦ Mercosur

—El tema del GATT llegó a buen puerto. Pero hay una asignatura pendiente: ¿por qué se estancó el Mercosur?

—Partió con un cronograma muy ambicioso y estricto. Para la integración hay dos caminos: ser muy exigentes en los plazos o muy minuciosos en la letra de los acuerdos. El Tratado de Asunción **es muy escueto en la letra, pero muy exigente en los tiempos.** Y por una razón: se trataba de integrar países con **un comercio mutuo débil y una reducida vinculación económica.** Ahora, los 4 países están convencidos de sus lazos; el comercio alcanzó los **8,000 millones de dólares en 1993.** Pero empiezan a aparecer las exigencias de fondo. En ningun tratado se cumple el 100% de la letra y tampoco de los cronogramas. Los plazos conviene tomarlos seriamente, **pero no hacer un culto de eso.** Con todo, mantenemos las fechas claves, como la de la **caída de la lista de excepciones y la consagración de la unión aduanera** a partir del 1º de enero de 1995.

—Solo falta un año. ¿Qué pasa si en ese tiempo no se corrigen las asimetrías?

—Los cuatro socios creemos que, más tarde o más temprano, nuestras políticas macroeconómicas van **a converger.** El Brasil está en un año electoral. Pero tenemos muy pocas dudas de que, cualquiera sea el partido político que gobierne ese país a partir de 1995, sus lineamientos económicos van a estar cerca de los nuestros.

—Pero, ¿queda tiempo para negociar la convergencia de las economías?

—El Mercosur está para quedarse. Y a partir de ahí entendemos **que todo se puede negociar,** porque hay marco para hacerlo. Existen diferencias importantes, pero se van resolviendo. Un ejemplo es el **tipo de cambio cruzado entre la Argentina y el Brasil: está estabilizado hace un año.** Muchas críticas a la integración vienen de sectores industriales que aspiran a que la Argentina tenga ciertos espacios industriales definidos dentro de sus propias fronteras. Pero el Gobierno advierte que hay industrias problemáticas **en todo el mundo: petroquímica, siderurgia, textiles y papel.** E insiste en que **esos sectores tienen que ir tomando escala regional.** Para 1994 pensamos que los industriales argentinos y brasileños deben acercarse y definir en conjunto el perfil industrial regional.

—¿A cuánto asciende el déficit comercial argentino?

—El rango es de **3.500 millones de dólares.** Pero hay que medirlo en su justo término. La Argentina está usando su poder de compra en el exterior **para equiparse más que para consumir.** Entonces, el déficit de este año es mayor que el de 1992, pero resulta menos conflictivo: **las importaciones de bienes de capital crecieron a una tasa del 15%, y las de bienes de consumo al 5%.** Nos parece sensato que se aprovechen las buenas condiciones de financiamiento internacional para equiparse.

—Antes, el déficit venía del comercio con el Brasil. Ahora es con los Estados Unidos. ¿Por qué ese cambio?

—Los Estados Unidos tomaron medidas de **protección,** en los últimos tiempos, que afectaron las exportaciones tradicionales argentinas. Pero, en cambio, crecieron las ventas a ese país de manufacturas industriales. Aún así, estamos preparando un programa de promoción de exportaciones para el mercado norteamericano: se basa en el **mayor acceso a ese mercado de nuestros bienes agroindustriales, algo que conseguimos en el GATT, y con políticas específicas de promoción.** No esperamos números espectaculares en el corto plazo, pero **en 1994 el déficit será menor.**

—¿Hay alguna estimación de cuánto pueden ser las exportaciones del próximo año?

—Van a superar las expectativas que figuran en el programa trienal "Argentina en crecimiento". Pensamos que es posible llegar, en 1994, **a los 15.000 millones de dólares.** Contribuyen a eso el cierre de la Ronda Uruguay, el aumento de nuestras ventas en el Brasil y el mejoramiento, en general, de la competitividad.

9400513
MECANISMOS PARA SOLUCIONAR PASIFICAMENTE LOS PROBLEMAS DE AFRICA.
PROCED L.3 - 150014
8/12/93
12695
Egipto - 65841
Africa - 10022

OUA

MECANISMO DE PREVENCION DE CRISIS

El presidente de Egipto, Hosni Mubarak, dijo que el mecanismo propuesto para solucionar pacíficamente los problemas de Africa es un paso histórico en el devenir del continente.

Mubarak dirigió esas palabras a los jefes de Estado africanos o sus representantes y a los participantes en la minicumbre de la Organización de la Unidad Africana (OUA), convocada por él como presidente en ejercicio de dicha organización.

Los presidentes de Etiopía, Ghana, Níger, Burkina Faso, Zimbabue y Yibuti asisten a dicha reunión, así como los representantes de los jefes de Estado de Camerún, Angola, Senegal y Túnez.

A juicio del presidente egipcio, el citado mecanismo es más necesario ahora que nunca porque los acontecimientos actuales son de gran alcance y repercusión para todo el mundo.

De tales acontecimientos, Mubarak destacó la tendencia a imponer la paz y la reconciliación y a solucionar las disputas y conflictos por medios pacíficos, así como a prohibir el uso de la fuerza en la resolución contenciosos, y la formación de bloques económicos en cada continente.

El presidente egipcio dijo que la intervención extranjera en los asuntos internos de Africa para resolver diferencias y guerras civiles ha demostrado ser inútil.

PARTES ILEGIBLES

01-01.

Proponen una gestión cooperativa en el Plata

La Mañana 9/12/93

- La idea es preservar el ambiente y los recursos hídricos de la región frente al nuevo desarrollo

El Ministro brasileño de Medio Ambiente y de la Amazonia, Rubens Ricupero, propuso una gestión "cooperativa" de todos los paises de la Cuenca del Plata, para preservar el ambiente y los recursos hídricos de la región, frente a un modelo de desarrollo que ignora la ecología y que por lo tanto amenaza al ecosistema, y con ello a decenas de millones de habitantes.

Curitiba (Ansa)

Durante el primer simposio internacional sobre aspectos ambientales de la Cuenca del Plata, Ricupero advirtió que el agua no es un recurso que deba ser administrado solamente por quienes producen energía eléctrica, sino también "por todos aquellos que están vinculados con el saneamiento básico, transporte e irrigación, entre otros".

El Congreso brasileño tiene a estudio una ley específica al respecto.

El Ministro, ante los más de cien científicos de Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay y Bolivia que participan de la reunión en Foz do Iguacu, destacó que las aguas de la Cuenca, que es la tercera más grande del mundo, están amenazadas por la contaminación.

Los desagües sin tratamiento previo, la contaminación por fertilizantes y la tala de árboles fueron citados como principales amenazas, en momentos en que un documento de las Naciones Unidas alerta sobre la gravedad de la escasez de agua en el mundo.

Citó como ejemplo la costa oeste norteamericana, donde es cada vez mayor la dificultad para obtener agua.

Los participantes del simposio destacaron la importancia de promover el desarrollo sustentable, con cuidado especial del ambiente, de acuerdo inclusive con las recomendaciones de la ECO 92, que reunió en Río de Janeiro a más de cien jefes de Estado y de Gobierno.

Además, la aplicación del Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), con su creciente movimiento comercial regional, agravará los riesgos ambientales en la Cuenca.

El simposio deliberará hasta el viernes próximo, con la pretensión de diseñar "una estrategia de acción integrada, para armonizar el desarrollo económico de la región con la preservación ambiental".

El resultado de los debates de seis grupos técnicos sobre temas como la calidad del agua y recursos pesqueros, derecho ambiental internacional y desarrollo sustentable en la Cuenca del Plata, formarán la base para el documento final, que será puesto a consideración de la reunión de jefes de Gobierno, el 27 de este mes en Colonia, Uruguay.

El simposio propondrá la creación del Centro de Estudios Ambientales de la Cuenca del Plata, para "promover estudios, investigaciones y análisis científicos, estimular la cooperación intergubernamental, ayudar a la formulación de políticas conjuntas, calificar profesiones y servir de foro para una discusión de las cuestiones ambientales entre los países de la región".

Promovida por el Instituto Acqua, organización no gubernamental y sin fines de lucro que representa en América latina a la más importante institución francesa vinculada con la cuestión del agua, y con apoyo de la OEA, la UNESCO, el Banco Mundial y la Binacional Itaipú, la reunión agrupa a más de 100 técnicos, especialistas y autoridades de los cinco países de la Cuenca, así como a invitados de Ecuador, Estados Unidos, Francia, España y Japón.

La Cuenca del Plata es la tercera mayor del mundo, con 3.107.000 kilómetros cuadrados. Es también el eje principal de vinculación entre los países del MERCOSUR.

La región es una de las más ricas del mundo en biodiversidad, pero enfrenta graves amenazas al ambiente, después de décadas de ocupación desordenada.

Lo que está en juego, advirtieron los especialistas, no es sólo la preservación de la base material para el desarrollo de la región, sino la propia sobrevivencia de las poblaciones locales.

Crean Premio Internacional de Medio Ambiente

El Consejo Permanente de la Organización de los Estados Americanos, OEA, acaba de aprobar una resolución que establece la creación del Premio Internacional de Medio Ambiente.

La iniciativa, propuesta originalmente por el Uruguay, fue abordada primero por la Comisión de Medio Ambiente del Consejo Permanente que tras un estudio de la propuesta elevó un informe favorable.

El Presidente de la Comisión de Medio Ambiente, el Embajador del Paraguay ante la OEA, Rubén Melgarejo Lanzola, presentó el viernes último dicho informe que fue bienvenido por los diferentes países miembro.

El premio, según la resolución aprobada, "tendrá como objetivo promover, reconocer y destacar a personas e instituciones por sus aportes en defensa, conservación y mejoramiento del ambiente y sus contribuciones al desarrollo sostenible".

Estará dividido en tres modalidades: nacionales de los Estados miembro, instituciones gubernamentales y organismos no gubernamentales. El ganador de la primera categoría recibirá un premio de $ 30.000, diploma y medalla de la OEA, además de ser invitado por la Organización a la ceremonia de entrega del premio, en tanto que las dos restantes categorías obtendrán diploma y medalla.

Según estima el Consejo Permanente de la OEA, el Premio Interamericano de Medio Ambiente servirá de "estímulo a particulares e instituciones que a través de la ejecución de proyectos ambientales y/o investigaciones científicas logren un impacto significativo en beneficio del ambiente y del desarrollo sostenible en países y regiones del hemisferio".

El jurado estará integrado por el Presidente de la Comisión de Medio Ambiente de la OEA, un experto designado por un Estado miembro de la OEA en forma rotatoria y el Secretario general o quien éste designe para representarlo.

La convocatoria para el Premio Interamericano de Medio Ambiente será realizada tras la celebración de la próxima asamblea general de la OEA, a celebrarse en Belén do Pará, Brasil en junio de 1994.

La Nac' 2/12/93

Cooperación económica en el Pacífico

AUN a pesar de las diferencias políticas que separaron a dos de sus miembros más importantes, la reunión de Cooperación Económica de Asia y el Pacífico, realizada recientemente en Seattle, fue un significativo avance hacia la liberación de barreras en un área geográfica que concentra casi la mitad de los recursos humanos, económicos y financieros del planeta.

Las conversaciones entre los líderes de catorce gobiernos de América, Asia y Oceanía –Estados Unidos, Canadá, China, Corea del Sur, Japón, Taiwan, Hong-Kong, Tailandia, Singapur, Indonesia, Brunei, Filipinas, Australia y Nueva Zelanda– no produjeron nada que fuera más allá de la enunciación de propósitos, pero reafirmaron la intención de crear una verdadera comunidad económica, cuyo objetivo final será el libre comercio en la cuenca del Pacífico.

Realizada inmediatamente después de la aprobación del Nafta por el Congreso de los Estados Unidos, la reunión de APEC constituyó un reconfortante indicador de que, aun a pesar de las demoras –¿o habría que decir estancamiento?– del GATT, el mundo sigue avanzando hacia una integración cada vez mayor. No obstante las vacilaciones de los gobiernos asiáticos, los Estados Unidos y Australia consiguieron que, en la declaración final, los trece países respaldaran el acuerdo firmado el año pasado en Blair House con la Comunidad Económica Europea, respecto de la progresiva eliminación de los subsidios agrícolas. Esto, sumado al hecho mismo de la reunión, encierra una advertencia a Europa en el sentido de que, si las negociaciones en el GATT siguen demorándose –y el plazo tope está ahora a sólo dos semanas–, podrían quedar aisladas de lo que será el bloque comercial más poderoso del mundo.

Los participantes acordaron aprobar para este año la entrada de México y Papua Nueva Guinea en el grupo, y la de Chile para 1994. Esto elevará a dieciocho el número de integrantes (actualmente, además de los catorce ya mencionados, Malasia, cuyo gobierno boicoteó la reunión de Seattle, integra también el grupo). Después, habrá una moratoria de tres años para el ingreso de nuevos miembros.

Para el presidente Clinton, la reunión –la mayor de dirigentes de Asia y el Pacífico desde el encuentro convocado en 1966 por el presidente Johnson en apoyo a la acción norteamericana en la Guerra de Vietnam– fue una afirmación de su liderazgo en política exterior: ésta es la primera iniciativa en ese campo que no es herencia de la administración anterior. En sus conversaciones con otros jefes de gobierno, apuntó a tres objetivos principales: asegurar la presencia de los Estados Unidos en el área comercial que registra el más alto crecimiento económico; frenar la proliferación de armas nucleares y obtener garantías de respeto a los derechos humanos, y la democratización progresiva.

En cada uno de esos tres campos tropieza con dificultades especiales. En lo económico y comercial, están las prácticas proteccionistas de los países asiáticos. En materia de armas nucleares, China no parece dispuesta a detener sus experimentos, y también es necesario coordinar una política respecto de Corea del Norte. En cuanto a derechos humanos, la reunión de Seattle puso en evidencia una oposición frontal entre China y los Estados Unidos.

En junio último, al prorrogar por un año más el status de China como *nación más favorecida* en las relaciones comerciales con los Estados Unidos, Clinton advirtió que futuras renovaciones de esta condición estarían sujetas a los avances de Pekín en materia de derechos humanos. Pero días atrás, en Seattle, el ministro de Relaciones Exteriores chino, Quian Quichen, afirmó ante la prensa que había habido discusiones sobre ese tema porque las políticas de su país son "inmutables". El mismo funcionario dijo que la vinculación de las ventajas comerciales con la situación de los derechos humanos es "una reliquia del pasado", porque los Estados Unidos dependen ahora del comercio con China para crear empleos en su territorio.

La cuestión queda planteada en toda su crudeza. El régimen de Pekín es un caso extremo, pero ninguno de los socios asiáticos de los Estados Unidos comparte el mismo celo en vincular la integración comercial con los derechos humanos. En gran medida, porque varios de esos países están aún lejos de garantizar satisfactoriamente las libertades esenciales. El tema del status de China como nación más favorecida volverá al debate el año próximo en Washington y, con él, el dilema de cómo conciliar objetivos políticos y económicos que en Seattle parecieron incompatibles. Lo que queda por ver es en qué medida estas cuestiones han de gravitar sobre el avance hacia la integración de un gigantesco espacio de asociación económica.

Nº DOCUMENTO 9400517
TITULO Mafia rusa controla 40.000 empresas.
E-C. - 150024
FE 24/12/93
VI 11846
507993
507994

INFORME DEL KREMLIN

La mafia rusa controla hoy 40.000 empresas

MOSCU, 23 (AFP y Reuter). — La mafia rusa controla en la actualidad unas 40 mil empresas, entre ellas numerosas compañías estatales, según consta en una investigación del Ministerio del Interior de la Federación dada a conocer por la agencia **Itar-Tass**.

En **Rusia** circula en la actualidad un billón de rublos (equivalentes aproximadamente a 80 millones de dólares), vinculados a las actividades mafiosas, sostuvo el director del Servicio de Lucha contra el Crimen Organizado dependiente del Ministerio del Interior, general **Mijail Egorov**.

RUSO

Las regiones más afectadas por las actividades de los mafiosos son las de **Moscú, San Petersburgo, Primorié (extremo oriente), Ekaterinburgo, Saratov (Volga) y Dagestán (norte del Cáucaso)**, precisó el general Egorov.

El alto funcionario destacó que la mafia rusa ha reforzado su armamento y, al mismo tiempo, incrementado y perfeccionado los mecanismos que utiliza para lavar sus fondos ilegales.

La Policía rusa consiguió determinar que las bandas delictivas disponen de un impresionante arsenal compuesto por 213 ametralladoras, cuatro mil pistolas, dos mil pistolas-ametralladoras e, inclusive, seis lanzamisiles.

La mafia obtuvo tradicionalmente sus ganancias en el mercado negro, que tuvo su auge cuando en la Federación regía un rígido sistema de control de precios.

La política de reformas emprendida por el gobierno del presidente **Boris Yeltsin**, que pone el acento en la libertad de los mercados, tiende a eliminar [illegible] actividades de las organizaciones delictivas.

La aceleración de esas reformas, anunciada ayer por Yeltsin, quien además de ratificar esta política confirmó en su cargo al primer viceprimer ministro y titular de la cartera de Hacienda, **Yegor Gaidar**, contribuiría sustancialmente a hacer más transparente la economía y, por lo tanto, trabaría las operaciones de las bandas mafiosas.

Pero la instrumentación de una agresiva política reformista anticipada ayer por el jefe de Estado jaqueará además otro de los fenómenos delictivos arraigados en la Federación: el de la corrupción.

Cuatrocientos ochenta y un funcionarios del Ministerio de Seguridad y del Ministerio del Interior enfrentan ahora acusaciones de corrupción.

Yeltsin eliminó el martes el Ministerio de Seguridad, heredero de la KGB, la famosa policía política de la ex Unión Soviética y un verdadero Estado dentro del Estado.

El inmenso poder de esa policía queda demostrado por el hecho de que un ex director de esa agencia, **Yuri Andropov**, haya sido secretario general del viejo Partido Comunista de la Unión Soviética y presidente de la URSS.

El mandatario ruso anticipó que emprenderá una profunda transformación del Estado, con la meta primordial de achicarlo para así reducir gastos y permitir que el duro ajuste vinculado a las reformas no recaiga sobre el pueblo en general, como ha venido ocurriendo hasta ahora.

Pero ese cambio radical de las estructuras estatales se emprendería también apuntando a la elimina- [illegible] ciales de Moscú.

Clarín 29-12-93

ENTRADO
CRUZ

01-01

9400517

9400518
Los delitos de la mafia resultarían "ilimitados"
E.P. – 150007
1/12/93
11846
507604

Los Delitos de la Mafia Resultarían "Ilimitados"

ROMA, 30 (AP).— Un informe parlamentario dice que la amplitud de los delitos perpetrados por la mafia es "prácticamente ilimitada", incluso malversación de fondos de la Comunidad Europea (CE) y de la ayuda internacional para los damnificados por el terremoto de 1980 en Nápoles.

Un estudio de 200 páginas del comité parlamentario contra la mafia, divulgado ayer, ofrece uno de los más completos panoramas de la influencia de la mafia en Nápoles y su desprecio por la ley.

Pero también puede colocar en posición incómoda al gobierno, que emprendió una operación sin precedente contra la delincuencia organizada tras el ataque dinamitero en que fue muerto el fiscal antimafia Giovanni Falcone en 1992 en Sicilia.

"La Camorra influye en la economía, las instituciones, la política y la vida cotidiana de los ciudadanos", dice el informe, que calcula que hay en Nápoles y sus alrededores 6.700 personas vinculadas con la Camorra.

Indica que actualmente están encarcelados en la ciudad 64 funcionarios por cargos vinculados con las actividades mafiosas, mientras que en Sicilia hay 26 y 37 en Calabria, la región dominada por el grupo "Ndrangheta".

Menciona entre los acusados de corrupción en Nápoles a un ex Alcalde, 16 Concejales, un ex Presidente provincial y cinco legisladores regionales.

"La Camorra es indiferente a la ideología política", dice y añade que todo lo que busca es "ganancia económica y conveniencia".

El comité también enumera en su informe una amplia gama de actividades ilegales, desde el contrabando de cigarrillos y narcóticos hasta malversación de fondos de proyectos de la CE y donaciones a los damnificados por el terremoto. No formula cálculo de los beneficios de la Camorra pero califica sus operaciones como "penetrantes".

La Camorra tiene fama de ser menos violenta que la mafia siciliana y la "Ndrangheta" calabresa. El informe dice que no es indicio de debilidad sino evidencia de un dominio más firme de la región. Aplastó o conquistó a cada uno de sus adversarios y los medios de difusión no les prestan la misma atención que a los otros grupos.

Pero las presiones oficiales sobre la Camorra podrían acenturarse en medio de los preparativos de la conferencia cumbre del Grupo de los Siete Países industrializados en julio próximo.

La mafia "quería y sigue queriendo matar al ex ministro de Justicia, Claudio Martelli", declaró a la policía italiana el mafioso arrepentido Santino Di Matteo, cuyas declaraciones serán publicadas en el próximo número del semanario "Panorama".

A finales de 1992, "los jefes de Cosa Nostra", presionados por las normas de la justicia contra la mafia, "sacaron del cajón el proyecto para eliminar al ministro", dijo Di Matteo en las declaraciones formuladas a los invetigadores italianos, según afirmó la revista.

El País 1/Dic/93

01-01

9400518

La Mafia, Amenaza Nuclear

El País 7/12/93

NUEVA YORK, 6 (ANSA).— La agencia estadounidense de inteligencia, CIA, alertó a sus agentes para que pongan al nuevo enemigo en su mira: ahora se trata de prevenir el acceso de las organizaciones criminales de los países del Este europeo al armamento atómico de los desplomados regímenes comunistas.

Según revela la nueva edición del semanario Newsweek, la agencia estadounidense está verdaderamente alarmada por el tema.

"El crimen organizado —declaró el senador demócrata Tim Wirth— es el nuevo comunismo, la nueva amenaza monolítica contra la sociedad civil".

El crecimiento de las nuevas mafias —rusa, china, colombiana, italiana— creó alarma en los despachos de Washington. "Somos impotentes frente a la aceleración con la que crece el problema", admitió frente a los periodistas de Newsweek el senador Wirth, subsecretario de Estado para Asuntos Mundiales.

Lo que preocupa a la clase política y al gobierno estadounidense son las proporciones del fenómeno. "Las ganancias de la mafia —estimó Roy Godson, del Roy Godson, del National Strategy Information Center— superan el billón de dólares, más o menos el balance federal estadounidense".

De Rusia a Tailandia, señala el semanario, las exportaciones de materias primas son cada vez más controladas por los "capos" de la mafia. Y de Centroamérica al Pacífico son cada vez más las pequeñas naciones cuyo control político está en manos de individuos relacionados con el crimen organizado.

Según el semanario, que por meses desplegó a diez periodistas en siete capitales del mundo, la amenaza de los "nuevos padrinos" es la "más grave" en la historia de la sociedad civil.

Nº DOCUMENTO 9400520
TITULO Arrestan al ex tesorero de la Liga del Norte.
PROCEDENCIA L. NAC - 150025
FECHA 10/12/93
VI... 118646
507604

Corrupción en Italia La Nac 10/12/93

Arrestan al ex tesorero de la Liga del Norte

Tangente: el dirigente admitió haber cobrado sobornos por más de cien mil dólares y fue puesto bajo arresto domiciliario.

MILAN, 9 (Reuter). – La Liga del Norte italiana, importante agrupación política del norte del país, quedó hoy sumida en nuevas y más profundas controversias luego de que uno de sus más importantes funcionarios admitió haber recibido sobornos.

Alessandro Patelli, ex tesorero de la Liga, dijo a los jueces que aceptó sobornos por 200 millones de liras (117.000 dólares) de mano de empresas del grupo Ferruzzi, informaron hoy los diarios italianos.

El partido fue también blanco de los embates del presidente italiano, Oscar Luigi Scalfaro, que hoy señaló que aspira a llevar al dirigente de la Liga Umberto Bossi ante la Justicia por presunta difamación.

Ambos acontecimientos se produjeron inmediatamente después de que el partido obtuviera un pobre resultado en las elecciones municipales, en las que los candidatos de la Liga fueron derrotados, el domingo, en la lucha por la alcaldía de tres de las ciudades más importantes del Norte: Génova, Trieste y Venecia.

Patelli, que dirige la administración nacional del partido desde agosto de 1992, reconoció haber aceptado dinero como contribución a la campaña de las elecciones generales de abril de 1992.

Su confesión puede significar un duro golpe a la imagen de la Liga, uno de cuyos pilares es la condena a los partidos políticos tradicionales por corrupción.

Según fuentes judiciales, el ex director gerente de Ferruzzi Carlo Sama dijo a los jueces durante un reciente interrogatorio que había entregado dinero a Patelli, de 43 años, y primer funcionario de la Liga que resulta detenido como consecuencia del escándalo nacional de corrupción. Fue arrestado el martes, pero anoche se le permitió acogerse al régimen de detención domiciliaria.

Ex plomero, abandonó la cárcel milanesa de San Vittore con la cabeza baja y un bolso con sus pertenencias al hombro.

Centro de los escándalos

Ferruzzi, grupo al que los banqueros salvaron recientemente de la bancarrota, es el centro de uno de los escándalos de corrupción más graves del país.

El caso Enimont, una empresa química conjunta que integraban Ferruzzi y el grupo energético estatal ENI, es el núcleo del primer gran proceso por corrupción que tiene lugar en Milán.

El presidente Scalfaro señaló que piensa llevar a Bossi ante la Corte por lo que el mandatario sostiene fue una ofensa a su dignidad.

Durante una entrevista que concedió al diario romano La Repubblica, Bossi acusó a Scalfaro de contribuir a obstaculizar una investigación en Turín por presunta corrupción contra Achille Occhetto, dirigente del Partido Democrático de la Izquierda (PDS), ex comunista.

Scalfaro declaró a las agencias de noticias italianas que los comentarios de Bossi son "graves" y señaló que pidió a sus abogados que determinaron si pueden demandar al dirigente de la Liga por calumnia.

Los jueces de la ciudad de Turín también rechazaron las acusaciones de Bossi.

"Por lo que sabemos, ni siquiera estamos investigando a Occhetto", declaró a la televisión estatal Silvio Pieri, fiscal de Turín. "Los comentarios de Bossi son completamente falsos."

ENTRADO ...
CIRC. ...

01-01

9400520

Nº DOCUMENTO 9400521
TITULO Andreotti en careo frente a acusador mafioso arrepentido.
PROC. L.R - 150023
FECHA 15/12/93
VI. Mafia - 11846
Italia - 507604

Andreotti en careo frente a acusador mafioso arrepentido

Roma (AFP)

■ El ex presidente del Consejo italiano Giulio Andreotti fue largamente confrontado ayer en un lugar secreto de Roma, por razones de seguridad, con su principal acusador, el mafioso arrepentido Baldassare Di Maggio.

El senador vitalicio democristiano Andreotti es acusado por Di Maggio, ex chofer del jefe supremo de la mafia Toto Riina, actualmente encarcelado gracias a sus revelaciones, de haberse entrevistado con éste en Sicilia en 1979, en el domicilio de los primos Ignazio y Nino Salvo, miembros de la organización criminal.

Di Maggio varias veces el mismo condujo en automóvil al jefe de Cosa Nostra (mafia siciliana) al lugar de la cita y que vio a Riina y Andreotti abrazarse, respetando el ritual de los «hombres de honor», ante Ignazio Salvo y el eurodiputado Salvo Lina, asesinado en marzo de 1992.

Andreotti siempre desmintió esas acusaciones y dijo que jamás se entrevistó con los primos. Desde entonces ambos murieron, uno de ellos de muerte natural y otro asesinado. Al término de la confrontación, el abogado de Di Maggio dijo que su cliente mantuvo sus acusaciones ante el juez Giancarlo Caselli venido especialmente de Palermo (Sicilia) y encargado de ese expediente.

DOC. POCO LEGIBLE

ENTRADO
GRAB.

Operación "Osa Mayor" arrasa con la mafia

Unos sesenta presuntos mafiosos fueron arrestados esta madrugada en una operación conjunta, denominada "Osa mayor", llevada a cabo por mil efectivos de la Policía y de los carabineros italianos en Sicilia.

Catania 17 (ANSA)

Horas más tarde la comisión antimafia del Parlamento destacó que en Italia **"ya no existen islas felices"** que puedan considerarse fuera de la influencia y las infiltraciones del crimen organizado.

Por otra parte, ayer se conoció una nueva página del horror en el libro de la Cosa Nostra siciliana, tras la confesión de un mafioso arrepentido, quien declaró que hace unos meses la mafia mató a una mujer embarazada de tres meses.

El arrepentido afirmó que la mujer fue estrangulada por orden de Salvatore "Totó" Riina, el "supercapo" del crimen organizado de Sicilia, arrestado en enero tras estar 23 años prófugo de la justicia.

En la operación que se llevó a cabo ayer en la ciudad de Catania, las fuerzas de seguridad arrestaron tanto a los simples miembros de Cosa Nostra, como a los jefes y los referentes políticos mafiosos de la Sicilia oriental.

Esta región de la isla está controlada por Benedetto "Nitto" Santapaola, conocido como "el cazador", un importante jefe mafioso capturado en mayo.

El clan de Santapaola se especializaba en la usura, las extorsiones y el reciclaje de dinero por medio de actividades ilícitas. El comité antimafia del Parlamento presentó en Roma un informe sobre la nueva "geografía" de la mafia en Italia.

El documento es el primer estudio jamás realizado sobre la presencia del fenómeno mafioso en toda la península.

Entre las provincias que hasta hace poco eran "islas felices", y que ahora están de una u otra manera contaminadas por la mafia, el informe señala a Friuli, Umbria, Liguria y Veneto.

Superjefe de la Cosa Nostra fue transferido a otra cárcel

Palermo (ANSA)

Salvatore "Totó" Riina, el superjefe de la Cosa Nostra siciliana, habría sido transferido desde Palermo a una cárcel de máxima seguridad en una isla, dijeron fuentes cercanas a la justicia local.

La prisión donde estaría encarcelado el temible "capo" mafioso es secreta por razones de seguridad.

Riina fue capturado en Palermo en enero pasado, tras permanecer prófugo de la justicia italiana por 23 años.

Es el jefe indiscutible de la mafia de Sicilia y responsable de decenas de asesinatos perpetrados por su clan, el de los corleoneses, contra los palermitanos y otras organizaciones rivales del crimen organizado. También está acusado de haber ordenado matar a diversos magistrados y policías.

Por otra parte, el comité antimafia del Parlamento presentó un informe sobre la Camorra, la mafia de Nápoles y de la provincia de Campania.

"Es el primer estudio completo de una comisión parlamentaria sobre la Camorra, que se ha convertido en un fenómeno más opresivo que la Cosa Nostra", explicó el presidente de ese comité, Luciano Violante.

La Camorra, añadió, interviene en numerosos sectores económicos y sociales como los bancos, las empresas y las administraciones públicas.

El Padre Turturro Conmociona Italia y a los Católicos

El País 28/12/93

EN SECRETO DE CONFESION MAFIOSO REVELA ASESINATO

ROMA, 27 (EFE).— Una fuerte polémica y críticas de la Iglesia ha desatado en Italia el anuncio hecho por un párroco siciliano de que en secreto de confesión un mafioso le reveló que participó en el asesinato del juez antimafia Giovanni Falcone.

Numerosos teólogos, sacerdotes e, incluso, el arzobispo de Catania, a quienes se han unido algunos diarios, han criticado al cura, señalando que ha violado el secreto de confesión, que mejor "se hubiera callado", y ya que ha hablado "que diga lo que sabe y abandone el sacerdocio".

El "autor" del escándalo es don Paolo Turturro —párroco de la iglesia de Santa Lucía, al lado de la cárcel palermitana de Ucciardone, donde están ingresados numerosos miembros de Cosa Nostra— quien aprovechó la misa de Navidad para contar que un joven mafioso se acercó dos días antes al confesionario y, con lágrimas en los ojos, le dijo que había matado varias veces y que participó en el atentado que costó la vida a Falcone.

Falcone, su esposa y tres policías de escolta fueron asesinados por la mafia el 23 de mayo de 1992, cuando se dirigían desde el aeropuerto palermitano de Punta Raisi a la ciudad.

Turturro, amparándose en el secreto de confesión, no quiso dar "más pistas", limitándose a decir que el hombre le pidió el perdón de Dios y que él le deseó una feliz Navidad y que "en su corazón encuentre la paz y la serenidad".

El escándalo estaba servido y eso que el cura es famoso por sus homilías contra Cosa Nostra, está amenazado por la mafia y es escoltado, así como su iglesia, día y noche por la policía.

Nada más conocerse la noticia, Don Turturro fue interrogado por el fiscal Lorenzo Matassa, pero según fuentes judiciales, para no responder se ha acogido al artículo 351 del código italiano de procedimiento penal, que recoge el secreto de confesión.

La fiscalía de Caltanissetta, que lleva las investigaciones del asesinato de Falcone, ha anunciado que en los próximos días le interrogará.

Giovanni Tinebra, fiscal jefe de Caltanissetta, dijo hoy que Turturro nunca le contó nada sobre la confesión, al parecer hecha el 22 de diciembre, y que la fiscalía estudia "con la máxima atención" las declaraciones, aunque sabemos —precisó— de las dificultades que encontraremos debido al secreto de confesión".

La prensa dice que este arrepentido tiene 22 años. Sin embargo Tinebra aseguró que ordenantes y autores del asesinato de Falcone "son ya conocidos", muchos están en la cárcel y otros en paradero desconocido, "pero entre éstos no hay ninguno de esa edad".

El 12 de noviembre pasado, Tinebra informó de que habían sido identificados los responsables del asesinato del juez antimafia: la "cúpula" de Cosa Nostra ordenó el atentado, que fue planeado y ejecutado por 18 mafiosos, entre ellos el jefe máximo de la mafia, Salvatore "Totó" Riina y su cuñado, el fugitivo Leoluca Bagarella.

De los 18 mafiosos, 10 están encarcelados. Entre los fugitivos se encuentran Bagarella (en paradero desconocido desde hace año y medio) y Giovanni Brusca, hijo de Bernardo, el viejo "patriarca" del temido clan del pueblo de San Giuseppe Jato.

Mientras, las palabras del cura han sido muy criticadas por los sacerdotes y la jerarquía eclesiástica siciliana.

El arzobispo de Catania, Luigi Bommarito, ha asegurado que él jamás habría revelado "un caso tan especial y cargado de complicaciones": en una homilía se puede hablar de un pecado en general —dijo— pero hay que ser muy cautos y prudentes cuando de por medio está una confesión.

Como "increíble ligereza", una "inconcebible locuacidad" y una "grave falta a la obligación absoluta del secreto de la confesión" ha sido calificada por teólogos y confesores de la basílica de San Pedro del Vaticano y de San Juan de Letrán, en Roma, quienes agregaron que el secreto ha sido violado.

Para el padre Giuseppe, de la Chiesa Nuova de Roma, la violación directa del secreto de confesión comporta la excomunión automática.

El diario "La Stampa" se pregunta hoy si es justo que el Estado se bata en la lucha contra la mafia, "en caminos peligrosos, a veces equivocados, que pueden traer más muertes" mientras un cura conoce la cara de los asesinos.

"Este cura dice que sabe, pero que no puede decirlo y ha traicionado al principio al que quiere permanecer fiel. ¿Por qué debemos protegerle cuando él mismo se ha traicionado? Ya ha hablado, mejor que diga el resto y dimita como cura. Ganarán todos: el Estado, la Iglesia y la magistratura", subraya con dureza el diario.

Por su parte, el jesuita Angelo La Rosa, que también celebra misa en la parroquia de Santa Lucía (vigilada las 24 horas por soldados del Ejército), afirmó que "es necesario un justo equilibrio entre el silencio y la palabra".

"Si la revelación no produce efecto, es mejor adoptar el silencio", concluyó el padre La Rosa.

El 23 de mayo de 1992, 200 kilos de explosivo plástico estallaron bajo la autopista que une el aeropuerto de Punta Raisi con esta capital siciliana, mientras pasaban el automóvil blindado con el juez Falcone y su mujer y dos coches policiales de escolta.

Falcone era considerado el enemigo número uno de Cosa Nostra. En julio, otro atentado mafioso costó la vida al magistrado Paolo Borsellino y a cinco agentes de custodia. Borsellino era el principal colaborador de Falcone.

Ayer, el sacerdote Turturro fue interrogado por el fiscal palermitano Luigi Croce. El padre repitió su versión: "hace unos días vino a verme un joven a la parroquia y me dijo: 'padre, yo he matado muchas veces ¿podré [illegible]er perdonado?" El joven le [illegible]ntó que había participado [illegible] la masacre de Falcone.

El cura no [illegible]uiere entrar en más detalles [illegible]mparándose en el secreto de l[illegible] confesión. Pero asegura que c[illegible]e en la sinceridad del arre[illegible]entimiento del mafioso. "H[illegible]ba lágrimas en sus ojos y pidió perdón", afirmó.



El Padre católico Paolo Turturro conocido e[illegible] Palermo por su lucha contra la mafia, reveló que en confes[illegible]n un joven (no dio el nombre) le dijo que había participado [illegible]n el crimen del Juez Falcone. (Reuter)

AMERICA LATINA YA NO ES PRIORIDAD

El FMI cambia de foco

La crisis en el mundo industrializado (déficit, recesión y desempleo) y el costo de la "transición" en los ex países comunistas desvía en parte la atención del FMI sobre América latina. Algunas luces rojas, con todo, indican que su papel puede emerger con el mismo peso que en el pasado reciente.

El casi nulo desarrollo económico de los países ricos y las demandas de la "transición sistémica hacia economías de mercado" —como gustan llamarla algunos economistas— en los ex países comunistas parecen indicar que el peso del Fondo Monetario Internacional en América latina se diluye. Ayudaría también a ese hecho el mejor perfil en algunas balanzas de pago de la región. Con todo, ciertas alertas parecen relativizar este pronóstico.

"Ahora nos volcaremos más a la supervisión que al financiamiento", señaló a Clarín un alto ejecutivo del FMI durante un seminario en Viña del Mar, Chile.

El informe anual del organismo destaca el problema central que afronta la globalización económica en marcha: de no haber sido por los países periféricos (en especial asiáticos), la tasa de crecimiento hubiese sido negativa a nivel mundial.

Los índices vienen siendo preocupantes: la economía mundial creció solo el 1,7% en 1992, este año lo haría el 2,2% y en 1994, según sus proyecciones, apenas por sobre el 3%. Al tiempo que el desempleo golpea en el centro del sistema y países como Alemania, Francia y Japón sufren recesión.

Estados Unidos informó la semana pasada que el ejercicio fiscal 1994 contempla un déficit de u$s 259.000 millones, 4.000 más que 1993. Si bien son cifras que podrían bajar al cabo del período, la deuda pública acumulada en el país llega a u$s 4,4 billones (unos 57.000 dólares por hogar). Se trata de un hueco sin precedentes.

Mejorada de momento la cuestión fiscal en los países latinoamericanos, debido al reacomodamiento de sus deudas externas y un reflujo de capital fronteras adentro, el FMI quiere atender especialmente ese flanco débil de los países centrales. En el nuevo rol que busca ha dispuesto que, dos veces al año (antes era una), una misión técnica o el propio director gerente, Michel Camdessus, puedan revisar las cuentas de los países miembros o sugerir acciones.

Ello siempre ha planteado las asimetrías del esquema fondomonetarista. Con semejante déficit, EE.UU. jamás tuvo un ajuste marca FMI. Pero ocurre que ello es posible solo si el país solicita acceder a su cuota y ser financiado por el organismo, y Washington —que posee el 17,9% de los fondos y los votos— nunca recurrió a un "stand-by". Por lo tanto no tuvo obligatoriedad para un determinado resultado global en el movimiento de sus cuentas corriente y de capital.

Con Camdessus a la cabeza, los técnicos del organismo están tratando, en el marco del G-7 (países industrializados), que se atienda con severidad el tema fiscal, a costa de perder el control de una situación económica mundial que, hasta ahora, favorece la vigencia de los modelos de acumulación planteados por el organismo.

♦ Ayuda hacia el Este

En cuanto a los **ex países comunistas**, han habido numerosas misiones del FMI. **Rusia**, por caso, ha reestructurado **u$s 15.000 millones** de la deuda de la ex URSS. Según el Fondo, **"las perspectivas para la mayoría de los estados de la antigua Unión Soviética son considerablemente más sombrías que para Europa central y oriental, y probablemente el producto seguirá descendiendo en el corto plazo"**. Dicho de otro modo, este grupo de países seguirá requiriendo del FMI.

En este marco, América latina, donde el Fondo ocupó un rol preponderante durante la crisis de la deuda externa de los '80, parece querer orientar sus economías avanzando en las reformas neoliberales en boga pero alejadas de la mirada vigilante del organismo.

El ministro de Economía argentino, **Domingo Cavallo**, dijo que desde fines de 1994 **"no se van a necesitar los planes del FMI para mantener el equilibrio de su balance de pagos"**. Ello a pesar de que esta balanza arrojará un déficit cercano a los u$s 9.000 millones.

Y el directivo del FMI dijo a este diario: **"Estamos mucho mejor que en la década pasada. En la región el déficit de cuenta corriente promedio llegará a un 2 o 3% del PBI, y las reservas han pasado de u$s 30.000 a 70.000 millones entre 1987 y 1992. También hay que considerar que los capitales que están llegando no son deuda pública, como en el pasado, sino capitales financieros, algunas inversiones directas o deuda privada. Empero, seguimos de cerca la evolución de esta coyuntura"**. Algo que, por cierto, también hace Cavallo: ahí están los recientes arribos a su gabinete para un mayor control de las políticas monetaria y financiera.

Sin embargo, la misión del Fondo que estuvo en Buenos Aires enojó al irascible equipo económico por preguntar **de dónde van a salir los fondos** para compensar, por ejemplo, los casi **u$s 2.000 millones** anuales que el Estado resignará por la baja de aportes patronales.

El déficit comercial **in crescendo**, la amenaza de una suba en las tasas de interés internacionales, las tensiones de un recrudecimiento del proteccionismo, la **finalización del proceso privatizador** y un **eventual freno al ingreso de capitales** pueden en el futuro de estos países, como la Argentina, invitar a que el FMI emerja con la **misma densidad política** que ha tenido en el pasado reciente.

Néstor Restivo

02-02

FMI: su visión de la crisis

LA HABANA 7/12/93.-

Debido a las precarias condiciones económicas mundiales, por lo general, el estado monetario siguió liberalizándose en 1992 y principios de 1993, señala el Fondo Monetario Internacional en su informe anual del año en curso.

Agrega que la tasa interbancaria de oferta de Londres (LIBOR) para los instrumentos a seis meses descendió significativamente. Las tasas de interés de mercado siguieron bajando en Estados Unidos debido a que la Junta de la Reserva Federal dejó que la tasa de los fondos federales fluctuaran a la baja y redujo la tasa de descuento al 3 %.

En Japón, la tasa de descuento oficial también se redujo progresivamente, pasando del 4,5 % a principios de 1992 al 2,5 % en febrero de 1993 y las tasas de interés a corto y largo plazo también disminuyeron sustancialmente.

En Europa, en cambio, se mantuvieron las condiciones monetarias restrictivas durante la mayor parte de 1992, tornándose ligeramente más expansivas en el cuarto trimestre y aún más en el primer semestre de 1993. A mediados de julio de 1992, como consecuencia del crecimiento monetario y el aumento de la inflación, el Deutsche Bundesbank aumentó la tasa de descuento a un nivel sin precedentes del 8,75 %. Sin embargo, hacia el final del tercer trimestre, se produjo un deterioro de las condiciones económicas en Alemania y las tasas de interés de mercado bajaron; a mediados de setiembre, durante la crisis del mercado cambiario, se redujeron ligeramente las tasas de interés oficiales.

A principios de 1993, como reacción frente a las nuevas señales de recesión y ante los indicios que empezaban a ceder las presiones inflacionarias, el Bundesbank redujo aún más la tasa de descuento, que llegó en varias etapas a un nivel de 7,25 % y la tasa Lombarda, que se situó en el 8,25 %. Las condiciones monetarias de los otros países que participan del Mercado de Paridades Cambiarias siguieron de cerca a las de Alemania y fueron determinadas en gran parte por la crisis cambiaria que surgió en Europa a mediados de setiembre.

A principios de 1993, las tasas de interés bajaron en forma general al ceder las presiones inflacionarias, este descenso fue, en parte, causa y consecuencia del apaciguamiento de las tensiones dentro del MAC.

Prevén conflicto de Venezuela con FMI y BM por caída del IVA

CARACAS (ANSA)- La eliminación del Impuesto al Valor Agregado (IVA) anunciada por el Presidente electo Rafael Caldera, generará conflictos con el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial (BM), advirtieron ayer, altos funcionarios del Ministerio de Hacienda.

El Banco Mundial suspendió en junio último la emisión del tercer desembolso del préstamo por 300 millones de dólares previsto para el programa de reestructuración de empresas públicas, debido a que Venezuela no había logrado un equilibrio en las cuentas fiscales. Entre las "sugerencias" planteadas por el BM para lograr el equilibrio macroeconómico y reducir el déficit fiscal figuran modernizar el sistema tributario, "introducir el IVA, incrementar las tarifas de los servicios públicos y aumentar el precio de la gasolina".

Considerando que sólo se concretó la aprobación del IVA, con una tasa del 10 por ciento, el Banco Mundial decidió postergar el tercer desembolso del programa de reestructuración para 1994, y el Ministerio de Planificación debió solicitar una prórroga de pago del crédito del BM para no perderlo.

A juicio del Viceministro de Fomento, Tomas Socias, la eliminación del IVA forzará la aplicación de cualquier otro impuesto, "llámese como se llame", para garantizar el ingreso de 4.000 millones de dólares que se requieren para cubrir el déficit fiscal.

CREEN QUE LA REFORMA PREVISIONAL GENERARA DEFICIT

Visita anticipada del FMI

Los técnicos del Fondo Monetario Internacional, que monitorean la marcha del plan económico, **regresarán hoy a Buenos Aires**. La delegación, encabezada por el británico **Martin Hardy**, comenzará a discutir con los hombres de **Domingo Cavallo** las metas fiscales y monetarias para el año próximo, a la luz de las reformas que propuso el Gobierno en el sistema previsional.

Los representantes del organismo multilateral pedirán más información sobre **el impacto que tendrá en las cuentas públicas la puesta en marcha del nuevo régimen jubilatorio**. Se estima que esto **provocará un bache de por lo menos 1.000 millones de pesos al año**, que irán a parar a las administradoras de fondos de jubilación y pensión en lugar de las cajas estatales, como ocurre actualmente.

Por otra parte, exigirán un detallado informe sobre **la propuesta oficial de reducir los aportes patronales sobre la nómina salarial**. Aquí también el Fisco tendrá que resignar recursos —aunque de manera gradual— por un monto superior a los **1.000 millones de pesos**.

Dudas

La preocupación del FMI por el impacto fiscal de estas medidas quedó reflejada con la visita fuera de agenda que comienza hoy. Hardy ya estuvo en **Argentina** en octubre pasado, revisando el cumplimiento de las metas en el tercer trimestre. Su regreso estaba pautado recién para enero, una vez cerradas las cuentas del último trimestre del año. Sin embargo, **anticipó su viaje** para despejar las dudas sobre el horizonte fiscal en 1994.

Hasta ahora, lo único acordado en firme es que el nivel de superávit anual será de **4.000 millones de dólares**. Esto significa que será **400 millones de dólares más bajo que el comprometido para este año**. Sin embargo, el esfuerzo para reunir esa masa de dinero será mayor, por el comentado efecto fiscal de la reducción de aportes y la fuga de fondos del sistema previsional.

Además, en esta nueva visita, el FMI pretende, entre otras cosas, convencer a Cavallo de que **necesita lograr un superávit mensual mayor al que exige el pago de los intereses de la deuda externa. Con ese excedente**, sostiene Hardy, el Gobierno debería constituir reservas adicionales de recursos que podrían servirle para atender eventuales desequilibrios en las cuentas públicas, en casos de emergencia o situaciones imprevistas.

Camdessus:

"Tras los ajustes, las redes sociales"

El Director Gerente del FMI ha reiterado la necesidad de crear redes de protección social que sean apropiadas, bien orientadas y eficaces desde el punto de vista de su costo, para amortiguar los impactos de los ajustes en los sectores más pobres.

Michel Camdessus, manifestó recientemente, que en todos estos terrenos deben adoptarse medidas adecuadas con el fin de minimizar los costos temporales que entraña el cambio y, por ende, la resistencia defensiva a la liberalización y a la competencia.

"El Fondo Monetario Internacional, no escatima esfuerzos para que su asesoramiento en materia de política económica a todos sus miembros refleje estas consideraciones", dijo Camdessus. *"Ello resulta evidente en los programas globales de ajuste y reforma que han sido adoptados en los últimos años por México y por muchos otros países en desarrollo y países en transformación, con el respaldo del FMI"*, añadió.

Política comercial

"Creo que todas las sendas que conduzcan a la liberalización (unilateral y regional así como multilateral) del comercio internacional pueden ser útiles, pero también creo que la liberalización, independientemente del camino que se siga, sólo rendirá el máximo fruto posible en el marco de un sistema multilateral sólido y abierto", expresó Michel Camdessus.

Para el Director Gerente del FMI, la liberalización unilateral presenta la ventaja del beneficio inmediato que proporciona un comercio más libre -sin necesidad de negociaciones internacionales- pero, por otro lado, está necesariamente sujeta a una mayor resistencia interna de los intereses sectoriales que han logrado alcanzar una posición privilegiada gracias al proteccionismo. Es por ello -dice- que los países industriales prácticamente no han explorado el camino unilateral hacia la liberalización en los últimos años, salvo unas pocas excepciones, sobre todo Australia, Nueva Zelanda y Suecia. ***"En lo que respecta a la mayoría de los países industriales, sus medidas unilaterales en los últimos años han sido lamentablemente más regresivas que progresivas".***

Nº DOCUMENTO 9400530
TITULO Rusia y FMI acordarían condiciones.
PROC L.M. - 150015
FE 23/12/93
VI 508501
507293
507294

La Mañana 23/12/93

Rusia y FMI acordarían condiciones

NUEVA YORK (ANSA)- El Fondo Monetario Internacional parece haber aceptado las sugerencias del Gobierno de Estados Unidos, y está estudiando la posibilidad de mejorar las condiciones impuestas a Rusia para otorgarle nuevos préstamos.

En una entrevista acordada a The New York Times, el jefe negociador para Rusia del organismo internacional, Ernesto Hernández Cata, afirmó que el factor crucial para Moscú a esta altura es proseguir en el camino de las reformas, y no el respeto de objetivos específicos, como por ejemplo el control de la inflación. "Demostraré flexibilidad -prometió el negociador- siempre que existan signos visibles en la dirección justa".

01-01

9400530

Buenos Aires, martes 28 de diciembre de 1993 ★ CLARIN

LUEGO DE LOS AJUSTES RECONOCE QUE HAY UNA "DEUDA SOCIAL"

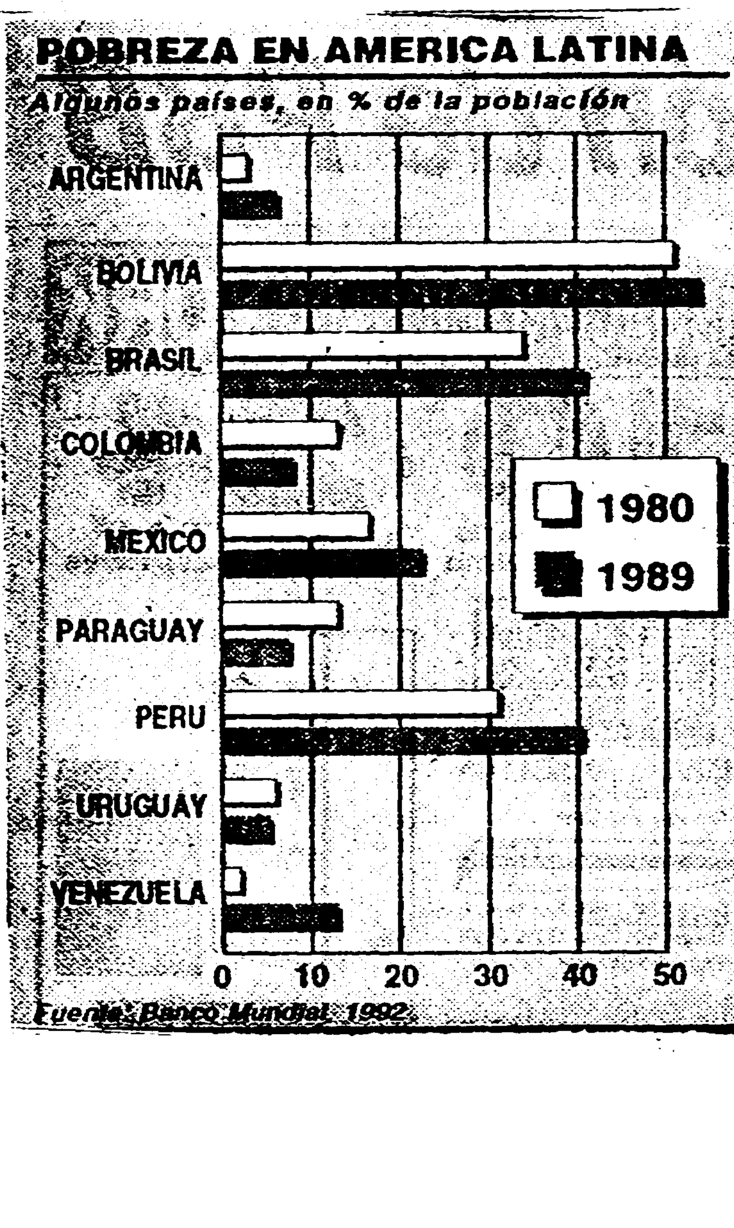
El Banco Mundial ahora se preocupa por la pobreza

Ahora que las deudas externas de casi todos los países subdesarrollados son manejables, el Banco Mundial reconoce la existencia de una demanda social insatisfecha y encarará planes específicos. Dice que hay un "nuevo consenso latinoamericano" sobre los modelos actuales de desarrollo, que debe atender lo social.

En la agenda del Banco Mundial hay un tema subrayado hasta el siglo XXI: la **pobreza**. Pareciera que en la organización —**con las deudas externas del Sur controladas por el momento— prevalece una tendencia a atender el frente social de los planes de ajuste**, que ella misma ayudó a diseñar.

La mayor pobreza en América latina no se debe a esas reformas que, dice el Banco, deberían tender a un **"desarrollo socialmente inclusivo"**. Empero, muchos analistas creen que en la fase actual del desarrollo, donde lo que abunda es el liderazgo de monopolios u oligopolios transnacionalizados, hay menos interés en promover mejoras sociales que en maximizar beneficios, lo que resulta en modelos excluyentes.

El equipo del Banco para América latina, encabezado por el economista chileno **Sebastián Edwards**, trabaja en la idea de un **"nuevo consenso latinoamericano"** en torno al neoliberalismo actual, y reconoce en la pobreza **una deuda "de reciente adquisición"**.



Pero para estos economistas, el flagelo "viene del **populismo, el estructuralismo y luego los planes heterodoxos como el Austral, el Cruzado o los programas del APRA en el Perú**". Reconocen que la crisis de la deuda y el ajuste posterior lo **agravaron**, pero sus raíces, opinan, deben buscarse más atrás.

"Recién a fines de los 80 —dijo Edwards en un seminario para periodistas realizado en Viña del Mar— **se vio el fracaso de la heterodoxia**, se tomaron más en cuenta las experiencias aperturistas del **sudeste asiático y Chile**, prevaleció la insistencia de los organismos financieros para que se deje el proteccionismo y la injerencia estatal en la economía y se crearon las bases del consenso".

Los cuatro puntos de la estrategia son:

- Estabilidad macroeconómica (**"se ha entendido que es imposible crecer con alta inflación** como se pensaba años atrás", señaló Edwards).
- **Apertura comercial** e integración al mercado mundial.
- **Privatizaciones** y desregulación.
- Mejora **social** de sectores postergados.

Este último punto **"deberá ser necesariamente atendido" por los gobiernos, y de parte del Banco habrá "programas focalizados"**, por ejemplo para educación o indigenismo. Según el Banco Mundial, **solo para que los pobres no aumenten, América latina debe crecer el 3,2%** anual promedio hasta el año 2000.

El tema educativo es central, sostuvo Edwards: **"El cuadro es pésimo. En 1980 la región invertía 180 dólares por alumno primario al año. Ahora invierte 118. En los EE.UU. el monto llega a 5.500 dólares.** Solo por repetición de grado de los alumnos, la región pierde **3.000 millones de dólares al año.** Estamos sugiriendo mejora salarial al docente, aumento de la educación científico-técnica y sistemas de capacitación periódica o recurrente para trabajadores", dijo.

En el Banco Mundial dicen que los gobiernos deben fomentar el **ahorro doméstico**, invertir en **infraestructura** (otro enorme déficit regional que traba incluso el tipo de "modernización" buscada), controlar el **endeudamiento** y las **sobrevaluaciones** de las monedas, monitorear el **flujo de capitales externos** y liberar el **mercado laboral** y la **previsión social**.

Claro que no todo depende de los gobiernos. El proteccionismo en el mundo industrializado afecta la posibilidad de éxito. En los datos que manejan (promedios de los años 80), **solo por protección indirecta fueron afectadas el 29% de las exportaciones latinoamericanas**, en especial las argentinas (**el 63% de sus ventas externas sufrió barreras no arancelarias**).

Y otra preocupación de las autoridades del Banco sobre la región (lo que virtualmente esconde un temor y un reconocimiento de que **la mayoría de la población no estaría compartiendo este modelo**, pues de otro modo lo avalaría en las urnas) son los **"ciclos políticos"** de las democracias, que "en caso de favorecer **períodos populistas pueden alterar la estabilidad macroeconómica, todavía frágil**".

Mientras, **el 20% más carenciado de la población recibe menos del 4% del ingreso, y la mitad de los habitantes sufre la pobreza.** Salvo en **Colombia, Costa Rica, el Paraguay** y el **Uruguay**, aquélla aumentó en todos los países en los 10 años posteriores a la crisis de la deuda de 1982, según el propio Banco Mundial.

Néstor Restivo

OTAN y proyecto con Europa Oriental

BRUSELAS - LOS MINISTROS de Relaciones Exteriores de los 16 países de la OTAN se reunieron ayer a fin de preparar un encuentro de alto nivel en enero, en el que la alianza se comprometerá a desarrollar un programa llamado "asociación por la paz", que abarcará a los países de Europa Oriental, entre ellos Rusia.

La Organización del Tratado del Atlántico Norte debe establecer hasta qué punto puede extender la cooperación en materia de seguridad con los antiguos aliados de Moscú, sin exacerbar el legendario temor ruso a la expansión occidental en sus territorios.

Los ministros de relaciones exteriores de la OTAN no anunciarán sus decisiones por temor a reforzar los argumentos de las fuerzas antioccidentales en las elecciones parlamentarias rusas del 12 de diciembre.

Varias naciones de la Europa Oriental - notablemente Polonia, Hungría y las repúblicas checa y eslovaca - desean ingresar con premura en la OTAN, por temor a que los conflictos étnicos en estados vecinos puedan extenderse a sus territorios.

De ser atacadas siendo miembros de la OTAN contarán con las garantías de defensa que proporciona el pacto de asistencia recíproca. ■ *(AP)*

En enero la organización analizará la posibilidad de acoger a nuevos miembros

La OTAN mira al Este

Los ministros de Defensa de la Alianza Atlántica, reunidos en la sede central de la organización en la capital belga, expresaron su consenso acerca de la apertura de la OTAN hacia sus ex adversarios del este europeo, a través de la iniciativa de "asociación por la paz".

Bruselas (ANSA)

■ Volker Ruhe, ministro alemán de Defensa, dijo que "la expansión de la OTAN no es una cuestión de 'si', sino más bien de 'cuándo' y 'quién'", mientras su homólogo norteamericano Les Aspin, dijo que "debemos abrirnos hacia el Este y prepararnos a una ampliación de nuestros miembros".

Varios países del disuelto Pacto de Varsovia, como Polonia, la República Checa y Hungría, han pedido ingresar en la OTAN, mientras el gobierno ruso no esconde su disconformidad con este proyecto, que podría aumentar su aislamiento político.

Hace dos semanas, el jefe del espionaje ruso afirmó que el hecho de que "la más poderosa alianza militar de la historia llegue hasta nuestras fronteras" podría resultar riesgoso para el proceso de reformas en curso de su país, al causar graves inquietudes en los mandos militares.

Pero los responsables atlánticos volvieron a reafirmar ayer que la cumbre de la OTAN, prevista para enero próximo, se limitará a declarar la posibilidad de acoger nuevos miembros, pero sin especificar ni su identidad ni un calendario para su ingreso.

Para enfrentar esta delicada situación, la administración norteamericana ha lanzado la iniciativa de la "asociación para la paz", según la cual los ex miembros del bloque soviético participarán en maniobras conjuntas, cursos de capacitación y operaciones comunes con la OTAN, como primer paso para una eventual, y no automática, entrada en la alianza.

Aspin dijo en Bruselas que la "asociación por la paz es el mejor medio para lograr conciliar los deseos de seguridad de los centroeuropeos, evitando sin embargo una nueva división del continente y nuevos problemas para la fuerzas reformistas en Rusia".

La única cuestión en la que se registraron divergencias entre los 16 ministros atlánticos es la posible contribución suplementaria que los países miembros deberían efectuar para que la OTAN financie la "asociación para la paz".

El ministro de Defensa belga, Leo Delcroix, sostuvo que todo costo ulterior debido a la nueva iniciativa debía ser enfrentado con los fondos ya previstos por el presupuesto de la Alianza Atlántica.

Hoy, el secretario general de la organización Manfred Woerner, se reunirá con el presidente ruso Boris Yeltsin, que comenzó en la jornada una visita oficial de dos días en Bélgica.

Durante este encuentro, debería ser examinado el tema de la asociación por la paz, así como la delicada cuestión del desarme nuclear de Ucrania, que ha causado serias fricciones entre Moscú y Kiev, y graves preocupaciones en Occidente, y la nueva doctrina militar del gobierno ruso.

Fuentes oficiosas indicaban ayer que Moscú podría aceptar positivamente la ampliación de la OTAN, pero con una sola condición: que las fuerzas rusas también participen en la "asociación por la paz".

Una declaración del ministro de Defensa británico, Malcolm Rifkind, parece haberle dado algo de crédito a este rumor: el dirigente británico dijo que "todos somos conscientes de que la seguridad de Europa depende del continente entero, y Rusia es obviamente un factor vital en todo este proceso".

El ingreso a la OTAN de los países de Este europeo preocupa a Rusia

Rusia no quiere aceptar la ampliación de la Alianza Atlántica hacia el Este de Europa, porque considera que el ingreso en la OTAN de sus ex aliados del disuelto Pacto de Varsovia puede representar un riesgo para su seguridad nacional, afirmó ayer una fuente oficial de la comitiva del Presidente Boris Yeltsin.

Bruselas (Ansa)

Según esta fuente, que pidió no ser identificada, Yeltsin expresó claramente esta posición de su Gobierno durante su reunión de esta mañana con el Secretario General de la OTAN, Mafred Woerner.

El militar, por su parte, había indicado a la prensa, luego de su reunión con Yeltsin, que el Presidente ruso "volvió, una vez más, a explicar su posición" sobre la "alianza para la paz", una iniciativa de colaboración entre la OTAN y sus ex adversarios.

El Secretario de la OTAN, sin embargo, pareció minimizar estas divergencias, al indicar que "estamos buscando juntos una solución global" al problema de la seguridad en Europa, y agregó que establecer buenas relaciones entre Moscú y la Alianza es "una condición necesaria y vital para garantizar la estabilidad y el futuro de Europa en su conjunto".

Varios países del disuelto Pacto de Varsovia, como Polonia, la República Checa y Hungría, pidieron ingresar a la OTAN, mientras el Gobierno ruso no esconde su desconformidad con este proyecto, que puede aumentar su aislamiento político.

Hace dos semanas, el jefe del espionaje ruso afirmó que el hecho de que "la más poderosa alianza militar de la historia llegue hasta nuestras fronteras", puede resultar riesgoso para el proceso de reformas en curso en su país, al causar graves inquietudes en los mandos militares.

Moscú teme, sobre todo, que en la próxima cumbre atlántica, prevista para enero próximo en Bruselas, sirva para marcar el primer paso hacia el ingreso en la OTAN de algunos países ex comunistas.

Los Ministros de Defensa de la OTAN (menos Francia, que no participa en las estructuras militares de la Alianza), reunidos en Bruselas, volvieron sin embargo a indicar ayer que la cumbre atlántica se limitará a declarar la posibilidad de acoger nuevos miembros, pero sin especificar ni su identidad ni un calendario para su ingreso.

Volker Ruhe, Ministro alemán de Defensa, dijo que "la expansión de la OTAN no es una cuestión de 'sí', sino más bien de 'cuándo' y 'quién'", mientras su homólogo norteamericano, Les Aspin, dijo que "debemos abrirnos hacia el Este, y prepararnos a una ampliación de nuestros miembros". Para intentar resolver esta delicada situación, la administración norteamericana lanzó la iniciativa de la "asociación para la paz", según la cual los ex miembros del bloque soviético participarán de maniobras conjuntas, cursos de capacitación y operaciones comunes con la OTAN, como primer paso para una eventual -y no automática- entrada en la alianza.

El mismo Woerner indicó ayer que una invitación a participar en esta iniciativa fue presentada también a Yeltsin, y fuentes atlánticas subrayaron la voluntad de la OTAN de no excluir a Rusia de las decisiones estratégicas para Europa posteriormente a la Guerra Fría.

Pero el Secretario de la OTAN afirmó asimismo que Moscú no puede pretender imponer su veto sobre el ingreso de otros países en la Alianza, así como la Alianza misma no puede impedir que estos países pidan ingresar a la organización.

Aspin dijo ayer que "la asociación por la paz es el mejor medio para lograr conciliar los deseos de seguridad de los centroeuropeos, evitando sin embargo una nueva división del continente y nuevos problemas para las fuerzas reformistas en Rusia".

Sin acuerdo Yeltsin-OTAN



Agencia AP

El presidente ruso, Boris Yeltsin, y el secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, ayer en Bruselas.

BRUSELAS, 9 (ANSA y EFE). — El presidente Boris Yeltsin no quiere aceptar la ampliación de la Alianza Atlántica hacia el este de Europa, porque considera que el ingreso en la OTAN de sus aliados del disuelto Pacto de Varsovia puede representar un riesgo para su seguridad nacional, afirmó hoy un funcionario del gobierno ruso.

Boris Yeltsin se reunió hoy en Bruselas con el secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, para tratar de suavizar el enfrentamiento entre Rusia y la Alianza Atlántica tras el pedido de ingreso que hicieron Polonia, Hungría y otros ex integrantes del Pacto de Varsovia.

El dirigente de la OTAN minimizó las divergencias con Yeltsin al explicar que "estamos buscando juntos una solución global" al problema de la seguridad en Europa. Sin embargo, indicó que la política de la Alianza Atlántica "no será únicamente concebida para atenuar las preocupaciones de Moscú".

Luego subrayó que si bien la OTAN intenta obtener "excelentes" relaciones con Moscú, no lo hará en detrimento de sus vínculos con los países de Europa central y occidental.

Según Woerner, en la reunión de hoy Yeltsin indicó claramente que "no le gustarían" estas anexiones, ya que lo aislarían más, políticamente, y podrían resultar riesgosas para el proceso de reformas en curso en Rusia.

Moscú teme sobre todo que la próxima cumbre atlántica, prevista para enero en Bruselas, sirva de primer paso para el ingreso a la OTAN de los países ex comunistas. Su actitud causó irritación desde Varsovia hasta Bucarest, donde las aspiraciones atlantistas tienen motivos tanto políticos como psicológicos.

"No puedo aceptar la creación de un paraguas protector que levantan ellos a la vez y bajo el cual Hungría tendría que encontrar protección", afirmó el ministro de Asuntos Exteriores de ese país, Géza Jeszenszky.

doc. poco legible

Cancilleres de la OTAN no quieren excluir a Ucrania por el desarme

US REP. 3/12/93

Bruselas (ANSA)

La cumbre de cancilleres de la Alianza Atlántica decidió pedir al gobierno de Ucrania que cumpla con sus compromisos internacionales en materia de desarme nuclear, pero evitó aludir a la posible exclusión de la república ex soviética de organismos internacionales.

En el documento final de la reunión, los 16 ministros de Asuntos Exteriores de la OTAN afirman que Kiev debe "mantener todos los compromisos contraídos a través del protocolo de Lisboa, incluyendo la aplicación del tratado Start 1 y la adhesión al Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) lo antes posible".

El problema del desmantelamiento de las armas nucleares ex soviéticas aún presentes en Ucrania fue uno de los temas principales de la reunión de cancilleres atlánticos, en la sede central de la OTAN.

El canciller británico, Douglas Hurd, expresó ante sus colegas la "viva preocupación" que han causado algunos hechos que demuestran que Ucrania "no está cumpliendo satisfactoriamente" el tratado de desarme Start 1.

El parlamento de Kiev ratificó recientemente este tratado, suscrito por la Unión Soviética y Estados Unidos en julio de 1991, pero sostuvo que se aplica sólo al 36 por ciento de los misiles y el 42 por ciento de las cabezas nucleares presentes en su territorio, excluyendo de hecho los SS-24, cohetes estratégicos desplegados en 1987 y más modernos que los SS-19.

Hurd subrayó que Ucrania fue aceptada en el Consejo de Cooperación del Atlántico del Norte (CCAN), que reúne a los países de la OTAN y los del disuelto Pacto de Varsovia, a condición de que permanezca siendo un estado desnuclearizado, de acuerdo con el Tratado de No Proliferación Atómica (TNP). Su colega alemán, Klaus Kinkel, dijo por su parte que la actitud de Ucrania no llevará a su exclusión del CCAN, cuyos responsables se reúnen mañana en Bruselas con sus pares atlánticos, sino a que se ejerzan "todas las presiones necesarias para que cumpla con sus compromisos".

El canciller belga, Willy Claes, presidente de turno de la Unión Europea, indicó que de no cumplir con sus compromisos en materia de desarme nuclear, Ucrania podría verse excluida de la "asociación para la paz", proyectada como primer paso para ir hacia la integración de los países del ex bloque soviético en la OTAN.

La OTAN prefiere la cautela

le Havane 3/DIC/93

La cumbre de Cancilleres de la Alianza Atlántica decidió ayer pedir al Gobierno de Ucrania que cumpla con sus compromisos internacionales en materia de desarme nuclear, pero evitó aludir a la posible exclusión de la república ex soviética de organismos internacionales.

Bruselas (Ansa)

En el documento final de la reunión, los 16 Ministros de Asuntos Exteriores de la OTAN afirman que Kiev debe "mantener todos los compromisos contraídos a través del protocolo de Lisboa, incluyendo la aplicación del tratado START 1 y la adhesión al Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP) lo antes posible".

El problema del desmantelamiento de las armas nucleares ex soviéticas aún presentes en Ucrania fue uno de los temas principales de la reunión de Cancilleres atlánticos, en la sede central de la OTAN.

El Canciller británico, Douglas Hurd, expresó ante sus colegas la "viva preocupación" que han causado algunos hechos que demuestran que Ucrania "no está cumpliendo satisfactoriamente" el tratado de desarme START 1.

El Parlamento de Kiev ratificó recientemente este tratado, suscrito por la Unión Soviética y Estados Unidos en julio de 1991, pero sostuvo que se aplica sólo al 36 por ciento de los misiles y el 42 por ciento de las cabezas nucleares presentes en su territorio, excluyendo de hecho los SS-24, cohetes estratégicos desplegados en 1987 y más modernos que los SS-19.

Hurd subrayó que Ucrania fue aceptada en el Consejo de Cooperación del Atlántico del Norte (CCAN), que reúne a los países de la OTAN y los del disuelto Pacto de Varsovia, a condición de que permanezca siendo un estado desnuclearizado, de acuerdo con el Tratado de No Proliferación Atómica (TNP).

Su colega alemán, Klaus Kinkel, dijo por su parte que la actitud de Ucrania no llevará a su exclusión del CCAN, cuyos responsables se reúnen mañana en Bruselas con sus homólogos atlánticos, sino a que se ejerzan "todas las presiones necesarias para que cumpla con sus compromisos".

El Canciller belga, Willy Claes, presidente de turno de la Unión Europea, indicó que de no cumplir con sus compromisos en materia de desarme nuclear, Ucrania podría verse excluida de la "asociación para la paz", proyectada como primer paso para ir hacia la integración de los países del ex bloque soviético en la OTAN.

Pero el Secretario general de la Alianza, Manfred Woerner, excluyó esa hipótesis, y afirmó que "nuestra sensación es que debemos ayudarlos, no debemos dejar aislados" a los ucranianos, y que su participación en la "asociación por la paz" era del todo posible, "si cumplen con lo que han prometido".

Por su parte, el Presidente ucraniano, Leonid Kravchuck, dijo ayer en Kiev que Estados Unidos y Rusia no deben intentar obligar a su país a cumplir con sus compromisos en materia de desarme, pues esa actitud podría volverse contraproducente.

"Ucrania está decidida a eliminar todas las armas atómicas presentes en su territorio, pero no lo hará de rodillas, y la comunidad internacional debe comprender las dificultades que enfrentamos en este tema", dijo Kravchuck.

Hace pocos días, al hablar ante una conferencia de parlamentarios de los países con costas sobre el Mar Negro, Karvchuck admitió que el Presidente norteamericano, Bill Clinton, en una conversación telefónica, le expresó su "insatisfacción" ante la reciente resolución del Parlamento de Kiev sobre la ratificación del tratado de desarme START 1.

Moscú, por su parte, ha amenazado con suspender el mantenimiento de las armas soviéticas en territorio ucraniano, que según el Canciller ruso, Andrei Kozyrev, podrían volverse dentro de pocos meses un peligro ecológico potencial, capaz de provocar "un desastre de proporciones similares al de Chernobyl".

OTAN: puerta abierta para antiguos países comunistas

• Ministros aceptaron la "alianza para la paz"

Los Ministros de Relaciones Exteriores de los países de la OTAN confirmaron ayer en una declaración conjunta, su iniciativa de "alianza para la paz" entre Occidente y los países del difunto Pacto de Varsovia.

Bruselas (ANSA)

Dicha iniciativa será formalizada en la cumbre que los países de la OTAN realizarán el 10 de enero próximo en Bruselas a nivel de jefes de Estado y de Gobierno.

La propuesta de los Ministros de la OTAN ya recibió un "sí" de los "ex enemigos" de la guerra fría, en la reunión que se celebró ayer aquí del Consejo de Cooperación del Atlántico Norte (NACC).

Este es el organismo que la OTAN fundó en 1991 y que integran los Ministros de Exteriores de los 16 países de la organización y de los 22 Estados ex comunistas.

Rusia expresó ayer su reserva sobre la idea de "alianza para la paz" Otan-ex Pacto de Varsovia, a través de su Ministro de Relaciones Exteriores, Andrei Kozyrev, presente en la reunión del NACC. Moscú teme quedar aislada si todos los países de Europa oriental menos Rusia, fueran incorporados a la OTAN en el futuro, cosa que sería **"el peor escenario para Europa"**, dijo Kozyrev.

Pero horas más tarde, después de una conversación con el Secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, también presente en la reunión del NACC, Kozyrev corrigió su posición y definió la iniciativa OTAN **"una buena idea"**.

En cuanto a los cancilleres de los demás países poscomunistas de Europa oriental, coincidieron en aprobar la **"alianza para la paz"**, pero insistieron en su deseo de que el actual NACC ceda el paso a la mayor brevedad a una incorporación directa de esos Estados a la OTAN.

Desde el cuartel general del Tratado del Atlántico Norte en Bruselas, los Ministros de Exteriores de la OTAN lanzaron también un llamado a un perfeccionamiento de los sistemas internacionales de control y limitación de las armas.

La declaración afirma que el progreso de las reformas económicas de los ex países comunistas de Europa oriental, contribuye a la estabilidad de toda Europa.

La democracia y el respeto a los derechos humanos en tales países, puntualiza el documento, **"son una base indispensable"** para las nuevas formas de cooperación y consulta política y militar establecidas entre el Este y el Oeste después de la caída del muro de Berlín.

En materia de control de las armas, los cancilleres OTAN piden entre otros puntos, que la aplicación del Tratado de no proliferación nuclear se prolongue de manera indefinida, más allá de su vencimiento en 1995, y que lo ratifiquen los países que aún no lo han hecho, como Corea del Norte.

También invitaron a Ucrania a que ratifique a la mayor brevedad posible el Tratado Start-1 sobre misiles nucleares y pidieron a todos los países que firmen y ratifiquen las Convenciones internacionales de prohibición de armas químicas.

El Secretario General de la OTAN, Manfred Woerner, definió en una rueda de prensa como **"un gran paso adelante"** el ofrecimiento hecho a los adversarios de ayer.

En cuanto al Secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, dijo que **"una activa participación"** de los países poscomunistas en la iniciativa de la OTAN de **"alianza para la paz"**, contribuirá a prepararlos a una incorporación a la Alianza Atlántica.

Christopher, que habló en la apertura de la reunión del NACC, puntualizó que los acuerdos de asociación que la OTAN ofrecerá a los países del Este para el año próximo implicarán un **"solemne compromiso" de la Alianza, y aseguró que "los aliados podrán consultarse con la OTAN si son amenazados en su integridad territorial, su independencia o seguridad"**.

Nº. DOCUMENTO 9400535
TITULO Países bálticos pidieron a la OTAN protección ante Moscú.
PROC. E. OBS. - 150090
FECHA 16/12/93
VINCUL. 508062
507186
507184
507183

Los países bálticos pidieron a la OTAN protección ante Moscú

Los PRESIDENTES DE Estonia, Letonia y Lituania, reunidos ayer en la capital estona para elaborar una estrategia de defensa ante Moscú luego del avance electoral de la ultraderecha, resolvieron solicitar la protección de la OTAN "como principal garante futuro de nuestra seguridad".

Al mismo tiempo anunciaron la creación de una brigada tripartita para facilitar la colaboración de los estados bálticos en las operaciones de paz que realicen los organismos internacionales, y que se perfila como el núcleo de unas futuras Fuerzas Armadas conjuntas.

El líder neofascista triunfante en las parlamentarias rusas, Vladimir Zhirinovsky, quien se granjeó el respaldo de casi uno de cada cuatro sufragantes, considera a los bálticos como los primeros y más vulnerables objetivos en la campaña por recuperar los territorios que pertenecieron a la ex URSS.■

Más información en la página 16

El. OBS. 16/12/93

ENTRADO
CRUZ. D.

9400535.

"Es el principal garante futuro de nuestra seguridad" frente a Rusia

Países bálticos solicitaron protección de OTAN

Gobernantes de los tres países del Báltico se reunieron ayer para elaborar una estrategia sobre cómo enfrentar a Moscú, luego de los fuertes avances registrados por nacionalistas rusos en las elecciones parlamentarias. Como consecuencia de la reunión, solicitaron la protección de la OTAN frente a Rusia.



Un hombre querid

Casi uno de cada cuatro sufragant rusos respaldaron a Zhirinovsky, quie aparece junto a su espo

Estonia, Letonia y Lituania, pioneros en la corriente emancipadora que desembocó luego en el colapso de la Unión Soviética, quedaron profundamente impactados por la magnitud del apoyo que concitó el Partido Democrático Liberal de Vladimir Zhirinovsky.

"Vemos actualmente en la OTAN el principal garante futuro de nuestra seguridad", afirmaron en una declaración conjunta los presidentes de Estonia, Letonia y Lituania —Lennart Meri, Guntis [illegible]is y Algirdas Brazuskas, respectivamente—, tras celebrar una "cumbre urgente" en la capital estona, Tallin.

El comunicado señaló que se trataba de una reacción a "los posibles cambios en la política exterior de Rusia tras las elecciones parlamentarias del domingo pasado" y "visto el respaldo conseguido por los nacionalistas radicales".

Al mismo tiempo se anunció formalmente la creación de una brigada tripartita para facilitar la colaboración de los países bálticos en las operaciones de paz que realicen los organismos internacionales, y que se perfila como el núcleo de unas futuras Fuerzas Armadas conjuntas para los tres vecinos bálticos.

Los tres líderes también acordaron la creación de una administración permanente del "Consejo Báltico de Presidentes" para poder coordinar las políticas económicas y de defensa de los tres países.

Zhirinovsky, quien se granjeó el respaldo de casi uno de cada cuatro sufragantes rusos, considera a esos tres estados como los primeros y más vulnerables objetivos en la campaña por recuperar los territorios que anteriormente pertenecían a la URSS, y restaurar el prestigio ruso. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reute y EFE)*

OTAN

CAMBIOS POR ELECCIONES EN RUSIA

El ascenso del ultranacionalista ruso Vladimir Zhirinovski aumentará las presiones sobre Estados Unidos y los aliados europeos para que acepten un rápido ingreso en la OTAN de algunos países del Este como Polonia y la República Checa, reconocieron funcionarios estadounidenses.

Sin embargo, no hay indicios de que el Gobierno del presidente norteamericano, Bill Clinton, tenga intención de cambiar su actual política de retrasar cualquier compromiso formal de seguridad con las naciones que estuvieron en el pasado bajo la influencia de la extinta Unión Soviética.

El portavoz del departamento de Estado, Mike McCurry, declaró que es «poco probable» que la OTAN modifique su actual posición de cautela respecto a las peticiones de aceptar nuevos miembros.

OTAN

CAMBIOS POR ELECCIONES EN RUSIA

El ascenso del ultranacionalista ruso Vladimir Zhirinovski aumentará las presiones sobre Estados Unidos y los aliados europeos para que acepten un rápido ingreso en la OTAN de algunos países del Este como Polonia y la República Checa, reconocieron funcionarios estadounidenses.

Sin embargo, no hay indicios de que el Gobierno del presidente norteamericano, Bill Clinton, tenga intención de cambiar su actual política de retrasar cualquier compromiso formal de seguridad con las naciones que estuvieron en el pasado bajo la influencia de la extinta Unión Soviética.

El portavoz del departamento de Estado, Mike McCurry, declaró que es «poco probable» que la OTAN modifique su actual posición de cautela respecto a las peticiones de aceptar nuevos miembros.

16/12/93

La NATO debe respaldar

PRAGA (The New York Times).- ¿Por qué los ex países comunistas de Europa deberían aspirar a formar parte de la NATO?

En el caso de mi propio país, me atrevería a decir que existen tres razones principales. En primer lugar, la República Checa está situada en el centro mismo de Europa, que tradicionalmente ha sido una intersección de distintos intereses geopolíticos y tendencias espirituales.

Ni un solo conflicto europeo trascendente ha dejado esa zona intacta a lo largo de su historia milenaria.

Las guerras comenzaron o terminaron en nuestro territorio, y los principales hilos de la historia a veces fueron ovillados o desovillados allí.

La experiencia nos enseñó que debemos interesarnos por lo que sucede en el resto de Europa porque, nos guste o no, esas cuestiones siempre nos afectan más que a cualquier otro país.

Por eso tenemos un elevado sentido de obligación para con Europa. Por lo tanto, nuestro deseo de convertirnos en un miembro de la NATO interesa más que las garantías internacionales de seguridad; surge del afán de asumir cierta responsabilidad por el estado general de los asuntos políticos de nuestro continente. No queremos recibir sin dar. Queremos ejercer una función activa en la defensa de la paz y la democracia en Europa.

> Fresca tenemos en la memoria la crisis de Munich, en 1938, cuando sin consultarnos parte de nuestro país fue entregado –un verdadero despojo– a Hitler. Munich significó el fracaso de las democracias occidentales y el colapso de la seguridad colectiva europea

Muy frecuentemente nuestra propia experiencia nos hizo ver directamente adónde puede llevar la indiferencia respecto del destino de los demás, y en nuestro caso no estamos dispuestos a sucumbir ante esa clase de indiferencia.

Valores

Esto tiene relación con la segunda de las razones: siempre pertenecimos a la esfera occidental de la civilización europea y compartimos los valores sobre los cuales la NATO fue fundada y por cuya defensa existe.

No estamos simplemente respaldando esos valores desde afuera; hicimos nuestra propia contribución con su creación y cultivo. ¿Por qué, entonces, no deberíamos estar entre quienes los defienden?

La tercera razón es geopolítica. Fresca tenemos en la memoria la crisis de Munich, en 1938, cuando sin consultarnos, parte de nuestro país fue entregado –un verdadero despojo– a Hitler. Munich significó no sólo el fracaso de las democracias occidentales para enfrentar el creciente demonio nazi –un fracaso que a Occidente le costó muy caro– sino también el colapso de la seguridad colectiva europea de entonces.

Participación

Esta experiencia nos revela qué importante es para un país tan expuesto el hecho de participar firmemente –en defensa de sus propios intereses y del interés general– de un sistema funcional de seguridad colectiva.

Hace poco, Checoslovaquia desarrolló una función clave para liquidar ese instrumento de la hegemonía soviética llamado Pacto de Varsovia. Teníamos la esperanza de desmantelar el último obstáculo para nuestra participación en un sistema de seguridad destinado a defender la democracia en Europa. Si ese sistema se negaba a aceptarnos, algunos en Praga podrían verse obligados a llegar a la triste conclusión de que éramos castigados por la NATO por haber ayudado a eliminar a su antagonista tradicional y, al mismo tiempo, su razón de ser.

La República Checa no es aquí la única cuestión. Lo que también está en juego es el propio significado de la NATO y cómo y en qué medida prefiere extender su radio.

Terminada la guerra fría, la NATO perdió su principal oponente estratégico, pero no perdió su sentido.

Tres funciones

Personalmente, veo tres funciones en el futuro significado de la alianza.

En primer lugar, la NATO debe seguir siendo uno de los garantes de la estabilidad interna de una Europa democrática.

En segundo término, debe ser un instrumento de defensa colectiva frente a cualquier agresión externa.

Y tercero, es vital para el interés democrático respaldar la libertad y la democracia en toda Europa e incluso defenderlas. Si se negaran

la libertad y la democracia en toda Europa

Por Vaclav Havel (*)



MUNICH, septiembre de 1938. – Encuentro del premier británico Neville Chamberlain con Adolfo Hitler, en el hotel Dreesen

a cumplir esa función, evidentemente se expondrían al riesgo.

Sin embargo, para que la NATO siga siendo funcional no puede repentinamente abrirles las puertas a todos: no necesitamos una NATO sin límite o sin definición, y que internamente sea demasiado diversa, demasiado inestable e inmóvil.

Cimientos

Un vistazo al mapa y a los libros de historia nos indica claramente que será difícil imaginar una paz, una seguridad y un orden permanentes en Europa si no se aseguran la paz y el orden en el centro de Europa.

La República Checa, Hungría, Polonia y Eslovaquia -y también Austria y Eslovenia- evidentemente pertenecen a la esfera occidental de la civilización europea. Cultivan sus valores y están cimentadas en las mismas tradiciones.

Además, el contiguo y estable cinturón de Europa central bordea tanto los tradicionalmente agitados Balcanes como la gran área eurasiática, donde la democracia y las economías de mercado están apartando lenta y dolorosamente viejos esquemas para orientarse hacia sus nuevos objetivos.

En suma, se trata de un área clave para la seguridad europea.

Afinidad

La República Checa, Hungría, Polonia y Eslovaquia están simplemente expresando su afinidad con una institución a la que pertenecen intrínsecamente, en la cual ven la mejor garantía para sus propios intereses en materia de seguridad, y de la cual pueden participar activamente.

Por eso creo que esos países deberían ser lógicamente considerados candidatos principales para su inmediata integración a la NATO.

Si los acepta, la NATO se extenderá de la manera más natural y no sólo geográficamente.

Esto no significa que a otros ex países comunistas que comienzan a transitar por el camino de la democracia y la economía de mercado se les deba negar una futura incorporación a la NATO; tal vez su integración tendría que ser aceptada a través de diversos pasos intermedios.

La NATO debería gradualmente abrirse a las nuevas democracias europeas de una manera que tenga en cuenta no sólo las necesidades en materia de seguridad y la lógica geopolítica de los países que soliciten su ingreso, sino también -y por encima de todo- la determinación de las nuevas democracias de defender la libertad y el imperio de la ley.

Si la NATO se moviera en esa dirección, encontraría una respuesta al desafío del presente y se convertiría en una estructura de seguridad genuinamente paneuropea.

Una segunda posibilidad es que, en Rusia, las fuerzas que siguen fascinadas con las ambiciones imperiales de la ex Unión Soviética tomen transitoriamente la delantera, es decir, las fuerzas chauvinistas, criptocomunistas, criptototalitarias de la Gran Rusia

En los Estados Unidos, el debate surge nuevamente: ¿en qué medida deberían los Estados Unidos dar garantías de seguridad a Europa, y en qué medida deberían antes que nada resguardarse a sí mismos?

Presencia norteamericana

Estoy persuadido de que la presencia norteamericana en Europa es aún necesaria. Durante el siglo XX, no sólo Europa pagó caro el aislacionismo norteamericano; los Estados Unidos también.

Cuanto menos se comprometieron al comienzo de las conflagraciones europeas, tanto más fueron los sacrificios que tuvieron que hacer al final de esos conflictos.

Creo que incluso ahora que una nueva Europa está cambiando dramáticamente el perfil, los Estados Unidos no cederán la parte que les toca en la responsabilidad por el futuro de Europa.

Después de todo, si se logra una situación en la cual Europa nunca más arrastre al resto del mundo hacia la guerra y, en cambio, irradie paz y tolerancia, esto beneficiará a todos.

La NATO y Rusia

La relación entre la NATO y Rusia y otros países de la ex Unión Soviética es más complicada.

Personalmente, sólo veo dos posibilidades.

Una es que las fuerzas democráticas triunfen definitivamente en Rusia -fuerzas que comprendan que la NATO no es enemiga de Rusia sino su aliada, que la expansión de la NATO no debe tomarse como un movimiento hostil sino como un fenómeno que aproximará a Rusia una región de democracia y prosperidad- en beneficio de sus propios intereses vitales.

Una segunda posibilidad es que, en Rusia, las fuerzas que siguen fascinadas con las ambiciones imperiales de la ex Unión Soviética tomen transitoriamente la delantera, es decir, las fuerzas chauvinistas, criptocomunistas, criptototalitarias de la Gran Rusia, cuyos máximos dirigentes protestarán vigorosamente y denunciarán que la NATO admite a ex países satélites soviéticos para aproximarse más a las fronteras de Rusia.

Intromisión

Esos cuadros políticos no verán eso como un avance de la democracia, la paz y la prosperidad, sino como la intromisión de un espíritu del mal llamado Occidente.

Pienso que el mundo occidental cometería el error más fatal posible si cede ante esas presiones.

Eso significaría el colapso de todos los valores defendidos por Occidente. Significaría también alentar ambiciones imperiales. Y también traicionar a las naciones que entregaron tanto en la lucha por su propia libertad, y a la propia libertad de Occidente.

Si tuviera que enfrentarse con ese dilema, Occidente comprobará una vez más que cuando Praga, Varsovia o Budapest están en peligro, el destino de la libertad también está en peligro junto con ellas.

(Traducción de Luis Hugo Pressenda)

(*) Escritor y presidente de la República Checa.

Bulgaria

A FAVOR DEL INGRESO A LA OTAN Y UEO

El Parlamento búlgaro aprobó ayer por 198 votos a favor, dos en contra y quince abstenciones una declaración a favor del ingreso de Bulgaria en la OTAN y en la Unión Europea Occidental, en una futura ampliación de ambas organizaciones defensivas.

Esta declaración constituye un compromiso entre las principales fuerzas parlamentarias: el Partido Socialista Búlgaro (ex comunista), con 105 diputados, y la coalición anticomunista Unión de Fuerzas Democráticas, con 83 diputados.

Teniendo en cuenta en primer lugar a Rusia, el documento subraya que los esfuerzos por garantizar la seguridad de Bulgaria no serán en detrimento de terceros países.

Los socialistas se oponían a la aprobación de cualquier documento de ese tipo en vísperas de la reunión de la OTAN, el próximo día 10 de enero.

Por el contrario, sus oponentes querían haber aprobado una resolución, en vez de declaración, y expresar en ella el deseo explícito de ingresar en la OTAN y no incluir la cláusula relativa a los «terceros países», referente a Rusia.

Buenos Aires, miércoles 1º de diciembre de 1993 ★ CLARIN

CONFERENCIA PARA LA SEGURIDAD EUROPEA EN ROMA

Juan Pablo II: "Resignarse a la guerra, lo peor para Europa"

Se inauguró ayer en Roma la IV Conferencia sobre Seguridad y Cooperación Europea (CSCE) que discutirá, entre otros temas, la intención manifestada por Rusia de asumir un papel de "custodio de la paz" en los territorios que integraron la desaparecida Unión Soviética y el desmantelamiento de las armas nucleares que Ucrania heredó de la era comunista. Los ministros de la CSCE fueron recibidos por el papa Juan Pablo II, quien expresó su preocupación por el futuro europeo e invitó a colaborar para terminar con las guerras. A la reunión asisten los cancilleres de 53 países.

CIUDAD DEL VATICANO y ROMA, 30 (EFE y ANSA). — **El papa Juan Pablo II, preocupado por el futuro del continente, instó hoy a los europeos a no dejarse ganar por la indiferencia y asumir la responsabilidad que les compete para terminar con las guerras**, durante una reunión con los representantes de la Conferencia sobre Seguridad y Cooperación Europea (CSCE), a quienes recibió en el Vaticano.

Los ministros de Relaciones Exteriores de más de 50 países iniciaron hoy una conferencia en Roma sobre la seguridad en Europa que discutirá, entre otros temas claves para el continente, la declarada **intención de Rusia de asumir un papel de "custodio de la paz" en todos los territorios de la desmembrada Unión Soviética.**

Al inaugurar la reunión, el primer ministro italiano **Carlo Azeglio Ciampi** admitió ante los 53 países que forman parte de la CSCE (los Estados Unidos, el Canadá, todos los Estados de Europa, menos Yugoslavia que fue suspendida, y todas las repúblicas de la desaparecida URSS) que los conflictos que se han abatido sobre Europa al terminar la guerra fría podían inducir a una sensación de "desesperanza y pesimismo".

A pesar de que la guerra en la ex Yugoslavia se reveló como el principal factor de preocupación para Europa, fuentes diplomáticas dijeron que otro tópico central de la conferencia de dos días en Roma **será el del arsenal nuclear que Ucrania heredó de la era soviética y que la comunidad internacional pretende que sea desmantelado.** Las autoridades ucranianas aceptan un desarme gradual, pero reclaman garantías de no agresión, fundamentalmente de su poderosa vecina Rusia.

♦ **Vaticano**

El Sumo Pontífice centró el eje de su preocupación en los conflictos bélicos del Cáucaso y los Balcanes. "La mayor desgracia que puede sucederle a la Europa de hoy es resignarse a la guerra que martiriza a millones de hombres y mujeres, en particular en los Balcanes y el Cáucaso", dijo. **La CSCE "tiene la misión de reunir las condiciones de una seguridad común, global y controlada"**, agregó.

El Papa estimó que para poner fin a esas guerras hay dos medidas cruciales que la dirigencia europea debe poner en práctica: en primer lugar, "adoptar los medios para hacer prevalecer las reglas del derecho"; en segundo, no garantizar "las conquistas territoriales obtenidas con la fuerza".

Refiriéndose a la ex Yugoslavia, que



Juan Pablo II: "La guerra martiriza a millones en los Balcanes y el Cáucaso".

"recuerda un pasado que ha envilecido la historia de los hombres", el Papa apeló a la toma de conciencia. "Esta guerra se produce a pocos kilómetros de aquí. Eso todo el mundo lo sabe y lo ve", dijo el Papa a los ministros.

¿Quién hubiera podido prever —continuó Juan Pablo II— que "pretensiones racistas y nacionalismos inicuos dejarían escuchar nuevamente sus consignas en este continente?". Por eso, "es importante que la CSCE siga expresando un juicio positivo y moral sobre el desarrollo de la crisis yugoslava: así evitará el escándalo del desinterés frente a acontecimientos inadmisibles, y obligará al conjunto de los Estados a tomar conciencia de que están directamente implicados apenas entran en juego los derechos fundamentales de una persona o de un pueblo".

La experiencia reciente "muestra que poner la dignidad de las personas y de los pueblos en el centro de las preocupaciones es la forma en que Europa puede contribuir a la eliminación de los diversos totalitarismos que desfiguraron su rostro durante demasiados años."

Juan Pablo II aseguró la participación de la Iglesia Católica "en el compromiso de reconstrucción del tejido humano fundado en los valores indispensables".

Inaugurado en Roma el IV Consejo Ministerial de la CSCE

EL DIALOGO ES GARANTIA DE PAZ

El desarrollo del diálogo entre los países europeos y los del sur del Mediterráneo constituye «una garantía de paz y seguridad» para el mundo, subrayó el primer ministro italiano, Carlo Azeglio Ciampi, al inaugurar en Roma el IV Consejo Ministerial de la CSCE.

Los ministros de Asuntos Exteriores de los 53 países de la organización -los europeos más Estados Unidos y Canadá- debatirán entre los principales problemas que afectan a la estabilidad y seguridad del Viejo Continente y su solución por medio de la diplomacia preventiva, la gestión de las crisis y las operaciones de mantenimiento de la paz.

En la reunión participan como invitados, por primera vez, Marruecos, Argelia, Egipto y Túnez, así como Japón.

El Primer Ministro de Italia, país que ejerce desde ayer la Presidencia anual de la Conferencia sobre la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE), subrayó en su intervención la importancia de la colaboración entre los países de la cuenca mediterránea para reforzar las relaciones entre el Norte y el Sur.

«La interdependencia entre Europa y el Mediterráneo aparece como la única alternativa a los riesgos de conflictos presentes en la difusión de visiones intolerantes y radicales, así como en la permanencia de condiciones económicas caracterizadas por la incapacidad de corregir las profundas desigualdades», dijo Ciampi.

La CSCE tiene la misión de «afrontar con claridad y determinación los problemas relacionados con el desarrollo del diálogo» entre los países de las dos orillas del Mediterráneo, añadió el Primer Ministro italiano.

Ciampi recalcó que la unidad europea debe mantener el equilibrio entre «las dos componentes principales de su esencia: la medioeuropea y la mediterránea».

«Se trata de un equilibrio fundamental que debe ser preservado para el necesario desarrollo de un fértil diálogo con los pueblos de la orilla meridional que se asoman al Mediterráneo, y que tienen su natural punto de referencia económico y político en Europa», añadió.

Este diálogo se presenta como solución a los «graves y urgentes problemas de la seguridad y estabilidad en el Mediterráneo», que deben ser superados para «evitar que prevalezcan los impulsos de radicalización y de frustración alimentados por sentimientos de marginación y la falta de un adecuado empeño para superar las diferencias económicas y culturales», dijo Ciampi (efe).

02

9400539

E.OBS. 2/12/93.

Diplomáticos de 52 países le dieron el derecho de intervención, pero sin "carta blanca"

Rusia enviará tropas de paz a ex repúblicas

Roma - Diplomáticos de 52 países no lograron ayer que Ucrania prometiera desmontar sus armas nucleares, pero accedieron condicionalmente a que Rusia envíe tropas de paz a las antiguas repúblicas soviéticas.



Un tema difícil
El presidente ucraniano Leonid Kravchuk y el arsenal nuclear

OBS EC. 2/12/93

Ucrania exigió ser compensada por el desmantelamiento de las armas nucleares soviéticas, punto de litigio entre esta antigua república de la URSS, Rusia y los países occidentales, dijo a los periodistas el ministro italiano de Relaciones Exteriores Beniamino Andreatta, al concluir un encuentro de dos días de la Conferencia de Seguridad y Cooperación en Europa.

Otros delegados rechazaron la petición y ya que las decisiones de la organización deben ser unánimes, no fue aprobada resolución alguna.

"Ese documento ni siquiera llegó a la mesa de la conferencia", indicó.

Sin embargo, fue cursada una "enérgica invitación a Ucrania para que se adhiera a los principios de no-proliferación", agregó

Horas antes, el ministro Anatoly Zlenko insistió que la república intenta desmantelar todas sus armas nucleares.

El tema de las armas nucleares ucranianas fue uno de los más delicados en el encuentro de dos días, al que asistieron todas las naciones europeas, Canadá y Estados Unidos.

El mes pasado, el parlamento ucraniano aprobó condicionalmente el tratado START 1, que reduce las armas nucleares de largo alcance en Estados Unidos y la Unión Soviética. Sin embargo, Ucrania dijo que no puede costear el desmantelamiento de todas las ojivas nucleares y exigió pagos de Rusia y garantías de seguridad de Occidente y Rusia.

Otro tema importante fue la participación irrestricta de Rusia en la pacificación de las antiguas repúblicas soviéticas azotadas por la guerra. Muchas personas en esas repúblicas y en Occidente temen que el Ejército ruso busque extender el poderío de Moscú en esos territorios.

Andreatta dijo que la conferencia aceptó el principio de que los países que "se sienten amenazados por los conflictos en países vecinos pueden intervenir con sus propias fuerzas" en un cometido de paz.

La decisión fue un compromiso, que garantiza a Rusia ese derecho en principio, pero le niega "carta blanca" en la región, dijeron diplomáticos. ■ *(AP)*

03-03

9400539

FORTALECIMIENTO DE LA DEMOCRACIA: NUEVA META DE LA CSCE

El País 26 dic.

Con la caída de los regímenes comunistas de Europa Central y Oriental en las revoluciones democráticas de 1989, muchos miembros de los grupos de monitoreo de Helsinki asumieron posiciones importantes en los nuevos gobiernos. Ello se notó tal vez más en Checoslovaquia, donde estaban dentro de esta categoría tanto al nuevo Presidente como el Ministro de Relaciones Exteriores. Muchas de estas figuras habían ingresado a la actividad política a través de la Comisión sobre Seguridad y Cooperación Europea (CSCE). El foro de Helsinki les había brindado algunos de los patrones claves y herramientas para su lucha. Una vez que éstos ex disidentes se transformaron en presidentes, ministros y miembros del parlamento, continuaron considerando a la CSCE como su guía en sus esfuerzos por transformar sus sociedades.

En junio de 1990, en Copenhague, los estados participantes en la CSCE definieron la más completa lista jamás antes adoptada por una organización internacional de estructuras gubernamentales y procesos que son esenciales para el imperio de la ley. Estos incluyen: un gobierno representativo que responda a los votantes, ya sea directamente o a través de la legislatura electa; el deber del gobierno de actuar en cumplimiento de la constitución y las leyes; una clara separación entre el estado y los partidos políticos; la dependencia de los militares y la policía a las autoridades civiles.

El documento de Copenhague también afirma: "el deseo del pueblo, expresado libre e imparcialmente a través de periódicas y genuinas elecciones, es la base de la autoridad y legitimidad de todo gobierno". Compromete a los estados participantes a una lista que detalla elecciones libres y libre organización política, incluyendo el derecho de todo ciudadano a presentarse a elecciones, el acceso indiscriminado a los medios para todos los participantes en el proceso político y el apoyo al papel de los observadores electorales internacionales.

El documento también reitera y explicita el compromiso con los tradicionales derechos humanos con respecto a la libertad de asociación, religión, expresión, movimiento, protección contra la tortura y demás. Por último, comenzando con una declaración diciendo que "las cuestiones sobre las minorías nacionales, sólo pueden ser resueltas satisfactoriamente dentro de un marco político democrático, basado en el imperio de la ley, con un poder judicial funcionando independientemente", el documento de Copenhague dedica una de sus más largas secciones a los derechos y la protección de las minorías. Se garantiza la no discriminación basada en idioma o etnicidad, al igual que el derecho a establecer instituciones educacionales, culturales y religiosas y mantener contactos étnicos a través de las fronteras de los estados. La pertenencia a una minoría nacional es una decisión individual. Se pide a los estados que aseguren la existencia de oportunidades adecuadas para que los estudiantes, sean instruidos en su lengua materna y que los curricula educacionales promuevan los principios de la tolerancia y la no discriminación.

El documento "nota" los esfuerzos encabezados a promover las identidades de ciertas minorías nacionales mediante el establecimiento, "como uno de los posibles medios para alcanzar estos fines, administraciones autónomas locales apropiadas correspondientes a las circunstancias históricas y territoriales específicas de tales minorías". En esta época, los temas de derechos humanos, democracia y el imperio de la ley, han sido clasificados como la "Dimensión Humana" de la CSCE. Los líderes de los estados de la CSCE, en una reunión cumbre en Francia a fines de 1990, reconfirmaron estos principios y los incorporaron a la "Carta de París para una Nueva Europa".

Para el fortalecimiento de la democracia dentro de la CSCE es de particular relevancia la Oficina de Instituciones Democráticas y Derechos Humanos (OIDDH) con sede en Varsovia. Originariamente creada como la Oficina para Elecciones Libres en 1990, durante la transición en Europa Oriental y Central, la OIDDH recibió su nuevo nombre y mandato en julio de 1992. Además de su responsabilidad en brindar consejo y asistencia en asuntos electorales, la oficina ahora funciona como centro de información sobre temas de fortalecimiento de la democracia. La OIDDH ha de organizar, cada dos años, una reunión de tres semanas para los representantes de los estados miembros, a fin de analizar la implementación de los compromisos asumidos en el área de la Dimensión Humana. La primera de estas reuniones tuvo lugar en Varsovia a fines de setiembre de 1993.

La OIDDH ha asumido activamente sus nuevas responsabilidades; un muestreo de sus actividades incluyen las aquí detalladas: Una misión de expertos ha viajado a Moldova para estudiar los derechos de las minorías y las relaciones interétnicas y brindar recomendaciones sobre cuestiones constitucionales y legales, incluyendo legislación sobre idiomas, ciudadanía y libertad religiosa.

Una misión de expertos ha viajado a Estonia para estudiar la legislación de ese país con respecto a la ciudadanía, idioma y derechos de las minorías. A pedido del gobierno de Estonia, la misión comparó y contrastó el tratamiento estoniano de estos temas con las normas universales y los patrones de la CSCE, produciendo una serie de recomendaciones.

Un seminario de cinco días sobre tolerancia, tuvo lugar en Varsovia. Asistieron delegaciones de todos los estados miembros de la CSCE, que trataron los papeles respectivos de las instituciones educacionales y culturales, los medios, las autoridades locales y las fuerzas del orden.

Hubo otros seminarios sobre la composición de constituciones democráticas para las repúblicas islámicas de la ex Unión Soviética; leyes de ciudadanía e idiomas en los recientemente independientes estados de Europa; el problema y el tratamiento de la migración; temas sobre las minorías nacionales; la libertad de los medios de comunicación; la publicación de un "Manual de la Dimensión Humana" y un boletín informativo periódico.

El énfasis ha pasado ahora del establecimiento de patrones de gobierno democrático y el imperio de la ley para su implementación. Esta nueva y difícil tarea, requerirá información, asistencia técnica y seminarios como los que coordina la OIDDH. Este tipo de asistencia práctica no puede ser brindada en las discusiones de las reuniones del Concejo de la CSCE. De recibir fondos y personal adecuados, la OIDDH puede brindar aportes importantes a este esfuerzo. Los nuevos principios deben ser apoyados con la misma diligencia como lo fueran las causas de los prisioneros políticos o los "refuseniks" en los años previos al colapso comunista.

Neil J. Kritz
(El autor, es asesor general del Instituto de la Paz de los EE.UU. en Washington, D.C.)

C

Nº DOCUMENTO 9400541
TITULO Llegó giro de la OEA para pagar Ejército.
FUENTE E.P. - 150007
FECHA 2/12/93
VI 500889

Llegó Giro de la OEA Para Pagar Ejército

EL PAIS 2/12/93

MINAS (Por Edgar Martínez Lucero, corresponsal).— El comandante en jefe del Ejército, teniente general **Daniel Eduardo García Silva** reveló que en la mañana de ayer, recibió en su despacho dos faxes conteniendo la información que la Organización de las Naciones Unidas (ONU) pagará en los próximos días otro mes de lo que el organismo adeuda a los contingentes de paz que marcharon como voluntarios en misiones de paz a Camboya y Mozambique.

También adelantó que el próximo sábado estará presente en las celebraciones del Día del Arma de Artillería, que este año tendrán lugar en el Grupo de 105 mm. Nº 4, que tiene asiento en Minas, en la intersección de las rutas 8 y 12, 1 kmts. al sur de la plaza Libertad.

Las declaraciones fueron vertidas por el jefe del cuerpo terrestre en forma telefónica, en el programa "Francamente hablando", que se emite por ondas de Radio Federal de esta capital departamental.

PAGOS: "RECIBI BUENAS NOTICIAS"

Consultado acerca del atraso que Naciones Unidas mantiene con el pago a los efectivos uruguayos establecidos en misiones de paz en Camboya y Mozambique, el teniente general **García Silva** reveló que en la mañana de ayer "recibió una buena noticia" al llegar a su poder "dos faxes donde se anuncia que había venido otro mes de pago de lo atrasado para la gente que estuvo en Camboya y un mes para los que están en Mozambique".

Comentó que, si bien los pagos registran retrasos "mes a mes van llegando y van cubriendo la deuda de Naciones Unidas". Señaló que el problema que existe es que "esos pagos siempre van a llegar con atraso de varios meses, pero no es atribuible a la falta de voluntad de la ONU, ya que ésta no tiene dinero en caja porque los países miembros hace los aportes en el momento que estiman conveniente. Esto ocasiona que Naciones Unidas tenga dificultades de caja, pero a medida que los países van pagando, ONU también hace lo propio y no deja de pagar jamás".

01-01

9400541

9400542
Reforma "revolucionaria" de la Carta de la OEA en Parlamento.
L.M. - 150015
8/12/93
500889

Reforma "revolucionaria" de la Carta de la OEA en Parlamento

El Parlamento se abocaría a aprobar en las postreras sesiones del presente período legislativo, la reforma de la Carta de la OEA que contiene dos elementos considerados revolucionarios, uno la suspensión del Estado miembro cuyo gobierno sea derrocado por la fuerza, y el otro el que considera a la pobreza crítica como uno de los principales orígenes de las amenazas a la democracia.

El proyecto de reforma de la Carta de la Organización de los Estados Americanos fue elevado para su ratificación por el Poder Ejecutivo en el pasado mes de octubre, con la expresa recomendación de que al aprobarse se avanzará mejor hacia un sistema interamericano más fuerte y capaz de promover y consolidar la democracia en la región, a la vez que disminuir las desigualdades económicas y sociales en el hemisferio.

El protocolo de reformas, según el proyecto que tuvo a la vista LA MAÑANA, estipula dos modificaciones al documento de Washington: la suspensión de un Estado miembro cuyo gobierno democráticamente constituido sea derrocado por la fuerza, y la eliminación de la pobreza crónica. El Estado suspendido no podrá ejercer su derecho a participar en las sesiones de la Asamblea General de la OEA, no de cualquier otra actividad. Paralelamente se constituyen salvaguardas en cuanto a adoptar todas las medidas preliminares antes de llegar a ese extremo, esforzándose la OEA para agotar la concilación, persuasión y el apoyo para el retorno a la vida democrática del Estado afectado por un golpe de fuerza.

Se incorpora asimismo como tema principal, un nuevo inciso en la Carta por el cual se dispone erradicar la pobreza crítica que constituye un obstáculo al pleno desarrollo democrático de los pueblos. En él se desarrolla la vinculación entre pobreza crítica y democracia representativa, erigiéndose la eliminación de la pobreza en una responsabilidad común y compartida por todos los Estados Miembros de la OEA.

Es probable que este proyecto pueda ser incorporado a las sesiones que restan del presente mes y que antes del receso parlamentario reciba la sanción correspondiente.

9400542

01-01

Mensaje del Presidente de la OEA Joao Baena Soares

Al final de cada año se hacen más evidentes que nunca la interdependencia y la solidaridad humana. Al dirigirme en esta ocasión a todos mis conciudadanos de las Américas quiero formular los mejores votos por su ventura y prosperidad personales y las de sus familias, sus pueblos y sus naciones. Que se profundice la paz en el hemisferio y se afirmen la libertad y la democracia, en un ámbito de progreso y de justicia social.

Este tiempo del año invita a una pausa que permita reflexionar sobre los acontecimientos de los meses pasados y en previsión para los que han de venir. Las instituciones y las personas que las dirigen encuentran ocasión para evaluar lo acaecido. Quienes trabajamos para otros queremos comunicar lo logrado y plantear lo que falta por alcanzar.

En el contexto de un hemisferio en plena efervescencia de cambio, la Organización de los Estados Americanos no sólo se ha ajustado a las nuevas circunstancias de los Estados miembro, sino que ha estimulado y respaldado las características positivas de la evolución hacia sociedades más libres, igualitarias y dinámicas.

La actualización de la OEA en su vertiente política, iniciada con el Protocolo de Cartagena de Indias de reformas a la Carta de la Organización en 1985 y mantenida con el Compromiso de Santiago con la Democracia en 1991 y el Protocolo de reformas de Washington en 1992, ha sido complementada en Managua en 1993 con la adopción del instrumento de la OEA en su vertiente política, iniciada con el Protocolo de Cartagena de Indias de reformas a la Carta de la Organización en 1985 y mantenida con el Compromiso de Santiago con la Democracia en 1991 y el Protocolo de reformas de Washington en 1992, ha sido complementada en Managua en 1993 con la adopción del instrumento que moderniza sus actividades de cooperación técnica y renueva su decisión de lucha.

La Mañana 23-12-93



Marta Crisóstomo García, de Perú.

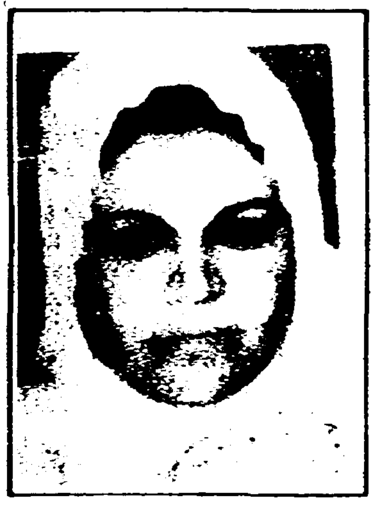
Los derechos humanos de las mujeres

Diferentes maneras de afectar a una parte de la humanidad



María Rumalda Camey, de Guatemala.

Los derechos humanos se violan en todas partes del mundo. Los derechos de las mujeres han sido reconocidos como parte de los derechos humanos en la Conferencia de las Naciones Unidas de Viena de junio este año. Hay muchas maneras de violar los derechos de las mujeres: desde el acoso sexual hasta los crímenes políticos. Un tribunal especial formado en ocasión de la Cumbre de la ONU y una campaña lanzada por Amnistía Internacional llaman la atención sobre las variedades posibles.



Najah Abu Dalal, refugiada palestina.



Esther Kassakpo, de Togo.



Sara Cristina Chan Chan Medina, de El Salvador.

Vidas silenciadas

La respuesta aún se espera

"*Vidas silenciadas*" se llama la campaña lanzada por Amnistía Internacional para concientizar sobre las dos principales formas en que se violan los derechos humanos en los años '90: las desapariciones y los crímenes políticos. Distintas organizaciones no gubernamentales recogen en todo el mundo este llamado.

Muchas mujeres se cuentan entre los millones de personas desaparecidas desde los años '60. No fueron víctimas de guerras entre naciones sino de políticas represivas, oficiales y premeditadas, y fueron elegidas a causa de sus opiniones políticas, su origen étnico, su lugar de residencia o simplemente porque eran pobres.

"*Fueron las autoridades —precisamente las personas a las que se había confiado su protección— quienes ordenaron o permitieron sus homicidios o desapariciones*", dice el informe de Amnistía Internacional llamado "*Conspiración de terror*".

"CONSPIRACION DE TERROR"

"*Algunos gobiernos han mejorado su historial de derechos humanos*", dice el informe que da marco a la campaña. "*Los derechos humanos no han gozado nunca de mayor reconocimiento internacional*". Pero la proliferación de conflictos de índole nacionalista, secesionista y étnica amenaza con llevar la violencia y el derramamiento de sangre a todas las regiones. Al incrementarse este tipo de conflictos, los grupos armados de oposición han adoptado los métodos del terrorismo de Estado para la consecusión de sus objetivos.

"*La comunidad internacional se ha mostrado poco dispuesta a erradicar la injusticia y la brutalidad, o incapaz de hacerlo*", termina el informe de Amnistía. "*Si no se adoptan medidas para que cesen los homicidios políticos y las desapariciones, la creciente oleada de matanzas podría superar a las instituciones creadas para promover las normas internacionales de derechos humanos tras los horrores de la Segunda Guerra Mundial*".

DESAPARECIDAS Y ASESINADAS

Marta Crisóstomo García, enfermera peruana de 22 años, testigo de la matanza de Cayara, perpetrada por el ejército de Perú contra una población campesina, fue asesinada en setiembre de 1989 en su propia casa. Aún no se ha identificado a sus asesinos.

Najah Abu Dalal, de 34 años, vivía en un campamento de refugiados palestinos. Murió de un tiro en la cabeza disparado por un soldado israelí apostado en el techo de su casa, el 21 de abril de 1993. Najah regresaba de despedir a sus hijos camino a la escuela.

Esther Kassakpo, de 25 años era vendedora callejera en Lomé, la capital de Togo. Pertenecía al Colectivo de Asociaciones de Mujeres, afiliado a una organización de oposición democrática. El 25 de enero de 1993, en medio de una demostración pacífica las fuerzas de seguridad del gobierno abrieron fuego y mataron a 19 personas. Entre ellas estaba Esther.

María Rumalda Camey, de 23 años, guatemalteca, fue secuestrada de su casa, donde vivía con su marido y sus dos hijos, el 15 de agosto de 1989. Desde entonces no se supo más de ella. María Rumalda era miembro del GAM, el "*Grupo de Apoyo Mutuo por el Aparecimiento con Vida de Nuestros Familiares*". De su familia, de origen indígena, ya desaparecieron seis personas.

Sara Cristina Chan Chan Medina, de 20 años, era fotógrafa de la Federación Nacional Sindical de Trabajadores de El Salvador y era miembro de su comité de mujeres. Ella y su compañero desaparecieron cerca de su hogar al regresar del trabajo, en manos de miembros de la fuerza aérea salvadoreña. Era el 18 de agosto de 1989. La madre de Sara abandonó la búsqueda de su hija después de ser detenida varias veces y sometida a torturas.

ONU: primer tribunal para mujeres

Romper el complot del silencio

por Zoila Hernández, desde Perú

Bien dice Juliette Michel, investigadora americana que tendrán que pasar 200 años más para cambiar la mentalidad de la sociedad y para que las mujeres tengan un trato social digno y en igualdad de oportunidades. Estas frases representan un reto y son parte de la reflexión que el 25 de noviembre, Día de la No Violencia contra la Mujer miles de mujeres efectúan en América Latina y en todo el mundo.

La violencia no representa sólo el maltrato físico o moral. Hoy por hoy se califica de violencia o violación a los derechos de las mujeres, todo atentado que agreda su condición humana.

TESTIMONIOS DE HORROR

Ya en Viena, el 15 de junio de este año, en la Conferencia Mundial por los Derechos Humanos (DDHH), se presentó el primer Tribunal de los DDHH de las Mujeres. Fue en ese momento un desafío a las NNUU, para que la violencia social, sexual y doméstica hacia la mujer, sea interpelada y este organismo promueva sanciones y prevenciones. Treinta y tres mujeres de todas partes del mundo mostraron cómo sus derechos individuales y/o civiles habían sido violados. Entre ellas estuvieron tres peruanas, cuyas denuncias fueron de violación, de acoso sexual; y de persecución y agresión por parte de Sendero Luminoso contra su capacidad de liderazgo popular, por más de dos años.

Sobre la violación de los derechos humanos en la familia, se dijo que generalmente se cree que esto no ocurre en el ámbito privado. Gabriela Wilders, de EEUU, relató la agresión sexual de la que fue objeto por parte de su padrastro —ex sacerdote— quien le dijo que su madre estaba por morir con cáncer, y la única cura era tener relaciones sexuales con ella. Esto le sucedió desde los cinco años de edad. Agregó que una mujer violada en secreto sufre una verdadera tortura, no importa si esto pasa en la comisaría o en el dormitorio.

Grazina, natural de Polonia, fue llevada a Holanda para trabajar en un restaurante. Acabó en la prostitución forzada. No tenía a quién recurrir para liberarse. Nahid Toubie, médica sudanesa, describió la trama de la mutilación genital que casi todas las adolescentas y mujeres africanas pasan para evitar tener relaciones sexuales "arbitarias". Ella se interrogó: ¿por qué cuando las mujeres quieren mejorar su situación, las culturas y las tradiciones se convierten en sagradas e inmutables?

UN CASO ESPECIAL: EX YUGOSLAVIA

Casos tan indignantes como éstos señalaron también las mujeres de la ex Yugoslavia, hoy dividida en tres nacionalidades en pugna. Así, Slavina Kusic de Croacia, Lepa Mladjenovic de Serbia y Fadila Memisevic de Bosnia-Herzegovina, representantes de organizaciones de mujeres, testimoniaron crímenes de guerra, violaciones sexuales y violencias sitemáticas hacia todas las mujeres de la ex Yugoslavia.

La serbia Mladjenovic, afirmó que no sólo las mujeres musulmanes son víctimas de la purificación étnica en Bosnia, sino también que la violación sexual es parte de la estrategia militar de guerra que libran serbios, croatas y bosnios. *"El gobierno serbio utiliza el hecho que las mujeres serbias son violadas para atizar el odio contra los otros grupos étnicos"*, dice.

Las tres mujeres, reclamaron que *"las violaciones sexuales sean consideradas crímenes de guerra y que los culpables sean juzgados allí donde cometieron estos crímenes. Pidieron asimismo que las mujeres violadas tengan derecho al asilo y que no sean enviadas a los campos"*.

Todas las mujeres que viven este conflicto en la ex Yugoslavia, reportaron que fueron violadas. Señalaron además que la violencia de los enfrentamientos militares agudiza la violencia doméstica.

CRIMENES CONTRA LA HUMANIDAD

El Tribunal recogió como sentir unánime que las violaciones masivas constituyen crímenes contra la humanidad. Igualmente, las violaciones a los derechos de las mujeres —en la modalidad en que sea— siguen siendo crueles y representan el desprecio a la dignidad humana. El derecho internacional humanitario debe aplicarse también a la condición de género.

Charlotte Bunch, del Centro para el Liderazgo Global de las Mujeres, organizadora de este Tribunal, declaró que las violaciones hechas a las mujeres estuvieron demasiado tiempo ignoradas bajo pretexto de que son parte de la vida privada, de las tradiciones culturales o religiosas. Estas violaciones deben ser reconocidas porque son agresiones al derecho a la vida, a la libertad y a la integridad física de la persona. No sólo privan a la mujer de su dignidad y de su libertad, sino que causan igualmente traumas físicos, mentales, psicológicos. Señaló que los reclamos en estos testimonios, representan las demandas que una parte de la humanidad hace sobre sus derechos fundamentales.

LLAMADO A LA IGUALDAD

El Tribunal de los Derechos Humanos de las Mujeres hizo un llamado a la Conferencia de las Naciones Unidas y a sus Estados miembros, para que impulsen mecanismos que impidan todas estas violaciones. Pidió a su vez la creación de una Corte Penal Internacional encargada de la protección y de la promoción de los derechos de las mujeres; sobre todo la protección contra los abusos sexuales, las agresiones sistemáticas y el embarazo forzado en períodos de conflicto.

Tanto el Tribunal como parlamentarias del Norte, remarcaron que la explotación masiva de las mujeres por las industrias locales o mundiales del sexo, constituye una violación grave de los DDHH y es un obstáculo a la igualdad de las mujeres. La explotación sexual, la prostitución, el turismo sexual, el tráfico de mujeres y otras prácticas que reducen a la mujer a un objeto sexual, tiene consecuencias devastadoras sobre las mujeres en los países en vías de desarrollo. Sólo una perla: en Filipinas o Tailandia los turistas holandeses o alemanes pueden comprar sin mayores problemas a la mujer que quieran y llevarla a su país sin mayores complicaciones. Desde luego, allí las reducen al silencio de las cuatro paredes. Hombres y mujeres participantes en el evento, señalaron que la Conferencia Mundial debe romper el complot del silencio existente alrededor de la violencia hacia las mujeres en la vida privada y pública. La Conferencia logrará sus objetivos sólo si los derechos de las mujeres se colocan en el mismo nivel que el de los hombres.

La crisis

La reciente oleada de protestas en Europa tiene ingredientes y modalidades que la diferencian de otras estaciones calientes. Un repaso permite detectar al menos cuatro de ellas.

• **Los reclamos no apuntan al nivel salarial, sino a la seguridad laboral.** Ese era el objetivo de los trabajadores de Air France cuando bloquearon el aeropuerto de Orly y fue la justificación que esgrimieron ante sus afiliados las tres centrales obreras italianas cuando aceptaron, en julio, el fin de la **"scala mobile"**, un mecanismo de ajuste salarial atado a la inflación. La poderosa central alemana **I. G. Metall** reconoció que lo crucial de la próxima ronda de negociaciones no son los salarios, sino el empleo.

• **Excepto para el empleo público, las protestas no tienen amplitud nacional.** Se trata de "conflictos **localizados**", **liderados por** agresivos "grupos de coordinación".

• Algunas de las características de las innovaciones productivas recientes son enfrentadas por los huelguistas aplicando su misma lógica. A la tecnología **just-in-time**, consistente en minimizar los inventarios y optimizar el espacio y los recursos financieros, oponen la huelga "just-in-time": la dieta de actividades de una pequeña sección fabril obstruye inmediatamente el funcionamiento de toda la cadena productiva.

• **Las centrales sindicales tienen crecientes dificultades para ponerse a la cabeza de los reclamos.** A esto contribuyeron una serie de desarrollos ocurridos durante los años ochenta, como ser: 1) la caída en la tasa de sindicalización; 2) la crisis ideológica de los sindicatos de raíz marxista y 3) la identificación de las centrales democristianas y socialdemócratas con las posiciones de sus gobiernos, favorables a la "flexibilización" del mercado de trabajo.

Precisamente, la corriente flexibilizadora ganó una serie de batallas en los ochenta. En España, por ejemplo, gobierno y sindicatos suscribieron el Pacto Económico y Social que permitió la creación de un segundo segmento del mercado de trabajo sin las garantías del tradicional. Se flexibilizaron la movilidad interna y las modalidades de contratación, permitiendo contratos a tiempo determinado. A cambio, el gobierno amplió la cobertura del seguro de desempleo. En Italia, Francia y Alemania ocurrieron procesos similares, con la diferencia de que la flexibilización se dio de manera diferente: por debajo de ciertos umbrales (tamaño de empresa, antigüedad del empleado) la protección laboral disminuía.

Más allá de las singularidades de cada país, el resultado fue la creación de segmentos "flexibles", con menores garantías respecto de la tradicional legislación laboral. Mientras duró, el auge económico español (la "fiesta") fue ca-

de los sindicatos

CADA PAIS CON SU LIBRITO

ALEMANIA

Es la economía con la menor cantidad anual de horas trabajadas y las empresarios y sindicatos, a partir de 1995 la semana laboral no podrá exceder las 32 horas. Recientes acuerdos entre empresas y sindicatos van más allá aún, con el objeto de evitar despidos.

FRANCIA

Un subcomité del Senado ha propuesto reducir la semana laboral a 32 horas a partir de 1998: los salarios se reducirían en el 5 por ciento y el gobierno reduciría los impuestos sobre las empresas. El gobierno es favorable a los acuerdos entre firmas y trabajadores, siempre que sean "empresa por empresa".

ESPAÑA

El gobierno acaba de legalizar las agencias de colocación y la libre contratación de trabajadores por parte de las empresas. En el nuevo marco legal, los trabajadores podrán ser cambiados de tarea y hasta de ubicación geográfica. Se agregan las causas "tecnológicas o económicas" para facilitar el "despido justificado". El argumento es que con mayor flexibilidad se crearán más empleos.

ITALIA

El gobierno no ha propuesto medidas "novedosas". El sector empresarial mira con recelo la idea de reducir la semana laboral y prefiere seguir con la "cassa integrazione", un mecanismo fiscal de subsidio al desempleo que dura un máximo de 6 meses.

JAPON

El Consejo de Ministros ha llamado a los japoneses a trabajar menos. Algunas empresas preservan a sus empleados permanentes desplazándolos a tareas de inferior jerarquía. El gobierno subsidia el "reentramiento" de empleados en descanso forzoso.

ESTADOS UNIDOS

Las recientes cifras oficiales sobre el crecimiento de la economía y la caída en el índice de desempleo (a 6,4 por ciento) han afirmado al gobierno en la idea de que la recuperación será el remedio a la desocupación, excluyendo medidas "ad hoc". Los nuevos trabajos gozan de salarios inferiores y son altamente inestables.

paz de generar 2 millones de puestos de trabajo en este nuevo segmento. Con la recesión, los trabajadores "flexibles" pasaron a engrosar la lista de los receptores de subsidios al desempleo, ahondando los problemas fiscales de los deficitarios gobiernos europeos.

Ahora, argumentan los defensores de la flexibilización, llegó el momento de unificar el mercado de trabajo en un punto intermedio: sin tantas garantías como en la legislación tradicional pero que también dé a quienes hoy están "fuera" del sistema (desempleados en general, jóvenes en particular) la posibilidad de hacerse un lugar bajo el sol.

En crisis, los gobiernos europeos necesitan más que nunca de la colaboración de los sindicatos —debilitados y desengañados como están— para persuadir a los trabajadores de las amargas recetas a que fuerza la recesión.

obe poco ágil

02-02

OIT: DIALOGO TRIPARTITO PARA AFRONTAR REESTRUCTURACION BANCA

GINEBRA, 4 (EFE). — Gobiernos, empresarios y sindicatos debe afrontar mediante el diálogo social el desafío que representa mantener al sector bancario próspero, competitivo y suministrador de empleo en los actuales tiempos de rápida evolución, según la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

El éxito de la banca es de suma importancia para el empleo continuo y las aspiraciones del personal, pues una fuerza de trabajo cualificada y motivada es fundamental para el logro de cualquier iniciativa del sector, afirmó la OIT.

Expertos reunidos hasta ayer, en Ginebra, para estudiar los efectos sociales de los cambios estructurales en la banca en los últimos años dada la acusada transformación del entorno en el que operan los bancos, destacaron su importante repercusión en el empleo.

"Se tomaron decisiones de política macroeconómica ajenas al dominio de los bancos y aumentó la competitividad entre los proveedores de servicios financieros, crecieron y se globalizaron los mercados por los cambios tecnológicos por lo que empresas y empleados se enfrentan al desafío de la permanente reestructuración por la mejora de la competitividad", afirmaron.

Según la OIT, "solamente el diálogo facilita la aceptación y la aplicación de los cambios pues las partes son interdependientes con un papel propio, los gobiernos con la legislación adecuada para promover la solidez del sector, los empresarios administrando con clarividencia y responsabilidad y los sindicatos promoviendo la educación permanente abordando los problemas que van surgiendo".

Los representantes gubernamentales, empresariales y de los trabajadores reconocieron en Ginebra la importancia de poner coto a las reducciones de empleo que, si no se pudieran evitar, sí deberían limitarse sus repercusiones mediante la reorientación profesional, la redistribución de personal la indemnización por dimisión voluntaria o los planes de jubilación anticipada.

Además, "el desafío de los directivos es cada vez más mejorar la dirección y coordinar las actividades en el centro de trabajo, el desarrollo de las cualificaciones de los empleados a los que deben y guiar en sus carreras incitándoles a cambiar de empleos horizontalmente con diferentes grados de responsabilidad pues cada vez hay menor oportunidad de promoción a puestos de mayor autoridad".

Dada la rápida evolución de los requerimientos de cualificaciones en el trabajo, la adquisición de una educación y formación adecuadas debería constituir un componente decisivo de las políticas destinadas a la promoción de empleo.

"Los gobiernos deben aplicar políticas educativas y conjuntamente con empresarios y organizaciones de trabajadores apoyar las políticas de formación que ayudan a preparar a los trabajadores a satisfacer los cambiantes requisitos profesionales y ajustarse a los cambios subsiguientes en sus vidas laborales", añadieron.

Los expertos de la OIT establecieron que los horarios flexibles y el trabajo a tiempo parcial deberían organizarse en interés de empresarios y trabajadores para satisfacer tanto las diversas necesidades de los trabajadores individualmente como las relativas a las operaciones bancarias, complementando las disposiciones de tiempo completo. Además, "la remuneración apropiada a los servicios que prestan y por las cualificaciones que aplican al empleo, deberían basarse en remuneración igual a trabajo de igual valor, siendo norma general que el rendimiento, las cualificaciones y las competencias desempeñan igualmente un papel en ella y en las perspectivas de carrera", concluyeron.

Reilly celebra 30 años de acuerdo con OIT

■ Con la presencia del ministro de Trabajo y Seguridad Social, Ricardo Reilly Salaverri, y el director del Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional (Cinterfor /OIT), Joao Carlos Alexim, así como de otras autoridades nacionales e internacionales vinculadas al tema de la formación profesional, se conmemora hoy, el trigésimo aniversario de la firma del convenio entre la República Oriental del Uruguay y la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), por medio del cual ese Centro estableció su sede en nuestro país el 16 de diciembre de 1963.

El acto celebratorio se realizará a las 18 horas en el Cabildo de Montevideo, a invitación del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social y de la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP)/ Universidad del Trabajo (UTU). La ceremonia a realizarse, incluye un homenaje recordatorio al ingeniero Luis Balparda Blengio, ex director de UTU quién logró para Uruguay, que la sede de la institución rectora de la formación profesional del continente se estableciera en el país.

Con este paso se establecía un sistema de cooperación internacional basado en la ayuda mutua entre países: el primer programa de cooperación técnica inserto en el esquema de funcionamiento de la OIT, que resultó un prototipo para emprendimientos similares en otras regiones del mundo y aún en diferentes áreas de actividad de la Organización tales como empleo, y administración del trabajo.

El hecho, de trascendencia continental para el desarrollo de la capacitación de los recursos humanos de la región, ubicó a Uruguay como centro del intercambio de experiencias, información, e investigaciones sobre técnicas comunes en materia de formación profesional.

Cinterfor fue instituído por la 7a. Conferencia de Estados de América, miembro de la OIT, celebrada en Buenos Aires en 1961, por los ministros de Trabajo, asesorados por directivos de las pocas instituciones de formación profesional existentes en aquel entonces. Se trataba de crear un organismo pequeño ágil y flexible que no debía superponerse a los órganos nacionales sino funcionar como animador y articulador, memoria y proyección de las capacidades nacionales en materia de desarrollo de los recursos humanos.

L. R. 150023
17/12/93

Luego de tres décadas de vigencia el ministro de Trabajo valoró positivo el acuerdo con OIT

El Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional (Cinterfor/OIT), homenajeó ayer al ingeniero Luis Balparda Blengio, ex director de UTU quien logró que se estableciera en Uruguay, la sede de esta institución rectora de la formación profesional en América.

El homenaje se concretó durante la celebración del trigésimo aniversario de la firma del convenio entre nuestro país y la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), por el que se estableció en Uruguay, el 16 de diciembre de 1963.

Participaron del acto, el ministro de Trabajo y Seguridad Social, Ricardo Reilly Salaverri, el director del organismo internacional, Joao Carlos Alexim, y otras autoridades nacionales e internacionales vinculadas al tema de la formación profesional, así como los representantes de los medios de comunicación, especialmente invitados en esta instancia.

La trascendencia continental que tuvo desde su fundación el funcionamiento de Cinterfor en el desarrollo de la capacitación de los recursos humanos de la región, ubicó a nuestro país como centro del intercambio de experiencias, información, e investigaciones sobre técnicas de formación profesional, según se informó luego de la ceremonia.

El Centro surgió de las necesidades de elevar el nivel de la calificación laboral. Para ese logro se conjuntaron personalidades dirigentes que actuaron por muchos años y conformaron ese ámbito de cooperación que se consolidó en Cinterfor.

Uno de los promotores de esta iniciativa fue justamente el ingeniero Luis Balparda Blengio, que se desempeñaba como director de la Universidad del Trabajo del Uruguay (UTU), lo que motivó el homenaje que se le tributara en este aniversario.

La actividad de Cinterfor, en estos treinta años se refleja en algunas cifras que sirven como balance. El organismo coordina actividades, en programas y proyectos, con más de cincuenta organismos oficiales y privados de 34 países incluyendo a España, incorporada en 1987 a través del Instituto Nacional de Empleo (INEM).

Las matrículas anuales registradas en 15 instituciones asociadas a lo largo de estos años señalan, que al cumplirse la primera década de funcionamiento en 1973, alcanzaban a 1.125.987 alumnos. Diez años despues eran 3.311.732 y a los treinta años será sobrepasado el número de cinco millones.

La programación de Cinterfor también refleja una tarea cabalmente cumplida, donde se atiende desde los sectores más vulnerables de la población hasta los más refinados requerimientos de capacitación que plantean las nuevas tecnologías. En el Uruguay, las acciones se establecen en estrecho contacto con los ministerios de Trabajo y Seguridad Social y de Educación y Cultura, y con la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP), con la Universidad del Trabajo del Uruguay (UTU). Se ejecutaron acciones también, con el Consejo Honorario de Capacitación Profesional (Cocap), el Centro de Capacitación Profesional (Cecap), y con los centros de capacitación de la UTE y de la Administración Nacional de Puertos.

El Salvador, señalado como país violador de los Derechos Humanos

LA ONU CALIFICA LA SITUACION DE "GRAVE DETERIORO"

La misión de Observadores de la ONU en El Salvador (ONUSAL) aseguró que la actual situación de los derechos humanos en este país atraviesa un «grave deterioro» debido a los asesinatos políticos cometidos en los últimos meses.

Fuentes de la ONUSAL informaron el lunes que el jefe de la división de Derechos Humanos de la ONUSAL, el peruano Diego García-Sayán, presentó el pasado fin de semana el noveno informe sobre la situación de las libertades individuales en este país al Secretario General del organismo internacional, Butros Gali. El documento realiza un «análisis de coyuntura» sobre el estado de los derechos humanos en el país, en el período comprendido entre agosto y octubre pasado, y asegura que «la actual situación es de un grave deterioro».

Además describe el ambiente político salvadoreño como «una situación muy compleja» en la que se han producido avances en los compromisos adquiridos en los acuerdos de paz, pero que ha ido adquiriendo «un curso regresivo que se ha tornado grave en los últimos meses».

Según la fuente, Gali «reiteró su preocupación por los asesinatos de dirigentes políticos», por lo que pidió a García-Sayán que continúe «observando la situación de los derechos humanos y le informe periódicamente, como lo ha hecho hasta ahora».

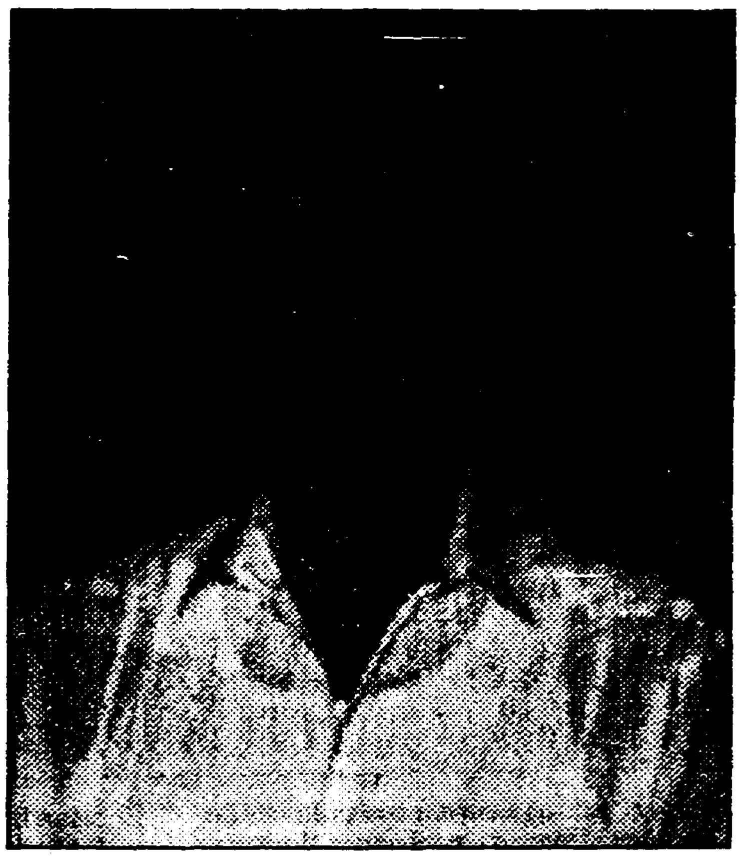
El noveno informe de la ONUSAL señala que «una manera eficaz de aislar y eliminar los focos de violencia debe conllevar una rigurosa ejecución de los acuerdos de paz, especialmente aquellos que inciden directamente en la situación de derechos humanos o de la violencia común»

El documento urge al Gobierno y a la antigua guerrilla y hoy partido FMLN, a «reprogramar los acuerdos pendientes para su ejecución eficaz.

Sectores de oposición han criticado el programa de despliegue de la nueva Policía Nacional Civil (PNC), que contempla que San Salvador será el último departamento en contar con el nuevo cuerpo policial, debido al aumento de la violencia común en la capital tras la firma de la paz.

Pero el presidente Alfredo Cristiani decidió a última hora suspender el envío de los nuevos agentes a los departamentos centrales de La Paz y Cuscatlán, previsto para hoy, argumentando que «a partir de unos estudios que se han estado realizando, existe la posibilidad de modificar el programa de despliegue». Cristiani dijo que «la intención es siempre poder focalizar las áreas de mayor incidencia delictiva y allí llegar a dar una mejor protección» y señaló que en enero próximo será definido el lugar donde será el siguiente despliegue de la PNC, aunque no descartó que sea en San Salvador.

La PNC fue creada en los acuerdos de paz para sustituir a los cuerpos de seguridad de corte militar, proceso iniciado en marzo pasado y que concluirá en octubre de 1994, según el programa original.(Efe)



Cristiani, presidente de El Salvador.

Nº DOCUMENTO 9400549
TITULO 15004
PROC... L.3 FA EXIGE A MARRUECOS RESPETO A PLAN DE PAZ DE LA ONU
FEC... 16/12/93
VINCUL... 501800
507619

FA EXIGE A MARRUECOS RESPETO A PLAN DE PAZ DE LA ONU

El Organo Provisional de Conducción Política del Frente Amplio, reunido en el día de la fecha, declara:

1. Exigir al gobierno de Marruecos que cese en sus tratativas de bloquear el Plan de Paz de la ONU y que, realmente desarrolle negociaciones serias y al nivel que corresponde con el Frente POLISARIO, con el fin de crear las mejores condiciones para que pueda llevarse a cabo el Referendum de autodeterminación auspiciado por las Naciones Unidas.

2. Exigir al reino de Marruecos que libere a los patriotas saharauis encarcelados por el mero hecho de ser patriotas, y que informe sobre la suerte que ha corrido cada uno de los más de ochocientos saharauis desaparecidos.

ORGANO PROVISIONAL DE CONDUCCION POLITICA
Montevideo, 15 de diciembre de 1993

PARTES ILEGIBLES

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

01-01

9400549

Nº DOCUMENTO 9400549
TITULO 150014
PROC. L.3 FA EXIGE A MARRUECOS RESPETO A PLAN DE PAZ DE LA ONU
FE. 16/12/93
VINCUL 501
507619

FA EXIGE A MARRUECOS RESPETO A PLAN DE PAZ DE LA ONU

JW 16/12/93

El Organo Provisional de Conducción Política del Frente Amplio, reunido en el día de la fecha, declara:

1. Exigir al gobierno de Marruecos que cese en sus tratativas de bloquear el Plan de Paz de la ONU y que, realmente desarrolle negociaciones serias y al nivel que corresponde con el Frente POLISARIO, con el fin de crear las mejores condiciones para que pueda llevarse a cabo el Referendum de autodeterminación auspiciado por las Naciones Unidas.

2. Exigir al reino de Marruecos que libere a los patriotas saharauis encarcelados por el mero hecho de ser patriotas, y que informe sobre la suerte que ha corrido cada uno de los más de ochocientos saharauis desaparecidos.

ORGANO PROVISIONAL DE CONDUCCION POLITICA
Montevideo, 15 de diciembre de 1993

PARTES ILEGIBLES

ENTRADO
CRUZ

01-01 9400549

SUDAFRICA

clarín 10/12/93

La ONU levantó a Pretoria el embargo petrolero

NACIONES UNIDAS y JOHANNESBURGO, 9 (EFE y AFP). — La Organización de las Naciones Unidas (ONU) levantó hoy el embargo de petróleo y productos derivados a Sudáfrica, en vigor desde 1974, en un reconocimiento de los avances en el proceso de **democratización y eliminación del apartheid** puesto en marcha por el gobierno de Pretoria.

El levantamiento de la prohibición de vender petróleo a Sudáfrica se produjo como respuesta del organismo internacional a la entrada en funcionamiento del **Consejo Ejecutivo de Transición (CET)**, una suerte de "gobierno paralelo" integrado por blancos y negros con poder de decisión y veto sobre cuestiones estratégicas como defensa, seguridad interior y asuntos externos.

La constitución del CET, cuya principal tarea será supervisar los preparativos de los primeros comicios libres y universales en la historia del país —previstos para el 27 de abril de 1994—, significó el primer paso para poner fin a 340 años de [illegible] blanco.

El 8 de octubre pasado la Asamblea General de la ONU ya había levantado varias sanciones económicas contra Sudáfrica, pero mantuvo el embargo de petróleo hasta tanto asumiera sus funciones el CET.

Continúa aún vigente el **embargo de armas a Sudáfrica, impuesto por el Consejo de Seguridad en 1977.**

El fin del embargo petrolero se produce en la víspera de la entrega del **Premio Nobel de la Paz**, en forma conjunta, al **presidente Frederick de Klerk** y al líder del opositor **Congreso Nacional Africano (CNA), Nelson Mandela.**

A pesar de los avances en el proceso político, el país sigue sumido en una vorágine de violencia: **más de veinte personas fueron asesinadas en las últimas 24 horas** en la provincia de Natal (habitada mayoritariamente por la etnia zulú) y en las afueras de Johannesburgo.

Los cadáveres de ocho negros fueron encontrados en **Katlehong**, una de las barriadas negras más violentas de Johannesburgo. La Policía afirmó que sin duda habían sido "ejecutados" la víspera por un "tribunal popular", una práctica usual en la década de los ochenta que parece haberse reactivado en los últimos meses.

DOCUMENTO 9400551
TITULO 150014
PROCEDENCIA L.J. EL CONSEJO DE SEGURIDAD DE LA ONU PRORROGÓ SANCIONES A LIBIA.
FECHA 12/12/93
VINCULOS 501889
66333

Libia

CONSEJO SEGURIDAD PRORROGA SANCIONES

El Consejo de Seguridad de la ONU prorrogó ayer las sanciones a Libia porque "no hay acuerdo de que existan las condiciones necesarias para modificar" el régimen de sanciones establecido por la resolución 748.

La declaración del presidente del Consejo, el embajador chino ante la ONU, Li Zhaoxing, se produjo tras consultas en las que afirma haber escuchado todas las opiniones de los miembros.

Hace diez días el Consejo reforzó las sanciones, ante la negativa de Trípoli a entregar a los acusados de terrorismo aéreo con una congelación de los fondos libios en el extranjero y la prohibición de suministrar maquinaria para la industria petrolera, además de reforzar el embargo aéreo y diplomático.

ENTRADO
CRUZADO

9400551

01-01

45 MILLONES DE NIÑOS VIVEN EN LAS CALLES

El educador boliviano Eusebio Coca, que se crió vagabundeando por La Paz y hoy dirige una colonia para «niños de la calle», alertó sobre el constante incremento de este problema en América Latina, donde, según datos de UNICEF, hay 45 millones de niños que lo sufren.

Coca, de 34 años, ha iniciado en la ciudad de Barcelona (nordeste del país) una gira por España para explicar su labor como director de la Colonia Pirai en Santa Cruz, en plena Amazonia de Bolivia, en la que residen 300 niños recogidos de la calle.

El profesor boliviano, que finalizará su gira española el próximo día 3 de diciembre en Madrid, expondrá a educadores de la Organización No Gubernamental española Intermon, y a maestros y representantes de movimientos vecinales el problema de los «niños de la calle» en Latinoamérica.

En declaraciones a EFE, Eusebio Coca dijo que sólo en Bolivia hay 165.000 menores de entre siete y catorce años que realizan trabajos poco remunerados en la calle, en la inmensa mayoría de los casos en régimen de clara explotación.

El «fenómeno de los niños de la calle», según datos de UNICEF, ha experimentado una progresión geométrica en las grandes ciudades del Tercer Mundo, y, en especial, en las de América Latina, en donde se estima en 45 millones la cifra de menores en esa situación.

De este número de niños que se calcula que viven en la calle en todo el subcontinente, más de veinte millones se encuentran en Brasil y de ellos cerca de ocho millones, un cinco por ciento de la población total brasileña, son simplemente niños abandonados o sin vínculos familiares.

Coca señaló que, por propia experiencia, sabe que «la violencia es un concepto íntimamente ligado a los 'niños de la calle' y en los últimos cuatro años, aproximadamente 7.000 menores que se podrían encuadrar en este colectivo han sido asesinados por 'escuadrones de la muerte'» formados por policías y militares que gozan de una impunidad casi absoluta en Brasil».



Coca vivió la ruptura de su familia cuando apenas tenía siete años e ingresó, al igual que sus hermanos, en diferentes instituciones gubernamentales, de las que se escapó y estuvo dos años viviendo en la calle. «El problema del menor sujeto a estas condiciones, además de la delincuencia y extorsión a la que está sujeto por parte de las mafias que le utilizan, es de marginación, pérdida de autoestima y aumento de agresividad», agregó.

El objetivo básico de la colonia que dirige Coca y de sus programas de extensión «Sapucai» («grito» en idioma guaraní) es procurar medios de subsistencia a sus integrantes.

UNICEF-ANEP entregan material didáctico

La Mañana 8/12/93

En el marco del proyecto ANEP-UNICEF para la "Extensión de la Educación Inicial en Zonas Desfavo-recidas con Modalidades No Convencionales", se proce-derá -entre mañana y jueves 9 y el viernes 10- a la entrega de valioso material didáctico y diverso equipamiento, a cuatro centros en los que actualmente se desarrolla esta rica experiencia.

La aplicación del programa, al cabo del quinquenio, supondrá una inversión de cuatrocientos cincuenta mil dólares, aportados por el organismo internacional, sin contrapartida local, excepto la provisión de los recursos humanos, a cargo de la Administración Nacional de Educación Pública.

El material que será distribuido en esta primera etapa, comprende libros infantiles, textos de apoyo, juegos didácticos, equipos audiovisuales y mobiliario convencional.

Las entregas se concretarán -por parte del Director nacional de Educación Pública, Dr. Juan A. Gabito Zóboli, represen-tantes de la UNICEF y los responsables del Proyecto- mañana jueves 9 en los centros de Montevideo y Canelones, mientras que el viernes 10, se hará lo propio en la ciudad de Minas.

Descentralización de la Asistencia

Dos de los cuatro centros favorecidos pertenecen a Montevideo: Centro Preescolar "Las Acacias", que atiende a 47 niños de entre 1 y 5 años y el Centro Educativo "Federico Ozanam" (barrio Porvenir), con 300 alumnos de 3 a 5 años. El tercero es el Centro "La Casita", del barrio Bella Vista de Carrasco, en el departamento de Canelones, que presta asistencia a 40 niños de entre 3 y 5 años de edad.

El cuarto centro está situado en el barrio "La Filarmónica" de la ciudad de Minas.

En esta primera etapa de la novedosa experiencia para la educación preescolar impulsada por la ANEP, se ha logrado la efectiva integración de la comunidad, a través de la entusiasta participación de instituciones sociales privadas y religiosas.

El Centro Preescolar "Las Acacias" es financiado por una asociación civil sin fines de lucro, que recibe apoyo financiero de la Universidad de Gottemburgo (Suecia).

Por su parte, el Centro Educativo "Federico Ozanam" es un colegio que cuenta con asistencia financiera de una asociación de carácter religioso, mientras que el Centro "La Casita" está apoyado por la Asociación Cristiana de Jóvenes de Montevideo.

JAPON PIDE A MENEM EL VOTO ARGENTINO

PRIMERA PRUEBA

El presidente Carlos Menem llegó ayer a Japón y se encontró con el primer "pedido político" del gobierno de ese país: el apoyo argentino para ampliar el Consejo de Seguridad de la ONU, medida que cuenta con la rotunda negativa de Estados Unidos. El jefe de Estado argentino y su ministro de Economía, Domingo Cavallo, comenzarán con una apretada agenda para convencer a los japoneses sobre las bondades de la nueva realidad de este país.

Página/12 EN JAPON

(Por Ernesto Tenembaum, desde Tokio) **Una alta fuente de la delegación que acompaña al presidente Carlos Menem en esta ciudad informó ayer que el gobierno argentino recibirá una fuerte presión política del Japón. Probablemente en la reunión que comparta mañana con el primer ministro, Morihiro Hosokawa, Carlos Menem se enterará de la pretensión japonesa de contar con el apoyo argentino para ampliar el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, órgano al que Japón nunca entró por su enfrentamiento con los aliados en la Segunda Guerra Mundial. El tema es problemático para los argentinos porque Estados Unidos se opone a tal modificación, que relativizaría su poder de influencia en la ONU. La Argentina además, según la misma fuente, ya ha dado alguna garantía a los norteamericanos sobre el tema.**

Carlos Menem llegó ayer al prestigioso hotel que ocupa en la ciudad de Tokio en una limousine que encabezaba la larga veintena de coches negros último modelo en que se desplazan los argentinos. En el lobby se encontró con el ministro de Economía, Domingo Cavallo, quien acababa de llegar de Taiwán. Guillermo Alchou-

EN EL CONSEJO DE SEGURIDAD

DE AMOR

ron se cruzó entre los dos. Cavallo lo saludó y el Presidente bromeó: "Acá está Okita Juniors (en referencia a los vínculos que logró armar Alchouron en Japón desde su fundación Okita y a los negocios que ello puede reportarle)". Cavallo estaba notablemente distendido. Saludó cálidamente a Armando Gostanián –quien perdió dos de su media docena de valijas en la travesía– y elogió a Felipe Sapag: "Vos sos un senador de los buenos".

El orden de jerarquías en el grupo se percibe hasta cuando se sientan a tomar un café. En el medio de todo, naturalmente Carlos Menem. A su derecha Domingo Cavallo, a su izquierda Armando Gostanián, hasta el momento en que llega Zulemita y separa una silla al jefe de la Casa de Moneda. Eduardo Duhalde, habitualmente, prefiere no disfrutar de los ágapes y en un sector más alejado se ubican los senadores invitados, Alchouron y María Eva Gatica, la asesora presidencial, hija del famoso boxeador. Aldo Roggio, Sergio Einaudi y Sebastián Bagó –los más poderosos del grupo de empresarios argentinos que ha llegado a Tokio– aún no se dejan ver.

La presión japonesa respecto de la ampliación del Consejo de Seguridad, cuya primera señal ya recibió el embajador Sanchiz Muñoz, refleja los cambios que atraviesa la isla del milagro. El Consejo de Seguridad –cuyos miembros tienen poder de veto sobre cualquier resolución de la ONU– está integrado por los vencedores de la Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, Francia, Inglaterra y Rusia) más China. Desde 1945 el Japón fue el aliado estratégico de Estados Unidos en el Asia y, bajo ese paraguas, produjo su increíble desarrollo industrial. La caída de los países comunistas reduce para los norteamericanos el valor de esa alianza estratégica y ubica en el primer plano la guerra comercial.

El Japón ve la necesidad de integrarse política y no sólo comercialmente al mundo y comienza a buscar un lugar preponderante en la comunidad internacional. Parte de esa reubicación incluye la concesión de préstamos a distintos países, como los dos que recibirá la Argentina en estos días, por 400 millones de dólares. Los norteamericanos intentan frenar ese desplazamiento japonés hacia la política internacional. La presión que recibirá en este sentido la Argentina será mucho más suave que la exigencia que hizo Bill Clinton a Menem en junio, para que American Airlines tuviera más frecuencias de vuelo: la Argentina no está en la esfera de influencia japonesa y las relaciones económicas bilaterales (ver aparte) no ubican aún a Japón en una posición de fuerza.

Los cascos azules tendrán una base en Campo de Mayo

La Nación 8/12/93

Camilión: el ministro anticipó que el Gobierno lo aprueba antes de fin de año. Del viaje a Chipre, destacó la popularidad de Menem

La escuela de Comunicaciones, en Campo de Mayo, será la sede del centro regional de entrenamiento de cascos azules de las Naciones Unidas, según lo anticipó a LA NACION el ministro de Defensa, Oscar Camilión.

El proyecto está muy avanzado, tanto que se espera que antes de que finalice el año el presidente Carlos Menem firme el decreto de creación del centro, al que se invitará para que entrenen los militares uruguayos y chilenos. Y en un futuro mediato, los brasileños.

"Este centro cuenta con el apoyo del secretario general de la UN, Boutros Ghali, quien me lo manifestó durante la larga chala que mantuvimos a principios de noviembre en Nueva York", precisó el titular de la cartera.

La puesta en marcha de esta escuela de cascos azules es una idea que la Argentina viene acariciando desde que comenzó a profundizar el año último la política de participación en las misiones de paz.

Camilión añadió que el cuerpo de profesores podría estar integrado por canadienses, australianos y suecos, tres países que tienen larga experiencia en las misiones de paz.

"¿Qué es lo que se les podría enseñar allí? Bueno, en primer lugar la filosofía de la nueva situación internacional y después todo lo militar referido a este tipo de misiones, incluido el entrenamiento avanzado del idioma inglés", dijo Camilión.

La popularidad de Menem

El ministro acaba de regresar de Chipre, adonde acompañó al presidente Menem, paso intermedio de su visita por Holanda y Japón. De esos días en la isla mediterránea Camilión volvió sorprendido por la popularidad del Presidente entre los turistas alemanes, griegos y hasta ingleses. "Menem caminaba por las calles y la gente lo paraba para saludarlo. El ex presidente Arturo Frondizi fue un hombre que se codeó con todos los grandes de la década del sesenta, pero salía a la calle y la gente no lo conocía", comparó el ministro, quien fue integrante del gobierno desarrollista.

"Pero Menem es un nombre para titulares de diario", ponderó asombrado el funcionario, que vivió casi cinco años en Chipre como comisionado de la UN. El Presidente viajó a la isla para visitar a las tropas argentinas estacionadas junto a las británicas y a las austríacas.

De acuerdo con el titular de Defensa, la llegada de los argentinos a Chipre detuvo la prevención de los grecochipriotas, que temen que ante la ausencia de una fuerza internacional pueda recrudecer el conflicto con los turcos.

El presidente Menem llegó a Chipre poco después de que las tropas argentinas contuvieron una manifestación de 3000 grecochipriotas que quería penetrar hacia la zona turcochipriota. Son personas que desean volver a sus antiguas viviendas, que quedaron del otro lado.

Camilión relató a este diario que la actuación de los soldados argentinos fue muy profesional, porque sin apelar a la violencia impidieron que el hecho se transformara en un incidente internacional. Cuando bajó Menem, lo primero que recibió fue la felicitación de todas las autoridades de la UN en la isla por la actuación de las tropas y, de parte de los lugareños, el agradecimiento por el envío de los efectivos.


Camilión (Foto de Lucio Solari)

El hecho dio lugar a que el intendente de la ciudad de Astromeritis felicitara a Menem, y Camilión calificó la actuación como "un buen debut profesional".

"Call me, Jimmy"

Al arribar los militares argentinos, en Chipre se temió por lo que podría ocurrir con los ingleses. Algunos especulaban con que podría crearse una zona de amortiguación entre ambas fuerzas. Pero esto no fue necesario porque de entrada la relación fue armónica.

"Además, el jefe del batallón argentino es muy simpático y aprovecha su apellido para entrar mejor. Call me Jimmy", recuerda Camilión que le dijo el teniente coronel Juan Manuel Durante a su colega británico, apelando a la buena memoria del inglés, que lo asoció con el cómico norteamericano.

Eduardo Barcelona

Unesco creó la filial uruguaya del Consejo Internacional de la Música

La presidenta de Juventudes Musicales del Uruguay, María Tania Siver, quien es al mismo tiempo miembro del Buró de la Federación Internacional de Juventudes Musicales con sede en Bélgica, fue nombrada para organizar la filial uruguaya del Consejo Internacional de la Música de la Unesco (CIM-Unesco).

La CIM-Unesco es el máximo organismo internacional en el campo de la música, fundado en 1949 en París, y que actualmente reúne a más de 60 países miembros agrupando, al mismo tiempo, más de 30 instituciones musicales internacionales. El Consejo uruguayo ha sido integrado con delegados de la Asociación de Educadores Musicales del Uruguay, la Sociedad Uruguaya de Música Contemporánea y Juventudes Musicales del Uruguay.

Junto a Siver trabajarán en la organización de la nueva institución musical Eduardo Fernández, en representación de la Sociedad Uruguaya de Música Contemporánea, y Coriun Aharonian, quien representa a la Asociación de Educadores Musicales. ■

Cayó por primera vez el número total de analfabetos, según datos de la Unesco

Preocupación: el organismo advirtió, sin embargo, que existen 130 millones de niños que nunca concurrieron a la escuela.

El número de analfabetos en el mundo disminuyó en los últimos diez años a 905 millones de personas, aunque todavía subsisten unos 130 millones de chicos, de 6 a 11 años, que nunca pisaron la escuela, según el último informe mundial de la Unesco sobre educación.

El documento, de 172 páginas, contiene análisis, estadísticas y gráficos basados en cifras oficiales difundidas por los gobiernos y prevé para el 2000 una progresiva disminución del número de analfabetos adultos, considerados a partir de los 15 años de edad.

De acuerdo con las previsiones estimadas en el informe, la cantidad de analfabetos pasará de 946 millones registrados en 1980 a 869 millones dentro de siete años.

Datos alentadores

Las cifras fueron consideradas alentadoras por el director general de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza, al advertir que el índice de analfabetos adultos disminuyó del 32,8 % al 25,3 % en el decenio 1980/90.

"Pese al crecimiento de la población mundial, que agrega alrededor de un millón de personas cada cuatro días, con cada puesta de sol hay menos analfabetos en la Tierra", precisó Mayor Zaragoza.

El documento revela, además, que el 65 % de la población adulta analfabeta es femenina y señala que el fracaso de los gobiernos en extender lo más posible la educación entre las mujeres actúa como barrera para el desarrollo y produce resultados negativos en el control del crecimiento demográfico, además de influir en el aumento del índice de pobreza.

Al comentar los datos, Mayor Zaragoza exhortó a incentivar la educación en las mujeres y afirmó que "los países que más progresos han logrado en la lucha contra el analfabetismo, entre ellos México, lo hicieron gracias a la escolarización de las niñas".

Brecha del conocimiento

El informe que acompaña los datos estadísticos recogidos por la Unesco, que se actualizan cada dos años, revela que la brecha del conocimiento entre países desarrollados y en vías de desarrollo también va en franca disminución.

No obstante, existen zonas donde el analfabetismo no pudo ser revertido, especialmente en la región subsahariana del Africa, donde la educación empeora.

Al profundizar los resultados de esa región africana, el informe sostiene que sólo descendió el índice de analfabetismo en 9 de los 39 países de los que se disponen de cifras.

"El porcentaje de analfabetos en dichas regiones bajó del 67,5 % en 1980 al 52,7 % en 1990, pero en términos absolutos se pasó de 132 millones de personas a 139 millones en el mismo período", expresa la Unesco.

El documento añade el caso de Níger, donde la escolaridad de un niño que concurre a la escuela primaria no supera los dos años. Al respecto, la Unesco estima necesario un mínimo de cuatro años para aprender a leer, escribir y calcular.

La situación es preocupante, también, en el sur de Asia y en algunos Estados árabes, donde el número absoluto crece debido al crecimiento demográfico y a la disminución de las rentas familiares. En cambio, la evolución es favorable en América latina y el Caribe.

La educación superior

La Unesco considera fructíferos los esfuerzos por luchar en favor de la educación.

Según el informe, mientras que la mayor parte de los adultos ilustrados vive en el hemisferio sur, cerca de la mitad de los estudiantes que reciben educación superior se encuentran en países en desarrollo, índice que años atrás no superaba el 25 por ciento.

El informe señala que la brecha entre el Norte y el Sur en relación con la educación superior es ínfima.

Indica, también, que la diferencia prácticamente no existe en la Argentina, en Perú y en Venezuela, y explica, por ejemplo, que Panamá y Jordania tienen un número de estudiantes similar al de Suiza y el Reino Unido.

FAO y OPP firmaron convenio de cooperación en varias áreas

La Oficina de Planeamiento y Presupuesto (OPP) y la FAO suscribieron ayer un acuerdo que cubre amplias áreas y fue catalogado de sumo interés para el sector agropecuario. En virtud de este acuerdo se podrán atacar problemas como las enfermedades gastrointestinales que producen pérdidas importantes para el sector, así como apoyo en tecnología.

En el próximo año la FAO, a través de este convenio, aportará fondos para la creación de laboratorios y poner en marcha refuerzos institucionales.

El acuerdo, sin precedentes, tendrá una importante repercusión dado que permitirá poner en marcha ciertos proyectos postergados, por falta de fondos, para la actividad agropecuaria.

9400559
FAO elabora 1er inventario mundial sobre diversidad animal.
E. OBS. 150483
14/12/93
12601

De acuerdo al inventario sobre diversidad realizado por la FAO

Al menos una especie doméstica se extingue en el mundo por mes

La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO) reveló que las especies domesticadas están desapareciendo del planeta a un ritmo de al menos una por semana.

El primer inventario mundial sobre diversidad animal, realizado por la organización internacional (dado a conocer el mes pasado), enumera 1.433 de las cerca de 4.000 especies que se calcula son utilizadas para la alimentación y la agricultura e identifica a 390 como especies en peligro o en declive.

En base a estos resultados, la FAO estima que más de un millar del total de especies animales domesticadas se hallan actualmente amenazadas de desaparecer. "Si se calcula que un 5 por ciento de ellas se extingue cada año, se puede presumir que al menos una desaparece por semana", señala el informe.

"Con el fin de lograr mejores rendimientos se ha desarrollado una intensa cría industrial de ganado centrada sólo en razas altamente productivas. Es necesario duplicar la producción agrícola antes del 2.025, y para ello hay que proteger, conservar y utilizar el vasto reservorio de diversidad ofrecido por la Naturaleza y las formas tradicionales de agricultura", declaró el director general de la FAO, Edoaurd Saouma.

El primer inventario mundial sobre diversidad animal de la FAO se está elaborando como si fuera un sistema de alerta mundial temprana, para prevenir la erosión de la diversidad genética en especies utilizadas para la alimentación y la agricultura. Está previsto que el estudio incluya todas las 30 o 40 especies animales que se utilizan y que abarcan a unas 4.000 razas.

Primeras conclusiones

Según el estudio, las razas que más peligran (274) se hallan en Europa, donde se calcula que el 26 % están amenazadas, y los datos muestran que la mayor pérdida se registra en la antigua Unión Soviética. Más de una cuarta parte del ganado bovino, ovino, porcino y caballar se encuentra en el Viejo Continente. Un gran número de las razas europeas se halla ahora en peligro de extinción debido a que se percibe una falta de competitividad económica. Las razas antiguas han podido sobrevivir sólo en zonas marginales.

En Asia y el Pacífico, la FAO identificó 51 razas en peligro; en América del Norte, peligran 30 razas. La continua tendencia hacia la intensificación y la especialización —afirma el informe— se ha traducido en una mayor dependencia en un menor número de razas para satisfacer las exigencias alimentarias de la zona.

En América Latina y el Caribe, el informe enumera 21 razas en peligro, mientras que en el Cercano Oriente se identificaron tres razas amenazadas, fundamentalmente por la malnutrición y el hambre. La sequía, por ejemplo, podría reducir la población rumiante en un 50 por ciento.

Una especie animal es definida como en peligro si existen mil o menos hembras (o menos de 20 machos). Si hay un centenar o menos de hembras (o menos de 5 machos), se considera que la raza se halla en una situación crítica. Las guerras y otros conflictos civiles, así como las catástrofes naturales son señalados como causas importantes de la extinción de especies. Muchas razas originales pueden también desaparecer rápidamente por cruzamientos indiscriminados y la falta de incentivos de mercado para utilizar viejas razas, o por manejos biotecnológicos como la inseminación artificial y la transferencia de embriones.

Controlar las pérdidas

El estudio recomienda vigilar regularmente la evolución de todas las razas de animales domesticados. La FAO cree conveniente también la elaboración de inventarios relativos a especies de animales de granja y animales silvestres y sugiere, además, la introducción de incentivos para estimular el uso y el mantenimiento de razas amenazadas y el desarrollo de bancos de genes.

"El mundo debe poner de relieve la importancia de la diversidad de los animales domesticados, que no puede ser reemplazada por nada una vez que se pierde. El costo de mantener el actual acervo de diversidad es despreciable comparado con la pesada factura de habituarse a la creación de razas artificiales", observó Saouma. Algunos países miembros de la FAO han empezado a trabajar para controlar la pérdida de biodiversidad, como la India, Japón, Brasil, Estados Unidos, la Comunidad Económica y Africa, donde el Centro Ganadero Internacional para Africa coordina un programa panafricano sobre recursos zoogenéticos.■

FUERZA AEREA
COMANDO GENERAL
SERVICIO DE INFORMACION

Sección: S.I.F.A.
Hoja: 1 / 1
Evaluación: --------------
Fecha: 13/01/ 94

DOCUMENTO: INFORME Nº 001/94

ASUNTO: Contesta Pedido de Información Nº 001/94

De: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.-

Para: DIRECCION GENERAL DE INFORMACION Y DEFENSA.-

TEXTO: REFERENTE A LAS PERSONAS SOLICITADAS NO SE REGISTRAN ANOTACIONES EN ESTA AGENCIA EXCEPTO:

REFERENTE A: GARGIULO FACHAN, PABLO
REGISTRAMOS: GARGIULO FACHAN, JUAN
AFILIADO AL P.C.U. CON EL Nº 31362 DESDE EL 23-05-62.
C.C. B.N.B. Nº 24725
LUGAR DE TRABAJO: CHASEIMA (1962)
DOMICILIO: TORRICELLI Nº 4955 Y CHAPICUY (1962)
FUENTE: MICROFILM INCAUTADO A R. ARISMENDI.

REFERENTE A: MARTINEZ ACOSTA, ALFREDO
REGISTRAMOS: MARTINEZ, ALFREDO
C.C. SERIE B.Z.B. Nº 30049
CONVOCADO POR LA CORTE ELECTORAL A RATIFICAR O RECTIFICAR SU ADHESION AL REFERENDUM POR LA LEY Nº 15848.-

EL DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.
CORONEL (AV)
RODOLFO LAGUISAMO.-

FUERZA AEREA DIRECTOR SERVICIO DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Procesado 4/4 Sdo.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada ....
Nº ....

001/001

Imp. S. A. C. G. IV/92 (500)

19 ENE. 1994
Antecedentes.
Nº 9400560

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 19.I.94.
Pasa a DI
Nº de Identificación 9400560

Copia Nº 1 1/21

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: S.I.F.A. Evaluacion: --------------	Hoja: 1 de/21 Fecha: 18/01/93

DOCUMENTO: SOLICITUD DE ANTECEDENTES NRO. 001/94

ASUNTO: Se solicitan anotaciones de los mencionados ciudadanos:

DE: DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.	PARA: DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

TEXTO:

1)- BENTANCOUR BARRIOS NESTOR ANTONIO

F.N. 17-03-74 LUGAR: TRINIDAD

C.C.:P.B.A. 21818 C.I.: 3.644.271-3

DOMICILIO: MANUEL IRAZABAL 545 (TRINIDAD)

....

PADRE: BENTANCOUR DOMINGUEZ JUAN NESTOR

F.N.:22-08-45 LUGAR: SAN JOSE

C.C.:P.AAA. 10160 C.I.: 2.768.407-7

DOMICILIO: PANCHO LOPEZ 541 (TRINIDAD)

....

MADRE: BARRIOS PEREIRA NAIR

F.N. 10-01-54 LUGAR: TRINIDAD

C.C.:P.A.A. 12439 C.I.: 3.955.866-8

DOMICILIO: MANUEL IRAZABAL 545 (TRINIDAD)

....

HERMANOS: BENTANCOUR BARRIOS VALERIA NOEMI

F.N.:10-05-77 LUGAR: TRINIDAD

C.C.: NO C.I.: 4.104.776-2

DOMICILIO: IDEM. AL. POSTULANTE

2)- BORBA PINCZAK IMMER IAN

F.N.: 20-10-75 LUGAR:Mdeo.

C.C.: D.A.A.51005 C.I. 1.884.846-0

DOMICILIO: AV.DEL CABILDO CH FLOR DEL SOL (MALDONADO)

....

001/021

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 2 de/21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

PADRE:BORBA SANCHEZ IMMER ARIEL Ø
F.N.05-09-45 LUGAR: Mdeo.
C.C.:A.C.A 4354 C.I.:1.042.542-2
DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE.

....

MADRE: PINCZAK BOIWKA ELSA RENEE Ø
F.N.08-07-49 LUGAR: ARTIGAS
C.C.:D.A.B. 5668 C.I.:1.907.908-2
DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERMANOS:BORBA PINCZAK ELSA SOFIA Ø
F.N.17-07-73 LUGAR:Mdeo.
C.C.:D.A.A. 46818 C.I.: 1.764.054-8
DOMICILIO: AV.BARREIRO 3318 (MDEO.)

....

HERMANOS: BORBA PINCZAK ANA KRYSSYA Ø

F.N.24-07-79 LUGAR:Mdeo.
C.C.: NO C.I.:2.809.428-9
DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE

....

HERNANOS: BORBA PINCZAK MAIA NASTASSYA Ø

F.N.04-02-82 LUGAR:Mdeo.
C.C.:NO C.I.: 3.093.240-8

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 3 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO: 3)- FERNANDEZ BAEZ PABLO DANIEL

F.N.:30-05-75 LUGAR: MDEO.

C.C.:C.M.F. 6389 C.I.:1.816.367-7

DOMICILIO: BULLRCH Manz.70 Sol.1 y RIO EBRO(CANELONES)

....

PADRE:FERNANDEZ NUÑEZ DANIEL JESUS

F.N.:27-12-36 LUGAR: RIVERA

C.C.:B.L.B 22844 C.I.:1.963.351-1

DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE .

....

MADRE:BAEZ VELAZQUEZ NANCY RITA

F.N.:20-03-47 LUGAR: Mdeo.

C.C.:B.L.B. 22844 C.I.:1.267.527-9

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERNAMOS: FERNANDEZ BAEZ MARIA NOEL

F.N.:19-03-89 LUGAR:Mdeo.

C.C.:NO C.I.: 3.040.938-7

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE

....

HERMANOS: FERNANDEZ BAEZ MARIELA

F.N.:14-07-70 LUGAR: Mdeo.

C.C. :B.L.A 26271 C.I.:1.682.229-9

DOMICILIO:18 DE JULIO Y MINAS.

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 3 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO: 3)- FERNANDEZ BAEZ PABLO DANIEL
F.N.:30-05-75 LUGAR: MDEO.
C.C.:C.M.F. 6389 C.I.:1.816.367-7

DOMICILIO: BULLRCH Manz.70 Sol.1 y RIO EBRO(CANELONES)

....

PADRE:FERNANDEZ NUÑEZ DANIEL JESUS
F.N.:27-12-36 LUGAR: RIVERA
C.C.:B.L.B 22844 C.I.:1.963.351-1

DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE .

....

MADRE:BAEZ VELAZQUEZ NANCY RITA
F.N.:20-03-47 LUGAR: Mdeo.
C.C.:B.L.B. 22844 C.I.:1.257.527-9
DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERNAMOS: FERNANDEZ BAEZ MARIA NOEL
F.N.:19-03-89 LUGAR:Mdeo.
C.C.:NO C.I.: 3.040.938-7
DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE

....

HERMANOS: FERNANDEZ BAEZ MARIELA
F.N.:14-07-70 LUGAR: Mdeo.
C.C. :B.L.A 26271 C.I.:1.682.229-9
DOMICILIO:18 DE JULIO Y MINAS.

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 4 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: . PARA:

TEXTO:

4)-HENRY RAZQUIN GABRIEL Ø
F.N.:21-10-73 LUGAR: MINAS.
C.C.:S.B.A. 26211 C.I.:3.734.405-5
DOMICILIO: "33" 534 Bis.(MINAS)

....

PADRE: HENRY TECHERA SERGIO 778290 (Fich.)
F.N.: 16-04-41 LUGAR: MINAS F/R
C.C.: S.B.A. 13691 C.I.:2.591.513-7

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

MADRE: RAZQUIN GOMEZ BLANCA RITA 2242329.
F.N. 21-01-46 LUGAR: MINAS. F/R
C.C.:S.AAA.23.097 C.I.:2.799.844-2

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERMANOS: HENRY RAZQUIN ANALIA Ø
F.N.: 08-10-78 LUGAR: MINAS

C.C.: NO C.I.4.147.222-6

DOMICILIO: IDEM. AL POSTULANTE.

---

5)-DE LOS SANTOS MILAN MARIO RODOLFO Ø
F.N.:17-05-74 LUGAR: Mdeo.
C.C.:B.Z.B. 61.223 C.I.:2.015.004-7
DOMICILIO: ANTONIO DIAZ 4643(Mdeo.)

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 5 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

PADRE: DE LOS SANTOS BARRACO RODOLFO MARIO

F.N.01-11-51 LUGAR: DURAZNO

C.C.:B.Z.B 38480 C.I .:1.407.665-9

DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE.

....

MADRE: MILAN DE LOS SANTOS AAIDA MARIA

F.N.21-03-54 LUGAR: Mdeo.

C.C.:B.Z.B 53121 C.I.: 1.463.896-7

DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERMANOS: DE LOS SANTOS MILAN PATRICIA MARTHA

F.N.:09-09-80 LUGAR:Mdeo.

C.C.: NO C.I.2.853.415-6

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERMANOS: DE LOS SANTOS MILAN VIRGINI MARLY

F.N.:28-03-78 LUGAR:Mdeo.

C.C.:NO C.I.2.853.012-2

DOMICILIO:IDEM.AL POSTULANTE.

---

6)-ALVAREZ MARTINEZ PABLO

F.N.:14-02-74 LUGAR: Mdeo.

C.C.:B.O.B 35987 C.I.:1.901.077-1

DOMICILIO: PREVISION 4270 Mdeo.)

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 6 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: PARA:

TEXTO:

PADRE :ALVAREZ VICTOR JOSE
F.N.10-05-36 LUGAR: TREINTA Y TRES
C.C.:B.O.B 25.321 C.I.:1.260.809-8
DOMICILIO : IDEM.AL POSTULANTE.

....

MADRE:MARTINEZ MARIA ORFILIA
F.C.27-05-31 LUGAR:PAYSANDU
C.C.:A.S.B. 10.220 C.I.1.408.167-4
DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

....

HERMANOS :ALVAREZ MARTINEZ MARIA
F.N.:24-01-58 LUGAR:Mdeo.
C.C.:A.S.B.11.273 C.I.1.414.633-9
DOMICILIO: PREVISION 4270 Bis.

---

7)-GRAPPIOLO BENTANCOUR ALBERTO CARLOS
F.N.31-07-74 LUGAR: Mdeo.
C.C.:A.U.A 20.437 C.I. 2.940.261-9
DOMICILIO:CORNELIO CANTERA 2738

....

PADRE:GRAPPIOLO SUMYOG ALBERTO ENRIQUE
F.N.02-01-31 LUGAR: Mdeo.
C.C.A.Q.A 6373 C.I.; 584.919-0
DOMICILIO: IDEM. AL POSTULANTE

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 7 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

MADRE: BENTANCOUR RIPPOLL ELBA NELIDA

F.N.:26-04-35 LUGAR: TACUARENBO.

C.C. R.A.B. 9822 C.I. 1.274.881-0

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE

....

HERMANOS: GRAPPIOLO BENTANCOUR VIRGINIA ANDREA

F.N.:23-12-71 LUGAR: Mdeo.

C.C. A.U.A 20.201 C.I.2.940.533-2

DOMICILIO: IDEM.AL POSTULANTE.

---

8)-LANGONE CORRADO SEBASTIAN

F.N. 19-03-74 LUGAR: Mdeo.

C.C. B.C.C. 7037 C.I.: 3.349.447-9

DOMICILIO: RENE 1663 (Mdeo.)

....

PADRE: LANGONE ZUNINO ANTONIO

F.N.: 30-10-31 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.C.C. 1868 C.I.: 588.953-4

Domicilio: Idem. al postulante

....

MADRE: CORRADO DEFERRARI MARIA ISABEL

F.N.: 16-06-38 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.B.B. 17.693 C.I.: 783.683=0

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 8 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

Domicilio: Idem. al postulante

....

HERMANOS: LANGONE CORRADO MEIGA BETTY

F.N.: 04-02-62 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.C.A. 72.251 C.I.: 1.850.824-6

Domicilio: Dalmiro Costa 4526

....

HERMANOS: LANGONE CORRADO DIEGO

F.N.: 28-11-72 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.C.C. 7038 C.I.: 3.349.322-9

Domicilio: Idem. al postulante

....

HERMANOS: LANGONE CORRADO SILVANA

F.N.: 21-07-78 Lugar: Mdeo.

C.C.: No posee C.I.: 3.349.311-7

Domicilio: Idem. al postulante

---

9)- GONZALEZ SIRI SHANDELAIO ANDRES

F.N.: 27-09-74 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.A.B. 53.872 C.I.: 1.881.680-5

Domicilio: Av.Italia 2994 Apto. 303

....

PADRE: GONZALEZ CODINA SHANDELAIO EDUARDO

F.N.: 09-10-45 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.O.B. 11.027 C.I.: 1.032.962-0

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 9 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

Domicilio; Idem. al postulante

SIRI FARIAS GRACIELA ELCIRA Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 25-04-48 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.D.A. 39.416 C.I.: 1.102.451-2
Domicilio: Idem. al postulante

GONZALEZ SIRI MARIA LAURA Ø (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 02-01-83 Lugar: Mdeo.
Domicilio: Idem. al postulante

---

10)- OTTADO ARIAS DANIEL ORLANDO Ø(POSTULANTE)
F.Nac: 18-10-72 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.L.B. 38.508 C.I.: 3.106.963-9
Domicilio: Guadalupe 2244 Bis. A/Z

OTTADO CARDOZO ORLANDO Ø (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 10-12-48 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.N.A. 29.228 C.I.: 1.183.543-0
Domicilio: Idem. al postulante

ARIAS GUEZZY NORMA SIRLEY Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 03-01-45 Lugar: Canelones
C.C.: A.U.B. 6182 de otro C.I.: 1.065 643-5
Domicilio: Idem. al postulante

OTTADO ARIAS MARCELO ALEJANDRO Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 13-05-76 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 3.106.993-0

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 10 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

Domicilio: Idem. al postulante

---

11)- ORTIZ VIERA HERNAN ENRIQUE ∅ (POSTULANTE)
F.Nac.: 03-01-77 Lugar: Cardona
C.C.: No posee C.I.: 4.100.839-0
Domicilio: Bo.KC. 13 Vivienda N°2,Cardona

ORTIZ SANTOS ENRIQUE ISMAEL ∅ (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 28-02-54 Lugar: Mercedes
C.C.: M.F.A. 10.266 C.I.: 3.557.645-2
Domicilio: Idem. al postulante

VIERA CASTILLO MARIA ELENA ∅ (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 13-09-56 Lugar: J.E.Rodó
C.C.: M.F.A. 10.267 C.I.: 2.697.894-0
Domicilio: Idem. al postulante

ORTIZ VIERA MARIA SILVANA ∅ (HERMANA POSTULANTE
F.Nac.: 03-04-80 Lugar: Cardona
C.C.: No posee C.C.: 3.059.402-9
Domicilio: Idem. al postulante

---

12)- LARRIERA DIBARBOURE RODRIGO MARTIN ∅ (POSTULANTE)
F.Nac.: 19-07-75 Lugar: Florida
C.C.: No posee C.I.: 3.195.070-7
Domicilio: Guadalupe 2244 Bis. Apto.3

F/R LARRIERA AMARILLA DOMINGO JOSE (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 10-06-44 Lugar: Mdeo.

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 11 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

C.C.: Q.A.A. 23.644 C.I.: 1.295.640-5
Domicilio: Carlos Gardel N° 59 (Florida)

DIBARBOURE PUGLIESE BLANCA TERESA (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 28-02-50 Lugar: Florida
C.C.: B.L.B. 34.620 C.I.: 3.619.147-3
Domicilio: Guadalupe 2244 Bis. Apto. 3

LARRIERA DIBARBOURE JOSE MAURICIO (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 26-08-70 Lugar: Florida
C.C.: Q.A.A. 43.359 C.I.: 2.628.047-0
Domicilio: Idem. al anterior

LARRIERA DIBARBOURE CHANTAL (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 20-09-78 Lugar: Florida
C.C.: No posee C.I.: 3.619.143-9
Domicilio: Idem. al anterior

---

13)- TROMBOTTI RODRIGUEZ GERARDO DANIEL (POSTULANTE)
F.Nac.: 29-01-76 Lugar: Pando
C.C.: C.M.E. 7805 C.I.: 3.016.661-6
Domicilio: Ruta 8, Km.24.600, Pueblo "Cap.J.A.Artigas"

TROMBOTTI SOUTO LUIS ALBERTO (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 12-10-51 Lugar: Mdeo.
C.C.: C.M.A. 23.246 C.I.: 1.253.003-7
Domicilio: Idem. al postulante

RODRIGUEZ BARVISAN LUISA HAYDEE (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 15-02-56 Lugar: Pando

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 12 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

C.C.: C.M.A. 30.040 Ø C.I.: 1.956.191-8
Domicilio: Idem. al postulante

- -

TROMBOTTI RODRIGUEZ JOSE LUIS Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 30-10-74 Lugar: Pando
C.C.: C.M.E. 7793 C.I.: 3.016.661-6
Domicilio: Idem. al postulante

- -

TORMBOTTI RODRIGUEZ MARIA BETTINA Ø (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 25-01-79 Lugar: Pando
C.C.: No posee C.I.: 3.016.377-7
Domicilio: Idem. al postulante.

---

14)- PAZOS OTTON ALEJANDRO Ø (POSTULANTE)
F.Nac.: 17-04-74 Lugar: Mdeo.
C.C.: A.Z.A. 40.531 C.I.: 1.876.731-3
Domicilio: Alarcon 1364 Apto. 003

- -

21.41520 sist.
fecha 691020
Edad 24
(P)

PAZOS PEREZ ANDRES Ø (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 16-07-45 Lugar: España
C.C.: B.C.A. 95.282 C.I.: 1.084.614-1
Domicilio: Santiago de Chile N°16 1C, La Coruña(España)

- -

(sist)

OTTON ROSS MARIA MARTA P/R (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 08-12-43 Lugar: Mdeo.
C.C.: A.P.A. 7611 C.I.: 1.013.174-6
Domicilio: Idem. al padre

- -

PAZOS OTTON ADRIANA Ø (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 04-05-71 Lugar: Mdeo.

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 13 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: PARA:

TEXTO:

C.C.: B.C.A. 94.356 C.I.: 1.699.430-6
Domicilio: Santiago de Compostella, La Coruña (España)

15)- MATTIAUDA GRILLO MARCOS SEBASTIAN (POSTULANTE)
F.Nac.: 01-10-73 Lugar: Mdeo.
C.C.: K.C.B. 22.437 C.I.: 3.361.977-9
Domicilio: Sarandí 1801 B,(Paysandú)

Fich. 975953

MATTIAUDA SILVEIRA JOSE ZAPICAN F/R (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 05-07-44 Lugar: Paysandú
C.C.: K.C.B. 8777 C.I.: 1.487.438-4
Domicilio: Idem. al postulante

GRILLO BARRETO GRACIELA ANTONIA (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 04-05-45 Lugar: Durazno
C.C.: K.C.B. 18.603 C.I.: 1.487.335-2
Domicilio: Idem. al postulante.

MATTIAUDA GRILLO PABLO (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 28-01-86 Lugar: Paysandú
C.C.: No posee C.I: 3.718.051-8
Domicilio: Idem. al postulante

MATTIAUDA GRILLO ABAYUBA (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 09-03-79 Lugar: Paysandú
C.C.: No posee C.I.: 2.614.475-1
Domicilio: Idem. al postulante.

MATTIAUDA GRILLO PATRICIA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 04-12-76 Lugar: Paysandú

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 14 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: PARA:

TEXTO:

C.C.: No posee C.I.: 2.614.532-9
Domicilio: Idem. al postulante.

MATTIAUDA GRILLO YAMANDU (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 22-12-75 Lugar: Paysandú
C.C: No posee C.I.: 2.614.474-5
Domicilio: Idem. al postulante.

---

16)- GIACOIA TROMBOTTI MIGUEL ANGEL (POSTULANTE)
F.Nac.: 12-04-75 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.B.A. 41.297 C.I.: 3.752.049-9
Domicilio: Callao 3528

GIACOIA LABORDE MIGUEL ANGEL F 12 (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 11-08-43 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.P.B. 8971 C.I.: 1.226.185-2
Domicilio: Molinos de Raffo S/N

TROMBOTTI SOUTO ESTHER (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 21-04-54 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.B.A. 41.249 C.I.: 1.360.807-7
Domicilio: Callao 3528

GIACOIA TROMBOTTI ANDREA ESTHER (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 25-05-77 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 3.856.381-4
Domicilio: Callao 3528

GIACOIA TROMBOTTI ANA LAURA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 23-12-79 Lugar: Mdeo.

FUERZA AEREA

COMANDO GENERAL

SERVICIO DE INFORMACION

FORM. FA No 57

Seccion:	Hoja: 15 de 21
Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

C.C.: No posee C.I.: 4.358.757- 4

Domicilio: Callao 3528

GIACOIA TROMBOTTI MARIELA PAOLA Ø (HERMANA POSTULANTE)

F.Nac.: 19-02-81 Lugar: Mdeo.

C.C.: No posee C.I.: 4.358.782-5

17)- SUAREZ FUGAZOT SEBASTIAN IGNACIO (POSTULANTE)

F.Nac.: 31-12-76 Lugar: Mdeo.

C.C.: No posee C.I.; 2.025.530-6

Domicilio: Constitución 2311.

SUAREZ MARTINEZ JULIO CESAR (PADRE POSTULANTE)

(F A L L E C I D O)

FUGAZOT CAMAÑO ARACELI RUBI Ø (MADRE POSTULANTE)

F.Nac.: 06-10-50 Lugar: Mdeo.

C.C.: B.I.A. 19.065 C.I.: 1.202.217-3

Domicilio: Idem. al postulante.

18)- SASSON CAPUTI EDUARDO JOSE Ø (POSTULANTE)

F.Nac.: 15-01-77 Lugar: Mdeo.

C.C.: No posee C.I.: 2.001.029-7

Domicilio: Av.Italia 3499 Apto. 406

SASSON SASSON HORACIO Ø (PADRE POSTULANTE)

F.Nac.: 17-08-46 Lugar: Mdeo.

C.C.: A.X.A. 15.100 C.I.: 1.075.393-0

Domicilio: Idem. al postulante.

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 16 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

CAPUTI LARROSA ANA MYRIAM Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 08-11-48 Lugar: Mdeo.
C.C: A.S.A. 11.443 C.I.: 1.031.677-2
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

SASSON CAPUTI VERONICA SILVIA Ø (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 24-02-74 Lugar: Mdeo.
C.C.: 1.806.611-1
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

SASSON CAPUTI VIVIAN Ø (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 07-03-79 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 2.738.179-0

---

19)- ALTEZ ALZAGA EDUARDO NELSON Ø (POSTULANTE)
F.Nac:. 28-05-77 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 3.313.258-9
Domicilio: Yatay 1432

- -

ALTEZ ACOSTA ROOSEVELT JACKSON Ø (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 01-09-52 Lugar: Minas
C.C.: B.H.A. 5657 C.I.: 1.696.949-8
Domicilio: Cno.del Cuarteador S/N (La Paz)

- -

ALZAGA MIGLIORE MARIA DEL CARMEN Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 08-11-54 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.Q.A. 14.197 C.I.: 1.186.173-6
Domicilio: Yatay 1432

- -

ALTEZ ALZAGA ANDREA NATALIA Ø (HERMANA POSTULANTE)

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 17 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

F.Nac.: 08-06-79 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 3.313.259-5
Domicilio; Idem. anterior

ALTEZ ALZAGA MARIANA BEATRIZ (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 12-10-82 Lugar: Mdeo.
C.C: No posee C.I.: 3.313.260-8
Domicilio: Idem. anterior

ALTEZ ALZAGA CARMEN GABRIELA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 11-04-86 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 3.851.084-5
Domicilio: Idem. anterior

ALTEZ ALZAGA GONZALO ENRIQUE (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 01-11-88 Lugar: Mdeo.
C.C.: No posee C.I.: 4.302.679-8
Domicilio: Idem. anterior

---

20)- VILLALBA BOTTARO ADRIAN ADEMAR (POSTULANTE)
F.Nac.: 14-01-75 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.U.A. 19.880 C.I.: 3.182.566-5
Domicilio: Real 3983

VILLALBA PESSARO HUMBERTO SANTIAGO (PADRE POSTULANTE)
(F A L L E C I D O)

BOTTARO GONZALEZ TERESITA GLADYS (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 13-03-43 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.U.A. 4094 C.I.: 954.407-9

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 18 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: | PARA:

TEXTO:

Domicilio: Idem. al postulante.

VILLALBA LUIS Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 22-08-58 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.U.A. 29.097 C.I.: 1.364.716-0
Domicilio: Benito Blanes 661

VILLALBA DANIEL sd? (HERMANO POSTULANTE)
(F A L L E C I D O)

VILLALBA LILIAN (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 07-10-64 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.U.A. 17.869 C.I.: 1.364.713-3
Domicilio: Idem. al postulante.

---

21)- PEREYRA CORGO JUAN ANTONIO Ø (POSTULANTE).
F.Nac.:05-12-75 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.A.A. 36.491 C.I.: 3.071.533-0
Domicilio; 2 de Mayo 1495 (Mdeo.)

BXX

PEREYRA ROLDAN JOSE LUIS Ø (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 27-12-46 Lugar; Mdeo.
C.C.: B.A.A. 17.362 C.I.: 1.074.208-8
Domicilio: Idem. al postulante.

CORGO GARCIA ALICIA MIRTA Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 22-06-46 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.A.A. 17.365 C.I.: 1.084.140-8
Domicilio: Idem. al postulante.

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion: Evaluacion:	Hoja: 19 de 21 Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:

PARA:

TEXTO:

PEREYRA CORGO JOSE Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 05-12-67 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.A.A. 32.492 C.I.: 1.924.350-6
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

PEREYRA CORGO GONZALO Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 13-12-69 Lugar: Mdeo.
C.C.: B.A.A. 33.454 C.I.: 1.924.344-7
Domicilio: Idem. al postulante.

---

22).- VELAZQUEZ PAZ MARIO JAVIER Ø (POSTULANTE)
F.Nac.: 10-10-73 Lugar: Tacuarembó
C.C.: T.A.A. 54.455 C.I.: 3.518.178-6
Domicilio: C.Ortiz y Ayala Nº 293.

- -

VELAZQUEZ OMAR (PADRE POSTULANTE) Ø
(F A L L E C I D O)

- -

PAZ VIOLETA Ø (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 23-06-36 Lugar: Tacuarembó
C.C.: T.A.A. 20.695 C.I.: 3.099.712-6
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

VELAZQUEZ PAZ RUBEN Ø (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 28-10-62 Lugar: Tacuarembó
C.C.: T.A.A. 55.035 C.I.: 2.565.901-0
Domicilio: 18 de Julio 824(Tacuarembó)

- -

VELAZQUEZ PAZ DIANA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 04-04-65 Lugar: Tacuarembó

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 20 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE: PARA:

TEXTO:

C.C.: T.C.A. 3514 C.I.: 3.563.449-8
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

VELAZQUEZ PAZ AIDA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 04-04-65 Lugar: Tacuarembó
CC.: T.C.A. 3515 C.I.: 3.563.450-1
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

VELAZQUEZ PAZ ALBA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 12-04-75 Lugar: Tacuarembó
C.C.: T.A.A. 55.798 C.I.: 3.518.179-2
Domicilio: Idem. al postulante.

23)- MALDONADO MORALES JULIO CESAR (POSTULANTE)
F.Nac.: 14-03-76 Lugar: Buenos Aires
C.C.: No posee C.I.: 3.868.138-1
Domicilio: Wilson Ferreira Aldunate 1032 (Pando)

- -

MALDONADO BARON JULIO CESAR (PADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 18-05-34 Lugar: Mdeo.
C.C.: C.M.A. 12.546 C.I.: 715.715
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

MORALES CUNEO DORA NELY (MADRE POSTULANTE)
F.Nac.: 08-06-38 Lugar: Pando
C.C.: C.M.A. 24.236 C.I.: 1.074.629-6
Domicilio: Idem. al postulante.

- -

VILLALBA LEONARDO (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 03-07-62 Lugar: Mdeo.

RESERVADO

FUERZA AEREA COMANDO GENERAL SERVICIO DE INFORMACION	FORM. FA No 57	Seccion:	Hoja: 21 de 21
		Evaluacion:	Fecha: / /

DOCUMENTO:

ASUNTO:

DE:	PARA:

TEXTO:

C.C.: C.M.A. 31.032 C.I.: 1.742.718-2
Domicilio: Calle Nueva 1206(Pando)

VILLALBA ROBERTO P/R (HERMANO POSTULANTE)
F.Nac.: 12-11-63 Lugar: Mdeo.
C.C.: C.M.A. 31.460 C.I.: 1.742.770-6
Domicilio:

MALDONADO CECILIA (HERMANA POSTULANTE)
F.Nac.: 11-10-80 Lugar: Mdeo.
CC.: No posee C.I.: 3.868.089-8
Domicilio: Idem. al postulante.

FUERZA AEREA SERVICIO DE INFORMACION REPUBLICA O. DEL URUGUAY

EL DIRECTOR ACCIDENTAL DEL SERVICIO DE INFORMACION
DE LA FUERZA AEREA.-
MAYOR (ST) [signature]
JUAN BALSERINI.-

RESERVADO

8400561

8400561

1994-01-15 10:43 DNII Secretaria Privada. 598 2 910319 P.01 05

MINISTERIO DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE COMUNICACIONES

OFICINA DE SECRETARIA
RADIOGRAMA Nro. 20/94.-
PROCEDENCIA DIR.NAC. DE INF. E INTELIGENCIA
DESTINO SEÑOR DIRECTOR DE LA D.G.I.D.

PALABRAS	HORA DE ORIGEN	FECHA DE DEPOSITO	HORA DE DEPOSITO	CLASIFICACION	PRECEDENCIA	No. CORRELATIVO
		15 I 94				

VIA	EMISION	RECEPCION	FECHA	HORA	EMITIO	RECIBIO
F A X			15 I 94		2- B L E D A	

TEXTO: ADJUNTO AL PRESENTE DOCUMENTACION QUE EVENTUALMENTE PUEDE SER DE INTERES PARA ESA DIRECCION.A LA VEZ,SE SOLICITA TODO TIPO DE INFORMACION,QUE SOBRE EL PARTICULAR SE PUEDA APORTAR.-FIN.-

Saluda a usted atentamente

EL DIRECTOR DE LA D.N.I.I.
INSP.GRAL.
SAUL HUMBERTO CLAVERIA

001/5

525 P01 5982+819118 DGID SEC GRAL 01-15-94 10:45

fotocopia del original
Doc. poco leg.

Montevideo, 14 de Enero de 1994.

REF.:-APRECIACION DE SITUACION SOBRE EVENTUALES ESTALLIDOS SOCIALES EN BELLA UNION. INDICIOS Y ANTECEDENTES CONTINENTALES.-

I. SITUACION CONTINENTAL.

Durante el transcurso de los ultimos dos años se destacan a nivel Continental, una serie de estallidos sociales, los cuales han tenido un componente de violencia muy variado, tales como las situaciones que se han generado en BRASIL, ARGENTINA, PERU, y MEXICO.

A. El Foro de San Pablo y Lula.

Luego de la caida del "socialismo real" en Europa y a partir de 1989 el Foro de San Pablo se ha convertido en el centro de orientación de los movimientos marxistas-leninistas, proporcionando los lineamientos ideològicos generales que los nùclean y guian en su accionar hacia la toma del poder.

Reafirmando el concepto de la "Nueva Izquierda Latinoamericana" se debe resaltar la importancia electoral que tiene actualmente en Brasil el Presidente del P.T. Luis Ignacio DA SILVA (LULA), quièn recientemente - entre el 3 y 6 de noviembre pasado - visitara Uruguay, invitado por la Central Obrera (PIT-CNT), donde en distintas conferencias critico la extrema pobreza existente en el Continente y del riesgo que corren las democracias frente a la crisis econòmica y eventuales estallidos sociales.

B. Que ha desatado los Estallidos Sociales.

Las causas de los ùltimos estallidos sociales obedecen fundamentalmente a problemas de orden socio-econòmico, falta de fuentes de trabajo, y otras de caràcter politico, tales como los procesos de privatización que han reducido sensiblemente el tamaño de los Estados.

1. PERU. Sendero Luminoso.

En Perù grupos de alto nivel de organizaciòn politico y militar han ejercido el dominio sobre las masas campesinas, esto [illegible] al Gobierno del Dr.FUJIMORI a disolver las Càmaras para posteriormente establecer un orden interno minimo que le permitiera funcionar como Estado organizado.

2. ARGENTINA. Dos Estallidos Sociales.

Otros cuadros tipicos de violencia por causas de indole social, son los que se generaron en Argentina dos antecedentes: 1ro. durante el tramo final del Gobierno Radical del Dr. ALFONSIN, donde se generaròn asaltos y saqueos a supermercados en Capital Federal y Provincia de Buenos Aires, lo que determinò en cierta forma la entrega con 6 meses de anticipación del gobierno a los Justicialistas. El 2do. se generò en diciembre de [illegible] en las Provincias del Norte Argentino, donde se planteò una situación de crisis con componentes econòmicos y politicos, la que en principio no fue atendida y posteriormente finalizò en una reacciòn violenta espontànea; la que con el correr de las

horas y ante la ausencia de medidas del Gobierno Provincial, se fue organizando y derivò en ataques contra las Autoridades y las Instituciones màs representativas de la Provincia: Gobernación, Casa del Gobernador, domicilios de Diputados, etc.

Por ùltimo y en relaciòn a la situaciòn que se vive en 8 Provincias del Norte Argentino, el Presidente de ese paìs (según consta en el diario "El País" del 14/1/94), tomò ante indicios de brotes subversivos, las siguientes medidas: dar intervención a la Inteligencia Argentina (SIDE), y poner en funcionamiento planes de indole laboral y social.

3. MEXICO. El Movimiento Zapatista

En Mèxico, en cambio, el estallido de violencia fue en cierta forma "vanguardizado" por la organizaciòn MOVIMIENTO ZAPATISTA DE LIBERACION NACIONAL (MZLN), siendo los principales puntos a destacar, la utilizaciòn de la teoría del foco, es decir liberar una pequeña fracciòn de territorio, mantenerla bajo su dominio momentàneo, hacer conocer sus reivindicaciones, cobrar notoriedad a nivel nacional e internacional y en definitiva que el Gobierno adopte medidas (ademàs de las represivas) en el orden social.

4. BRASIL. Los Sin Tierra.

En Brasil el antecedente màs inmediato lo tenemos en las actividades llevadas adelante por el grupo de los "Sem Terra" los que por cuestiones econòmicas y sociales se organizaron en verdaderas marchas de violencia, ocupando en su momento la atenciòn de nuestras autoridades, por la proximidad de sus movimientos en la zona limitrofe.

II. SITUACION NACIONAL.

A. Antecedentes Inmediatos.

En el diario La Repùblica del sabado 8 pròximo pasado se recogen expresiones que el Diputado Aldorio SILVEIRA formulara a CX 30 Radio Nacional, alertando sobre la dificil situaciòn que se vive en el Litoral Norte del país. Al respecto manifestò que se instalò un Còmite de Crisis en Bella Uniòn en el que participan todos los Partidos Polìticos, todos los Gremios, y la Directiva de la Copperativa CALNU. Expresò "vamos a movilizarnos todos en ‹ o de que esto resucite y por lo menos no desaparezca del todo, porque sino esto no va a ser el Sur de Mèxico, sino el Norte de Uruguay"; luego la nota expresa: "pienso que el estallido social no va a ser solo en Bella Uniòn, va a ser en todo el Litoral Norte, en Paysandù, en Salto, y en esta zona oeste de Artigas. Los polìticos debemos sensibilizarnos con la situaciòn econòmica desastroza del Interior, sobre todo de aquella zona donde habìa màs desarrollo y màs fuentes de trabajo, donde todo marchaba mal o bien, pero marchaba y habìa gente trabajando y habìa gente que comia todos los dìas. Ahora estan comiendo salteado".

Sigue diciendo: "el peligro es sin ninguna duda una cosa cierta y evidente, nadie lo puede negar, porque si alguien sale a negar esta situaciòn es porque no la conoce, porque no recorre la zona y esto sin ninguna duda un grave peligro ...".

Agregò, que la situaciòn es similar en el Sur Brasileño "donde hay tambièn una decadencia econòmica reinante, consecuencia o no del Mercosur. No voy a diagnosticar o pronosticar un movimiento popular de envergadura pero sì le digo

que esto es una bomba de tiempo sino se toman medidas para salvar estas latitudes, sobre todo del Litoral Norte del paìs".

En este mismo artìculo, aparecen declaraciones del Edil de Artigas Luis DEL VALLE (F.A.), èl que hizo referencia al alto indice de desocupaciòn que obliga a los pobladores a trasladarse a otros Departamentos para conseguir su manutenciòn.

En sus declaraciones DEL VALLE expresò: "la situaciòn social es muy compleja, muy dificil" y no descartò que Bella Uniòn "pueda desaparecer como polo de desarrollo. La situaciòn es rejodida", agregò, quièn a su vez no visualizo las posibilidades de explosiones sociales en lo inmediato.

B. Situaciòn en Bella Uniòn.

Desde tiempo atràs, se viene generando en la zona litoral norte de nuestro paìs, concretamente en la ciudad de Bella Uniòn una cierta preocupaciòn e incertidumbre en el campo social que abarca al sector laboral, situaciòn planteada debido a que la mayorìa de las Cooperativas con asiento en las inmediaciones, han comenzado a despedir a los obreros con la intenciòn de reducir al mìnimo el personal, ya que no encuentran posibilidades de colocaciòn de mercaderìa en el exterior y la plaza nacional no puede absorver la producciòn.

Bella Uniòn y sus ejidos nuclea mas de 25.000 personas que viven en su mayorìa de estos trabajos (corte de caña de azùcar, plantaciones de vides -CALVINOR-, plantaciones agrìcolas, etc.) por lo que debido a todo lo narrado anteriormente y previendo males mayores a nivel social, se ha formado un COMITE DE CRISIS integrado por las fuerzas vivas de la zona, los que en un Memorandum expusieron toda la problemàtica entregàndoselo al Sr.Presidente de la Repùblica el 14 de Diciembre pasado en oportunidad que èste visitara esa ciudad.

En otro orden de cosas se puede afirmar que el problema realmente existe, ya que los Indicadores expresan claramente un importante descenso en la producciòn. A modo de ejemplo, el Ingenio Azucarero de CALNU en el año 1992 recibiò 9.600 hectàreas de caña de azùcar, en 1993 bajò a tan solo 4.000 hectàreas y en el año en curso aùn no se sabe a cuanto va a descender.

Como ya se informara, la situaciòn se agrava aùn màs, debido a que varias de estas Cooperativas estàn sumamente endeudadas ya sea con el Banco de la Repùblica o con el BID.

Tambièn es sabido que todo este tipo de situaciòn conflictiva es siempre aprovechada y muy bien explotada por los grupos que operan en nuestro paìs (MLN-T), previèndose que pronto tomen posiciones en la zona, erigièndose en abanderados de la defensa de los trabajadores.

En otras oportunidades, dirigentes del MLN de Montevideo se han trasladado a la zona para mantener conversaciones con los lugareños sobre la situaciòn laboral y social; llegando incluso al extremo de haberse realizado un acto en conjunto de dirigentes del F.A. de Uruguay, con sus similares del P.T. y Movimiento de los Sem Terra de Brasil.

****

que esto es una bomba de tiempo sino se toman medidas para salvar estas latitudes, sobre todo del Litoral Norte del país".

En este mismo artículo, aparecen declaraciones del Edil de Artigas Luis DEL VALLE (F.A.), el que hizo referencia al alto índice de desocupación que obliga a los pobladores a trasladarse a otros Departamentos para conseguir su manutención.

En sus declaraciones DEL VALLE expresó: "la situación social es muy compleja, muy difícil" y no descartó que Bella Unión "pueda desaparecer como polo de desarrollo. La situación es cejodida", agregó, quién a su vez no visualizó las posibilidades de explosiones sociales en lo inmediato.

B. Situación en Bella Unión.

Desde tiempo atrás, se viene generando en la zona litoral norte de nuestro país, concretamente en la ciudad de Bella Unión una cierta preocupación e incertidumbre en el campo social que abarca al sector laboral, situación planteada debido a que la mayoría de las Cooperativas con asiento en las i ediaciones, han comenzado a despedir a los obreros con la intención de reducir al mínimo el personal, ya que no encuentran posibilidades de colocación de mercadería en el exterior y la plaza nacional no puede absorver la producción.

Bella Unión y sus ejidos nuclea mas de 25.000 personas que viven en su mayoría de estos trabajos (corte de caña de azúcar, plantaciones de vides -CALVINOR-, plantaciones agrícolas, etc.) por lo que debido a todo lo narrado anteriormente y previendo males mayores a nivel social, se ha formado un COMITE DE CRISIS integrado por las fuerzas vivas de la zona, los que en un Memorandum expusieron toda la problemática entregándoselo al Sr.Presidente de la República el 14 de Diciembre pasado en oportunidad que éste visitara esa ciudad.

En otro orden de cosas se puede afirmar que el problema realmente existe, ya que los indicadores expresan claramente un importante descenso en la producción. A modo de ejemplo, el Ingenio Azucarero de CALNU en el año 1992 recibió 9.600 hectáreas de caña de azúcar, en 1993 bajó a tan solo 4.000 hectáreas y en el año en curso aún no se sabe a cuanto va a descender.

Como ya se informara, la situación se agrava aún más, debido a que varias de estas Cooperativas están sumamente endeudadas ya sea con el Banco de la República o con el BID.

También es sabido que todo este tipo de situación conflictiva es siempre aprovechada y muy bien explotada por los grupos que operan en nuestro país (MLN-T), previéndose que pronto tomen posiciones en la zona, erigiéndose en abanderados de la defensa de los trabajadores.

En otras oportunidades, dirigentes del MLN de Montevideo se han trasladado a la zona para mantener conversaciones con los lugareños sobre la situación laboral y social; llegando incluso al extremo de haberse realizado un acto en conjunto de dirigentes del F.A. de Uruguay, con sus similares del P.T. y Movimiento de los Sem Terra de Brasil.

****

004

9400562

Montevideo, 15 de enero de 1994.

REF: ACTIVIDAD DE LA CENTRAL OBRERA (PIT-CNT), EN TORNO A LA REUNION DE PRESIDENTES DEL MERCOSUR EN COLONIA.

En la página 3 de "El Observador Económico" del día jueves 13 de enero pasado, público un artículo titulado "LOS PRESIDENTES DEL MERCOSUR NO RECIBIRAN A LAS CENTRALES SINDICALES", que dice textualmente: "Aunque el PIT-CNT aguarda una respuesta oficial sobre el pedido de entrevista con los Presidentes del MERCOSUR, que fuera cursado a nombre de las Centrales Sindicales del Cono Sur, voceros oficiales dijeron a El Observador que el encuentro con los mandatarios no se concretará".

"El lunes 17 de enero se reunirán los Presidentes de los países del MERCOSUR, en la ciudad de Colonia, y previamente, entre el sábado 15 y el domingo 16, harán lo propio la Coordinadora de Centrales del Cono Sur (CCCS) en Montevideo".

"El lunes las CCCS se trasladará a Colonia con el cometido de entregar un documento que tiene dos partes: la primera se refiere a los fundamentos de la Carta Social que fuera aprobada por la Gremial el pasado mes de noviembre. La segunda parte de la nota planteará, según dijerón fuentes del PIT-CNT la revisión del tratado y las medidas a seguir".

Atento a las situaciones de conflicto que se han sucedido en la región recientemente, especialmente Argentina, Brasil, México y Perú; y teniendo en cuenta la importancia de esta Reunión de Presidentes Latinoamericanos, donde indudablemente convergerán periodistas de toda el área, es factible que algún/os grupo/s nacionales o extranjeros intenten perturbar el normal desarrollo del evento.

Al respecto este Servicio ha tomado las siguientes medidas activas: seguimiento de toda la información pública, consultas a distintos niveles en el ámbito sindical, control en los puestos de frontera, enlace con los Servicios intervinientes en el dispositivo de seguridad.

****

005/5

9400562

TOTALE P.05

Anuncio de Warren Christopher

CLINTON PREPARA CUMBRE HEMISFERICA

WASHINGTON, 17 (AP).— El secretario de Estado, Warren Christopher, anunció hoy que Estados Unidos trabaja activamente en la preparación de una reunión cumbre de presidentes americanos para 1994.

Christopher aludió a la cuestión al recibir al ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Celso Amorin, que inició hoy en esta capital una serie de consultas sobre las relaciones entre los dos países.

Christopher, cuando posaba para los fotógrafos antes de conversar con Amorin, dijo de paso que "espero con interés la consulta (con Brasil) en momentos en que planeamos una cumbre hemisférica". No se han dado ni fecha ni sede.

La idea de la cumbre ha sido abordada frecuentemente pero la asamblea general de la Organización de Estados Americanos (OEA) la formalizó en 1990 en Asunción al decir que "es necesario, de gran valor realizar reuniones periódicas de los países miembros a nivel presidencial".

La última cumbre de los miembros de la OEA fue en 1967 en Punta del Este hace 26 años a iniciativa del entonces presidente Lyndon B. Johnson.

El vicepresidente Al Gore reavivó el asunto al decir hace algunos días en México que el Tratado de Libre Comercio de Norte América —entre Canadá, México y Estados Unidos— afianzaba la idea de la formación de "una comunidad de naciones democráticas en este hemisferio".

Gore dijo que el presidente Bill Clinton recibirá complacido aquí en 1994 a sus colegas democráticos del continente. La fecha del encuentro tampoco ha sido determinada.

En fuentes competentes norteamericanas se dijo que las consultas de Christopher se centran inicialmente en la preparación de la lista en la cual no figuraría el presidente cubano, Fidel Castro, que aún cuando ausente en la cumbre de 1967 ha estado asistiendo a las reuniones de presidentes iberoamericanos la última de las cuales se efectuó en julio pasado en Bahía bajo los auspicios del propio Brasil.

Amorin no mencionó específicamente la nueva cumbre aun cuando, hablando después de Christopher, dijo que "es importante mantener un continuo diálogo con los Estados Unidos que es el más importante diálogo del Brasil... estamos listos para analizar algunos de los asuntos mencionados por el secretario Christopher".

Las fuentes dijeron que las autoridades en el poder en Haití definitivamente no calificarían para el nuevo encuentro pues la OEA sigue reconociendo como presidente a Jean Bertrand Aristide, que pasa su exilio en esta capital.

ACADEMIA DE EDUCACION

Indígenas olvidados

PDG 12 1-12-93

(*Por Carmen Urljicak - Espain*) Los indígenas nunca existieron. Eso es lo que aparece si se siguen los más de 74.000 documentos contenidos en el CDROM que en un esfuerzo conjunto con una empresa privada realizó la Academia Nacional de Educación. Este compact contiene todas las leyes, decretos y resoluciones sobre educación, además de todos los planes de estudios de cualquier centro educativo del país, desde los preescolares, diferenciales, hasta los universitarios, pasando por academias de especialización.

Con la facilidad que brinda el sistema de rastrear su contenido en instantes, se quiso comprobar cómo está reflejada en las resoluciones ministeriales (incluidos los programas de estudio) la realidad, historia y cultura de los aborígenes de la Argentina; se vio en principio que las voces wichi, mataco, tocab, comechingón, quichua, colla y guaycurú no aparecen contempladas y que los indígenas americanos son mencionados solamente en relación con la cultura argentina y a España, nunca en forma autónoma. Aun así las menciones son escasísimas; la palabra "mapache" hace su única aparición en una resolución, la 2931 de octubre de 1992, de la siguiente manera: Unidad III. Influencia de lo social en el arte. Arte Indígena (en especial mapuche). Arte colonial, Artistas locales, Seminarios de arte indígena (etc.). Al "clikear" la voz "guaraní" se descubre una resolución del año '79 donde se aprueba la creación de un departamento de Idioma Guaraní en el Colegio Nacional de Monte Caseros (Corrientes); en igualdad de número con la voz "araucano", cuya única preferencia está en la obra *La Araucana de Ercilia* (de Literatura Española).

Por su parte, las tres referencias a "quechua" están relacionadas con la literatura del Renacimiento español "La mujer como protagonista de la poesía azteca y quechua".

Las referencias a "coya" son en un caso el apellido de una persona y en el otro se trata de un programa de danzas folklóricas: aparece como "bailecito coya".

Y así continúa; y si se suma las referencias que hay a "misiones jesuíticas" se obtiene un conjunto de 101 documentos de los 74.734 que tiene esta base de datos. Lo que se dice escasísimos vestigios.

Como conclusión se puede decir que la realidad indígena ha sido casi totalmente ignorada por la legislación educativa argentina y por los planes de estudios. El escaso acercamiento que hay es principalmente histórico y folklórico.

Refiriéndose a esta novísima base de datos sus responsables dijeron "es una manera de contribuir al afianzamiento de la República, porque es dar publicidad a los actos de funcionarios públicos que de otra manera no se conocería". Es también, sin duda alguna, un método de comprobar las falencias (y negaciones) en lo que a programas de estudio se refiere.

INDÍGENAS EN LA PATAGONIA

EL DERECHO A VIVIR

El drama de la extinción sobrevuela a los pueblos indígenas de la Patagonia. Sólo quedan unos 50.000 mapuches, 170 tehuelches y una ona. Sin tierras, asediados por la discriminación y la marginalidad, las comunidades tratan de sobrevivir con sus propias identidades. Los reclamos por el territorio y el rechazo del paternalismo. Opinan uno de los principales dirigentes mapuches, Jorge Nahuel, y el ex obispo de Neuquén Jaime de Nevares. La polémica entre dos conocidos historiadores y un antropólogo sobre la Conquista del Desierto y el desplazamiento de los indígenas.

(Por Elio Brat, Bernardo Veksler y Guillermo Correa, desde Neuquén Río Grande y Río Gallegos) **A pesar de que 1993 fue declarado Año Internacional de los Pueblos Indios por la Organización de las Naciones Unidas, según los datos oficiales en la Argentina no habitan aborígenes: ni los censos de población ni los anuarios que publica el INDEC dan ninguna cifra al respecto. Sin embargo, aunque la estadística oficial pretenda ignorarlos, en la Patagonia viven cerca de cincuenta mil mapuches (ubicados principalmente en Neuquén, Río Negro y Chubut), unos pocos cientos de descendientes tehuelches que subsisten aún en territorios de Santa Cruz y una última ona pura que vive en Tierra del Fuego. La no aplicación de la ley nacional 23.302 de defensa del aborigen, el continuo desplazamiento hacia zonas desérticas de imposible cultivo o hacia las ciudades, la desculturalización interna o colonización ideológica y la discriminación resultan un verdadero peligro para las más de 60 comunidades indígenas que se encuentran al borde de una situación de riesgo terminal.**

La situación de las comunidades indígenas de la Patagonia cobra ribetes desesperantes: en Tierra del Fuego, de los 17 sobrevivientes de los alacalauf contabilizados en 1984, se desconoce totalmente si queda alguno en la actualidad; de los onas sólo hay una sobreviviente (Virginia Choquintel) y de la comunidad yamana no se tienen datos de sobrevivientes.

Virginia Choquintel, de 51 años, considerada la última ona pura, señala que "hasta hace unos pocos años, de las matanzas de indios no sabía nada. Tuve curiosidad por saber de los onas, he leído un libro, pero después lo cerré y no lo volví a abrir más. Me ponía muy mal...

En Santa Cruz, de la otrora orgullosa estirpe tehuelche, cuyos primeros cazadores nómades habrían llegado hace alrededor de 10.000 años, en la actualidad la población se estima en una cifra menor a las doscientas personas, aisladas y en permanente peligro de desaparecer totalmente. La imposición de pautas culturales ajenas, la extinción de los pocos ancianos que guardaban su sistema de creencias, tradiciones y lenguaje, y finalmente la búsqueda de nuevas fuentes de trabajo fuera de sus comunidades, ponen en serio peligro la existencia de los últimos tres asentamientos. La reserva tehuelche de Camasú-Aike es la menos aislada (está a unos 100 kilómetros de Río Gallegos) pero sólo consta de cinco familias con 37 personas. A ellos, durante el conflicto porMalvinas de 1982 les fueron expropiadas 12.000 hectáreas de tierra que serían utilizadas para probar bombas. Jamás les fueron devueltas.

Por su parte, a pesar de que la Legislatura chubutense definió hace menos de un lustro "el respeto y la voluntad de la plena vigencia de los derechos indígenas sobre la tierra", según la historiadora Sonia Ivanoff, de Comodoro Rivadavia, "las comunidades de Chubut aún esperan que la ley provincial, además de estar sancioriada, esté plenamente vigente". En diálogo con **Patagonia**, Ivanoff sostuvo que "sólo está vigente la norma general, que es sobre la tierra. Pero en lo que se refiere a los derechos indígenas, el organismo específico de aplicación, que es la Comisión de Tierras Indígenas, todavía no está funcionando".

En las dos restantes provincias patagónicas el problema de la tierra sigue sin encontrar solución. A pesar de la delicada situación que viven los casi 50.000 miembros de la comunidad mapuche, estos se transformaron en uno de los pueblos que más ha resistido su propia disolución cultural, conservando al máximo sus tradiciones y su lengua original como un pilar de su propia subsistencia. Jorge Nahuel, principal dirigente de la organización neuquina Nehuén Mapu (la fuerza de la tierra) relató a **Patagonia** que "hoy hay una emigración permanente desde las comunidades que están en el campo a los pueblos o ciudades. Las causas son varias, entre ellas el no haber suficientes tierras para trabajar".

En estos días el gobierno de Neuquén ha comenzado "un plan de mensuras y adjudicación de tierras" con el fin de regularizar la situación legal de los terrenos fiscales. Conjuntamente con esto. pocos días atrás fueron escriturados los terrenos de las agrupaciones indígenas Kilapi, Painemil y Puel –a cuyos integrantes les fue entregada toda la documentación– y se encuentran en trámite los pertenecientes a las agrupaciones Quinchao, Aigo, Painefilú. Atreucu, Huayquillán Cayulef, Linares y Namuncurá.

"Nosotros, los mapuches, tenemos una unidad lingüística, religiosa, política y cultural, y ésa es la unidad que queremos recuperar –señalaron Nahuel y Lorenzo Loncon, otros de los dirigentes–. Por ello incluimos dentro del esquema mapuche a los que viven detrás de la cordillera. Nuestros hermanos tienen la misma situación, porque la política de los Estados nacionales ha sido igual en toda América: tuvo que existir un exterminio de los pueblos originarios para que se pudiera provocar la apropiación del territorio." A pesar de la similitud de las políticas aplicadas, en la IX y X región de Chile (que comprende también las ciudades de Temuco, Osorno y Valdivia) viven alrededor de un millón de mapuches.

Desde el punto de vista de la organización, los mapuches han mantenido las tradiciones: "Estamos regidos por una autoridad que es el Lonco, o jefe político de cada comunidad. Luego están las Pillán Cuse o Machi, que son las jefas religiosas, encargadas de la educación, la ciencia y la filosofía. Además está el Weupife, que es el historiador o relator de la memoria histórica, y por fin el Werquen, que es quien expresa las posiciones políticas de cada comunidad". El es quien afirma que "cuando hablamos de autodeterminación, no pretendemos separarnos dentro de la sociedad, sino simplementeadministrar nuestros propios recursos naturales, nuestra educación y nuestra propia economía. Queremos una relación de respeto e igualdad".

01-01

Con la reforma del sistema político se facilitaría "la creación de mayorías" parlamentarias,

El representante en Uruguay de la "Fundación Konrad debería permitir que los que hoy piensan de la misma

*** Al referirse a la República de Cuba, dijo que "un partido único nada tiene que ver con los regímenes democráticos, que están caracterizados por el pluralismo"**

■ "Konrad Adenauer" es una de las cuatro fundaciones políticas que funcionan en Alemania, y su concepción está vinculada a las ideas básicas de la democracia cristiana. Adenauer fue el primer canciller de la República Federal Alemana protagonista del proceso de la integración europea y primer presidente del Partido Demócrata Cristiano alemán.

LA REPÚBLICA conversó con Josef Gruber, representante de la Fundación en Uruguay desde julio de 1992, quien destacó el papel que cumple la Fundación para fortalecer las democracias en América Latina.

—¿Cuál es el pilar fundamental del trabajo de la Fundación Konrad Adenauer en América Latina?

—La idea básica es contribuir al fortalecimiento de las democracias, a través de nuestra cooperación con los diferentes grupos de la sociedad. Cuando hablamos del sistema democrático, lo entendemos como una forma del Estado, pero también como un estilo de vida. El fundamento de nuestra organización es la educación o formación en política.

En Alemania el nacional socialismo destruyó la democracia con instrumentos democráticos, y esa situación fue posible porque el sistema era democrático en el sentido formal, pero faltaban personas con verdadero espíritu democrático que lo llevaran adelante. Por eso queremos contribuir con nuestro trabajo para tener demócratas con conciencia.

—¿Existen en Latinoamérica esos demócratas?

—Como observador atento del panorama de la región puedo considerar que hoy en día, por lo menos formalmente, existen en todos los países sistemas democráticos. Sabemos de ejemplos recientes de desestabilización en Perú y Venezuela. La situación de Cuba debe ser considerada separadamente, porque sólo actúa el Partido Comunista, y un partido único nada tiene que ver con los regímenes democráticos, que están caracterizados por el pluralismo. Los políticos deben tener como tarea permanente la promoción del sistema, para que los ciudadanos acepten también en el futuro a la democracia. Siendo sinceros debemos tener presente que día a día se alzan voces que cuestionan las actitudes de los actores políticos. El deterioro de la imagen de los dirigentes implica un cierto riesgo para el sistema, por lo que hay que llevar a cabo una política de reordenamiento económico y social que satisfaga las necesidades diarias de la gente.

—¿Cuáles son las reformas que debería procesar el Uruguay para evitar el deterioro de su democracia?

—Yo puedo citar a muchos uruguayos representantes de la vida política, económica, social y cultural, que consideran la necesidad de procesar reformas estructurales en el sistema tributario, en el medio ambiente, y la propia reforma política y del Estado. Queremos acompañar a esos uruguayos que quieren procesar cambios, para que las reformas sean realmente posibles. Estamos invitando a todos los actores sociales, poniendo a disposición nuestra Fundación como plataforma de un diálogo pluralista sobre todas estas cuestiones. Nosotros realizamos foros, seminarios y mesas redondas de caracter nacional tratando estos temas.

—El Parlamento nacional se está abocando en estos momentos al estudio de proyectos de enmiendas constitucionales. ¿Este tipo de reformas son un elemen-

Fichaje.

L.R.

aseguró Josef Gruber, promotor de foros y seminarios sobre el tema desde julio de 1992

Adenauer" dijo que la reforma de la Constitución manera puedan expresarse electoralmente

to eficaz para afianzar el sistema democrático?

—Todas las iniciativas que tienden a consolidar la democracia sirven, y creo que hoy en día existe un problema real, que es la falta de mayorías en el Parlamento para poder gobernar. Quien salga electo Presidente de la Republica —sea cual sea su sector político—, para cada ley, para cada intención, debe buscar su mayoría, hecho que se hace difícil y dificulta la ejecución de programas de gobierno. Esta situación contribuye a un estado de frustración que conduce a la gente a cuestionarse sobre la validez de la democracia como modelo. No quiero decir que en el Uruguay de hoy esta formulación constituya un peligro real, pero sin duda cuando se habla con la g[illegible] surge la inquietud de q[illegible] la democracia sirve si puede resolver la problemática diaria de los ciudadanos. A través de la reforma política el Uruguay busca facilitar la creación de mayorías, para que los que piensan de la misma manera y quieran hacer un acuerdo programático puedan expresarse electoralmente. Pero eso es una posición personal, porque como Fundación solamente estamos acompañando con mucho interés las distintas instancias de discusión.

En 1991 y en el presente año realizamos un foro sobre la reforma política al que asistieron como panelistas los líderes de todos los agrupamientos políticos. Fue muy gratificante constatar que todos los representantes de los diferentes sectores están de acuerdo en el diagnóstico y hasta en las conclusiones del diagnóstico de la realidad uruguaya. Sólo resta esperar que sepan sacar el tema adelante para que la reforma política se realice y sirva para que en el Parlamento haya mayorías y se tomen las medidas necesarias para poder realizar las reformas estructurales.

—¿Qué papel juega la descentralización en la reforma política?

—La descentralización es un elemento constitutivo del progreso. El "grupo de La Paloma", conformado por figuras de la vida económica, social y cultural del país, que responden políticamente a diferentes sectores, en el que nosotros participamos, está trabajando el tema. Se presentó un manifiesto que define muy bien la importancia de la descentralización a través de dos objetivos: dar más responsabilidades a las intendencias (con asignación de fondos que permita desarrollar esas tareas) y fomentar la participación activa de los ciudadanos. La descentralización también puede ser interpretada como un vehículo para el fomento del proceso económico y social. El ex presidente Julio Sanguinetti dijo en una reunión que "los ciudadanos deben ser más que meramente contribuyentes y consumidores", creo que es una muy buena frase, porque en un sistema democrático es necesario que los ciudadanos no sólo participen cada cuatro o cinco años.

—¿La experiencia que lleva adelante la Intendencia de Montevideo encaja dentro de su concepción de descentralización?

—Es un paso concreto dentro del contexto global de la descentralización, por eso digo que hoy en día existen ciertas posibilidades. Hay que diferenciar entre la descentralización y la desconcentración. La desconcentración ya se puede hacer en la actualidad. La descentralización es una demanda que responde a los deseos de los ciudadanos de hoy, que quieren ser considerados como sujetos y no solamente como objetos.

—¿Cómo ve al Uruguay dentro del Mercosur?

—Uruguay junto con sus vecinos inició un proceso de integración económica, dando el mismo primer paso que realizamos en Europa a través del Tratado de Roma. En la actualidad hemos ampliado los acuerdos meramente económicos, para avanzar hacia una integración política, para que Europa pueda hablar como una voz dentro del contexto mundial. Es de esperar que este proceso que Uruguay inicia a través del



Josef Gruber, representante de la Fundación Konrad Adenauer en nuestro país.

Mercosur se afiance en el futuro. A través de nuestra experiencia en Europa, sabemos que el proceso puede implicar situaciones muy duras para grupos importantes de la sociedad, porque en el futuro existirá la necesidad de competir con niveles superiores de producción, sin las barreras de protección de la fase de transición. El Estado debe acompañar el proceso de la reconversión para que no se perjudique a ningún sector de la población. En Alemania el setenta por ciento de las exportaciones se realizan a países integrantes del Mercado Común.

01-02 9400567

9400568
Denuncian injerencia de Fundación Konrad Adenauer.
L.M. - 150015
28/12/93
504776
507466

Denuncian injerencia de Fundación Konrad Adenauer

"La fundación Konrad Adenauer esta interviniendo peligrosamente en la vida política del país, sesgando el campo político hacia determinadas orientaciones como es la imposible e irrealizable fórmula Tabaré Vázquez-Nin Novoa, montando un escenario en el que el matutino La República ha participado publicando, en varias oportunidades, en las últimas semanas, esa fórmula", dijo a LA MAÑANA el Diputado de la Cruzada 94, Daniel García Pintos.

El Diputado García Pintos manifestó que le llamó poderosamente la atención un reportaje publicado por el matutino La República, el domingo 26 de diciembre, al representante de la Fundación Konrad Adenauer en Montevideo, Josef Gruber.

Recordó que, como es notorio, existen fundaciones, alemanas por ejemplo, como la Konrad Adenauer, que funcionan en nuestro país, organizan simposios, congresos, que existen y que evidentemente vierten una opinión. Pero una cosa es lo que deberían hacer, como el caso de la Konrad Adenauer, y otra cosa es lo que hacen.

"De este reportaje me llamó la atención, por no decir que me indignó, que de alguna manera, un tanto subrepticia, se pretenda influir dentro del sistema político más allá de lo que se supone."

"Se le está yendo la mano".

"Asimismo no debemos olvidar que quien la está representando en este caso no es un ciudadano uruguayo sino uno extranjero, un ciudadano alemán, si no me equivoco, que se está inmiscuyendo más allá de lo que debería en nuestros asuntos políticos".

De inmediato el legislador colorado subrayó: "Nosotros somos abiertos, entendemos que así debe ser, pero cuando el sesgo es tan pronunciado, cuando el perfil es tan notorio como querer incidir hacia determinada orientación, con determinado perfil, yo creo que allí debe levantarse alguien, en el sistema político, para decir que se les está yendo la mano".

Entonces si se profundiza un poco en este reportaje, que aparentemente es inocente y que aparentemente busca hablar sobre experiencias políticas y de contribución al estudio y al análisis de la situación política nacional, internacional y aun regional, hablando por ejemplo del tema del MERCOSUR en lo regional, del tema de la CEE en lo internacional y de la reforma política y constitucional, acá, en nuestro país; más allá de ese aparente baño de inocencia, vemos que hay una intencionalidad política que es lo que nosotros rechazamos".

El Dip. Gracía Pintos expresó luego que si "nos remontamos un poquito más atrás nos vamos a dar cuenta de que en 1989 esta fundación estuvo contribuyendo -vamos a decir contribuyendo nada más- con determinados sectores políticos vinculados al espacio socialcristiano y a la democracia cristiana.

Hasta ahí tenemos una realidad, pero resulta que se sigue en la misma línea y hoy vemos que se dice, por parte de este ciudadano alemán, representante de la Konrad Adenauer en nuestro país 'a través de la reforma política, el Uruguay busca facilitar la creación de mayorías para que los que piensan de la misma manera, y quieran hacer un acuerdo programático puedan expresarse electoralmente'".

Barniz de inocencia.

A renglón seguido, continuó explicando el legislador, alcanza como para darle ese barniz de inocencia al que nos referíamos y Gruber dice, "pero eso es una posición personal, porque como fundación solamente estamos acompañando, con mucho interés, las distintas instancias de discusión".

Posteriormente García Pintos se preguntó: "¿Entonces en qué quedamos? ¿Representa o no a la Konrad Adenauer el Señor Gruber? ¿Habla por sí o lo hace por la fundación? O habla por sí o lo hace a nombre de la fundación porque acá, lo que está haciendo, es hablar por los dos".

"De allí que cae ese barniz de inocencia, que en realidad en el fondo no lo es, y que tiene un terrible sesgo político, inclinado a facilitar determinadas coyunturas. Qué casualidad que son las mismas que pretende fortalecer y favorecer el matutino La República que es el que amparó, en dos páginas, cosa no muy fácil en nuestro país, a un ciudadano extranjero en estas condiciones, que le da precisamente esta oportunidad", acotó luego.

García Pintos destacó que resulta que el propio matutino La República es el que tiene una orientación similar, basta sólo recordar la tapa que en más de una oportunidad, en las últimas semanas, le ha dado aire a esa fórmula imposible, traída de los pelos que es Tabaré Vázquez-Nin Novoa.

Estableció luego que en este reportaje el ciudadano alemán habla que a través de la reforma política el Uruguay busca facilitar la creación de mayorías, para que los que piensan de una misma manera y quieran hacer un acuerdo programático puedan expresarse electoralmente.

Financiando la fantasía.

"Entonces acá, de lo que se trata aparentemente es de cerrar el mismo negocio, el negocio en lo político que promueve el matutino La República de Tabaré Vázquez-Nin Novoa para tratar de lograr un nuevo desprendimiento histórico de uno de los partidos tradicionales, en este caso del partido blanco, como se hizo en 1971 con Erro y después con el propio Rodríguez Camusso.

Es decir que por ese lado viene la parte política de este paquete y después como todos sabemos que puede haber financiamiento y apoyos para determinados sectores políticos todo el andamiaje comienza ya a montarse a través de reportajes como éste que se realiza al representante de la fundación Konrad Adenauer que es lo que aparentemente le permitiría el oxígeno económico a la supuesta fórmula política Tabaré Vázquez-Nin Novoa, que hasta no hace mucho tiempo la izquierda se las arreglaba con el dinero que provenía vía KGB desde Moscú. Caído el régimen comunista en la Unión Soviética, se descubrió que era una verdad que al Partido Comunista y a la izquierda uruguaya no la financiaban los obreros sino que era la KGB, directamente desde Moscú como se comprobó una vez que se abrieron los libros de la KGB, etc. etc..

Entonces ahora se está armando inteligentemente, pero que siempre algún talón de Aquiles deja, se está armando todo el tablado. Por un lado La República trabaja en la tapa la fórmula Tabaré Vázquez-Nin Novoa y por otro lado se le da la oportunidad institucional, por llamarla de alguna manera, que a nivel internacional tienen y ante su propias justificaciones en el país de origen, las fundaciones y quienes las representan en países como el nuestro, para, tal vez, conseguir los apoyos que vayan más allá de los estrictamente político.

Por lo tanto a mí no me parece mal que las fundaciones estén trabajando en nuestro país, lo están haciendo en muchos lados, pero lo cierto es que a mí, lo que me aparece mal, es que estén tratando de sesgar el campo político, tomar determinadas orientaciones ideológicas y filosóficas y ya, claramente, darle un determinado perfil para que sean determinados partidos y determinados sectores con determinadas ideologías y filosofías por detrás las que estén proyectándose como favorecidas desde el punto de vista económico y político en un futuro.

CISMA ANGLICANO: IGLESIA
CURAS CONTRARIOS AL
CATOLICA ACOGERA A
SACERDOCIO FEMENINO

El País 5/12/93



Juan Pablo II con el cardenal británico Basil Hume y tres obispos católicos luego de aprobar las bases para recibir en la Iglesia a los curas anglicanos que se oponen al sacerdocio de las mujeres (Reuter)

CIUDAD DEL VATICANO, 4 (ANSA).— Serán acogidos gradualmente en la Iglesia Católica alrededor de doscientos sacerdotes y un obispo anglicanos, la mitad de ellos casados, que se oponen a la decisión de admitir mujeres en el sacerdocio, afirma un documento aprobado hoy por el Papa.

La delicada decisión fue adoptada tras una reunión de altos prelados del catolicismo de Inglaterra y Gales con Juan Pablo II en el Vaticano, que tuvo lugar ayer y hoy, anunció un comunicado de la Santa Sede.

Los miembros del clero anglicano pasados al catolicismo ingresarán progresivamente de acuerdo a cinco líneas directivas propuestas por los obispos católicos británicos, con el pleno acuerdo del Pontífice y de la Curia Romana.

El obispo anglicano casado que se pasa al catolicismo es el reverendo Graham Leonard, que fue obispo de Londres entre 1981 y 1991.

El cardenal primado Basil Hume y tres obispos representaron a la Iglesia Católica de Inglaterra y Gales en las deliberaciones de dos días celebradas entre los muros vaticanos. Por la Curia Romana participaron el cardenal Joseph Ratzinger, perfecto de la Congregación para la Doctrina de la Fe y el cardenal Edward Cassidy, presidente del Consejo Papal para la Promoción de la Unidad de los Cristianos.

Hume, Ratzinger y Cassidy fueron recibidos esta mañana por el Papa tras concluir los encuentros.

El portavoz de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, dijo que "las cinco directivas no bloquearán el diálogo ecuménico.

Navarro insistió que el Vaticano no quiere turbar el diálogo con la Iglesia Anglicana y las otras iglesias cristianas, bien encaminado desde hace treinta años, tras el Concilio Vaticano II.

Las cinco directivas del documento publicado hoy por la Santa Sede se refieren a los principios que rigen el sacerdocio católico; el celibato del clero (con la aclaración de que, aunque se admite a los curas anglicanos casados "la regla del celibato no es puesta en discusión en la iglesia latina") y la aceptación plena de la autoridad del Papa.

Para que "la adhesión al clero católico sea segura y bien madurada", el texto prevé, en las normas prácticas, un período de "instrucción en la doctrina católica" y la posibilidad de un acuerdo provisorio "hacia una plena integración".

Navarro dijo que se procederá a nuevas ordenaciones sacerdotales en el rito católico "para evitar dudas de conciencia acerca de la validez del propio sacerdocio".

La decisión de la Iglesia de Inglaterra de aceptar la ordenación de las mujeres al sacerdocio fue confirmada el 20 de noviembre por el Parlamento británico y pone en evidencia un antiguo enfrentamiento. No sólo entre católicos y anglicanos, sino también dentro de la misma Iglesia de Inglaterra.

Desde hace más de un siglo, entre los anglicanos, se confrontan una iglesia "alta", más cercana a Roma, y una "baja", más vecina culturalmente al protestantismo y a las iglesias de la Reforma, luterana y calvinista.

Acogerán en la Iglesia a sacerdotes anglicanos

CIUDAD DEL VATICANO, 5 (ANSA). – Serán acogidos gradualmente en la Iglesia Católica alrededor de doscientos sacerdotes y un obispo anglicanos, la mitad de ellos casados, que se oponen a la decisión de admitir mujeres en el sacerdocio, afirma un documento aprobado ayer por el Papa.

La delicada decisión fue adoptada tras una reunión de altos prelados del catolicismo de Inglaterra y Gales con Juan Pablo II en el Vaticano.

Los miembros del clero anglicano pasados al catolicismo ingresarán progresivamente de acuerdo con cinco líneas directivas propuestas por los obispos católicos británicos, con el pleno acuerdo del Pontífice y de la curia romana.

El obispo anglicano casado que se pasa al catolicismo es el reverendo Graham Leonard, que fue obispo de Londres entre 1981 y 1991.

El cardenal primado Brasil Hume y tres obispos representaron a la Iglesia Católica de Inglaterra y Gales en las deliberaciones de dos días celebradas entre los muros vaticanos. Por la curia romana participaron el cardenal Joseph Ratzinger, prefecto de la Congregación para la Doctrina de la Fe y el cardenal Edward Cassidy, presidente del Consejo Papal para la Promoción de la Unidad de los Cristianos.

El vocero de la Santa Sede, Joaquín Navarro Valls, dijo que "las cinco directivas no bloquearán el diálogo ecuménico.

Navarro destacó que en el documento, que fija los principios para acoger a los sacerdotes y obispos que decidieron abandonar la Iglesia Anglicana, se establece la creación de una comisión conjunta entre las conferencias episcopales católica y anglicana de Inglaterra y Gales para supervisar el pasaje de una a otra Iglesia de los rebeldes, que no aceptan la decisión de admitir las mujeres al sacerdocio.

Navarro insistió en que el Vaticano no quiere turbar el diálogo con la Iglesia Anglicana y las otras iglesias cristianas, encaminado tras el Concilio Vaticano II.

Las cinco directivas del documento publicado hoy por la Santa Sede se refieren a los principios que rigen el sacerdocio católico; el celibato del clero (con la aclaración de que, aunque se admite a los curas anglicanos casados "la regla del celibato no es puesta en discusión en la Iglesia latina") y la aceptación plena de la autoridad del Papa.

Navarro Valls precisó que "estamos ante un proceso apenas abierto", por lo que se ha elegido el camino de la gradualidad. La reunión de ayer y la de hoy en el Vaticano han sido "las primeras", pues la adhesión a la Iglesia Católica es "un argumento individual" ya que no se quieren crear grupos particulares.

Nº DOCUMENTO 9400571
TITULO Embargaron bienes del ex Maestro de la Logia Masónica P2 por US$10.
PROCEDENCIA L.M. - 150015
FECHA 28/12/93
VINCULADO 12539

Embargaron bienes de Gelli por US$10:

La magistratura romana ordenó ayer secuestrar bienes del ex Maestro Venerable de la Logia Masónica P2, Licio Gelli, por casi diez millones de dólares en aplicación de un decreto contra las actividades de la mafia.

Roma (ANSA)

La decisión fue adoptada tras un año y medio de investigaciones sobre los movimientos bancarios realizados por Gelli mediante la técnica de "triangular" operaciones con el exterior.

La Justicia estima que el ex jefe de la P2 poseía y manejaba bienes en forma desproporcionada a sus actividades.

Durante la investigación se detectaron cuentas corrientes con 25 millones de dólares de Gelli en bancos del principado de Liechtenstein.

Las maniobras financieras del ex Maestro Venerable de la Logia Masónica disuelta por ley, están relacionadas con la quiebra multimillonaria del "holding" financiera "Cgf", que determinaron una cadena de órdenes de arresto contra personajes que pertenecían a la P2.

En varios procesos judiciales, Gelli es acusado de mantener relaciones con organizaciones mafiosas y de extrema derecha.

El jefe de la P2 fue consejero comercial honorario de la Embajada argentina en Italia entre 1973 y 1981.

Militares, gobernantes, políticos, empresarios, periodistas y otros personajes integraban la lista de 953 miembros de la P2 secuestrada en 1981 por la Policía en una oficina de Gelli.



Licio Gelli, sólo una parte de su fortuna quedó en custodia, lo más grande está distribuido en el extranjero, inclusive en nuestro país.

ENTRADO
CRUZ DE

9400571

01-01

Claves de una organización con ramificaciones internacionales

La Nac' 10 Dic 93

Prevención: la seguridad es una constante en las actividades de la organización Los Niños de Dios o La Familia. Su organización local y su inserción mundial.

LA PLATA.– El apego sumamente estricto a la adopción de medidas de seguridad ha sido una de las facetas comprobadas por los investigadores de las actividades de la organización conocida como Los Niños de Dios o La Familia. Ello ha alimentado las consecuentes dudas: ¿por qué?.

Quizá –se cree– el fondo de la cuestión tenga que ver con documentos secuestrados titulados "La batalla por Argentina" y "Revolución de Reorganización y Nacionalización".

Las dudas radican en que, aparentemente, hay directivas que confluyen hacia la búsqueda del poder, aunque las definiciones, por cuestiones de seguridad, muchas veces quedan truncas.

Para quienes llevaron adelante la agotadora investigación, la organización cuenta con una división geográfica e idiomática.

Otra constante advertida en esta cuestión de la prevención tiene que ver con la identificación de documentos de todo tipo mediante siglas.

Existe en la entidad un control muy definido de las personas; se controlan sus entradas y salidas de los hogares y lo que tiene que ver con la manipulación de la doctrina del grupo.

La reserva alcanza el intercambio de información, que se efectúa mediante casillas postales.

Otra cosa que llamó la atención es que la mayoría de sus miembros, y en especial los niños, cuentan con doble nacionalidad. Ello permite el uso de dos pasaportes y hacer valer derechos en el país que se considere más conveniente.

También se ha arribado a la conclusión de que –con fines aún no develados– se encubre la identidad de los miembros de la secta, que usan nombres bíblicos y desconocen entre sí las reales identidades.

Se considera muy avanzada la protección criptográfica, que se realiza mediante la ejecución de un programa de computación, con lo que se logra que el contenido de ciertos mensajes permanezca en secreto.

Más allá de estas meridianas medidas de seguridad y de haberse identificado luego de los allanamientos a 223 personas –solamente 71 adultos entre ellas– del análisis de la documentación secuestrada se extendió la vinculación a más de 400.

De esos antecedentes pueden sacarse algunas conclusiones acerca de la extensión de la organización.

En la Argentina opera en la Capital Federal y en las provincias de Buenos Aires, Córdoba, Corrientes, Chaco, La Pampa, Mendoza, Misiones, Neuquén, Río Negro, Salta, San Juan, Santa Fe y Tucumán.

En la provincia de Buenos Aires, específicamente en Bella Vista, Bahía Blanca, Carapachay, City Bell, Don Torcuato, Ensenada, Florencio Varela, Florida, Francisco Madero, General Pueyrredón, Hurlingham, La Plata, Martínez, Morón, Munro, Olivos, San Fernando, San Isidro, San Miguel, Vicente López y Villa Sarmiento.

La entidad está también ramificada internacionalmente y a esa comprobación se llegó tras el análisis de pasaportes y visas.

Las conexiones son con Brasil, Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Estados Unidos, España, Inglaterra, Japón, México, Paraguay, Perú, Sudáfrica y Uruguay.

Llama la atención que la actividad del grupo no sea conocida en alguno de esos países. Para los investigadores, esto obedece a las permanentes modificaciones de los nombres de los grupos, que pueden alterarse en forma abrumadoramente reiterada.

Estima la policía bonaerense, que las consignas consisten en imponer una doctrina, mediante proselitismo engañoso, encubriendo sus objetivos de llegada y manipulación del poder, mediante diferentes cortinas de organizaciones pseudo cristianas.

Así se lo harán saber a la Cámara Federal de Apelaciones de San Martín, aunque se estima –según fuentes confiables– que ésta en los próximos días dará a conocer su resolución en la que parte de sus miembros estimarían que el fuero federal es incompetente para entender acerca de la situación de los imputados en la causa judicial que se sigue a los responsables de la organización.

Héctor Manuel Delfino

La jerarquía católica viajará a Roma en febrero próximo

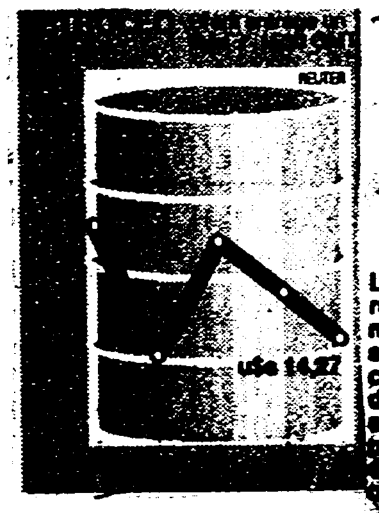
Obispos uruguayos informarán al Papa sobre situación del país

■ Los obispos uruguayos realizarán entre el 7 y el 12 de febrero una visita al Papa para informarle sobre la situación actual de nuestro país y las actividades que viene cumpliendo la Iglesia.

La visita de ad-límina (visita a las raíces de los apóstoles), se realiza cada cinco años, y tras recibir un completo informe, el Papa da un mensaje a los obispos en vistas del estudio de la situción del país.

En el último viaje efectuado por los prelados en 1989, el Papa habló sobre el aborto, y la importancia de que la Iglesia trabaje más con los medios de comunicación. Altas fuentes de la Conferencia Episcopal Uruguaya (CEU) confirmaron a LA REPUBLICA que los líderes religiosos estuvieron reunidos ayer por la mañana para conversar sobre el tema, y comenzar a preparar el informe que será presentado seguramente por el presidente de la CEU, el obispo de Florida, monseñor Raúl Scarrone. Durante la visita, también se efectuará una misa en las tumbas de Pedro y Pablo.

DOCUMENTO 9400574
TITULO Petróleo: precios llegan a nivel más bajo en 5 años.
E.P. - 1500007
3/12/93
126336



PETROLEO: PRECIOS LLEGAN A NIVEL MAS BAJO EN CINCO AÑOS

NUEVA YORK, 2 (EFE).— Los precios del petróleo sufrieron hoy un fuerte retroceso en el mercado de Nueva York y se situaron a su nivel más bajo en cinco años, por debajo de los 15 dólares el barril. La caída fue atribuida por los expertos a los pronósticos y conjeturas de que será un invierno moderado o no muy frío. El descenso se produce después de la caída de principios de esta semana, producida por la falta de acuerdo en la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para reducir la producción. El crudo intermedio de Texas Occidental, el de referencia de EE.UU. para entrega en enero, bajó 53 centavos y cerró a 14,95 dólares el barril.

PAIS 3-12-93

ENTRADA

01-01

9400574

PARA BENEPLÁCITO DEL FISCO URUGUAYO

La OPEP al borde de un ataque de nervios

LA INCAPACIDAD DE la OPEP (Organización de Países Productores de Petróleo) de ponerse de acuerdo para reducir sus cuotas de producción generó una nueva caída del precio internacional del petróleo que alcanzó, en términos nominales, su nivel más bajo de los últimos 5 años y que amenaza con llegar a los US$ 10 por barril que se registraron en 1986.

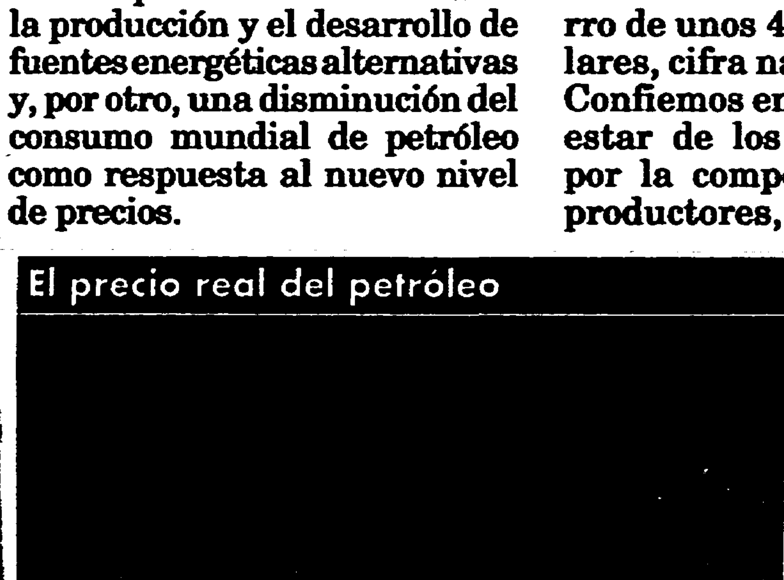
Pero no es ello lo más grave para los 12 países afiliados al cártel petrolero. Como puede observarse en la gráfica adjunta, el precio del petróleo, ajustado por el índice de precios al consumo de Estados Unidos, es igual al vigente en la crisis de 1986 y sólo marginalmente superior al vigente antes del primer shock petrolero de 1973-74. En definitiva, más allá de las discrepancias en el seno del cártel petrolero y de las diferentes posiciones de cada uno de sus miembros —no son las mismas las necesidades de Kuwait y de los Emiratos Arabes que las de Nigeria e Irán—, las fuerzas del mercado han venido operando en forma firme y han generado varios fenómenos: por un lado, el ingreso al mercado de otros productores relativamente menos eficientes —el Reino Unido y Noruega en el Mar del Norte— para los que los nuevos precios hacían rentable la producción y el desarrollo de fuentes energéticas alternativas y, por otro, una disminución del consumo mundial de petróleo como respuesta al nuevo nivel de precios.

No era, pues, tan peregrino el análisis y el pronóstico que realizó Milton Friedman en 1975 en el sentidode que el cártel petrolero se debilitaría o se rompería y que los precios del crudo se regirían por la interacción de las fuerzas de la oferta y la demanda. Desde 1986 a la fecha ese ha sido el escenario básico y de ahí la caída de los precios por debajo de la cifra mágica de US$ 21 el barril que la OPEP entiende como "razonable".

Lo cual constituye, en buen romance, muy buenas noticias para los países importadores de petróleo o, mejor dicho, para las arcas fiscales de dichos países. En efecto, en tanto la mencionada rebaja no se traslade inmediatamente a los precios de los combustibles para beneficio de ciudadanos y productores locales, los menores precios del petróleo crudo implican mayores recursos para el fisco. Esa es, por el momento, la situación en nuestro país. Mientras la OPEP sigue al borde de un ataque de nervios al ver caer el precio del crudo en términos nominales y reales, en nuestro país el precio de los combustibles no refleja la mencionada rebaja y, por ende, el beneficiado es el fisco.

Y, por cierto, en buena medida. Baste pensar que nuestro país importa aproximadamente unos 10 millones de barriles de petróleo al año; por lo cual una disminución del precio en unos 4 dólares implica un ahorro de unos 40 millones de dólares, cifra nada despreciable. Confiemos en que, por el bienestar de los consumidores y por la competitividad de los productores, el gobierno les transmita íntegramente esa rebaja y no haga como el gobierno anterior, que embolsó en sus arcas la casi totalidad del shock petrolero positivo que tuvo lugar en 1986. Distribuir el ahorro sería de total coherencia con los postulados del entonces senador Lacalle en su interpelación a los ministros Zerbino y Presno. ■

El precio real del petróleo



Nº. DOCUMENTO 9400576
TITULO Ministros de OPEP comienzan consultas por caídas de precios
E.P. - 1500078
8/12/93
12636

Ministros de OPEP Comienzan Consultas por Caída de Precios

El País 8/12/93

CARACAS, 7 (EFE).— Los gobiernos de los países de la OPEP han comenzado un proceso de consultas por la caída de los precios del petróleo en el mercado internacional, informó hoy el ministro venezolano de Energía y Minas, Alirio Parra.

La disminución en la cotización del crudo hace necesario que la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) "explore las opciones que tenemos para fortalecer los mercados internacionales", añadió.

Desde Viena, el secretariado del consorcio informó hoy de que el precio del crudo de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) alcanzó el lunes los 12,94 dólares por barril (159 litros). La "cesta" de crudos de la OPEP, compuesta por siete calidades diferentes de petróleo, comenzó la semana por debajo de los 13 dólares, nivel al que se había aproximado al cierre de los mercados el pasado viernes, cuando se cotizó a 13,26 dólares.

El ministro venezolano manifestó que la situación actual de los precios hace necesario una inmediata consulta entre los socios de la OPEP.

Por otra parte, afirmó que a pesar de estos hechos se produjo "una buena noticia", como es que la OPEP cumplió en noviembre el límite de producción establecido en 24,5 millones de barriles por día para el último trimestre de 1993 y el primero de 1994.

01-01 9400576

CRUDO OPEP DESCENDIO A 12,97 DOLARES POR BARRIL

VIENA, 13 (EFE). — El precio de la "cesta" de crudos de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) descendió a 12,97 dólares el barril la pasada semana frente a los 13.49 alcanzados en la última semana de noviembre.

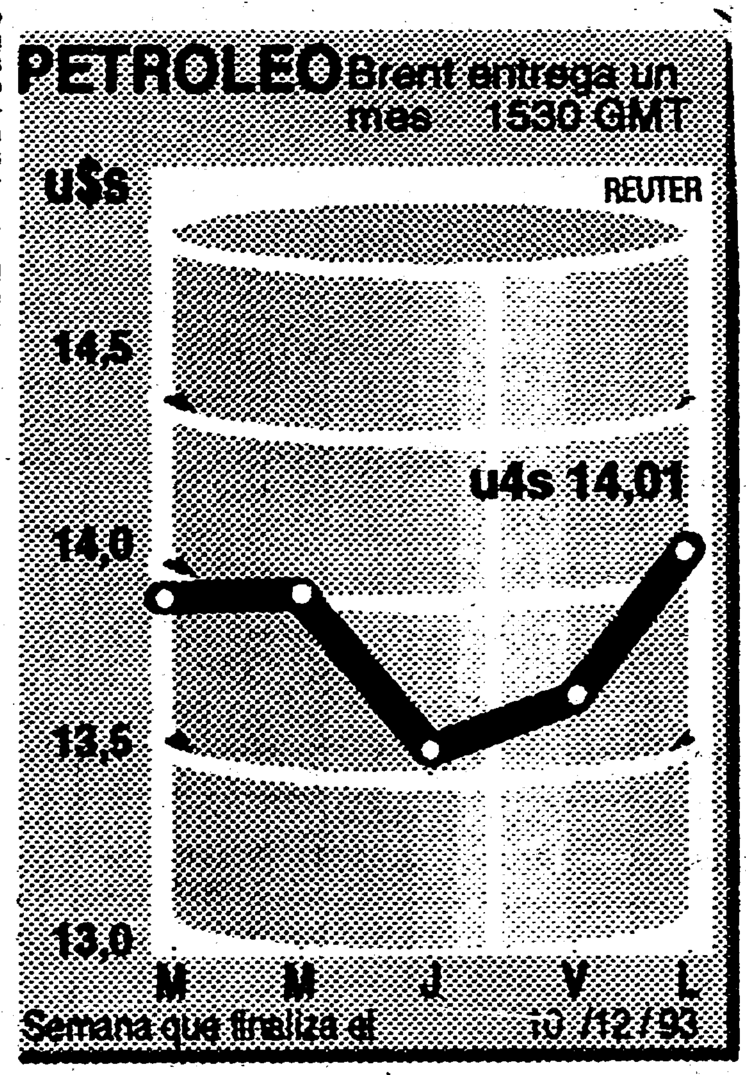
Según los datos comunicados hoy, lunes, por el Secretariado de la OPEP en Viena, el precio medio de la "cesta" este año hasta el 9 de diciembre fue de 16,54 dólares el barril, frente a la media de 18,44 dólares en 1992 y de 18,62 en 1991.

El precio medio del crudo en noviembre fue de 14,47 dólares, frente a 15,75 dólares en octubre y 15,23 dólares en setiembre.

En el tercer trimestre del año que ahora termina, el precio medio de la "cesta" de crudos fue de 15,71 dólares barril tras haber alcanzado los 17,66 dólares durante el segundo trimestre.

Desde el pasado mes de marzo, cuando el precio del petróleo alcanzó su máximo anual por encima de los 21 dólares, las cotizaciones del crudo han caído cerca del 31 por ciento, sin que los países de la OPEP hayan conseguido invertir la tendencia.

La persistente caída de los precios quedó confirmada tras la conferencia ministerial que celebraron en Viena los ministros de los doce países miembros del consorcio, que decidieron mantener su techo de producción de 24,52 millones de barriles diarios durante el último trimestre de 1993 y el primero de 1994.



La "cesta" de crudos de la OPEP la componen el "Saharian blend" argelino, el "Minas" de Indonesia, el "Bonny light" de Nigeria, el "Arabian light" de Arabia Saudí, el "Dubai" de los Emiratos Arabes Unidos, "El Tía Juana" de Venezuela y el "Crudo del Istmo" de México.

LAS ACCIONES DE YPF BAJARON 2,5%

La OPEP busca parar la caída del crudo

Una baja del **2,58%** registraron **las acciones de YPF en el mercado de Nueva York**. En la Bolsa de Buenos Aires el retroceso fue de **2,2%**, y cerró su cotización a **24,45 pesos**.

La oscilación experimentada ayer en el mercado local no es infrecuente, pero sí llamó la atención el porcentaje de caída en el mercado neoyorquino.

Sin duda el **retroceso del precio del crudo** —nuevamente el **WTI** quebró precio hacia abajo, al terminar la jornada a **14,41 dólares el barril**— influyó sobre los papeles de YPF. El **Brent** —el otro petróleo de referencia en el mercado internacional— continúa por el suelo aunque ayer cerró a **13,70 dolarés por barril**, 10 centavos por arriba de su cotización más baja en los últimos cinco años.

La caída de los precios del petróleo está sembrando preocupación entre los países exportadores, y hay gestiones intensas **entre la OPEP y los restantes** productores.

Omán, productor de petróleo que **no es** miembro de la OPEP, decidió **reducir 5% su producción de crudo** para contribuir a que suban los precios en el mercado. El anuncio corrió por cuenta del ministro **Ahmed Said al Shanfari**.

La decisión fue tomada tras un encuentro con el ministro de Petróleo de **Qatar** —y actual presidente de la OPEP— **Abdula Bin Hamad al Atiya**. Omán suele actuar como "puente" entre la OPEP y los restantes exportadores no adheridos a la organización.

"La decisión de reducir la producción de Omán es la respuesta a los esfuerzos que hace la OPEP para restablecer el equilibrio de los precios en el mercado mundial", informó el ministro. Su país **bombea unos 800.000 barriles diarios hacia el mercado externo**.

Pero no quedó solo en eso: cumpliendo su rol de nexo, envió mensajes a otros países productores no miembros de la OPEP, pidiendo que también bajen sus producciones. Algunos, como **Egipto**, se apresuraron a contestar que no reducirán el bombeo, pero tampoco lo aumentarán.

Los precios, sin embargo, siguen bajando. Los que logra Kuwait por su crudo llegaron a **mínimos de entre 10 y 11 dólares el barril, los más bajos en los últimos diez años.**

Los doce países miembros de la OPEP culpan a los productores ajenos a la organización, especialmente al **Reino Unido y a Noruega**, de la reciente caída de precios, y los acusan de haber aumentado su producción, dando lugar a un **exceso de oferta** en los mercados petroleros.

Pero la OPEP tiene memoria y sabe que **por debajo de los 11/12 dólares los campos del Mar del Norte** —donde extraen los ingleses y noruegos— **se tornan antieconómicos**. Los países exportadores ya **derrotaron** a los ingleses —jugándoles durante breve tiempo con **sobreproducción y baja de los precios**— hace poco más de un lustro.

Los ministros de la OPEP decidieron en su reunión de noviembre en Viena mantener el actual techo de cuotas de los países miembros —**un total de 24,5 millones de barriles diarios**— pero se reservaron la posibilidad de reducir la producción si continuaba el deterioro de los precios.

El ministro venezolano del Petróleo, **Alirio Parra**, sugirió que se podría convocar una reunión de urgencia de la OPEP para discutir la posibilidad de que esta organización reduzca su producción global en 500 mil barriles diarios, para lograr que los precios suban.

Rusia tiene observador en organismo integrador

Se acreditó el miércoles ante el Comité de Representantes de la Asociación Latinoamericana de Integración, en calidad de observador, el Embajador de la Federación Rusa, Boris V. Golovin.

El Embajador Golovin, fue recibido por el Secretario General del Organismo, Ing. Antonio Antúnes y por el Presidente del Comité de Representantes, Embajador Raimundo Barros Charlín, según informó un comunicado de la ALADI.

Al depositar sus cartas credenciales, el Sr. Boris V. Golovin, expresó la seguridad de que el acercamiento de su país con la ALADI abriría nuevas perspectivas para la colaboración mutuamente ventajosa en diferentes áreas.

El entrante observador pronunció un breve discurso en la reunión del Comité de Representantes donde hizo votos para que la presencia de Rusia en el órgano político de la ALADI, fuera comprendida como un testimonio de amistad y disposición de desarrollar las relaciones con países miembros de la Asociación, en aras del bienestar y de la prosperidad común.

Nº DOCUMENTO 9400580
TITULO Países de ALADI firman acuerdo de cooperación en ciencia y tecnología.
PROCED. L. Rep. - 150023
FECHA 17/12/93
VINCUL. 593673.
11605

Países de la Aladi firman acuerdo de cooperación en ciencia y tecnología

■ Con la ceremonia de suscripción de un acuerdo marco regional de cooperación en ciencia y tecnología, a llevarse a cabo hoy a la hora 11, los países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración contarán con el marco legal para desarrollarse en este campo.

Estarán presentes el ministro de Educación y Cultura de nuestro país, doctor Antonio Mercader, y el secretario de Estado de Cienca y Tecnología de la República Argentina, doctor Raúl Matera y otras altas autoridades.

Este acuerdo se genera como consecuencia de los mandatos emanados de las resoluciones del Consejo de Ministros.

Los mismos derivaron en la reunión de altas autoridades de ciencia y tecnología que se desarrolló en octubre de 1992 y que culminó con la Declaración de Maldonado, donde dichas autoridades coincidieron en la necesidad de concretar un acuerdo en la materia entre los once países de Aladi.

Dicho acuerdo permitirá desplegar programas de investigación y desarrollo en el campo de la ciencia y la tecnología y otras acciones como a libre circulación de materiales y equipos científicos, y la armonización de criterios para la propiedad intelectual e industrial que servirán para configurar un espacio tecnológico común para la región.

Asimismo el acuerdo prevé la adhesión del resto de los países de América Latina que no son miembros de Aladi.

01-01

ALADI cita a los Cancilleres para el 11 de febrero próximo

Definirán la relación comercial azteca en la Asociación y TLC

Los Ministros de Relaciones Exteriores de los once países de la ALADI definirán, el próximo 11 de febrero, en Montevideo, la relación comercial entre los países de la Asociación y de las naciones más desarrolladas.

La situación de México, respecto a su vinculación al Tratado de Libre Comercio con América del Norte (TLC) fue el punto de partida del debate interno que permitirá definir el tratamiento que un miembro de la Asociación Latinoamericana de Integración deba dar a sus socios, cuando establezca acuerdo con terceros países desarrollados.

Una norma interpretativa del artículos 44 del Tratado de Montevideo de 1980 fue centro de los debates de las seis reuniones de un grupo ad-hoc de altos funcionarios de los Gobiernos de los once países.

Este grupo ad-hoc fue creado en el mes de noviembre de 1992 por decisión del Consejo de Ministros de la ALADI para encontrar los caminos que definieran la nueva situación.

Funcionarios de esta Asociación expresaron su optimismo sobre la solución que finalmente se encuentre a este tema en la próxima reunión de Cancilleres del organismo.

Con la ceremonia de suscripción de un acuerdo marco regional de cooperación en ciencia y tecnología, a llevarse a cabo hoy en la sede de la ALADI a las 11 horas, los países de la Asociación contarán con el marco legal para desarrollarse en este campo.

Estarán presentes el Ministro de Educación y Cultura, Dr. Antonio Mercader y el Secretario de Estado de Ciencia y Tecnología de Argentina, Dr. Raúl Matera y otras altas autoridades.

Este acuerdo se genera como consecuencia de los mandatos emanados de las resoluciones del Consejo de Ministros. Los mismos derivaron en la reunión de altas autoridades de ciencia y tecnología que se desarrolló en octubre de 1992 y que culminó con la Declaración de Maldonado, donde dichas autoridades coincidieron en la necesidad de concretar un acuerdo en la materia entre los once países de la ALADI.

Dicho acuerdo permitirá desplegar programas de investigación y desarrollo en el campo de la ciencia y la tecnología y otras acciones como la libre circulación de materiales y equipos científicos y la armonización de criterios para la propiedad intelectual e industrial que servirán para configurar un espacio tecnológico común para la región.

Asimismo, se prevé la adhesión del resto de los países de América latina que no son miembros de ALADI.

Nº. DOCUMENTO

TITULO

PROC. L.R.

FE. 19/12/93

Los cancilleres de la Aladi definirán en febrero relación con países desarrollados

■ Los ministros de Relaciones Exteriores de los once países de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) definirán el 11 de febrero, en Montevideo, la relación comercial entre los países de este grupo y de las naciones más desarrolladas.

La situación de México, respecto a su vinculación al Tratado de Libre Comercio con América Latina (TLC) fue el punto de partida del debate interno que permitirá definir el tratamiento que un miembro de la Aladi deba dar a sus socios, cuando establezca acuerdo con terceros países desarrollados.

Una norma interpretativa del artículo 44 del Tratado de Montevideo en 1980 fue centro de los debates de las seis reuniones de un grupo de ad-hoc de altos funcionarios de los gobiernos de los once países.

Este grupo ad-hoc fue creado en el mes de noviembre de 1992 por decisión del Consejo de Ministros de la Aladi para encontrar los caminos que definirán la nueva situación.

Funcionarios de esta Asociación expresaron su optimismo sobre la solución que finalmente se encuentre a este tema en la próxima reunión de cancilleres del organismo.

02

9400581.

Los países de Aladi impulsan la cooperación científica

Los países de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) firmaron un acuerdo marco regional de cooperación en ciencia y tecnología como consecuencia de los mandatos emanados de las resoluciones del Consejo de Ministros realizado en octubre de 1992.

El acuerdo permitirá desplegar programas de investigación y desarrollo en el campo de la ciencia y la tecnología, y otras acciones como la libre circulación de materiales y equipos científicos y la armonización de criterios para la propiedad intelectual e industrial que servirán para configurar un espacio tecnológico común para la región.

Los países miembros podrán ejecutar proyectos cooperativos de investigación científica en los centros especializados tanto del sector público como del privado y de las universidades, pudiendo contar además con la participación de empresas.

También podrán realizar acciones de investigación y desarrollo de nuevos productos y técnicas de fabricación, administración de la producción y gestión tecnológica, y la difusión del progreso tecnológico mediante la utilización de los servicios que sirven de apoyo al sistema de innovación, información tecnológica, patentes, licencias, etcétera.

Se prevé además la adhesión del resto de los países de América Latina que no son miembros de Aladi.

Rusia acusa a Ucrania y pide una intervención de la ONU

CRISIS ENTRE DOS ESTADOS NUCLEARES

El embajador ruso ante la Conferencia de Desarme de la ONU, Gregori Bezdenmikov, pidió la intervención del Consejo de Seguridad de la ONU para poner fin a la «alarmante» crisis creada por la falta de cooperación de Ucrania al desarme nuclear.



Una celebración militar en la capital ucraniana de Kiev

Desarme de la ONU, con sede en Ginebra, «Moscú está dispuesta a seguir un diálogo constructivo con Ucrania a fin de resolver todas las cuestiones pendientes en el ámbito de armamento nuclear».

«Sin embargo, es necesario que Ucrania asuma su responsabilidad frente a la comunidad internacional y respete de forma estricta los acuerdos que ha firmado y ratifique el Tratado START I y su Protocolo de Lisboa», argumentó.

Bezdenmikov dijo que «cuando el presidente de Ucrania se compromete con el presidente estadounidense, Bill Clinton, a cooperar en el proceso de desarme nuclear, se refiere a eliminar sus cabezas nucleares antiguas, cuya garantía ya ha expirado y por lo tanto no pueden ser utilizadas».

Añadió que «aunque el sistema de centralización para el lanzamiento de misiles nucleares en el territorio de la antigua Unión Soviética sigue en vigor, es decir, que para lanzar un misil el botón debe presionarse en Moscú, pequeños Estados como Ucrania trabajan en poder efectuar la operación directamente desde sus capitales».

El representante del Gobierno de Rusia expresó su temor a que Bielorrusia y Kazajistán sigan el ejemplo de Ucrania en el ámbito nuclear, «lo que puede suponer una inmensa proliferación de las armas más terribles sobre la Tierra».EFE

9400582
Crisis entre dos estados nucleares.
L. JUV - 150014
1/12/93
11293
Rusia - 507294
Ucrania - 507355
507293

Rusia acusa a Ucrania y pide una intervención de la ONU

CRISIS ENTRE DOS ESTADOS NUCLEARES

El embajador ruso ante la Conferencia de Desarme de la ONU, Gregori Bezdenmikov, pidió la intervención del Consejo de Seguridad de la ONU para poner fin a la «alarmante» crisis creada por la falta de cooperación de Ucrania al desarme nuclear.



Una celebración militar en la capital ucraniana de Kiev

Desarme de la ONU, con sede en Ginebra, «Moscú está dispuesta a seguir un diálogo constructivo con Ucrania a fin de resolver todas las cuestiones pendientes en el ámbito de armamento nuclear».

«Sin embargo, es necesario que Ucrania asuma su responsabilidad frente a la comunidad internacional y respete de forma estricta los acuerdos que ha firmado y ratifique el Tratado START I y su Protocolo de Lisboa», argumentó.

Bezdenmikov dijo que «cuando el presidente de Ucrania se compromete con el presidente estadounidense, Bill Clinton, a cooperar en el proceso de desarme nuclear, se refiere a eliminar sus cabezas nucleares antiguas, cuya garantía ya ha expirado y por lo tanto no pueden ser utilizadas».

Añadió que «aunque el sistema de centralización para el lanzamiento de misiles nucleares en el territorio de la antigua Unión Soviética sigue en vigor, es decir, que para lanzar un misil el botón debe presionarse en Moscú, pequeños Estados como Ucrania trabajan en poder efectuar la operación directamente desde sus capitales».

El representante del Gobierno de Rusia expresó su temor a que Bielorrusia y Kazajistán sigan el ejemplo de Ucrania en el ámbito nuclear, «lo que puede suponer una inmensa proliferación de las armas más terribles sobre la Tierra».EFE

01-02

9400582

La comunidad internacional debe reaccionar ante el peligro global que supone la emergencia de nuevos Estados nucleares, tales como Ucrania, lo que no supone solamente un problema para Rusia, sino una crisis y amenaza global», subrayó.

UCRANIA NO RATIFICO EL TRATADO START I

Según Bezdenmikov, «la nueva situación creada por Ucrania es alarmante, ya que este país ha violado ampliamente sus compromisos adquiridos a nivel internacional en materia de armas nucleares al negarse el pasado 18 de noviembre a ratificar el Tratado START I».

«Todo el mundo esperaba que Kiev ratificase el citado tratado, destinado a la reducción de un tercio de las armas nucleares entre la entonces Unión Soviética y Estados Unidos, así como el Protocolo de Lisboa integrado en el START I», indicó.

El embajador insistió en que «todas las partes de ese tratado, Rusia, Estados Unidos, Kazastán y Bielorrusia, han ratificado ese tratado y ahora debe actuar Ucrania, ya que sin su aprobación, todo el proceso de profunda reducción de armas nucleares no podrá comenzar».

«Si Ucrania no ratifica el START I, ese instrumento no podrá entrar en vigor, y por lo tanto también el estratégico tratado nuclear START II quedará en agua de borrajas», subrayó.

Bezdenmikov hizo hincapié en que «en lugar de aplicar sus compromisos de eliminar todo el armamento nuclear, Kiev pretende ahora reducir solamente entre un 36 y un 42 por ciento de sus cargas nucleares».

«Además, -insistió- la actitud de Ucrania supone una violación del Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares, cuya extensión ilimitada, que se pretende decidir en la conferencia de 1995, no servirá de nada ante la aparición de nuevos Estados nucleares que se niegan a suscribir ese texto».

MOSCU DISPUESTA A UN «DIALOGO CONSTRUCTIVO»

De acuerdo con el embajador de Rusia ante la Conferencia de

02-02

Ucrania anunció que eliminará 20 cohetes de largo alcance en 1994

UCRANIA DESMANTELARÁ AL menos 20 de sus 46 cohetes nucleares SS-24 de largo alcance para fines de este año y eliminará todas sus armas nucleares en 1994, dijeron ayer funcionarios del gobierno.

Ucrania tiene 176 cohetes con capacidad para 1.240 cabezas nucleares.

Tiene también 21 bombarderos Tu-95 y 16 Tu-16 que pueden llevar cohetes nucleares de largo alcance.

La decisión de Ucrania fue anunciada al cabo de tres días de negociaciones de alto nivel entre Ucrania, Rusia y Estados Unidos en Kiev.

Se trató, principalmente, la manera de poner en marcha el tratado Start 1 de reducción de armas nucleares.

El Parlamento ucraniano ratificó el Start 1 el 18 de noviembre, pero acordó eliminar sólo parte de su arsenal nuclear.

Varios funcionarios del gobierno y legisladores se niegan a destruir o entregar a Rusia todas sus armas nucleares, por temor a que ese vecino gigante intente privar a Ucrania de su independencia. ■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de la agencia AP)*

E.P.
21/12/93

En Ucrania Desactivan 17 Misiles Nucleares

PAIS 21/12/93 DESARME

KIEV, 20 (Reuter). — Ucrania anunció hoy que ha desactivado 17 misiles nucleares SS-24, una medida que apunta a mejorar la imagen internacional de la ex república soviética.

El viceprimer ministro Valery Shmarov realizó el anuncio dos días después de conversaciones con Rusia y los Estados Unidos que produjeron un acuerdo preliminar sobre la compensación que recibirá Kiev por entregar sus armas nucleares.

La decisión representa un paso adelante hacia el cumplimiento de la promesa de Ucrania de renunciar a su arsenal nuclear.

"Diecisiete misiles SS-24 fueron desactivados. Serán 20 para fin de año", declaró Shmarov a la prensa. "Esto significa bajar el grado de alerta militar". Las cabezas nucleares fueron retiradas de los cañones".

"¿No es esto una seria declaración de intenciones sobre la política de Ucrania? Estamos dispuestos a retirar todos los SS-24 del estado de alerta, pero sólo si se cumplen las condiciones planteadas en las conversaciones", agregó.

Durante meses de debate en torno al tratado START-I de desarme nuclear, los 46 SS-24 de Ucrania fueron esgrimidos por sus políticos como el mejor instrumento del país para extraer concesiones a Occidente.

El presidente Leonid Kravchuk y otros dirigentes propusieron durante debates sobre el tema nuclear que los SS-24, a diferencia de los 130 SS-19 —un modelo anterior—, no fueran destruidos sino simplemente desactivados, manteniendo sus cabezas nucleares en depósitos seguros.

El Parlamento ratificó el START-I el mes pasado, pero sujeto a 13 condiciones, incluyendo garantías de seguridad y una indemnización que expertos calcularon en 2.800 millones de dólares.

9400583

L.M. 3/12/93

Ucrania advierte que no aceptará intervención a su poder nuclear

La Mañana 3/Dic/93

El Presidente ucraniano, Leonid Kravchuck, advirtió ayer que el intento de Estados Unidos y de Rusia de obligar al país a desmantelar el arsenal nuclear ex soviético aún desplegado en su territorio puede volverse contraproducente.

Kiev (Ansa)

"Ucrania está decidida a eliminar todas las armas atómicas presentes en su territorio, pero no lo hará de rodillas, y la comunidad internacional debe comprender las dificultades que enfrentamos en este tema", dijo Kravchuck a la prensa.

Hace pocos días, hablando ante una conferencia de parlamentarios de los países que asoman sobre el Mar Negro, Karvchuck admitió que el Presidente norteamericano, Bill Clinton, en una conversación telefónica, le expresó su "insatisfacción" ante la reciente resolución del Parlamento de Kiev sobre la ratificación del tratado de desarme START 1.

Moscú, por su parte, ha amenazado con suspender el mantenimiento de las armas soviéticas en territorio ucraniano, que según el Canciller ruso, Andrei Kozyrev, podrían transformarse dentro de pocos meses un peligro ecológico potencial, capaz de provocar "un desastre de proporciones similares al de Chernobyl".

La asamblea ratificó el tratado, suscrito por la Unión Soviética y Estados Unidos en julio de 1991, pero sostuvo que éste se aplica sólo al 36 por ciento de los misiles y el 42 por ciento de las cabezas nucleares presentes en su territorio, excluyendo de hecho los SS-24, cohetes estratégicos desplegados en 1987 y más modernos de los SS-19.

En la cumbre de Cancilleres de la Alianza Atlántica, reunida hoy en Bruselas, se expresó la inquietud occidental ante lo que el jefe de la diplomacia británica, Douglas Hurd, definió el "cumplimiento insatisfactorio" del START 1 de parte de Kiev.

Hurd subrayó que Ucrania fue aceptada en el Consejo de Cooperación del Atlántico del Norte (CCAN), que reúne a los países de la OTAN y los del disuelto Pacto de Varsovia, a condición de que permanezca siendo un estado desnuclearizado, de acuerdo con el Tratado de No Proliferación atómica (TNP).

Su homólogo alemán, Klaus Kinkei, dijo por su parte que la actitud de Ucrania no llevará a su exclusión del CCAN -cuyos responsables se reúnen mañana en Bruselas con sus homólogos atlánticos- sino a que se ejerzan "todas las presiones necesarias para que cumpla con sus compromisos".

Por su parte, el Canciller belga Willy Claes, presidente de turno de la Unión Europea, indicó que, de no cumplir con sus empeños en materia de desarme nuclear, Ucrania podría verse excluida de la "asociación para la paz", proyectada como primer paso para ir hacia la integración de los países del ex bloque soviético en la OTAN.

En una reciente entrevista al diario francés Le Figaro, Kravchuck dijo que "en vez de especular sobre las consecuencias del voto del Parlamento de Kiev, el Occidente debería ayudarnos, técnica y económicamente, a destruir nuestras armas nucleares".

03-03

Consultor del BID se reunió con varios empresarios sanduceros

PAYSANDU (por Sergio A. Peraza).- Una intensa actividad desarrolló en esta capital departamental el Director de la Consultora que está organizado el proyecto CODEFRO (Desarrollo fronterizo del Litoral Uruguayo-Argentino), Dr. Juan José Tacone, que es además consultor del Banco Interamericano de Desarrollo.

El citado funcionario dialogó en primera instancia con el Intendente Municipal Dr. Jorge Larrañaga en la Sala Ing. José Acquistapace del Palacio Municipal sobre la marcha del proyecto Comité de Desarrollo Fronterizo. Posteriormente se reunió con micro, pequeños, medianos y grandes empresarios de Paysandú, sobre la posibilidad de proyectos en el marco de CODEFRO. El Dr. Tacone tomó contacto también con las fuerzas productivas del medio, en una reunión que fue calificada como muy fructífera.

Al término de las entrevistas, el Dr. Tacone señaló que a solicitud de los Gobiernos de Uruguay y Argentina, participantes en el proyecto fronterizo, el Banco Interamericano de Desarrollo ha prestado, a través del Instituto para la Integración de América Latina (INTAL), un asesoramiento para la consolidación de la idea de crear una organización que promueva el desarrollo de la frontera en la región del bajo río Uruguay.

"En relación a este tema -afirmó el alto funcionario- se está llevando a cabo una identificación primaria de cuáles son los obstáculos y limitaciones que se tienen para el desarrollo económico de la región, principalmente a nivel del sector privado en este caso, como así también la identificación concreta de proyectos de inversión del sector público y del privado, para entonces conformar programas de inversión que después puedan ser tramitados ante organismos multilaterales o regionales de financiación".

Agregó que "se trata no necesariamente del BID, sino de otros tipos de canales de financiación que puedan ser posibles de identificar".

BID otorgará nuevo préstamo para las MyPEs

En marzo del año entrante Uruguay y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) suscribirán una ampliación del programa para el fomento de las micro y pequeñas impresas, el que prevé un componente crediticio de 14 millones de dólares, dijeron anoche a *El Observador* fuentes oficiales.

Durante la última semana el presidente de la Corporación Nacional para el Desarrollo (CND), Roberto Horta, y el director del organismo en representación del Movimiento Nacional de Rocha, Ignacio Otegui, llevaron adelante gestiones en Washington para la aprobación del segunto tramo de dicho préstamo.

En el marco de las mismas se entrevistaron con el principal del BID, el uruguayo Enrique Iglesias, quien comprometió su apoyo a la iniciativa e "instruyó a los servicios del banco para que efectúen los trámites necesarios para firmar el contrato en marzo de 1994", en oportunidad de celebrarse la Asamblea Anual de Gobernadores del BID, explicaron los informantes.

Con el primer tramo de los recursos aportados por el BID, diez millones de dólares, se financiaron unos 1.300 proyectos presentados por micro y pequeños empresarios, cuyo monto promedio se situó entre 8.000 y 9.000 dólares, la mitad de los cuales fueron del interior del país. ■

9400586
El BID aprobó préstamo para la enseñanza técnica.
E.P. - 150007
9/12/93
500187
507466

EL BID APROBO PRESTAMO PARA LA ENSEÑANZA TECNICA



Cr. Enrique Iglesias, Presidente del BID

El Banco Interamericano de Desarrollo anunció la aprobación de un préstamo de 28 millones de dólares para un programa de mejoramiento de la educación técnica y la transformación profesional que beneficiará a unos 45.500 estudiantes en el Uruguay.

El Consejo de Educación Técnico-Profesional (CETP) usará los fondos para reformar sus normas y organización académica y administrativa a fin de mejorar la calidad de la educación y adecuar la oferta de nivel técnico post-básico y la formación profesonal a los requerimientos del mercado laboral.

Entre otras medidas, el programa reformará las normas de contratación de personal, descentralizará la estructura del CETP, consolidará escuelas y especialidades y promoverá vínculos más vigorosos con el sector productivo.

Asimismo contempla la reforma de los planes de estudio, la capacitación de docentes, la adquisición de materiales didácticos, el mejoramiento de la infraestructura física, y el equipamiento.

En las escuelas dependientes del Consejo localizadas en diferentes lugares del país, hay aproximadamente 22.000 estudiantes en el nivel post-básico y 23.500 en los cursos de formación profesional.

El préstamo fue aprobado del capital ordinario del BID a 25 años de plazo, a tasa anual variable de interés, actualmente 7,26 por ciento.

9400586

01-01

Nº DOCUMENTO 9400588
TITULO A. Latina y el Caribe progresan a tasas moderadas.
F. E.C. 150024
F. 18/12/93.
V. 510827
11677.
10190

LLAMADO DE ATENCION SOBRE EL

América latina y progresan a tasas

América latina y el Caribe crecen, pero moderadamente. Eso dice en su informe para 1993 la CEPAL, aunque alerta sobre dos problemas: el déficit del intercambio (se importa más de lo que se exporta) y el rezago en cumplir con programas sociales imprescindibles para mejorar las condiciones de vida en la región.

SANTIAGO, Chile (Reuter y EFE). — Las economías de América latina mantuvieron un **ritmo moderado de crecimiento, menor inflación, aumento del déficit comercial y un generoso ingreso de capitales externos,** según el balance preliminar de 1993 difundido ayer por la CEPAL. El promedio de crecimiento alcanzó al **3,2%,** pero para 1994 hay incertidumbre especialmente en el sector externo.

El titular del organismo, el guatemalteco Gert Rosenthal, dijo que a este ritmo de crecimiento **"es muy difícil revertir el cúmulo de rezagos sociales acumulados en los años ochenta. La pobreza y el tema de la distribución del ingreso siguen presentes con mucha fuerza".**

La organización expresó su inquietud por la **brecha entre las importaciones y las exportaciones, financiada con ingresos de capitales externos de corto plazo** que en muchos casos tienen intenciones especulativas y que son volátiles.

"Es deseable que la composición de las corrientes de

01-02 9400588

DEFICIT COMERCIAL

el Caribe moderadas

capitales vaya cambiando en favor de los capitales más estables y de las inversiones de riesgo y reduzca la proporción de flujos volátiles. Esto justifica una limitada y selectiva regulación del financiamiento externo, siguiendo el ejemplo de algunos países de la región", dijo en su informe la Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

La moderada expansión regional (3,2%) está fuertemente influida por una recuperación de la economía brasileña, sin la cual la tasa de expansión regional sería del 2,6%.

La comisión agregó que esto obedeció al agravamiento de situaciones recesivas como las de Venezuela y Nicaragua o de una desaceleración generalizada del crecimiento, como ocurre en la Argentina, Chile, Costa Rica y Panamá, países que, no obstante, mantienen un contexto de elevada expansión. Solo el Brasil y el Perú mejoraron su desempeño respecto del año anterior.

"En 1993, la mitad de los 19 países sobre los que se dispone de información mejoraron su gestión fiscal, ya sea mediante el incremento del superávit de las cuentas públicas o la reducción del déficit", dijo en su informe.

♦ **Los deficit**

En sus cuentas externas, el volumen de exportaciones de América latina y el Caribe aumentó en casi 9%, pese a la desganada evolución del comercio mundial. Pero hubo deficit comercial —un dato preocupante para el futuro, dice la CEPAL— y se mantuvo el rojo en la cuenta corriente del balance de pagos.

Respecto de la Argentina, señala un crecimiento destacado, producto básicamente del auge de la demanda interna, la mejor tasa de formación de capital desde la crisis de la deuda, aunque por debajo de los niveles anteriores.

La Argentina nunca fue tan latinoamericana

El informe de la CEPAL sobre la región en 1993 apunta logros y peligros que coinciden plenamente con los argentinos.



Gert Rosenthal, secretario ejecutivo de la CEPAL.
Todo depende de "la expansión acelerada de las exportaciones".

"El masivo financiamiento externo (en una economía más abierta a las importaciones), la mayor solidez fiscal, la estabilidad de precios y la reactivación económica constituyen un círculo virtuoso que gira en torno de la confianza en la permanencia de la política económica y en la continua reproducción de esos resultados. El mantenimiento de esta nueva modalidad de funcionamiento... despierta, sin embargo, inquietudes con respecto a la magnitud de la brecha externa, la volatilidad de algunos de los capitales que ingresan y los reducidos márgenes de maniobra de la política económica para anticipar eventuales shocks externos sin vulnerar la confianza de los agentes. La superación a mediano plazo de esta situación depende, esencialmente, de la expansión acelerada y sostenida de las exportaciones y de la competitividad internacional..."

¿Quién escribió este informe sobre la Argentina? Nadie. Porque el párrafo está tomado del Balance Preliminar de la Economía de América latina y el Caribe en 1993, confeccionado por la CEPAL. La ideología económica que prevalece en la Argentina es la misma que lleva la voz cantante en casi toda la región, con la gigantesca excepción de Brasil y con variaciones de receta según las características de cada país. En otros términos: aunque el Plan Cavallo parezca localmente un hallazgo y una creación de gran originalidad, sólo se diferencia de las estrategias que aplican otros países latinoamericanos en algunos aspectos instrumentales.

Para Gert Rosenthal, economista guatemalteco que ayer presentó en Santiago de Chile el balance trazado por la CEPAL, de la que es secretario ejecutivo, "Latinoamérica siguió creciendo por tercer año consecutivo, pero ya más lentamente. El PBI regional se habría expandido este año en un 3,2 por ciento, implicando un aumento del 1,3 por ciento en el ingreso por habitante. La Argentina sobresale, creciendo aún alrededor de un 6 por ciento, mientras la inflación regional cayó por debajo del 15 por ciento. A pesar de la atonía del comercio mundial, las exportaciones latinoamericanas crecieron un 9 por ciento, hasta alcanzar unos 133 mil millones de dólares. La Argentina representa, por tanto, un 10 por ciento de ese total regional.

Tal vez consuele que, globalmente, América latina sufra ya de un déficit comercial que crece más velozmente que las exportaciones y se amplía este año a casi u$s 15 mil millones, unas cinco veces el desbalance argentino. La cuenta corriente regional, que incluye también el intercambio de servicios (intereses, seguros, fletes, turismo) concluye 1993 en Latinoamérica con un agujero de casi 43 mil millones. Pero nadie pudo notar el drama, porque paralelamente ingresaron a la región capitales por unos 55 mil millones, impresionante suma que, sin embargo, muestra un retroceso respecto de los 62 mil millones de 1992. Para la CEPAL, la plata viene porque Latinoamérica la atrae pagando rentas más altas.

Tajante informe de la Cepal sobre Uruguay

La Tercera 19/12/93

LA ACTIVIDAD ECONOMICA SE DESACELERO EN 1993

La actividad económica se desaceleró rápidamente este año en Uruguay tras haber crecido más del 7 por ciento en 1992, pues en el actual ejercicio su Producto Interior Bruto (PIB) subió sólo un 2 por ciento, según la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL).

Las cifras corresponden al balance preliminar de la economía regional que entregó la CEPAL en su sede en Santiago de Chile.

La Comisión estima que a la desaceleración económica uruguaya contribuyeron fundamentalmente una considerable retracción de la producción industrial, la menor generación de electricidad y el leve ascenso de la producción agropecuaria.

Por el contrario, la construcción y los servicios continuaron creciendo en índices elevados.

Después de la recuperación parcial registrada el año anterior, la industria manufacturera uruguaya retrocedió más de un 7 por ciento.

Casi la mitad de esta caída se originó en la paralización de una planta de refinación de petróleo que se encuentra en proceso de remodelación.

El resto del sector también vio disminuir su producción, ante la estabilización de una parte del consumo interno y la atonía de la demanda externa de productos tradicionales.

La actividad agropecuaria, tras un año de notable incremento, se desaceleró, como resultado de un leve crecimiento de la producción pecuaria, algo superior al descenso de los cultivos agrícolas.

En la actividad pecuaria, mientras la producción de lana retrocedió, continuaron creciendo los sectores del ganado vacuno, la leche y la avicultura.

La contracción de producción fue generalizada en la agricultura, con escasas excepciones, como la del arroz.

La retracción de la demanda argentina, que se había incrementado sustancialmente durante 1992, afectó a la generación de electricidad.

La construcción, por el contrario, continuó a gran ritmo (más del 15 por ciento).

En la construcción privada destacó el alto nivel de actividad en Montevideo y en la ciudad balneario de Punta del Este.

También contribuyó en buena medida la inversión pública, en particular la ejecutada por las empresas de electricidad y telefónica.

El comercio, el servicio prestado por hoteles y el transporte continuaron creciendo sostenidamente, entre la abundante oferta de artículos importados y gran afluencia de turistas provenientes de Argentina.

El índice de desempleo urbano se redujo del 9,3 por ciento al 9 por ciento, gracias a la fuerte expansión de la construcción. (efe)

9400591
Declaraciones de la CEPAL sobre la economía argentina.
L.R. - 150023
20/12/93
510827
66960

La economía argentina se expandió por impulso de la demanda interna

■ La economía argentina se expandió con rapidez en 1993, logrando un crecimiento de seis por ciento, el segundo más alto de América Latina luego de Perú, debido a un impulso proveniente de la demanda interna, dijo la Cepal.

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas indicó además que la inversión se elevó en "forma significativa", mientras el ingreso agregado de los argentinos y la ampliación del crédito se hicieron sentir en un aumento del consumo.

El organismo destacó que Argentina logró una inflación de ocho por ciento, la menor desde 1969 y una de las más bajas de América Latina. "A nivel mayorista, los precios aumentaron sólo levemente".

"Uno de los objetivos prioritarios de la política macroeconómica fue el mantenimiento del equilibrio fiscal. El aumento de los ingresos del gobierno reflejó los efectos del más alto nivel de actividad y el resultado, que ya se venía observando en los años anteriores, de una mayor eficacia en la gestión recaudatoria", indicó la Cepal.

9400591

01-01

9400592
CEPAL y PNUD buscan aumento de capacidad competitiva regional.
E.P. - 150007
22/12/93
510827
510826

CEPAL Y PNUD

Buscan aumento de capacidad competitiva regional.

Santiago de Chile, 21 dic. La búsqueda de mecanismos para el aumento de la capacidad competitiva de los países latinoamericanos es el objetivo de un proyecto que culminará en 1994 efectuado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) y el Programa de la ONU para el Desarrollo (PNUD), se informó hoy, martes.

El proyecto se comenzó a desarrollar en julio de 1990, en una primera etapa, en seis países: Bolivia, Brasil, Colombia, México, República Dominicana y Uruguay y para el bienio 1992-1994 se ha extendido a Chile, Jamaica y Venezuela.

El asesor técnico principal del proyecto, el uruguayo Wilson Peres, dijo hoy a EFE que en los seis primeros países se estudiaron áreas de política de tipo horizontal, como el fomento a las exportaciones, tecnología, capacitación de recursos humanos y articulación universidad-industria.

También se analizaron políticas de tipo sectorial como lácteos, productos de cuero, joyería, textiles de pelos finos, química no b sica, informática, entre otros.

Peres señaló que la selección de sectores o áreas de política varió considerablemente de un país a otro, dado el diferente interés de cada uno de ellos y su estadio de integración en la economía mundial.

En algunos casos (Colombia, República Dominicana, Bolivia y Uruguay), se propusieron medidas de política específicas y las instituciones que serían necesarias para llevarlas a cabo, o se apoyó el diseño de propuestas de políticas sectoriales.

En otros casos (México y Brasil), se contribuyó a la evaluación de resultados de políticas de inserción internacional o al debate sobre cursos de acción futuros en ese campo.

Wilson Peres informó de que en cuanto a las tareas pendientes, de ahora a julio de 1994 se deben celebrar seminarios de trabajo en Chile, Jamaica y Venezuela y cuatro cursos-talleres para empresarios, el primero de los cuales se hará en febrero próximo en Santafé de Bogotá. (EFE)

01-01

9400592

Recesión mundial sigue afectando exportaciones de América Latina

Santiago de Chile, 21 dic. El valor de las exportaciones de los países de América Latina y el Caribe creció menos del cinco por ciento en 1993 y, por tercer año consecutivo, sufrió el impacto de la recesión de los países industrializados, según el Balance Económico de la CEPAL.

La Comisión Económica de la ONU para América Latina y el Caribe (CEPAL) indica que este resultado representa una "expansión moderada" de las exportaciones, que en total para 1993 sumaron en la región 133.000 millones de dólares.

(EFE)

Según un balance preliminar del año realizado por Cepal

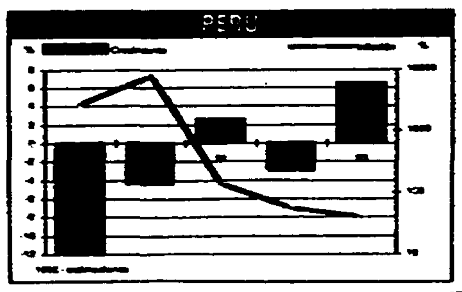
América Latina creció 3,2%, la inflación cayó y aumentó el déficit comercial durante 1993

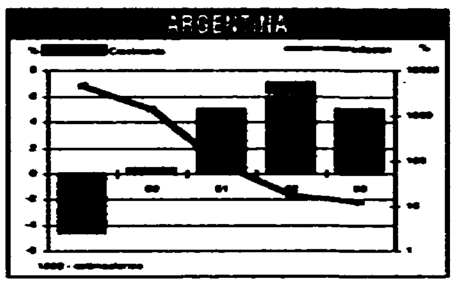
Las economías de América Latina y el Caribe mantuvieron un ritmo moderado de crecimiento, con menor inflación, aumento del déficit comercial y un importante ingreso de capitales externos, de acuerdo con un balance preliminar de 1993 realizado por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal).

El organismo admitió su preocupación por el creciente déficit comercial financiado por ingreso de capitales externos que en muchos casos tienen fines especulativos y por lo tanto son muy volátiles.

El crecimiento

Según las estimaciones de Cepal, el Producto Bruto Interno (PBI) de América Latina creció 3,2% en 1993, lo que significa un aumento per cápita de 1,3%, con lo cual se logra por tercer año consecutivo una "moderada expansión".





Sin embargo, esta cifra está muy influenciada por la fuerte expansión de Brasil, ya que si se lo excluye del cálculo, el crecimiento alcanza solamente 2,6%, comparado con casi 5% del bienio anterior.

Por un lado Brasil y Perú mejoraron su desempeño respecto al año anterior en cuanto a crecimiento, con una expansión de 4,5% y 6,5% respectivamente, y por otro lado Venezuela y Nicaragua tuvieron una actividad recesiva en 1993.

Inflación

En cuanto al aumento de precios, el informe destaca que fuera de Brasil, donde se produjo una importante aceleración de la inflación, el resto del continente continuó con el proceso de estabilización de los precios.

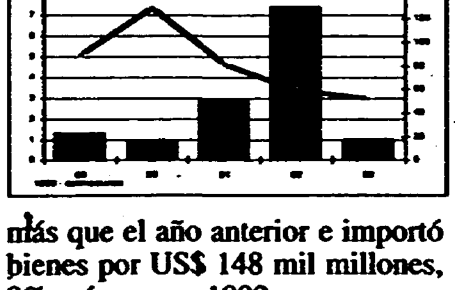
Sin tomar en cuenta al país más grande de la región, la inflación en América Latina, que había caído de 49% en 1991 a 22% el año anterior, continuó su descenso hasta aproximadamente 19% en 1993.

"Este año pasaron a ser mayoría los países con una inflación menor al 15% anual", destaca el informe de la organización dependiente de las Naciones Unidas, agregando que la estabilización ha contribuido a la profundización de los procesos de ajuste fiscal.

El comercio exterior

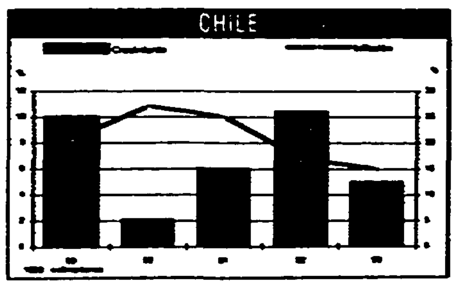
Según la Cepal, el volumen de exportaciones de América Latina creció casi 9% a pesar de la lenta evolución del comercio mundial. El organismo atribuye dicha alza al vigoroso aumento de las exportaciones intralatinoamericanas y a la diversificación de la estructura exportadora lograda en años anteriores.

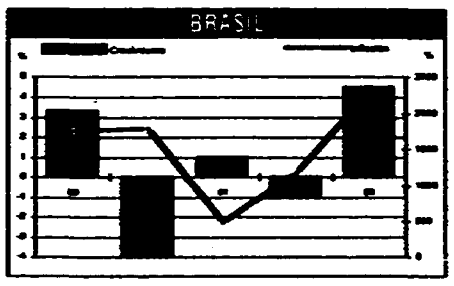
La región exportó bienes por valor de US$ 133 mil millones, 5%



más que el año anterior e importó bienes por US$ 148 mil millones, 8% más que en 1992.

Por ello, el déficit comercial se amplió a US$ 14.700 millones, de los US$ 10.000 registrados el año anterior y se hizo más generalizado,





siendo los únicos países con superávit comercial Brasil, Ecuador y Venezuela. México es el país con el mayor déficit comercial con US$ 20.000 millones.

Con este resultado, el déficit en la cuenta corriente de la balanza de pagos aumentó a US$ 43.000 millones, alrededor de 3,4% del producto. El creciente desequilibrio continuó financiándose con ingresos de capitales provenientes del exterior que alcanzaron los US$ 55.000 millones, US$ 7.000 millones menos que en 1992, pero US$ 16.000 más que en 1991.

Los capitales ingresaron fundamentalmente por medio de la emisión de bonos que alcanzaron US$ 19.300 millones, casi el doble del año anterior.

La transferencia neta de recursos financieros a la región disminuyó desde casi US$ 33.000 millones en 1992 a US$ 26.000 millones este año.

La deuda externa aumentó 4% en 1993, situándose en US$ 487.000 millones por la colocación de bonos en el mercado internacional y el aumento de créditos a corto plazo.■ *(Producción: Alejandro Gold en base a información propia y de las agencias AP, EFE y Reuter)*

9400594

01-01

9400595
Para no tratar las Z.F. el Senado fue dejado sin Quórum.
E.P. - 150007
2/12/93
118560
5076466

Para no Tratar las Zonas Francas, el Senado fue Dejado sin Quórum

Cuando el Senado se disponía a tratar en forma urgente un proyecto de ley para mantener en manos estatales la administración de las Zonas Francas de Nueva Palmira y Colonia, la sesión quedó sin número y debió ser levantada.

Se trata de un proyecto sancionado días atrás por la Cámara de Representantes con el apoyo de importantes mayorías, entre las que se encuentran el Frente Amplio, el Partido Por el Gobierno del Pueblo y también sectores del Partido Colorado.

Ayer, en la sesión con que dio comienzo el período ordinario correspondiente al último mes del año 1993, el frenteamplista Jaime Pérez solicitó el tratamiento de esta iniciativa en forma grave y urgente, situación que fue utilizada por quienes se oponen a la mantención de las mencionadas Zonas Francas en manos estatales para retirarse de sala dejando sin quórum al Senado.

En otro orden, el Senado postergó hasta una nueva sesion una intervención de Pablo Millor, (C94) sobre la posición del Estado uruguayo ante la eventual participación de la República de China en Taiwan en la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

01-01

9400595

Ante la falta de entendimiento y para que imparta "lineamientos racionales"

Zonas Francas en el Mercosur: los cuatro países lo tratarán a alto nivel

Uruguay propuso que el tema de las zonas francas sea tratado a alto nivel en la reunión de Asunción ante la falta de acuerdo en las conversaciones del subgrupo respectivo en el Mercosur.

Los representantes uruguayos en las conversaciones del Mercosur ratificaron la posición sustentada en diversos ámbitos en donde se "no se acepta" la diferenciación de las zonas como sí lo quiereen Brasil y Argentina.

En la reunión celebrada en Montevideo entre el 15 y el 19 de noviembre -en donde los cuatro países del tratado de Asunción fijaron su posición sobre las zonas francas- la delegación uruguaya propuso y fue aceptado que dada la falta de entendimiento se eleven los antecedentes al Grupo Mercado Común (GMC). En este ámbito -en donde el embajador Guillermo Valles representa los intereses de Uruguay- se deberán definir los pasos a seguir "a efectos de que éste (el GMC) imparta los lineamientos que posibiliten, sobre bases racionales, el logro de un acuerdo".

El GMC tiene previsto reunirse en este mes, antes del encuentro cumbre de enero entre los cuatro presidentes de las naciones que impulsan el Mercosur.

El siguiente es el texto de la posición uruguaya expuesta en la reunión de Montevideo, y recogida en las actas de las conversaciones.

"La delegación de Uruguay ratifica lo expuesto en el II Seminario sobre Zonas Francas. Insiste además en que el tratamiento a dar en el Mercosur a estas zonas, que gozan de un régimen de excepción, debe ser equitativo para sus integrantes de forma de otorgarles idénticas oportunidades de desarrollo. No se acepta la diferenciación de las zonas con tratamiento excepcional sobre la base de definiciones terminológicas, es decir, unas, al ser catalogadas de zonas de promoción industrial, tienen justificada su vigencia. Las otras zonas francas, que deben ser sólo de exportación, quedan descalificadas en su accionar hacia el Mercosur, aún sujetas al régimen general. Uruguay entiende que sus zonas francas también tienen entre uno de sus objetivos el de la promoción industrial, por lo que ellas no pueden quedar fuera del proceso de integración.

La delegación uruguaya no comparte tampoco la pretensión de la ecualización o anulación de las ventajas comparativas debido a la localización de su país, por cuanto ello conduce a una nivelación hacia abajo de la eficiencia, pretensión por otra parte de toda racionalidad económica.

Uruguay pretende únicamente gozar de un tratamiento igualitario entre sus socios del Mercosur. No es su intención, a través del mecanismo de las zonas francas, perforar regímenes arancelarios ni crear asimetrías, como de hecho se consolidarían de aceptar solamente como regímenes excepcionales los de Manaos y Tierra del Fuego.

Razones históricas, del tipo que sean, no justifican una discriminación como las que se pretende, dentro del Mercosur.

La delegación uruguaya entiende que ante la ausencia de acuerdo entre las cuatro delegaciones en esta materia, se eleven los antecedentes sobre las posiciones sustentadas al GMC a efectos de que éste imparta los lineamientos que posibiliten, sobre bases racionales, el logro de un acuerdo.■

Zona Franca Montevideo en China, Hong Kong, Malasia, Tailandia y Singapur

OBS 7/12/93

UNA NUTRIDA AGENDA empresarial vienen cumpliendo Orlando Dovat y Carlo Mari -directores de Zona Franca Montevideo en diversos países de Oriente. Tras haber concluido la misión en China -junto al presidente Luis Alberto Lacalle-, Dovat y Mari viajaron a Malasia con el ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas. Luego seguirán a Tailandia y Singapur.

En comunicación telefónica con *El Observador*, Mari dijo que en Hong Kong se entrevistaron con la Chinese Manufacturers Association y con la Hong Kong General Chamber of Commerce. En ambos encuentros se difundió en detalle el régimen de zonas francas de Uruguay. Los dos empresarios uruguayos expusieron acerca de la oportunidad comercial que significan las zonas francas en el Mercosur, como centro de distribución de los productos chinos. Allí se hicieron importantes contactos, acotó Mari.

Con representantes de la Hong Kong Industrial Estates Corporation -que agrupa a más de 130 industrias- se intercambiaron experiencias y se acordó mantener contactos fluidos para oportunidades recíprocas.

En Beijing, en el Palace Hotel de esa ciudad, los medios informativos chinos realizaron una amplia cobertura de la visita gubernamental y empresarial uruguaya.

Allí -destacó Mari- el presidente Lacalle puso énfasis en dos conceptos. Por un lado -explicó el mandatario- Uruguay es una puerta de entrada al Mercosur. Y por otro lado, las zonas francas son instrumento útil para el fomento de las exportaciones chinas a Brasil y Argentina.■

Embajador de EEUU visitó planta de Pepsi en Colonia

OBS 7/12/93



"Punto estratégico"

El embajador Dodd acompañado de los principales de Pepsi Cola, en la moderna planta de Colonia

"La planta de Pepsi-Cola en este punto estratégico es un símbolo del interés de inversiones y expansión del comercio de los Estados Unidos", aseguró el embajador norteamericano Thomas Dodd, al término de una visita realizada al complejo industrial que la corporación ha montado en la zona franca de Colonia. Acompañado de Pablo Cavassa, asesor de Pepsi Cola Interamericana S.A. y Carlos Pijuán, vicepresidente de Pepsi-Cola Manufacturing of Uruguay, Dodd recorrió las instalaciones de la planta de concentrado, destacando que EEUU tiene interés en desarrollar un comercio libre con las Américas, «no solamente en el Cono Sur sino también en Centroamérica", a lo que se suma el acuerdo del TLC que los vincula estrechamente con el área norte del continente. Recordó que el presidente de su país, Bill Clinton, aseguró hace poco tiempo que tanto el Mercosur como el Pacto Andino son acuerdos subregionales del comercio libre de las Américas, "y entonces tenemos que hablar con los presidentes de los países del sur y vamos a ver si es posible establecer un comercio libre y continental".■

Respuesta de chinos resulta auspiciosa

Misión encabezada por Lacalle despertó el interés en China por zonas francas uruguayas

Uno de los componentes del viaje del presidente Luis Alberto Lacalle, altas autoridades del gobierno uruguayo y de una calificada delegación de empresarios a China fue la promoción de las zonas francas del país.

por el Cr. José Luis Ovalle
director nacional de Zonas Francas
especial para *El Observador*
desde Beijing

El gobierno, a través especialmente del presidente Luis Alberto Lacalle y del ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas, presentó aquí las características del sistema uruguayo de zonas francas.

En sendos encuentros, en Shengzhen y Cantón, la delegación que integramos explicó los beneficios de la legislación uruguaya y se destacó la utilidad que las mismas pueden representar para el comercio exterior de China, como vías de entrada de sus productos a los mercados del Mercosur y del resto del área sudamericana.

Hubo especial énfasis en que China no debe pensar en nuestro país con su reducido mercado interno, sino como puerta de acceso a toda una zona de potencial económico muy importante. Se constató interés de diferentes sectores y empresas chinas en examinar la utilidad que nuestro sistema puede brindar a la comercialización de sus productos en una primera etapa.

Esto, que resulta auspicioso, de alguna manera se vio relativizado por un cierto desconcierto que causa en el exterior la noticia que el Parlamento nacional podría -de prosperar en el Senado el proyecto de ley- dejar sin efecto una adjudicación de la Zona Franca de Colonia a una empresa privada, que fue llevada a cabo dentro del más absoluto acatamiento del marco legal vigente, y que fue aprobado sin observación alguna por el Tribunal de Cuentas.■

E. OBS 14/12/93

La promoción de nuestras zonas francas en China

HACE POCOS DÍAS finalizó el viaje que realizara a China el presidente de nuestro país, doctor Luis Alberto Lacalle, acompañado de un importante grupo de empresarios privados, dentro de los cuales se encontraba una representación de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay.

Las excelentes exposiciones que realizara nuestro primer mandatario referentes a las zonas francas de nuesto país, en las diferentes disertaciones que efectuara en su gira, se encargaron de destacar siempre la excelente oportunidad que tiene China de utilizar al Uruguay como país bisagra para introducir sus productos en los países del Mercosur.

La promoción que nuestro presidente hiciera del régimen de zonas francas del Uruguay debiera ser continuada por los empresarios privados, para que el importante esfuerzo realizado pueda verse recompensado con resultados concretos.

Ha sido muy importante el apoyo que hemos recibido de nuestro gobierno en esta oportunidad, y es de esperar que la iniciativa privada, junto con nuestras máximas autoridades, puedan obtener logros efectivos que ayuden a desrrollar cada día más las zonas francas de nuestro país, lo que traerá como consecuencia inmediata mayor desarrollo también de todo nuestro comercio exterior.

Este esfuerzo promocional que acaba de realizarse no debiera terminar aquí. Debiera hacerse el seguimiento de lo sembrado, tanto a nivel de gobierno como a nivel privado, ya que para que estos intentos den sus frutos, es imprescindible hacer el seguimiento necesario.

Este viaje no debiera ser un viaje más, y para que logremos los fines perseguidos debemos pensar que es sólo un punto de partida.

Hemos dado sólo el primer paso, esperemos seguir andando. ■

La Nación 8/Dic/93

Las zonas francas, con luz verde en Diputados

Otros temas: la Cámara baja también aprobó un proyecto sobre ley de tránsito y seguridad vial y una iniciativa que pena con prisión la discriminación.

La Cámara de Diputados aprobó ayer la creación de zonas francas en las distintas provincias, proyecto que deberá ser tratado por el Senado.

La Cámara baja aprobó también un proyecto que implementa una ley de tránsito y seguridad vial y, por unanimidad, una iniciativa que pena con prisión la discriminación.

Para varios legisladores, la de ayer fue la última sesión, puesto que la próxima reunión en Diputados será después del 10 de diciembre, cuando se integren los legisladores elegidos el 3 de octubre último.

En una sesión dominada por cierta confusión, la Cámara baja aprobó el proyecto sobre zonas francas que faculta al PE a crear en cada provincia un territorio de esa naturaleza.

El trámite desordenado comenzó en el tratamiento en particular, dado que hubo cambios al texto que se había acordado.

De todos modos, los representantes de los dos partidarios mayoritarios alcanzaron un acuerdo, cuyos puntos centrales se mencionan a continuación.

Se considera zona franca al ámbito que se define en el artículo 590 del Código Aduanero y los objetivos de creación de la misma son impulsar el comercio y la actividad industrial exportadora.

Las mercaderías que ingresen en las zonas francas estarán exentas de los tributos que gravaren su importación para consumo, vigentes o por crearse, salvo las tasas correspondientes a los servicios efectivamente prestados. Igual criterio se adoptará con las mercaderías que salgan de la zona franca hacia terceros países.

Se exime a las zonas francas del pago de los impuestos nacionales que gravan los servicios básicos.

El PE invitará a las provincias a adherir a los criterios expuestos, en tanto que los usuarios de las zonas francas no podrán acogerse a los regímenes de promoción industrial.

Las zonas francas se crearán en las ciudades o pueblos que sean fronterizos con países limítrofes que posean zonas francas en cualquier lugar de su territorio.

La iniciativa establece que serán reprimidos con prisión de un mes a un año quienes discriminen a una persona por razones de raza, religión, nacionalidad, ideología, opinión política, sexo, posición económica, condición social o caracteres físicos.

9400601
Argentina aprobó su ley de Z. Francas.
E.P. - 150007.
9/12/93
11856
66960

Argentina Aprobó su ley de Zonas Francas

BUENOS AIRES, dic. 8 (D y N) — La cámara de diputados aprobó el proyecto de ley de creación de zonas fracas en todo el territorio argentino, las que estarán "exentas de los tributos y gravámenes de importación".

El proyecto, que pasó al senado para su tratamiento, faculta al Poder Ejecutivo a crear una zona franca en cada provincia aunque, con carácter de excepción, podrán instalarse cuatro más "en aquellas regiones que por su situación económica crítica justifiquen la necesidad de este instrumento".

En el capítulo destinado a objetivos, la norma especifica que estas zonas francas se instalan con el propósito de "impulsar el comercio y la actividad industrial exportadora facilitando el aumento de la eficiencia y la disminución de costos adicionales". Las actividades a desarrollar en estas zonas de excepción son las de almacenaje, comercio, de servicio e industriales, "éstas últimas con el objetivo de exportar el producido a terceros países".

La adjudicación de estos territorios, en los que se prohíbe expresamente la posibilidad de habitar en ellos tanto en forma permanente como transitoria, se ofrecerá por licitación pública y los permisionarios estarán obligados a realizar las obras de infraestructura necesarias.

Tras señalar que en estas zonas "no regirán restricciones a las operaciones de divisas, títulos, valores, dinero y metales preciosos", el proyecto posibilita eximir de los impuestos nacionales que gravan la importación.

01-01

Nº DOCUMENTO 9400602
TITULO Investigan Z.F. de Fray Bentos
L.M - 150015
9/12/93
11856

Investigan zona franca de Fray Bentos

El Diputado Guillermo Stirling realizó un pedido de informes sobre la situación de la Zona Franca de Fray Bentos, cuya empresa adjudicataria, con sede en Miami, ya excedió los plazos fijados para instalarse. El pedido de informes, dirigido al Ministerio de Economía y Finanzas, dice textualmente:

"a) Por decreto del Poder Ejecutivo de fecha 06 de julio de 1992 se le concedió a "Zona Franca Río Negro S.A." la autorización para instalar una zona franca en la 1ª Sección Judicial del departamento de Río Negro, padrón 1570, con una superficie de casi 53 hectáreas.

b) El monto total de las inversiones que se comprometió la Empresa a efectuar en el plazo de 5 (cinco) años fue la suma de U$S 2.221.000, discriminándose las mismas en los tres primeros años, a saber: el año cero la suma de U$S 805.000; el año uno U$S 308.000; y el año dos la suma de U$S 218.000.

c) El plazo concedido para explotar la Zona Franca fue de 30 (treinta) años, condicionándose el mismo al cumplimiento de las inversiones comprometidas para el año cero.

d) Invocando el desconocimiento que se tiene en el extranjero de la Ley de Zonas Francas y los perjuicios que le ocasionó el Huracán Andrés en Miami a las oficinas integrantes de la Sociedad, esta pidió la prórroga de plazo que se le otorgara para efectuar las inversiones, el que fue concedido por 180 (ciento ochenta) días más, según decreto del 16 de marzo pasado.

e) A la fecha todos los plazos dados han caducado.

Por lo expuesto, solicito al Señor Ministro de Economía y Finanzas tenga a bien informarme:

I.- Si la Dirección Nacional de Zonas Francas ha procedido a constatar el cumplimiento o no de lo consignado en los Decretos del Poder Ejecutivo del 06 de julio de 1992 y del 16 de marzo de 1993, en lo referente a la inversión de U$S 805.000 en obras.

II.- Si se ha presentado, y en qué fecha, el Proyecto definitivo de Ingeniería y Arquitectura, su memoria descriptiva y constructiva relacionada a la primera parte de la ejecución de obras, que de acuerdo a lo dispuesto en el Decreto de autorización de julio de 1992 debía entregarse dentro de los seis meses de esta fecha.

III.- De constatarse los incumplimientos agradecería al Señor Ministro se me informara qué acciones procederá a iniciar el Poder Ejecutivo".

ENTRADO
CAUSA

9400602.

01-01

Nº DOCUMENTO 9400603
TÍTULO Diputado forista solicitó informes sobre la Z.F. de Río Negro.
PRO L.R. - 150090
FE 11/12/93
VI 11856
507466

Stirling solicitó informes sobre la Zona Franca de Río Negro

■ El diputado forista Guillermo Stirling formuló un pedido de informes a la cartera de Economía a fin de constatar si la empresa adjudicataria de la Zona Franca de Río Negro SA inició sus obras luego de que pidiera una prórroga de 180 días.

La empresa Zona Franca Río Negro SA obtuvo el 6 de julio del año pasado la autorización del Poder Ejecutivo para instalar una zona franca en el departamento de Río Negro que explotaría durante 30 años.

El monto de la inversión que se comprometió a efectuar ascendía a más de dos millones de dólares.

Sin embargo, la firma solicitó una prórroga para la construcción de la misma, alegando el desconocimiento que se tiene en el extranjero de la Ley de Zonas Francas y los perjuicios que le ocasionó el huracán "Andrés" en Miami a las oficinas integrantes de la sociedad comercial.

La extensión del plazo de 180 días que le fue concedida se conoció a través del decreto fechado el 16 de marzo.

El legislador colorado, teniendo en cuenta que también este plazo caducó, requirió que el Ministerio de Economía y Finanzas le comunique si la empresa no cumplió a la fecha con el compromiso signado.

Además solicita saber si la Dirección Nacional de Zonas Francas constató lo consignado en los dos decretos del Ejecutivo y si se presentó el proyecto definitivo de Ingeniería y Arquitectura relacionado con la primera etapa de la ejecución de la obra.

ENTRADO
CRUZ

01-02

9400603

Nº DOCUMENTO ....
TITULO ....
E.P.
9/12/93

Falta de Inversión en Zona Franca de Río Negro Preocupa a Stirling

El diputado Guillermo Stirling (Foro Batllista, Río Negro), cursó un pedido de informes al Poder Ejecutivo debido al incumplimiento constatado en la obra de la zona franca de su departamento por la empresa inversora. Stirling afirmó que Río Negro necesita inversores como todo el país.

Su explicación del problema es la siguiente:

Una Zona Franca bien estructurada puede llegar a ser un factor de desarrollo económico indiscutible para cualquier zona del país.

Cuando el Poder Ejecutivo actual adjudicó a "Zona Franca Río Negro S.A." por Decreto del 6 de julio de 1992, el derecho a instalarse en Fray Bentos, lo consideré como un hecho de real significación.

A los 8 meses de esta resolución, la empresa gestora de la misma solicitó y obtuvo del Poder Ejecutivo, una prórroga del plazo original aduciendo "que el comienzo de las obras se había demorado por el desconocimiento que se tiene en el extranjero de la reciente experiencia uruguaya en materia de zonas francas" —textual— agregando "que por otra parte se manifiesta además que el accidente natural que sufrió la ciudad de Miami —Huracán Andrés— afectó las oficinas y residencias de sus asociados" —textual.

El Poder Ejecutivo recogió en los considerandos estas dos únicas razones expuestas y le acordó una prórroga de 180 días. El Decreto fue de fecha 16 de marzo de 1993. Han pasado 18 meses de la autorización para instalar la zona franca, y 9 meses del que le concedió la prórroga y en la fracción de casi 53 hectáreas destinadas a desarrollarla, sólo se ven algunos montones de tierra y maleza.

Al culminar los plazos concedidos por el Gobierno, la empresa debería haber invertido U$S 805.000 en obras de infraestructura.

A todo esto, meses atrás, se publicitó en conferencia de prensa convocada por las nuevas autoridades de la sociedad, el anuncio que vendrían inversores de Canadá y Hong Kong, y que se iniciarían las construcciones; luego, el nuevo integrante efectuó declaraciones a un diario de Montevideo expresando que estaban promoviendo la Zona Franca en la Argentina con singular expectativa, informándose después que se trasladaba a Hong Kong y China con la comitiva presidencial para iguales fines.

Reitero, Fray Bentos, como todo el país, necesita de inversores.

Apoyamos este proyecto porque creemos en las ventajas comparativas que ofrece Río Negro para emprendimientos de esta naturaleza y desearíamos verlo concretado.

Siento la obligación de expresar que el Poder Ejecutivo tiene la responsabilidad de ejercer a través de la Dirección Nacional de Zonas Francas, el estricto cumplimiento de las obligaciones asumidas por "Zona Franca Río Negro S.A." de forma tal que esta Zona Franca —hoy de papel— se transforme realmente en una Zona Franca generadora de inversiones y trabajo.

Esta ha sido la razón de un pedido de informes al Ministerio de Economía y Finanzas.

02-02

9400603

La novedad la dio a conocer Papantonakis en fiesta de la Asociación de Usuarios

En febrero o marzo se rematarán mercaderías dejadas abandonadas en las zonas francas

El año 1993 concluye con una buena noticia para los usuarios de zonas francas: a principios del próximo año habrá un decreto reglamentario que posibilitará el remate de diversos productos abandonados en zonas francas.



Fin de año con novedades

Papantonakis, Loustau, Myra Thebot y Urioste en el cierre de actividades de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay.

"A fines de febrero o marzo próximos" la Dirección Nacional de Zonas Francas estaría en condiciones de habilitar el remate de las mercaderías abandonadas en las zonas francas de Colonia y Nueva Palmira.

Este tema -al que la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay le ha adjudicado gran importancia en el último año- fue abordado especialmente el pasado martes cuando una delegación de la citada entidad con autoridades de la Dirección de Zonas Francas.

Walter Papantonakis, en su discurso del pasado jueves en el Victoria Plaza -cuando la entidad que preside despidió el año junto a empresarios y amigos- dijo que se está trabajando "activamente" en el tema. La Asociación de Usuarios y la Dirección de Zonas Francas trabajan desde tiempo atrás en un decreto reglamentario que posibiliten los remates. "La falta de definición por parte de la Dirección Nacional de Zonas Francas, de los mecanismos necesarios para poder realizar el remate de mercaderías abandonadas en las zonas francas de nuestro país estaba creando un problema de gran magnitud y de imprevisibles consecuencias, al cual debía ponerse punto final rápidamente", dijo Papantonakis en uno de los salones del Victoria Plaza y ante la atenta mirada del subdirector de Zonas Francas, Luis Loustau.

En conversación con *El Observador,* Papantonakis dijo que en el transcurso de esta semana habrá un nuevo encuentro con autoridades de Aduana y de la Dirección de Zonas Francas para definir los últimos aspectos del decreto reglamentario. La Asociación de Usuarios de Zonas Francas planteó este tema hacia principios de este año cuando asumió como titular de la dirección el Cr. José Luis Ovalle. Este se comprometió a atender rápidamente el reclamo. En los contactos sucesivos, la entidad que preside de Papantonakis recordó que la ley de zonas francas del año 1987, en su artículo 39, prevé la adopción de medidas en este punto, pero en ningún momento fueron trazados los lineamientos para su ejecución. Por eso la entidad no enjuicia críticamente a la dirección que orienta Ovalle. "Las críticas -si son justas- deben partir desde la gestión de (Alvaro) Mastroianni, pasando por la de (Daniel) Azzini", comentó una fuente. La Asociación de Usuarios ha recibido múltiples consultas de parte de industriales y diversos empresarios acerca de este tema, en función de las distorsiones que provoca este asunto sobre todo en las zonas francas de Colonia y Nueva Palmira. *El Observador* pudo constatar entre las mercaderías abandonadas, automóviles, electrodomésticos, y cueros, entre otros productos. Según pudo saber *El Observador* este tema había sido puesto permanentemente arriba de la mesa por parte de las empresas aseguradoras y reaseguradoras porque las mercaderías abandonadas aumentaban el riesgo de siniestro en las zonas francas mencionadas. En su discurso del jueves, Papantonakis hizo una reseña de las actividades cumplidas por la entidad durante este año y destacó la realización del seminario de Punta del Este que congregó a empresarios y calificados exponentes del exterior. En el encuentro estuvieron además de empresarios vinculados a las zonas francas, representantes de otros organismos del Estado, como Myra Thebot, quien integra el directorio del Puerto.■

9400605
Brasil ratificó su posición de rechazo de las Z.F. uruguayas.
E. OBS. 1 - 150483
14/12/93
11856
507466
507482

Las únicas zonas industriales que desean en el área son la de Manaos y Tierra del Fuego

14/12/93 OBS

Brasil: zonas francas uruguayas solamente deben exportar a países de fuera del Mercosur

En un documento hecho llegar a la secretaría del Mercosur, aquí en Montevideo, Brasil ratificó su posición de rechazo de las zonas francas uruguayas, reclamando un "tratamiento diferenciado" para Manaos y Tierra del Fuego.

Brasil continúa reclamando que las zonas francas uruguayas tengan un régimen especial en el marco del Mercosur, y establece a texto expreso que la producción realizada en ellas debe ser comercializada fuera de la región comunitaria.

Uruguay rechaza esta posición; reclama un reconocimiento claro de la legislación uruguaya en esa materia. En la reciente reunión de Montevideo de los cuatro países del Tratado de Asunción, Brasil -que no envió delegados pero sí envió un fax- expresó su opinión. La que sigue es la posición sustentada por Brasil -compartida por Argentina- enviada a las oficinas del Mercosur aquí en Montevideo.

"Reconocer los distritos industriales de la Zona Franca de Manaos y Tierra del Fuego como las únicas ZPI del Mercosur.

Conceder un tratamiento diferenciado a las ZPI en relación a los otros regímenes aduaneros especiales vigentes en el Mercosur.

Determinar que en la comercialización intrazona de productos provenientes de las ZPI no se les aplique el régimen vigente para terceros países.

Definir un régimen específico de origen para las ZPI considerando todas las etapas del proceso productivo.

Proponer que las ZPI obedezcan a reglas ajustadas comunitariamente que consideren los siguientes aspectos:

- Area delimitada
- Renuncia fiscal compatible con la localización geográfica y justificada por el grado de desarrollo regional y considerando la distancia a la que se encuentran los principales centros consumidores de sus productos.
- Políticas fiscales y tributarias armonizadas.
- Procedimientos administrativos comunes.
- Internación de productos condicionada al cumplimiento de los requisitos específicos de origen acompañados de sus respectivos certificados.
- Identificación de los sectores especializados que podrán usufructuar los beneficios de las ZPI.

Respecto a las zonas de procesamiento para la exportación y otras zonas francas y areas aduaneras especiales las reglas comunitarias se ajustarán a lo siguiente:

- Area delimitada.
- Normas de funcionamiento armonizadas.
- Producción destinada exclusivamente para países de extrazona.

Respecto de las zonas francas comerciales las reglas comunitarias adoptadas serán:

- La comercialización intrazona sólo será permitida en las condiciones aplicadas a las importaciones de terceros países".■

0101

9400605

Nº. DOCUMENTO 9400606
TITULO Comenzó a operar la Zona Franca Rivera.
PROC. E.OBS. - 150483
FE. 19/12/83
VINC. 11856
507466

Con nueve usuarios directos comenzó a operar la Zona Franca Rivera

NUEVE USUARIOS DIRECTOS —7 en el área comercial y de servicios y 2 como industriales— comenzaron a trabajar la semana pasada en la Zona Franca Rivera. Así lo confirmó a *El Observador* Enrique Garbino, uno de los representantes de la citada zona. Garbino explicó que el pasado jueves se recibió la habilitación por parte de la Dirección de Zonas Francas y de inmediato se comenzó a trabajar. La inauguración oficial —que estaba prevista para el pasado sábado 18— fue postergada para mediados de enero por razones de agenda de las autoridades nacionales invitadas al encuentro. ■ OBS 14/12/83

...ADO
...ZADO

01-01

9400606

DOCUMENTO 9400607
Acuerdo entre York International y Pepsi de Zona Franca de Colonia.
E.OBS - 150483
14/12/93
11856
507466
11005

Acuerdo entre York International y Pepsi de Zona Franca de Colonia

YORK INTERNATIONAL —QUE fabrica equipos de aire acondicionado en Zona Franca de Montevideo— acaba de cerrar un acuerdo con Pepsi Cola, por el cual la planta de esta empresa en Zona Franca de Colonia será equipada con los citados elementos. Juan Ricardo Estévez, gerente general de York International, manifestó su satisfacción por el entendimiento alcanzado. El pasado miércoles 15, Enrique Urioste, de la Consultora Tinwor —que presta asesoramiento integral a Pepsi— visitó las instalaciones de York. Estévez dijo asimismo que los equipos que está produciendo York en Zona Franca Montevideo serán instalados próximamente en el Discount Bank, y en los supermercados Devoto y Disco. ■

DOC. POCO LEGIBLE

ENTRADO

9400607

Nº DOCUMENTO 9400608
TITULO Z.F. Río Negro tiene previsto cerrar importantes acuerdos tras visita a China.
PROCEDENCIA E.OBS-130483
FECHA 14/12/93
VL 11856
504466
507638

Zona Franca Río Negro tiene previsto cerrar importantes acuerdos tras visita a China

"Con expectativas ciertas de cerrar importantes contratos", regresó a Uruguay Mario Campomar, director de la Zona Franca Río Negro que participó de la gira que emprendiera el presidente Luis Alberto Lacalle junto a altos representantes de gobierno y calificados empresarios por China.

Campomar señaló que el grupo que representa —Mega International— abrió oficinas en Shenzhen, Shangai y Beijing con el objetivo de promocionar esta zona franca. El empresario quedó impresionado con el nivel de difusión de las zonas francas que le impuso a la comitiva el presidente Lacalle. "Lo que nos resta a nosotros es sintonizar con eficacia ese mensaje y trabajar para demostrar efectivamente que Uruguay es la puerta de Sudamérica", dijo Campomar.■

Zona Franca Río Negro

Campomar rodeado de periodistas

OBS 14/12/93

ENTRADO

01-01 9400608

Una en cada provincia; cuatro en forma excepcional

OBS 14/DIC/93.

Cámara de Diputados de Argentina dio primer paso para aprobar la ley sobre zonas francas

Carlos Menem tendrá en sus manos —si es sancionado en el Senado, como se espera— un instrumento potente para el comercio internacional. La semana pasada se aprobó en la Cámara de Diputados de Argentina un proyecto de ley sobre zonas francas.

El Senado argentino tiene a su cargo el estudio de un proyecto de ley aprobado en la rama baja legislativa relacionado con la creación de zonas francas en diversos puntos del territorio.

El pasado miércoles 8, la Cámara de Diputados aprobó el citado proyecto que permitirá la instalación de exclaves aduaneros y fiscales. Estas zonas —dice la ley que tiene media sanción— estarán "exentas de los tributos y gravámenes de importación".

La aprobación en Diputados de la importante ley —que se espera sea rápidamente considerada en el Senado— permitirá al gobierno del presidente Carlos Menem aprobar un conjunto de zonas francas que él particularmente apoyó en el transcurso de su mandato. El pasado 17 de setiembre (ver *El Observador* del 5 de octubre) Menem firmó en Formosa el acta de compromiso para la apertura de una zona franca en Clorinda, localidad de esta provincia argentina.

En medio de la algarabía de los pobladores, Menem prometió su rápida aprobación apenas el Congreso aprobara la ley. En similar plano se encuentran las de Gualeguaychú (en Entre Ríos), y La Plata (en Buenos Aires).

El proyecto argentino

El proyecto aprobado en Diputados faculta al Poder Ejecutivo a crear una zona franca en cada provincia aunque, con carácter de excepción, podrán instalarse cuatro más "en aquellas regiones que por su situación económica crítica justifiquen la necesidad de este instrumento".

En el capítulo destinado a objetivos, la norma especifica que estas zonas francas se instalan con el propósito de "impulsar el comercio y la actividad industrial exportadora facilitando el aumento de la eficiencia y la disminución de costos adicionales". Las actividades a desarrollar en estas zonas de excepción son las de almacenaje, comercio, de servicio o industriales, "estas últimas con el objetivo de exportar el producido a terceros países".

La adjudicación de estos territorios, en los que se prohíbe expresamente la posibilidad de habitar en ellos tanto en forma permanente como transitoria, se ofrecerá por licitación pública y los permisionarios estarán obligados a realizar obras de infraestructura necesarias.

Tras señalar que en estas zonas "no regirán restricciones a las operaciones de divisas, títulos, valores, dinero y metales preciosos", el proyecto posibilita eximir de los impuestos nacionales que gravan la importación.■

9400610
Z.F. Libertad ocuparía a 2000 trabajadores en 5 años.
L.R. — 150023
20/12/93
11856
507466

El proyecto, que está a estudio del Ministerio de Economía, requerirá una inversión de U$S 1,7 millones LA República 20/12/93

Zona franca Libertad ocuparía a 2.000 trabajadores en cinco años

■ A nadie escapa las dificultades que se presentan en el interior del país en torno a la ocupación de mano de obra, obligando, en muchos casos, al traslado de los jóvenes a la capital. Por ello, la instalación de la Zona Franca Libertad, cuyo proyecto está actualmente a estudio de la Comisión Asesora del Ministerio de Economía y Finanzas, contribuirá al desarrollo social y económico de esta pujante localidad maragata. Así lo entendió Laureano Agra, presidente de la empresa Lideral SA, quien precisó a LA REPUBLICA que dicha zona franca podría absorber, en principio, entre 200 y 300 trabajadores, para llegar a 2.000 en el término de cinco años. Sobre un predio de 31 hectáreas en [illegible] a la altura del quilómetro 49, se proyecta la Zona Franca Libertad, un emprendimiento industrial que supone una inversión inicial de un millón setecientos mil dólares —para alcanzar cinco millones al completarse el cronograma— y que cuenta con el decidido apoyo del intendente municipal Juan Chiruchi, así como del diputado Jorge Chápper y del propio director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle.

Agra explicó que la zona franca podría estar en funcionamiento en agosto del año entrante, dependiendo ello de la aprobación final del Poder Ejecutivo, lo que se estima estaría ocurriendo en las próximas semanas.

REALIZACIONES CONCRETAS

El empresario subrayó que el proceso que desembocó en el proyecto de Libertad se desarrolló en silencio "para no despertar expectativas", pero en este momento "se puede hablar de realizaciones concretas, con negocios ya pactados que dan la pauta del éxito del emprendimiento". Recordó Agra que la idea surgió en el año 1990, presentándose formalmente la solicitud, ante el Ministerio de Economía y Finanzas, en noviembre de 1992, hace ya un año. "Actualmente está, para su informe, en la órbita de la Comisión Asesora Honoraria de Zonas Francas de dicha cartera, pasando luego al Poder Ejecutivo para su aprobación final".

[illegible]ADO
[illegible]DO

01-01

9400610

Así lo anticipó el embajador nipón en nuestro país

Japoneses harán inversiones en la zona franca de Colonia

Luis Carro

El embajador de Japón, Katsuhiko Tsunoda, visitó el jueves 16 esta capital departamental, oportunidad en la que recorrió las instalaciones de la zona franca local y posteriormente se entrevistó con el jefe comunal, Mario Gayol.

Consultado por LA REPUBLICA, el titular de la misión diplomática nipona señaló que "vine a esta ciudad particularmente interesado por una empresa japonesa que opera en zona franca (la compañía Pentel)" y agregó que "aunque éste es un momento difícil para los empresarios de mi país, muchos de ellos están buscando nuevos mercados fuera de fronteras, y estas zonas francas son un interesante atractivo. Ya el hecho de que haya una compañía operando aquí en Colonia es un muy buen vínculo para alentar esas futuras inversiones".

Instalado en Montevideo desde hace apenas cuatro meses, Tsunoda subrayó que "desde el primer momento en que asumí mis funciones me propuse estos contactos con el interior del país, para tener un panorama más amplio de la realidad uruguaya".

Refiriéndose al volumen de negocios que su país mantiene con Uruguay, el embajador nipón subrayó que "desde 1990 hasta ahora han incrementado las exportaciones de Japón a Uruguay" y que "los mayores aportes de mi país al vuestro se han concretado fundamentalmente en el terreno de la cooperación técnica".

Reveló, por otra parte, que "en estos momentos, hay ocho jóvenes japoneses aquí en Uruguay, que están aprendiendo a jugar fútbol, un deporte que allá está tomando mucho auge".

"QUE NOS AYUDEN CON INVERSIONES"

Por su parte, el intendente Mario Gayol explicó que "le hemos planteado al señor embajador, en apretada síntesis, los principales aspectos de la problemática de nuestro departamento. Desde la producción agropecuaria hasta los proyectos turísticos que estamos impulsando".

"Le hemos hablado muy claramente de las dificultades de varias industrias departamentales, como en Juan Lacaze o Nueva Palmira, apuntando a posibles inversiones de empresarios japoneses.

Nosotros necesitamos que nos ayuden con inversiones para sacar adelante el departamento".

Otro tema sobre el que se solicitó información y asesoramiento al embajador Tsunoda fue el de la floricultura, actividad que "la IMC quiere impulsar en forma decidida, teniendo en cuenta la proximidad existente con el mercado de Buenos Aires".

En Villa García la comunidad se moviliza en torno a la instalación y desarrollo de la Zona Franca.

LA FALTA DE FRANQUEZA DE LA ZONA FRANCA

El tema de las Zonas Francas hasta ahora ha sido tocado por especialistas. Sin embargo, contrarrestando esa corriente de opinión que quiere que sólo los "técnicos" puedan tener opinión en temas complejos, los compañeros de CX 36, Radio Centenario, conversaron con vecinos de Camino Maldonado al respecto.

Estos vecinos, recientemente elegidos como representantes en los Concejos Vecinales, tienen un profundo conocimiento del tema y lo desarrollan, de manera sencilla y comprensible, en el lenguaje de todos los días, para que comprendamos este tema que concierne al país y su futuro.

LOS VECINOS ENTIENDEN NO DOBLEGARSE ANTE EL PODER DEL DINERO

En opinión de los vecinos, Juana Muñoz, Roberto Alcoba y Juan Poch, el técnico que busca acaparar la información y se niega a divulgar su conocimiento se convierte en un "tecnócrata", especie que debe ser combativa si queremos ser dueños de nuestra suerte.

Por eso, los vecinos del Camino Maldonado han tomado este asunto desde el punto de vista del pueblo, último destinatario de las medidas económicas y políticas en definitiva. "No se necesita ser muy técnico para darse cuenta que si ANTEL otorga a la zona 80 bornes telefónicos, que la gente ha esperado durante años, y estos van a parar a la Zona -explican- esta es una resolución antipopular".

Otro ejemplo, "tampoco es necesario ser muy técnico para saber que en el kilómetro 19 los vecinos de C.O.V.I.P.R.O. tuvieron que acudir al Zonal 9 y la I.M.M. para defender su derecho a la propiedad, que estaba siendo violentado por la Zona Franca...Tuvieron que llegar a un convenio con la Intendencia porque esta gente, que tiene muchísimo dinero y puede volcar millones de pesos en alambrar, se cree con derecho de correr ese alambrado 500 metros y amenazar los terrenos de una Cooperativa".

La gente de Camino Maldonado está alerta. Ya han visto los primeros signos de cómo se comporta esta "novedad" y no les ha gustado, el poder del dinero debe tener límites estrechos y ellos astán ahí para vigilar que así sea.

Dicen: "Esta gente tiene una mentalidad de comprador de cualquier cosa, disponen de dinero y piensan pagar lo que se les pida. Con esa mentalidad fueron a los vecinos y chocaron contra ellos".

UNA INSTALACION PREPOTENTE QUE HA DESPERTADO LA DESCONFIANZA GENERAL

Esta región, caracterizada por un espíritu comunitario que le viene de lejos, desconfió frente a lo que vieron como una "invasión". Nadie consultó las fuerzas sociales organizadas para instalar este proyecto comercial gigantesco.

A diferencia de esta actitud central y prepotente, cuando la I.M.M. instala los Centros Comunales, desarrolla una reflexión en la que la gente está presente como sujeto activo. Los entrevistados así lo declaran: "Nosotros, cuando reflexionamos en el Zonal 9 sobre cuál debía ser el perfil de nuestro trabajo vims que no podíamos cerrarnos". Trabajaron duro con técnicos y trabajadores sociales, integrados a las organizaciones barriales que son numerosas. "Y sin sacrificar nuestros pequeños proyectos vecinales de la región inmediata, vimos entre todos que debíamos tener amplitud para acoger proyectos más globales".

Pero el comportamiento de "la Zona" los ha dejado relativamente despistados. "Nos preocupó muchísimo esta invasión que de pronto cercó 50 hectáreas, metió adentro 12.000 autos... y que si bien da trabajo, se maneja con criterios que son secretos, desconocidos..."

Sana y sabia desconfianza. En otros países del continente proyectos de este tipo han terminado en verdaderas operaciones masacre de la geografía, el equilibrio ecológico, la vida social y económica de la región afectada.

Nº DOCUMENTO
TÍTULO
PR
FE
VI

¿QUE TAN FRANCA PUEDE SER LA ZONA?

Los vecinos estudian un pedido de informes, a través del Consejo Vecinal, para saber cómo se maneja la Zona Franca.

Quieren saber cómo se trabaja ahí dentro, en qué condiciones los trabajadores contratados desempeñan sus tareas, quieren saber qué se proyecta. Y quieren verlo con sus propios ojos, para después dar cuenta a la comunidad.

"En la Zona trabajan muchos vecinos, pero es lógico que aquel que trabaja ahí dentro no va a venir a contar cómo trabaja, -explican- siempre va a primar, lo que es lógico, que defienda su posibilidad de trabajar".

Pero para pedir explicaciones están las organizaciones sociales, justamente, por eso para ser fieles a quienes los votaron, los Consejales se ocupan del asunto.

LA COMUNIDAD RECLAMA EL DERECHO DE DISCUTIR PRIORIDADES

Dispuestos a hacer valer su opinión en materia de desarrollo, los vecinos reclaman lo que por norma y por derecho, como gustan tan acertadamente decir, les corresponde.

"Para nosotros esta realidad de la Zona Franca -insisten- fue una sorpresa. Nosotros esperabamos que estas se establecieran mucho más afuera de los centros poblados, consideramos que la Zona nos quita muchos valores, así como nos quitó los teléfonos. Consideramos que nos quita cosas que por norma y por derecho debemos tener".

Los vecinos aspiran a fijar democráticamente las prioridades de su región. La conocen y la salvaguardan, por eso estudian las posibilidades, se informan y desarrollan una tarea de investigación técnica, pero al servicio de la gente.

"Para nosotros las prioridades son la caminería tanto en la Zona de Villa García como en los alrededores y el alumbrado. También queremos apoyar el Parque donde va a haber juegos y canchas de deporte. Necesitamos semáforos destellantes y barras de protección, porque el Liceo que se está edificando está a tres cuadras de la Ruta. Y ya vimos lo sucedido en iguales condiciones en el kilómetro 16, donde ha habido cantidad de accidentes con los muchachos liceales".

El otro grave problema es la instalación de la alta tensión. También aquí los vecinos fueron sorprendidos en su buena fe.

Cuando se dieron cuenta ya las instalaciones estaban hechas y hoy parecen condenados a vivir bajo una red de alta tensión, lo que se sabe es muy nocivo para la salud de los habitantes. En el kilómetro 16 se había hecho un estudio sobre los problemas de salud ocasionados por la cercanía de los tendidos de alta tensión: aumento de la frecuencia de cáncer, problemas neurológicos y respiratorios.

Concientes de las dificultades que les esperan los vecinos de Villa García y alrededores se organizan. Sobre este tema seguiremos informando.

02-02

9400613
Funcionamiento Zona Franca de San José.
E. OBS. – 15/12/93
21/12/93
11856
507466

Zona Franca San José ya funciona

DE APROBARSE LA propuesta de Lideral SA —de apertura de una zona franca en Libertad— se transformaría en la segunda que operaría en el departamento de San José.

Desde hace pocos meses está trabajando la Zona Franca San José —ubicada cerca de la capital maragata— en un predio por el cual pasa un ramal ferroviario.

Su propietario se encuentra trabajando a través de los servicios que brinda en un depósito de 1.200 metros cuadrados. ■

OBS 21-12-93

ENTRADO

01-01

9400613

Empresario espera fallo favorable de Comisión Asesora

Zona Franca Libertad promete inversión al principio de casi dos millones de dólares

Laureano Agra —uno de los más experimentados operadores de la Zona Franca de Colonia— aspira a que su propuesta de apertura de una zona franca en Libertad sea aceptada por el gobierno.

La instalación de la Zona Franca Libertad, cuyo proyecto está actualmente a estudio de la Comisión Asesora del Ministerio de Economía y Finanzas, contribuirá al desarrollo social y económico de esta localidad maragata, según lo que se desprende de la propuesta.

En diálogo con *El Observador*, el presidente de Lideral SA, Laureano Agra, precisó que dicha zona franca podría absorber, en principio, entre 200 y 300 trabajadores, para llegar a 2.000 en el término de cinco años.

Sobre un promedio de 31 hectáreas en ruta 1, a la altura del kilómetro 49, se proyecta la Zona Franca Libertad, un emprendimiento industrial que supone una inversión inicial de un millón setecientos mil dólares —para alcanzar cinco millones al completarse el cronograma— y que cuenta con el decidido apoyo del intendente municipal Juan Chiruchi, así como del diputado Jorge Chapper y el propio director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle, precisó el empresario.

Agra explicó que la zona franca podría estar en funcionamiento en agosto del año entrante, dependiendo ello de la aprobación final del Poder Ejecutivo, lo que se estima estaría ocurriendo en las próximas semanas.

Negocios avanzados

El empresario subrayó que el proceso que desembocó en el proyecto de Libertad se desarrolló en silencio "para no despertar expectativas", pero en este momento "se puede hablar de realizaciones concretas, con negocios ya pactados que dan la pauta del éxito del emprendimiento".

Recordó Agra que la idea surgió en el año 1990, presentándose formalmente la solicitud ante el Ministerio de Economía y Finanzas en noviembre de 1992, hace ya un año.

"Actualmente está, para su informe, en la órbita de la Comisión Asesora Honoraria de Zonas Francas de dicha cartera, pasando luego al Poder Ejecutivo para su aprobación final."■

Desde Galicia

Algunos operadores de zonas francas lo consideran a Laureano Agra como el "patriarca" de los negocios de la Zona Franca de Colonia. Llegó al Uruguay desde la lejana Vigo, allá en Galicia, en 1951. Nueve años más tarde comenzó a trabajar en dicha zona. Desde 1983 posee depósitos propios, siendo titular de dos empresas usuarias directas, Vigo SA y Rimarco SA. Ahora quiere tener su propia zona franca a pocos kilómetros de Montevideo.



Laureano Agra
Su proyecto se presentó en 1992

9400615
Empresario de Z.F. destacó posibles inversiones.
L.M. - 150015
23/12/93
11856

La Mañana 23/Dic/93

Empresario de Zonas Francas destacó posibles inversiones

• Cr. Otero: "Somos conscientes que son un polo de atracción"

El dirigente de Zonas Francas, Cr. Walter Otero, anunció la factibilidad de una inversión por parte del Gobierno de China, generado por la visita del Dr. Lacalle a ese país hace algunas semanas.

Muy buenas posibilidades de relacionamiento comercial con China Popular quedaron abiertas a partir de la reciente visita del Presidente Luis Alberto Lacalle, fundamentalmente en el área de las zonas francas.

Así lo consignó el Cr. Walter Otero, quien en representación de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas integró la comitiva empresarial que acompañó al Mandatario.

Otero destacó que nadie puede discutir el desarrollo operado por este país en los últimos años y la proyección que ha ganado en el plano internacional. Recordó que en 1988 acompañó al entonces Presidente Julio María Sanguinetti y que en los cinco años transcurridos China ha pasado a ocupar los primeros planos en el comercio internacional.

Precisó que China es prácticamente hoy el principal comprador de nuestro país, llegando en el caso de las lanas a captar entre el 38 y 42 por ciento de la producción uruguaya.

Otero estimó que "existen todas las posibilidades en el comercio clásico y tradicional", como pueden ser lanas, cueros, madera y pesca, "pero también se pueden explorar otras áreas para concretar «joint ventures», siempre que haya ingenio y cooperación de las partes uruguayas".

Polo de atracción

"Somos conscientes que las zonas francas son un polo de atracción muy grande para ellos; no estamos hablando de cosas extrañas o lejanas, porque hoy por hoy es corriente trabajar con algún chino, tener algún tipo de asociación o traer mercaderías de ese origen".

Subrayó Otero que "ese tipo de unión ya se está haciendo, pero todavía no se ha dimensionado la perspectiva de lo que puede ser un «joint venture», por lo que hace falta únicamente un poco de ingenio para procurar el complemento".

Estimó el dirigente empresarial que las futuras misiones que se trasladen a China, tanto públicas como privadas, deberán ser estructuradas de antemano, "para dar una imagen compacta de las propuestas que se vayan a realizar".

Otero puso de relieve la decidida gestión del Presidente Lacalle para promover no sólo las zonas francas sino también las restantes modalidades de relacionamiento comercial.

Señaló que "el Mandatario tiene conceptos muy claros y precisos sobre lo que son las zonas francas y lo expresó con absoluta nitidez", puntualizando que ello contrasta con la actitud de ediles, diputados, senadores y dirigentes políticos que "presentan una visión totalmente distorsionada del alcance de nuestro régimen de zonas francas".

En síntesis, Otero se mostró gratamente sorprendido por los alcances del viaje presidencial y la gestión desarrollada por los operadores de las zonas francas, observando que existen condiciones inmejorables para que en el futuro inmediato se pueda intensificar la corriente comercial con China.

Bicicletas, motocicletas y heladeras serán fabricadas en territorio franco rionegrense

Grupo accionista asiático-canadiense participará en zona franca uruguaya

La zona franca Río Negro que hasta el pasado jueves se encontraba en manos de la firma uruguaya Zona Franca Río Negro SA, pasó a integrar la empresa Mega Internacional. Esta firma está integrada por capitales asiáticos, canadienses y ahora nacionales, informaron sus directores. Asimismo, en la zona franca Río Negro y luego de su habilitación, en menos de 60 días se instalarán plantas industriales en los rubros bicicletas, motocicletas y heladeras y convocará a empresas chinas, brasileñas y argentinas.

Zona Franca Río Negro y Mega Internacional vienen desarrollando una intensa ofensiva empresarial en diversas partes del mundo con el objetivo de iniciar las actividades en el primer cuatrimestre del año venidero, indicaron. Paralelamente, en el predio de 52 hectáreas con un frente de 722 metros hacia la cabecera del puente binacional Fray Bentos-Puerto Unzué, se iniciaron los trabajos de nivelación del terreno y en la segunda semana de enero se comenzarán las tareas de cercado, construcción del edificio de aduanas y oficinas. En forma inmediata se comenzarán a levantar los módulos que servirán para el inicio de las actividades industriales, comerciales y de servicios, señalaron los empresarios.

Nº DOCUMENTO 9400617
TITULO Preocupación de ZF de Colonia por demora de privatización.
PROCED. E.OBS. - 150483
FECHA 28/12/93
VOLUMEN 11856
507466

Preocupación en usuarios de la Zona Franca Colonia por la demora en firma de privatización

OBS 28-12-93

PREOCUPACIÓN GENERALIZADA SE observa entre los usuarios de la Zona Franca Colonia, en virtud del lento proceso administrativo que desembocará en la firma del contrato entre la firma Grupo Continental y el Estado por la explotación de la administración de la citada zona franca.

El mencionado grupo —de capitales españoles— ganó la licitación pública e internacional pero los trámites en el Ministerio de Economía y Finanzas y el Tribunal de Cuentas ya llevan varias semanas.

"Esta demora hace que las zonas francas privadas desarrollen un fuerte marketing, ganen tiempo, en desmedro de Colonia", dijo un usuario molesto.

Otro señaló que ya hay clientes que ante la demora en la firma del contrato se instalan en las zonas francas de Florida o Montevideo. "Esta actitud del gobierno nos está matando", comentó.

En ámbitos del Grupo Continental se sigue con paciencia el trámite de privatización y no desean formular comentarios. En fuentes del gobierno se dice que es inminente la firma del contrato, aunque esta palabra viene siendo utilizada desde principios de noviembre.

A nivel parlamentario, se recordó que existe un proyecto de ley —con media sanción en Diputados— que impide dicha privatización. ■

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9400617.

N° DOCUMENTO 9400618
TITULO Declaraciones del Director de Z.F., José Luis Ovalle,
PROC. E.OBS - 150483
FECHA 28/12/93
VI... 11856
507466

El vigoroso crecimiento de la actividad

EL DIRECTOR DE Zonas Francas, contador José Luis Ovalle, reveló en un reciente seminario organizado en Punta del Este el nivel de crecimiento que han tenido las zonas francas en el país.

El nivel de inversiones por parte de explotadores privados en el sistema de zonas francas se sitúa en los 18 millones de dólares. Eso en lo relacionado con infraestructura básica. En los últimos seis años —o sea desde la Ley 15.921— los veinte usuarios de 1987 pasaron a 370 en 1993. ■

OBS. 28-12-93

01-01

9400618

OBS. 28-12-93

Embajador japonés en Colonia: "Estas zonas francas son un interesante atractivo"

Empuje mixto consolidará crecimiento y desarrollo de las zonas francas en 1994

Aun con escasa cultura del marketing, el gobierno y los agentes privados desarrollan una importante tarea en el exterior de difusión de los exclaves aduaneros y fiscales que funcionan en el país. Se espera que en 1994 se cosecharán los frutos.

La fuerte ofensiva realizada por el gobierno en diversos planos, el desarrollo consolidado de las zonas francas privadas y las expectativas que abre la privatización de la de Colonia, permite presumir que el año 1994 mostrará a las zonas francas uruguayas como un referente de trascendencia en la región.

La visita a China de una calificada delegación de empresarios junto al presidente Luis Alberto Lacalle, tres importantes misiones realizadas anteriormente en este año que concluye, las inversiones realizadas en Colonia por Pepsi y en otras zonas francas por parte de otras transnacionales sugieren que este proceso de expansión no se detiene.

Al mismo tiempo que se fortalecen los lazos con China, se abre una oficina de Taiwan en nuestro país e inicia actividades una de Malasia.

Estas señales que proceden de Oriente se fortalecieron en la última semana al conocerse la presencia en la Zona Franca Colonia del embajador de Japón, Katsuhiko Tsunoda, quien señaló que empresarios nipones "están buscando nuevos mercados fuera de fronteras y estas zonas francas son un interesante atractivo".

La presencia de Tsunoda en Colonia no hace otra cosa que consolidar esa expectativa que provocan las zonas francas uruguayas en los países del Pacífico.

En Zona Franca Colonia está funcionando una pequeña fábrica de "Pentel", la famosa marca de lápices mecánicos y lapiceras. El diplomático visitó las instalaciones de esta empresa. "Ya el hecho de que haya una compañía operando aquí en Colonia es un muy buen vínculo para alentar esas futuras inversiones", dijo el embajador.

Hace algunas semanas el diputado frenteamplista Thelman Borges reveló que capitales japoneses tenían interés en invertir en la Zona Franca Nueva Palmira.

Todas las semanas se observa un nuevo movimiento en ese sentido.

Empresarios chinos visitan las zonas francas, mientras que los operadores de zonas francas fortalecen sus vínculos —o intentan iniciarlos— con China, Singapur, Filipinas, Japón o Hong Kong. Precisamente de este país es el grupo Mega International que adquirió la totalidad del paquete accionario de la Zona Franca Río Negro.

Los beneficios de la legislación uruguaya en materia de zonas francas, la estabilidad económica, institucional y social del país más otros elementos —como el sistema financiero provocan este tipo de expectativas. Pero sin dudas que uno de los elementos de mayor importancia es la perspectiva que se abre con el Mercosur. Un mercado de 200 millones de personas es relevante y eso para la dinámica empresarial de los tigres y dragones de Asia no es poca cosa. ■

Carlos Mari: "Fuimos a aprender"

Conocer parques industriales fue principal objetivo de viaje a Asia de ZF Montevideo

Los principales de Zona Franca Montevideo —Orlando Dovat y Carlos Mari— integraron la misión encabezada por el presidente Luis Alberto Lacalle que viajó a Oriente. China, Malasia, Singapur, Bangkok y Hong Kong fueron algunos de los lugares visitados.



La presencia uruguaya en China

CésarRodríguez García (Cámara de Industrias), Carlos Mari (Zona Franca Montevideo), Lilián Arbiza (Dirección de Comercio Exterior), Orlando Dovat (Zona Franca Montevideo) y Mario Campomar (Zona Franca Río Negro)

Visitas a parques industriales de zonas de promoción de exportaciones, foros de difusión, contactos empresariales, intercambio de información y experiencias.

Así transcurrieron 12 días de actividades de los representantes de la Zona Franca Montevideo, Orlando Dovat y Carlos Mari, que salieron de Montevideo con un objetivo fundamental: conocer in situ las experiencias de los parques industriales de Asia.

Carlos Mari, en conversación con *El Observador*, dijo que se observó un gran interés en Uruguay —de parte de representantes de gobierno y empresas— como centro de distribución en Sudamérica.

En más de una oportunidad se reclamó información para definir costos de fletes y seguros, para poder concretar negocios en forma inmediata, explicó.

Esta solicitud revela, explicó Mari, el interés demostrado por fuertes empresarios de esa zona.

La experiencia de China Popular

La delegación uruguaya estuvo en China en cinco ciudades: Beijing, Cantón, Shenzen, Shangai y Pudong. En Shenzen, Mari destacó el enorme desarrollo que ha tenido esta zona con emprendimientos mixtos (Estado y capital privado extranjero), lo que la ha transformado en una enorme ciudad con 3 millones de habitantes. Aquí hay parques industriales de importancia y en Pudong, acotó, se visitaron fábricas altamente tecnificadas. "Hay fábricas con 800 o 1.000 operarios, con maquinaria alemana de última generación", dijo. En cada uno de los foros y encuentros, el presidente Lacalle —dijo Mari— explicó en detalles la ubicación geográfica del Uruguay, los beneficios que otorga al inversor y la posibilidad cierta que abre el Mercosur. Luego de la visita a China, Dovat y Mari viajaron junto a los ministros de Economía y de Industria, Ignacio de Posadas y Eduardo Ache, respectivamente, a Malasia. Allí mantuvieron una importante reunión con los responsables del Centro de Promoción de Exportaciones. También se viajó a Kualalumpur, en donde visitaron la fábrica de automóviles Proton, que es una versión malasia de la marca Mitsubishi de Japón. Se visitó la zona franca de esta ciudad y se observó en profundidad el banco de datos que poseen, Sittdec. Este sistema opera exclusivamente para los países subdesarrollados y la Zona Franca Montevideo —explicó Mari— está interesada en conectarse a él. Allí en Malasia vieron la experiencia industrial dedicada a la exportación —como fundamental beneficio tiene la devolución de impuestos— con marcas de renombre como Philips o Motorola. Esta última tiene 5.000 operarios. En Singapur se visitaron los parques industriales tecnológicos en donde también está Motorola. Allí además está IBM. En Bangkok y en Hong Kong las visitas también estuvieron dirigidas a obtener información e intercambiar experiencias sobre parques industriales. En Hong Kong particularmente, las zonas industriales son promovidas por el Estado que luego alquila los espacios. "El Estado realiza una fuerte promoción de estos edificios, además de la inversión inicial, y luego los alquila a las empresas transnacionales", explicó Mari. "Fuimos a aprender; no fue en vano el viaje", concluyó el empresario. ■

Carlos Mari: "Fuimos a aprender"

Conocer parques industriales fue principal objetivo de viaje a Asia de ZF Montevideo

Los principales de Zona Franca Montevideo —Orlando Dovat y Carlos Mari— integraron la misión encabezada por el presidente Luis Alberto Lacalle que viajó a Oriente. China, Malasia, Singapur, Bangkok y Hong Kong fueron algunos de los lugares visitados.



La presencia uruguaya en China

César Rodríguez García (Cámara de Industrias), Carlos Mari (Zona Franca Montevideo), Lilián Arbizo (Dirección de Comercio Exterior), Orlando Dovat (Zona Franca Montevideo) y Mario Campomar (Zona Franca Río Negro)

Visitas a parques industriales de zonas de promoción de exportaciones, foros de difusión, contactos empresariales, intercambio de información y experiencias.

Así transcurrieron 12 días de actividades de los representantes de la Zona Franca Montevideo, Orlando Dovat y Carlos Mari, que salieron de Montevideo con un objetivo fundamental: conocer in situ las experiencias de los parques industriales de Asia.

Carlos Mari, en conversación con *El Observador*, dijo que se observó un gran interés en Uruguay —de parte de representantes de gobierno y empresas— como centro de distribución en Sudamérica.

Empresas de una oportunidad se reclamó información para definir costos de fletes y seguros, para poder concretar negocios en forma inmediata, explicó.

Esta solicitud revela, explicó Mari, el interés demostrado por fuertes empresarios de esa zona.

La experiencia de China Popular

La delegación uruguaya estuvo en China en cinco ciudades: Beijing, Cantón, Shenzen, Shangai y Pudong. En Shenzen, Mari destacó el enorme desarrollo que ha tenido esta zona con emprendimientos mixtos (Estado y capital privado extranjero), lo que la ha transformado en una enorme ciudad con 3 millones de habitantes. Aquí hay parques industriales de importancia y en Pudong, acotó, se visitaron fábricas altamente tecnificadas. "Hay fábricas con 800 o 1.000 operarios, con maquinaria alemana de última generación", dijo. En cada uno de los foros y encuentros, el presidente Lacalle —dijo Mari— explicó en detalles la ubicación geográfica del Uruguay, los beneficios que otorga al inversor y la posibilidad cierta que abre el Mercosur. Luego de la visita a China, Dovat y Mari viajaron junto a los ministros de Economía y de Industria, Ignacio de Posadas y Eduardo Ache, respectivamente, a Malasia.

Allí mantuvieron una importante reunión con los responsables del Centro de Promoción de Exportaciones. También se viajó a Kualalumpur, en donde visitaron la fábrica de automóviles Proton, que es una versión malasia de la marca Mitsubishi de Japón. Se visitó la zona franca de esta ciudad y se observó en profundidad el banco de datos que poseen, Sittdec. Este sistema opera exclusivamente para los países subdesarrollados y la Zona Franca Montevideo —explicó Mari— está interesada en conectarse a él. Allí en Malasia vieron la experiencia industrial dedicada a la exportación —como fundamental beneficio tiene la devolución de impuestos— con marcas de renombre como Philips o Motorola. Esta última tiene 5.000 operarios. En Singapur se visitaron los parques industriales tecnológicos en donde también está Motorola. Allí además está IBM. En Bangkok y en Hong Kong las visitas también estuvieron dirigidas a obtener información e intercambiar experiencias sobre parques industriales. En Hong Kong particularmente, las zonas industriales son promovidas por el Estado que luego alquila los espacios. "El Estado realiza una fuerte promoción de estos edificios, además de la inversión inicial, y luego los alquila a las empresas transnacionales", explicó Mari. "Fuimos a aprender; no fue en vano el viaje", concluyó el empresario. ■

9400621

Mega International concluyó la compra de Z.F. Río Negro.

E.OBS - 150483

28/12/93

11856

507466

OBS. 28-12-93

Mega International concluyó la compra de Zona Franca Río Negro

El pasado jueves 23 el grupo Mega International pagó la última cuota de la operación por la que adquirió la Zona Franca Río Negro. Mario Campomar —integrante de Mega— dijo a *El Observador* que de esta manera el grupo que integra tomó posesión de la totalidad del paquete accionario de Zona Franca Río Negro SA. A partir de esa fecha, entonces, Mega es el único propietario de la citada zona franca.

Campomar destacó al culminar esta primera etapa de inversiones a "todos aquellos que hicieron posible esta realidad".

"En particular —dijo— deseamos expresar nuestro reconocimiento a los ex directores de Zona Franca Río Negro SA, Arturo Martínez Olascoaga y Elena Berro de Bautista, por la colaboración prestada".

Mega International tiene previsto realizar un gran esfuerzo empresarial en el primer cuatrimestre del próximo año con el objetivo de que la zona franca comience a operar cuanto antes.

Ayer en conferencia de prensa Campomar anunció que tres importantes empresas de Asia se instalarán en la zona franca, con el fin de proyectar sus productos no solamente a los países del Tratado de Asunción

Mega es un grupo económico con experiencia en zonas francas que, en este caso, adquirió la mencionada zona sin endeudamiento, con capitales propios, según explicó Campomar.

01-01 9400621

Representante de Usuarios que viajó a China reclamó "ingenio" para desarrollar negocios

SI HAY "INGENIO y cooperación de las partes uruguayas", existen posibilidades reales de concretar diversos negocios entre Uruguay y China, dijo el contador Walter Otero, que representó a la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay a China, en el viaje encabezado por el presidente Luis Alberto Lacalle.

Otero destacó que nadie puede discutir el desarrollo operado por China en los últimos años y la proyección que ha ganado en los últimos años en el plano internacional.

En 1988 el contador Otero integró la misión encabezada por el entonces presidente Julio María Sanguinetti en el primer viaje que realizara un mandatario uruguayo a China. "En los cinco años transcurridos desde esa fecha, China pasó a ocupar un lugar destacado en el comercio internacional", indicó.

Las perspectivas de las joint venture

"Hoy por hoy es corriente trabajar con algún chino, tener algún tipo de asociación o traer mercaderías de ese origen", dijo Otero al explicar el grado desarrollado de las relaciones comerciales con China.

Subrayó Otero que "ese tipo de unión ya se está haciendo, pero todavía no se ha dimensionado la perspectiva de lo que puede ser una joint venture, por lo que hace falta únicamente un poco de ingenio para procurar el complemento".

Sugirió el representante de la Asociación de Usuarios que las futuras misiones que se trasladen a China, tanto públicas como privadas, deberían ser estructuradas de antemano, "para dar una imagen compacta de las propuestas que se vayan a realizar".

Otero destacó el papel jugado por el presidente Lacalle en esta misión.

También puso el énfasis en lo que hacen "ediles, diputados, senadores y dirigentes políticos que presentan, dijo, una visión totalmente distorsionada del alcance de nuestro régimen de zonas francas".■

Las zonas francas uruguayas dentro del Mercosur

La inserción de nuestras zonas francas en el Mercosur está siendo motivo de discusión entre los cuatro países firmantes del Tratado de Asunción.

Si bien esto es aparentemente lo que está sucediendo, la realidad indica que Brasil y Argentina están intentando hacer valer el peso que nadie duda tienen, en función de los mercados que representan.

Si bien Uruguay, según palabras del propio presidente de la República, exige el pleno reconocimiento de las zonas francas de nuestro país, sus colegas argentino y brasileño, aparentemente aspiran a que las únicas zonas francas a reconocer sean las suyas.

Al influjo del proteccionismo brasileño con relación a Manaos, y como parte de las negociaciones en todos los sectores, también Argentina se avendría a pedir protección a su área de Tierra del Fuego.

Como nuestro poder negociador no es muy grande, mucho deberán nuestros negociadores extremarse para poder incluir a nuestras zonas francas dentro del Mercado Común del Sur.

La realidad indicaría que al tener un mercado pequeño, tendríamos un poder negociador menor, por lo cual deberíamos aceptar la injusticia que puedan aspirar a imponernos nuestros vecinos.

No dudamos de la capacidad de nuestros negociadores, de la energía que pondrán en defensa de lo que legítimamente nos corresponde, y esperemos que el derecho que sin duda tenemos triunfe una vez más por sobre la fuerza del poder.

De todas formas, es bueno recordar una vez más que lo que tenemos en materia de zonas francas es bueno, y que no debemos dar un solo paso atrás.

Si podemos estar dentro del Mercosur, mucho mejor, pero tenemos claro que no debemos aceptar revisionismos de lo que ya existe.

Si no llegáramos a estar en el acuerdo, mala suerte, podemos seguir como estamos sin ningún inconveniente, aunque no sea justo.

1/3

0139401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 15 de enero de 1993.-

Of.SEINT (R)Nro.013/15/ I /94.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SENOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 61 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Escuela Naval y familiares de los mismos.-

Saluda a Usted atentamente.-

(DM/gri)

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALINAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

0139401 a 03.-

25/1/94
022

24 ENE 1994
Antecedentes
9400624

19-1-94
602
9400624

x 001/003

1er.Apellido	2do.Apellido	1er.Nombre	2do.Nombre	LFDN - EDAD	CED.IDENT	CREDENC	DOMICILIO
ACOSTA	DIAZ	AMANDA	IRIS	180152 CAN.	1.576.639-4	CER 499	BLANDESGUES 5834
ALCANTARA	SANCHEZ	RAUL	ROMILDO	240251			AV.ITALIA 3340 AP.2
ALVAREZ	FORTEZ	AMANDA		220756 TBO.	1.965.046-8	BDB 48511	L.DA VINCI 3454
BERRIEL		MIRIAN					CNO.DEL ANDALUZ KM. 0
BRUN		JUAN			.458.036-5	BDA 18411	L.DA VINCI 3454
BRUN	ALVAREZ	OSCAR	ARAMI	240777 MDEO.	2.936.540-7		L.DA VINCI 3454
BRUN	ALVAREZ	ARTEMIO	JUVENAL	190376	2.936.592-4		L.DA VINCI 3454
BRUN	ALVAREZ	DARMAR			3.868.203-4		L.DA VINCI 3454
BRUN	ALVAREZ	NIRZA	E.	260581	3.868.306-2		L.DA VINCI 3454
CARDOZO	CASTRO	GLADYS	TERESA	170546 SAL.	3.450.611-8	JAD 3807	19 DE ABRIL 376(SAL)
CARINI	FERREIRA	PEDRO	ENRIQUE	060363 MDEO.	1.614.499-1	BCB 32327	HELVECIA 4198
CASTILLO	MANZO	LUIS	MARIO	060847	1.104.536-8	BLB 22870	L.A.DE HERRERA 3230
CASTILLO	RODRIGUEZ	JUAN	MARTIN	090373	2.818.222-4	BLA 28366	L.A.DE HERREA 3230
CASTILLO	RODRIGUEZ	MARIO	ANDRES	210971	2.818.262-		L.A.DE HERRERA 3230
CASTILLO	RODRIGUEZ	ANALIA		150475			L.A.DE HERRERA 3230
DELGADO		MARIA		180630	2.626.833-5		A.REYES Y T.APARICIO
FERNANDEZ		WALTER	WAGNER	020773 MDEO.	3.298.171-7	TBE 4383	18 DE JULIO 2205 AP.21
FERNANDEZ	ABREU	ADELA		070755 TBO.	1.720.886-3		18 DE JULIO 2205 AP.21
FERNANDEZ	ABREU	JULIA		301153 TBO.			APARICIO SARAVIA 2762
FERREIRA		PEDRO		300622	3.490.753-7		A.REYES Y T.APARICIO
FERREIRA	DELGADO	CONO	FERMIN	060753 FLORIDA	3.811.381-7	QAA 27875	A.REYES Y T.APARICIO
FERREIRA	GUERRA	ROBERTO	FABIAN	230475 FLORIDA	3.801.513-0	QAA 48481	A.REYES Y T.APARICIO
FERREIRA	GUERRA	VERONICA		240677	3.801.512-4		A.REYES Y T.APARICIO
FREIRE	GARCIA	ROBERTO	SEBASTIAN	020477	4.326.308-		GRECIA 3322
FREIRE	ROLAN	JOSE	LUIS	010153 MDEO.	1.360.300-		GRECIA 3322
GARCIA	LEITES	MARIA	CRISTINA	191252 MDEO.	1.299.962-	BSA 9426	GRECIA 3322
GARCIA	LEITES	VERONICA		160175	1.927.974-1		GRECIA 3322
GARCIA	LEITES	GRACIELA		051156	1.646.743-	BSA 9426	GRECIA 3322
GONZALEZ		FERNANDO		030281			18 DE JULIO 2205 AP.21
GUERRA	CHAPE	BLANCA	LIDIA	091052 DUR.	3.313.071-3	QAA 39340	A.REYES Y T.APARICIO
HEREDIA	CARDOZO	VICTOR	LEONARDO		2.571.747-6	JBA 6255	19 DE ABRIL 376(SAL)
HEREDIA	ORTIZ	ABILIO		150544 SAL.	3.425.016-0	JCC 9846	19 DE ABRIL 376(SAL)
IKATCH	SUAREZ	JUAN	EDUARDO		1.683.187-1	BUR 23915	C.M.RAMIREZ 637
MARTINEZ		ANDRES		220877			18 DE JULIO 2205 AP.21
OTERO	ACOSTA	PABLO	CESAR		3.893.986-7	CDA 79956	BLANDESGUES 5834
OTERO	ACOSTA	JAVIER	ALEJANDRO	160471	3.051.896-8		BLANDESGUES 5834
OTERO	ACOSTA	NESTOR	EDUARDO	170772	3.425.295-8		BLANDESGUES 5834
OTERO	ACOSTA	VICTOR	LEONARDO	221273	3.578.953-6		BLANDESGUES 5834
OTERO	ACOSTA	ANA	MARIA	170480	4.347.377-7		BLANDESGUES 5834
OTERO	LEIRAS	BALDOMERO		020642 MDEO.	1.986.864-9	CDB 3996	BLANDESGUES 5834
PERALTA	PUGALES	MIRTA		180459	3.493.164-5		GONZALO PENELA 2727
POZZO	BAEZ	EDUARDO	ANGEL	250543 SOR.	1.234.411-7	APA 7482	14 DE JULIO 1435 AP.7
POZZO	ROJAS	EDUARDO	JAVIER	011076 MDEO.	2.260.405-6		14 DE JULIO 1435 AP.7
RAMIREZ		MIGUEL					CHIMBORAZO S/N BLOCK C AP.1
RAYMONDO	RAIMONDO	STELLA MARIS		231141	3.492.278-5	JBC 8583	8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
RODRIGUEZ	GOMEZ	WASHINGTON	HUGO	180943 FLORIDA	2.918.438-6		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	PERALTA	ALMIR	ALEJANDRO	070475 C.L.	4.296.815-9		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	PERALTA	MARIA	CRISTINA		4.297.824-5		GONZALO PENELA 2727

03755
01384403 -

15/01/94

1er.Apellido	2do.Apellido	1er.Nombre	2do.Nombre	LFDN -	EDAD	CED.IDENT	CREDENC	DOMICILIO
RODRIGUEZ	PERALTA	DAMIAN	WASHINGTON			4.299.020-3		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	PERALTA	ILIANA	SOLANGE			4.299.012-9		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	SANCHEZ	MARIA	ELENA	110150		1.068.444-4		L.A.DE HERRERA 3230
ROJAS	RODRIGUEZ	BELMA	JULIA	210141 S.J.		1.527.772-3	AJB 5422	14 DE JULIO 1435 AP.7
ROLAND	PALLAS	FERNANDO	ARIEL	090375		3.486.959-7	BNB 51423	CHIMBORAZO S/N BLOCK C AP.1
ROVIRA	PAZ	LUIS	ALBERTO			1.420.841-2	BNB 42498	GRAL.FLORES Y CHIMBORAZO
SUAREZ	PINTOS	PEDRO	ANAURELINO	281153 PAY.		3.069.973-6	KFA 6704	T.TRES Y 1RA. (PAY)
VERA	ALVAREZ	WASHINGTON				1.689.284-5	BDA 81393	L.DA VINCI 3454
ZEBALLOS		ANDRES	EDUARDO	290677 MDEO.		3.713.372-5		T.TRES Y 1RA. (PAY)
ZUNINO	GARCIA	RICARDO	LUIS	220337		.748.076-4	JBC 8574	8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	LUIS	PABLO	010676 MDEO.		3.075.882-3	JBC 9202	8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	MARIA	CECELIA	120968				8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	MARIA	NOEL	160371				8 DE OCTUBRE 928(SALTO)

X 003/003

9400624

1er. Apellido	2do. Apellido	1er. Nombre	2do. Nombre	LFDN - EDAD	CED. IDENT	CREDENC	DOMICILIO
RODRIGUEZ	PERALTA	DAMIAN	WASHINGTON		4.299.020-3		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	PERALTA	ILIANA	SOLANGE		4.299.012-9		GONZALO PENELA 2727
RODRIGUEZ	SANCHEZ	MARIA	ELENA	110150	1.068.444-4		L.A.DE HERRERA 3230
ROJAS	RODRIGUEZ	BELMA	JULIA	210141 S.J.	1.527.772-3	AJB 5422	14 DE JULIO 1435 AP.7
ROLAND	PALLAS	FERNANDO	ARIEL	090375	3.486.959-7	BNB 51423	CHIMBORAZO S/N BLOCK C AP.1
ROVIRA	PAZ	LUIS	ALBERTO		1.420.841-2	BNB 42498	GRAL.FLORES Y CHIMBORAZO
SUAREZ	PINTOS	PEDRO	ANAURELINO	281153 PAY.	3.069.973-6	KFA 6704	T.TRES Y 1RA. (PAY)
VERA	ALVAREZ	WASHINGTON			1.689.284-5	BDA 81393	L.DA VINCI 3454
ZEBALLOS		ANDRES	EDUARDO	290677 MDEO.	3.713.372-5		T.TRES Y 1RA. (PAY)
ZUNINO	GARCIA	RICARDO	LUIS	220337	.748.076-4	JBC 8574	8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	LUIS	PABLO	010676 MDEO.	3.075.882-3	JBC 9202	8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	MARIA	CECELIA	120968			8 DE OCTUBRE 928(SALTO)
ZUNINO	RAYMONDO	MARIA	NOEL	160371			8 DE OCTUBRE 928(SALTO)

1/3

0149401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 15 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.014/15/ I /94.- SENOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION
As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 79 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

(DM/gri)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 20/1/94
Nº 020

0149401 a 03.-

19-I-94
582
9400625

20 Ene 1994
Antecedentes
400625

001/003

1/3

0149401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 15 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.014/15/ I /94.-SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES" DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 79 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

(DM/gri)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 20/1/94
Nº 020

0149401 a 03.-

19-I-94
SDI
9400625

20 ENE 1994
9400625

001/003

Pagina No. 1
30/11/93

APELLIDOS	NOMBRES	[illegible] - EDAD	CED. IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ALARIO RODRIGUEZ	MARIA CRISTINA	190353 MDEO.	1.544.496-8	BVR 25474	
ARTIGAS [illegible]	RAFAEL	191071 MDEO.	3.429.146-9	NKC 12736	ITALIA 707(COLONIA)
ARTIGAS MARINO	HEROIDES	300839 MDEO.			ITALIA 707(COLONIA)
[illegible]	OLGA NELLY	270945 ART.	2.595.877-5	ICM 689	
[illegible] DIAZ	WALTER HUMBERTO		3.106.501-3		
[illegible]	WALTER [illegible]	120975 SOR.	3.529.866-1	NFA 11985	
BUENA BENITE	MARIA ELENA	190245 COL.	3.806.998-7	NKB 22284	ITUZAINGO S/N(CARMELO)
BUENO [illegible]	NESSEY MONICA	240167 TBO.	4.242.141-6	NKC 12816	LOS NOGALES Y DELMEDIO(COLONIA
BUENO GOMEZ	MARIO	130742 TBO.			LOS NOGALES Y DELMEDIO(COLONIA
BURGA [illegible]	JUAN FRANCISCO	220264 COL.	2.940.425-3	NCB 17662	25 DE AGOSTO S/N(ROSARIO-COLON
BURGA LEGUISAMO	FRANCISCO HORACIO		3.570.712-0		25 DE AGOSTO S/N(ROSARIO-COLON
[illegible]	MARTHA ESTHER	181250 MDEO.	1.150.786-9	BEA 59150	TREBOL 1598
CERVINI SILVEIRA	ALBERTO MARIA	060247 ART.	3.743.759-5		
[illegible]	RICARDO MARCELO	131272 ART.	3.586.708-9	ICF 1205	
CORREA	JUAN DERUBLE	150044 T.T.	2.478.716-1	FAA 26661	PANTALEON ARTIGAS 308
CORREA [illegible]	ROBERTO		1.825.502-	BZC 19026	PASAJE 11 NRO.3500(BELLA ITALI
CORREA [illegible]	ALEXANDRA DANIELA	011273 T.T.	2.560.594-4	FAA 44131	MINAS 1721
[illegible]	JORGE [illegible]	131073 MDEO.	3.791.505-4	IDA 95646	PASAJE 11 NRO.3500(BELLA ITALI
[illegible]	ALFREDO OMAR	42 AÑOS EN 1993			A.SARAVIA 98 (MERCEDES)
[illegible]	OMAR [illegible]	[illegible]	3.676.743-8	[illegible]	A.SARAVIA 98 (MERCEDES)
[illegible]	AMERICO EZEQUIEL	080449 MDEO.	1.6[illegible].465-	BZB 37322	OFICIAL 1NRO.6745(PASODELARENA
[illegible]	[illegible]	050875 MDEO.	3.976.[illegible]	[illegible]	OFICIAL 1NRO.6745(PASODELARENA
DE LA ROSA [illegible]	FELIPE FABIAN	110974 ART.	3.799.489-0	IAC 58758	LA PALOMA 1794
[illegible]	[illegible]				[illegible] 1150
[illegible]	CARLOS ALBERTO	021170 COL.	3.306.565-5	NKB 23605	ITUZAINGO S/N(CARMELO)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	3.074.567-7	NKB 11109	ITUZAINGO S/N(CARMELO)
[illegible]	FREDY RAFAEL	060375 ART.	3.647.975-4	IAC 59163	E.LARROBLA 233(ARTIGAS)
[illegible]	[illegible]	ART.			E.LARROBLA 233(ARTIGAS)
[illegible]	EVA NANCY	1952	3.126.577-2	MFA 7947	
[illegible]	[illegible]	301067 TBO.	1.4[illegible]		[illegible]
FERNANDEZ [illegible]	ANA MARIA	250346 MDEO.	1.151.237-3	BCA 62503	J.M.ESPINOSA 1419[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible] ART.			E.LARROBLA 233(ARTIGAS)
GARCIA [illegible]	OLGA [illegible]	030433 COL.	4.039.145-1	NCB 8947	25 DE AGOSTO S/N(ROSARIO-COLON
[illegible]	[illegible]	251269 MDEO.	1.074.430-7	BKA 27545	TREBOL 1598
[illegible]	[illegible]	140142 TBO.			LOS NOGALES Y DELMEDIO(COLONIA
[illegible]	[illegible]	[illegible] SA.	1.102.927-[illegible]	AJB 7636	TREBOL 1598
GOMEZ [illegible]	CLAUDIA GABRIELA	020872 MDEO.	1.942.156-0	BMA 31302	TREBOL 1598
[illegible]	[illegible]	100753 T.T.	4.016.401-0	[illegible] 29205	PANTALEON ARTIGAS 308
[illegible]	WALTER ARTURO	141040 FLORES	1.144.923-		J.M.ESPINOSA 1419[illegible]
[illegible]	[illegible]	[illegible]	3.[illegible].116-4	[illegible]	J.M.ESPINOSA 1419[illegible]
[illegible]	[illegible] MARIA	230426 COL.	3.714.127-5	NAB 9215	ITALIA 707(COLONIA)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	3.7[illegible]	[illegible]	[illegible](COLONIA)
[illegible]	JOSE EDUARDO				[illegible](COLONIA)
[illegible]	[illegible]	ARTIGAS			[illegible] 1150
LARA DE SOUZA	ENER				E.LARROBLA 233(ARTIGAS)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	2.4[illegible]	[illegible]	[illegible]
MARTINEZ [illegible]	GLORIA IRIS	131250	1.993.457-9	CDA 44759	C.M.RAMIREZ 245
[illegible]	MARIA [illegible]	[illegible] PAY.	1.4[illegible]	[illegible]	
[illegible]	MARIA CAMILA		1.[illegible]	[illegible] 19436	PASAJE 11 NRO.3500(BELLA ITALI
[illegible]	[illegible]	[illegible] RIV.	2.[illegible]		LOS NOGALES Y DELMEDIO(COLONIA
[illegible]	LOURDES TERESA	300657 R.N.			

POCO LEGIBLE.

× 0 2

-9400625

03681
0149953

FR BDA 50628

FR

SRJ -

FR J CORRESPONDE

FR BAA 31243 -

FR KFC (9) 3423

PC

TALENTO, Mario -

Nº AF - 6915 UJC.
DOM - ANZANI 2095
F. AF - 17-12-62
OCUP - EMPLEADO

POCO LEGIBLE

X 003/003

F8400625

1/3

0169401

(SUPLE PAPEL SIMPLE NUMERADO)

Montevideo, 18 de enero de 1994.-

Of. SEINT (R)Nro.016/18/ I /94.-

As. "SOLICITUD DE ANTECEDENTES"

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA: Solicito tenga a bien se efectúe la comprobación de antecedentes de las 70 personas que se mencionan en listado adjunto, los cuales son promitentes ingresos a la Armada Nacional y familiares de los mismos.-

(DM/gri)

Saluda a Usted atentamente.-

Capitán de Fragata (CG)

FRANCISCO VALIÑAS
Jefe de la Secretaría
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 20/1/94
N. 018

0169401 a 03.-

19-I-94
SDI
9400696

20 ENE 1994
9400626

001/003

Page No. 1
01/18/94

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
ALMADA DIAZ	LIRA MARIA	050338 ROCHA	2.588.289-9	EAA 26763	MART.RODRIGUEZ Y BRASIL(ROCHA
ALVEZ ELIZONDO	GRACIELA ROSSANA	100670 COL.	3.833.327-5	NKC 13096	DGO.BAGUE 115 (COLONIA)
AÑASCO	ANA MARIA	SALTO			INCLUSA 690
BALIO COLLAZO	SHIRLEY DIANA	060155 COL.	3.703.930-7	NAB 11755	EMILIO FRUGONI 922(COLONIA)
BANQUERO CASAÑA	MARIA CRISTINA	44 AÑOS EN 1993			GRECIA 3242
BARUZZI ARAUJO	LIBER RUBEN	190639 COL.			RAMON ORTIZ S/N (COLONIA)
BARUZZI DODINO	ALEJANDRA	080372 COL.	2.977.708-6	NAB 18623	RAMON ORTIZ S/N (COLONIA)
BONIFACIO SOSA	MARIA DEL CARMEN	071051 SOR.	2.915.630-7		LEZICA 6400
BUZETTA REY	MARIA ISABEL	L050675 COL.	4.019.142-5		
BUZETTA VELAZQUEZ	OSCAR LEONEL	180345 COL.	4.062.809-6	NKA 2857	
CAL	ANGELICA	150143	1.034.423-4	BPB 11840	
CAL MARTINEZ	IRIS MABEL	241039 ROCHA	3.277.246-3	EAA 23673	ANCINA E ITUZAINGO (ROCHA)
CALLERO PASTRANA	OLGA DELMA	040329 SOR.	3.569.231-3	NIB 5728	QUEGUAY Y ARTIGAS(N.PALMIRA
CALVAR	MARGARITA	180350 ESPAÑA	1.179.637-7	BAA 31534	ZUMFLEDE 2096
CAPOTTE CAL	CRISTINA ROSSANA	130866 MDEO.	1.995.914-7	BSB 11443	CHILE 3338
CARDOSO	BELGA LEDA	150258 ROCHA	2.724.083-3	EFB 5486	
CASTRO MANSILLA	EMILIA		2.844.478-7	NLB 4527	RAMON ORTIZ S/N(J.LACAZE)
DA SILVA VOLLIEN	WILLMAR	060758 COL.	3.202.122-2	NKC 10220	DGO.BAQUE 115(COLONIA)
DE LOS SANTOS AGUILERA	JULIO MARIA	PAYSANDU			INCLUSA 690
DE LOS SANTOS ROTUNDO	HUGO NORBERTO	290456 PAY.	3.991.977-1	IAC 47168	INCLUSA 690
DESCOVICH CASTRO	ALEJANDRA IRACEMA	171069 MDEO.	2.550.384-3	NLB 17220	A.MANGARELLI Y TBO.(COLONIA)
DESCOVICH GONZALEZ	JUAN MARCELINO		2.844.475-9	NLB 3825	RAMON ORTIZ S/N(J.LACAZE)
DODINO LEZCANO	VENUS ALBA	180940 COL.			RAMON ORTIZ S/N (COLONIA)
DOS SANTOS CARDOZO	ALZER	080655 TBO.	1.969.029-4	AUA 16280	J.VELAZCO 3154 AP.604
ELIZONDO	MARIA LUISA	110834 COL.	3.142.203-5	NAB 6072	E.FRUGONI Y ANSINA (COL)
GALLO DARROSPIDE	CLAUDIA DANIELA	070770 COL.	2.955.317-1	NIB 11631	QUEGUAY Y ARTIGAS(N.PALMIRA
GEREZ AMARILLO	JOSE HIPOLITO		3.492.327-1	ICC 3198	L.MORQUIO 105(TOMAS GOMENZORO)
GEREZ SUAREZ	SONIA BEATRIZ		3.743.764-2	ICC 4623	L.MORQUIO 105(TOMAS GOMENZORO)
GUTIERREZ CABALLERO	JOSE HERIBERTO	200464 ROCHA		DDA 1777	CUAREIM 1574
GUTIERREZ MARTINEZ	JOSE LUIS	250167 MDEO.	2.576.208-9	BRA 39496	CUAREIM 1574
IROLDI PEREZ	ANA MARIA	220647 MDEO.	1.051.112-4	ATB 7494	RAMON ESTOMBA 3616
LAPORTE FUENTE	HUGO GERVACIO	190637 MDEO.	.885.006-5	BPA 8643	
LENA CALVAR	HUGO MARCELO	270472 MDEO.	1.752.917-6	BAB 52093	ZUMFLEDE 2096
LENA MARTINEZ	FELIX ALFREDO	100647 MDEO.	1.035.278-		ZUMFLEDE 2096
LOPEZ DOS SANTOS	JOERGE JULIAN	090370 MDEO.	2.723.979-9	BCA 92980	J.VELAZCO 3154 AP.604
LUZARDO CABRERA	OSCAR	130736 MAL.			RAMON ESTOMBA 3616
LUZARDO IROLDI	ANA KARINA	260972 MDEO.	1.763.993-3	AVA 24352	RAMON ESTOMBA 3616
MAGALLANES BONIFACIO	MARIELA ADRIANA	100271 SOR.	3.463.606-8		LEZICA 6400
MAGALLANES [illegible]	JOSE MARIA	070847 SOR.	3.004.872-5		LEZICA 6400
MARTINEZ FERREIRA	NELIDA TERESA	120842 MDEO.	1.618.502-2	BMA 16034	CUAREIM 1574
MEDERO BALIO	SHIRLEY CATHERINE	290572 COL.	3.357.219-7	NAB 19354	EMILIO FRUGONI 922(COLONIA)
MEDERO REY	SERGIO ALEJANDRO	041253 COL.			EMILIO FRUGONI 922(COLONIA)
OLIVERA UNANDI	NELSON ANTONIO	310872 ROCHA	3.612.207-8	EAA 45259	ANCINA E ITUZAINGO (ROCHA)
UNANDI CASTELAN	JUAN ANTONIO	141128 ROCHA	2.501.177-9	EAA 17340	ANCINA E ITUZAINGO (ROCHA)
PADIN CALLERO	ADER ATILIO	250567 COL.	3.691.398-4	NIB 11626	QUEGUAY Y ARTIGAS(N.PALMIRA
PADIN CASABONA	HUMBERTO ANTONIO	101128 COR.	2.718.837-4	NIB 3738	QUEGUAY Y ARTIGAS(N.PALMIRA
PASCAL MOLINA	DONATA FELICIA	200143 ROCHA			RIO GRANDE 1163(CHUY)
PEDREIRA BANQUERO	PATRICIA NOELIA	170275 MDEO.	1.882.648-8	BSA 12458	GRECIA 3242
PEDREIRA [illegible]	JOSE LUIS	300148 MDEO.	1.188.628-5		GRECIA 3242
PEREZ ALMADA	RICHARD ENRIQUE	180875 ROCHA	3.909.551-1	EAA 47314	MART.RODRIGUEZ Y BRASIL(ROCHA
PEREZ SILVEIRA	HECTOR DARIO		3.473.523-3	EAA 31767	MART.RODRIGUEZ Y BRASIL(ROCHA
PINTOS	JUAN ISMAEL	SALTO60 AÑOS EN 1993	. . -		

9400626

Page No. 2
01/10/94

VIÑA

APELLIDOS	NOMBRES	LFDN - EDAD	CED.IDENT.	CRED.CIV	DOMICILIO
PINTOS SILVEIRA	JOSE ALBERTO	171165 SAL.	2.805.990-8	BEA 7000	
PORCINCULA RODRIGUEZ	VICENTE EMILIO	031044 C.L.	3.406.128-2		NANO PEREZ 82(RIO BRANCO)
PORCINCULA SILVA	DENIS	101075 C.L.	3.123.302-2	GDA 15827	NANO PEREZ 82(RIO BRANCO)
RAMIREZ PEREZ	ALBA TERESITA	080730 DUR.			CONT.FOCH 1201
REY MENDIVERRY	ANGELITA MABEL	070145	3.611.854-6	NKD 914	
RODRIGUEZ	EDUARDO DANIEL	140325 DUR.	.767.084-0	RAA 3173	CONT.FOCH 1201
RODRIGUEZ CORREA	LEONEL	ROCHA58 AÑOS EN 1993	. . -		J.DE VIANA Y HERNANDARIAS(ROCH
RODRIGUEZ RAMIREZ	SANDRA	080168 MDEO.	1.965.558-7	BZC 296	CONT.FOCH 1201
RODRIGUEZ VEGA	MARIELA GRICEL	120870 ROCHA	3.149.686-6	EAA 42303	J.DE VIANA Y HERNANDARIAS(ROCH
ROSA RIVERO	MARIO	140428 FLORIDA	.674.022-8		D.A.LARRAÑAGA 3546
ROSA RUOCCO	HORACIO UBAL	110470 MDEO.	2.016.387-6	BRB 39998	D.A.LARRAÑAGA 3546
ROTUNNO MORENO	ADELA	PAYSANDU			INCLUSA 690
RUOCCO LONGO	YOLANDA	150138 MDEO.	.980.835-8	AHB 4846	D.A.LARRAÑAGA 3546
SENA MACHINS	GILBERTO	59 AÑOS EN 193			RIO GRANDE 1163(CHUY)
SENA PASCAL	GRETTE JANETH	240868 ROCHA	3.549.388-0	BRB 34719	RIO GRANDE 1163(CHUY)
~~SILVA PORCINCULA~~	~~NIDIA~~	~~280751 C.L.~~	~~2.602.442-2~~	~~GDA 6951~~	~~NANO PEREZ 82(RIO BRANCO)~~
~~SILVEIRA MOTTA~~	~~ANA VIOLETA~~				
~~SUAREZ VIDAL~~	~~GILDA~~	~~070545 ART.~~	~~2.396.981-2~~	~~IGG 3932~~	~~L.MORQUIO 105(TOMAS GOMENZORO)~~
~~VEGA ARAUJO~~	~~NORMA MIRELLA~~	~~131144 ROCHA~~			~~J.DE VIANA Y HERNANDARIAS(ROCH~~

AHB - 4836.

-0400626

X 003/003

1/8.

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

CONFIDENCIAL ARMADA

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

RESUMEN DE INFORMACION Nro. 010/94 .-

AGENCIA:	SEINT.-
FECHA:	14 de Enero de 1994.-
REFERENCIA:	NINGUNA
ORIGEN:	JECUR
AREA/PAIS:	BELLA UNION - ARTIGAS - R.O.U.
DIFUSION ANTERIOR:	NEGATIVO
DISTRIBUCION:	DGID - CIA./C/INF. - DNII - SIFAU - ARCHIVO.-
ANEXOS:	"ALFA"
TEXTO:	Referente a lo solicitado verbalmente.-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaria de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
20 ENE 1994
Depósito
Nº. de Orden 9400627

19-I-94
9400627

CONFIDENCIAL ARMADA

001/003

1/8.

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

CONFIDENCIAL ARMADA

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N Nro. 010/94 .-

AGENCIA: SEINT.-

FECHA: 14 de Enero de 1994.-

REFERENCIA: NINGUNA

ORIGEN: JECUR

AREA/PAIS: BELLA UNION - ARTIGAS - R.O.U.

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: DGID - CIA./C/INF. - ONII - SIFAU - ARCHIVO.-

ANEXOS: "ALFA"

TEXTO: Referente a lo solicitado verbalmente.-

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
20 ENE 1994
Nro. de Orden 9400627

19-I-94
9400698

CONFIDENCIAL ARMADA

001/008

MEMORANDUM DE CALNU, SUS EMPRESAS ASOCIADAS, FUERZAS VIVAS, CALVINOR, APCANU, CALPICA, SOFORUCE, CALAGUA, CALCABU CENTRO COMERCIAL, GREENFROZEN, SOCA, SUTRA, ROTARY, UTAA, LEONES, INTERSECTORIAL, COTRABU AL SR. PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DR. LUIS ALBERTO LACALLE DE HERRERA EN OCASION DE SU VISITA A BELLA UNION EL DIA 14 DE DICIEMBRE DE 1993.

ANTECEDENTES

1. En 1990 en ocasión de asumir la Primera Magistratura en su primer mensaje ante la Asamblea General, para nuestro orgullo, Ud. caracterizó a Bella Unión como un emporio productivo "... Desde el emporio productivo de Bella Unión hasta la Antártida..."

2. Sustentados por el azúcar de caña éramos ejemplo para el país. Los excedentes se invertían en infraestructura productivas, en tecnología; generamos puestos de trabajo bien remunerados, la población en permanente y dinámico crecimiento mejorando su bienestar. Reinaba el optimismo y confianza en el futuro, nosotros decíamos: "Uruguay puede, Bella Unión lo está demostrando".

3. En octubre de 1990, tuvimos el privilegio de su presencia en la zona para la inauguración de los proyectos de diversificación y obras de riego. Obras y estructuras orientadas a crear nuevas alternativas productivas que requerían del apoyo del azúcar de caña para su puesta en marcha y consolidación.

4. En aquel momento aparecían en el horizonte los primeros indicios de cambios para la economía de la zona al profundizarse la apertura económica y crearse el MERCOSUR. Por tal razón, en el acto que compartimos en la plaza pública de nuestra ciudad advertimos que apoyábamos el MERCOSUR pero no a costa de la muerte de nuestras agroindustrias. Idéntica postura mantuvimos en diciembre de 1990 en un seminario realizado en la Cámara Mercantil donde entre otras cosas puntualizábamos que si bien el MERCOSUR sería bueno para el país, nuestra región sería afectada gravemente y por ende debía contemplarse el cese de nuestra fuente de ingresos liberándonos del endeudamiento incurrido en los programas de diversificación y en los derivados del sector productivo.

9400627

5. En abril de 1992 con el corazón abierto elaboramos a solicitud del gobierno una propuesta orientada a administrar la transformación. No podemos negar que los involucrados en este proceso (grupo empresarial de Bella Unión, Poder Ejecutivo, BROU, etc.) carecíamos de experiencia en cómo desmantelar un sistema en equilibrio transformándolo exitosamente en otro diferente, manteniendo el equilibrio socio-económico. Simplemente por no existir experiencias anteriores en el país.

6. Sin embargo con un sano convencimiento de hacer lo mejor para todos, Bella Unión se lanzó a instrumentar el ajuste. Lamentablemente el resultado nos demuestra que no es sencillo y que el intento que tanto esfuerzo y sacrificio ya ha costado, no es y no será exitoso de continuar por el camino que transitamos. El ajuste de la actividad cañera fué mucho más violento y más veloz que el proyectado. (En un sólo año se hizo lo que se proyectó en tres). El gradual crecimiento de las actividades de diversificación no pudo, ni puede sustituir la drástica caída de ingresos. Se requiere una adecuación del programa de transformación, sino en lugar de transformar la región estamos arriesgando gravemente su presente y futuro.

7. Creímos que podíamos ser competitivos con el azúcar de Brasil con la ilusión de que se contemplarían las distorsiones que las políticas derivadas del proalcohol significan para el sector. Hoy sabemos que con las asimetrías en las políticas de Brasil para el sector y su clima, no podemos competir.

8. A su vez, a pesar de haber cumplido CALNU con creces y en menores tiempos los compromisos de ajuste asumidos en los documentos de abril y setiembre del 92, al no haber recibido en los tiempos necesarios, la contraparte del gobierno, se está arriesgando seriamente el proceso de transformación.

9. Es necesario replantearse de inmediato la administración de los tiempos. Hay varias señales en la región que sustentarían esta posición. En el Grupo 8 del MERCOSUR en que participamos, no hubo acuerdo pese a reiterados intentos del sector privado, en las políticas a instrumentar, a pesar del reconocimiento de todas las partes de las grandes asimetrías del sector. A su vez de acuerdo a la marcha de las últimas negociaciones sobre el arancel externo común y la coordinación de las políticas, existen posibilidades de que se flexibilicen los plazos para la formación de la unión aduanera o al menos que existan externalidades para los

sectores sensibles. En el NAFTA, recientemente creado, se habría planteado un plazo de 15 años para la adecuación de las políticas azucareras y su implementación.

SITUACION ACTUAL

1. Los efectos provocados por el ajuste realizado produjo consecuencias sociales y económicas no deseadas ni por el gobierno ni por las cooperativas, pero que fueron dramáticas, pasando incluso por una aguda crisis interna, hoy en vías de solucionarse, que dificultó la administración de los tiempos; hasta los aspectos cuantitativos que siguen:

- 50% del área cultivada fue abandonada, 4.500 Hás.
- 120 productores debieron abandonar las actividad.
- La producción de azúcar de caña se redujo a 29.000 toneladas con una disminución de 24.000 toneladas.
- Se redujo el crédito a las parcelas agrícolas en U$ 4:500.000.
- Se perdieron alrededor de 500 puestos de trabajo directos.
- Los salarios de los trabajadores industriales se redujo en un 30% y en la actividad rural la reducción es sensiblemente mayor con una disminución global de ingresos progresiva.
- No se logró aún equilibrar la actividad de las agroindustrias de diversificación.

2. El impacto Sr. Presidente es tan agobiante que conmueve profundamente a nuestra comunidad. Tenemos pues la certeza que de continuarse con la política que se está instrumentando el resultado será inexorablemente muy doloroso para la zona que depende esencialmente de las agroindustrias. El cuadro siguiente es un claro indicador de lo señalado.

EVOLUCION DE LOS INGRESOS BRUTOS A NIVEL DEL PRODUCTOR EN LAS ACTIVIDADES AGROINDUSTRIALES
(en miles de dólares por año)

	1991 (1)	1993 (2)	1996 (3)	2000 (4)
CAÑA	14:000	7:300	0	0
HORTICULTURA	400	2:000	4:800	7:000
TOTAL	14:400	9:300	4:800	7:000

(1) Año base, antes de los ajustes.

(2) Año con resultados de los ajustes en caña y aceleración de la reconversión.

(3) Supuesto arancel cero en azúcar

(4) Proyecto GREENFROZEN - CALAGUA revisado

Recordemos que ni CALAGUA ni CALVINOR fueron diseñados en su momento para sustituir la caña de azúcar sino para complementarla.

3. Los efectos de la situación se agudizan pues además de disminuir el valor bruto de producción, los márgenes del negocio se han reducido notablemente como consecuencia de la evolución de factores de la economía por todos conocida. (Relación IPC/U$S)

4. Esta realidad impide e impidirá en el mediano plazo enfrentar los repagos del préstamo BID. Estos créditos fueron concedidos con la aprobación del gobierno uruguayo y del BID. Los análisis realizados indicaban que eran amortizables con excedentes generados por la producción de caña de azúcar que se proyectaron por más de 20 años. Obviamente la hipótesis no se cumplió.

5. Para evitar la aceleración de la crisis debemos hacer un alto en el proceso, evaluar los hechos y realizar

proyecciones realistas tomando, rápidamente medidas de política que operen como correctores del rumbo y de los tiempos. Un clima de calma nos permitirá conjuntamente con el gobierno conducir adecuadamente el proceso de transformación que estamos empeñados.

PETITORIO

1. URGENTE

Es imprescindible contar con la aprobación del planteo realizado el 24.10.93 al BROU antes de fin de año para que el Fondo de Garantía empiece sin más tardanzas a operar como Fondo de Reconversión. A un año y medio de consecusión del Programa de Ajuste y Reconversión aún no se han liberado recursos de ningún tipo, para apoyar la diversificación y la reconversión, obligando a CALNU a sostener con fondos que no cuenta los emprendimientos de diversificación.

Esto ha colocado a CALNU en una situación financiera muy delicada, que si no se resuelve antes de fin del presente año, nos abligará a detener las actividades lo que tendría irreparables repercusiones.

El referido planteo incluye además el pedido de un crédito para atender remuneraciones de fin de zafra de la industria, como fuera expresado al Sr. Ministro de Trabajo y Seguridad Social, en reunión mantenida con él por CALNU y el Sindicato de los Trabajadores de la Industria, es necesario contar con este aporte para tranquilidad de la marcha del Programa acordado con el gobierno. También planteamos el Seguro por Desempleo del trabajador rural en esa ocasi'on.

2. Crear un comité de crisis urgente que permita conducir la experiencia de transformar Bella Unión sin que se produzca su muerte. Al comité le corresponderá analizar rápida y profundamente la situación global del problema, elaborar e instrumentar medidas de políticas a aplicar determinando más precisamente la relación entre las políticas y sus efectos, con un seguimiento estricto de los hechos.

Sugerimos al Poder Ejecutivo designar representantes de los Ministerios de Ganadería, Agricultura y Pesca, Industria y Energía, Economía y del BROU para integrar el Comité al que se incorporarán representantes de CALNU e instituciones firmantes.

Este Comité además, Sr. Presidente, sería el receptor de

todos y cada uno de los problemas, urgentes, de mediano y largo plazo que afectan nuestras actividades para canalizar sus posibles soluciones.

3. Mantener, para la producción de azúcar de caña y su relación con el crudo los niveles de protección de abril de 1992 a valores reales, hasta tanto se identifiquen y desarrollen en la zona actividades productivas que permitan sustituir y/o complementar los ingresos que produce a la comunidad la caña de azúcar.

4. Obtener del gobierno el apoyo concreto de organismos del estado para que participen con su capacidad técnica y financiera y con la contraparte de expertos de la zona en la identificación en el primer semestre de 1994 de otros rubros aptos para nuestras condiciones. En tal sentido sugerimos la U.P.C.T. del MGAP, INIA, JUNAGRA, PLAN CITRICOLA, Dir. FORESTAL. Los rubros potenciales a estudiar serían entre otros: lechería, proceso industrial del arroz, jugos concentrados de uva, algodón, frutales de carozo, forestación, citricultura, etc.

5. Al prolongarse los plazos, el fondo de garantía nos permitirá estudiar la forma de contemplar las alternativas de diversificación, la solución de los ingresos de los trabajadores y el endeudamiento que no se pudo atender con el fondo a 1995.

6. El grupo de productores actualmente paralizados se inviabilizará definitivamente en pocos días. Para que ello no ocurra, requerimos que se suspendan de inmediato todas las acciones judiciales contra ellos y se otorgue una moratoria general, con una gracia de un año en todos los vencimientos de las deudas de los productores, que les permita reiniciar sus actividades productivas mientras se instrumentan soluciones de fondo. Esto es estrictamente necesario para las agroindustrias locales.

7. Al prolongarse el período de procesamiento de crudo y en procura de hacerlo más competitivamente CALNU necesita facilidades para obtener de ANCAP (Ente del Estado) equipos de su planta de El Espinillar que quedaron en desuso.

8. Para mantener la actual combinación de azúcar de caña y crudo, es imprescindible plantar caña en este otoño (febrero - marzo de 1994), decisión que debe tomarse ya. Para ello serán necesarias señales que estimulen a los productores a realizar las siembras, para lo que será necesario contar con

la línea de crédito del BROU. De no plantarse, existe el riesgo real de no llegar con producción local ni siquiera a 1995.

9. En otro orden pensamos que deberán ser también atendidas todas las alternativas de ingresos complementarios como actividades de turismo, comerciales, etc. impulsados por el Centro Comercial e Industrial de Bella Unión. FREE SHOP para Bella Unión.

Sr. Presidente, apelamos a su sensibilidad de gobernante, a su sentido común y a su comprensión para evitar consecuencias irreversibles en el corto plazo, que no harían otra cosa que malgastar el esfuerzo conjunto realizado hasta la fecha con gravísimas e incalculables repercusiones sociales, económicas y políticas para nuestra zona y el país.

INSTITUCION	FIRMAS	
CALNU	[signature]	[signature]
CALVINOR	[signature]	[signature]
APCANU	[signature]	[signature]
CALPICA	[signature]	[signature]
SOFORUCE	[signature]	[signature]
CALAGUA	[signature]	[signature]
CALCABU	[signature]	
CENTRO COMERCIAL	[signature]	[signature]
GREENFROZEN S.A.	[signature]	[signature]

S.O.C.A.

S.U.T.R.A.

R.O.T.A.R.Y.

U.T.A.A.

LEONES

INTERSECTORIAL

C.O.T.R.A.B.U.

Nº. DOCUMENTO 9400628

TITULO Apoyo del canciller alemán Helmut Kohl a Boris Yeltsin.

PERIODICO Clarín

FECHA DE 24/11/93

VINCULACION 11876 -

507294 -

500145 -

65890 -

11164 - 11399 -

MOSCU, 23 (Por **Jan Krauze**, de "Le Monde", especial para **Clarín**). — Unas horas nada más de escala en **Moscú**, de regreso de **China** bastaron al canciller alemán **Helmut Kohl** para ocuparse de lo esencial: brindar a **Boris Yeltsin un apoyo sin reservas** de parte del principal interlocutor occidental de Rusia después de los **Estados Unidos**, y acompañar este apoyo de principio con un verdadero regalo preelectoral.

En nombre de la **Unión Europea**, el canciller alemán confirmó oficialmente, en efecto, que el presidente ruso será el invitado de "Los Doce" el 9 de diciembre, en **Bruselas**, es decir, con tres días de diferencia de la realización del referéndum sobre la Constitución yeltsiniana y de las elecciones legislativas en Rusia. El presidente ruso firmará en esa ocasión con la **Europa** de "Los Doce" un **acuerdo de sociedad comercial** que satisface en gran medida los deseos de Rusia.

En el término de dos horas de entrevista con Yeltsin, el canciller Kohl hizo lo que habían hecho, antes que él, el secretario de Estado norteamericano, **Warren Christopher**, y el primer ministro francés, **Edouard Balladur**. "Apoyo la política de reformas de Boris Yeltsin dirigida a la construcción de un Estado de derecho, la garantía de un régimen democrático y una verdadera economía de mercado", declaró Kohl durante una conferencia de prensa que dio en el aeropuerto, antes de su despedida.

Si el canciller se diferenció, a pesar de todo, de los dirigentes occidentales que lo precedieron en Moscú, desde el conflicto en el Parlamento el 4 de octubre, fue por decir las cosas con mayor claridad. Kohl pidió también que no se mida todos los días y con lupa casi el carácter democrático de las medidas que toma el presidente ruso, y solicitó especialmente a los observadores occidentales no evaluar superficialmente los acontecimientos que se están produciendo en Rusia.

La invitación para participar de una cena de "Los Doce", antes de la firma de un importante acuerdo comercial entre la Unión Europea y Rusia, recuerda en muchos sentidos el gesto consentido en favor de Boris Yeltsin, registrado en abril.

El acuerdo de asociación que se firmará en Bruselas tiene un carácter un poco diferente: **establecer de manera precisa las relaciones comerciales entre Europa y Moscú**. En la práctica, este acuerdo permitirá a Rusia beneficiarse con un **tratamiento equivalente al que se reserva a los miembros del GATT** (Acuerdo General de [illegible]) miembro (véase inf. en pág. 33).

Aparentemente, **Alemania jugó un papel importante para vencer las reticencias de algunos países, Francia en particular**, que se muestran inquietos por disposiciones que hacen más difícil el recurso a la cláusula de salvaguarda que permite, en caso de necesidad, proteger a determinados sectores del mercado de las importaciones extracomunitarias.

En estos momentos, Rusia no oculta su intención de recurrir a una política más proteccionista y ha comenzado a aumentar una serie de derechos aduaneros.

Algunos empresarios occidentales dan cuenta de dificultades, pero los más decepcionados son los banqueros: un reciente decreto presidencial **limita durante dos años más la actividad de los bancos extranjeros establecidos en Rusia**. Los conmina a realizar solamente operaciones con los no residentes, es decir, que les prohíbe en la práctica recibir algún beneficio por los grandes gastos que hicieron allí para instalarse.

La sorpresa es aun más amarga porque la decisión fue tomada por instigación de los miembros más liberales del gobierno (el viceprimer ministro **Egor Gaidar** y el ministro de Finanzas **Boris Fiodorov**), que en otros tiempos acusaban al Parlamento conservador de haber querido limitar las actividades de los bancos.

01-01-01

9400628

1994-01-15 08:47 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01/01

PERSONAL

PRO14.-

Montevideo, 15 de Enero de 1994.-

---

1)- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: El campamento que venían realizando se levantó, continuando en conflicto.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM S.A.: En reclamo de fuentes laborales continuan con las movilizaciones a nivel del Parlamento y de Gobierno, donde concurrán delegados a mantener entrevistas. La asamblea se encuentra en cuarto intermedio.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

F.N.ENFER.CIVILES DE LA NACION: El personal de enfermería resolvió que si antes del 31/I/ no se encuentra alguna solución ese mismo día se abandonará el trabajo a la hora 00.00.-

CONSTRUCCION

SUNCA: En el día de ayer a la hora 15.00 se concentraron frente al MTSS unas 10 personas, posteriormente ingresaron al mismo unas 6 personas para plantear a la autoridades el problema de la Seguridad de los trabajadores. A la hora 17.30 salieron del edificio dispersandose los concentrados.-

ORGANIZACIONES GREMIALES SOCIALES

PIT-CNT: Esta gremial conjuntamente con la Coordinadora Central del Cono Sur, plantearon una solicitud de entrevista con los Presidentes integrantes del Mercosur, que se reuniran en Colonia desde el día 15 hasta el 17/I/, siendo la intención de esta de trasladarse a la Ciudad de Colonia para entregar un documento a dichos mandatarios.-

---

2)- INFORMACION ESTATAL

FUN.PLUNA: Se creó una tripartita para estudiar el presente y el futuro de Pluna.-

BANCA OFICIAL: Continuan con las medidas zonales en el interior del país comenzadas el 6/I/, exigiendo que las autoridades se definan sobre la reglamentación de los traslados y destinos.-

SUTEL: El día 13/I/ a la hora 11.00 realizaron paro en las cajas recaudadoras reivindicando la reestructura de cargos para los cajeros a los efectos de aumento de salarios.-

---

En Moscú, la política es algo secundario

El presidente ruso, Boris Yeltsin, llegó ayer a Bruselas para reunirse con los dirigentes de la Comunidad Europea y tratar de forjar una "nueva relación" entre ambas partes. A pocos días de las cruciales elecciones que decidirán el domingo la composición del primer Parlamento de la era possoviética y el texto de la futura Constitución, los rusos muestran poco interés por los comicios. Ayer se cumplieron dos años de la disolución de la Unión Soviética y Moscú se muestra ahora como una ciudad con fuertes contrastes: en la calle los autos lujosos se mezclan con prostitutas.

ELECCIONES EN RUSIA

MOSCU, 8 (Enviada especial). — Preocupados por los problemas cotidianos, a los moscovitas parece no importarles las elecciones legislativas que el domingo decidirán la composición del **primer Parlamento de la era possoviética (elegido por sufragio universal no obligatorio) ni el texto de la Constitución que regirá el futuro de Rusia si así lo deciden sus ciudadanos en el referéndum del día 12.**

Hoy, hace dos años que los presidentes de las repúblicas soviéticas de Rusia, Ucrania y Bielorrusia, reunidos en Minsk, constituyeron la Comunidad de Estados Independientes (CEI), decretando de hecho y simultáneamente la disolución de la Unión Soviética ante la sorpresa del mundo y, fundamentalmente, de **Mijail Gorbachov**, que quedó convertido de un plumazo en una figura grotesca: el presidente de un país inexistente.

Por aquel entonces, cualquier moscovita interrogado sobre su experiencia soviética deseaba el capitalismo como quien añora la luz del día después de un angustiante sueño nocturno. Hoy Rusia ya no es una isla. En el interior del país sigue habiendo escasez de productos y los cambios son más lentos. Moscú, en cambio, ya muestra señales de la metamorfosis.

En corto tiempo los rusos conocieron la liberación de precios, la inflación, los bienes de consumo y la dificultad de poder adquirirlos. Supieron de la libertad de hablar en la calle, de lo que significaba un espectro más amplio de opciones políticas y comprobaron las limitaciones de ese cambio que incluyó un hecho inimaginable en la era soviética: la intervención del Ejército, no de la KGB, en la represión interna. Ahora circulan con fluidez los BMW y la droga, algunas jóvenes se han convertido en exitosas empresarias y otras se prostituyen, muchos hombres trabajan 16 horas por día para concretar la fantasía de un mundo confortable, algunos apuestan a un golpe de suerte en los flamantes casinos y otros piden limosna.

"¡Claro que nos acordamos de la URSS!", respondió a Clarín al ser interrogado por el segundo aniversario de la desaparición de la URSS Serguei (36 años), quien trabaja en un negocio estatal y en las horas libres lava autos cobrando por cada uno el equivalente a 2 kilos de manzanas de mediana calidad (2 dólares). "Sobre todo cuando nos sentamos a comer."

EL REGRESO DEL AGUILA RUSA



Este emblema remplazará la hoz y el martillo de la era comunista. Cada elemento representa un símbolo. Las dos cabezas del águila, que miran hacia el este y el oeste, sugieren los vínculos con Asia y Occidente. El globo terráqueo coronado con una cruz indica la preponderancia espiritual de la religión y el cetro afirma la soberanía del Estado de Rusia. San Jorge derrotando al dragón es el símbolo de Moscú, la capital. Las tres coronas, que indican los tres poderes (Ejecutivo, Legislativo y Judicial), constituyen la única diferencia con el emblema zarista.

AFP infografía - Philippe Landry

Clarín EN MOSCU

Será porque en dos años han vislumbrado la selva con sus mil caras fascinantes y aterradoras que la mayoría de los moscovitas entrevistados ya no ven hoy su experiencia soviética como un mal sueño del pasado sino como esos recuerdos de infancia donde ya no importan los momentos amargos.

"El balance de estos dos años es marcadamente negativo", dijo a **Clarín** Iuri, chofer de 28 años, quien aseguró (y su aspecto lo confirmaba) trabajar para una empresa extranjera que "pagaba muy buenos sueldos y a mí no me va nada mal". "Lo positivo es que se acabó el igualitarismo: ya no es lo mismo si uno trabaja mucho que si trabaja poco. Lo malo es que los que más sufren son los viejos, los que se deslomaron trabajando en la época de Stalin, cuando eran jóvenes, y ahora no tienen cómo defenderse. Eso me duele, me parece injusto".

Con relación a las elecciones del domingo, la mayoría de los rusos interrogados confesaron desconocer el contenido de la futura Carta Magna por dos motivos: falta de tiempo y falta de ganas.

El proyecto constitucional, su modo de adopción y el proceso electoral para la formación de la primera Asamblea Federal (cámaras alta y baja) de Rusia fueron impuestos por el presidente **Boris Yeltsin** luego de su triunfo sobre el Parlamento en los sangrientos enfrentamientos del 3 y 4 de octubre en Moscú.

Meses de forcejeos políticos entre el Parlamento (elegido cuando aún existía la URSS y resistente a las reformas presidenciales) y Yeltsin que bregaba —y está a punto de lograrlo— por la creación de un Ejecutivo casi omnipotente culminaron con un enfrentamiento en el que el líder del Kremlin se libró violenta y definitivamente del Soviet Supremo, último resabio de la era anterior.

En este contexto, Yeltsin llamó a elecciones legislativas —en las que se presentan 13 partidos— y a un referéndum (donde está centrado su real interés) para la aprobación del texto de la nueva Carta Magna que, de ser adoptada, consolida su fuerte poder presidencial.

En vísperas de las elecciones, las fuerzas políticas juegan sus cartas bravas. Yeltsin ha venido adoptando en las últimas semanas medidas de obvio rédito electoralista. Ayer comunicó que la inflación de noviembre fue del 15 por ciento (contra 21 por ciento en octubre) y que el salario mínimo sería aumentado al doble. Sus representantes, simultáneamente, negociaban en el norte de los Urales el fin de la huelga en las cuencas carboníferas de Vorkuta.

¿Mafia moscovita?

En Moscú comenzó otra huelga que muestra otra cara de la misma realidad: las más importantes instituciones financieras cerraron sus puertas como señal de protesta por el asesinato, la semana pasada, de dos altos ejecutivos del sector. Los crímenes de **Nikolai Likhachev** (director del Rosselkhozbank, el mayor banco comercial ruso vinculado con el agro) y de **Galina Muravieva** (directora comercial de una importante financiera) mostraban todas las señales de haber sido muertes por encargo. Ambos fueron asesinados con dos certeros balazos en la puerta de sus respectivos departamentos. Con ellos ascienden a 37 —según cifras policiales— las muertes violentas de altos ejecutivos ligados al mundo de las finanzas.

Esta guerra informal (con acribillados, estrangulados y masacrados que harían las delicias de la prensa amarilla de Occidente pero que, como género periodístico, aún no existe en Rusia) es parte de la batalla por el reparto de las diversas estructuras industriales, comerciales y financieras que han pasado del Estado al sector privado.

Las historias, que podrían tener como escenario imaginario el Chicago de los años 20, son consideradas por la policía como "ajustes de cuentas entre empresarios" y dice no intervenir por falta de pruebas. A pesar de ser acompañados por gigantes guardaespaldas, los banqueros reclaman al gobierno medidas efectivas contra el crimen organizado. Este clima de inseguridad es otra prueba más de la falsedad de esa frase tan difundida en los últimos dos años: que los cambios en Rusia se están produciendo sin violencia. Sin embargo, Moscú dista mucho de tener, como otras grandes ciudades, patotas que roban en las calles o que incluso, como ocurre en Río de Janeiro o Miami, lleguen al crimen por un poco de dinero.

Telmo Luzzani

Un escenario político muy fragmentado para los rusos

Los partidos que participarán en las elecciones legislativas nacionales del domingo en Rusia, paralelamente al referéndum constitucional, representan la realidad fragmentada del escenario político local, que puede crear dificultades para definir una mayoría estable en el futuro Parlamento.



[illegible]

Moscú (Ansa)

El Presidente Boris Yeltsin, empeñado en promover su reforma constitucional, de claro corte presidencialista, presentándose como un hombre por encima de las partes, no forma parte nominalmente de ningún partido o bloque electoral, pero su política es apoyada por dos agrupaciones.

Opción por Rusia, que según las estimaciones puede obtener entre el 20 y el 25 por ciento de los votos, es el grupo más claramente identificado con la línea del Kremlin, ya que su líder es el Viceprimer Igor Gaidar, arquitecto de la "terapia de choque" para introducir la economía de mercado y objeto de las críticas de los conservadores del disuelto Soviet Supremo.

[illegible]

Yeltsin: el largo camino al poder

El referéndum constitucional que se llevará a cabo [illegible] domingo en Rusia representa la última etapa de [illegible] te Boris Yeltsin para asegurarse la totalidad del poder [illegible] lando definitivamente la herencia [illegible]

Moscú (ANSA)
por Marco De Angelis

Significativamente Yeltsin no participó en la campaña partidaria para las elecciones políticas que se llevarán a cabo paralelamente al referéndum, presentándose como un hombre por encima de las partes y concentrando su energía en lograr la aprobación de la carta fundamental.

De hecho, la aprobación del proyecto constitucional cuyo contenido fue difundido en octubre pasado — marcaría la victoria definitiva de Yeltsin sobre sus adversarios del disuelto Soviet Supremo.

Para ser aceptada, la nueva constitución debe ser aprobada por lo menos por el 50 por ciento de los votantes, que a su vez deben ser por lo menos la mitad de los electores habilitados.

La nueva carta fundamental, de ser aprobada, introducirá dos novedades fundamentales: un régimen claramente presidencialista (en contradicción con el parlamentarismo nominal de la anterior Constitución) y una reforma sustancial de la estructura federal rusa.

No resulta sorprendente, por lo tanto, que las principales críticas contra la Constitución de Yeltsin son formuladas por quienes la consideran demasiado autoritaria y centralista.

Para la oposición nacionalista y comunista, pero también para algunos sectores centris

[illegible]



[illegible]

02

9400630

Fuerzas en pugna para elecciones decisivas

Moscú (ANSA)
por M. D.A.

■ Los partidos que participarán en las elecciones legislativas nacionales del domingo en Rusia, paralelamente al referéndum constitucional, representan la realidad fragmentada del escenario político local, que puede crear dificultades para definir una mayoría estable en el futuro Parlamento.

El presidente Boris Yeltsin, empeñado en promover su reforma constitucional, de claro corte presidencialista, presentándose como un hombre por encima de las partes, no forma parte nominalmente de ningún partido o bloque electoral, [illegible] apoyada por dos agrupaciones.

Opción por Rusia, que según las estimaciones puede obtener entre el 20 y el 25% de los votos, es el grupo más claramente identificado con la línea del Kremlin, ya que su líder es el vicepremier Igor Gaidar, arquitecto de la "terapia de choque" para introducir la economía de mercado y objeto de las críticas de los conservadores del disuelto Soviet Supremo.

Además de Opción por Rusia, integrado por muchos ministros y asesores de Yeltsin y el premier Viktor Chernomyrdin, el Partido de la Unidad y el Acuerdo en Rusia recoge también dos vicepremieres, Serguei Shajrai y Aleksandr Shojin, pero propone una mayor descentralización de la Federación Rusa.

Otro grupo menor que apoya la línea política de Yeltsin es el Movimiento Ruso para las Reformas Democráticas, liderado por el popular alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak, quien aboga a favor de eventuales enmiendas al proyecto de Constitución sometido a referéndum el domingo, para limitar los poderes del presidente, que considera exagerados.

En el área centrista, dos bloques políticos patrocinan una política económica más moderada, junto a iniciativas para disminuir las crecientes desigualdades sociales: el bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin, a favor de la descentralización, y sobre todo la Unión Cívica. Este último partido, liderado por el presidente de la asociación de dirigentes empresariales, Arkady Volski, representa a la ex clase dirigente del aparato industrial soviético, sobre todo en el sensible campo de la producción militar y estratégica.

El pequeño Partido Democrático Ruso, de Nikolai Travkin, completa el panorama del centro político: se trata de un grupo minoritario (Travkin afirma que espera obtener el 8% de los votos), pero prestigioso.

El ex presidente soviético Mijail Gorbachov afirmó que piensa votarlo en las elecciones del domingo.

Entre las fuerzas opositoras se destaca obviamente el Partido Comunista Ruso de Guennadi Ziuganov, que propone el mantenimiento de las estructuras democráticas pero quiere regresar a la planificación económica y la estructura federal de la era soviética.

Ziuganov, que lanzó la política de alianzas entre comunistas y extremistas nacionalistas al organizar el Frente de Salvación Nacional, ha evocado la posibilidad de formar un frente opositor en el futuro Parlamento, junto con el Partido de los Campesinos.

Este partido, liderado por Mijail Lapshin, representa los intereses de los dirigentes de los koljoces, las granjas colectivas del ex régimen soviético, ferozmente opuestos a la reforma agraria patrocinada por Yeltsin.

El Partido de los Campesinos, a su vez, representa una nueva tendencia en el panorama político ruso: la creación de grupos sectoriales, que representan los intereses de determinadas categorías sociales, más allá de pertenencias ideológicas.

A este conjunto pertenece Cedro, el primer partido ecologista de la Federación Rusa, el Movimiento Dignidad y Misericordia, que reagrupa a inválidos y víctimas de Chernobyl bajo la presidencia del ex ministro soviético de la Cultura, Nikolay Gubenko, y el Movimiento de las Mujeres, partido feminista liderado por Alevtina Fedulova. Entre los grupos menores, se destaca el Partido Liberal Democrático Ruso, del muy nacionalista Vladimir Zhirinovski, que hace dos días fue golpeado por los guardias de seguridad de un teatro mientras intentaba subir al escenario para ofrecerle flores a una hermosa cantante.

Los Ciudadanós Tienen Ante sí Opciones Varias

MOSCU (Servicio exclusivo de "USA Today").— Uno está siendo sometido a juicio por el intento de golpe de estado contra Mijail Gorbachov. Otro fue el arquitecto de un frustrado cambio en las reglas de la economía. Un tercero es campeón de ajedrez y el cuarto se desempeñó como Ministro de Relaciones Exteriores. ¿Qué tienen en común? Todos son candidatos a bancas en el Parlamento en las elecciones que se realizarán mañana en la Federación Rusa. Sus antecedentes diversos y estilos de campaña electoral demuestran por primera vez en la historia que los ciudadanos rusos tienen ante sí verdaderas opciones en el momento de votar.

En Estados Unidos están acostumbrados porque lo han hecho durante 200 años. Los candidatos saben besar a los niños y darle la mano a los votantes, comentó Marsur Shargaryev, un candidato en la ciudad de Ulyanovsk situada a 850 kilómetros al este de Moscú. Rusia recién está en el comienzo de la pluralidad electoral.

Entre los candidatos figuran:

● Anatoly Lukyanov, es presidente del Parlamento Soviético. Tiene una complicada situación en la campaña electoral: es juzgado por traición —y enfrenta la pena de muerte— a raíz del golpe de estado de agosto de 1991. Tendrá una gran recompensa si gana: los integrantes del Parlamento tienen inmunidades y no pueden ser procesados.

● Anatoly Karpov, un campeón de ajedrez convertido en político. En las últimas dos semanas de la campaña ni siquiera estuvo en Rusia, ha estado compitiendo en Europa y viene ocasionalmente los fines de semana. Su rival de todos los tiempos, Garry Kasparov, está recorriendo el país con la finalidad de lograr apoyo para otro partido político.

USA TODAY

● Grigori Yavlinsky, autor del "Plan de 500 Días" que fue considerado por el ex presidente Gorbachov como instrumento sólo para solucionar los problemas de la desastrosa economía soviética.

● Yegor Gaidar, viceprimer ministro y líder de Opción Rusa, el partido favorito para dominar la elección entre los trece movimientos que participan de la campaña electoral. "Opción Rusa" tiene estrecha relación con el presidente Boris Yeltsin.

● Del otro lado del panorama están los comunistas, incluyendo un partido de gerentes de empresas industriales del estado llamado Unión Cívica, un partido de los productores de las granjas colectivas denominado Partido Agrario, y los que se aferran a las estructuras anteriores bajo el rótulo de Partido Comunista. Entre los partidos menores aparecen uno que promueve los derechos de las mujeres y otro dedicado a plantear temas ecológicos.

Las elecciones para las 450 bancas de la Cámara de Representantes y 178 de la Cámara Alta combina votaciones por partidos y candidatos individuales.

● Los ciudadanos elegirán en los distritos al 50 por ciento de los miembros de la Cámara de Representantes y a la totalidad de la Cámara Alta.

● Los partidos políticos recibirán por restos algunas bancas en función de la votación que obtengan.

Pese a la diversidad, los ciudadanos parecieron aburridos y apáticos ante la tarea de reemplazar al Parlamento que el presidente Yeltsin disolvió en la violenta jornada del 4 de octubre.

"Los políticos harán lo que quieran, sin reparar en lo que votemos nosotros", dijo Lyudmila Ivanova, de 44 años, ingeniera de la ciudad de Kazan, en la región del Volga.

Otros ciudadanos dicen que darán su apoyo a Yeltsin. "No tiene sentido cambiar el curso de acción en estos momentos", apuntó Nikolai Vanyashin, de 58 años quien se desempeña en la industria estatal de armamentos. "El Presidente está actuando bien".

Para poder tener contacto con los electores en un territorio que tiene once husos horarios diferentes, los partidos políticos rusos han llevado a cabo gran parte de su campaña en las pantallas de televisión.

El gobierno asignó gratuitamente tres horas de emisión por televisión a cada partido. Varios expertos han tenido el mismo efecto de un somnífero, porque mostraron a los líderes partidarios en interminables sermones sobre el programa de acción que proponen.

Los candidatos individuales y los partidos están utilizando afiches y volantes, pero muy pocos entran en contacto cara a cara con los votantes. Un obstáculo para desarrollar la campaña personalmente es el duro invierno bajo temperaturas polares.

En la campaña electoral faltaron otros dos elementos: dinero y Gorbachov. Lo único que Gorbachov dijo en público fue que probablemente vote por uno de los partidos que plantea una reforma económica gradual y no como la está haciendo su viejo rival Yeltsin.

En lo que respecta a los recursos financieros, los candidatos y los partidos políticos realizan reuniones para recoger fondos y están gastando bastante, aunque ninguno quiere hablar del tema.

"Sólo tengo fuentes legales de recursos, pero igual no deseo referirme a la financiación de la campaña", advirtió Pyotr Aven, ex ministro de Comercio, quien es el primer candidato de "Opción Rusa".

El Comité Central Electoral le asignó 16.650 dólares a cada partido, lo que equivale al costo de 15 minutos en la televisión nacional. Oficialmente, las contribuciones privadas están limitadas a 125 dólares, en el caso de ciudadanos individuales, y a diez veces ese monto, para las corporaciones. Los extranjeros, las organizaciones que cuentan con financiamiento estatal y las organizaciones delictivas no pueden financiar campañas, apunta Valery Bagin, miembro del Comité Central Electoral.

Pero, en una sociedad con vertientes de corrupción, no hay duda que algunos candidatos pueden ser proclives a ignorar las normas en vigor.

"Esta es la primera vez en que puede haber violaciones a las leyes electorales", admitió Bagin. "Pero, no puede haber muchas transgresiones, porque no hubo tiempo suficiente en la campaña".

EXISTE CRECIENTE TEMOR DE QUE NO APRUEBEN LA REFORMA

FINANCIAL TIMES

MOSCU (Servicio exclusivo de "Financial Times"). — Varios prominêntes políticos rusos amenazaron con aplicar represalias contra los gobernantes de las repúblicas que están exhortando a votar en contra del proyecto de reforma constitucional que será presentado a plebiscito el próximo domingo. Existe creciente temor de que la reforma no resulte aprobada.

La amenaza de represalias, y advertencias sobre el caos que sobrevendría si el referéndum tuviera resultado negativo, reflejan la profunda preocupación que existe en el gobiemo de la Federación Rusa y en los asesores del presidente Boris Yeltsin, quienes tienen gran incertidumbre sobre lo que puede ocurrir en la votación y temen el advenimiento de un nuevo período de inestabilidad política.

El proyecto de reforma debe obtener el 50 por ciento de los votos y deben participar, como mínimo, el 50 por ciento de los ciudadanos habilitados. Al comienzo, Yelstin y sus allegados consideraron que era posible lograr ese nivel de apoyo ciudadano, pero ahora consideran que la apatía y la hostilidad reinantes ponen en serio peligro los propósitos reformistas.



El jefe de asesores de Yeltsin, Sergei Filatov, advirtió a los Presidentes de las repúblicas de Rusia que exhortan a votar por "No", que las Fuerzas Armadas, las fuerzas de seguridad y el Ministerio del Interior muestran "enorme preocupación por la oposición planteada a la nueva Constitución", especialmente por parte de los gobernantes de Tatarstan, Bashkortostán y Tuva. Añadió que se prepara una respuesta del gobierno a la movilización opositora.

"Los que libran una guerra contra la Constitución... deben tener muy en cuenta el daño que provocan a la unidad de la Federación Rusa, porque se corre el riesgo de llevar a nuestra nación a la catástrofe", subrayó Filatov.

El director del Departamento de Relaciones con las Regiones Rusas, Nikial Medvedev, hizo una advertencia aún más directa: "Los grupos opositores no actúan con seriedad ni responsabilidad, pese a los trágicos hecho que se suscitaron el 4 de octubre, cuando fue necesario tomar por asalto la sede del Parlamento. En su condición de autoridades regionales, son responsables por sus actos, no sólo ante su conciencia, sino también ante el estado ruso".

Un comunicado difundido por los gobernantes de la república rebelde rusa de Chechenia —situada en la posición más extrema entre las repúblicas contrarias a Moscú— ratificó que en su territorio no se votará el domingo y expresó que el presidente Yeltsin hizo una declaración de guerra al amenazar con afianzar los controles fronterizos y suspender los servicios ferroviarios.

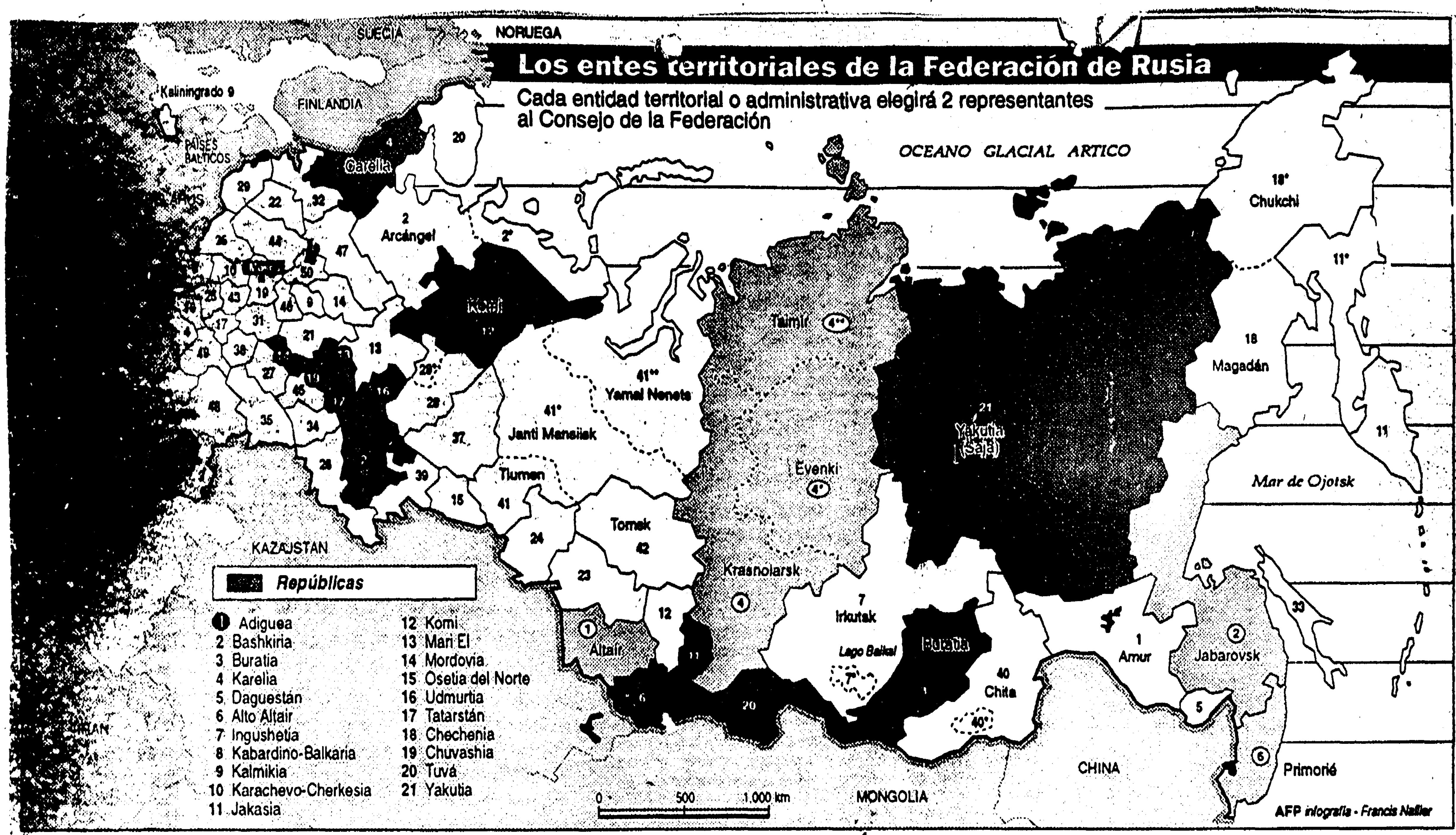
Chechenia, gobernada por el general Dzhokar Dudayev, declaró su plena independencia y se ha constituido en punto central de la agitación contra la Federación Rusa en la región Norte del Cáucaso. Sin embargo, otras repúblicas encabezadas por Tatarstán, insisten en su derecho a la soberanía. La mayoría de los líderes de sus partidos políticos se pronunció en contra de la Constitución propuesta.

El líder del movimiento liberal "Opción Rusa", Yegor Gaidar, indicó en reportaje publicado por un diario que la Constitución tiene "el sello de los acontecimientos registrados el 4 de octubre" y está muy lejos de ser un documento perfecto. Pero, pese a las reservas que le merece, indicó que "estoy convencido que el riesgo de su rechazo es incomprablemente mayor que el riesgo que puede derivar de su imperfección".

El alcalde de San Petersburgo, Anatoly Sobchak y líder del "Movimiento de Reforma Democrática", que apoya la nueva Constitución, dijo que teme una votación negativa en el plebiscito.

"La mayoría de los ciudadanos tiene un desconocimiento total del texto constitución o apenas conoce algunas generalidades sobre su contenido", apuntó.





Territorios autónomos

① Altair
2 Jabarovsk
3 Krasnodar
4 Krasnoiarsk
4* Evenki
4** Taimir
5 Stavropol
6 Primorié

Regiones o distritos autónomos

1 Amur
2 Arcángel
2* Nenets
3 Astracán
4 Belgorod
5 Birobidján
6 Briansk
7 Irkutsk
7* Ust Orda Buratia
8 Ivanovo
9 Kaliningrado
10 Kaluga
11 Kamchatka
11* Koriat
12 Kemerovo
13 Kirov
14 Kostroma
15 Kurgán
16 Kursk
17 Lipetsk
18 Magadán
18* Chukchi
19 Moscú
20 Murmansk
21 Nijni Novgorod
22 Novgorod
23 Novossibirsk
24 Omsk
25 Orel
26 Orenburgo
27 Penza
28 Perm
28* Komi Permiak
29 Pskov
30 Rostov
31 Riazán
32 San Petersburgo
33 Sajalín
34 Samara
35 Saratov
36 Smolensko
37 Sverdlovsk
38 Tambov
39 Cheliabinsk
40 Chita
40* Aga Buratia
41 Tiumen
41* Janti Mansiisk
41** Yamal Nenets
42 Tomsk
43 Tula
44 Tver
45 Ulianovsk
46 Vladimir
47 Vologda
48 Volgogrado
49 Voronej
50 Yaroslavl

Participarán 13 partidos y movimientos políticos

MOSCU, 8 (ANSA). – Esta es la lista de los 13 partidos y movimientos políticos rusos que, tras reunir las 100.000 firmas solicitadas, podrán participar en las elecciones parlamentarias:

- **Bloque Opción Rusa** (200.000 firmas): refleja las posiciones políticas y económicas de la actual dirigencia del Kremlin. El líder es el primer viceprimer Yegor Gaidar.
- **Partido Agrario Ruso** (500.000 firmas): orientación centrista, apunta a proteger los intereses de los productores agrícolas. Encabeza la lista Mikhail Lapshin.
- **Partido de la Unidad del Acuerdo Ruso** (222.000 firmas): centrista, favorable a la descentralización del Estado y a una mayor salvaguardia de los intereses de las regiones. Su líder es el vicepremier Serguei Shajrai.
- **Partido Comunista de la Federación Rusa** (187.000 firmas): lucha por una mayor defensa social de los trabajadores y una mayor presencia del Estado en la economía. Su líder es Guenadi Ziuganov.
- **Partido Liberaldemócrata Ruso** (178.000 firmas): conocido por su posición radical populista y fuertemente nacionalista. Guiado por el excéntrico Vladimir Zhirinovski.
- **Bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin** (170.000 firmas): por el nombre de sus tres líderes, el economista Grigori Yavlinski, el ex jefe del departamento de control de la administración presidencial (con Yeltsin), Yuri Boldyrev, y el embajador ruso en Washington, Vladimir Lukin, críticos de la terapia de shock en economía y favorables a una mayor autonomía para las regiones y la propiedad privada.
- **Asociación Unión Cívica en nombre de la Estabilidad, la Justicia y el Progreso** (160.000 firmas): a favor de una más marcada presencia del Estado en la gestión de la economía nacional. Su líder es Arkadi Volski.
- **Movimiento Constructivo Ecológico Cedro** (150.000 firmas): de oposición, solicita una política más activa frente al desequilibrio ambiental en Rusia. Encabezado por una mujer: Liubov Lymar.
- **Movimiento Ruso de Reformas Democráticas** (135.000 firmas): apoya sustancialmente la política de Yeltsin, con reservas sobre los excesivos poderes que la nueva Constitución le reservaría al presidente. Su líder es el alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak.
- **Movimiento Dignidad y Misericordia** (130.000 firmas): reagrupa a las asociaciones de los inválidos y los miembros de la Asociación Chernobyl. Lo encabeza el ex ministro de Cultura y famoso actor Nikolai Gubienko y el vicepresidente de la Academia de Ciencias, Alexander Frolov.
- **Movimiento Mujeres de Rusia** (127.000 firmas): lucha por una mayor presencia de las mujeres en la política. Guiado por Alevtina Fedulova, presidente de la Unión Nacional de Mujeres.
- **Partido Democrático de Rusia** (109.000 firmas): en pro del desarrollo de las condiciones de mercado a través de la privatización de los medios de producción. Lo lidera Nikolai Travkin.
- **Asociación Futuro de Rusia, Nuevos Nombres** (109.000 firmas), contraria al programa de privatización del ministro Chubais y a la política excesivamente filonorteamericana del gobierno. Lucha por la igualdad de derechos entre repúblicas y regiones. Su líder es Serguei Baburin.

Yeltsin da muestras de confianza en la victoria

Reconocimiento: el presidente ruso viajó a Bélgica para firmar una declaración de cooperación económica con la CE.

MOSCU, 8 (AP). – El secretario presidencial de Boris Yeltsin pronosticó hoy que los partidos democráticos triunfarán en las elecciones parlamentarias que se celebrarán el domingo próximo, y negó que la nueva Constitución pudiera llevar a una dictadura.

Al faltar sólo cinco días para las cruciales elecciones, Yeltsin brindó una muestra de confianza en una victoria electoral, al viajar a Bélgica para firmar una declaración de cooperación económica con la Comunidad Europea (CE) de 12 naciones.

La declaración no llega a constituir un acuerdo de plena cooperación económica como Rusia quería, pero Yeltsin la considera un triunfo. "Resulta muy importante para nosotros, porque prueba que Rusia finalmente ha sido reconocida, Rusia ha sido aceptada en Europa", dijo Yeltsin ante periodistas en el aeropuerto local Vnukovo.

El presidente y otros funcionarios han estado tratando de presentar la mejor apariencia posible sobre la situación de la economía, para evitar que la votación del domingo, en que se elegirá un nuevo Parlamento y se considerará una nueva Constitución, refleje una protesta popular contra las condiciones vigentes.

La ciudadanía en general se debate con una inflación que se prevé ha de alcanzar para fin de año el 900 por ciento. Pero el primer viceprimer ministro Yegor Gaidar dijo ayer que la tasa de inflación mensual disminuyó en noviembre al 15 por ciento respecto del 26 por ciento que hubo en agosto.

Asimismo, el ministro de Finanzas, Boris Fyodorov, afirmó que la economía finalmente está empezando a estabilizarse.

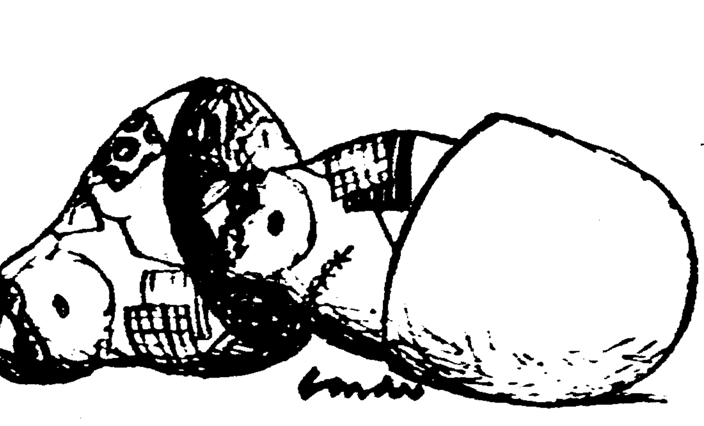
El secretario presidencial, Serguei Filatov, dijo hoy a periodistas en el Kremlin que encuestas privadas encargadas por Yeltsin indicaban que el partido reformista Selección de Rusia, encabezado por Gaidar, figuraba en primer lugar de las preferencias en todas las regiones del país.

Otro bloque reformista, dirigido por el economista Grigory Yavlinski, figuraba en segundo lugar, añadió, seguido por diversos grupos opositores, como el Partido Agrario, los comunistas, y el Partido Liberal Democrático encabezado por el ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.

La economía de mercado no funciona en Rusia

Tragedia es la palabra que usa el autor de la nota para definir lo que se vive hoy en la ex URSS. Señala que las penurias económicas son cotidianas, sobre todo porque —a su juicio— la Comunidad Europea y los Estados Unidos impusieron en la región una economía de mercado ultraliberal, que ha dividido brutalmente entre pocos ganadores y muchos perdedores.

Por Maurice Duverger



HORACIO FIDEL CARDO

LA suerte de Rusia, corazón de la ex Unión Soviética, es más importante para Europa que la firma rápida de los acuerdos del GATT. La Comunidad de los Doce aparentemente creyó que las revoluciones de 1989 iban a propagar la libertad más allá de la "Cortina de Hierro" y del Muro de Berlín, finalmente destruidos. **Cuatro años más tarde, el octubre sangriento de Moscú les abre los ojos.** Y también les impone **un examen de conciencia**, ya que ellos no son del todo inocentes. A pesar de lo que puedan indicar las apariencias, **su responsabilidad está más comprometida en esta tragedia que en la de la ex Yugoslavia**, donde la furia de los odios raciales no les permitía intervenir más directamente de lo que lo hicieron.

Les prestaron muy poca atención a las guerras civiles que ensangrentaron Azerbaiján, Georgia, Moldavia y diversas regiones. Ignoraron deliberadamente las estadísticas rusas según las cuales la caída del promedio de vida revela un verdadero genocidio de las personas mayores. Les restaron importancia a las consecuencias desatadas por la combinación de una **economía disgregada**, de una penuria persistente, de una inflación galopante, de una **suba precipitada de los precios, de los salarios en caída libre**, lo cual obliga al 95 por ciento de la población a vivir mucho peor que con Brezhnev, mientras que el otro 5 por ciento amasa, en poco tiempo, **inmensas fortunas. Se niegan a ver que este crecimiento de la desigualdad eclipsa, para la mayoría de los soviéticos, los progresos de la libertad, reales pero insuficientes y precarios.**

El Ejército Rojo salvó a Yeltsin y a su gobierno el 3 y el 4 de octubre. Se convirtió así en la **columna vertebral** de un régimen que, sin él, caería en **una anarquía generalizada**. Un director de investigaciones de la Academia de Ciencias de Rusia constata que la economía está en manos de aproximadamente 150 mafias que dominan Moscú y las grandes ciudades, divididas según las distintas etnias. Unas **se dedican al tráfico de armas y de drogas**, otras practican secuestros de personas y robos de autos, y otras organizan el tráfico de divisas y la prostitución.

Los Estados Unidos y la Comunidad Europea cometieron un grave error al ocuparse casi exclusivamente de introducir en Rusia una economía de mercado ultraliberal. Ya criticable en Occidente, donde es una moda en declinación, era inaplicable en un país que carece de la clase de hombres de **negocios indispensables para hacerla nacer.** Cuando se introduce brutalmente una doctrina basada en la competencia sin frenos ni escrúpulos en un país donde el capitalismo encarnaba el mal según el sistema de valores inculcado desde 1917, la lógica indica que conduzca al desarrollo de mafias.

Es hora de que la Comunidad reaccione con rigor ante la caricatura del modelo de libertad que sus Estados y su aliado de Washington permitieron exportar a la ex Unión Soviética. Esto implica, principalmente, explicarles a todos los pueblos de Rusia que la democracia descansa ante todo en el sistema de valores definido por la libertad política, la igualdad social, la solidaridad de los hombres y la soberanía de los ciudadanos. Los mecanismos del mercado no son el elemento fundamental, ya que también pueden funcionar muy bien en una dictadura, como Hitler y Pinochet tan claramente lo demostraron.

Ahora que Yeltsin tiene las manos libres, no debe perder de vista estos principios fundamentales. Su elección con sufragio universal en condiciones relativamente justas hizo legítimo —a pesar de una violencia excesiva— el empleo de la fuerza para quebrantar un Parlamento y controlar las asambleas locales que no habían sido elegidas democráticamente. Pero un nuevo Parlamento y nuevas asambleas locales deben surgir del voto popular después de una campaña electoral realmente libre. En este sentido, no sería inútil **una transferencia de tecnología política, ya que los mecanismos de la democracia son tan desconocidos para los pueblos que salen de una larga dictadura como los mecanismos del mercado.** Moscú necesita tanta ayuda para aplicar los primeros como los segundos.

Al hablar de las reglas y los métodos de los regímenes de libertad, debemos tomar conciencia de que ellos también definen nuestras propias obligaciones y no solamente las de Rusia. Por su situación geográfica en Europa, Rusia no podrá jamás integrarse en nuestra Comunidad: **pero esta CEI y la CEE están estrechamente ligadas política, cultural e históricamente.** Debe desarrollarse entre ellas una cooperación orgánica cuanto antes. La Comunidad Europea no puede limitarse a su participación, con los otros Estados ricos del Grupo de los Siete, en la ayuda internacional decidida colectivamente por ellos. Debe aportar lo que impone la solidaridad fraternal entre dos comunidades hermanas cuyo desarrollo individual será favorable para la otra. **La apertura de "los Doce"** hacia el interior mediante la integración de nuevos miembros no puede olvidar la necesidad de esta apertura exterior, hasta ahora demasiado descuidada.

Maurice Duverger es politólogo, columnista de "Le Monde". Traducción de Claudia Martínez. (c) "Le Monde" y Clarín, 1993.

Gaidar se perfila como favorito en las elecciones rusas del domingo

Histórica declaración Yeltsin-CE



AP

Zhirinovski se maquilla

El líder del Partido Democrático de Rusia antes de un debate televisivo

El presidente de Rusia, Boris Yeltsin, firmó ayer una declaración política con la Comunidad Europea que, según manifestaron ambas partes, abre una nueva era en sus relaciones. Yeltsin, de 62 años, señaló que el documento elimina una barrera más de la posguerra fría y que contribuirá a desvanecer la discriminación de Europa contra su país.

La declaración contribuirá a que Rusia quede a la par de Japón y los Estados Unidos en lo que respecta a su relación con la CE.

Yeltsin cenó en la noche de ayer con los dirigentes de las 12 naciones de la CE, que por primera vez reciben a un dirigente ruso como invitado en la reunión cimera de la CE.

De la misma forma que puede participar en las reuniones anuales del Grupo de los 7 que integran las naciones industrializadas de mayor desarrollo del mundo, Yeltsin puede consultar ahora en forma regular con los dirigentes de la CE.

Mientras tanto, las principales figuras políticas despliegan una intensa actividad en la recta final de la campaña para las elecciones del domingo en Rusia, que no logra despertar el entusiasmo de los electores.

Yegor Gaidar —líder del bloque Opción de Rusia (OR) que aglutina a los reformistas radicales más próximos a Yeltsin y parte como favorito, según los últimos sondeos, con al menos un 20% de la intención de voto— expresó su temor a una dispersión del sufragio que favorezca a otras agrupaciones y deje a los reformistas en minoría en el nuevo parlamento.

Gaidar, Grigori Yavlinski, principal figura del bloque centrista, y el neofascista y nacionalista radical Vladimir Zhirinovski, son los candidatos que han desplegado una actividad más intensa y también los que reúnen más posibilidades de cara a los comicios.

La falta de vitalidad y el tono gris y triste en el que discurren, con escaso contacto entre los candidatos y sus electores, puede tener su explicación en los magros recursos de que disponen los partidos, casi todos, incluidos los comunistas, totalmente improvisados para estos comicios.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

Breve cronología desde el nacimiento de la CEI a hoy

Moscú (ANSA)

■ Las elecciones legislativas y el referéndum sobre el proyecto de nueva Constitución programados para mañana llegan al final de un año 1993 que no pudo sacar al país de la crisis, inevitable y durísima, heredada del colapso de la Unión Soviética.

La siguiente es una cronología de los principales acontecimientos de Rusia desde el nacimiento de la Comunidad de Estados Independientes (CEI), ocurrida el 21 de diciembre de 1991:

2 de enero de 1992. Entra en vigor la liberalización de precios de la mayor parte de los bienes.

11 de junio de 1992. El Congreso de los Diputados del Pueblo aprueba un vasto programa de "privatizaciones" a concretarse en el plazo de un año.

30 de noviembre de 1992. La Corte Constitucional reconoce como válidos los decretos de Yeltsin (23 y 25 de agosto de 1991) sobre la disolución del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS).

12 de diciembre de 1992. El Congreso ratifica un "compromiso" entre el presidente del Parlamento ruso, Ruslan Jasbulatov, Boris Yeltsin y el presidente de la Corte Constitucional, Valeri Zorkin, que indica en abril de 1993 un referéndum nacional para definir los puntos fundamentales de la nueva Constitución.

12 de marzo de 1993. El Congreso aprueba una resolución que anula el compromiso de diciembre con Yeltsin y que le permite suspender los decretos del presidente y colocarlo en estado de acusación en el caso de que intentara disolver el Congreso.

14 de abril de 1993. Comienza el proceso a los golpistas de agosto de 1991, pero es interrumpido el día 16. Después será postergado hasta noviembre.

25 de abril de 1993. En referéndum, Yeltsin obtiene la mayoría de los votos sobre la confianza a su "leadership" y sobre la reforma económica. Los otros dos referéndum sobre elecciones políticas y presidenciales no alcanzan el quórum.

14 de mayo de 1993. Una reunión cumbre de la CEI aprueba una declaración sobre la unión económica entre los países miembros de la Comunidad.

12 de julio de 1993. La Asamblea Constitucional convocada por el presidente Yeltsin aprueba el borrador de la nueva Constitución.

21 de setiembre de 1993. El presidente disuelve el Congreso de los Diputados del Pueblo y fija las elecciones políticas para el 12 de diciembre. Dos días después Yeltsin fija para el 12 de junio las elecciones presidenciales.

3 de octubre de 1993. En Moscú, manifestantes partidarios del Congreso rompen el bloqueo en torno al Parlamento y se unen a las milicias y a los diputados que desde el 21 de setiembre ocupan la Casa Blanca.

Después de una batalla que dura varias horas, Rutskoi, Jasbulatov y los defensores del Parlamento son arrestados. Según un balance oficial, durante la revuelta murieron 145 personas.

7 de octubre de 1993. Boris Yeltsin suspende las actividades de la Alta Corte.

15 de octubre de 1993. Yeltsin señala para el 12 de diciembre la realización de un referéndum popular sobre la nueva Constitución.

2 de noviembre de 1993. El Consejo de Seguridad, presidido por Boris Yeltsin, aprueba el nuevo reglamento de las fuerzas armadas sobre sus cometidos internos e internacionales.

3 de noviembre de 1993. El presidente Yeltsin reitera el concepto de unidad de la Federación Rusa y la oposición a las declaraciones autonomistas de las repúblicas que la componen.

5 de noviembre de 1993. El vicejefe del Comité para las Privatizaciones, Dmitri Vassiliev, anuncia la venta del 80% de las industrias públicas antes del 1° de julio de 1994.

7 de noviembre de 1993. Se desarrollan sin incidentes de relieve las manifestaciones por el 76° aniversario de la Revolución Bolchevique.

8 de noviembre de 1993. Boris Yeltsin firma el proyecto de nueva Constitución.

12 de noviembre de 1993. Es postergado nuevamente el proceso a los golpistas de agosto de 1991.

16 de noviembre de 1993. Por decreto del presidente Yeltsin es cerrado oficialmente el Museo de Lenin, cuyo edificio vuelve a ser sede de la Duma de la ciudad, la asamblea representativa instituida por el zar Nicolás II en 1905.

Gobiernos del Cáucaso respaldaron a Yeltsin

Los gobernantes locales del norte del Cáucaso respaldaron ayer el proyecto constitucional del presidente ruso Boris Yeltsin en momentos en que el jefe del Kremlin intenta mediar en los violentos conflictos étnicos de la región.



AFP

Victoria parcial

Esta vez el Cáucaso lo apoyó

La reunión que mantuvo Yeltsin con gobernantes locales en Nalchik, capital de la república de Kabadino-Balkaria, culminó con una declaración conjunta que insta a votar por el "Sí" en el referéndum nacional sobre la Constitución que tendrá lugar el domingo.

Yeltsin obtuvo escaso apoyo en el norte del Cáucaso en el referéndum de abril y la Confederación de Pueblos del Cáucaso, organización no oficial, condena el proyecto constitucional del mandatario ruso por reducir los derechos de las repúblicas étnicas del país.

La declaración de los gobernantes regionales, sin embargo, insta a los votantes del norte del Cáucaso a participar en las elecciones rusas del 12 de diciembre y a respaldar la Constitución.

Su aprobación tiene lugar después de que Yeltsin advirtiera que un triunfo del "No" provocaría inestabilidad en la región.

También les comunicó que, después de las elecciones, piensa firmar un decreto sobre el conflicto territorial que sostienen Osetia del Norte e Ingushetia, que dejó un saldo de 200 muertos y provocó el desplazamiento de decenas de miles de refugiados desde que se inició, un año atrás.

Avanzar hacia la solución del conflicto es el segundo objetivo del viaje de Yeltsin a la región montañosa que Rusia conquistó en el siglo pasado y se encuentra desgarrada por rivalidades étnicas.

La declaración conjunta indica que se hicieron algunos progresos hacia la conclusión de un acuerdo y enumera una serie de principios que se acordaron, entre ellos el regreso de los refugiados ingushetios a sus hogares y el compromiso de Ingushetia de desistir de sus exigencias territoriales.

El conflicto entre Ingushetia y Osetia tiene sus orígenes en la época del dictador soviético Josef Stalin, que deportó ingushetios al Asia Central durante la Segunda Guerra Mundial.

Los habitantes de Osetia ocuparon buena parte del territorio, pero los ingushetios piden ahora su devolución.

Más de 50.000 ingushetios huyeron por las montañas a fines del año pasado como consecuencia de los combates, lo que dio lugar a un grave problema de refugiados.

En la reunión también se analizó la posición de los cosacos rusos de la región, cuyas ambiciones suelen chocar con los demás grupos étnicos, y también la situación de miles de refugiados, en su mayoría armenios, que huyeron del Cáucaso hacia el sur de Rusia.

El presidente ruso regresó más tarde a Moscú, donde el gobierno debe abordar conflictos con los mineros del carbón del norte, quienes declararon ayer que seguirán adelante con una huelga en los yacimientos de Vorkuta a pesar del acuerdo que firmaron sus representantes y el gobierno.

Rusia ordenó cercar a Chechenia

MOSCÚ - EL PRESIDENTE ruso, Boris Yeltsin, ordenó ayer la concentración de fuerzas en la frontera con la República de Chechenia, que hace dos años se proclamó independiente de la Federación Rusa.

"Aunque Rusia no reconoce la independencia de la República, debe marcar y tomar bajo control sus fronteras", se destacó en la reunión del mandatario ruso con los líderes de las repúblicas norcaucásicas. El presidente ruso ordenó concentrar fuerzas y bloquear la frontera con Chechenia, así como controlar el ferrocarril que pasa por su territorio para "cesar los atracos de trenes".

El portavoz presidencial manifestó que Yeltsin calificó a Chechenia como el "principal factor desestabilizador en el área".

El presidente dijo que la aprobación de la nueva Constitución, presentada a referéndum el próximo 12 de diciembre, "permitirá evitar la desintegración" de Rusia. ■ *(EFE)*

Yeltsin a Bruselas

Hoy parte el mandatario ruso a Bruselas para asistir a una cumbre con los líderes de la Unión Europea (UE), que lo invitaron en un inequívoco gesto de apoyo antes de la jornada electoral del domingo, aunque condicionado a que los comicios se celebren limpiamente.

Yeltsin y los jefes de estado o gobierno de la UE firmarán el próximo jueves una declaración de intenciones sobre la futura suscripción de un tratado de cooperación bilateral, que aún está en fase negociadora.

Sin embargo, la UE se reserva el derecho de retirar su apoyo a Yeltsin si se detectan irregularidades en las elecciones, cosa que podrán cotejar unos 200 observadores comunitarios enviados a Rusia.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

"El proyecto de Yeltsin no es una Constitución sino el reglamento de un campo de concentración"

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Dzhojar Dudayev, antiguo general del ejército soviético, de 49 años, declaró la independencia de Chechenia en noviembre de 1991. Desde entonces ha ejercido un poder omnímodo sobre su pueblo y ha clausurado el Parlamento. El presidente checheno no tiene ningún empacho en afirmar que "Rusia camina hacia una dictadura militar".

Rodrigo Fernández,
enviado especial, Grozni

■ Dzhojar Dudayev, presidente de Chechenia desde 1991, es un personaje legendario para su pueblo: el único checheno que logró tener el grado de general en el ejército soviético. Nacido hace 49 años en una pequeña aldea montañesa de Chechenia, antes de cumplir el año tuvo que recorrer con su familia el penoso camino del destierro a Kazajstán.

Después consiguió estudiar en una escuela militar y sirvió en las Fuerzas Armadas soviéticas hasta 1990, cuando con el grado de general mayor de Aviación se retiró para dedicarse de lleno a la política.

Ese mismo año fue elegido presidente del Congreso del Pueblo Checheno y al siguiente primer presidente de la República.

Dzhojar Dudayev es hoy el único poder en Chechenia: después de una serie de enfrentamientos que casi desencadenaron una guerra civil, el Parlamento ha sido disuelto al igual que la asamblea municipal capitalina. Los enemigos de la política del general rebelde han huido de la república y los diarios de la oposición han sido clausurados. La redacción del último periódico opositor, **Justicia**, fue asaltada la semana pasada por los partidarios del presidente por publicar los planes de un gobierno en el exilio que encabeza un ex viceprimer ministro y también ha tenido que cerrar.

Dudayev recibió a **El País de Madrid** inmediatamente después de la presentación del libro **El difícil camino hacia la libertad**, que duró cuatro horas, pero no mostraba ningún síntoma de agotamiento, lo que demuestra su buen estado físico. Maestro de lucha libre, Dudayev practica karate y a veces aparece por la televisión local haciendo demostraciones de este arte marcial oriental.

El proyecto de Constitución que el presidente ruso, Boris Yeltsin, somete a referéndum el próximo domingo "no es una Constitución, sino el reglamento de un campo de concentración", dice Dzhojar Dudayev.

"A juzgar por sus acciones, Rusia no desea tener relaciones basadas en la legalidad ni con otros pueblos ni siquiera en el interior de su propio Estado. Hoy la dirección rusa ha mostrado claramente sus intenciones: reforzar el imperio y su nuevo régimen totalitario", afirma el general, quien confiesa que después de que Yeltsin derrotara al Parlamento albergó una débil esperanza de que las relaciones con Moscú se podrían normalizar. Pero su esperanza se esfumó en cuanto vio la luz el texto de la nueva ley fundamental, que de hecho anula el Tratado de la Federación e incluye a Chechenia como parte de Rusia.

HACIA UNA DICTADURA MILITAR

Las próximas elecciones parlamentarias rusas para Dudayev son una "farsa" y piensa que Rusia "camina hacia un duro régimen totalitario, hacia una dictadura militar que se impondrá por la fuerza".

Las dificultades económicas por las que actualmente atraviesa Chechenia tienen, según su presidente, dos causas: una es la herencia recibida de la época soviética (la república registraba los peores índices económicos y el primer lugar en mortalidad infantil y enfermedades). La otra, el bloque ruso y "los actos terroristas orquestados desde Moscú". Entre estos últimos cita las explosiones que en noviembre dejaron sin electricidad y calefacción a varias regiones.

Dudayev rechaza las críticas que se le hacen por no haber comenzado las reformas económicas de inmediato y sostiene que las realizadas en Rusia son "reformas para ladrones con el fin de robar al pueblo". "Si no defendemos a los desposeídos y a los inválidos y autorizamos a los otros para que se enriquezcan y condenamos a las capas mencionadas a la pobreza, entonces no somos un Estado, sino ladrones comunes. Eso es lo que exigen de nosotros, que hagamos lo que hace Rusia y otras repúblicas de la antigua URSS. Pero no adoptaremos ese programa", explica.

La oposición a su régimen, dice, actúa con métodos ilegales y es apoyada por el imperialismo ruso. Es en Moscú, en el Kremlin, donde se urden los actos de sabotaje que luego se realizan en Chechenia, afirma.

Dudayev ha introducido cambios en la vida chechena para satisfacer las demandas de los líderes espirituales musulmanes. Por ejemplo, en Chechenia los domingos ya no son festivos, pero los viernes sí. Con estas modificaciones Dudayev persigue fines políticos más que religiosos. "Cuando tienes la responsabilidad del destino de la nación, debes mirar las realidades de frente. Para nosotros lo principal es la independencia. Sólo en ella vemos nuestra vida, y para defender nuestra independencia, estoy dispuesto a ir por cualquier camino. Si existe una amenaza contra la independencia del pueblo checheno, basándome en la religión debo preparar la resistencia y poder instaurar en pocas horas un estado islámico para dar al pueblo una fuerza unificadora, donde el Corán hará de Constitución y el Shariat de ley", concluye Dudayev.

Moscú se ha negado a reconocer a la nueva república, y las relaciones entre ambos países han pasado por diferentes etapas: desde el enfrentamiento abierto, que estuvo a punto de degenerar en una auténtica guerra, hasta una fingida indiferencia, que ahora se ha convertido en un bloqueo militar tras la visita de Yeltsin al Cáucaso, a principios de semana.

La rebeldía de los chechenos es famosa en la historia rusa. Este pequeño pueblo opuso una resistencia feroz al ejército zarista, y la región sólo pudo ser anexionada al imperio a mediados del siglo pasado. Pero esto no significó el aplastamiento de los chechenos, que protagonizaron varias rebeliones.

A pesar de contar con yacimientos de petróleo y con una refinería, la situación económica de Chechenia es catastrófica.

Sin embargo, los partidarios del presidente Dzhojar Dudayev soportan con estoicismo las actuales penurias y se confiesan orgullosos de haber reconquistado lo que más precian: la libertad.

Nº. DOCUMENTO 9400636
TITULO: Ppales. puntos de la nueva Constitución de Yeltsin.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 13/12/93
VINCULACI 11876 -
507294 -
11164 -
11302 -

CONSTITUCION PROPUESTA POR YELTSIN

Los rusos votarán el domingo en un plebiscito la nueva constitución propuesta por Boris Yeltsin, que define a Rusia como un estado democrático y federal con una forma republicana de gobierno. Los poderes legislativo, ejecutivo y judicial son independientes. De acuerdo con el proyecto, todos los miembros de la federación Rusa son iguales



EL PRESIDENTE:

- Jefe de estado y comandante en jefe de las fuerzas armadas.
- Garantiza la constitución y la integridad del estado.
- Establece lineamientos de política interna y externa.
- Representa a la Federación dentro del país y en las relaciones internacionales.
- Puede ser electo por un máximo de dos mandatos de cuatro años.
- Designa y destituye a jefes de gobierno y del banco central, postula jueces.
- Puede disolver la Duma (cámara baja del parlamento), convocar a elecciones después de un año, llamar a plebiscitos.
- Puede implantar la ley marcial y emergencia del estado.
- Sólo puede ser sometido a juicio político bajo el cargo de traición u otro "delito grave". Puede vetar legislación

CORTE CONSTITUCIONAL:

- 19 jueces independientes que no pueden ser removidos.
- Falla sobre casos que le someten los organismos de estado.
- Verifica constitucionalidad de leyes y decretos.
- Puede actuar en respuesta a reclamos de ciudadanos.
- Puede aprobar juicio político contra el presidente.

GOBIERNO:

Encabezado por un presidente (primer
- ministro)
- Investido de poderes ejecutivos
- Primer ministro designado por el presidente con consentimiento de Duma
- El primer ministro somete a los ministros a la aprobación del presidente.
- Elabora los presupuestos que deben ser aprobados por la Duma

ASAMBLEA FEDERAL (PARLAMENTO)
CONSEJO FEDERAL:

- Dos representantes por cada miembro de la Federación Rusa, trabajan tiempo parcial.
- Confirma cambios en las fronteras internas.
- Confirma implantación de la ley marcial o el de emergencia por parte del presidente
- Decide el uso de las fuerzas armadas en el exterior.
- Establece fecha de elecciones de presidente
- Puede remover al presidente bajo cargos previstos para juicio político
- Nombra a los más altos jueces, designa y remueve al procurador general.

DUMA DEL ESTADO:

- 450 diputados elegidos por cuatro años.
- Aprueba legislación y presupuesto de estado
- Aprueba candidato a presidente para la jefatura del banco central y del gobierno
- Puede presentar cargos para juicio político
- contra el presidente.
Puede anular veto presidencial a una legislación a insistir con una mayoría de dos tercios.

01-02

Principales puntos de la nueva Constitución

Moscú (AFP)

Lo que sigue son los principales puntos de la Constitución rusa, cuya aprobación fue anunciada en la televisión por el portavoz de la presidencia, Viacheslav Kostikov.

El documento reemplaza a la vieja Constitución brejneviana de 1978, [illegible] enmendada en los últimos años.

PRINCIPIOS FUNDAMENTALES (Artículo 1 a 16):

"Rusia es un Estado federal democrático de derecho, una República".

"El hombre, sus derechos y sus libertades son el valor supremo".

"La expresión suprema de la voluntad del pueblo son el referéndum y las elecciones libres".

"En Rusia, la unidad del espacio económico, la libre circulación de mercaderías (...) y la libre actividad económica, están garantizadas".

"La tierra y los otros recursos naturales pueden ser detenidos en propiedad privada, nacional, municipal, y otras".

"La Federación de Rusia está constituida de repúblicas, territorios, regiones, ciudades de nivel federal, distritos y barrios, sujetos iguales en derecho de la Federación de Rusia".

DERECHOS Y LIBERTADES DEL HOMBRE Y DEL CIUDADANO (Artículo 17 a 64)

"La Federación de Rusia reconoce y garantiza los derechos y libertades del hombre y del ciudadano, en conformidad con los principios y normas generalmente reconocidas por el derecho internacional y en conformidad con la presente Constitución".

"El Estado garantiza la igualdad de derechos y libertades del hombre y del ciudadano, independientemente de su sexo, su raza, su nacionalidad, su lengua, su origen, su situación patrimonial y profesional, su lugar de residencia, de su actitud con respecto a la religión, de sus convicciones, de su pertenencia a una organización social y otras circunstancias".

EL PRESIDENTE (Artículo 80 a 93)

—ELECCION, INTINERATO Y DESTITUCION

Es elegido "por cuatro años por sufragio universal y secreto (y por) no más de dos mandatos seguidos".

Los poderes de jefe del Estado "son temporalmente ejercidos por el presidente del Consejo de Ministros (que) no tiene derecho a disolver la Duma, a convocar un referendo ni revisar la Constitución".

La destitución "debe ser aprobada por los dos tercios de votos de cada cámara (...) La decisión del Consejo de la Federación debe ser adoptada a más tardar tres meses después de la iniciativa (de un tercio de diputados de la Duma o Cámara de Diputados)".

Si no, "la acusación contra el presidente caduca".

—COMPETENCIAS

"Designa al presidente del Consejo de Ministros y disuelve al gobierno, (...) propone al presidente del Banco Central, a los jueces de la Corte Constitucional, de la Corte Suprema y del Arbitraje".

"Nombra y destituye al comandante supremo de las fuerzas armadas, a los representantes diplomáticos de la Federación de Rusia".

—PODERES ESPECIALES

"Disuelve la Duma del Estado en los casos (previstos) y de acuerdo con el procedimiento previsto por la Constitución".

"En la tercera negativa de la Duma de refrendar el nombramiento del presidente del Consejo de Ministros, éste es directamente nombrado y la Duma queda disuelta".

El presidente "tiene derecho a suspender las decisiones de los órganos ejecutivos de los sujetos de Rusia".

El presidente declara "el estado de guerra en todo el territorio o en algunas regiones en caso de agresión o de amenaza exterior (...), instaura el estado de emergencia en función de la situación y del orden interno".

LA ASAMBLEA FEDERAL (Artículo 94 a 109):

Para la primera legislatura, las dos cámaras de la Asamblea Federal: la Duma y el Consejo de la Federación, serán elegidas por dos años, al cabo de las cuales la Duma será elegida por cuatro, mientras el Consejo de la Federación será "formado" y no elegido, contrariamente a lo previsto por el proyecto precedente.

"El Consejo de la Federación está constituido de dos representantes de cada uno (de los 89) sujetos de la Federación. La Duma contará con 450 diputados.

Una Constitución hecha para un presidente

Doc. Poco LEGIBLE

Moscú (AFP)

■ Una Constitución de tipo "presidencial" en 137 artículos será sometida a referéndum. Si es aceptada reemplazará a la Constitución soviética brezhneviana de 1978.

EL PRESIDENTE

Es elegido cada 4 años por escrutinio universal directo y secreto.
Decide las líneas generales de la política interior y exterior.
Es el comandante en jefe de las Fuerzas Armadas.
Nombra, de acuerdo con la Duma (Cámara Baja), al jefe del gobierno.
Tiene facultad para destituir el gobierno.
Designa al presidente del Banco Central y lo presenta a la Duma para su aprobación.
Presenta al Consejo de la Federación, para su aprobación, a los candidatos al Tribunal Constitucional y al Tribunal Supremo, la Fiscalía General y otros tribunales federales.
Forma y dirige el Consejo de Seguridad.
Nombra y destituye a los comandantes de las Fuerzas Armadas.
Convoca a elecciones a la Duma y tiene la facultad para disolverla.
Convoca a plebiscitos.
En caso de agresión a la Federación de Rusia o de amenaza directa de agresión, decreta la ley marcial en todo o parte del territorio, informando inmediatamente al Consejo de la Federación y a la Duma.
Instaura el estado de emergencia en todo o parte del territorio ruso e informa inmediatamente al Consejo de la Federación y a la Duma.
Puede suspender decisiones tomadas por los poderes ejecutivos de los entes territoriales rusos (repúblicas, regiones y territorios autónomos), en caso de que se contradigan con la Constitución y las leyes federales.
Emite decretos y resoluciones.

Sólo puede ser destituido por el Consejo de la Federación y a iniciativa de la Duma por traición o crimen grave confirmados por el Tribunal Supremo y el Tribunal Constitucional. La decisión de destitución debe ser adoptada a más tardar tres meses después del inicio del proceso de destitución por la Duma, so pena de caducidad. Cada etapa de la destitución debe ser aprobada por dos tercios de los votos de cada cámara. En caso de impedimento, los poderes de jefe de Estado son asumidos por el presidente del Consejo de Ministros, quien no puede disolver la Duma ni convocar a referéndum ni modificar la Constitución.

LA ASAMBLEA FEDERAL

Se compone de dos cámaras: el Consejo de la Federación (compuesto por dos representantes de cada uno de los ochenta y nueve entes territoriales del país) y la Duma del Estado (parlamento de 450 diputados). Las dos cámaras sesionan por separado.

EL CONSEJO DE LA FEDERACION

Aprueba los cambios de fronteras entre los entes territoriales rusos.

Confirma el decreto presidencial de ley marcial o estado de emergencia.

Decide el eventual empleo de las Fuerzas Armadas rusas fuera del territorio de Rusia.

Destituye al presidente.

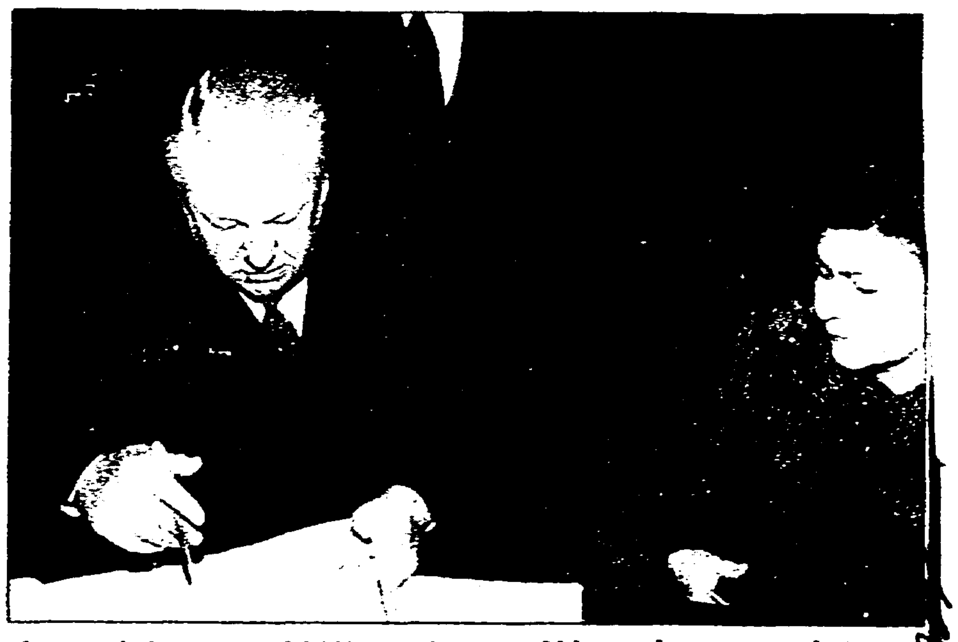
Nombra a los jueces del Tribunal Constitucional, del Tribunal Supremo y del Tribunal Supremo de Arbitrio, propuestos por el Presidente.

02-02

9400636

Buena votación opositora en Rusia

Moscú - El presidente ruso Boris Yeltsin logró ayer la aprobación de un proyecto constitucional que extiende ampliamente sus poderes, afirmó su portavoz, pero sus enemigos nacionalistas y comunistas se encaminaban a lograr importantes avances en las elecciones legislativas simultáneas.



Más poder para Yeltsin
La nueva Carta Magna sustituirá a la de 1978 que había quedado parcialmente suspendida

El vocero de Yeltsin Vyacheslav Kostikov dijo a la televisión: "Vivimos en un nuevo estado...la democracia ha triunfado en Rusia".

Dos encuestas difundidas por canales de televisión alemanes otorgaron entre un 61 y un 71% de aprobación al proyecto de Carta Magna.

La televisión rusa indicó -poco después que terminaran los comicios en Moscú- que Opción Rusa, el principal bloque pro-Yeltsin, había conseguido el primer lugar con el 17% de los votos en la alejada región oriental de Primorsky.

Pero los Demócratas Liberales (PDL) del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky obtuvieron el segundo lugar con el 14%, seguidos por los comunistas con el 13%, un resultado no confirmado que podría generar alarma en el Kremlin.

Los datos concuerdan con las encuestas de opinión realizadas antes de los comicios.

El asesor de Yeltsin, Mijail Poltoranin, indicó que los cuatro principales bloques pro-reformistas están pagando el precio por no haber firmado un pacto pre-electoral.

Los reformistas subestimaron la figura de un hombre considerado por sus opositores como un "payaso político".

"El fascismo está entrando por la puerta abierta por nuestras divisiones y nuestras ambiciones", señaló Poltoranin.

Yeltsin, en cambio, no pareció preocupado mientras votaba.

"Soy optimista por naturaleza y estoy seguro que surgirá un parlamento mejor, más intelectual, más inteligente y conocedor de la política".

"Eso queda claro con los candidatos", expresó.

También se conocieron algunos resultados provisionales del sector militar.

Si Zhirinovsky, cuyas propuestas incluyen un antisemitismo explícito, la expansión militar de Rusia y el fin de lo que él llama la "norteamericanización" del país, consigue el segundo lugar, las fuerzas reformistas casi con seguridad formarán una coalición para evitar que llegue al poder.

Pero la pregunta clave es si tendrán el control de la mitad de las bancas que necesitan para continuar con las reformas y, finalmente, si podrán pactar la dirección de esas reformas.

En las provincias, algunos líderes de las repúblicas semi-autónomas han pedido el rechazo de la constitución de Yeltsin, que aumentaría significativamente el poder del presidente.

El primer mandatario de Tartaria, Mintimer Shaimiyev, declaró que no iba a votar, y los nacionalistas de la región hicieron una campaña de boicot.

El ex vicepresidente de Yeltsin, Alexander Rutskoi, sufragó en la prisión de Lefertovo, donde aguarda el juicio por acusaciones de organizar disturbios masivos.

Pero otro detenido, Ruslan Jasbulatov, presidente del parlamento disuelto, no fue a votar.

Su abogado afirmó que considera ilegales los comicios.■ *(Reuter)*

Nacionalistas y Comunistas Votaron Bien; Alerta de Yeltsin era Cierto

MOSCU, 12 (Por William Myers de EFE).— Las advertencias de los "yeltsinistas" sobre el ascenso de los ultranacionalistas en los comicios celebrados hoy en Rusia, que algunos descartaron como una táctica de campaña electoral, resultaron ser bien fundadas según los resultados preliminares.

Si bien los allegados de Boris Yeltsin pudieron estar satisfechos ante el previsto triunfo del "si" en el plebiscito sobre el proyecto de Constitución, que el portavoz presidencial, Viacheslav Kóstikov, calificó de "victoria de la democracia", la composición del nuevo Parlamento se perfilaba como poco cómodo para los reformistas.

Aunque el Gobierno actual podrá continuar en el poder de todas formas, según la nueva Carta Magna, ya que no tendrá que ser confirmado por el Parlamento, los partidarios de la "terapia de choque" podrían verse obligados a suavizar su programa económico si esperan evitar nuevos enfrentamientos con el Legislativo.

El partido liderado por Vladimir Zhirinovski, quien promete restaurar el imperio ruso en toda su amplitud, se estaban confirmando como segunda fuerza del nuevo Parlamento, según iban entrando los resultados de las regiones más orientales de Rusia, donde los colegios cerraron antes que en la capital por la diferencia de hora.

El partido de Zhirinovski, que se denomina el Liberal Democrático, pero que sus detractores tachan de neofascista, queda sólo un poco detrás de la lista de los "yeltsinistas" radicales, la Opción de Rusia, que encabeza el gran proponente de la transición rápida al mercado libre, el viceprimer ministro Yegor Gaidar.

De hecho, en la primera región en dar resultado completos, aunque todavía provisionales, el partido de Zhirinovski quedó en primer lugar, con el 23 por ciento, por delante del Partido Comunista y el aliado de éste, el Partido Agrario, con 13 por ciento cada uno, mientras que Opción de Rusia obtuvo sólo el 8,5 de los sufragios.

El dirigente de Opción de Rusia Anatoli Chubáis, el viceprimer ministro encargado de la privatización, lamentó el éxito que estaba registrando la lista de Zhirinovski, "que es el partido del fascismo ruso en su expresión más pura".

Uno de los asesores de Yeltsin, Mijail Poltoranin, afirmó que las divisiones entre "los demócratas" ha "abierto el camino al fascismo".

Pese a que Opción de Rusia había previsto recibir el respaldo de hasta el 35 por ciento del electorado, los primeros resultados indicaban que el partido de Gaidar apenas superará el 20 por ciento del voto. Chubáis dijo hace pocos días que un respaldo electoral de menos del 20 por ciento supondría "una derrota" para Opción de Rusia.

En tercer lugar, según estos datos todavía muy incompletos, se encuentra el Partido Comunista, mientras que el bloque centrista del economista Grigori Yavlinski se perfila como el cuarto grupo del Parlamento que debe inaugurar sus sesiones el próximo 11 de enero.

YELTSIN TRIUNFA CON SU CONSTITUCION: PIERDE TERRENO EN CAMPO LEGISLATIVO

MOSCU. (Por Alan Cooperman de The Associated Press). — El presidente Boris Yeltsin tenía clara ventaja en la aprobación de su nueva constitución, pero su situación en el Parlamento parecía amenazada por la ventaja en los primeros resultados de candidatos nacionalistas extremistas y comunistas.

Los resultados de la primera elección multipartidista en Rusia desde la Revolución de 1917 indicaban la posibilidad de que Yeltsin vuelva a tener una oposición parlamentaria casi similar a la que encaró antes de disolver el último parlamento soviético en setiembre.

Las elecciones estuvieron caracterizadas por un fuerte ausentismo, en lo que pareció ser una manifestación de los votantes de su desencanto con las reformas de mercado libre impuestas por Yeltsin hace dos años.

Fuentes oficiales dijeron que el número de electores llegó al 51 por ciento de los 107 millones habilitados. Para aprobar la constitución se requería de la participación de por lo menos el 50 por ciento de los votantes.

Fuentes allegadas a Yeltsin dijeron que cerca del 60 por ciento de los votantes respaldó la constitución que garantizará los derechos humanos y fortalecerá los poderes presidenciales.

"Estamos preparados a cooperar con todas las fuerzas constructivas, pero no podremos cooperar con fascistas". dijo el ministro de Economía Yegor Gaidar, líder de la principal alianza pro-Yeltsin, la Opción de Rusia.

"El gobierno y sus reformas siguen invariables", dijo el viceprimer ministro Vladimir Shumeiko en una entrevista televisada.

Yeltsin, que votó junto con su esposa, Naina, cerca de su apartamento en Moscú, dijo que estaba optimista.

"La constitución será aprobada", dijo Yeltsin hablando bajo una ligera nieve. "En cuanto al voto por los candidatos, esa es otra cosa...", dijo.

Si la constitución hubiera sido rechazada, Yeltsin pudo haber caído en un vacío legal, sin reglas de juego para el nuevo Parlamento y sin solución en su intento de convertirse en un presidente fuerte y con poderes claros.

La baja asistencia reflejaba los temores rusos sobre los políticos y su desencanto de que en dos años de reformas de libre mercado no han visto mejoras en los niveles de vida. Los rusos están particularmente preocupados por el colapso de la economía, creciente delincuencia y sensación de que el país su capacidad de potencia mundial.

"Todos los políticos son los mismos", dijo el marino Andrei Kuzmin, de 28 años, en San Petersburgo. "Nuestro ejército y marina están casi en ruinas y todo lo que los políticos están haciendo es llenarse los bolsillos. No votaré por ninguno de ellos".

En Moscú, Nadezhda Dvornikova de 37 años, dijo que la inflación del 900 por ciento este año ha convertido en difícil la necesidad diaria de alimentar a su familia, pero que aún así iba a votar por la coalición de Yeltsin.

"Si el carro no funciona, ya es tarde para volver atrás", dijo.

Las elecciones han sido la primera prueba de la popularidad de Yeltsin desde octubre en que legisladores doctrinarios se negaron a desbandarse y sus simpatizantes salieron a las calles. Yeltsin ordenó a los militares atacar el apertrechado edificio parlamentario, conocido como Casa Blanca, en una acción en la que murieron más de 140 personas en dos días de enfrentamientos.

El ex presidente Alexander Rutskoi, que aguarda ser enjuiciado por su participación en la violencia de octubre, votó hoy en la prisión Lefortovo de Moscú. El ex presidente del Parlamento Ruslan Jasbulatov dijo que no votaría debido a que considera que se encuentra ilegalmente en prisión.

En la estación orbital Mir, los cosmonautas Alexander Serebrov y Vasily Tsibliyev dijeron al control de la misión en tierra que estaban "algo disgustados" porque no se habían tomado provisiones para que también votaran.

Los principales aliados de Yeltsin encabezan varios de los 13 partidos que han presentado candidatos al Parlamento. No ha dicho a cuántos de ellos los respalda y soslayó las versiones de que los hombres de su programa de reformas estaba seriamente divididos.

"No se preocupen si se han dividido en varios bloques antes de las elecciones", dijo a los reporteros hoy. "Después de las elecciones volverán a juntarse otra vez y cooperarán. Tengo confianza en ellos".

Avance de los ultranacionalistas

MOSCÚ - Los DIRIGENTES del bloque demócrata Opción de Rusia (OR) expresaron su alarma por la alta votación del Partido Liberal-Democrático (PLD), del ultranacionalista y xenófobo Vladimir Zhirinovski, en los comicios parlamentarios de ayer en Rusia.

El presidente del Comité de Bienes Nacionales y candidato de Opción de Rusia, Anatoli Chubais, afirmó que "la falta de consenso entre los demócratas tendrá un alto precio: una gran representación del Partido Liberal-Democrático en el nuevo Parlamento". "Según los resultados preliminares, (el PLD) va entre los líderes, aunque es el partido del fascismo ruso en su expresión más pura", indicó Chubais.

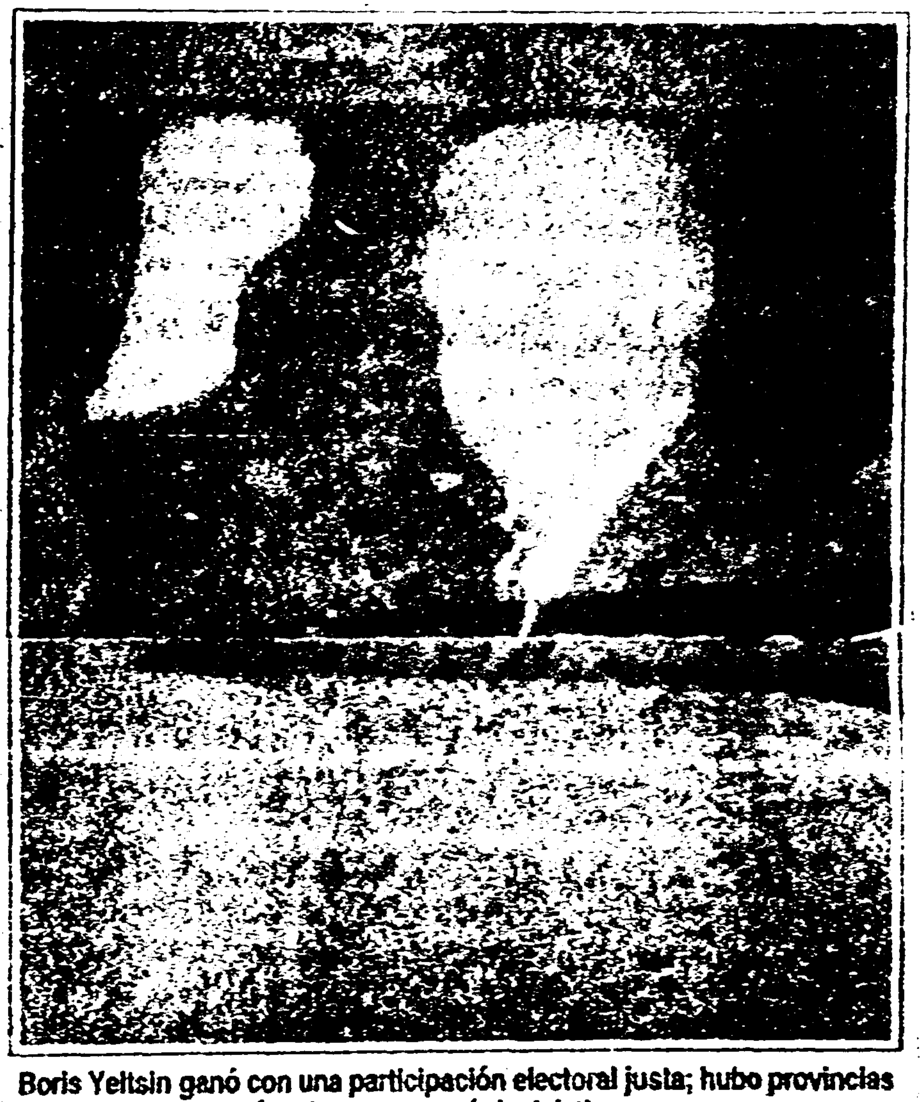
El vice primer ministro y líder de OR, Yegor Gaidar señaló que el posible éxito de los "extremistas es consecuencia de la nueva formación socioeconómica que vive Rusia y, en gran medida, de la división en las filas de los demócratas".■ *(EFE)*

02

Yeltsin gana batalla por la nueva Constitución rusa

● *Sorpresa en legislativas: segunda fuerza el neofascista Zhirinovski*

La nueva Constitución de Rusia fue aprobada con casi el 60 por ciento de los votos, afirmó ayer, el Viceprimer Ministro Vladimir Shumeiko, jefe de la Comisión gubernamental, encargada de la celebración de la consulta. El partido Opción de Rusia está en primer lugar en las elecciones parlamentarias, seguido por el partido del neofascista Vladimir Zhirinovski.



Boris Yeltsin ganó con una participación electoral justa; hubo provincias en que no se votó y alcanza mayoría legislativa por escaso margen porcentual.

Moscú (EFE)

La aprobación de la reforma constitucional fue reafirmada por el vocero del Presidente, Viaceslav Kostikov, en una declaración a la televisión local.

"Queridos compatriotas rusos, la Constitución ha sido aprobada", dijo Kostikov, que participa con otras personalidades políticas a una velada electoral organizada por el canal televisivo Ostankino.

"Vivimos desde ahora en un nuevo Estado, la democracia ha triunfado en Rusia", agregó el vocero, sin mencionar especificamente ningún resultado.

El referéndum constitucional superó la barrera del 50 por ciento de participación del electorado, que le otorga validez, pero con un ligero margen, según los primeros resultados parciales, situando al bloque reformista Opción de Rusia en primer lugar en las elecciones parlamentarias, seguido de cerca por el neofascista Vladimir Zhirinovski.

Los primeros datos no oficiales divulgados por la televisión rusa conceden al grupo reformista radical, liderado por el primer Viceprimer Ministro y padre de la reforma económica, Igor Gaidar, un 17 por ciento de los votos, seguido por Zhirinovski, con un 14 por ciento.

De este modo, la aprobación de la Ley fundamental permite que Yeltsin termine con su mandato en 1996; no se realizarán elecciones anticipadas, convocadas por decreto. Los allegados al Presidente se han apresurado a anunciar la victoria de la democracia, aunque la participación fue escasa.

Con todo, el respaldo del electorado al proyecto de la Constitución supone un gran espaldarazo para Yeltsin, quien por tercera vez consecutiva refrenda la legitimidad de su mandato.

Los observadores consideran que si se logra superar la barrera del 50 por ciento puede darse por aprobada la Nueva Carta Magna, tal cual fue anunciado por el Viceprimer Ministro Vladimir Shumeiko, jefe de la Comisión gubernamental encargada de la celebración de la consulta.

La aprobación de la Constitución es de gran importancia para Yeltsin, que se implicó directamente en su elaboración, un rechazo de la misma lo dejaria en una situación muy comprometida, pues seria interpretado como un voto de castigo contra el Presidente ruso.

La gran sorpresa de las elecciones celebradas ayer, es sin duda el ultranacionalista y xenófobo, Vladimir Zhirinovski, quien, de confirmarse los primeros datos no oficiales, se convertiria con su Partido Liberal- Democrático en la segunda fuerza parlamentaria.

Zhirinovski recibió los votos de la división de elite Tamanskaya, la más emblemática del Ejército ruso, cuyo apoyo de última hora a Yeltsin el pasado mes de octubre, en su enfrentamiento con el Parlamento, fue decisivo.

L[illegible] promesas de Zhirinovski de reconstruir una Rusia grande y fuerte, con fronteras desde China a Europa Central, unido a su nacionalismo, caló hondo en muchos de sus compatriotas.

Aunque según los primeros datos, los reformistas de Gaidar encabezan las votaciones, el temor a una posible victoria de Zhirinovski cundió entre las filas reformistas.

El candidato de Opción de Rusia y Presidente del Comité Estatal de Bienes Nacionales, Anatoli Chubais, dijo a la agencia rusa Itar-Tass, que **"la falta de consenso entre los demócratas tendrá un alto precio: una gran representación del Partido Liberal-Democrático en el nuevo Parlamento"**.

Por su parte, Gaidar afirmó que **"será de lamentar si las acciones descoordinadas de los demócratas juegan el mismo papel que jugó Stalin, quien rompió el frente antifascista"**.

Doc. Poco Legible

03-03

PERSONAL

P.015.-

Montevideo,17 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

PIT-CNT:Esta previsto que esta Central conjuntamente con la Coordinadora Central del Cono Sur concurran a la Ciudad de Colonia en el día de hoy,con la finalidad de entregar un documento a los presidentes de los países que integran el Mercosur.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

FUS:Emp.Civiles de la Nación:En asamblea efectuada el 13/I/ el personal de enfermería resolvió darle un plazo hasta el 31/I/ para llegar a una solución,sino pararan ese mismo día a la hora 00.00.-

BANCA PRIVADA

AEBU:Esta asociación resolvió darle plazo hasta el día de hoy al City Bank y en caso de no surgir ninguna solución,se tomaran medidas de lucha.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEEM.S.A:En reclamo de fuentes laborales,continuan con las movilizaciones a nivel del Parlamento y de la Casa de Gobierno,donde concurren delegados a mantener entrevista.-

2)- INFORMACION ESTATAL

BANCA OFICIAL:Desde el 6/I/ vienen realizando medidas zonales en el interior del país,en exigencia de una definición sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país.-

ASOC.DE FUN.MGAP:A partir del 14/I/ comenzaron a realizar la entrega de los analisis por parte del Laboratorio Rubino al llegar a un acuerdo con el Ministerio de Agricultura y Pesca.-

3)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE CANELONES

EMPRESA URSA:Esta empresa se encuentra realizando una obra en el Hospital de Canelones,encontrandose en conflicto a raíz del despido de 5 obreros,estando acampados frente al nosocomio en una carpa 80 personas,funcionando una olla popular.-

x 001/001

TOTALE P.01

Nº DOCUMENTO 9400639
TÍTULO Para Yegor Gaidar la democracia rusa está amenazada.
PROCEDENCIA Rep.
FECHA 14/12/93
VINCULACIÓN 11876 – 507294 – 11764 – 11302 –

Para Yegor Gaidar la democracia rusa está amenazada por la presencia de los fascistas en el Parlamento

* La vida en Rusia y en el mundo "será muy difícil" si los ultranacionalistas llegan al gobierno, enfatizó el líder de Opción de Rusia
* El Partido Comunista ocupó el tercer lugar con el 10.8% de los sufragios, mientras que Mujeres de Rusia alcanzó el 8.7%, consolidándose como quinta fuerza

Anonadados por el triunfo del ultranacionalista Vladimir Zhirinovski, los líderes reformistas rusos comenzaron a montar ayer el dispositivo de defensa. Yegor Gaidar, gurú de la reforma económica, lanzó un llamamiento a la formación de un frente antifascista abierto incluso a los comunistas, y el presidente Boris Yeltsin prometió que hará todo lo necesario para "garantizar la irreversibilidad" de la democracia, que considera amenazada por la sola presencia de fascistas en el Parlamento. La oferta de Gaidar se estrella, sin embargo, contra su anuncio de aceleración del cambio económico, lo que dificultar formar un frente amplio para contrarrestar los apabullantes resultados del Partido Liberal Democrático (PLD).

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Moscú, por Pilar Bonet y Sebastian Serrano

■ Según los últimos datos facilitados anoche por la administración, que incluían 37 de los 89 territorios en que se divide la Federación Rusa, Zhirinovski iba por delante con el 23,3 por cien, frente al 15 por cien de Opción de Rusia.

Todos los grupos reformistas con opción a escaño sumaban sólo el 28,3 por cien. El tercer y cuarto lugares eran para el Partido Comunista (10.8 por cien) y sus aliados del Partido Agrario (8,8 por cien). Mujeres de Rusia se consolidaba como quinta fuerza (8,7 por cien) por delante del bloque reformista de Yablinski (6.7 por cien), la Unidad y Concordia de Serguei Shajrai (6,6 por cien) y el Partido Democrático de Nikolai Travkin (5,4 por cien).

"Todavía hay posibilidad de tener una mayoría demócrata", señaló Gaidar, que no daba por perdida la batalla por el Parlamento, dado que los disponibles no incluían aún las ciudades de Moscú, San Petersburgo, ni otros centros urbanos habitualmente reformistas.

Este optimismo, sin embargo, parecía excesivo. Si bien los resultados podían igualarse en las votaciones de las listas que se repartirán proporcionalmente la mitad de los 450 escaños de la Duma, difícilmente podrán los reformistas mantener esa igualdad en la elección de la otra mitad de la Cámara, que se elige en 225 distritos por el sistema mayoritario a una vuelta.

Los sectores propresidenciales se veían, al menos, reconfortados por la entrada en vigor de la nueva Constitución, que pasó rasante el listón del 50 por cien de participación: oficialmente se anunció ayer que acudieron a votar el 53,2 por cien de los rusos.

De ellos, según las últimas cifras facilitadas por la administración, el 56,5 por cien votó 'si' y el 'no' el 39,9 por cien.

Gaidar calificó la ley fundamental como de "columna vertebral" del Estado y el presidente Yeltsin, en un comunicado emitido por la tarde, advirtió ya que haría todo lo posible "para poner una sólida barrera constitucional a todos los intentos de revisar nuestra opción democrática".

"Votando por la nueva Constitución han asegurado las condiciones para el desarrollo estable de las reformas y la democracia", manifestó el presidente dirigiéndose a los electores.

La Constitución, que da a Yeltsin unos amplísimos poderes, incluido el de formar y disolver el gobierno, era contemplada ayer por los sectores reformista como su principal arma para mantener a raya al Parlamento, un foro donde los sectores representados en el disuelto Soviet Supremo de Rusia estarán presentes de forma mucho más compacta y experimentada que en el pasado. Gaidar consideró poco probable que el presidente cese al gobierno, aunque no lo excluyó. Opción de Rusia mantendrá consultas con otras fuerzas después de una reunión del Comité Político, que se celebra hoy.

Gaidar, que se mostó partidario de "corregir" la política gubernamental en función del resultado de las elecciones, no entró en detalles sobre los puntos de acuerdo con otros grupos afines.

No obstante, manifestó que la "esencia" de esa correción es "que no nos podemos permitir compromisos superfluos e injustificados o postergar decisiones que deberíamos haber tomado hace tiempo, hace un año por lo menos".

Según Gaidar, los "fallos" en la política económica del gobierno se deben, en gran medida, a no haber podido ser "consecuentes" con el rumbo económico emprendido. Entre las decisiones económicas que el gobierno no se ha atrevido a asumir hasta sus últimas consecuencias están el cierre de las empresas no rentables a gran escala y el problema del paro derivado de ello, así como la total liberalizaciáon de precios, y la puesta en práctica de la reforma agrícola. Ahora, como en el pasado, el Parlamento se encargará de la tareas legislativas, incluida la legislación sobre la reforma agraria, uno de los puntos claves de la política de Yeltsin, donde hay divergencias fundamentales entre la Opción de Rusia, partidaria de la propiedad privada de la tierra, y los comunistas y el PDL, que se oponen a ella.

Gaidar se mostró categóricamente en contra de que las elecciones presidenciales se celebren el 12 de junio de 1994, tal como establece el decreto presidencial vigente. Zhirinovski ha expresado su intención de presentarse a las elecciones, pero mantiene una línea extremadamente conciliadora en relación al presidente. En la madrugada de su victoria, el líder del PDL dijo estar dispuesto a acatar la voluntad presidencial tanto en lo que se refiere a las elecciones, como a la candidatura de Viktor Chermomyrdin (a quien había rechazado unas horas antes) como primer ministro.

La vida en Rusia y en el mundo "será muy difícil" si "esta gente" entra en el gobierno, dijo Gaidar, refiriéndose a Zhirinovski. Los líderes de la Opción de Rusia han comenzado a analizar las causas de su fracaso, pero están divididos sobre la prioridad que debe concederse a esta tarea. Mientras unos acusan a los líderes de otros bloques reformistas por no haberse sumado a la Opción de Rusia en la campaña electoral, otros, como el ex secretario de Estado Guennadi Burbulis, lamentan que Yeltsin no hubiera querido convertir a Opción de Rusia en su propio partido.

9400639

01-01

PERSONAL

P.016.-

Montevideo,18 de Enero de 1994.-

1).- INFORMACION GREMIAL
INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA
[illegible]: Continuan en conflicto.-
INDUSTRIA METALURGICA
[illegible]: Continuan con las medidas de lucha estando la asamblea en cuarto intermedio.-
INDUSTRIA TEXTIL
[illegible]: Esta prevista que para el mes de febrero se instale nuevamente la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-
BANCA PRIVADA
[illegible]: En asamblea efectuada en el día de ayer no hubo acuerdo en las negociaciones en torno al City Bank.-
ORGANIZACIONES DE SALUD
[illegible] CIVILES DE LA NACION: De acuerdo a lo resuelto en asamblea, por el personal de enfermería estos dieron un plazo hasta el 31/I/ para que se solucione el conflicto, sino ese mismo día a la hora 00.00 comenzaran un paro.-
ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES
[illegible]: En el día de ayer los presidentes del Mercosur recibieron por parte de las centrales sindicales de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, recibieron una Carta de los Derechos Fundamentales, la que se refiere a los fundamentos de la carta social aprobada en noviembre por la gremial y al planteo de la revisación del tratadi y las medidas que deben adoptar.-

2).- INFORMACION ESTATAL
[illegible] PLUNA: Se creó una tripartita para estudiar el presente y el futuro de Pluna.-
BANCA OFICIAL: Desde el 6/I/ vienen realizando medidas zonales en el interior del país, en reclamo de que las autoridades se definan sobre la reglamentación de los traslados y destinos en el interior del país, en el día de ayer se firmó un acuerdo en el MESS sobre el tema reestructura.-

x 001/001

Zhirinovsky tiene apuro por ocupar el sitial de Yeltsin

Aspiración: ante la prensa pidió comicios presidenciales anticipados y destacó la necesidad de una coalición con Alemania.

MOSCU, 14 (EFE). – El Partido Liberal Democrático (PLD), virtual ganador en las elecciones legislativas del domingo último, quiere elecciones presidenciales anticipadas y tiene, por otra parte, definidos sus candidatos a ministro en caso de que el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, le ofrezca formar gobierno.

Así lo anunció hoy, en la primera conferencia de prensa ofrecida tras los comicios legislativos, el líder de su partido ultranacionalista, Vladimir Zhirinovsky, quien apareció acompañado por varios candidatos al futuro Ejecutivo.

Zhirinovksy, sin embargo, destacó que la formación del gabinete es prerrogativa constitucional del presidente y, por lo tanto, "no nos disgustaremos si no nos ofrece ninguna cartera".

Oposición constructiva

En este caso, indicó, su partido constituirá una "oposición contructiva, ayudaremos al gobierno con consejos y jamás permitiremos otra confrontación del Legislativo y el Ejecutivo".

También indicó que no se disgustará si no hay elecciones presidenciales anticipadas, cuya convocatoria fue anunciada por Yeltsin para el 12 de junio pero que queda abolida por la Constitución, aprobada en referendum el domingo último.

"Por el momento, empero, el presidente no ha anulado su decreto sobre las elecciones del 12 de junio", dijo Zhirinovksy, y anunció que su partido está dispuesto a iniciar la campaña preelectoral, ya en enero próximo.

El regalo perfecto

Sin embargo, preferiría que Yeltsin siga cumpliendo su mandato hasta el final, pues "en 1996 cumplo 50 años y la presidencia sería un regalo perfecto", agregó.

Además, "de celebrarse el próximo año, los demócratas no tendrían otro candidato que Yeltsin, y el mismo creo que no querrá volver a presentarse. No me gustaría ser aspirante único. Estoy acostumbrado a luchar", subrayó Zhirinovsky.

"Espero una reunión con Yeltsin en los próximos días. Estoy seguro de que que sus resultados serán exitosos", puntualizó.

Al mismo tiempo indicó que está dispuesto a "cualquier tipo de alianzas en el Parlamento o en el gobierno", pero indicó que "si a Yeltsin le interesa" está categóricamente en contra de que en el Ejecutivo sigan el viceprimer ministro Yegor Gaidar, el responsable de la privatización, Anatoli Chubais y el canciller, Andrei Kozirev.

Moderación inusitada

La conferencia de prensa de Zhirinovsksy, que habitualmente no repara en declaraciones escandalosas, hoy se caracterizó por una moderación inusitada y continuos desmentidos de declaraciones anteriores o de sus interpretaciones por la prensa.

"El pueblo está cansado de todo tipo de extremistas", respondió ya de entrada, comentando la victoria de su partido, calificado por muchos periodistas y políticos como abiertamente fascista, ultranacionalista y xenófobo.

Pocos minutos después afirmaba que "Rusia acabó con el comunismo y confío que también para Europa el fascismo haya quedado atrás y el último de este tipo de males, el nacionalismo, será erradicado antes de que expire el siglo XX".

En ese sentido, destacó que defenderá la igualad de todos los ciudadanos de Rusia, independientemente de su pertenencia étnica, y hasta invitó a sudafricanos a emigrar a Rusia, pues "allí sí tienen problemas de esa índole".

"Serán ciudadanos rusos igual que los que han nacido aquí. Con los mismos derechos y libertades", enfatizó.

Con lágrimas

Rechazó categóricamente que su partido persiga restablecer a Rusia en las fronteras del imperio zarista y, al contrario, afirmó que "cuando dentro de unos años algunas de las ex repúblicas soviéticas vengan a rogarnos con lágrimas en los ojos que las retomemos bajo nuestra soberanía y con nuestras condiciones, como simples provincias, habría que pensar seriamente si las aceptamos".

"Pero si la comunidad internacional, la UN y la NATO nos lo pidiesen, tal vez lo admitiríamos, pero sólo en casos excepcionales", añadió.

Zhirinovsky dijo estar "totalmente seguro" de que las repúblicas de la antigua URSS realmente "acudirán con las lágrimas en los ojos" y anunció que una de sus primeras propuestas en el nuevo Parlamento será la suspensión "provisional" de toda ayuda económica y militar a esos países.

Alianza con Alemania

En su política occidental, Rusia, según el líder de la PLD, debe orientarse a una "estrecha alianza" con Alemania (de lo que se informa con más detalle por separado), para que "nuestros pueblos jamás se vuelvan a enfrentar como en las dos guerras mundiales", y dijo que no tiene "nada en contra" de la entrada de los países de Europa Oriental en la NATO.

"Tenemos armamentos para ofrecerle a la NATO y también la podremos ayudar, dijo sonriente.

Victoria electoral



El ultranacionalista ruso Vladimir Zhirinovsky, jefe del Partido Liberal Democrático, surgió de las tinieblas políticas con una victoria electoral que sacudió al Kremlin

Promesas electorales

- Controlar vehementemente la delincuencia incluyendo juicios sumarísimos para ejecutar a los cabecillas de bandas delictivas.
- Retorno a una Rusia imperial que incluiría los territorios independientes del Báltico, Asia Central y Ucrania
- Bienestar para todos.
- Sistema multipartidista.

Acceso al poder

- Cuenta con el apoyo del ejército, incluyendo la división Taman, que envió tanques en ayuda de Yeltsin para que sofocara un golpe en 1991.
- Obtuvo el 7 por ciento de los votos en las elecciones presidenciales de 1991.
- Su autobiografía habla de una juventud infeliz, plena de rechazos, soledad y humillaciones y guarda una particular similitud con "Mi lucha" de Adolf Hitler. Sus opositores lo definieron como fascista, calificativo que niega rotundamente.
- Está casado, pero sostiene que los fracasos amorosos incrementaron su voluntad política.

Fuente: Reuter

Zhirinovsky quiere una alianza ruso-alemana

Expansionista: el jefe del partido ultranacionalista que ganó las elecciones legislativas del domingo en Rusia propugna un pacto similar al de Hitler y Stalin para obtener territorio de Polonia.

MOSCU, 14 (AP).- Vladimir Zhirinovsky, líder del partido ultranacionalista que ganó las elecciones legislativas, afirmó hoy que Rusia debe integrar una "estrecha alianza" con Alemania, "para que ambos pueblos jamás se vuelvan a enfrentar como en las dos guerras mundiales".

El jefe del Partido Liberal Democrático (PLD) manifestó además en una entrevista con el diario National Zeitung que Alemania podría anexar algunos territorios de Polonia en una nueva alianza militar con Rusia.

Zhirinovsky declaró que desea una nueva versión del pacto Hitler-Stalin, por el que los nazis y los soviéticos se repartieron Polonia, Ucrania y los países bálticos en 1939.

"La paz de nuestro continente se podrá defender mejor cuando dos grandes potencias -Rusia y Alemania- aprendan las lecciones de la historia y retomen a su estrecha y tradicional amistad", afirmó el dirigente derechista.

Zhirinovsky negó en la entrevista ser fascista, afirmó estar seguro de contar con el apoyo del ejército y de ganar las elecciones presidenciales previstas para dentro de dos años.

En la conferencia de prensa, en la que se mostró inusualmente moderado, el jefe del PLD manifestó su deseo de que se adelanten las elecciones. Dijo además que su agrupación ya tiene definidos sus candidatos a ministros en caso de que el presidente de Rusia, Boris Yeltsin, le ofrezca formar gobierno. No obstante, señaló que no le disgustaría si Yeltsin no le ofrece al PLD ninguna cartera, en cuyo caso su partido constituirá "una oposición constructiva" y que ayudará al gobierno con consejos. "Jamás permitiremos otra confrontación del Legislativo y el Ejecutivo", aseguró.

(Inf. en Págs. 2, 3, 4 y 5)



Holocausto prometido. BONN, 14 (Reuter).- Días antes de las elecciones, Zhirinovsky amenazó con "crear nuevas Hiroshimas y Nagasakis" en Alemania para evitar que los germanos intervengan en los asuntos rusos.

Visita Rusia el vicepresidente norteamericano

Al Gore: elogió la aprobación del referendum constitucional y se abstuvo de comentar el triunfo de los ultranacionalistas.

MOSCU, 14 (DPA). - El vicepresidente de los Estados Unidos, Al Gore, calificó hoy de "extraordinariamente importante y positiva" la aprobación del proyecto constitucional presentado por Boris Yeltsin.

Al iniciar una visita de tres días a Rusia, Gore se abstuvo de comentar el triunfo de los ultranacionalistas en las elecciones parlamentarias. Gore visitará mañana a Yeltsin.

Gore se reunirá también con el primer ministro ruso, Víctor Chernomyrdin, con quien comparte la presidencia de una comisión bilateral ruso-americana de cooperación.

Durante las reuniones se analizarán las posibilidades de colaboración en materia espacial. Rusia tiene más experiencia que los Estados Unidos en materia de misiones espaciales prolongadas y cuenta con la estación orbital permanente MIR, pero necesita fondos occidentales para continuar con sus programas en el área.

El director de la NASA, Daniel Goldin -que acompaña a Gore en este viaje-, firmará un acuerdo de 400 millones de dólares, lo que permitirá a los astronautas norteamericanos usar la estación MIR.

Asimismo, se tiene previsto incluir a Rusia en el programa para la construcción de la estación espacial norteamericana Freedom.

Zhirinovsky despierta fantasma del expansionismo ruso

*** Ucrania** - Asesores del presidente Leonid Kravchuk advirtieron que el fortalecimiento de Zhirinovsky "no podemos menos que perturbar a Ucrania".



*** Estados bálticos** - Dirigentes se mostraron alarmados, al punto que convocaron una cumbre urgente para hoy en Tallín, capital de Estonia, para ver qué actitud adoptarán frente a Rusia.

*** OTAN** - Permanecerá en actitud vigilante y mantendrá un balance militar de fuerzas. Por el momento no modificará su política hacia Moscú, pero su énfasis sobre vigilancia militar representa un cambio de tono respecto de recientes declaraciones occidentales. La OTAN, que ya se veía enfrentada con el Kremlin por una posible expansión de la alianza atlántica hacia Europa Oriental, está preocupada por la posibilidad de que el resultado de las elecciones induzca a Moscú a adoptar una actitud de línea dura, augurando épocas rigurosas para Occidente.

*** Belarus** - Valeri Pavlov, vicesecretario de Seguridad Nacional, expresó su confianza en que el éxito del ultranacionalista Zhirinovski en las elecciones no conducirá a una menor seguridad del "botón nuclear" ruso.

Belarus espera que "el actual gobierno de Rusia no permitirá a nadie bromear con el botón nuclear, pese al triunfo electoral del Partido Liberal Democrático. Añadió que el ascenso del PLD tampoco afectará el retiro de las armas estratégicas del país.

*** Georgia** - El resultado de las elecciones rusas es "una lección para todos", señaló el presidente de Georgia, Eduard Shevardnadze.

*** Armenia** - El vicepresidente Gaguik Arutiunian valoró la victoria del partido de Zhirinovsky como una consecuencia del debilitamiento de Rusia y a la vez el deseo de su pueblo de sentirse superpotencia.

*** EEUU** - El presidente de los EEUU, Bill Clinton, planea cambios en la política en términos generales hacia Rusia. No sabe todavía si se reunirá con el líder ultranacionalista Zhirinovsky, en su próxima visita a Moscú, pero ya anticipó que no piensa devolver Alaska a los rusos. "No creo que ninguno de nosotros esté pensando en devolver Alaska en un futuro próximo", expresó. Alaska fue comprada por EEUU a Rusia en 1867 y se convirtió en estado norteamericano en 1959. Estados Unidos criticó ayer los puntos de vista de Zhirinovsky, calificándolos como un "anatema" de los principios democráticos.



02

* "Apoyándose sobre los hombros de los demócratas, el fascismo trepó hasta el Parlamento", editorializó ayer un diario oficialista

Mientras los reformadores, aún conmovidos por el fracaso que sufrieron en las elecciones legislativas, seguían indecisos respecto a su estrategia de alianzas en el Parlamento, los comunistas de entrada se ubicaron como fuerza intermediaria para futuras coaliciones. Desde ayer el líder comunista Guennadi Ziuganov dijo estar dispuesto a aliarse por lo menos sobre "cuestiones concretas" con el Partido Liberal Demócrata (PLD) ultra-nacionalista de Vladimir Jirinovski, contra los reformadores del bloque gubernamental Opción de Rusia, que sigue siendo a sus ojos el enemigo principal.

Moscú (AFP)
por Martine Nouialle y Marielle Eudes, enviados especiales de la AFP

■ Llegados en tercera posición con 11% de los votos detrás del PLD, que logró un cuarto de los sufragios, y Opción de Rusia liderado por Egor Gaidar (14%), el Partido Comunista piensa disponer de 70 a 80 diputados sobre los 450 de la Duma, una de las dos cámaras del Parlamento.

Esa presencia nada desdeñable les permite evaluar con tranquilidad las ofertas de la "amplia alianza antifascista", lanzadas el lunes por un Egor Gaidar a la defensiva e inseguro respecto a la futura mayoría en el Parlamento.

"Es necesario que Opción de Rusia explique primero por qué no modifica para nada su política antipopular y antinacional", dijo Ziuganov en una conferencia de prensa.

Si Opción de Rusia sigue aplicando la política del Fondo Monetario Internacional, el esquema de desintegración de la sociedad ya existente en otros países podría desarrollarse en Rusia, dijo Ziuganov.

Después de haberse mostrado muy duro con los liberales, el dirigente comunista se limitó a condenar "el extremismo" nacionalista en términos generales. A la vez que tomaba distancias con "las esperanzas de restablecer el imperio ruso anterior a 1917" y con el antisemitismo, minimizó el peligro fascista cuya "ideología no corresponde a la idiosincrasia rusa".

"Es posible trabajar con algunos diputados del PLD cuyas posiciones conocemos", estimó Ziuganov. "Estamos abiertos al diálogo con todos los que defienden los valores que defendemos: la defensa de la integridad territorial, la paz civil y el bienestar de todos y no de sólo una minoría".

Por su parte Vladimir Jirinovski subrayó en conferencia de prensa que no existía "anticomunismo" en sus filas. Estamos listos a cooperar con quien sea a partir de ideas concretas, dijo el líder nacionalista, que añadió por otra parte que Rusia ponga fin a su ayuda a las ex repúblicas soviéticas para incitarlas a que regresen hacia ella "llorando".

El objetivo declarado de los comunistas es, sin embargo, antes que nada crear una "coalición de centro izquierda" capaz de imponer un candidato a la presidencia del Parlamento. Para ello Ziuganov cuenta en primer lugar con los aliados del ex Parlamento ruso disuelto, como el dirigente de Unidad Rusa, Serguei Baburin, reelecto como candidato individual en la región siberiana de Omsk.

Asimismo el PC ruso espera seducir a los centristas del Partido Democrático de Rusia de Nikolai Travikn, y a numerosos diputados de tendencias afines. También cuenta con acercarse a la Unión de Mujeres, que sorprendió con más del 8% de los sufragios.

Respecto a la Unión Agraria, el lobby de dirigentes de la agricultura colectiva y aliada natural de los comunistas en el ex Parlamento, su presidente Nikolai Lapchia tomó 1

1 sus distancias ayer.

"Sus diputados no van a adherir a una fracción o bloque cualquiera. Pero están dispuestos a cooperar para resolver cuestiones concretas con los que comparten sus opiniones y se pronuncian a favor de los intereses de los campesinos", dijo.

La Unión Agraria logró 9% de los sufragios en el voto reservado a los partidos y movimientos nacionales, pero el cálculo de los candidatos regionales electos con su apoyo no fue aún hecho.

SEVERAS CRITICAS A LOS DEMOCRATAS

Mientras tanto, la prensa rusa criticó muy severamente a los líderes demócratas, cuyas "pequeñas ambiciones" acarrearon la victoria de Vladimir Jirinovski, subrayando que ahora el gobierno tiene que "sacar las conclusiones de las elecciones".

"Apoyándose sobre los hombros de los demócratas, el fascismo trepó hasta el Parlamento", resume el periódico prorreformista Moskovski Komsomolets.

El periódico del gobierno Rossiiskie Vesti, que para la circunstancia imprimió su portada sobre fondo negro, estima que el éxito de los ultranacionalistas fue provocado por los "demócratas, agitados por ambiciones personales en búsqueda de un poder que no quieren compartir".

"Crearon apresuradamente 'partidos enanos', sin calcular previamente las posibilidades de supervivencia", agrega Rossiiskie Vesti

"Todos esos partidos, sin base social y sin programa concreto (...) no expresaban las [illegible] o cual capa de la población, sino únicamente sus pretensiones de llegar al poder", estimó el editorialista. 2

2 "Los resultados de las elecciones demuestran que el país necesita un nuevo tipo de político y de estadista. La gente ya no acepta el elitismo y el academismo" de los demócratas.

Moskovskii Komsomolets va más lejos, tildando de "traidores de Rusia", a los líderes demócratas.

"Tdos esos bloques y movimientos democráticos, todos los (Egor) Gaidar, los (Grigori) Iavlinski y los (Anatoli) Sobtchak que se devoran entre ellos, traicionaron a la Gran Rusia en nombre de esta pequeña ambición: "ser el primero".

El periódico reformador advierte que "nadie más permitirá que los demócratas bombardeen nuevamente el Parlamento y encarcelen a los nuevos diputados" y expresa su preocupación de que hoy en Rusia "los satanes comuno-fascistas comienzan a dirigir".

Los "resultados de las elecciones colocan al presidente ante una situación difícil", estima Troud, el periódico de los sindicatos (centrista).

Hoy "ya no se puede contar más con la paciencia de los rusos", afirma Trud, previendo "un cierto enfriamiento entre el presidente y las propuestas radicales de Egor Gaidar y hasta con el propio Gaidar".

"La baja del índice de popularidad de Opción de Rusia (...) y la aparición en el escenario político de los comunistas y de Jirinovski, puede explicarse por las ambiciosas reivindicaciones de los demócratas (...), pero también por los serios errores de estimación de la atmósfera social del país", escribió Trud. 3

03

"Todas las declaraciones (de los ministros reformistas) que afirman que el nivel de vida se estabiliza e incluso comienza a subir... suenan bien pero no pueden convencer a decenas de miles de ciudadanos cuyo nivel de vida no supera el umbral de la pobreza".

Sin embargo, la "derrota de la Opción de Rusia, no es aún la derrota de los demócratas", asegura el centrista de oposición **Nezavissimaia**, pero "este gobierno es incapaz de salvar la democracia y es políticamente incompetente", agrega el periódico que se pronuncia por "un gobierno e coalición". **Pravda** (comunista) resalta "que no hay alternativa, hay que respetar la elección del pueblo", agregando que "el propio poder garantizó el éxito de Jirinovski" al prohibir la existencia de todos los restantes movimientos de oposición patriótica.

ANALISIS

Arma de doble filo el poder

por Patrick Worsnip
de la agencia Reuter

LA VICTORIA ELECTORAL de Zhirinovsky enfrenta a los gobernantes occidentales ante la cuestión de qué puede hacerse ante un hombre que, de darse crédito a sus declaraciones, apoya la suspensión del programa de reforma económica y la expansión de las fronteras de Rusia a las que correspondían a la ex Unión Soviética.

Por el momento, la aprobación de la nueva Constitución permite a Yeltsin seguir adelante con su política reformista pese a la considerable oposición del parlamento, pero el gran tema son las elecciones presidenciales que tendrían lugar en 1996.

Yeltsin afirma que para entonces piensa renunciar, mientras Zhirinovsky aclaró que proyecta presentarse. Si gana, el amplio poder que aseguró Yeltsin al presidente se transformará en un arma de doble filo.

El diario británico The Guardian comentó: "Llegará un día, dentro de dos años, en que la flamante y poderosa presidencia de Yeltsin quedará vacante y Zhirinovsky ya está en la línea sucesoria".

Por su parte para Heinrich Vogel, especialista alemán en Rusia, "si los radicales de derecha (...) continúan obteniendo apoyo como consecuencia de las dificultades económicas, entonces debemos empezar a pensarlo mejor en lugar de limitarnos a confiar en Yeltsin, la democracia y la libertad de mercado".

Dirigentes y analistas occidentales sostienen que se debe mantener y tal vez incrementar la asistencia económica y el tema irrumpirá el viernes cuando altos funcionarios del Grupo de los 7 (G-7) se reúnan en París con el ministro ruso de Finanzas, Boris Fiodorov, para analizar las necesidades de su país en 1994.

Un problema más complejo es el de cómo conformar la política de defensa europea con una OTAN que ya tiene problemas ante el clamor de las naciones del este europeo por su ingreso a la alianza y la insistencia rusa en que no deben hacerlo.

La presión de los esteuropeos aumentará y ensombrecerá todavía más la cumbre que la alianza realizará el 10 de enero.

Tanto en el frente militar como en el económico, los diplomáticos opinan que Occidente no tiene más alternativa que seguir ofreciendo un rostro amigable a Rusia. "Si continúan presionando a los ultraderechistas, harán más probable su surgimiento con armas nucleares", manifestó un diplomático.

Agregó, sin embargo, que tal vez Occidente deba reconsiderar ciertos aspectos como dar menos apoyo a políticos pro-occidentales como los viceprimeros ministros Yegor Gaidar y Anatoly Chubais, que obtuvieron resultados muy pobres en las elecciones.

"Lo que debemos explicar es por qué las instituciones de asistencia son buenas para la nueva generación de políticos —los Zhirinovsky— en lugar de decir que las vamos a eliminar. Eso no haría más que confirmar sus peores instintos". ■

04-04

ARCHIVO 1/2.

PERSONAL

P.016.-

Montevideo, 19 de Enero de 1993.-

1).- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA METALURGICA

UNIMRA:TEM S.A:Continuan con las medidas de lucha estando la asamblea en cuarto intermedio.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI:Continuan en conflicto en reclamo del reintegro del personal en el Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:Esta previsto que para el mes de Febrero se instale nuevamente una olla sindical en Veracierto 3310.-

BANCA PRIVADA

AEBU:Reunido su Consejo Directivo Central este solicito al P.E.la omologación del convenio con el City Bank,además resolvió restablecer la conflictividad en Punta del Este y Montevideo,con paros sorpresivos.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

ASOC.EMP.CIVILES DE LA NACION:En reclamo de salarios continuan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas,urgencia y emergencia.-

2).- INFORMACION ESTATAL

ASOC.TRAB.SEG.SOCIAL:El Plenario de Delegados que se efectuaría el 22/I/ que do postergado para el 3/II/.-

SUTEL:Desde el 14/I/ los cajeros se encuentran realizando paro en reclamo de aumento salarial.Esta medida la van a realizar hasta el 20/I/ a la hora 09.30 en que efectuarán una nueva asamblea en el local sindical de Fernandez Crespo y Colonia.-

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
Fecha de Entrada 20.I.94
Pasa a ...
Nº de Identificación 9400642

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Salida 24 ENE 1994
Pasa a Archivo-Secretaría
Nº de Orden 9400642

x 001/002

TOTALE P.01

18 DE ENERO DE 1994.

ECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
SOCIACION EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION.	SALARIO.	F.U.S.	1) Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas, Urgencia y Emergencia.-
EM S.A.	P. LABORAL.	U.N.T.M.R.A.	2) Asamblea en 1/4 intermedio, continúando co movilizaciones en el Parlamento y Casa de Gobierno.(Concurren delegados a mantener entrevistas).-
UDICIALES.	SALARIOS.	A.F.J.U.	3) Continúan paros de 2 horas por turno, asam blea en 1/4 intermedio hasta nueva fecha.-
ANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	4) Continúa paro en la banca privada cada vez que el cajero reciba un cheque del CITY BA

PERSONAL

-9400642 × 002/002

1994-01-18 08:13 DNII 'Secretaria Privada. 598 2 910319 P.02/02

TOTALE P.02

Walesa: "Nacionalistas rusos buscan chantajear al mundo"

El presidente Lech Walesa sugirió ayer que los nacionalistas rusos intentan chantajear al mundo para evitar la expansión oriental de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) al incluir a su país. Declaró ayer que "nadie puede ser gendarme del mundo", al referirse a esa actitud contraria de Rusia frente a los deseos de Polonia de ingresar a la OTAN.

Los polacos están preocupados con los resultados de las elecciones parlamentarias rusas, en las que se perfila como ganador un extremista nacionalista que se ha manifestado a favor de dividir a Polonia entre Alemania y Rusia, justo como Hitler y Stalin lo hicieran en 1939.

Con esos resultados se hace aun más urgente la decisión sobre la participación de Polonia en la Organización del Tratado del Atlántico Norte.

"No podemos permitir que nadie sea matón en Europa o el mundo", dijo Walesa en una entrevista con la cadena de televisión estadounidense NBC, de la cual se difundió parte en la prensa polaca.

Walesa dijo que se refería principalmente a "los políticos rusos irresponsables que intentan chantajear a la Organización del Tratado del Atlántico Norte y al mundo".

Mientras que Walesa no hizo mención particular de ningún nombre, aparentemente se refería a Vladimir Zhirinovsky, cuyo partido ultranacionalista cuenta con la que para los polacos resulta una alarmante ventaja en los comicios parlamentarios del fin de semana en Rusia.

Polonia, Hungría y Checoslovaquia también intentan lograr su afiliación permanente en la OTAN, pero la alianza sólo ofrece membresía limitada sin garantías de seguridad.

El canciller polaco, Andrzej Olechowski, visita Washington para registrar la alarma de su país y hablar a favor de la afiliación polaca a la OTAN.

Olechowski dijo a la prensa polaca en Washington que toda la información que llega de Rusia "es mala, sencillamente mala", al indicar que no tiene mucha esperanza de que las fuerzas a favor de la reforma habrán de prevalecer. ■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de las agencias AP y EFE)*

Europa del este teme al nacionalismo ruso

Viena (AFP)
por Jean Burner

■ Europa del Este, dominada militar y ecoómicamente durante más de 40 años por la Unión Soviética, teme el retorno del nacionalismo ruso tras el éxito del partido ultranacionalista de Vladimir Jirinovski en las elecciones legislativas en Rusia.

"Los antiguos miembros del Pacto de Varsovia (Hungría, Polonia, Rumania, Bulgaria, la República Checa y Eslovaquia) que ya no tienen tropas rusas en su territorios, temen ante todo el retorno del nacionalismo partidario de la Gran Rusia, y es eso justamente lo que acaba de ocurrir", comentó un diplomático occidental acreditado ante la CSCE (Conferencia de Seguridad y Cooperación en Europa) en Viena.

"No cabe duda de que la victoria de los ultranacionalistas en Rusia alentará aún más a los países de Europa del Este a pedir insistentemente su rápida adhesión a la OTAN", agregó.

Polonia se siente directamente concernida por las pretensiones expansionistas de Vladimir Jirinovski. "La mayoría de los electores rusos votaron por los partidos ultranacionalistas" que recurren "a consignas de gran potencia", estimó Zbigniew Siemiatkowski, portavoz de la Unión de la Izquierda Democrática (SLD, ex comunista, en el poder).

Por su parte, el líder del Movimiento por la República (oposición de derecha) Romuald Szeremietiew recalcó que la influencia creciente del partido de Vladimir Jirinovski "puede constituir un peligro para los intereses de Polonia, dada la situación geopolítica de Rusia y su doctrina militar".

"El Partido de Jirinovski es de tendencia radical e inclinado a la exageración y al extremismo", estimó el jefe de gobierno de Eslovaquia, Vladimir Meciar. "Es el momento de tener miedo", escribió el diario eslovaco de oposición de izquierda SME. "Debemos prepararnos a que Moscú muestre un interés creciente por Eslovaquia cuando las nuevas esferas de influencia hayan sido definidas", agregó el diario.

En la República Checa, la primera reacción del jefe de gobierno Vaclav Klaus fue prudente. "Rusia no puede volver atrás", "hay que evitar conclusiones apresuradas a propósito del nuevo gobierno ruso", dijo.

En Bulgaria, la prensa se muestra preocupada por el porvenir de la democracia en Rusia. Según el diario independiente Continente, las perspectivas son sombrías y la opción es entre "un compromiso no deseado por los dos partidos (los reformadores y los nacionalistas), el caos político, la disolución del Parlamento o nuevas elecciones".

Finalmente, Rumania desea la continuación del proceso de democratización de Rusia pese a la victoria de los ultranacionalistas. "Si ese proceso no avanza, podría haber problemas en las relaciones rumano-rusas", declaró un funcionario que pidió el anonimato.

El Mundo Occidental Recibió con Asombro los Resultados de las Elecciones Celebradas en Rusia

FINANCIAL TIMES

MOSCU (Servicio exclusivo de "Financial Times"). — Los resultados de las elecciones celebradas en la Federación Rusa fueron recibidos con asombro, aún antes de conocerse en su totalidad, por los sectores que impulsan las reformas y sus amigos en el mundo occidental. Ello obedece a los significativos avances en la votación que logró el Partido Liberal Democrático —un nombre engañoso y absurdo, vista la tendencia política de la agrupación— de Vladimir Zhirinovski, y los comunistas, así como por la desalentadora performance de los partidos pro-reforma asociados con el presidente Boris Yeltsin.

Pero, quizás debería haber mucha mayor preocupación por la manera en que Yeltsin y sus aliados reaccionarán ante los resultados, que por los resultados en sí. Yeltsin logró su proclamado objetivo de obtener la aprobación ciudadana a una nueva Constitución que le otorga poderes mucho más amplios y restringe al máximo las facultades del Parlamento. Ahora tiene la fuerza constitucional, y su primer ministro, Viktor Chernomyrdin, ha demostrado parte de la habilidad política que se necesita para manejar a un Parlamento débil. Los amigos occidentales de ambos deben darles aliento para que continúen el proceso de reformas, sólo una aceleración de éste ofrece esperanza de lograr los beneficios económicos que pueden convencer a los rusos a ignorar los "cantos de sirena" de la nostalgia comunista y del escapismo nacionalista.

Las necesidades impostergables de Rusia son legislación que le permita atraer capital del exterior, normas para una efectiva privatización de la tierra, permitiendo que el país pueda autoabastecerse de granos, y reformas institucionales básicas que aseguren al gobierno el control sobre la oferta monetaria y tasas de interés reales positivas. Ahora, Yeltsin tiene la posibilidad —sin duda, será la última— de saciar esas necesidades. Si vuelve a vacilar ante la oposición como lo hizo con frecuencia en el pasado, estará perdido.



El vicepresidente de los EE.UU. Al Gore llega a Moscú y es recibido por el primer ministro Víctor Chernomyrdin. (Laserfoto de AP)

Demostraría falta de sabiduría política si intentara una coalición con Zhirinovsky o si quisiera alejar a sus seguidores, al abrazar parte de su truculento nacionalismo frente a Occidente y sus vecinos. En un sentido limitado, ya lo intentó durante la campaña electoral. Pero, el fascismo prospera con el apaciguamiento, como la historia muestra con abundantes ejemplos.

Occidente debe estar preparado para resistir cualquier argumento en el sentido de que los apetitos y neurosis rusos deben ser satisfechos por temor a aumentar el apoyo a Zhirinovski. Debe continuar respaldanto la transformación política y económica, haciéndolo de manera más efectiva que hasta el presente, especialmente contribuyendo a la apertura de mercados, con mayor rapidez, para los productos rusos.

Dpto II

Montevideo, 19 de enero de 1994.-

DE: Dpto I

PARA: Dpto II, Dpto III

ASUNTO: Solicitud de información (E.E.I)

REFERENCIA: Artículo de prensa (se adjunta).

TEXTO:

Informaciones publicadas en la prensa indican que el PT (Brasil) ha invitado al Frente Amplio a realizar un acto conjunto en la ciudad fronteriza de SANTA ANA DO LIVRAMENTO el próximo 18FEB y al cual tambi[illegible] concurrirían representantes de la izquierda argentina. De acuerdo a las informaciones publicadas, los organizadores pretenden darle una gran trascendencia a dicho acto.

Se solicita información referente a:

* Temas a ser tratados.
* Partidos|sectores políticos|organizaciones participantes.
* Objetivos del acto.
* Líderes presentes.
* Toda información que pueda ser de interés.

Con Lula y el PT, el 18 de febrero

Un compromiso histórico

El Frente Amplio acaba de recibir una invitación del PT brasileño para realizar un acto conjunto el 18 de febrero próximo en la Plaza Internacional que divide Rivera de Santa Ana do Livramento. Ya he tomado conocimiento de que en el Interior se están organizando caravanas para concurrir; lo mismo pasa entre los compañeros de la izquierda argentina, que ya comprometieron su presencia. No creo exagerar si digo que es un acto histórico, que va a tener tremendas repercusiones, tanto a nivel nacional como internacional, sobre todo en el continente americano. Al mismo tiempo, para el FA es un grave problema ya que me consta —entre otras cosas porque se me ha dicho personalmente— que el compañero Rodríguez Camusso se opone a participar en actos con grupos políticos de otros países ya que entiende que así se viola el compromiso político del Frente, de modo que este problema es puesto a la orden del día por los acontecimientos.

Vinculado a esto está el tema del Foro de San Pablo, ya que la próxima sede del encuentro será precisamente Uruguay, y los grupos del Frente Amplio que adhieren al Foro serán la fuerza organizadora. La pregunta es obvia: ¿seguiremos sin participar como FA en un espacio que aglutina a la gran mayoría de las fuerzas progresistas de América Latina porque los compañeros del MPF se nieguen a ello por razones que entienden de principio?

Es en todo caso una discusión que tendrá que darse en los organismos correspondientes del Frente Amplio en el menor tiempo posible. Para nosotros, que adherimos a la idea de formar un frente de deudores para impulsar el no pago de la deuda externa, el tema tiene dimensiones fundamentales. Obviamente, si nos negamos como FA a tener relaciones con las fuerzas que piensan como nosotros estamos condenando la iniciativa al fracaso.

Pero en el caso del acto programado por el PT, debemos recordar que Uruguay está inscrito en el MerCoSur, con las severísimas complicaciones que esto está produciendo en nuestra sociedad. En esa perspectiva, sería gravísimo negarnos a participar en un acto conjunto con ese formidable Partido que probablemente sea gobierno en Brasil dentro de un año.

Pienso que a esta altura deberíamos estar pensando en organizar ese acto que, de algún modo, es el comienzo de la campaña electoral en el Uruguay.

EFH

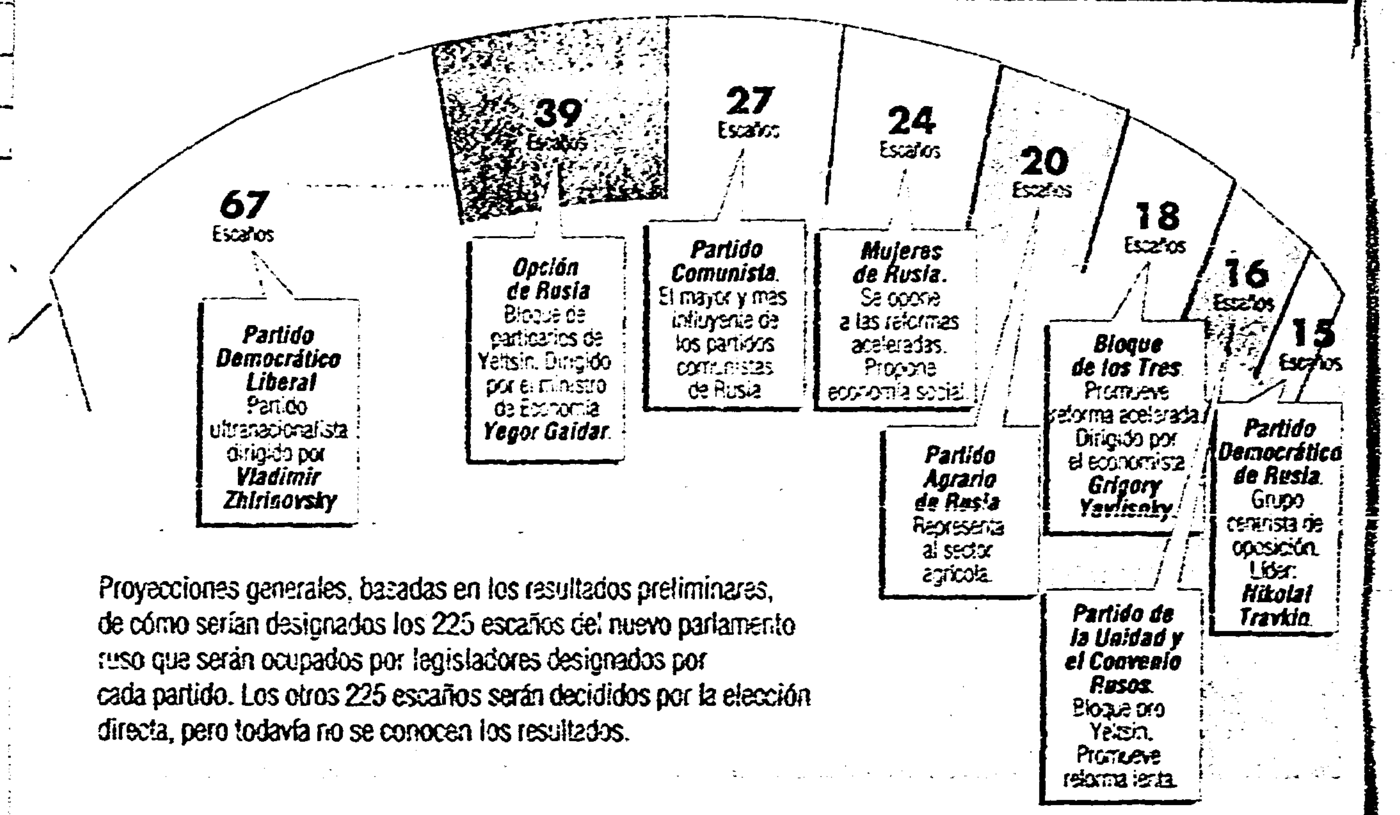
Mate Amargo 13/01/94

-9400644

x 002/002

Proscriptos, artistas y ajedrecistas al parlamento

COMPOSICION DEL PARLAMENTO RUSO



Proyecciones generales, basadas en los resultados preliminares, de cómo serán designados los 225 escaños del nuevo parlamento ruso que serán ocupados por legisladores designados por cada partido. Los otros 225 escaños serán decididos por la elección directa, pero todavía no se conocen los resultados.

MOSCÚ - ALEXANDER NEVZOROV, un astro de la televisión ultranacionalista cuyo programa fue prohibido por sus incisivos ataques al presidente Boris Yeltsin, anticipó que el "nuevo parlamento le será peor (a Yeltsin) que el que aplastó".

Junto a los ministros reformistas y a los líderes ex comunistas, habrá maestros de ajedrez, actores, autores, un predicador de televisión y un pesista olímpico, muchas de las más famosas y cuestionadas personalidades de la Rusia postsoviética.

El sarcástico programa de televisión de noticias anti-Yeltsin de Nevzorov fue cancelado en medio de la represión a los grupos extremistas que siguió al sangriento enfrentamiento a principios de octubre.

Anatoly Kashpirovsky, que afirmó que curaba a los enfermos por medio de la sugestión a través de un programa de televisión a fines de la década de 1980, integrará en el parlamento el bloque ultranacionalista de Zhirinovsky.

Yuri Vlasov, campeón olímpico de levantamiento de pesas, ganó en un distrito de Moscú a base de una plataforma nacionalista.

El grupo partidario de Yeltsin más importante, Opción de Rusia, estará representado por el principal promotor de las reformas orientadas a la economía de mercado, Yegor Gaidar, y celebridades reformistas como el gran maestro de ajedrez Garry Kasparov. ■ *(AP)*

Zhirinovsky, aún lejos del poder

por John Morrison
de la agencia Reuter

A PESAR DE su victoria en las elecciones parlamentarias rusas, el nacionalista Vladimir Zhirinovsky podría descubrir que la nueva Constitución no le da acceso a los resortes del poder.

Zhirinovsky, cuyo objetivo es alcanzar la presidencia de Rusia, habla de exigir que el cargo de primer ministro o los ministerios más importantes quede en poder de su Partido Democrático Liberal.

Sin embargo, incluso si obtiene una cantidad considerable de bancas en la nueva Duma del Estado, las nuevas reglas de juego dejan la mayor parte de las cartas en manos del presidente Boris Yeltsin, no del parlamento.

Mientras que el parlamento anterior constituía el supremo órgano de poder del Estado, el papel de la nueva legislatura se limita básicamente a la aprobación de leyes.

Se divide en dos cámaras y necesita mayoría de dos tercios en ambas para anular un veto presidencial.

El presidente tiene derecho a designar al primer ministro, que debe obtener la aprobación de la Duma del Estado (cámara baja).

De ahí en más, el parlamento no tiene facultades para confirmar ni rechazar ministros, cuyo nombramiento deciden el presidente y el primer ministro.

Yeltsin no manifestó cuáles son sus intenciones, pero se estima que mantendrá al actual primer ministro Víctor Chernomyrdin, candidato que resulta aceptable a reformistas y a centristas.

A pesar de que Chernomyrdin indica como probable una reestructuración gubernamental, no da indicios de estar dispuesto a incluir a Zhirinovsky ni a sus seguidores en su equipo.

Otro artículo de la Constitución, que se inspiró en la de Francia, establece que hace falta que un voto de censura al gobierno consiga mayoría absoluta, no sólo de los presentes sino de la totalidad de los miembros de la Duma. Las ausencias y abstenciones se computan como votos en favor del gobierno.

Algunos liberales rusos que antes del comicio criticaron lo que consideraban un exceso de facultades del Ejecutivo, ahora reconsideran su posición.

Esto puede ser una exageración debido a que, después de disolver el parlamento anterior, no se estima que Yeltsin vaya a correr el riesgo de hacer lo mismo con la nueva legislatura. ■

Rusia: exigen cambios económicos

Moscú - Los nacionalistas extremistas que desean restaurar el imperio ruso mantuvieron ayer su amplia ventaja en las elecciones parlamentarias, y exigieron al presidente Boris Yeltsin la implementación de cambios en su política económica para que ponga fin al sufrimiento del pueblo.

Tras ser escrutados los votos en 80 de los 89 distritos electorales, el Partido Democrático Liberal cuenta con el 23,9% y su ventaja parece insuperable.

El jefe del Partido Democrático Liberal, Vladimir Zhirinovsky, saboreaba ayer su victoria y señaló que esperaba desempeñar un papel importante en el nuevo gobierno, y que estaba dispuesto a formar una alianza con otros sectores.

El principal grupo partidario de Yeltsin, la Opción de Rusia, se ubica en el segundo lugar con el 13.6%, seguido por el Partido Comunista con el 12,8%.

El Partido Agrario y el Bloque Mujeres de Rusia, rivales de Yeltsin, cuentan con el 9,2 y el 8,4% de los votos, respectivamente.

Zhirinovsky no demoró en reclamar la renuncia de los principales asesores de Yeltsin, entre ellos el ministro de Economía Yegor Gaidar y el canciller Andrei Kozyrev, que fueron criticados duramente por el anterior parlamento.

"Quiero que queden fuera del gobierno", advirtió el dirigente nacionalista.

Zhirinovsky dijo que cuando el nuevo parlamento se reúna por primera vez el mes próximo exigirá cambios radicales en el programa de reformas económicas de Yeltsin, y que esperaba poder "declarar que estos tiempos oscuros ya pasaron en Rusia, que estas reformas que perjudicaron tan profundamente a nuestro pueblo ya pasaron".

Su partido reclama nuevas subvenciones para la industria pesada, mayores pagos de beneficencia social y la subvención de productos importados.

Es poco probable que Zhirinovsky sea el nuevo primer ministro o alcance un puesto importante en el gobierno, debido a que Yeltsin es el encargado de designar el gabinete.

Alianza con moderados

El líder del Partido Comunista, Gennady Zyuganov, criticó a los reformistas y a los ultranacionalistas pero dijo que consideraría formar una alianza con los grupos moderados.

Zyuganov dijo que pedirá someter al gobierno a un voto de confianza en caso de que no cambie su política económica, que produjo una elevada tasa de inflación y un desmejoramiento en las condiciones de vida de gran parte de la población.

"Es peligroro seguir por esa ruta. Pero tengo la sensación de que el curso será ajustado", dijo el dirigente comunista.

Aclaró que sus correligionarios estaban preparados para "cooperar con aquellos que estén dispuestos a trabajar por la paz y el progreso".

Si bien criticó a los grupos reformistas y los calificó de "antipueblo" por sus severas reformas económicas, Zyuganov advirtió que las ambiciones de los demócratas liberales de restaurar el imperio ruso amenazaban la paz. ■

Se frenará el acercamiento de países del Este a la OTAN y la UE teme dificultades con Moscú

Alarma general frente a resultados en Rusia

La victoria electoral del neofascista Vladimir Zhirinovsky ha levantado el fantasma del imperialismo ruso entre las repúblicas ex soviéticas, que ven amenazada su reciente independencia.

El resultado de las elecciones en Rusia puede entorpecer el proceso de retirada de las armas nucleares de Ucrania, ya bastante reticente a hacerlo, mientras que en el Báltico acelerará su aproximación a Occidente y su alianza defensiva.

La situación de peligro que sienten las repúblicas bálticas ha impulsado a sus presidentes, Algirdas Brazauskas, de Lituania; Guntis Ulmanis, de Letonia; y Lennart Meri, de Estonia, a reunirse urgentemente hoy, en la capital estona, Tallin, para discutir la situación creada tras las elecciones parlamentarias rusas.

Los presidentes buscarán las vías de un acercamiento más rápido y diferente del tradicional con la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y la aceleración de la retirada de las tropas rusas de Letonia y Estonia.

El presidente del Comité de Asuntos Exteriores del Parlamento lituano, Kazis Bobalis, opinó que la victoria de Zhirinovski amenaza la soberanía de Lituania.

El jefe del Estado de Georgia, Eduard Shevardnadze, dijo que el resultado de las elecciones parlamentarias rusas es una "lección para todos" y expresó su esperanza de que Zhirinovsky no recurra al enfrentamiento abierto con su país.

Peligro para "todo el mundo"

Sin embargo, para el presidente del parlamento georgiano, Vajtang Goguadze, el triunfo del PLD no sólo es un peligro para Rusia, sino para "todo el mundo", en especial para la Comunidad de Estados Independientes (CEI), ya que es evidente el "carácter agresivo" de lo que ocurre en Rusia, donde mucha gente se ha contaminado del "virus del fascismo".

Goguadze señaló que es probable que el victorioso político ruso utilice los principios del "nacionalismo de gran potencia" en las relaciones con los "nuevos países soberanos".

En Azerbaiján también se respira el peligro, pero sus dirigentes se niegan a hacer valoraciones públicas por miedo a entorpecer las relaciones bilatareles con tan poderoso vecino, dijeron fuentes periodísticas azerbaijanas.

Los resultados de las elecciones causaron estupor y sorpresa, admitió un alto funcionario próximo al presidente de Azerbaiján, Gueidar Alíyev. -

El vicepresidente de Armenia, Gaguik Arutiunian, valoró la victoria del partido de Zhirinovsky como una consecuencia del debilitamiento de Rusia y el deseo de su pueblo de sentirse superpotencia.

La incidencia en Europa

La victoria ultranacionalista en Rusia va a frenar el acercamiento de los países del Este a la OTAN, mientras que la Unión Europea (UE) teme dificultades en las nuevas relaciones entre Bruselas y Moscú, selladas la semana pasada por el presidente ruso, Boris Yeltsin.

"Los resultados van a dificultar mucho las cosas", dijeron fuentes diplomáticas en Bruselas que admitieron que el éxito del Vladimir Zhirinovsky "ha sorprendido mucho. Se esperaba un Parlamento difícil, pero no tanto".

Los Doce dieron su apoyo incondicional a Yeltsin, en forma de un compromiso de acuerdo económico que eliminará importantes barreras comerciales y que dará paso a la creación de una zona de libre cambio, precisamente para dar un espaldarazo a las fuerzas reformistas en las urnas.

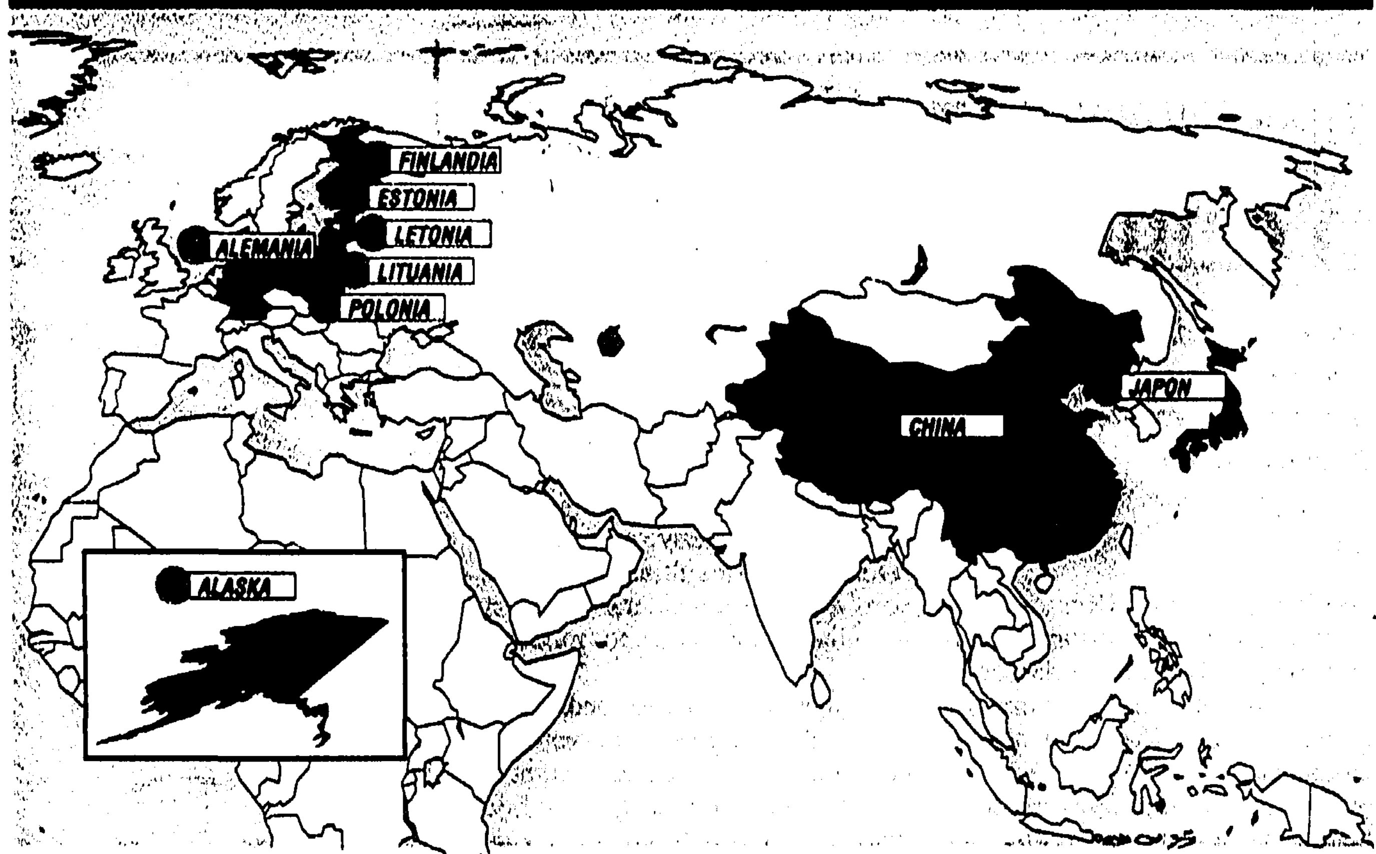
Pese a los resultados, el ministro de Exteriores belga, Willy Claes, presidente de turno de la UE, se ha manifestado contrario a cortar los lazos de cooperación que se han creado entre la UE y Rusia, aunque "hay muy pocas razones para ser entusiastas".

Los Doce están convencidos de que su posición de no detener la cooperación y apoyar las reformas fue la correcta, ya que volver la espalda a Moscú hubiera sido peor, y esperan que el presidente Yeltsin utilice los amplios poderes que le concede la Constitución para controlar a un Parlamento con una fuerte presencia de neofascistas y comunistas.

Negociadores de la Comisión Europea que se encuentran en la recta final de las conversaciones con Moscú para la conclusión del amplio acuerdo económico, se mantienen firmes en su mandato y aseguran que "por el momento no va a haber cambios en los contactos".

La próxima semana sigue convocada una reunión entre técnicos de ambas partes en la capital rusa para desbloquear los dos problemas importantes que quedan: la liberalización de los mercados financieros y el comercio de productos nucleares.

LAS INTENCIONES DE ZHIRINOVSKY



Las intenciones de Zhirinovsky

1)Estados Bálticos - Letonia, Lituania y Estonia: Reclamó la soberanía rusa sobre los 3 estados .Serán su primer objetivo en la reconquista de territorios perdidos.

2) Polonia -Busca dividir el territorio polaco entre Rusia y Alemania, reeditando el pacto Stalin - Hitler.

3) Alaska y Finlandia -Demandó la devolución de Alaska, Finlandia y otras antiguas regiones del imperio zarista.

4) "Japón, China y Occidente podrán torturar a Rusia por largo tiempo, pero cuando Rusia se levante nada quedará de ellos".

5) Alemania -El líder neofascista tiene vínculos cercanos con un partido derechista alemán. Quiere que Rusia y Alemania tengan una frontera común, como lo quisieron Stalin y Hitler.

Además, amenazó a Alemania con una catástrofe nuclear si tratan de intervenir en los asuntos internos de Rusia.

6) Amenazó con arrojar "cien bombas (nucleares) sobre cualquier país que capture medio metro cuadrado de Rusia".

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO ....

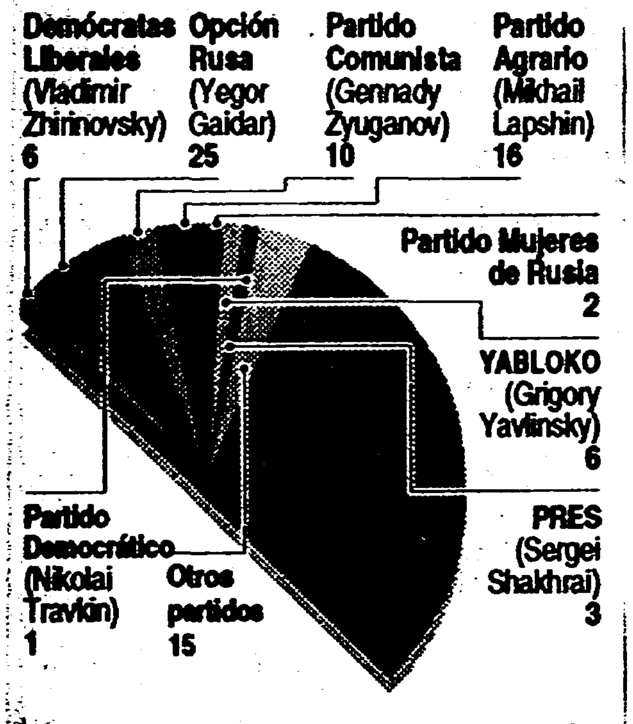
París

21/12/93

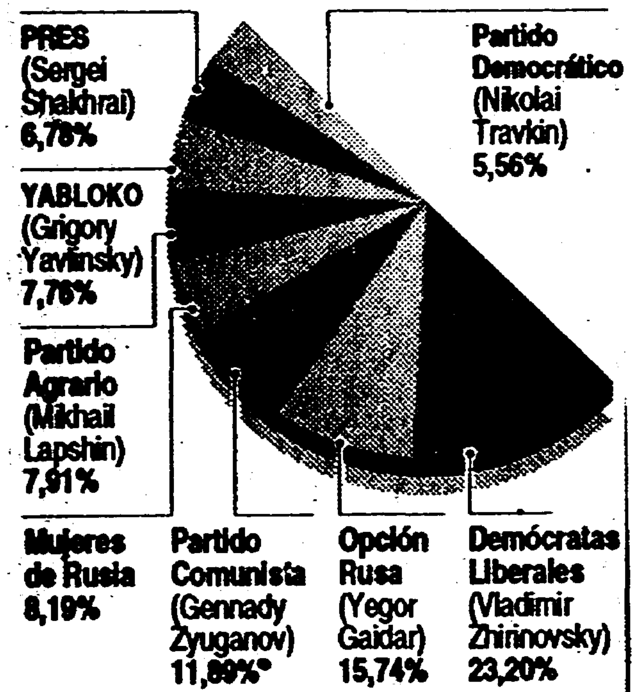
RESULTADOS DE LAS ELECCIONES RUSAS

De las 450 bancas de la cámara baja del nuevo parlamento ruso, la mitad de ellas fueron ganadas por el sistema de mayoría simple y la otra mitad por el sistema de listas partidarias

Resultados finales por candidatos indivicuales
(No hubo elecciónes válidas en 6 de los 219 distritos políticos)



Resultados preliminares de partidos por lista
(214 de los 225 distritos partidarios)



Partidos con menos del 5 por ciento de los votos no obtienen bancas en la sección de listas partidarias

REUTER

9400646

04-04

Nº. DOCUMENTO ....

TITULO ....

PERIODICO País

FECHA 21/12/93

VINCULO ....

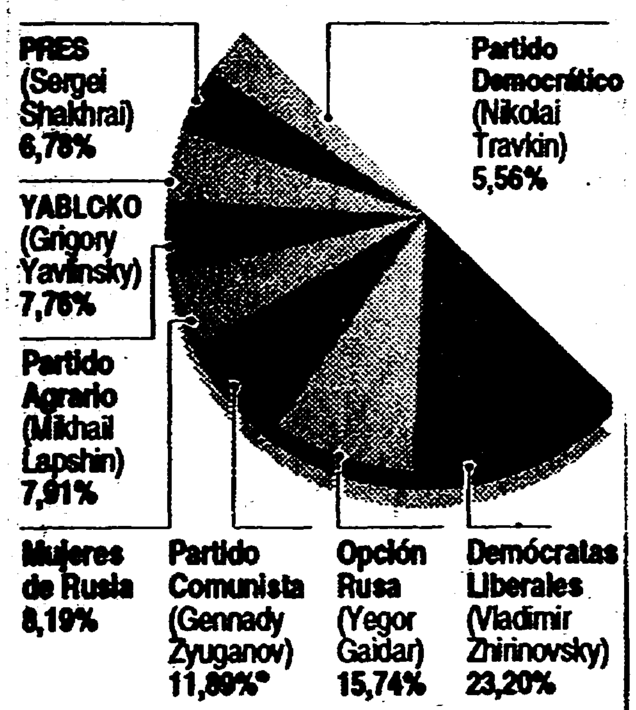
RESULTADOS DE LAS ELECCIONES RUSAS

De las 450 bancas de la cámara baja del nuevo parlamento ruso, la mitad de ellas fueron ganadas por el sistema de mayoría simple y la otra mitad por el sistema de listas partidarias

Resultados finales por candidatos indivicuales
(No hubo elecciónes válidas en 6 de los 219 distritos políticos)



Resultados preliminares de partidos por lista
(214 de los 225 distritos partidarios)



Partidos con menos del 5 por ciento de los votos no obtienen bancas en la sección de listas partidarias

REUTER

9400646

04-04

Habla el Nº 2 del PC: "Tenemos fuerza"

Ubicado como tercer partido tras los comicios parlamentarios, el comunismo se convierte en el fiel de la balanza entre liberales y nacionalistas

Clarín EN MOSCU

MOSCU, 14 (Enviada especial). — Tercero en la referencia electoral y con una astuta estrategia de sobrevivencia, el **Partido Comunista de Rusia (PCR)** logró una inmejorable situación de fuerza en la futura Duma del Estado. Tanto el partido ultranacionalista de **Vladimir Zhirinovsky** (24,5 por ciento de los votos) como el liberal de **Yegor Gaidar** (15 por ciento) van a necesitar del respaldo de esta tercera fuerza en la Cámara baja (11 por ciento) para la adopción de cualquier medida.

"Vamos a lograr al menos 80 diputados", aseguró hoy **Valentín Kuptsov**, número dos del Partido Comunista —heredero del desaparecido PCUS— en una entrevista exclusiva con **Clarín**.

"Pero nuestra fuerza es aún mayor —agregó sereno pero con inocultable satisfacción— porque, como en la etapa inicial de la campaña fuimos prohibidos (en alusión al decreto del presidente **Boris Yeltsin** inmediatamente después de dominada la insurrección del Parlamento rebelde en octubre pasado), colocamos a nuestros militantes en otras agrupaciones. Por ejemplo, Mijail Lapshin (líder del Partido Agrario, 8 por ciento) es vicepresidente de nuestro partido", explicó. "Seremos una influyente fuerza política independiente".

—¿Esto significa que tienen pensado hacer alianzas coyunturales o van a mantener una línea propia?

—Dentro de las posibles alianzas vamos a tratar de imponer nuestra línea. Como le dije antes, tenemos aliados naturales: el Partido Agrario y el de las Mujeres de Rusia (8,7 por ciento), con quienes compartimos principios y puntos de vista. Oficialmente no hemos discutido ni con quiénes ni cómo ni en qué medida haremos estas alianzas. El 25 de diciembre habrá una reunión del pleno del Comité Central para definir la táctica.

Esta declaración explica la razón de otro sorpresivo resultado de estas elecciones: el caudal de votos que logró el Partido de las Mujeres de Rusia, compuesto no por fuerzas feministas sino por la antigua "nomenklatura" (el viejo aparato burocrático) femenina soviética. Este partido, casi con una propaganda nula, aventajó al supuesto número dos (según todas las encuestas previas), el economista Gregory Yavlinsky, aparentemente con la sola fuerza de la disciplina partidaria.

—¿A qué medidas propuestas por el gobierno se opondría el PCR en la Cámara baja?

—Hay dos cuestiones principales. En principio estamos a favor de las reformas políticas y económicas que redunden en beneficio de Rusia y de la mayoría de la gente. Ahora sucede todo lo contrario: con la reforma pierde Rusia y la gente vive peor. Vamos a apoyar las reformas en las que Rusia obtenga mayor realce en el ámbito internacional. Segundo: no vamos a apoyar medidas por las cuales el 10 por ciento se enriquece y el 90 por ciento se empobrece.

—El Partido Agrario defiende una amplia protección estatal sobre el campo, está en contra de la libre compra y venta de la tierra y criticó al presidente por eliminar de la Constitución el artículo que determinaba que "la tierra es del pueblo y de quien la trabaja". ¿Y el PCR?

—Tenemos la misma posición.

—¿Podrían apoyar un programa más lento de reformas, como lo proponía el ex presidente Mijail Gorbachov?

—En la época de Gorbachov no hubo reformas. Nuestra economía estaba fuertemente militarizada, es muy difícil hacer un viraje tan brusco como el que se pretende ahora.

—¿Cuál es la posición del PCR respecto de las ex repúblicas soviéticas?

—Estamos a favor de la unión voluntaria. Consideramos que existen las condiciones para crear una unión económica y luego una unión en la esfera militar. Pero no hay condiciones para una alianza política: es muy prematuro aún. Cómo va a ser esta alianza depende de las decisiones que tomen las otras repúblicas.

EE.UU., preocupado por el futuro de las reformas

MOSCU, 14 (Reuter, AP y de "The Washington Post", especial para Clarín). — Voceros del gobierno del presidente norteamericano, **Bill Clinton**, expresaron hoy su preocupación ante una eventual alianza parlamentaria entre nacionalistas y comunistas rusos que ponga freno a la política pro occidental del presidente **Boris Yeltsin**.

Si bien Clinton afirmó ayer que no proyecta "cambios en su política" frente a Rusia, los asesores de visita en Moscú junto al vicepresidente norteamericano, **Albert Gore**, reconocieron hoy que la victoria de los nacionalistas en las elecciones rusas del domingo pasado provoca dudas sobre la futura relación de Yeltsin con el Parlamento. Algunos llegaron a hablar de "un cambio dramático".

El éxito del neofascista **Vladimir Zhirinovsky** es —según la prensa norteamericana— una "muy mala noticia". Sin embargo, los grandes temores disminuyeron gracias a la aprobación de la Constitución yeltsiniana, que recorta los poderes de la Asamblea Nacional. De acuerdo con fuentes no oficiales norteamericanas, los Estados Unidos continuarían apoyando sin reservas a Yeltsin a la espera de "un mejor trabajo de los reformistas en su esfuerzo por lograr un mayor apoyo entre la población para las próximas elecciones".

El portavoz del departamento de Estado, **Mike Mc Curry**, dijo hoy a los periodistas que los puntos de vista de Zhirinovsky son un "anatema" de los principios democráticos. "No sabemos, sin embargo —agregó Mc Curry— cómo quedarán los nacionalistas en el Parlamento ruso o qué posiciones tomarán en temas que afectan a los intereses nacionales de los Estados Unidos."

De visita oficial en Moscú, el vicepresidente norteamericano, **Albert Gore**, coincidió en que los resultados de las elecciones en Rusia "no afectarán el contenido de las negociaciones que tiene previsto mantener con Yeltsin ni la política norteamericana frente a ese país".

El canciller británico, **Douglas Hurd**, se mostró, en cambio, algo más preocupado: "El éxito de Zhirinovsky es un fenómeno alarmante, es una persona que ha dicho muchas cosas inaceptables durante su ascenso político", sostuvo ante cámaras de la BBC de Londres. La ministro alemana de Justicia, **Sabine Leutheusser-Schnarrenberger**, afirmó por su parte que el éxito de Zhirinovsky podría "servir para motivar aun más a los extremistas alemanes y europeos", que provocaron una ola de atentados xenófobos en los últimos meses.

Los yeltsinistas, en crisis

MOSCU, 14 (Reuter y por **Leyla Boulton**, del "Financial Times", especial para Clarín).— Los reformistas rusos partidarios del presidente **Boris Yeltsin**, que vieron transformar en derrota lo que lucía como victoria en las elecciones legislativas del domingo, se culpaban hoy entre ellos al indagar las razones de la humillación que les infligieron los nacionalistas de ultraderecha en las urnas.

Lo que en octubre parecía un cómodo triunfo, tras la represión gubernamental contra el Parlamento opositor, se trocó en un inesperado revés, producto de las penurias económicas, el incremento de la violencia y la desilusión de las promesas exageradas.

Los grandes triunfadores del domingo fueron los nacionalistas liderados por **Vladimir Zhirinovsky** (que se erigieron en la primera minoría legislativa) y los comunistas, que obtuvieron el tercer lugar en las preferencias.

El jefe reformista y viceprimer ministro ruso **Yegor Gaidar** declaró que los liberales rifaron sus chances electorales al desintegrarse en cinco grupo principales, en lugar de fusionarse en un partido cohesionado.

Pero el dirigente reformista **Grigory Yavlinsky** opinó en cambio que "si hubiéramos aunado fuerzas con el bloque de Gaidar, nuestros votantes no hubieran acudido a las urnas, por cuanto tienen sus dudas en cuanto a las verdaderas reformas que persigue este gobierno".

El movimiento Opción por Rusia, de Gaidar, que se perfilaba como claro favorito preelectoral, sostuvo hoy una reunión a puerta cerrada para indagar el incierto futuro, luego que los primeros cómputos extraoficiales señalaron que solo pueden esperar un 14 por ciento de los sufragios, comparado con el 24 por ciento de Zhirinovsky.

Mientras que los liberales buscaban un chivo expiatorio a quien culpar por el revés electoral, un estrecho colaborador de Yeltsin, **Nikolai Medvedev**, responsabilizó al presidente ruso de la debacle reformista en los comicios.

Nº. DOCUMENTO 9400649

TITULO Dificultades entre Rusia y Ucrania por mantener armas nucleares.

PROCEDENCIA L. Juv.

FECHA 16/12/93

VINCULACIONES 11876 -

507294 -

507355 - 65890 -

~~11892~~ -

Rusia

YELTSIN ARREMETE CONTRA UCRANIA

El presidente ruso, Borís Yeltsin, criticó ante el vicepresidente de EEUU, Albert Gore, las pretensiones de Ucrania de conservar las armas nucleares que heredó a la URSS junto con Rusia, Bielorrusia y Kazajistán.

«Ucrania nos engaña a todos, a Estados Unidos, a Rusia y a Europa», declaró al recibir en el Kremlin a Gore, de visita oficial en Moscú.

Implícitamente, Yeltsin amenazó a Ucrania al señalar que «engaña a todo el mundo y creo que somos tan impotentes que no podremos dominar este mal».

01-01

9400649

Nº. DOCUMENTO 9400650
TITULO Luego del triunfo de Zhirinovsky, los países bálticos piden protección a la OTAN.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 16/12/93
VINCULACION 11876 – 507294 – 508062 – 507186 – 507184 – 507183 – 11164 – 11305 –

Países bálticos solicitaron protección de OTAN

Gobernantes de los tres países del Báltico se reunieron ayer para elaborar una estrategia sobre cómo enfrentar a Moscú, luego de los fuertes avances registrados por nacionalistas rusos en las elecciones parlamentarias. Como consecuencia de la reunión, solicitaron la protección de la OTAN frente a Rusia.



Un hombre querido

Casi uno de cada cuatro sufragantes rusos respaldaron a Zhirinovsky, quien aparece junto a su esposa

Estonia, Letonia y Lituania, pioneros en la corriente emancipadora que desembocó luego en el colapso de la Unión Soviética, quedaron profundamente impactados por la magnitud del apoyo que concitó el Partido Democrático Liberal de Vladimir Zhirinovsky.

"Vemos actualmente en la OTAN el principal garante futuro de nuestra seguridad", afirmaron en una declaración conjunta los presidentes de Estonia, Letonia y Lituania —Lennart Meri, Guntis Ulmanis y Algirdas Brazuskas, respectivamente—, tras celebrar una "cumbre urgente" en la capital estona, Tallin.

El comunicado señaló que se trataba de una reacción a "los posibles cambios en la política exterior de Rusia tras las elecciones parlamentarias del domingo pasado" y "visto el respaldo conseguido por los nacionalistas radicales".

Al mismo tiempo se anunció formalmente la creación de una brigada tripartita para facilitar la colaboración de los países bálticos en las operaciones de paz que realicen los organismos internacionales, y que se perfila como el núcleo de unas futuras Fuerzas Armadas conjuntas para los tres vecinos bálticos.

Los tres líderes también acordaron la creación de una administración permanente del "Consejo Báltico de Presidentes" para poder coordinar las políticas económicas y de defensa de los tres países.

Zhirinovsky, quien se granjeó el respaldo de casi uno de cada cuatro sufragantes rusos, considera a esos tres estados como los primeros y más vulnerables objetivos en la campaña por recuperar los territorios que anteriormente pertenecían a la URSS, y restaurar el prestigio ruso.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

01-01

9400650

Nº. DOCUMENTO 9400651
TITULO El triunfo del PLD, cuestiona el proceso económico ruso.
P... L. Jur.
FECHA 16/12/93
VINCUL... 11876
507994
11164
11161

El resultado de las elecciones parlamentarias cuestionan el proceso económico

LAS REFORMAS DE YELTSIN EN ENTREDICHO

Rusia, tras la victoria electoral del ultranacionalista Partido Liberal Democrático, enfrenta un dilema: ahondar la reforma, y con ello el sufrimiento popular, para acelerar la reconversión del país, o escuchar el clamor que ha salido de la urnas para frenarla.

El casi 24 por ciento de los votos obtenido por el PLD, de Vldimir Yirinovski, es un voto contra la reforma impuesta por el Presidente Boris Yeltsin bajo la batuta de Yégor Gaidar, el «arquitecto» de la transformación de la economía centralizada en una de mercado, y gran perdedor pese a haber salido segundo en las elecciones su partido «Opción de Rusia».

Yirinovski ha reclamado las cabezas de Gaidar, actual viceprimer ministro, de Anatoly Chubais, responsable de privatizaciones, y de Andrei Kozirev, jefe de la diplomacia rusa.

Mientras un pequeño sector social se ha enriquecido enormente, una gran mayoría apenas logra sobervivir a la galopante inflación que ha caracterizado el proceso de transición y se ha visto despojada del amparo social que le daba el estado comunista.

La inflación, que alcanzó casi al dos mil por ciento en 1992, amenazaba este año con reproducir la situación al subir los precios en los primeros meses casi el 30 por ciento mensual, pero el pasado mes de noviembre la inflación bajó al 15 por ciento.

Pero ahora viene la prueba de fuego de la reforma: deshacerse de las empresas deficitarias que, a raíz de los vaivenes políticos de estos dos últimos años, ha sido imposible concretar.

Para lograr el crecimiento económico es necesario reducir el papel del estado, en vez de aumentarlo, sostiene el partido de Gaidar, quien en la campaña prometió disminuir el gasto estatal del 53 por ciento actual del PIB al 40 por ciento para fines de 1995. Este objetivo, como contrapartida, aumentará el ya extendido desempleo.

Lo que no ha logrado la reforma, pese a que ya ha instaurado un mercado donde no lo había, como gusta ufanarse Gaidar, es frenar la caída de la producción. La industria del consumo redujo su participación en el PIB del 16 por ciento en 1991 al 5 por ciento este año.

La caída de la producción, que ya en 1991 había sido del 17 por ciento, ha alcanzado el 40 por ciento en estos últimos años, según ha denunciado reiteradamente Arkady Volski, líder de la Unión de Empresarios e Industriales de Rusia.

(EFE)

01-01

Zhirinovsky llamó a la guerra étnica para expandir las fronteras rusas

Reacción: las autoridades rusas ordenaron una investigación del líder del Partido Liberal Democrático, que habría incurrido en el grave delito de incitar a la lucha racial.



Zhirinovsky en peligrosa contradanza

MOSCU, 16 (Reuter). – El derechista Vladimir Zhirinovsky afirmó hoy que Rusia debe expandir sus fronteras provocando guerras en los países vecinos.

Agregó que aquellos que sobrevivan a la lucha terminarán suplicando a Moscú que los acepte en su seno como provincias rurales.

Aunque la victoria electoral de Zhirinovsky ya no parece ser tan devastadora como se pensó en un primer momento, el presidente Boris Yeltsin manifestó hoy su enojo destituyendo a dos altos funcionarios mientras las recriminaciones recorren todo el bando reformista.

Zhirinovsky, cuyas declaraciones pasaron a formar parte del panorama político, afirmó que Rusia debe comenzar a "pensar en colonias", informó el diario Kuranty.

"Es difícil construir fronteras en la actualidad. Necesitamos provocar guerras entre pueblos. Para hacerlo ni siquiera debemos participar en una guerra, basta con evitar intervenir", dijo Zhirinovsky, cuyas declaraciones recoge Kuranty.

"Se matarán entre ellos; armenios contra azerbaijanos, turcos contra armenios, montañeses contra turcos, afganos contra tayikos, tayikos contra uzbekos, etcétera", vaticinó Zhirinovsky, que aseguró que reeditará la Unión Soviética.

"Luego ellos –o, mejor dicho, aquellos que sobrevivan– se apresurarán a pedir a Rusia que los acepte como volosti (distritos rurales) o provincias", agregó.

Zhirinovsky amenazó antes con lanzar ataques nucleares contra varios países, entre ellos Japón y Alemania, en caso de llegar al poder, y también condenó a los judíos.

Kuranty no aclara si la entrevista se llevó a cabo antes de las elecciones del domingo, como resultado de las cuales el Partido Democrático Liberal (PDLR) de Zhirinovsky podría obtener la quinta parte de las bancas del nuevo Parlamento ruso.

Funcionarios del Kremlin indican que se exageró la magnitud de la victoria del PDLR, pero la lucha que libran los miembros del bloque reformista respecto de a quién responsabilizar de su deslucido papel no da muestras de extinguirse.

Pedido de investigación

MOSCU, 16 (AP). – El Ministerio de Seguridad ha pedido a los fiscales que investiguen al político ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky debido a las declaraciones que ha formulado, dijo hoy la agencia de noticias ITAR-Tass.

El Partido Democrático Liberal de Zhirinovsky sorprendió a sus adversarios por su fuerte demostración en las elecciones parlamentarias del domingo pasado y es probable que constituya una fuerza poderosa en el nuevo organismo.

"La oficina del fiscal no puede dejar pasar sin tomar nota las apelaciones hechas por el líder del Partido Democrático Liberal, en las que instigó a la lucha étnica y abogó en pro del exclusivismo nacional, ni sus insultos directos contra pueblos y Estados soberanos", dijo Sergei Stepashin, primer viceministro del Ministerio de Seguridad, sucesor de la policía secreta Soviética (KGB).

La ley rusa prohíbe discursos que inciten a la "enemistad o la lucha racial, que denigre el honor nacional y la dignidad". Los que sean hallados culpables de incurrir en estos hechos podrían ser condenados a penas de hasta tres años de cárcel o a una multa.

Zhirinovsky, que ha acusado a los judíos de iniciar dos guerras mundiales, habla con frecuencia de una "Rusia para los rusos" e incluye en sus discursos observaciones sobre el pueblo de piel oscura de las repúblicas del Sur de la antigua Unión Soviética.

Zhirinovsky ha abogado también en favor de implantar una Rusia imperial dominada por ciudadanos rusos, que incluya las antiguas tierras de los zares en Finlandia, Polonia y Alaska.

En un caso no relacionado de libertad de palabra, un tribunal concedió la semana pasada a Zhirinovsky diez millones de rublos (8000 dólares) en pago de daños por libelo, derivados de un artículo publicado en 1992 que aludió a él como un fascista.

Nº. DOCUMENTO 9400653
TITULO Pese a su derrota Yeltsin seguirá con las reformas.
País
FECHA 17/12/93
VINCULOS 11876 —
507294 —
11164 —
11302 —

PESE A LA DERROTA PARLAMENTARIA, LAS REFORMAS DE YELTSIN SEGUIRAN



Las mujeres soldados rusas ahora pueden utilizar productos de belleza y aquí aparecen las militares observando en una vidriera los cosméticos y perfumes para adquirir. (Laserfoto de la AP)

MOSCU, 16 (Reuter).— El presidente Boris Yeltsin seguirá adelante con sus reformas democráticas a pesar de la victoria de los nacionalistas en las elecciones legislativas rusas, pero hará algunos cambios en el gobierno, informó hoy un vocero presidencial.

"La nueva situación requiere algunos cambios de personal", declaró Anatoly Krasikov en entrevista telefónica.

"Su principal objetivo es el éxito de las reformas democráticas. Yeltsin sostuvo que piensa seguir adelante en el rumbo que eligió."

La victoria electoral del ultranacionalista Vladimir Yirinovski, que asegura que reeditará la Unión Soviética, provocó temor en todo el mundo aunque los últimos resultados parciales indican que los reformistas habrían obtenido más votos de lo que se pensó en un primer momento.

"El avance de fuerzas extremistas debe analizarse con seriedad pero con calma", dijo Krasikov. "Habrá algunos cambios (de política), pero el curso de las reformas democráticas liberales no sufrirá modificaciones."

El primer ministro Viktor Chernomyrdin, intenta calmar la inquietud de Washington y declaró a periodistas norteamericanos que, "no hay necesidad de tener miedo de Rusia. No hay razón para temer a Rusia."

Yeltsin dio hoy muestras de su descontento al destituir a dos altos funcionarios en momentos en que las recriminaciones recorren el banco reformista.

El derechista Vladimir Yirinovski, cuyo Partido Democrático Liberal (PDLR) podría conseguir aproximadamente la quinta parte de las bancas del nuevo Parlamento, afirmó que Rusia debe expandir sus fronteras provocando guerras en los países vecinos, según surge de declaraciones suyas que cita hoy un diario local.

Agregó que aquellos que sobrevivan a la lucha, terminarán suplicando a Moscú que los acepte en su seno como provincias rurales.

Yirinovski, cuyas declaraciones pasaron a formar parte del panorama político, afirmó que Rusia debe comenzar a "pensar en colonias", informó el diario "Kuranty".

"Es difícil construir fronteras en la actualidad. Necesitamos provocar guerras entre pueblos. Para hacerlo, ni siquiera debemos participar en una guerra, basta con evitar intervenir", dijo Yirinovski, cuyas declaraciones recoge "Kuranty".

"Se matarán entre ellos; armenios contra azerbaiyanos, turcos contra armenios, montañeses contra turcos, afganos contra tayikos, tayikos contra uzbekos, etc.", dijo Yirinovski.

Yirinovski amenazó antes con lanzar ataques nucleares contra varios países, entre ellos Japón y Alemania, en caso de llegar al poder, y también condenó a los judíos.

"Kuranty" no aclara si la entrevista se llevó a cabo antes de las elecciones legislativas del domingo.

Funcionarios del Kremlin indican que se exageró la magnitud de la victoria del PDLR, pero la lucha que libran los miembros del bloque reformista respecto de a quién responsabilizar de su deslucido papel no da muestras de extinguirse.

El vicepresidente norteamericano Al Gore, que se encuentra de visita en Rusia, minimizó la posibilidad de que fascistas y comunistas puedan estar encumbrándose y afirmó que las últimas cifras indican que habrá "una considerable cantidad de demócratas y reformistas" y también muchos independientes en la nueva legislatura.

Alexander Kotenkov, principal asesor legal de Yeltsin, perdió hoy su puesto y manifestó que su destitución se vincula al resultado electoral.

Dijo a la agencia de noticias "Itar-Tass" que su pertenencia al Partido de la Unidad y al Acuerdo Rusos que conduce el viceprimer ministro Sergei Shajrai indignó a "mucha gente", aparentemente haciendo alusión a otros funcionarios del equipo de Yeltsin.

9400653

01-01

Nº. D[illegible] 9400654
TITU[illegible] Destituciones en la cúpula política de Rusia
P[illegible] L. M.
FE[illegible] 17/12/93
VI[illegible] 11876 -
507294 -
11464 -
11302 -

Terremoto en la cúpula política de Rusia

• Destituciones en partido oficialista

El fracaso de las fuerzas reformistas en los comicios parlamentarios del domingo ha desatado un verdadero terremoto en la cúpula política de Rusia, con destituciones que llevarán a la creación de una coalición progresista en el nuevo Parlamento, imprescindible para ser frente a la oposición.



Boris Yeltsin tomó revancha entre los suyos y rodaron varias cabezas de la dirigencia del partido "Opción de Rusia".

Moscú (ANSA y EFE)

El triunfo del líder ultranacionalista, Vladimir Zhirinovsky, en las elecciones legislativas rusas del domingo pasado no llevará necesariamente a una presencia mayoritaria de su Partido en la Cámara baja (Duma) del futuro Parlamento, según lo resultados difundidos ayer por la Comisión Electoral central.

Pero el oficialismo alteró sus filas al dejar libre una cadena de destituciones, la última cabeza en rodar ayer, fue la del jefe del Departamento Jurídico de la Presidencia, Alexander Kotenkov, uno de los fundadores del Partido Unión y Concordia.

Con anterioridad habían caído el consejero político del Presidente Boris Yeltsin, Serguei Stankevich, otro dirigente del partido oficialista y el Presidente de la Radiotelevisión, Viacheslav Braguin, aunque en los últimos comunicados, el líder del bloque partidario de Yeltsin, de la Opción de Rusia, Yegor Gaidar, indica que no se están buscando chivos expiatorios, sino que hoy es momento de conformar una amplia coalición antifascista.

Estas destituciones son vistas por los analistas como un "ajuste de cuentas" de los reformistas. Los resultados oficiales se deben a que los 450 escaños de la Cámara son otorgados según dos criterios diferentes: una primera mitad es dividida por los resultados del voto por lista, según el sistema proporcional, mientras la otra es integrada por candidatos individuales, elegidos por escrutinio uninominal mayoritario por distrito electoral.

Luego del escrutinio del 96,44 por ciento de los votos, el Partido Liberal Democrático (PLD) de Zhirinovsky, obtuvo el 23,44 por ciento de los votos en las elecciones por lista, pero sólo 11 escaños en el escrutinio uninominal, lo que disminuye sensiblemente su presencia en la próxima legislatura.

El partido oficialista Opción por Rusia, por su parte, recuperó en gran parte, gracias al voto uninominal, su importante desventaja en el voto por lista: en efecto, si los últimos resultados confirman que ha quedado a nueve puntos del PLD (14,74 por ciento), en el voto uninominal logró obtener 56 escaños. Esto significa que, en la futura Duma, Opción por Rusia dispondrá del grupo parlamentario más grande, con aproximadamente 85 escaños, contra 61 para el PLD. Pero aún así, el partido oficialista no dispondrá de la mayoría necesaria para poder gobernar solo, sin aliados o coaliciones. El PC obtuvo el 13,23 por ciento de los votos por lista y 33 escaños atribuidos por el sistema uninominal, mientras el Partido de los Campesinos logró el 8,56 por ciento de los votos por lista y 26 escaños por el voto uninominal.

Estos resultados demuestran que el avance electoral de Zhirinovsky, que causó grave inquietud en Rusia y en el exterior por sus posturas ultranacionalistas y hasta racista de su campaña electoral resultará, de alguna manera, diluido políticamente, en términos de efectiva representación parlamentaria.

Rusia ante la incógnita de un nuevo liderazgo

Los reformadores no tienen mayoría

Desventaja: pese a convertirse en la principal fuerza en la Duma, los partidarios de Yeltsin se verían superados en número por las agrupaciones que se oponen a los cambios.

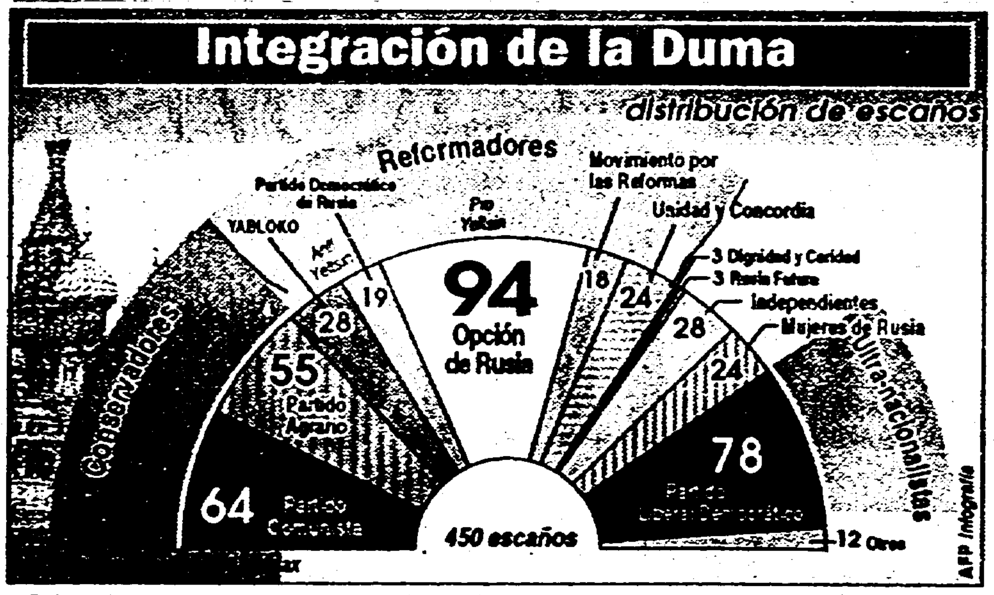
MOSCU, 16 (EFE). – El bloque reformista radical Opción de Rusia supera, según datos aún no oficiales, a la ultraderecha en número de escaños, pero las fuerzas yeltsinistas no llegarán a tener mayoría en la Duma, Cámara baja del nuevo Parlamento de Rusia.

Estos cálculos, realizadoa por la agencia Interfax, convierten a Opción de Rusia en el grupo más nutrido de la Duma, con 94 de las 450 escaños de que ésta se compone.

El Partido Liberal Democrático, que encabeza el ultranacionalista Vladimir Zhirinovksy, quedará en segundo lugar, con 78 diputados, pese a ser la fuerza más votada por listas de partidos.

Los datos se basan en el cálculo de los escaños que cada partido puede ganar en las circunscripciones únicas, además de los que se reparten proporcionalmente entre las listas con más del cinco por ciento del voto de ámbito nacional.

La Cámara baja del Parlamento ruso, la Duma, se compone de 225 escaños distribuidos por listas y de otros 225 que se asignan al candidato más votado en cada circunscripción, y precisamente el escrutino en estas últimos cambia la correlación de fuerzas en favor de Opción de Rusia.



En la votación por listas, el partido de Zhirinovsky va a la cabeza, con un 23,44 por ciento de los sufragios, mientras que Opción de Rusia, dirigida por el viceprimer ministro Yegor Gaidar, cuenta con el respaldo del 14,75 por ciento del electorado, según los resultados oficiales, aunque aún no definitivos.

Sin embargo, los cambios en la composición de la Duma debidos a los resultados electorales por circunscripciones mayoritarias tienen únicamente una importancia psicológica, ya que el hecho de que obtengan el liderazgo los yeltsinistas en vez de los ultraderechistas no cambia el resultado político. Los primeros no tendrán mayoría en el nuevo Parlamento y no podrán hacer pasar las leyes que necesitan para continuar las reformas radicales.

Cualquier decisión en el Parlamento deberá ser obligatoriamente resultado de alianzas políticas y, en ese sentido, los reformistas radicales tienen pocas posibilidades de éxito.

Podrán contar con el apoyo de los 24 diputados del Partido de Unidad y Concordia (PUC), encabezados por el viceprimer ministro Serguei Shajrai y que aboga por unas reformas más moderadas que las de Gaidar.

En casos excepcionales, en los que realmente se decida la continuación de las reformas, también le brindarían su respaldo los 28 diputados del bloque Yabloko, encabezado por el economista Grigori Yavlinki, que centró su campaña en las críticas del radicalismo "neoliberal" de Gaidar en la aplicación de las reformas.

También tendrá el apoyo de los diputados del movimiento de Reformas Democráticas y, en casos cruciales, como la creación de un frente antifascista propuesto por Gaidar, tal vez podrá contar con los escaños que obtendrá Unión Cívica, que en el espectro político se sitúa entre Yabloko y los comunistas.

Aun así, e incluso según los datos publicados por Interfax, que son los más favorables a los reformistas, los radicales y todos sus posibles aliados moderados y centristas sumarán sólo 189 escaños.

Sus evidentes enemigos, sin embargo, contarán, como mínimo, con 197 diputados de las tres formaciones que se prefilan como claramente opositoras al gobierno actual, que son, además del Partido Liberal Democrático (PLD) con Zhirinovsksy, el Partido Comunista, con 64 escaños, y el Partido Agrario, considerado por muchos una sucursal rural del PC, con 55 diputados.

Mujeres contra Gaidar

El bloque Mujeres de Rusia, constituido por varias dirigentes de la "nomenklatura" del desaparecido Comité de Mujeres Soviéticas, con 24 escaños, se limita a hacer reivindicaciones sociales, pero la esencia de las mismas resulta marcadamente contraria a la "terapia de choque" de Gaidar, lo que hace casi imposible su alianza con Opción de Rusia.

El resto de los 450 escaños de la Duma corresponde a diputados independientes o a listas que difícilmente se puedan clasificar por su actitud hacia el gobierno reformista.

Los diputados independientes se cifran en 28, mientras que el movimiento Dignidad y Caridad colocará a tres diputados, al igual que la formación Futuro de Rusia-Nuevos Nombres.

Yirinovski da marcha atrás: "Nadie debe temer a Rusia"

LOS REFORMISTAS RUSOS SE UNEN CONTRA EL AVANCE NEOFASCISTA

MOSCU, 18 (Reuter y ANSA).— Los reformistas rusos dieron pasos hoy hacia la formación de un frente "antifascista" luego de su derrota electoral, mientras que Estados Unidos y Alemania aceptaron cooperar en apoyo de las reformas democráticas del presidente Boris Yeltsin.

El canciller alemán Helmut Kohl y el vicepresidente estadounidense Al Gore se reunieron mientras Occidente intenta evaluar el sorpresivo triunfo del líder ultranacionalista Vladimir Yirinovski, en las primeras elecciones possoviéticas de Rusia.

Su promesa de recuperar para Rusia el territorio de la antigua Unión Soviética, ha provocado alarma entre los vecinos de Rusia así como en Occidente.

Gore, que visitó Moscú a principios de esta semana, declaró a los periodistas —luego de mantener conversaciones con Kohl en la residencia de Oggersheim— que es obvia la necesidad de estrechar la cooperación con Alemania por la cuestión de las reformas rusas.

Kohl indicó que las reformas rusas fracasarán a menos que "se cree una situación social que ofrezca a los ciudadanos una perspectiva para el futuro, y así la gente no vinculará a la democracia con el fracaso económico".

Algnos analistas políticos han interpretado el triunfo del Partido Demócrata Liberal (PDL) de Yirinovski como un voto de protesta por las penurias que causaron las reformas económicas.

En Moscú, miembros del sector reformista, encabezados por el ministro de Privatizaciones Anatoly Chubais, se reunieron hoy para formar un frente "antifascista" contra el avance de Yirinovski.

El comunicado, citado por la agencia Interfax, reflejó los temores de algunos reformistas por la posibilidad de que Yeltsin se vea tentado a incluir a algunos nacionalistas en su gobierno para limitar el espacio de Yirinovski.

La propuesta pide una prohibición de la propaganda fascista y "cambios serios en el aparato presidencial; la televisión del Estado, el Ministerio de Seguridad y las agencias que vigilan la aplicación del orden".

BAJO EL TONO

Por su parte, el dirigente ultranacionalista Vladimir Yirinovski, aparentemente arrepintiéndose por las amenazas nucleares formuladas contra Alemania y la propuesta de formar un nuevo imperio ruso, declaró hoy que el mundo no tiene razones para temer a Rusia.

"Nunca más Rusia pondrá en peligro a otros", expresó Yirinovski en una entrevista con la revista alemana "Der Spiegel".

"No habrá reclamos territoriales, ni despliegues militares, nos regiremos completamente por todos los acuerdos internacionales", afirmó.

"Rusia será un país europeo civilizado, abierto al mundo, sin Gulags, sin represión, sin estalinismo y, Dios quiera, sin fascismo. Sólo democracia", manifestó.

COMO VOTO EL EJERCITO

Ahora se saben los datos concretos de los votos que Yirinovski obtuvo en cuarteles y academias militares en las elecciones rusas del domingo último: una verdadera avalancha, gracias a la cual resultó el candidato más votado.

Yirinovski y su Partido Liberal Democrático lograron el 93 por ciento de los votos emitidos por los cadetes de la academia militar ex Lenin y sumó del 60 al 70 por ciento en las divisiones de "primera línea" de las fuerzas armadas rusas.

El masivo voto de los cadetes podría justificarse con una vehemencia juvenil alentada por la promesa de Yirinovski de permitir al ejército ruso que "se moje las botas en las cálidas aguas del Océano Indico".

Pero los soldados de la fuerza estratégica nuclear, que son gente más madura, le dieron el 72 por ciento del total de sus votos.

(Por Dietrich Fischer *) Las potencias occidentales deberían instrumentar con urgencia un programa de ayuda a Rusia si están realmente interesadas en poner freno al alarmante ascenso de Vladimir Zhirinovski, cuyo partido (anti)liberal (anti)democrático resultó ser la organización política más votada en las recientes elecciones parlamentarias. Se pueden trazar muchos y estremecedores paralelos entre Adolf Hitler y Zhirinovski. Como Hitler, Zhirinovski es abiertamente antisemita y racista. Además, al mejor estilo na-

Entrevista al sovietólogo Clifford Gaddy

"UN VOTO DE PROTESTA"

Página/12 EN EE.UU.

(Por Mónica Flores Correa, desde Nueva York) **"No hay que exagerar lo que significa el triunfo de Zhirinovski. Es un individuo peligroso y no lo subestimo pero pienso que la mayoría de los rusos todavía se inclinan por la reforma", sintetizó el prestigioso sovietólogo Clifford Gaddy del Brooking Institute a *Página/12* refiriéndose a las elecciones en Rusia del domingo pasado, que, según este experto, lanzaron una desmesurada ola de paranoia en Occidente. Gaddy, que recién fue ubicable ayer porque desde el lunes estuvo viajando por diversas ciudades de Estados Unidos dando conferencias sobre los recientes acontecimientos en el país eslavo, cree que frente al pánico, Estados Unidos reiterará al menos las promesas de ayuda económica, "pero no sé si eso servirá para algo", dijo. Lo inteligente por parte de EE.UU., señaló, sería fortalecer el intercambio con los rusos a niveles más básicos, para que a ellos a su vez se les vaya la paranoia con respecto a Occidente, tan bien explotada por individuos como Zhirinovski.**

–¿Lo tomaron por sorpresa los resultados de la elección?

–Sí, por cierto. Hubo dos aspectos sorprendentes: uno fue la votación por Zhirinovski, por supuesto, y también que los votantes, en general, fueron tan pocos. Esto último favoreció la tendencia en favor de Zhirinovski. La asistencia a la votación ha ido progresivamente declinando. El 61 por ciento de la población votó en abril pero sólo el 51 o 52 por ciento participó esta vez.

–¿Cree que estos últimos acontecimientos también tomaron de sorpresa a la administración Clinton o que ya preveían algo?

–No. Todos nos sorprendimos, no creo que haya habido excepciones.

–El New York Times *de hoy dice que la gran pregunta sin respuesta es cómo votó el ejército. ¿Tiene alguna intuición en particular sobre esto?*

–Nadie puede contestar esto con precisión y será muy difícil tener estadísticas sobre esto. Pero si se miran los resultados de la elección, los militares que sirven fuera del país votan dentro de una categoría especial, y es interesante ver que esos militares, al menos en el referéndum de abril, votaron muy fuertemente en favor de Yeltsin, mucho más que el resto del país.

–¿Piensa que los últimos acontecimientos empujarán a algunos países occidentales a darle a Rusia más ayuda económica? ¿Cree que es una medida conveniente?

–Sí, habrá una inclinación a dar más ayuda, pero no sé si ésa es la solución. En general, esto funciona de la siguiente forma: se produce el pánico y luego se toman decisiones o por lo menos se hacen promesas de dar más dinero, pero no creo que esto signifique cambios en Rusia. Por lo tanto, no me parece una actitud inteligente.

–¿No piensa que el proceso de democratización se puede estabilizar con ayuda externa?

–No.

–¿Por qué?

–Nosotros podemos hacer muy poco. Todo el dinero que los países occidentales puedan juntar sigue siendo muy poco con respecto a lo que se necesita hacer. Y esto es así, aun asumiendo que el dinero se utilice con sabiduría, cosa que es muy difícil de predecir y determinar.

–¿Cómo se pueden convertir "las espadas en arados" en Rusia sin provocar una gran recesión en la industria de las espadas?

–(Se ríe.) No creo que se produzca la reconversión en el sentido en que mucha gente cree que se puede hacer, usando las mismas fábricas y maquinarias. Los obreros de esas fábricas se están, por así decir, autoconvirtiendo, pero las maquinarias no lo están haciendo. Creo que lo que va a suceder es que la gente dejará esas fábricas y trabajará en otras actividades.

–¿Cree que hay que sentir pánico o no con el triunfo de Zhirinovski?

–Opino que no hay que exagerar este resultado demasiado. Sólo el 50 por ciento de la gente votó y aproximadamente el 25 por ciento de ellos lo hizo por Zhirinovski. Fue un voto de protesta, como dice Clinton, de segmentos específicos de la población. Por cierto, no lo subestimo, es una persona peligrosa. Pero no sé si Rusia se ha movido hacia la derecha. Creo que lo que se reflejó aquí son sentimientos, visiones que han estado allí todo el tiempo. Lo que ocurre es que la elección se volvió más democrática y, de hecho, que todavía la mayoría de los rusos está a favor de la reforma.

–¿Es correcto que Estados Unidos le dé todo su respaldo a Yeltsin o ésto alineará a más rusos que piensan que este dirigente es un instrumento de Occidente?

–Yeltsin es el presidente del país y no se le da a Yeltsin un tratamiento diferente del que se les da a otros políticos de su envergadura de otros países. Pero también hay contactos entre los sectores políticos y el gobierno estadounidenses con otras fuerzas de Rusia, y no me parece que esta actitud deba cambiar.

–¿Qué política cree que seguirá EE.UU. en el futuro y qué le sugeriría a la administración?

–Desafortunadamente creo que habrá una respuesta de pánico demasiado intenso. La respuesta será "debemos dar más dinero, prometer más dinero", pero no creo que eso produzca ningún resultado. Mi sugerencia es que hay que establecer más contactos personales con los rusos a través de programas de asistencia y de intercambio comunitario. Traer, por ejemplo, más estudiantes rusos a EE.UU., que son ahora muy pocos si se los compara con los chinos por ejemplo. Ese tipo de intercambio será beneficioso porque lo que está diseminando Zhirinovski es una especie de paranoia hacia el mundo occidental.

él, ha planteado públicamente reclamos territoriales sobre toda la ex Unión Soviética, así como con respecto a Finlandia, parte de Polonia y Alaska.

En su autobiografía *El último empujón hacia el sur* propone "la conquista de Afganistán, Irán y Turquía... en busca de puertos de aguas cálidas", lo que hace recordar al tristemente famoso *Mein Kampf* (*Mi lucha*) de Hitler. Asimismo, al igual que el dictador nazi, Zhirinovski promete hacer crecer la industria armamentista para crear puestos de trabajo.

Además, el hábil manejo del lenguaje televisivo por parte del vencedor de las elecciones parlamentarias rusas es similar a la retórica demagógica que Hitler empleaba en la radio. Y más significativo todavía es el hecho de que ambos fueron capaces de reunir y fanatizar a una amplia cantidad de seguidores aprovechándose de los sentimientos de humillación nacional y de desesperación económica de mucha gente.

Durante las conversaciones de paz de 1919 en Versalles, el economista John Maynard Keynes, que integraba la delegación británica, advirtió que la imposición a Alemania de enormes pagos con carácter de reparación a los vencedores de la Primera Guerra Mundial contribuiría a provocar en ese país inquietud social y deseos de venganza. Como su advertencia fue ignorada, Keynes renunció.

Fue precisamente el resentimiento del pueblo alemán hacia el Pacto de Versalles lo que facilitó la tarea a Hitler, quien hizo una campaña en la que prometía derogar tal pacto. Después de la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos evitó cometer de nuevo ese error y por medio del Plan Marshall ayudó a sus ex enemigos, Alemania y Japón, transformándolos en aliados.

Cuando Irán tomó rehenes norteamericanos, algunos estadounidenses llevaban en sus automóviles pegatinas con la leyenda "Lanzar la atómica contra el ayatola". El sentimiento de frustración de la población fue el que hizo ganar las elecciones presidenciales de 1980 a Ronald Reagan, quien prometió un gran incremento de la producción bélica para hacer que Estados Unidos fuera temido y respetado de nuevo.

Esa humillación no fue nada comparada con la que la Unión Soviética sufrió con el derrumbe de su imperio y con la violenta caída de los niveles de vida de la población. Por lo tanto no debería sorprendernos que una retórica similar a la de Reagan haya surtido su efecto entre los votantes rusos.

Desde 1985, cuando Mijail Gorbachov con insistencia buscó poner fin a la Guerra Fría, la Unión Soviética recibió poca cooperación de Occidente y una larga serie de rechazos y desaires. En el primer mes en el ejercicio de su cargo, Gorbachov interrumpió el despliegue de cohetes nucleares de alcance medio, pero Reagan continuó instalándolos.

En agosto de 1985, Gorbachov inició una moratoria unilateral de 18 meses en la realización de pruebas nucleares e invitó a Estados Unidos a hacer otro tanto, pero Reagan prosiguió haciendo explotar bombas atómicas con fines experimentales.

Gorbachov pidió enviar una delegación con carácter de observador a las conversaciones del Acuerdo General de Comercio y Aranceles Aduaneros (GATT), pero su pedido fue rechazado. Cuando se ofreció para ayudar a lanzar los satélites artificiales estadounidenses después del desastre del Challenger, Reagan lo acusó de querer robar la tecnología norteamericana.

En las conversaciones sobre reducción de fuerzas convencionales en Europa, Estados Unidos exigió que la Unión Soviética destruyera diez veces más tanques que la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) y la URSS, que estaba en una posición débil, aceptó.

Cuando Moscú quiso comprar una moderna red de teléfonos con cables de fibra óptica en Occidente, los gobiernos de Reagan y de George Bush impidieron la venta tras aducir que con esos teléfonos sería más difícil espiar en la Unión Soviética. De modo que la URSS no tuvo esa red telefónica. ¿Y cómo se hace para hacer funcionar una economía de mercado sin una adecuada red telefónica?

En julio de 1991, Gorbachov fue a la cumbre del G-7 (grupo de los siete mayores países industrializados occidentales) en Londres para pedir un préstamo urgente, advirtiendo que de no obtenerlo existía la posibilidad de un golpe en la URSS, pero volvió con las manos vacías. Un mes después vino el golpe. Por suerte falló y dio a Occidente una segunda oportunidad para ser más cooperativo, pero tampoco esta vez prestó ayuda alguna.

Siguiendo los consejos de Occidente, el presidente Boris Yeltsin eliminó los controles de precios, imponiendo penurias a su pueblo, pero en lugar de ayuda económica recibió sobre todo lecciones de las instituciones crediticias occidentales acerca de cómo Rusia debía conducir sus negocios.

Estados Unidos gastó millones de dólares en armas para defenderse de la Unión Soviética y tenía un plan detallado sobre cómo destruirla en caso de una guerra nuclear, pero no tenía proyecto alguno acerca de cómo ayudar a impulsar la democracia y la economía de mercado en la URSS si ese país así lo deseaba.

Yeltsin al G-7

¿Qué se puede hacer para evitar el surgimiento de una Rusia militarista y expansionista, así como una posible tercera guerra mundial? En primer lugar, aprender las amargas lecciones de Versalles. El pueblo ruso debe sentir pronto que las reformas económicas están mejorando su vida, no empeorándola. El presidente Yeltsin debería ser invitado a participar con todos los derechos en la próxima cumbre del G-7 a celebrarse en Gran Bretaña. Eso costaría poco y serviría para que el pueblo ruso se sintiera tratado con respeto.

A causa de la recesión mundial, la mayoría de los gobiernos están poco dispuestos a prestar asistencia financiera a Rusia. Pero la ayuda material a ese país podría servir para crear puestos de trabajo tanto en el Este como en Occidente.

¿Por qué debería Estados Unidos continuar construyendo submarinos nucleares simplemente para mantener a los trabajadores en sus puestos? Los mismos trabajadores podrían producir computadoras, fibras ópticas, alimentos procesados y equipos para el sector transportes que Rusia necesita desesperadamente para incrementar su provisión de bienes de consumo y para crear puestos de trabajo.

La cooperación económica es mutuamente beneficiosa, como desde hace mucho tiempo lo han descubierto los miembros de la Comunidad Europea. Un intercambio en masa de estudiantes puede crear amistad y diseminar nuevas ideas. No es casualidad que Alexander Yakovlev, el arquitecto clave de la perestroika, fue uno de los primeros estudiantes rusos en Estados Unidos entre 1956 y 1957.

Por supuesto que la principal responsabilidad en la determinación del destino de Rusia corresponde a los propios rusos. Pero Occidente puede ayudar mucho a Rusia en su camino hacia la democracia. Un régimen fascista en Rusia podría poner en peligro al mundo entero, por lo que deben hacerse todos los esfuerzos posibles para apoyar a la democracia rusa. Es un poco tarde, pero por suerte no demasiado tarde.

Nº. DOCUMENTO 9400658
TITULO Para Paraguay, Argentina no cumplió lo acordado.
PROCEDENCIA LA MAÑANA - 150025
FECHA DE ... 26/11/93
VINCULACIONES 66723
66960
11164
11399

Pilcomayo: para el Paraguay no se cumplió lo acordado

Enérgica: la nota enviada a la Cancillería; "profunda decepción" porque la Argentina no hizo las obras convenidas para equilibrar el curso del río; mañana responderá nuestro país.

ASUNCION (AFP).- La cancillería paraguaya expresó a la Argentina su "profunda decepción" por la falta de solución del desvío hacia su territorio del río Pilcomayo, se informó oficialmente.

El 80% de las aguas del río que divide a Paraguay de la Argentina en el Noroeste circula por territorio argentino desde hace dos años, a través de un canal artificial.

En nota entregada al embajador Raúl Carignano y dirigida al canciller Guido Di Tella, su colega paraguayo Diógenes Martínez señaló que las promesas de corrección de la irregularidad no se han cumplido a pesar de los acuerdos firmados.

"Esta lamentable circunstancia en nada favorece las cordiales relaciones existentes entre nuestros dos países y comprometen el esfuerzo común que ambas naciones deben asumir para salvaguardar extensos territorios afectados", expresa la presentación.

La sequía derivada de la falta de agua en los esteros formados por el Pilcomayo ya produjo la muerte de 70 mil cabezas de ganado y provocó un incendio forestal.

La nota paraguaya anuncia que ese país iniciará "las acciones necesarias y en su caso, ejecutará las obras auxiliares y provisorias en el cauce del río, con el fin de paliar las consecuencias y permitir el ingreso equitativo de las aguas al canal paraguayo".

La nota no expone que se trata de una protesta "pero debería ser entendida así" dijo Rogelio López, vocero de Martínez.



Di Tella

En la Argentina

El subsecretario de Política Latinoamericana, Juan José Uranga, confirmó la presentación de la nota paraguaya que, anticipó a LA NACION será respondida mañana.

01-01

9400658

Los datos oficiales de los comicios rusos muestran que las fuerzas nucleares estratégicas votaron masivamente por el ultranacionalista Vladimir Zhirinovski, quien prometió restaurar el Imperio Ruso. El apoyo se repite en el resto de las fuerzas, donde Zhirinovski fue el candidato más votado.

Informes de la Comisión Electoral Central de Rusia revelaron ayer que una abrumadora mayoría de las fuerzas principales del ex Ejército Rojo –incluyendo las "estratégicas" o nucleares– votó el domingo pasado por el candidato neofascista Vladimir Zhirinovski, cuyo Partido Liberal Democrático resultó el más votado en las elecciones parlamentarias. El dato es preocupante porque muestra el aislamiento militar del presidente Boris Yeltsin, quien afrontará a partir de enero una Legislatura predominantemente hostil y porque subraya los problemas que tendrá el Ejecutivo si intenta acudir a medidas sumarias contra el Legislativo –incluso dentro de los amplios poderes que le concede la nueva Constitución– del modo en que lo hizo el 3 y el 4 de octubre pasados, con el empleo masivo de fuerzas terrestres para aplastar la resistencia parlamentaria. Mientras tanto, Occidente se movilizaba para seguir respaldando las reformas de mercado impulsadas por Yeltsin, aunque era incierto el camino a tomar por este último.

Los resultados militares, publicados por el diario de habla inglesa *The Moscow Times*, señalan que Zhirinovski y su PDL lograron el 93 por ciento de los votos emitidos por los cadetes de la academia militar ex Lenin y sumaron entre el 60 y el 70 por ciento en las divisiones de "primera línea" de las fuerzas armadas rusas. El entusiasmo de los cadetes, que podría explicarse por las promesas de Zhirinovski de permitir que el ejército ruso "se moje las botas en las cálidas aguas del Océano Indico", se corresponde, sin embargo, también en los soldados más maduros de la fuerza estratégica nuclear, donde el neofascista consiguió un 72 por ciento de los votos mientras los comunistas obtenían un 16,5 por ciento y los oficialistas de Opción de Rusia un delgadísimo 5,8 por ciento. Las célebres divisiones moscovitas Tamanskaya –que fueron visitadas hace cuatro meses por Yeltsin, quien compartió el rancho de los soldados– y Kantemirovskaya, las dos protagonistas del asalto contra el Parlamento en octubre, votaron por Zhirinovski en un 87 y un 74,3 por ciento de los votos, respectivamente. El neofascismo también aventajó fácilmente a Opción de Rusia en la fuerza aérea, con un 40 por ciento de los votos, porcentaje y liderazgo que se repite en los demás destacamentos de la Federación Rusa, casi el doble de los sufragios obtenidos en la población civil.

Las noticias de ayer deben haber puesto en aprietos al general Pavel Grachov, ministro de Defensa y actor decisivo en la gestión del apoyo militar a Yeltsin en los días de la sublevación parlamentaria. Hasta la víspera de las elecciones, Grachov sostuvo que los militares apoyaban la política de Yeltsin e incluso anteayer su vocera Yelena Agápova había desmentido la preferencia de los militares por Zhirinovski y calificado a sus difusores como "irresponsables". Sin embargo, el mariscal Yevgeni Shaposhnikov, ex comandante en jefe de las fuerzas armadas de la CEI (Rusia y las otras once repúblicas ex soviéticas), sostuvo en una entrevista que el apoyo a Zhirinovski se vio potenciado por la "desilusión militar" con los políticos y por el uso del ejército en el conflicto con el Parlamento, un punto en el que coincidió el general mayor Vladimir Dudnik, quien agregó: "El ejército le ha dicho adiós a Yeltsin".

Los datos divulgados ayer aumentan la preocupación creada por el triunfo de Zhirinovski, quien en la campaña nuclear prometió lanzar bombas atómicas contra Alemania y Japón si interferían en los asuntos rusos, reconquistar Polonia, Finlandia y Alaska, suprimir Turquía y despachar la armada rusa a las islas japonesas de Hokkaido. Tras las elecciones, Zhirinovski dio marcha atrás en sus declaraciones, pero produjo otras nuevas que dan idéntico testimonio de su irresponsabilidad: en una entrevista con el semanario alemán *Der Spiegel*, por ejemplo, recientemente invitó a los agricultores alemanes a emigrar a Rusia, prometiendo 30 hectáreas a cualquiera que quisiera cultivar la tierra.

Los estragos del demagogo provocaron sismos de alarma en las principales capitales de Occidente. Ayer, en Alemania, el canciller Helmut Kohl pidió al vicepresidente norteamericano Al Gore, quien regresaba a EE.UU. después de una visita de tres días a Rusia, que prolongara su escala alemana para dialogar sobre el tema; el resultado fue una nueva declaración de apoyo de los dos países a la política de reformas de Yeltsin. También ayer, Klaus Kinkel, ministro alemán de Relaciones Exteriores, en el primer día de una visita a Moscú, subrayó el compromiso alemán con las políticas de Yeltsin.

Sin embargo, Yeltsin y los suyos son los que podrían empezar a titubear. Mientras representantes de los partidos Opción de Rusia y Rusia Democrática llamaban ayer a formar un frente antifascista y sus jefes también intentaban persuadir a Yeltsin de que siguiera adelante con las reformas, el premier Viktor Chernomyrdin anunciaba que "en el futuro ya no se recurrirá más a métodos de terapia de shock", y Yeltsin parecía hacer un guiño a Zhirinovski al firmar un decreto que controla severamente la inmigración y concede a los ciudadanos rusos la prioridad en el empleo.

01-01

Los conservadores se unirán en el Parlamento para enfrentar las reformas de Yeltsin

La Rusia que perdimos

C2

*** Diferentes grupos impugnarán la validez de la nueva Constitución**

La creación de un poderoso bloque conservador en el Parlamento quedará pendiente de la actitud de algunas personalidades influyentes del mundo político centroconservador, llamadas a convertirse en los ejes alrededor de los cuales se organizará la oposición a los reformadores, con o sin los ultranacionalistas del Vladimir Zhirinovski.

■ Entre estas personalidades influyentes, el enemigo político personal de Boris Yeltsin, Nikolai Travkin, dispondría de 22 diputados de su Partido Democrático de Rusia (PRD, centrista) en la Duma, entre ellos el realizador de cine Stanislav Govorujin, muy popular en el país.

El cineasta, autor de La Rusia que perdimos y No podemos vivir más así, sin ahorrarse las críticas contra el jefe de Estado, denunció públicamente el pasado mes de noviembre el proyecto de "constitución manchado de sangre". Travkin y Govorujin afirmaron recientemente durante una rueda de prensa que estaban dispuestos a conversar con "comunistas como Guennadi Ziuganov", el líder del Partido Comunista de Rusia, pero "no con los verdaderos comunistas, Boris Yeltsin y Egor Gaidar (primer viceprimer ministro) al frente".

La formación de Ziuganov y el Partido agrario de Mijail Lapchin ya iniciaron a finales de esta semana tratos con Travkin en vistas a una posible colaboración, y se pusieron de acuerdo para actuar conjuntamente en la creación de estructuras y comisiones en la asamblea, indicó el sábado la agencia **Interfax**.

La paradoja es que Lapchin y Ziuganov son poco conocidos entre el gran público, a pesar de lo poderoso que son sus bloques, 68 y 49 diputados respectivamente, según las últimas cifras disponibles, de los 450 escaños de la Duma.

El Partido Liberal Demócrata (PLD) de Zhirinovski obtendría 74 escaños, frente al centenar para la gubernamental Opción de Rusia.

Travkin se mantuvo discreto sobre la cuestión de una alianza con el PLD.

Otra influyente personalidad también se hará escuchar en la asamblea. Se trata de Serguei Baburin, un nacionalista de 35 años muy activo en su lucha en el seno del ex Soviet Supremo, donde dirigía la fracción "Rusia" contra la política de reformas del gobierno.

Baburin, elegido diputado en Omsk (Siberia) en el escrutinio mayoritario, anunció el viernes durante una rueda de prensa que pretendía ayudar a la creación "de un gran frente patriótico" frente a los reformadores, y que estaba dispuesto a mantener relaciones con todas las formaciones conservadoras, sin excluir al PDL.

El diputado dirigía la Unión del Pueblo de Rusia (ROS), eliminada en la carrera de las legislativas por falta de firmas de apoyo.

El responsable dio esta semana el tono de su próximo combate en la Duma, cuando anunció que quería llevar a la asamblea la cuestión de la validez de la Constitución, que, según él, consiguió "mucho menos del 50% de los sufragios de los inscritos" en el referéndum del 12 de diciembre.

Antes que él, los comunistas ya habían hecho la misma propuesta.

Baburin se alió en su futuro combate a un ex diputado ultraconservador, Viktor Alksnis, una de las personalidades influyentes del Frente de Salvación Nacional (FSN), prohibido por Boris Yeltsin durante la crisis de octubre.

Paraguay: 20,4% de inflación

ASUNCION (AP). — La inflación en el Paraguay llegó al 20,4% en 1993, según informó el departamento de estadística del Banco Central.

En 1992, el aumento del costo de la vida había sido del 17,8% y en el año previo del 11,8%.

El costo de vida superó en 5,4% a la estimación anual realizada primero por el gobierno del general Andrés Rodríguez y luego por el del actual mandatario, Juan Carlos Wasmosy. El nivel inflacionario de 1993 obligó al gobierno de Wasmosy a anunciar que a partir de mañana regirá un aumento del salario mínimo del 15%.

El sueldo mínimo mensual pasará de 300 mil a 345 mil guaraníes (184 dólares, aproximadamente) para el grueso de los asalariados. Las tres centrales obreras coincidieron en que el aumento será insuficiente.

Voceros del Ministerio de Hacienda informaron que probablemente en los próximos días el gobierno decretará un reajuste de las tarifas de varios servicios públicos como luz, agua y teléfono. Los incrementos oscilarían entre 15 y 25%.

01-01

Moderado crecimiento de la economía paraguaya en 1993

Asunción.- El informe del Banco Central de Paraguay destaca un comportamiento satisfactorio y razonable en el desarrollo de la economía paraguaya.

El presidente de la institución, Jacinto Estigarribia, expresó que ""los principales sectores económicos indican que el PBI tendría un crecimiento real de 3,7 por ciento en 1993".

RECUPERACION AGRICOLA

La recuperación de los principales rubros agrícolas (soja y algodón) determinaron un leve crecimiento del PBI en 3,7 por ciento frente al 1,7 por ciento registrado en 1992.

La inflación anual a diciembre de 1993 alcanzó el 20,4 por ciento frente al 17,8 registrado en el período anterior

El ministro de Hacienda, Crispiniano Sandoval, expresó que ""para el año próximo el PBI crecerá un 4 o 5 por ciento anual y proyectamos lograr una inflación anual de 15 por ciento para 1994".

El saldo de la balanza de pagos de 1993 registró un superávit de 89 millones de dólares frente a un déficit de 351 millones en 1992

El déficit en balanza comercial es de 606 millones de dólares, las cifras estimativas de exportaciones oscilan los 729 millones de dólares, los principales rubros de exportación fueron la soja, el algodón, maderas, carnes y derivados.

Las importaciones en 1993 totalizaron 1.335 millones de dólares, frente a los 1.194 millones de dólares registrado en el período anterior.

(Reuter-DyN)

01-01

N°. DOCUMENTO 9400663
TITULO Diferencias en el Partido Colorado por el plan económico.
PROCEDENCIA CLARIN - 150024
FECHA DE PROCEDENCIA 8/01/94
VINCULACIONES 66723
11164
11304
11161

PROFUNDAS ...RENCIAS EN EL PARTIDO COLORADO POR EL PLAN ECONOMICO

Clarín 9-1-

Dimite el jefe colorado de Paraguay

ASUNCION, 7 (EFE y Reuter). — El líder del **Partido Colorado de Paraguay**, en el gobierno, **Blas Riquelme**, renunció hoy viernes al cargo por desacuerdos con la actuación del jefe del Estado, **Juan Carlos Wasmosy**.

La dimisión fue aceptada por el comité ejecutivo del Partido Colorado, llamado oficialmente **Asociación Nacional Republicana (ANR)**.

La información fue confirmada por el vicepresidente de la república, **Angel Roberto Seifart**, uno de los miembros del comité, quien aseguró que la retirada de Riquelme traerá tranquilidad al partido y facilitará la reorganización de su dirección.

Riquelme explica en su nota de dimisión que su decisión **"está centrada en la búsqueda de la paz partidaria"**.

En principio, Riquelme había asegurado que no tenía intención de dejar la presidencia, pero al parecer cambió de actitud tras las reuniones celebradas anoche entre representantes de diversos sectores del coloradismo.

El secretario de la ANR, el senador Juan Carlos Galaverna, uno de los aliados de Wasmosy en el Partido Colorado, afirmó que esta vez "se actuó con grandeza y se alcanzó una solución política a un problema político", por lo que no hay que hacer otras interpretaciones ni hablar de presiones extrapartidarias.

Los oficialistas esperan que tras lo ocurrido hoy se normalice la relación entre la ANR y el gobierno, que llegó a su nivel más tenso después que Riquelme lanzó el miércoles **fuertes críticas contra las medidas económicas y administrativas adoptadas un día antes por Wasmosy.**

El paquete económico incluía, entre otras cosas, aumentos de entre el 10 y el 47 por ciento para las tarifas de los principales servicios públicos (teléfono, agua corriente y electricidad) además de un reajuste del 15 por ciento para el salario mínimo laboral del sector privado.

Por otro lado, el Ejecutivo dispuso la destitución de algunos funcionarios de la compañía telefónica estatal, entre ellos el coronel Eduardo Kishi, quien ejercía la presidencia del ente, y José Luis Yanés, este último cuñado de Riquelme.

Estas decisiones fueron calificadas luego de "agresivas", "insólitas" y "agraviantes" por el entonces presidente del Partido Colorado, porque, según él, **"perjudica violentamente a los sectores más humildes de la población"**. Riquelme llegó a cuestionar duramente la incorporación del ex ministro de Economía chileno, Hernán Büchi, como asesor presidencial.

Uno de los puntos más álgidos de la controversia se alcanzó cuando Wasmosy vetó parcialmente una ley aprobada por el Parlamento y que por primera vez en la historia paraguaya prohibió a los militares estar afiliados a partidos políticos.

La medida afectó especialmente al Partido Colorado, que gobernó Paraguay durante casi medio siglo, aun durante la férrea dictadura militar de 34 años del general Alfredo Stroessner, derrocado en 1989 y asilado en Brasil.

Wasmosy y Riquelme se reunieron el martes en el Palacio de Gobierno para conversar sobre la cuestión, pero no hubo acuerdos y el dirigente político se retiró molesto de la sede gubernamental.

El jefe de Estado se reafirmó en sus decisiones y anunció que su administración no revisará las medidas económicas. "Yo puedo ordenar la reorganización de todas las entidades de acuerdo con mi criterio, porque soy el administrador del país", dijo Wasmosy.

El sillón presidencial de la ANR será ocupado desde hoy por el vicepresidente primero, **Eugenio Sanabria Cantero**.

01-01

9400663

El premier y el ministro de Economía polemizan por futuro del modelo

Puja política tras comicios rusos

Moscú - El primer ministro ruso Víctor Chernomirdin atacó al artífice de la economía de mercado en lo que se interpreta como el primer síntoma incuestionable de las presiones desencadenadas por los resultados electorales.

La andanada de críticas disparadas por el primer ministro contra su colega de Economía Yegor Gaidar este fin de semana pone en tela de juicio el futuro del hombre que dirigió la campaña preelectoral a favor de las reformas y al que ahora se responsabiliza en parte por el avance del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.

"Miremos de frente la verdad y reconozcamos que muchos votaron contra las penurias y los errores de la actual política reformista, antes que por ninguna plataforma específica", dijo Chernomirdin.

"La derrota en los comicios representa una evaluación personal de Gaidar como el hombre responsable del Ministerio de Economía.

Lo mismo vale para (el ministro de Privatizaciones Anatoly) Chubais ".

Agregó Chernomirdin que había manifestado sus reservas a Gaidar sobre su "terapia de shock" relativa a las reformas lanzadas en enero de 1992.

El ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky capitalizó en las urnas el fracaso de esta política en los comicios parlamentarios de hace una semana.

El presidente Yeltsin tuvo que desprenderse de Gaidar como primer ministro interino y reemplazarlo por Chernomirdin en diciembre de 1992, ante la presión del Parlamento conservador.

Los conservadores esperaban que Chernomirdin, un hombre que contaba con el apoyo de los capitanes de la industria estatal, aflojara el torniquete financiero y otorgara más fondos de ayuda a las principales empresas.

Pero Chernomirdin permaneció leal al espíritu de la reforma económica, lo mismo que a Yeltsin — lealtad ésta que ratificó recientemente por televisión.

La cuestión ahora es si Yeltsin podrá salvar de una caída a Gaidar en vista de un Parlamento fragmentado que, lejos de constituirse en un obediente discípulo de las reformas de mercado de las que ha sido gestor, puede emerger como un tenaz adversario de su gobierno.

Yeltsin mal puede darse el lujo de ignorar el claro mensaje surgido de los avances nacionalistas en las elecciones del día 12.

Su ambicioso plazo final de fines de 1992 para una mejoría en las condiciones de vida se ha vuelto un arma con la que sus adversarios se cansaron de atacarlo.

En vista de todo esto, algunos cambios se harán imprescindibles.

Sin embargo, el presidente tendrá que pensarlo dos veces antes de desembarazarse de Gaidar.

Su remoción en 1992 conmocionó a las instituciones financieras de Occidente, que recién se apaciguaron cuando Yeltsin reafirmó su credo reformista en una reunión mantenida con los jefes de Estado de las grandes potencias industriales, en julio.

Acto seguido reincorporó a Gaidar una semana antes de abolir el viejo Parlamento, lo que generó una sangrienta confrontación con los militantes del otro bando.

Una nueva salida del ambicioso economista, esta vez por los avances en las urnas de nacionalistas y comunistas, podría interpretarse en Occidente como el fin de la política económica que, a su entender, es la única panacea para Rusia. ■ *(Reuter)*

La victoria de Zhirinovski complica el desarme nuclear

Endurecimiento: Ucrania podría afirmarse en su negativa a entregar a Rusia sus ojivas; los países bálticos decidieron formar un ejército conjunto; negociaciones con la intermediación de EE. UU.

MOSCU, 19 (EFE). – Moscú acelera las negociaciones con Kiev, temeroso de que la victoria electoral del ultranacionalista Vladimir Zhirinovski refuerce la reticencia de Ucrania a deshacerse de sus armas nucleares, mientras que los países del Báltico formarán un Ejército conjunto ante la amenaza comunista y nacionalista rusa.

Conversaciones celebradas secretamente en Kiev esta semana entre Rusia y Ucrania, con la intermediación de los Estados Unidos, continuarán tras la primera ronda finalizada el viernes último.

También Lituania, Letonia y Estonia, que sienten amenazadas su independencia y seguridad con el resultado de las recientes elecciones rusas, finalizaron las conversaciones para formar un Consejo de Ministros de los países Bálticos, y dieron los primarios pasos para la creación de unas Fuerzas Armadas conjuntas, que tomarán como ejemplo a la Organización del Atlántico Norte (NATO).

Los primeros ministros de los tres países bálticos, en una reunión que fue continuación de la urgente, mantenida por los presidentes bálticos, decidieron acelerar la integración política, militar y económica de las tres ex repúblicas soviéticas, en vista de que los ultranacionalistas y comunistas serán mayoría en el Parlamento ruso.

Teléfono rojo

Los respectivos ministros de Defensa bálticos establecieron un "teléfono rojo" para la toma de decisiones conjuntas en caso de emergencias, y acordaron fortalecer la frontera común con Rusia.

"Ahora es obvio que, con el brusco resurgimiento del ultranacionalismo y expansionismo ruso nos obliga a ser más sólidos", dijo a EFE el primer ministro letón, Vladis Birkavs.

Mientras, el jefe del Gobierno estonio, Mart Laar, puntualizó que "nosotros no tememos a los apetitos del señor Zarinovski sobre los países bálticos, pero tenemos que abrir las fronteras hacia el Oeste y controlar bien las del Este".

El primer ministro lituano, Adolfas Shlezhevichius, dijo que "nuestra tarea es la creación de una Confederación o Federación de países bálticos, que es el verdadero camino para entrar en la Unión Europa".

Las negociaciones en Kiev tuvieron lugar entre Gueorgui Mamedov, viceministro ruso de Relaciones Exteriores, los norteamericanos Strobe Talbot, embajador plenipotenciario, y William Pery, vice secretario de Defensa, y Valeri Shmarov, viceprimer ministro ucranio.

Ucrania exige garantías de Moscú sobre su seguridad, así como una compensación económica y ayuda financiera, por parte de los Estados Unidos, no sólo por las armas nucleares estratégicas sino también por las tácticas que ya evacuó hacia Rusia.

Según fuentes del Ministerio de Asuntos Exteriores de Ucrania, el Gobierno de Kiev quiere también una compensación por el uranio de las cabezas nucleares de los misiles que desmonte.

En Ucrania quedan desplegados 176 misiles balísticos intercontinentales y unas 1600 cabezas nucleares.

Preocupación para Ucrania

Tras muchos vaivenes, Ucrania finalmente ratificó, con numerosas condiciones, el tratado START 1, firmado originalmente entre la URSS y EE.UU., pero se niega a entregar 46 SS-24, que sostiene no están comprendidos en el acuerdo.

El ministro de Asuntos Exteriores ucranio, Anatoli Zlenko, aseguró recientemente que su país "no utiliza las armas nucleares como un chantaje para obtener ayuda económica", sino la legítima compensación por el valor de las cabezas nucleares, al tiempo que se quejó por no haber recibido nada a cambio de las armas que ya ha transferido a Rusia, comprendidas en el tratado INF.

La reticencia de Ucrania para deshacerse de las armas nucleares es la causa, según los observadores, por lo que el presidente norteamericano Bill Clinton no visitará Kiev cuando viaje a Rusia para una cumbre con su colega Boris Yeltsin.

Pero, en cambio, Clinton, sí lo hará a Minsk, Bielorrusia, por su cumplimiento de los compromisos que adquirió al recibir las armas nucleares de la extinta URSS.

El vicepresidente norteamericano, Albert Gore, visitó esta semana Kasakhistán, tras la ratificación de Alma Ata del Tratado de No Proliferación Nuclear, y firmó acuerdos de asistencia financiera para el desmantelamiento nuclear de esta república ex soviética.

Silvia Odoriz

Nuevo avión

MOSCU, 19 (EFE). – Un nuevo y sofisticado cazabombardero realizó en los urales su primer vuelo.

"Se trata del avión del siglo XXI", dijo el comandante en jefe de las fuerzas aéreas rusas, Petr Deineken. La ó las siglas del aparato, si bien se cree que serían SU-31.

Buchi asesora a Wasmosy y aprobó el programa de Paraguay del año 1994

LM 21/12

ASUNCION (ANSA)- Hernán Buchi, ex Ministro de Economía del general Augusto Pinochet y ahora asesor del gobierno de Juan Carlos Wasmosy, dio su aprobación a un programa para Paraguay que incluirá congelamiento de salarios y aumentos de tarifas.

El programa contempla, básicamente, el congelamiento del salario mínimo legal y del precio de los combustibles en 1994, pero el aumento de tarifas de agua corriente, luz y teléfono, dijeron funcionarios del área económica.

Según la estimación de Buchi, el Producto Interno Bruto (PIB) de Paraguay se incrementará en el año un cuatro por ciento, y la inflación variará entre el 15 y el 30 por ciento anual.

En cuanto al tipo de cambio, el ex Ministro de Pinochet y candidato presidencial en 1989, derrotado por Patricio Aylwin, recomendó elevarlo para encarecer las importaciones y estimular las exportaciones.

El plan descansa también en el equilibrio del presupuesto público, mediante un aumento del 30 por ciento en la recaudación de impuestos, más la rápida aprobación de algunas leyes.

El plan fue analiZado el fin de semana por Buchi con el Ministro de Hacienda, Crispiniano Sandoval, con el secretario de Planificación Económica, Angel Urbieta, con el presidente del Banco Central, Jacinto Estigarribia, y con el asesor económico del Presidente Wasmosy, Carlos Mersan Galli.

La decisión de congelar el salario mínimo se basa, según explicaron los funcionarios, en que está alto si se consideran los niveles de la región y se perjudica la competitividad de los productos a exportar.

Además, se señaló, se pretende que el salario mínimo se convierta en "piso" y no en "techo" de la escala de ingresos fijos, a diferencia de lo que ocurre actualmente.

Respecto del tipo de cambio, según las conclusiones del chileno Buchi muy rezagado, ahora impulsa desmedidamente las importaciones y desequilibra la balanza comercial del país, que integra el MERCOSUR con Argentina, Brasil y Uruguay.

Específicamente, la sugerencia central de Buchi es que el Banco Central deje de intervenir en el mercado cambiario, incluso como moderador de movimientos bruscos en la cotización del dólar.

01-01

Nº. DOCUM. 9400667
TITULO Reunión de la "Comisión por la Gran Europa". -
PAIS París
FECHA 21/12/93
VINCULACION 11876 -
507294 -
11164 -
11161 -
11399 -

"Comisión por la Gran Europa"

AMENAZA DE FASCISMO EN RUSIA PONE EL ALERTA ROJO EN UN FORO

MOSCU, 20 (EFE).— La amenaza neofascista en Rusia centró la reunión constituyente en Moscú de una organización internacional extraoficial integrada por destacados políticos rusos y europeos que pretenden impulsar la transición rusa y el acercamiento político y económico en el continente.

"Hay que decir la verdad: hoy en Rusia existe el peligro de extremismo político y fascismo", declaró hoy, lunes, el viceprimer ministro ruso, Anatoli Chubais, en la primera reunión de la "Comisión por la Gran Europa" en el lujoso hotel moscovita "Metropol".

Chubais, vicepresidente de la comisión, inauguró la sesión en ausencia de su presidente, el alcalde de París, Jacques Chirac, quien no pudo llegar a Moscú.

Chubais reconoció que la dirección rusa está preocupada por los resultados de las recientes elecciones parlamentarias, que dieron un importante ascenso a la oposición ultranacionalista y comunista, y pidió una mayor cooperación política internacional para detener el avance de las fuerzas extremistas.

Europa, asolada por el fascismo y los nazis en los años de la Segunda Guerra Mundial, debe juntar esfuerzos para acabar con esta ideología reaccionaria, enfatizó.

Sin embargo, pidió a los asistentes valorar "sin pánico" la situación en Rusia y afirmó que el éxito electoral de la ultraderecha no significa su triunfo.

El bloque gubernamental reformista, Opción de Rusia, reunirá 103 escaños en la Duma, Cámara baja del Legislativo, mientras que el ultraderechista Partido Liberal Democrático (PLD), que se considera ganador de los comicios, sólo tendrá 66 escaños, afirmó Chubais.

También se mostró alarmado por el avance de la ultraderecha en Rusia otro dirigente de la comisión, Otto Lambsdorff, presidente de la Internacional Liberal.

Este político comparó el ascenso del neofascista Vladimir Yirinovski, líder del PLD, con la campaña política de Hitler a principios de los años treinta en Alemania.

Lambsdorff pidió tomar esta amenaza con toda seriedad y buscar una "reacción política adecuada" para no permitir que se repita la tragedia que supuso el fascismo en Europa.

"He conocido personalmente a Yirinovski y, como presidente de la Internacional Liberal, os aseguro que esta persona no tiene que ver nada con las ideas liberales, pese al nombre de su partido", enfatizó.

Lambsdorff justificó la existencia de un fuerte poder presidencialista en Rusia, legalizado por la nueva Constitución rusa aprobada en referéndum, como un importante instrumento para defender el orden y la estabilidad.

Otro vicepresidente de la comisión, el canciller austriaco Alois Mock, subrayó por su parte que el pulso político y, sobre todo, los sangrientos sucesos de octubre pasado en Moscú, son prueba de la resistencia con que chocan los promotores de los cambios en la sociedad rusa.

Mock, dirigente de la Internacional Socialista, añadió que esta resistencia repercute en el escenario político internacional y que la preocupación que ello despierta motivó la creación de esta comisión llamada a dar "un paso hacia el futuro".

En dos días de sesiones, la comisión tratará los resultados de las elecciones parlamentarias y las perspectivas políticas en Rusia, la marcha de la reforma económica y problemas de seguridad regional.

La organización, con sede en Viena, defiende la idea de una "Europa común", más allá de las actuales fronteras de la Unión Europea, y propugna un diálogo entre las "viejas y nuevas democracias" del continente.

Entre otros, la integran Ilkka Suominen, presidente de la Asamblea Parlamentaria de la (Conferencia para la Seguridad y la Cooperación en Europa (CSCE), y Villem van Eekelen, secretario de la Unión de Europa Occidental.

Por la parte rusa figuran Guennadi Burbulis, director de un centro de estudios políticos y un hombre cercano al presidente ruso, Boris Yeltsin; el alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak, y varios miembros del Consejo presidencial que asesora al "número uno" del Kremlin.

01-01

"Rusia todavía tiene armas poderosas"

Zhirinovski nombró ayer su gabinete fantasma

Moscú (AFP)

El líder ultranacionalista Vladimir Zhirinovski [illegible] ayer a los "ministros" de su "gabinete fantasma" [illegible] edificio del centro de Moscú, para [illegible] a administrar los asuntos estatales después de [illegible] éxito en las elecciones legislativas rusas.

Los allegados a Zhirinovski, de 47 años, toman muy [illegible] esta simulación de gobierno, inspirada en el [illegible] de la oposición británica.

"Cada ministro fantasma tiene sus funciones: yo estoy [illegible] de las relaciones exteriores y de la propaganda", [illegible] uno de los benjamines del equipo del Partido Liberal Demócrata de Rusia, Aleksei Mitrofanov, de 31 años.

En el orden del día de la reunión de ayer se encontraba la eventual participación del Partido en el gobierno. Algunos de los miembros más influyentes del estado mayor ultranacionalista, cuyas funciones fueron detalladas recientemente por el diario de lengua inglesa Moscow Times, se reunieron a puertas cerradas.

Entre ellos estaba el "primer ministro" de Zhirinovski, Aleksandr Vengerovski, de 40 años, un oficial de reserva apasionado por la informática, ex miembro del Partido Comunista. También se encontraba presente Viktor Kovelev, de 50 años, a quien le gustaría dirigir el Ministerio de Industria Pesada, donde fue un alto funcionario.

En cambio, Anatoli Kashpirovsky, de 54 años, partió "de viaje a EEUU", según un miembro del partido. Se trata de uno de los raros dirigentes ultranacionalistas populares, gracias a su talento de hipnotizador, que lo convirtió en una estrella de la televisión rusa.

Mientras los miembros del gabinete fantasma están reunidos, los negocios continúan: los dos secretarios del partido toman los nombres de los periodistas que quieren entrevistar a las nuevas estrellas de la política rusa. La tarifa es de US$ 100 por 3 minutos.

Afortunadamente para la decena de periodistas presentes, los dirigentes liberaldemócratas no resistieron a la tentación de los micrófonos y las cámaras, ante los cuales aceptaron expresarse gratuitamente.

Vladimir Zhirinovski mismo recibió a la prensa al finalizar la reunión. Con los cabellos muy cortos, la corbata abierta, habló martillando las palabras como si estuviera en un mitin, para denunciar la amenaza de desmembramiento que según él pesa sobre el país.

"Finlandia quiere Carelia; Polonia, Lvov; Rumania, Besarabia; Turquía, el Cáucaso; China, el Extremo Oriente; y Japón, las Kuriles. Yo les digo: ¡basta! Rusia todavía tiene una industria pesada y armas poderosas. Nosotros no permitiremos que se divida el país y que se humille a los rusos", sostuvo.

POCO LEGIBLE

Bajos salarios, desestabilizan situación en Paraguay

TRABAJADORES PARAGUAYOS ANUNCIAN MEDIDAS EXTREMAS DE LUCHA

LJ 19/12

La rebelión popular que estalló el jueves en Argentina podría repetirse en Paraguay si el Gobierno de este país no accede a un reajuste salarial de los trabajadores antes de que culmine el año, advirtió un dirigente sindical.

«Si el Gobierno continúa con esa política hambreadora, convocaremos a la desobediencia civil porque ya no tenemos otra alternativa», afirmó Eduardo Ojeda, secretario general de la Central Nacional de Trabajadores (CNT), una de las más poderosas de Paraguay.

Ojeda sostuvo que la «lucha que empezaron los trabajadores argentinos muy pronto va a llegar a este país, pues no permitiremos las injusticias». «Si no tenemos qué comer, vamos a asaltar los supermercados», subrayó.

«Con posturas engañosas prometen un reajuste del 10 o 15 por ciento, contra inflaciones del 20 y 30 por ciento. Hemos perdido más del 45 por ciento del poder adquisitivo y a esa situación le decimos basta», apuntó el sindicalista.

El salario básico mensual de un trabajador paraguayo es de 300.000 guaraníes (unos 164 dólares) y las organizaciones sindicales consideran que el eventual reajuste del Gobierno no debe ser menor del 30 por ciento. Las advertencias del dirigente sindical, hechas durante una marcha de protesta que congregó el viernes a unos mil obreros ante el Ministerio de Hacienda, también incluyen una huelga nacional que será convocada más adelante. Por su parte, el secretario general de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), Alan Flores, anunció que la campaña por el logro de un salario digno proseguirá la próxima el próximo jueves con una «cacerolada» frente a la residencia del presidente de la República, Juan Carlos Wasmosy, y los miembros de su Gabinete.

01-01

La segunda muerte del KGB

El terremoto político causado por el triunfo del neofascista Vladimir Zhirinovski en las elecciones parlamentarias rusas siguió repercutiendo ayer en el clima político, con la decisión del presidente Boris Yeltsin de suprimir los restos del antiguo KGB (policía política), el trascendido de contactos secretos entre el ultraderechista y el gobierno, y una sorda puja dentro del gabinete de Yeltsin para atraer el favor del presidente hacia alguna de las dos fracciones que se disputan el poder: los ultraliberales del vicepremier Yegor Gaidar y los moderados agrupados en torno del premier Viktor Chernomyrdin. Yeltsin, quien estimó ayer que el voto por Zhirinovski fue "un voto de protesta contra la pobreza", expondrá hoy en conferencia de prensa su estrategia poselectoral, y en los próximos días iniciará contactos formales con los jefes de los principales partidos emergentes de las primeras elecciones plenamente democráticas de la historia del país.

La disolución del KGB, que desde el fin de la URSS llevaba el pudoroso apelativo de Ministerio de Seguridad, fue anunciada en un decreto presidencial en el que Yeltsin afirma que "la Cheka, la GPU, el NKVD, el MGB, el KGB y el Ministerio de Seguridad han probado ser no reformables" y que "los intentos de reorganizar (ese sistema) en los últimos años han tenido esencialmente un carácter cosmético". Yeltsin agrega que "el Ministerio de Seguridad no tiene la concepción estratégica que garantice la seguridad del Estado de la Federación de Rusia. Las actividades de contraespionaje se han debilitado, el sistema de policía secreta se ha mantenido y puede ser restablecido fácilmente", subraya, acusando además al actual sistema de costar muy caro al presupuesto del Estado. El decreto establece la supresión del ministerio y su reemplazo por un Sistema Federal de Contraespionaje (SFCR), con rango de ministerio, que estará encabezado por Nikolai Golushko, actual ministro de Seguridad. Los funcionarios del Ministerio de Seguridad son considerados trabajadores eventuales del SFCR hasta que se sometan a un "examen de idoneidad" que les permitirá ingresar en la nueva plantilla, lo que permitirá que Yeltsin elimine a aquellos funcionarios que no le profesen total fidelidad.

Los funcionarios del Ministerio de Seguridad se enteraron de la noticia por las insistentes llamadas de la prensa, ya que el Kremlin no les había hecho notificiación alguna. La supresión se produce después de fuertes críticas a este organismo por presuntos errores cometidos durante la campaña electoral, en que el ministerio habría fallado en predecir las chances de éxito del partido de Zhirinovski. Informaciones en el sentido de que Zhirinovski no sólo contaba con el apoyo de los sectores duros del ex KGB, sino que su propio partido habría sido un engendro de los servicios de seguridad, habían alimentado los rumores de una inmediata represalia yeltsinista contra sus responsables. La medida de disolución se integra en una purga poselectoral donde ya cayeron dos asesores de la presidencia y el presidente de la televisión estatal, quien sería reemplazado por Alexandr Yakovlev, ex número 2 de Mijail Gorbachov en la época soviética e ideólogo principal de la glasnost y la perestroika.

Mientras tanto, la derrota reformista precipitaba la guerra interna en el Kremlin, lo que paradójicamente podría resultar en un mayor debilitamiento en un momento en que Yeltsin, pese a todos los nuevos poderes especiales que le confiere la nueva Constitución, necesitará sumar alianzas tácticas con fuerzas ajenas a su campo para poder reimpulsar el proceso de reformas. Konstantin Zatulin, número 3 del Partido Unidad y Concordia, dijo que su formación "no tiene la intención" de aliarse ni hacer frente común con el partido Opción de Rusia de Gaidar, y que los vicepreimeros ministros Serguei Shajrai y Alexander Shojin, los más altos líderes de Unidad y Concordia, están dispuestos a renunciar para permitir que Chernomyrdin forme un nuevo gobierno.

La colusión con Chernomyrdin, un hombre surgido de los cuadros de la industria estatal, es evidente, ya que el primer ministro se ocupó durante el fin de semana de atacar duramente a Gaidar y responsabilizar a su "terapia de shock" económica por la derrota electoral de los reformistas. El desenlace de esta intriga palaciega puede empezar a develarse hoy, cuando Yeltsin rompa el mutismo que mantiene desde las elecciones.

Con un Golpe de Pluma Elimina Boris Yeltsin el Antiguo KGB

MOSCU, 21 (EFE).— El ministerio de Seguridad, antiguo KGB, uno de los principales pilares del poder en Rusia desapareció hoy, martes, por un golpe de pluma del Presidente Boris Yeltsin, que intenta liberarse de uno de los últimos símbolos del régimen totalitario comunista.

Yeltsin decretó hoy la supresión de dicho ministerio y la creación en su reemplazo del Servicio Federal de Contraespionaje de Rusia (SFCR), cuyo director, con rango de ministro de Estado, será Nikolai Golushko, hasta ahora ministro de Seguridad.

"El sistema de los servicios de seguridad de Rusia, desde la Cheka (Comisión Extraordinaria) hasta el ministerio de Seguridad pasando por el KGB, ha sido imposible de reformar", señala el preámbulo del decreto presidencial, que dice que en los últimos años sólo se consiguió retocar su fachada.

El documento constata que el ministerio de Seguridad de Rusia carece de una "concepción estratégica para garantizar la seguridad estatal del país", y agrega que "el sistema de persecución política permanece latente y puede resurgir fácilmente".

Los funcionarios del ministerio de Seguridad son considerados como trabajadores eventuales del SCFR hasta que se sometan a un "examen de idoneidad" que les permitirá ingresar en la plantilla del nuevo servicio.

Esta cláusula permitirá a Yeltsin purgar las filas de los servicios secretos rusos de aquellos funcionarios que no le profesan total fidelidad.

Yeltsin ha dado un plazo de dos semanas a Golushko para elaborar y presentar un reglamento de funcionamiento del SFCR.

En el suprimido ministerio de Seguridad supieron de la noticia por las insistentes llamadas de la prensa, ya que el Kremlin no les había hecho notificación alguna.

El presidente ruso minimizó el "voto Zhirinovski" y asegura que irá hasta el fin de su mandato

Yeltsin ratifica a Gaidar

Boris Yeltsin minimizó la importancia del "voto Zhirinovski" en las recientes legislativas en Rusia y estima que dotándose de una nueva Constitución, los rusos optaron sobre todo por un "poder fuerte", que él piensa encarnar hasta el final de su mandato, en junio de 1996.

Moscú (AFP)

En una conferencia de prensa de una hora, en el Kremlin, la primera tras la votación del 12 de diciembre, Yeltsin respondió a preguntas que se detuvieron en las consecuencias del auge de la extrema derecha, pese a que él mismo centró su discurso de apertura en la importancia "histórica" de la aprobación de la Constitución que da a Rusia un régimen presidencialista.

Condeno toda forma de extremismo, de fascismo y de nacionalismo agresivo (...), pero estoy dispuesto a cooperar con las fuerzas constructivas de la oposición si buscan el bien del país.

Como presidente debo dialogar con los que han sido elegidos por el puebo", dijo Yeltsin, negándose sin embargo a traducir en la composición de su gobierno el resultado del escrutinio. "No habrá gobierno de coalición", afirmó.

Pese a ello, Boris Yeltsin se dijo dispuesto a "coopear, pero no a colaborar" con el ultranacionalista Jirinovski, dirigente del Partido Liberal Demócrata (PLD), extrema derecha, que logró un sorprendente resultado en as legislativas.

El jefe de Estado quiso minimizar de entrada la victoria de Jirinovski. "Los rsultados han sido algo inesperados, pero pienso que no hay que hablar de tragedia. (...) Hasta el presente hemos escuchado las palabras de Jirinovski, esperemos ver sus actos.

Si su posición es constructiva podremos cooperar con él", dijo e Presidente ruso.

Luego agregó que "sean cuales sean los ressultados de as elecciones (legislativas), los electores han optado también por un poer fuerte". "Me apoyaré en ese voto e iré hasta e término del mandato que me fija a Constitución, junio de 1996", exclamó Yeltsin, que aparentaba firmeza pero cuyas frases cortas daban cuenta de una cierta fatiga.

Yeltsin no aludió al decreto que él mismo firmó en setiembre pasado y que fija una elección presidencial anticipada en junio de 1994, decreto que en principio sigue vigente hasta una decisión definitiva al respecto de la Asamblea Federa (parlamento), cuya reunión inaugural está prevista para el 11 de enero.

Por otra parte, el presidente ruso anunció que mantendrá a su actual ministro de Economía, Igor Gaidar, y que el ritmo de las reformas no cambiará. El viceprimer ministro "Igor Gadar permanece, lo cual quiere decir que el curso de las reformas es mantenido", agregó categóricamente el Presidente ruso.

Con esta declaración Yeltsin puso término a las especulaciones acerca de retiro del gobierno del "padre de la terapia de choque", y sobre una moderación en el ritmo de las reformas económicas.

El presidente ruso minimizó el "voto Zhirinovski" y asegura que irá hasta el fin de su mandato

Yeltsin ratifica a Gaidar

Boris Yeltsin minimizó la importancia del "voto Zhirinovski" en las recientes legislativas en Rusia y estima que dotándose de una nueva Constitución, los rusos optaron sobre todo por un "poder fuerte", que él piensa encarnar hasta el final de su mandato, en junio de 1996.

Moscú (AFP)

■ En una conferencia de prensa de una hora, en el Kremlin, la primera tras la votación del 12 de diciembre, Yeltsin respondió a preguntas que se detuvieron en las consecuencias del auge de la extrema derecha, pese a que él mismo centró su discurso de apertura en la importancia "histórica" de la aprobación de la Constitución que da a Rusia un régimen presidencialista.

Condeno toda forma de extremismo, de fascismo y de nacionalismo agresivo (...), pero estoy dispuesto a cooperar con las fuerzas constructivas de la oposición si buscan el bien del país.

Como presidente debo dialogar con los que han sido elegidos por el puebo", dijo Yeltsin, negándose sin embargo a traducir en la composición de su gobierno el resultado del escrutinio. "No habrá gobierno de coalición", afirmó.

Pese a ello, Boris Yeltsin se dijo dispuesto a "cooprar, pero no a colaborar" con el ultranacionalista Jirinovski, dirigente del Partido Liberal Demócrata (PLD), extrema derecha, que logró un sorprendente resultado en as legislativas.

El jefe de Estado quiso minimizar de entrada la victoria de Jirinovski. "Los rsultados han sido algo inesperados, pero pienso que no hay que hablar de tragedia. (...) Hasta el presente hemos escuchado las palabras de Jirinovski, esperemos ver sus actos.

Si su posición es constructiva podremos cooperar con él", dijo e Presidente ruso.

Luego agregó que "sean cuales sean los ressultados de as elecciones (legislativas), los electores han optado también por un pòer fuerte". "Me apoyaré en ese voto e iré hasta e término del mandato que me fija a Constitución, junio de 1996", exclamó Yeltsin, que aparentaba firmeza pero cuyas frases cortas daban cuenta de una cierta fatiga.

Yeltsin no aludió al decreto que él mismo firmó en setiembre pasado y que fija una elección presidencial anticipada en junio de 1994, decreto que en principio sigue vigente hasta una decisión definitiva al respecto de la Asamblea Federa (parlamento), cuya reunión inaugural está prevista para el 11 de enero.

Por otra parte, el presidente ruso anunció que mantendrá a su actual ministro de Economía, Igor Gaidar, y que el ritmo de las reformas no cambiará. El viceprimer ministro "Igor Gadar permanece, lo cual quiere decir que el curso de las reformas es mantenido", agregó categóricamente el Presidente ruso.

Con esta declaración Yeltsin puso término a las especulaciones acerca de retiro del gobierno del "padre de la terapia de choque", y sobre tuna moderación en e ritmo de las reformas económicas.

Sorpresivo reemplazo del Canciller del Paraguay Diógenes Martínez

Luis María Ramírez Boettner, Embajador paraguayo en Brasilia, es desde ayer el nuevo Canciller de Paraguay, en reemplazo de Diógenes Martínez, según dispuso y dio a conocer ayer el gobierno de Asunción.

Asunción (Ansa)

El comunicado oficial al respecto fue singularmente escueto y no se dieron en el detalles sobre las razones de la remoción de Martínez.

Sin embargo, en horas de la tarde, el Presidente Juan Carlos Wasmosy afirmó que la remoción del Ministro responde al hecho de que Martínez "no se había ajustado a las instrucciones que se le habían dado y por eso yo le he pedido la renuncia".

El cambio se produjo cuando las relaciones entre Paraguay y Brasil están bajo tensión por las negociaciones alrededor de la represa de Itaipú, centradas en el denominado "Anexo A", que permite a las autoridades de Brasilia manejar los nombramientos de personal jerárquico al frente de la empresa energética.

Justamente ayer, el ahora ex Canciller Martínez había realizado duras declaraciones sobre el tema, señalando que Asunción se mostraría firme en sus reclamos para tener mayor poder de decisión sobre Itaipú.

La prensa local, en sus primeras reacciones, relacionó las políticas adoptadas por Asunción en las negociaciones con Brasilia sobre Itaipú, con la remoción de Martínez y su reemplazo por Ramírez Boettner, movimiento que -se señala en la capital paraguaya- se reflejará en las relaciones bilaterales. Aún como Ministro de Relaciones Exteriores de Paraguay, Martínez asistió a la mañana a la presentación de credenciales del nuevo Embajador de Finlandia en Asunción, y luego asistió a un almuerzo en la Embajada de Francia.

El nuevo Ministro, Ramírez Boettner, se negó a precisar detalles sobre lo ocurrido, repitiendo que "la política exterior de un país la dicta el Presidente de la República".

Nº. DOCUMENTO 9400673
TÍTULO Zhirinovsky diz que seu país tem nova arma de grande poder -
Z.H. 150029
23/12/93
11876 -
507294 -
11163 -
11892 -

Jirinovski diz que seu país tem nova arma de grande poder

Viena — A Rússia dispõe de "armas de elipsón, mais temíveis ainda do que as nucleares", declarou ontem o presidente do Partido Democrático Liberal da Rússia (PDLR), o ultranacionalista Vladimir Jirinovski, em entrevista à imprensa, concedida em Reichefels, no sul da Áustria. Jirinovski, atualmente em visita particular ao país, acrescentou que o tipo de armamento citado, sobre o qual se recusou a dar detalhes, "tem a capacidade de acabar com o mundo inteiro e não é uma arma nuclear".

O líder do PDLR advertiu os líderes ocidentais para evitarem "qualquer ingerência nos assuntos internos russos". Sempre num tom de ameaça, destacou o perigo de armas nucleares e químicas da Rússia poderem "facilmente escapar a qualquer controle" em caso de uma guerra civil russa.

Contrariando as idéias pregadas durante seus comícios, antes de ser eleito para ocupar uma cadeira da Duma (a Câmara baixa do parlamento), Jirinovski assegurou que caso venha a ser presidente da Rússia, não recorrerá sob nenhuma hipótese às armas atômicas, mas fará todo o possível para eliminar o poderio nuclear do seu país.

O dirigente nacionalista pediu a convocação de eleições presidenciais em junho, como prometido pelo presidente Boris Yeltsin, por ocasião da dissolução do parlamento, em setembro passado. Avisou a Yeltsin que a tentativa de impedir o pleito, posição anunciada pelo presidente russo, pode ser trágica, garantindo que "uma grande parte do exército e dos serviços de segurança está ao lado do PDLR".

MENTIRA — Apesar de lançar ameaças à própria Rússia e aos seus vizinhos, Jirinovski pronunciou-se a favor de manter uma relação de igualdade com os Estados Unidos, mas advertiu que os antigos rivais não podem se transformar na única superpotência mundial. Comentando o conflito na ex-Iugoslávia, o ultranacionalista dirigiu uma clara advertência à Turquia, ao sustentar que a Rússia deve responder qualquer tentativa por parte deste país em intervir militarmente no conflito. "Interviremos se a Sérvia ou a Áustria nos pedirem ajuda", afirmou Jirinovski, sem maiores explicações. Ainda em relação à política externa, o líder partidário expressou sua negativa em devolver as ilhas Kurilas, no oceano Pacífico, requisitadas pelo governo japonês.

Jirinovski negou todas as notícias sobre ele publicadas nos jornais ocidentais, que o apresentam como um perigoso nacionalista, de atitudes neofascistas, afirmando ser tudo "uma autêntica mentira, talvez financiada por certos círculos de poder". Ele define a atual situação russa, assim como a de todas as outras repúblicas da antiga União Soviética, como "algo nacionalista". Numa posição conflitante com suas declarações ameaçadoras, defendeu a idéia de seu partido, que obteve 25% dos votos dos eleitores russos, não discriminar nem limitar os direitos das minorias na próxima legislatura.

9400673

1-01

Rusia busca afianzar su influencia en las ex repúblicas soviéticas

YELTSIN VISITA SU UNICO SOCIO RICO

El presidente ruso, Boris Yeltsin, estrechó lazos ayer, con la república de Turkmenistán, llamada el «Kuwait de Centroasia», en la víspera de una nueva cumbre de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) que se centrará en problemas económicos y militares.

La cumbre de la CEI se celebra hoy en Ashjabad, capital de Turkmenistán, país que la prensa, con frecuencia, llama «paraiso socialista», pues sus riquezas de hidrocarburos permiten a su dirección, la misma de los tiempos soviéticos, mantener intacta y desarrollar la esencia del viejo sistema tras la nueva fachada nacionalista.

Nada más llegar a Ashjabad, Yeltsin se reunió a solas con su colega turkmeno, Saparmurad Niyazov, con quien trató una serie de asuntos militares, políticos y económicos sobre los que posteriormente firmaron acuerdos.

El problema clave es la cooperación militar: los presidentes firmaron un acuerdo sobre la vigilancia conjunta por tropas de ambos países de la frontera entre Turkmenistán y la vecina Afganistán y otro sobre el estatus de los soldados rusos que participarán en estas operaciones en territorio turkmeno.

La cumbre que comienza hoy, es crucial para Yeltsin, pues será la primera tras la disolución y el bombardeo al antiguo Parlamento ruso y las nuevas elecciones legislativas que dieron una apreciable victoria a las fuerzas ultranacionalistas y comunistas.

El asunto más importante de la cumbre será la cooperación económica que avanza a paso de tortuga entre los integrantes de la CEI, pese a haberse asociado parte de ellos en una Unión Económica (UE).

Precisamente, el objetivo central de la reunión de los jefes de Gobierno, previa a su sesión conjunta con los jefes de Estado, es elaborar mecanismos que permitan impulsar la integración económica en la Comunidad sin esperar la ratificación del acuerdo sobre la UE por los parlamentos de los países miembros.

Los dirigentes deberán encontrar una solución al problema de impagos recíprocos entre empresas de sus paísis, crear las bases jurídicas para estimular las inversiones mútuas, coordinar su política antimonopolios y trazar una alianza aduanera.

(efe)

El embajador de EE.UU. en Paraguay insiste: "El poder cubre al hampa"

CL 27/11

ASUNCION 26 (EFE, AP, AFP y DPA). — El embajador de los **Estados Unidos** en Asunción, **Jon Glassman**, convocado el jueves por la Cancillería paraguaya a raíz de sus críticas sobre los últimos cambios militares ordenados por el gobierno, reiteró hoy a la prensa local que **"en las altas esferas del poder se protege al hampa"** y manifestó su preocupación por el pase a retiro de tres oficiales antidrogas "honrados y capaces".

Sin embargo, poco después de coincidir con el presidente **Juan Carlos Wasmosy** en un acto público, señaló: "Yo no acusé al gobierno en su totalidad de amaparar al hampa, sino a una parte de él".

El ministro de Relaciones Exteriores, **Diógenes Martínez**, dijo hoy que las "explicaciones" dadas por Glassman en la reunión de ayer habían sido aceptadas por su gobierno.

El martes último, Glassman preguntó a Wasmosy durante un acto público por qué había removido a los tres oficiales del ejército. El jefe de Estado, visiblemente molesto, respondió que en Paraguay "el que ordena los cambios soy yo y no Glassman. El presidente es Juan Carlos Wasmosy".

Las críticas de Glassman se centraron, principalmente, en el pase a retiro y remoción de oficiales superiores del ejército que operaban al servicio de la **Secretaría Nacional Antidrogas** (SENAD), organismo dependiente del Ministerio de Defensa y que trabaja coordinadamente con la DEA norteamericana (la agencia antinarcóticos) y con la Embajada de ese país.

De los tres oficiales involucrados en este caso, el secretario ejecutivo de la SENAD, general **Mario Escobar Anzoátegui**, pasará a la vida civil; el secretario adjunto, coronel **Víctor Aníbal López**, tendrá una nueva misión en el estado mayor, y el jefe del Departamento de Intersección, coronel **Eugenio Morel Garay**, será nombrado agregado militar en **Sudáfrica**.

Escobar, quien fue designado para el cargo hace tres meses, enterado de la decisión del tribunal de calificación militar, presidido por Wasmosy, renunció el jueves a la jefatura de la SENAD y señaló que su pase a retiro se puede considerar normal, pues ya tiene 44 años de servicio activo en el ejército.

Sin embargo, el diario "ABC Color", que cita a fuentes castrenses cercanas al comando en jefe, informó hoy que la "cúpula" del organismo antidrogas fue desmantelada debido a que sus investigaciones sobre el "blanqueo de dólares" pueden afectar los intereses de grupos políticos y económicos relacionados con el Ejecutivo.

La Cancillería dio por cerrado el caso, pues "el embajador ha aclarado que cuando afirmó que las altas esferas amparan al hampa no era su intención acusar al gobierno en sí", explicó el canciller.

Glassman había manifestado también, en entrevistas concedidas el martes a la prensa de Asunción, que la reestructuración castrense aprobada ese mismo día por el presidente Wasmosy hacía sospechar que "personas deshonestas sacan a personas honestas de las fuerzas armadas".

"Eso implicaba una acusación contra el comandante en jefe (Wasmosy) y toda la cúpula militar, que considerábamos totalmente injusta e inapropiada", agregó el canciller. "Glassman ha aclarado suficientemente este punto", añadió Martínez, quien el miércoles calificó de "improcedentes y lamentables" las críticas del diplomático.

En relación con la protección al hampa, el embajador norteamericano explicó a los periodistas que se no había referido "al gobierno en su totalidad", con lo que ratificó que sí existen sectores de poder que amparan a grupos delictivos.

01-01

9400675.

Tropas rusas entre Irán y Turkmenistán

El presidente Boris Yeltsin y el mandatario de Turkmenistán firmaron ayer un acuerdo según el cual se desplegarán tropas rusas en la frontera entre esa ex república soviética e Irán.



Reunión cumbre de la CEI en la capital Asjabad de Turkmenistán. Tropas rusas ocupan parte de los 900 Kms. de frontera entre Turkmenistán e Irán. Turkmenistán tiene 3,5 millones de habitantes de los cuales 300.000 son rusos.

El acuerdo de patrullaje conjunto de las fronteras de Turkmenistán, así como un pacto sobre doble ciudadanía, tiene lugar en momentos en que los gobernantes de la Comunidad de Estados Independientes (CEI) se aprestan a mantener una reunión cumbre en Ashgabat, capital turcomana.

El ministro de Relaciones Exteriores ruso Andrei Kozyrev calificó los acuerdos de prueba de la lealtad a la CEI de Turkmenistán y de las buenas relaciones que mantiene con Moscú.

Turkmenistán, estado petrolero y el único que cuenta con independencia económica, mantuvo siempre cierta distancia de la CEI y se negó a aportar hombres a la fuerza de paz conjunta que opera en Asia Central.

El presidente Saparmurat Niyazov, sin embargo, dio la bienvenida a presidentes, primeros ministros y otros funcionarios que llegaron a Ashgabat para asistir a la cumbre.

Miembros de la delegación rusa a Ashgabat indicaron que se establecerá un grupo operativo especial de tropas fronterizas rusas en Turkmenistán.

El acuerdo da a las tropas una situación especial en Turkmenistán, que comparte con Irán una frontera de aproximadamente 900 kilómetros.

Rusia es la única ex república soviética, además de Ucrania, que cuenta con Fuerzas Armadas importantes y ya envió varios miles de efectivos a patrullar la frontera entre Tayikistán y Afganistán. El tratado concede una situación especial a los rusos que residen en Turkmenistán —unos 330.000 cuando se realizó el censo de 1989— y a los turcomanos que viven en Rusia.

Niyazov, que gobierna con mano de hierro una nación de 3,5 millones de habitantes, nombró a Yeltsin ciudadano de honor y le entregó un pasaporte turcomano.

"Ya tengo doble ciudadanía", proclamó Yeltsin. La visita se llevó a cabo en un marco de pompa y ceremonia no habituales. Yeltsin y Niyazov intercambiaron los tradicionales tres besos en la mejilla no menos de cuatro veces durante la ceremonia de firma del acuerdo.

El temor de Occidente

Ya en el mes de junio pasado, Occidente manifestaba su temor frente a Irán: los ministros de Asuntos Exteriores de la Comunidad Europea (CE) y el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, identificaron en ese entonces y por primera vez a Irán como el principal peligro nuclear para Occidente.

En conferencia de prensa, Christopher llegó a explicar que "se requiere una acción entre la CE y los Estados Unidos para contener la proliferación de armas nucleares de destrucción masiva, misiles, armas convencionales y tecnologías de doble uso".

Christopher destacó también la necesidad de concertar una acción frente a los países que crean tensiones en zonas como Oriente Medio y "uno de los más peligrosos es Irán".

Warren Christopher sugirió a sus colegas comunitarios que se adopte una política coercitiva de contención nuclear para "persuadir a Irán a que abandone sus programas nucleares, químico-biológicos y de misiles".

CEI acepta intervención militar en repúblicas

Los líderes de las repúblicas ex soviéticas que integran la Comunidad de Estados Independientes (CEI), reunidos hoy en Ashgabat, capital de Turkmenistán, decidieron remplazar la estructura central de defensa de la CEI con mecanismos de seguridad bilaterales que de hecho permiten la intervención militar rusa.

Moscú (ANSA)

El primer acuerdo que marca la aplicación de este nuevo principio concierne a las tropas de frontera turkmenas, que serán apoyadas en su trabajo por unidades rusas, que se desplegarán sobre los más de 900 kilómetros de frontera común con Irán.

Este nuevo planteo marca el fracaso definitivo de la idea de una defensa común en la CEI, que en junio pasado ya había llevado a la renuncia de su comandante, el mariscal Evgueni Shaposhnikov.

La estructura común de la CEI, en efecto, no supo resolver ninguno de los principales problemas de defensa de la ex URSS: conflictos interétnicos, mando central de las fuerzas nucleares estratégicas, división de la ex flota soviética del Mar Negro, etc.

Ultimamente Rusia había intervenido directamente con sus tropas en Tayikistán, para proteger los puestos de frontera de las incursiones de los guerrilleros islámicos provenientes de Afganistán.

El Canciller ruso, Adrei Kozyrev, dijo que el acuerdo entre Rusia y Turkmenistán demuestra **"que no hay nada de cierto en esas historias acerca del alejamiento de este país de la CEI"**, en declaraciones difundidas por agencias internacionales

Nº. DOCUMENTO 9400678
TITULO Otra gestión de Wasmosy por el Pilcomayo.
PROCEDENCIA LA NACIÓN - 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 10/01/94
VINCULACIONES 66723
66960
11164
11305

Otra gestión de Wasmosy por el Pilcomayo

FORMOSA.– La prensa paraguaya anticipa que en el próximo encuentro que sostendrá el presidente del vecino país, Juan Carlos Wasmosy, con el presidente Carlos Menem es posible que solicite una indemnización o resarcimiento por los daños ecológicos causados al Paraguay por el desvío del Pilcomayo hacia esta provincia.

Lo extraño es que la eventualidad de la postura fue admitida por el propio Wasmosy a su regreso de Punta del Este, donde habló brevemente con Menem sobre la necesidad de dragar el Pilcomayo para que la partición de las aguas sea equitativa.

Esta vuelta a la carga sobre un tema neurálgico de las relaciones entre los dos países reactualiza las quejas de los productores del Chaco paraguayo, quienes perdieron 70 mil cabezas de ganado entre 1992 y 1993 a raíz de las obras de toma de las aguas que condujeron el caudal del Pilcomayo, en casi un 80 por ciento, hacia el lado argentino.

Sin embargo, las comisiones técnicas de los dos países saben que los problemas planteados en el Paraguay se deben a la errónea construcción del canal propio por parte de sus técnicos.

El concepto acendrado respecto del río como factor de integración que tiene Wasmosy en público, a veces es apreciado de modo diferente en sus actitudes oficiales, posiblemente presionado por sectores nacionalistas que tienen en el Pilcomayo un pretexto permanente para lograr otros réditos.

Petróleo: promesa incumplida

Uno de ellos es el conflictivo tema del petróleo. Se ignoran las razones por las que el gobierno paraguayo no cumplió el anuncio de aumentar sus compras de petróleo argentino, más concretamente, formoseño.

De los 25 mil metros cúbicos actuales se habló de cuadruplicar la cifra. No obstante, se insiste en comprar un porcentaje importante en Argelia donde, al mayor costo por barril, debe agregársele la incidencia del flete por atrevesar 14 mil kilómetros. El combustible formoseño está a sólo 700 kilómetros.

01-01.

9400678.

COMPROMETIDA SITUACION DE YELTSIN EN PARLAMENTO TRAS VICTORIA DE YIRINOVSKI

MOSCU, 25 (AP). — Los funcionarios rusos dieron a conocer hoy los resultados finales de las elecciones parlamentarias realizadas el 12 de diciembre, en que el partido ultranacionalista encabezado por Vladimir Yirinovski obtuvo un sorprendente respaldo popular.

El presidente de la Comisión Central Electoral, Nikolai Ryabov, dijo que 58,2 millones de votantes acudieron a las urnas, es decir un 55 por ciento de los 106 millones de empadronados en el país, declarándose válidos casi 54 millones de votos depositados.

Los resultados tienen que ver con sólo 225 de los 450 escaños de la Duma, es decir la poderosa Cámara Baja del Parlamento, que serán asignados a ocho partidos políticos.

Las otras bancas fueron disputadas por candidatos individuales, cuyas afiliaciones partidistas podrían no quedar esclarecidas hasta después de que el Parlamento se reúna el 11 de junio.

El Partido Democrático Liberal, de Yirinovski, obtuvo 12,3 millones de votos, un 23 por ciento del total emitido, y recibirá 59 escaños. El partido pretende desmantelar las políticas económicas de Yeltsin y reconstruir el imperio ruso, incluso por la fuerza.

El partido que recibió la segunda mayor cantidad de votos fue la coalición Selección de Rusia, principalmente pro Yeltsin y formada por varios de sus principales asesores, recibió 8,3 millones de votos (15 por ciento) y obtendrá 40 escaños.

El orden de número de sufragios obtenidos, siguen:

— Partido Comunista: 12 por ciento, 32 escaños.
— Mujeres de Rusia: 8,1 ciento, 21.
— Partido Agrario: 7,9 por ciento, 21.
— Bloque Yavlinsky-Boldyrev-Lukin: 7,8 por ciento, 20.
— Partido de Unidad y Acuerdo: 6,8 por ciento, 18.
— Partido Democrático de Rusia: 5,5 por ciento, 14.

No se vislumbrarán aún las coaliciones que puedan formarse en el nuevo Parlamento.

Pero se considera que Yeltsin tiene el respaldo de Selección de Rusia, del bloque encabezado por el economista Grigory Yavlinsky y del Partido de Unidad y Acuerdo dirigido por el viceprimer ministro Serguei Shajrai, que en conjunto tienen 78 bancas.

Entre los oponentes a Yeltsin se cuentan el partido de Yirinovski, los comunistas y el Partido Agrario, que totalizan 112 bancas.

Sin embargo, se cree que los adherentes a Yeltsin han logrado mejores resultados en las elecciones de candidatos individuales, y funcionarios gubernamentales pronosticaron que en último término Selección de Rusia contará con el mayor bloque en el Parlamento, seguido por el ultranacionalista Yirinovski.

MEI NOMBRA A YELTSIN PRESIDENTE

Por otra parte, el presidente ruso Boris Yeltsin obtuvo un fuerte respaldo de los dirigentes de otras ex repúblicas soviéticas, quienes lo nombraron presidente de la Mancomunidad de Estados Independientes para el primer semestre de 1994.

Pero una asamblea de la mancomunidad de 12 miembros rechazó ayer el proyecto de Yeltsin para garantizar los derechos de las personas de etnia rusa que viven fuera de Rusia, tema que los ultranacionalistas utilizaron provechosamente durante las recientes elecciones parlamentarias rusas.

En la cumbre de Ashjabad, capital de la república centroasiática de Turkmenistán, Yeltsin aseguró a sus colegas que Moscú no trataría de reconstruir un imperio, no importa lo que puedan decir los extremistas rusos.

El y los demás dirigentes firmaron un documento en que reafirman la soberanía e integridad territorial de cada uno de los miembros de la mancomunidad.



Boris Yeltsin junto al mandatario de Kazajastan luego de la reunión cumbre de la Mancomunidad de Estados Independientes que designó al ruso como Presidente para el primer semestre de 1994 (AP)

Nº DOCU… 9400680

TI… Sospechas de que Zhirinovsky tenía vínculos con el KGB.-

PROCE… País

FECH… 27/12/93

VINCU… 11876-
507294-
11163-
11337-

PARIS. (Por Bernard Kaplan del New York Times).— Funcionarios de los servicios secretos occidentales sienten preocupación por la sospecha de que el líder ultranacionalista ruso Vladimir Yirinovski tenía vínculos con la antigua KGB, la policía secreta del régimen soviético.

Hay pocas dudas de que hay una conexión con la ex KGB en el historial del extremista que surgió como figura internacional cuando su partido obtuvo importantes resultados en las recientes elecciones parlamentarias.

La verdadera interrogante es si Yirinovski es manipulado por antiguos elementos de la KGB aún poderosos, en un intento por desestabilizar al vacilante gobierno democrático, según expertos de inteligencia en Paris.

El derechista de 48 años de edad, quien busca recuperar el imperio soviético "perdido, asistió en los años 60 a escuelas e institutos que tenían reputación de ser controlados por la KGB, cuyas iniciales en ruso significan Comité de Seguridad del Estado.

Fue enviado al extranjero como funcionario cultural y posteriormente comercial en lo que un experto occidental llamó "un sospechoso rápido ascenso por la burocracia soviética".

El experto, Jean-Marc Pages, ex especialista en inteligencia del gobierno francés quien ha escrito varios libros sobre las operaciones de la KGB, dijo que Yirinovski ocupó puestos generalmente empleados como fachada para agentes en el extranjero.

Yirinovski entró a la política en 1990, cuando formó su mal llamado Partido Liberal Democrático (PLD), menos de un año antes del desmoronamiento de la Unión Soviética. En ese entonces, recalca Pages, los grupos no comunistas tenían dificultades con las autoridades para establecer legalmente nuevos movimientos políticos.

Pages señala que "Yirinovski no tuvo problemas. Pudo organizar sin obstáculos y evidentemente tenía una fuente de financiamiento".

Según Pages, ello explica la facilidad con la que pudo entrar a la contienda por la Presidencia rusa en 1991. Logró un sorprendente tercer lugar después de los más conocidos Boris Yeltsin y Nikolai Ryzhkov, un ex primero ministro soviético.

Cuando la URSS se dividió ese año, la KGB se convirtió en el Ministerio de Seguridad ruso. Teóricamente fue despojado de la mayor parte del vasto poder que tenía bajo el comunismo.

En realidad, el ministerio sufrió una sacudida menor a la de cualquier otra rama del viejo sistema marxista, según Pages. Ello quedó demostrado durante la breve rebelión parlamentaria en contra de Yeltsin, en octubre.

Pages señala que la reacción del Ministerio de Seguridad "fue notablemente ambivalente. Algunos de sus elementos estaban preparados evidentemente para hacerse a un lado y permitir que los rebeldes derrocaran a Yeltsin.

Agregó que "Yeltsin sabe que un grupo dentro del Ministerio de Seguridad aún desea debilitarlo y puede estar manipulando a Yirinovski para lograrlo".

El martes, el presidente disolvió el Ministerio de Seguridad y creó una unidad de contrainteligencia, afirmando que el sucesor de la KGB probó ser "inreformable".

La demanda de Yirinovski, de recrear la Unión Soviética y extender el mandato de Moscú hasta los países vecinos como Finlandia, puede sonar como los delirios de un loco, pero sería un error descartar lo que califica como simples balandronadas, dice Pages.

"Sus objetivos son los mismos que tienen muchos de la línea dura de la KGB desde el día en que se desintegró la Unión Soviética", subraya el experto.

La forma en que Yirinovski suele elogiar el Presidente iraquí, Saddam Hussein, también puede indicar una afinidad con la KGB, agregó.

DENUNCIAN LIMITACIONES A LA LIBERTAD DE PRENSA

La prensa rusa ha amenazado con una huelga de una semana si el Gobierno mantiene su política de precios, que, según aduce, estrangula a los medios informativos y atenta contra la libertad de expresión.

En un mensaje dirigido al primer ministro de Rusia, Víctor Chernomirdin, las uniones de Periodistas y Editores destacaron que la decisión gubernamental de elevar el valor de los equipos de imprenta supondrá la sextuplicación de los precios de los servicios poligráficos.

"Esta situación no la puede soportar ni el más boyante de los medios informativos", afirman los directores de diarios y revistas del país, al destacar que todos los periódicos y revistas se verán al borde de la quiebra.

"Tampoco están en condiciones de asimilar esta subida de precios los lectores que ya pagaron su suscripción para el año entrante", añade la misiva, en alusión a que en Rusia el grueso de la masa de los compradores de periódicos lo hace mediante la modalidad de suscripciones.

Las declaraciones del viceprimer ministro, Vladímir Shumeiko, en el sentido de que el Consejo de Ministros asistirá financieramente a sólo diez o quince medios informativos cayeron como una bomba entre los periodistas, que ven en esa medida un intento del Kremlin de cercenar la libertad de prensa.

El Gobierno no ha aclarado cuáles serán los criterios por los que se regirá para inyectar "selectivamente" recursos financieros en los medios informativos.

Sin embargo, es evidente que las dotaciones irán a parar a los diarios que respaldan la política del Gobierno, y no a los medios informativos opositores o que se mantienen en posiciones independientes.

En su misiva a Chernomirdin, la Unión de Periodistas destaca que al defender el derecho constitucional de los rusos a acceder a la información, los periódicos y revistas "pedirán a sus lectores que intervengan".

En caso de que el Gobierno no atienda las exigencias de los medios informativos, los periódicos y revistas de Rusia realizarán una huelga entre los días 10 y 17 de enero, semana en que se constituye la Asamblea Federal, el nuevo Parlamento.

La protesta fue apoyada por el Comité de Defensa de la Libertad de Prensa y los Derechos de los Periodistas, así como por los directores de los periódicos más importantes, entre ellos "Izvestia", "Nezavísimaya Gazeta" y "Komsomolskaya Pravda".

Ya hay precedentes del estrangulamiento financiero de los periódicos en la historia rusa postsoviética: el diario comunista "Pravda" no

A-01

Chile logra 300 mil nuevos empleos

SANTIAGO DE CHILE (ANSA)- El gubernamental Instituto Nacional de Estadística (INE), informo que la fuerza de trabajo chilena alcanzo a cinco millones 164.200 personas, lo que significa un aumento del 6 por ciento respecto al trimestre anterior.

El numero de ocupados en el país se ubico en los cuatro millones 916.350 personas, con un incremento del 6,4 por ciento. Esto significa que en Chile hay 295 mil 790 nuevas plazas de trabajo, en comparación con el trimestre pasado.

La tasa de desocupación a nivel nacional alcanzo un 4,8 por ciento, experimentando una disminución de 0,2 puntos respecto al ano anterior.

El INE informo, asimismo, que en septiembre, las remuneraciones por hora de trabajo aumentaron en un 3,5 por ciento respecto al año 1991, lo que se debe, explico, a un efecto estacional en el mes de septiembre, presentándose con mayor intensidad en el sector de comercio, el cual ha tenido un aumento importante en sus ventas.

Finalmente el INE indico que el costo de la mano de obra en septiembre tuvo un aumento nominal de 3,7 por ciento y real de 3,0 por ciento, deflactada la inflación del mes corres-pondiente. LM 3/12

EL FUTURO PRESIDENTE HEREDARA CASOS NO RESUELTOS DE LA REPRESION MILITAR

La sombra de la dictadura

SANTIAGO, Chile, 7 (Enviado especial). — El tema de las violaciones a los derechos humanos figura en el puesto número doce de las prioridades de los chilenos. De acuerdo con las encuestas manejadas por el gobierno y los candidatos a la presidencia, los votantes están más preocupados por la contaminación ambiental o la construcción de una nueva línea de subterráneos en esta capital que por el esclarecimiento de las desapariciones y muertes de 2.115 personas que aún está pendiente. Pero a pesar de este deseo de olvidar para siempre lo que ocurrió aquí durante los 17 años de dictadura, los casos se suceden y aparecen como fantasmas.

Esta misma tarde, el embajador español **Pedro Bermejo** viajó a **Madrid** convocado para informar a su gobierno sobre la negativa de la **Corte Suprema** chilena de nombrar a un fiscal especial (ministro en visita) que investigue el caso Soria, creando un serio conflicto internacional.

El diplomático español **Carmelo Soria** era en 1976 funcionario de la **Comisión Económica para América Latina (CEPAL)** cuando fue secuestrado por la brigada **Mulchen** de la policía secreta del régimen, la **DINA**.

En la casa santiaguina del agente doble (de la CIA y la DINA), el estadounidense **Michael Townley**, que organizó el asesinato del canciller **Orlando Letelier** en **Washington** ese mismo año, Soria fue torturado y muerto cuando le quebraron el cuello contra la baranda de una escalera. El propio Townley dijo en una entrevista hace dos meses que las últimas palabras de Soria entre las risas de sus verdugos fueron **"Pobre Chile"**. Su cuerpo apareció poco después dentro de un auto y en un canal de riego simulando un accidente.

El presidente **Patricio Aylwin** dijo ayer que **"el caso afecta las relaciones internacionales de nuestro país con España"**. El canciller **Enrique Silva Cimma** habló de **"una situación grave"**, mientras hizo un nuevo pedido para que la Corte Suprema no deje el caso en manos de la justicia militar —que indefectiblemente lo archivaría para siempre— y que designe un fiscal.

Pero lo que está en juego aquí es mucho más profundo de lo que aparece. El principal implicado es el coronel **Jaime Lepe**, secretario de la Comandancia en Jefe, y el militar que hoy pasa más horas junto al general **Augusto Pinochet**. **"Tocar a Lepe es tocar a Pinochet"**, dijo un analista antes que los jueces prohibieran la publicación de cualquier información sobre el caso en la prensa chilena.

"Aquí lo que se necesita es un mínimo de dignidad como Estado independiente. Ningún país puede imponer su voluntad sobre la Justicia de otro país. Y eso es lo que está intentando hacer España. No podemos permitir que nadie le diga a la Corte Suprema chilena que es lo que tiene o no tiene que decidir" es la opinión que el general retirado **Ernesto Videla** dio a **Clarín** y que parece interpretar el sentimiento del Ejército.

Una alta fuente del gobierno habló con **Clarín** con la condición de que no se publique su nombre y dijo que **"confiaba en que la Corte reconsiderara su medida porque el caso está tomando un vuelo que ellos no se esperaban"**.

Los candidatos a la presidencia han dejado de lado el tema del futuro de las relaciones cívico-militares a pesar de que hace apenas cuatro años que se inició la transición hacia la democracia y que fue durante todo el gobierno de Aylwin su principal problema a resolver.

"Pero eso no quiere decir que Frei, que seguramente va a ganar las elecciones, no tenga que enfrentarse con el problema apenas sea elegido. Y aunque no lo diga públicamente, tiene equipos trabajando en el asunto", confesó la fuente gubernamental.

Varias publicaciones periodísticas dan al principal asesor y jefe de la campaña de Frei, **Edmundo Pérez Yoma**, como seguro próximo ministro de Defensa.

El general Videla piensa que Frei **"tendría que aprovechar los tres primeros meses de gobierno para enviar al Congreso una ley que termine definitivamente con todos estos temas del pasado"** y dedicarse a planificar junto a los uniformados una política de Defensa que haga un aporte al desarrollo del país.

Algo que la presidenta de la **Agrupación de Detenidos Desaparecidos**, **Sola Sierra**, rechaza de plano: **"Lo que quieren es imponer por el silencio lo que no han podido imponer hasta ahora por ley. Aquí no se pueden «cerrar heridas» si no hay esclarecimiento de lo ocurrido y justicia"**.

De acuerdo con la fuente gubernamental, **"el Ejército tiene preocupación e incertidumbre frente a lo que pueda hacer con todo esto el gobierno de Frei. No conoce a los hombres que integran sus equipos y no tienen idea de cómo van a reaccionar ante los temas que les preocupan"**.

Lo cierto es que el hombre que surja de las elecciones del sábado como el nuevo presidente de Chile, más allá de las penas y los olvidos, tendrá que hacerse cargo —incluso durante la transición— del candente caso Soria, de meter efectivamente en la cárcel a los recientemente condenados a 6 y 7 años de prisión, el general **Contreras** y el brigadier **Espinoza**, y dar una solución al resto de los procesos pendientes. Ese es el punto que Patricio Aylwin no pudo resolver y el peor legado que le pudo haber dejado a su sucesor.

Gustavo Sierra

Las elecciones presidenciales no alteran el pulso de los chilenos. La pelea de fondo será el Congreso.

(Por Andrea Ferrari, enviada especial a Santiago de Chile)

A nadie se le altera el pulso. No hay grandes debates, nervios, insultos, ni siquiera apuestas. Pocos carteles y menos pintadas. Apenas el programa de propaganda gratuita por televisión a las 9 de la noche recuerda en Santiago que dentro de cuatro días se elegirá al sucesor de Patricio Aylwin. La casi seguridad de que el candidato oficialista Eduardo Frei será electo con un volumen abrumador de votos genera la impresión de que, más que de un cambio, se trata de la parte II de una misma película. Pero la pelea de fondo que se juega el próximo sábado es la conformación del Congreso: la posibilidad de que la Concertación por la Democracia obtenga una amplia mayoría y logre lo que la derecha define como la ambición del "poder total" y ellos como la posibilidad de poner en práctica reformas que modifiquen el sistema heredado del régimen pinochetista.

"También aquí la gente vota pensando básicamente en la estabilidad –dice un periodista en una calle céntrica de Santiago al tiempo que señala a una mujer que sale de un negocio con la bolsa de las compras en una mano y una caja con un equipo de audio en la otra–. Quieren que la situación económica se mantenga, poder seguir pagando las cuotas del televisor, y que los bancos mantengan los pequeños créditos a largo plazo." La estabilidad, un crecimiento continuo, un nivel de desempleo que no supera el 5 por ciento y un descenso en los niveles de pobreza son los principales logros que exhibe el gobierno de Aylwin en sus cuatro años y que toma Frei en su relajado camino a la Moneda. En parte porque la conformidad con el gobierno que termina alcanza a un amplio sector de la población y en parte por la falta de alternativas que despierten interés, muchos chilenos ya decidieron su voto al oficialismo y miran con poco interés las elecciones.

La contienda, además, transita los mismos viejos caminos familiares de Chile: Arturo Alessandri Bessa, el principal candidato de derecha, es nieto del dos veces presidente Arturo Alessandri Palma (1920-1924 y 1932-1938) y sobrino del también presidente Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964). Ese apellido será casi sin duda derrotado por el de Eduardo Frei Ruiz, hijo del ex presidente Eduardo Frei Montalva (1964-1970). Todo queda en los antiguos círculos. "Fíjese que estuvimos 18 años sin políticos, y cuando los tenemos, son los mismos que antes. Por eso la gente está cansada de esta politiquería", se queja un taxista. De hecho, ninguno de los candidatos logró demasiado brillo a lo largo de la campaña. Frei mantuvo un perfil bajo, sin atacar en exceso a nadie, ganador aun antes de saber quiénes serían sus contrincantes. Tal es su tranquilidad, que en los últimos días se dedicó a reforzar la campaña de los legisladores y se dio el lujo de rechazar casi todas las entrevistas, incluso a los sorprendidos corresponsales de medios tan famosos como *The New York Times* y *Le Monde*. Alessandri, candidato por la Unión por el Progreso de Chile (coalición de la pinochetista Unión Democrática Independiente, Renovación Nacional y la Unión de Centro) surgió cuando el frente de derecha parecía a punto de destruirse ante la imposibilidad de acordar un nombre de consenso, y eligieron, precisamente, un nombre. Un apellido que huele a historia, pero que pertenece a un hombre sin inserción importante en ninguno de los partidos que lo respalda. "Siempre habrá un Alessandri en nuestras vidas", dice el jingle de la campaña, intentando convencer a fuerza de recuerdos. Cuando las encuestas le anuncian poco más de un 15 por ciento (frente al 58 por ciento anticipado para Frei) la Unión por el Progreso está alentando por lo bajo a algunos votantes a una práctica que les ruborizaría reconocer: el voto cruzado. Es decir, intenta convencer a sectores que ya tienen decidido su voto por Frei a cortar boleta y darles el apoyo en el Congreso. "El país no se puede arriesgar a darle el poder to-

La duración del mandato

(Por A.F., desde Santiago) Casi nadie duda en Chile que el próximo 11 de marzo Eduardo Frei entrará en la Moneda como el nuevo presidente. Sin embargo, hasta ayer nadie podía decir con seguridad cuándo saldrá. La duración del mandato presidencial, fruto de interminables debates en los últimos meses, parece estar ahora a punto de resolverse, después de que las negociaciones entre los partidos alcanzarán un principio de acuerdo sobre un período de seis años, sin reelección. Si no aparecen obstáculos, mañana en un almuerzo al que asistirán todos los presidentes de los partidos, se anunciará el acuerdo logrado a último momento.

La Constitución redactada por el régimen pinochetista estableció que el primer período tras el fin de la dictadura duraría excepcionalmente cuatro años; los siguientes serían de ocho. Pero ocho años resultan demasiado a los ojos de la mayoría de las fuerzas políticas. El gobierno intentó modificarlo recientemente mandando al Congreso un proyecto en el que reducía el período a cuatro años: en el Senado, sin embargo, decidieron agregarle la posibilidad de la reelección, lo que ocasionó interminables enfrentamientos y llevó al oficialismo a retirar su proyecto.

En los últimos días la negociación tuvo lugar entre bambalinas. En casi todos los partidos había consenso en modificar los ocho años, pero nò en la solución. Los cuatro años postulados por algunos partidos, como el PPD, recibieron un tajante rechazo de los partidos de la derecha. Finalmente, parece haberse impuesto la opción seis años sin reelección. Aunque aún no hay acuerdo firmado, casi todos los partidos dejaron conocer ayer su aceptación.

BUSCANDO AL SUCESOR DE AYLWIN

El síndrome de la estabilidad

Página/12 en las ELECCIONES CHILENAS



La derecha tuvo problemas para nombrar un candidato de consenso.
Alessandri, pese a todo, es un apellido que huele a historia.

tal a la Concertación", afirman denunciando que el oficialismo pretende "desmantelar la Constitución".

La Concertación (unión de la democracia cristiana, el socialismo, el Partido por la Democracia y el Radical) viene en realidad intentando reformar la Constitución desde hace tiempo: la inamovilidad de los comandantes de las fuerzas armadas (que le asegura a Augusto Pinochet su sillón al frente del ejército hasta el '97) se ha mantenido gracias a que la derecha logró bloquear el proyecto del gobierno. Si el oficialismo lograra una mayoría de dos tercios en el Congreso podría poner ésa y otras reformas de la Constitución pinochetista en práctica. Por eso Frei se ha dedicado en el tramo final de la campaña a denunciar los llamados al "voto cruzado" y a conquistar cada posible voto para el Congreso.

Ninguna de las otras fuerzas que compiten se llevará una tajada muy grande, si bien pueden sacarles puntos a los dos principales contendientes. Por la derecha, José Piñeira, ex ministro de Trabajo de Pinochet, se presenta como "independiente", tras escindirse de la UDI y promete llevarse casi un cinco por ciento de los votos con una campaña que defiende "los valores de la familia" y revaloriza la gestión pinochetista. Por la izquierda hay varias alternativas, pero la que concentra mayor interés es la del candidato independiente Manfred Max Neef, un economista apoyado por asociaciones ecologistas, feministas, indígenas y dos partidos menores escindidos de la Concertación: el MAPU y la Izquierda Cristiana, sin propuestas muy claras, pero con un discurso en el que destaca que "nuestro propósito nunca fue llegar a la presidencia, sino fortalecernos como sociedad civil". Max Neef (premio Nobel alternativo de Economía en 1983) ha crecido notablemente en el último mes y según las encuestas obtendrá un 7 por ciento de los votos.

Una izquierda más clásica es la del Movimiento Allendista, representada por el sacerdote Eugenio Pizarro, que reúne al Partido Comunista, fracciones del MIR y del socialismo. Su candidatura, sin embargo, parece haber sido un error de cálculo del PC, según admiten por lo bajo algunos dirigentes. Suspendido por la Iglesia, Pizarro terminó haciendo su campaña como en un púlpito, sin poder escapar de una retórica antigua, acusando a sus opositores de "raza de víboras" o "fariseos", descalificando a sus oponentes por sus "ojitos azules" y asustando a sus propios aliados. Se le pronostica apenas un 3,5 por ciento de los votos, y un posible pronto alejamiento de la política.

El acuerdo logrado por las tres principales fuerzas políticas será oficializado hoy

Chile: reducirán el mandato presidencial

A sólo tres días de las elecciones del próximo sábado, los principales partidos políticos chilenos llegaron a un acuerdo para reducir de ocho a seis años el período del mandato presidencial, confirmaron ayer fuentes de las diversas colectividades.

El acuerdo, que debe traducirse en una reforma constitucional, permitirá que el sábado los chilenos concurran a las urnas sabiendo por cuánto tiempo va a gobernar el presidente que elegirán, asunto que al mantenerse en la incertidumbre había perturbado el ambiente político del país.

La actual Constitución, dictada en 1980 por el general Augusto Pinochet, estableció un período presidencial de ocho años sin derecho a la inmediata reelección, y una modificación introducida en 1989 fijó para el presidente Patricio Aylwin un mandato de transición, de cuatro años, sin reelección.

Aunque todos los sectores políticos coincidían en calificar de excesivos los ocho años fijados en la Constitución, no habían alcanzado el consenso para reducirlos y el asunto se mantenía en el primer plano del debate.

Un proyecto que proponía un período de cuatro años sin reelección, enviado al Parlamento por el presidente Aylwin hace dos meses, fracasó por falta de acuerdo incluso entre los congresistas de la gobernante Concertación de Partidos por la Democracia, entre ellos el candidato presidencial Eduardo Frei.

Frei, favorito de todas las encuestas para las elecciones del próximo sábado, favorecía la idea de un período de seis años sin reelección, que se mantuvo en Chile desde principios de siglo hasta el golpe militar que derrocó al presidente Salvador Allende (1970-1973) el 11 de setiembre de 1973.





Ultimo día

Eugenio Pizarro (izquierda), candidato comunista, y Arturo Alessandri (derecha), candidato derechista, realizaron ayer las últimas actividades proselitistas

La derecha política y los sectores afines al general Pinochet, representados en el Parlamento por ocho senadores designados, cedieron finalmente, según los analistas políticos, ante el temor de un gobierno de ocho años encabezado por Eduardo Frei y dieron su acuerdo a la reducción del mandato a seis años.

El último en sumarse al consenso fue el Partido Demócrata Cristiano, cuyo consenso nacional reunido el martes por la noche de forma extraordinaria aprobó una propuesta en tal sentido de su directiva central.

El acuerdo se hará oficial hoy, en una reunión pública de los jefes de partidos y de sus respectivas bancadas parlamentarias.

La ausencia política del factor militar y especialmente del general Augusto Pinochet restó dramatismo y tensión a la campaña electoral que permitirá elegir el próximo sábado.

A diferencia de lo ocurrido hace cuatro años y en especial en el histórico plebiscito del 5 de octubre de 1988, cuando el dilema era democracia o dictadura, en las próximas elecciones la continuidad del sistema democrático está asegurada y los ciudadanos perciben, según las encuestas, que la suerte del país no está en juego.

Los diversos sondeos de opinión han demostrado que los chilenos, sobre todo, exigen a los candidatos la solución de sus problemas concretos, fundamentalmente una mayor seguridad ciudadana, mejor educación, mayor eficiencia de los servicios de salud y más equidad en la política económica.

El gobierno de Patricio Aylwin terminará su mandato con sólidos logros en el campo social aun cuando el propio gobernante ha reconocido que queda mucho por hacer, lo que ha jugado en favor de la Concertación de Partidos por la Democracia para conservar el poder. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de la agencia EFE)*

Nº RECIBO 9400686
TITULO Elecciones Chilenas - antes de los comicios
PROCEDENCIA LA NACIÓN 150025
FECHA DE PROCESO 11/12/93
VINCULACIONES 65709
11164
11302
11437
80052

Chile no espera demasiadas sorpresas

Por Carlos Reymundo Roberts

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

Voto: los ciudadanos eligen hoy a su nuevo presidente, en los segundos comicios después de 17 años de gobierno militar.

SANTIAGO, Chile.– En medio de una calma y de una previsibilidad más asimilables a un cantón suizo que a la elección de un presidente latinoamericano, Chile irá hoy a las urnas con ánimo –en principio– de liquidar rápidamente el trámite.

Son los segundos comicios generales en cuatro años después de 17 de gobierno militar, de cuyas heridas ya casi no hay noticias.

Hasta hace 48 horas hablaron los seis candidatos: ahora hablará el resto de los chilenos, pero nadie espera de la ciudadanía un mensaje de cambio.

Ya se sabe que el candidato del oficialismo, Eduardo Frei, se ha despegado en las encuestas hasta dejar a su más inmediato rival, el derechista Arturo Alessandri, a unos 30 puntos de distancia.

Deberían pasar cosas muy raras, muy sorprendentes, para que ese favoritismo no lo deje en la presidencia en esta primera vuelta.

Puede decirse, inclusive, que a la etapa final de la campaña sólo han llegado enteros Frei y el estupendo aparato de la democracia cristiana, el partido más numeroso y organizado del país. Nutrido, además, con el socialismo y las otras agrupaciones de centroizquierda que integran la Concertación.

Alessandri, sin recursos y poco menos que abandonado a su suerte por las cuatro partidos que respaldan su candidatura, se ha limitado en los últimos días a decir que habrá segunda vuelta, con el tono de quien la pide por favor.

Alessandri es un hombre de 70 años al que se le reconoce haberse entregado con gran dignidad y esfuerzo a una campaña en la que los escollos no le venían de sus oponentes sino de la propia derecha.

"Va a perder", dijo semanas atrás el senador Sebastián Piñera, uno importante dirigente del sector.

El resto de los postulantes ha hecho campañas muy sui generis (sin actos, sin propaganda en los medios, sin carteles en las calles); algunos no pasaron de utilizar la franja televisiva gratuita cedida por la ley electoral.

Toda la carrera electoral ha estado influida por el síndrome del triunfo de Frei, que seriamente nunca nadie puso en duda desde que en mayo pasado apabulló al líder socialista Ricardo Lagos en las primarias de la Concertación.

Vencer con el 64 por ciento de los votos a Lagos –uno de los dirigentes más populares del país desde su tenaz oposición a Pinochet en el final del gobierno militar– demostró que lo de Frei iba en serio.

Hasta entonces, algunos se permitían dudar y hablaban de él sólo por referencia a su padre, Eduardo Frei Montalva, el casi mítico ex presidente. Se llegó a decir que tenía sólo dos ventajas: una, llamarse Frei, la otra, llamarse Eduardo.

Hoy se agrega una tercera: es el heredero del gobierno de Patricio Aylwin, al que hasta la oposición le reconoce méritos en lo político, lo económico y lo social.

El propio Alessandri reconoció en su entrevista con LA NACION lo difícil que le ha resultado en la campaña enfrentarse con el candidato de un gobierno "con muchos éxitos en muchos campos".

Lo que está en juego

¿Qué estará en juego hoy?

Por un lado, comprobar el grado de exactitud de las encuestas, que ya desde hace meses vienen coronando a Frei sin ballottage.

Deberían subir mucho Alessandri, Manfred Max Neef (ecologista) y José Piñera (independiente de derecha) para que Frei no se quede con la fruta que ya tiene entre dientes.

Después, ver si el oficialismo consigue aumentar sensiblemente, como se lo ha propuesto, su representación parlamentaria.

Por el sistema binominal vigente, previsto en la Constitución que hizo dictar Pinochet, para que en un distrito entren dos postulantes de la misma lista deben duplicar los votos del candidato más votado de la lista rival.

El sistema fue pensado para que la derecha no pierda lugar en el Parlamento, y ciertamente lo ha conseguido. Por eso, de la jornada de hoy, en la que se renueva la totalidad de los diputados y la mitad de los senadores, difícilmente saldrá un Congreso muy distinto del actual.

Hasta ahora, de los 50 miembros del Senado, 26 son de la derecha y 24 de la Concertación. En Diputados se impone el oficialismo: 70 contra 48.

La banca en la que se ha invertido más dinero y que más tinta ha hecho correr es la que se disputan en el distrito de Las Condes, en Santiago, Andrés Allamand (presidente de Renovación Nacional) y Carlos Bombal (Unión Democrática Independiente), dos jóvenes pesos pesados de la derecha.

El interés de esta lucha –entablada entre dos hombres que van por la misma lista– es que en ella se puede estar jugando el liderazgo del principal sector opositor, y también su perfil frente al gobierno.

De Allamand se cree que está mucho más próximo a la democracia cristiana y que no debería extrañar una futura alianza, por ejemplo ante una eventual deserción del socialismo de las filas de la Concertación.

Sin convulsiones

Estas elecciones no tienen muchos más secretos. Es un valor entendido que nada cambiará drásticamente cualquiera fuese el ganador.

En el Chile de estos tiempos su clase política ya no discute hacia dónde debe ir el país, sino qué camino conviene tomar. Por eso la campaña ha sido tranquila y hasta aburrida. Sin convulsiones.

Tampoco se espera que las haya después de que se abran las urnas.



Alessandri saluda a sus seguidores (AP)

Crecimiento sostenido

SANTIAGO, 10 (Reuter). – Hace cinco años, cuando Alejandro Foxley era el más seguro aspirante a ministro de Hacienda, expuso su plan económico ante un concurrido foro de empresarios.

Un asistente tomó el micrófono y le dijo: "¿Sabe señor Foxley?, no le creo nada".

Un mes atrás Foxley, casi al fin de su gestión como ministro, habló ante el mismo foro anual de empresarios y tuvo un cerrado aplauso de los concurrentes.

"Creo que es la primera vez en la historia contemporánea de Chile que un gobierno de centroizquierda logra establecer una relación de trabajo real, constructiva y eficiente con el sector privado chileno", declaró Foxley a Reuter.

Hace cuatro años el presidente Patricio Aylwin inició su gestión desafiando malos pronósticos sobre su capacidad para consolidar el explosivo proceso de expansión de la economía chilena dentro de un sistema democrático.

"En estos cuatro años un 10 por ciento de la población ha dejado de ser pobre", aseguró Foxley.

En los últimos tres años la economía chilena ha crecido en promedio un 7,5 por ciento, con una inflación cercana al 13 por ciento anual, un desempleo del cinco por ciento y una inversión global que este año llegará al 27 por ciento del producto interno bruto. De esa cifra, un 23 por ciento es inversión local. Y este proceso se mantuvo inalterado.

La inversión extranjera y local continúa vigorosa, la Bolsa transa como si nada fuera a ocurrir y, en general, nadie ha paralizado su trabajo a la espera de los resultados.

Llamado por un funcionario del gobierno francés El Jaguar de America latina, Chile ha mantenido durante los últimos diez años un crecimiento sostenido de su economía.

Más de la mitad de ese período ocurrió bajo el régimen militar del general Augusto Pinochet y el resto, en el actual sistema democrático.

Hoy los economistas de un bando y otro tienen discusiones más bien técnicas: si el gasto público debe o no crecer más que el producto interno bruto, si el índice de inflación anual debería bajar más allá del 13 por ciento, que el ahorro es insuficiente o que las tasas de interés están muy altas.

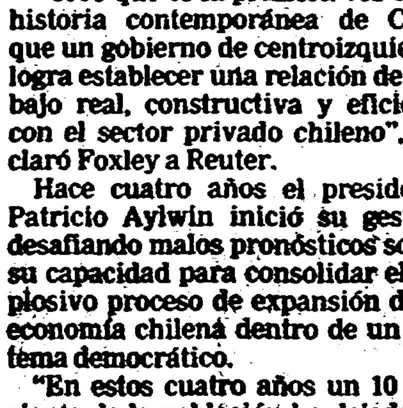
Pero todos coinciden en que el mantenimiento de un ritmo de crecimiento anual similar al registrado en los últimos diez años más un aumento del 10 por ciento al año en los ingresos de exportación permitirán a Chile salir del subdesarrollo a comienzos del próximo siglo.

"En diez años este país va a alcanzar a España. Los españoles están creciendo al 2,0 por ciento, mientras que nosotros vamos a estar creciendo sobre el seis por ciento, en términos de ingreso per cápita equivalente, es decir, a un poder de compra equivalente en las dos naciones", dijo Foxley.

"Si uno equipara a ambos países con el poder de compra en los Estados Unidos, España tiene hoy un ingreso per cápita de ocho mil dólares y Chile de seis mil dólares. En diez años estaremos donde está España y en seis años estaremos donde están Portugal y Grecia, y esta situación vale para Chile, Venezuela, México, Colombia y la Argentina", agregó.

Al asumir el gobierno de Aylwin había en Chile cuatro millones de pobres. Según sus propios cifras, durante los últimos cuatro años se redujeron en más de un millón.

Hace cuatro años



Candidato	%
Patricio Aylwin (centroizquierda)	55,2
Hernán Büchi (derecha)	29,4
Francisco Errázuriz (centro)	15,4

01-01

9400686

El gesto del presidente ruso es un ataque al nuevo parlamento

EL PARLAMENTO RUSO SIN SEDE

El presidente ruso, Boris Yeltsin, se negó tajantemente a devolver al nuevo cuerpo legislativo la "Casa Blanca", sede del antiguo Soviet Supremo disuelto y tomado por el Ejército en octubre pasado, informó la televisión rusa.

Hace tres días las ocho fracciones del nuevo Parlamento de Rusia, elegido en los comicios del pasado día 12, pidieron a Yeltsin que les devolviera la Casa Blanca después de que ésta fuese reparada tras los bombardeos del pasado 4 de octubre.

Tras aquellos sangrientos sucesos, cuando los cañonazos de los carros de combate destruyeron la fachada del edificio y originaron un incendio que arrasó los pisos superiores, el presidente traspasó la sede legislativa al Gobierno de Rusia.

Posteriormente, ordenó que las dos cámaras del nuevo Legislativo se alojasen en dos sitios distintos, en la Alcaldía y en la Casa de la Prensa, lo que chocó con las protestas del Alcalde de Moscú, Yuri Luzhkov, y de una treintena de medios informativos que se vieron en la calle.

Además, hubo críticas por el hecho de que el parlamento no podría sesionar en pleno, mientras que los estrechos callejones en torno a la Casa de la Prensa harán imposible el acceso y el aparcamiento de los automóviles del Parlamento y de la prensa.

Por su parte, la comisión de diputados encargada del alojamiento del Parlamento anunció que los dos edificios indicados no sirven para albergar las cámaras por razones "técnicas, funcionales y organizativas".

El diario Izvestia comentó con este motivo que el alojamiento del Parlamento "se convierte en un problema político que amenaza no sólo con ensombrecer el comienzo de la legislatura, sino también desatar un agudo conflicto entre el presidente y el nuevo cuerpo de diputados".

Sin embargo, el viceprimer ministro, Vladímir Shumeiko, encargado por Yeltsin de organizar el funcionamiento del nuevo Parlamento, comentó que el presidente ya había anunciado su decisión y no piensa revisarla.

Para el próximo 11 de enero, cuando empieza a trabajar la nueva Asamblea Federal, Yeltsin dispuso que los diputados inauguren su primera sesión plenaria en el Kremlin y que después las cámaras continúen en los lugares designados. (efe)

1/1.

Montevideo, 20 de enero de 1994.-

E. E. I.

El 30 de enero en el Parque Hotel comenzaría el Congreso Internacional de Religiones Afroumbandistas, en el mismo quedará fundada la Federación Afro Umbandistas del Uruguay.-

- Se solicita:
  * Cantidad de asistentes.
  * Si concurren delegaciones extranjeras, de donde, cantidad.
  * Temas tratados
  * Si concurren delegaciones políticas y|o sindicales.
  * Toda otra información que se considere de interés.

001/001

El balance poselectoral

LA FACTURA DE LOS CHICOS

(Por A.F., desde Santiago) **Unos eufóricos, otros apesadumbrados, los candidatos menores empezaron en la tarde de ayer a preparar los análisis y las facturas poselectorales. El "alternativo" Manfred Max Neef, el sacerdote Eugenio Pizarro –candidato del MIDA–, el derechista José Piñera y el humanista Cristian Reitze sabían aun antes de presentar sus candidaturas que no podían siquiera acercarse a la cima, pero entre las expectativas y la realidad hubo varias zanjas.**

Max Neef, un candidato apoyado por organizaciones ecologistas, y por los partidos MAPU e Izquierda Cristiana, dejó de entrada muy claros sus objetivos: su candidatura presidencial no pretendía llegar a la presidencia. La idea era tener una plataforma para poner sobre la mesa una serie de temas que consideraba subtratados y armar un movimiento para fortalecer a la sociedad civil. Ese objetivo estuvo logrado con creces: después de un primer momento en que se lo ignoró, la prensa "descubrió" a Max Neef, cuya campaña tuvo mucho más cobertura que la de los restantes candidatos "menores". Economista, autor de la Teoría del Desarrollo a Escala Humana, que le valió el Premio Nobel Alternativo en 1983, Max Neef se propone lanzar a partir de marzo y en base a los resultados obtenidos ayer, una "federación civil" para "profundizar la democracia y fortalecer la defensa de los derechos civiles".

Piñera (escindido de la Unión Demócratica Independiente), protagonista de una agresiva campaña que le rindió sus frutos sobre todo en la recta final, aseguró que seguirá trabajando como "independiente". Su futuro, sin embargo, parece difícil a menos que vuelva a agruparse con algún sector fuerte de la derecha. Aunque hizo una fuerte defensa del pinochetismo, no logró el apoyo de ese sector y ni siquiera un guiño del ex dictador.

Menos claro aún está el futuro de Pizarro, después de una candidatura que recibió muchas críticas y muy poco espacio en los medios. El sacerdote, que fue suspendido por la Iglesia a raíz de su participación política, intentará volver al ejercicio clerical si logra el permiso del arzobispo de Santiago. El Partido Comunista, que lo lanzó a la candidatura junto con sectores pequeños socialistas y miristas, se ha quejado de lo que consideran un "monopolio comunicacional" destinado a perjudicar al candidato. Lo cierto es que Pizarro no convenció a la mayoría de los simpatizantes de izquierda, tanto por su posición conservadora en lo social como por su discurso antiguo, más plagado de críticas que de propuestas.

Austria, Alemania, Bulgaria y Rumania lo repudiaron

Europa no quiere a Zhirinovsky

El ultranacionalista ruso Vladimir Zhirinovsky, al que esta semana expulsaron de Bulgaria y negaron el ingreso a Alemania, declaró ayer que piensa visitar Francia en febrero con el objeto de dialogar con políticos conservadores.



Los viajes de Zhirinovsky

Su presencia en diversos países es motivo de creciente preocupación, al punto que Bulgaria solicitó el ingreso a la OTAN

Como si la expulsión de Bulgaria, acompañada de la calificación de "fascista", y una declaración de persona non grata en Alemania fueran poco, Austria le negó la visa y Rumania lo catalogó de "cerebro enfermo".

Durante una entrevista que concedió en Moscú a una radio, Zhirinovsky señaló que no comprende por qué la gente lo considera un ultraderechista.

Agregó que quiere reunirse con el alcalde de París y ex primer ministro Jacques Chirac, que encabeza el partido conservador gaullista RPR, con el dirigente de centro-derecha y ex presidente Valéry Giscard d'Estaing "y con otros políticos conocidos".

Zhirinovsky manifestó que no comprende por qué la prensa critica sus actos, su conducta y la línea de su partido y agregó: "Nosotros somos como el partido de Jacques Chirac, no como el de (Jean Marie) Le Pen y otros partidos de extrema derecha". Le Pen dirige el Frente Nacional, agrupación francesa de ultraderecha.

A la pregunta de si considera que Francia le concederá una visa, respondió: "Sí, eso creo. Soy amigo de Francia. Nunca perjudiqué a Francia".

Zhirinovsky, cuyo partido se convirtió en la segunda fuerza del nuevo Parlamento ruso luego de las elecciones del 12 de diciembre, provocó este mes verdadera alarma en todo el mundo al advertir que habría "nuevas Hiroshimas y Nagasakis".

También acusó a los judíos de perjudicar a Rusia y habló de un aumento del antisemitismo en el país.

Alemania negó la visa para una visita de 18 días del político populista, ante la amenaza de Zhirinovsky de lanzar bombas nucleares sobre Alemania si interviene en los asuntos internos de Rusia.

En Austria, en el curso de su viaje a Bulgaria, Zhirinovsky se las ingenió para alterar los ánimos del ministro de Defensa ruso anunciando que Moscú contaba con una nueva arma llamada "elipton" que, indicó, era mucho más poderosa que la bomba atómica.

El titular de Defensa, Pavel Grachev, al ser interrogado sobre el particular, dijo: "No tenemos ningún arma ultrasecreta de ese tipo. No sé a qué se refiere". ■ *(De la redacción de El Observador, en base a información de las agencias Reuter y EFE)*

PARA MAIRA, "ESTA ES UNA ELECCION MUY ATIPICA"

(Por A.F., desde Santiago) Luis Maira es el secretario general del Partido Socialista, pero también es un prestigioso analista de los fenómenos políticos chilenos. En su exilio mexicano se convirtió en uno de los mayores especialistas en la política latinoamericana y en sus relaciones con Estados Unidos. Pocas horas antes de conocerse los resultados de las elecciones, Maira analizó en esta entrevista con **Página/12** las razones de una campaña atípica en la historia chilena y los distintos cursos que ha seguido la izquierda del país, desde el gobierno de Salvador Allende hasta la fragmentación actual.



–Uno de los rasgos más sorprendentes de esta elección fue el mínimo nivel de debate que produjo. ¿Fue producto del consenso global que parece prevalecer en la sociedad chilena?

–Creo que la elección de 1993 va a ser recordada como una elección muy atípica. En un país de proyectos contrapuestos, de formulaciones audaces, de visiones nuevas, nada de eso estuvo presente en la campaña del '93. Esta campaña recogió un grado de acuerdo prevaleciente en la sociedad, y que da cuenta de una percepción compartida de la situación mundial y de los límites de la situación interna. En ese contexto también aparece un fenómeno nuevo en que se predice que un candidato va a obtener la mayoría absoluta de los votos. Entonces al haber visiones compartidas sobre lo que es posible hacer en el próximo sexenio y no existir incertidumbre sobre quién va a estar en la presidencia, la campaña tomó un tono lento, de difícil despegue y falta de debate.

–Se notó especialmente la ausencia de una posición más crítica por parte de la izquierda, que tradicionalmente tuvo mucha presencia en Chile. ¿Qué pasó con esa izquierda?

–La historia de la izquierda de Chile es una historia aún por escribirse. Lo que sí es cierto es que hubo un proceso de fragmentación y que el impacto de la derrota fue mucho más profundo de lo que muchos creímos. El número de militantes, de dirigentes que murió o permaneció indefinidamente en el exilio es por sí mismo ilustrativo de lo que se perdió. Por lo tanto, sumado esto a la implacable represión interna durante la dictadura, no es extraño que cuando se abren las compuertas la izquierda vea retroceder considerablemente su poder de convocatoria. En el '89 la izquierda obtuvo el 24 por ciento de los votos, después de haber tenido entre 33 y 35 por ciento en los años previos al golpe. Pero a eso se agrega un nuevo fenómeno: ese 24 por ciento ya no era sumable. En el curso de la lucha contra la dictadura se perfilaron dos proyectos de salida. Uno político militar, que encarnó el PC con el Frente Manuel Rodríguez, y otro social y de masas que encarnó el conjunto de las entonces dispersas fuerzas socialistas. Y eso marcó desacuerdos muy profundos, no es un punto baladí. Cuando se produjo el plebiscito quienes convocamos a la campaña por el No fuimos las vertientes socialistas de la izquierda, con el rechazo explícito del Partido Comunista. El PC entró en una fase tardía. Esta entrada a regañadientes marcó los caminos que ratificaría en el XV Congreso del PC, en 1989, que en lugar de ser un momento de autocrítica y abandono de lo militar fue una afirmación de esa línea. Nosotros hemos construido la izquierda de la concertación. Nos parece que por razones de interés patriótico, mientras existan los enclaves autoritarios dejados por la dictadura, la única salida es la construcción de una mayoría nacional estable, y la única mayoría es un acuerdo del centro y la izquierda en la concertación.

–Usted dice "mientras existan los enclaves autoritarios". ¿Eso significaría que puede producirse un fin de la concertación de aquí a un tiempo?

–No necesariamente. Uno de los aprendizajes de la experiencia de la Unidad Popular es que grandes transformaciones, la creación sostenida de un sistema político más democrático, de un clima nacional más progresista, no son posibles en condiciones de minoría nacional. La gran falla finalmente cometida en la vía chilena al socialismo fue querer hacer grandes transformaciones en un contexto de apoyo minoritario. Allende nunca logró acercarse a la mayoría nacional: tuvo un 44 por ciento de los votos en la elección parlamentaria de marzo del '73, 7 puntos por arriba de su base inicial, 36,4. Pero el otro sector del país se organizó y en un país polarizado fueron capaces de organizar el golpe. En consecuencia, nosotros creemos que los cambios sólidos, sostenidos, eficaces, son los que se logran con una mayoría nacional estable.

–Da la impresión, sin embargo, de que en su alianza con la Democracia Cristiana el Partido Socialista perdió parte de su identidad socialista para sumirse hacia el centro.

–No es mi impresión. Lo que hay es una identidad de concertación: y la concertación ha sido una experiencia francamente exitosa. Ser parte de esa experiencia no es algo vergonzante, para nosotros es una satisfacción. Hemos sacado al país de la dictadura más sólida de la historia contemporánea de América latina y sorteando dificultades lo llevamos hacia un horizonte donde prevalezca definitivamente la soberanía popular. No ha terminado la transición, ha sido más difícil de lo que uno creía, pero se han logrado hitos consistentes. Y en ese sentido perfilar y consolidar un actor como la concertación ha sido un triunfo. Eso no se contrapone con la idea de que nosotros tenemos que perfilar y desarrollar un proyecto de país y una fuerza propia.

–Mientras el socialismo quedó incorporado a la concertación, el PC y otros sectores representados en la candidatura de Eugenio Pizarro no han tenido prácticamente presencia en esta campaña.

–La candidatura de Pizarro combinó cierta visión ética preconciliar –un candidato opuesto al divorcio, al uso del condón, a las relaciones prematrimoniales de los jóvenes– con una posición de incomprensión del cambio social y político del país. Y aparentemente va a retroceder en cantidad de votos en relación con las municipales del '89.

FUNCIONARIOS ARABES E ISRAELIES OPTIMISTAS SOBRE LAS NEGOCIACIONES

EL CAIRO, 27 (AP y ANSA).— La OLP e Israel reanudaron hoy sus negociaciones por la paz en el Oriente Medio. Ambos bandos estuvieron representados por las figuras del más alto relieve que se reunieron en secreto a principio de año y que forjaron el primer acuerdo importante firmado por los enconados enemigos.

Funcionarios palestinos e israelíes expresaron optimismo de que en esta rueda de negociaciones llegarían a un acuerdo para que el ejército de Israel emplece definitivamente su retirada de la Franja de Gaza y de la zona de Jericó en la Margen Occidental, ambas ocupadas, como lo establece el acuerdo que firmaron en Washington en setiembre.

El plazo para que comenzara la retirada venció hace dos semanas.

El canciller egipcio Amr Moussa se reunió por separado con el ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, y con el negociador palestino Mahmoud Abbas, antes de que comenzara la reunión conjunta con otros delegados.

La reunión duró sólo poco más de una hora y a continuación hubo una cena ofrecida por Moussa. Peres y Abba se negaron a dar detalles. "Todavía no hay nada", dijo Abbas.

El negociador palestino Nabil Saath dijo a los reporteros la reunión de hoy fue "de preparación para las reuniones oficiales de mañana".

Moussa, que se reunió ayer con Yasser Arafat, jefe de la Organización para la Liberación de Palestina, expresó optimismo de que se llegue a un acuerdo. "Las brechas no son tan amplias, y es posible que coincidamos", dijo.

Peres había dicho antes de viajar que no aportaría nuevas ofertas respecto al tamaño de la zona autónoma que se concederá a los palestinos en torno a la población de Jericó en la Margen Occidental. El acuerdo OLP-Israel establece la autonomía para el pueblo palestino al cabo de cinco años, empezando por la Franja de Gaza y Jericó.

"Vine a El Cairo para escuchar las propuestas palestinas y para analizar la posibilidad de llevarlas a la práctica", dijo Peres.

"Espero que lleguemos a una solución respecto a todos los asuntos pendientes", manifestó. "Si no hubiese esperanzas para tal solución, no habría negociaciones".

Pero en una entrevista publicada hoy por un diario israelí, Peres advirtió que Arafat procuraba concesiones que Israel no estaba dispuesto a hacer.

"Mi gran esperanza es que Arafat baje del árbol donde está trepado, porque no llevaré ninguna oferta nueva", dijo Peres, según el diario.

Las tropas israelíes debieron comenzar su retirada de Jericó y la Franja de Gaza el 13 de diciembre, en virtud del acuerdo OLP-Israel del 13 de setiembre. Ese plazo venció sin que fuese cumplido el objetivo debido a una disputa por el tamaño de la zona autonóma y por el control de los puestos fronterizos en esas zonas.

La radio israelí dijo que el primer ministro israelí Yitzhak Rabin le informó a su gabinete que Israel ofrecería 50 kilómetros cuadrados, casi el doble de su oferta original, para una zona autónoma que incluiría a Jericó y dos campos de refugiados adyacentes. Arafat ha insistido en 200 kilómetros cuadrados.



Un miembro de la seguridad metralleta en mano custodia el ómnibus egipcio que sufrió un atentado de xenofobos con turistas austriacos. (Laserfoto de Reuter)

El ministro, que encabeza la delegación israelí en las negociaciones, se entrevistó a su llegada a El Cairo con el canciller egipcio, Amr Moussa, y mañana será recibido por el presidente Hosni Mubarak.

Moussa afirmó hoy que el diálogo con Peres había sido "útil y serio", y dijo que Egipto no actuará como intermediario ni estará representado en las reuniones entre israelíes y palestinos.

Por su parte, el jefe de la delegación palestina, Abu Mazen —quien firmó el 13 de setiembre junto a Peres el histórico acuerdo sobre el régimen de autonomía palestina— se entrevistó también con Moussa, pero no hizo declaraciones.

Según la "Declaración de Principios" firmada en Washington, las tropas israelíes habrían tenido que iniciar su retiro de la franja de Gaza y de Jericó el 13 de diciembre, y concluir para el 13 de abril.

EL CAIRO, 28 (Nota fuentes AP y Reuter).— Negociadores israelíes y palestinos continuaron esta noche las negociaciones y fuentes allegadas dijeron que están a punto de lograr un acuerdo en los obstáculos que retrasaron la retirada de los soldados israelíes de la franja de Gaza y la aldea cisjordana de Jericó.

El ministro de Relaciones Exteriores Shimon Peres dijo tener esperanzas "ilimitadas" de que sea alcanzado un acuerdo, pero advirtió que Israel no renunciará a sus objetivos de seguridad.

Los negociadores estaban esta noche a punto de llegar a [illegible] pas para determinar la extensión de Jericó, según fuentes egipcias allegadas a las conversaciones.

El área que evacuará Israel en torno a Jericó y quien controlará los cruces fronterizos fueron los principales obstáculos en las negociaciones iniciadas en octubre.

Con anterioridad, fuentes palestinas dijeron en Jerusalén que ambas partes lograron un amplio acuerdo sobre el control de los puestos fronterizos, aunque siguen sin concretar los detalles.

Israel considera vital para su seguridad la protección de las fronteras y por lo tanto exige que esa tarea continúe en sus manos, mientras que los palestinos afirman que la vigilancia de las fronteras es parte de la autonomía que les fue prometida en Gaza y Jericó. Los palestinos desean ampliar la zona autónoma aledaña a Jericó, con un radio mayor que el propuesto por Israel.

El ministro egipcio de Relaciones Exteriores Amr Moussa dijo que anticipaba que las conversaciones incluirían dos o tres reuniones más y podrían extenderse hasta el miércoles. Indicó que creía que había probabilidades de acuerdo en "tres o cuatro puntos".

Peres, interrogado sobre las posibilidades de éxito, dijo que "las esperanzas son ilimitadas, pero no puedo mencionar tiempo".

Peres y Abbas, apodado Abu Mazen, iniciaron las negociaciones en octubre en El Cairo pero no volvieron a encabezar sus respectivas delegaciones hasta ahora. Ambos participaron en una negociación secreta en Noruega [illegible] un real avance en los contactos entre las partes.

Ni Abbas ni Peres dieron detalles de su primera reunión de esta ronda, que duró más de una hora.

El canciller egipcio, Amr Mussa, tras una conversación que mantuvo su par israelí Shimon Peres con el presidente egipcio, Hosni Mubarak, afirmó que "esperaba" que palestinos e israelíes "nos anuncien hoy resultados positivos". En caso contrario "las tratativas proseguirán mañana", había dicho.

"Las diferencias existentes —según Mussa— no deben minimizarse" pero "tampoco exagerarse". "Existe —añadió— una posibilidad de acuerdo". "Las dos delegaciones presentaron nuevas propuestas", indicó y auspició que las mismas puedan "resolver las divergencias".

Los negociadores de los dos campos se han negado a dar informaciones sobre la marcha de las tratativas, que se reanudaron esta mañana tras una reunión preparatoria celebrada anoche.

El canciller Peres, después de una reunión con Mahmud Abbas, miembro del comité ejecutivo de la OLP, dio a entender que no se registraron progresos en las negociaciones sobre la puesta en marcha de la autonomía en los Territorios Ocupados.

Peres se limitó a confirmar que "la principal preocupación de Israel es la seguridad" y a subrayar el papel de Egipto en las negociaciones y su preocupación "por acercar los diferentes puntos de vista" de los negociadores.

Distintas fuentes destacaron en los últimos días que Egipto presiona a la dirección de la OLP para que se muestre dispuesta a ulteriores concesiones.

Mubarak se reunió el domingo con el jefe de la OLP, Yasser Arafat, quien partió después hacia Yemen, donde afirmó que espera hacia mediados de enero que Israel se retire de Gaza y Jericó.

Arafat llegó hoy a la capital sudanesa, donde afirmó que espera que en las negociaciones en El Cairo "se registren progresos palpables", ya que las dos tandas anteriores de conversaciones en Noruega y Francia "no dieron resultado alguno".

Fuentes próximas a la delegación palestina, citadas por la agencia Mena, indicaron que la parte palestina "adelantó tres propuestas, rechazadas por los israelíes" sobre la cuestión del control de los pasos y de las líneas de frontera entre Gaza-Egipto y Jericó-Jordania.

Cinco días sin avances entre Israel y la OLP por la autonomía palestina

Al término de cinco días de reuniones y negociaciones en la capital egipcia, los puntos de divergencia entre Israel y la OLP para alcanzar un acuerdo global sobre la autonomía de Gaza y Jericó, persisten.

El Cairo (ANSA)

Representantes palestinos, al confirmar el estancamiento de las negociaciones en El Cairo, se declararon también contrariados porque la prensa israelí publicó ayer el borrador de un acuerdo sobre el que debe todavía pronunciarse la OLP.

Nabil Shaath, consejero político del líder de la OLP, Yasser Arafat, reiteró hoy la existencia de puntos de divergencia entre las dos partes, y negó que durante la reciente sesión de negociaciones en El Cairo las dos delegaciones hubieran tratado siquiera de alcanzar un "acuerdo final".

"Sólo intentamos avanzar en las negociaciones", dijo Shaath, quien recordó que el **"comité de enlace"** encabezado por el Ministro de Exteriores israelí, Shimon Peres, y Mahmud Abbas (Abu Mazen), miembro del Comité Ejecutivo de la OLP, no es un **"lugar de negociaciones"** sino un **"mecanismo"** para resolver conflictos.

"Ahora –añadió– seguiremos negociando", probablemente en Taba, golfo de Aqaba, sobre el Mar Rojo, donde el pasado 13 de octubre comenzaron las tratativas bilaterales.

Arafat partió en la mañana de ayer para El Cairo, adonde había llegado anoche, sin efectuar declaraciones, dejando al Ministro de Exteriores egipcio, Amr Mussa, la tarea de reiterar que entre israelíes y palestinos existen **"divergencias"**.

El líder de la OLP efectuó un inesperado viaje a Ammán, donde se entrevistó con el Rey Hussein de Jordania.

En Túnez, en tanto, se está llevando a cabo un encendido debate en el Comité Ejecutivo de la OLP, que ayer había rechazado como "humillante" el borrador de acuerdo definido en El Cairo.

Shaath evitó pronunciarse sobre el texto del proyecto que fue publicado ayer por la prensa israelí, y afirmó en forma polémica que el **"acuerdo con los israelíes no debía ser publicado y por tanto sólo diré que no lo he visto"**.

El borrador de acuerdo elaborado en la capital egipcia por los negociadores prevé el control compartido de los puestos fronterizos de la futura entidad palestina con los estados vecinos, Jordania y Egipto, según la prensa israelí.

El contenido del texto difundido por los diarios fue confirmado por el portavoz oficial del Premier Yitzhak Rabin.

La discusión sobre los controles fronterizos se había presentado siempre como uno de los temas más espinosos de las negociaciones. Otras cuestiones que han bloqueado la aplicación del acuerdo Israel-OLP han sido la dimensión territorial de Jericó y la búsqueda de una fórmula aceptable sobre la seguridad de los colonos judíos en Gaza.

En un derroche de ambigüedad, Peres y Abu Mazen –los dos hombres que firmaron la histórica Declaración de Principios en Washington el pasado 13 de septiembre– habían afirmado ayer que las conversaciones habían sido "constructivas", pero que era necesario **"seguir realizando consultas y negociando"**.

Lo único concreto que produjeron las negociaciones en El Cairo fue el acuerdo de extender las conversaciones.

"Quedan todavía diferencias en torno a la cuestión de los controles fronterizos y otros temas que serán discutidos, espero, la semana próxima", había dicho Abu Mazen.

Por otra parte, el Canciller egipcio afirmó hoy que las negociaciones se llevan a cabo **"entre israelíes y palestinos, y no con los egipcios"**, y precisó que Egipto **"cuando se le pide que ayude, ayuda, y está presente cuando se encuentra que su presencia es necesaria"**.

Mussa añadió que Egipto **"está manteniendo contactos con las dos partes, palestina e israelí, y con Estados Unidos"** y que **"lo importante es que las tratativas [illegible]"**.

Cumbre de El Cairo: Persisten Divergencias Entre Israel-OLP

EL CAIRO, 30 (ANSA). — Al término de cinco días de reuniones y negociaciones en la capital egipcia, los puntos de divergencia entre Israel y la OLP para alcanzar un acuerdo global sobre la autonomía de Gaza y Jericó persisten.

Representantes palestinos, al confirmar el estancamiento de las negociaciones en El Cairo, se declararon también contrariados porque la prensa israelí publicó hoy el borrador de un acuerdo sobre el que debe todavía pronunciarse la OLP.

Nabil Shaath, consejero político del líder de la OLP, Yasser Arafat, reiteró hoy la existencia de puntos de divergencia entre las dos partes, y negó que durante la reciente sesión de negociaciones en El Cairo las dos delegaciones hubieran tratado siquiera de alcanzar un "acuerdo final".

"Sólo intentamos avanzar en las negociaciones", dijo Shaath, quien recordó que el "comité de enlace" encabezado por el ministro de Exteriores israelí, Shimon Peres, y Mahmud Abbas (Abu Mazen), miembro del Comité Ejecutivo de la OLP, no es un "lugar de negociaciones" sino un "mecanismo" para resolver conflictos.

"Ahora —añadió— seguiremos negociando", probablemente en Taba (golfo de Aqaba, sobre el Mar Rojo), donde el pasado 13 de octubre comenzaron las tratativas bilaterales.

Arafat partió esta mañana de El Cairo —adonde había llegado anoche— sin efectuar declaraciones, dejando al ministro de Exteriores egipcio, Amr Mussa, la tarea de reiterar que entre israelíes y palestinos existen "divergencias".

El líder de la OLP efectuó un inesperado viaje a Ammán, donde se entrevistó con el rey Hussein en Jordania.

En Túnez, en tanto, se está llevando a cabo un encendido debate en el Comité Ejecutivo de la OLP, que ayer había rechazado como "humillante" el borrador de acuerdo definido en El Cairo.

Shaath evitó pronunciarse sobre el texto del proyecto que fue publicado hoy por la prensa israelí, y afirmó en forma polémica que el "acuerdo (con los israelíes) no debía ser publicado y por tanto sólo diré que no lo he visto".

El borrador de acuerdo elaborado en la capital egipcia por los negociadores prevé el control compartido de los puestos fronterizos de la futura entidad palestina con los estados vecinos (Jordania y Egipto), según la prensa israelí.

El contenido del texto difundido por los diarios fue confirmado por el portavoz oficial del premier Yitzhak Rabin.

La discusión sobre los controles fronterizos se había presentado siempre como uno de los temas más espinosos de las negociaciones. Otras cuestiones que han bloqueado la aplicación del acuerdo Israel-OLP han sido la dimensión territorial de Jericó y la búsqueda de una fórmula aceptable sobre la seguridad de los colonos judíos en Gaza.

En tanto, el ministro israelí del Ambiente, Yossi Sarid, afirmó hoy en una entrevista televisiva, que Israel está esperando conocer oficialmente la respuesta de Arafat a los puntos de acuerdo alcanzados en El Cairo.

Estas declaraciones no han sido bien acogidas entre las filas palestinas. "No hemos recibido un ultimátum, del mismo modo que no tenemos fechas", afirmó Shaath, mientras el representante de la OLP en El Cairo, Said Kamal, dijo a ANSA que está "fuera de discusión" hablar por el momento de una respuesta palestina.

En un derroche de ambigüedad, Peres y Abu Mazen —los dos hombres que firmaron la histórica Declaración de Principios en Washington el pasado 13 de setiembre— habían afirmado ayer que las conversaciones habían sido "constructivas", pero que era necesario "seguir realizando consultas y negociando".

02

9400692

OLP INSISTE EN QUE NO HAY ACUERDO DEFINITIVO

El Comité Ejecutivo de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) insistió ayer en que no se ha llegado a un acuerdo completo con Israel sobre la aplicación de la autonomía en Gaza y Jericó, achacándolo a la lentitud mostrada, en las negociaciones, por la parte israelí.

Diversos síntomas del carácter contradictorio que tienen las últimas declaraciones hechas por responsables de la central palestina, y las que han hecho, Yaser Arafat y el jefe de la delegación palestina en el comité de enlace, Mahmud Abbas, seguían siendo perceptibles ayer en Túnez.

El primer síntoma procede del propio Comité Ejecutivo, que mantuvo en Túnez una sesión especial, el miércoles pasado, antes de que se produjera una nueva mediación del presidente egipcio, Hosni Mubarak, para romper el bloqueo en que estaban las negociaciones.

En el comunicado dado a conocer al término de esa sesión, la OLP no sólo negaba que se hubiera llegado a un acuerdo sobre el control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó con los países limítrofes, sino que condenaba a Israel "por haberse apartado del espíritu de Oslo".

Posteriormente, la central palestina informó haber entrado en contacto con Arafat y Abbas, señalando que "lo que se ha constatado es que la posición de Israel se aparta todavía de la que mantenía hasta la última reunión del comité de enlace palestino-israelí".

Según Abbas, al concluir la última sesión del comité de enlace se constataron "algunas divergencias" en lo que concierne al control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó.

El jefe de la delegación palestina añadió a continuación que "pese a ello, pensamos que podemos llegar a un acuerdo definitivo, y hemos decidido seguir negociando y consultándonos mútuamente".

Por medio de uno de sus portavoces, el Comité Ejecutivo de la OLP, sin reconocer que pudo verse "cortocircuitado" por Arafat, indicó que Israel "continua negándose a garantizar a la parte palestina el derecho de control total sobre el acceso a las regiones (Gaza y Jericó) de donde se retirará el Ejército israelí".

Pero la citada instancia de la central palestina no dió detalles sobre el "entendimiento" al que se habría llegado en El Cairo, y que consistiría en la participación de los palestinos en el control de los pasos fronterizos, al lado de los israelíes, según otras fuentes palestinas de Túnez.

En tal caso, la posición de Israel se habría aproximado a la de la OLP, ya que en el último comunicado del Comité Ejecutivo de ésta, afirmaba "estar dispuestos a una coordinación necesaria entre las dos partes (sobre el control de los pasos fronterizos), y con una participación internacional...".

El portavoz de la OLP declaró a EFE que, de acuerdo con Yaser Arafat, se ha solicitado una nueva intervención de Egipto ante Israel, para organizar otro encuentro entre Isaac Rabin y el presidente de la organización palestina.

"En nuestra opinión, el estado actual en que se encuentran las negociaciones sobre la aplicación de la autonomía en Gaza y Jericó, requiere que se produzca ese encuentro de alto nivel", agregó el portavoz palestino.

Interrogado sobre si el término de "acuerdo" puede emplearse para juzgar el resultado de las últimas negociaciones celebradas en El Cairo, el portavoz de la OLP insistió en que "no ha habido un acuerdo global y sólo se han constatado una serie de coincidencias sobre varios de los puntos en litigio..."

Los principales temas donde Israel y la OLP siguen manteniendo posiciones contrarias, conciernen a las modalidades que tendrá el control de los pasos fronterizos, la extensión territorial del distrito de Jericó, donde se aplicará la autonomía palestina, y el nuevo despliegue de las Fuerzas Armadas israelíes en la franja de Gaza.

ISRAEL ACEPTO CONTROL MUTUO EN LA FRONTERA

El Gobierno israelí ha aceptado el principio de compartir con la OLP el control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó, con los países limítrofes, afirmaron fuentes palestinas en Túnez.

La propuesta hecha por la delegación israelí en las conversaciones mantenidas por el Comité de Enlace palestino-israelí en El Cairo, es la de establecer dos controles por separado en los puentes que unen a la ciudad de Jericó con Jordania, agregaron las fuentes palestinas.

La prensa israelí publicó ayer lo que califica de "proposiciones hechas a la parte palestina" y que consisten, según ella, en el establecimiento en los puntos de tránsito hacia Jericó de un puesto de policía y de aduanas con dos garitas, una controlada por funcionarios israelíes y otra por palestinos.

Según las propuestas israelíes, las "personalidades palestinas" quedarían exentas de control, lo que satisfacería una de las exigencias principales de la OLP, y resolvería el problema evocado en las negociaciones por la parte palestina, que no desea que sus dirigentes sean controlados por la policía israelí.

03

9400692

OLP INSISTE EN QUE NO HAY ACUERDO DEFINITIVO

El Comité Ejecutivo de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) insistió ayer en que no se ha llegado a un acuerdo completo con Israel sobre la aplicación de la autonomía en Gaza y Jericó, achacándolo a la lentitud mostrada, en las negociaciones, por la parte israelí.

Diversos síntomas del carácter contradictorio que tienen las últimas declaraciones hechas por responsables de la central palestina, y las que han hecho, Yaser Arafat y el jefe de la delegación palestina en el comité de enlace, Mahmud Abbas, seguían siendo perceptibles ayer en Túnez.

El primer síntoma procede del propio Comité Ejecutivo, que mantuvo en Túnez una sesión especial, el miércoles pasado, antes de que se produjera una nueva mediación del presidente egipcio, Hosni Mubarak, para romper el bloqueo en que estaban las negociaciones.

En el comunicado dado a conocer al término de esa sesión, la OLP no sólo negaba que se hubiera llegado a un acuerdo sobre el control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó con los países limítrofes, sino que condenaba a Israel "por haberse apartado del espíritu de Oslo".

Posteriormente, la central palestina informó haber entrado en contacto con Arafat y Abbas, señalando que "lo que se ha constatado es que la posición de Israel se aparta todavía de la que mantenía hasta la última reunión del comité de enlace palestino-israelí".

Según Abbas, al concluir la última sesión del comité de enlace se constataron "algunas divergencias" en lo que concierne al control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó.

El jefe de la delegación palestina añadió a continuación que "pese a ello, pensamos que podemos llegar a un acuerdo definitivo, y hemos decidido seguir negociando y consultándonos mútuamente".

Por medio de uno de sus portavoces, el Comité Ejecutivo de la OLP, sin reconocer que pudo verse "cortocircuitado" por Arafat, indicó que Israel "continua negándose a garantizar a la parte palestina el derecho de control total sobre el acceso a las regiones (Gaza y Jericó) de donde se retirará el Ejército israelí".

Pero la citada instancia de la central palestina no dió detalles sobre el "entendimiento" al que se habría llegado en El Cairo, y que consistiría en la participación de los palestinos en el control de los pasos fronterizos, al lado de los israelíes, según otras fuentes palestinas de Túnez.

En tal caso, la posición de Israel se habría aproximado a la de la OLP, ya que en el último comunicado del Comité Ejecutivo de ésta, afirmaba "estar dispuestos a una coordinación necesaria entre las dos partes (sobre el control de los pasos fronterizos), y con una participación internacional...".

El portavoz de la OLP declaró a EFE que, de acuerdo con Yaser Arafat, se ha solicitado una nueva intervención de Egipto ante Israel, para organizar otro encuentro entre Isaac Rabin y el presidente de la organización palestina.

"En nuestra opinión, el estado actual en que se encuentran las negociaciones sobre la aplicación de la autonomía en Gaza y Jericó, requiere que se produzca ese encuentro de alto nivel", agregó el portavoz palestino.

Interrogado sobre si el término de "acuerdo" puede emplearse para juzgar el resultado de las últimas negociaciones celebradas en El Cairo, el portavoz de la OLP insistió en que "no ha habido un acuerdo global y sólo se han constatado una serie de coincidencias sobre varios de los puntos en litigio..."

Los principales temas donde Israel y la OLP siguen manteniendo posiciones contrarias, conciernen a las modalidades que tendrá el control de los pasos fronterizos, la extensión territorial del distrito de Jericó, donde se aplicará la autonomía palestina, y el nuevo despliegue de las Fuerzas Armadas israelíes en la franja de Gaza.

ISRAEL ACEPTO CONTROL MUTUO EN LA FRONTERA

El Gobierno israelí ha aceptado el principio de compartir con la OLP el control de los pasos fronterizos de Gaza y Jericó, con los países limítrofes, afirmaron fuentes palestinas en Túnez.

La propuesta hecha por la delegación israelí en las conversaciones mantenidas por el Comité de Enlace palestino-israelí en El Cairo, es la de establecer dos controles por separado en los puentes que unen a la ciudad de Jericó con Jordania, agregaron las fuentes palestinas.

La prensa israelí publicó ayer lo que califica de "proposiciones hechas a la parte palestina" y que consisten, según ella, en el establecimiento en los puntos de tránsito hacia Jericó de un puesto de policía y de aduanas con dos garitas, una controlada por funcionarios israelíes y otra por palestinos.

Según las propuestas israelíes, las "personalidades palestinas" quedarían exentas de control, lo que satisfacería una de las exigencias principales de la OLP, y resolvería el problema evocado en las negociaciones por la parte palestina, que no desea que sus dirigentes sean controlados por la policía israelí.

03

Israel teme que la OLP interprete el primer paso del acuerdo como una retirada definitiva

Otra jornada infructuosa para "Gaza-Jericó"

Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) se reunieron ayer por segundo día consecutivo para intentar solucionar los problemas que obstaculizan una retirada israelí de la Franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó.

El ministro de Relaciones Exteriores israelí, Shimon Peres, que encabeza la delegación de su país, declaró a la prensa antes de reunirse con su colega egipcio Hosni Mubarak durante un receso en las conversaciones, que la principal preocupación del Estado judío es la seguridad.

"Dialogamos como amigos", dijo Peres. "Respetaremos su dignidad y, en la medida en que podamos, sus necesidades. Nuestra principal preocupación es y seguirá siendo la seguridad de Israel".

"Nos quedaremos todo el tiempo que sea necesario", declaró a la prensa el ministro de Medio Ambiente israelí, Yossi Sarid, cuando abandonó la sala de reuniones de un hotel de El Cairo para comprar cigarrillos.

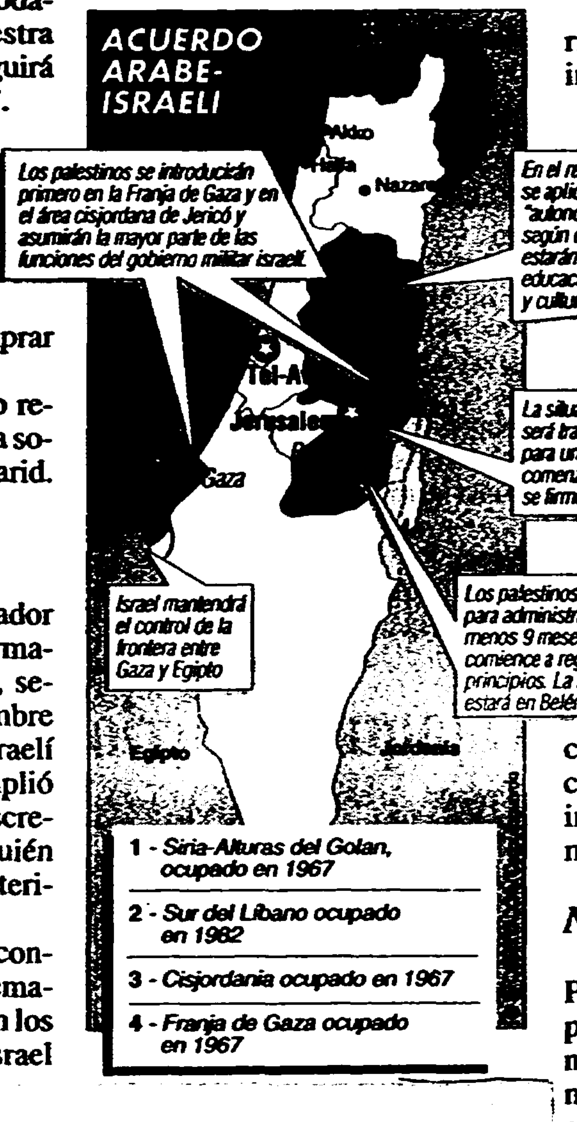
"Nos comprometimos a no revelar ni siquiera media palabra sobre cualquier progreso", dijo Sarid.

Nuevos plazos

Peres y el principal negociador palestino Mahmoud Abbas firmaron un acuerdo en setiembre, según el cual el 13 de diciembre debía comenzar la retirada israelí de Gaza y Jericó. Israel no cumplió con el plazo fijado debido a discrepancias entre las partes sobre quién debía controlar los pasos fronterizos a Jordania y Egipto.

Una fuente cercana a las conversaciones señaló que es prematuro decir que hubo avances en los tres puntos que hicieron que Israel y la OLP no pudieran cumplir el plazo.

Otra fuente indicó que Israel hizo nuevas concesiones pero que los palestinos todavía no contestaron.



El ministro de Relaciones Exteriores egipcio, Amr Moussa, que intenta limar las diferencias entre ambos bandos, manifestó que las negociaciones continuarán hoy.

A la pregunta de si la situación es mala, respondió: "No. La situación no es muy mala, pero tampoco quiero pintar un panorama rosa".

Egipto, único Estado árabe que firmó un tratado de paz con Israel, actúa cada vez más como mediador con el objeto de contribuir a que ambas partes instrumenten el acuerdo que firmaron hace tres meses.

Nuevas reuniones

Peres y Abbas mantuvieron una primera reunión el lunes por la noche en el Ministerio de Relaciones Exteriores egipcio. Cenaron con Moussa y luego iniciaron una segunda sesión que se prolongó hasta después de la medianoche. Negociadores de ambas partes volvieron a reunirse ayer de mañana y de tarde.



Peres y Moussa

Las negociaciones árabe-israelíes continuarán mañana en presencia de delegados egipcios

El centro del conflicto es que Israel teme que la OLP interprete la autonomía limitada que se acordó en la Declaración de Principios de setiembre como el comienzo del establecimiento de un Estado palestino independiente.

Autonomía limitada

Algunos funcionarios de la OLP comenzaron a hablar de la retirada israelí de la Franja de Gaza y la zona de Jericó como una retirada definitiva en el marco de la resolución 242 del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

La Declaración de Principios sólo establece que Israel acepta retirarse como parte de un período provisional de cinco años de autonomía limitada durante el cual ambas partes negociarán un acuerdo definitivo según la fórmula de "tierra por paz" de la resolución 242.■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de Reuter, AP y EFE)*

TODAVIA EN DISCUSION

- Control de los pasos fronterizos entre Egipto y la Franja de Gaza, y entre Jordania y Jericó.
- Extensión de la zona de Jericó.
- Seguridad de los asentamientos judíos en Gaza.

04-04

9400692

En un claro apoyo a la política socioeconómica desarrollada por el gobierno de Patricio Aylwin (una versión con más acento en lo social que el proyecto económico del general Augusto Pinochet), la ciudadanía chilena le dio ayer la victoria al candidato oficialista Eduardo Frei, de la Concertación por la Democracia, quien —en un hecho sin precedentes en la historia del país— se imponía a última hora de ayer con un 57,9 por ciento. Frei, ingeniero civil de profesión y militante de la DC desde su juventud, irrumpió en la arena política una década atrás, tras la muerte de su padre, el ex presidente Eduardo Frei Montalva. El mandatario electo recibió ayer por la noche el saludo de todos sus adversarios. **(Más inf. en pág. 30)**

Producción y textos del enviado especial Gustavo Sierra.

NINGUN MANDATARIO EN LA HISTORIA DE CHILE LOGRO UNA VENTAJA TAN AMPLIA

Frei, nuevo presidente

Agencia AFP



Una vecina de Santiago lee ayer el diario mientras espera su turno para votar.

ELECCIONES EN CHILE

SANTIAGO, Chile, 11 (Enviado especial). — Chile es un país de extremos pero no de sorpresas. Como anticipaban todas las encuestas, **Eduardo Frei Ruiz Tagle** fue el indiscutible ganador de las elecciones presidenciales y se convirtió en el hombre encargado de lograr que la modernidad obtenida por el país se reparta entre los 13 millones de chilenos antes del año 2000.

El candidato de la coalición de centro izquierda que gobierna Chile desde hace cuatro años obtuvo, según datos extraoficiales basados en el 20 por ciento de votos emitidos, el 57,9 por ciento de los votos, en tanto que el candidato de la alianza de derecha, **Arturo Alessandri**, casi el 25 por ciento. El tercer puesto fue para el ex ministro del gobierno del general **Augusto Pinochet**, **José Piñera**, con un 6,3 por ciento, y poco después se ubicó el progresista **Manfred Max Neef** con un 5,7. Más abajo se ubicaron el sacerdote **Eugenio Pizarro** del Movimento de Izquierda Allendista con el 4,7 y el humanista **Cristian Reitze**, con apenas el 1,2.

Clarín EN SANTIAGO

RESULTADOS

Candidato	%
EDUARDO FREI (Concertación de Partidos por la Democracia)	57,9%
ARTURO ALESSANDRI (Pacto Unión por Chile)	24,2%
JOSE PIÑERA (Independiente)	6,3%
MANFRED MAX NEEF (Gente en Movimiento)	5,7%
EUGENIO PIZARRO (Movimiento de Izquierda Democrática Allendista)	4,7%
CHRISTIAN REITZE (Alianza Humanista Verde)	1,2%

Datos de la empresa CEP-Adimark, basa en el 20% de los votos.

SOBRE SUS OPONENTES

chileno

De confirmarse los datos difundidos por la empresa CEP-Adimark, la diferencia obtenida pro Frei sería la mayor de la historia de Chile y superaría al porcentaje de votos obtenidos por su padre, **Eduardo Frei Montalva.**

Los resultados oficiales se encontraban a la medianoche inexplicablemente demorados, ya que solo se había escrutado el 6 por ciento de los votos. Las cifras dadas a conocer por el Ministerio del Interior otorgaban un 55,6 por ciento a Frei y un 25,5 a Alessandri.

Frei saludó a sus simpatizantes desde el tradicional hotel Carrera a pocos metros de donde va a ejercer su mandato, el Palacio de La Moneda, mientras el jefe de campaña de la coalición de gobierno anunciaba que mañana por la mañana el presidente electo ofrecerá una conferencia de prensa para dar a conocer las líneas generales de su futura administración.

La jornada de votación transcurrió en absoluta calma y se caracterizó por el muy buen tiempo que reinó en la mayoría de las regiones del país.

El presidente **Patricio Aylwin** votó muy temprano en la misma escuela del barrio de **Ñuñoa** en que lo hace desde el '88 y al salir afirmó: **"Voy a echar de menos la pega (el trabajo)"**, dijo.

Frei concurrió a votar en la **Escuela Italiana de Las Condes** cerca del mediodía junto a su hija más chica. Aseguró que había dormido estupendamente bien hasta las nueve de la mañana y que no había soñado con que le ponían la banda presidencial.

Alessandri, por su parte, votó en la misma mesa en que lo había hecho el general **Augusto Pinochet** dos horas antes e insistió al salir y durante casi toda la tarde que se sentía muy optimista y confiado en que habría una segunda vuelta.

Los únicos incidentes se registraron anoche cuando un comando del grupo terrorista Lautaro colocó una bomba en una torre de tensión y otra en una escuela del barrio de **San Bernardo** sin que provocaran grandes daños. Otro comando del mismo grupo levantó una barricada cerca de la combativa villa de **La Victoria** que provocó un accidente automovilísitco con el resultado de un muerto.

Pero fue algo así como una excepción dentro de una campaña que no registró ningún grado de violencia en un país que salió apenas hace cuatro años de una dictadura de 17 que había enfrentado irreconciliablemente a la población.

Un clima de entendimiento y confianza que se tradujo ayer en una baja del precio del dólar y un aumento significativo de la Bolsa de valores, exactamente lo contrario a lo que ocurre en cualquier otro país el día previo a las elecciones.

El momento de mayor **"dramatismo"** de la jornada fue protagonizado por el conductor **Bernardo de la Maza**, de la **Televisión Nacional de Chile**, el Canal 7, que cuando faltaban algunos minutos para las cinco de la tarde dio a conocer una encuesta de boca de urna. De la Maza se puso el saco de su traje, abrió un sobre que tenía en su escritorio desde hacía más de una hora pero que no lo había dado a conocer para no influir en los que aún tenían que emitir su voto, y leyó los resultados. **Le otorgaba el 63,8% a Frei y un 21,8% a Alessandri.**

Eduardo Frei, candidato de la oficialista Concertación para la Democracia, vota ayer en Santiago.

De inmediato el jefe de campaña de Alessandri ofreció una conferencia de prensa afirmando que esos resultados eran mentirosos. El canal de la competencia, el 13, dio una amplia difusión a las protestas y aguardó casi una hora para dar los resultados de sus propias encuestas.

En cuanto a las elecciones parlamentarias, de acuerdo con las proyecciones conocidas al cierre de esta edición, se mantendrían las mismas proporciones tanto en la Cámara de Diputados como en la de Senadores, aunque los candidatos de la izquierda de la Concertación del Partido por la Democracia y el Partido Socialista habrían tenido muy buena elección con 22 a 24 diputados y 5 senadores.

Esto le daría a la coalición de gobierno entre los representantes de la **Democracia Cristiana** y los de izquierda una cifra de escaños muy cercana a la mayoría de los dos tercios, con más posibilidades que al gobierno de Aylwin de aprobar reformas sustanciales.

Pero más allá de las cifras finales, lo que esta elección marcó es que el pueblo chileno quiere una continuidad del gobierno de la Concertación y mantener los equilibrios de poder que han hecho de esta la transición más exitosa de todas las que se ha dado en América latina.



Agencia AP

Pinochet: voto y forcejeos

La presencia del general Augusto Pinochet en cualquier tipo de actividad en Chile provoca un clima de dramatismo y expectativa, aunque se trate de un simple acto de sufragar en medio de una calma total (foto). Decenas de camarógrafos y reporteros intentaron acercarse ayer cuando abandonaba la Escuela de Comercio donde siempre vota, a metros de la Casa de Gobierno. Los integrantes de su numerosa escolta se pusieron nerviosos y empujaron a los periodistas. Varios de ellos cayeron sobre una mesa de votación, junto con uno de los guardias, al que se le cayó una pistola que quedó rebotando en el piso sin que, por milagro, se le escapara una bala.

Nº. D...
TITULO...
PROCEDENCIA: ELARÍN 150024
FECHA: 12/12/93
VINCULACIONES: 65709



Agencia AP

Pinochet: voto y forcejeos

La presencia del general Augusto Pinochet en cualquier tipo de actividad en Chile provoca un clima de dramatismo y expectativa, aunque se trate de un simple acto de sufragar en medio de una calma total (foto). Decenas de camarógrafos y reporteros intentaron acercarse ayer cuando abandonaba la Escuela de Comercio donde siempre vota, a metros de la Casa de Gobierno. Los integrantes de su numerosa escolta se pusieron nerviosos y empujaron a los periodistas. Varios de ellos cayeron sobre una mesa de votación, junto con uno de los guardias, al que se le cayó una pistola que quedó rebotando en el piso sin que, por milagro, se le escapara una bala.

03-03

9400093.

Israel acuerda la intervención militar

• *Intentan detener atentados en Gaza*

Por primera vez en la historia de Medio Oriente, el Ejército de ocupación judío llamó al diálogo a los líderes de Al-Fatah que hoy desataron, en la franja de Gaza, la mayor oleada de violencia antiisraelí de los últimos años.



Ayer se desató en los territorios ocupados la mayor escalada de violencia de estos meses, más de ochenta heridos en atentados antijudíos.

Tel Aviv (ANSA)

El Ejército israelí y la OLP alcanzaron ayer un acuerdo para poner freno a la violencia estallada en la Franja de Gaza, territorio ocupado donde ayer fueron heridos unos 80 palestinos.

El comandante de la zona militar del sur, general Matan Vilany, y una delegación de cuatro dirigentes de Al Fatah, la corriente mayoritaria que responde al líder de la OLP, Yasser Arafat, pusieron a punto una serie de medidas que deberían calmar la situación.

"La oleada de violencia, dijo a la televisión Sufian Abu Zaida, uno de los cuatro interlocutores palestinos de Vilany, fue provocada por una cadena de errores cometidos por el Ejército".

"Los mismos militares, detalló Zaida, admiten ahora que la operación que provocó la muerte, el domingo, del activista Ahmed Abu Riah, era superflua".

Para volver a la calma, según su opinión, es necesario que el Ejército israelí cese la "persecución" de los Halcones de Al Fatah, que en líneas generales están a favor de los acuerdos entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Es la primera vez en la historia de Medio Oriente que el Ejército de ocupación judío llama al diálogo a líderes de Al-Fatah, que ayer habían desatado en la Franja de Gaza la mayor oleada de violencia antiisraelí de los últimos años.

El comandante Vilnay dialogó con cuatro representantes de los Halcones de Al-Fatah: Sami Abu Samhadana, Ihab al-Ashcar, Diab al-Loh y Zaida, para discutir sobre el modo de detener la violencia.

Lls batallas entabladas hoy en numerosas localidades de la Franja de Gaza --las más violentas desde que en 1987 fue lanzada la resistencia palestina conocida como Intifada-- provocaron al menos 75 heridos entre los palestinos, cuatro de ellos de extremada gravedad.

Según declaró posteriormente al-Ashcar, para que cese la violencia el Ejército israelí debe cesar su "cacería" de los activistas palestinos, y debe poner en libertad a Tayassir al-Burdini, el líder al-Fatah capturado ayer en Rafah, y sobre todo acelerar los tiempos para el retiro de la Franja.

Por su parte, el coronel israelí afirmó que su ejército está dispuesto a "perdonar" a los activistas que no han cometido atentados, pero que continuarán su lucha contra los terroristas.

La nueva oleada de violencia cobró otro significado en estos días en que los frágiles diálogos de paz entre palestinos e israelíes atraviesan un momento crucial y corren el peligro de romperse si los desórdenes impiden la aplicación efectiva del plan de autonomía en los Territorios Ocupados.

Mientras el líder israelí, Yitzhak Rabin, sigue su misión europea para recoger el consenso necesario que garantice el apoyo financiero de Europa a los Territorios, y Arafat, como líder de la OLP, enfrenta la Dirección reunida en Túnez, la oposición de ambas partes trabaja para boicotear la puesta en marcha del tratado de Washington.

Según el tratado, firmado en la capital norteamericana el 13 de septiembre, el 13 de diciembre deben ser establecidos tiempos y modalidades para el retiro israelí de la Franja de Gaza y de Jericó, destinadas a gozar de una autonomía parcial que en el futuro pasará a ser total.

Arafat regresó a Túnez anoche, tras una gira por Noruega, Suecia, Finlandia y Dinamarca, destinada también a asegurar a los Territorios que serán autónomos el apoyo financiero necesario para que el florecimiento económico logre sofocar los deseos de violencia.

El primer ministro Rabin se dijo ayer profundamente amargado por la oleada de violencia que se ha alzado en la Franja de Gaza, y lanzó la alarma contra el aumento de la oposición a los tratados de paz judío-palestinos.

Después de un coloquio con el presidente francés, François Mitterrand, con el cual concluyó su visita oficial en París, el jefe del Gobierno judío dijo que Israel hará todo lo posible para detener el terrorismo y la violencia en los Territorios Ocupados.

El gobierno de Tel Aviv, dijo Rabin, está decidido a continuar sus negociaciones con la OLP a pesar de que la oposición a los acuerdos, firmados el 13 de septiembre en Washington, crece continuamente.

Israel acuerda la intervención militar

• Intentan detener atentados en Gaza

Por primera vez en la historia de Medio Oriente, el Ejército de ocupación judío llamó al diálogo a los líderes de Al-Fatah que hoy desataron, en la franja de Gaza, la mayor oleada de violencia antiisraelí de los últimos años.



Ayer se desató en los territorios ocupados la mayor escalada de violencia de estos meses, más de ochenta heridos en atentados antijudíos.

Tel Aviv (ANSA)

El Ejército israelí y la OLP alcanzaron ayer un acuerdo para poner freno a la violencia estallada en la Franja de Gaza, territorio ocupado donde ayer fueron heridos unos 80 palestinos.

El comandante de la zona militar del sur, general Matan Vilany, y una delegación de cuatro dirigentes de Al Fatah, la corriente mayoritaria que responde al líder de la OLP, Yasser Arafat, pusieron a punto una serie de medidas que deberían calmar la situación.

"La oleada de violencia, dijo a la televisión Sufian Abu Zaida, uno de los cuatro interlocutores palestinos de Vilany, fue provocada por una cadena de errores cometidos por el Ejército".

"Los mismos militares, detalló Zaida, admiten ahora que la operación que provocó la muerte, el domingo, del activista Ahmed Abu Rish, era superflua".

Para volver a la calma, según su opinión, es necesario que el Ejército israelí cese la "persecución" de los Halcones de Al Fatah, que en líneas generales están a favor de los acuerdos entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Es la primera vez en la historia de Medio Oriente que el Ejército de ocupación judío llama al diálogo a líderes de Al-Fatah, que ayer habían desatado en la Franja de Gaza la mayor oleada de violencia antiisraelí de los últimos años.

El comandante Vilnay dialogó con cuatro representantes de los Halcones de Al-Fatah: Sami Abu Samhadana, Ihab al-Ashcar, Diab al-Loh y Zaida, para discutir sobre el modo de detener la violencia.

Las batallas entabladas hoy en numerosas localidades de la Franja de Gaza --las más violentas desde que en 1987 fue lanzada la resistencia palestina conocida como Intifada-- provocaron al menos 75 heridos entre los palestinos, cuatro de ellos de extremada gravedad.

Según declaró posteriormente al-Ashcar, para que cese la violencia el Ejército israelí debe cesar su "cacería" de los activistas palestinos, y debe poner en libertad a Tayassir al-Burdini, el líder al-Fatah capturado ayer en Rafah, y sobre todo acelerar los tiempos para el retiro de la Franja.

Por su parte, el coronel israelí afirmó que su ejército está dispuesto a "perdonar" a los activistas que no han cometido atentados, pero que continuarán su lucha contra los terroristas.

La nueva oleada de violencia cobró otro significado en estos días en que los frágiles diálogos de paz entre palestinos e israelíes atraviesan un momento crucial y corren el peligro de romperse si los desórdenes impiden la aplicación efectiva del plan de autonomía en los Territorios Ocupados.

Mientras el líder israelí, Yitzhak Rabin, sigue su misión europea para recoger el consenso necesario que garantice el apoyo financiero de Europa a los Territorios, y Arafat, como líder de la OLP, enfrenta la Dirección reunida en Túnez, la oposición de ambas partes trabaja para boicotear la puesta en marcha del tratado de Washington.

Según el tratado, firmado en la capital norteamericana el 13 de septiembre, el 13 de diciembre deben ser establecidos tiempos y modalidades para el retiro israelí de la Franja de Gaza y de Jericó, destinadas a gozar de una autonomía parcial que en el futuro pasará a ser total.

Arafat regresó a Túnez anoche, tras una gira por Noruega, Suecia, Finlandia y Dinamarca, destinada también a asegurar a los Territorios que serán autónomos el apoyo financiero necesario para que el florecimiento económico logre sofocar los deseos de violencia.

El primer ministro Rabin se dijo ayer profundamente amargado por la oleada de violencia que se ha alzado en la Franja de Gaza, y lanzó la alarma contra el aumento de la oposición a los tratados de paz judío-palestinos.

Después de un coloquio con el presidente francés, François Mitterrand, con el cual concluyó su visita oficial en París, el jefe del Gobierno judío dijo que Israel hará todo lo posible para detener el terrorismo y la violencia en los Territorios Ocupados.

El gobierno de Tel Aviv, dijo Rabin, está decidido a continuar sus negociaciones con la OLP a pesar de que la oposición a los acuerdos, firmados el 13 de septiembre en Washington, crece continuamente.

Eduardo Frei, de ingeniero a mandatario

Santiago (UPI)

El candidato oficialista Eduardo Frei, vencedor de las elecciones chilenas, es un ingeniero que pasó la mayor parte de su vida alejado de la política y quien debe su popularidad en gran medida al prestigio de su padre, un ex gobernante que ejerció gran influencia en el país.

Frei, quien obtuvo el 58 por ciento de los votos en las elecciones del sábado, salió hace pocos años del anonimato para convertirse en jefe del mayor partido de Chile y es uno de los dirigentes más populares del país.

Frei, de 50 años, estuvo más de dos décadas dedicado a la ingeniería hidráulica y la construcción, actividades que dejó hace cinco años para sumarse a la lucha por la recuperación de la democracia de Chile, durante el régimen del general Augusto Pinochet.

Es hijo del expresidente Eduardo Frei (1964-1970), uno de los estadistas más influyentes de Chile en este siglo, fallecido en 1982.

Su amplio respaldo también se explica por la buena imagen del gobierno del presidente Patricio Aylwin.

Frei, demócrata cristiano como su padre y Aylwin, superó cómodamente a sus cinco adversarios. Su más duro rival, el senador conservador Arturo Alessandri, quien también pertenece a una familia de gobernantes, sólo logró alrededor del 20 por ciento.

Los periódicos describen a Frei como un hombre sencillo, que prefiere guardar silencio en los momentos difíciles y leer una novela de Morris West antes que un texto de filosofía.

Frei es apoyado por una coalición de demócrata cristianos, liberales, socialistas, radicales (social demócratas) y ex comunistas.

Frei, quien trabajó como ingeniero en Italia durante el mandato de su padre, se convirtió en el candidato de la coalición oficialista en junio, al derrotar en una convención al carismático dirigente socialista Ricardo Lagos.

Sin embargo, varios meses antes los analistas lo consideraban como el seguro abanderado del oficialismo y virtual vencedor de las elecciones presidenciales, debido a su popularidad y a su condición de jefe de la democracia cristiana, el mayor partido de la alianza.

En 1989, la coalición de Aylwin lo postuló al Senado, siendo elegido en representación de Santiago con la más alta votación nacional para el Congreso, desde entonces su liderazgo fue indiscutido. Un año más tarde fue elegido jefe de su partido, poniéndose en la antesala de la presidencia para un mandato de seis años, que se inicia en marzo próximo. Sus críticos sostienen que carece de experiencia política y que estuvo durante años dedicado a la empresa privada, mientras Chile vivía momentos políticos traumáticos, como el golpe militar de 1973.

Aparte de haber ingresado formalmente a la democracia cristiana en 1958 o de haber acompañado a su padre en la campaña presidencial de 1964, Frei no desarrolló actividades políticas hasta 1987, en el último período del gobierno militar, cuando se integró a un comité por elecciones libres.

Casado con la orientadora familiar María Larraechea, es padre de cuatro hijas: Verónica de 24 años, Cecilia de 22, Magdalena de 19 y Catalina de 13.



Eduardo Frei junto a su esposa y sus cuatro hijas. (Telefoto de AFP)

Doc. Poco Legible

Boca de urna



64% Eduardo Frei, candidato de la Concertación para la Democracia. Su partido originario es el PDC (Demócrata Cristiano).



22% Arturo Alessandri, candiato por la derechista Unión para el Progreso. Hasta último momento se [illegible]

Perfil del presidente electo

UN INGENIERO DE GOLPES SUAVES

(Por Juan Jorge Faundes, desde Santiago de Chile)

Cuando al presidente electo de Chile le preguntan por sus cuatro nombres, responde que se los fueron poniendo en el auto camino al bautizo. "Eduardo –enumera–, por mi padre y mi abuelo; Alfredo, por mi abuelo materno y un tío cura; Juan, porque nací el día de San Juan, y Bernardo, porque mi padrino, Bernardo Leigthon, dijo casi al llegar a la Iglesia: 'Ya que tiene tres nombres, bien le podemos poner también el de su padrino'. Por suerte llegamos, si no quién sabe cuántos nombres más me hubieran puesto."

Sin embargo, toda su vida –y no sólo por marketing político–, Eduardo Alfredo Juan Bernardo Frei Ruiz Tagle ha sido Eduardo Frei. Casi como su padre, Eduardo Frei Montalva, quien fundó el Partido Demócrata Cristiano (PDC) y fue presidente de la República entre 1964 y 1970.

Tiene 51 años y nació justo en el centro de siete hermanos, tres mujeres mayores y tres varones menores. "Pero ahora soy el mayor –afirma–, porque con el tiempo fui pasando a mis hermanas." Casado con Marta Larraechea, es padre de cuatro hijas –de 13 a 24 años–. Ingeniero hidráulico y formado en Italia en administración y técnicas de gestión, hasta 1988 fue un eficiente empresario, socio de una de las mayores constructoras del país. En el PDC, sólo era un afiliado con nombre, pero sin participación política. Pero ese año, dejó la empresa para unirse a la lucha final contra la dictadura de Pinochet. En octubre, se postuló como precandidato a la presidencia pero perdió la partida a manos de Patricio Aylwin, quien sí había recorrido todos los capítulos antidictatoriales.

La derrota no le hizo perder las ganas. En 1989 fue electo senador y desde ese lugar peleó hasta que, finalmente, el 23 de noviembre de 1991 fue nombrado presidente del Partido Demócrata Cristiano, con el 70 por ciento de los votos. Poco más de un año después, el 13 de diciembre de 1992, el partido lo nominó como candidato a presidente.

Cuatro meses después, le tocó el turno de echar un baldazo de agua fría sobre Ricardo Lagos, hasta entonces considerado como sucesor natural de Aylwin, al ganar con el 64 por ciento la Convención de la Concertación de Partidos para la Democracia. Fue nominado candidato presidencial. Después de pasar y dejar atrás a sus hermanos políticos de la concertación, debe de haberse convencido de que su destino es transformarse siempre en el mayor. Es que no sólo es ingeniero, sino que, por sobre todo, es un excelente jugador de golf al que siempre le gusta dar el toque perfecto. Claro que nada es gratis en la vida. Eduardo Frei siempre repite que de su padre aprendió que "el poder es solitario".

Nº. DOCU[illegible] 9400696,
TITULO Israel devolvería a Siria parte del Golán -
PROCED[illegible] L. N.
FECH[illegible] 5/12/93
VINCUL[illegible] 11876 —
507603 —
67190 —
11164 —
11399 -

Israel devolvería a Siria parte de la meseta del Golán

[illegible] el canciller Shimon Peres dijo que el Estado judío podría adoptar tal actitud; hoy se reúne con Warren Christopher.

JERUSALEN, 4 (Reuter). – Israel no se retirará de todas las alturas del Golán, pero podría devolver parte de esa estratégica meseta a Siria, dijo hoy el ministro de Relaciones Exteriores israelí Shimon Peres.

Peres formuló la declaración en vísperas de un encuentro programado para el domingo con el secretario de Estado, Warren Christopher, que arribó a Israel el viernes.

"Hemos anunciado que no descartamos el principio de la evacuación, pero aclaramos que no será de todo el Golán", dijo Peres a la televisión israelí.

Siria había expresado hoy que el deber de Washington era reencauzar las conversaciones de paz sirio-israelíes.

Un editorial del diario gubernamental Tishreen sostuvo que "la reactivación de las negociaciones de paz sirio-israelíes está subordinada al total retiro israelí del Golán".

El editorial no aludió específicamente a la posibilidad de un encuentro entre el presidente norteamericano Bill Clinton y el presidente sirio Háfez al-Assad, aunque señaló complacencia ante pasos de acercamiento de los Estados Unidos hacia Siria.

En Washington, el secretario de prensa de la Casa Blanca dijo el viernes que Clinton está interesado en continuar el diálogo directo con Assad, y un miembro de la comitiva que acompaña a Christopher manifestó que una reunión Clinton-Assad es motivo de consideración.

La televisión israelí dijo que Christopher era portador de un mensaje de Clinton para Assad, y que su respuesta podría desembocar en una reunión.

Christopher arribó a Israel el viernes y se cree que volverá a Damasco luego de una ronda de contactos hoy y el domingo. Esta noche tiene previsto cenar con el primer ministro, Yitzhak Rabin.

01-01

9400696

Nº. DOCUMENTO 9400697

TITULO Continúa la violencia en territorios ocupados -

PROCEDENCIA Rep.

FECHA 4/12/93

VINCULACION 11876 - 10195 -
507603 -
500868 -
11164 -
11163 -
11831 -

Persiste la violencia entre grupos palestinos y colonos israelíes

Nada es fácil en los territorios ocupados

Tel Aviv (ANSA)



Dos policías israelíes montan guardia en Jerusalén. Estos son mirados por un ciudadano palestino. (Telefoto de AFP).

■ El comandante israelí de la región militar meridional, general Matan Vilnay, discutió durante dos horas con una delegación local de Al-Fatah sobre el modo de devolver la calma a la ciudad de Gaza, mientras que grupos de palestinos y colonos israelíes se enfrentaron en Hebrón, Cisjordania.

Cisjordania y Gaza, territorios ocupados por Israel desde 1967, viven días de gran tensión y violencia ante la inminente evacuación israelí de la Franja de Gaza y de Jericó, en virtud de una declaración de intenciones firmada en setiembre pasado en Washington por Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Al terminar la reunión de ayer, Vilnay anunció haber ordenado la liberación de Hisham Abdel Razek, palestino que debía recuperar la libertad dentro de cinco meses.

En cambio, Vilnay dijo haber rechazado una petición de Al-Fatah para que se otorgue ese beneficio al comandante de los Halcones de Al-Fatah, Tayasir Burdini, capturado a comienzos de la semana en Rafa (Gaza) después de un tiroteo, porque —agregó— un año atrás participó en el asesinato de un israelí.

Por otra parte, en una entrevista publicada por el diario Maariv, el mismo Vilnay dice que ya comenzó la evacuación israelí de Gaza. En concreto, agregó, se abandonaron las "cosas superfluas".

Los líderes de los colonos, por su parte, se reunieron ayer para organizar nuevas manifestaciones de protesta contra la evacuación israelí. Algunos pidieron ocupar los locales abiertos últimamente por la OLP en los territorios ocupados, otros aconsejaron ocupar simbólicamente Jericó cuando las fuerzas israelíes comiencen a irse y otros propusieron crear nuevos asentamientos.

Grupos de colonos paralizaron el tráfico durante dos horas en Cisjordania para protestar contra una acción de extremistas palestinos que anteayer asesinaron a dos colonos e hirieron a otros dos en Ramalah. Las fuerzas armadas israelíes no dispersaron a los manifestantes.

También ayer, el Consejo de Asentamientos Judíos en Judea, Samaria (Cisjordania) y Gaza, que representa a unas 130.000 personas, decidió seguir preparándose para constituir una propia "guardia armada" en Cisjordania y Gaza.

Para el asesor legal del gobierno israelí, Michael Ben Yair, la decisión de los colonos contrasta con la legislación israelí, que prohíbe constituir grupos armados privados.

Sin embargo, presidente del Consejo de los colonos, Uri Ariel, negó que éstos piensen constituir una "milicia armada". Los guardianes voluntarios, especificó, se limitarán en un primer momento a defender los asentamientos.

"Hasta el momento —agregó— las autoridades de policía y de las Fuerzas Armadas no hicieron objeciones".

Entre tanto, la policía israelí arrestó en Maaleh Adumin, localidad al este de Jerusalén, a un activista del movimiento israelí de extrema derecha Kach porque llevaba ilegalmente una pistola y municiones.

Durante esta semana, ya habían sido arrestado otros dos extremistas israelíes. La policía quiere establecer si el Kach está organizando un grupo armado clandestino en los territorios ocupados.

9400697

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400698

TITULO Fin del monopolio de [illegible]

PROCEDENCIA L.N.

FECHA 5/12/93

VI[illegible] 11876 –
10195 –
507603 –
500868 –

Fin del monopolio de Arafat en la OLP

TUNEZ, 4 (Reuter). – El Comité Ejecutivo de la OLP decidió hoy poner fin al monopolio de Yasser Arafat en la dirección de las conversaciones con Israel, afirmaron fuentes de la organización.

Los jerarcas que trataban de evitar una disputa por el estilo del liderazgo de Arafat acordaron –en una reunión en Túnez– la formación de un comité que supervise las conversaciones, comentaron las fuentes.

Dirigentes de la OLP sostienen que Arafat ha estado conduciendo unilateralmente el diálogo con Israel en semanas recientes, hecho que provocó molestias en los colegas más importantes del organismo ejecutivo de la OLP.

"El comité ejecutivo decidió establecer un cuerpo que sea la referencia para las conversaciones con Israel", señaló a Reuter un alto dirigente de la OLP que pidió no ser identificado.

No mencionó los miembros del comité.

Arafat convocó a conversaciones en Túnez el viernes por la noche, luego de que se informó que tres altos asesores y partidarios clave de su acuerdo de paz con Israel se encontraban "resentidos" por el tema del liderazgo.

Los dirigentes incluían a Mahmud Abbas, más conocido como Abu Mazen, el encargado de dirigir las conversaciones secretas con Israel que condujeron al acuerdo de autonomía firmado por él en nombre de la OLP.

Los otros son el director de informaciones Yasser Abed-Rabbo y Slimah Najab, líder del Partido del Pueblo Palestino.

El teoría Abu Mazen es codirector, con el ministro de Relaciones Exteriores israelí Shimon Peres, del comité de enlace en las negociaciones.

Pero, el comité se reunió sólo una vez en octubre y no fue convocado cuando se interrumpieron las conversaciones en El Cairo con Israel sobre la aplicación del acuerdo de autonomía.

Arafat invitó a los tres a asistir a la reunión del comité ejecutivo, prometiendo un debate libre sobre las reformas democráticas de la Organización para la Liberación de Palestina, agregó la fuente de la OLP.

Durante las dos sesiones del viernes y la de hoy, el comité ejecutivo también adoptó medidas para preparar un carta constitucional y definir los lineamientos de la política económica en las zonas ocupadas que Israel debe entregar a la OLP el 13 de diciembre, señaló un alto dirigente de la OLP.

También inició la discusión de los nombres para la Autoridad Nacional Palestina que será encabezada por Arafat y debería asumir el poder luego de la retirada israelí de la franja de Gaza y de la ciudad cisjordana de Jericó.

La autoridad estará compuesta por personalidades de los territorios ocupados y de la diáspora, indicó el dirigente.

La ruenión del comité ejecutivo de la OLP contó con la presencia de 11 de sus 18 miembros. Seis integrantes de la composición originaria renunciaron cuando surgieron las conversaciones secretas con Israel.

La reunión se reanudará el 9 de diciembre para permitir que Arafat viaje a Jordania, se entreviste con el secretario de Estado, Warren Christopher, y visite a Alemania la próxima semana, comentaron fuentes de la OLP.

Doc. Poco LEGIBLE

01-01

9400698

Nº. DOCUMENTO 9400699
TITULO Cumbre Clinton - Assad en enero -
PROCEDENCIA L.R.
FECHA 10/12/93
VINCULADOS 11876 -
10195 -
67190 -
65890 -
507603 -
11879 - 11399 -

El presidente sirio dispuesto a discutir las condiciones para un acuerdo con Israel

Cumbre Clinton-Assad en enero

Damasco (AFP)
por Jacques Charmelot

■ El presidente norteamericano Bill Clinton se reunirá con Hafez al-Assad en enero en Ginebra, donde discutirá con el mandatario sirio las condiciones para lograr "un acuerdo de paz entre Israel y Siria", dijo el secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, ayer, en Damasco.

"El presidente Clinton considera que esta reunión con el presidente Assad es una oportunidad de discutir las condiciones para llegar a un acuerdo de paz entre Israel y Siria sobre la base de las resoluciones 242 y 338 del Consejo de Seguridad de la ONU", declaró el jefe de la diplomacia norteamericana en una conferencia de prensa conjunta con el canciller sirio, Faruk al-Shareh.

Las resoluciones 242 y 338, cuya aplicación es exigida por Siria, dictaminan que Israel debe retirarse de los territorios ocupados en 1967. El gobierno sirio considera que dichas resoluciones obligan a Israel a evacuar el Golán.

"Siria no aceptará nada menos que una retirada total del Golán", afirmó por su parte el ministro de Relaciones Exteriores sirio durante la misma conferencia de prensa.

En lo que respecta al proyecto de cumbre,

Christopher subrayó que "esas discusiones al nivel más elevado son importantes, teniendo en cuenta nuestro papel como socio pleno e intermediario activo en el proceso de paz árabe-israelí".

"Esto ayudará a instaurar un elemento fundamental en nuestros esfuerzos por obtener una paz global, justa y duradera para todos los pueblos de la región", agregó.

El secretario de Estado, que desde el viernes pasado efectuó una gira por Medio Oriente, destacó que "Siria es un país muy importante en el proceso de paz".

Christopher, quien acababa de reunirse con el presidente Assad por segunda vez en cuatro días, indicó que las negociaciones bilaterales israelo-árabes, suspendidas desde setiembre pasado, se reanudarán a fines de enero o en febrero, después de consultas preparatorias en Washington.

Antes de partir en dirección a Jerusalén, el secretario de Estado señaló que "todas las partes están de acuerdo en reanudar las negociaciones en Washington". Precisó que las consultas entre los norteamericanos y los jefes de las delegaciones siria y libanesa se realizarán en la capital federal en los primeros días de enero.

a-a

9400699

EL NUEVO PRESIDENTE TENDRA LAS MANOS LIBRES

Frei dependerá del un giro político pese

La gran incógnita de las elecciones chilenas del sábado no era si ganaba el candidato de la Concertación, Eduardo Frei, sino la futura composición del Congreso, "dominado" por el sistema constitucional de 1980 que impuso "manu militari" el general Augusto Pinochet. Esto quiere decir que quedan pendientes los grandes temas por resolver, entre ellos, la inamovilidad de los jefes militares o la remoción de los senadores designados a dedo por la dictadura.

Clarín EN SANTIAGO

ELECCIONES EN CHILE

SANTIAGO, Chile, 12. — Estuvo al borde de ser un **"freizo"**. No lo fue, y los equilibrios políticos que hicieron de la transición chilena la más exitosa de **América latina**, se mantienen. El contundente triunfo de **Eduardo Frei** por el 58,1 por ciento de los votos garantizan lo que los chilenos hoy más desean: estabilidad, unidad y armonía.

A pesar de esto, la victoria de Frei fue excepcional. Obtuvo el más grande porcentaje de la historia contemporánea del país, incluso superando a su propio padre, **Eduardo Frei Montalva** quien en 1964 llegó casi al 57%. Tuvo cinco puntos más que **Patricio Aylwin** en 1989 a pesar de tener otros tres competidores por los votos de la izquierda. Y por sobre todo, consiguió muchos más votos que los de las listas parlamentarias de la **Democracia Cristiana, el Partido por la Democracia** y el **Socialista** que lo apoyan, por lo que podrá formar un gobierno suprapartidario. En suma, llega con las manos muy libres.

Y la clave de este resultado es que si bien obtuvo una amplia mayoría, no logró que esta se tradujera en una **"barrida"** en el Congreso, lo que dejó tranquilos a los representantes de la oposición, al ejército y a los propios "freistas", porque para lograr las grandes reformas tendrá que haber consenso, una garantía para el sistema. Pero al mismo tiempo esta situación seguramente va a hacer muy difícil de concretar los grandes cambios que se necesitan para profundizar la democracia, como la reforma de la Constitución, la reforma del sistema binominal, la inamovilidad de los comandantes de las Fuerzas Armadas o la remoción de los senadores designados a dedo por el general **Augusto Pinochet**.

La derrota que sufrió la derecha puede ser vista como la consecuencia directa de la imagen de discordia existente entre los partidos que componen la coalición de ese signo. La traumática negociación en que ni **Renovación Nacional** (tradicionales) ni la **Unión Demócrata Independiente** (pinochetistas) pudieron imponer sus candidatos hizo que apareciera **Arturo Alessandri** como el candidato de consenso que todos vieron como flojo y que él mismo ratificó con una pésima actuación en el debate televisivo con Frei.

Pero Alessandri también tuvo que soportar el constante embate del ex ministro de Pinochet, **José Piñera**, que con su mensaje duro y populista tuvo el mayor rédito de los candidatos chicos colocándose tercero y ubicándose como futuro presidenciable.

Manfred Max Neef fue cuarto sin alcanzar los siete u ocho puntos que le adjudicaban las encuestas pero logró dar una bocanada de aire fresco al panorama partidista de este país. Con su imagen, mezcla de **Hemingway** y predicador luterano, logró con su candidatura de **"los temas ausentes"** captar los votos de los desencantados de la política tradicional. Lo que aún está en duda es si esos jóvenes que lo votaron son una fuerza dispersa o si va a lograr formar un movimiento con futuro. Por lo pronto, ya hizo decir al presidente electo Frei este mediodía en su primera conferecia de prensa que iba a tener en cuenta todos sus planteamientos ecológicos y de producción alternativa.

El otrora **Partido Comunista** más grande de **América latina** (que concurrió con la sigla del MIDA) fue el gran perdedor. Parece haberse equivocado al elegir como su candidato al sacerdote católico **Eugenio Pizarro**. Su secretaria general, la ex parlamentaria **Gladys Marín**, obtuvo casi un 15 por ciento de votos en la elección a diputados y hubiera sido mejor postulante.

♦ **El gobierno**

Si bien del gobierno de Frei se puede esperar mucho más de lo mismo que ha tenido el mandato de Aylwin —excelente manejo de la macroeconomía que colocó al país en el primer puesto en América latina, disminución de la pobreza y una política de consensos exitosa— también tendrá algunas variantes sustanciales porque su panorama político-social será diferente.

"En principio habrá un aumento considerable del nivel de conflicto en la sociedad chilena. El estado de gracia de que gozó Aylwin por estar amenazado por los militares ya se acabó", asegura **Tomás Mulian**, subdirector de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso).

El hombre que es señalado como posible ministro de Hacienda, **Juan Villarzú**, dijo a **Clarín**, en medio de los festejos por el triunfo, que **"si bien pueden darse algunos conflictos en el sector público estos van a ser respondidos primero con un diálogo y después con capacitación, educación, reconversión y mejor distribución"**.

"Vamos a pasar de una etapa de cubrir déficit —agregó Villarzú— **a una de entrega de instrumentos como es la educación, el fomento de la miniempresa y la generación de ahorro y préstamos para que la modernidad de que goza un sector del país llegue a los marginados."**

Y esto seguramente se traducirá en una aceleración de la actividad productiva porque la única manera de seguir creciendo al 6 por ciento anual como lo prevé la Concertación es dando un valor agregado a las exportaciones.

Pero no solo serán conflictos externos, también se vislumbran duras pujas en la Coalición entre la mayoría demócrata cristiana y la izquierda socialista. Si bien muy pocos piensan en una ruptura de la coalición, los socialistas ante su repunte electoral van a pretender una mayor participción, que se tendrá que traducir en el nombramiento de varios ministros.

Ya se habla del máximo líder del sector, **Ricardo Lagos**, como futuro canciller.

Para los tres puestos demócrata cristianos aparecen con grandes posibilidades los responsables máximos de la campaña de Frei, **Edmundo Pérez Yoma**, **Genaro Arriagada** y el ex embajador en la **Argentina**, **Carlos Figueroa**, aunque el presidente electo no ha ofrecido nada y es muy probable que haya más de una sorpresa. Y lo que seguramente veremos a partir de marzo es el gobierno de un hombre que privilegiará la lealtad y la reserva sobre todas las cosas.

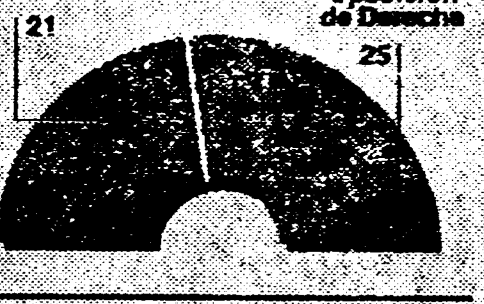
Textos del enviado especial Gustavo Sierra.

PARA CONTINUAR EL MODELO SOCIOECONOMICO

Congreso para lograr a su holgado triunfo

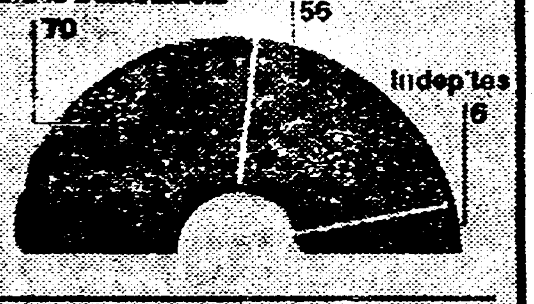
EL NUEVO PARLAMENTO

CAMARA DE SENADORES



	Cámara actual	Cámara nueva
Partido Radical*	3	1
Partido Socialista*	4	4
D. Cristiana*	13	14
Renovación Nacional**	13	11
U.D.I.**	4	4
Designados**	8	8
Independientes**	-	2
Partido Social Demócrata*	1	-
Part. por la Democracia*	-	2
TOTAL		46

CAMARA DE DIPUTADOS



	Cámara actual	Cámara nueva
Partido Radical*	6	2
Partido Socialista*	16	16
D. Cristiana*	40	36
Renovación Nacional**	32	28
U.D.I.**	14	16
Independientes	2	6
M.I.D.A. (ex PC)	2	-
Unión de Centro Centro**	-	2
Part. por la Democracia*	10	16
TOTAL		122

(*) Integran la oficialista Concertación para la Democracia. (**) Oposición de Derecha.

Se mantiene el equilibrio de poder en ambas Cámaras

SANTIAGO, Chile, 12 (Enviado especial). — El presidente electo, **Eduardo Frei**, tendrá que seguir el camino trazado por el actual primer mandatario **Patricio Aylwin** con su "política de consenso". Los resultados de la votación parlamentaria mantienen el equilibrio entre la centroizquierda de gobierno y la oposición de derecha como consecuencia del sistema electoral que impuso la Constitución pinochetista de 1980. El sistema binominal impide elegir a dos candidatos de una misma alianza a menos que juntos obtengan más del 66 por ciento de los votos, de lo contrario entra el tercero en representación de la minoría. Esto se dio en la mayoría de los casos y favoreció fundamentalmente a la oposición de derecha.

"El único camino para gobernar en estas condiciones es el de los acuerdos y vamos a buscar todos entendimientos parlamentarios con las otras fuerzas para permitirnos impulsar las reformas", dijo hoy el presidente electo Eduardo Frei, durante una conferencia de prensa.

Sin embargo, se estima, que las reformas políticas a las que se refería Frei, chocarán contra la oposición de derecha, que, en bloque, defiende el esquema impuesto en 1980 por el **general Augusto Pinochet**.

El oficialismo perdió uno de sus 22 senadores. Esto significa que los 17 hombres de la oposición junto a los ocho senadores designados por el general Pinochet le impedirán a la Concertación aprobar en la Cámara alta las reformas constitucionales.

En el Senado, a nivel de bancadas el gran triunfador fue el **Partido por la Democracia (PPD)** que obtuvo dos escaños. El **Partido Socialista (PS)** mantuvo tres puestos que era el mismo número que había puesto en juego, la **Democracia Cristiana** sumó uno y los radicales perdieron dos.

En la derecha, **Renovación Nacional (RN)** perdió uno de sus trece senadores. **La Unión Demócrata Independiente (UDI)** se mantuvo en cuatro pero ganó un aliado independiente. En tanto que el ex candidato presidencial de centro **Fra-Fra Errázuriz**, dueño de los supermercados Unimarc instalados en varios barrios porteños, llegó como independiente y una muy buena votación.

En diputados, las expectativas eran de si la Concertación podría lograr 80 escaños para doblar a la oposición y poder obtener algunas reformas por insistencia Presidencial (presentar la ley dos veces y sacarlas con un amplio quórum). Pero no solo no llegó a esa cifra sino que perdió dos de sus 72 diputados.

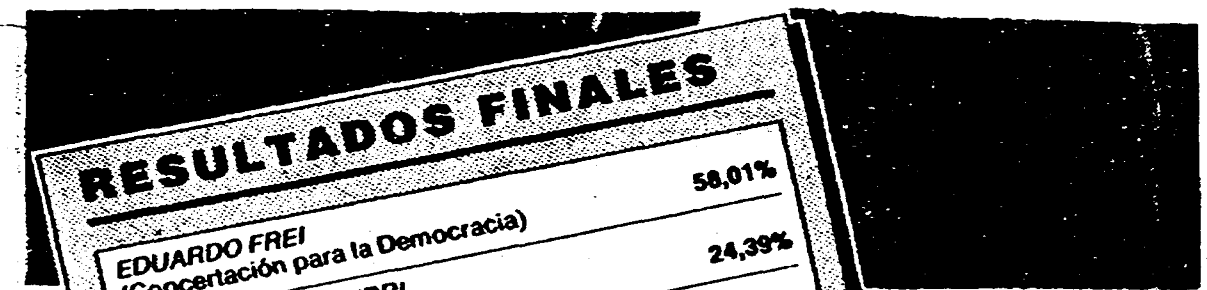
El gran perdedor fue el principal partido, la Democracia Cristiana que bajó de 40 a 36 diputados, mientras que el PPD se disparó de 10 a 16 y los socialistas se mantuvieron en 16.

En la derecha, RN disminuyó de 32 a 28, la UDI aumentó de 14 a 16 y la Unión de Centro Centro (UCC) de Errázuriz logró dos.

Y la disputa entre **Andrés Allamand**, de RN, y **Carlos Bombal**, de la UDI, que ponía en juego el liderazgo de la derecha se dirimió salomónicamente: los dos salieron elegidos diputados.

02

Nº DOCUMENTO ....
TITULO ....
PROCEDENCIA ... CLARÍN 150024
FECHA ... 13/12/93
VINCULACIONES ... 65709



RESULTADOS FINALES

Candidato	%
EDUARDO FREI (Concertación para la Democracia)	58,01%
ARTURO ALESSANDRI (Pacto Unión por Chile)	24,39%
JOSE PIÑERA (Independiente)	6,20%
MANFRED MAX NEEF (Gente en Movimiento)	5,50%
EUGENIO PIZARRO (Movimiento de Izquierda Democrática Allendista)	4,70%
CHRISTIAN REITZE (Alianza Humanista Verde)	1,20%

El presidente electo de Chile, Eduardo Frei, celebra ayer agitando una bandera de su país.

Argentina, Bolivia y Cuba, según el mandatario electo

SANTIAGO DE CHILE, 12 (Enviado Especial). — Eduardo Frei dio este mediodía su primera conferencia de prensa como presidente electo ante más de doscientos periodistas de todo el mundo. Si bien en esencia fue muy cauto y repitió lo que había dicho en los reportajes de los días previos a la elección hubo algunas precisiones interesantes:

- "Cuando asumió el gobierno de Aylwin, **Chile** tenía 24 conflictos limítrofes con **Argentina** de larga data. Afortunadamente logramos solucionar 22 por común acuerdo y dos están pendientes: uno está en arbitraje y el otro espera la ratificación de los parlamentos. Como presidente voy a luchar para que ese acuerdo sea aprobado en el Parlamento chileno, creo que es el mejor camino y solución para nuestros pueblos".
- "Con respecto a **Bolivia**, se han intensificado nuestras relaciones consulares, comerciales y de todo tipo y yo las voy a profundizar aún más. El presidente **Sánchez de Losada** cuando estuvo aquí en Santiago pidió que lo ayudáramos a buscar la salida de Bolivia al mundo y eso es lo que vamos a hacer en los próximos años".
- "Claramente Chile ha profundizado su relación a todos los niveles con **Cuba** y siempre hemos dicho que no somos partidarios del bloqueo que sufre ese país. Pero también con la misma sinceridad, nosotros queremos que en Cuba impere un estado de derecho y respecto a los derechos humanos, especialmente en el campo de la libertad de expresión".

03

Página/12 EN LAS ELECCIONES CHILENAS

La FREI

El candidato de la Concertación para la Democracia resultó ayer presidente electo sin necesidad de recurrir al ballottage. Según las proyecciones a boca de urna, Eduardo Frei obtuvo el 64 por ciento de los sufragios, mientras que Arturo Alessandri, candidato por la derechista Unión para el Progreso, sólo recibió el 22. Mucho más lejos quedó el reivindicador de Augusto Pinochet, José Piñeira.

(Por Andrea Ferrari, enviada especial a Santiago de Chile)
No hubo grandes euforias ni grandes depresiones. Confirmando todos los pronósticos, el candidato oficialista Eduardo Frei se convirtió ayer en presidente electo de Chile al derrotar holgadamente a Arturo Alessandri, representante de la derechista Unión por el Progreso. Con un 6 por ciento de los votos escrutados, Frei triunfaba con un 55,69 por ciento contra el 25,5 de Alessandri. Pero las encuestas a boca de urna le daban a Frei el 64 por ciento de los votos, con lo cual quedó descartada una segunda vuelta (según esos guarismos, Alessandri obtendría el 22 por ciento). El tercer lugar quedó para el pinochetista José Piñeira, con un 7,4 por ciento, y el cuarto para el independiente Manfred Max Neef, con 5,65. Dado que la región metropolitana estaba sobrerrepresentada en estos primeros datos, se esperaba que la victoria de Frei aumentase todavía algunos puntos. Después de cuatro años de gobierno de Patricio Aylwin, la mayoría absoluta obtenida por la Concertación para la Democracia, mejorando incluso el resultado de 1989, fue un triunfo impactante. Sin embargo, cuando la noche caía sobre Santiago no había ni siquiera bocinazos de festejo.

El mismo clima de apatía que rodeó la campaña marcó las primeras horas del día. Poca gente decidió trasladarse temprano, para desesperación de los canales de televisión que a las 6.30 habían abierto sus programas especiales y no tenían siquiera un candidato que enfocar. Hasta el ex dictador Augusto Pinochet, que como todo militar tiene fama de madrugador, se hizo esperar: recién cerca de las 9 apareció enfundado en un sobrio traje azul, pero pese a que varios periodistas estuvieron a punto de desnucarse en un afán de sacarle algunas declaraciones, el comandante en jefe del ejército se negó a pronunciar palabra. Ni siquiera el aplauso que algunos de sus simpatizantes le prodigaron logró arrancarle media sonrisa.

Las colas se hicieron largas y sofocantes bajo el sol del mediodía, cuando el tedio llevó a uno de los canales de televisión a intercalar las notas de las elecciones con bloques de humoristas. Poco después de las cuatro, a Arturo Alessandri le debe haber latido rápidamente el corazón durante unos minutos. A esa hora, los canales de televisión pasaron el recuento de las primeras mesas, con un resultado que poco tenía que ver con las encuestas previas. Alessandri hacía en esas mesas una excelente elección, que de haberse mantenido lo habría conducido a la soñada segunda vuelta.

Pero cerca de las cinco, su sueño se rompió, cuando Televisión Nacional emitió la encuesta a boca de urna elaborada por la empresa CEP-Adimark. La segunda vuelta quedaba descartada fuera de toda duda: Frei recibía allí 64 por ciento de los votos, Alessandri 22 y los otros tres aparecían casi empatados. Piñera con 4,8, Max Neef con 4,5 y Pizarro con 4,4. Pero más sorprendentes fueron los datos a boca de urna de CEP sobre el Congreso: el triunfo de la Concertación era tan arrasador que habrían adquirido una mayoría capaz de modificar las más conflictivas leyes de la constitución pinochetista. Pero ni el mismo oficialismo tomó con mucha seriedad la información: "Creemos que esas cifras van a bajar considerablemente", confió un miembro del equipo de Frei a este diario. Al cierre de esta edición, sin embargo, no se conocían datos oficiales confiables para el Congreso.

Poco después de emitida la encuesta a boca de urna, se conoció la furibunda reacción del comando de Alessandri, que "denunció" el comportamiento de la Televisión Nacional al difundir encuestas que podían "influir" en la voluntad de personas que aún no hubieran votado.

Pero la decepción de la derecha no bastó para modificar en lo sustancial los resultados. La reducción de su caudal electoral en relación con 1989 e incluso con el plebiscito del '88 seguramente tendrá por efecto un replanteo de sus estrategias. Las graves disidencias internas no sólo produjeron una candidatura poco atractiva como la de Alessandri, sino que tuvieron como consecuencia la huida de Piñeira, que tal como se vio en losprimeros resultados le sacó puntos importantes al hombre de la Unión por el Progreso.

El resultado obtenido por Max Neef, sin estructura partidaria ni recursos y sin siquiera pretender llegar a la Moneda, también fue un poderoso llamado de atención para la clase política. Ricardo Lagos, el líder del Partido Socialista, reconoció en la noche que ese resultado "es un poco responsabilidad nuestra. Esos votos irían normalmente para la Concertación: creo que no hemos podido llegar a un sector de los jóvenes, algo ha fallado". Para el Movimiento Allendista (coalición del comunismo con fuerzas menores) el 4.5 por ciento obtenido en los datos preliminares por su candidato Eugenio Pizarro fue un duro retroceso que ayer empezaban a asimilar.

N°. DOCUMENTO: 9400701
TITULO: Peres amenaza con anular el acuerdo de paz con la OLP. Clarín.
P[illegible]: 150090
FECHA: 9/12/93
VINCULO: 11876 – 10195 – 507603 – 500868 – 11005 – 11847 –

HAMAS MATO A UNA MUJER Y DEJO 3 HERIDOS EN LOS TERRITORIOS

Peres amenaza con anular el acuerdo de paz con la OLP

El gobierno israelí reforzó ayer sus unidades militares en Gaza y Cisjordania, tras un nuevo atentado de la organización integrista Hamas. A raíz del ataque contra los ocupantes de un automóvil particular murió una maestra y tres hombres resultaron heridos, uno de ellos de gravedad. El canciller Shimon Peres anticipó que si Hamas gana las elecciones en Gaza y Jericó, que deben celebrarse antes del 13 de junio de 1994, el acuerdo de paz con la OLP quedará anulado. Los negociadores israelíes propusieron la liberación de tres mil prisioneros palestinos.

TEL AVIV y BRUSELAS, 1º (Reuter, ANSA, EFE, "Le Monde" y por **Michael Parks**, de "Los Angeles Times", especial para **Clarín**). — El canciller israelí, **Shimon Peres**, dijo hoy que si el movimiento integrista **Hamas** gana las elecciones para designar a los gobernantes palestinos de Gaza y Jericó, el acuerdo de paz con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) **quedará anulado**. Las elecciones deben llevarse a cabo antes del 13 de junio de 1994.

Una mujer israelí fue muerta hoy y otros tres israelíes resultaron heridos cuando milicianos del Hamas dispararon sobre el vehículo en que viajaban y que había sufrido un desperfecto mecánico cerca de la población árabe de El Bireh, próxima a Ramallah, en Cisjordania.

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, manifestó en **Bruselas** —donde se encuentra en el marco de su gira por Europa— su indignación por el atentado, pero destacó que no alterará la decisión de Israel de establecer un sistema autónomo de gobierno para los palestinos de la **franja de Gaza** y la ciudad cisjordana de **Jericó**.

"Creo que tenemos que seguir luchando contra el terrorismo y, al mismo tiempo avanzar en la instrumentación del acuerdo de paz", agregó el jefe de gobierno israelí.

En el mismo sentido que el premier, el canciller Peres subrayó que el golpe de Hamas en Cisjordania fue un hecho "doloroso", pero agregó que "inclusive ante estos atentados insoportables no perderemos el control".

Peres sostuvo durante una entrevista con la revista francesa "Le Nouvel Observateur" que en caso de que la **Organización para la Liberación de Palestina** sea derrotada por Hamas en los comicios para escoger autoridades en los territorios autónomos, caducará el convenio alcanzado entre Israel y la OLP en setiembre, en Washington.

"Una firma representa un acuerdo entre dos partes. Si uno de los signatarios no existe más, el acuerdo deja de tener valor. Es por esto que es absolutamente necesario ayudar a la OLP a imponerse en los comicios. Creo que la mayoría de los pobladores de los territorios quiere la paz", explicó el canciller israelí.

Un vocero de Hamas llamó a las agencias de noticias internacionales para reivindicar en nombre de la organización extremista el atentado contra los cuatro israelíes en Cisjordania.

Shau Bazak, vocero de los colonos judíos que habitan en las proximidades del punto donde se registró el ataque, puntualizó que los terroristas palestinos mataron a una maestra jardinera de 24 años y dejaron gravemente herido a un joven de 19. Los otros dos israelíes sufrieron lesiones leves.

Al conocer la agresión, decenas de israelíes detuvieron un automóvil árabe cerca de la ciudad de **Nablus**, en Cisjordania, y lo arrojaron a un barranco, mientras grupos de manifestantes interrumpían el tránsito en la principal ruta de acceso a **Jerusalén** y se enfrentaban con los árabes a pedradas en el sector oriental de la ciudad.

El gobierno israelí, que teme que se produzca una escalada de la violencia, reforzó sus unidades militares en los territorios y dispuso el toque de queda en Ramallah y El Bireh.

Las conversaciones de paz entre israelíes y palestinos en Egipto quedaron suspendidas hasta la semana que viene, aunque Osama, Shamad, vocero de la [illegible] de la OLP, indicó [illegible] violencia.

01-03

9400701

Postergarían el Retiro Judío

ISRAEL ENVIA MAS TROPAS A GAZA Y CISJORDANIA PARA FRENAR VIOLENCIA

JERUSALEN, BONN y WASHINGTON, 8 (AP, EFE, ANSA y Reuter).— Israel anunció nuevos emplazamientos militares en territorios ocupados para evitar la violencia que se ha acrecentado últimamente.

Isaac Rabin, el primer ministro, dijo que prometió combatir la violencia con todas las fuerzas posibles, pese a vencerse la próxima semana el plazo para empezar el retiro de sus fuerzas.

La posibilidad de que los israelíes aplacen la retirada cobró mayor fuerza mientras se suscitan los enfrentamientos entre civiles palestinos y los soldados hebreos destacados en las zonas ocupadas.

Warren Christopher, que se halla en El Cairo, declaró que EE.UU. no se opondría a que el retiro comenzará después, vistas las situaciones que crean víctimas de palestinos y judíos.

Yasser Arafat entre tanto, lanzó desde Bonn, un llamado a Israel para que cumpla los plazos acordados.

En una rueda de prensa celebrada hoy, miércoles, en Bonn, Arafat aseguró que esta fecha debe cumplirse porque las partes implicadas en el preacuerdo de paz (israelíes y palestinos), tienen un compromiso con los patrocinadores del proceso de paz en Oriente Medio, que además de los presidentes de EE.UU., Bill Clinton, y de Rusia, Boris Yeltsin, es —en definitiva— el mundo entero.

Sobre el futuro de Jerusalén, el dirigente palestino negó que esta cuestión haya estado excluida del principio de acuerdo firmado el 13 de setiembre en Washington, aunque admitió que el estatuto definitivo de la Ciudad Santa se decidirá en un margen de tres años a partir de la aplicación del documento.

A las voces críticas que no consideran posible una convivencia pacífica en Jerusalén de tres comunidades religiosas, Arafat replicó con optimismo que si esto ha sido posible durante siglos, también lo podrá ser en el futuro.

"Durante siglos dos Estados han compartido a Jerusalén como capital, y yo confío en que esto es posible. Ahora, eso sí, no quiero un muro de Berlín", precisó el líder de la OLP.

Arafat aprovechó su comparecencia ante la prensa para expresar nuevamente su agradecimiento al Gobierno y al pueblo alemán por el apoyo prestado al pueblo palestino.

De su reunión celebrada anoche con el canciller federal, Helmut Kohl, el dirigente palestino salió con la firme promesa de que junto al resto de sus socios comunitarios, Bonn apoyará con todas sus fuerzas, tanto política como económicamente, el proceso de paz en Oriente Medio.

La República Federal de Alemania se ha comprometido en este año ya a donar 33 millones de marcos (alrededor de 19.400 millones de dólares) para la reconstrucción de los territorios palestinos, y la cooperación técnica aumentó en 1993 de 8,7 a 15 millones de marcos (de 5 a 8,8 millones de dólares).

Yaser Arafat comenzó hoy, miércoles, su última jornada oficial en Alemania con un desayuno de trabajo con el ministro de Cooperación Económica, Carl-Dieter Spranger, con el que trató de las ayudas germanas al proceso autonómico palestino.

Spranger prometió que Alemania seguirá su apoyo activo a la construcción de un Estado palestino, ayuda que se concentrará por el momento en proyectos administrativos y educación, así como para el abastecimiento de agua.

02

Rabin anunció nuevos emplazamientos armados pese a que el retiro debería comenzar el lunes

Refuerzo militar israelí en Gaza y Jericó

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, prometió ayer "combatir el terror con todas nuestras fuerzas" y anunció planes para un aumento de las fuerzas militares en los territorios ocupados, pese a que la próxima semana vence el plazo para iniciar el retiro de tropas.

por Alfonso Lessa
enviado de *El Observador* a Israel



AFP

Despliegue militar y allanamientos
Tropas israelíes se han desplegado a lo largo de los territorios ocupados en el mayor despliegue militar desde que comenzó la Intifada

Mientras tanto, el fuego de barricadas que ardía aún en la medianoche (local) en una céntrica esquina de Jerusalén, como corolario de una multitudinaria manifestación de judíos contrarios a los acuerdos con la Organización para la Liberación de Palestina y que obligó a la participación de carros lanza-agua y efectivos a caballo para dispersarla, quizás sinteticen más que nada las dificultades que enfrenta el gobierno de este país para llevar adelante el plan de paz. Dificultades que se extienden además al propio Yasser Arafat, jaqueado por la acción de los radicales palestinos, que ayer no sólo atacaron alevosamente a un judío que se encontraba con su esposa realizando compras camino a Belén, sino que también serían los responsables del asesinato de un palestino partidario de Arafat en la Franja de Gaza.

Los militantes extremistas del Frente Popular y de la organización Hamas, cuyo respaldo entre la población palestina es muy difícil de determinar, recurren sin embargo al temor de las represalias para lograr que parte de los palestinos se plieguen de hecho a sus acciones contra los acuerdos.

Ayer, por ejemplo, según pudo comprobar este enviado, parte de los comercios de la ciudad de Jericó se encontraban con las puertas cerradas en señal de protesta, como también lo hacen habitualmente los habitantes de otras zonas de árabes, como Belén.

Anoche, varios miles de judíos contrarios a los acuerdos con la OLP se reunieron frente al hotel en que se aloja el secretario de Estado de Estados Unidos, Warren Christopher, quien está mediando con los propios palestinos y los países árabes para implementar el plan de paz. En la multitudinaria protesta, de la que participaron en buena parte judíos asentados en las zonas ocupadas por Israel, y que a mediano o largo plazo deben ser devueltas a los palestinos, algunos de ellos usaban vestimenta religiosa y cargaban sus fusiles a la espalda.

Protesta con doble objetivo

Pero la concentración no sólo fue contra Christopher, sino que tuvo un blanco local: el estrado del acto estaba presidido por un enorme retrato del primer ministro Yitzhak Rabin envuelto en la característica cofia de Yasser Arafat. Otro gran retrato lo mostraba entregando armas a los palestinos. Otra de las características del acto, fue la alta presencia de jóvenes, muchos de ellos adolescentes, los que parecieron el grupo ampliamente mayoritario. El acto, en el que los hombres tenían su típico kipa o la vestimenta oscura y el sombrero de los ortodoxos, comenzó pacíficamente, con cánticos en defensa de Israel y contrarios a los acuerdos que impulsa Rabin, pero luego derivó en incidentes. Justo frente al hotel donde se aloja Christopher se encendieron fogatas y barricadas y luego de una situación de tensión en la que parecía evidente que a los miembros de las fuerzas de seguridad les costaba reprimir a sus compatriotas por una cuestión en la que están unidos más allá de estrategias y tácticas, avanzaron los policías a caballo y los carros lanza-agua por varias cuadras dispersando a los manifestantes que por momentos se reagrupaban, volviendo a entonar cánticos y a abuchear a soldados y policías.

Efectivos de Bomberos, en tanto, apagaban el fuego.

La manifestación estuvo precedida de un ataque contra un judío cerca de Belén, quien fue baleado y herido por las pedreas que recibieron en Hebron quienes formaron el cortejo fúnebre de otro judío asesinado junto a su hijo a comienzos de semana. Fuerzas israelíes repelieron el ataque hiriendo a tres palestinos.

La implementación de los acuerdos de paz, su conveniencia o inconveniencia, la verdadera representatividad de Arafat y su eventual capacidad para hacer cumplir los entendimientos entre los propios palestinos son, cada día más, el motivo central de las conversaciones y discusiones entre los israelíes. Pero no sólo entre ellos, sino entre los propios palestinos, parte de los cuales parecen empeñados en intentar interrumpir el proceso por medio de una violencia creciente.

Los críticos de una y otra parte, en algunos casos, tienen puntos de coincidencia, aun desde la más extrema disidencia: es el caso de la evaluación que realizan sobre la actitud de Estados Unidos y su secretario de Estado. Poco antes de que miles de manifestantes judíos le expresaran su rechazo en las calles, un taxista palestino había sido consultado por este enviado sobre qué pensaba de la mediación de Christopher, contestando éste con un grueso insulto para el jerarca norteamericano.

Los acuerdos, en todo caso, ya han cambiado algunas cosas: la bandera palestina, prohibida hasta hace muy poco y que podía determinar la cárcel para sus portadores, ahora no sólo es exhibida en forma de camisetas que se venden en la ciudad vieja de Jerusalén, sino que ondea por todas partes en Jericó, según pudo comprobar *El Observador* en una incursión por esa ciudad de 25 mil habitantes que forma parte de los acuerdos y de la que los judíos deberían comenzar a retirarse el próximo lunes al igual que de Gaza. Jericó es la ciudad más antigua conocida del mundo con 6 mil años de historia. Es un pequeño centro poblado que se encuentra en pleno desierto de Judea, muy cerca del mar Muerto. En algunos aspectos no se diferencia demasiado de alguna de las ciudades del interior del Uruguay: alrededores con casas humildes desparramadas sobre caminos y algunos campos y una pequeña parte céntrica de construcciones mayoritariamente viejas, que tiene su corazón en una plaza sobre la que se encuentra el edificio de la Municipalidad. Junto al cartel que señala el municipio, se destaca un amplio retrato de Arafat pintado en forma rústica.

Punto de discusión

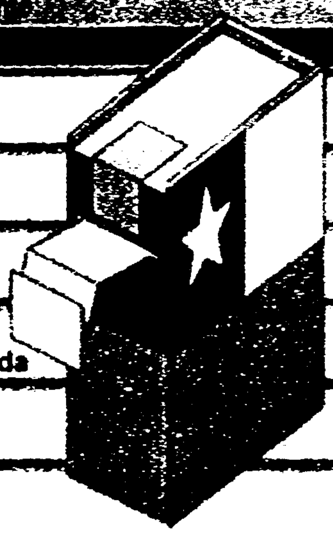
Rodeada de un medio inhóspito, desierto y un mar que por su asombrosa salinidad no permite ningún tipo de vida, este pequeño rincón que produce fundamentalmente algunas frutas, es uno de los principales centros de discusión. Uno de los más importantes puntos se refiere a los límites que tendrá Jericó. La extensión que reclaman los palestinos no es aceptada por Israel, por dos hechos fundamentales que atañen a su seguridad: si se hiciera caso a los reclamos de los palestinos, Jericó quedaría, por una parte, a las *puertas de Jerusalén*, y por otra, con el control del puente que une a Israel con Jordania. El control de ese puente, según dijeron a *El Observador* altas fuentes del gobierno israelí, es innegociable.

Actualmente Jericó está separada de Jerusalén por un árido desierto de piedras y polvo que sólo transitan los beduinos con sus camellos, las patrullas militares y algunos visitantes. Y aunque los plazos apremian y faltan definir muchos aspectos, las patrullas israelíes que aún transitan las calles de Jericó, ya no reprimen la bandera roja, blanca, negra y verde de los palestinos.

Christopher continuaba ayer con sus gestiones, mientras para hoy jueves está previsto un encuentro en España entre el canciller Shimon Peres y Yasser Arafat. En cualquier caso el hecho de que el reloj esté corriendo con un plazo tan corto como el del próximo lunes para que los israelíes comiencen a retirarse de Jericó y la Franja de Gaza, aumenta las tensiones en la zona. ■

Resultado final

[illegible] definitivo, efectuado sobre el 94,47% de los sufragios [illegible] emitidos, fue leído por el subsecretario del Interior, Belisario [illegible]



Candidato	Votos	%
Eduardo Frei Pacto oficialista	4.008.654	58,01
Arturo Alessandri Pacto derechista	1.685.584	24,39
José Piñera Derecha	427.286	6,18
Manfred Max Neef Independiente Izquierda	383.847	5,56
Eugenio Pizarro Extrema Izquierda	324.121	4,69
Cristián Reitze Izquierda	81.096	1,17

Composición de las cámaras legislativas

Cámara de Diputados

Partidos	Escaños '93	Escaños '89
PDC	37	41
PS	15	16
PPD	15	8
PR	2	5
RN	29	33
UDI	15	14
UCC	2	–
Independientes	5	1
Socialdemócratas	–	1
Disidentes Concertación	–	1
	120	120

Senado

Partidos	Escaños '93	Escaños '89
PDC	13	13
PS	4	3
PPD	3	2
PR	1	3
RN	11	13
UDI	3	2
UCC	1	–
Independientes	2	1
Socialdemócratas	–	1
Designados	8	9
	46	47

La elección, juzgada por diarios trasandinos

SANTIAGO, Chile, 12 (ANSA). - [illegible]rios chilenos saludan hoy en [illegible] editoriales la elección del demócrata cristiano Eduardo Frei como presidente de Chile.

El Mercurio estima que la elección de diputados y la mitad de senadores no significa un cambio importante en el equilibrio político del país.

Por el sistema binominal, determinado por la Constitución dada por el pasado gobierno militar, cada circunscripción sólo elije a dos miembros del Congreso, impidiendo que partidos más pequeños tengan representación parlamentaria.

El Mercurio avala este sistema y sostiene que "una presencia mayoritaria de la Concertación (oficialismo), podría haber generado alteraciones en la institucionalidad política y el panorama socioeconómico del país".

Por eso, "gracias a la centro-derecha", según El Mercurio, no han podido materializarse las aspiraciones de los partidos de gobierno de modificar las reformas constitucionales, a la legislación laboral y de cambios en instituciones básicas de la infraestructura económica. El diario añade que "puede esperarse que continúe el clima de consenso político interno y la estabilidad y certidumbre del esquema imperante" y que "la ponderación y el equilibrio" de Frei permiten "desechar el temor de trastornos alarmantes".

En tanto, para La Epoca, la reciente campaña electoral ha sido "la menos confrontacional en muchos años" y el país "no ha confundido los aspectos esenciales con los accesorios".

"En la conciencia ciudadana, continúa el editorialista, se ha instalado la certeza de que, para poder avanzar, se requiere de entendimientos, respecto a la diferencia y capacidad para escuchar al otro".

Eduardo Frei, presidente electo de Chile

Paradoja del holgado triunfo estrecho

Por Carlos Reymundo Roberts

(Corresponsal de LA NACION en América latina)

Frustrantes con el 58 por ciento de los votos, Frei no tendrá mayoría absoluta en el Congreso por obra de un complejo sistema electoral; partidos de izquierda con muchos votos y sin bancas.

SANTIAGO, Chile.– Un día después de las elecciones y ya con casi todos los números en la mano, el análisis llevaba ayer a conclusiones interesantes y paradójicas. La primera de ellas es que el arrasador triunfo de Eduardo Frei, con algo más del 58 por ciento de los votos, en realidad no ha arrasado tanto.

Muchas cosas siguen en pie en el panorama político chileno, como si no hubiese habido de por medio una de las mayores victorias electorales del siglo. Otras, inclusive, no tienen el color que el oficialismo hubiese deseado.

Por ejemplo, la derecha, derrotada sin atenuantes y con una performance inferior a la de los comicios de 1989, sigue teniendo –si se suman los votos de Arturo Alessandri y José Piñera– un tercio del electorado.

La profunda crisis del sector le quita por ahora toda aspiración a llegar a La Moneda, pero no ha perdido mayormente la franja de incondicionales que le es propia.

Los tres tercios

Históricamente Chile era conocido, en materia política, como el país de los tres tercios. Es decir, 33 para el centro, 33 para la derecha y 33 para la izquierda.

Hoy sigue siendo prácticamente igual, con la diferencia de que gran parte de la izquierda (el socialismo que abjuró formalmente del marxismo) está ahora aliada con el centro (la democracia cristiana). El producto de esa alianza es el 58,1 por ciento obtenido por la Concertación en la elección para presidente.

Lo que se ha denominado la izquierda «antisistema», el sacerdote Eugenio Pizarro (allendista), Manfred Max Neef (ecologista) y Cristián Reitze (humanista), se queda con el 10 por ciento restante.

Congreso: la misma cara

Tampoco el Congreso ha cambiado su cara después del sábado. El oficialismo todavía está muy lejos de tener la mayoría que buscaba para reformar la Constitución sin necesidad de recurrir a negociaciones con la oposición.

"Un Parlamento para Frei", pedía el candidato en la campaña. No lo ha conseguido, en parte por un sistema electoral hecho para proteger a la segunda fuerza (la derecha) y para debilitar a la tercera (la extrema izquierda).

Así, el próximo gobierno deberá privilegiar –como lo ha hecho el de Aylwin– la política de consensos.

Aunque lejos de colmar sus pretensiones, a la administración saliente no le ha ido mal en ese aspecto. Reformas laborales y tributarias, dos reformas a la Constitución y una serie de leyes que favorecieron a los presos políticos fueron posibles en estos cuatro años gracias a acuerdos con la derecha.

Al mantenerse la actual correlación de fuerzas, el oficialismo sólo podrá aprobar, modificar y derogar leyes comunes, aquellas que requieren para su sanción la mayoría simple de los parlamentarios presentes en ambas cámaras.

En cambio, sin acuerdo previo no podrá cambiar normas que requieren de un quórum calificado. Fundamentalmente dos: la inamovilidad de los comandantes en jefe y la ley electoral.

Situación riesgosa

Los comicios mantuvieron también una situación que algunos califican de riesgosa.

A partidos de la izquierda «antisistema» que obtuvieron en conjunto más del 15 por ciento de los votos en la elección parlamentaria, eso no les servirá de nada: no tendrán un solo representante sentado en una banca, nuevamente por culpa de la ley electoral.

"Claro que es peligroso –dijo a LA NACION el diputado Andrés Aylwin, hermano del actual presidente–. Si esto se prolonga, esa izquierda que hoy compite dentro de la democracia el día de mañana puede plantearse otros métodos de acción. Yo creo que si no conseguimos modificar la ley electoral, la democracia chilena no resiste más de 12 o 15 años."

"Gran injusticia"

El propio Frei calificó ayer de "gran injusticia" que esa cantidad importante de votos conseguida por la izquierda extraconcertación –como la llama– no se traduzca en presencia parlamentaria.

De este sector, el único que cuenta con fruición los votos es Manfred Max Neef. Si bien no llegó al 7 u 8 por ciento esperado, su casi 6 por ciento es mucho para quien hace un año políticamente no existía.

Por ahora no está claro si su movimiento, al que reconoce heterogéneo y desorganizado, terminará convirtiéndose en un partido político. El dice que no.

Max Neef, el barbado y multifacético ecologista, fue la gran novedad de estas elecciones. Casi, casi, la única.

Warren Christopher inicia una nueva gira por Medio Oriente procurando revitalizar el diálogo por la paz entre judíos y OLP

Se retrasaría el retiro israelí de Gaza y Jericó

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, emprenderá hoy una nueva gira por el Medio Oriente para relanzar las negociaciones de paz árabe-israelíes, mientras persisten rumores sobre un posible retraso del retiro militar israelí de la franja de Gaza y de Jericó.

El Cairo (ANSA)

■ En base al acuerdo firmado en Washington el 13 de setiembre entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), dentro de once días debería iniciar la evacuación del ejército israelí de estos territorios.

Pero las tratativas bilaterales entre la OLP e Israel, que se realizan en Egipto, se hallan virtualmente bloqueadas, mientras crece el descontento y la protesta en los territorios ocupados.

Las grandes manifestaciones palestinas realizadas en los últimos días en Gaza, el sangriento atentado en la Cisjordania ocupada y los puestos de bloqueo instituidos en los territorios ocupados por centenares de colonos hebreos armados preocupan vivamente al premier israelí, Isaac Rabin, empeñado estos días en una gira europea.

En un comunicado emitido en Túnez, la OLP afirmó por su parte que las negociaciones con Israel han llegado a un punto muerto y pidió una intervención diplomática directa de Christopher para relanzarlas.

El jefe de la diplomacia estadounidense se reunirá con el líder de la OLP, Yasser Arafat, el próximo día 6 en Ammán (Jordania) y el 10 en Túnez, según anunció Nabil Shaath, jefe de la delegación palestina en las negociaciones con Israel.

Durante su gira por Medio Oriente, Christopher visitará Israel, Siria, Jordania, que participan en las negociaciones de paz lanzadas en la Conferencia de Madrid, así como Egipto y Marruecos, países relacionados indirectamente con las tratativas.

Arafat debería entrevistarse con Rabin el domingo 12 en El Cairo para firmar juntos un protocolo de acuerdo sobre las modalidades de la evacuación israelí de Gaza y Jericó, para inaugurar su autonomía administrativa, primera etapa en la creación de una entidad nacional palestina.

Las negociaciones sobre la autonomía, cuya última ronda terminó el martes, debería reanudarse el domingo 5 en El Cairo y el martes 7 en El Arish, sobre la costa egipcia del Mar Rojo, donde se reúnen las comisiones sobre el traspaso de poderes civiles.

Por otra parte, Rabin afirmó que está haciendo lo posible para que el retiro de sus tropas de la franja de Gaza y de Jericó empiece el 13 de diciembre, como fue previsto en el acuerdo de Washington, aunque no excluyó que la operación pueda sufrir un retraso.

En un encuentro con los periodistas en Bonn, al término de una breve visita a Alemania, Rabin desmintió la información publicada en el diario israelí Yedioth Aronoth según la cual ya había acordado con Arafat la postergación del retiro de las tropas.

"No estoy al corriente de ningún acuerdo con Arafat", dijo el premier israelí.

La agitación política en los territorios ocupados, liderada por palestinos disidentes, fundamentalistas islámicos y colonos judíos —todos ellos opuestos al acuerdo de Washington, por motivos diferentes— ha causado inquietudes acerca de posibles violencias en Gaza y Jericó, luego del retiro de los soldados israelíes.

El premier israelí expresó a su vez su preocupación por el comportamiento de los colonos hebreos, quienes improvisaron hoy puestos de bloqueo y barricadas en los principales cruces de carreteras de Gaza y Cisjordania, paralizando el tráfico durante dos horas.

Por tercera vez en pocos días, las fuerzas militares israelíes desplegadas en los territorios ocupados no intervinieron para dispersar los manifestantes judíos. Por otra parte, en un cruce de carreteras en Masha (Cisjordania) una bomba, probablemente instalada por un grupo terrorista árabe, estalló contra una camioneta militar israelí. El oficial que viajaba a bordo del vehículo resultó ileso.



Un colono judío reza en medio de focos de fuego, en memoria por la muerte de otros dos colonos a manos de palestinos. (Telefoto de AFP)

Ante un clima de tensión política entre palestinos e israelíes aparece el optimismo de Christopher sobre la paz en Medio Oriente

"La esperanza aún está viva"

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, afirmó en Jerusalén que "la esperanza de la paz aún está viva", al regresar de dos días de reuniones al máximo nivel en Damasco y Ammán y con el líder de la OLP, Yasser Arafat. Fuentes israelíes declararon que las negociaciones bilaterales árabe-israelíes podrían reanudarse el año próximo. Al optimismo de Christopher se contrapone un clima exasperado de tensiones y pasiones políticas, tanto entre palestinos como israelíes, que podría provocar más violencia ante cada nueva mínima provocación.

Jerusalén (ANSA)
por Giorgio Raccah

■ En Israel, el endurecimiento del enfrentamiento, hasta ahora sólo verbal, entre las corrientes más extremas de partidarios y opositores al proceso de paz, llevaron al presidente Ezer Weizman a tomar la iniciativa, totalmente excepcional, de hacer un llamado al país a la concordia.

Tras una reunión con el premier Isaac Rabin y con los líderes de otros partidos, Weizman dio a entender que consideraba oportuna la constitución de un gobierno de unidad nacional para hacer frente "a la compleja situación en la cual se encuentra el país".

Rabin dijo que la puerta está abierta sólo a partidos dispuestos a proseguir la política de paz el gobierno y a respetar el acuerdo con la OLP.

Durante la jornada pasada el secretario de Estado mantuvo conversaciones con el premier, con el canciller Shimon Peres y con la delegación palestina en las negociaciones de paz, con Faisal Husseini a la cabeza, designado responsable de Al Fatah en Cisjordania.

De un informe sólo provisorio acerca del resultado de los coloquios de Christopher con los líderes israelíes y árabes parece surgir un acuerdo entre todas las partes sobre la necesidad de reanudar las tratativas en el próximo futuro. Según Rabin, la única cuestión a establecer es la fecha de las negociaciones.

Según otras fuentes, parece que Christopher no aceptó el pedido de Arafat de una mediación norteamericana en la tratativa entre Israel y OLP sobre todas las cuestiones abiertas referentes al retiro del ejército israelí de Gaza y Jericó en una primera fase y la actuación de un régimen autónomo provisorio palestino en los territorios.

La vocero de la delegación palestina, Hanan Ashrawi, dijo que a Christopher se le reiteró la necesidad de proceder de "modo rápido y eficaz" en la negociación. Según la delegación, la causa principal de la violencia en los territorios es la presencia de colonos entre la población palestina.

Más confuso es el cuadro respecto a las conversaciones entre Israel y Siria. Peres declaró que "el clima es mejor pero la sustancia no se ha modificado".

En efecto, Siria reafirmó que a pesar de cualquier seguridad dada a nombre de Israel por Christopher, la pacificación será posible sólo en el ámbito de una regulación global del conflicto árabe-israelí.

Las negociaciones directas entre Damasco y Tel Aviv, interrumpidas desde hace tres meses, se reanudarían probablemente el próximo enero, agregó Peres. Peres declaró, tras reunirse con el secretario Christopher en Jerusalén, que el presidente sirio, Hafez el Assad, había expresado su intención de reanudar los diálogos con Israel.



Un ciudadano palestino camina por el centro de Ramallah, frente a un soldado israelí. (Telefoto de AFP)

Warren Christopher se entrevistó con delegados palestinos

EEUU PIDE QUE SE RESPETEN LOS PLAZOS

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, instó a palestinos e israelíes a que se esfuercen en cumplir los plazos estipulados en la Declaración de Principios que refrendaron el pasado 13 de septiembre en Washington.

L palestina en las conversaciones de paz con Israel, Hanan Ashraui, informó del llamamiento de Christopher al finalizar la reunión que mantuvo éste con representantes de los territorios ocupados de Cisjordania y Gaza en Jerusalén [illegible]ental.

El primero de esos plazos vencerá el próximo lunes día 13, fecha que la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel fijaron para comenzar la retirada militar y aplicar un régimen de autonomía provisional en Gaza y Jericó, aunque se cree que por las divergencias surgidas durante las negociaciones secretas en Egipto, obligarán a posponerla al menos dos semanas.

La portavoz afirmó que los palestinos conceden gran importancia al cumplimiento de los plazos, pues «ello será prueba de [illegible] están decididas a cumplir el acuerdo» de la OLP con Israel.

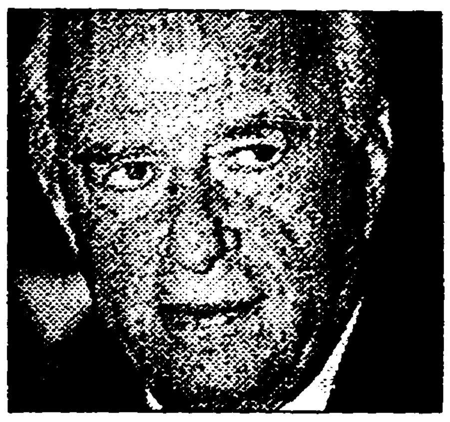
En la reunión con Christopher, que posteriormente no hizo declaraciones, también se trató sobre la ola de violencia que en los últimos [illegible] meses ha costado la vida de 55 palestinos e israelíes.

«Le explicamos el peligro que encierra la presencia de asentamientos y colonos judíos en los territorios ocupados», dijo Ashraui, que describió la reunión como «un éxito».

Otro de los asuntos planteados por los representantes de los territorios ocupados fue el de la liberación de más de 10.000 palestinos presos en poder de Israel, así como la asistencia económica de Estados Unidos al futuro gobierno autónomo en Gaza y Jericó.

Christopher, que hoy se reunió con el primer ministro israelí, Isaac Rabin, y con el ministro hebreo de Asuntos Exteriores, Simón Peres, también celebró un encuentro el lunes en Amán con el presidente de la OLP, Yaser Arafat.

Fuentes del Gobierno israelí informaron de que Rabin y Arafat se reunirán a princip[illegible] próxima en El Cairo para resolver las divergencias en torno al acuerdo de autonomía para Gaza y Jericó, pero el primer ministro israelí dijo a la prensa que no se ha resuelto aún si celebrar esa reunión, ni la fecha en que tendrá lugar.





Isaac Rabin, primer ministro israelí, y Yasser Arafat, presidente de la OLP, deberán reunirse a la brevedad.

Tras reunirse con la delegación palestina, que presidió Faisal Huseini, portavoz de la OLP en los territorios ocupados, Christopher mantuvo un encuentro con familiares de los soldados israelíes desaparecidos durante la invasión de Líbano de 1982.

El secretario de Estado les informó de las conversaciones [illegible] al respecto el lunes en Damasco con el presidente sirio, Hafez El Asad, y de la disposición de éste a cooperar para dar con el paradero de los militares desaparecidos.

El jefe del Frente Popular para la Liberación de Palestina, George Habach, acusó a Yaser Arafat, líder de la OLP, de haberse rendido a los isralíes y dijo que «le pesará», pero excluyó el uso de la violencia contra él.

En una entrevista al periódico As Safir, Habach, que tiene su base en Damasco, afirmó refiriéndose al acuerdo del 13 de septiembre que se trata de «un compromiso y no de la paz».

Israel y la OLP firmaron ese día un [illegible] sobre la autonomía en los territorios ocupados que comenzará por Gaza y Jericó.

Sólo se llegará a la paz, según Habach, cuando «los palestinos regresen a Palestina y vivan en un estado popular democrático. Cualquier otro convenio será provisional». El FPLP, que es uno de los tres grupos más importantes de la OLP, rechaza el acuerdo del 13 de septiembre y preconiza la lucha armada

a2

9400704

La OLP exige a Israel mantener los compromisos del acuerdo firmado en Washington

Christopher inicia misión en Medio Oriente

Jerusalén (ANSA)

■ Con una cena de trabajo en la residencia del premier israelí, Isaac Rabin, comenzó anoche la nueva misión por Medio Oriente del secretario de Estado norteamericano Warren Christopher, quien en los próximos días visitará además Siria, Jordania y Egipto, para relanzar el proceso de paz entre árabes e israelíes.

El comienzo de esta nueva misión fue precedido por unas duras declaraciones provenientes de Damasco y de Túnez, y se produce en un clima de gran tensión por el aumento de los sangrientos episodios en los territorios ocupados, donde tres palestinos resultaron heridos por disparos de colonos hebreos en Hebrón (Cisjordania ocupada).

En Damasco, el diario gubernamental Tishrin afirmó que Siria no volverá a la mesa de negociaciones si Israel no se compromete en primer lugar a retirarse de las alturas del Golán, ocupados desde 1967.

"El retiro del Golán —escribe el periódico— es una condición esencial para una verdadera paz en la región".

Israel, por su parte, se niega a dar explicaciones sobre la evacuación del Golán si antes Siria no aclara el tipo de paz que está dispuesta a firmar.

En tanto, la emisora oficial Radio Damasco dijo ayer que si Estados Unidos fracasa en el intento de inducir a Israel a retirarse de "todas" las tierras árabes ocupadas "verá el proceso de paz enmarañarse en una espiral" hasta su posible decaída.

"El proceso de paz depende de la capacidad de Estados Unidos de desempeñar su responsable papel de hacer cumplir las resoluciones de las Naciones Unidas sobre el completo retiro israelí de las tierras ocupadas", subrayó la radio.

El canciller israelí Shimon Peres dijo que Israel está dispuesto a retirarse de una parte pero no de todo el Golán, mientras el jefe de Estado Mayor, Ehud Barak, habló de una posible "descolocación" de las tropas en el Golán y de un retiro a plazos, lo que permitiría verificar en cada etapa la voluntad de paz de Siria.

Por otra parte, a dos días de la llegada de Christopher a Ammán, el premier jordano, Abdul Salam Majali, declaró que su país espera que el secretario de Estado norteamericano sea capaz de desbloquear las negociaciones de Siria y Líbano con Israel y supere los obstáculos que retrasan la aplicación del acuerdo firmado en Washington el pasado 13 de setiembre entre Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Christopher se reunirá en Ammán con el líder de la OLP, Yasser Arafat, con quien volverá a entrevistarse el viernes en Túnez.

Según fuentes árabes dignas de crédito, personalidades de la OLP residentes en los territorios habrían solicitado a Christopher que presione a Israel para que libere inmediatamente al mayor número de activistas de la Intifada.

En Túnez, el comité ejecutivo de la OLP confirmó su rechazo categórico de aplazar la entrada en vigor del acuerdo de Washington.

En un comunicado difundido ayer, la ejecutiva palestina reiteró que Israel debe mantener "los compromisos sobre la primera fase del acuerdo, en particular el retiro total (de las fuerzas militares) de la franja de Gaza y de Jericó y el traslado de los poderes en todos los territorios palestinos ocupados a la autoridad nacional palestina".

Christopher visitará también Siria y Egipto, y volverá a Israel antes de abandonar la región. No está previsto, sin embargo, que visite el Líbano, según dijeron fuentes políticas y periodísticas libanesas.

Tales fuentes excluyeron que Christopher visite el Líbano, socio por parte árabe en las negociaciones con Siria, Jordania y la OLP, porque Estados Unidos lo consideran inseguro p... a sus ciudadanos a causa de la guerrilla integrista islámica, sobre todo del movimiento Hezbolah (Partido de Dios, pro iraní).

De todos modos, el diario An-Nahar no excluye que, en el último momento, se organice una visita de Christopher si Siria le pide que la lleve a cabo. Siria y Líbano están vinculados por un férreo pacto de cooperación en todos los planos.

Por su parte, el diario Al-Hayat dice que Christopher no visitará el Líbano porque este país "vinculó sus negociaciones a las de Siria".

De hecho, el jefe del gobierno libanés Rafic Hariri dijo que su país no firmará la paz con Israel si antes no lo hace Siria y que si este país se retira también lo hará el suyo.

"Una demora en el acuerdo sería aceptable"

El secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher dijo ayer en El Cairo que Estados Unidos no se opondrá a una breve demora en el comienzo de la retirada de tropas israelíes de los territorios ocupados si israelíes y palestinos la consideraran necesario.



AFP

Tensión en Cisjordania

srael envió miles de efectivos de refuerzo en un intento de poner fin a la violencia

Con esa declaración Christopher dejó en claro que Estados Unidos se halla del lado de Israel en la discusión acerca del plazo del 13 de diciembre fijado para que Israel empiece el retiro de sus tropas de la Franja de Gaza y Jericó en la margen occidental.

Ese plazo quedó establecido en una declaración de principios firmada en Washington por Israel y la Organización para la Liberación de Palestina que establece la autonomía para los palestinos en un período de cinco años, empezando por Gaza y Jericó.

El secretario de Estado y el presidente egipcio Hosni Mubarak comentaron sobre la situación de las negociaciones Israel-OLP durante una conferencia de prensa conjunta. Fue la primera vez que Christopher dijo públicamente que una postergación del acuerdo sería aceptable, aunque señaló, al igual que Mubarak, que cuanto más pronto sea puesto en vigor, tanto mejor será.

Mubarak descartó la posibilidad de que por el momento se puedan reunir el presidente sirio, Hafez El Asad, y el primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, aunque dijo que hay posibilidades de que El Asad se entreviste con el presidente de Estados Unidos, Bill Clinton.

El secretario de Estado, Warren Christopher dijo que Estados Unidos se esfuerza por lograr que Siria e Israel se acerquen en sus puntos de vista.

Se ha estipulado que las tropas israelíes comiencen su retiro de la Franja de Gaza y de la ciudad cisjordana de Jericó el 13 de diciembre, conforme a un acuerdo de limitada autonomía palestina suscrito por la OLP e Israel en Washington hace tres meses.

El líder de la OLP, Yasser Arafat, hablando durante una visita que realizó esta semana a Alemania, dijo que el 13 de diciembre era "una fecha sagrada", y que era inconcebible una postergación.

Pero el primer ministro Yitzhak Rabin comentó el mes pasado que esa fecha "no estaba inscripta en los Diez Mandamientos".

Israel envió ayer miles de efectivos de refuerzo a Cisjordania y detuvo a militantes palestinos en un intento de poner fin a la violencia que amenaza el acuerdo de paz.

La radio de las Fuerzas Armadas señaló que el despliegue de tropas que tiene lugar cinco días antes del plazo para el inicio de la autonomía limitada palestina, es el de mayor envergadura en varios años.

En un nuevo episodio de violencia, palestinos armados abrieron fuego e hirieron ayer de gravedad a un colono cerca de un santuario judío de la ciudad cisjordana de Belén, indicaron fuentes de seguridad.

Los agresores huyeron hacia un campo de refugiados palestino. El colono recibió un disparo en el estómago en momentos en que se encontraba cerca de la tumba de la matriarca bíblica Raquel y fue trasladado a un hospital de Jerusalén, agregaron las fuentes.

Un alto funcionario israelí señaló que Yasser Arafat comunicó al Estado judío su consternación ante la violencia que tiene lugar en Cisjordania y la Franja de Gaza, donde colonos irrumpieron en poblaciones palestinas como represalia por atentados árabes. ■

Al no llegar al 5 por ciento de los votos

NUEVE PARTIDOS POLITICOS CORREN RIESGO DE DISOLVERSE

Nueve de los catorce partidos que participaron en los comicios generales del sábado pasado corren el riesgo de desaparecer del panorama político chileno, pues no alcanzaron el 5 por ciento de los sufragios que exige la ley para mantenerse como organización.

LJ 14/12

Tras el recuento oficial de los votos, que empezó será el Servicio Electoral el organismo que decida sobre el destino de las colectividades que no consiguieron el porcentaje mínimo.

De ratificase los resultados del Tribunal Calificador de Elecciones, divulgados por el Ministerio del Interior, estarían en peligro de disolución los derechistas Partido Nacional, que obtuvo el 0,04 por ciento; la Unión de Centro Centro (3,19 por ciento) y el Partido del Sur (0,19 por ciento).

Por la izquierda, se disolverían el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), que obtuvo el 0,10 por ciento y el comunista Movimiento de Izquierda Democrática Allendista (MIDA) con el 4,98 por ciento.

En el centro-izquierda peligran La Alianza Humanista-Verde (con el 1,04 por ciento), el Movimiento Ecologista (con el 0,03 por ciento), la Social Democracia (con el 0,79 por ciento) y el Partido Radical (con el 2,96 por ciento).

Si después de los cómputos oficiales los porcentajes no varían, algunas colectividades pueden optar por la fusión para evitar su disolución.

Según una ley en trámite en el Parlamento, también podrán salvarse de la disolución aquellos partidos que conservaron un representante en el Senado o en la Cámara de Diputados, aún cuando no alcanzaron el 5 por ciento. (EFE)

Al no llegar al 5 por ciento de los votos

NUEVE PARTIDOS POLITICOS CORREN RIESGO DE DISOLVERSE

Nueve de los catorce partidos que participaron en los comicios generales del sábado pasado corren el riesgo de desaparecer del panorama político chileno, pues no alcanzaron el 5 por ciento de los sufragios que exige la ley para mantenerse como organización.

LJ 14/12

Tras el recuento oficial de los votos, que empezó será el Servicio Electoral el organismo que decida sobre el destino de las colectividades que no consiguieron el porcentaje mínimo.

De ratificase los resultados del Tribunal Calificador de Elecciones, divulgados por el Ministerio del Interior, estarían en peligro de disolución los derechistas Partido Nacional, que obtuvo el 0,04 por ciento; la Unión de Centro Centro (3,19 por ciento) y el Partido del Sur (0,19 por ciento).

Por la izquierda, se disolverían el Movimiento de Acción Popular Unitaria (MAPU), que obtuvo el 0,10 por ciento y el comunista Movimiento de Izquierda Democrática Allendista (MIDA) con el 4,98 por ciento.

En el centro-izquierda peligran La Alianza Humanista-Verde (con el 1,04 por ciento), el Movimiento Ecologista (con el 0,03 por ciento), la Social Democracia (con el 0,79 por ciento) y el Partido Radical (con el 2,96 por ciento).

Si después de los cómputos oficiales los porcentajes no varían, algunas colectividades pueden optar por la fusión para evitar su disolución.

Según una ley en trámite en el Parlamento, también podrán salvarse de la disolución aquellos partidos que conservaron un representante en el Senado o en la Cámara de Diputados, aún cuando no alcanzaron el 5 por ciento. (EFE)

Arafat acordó una reunión con el premier israelí Isaac Rabin para el domingo en El Cairo

Persiste incertidumbre sobre el retiro de Gaza y Jericó previsto para el lunes

Tampoco se sabe si serán liberados 13.000 presos palestinos

El líder de la OLP, Yasser Arafat, y el ministro de Relaciones Exteriores israelí, Shimon Peres, se reunieron ayer en la ciudad española de Granada y coincidieron en que "la paz está a las puertas", pero no se pronunciaron sobre temas conflictivos que amenazan el proceso en el Medio Oriente. Ambos se reunieron en privado durante más de una hora en el marco de las jornadas internacionales para la paz, auspiciadas por la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco) en esa histórica ciudad cuyos trazos árabes están aún presentes.

Madrid (IPS)
por Pablo Azocar

■ Fuentes de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) confirmaron en Granada que Arafat se reunirá el domingo en el Cairo con el primer ministro israelí, Isaac Rabin.

El presidente de la OLP abandonó España inmediatamente después de participar en la inauguración de las jornadas, donde junto a Peres recibió las llaves de la ciudad en una ceremonia en la cual participaron el canciller español, Javier Solana, y el director general de la Unesco, Federico Mayor Zaragoza.

Una vez descartada una rueda de prensa conjunta —como deseaban los organizadores— Peres se presentó ante los periodistas y aseguró que "continuaremos nuestros esfuerzos comunes para acabar con la violencia".

Sin embargo, el canciller israelí no se pronunció sobre temas conflictivos del proceso de paz, como la liberación de los 13.000 presos palestinos, y sobre todo no dijo si el lunes 13 las tropas de su país se retirarán de las ocupadas Gaza y Jericó, como estipula un acuerdo firmado entre la OLP y Tel Aviv en setiembre.

Durante una visita a Bonn, Arafat recalcó que la fecha fijada en el acuerdo para el retiro israelí "es sagrada".

Por su parte, Peres se limitó a declarar ayer en Granada que "no tengo elementos aquí para pronunciarme sobre este tema".

El hecho de que el canciller rechazara pronunciarse sobre este tema frustró las expectativas de los organizadores españoles, que esperaban que en Granada hubiera "gestos" de avance en una cuestión que amenaza el proceso de paz en Medio Oriente.

Peres tampoco se pronunció sobre Jerusalén que, según Arafat, podría ser la capital común de dos estados "pero sin un muro de Berlín".

"En la reunión de hoy (jueves), el presidente Arafat y yo hemos coincidido en que ambas partes haremos todo lo que esté a nuestro alcance para acabar de una vez por todas con tanta violencia, sangre y sufrimiento para preparar el futuro de nuestro pueblo, de nuestros hijos y de toda la región", declaró Peres.

"Nos hemos comprometido a obtener la paz con los palestinos y nada nos detendrá en este camino", afirmó ante los periodistas.

Arafat aprovechó la ceremonia de entrega de llaves de la ciudad para decir que "el señor Peres me ha preguntado qué podemos abrir con estas llaves. Yo le dije que podemos abrir las puertas de la paz, reconstruyendo lo que se ha destruido con la guerra".

Ambos líderes agradecieron "el enorme esfuerzo de mediación" español, que se inició hace dos años con la conferencia de paz de Madrid, hito inaugural del proceso de paz en el Medio Oriente.

La reunión de Granada tenía inicialmente un carácter cultural, de análisis y debates, pero la presencia de Arafat y de Peres le dio un talante eminentemente político.

El encuentro entre ambos coincidió con el sexto aniversario del levantamiento popular palestino (la Intifada), que se celebró este jueves con una huelga general en los territorios ocupados.

La Intifada fue considerada un factor determinante en el impulso al proceso de paz.

Producto de esos enfrentamientos entre palestinos y las fuerzas israelíes han muerto hasta ahora más de mil palestinos y alrededor de un centenar de israelíes.

Fuentes de la cancillería española indicaron que una de las mayores preocupaciones expresadas en Granada, tanto por palestinos como israelíes, es el incremento de la violencia en los territorios ocupados en los últimos días, lo cual podría retrasar la aplicación del acuerdo de paz suscrito en setiembre.

Este mismo jueves un grupo de colonos judíos mató a un palestino que conducía un tractor en una granja de Gaza, y no muy lejos del mismo lugar dos árabes apuñalaron y dejaron herida a una mujer israelí.

Desde la firma de los acuerdos de paz en Washington han muerto 33 palestinos y 18 israelíes en los territorios ocupados.



Miembros del grupo activista Hamas siguen manifestando en Gaza su desaprobación al acuerdo entre Israel y la OLP. (Telefoto de AFP)

ARAFAT-SHIMON PERES: '

TUNEZ y MARGEN OCCIDENTAL OCUPADA. (Reportaje de la AP).— El líder palestino Yasser Arafat se reunió con el canciller israelí Shimon Pérez en España y luego envió a delegados a Ginebra a que se reúnan con un general israelí e intenten acelerar la retirada militar del estado judío de la Margen Occidental Ocupada y la Franja de Gaza.

Pero dirigentes de la Organización para la Liberación de Palestina dijeron en esta capital y en Egipto que anticiparan una demora de algunos días en el comienzo de la retirada israelí, previsto para el 13 de diciembre según una declaración de principios firmada por la OLP e Israel.

Por su parte, dos de los principales asesores de Arafat viajaron hoy de Túnez a Ginebra para reunirse con el mayor general Amnon Shahak, el subjefe del estado mayor israelí, dijeron fuentes de la OLP. Las fuentes, que exigieron no ser identificadas, dijeron que los dos asesores son Jibril Rajab y Mohammed Dahlan, ambos encargados de los arreglos para la seguridad en los territorios ocupados.

Arafat regresaba hoy de Granada, España, donde se reunió durante 75 minutos con Peres, dijeron fuentes palestinas.

Aunque no se revelaron detalles específicos de las conversaciones, fuentes israelíes dijeron que habían sido difíciles. Peres dijo a los periodistas que se realizarían esfuerzos para respetar el plazo para la retirada, a fin "de no dejar el campo totalmente abierto" a la violencia de extremistas palestinos o colonos israelíes.

Ambas partes han insinuado que la violencia podría obligar a demorar la aplicación de la declaración de principios. Desde la firma del documento, 37 palestinos han sido muertos en enfrentamientos con los israelíes mientras que 14 israelíes han perecido a manos de los palestinos.

Fuentes israelíes dijeron que la comisión conjunta entre Israel y la OLP encargada de hacer cumplir el acuerdo se reunirá el domingo en Egipto.

Peres dijo en España que no podía confirmar versiones de que el primer ministro israelí Yitzhak Rabin se reuniría con Arafat en Egipto al mismo tiempo.

Gad Ben Ari, vocero de Rabin, dijo que Jerusalen que "es posible" que ambos se reúnan, pero que no se ha fijado una fecha.

En El Cairo, el principal negociador palestino para la paz, Nabil Shaath, dijo que Rabin y Arafat podrían reunirse el domingo y que esa sesión podría resolver asuntos de seguridad que hicieron que Israel se negara empezar la retirada.

La declaración de principios establece la autonomía para los palestinos en los territorios ocupados y la retirada de las tropas israelíes, empezando el 13 de diciembre en la Franja de Gaza y la ciudad de Jericó en la Margen Occidental.

Durante el amanecer, horas antes de que Arafat viajara a España, el dirigente palestino se reunió con el ministro de Vivienda israelí, Benjamín Ben Eliezer en Túnez.

Ben Eliezer es el primer miembro del gabinete israelí que hace una visita anunciada públicamente a Túnez para reunirse con Arafat. Se reunió también con Yasser Aber-Rabbo, miembros de la comisión ejecutiva de la OLP, y Akram Haniah, asesor de Arafat de asuntos relacionados con las zonas ocupadas.

Por otra parte un agricultor árabe fue asesinado a balazos hoy mientras cultivaba un terreno en la Margen Occidental, y los palestinos culparon a los colonos judíos. Una mujer judía fue apuñalada en Franja de Gaza.

La violencia ocurrió en un día en que los territorios árabes ocupados por Israel se hallaban paralizados por una huelga general convocada por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) para conmemoar la insurrección palestina emprendida en 1987.

El asesinato es el más reciente episodio de una guerra de intensidad cada vez mayor entre los colonos judíos y los palestinos que amenaza con descarrillar el proceso de paz palestino israelí cuando faltan pocos días para poner en vigencia el acuerdo autonómico para Gaza y el pueblo cisjordano de Jericó.

Testigos palestinos que acompañaron a la víctima a un hospital dijeron a los periodistas que tres colonos judíos bajaron de un automóvil alrededor de las 08.30 horas y abrieron fuego contra el agricultor, que manejaba un tractor cerca del asentamiento judío de Shiloh.

El muerto fue identificado por funcionarios del hospital de Ramala como Jamis Mohamed Abu Awad, de 52 años, padre de seis hijos y vecino del pueblo de Turmus Aya, próximo a Shiloh. Fue baleado en el pecho y el estómago y llegó muerto al hospital, dijeron los funcionarios.

La decisión final sobre el retiro de las tropas israelíes de Gaza y Jericó se adoptará mañana en El Cairo

Arafat y Rabin en diálogo crucial

La iniciativa de Estados Unidos dio un nuevo empuje a las negociaciones árabe-israelíes debilitadas por las controversias provocadas por el acuerdo palestino-israelí, impugnado violenta y sangrientamente inclusive ayer, a dos días de la aplicación del acuerdo, con la muerte de cuatro palestinos, uno de ellos exponente de la OLP. Sin embargo, el secretario de Estado norteamericano, Warren Christopher, que anoche partió de Túnez hacia Marruecos tras reunirse con el jefe de la OLP, Yasser Arafat, dijo estar satisfecho por los resultados alcanzados con esta misión.

Túnez (ANSA)

■ El viaje de Christopher, después de cuatro meses de estancamiento, condujo a Siria y a Líbano a la negociación que se reanudará en coincidencia con una cumbre en Ginebra del presidente norteamericano, Bill Clinton, con su colega sirio, Hafez el Assad.

Pero Christopher no se mostró dispuesto a facilitar la tarea de Arafat.

No lo ha apoyado para obtener que el próximo lunes Israel retire sus tropas de ocupación de los territorios asignados por el acuerdo de paz con Israel.

"He transmitido al presidente Arafat un mensaje del primer ministro Rabin", dijo Christopher en una breve conferencia de prensa al término del coloquio con el líder de la OLP.

En el mensaje, Rabin "dice que estará contento de encontrarlo en El Cairo el domingo, para ulteriores discusiones sobre la aplicación de la declaración de principio", añadió el secretario de Estado.

La decisión final sobre el retiro de las tropas se adoptará mañana domingo, cuando Rabin y Arafat se reúnan.

Entre los principales problemas que quedan aún por resolver, el consejero de Arafat, Nabil Shaat, citó la extensión jurisdiccional palestina de Jericó, el control de las entradas a Jericó y de la franja de Gaza, y la extensión de los asentamientos judíos en los territorios bajo administración palestina.

La eventual postergación del retiro de las fuerzas israelíes fijado para el próximo lunes no facilita las cosas al líder de la OLP. Arafat sabe perfectamente, insinúan fuentes anónimas de la OLP en Túnez, que no están listas las fuerzas palestinas a las que los soldados israelíes deberían ceder el control de Jericó y Gaza.

Por esta razón, el líder de la OLP ha aceptado la invitación de Rabin para reunirse en El Cairo y tomar allí una decisión también en lo tocante a 10.000 palestinos detenidos por Israel y no sólo sobre los problemas fronterizos y jurisdiccionales de los dos territorios.

Los observadores destacan que un síntoma de la "decadencia" de Arafat y de un difundido temor por su tendencia a adoptar medidas autoritarias a la manera de los jefes árabes se constató en una declaración hecha ayer por la señora Hanan Ashrawi, portavoz de la causa palestina en la negociación con Israel.

Ashrawi renunció a cargos prestigiosos en la OLP para dedicarse, según lo confirmó ayer, a la defensa de los derechos civiles de la libertad en los futuros territorios autónomos sometidos a una "autoridad" palestina.

No favorecen al líder de la OLP los últimos sucesos de violencia acaecidos ayer en los territorios: tres palestinos fueron muertos en las inmediaciones de Hebrón (Cisjordania) en represalia por la muerte de dos colonos judíos, dijo la radio israelí.



Jóvenes palestinos siguen demostrando contrariedad frente al ac[illegible] con Israel por Gaza y Jericó. (Telefoto de AFP)

02

9400706

Rabin y Arafat, reunidos en El Cairo, no llegaron a acuerdo alguno y solicitaron más tiempo para "reflexionar" sobre la puesta en marcha del tratado de paz

En diez días, a la misma hora

*** El ejército israelí, que debía abandonar hoy los territorios ocupados, se hallaba ayer en máximo alerta**

*** Rabin se negó a comentar la liberación de 1.200 palestinos detenidos prevista para los próximos días**





Yasser Arafat e Isaac Rabin se dirigen a la prensa luego de su reunión en El Cairo. (Telefotos de AFP)

El primer ministro israelí Isaac Rabin y el jefe de la Organización de Liberación Palestina (OLP), Yasser Arafat, no lograron ponerse de acuerdo ayer sobre la forma en que se realizaría la retirada israelí de Gaza y Jericó, que debió comenzar hoy, y prometieron reunirse de nuevo dentro de diez días.

El Cairo (AFP)

■ Ninguno de los problemas en suspenso pudo ser resuelto y ambos dirigentes intentaron minimizar su fracaso anunciando que "reflexionarían" durante una decena de días para obtener un acuerdo mejor.

Al finalizar la reunión tampoco se anunció la liberación de los prisioneros palestinos, problema que sensibiliza la opinión pública palestina.

Los dos dirigentes, que sostuvieron conferencias de prensa sucesivas, dieron la impresión de estar fatigados por la reunión. Rabin parecía consternado y Arafat, que había calificado "de sagrada" la fecha del 13 de diciembre, parecía abatido.

Ambos confirmaron su compromiso en relación a la declaración de principios firmada el 13 de setiembre en Washington.

"Diez días no es un plazo largo", recalcó Arafat.

"Los problemas están vinculados a la seguridad", precisó Rabin, señalando que se relacionan con "el control de las líneas de alto el fuego entre los territorios y Egipto y Jordania, el control de los puntos de pase y el tamaño que tendrá la región de Jericó".

Rabin anunció que durante este intervalo las comisiones económica y de transferencia de la autoridad proseguirán sus reuniones.

Ninguno de los dos dirigentes mencionó una reunión de la comisión para estudiar los problemas de seguridad, que sostuvo su último encuentro el jueves en El Cairo tras reunirse semanalmente desde octubre.

"Nos reuniremos de nuevo en El Cairo y mientras tanto sostendremos intercambios informales para estudiar los problemas que quedan pendientes", indicó Rabin.

Para intentar explicar las dificultades que confrontan los negociadores Rabin se refirió al tratado de paz firmado con Egipto en 1979.

"Cuando firmamos con Egipto intentamos crear una coexistencia pacífica", recalcó Rabin, señalando que ahora el contexto "es mucho más complicado, pues nos preguntamos dónde está la línea, la frontera, la separación".

Al ser interrogado sobre la eventual liberación de prisioneros palestinos, Rabin indicó que rehusaba "hablar de ese tema".

Los israelíes tienen más de 11.000 prisioneros palestinos y en los próximos días se contempla liberar a 1.200 de ellos, señaló una fuente cercana al Ministerio de Defensa israelí.

EJERCITO ISRAELI EN MAXIMO ALERTA

Mientras tanto, y a menos de 24 horas del comienzo previsto de su retiro de Gaza y Jericó, el ejército israelí se encontraba ayer en estado de alerta máximo en todos los territorios ocupados.

Los militares recibieron consignas muy estrictas de vigilancia ante el riesgo de ataques de organizaciones palestinas hostiles al proceso de paz, indicaron fuentes militares.

Estas medidas están destinadas a asegurar la protección de los militares en caso de retiro de las posiciones de la franja de Gaza.

Según fuentes palestinas, el ejército israelí se prepara para evacuar parcialmente su principal base militar de la ciudad de Gaza.

"El ejército espera los resultados de la reunión de El Cairo, para ejecutar sobre el terreno cualquier orden del poder político", indicó a la AFP un portavoz militar.

Ante el temor de reacciones violentas después de que extremistas israelíes asesinaran el viernes a tres palestinos, el ejército realizó un importante despliegue alrededor de los asentamientos israelíes para evitar enfrentamientos con los colonos.

"Hemos tenido que aumentar nuestras fuerzas para la próxima semana de manera sustancial", declaró el comandante de las fuerzas israelíes en Cisjordania, el general Shaul Moffaz.

Subrayó que el ejército tiene tres consignas: "Continuar la caza de los terroristas (palestinos) para impedir los atentados antiisraelíes, garantizar la seguridad de los colonos y, finalmente, impedir enfrentamientos entre judíos y árabes".

Un responsable del movimiento islamita palestino Hamas afirmó el sábado que su organización intensificará los ataques antiisraelíes. Otra organización integrista, la Jihad Islámica Palestina, amenazó con "vengar lo antes posible" la muerte de los tres palestinos abatidos el viernes en Tarqumiyah, sur de Cisjordania.

03

9400706

Grupos palestinos publican documento secreto firmado por Arafat e Israel

ARAFAT PROMETIO NO PROCLAMAR EL ESTADO PALESTINO

10/12

El presidente de la OLP, Yaser Arafat, prometió a Israel que durante la autonomía provisional en Gaza y Cisjordania no proclamaría un Estado palestino independiente, según un documento divulgado ayer por grupos palestinos opositores.

Según el documento, de grupos contrarios a la Declaración de Principios el pasado 13 de septiembre y de cuya existencia informó la radio estatal israelí, la Policía del futuro autogobierno palestino no se convertirá en un Ejército -como se teme en ciertos sectores de Israel- y protegerá a los colonos de los asentamientos judíos. Además, recibirá sus armas y su presupuesto del Ministerio de Policía de Israel.

Asimismo, la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) se comprometió a no intervenir en caso de que estallara una guerra entre Israel y algún Estado árabe y se abstendrá de emitir pasaportes o acuñar una moneda propia.

El documento, difundido cinco días antes del plazo estipulado entre la OLP e Israel para comenzar la evacuación militar de Gaza y Jericó, reúne cinco supuestos «anexos secretos» a la Declaración de Principios (que firmaron en Washington Arafat y el primer ministro israelí, Isaac Rabin) que les sirve de base para negociar la paz.

Israel podrá anular el cumplimiento de lo pactado con la OLP si ello atentase contra su seguridad o si causara disturbios en el país, donde crece la oposición al acuerdo con Arafat, se indica en la nota.

El documento, destinado a mostrar «la rendición de la OLP a Israel», lleva como título: «Cooperación política en asuntos de seguridad, economía, comunicaciones y un anexo espe[illegible]

Según ese [illegible] especial, que garantiza la neutralidad de los palestinos si estallara una guerra entre los estados árabes e Israel, este país también se reserva el derecho de celebrar un referéndum para determinar el futuro de los territorios ocupados.

Esa convocatoria tendría por objeto saber si la población palestina en las zonas autonómas desea un Estado soberano, una confederación con Israel, u otra con el vecino Reino de Jordania.

Según el anexo sobre medios de comunicación, Israel y la OLP se comprometieron a cesar los ataques mutuos a través de la prensa, y a combatir conjuntamente a los extremistas de ambos bandos que tratan de boicotear las negociaciones de paz.

Asimismo, la OLP impedirá en los territorios ocupados la actividad de partidos o grupos que aboguen por la lucha armada contra Israel o los colonos judíos.

El «shekel» israelí, según el anexo económico, será moneda legal y corriente en los territorios de Cisjordania y Gaza ocupadas durante los cinco años de la autonomía palestina.

En medios del Gobierno israelí no se ha producido por el momento ninguna reacción al documento difundido por las organizaciones que rechazan el acuerdo de Arafat con Israel, entre ellas las izquierdistas del Frente Popular para la Liberación de Palestina (FPLP) y el Frente Democrático para la Liberación de Palestina (FDLP), así como el grupo integrista HAMAS.

También en el anexo económico se estipuló que la OLP podrá construir un aeródromo en la franja de Gaza, donde el próximo lunes 13 debería comenzar la retirada militar israelí y el funcionamiento de un Gobierno palestino autónomo.

(EFE)

PARTES ILEGIBLES

04

9400706

Al postergarse los plazos el proceso de paz en Medio Oriente entra en una etapa de crisis

Arafat y Rabin se responsabilizan entre sí

El primer ministro israelí, Yitzhak Rabin, dijo ayer que no cederá a los palestinos en asuntos de seguridad y responsabilizó a su líder, Yasser Arafat, por el fracaso de la reunión para acordar la retirada de Gaza y Jericó.



En el acceso a Gaza
Una ambulancia robada cargada de explosivos embistió un jeep militar israelí

Por su parte, el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, dijo ayer que la demora en los plazos previstos en el acuerdo "Gaza-Jericó", pone en evidencia una crisis en el proceso de paz.

En las conversaciones mantenidas ayer en El Cairo, ambos dirigentes resolvieron extender por diez días el plazo para concluir el acuerdo que debía entrar en vigor ayer.

La decepción de la población palestina en Gaza y Jericó era honda. El común denominador de las reacciones populares ayer por la mañana era: "¡Todo es una gran mentira! ".

La fecha del 13 de diciembre había sido establecida en la Declaración de Principios suscrita por Israel y la OLP, en Washington en setiembre. Contempla cinco años de autogobierno palestino inicialmente en Gaza y en Jericó, en la Cisjordania.

El anunciado retraso se debería a las demandas palestinas sobre control de los pasos fronterizos entre Egipto y Gaza, y entre Jordania y Jericó, la evacuación de un área alrededor de Jericó considerablemente más grande de lo que consiente Israel, y una menor presencia militar israelí en inmediaciones de los asentamientos judíos en Gaza.

Violenta reacción

Desde la postergación de ayer, el Ejército israelí parecía haber intensificado sus operaciones, con nuevos puestos de observación en los techos, registros de casas y patrullas con perros.

Las medidas parecieron motivadas por un ataque ocurrido en Nahal Oz, en la carretera de acceso a Gaza, donde una ambulancia robada cargada de explosivos embistió a un jeep militar israelí.

El chofer palestino de la ambulancia murió al estallar el vehículo y un soldado israelí resultó levemente herido, dijeron los oficiales destacados en el lugar.

Por otra parte, fuerzas israelíes cañonearon ayer la población de Nabatiyeh en el sur del Líbano y varias casas fueron incendiadas, después de un ataque guerrillero en la zona fronteriza ocupada por las tropas del estado judío.

Un sacerdote cristiano judío y tres mujeres resultaron heridos, dijeron fuentes de seguridad que hablaron con la condición de no ser identificadas.

Añadieron que el ataque fue uno de los más intensos realizados por los israelíes desde que firmaron la declaración de principios de setiembre.

CAUSAS DE LA DEMORA

- Los palestinos quieren el control de las fronteras entre Egipto y Gaza, y entre Jordania y Jericó.
- Israel delimita un área de evacuación alrededor de Jericó considerablemente menor que la que reclama la OLP.
- Los palestinos reclaman una presencia militar israelí en las inmediaciones de los asentamientos judíos en Gaza, menor a la establecida.

El bombardeo ocurrió después que guerrilleros musulmanes chiítas atacaron al amanecer con granadas y cohetes un puesto de avanzada en Al-Tohra, dentro de la autoproclamada "zona de seguridad" israelí, dijeron las fuentes.

El grupo Hezbollah (el Partido de Dios), respaldado por Irán, dijo que sus hombres realizaron el ataque, durante el cual demolieron la posición e incendiaron un tanque Merkava. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter y AP)*

05-05

Nº. DOCUMENTO 9400707
TITULO Israel autoriza regreso de deportados.
P 150090
FECHA 16/12/93
VINCULADOS 11876 - 10195 - 507603 - 500868 - 11831 / 11847 -

Israel autoriza el regreso de palestinos de la "tierra de nadie"



Más de doscientos palestinos estarán a primera hora de la mañana listos para cruzar la frontera.

Israel autorizó ayer a los palestinos deportados hace un año hacia la "tierra de nadie", en el sur del Líbano, a regresar hoy a los territorios.

Beirut (ANSA)

Los 215 deportados que aún están en el desierto libanés recibieron una carta del comando del Ejército israelí, llevada por un chofer de taxi libanés, en la qué se los invita a presentarse, a las 6 de la mañana, en el cruce de Zemraya, desde donde se entra a la "zona de seguridad" ocupada por Israel en el sur del Líbano.

La carta del comando militar, redactada en hebreo y en árabe y dirigida al líder de los deportados, Abdful Azizal-Rantisii, aclara que cada deportado puede llevar consigo una valija de mano y sus documentos.

Los palestinos expulsados transcurrirán 96 horas detenidos en campos militares de Cisjordania y en la franja de Gaza ocupada y sus casos serán examinados por separado. Quienes sean tildados como sospechosos de **"delitos contra la seguridad de Israel"** permanecerán detenidos.

El 17 de diciembre último Israel había deportado a 415 palestinos, a quienes acusaba de pertenecer al movimiento integrista Hamas y a Jihad Islámica.

Israel firmó después un acuerdo con Estados Unidos por el cual se comprometió a hacerlos regresar en un plazo de un año como máximo.

En setiembre último, Israel autorizó la [illegible]ación de 189 [illegible]ulsados, mientras que otros [illegible], deportados "por error" o enfermos, ya habían regresado a los territorios.

Fuentes palestinas revelaron en Túnez que la OLP e Israel alcanzaron un acuerdo secreto el jueves pasado en Ginebra respecto de la suerte de los deportados palestinos.

9400707

01-02

La violencia es más fuerte que nunca en los territorios ocupados

Los últimos palestinos deportados dejaron ayer el sur de Líbano

Los últimos palestinos de los 415 expulsados por Israel a Líbano hace un año regresaron ayer a los territorios ocupados, donde la violencia que su destierro hubiera debido apaciguar, es más intensa que nunca.

Jerusalén (AFP)
por Barry Parker

■ "Las expulsiones no cambiaron el *fondo del problema*", destaca Anat Kurz, del Centro de estudios estratégicos de Tel Aviv, según quien el primer efecto fue dar al movimiento Hamas pretexto de progapanda. "La OLP se vio obligada a apoyar (a Hamas) y suspender durante un tiempo las negociaciones de paz", añadió.

El primer ministro Isaac Rabin había decidido desterrar a 415 presuntos activistas el 17 de diciembre de 1992, tras el asesinato de cinco soldados y un guardafrontera israelí.

Las Naciones Unidas condenó los destierros y reclamó la repatriación inmediata de los desterrados, instalados en un campamento improvisado en Marj ez-Zuhur, entre las líneas libanesa e israelí en el sur de Líbano.

Israel reconoció luego haber expulsado "por error" a varios palestinos y repatrió a 19. Presionado por la ONU, Isaac Rabin concluyó un acuerdo el 2 de reducción del tiempo de destierro para los demás.

Las negociaciones de paz pudieron reanudarse, pero la violencia en los territorios ocupados sólo registró una leve pausa. En marzo, el ejército cerró los territorios tras el asesinato de 15 israelíes en tres semanas.



Un soldado israelí indica a un deportado palestino el camino que debe tomar en su regreso a los territorios ocupados. (Telefoto de AFP)

Entre el 9 de diciembre de 1992 y el último 9 de diciembre, sexto aniversario del comienzo del levantamiento en los territorios, un récord de 55 palestinos fueron muertos, contra 39 en el año precedente.

En el mismo lapso de tiempo, 175 palestinos fueron muertos por israelíes (42 de menos de 16 años), es decir, 36% más que el año precedente.

Según la organización de defensa de los Derechos Humanos Betselem, "los destierros no sólo no mejoraron la seguridad, sino que hicieron subir dramáticamente el número de muertos".

El laborista Ori Orr, presidente de la comisión parlamentaria de Defensa y de Relaciones Exteriores, las expulsiones "perjudicaron a Hamas, pero no terminaron con él".

"Lo esencial era el efecto en la opinión pública israelí. Teníamos que demostrar que el gobierno puede y quiere actuar con energía, antes de comprometernos en el proceso de paz", estimó.

Pero Anat Kurz consideró que el beneficio de la propaganda para Hamas "fue limitado" porque "las negociaciones se reemprendieron a más alto nivel" y "el terrorismo incitó a Israel a negociar con la OLP un acuerdo que Hamas rechazaba".

02-02

Pronostican sólo un 9% anual de inflación en Gobierno de Frei

Aplican la ley de "despido político", las minorías deben desaparecer del mapa legislativo

LM 14/12

El Ministro chileno de Hacienda, Alejandro Foxley, pronosticó una inflación de entre 9 y 11 por ciento para 1994, a la vez que calificó de "complejo" el desafío electoral lanzado por el Presidente electo, Eduardo Frei, de reducir la extrema pobreza durante su Gobierno de seis años.



Patricio Alwyn tiende la mano al sucesor que afianzará la democracia, con un mejor asentamiento económico e nivel nacional e internacional.

Enviado Especial (Richard Prieto)

Foxley puntualizó, sin embargo, que la cifra le corresponde que la adelante el próximo Gobierno, también de su mismo partido, el democristiano.

"De todas maneras, será inferior a la del presente año, calculando alrededor de un 12 por ciento", precisó en una conferencia de prensa.

Frente a la afirmación de Frei, de reducir la extrema pobreza durante su Gobierno que terminará en el 2000, Foxley señalo que en los últimos 4 años del gobierno de Patricio Aylwin **"ha disminuido en un 10 por ciento"**,

Un millón de chilenos vive en extrema pobreza

pero que aún existían más de un millón de personas en esa situación extrema.

Manifestó que el futuro desafío **"resulta más complejo fundamentalmente por la situación de los más jóvenes, la pobreza rural, las mujeres jefas de hogar y por los pensionados"**.

Haciendo un balance económico desde 1973, manifestó que éste es positivo **"tanto en lo que se refiere al crecimiento económico y de inversión"**. También destacó el clima de tranquilidad y optimismo que vive el país y **"miramos 1994 como muy promisorio en el campo económico"**.

Foxley informó que el presupuesto de 1994 incrementó en un 10 por ciento los programas de salud y educación y que **"la economía muestra un proceso de desaceleración con una disminución del exceso de gastos y, por lo tanto, se está en trayectoria para un equilibrio entre gasto y producto en 1994, por lo cual no es objetivo insistir en reducir el gasto público"**.

Nueve partidos políticos chilenos, entre ellos el Radical, el Comunista y la Unión de Centro Centro, serían eliminados del registro electoral al no haber conseguido el mínimo legal del 5 por ciento en las elecciones del sábado último.

Las normas vigentes en Chile prevén la eliminación de los partidos que no logren el cinco por ciento de los votos y los obliga a fusionarse con otras agrupaciones, o reinscribirse con otro nombre, para su continuidad.

Sin embargo, se aguarda que prospere un proyecto de ley que prevé la permanencia de un partido en el registro cuando tenga un diputado parlamentario, aunque haya sacado menos del cinco por ciento de los votos.

En la elección parlamentaria realizada el sábado, sólo cinco partidos superaron el mínimo legal: Democracia Cristiana (27,16 por ciento), los opositores de derecha Renovación Nacional (16,25 por ciento) y Unión

Cinco partidos superaron el máximo legal

Demócrata Independiente (12,13 por ciento) y los oficialistas de izquierda Socialista (12,01 por ciento) y Por la Democracia (11,82 por ciento).

El también gubernamental Partido Radical, una colectividad laica que gobernó en tres períodos, sólo consiguió el 2,91 por ciento, el Partido Comunista, eje de la coalición Unidad Popular, que respaldó al régimen del depuesto presidente Salvador Allende, tuvo un 4,95 por ciento y la Unión de Centro Centro, que lidera el electo senador populista Francisco Javier Errázuriz, alcanzó el 3,12 por ciento de los votos.

También serían eliminados del registro el Mapu, el Partido Nacional, el Partido del Sur, la alianza Humanista Verde, el Movimiento Ecologista y la Social Democracia.

La eliminación legal de esas agrupaciones debería ser decretada por el Servicio Electoral, una vez oficializado el resultado de la elección por el Tribunal respectivo.

La situación podría cambiar sólo si prospera un proyecto de Ley en trámite que evitaría la eliminación de aquellos partidos que, a pesar de tener menos del cinco por ciento de los votos, conservan un parlamentario.

Este proyecto favorecería al partido Radical y a la Unión de Centro Centro, pero no al Partido Comunista.

ORIENTEMEDIO

Yitzhak Rabin, debilitado, busca retener el respaldo del partido ultrarreligioso Shas

El gobierno laborista presidido por Yitzhak Rabin cuenta con el apoyo parlamentario del partido religioso Shas. Esta agrupación, si además se suman una serie de posibles circunstancias, podría poner fin al gobierno de Rabin, que está presionado por los ultrarreligiosos opuestos al acuerdo de paz y por el creciente descontento de la opinión pública. El 47% de los israelíes se opone al tratado de paz con la OLP.

JERUSALEN, 15 (Enviado especial). — Presionado por la derecha, por los partidos ultrarreligiosos y por la opinión pública, que cada vez le es más desfavorable, el gobierno presidido por **Yitzhak Rabin** procuraba hoy consolidar el frente interno y ponerle paños tibios a las relaciones más bien turbulentas que mantiene con el partido religioso sefardí **Shas**. Este grupo se ha convertido en una suerte de árbitro de la situación, porque si se dan una serie de circunstancias para nada fortuitas, puede poner fin al gobierno laborista, confiaron hoy a **Clarín** fuentes parlamentarias.

La actual coalición de gobierno tiene 56 de los 120 escaños del Parlamento y cuenta con el apoyo táctico de 5 diputados árabes y comunistas, que se lo pueden quitar en cualquier momento. De ahí la importancia vital que tiene para el gobierno el apoyo del Shas, un partido ultrarreligioso, de estilo pendular, que está de acuerdo con las negociaciones y que tuvo un espectacular crecimiento al levantar la bandera de la antidiscriminación contra los sefardíes (judíos del norte de Africa, Europa oriental y países asiáticos, que ahora constituyen la mayoría de la población israelí).

Hoy volvió a ser un día tranquilo en Jerusalén, solo alterado mínimamente por una manifestación junto al Muro de los Lamentos, con mucho de provocación, convocada por los Guardianes del Monte del Templo. Este es un grupo de fanáticos empeñados en colocar la piedra basal del Tercer Templo en el recinto que actualmente ocupa la mezquita de Omar. Hace un par de años, un acto similar terminó en una matanza de palestinos, cuando la policía abrió fuego al producirse el choque entre los extremistas judíos y jóvenes árabes que procuraban defender la inviolabilidad de la Mezquita.

El propio Rabin hizo hoy un viaje relámpago a Rafiah, el más meridional de los campamentos de la franja de Gaza, ubicado junto a la frontera con Egipto. En una improvisada rueda de prensa, el primer ministro reiteró la conocida posición del laborismo: Israel no cederá en asuntos de seguridad, aunque seguirá negociando la gradual transferencia de la autonomía a la OLP. Más por lo que Rabin insinúa que por lo que dice, parece claro que habrá devolución de territorios, aunque nadie sabe con certeza cuánto territorio se va a devolver.

Consultado por **Clarín**, el vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores, **Uri Balti**, reiteró a su vez que la fecha clave es el 13 de abril de 1994 (cuando según el acuerdo de paz de Washington deben retirarse totalmente las tropas israelíes de Gaza y Jericó), y que las negociaciones con Siria no son lo más importante, sino las que ahora se desarrollan con la OLP.

El viaje de Rabin se produjo en momentos en que una encuesta difundida hoy en la prensa local indica que el campo de los opositores al acuerdo con la OLP no cesa de progresar: a fines de noviembre los opositores constituían el 45% de la población y hoy ya son el 47 por ciento.

Aunque tienen en muchos aspectos posiciones antagónicas, el Likud y los partidos religiosos están timoneando al unísono y con mucha habilidad el frente informal contra el acuerdo.

El Likud se ha galvanizado con el desplazamiento de los viejos halcones (**Yitzhak Shamir, Moshe Arens**) y el encumbramiento de **Benjamín "Bibi" Netaniahu**, un joven y carismático dirigente, educado en los Estados Unidos y hábil para las relaciones públicas.

El Likud se opone a la devolución de Cisjordania y omite un hecho que para los laboristas es crucial. Si se retienen los territorios ocupados, los 2 millones de palestinos que hoy viven en Cisjordania y Gaza se convertirán en el corto plazo en una bomba demográfica: mientras el crecimiento vegetativo de los 4 millones de judíos es solo del 14,5%, el de los 800.000 árabes de Israel es del 32 por ciento.

Si el problema de la seguridad es el corazón de las negociaciones, el problema que plantean los partidos religiosos es el eje sobre el que ahora se está moviendo el gobierno. Los partidos religiosos tienen 17 bancas en el Parlamento y oscila entre la moderación del Partido Nacional Religioso (sionista y con mucho arraigo en los asentamientos judíos en los territorios ocupados) y el fanatismo del Agudat Israel y el Deguel ha-Dorá. En el medio, como es su estilo, se encuentra el Shas.

Fuera del Parlamento, con una influencia no desdeñable, se encuentran grupos que no reconocen la existencia del Estado de Israel: dicen que están aquí porque esta es Tierra Santa y que están esperando la llegada del Mesías.

Una de las personalidades religiosas más relevantes que apoyan el acuerdo es el rabino **Yehuda Amital**, fundador de un partido religioso centrista (Neimad), que en 1988 no obtuvo representación parlamentaria y que después se convirtió en corriente de reflexión. "Creo que estos acuerdos nos ofrecen una oportunidad concreta, real, para avanzar por el camino de la paz", dice.

La influencia de hombres como el rabino Amital puede ser decisiva en los sectores religiosos, sobre todo porque sus posiciones no difieren demasiado de las del Shas. Aproximarlos puede ser una decisión inteligente. Es sobre esta realidad que está actuando ahora el gobierno, consciente de que si su debilidad se acentúa le resultará difícil poder sobrevivir.

Asumirá el gobierno el 11 de marzo

LJ 14/12

PINOCHET FUE A SALUDAR A FREI

El alto mando del Ejército chileno, encabezado por su comandante en jefe, general Augusto Pinochet, saludó en su oficina, al presidente electo, senador Eduardo Frei, quién también recibió la visita protocolaria de los más altos jefes de la Aviación y la Armada.

Pinochet, acompañado del vicecomandante del Ejército, teniente general Jorge Lucar, así como el jefe del estado mayor del Ejército, mayor general Rodrigo Sánchez Castilla, y otros altos oficiales, concurrió a las oficinas del senador demócrata cristiano, donde estuvo cerca de quince minutos.

El ex jefe del pasado régimen militar no hizo declaraciones tras su reunión protocolaria con el presidente electo, que asumirá el cargo el 11 de marzo de 1994.

También visitó las oficinas del presidente electo el comandante en jefe de la Armada, Jorge Martínez Busch, quien, consultado sobre la cuestión de la inamovilidad de los altos jefes militares, expresó que la institución ya ha señalado su posición por medio de los canales constitucionales.

Durante su primera conferencia de prensa como presidente electo, Frei reiteró el domingo la necesidad de devolverle al jefe del Estado la facultad de nombrar a los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas, para lo que se necesita una reforma constitucional.

En esa ocasión, Frei declinó pronunciarse sobre si le pedirá al general Pinochet la renuncia a su cargo, que ocupará hasta 1997 según la llamada «Constitución militar» de 1980, negó que en Chile exista tutelaje militar y aseguró que todos respetan la Constitución. (efe)

ISRAEL CONDICIONA LA RETIRADA DE GAZA Y JERICO A QUE ARAFAT RETIRE EXIGENCIA

JERUSALEN, 16 (EFE). — Israel condiciona su regreso a las negociaciones para el redespliegue militar en Gaza y Jericó a que Yaser Arafat retire la exigencia de que este país desmonte sus bases a lo largo de las fronteras con Egipto y Cisjordania.

Así lo informa hoy, jueves, el diario independiente "Haaretz" al indicar que esas negociaciones, que se celebran en El Cairo, no se reanudarán por ahora a diferencia de las destinadas al traspaso de los poderes civiles, que tiene lugar en El Arish, para la instalación de un gobierno palestino autónomo en Gaza y Jericó.

Divergencias en asuntos de seguridad entre Arafat, presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), y el primer ministro israelí, Isaac Rabin, impidieron un acuerdo para empezar el pasado día 13 la retirada militar de Gaza y Jericó.

En la reunión que celebró el pasado día 12 con Rabin en la capital egipcia, Arafat exigió patrullas conjuntas de fuerzas israelíes, palestinas e internacionales sobre la frontera jordana, en el distrito de Jericó, y en la egipcia, en Gaza meridional.

"Israel no cederá en asuntos vitales para su seguridad", como el control de las fronteras internacionales en las zonas de Gaza y Jericó, "por donde se puede llegar a Tel Aviv", afirmó Rabin ayer en una rueda de prensa.

El control de la "seguridad exterior" durante los cinco años de autonomía palestina en esas dos zonas; y en Cisjordania a partir de 1994, está garantizado en la Declaración de Principios para negociar la paz que pactó hace poco más de dos meses con la OLP, subrayó el jefe del Gobierno israelí y ministro de Defensa.

Al parecer, añade el rotativo de Tel Aviv, los contactos entre Israel y la OLP comenzarán la semana próxima, aunque la brecha entre sus respectivas posturas sigue siendo profunda.

Si Arafat no modera sus posturas, también puede cancelarse la conferencia que ambos líderes anunciaron el domingo pasado en El Cairo para el próximo 22, al concederse diez días para zanjar sus divergencias.

Las diferencias sobre el control de las fronteras, que Israel exigen exclusivamente para sí, están relacionadas —explicó Rabin en Gaza— con la superficie que tendrá el futuro distrito autónomo de Jericó, para el que la OLP exige 345 quilómetros cuadrados e Israel ofrece 30.

"Nosotros seremos responsables de la seguridad exterior, y en esto no cederemos", dijo después en el Parlamento.

"Un 60 por ciento de los que cruzan la frontera en Rafah (en el sur de Gaza) son palestinos y el 40 por ciento israelíes y turistas", agregó Rabin.

Otro punto de divergencia no resuelto aún es el de la protección de los 16 asentamientos judíos en Gaza, con unso 5.000 habitantes, cuy seguridad se encargará el Ejército al replegarse de los centros urbanos palestinos de ese territorio.

"Existe un acuerdo para que todos los asentamientos (durante los cinco años de la autonomía palestina) queden en su lugar y nosotros trataremos de darles un máximo de seguridad", aseguró el primer ministro al ser interpelado por la oposición".

Pero, simultáneamente, el Ejército recibió nuevas órdenes para arrestar e incluso castigar por medio de una "fuerza razonable" o aplicando el toque de queda a los colonos de los asentamientos judíos que causen desórdenes o ataquen a la población palestina.

Las órdenes para reprimir a los colonos, que van armados y son los más activos opositores al plan de paz de RAbin con la OLP, han sido explicadas en un folleto distribuido esta semana entre los jefes militares en Cisjordania y Gaza, según la emisora de radio estatal.

Entre tanto el grupo consultivo sobre el desarrollo de los territorios ocupados mantuvo su primera reunión para examinar el reparto de la ayuda financiera internacional prometida para la autonomía palestina.

A la reunión asistieron delegaciones de 23 países (entre otros los Doce de la Unión Europea, Estados Unidos, Canadá, Japón, Rusia y países árabes) además de Israel y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Entre las organizaciones financieras, asistieron también representaciones de la OCDE y del Fondo de la OPEP para el Desarrollo.

Según una fuente diplomática, la reunión se desarrolló en "excelentes condiciones" y Kuwait se ha comprometido a financiar proyectos de enseñanza y vivienda.

El orden del día incluía asimismo, el estudio del programa de ayuda de urgencia a los territorios, elaborado por el Banco Mundial y el consejo económico palestino para la reconstrucción y el desarrollo (PEDRA), encargado de coordinar la asistencia exterior y de formular la política económica de la entidad palestina.

Israel pretende que el "estatuto permanente" para los territorios ocupados se discuta recién a fines de 1995 y la OLP no puede esperar

Arafat frente a un dilema: congelar las negociaciones o dar marcha atrás

El líder de la OLP, Yasser Arafat se ve enfrentado a un dilema: o congela las negociaciones sobre la autonomía con Israel, que rechaza sus pedidos, o cede, tratando a la vez de evitar la humillación, estimaron en El Cairo fuentes diplomáticas árabes y occidentales.

por Clarisse Lucas
EL CAIRO (AFP)

■ El domingo pasado, tras el encuentro sin resultados en El Cairo entre Arafat y el primer ministro israelí Isaac Rabin, este último pasó mucho tiempo explicando al líder de la OLP que se trataba de negociar un estatuto interino (para los territorios) y no el "estatuto permanente" en torno del cual la discusión no tendrá lugar antes del fin de 1995, aseguraron fuentes diplomáticas occidentales.

Por su lado, según fuentes concordantes, Arafat trató de hacer entender a Rabin que, ante su pueblo, necesitaba algunos atributos de la soberanía.

Pero, afirma una fuente occidental, "varias reivindicaciones palestinas dependen del estatuto definitivo, en especial los atributos de soberanía, y no están al orden del día".

Es necesario entonces que Arafat de marcha atrás, o que asuma el riesgo de suspender las negociaciones, y ambas posiciones son delicadas", según esa fuente.

Los negociadores israelíes y palestinos, que se entrevistan cada semana en Egipto desde el 13 de octubre, deberían haber concluido antes del 13 de diciembre un acuerdo que defina las modalidades de la retirada israelí de Gaza y Jericó y una transferencia de poderes.

"La declaración de principios suscitó enormes esperanzas y ahora muchos tienen el sentimiento de haber sido engañados", indicó una fuente diplomática árabe.

Según un diplomático árabe atento a las negociaciones desde hace dos meses, Arafat se halla en una "situación bloqueada". El principal negociador palestino, Nabil Chaath, reconoció por otra parte públicamente que "el acuerdo de Oslo (que fue firmado en Washington el 13 de setiembre) no es el mejor acuerdo que los palestinos pudieron haber concluido".

Para ese diplomático árabe, "Arafat debe hallar el modo de hacer entender a los palestinos que soñaron durante algunas semanas, y que ahora hay que volver a la realidad, a lo que fue aceptado en Oslo". "¿Cómo hacerles admitir que el Estado (palestino), si existe un día, es algo aún lejano, y que no van a sacarse de encima fácilmente a los israelíes?", preguntó esa misma fuente.

Desde la reunión de Oslo, los palestinos buscan en las negociaciones "a obtener más de lo que preveía el acuerdo, pero los israelíes están en posición de fuerza y respetan la letra", recalcó un diplomático.

Las negociaciones se topan en particular con la cuestión de las fronteras y del control de los puntos de paso entre los territorios sometidos a la autonomía y los países vecinos, Egipto y Jordania.

Si no suspende las negociaciones, Arafat, que ya se halla aislado —incluido en el seno de la dirección palestina—, debe evitar "la humillación" y Rabin no lo ayudará para nada, afirma otro diplomático árabe. Este cita en especial la ausencia de un "gesto" israelí el 13 de diciembre y el hecho de que las unidades de elite israelíes se hallan siempre en actividad y siguen matando a militantes palestinos.

Por otra parte, desde Amman, una fuente jordana autorizada afirmó ayer a la **AFP** que Jordania está dispuesta a finalizar acuerdos bilaterales con Israel, pero que éstos sólo entrarán en vigor cuando se instaure una paz global en el Medio Oriente.

02-02

Chile Después de las Elecciones

CRECIMIENTO, LA IZQUIERDA DERECHIZADA DE FREI Y LA TELARAÑA DE PINOCHET

POR MIGUEL ALVAREZ MONTERO



Presidente electo de Chile Dr. Eduardo Frei y comandante en jefe de las FF.AA. Gral. Augusto Pinochet Ugarte vistos *por Arotxa.*

Tres días después de las elecciones en Chile, ya aquietadas unas aguas que, en verdad, en ningún momento fueron muy agitadas, cabe hacer algunas reflexiones sobre lo que pasa y lo que vendrá en este país trasandino de geografía incómoda, población amable y capital dinámica.

Eduardo Frei —al frente de una coalición oficialista que nuclea a su Partido Demócrata Cristiano, al Partido Socialista que otrora tuvo a Salvador Allende como su líder y a otros dos partidos que, en su conjunto, forman un conglomerado de tendencia centroizquierdista— reemplazará el 11 de marzo próximo a Patricio Aylwin, presidente actual elegido por esa misma coalición que en la práctica los chilenos la llaman la Concertación.

El 58 por ciento de los votos obtenidos está claramente señalando la conformidad de los chilenos con su actual gobierno y con el nuevo candidato que la Concertación les ofreció; esa confianza incluye ahora que Frei y la Concertación tendrán mayoría simple en el Parlamento para legislar con cierta comodidad, aunque las leyes de mayor peso necesitan los dos tercios de los votos parlamentarios, a los que no llegaron. De todas formas, no es poca cosa haber alcanzado la mayoría simple.

LO QUE TENDRAN QUE HACER

Eso les impone una obligación —que tampoco es poca cosa— con los millones de chilenos que le dieron el voto: responderles con hechos concretos a los reclamos que les hacen. ¿Cuáles son esos reclamos? Nada de superarse en los actuales (muy buenos) índices de crecimiento económico: PBI, exportaciones, bienes de capital, etc., porque de esto no entiende ni cree alimentarse el chileno asalariado; lo que quiere es erradicar definitivamente la extrema pobreza, mejorar la seguridad (la delincuencia tiene una estrecha relación con lo anterior), tener una adecuada salud pública (en general se considera deficiente), abaratar la enseñanza (la Universidad, que fue gratuita, hoy ronda los 50 dólares mensuales para cada estudiante) y mejorar los sueldos de la actividad pública.

En este último punto, no obstante, el gobierno no estaría presto a transar: ofrece bonificaciones muy especiales a quienes quieren abandonar la función pública para aligerar la carga estatal y —a diferencia de lo que ocurre en el Uruguay— hay muchos chilenos que se acogen al asunto, porque saben que en el Chile de hoy pueden encontrar —con mediana preparación— un trabajo en la actividad privada que les rinda mejores ingresos que lo que paga el Estado. Un taxista nos contó que su automóvil lo compró con la bonificación que le dieron por abandonar un trabajo público de más de diez años, por el que recibía menos de 300 dólares mensuales. Hoy, con su vehículo —aunque trabajando 10 horas por día contra las 7 del empleo público— supera los 1.500 dólares mensuales que, aseguró, le alcanza para vivir cómodamente y con dos hijos estudiando en la Universidad.

MUCHO RUIDO, MUCHAS NUECES

Ese taxista aseguró que trabajo como tal no le falta pese a la enorme competencia; ocurre que Santiago es hoy un hervidero de actividad, una ciudad de comercio dinámico, de expansión permanente, de crecimiento arrollador. "Aquí hasta los cementerios son buen negocio, cada vez hay más y ganan todos, porque la gente está tan activa que se muere rápido", decía otro taxista al pasar frente a un nuevo parque para difuntos recién inaugurado.

Surgen nuevos shoppings a cada rato, las carreteras se hacen insoportables por el tráfico de camiones cargados de mercaderías, se impusieron restricciones a la circulación de automóviles por Santiago (algo parecido a aquellos de las chapas pares e impares que Montevideo vivió en tiempos de ahorro de nafta, aunque en Chile es sólo para evitar que tanto automóvil circule por la ciudad), la publicidad en televisión es de las más caras de América (otro síntoma de que el comercio y la industria son pujantes) y lo único que parece desfallecer en medio de la pujanza ciudadana es el viejo y tradicional Hotel Carrera, un elefante blanco de clásicas formas, infraestructura carísima y pocos turistas, porque estos optan por las relativas ventajas del modernismo práctico que ofrecen los hoteles tipo Sheraton y dejan morir los encantadores barroquismos de un hotel hecho para turistas de saco y corbata. Un Ministerio estaba en tratativas por adquirirlo, para su suerte y para desgracia de nostálgicos.

En definitiva, este gobierno que continúa al anterior, no debe preocuparse por la falta de dinamismo del país, sino por trasladar a estratos bajos y medios (ofreciendo mejores servicios estatales) la riqueza que el país parece estar acumulando. Eso es lo que espera el grueso de la masa chilena que le dio su voto (aunque no su entusiasmo: menos de mil personas se reunieron en torno al presidente electo en la noche del triunfo).

"¿QUE HACE ALLI PINOCHET?"

Para un observador extranjero, una extraña situación es la de Augusto Pinochet, enraizado (¿hasta su muerte?) en la comandancia del Ejército, conviviendo con un gobierno que —al menos en el rótulo— es de centro-izquierda. Las preguntas, en tono de "¿cómo es eso?" reciben respuestas que para los chilenos son naturales: "Pues que así ocurre y así será", dicen. Lo que ocurre y lo que será es que hay algo así como un pacto tácito de convivencia: Pinochet no tiene la más mínima ingerencia en el gobierno, en sus líneas, en sus decisiones económicas ni políticas; pero Pinochet, desde su alto cargo militar, es una especie de garantía contra el revisionismo de los tiempos de su dictadura. Mientras él esté allí no habrá revanchismos, pero mientras él esté allí —y lo dejen estar, claro— tampoco habrá militares con intenciones trasnochadas de retorno. El pacto funciona, pues.

La oposición, mientras tanto, no hace tampoco grandes problemas a ese tema. Es que el grueso de la misma lo conforma la derecha —varios pequeños partidos nucleados en estas elecciones detrás del septuagenario Arturo Alessandri— y no hay en su gente nadie dispuesto a remover asuntos que, a lo mejor, terminarían rozando al pasado de algunos de ellos mismos.

LA DERECHA CONFUNDIDA

La derecha estuvo bastante confundida en estas elecciones, ya que no encontró espacios cómodos para hacer, precisamente, oposición. Es que las líneas generales del gobierno de Aylwin —que son las mismas que seguirá Frei— serían en términos generales las mismas que aplicaría la derecha si gobernara Chile. Para colmo, no fue un bloque unido y sólido: bastante tardíamente en la carrera electoral sus distintos pequeños partidos encontraron un camino para ir juntos, casi cuando parecía que el Pacto (así se le llamó a su coalición) no funcionaría.

Ahora, a la luz de estas elecciones que vuelven a darle otro revés y dejarlos en su conjunto con el 25% del Parlamento, los distintos integrantes del Pacto hablan de quedar unidos en un solo partido, en establecerse efectivamente en un bloque sólido, en comenzar desde ya a pensar en las elecciones del 99 y tener para entonces una plataforma que pueda encontrar mayores diferencias con la de la Concertación. En estas elecciones, lo más que decían es que ellos querían privatizar más que los concertistas.

Chile, pues, vivió en el fin de semana pasado unas elecciones sin sorpresas en medio de un país de crecimiento sostenido, de pobreza que necesita el auxilio de ese crecimiento, de un presidente electo que anunció precisamente ocuparse de eso y de un envejecido Gral. Pinochet cuyas otroras tenebrosas telarañas están —como en el dibujo de Arotxa— cada vez más borroneadas: ya no hay moscas que le temen. Eso sí... todavía está allí.

Chile Después de las Elecciones

CRECIMIENTO, LA IZQUIERDA DERECHIZADA DE FREI Y LA TELARAÑA DE PINOCHET

POR MIGUEL ALVAREZ MONTERO

Tres días después de las elecciones en Chile, ya aquietadas unas aguas que, en verdad, en ningún momento fueron muy agitadas, cabe hacer algunas reflexiones sobre lo que pasa y lo que vendrá en este país trasandino de geografía incómoda, población amable y capital dinámica.

Eduardo Frei —al frente de una coalición oficialista que nuclea a su Partido Demócrata Cristiano, al Partido Socialista que otrora tuvo a Salvador Allende como su líder y a otros dos partidos que, en su conjunto, forman un conglomerado de tendencia centroizquierdista— reemplazará el 11 de marzo próximo a Patricio Aylwin, presidente actual elegido por esa misma coalición que en la práctica los chilenos la llaman la Concertación.

El 58 por ciento de los votos obtenidos está claramente señalando la conformidad de los chilenos con su actual gobierno y con el nuevo candidato que la Concertación les ofreció; esa confianza incluye ahora que Frei y la Concertación tendrán mayoría simple en el Parlamento para legislar con cierta comodidad, aunque las leyes de mayor peso necesitan los dos tercios de los votos parlamentarios, a los que no llegaron. De todas formas, no es poca cosa haber alcanzado la mayoría simple.

LO QUE TENDRAN QUE HACER

Eso les impone una obligación —que tampoco es poca cosa— con los millones de chilenos que le dieron el voto: responderles con hechos concretos a los reclamos que les hacen. ¿Cuáles son esos reclamos? Nada de superarse en los actuales (muy buenos) índices de crecimiento económico: PBI, exportaciones, bienes de capital, etc., porque de esto no entiende ni cree alimentarse el chileno asalariado; lo que quiere es erradicar definitivamente la extrema pobreza, mejorar la seguridad (la delincuencia tiene una estrecha relación con lo anterior), tener una adecuada salud pública (en general se considera deficiente), abaratar la enseñanza (la Universidad, que fue gratuita, hoy ronda los 50 dólares mensuales para cada estudiante) y mejorar los sueldos de la actividad pública.

En este último punto, no obstante, el gobierno no estaría presto a transar: ofrece bonificaciones muy especiales a quienes quieren abandonar la función pública para aligerar la carga estatal y —a diferencia de lo que ocurre en el Uruguay— hay muchos chilenos que se acogen al asunto, porque saben que en el Chile de hoy pueden encontrar —con mediana preparación— un trabajo en la actividad privada que les rinda mejores ingresos que lo que paga el Estado. Un taxista nos contó que su automóvil lo compró con la bonificación que le dieron por abandonar un trabajo público de más de diez años, por el que recibía menos de 300 dólares mensuales. Hoy, con su vehículo —aunque trabajando 10 horas por día contra las 7 del empleo público— supera los 1.500 dólares mensuales que, aseguró, le alcanza para vivir cómodamente y con dos hijos estudiando en la Universidad.

MUCHO RUIDO, MUCHAS NUECES

Ese taxista aseguró que trabajo como tal no le falta pese a la enorme competencia: ocurre que Santiago es hoy un hervidero de actividad, una ciudad de comercio dinámico, de expansión permanente, de crecimiento arrollador. "Aquí hasta los cementerios son buen negocio, cada vez hay más y ganan todos, porque la gente está tan activa que se muere rápido", decía otro taxista al pasar frente a un nuevo parque para difuntos recién inaugurado.

Surgen nuevos shoppings a cada rato, las carreteras se hacen insoportables por el tráfico de camiones cargados de mercaderías, se impusieron restricciones a la circulación de automóviles por Santiago (algo parecido a aquellos de las chapas pares e impares que Montevideo vivió en tiempos de ahorro de nafta, aunque en Chile es sólo para evitar que tanto automóvil circule por la ciudad), la publicidad en televisión es de las más caras de América (otro síntoma de que el comercio y la industria son pujantes) y lo único que parece desfallecer en medio de la pujanza ciudadana es el viejo y tradicional Hotel Carrera, un elefante blanco de clásicas formas, infraestructura carísima y pocos turistas, porque estos optan por las relativas ventajas del modernismo práctico que ofrecen los hoteles tipo Sheraton y dejan morir los encantadores barroquismos de un hotel hecho para turistas de saco y corbata. Un Ministerio estaba en tratativas por adquirirlo, para su suerte y para desgracia de nostálgicos.

En definitiva, este gobierno que continúa al anterior, no debe preocuparse por la falta de dinamismo del país, sino por trasladar a estratos bajos y medios (ofreciendo mejores servicios estatales) la riqueza que el país parece estar acumulando. Eso es lo que espera el grueso de la masa chilena que le dio su voto (aunque no su entusiasmo: menos de mil personas se reunieron en torno al presidente electo en la noche del triunfo).



Presidente electo de Chile Dr. Eduardo Frei y comandante en jefe de las FF.AA. Gral. Augusto Pinochet Ugarte vistos por Arotxa.

"¿QUE HACE ALLI PINOCHET?"

Para un observador extranjero, una extraña situación es la de Augusto Pinochet, enraizado (¿hasta su muerte?) en la comandancia del Ejército, conviviendo con un gobierno que —al menos en el rótulo— es de centro-izquierda. Las preguntas, en tono de "¿cómo es eso?" reciben respuestas que para los chilenos son naturales: "Pues que así ocurre y así será", dicen. Lo que ocurre y lo que será es que hay algo así como un pacto tácito de convivencia: Pinochet no tiene la más mínima ingerencia en el gobierno, en sus líneas, en sus decisiones económicas ni políticas; pero Pinochet, desde su alto cargo militar, es una especie de garantía contra el revisionismo de los tiempos de su dictadura. Mientras él esté allí no habrá revanchismos, pero mientras él esté allí —y lo dejen estar, claro— tampoco habrá militares con intenciones trasnochadas de retorno. El pacto funciona, pues.

La oposición, mientras tanto, no hace tampoco grandes problemas a ese tema. Es que el grueso de la misma lo conforma la derecha —varios pequeños partidos nucleados en estas elecciones detrás del septuagenario Arturo Alessandri— y no hay en su gente nadie dispuesto a remover asuntos que, a lo mejor, terminarían rozando al pasado de algunos de ellos mismos.

LA DERECHA CONFUNDIDA

La derecha estuvo bastante confundida en estas elecciones, ya que no encontró espacios cómodos para hacer, precisamente, oposición. Es que las líneas generales del gobierno de Aylwin —que son las mismas que seguirá Frei— serían en términos generales las mismas que aplicaría la derecha si gobernara Chile. Para colmo, no fue un bloque unido y sólido: bastante tardíamente en la carrera electoral sus distintos pequeños partidos encontraron un camino para ir juntos, casi cuando parecía que el Pacto (así se le llamó a su coalición) no funcionaría.

Ahora, a la luz de estas elecciones que vuelven a darle otro revés y dejarlos en su conjunto con el 25% del Parlamento, los distintos integrantes del Pacto hablan de quedar unidos en un solo partido, en establecerse efectivamente en un bloque sólido, en comenzar desde ya a pensar en las elecciones del 99 y tener para entonces una plataforma que pueda encontrar mayores diferencias con la de la Concertación. En estas elecciones, lo más que decían es que ellos querían privatizar más que los concertistas.

Chile, pues, vivió en el fin de semana pasado unas elecciones sin sorpresas en medio de un país de crecimiento sostenido, de pobreza que necesita el auxilio de ese crecimiento, de un presidente electo que anunció precisamente ocuparse de eso y de un envejecido Gral. Pinochet cuyas otroras tenebrosas telarañas están —como en el dibujo de Arotxa— cada vez más borroneadas: ya no hay moscas que le teman. Eso sí... todavía está allí.

Peres y Abas se econtrarán e Paris

NUEVO CONTACTO ENTRE ISRAEL Y LA OLP

El ministro israelí de Asuntos Exteriores, Simón Peres, se reunirá en París con Majmud Abas (Abu Mazen), miembro de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP).

Peres y Abas, que copresiden el Comite Superior de Enlace palestino-israelí, tratarán de superar las divergencias que impiden concretar el acuerdo para la retirada israelí de Gaza y Jericó, informó ayer la radio estatal.

El jefe de la diplomacia israelí viajó a la capital de Francia, donde hablará con personalidades del Gobierno para participar en un debate televisivo, habían informado previamente sus allegados.

Peres espresó su optimismo respecto al acuerdo por Gaza y Jericó. «El acuerdo (con la OLP) es tan irreversible como el proceso de paz porque ni los palestinos ni los israelíes tenemos una alternativa mejor», declaró a la televisión estatal.

Abas y Peres -los firmantes de la Declaración de Principios para la paz del pasado 13 de setiembre- tratarán de arbitrar entre los [illegible]res palestinos e israelíes que no pudieron salvar sus diferencias.



Simón Peres, Canciller israelí se reunirá con el representante de la OLP

En las conversaciones de París también particip[illegible] el director general del Ministerio israelí de AA.EE., Uri Savir, uno de los negociadores del acuerdo de Oslo con la OLP.

El acuerdo de Gaza-Jericó debió entrar en vigor el pasado lunes 13, pero el primer ministro israelí, Isaac Rabin, y el presidente de la OLP, Yaser Arafat, lo postergaron por diez días al no poder superar sus divergencias en una reunión celebrada en El Cairo.

Ambos líderes se comprometieron a volver a reunirse en la capital egipcia el próximo miércoles 22.

RETORNAN DEPORTADOS PALESTINOS

Bajo un sol invernal, unos 200 deportados palestinos terminaron ayer una odisea en tierra libanesa donde estuvieron deportados casi un año en una «tierra de nadie» entre la zona ocupada por Israel en el sur y la controlada por el ejército.

En pequeños grupos, esas personas salieron del campamento de Marj El Zuhur, después de hacer sus oraciones matinales, hacia Zemryia, uno de los puntos que une la «zona de seguridad» al resto del país.

Militares israelíes y sus aliados del Ejército del Sur del Líbano (ESL) los esperaban a pocos metros del pasaje de Zemryia para permitirles el paso a la «zona de seguridad», [illegible] irán a los territorios ocupados.

Un primer grupo comenzó a cruzar, uno a uno y después que su nombre era citado por parlantes, ese punto para ser indentificado y pasar un examen médico antes de su transporte a los territorios ocupados, dijeron testigos.

(EFE)

PARTES ILEGIBLES

01-01

9400713

ELECCIONES CHILENAS

La fortaleza del sistema

Si no fuera por la exclusión parlamentaria de las minorías, la imposibilidad "constitucional" de reformar la carta magna, los senadores vitalicios y los casi comandantes, podría decirse que la democracia es una realidad.



Perdedora, la derecha todavía puede festejar

Como una fortaleza inexpugnable, el sistema institucional montado por el pinochetismo, resistió incólume el embate electoral del sábado 11 de diciembre. La derecha, derrotada en las urnas, mantiene una minoría decisiva en la Cámara de Diputados y seguirá siendo hegemónica en el Senado. En tanto, los comunistas y otras fuerzas de izquierda continúan marginados del Congreso, pese a representar casi el 10 por ciento de los votantes.

Así, los primeros comicios presidenciales y parlamentarios celebrados en democracia desde 1973, no cambiaron mayormente el marco general de la correlación de fuerzas en los poderes Ejecutivo y Legislativo surgido en las elecciones anteriores, celebradas el 14 de diciembre de 1989, en las postrimerías de la dictadura del general Augusto Pinochet.

Claro que en el trasfondo de este tinglado se produjeron o comenzaron a gestarse fenómenos políticos que pueden alcanzar trascendencia en el futuro, y tal vez determinar cambios sustanciales en la política chilena a partir del nuevo milenio, cuando finalice, en el año 2000, el mandato presidencial de Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Un triunfo arrollador

Desde 1931, cuando Juan Esteban Montero ganó las elecciones presidenciales con 63,7 por ciento de los votos, no se registraba en Chile una mayoría tan amplia como 58,01 por ciento que alcanzó el candidato de la gobernante Concertación por la Democracia.

En 1989, el también candidato concertacionista y coideario de Frei en el Partido Demócrata Cristiano (PDC), Patricio Aylwin, triunfó con 55,17 por ciento, pero enfrentando a sólo otros dos candidatos (Hernán Buchi y Francisco Javier Errazuriz, ambos de derecha), y en cambio ahora el flamante mandatario electo derrotó a otros cinco adversarios.

Este ingeniero de 51 años, hijo del expresidente Eduardo Frei Montalva (1964-70), fallecido en 1982, no sólo cosechó del carisma de su padre, sino que se impuso también a otro apellido ilustre en la política chilena: el del abanderado derechista, Arturo Alessandri, quien logró 24,39 por ciento de los votos.

Otro derechista, José Piñera, ocupó el tercer lugar con 6,18 por ciento, seguido por el candidato alternativo Manfred Max-Neef (5,55), el sacerdote izquierdista Eugenio Pizarro (4,69) y por el abanderado de la Alianza Humanista-Verde, Cristián Reitze, quien remató último con 1,17 por ciento.

Frei superó el 55,47 por ciento que obtuvo la Concertación por la Democracia en la elección para renovar los 120 cupos de la Cámara de Diputados. Esta diferencia de tres puntos resultó meritoria para el mandatario electo, porque al contrario de las presidenciales, con seis candidatos, en las parlamentarias los electores tuvieron que optar sólo entre cuatro listas.

La Unión para el Progreso de Chile, el conglomerado derechista que respaldó a Alessandri, alcanzó 36,62 por ciento en diputados, lo cual equivale a casi seis por ciento más que la votación sumada de Alessandri y Piñera.

Los votos y los partidos

Una primera conclusión indica que hay fisuras en el hasta ahora sólido sistema de partidos. La población no se adscribió rígidamente a un patrón común para votar por un presidente, senadores y diputados, lo cual parece ser un rasgo predominante entre los jóvenes, quienes expresan habitualmente en las encuestas su rechazo a los políticos tradicionales.

Manuela Pailecura, habitante de una barriada pobre del municipio santiaguino de Peñalolén, cuenta que ella y sus dos hijos mayores de 18 (una mujer y un hombre), votaron para diputados por la derechista María Angélica Cristi, exalcaldesa bajo Pinochet, *"porque ha hecho mucho por nosotros"*. Para presidente, Manuela votó en blanco porque no postuló a su político favorito: el socialista Ricardo Lagos. Su hija marcó la papeleta por Max-Neef y su hijo por Piñera.

Desde trincheras opuestas, Max-Neef y Piñera capitalizaron el escepticismo de un porcentaje importante de la población ante los partidos. El diario empresarial **El Mercurio** destacó especialmente la alta votación del candidato alternativo quien, sin el apoyo de partidos y a la grupa de un heterogéneo conglomerado de organizaciones sociales, superó al sacerdote Pizarro, abanderado del Movimiento de Izquierda Democrática Allendista (MIDA), donde los comunistas aportaron votos y su habitual capacidad organizativa.

El MIDA, que en las elecciones municipales de junio de 1992 alcanzó 6,5 por ciento, mantuvo ese porcentaje en los últimos comicios para diputados, con 6,38 por ciento, y dentro de esta coalición el Partido Comunista (PC) logró 4,98 por ciento.

El sábado 11 correspondió renovar también 18 de los 38 asientos del Senado, sin considerar los ocho cupos de senadores designados al finalizar la dictadura y que estarán en esos cargos hasta 1997. Hasta ese mismo año Pinochet puede permanecer en la comandancia del ejército.

En la Cámara de Diputados, la Concertación tendrá ahora 70 escaños, contra 72 que logró en 1989, mientras el pacto de la derecha aumentó su cuota de 48 a 50.

En el Senado habrá 21 concertacionistas, uno menos que en la actualidad, y 25 de derecha, que incluyen a 17 elegidos por el voto y a los ocho designados.

En el Congreso que se constituirá el 11 de marzo de 1994, Frei no tendrá votos suficientes para reformar la Constitución y terminar con rémoras autoritarias, como la ley de inamovilidad de los mandos militares o la propia existencia de los senadores designados.

Política de acuerdos

Esto obligará a perseverar en la *"política de los acuerdos o de los consensos"* con que ha tenido que gobernar el presidente Patricio Aylwin desde marzo de 1990, y que Frei se declaró desde ya dispuesto a aplicar, aunque sin renunciar, *"por razones de principios"*, a reformas constitucionales de incierto destino de acuerdo a la composición de fuerzas parlamentarias.

Tampoco se podrá cambiar el sistema electoral binominal que rige las elecciones de senadores y diputados, y que es precisamente el instrumento para que la derecha siga siendo una minoría determinante y persista la exclusión parlamentaria de los comunistas y otras fuerzas que no forman parte de los dos grandes bloques.

Para aplicar su "política de consensos", Frei tendrá que buscar interlocutores confiables en una derecha que no dirimió sus pugnas de liderazgo interno, ya que de la elección emergieron todos satisfechos: la corriente modernista y aperturista del diputado electo y líder de Renovación Nacional, Andrés Allamand; los pinochetistas de la Unión Demócrata Independiente (UDI) que encabeza, entre otros, el alcalde Joaquín Lavín, y los populistas de la Unión de Centro-Centro que dirige el acaudalado empresario y senador electo Francisco Javier Errázuriz.

El futuro mandatario tendrá que entenderse igualmente con una Concertación que no es la misma de Aylwin, porque si bien el PDC mantiene su posición mayoritaria, al mismo tiempo creció significativamente en estos comicios el ala izquierdista de la coalición, formada por los partidos Socialista y por la Democracia (bloque PS-PPD), mientras los grupos socialdemócratas, como el Partido Radical y la propia socialdemocracia, están a punto de desaparecer por su escaso respaldo electoral.

En el panorama futuro gravitará también la marcha que inicie Max-Neef con su agrupación Gente en Movimiento, que a partir de ahora se constituirá orgánicamente, alentada por los resultados satisfactorios de una incursión presidencial basada en la crítica al modelo neoliberal.

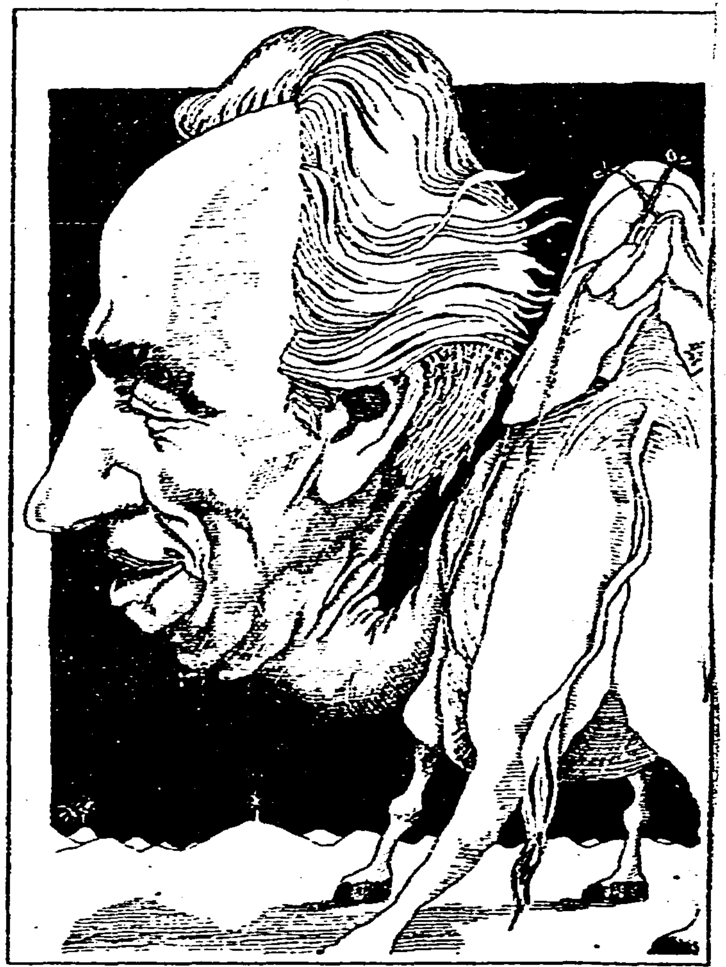
En las filas de la derecha tendrán que prestar igualmente atención a Piñera, quien logró una buena convocatoria con su imagen de "gurú" de la llamada economía social de mercado y de defensor a ultranza de "los valores cristianos", con un discurso matizado de propuestas neofascistas.

Desde Santiago de Chile,
Antonio Linares

Nº. DOCUMENTO 9400715
TITULO Peres afirmó que Israel mantendrá control total.-
PROCED. L. M.
FECHA 17/12/93
VINCULO 11876 -
10195 -
507603 -
500868 -
11831 -

Peres afirmó que Israel va a mantener el control total

El Canciller israelí Shimon Peres afirmó ayer que Israel puede aceptar observadores palestinos en los puntos de frontera de Gaza y Jericó de la futura entidad palestina, pero está decidido a mantener el control total en los confines.



París (Ansa)

Peres dijo también que Israel y la Organización para la Liberación de Palestina estuvieron de acuerdo en la apertura de un intercambio comercial entre el Estado judío y el autogobierno de los territorios palestinos.

Respecto de los puestos de pasaje, el Canciller israelí sostuvo: "Si se trata sólo de presencia palestina, se puede encontrar una solución. Pero es necesario que alguien sea responsable de las fronteras, que nosotros insistimos en controlar totalmente".

Peres agregó que los "pedidos de Arafat" (relativos a un control palestino o mixto palestinoisraelí de los puestos de control en Gaza y Jericó) "fueron una sorpresa para nosotros".

Explicó que en base a los términos del acuerdo de Oslo entre Israel y la OLP, "la seguridad externa y de los asuntos exteriores queda bajo nuestra soberanía".

Peres reiteró esos conceptos tras una reunión con su colega francés Alain Juppe. "Entre nosotros y los jordanos y entre nosotros y los egipcios -agregó-, existe sólo una frontera y no dos. La parte que controlará los confines será la responsable para la seguridad de Israel". A propósito del retiro israelí de la Franja de Gaza y de Jericó, que debía tener lugar el 13 de diciembre, Peres declaró que hubo "un malentendido sobre las fechas".

Israel y la OLP, sostuvo el Canciller Peres, se han puesto de acuerdo para establecer un intercambio comercial. Los palestinos podrán exportar libremente sus productos a Israel e importar también libremente de los países árabes que oficialmente aún están en guerra con el Estado judío.

"Creo que los palestinos están de acuerdo con nosotros en la creación de una economía de mercado, una economía abierta sin frontera y con libre movimiento de mercancías e intercambio entre ambos", concluyó Peres.

El acuerdo entre Israel y la Santa Sede, que quizás sea firmado el 30 de diciembre, no cambiará el "status quo" de los Lugares Santos reivindicados también por otras iglesias diferentes a la católica, como por ejemplo el Santo Sepulcro de Jerusalén, escribió ayer el Jerusalén Post.

El diario reitera una versión que circula desde hace días, es decir que el acuerdo con el cual Israel y el Vaticano deciden modos y tiempos para el establecimiento de relaciones diplomáticas será firmado el penúltimo día del año. Sin embargo, agrega el diario citando "fuentes de gobierno", la fecha del 30 de diciembre "no es segura en modo absoluto". El acuerdo de todos modos es inminente y por esto, prosigue, el Gobierno del Premier Yitzhak Rabin -a través de la Cancillería y el Ministerio de Asuntos Religiosos- aseguró ya a los responsables de las varias iglesias cristianas que existen en Israel (y en Cisjordania ocupada) que el acuerdo con el Vaticano no cambiará el "status quo" sobre los Lugares Santos.

Con frecuencia, peleándose entre ellos, grecoortodoxos, coptos, armenios y otros grupos cristianos -junto a los católicos, que operan a través de la Custodia de Tierra Santa en mano de los franciscanos- controlan desde hace siglos varios Lugares Santos, como el Santo Sepulcro en la ciudad vieja (árabe) de Jerusalén y la Basílica de la Natividad de Belén (Cisjordania).

01-01

9400715

Renunció jerarca chileno

El mayor general Jorge Ballerino, cuarto en la jerarquía del Ejército chileno, presentó su renuncia en forma personal y directa al comandante en jefe de la institución, general Augusto Pinochet.

Santiago de Chile (Ansa)

Ballerino, quien regresó ayer desde Los Angeles, Estados Unidos, donde se sometió a una operación para extraer un tumor benigno de su ojo izquierdo, no aceptó que un oficial con menos antigüedad fuera nombrado en la jefatura del Estado Mayor General del Ejército.

Según informa el vespertino La Segunda, el militar adujo "principios valóricos, personales e institucionales" para presentar su renuncia.

La determinación de Ballerino obliga a una nueva estructuración en el alto mando castrense con las necesarias conversaciones que debe iniciar con el gobierno, del cual tiene que obtener su aprobación para las nuevas designaciones.

Ballerino se ha desempeñado durante los últimos cuatro años de gobierno democrático como el vocero del Ejército y ha tenido a su cargo las más delicadas negociaciones con el poder central.

Rabin autorizó al ejército israelí a reprimir a colonos judíos en Gaza y Cisjordania

Israel advirtió ayer que no hará concesiones a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) sobre los controles fronterizos, uno de los mayores puntos de divergencia en las negociaciones para el inicio de la autonomía de Gaza y Jericó. En una decisión sin precedentes, el gobierno de Yitzhak Rabin impuso el toque de queda en cinco asentamientos judíos en Gaza y Cisjordania (antes solo regía en las zonas palestinas) y autorizó a los militares a reprimir a los colonos en caso de que alteren el orden. El canciller Shimon Peres dijo que israelíes y palestinos están de acuerdo con crear un mercado económico abierto.

Clarín EN JERUSALEN

JERUSALEN, 16 (Enviado especial). — El gobierno presidido por **Yitzhak Rabin** autorizó hoy a los jefes militares de Gaza y Cisjordania a que repriman a los colonos judíos en los territorios en caso de que alteren el orden y, en una decisión sin precedentes, impuso el toque de queda en cinco asentamientos. Hasta el momento el toque de queda sólo había regido en las zonas palestinas.

Las drásticas medidas difundidas este mediodía por radio Israel se decidieron luego de los incidentes provocados por los colonos de varios asentamientos próximos a Nablus (la Siquuem bíblica, o Shekhen en hebreo moderno), capital histórica de Samaria y la ciudad más importante de la actual Cisjordania septentrional.

Los incidentes se produjeron cuando los colonos pretendieron colocar los rollos de las Sagradas Escrituras en la tumba de Josué, el guerrero que condujo a los israelíes a la Tierra Prometida tras la muerte de Moisés en el monte Nebo. Los colonos informaron a la prensa que el comandante de la zona militar central, general Nememia Tamari, con jurisdicción en Cisjordania, les había autorizado a realizar esa ceremonia en la tumba del hijo del patriarca Abraham.

El toque de queda fue impuesto a la población de los asentamientos de **Braja, Izhar, Elon More, Tel Hasim** y **Tapuaj**. Además, se han levantado barreras para impedir el paso de los colonos que se proponían llegar al cruce de caminos de Tapuaj.

Si la derecha israelí y los partidos religiosos impulsan con entusiasmo la oposición a los acuerdos con la OLP, los colonos de Gaza y Cisjordania se han convertido en su fuerza de choque. Para decirlo sin exagerar, son un mayúsculo dolor de cabeza para el gobierno. La falta de reacción de Rabin ante la ola de ataques terroristas contra los colonos parecería demostrar que los consideran inevitables, lo que ha generado un mal mayor: los pobladores de los asentamientos están tomando justicia por su cuenta o están decididos a tomarla.



Un grupo de colonos israelíes ultranacionalistas ora junto a una topadora en un asentamiento en la Margen Occidental: el gobierno israelí ordenó ayer reprimir a todos los colonos que alteren el orden.

Agencia Reuter

♦ Asentamientos

Actualmente hay 146 colonias permanentes, en las que viven 130 mil personas: 4.000 en Gaza, 15.000 en el Golan y 110.000 en Cisjordania. La primera colonia fue creada en 1967, inmediatamente después de la Guerra de los Seis Días, con una finalidad claramente militar. Algunas de ellas mantienen este carácter, aunque la mayoría fueron creadas para satisfacer problemas de vivienda y de ocupación.

La mayor de las colonias cisjordana es la de Maalé Adumin, a mitad de camino entre Jericó y Jerusalen. Es una verdadera ciudad de 50 kilómetros cuadrados y 20.000 habitantes, que se encarama en las colinas, a 600 metros de altura.

Hace mucho tiempo que los colonos tomaron una actitud beligerante, rodeados, como están, por una población habitualmente hostil. Están autorizados a llevar armas y lo curioso es que se pasean con ellas por todo el país, sea la colonia donde viven o a 300 kilómetros de distancia. La izquierda israelí acusa a los colonos de Gaza de utilizar contratistas —por lo general racistas— para enganchar a los jóvenes palestinos como trabajadores ilegales y por ahora nadie se ha tomado la molestia de desmentir esas acusaciones.

La puesta en marcha del proceso de paz tuvo entre los colonos el efecto de una bomba. El gobierno ha reiterado hasta el cansancio que en la etapa provisional de la autonomía palestina protegerá a los colonos y que luego dará toda clase de facilidades a quienes deseen reasentarse en Israel ("los que prefieran quedarse no serán los primeros judíos en vivir bajo bandera extranjera", subrayó Shimon Peres a fines de noviembre). Pero los colonos no se dan por satisfechos.

La semana pasada, el Consejo de Pueblos Judíos de los Territorios anunció que no aceptará órdenes de agentes de la autonomía y el diputado **Rejavan Zeevi**, del ultraderechista Moledet, sostuvo que si la futura policía palestina intenta pararlo no vacilará en abrir fuego.

Coherente con sus posiciones, los colonos crearon en estos días un grupo paramilitar llamado Hashomer, que enrolará "voluntarios" con el fin de mantener la seguridad en los asentamientos. La iniciativa fue descalificada por el ministro **Moshe Shahal**: "Los que tratan de hacer justicia por su propia mano se colocan fuera de la ley y el gobierno los tratará en consecuencia". Esta velada acusación de que no se puede combatir el terrorismo con terrorismo desató un vendaval en el Parlamento, aunque esta vez el gobierno se las ingenió para sortearlo.

Estos antecedentes hacían previsibles las medidas tomadas hoy por el gobierno. Pero es una jugada riesgosa: en momentos en que necesita un mayor número de aliados ha ensanchado la grieta que separa a quienes apoyan y a quienes rechazan el proceso de paz.

Carlos Arro[illegible]

Pinochet Asegura que Dejará el Ejército Recién en el año 1997

SANTIAGO DE CHILE, 26 (EFE). — El comandante en jefe del Ejército chileno, general Augusto Pinochet ha declarado que permanecerá en su cargo hasta 1997 y una vez que se solucionen "todas las situaciones institucionales pendientes", se informó hoy, domingo.

Pinochet encabezó entre 1973 y 1990 el régimen militar que gobernó Chile y desde marzo de 1990 pasó a protagonizar como comandante en jefe del Ejército una difícil convivencia con el gobierno democrático del presidente Patricio Aylwin.

En declaraciones al diario "La Tercera", Pinochet manifestó que "permanecerá en el Ejército los próximos cuatro años".

Según la Constitución militar de 1980, los comandantes en jefe de las tres ramas de las Fuerzas Armadas pueden permanecer en sus cargos hasta 1997, aunque al asumir en marzo de 1990 el presidente Aylwin les solicitó la renuncia, que sólo cumplió el jefe de la Armada, José Toribio Merino.

Aylwin confirmó en su cargo al comandante en jefe de la Fuerza Aérea, general Fernando Matthei, y tuvo que aceptar la negativa de Pinochet, que aseguró que se quedaba al mando del Ejército para velar por la seguridad de sus hombres y de la institución.

Pinochet reconoció que los primeros años del gobierno democrático fueron para él "muy difíciles", aunque destacó que tras cuatro años de relaciones cívico-militares "ya hay más confianza mutua".

"Como mantuvimos un gobierno militar por 17 años, con las cuatro instituciones se enfrentaron problemas, es cierto, pero tuvimos una guerra constante", dijo Pinochet, que explicó que hubo que responder al "terrorismo" que se desató en esos años, "lo que creó un ambiente contrario a las Fuerzas Armadas".

"No obstante, ya han pasado cuatro años y se ha constado con hechos concretos que hemos respetado la institucionalidad", subrayó.

En otra parte de la entrevista, Pinochet recalcó que el Ejército es una institución dependiente del Estado y del presidente de la República.

Recordó el denominado "boinazo", movimiento militar con el que el Ejército demostró el pasado mayo su malestar por la acumulación de una serie de situaciones institucionales que estaban sin resolver.

Dijo que estos problemas se solucionaron en su totalidad tras la intervención directa de Aylwin, que agradeció.

A juicio de Pinochet, los únicos temas pendientes son los judiciales, en alusión a los juicios que se celebran en los tribunales sobre violaciones a los derechos humanos y en los que aparecen implicados miembros del Ejército.

Al tocar el tema, hizo referencia especial al juicio sobre el asesinato del ciudadano español Carmelo Soria, acaecido en julio de 1976 y manifestó que el Ejército nada tenía que ver

"Este señor hace 17 años que murió. Hubo mucho tiempo para hacer quejas, pero nunca las hubo; los que se quejan pudieron haberlo hecho antes, pero no, lo hacen ahora. Pienso que es para mejorar imágenes en sus propios países", manifestó Pinochet.

PERES DIJO QUE ISRAEL QUIERE INTEGRAR SU ECONOMIA CON GAZA Y JERICO

Hacia un mercado abierto

PARIS, JERUSALEN y EL CAIRO, 16 (Reuter, EFE y Julian Ozzane del "Financial Times", especial para Clarín). — El ministro de Asuntos Exteriores de Israel, Shimon Peres, dijo hoy que su país y la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) están de acuerdo en el establecimiento de un mercado económico abierto entre el Estado judío y los futuros territorios autónomos de Gaza y Jericó.

El canciller afirmó en París que los israelíes permitirán, después de 26 años de prohibición, el libre ingreso a su país de productos agrícolas palestinos, y que los palestinos podrán importar sin trabas bienes de las naciones árabes que no comercian con Israel.

"Creo que los palestinos concuerdan con nosotros en la creación de una economía de mercado, una economía abierta sin fronteras, con un libre flujo de mercaderías", señaló el funcionario.

Pero Peres también reconoció que aún persisten diferencias entre las partes que deberán solucionarse antes de que el acuerdo se concrete formalmente.

Los representantes de la OLP, que mantienen conversaciones en la capital francesa con negociadores israelíes, no hicieron comentarios sobre el tema. Pero fuentes próximas a las tratativas bilaterales aseguraron que las concesiones difundidas por Peres aún se encuentran bajo negociación.

Israel quiere crear una unión aduanera con los palestinos que, posteriormente, se convierta en una confederación económica que incluya también a Jordania. Pero la idea todavía encuentra serias resistencias en el sector palestino, que la considera prematura y sin sentido hasta tanto no se definan todos los detalles de la autonomía de Gaza y Jericó.

Las tres diferencias principales que deben superarse son: el régimen aduanero e impositivo a implementar, la unidad monetaria y las relaciones económicas con Jordania.

Funcionarios judíos advirtieron hace unos días que, a menos que se implemente una unión aduanera, Israel tendrá que considerar la instauración de controles fronterizos en los futuros territorios autónomos para detener el ingreso de productos palestinos de contrabando o a precios muy bajos.

El anuncio de la creación de un mercado económico abierto por parte de Shimon Peres coincidió con la finalización de una nueva ronda de conversaciones que se realizó en la ciudad egipcia de El Arish entre israelíes y palestinos sobre el traspaso del poder civil en Gaza y Jericó.

Después de dos días de diálogo, en los que se trataron temas relacionados con la sanidad, la educación, la cultura, los impuestos y el turismo, fuentes palestinas e israelíes coincidieron en que las negociaciones progresaron considerablemente y que solo queda resolver el suministro de agua y electricidad y el mantenimiento de las carreteras.

Israel pretende que los palestinos ajusten su futuro régimen aduanero e impositivo a los elevados porcentajes que, debido a las medidas proteccionistas y a la necesidad de enfrentar los gastos públicos, predominan en el Estado judío.

La República
Domingo 26 de diciembre de 1993

Frei nombró gabinete

El presidente electo de Chile, Eduardo Frei, conformó el gabinete con que iniciará su gobierno de centro-izquierda el 11 de marzo próximo, según anunció el mandatario.

Santiago (AFP)

■ Nueve democristianos y cuatro socialistas integran el equipo de 19 ministros, del que también forman parte tres mujeres, además de representantes del Partido Por la Democracia (PPD) y el radicalismo, aliados en la oficialista Concertación Democrática.

El diplomático democristiano Carlos Figueroa, ex embajador de Chile en Argentina, ocupará la cartera de Relaciones Exteriores y el presidente del Partido Socialista, Germán Correa, será ministro del Interior y jefe político del gabinete.

Correa fue hasta hace un año titular de Transportes del presidente Patricio Aylwin, cuyo equipo ministerial casi no tuvo modificaciones durante su gestión de cuatro años, tras el régimen del general Augusto Pinochet (1973-1990).

El líder socialista Ricardo Lagos, que en el gobierno de Aylwin ocupó la cartera de Educación, dirigirá a partir de marzo el Ministerio de Obras Públicas, mientras que Jorge Arrate, también socialista y actual ministro de Educación, se desempeñará en la cartera del Trabajo.

La nómina del gabinete designado es la siguiente:

Relaciones Exteriores: Carlos Figueroa (democristiano).

Interior: Germán Correa (socialista).

Defensa: Edmundo Pérez Yoma (democristiano).

Economía: Alvaro García (independiente).

Hacienda: Eduardo Aninat (democristiano).

Justicia: Soledad Alvear (democristiana).

Obras Públicas: Ricardo Lagos (socialista).

Bienes Nacionales: Adriana del Piano (independiente).

Trabajo: Jorge Arrate (socialista).

Salud: Carlos Massad (democristiano).

Minería: Benjamín Teplisky (radical).

Agricultura: Emiliano Ortega (democristiano).

Vivienda: Edmundo Hermosilla (independiente).

Transportes: Narciso Irureta (democristiano).

Secretaría General de Gobierno: Víctor Manuel Rebolledo (RPD).

Secretaría General de la Presidencia: Genaro Arriagada (democristiano).

Planificación: Luis Maira (socialista).

Corporación de Fomento de la Producción: Felipe Sandoval (democristiano).

Servicio Nacional de la Mujer: Josefina Bilbao (independiente).

Además de sus ministros, Frei nombró al economista democristiano Juan Villarzú como presidente de la Corporación del Cobre (Codelco), principal empresa del Estado, y al dirigente socialdemócrata Mario Papi como relacionador entre la Presidencia de la República y el Parlamento.

Resta acordar unidad monetaria y relación económica con Jordania

Mercado común para Medio Oriente

El canciller israelí Shimon Peres dijo ayer que su país y la OLP acordaron el establecimiento de un mercado económico abierto entre el Estado judío y los territorios palestinos autónomos.

Pero reconoció que las dos partes siguen en desacuerdo sobre la unidad monetaria y los lazos económicos con Jordania.

En su conferencia de prensa realizada en la capital francesa, dijo Peres que los israelíes permitirán, luego de 26 años de prohibición, la libre exportación a Israel de productos agrícolas palestinos, quienes a su vez podrán importar sin trabas bienes de naciones árabes que siguen oficialmente en guerra con Israel.

Funcionarios de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), que se encuentran en París para mantener conversaciones económicas con Israel, no estuvieron disponibles para hacer comentarios.

En lo que definió como una concesión, Peres dijo que Israel aceptará que los palestinos importen automóviles libres de gravámenes, aunque los mismos vehículos soportan fuertes gravámenes en el mercado israelí.

Indicó Peres que persisten las diferencias en torno de la unidad monetaria que regirá en los territorios ocupados, debido a que los palestinos quieren crear su propia moneda, y también sobre las relaciones económicas tripartitas entre israelíes, palestinos y Jordania.

Israel pretende un mercado tripartito, al estilo de la unión Benelux entre Bélgica, Holanda y Luxemburgo.

A finales de setiembre, luego de que Israel y la OLP firmaron el acuerdo de paz "Gaza-Jericó primero", la Comunidad Europea propuso la creación de un mercado común en el Medio Oriente interconectado por carreteras, redes energéticas y un oleoducto que uniera el Golfo Pérsico con el Meditarráneo.

En un documento elaborado en Bruselas se detallaba una agenda de cómo los estados de Medio Oriente podían enlazar sus futuros económicos con vínculos tan firmes que sería inconcebible volver a la guerra, exactamente tal como procedió la propia Comunidad Europea luego de la Segunda Guerra Mundial.■

(De la redacción de El Observador, *en base a la agencia Reuter y a información de archivo)*



Levantan prohibición

Luego de 26 años, los palestinos podrán exportar a Israel sus productos agrícolas

01-01 9400721

Lo que empezó hace casi diez años como una insurgencia focalizada —una "rebelión de los kurdos" más, aparentemente controlable— se ha convertido en una guerra en gran escala que ahora amenaza la estabilidad de Turquía y abre graves interrogantes para el futuro de este país.

LAS partes en conflicto están decididas a ir hasta el final en lo que se ha convertido en un enfrentamiento de los más sangrientos de la historia turca, que cobra un promedio de 30 muertes por día entre rebeldes, soldados y civiles que ha ocasionado la huida de más de medio millón de refugiados.

Como Vietnam

Los kurdos constituyen una etnia sin territorio propio. Habitan una región montañosa que engloba porciones de Siria, Irán, Irak, Armenia y Turquía y reivindican la formación de un Estado propio que nunca ha podido materializarse. Conforman una nación en perpetuo conflicto con sus distintos soberanos, que en los últimos setenta años se ha levantado en armas 16 veces contra los turcos (siendo aplastados en cada una de esas oportunidades). Ahora, una vez más, concentran sus fuerzas en el sector sudoccidental de Turquía, donde también operan 200.000 soldados del gobierno de Ankara, comprendidas 10.000 tropas especializadas en lucha antiguerrillera y milicias territoriales. Un enviado del semanario norteamericano *Times* a la zona de combates comparó recientemente la situación que se vive en torno a Diyarbakir, la principal base de orientaciones turca en la zona, con la que antaño se daba en los centros de desempeño norteamericano en Vietnam. Los rebeldes, escribe el enviado "tratan de expulsar todo tipo de autoridad turca de la región. Políticos y periodistas están amenazados de muerte. Los kurdos prohibieron el cigarrillo, el alcohol y la circulación de los medios de prensa. Las industrias regionales se han visto obligadas a abandonar la zona. Como representantes y símbolos del "imperialismo turco" los maestros fueron elegidos como blancos especiales y 47 de ellos fueron asesinados en lo que va del año. Se incendiaron 500 escuelas y otras 3.000 se vieron obligadas a cerrar sus puertas. Los guerrilleros han dado muerte a 200 mujeres y niños kurdos con el propósito de asegurarse de que nadie colabore con las autoridades turcas".

La Insurgencia Organizada

Durante décadas los gobiernos de la región, incluido el turco, no prestaron mayor atención a los movimientos kurdos, controlando las periódicas insurrecciones y levantamientos ocurridos con la regularidad de tormentas estacionales. En la última década, sin embargo, la situación cambió a merced a la irrupción en escena del Partido Kurdo de los Trabajadores (P.K.K.) un movimiento de orientación e ideología marxistas cuya plataforma reivindica la secesión de Turquía y el surgimiento de un estado autónomo. El informe antes citado del periodista norteamericano compara los métodos del P.K.K. con la insurgencia senderista en el Perú. Practicando hasta sus extremos la máxima "quien no están con nosotros en nuestro enemigo", el P.K.K. no ha vacilado en cobrar víctimas entre los propios kurdos acusados de "colaboricionistas". En la represión, el ejército turco tampoco se ha caracterizado por utilizar métodos demasiado contemplativos. Turquía tiene una población de 57 millones de habitantes de los cuales 12 millones son kurdos. De estos, hay unos 5.000 cuadros guerrilleros de alto nivel de adiestramiento, respaldados por unos 150.000 milicianos comprometidos con el movimiento y unos dos millones de simpatizantes. El P.K.K. tiene numerosas fuentes de ingresos que lo dotan de importante poder económico. Uno de los principales aportes y "colaboraciones" provenientes del millón y medio de kurdos emigrados a países europeos (el P.K.K. es muy activo en estas comunidades exiliadas). Pero desde hace mucho tiempo las autoridades de lucha contra el narcotráfico señalan al P.K.K. como un vínculo clave en la cadena de transmisión de la heroína procedente de Afganistán, Irán y el Líbano con destino a las principales metrópolis de Europa. La insurgencia no sólo está bien organizada sino muy bien financiada.

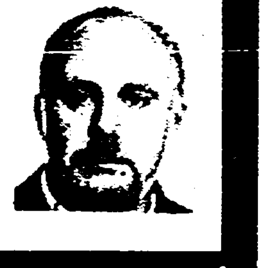
El P.K.K. ha llevado al exterior su guerra contra Turquía mediante actos de terrorismo y sabotaje contra funcionarios diplomáticos, empresas y negocios turcos en países tales como Suiza, Gran Bretaña y Francia. En la propia Turquía el objetivo oficial del movimiento es crear un Kurdistán independiente. Una meta más inmediata, sin embargo, en palabras de Abdullah Ocalan, cofundador del P.K.K., es la desestabilización del estado turco. "Queremos otro golpe militar. Queremos el fin de la democracia en Turquía. Será entonces que podremos prevalecer" dijo Ocalan en declaraciones a la prensa libanesa.

Turquía es el ancla euroasiática de la OTAN. El país tiene aspiraciones de larga data de unirse a la Comunidad Europea. La "guerra kurda" puede, efectivamente, constituirse en un factor de incertidumbre y extrema debilitación en un país que busca consolidarse por el camino de la democracia representativa. Turquía linda, además, con algunas ex-repúblicas soviéticas del Caúcaso (Armenia, Azerbajan, Georgia) también conmovidas por luchas civiles sangrientas. El caos no le conviene a nadie, salvo a los creyentes y practicantes de la filosofía de "lo peor es lo mejor", que ocasiona los grandes desastres.

Momento de decisión

● ***Cada día que pasa, el liderazgo de Arafat entre los grupos palestinos se hace más débil***

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal en ISRAEL, Carlos Lewenhoff

Comencemos por el final: a pesar del fracaso del último encuentro Rabin-Arafat, realizado el domingo 12 en El Cairo, fuentes oficiales israelíes siguen apostando a favor del éxito en la firma de un acuerdo detallado entre Israel y la OLP respecto al proyecto "Gaza y Jericó primero", hasta fin de año.

■ Un día antes de la fecha especificada (13 de diciembre) para la firma, tanto el primer israelí como el líder palestino, cada cual presionado duramente por oposiciones internas, intentaron sacar ventajas de último momento en la pugna sobre los puntos básicos que quedaron en discordia: el tamaño del enclave de Jericó (Israel habla de la ciudad y sus alrededores, unos 30 km cuadrados, los palestinos eligen una superficie diez veces mayor...) y el control de los puestos fronterizos de Gaza con Egipto y Jericó con Jordania. Ambos se atienen a los artículos del acuerdo de Oslo, que fueron redactados en foma suficientemente general como para satisfacer a las dos aptres, pero que en el momento de la implantación práctica obligan a duros compromisos.

Israel invoca su responsabilidad respecto a las "relaciones externas y la seguridad" durante los años de régimen de autonomía, para exigir el control efectivo de la migración, sobre todo la entrada hacia Cisjordania y Gaza. Las autoridades israelíes aceptan la presencia de personal palestino en los pasajes fronterizos, pero definen su exigencia básica al respecto como "cuestión de vida o muerte", según lo habría explicado el canciller Shimon Peres a Arafat en su encuentro estos días en París. Peres declaró a la prensa que el líder palestino le preguntó: "¿Ustedes no pueden confiar en mí"?, y la respuesta fue tajantemente negativa. Según el canciller, puede ser que Arafat tenga influencia sobre sus hombres, pero no la tiene sobre el Hamas y demás grupos islámicos integristas. "Tenemos una única y común frontera con Egipto y Jordania, y quien cruce esta línea puede llegar a cualquier punto de Israel. Esto nos obliga a mantener el control en esos puntos", enfatizó Peres.

Las tendencias son claramente opuestas: mientras el gobierno de Rabin intenta minimizar los aspectos de soberanía de la autonomía palestina interina de cinco años, Arafat busca afianzar cada posición y cada símbolo que pueda fortalecer las aspiraciones palestinas de autodeterminación para el futuro (bandera, moneda nacional, FFAA, policía, control de fronteras, impuestos, instituciones, etcétera), cuando en menos de tres años comience la negociación sobre un acuerdo de paz definitivo.

Es de esperar que la guerra de nervios seguirá hasta último momento, pues cada parte necesita demostrar a su respectiva opinión pública que no afloja con facilidad. Pero las voces moderadas en ambas partes alertan sobre la dilación en las negociaciones, que puede llevar a que ese "último momento" pueda convertirse en el "momento perdido". Sobre todo teniendo en cuenta que la parte mas débil en pugna —Yasser Arafat— parecería estar perdiendo rápidamente dominio, incluso entre sus partidarios más cercanos.

LAS MANOS SIRIAS

Mientras que en las zonas ocupadas los choques entre los grupos ultras de los colonos israelíes y la población palestina siguen en plena escalada, colocando a las FFAA israelíes en un dilema cada vez más duro, la derecha anexionista sigue en plena ofensiva política, aprovechando la incierta situación y el desencanto en filas de los partidarios del proceso de paz. Una manifestación de Paz Ahora, realizada hace una semana en Jerusalén en apoyo al gobierno, convocó a menos de mil personas, cuya pálidas consignas fueron silenciadas por la militante algarabía de los ultras de derecha, que terminaron chocando duramente con la policía. Mitines de jóvenes allegados al laborismo a lo largo del país, son casi ignorados por la prensa (sobre todo la TV), que es prácticametne copada por la agresiva, multifacética y costosa campaña publicitaria de los oponentes a los acuerdos Rabin-Arafat.

Si bien los últimos usan muchos de los medios contestatarios usados por la izquierda durante la Guerra del Líbano, les han agregado una fuerte dosis de fanatismo y violencia. Teniendo como cabeza de puente a los grupos más extremistas de los asentamientos israelíes en zonas ocupadas, que sienten (con razón) que les tiembla el piso, intentan por todos los medios mantener el status conformado en las tierras palestinas a raíz de la Guerra de los 6 días (que según muchos dura ya 27 años...).

Para colmo de deseperanzas de la oposición local, la próxima estación del tren de la paz se llama Damasco. Según fuentes norteamericanas e israelíes, el presidente sirio Hafez Asad estaría dispuesto a esperar a Rabin unos cuatro meses para luego comenzar una ronda decisiva en los contactos entre ambas partes. Según lo publicado aquí este fin de semana, los sirios estarían dispuestos a firmar un acuerdo de paz definitivo con Israel (incluidas relaciones diplomáticas) a cambio del reconocimiento de la soberanía siria sobre las alturas del Golan, conquistadas en junio de 1967. Según esta versión, la retirada israelí podría llevarse a cabo por etapas, en un plazo de 8 años, dejando algunas posiciones estratégicas de vigilancia en el Golan, aparte de la posible presencia de fuerzas armadas de USA como garantía de la seguridad de las partes. Un acuerdo con Siria llevaría inmediatamente a la firma de un pacto (prácticamente ya "cocinado") con Jordania y abriría las puertas a una solución al problema israelí-libanés.

Según el ministro de Vivienda, Ben Eliezzer, "la clave del éxito en el proceso de paz está en manos sirias. Sin Siria no habrá estabilidad y será muy dificultoso profundizar el entendimiento con el mundo árabe". La derecha llama a "no ilusionar a Asad" pues "el pueblo israelí no renunciará al Golan", tanto por razones de seguridad como por el hecho de provenir parte de las fuentes de agua de Israel de esa zona. El mismo argumento usan respecto a la Cisjordania, de donde provienen parte de las aguas subterráneas para la zona costera israelí. Según la consigna, "Una paz seca no será una paz verdadera".

Mientras tanto, el tren de la paz sigue atascado entre Jerusalem y Túnez (vía Gaza y Jericó), en medio de la actual guerra de nervios entre las partes. Fuentes militares locales ya hablan de la imposibilidad de superar los obstáculos en "menos de 20 días" y la izquierda radical israelí acusa a Rabin de "volver a sus reflejos de antes" e "imponer las cosas sólo por la fuerza".

Los conceptos de moda son "creatividad" (para superar las controversias) e "informalidad" (contactos secretos lejos de la prensa). ¿Alcanzará esto para salvar las profundas diferencias entre las partes? La próxima cumbre Rabin-Arafat, el 23 del corriente mes, será decisiva.

La armada de Chile construirá todos sus buques

SANTIAGO, Chile, 9 (AP). – La armada chilena considera que dentro de unos seis años estará en condiciones de construir todos los buques de guerra que requiere, según su comandante en jefe, almirante Jorge Martínez Busch.

En declaraciones formuladas en el puerto sureño de Talcahuano ayer y reproducidas hoy por la prensa, Martínez dijo que los trabajos se realizarán en Astilleros y Maestranzas de la Armada (Asmar), pero que "también estamos trabajando en colaboración con los privados".

Martínez Busch habló tras la ceremonia de lanzamiento de la tercera de cuatro patrulleras construidas por Asmar.

La nave, con capacidad de carga de 505 toneladas, desarrolla una velocidad de 15 nudos y está dotada de un cañón de 40 milímetros y dos ametralladoras de 20 milímetros. Lleva una tripulación de hasta 30 hombres.

La última de las cuatro unidades estará terminada en junio.

El ministro de Defensa, Patricio Rojas, que también asistió al lanzamiento, dijo que Asmar tiene "capacidad de desarrollar todo tipo de embarcaciones".

Agregó que "pese a la recesión de la industria naviera mundial, Asmar tiene su carga de trabajo asegurada por dos años".

El astillero tiene plantas fabriles en los puertos de Valparaíso, Talcahuano y Punta Arenas, y emplea a más de 4000 trabajadores.

Nº. DOCUMENTO 9400725
TITULO Ofensiva integrista en Egipto.
P L.J.
FECHA 23/12/93
VINCULADOS 11876 — 65841 — 11163 — 11847 —

Ofensiva integrista en Egipto

POLICIA REFUERZA SU PRESENCIA EN ASIUT

Cientos de soldados de las fuerzas de seguridad egipcias llegaron ayer a la provincia sureña de Asiut para hacer frente a los actos de violencia integrista, informaron fuentes policiales y testigos.

La provincia de Asiut fue escenario los pasados domingo y lunes de sangrientos enfrentamientos, en los que murieron trece personas, entre ellas un general y dos oficiales de policía.

Un portavoz del Ministerio del Interior declaró que la policía tomó medidas suplementarias para proteger a los altos funcionarios en Asiut, ya que son objetos de atentados terroristas por parte de grupos extremistas musulmanes.

Tres generales y varios oficiales de policía fueron asesinados en el sur de Egipto este año.

La provincia de Asiut, situada a unos 380 kilómetros al sur de El Cairo, es el principal bastión de los grupos integristas musulmanes enfrentados con las fuerzas de seguridad desde el marzo de 1992 y que quieren instaurar una régimen basado en su idea de lo que es el recto cumplimiento de la religión, a la manera de la revolución iraní.

El envío de nuevos refuerzos a Asiut es parte de la estrategia del Gobierno egipcio que desea acabar con los grupos extremistas, según el Ministerio del Interior.

Unos 20 presuntos terroristas musulmanes han sido detenidos en las últimos 24 horas en varias ciudades de la provincia de Asiut en una amplia operación policial.

El portavoz del Ministerio, afirmó que las operaciones policiales contra los bastiones integristas en el sur de Egipto continuarán.

Por su parte, el ministro egipcio del Interior, general Hasán al Alfi, ordenó premiar con 50.000 libras egipcias (unos 15.000 dólares) a dos agentes de policía que ayudaron a detener a un líder extremista, Dia Ahmed Abdel Hamid, estudiante de medicina, acusado de organizar los atentados del pasado domingo en Asiut.

(efe)

Tres naciones mediaron, sin éxito, en Medio Oriente

Estados Unidos, Rusia y China intervinieron para intentar superar los obstáculos que persisten entre Israel y los palestinos en las negociaciones para la autonomía de Gaza y Jericó, cuya etapa en Francia concluyó ayer sin avances decisivos, aunque según el Canciller israelí Shimon Peres hubo "algunos progresos".

Túnez (ANSA)

El jefe de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, y su representante ante el Estado tunecino, Hakem Balawi, mantuvieron sendas reuniones en Túnez con los embajadores de Estados Unidos, Rusia y China, a propósito de la marcha de las negociaciones.

La etapa francesa de las tratativas concluyó ayer sin que hubiera anuncios sobre avances importantes, pero las conversaciones continuarán el lunes próximo en El Cairo.

La agencia palestina Wafa indicó que las entrevistas se concentraron en los esfuerzos para **"superar los obstáculos que impiden la aplicación de los acuerdos y el respeto a las fechas previstas"** para que las tropas israelíes abandonen Gaza y Jericó ocupadas.

La agencia palestina dice que la OLP atribuye gran importancia al papel que desempeñan Washington y Moscú para **"mantener la credibilidad del proceso de paz"** en el área.

Por su parte, el Canciller israelí Shimon Peres, antes de partir de París tras la conclusión de las conversaciones con los palestinos, declaró que la reunión de Versailles permitió concretar **"algunos progresos"**.

Peres hizo esa afirmación ante el Ministro de Relaciones Exteriores, Alain Juppé, reveló el vocero del Canciller.

Los negociadores israelíes y palestinos encargados de poner a punto la aplicación del plan de autonomía en la franja de Gaza y en Jericó reanudarán sus discusiones el lunes en El Cairo, luego de que ayer no se había alcanzado ningún acuerdo en Versailles, informaron los mismos negociadores.



"La delegación israelí regresa a Israel para consultas. Las conversaciones se reanudarán a inicios de la semana en El Cairo", agregó un portavoz.

Los dos grupos ya se habían reunido el pasado fin de semana en Oslo sin alcanzar resultados que pudiesen dirimir las controversias sobre la aplicación del acuerdo de paz firmado en Washington el pasado 13 de setiembre.

En tanto, se anunció que el líder de la OLP, Arafat, es esperado la semana próxima en El Cairo para mantener conversaciones con el Presidente Hosni Mubarak sobre los medios para poner en marcha el acuerdo sobre la autonomía de los territorios.

La visita, se afirmó, no está vinculada con un eventual encuentro entre Arafat y el premier israelí Yitzhak Rabin. Ambos habían concordado el pasado 12 de diciembre siempre en la capital egipcia, que se reunirían nuevamente diez días después.

Efectivamente, el Premier israelí Yitzhak Rabin, **"podría realizar una visita a El Cairo la semana próxima"**, quizás el **"miércoles o el jueves"**, indicaron ayer fuentes diplomáticas israelíes que pidieron mantener el anonimato.

La próxima semana se intentará otra vez alcanzar el acuerdo para el retiro israelí de Gaza y Jericó

Shimon Peres habla de progresos con la OLP

El canciller israelí Shimon Peres declaró que la reunión de Versalles con los palestinos permitió concretar "algunos progresos" con vistas a la puesta en marcha de la autonomía de los territorios ocupados de Gaza y Jericó. Peres hizo la declaración antes de partir de Francia, tras la conclusión de las conversaciones, hacia Tel Aviv.

París (ANSA)

■ El canciller informó al ministro de Exteriores francés, Alain Jupp, sobre el desarrollo de las tratativas, en particular respecto de la cuestión de la seguridad en el ámbito del acuerdo sobre Gaza y Jericó, firmado el 13 de setiembre en Washington.

Poco después, el jefe de la delegación palestina, Yasser Abed Rabbo, se embarcó rumbo a Túnez.

Los negociadores de ambas partes, encargados de poner a punto la aplicación del plan de autonomía en la franja de Gaza y Jericó, reanudarán sus discusiones el lunes próximo en El Cairo, luego de que no se alcanzó ningún acuerdo en Versalles, informaron los mismos negociadores.

Ahmed Korei, jefe del Departamento Económico de la OLP, y uno de los principales artífices del acuerdo israelí-palestino de Olso, declaró que las discusiones de Versalles no llevaron a ninguna solución y que las divergencias quedan en pie, en particular las referidas al control de las fronteras entre Gaza, Jericó y los países limítrofes.

Según Daniel Shek, vocero de la embajada israelí en París, "fueron presentadas nuevas ideas de las dos partes. Un acuerdo existe sobre algunos temas, para otros aún hay que discutir".

"La delegación israelí regresa a Israel para consultas. Las conversaciones se reanudarán a inicios de la semana próxima en El Cairo", agregó.

Las delegaciones ya se habían reunido el pasado fin de semana en Oslo sin lograr dirimir las controversias sobre la aplicación del acuerdo de paz firmado en Washington el 13 de setiembre pasado.

En tanto, se anunció que el líder de la OLP, Yasser Arafat, es esperado la semana próxima en El Cairo, para mantener conversaciones con el presidente Hosní Mubarak, sobre los medios para poner en marcha el acuerdo sobre la autonomía de los territorios.

La visita, se afirmó, no está vinculada con una eventual reunión entre Arafat y el premier israelí Isaac Rabin. Ambos habían concordado el 12 de este mes, siempre en la capital egipcia, que se reunirían nuevamente diez días después.

Efectivamente, el premier israelí, "podría realizar una visita a El Cairo la *semana* próxima", quizás "el miércoles o el jueves", indicaron fuentes diplomáticas israelíes que pidieron mantener el anonimato.



En Gaza, Santa Claus entretiene y lleva alegría a niños palestinos. (Telefoto de AFP)

La visita de Rabin puede tener como objetivo, según las fuentes, resolver los puntos en suspenso para encaminar la autonomía de Gaza y Jericó.

Ayer, el representante de la OLP en El Cairo, Said Kamal, anunció que Arafat es esperado también en la capital egipcia en las próximas setenta y dos horas. Kamal indicó además que "no fue establecida aún ninguna fecha" para una nueva cumbre Arafat-Rabin. Los puntos de divergencia aún por definir son sobre todo la superficie de la zona de Jericó y el control de los pasos de frontera entre Gaza y Egipto y Jericó y Jordania.

● El director del Centro de Desarrollo Internacional y Manejo de Conflictos dijo en Washington que ahora las intervenciones militares "son multilaterales y en función de la humanidad"

Washington
por Marisa Ruiz,

■ En setiembre, el mundo recibió alborozado la noticia de que los palestinos e Israel, iban a dejar atrás sus terribles desavenencias y firmarían una paz. Sin embargo, aparecieron críticos a esa paz, no sólo desde las filas de los fundamentalistas sino también dentro de sectores progresistas latinoamericanos.

Edy Kaufman, dirige un Centro de Desarrollo Internacional y Manejo de Conflictos donde se estudia y se trabaja prácticamente, con nuevas metodologías, para lograr la paz en áreas en conflicto. Existen en el Centro varios proyectos sobre paz en el Medio Oriente, porque además de ser un académico, Kaufman es un israelí activista por la paz, que conoce profundamente toda esta problemática. El interés de LA REPUBLICA en entrevistarlo es conocer sus análisis sobre este tema candente y actual.

—Históricamente la izquierda latinoamericana ha sido pro palestina y antiisraelí. Muchas veces nos preguntamos dónde están los orígenes de esta posición, porque cuando el nacimiento del Estado de Israel en 1948, la izquierda asistió a ese proceso con simpatía. Tal vez una de las pistas sería el surgimiento de la Organización para la Liberación de Palestina a fines de los 60 y el gran apoyo que recibió de Cuba. ¿Me podrías explicar algo más profundamente este problema?

—Es cierto que históricamnte, la izquierda en su totalidad, inclusive el Partido Comunista, apoyó la creación del Estado de Israel. La ex Unión Soviética había declarado el sionismo en el año 1947 como movimiento de liberación nacional del pueblo judío. Estoy dando una cita de un discurso de Gromyko en las Naciones Unidas. Existió un sentimiento de solidaridad con los judíos que habían vivido la terrible tragedia del Holocausto. Después, la Unión Soviética muda de posición en una forma vertiginosa y Cuba también cambia, porque en un principio era muy favorable a Israel, (esto lo documenté en un libro) a posiciones de total hostilidad. Como consecuencia de esto, algunos sectores de la izquierda latinoamericana también cambian. Comienza una solidaridad muy grande con la lucha de los palestinos. A mi juicio las dos posiciones tenían su justificación en el sentido de que había una situación de simetría. Primero había que apoyar la creación de un Estado para un pueblo perseguido y luego había que ayudar a un movimiento que también está buscando su propio Estado. Lo que me parece simplista es sostener que las cosas son blancas o negras y que hay que tomar partido por unos contra los otros. Yo creo que la gente progresista israelí y palestina y de otras partes del mundo, buscó sumar los derechos de los dos pueblos a su autodeterminación. En estos momentos podemos como nunca apoyar a ambos, a Rabin y a Arafat y por eso me resulta trágico encontrar posiciones críticas a este tan deseado proceso de paz.

LOS PROBLEMAS DE LOS PALESTINOS

—Se ha escrito mucho en estos últimos meses sobre el acuerdo de paz, pero nos gustaría que tú hicieras una reflexión sobre el mismo, desde la perspectiva de tu trabajo anterior. Hace tiempo que el Centro trabaja en un encuentro de la juventud palestina y judía, que tuvo una primera instancia en Jerusalén y tendrá otra en Washington.

—Yo tenía una posición muy clara en el pasado sobre los problemas de los palestinos. Los sectores progresistas israelíes habían tenido como tema general terminar con la ocupación y no se hablaba de humanizar la situación, sino de llegar a un acuerdo de paz y veían con cierta crítica a otros sectores que se preocupaban por los derechos humanos de los palestinos. Yo personalmente fui un activista de la segunda posición, sobre todo después de la Intifada, cuando la cuestión de los derechos humanos cobró un viso de seriedad muy grande. En estos momentos, en este centro que dirijo en Washington, cuando nos fijamos las prioridades de trabajo y reflexionamos sobre los problemas del Medio Oriente, llegamos a algunas conclusiones. La más importante que el conflicto palestino israelí —que era esencialmente nacional: dos pueblos que se estaban disputando una misma tierra— había recibido influencias religiosas, protagonizadas por grupos fundamentalistas, sean islámicos o judíos. Esto era un obstáculo muy importante para la paz. Entonces decidimos tratar de capacitar a los estudiantes en el diálogo y estudiar la religión como arma de paz. Nos trasladamos desde Maryland a Jerusalén con un grupo de estudiantes y profesores de las diferentes religiones. Invitamos a tres universidades: la palestina más importante que es la de Birzit, predominantemente musulmana; la de Belén que es cristiana, y por último la Universidad Hebrea. Los estudiantes judíos, musulmanes y cristianos de Maryland convencieron a sus pares de venir al diálogo, que fue intensísimo. Se pudieron rescatar muchísimos elementos de las religiones como factores de paz. En abril de 1994 esperamos en Maryland a estudiantes judíos y palestinos para seguir con esta experiencia.

—En el último año ha comenzado a aparecer una nueva modalidad de intervención que son las intervenciones humanitarias. La más espectacular fue la de Somalia, luego la de Yugoslavia, de alguna manera Camboya, la protección de los kurdos en Irán y estas presiones actuales sobre Haití. Mucha gente desconfía y está intranquila, sobre todo ahora que el mundo no es bipolar. Mi pregunta sería: este cambio tan espectacular, esta preocupación por los derechos humanos, los problemas de las minorías, ¿no será más aparente que real?, ¿no forma parte de una nueva política de intervención, ahora con otro disfraz?

—El proceso ahora es más mundial y no es cuestión de una sola potencia. Terminada la guerra fría, la argumentación que avala una intervención es del tipo de derechos humanos. No es factible que se produzcan intervenciones como las de Granada, Panamá, República Dominicana en estos días, a pesar de la paradoja de que ahora es único el poder. Las intervenciones ahora son multilaterales y en función de la humanidad. Es saludable que la única potencia actual no pueda usar su poder para intervenir en forma directa en ninguna zona del mundo, pero sí puede usar su poder para influencias a Naciones Unidas y decidirla a intervenir. Este cambio puede ser todavía formal, a nivel retórico y defendiendo intereses creados, pero existe un cambio en la mentalidad colectiva. En Estados Unidos ya no se puede hablar abiertamente del interés nacional, como hace 10 o 20 años, cuando se decía que, por ejemplo no se podía permitir que una segunda Cuba se estableciera en América Latina. No había justificación moral, sólo de interés nacional. Existe una tendencia que va poniendo presiones, para que cada vez menos se usen métodos de guerra y presión para sus propios intereses. Hay que verlo a largo plazo. Yo no creo que se haya intervenido por ejemplo en Somalia por interés nacional. Sólo algunos pocos, creo, siguen suscritos a la teoría de la conspiración, buscando la quinta pata al gato. Hay evidentemente cálculos en las intervenciones que no son sólo humanitarios: entraron en Somalía porque parecía más fácil de lo que resultó. No sucede lo mismo en Bosnia, porque lo ven muy difícil. Por ejemplo esa posición pragmática de apoyar al enemigo de mi enemigo, que había llevado a Estados Unidos a sostener a las dictaduras más corruptas, es ahora totalmente inviable.

LA LUZ AL FINAL DEL TUNEL

—Volviendo al tema de la paz. Hemos leído por ahí que aparentemente hay sólo un grupo dentro de la OLP que apoya a Arafat, y hay tres que están en contra del tratado y no son los fundamentalistas islámicos. Mi pregunta es la siguiente: ¿cuánto puede haber de posibilidad y eficacia en esta firma si esa situación es real?

—Los fundamentalistas islámicos que están fuera de la OLP se oponen totalmente al acuerdo y están dispuestos a usar la violencia. En cambio, lo que se llama el "Frente de rechazo" dentro de la OLP, que a veces coincide con grupos de posición marxista en el pasado, se opone también al acuerdo de paz, pero está dispuesto a jugar el rol parlamentario por así decirlo de la oposición leal. Piden un referéndum, que se discuta a nivel de elecciones y van a participar en el proceso electoral en los territorios ocupados. Mi impresión es que dentro de los territorios ocupados, la inmensa mayoría de los palestinos apoya los acuerdos de paz. La zona de Gaza, que es la mitad de la población palestina bajo ocupación, tenía en el pasado un 40% de apoyo a los fundamentalistas; ahora hay un 70% de apoyo al tratado de paz. Dentro de la Cisjordania, donde los fundamentalistas tenían 25% de apoyo, y la izquierda de rechazo tenía un 10%, parece que ha crecido mucho el apoyo a la OLP.

La situación económica es agobiante para la vida cotidiana de los palestinos, sobre todo desde la Intifada. La gente quiere vivir en forma normal, y en la medida que la comunidad internacional ayude efectivamente a lograr un desarrollo económico, eso va a ser decisivo para la consolidación de la paz.

Para terminar quiero decir que soy optimista. Los palestinos se han planteado siempre hallar la luz al final del túnel, o sea lograr la creación de un Estado palestino. Este proceso, como otros que triunfaron es lento, se va paso a paso y hay un cierto grado de incertidumbre. Pero cuando se empieza un proceso paso a paso se puede llegar a la meta. No existía ni poder político ni militar en el pueblo palestino para poder reclamar el todo o nada ahora. La decisión de la dirigencia palestina fue entre quedarse aferrada y paralizada a viejas concepciones dogmáticas y militaristas, o comenzar a solucionar problemas humanos de gran importancia y problemas de democratización fundamentales para la convivencia. La decisión tomada por la dirigencia palestina fue muy lógica y sensible, y refleja una gran madurez.

Israel y OLP acuerdan control de fronteras

La Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel han aceptado una fórmula de transacción respecto al control de los cruces fronterizos, uno de los obstáculos más difíciles para que se establezca un gobierno propio limitado en Jericó en la margen occidental y en la franja de Gaza, dijeron ayer fuentes palestinas y diplomáticas.



En un lugar de París

La delegación palestina, al igual que la israelí, manifestó optimismo por la buena marcha de las negociaciones

El líder de la OLP, Yasser Arafat, ha aprobado ya un acuerdo de transacción respecto al control de los cruces fronterizos, uno de los obstáculos más difíciles a que se establezca un gobierno propio limitado en Jericó en la margen occidental y en la franja de Gaza, dijeron ayer fuentes palestinas y diplomáticas.

La reunión de ambas delegaciones en París concluyó en el máximo secreto. Ni el Ministerio francés de Asuntos Exteriores, ni la embajada de Israel, ni la representación palestina en la capital gala facilitaron información alguna sobre la reunión y se negaron a revelar el lugar donde iba a celebrarse.

Esta fórmula fue concertada en reuniones secretas durante el fin de semana en Noruega, dijo uno de los diplomáticos. Arafat lo apoyó el lunes después que el grupo de la OLP regresó a su sede en Túnez, dijo el diplomático.

Falta la firma

Los puntos de acuerdo y desacuerdo entre la OLP e Israel, ventilados durante la reunión del fin de semana, fueron resumidos en un documento de cuatro páginas escrito en inglés y fechado el domingo. El documento no está firmado y su primera sección aborda la cuestión de los cruces fronterizos y la segunda Jericó.

De acuerdo con el documento, la OLP e Israel compartirán el control de los dos cruces principales que vinculan la franja de Gaza con Egipto, y Jericó con Jordania.

Estos son los sectores donde se supone que comience una entrega gradual del control a los palestinos por parte de Israel, según una declaración de principios firmada el 13 de setiembre en Washington por ambas partes.

El documento concede a Israel la plena responsabilidad en lo que se refiere a la seguridad externa de la margen occidental y de Gaza, durante un período provisional.

El documento da empero a la Policía palestina una amplia gama de responsabilidades en los puntos de cruce. El acuerdo no establece fechas para su puesta en práctica.

Israelíes y palestinos no han disimulado su optimismo en lo que respecta a la remoción de los obstáculos. Las conversaciones en París son secuela de otras también reservadas que mantuvieron en Noruega, a comienzos de la semana.

Un diario del gobierno sirio recomendó ayer al líder de la OLP cesar las negociaciones con Israel.

El diario dijo que el "único objetivo" de Israel es "socavar todo el proceso de paz, y eludir las demandas árabes" y la solicitud "de retirada total de los territorios árabes ocupados".

Siria perdió sus estratégicas colinas del Golán ante Israel en la guerra de 1967.

Golpe bajo

La explosión que destruyó el cuartel central de la Falange Cristiana en esta ciudad, causando tres muertos y 130 heridos, hizo resurgir el espectro de la guerra civil en el Líbano, comentaron ayer analistas.

El atentado terrorista, indicaron, asestó un rudo golpe a la imagen del Líbano como un refugio seguro para los inversores árabes y extranjeros, y a la propaganda oficial de que la guerra fratricida de 1975 a 1990 es un asunto concluido.

La bomba de 250 kilogramos, a bordo de un camión estacionado en un terreno baldío detrás del edificio de dos pisos en el distrito oriental de Saifi, estalló el lunes en la noche cuando sesionaba el Comité Ejecutivo de la Falange derechista.

La explosión, que provocó la caída del techo de la sala de conferencias, dio muerte a un miembro del Comité Ejecutivo del partido, y a un civil fuera del edificio.

Al reanudarse ayer la remoción de escombros, las brigadas de rescate descubrieron el cadáver de un niño de dos años sepultado bajo las ruinas de una casa vecina.

Fue la explosión más poderosa en Beirut desde noviembre de 1991, cuando las oficinas administrativas de la Universidad Americana resultaron destruidas en el atentado que causó un muerto.

El Papa en Tierra Santa

Juan Pablo II dijo ayer a sus colaboradores, una semana antes de que el Vaticano e Israel firmen un histórico acuerdo sobre un reconocimiento mutuo, su deseo de visitar la Tierra Santa.

En un mensaje navideño dirigido a los funcionarios vaticanos, el Pontífice dijo que durante la próxima primavera (boreal) visitaría el Líbano. Este será el primer viaje del Papa a Medio Oriente.

El Pontífice adelantó que deseaba recorrer "todos los principales lugares" vinculados con los orígenes del Cristianismo así como los relacionados con las figuras del Antiguo Testamento como el profeta Abraham. Ese concepto indicaría que el viaje que el Papa tiene en mente podría resultar más amplio, ya que además de Israel, lo llevaría también a países como Egipto y Jordania. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter, AP y EFE)*

CUMBRE DE EL CAIRO ENTRE ISRAEL Y LA OLP, ULTIMA OPORTUNIDAD DE ZANJAR DIFERENCIAS

EL CAIRO y JERUSALEN, 25 (Reuter) — El jefe palestino Yasser Arafat visitará El Cairo el domingo para entrevistarse con el presidente egipcio Hosni Mubarak, un día antes de que Israel y la OLP reanuden las conversaciones de paz en esta ciudad, anunció hoy un alto negociador de la OLP.

Nabil Chaat dijo a la prensa que Arafat y Mubarak intentarán resolver las diferencias en torno a la puesta en práctica de un acuerdo de paz sobre autogobierno palestino en los territorios ocupados de Franja de Gaza y la ciudad cisjordana de Jericó.

Chaat expresó que la reunión entre Israel y la OLP que se realizará el lunes será "la última ronda dedicada a encontrar una solución al problema que demoró estas negociaciones".

El negociador formuló estas declaraciones luego de mantener una reunión con el ministro de Relaciones Exteriores egipcio Amr Moussa sobre las conversaciones entre Israel y la OLP en Oslo y París, que culminaron esta semana sin arribar a ninguna conclusión.

La delegación palestina en las conversaciones de El Cairo estará encabezada por Mahmoud Abbas (Abu Mazen), quien firmó con el ministro de Relaciones Exterios israelí, Shimon Péres, el histórico acuerdo según el cual Israel se comprometió el 13 de diciembre a retirar sus tropas de la franja de Gaza y Jericó.

Chaat manifestó que aún existen diferencias sobre las dimensiones del enclave que rodea Jericó y sobre el control de los cruces fronterizos entre Egipto y Gaza y Jordania y Jericó.

El funcionario de la OLP dijo también que la comisión palestino israelí, que negocia la transición hacia una autoridad civil en Gaza y Jericó, mantendrá su próxima reunión el martes en El Cairo.

Los problemas más graves que quedan sin resolver son la extensión del territorio de la futura autonomía en Jericó y el control de los puntos fronterizos entre la autonomía y los países árabes vecinos, según Chaat.

Los palestinos desean que la autonomía en Jericó sea extendida a 368 kilómetros cuadrados, mientras los israelíes les proponen sólo 70 kilómetros, dijo Chaat.

El negociador palestino Faisal Husseini señaló que estima que Israel y la OLP llegarán a un acuerdo sobre la mayor parte de los temas que obstaculizan la instrumentación de un acuerdo de autonomía cuando reanuden el lunes las conversacions en El Cairo.

"Pienso que el lunes se resolverán los temas más importantes", declaró Husseini.

"Ambas partes acordaron una serie de puntos, pero todavía no puedo decir que llegaron a un acuerdo sobre todos los temas".

CON EL HAMAS, NADA

El ministro de Relaciones Exterios Shimon Peres dijo hoy que Israel no está interesado en llegar a un cese el fuego con el movimiento militante Hamas.

Peres, hablando un día después que un miembro de Hamas matara a un teniente coronel israelí en la Franja de Gaza, declaró a la radio de ejército que no hay base para un acuerdo con el grupo islámico.

Cuando se le preguntó si Israel quiere llegar a un entendimiento con el Hamas para evitar ataques ulteriores, contestó: "Quieren la rendición de Israel. Son gente que quiere asesinar a otros y matar la paz. No hay acuerdo con ellos".

En un panfleto distribuido el jueves en Gaza, el brazo armado del Hamas ofreció detener los atentados contra los colonos judíos si el primer ministro Rabin los desarmaba y ordenaba al ejército que interrumpiera las agresiones contra civiles palestinos.

El comunicado daba tres días a Rabin para responder al ofrecimiento a través de la televisión nacional.

Pero el viernes en Amman, el representante del Hammas en Jordania negó que las brigadas Izz el-Deen al-Qassam hubieran ofrecido un cese el fuego.

En un comunicado emitido hoy en Gaza, la rama militar pidió que Israel "tome en serio" el volante del jueves. La última declaración no contiene ninguna oferta nueva de tregua.

El panfleto de hoy indica que el teniente coronel Meir Mintz fue muerto para vengar "el martirio de Imad Agel", un jefe de Qassam

El primer ministro judío, Isaac Rabin, accederá a duplicar el área alrededor de Jericó, que pasaría a estar bajo control de un gobierno palestino

Israel le hace otra oferta a la OLP

* *Arafat y Mubarak se reunieron en El Cairo con el fin de suavizar la nueva ronda de conversaciones que se inicia hoy sobre los territorios ocupados*

El jefe para la Organización de Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, mantuvo ayer conversaciones en El Cairo con el presidente egipcio Hosni Mubarax a fin de suavizar los problemas que enfrentan en las gestiones de autonomía territorial con dicho país. Desde que el procedimiento para la paz en el Medio Oriente comenzó en octubre de 1991, Egipto y Estados Unidos han desempeñado un papel fundamental al tratar de lograr un acercamiento entre las partes del conflicto palestino-israelí.

El Cairo (UPI)

■ Arafat, después de tres horas de negociaciones con el ministro egipcio de Relaciones Exteriores, Amr Moussa, dijo que se sentía optimista respecto a la reanudación de las negociaciones hoy lunes en la capital egipcia.

Mubarak y Arafat tuvieron una charla a solas durante 36 minutos y luego se reunieron con sus colaboradores más importantes en otra sesión.

El ministro israelí de Relaciones Exteriores, Shimon Peres debe llegar a El Cairo hoy para encabezar la delegación de su país para incorporarse a las negociaciones, que ya llevan 10 semanas, con los funcionarios de la OLP sobre los detalles y arreglos del retiro de Israel de la franja de Gaza y del pueblo cisjordano de Jerico.

El proceso de estas gestiones estuvo obstaculizado por varios desacuerdos, aunque el histórico convenio firmado el 13 de setiembre en la Casa Blanca entre las dos facciones, fijaba al 13 de diciembre como la fecha para comenzar la puesta en marcha de la retirada y la transferencia de autoridad limitada a la administración palestina.

Las principales cuestiones controvertidas son el control sobre los puntos de cruce que conectan las dos áreas autónomas con Egipto y Jordania, los arreglos de seguridad para los establecimientos judíos, el tamaño de Jerico, y la liberación de miles de prisioneros palestinos de cárceles israelíes, horas antes en Jerusalén.

El primer ministro Isaac Rabin dijo que en un esfuerzo por superar los obstáculos en el desarrollo de los acuerdos de paz, no presionará por ahora a la OLP para que modifique sus estatutos en donde exhorta a la destrucción del Estado de Israel, informaron funcionarios del gobierno.

Durante el reinicio de las negociaciones hoy en El Cairo, Rabin también accederá a duplicar el área alrededor de la ciudad Jerico en la Cisjordania, que pasaría bajo el control de un gobierno palestino, según los funcionarios.

Durante la reunión semanal del gabinete de gobierno, Rabin hizo una revisión de las últimas negociaciones con la OLP en Oslo y Versalles y dijo que no entorpecería el proceso demandando el cambio de los estatutos palestinos, según lo prometió el presidente de la OLP, Yasser Arafat, durante la firma del acuerdo de paz en setiembre en Washington.

"La intención es no hacerlo difícil para el líder de la OLP", dijo el ministro de Economía, Shimon Sheerit.

Rabin dijo que está dispuesto a aumentar el territorio que pasará a ser controlado por el nuevo gobierno autónomo palestino alrededor de Jerico, pero insistió en que no permitirá que éste se extienda hasta el Mar Muerto o el río Jordan, ni que incluya asentamientos israelitas en el área.

La OLP ha dicho que el territorio para su nuevo Estado debería ser 10 veces más grande que los 25 quilómetros cuadrados que los israelitas ofrecieron originalmente.

El ministro de Relaciones Exteriores, Shimon Peres, dijo que se ha realizado algún progreso en las negociaciones de Noruega y Francia, pero advirtió que las negociaciones que se inician esta semana son muy importantes.

"Este gobierno no es un hospital y no tenemos que estar tomando la temperatura del proceso de paz todos los días", dijo Peres a la radio del ejército, sin embargó Peres admitió que la temperatura "se está calentando".

Otros miembros del gabinete dijeron que existe un límite en cuanto a la demora del plan de autonomía, agregando que los progresos en las conversaciones de El Cairo que comienzan el lunes son cruciales.

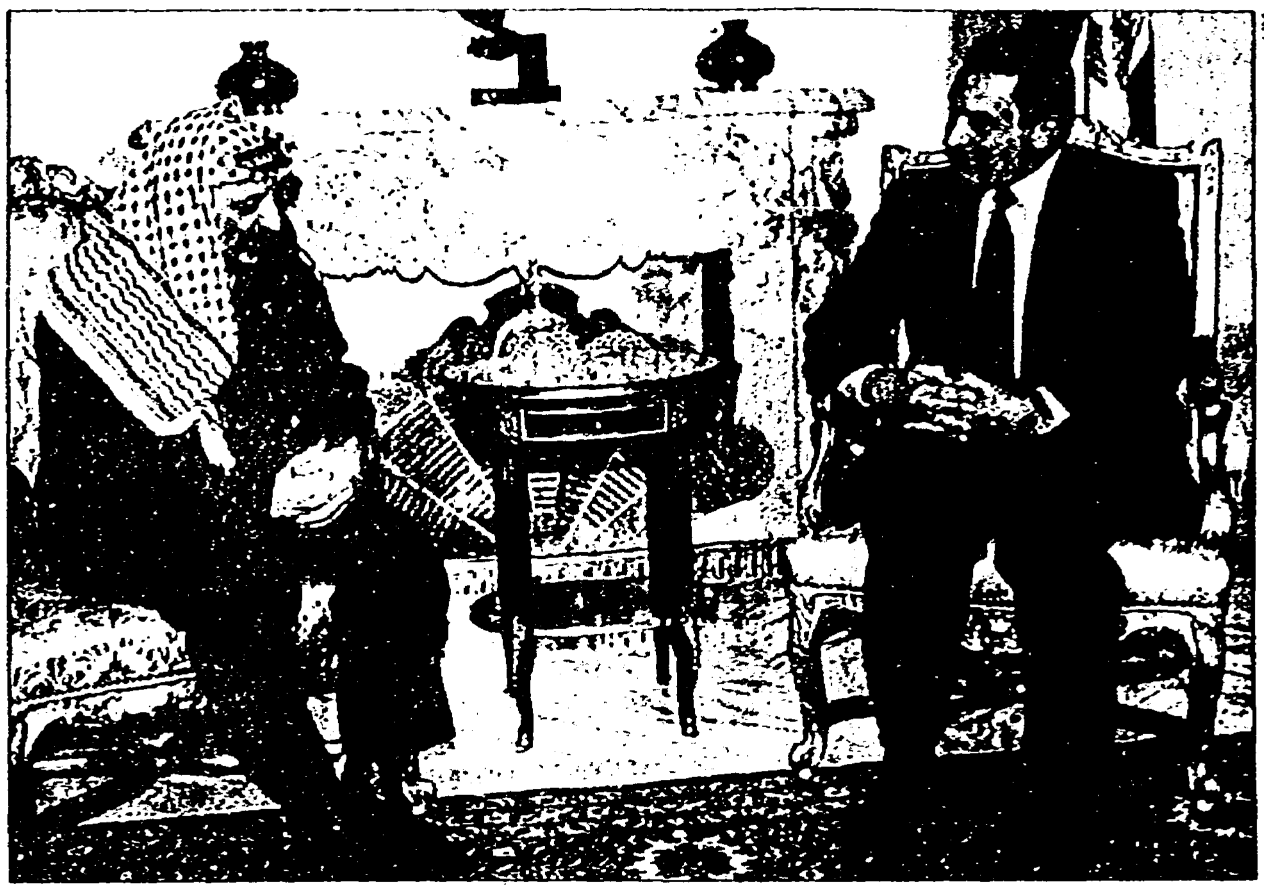
"Después de una última oportunidad siempre hay otra, pero si nada sucede en El Cairo, será una señal muy mala", dijo el ministro de la Policía, Moshe Shahal.



Arafat en El Cairo ayer con el presidente egipcio Hosni Mubarak. (Telefoto de AFP)

Peres y Abbas: reunión crucial en El Cairo

El líder de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), Yasser Arafat, se reunió ayer en El Cairo con el presidente egipcio, Hosni Mubarak, en vísperas de la reunión clave palestino-israelí para resolver los problemas que aún impiden la aplicación del acuerdo de Gaza y Jericó.



Quitar obstáculos

Ambos líderes intentan resolver los problemas que impiden la aplicación del acuerdo de Gaza y Jericó

Se espera que hoy se reúnan en la capital egipcia los dos "arquitectos" del principio de acuerdo sobre la autonomía palestina en Gaza y Jericó, el ministro israelí de Asuntos Exteriores, Shimón Peres, y el miembro del Comité Ejecutivo de la OLP, Mahmud Abbas (Abbu Mazen).

Este acuerdo, firmado en Washington el pasado 13 de setiembre, preveía que la retirada israelí del territorio de la futura autonomía debía comenzar el 13 de diciembre, pero su aplicación ha sido aplazada debido a los litigios entre ambas partes.

Optimismo egipcio

Un gran optimismo reinaba ayer en los medios políticos egipcios sobre las perspectivas de estas negocia- [illegible] almente después de la reunión de Arafat con Mubarak y el ministro egipcio de Asuntos Exteriores, Amro Musa.

El jefe de la diplomacia egipcia declaró que a pesar de "algunos problemas que todavía existen, esperamos que las dos partes puedan superarlos en dos días de reuniones".

Anteriormente, el líder palestino se reunió con el ministro turco de Asuntos Exteriores, Hikmet Cetin, que está de visita en El Cairo, a quien pidió la "mediación y ayuda de Turquía para asegurar los derechos del pueblo palestino", según fuentes oficiales egipcias.

Nabil Chaat, el consejero político de Arafat, hizo pronósticos aun más optimistas y aseguró que "las negociaciones de El Cairo pondrán punto final a los litigios entre palestinos e israelíes que obstaculizan la aplicación del acuerdo de autonomía".

No obstante, todavía siguen sin resolver tres graves problemas: la extensión del territorio de la futura autonomía y los países árabes vecinos, Egipto y Jordania, y la presencia militar israelí en los asentamientos judíos en Gaza.

Despejar el terreno

Los dos bandos tienen el objetivo primordial de despejar el terreno para una reunión cumbre entre Rabin y Arafat, así como para el inicio del retiro israelí de Jericó y de la Franja de Gaza.

Entretanto en Jerusalén el vocero oficial de Rabin, Gad Ben-Ari, manifestó que "aunque esperamos que mañana (por hoy) se produzca un avance significativo en esta etapa de las negociaciones, daremos tiempo adicional si es necesario para cumplir con el objetivo buscado por las partes".".

Fuentes palestinas dijeron el fin de semana que el Premier Rabin acordó la semana pasada aumentar a 150 kilómetros cuadrados la superficie de tierras alrededor de Jericó para ser administradas por los palestinos.

La delegación palestina en las negociaciones de hoy incluirá a Chaat y a miembros del Comité Ejecutivo de la OLP como Yasser Abd Rabo, Ahmed Korei, Abdel Razek Yehia y Hasan Asfur, y por su parte la comitiva israelí estará conformada por eal ministro de Medio Ambiente, Yosi Sarid, el director general del Ministerio de Asuntos Exteriores, Uri Safir, y el jefe adjunto del Estado Mayor, Amnon Shahak. ■ *(De la redac-*

03

9400730

NUEVA DILATORIA

Shimon Peres espera que Arafat sepa "bajarse del alto árbol al que se ha subido porque no tengo nada nuevo"

El tiempo ya casi no importa

*** Israelíes y palestinos postergaron hasta hoy el encuentro formal para negociar la aplicación del acuerdo Gaza-Jericó**

El ministro de Exteriores israelí, Shimon Peres, y Mahmoud Abbas (Abu Mazen), miembro del Comité Ejecutivo de la OLP, se reunirán formalmente hoy en El Cairo para tratar de superar los problemas que obstaculizan el retiro israelí de Gaza y Jericó. Anoche, en la cancillería egipcia, se realizó una primera sesión de conversaciones entre las delegaciones, que el consejero palestino Nabil Shaath calificó como "preparatorias".

El Cairo, (ANSA)

■ Las perspectivas de lograr un acuerdo parecen, sin embargo, lejanas, después de las duras declaraciones que hizo Peres, antes de partir de Israel con destino a la capital egipcia.

El canciller dijo al diario Yedioth Ahronoth que no tenía "nada nuevo que ofrecer a la OLP" y que esperaba que el líder palestino, Yasser Arafat, supiese "bajarse del alto árbol al que se ha subido".

"Espero que Arafat baje a tierra porque no llevó a El Cairo nada nuevo", declaró Peres.

El ministro, que encabeza la delegación israelí en las negociaciones, se entrevistó a su llegada a El Cairo con el canciller egipcio, Amr Moussa, y será recibido por el presidente Hosni Mubarak.

Moussa afirmó que el diálogo con Peres había sido "útil y serio", dijo que Egipto no actuará como intermediario ni estará representado en las reuniones" entre israelíes y palestinos.

Por su parte, el jefe de la delegación palestina, Abu Mazen —quien firmó el 13 de setiembre junto a Peres el histórico acuerdo sobre el régimen de autonomía palestina— se entrevistó también con Moussa, pero no hizo declaraciones.

Según la "Declaración de Principios" firmada en Washington, las tropas israelíes habrían tenido que iniciar su retiro de la franja de Gaza y de Jericó el 13 de diciembre, y concluir para el 13 de abril.

Sin embargo, una serie de problemas obstaculizaron la entrada en vigor del acuerdo, en concreto, el control de los puestos de tránsito entre Gaza y Egipto por una parte, y Jericó y Jordania por la otra, la gestión de la seguridad de los asentamientos judíos y la superficie del sector autónomo de Jericó.



El canciller israelí Shimon Peres (a la izquierda) es acompañado por su colega egipcio Amr Moussa a la reunión preparatoria del encuentro de hoy en El Cairo por la pacificación de Medio Oriente. (Telefoto de AFP).

En ausencia de un acuerdo sobre estos temas, Israel aplazó el inicio del retiro de sus tropas de Gaza y Jericó.

La elección en esta ocasión de El Cairo como nueva sede de diálogo —después de las sesiones celebradas en Oslo (Noruega) y París (Francia) y que concluyeron sin resultados concretos— no parece casual.

Egipto ha desarrollado y sigue desarrollando una discreta pero eficaz actividad diplomática para tratar de acercar las posiciones de israelíes y palestinos.

La cúpula egipcia —incluido Mubarak— discutió el domingo con Arafat los problemas que se interponen en las negociaciones.

Ayer fue el turno de Peres, quien recién llegado se entrevistaba con Moussa y hoy hará lo mismo con el presidente egipcio.

Respondiendo en nombre de su gobierno, Peres afirmó que Israel no llegará a ningún compromiso con los palestinos sobre cuestiones de principio, como la tutela de su seguridad, aunque con ello se prolonguen las negociaciones "de un día o dos, de una semana o dos, o incluso de un mes o dos". Peres negó también que Israel pretenda conceder a los palestinos 300 quilómetros cuadrados de área autónoma a Jericó.

Según el negociador palestino Nabil Shaat, Israel está dispuesto a conceder una superficie de 70 quilómetros cuadrados (en vez de los 35 previstos inicialmente), que es "para nosotros menos del mínimo necesario". Por otra parte, la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) —además de las dificultades que encuentra en las negociaciones con Israel— tiene que afrontar en los territorios ocupados una situación de creciente malestar y descontento. Esta situación ha empeorado, además, después de la decisión de Arafat de nombrar para los cargos de responsabilidad a personas que le están cerca —consideradas representantes de una guardia ya superada— en lugar de promover a activistas que se hayan distinguido en la Intifada contra la ocupación israelí.

Para protestar contra estos nombramientos, tres altos dirigentes de Al Fatah en Gaza y uno en Cisjordania dimitieron, según informaron fuentes palestinas.

Nº 9400731
TITULO: Rabin supera voto de censura en la Knesset.-
Clarín
FECHA: 28/12/93
VINCULACIÓN: 11876 - 507603 - 11164 - 11302 - 500868 -

Triunfo de Rabin en la Knesset

JERUSALEN, 27 (EFE y AP). — El primer ministro israelí, **Yitzhak Rabin**, obtuvo hoy un importante triunfo en la Knesset (Parlamento) al **superar tres votos de censura pedidos por la oposición de derecha**, en protesta por las negociaciones de paz entre el gobierno y la Organización para la Liberación de Palestina.

Las mociones de desconfianza **"por el colapso de la seguridad y el fracaso del proceso de paz"** con los palestinos y los países árabes fueron planteadas por el bloque Likud, el Partido Nacional Religioso (Mafdal), y el Moledet, todos de la derecha nacionalista.

El líder del bloque Likud, **Benjamin Netanyahu**, acusó al gobierno del laborista Rabin de **"haber perdido el control"** de la situación en tanto se intensifica la violencia, que se cobró 78 muertos palestinos e israelíes desde el acuerdo con la OLP.

Los partidos de la oposición y los activistas de los asentamientos judíos de los territorios ocupados —al igual que los extremistas del **Movimiento de la Resistencia Islámica** (Hamas) y los grupos palestinos de la izquierda marxista— se oponen a las conversaciones de paz entre el gobierno de Rabin y la OLP.

El gobierno superó las mociones de censura por 55 votos contra 44 y dos abstenciones.

La posición del gobierno fue defendida por el ministro de Asuntos Exteriores, Shimon Peres, quien hoy a la tarde viajó a Egipto para la reanudación de las negociaciones de paz con la OLP.

Las conversaciones, que comenzarán oficialmente mañana, martes, se concentrarán en salvar las divergencias en torno de la retirada militar israelí de Gaza y Jericó a fin de instalar en esas zonas ocupadas un régimen provisional de autonomía por cinco años.

Poco legible

01-01

9400731

Nº. DOCUM... 9400732
TITULO Aviación de Israel bombardeó Líbano.
PROCED... País
FECHA ... 29/12/93
VINCULACION ... 11876 -
~~40195~~
507603 -
11164 -
~~11163~~ -
11400 -

2

Aviación de Israel Bombardea la Base de los Guerrilleros

NABATIYEH, El Líbano (AP).— Cazabombarderos israelíes atacaron hoy tres veces las instalaciones de los guerrilleros chiitas proiraníes en el Sur del Líbano, luego que los guerrilleros atacaron con obuses y cohetes la "zona de seguridad" establecida por el estado judío en el Sur de este país.

Las fuerzas de seguridad dijeron que tres guerrilleros resultaron heridos en el primer ataque aéreo, ocurrido al amanecer en las colinas de Mlita y Loweizeh, que dominan el sector central de la "zona de seguridad".

Tres aviones sobrevolaron la zona a las 06:30 local y dispararon 12 cohetes en tres turnos sobre las dos colinas, donde el grupo guerrillero Hezbolá mantiene la principal base de abastecimiento para sus guerrilleros del frente, dijeron las fuerzas de seguridad.

Tres horas después, dos aviones israelíes dispararon cohetes contra posiciones fortificadas de Hezbolá en las colinas Mlita y Loweizeh en dos pases, y lanzaron también globos para desviar cualquier cohete antiaéreo.

Los periodistas y fotógrafos que intentaron llegar a ambas colinas fueron rechazados por guerrilleros de Hezbolá, que portaban fusiles AK-47 y lanzadores de granadas.

Los cazas regresaron al atardecer y dispararon seis cohetes en tres pases sobre Loweizeh en la provincia Iquilim al-Tuffah, a 10 kilómetros al Norte de este centro comercial, dijeron las fuentes.

No se informó si hubo bajas en el tercer ataque.

Por su parte, los guerrilleros atacaron con obuses y cohetes Katyusha la aldea de Marjayoun, la capital provincial en la "zona de seguridad", y la aldea de Ibl el Saki, en el sector oriental de esa zona, dijeron las fuentes.

Los artilleros israelíes respondieron con nutridas andanadas de obuses dirigidas a las posiciones guerrilleras en el sector occidental del valle Bekaa. Las fuerzas de seguridad dijeron que no hubo bajas en ambos lados.

d-01

9400732

Violento bombardeo del Hezbollah contra fuerzas en zona de seguridad

Los guerrilleros islámicos del Hezbollah (Partido de Dios, proirani) lanzaron ayer una serie de violentos ataques y bombardeos contra unidades del Ejército israelí y de su milicia aliada del Ejército del Líbano del Sur (ELS), luego de que tres de sus compañeros murieran ayer a causa de los bombardeos israelíes.

Sidon (Ansa)

Según fuentes de la seguridad libanesa, Hezbollah realizó ayer unos ocho ataques con cohetes Katiusha contra la "zona de seguridad" creada por Israel en su frontera norte, concentrados sobre la localidad de Marjayun, cuartel general de los israelíes y el ELS.

En un comunicado difundido hoy, el grupo islámico afirma, a su vez, haber llevado a cabo 19 ataques en las últimas 24 horas contra bases militares dentro a la "zona de seguridad", mientras el ELS mencionó 16 ataques en un despacho anterior.

Lo cierto es que desde hace 48 horas el sur del Líbano es sacudido por los choques más violentos desde el pasado mes de julio, cuando los israelíes llevaron a cabo una ofensiva terrestre y aérea de siete días contra la guerrilla islámica, bajo el nombre de "Operación Ajuste de Cuentas".

Entre los objetivos de los ataques de la guerrilla se encuentran unidades militares cerca de las localidades de Tallusa, Haddata, Barashit y Hula, en el centro de la "zona de seguridad", así como en Tumat Niha, en la zona oriental, cerca de la frontera con el valle del Bekaa, bastión tradicional del Hezbollah.

La artillería israelí y del ELS respondieron con una serie de bombardeos de represalia, cañoneando con obuses de 155 milímetros las aldeas chiitas al norte de la "zona de seguridad", donde se encuentran las bases operativas de Hezbollah.

En uno de estos bombardeos, según fuentes de la seguridad local, una mujer y su hija de cinco años resultaron heridas por las esquirlas de un obús.

Timor Goskel, vocero de la Fuerza de las Naciones Unidas en el Líbano (UNIFIL), afirmó que hoy los combates y los bombardeos parecían haber disminuido su intensidad, pero apuntó que la tensión era aún perceptible en la población civil, que permanecía inmóvil y bajo refugio, tanto en la "zona de seguridad" como en la región directamente al norte.

Varias radios libanesas, citando fuentes locales, informaron por su parte que Israel ha reforzado su dispositivo de control de la "zona de seguridad", intensificando sus patrullas terrestres así como los controles efectuados sobre la costa meridional del Líbano con lanchas militares.

Ayer, durante una breve gira en la "zona de seguridad", el Premier israelí, Yitzhak Rabin, acusó a Siria de no hacer lo que debía para detener la acción de "grupos terroristas" en el sur del Líbano, país en el que Damasco mantiene aún unos 30 mil soldados.

Un editorial aparecido ayer en la primera página del diario oficial sirio "Al-Baath" sostiene que las afirmaciones de Rabin son "pretextos infundados".

"Israel nunca pierde una ocasión de inventar acusaciones contra Siria en el intento de dañar su firme y decidida posición con respecto al proceso de paz", afirmó el diario. Hezbollah (chiita filoraní) es abiertamente hostil al proceso de paz entre Israel y sus vecinos árabes, y ha condenado el acuerdo firmado por la OLP en Washington el pasado 13 de setiembre.

Damasco, por su parte, participa en las negociaciones bilaterales de paz y no ha condenado el acuerdo de Washington, pero ha deplorado que se llegue a acuerdos de paz separados entre Israel y una de las partes árabes en causa (los palestinos) en vez de una solución global del conflicto.

El Gobierno sirio, por otra parte, afirma que no apoya directamente al Hezbollah y a otros grupos radicales aún activos en el sur del Líbano, pero no puede oponerse a su lucha contra el ejército israelí, que ocupa una parte del territorio del Líbano.

RUMANIA, UNA HISTORIA MILENARIA

● 1º de diciembre, Día de la Unidad

Por Emil Ghitulescu, Agregado Cultural de la Embajada de Rumania



El Ateneo en la capital Bucarest, todo un símbolo de la independencia de Rumania



Un punto culminante en las relaciones bilaterales: la visita al Uruguay del Presidente rumano Ion Iliescu. En la foto, en momentos de ser recibido por el Dr. Luis Alberto Lacalle en el aeropuerto de Carrasco, a fines de julio.

"Dacia corona montium cingitur" escribía en el siglo VI el célebre historiador Jordanes. Una imagen muy plástica, que define de un modo tan sucinto como real la tierra rumana. Aún en el siglo VI, este territorio era conocido como DACIA, el país de unos autóctonos romanizados, que iban a recorrer una larga y heroica historia. La imagen que impresionó a Jordanes y a muchos otros sabios, escritores o viajeros -no olvidarse de Ovidio, uno de los grandes de la lejana Roma que pasó algunos años en la tierra rumana- sigue siendo válida: una corona de montañas altivas, apoyada en colinas y rodeada de llanuras fértiles, en una redonda y hermosa armonía, caracteriza a este país del que no falta detalle alguno con el cual la naturaleza podría regalar una comarca. Ríos y aguas marinas delimitan sus fronteras y el Danubio recorre 1.075 km. en territorio rumano, de su longitud total de más de 2.000 km.

Y sobre todo ello, en este relieve que compenetra sus formas con dulzura, el hombre nacido y criado aquí se ligó a sus lugares y los traspuso en sus ensueños y aspiraciones, formando un todo unitario con la historia de este espacio cárpato-danubiano-póntico.

Latino y europeo

El gran filósofo rumano, Mircea Eliade, liga la mitología rumana al paisaje originario "al espacio de vida". Pero el pueblo rumano no fue precisamente un pueblo mimado por el destino.

Latino y europeo por su origen, permanencia y vocación, este pueblo oriundo y estable de Europa vivió, debido a su ubicación geográfica, todas las tormentosas angustias de la historia universal. Preservando sus tradiciones de latinidad y cristianismo para sobrevivir a tantas vicisitudes a través de su amarga trayectoria, el pueblo rumano fue gallardo guardia a las puertas de la Europa cristiana y civilizada y, a la vez, participó, con una contribución importante en todas las fases significativas de la cultura y civilización europeas.

La lengua latina, adoptada por la población daco-romana en su conjunto, la que -a diferencia de pobladores de provincias imperiales avecinadas (como Tracia, Dalmacia o Panonia)- no será abandonada, dio nacimiento al idioma rumano.

De tal modo, los rumanos son el pueblo cuyo nombre -asumido con orgullo- hace el recuerdo de su procedencia de la antigua Roma, averiguación válida también en el nombre más tarde adoptado por el país - Rumania (en rumano: Romania).

Desde el siglo XIV hasta lograr constituirse en un Estado nacional unitario, los rumanos vivieron en tres grandes Principados: Valaquia, Moldavia y Transilvania.

Fue al final del siglo XVI cuando, por primera vez, el Príncipe Miguel el Valiente, logró unir, bajo su único cetro, a las tres provincias rumanas "por la gracia de Dios" y la gloria de su estirpe.

Miguel el Valiente

La comprensión de las necesidades normales de desarrollo y progreso de los tres países rumanos -Valaquia, Transilvania y Moldavia- le permitió al insigne Príncipe Miguel el Valiente actuar para fructificar íntegramente todas las posibilidades internas y externas del momento, concebir y poner en obra la unión de los tres Principados, acción político-diplomático-militar, apreciada como el acto más brillante de la Edad Media rumana. Aunque de breve duración, esta unión del año 1600 permaneció viva en el pensamiento y la memoria afectiva de los contemporáneos y de los sucesores, como símbolo e hito en toda la evolución ulterior de la historia nacional.

El forjamiento del Estado Nacional unitario rumano vino cumpliéndose en varias etapas: 1859 - la unión de Moldavia y Valaquia, como núcleo vital del futuro organismo nacional; 1877 - la conquista de la independencia estatal y 1918 - la unión de Transilvania con Rumania -"La Gran Unión"- que coronó las aspiraciones de unidad de la nación rumana.

En la historia milenaria del pueblo rumano, el año 1918 se destacó por la densidad de los logros y sus significados. En el contexto de acontecimientos que marcaban el desenlace de la Primera Guerra Mundial se derrumbaron los dos grandes imperios vecinos -zarista y habsbúrgico- creándose así las condiciones para la fundación del Estado nacional unitario rumano.

El 27 de marzo de 1918, el Consejo del país de Besarabia (el territorio antiguo rumano situado entre los ríos Prut y Dniéster) decidió en Chisinau la unión de la misma con Rumania y el 28 de noviembre del mismo año el Congreso General de Bucovina (ocupada por Austria en 1775) tomó, en Cernautzi, la misma decisión. Dos días después, el 1º de diciembre de 1918, el voto de los delegados reunidos en la ciudad transilvana de Alba Iulia y con la participación de más de 100.000 rumanos, congregados en la oportunidad, deciden la unión de las provincias de Transilvania y Banato con Rumania.

Paz de Versalles

Esta "Gran Unión" fue consagrada por el Tratado de Paz de Versalles (1919-1920).

Pese a las teorías que hablan de lo caduco y lo anacrónico que se volvió el sentimiento nacional, para nosotros, rumanos de este fin de siglo y milenio, la unidad nacional representa un valor fundamental que nos acompañó y en el cual nos hemos apoyado, a lo largo de todo nuestro devenir histórico.

1º de diciembre es un día de varios significados. En primer término es el día de la cohesión nacional de todos los rumanos en sus lares ancestrales.

La decisión de celebrar la Fecha Patria el 1º de diciembre fue tomada por el Parlamento rumano en 1990, después de la Revolución rumana que ha iniciado una nueva etapa en la historia milenaria del pueblo rumano que irá decidiendo el rumbo de su propio destino, como nunca antes pudo hacerlo, en nuevas condiciones de libertad y democracia, encaminándose firmemente para construir el estado de derecho y la economía de mercado como puentes hacia el desarrollo y la prosperidad.

Rumania, un país europeo, de expresión latina, está interesada en ampliar y diversificar sus relaciones con América latina, para concretar varios proyectos de cooperación en beneficio mutuo.

Hacen Cola Para Ingresar a la OTAN

FINANCIAL TIMES

■ Varios países del Este de Europa quieren incorporarse a la OTAN, pero en el ámbito de la alianza hay dudas y opiniones divididas. La caída del comunismo determinó un replanteo de prioridades y estrategias. La posición de Estados Unidos será fundamental.

LONDRES. — La OTAN está en una encrucijada en cuanto a Europa Oriental. Sus esfuerzos para construir lazos con sus antiguos enemigos, en una región que por 40 años fue reconocida tácitamente como dominio de la Unión Soviética, han tenido tal vez demasiado éxito.

El entusiasmo público por la OTAN es más evidente en países tales como la República Checa o Polonia que en las naciones aliadas mismas. Media docena de países están haciendo cola en la puerta de la OTAN. Varías repúblicas ex miembros de la Unión Soviética también podrían volverse candidatas. Es una situación que la OTAN no sabe cómo resolver.

Los aliados saben que su cumbre planeada para el 10 de enero no podrá resolver el punto. Los aliados desearán enviar una señal clara de que la puerta para ingresar como miembros está abierta, pero a la vez de convencer a los países de Europa Oriental de la idea de que puede haber una alternativa aceptable, sin llegar a su incorporación.

Manfred Worner, secretario general de la OTAN, ya ha indicado que no es probable que fijen fechas o que identifiquen candidatos.

Los ministros de Defensa de los 10 aliados discutieron las relaciones con Europa Oriental en una reunión informal en el balneario alemán de Travemunde. Pero ni los EE.UU. ni ninguno de sus principales aliados han formado aún una política de expansión.

"Habrá expansión en algún momento. Nadie cree que vamos a quedarnos para siempre con 10 miembros", dijo un alto diplomático de la OTAN. Pero en los corredores de la sede de los aliados en Bruselas hay poco entusiasmo por nuevas admisiones. Un vocero europeo advirtió: "Estamos creando expectativas que no tenemos medios para cumplir".

Los miembros del ex pacto de Varsovia se han sentido animados por los esfuerzos de la OTAN para promover la cooperación desde el colapso del comunismo en 1991. La OTAN consideró que un rol activo en Europa Oriental era la forma de justificar su propia existencia y de mantener el apoyo político de los EE.UU.

Pero la OTAN no tiene apuro en extender su garantía de seguridad a nuevas fronteras. El Art. 5 del Tratado de Washington, compromete a los miembros a asistirse mutuamente contra ataques. En términos prácticos esto significa una garantía de los EE.UU. hacia sus aliados europeos, apoyados por las fuerzas nucleares y convencionales de los EE.UU. "Honestamente, depende de los estadounidenses", dijo un diplomático europeo en la OTAN. Pero el Parlamento de los EE.UU. probablemente dudaría en extender el paraguas protector.

El segundo obstáculo, y el principal pretexto de la OTAN para la duda, es Rusia. Si, al integrar los ex aliados de Moscú, la OTAN hace sentir a Rusia aislada e insegura, podría dañar más que mejorar la estabilidad mundial.

Este dilema ha empeorado desde la sangrienta confrontación entre el presidente Boris Yeltsin y los comunistas de línea dura en Moscú. Europa Oriental está mirando con más ansiedad hacia el Oeste para obtener seguridad. Pero la OTAN está aún más preocupada en no crearle problemas a Yeltsin.

SORPRESA EN OTAN

Extrañamente, fue Yeltsin quien puso la expansión en la agenda de la OTAN. En Varsovia en agosto, bajo la persuación del presidente polaco Lech Walesa, declaró que Rusia no vería una expansión de la OTAN como contraria a sus intereses. Esto sorprendió a la OTAN, que desde ese momento debió empezar a pensar en esto seriamente.

Al mes siguiente, Yeltsin corrigió su posición, proponiendo que la OTAN y Rusia conjuntamente garantizaran la seguridad de Europa Oriental. También arguyó que la OTAN había estado implícitamente de acuerdo en no expandirse hacia el Este cuando se decidió la posición de Alemania unida en 1990. Ambos planteos son firmemente rechazados por la OTAN.

Sin embargo, sí hay consenso en la OTAN acerca de hasta qué punto debería expandirse. Hay tres grupos de candidatos reales o potenciales. Encabezando la lista, pero no necesariamente todos juntos, están los "cuatro de Visgrado": Polonia, la República Checa, Hungría y Eslovaquia. Rumania y Bulgaria también están deseosas, pero se las considera menos preparadas. Las ex repúblicas soviéticas pueden acercarse a la OTAN, aunque actualmente esto es un punto demasiado sensible.

También hay diferentes escuelas de pensamiento acerca de Rusia misma. En diciembre de 1991, Yeltsin declaró como "objetivo a largo plazo" la incorporación a OTAN. Pero Rusia no ha propuesto su candidatura, y algunos aliados la ven como "demasiado grande, demasiado asiática y demasiado atrasada", para unirse.

Entre los principales aliados europeos, Alemania ha sido el que más ha apoyado los candidatos de Europa Central, particularmente su ministro de defensa, Volker Ruhe. Pero recientemente ha elegido una línea más segura. El Reino Unido y Francia también están dudosas. Los EE.UU. también se sienten incómodos con el énfasis puesto en la cuestión de la membresía.

La OTAN ha tratado de acompañar todo gesto que realiza hacia la expansión con una mejora paralela de las relaciones de defensa con Rusia y Ucrania. También se espera que la cumbre trate de inyectar más sustancia en el Consejo de Cooperación del Atlántico Norte, que es un centro de conversaciones para la OTAN y los países del ex Pacto de Varsovia incluyendo los estados soviéticos sucesores en Europa y Asia.

SEGURIDAD E INTEGRACION

Se están discutiendo arreglos especiales en la OTAN para los países que se sienten con derecho a ingresar, y que han hecho todo para reformar sus ejércitos siguiendo los lineamientos de la OTAN. El Tratado de Washington, a pesar de que permite que otros países europeos sean invitados a unirse, no prevé ser afiliado. Pero podrían haber acuerdos de afiliación. Esto podría, en efecto, extender a los países en cuestión los procedimientos previstos en el Art. 4 del tratado en caso de una amenaza a la seguridad, pero no el compromiso de mutua ayuda armada contenido en el Art. 5.

"No estamos en condiciones para no aceptar la afiliación", dijo un oficial polaco. Pero advirtió que esto se consideraría en Polonia como el primer paso hacia la entrada. "Podría funcionar en enero, pero ya para marzo o mayo sería insuficiente".

Algunos miembros están presionando para que la admisión a la OTAN esté ligada al acceso de los países a la Comunidad Europea, como miembros de la CE, tendrían la opción de pertenecer a la Unión de Europa Occidental, con su propia garantía de mutua seguridad. Esto evitaría el tener que fijar criterios específicos para la membresía de la OTAN. Pero oficiales en países candidatos creen que esto significaría esperar demasiado tiempo.

John Chipman, director del Instituto Internacional de Estudios Estratégicos, con sede en Londres, dijo que ya estos países habían dado demasiada importancia a la OTAN, y no vieron que su seguridad a largo plazo estaba en la integración económica con la CE. "¿Es absolutamente necesario que la OTAN les sea útil en el futuro?", preguntó.

Los aliados europeos están también preocupados en caso que la OTAN, en su preocupación por Europa Oriental, se esté distrayendo de sus propios "problemas familiares", crucialmente el equilibrio en la alianza entre los EE.UU. y Europa Occidental. Esto ha sido resaltado por el presidente Bill Clinton en sus últimos comentarios acerca de las posiciones británicas y francesas acerca de Bosnia.

Los aliados europeos desean que la cumbre produzca una reafirmación del compromiso de los EE.UU. "El problema de la OTAN es esta relación: ¿qué desean hacer juntos?" dijo un diplomático. "Si la OTAN tiene un problema de razon de ser, no encontrara en la expansión otra razon de ser".

Nº DOCUMENTO 9400736
TITULO Bulgaria a favor del ingreso a la OTAN y UEO.
P. J.
FECHA 23/12/93
VINCULADO 11876-
65373 -
508062 -
11305 -

Bulgaria

A FAVOR DEL INGRESO A LA OTAN Y UEO

El Parlamento búlgaro aprobó ayer por 198 votos a favor, dos en contra y quince abstenciones una declaración a favor del ingreso de Bulgaria en la OTAN y en la Unión Europea Occidental, en una futura ampliación de ambas organizaciones defensivas.

Esta declaración constituye un compromiso entre las principales fuerzas parlamentarias: el Partido Socialista Búlgaro (ex comunista), con 105 diputados, y la coalición anticomunista Unión de Fuerzas Democráticas, con 83 diputados.

Teniendo en cuenta en primer lugar a Rusia, el documento subraya que los esfuerzos por garantizar la seguridad de Bulgaria no serán en detrimento de terceros países.

Los socialistas se oponían a la aprobación de cualquier documento de ese tipo en vísperas de la reunión de la OTAN, el próximo día 10 de enero.

Por el contrario, sus oponentes querían haber aprobado una resolución, en vez de declaración, y expresar en ella el deseo explícito de ingresar en la OTAN y no incluir la cláusula relativa a los «terceros países», referente a Rusia.

Nº. DOCUM... 9400737
TITULO Bulgaria expulsa a Zhirinovsky
PROCED... País
FECHA 29/12/93
VINCULA... 11876 –
65373 –
500145 –
507294 –

Bulgaria Expulsa a Yirinovski por Insultar a su Presidente

SOFIA, 28 (Reuter).— Bulgaria ordenó al líder ultranacionalista ruso Vladimir Yirinovski a abandonar el país en 24 horas por insultar al presidente Zhelyu Zhelev, informó hoy el ministerio del Interior.

El político ruso enfureció a los búlgaros durante el fin de semana al demandar la renuncia del primer presidente democráticamente electo en el país, proclamando a su asesor y amigo búlgaro, el empresario Svetoslav Stoilov, como futuro gobernante del país.

"El señor Yirinovski recibió órdenes de dejar Bulgaria en las próximas 24 horas", informó el ministerio del Interior.

"En un número de declaraciones públicas empleó un lenguaje y actitudes ofensivas para con el jefe de estado búlgaro que son inaceptables e interfieren con los asuntos internos de un estado soberano", agregó.

"Bulgaria no puede tolerar tal conducta ya sea de un ciudadano o de un funcionario o representante de un poder extranjero", expresó la declaración.

La resolución le ha costado una anticipación de su partida a Berlín.

El líder ultraderechista ruso, quien días atrás amenazó a Occidente con una poderosa arma secreta, pidió nuevamente una visa de ingreso a Alemania, dijeron fuentes oficiales de Bonn, confirmando informaciones procedentes de Sofía.

Yirinovski, propuso ayer un plán de paz para Bosnia-Herzegovina. Según su plan, serbios y croatas deberían permanecer donde viven ahora y toda la región debería ser desmilitarizada.

Hoy, refiriéndose al mismo tema, sostuvo que en lugar de enviar fuerzas de la ONU a Bosnia-Herzegovina habría que enviar soldados rusos, "que serían más eficaces por ser eslavos", y añadió que ninguna guerra actual o futura en los Balcanes podrá evitarse sin Rusia.

Italia declaró que planteará ante la próxima reunión de la OTAN el clima de "temor y la inseguridad" desatados por las declaraciones de Yirinovski que no sólo amenaza con un arma secreta capaz de destruir Occidente, sino también con repartirse nuevamente Polonia con Alemania. Hoy, hablando de Rumania, dijo que es "un Estado artificial" integrado por "gitanos italianos" que pueblan territorios [illegible] de Rusia, Hungría y Bulgaria.

01-02

9400737

Bulgaria ultima a Zhirinowski, expulsado por insultos políticos

- Solicitó visa en Alemania, el ministerio rechazaría entrada

Bulgaria dio, en la noche de ayer, 24 horas de plazo para abandonar el país al líder ultraderechista ruso Vladimir Zhirinowski, por haber insultado al Presidente Zhelyu Zhelev, informaron fuentes del Ministerio del Interior. A su vez solicitó visa en Alemania, supuestamente, para

Sofía (ANSA)

El líder ruso había desmentido precedentemente las noticias de prensa que citaban afirmaciones suyas en las que habría manifestado el deseo de que el actual Presidente búlgaro fuera reemplazado por uno de sus consejeros personales.

El Ministerio del Interior búlgaro ha considerado un insulto al Presidente la propuesta hecha el domingo por Zhirinowski de apartar de su cargo a Zhelev y sustituirlo con su consejero personal, de origen búlgaro, Svetoslav Stoilov.

La propuesta le ha costado una anticipación de su partida a Berlín, hacia donde ayer dijo que viajaría el miércoles.

El líder ultraderechista ruso, quien días atrás amenazó a Occidente con una poderosa arma secreta, pidió nuevamente una visa de ingreso a Alemania, dijeron fuentes oficiales de Bonn, confirmando informaciones procedentes de Sofía.

Un vocero del Ministerio de Exteriores de Alemania precisó, sin embargo, que el Gobierno alemán aún no tomó ninguna decisión.

Hablando en Sofía, donde se encuentra de visita privada, Zhirinowski había anunciado que tiene intenciones de intervenir en un **"gran congreso europeo"** en Berlín.

El político pidió la visa para él y varios acompañantes en la Embajada alemana en esta capital.

En la semana precedente a Navidad, Zhirinowski había obtenido una visa de visita por tres días en Alemania, pero sólo había hecho una breve escala en Munich durante la cual se había encontrado con Gerhard Frey, jefe de la formación de extrema derecha "Unión Popular Alemana".

El político ruso, aparentemente, decidió suspender su permanencia en Alemania, luego que le fue anulada una entrevista televisiva que debía grabar en Baviera.

Sucesivamente, el vocero del Gobierno, Dieter Vogel, había dicho que difícilmente se le habría concedido una nueva visa a Zhirinowski.

El líder del partido liberal-demócrata ganó en las elecciones legislativas en Rusia de hace dos semanas 70 escaños sobre un total de 450 en la futura cámara baja del Parlamento.

Zhirinovski, de visita privada en Bulgaria, propuso ayer un plan de paz para Bosnia-Herzegovina. Según su plan, serbios y croatas deberían permanecer donde viven ahora y toda la región debería ser desmilitarizada.

Hoy, refiriéndose al mismo tema, sostuvo que en lugar de enviar fuerzas de la ONU a Bosnia-Herzegovina habría que enviar soldados rusos, **"que serían más eficaces por ser eslavos"**, y añadió que ninguna guerra actual o futura en los Balcanes podrá evitarse sin Rusia.

Italia declaró que planteará, ante la próxima reunión de la OTAN, el clima de "temor y la inseguridad" desatados por las declaraciones de Zhirinovski que no sólo amenaza con un arma secreta capaz de destruir Occidente, sino también con repartirse nuevamente Polonia con Alemania.

Hablando de Rumania, dijo que es **"un Estado artificial" integrado por "gitanos italianos" que pueblan territorios tomados a Rusia, Hungría y Bulgaria.**

Alemania, por su parte, sostuvo que presionará ante la OTAN para que proceda a la seguridad formal de los países de la ex-Europa comunista. Kolh subrayó que tras el reciente triunfo electoral del ultranacionalismo en Rusia, la misión de la Alianza militar Atlántica se ha vuelto tan importante como lo era en la época de la guerra fría.

Kolh subrayó que tras el reciente triunfo electoral del ultranacionalismo en Rusia, la misión de la Alianza militar Atlántica se ha vuelto tan importante como lo era en la época de la guerra fría.

El premier alemán insistió que el resultado de las últimas elecciones rusas que ha sacado a luz el nacionalismo de Zhirinovski, el cual **"debe ser tomado muy seriamente"**.

¿GEORGIA HACIA LA PAZ?

Georgianos y abjasios firmaron un acuerdo sobre el proceso de pacificación, bajo los auspicios de la ONU, que estipula las medidas de confianza "concretas y positivas" para el cese de las hostilidades.

Ginebra- Según un portavoz oficial de la ONU, cuyo representante, el suizo Edouard Brunner, patrocina las negociaciones, en el principio de acuerdo las partes se comprometen a respetar diversas medidas de confianza que se integran en el proceso de mejora de relaciones mutuas.

El documento también menciona el estatuto constitucional de que gozará Abjasia y que se comenzará a estudiar y negociar en una reunión de expertos que se celebrará en el mes de diciembre en Moscú.

Por primera vez desde la ofensiva de septiembre, georgianos y abjasios se sentaron el martes en la mesa de negociaciones para intentar buscar una solución política global que ponga fin al conflicto en esta república de la antigua URSS.

LA PRIMERA NEGOCIACION

La máxima aspiración de los abjasios al llegar a Ginebra era, según manifestaron, conseguir mediante las negociaciones con el Gobierno de Tiblisi el establecimiento oficial del alto el fuego,

nunca declarado, aunque las hostilidades sobre el terreno hayan cesado desde la retirada de las fuerza georgianas en septiembre y el acuerdo para mantener relaciones mutuas sin violencia.

Pero, según Mithat Gosba, miembro del Comité de Apoyo a Abjasia, con sede en Alemania, si esta república autónoma no tiene claro qué estatuto político desea para su futuro, "sí sabe que la posibilidad de integrarse de nuevo en Georgia a modo de Confederación, que existía hace dos años, es imposible tras la guerra".

Gosba, que asistió a las negociaciones directas celebradas hasta ayer en Ginebra, por primera vez desde que las fuerzas de Eduard Shevarnadze se retiraran de Abjasia, destacó que "todavía es muy difícil ver hacia donde debemos encarrilar nuestro futuro, porque el Cáucaso al que pertenecemos está en pleno movimiento".

"Sabemos que no estamos solos, porque otras muchas repúblicas de la zona sufren problemas similares a los nuestros, además de la presión de Rusia que no quiere perder su influencia. Tal vez deberíamos buscar un destino junto a ellas", añadió.

Los abjasios desearían "conseguir que la ONU reconozca nuestras fronteras con Georgia, pues es el único modo de garantizar que no nos envíen tropas de nuevo y que puedan regresar los refugiados".

SHEVARDNADZE "UN FASCISTA", GAMSAJURDIA "UN CRIMINAL", YELTSIN "EL PEOR DE TODOS"

Para los abjasios, "Shevardnadze es un fascista y (el ex presidente) Zviad Gamsajurdia un criminal nacionalista georgiano, pero el peor de todos es (el jefe de Estado ruso), Boris Yeltsin, que no tuvo respeto al pueblo y a sus representantes y ordenó disparar contra el Parlamento".

Gosba recordó que Abjasia solamente se había integrado en Georgia desde 1931, "cuando era una república caucásica independiente como las demás, bajo la órbita rusa".

"Queremos ejercer nuestro derecho a existir. La propia Georgia apeló con Rusia a la ley de 1931 para ser independiente, y también debería servir para devolvernos nuestra independencia", destacó.

Para el representante abjasio, el papel de Moscú nunca estuvo claro en los sucesos violentos ocurridos entre las fuerzas abjasias y las georgianas "ya que sin ayudar claramente a ninguno de los dos jugó alternativamente la carta que más le convenía en cada momento". EFE

Nº. DOCUMENTO 9400739

TITULO La "Hermandad Blanca" en Ucrania.-

PROCEDENCIA País

FECHA 26/12/93

VINCULACION 11876 -
507355 -
11161 -
11164 -
religión 11612 -

El "día final" no llegó. Pero el país sigue conviviendo, literalmente, con una bomba de tiempo. Y atómica.

UCRANIA

Fe, economía y átomos sueltos.

-C2-

De las repúblicas que formaron parte de la ex-Unión Soviética, Ucrania es de las que ofrece un panorama más sombrío. Las perspectivas de una economía pujante en que creían muchos observadores resultaron ilusorias y la sociedad ha entrado en una etapa de marasmo. Según el analista político Sergei Kiseyov *"Ucrania está mucho más allá del caos"*. Una encuesta indicó que 8 cada diez personas no tienen fe ni en el presidente ni en el parlamento.



En ese contexto, la Hermandad Blanca es una secta religiosa que ha logrado captar unos 100.000 adeptos. Fue creada hace varios años por el científico Yuri Kivonogov, quien tomó elementos del cristianismo, budismo y del Hare Krishna. Actualmente es liderada por Marina Tsvigyn, quien ha anunciado "el día final de la humanidad". Aunque la fecha se ha pospuesto varias veces, en una reciente manifestación la dirigente terminó arrestada por la policía. Se temían disturbios y suicidios.

La crisis económica va de la mano de la energética. Por esa razón el gobierno del otrora "apparatchik" Leonid Kravchukm, ha decidido no clausurar la central nuclear de Chernóbil. Asimismo, por carencias presupuestales y técnicas, el país no puede realizar un adecuado mantenimiento de las 1.600 cabezas nucleares que quedaron en su territorio luego de desmembrarse la Unión Soviética.

01-01

9400739

Nº ... 9400740
TITULO Desmantelamiento de armas atómicas, a Ucrania.
150090
FECHA 21/12/93
VINCULACION 11876 -
507355 -
11293 -
11892 -

En Ucrania Desactivan 17 Misiles Nucleares

El País 21/12/93 Desarme

KIEV, 20 (Reuter). — Ucrania anunció hoy que ha desactivado 17 misiles nucleares SS-24, una medida que apunta a mejorar la imagen internacional de la ex república soviética.

El viceprimer ministro Valery Shmarov realizó el anuncio dos días después de conversaciones con Rusia y los Estados Unidos que produjeron un acuerdo preliminar sobre la compensación que recibirá Kiev por entregar sus armas nucleares.

La decisión representa un paso adelante hacia el cumplimiento de la promesa de Ucrania de renunciar a su arsenal nuclear.

"Diecisiete misiles SS-24 fueron desactivados. Serán 20 para fin de año", declaró Shmarov a la prensa. "Esto significa bajar el grado de alerta militar". Las cabezas nucleares fueron retiradas de los cañones".

"¿No es esto una seria declaración de intenciones sobre la política de Ucrania? Estamos dispuestos a retirar todos los SS-24 del estado de alerta, pero sólo si se cumplen las condiciones planteadas en las conversaciones", agregó.

Durante meses de debate en torno al tratado START-I de desarme nuclear, los 46 SS-24 de Ucrania fueron esgrimidos por sus políticos como el mejor instrumento del país para extraer concesiones a Occidente.

El presidente Leonid Kravchuk y otros dirigentes propusieron durante debates sobre el tema nuclear que los SS-24, a diferencia de los 130 SS-19 —un modelo anterior—, no fueran destruidos sino simplemente desactivados, manteniendo sus cabezas nucleares en depósitos seguros.

El Parlamento ratificó el START-I el mes pasado, pero sujeto a 13 condiciones, incluyendo garantías de seguridad y una indemnización que expertos calcularon en 2.800 millones de dólares.

Ucrania

DESMANTELAR LAS ARMAS ATOMICAS

El presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, se reunió en Kiev con los embajadores de los países acreditados en Ucrania, a los que expresó la disposición de su país a desactivar los misiles nucleares que le quedan para prepararlos para un posterior desmantelamiento.

Kravchuk dijo a los diplomáticos que Ucrania estaría dispuesta a realizar esta desactivación primaria también en los cohetes «SS-24».

El presidente ucraniano afirmó que intentará obligar al Parlamento a que se reuna para debatir de nuevo sobre la ratificación «sin condiciones» del Tratado Start I.

El Parlamento ucraniano aprobó el pasado mes de noviembre la ratificación del Tratado Start I, pero se reservó el derecho a conservar una parte del arsenal nuclear heredado de la antigua URSS.

Ucrania anunció que eliminará 20 cohetes de largo alcance en 1994

UCRANIA DESMANTELARÁ AL menos 20 de sus 46 cohetes nucleares SS-24 de largo alcance para fines de este año y eliminará todas sus armas nucleares en 1994, dijeron ayer funcionarios del gobierno.

Ucrania tiene 176 cohetes con capacidad para 1.240 cabezas nucleares.

Tiene también 21 bombarderos Tu-95 y 16 Tu-16 que pueden llevar cohetes nucleares de largo alcance.

La decisión de Ucrania fue anunciada al cabo de tres días de negociaciones de alto nivel entre Ucrania, Rusia y Estados Unidos en Kiev.

Se trató, principalmente, la manera de poner en marcha el tratado Start 1 de reducción de armas nucleares.

El Parlamento ucraniano ratificó el Start 1 el 18 de noviembre, pero acordó eliminar sólo parte de su arsenal nuclear.

Varios funcionarios del gobierno y legisladores se niegan a destruir o entregar a Rusia todas sus armas nucleares, por temor a que ese vecino gigante intente privar a Ucrania de su independencia. ■

(De la redacción de El Observador, *en base a información de la agencia* AP)

11

9400740

La delimitación de fronteras de los tres futuros miniestados étnicos en el actual territorio de Bosnia sigue sin ser resuelta

Los musulmanes piden demasiado

Las negociaciones de paz sobre Bosnia-Herzegovina, inauguradas en Ginebra y promovidas por los Doce y la Unión Europea, prosiguieron anoche con la participación de las tres partes beligerantes y se reanudarán hoy para discutir las exigencias territoriales musulmanas, que tanto serbios como croatas consideraron inaceptables.



La nieve cubre Sarajevo, al tiempo que un soldado bosnio observa desde una cima los funerales de una persona en un cementerio de la ciudad. (Telefoto de AFP)

Ginebra (ANSA)

■ El jefe de los serbios-bosnios Radovan Karadzic, que hoy se reunirá nuevamente con el presidente musulmán de Bosnia, Alija Izetbegovic, estimó que los musulmanes han presentado un nuevo mapa de reivindicaciones territoriales "inaceptable".

Por su parte, el embajador bosnio ante las Naciones Unidas, Mohamed Sachirbey, dijo que los serbios bosnios no sólo no parecen dispuestos a conceder a los musulmanes los territorios que exigen, sino que intentan desviar las tratativas del tema, concentrándose en el futuro estatuto de Sarajevo.

"Deben dar ulteriores concesiones, y francamente no me parece que estén dispuestos a hacerlo", comentó el embajador bosnio.

Izetbegovic indicó, antes de partir hacia Ginegra, que exigirá que los serbios devuelvan un 3 por ciento de los "territorios ocupados" (que se suma al 30 que había sido adjudicado a los musulmanes en las tratativas anteriores) y que los croatas concedan una salida al mar de la futura entidad musulmana, así como garantías sobre el regreso a sus localidades de origen de las víctimas de la "purificación étnica".

Ayer Izetbegovic observó que "no hubo ningún progreso", mientras su embajador, Sachirbey, indicó que las conversaciones han llegado a "una frase crítica". "No hemos logrado ni siquiera llegar al primer paso, o sea al cumplimiento del mandato de la Comunidad Europea", afirmó a la prensa Sachirbey, mientras Izetbegovic estaba reunido con el líder serbio bosnio, Radovan Karadzic, y el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic.

El canciller belga Willy Claes, presidente de turno de la CE, presentó formalmente un nuevo plan, adoptado por los Doce en la última semana, para intentar lograr resultados palpables en las negociaciones de paz y la distribución de la ayuda humanitaria, ante la llegada del duro invierno de los Balcanes.

Según este nuevo enfoque, la CE ofrece un levantamiento progresivo de las sanciones económicas decretadas contra la nueva federación yugoslava (Serbia y Montenegro), si las autoridades de Belgrado cooperan eficazmente en el logro de los objetivos fijados por la conferencia.

Los comandantes militares de las tres facciones bosnias firmaron un entendimiento acerca de la libre circulación de los convoyes humanitarios en los territorios que controlan, bajo el patrocinio del Alto Comicionado de la ONU para los Refugiados (Aconur), la señora Sadako Ogata, que retoma los términos de un anterior acuerdo firmado por sus respectivos líderes, el pasado 18 de noviembre.

Pero la cuestión territorial —la definición de las fronteras de los tres futuros miniestados étnicos en el actual territorio de Bosnia- Herzegovina— sigue sin ser resuelta.

LA DIVISION DE SARAJEVO SOBRE LA MESA DE NEGOCIACION

El cuarto día de negociaciones hacia la paz en Bosnia comenzó ayer con la reunión del presidente del Gobierno bosnio, de mayoría musulmana, Alia Izetbegovic y el líder rebelde serbio, Radovan Karadzic.



Las facciones en guerra discuten el futuro de Sarajevo

A la reunión asistieron los copresidentes de la conferencia para la antigua Yugoslavia, David Owen y Thorvald Stoltenberg, que también presidieron el encuentro con el líder rebelde croata, Mate Boban.

El propósito de estas «conversaciones», según fuentes de la delegación gubernamental bosnia, no es negociar sino aprovechar el impulso dado por la UE para establecer «un escenario con los principios fundamentales que debería contener alguna forma de Estado».

Una vez conseguido ese marco «o clima», las partes volverán a sus respectivos lugares para estudiar los principios básicos y regresar después «para comenzar negociaciones sinceras», añadió.

La principal aspiración bosnia, según la misma fuente, sigue siendo la «viabilidad» de su Estado, con una salida «soberana» al mar en un cierto territorio «que el presidente croata Franja Tudjman rechaza una y otra vez porque se niega a todo al encontrarse en un callejón sin salida».

El delegado reconoció que entre las opciones que se estudian con los rebeldes serbios es la división de Sarajevo, «que no queremos [illegible] que nos imponen porque no retiran sus armas ni levantan el sitio a la ciudad».

Los bosnios musulmanes aceptarían, según la misma fuente, quedarse con dos tercios de la ciudad de Sarajevo «donde podrían vivir todas las etnias que quisieran, incluídos serbios y croatas» y que los serbios se quedaran con la tercera [illegible] ya que un 28 por ciento de la población es serbia, mientras que el 7 por ciento es croata

A cambio de esa división «impuesta», el Gobierno de Izetbegovic, recibiría enclaves musulmanes que sufrieron la limpieza étnica.

«En eso estamos, en tratar de entendernos mejor en los puntos fuertes de cada reivindicación para tratar de lle[illegible] que no creo alcanzaremos antes de las elecciones en Belgrado aunque su presidente siga esperándolo para beneficiarse en las elecciones», concluyó el delegado.

LA OTAN PIDE MAS FLEXIBILIDAD AL GOBIERNO AUSTRIACO

Por otra parte la OTAN ha pedido al gobierno de Viena mayor flexibilidad para conceder permisos de sobrevuelo del territorio austriaco en dirección a la ex-Yugoslavia para las misiones de los aviones de vigilancia AWACS.

Los aviones estadounidenses dotados de equipos de radar que realizan estos vuelos están estacionados en Luxemburgo, donde, según un acuerdo firmado con la neutral Austria hay que pedir permiso para cada vuelo a través de la embajada de Austria en ese país, según informa el diario «Die Presse» de Viena.

Hungría no presenta este tipo de problemas para el sobrevuelo de su territorio, ya que los comandantes de la OTAN pueden establecer en todo momento contactos directos, mientras que con Viena es necesario solicitar permiso por vía diplomática, aparte de tener que llevar a cabo los preparativos técnicos.

Esta manera de proceder un tanto complicada tiene consecuencias desagradables para los pilotos de los AWACS porque a veces problemas técnicos o informaciones de última hora sobre la situación en Bosnia exigen un cambio de ruta.

Por otra parte, en algunos casos hay que renunciar a vuelos ya aprobados porque es imposible ajustarse al horario aprobado por las autoridaes austriacas, explica «Die Presse».- EFE

PARTES ILEGIBLES

Incierto resultado de las negociaciones por Bosnia entre los líderes serbio y musulmán

Izetbegovic y Karadzic en punto muerto

Con un resultado incierto, declaraciones contradictorias y la promesa de la reanudación del diálogo, culminó aquí la primera etapa de las negociaciones entre los líderes serbio y musulmán de Bosnia. Radovan Karadzic y Alija Izetbegovic expresaron ayer pareceres diametralmente opuestos sobre la marcha de las negociaciones de Ginebra: el primero habló de "progreso" y el segundo lo desmintió afirmando que las conversaciones "no dieron ningún resultado" y que no se produjo "ningún avance".

■ Izetbegovic, antes de partir de Ginebra, subrayó que no podía hablar de resultados palpables y que ignoraba "cómo, dónde y cuándo volvería a reunirse" con los otros líderes bosnios.

Karadzic, el líder serbio-bosnio, al abandonar las conversaciones dijo que "todo procede bien", y que "la atmósfera es prometedora".

Mientras que por su parte el líder bosnio-croata Mate Boban dijo que las sesiones de Ginebra serían reanudadas el 15 de este mes.

Los diálogos de Ginebra que la Comunidad Europea ha promovido entre los representantes de las tres grandes fuerzas en pugna en Bosnia-Herzegovina, están destinados a redibujar un mapa político de dicha república según criterios étnicos.

De acuerdo con este plan, Sarajevo, la histórica ciudad pluriétnica que desde hace casi dos años sobrevive bajo ininterrumpidos bombardeos serbios, debería dividirse en una parte musulmana y una serbia.

Izetbegovic, antes de las pesimistas declaraciones de esta noche, reafirmó su pleno apoyo a la iniciativa de la Unión Europea para las negociaciones de paz en Bosnia, pero subrayó que "las negociaciones aún están concentradas en las cuestiones territoriales que debe realizar la parte serbia, elemento indispensable para el éxito de la tratativa sobre las bases del mandato de la Unión Europea (UE)".

El presidente bosnio recordó que el pasado 30 de noviembre presentó un nuevo mapa de Bosnia con propuestas de rectificaciones de las fronteras, pero que los serbios no quisieron ni siquiera examinarlo.

Para Izetbegovic esta situación representa una violación serbia "del mandato de la Unión Europea" y significa "que se ha retrocedido a las posiciones anteriores" y que las negociacioens se encuentran "en un punto muerto".



Un musulmán camina frente a sus ovejas en las montañas cubiertas de nieve de Gornji Vakuf. (Telefoto de AFP)

El presidente de Bosnia rechaza la división propuesta por el serbio Karadzic

Sarajevo paga caro el precio de la historia

El presidente bosnio Alija Izetbegovic expresó ayer en Sarajevo su rechazo a la propuesta de división de la ciudad presentada por el líder serbio Radovan Karadzic en las conversaciones de Ginebra, aunque reconoció la necesidad de encontrar una solución urgente para aliviar la precaria situación de sus habitantes. Izetbegovic subrayó como el principal acuerdo alcanzado en Ginebra el compromiso de musulmanes, serbios y croatas de permitir el libre paso de los convoyes con ayuda humanitaria por territorio de Bosnia-Herzegovina.

Sarajevo, por el enviado especial Francesco Belea

■ Pocas horas antes del regreso de Izetbegovic a Sarajevo, proyectiles de grueso calibre cayeron en varios puntos de la ciudad. Cuatro personas murieron y diez resultaron heridas. El disparo certero de un francotirador hirió de gravedad a un soldado francés de la Legión Extranjera que vigilaba la distribución de ayuda humanitaria en el barrio de Do-brinja, controlado por las fuerzas del Ejército bosnio.

Izetbegovic confirmó que la delegación serbia en las conversaciones de Ginebra, presidida por Karadzic, presentó dos ofertas en relación a la división de Sarajevo. Por una parte, el establecimiento de dos ciudades paralelas, una musulmana y una nueva, serbia.

Por otra parte, los negociadores serbios propusieron el intercambio de Vogosca e Ilijas (al norte) por partes de Bosnia oriental, concretamente el aislado enclave musulmán de Srebrenica, que sobrevive rodeado por fuerzas enemigas serbias. Izetbegovic puntualizó que en ningún momento de las conversaciones se mencionó el nombre de Gorazde, otro enclave asediado en Bosnia oriental. El presidente aseguró que en un principio rehusó discutir la división de Sarajevo, aunque posteriormente decidió escuchar con atención la propuesta serbia. "No hubo acuerdo alguno, tan solo conversaciones", insistió. En este punto destacó la voluntad del gobierno bosnio de resolver la cuestión de Sarajevo lo más pronto posible y apuntó como una opción de reserva la administración provisional de la ciudad por parte de la ONU.

En lo concerniente a las concesiones territoriales en el conjunto de Bosnia-Herzegovina, no se registró ningún progreso tangible. "Estamos en el punto de partida" dijo Izetbegovic, aunque expresó su esperanza de que el rechazo de la delegación croata a conceder una salida al mar Adriático a un futuro estado musulmán no sea definitivo.

Durante la mañana, varias granadas cayeron en las proximidades de la principal panadería de Sarajevo, que segaron la vida de dos personas y causaron heridas a otras ocho.

En el puente Princip, sobre el río Miljacka, los proyectiles lanzados desde las colinas adyacentes provocaron dos muertos y dos heridos. Fuentes hospitalarias indicaron que la vida de varios de los heridos en los ataques estaba en peligro por falta de material sanitario.



Dos soldados serbios patrullan una zona fronteriza internándose entre la nieve que cae por estos días en Bosnia. (Telefoto de AFP)

La difícil paz para Bosnia se firmará en febrero

"La paz en Bosnia se firmará a fines de febrero, y a principios de abril las sanciones contra Serbia y Montenegro deberían suspenderse", declaró ayer el Presidente de la autopro-clamada República serbiobos-nia, Radovan Karadzic.

Belgrado (Ansa)

Karadzic hizo esta declaración en Banja Luka, "capital" de la República serbiobosnia, en una reunión política del principal partido del país, el Demócrata serbio.

Por su parte, en el aeropuerto de Sarajevo, el Presidente del Parlamento bosnioserbio, Moncilo Krajisnik, concluyó con su colega bosniomusulmán Haris Silajdzic la primera tanda de conversaciones, comenzada ayer, para dar empuje a las negociaciones de paz reanudadas el 29 de noviembre en Ginebra. Karadzic afirmó que "está seguro" de que Sarajevo "será dividida en dos partes", y que a ello se llegará construyendo una Nueva Sarajevo, como proponen los serbios.

Si esta hipótesis no es aceptada por los musulmanes, el límite entre las dos Sarajevos sería el río Miljcka que corre por el centro de la actual capital bosnia, aseveró el líder serbiobosnio.

Algunos observadores notan que todo esto no es otra cosa que un "juego de posturas", y que los serbiobosnios a último momento "canjearán" su "pedazo" de Sarajevo por enclaves musulmanes del este, como Gorazde.

Sobre el tema de la división de Sarajevo hablaron también Krajisnik y Silajdzic, pero no hicieron declaración alguna al respecto.

Otros temas tratados por los exponentes serbio y musulmán se refieren a la cuestión de las fronteras y de los "corredores" seguros, libre circulación de los civiles, problemas humanitarios y el intercambio de prisioneros.

Estos contactos deberían llevar a la redacción de los borradores del acuerdo delineado en Ginebra para llegar cuanto antes a la firma de una paz definitiva.

Las conversaciones en el aeropuerto de Sarajevo, según opinaron las dos partes, se celebraron en un clima constructivo. Viktor Andreiev, responsable del sector civil de los cascos azules de Sarajevo, dijo que "se avanzó sobre todo en lo tocante a problemas prácticos, pero fundamentales, como el abastecimiento energético de la capital".

Los dos exponentes, al término de las conversaciones, regresaron a sus cuarteles generales para informar sobre los resultados de los encuentros, pero sin indicar hasta el momento cuándo volverán a reunirse.

En Sarajevo hubo disparos esporádicos de artillería y de armas automáticas pesadas procedentes del norte de la capital bosnia, mientras que ráfagas de ametralladora o de cañones antiaéreos fueron lanzadas desde Grbavica, un barrio del sur de Sarajevo controlado por las fuerzas serbiobosnias.

Ayer y anoche, en Sarajevo, se enfrentaron violentamente el Ejército bosnio (musulmán) y las fuerzas serbiobosnias. En la capital cayeron 90 obuses sobre todo en la parte habitada de la ciudad.

01-01

Nº. DOCUMENTO: 9400743
TITULO: Serbios quieren dividir Sarajevo
PROCEDENCIA: L. J.
FECHA: 9/12/9?
VINCULADO: 11876 – 507685 – 507696 – 507697 – 11164 – 11161 – 11879 –

En la ciudad está el 30% de la riqueza de Bosnia

SERBIOS QUIEREN DIVIDIR SARAJEVO

Si Sarajevo se dividiera en dos ciudades, desaparecería entre el 80 y el 90 por ciento de las causas de la guerra en Bosnia, declaró el jefe del parlamento de la «república» serbia de Bosnia, Momcilo Krajisnik, a la agencia serbia bosnia de noticias «Srna».

«En Sarajevo está el 30 por ciento de la riqueza de Bosnia; con el curso del tiempo se la ha presentado como una ciudad musulmana, pero es también serbia; los croatas han decidido quedarse con Mostar, y Sarajevo tiene que ser dividida entre musulmanes y serbios», comenta Krajisnik.

Horas antes del reconocimiento internacional de la independencia de Bosnia, el 5 de abril de 1992, los cañones de los bosnios serbios empezaron a tronar sobre el inerme valle de Sarajevo, en el que se agolpaban 500.000 musulmanes, serbios y croatas.

Muchos de los serbios que disparaban desde las colinas estaban reventando sus propias casas con los obuses, mientras que en los sótanos se a[illegible] de las velas vecinos musulmanes, serbios y croatas que declaraban que no entendían la demencia del psiquiatra Radovan Karadzic, líder de los rebeldes serbios.

PARTES ILEGIBLES

Desde el principio de la guerra se marcaron entre los bosnios serbios dos corrientes, la de los partidarios de Sarajevo como su capital y la de los de Banja Luka.

El «grupo de Banja Luka», ciudad situada hoy a 400 kilómetros por carretera de Sarajevo debido a los rodeos que hay que dar, estuvo siempre más interesada en entenderse con los serbios «del otro lado», los de la Krajina croata que en quedarse con Sarajevo y su magia austro-turca.

En las últimas reuniones de Ginebra, los serbios se negaron rotundamente, según revela Krajisnik, a entregar a los musulmanes el centro de Sarajevo que rodea el antiguo zoco otomano.

«Ante las megalómanas exigencias musulmanas, nosotros propusimos dividir Sarajevo por el río Miljaca, que parte el viejo y el nuevo Sarajevo en dos mitades», explica Krajisnik.

Junto al río Miljaca se dividió Europa en dos mitades el 28 de junio de 1914, cuando el terrorista serbio Gavrilo Princip asesinó a tiros al archiduque austríaco Francisco Fernando y a su esposa Sofía en el puente que hoy lleva su nombre, y desencadenó así la Primera Guerra Mundial.

Krajisnik asegura ahora que, aunque no se han precisado los detalles y barrios, es un gran avance que los musulmanes hayan aceptado considerar la partición de Sarajevo en dos ciudades. (efe)

01-01

9400743

RECRUDECEN COMBATES EN BOSNIA

Los combates se recrudecieron ayer sábado, en las ciudades en disputa en Bosnia, cuya capital, Sarajevo, sufrió el bombardeo de varios obuses y granadas después de que los serbios intentaran quebrar las líneas de defensa musulmanas en Jevrejsko Groblje (cementerio judío).

Los observadores de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) en Sarajevo confirmaron que el viernes los asediantes serbios lanzaron contra la ciudad 141 proyectiles que causaron la muerte de cuatro civiles y heridas a otros trece, añade la emisora leal al Gobierno bosnio.

El viernes también resultaron heridos dos «cascos azules» franceses por disparos de los francotiradores, confirmó el portavoz de la UNPROFOR, Wilhen Van Biesebroeck, en Sarajevo. Uno de ellos fue alcanzado en Dobrinja, barriada suroccidental de Sarajevo donde distribuía ayuda humanitaria, mientras que el otro fue alcanzado en el aeropuerto, bajo protección de la ONU.

Después de que a las 6 horas GMT [illegible] varias detonaciones al norte de Sarajevo, la jornada de hoy transcurre con disparos esporádicos de armas de infantería.

El agua corriente ha retornado parcialmente a la capital bosnia después de que la corriente eléctrica haya alcanzado los 15 megavatios, cantidad que permite el bombeo de los depósitos y que «satisface en parte las necesidades», según las autoridades municipales.

Según fuentes serbias, el Ejército leal al Gobierno bosnio, de mayoría musulmana, lanzó tres obuses contra Ilidza, suburbio occidental de Sarajevo controlada por los serbios, después de haber disparado durante la noche una decena de granadas contra Grbavica, en el oeste de la capital.

Los combates de artillería también se han reanudado en Teocak, a unos 130 kilómetros al norte de Sarajevo, como parte de la ofensiva que las fuerzas serbias emprendieron hace dos semanas, según medios musulmanes.

A pesar de haber vuelto a lanzar cohetes tierra-tierra del tipo «Volkov», las fuerzas serbias no lograron romper las líneas de defensa musulmanas en Teocak.

Las fuerzas serbias también han atacado los territorios bajo control musulmán próximos a Zvornik, ciudad al sur de Teocak, mientras prosigue la ofensiva de las fuerzas croatas contra Maglaj y Zavidovici, en Bosnia Central.

«Radio Croacia» informó de que las fuerzas croatas bosnias de Zepce, localidad próxima a Zavidovici y a unos 100 kilómetros al norte de Sarajevo, derrotaron una ofensiva musulmana y se preparan para rechazar otros posibles ataques.

Fuentes croatas bosnias han informado también de combates musulmano-croatas de menor intensidad registrados durante la noche pasada en Mostar, a 130 kilómetros al sur de Sarajevo, en Vitez, a 80 kilómetros al oeste de la capital, y en Kiseljak, a 30 kilómetros.

El viernes un convoy de la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) logró llevar ayuda humanitaria a Gorazde, enclave musulmán a 80 kilómetros al este de Sarajevo.

Van Bieserbroeck informó de que el viernes 21 convoyes lograron llevar a Bosnia un total de 733 toneladas de ayuda humanitaria, mientras que al aeropuerto de Sarajevo, a través del «puente aéreo» establecido por la ONU, llegaron otros catorce aviones militares con alimentos y ayuda. (Efe)



PARTES ILEGIBLES

01-02

Cada vez que se vislumbran nuevas negociaciones, recrudece la violencia hacia la población civil

Los serbios bombardean Sarajevo

Los serbios bosnios recomenzaron ayer sus bombardeos de Sarajevo, afectando fundamentalmente a la población civil, mientras la comunidad internacional intenta reunir de nuevo a los protagonistas del conflicto en Bosnia-Herzegovina para una ronda de negociaciones.

Sarajevo (AFP)

■ Los disparos de morteros de los serbios causaron al menos ocho muertos y dieciocho heridos, según fuentes de los hospitales.

El principal bombardeo alcanzó un mercado al oeste de Sarajevo, provocando cuatro muertes y produciendo heridas a otras seis personas. Este aumento de la violencia hacia la población civil se produce cada vez que se contempla la posibilidad de nuevas negociaciones.

El gobierno griego propuso que el domingo se celebre en Salónica una reunión con todos los protagonistas del conflicto: los presidentes Alija Izetbegovic (Bosnia), Slobodan Milosevic (Serbia), y Franjo Tudjman (Croacia), y los líderes de los serbios y los croatas bosnios, Radovan Karadzic y Mate Boban respectivamente.

La invitación fue transmitida por los copresidentes de la Conferencia de Ginebra sobre la ex Yugoslavia, Thorvald Stoltenberg y David Owen.

Tudjman aceptó la invitación, mientras que Stoltenberg y Owen viajaban a Belgrado para intentar convencer a Milosevic que presione a los serbios bosnios para que se muestren más flexibles.

Izetbegovic fue informado de la invitación, pero la Presidencia bosnia no ha decidido si viajará a Salónica, declaró a la AFP el consejero del presidente, Kemal Muftic.

Los protagonistas del conflicto sostuvieron cuatro días de discusiones la semana pasada en Ginebra, pero el único resultado fue un acuerdo sobre la libre circulación de los convoyes de ayuda humanitaria, que inmediatamente fue incumplido.

A su regreso de Ginebra, el presidente bosnio señaló que no había progreso sobre el problema principal, el de los mapas que deben delimitar según criterios étnicos las tres entidades que quedarán tras la partición de Bosnia-Herzegovina.

El gobierno bosnio exige la restitución de territorios con población mayoritariamente musulmana que han sido ocupados militarmente por los serbios, al igual que un acceso al mar Adriático.

Además de los bombardeos, la situación militar en Sarajevo ha empeorado. El miércoles "fue tenso y difícil", según un portavoz de la Fuerza de Protección de la ONU (Furpronu).

Los disparos de artillería, de morteros, de ametralladoras pesadas y de armas automáticas han aumentado, al igual que los disparos de los francotiradores serbios.

02-02

940074 4

REBELDES SERBIOS ELIGEN SU PARLAMENTO

Los 317.000 rebeldes serbios organizados sobre el 30 por ciento de Croacia en una «república» a la que denominan Krayina, celebran hoy unas elecciones legislativas que Croacia ha declarado ilegales.



El resultado de estas elecciones podría influir en las que, el día 19, tendrán lugar en Serbia, cuyo neocomunista «Partido Socialista Serbio» (SPS), de Slobodan Milosevic, alentó en 1990 la revuelta de los serbios de Croacia.

Debido a la miseria que le ha producido a Serbia el bloqueo que la ONU le impuso por las guerras de Bosnia y Croacia, la popularidad del SPS, y hasta la de Milosevic, han sufrido un serio deterioro, y estas elecciones pueden influir en Belgrado casi tanto como las de la «Madre Rusia».

El Presidente croata, Franjo Tudjman, ha asegurado que habrá otra guerra si los serbios de Krayina no acceden a reinsertarse en la «República de Croacia», porque la ONU y la Unión Europea que su integridad territorial está quebrantada y, con ello, su derecho a restablecerla.

Krayina es oficialm[illegible] croata protegido por la ONU, zona APNU -Area de Protección de las Naciones Unidas- y está hoy bajo la administración provisional de las «Tropas de Protección de la ONU» (UNPROFOR) y de «los serbios locales», pero dos «miniguerras» han estallado, en febrero y en octubre de este año.

En ninguna de esas ocasiones Serbia salió en ayuda de los serbios de Croacia, república que venció a los serbios kraynotas en ambas ofensivas tácticas, muy limitadas en el tiempo y el espacio.

Los «serbios locales» tienen unos arsenales superiores en parte a los del Ejército croata, que se abastece del armamento que puede adquirir de contrabando, debido al embargo armamentista que pesa sobre los países de la extinta Yugoslavia Socialista.

Pero, a la larga, según los análisis, la suerte de Krayina depende del acuerdo al que lleguen la Serbia de Milosevic, agotada por sus guerras de Croacia y Bosnia, con la Croacia de Franjo Tudjman, porque los 300.000 kraynotas no podrían luchar indefinidamente contra los cinco millones de croatas.

Serbios y croatas hablan el mismo idioma croato-serbio y, en Krayina, siempre hablaron la variante puramente croata, por lo que su única diferencia de bulto es que los primeros son cristianos ortodoxos y los segundos católicos.

«Si Serbia no los hubiera azuzado, nuestros serbios no se habrían rebelado, durante el imperio austríaco y en tiempos del Gobernador croata Jelacic -siglo XIX- fueron los mejores generales croatas y habrían seguido siéndolo», comentó hace unos días el infuyente diputado croata S[illegible]ne Djodan en el Parlamento.

Pero los líderes serbios de Croacia aseguran que no se someterán a la soberanía croata, ni con la «fórmula rusa» que recomienda la formación de «un Estado kraynota dentro del croata», única alternativa a la guerra según Moscú.

Con un programa panserbio que persigue la anexión a una «Gran Serbia» del 30 por ciento de Croacia y el 52 por ciento de Bosnia, los candidatos más destacados de estos comicios son el ex policía Milan Martic, y el dentista Milan Babic.

Martic es el hombre que dirigió la insurrección de 1990-1991 y goza del apoyo mal disimulado del Presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, tras resultarle a éste imposible seguir apoyando a su hombre de Krayina, Goran Hadzic, acusado de corrupción. Martic, viejo policía, acusa a Hadzic de traficar con el petróleo de los pozos de Mirkovci, situados en la Krayina oriental danubiana, cercana a Serbia.

Nº. DOCUMENTO 9400746
TITULO Artillería serbia apoya a musulmanes.
PROCEDENCIA País
FECHA 16/12/93
VINCULACION 11876
507685
507696
507697
11164 11833 11163

La Artillería Serbia Apoyó a los Rebeldes Musulmanes en Bosnia

SARAJEVO (Reuter). — La artillería serbia bombardeó al ejército musulmán bosnio en apoyo de los rebeldes musulmanes que rompieron con el gobierno de Sarajevo, dijo hoy un portavoz de las Naciones Unidas.

Fue la tercera jornada de cañoneos mientras los artilleros serbios daban cobertura a los musulmanos del enclave de Bihac, en el noroeste de Bosnia, cuyo caudillo Fikret Abdic, un acaudalado industrial en el ramo de alimentos, se alzó en armas contra el gobierno central.

"En las pasadas 24 horas hubo intercambios de fuego entre las fuerzas de Abdic y el quinto cuerpo (leal)", dijo el mayor Idesbald Van Biesebroeck, un vocero de la Fuerza de Protección de la ONU (UNPROFOIR) en Sarajevo.

Los combates se sucedieron estas semanas en Bihac, un enclave rodeado por fuerzas serbias rebeldes, tanto bosnios serbios como serbios que han proclamado una república autónoma en Croacia.

Abdic, que dispuso la separación del área en setiembre, declaró la guerra al gobierno musulmán de Sarajevo tras suscribir alianzas con los serbios y los croatas. Los separatistas acusan a Srajevo de adoptar una línea demasiado intrasigente en las negociaciones de paz.

También exigen su incorporación a las conversaciones de paz entre los enfrentados musulmanes —serbios y croatas— que deben reanudarse el 21 del corriente mes.

Un portavoz de Abdic dijo que en caso de ignorarse su pedido a los mediadores internacionales, de un asiento por separado en la mesa de negociaciones, el caudillo de Bihac haría caso omiso de cualquier resultado.

En Sarajevo, ciudad bajo asedio serbio desde hace 20 meses, rigió el alerta general por segundo día consecutivo tras los recios bombardeos del martes que mataron a 11 civiles e hirieron a otros 30.

La radio gubernamental informó que ocho andanadas de mortero impactaron en el suburbio occidental de Stup, pero no se informó sobre víctimas desde los hospitales de la ciudad.

Sin embargo, periodistas de Reuters informaron desde el lugar de los hechos que un civil murió y tres resultaron heridos al caer hoy un proyectil sobre Mojmilo, un suburbio en el oeste de la capital que alojó a participantes de las Olimpíadas de invierno en 1984.

Se registraron también ataques de artillería en Mostar, al sudoeste, donde las fuerzas croatas tienen rodeadas a las musulmanas sobre la margen oriental del río Neretva, que atraviesa la ciudad vieja, dijo la emisora.

El comandante de las fuerzas de UNPROFOR en Bosnia, teniente general Francis Briquemont, anunció el martes que se reunirá con los comandantes croatas y serbios para instarlos a poner fin a los "inútiles" asedios a Sarajevo y Mostar.

"El bombardeo de lugares como Mostar y Sarajevo no trae consigo ningún avance militar", dijo Briquemoint. "Sólo ocasiona una tragedia humana. Tampoco conduce a nada en las negociaciones internacionales".

En Bonn, el ministro de Defensa alemán Volker Ruehe expresó que su país aumentó su participación en el abastecimiento por aire de Bosnia, debido a las penurias de la población civil.

01-01

9400746

Se deteriora permanentemente la situación militar en Sarajevo, acribillada por artillería pesada y bombardeos nocturnos

Europa reconoce a Macedonia

Cinco países europeos establecieron a partir de ayer relaciones diplomáticas con la ex república yugoslava de Macedonia, mientras en Sarajevo, la capital bosnia, los furiosos bombardeos elevaron el número de muertos y heridos. A poco más de dos años del desmembramiento de la ex República Federal Yugoslava, el tablero de las repúblicas balcánicas es un polvorín alimentado por las rivalidades étnicas y los conflictos de poder entre las diferentes facciones y hasta ahora, todas las mediaciones internacionales se revelaron vanas para frenarlo.

Belgrado (ANSA)

En Serbia, la más poderosa de las ex repúblicas yugoslavas, cuyas miras expansionistas fueron la mecha que dio origen al estallido de la guerra en Croacia y en Bosnia, se votará el domingo en un clima de completa catástrofe económica determinada en gran parte por el embargo económico, petrolero y financiero impuesto al país por la ONU hace un año y medio.

La situación militar se deteriora continuamente en Sarajevo, acribillada por la artillería pesada y sometida a bombardeos nocturnos, en un clima de rabia y desesperación por la falta de agua, electricidad y alimentos que no logran ser compensados con las ayudas humanitarias, cada vez más dificultosas. Los combatientes son serbios y musulmanes, pero también combaten los croatas en el centro de la Bosnia.

La guerra se cebó una vez más con los antiguos monumentos y las obras de arte que testimonian la historia de la región: el más antiguo observatorio de Bosnia, obra del arte islámico del siglo XVI, quedó destruido por un bombardeo en la ciudad de Banja Luka, capital de la autoproclamada república Serbia de Bosnia.

Los bombardeos destruyeron también dos antiguas tumbas cerca de la mezquita de Ferhat Pasha, destruida tiempo atrás durante otro bombardeo.

Casi todas las mezquitas y los vestigios islámicos de la zona fueron destruidos en los últimos meses de guerra mientras que los musulmanes bombardearon a su vez iglesias y atacaron sacerdotes mientras que los católicos croatas son acusados de haber perpetrado numerosos ataques contra templos ortodoxos.

Mientras se combate en la vecina Bosnia los serbios votarán el domingo próximo para renovar el Parlamento mientras pululan las ollas populares en las calles de la hasta hace dos años rica Belgrado.

Los sueldos, que antes de la guerra oscilaban entre los 200 y 300 dólares mensuales, tocaron el nivel mínimo de los 12 dólares, con una inflación galopante que del 20.000 por ciento en noviembre.

El Banco Nacional de Yugoslavia puso en circulación un billete de 50.000 millones de dinares, los sueldos se pagan semanalmente y más del 90 por ciento de la población vive por debajo del umbral de pobreza.

La guerra en Croacia y en Bosnia y el embargo económico a Serbia doblegaron completamente las economías de tres de las repúblicas de la ex Yugoslavia y crearon una situación cada vez más explosiva en los Balcanes, a la que ahora se suma el del reconocimiento de la Macedonia, con el consiguiente disenso de Grecia.

Grecia aduce su temor por el eventual expansionismo de la Macedonia en la región griega que lleva el mismo nombre y revindican el derecho al nombre de una región, que históricamente le pertenece.

Para el resto de los países europeos el argumento no es suficientemente válido para obstaculizar el reconocimiento de un Estado que ya fue aceptado en las Naciones Unidas y que cumple con todos los requisitos que a su tiempo fueron exigidas a las otras repúblicas de la ex Yugoslavia para ser aceptadas, como la realización de referéndum populares que sancionen la voluntad de independencia de sus pueblos.

Sin embargo, el reconocimiento internacional de Croacia primero y de Bosnia después, desencadenaron conflictos étnicos cuya conclusión es difícil de prever.

Macedonia presenta una composición étnica menos compleja, con sólo dos millones de habitantes de los cuales más de la mitad son ortodoxos y un 20 por ciento musulmanes de etnia albanesa, pero una historia que la vincula profundamente a Grecia y Turquía, los países balcánicos más importantes de la región.

Históricamente, la Macedonia está vinculada a la historia turca y bizantina hasta las guerras balcánicas desencadenadas al inicio de la Primera Guerra Mundial que culminaron con su división en tres partes: yugoslava, búlgara y griega.

Económicamente, sus recursos dependen de la riqueza mineral pero tiene un nivel de desocupación altísimo que abarca más de un tercio de la población activa.

En Ginebra aceptaron plan de la CE, cedieron territorio a musulmanes

Por primera vez en 20 meses de sangrienta guerra civil e innumerables intentos para llevar a la mesa de las negociaciones a serbios, croatas y musulmanes, se vislumbra una esperanza de paz para Bosnia, al haber sido aceptado el plan territorial apoyado por la Comunidad Europea.

Ginebra (ANSA)

El Presidente croata, Franjo Tudjman, anunció hoy, en Ginebra, que serbios y croatas llegaron a un acuerdo para conceder a los musulmanes un tercio del territorio y trazar el nuevo mapa de Bosnia, dividida en tres partes, una para cada etnia beligerante: serbia, musulmana y croata.

Tudjman hizo esa declaración después de un día de febriles negociaciones en Ginebra con el Presidente serbio, Slobodan Milosevic.

De esa manera, ambos Mandatarios así como los delegados de los serbios y croatas de Bosnia, aceptaron el plan de paz apoyado por la Comunidad Europea.

Los musulmanes, sin embargo, mantienen el escepticismo y el vocero del Presidente bosnio Alija Izetbegovic declaró que recién hoy, en Bruselas, se sabrá si las negociaciones dieron un resultado concreto.

Con el acuerdo alcanzado ayer en Ginebra, los musulmanes de Bosnia controlarán el 33 por ciento del territorio, los croatas recibirán 17.5 por ciento, mientras que los serbios de Bosnia se quedarán con casi la mitad de la ex República yugoslava.

Por su parte, el líder de los croatas de Bosnia, Mate Boban, declaró que también se le concederá a los musulmanes el acceso al mar Adriático.

El acuerdo que concede a los musulmanes un tercio del territorio bosnio era indispensable para presentarse mañana en Bruselas ante los cancilleres de los Doce, que deberán decidir junto con los beligerantes el futuro institucional de la ex República Yugoslava.

La CEE había presionado a los mediadores europeos y de la ONU, Thorvald Stoltenberg y Lord Owen, para que logren arrancar un acuerdo a los contendientes antes de Navidad.

A cambio de las concesiones a los musulmanes, la CEE dio a entender que serían levantadas paulatinamente las sanciones económicas impuestas por la ONU a Serbia, considerada responsable de haber fomentado el conflicto, y que la sumieron en una profunda crisis económica.

Francia había amenazado, inclusive, con retirar a sus cascos azules de Bosnia si no se llegaba a un acuerdo para la división del territorio, que sirviera como base para las negociaciones que comenzarán mañana en Bruselas.

Las conversaciones de Ginebra estuvieron dominadas durante todo el día por el pesimismo.

Owen y Stoltenberg presentaron así la nueva propuesta para conceder a los musulmanes —que constituyen casi la mitad de la población bosnia (47 por ciento) y que durante varias décadas dominaron políticamente la República— el 33 por ciento del territorio.

En cambio, los serbios, que constituyen un tercio de la población, se quedarán con casi la mitad de Bosnia.

En veinte meses de guerra se modificaron las alianzas que se habían formado al principio del conflicto, en vista de la futura e inevitable división del territorio.

La guerra en Bosnia cosechó millares de víctimas, despobló regiones enteras con la "limpieza étnica" ejecutada primero por los serbios y después por los croatas en varias regiones de Bosnia y provocó el éxodo de más de medio millón de personas, el más grande de la posguerra.

La guerra sumió también en la miseria y en la más grave crisis económica de su historia a la otrora poderosa Serbia.

Los negociadores internacionales y los cancilleres europeos aspiran a poner fin con la reunión de hoy en Bruselas al conflicto en los Balcanes, a las puertas de la Comunidad Europea.

Los líderes serbios y croatas se dividen el mapa de Bosnia-Herzegovina

SERBIOS Y CROATAS RECHAZAN PROPUESTA DE LA UE

Los presidentes de Croacia, Franjo Tudjman, y Serbia, Slodoban Milosevic, rechazaron ayer, la propuesta de la Unión Europea (UE) de poner a Mostar y Sarajevo bajo administración internacional, ya sea de la ONU o de la UE, informaron asesores de los mediadores internacionales.

Además de acordar la no aceptación de la administración internacional, Tudjman y Milosevic presentarán hoy en Bruselas un nuevo reparto territorial de Bosnia-Herzegovina, en el que atribuyen a los musulmanes un 33,5 por ciento, un 17,5 por ciento a los croatas y el 49 por ciento restante a los serbios.

En una declaración conjunta presentada a los mediadores internacionales, David Owen y Thorvald Stoltenberg, los presidentes de Croacia y de Serbia reconocen igualmente el derecho de los musulmanes sobre los enclaves en Bosnia oriental (Srebrenica, Gorazde y Zepa) y a disponer de corredores para unirlos entre sí.

Los serbios bosnios rechazan hasta la fecha ceder estos enclaves a la futura república bosnia de mayoría musulmana, con el argumento de que la frontera natural debe ser el curso del río Drina.

Tudjman y el líder de los croatas bosnios, Mate Boban, harán igualmente causa común en Bruselas para obligar al presidente bosnio, Alia Izetbegovic, a elegir entre la salida al mar Adriático a través de la península de Prevlaka o la utilización del puerto croata de Ploce, entre otras facilidades portuarias, tal y como recoge el acuerdo perfilado el pasado mes de septiembre en el portaviones británico «Invencible».

SATISFACCION BOSNIA

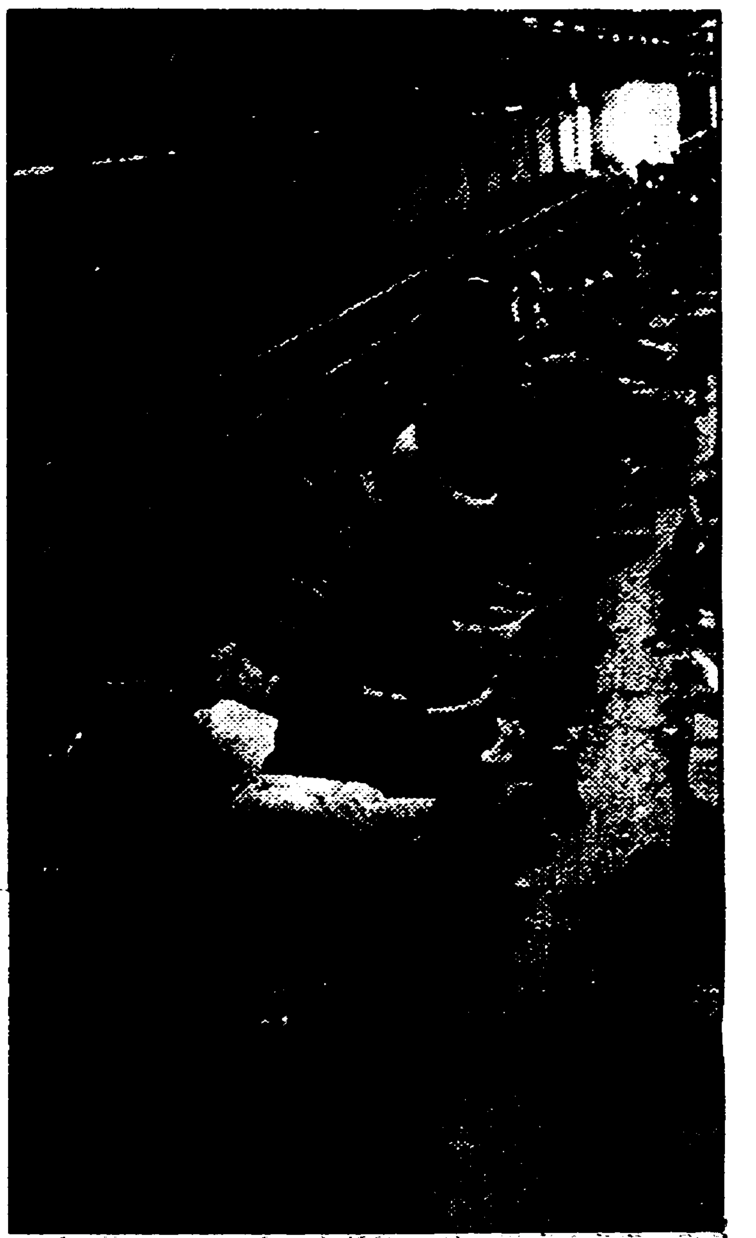
«Este es el éxito más resonante que se podía esperar de estas reuniones; es de esperar que los musulmanes acepten, porque si no, se quedarían sin argumentos para seguir dilatando la firma de la paz», declaró Milosevic.

Milosevic tiene prisa en que los musulmanes firmen la paz, para que la ONU le suspenda el bloqueo petrolero y comercial que le impuso hace 20 meses a Serbia por su responsabilidad en la guerra de Bosnia, que ha arruinado la economía serbia.

El presidente croata manifestó su esperanza en que el entendimiento entre serbios y croatas en el reparto de Bosnia redunde en una mejoría de las relaciones entre Serbia y Croacia, países que podrían protagonizar una nueva guerra, si la minoría serbia de Krajina no vuelve a acatar la soberanía croata.

«La Unión Europea entenderá que ya los musulmanes podrán establecer un Estado sobre un tercio exacto del territorio de Bosnia, como se pidió, y que contarán con una zona franca portuaria en el puerto adriático de Ploce y con edificios turísticos en las playas de Neum», comentó Tudjman.

«El mejor regalo navideño sería la paz», añadió el Presidente Tudjman.



La Cruz Roja calcula en 4.500 el número de prisioneros de guerra en poder de las tres partes beligerantes en Bosnia.

4.500 PRISIONEROS EN BOSNIA

Un total de 4.500 personas se encuentran todavía prisioneras de alguna de las tres partes beligerantes en el conflicto de Bosnia-Herzegovina, informó el Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR) en Zagreb, que pidió su liberación.

La cuestión de los prisioneros en Bosnia-Herzegovina, en su mayoría civiles detenidos para ser intercambiados, aniquilados o deportados de sus lugares de origen, ha representado uno de los problemas humanitarios más graves en esta guerra.

Según el CICR, del total de 4.500 prisioneros, 1.280 son serbios y croatas detenidos en campos musulmanes, 320 son musulmanes detenidos por musulmanes en conflictos internos, y los serbios bosnios tienen todavía 530 prisioneros.

El numero de los prisioneros musulmanes en poder de los croatas todavía no está claro, pero se supone que se trata de más de 2.000 personas, aunque el CICR no descarta que parte de ellos hayan sido liberados sin la presencia de sus observadores.

Los croatas bosnios han liberado unilateralmente desde el 14 de este mes a más de 1.500 prisioneros musulmanes bajo los auspicios de la CICR y aseguran que han desmantelado todos sus campos de internamiento.

L. Jur.

23/12/93

UNION EUROPEA FRACASA EN BOSNIA

La Unión Europea (UE) fracasó ayer, miércoles, en su intento de lograr un acuerdo territorial en Bosnia y sólo arrancó un pacto para una tregua navideña en Sarajevo, aunque las partes, al menos, aceptaron seguir las negociaciones hoy y mañana en la capital comunitaria.



La Unión Europea sólo logró una pacto para una tregua navideña en Sarajevo.

Los ministros de Exteriores francés, Alain Juppé, y británico, Douglas Hurd, coincidieron en que «hemos logrado avances muy limitados» que «no han hecho posible» un acuerdo, mientras que su colega español, Javier Solana, incluso dudó de la «buena voluntad de las partes».

Los ministros de Exteriores de la UE se reunieron en Bruselas con todos los dirigentes implicados en la guerra en Bosnia y con los mediadores internacionales para intentar lograr un acuerdo para el que, a primera hora de la mañana, según el mediador David Owen, «había pocas diferencias».

Sin embargo, tras la reunión el ministro de Exteriores belga, Willy Claes, presidente de turno de la UE, manifestó «no tengo motivos para ser optimista».

Mientras, el secretario de Estado británico, Douglas Haig, aseguró que sería incluso ser demasiado «optimista pensar que

antes de Navidad» se puedan superar las diferencias existentes.

Los dos únicos avances registrados fueron la confirmación de una tregua durante las fechas navideñas, que ya había sido pactada por los líderes militares en el terreno, y el compromiso de que los musulmanes, que son el 44 por ciento de la población de Bosnia, tienen derecho al 33,3 por ciento del territorio.

Los escollos por solucionar son aún, por tanto, numerosos: la «calidad» del territorio ofrecido, la división de Sarajevo, su estatuto y el de Mostar, la apertura del aeropuerto de Tuzla y la salida al mar Adriático.

La presidencia belga acusó abiertamente a los serbios de no aceptar la administración internacional sobre Sarajevo, probablemente el «escollo más complicado» de todos los que quedan por resolver, según fuentes de los negociadores.

Los musulmanes exigen que nueve de los diez distritos se mantengan unidos bajo tutela de la ONU durante dos años, mientras que los serbios reclaman su partición.

«La UE no quiere ni un nuevo Beirut, ni otro Berlín ni otra Nicosia» dijeron fuentes diplomáticas para defender la firmeza de la UE en contra de la división de Sarajevo.

Además, Claes señaló con el dedo al líder serbio de Bosnia, Radovan Karadzic, como responsable de que el aeropuerto de Tuzla no se abra para encaminar la ayuda humanitaria.

«El niet (no) de Karadzic ha sido implacable, con el triste argumento de que Belgrado está sólo a 200 kilómetros de Tuzla», dijo Claes.

Tras su segunda reunión negociadora en menos de un mes con los presidentes de Bosnia, Croacia, Serbia y sus acólitos en Bosnia, los Doce parecen estar al límite de sus esfuerzos para lograr que las partes lleguen a un acuerdo.

«Las partes deben entender que la UE hace todo lo que está a su alcance», dijo el ministro de Exteriores alemán, Klaus Kinkel.

Solana, en el mismo tono, aseguró que «me queda la duda de si las partes actúan de buena fe» y añadió que «uno tiene la

impresión de que esos líderes desprecian el sufrimiento de la población».

La UE consideró que los croatas han mostrado una posición más flexible que abre una brecha para un acuerdo tanto sobre la ciudad de Mostar como para una salida al mar.

El principio de poner Mostar bajo administración de la UE «parece aceptado» por los croatas, el problema es que la solución «no es para hoy», dijo Claes.

Sobre la salida al mar, los musulmanes han rechazado por completo la propuesta de Prevlaka, al este de Dubrovnik, y han pedido un «condominio» con los croatas del puerto de Neum.

«Las dos partes están dispuestas a estudiar la solución», dijo el ministro Claes, quien consideró que la actitud croata quiere decir que «una solución es posible».

El Gobierno de los bosnios musulmanes considera Neum la única salida al mar viable, mientras que hasta ahora los croatas se negaban a cederlo para que ello no interrumpiera el dominio completo que tienen ahora de la costa.

Los musulmanes sostuvieron que para ellos el problema de la «calidad del territorio» es el más crucial para llegar a un acuerdo territorial, subrayó el primer ministro bosnio, Haris Silajdzic, quien reclamó un territorio viable y que las concesiones territoriales «se hagan en los enclaves del Este» y no en el centro.

«El mapa está abierto», dijo Claes, y ésta es una de las primeras cuestiones que negocian en estos momentos las partes entre ellas con los mediadores internacionales, David Owen y Thorvald Stoltenberg. EFE

03-03

Para la CIA es Milosevic quien puede poner fin al conflicto

BELGRADO - EN LAS primeras planas de toda la prensa belgradense figuraba ayer el informe en el que la CIA estadounidense opina que el presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, acusado por la ONU de ser el mayor responsable de la guerra de Bosnia, es hoy el único interlocutor válido para el fin del conflicto.

En 1987 Milosevic era uno de los líderes más populares del comunismo y de la democracia en Europa, con millones de serbios nacionalistas que lo vitoreaban cuando pedía la abolición de la autonomía para los albaneses y decenas de diplomáticos que encomiaban su "revolución antiburocrática".

Tras la "cortina de humo" de la liberal revolución antiburocrática, Milosevic empezó, en Kosovo, a desmontar el tinglado federal yugoslavo que había legado en 1980 el comunista croata Josip Broz Tito.

Algunos analistas opinaron acertadamente ya entonces que aquel delicado andamiaje yugoslavo no podía tocarse en una de sus partes, Kosovo, sin atentar contra el equilibrio de Croacia y Bosnia.

La guerra de Bosnia huele este invierno a "nieve, pólvora y cercanía de la paz", comentaba un periodista tras la reunión de esta semana en Ginebra.

Todos los contendientes están exhaustos; los serbios destrozados por el bloqueo petrolero y comercial de la ONU, que ha paralizado su economía; los croatas, con sus comunicaciones cortadas por los serbios, y los musulmanes de Bosnia, destrozados por la superioridad armamentista serbia.

La mayoría de los diplomáticos europeos consultados en Belgrado coincidían desde hace tiempo en que sólo quien pudo comenzar esta guerra puede terminarla, y sitúan en el centro a Milosevic. En vísperas de las elecciones, la oposición liberal serbia sustituyó su juego antibelicista por el de apoyo a la Gran Serbia, a la espera de un aumento de clientela, y llegó a prometer que anularía las concesiones de Milosevic a los musulmanes en Bosnia.

El electorado reaccionó concediendo en las urnas el pasado domingo un 10% más de votos que en diciembre de 1992 a los eurocomunistas del Partido Socialista Serbio de Milosevic.■ *(EFE)*

El ejército bosnio musulmán ataca un convoy humanitario croata, mata a su conductor y hiere a varios civiles

Tregua navideña pero sin paz

* Los mediadores internacionales Owen y Stoltenberg siguen negociando en procura de resultados concretos

En Sarajevo cayeron ayer, a lo largo de la jornada, unos 1.500 obuses serbios y en Gornji Vakuf, en el centro de Bosnia, el ejército bosnio (musulmán) atacó a un convoy humanitario croata, y mató a un conductor e hirió a civiles, pese a una tregua navideña declarada por las partes en lucha. El anuncio de la tregua fue hecho en Bruselas por el canciller belga, Willy Claes, luego de que serbios, croatas y bosnios musulmanes acordaran el cese del fuego en la capital de Bélgica.

Bruselas (ANSA)

■ Claes, al término de la primera rueda de negociaciones de paz en Bruselas patrocinadas por los doce cancilleres de la Unión Europea, dijo que los exponentes de las comunidades bosnias permanecerán en la capital belga para proseguir las discusiones.

Además de la tregua navideña y la autorización concedida a los convoyes humanitarios y a los cascos azules para transitar por el territorio bosnio, Claes señaló que los beligerantes aceptaron por primera vez que a los musulmanes les sea concedido un tercio del territorio, no sólo "cuantitativamente", sino también "cualitativamente".

Por otra parte, el hecho de que los representantes de las tres partes hayan decidido seguir negociando en Bruselas con los mediadores internacionales David Owen (CE) y Thorvald Stoltenberg, podría representar una posibilidad de obtener otros resultados concretos.

Sin embargo, los cancilleres europeos consideraron "insuficientes" los resultados alcanzados en las negociaciones patrocinadas por la Unión Europea.

El italiano Beniamino Andreata, por ejemplo, dijo que los "beligerantes no son razonables", y que la "cultura de la guerra" que los nutre impide prever cómo concluirán las negociaciones que ayer fueron transferidas de Ginebra a Bruselas.

Por su parte, el canciller francés, Alain Juppe, lamentó la rigidez del dirigente de los serbios de Bosnia, Radovan Karadzic, que rechazó la administración provisoria de Sarajevo por parte de la ONU, y la reapertura del aeropuerto de Mostar, en el centro del país, solicitada por la UE por razones humanitarias.

Una postura más "razonable" adoptó el primer ministro bosnio (musulmán), Haris Silajdzic, que sostuvo que el problema de la salida al mar de la futura entidad musulmana bosnia puede ser resuelto a través de una "administración común" del puerto croata de Neum, compartida por las autoridades de Zagreb y de Sarajevo.

Silajdzic dijo que uno de los países miembros de la UE propuso que "Neum no pertenezca a nadie por el momento, y que una solución más estable podría alcanzarse en el plazo de tres o cinco años".

Según el jefe del gobierno de Sarajevo, los musulmanes están dispuestos a renunciar a su soberanía sobre Neum (formalmente bosnia antes de la disolución de la Yugoslavia) a cambio de ingentes concesiones territoriales en el este y el oeste del país.

Silajdzic dijo que se trata de zonas en las que fue aplicada la llamada "purificación étnica" (éxodo forzado de poblaciones civiles para crear zonas étnicamente homogéneas), que definió "un genocidio planificado", y agregó que las poblaciones deben poder volver a sus casas.

El premier bosnio, dijo también que su gobierno se opone a la partición de Sarajevo y Mostar, propuesta respectivamente por serbios y croatas (que sitian los sectores musulmanes de ambas ciudades, otrora capitales de Bosnia y de Herzegovina) y apoya la propuesta de confiar la primera a una administración temporaria de las Naciones Unidas, y la segunda a la UE.

Ante la sugerencia francesa de que podrían retirarse las fuerzas de la Unprofor en Bosnia si no se logra definir cuanto antes una solución de paz, Silajdzic indicó que "se trata de una medida de presión política ejercida sobre quienes son más débiles en el conflicto, cuando debería ser aplicada a quienes desencadenaron y prosiguieron con la guerra", o sea los serbios.

David Owen, en una entrevista al semanario holandés Elsevier, sostuvo que "el gobierno de Bill Clinton es el responsable de la continuación de la guerra" en Bosnia.

Clinton, a juicio del mediador internacional, pensaba que el plan Vance-Owen favorecía demasiado a los serbios y pretendía restablecer "una justicia conforme a su idealismo". Amenazó con intervenir militarmente, pero "sus amenazas no sólo no surtieron efecto alguno" sino que se quedaron sólo a nivel de amenazas.

Si George Bush, afirma Owen, que no estaba de acuerdo con el plan Vance-Owen, pero que no veía otra solución para evitar la pérdida de vidas humanas, hubiese sido reelegido presidente de Estados Unidos el año pasado, "la guerra en Bosnia habría acabado hace rato".

Fuertes combates continuaron sacudiendo ciudades en el centro de Bosnia

"Las bombas caen muy cerca de nosotros"

✱ En Sarajevo están interrumpidos los servicios de electricidad y agua potable

Fuertes combates entre fuerzas musulmanas y croatas estallaron ayer domingo alrededor de las ciudades de Kiseljak y Vitez en el centro de Bosnia-Herzegovina, mientras los residentes de la capital serbia de Sarajevo se encontraban sin servicio de agua y electricidad debido a los bombardeos.

por Hrvoje Hranjski
Zagreb (UPI)

■ Tropas croatas y de bosnios musulmanes chocaron en la ciudad de Vitez, 30 quilómetros al noroeste de Sarajevo, informó Idesbald Van Biesenbroech, de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor).

La tregua convocada por todos los frentes para prolongarse hasta el 15 de enero ha sido ignorada.

La radioemisora oficial del gobierno croata informó en Zagreb que el ejército bosnio desató una "ofensiva de Navidad" en el valle de Lasva que ha dejado docenas de heridos a causa de los bombardeos en Vitez, Novi Travnik y Kiseljak.

El jefe de patrulla de Unprofor, David Fillingham, de Canadá, hablando desde su comando en Kiseljak, 12 quilómetros al noroeste de Sarajevo, dijo que explosiones de mortero sacudieron a la ciudad controlada por los croatas.

"Las bombas están cayendo muy cerca de nosotros, pero no nos han golpeado directamente", agregó.

En respuesta a la ofensiva bosnia, la milicia croata, conocida como HVO, castigó el sector musulmán de Mostar con 28 impactos de morteros el domingo, de acuerdo con Biesenbroech.

En Sarajevo. 300.000 residentes y refugiados fueron afectados por cortes en los servicios de agua y electricidad, agregó el oficial de las fuerzas de paz.

La planta eléctrica en la colina de Zuc fue destruida por el fuerte bombardeo contra la ciudad desatado el sábado.

El servicio eléctrico sólo estaba funcionando en un tercio de su capacidad, afectando también el suministro de agua potable.

Un equipo de ingenieros eléctricos de Unprofor llegaron a la colina de Zuc para tratar de reparar la planta y restablecer los servicios básicos a la población de la ciudad sitiada.

Fuertes combates continuaron sacudiendo ciudades en el centro de Bosnia

"Las bombas caen muy cerca de nosotros"

* En Sarajevo están interrumpidos los servicios de electricidad y agua potable

Fuertes combates entre fuerzas musulmanas y croatas estallaron ayer domingo alrededor de las ciudades de Kiseljak y Vitez en el centro de Bosnia-Herzegovina, mientras los residentes de la capital serbia de Sarajevo se encontraban sin servicio de agua y electricidad debido a los bombardeos.

por Hrvoje Hranjski
Zagreb (UPI)

■ Tropas croatas y de bosnios musulmanes chocaron en la ciudad de Vitez, 30 quilómetros al noroeste de Sarajevo, informó Idesbald Van Biesenbroech, de la Fuerza de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor).

La tregua convocada por todos los frentes para prolongarse hasta el 15 de enero ha sido ignorada.

La radioemisora oficial del gobierno croata informó en Zagreb que el ejército bosnio desató una "ofensiva de Navidad" en el valle de Lasva que ha dejado docenas de heridos a causa de los bombardeos en Vitez, Novi Travnik y Kiseljak.

El jefe de patrulla de Unprofor, David Fillingham, de Canadá, hablando desde su comando en Kiseljak, 12 quilómetros al noroeste de Sarajevo, dijo que explosiones de mortero sacudieron a la ciudad controlada por los croatas.

"Las bombas están cayendo muy cerca de nosotros, pero no nos han golpeado directamente", agregó.

En respuesta a la ofensiva bosnia, la milicia croata, conocida como HVO, castigó el sector musulmán de Mostar con 28 impactos de morteros el domingo, de acuerdo con Biesenbroech.

En Sarajevo. 300.000 residentes y refugiados fueron afectados por cortes en los servicios de agua y electricidad, agregó el oficial de las fuerzas de paz.

La planta eléctrica en la colina de Zuc fue destruida por el fuerte bombardeo contra la ciudad desatado el sábado.

El servicio eléctrico sólo estaba funcionando en un tercio de su capacidad, afectando también el suministro de agua potable.

Un equipo de ingenieros eléctricos de Unprofor llegaron a la colina de Zuc para tratar de reparar la planta y restablecer los servicios básicos a la población de la ciudad sitiada.

SANGRIENTOS COMBATES EN BOSNIA, A POCAS HORAS DE LA TREGUA NAVIDEÑA

SARAJEVO, 23 (Reuter).– Intensos duelos de artillería estallaron hoy en Sarajevo cuando resta menos de un día para la tregua navideña que deberá entrar en vigencia en Bosnia-Herzegovina.

El cese del fuego acordado por las belicosas facciones bosnias tiene que cobrar vigencia la medianoche del jueves, pero con el alba de hoy se iniciaron violentos combates entre los sitiadores serbios de la capital bosnia y sus defensores musulmanes.

Radio Sarajevo, operada por el gobierno musulmán, exhortó a los pobladores a permanecer en el interior de las viviendas mientras las explosiones de artillería retumbaban en toda la ciudad.

Explosiones de proyectiles de mortero, tableteos de ametralladoras y disparos de fusilería se podían escuchar en la línea principal de los enfrentamientos entre serbios y musulmanes, ubicada cerca de la destruida torre del parlamento, dijo un corresponsal de Reuter.

Fuerzas serbias y del ejército bosnio libraron duelos de artillería en torno de Zic, un campo de batalla montañoso desde el que se denomina desde el norte las carreteras que conducen a la ciudad.

El miércoles, las Naciones Unidas contabilizaron la caída de 1.744 proyectiles de la artillería serbia en Sarajevo que provocaron la muerte de un lugareño y heridas a otros 12.

En el centro de Bosnia, el ejército del gobierno predominantemente musulmán lanzó el miércoles una ofensiva contra tropas croatas en lo que pareció un bien coordinado asalto, dijeron fuentes de la ONU.

Radio Croacia consignó hoy que 24 personas murieron hoy y otras 47 resultaron heridas durante los enfrentamientos bélicos que tuvieron lugar cerca de Vitez.

Las negociaciones entre los líderes de las tres facciones bosnias siguieron hoy en Bruselas, donde el mediador David Owen insistió que el cese del fuego acordado para la Navidad sólo tendrá éxito si hasta los más modestos oficiales que actúan en el campo de batalla reciben órdenes de acatarlo.

El presidente de Serbia, Slobodan Milosevic, informó que se habían producido "sustanciales progresos" sobre la base del nuevo mapa propuesto por serbios y croatas para dividir a Bosnia. Sin embargo, admitió que todavía no podía realizar hoy una evaluación sobre las perspectivas de un acuerdo porque –afirmó– los musulmanes estaban cambiando constantemente su posición.

La delegación musulmana explicó que aunque el último mapa que le había sido propuesto concede a esa comunidad el 33,3 por ciento del territorio bosnio en coincidencia con sus reclamos, no le daba tierras en torno de los vulnerables énclaves que esa comunidad tiene en Bosnia Oriental.

La conferencia que celebraron el miércoles los representantes de las facciones bosnias con los líderes de Serbia, Croacia y los ministros de Relaciones Exteriores de la Comunidad Europa, finalizó sin resultados concretos.

"No puedo decir que tengamos en nuestro horizonte una resolución definitiva para Bosnia".

Sarajevo fue blanco de bombardeos al tiempo que fracasan las conversaciones entre representantes de las tres facciones en guerra

El líder serbio Karadzic lanza un nuevo ultimátum a los musulmanes

Las conversaciones entre los representantes de las tres facciones en guerra en Bosnia-Herzegovina concluyeron anoche sin un acuerdo, por lo que se desvanece la esperanza de llegar a un arreglo político del conflicto balcánico antes de Navidades. "En cuanto a la situación política, no hay acuerdos", dijo lord Owen en una conferencia de prensa al término de dos días de intensas negociaciones con los líderes de serbios, croatas y musulmanes.



El líder de los serbios bosnios, Radovan Karadzic, vuelve a plantear exigencias para la paz. (Telefoto de AFP)

Bruselas (ANSA)

■ Las negociaciones se reanudarán en la ciudad suiza de Ginebra el 15 de enero, en otro intento por lograr una solución definitiva al conflicto bosnio, añadió el copresidente de la Conferencia de paz para la ex Yugoslavia.

Owen efectuó también un llamado a todas las partes en lucha para que respeten la tregua navideña, acordada el miércoles por las tres partes y formalmente en vigor desde la medianoche de ayer hasta el 15 de enero.

Sarajevo, sin embargo, fue ayer blanco de nuevos furiosos bombardeos: en tres horas cayeron más de 100 obuses y granadas sobre la capital bosnia, mientras violentos combates se reportaban en todo Bosnia central.

Serbios y croatas, por su parte, acusaron a los musulmanes de haber lanzado nuevas ofensivas contra Vitez y Travnik.

El líder de los serbios bosnios Radovan Karadzic, por su parte, lanzó anoche un velado ultimátum a los musulmanes de Bosnia para que acepten las ofertas planteadas en la mesa de negociaciones en estos dos días de tratativas. Si los musulmanes no aceptan el plan de paz en un plazo que no fijó pero que podría ser el 15 de enero, fecha en que vence la tregua de Navidad, los serbios podrían "retirar las concesiones" hechas hasta el momento. "Nosotros hemos respondido a todos los pedidos de la Unión Europea", en particular al conceder a los musulmanes un tercio del territorio, declaró el líder de los serbios-bosnios, quien acusó a los musulmanes de "no querer la paz".

El Parlamento de Sarajevo rechazó el pasado mes de setiembre un mapa presentado en la mesa de las tratativas de Ginebra, que atribuía tan sólo el 30% del territorio a los musulmanes.

Una versión corregida de la misma propuesta (con un 3 por ciento más del territorio para los musulmanes, fue presentada hace tres días por los presidentes de Croacia, Franjo Tudjman y de Serbia, Slodoban Milosevic.

El portavoz de los musulmanes, sin embargo, dijo que los serbios no han respetado las promesas, entre las cuales la de conceder el acceso a Brcko, y tachó a los croatas de "oportunistas" por haber dado marcha atrás sobre la posibilidad de acceso al puerto de Ploce.

Por lo que se refiere a Sarajevo, los musulmanes insisten en que una repartición territorial de la capital no puede figurar como hipótesis de solución.

Se busca concretr una tregua en Bosnia

LOS MEDIADORES BUSCAN UN COMPROMISO

El mediador comunitario para Bosnia, David Owen, aseguró ayer, en Bruselas, que el principal objetivo de las negociaciones entre las partes es buscar un compromiso definitivo para que la tregua navideña se cumpla hasta el 15 de enero.

Owen y Thorvald Stoltenberg comenzaron una segunda jornada de negociaciones con los dirigentes de las distintas facciones en Bosnia: el musulmán Alija Izetbegovic, el croata Mate Boban y el serbio Radovan Karadzic.

«Todavía vale la pena continuar las negociaciones», dijo Owen pese a los escasos avances logrados en la sesión de ayer con los ministros de Exteriores de la Unión Europea (UE).

«La tregua será mucho más fácil de cumplir si está apoyada de un fuerte compromiso político. Es nuestro principal objetivo», añadió el mediador.

«Además, vamos a exigir que la orden llegue a todos y cada uno de los caciques militares en toda Bosnia», aseguró. Sin embargo, ha habido fuertes bombardeos en Sarajevo y violentos combates en Bosnia central.

La sesión negociadora, convocada por los ministros comunitarios, acabó con sólo el acuerdo de la tregua y la aceptación de que los musulmanes tienen derecho al 33,3 por ciento del territorio bosnio, aunque son el 44 por ciento de la población de la república.

Además de la tregua, las partes y los mediadores tienen sobre la mesa numerosos puntos por discutir: el mapa definitivo, la salida al mar para los bosnios, el futuro de Sarajevo y la apertura del aeropuerto de Tuzla.

Owen confirmó que se ha llegado a un acuerdo entre serbios y musulmanes para la salida al río navegable Sava, al norte de Bosnia, a través de Brcko. Los croatas están también próximos a aceptar una administración de la UE sobre Mostar.

Por su parte, el embajador bosnio ante la ONU, Mohamed Sacirbey, aseguró que los serbios deben presentar un nuevo mapa porque «incluso los mediadores han confirmado que a la oferta territorial que tenemos ahora le falta el 1 por ciento».

Croatas y serbios se pusieron de acuerdo para ofrecer a los musulmanes un reparto que decían alcanzaba al 33,3 por ciento. Los musulmanes rechazaron la oferta porque dejaba fuera partes del este del país que reclaman para sí. «Los serbios se comprometieron a presentarnos hoy el 1 por ciento que falta», dijo Sacirbey.

La delegación musulmana se manifestó satisfecha porque la Unión Europea «ha entendido perfectamente el concepto de viabilidad», y que la misma cantidad de territorio en un lugar o otro cambia por completo el panorama.

De fuentes diplomáticas trascendió en Bruselas un enfrentamiento entre el ministro belga de Exteriores, Willy Claes, y el reprentante ruso para Yugoslavia, Vitaly Churkin, durante las negociaciones con las partes.

Churkin «pintó un panorama rosa» de un próximo futuro para Serbia sin sanciones, lo que disgustó a la presidencia de la UE, que consideró poco oportuna una intervención tan positiva en un momento en que la delegación serbia se negaba rotundamente a abrir el aeropuerto de Tuzla y boicoteaba un acuerdo sobre Sarajevo.

El embajador Sacirbey lamentó que en ese momento el representante de Estados Unidos, Charles Redman, también presente, no interviniera, ante la posición pro-serbia el delegado ruso. (efe)

LA SERBIA TUVO TEMOR DEL CAMBIO Y VOTO AL SOCIALISTA MILOSEVIC

BELGRADO, 20 (ANSA). — La Serbia profunda, que va de los campesinos ricos a los jubilados que casi no comen, tuvo miedo de un cambio y prefirió seguir con el Partido Socialista del líder Slobodan Milosevic, que de 101 escaños en el parlamento pasará a unos 120.

Los resultados de las elecciones legislativas de ayer en Serbia son casi definitivos y sólo faltan algunas circunscripciones, así que las previsiones son bastante seguras.

Hay un segundo vencedor, que es el joven (42 años) tecnócrata occidental Zoran Djindic, quien limipó a su Partido Demócrata de la vieja dirigencia y pasó esta vez de seis escaños a 31 o 32.

Djindic es la clave de todo posible gobierno y ya se ha propuesto como líder de una coalición de unidad nacional, pero formada, sobre todo por técnicos.

El tercer triunfador de estas elecciones serbias es el opositor Vuk Draskovic, jefe del Depos, a quien le fue muy bien en las principales ciudades, pero no lo suficiente. Obtiene de 45 a 50 bancas y por lo tanto, su bloque parlamentario será el segundo, pero la avanzada de Milosevic debilita su éxito.

Draskovic denuncia que hubo fraude electoral y afirma que "los dos tercios de Serbia votaron contra Milosevic".

Ahora, no podrá ser el elemento clave para nuevas alianzas de gobierno y deberá aceptar las reglas que dicta la mayoría o cerrarse en una oposición dura.

En cuanto a los perdedores, fracasó Zeliko Razniatovic, del Alkan, jefe de los tristemente famosos Tigres y denunciado como criminal de guerra por las Naciones Unidas, por sus crímenes en Bosnia. Gastó sumas ingentes en la campaña electoral pero se puede dar por satisfecho si obtiene una sola banca, la suya por Kosovo.

El Partido Radical pasó de 73 escaños a 40. Fue el partido que desencadenó la crisis al retirar su apoyo a Milosevic y lo obligó a disolver el parlamento y llamar a elecciones.

Mientras tanto, en Ginebra, los mediadores internacionales se preparen para realizar un nuevo esfuerzo destinado a sentar las bases de la futura división de la vecina Bosnia en plena guerra civil, en tres estados étnicos y lograr una paz definitiva.

Los mediadores David Owen (CE) y Thorvald Stoltenberg (ONU) se sentarán mañana en Ginebra para negociar con serbios, croatas y musulmanes, antes de presentarse el miércoles en Bruselas ante los doce cancilleres de la CEE, que presionan para que llegue a un acuerdo antes de Navidad.

Según los observadores diplomáticos, el encuentro principal será el de los presidentes de Serbia, Milosevic, y de Croacia, Franjo Tudjman, los dos jefes más fuertes en condiciones de sacar del callejón sin salida a las tortuosas negociaciones. El triunfo electoral de Milosevic da a éste aún más peso en las negociaciones.

También llegó a Ginebra el representante ruso para Yugoslavia, Vitali Churkin, quien presentará nuevas propuestas de Moscú para facilitar la solución del conflicto.

Los mediadores tratarán de arrancar nuevas concesiones territoriales a los serbios y de convencer a los musulmanes para que las acepten.

El plan de acción presentado por la Comunidad Europea el mes pasado prevé la concesión de alrededor de un tercio del territorio de Bosnia (33 por ciento) a los musulmanes en la división en tres repúblicas, contra el 30 por ciento que se les ofrecía antes.

También se les aseguraría una salida al Mar Adriático.

A cambio de las concesiones serbias, la CE retiraría paulatinamente las sanciones impuestas por la ONU a Serbia, acusada de haber desencadenado la guerra en Bosnia.

Las medidas legislativas se toman por mayoría simple, 126 escaños. Se requieren dos tercios de los votos para reformar la constitución.

"El Partido Socialista de Serbia ha logrado una victoria abrumadora", dijo el vocero Ivica Dacic. "Tendremos una mayoría absoluta o relativa" en el parlamento, señaló.

"Ningún partido podrá formar sólo un gobierno", alegó Zoran Djindjic, líder del Partido Democrático de oposición.

Las cifras extraoficiales sugieren que el Partido Demócrata podría obtener 30 bancas del nuevo parlamento.

La coalición DEPOS, un grupo de partidos democráticos encabezados por Vuk Draskovic, podría surgir como el segundo del parlamento, con 50 bancas.

No se sabe con certeza si la dividida oposición, integrada por partidos democráticos y nacionalistas extremistas unidos sólo por su antipatía hacia Milosevic, podrán formar una alianza eficaz contra los socialistas.

Los sectores radicales encabezados por Vojislav Seselj, le dieron a Milosevic una clara mayoría en el último parlamento, pero la alianza fracasó debido a la política de Milosevic en la guerra de Bosnia.

El Partido Socialista Serbio obtiene 123 bancas en 250

NEOCOMUNISTAS SERBIOS GANAN ELECCIONES PARCIALES

Los neocomunistas del Partido Socialista Serbio (SPS) siguen en cabeza, con 123 de los 250 diputados, tras repetirse el domingo los comicios celebrados el pasado día 19 en 45 mesas electorales.

Los resultados oficiales de esos comicios, en los que volvieron a votar unos 20.000 serbios de los siete millones con derecho a voto, se conocerán recién hoy.

El SPS, según su portavoz, Ivica Dacic, está dispuesto a formar Gobierno en solitario «dado que se ha probado que disponemos hoy de un 10 por ciento más de votos que en diciembre de 1992».

El SPS de Slobodan Milosevic tiene conseguidos 123 escaños, la liberal coalición Movimiento Democrático Serbio (DEPOS) 45, los ultranacionalistas del Partido Radical Serbio (SRS) 39, el centrista Partido Demócrata (DS) 29, el centro-nacionalista Partido Demócrata Serbio (DSS) 7, el partido de la minoría húngara Comunidad Democrática de los Magiares de Vojvodina (DZVM) 5.

Los albaneses de Kosovo -más de 1.200.000 de personas con derecho a voto- se han negado a votar «en el estado serbio» a pesar de habérselo pedido la oposición liberal, pero un grupo de albaneses del sur de Serbia ha obtenido dos escaños.

El Partido Socialista serbio ganó las legislativas y espera los resultados oficiales de hoy para saber si cuenta con mayoría absoluta

Milosevic es el hombre fuerte de Serbia

El Partido Socialista Serbio (ex Comunista) liderado por el presidente Slobodan Milosevic ganó las elecciones legislativas con el 37,2 por ciento de los votos, y obtuvo entre 124 y 128 escaños en el Parlamento, según resultados oficiosos difundidos por el vocero del partido, Ivica Dacic. Los resultados oficiales se conocerán recién hoy, pero según las estimaciones socialistas, cuestionadas por la oposición, el oficialismo espera tener la mayoría absoluta en el Parlamento.

Belgrado (ANSA)

■ Según esas proyecciones, la oposición Depos, que reúne a cuatro partidos, se colocó en segundo lugar con el 16 por ciento de los votos, seguido por los ultranacionalistas del Partido Radical Serbio (SRS) de Vojslav Seselj (13,1 por ciento) y el Partido Democrático de Zoran Djindjic (11,3 por ciento).

Los socialistas tienen que obtener por lo menos 126 escaños de los 250 del Parlamento para adjudicarse la mayoría, pero cuentan con suficientes aliados entre los pequeños partidos como para estar seguros de que no serán derrotados por la oposición.

En la legislatura precedente, los socialistas contaban sólo con 101 escaños. El Partido Democrático, que tenía sólo seis diputados, registró un significativo avance —32 escaños según estimaciones del mismo partido, con 11,3 por ciento de los votos— y puede convertirse en socio de los socialistas en caso que éstos necesiten formar una coalición para controlar el Parlamento, opinan los analistas de Belgrado. Sin embargo, el líder del Partido Democrático, un joven conservador pragmático, Zoran Djindjic, de cultura alemana, declaró que no se aliará con los socialistas de Milosevic y que no sostendrá un gobierno de minoría socialista, pero que está dispuesto a participar junto con otros partidos de oposición, incluida la extrema derecha, en la formación de un gobierno de "salud nacional". La coalición de oposición Depos, un cartel de cuatro partidos liderados por el Movimiento Serbio de Renovación de Vuk Draskovic, recogió el 16 por ciento de los votos.

Los resultados oficiosos indican también una severa derrota para los partidos ultranacionalistas: el Radical Serbio (SRS) liderado por Vojislav Seselj (13,1 por ciento) y el de Unidad Serbia de Zeljko Raznjatovic Arkan, ambos en las listas de sospechosos como criminales de guerra. El Partido Radical de Seselj, uno de los grandes perdedores de estas elecciones, contaba con 73 escaños en la precedente legislatura y era el segundo partido, detrás de los socialistas.

El presidente Milosevic había disuelto el Parlamento en octubre último después de la ruptura de la alianza entre los socialistas —que habían formado un gobierno minoritario— y el Partido Radical. Milosevic convocó a nuevas elecciones tras la amenaza de los partidos de la oposición de retirar la confianza al gobierno. Para conocer la verdadera repartición de los escaños parlamentarios hay que esperar el recuento definitivo de los votos.



Milosevic: victorioso en Serbia.

El sistema proporcional excluye a los partidos que obtengan menos del 5 por ciento de los votos y favorece a los que logran el mayor número de sufragios.

Las elecciones para las que fueron convocados siete millones de electores fueron boicoteadas por los albaneses del Kosovo (provincia autónoma serbia) y los musulmanes de Sandzak, en el sudoeste de Serbia.

La votación se llevó a cabo de manera regular, aseguraron los observadores internacionales —entre ellos miembros del Parlamento francés y británico— con pocos incidentes.

Un solo hecho empañó la calma de las elecciones: el asesinato del vicepremier montenegrino Miuhajlov Ljesar, que en un primer momento pareció un atentado pero que después se reveló como un crimen común y no político. Ljesar fue asesinado por el ex director de una sociedad de transportes que después se suicidó. La victoria obtenida por Milosovic, que lo convierte una vez más en el hombre fuerte del país, puede beneficiarlo en la ronda de las negociaciones de paz para Bosnia que se llevarán a cabo hoy en Ginebra y mañana en Bruselas.

ELECCIONES SERBIAS NO INCIDIRAN EN LA GUERRA

Partidarios del presidente neocomunista serbio Slobodan Milosevic y del líder de la oposición liberal, Vuk Draskovic, se enfrentarán en las urnas el próximo domingo, pero unos y otros defienden los intereses de la Gran Serbia.

En el poco probable supuesto de que ganara el líder de la oposición liberal, agrupada en torno a DEPOS -Movimiento Democrático Serbio-, quedaría la incógnita de la respuesta de los militares y la policía de Milosevic.

Tras las declaraciones de Draskovic el miércoles en el mitin de fin de campaña, no se nota que, no obstante haberlo prometido hace año y medio, haya dejado de ser nacionalista.

Draskovic acusó el miércoles a Milosevic de «vendepatrias» y de haber cedido en Ginebra demasiado territorio a los musulmanes, así como de haber pactado supuestamente con los croatas la entrega de Krajina por el bien del fin de la guerra.

Líderes de uno y otro bando están unánimemente en contra del bloqueo internacional impuesto a Serbia por su responsabilidad en la guerra de Bosnia, que ha acabado con su economía y producido una inflación del tres por ciento por hora.

Las encuestas prevén que los neocomunistas del «Partido Socialista» de Milosevic, presidente de Serbia, volverán a ganar -como en 1990 y en 1992- pero esta vez con unas cotas más modestas de favor popular, que podrían remontar si se hiciera la paz.

El fin de la guerra de Bosnia «suspendería» condicionalmente las sanciones económicas y abriría al comercio y al petróleo las fronteras de Serbia.

Sabedores de que ello sería un chorro de votos para Milosevic, los negociadores internacionales han aplazado la conferencia de paz -con musulmanes, serbios y croatas- hasta el próximo día 21, dos días después de las elecciones del próximo domingo.

Tras entrevistarse el martes con Milosevic, el líder de los serbios bosnios, Radovan Karadzic, declaró, el miércoles, que está dispuesto a hacer concesiones territoriales para que se cree en Bosnia un Estado musulmán.

Todos los sondeos de opinión coinciden en que los neocomunistas de Milosevic, sobre todo tras los resultados de la «Madre Rusia», sacará en torno al 20 o 22 por ciento de los sufragios, mientras que el DEPOS de Draskovic podría obtener entre el nueve y el 16 por ciento, según las agencias de opinión. (efe)

Boutros Ghali intenta resolver en Pekín la crisis norcoreana

Pekín (ANSA)

■ El secretario general de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, en su intento de resolver la crisis norcoreana, sospechada de producción de armas atómicas en sus plantas nucleares, llegó ayer a Pekín y se reunió con el premier Li Peng.

El secretario de la ONU realiza una visita de dos días a Pekín, con la cual concluye su misión por extremo oriente que lo llevó a Japón, Corea del Sur y Corea del Norte.

Boutros-Ghali, que llegó procedente de Pyongyang, había declarado antes de su partida de Corea del Norte que creía posible resolver el problema nuclear a través de negociaciones y diálogo.

Muchos países, además de la ONU, expresaron la esperanza de que Pekín use su influencia con Corea del Norte, su aliado desde hace largo tiempo, para resolver el problema nuclear. China reiteró en muchas ocasiones que el único camino para evitar la crisis eran las conversaciones.

La CIA, según el New York Times de ayer, entregó un informe al presidente Bill Clinton, en el cual se sostiene que Corea del Norte probablemente tiene en su poder una o dos bombas nucleares.

El presidente norcoreano que recibió a Boutros-Ghali en Pyongyang, sostuvo que no era necesaria la mediación de la ONU para la reanudación de las negociaciones entre Corea del Norte y Estados Unidos, para llegar a un acuerdo sobre las inspecciones a las plantas nucleares de su país.

En efecto, las conversaciones entre la AIEA (Agencia Internacional de Energía Atómica) y Corea del Norte, para concordar las inspecciones, podrían comenzar en los primeros días de enero.

Boutros-Ghali, además, examinará con los dirigentes chinos "algunos aspectos relativos a la actividad de la ONU".

Hoy se reunirá con el vicepremier y canciller Qian Qichen y luego realizará una conferencia de prensa.

China manifestó en reiteradas ocasiones su perplejidad sobre el costo y los resultados de las misiones de paz emprendidas por las Naciones Unidas en los últimos tiempos y pide un nuevo examen general del papel y de los podres del Consejo de Seguridad de la ONU, del cual es uno de los cinco miembros permanentes, antes de proceder a su revisión y ampliación.

Otro tema previsto en las conversaciones de Boutros-Ghali es la situación en la región, en particular en Camboya en ambas Corea.

ASIA

VIENTOS

Sus civilizaciones despertaron la admiración en los albores de la historia. Hoy despiertan la envidia de Occidente por su prosperidad. Varios países del Lejano Oriente se han convertido en las joyas de una corona asiática que atrae inversiones y exporta miles de millones de dólares cada año. Japón y los diminutos «cuatro dragones» (Hong Kong, Singapur, Taiwan y Corea del Sur) están variando la balanza de la economía internacional hacia el Oriente. De hecho, Estados Unidos busca sus socios para su mundo de mercados libres e intercambios sin fronteras en las naciones que beben del Pacífico. China ha comprendido que el carro dorado está pasando ante su puerta y quiere aprovecharlo para ser el coloso que domine el siglo XXI. El planeta mira hacia el futuro con ojos rasgados.

PABLO BUSTELO/CARLOS R. BRAUN

La civilización y el progreso viajan de Este a Oeste: el paso de los siglos ha visto moverse al centro de la cultura y la economía mundial desde el Lejano Oriente a Egipto, Grecia, Roma, España, Inglaterra y Estados Unidos. ¿Ha llegado el momento de dar un paso más y cerrar el círculo otra vez donde empezó?

Si las gigantescas India o China llenaron de admiración a los antiguos, los modernos parecen seguir la máxima de *small is beautiful*, lo pequeño es hermoso. Y los países que más asombro suscitan son incluso más pequeños que Japón: se trata de Corea del Sur, Taiwan, Hong Kong y Singapur.

Se los conoce como los «cuatro pequeños dragones», porque en la tradición confuciana el gran dragón es China; o como los «cuatro cachorros de tigre»: el tigre adulto sería Japón. Estos dragones han sido los líderes del crecimiento económico mundial en los últimos 30 años y están entre los principales exportadores. Entre 1965 y 1990 el crecimiento anual medio del Producto Interior Bruto (PIB) per cápita de los dragones fue del 7 por ciento, frente al magro 2,4 por ciento que fue el promedio de los países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Europeo (OCDE); ésa es también la cifra correspondiente a España.

Según datos del Fondo Monetario Internacional (FMI), entre 1983 y 1992 el PIB creció por encima del 8 por ciento anual en Corea del Sur y Taiwan y más del 6 por ciento en Hong Kong y Singapur. Esas tasas no tienen precedentes históricos. En sus dinámicos tiempos de la revolución industrial, Inglaterra necesitó 58 años para duplicar su PIB per cápita, de 1780 a 1838. Estados Unidos necesitó después 47 años, de 1839 a 1886; y Japón 34, de 1885 a 1919. Corea del Sur lo consiguió en apenas 11 años, de 1966 a 1977.

Esos pequeños países se lanzaron al mercado mundial y sus exportaciones pasaron de representar el 1,7 por ciento del total en 1967 a un notable 9,2 por ciento, una cifra equivalente a la de Japón y que duplica la de América Latina. La población de los dragones apenas llega a 75 millones de habitantes; Japón tiene 125 millones y América Latina 425 millones.

Corea del Sur ya es el primer productor mundial de circuitos de memoria electrónicos. La primera empresa siderúrgica del mundo es la coreana Posco, Pohang Iron and Steel Company, que recientemente ha dejado atrás a Usinor-Sacilor e incluso a la Nippon Steel. Los coreanos controlan el 25 por ciento del mercado mundial de la construcción naval, porcentaje sólo superado por Japón.

Taiwan no sólo es el primer productor mundial de calzado y raquetas de tenis, sino que también proporciona el 5 por ciento de los ordenadores personales que se fabrican en el mundo —unos 10 millones de unidades, frente a los sólo 6 millones que producen los países de la Unión Europea— y del 40 por ciento de los teclados y tarjetas para esos ordenadores.

Con sólo 20 millones de habitantes, Taiwan tenía en julio de 1993 unas reservas de divisas de 83.000 millones de dólares, las segundas mayores del mundo después de Japón y las primeras en términos per cápita o por meses equivalentes de importaciones.

El éxito industrial de los dragones es innegable. Lo que sorprende más, no obstante, es dónde han llegado en comparación con su punto de partida. A finales de los años 50 todos eran países pobres y no tenían, como tampoco tienen ahora, recursos naturales. El panorama era exactamente el inverso al de América Latina, que entonces era rica y tenía, como sigue teniendo, recursos naturales ricos y abundantes. Pero desde entonces hasta hoy Iberoamérica no ha podido exhibir ni la cuarta parte del dinamismo económico de los dragones asiáticos.

DEL ESTE



Las viejas tradiciones se confunden con los más nuevos negocios.

Los factores que contribuyeron a ese milagro oriental son diversos y los especialistas no siempre se ponen de acuerdo sobre su importancia relativa. Por su parte, los europeos temen los efectos de su desarrollo demográfico sobre algunos aspectos cruciales de su Estado del Bienestar: por ejemplo, la quiebra del sistema estatal de pensiones por el aumento en el número de ancianos y la reducción del número de cotizantes. Cuando los países del Este asiático iniciaron su crecimiento económico, en cambio, la demografía les jugó una buena pasada: la mortalidad empezó a caer y siguió cayendo en todo el mundo, pero sólo en el Este asiático ese fenómeno se combinó con un alza en las tasas de natalidad.

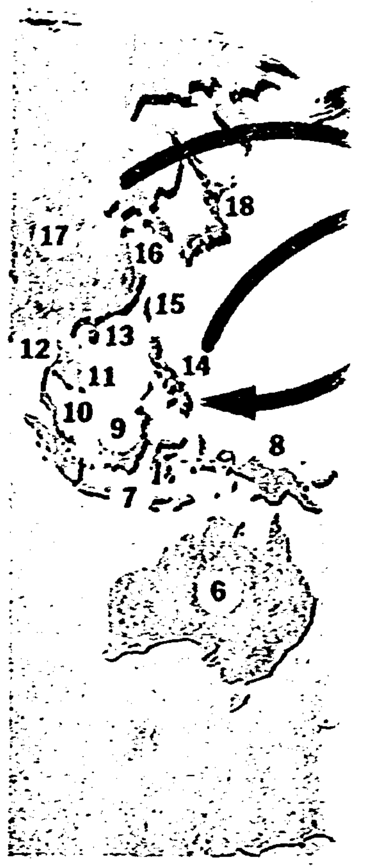
Este doble fenómeno facilitó el aumento del ahorro de las familias y sobre todo la extensión de la educación, que es un factor importantísimo para el desarrollo económico. La educación pública, además, hizo bien su trabajo porque, en vez de invertir una suma desproporcionadamente grande en las universidades —que se habrían convertido en centros universitarios masivos y de baja calidad científica típicos de América Latina y de países como España—, dirigieron el gasto especialmente a la educación básica, primaria, secundaria y técnica. No gastaron, así, más que otras naciones, pero gastaron mejor.

Otra de sus características es haber sido economías relativamente abiertas. Pudieron aprovechar así la ola del crecimiento mundial de la posguerra y comprobaron en la práctica los efectos benéficos de las economías abiertas sobre la productividad. Cerca de ellos, la India

EL FUTURO ES EL GRAN PACIFICO

Estos países son el germen de lo que pretende ser, con el patrocinio de EE UU, el mayor mercado del mundo. Se agrupan en el foro Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC). El PIB está en miles de millones de dólares y la renta per cápita en dólares.

País	POBLACION (en millones)	PIB	CRECIMIENTO (%)	RENTA PER CAPITA
1 CANADA	28,8	541,4	2,6	19.020
2 EE UU	252,2	5.500	2,7	21.100
3 MEXICO	90	40,9	2,5	1.190
4 CHILE	12,8	33,0	9,5	2.200
5 N. ZELANDA	3,4	44,3	2,8	11.800
6 AUSTRALIA	17,5	264,9	2,5	14.400
7 INDONESIA	185	119,5	5,9	490
8 PAPUA N. G.	4	9,8	1,6	900
9 BRUNEI	0,3	4,7	3,0	14.120
10 MALASIA	18,6	55	7,8	2.130
11 SINGAPUR	2,8	46,0	5,8	16.500
12 TAILANDIA	2,8	66	7,5	1.170
14 FILIPINAS	60,7	45,8	0,0	700
15 TAIWAN	20,9	206,8	6,1	9.945
16 COREA SUR	43,3	296,8	4,8	6.800
17 CHINA	1.160	264,8	12,8	360



era un gráfico ejemplo de las políticas erradas. Más lejos, América Latina era otro tanto.

La cuestión del papel del Estado es objeto de muchas polémicas. Existe una cierta idea de que los estados no tuvieron nada que ver con la prosperidad de los dragones, y que su crecimiento se debió a una especie de mercado libre cuasi anarquista. Esto parece ser más una superstición que otra cosa.

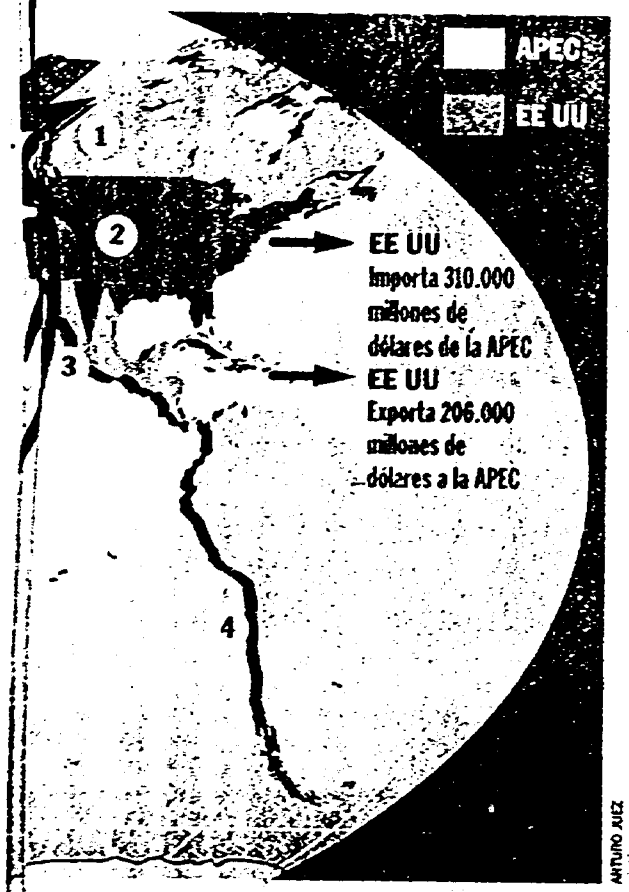
Un reciente informe del Banco Mundial (BM), *El milagro de Asia oriental*, publicado en septiembre de 1993, ha vuelto a encender la mecha del debate. El BM reconoce lo que los estudiosos ya habían observado desde hacía mucho tiempo: el Estado en los dragones fue cualquier cosa menos inexistente.

El BM sostiene que la importancia del sector público en los dragones se debe a que intervino para que el mercado pudiese funcionar, cosa en la que algunos economistas discrepan. Los especialistas sí están de acuerdo en que para los casos de Hong Kong y Singapur fue muy importante la inmigración de personas y capitales que huyeron en 1949 de la revolución China; también su función de intermediación comercial y su privilegiada situación geográfica.

En Corea del Sur y Taiwan tuvo importancia la ayuda económica y militar de EE UU en los años 50 y 60, ya que se trataba de países situados en la frontera exterior de la Guerra Fría. Otros factores de peso fueron la reforma agraria al estilo japonés, que fragmentó tierra e hizo posible un gran crecimien agrícola, que a su vez contribuyó mucl a la industrialización. También contar otras intervenciones del Estado: en el c mercio exterior, para proteger el merca interno y estimular las exportaciones; el sector financiero, con unos bancos co trolados casi totalmente por el Estado: en la educación y las infraestructuras.

Hay puntos que diferencian la int vención del Estado en los dragones y otras latitudes. El peso del sector públi en la economía es relativamente peq ño: el gasto público en Taiwan es el por ciento del PIB, mientras que en pón es el 30 por ciento, en EE UU el por ciento y en Europa el 50 por ciento

Un aspecto ilustrativo, aunque inqu



13 HONG KONG	
POBLACION (en millones)	5,7
PIB	92,8
CRECIMIENTO (%)	5,0
RENTA PER CAPITA	15.725

18 JAPON	
POBLACION (en millones)	124
PIB	3.671
CRECIMIENTO (%)	1,3
RENTA PER CAPITA	29.525

tante, es que el peso del Estado en la economía de alguno de los dragones se ha visto frenado porque no eran estados democráticos. Ha escrito el semanario británico *The Economist*: «El secreto político de los éxitos asiáticos es que sus gobiernos han sido relativamente impermeables ante las peticiones de favores —lo que los economistas llaman *rent-seeking*, búsqueda de rentas—, frente a las cuales los gobiernos democráticos modernos es imposible que ofrezcan resistencia».

En los últimos años se siente en buena parte de Asia el empuje de la democracia. Europa y América miran ahora hacia la orilla remota del Pacífico con la incógnita de si la libertad va a seguir allí el mismo sendero económico que ha trazado en Occidente. ■



Clinton (en el centro) con alguno de sus invitados asiáticos en la reunión de Seattle del pasado noviembre.

A LOS MARES DEL SUR

Estados Unidos está decidido a hacer del mundo un gran mercado libre. Y quiere empezar por el Pacífico, aunque sus futuros socios se muestran reticentes

CARLOS ENRIQUE BAYO, Washington

BILL CLINTON, EL PRESIDENTE DE EE UU, no tuvo pelos en la lengua: «Si nuestros esfuerzos por asegurar acuerdos comerciales globales desfallecen, entonces el foro de Cooperación Económica de Asia y el Pacífico (APEC) aún nos ofrecerá una forma de expandir los mercados en esa región».

Hasta ese discurso en la inusitada cumbre de Seattle (EE UU) del APEC, celebrada el pasado noviembre, sólo funcionarios deseosos de mantener el anonimato y algún que otro responsable comercial norteamericano se habían atrevido a expresar tan claramente lo que Clinton está dispuesto a hacer: dar un histórico golpe de timón hacia las aguas del Pacífico, una vez agotadas las rutas comerciales atlánticas, para levantar la economía estadounidense aun a costa de soltar las amarras que lo unen a Europa.

Los datos objetivos lo avalan. En Seattle estaban reunidos los líderes de los países que reúnen el 40 por ciento de la población de la Tierra, la mitad del Producto Interior Bruto de todo el globo (más de 13 billones de dólares) y el 40 por ciento del comercio mundial. Frente a la intrincada bahía de Puget, en las frías aguas del Pacífico Norte, cobraban realidad las ominosas advertencias pronunciadas, hasta entonces en privado, por los miembros de la Administración Clinton sobre el fin de la era «eurocéntrica».

Ciertamente, hasta los propios delegados japoneses expresaron su asombro de que tantos y tan variados países, desde China hasta Australia y de México a Indonesia, lograran emitir una declaración conjunta tan terminante y rotunda: «El tiempo de promesas y compromisos hace mucho que pasó. Se requieren pasos concretos (...) y como la región económicamente más poderosa y dinámica del mundo (...) estamos colectivamente decididos a garantizar el éxito de la Ronda de Uruguay [sobre el GATT]».

Pero las primeras tormentas se descargaron pronto desde Japón sobre la ofensiva clintoniana. Tokio, con su nuevo primer ministro, Morihiro Hosakawa, es de pronto agresivo en las negociaciones con EE UU y contraataca las protestas de Washington. Cuando los norteamericanos alegan que el Gobierno de Japón sólo adquiere en el extranjero el 1,6 por ciento de sus equipos de telecomunicaciones, los japoneses rápidamente acusan a la Administración Clinton de competencia desleal, puesto que Washington importa muchísimo menos (el 0,3 por ciento) en ese campo. Y si protestan porque las escuelas niponas no compran computadoras *made in USA*, se replica prontamente que lo primero que tiene que hacer EE UU es abrir su mercado gubernamental a los superordenadores de otros países.

Los expertos estadounidenses desesperan: «Este asunto de abrir los mercado[s] norteamericanos es absurdo —se quej[a] uno de ellos—. Tenemos el mayor défici[t] comercial del mundo. ¿Cómo pueden decir que somos un mercado cerrado?».

Aunque para déficits comerciales, e[l] que EE UU padece con China, cuyo presidente, Jiang Zemin, reaccionó igual qu[e] haría una estatua estalinista cuando Clinton trató de conmoverlo con derechos humanos, procuró convencerlo de qu[e] abriera su país e intentó presionarlo sobr[e] el problema de la proliferación nuclear Clinton no desplazó a Jiang ni una pulgada de su pétreo estancamiento; en cambio, acabó entregándole un superordenador, tecnología nuclear y hasta dos satélites (para que los lance China) como pag[o] por los 15 minutos de entrevista.

Europa ya no es el objetivo; pone demasiados problemas a la hora de negociar

Ese afán mercantil arrastra peligrosamente a EE UU por la pendiente de l[a] nueva carrera armamentista en Asia «Sólo nos quedan entre tres y cinco año[s] antes de que varios países asiáticos cuenten con armas nucleares», advierte el asesor del Pentágono Henry Sokolski. Per[o] Clinton no sabe cómo negar a Pakistá[n] los 60 cazabombarderos F-16 que le pide que darían trabajo a 4.000 empresas norteamericanas de alta tecnología y que, seguramente, serían empleados para transportar las ya inminentes bombas atómica[s] paquistaníes. Igualmente, India está cooperando estrechamente con los desheredados científicos nucleares de la extint[a] URSS. Junto a la amenaza de nuevos misiles balísticos superprecisos qu[e] China está desarrollando esas actividades empujan, a su vez, a Japón Corea del Sur, Taiwan [e] Indonesia a emprender s[u] propio despegue armamentista. Pero Clinton y[a] no se puede parar: all[í] está su futuro, entre lo[s] ri[cos] de Asia.

9400755

05/05

Singapur

MEJOR PROSPERIDAD QUE LIBERTAD

Su crecimiento ha sido dirigido por un régimen de mano de hierro que mantiene las calles de este mini-Estado tan limpias como llenas las cuentas corrientes

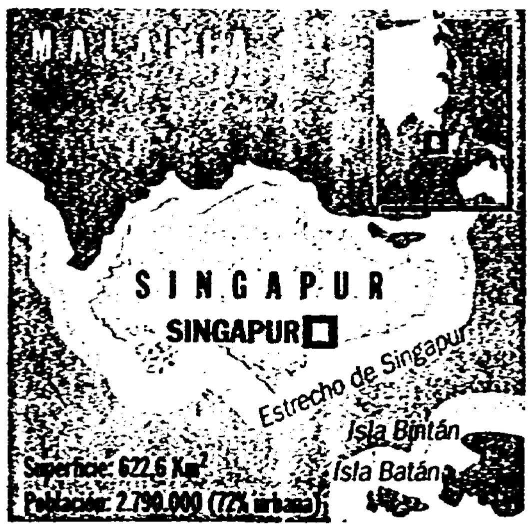
SINGAPUR, LA PEQUEÑA CIUDAD-NACIÓN, pero también quizás el dragón más agresivo, disfruta de una de las rentas per cápita —la tercera de Asia después de la de Japón y el Sultanato de Brunei— y tasa de crecimiento mayores de Asia. Sin embargo, el 80 por ciento de la población de esta antigua colonia británica tiene que contentarse con adquirir un pequeño, aunque caprichoso, apartamento para vivir. Y la propiedad de un automóvil es un auténtico lujo: un auto que en Hong Kong cuesta unos 1.500 dólares, en Singapur se vende por el doble. Eso sí, compradores no faltan.

El escaso espacio disponible limita las posibilidades de sus ciudadanos, en su gran mayoría de origen chino. Como emigrantes huidos de la pobreza, son poco amigos de cambiar la actual prosperidad por mayor libertad política.

Gobernado con mano hierro (al extremo de que escupir o comer chicle puede suponer una multa de hasta 400 dólares), se ha aprovechado de su estratégica posición geográfica y privilegiado puerto. Su capacidad para atraer la inversión extranjera y sus exportaciones fueron el arranque de una economía que subió como una flecha por la fuerte demanda interna y que no ha perdido su dinamismo. Fue el primer país que aplicó la fórmula de *laisser faire* (libre comercio) y ahora intenta convertirse en el gran centro mundial de servicios financieros. Su mercado de cambio es el tercero después del de Nueva York y Londres con 85.000 millones de dólares diarios. Su industria de refino es monumental y se sitúa en el tercer lugar de la clasificación mundial. Singapur, que no acusa la corrupción institucionalizada de otros países del área, importa mano de obra y quiere retrasar la jubilación de sus ciudadanos para aprovechar al máximo su productividad.

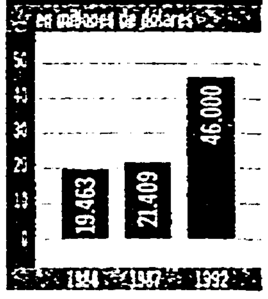
El gran responsable de este despegue fue el ex primer ministro Lee Kuan Yew, retirado hace un año, pero que aún ejerce una gran influencia en el Gobierno de este pequeño territorio. China intentó contratarlo como asesor para la puesta en marcha de lo que en Pekín se llama «socialismo de mercado», pero no es fácil aplicar las fórmulas que funcionaron en un Estado más pequeño que Nueva York en un gigante que tiene que alimentar cada día a 1.200 millones de seres humanos. Pero es evidente que este país y Hong Kong serán los modelos chinos. ■

SINGAPUR

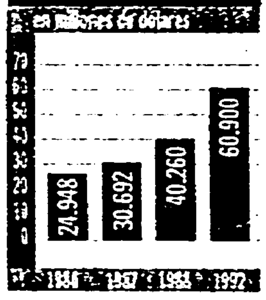


Tasa Real de Crecimiento Económico	5,8%
Renta Per Cápita sobre P.I.B.	16.500 $

PIB



EXPORTACIONES



Consumo de gasolina por habitante en kg.	6.165
Habitantes por automóvil	12
Habitantes por teléfono	2
Nivel de alfabetización	87%
Esperanza de vida (años)	74
Composición de la fuerza de trabajo:	
Agrícola	1%
Industria/comercio	64%
Servicios	35%

Taiwan

LA PEQUEÑA CHINA

La escisión del «gigante rojo» tras la revolución comunista en 1949 ha marcado al país, exportador nato de productos y formador de talentos nacionales

Es el tercero de los cuatro dragones en renta per cápita, se ha convertido en la meca soñada por los chinos del continente comunista. La milagrosa prosperidad de esta isla, que el régimen de Pekín considera todavía una provincia traidora desde que en 1949 se refugiaran en ella los restos del régimen republicano-nacionalista del kuomintang, se ha sustentado en la exportación de productos manufacturados: desde textiles, calzado deportivo y juguetería hasta tecnología punta. La producción se ha diversificado y las compañías taiwanesas controlan el 20 por ciento del mercado mundial en el sector informático y sus plantas suministran materiales diversos para las industrias de la zona, la nipona entre ellas.

Es uno de los dos países con mayor reserva de divisas y, al igual que Singapur, Hong Kong o Corea del Sur, ha sido administrada por un Gobierno autoritario, en el poder desde hace más de tres décadas. Una de las características que diferencia a Taiwan del resto de los dragones es su obsesión por China, cuya soberanía reclama desde que los líderes que fundaron Taiwan fueron expulsados por las tropas de Mao. Fan Jen Fei, director de Industrias Farmacéuticas, señala que, a pesar de los consejos impartidos por el Gobierno a sus empresarios, por razones políticas, todos piensan en invertir en China con los ojos puestos en la reunificación nacional: hasta ahora se han instalado allí 7.000 empresas con 6.000 millones de dólares en contratos. «Nos reciben con los brazos abiertos —dice Fan Jen Fei—, pero nuestras inversiones no están seguras porque hay riesgos políticos».

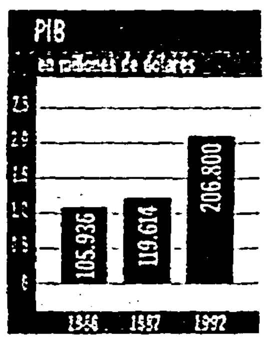
Las compañías de este territorio, que lucha por ser admitido en la ONU, se han expandido por el sudeste asiático, donde viven 20 millones de personas de ascendencia china, como única manera de sobrevivir en Asia. Su moneda se apreció un 40 por ciento en menos de dos años y, en consecuencia, aumentaron vertiginosamente los salarios y costos laborales dentro del país. Desde 1987, más de 4.000 firmas de este país se han establecido en el sureste: en Malasia e Indonesia, por ejemplo, los salarios cuestan una décima parte. Vietnam es el país preferido. Se ayudan en esa penetración con decenas de miles de chinos nacidos en estos países pero adiestrados en Taiwan.

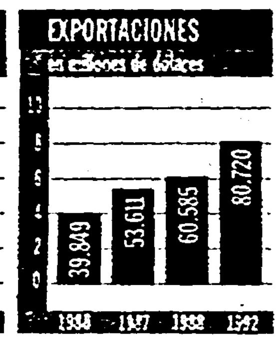
Uno de los principales problemas taiwaneses es su déficit con Japón, que ha invertido en esta isla cerca de 4.000 millones de dólares. El poderoso imperio nipón ha conseguido que «la pequeña China» dependa comercialmente de él. ■

TAIWAN



Tasa Real de Crecimiento Económico	6,1%
Renta Per Cápita sobre PIB	9.945 $





Consumo de gasolina por habitante en kg.	820
Habitantes por automóvil	-
Habitantes por teléfono	2
Nivel de alfabetización	90%
Esperanza de vida	-
Composición de la fuerza de trabajo:	
Agrícola	17%
Industria/comercio	53%
Servicios	30%

"NUESTRO UNICO RECURSO ES LA GENTE"

Ministra sin cartera de Taiwan y una de las máximas autoridades económicas del país, SHIRLEY KUO niega que el suyo sea el país de los salarios bajos

P. *¿Cual es el secreto del éxito economico de Taiwan?*
R. Taiwan es un país sin recursos naturales. Nuestro único recurso es la gente. Además, somos una isla. Y tuvimos una elevadísima inflación cuando terminó la Segunda Guerra Mundial. Lo primero que hicimos fue una buena reforma agraria, que garantizó la estabilidad política y social. Y lo segundo fue adoptar un sistema de mercado, que dio incentivos a los trabajadores y a los empresarios para poner manos a la obra. En este contexto el objetivo del Gobierno fue parar la inflación, para lo cual se realizó una reforma monetaria y se mantuvo el orden en las fin zas públicas.

P. *¿Cuándo empezó el despegue de la economía?*
R. En esas condiciones el sector privado empezó a crecer r rápidamente, de forma notable a partir de 1960. Se siguió ent ces una doble política de liberalización e internacionalizac de la economía. Tiene gracia que muchos hablen de ellas ah cuando ¡nosotros las iniciamos hace 30 años! Somos los pic ros de la economía de mercado.

P. *El Gobierno intervino activamente en el fomento de las portaciones: no es un ejemplo de liberalismo.*
R. Hay que tener en cuenta dos cosas fundamentales. En pri lugar, se debatía entonces en los círculos académicos si lo m era estimular las exportaciones o sustituir importaciones. A más tarde se vio que el primer camino era el correcto, y n tros ya lo habíamos adoptado, sin esperar a que los economi se pusieran de acuerdo. En segundo lugar, y es un punto d máxima importancia, todos los apoyos a los exportadores fu reducidos gradualmente: las ayudas, los créditos, los tipos d terés preferentes, el tipo de cambio, etc.

Hong Kong

PUENTE DEL GIGANTE

En plenas conversaciones sobre su integración en China en 1997, su futuro financiero pasa por servir de vínculo entre el mercado chino y el sudeste asiático

La colonia británica, que vuelve a China en 1997, conserva aún su importancia como centro financiero y puerto franco y su nivel de vida es, con Japón y Singapur, el más elevado de Asia. Mucho más que Taiwan, que no se ha decidido a entrar a saco en China por sus peculiares odios y amores políticos, su economía ha quedado engarzada en el proceso de apertura chino, principalmente en el que tiene lugar en las provincias fronterizas con el enclave. Aproximadamente una cuarta parte de su circulación monetaria pasa por China.

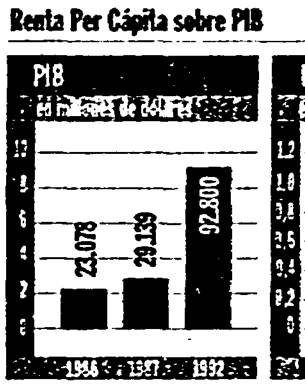
El coloso de Asia, su primer socio comercial, es domicilio del 75 por ciento de los trabajadores empleados por las firmas de Hong Kong. La suerte de este dragón, que también dejó de ser pobre gracias a la baratura de su mano de obra y al reclamo de su administración británica, dependerá de la delicadeza de Pekín. El Partido Comunista Chino (PCCH), que incorporará la colonia a la disciplina nacional con el estatus de Región Administrativa Especial, se ha comprometido en los documentos de traspaso a respetar su actual sistema administrativo y de gobierno. El futuro de Hong Kong, que al igual que Singapur dedicó importantes recursos a la formación de capital humano, dependerá en parte del resultado de las conversaciones con Pekín sobre reforma política (ver recuadro).

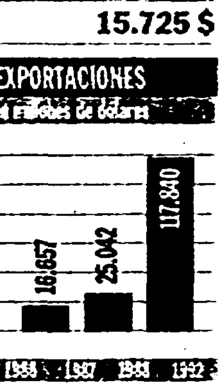
Las ventajas de este dragón flotante han sido claras. El capital de Taiwan hacia China pasó por sus bancos y las operaciones financieras más complicadas tuvieron lugar en la colonia. De exportar relojes y ositos de peluche, que todavía constituyen un importante capítulo en su economía, Hong Kong ha pasado a servir de mercado financiero y mediador. Muchas de las empresas que operan en los países de la zona tienen su base en el enclave. La turbulencia de los últimos años, y las facilidades dadas por el PCCH para actuar directamente en su suelo, han restado algo de la utilidad que siempre caracterizó a la colonia. Los expertos consideran que su futuro es actuar como puente en el comercio regional entre China y el sudeste asiático. Tony Fung, director de una agencia asesora, agrega que hay que ver a Hong Kong como parte de un conjunto y que debe mantener su fuerza financiera y comercial. «Junto a Macao (colonia portuguesa que también será devuelta a China) y Guangdong (provincia del sur de China de desarrollo más rápido), está llamado a integrar un foco de grandes posibilidades». ■

HONG KONG



Tasa Real de Crecimiento Económico	5%
Renta Per Cápita sobre PIB	15.725 $





Consumo de gasolina por habitante en kg.	1.629
Habitantes por automóvil	35
Habitantes por teléfono	2
Nivel de alfabetización	75%
Esperanza de vida (años)	78
Composición de la fuerza de trabajo:	
Agrícola	1%
Industria/comercio	60%
Servicios	39%

EL DIA "D"

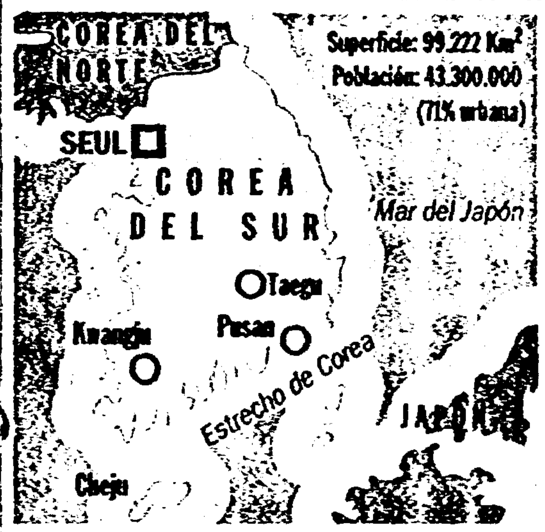
El tiempo se acaba para los británicos en Hong Kong. En 1997 van a devolver la colonia a China. Cuando el «día D», el 1 de julio de ese año, llegue, Hong Kong se convertirá en una Región Administrativa Especial (SAR) de China, en línea con otras zonas de ese país, como Shanghai o Schenzen, donde el régimen experimenta con el capitalismo de forma controlada.

El estatus de la colonia se definió en líneas generales en 1984, año en que Gran Bretaña aceptó devolver el territorio a China, y se hizo público a través de una declaración conjunta de ambos países. A partir de ahí, los chinos redactaron la Ley Básica, una mini-Constitución para Hong Kong que entraría en vigor en 1997. Chinos y británicos han estado negociando las leyes para después de la transición: acuerdos de protección a la inversión, derechos aéreos y el posible estacionamiento de tropas británicas en la zona durante algunos años, entre otros.

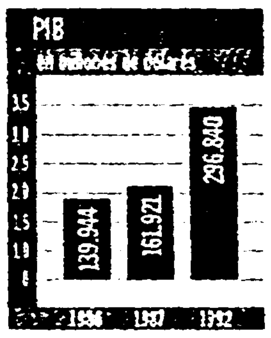
Pero los problemas surgieron cuando se tocó el tema del Gobierno de Hong Kong: el Concejo Legislativo (LegCo). De sus 60 miembros, sólo 18 se eligen por voto directo; 21 son elegidos por «circunscripciones funcionales» —es decir, diferentes gremios poderosos de la colonia— y el resto son nombrados por el gobernador, Chris Patten, es decir, el Gobierno británico. Aunque la Ley Básica aumenta el número de miembros elegidos directamente a 20, las circunscripciones funcionales elegirán 30 y un comité electoral, es decir el Gobierno chino, otros 10.

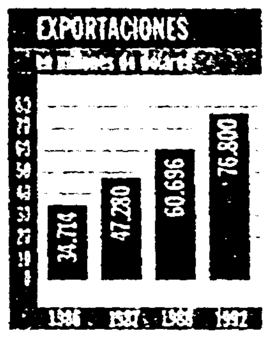
Después de la masacre de Tiananmen en 1989, el hecho de que las dos terceras partes del Gobierno de Hong Kong fuesen elegidas por métodos poco claros, y que fueran los chinos y no los británicos los que estuvieran detrás de esos métodos, empezó a poner nerviosa a la población, especialmente a la comunidad financiera. Los británicos querían simplemente ampliar el número de escaños del LegCo que se eligen por voto directo, pero los chinos se negaron. Patten optó entonces por otras modificaciones, por ejemplo la reducción de la edad de votación de 21 a 18 años; el nombramiento de una comisión electoral y de demarcación independiente; la ampliación del número de personas que pueden pertenecer a las circunscripciones funcionales para incluir a toda la población (2,7 millones de habitantes) y que el comité electoral de la colonia esté compuesto por miembros que hayan sido elegidos. A los chinos no les gusta ninguna de ellas. La legislación sobre estos puntos tiene que estar lista para las últimas elecciones generales y regionales bajo mandato británico, que serán en 1995. ■

COREA DEL SUR



Tasa Real de Crecimiento Económico	4,8%
Renta Per Cápita sobre PIB	6.800 $





Consumo de gasolina por habitante en kg.	1.832
Habitantes por automóvil	38
Habitantes por teléfono	3
Nivel de alfabetización	92%
Esperanza de vida (años)	70
Composición de la fuerza de trabajo:	
Agrícola	18%
Industria/comercio	26%
Servicios	56%

Corea del Sur

EL HERMANO MENOR

Es el más débil de los dragones; su economía ha disminuido su vertiginosa ascensión, pero los deseos de emular a Japón prometen mayores logros

CONTRARIAMENTE A TAIWAN, QUE aunque fue colonia japonesa entre 1895 y 1945 no guarda un preocupante sentimiento antinipón, los coreanos no han podido superar el sufrimiento causado por la colonización japonesa de los años 30 y 40. Es esa una de las razones de su interés por equipararse a la economía de la metrópoli y de las preferencias de los empresarios japoneses por el mercado taiwanés. Como los otros dragones, su gran competitividad y capacidad exportadora, y la fuerte demanda occidental de productos baratos, consolidó su espectacular crecimiento, que ha disminuido en el presente año, aunque aún puede alcanzar un 4 por ciento.

Seúl, sin embargo, ha jugado con desventaja frente a Singapur, Hong Kong y Taiwan, territorios poblados por chinos emigrados que se han ayudado decisivamente en el mundo de los negocios. Corea, pese a todo, ha logrado consolidar una importante industria automovilística: la Hyundai Motor Co., que avanza gracias a sus ventas en China. La recesión mundial, de todas formas, también ha afectado a Corea del Sur, donde el ritmo de inversión se ha ralentizado y el afán consumista ha caído. El autoritarismo y la regulaciones, al igual que en Japón, se están manifestando peligrosas.

Otra de las peculiaridades compartidas con Japón es el alto grado de corrupción existente, uno de los principales escollos para el actual Gobierno, presidido por primera vez por un civil y no por un general vestido de civil. Aunque las condiciones políticas han mejorado sustancialmente con la nueva Administración, no es así en el terreno económico.

El Instituto Nacional de Investigación Económica advierte que tardará en recuperarse la anterior vitalidad y los empresarios, prudentes siempre a la hora de colocar su dinero, se muestran remisos porque el horizonte no está claro. El informe *Competitividad en el mundo*, publicado por el Instituto Internacional de Dirección y el Fondo Mundial de Desarrollo Económico, refleja el bajón surcoreano. Singapur sigue ocupando desde 1989 el primer puesto al destacar en el promedio de fuerza económica global, integración en el comercio internacional, política industrial, eficacia de los mercados de capitales, infraestructuras, recursos tecnológicos y calidad de la mano de obra. Le siguen, por este orden, Hong Kong, Taiwan, Malasia, Chile, Corea del Sur, Tailandia y México. Hace seis años, Corea era considerada como «el nuevo Japón». Al terminar 1993, está claro que le falta mucho para lograrlo. ■

Japón

EL MUSCULO ASIATICO

Tiene la renta más alta del mundo y las arcas del Estado están llenas. Pero los tiempos cambian y los nipones ya se ajustan el cinturón de sus kimonos

JAPÓN, ADMIRADO Y TEMIDO POR SUS vecinos, se ha impuesto como el modelo a seguir en Asia. Los actuales dragones y aquellos otros países que desean serlo tratan de copiar sus pautas, pero algunas son irrepetibles. Surgido de las cenizas de la Segunda Guerra Mundial, el imperio nipón logró construir una fortaleza económica que la recesión sacude, aunque sin efectos letales: la base industrial, tecnológica o bancaria es demasiado sólida para ser derribada por una crisis que en otros países ha tenido efectos catastróficos. Su índice de desempleo lo dice todo: un 2,6 por ciento después de dos años de recesión. Tampoco los sucesivos escándalos financieros o la excesiva participación de la mafia en los asuntos públicos desestabilizan el país. Las dinámicas economías regionales continúan disputándose sus inversiones, activas aún pero más prudentes, y la reducción de beneficios empresariales es más frecuente que las pérdidas.

Durante las cuatro últimas décadas, todo funcionó como un reloj. Estados Unidos se ocupó de su política exterior, les redactó la Constitución y los japoneses se volcaron en el trabajo, de sol a sol, desaforadamente, sacrificando relaciones familiares y ocio. Inevitablemente, ese esfuerzo colectivo se reflejó en los indicadores económicos y en la acumulación de reservas en capital privado y posibilidades de endeudamiento público.



El imperio de los negocios.

La desaparición de la URSS y los cambios en la correlación internacional de fuerzas y comportamiento han demostrado, sin embargo, que aquel centralismo, político y económico, que catapultó el desarrollo constituye ahora un obstáculo para crecer más. Entre los objetivos del nuevo Gobierno nipón, formado por la coalición centrista que ganó las elecciones generales de julio de este año, figura desmantelar el corrompido triángulo de políticos, burócratas y dinero, y reducir las miles de regulaciones administrativas.

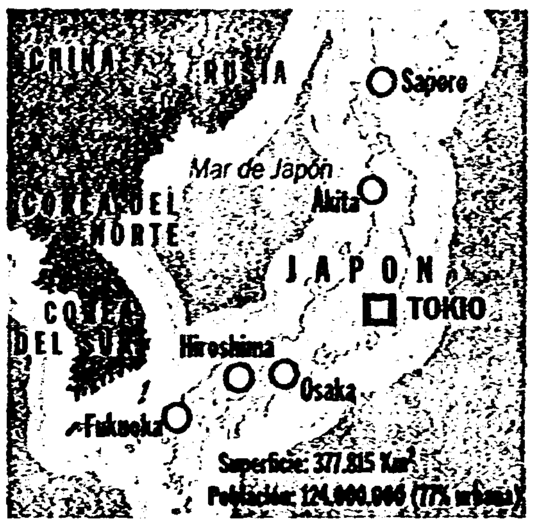
De todas formas, la recesión es generalizada y los japoneses también tienen que privarse de los caprichos caros: cambiar de automóvil cada año es imposible y las cenas de 300 dólares el cubierto pasaron a mejor vida. El consumo interno ha caído en picado y diariamente se anuncian ajustes de plantilla, que generalmente adquieren la forma de jubilaciones anticipadas, traslados o «vacaciones» domiciliarias. Se evita recurrir al despido, ya que se supone que la empresa garantiza el trabajo vitalicio en las duras y en las maduras. Si no lo hiciera, pagaría un alto precio en imagen.

De todas formas, la persistencia de la crisis amenaza con romper este pacto con los sindicatos, que han aceptado una congelación salarial sin precedentes. Los analistas coinciden en destacar que la gran diferencia entre Japón y otras economías occidentales es la capacidad de reacción. Los recursos almacenados por el Estado afluyen y se están poniendo a prueba. De hecho han detenido un mayor hundimiento. En poco más de un año, los dos últimos Gobiernos han aprobado ampliaciones presupuestarias de una cuantía total superior a los 125.000 millones de dólares en obras públicas y ayudas a las empresas en crisis. Se espera una fuerte reducción del impuesto sobre la renta, con una menor elevación de la fiscalidad sobre el consumo, que no sería posible sin unas arcas públicas llenas a rebosar.

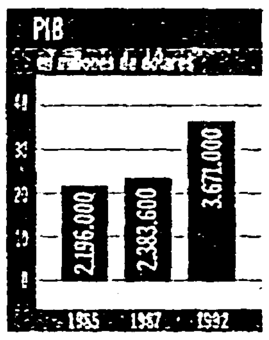
El urgente objetivo japonés es reagrupar filas, crecer a un ritmo de tres puntos, en estos momentos utópico, y aprovechar en lo posible la rápida apreciación del yen, que ha perjudicado a los exportadores y teóricamente debe promover la demanda interna de productos importados y reducir el multimillonario superávit comercial con el mundo. Los bancos —endeudados en los años anteriores y agobiados actualmente por préstamos impagados— y los consorcios —que a finales de la década de los años 80 desembolsaron miles de millones en colecciones impresionistas, rascacielos neoyorquinos o plantas de fabricación de automóviles— pagan las consecuencias y se rompen la cabeza intentando sanear las cuentas de resultados.

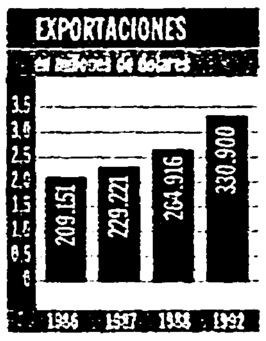
Las bajas han sido importantes. Por ejemplo, la constructora Muramoto se declaró en bancarrota con deudas de 600.000 millones de yenes. Los derrochadores malvendieron propiedades y la mayoría de las compañías trabaja en planes de adaptación a los nuevos tiempos, con la austeridad como bandera. Las perspectivas inversionistas siguen en pie, aunque atemperadas por una crisis de conclusión y calendario inciertos. Los destinos de capital nipón son en estos momentos más asiáticos que occidentales. China, Vietnam, Tailandia o Indonesia se han convertido en los mercados apetecidos por su mano de obra barata y su obsesión por crecer y consumir. ■

JAPON



Tasa Real de Crecimiento Económico	1,3%
Renta Per Cápita sobre PIB	29.525 $





Consumo de gasolina por habitante en kg.	3.484
Habitantes por automóvil	4
Habitantes por teléfono	2
Nivel de alfabetización	99%
Esperanza de vida (años)	79
Composición de la fuerza de trabajo:	
Agrícola	8%
Industria/comercio	34%
Servicios	58%

Estos informes han sido realizados por Milagros López de Guereño (Tokio), con información de Daniel Mermelstein.

SECRETO

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO.
DEPARTAMENTO II (ICIA)
M O N T E V I D E O.-
181230- ENE- 1994.-

1/4

Nº 10

ARCHIVO

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 001/PL/994.-

I.- EVALUACION: A-1

II.- RESPONDE A: INFORMACION OBTENIDA POR ESTE DPTO.

III.- TEXTO: SE ADJUNTA

IV.- ACCION TOMADA: CONFECCION DEL PRESENTE PARTE.

V.- DISTRIBUCCION:

EJEMPLAR 01	D.E.I
EJEMPLAR 02	D.E.II
EJEMPLAR 03	D.E.III
EJEMPLAR 04	D.E.IV
EJEMPLAR 05	INST.ANTARTICO URUGUAYO
EJEMPLAR 06	DIREC. GRAL. DE LOS SERVICIOS
EJEMPLAR 07	E.M.
EJEMPLAR 08	DIREC. DE SANIDAD DE LAS FF.AA.
EJEMPLAR 09	I.M.E.S.
EJEMPLAR 10	D.G.I.D.
EJEMPLAR 11	C.A.A.
EJEMPLAR 12	E.A.S.
ORIGINAL	ARCHIVO

EL JEFE DEL DPTO.II (ICIA) DEL E.M.E.
CORONEL
JULIO D. TABAREZ

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO - DEPARTAMENTO II - INTELIGENCIA - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Doc. con partes poco leg.

DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada: 26 ENE 1994
Pasa a: Militar
Nº. de Orden: 940076

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION
Fecha: 21.I.94
Pasa a: DIDI
Nº. de Identificación: 940076

001/14

SECRETO

SECRETO

Nº 10

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (ICIA)
MONTEVIDEO
181210 ENE 1994

ASUNTO: Informacion remitida por el Agregado Militar Uruguayo en la Republica Argentina, referente a la situacion actual del Ejercito del referido pais.

ACCION TOMADA: Confeccion del presente Parte y remision a los Senores Oficiales Generales.

SECRETO

...02

-9200761

I.- <u>FACTOR MILITAR</u>.

A.- <u>SITUACION GENERAL</u>.

1.- La actual situacion del Ejercito Argentino continua siendo condicionada por factores que aun subsisten del Periodo Militar y que supeditan en grado sumo su accionar, fundamentalmente:
- Secuelas negativas de la guerra antisubversiva ("desprolijidad" en las acciones llevadas a cabo).
- Perdida del Conflicto de Las Malvinas.
- Situacion politica, economica y social del Pais al retorno a la democracia.
- Particularidad de la transicion democratica durante el Gobierno del Presidente Alfonsin, particularmente su postura frente a las Fuerzas Armadas y los levantamientos "carapintadas".

Estos aspectos en terminos generales y manejados a nivel politico y sicosocial (Opinion Pública) con una predica negativa permanente a traves de una campaña de difamacion y desprestigio orquestada por sectores de izquierda e incluso de algunos del propio gobierno anterior, ha motivado en los últimos años una particular situacion del Ejercito Argentino, con la imposición de drasticas reducciones de efectivos y rubros presupuestales (de funcionamiento y retribuciones personales) que aun se mantienen, lo que ha llevado a los Mandos del Ejercito a introducir perentorios y profundos cambios en su Doctrina de Empleo y estructura interna, que comenzaran a aplicarse en forma total en el año 1994, como unica forma de asegurar su vigencia.

Las reducciones impuestas desde el año 1983 a la fecha pueden establecerse en un 40% en medios humanos y materiales.

A titulo de ejemplo basta citar que al asumir el Presidente Alfonsin en diciembre de 1983 habian 114 Oficiales Generales (Generales, Almirantes y Brigadieres) en las tres Fuerzas siendo actualmente 64, lo que significa una disminucion del 45%. En el caso del Ejercito habia un Teniente General, 11 Generales de Division y 41 Generales de Brigada, haciendo un total de 53 Generales en actividad. Actualmente hay dos Tenientes Generales, en actividad (el Jefe del Estado Mayor General del Ejercito y el Jefe del Estado Mayor Conjunto), 4 Generales de Division y 26 Generales de Brigada, con un total de 32, un 40% menos que una decada atras.

2.- El actual gobierno en contrapartida con el anterior, ha prestado una mayor atención y apoyo a la problematica militar, devolviendoles el tradicional espacio necesario para su accionar, pudiendose considerar las actuales relaciones entre el Poder Politico (particularmente el Poder Ejecutivo) y el

I.- FACTOR MILITAR.

A.- SITUACION GENERAL.

1.- La actual situacion del Ejercito Argentino continua siendo condicionada por factores que aun subsisten del Periodo Militar y que supeditan en grado sumo su accionar, fundamentalmente:
- Secuelas negativas de la guerra antisubversiva ("desprolijidad" en las acciones llevadas a cabo).
- Perdida del Conflicto de Las Malvinas.
- Situacion politica, economica y social del Pais al retorno a la democracia.
- Particularidad de la transicion democratica durante el Gobierno del Presidente Alfonsin, particularmente su postura frente a las Fuerzas Armadas y los levantamientos "carapintadas".

Estos aspectos en terminos generales y manejados a nivel politico y sicosocial (Opinion Pública) con una predica negativa permanente a traves de una campaña de difamacion y desprestigio orquestada por sectores de izquierda e incluso de algunos del propio gobierno anterior, ha motivado en los ultimos años una particular situacion del Ejercito Argentino, con la imposicion de drasticas reducciones de efectivos y rubros presupuestales (de funcionamiento y retribuciones personales) que aun se mantienen, lo que ha llevado a los Mandos del Ejercito a introducir perentorios y profundos cambios en su Doctrina de Empleo y estructura interna, que comenzaran a aplicarse en forma total en el año 1994, como unica forma de asegurar su vigencia.

Las reducciones impuestas desde el año 1983 a la fecha pueden establecerse en un 40% en medios humanos y materiales.

A titulo de ejemplo basta citar que al asumir el Presidente Alfonsin en diciembre de 1983 habian 114 Oficiales Generales (Generales, Almirantes y Brigadieres) en las tres Fuerzas siendo actualmente 64, lo que significa una disminucion del 45%. En el caso del Ejercito habia un Teniente General, 11 Generales de Division y 41 Generales de Brigada, haciendo un total de 53 Generales en actividad. Actualmente hay dos Tenientes Generales, en actividad (el Jefe del Estado Mayor General del Ejercito y el Jefe del Estado Mayor Conjunto), 4 Generales de Division y 26 Generales de Brigada, con un total de 32, un 40% menos que una decada atras.

2.- El actual gobierno en contrapartida con el anterior, ha prestado una mayor atencion y apoyo a la problematica militar, devolviendoles el tradicional espacio necesario para su accionar, pudiendose considerar las actuales relaciones entre el Poder Politico (particularmente el Poder Ejecutivo) y el

Poder Militar mas fluidas y confiables. No obstante existiria cierta tirantez entre el Jefe del Estado Mayor General del Ejercito, Teniente General Martin BALZA y el Ministro de Defensa Nacional, Dr. Oscar CAMILLON, aunque este es considerado como el unico de los Ministros de esta cartera desde el advenimiento de la democracia, que ha demostrado poseer un adecuado conocimiento de las variables que inciden a nivel interno y externo con la seguridad y Defensa Nacional.

En ese contexto pueden establecerse las siguientes peculiaridades que condicionan el accionar del Ejercito Argentino:

- Poca o nula autonomia del Poder Militar frente al Poder Politico, con una fluida relacion con el Presidente de la Republica que no se tenia anteriormente.
- Una adecuada estructura de los Mandos, con la designacion a partir del 22 de diciembre de ocho nuevos Oficiales Generales seleccionados directamente por el actual Señor Jefe del Estado Mayor General del Ejercito y el consecuente pase a retiro del mismo numero, lo que configuraria un cuadro de subordinacion y confianza poco comun en el Ejercito.
- Importante deficit presupuestal a todos los niveles, particularmente a lo referido a los bajos sueldos comparativos con la actividad privada. (El sueldo de un Oficial Superior tipo no superaria en u$s 1.800 siendo el sueldo de un Gerente de primer nivel de una empresa privada del orden de u$s 12.000 a 15.000)
- Significativo deficit en equipamiento y material de guerra, agravado por las perdidas no repuestas del Conflicto Malvinas.

B.- **SITUACION PARTICULAR.**

1.- El Poder Ejecutivo ha manejado reiteradamente algunos criterios de politica nacional e internacional que conciernen directa o indirectamente a las Fuerzas Armadas:

- Revalorizacion del Poder Militar, adecuandolo y conformandolo con el maximo de eficiencia y el minimo costo compatible.
- Adecuada seguridad interna y regional compartida.
- Integracion regional (reafirmando la vigencia del MERCOSUR), continental (procurando el ingreso al NAFTA) y mundial (integracion con el Primer Mundo), asumiendo los compromisos en seguridad emergentes.
- Intensificacion de lazos con la Comunidad Internacional a todos los niveles, incluido con los

componentes del Poder Militar.

2.- Lo anterior ha llevado a buscar nuevas alternativas en el seno del Ejercito que aseguren un adecuado rol en la actual coyuntura democratica, procurando un eficiente cumplimiento de sus fines institucionales especificos y subsidiarios.
En ese sentido (dejandose constancia que no se posee la suficiente informacion al respecto) podria establecerse que la actual orientacion del Ejercito Argentino haria hincapie en los siguientes aspectos:

a.- A nivel nacional (interno).

1) Estructuracion de una nueva Doctrina de Empleo, adecuando la ya existente.
2) Fuerte reestructura interna, procurando la optimizacion de los recursos disponibles y la venta, transferencia, traslado o cierre de instalaciones o reparticiones prescindibles a la vez de procurar la centralizacion al maximo de actividades afines, fundamentalmente relacionadas con el apoyo administrativo y logistico.
En lo que concierne a la formacion del Oficial han logrado la compatibilizacion a todos los niveles (tanto en el area del asesor -E.M.- como en la tecnica) con los Planes de Estudio de la Enseñanza Superior Publica, de manera no solo de lograr una mejor interaccion sino darle mayores posibilidades a aquel Personal Superior que por las imposiciones establecidas deban dejar el Ejercito en alguna de las etapas previstas.
En todos los casos se ha procurado la excelencia y la profesionalizacion, sin tener en cuenta los costos materiales y/o personales que ello implique.
3) Procurar una mejor imagen a nivel de la Oficina Publica, no dando lugar a hechos que puedan ser utilizados negativamente y en incremento de las actividades de Accion Civica y Defensa Civil.

b.- A nivel internacional (externo).

1) Acercamiento hacia la Estrategia Militar de los EE.UU. en el orden mundial y regional.
2) Procurar un papel protagonico activo en el Cono Sur a traves de una seguridad regional compartida ("Seguridad Cooperativa"), no descartando la posibilidad de ejercer su liderazgo a este nivel o del MERCOSUR.
3) Participacion al maximo en Operaciones de Mantenimiento de la Paz, incluso mediante la

creacion de organismos afines (Escuela de Observadores de NN.UU.) y la intervencion en Operaciones de Imposicion de la Paz (caso Golfo Persico, Ex-Yugoslavia), procurando ademas del fin en si mismo, congraciarse con EE.UU. y procurar ingestarse en el mundo desarrollado.

c.- <u>En ambos niveles (interno y externo).</u>

1) Participacion, junto con el Poder Politico en todo foro nacional e internacional que debata aspectos que tengan relacion directa o indirecta con la Defensa Nacional Interior y Exterior, definidas por la Fuerza como "cuestiones politico - militares", promoviendo incluso el tratamiento de temas que hacen a la defensa de sus propios intereses.

C.- <u>ANALISIS DE LA ACTUAL ORIENTACION DEL EJERCITO ARGENTINO PLANTEADA.</u>

1.- <u>A nivel nacional (interno).</u>

a.- <u>Estructuracion de una nueva Doctrina de Empleo.</u>

1) Este aspecto, en lo que ha trascendido y ha sido posible visualizar por esta Agregaduria Militar, ha hecho hincapie, como premisa fundamental, en que la Defensa Nacional es una funcion legitima del Estado, independiente de la existencia o no de amenazas, agresiones o interferencias reales o potenciales.
En ese criterio el rol del Ejercito Argentino no se justifica en funcion de los Conflictos o Hipotesis de conflictos reales o potenciales, sino por la que deben cumplir en el ambito de la Nacion como un todo, la cual ejerce institucionalmente el control de la defensa armada legitima en toda circunstancia que se haga necesaria. En consecuencia, y a su criterio, las Fuerzas Armadas son parte indisoluble del Estado y respaldan los fines permanentes de la Nacion, o sea su soberania y su Independencia Nacional.
2) Asimismo se habrian agregado a texto expreso nuevos conceptos en su mision tradicional, como ser:
- enfrentamiento al narcoterrorismo, como expresion del narcotrafico y/o este en su accionar aislado a traves unicamente de acciones de inteligencia, a efectos de garantizar que el mismo no se transforme en

una amenaza a la Defensa Nacional.
- cooperacion con la preservacion del medio ambiente. como forma de contribuir al equilibrio ecologico mundial.

3) Se habria manejado tambien la posibilidad de integrar al Ejercito a la Gendarmeria Nacional (fuerte Fuerza Paramilitar dependiente directamente del Ministerio de Defensa Nacional) pero vista la reaccion adversa que desperto el mismo criterio seguido -y mal manejado- por la Armada Argentina en relacion a la Prefectura Nacional Naval. fue dejado momentaneamente de lado.

b.- Profunda reestructura interna.

Esta reestructura. que alcanzo todas las areas operacionales. visualizo un drastico e inmediato proceso de modernizacion y reestructuracion realista que abarco entre otros aspectos que se desconocen, los siguientes:

1) Procurar la excelencia y profesionalizacion de los integrantes del Ejercito Argentino. mediante crecientes exigencias a todos los niveles de la carrera militar. a efectos de recomponer rapidamente la piramide de los cuadros y que en ella tengan lugar los mas aptos y capacitados y acorde a las necesidades del Ejercito.
2) Revertir la relacion existente entre los medios administrativos y logisticos y los de comando y Estado Mayor y Combate que era de un 60 y 40% respectivamente y que luego de la reestructura alcanzo un 35 y un 65%. cifras que se mantendran en el futuro.
3) Tecnificacion al maximo de los medios disponibles.
Este aspecto no pudo ser logrado fundamentalmente por el alto costo de acceso a ciertas tecnologias. dejandose de lado en la practica en las actuales circunstancias. siendo un objetivo a alcanzar en el futuro.
4) En la venta. transferencia. traslados o cierre parcial o total. transitorio o definitivo de reparticiones o locales prescindibles. se ha procurado.
   - reducir costos de funcionamiento. optimizando los escasos recursos materiales disponibles e imprescindibles.
   - hacer frente en forma mas coherente a las reducciones de personal impuestas. contemplando asi mismo una adecuada relacion entre los elementos de apoyo administrativo y logistico y los de combate.
   - evitar la excesiva concentracion de medios

en C. Buenos Aires, particularmente Campo de Mayo, lugar de referencia de todas las participaciones del Ejercito en la vida publica del pais.
- evitar la presion politica y social en esta materia, actuando a iniciativa propia y con una mayor libertad de criterios.
- implementar la centralizacion por Guarnicion de todos los servicios administrativos normales (centro de pagos, apoyo logistico, etc.) evitando la duplicacion de tareas y atendiendo a la reduccion de personal y medios impuesta.

c.- Mejor imagen a nivel de la Opinion Publica.

1) En base al nuevo enfoque doctrinario planteado de que el Ejercito Argentino no es un elemento de un altisimo costo sin finalidad especifica ante el nuevo orden mundial y regional, en los cuales no se preveen Conflictos o Hipotesis de Conflictos, sino por el contrario un elemento indispensble a los fines de la Nacion, se han instrumentado diversas acciones a nivel de la opinion Publica tendientes a lograr una mayor aceptacion, como ser:
- reafirmación publica de los valores histórico - tradicionales del Ejército como forjador y sostenedor de la Nación, en toda circunstancia favorable.
- maxima difusion de la participacion del Ejercito en misiones de Paz de NN.UU.
- incremento de las actividades de Accion Civica y Defensa Civil y conveniente divulgacion publica de las mismas.
- evitar aparicion de noticias sobre el Ejercito a nivel de los medios de Comunicacion Social, quedando unicamente a cargo del Señor Jefe del Estado Mayor General del Ejercito toda declaracion pública.
- participacion de representantes del Ejercito -en actividad y retiro- e incluso politologos afines a la Institucion, en foros nacionales e internacionales relacionados con la Defensa Nacional, avalando y propiciando el papel del Ejercito en las actuales circunstancias.
- maximo cuidado a nivel institucional y de sus integrantes en aquellas actividades que impliquen directa o indirectamente manejos de fondos o rubros, en contraposición a la creciente "corrupcion" existente a nivel politico y social.

2) El elemento orientador de esta estrategia ha

sido definido como el desarrollo de todas aquellas acciones que, sin detrimento de los fines especificos del Ejercito Argentino, generen a nivel de la Oficina Publica, un ambito de transparencia y fomento de la confianza mutua.

2.- A nivel internacional (externo).

Este es uno de los aspectos mas complejos y en donde se entrecruzan intereses y presiones de diversa indole y por ende el mas dificultoso de analizar, máxime en la informacion disponible a la fecha.
En términos generales puede sintetizarse, como se estableció, a través de grandes lineamientos generales, cuya interpretacion podria ser la que se formula en cada caso.

a.- Politica de Alianzas a nivel regional y continental.

1) Se patentiza a través de distintas acciones que procuran un acercamiento hacia el Ejercito de EE.UU., acompañando a nivel de la Fuerza la politica exterior del pais, asi como, en forma paralela, alcanzar un protagonismo activo a nivel, primero del MERCOSUR y luego del CONOSUR, propiciando una especie de seguridad colectiva, definida como "seguridad cooperativa".
En ese sentido el Ejercito Argentino proclama la necesidad de su contribucion al armonico equilibrio de la region, sosteniendo que si bien la Defensa Nacional no puede basarse en un Sistema de Defensa Supranacional, la paz y la seguridad cooperativa regional debe ser un objetivo indispensable y permanente, como única forma de lograr adecuadamente la primera.
En ese contexto se encuentran las declaraciones del Presidente Menem referidas al "Ejercito del Mercosur", el simposio organizado por el Estado Mayor General Argentino en junio de este año y del cual nuestro pais participo y que se denomino "Primer encuentro de Ejercitos del Mercosur" (y no de paises del Mercosur como hubiera sido lo lógico) o el simposio desarrollado en el mes de noviembre por el C.A.R.I. (Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales) sobre "El rol de los Ejercitos en el Mercosur", que ya fuera informado oportunamente y del que una vez realizadas las publicaciones correspondientes, se analizara

7

mas en profundidad.
Se informa que acorde a lo manifestado por el Señor Director de la Escuela Superior de Guerra, el Jefe del Estado Mayor General del Ejercito habria aprobado la realizacion del "2º simposio de Ejercitos del Mercosur" a mediados del año 1994, al cual se invitaria nuevamente al Ejercito Nacional.

2) Lo anterior ha aparejado diversas reacciones a nivel, fundamentalmente de Chile y Brasil. Ambos Ejercitos se opondrian a esta estrategia ya que a nivel de sus paises y Fuerzas Armadas mantienen una prudente distancia de EE.UU. asi como tambien de organismos de defensa supranacionales a nivel regional. Paraguay por su parte, tradicionalmente contesta con la politica brasileña, tendria la misma posicion. Los dos paises nombrados en primer termino, fundamentalmente Brasil, habrian demostrado su desacuerdo con la postura argentina de diversas maneras.

3) Llama la atencion en la tematica planteada la poca importancia que se le asigna al Uruguay, en una actitud prescindente que no condice con los tradicionales lazos de entendimiento entre ambos paises y la importancia del Uruguay fruto de sus principios y valores internacionales historicamente asumidos. Lo mismo podria aplicarse a sus Fuerzas Armadas, entendiéndose que es un aspecto que, de confirmarse, debera ser tenido en cuenta a efectos de tomar las medidas que se entiendan convenientes para revertir esta situación, si se considerase oportuno.

4) Confirmando lo establecido anteriormente estan previstas en los proximos dias reuniones al mas alto nivel militar (y politico?) en Chile (Santiago) y Brasil (Rio de Janeiro) en las cuales participaria el Primer Sub Jefe del EMGE, Gral. de Div. Raul GOMEZ SABAINI y el Secretario General del Ejercito, Gral. de Brig. Anibal ULYSES LAIÑO y cuyo tema central seria la seguridad regional compartida.
Acorde a informacion publica que ha trascendido la reunion con Brasil se realizara el dia 21 de diciembre y estarán integradas por:
- Argentina: -Sub Secretario de Politica Exterior del Ministerio de Relaciones Publicas y Culto Rogelio Pfirter (quien preside delegacion Argentina).
  -Sub Jefe EMGE Gral. Dir. Raul GOMEZ SABAINI.
  -Secretario Grai. del E. Gral.

Brig. Anibal LAIÑO.
Coronel Ivan LANUSSE SHAW (se desconoce cargo).

- Brasil: -Diplomatico Jose Veigas.
  -Gral. Gleuser VIEYRA (calificado como el "ideologo" del Ejercito).
  -Gral. Silvio Imbuceiro.
  -Cnel. Walter Campos.

- Tema a tratar: acordar sobre temas de seguridad cooperativa (acciones de cooperacion de las Fuerzas Armadas).

- El Sub-secretario Pfirter declaro que "es optimista sobre la posibilidad de acordar entendimientos, porque la diplomacia como las Fuerzas Armadas del Brasil participan de los mismos principios que la Argentina".
- Trascendio asimismo que una mision analoga ira el mes proximo a Chile con el objetivo, tambien, de buscar coincidencias con el gobierno y las Fuerzas Armadas.

El General de Division GOMEZ SABAINI, de origen del Arma de Artilleria, abogado, realizo el C.E.M. en el IMES en el año 1977, es definido como un Oficial General muy preparado, sumamente severo y de excelente trato, amigo personal y de absoluta confianza del Señor Teniente General BALZA.
El General de Brigada LAIÑO, de origen del Arma de Caballeria, es considerado como el Oficial General de mayor capacidad intelectual y profesional del Ejercito, siendo sindicado como el "cerebro pensante" de todas las estrategias y acciones elevadas a cabo actualmente y el asesor directo del Señor Teniente General BALZA. Se le define ademas como uno de los Generales de mayor futuro.

5) Esta especie de politica de alianzas es uno de los aspectos que se entiende debe prestarsele particular interes y donde esta Agregaduria tratara de centrar el esfuerzo en la coleccion de informacion a los efectos de confirmar por otros medios lo planteado y visualizar la evolucion de los acontecimientos.

b.- Incremento en la participación en Misiones de Paz de NN.UU.
1) Ha sido notable el incremento de la participacion del Ejercito Argentino en estas operaciones en los últimos años (actualmente cuenta con 1400 hombres participando en estas misiones), procurando a traves de ellas, con

un gran apoyo politico:
-prestigio y mejor imágen a nivel intrnacional y de la opinion Publica interna.
-logros profesionales propios (experiencia, manejo moderno, equipamiento, retribuciones institucionales y personales, etc.)
-procurar institucionalizar un nuevo rol que avale su existencia y facilite la provision de nuevo equipamiento militar.
-inversion en el mundo desarrollado.

2) Se destaca que el local de la Ex-Escuela de Comunicaciones en Campo de Mayo sera en el corto plazo la sede de un Centro Regional de Entrenamiento de NN.UU. (lo que ya estaria avalado por la O.N.U. y el Presidente Menem), al cual, segun lo manifestado por el Ministro de Defensa Nacional, se invitaria a militares uruguayos y chilenos y en un futuro mediato a brasileños.
Con esta iniciativa no sólo se lograria acentuar la actual politica argentina referida a cooperar efectivamente en el mantenimiento de la paz mundial, sino que se daria un adecuado destino a parte de las instalaciones edilicias y predios de Campo de Mayo, sobre el que existirian presiones politicas para su venta parcial.

3) En este aspecto tambien se destaca que los Ejercitos de Brasil y Chile e incluso Paraguay, tampoco comparten plenamente la actual politica argentina en la materia, fundamentalmente en lo que se refiere a la participacion en operaciones de imposicion de la paz (caso Golfo Persico, Ex-Yugoeslavia, Bloqueo a Haiti) y en la cantidad de efectivos empleados en estas operaciones que pueden llegar a afectar la capacidad de defensa propia.
No se posee informacion referida a propiciar o no, Fuerzas de Paz "stand - by" a ordenes de NN.UU.

d.- **CONCLUSIONES FACTOR MILITAR.**

1.- La actual situacion del Ejercito Argentino sigue estando condicionada, a pesar del tiempo transcurrido, por factores emergentes del periodo militar y acciones politicas formadas durante la etapa de transicion del primer gobierno democratico, fundamentalmente relacionadas con una importante reduccion en medios humanos y materiales y una deteriorada imágen ante la opinion publica (agravada esta

ultima por los levantamientos "carapintadas"), lo que ha llevado a introducir profundos cambios estructurales y doctrinarios en el Ejercito, a efectos de asegurar su vigencia.

2.- El actual gobierno particularmente el Poder Ejecutivo, ha prestado una mayor atencion y apoyo al Factor Militar lo que ha permitido un mejor accionar del Ejercito, aunque con escasa o nula autonomia, subsistiendo factores negativos de consideracion, particularmente en lo relativo al deterioro paulatino de su potencial belico y un importante deficit en los rubros presupuestales que le son destinados configurando en terminos generales un panorama que puede considerarse como critico.

3.- Dentro de la actual coyuntura democratica el Ejercito Argentino ha tomado diversas medidas a nivel interno y externo, haciendo hincapie en que la Defensa Nacional es una funcion legitima del Estado, independiente de la existencia de conflictos o hipotesis de Conflictos, reales o potenciales, siendo en consecuencia las Fuerzas Armadas parte indisoluble del Estado y el medio apto para respaldar permanentemente los fines de la Nacion.

En ese contexto han instrumentado uniones subsidiarias, relacionadas fundamentalmente con el narcotrafico y narcoterrorismo y medio ambiente.

4.- La reestructura encarada por el Ejercito que entrara en plena vigencia en el año 1994 procura, atendiendo los factores negativos existentes la excelencia y profesionalizacion de sus integrantes, revertir la deficitaria relacion entre los medios administrativos y logisticos y los de combate, reducir costos de funcionamiento y hacer frente en forma mas coherente a las reducciones impuestas mediante venta, transferencia, traslados o cierre de locales o reparticiones prescindibles asi como tambien procurar la centralizacion al maximo por guarnicion de todos los servicios administrativos y logisticos normales.

5.- Ha sido preocupacion del Ejercito Argentino lograr una mejor aceptacion a nivel de la opinion Publica, maxime ante el nuevo orden mundial y regional vigente, tomandose diversas medidas al respecto, reafirmando sus valores historico-tradicionales, maxima difusion de su participacion en misiones de paz, incremento y adecuada divulgacion de

actividades de Accion Civica y Defensa Civil, evitar hechos negativos de difusion publica y maximo cuidado en el manejo de fondos y rubros presupuestales, procurando en ultima instancia generar a nivel de la Opinion Publica, un ambito de trasparencia y fomento de la confianza mutua.

6.- En lo que se refiere al ambito externo estaria llevando a cabo una politica particular, con un acercamiento hacia EE.UU. y en forma paralela alcanzar un protagonismo activo a nivel, primero del MERCOSUR y luego del CONOSUR, propiciando una especie de seguridad colectiva, definida como "seguridad cooperativa", incluso ejerciendo su liderazgo. Esto ha aparejado reacciones contrarias a nivel de Chile y Brasil, paises con los cuales Argentina se encuentra realizando diversas acciones de entendimiento, prescindiendo casi totalmente de Uruguay y Paraguay.
Este contexto, en caso de confirmarse, debera merecer el maximo de atencion a efectos de poder visualizar adecuadamente la posible evolucion de acontecimientos y las posibles acciones a encarar, si fuera del caso, a nivel propio.

7.- Ha sido notable el incremento de la participacion del Ejercito Argentino en Misiones de Paz a partir de la asuncion del actual gobierno, procurando fundamentalmente un mayor prestigio a nivel interno y externo (inversion en el mundo del desarrollo), ademas de aspectos profesionales propios, se destaca el anuncio de la creacion de un Centro Regional de Entrenamiento de NN.UU., lo que ya estaria avalado por la propia organizacion y el Presidente de la Republica y que esta politica, fundamentalmente en lo que se refiere a la participacion en misiones de "imposicion de paz" (Ex - Yugoeslavia, Golfo Persico, bloqueo de Haiti) y el exesivo numero de efectivos empleados no seria compartido por Chile, Brasil y Paraguay.

II.- <u>FACTOR</u> <u>POLITICO</u>.

- No existen elementos significativos a analizar en el factor, excepto lo relativo al acuerdo alcanzado entre los partidos mayoritarios -Justicialismo y Radicalismo- que han sido profusamente analizado en todos los organos de prensa tanto argentinos como uruguayos.

RESERVADO 1/5

M. D. N. SERVICIO DE RETIROS Y PENSIONES DE LAS FUERZAS ARMADAS		AYUDANTIA	20	I	94	HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 001/94				

I. FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: URGENTE.---------------

II. INFORMACION CONOCIDA: A. EVALUACION:

B. TEXTO

Se solicitan antecedentes ideológicos y/o penales de los titulares y familiares mencionados en los 4 (cuatro) formularios de inscripción para aspirante a ingreso a este Servicio que se adjuntan.---------------------

III. INFORMACION SOLICITADA:

IV. ACCION TOMADA:

V. DISTRIBUCION: 1 ej. D.G.I.D.
1 ej. ARCHIVO S.R.P.FF.AA.

FIRMA: El Director del S.R.P.FF.AA.
Coronel
Luis E. Quintero

Servicio de Retiros y Pensiones FF.AA. DIRECTOR Rep. O. del Uruguay

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL Dirección General de Información de Defensa DEPARTAMENTO I Fecha de Entrada 25/1/94 Nº 024

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL Dirección General de Información de Defensa DEPARTAMENTO 24 ENE. 1994 Pasa a: Antecedentes Nº de orden 9400762

0 1/5

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA Fecha de 21.01.94 Pasa a DI Nº de Identificación 9400762

RESERVADO.

FICHA DE ASPIRANTE A INGRESO:

NOMBRES: Verónica Cristina APELLIDOS: AGUIRRE JOURDAN

EDAD: 18 LUGAR Y FECHA DE NACIM.: Montevideo - 6.10.1975 ESTADO CIVIL: Soltera

CREDENCIAL CIVICA: Serie B.C.D. NUMERO 8867 TRASLADO:

CEDULA DE IDENTIDAD: 2.752.832-4 VENCE EL 20.7.1997

DOMICILIO ACTUAL: Niteroi 964

ENTRE Arizona y Rambla

BARRIO: BARRAS DE CARRASCO TELEFONO: 61.21.40

DOMICILIO ANTERIOR: Niteroi 964

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria - Secundaria 5to.año no aprobado- Computación

CURSANDO: -- Secundaria 5to.Biológico

EXPERIENCIA ANTERIOR:

CARGO QUE ASPIRA:

OTROS DATOS:

FOTO

PRESENTADO AL SERVICIO POR: Gral. Yamandú ". Sequeira.

OBSERVACIONES: /

LIBRETA DE CONDUCIR:

NOMBRE DEL PADRE: Alvaro Aguirre NACIONALIDAD: oriental

PROFESION: -Oficial de Marina

DOMICILIO: Niteroi 964

CEDULA IDENTIDAD: 850.95307

C.CIVICA: ACB Nro. 6758 TRASLADO:

NOMBRE DE LA MADRE: Cristina Jourdan

PROFESION: Labores NACIONALIDAD: oriental

DOMICILIO: Niteroi 964

CEDULA IDENTIDAD: 1.105.809-0

C. CIVICA: BCC Nro. 5447 TRASLADO:

NOMBRE DE HERMANOS:	PROFESION:	DOMICILIO:
1) Alvaro	Empleado	Rpca.Fed.del Brasil
2) Andrés	Empleado	Niteroi 964
3) Alfredo	Estudiante	Niteroi 964

NOMBRE DEL CONYUGUE: NACIONALIDAD:

PROFESION:

DOMICILIO:

CEDULA IDENTIDAD:

C. CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS:	PROFESION:	NACIONALIDAD:	EDAD:
1)			
2)			
3)			

TALLE TUNICA: 46

MONTEVIDEO, 8 de diciembre de 1993

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: Padre (-Oficial de Marina)

FIRMA: [signature]

CONTRAFIRMA: Verónica Aguirre

Dpto.Adm. VR/MP

4) HERMANOS: Alberto	Estudiante	Niteroi 964
5) Aníbal	Estudiante	Niteroi 964
6) Alejandro	Estudiante	Niteroi 964
7) Adrían	Escolar	Niteroi 964

002

9400762

~~9.2443~~

FICHA DE ASPIRANTE A INGRESO:

NOMBRES: ..Pablo Germán.................. APELLIDOS: ..Hernández González..........

EDAD: ..19.... LUGAR Y FECHA DE NACIM.: Montevideo-1.11.1974...ESTADO CIVIL: ..Soltero..

CREDENCIAL CIVICA: Serie .AUA.... NUMERO ....20475... TRASLADO: ....

CEDULA DE IDENTIDAD: ..3.238.845-6.......... VENCE EL ...26 de julio 1994.........

DOMICILIO ACTUAL: ......Gral. Urquiza 2874 Apto.19..........................

ENTRE Comandante Braga y Jaime Cibils.......................................

BARRIO: ...LA BLANQUEADA.............. TELEFONO: ...81.42.60...................

DOMICILIO ANTERIOR: ...Anzani 2086...

ESTUDIOS CURSADOS: ..Primaria - Secundaria 4to.año - Contabilidad. Dactilografía

CURSANDO: -- ..Computación......................

EXPERIENCIA ANTERIOR: Importadora (11 meses)..........

CARGO QUE ASPIRA: ....

OTROS DATOS: ....

FOTO

PRESENTADO AL SERVICIO POR: ..Cbo.1a.(SRPFFAA) Fernando Antunez

OBSERVACIONES: /..

LIBRETA DE CONDUCIR: ....Sev..............................

NOMBRE DEL PADRE: ..Mario Hernández (Fallecido)....... NACIONALIDAD: ..oriental.....

PROFESION: ....

DOMICILIO: ....

CEDULA IDENTIDAD: ....

C.CIVICA: .... Nro.............. TRASLADO: ....

NOMBRE DE LA MADRE: Miriam González ....

PROFESION: ..Pensionista.............. NACIONALIDAD: ..oriental.........

DOMICILIO: ..Gral.Urquiza 2874 Apto.19................................

CEDULA IDENTIDAD: ....

C. CIVICA: ..BAB.......... Nro....43270.... TRASLADO: ....

NOMBRE DE HERMANOS:.............. PROFESION:............. DOMICILIO:

1) Gabriela Hernández   Empleada   Ma.Stanero de Munart 115 P.Carrasco
2) ....
3) ....

NOMBRE DEL CONYUGUE: .... NACIONALIDAD: ....

PROFESION: ....

DOMICILIO: ....

CEDULA IDENTIDAD: ....

C. CIVICA: .... Nro............... TRASLADO: ....

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS: ...... PROFESION: ...... NACIONALIDAD: .... EDAD: ......

1) ....
2) ....
3) ....

TALLE TUNICA: ....

MONTEVIDEO, ...17.de.enero.de.1994..........

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: Henry Hernández(Bat. de Calle Cno.Maldonado)
PRIMO HERMANO DEL PADRE

FIRMA: [signature]   Dpto.Adm.
VH/MP.

CONTRAFIRMA:

003

9400762

FICHA DE ASPIRANTE A INGRESO:

NOMBRES: Javier Pedro APELLIDOS: MENENDEZ PUPPO

EDAD: 26 LUGAR Y FECHA DE NACIM.: Montevideo-29.1.1967 ESTADO CIVIL: Soltero

CREDENCIAL CIVICA: Serie A.Z.B. NUMERO 14251 TRASLADO: ------

CEDULA DE IDENTIDAD: 1.537.739-3 VENCE EL 22.2.2001

DOMICILIO ACTUAL: Ramón Masini 3272 Apto.101

ENTRE Berro y 26 de marzo

BARRIO: pocitos TELEFONO: 78.58.43

DOMICILIO ANTERIOR: Ramón Massini 3272 Apto.101

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria - Secundaria 4to.año- 5to.Científico y 5to. Humanístico en L.M.Gral.Artigas- 2 años Esc.Militar Aeronaútica.

CURSANDO: -- Facultad de C.Económincas 2 años- Inglés- Operador PC en Centro de Informática.

EXPERIENCIA ANTERIOR: 4 meses en Restaurante Francés.

FOTO

CARGO QUE ASPIRA:

OTROS DATOS:

PRESENTADO AL SERVICIO POR: Capitán Navío Walter Elerd.

OBSERVACIONES: /

LIBRETA DE CONDUCIR:

NOMBRE DEL PADRE: Pedro César Menendez Dell(Fallecido) NACIONALIDAD:

PROFESION:

DOMICILIO:

CEDULA IDENTIDAD:

C.CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LA MADRE: Susana Blanca Puppo Pérez

PROFESION: Ama de casa NACIONALIDAD: oriental

DOMICILIO: Ramón Massini 3272 Apto.101

CEDULA IDENTIDAD: 609.075-2

C. CIVICA: AZB Nro. 16027 TRASLADO:

NOMBRE DE HERMANOS:	PROFESION:	DOMICILIO:
1) Susana Mónica	Labores	Darwin
2)		
3)		

NOMBRE DEL CONYUGUE: NACIONALIDAD:

PROFESION:

DOMICILIO:

CEDULA IDENTIDAD:

C. CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS:	PROFESION:	NACIONALIDAD:	EDAD:
1)			
2)			
3)			

TALLE TUNICA:

MONTEVIDEO, 13 de diciembre de 1993.

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES: NO

FIRMA: [signature]

CONTRAFIRMA: JAVIER MENENDEZ

Dpto.Ad
VR/MP.-

004

9400762

FICHA DE ASPIRANTE A INGRESO:

NOMBRES: María Elena APELLIDOS: RICCI CASAS

EDAD: 34 LUGAR Y FECHA DE NACIM. Montevideo-27.7.1959 ESTADO CIVIL: Casada

CREDENCIAL CIVICA: Serie BNB NUMERO 38846 TRASLADO:

CEDULA DE IDENTIDAD: 1.557.111-1 VENCE EL 26.5.1998

DOMICILIO ACTUAL: Primera al Norte 032 Barrio Las Torres

ENTRE

BARRIO: TELEFONO: 25.85.94(Flia. Andino)

DOMICILIO ANTERIOR: Sohillier 4502

ESTUDIOS CURSADOS: Primaria.- Secundaria 5to.Humanístico-Secretariado Comercial 3 meses Preparación de Banco. Portería Administrativa por la Escuela José Escocería- Conocimientos de Enfermería.

CURSANDO: --

EXPERIENCIA ANTERIOR: Fábrica Plásticos 3 meses-LIFAC S.A. 5 años.

CARGO QUE ASPIRA:

OTROS DATOS:

FOTO

PRESENTADO AL SERVICIO POR: Sgto(R) Luis Alcadio MENDOZA

OBSERVACIONES: /

LIBRETA DE CONDUCIR:

NOMBRE DEL PADRE: Luis Reinaldo Ricci (Fallecido) NACIONALIDAD: oriental

PROFESION:

DOMICILIO:

CEDULA IDENTIDAD:

C.CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LA MADRE: María Luisa Casas (Fallecida)

PROFESION: NACIONALIDAD:

DOMICILIO:

CEDULA IDENTIDAD:

C. CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE HERMANOS	PROFESION	DOMICILIO
1) María del Carmen	Labores	
2) María Julia	Labores	La Vía 50 Bis
3) Juan José	Empleado	Concepción Arenal 1522

NOMBRE DEL CONYUGUE: Damián Gabriel Rodríguez Blanco NACIONALIDAD: oriental

PROFESION: Panadero

DOMICILIO: Primera al Norte 032

CEDULA IDENTIDAD:

C. CIVICA: Nro. TRASLADO:

NOMBRE DE LOS HIJOS/AS	PROFESION	NACIONALIDAD	EDAD
1) Leslie Karol Sabella	estudiante	oriental	14
2) Gerardo Gabriel	escolar	oriental	6
3) Magalin Marisol	------	oriental	1 año

TALLE TUNICA: 50

MONTEVIDEO, 16 de diciembre de 1993.

FAMILIARES MILITARES O POLICIALES:

FIRMA: [signature]

CONTRAFIRMA:

Dpto.Adm VR/MP.-

4) Miguel Angel	Empleado	C.Arenal 1522
5) Julián Pedro	Empleado	1ra.al Norte 036
6) Ana Elia	Labores	1ra.al Norte 035
7) Julián	Empleado	Hum y Chimborazo

005/5

9400762

SECRETO

ORIGINAL

9400763

MEMORANDUM Nro. 940006 /R.e.I/FECHA: 20.01.94

I. ASUNTO: XLI CONGRESO DEL PS

II. REFERENCIA: 710-H-II

III. EVALUACION:

IV. TEXTO:

- Se adjunta documentación referente a :

- XLI Congreso del PS: "Una breve reflexión sobre el funcionamiento de la Dirección".

- XLI Congreso del PS: " Criterio de cuotificación aplicado a las listas electorales ".

- Lista de los integrantes del CC del PS.

- Informe de la Juventud Socialista del Uruguay.

- Informe de la Comisión de Rendición de Cuentas.

000002

Doc. con partes poco leg.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
24 ENE 1994
Biográfico y C. Eleo
9400763

01/031

SECRETO

DISTRIBUCION: ORIGINAL:SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I.

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(a.z.)

002

XLI CONGRESO PS

UNA BREVE REFLEXION SOBRE EL FUNCIONAMIENTO DE LA DIRECCION

Hemos querido sumar esta "breve reflexión" a los materiales que ya han circulado, movidos por una doble inquietud: aportar elementos a los que de por sí se desprenden de las diversas rendiciones de cuentas y sugerir algunos temas para que la nueva dirección a elegir pueda profundizarlos y perfeccionar el trabajo político partidario.

En primer lugar, queremos decir que -a nuestro entender y sin perjuicio de todo lo que va más adelante- la labor del CC y demás organismos de conducción ha sido un buen reflejo del conjunto del partido. Sus pronunciamientos, sus debates, sus aciertos y errores -donde predominan claramente los primeros- han sido producto de una buena labor de dirección, es decir, de un esfuerzo de síntesis del conjunto de las opiniones y, a la vez, de un propósito de sugerir y marcar rumbos nuevos y eficaces a la acción política. Cabe señalar el ambiente fraterno que siempre primó en sus reuniones (reflejo también, del buen clima partidario).

En segundo lugar, y para comenzar a señalar los aspectos por lo menos discutibles y en algunos casos equivocados de una labor colectiva, hay que anotar que el CC tuvo dificultades para poder asimilar en toda su riqueza -y así retransmitirlo y retroalimentarse con el debate partidario- las nuevas experiencias y los nuevos problemas que se presentaron en la labor de gobierno departamental de Montevideo, en los diversos espacios legislativos, así como en el movimiento social en toda su variedad. Hay una

carencia de elaboración, de resumen de experiencias, que se explica por la intensidad de las obligaciones cotidianas, pero que no se puede aceptar resignadamente como si fuera una fatalidad.

En tercer lugar, esta dirección tiene que decir que la comunicación con el resto del partido debe ser incrementada, incorporando nuevas modalidades e instrumentos (alguno de ellos no demasiado novedosos). Por ejemplo, debemos -de una vez- superar las dificultades de comunicación -hacia afuera y hacia adentro- en materia de radio y prensa, pero también en materia de aprovechamiento de nuevas tecnologías que todavía parecemos ignorar (no tenemos un fax central, cosa insólita).

Como se hace en algunas departamentales, deberíamos emitir un boletín informativo central con un resumen de las tareas cumplidas y por cumplir.

A su vez, el sistema de las rendiciones de cuenta por secretaría, por frentes o de carácter general, no debe aguardar el atosigamiento de los períodos congresuales sino que debería ser anual.

Una especie de "informe a la nación" debatido año a año en un Comité Nacional debería agilizar, dinamizar y aproximar mucho más al CC con todos los afiliados e, incluso, promover los cambios y las modificaciones sin esperar a las instancias de congreso. Asimismo, permitiría a los congresos dedicar más tiempo al debate de las propuestas políticas y programáticas.

En cuarto lugar, la dirección debe mejorar su capacidad de convertirse en espacio de síntesis atenta y cuidadosa de todos los frentes donde se despliega la acción partidaria. Las nuevas responsabilidades, en cada vez más y más lugares importantes del sistema político y de la sociedad civil, no siempre han conseguido ser conjugadas y coordinadas en un lenguaje básico común en las directivas del partido.

Sin perjuicio de que ni por asomo creemos en una visión de "partido monolítico y rígido", sino que debemos estimular la autonomía y el desarrollo audaz por zonas y sectores, también es cierto que el partido se justifica cuando consigue dotar de un mismo sentido el trabajo en los diversos ámbitos. Lo cual se logrará también incrementando el vínculo directo entre el comité central, las direcciones intermedias y la base del partido.

En quinto lugar, debemos simplificar algunos ámbitos del trabajo de dirección. Hemos tenido problemas con el quórum del CC en más de una oportunidad, y aunque es cierto que muchos de sus integrantes deben ocupar funciones que a veces sencillamente les hacen imposible concurrir a alguna reunión (aparte de las enfermedades o problemas personales que todo ser humano puede sufrir) debemos mejorar ese aspecto, dado que quien acepte integrar el comité central debe ser consciente de sus obligaciones.

El CC tal vez debería tener menos reuniones en el año y mejor preparadas, de modo de hacerlas más fructíferas. Esto implica, a su vez, una reconstrucción del trabajo de los departamentos y asesores -hoy disminuidos- y una definición muy precisa de las responsabilidades que implica cada uno de los cargos y secretarías que se adjudican, de modo de aceitar la elaboración de los proyectos de resolución a ser sometidos al CC, la ejecución de las resoluciones y la creación de los espacios de aporte y trabajo para un número importante de compañeros.

Sería aconsejable, por lo menos, dos sesiones del Comité Nacional al año y cinco o seis del CC (con los secretarios departamentales y ediles, participando con voz y sin voto).

En sexto lugar, tenemos que aumentar las exigencias en los cargos de responsabilidad partidaria. Definir los cometidos, exigir las rendiciones de cuentas y revisar las actuaciones de todos los dirigentes, en particular de los compañeros rentados o con pase en comisión.

Esto no supone la creencia de que los miembros del CC deben ser como "maquinitas" idénticas entre sí, porque ello estaría vulnerando un carácter representativo del partido que -a nuestro entender- el CC debe mantener cuidadosamente.

Para cumplir con la representatividad debemos combinar diversas aptitudes y valores de aporte; pero hay que saber qué se espera de cada uno para poder evaluar correctamente.

Asimismo, nos regimos por el principio de la dirección colectiva y la responsabilidad individual. Sin pretender ocultar dicha "responsabilidad individual" a veces se escucha la penosa frase -previa a los congresos o convenciones- que dice: "Fulano va a la paliza". Porque si hay alguien que "va a la paliza" debería ser el colectivo que no enmendó a tiempo una situación carente, o que no reforzó el trabajo que no se estaba cumpliendo.

PONENCIAS

I. Núcleo Mercedes - Soriano

Sobre el tema Propuesta Política:

Propuestas complementarias sobre lineamientos políticos que debe tener en cuenta el Frente Amplio al momento de formular su propuesta programática.

1) La defensa del ambiente y la explotación racional de sus recursos es también uno de los aspectos que debe formar parte de la propuesta programática del FA. "Para que mañana no sea tarde, hoy se constituye en el problema central dar respuestas a esta temática".

El fragor de la lucha contra las injusticias sociales, económicas y políticas hace olvidar que la defensa de la naturaleza forma parte de la calidad de vida. Es más, no puede haber organización de la sociedad, ni socialista ni capitalista, si no existe un hábitat donde se pueda desenvolver la vida humana.

El aumento del efecto invernadero, el debilitamiento de la capa de ozono, la contaminación de ríos, arroyos y mares, la erosión, la contaminación por agrotóxicos, plaguicidas, pesticidas, etcétera, la contaminación del aire, la constante desaparición de especies vegetales y animales y la pérdida de recursos no renovables, forman parte de un extenso catálogo de problemas ambientales, problemas que no podemos eludir. La vida del planeta está comprometida por la extrapolación de esta situación. El Uruguay forma parte del mismo: en generar los problemas, en sufrir los perjuicios y en hacer un uso racional de la naturaleza.

Para el congreso programático queda el definir las propuestas sobre el medio ambiente y los recursos naturales, basadas en el diagnóstico correspondiente. Lo que no se puede soslayar hoy al hacer mención a los problemas centrales a abordar, es el incluir este tema.

Por ello proponemos que en la página 36, punto 7, inc. b, donde hay un punteo de diez problemas centrales a los que hay que dar respuestas se agregue un punto XI que exprese:

"XI. Política ambiental clara basada en el uso racional de los recursos naturales; la defensa del medio ambiente y del equilibrio ecológico."

2) Compartimos todos los conceptos relativos al tema educativo planteado (pág. 36, punto 7, inc. b - p. VIII del documento), no obstante lo cual creemos deben formularse allí dos precisiones:

a) Se menciona la universalización de la educación Primaria, Secundaria y Tecnológica. Entendemos necesario agregar: ***"Aumento de la cobertura de la Educación Preescolar"***. La cobertura preescolar actual -pública y privada juntas- entre los 3 y los 5 años de edad se sitúa en 1/3 del total.

No creemos necesario fundamentar aquí su necesidad, sí debemos informar que el aumento de la cobertura preescolar, aunque insuficiente y lenta, es una tónica de las últimas décadas.

b) Compartimos el concepto de duplicación de la inversión en el área educativa, no obstante lo cual debemos ser conscientes del esfuerzo económico que ello implica.

Pero aún duplicando la inversión, es tal el deterioro educativo actual que se registra por la insuficiencia de recursos, por el aumento de cobertura (fundamentalmente en Secundaria), y por otras causas, que se hace necesario establecer prioridades en beneficio de las franjas socioculturales más carenciadas de la sociedad. Franja ésta que se ha ensanchado por la aplicación de políticas económicas neoliberales deshumanizantes.

La tercera parte de los niños menores de 15 años viven en cantegriles y zonas marginales, con un porcentaje que crece, ya que el 42 % de los nacimientos pertenecen a este sector.

Los estudios de CEPAL han cuantificado la inoperancia del sistema de educación en este medio; la enseñanza pública no es capaz de revertir la herencia cultural que de los hogares traen los alumnos, reproductora de las desigualdades.

Las estrategias a aplicar aquí, que implican inversiones, son temas del congreso programático del año próximo, pero lo que debe agregarse a la propuesta del Comité Central es el lineamiento político de que: ***"las franjas socioculturales más carenciadas de la sociedad tendán una atención prioritaria en el sistema educativo".***

II. Agrupación Lealtad Socialista "Mario Cassinoni"

Considerando los Estatutos del PS:

Art. 40 - Todos los miembros y organismos del PS tienen derecho irrestricto a discutir, plantear y elaborar en torno a todas las cuestiones que tienen que ver con la política del partido y la actuación y composición de sus organismos.

Art. 10 - La crítica y la autocrítica constituyen un principio fundamental para el contralor colectivo, la constante superación del trabajo y la organización partidaria. Se debe practicar la crítica y la autocrítica con respeto, fraternidad y honestidad revolucionarias, y desarrollar toda conducta de acuerdo a los objetivos del partido y a los intereses de la gente.

La Agrupación "Dr. Mario Cassinoni" ante los documentos entregados para su estudio al XLI Congreso del PS debe señalar que, en general, la labor desarrollada por las distintas secretarías ha sido insuficiente, poco eficaces y faltos de imaginación, salvo contados casos como: Interior, Relaciones Internacionales y Formación Política.

Queda no obstante en claro, que es necesario desentrañar las causas del decaimiento de la militancia, lo que muestra el fracaso de la política de organización partidaria. La necesidad de definir e implementar una adecuada política de cuadros, atendiendo la inserción del militante en la estructura del partido.

Debemos tomar conciencia de que hay que multiplicar nuestro trabajo orgánico para revertir esta realidad si es que pretendemos asumir mayores responsabilidades políticas.

Es lamentable la coincidencia de los distintos responsables de secretarías, de la falta de funcionamiento en equipos y de las dificultades de lograr contactos e intercambios con la dirección partidaria.

Creemos que la mayor responsabilidad del estado actual de nuestra organización está radicada en el Comité Central, quien debe establecer la

conducción estratégica. Como lo indica el Art. 31 del Estatuto.

a) Crear, integrar y reglamentar las secretarías, comisiones y departamentos necesarios para atender centralmente las tareas del partido y especialmente sus cometidos de dirección.

b) Distribuir los cuadros del partido y supervisar la organización partidaria.

c) Supervisar las finanzas y todos los aspectos administrativos del partido.

La Secretaría Nal. de Organización del PS el 22.06.93 decía que: "El tipo de estructura que nuestros estatutos definen, requiere para su funcionamiento de una circulación muy intensa, en todo sentido, de la información, el análisis de experiencias, del resultado de la elaboración de políticas globales y de su reelaboración en los organismos que deben impulsarlas. Los compañeros plantean con insistencia la falta de mensajes claros y concretos por parte de la dirección, así como de orientaciones concretas para aplicar en los frentes de masas".

No es posible que carezcamos de una estructura administrativa que permita al partido funcionar orgánicamente, porque de ello depende fundamentalmente lograr sus objetivos.

Es importante que las personas que tienen obligaciones y responsabilidades tengan bien claro cuáles son sus funciones a cumplir, por tanto, es necesario definir con toda claridad sus atribuciones, los límites de autoridad y relaciones.

Cómo es posible que el responsable de una secretaría, pueda indicar como causa de insuficiencia de su desempeño "la falta de claridad en el rol a cumplir por la secretaría" y "la inadecuada organización del trabajo".

Por tanto, el déficit es la necesidad de efectuar la descripción de la tarea a desarrollar, antes de ser nominado alguien para un cargo.

Cómo es posible que funcione adecuadamente cualquier empresa, organización, y aún en el orden familiar, si no se establece previamente un presupuesto de gastos y su posible financiamiento.

Es fundamental asegurar un equilibrio razonable para atender las tareas primordiales del partido. Por tanto es necesario que la dirección del partido actúe con eficacia, que sea capaz de atender las crecientes necesidades, acorde a nuestras cada vez mayores responsabilidades políticas.

Esto supone la existencia de un aparato central fuerte y dinámico, que redoble su esfuerzo con mayor entrega e imaginación para así forjar militantes capaces que estén en condiciones de conducir al país en los próximos años.

Por lo tanto proponemos que:

1. El próximo CC se aboque de inmediato a nombrar una comisión o departamento que promueva la organización administrativa del partido y le dé las formas que correspondan.

2. Que se realice la descripción de tareas a cumplir por cada una de las secretarías antes de ser nominadas las personas a desempeñar esos cargos.

3. Estudiar un presupuesto de gastos anual y los recursos que permitan el cumplimiento del mismo, así como un órgano de control de los gastos realizados por la secretaría correspondiente.

III. Agrupación Lealtad Socialista "Mario Cassinoni"

Reorganización y funcionamiento de Casa del Pueblo.

La Agrupación "Dr. Mario Cassinoni", a propuesta del Plenario de diciembre de 1992, inició una campaña de sensibilización sobre la necesidad de mejorar el funcionamiento de la Casa del Pueblo.

Creemos que es necesario, adecuar las instalaciones y ambientes de la Casa del Pueblo. Escenario de encuentros, reuniones, conferencias, etcétera. Necesitamos adecuarla a los nuevos tiempos, para que pueda cumplir el objetivo de difusión del rico material allí existente, así como la venta de libros y folletos y todo lo que acerca a la actividad partidaria.

Hay que adecuar los servicios necesarios, ordenar y amplificar el salón de actos. Dar validez, en una biblioteca y sala de lectura, a la enorme cantidad de libros que duermen en estanterías junto al polvo del tiempo. Y, sobre todo, crear un plan de actividades culturales que, junto a las tareas políticas que se avecina, tengan un marco agradable y la vieja Casa del Pueblo se llene de vida y público nuevamente. Pongamos todos el hombro en esta noble tarea y que por cierto lo merece nuestra querida y olvidada Casa del Pueblo.

Por ello la Agrupación propone:

1. La formación de una comisión especial por parte del Comité Central, dándole cabida a los integrantes de las distintas organizaciones que allí funcionan, a fin de estudiar las mejoras necesarias para que en la Casa del Pueblo puedan desarrollarse normalmente las actividades partidarias.

2. Realizar una campaña financiera, para cubrir los gastos que demanden estas obras y haciendo que en ella participe también el entorno partidario. Organizar un equipo de trabajo dedicado especialmente a estos fines.

IV. Núcleo San José

En relación a la campaña electoral próxima y nuestra participación en ella:

a) Los fenómenos electorales constituidos por la 99-FA y la 1001-FA en las dos últimas elecciones no pueden explicarse en forma exclusiva por una "política de imagen". Pero estamos convencidos de que la forma en que estos grupos eran visualizados por el votante frenteamplista fue determinante para el resultado obtenido.

b) En ambas instancias nosotros llegamos a los meses previos a las elecciones con una buena perspectiva. Nuestra consecuencia y coherencia nos permitió ir ganando apoyo. De período en período vamos creciendo, bien y firmemente.

c) El voto "independiente", masivamente, no hemos sabido volcarlo en nuestro favor.

d) La imagen presentada, tanto por la 99 como por la 1001, fue en ambos casos muy frenteamplista y bastante lavada. Consideramos que nosotros intentamos reafirmar nuestro perfil socialista en ambas instancias y esto tuvo un "costo electoral".

PROPONEMOS: Basar nuestra próxima campaña en el frenteamplismo, en los colores y las banderas del Frente.

No se trata de ocultar particularidades que nos identifican y con las que estamos muy compenetrados. Tampoco podemos otorgar ventaja a quienes carecen de un perfil propio y/o son conscientes de los réditos que da el aparecer como los más frenteamplistas del mundo, y usan esto en forma objetivamente oportunista.

No es ajeno a nuestra preocupación el vivir en el interior. Aquí se visualiza cada vez más al FA, a los compañeros Astori y Vázquez y al PS en forma positiva. El compañero Gargano concita visiblemente un gran respeto entre los frenteamplistas y entre quienes no lo son (tiene credibilidad, como se dice ahora). No obstante todo lo anterior, rechina a los compañeros cuando creen percibir que metemos el partido por delante del Frente y no importa cuales sean nuestras intenciones. No es un cuestionamiento a nuestro frenteamplismo el que planteamos, sí nos preocupa lo que consideramos una política de imagen que no es la más adecuada en un período electoral.

V. Núcleo "Abrelatas" - Montevideo

En muchas partes del documento de Rendición de Cuentas se menciona -con gran importancia- el tema del alejamiento de militantes y su deseable "revinculación".

Si bien el partido ha caminado en el sentido de acercar a compañeros que no participaban de su orgánica, la realidad indica que las ofertas propuestas no se traducen en un mayor involucramiento de los mismos.

Creemos que además de los datos sobre la realidad económica, social y cultural y de los análisis sociológicos, el aspecto principal a ofrecer por parte del PS es darle a cada compañero un lugar, tener un lugar para cada compañero o para el que quiere empezar a serlo.

Esto es, haciendo sentir que cada uno de nosotros tiene un ámbito, respetando -y complementando- sus ritmos y tiempos personales de dedicación. La obligación por parte de la organización es demostrar claramente su interés en recibir de cada militante lo que pueda dar y cuando lo pueda dar.

Para el desenvolvimiento de toda tarea o acción, es necesario tener gratificaciones y marco motivante, así como sentirse parte de un colectivo respetuoso y fraterno.

El esfuerzo del partido debe estar dirigido hacia la apertura de todas las puertas, pensando en aquel compañero que decida integrarse a la estructura o en diversos frentes; agudizando el ingenio y el tacto para que ese nuevo militante sienta que la organización quiere que se integre y lo haga sin complejos, recibiendo posibilidades amplias, creativas, variadas, para desarrollar una tarea.

Pero, además de lo ya mencionado, tenemos la convicción de que el factor principal para que alguien se sienta parte de un colectivo, para que sea un protagonista y no un espectador, además de sentirse útil, es sentir-

se tomado en cuenta, sentirse uno más, con su voz y su voto para decidir, más allá de nombres y cargos. Es decir, sentirse parte de un colectivo realmente democrático, íntegramente democrático, que tiene instancias cotidianas para cubrir todas las dimensiones de la democracia interna: información completa y fresca; ámbitos y tiempos políticos de opinión, intercambio y síntesis y lugares de decisión efectivos.

Lo que tiene que hacer carne y conciencia en todos los niveles del PS es que no se trata solamente de acercar compañeros para asignarles tareas o informarles luego de ya ocurridos los hechos, sino de saber su parecer, de tenerlos en cuenta para decidir siempre y sobre todos los temas.

Ante cada instancia, evento y coyuntura, está como telón de fondo el tema de una auténtica y plena democracia interna.

El proyecto de contar con experiencias de vinculación y militancia no tradicionales -pero tampoco inorgánicas- resulta imperioso ante el debido y sincero análisis de lo que el partido ofrece -principalmente a los jóvenes- hoy por hoy: debemos ir poniendo las bases para imaginar y crear hacia la interna una comunicación realizadora, una innovación en los ejes y métodos de manejo de la información, en la participación en los distintos niveles de las muchas formas de militancia.

En definitiva, apuntar a una cultura de la democracia permanente, a la cabida de los variados espacios de participación y a la praxis sensible de la relación sujeto - organización (I).

Estas líneas redundarán, además, en una mejor capacitación de los cuadros intermedios y futuros, permitiendo una necesaria renovación dentro de la órbita dirigente.

(I) *Atendiendo este aspecto, y como en política el fin supremo sigue siendo el ser humano, creemos que una organización con los postulados del partido, debería contemplar de otra manera el universo personal de cada compañero; llevando a la práctica una política de conocimiento cabal de cada integrante del colectivo y en su cotidiana relación con éste; en virtud de esto y -como los socialistas siempre fuimos pioneros- proponemos la creación de una Secretaría de Relaciones Humanas o Desarrollo Humano, cuya finalidad principal sería el personalizar el contacto con la orgánica.*

*** Sobre la Secretaría Nacional de Propaganda:**

En la antesala de las elecciones, creemos que el PS -para complementar la valiosa función del Correo Socialista- debe plantearse seriamente el contar con una publicación -además de tener espacios en otros medios- para cumplir un rol eminentemente propagandístico, matizando las propuestas programáticas con reportajes a candidatos, materiales de actualidad, etcétera. Debería aparecer periódicamente, cumpliendo con los requisitos de lenguaje simple, directo, ameno. La distribución y los demás lineamientos serían de resolución de la secretaría. Nuestra propuesta no es editar un semanario oficial del PS, pues creemos que las condiciones no están dadas, amén de entender la no vigencia de la prensa -y de los proyectos periodísticos en general- partidaria.

Vinculado con esto, resulta fundamental el redimensionamiento de la función de la secretaría de Propaganda, brindándole los medios necesarios para que cumpla con sus cometidos esenciales: acercar a toda la sociedad las propuestas, ideas e imagen de -nada más ni nada menos- la primera fuerza de la izquierda y a la que pertenece el intendente de la mitad del país.

Esto incluye, desde ya, el conformar un equipo multidisciplinario integrado por técnicos e idóneos, que vaya diseñando las pautas generales en materia propagandística, en particular dirigidas a la próxima campaña electoral, para presentar un mensaje creativo, que tenga impacto, expresando las ideas en una forma lúdica, transgresora, apuntando a la sensación y al efecto recordatorio; evitando reiterar así la triste experiencia de algunas piezas televisivas aburridas e insulsas, no motivantes para nadie, de la campaña electoral de 1989.

*** Sobre la Secretaría de Relaciones Internacionales:**

En la rendición de cuentas de esta secretaría se trata el posible pedido de reingreso a la Internacional Socialista (I.S.) y se propone dilucidar el punto en un Comité Nacional.

Creemos que el ámbito correcto para el proceso de discusión y resolución es el congreso (dirección suprema del partido). El congreso otorga las máximas garantías en plazos y formas de información e intercambio y es el lugar ideal para resolver un tema que concita una gran carga emotiva y hasta de principios, por posturas del PS en el pasado; sin embargo, valoramos que existe en la organización probada madurez para tratar el tema correctamente.

XLI CONGRESO PS

CRITERIO DE CUOTIFICACION APLICADO A LAS LISTAS ELECTORALES

1. En sesión de fecha 20 de noviembre, el Comité Central aprobó proponer al 41 Congreso la extensión del criterio de cuotificación de la mujer en los cargos electivos (Cámara de Senadores, Representantes Nacionales y Juntas Departamentales).

Se aprobaron los criterios que, en términos generales, se establecen más abajo, los que deberán adecuarse llegado el momento a los complejos mecanismos de ingeniería electoral.

Criterios:

A) Tomar para el cálculo del número de mujeres que deben figurar como titulares en cada lista el porcentaje de mujeres afiliadas.

- Para cargos nacionales: el % a nivel nacional.
- Para cargos departamentales: el % a nivel departamental

Ejemplos:
Lista de Senadores
16 titulares
36 % de afiliadas - 5 mujeres
Lista de Diputados en Montevideo
25 titulares
36 % de afiliadas - 8 mujeres

B) No sólo corresponde garantizar que el número de mujeres sea proporcional sino que la intercalación de hombres y mujeres coloque a las mujeres candidatas en lugares factibles.

Ejemplo:
16 titulares al Senado, 5 de las cuales serán mujeres. El ordenamiento será cada dos candidatos hombres una mujer.
25 titulares a diputados, 8 de las cuales serán mujeres. El ordenamien

será cada dos candidatos hombres una mujer.

Este criterio podrá no cumplirse en forma estricta en razón de posibles acuerdos electorales con otros sectores.

C) La línea de suplentes.
La línea de suplentes de mujeres deben ser mujeres para respetar la cuotificación.

Sin perjuicio de ello, en la línea de suplentes de los demás cargos se incluirán compañeras como forma complementaria de asegurar su efectiva presencia.

Ejemplo gráfico, válido para las candidaturas al Senado y a la diputación

1 H
2 H
3 M - 6 - 9 - 12
4 H
5 H
6 M - 9 - 12 - 15
7 H
8 H
9 M - 12 - 15 -
10 H
11 H
12 M - 15 - 18 - 21
13 H
14 H
15 M - 18 - 21 - 24
16 H
17 H
18 M - 21 - 24 - ...
19 H
20 H
21 M - 24 - ...
22 H
23 H
24 M - 27 - 28 - ...
25 H...

* Recordemos que este criterio es entendido en todos los casos como un piso mínimo y en ningún caso como obstáculo para lograr mejores lugares (si así lo entienden los organismos electores) o impedir mayor número de candidatas mujeres.

Noviembre 1993

PONENCIAS (2)

Núcleo Walter Medina (Secc. 2)

1. "Una propuesta política para empezar a cambiar la vida."

Formular una propuesta hoy es una tarea muy seria y de enorme responsabilidad, y no porque otras propuestas anteriores del partido no lo hayan sido. Pero hoy, como nunca antes, tenemos una posibilidad muy cierta de llegar al gobierno en el 94.

Antes no teníamos la preocupación de tener que ponerla en juego porque éramos oposición y tal vez la propuesta carecía de ese elemento tan imprescindible que es no sólo cotejarla con la realidad, sino que ahora hay que aplicarla en ella.

Es obvio decir que nuestra propuesta no será en su totalidad la que deba aplicar el F.A. en el gobierno, pero todos somos conscientes que nuestra voz tiene un peso relevante y que por lo tanto debemos ser tan cuidadosos como si lo fuera.

En los últimos tiempos ha habido una fuerte polémica en el F.A. sobre la vigencia del Programa del 71, y no podemos negar que ciertamente los postulados planteados en aquel momento mantienen tanta vigencia como siempre, porque los problemas estructurales siguen siendo los mismos, pero también integra una concepción revolucionaria (aunque aquella no lo fuera), saber en qué momento de la acción de las masas es posible aplicar un programa con determinadas medidas y cuál debe ser en otro. No es lo mismo en un estado de "guerra interno" que en el pleno ejercicio de todos los derechos, pero además es también muy cierto que, como suelen decir algunos sociólogos, ha cambiado la sensibilidad de la gente en cuanto a cómo se deben procesar los cambios y máxime cuando determinadas experiencias internacionales han defraudado a muchos de sus más fieles creyentes.

Entonces digamos la verdad: es necesario un programa que sea posible aplicar el 2 de marzo del 95 a las 9 de la mañana, que la gente "descreída" crea en él, que comience a solucionar los problemas más acuciantes de nuestro pueblo.

Pero esto jamás quiere decir que renunciemos a "cambiar la vida", que también tenemos un programa a futuro de cómo construir el socialismo en nuestro país, que queremos modificaciones radicales a la hora de construirlo, que en definitiva pensamos que por más cosmética que le apliquemos a este capitalismo salvaje no solucionará en la raíz el problema de la desigualdad entre los hombres.

Es por esta lectura que hacemos ahora y por la que tenemos de futuro que esta propuesta, que ponemos a consideración, quiere empezar a solucionar los temas de hoy e ir sentando las bases de nuestro futuro, ir sembrando una contracultura que alimente la solidaridad contra el individualismo; la participación comprometida contra el "no te metas"; la gratificación

en pos de objetivos que nos trasciendan y no el hoy por hoy.

Pensamos que es imprescindible plantar esta semilla desde ahora, porque los cambios los queremos con la gente y para todos.

En nuestro país las riendas del gobierno y el poder están estrechamente ligadas, parecería tonto querer tener una sin la otra. Es por esto que nuestro acceso al gobierno -hoy, como nunca- se hace imperioso, pero mientras estamos en él y vamos tomando la otra rienda tenemos que ir resolviendo problemas que ningún otro gobierno podría hacer que no fuera el del F.A.

Por eso decimos que empezamos a "cambiar la vida".

2. "Política de Alianzas"

Cuando intentamos poner sobre la mesa el tema de política de alianzas, a todos se nos ponen los "pelos de punta" y pensamos que primero que nada hay que discutir este tema despojándose de todo preconcepto.

Si definimos una política de alianzas como un hecho coyuntural (de largo o corto alcance), destinado a acumular en torno a un objetivo concreto y determinado, que a la vez que suma hacia nosotros y nos permite ir cumpliendo nuestros objetivos primarios, nos da la posibilidad de acumular fuerzas en pos de objetivos más profundos. Entonces podemos suponer que ya tenemos delimitado el "marco" en el cual nos moveremos.

Cabría preguntarse ahora quién tendría esa necesidad de aliarse y por qué; entonces ya estaríamos poniéndole el "contenido" al antedicho marco.

Cualquiera de los dos elementos (marco y contenido) funciona en el pensamiento de todos los que integran la alianza, en otras palabras también nuestros posibles aliados quieren acumular fuerzas para cumplir sus objetivos.

A diferencia de ellos, el F.A. tiene por lo menos dos ventajas: la primera, es que su peso electoral y su capacidad de movilización y propuesta es infinitamente mayor y, la segunda, es que objetivamente los vientos que soplan en estos tiempos le dan a nuestros aliados un techo de crecimiento porque su proyecto se ha agotado (de lo contrario no estarían dispuestos inclusive a abandonar sus propios partidos), lo que nos permite demostrar que es nuestro proyecto el que podría tener un crecimiento ilimitado.

Pues bien, tenemos definido el marco, el contenido y los objetivos, ahora debiéramos contestar el quiénes, y aquí habría que tratar de no meter el "dedo en las heridas", que algunos de estos posibles aliados nos han dejado (voto verde, ruptura del F.A., etcétera.) y para hablar con más precisión ya hemos leído en la prensa que el Polo Progresista, el Movimiento de Reafirmación Batllista y el Nuevo Espacio (aunque no descartamos que haya otros) se han perfilado o han dado muestras de acercamiento al F.A., porque no "se chupan el dedo", ni quieren ser más los partidos "bisagra", que los destina siempre a una actitud *de espectadores y nunca de actores*, y porque -también hay que decirlo- quieren tener su "carguito" dentro del sistema político y *nosotros debemos ser conscientes de ello.*

En este salto de acercamiento de *diferentes posiciones no es el F.A.* el que corre los mayores riesgos, ya que es el que menos se expone a los cambios de conducta (la creación del F.A. fue en definitiva el desgajamiento de blancos y colorados). *Pero* deberá tener una enorme firmeza política para evitar que el "bamboleo" de nuestros aliados pueda desdibujar o incumplir el programa trazado. Para que ello no ocurra debemos hacer que todo el F.A. lleve adelante estas alianzas y acercamientos de modo tal que no muestre fisuras de las cuales después nos echemos en cara el acierto o no de dichas alianzas.

Esta es la única garantía de lograr un Gobierno de Mayorías Nacionales en el cual el F.A. sea el eje central alrededor del cual (como ocurre en un átomo) giran los otros de acuerdo a nuestros objetivos.

3. "Polo Socialista"

Podemos decir con propiedad que este tema no es nuevo para el partido. Recordemos que en el 39 Congreso esta propuesta estuvo sobre la mesa y pensamos que los elementos allí vertidos tienen plena vigencia, tal vez nos faltó profundizar *sobre su contenido asumiendo que este* planteo debía ir mucho más allá de un simple acuerdo de sublemas electorales y *debía ir tendiendo puentes hacia aquellas* organizaciones hermanas que eventualmente podrían integrar dicho espacio.

Partíamos de la base de que dentro y fuera del F.A. son muchos los grupos que se definen de una u otra forma por el "socialismo". Es muy difícil, tal vez, para mucha gente comprender cuáles son las diferencias tácticas o estratégicas para la consecución de dicho objetivo.

Tal vez, todos pecamos un poco de falta de humildad al *suponer que nuestra* propuesta de construcción del socialismo es la "justa", pero también no es menos cierto que creemos que dicha construcción depende, *entre muchas cosas*, de las condiciones objetivas en donde nos desarrollamos, de la cultura de nuestra gente y fundamentalmente del empeño y el esfuerzo que pongamos en conseguirlo.

Sería obvio decir que los frenteamplistas y más los que no lo son ven en nuestras "rencillas" internas un desgaste de energía desmedido, donde muchas veces perdemos de vista al verdadero enemigo.

Ante esta situación entendemos que el partido tiene una doble responsabilidad: por un lado, porque es la organización *natural del socialismo en nuestro país* y posee un desarrollo político y organizativo que lo pone en mejores condiciones que ningún otro para ser el abanderado de esta propuesta, y por el otro porque como miembros del partido tenemos el deber inherente a nuestra condición de desplegar el socialismo y su conducta donde quiera que estemos *parados, incluyendo aún a sectores* que, o bien pueden ser oportunistas y pecan de "infantilismo", o porque bien nuestras *diferencias no son tales, ni tan antagó*nicas que en un proceso de acercamiento no puedan seguir unidas.

Creemos que es imprescindible despojarse de toda posición "iluminista", que debemos dejar de lado preconceptos y que no podemos "obligar por decreto" a que grupos pequeños se autodisuelvan y se unan a nosotros, que esto lleva un proceso que pueda ser largo y que exige un enorme grado de humildad, paciencia y sabiduría, pero que tiene *como contrapartida* cerrar el paso al oportunismo y a la "miopía política", abrir un ancho cauce plural, democrático, con una *unidad* orgánica y *peso* político insoslayable a la hora de definir los destinos en la construcción del socialismo.

Alguien se preguntará quienes integran ese espacio y creemos que debe ser tan amplio que abarque a aquel que, aunque no defina su ideología socialista comparta la construcción de una sociedad más justa.

Para ello pensamos que el primer paso debe ser convocar a una gran tribuna de debate sobre las *diferentes* visiones, apuntando directamente a aquello en que tenemos coincidencias y a desarrollarlos.

Pensamos, compañeros, que nuestro partido, está en las condiciones objetivas y subjetivas que jamás tuvo en su historia y que por su grandeza y peso en nuestra sociedad es el único capaz de iniciar esta empresa y puede a través de ella *demostrar* a quienes pregonan la muerte de las ideologías, la imprescindible necesidad y la plena vigencia del socialismo.

Trataremos de analizar desde el punto de vista de un núcleo sindical y montevideano, como el nuestro, cuáles son los aspectos que juegan a favor de la consolidación del Partido en los próximos años y qué aspectos nos limitan al punto de hacernos pensar en que será muy difícil que podamos llegar en poco tiempo a convertimos en la organización que todos queremos.

¿En qué se fundamentan las expectativas de crecimiento del Partido?

1) Una propuesta de Socialismo Nacional que ha ganado fuerza con la caída del Socialismo Real.

Es conocido por todos, que nuestro Partido sostuvo una dura polémica con las organizaciones que constituyeron el llamado "socialismo real", no reconociendo partidos "hermanos mayores" y proponiendo en la teoría y en la práctica la concepción de Socialismo Nacional, que sin negar el internacionalismo proletario, marchó muy unida al concepto de Integración de América Latina. Al decir de Trías: "Suele ser unificador, en la medida que las condiciones contemporáneas, el Estado Nacional sólo puede desempeñar su papel en dilatados espacios económicos y en el grado en que la comunidad de tradiciones históricas concurra en el mismo sentido. Es muy claro, en este aspecto, el nacionalismo integrador de América Latina. No solamente consiste en la expulsión del imperialismo, sino en la unidad continental, superando la balkanización impuesta desde fuera y retomando las raíces americanistas de José Artigas y Simón Bolivar."

Esta polémica, de la cual mamó toda la izquierda uruguaya y que tuvo amplia repercusión en las organizaciones sociales y en el ámbito intelectual comenzó a gestarse a principios de la década de los 20 cuando la división del Partido Socialista en torno a las 21 condiciones y se ha prolongado casi hasta nuestros días.

El hecho es que en todo este período a pesar de contar entre nuestras filas con dirigentes tan destacados como Frugoni, Trías y José Pedro Cardoso, nunca pudimos resolver el pleito a nuestro favor ya que chocamos con un aparato muy poderoso y con una estructura muy bien armada, formada por cuadros muy capacitados.

Hoy, con la "caída de todos los muros", esta polémica la consideramos resuelta y las posibilidades de crecimiento de nuestro Partido son muy firmes.

2) Un buen trabajo de nuestros parlamentarios, ediles y otros funcionarios de la Junta.

Estos compañeros cuentan con muy buena preparación obtenida en muchos años de trabajo en la estructura partidaria y por su propio esfuerzo en superarse. Lo cierto es que nuestras bancadas han demostrado en la presentación de proyectos, defensa de propuestas hechas por la bancada frenteamplista, debates sobre diversos temas, presencia ante los medios de información y en las recorridas en los distintos barrios, que estamos muy bien representados a nivel parlamentario y en el gobiemo de Montevideo.

3) La figura de Tabaré Vázquez

Es evidente que la personalidad de Tabaré no arrima agua solamente al molino del Frente Amplio, sino que son muchísimas las personas que hoy llegan a nuestra organización o bien se ubican dentro de nuestra base social, traídas por el enorme carisma que tiene este compañero.

La estructura es nuestro talón de Aquiles.

Todos convenimos en ello. En el documento "Sobre la construcción del Partido" aprobado en junio de 1993 y elaborado por el propio Secretario de Organización del Partido, se dice: "Nuestras invocaciones a la participación militante se han tornado cada vez menos convocantes. Prueba de ello constituye el proceso de pérdida de militantes que se viene acentuando en los últimos años. La desaparición lisa y llana del núcleo como organismo de base, como centro de producción política en estrecha relación con su medio."

Todos convenimos también en los efectos negativos que tiene la falta de desarrollo de la estructura sobre las posibilidades de fortalecer nuestro Partido.

Nuestro compañero Tabaré Vázquez evaluando los resultados obtenidos por nuestro Partido en las elecciones internas para las Juntas Locales, ha manifestado: "Si el P.S. quiere tener una representación mucho más marcada en el F.A., tendrá que tener una militancia mayor, una participación mayor". La estructura del Partido tendrá que elaborar estímulos a sus adherentes y simpatizantes para que participen de una manera más marcada, porque después de que se hacen elecciones y el pueblo se expide, es el que manda."

Tanto a nivel del Frente Amplio como en el PIT-CNT hemos insistido, y con razón, para que se proceda a su democratización, de tal forma que en las resoluciones que se tomen puedan pesar los puntos de vista del conjunto de los votantes, adherentes y afiliados, pero esto no nos hace perder de vista la importancia que tienen y deben tener las estructuras tanto en el Frente como en la Central Sindical, como en la vida interna de nuestra organización, no solamente en las etapas resolutivas, sino en lo que significa la participación mediante la discusión y las propuestas. Este último aspecto, que nos diferencia sustancialmente de otros partidos políticos que giran en torno a figuras y que sólo se organizan circunstancialmente ante cada elección a los efectos de recolectar votos, nos tiene que llevar a buscar las causas que inciden para que nuestra estructura no esté ni medianamente al nivel que todos aspiramos.

Priorizar el fortalecimiento de la estructura significa jerarquizar sus organismos de base.

De lo que estamos seguros, es que no todos convenimos en las causas que han dado lugar al escaso desarrollo organizativo que hoy tenemos.

En el documento sobre la Construcción del Partido, ya mencionado, se sostiene: "De alguna manera hemos llegado, quizás a la fase más crítica de un proceso de verdadera fractura de la militancia. No es nuevo para nadie: cada vez más aquellos compañeros que tienen como centro de actividad principal el trabajo en un sindicato, una cooperativa, el barrio u otras experiencias organizadas de la sociedad, tienden a separarse de la "vida orgánica" de partido, en tanto no hallan ahí elementos que les permitan enriquecer su militancia."

Este análisis está mostrando una realidad interna de nuestro Partido, es indudable que esta realidad está mostrando que no hemos sabido hacer ver a nuestros militantes la importancia de la tarea política organizada.

A nuestro juicio existen claras distorsiones en nuestro funcionamiento que influyen decisivamente en el estado de desconfianza que tienen nuestros militantes por los organismos de base. Algunas de estas distorsiones son:

a) La resolución de muchos temas que son de carácter interno del núcleo,

son tratados y decididos directamente por organismos superiores.

b) Los militantes no ven que su funcionamiento en los núcleos les permita capacitarse y obtener información jerarquizada y rápida sobre lo que sucede a su alrededor.

c) Todos los militantes y especialmente los más jóvenes tienen la legítima aspiración de acceder a cargos superiores dentro del Partido. Hoy día no se hace imprescindible dentro de nuestra organización trabajar desde los organismos de base para tener acceso a los organismos de dirección. Son muchos los casos que se vienen dando, de compañeros que llegan rápidamente a los organismos de dirección catapultados no justamente desde las bases, sino desde organismos superiores.

d) Existe cierto grado de intolerancia para con aquellos compañeros (muchas veces sacrificados y experientes) que plantean diferencias con posturas o criterios políticos que se adoptan.

e) Se plantean dudas sobre la real representatividad de muchos organismos de base que no funcionan y luego deciden en eventos departamentales y en Congresos.

Aspiramos a que nuestra organización supere el estado crítico en que se encuentra su estructura y que los núcleos puedan cumplir satisfactoriamente todas las tareas que les marca el estatuto; como las que señalan los puntos: c) y d) del mismo:

c) Integrarse activamente a la sociedad, para organizar y conducir a los trabajadores y al pueblo en la lucha por sus reivindicaciones, sus derechos y su emancipación. Esforzarse por elevar permanentemente el nivel de conciencia, participación y organización de la gente para que esta vaya creando y desarrollando el poder popular.

d) Aumentar de continuo el nivel de preparación de los miembros del Partido y fortalecer la organización para que ésta cumpla sus fines.

NOTA: Este documento ha sido aprobado en un todo por algunos compañeros del núcleo y otros han decidido elevarlo como aporte para la discusión del Congreso.

Núcleo Dir. Nal. de Fucvam

El Catastro y la recolección de firmas: Modelo para armar

Hace más de dos años que el Movimiento Cooperativo comenzó a procesar internamente una discusión sobre la ciudad -en sentido integral- buscando dar respuesta a un conjunto de reivindicaciones y tratando de buscar mecanismos capaces de trasmitir la experiencia acumulada a lo largo de más de dos décadas.

Cuando el movimiento se pronunció por la "Reforma Urbana", lo hace con la intención de generar un proceso en que confluya el conjunto del Movimiento Popular gestando una propuesta alternativa al orden vigente.

Cualquier iniciativa hacia un proyecto popular de reforma urbana debe partir de las luchas concretas del Movimiento Popular y de la consideración de las prácticas sociales que entran en conflicto con los intereses de apropiación capitalista del medio urbano y sus manifestaciones a nivel superestructural (políticas públicas, normativa jurídica, etcétera.=) y no de iniciativas subjetivas de organización.

Partimos de la base de considerar la ciudad como un escenario en el que se manifiestan conflictos políticos con profundo significado y trascendencia, y en el que nuestros reclamos particulares aportan a la configuración de las correlaciones de fuerza de cada coyuntura, por lo que no podemos encarar nuestra lucha sin visualizar el contexto en que nos insertamos.

En los últimos meses se ha desatado un conflicto en torno a la propuesta catastral del municipio capitalino. El catastro impuso un criterio ordenador y de innegable justicia tributaria al asignar nuevos (y reales) valores imponibles a las propiedades.

Tal como lo hemos denunciado, existen determinantes específicos de la realidad urbana, constituidas por la oposición entre los que procuran un lugar para vivir y quienes se han apropiado de los bienes de uso de la trama urbana, transformándoles en valores de cambio, con los cuales especular de acuerdo a las condiciones del mercado. Los nuevos procedimientos para determinar la valuación de los bienes en la ciudad de Montevideo, pusieron al descubierto una realidad que -sin lugar a dudas- condiciona cualquier emprendimiento de cara a una verdadera reforma urbana.

Los resultados son claros: el 48 % de los bienes están en manos de un 10 % de propietarios, el restante 52 % de las propiedades se reparte entre el 90 % de propietarios urbanos. Esta es una correlación muy atendible al momento de reclamar un reordenamiento espacial de la ciudad, en la que las cooperativas tengan cabida; también es determinante al momento de reclamar la participación de los sectores populares en la definición de las políticas urbanas.

Si a esta concentración de la tenencia de los bienes le sumamos que los aportes del Estado central en beneficio de los servicios urbanos y equipamientos colectivos, se han reducido drásticamente en los últimos años como consecuencia de la aplicación de "recetas" neoliberales, tenemos que la estructura urbana se va haciendo cada vez más frágil y se multiplican las situaciones de insalubridad aguda o de alto riesgo, se frustran los esfuerzos de planeamiento urbano y se extienden las situaciones conflictivas al margen de la "legalidad" instaurada por el sistema jurídico burgués.

El dueño de la propiedad es libre de usar, gozar y disponer del bien (casas o tierras), de acuerdo con su voluntad y conveniencia; es libre de especular de acuerdo a las fluctuaciones del mercado. Esta realidad no había estado condicionad hasta el momento, la especulación era la norma vigente y no existía ningún mecanismo por el cual los que efectivamente tienen más aporten más.

Pero avancemos más. La iniciativa por el plebiscito logró convocar a un número importante de organizaciones sociales y quiebra las opiniones de los partidos tradicionales.

Sin duda que el tema de la ciudad como concepto político- aglutina fuerzas. El gran desafío -en la perspectiva de un gobierno popular de mayorías nacionales- es sistematizar la enorme experiencia que hemos acumulado en la gestión comunal y en las prácticas sociales que desarrollan nuestros militantes. Es imprescindible que nos dotemos de mecanismos eficientes para el seguimiento, la programación y capacitación de todo lo atinente al proceso de descentralización. Que extendemos los planteos al interior del país y a otras áreas del Estado (la participación de los usuarios ha sido un planteo histórico del Partido).

Estamos en el umbral de cambios importantes. Se reafirma una vez más el acierto de nuestra estrategia de combinar el fortalecimiento de la sociedad civil con la conquista de parcelas de poder instit-

cional: no podemos cometer el error histórico de descuidar ninguno de los dos vértices, pues por separado no expresan el programa político del Partido.

En conclusión, la experiencia de los últimos meses nos muestra que es necesario corregir algunos errores, como la falta de globalidad de los planteos, la sectorialización de los militantes (no sólo de los socialistas), la necesidad de analizar cuidadosamente temas de enorme complejidad como la CIUDAD, y dar cuenta de las múltiples formas en la que puede actuar el enemigo cuando visualiza que los sectores populares ponen en riesgo la estabilidad del sistema vigente.

El Partido debe expresar la síntesis de las prácticas que desarrolla, debe ser el motor programador de los sectores populares, el "intelectual colectivo" que definía Gramsci, lo que no va en desmedro de la necesaria especialización por áreas. Lo que proponemos es un mayor rigor de análisis en áreas que serán vitales en el futuro y la colectivización de ello en la estructura partidaria.

GOBIERNO DEPARTAMENTAL:
para iniciar un balance.

En la perspectiva de los militantes socialistas de una organización social de las características de FUCVAM, se vuelve imprescindible comenzar a sacar algunas conclusiones de la primer experiencia de gobierno de una fuerza de izquierdas en el país.

En primer lugar, queremos destacar que había elementos que de antemano sabíamos que dificultarían la gestión comunal: varias décadas de construcción de un entramado burocrático - clientelístico que podía usarse -y se usó- como contención de iniciativas. En particular se ve la inoperancia del aparato burocrático, cuando se trata de resolver situaciones de extrema urgencia o en los casos de "filtraciones" de información que gestaron acciones circenses en la Junta Departamental o la prensa amarilla opositora.

Otro elemento, de fundamental importancia, tiene que ver con el Programa de gobierno del F.A., o con la concepción rectora del mismo. El caso es que tenemos un programa que está basado en la participación activa de los ciudadanos en la gestión de gobierno. Si bien, en términos ideológicos y programáticos, estamos totalmente de acuerdo, sucede que en la sociedad montevideana se han sucedido importantes cambios. Estamos ante una comunidad fragmentada, cruzada por múltiples centros de atención y bombardeada culturalmente por un mensaje individualista "depredatorio". Esto ha traído como consecuencia, que muchas veces se sucedieran contradicciones y hasta enfrentamientos entre grupos del F.A. u organizaciones que responden a los mismos en la búsqueda de soluciones a los problemas. En muchos casos el Programa de gobierno se ha pretendido poner en práctica bajo formas paternalistas, o se ha priorizado la atención "caritativa" individual sobre los grupos organizados. Esta falla hay que tenerla muy en cuenta, puesto que en aquellos casos en los que la IMM ha actuado como promotora de la organización de la gente, los resultados han sido más efectivos y coherentes con el Programa.

No es nuestra intención realizar una evaluación detallada, pero sí entendemos que se debe publicitar más los logros de la gestión comunal.

Veamos en nuestro caso concreto: el Convenio de Tierras FUCVAM - IMM ha posibilitado la obtención de 25 predios que de otra forma hubiera sido muy difícil lograr, habilitando la proyección de unas 3.000 viviendas. En obra concreta se han realizado o están en obras como experiencia piloto, unas 350 realidades. No hablemos de soluciones vinculadas a los servicios, en especial el saneamiento, elevando la calidad de vida de numerosos barrios postergados durante años.

Durante esta gestión se ha logrado que, a través del trabajo conjunto de la IMM, la Junta y nuestra Federación- pudiéramos desarrollar un trabajo de organización con sectores de extrema pobreza, los cuales siempre han estado vinculados al paternalismo electoral o a la influencia de grupos de izquierda que inspirados en la concepción del "no hay nada que perder" sólo les han hecho acumular frustraciones.

Entendemos necesario cuantificar y publicitar los logros, al tiempo que evaluamos y empezamos a preparar el segundo gobierno departamental del F.A..

Capítulo aparte merece el proceso de desconcentración administrativa y descentralización política.

Entendemos en este caso, que ha habido un desfasaje entre ambos, pues si bien a través de los CCZ se ha logrado desconcentrar parte de la actividad administrativa, una vez instalados los Concejos Vecinales y las Juntas Locales se hace necesario profundizar la desconcentración para no volver inoperantes los nuevos organismos.

Por último, es nuestra intención proponer la iniciativa de crear un espacio de consulta interdepartamental en la Comuna que convoque a las organizaciones sociales de manera permanente. Esto se fundamenta en que -si bien es necesario atender las realidades a nivel local- podemos correr el riesgo de profundizar la fragmentación a que hacíamos referencia al principio si no hacemos el esfuerzo por tener un marco global de referencia que potencie la militancia más allá de lo local y cotidiano.

En definitiva, crear NUEVAS BASES, pero siempre vinculadas a un proyecto global de cambios revolucionarios.

Núcleo Profesionales Universitarios - Seccional 8

Algunas reflexiones a partir de la experiencia desarrollada en el Seccional 8

1. Construcción de Partido.

Los socialistas hemos discutido mucho sobre la construcción del Partido y ésta es imprescindible en una coyuntura en que debemos ser también los protagonistas de "la construcción de más allá del Partido". El Partido Socialista tuvo más de 100.000 votos; hoy en las encuestas recoge la adhesión de un porcentaje importante de frenteamplistas. En este contexto, ¿cuáles son los desafíos para consolidar y hacer eficaz la organización partidaria? No podemos seguir añorando la militancia de períodos anteriores o esperando que se reintegren formalmente el total de compañeros.

La acción de organizar y llegar políticamente a los socialistas trasciende el número de quienes integran formalmente la estructura. Es también responsabilidad de la estructura orientar políticamente a quienes tal vez, nunca, se integren orgánicamente aún siendo socialistas, y cuyo único contacto con las posiciones del Partido se produce a través de lo que manifiestan los principales dirigentes, en la medida en que aparezcan en los medios de comunicación.

Para esta acción debemos repensar las formas tradicionales de trabajo, analizar si los recursos de la estructura están asignados de la forma más eficiente, debemos analizar la eficacia política de cada organismo y cambiar las formas de comunicación con el espacio socialista no olvidando que ésta es de ida y vuelta. Algunos recursos a utilizar son:

* El Correo Socialista que es un excelente canal, pero tiene que llegar a los destinatarios. Lo que tenemos que perfeccionar son las formas para que llegue, ya sea por correo, el cobrador u otras formas como distribuciones zonales realizadas por los núcleos territoriales a las casas de los simpatizantes, enviando también informaciones de lo local.
* Trabajar con padrones o listado de gente con sus direcciones para invitar a compañeros y entorno a trabajar en temas concretos vinculados con su área de interés, con productos visibles, donde se le pida a cada uno que aporte lo que sabe y mejor conoce.
* El trabajo de finanzas con listados de gente de fuera de la estructura que está dispuesta a aportar económicamente para cosas también concretas. Por ejemplo, es más fácil pedir contribución para un espacio de radio o para pagar la distribución por correo del Correo que para algo indefinido.

2. La reconstrucción de los actores sociales.

El rol fundamental del Partido es ser protagonista e impulsor de los cambios. Para que éstos cambios trasciendan el esfuerzo de dirigentes y compañeros que han liderado los momentos más críticos, deben sustentarse en una organización que tenga claro que hay que **reconstruir los actores sociales.** Sobre las razones de la crisis de militancia, la crisis de representación, la crisis de las organizaciones sindicales y sociales se puede discutir largamente. Tenemos que asumir esas crisis y la tarea central de cada uno en su ámbito de militancia, es pensar en forma creativa -y entendemos que revolucionaria y fundacional- nuevas formas de organización y articulación. Si ya no es posible reeditar las tradicionales formas de participación deberemos ingeniarnos para recurrir a otras formas de contacto con la gente como: consultas, encuestas, plebiscitos. Hay muchas reformas pendientes sobre las que los socialistas debemos tomar posición y que implicarán puntos muy sensibles en lo inmediato (por ej. alternativas a la reforma de las empresas públicas, estatuto del funcionario público, matrícula universitaria, limitación de ingreso a la universidad, etcétera.); sólo como ejemplo que nos atañe particularmente, la Universidad es uno de esos escenarios fundamentales donde debe procesarse una reforma de profundo impacto social; para ello será necesario reconstruir actores colectivos con orientación progresista que sean los protagonistas de los cambios.

3. - Defender la experiencia del gobierno municipal

Para dar el examen electoral del próximo año, nuestra credencial es el gobierno municipal. La experiencia de gobierno de Montevideo, con sus aciertos y errores, debe ser analizada críticamente y conocida, tanto por la estructura en su conjunto, como por aquellos compañeros que son parte del espacio socialista para:

* Defender el gobierno municipal: la mejor defensa que la organización partidaria puede hacer de la gestión socialista en el gobierno, parte de conocer los puntos centrales de la misma; debemos darnos espacios postcongreso para salvar dudas e interrogantes y prepararnos para el debate que durante el año electoral se procesará.
* Reafirmar la "cultura de gobierno" contra la inconducente "cultura de oposición" que algunos grupos de la izquierda pretenden mantener como seña de identidad.
* Avalar a los compañeros socialistas que han conducido la gestión de gobierno, partiendo de la confianza en ellos y no de las críticas que frecuentemente recibimos de los adversarios políticos. Debemos evitar que el hipercriticismo socialista sea, como muchas veces, caldo de cultivo de los embates de los de afuera.
* Mostrar a la izquierda y al país entero de que podemos. En momentos de indiscutida crisis de militancia se gana el gobierno de Montevideo y se administra con eficacia; en momentos de crisis de paradigmas (de otros) es posible ganar el país.

4. - El Partido y el F.A.

El F.A. precisa conductores políticos y el PS debe ser su columna vertebral. Para afianzar y consolidar una imagen aceptable debemos darle al Partido la personalidad suficiente para hacer los planteos no sólo en base a los fundamentos, sino en la oportunidad adecuada. El Partido tuvo que trabajar dos años negociando posiciones, como las elecciones internas, sin embargo plantea la toma de resolución sólo 60 días antes. Creemos que estos riesgos reales que se van a decantar en un futuro, nos deben encontrar con otra actitud y hacia ello apuntamos.

Nuestra propuesta es:

1. dar con claridad la posición del Partido Socialista.
2. presentar en tiempo necesario, en el lugar de decisión los problemas sustanciales y fijar fecha y forma de resolución, asumiendo la conducción de las definiciones necesarias.
3. efectuar un cronograma político del P.S. y del F.A. acorde con los reales del sistema político nacional.
4. definir formas de comunicar a todos sus conclusiones para marcar posiciones precisas y evitar equívocos e imprecisiones. Si logramos tener esa imagen, nuestra posición en el F.A. y la del propio F.A., serán sustancialmente diferentes.

PROPUESTA DE CANDIDATOS AL COMITE CENTRAL

1. ADOURIAN, ANTONIO. Dirigente sindical (FOEB)
*Prop. del C.C.

2. ALFARO, MARIA - Sria. Política Seccional 5
*Prop. N. Aires Puros (Secc.5)

3. ALONSO, TOMAS. Dirigente sindical (AEBU)
* Prop. del C.C.

4. ALVAREZ, GUILLERMO - Miembro del Cté. Ejecutivo Nal., Diputado
* Prop. del C.C. / N. Ancap

5. ALZAIBAR, ABELARDO - Srio. Político de Río Negro, Edil
* Prop. del C.C. /N. Fray Bentos (Dptal. R. Negro)

6. ANASTASIA, CARMEN - Miembro del Cté. Dptal. Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Las Acacias (Secc. 5) / N. Ancap

7. ANTONELLO, DANIEL - Srio. Político Seccional 3
* Prop. N. Las Acacias (Secc. 5)

8. APEZTEGUIA, PEDRO - Miembro del Cté. Central, Director de I.M.M. * Prop. del C.C.

9. ARREGUI, ROQUE - *Srio.Político* de Soriano, dirigente sindical (FUM)
* Prop. del C.C./ Núcleo Mercedes

10. ARRIERA, LUIS - Integrante Cté. Secc. 19
* Prop. N. Las Acacias / N. Ancap

11. BANGO, JULIO - Miembro del Cté. Central, integrante de Sría. Nal. de Formación * Prop. del C.C.

12. BARRERAS, EGAR - Integrante Núcleo Mesa 1
* Prop. N. Aires Puros (Secc.5)

13. BENITEZ, GLORIA - Miembro del Cté. Dptal. Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur (Secc.1)

14. BERAZZA, JOAQUIN - Núc. Zona 3 (Secc.18), Edil local (ccz8)
* Prop. del C.C.

15. BERGAMINO, ARIEL - Miembro del Cté. Central, Srio. del Intendente de Mdeo.
* Prop. del C.C.

16. BERNINI, GUSTAVO - Miembro del Cté. Central, dirigente sindical (AEBU)
* Prop. del C.C.

17. BERRUTTI, AZUCENA - Miembro del Cté. Central, Sria. Gral. de la IMM
* Prop. del C.C.

18. BERTERRECHE, JAVIER - Miembro del C.E.N., Srio. Nal. de Propaganda
* Prop. del C.C.

19. BLASINA, JOSE LUIS - Miembro del C.E.N., dirigente sindical (AEBU)
* Prop. del C.C.

20. BUXEDAS, MARTIN - Integrante del Dpto. de Programa
* Prop. de Secc. 8

21. CABRERA, MARINI - Miembro del Cté. Dptal. de Florida, Edil suplente
* Prop. del C.C.

22. CACERES, FERNANDO - Miembro del Cté. Central, Secretario Territorial de Mdeo.
* Prop. del C.C. /N. Barrio Sur

23. CARDOSO, JOSE PEDRO - Miembro del C.E.N., Presidente del Partido
* Prop. del C.C.

24. CASAS SENCION, AURORA - Sria.de Organización Agrup. Lealtad
* Prop. de N. Agrup.Lealtad "Dr. M. Cassinoni"

25. CATALOGNE, ALICIA - Miembro del Cté. Dptal. de Tacuarembó, Edil supl.
* Prop. del C.C.

26. CLAVIJO, ALBA - Miembro del Cté. Dptal. Maldonado
* Prop. del C.C.

27. COCCO, ALBA - Miembro del Cté. Central, de la Dptal. de Salto
* Prop. del C.C.

28. CONDE, ROBERTO - Srio. Político Cté. Dptal. Canelones
* Prop. del C.C.

29. COUSILLAS, JAVIER - Miembro del Cté. Dptal., Srio. Sindical de Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Las Acacias (Secc.5)/ N. Ancap / N. Barrio Sur

30. CUADRADO, HUGO - Miembro del Cté. Central, Edil de Soriano
* Prop. del C.C./ Núcleo Mercedes

31. CHA, JAVIER - Miembro del Ejecutivo Nal. JSU, Srio. de Relaciones Políticas
* Prop. del C.C.

32. CHIFFLET, GUILLERMO - Miembro del Comité Central, Diputado
* Prop. del C.C. / Prop. de N. Agrup.Lealtad "M. Cassinoni"

33. D'ALESSANDRO, GLORIA - Agrupación LEALTAD "Dr.M. Cassinoni"
* Prop. N. Mercedes

34. DARRE, RICARDO - Miembro del C.E.N., Srio. de Interior
* Prop. del C.C.

35. de la IGLESIA, ANDRES - Miembro del Cté. Dptal. de Montevideo
* Prop. N. Las Acacias (Secc.5)

36. de los CAMPOS, ERNESTO Miembro del C.E.N., Director de la IMM
* Prop. del C.C.

37. de MELLO, HUGO - Integrante del Cté. Seccional 19
* Prop. del C.C. / N. Ancap

38. de LEON, EDUARDO - Miembro del Cté. Central
* Prop. del C.C.

39. DELEON, ELEAZAR - Miembro del Cté.Central, Srio. Político de Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

40. DIAZ, ALVARO - Miembro del Cté. Dptal., Srio. de Propaganda de Montevideo
* Prop. N. Barrio Sur

41. DIAZ, JOSE - N. Punta Carretas, Diputado
* Prop. del C.C. / N. Agrup. Lealtad "Mario Cassinoni"

42. DOMENECH, DOMINGA - Sria. de Organización del Secc. 7, Edil suplente
* Prop. del C.C.

43. DUARTE, LUIS E. - Núcleo Punta Gorda (Sec.7)
* Prop. del C.C.

44. ECHAIDER, ALVARO - Miembro del Cté. Central, Srio. Nal. de Programa y Acción de Gobierno
* Prop. del C.C.

45. ELGART, BLANCA - Miembro del Cté. Dptal, Sria. de Organización de Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

46. ESPINOZA, ALVARO - Miembro del Cté. Dptal., Srio. de Finanzas de Montevideo
* Prop.de N. W. Medina /N. Las Acacias (Secc.5) / N. Ancap

47. ESPOSITO, DANIEL - Miembro del Cté. Central, Coord. del CCZ 9
* Prop. del C.C.

48. FERNANDEZ, EDUARDO - Miembro del Cté. Central, Pte. de AEBU
* Prop. del C.C.

49. FERNANDEZ, GRISELDA - Miembro del Cté. Dptal. Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Ancap

50. FERNANDEZ, JULIO CESAR - Miembro del Cté. Dptal. de Rivera
* Prop. del C.C.

51. FERNANDEZ, NELSON - Militante Seccional 9
* Prop. N. Las Acacias

52. FERRARI, RUBEN - Secretario Gral. de Agrupación Lealtad
* Prop. de N. Agrup. Lealtad "Mario Cassinoni"

53. FLEITAS, CARLOS MARCELO - Miembro del Cté. Nal. de la JSU, integrante Dptal. Canelones del PS
* Prop. Núcleo ResidentesInterior JSU

54. FRAGA, GUILLERMO - Miembro del C.E.N., Srio. Nacional de Organización
* Prop. del C.C.

55. FRANZI, LEONEL - Miembro del Cté. Central
* Prop. del C.C.

56. FREIRIA, JUAN - Núcleo Colón (Secc. 4)
* Prop. de N. Walter Medina / N. Las Acacias (Secc.5)

57. GARGANO, REINALDO - Miembro del C.E.N., Secretario General, Senador
* Prop. del C.C. / N. Ancap

58. GOLDMAN, WALTER - Núcleo Barrio Sur (Secc. 1), Agrup. Lealtad
* Prop. N. Barrio Sur

59. GOLDSTEIN, SUSANA - N. Psicólogos (Secc. 8)
* Prop. de N. Walter Medina

60. GOMENSORO, FEDERICO - Miembro del C.E.N., Srio. Nal. Sindical
* Prop. del C.C.

61. GONZALEZ, FERNANDO - Miembro del Cté. Dptal., Srio. Adjunto de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

62. GONZALEZ, GUSTAVO - Integrante Cté. Seccional 18
* Prop. N. Dir.Nal.FUCVAM

63. GUERRINI, ALDO - Miembro del C.E.N., Srio. Ejecutivo
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

64. IRISITY, JORGE - Miembro del Cté. Central
* Prop del C.C. / N. San José (Dptal. S. José)

65. ISLAS, EMMA - Miembro del Cté. Dptal. Mdeo.
* Prop del C.C.

66. KORZENIAK, JOSE - Miembro del C.E.N., Senador
* Prop. del C.C.

67. KREIMERMAN, BERNARDO - Miembro del Cté. Central, Director de la IMM
* Prop. del C.C.

68. LAGUARDA, MANUEL - Miembro del C.E.N., Srio. Nacional de Formación Política
* Prop. del C.C.

69. LAURNAGA, MARIA ELENA - Núc. Profesionales (Secc.8)
* Prop. del C.C.

70. LOPEZ, MARIO - Integrante del Cté. Seccional 8
* Prop. de Secc. 8

71. LOPEZ, SARA - Miembro del Cté. Central, Directora de la IMM
* Prop. del C.C.

72. MANCILLA, EMILIO - Núcleo CAAS (Secc.1), Vice-Srio. de RR.II.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

73. MARDONES, LUIS - Miembro del C.E.N., Director de la IMM
* Prop. del C.C.

74. MARTINEZ, DANIEL - Miembro del Cté. Central
* Prop. del C.C.

75. MARTINEZ, ISABEL - Núcleo P.Gorda (Secc. 7)
* Prop. del C.C.

76. MARTINEZ, JOSE - Integrante del Cté. Seccional 5
* Prop. del N. Walter Medina / N. Las Acacias /N. Aires Puros

77. MARTINEZ, MARGOT - Miembro del Cté. Dptal. de San José, Edilsupl.
* Prop. del C.C.

78. MARQUEZ, ANA - Núcleo Malvín 3 (Sec.7)
* Prop. del C.C.

79. MELGAREJO, ARTIGAS - Miembro del Cté. Central, Edil de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

80. MENENDEZ, JORGE - Miembro del Cté. Dptal. de Durazno.
* Prop. N. Ciudad de Durazno.

81. MELO, GRACIELA - Sria. de Organización Secc. 3
* Prop. de N. Las Acacias (Secc. 5)

82. MILLAN, CARMEN - Dirigente Sindical (FUS)
* Prop. del C.C.

83. MONTES DE OCA, MARCELA. CEN de la JSU. Secretaría de RR. Políticas.
*Prop. N. Residentes Interior JSU

84. NOPISCHT, FERNANDO - Miembro del C.E.N., Director de la IMM
* Prop. del C.C.

85. NUNES, JOSE - Miembro del C.E.N., Secretario Nal. de Finanzas
* Prop. del C.C. / N. Ancap

86. NUÑEZ, MANUEL - Miembro del C.E.N.
* Prop. del C.C.

87. PARDIÑAS, YERU - Miembro del Cté. Central y Dptal. de Cerro Largo
* Prop. del C.C.

88. PEREIRA, JOSE - Miembro del Cté. Central, Srio. Nal. de Relaciones Internacionales
* Prop. del C.C. /N. Walter Medina

89. PRATO, RICARDO - Miembro del Cté. Central, Director de la IMM
* Prop. del C.C. / N. Walter Medina

90. RODRIGUEZ, GRACIELA - Miembro del Cté. Dptal. MontevideoEdila local (Comisión delegada 5)
*N. Barrio Sur

91. RODRIGUEZ, HUGO - Miembro del Cté Central, Edil local (ccz 7)
*Prop. del C.C. /N. Mesa 1 /N. Walter Medina /N. Las Acacias

92. RODRIGUEZ, HYARA - Sria. adj. del Secc.7
* Prop. del C.C.

93. RODRIGUEZ, NORMA - Integrante del Cté. Seccional 5
* Prop. N. Aires Puros

94. ROJI, CARLOS - Núcleo Barrio Sur (Secc. 1)
* Prop. N. Barrio Sur

95. ROMITI, GRAZIELLA - Miembro del Cté. Dptal. de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

96. SANABRIA, MELITA - Miembro del Cté. Dptal de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

97. SANCHEZ, JUAN CARLOS - Edil suplente de Salto.
* Prop. de N. de Salto.

98. SAN ROMAN, GRACIELA. Secretaría de Programa del PS.
*Prop. N. Residentes Interior JSU

99. SANTINI, MIGUEL - Miembro del Cté. Dptal. de Durazno.
* Prop. N. Ciudad de Durazno.

100. SASSI, MARITA - Miembro del Cté. Dptal, Sria. de FormaciónPolít. de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

101. SAVIO, GRISELDA - Núcleo W. Medina (Secc. 2) Delegada Pol.Coord. C - FA
* Prop. de N. W. Medina / N. Las Acacias /N. Ancap

102. SILVA, GASTON - Miembro del Cté. Central
* Prop. N. Mesa 1 / N. Walter Medina / N. Las Acacias

103. SILVEIRA, JUAN - Presidente de la Unión Ferroviaria, Secc.12
* Prop. N. Las Acacias

104. SPINOGLIO, ANGEL - Diputado suplente por el Dpto. deCanelones
* Prop. N. Agrup. Lealtad "M. Cassinoni

105. SUAREZ, SARA - Miembro del Cté. Dptal de Flores, Edil supl.
* Prop. del C.C.

106. TABEIRA WALTER - Dirigente de FUCVAM
* Prop. N. Mesa 1

107. TOGNOLA, JOSE - Miembro del C.E.N., Vice-Secretario Gral.,Edil de Montevideo
* Prop. del C.C. / N. Barrio Sur

108. TOURNE, DAISY - Miembro del Cté. Central, Sria. Nal. de Organizaciones Sociales y Cooperativas
* Prop. del C.C.

109. TRABA, OLGA - Miembro del Cté. Central, Edil Suplente
* Prop. del C.C.

110. URIARTE, FERNANDO - Miembro del Ejecutivo de la JSU, Secretario General (JSU)
* Prop. del C.C.

111. URRUTIA, JOSE - Núcleo Fucvam, Presidente de FUCVAM
* Prop. N. Dir.Nal. FUCVAM

112. URTARAN, WALTER - Miembro del Cté. Dptal. de Salto, Edil.
* Prop. de N. Salto

113. VAZQUEZ, TABARE - Miembro del Cté. Central, Intendente de Montevideo
* Prop del C.C. / N. Mesa 1

114. VIEIRA, ROLANDO - Edil local, dirigente sindical (ADEMU).
* Prop. N. Agrup. Lealtad "Dr. M. Cassinoni"

115. WOLCKOWICZ, LEONARDO - Militante de Seccional 19
* Prop. del N. Walter Medina / N. Las Acacias /N. Ancap

116. XAVIER, MONICA - Miembro del Cté. Dptal. de Mdeo.
* Prop. del C.C. / N. Walter Medina / N. Barrio Sur

INFORME DE LA JUVENTUD SOCIALISTA DEL URUGUAY

(noviembre 1992 - octubre 1993)

INTRODUCCION

Este informe abarca desde el XXIV Congreso de la JSU realizado en noviembre de 1992, a partir del cual asume la conducción de la Juventud un nuevo equipo de Dirección y un nuevo Secretario General, hasta octubre de este año.

La sola realización de un Congreso por parte de una organización juvenil, con la participación de algo más de 100 congresales, en una coyuntura de baja militancia y desinterés en la política, se constituyó por sí mismo en un hecho político a nivel juvenil, lo cual se vio confirmado por la gran cobertura de prensa que tuvo inusual en eventos juveniles.

A partir del Congreso, se produce en el equipo de Dirección de la Juventud un recambio generacional muy grande de sus integrantes, pasando a tener sus miembros edades que oscilan entre los 16 y 27 años y con un promedio de edad de 21 años; por lo que los compañeros con experiencia de trabajo de dirección en este colectivo, eran muy pocos.

En el Congreso se instrumento la cuotificación de la participación de la mujer en los organismos de Dirección, por lo que, a partir del mismo integran los mismos un mínimo de 30% de compañeras.

Existió en el Congreso una clara vocación de parte de todos los congresales de apostar, luego de un año donde reorganizamos la JSU y logramos implantarla con buen nivel de propuestas y operativos de impacto construyendo un perfil público importante, a una política de desarrollo real y de inserción social. El espíritu fue diseñar un perfil de trabajo y una estructura, que permitiera captar el entorno de interés juvenil que habían generado nuestros emprendimientos políticos del período anterior. Y es en este sentido que se ha puesto a trabajar el nuevo equipo de Dirección, planificando actividades, fijando metas y objetivos en consecuencia.

DEL CONGRESO A FIN DE AÑO

Desde el Congreso hasta fin de año, el trabajo estuvo centrado en tres áreas que fueron: asignación de responsabilidades y creación de equipos de trabajo, organización en conjunto con la Departamental de Montevideo del Partido de la fiesta despedida de fin de año, y principalmente la continuación del trabajo que se había iniciado por el Plebiscito sobre Empresas Públicas, en ese momento con la consigna de «Ni un sólo voto joven para el NO»; asimismo antes de finalizar el año tuvimos un rol protagónico en la organización de la marcha contra el racismo y la xenofobia, que reunió a todo el espectro político y social juvenil en una actividad que se realizó en los últimos días de diciembre.

La organización interna de la Dirección Nacional de la Juventud, sufre algunas variantes, además del Secretario General, sólo se nombran otras tres secretarías, y todos los miembros de la Dirección deben pertenecer a alguno de esos equipos de trabajo que se forman en cada una de ellas, se nombra un Secretario de Estructura que engloba las áreas de organización, finanzas, propaganda y capacitación; Secretario de Desarrollo, cuya función es la de generar Juventud en los distintos frentes juveniles y atender los grupos de la Juventud ya existentes, y Secretario de Relaciones Políticas que engloba a relaciones nacionales e internacionales; todos los compañeros de Dirección se distribuyeron en cada uno de estos equipos siendo el que tiene mayor cantidad de compañeros integrados el de Desarrollo.

A modo de evaluación, entendemos que en este corto período de tiempo se trabajó en forma aceptable, cumpliéndose los objetivos fijados para la etapa y dejando un núcleo de trabajo solido a partir del cual poder planificar el trabajo para el año siguiente.

AÑO 93'

En febrero la Dirección Nacional comienza la elaboración, discución y posterior aprobación del Plan 93'. Este Plan que nosotros catalogamos de ambicioso pero realizable, tiene como característica el contener metas y objetivos cuantificables y de fácil evaluación su cumplimiento. El Plan de trabajo fue presentado al Comité Ejecutivo Nacional del Partido el que le dio aprobación.

Los lineamientos principales de este plan de trabajo son, el aumento de los grupos de juventud organizados en todo el país, lo que incluye tanto la incorporación de nuevos jóvenes a la organización, como la reincorporación y revinculación de viejos compañeros que por una razón u otra no estaban militando en el último tiempo; mantenimiento de una vida orgánica de la juventud con carácter permanente y no tan signada por eventos puntuales; asumirse como el referente juvenil del F.A. ante la ausencia de otras organizaciones juveniles de real y permanente existencia, implementación de una política de difusión del pensamiento y de las propuestas de la JSU por todos los medios propagandísticos posibles (afiches, muros, boletines, volantes, etc.); mejoramiento de las finanzas propias, regularizando el cobro de cotizaciones y adherentes, trabajo en el área de relaciones internacionales con vistas a la organización

en Montevideo, a fines de noviembre del XX Congreso Mundial de la IUSY, (Unión Internacional de Jóvenes Socialistas) el cual tiene la particularidad de ser el primero que se realiza fuera de Europa, elaboración de un Programa de soluciones a las problemáticas juveniles, continuación del trabajo de la Juventud en coordinación permanente con el Partido en los diversos ámbitos que no siendo especificamente juveniles, son lugares de militancia importantes de todos los socialistas.

Es así, que en el marco de este Plan afiliamos y reincorporamos un número importante de compañeros, los grupos de la Juventud tienen una vida orgánica más permanente, teniendo reuniones periódicas, hemos realizado encuentros de jóvenes socialistas de universidad y secundaria, participamos en las Elecciones Universitarias en las listas gremiales y con nuestra propia lista en Derecho y Ciencias de la Comunicación, siendo los resultados buenos, colaboramos en la organización y sacamos un afiche por el cumpleaños de José Pedro, organizamos un homenaje a Salvador Allende en el 20º aniversario de su asesinato, mejoramos en la generación de finanzas propias, estamos llevando a delante la segunda parte del operativo por Empleo Juvenil y de aquí a fin de año trabajaremos duramente para conseguir las firmas que habiliten la realización del Plebiscito por Catastro, (tenemos un puesto permanente en Pza. Libertad y sacaremos un afiche) y, a fines de noviembre recibiremos a 250 delegados de 80 países que concurrirán al Congreso de IUSY en Montevideo.

Un párrafo aparte merece el proceso de coordinación del trabajo entre la Juventud y la Departamental de Montevideo del Partido que ha tenido su punto más importante, en la reciente participación de los núcleos de la Juventud en la V Convención Departamental después de varios años sin participar en estas instancias, en el correr de este año hemos realizado trabajos en conjunto en las diversas áreas en las que tenemos militancia común, el último ejemplo de ello ha sido, las elecciones a la Juntas Locales y el posterior escrutinio.

Todo esto es dicho, sin perjuicio de reconocer que, [illegible] hemos logrado el nivel de atención y desarrollo qu[e] teníamos previsto en el Interior y particularmente [en] Canelones, no elaboramos el Programa de soluciones a los problemas juveniles que teníamos previsto decidir a mediados de este año en un Encuentro Nacional Programático, hemos mejorado en las finanzas pero a[ún] nos falta, no hemos logrado la inserción que teníam[os] previsto en algunas áreas, particularmente en secunda[ria]; y no siempre la presencia de la JSU es la deseada [en] los diversos ámbitos de militancia. Tenemos mucho para mejorar, pero también tenemos una gran potencialidad para hacerlo.

CONCLUSIONES

Entendemos que la evaluación del trabajo duran[te] este año en cumplimiento del Plan 93', a pesar de la[s] carencias que antes señalamos es positiva. El trabajo [de] la Juventud ha comenzado ha transitar por un espir[al] ascendente mejorando su funcionamiento interno y su capacidad de incidencia en lo externo, lo que nos permitirá proponernos para el año que viene, objetivos más ambiciosos que estaremos en condiciones de cu[mplir].

Como resumen podríamos decir que por di[versas] circunstancias, entre las que podríamos desatacar, [el] buen relacionamiento y el apoyo de la estructura par[a] darle al trabajo de la Juventud, una coyuntura qu[e] comienza a cambiar favorablemente, mostrando en la[s] nuevas generaciones un mayor interés en la polític[a], una política acertada de parte del equipo de Direcció[n] que ha conducido este proceso; hemos terminamos mejor de lo que empezamos, lo cual nos posiciona hac[ia] el año 94' con muy buenas expectativas y esto en polític[a] no son muchos los que lo pueden decir.

Fernando Uria[rte]
Secretario Gener[al]

COMISION DE RENDICION DE CUENTAS

La comisión se constituyó con 65 miembros los cuales permanecieron en sala, en su gran mayoría durante el tiempo de la discusión.

Se nombró una mesa compuesta de 4 compañeros, Hyara Rodríguez (Núcleo Viejo Pancho, Sec.7), Elena Clavell (Núcleo Carmelo, Dep.Colonia), Luis Belmudez, (Nucleo Casmu, Sec16), Ricardo Darré, (C.C.)

Se inicia el trabajo de la comisión con una evaluación global del trabajo de la dirección saliente que se prolongó por una hora y media, y luego la comisión resolvió dividirse en 2 sub grupos, uno para tratar lo que se denominó los frentes internos (Organización, Finanzas, Propaganda, Interior y Formación Política); y el otro para tratar la rendición de cuentas de los frentes externos (Frente Amplio, Sindicales, ODSS, Programa y acción de gobierno, y Relaciones Internacionales)

Los sub grupos, luego de discutir durante 3 horas, volvieron a sesionar en la plenaria de la comision, y comenzaron el tratamiento de cada una de las secretarias que se evalúan.

La comisión quiere dejar constancia que la discusión en todo momento discurrió en un clima constructivo y fraterno en cuanto a las criticas y observaciones a la gestión.

La totalidad de los compañeros en todas sus intervenciones jerarquizaron las propuestas para el trabajo futuro del partido.-

INFORME GLOBAL

Se aprueba globalmenta la gestión de la dirección saliente con los siguientes agregados:

1) Hubo aciertos en la lucha politica global hacia un Gobierno de Mayorías Nacionales sobre todo en:
 * Frente Amplio, (Segundo Congreso, Reestructura)
 * Enfrentamiento al proyecto de la derecha (ley de empresas públicas)
 * Línea política global.
2) La construcción del Gobierno de Mayorías Nacionales pasa también por el desarrollo de los frentes sociales y la Democracia Sobre Nuevas Bases. De ahí que se señala como preocupante, fallas en el desarrollo de la estructura, y en revertir el descenso de la militancia, lo cual es fundamental para enfrentar el desafío electoral y el conjunto de tareas permanentes que requieren la presencia organizada de los socialistas.
3) Las carencias constatadas son responsabilidad del conjunto de la dirección, si bien es cierto que la responsabilidad individual de cada secretario tiene que ver con el seguimiento y la ejecución de las tareas.-

* 77 Núcleos
* 86.4 %
* 270 Congr. 75 76.7 % del total TTT. 235 + 35 cup.

000002

En el marco de la discusión global se hicieron los siguientes planteos:

* La necesidad de que el partido trabaje jerarquizando el crécimiento de la organización y en ese marco estudie formas que permitan integrar a los organismos a todos aquellos compañeros que por distintas razones tienen dificultades para un funcionamiento regular. (Cros. que trabajan en los frentes de masa, cros.con problemáticas personales y laborales, etc.-)

Se deberá barrer con los estereotipos, reelaborar la palabra militante y militancia, apuntando a que cada compañero independientemente del tiempo que pueda dedicar a la tarea partidaria, sienta que su aporte es importante para la organización.

Al respecto se deberá modernizar la estructuración del partido repensando su funcionamiento, partiendo de la base de que el núcleo concebido como ámbito de discusión, elaboración e instrumentación, mantiene plenamente su vigencia, independientemente del régimen de funcionamiento que se de, y de otras formas de vinculación que se tenga.

Se destacó que el hecho de recibir pasivamente la información de las políticas elaboradas en otros ámbitos, no motiva a la participación de los cros.; eso se logra en la medida que se revalorice la importancia de la elaboración colectiva. Un hecho evidente al respecto lo constituye una tendencia percibida a distintos niveles, a no sentir como propios los logros políticos del partido.

Puesta a consideración de la comisión la gestión de la dirección saliente la misma fue aprobada por mayoría.-

---

SECRETARIA NACIONAL DE ORGANIZACION

Se volcaron las siguientes valoraciones:

* El DNO no funcionó como debería y el secretario debió enfrentar el trabajo prácticamente solo.

* El objetivo de crecimiento del Partido no se cumplió en esta etapa.

* Se realizaron importantes avances en la tarea de revinculación de compañeros alejados de la militancia.

* Especialmente importante se consideró el trabajo realizado con el Correo, tarea que debió ser cumplida por la secretaría de propaganda.

* Se constató falta de tiempo para atender las problemáticas internas de organización en virtud del cúmulo de tareas que significaron el referéndum por la Ley de Empresas Públicas, la reestructura del FA, la recolección de firmas por el catastro municipal, así como todas las instancias de puesta en marcha del programa de descentralización municipal en Montevideo.

* Con respecto al descaecimiento de la militancia se manifestó lo siguiente:

- El casco militante del Partido, al que algún compañero calificó de "cogollo", tiende a excluir a quienes no tienen la dedicación plena a la actividad partidaria; debemos no ser rígidos al instrumentar las formas de participación.

- El Partido tiene que instrumentar una política de comunicaciones, de formación específica para estos compañeros que tiene sobre sus hombros la carga de la estructura partidaria.

- Debemos incentivar el fortalecimiento de los vínculos humanos dentro de nuestra organización, de forma que la militancia sea gratificante, que encontrarnos sea un motivo de alegría y no una carga de obligaciones.

La comisión sugiere al Congreso se ratifique una resolución tomada por la dirección saliente, referida a la realización en el 1er.trimestre del año 94 de un Comité Nacional que aborde el tema "Política de Construcción del Partido", referido a todos los frentes, y no sólo al organizativo. Este Comité Nacional deberá contar con instancias previas (talleres, encuentros, etc.).-

---

Puesta a votación la gestión de la secretaría, la comisión resuelve:
aprobar lo actuado por la sec.nacional de organización recogiendo los aportes vertidos en la discusión.-
Aprobado por mayoría de la comisión.-

4

SECRETARIA DE FRENTE AMPLIO

Se hicieron las siguientes valoraciones:

* Lo acertado de los objetivos politicos que se trazaron hacia el FA en los años 91 y 92, se vieron reflejados en resultados que confirmaron lo correcto de la linea del partido. En el año 93 los logros se vieron opacados por las dificultades de la interna frenteamplista.
* No alcanza con tener las mejores posiciones a nivel central si no contamos con la estructura militante que acompañe las propuestas del partido en forma tal que se impongan en la interna del FA. El principal problema radica en la falta de cros.socialistas insertos en los organismos de base y estructuras intermedias del FA.

La reestructura aprobada nos presenta el enorme desafio que de no solucionar lo anteriormente señalado, el peso de nuestras posiciones estará comprometido de manera seria, al integrarse el nuevo Plenario Nacional con un 50% de delegados de base.A eso le sumamos que en el 1er.semestre del año 94 será un congreso del FA quien defina el programa, plataforma electoral y candidaturas hacia noviembre, congreso integrado por delegados de comités de base.-

* Se constatan varios aspectos fundamentales a corregir:
  - la falta de delegados politicos partidarios en organismos intermedios del FA
  - carencias en el vinculo permanente entre los cros.delegados de base y los que funcionan a nivel central. Una forma de solucionar esto sería la reedición de los activos del FA con la más amplia participación.
  - la soledad que sienten algunos cros.que funcionan en ctes.de bases con respecto al apoyo que deberian recibir del partido.
  - la incomprensión por parte de algunos cros.de la dirección de que los delegados de coordinadoras deben funcionar con un mandato emanado de la propia coordinadora y no del partido. A.. respecto se han sentido presionados para cambiar esa posición cuando no pueden ni deben hacerlo.
  - se percibe un desfasaje entre el discurso público y las directrices impartidas a la militancia.

Se sugiere que la nueva dirección deberá atender especialmente a la revitalización del papel politico que debe jugar el cte.de base en la zona, de cara a la descentralización social que se está operando en Montevideo, y a nuestra propuesta de Democracia Sobre Nuevas Bases.

Puesta a consideración la gestión de la secretaría, la comisión resuelve:
aprobar lo actuado por la secretaría, agregando los aportes vertidos en la discusión.-
aprobado por mayoria

5

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMA Y ACCION DE GOBIERNO

Por motivos de tiempo el subgrupo que debía tratar especificamente esta secretaría no pudo hacerlo. Eso obligó a que el plenario de la comisión lo tratara directamente.
Se constató una importante carencia que repercutió en los resultados, esta es, la falta de claridad en el rol que debía desempeñar esta secretaría.
Se valoró el esfuerzo realizado en el último periodo por la comisión que ha venido actuando, la que viene formalizando sus aportes, que sin duda servirán como punto de partida del trabajo hacia el periodo electoral.

Puesta a consideración la gestión de la secretaría, la comisión resuelve:
aprobar lo actuado por la secretaría.
aprobado por mayoría.

SECRETARIA DEL INTERIOR

Se constató que en el periodo la secretaría cumplió el rol que se le había asignado: "servir de nexo entre las departamentales del interior y la dirección nacional, sin constituirse en una dirección intermedia".
Se hizo incapié en la profundización de las relaciones con los cros. desde el punto de vista humano, haciendo sentir a cada uno su importancia como persona.

Se valoró además la importancia de la participación del mismo cro. secretario en la comisión del interior del FA, lo que permitió una buena coordinación en ese ámbito.
Tambiém el apoyo a la JSU para la vinculación con jóvenes del interior.

Se reivindicaron los encuentros nacionales como muy importantes para el efecti. intercambio, no obstante se considera que los cros. de las secretarías nacionales deberían concurrir con frecuencia al interior para el enriquecimiento mutuo.

Se marca, que aunque estaba previsto que los sec.politicos y de org. de las departamentales del interior concurrieran a las reuniones del Cte.Central, no siempre fueron invitados a ellas.

Puesta a consideración la gestión de la secretaría, la comisión resolvió:
aprobar lo actuado, recogiendo los aportes efectuados.-
aprobado por mayoría.

SECRETARIA DE ORGANIZACIONES SOCIALES

Se recogieron las siguientes valoraciones:
* La revalorización del papel de las Org.Sociales en el último tiempo, ya que es un Area con muchas posibilidades de crecimiento, en la medida que mucha gente descreída de las org.políticas y sindicales, se agrupa para el logro de reivindicaciones cotidianas, en las que se perciben conquistas a corto plazo.
* En la defensa del consumidor de distintos servicios es posible identificar áreas donde convocar mucha gente, e incluso innovar en el funcionamiento político. Lo que se recoge en esos ámbitos debe ser sintetizado en el partido, como organismo político que es.
* Debemos remarcar la no neutralidad de las org.soc.en los temas de interés; hay que tratar de romper el purismo del que muchas están imbuidas.

Puesta a consideración la gestión de la secretaría, la comisión resolvió:
aprobar lo actuado recogiendo los aportes vertidos.
aprobado por mayoría.

SECRETARIA DE RELACIONES INTERNACIONALES

Se hicieron las siguientes consideraciones a partir del Informe del Secretario del Area:

* Se reconocen las dificultades de funcionamiento del Departamento de RR.II. entre otras cosas, por la falta de compañeros dedicados a esta área. No obstante esto, en el último año se pudo conformar un equipo de trabajo en lo que incidió la incorporación de la secretaría de relaciones internacionales de la Juventud al Departamento.

* A pesar de haber sostenido siempre la importancia de este tema, no nos hemos abocado de lleno a la discusión y diseño de una política internacional del P.S. A juicio de la comisión la misma debería integrar los siguientes puntos:

- Integración regional
- Relaciones con los Partidos Socialistas latinoamericanos.
- Foro de San Pablo
- Relaciones con la I.S.

Con respecto a esto se resolvió, recomendar al próximo Comité Central que incorpore este tema a su agenda de discusión; y por otra parte que instrumente una instancia (Comité Nacional) para debatir globalmente la política internacional del Partido. Este Comité Nacional que sólo podría resolver la incorporación del P.S. a la I.S. en la medida que existiera un amplio consenso al

respecto. En caso contrario el tema debería ser tratado en un Congreso Extraordinario.

Puesta a consideración la gestión de este Departamento se resolvió aprobar la misma recogiendo los aportes vertidos. Se aprobó por mayoría

---

SECRETARIA SINDICAL NACIONAL

Se destaca el buen suceso que ha tenido la realización de asambleas sindicales -especialmentecon participación de cros. de Montevideo- donde se definieron lineamientos sobre temas tan relevantes como el Congreso del Pit-Cnt y la estrategia global a llevar adelante en el movimiento sindical.

Se valoró como un aspecto fundamental seguir impulsando formas democráticas y de mayor participacón de los trabajadores -al constatarse que sólo en aquellos sindicatos donde nuestros cros.cumplen un papel relevante en los organismos de dirección se cumple la elección directa de autoridades y plesbicito sobre temas directamente relacionados con los trabajadores.

Como carencia se marca que todavía la inf.sindical no se maneja con la fluidez suficiente al conjunto de la estructura y esto alcanza un nivel deficitario en lo que se refiere al interior. También se señala la falta de inserción del depto.sindical en la estructura orgánica del partido.

Como una herramienta de trabajo necesaria surge el boletín sindical como un reclamo de muchos cros. que participaron en la comisión.

Puesta a consideración la gestión de este departamento fue aprobada por mayoría en la comisión.

SECRETARIA NACIONAL DE FORMACION POLITICA

Se destaca el aporte y apoyo de esta secretaría en instancias claves como referendum por la ley de empresas públicas, etc. sobre todo en elaboración de materiales de discusión.

Se recogen las siguientes valoraciones:
* Hacia el próximo período se debe jerarquizar la formación en planificación y fundamentalmente en el área de la gestión del estado, atendiendo a los cros. que necesariamente deberemos destinar a áreas de gobierno.
* Buscar nuevos métodos, nuevas formas, llevar la formación a la práctica de las org.sociales , de los frentes de masas.

* Llevar la formación al interior, donde deberemos crecer mucho si queremos ser la.fuerza a nivel nacional.
Priorizar cros. que puedan servir de coordinadores a nivel local, retrasmitiendo permanentemente lo aprendido.
Efectivizar esto en concurrencia de los cros.del equipo al interior.

Independientemente de la evaluación que este congreso realice de la labor de la Sria. y habida cuenta de :
a) el contexto de escasez de recursos humanos existente en el partido.
b) que las tareas de formación, además de las tradicionales de formación ideológica, debe ampliarse a otros aspectos (como gestión del Estado, planicifación, cuestiones programáticas, etc.) en función de los nuevos desafíos del partido
se sugiere que el congreso recomiende a la dirección entrante, evalúe la posibilidad de fusionar a las srias. de Formación y Programa, manteniéndose el funcionamiento de la escuela de formación Cnel.Pedro Montañez.

Puesta a consideración la gestión de esta secretaría, se aprobó por mayoría en la comisión.

SECRETARIA NACIONAL DE FINANZAS

Es importante resaltar que es la primera vez que una Rendición de Cuentas de esta Secretaría se presenta con abundancia de datos numéricos, gráficos, etc. Lo que no siempre fue responsabilidad del Secretario sino del colectivo de Dirección, que manejaba criterios restrictivos al respecto.

Se destaca que a nivel central, dentro de la planificación realizada, no se dejaron de hacer las cosas por falta de recursos económicos, como asimismo que frente a determinados desafíos se instrumentaron con éxito campañas especiales para solventar la erogación necesaria.

Se recomienda que cuanto antes se inicie la campaña especial de finanzas en vistas a la campaña electoral, no esperando a último momento para hacerlo.

Se remarca la necesidad de un contacto fluido de la secretaría de finanzas con el Interior para instrumentar de acuerdo a cada realidad particular campañas financieras especificas.

En la vida de nuestro Partido, el problema de los ingresos es relevante, pues algunas limitaciones hacen que recortemos presupuesto y nos limitemos en nuestro accionar político, esto se agrava al entrar en un período electoral donde se puede prever que buena parte de él se desarrollará a través de los medios de difusión masiva que son muy caros.

Del análisis de la composición de las entradas resalta que su mayor parte tiene origen en los ingresos de los cargos electivos del Parlamento o de los designados en la I.M.M., y otra mucho menor corresponde a los aportes de afiliados y especiales.

También mucho se ha discutido sobre la relevancia del tema finanzas para la construcción del Partido. Nuestra preocupación se centra en la necesidad de activar con fuerza el capitulo de ingresos especiales. Estos incluyen tanto el aporte importante de ciertos contribuyentes como el desarrollo de actividades empresariales.

Los aspectos que se consideran como trabas a estos emprendimientos son variados:

- la necesidad de una fuerte inversión inicial

- los problemas por dinero y por poder que se suscitan en el manejo de la empresa

- la no siempre clara relación que se podría producir entre los empleados y el Partido.

Nuestro punto de vista respecto es:

- El tema finanzas es crucial para lograr el crecimiento del Partido.

- Es razonable buscar por todos los medios alternativas que modifiquen esa situación.

- No necesariamente es necesario una fuerte inversión inicial.

- Nos debemos abocar a profundizar en el estudio del tema.

Nuestra propuesta es que el próximo C.C. electo conforme una comisión especial que con un plazo máximo estipulado eleve un análisis jurídico y económico del tema y propuestas concretas. Las bases de ese trabajo serían: emprendimientos independientes de la estructura partidaria, gerenciamiento profesional y no político, reclutamiento de personal de acuerdo a un perfil preestablecido, con remuneraciones acordes entre otras.

Puesta a consideración la gestión de la Secretaría la comisión la aprobó por mayoría.

SECRETARIA DE PROPAGANDA

Se recogieron las siguientes valoraciones:

RESERVADO

Nº 831730

A. W.

1/17

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

OFICIO Nº 103/93

14678

Objeto: Sol. Información sobre hallazgo de materiales explosivos.

Montevideo, 23 de diciembre de 1993.-

SEÑOR COMANDANTE EN JEFE DEL EJERCITO.-

Habiéndose recibido en esta Dirección el Oficio Nº 793/993 de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia, cuya fotocopia se adjunta, solicito al Señor Comandante en Jefe información respecto a:

1.- Hallazgo de un proyectil en el campo que perteneció al Ejército Nacional en el Paraje "La Pedrera", Dpto. de Canelones, el día 13/12/993.-

2.- Hallazgo de una granada explosiva, una de gas, 2 proyectiles de Fusil Mauser y una lata, en la Ruta 67, Km. 34,500, Localidad de "El Sauce", Dpto. de Canelones, el día 14/12/993.-

Saluda a usted atentamente.

EL DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

GENERAL

LUIS A. ABRAHAM.

E.M.E. Dpto. IV
Documento 103/93
Procedencia D.G.I.D.
Fecha 28-12-93
Recibido por Sgto Silva
Trámite D. M.

D6ID DPTO III 281293 08823

CONFIDENCIAL / PRIORIZADO

P/ ...

Ministerio de Defensa Nacional — Dirección General de Información de Defensa — Departamento — 17 FEB. 1994

Busq. - Militar 940076

001(A)/17

RESERVADO

SIGUE Serie	N.							

//.... tevideo, 19 de enero de 1994.-

EXPEDIENTE No.005/D/94.-

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

Con relación a los hechos acaecidos en el Departamento de Canelones, el Servicio de Material y Armamento ha remitido a este Comando General los Informes Técnicos Nros.93/121/402 y 93/121/403, cuyas copias se adjuntan, correspondientes a hallazgos de explosivos en el paraje "La Pedrera" y en Ruta 67, Km. - 34.500 localidad de "El Sauce".

Saluda a usted atentamente.

Por el Cte. J. E. y por su orden.

El Jefe Acc. del Dpto. IV del E.M.E.-

Coronel

EDUARDO R. RAMOS

MAM/mmt.

Montevideo, 24 de Enero de 1994.-

Pase al Jefe del Departamento I a sus efectos.-

El Director General de Información de Defensa

General

A B R A H A M

Montevideo, 31 de enero de 1994.-
Se remitió fotocopia de la documentación adjunta a la DNII por P.E.I. 01/94, respondiendo DOC.9316381

1/1 F3 1

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO NUMERO CUATRO

MINISTERIO DEL INTERIOR - DIRECCION NAL. DE INFORMACION E INTELIGENCIA - DEPARTAMENTO 4

OFICIO No.793/993.-SHC/ffoo.-
REF: Solicitud de información sobre antefactos hallados en el Dpto. de Canelones.-

Montevideo, 15 de Diciembre de 1993.-

SEÑOR DIRECTOR DE LA DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

Por medio de la presente solicito a usted, tenga a bien realizar las gestiones pertinentes, a los efectos de obtener las pericias técnicas realizadas por el Servicio de Material y Armamento de los hechos siguientes:.-.

1)-Día 13/12/993.-Hallazgo de un proyéctil en campo que perteneció al Ejercito Nacional, en el paraje "La Pedrera"-(Dpto.de Canelones).-

2)-Día 14/12/993.-Hallazgo de una granada explosiva, una de gas, dos balas de Mauser y una lata, en Ruta 67 - Km.34.500-Localidad del "Sauce"-(Canelones).-

También sería de interés información respecto al campo mencionado en el Numeral 1; como fecha de venta del mismo a particulares; última unidad militar que estuvo a cargo y si se realizaron maniobras militares en el lugar.-

Lo solicitado es a los efectos de proseguir con las averiguaciones que viene realizando esta Policía.-

Saluda a usted atentamente.-

INSPECTOR GENERAL
SAUL HUMBERTO CLAVERIA

002

F9400764

Fs. 3

Copia Nº 1
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A
Montevideo/R.O.URUGUAY
161200DIC93
JC-12

INFORME TECNICO Nº 93/121/402.-

ASUNTO : HALLAZGO DE ARTEFACTOS EXPLOSIVOS REGLAMENTARIOS Y MUNICION DE PEQUEÑO CALIBRE, ABANDONADOS BAJO UN PUENTE, SITO EN RUTA Nº67, KILOMETRO 34.500, SAUCE/ DPTO. DE CANELONES.-

I. SITUACION.

A. Se acccionó un Equipo R.A.T. a solicitud de Jef.Pol.Canelones por denuncia de hallazgo de material explosivo en zona rural próxima a Pueblo Sauce/Dpto. de Canelones, en horas de la tarde del día 14 de Diciembre de 1993.-

II. DESARROLLO.

A. Descripción de evidencias.

1. Verificado en el lugar, se reconocieron y recuperaron los siguientes artículos de material bélico:

- 1(una) Granada de mano modelo MKIII A2, ofensiva,carga interior Alto Explosivo (T.N.T.),completa,activa.
- 1(una) Granada de mano modelo M67, defensiva, carga interior Alt Explosivo (Composición B), completa, activa. La evidencia fue presentada en su embalaje original (cilindro de cartón), envuelt a su vez en papel tipo periódico,en el que se constatan leyendas parcialmente legibles.
- 1(una) Granada de mano modelo M25 A1,carga interior polvo quimic (CS,lacrimógeno), completa, activa.
- 2(dos) municiones calibre 7x57mm., activas.

2. Los objetos recuperados fueron presentados como evidencia apoyados en el lecho de barro del curso de agua, contenidos parcialmente en una caja de cartón color blanco con señales de deterioro por contacto con el medio.

3. El conjunto de artículos presenta señales de deterioro menores, por acción de los agentes atmosféricos y el terreno.

4. Habiendo sido desbaratado el embalaje original de la granada M 67, el citado objeto explosivo presenta buen estado de conservación constatándose las siguientes inscripciones de identificación:

a. En el cuerpo,letras amarillas en fondo verde oliva reglamentario
GRENADE,HAND,FRAG,DELAY,M67
8-72 COMP B LOT LS-56-390

b. En la espoleta, letras negras sobre fondo verde:
FUZE M 213
LNX-4-73
7-72

B. Otros elementos de información.

1. La denuncia del hallazgo fue realizada ante la Secc.Pol.6ta,SAUCE por el Sr.Manuel Aparicio DA SILVA MOREIRA, vecino del lugar.

Fs 4

El conjunto de objetos fue hallado según su declaración, por uno de sus hijos bajo el puente en horas de la tarde del 14 DIC 93.

2. De las leyendas observadas en el envoltorio del embalaje de la granada M67, se transcribe de dos páginas superpuestas y deterioradas por el contacto con el agua:

" ....cualquier capa superficial y efímera. Sufrimos clausuras, persecuciones, reveses de variado tipo; pero en cada ocasión tuvimos la rebeldía, el coraje, la fortaleza anímica y el equilibrio indispensables para superar las adversidades.
Cuando una dictadura nos impuso silencio, hubo hombres nuestros... que portaron el fusil y marcharon a MORLAN coreando a la libertad. Hubo otros que, en el exilio , prolongaron renuciamientos por mese o años...
...hubo igualmente que...que dejaron su cuerpo...

Personajes por estas páginas, presenta-
... ... IS, contadas por testigos o por
herederos de relatos de episodios pintorescos ocurridos aquí. Además, se ofrece un pantallazo de la obra realizada por EL PAIS hasta hoy en procura de proyectar hacia la sociedad -en otros planos..."
(CONTINUA ILEGIBLE)

3. Consultado en Archivo de Prensa, la evidencia detallada en numeral (2) anterior corresponde a la primera página del suplemento "75 Aniversario de EL PAIS,su historia y sus personajes",de edición correspondiente al día martes 21 de Setiembre de 1993.-

III. CONCLUSIONES.

A. Los artefactos explosivos y municiones encontrados corresponden a artículos de material bélico, no siendo posible determinar si corresponde o no a dotaciones de las Fuerzas Armadas o Policiales de la República, por no presentar los mismos identificación de lote R.O.U.

B. Se concluye que el material encontrado fue abandonado en el punto de hallazgo en fecha posterior al 21 de Setiembre de 1993.-

C. La conclusión anterior resulta plenamente compatible y coherente con las señales de deterioro observadas sobre los objetos, por la acción de los agentes atmosféricos y del terreno.-

ANEXO Nº1 : REGISTRO FOTOGRAFICO
ANEXO Nº2 : CROQUIS
ANEXO Nº3 : INFORMACION DE PRENSA

Montevideo,16 de Diciembre de 1993.-
El Ofi.Ejecutivo de la Brigada de Explosivos.-

Tte. 1º

JUAN A. CUADRADO

Fs. 5

Copia Nº
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A
Montevideo/R.O.URUGUAY
161200D1C93
JC-12

INFORME TECNICO Nº 93/121/402

ANEXO Nº1: REGISTRO FOTOGRAFICO



FOTO Nº1:
-Punto del hallazgo, granas MK111 (expuesta) y M67 con embalaje.

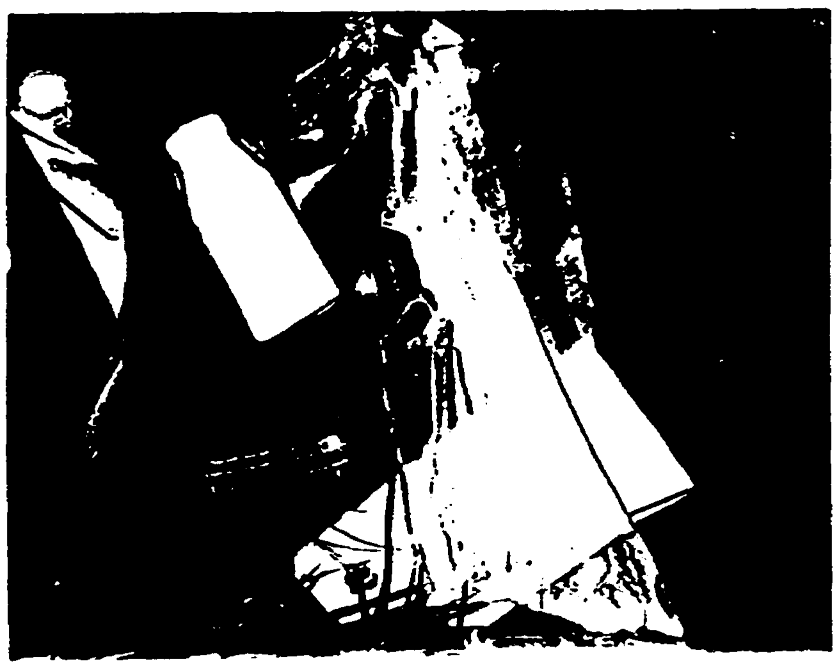


FOTO Nº 2:
Idem anterior. caja de cartón conteniendo granada M25 A1 (expuesta), municiones cal. 7x57 mm. y residuos.

Fs 6



FOTO Nº3:
-Granadas de mano recuperadas; conjunto.



FOTO Nº 4:
Granada MKIII A2, Alto Explosivo, recuperada.

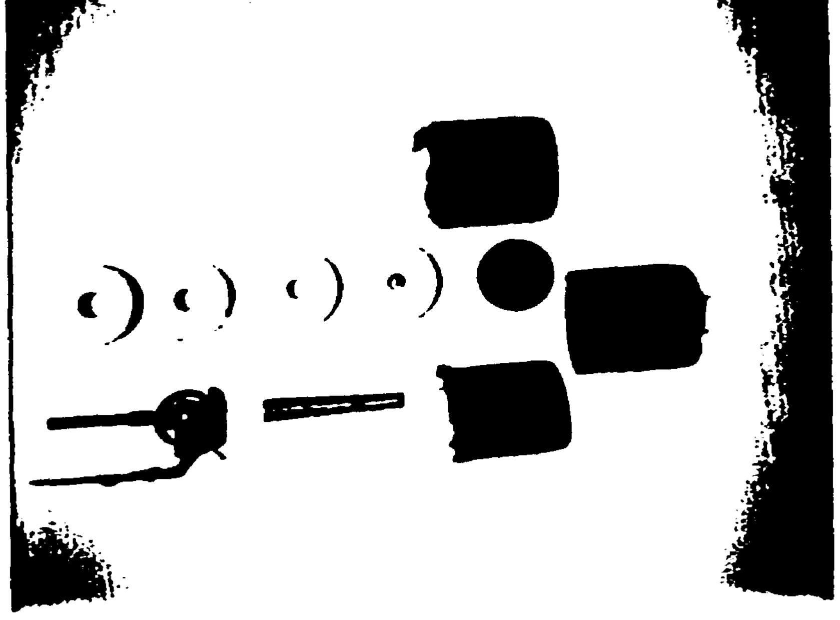


FOTO Nº4a:
-Idem anterior, desmontaje por partes constitutivas.



FOTO Nº 5:
Cuerpo cilíndrico de cartón (embalaje) conteniendo una granada M67, completa. Leyendas visibles sobre la superficie exterior.

F5-8



FOTO Nº5a:
-Leyendas visibles,acercamiento.

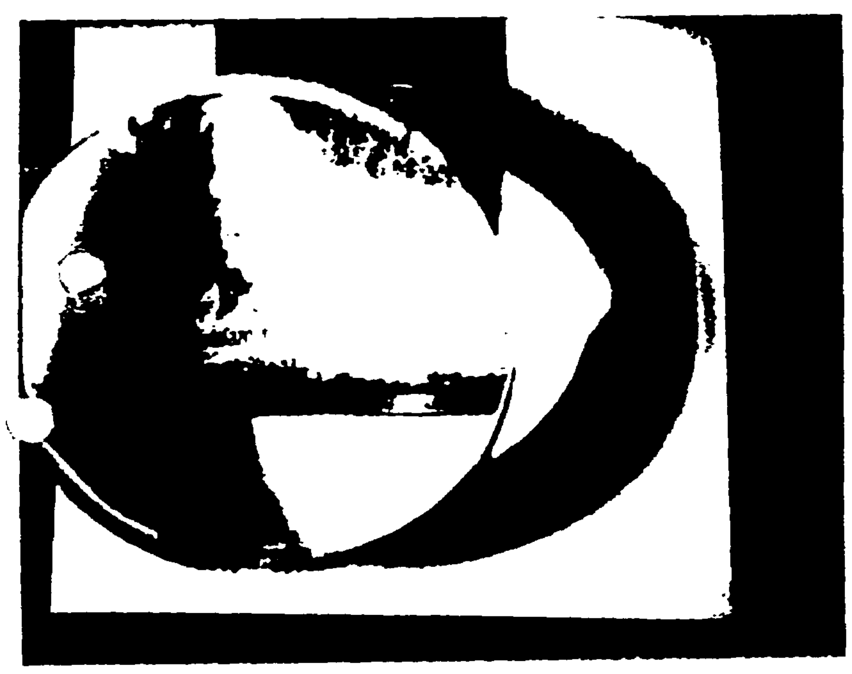


FOTO Nº 5b:
-Idem anterior.

75-9



FOTO Nº5c:
-Idem anterior.

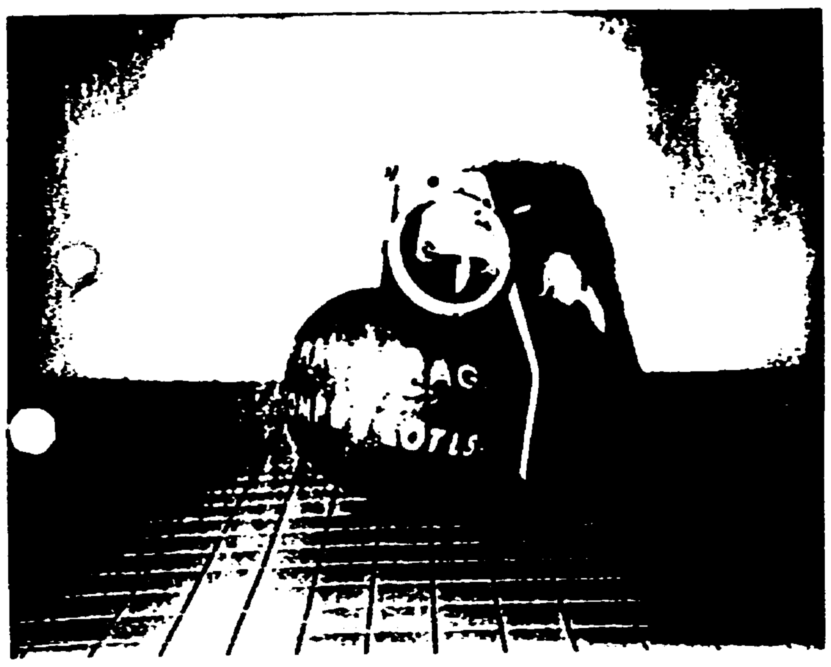


FOTO Nº 5d:
-Granada M67, fuera del embalaje.

9400764

Fs. 10

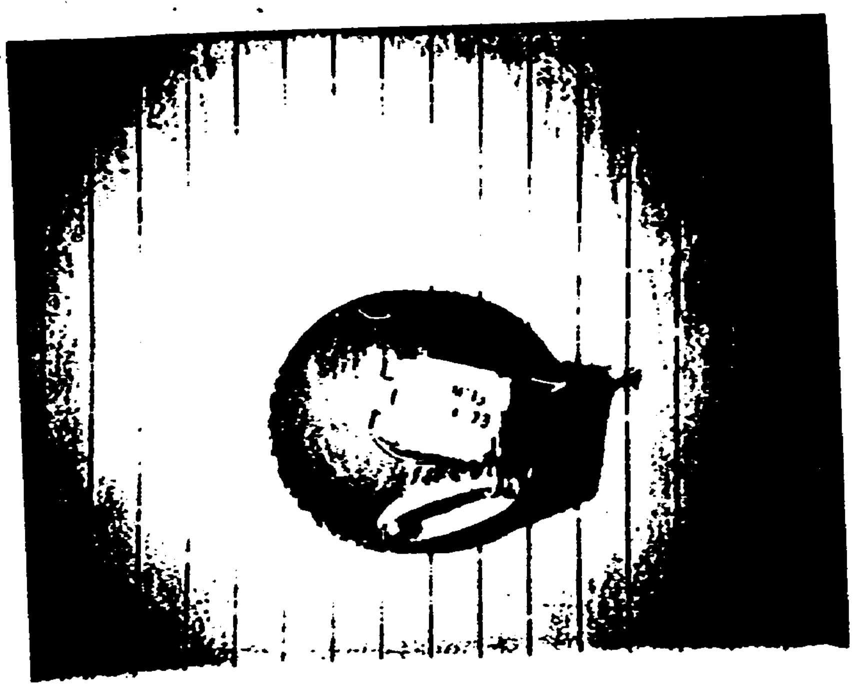


FOTO Nº5e:
-Idem anterior, vista superior.

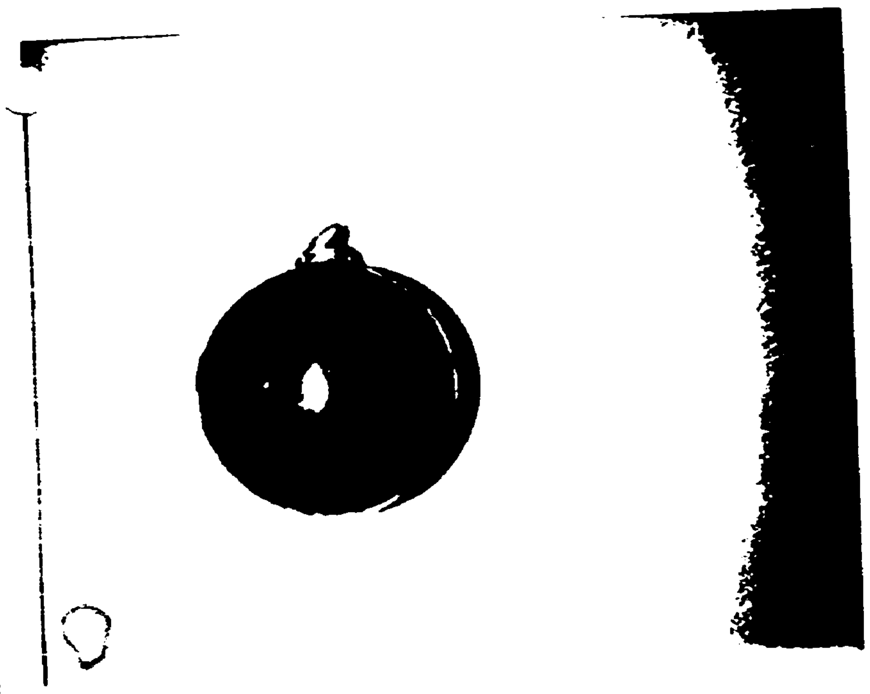


FOTO Nº 6:
-Granada M25 A1, completa.

Montevideo, 16 de Diciembre de 1993.-
El Ofl. Ejecutivo de la Brigada de Explosivos.-

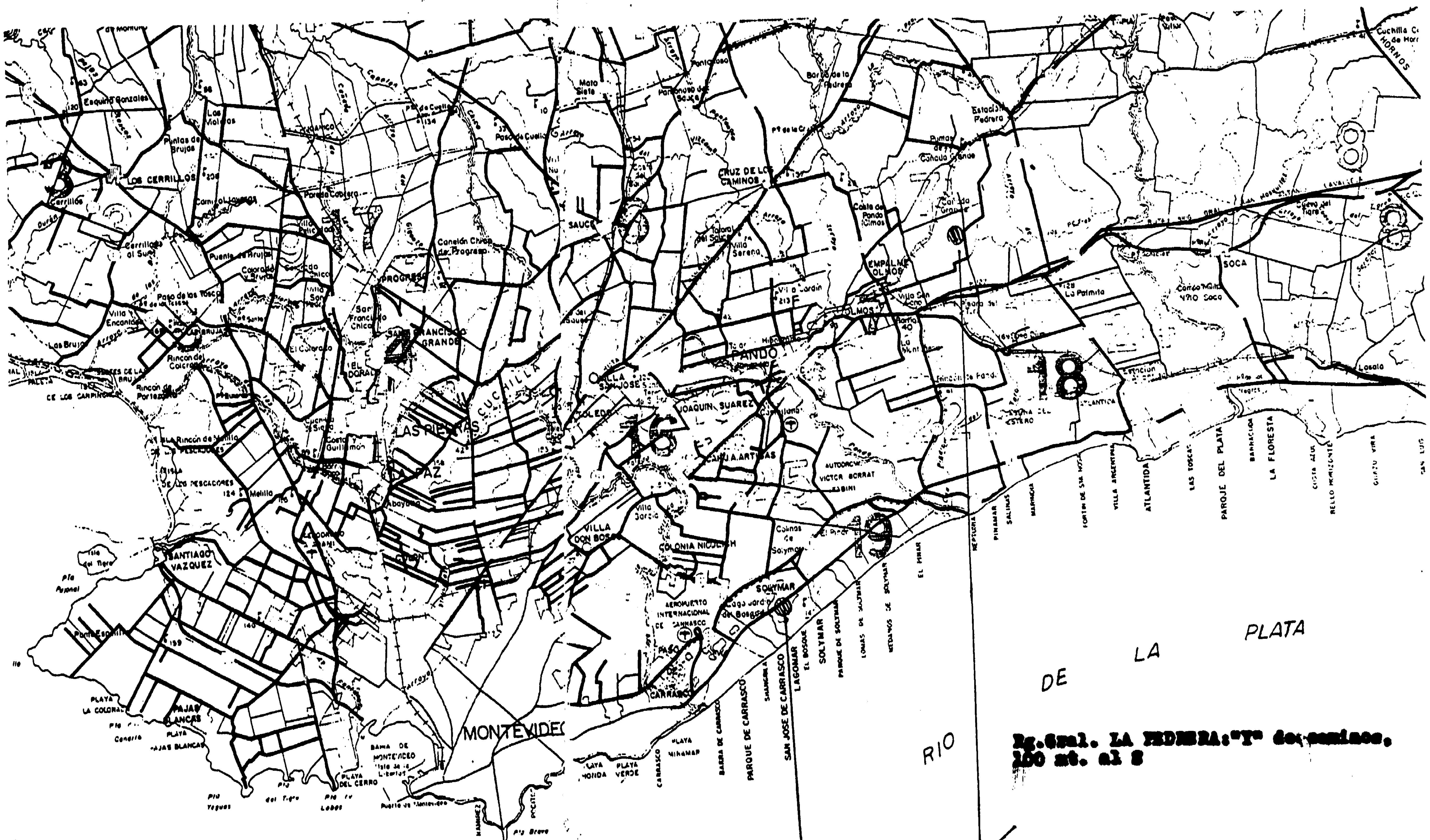
Tte. 1º

JUAN A. CUADRADO

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO BRIGADA DE EXPLOSIVOS R.O.U.

9400764

I.G.M.
1: 20.000



Rg.Gral. LA PEDRERA:"Y" de caminos, 100 mt. al S

Calle SECCO GARCIA; Manz.232,Solar 9, entre Av. Giannastasio Mar de Ajó (SOLYMAR).

INFORME TECNICO Nº 93/BRI/402

ANEXO Nº2: Croquis de referencia geográfica

Dpto. CANELONES; parcial

Hallazgos en período DIC./89 al 14/1993.

R-67;Km 34,500 (SAUCE)

El Ofl.Ejec. Brigada de Explosivos

Tte.1ro.

JUAN A. CUADRADO.-

011

E9400764

Copia Nº 1
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A
Montevideo/R.O.URUGUAY
170800DIC93
HG-15

INFORME TECNICO Nº 93/121/403.-

ASUNTO : HALLAZGO DE ARTEFACTO REGLAMENTARIO DE PRACTICA (COHETE 3"5 MODELO TP M 29 A2) EN PREDIO RURAL EX-CAMPO MILITAR "LA PEDRERA",DPTO.CANELONES.-

I. SITUACION.

A. En fecha hora 151400DIC93 se dispuso la intervención de un Equipo R.A.T. a solicitud de Jef.Pol. Canelones por denuncia de hallazgo de supuesto material explosivo en predio rural Ex- Campo Militar "LA PEDRERA" Dpto. de Canelones.-

1. El alerta inicial del hallazgo fue efectuado por el Sr. Luis VARGAS directamente a la sede del S.M.A. por medio telefónico a pedido del propietario del predio rural; en fecha-hora 141600DIC93.-

2. La denuncia formal ante la Secc.Pol.7ma. (PANDO) fue efectuada por el Sr. José Luis Bado C.I. 1.597.368/4 con domicilio en Montevideo, en calle COUTURE 6570 a la hora 1712.-

II. DESARROLLO.

A. Descripción de evidencias.

1. Verificado en el lugar, se identificó y recuperó un cuerpo de Cohete calibre 3"5, de Práctica MODELO TP M29 A2, incompleto.

2. Del examen del mismo se constata:

a. Ausencia del motor cohete.

b. Conjunto de la espoleta inerte, completo; con señales de deterioro en el revestimiento de pintura, por exposición al medio.

c. Cuerpo inerte, completo; con señales de deterioro en el revestimiento de pintura y oxidación moderada.

d. Capa exterior de pintura color blanco, ajena a la composición original del proyectil, el cual reglamentariamente se identifica con pintura de color celeste(la que puede apreciarse por debajo de la pintura blanca).

e. Abolladuras y marcas características de impacto del proyectil contra un blanco rigido, al final de su trayectoria balistica.

B. Otros elementos de información.

1. El objeto hallado fue presentado como evidencia, localizado en el interior del predio rural propiedad del Sr. J. BADO, apoyado en el suelo en lugar próximo a vértice de alambrado lindero al camino vecinal, 100 metros al sur de "Y" de caminos (Anexo Nº2: Croquis).

2. La relación del cuerpo metálico con el suelo en el sitio señalado como punto exacto del hallazgo no corresponde a una antigüedad mayor a 6 meses.-

3. Los componentes -cuerpo y espoleta inerte- de la evidencia presentan marcas atípicas de golpes con objeto contundente.

4. No es posible realizar estimaciones de tiempo de exposición de la evidencia a los agentes atmosféricos y terreno, al verificarse

acción humana sobre la estructura del mismo tendiente a :
a. La conservación del cuerpo metálico (pintado).
b. Su apertura (marcas de violentamiento sobre la superficie exterior del cuerpo .

5. Durante el transcurso de la intervención, el Agte.2ª Miguel A. DEBRA - quien acompañó a personal de Bomberos hasta el lugar del hallazgo- manifestó que los mismos violentaron el objeto hallado, golpeándolo contra una piedra y lanzándolo al aire en reiteradas oportunidades.-

III. CONCLUSIONES.

A. El artefacto de práctica encontrado corresponde a un articulo de entrenamiento similar a los empleados por el Ejército.-
B. No es posible determinar la procedència u otra información respecto de su origen debido a la ausencia de marcas de identificación reglamentarias .-
C. Se comprueba acción humana reciente sobre el material presentado como evidencia.-

ANEXO : Nº1 : REGISTRO FOTOGRAFICO.
ANEXO : Nº2 : CROQUIS.
ANEXO : Nº3 : IDENTIFICACION.

Montevideo,17 de Diciembre de 1993.-
El Ofl. Operador de la Brigada de Explosivos.-

Tte. 1º
HECTOR GOYCOECHEA

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO BRIGADA DE EXPLOSIVOS R.O.U.

FS.14

Copia Nº
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A
Montevideo/R.O.URUGUAY
170800D1C93
HG-15

INFORME TECNICO Nº 93/121/403

ANEXO Nº3: IDENTIFICACIONES:

- Protagonista del hallazgo : Sr. Enrique BERNECHE (Peón)
- Personal del establecimiento presente en la intervención : Sr. Roberto A.RODRIGUEZ
  Sdo.(R) Walter TAPIA
- Personal policial interviniente: Ofl. CAMPOS Secc.7ªPANDO
  Agte.2ª Miguel A. DEBRA*
  Agte.2ª Pedro NAYA*.

* Afectados a la custodia del objeto hallado hasta la llegada del Equipo R.A.T..-

Montevideo,17 de Diciembre de 1993.-
El Ofl.Operador de la Brigada de Explosivos.-

Tte. 1º
HECTOR GOYCOECHEA

SERVICIO DE MATERIAL Y ARMAMENTO · BRIGADA DE EXPLOSIVOS · R.O.U.

9400764

Fs.15

Copia Nº
BRIGADA DE EXPLOSIVOS/S.M.A
Montevideo/R.O.URUGUAY
170800DIC93
HG-15

INFORME TECNICO Nº 93/121/403

ANEXO Nº1: REGISTRO FOTOGRAFICO



FOTO Nº1:
-Cuerpo de Cohete 3"5 .-



FOTO Nº 2:
Idem anterior, lugar donde fue presentado .

F3.16



FOTO Nº3:
-Lugar presentado como punto del hallazgo.



FOTO Nº 4:
Reunión con testigos y protagonista del hallazgo.

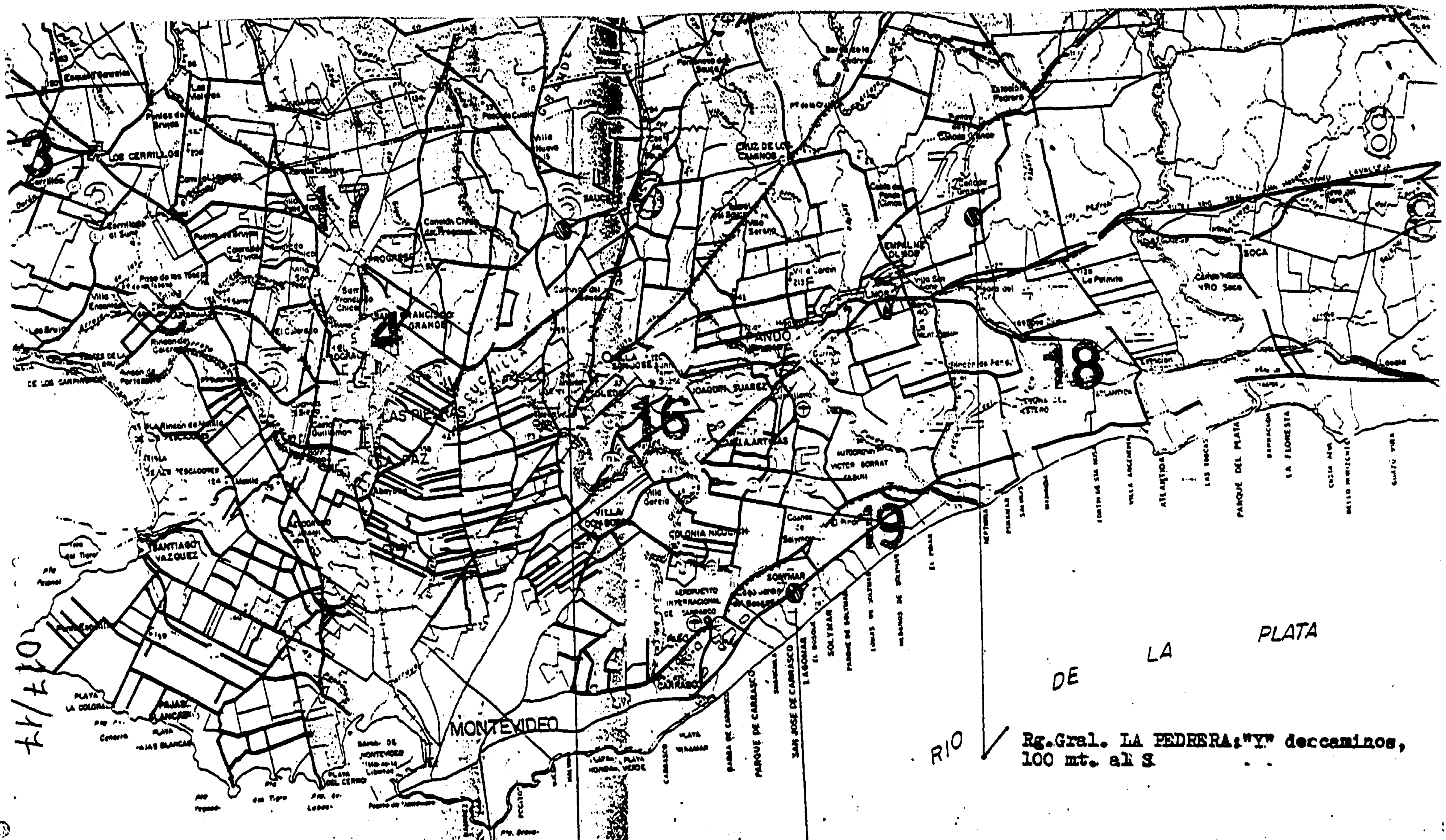
Montevideo,17 de Diciembre de 1993.-
El Ofl.Operador de la Brigada de Explosivos.-

Tte. 1º

HECTOR GOYCOECHEA

016

-9400764



Rg.Gral. LA PEDRERA: "Y" de caminos, 100 mt. al S

Calle SECCO GARCIA: Manz.232, Solar 9, entre Av. Giannattasio Mar de Ajó (SOLYMAR).

INFORME TECNICO Nº 93/E2D/402

ANEXO Nº2: Croquis de referencia geografica.

Dpto. CANELONES parcial.

Hallazgos en periodo DIC.89 al 14/1993.

[illegible] Brigada de Explosivos [illegible]

Tte. [illegible]

1/5

RESERVADO

.M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.	DEPARTAMENTO II — 21ENE94 PEDIDO DE INFORMES: 09/94	HOJA:

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 31ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 28/1/94
Nº. 025

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 27 ENE. 199[illegible]
Nº. de Orden 9400765

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA: El Jefe del DptoII(Inf) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández.

DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA. — ESTADO MAYOR — DEPARTAMENTO II — República O. del Uruguay

DIRECCION ... INFORMACION
24-I-94
... de Identificación 9400765

RESERVADO

001/5

RESERVADO Montevideo, 21 de enero de 1994.-

ASPIRANTES A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.

1.-ACEBEDO NOGUEROL, MARTA ELENA. Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 09-07-57.- Lavalleja-Minas.-

C.I. 2.533.494-9.-

C.C. BJA 24.290.-

Domicilio actual: Isla de Gorriti 2119 Apto. 1.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Dardo Ramón Acebedo Zipitría.- (Fallecido)

Nombre de la madre: Olga Neriz Noguerol Othaz.- (Fallecido)

Nombre del cónyuge: Carlos Kelly Macedo (trámite divorcio) 2C3610

2.- BORDENAVE SILVEIRA, ANGELICA BALDRAMINA.- Lab. Dental.

Fecha y lugar de nacimiento: 4-8-1965 Artigas.-

C.I. 3.680401.8

C.C. IAC 44.507.-

Domicilio actual: Cochabamba 3330.-

Domicilio anterior: Eduardo M. Castro 174 Artigas.-

Nombre del padre: Walter Bordenave Torres.-

Nombre de la madre: Nidia Silveira

Nombre del cónyuge: Francisco Barrios Cabrera.-

3.- BOTTA CAPORALLINI, MARIA INES.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 21-12-1965 Montevideo.-

C.I. 1.957.822.6

C.C. CMA 38415.-

Domicilio actual: Ruta 8 Km. 28.200 Cno. Helguera M.C. Solar 35.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Pedro Francisco Botta Sambrotta.-

Nombre de la madre: Ana María Caporallini Vilche

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

RESERVADO

4.- CANO CASSANELLI, VERONICA ISABEL.-Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 4-3-1969-Paysandú.-

C.I. 3.692.138.7.

C.C. KAA 30.800.- Traslado CFA 20042

Domicilio actual: Oribe 2376 Sauce-Canelones.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Ramon Vicente Cano Moreira.- 30783-

Nombre de la madre: Minon Isabel Cassanelli Diaz.

Nombre del cónyuge:

5.- DARINO BALADRON, SILVIA CRISTINA.-Aux. Serv.-

Fecha y lugar de nacimiento: 29-12-1956.- Montevideo.-

C.I. 1.581124. 4

C.C. BVB. 30.751.-

Domicilio actual: DE CID 391.-

Domicilio anterior: Las Violetas 754/3.-

Nombre del padre: Dumas Horacio Darino Aguzzi.- FR AHB.3403-

Nombre de la madre: Gladys Teresa Baladron Fernández.- FR BCA 42602

Nombre del cónyuge: Antonio Carlos González Dominguez.-FR-BBA-28003

6.-GONZALEZ PEREZ, KARINA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 21-12-1973. Montevideo.-

C.I. 1.930.488.3.-

C.C. BAA 36.002.-

Domicilio actual: Rizal 3936/251.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Alcides González.- (Fallecido) SRJ.

Nombre de la madre: Gloria Mabel Perez Canabe.- SRJ.

Nombre del cónyuge: Carlos Daniel Mutti Armand-Pilon

RESERVADO

7.- PEREZ FERNANDEZ, CONO ALBERTO.- Sicólogo.-

Fecha y lugar de nacimiento: 25.5.54.- Florida.-

C.I. 1.315.445.2.-

C.C. BBA 27.867.-

Domicilio actual: Fray Bentos 3921

Domicilio anterior: Pasaje Asilo 2472/003.-

Nombre del padre: Ruben Cono Perez Rossini.-

Nombre de la madre: Blanca Leticia Fernandez Arzúa.-

Nombre del cónyuge: Liliana Silvia Diaz Migliaccio.- FR AVB 8493.

8.- PIEDRA QUINTANA, KATHERINE HEIDI.- Aux. Enf.

Fecha y lugar de nacimiento: 1-4-1970 Montevideo.-

C.I. 3.284.516. 7

C.C. AAA 7338.-

Domicilio actual: Faimalía 3335 Apto. 1.-

Domicilio anterior: Pérez Castellano 1546 Apto. 8.-

Nombre del padre: Daniel Piedra Delbono.- FR AHB 6114.-

Nombre de la madre: María del Carmen Quintana Espino.- FC - AAA 6091 303052-5-(SIST)

Nombre del cónyuge:

9.- RUIZ, MARY CRISTINA.- Adm.

Fecha y lugar de nacimiento: 13.11.74 Río Negro.-

C.I. 3.513.830.3.-

C.C. GDA 15.202.-

Domicilio actual: Algarrobos 360 Villa Alegría(Progreso)

Domicilio anterior: Olimar 2 Viv. 38.- Río Branco.-

Nombre del padre: José Daniel Gonzalez.- SRJ -

Nombre de la madre: Eulalia Magdalena Ruiz Velazquez.-

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

10.- SARACHO VIERA, NAIR ELIZABETH.- Técnica Radióloga.-

Fecha y lugar de nacimiento: 15.3.1958 Montevideo.-

C.I. 1.462.391.1

C.C. BOB 21.063.-

Domicilio actual: Siena 3084 Apto. 02.-

Domicilio anterior: Valladolid 3431 A.

Nombre del padre: Miguel Angel Saracho Miranda.-

Nombre de la madre: María Elena Viera Ferrer.- FR 5,27 -

Nombre del cónyuge: José María Olivera Ferreira.- IAC 18874-

11.- SOSA SILGORIA, ALINE MARGOT.- Aux. Enf.-

Fecha y lugar de nacimiento: 27.11.54 Salto.-

C.I. 4.494.677.1.

C.C. JAE 6200

Domicilio actual: Rivera 3664 Ap. 3.-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: German Armando Sosa Forni.-

Nombre de la madre: Delia Rosa Silgoria.-

Nombre del cónyuge:

12.- VEIGA DIAZ, VICTOR ALEJANDRO.- Técnico Radiólogo.-

Fecha y lugar de nacimiento: 26-3-1971 Rocha.-

C.I. 2.670.972.3.-

C.C. EDC 15.192.-

Domicilio actual: Pablo de María 1223 Ap. 06.-

Domicilio anterior: Dpto. de Rocha.-

Nombre del padre: Julio Agosto Veiga Olivera.-

Nombre de la madre: Danis Lira Díaz Martínez.-

Nombre del cónyuge:

RESERVADO

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)
MONTEVIDEO, 24 DE ENERO DE 1994

T.I. Nº 005/94.- SEÑOR JEFE DEL DEPARTAMENTO I:

A sus efectos, informo a usted lo siguiente:

21/ENE/94.- S.I.D.E. (Arg.) solicita antecedentes de Daniel VIGLIETTI, en especial datos filiatorios, si es especialista en la manipulación de explosivos, contactos con la izquierda argentina que pudiera registrar el nombrado y lugar de residencia actual (Anexo "A").

24/ENE/94.- Enlace de la SIDE informa que se está estudiando la posible vinculación del nombrado con sabotajes que se han hecho a la Empresa EDESUR (Ver anexo "B") ~~que~~ agregando: "abran un paraguas sobre SALTO GRANDE".

NOTA: En Anexo "C" se adjunta respuesta a la solicitud, enviada por FAX.

Saluda a usted atentamente
Por el Jefe del Departamento II (Exterior)

C/N (CG) Miguel Herrera

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha 24-1-93
Fecha 24-1-93
Pasa a DPTO I.
Nº de identificación 9400766

FECHA 08 02 94 INICIAL RJ
Procesado a Sistema

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de entrada 26 ENE 1994
Pasa a MILITAR - BIOGRAFICO
Nº de Orden 9400766

Campo militar: se realizó PE 1 02/94.

001/4

Anexo "A"

ANTECEDENTES DE DANIEL VIGLIETTI

NACIONALIDAD URUGUAYA. RESIDE EN ESE PAIS. CANTANTE. VINCULADO AL ESPECTRO DE LA IZQUIERDA ARGENTINA.

EN DIC'93, EN BUENOS AIRES, PARTICIPO EN UN "FESTIVAL POR LOS PRESOS POLITICOS", CONVOCADO POR LA "COMISION ARGENTINA POR LA LIBERTAD DE LOS PRESOS POLITICOS" Y ORGANIZADO POR EL MOVIMIENTO TODOS POR LA PATRIA "MTP".

SIN PODER CONFIRMAR SI SE TRATA DE LA MISMA PERSONA, EN ESTA CENTRAL SE REGISTRA (AÑO 1987) DANIEL VIGLIETTI INDART, URUCUAYO, SIN DATOS FILIATORIOS, "CONSIDERADO AGENTE DE ENLACE DEL "MNL TUPAMAROS" Y ESPECIALISTA EN LA MANIPULACION DE EXPLOSIVOS.

SE REQUIERE:

1) DETERMINAR SI LOS NOMBRADOS SE TRATAN DE UNA MISMA PERSONA.

2) CASO POSITIVO:
   A) DATOS FILIATORIOS. LUGAR DE RESIDENCIA ACTUAL.
   B) ANTECEDENTES DE TODA INDOLE QUE REGISTRE EL CAUSANTE. ESPECIFICANDO SI LOS MENCIONADOS LE CORRESPONDEN.
   C) CONTACTOS CON LA IZQUIERDA ARGENTINA QUE PUDIERA REGISTRAR EL NOMBRADO, EN LA ACTUALIDAD.

002 -9400766

ANEXO "B"

PAGINA 12 - 2/ENE/94

OTRO SABOTAJE, OTRO APAGON

La empresa Edesur denunció dos nuevos actos de sabotaje a sus instalaciones, que afectaron a más de 10.000 usuarios, de los cuales 6600 recién recuperaron el servicio dos horas antes del nuevo año. Villa Crespo y Floresta fueron los barrios porteños afectados por el sabotaje que produjo el apagón.

Siete centros de transformación salieron de funcionamiento en la subestación de Villa Crespo y dejó sin luz al sector comprendido por las avenidas Juan B. Justo, Dorrego, Corrientes, Dorrego y las vías del Ferrocarril San Martín desde el mediodía del viernes hasta las 18.15. "Concretamente –especificó un comunicado de la empresa– el acto de sabotaje consistió en la operación manual de un equipo de maniobra de media tensión por personas aún no individualizadas."

Un episodio similar se produjo en Floresta, en ls cámaras de transformación ubicadas en las esquinas de Tres Arroyos y Emilio Lamarca, Gaona y Concordia y Bogotá y Nazca, que dejaron sin luz a 6600 usuarios, quienes recién a las 22.15 del 31 recuperaron la energía eléctrica. Edesur dijo que con los sabotajes aparecieron "panfletos anónimos y amenazas reiteradas de prolongados cortes de suministro".

Por otra parte, la Secretaría de Energía informó que el sistema de alta tensión, que une El Chocón con la subestación transformadora de Ezeiza, quedó normalizado desde las 19.30 del viernes, luego del "atentado" que sufrieran las dos líneas el martes por la noche. El sabotaje había producido el derrumbe de dos torres en la localidad pampeana de General Acha.

Página/16 2/I/94

ANEXO "C"

Montevideo, 24 de enero de 1994

PARA: SR. ALFREDO CORVALAN

REF: DANIEL VIGLIETTI

1.- DATOS FILIATORIOS

FLDN : 24 JUL 939 - MONTEVIDEO
Daniel Alberto VIGLIETTI INDART.
C.I. Nº 713420.
Pasaporte: B 018859.
Hijo de: Cedar VIGLIETTI y Lydia Mirtha INDART.
Esposo de: Annie MORVAN.
Hijos: Imilce VIGLIETTI MORVAN.
Prof. Ocup.: Locutor, Artista, Guitarrista, Cantante, Periodista.

2.- EXTRACTOS DE SU HOJA DE ACTIVIDADES

1966:	23 Titular a Senador por Lista 1001 - Frente Izquierda de Liberación Nacional (FIDEL).
1973:	Viaja a CUBA donde realiza curso sobre Guerrillas, Inteligencia, Comunicaciones y Lucha Armada.
1990:	Integrante Junta Coordinadora Revolucionaria en EUROPA.
1992:	Columnista ocasional de MATE AMARGO. Desde BERLIN entrevista al escritor argentino Osvaldo BAYER (columnista de la revista Madres de Plaza de Mayo)

3.- ULTIMO DOMICILIO PERMANENTE CONOCIDO

FRANCIA (1985).

NOTA: También se envió FAX de la entrevista al escritor argentino Osvaldo BAYER.

004/4

9400766

N°. DOCUMENTO 9400768
TITULO Piedra del Aguila fue para chilenos y norteamericanos.
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE 20/11/93
VINCULADOS 66360 - 65709 - 65890
11161
11404

OFERTARON 272 MILLONES DE DOLARES

Piedra del Aguila fue para chilenos y norteamericanos

LO PAGADO POR HIDRONOR

En millones de dólares

	Precio	Pasivo	Pagos inmediatos	Precio pag. por las prov.	Total
El Chocón-Arroyito	223,9	257,9	47	148	676,8
Alicurá	177,9	179,7	35,1	117,5	510,2
Cerros Colorados-Planicie Banderita	72,6	92,3	22,2	47,9	235
Piedra del Aguila	272,1	476,6	8,1	180	936,8

CL 20/11

Un consorcio formado por norteamericanos, chilenos y canadienses compró, por 272 millones de dólares, la operación por 30 años, de la central Piedra del Aguila. El Gobierno embolsó, entre efectivo, bonos y deuda transferida, 2.358 millones de dólares por las cuatro centrales de Hidronor. Duke y Chilgener, dos de los integrantes del grupo, ya están en el negocio eléctrico.

El consorcio Hidroneuquén —integrado por empresas de **Estados Unidos, Chile y Canadá**— ganó la **concesión por 30 años de la central hidroeléctrica Piedra del Aguila**, al ofertar **272,1 millones de dólares** entre efectivo títulos públicos de las deudas interna y externa.

Ubicada sobre el río Limay, Piedra del Aguila es la central de generación hidráulica **más nueva** que existe en el país. Tiene instaladas **sólo dos** de las cuatro turbinas de 350 MW de potencia que poseerá una vez que termine su construcción, ahora a cargo de operadores privados.

Cuando funcione a full tendrá una **potencia instalada de 1400 MW** —similar a la de **El Chocón**— y podrá alcanzar una generación media anual de **5.500 gigavatios**. Con los precios actuales que rigen en el mercado eléctrico mayorista, los flamantes dueños de Piedra del Aguila están en condiciones de **facturar alrededor de 140 millones de dólares anuales por la venta de su producción energética.**

La pugna licitatoria para acceder al **59 %** de las acciones de Piedra de Aguila se dio entre **tres** consorcios de empresas nacionales e internacionales. La oferta de Hidroneuquén superó por algo más de 33 millones de dólares a la segunda, del grupo SEI Inversora que lideraba la firma norteamericana Southern Co. Muy lejos, en el tercer lugar, quedó el consorcio Hidrolimay —integrado por el grupo local Cartellone y la firma chilena Endesa— que ofertó apenas 101,9 millones de dólares.

Cuando Hidroneuquén concrete el pago de los 272,1 millones de dólares que ofreció ayer, deberá entregar como mínimo **100 millones de dólares en efectivo**. El resto lo puede completar con títulos de las deudas interna y externa a las paridades fijadas por las autoridades económicas.

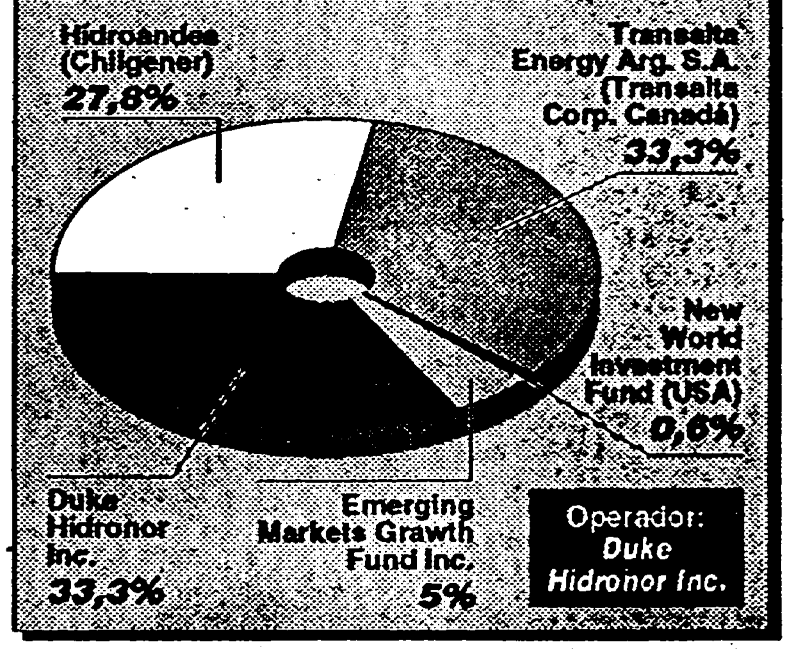
Además, el comprador deberá hacerse cargo de dos clases de pasivos. Por un lado, tendrá que efectuar aportes **por 8,1 millones de dólares a la Autoridad de Cuenca** y al Fondo de Reparaciones. Por otro lado, asume obliga- [illegible] por 476,6 **millones de dólares.**

Al igual que lo sucedido con las otras unidades de negocio nacidas del desmembramiento de Hidronor, el gobierno nacional les **reservó a las provincias de Neuquén y Río Negro el 39 % del paquete accionario.** En este caso, el valor de **esas acciones asciende a 180 millones de dólares** y las provincias tienen 60 días para decidir su ingreso al negocio utilizando los bonos que recibieron de la Nación.

Los principales integrantes del grupo Hidroneuquén ya están familiarizados con el sector eléctrico nacional.

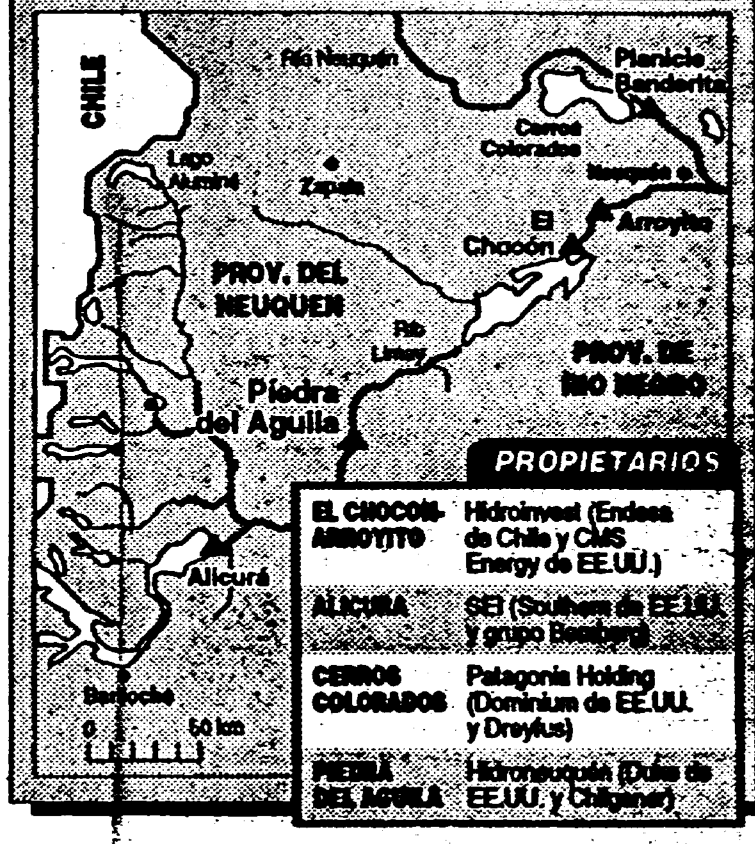
HIDRONEUQUEN S.A.

Ganador de Piedra del Aguila



La compañía norteamericana **Duke comparte la conducción de la central térmica Güemes (Salta) y participa en** el consorcio que ganó la operación de Transener (la transportadora eléctrica de alta tensión). **Por su parte**, la trasandina **Chilgener** controla **Central Puerto —la primera usina que se privatizó— y está embarcada en la construcción de otra central térmica en Neuquén. Completan el grupo ganador la canadiense Transalta** y dos fondos norteamericanos de inversiones.

HIDRONOR, PRIVATIZADO



Con la venta de Piedra del Aguila prácticamente se cierra el proceso de privatización de Hidronor. Sólo queda pendiente de definición el futuro de **Pichi Picún Leufú que apenas está construida en un 50 %.**

Entre los pasivos transferidos, los precios pagados por los operadores privados y los bonos que entregarán Río Negro y Neuquén, la privatización de Hidronor (El Chocón, **Cerros Colorados, Alicurá y Piedra del Aguila**) permitió al Gobierno embolsar **2.358 millones de dólares.**

PARTES ILEGIBLES

01 01

9400768.

CN- 4-12-93

Inflación: el 7,4 % en lo que va del año

Convertibilidad: desde abril de 1991, los precios al consumidor subieron el 52,9 por ciento; en noviembre, los precios mayoristas cayeron el 1,5 por ciento y el costo de la construcción se incrementó un 0,3 %.

En noviembre último, los precios al consumidor aumentaron el 0,1 por ciento, el sexto mes consecutivo por debajo del 1 por ciento, con lo que en los 11 meses transcurridos de 1993 la inflación llegó al 7,4 por ciento, informó ayer el Indec.

Los números oficiales también revelaron que los precios mayoristas registraron una fuerte baja: 1,5 por ciento, mientras que el costo de la construcción aumentó el 0,3 por ciento.

Satisfacción

En Economía no pudieron ocultar la satisfacción por los números alcanzados y no dejaron de señalar que los seis meses consecutivos por debajo del uno por ciento es un hecho que no ocurría desde 1968.

Con el resultado de noviembre, los precios al consumidor acumulan aumentos del 52,9 por ciento desde el 1º de abril de 1991, en que se inició el plan de convertibilidad, del 7,7 por ciento en los últimos doce meses y del 7,4 por ciento en lo que va del año.

En Economía se explicó el bajo registro de la inflación en noviembre como consecuencia del descenso en productos como verduras, lácteos y vestimenta, en tanto que servicios y alquileres continuaron aumentando, en este caso el 1,9 por ciento, con un ritmo que supera por amplios márgenes al nivel general.

Alimentos y bebidas, el rubro con mayor incidencia en el índice, bajó el 0,4 por ciento, en tanto que Indumentaria retrocedió el 0,1 y Esparcimientos y Transporte y Comunicaciones no registraron variación.

En cambio aumentaron Vivienda (1,2 por ciento), Equipamiento y funcionamiento del Hogar (0,6), Salud (0,3), Bienes y servicios varios (0,2) y Educación (0,1).

La baja en Alimentos y bebidas estuvo impulsada por la reducción de precios de verduras, tubérculos y legumbres (5,9 por ciento); leche, productos lácteos y huevos (2 por ciento) y aceites y grasas (0,4).

Por el otro lado, aumentaron las carnes (0,4 por ciento), frutas (5,2) y alimentos semipreparados (1,2).

La reducción de precios en indumentaria fue producto de las bajas del 0,6 por ciento en telas, hilados y artículos de mercería, del 0,2 en ropa interior y del 0,1 en ropa exterior.

En cambio en Vivienda, la suba estuvo impulsada por el enorme aumento de los alquileres que alcanzó al 1,9 por ciento y superó por 19 veces a la variación del nivel general de inflación.

Al por mayor

Con la baja de noviembre, el índice de precios al por mayor acumula aumentos del 2,1 por ciento desde la convertibilidad, del 0,7 en los últimos doce meses y del 1,3 en lo que va del año.

La baja del 1,5 por ciento del último mes fue producto de bajas del 1,6 en los productos nacionales y del 0,4 en los importados.

Entre los nacionales, bajaron 7,6 por ciento los productos agropecuarios. Los agrícolas descendieron 10,6 y los pecuarios 4,8 por ciento.

Construcción

La suba del 0,3 por ciento del índice del costo de la construcción promedió aumentos del 0,8 en la mano de obra y del 0,2 en los gastos generales, mientras que los precios de materiales no sufrieron variación.

Con este incremento, el costo de la construcción acumula aumentos del 52,1 por ciento en lo que va de la convertibilidad, del 13,5 en los últimos doce meses y del 12 por ciento en los once meses de 1993.

Ranking

Los limones, con un [illegible]1,7 por ciento en sólo un mes, lideraron el ranking de subas en noviembre último. Lo siguieron las manzanas deliciosas, con 5,8 por ciento, y las gaseosas, con el 2,6 %.

En el otro lado de la balanza, los tomates redondos se recuperaron de su aumento récord en [illegible] pasado: ahora encabezaron las bajas, con un descenso del 12,6 por ciento.

01-01 9400769

Nº. DOCUMENTO 9400770
TITULO Costo de vida en noviembre 0,1%.
PROCEDENCIA CLARÍN
FECHA 4/12/93
VINCULACIONES 66960
11161
11300

BAJAN 1,5% LOS PRECIOS

Costo de

Domingo Cavallo puede dormir tranquilo: el costo de vida de noviembre, con su civilizado aumento de apenas 0,1%, mantiene la inflación anual en 7,4%, una cifra mejor que alguna estimación previa que puso ese nivel en 10%. Los mayoristas, a su vez, cayeron 1,5%

Los índices de inflación de noviembre no depararon grandes sorpresas. Siguen encolumnados detrás de las necesidades del plan de convertibilidad. **El minorista subió 0,1%; el mayorista cayó 1,5% y el costo de la construcción aumentó 0,3%.**

Desde que reina la estabilidad económica, las cifras ya no dicen mucho por sí mismas. Sin embargo, ayudan a desnudar algunas de las rigideces del funcionamiento de la economía. **El persistente aumento en los servicios privados es una de las más visibles.**

Es el caso de los **alquileres, que subieron 1,9% y que acumulan un incremento 157,2% desde que se puso en marcha el Plan Cavallo.** En el mismo lapso, **el costo de vida aumentó 52,9%.**

Un fenómeno similar se observa en servicios como **salud (93,3%), educación (72,1%), turismo (66,5%) y peluquería (102,8%).**

Estos niveles solo fueron superados ocasionalmente por las variaciones en los precios de algunos **productos frescos (los denominados "flex")**, cuyos valores están influidos por cuestiones estacionales. **Por ejemplo, desde abril de 1991 hasta ahora, las verduras aumentaron 123,2% y las carnes un 63,6%.**

Ninguno de los esfuerzos del Gobierno por poner en caja a los prestadores de servicios privados tuvo éxito. Como están fuera de la competencia externa, Economía intentó recortar el margen de los incrementos a través de reglamentaciones a la **Ley de Convertibilidad** en los artículos referidos a las prácticas indexatorias. Pero los resultados fueron magros.

Los tres servicios que están permanentemente bajo la lupa oficial son la me-

4

Doc. con partes poco leg.

01_02

9400770.

MAYORISTAS

vida en noviembre: 0,1%

dicina prepaga, los alquileres y las cuotas de las escuelas privadas.

En ese sentido, el subsecretario de Comercio Interior, **Ricardo Sosa**, informó que en los últimos días recibió casi un centenar de pedidos de aumentos por parte de escuelas que reciben subsidio estatal.

El funcionario dijo que solo se dio curso favorable al 60% de los pedidos de aumento de cuotas para el año próximo que realizaron esos colegios ubicados en la Capital Federal.

Un récord

El registro minorista de noviembre —según el informe que distribuyó ayer el INDEC— permitió a Cavallo ostentar un curioso récord: **por primera vez en 25 años, este indicador se coloca durante seis meses consecutivos por debajo del 1%**.

En los últimos doce meses el costo de vida subió 7,7%, mientras que en lo que va del año acumuló un alza de 7,4%.

DESDE LA CONVERTIBILIDAD *(en %)*

Costo de vida 52,9

LOS 10 QUE MAS SUBIERON	
Alquiler	157,2
Tomates	154,6
Verduras	123,2
Peluquería	102,8
Serv. para la salud	93,3
Espectáculos	92,3
Colegios	72,1
Pan francés	70,3
Frutas	67,9
Turismo	66,5

LOS 10 QUE MENOS SUBIERON	
Azúcar	3,9
Ropa exterior	7,2
Café	7,6
Audio y video	9,7
Calzado	10,4
Juegos y juguetes	13,2
Cebolla	13,9
Arroz	16,3
Textos	17,1
Higiene	17,3

Los productos que más aumentaron en noviembre fueron los **limones** (21,7%), mientras que los **tomates redondos** frenaron la carrera ascendente de los últimos meses y esta vez su precio cayó 6,8%.

Sin embargo, la estacionalidad jugó a favor de los productos frescos, ya que el rubro alimentos y bebidas bajó un 0,4%. También hubo una leve baja en indumentaria (0,1%), influida por las liquidaciones de temporada y la fuerte presión importadora. **La reciente aplicación de derechos específicos para proteger al sector podría inducir aumentos futuros.**

En lo referente a los **precios mayoristas**, la deflación del mes pasado se debió a la baja de 1,6% en los productos nacionales y del 0,4% en los importados.

El índice mayorista de noviembre, a pesar de su espectacularidad, no fue el más bajo de la convertibilidad. Hasta ahora, esos laureles se los lleva **el registro de noviembre de 1992, cuando la deflación llegó a 1,9%.**

En la composición de los mayoristas, los productos agrícolas nacionales son los que más tiraron hacia abajo el promedio: **10,6%**. Y de la mano de la depresión en el mercado internacional, el precio local del petróleo también bajó un **8,2%** en noviembre.

Finalmente, el índice de la construcción, que marcó un incremento de 0,3%, estuvo influido principalmente por un leve aumento en la mano de obra **(0,8%)**.

Infografía CLARIN

COSTO DE VIDA EN NOVIEMBRE

Rubro	%
Nivel general	0,1
Alimentos y bebidas	-0,4
Indumentaria	-0,1
Vivienda	1,2
Equip. y func. del hogar	0,6
Salud	0,3
Transportes y comunicaciones	0,0
Esparcimiento	0,0
Educación	0,1
Bienes y servicios varios	0,2

Fuente: INDEC

La economía argentina se expandió un 25% en tres años

Buenos Aires - La economía argentina se expandió en un 6% en 1993, con lo que acumuló un incremento superior al 25% en el último trienio, según un informe preliminar difundido el viernes en Santiago de Chile por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal). El informe sobre Argentina señala que, al igual que en 1992, el principal impulso del crecimiento provino de la demanda interna. Asimismo, la inversión se elevó en forma significativa, con lo que el coeficiente de formación de capital se elevó a su mayor nivel desde la crisis de la deuda, pero aún por debajo de los de comienzos del año pasado. La Cepal indica que los efectos del aumento en el ingreso y la ampliación del crédito se hicieron sentir otra vez en la demanda del consumo en Argentina. ■ *(Reuter)*

4

01_01

MENEM PROFUNDIZA EL AJUSTE ECONOMICO

LJ 24/12

El presidente argentino, Carlos Menem, aprobó la concesión de beneficios fiscales a los empresarios y una reforma de las leyes laborales que profundizan el ajuste económico, en abierto desafío a un sindicalismo debilitado por las divisiones.

Las medidas de Menem motivaron el miércoles la renuncia del ministro de Trabajo, Enrique Rodríguez, y convierten en "superministro" al titular de Economía, Domingo Cavallo, destacan los analistas locales.

Rodríguez fue reemplazado por Armando Caro Figueroa, un experto en "flexibilidad" laboral que asesoró al jefe del Gobierno español, Felipe González, y fue secretario de Trabajo durante el anterior gobierno de Raúl Alfonsín (1983-1989).

Cavallo, autor del drástico plan de austeridad que rige en Argentina desde abril de 1991, ganó el largo pulso que mantenía con el dimisionario Rodríguez al lograr que Menem se decida a profundizar el ajuste económico, según la opinión unánime de la prensa.

"Me voy porque es imposible debatir el costado social del ajuste" con Cavallo, declaró Rodríguez al anunciar su dimisión.

El ex-ministro de Trabajo, quien está vinculado al sindicato de la industria metalúrgica, sostuvo que las medidas aprobadas por el presidente "atacan los programas sociales del Gobierno".

Carlos Menem dispuso reducciones de impuestos y de las aportaciones patronales a las obras sociales de los trabajadores, con lo cual se pretende mejorar la renta de los empresarios y promover mayores inversiones.

La bajada de las aportaciones patronales reducirá en un tercio el presupuesto de 3.500 millones de dólares anuales que manejan los sindicatos a través de las obras sociales, según cálculos privados.

Caro Figueroa promoverá a su vez una nueva ley laboral que pretende eliminar una serie de antiguas conquistas de los trabajadores y permitir las contrataciones temporales sin vínculo firme entre el patrón y el obrero.

El nuevo ministro de Trabajo sostiene que la "flexibilidad laboral" promoverá una mayor oferta de empleo en momentos en que el índice de desocupación global (trabajadores desocupados más los que trabajan menos de 30 horas semanales) es de alrededor del 17 por ciento.

La economía argentina tuvo un índice de crecimiento del siete por ciento por ciento anual en promedio de los últimos tres años, período en el que el empleo apenas creció el uno por ciento.

Todas esas medidas eran reclamadas por los empresarios bajo el pretexto de que sus negocios se ven perjudicados por "el coste argentino" de la producción, en alusión al tipo de cambio y las cargas fiscales y laborales que rigen en el país.

El tipo de cambio se mantiene en un peso por dólar desde que entró en vigor el actual plan de ajuste, hace 32 meses, período en el que se acumuló una inflación del 50 por ciento.

Los beneficios que Menem concederá en 1994 para la producción de materias primas, la industria y el turismo mejorarán la renta de las exportaciones entre el cuatro y el siete por ciento, según cálculos extraoficiales.

Pero los empresarios sólo podrán recibir esos beneficios si están radicados en aquellos distritos que se adhieran a una reforma del sistema de impuestos que trata de imponer el Gobierno federal.

El "pacto fiscal" que promueve el Gobierno de Menem es aceptado a regañadientes por 19 de las 24 distritos del país (23 provincias y la Capital Federal).

El presidente y su ministro de Economía confían en que las presiones de los empresarios sirvan para vencer la resistencia de las provincias "rebeldes", coinciden los analistas. (EFE)

Nuevas medidas representan un desafío para el sindicalismo argentino

Menem ahonda ajuste económico

Buenos Aires - El presidente argentino, Carlos Menem, aprobó la concesión de beneficios fiscales a los empresarios y una reforma de las leyes laborales que profundizan el ajuste económico, en abierto desafío a un sindicalismo debilitado por las divisiones.

EO 24/12

Las medidas de Menem motivaron el miércoles la renuncia del ministro de Trabajo, Enrique Rodríguez, y convierten en "superministro" al titular de Economía, Domingo Cavallo.

Rodríguez fue reemplazado por Armando Caro Figueroa, un experto en "flexibilidad" laboral que asesoró al jefe del Gobierno español, Felipe González, y fue secretario de Trabajo durante el anterior gobierno de Raúl Alfonsín.

Cavallo, autor del Plan de Convertibilidad que rige en Argentina desde abril de 1991, ganó la larga pulseada que mantenía con el renunciante Rodríguez al lograr que Menem se decida a profundizar el ajuste económico.

"Me voy porque es imposible debatir el costado social del ajuste" con Cavallo, declaró Rodríguez al anunciar su dimisión.

El ex ministro de Trabajo, quien está vinculado al sindicato de la industria metalúrgica, sostuvo que las medidas aprobadas por el presidente "atacan los programas sociales del gobierno".

El gobierno dispuso reducciones de impuestos y de los aportes patronales a las obras sociales de los trabajadores, con lo cual se pretende mejorar la renta de los empresarios y promover mayores inversiones.

La baja de los aportes patronales reducirá en un tercio el presupuesto de US$ 3.500 millones anuales que manejan los sindicatos a través de las obras sociales, según cálculos privados.

Caro Figueroa promoverá a su vez una nueva ley laboral que pretende eliminar una serie de antiguas conquistas de los trabajadores y permitir las contrataciones temporales sin vínculo firme entre el empleador y el empleado.

La economía argentina tuvo un índice de crecimiento del 7% anual en promedio de los últimos tres años, período en el que el empleo apenas creció el 1%.

Todas esas medidas eran reclamadas por los empresarios bajo el pretexto de que sus negocios se ven perjudicados por "el costo argentino" de la producción, en alusión al tipo de cambio y las cargas fiscales y laborales que rigen en el país.

Los beneficios que Menem concederá en 1994 para la producción de materias primas, la industria y el turismo mejorarán la renta de las exportaciones entre 4% y 7%, según cálculos extraoficiales. ■ *(EFE)*



Menem y el costo argentino
Las medidas tienden a mejorar las rentas empresariales y fomentar la inversión

9400773
Problemas por el ascenso de dos marinos.
LA NACIÓN 150026
29/12/93
669900
11163
11329
11334

No habrían informado a Defensa de los antecedentes de dos marinos

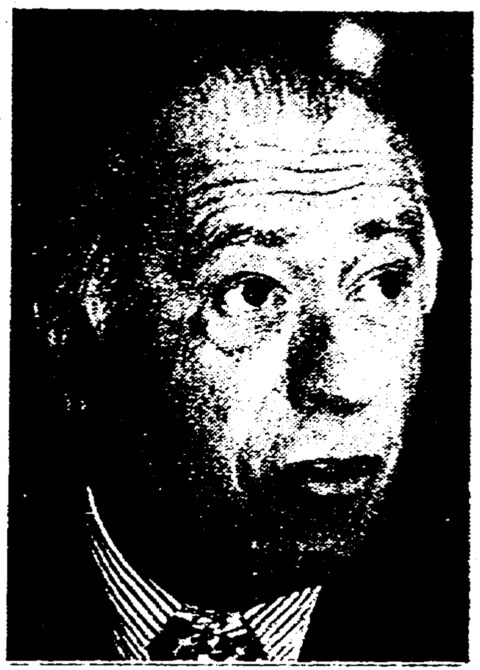
Malestar: en el Gobierno y en la fuerza se creó una situación controvertida; el Senado no trataría los ascensos de ambos.

La aparición entre los nombres propuestos para ser promovidos al grado inmediato superior de dos oficiales de marina supuestamente acusados de haber cometido excesos durante el último proceso militar generó un clima de malestar en el Gobierno y en la fuerza.

Según se supo anoche, el Ministerio de Defensa no fue informado, al momento de elevar la propuesta, de algunos puntos conflictivos de los antecedentes de ambos militares.

De acuerdo con una denuncia del diario Página 12, se trata del ascenso a capitanes de navío de la Armada de Antonio Pernías y Juan Carlos Rolón.

La situación que se generó a partir de que tomó estado público la noticia provocó desconcierto, primero, e incertidumbre, después, al punto que el presidente Carlos Menem negó, en la mañana de ayer, el



Camilión

posible ascenso de esos dos oficiales. El primer mandatario descalificó como "burda mentira" y "aberración" la información difundida por Página 12 sobre el posible ascenso de los oficiales de la Armada acusados de haber cometido excesos en la lucha contra la subversión.

"No hay ninguna posibilidad de esos ascensos; en ningún momento el Gobierno está promoviendo ascensos de esa magnitud", manifestó el jefe del Estado a los periodistas, en Olivos.

El capitán Pernías estuvo detenido por excesos en el trato a detenidos y fue sindicado como torturador de las monjas francesas Alice Domon y Leonie Duquet, desaparecidas en 1977. El diario agrega que Rolón, por su parte, nunca fue procesado a pesar de que varios detenidos prestaron testimonio sobre su actuación como represor dentro de la Escuela de Mecánica de la Armada.

En la Armada

Los capitanes de fragata Antonio Pernías y Juan Carlos Rolón reunieron todas las condiciones y exigencias para su ascenso al grado inmediato superior, según informó la Armada.

"En cumplimiento de las disposiciones constitucionales se incluyeron sus nombres en la nómina de ascensos elevada al Ministerio de Defensa", dijeron voceros castrenses.

Previamente, se informó, sus legajos fueron analizados por la Junta Superior de Calificaciones y obtuvieron la aprobación del almirantazgo, lo cual indica que en sus fojas de servicios no consta impedimento alguno para su promoción a la jerarquía de capitanes de navío para la que fueron propuestos.

La fuente de la Marina de Guerra consultada por LA NACION advirtió que en esos pasos previos finalizan las atribuciones que tiene la institución, ya que la aprobación de los pliegos de ascenso de oficiales superiores es responsabilidad exclusiva del poder político. En ese sentido, se supo que el Senado trataría hoy el tema ascensos, aunque existiría la voluntad política de no considerar los de esos oficiales.

Pernías y Rolón actuaron en la lucha contra la subversión, situación esta que se repetirá, de ahora en más, con otros oficiales que entonces tenían grados subalternos y que ahora están accediendo a las jerarquías superiores.

01-01

9400773.

9400774
El secretario de Asuntos Militares de la armada renunció.
CLARIN
30/12/93

JORGE BAEZA ES EL NUEVO SECRETARIO DE ASUNTOS MILITARES Y MOLINA PICO

Renunció Massot y el Senado el ascenso de los dos oficiales

Vicente Massot, hasta ayer secretario de Asuntos Militares, debió renunciar a causa del pedido de ascenso —que realizó el Ministerio de Defensa al Senado— de dos oficiales de la Armada que integraron los grupos represivos de la ESMA. Los senadores postergaron el tratamiento de esas propuestas. Jorge Baeza remplaza a Massot. El jefe de la Armada, Molina Pico, seguirá en su cargo.

El secretario de Asuntos Militares del Ministerio de Defensa, **Vicente Massot**, debió **renunciar** ayer a su cargo como consecuencia del pedido de ascenso, que elevó esa cartera al Senado, de dos capitanes de fragata que estuvieron directamente comprometidos con **violaciones a los derechos humanos** durante la represión antisubversiva que encaró el último gobierno militar. A su vez, el Senado postergó ayer sin fecha el tratamiento de los pliegos de promoción a capitanes de navío de **Antonio Pernías y Juan Carlos Rolón**, los cuestionados oficiales que actuaron en la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) cuando allí funcionaba un **centro de detención clandestino**.

Massot será remplazado por **Jorge Baeza**, hasta ayer asesor personal del ministro de Defensa, **Oscar Camilión**. Fuentes del Gobierno aseguraron a **Clarín** que, pese a la primera intención de pasarlo a retiro, el jefe de la Armada, almirante **Enrique Molina Pico**, continuará en su puesto. El episodio de los ascensos, sin embargo, parece haber **erosionado** la gestión de Molina Pico y pocos son los que apuestan por su permanencia en ese cargo.

La decisión de desplazar a Massot fue resuelta ayer a la mañana, luego de que Camilión se entrevistara, primero, con el presidente **Carlos Menem** y después con el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**.

"Una cabeza debe rodar y debe ser la de Massot", fue la consigna que escuchó Camilión de parte de los más altos niveles de Gobierno.

El propio ministro de Defensa, en una entrevista con Radio Mitre, asumió ayer a la mañana **parte de la responsabilidad** por la propuesta de ascenso de Pernías y Rolón. Además de la cúpula de la Armada y la Junta de Calificaciones de esa fuerza **"tambien hay responsabilidad mía, porque estas cosas, en última instancia, son responsabilidad del que firma, y yo tengo que ser muy cuidadoso"**.

Sin embargo, la responsabilidad final, convertida en renuncia, recayó sobre las espaldas de Massot luego de que el presidente Menem asegurara el martes que su Gobierno **no promovía el ascenso de Pernías y Rolón**. La afirmación presidencial chocó de frente con la realidad que tenía en sus manos la Comisión de Acuerdos del Senado: **las propuestas de ascenso que había enviado el propio Gobierno incluían a Pernías y Rolón**.

En su desmentida, Menem había dicho que **"no hay ninguna posibilidad de esos ascensos; en ningún momento el Gobierno está promoviendo ascensos de esa magnitud"**. Ayer, **Clarín** publicó el facsímil de la propuesta de ascenso de los cuestionados marinos.

Pernías y Rolón integraron, durante el pasado gobierno del llamado Proceso de Reorganización Nacional, los **"grupos de tareas"** que actuaron en la ESMA.

En febrero de 1987, Pernías fue encontrado **culpable** por la Cámara Federal de haber **torturado** a detenidos con el propósito de conseguir información.

La ley de **"obediencia debida"**, que impulsó el gobierno de **Raúl Alfonsín** en 1987, le permitió a Pernías librarse del proceso judicial,

Rolón, pese a que no llegó a ser procesado por la Justicia, también fue sindicado como torturador ante la Comisión Nacional de Desaparición de Personas (Conadep).

Tanto Pernías como Rolón **habían recibido acuerdo del Senado, durante el gobierno de Alfonsín, para ascender a capitán de fragata**, grado que ambos ostentan actualmente.

01_02

9400774.

ENOJO DE BALZA POR LA DECISION DEL SENADO

Piden informes antes de promover a un coronel

El Senado dejó de lado ayer el tratamiento del pliego de ascenso a general del actual coronel **Enrique Alberto Grazzini** y pidió una **"ampliación de antecedentes"** sobre este militar.

"Habló algún «buey corneta»", intentó explicar el presidente de la Comisión de Defensa, senador **Deolindo Bittel**, cuando se le pidieron explicaciones desde el Ministerio de Defensa.

El argumento que utilizaron los senadores para postergar la aprobación del pliego de Grazzini fue que **"recibieron información de que este coronel estuvo involucrado en un accidente de tiro durante unas prácticas en Corrientes"**.

"Es un excepcional oficial superior", dijo el jefe del Ejército, teniente general **Martín Balza**, ante una consulta de Clarín. **"Y no tuvo la más mínima responsabilidad en aquel accidente"**, agregó sin ocultar su **fastidio** por la decisión de los senadores.

El Ejército, como resultado de su propia investigación interna, decidió sancionar a **tres oficiales subalternos**. Grazzini ni siquiera recibió algún tipo de observación: **el día del accidente se encontraba recorriendo unidades militares en Entre Ríos.**

Pero, pese a los esfuerzos que ayer se desplegaron desde el Ejército y Defensa para convencer a Bittel de que Grazzini **"tenía todas las condiciones para ascender"**, el senador chaqueño se mantuvo en su posición.

La primera interpretación que rondó los pasillos militares fue que Bittel, en su caracter de presidente de la Comisión de Defensa del Senado, **"quería curarse en salud"** y no repetir una experiencia similar a la que ocurrió con los oficiales de la Marina, **Antonio Pernías** y **Juan Carlos Rolón** (véase aparte).

Sin embargo, en la tarde de ayer se creyó en esos mismos ámbitos que el **"problema"** estaba en otra parte.

El principal asesor de Bittel en temas militares es el coronel retirado **Armando Hornos**, un oficial de Artillería que fue acusado de participar en la **desaparición de 21 personas cuando estuvo a cargo de un destacamento de Inteligencia en la provincia de Formosa en 1976.**

El cruento episodio —según los relatos de los testigos ante la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, ese grupo de personas fue sometido a torturas y, luego, algunos de ellos fueron ejecutados— es conocido como **"la masacre de Margarita Belén"**.

Hornos es **suegro** de uno de los capitanes sancionados por el Ejercito a causa del accidente en Corrientes y ahora está en la mira de sus camaradas, quienes lo acusan de "usar una cuestión personal" para trabar el ascenso de Grazzini.

Movida interna de Camilión

Con la ubicación en primera línea de dos de sus hombres de **máxima confianza (Jorge Baeza**, en la Secretaría de Asuntos Militares, y **Ricardo Lagorio**, en la Subsecretaría de Política y Estrategia) el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, pretende dar "oxígeno" a un equipo necesitado de recambios.

Baeza, un mendocino de larga amistad con el ministro, se desempeñaba desde el comienzo de su gestión como **asesor personal**, mientras que Lagorio, un joven diplomático de carrera, cumplía las funciones de **jefe de Gabinete**.

El abogado **Roberto Ahumada** ocupará la Subsecretaría de Asuntos Institucionales en remplazo de **Eduardo de Simone**, mientras que el general **Ricardo Rapaccioli** quedará a cargo de la Subsecretaría de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, dependencia llamada a desaparecer de la órbita de Defensa.

El nuevo secretario de Asuntos Militares, que trabajó durante varios años en **Clarín** es conocido en las Fuerzas Armadas y de Seguridad, con las que mantuvo permanentes contactos desde que Camilión asumió el 5 de abril último, y su designación fue bien recibida en los medios militares. Una reacción similar se produjo respecto de Lagorio, quien intervino personalmente en la solución de una serie de complicadas cuestiones de orden político y administrativo.

Lo que se espera en esos ambientes es que el equipo ministerial reorganizado logre imprimir **mayor dinámica** a una gestión donde los problemas derivados de los procesos de privatización dejaron a veces en un segundo plano los temas puramente castrenses.

SIGUE AL FRENTE DE LA ARMADA

postergó de la ESMA

Durante la reunión de ayer en la Cámara de Senadores, el presidente del bloque peronista, **Pedro Molina**, presentó una moción para que el cuerpo **"pospusiera hasta la próxima sesión"** el tratamiento de los pedidos de ascenso de Pernías y Rolón.

Minutos antes, la Comisión de Acuerdos del Senado que preside **Deolindo Bittel**, había aprobado un dictamen de **rechazo a los ascensos**.

El Senado, finalmente, aceptó la propuesta de Molina.

Los senadores, en la misma sesión, aprobaron los ascensos de **145 miembros de las Fuerzas Armadas** dieron acuerdo para la designación de **ocho jueces** y de **un ministro plenipotenciario.**

Los habitantes de la Cámara Alta tambien tuvieron tiempo de verbalizar su **desagrado** contra el Ministerio de Defensa porque esa cartera, como adelantó ayer **Clarín**, entregó las insignias con los nuevos grados al personal de las Fuerzas Armadas que estaba propuesto para ascender **sin que el Senado haya aprobado los pedidos**. Los senadores dijeron que la remisión de los pliegos de parte del Gobierno a esa Cámara **"no es una simple formalidad, sino la propuesta del Poder Ejecutivo al Poder Legislativo, es decir una decisión tomada por dos de los tres poderes de la República"**.

02-02

LUEGO DE 25 AÑOS DE RESISTIRSE, ARGENTINA FIRMARA EL TRATADO DE NO PROLIFERACION

Cambio de rumbo en el tema nuclear

Sorpresivamente, ayer el canciller Guido Di Tella anunció que la Argentina firmará el año próximo el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), dando un vuelco a la tradicional postura que el país tuvo frente a ese tema. Argentina se resistió durante 25 años a dar ese paso.

La Argentina **firmará el año que viene el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP)**, luego de 25 años de negarse sistemáticamente a suscribir ese acuerdo, anunció ayer sorpresivamente el canciller **Guido Di Tella**.

El anuncio significa que el gobierno peronista **terminó de dar un giro de 180 grados en otra de las posiciones tradicionales de la política exterior argentina**: la resistencia a firmar ese acuerdo porque supone "una desigualdad" jurídica y política entre países que tienen armas nucleares y los que no las tienen.

Durante un brindis de fin de año con periodistas Di Tella intentó morigerar los efectos que tendrá su anuncio: "En 1995 —dijo suelto de cuerpo— **trataremos desde adentro del TNP de que se desarmen las potencias nucleares**". Así dio un argumento contra la posición histórica de la diplomacia argentina que había rechazado el acuerdo por tratarse del "desarme —había dicho oficialmente— de los desarmados".

Al hacer un balance de los resultados de la política exterior de este año, el canciller repasó con lujo de detalles **"la nueva política de seguridad"**.

"Hemos implementado una política de seguridad basada particularmente en la no proliferación de armas de destrucción masiva, nucleares, químicas y misilísticas", destacó siguiendo con la vista un ayudamemoria que él mismo había redactado para pronunciar un discurso de fin de año, que nadie esperaba.

Seguidamente detalló algunas de las medidas que se tomaron para abandonar las posiciones tradicionales de la Cancillería en la materia:

- "Nuestro compromiso con la paz nos ha llevado a dar total transparencia al programa nuclear argentino firmando un acuerdo de salvaguardias omnicomprensivas con la Agencia Internacional de Enería Atómica e impulsando una política nuclear común con el Brasil". Hasta el retorno de la democracia en 1983, los Estados Unidos y otros países desarrollados sospechaban de la posibilidad de que nuestro país hubiera tenido un programa nuclear secreto para desarrollar la bomba atómica.
- "Hemos promovido los acuerdos de proscripción de armas químicas, primero a nivel regional (la llamada declaración de Mendoza), y luego a nivel mundial bajo el patrocinio de las Naciones Unidas". Por esa declaración la Argentina, el Brasil y Chile se comprometieron a no tener armas químicas, bacterológicas o biológicas. Siempre se supuso que Chile fabricó en forma clandestina armas químicas, lo que fue negado por el actual gobierno democrático trasandino.
- "Además impulsamos, junto al Brasil y Chile reformas al Tratado de Tlatelolco". Se trata del acuerdo que el Congreso ratificó —luego de una espera de 25 años— el 11 de noviembre de este año **con la oposición del radicalismo**. El tratado de Tlatelolco crea una zona libre de armas nucleares en América latina. Las reformas a [illegible] argentino de preservar sus secretos industriales como el método de enriquecimiento de uranio desarrollado en la planta de Pilcaniyeu, Neuquén, por la Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA).
- "También hemos discontinuado el proyecto bélico Cóndor II y hemos creado la Comisión Nacional de Actividades Espaciales, encargada de la reconversión de la planta de Falda del Carmen (donde se construyó el misil) y de un programa para el desarrollo de satélites." Este gobierno, luego de una polémica interna y otra con el radicalismo, desmanteló el misil en 1991 y envió sus partes a los Estados Unidos este año. Pero hasta ahora no cumplió con su promesa de reciclar esa planta en un centro de investigaciones tecnológicas con fines pacíficos.

♦ Contradicción

Con el sorpresivo anuncio de ayer, Di Tella contradijo las declaraciones que el 8 de marzo de 1982 había hecho a **Clarín** cuando anunció que el gobierno había decidido impulsar en el Congreso la ratificación de Tlatelolco, pero **negó que se iba a firmar el TNP**.

La Argentina había firmado el Tratado de Tlatelolco y solo faltaba que el Congreso lo ratificara, lo que finalmente hizo en noviembre pasado. En cambio, el TNP siempre se negó a firmarlo. Ahora el Gobierno procederá a solicitar la suscripción del acuerdo y luego deberá enviarlo al Congreso para su ratificación a fin de que el acuerdo tenga vigencia. Habrá que saber cuál será la posición de la UCR ante este nuevo audaz paso del Gobierno.

Daniel Santoro

ADVIERTEN QUE ESTA EN JUEGO LA "LEGITIMIDAD DE LA FUTURA CONSTITUCION"

Los obispos reclaman que el para lograr la reforma sea

La Comisión Permanente del Episcopado reclamó ayer a los responsables de la reforma constitucional, que hagan transparentes sus intenciones y los procedimientos para lograr que la futura Constitución sea producto de un pacto social. Los obispos criticaron los condicionamientos que sufren algunos poderes del Estado y afirmaron que esas presiones afectan también la legitimidad de la futura Constitución.

El pronunciamiento de la Iglesia coronó un día cargado de tensiones en el que uno de los jueces de la Corte rechazó el embate del presidente Menem, que desde Tokio pidió su renuncia y en el que quedó postergada, sin fecha, la eventual jubilación de otro de los jueces del tribunal. La Corte emitió un fallo que declara que una Convención Constituyente no tiene poderes ilimitados.

procedimiento transparente

La Iglesia Católica afirmó ayer que el camino recorrido hasta ahora por la reforma constitucional sufre "condicionamientos que comprometen la acción de los poderes constituidos", lo que implica "un riesgo para legitimidad y permanencia de la futura Constitución". La posición de la Iglesia fue difundida en un documento conocido ayer al finalizar las deliberaciones de la Comisión Permanente del Episcopado.

Los obispos exhortaron a los responsables del proceso de reforma de la Constitución, **"a hacer transparentes las intenciones, los motivos y los procedimientos para lograr que la Constitución que surja sea la expresión de un auténtico pacto social".**

Sin mencionar a los protagonistas, pero en alusión —entre otros temas— a las presiones del Ejecutivo sobre el Congreso y la Justicia, el comunicado de los obispos aludió a los empujones políticos que desembocaron el martes con el desplazamiento del titular de la Corte Suprema, **Antonio Boggiano** y, el miércoles, con la renuncia de uno de sus jueces, **Rodolfo Barra.**

El de ayer es el primero de los documentos oficiales de la Iglesia Católica sobre la reforma constitucional, y **se anticipa en más de tres meses a la difusión de la opinión católica,** cuyo borrador prepara una comisión presidida por el cardenal **Raúl Primatesta.**

En apenas treinta y cinco líneas, el Episcopado condensó la desazón eclesiástica ante las actuales negociaciones por la reforma. Tras referirse a los condicionamientos que afecta a los poderes del Estado, el documento señala que esos condicionamientos también comprometen **"la responsabilidad de los legisladores, la estabilidad de los jueces y hasta la legitimidad y permanencia de la futura Constitución".**

Los obispos solo dedicaron un **fugaz elogio al diálogo político,** pero cargaron sobre el aspecto formal de la negociación por la reforma entablada por el PJ y la UCR. La Comisión Permanente es un organismo que preside el cardenal Quarracino y que toma decisiones en representación de la asamblea plenaria.



Habla monseñor Quarracino: cuestionamientos a las formas del acuerdo entre Menem y Alfonsín.

En la declaración se observan las nervaduras de un debate interno dentro de la Iglesia, que no afloró en la asamblea de octubre, cuando los obispos se limitaron a describir los **lineamientos dogmáticos centrales,** sin aludir a temas de coyunturas.

La declaración del 27 de octubre recordaba que "la misma Constitución regula el procedimiento para su eventual reforma", cuando hervía la caldera política porque el Gobierno intentaba avanzar con la modificación de la Constitución, aun con los dos tercios de los miembros presentes en el recinto del Congreso.

El acuerdo de Olivos entre el presidente **Carlos Menem** y el jefe radical **Raúl Alfonsín,** obligó a un replanteo en el seno de la comisión que preside Primatesta. Este organismo, integrado además por los obispos **Emilio Bianchi Di Cárcano** (Azul), **José María Arancedo** (Mar del Plata) y **Juan Carlos Maccarone** (Lomas de Zamora), decidió anticipar parte del borrador.

También llegaron señales de otros prelados, como el arzobispo de Santa Fe, **Edgardo Storni,** quien calificó como **"no ético"** el acuerdo alcanzado por Menem y Alfonsín por la reforma constitucional. **"Lo único que se busca es la reelección y, para lograrla, se tiran migajas de poder para mantenerse como clase política",** señaló Storni con una dureza poco habitual en los eclesiásticos.

La declaración de ayer de los obispos recordó que "todo acuerdo debería ser un paso adelante y significar, entonces de por sí, la obtención de un ambiente propicio para el debate provechoso de las cuestiones que hacen al bien común y a las exigencias de una auténtica democracia".

Esta primera opinión oficial de la cúpula episcopal sobre la reforma, sostiene que **"el pueblo argentino poco conoce de los proyectos sobre la reforma y sus motivaciones"** y que, en cambio, **"anhela un digno porvenir en una sociedad solidaria".** El documento también señaló que los afanes reformistas "no deberían distraer a gobernantes y gobernados de la atención diaria de las tareas que aseguran la vida y su calidad para todos los habitantes".

Otra de las estocadas, está destinada a subrayar que "la habilidad política de los dirigentes **tiene que ser avalada por su ejemplaridad ética,** tanto más necesaria cuanto mayores son para el país las consecuencias de sus decisiones".

En un momento delicado

La objeción de los obispos no se refirió solo a las presiones lanzadas abiertamente sobre la Corte Suprema. Aunque allí, dos **hombres vinculados a la Iglesia debieron ceder posiciones esta semana,** en tributo al acuerdo entre Menem y Alfonsín por la reforma: **Rodolfo Barra** (que renunció a la Corte) y el virtualmente destituido presidente del Tribunal, **Antonio Boggiano.**

Además, el documento de los obispos se conoció en un **momento delicado:** horas antes que el Episcopado cuestionara los procedimientos para lograr la reforma constitucional, el presidente **Carlos Menem** había reclamado públicamente **la renuncia de un miembro de la Corte Suprema:** Augusto Belluscio.

Menem, un día antes, había **embestido** con el mismo método contra otro juez: Rodolfo Barra. La diferencia es que **Barra se fue y Belluscio se quedó.**

Anoche, en esferas gubernamentales existía el convencimiento que **tampoco Boggiano se iría de la Corte,** pese a su pérdida de poder interno. En este caso, se decía que al ex presidente del Tribunal lo apoyaban **no solo desde afuera, sino también desde adentro del Gobierno.**

02-02

9,8% EN EL AREA METROPOLITANA

Bajó la desocupación pero aún sigue alta

La encuesta de empleo que maneja Economía indica que la desocupación en el área metropolitana descendió a 9,8% de 10,6% en mayo. Oficialmente se insiste en el argumento del crecimiento de la oferta de mano de obra para explicar el considerable aumento registrado respecto de 1992.

Los cálculos preliminares que se manejan en el **Palacio de Hacienda** indican que la **tasa de desocupación** descendió desde el escalón del 10,6% de mayo, aunque todavía se mantiene en **niveles preocupantes**. Según las primeras estimaciones, el indicador se ubica en el **9,8%** en el área metropolitana, para el último relevamiento realizado entre el 8 de octubre y el 12 de noviembre.

La última encuesta, en mayo, arrojó para el principal conglomerado urbano del país una tasa de desocupación del **10,6%**, lo que implicaba que unas 540.000 personas no contaban con empleo, sobre una población económicamente activa (PEA) de unas 5,1 millones de personas y una población total de 11,5 millones de habitantes. En octubre de 1992, la tasa arrojaba un nivel del **6,7 por ciento.**

La difusión de las cifras de mayo generó una fuerte polémica acerca de los resultados de la política económica, que el ministro **Domingo Cavallo** resolvió con el poco convincente argumento de que la oferta de empleo crecía más aceleradamente que la demanda, debido a la atracción que generaba el mercado de trabajo a partir de la estabilidad.

En Economía se siguen enarbolando las mismas hipótesis. De acuerdo con las primeras estimaciones, habría **más mujeres** dispuestas a conseguir trabajo. Esto sin embargo podría estar revelando, antes que la "ambición" de mayores ingresos para atender consumos por sobre los bienes esenciales, la necesidad de conseguir **recursos adicionales** para sostener la canasta familiar.

Otro argumento es la existencia de un fuerte crecimiento de la desocupación entre los jóvenes que pretenden incorporarse como fuerza laboral y no encuentran vacantes.

La encuesta se realiza en mayo y en octubre de cada año desde 1974 y abarca a unos 25 conglomerados urbanos del país y la zona del Alto Valle de Río Negro.

Los meses de mayo y octubre son considerados períodos desestacionalizados. Tradicionalmente, las mediciones de octubre en la serie histórica muestran una baja en las tasas de desocupación y subocupación.

En el área metropolitana, el relevamiento abarca unas 4.500 viviendas, mientras que a nivel nacional la encuesta contiene unas 35.000 unidades.

Entre cada **"onda"** de medición permanece encuestado un 75% de los casos y se va incorporando un nuevo muestreo con el 25% restante.

De todas formas, no existe uniformidad en cuanto a la desocupación por sector de actividad. Hay sectores con una capacidad ociosa realmente llamativa, mientras que otros, los menos, experimentan situaciones de actividad plena.

El **nivel de ocupación** mantiene una **íntima relación** con el saldo comercial de la Argentina. En el período 1992/1993, la balanza comercial redondeará un déficit que superará los 5.000 millones de dólares. Esto en el aspecto laboral se traduce como una efectiva **sustitución del valor agregado nacional** por el **valor agregado importado.**

Si bien todavía no se conocen datos de lo que ocurre en el interior del país se cuenta con la "impresión" que **la situación no ha cambiado** sustancialmente y que **Comodoro Rivadavia, Bahía Blanca, Santa Fe y Tucumán** son las principales plazas que registran **problemas laborales.**

Se mantienen los problemas en las ciudades que vincularon su desarrollo económico a la suerte de una actividad o empresa determinada.

También la **subocupación** horaria no estaría mostrando grandes diferencias respecto de la medición precedente. Así, se estaría en torno del **8%** para las personas que tienen empleos discontinuos y una relación laboral esporádica.

Entre los **desocupados** y estos **subocupados**, en la Capital Federal y los 19 partidos del Conurbano habría **casi un millón de personas con problemas laborales.**

Miguel Angel Rouco

01 - 01

9400777.

Hay 200.000 desocupados más, según un informe oficial

Preocupante: la falta de trabajo en el Gran Buenos Aires y los 24 principales centros urbanos del país alcanzó el 9,3 % en octubre último frente al 7 % registrado en igual período de 1992.

La desocupación volvió al centro de la escena. Y los números son elocuentes. El último registro oficial anota un índice del 9,3 por ciento, que ahora sí logró preocupar al Gobierno.

De acuerdo con los datos del Indec, si se compara octubre del último año con el mismo mes de éste, la desocupación aumentó un 2,3 por ciento mientras el empleo descendió un 0,3 por ciento.

Este incremento demuestra que alrededor de 200 mil empleados engrosaron en 12 meses las filas de los desocupados, cuyo número alcanzaría los 746 mil.

En octubre del último año, según el Indec, había 545.000 desocupados y 630.000 subocupados frente a una población económicamente activa de 7.800.000 personas.

Sin Cavallo

El ministro de Economía, Domingo Cavallo, consideró -en mayo último- que el aumento de la desocupación se debe a que cada vez más gente busca trabajo. Pero esta vez no se supo la opinión del Palacio de Hacienda debido a que las cifras se dieron a conocer cuando la mayor parte del equipo económico estaba de vacaciones.

De todos modos una voz gubernamental se hizo escuchar. Se trató nada menos que del recién asumido Caro Figueroa, ministro de Trabajo quién dijo estar "preocupado" por la situación laboral argentina.

El informe oficial revela que en los partidos del conurbano las cifras son graves. En sólo un año la desocupación se incrementó el 3 por ciento y el empleo creció sólo el 0,4 por ciento.

La Capital Federal presenta un panorama aún más crítico: decreció el empleo el 0,3 por ciento y la desocupación aumentó un 3 % al ubicarse por encima del nivel general, en el 10,5 por ciento.

Los resultados de las mediciones de la encuesta revelan que la tasa de subocupación creció del 8,3 % al 9,3 por ciento en la última muestra.

Según la definición oficial, la tasa de actividad es el porcentaje entre la población económicamente activa y la población total. Y sus cifras dan también una señal de alerta.

En los 25 aglomerados urbanos se registró una tasa de actividad del 41 por ciento, el 1,2 por ciento más que en 1992.

Sobre la base de una población total de los 25 conglomerados urbanos del país calculada en 19.545.000 personas, la población económicamente activa -medida por la tasa de actividad- sería de unas 8.022.000.

Gran Buenos Aires

En el Gran Buenos Aires, la tasa de actividad fue del 43,3 % del total de la población y la de empleo del 39,1 por ciento.

Estas cifras determinan que los desocupados habrían trepado a aproximadamente 488 mil y los subocupados a 463 mil, mientras que la curva de octubre registró 325 mil y 354 mil, respectivamente.

En las provincias

Los índices de desocupación más altos de la medición se registraron en Santa Fe y Santo Tomé -en esa misma provincia-, donde alcanzó el 14,9 %, frente al 12,3 anotado en octubre del último año; y en Bahía Blanca que trepó del 10,7 al 14,8 por ciento en un año.

Les siguieron el Alto Valle de Río Negro, que pasó de 6,8 por ciento en octure de 1992 a 13,1 en el mismo período de este año; Gran Rosario (11,8 contra 8,5), y Neuquén (11,5 contra 8,9).

En términos globales, en el interior, la tasa de actividad se ubicó en el 37,6 por ciento del total de la población, la de empleo del 34,3 %, la desocupación del 8,7 % y la subocupación en el 9,5 por ciento.

La baja del empleo también se sintió en las provincias. La merma fue del 35,2 a 34,3 por ciento en 12 meses. Otro agravante: la subocupación también aumentó del 9,4 a 9,5 por ciento.



Tasa de:	Total de los 25 Aglom. (%)	Gran Bs. As. (Cap. Fed. y 19 Part.) %	Total 24 Aglom. del interior (sin GBA)
Actividad	41,0	43,3	37,6
Empleo	37,1	39,1	34,3
Desocupación	9,3	9,6	8,7
Subocupación horaria	9,3	9,1	9,5

Fuente: Ministerio de Economía

La cara

Esta vez, ante la ausencia por vacaciones de los funcionarios del Ministerio de Economía, el que dio la cara para hablar sobre los porcentajes de desempleo fue el recientemente designado ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa.

Hace unos meses, cuando la tasa pasó del 7 a casi el 10 por ciento, el equipo económico en pleno tuvo que afrontar el mal trago.

Un flagelo en todo el mundo

La desocupación hoy es un flagelo mundial. Y los mismísimos países integrantes de la Comunidad Económica Europea así lo acreditan.

Algunos analistas, si bien reconocen la crítica situación internacional, prefieren no detenerse en lo que sucede en los países desarrollados.

Lo cierto es que en Europa el promedio de desocupación ronda el 12 por ciento, mientras que en España el indicador del "paro" trepa al 20 por ciento.

Chile

Chile tampoco se queda atrás. Cuando comenzó el proceso de recuperación de su economía, hace una década, los niveles de desocupación llegaban al 18 por ciento. Ahora, el país vecino acusa un 6 por ciento.

Uruguay, mientras tanto, está casi en los niveles de Chile con el 7 por ciento.

01-02

Argentina desocupada

LA MAÑANA 31/12

- "Prefieren invertir en despidos"
- El crecimiento fue "insuficiente"

La desocupación en Argentina, en los últimos 12 meses de estadísticas disponibles, pasó del 7 al 9,3 por ciento y si se suma la subocupación, el 18,6 por ciento de la población económicamente activa tiene problemas de empleo.

Buenos Aires (ANSA)

Para el Gobierno, la reactivación de la economía a partir de la estabilidad lograda en 1991 generó expectativas que empujaron a muchos a querer incorporarse al mercado laboral y de consumo, y que acabaron engrosando la tasa nominal de desocupados.

El Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) matizó, empero, que la desocupación bajó en octubre, respecto del 9,9 de mayo, cuando se registró un pico histórico.

La última medición anual del INDEC consideró el lapso que fue de octubre de 1992 a octubre de 1993, con encuestas en la capital federal, 19 municipios del Gran Buenos Aires y 24 grandes urbes del interior del país.

Con la inflación en niveles históricos del 7,5 por ciento anual y un nivel de crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) del 6 por ciento, la desocupación que ha generado el plan de ajuste se ha convertido en problema clave de la economía argentina.

En cambio, los más críticos del severo plan de ajuste, al que el Presidente Carlos Menem acostumbra llamar **"cirugía mayor sin anestesia"**, sostienen que los que entran al mercado de trabajo lo hacen para recuperar el poder adquisitivo salarial perdido buscando un segundo trabajo o un primero que antes no necesitaba.

El nuevo Ministro de Trabajo, Armando Caro Figueroa, dijo sólo días antes de saber que tomaría la Cartera, el 22 de noviembre, que la desocupación era "alarmante" si se consideraba que la tasa subía cuando el país crecía anualmente un 6 por ciento de su PIB.

"Las empresas argentinas prefieren invertir en despidos que en la formación de capital humano o en cambios organizativo ¿qué sucederá cuando la economía entre en un ciclo de estancamiento y recesión, manteniéndose la apertura económica, la estabilidad cambiaria y todo lo demás?", se preguntaba Caro Figueroa.

Ideólogo de la resistida "flexibilización laboral" en España, Caro Figueroa interpretó que el crecimiento económico registrado es "insuficiente" para el mercado de trabajo argentino y estimó además que los sectores que más crecen no son los de más empleos.

El ahora Ministro interpretó, por fin, que en las épocas de la hiperinflación **"era más barato pagar los sueldos que despedir"**, pero ahora el ajuste varió su estrategia.

"En el mundo de la producción hay un enorme cambio en la cultura del 'management', y eso aún no ha llegado a Argentina", remató Caro Figueroa.

Expulsaron a 726 extranjeros

Argentina expulsó durante 1993 a 726 ciudadanos extranjeros que no disponían de documentación en regla o ingresaron al territorio nacional ilegalmente, la mayoría de ellos brasileños y paraguayos.

Del total de expulsados en el año, 359 eran brasileños, 309 paraguayos, 30 chilenos, 14 bolivianos y 14 de otras nacionalidades.

El Gobierno argentino extendió hasta enero el plazo para que los cientos de miles de extranjeros con residencia irregular en el país (extraoficialmente se menciona un total de 1,2 millones), legalicen completamente su situación.

DUDAN DE LA PRESENCIA DE MENEM EN EL TINKUNAKO

Los gremios riojanos rompen el diálogo con el gobierno

LA RIOJA (Especial). — La **Intersectorial** que nuclea a los gremios y entidades que se oponen al ajuste, **rechazaron la respuesta gubernamental al petitorio de ocho puntos** que habían presentado, con lo cual el diálogo volvió a cero, poniendo otra vez en un pico de tensión a esta provincia. Para hoy se espera una nueva movilización, y hasta se duda de la presencia del presidente **Carlos Menem** para el tradicional "Encuentro" de fin de año.

El obispo riojano **Fabriciano Sigampa**, mediador en el conflicto, presidió el pasado viernes una maratónica sesión entre la Intersectorial y el gobierno provincial en pleno, que, encabezado por **Bernabé Arnaudo, aceptó seis de los ocho puntos exigidos por los gremios, aunque con algunos agregados.**

El primer punto, que exigía que **no se tratara ninguna ley de reforma del Estado hasta el 1° de abril del '94**, fue aceptado por el gobierno con "la excepción de aquellos organismos en los que se logre consenso con los sectores involucrados".

La Intersectorial también pedía que no se traspase el sistema previsional provincial a la órbita nacional, un punto en el que el gobierno no cedió y, por el contrario, invitó a estudiar la conveniencia de esta transferencia "en el marco del Pacto Fiscal Federal".

Otro punto en el que el gobierno tampoco dio marcha atrás, fue el de dejar sin efecto la cesantía del dirigente docente **Rogelio De Leonardi** y el sumario contra **Miguel Angel Asís**, secretario general del gremio de los empleados públicos ATP.

La Intersectorial rechazó la respuesta del gobierno, y a través de un documento gremial, consideró que las autoridades provinciales "obedecen órdenes impartidas por el gobierno nacional, que a la vez responde a intereses de la banca extranjera y no a las necesidades de la comunidad riojana".

"Quedarán intactos los privilegios de ciertos contratistas del Estado y el enriquecimiento de los funcionarios", agregaron los dirigentes sindicales en el documento.

Por otra parte, está en duda de la presencia del presidente Menem en el tradicional **Tinkunaco** ("encuentro" en lengua cacan), una festividad que se celebra todos los 31 de diciembre al mediodía y que siempre lo contó como uno de los principales invitados.

El Tinkunaco es una ceremonia religiosa popular, que congrega a miles de fieles, y cuyo significado es la devolución del poder del hombre blanco al indígena que habitaba anteriormente estas tierras. Al día siguiente es la fiesta patronal de San Nicolás: ambos festejos son encabezados por el obispo Sigampa.

Julio Aiub Morales

Nº DOCUMENTO 9400780
TITULO Situación en las Provincias.
PUBLICACION LA NACION 150025
FECHA DE PUBLICACION 27/12/93
VINCULACIONES 66960
11165
11323
11352

LA NACION 27/12

La situación en las provincias

Ortega denunció la presencia en Tucumán de agitadores foráneos



Ramón Ortega

Pruebas: el gobernador aseguró que los grupos de activistas que están ingresando tienen contactos en la provincia.

SAN MIGUEL DE TUCUMAN (DyN).– El gobernador de Tucumán, Ramón Ortega, afirmó hoy que cuenta con "información acerca de grupos de gente" que llegan a la provincia "para desestabilizar, para quebrar" y provocar disturbios similares a los que provocaron la intervención en Santiago del Estero.

La semana pasada, el propio Menem aseguró tener "pruebas concretas" relacionadas con la presencia de activistas en las manifestaciones de La Rioja, personajes que habrían sido vistos también en los incidentes de Santiago del Estero.

"Si tengo que morir, voy a morir peleando, pero jamás voy a bajar los brazos", dijo Ortega en el programa televisivo Primer Plano, del Canal 10, de Tucumán, para descartar la posibilidad de una renuncia y afirmar que seguirá en la gobernación hasta 1995 "como corresponde".

Sobre los activistas afirmó que "sé de dónde vienen, sé quiénes son los contactos aquí en la provincia y en algún momento voy a desnudar esa miseria", pero aseguró que ese distrito del noroeste "es una provincia efectivamente segura.

"Yo creo que cuando los pueblos se revelan porque están pasando injusticia, porque están pasando momentos críticos, difíciles, se nota cuando la gente se revela. Pero que vengan a provocar, a orquestar, es un tema muy grave", consideró.

Al calificar de "show" la interpelación del ministro de Gobierno, José Falú, en relación con la fuga del *Malevo* Ferreyra, Ortega indicó que "no era el momento oportuno, porque está en pleno desarrollo una investigación para dar con el paradero" del ex comisario condenado a cadena perpetua.

Para Ortega, la interpelación "es un show y no se dan cuenta de que en estos momentos el ministro no puede ir a dar otra información más de la que ya saben ellos, porque hace al secreto mismo de la investigación", aclaró el mandatario.

En el plano político, tras recordar que la intervención al PJ tucumano ocasionó la falta de apoyo partidario, el gobernador destacó que "cuando uno tiene que gobernar y salir todo el tiempo a responder a la oposición evidentemente se produce un desgaste muy grande".

Anteayer, Ortega visitó la cárcel de Villa Urquiza, donde escuchó las quejas generalizadas de los presos por la lentitud de las causas y anunció que concurrirá al penal con autoridades de la Cámara Federal de Apelaciones y de la Corte Suprema para que se interioricen de los casos particulares.

Retiran gendarmes de Santiago

Desde hoy comenzarán a replegarse los efectivos de la Gendarmería que oportunamente fueron enviados a La Rioja y a Santiago del Estero, con el fin de preservar el orden público, informó a LA NACION el secretario de Seguridad Interior, Hugo Franco.

El funcionario dijo que los gendarmes, unos 900, volverán progresivamente a sus comandos naturales, medida solicitada al Ministerio del Interior, explicó, por la intervención federal en Santiago y por el ministro de Gobierno de La Rioja.

Franco señaló que el viernes último dialogó telefónicamente con los ministros de Gobierno de las provincias del Noroeste y del Nordeste (NOA y NEA), quienes le comunicaron que la situación social "está bajo control".

La afirmación fue hecha ante una consulta referida a la delicada situación que aún se vive en algunas provincias, donde el clima gremial pareciera no ser el más favorable, como en los casos de Jujuy y La Rioja, entre otras.

En coincidencia con Franco, fuentes gubernamentales advirtieron sobre lo que llaman la "vuelta a la tranquilidad", aunque aclararon que "esto no quiere decir que circunstancialmente puedan producirse manifestaciones por reclamaciones sectoriales, con el consecuente malestar que ello genera".

Esos voceros reconocieron que existe un documento confidencial de la Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE) que, como publicó Clarín, deja al descubierto la vulnerabilidad de la infraestructura de seguridad en algunas provincias, debido, según los casos, a la falta de equipamiento, al mal estado del mismo y a la insuficiencia o insatisfacción que caracteriza a ciertos cuerpos policiales.

Esas situaciones, individual o conjuntamente, se darían, entre otras, en provincias como La Rioja, Jujuy, Chaco y Corrientes.

Las fuentes admitieron que existen falencias y, por ende, necesidades de equipamiento en el interior. De hecho, la cartera política entregó en los últimos dos meses 750 vehículos policiales, en total, en Jujuy, Corrientes, Santa Fe, Misiones, Formosa, La Pampa y Catamarca y hoy lo hará en Santiago del Estero, política que seguirá instrumentando en el próximo semestre.

Pero la infraestructura en seguridad aún es insuficiente. Algo que, obviamente, conoce y preocupa al Gobierno, principalmente a partir del estallido social en Santiago del Estero.

Mauricio Carini

Jujuy, sin absorción del sector privado

SAN SALVADOR DE JUJUY.– A ningún observador de la política económica y social de las provincias del noroeste se le escapa la contradicción fundamental: la aplicación ortodoxa del ajuste en el Estado implica racionalización de gastos y despidos que la actividad privada no está en condiciones de absorber, ya que se encuentra en el mismo proceso.

En el Estado jujeño existen 49.000 empleados públicos, incluidos jubilados, pensionados y personal de municipalidades y comisiones municipales. El sueldo mínimo apenas supera los 150 pesos y está congelado desde la aplicación del plan de convertibilidad, en mayo de 1991. La razón del actual conflicto con los gremios estatales se asienta, justamente, en que éstos exigen una inmediata recomposición salarial. El fantasma de Santiago operó como un incentivo para los reclamos.

Por su parte la actividad privada está en crisis. Así, el tabaco, el azúcar, el papel y la minería se encuentran en pleno proceso de reconversión y optimización, motivos por los cuales hay despidos.

01 - 02 9400780.

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

EL BRIGADIER DIJO QUE REPRIMIRÁ CON FIRMEZA SI HAY NUEVOS SAQUEOS Y DESORDENES

Antonietti promete tener mano dura

Volvió a la escena prometiendo hacer buena letra. El brigadier Andrés Antonietti, secretario de Seguridad de la intervención menemista en Santiago del Estero, dijo que reprimirá con mano dura cualquier intento de saqueos y desórdenes. Además, se encargará de reconstruir la gobernación, quemada durante los incendios del jueves. Un mito de la cultura santiagueña, Sixto Palavecino, carga contra la dirigencia política al explicar las razones del estallido.

SANTIAGO DEL ESTERO (Enviado especial) — Exultantante por su resurgimiento político y por el hecho de volver a tener **mando de tropa** (hay 3 mil hombres bajo sus órdenes), el brigadier retirado **Andrés Antonietti** dijo ayer a **Clarín** que **"no me temblará la mano"** si tiene que ordenar reprimir un hipótetico resucitamiento del estallido social del jueves.

Vestido de civil Antonietti, quien fue designado secretario de Seguridad de la intervención federal por el presidente **Carlos Menem**, no ocultaba su entusiasmo por otra de las tareas que se le encomendaron: **reconstruir la quemada Casa de Gobierno local**, así como cuando era jefe de la Casa Militar de la Presidencia restauró la Casa Rosada. Un ingeniero está evaluando los cuantiosos daños infringidos al palacio de estilo colonial, que el interventor **Juan Schiaretti** prometió reconstruir, como una forma de resucitar uno de los símbolos del poder. Antonietti lamentó que por una cuestión presupuestaria no vaya a poder volver a poner roble de Eslavonia en los pisos del edificio.

Antonietti ayer estaba sumamente contento por volver a la vida política después de su renuncia como jefe del Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas por una pelea con el entonces ministro de Defensa **Antonio Erman González** a raíz de la compra de aviones de combate a los Estados Unidos, y amargado por la derrota de Rácing.

Pero sus nuevas obligaciones no le dejan mucho tiempo para el deporte. Uno de los primeros problemas que tiene que solucionar **es pedir el retraso de la decisión del Ejército de levantar de esta capital el asiento del batallón de Ingenieros 141**, que los 800 gendarmes aquí presentes usan como cuartel. Además de los gendarmes tiene bajo su mando 2 mil policías provinciales y 200 efectivos de la Policía Federal.

Con el expreso pedido de no ser criticado por la prensa hasta que pueda poner en marcha su plan de reordenamiento de la Policía provincial, produjo además las siguientes definiciones:

—"No me va a temblar la mano si tengo que reprimir. Soy un hombre decidido. No quiero que me conozcan como un hombre duro, sino como un hombre justo. No voy a permitir ningún desorde individual o colectivo".

—"No me consta la existencia" de un informe, que según el ministro de Economía **Domingo Cavallo** demostraría la presencia de activistas en el estallido social del jueves pasado.

—"En el equipo de Schiaretti trabajo mancomunadamente. Quiero colaborar en la investigación de los responsables de los incidentes y de los actos de corrupción".

—"No puedo revisar la orden que tomó el juez provincial Luis Lugones de liberar a los detenidos por los desmanes. Solo puedo opinar: la medida no me gustó".

—"Prometo que habrá más policías en la calle que dentro de las comisarías. La semana próxima anunciaré medidas para el reordenamiento de la Policía provincial.

—"No solo quiero colaborar en la reconstrucción de la Casa de Gobierno, sino también **en la limpieza de esta ciudad**. Ustedes vieron el estado lamentable en que se encuentra".

—"Mi designación fue una decisión del presidente Menem. Yo estaba el viernes en la redacción de la revista de artes y letras «Proa» cuando me llamó el Presidente y acepté su orden".

9400781
El cardenal Quarracino hace un llamado de paz a las provincias.
CLARIN
27/12/93
66960
11165
11414
11020
11852

ADVERTENCIA SOBRE LAS CAUSAS DE LA VIOLENCIA SOCIAL

Llamado a la paz de Quarracino

Sin hacerlo en forma específica, el cardenal **Antonio Quarracino** se refirió, en su homilía de ayer, a los acontecimientos que, desde el estallido social de Santiago del Estero, alteran la calma en varias provincias: **"Las guerras, los conflictos crecientes, la violencia, situaciones de inestabilidad social y la pobreza endémica, continúan cosechando víctimas inocentes y generan divisiones entre los individuos y los pueblos"**, dijo.

Durante la homilía brindada en la Catedral metropolitana por la **"Jornada de la Paz Mundial 1994"**, el arzobispo de Buenos Aires se inspiró en el mensaje para el próximo año dado a conocer por el **papa Juan Pablo II**. **"La paz que se habría obtenido luego de la abrupta caída de la ex Unión Soviética fue una ilusión ya que son muchos los que conspiran contra ella"**, advirtió.

Quarracino no solo sumó su voz a la del Papa en un llamamiento por la paz mundial, sino que también se refirió a la violencia social desatada en algunas provincias argentinas, aunque elípticamente, ocasión que aprovechó para criticar el "consumismo" creciente de la sociedad.

Un día después de la Navidad, Quarracino criticó además la "pérdida de identidad" que trae aparejado "un mundo consumista que transforma a las personas en cosas", y aseguró que "en medio de este proceso, la persona humana sufre consecuencias de degradación que la llevan hasta **la creación en el corazón de un espíritu bélico"**.

Destacó que la "cosificación" y la "pérdida de dignidad" de las personas **"hacen crecer las incomprensiones, los conflictos mal resueltos, las tensiones que, en definitiva, terminan por buscar su resolución en el desorden injusto de la guerra"**.

El arzobispo de Buenos Aires recordó que es la familia el "lugar humano, social y teológico de reencuentro con la propia identidad de las personas", y expresó que "de allí arranca la ligazón más fuerte con la paz".

01-01

9400781.

NUEVO AVANCE BRITANICO EN EL ATLANTICO SUR

CLARIN 14/12/93

Malvinas: Londres amplía su zona de pesca

Gran Bretaña decidió ampliar su zona pesquera alrededor de las islas Malvinas. Desde fin de año la zona se extenderá de 150 a 200 millas hacia el norte, sur y este, evitando ampliarla hacia el continente argentino para evitar nuevos conflictos. Los kelpers ya comenzaron a ofrecer a empresas japonesas, coreanas y taiwanesas las nuevas licencias pesqueras, una de las principales fuentes de recursos de los isleños. La decisión británica llega sólo cuatro meses después que Londres amplió de 12 a 200 millas, su control sobre las aguas que rodean a las islas Georgias y Sandwich.

Gran Bretaña extenderá a fin de año la zona de pesca que controla alrededor de las Malvinas, de 150 a 200 millas hacia el norte, el sur y el este, a pocas semanas de que el canciller **Guido Di Tella** calificara como un "éxito" el acuerdo pesquero argentino-británico para el Atlántico sur logrado a fines de octubre pasado. **La extensión no se concretará hacia el continente argentino,** para evitar crear un nuevo conflicto.

Como adelanto de este nuevo paso en la política de hechos consumados del gobierno británico, **los kelpers ya comenzaron a ofertar este mes a empresas japonesas, coreanas y taiwanesas, licencias para pescar en su zona ampliada** y en una temporada de pesca más larga que la habitual.

El anuncio de este nuevo avance británico en la zona fue formulado por el director de pesca de las islas Malvinas, el kelper **John Barton**, en el último número de la revista argentina "Redes", y confirmado a **Clarín** por una fuente británica. En cambio, una alta fuente de la Cancillería consultada por **Clarín** afirmó que hasta anoche existía **"una posibilidad"** de lograr un acuerdo de último momento para evitar la efectivización de la medida.

La ampliación de la zona de pesca, que Londres impuso unilateralmente en 1986, tendrá lugar exactamente el 27 de diciembre, cuando venza el acuerdo de prohibición de pesca conjunto que el entonces canciller **Domingo Cavallo** logró en 1990 para esa zona, con forma de semianillo o semicorona (véase mapa). Este convenio fue renovado en 1991 y en 1992, pero en la última reunión de la Comisión de Pesca, que tuvo lugar en Buenos Aires entre el 19 y 20 de octubre, **no se volvió a tomar esa medida conjunta.** El objetivo de la prohibición era permitir que se reproduzca el calamar —que migra desde aguas controladas por la Argentina hasta esa zona— y evitar así que se deprede el recurso.

♦ **"Sumamente exitoso"**

Luego de que terminaran estas negociaciones, Di Tella, en una conferencia de prensa, calificó el acuerdo de "sumamente exitoso" porque permitía a la Argentina pescar 220 mil toneladas de calamar —el principal recurso para la economía de las islas— y 150 mil a los **kelpers**. Es más, el canciller repartió elogios hacia los negociadores que evitaron que estallara una "guerra del calamar" y, por lo tanto, que tuviera que terminar su estrategia personal de "seducción" de los **kelpers**. El año pasado el gobierno argentino aceptó autolimitar su capacidad de pesca a 130 mil toneladas, precisamente como un gesto de buena voluntad hacia los isleños. Si el límite de [illegible]ura hubiese sido mayor, seguramente los isleños hab[illegible] perdido de ganar una parte sustancial de los 40 millones de dólares anuales que obtienen vendiendo licencias [illegible]a.

En esa rueda de prensa de octubre pasado, el canciller recordó que la Argentina "no hace pesca política", se mostró eufórico por los resultados, **pero sin embargo omitió decir que no se había logrado renovar el acuerdo para la zona con forma de semianillo.**

Al respecto, Burton fue más que explícito al ser reporteado, vía fax, por "Redes": "El gobierno argentino **—dijo— está totalmente al tanto de esta decisión.** Este comentario de Burton confirma que desde que se reanudaron las relaciones diplomáticas en 1990, ambos gobiernos avisan previamente al otro antes de dar algún paso de carácter conflictivo.

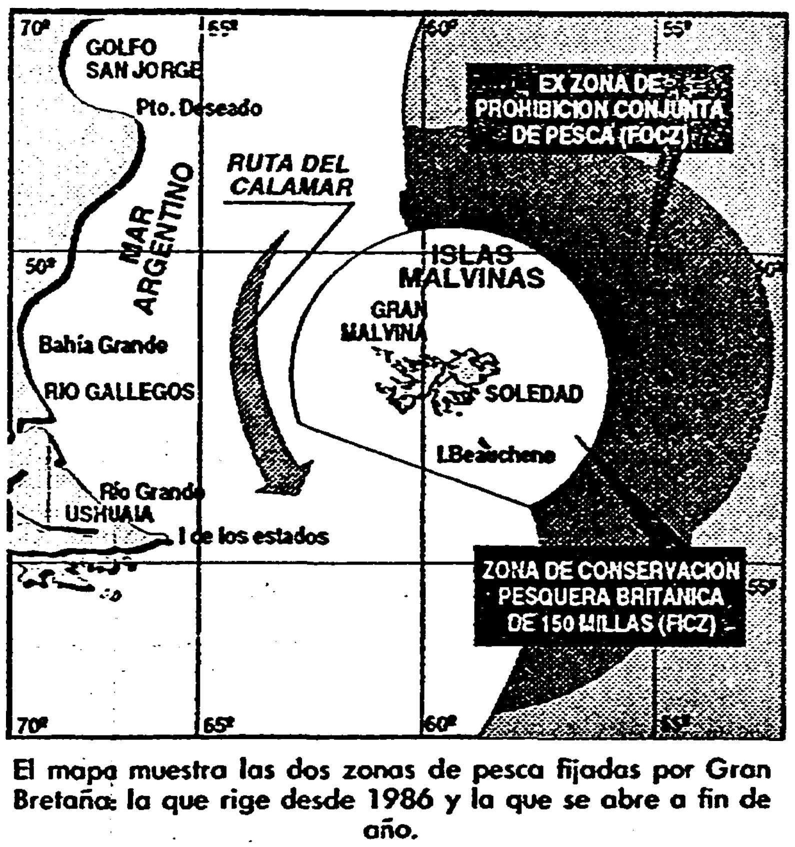
♦ **Contexto**

La decisión de incrementar el área de pesca se conoce a cuatro meses de que Londres extendiera de 12 a 200 millas su control sobre las aguas que rodean a las Georgias y las Sandwich, y a pocas semanas de que los **kelpers** anunciaran que el año que viene están dispuestos a vender licencias de exploración petrolera en forma unilateral, en el caso de que no se logre un acuerdo de cooperación con la Argentina. El petróleo y la pesca son dos cuestiones íntimamente ligadas con la soberanía de las Malvinas.

Las dos zonas pesqueras británicas (Fishery Interim Conservation Zone, FICZ y Falkland Outer Conservation Zone, FOCZ) **coinciden prácticamente con el área en que los kelpers están buscando petróleo. La FOCZ** tiene una superficie similar a la de la provincia de Río Negro, y no se extiende hacia el oeste para evitar un conflicto con la zona económica exclusiva (ZEE) del continente argentino. Si lo hiciera, se superpondría con la ZEE, en lo que los diplomáticos llaman la **"zona gris"**, y sumaría así un segundo conflicto, además de la disputa por la soberanía de las Malvinas.

La esperanza que tenía anoche la cúpula de la Cancillería era que los **kelpers** aceptaran a cambio de no hacer efectiva la extensión un aumento en las 150 mil toneladas que se le otorgaron en la negociación de octubre. Pero esta alternativa parecía muy poco posible ante la posición de los **kelpers** de sumar la FOCZ para hacer más atractiva su oferta pesca y así **recuperar** los clientes que le sacó la Argentina el año pasado, cuando puso en marcha la política de charteo de buques extranjeros para pescar calamar.

Daniel Santoro



El mapa muestra las dos zonas de pesca fijadas por Gran Bretaña: la que rige desde 1986 y la que se abre a fin de año.

PARTES ILEGIBLES

01 - 01

9400783

OPINION / DEBATES

UN ALTO FUNCIONARIO DE

Con Malvinas,

¿La Argentina es demasiado blanda cuando se trata de las islas Malvinas? ¿Hacemos demasiadas concesiones? Eso afirmaba Federico Ruiz Guiñazú, presidente del Centro Argentino de Estudios Geopolíticos, en una nota aparecida en esta sección el 16 de noviembre. Ahora, desde la Cancillería le contestan que no es así, sino que, una vez que quedó demostrado que la Argentina carece de la fuerza necesaria para imponer sus derechos, sólo le queda el camino de la negociación. Y que ese camino implica tener en cuenta la opinión de los malvinenses y ofrecerles una situación futura mejor que la actual, como para que decidan cambiar de status.

Por Andrés Cisneros

EN su artículo "No ser ingenuos con Malvinas", Federico Ruiz Guiñazú acusa de falta de firmeza, eficacia y realismo a la actual política exterior argentina, a la que califica de claudicante, ejemplificando una alternativa de firmeza en la actuación del doctor Camilión —por cierto irreprochable— en el tema de los radares A4M.

Atribuir la eventual obtención de los radares A4M a la gestión individual de un solo ministro —en este caso el de Defensa— supone ignorar, una vez más, la forma en que funciona el mundo y, por ende, a la manera en que debe desenvolverse una política exterior... No se compadece con el hecho de que las diversas dimensiones de la política de un gobierno están entretejidas y se apoyan la una en la otra. **Si Cancillería hubiera seguido con una política hostil en Malvinas o la propia Defensa no hubiera discontinuado los proyectos misilísticos, ningún ministro podría sentarse ni a conversar sobre los radares.**

La eventual adquisición de esos artefactos no será producto de la mayor o menor dureza relativa de un funcionario aislado sino de la confiabilidad ganada por el país gracias a una política inteligente y cooperativa, nada ingenua, tanto en el frente de la política exterior como de defensa.

Es errónea también su afirmación de que la política respecto de Malvinas no ha generado avances. **Desde 1989 a la fecha se restablecieron relaciones con Gran Bretaña, acordando un paraguas de soberanía que destrabó un muy importante flujo comercial y de inversiones. Se reducen año a año las restricciones a la libre navegación por parte de buques argentinos.** Al llegar este gobierno, la Argentina no pescaba absolutamente nada en esa zona. Desde entonces, se han firmado dos acuerdos de pesca en virtud de los cuales Gran Bretaña permanece estacionada en un volumen de 130.000 toneladas anuales, mientras que la Argentina trepó de 45 a 80 barcos, con un total de 220.000 toneladas. Para Ruiz Guiñazú, se trata de una concesión indebida. ¿Qué alternativa propone? ¿Enviar buques de guerra e impedirles pescar?

Nuestra actual política supone que ya, hoy, sólo por esa pesca nuestro país ingresa más de doscientos millones de dólares/año (algo menos de la mitad de nuestras exportaciones de carnes rojas) y, como explícitamente ha reconocido el vicecanciller británico Tristan Garel Jones, genera en los isleños (Ruiz Guiñazú los llama "kelpers") cada día más la certeza de que su desarrollo pesquero y petrolero dependen de la buena voluntad argentina y de que su futuro solo puede consolidarse con algún grado de asociación con el único vecino que Dios les puso sobre la tierra. Cada día hay más malvineros que comienzan a pensar de esa manera. En sus recientes elecciones internas la negociación con la Argentina resultó materia de debate y la actual composición de su Consejo es notoriamente más flexible que la anterior. En la última reunión del Comité de los 24 en las Naciones Unidas, el delegado por los isleños no se limitó a la habitual afirmación de sus derechos: por primera vez, enunció oficialmente una lista de trece puntos esenciales para su forma de vida que resultan todo un mensaje para la vocación negociadora en esta orilla del problema.

Finalmente, nadie desconoce la estratégica importancia de Chile en el conflicto de Malvinas y las complejas sutilezas diplomáticas que por más de cien años se tejieron en su torno. Pues bien, **la diplomacia de este gobierno obtuvo de su par chilena una declaración expresa de respaldo a la reclamación argentina sobre las islas, asentada por primera vez como parte de sus relaciones bilaterales.** Por lo demás, tema sensible si los hay, fue esta Cancillería la que obtuvo —hecho con pocos precedentes en el mundo— que Scotland Yard recibiera orden de investigar eventuales crímenes de guerra cometidos por la propia tropa del país vencedor.

Ruiz Guiñazú agita el peligro de atender a los deseos de los isleños cuando debiéramos limitarnos a interpretar, nosotros, cuáles son los intereses de ellos. Aparentemente, sin averiguar antes qué sienten.

Distintas actitudes

Hay solo tres maneras de recuperar las islas. El derecho. La guerra. La negociación. Ciento sesenta años de reclamaciones directas con pronunciamientos respaldatorios en las Naciones Unidas han dejado en claro el indiscutible derecho argentino. Pero lamentablemente no existe todavía

01.02

Nº. DOCUMENTO 9400784
TITULO Un funcionario de la cancillería niega que Argentina sea poco firme con los Ingleses
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE 20/12/93
VINCULADOS 66960
12756

OPINION / DEBATES

UN ALTO FUNCIONARIO DE

Con Malvinas,

¿La Argentina es demasiado blanda cuando se trata de las islas Malvinas? ¿Hacemos demasiadas concesiones? Eso afirmaba Federico Ruiz Guiñazú, presidente del Centro Argentino de Estudios Geopolíticos, en una nota aparecida en esta sección el 16 de noviembre. Ahora, desde la Cancillería le contestan que no es así, sino que, una vez que quedó demostrado que la Argentina carece de la fuerza necesaria para imponer sus derechos, sólo le queda el camino de la negociación. Y que ese camino implica tener en cuenta la opinión de los malvinenses y ofrecerles una situación futura mejor que la actual, como para que decidan cambiar de status.

Por Andrés Cisneros

En su artículo "No ser ingenuos con Malvinas", Federico Ruiz Guiñazú acusa de falta de firmeza, eficacia y realismo a la actual política exterior argentina, a la que califica de claudicante, ejemplificando una alternativa de firmeza en la actuación del doctor Camilión —por cierto irreprochable— en el tema de los radares A4M.

Atribuir la eventual obtención de los radares A4M a la gestión individual de un solo ministro —en este caso el de Defensa— supone ignorar, una vez más, la forma en que funciona el mundo y, por ende, a la manera en que debe desenvolverse una política exterior... No se compadece con el hecho de que las diversas dimensiones de la política de un gobierno están entretejidas y se apoyan la una en la otra. **Si Cancillería hubiera seguido con una política hostil en Malvinas o la propia Defensa no hubiera discontinuado los proyectos misilísticos, ningún ministro podría sentarse ni a conversar sobre los radares.**

La eventual adquisición de esos artefactos no será producto de la mayor o menor dureza relativa de un funcionario aislado sino de la confiabilidad ganada por el país gracias a una política inteligente y cooperativa, nada ingenua, tanto en el frente de la política exterior como de defensa.

Es errónea también su afirmación de que la política respecto de Malvinas no ha generado avances. **Desde 1989 a la fecha se restablecieron relaciones con Gran Bretaña, acordando un paraguas de soberanía que destrabó un muy importante flujo comercial y de inversiones. Se reducen año a año las restricciones a la libre navegación por parte de buques argentinos.** Al llegar este gobierno, la Argentina no pescaba absolutamente nada en esa zona. Desde entonces, se han firmado dos acuerdos de pesca en virtud de los cuales Gran Bretaña permanece estacionada en un volumen de 130.000 toneladas anuales, mientras que la Argentina trepó de 45 a 80 barcos, con un total de 220.000 toneladas. Para Ruiz Guiñazú, se trata de una concesión indebida. ¿Qué alternativa propone? ¿Enviar buques de guerra e impedirles pescar?

Nuestra actual política supone que ya, hoy, sólo por esa pesca nuestro país ingresa más de doscientos millones de dólares/año (algo menos de la mitad de nuestras exportaciones de carnes rojas) y, como explícitamente ha reconocido el vicecanciller británico Tristan Garel Jones, genera en los isleños (Ruiz Guiñazú los llama "kelpers") cada día más la certeza de que su desarrollo pesquero y petrolero dependen de la buena voluntad argentina y de que su futuro solo puede consolidarse con algún grado de asociación con el único vecino que Dios les puso sobre la tierra. Cada día hay más malvineros que comienzan a pensar de esa manera. En sus recientes elecciones internas la negociación con la Argentina resultó materia de debate y la actual composición de su Consejo es notoriamente más flexible que la anterior. En la última reunión del Comité de los 24 en las Naciones Unidas, el delegado por los isleños no se limitó a la habitual afirmación de sus derechos: por primera vez, enunció oficialmente una lista de trece puntos esenciales para su forma de vida que resultan todo un mensaje para la vocación negociadora en esta orilla del problema.

Finalmente, nadie desconoce la estratégica importancia de Chile en el conflicto de Malvinas y las complejas sutilezas diplomáticas que por más de cien años se tejieron en su torno. Pues bien, **la diplomacia de este gobierno obtuvo de su par chilena una declaración expresa de respaldo a la reclamación argentina sobre las islas, asentada por primera vez como parte de sus relaciones bilaterales.** Por lo demás, tema sensible si los hay, fue esta Cancillería la que obtuvo —hecho con pocos precedentes en el mundo— que Scotland Yard recibiera orden de investigar eventuales crímenes de guerra cometidos por la propia tropa del país vencedor.

Ruiz Guiñazú agita el peligro de atender a los deseos de los isleños cuando debiéramos limitarnos a interpretar, nosotros, cuáles son los intereses de ellos. Aparentemente, sin averiguar antes qué sienten.

Distintas actitudes

Hay solo tres maneras de recuperar las islas. El derecho. La guerra. La negociación. Ciento sesenta años de reclamaciones directas con pronunciamientos respaldatorios en las Naciones Unidas han dejado en claro el indiscutible derecho argentino. Pero lamentablemente no existe todavía

01.02

9400784.

CANCILLERIA NIEGA QUE LA ARGENTINA SEA POCO FIRME CON LOS INGLESES

la única opción es negociar

en el mundo una justicia retributiva con peso para adjudicar a cada país según sus derechos. Por ese camino nos hemos quedado con la razón, pero sin las islas. **La guerra de 1982, por su parte, demostró que carecemos de la fuerza necesaria para imponer nuestros derechos. Solo queda la negociación.** Y negociar, por definición, supone ofrecer al otro una situación futura tan diferente y mejor de la que tiene ahora que lo decida a cambiar su actual status... Y nada de ello puede hacerse, pero hacerse de verdad, si para interpretar los intereses no averiguamos primero las aspiraciones, los proyectos, en suma, los deseos de la otra parte. Debemos conocerlos. Para complacerlos o no, según corresponda. Pero **saber qué quieren para poder negociar con seriedad.**

Por supuesto que los intereses y los deseos de los isleños son jurídicamente dos figuras de alcance diferente. Pero las negociaciones diplomáticas son, ante todo, una actividad política: un hacer práctico y eficaz que se maneja con realidades... Esto significa que, **nos guste o no, debemos tener en cuenta el hecho evidente de que los malvinenses quieren mantener su cultura y su forma de vida...** Desconocer este dato significa permanecer solo en el plano jurídico, ajenos a la realidad completa y, sobre todo, profundamente incapaces de obtener logros que modifiquen de verdad el statu quo. Por supuesto que las Malvinas son argentinas. Pero si queremos hacer algo más que plañir, si en serio vamos a intentar recuperarlas, hay que entender lo que sus ocupantes quieren hacer con su futuro, a ver si podemos ofrecerles uno mejor.

Hay muchas actitudes posibles frente a Malvinas. Una, la de aquéllos que procuramos contactos, negociaciones, ligamento de intereses que quizá lenta pero más seguramente nos lleven a posibilidades reales de recuperar ese territorio. Otra, la de quienes de tanto en tanto se corren al extremo de la retórica reivindicativa, ven en cualquier acercamiento una claudicación, condenan por enésima vez a la pérfida Albión y, satisfecho su impulso, se sientan a esperar la oportunidad de un nuevo reclamo, siempre sonoro, casi nunca eficaz.

Vivimos una época de aceleración histórica —fin del comunismo, acuerdo árabe-israelí, etcétera— en la que lo que parece imposible hoy es un hecho mañana. El gran problema argentino, en vías evidentes de solución, es volver a ser un gran país, protagonista activo de la política y la economía mundial, repitiendo, en una generación, el milagro de crecimiento económico y fortalecimiento institucional de fines del siglo pasado. Dentro de ese objetivo profundamente nacional se encuentra la búsqueda irrenunciable de la soberanía sobre Malvinas: no hay mayor ingenuidad que la de negarse a ver lo que está a la vista.

Andrés Cisneros es secretario general de la Cancillería argentina.



No existe todavía en el mundo una justicia retributiva con peso para adjudicar a cada país según sus derechos. Nos hemos quedado con la razón, pero sin las islas.

Que dijo Ruiz Guiñazú

- **Parecería que la Cancillería no tiene ideas claras para contrarrestar las estrategias británicas.**
- **Nuestra Cancillería [illegible] creer que [illegible] una política tan [illegible] claudicante [illegible] islas. Desconoce al [illegible] inglés.**
- **Nuestra política es firme en la actuación del doctor Camilión en cuanto a la adquisición de los radares para los aviones A4M, comprados a los Estados Unidos, que Gran Bretaña obstaculiza.**
- **Londres y los kelpers confunden hablando de los deseos de los isleños, cuando lo establecido en la resolución 2065 de la ONU es el respeto a los intereses de los habitantes de las islas.**

LA NACIÓN 10/12

La Rioja, una caldera como consecuencia del ajuste en el Estado

LA RIOJA. – Una caldera violenta, donde abundaron el fuego, piedras, gases lacrimógenos y balas de gomas fue ayer el centro de esta Capital. El saldo: una treintena de personas con contusiones de diversa consideración, entre policías y manifestantes.

El gobierno local solicitó al Ministerio del Interior que envíe refuerzos de Gendarmería y de la Policía Federal, "porque se pone en peligro la estabilidad institucional", dijo el ministro de Gobierno, Omar Rodríguez, a LA NACION.

Sobre tablas, en sesión extraordinaria, la Cámara de Diputados había aprobado en la madrugada de la víspera una ley por la que se declara el estado de emergencia financiera para revertir la crisis de la provincia.

La norma, que debía ser aprobada para que la Nación continúe con asistencias como las del pago del medio aguinaldo, según el ministro de Hacienda, Pablo Aguilera, coloca en disponibilidad a los empleados públicos.

Los legisladores peronistas, con la oposición del único diputado radical que tiene la Cámara, aprobaron también la privatización de empresas públicas y la transferencia a la Nación de las jubilaciones.

En una ley ómnibus que pretende "un cambio real en la estructura de la provincia", según los diputados, se incluyeron descuentos salariales por huelgas, reducción de partidas a municipios, suspensión de juicios contra el Estado y restricciones en el sector educativo.

Ante la sanción, la CGT y los gremios estatales hicieron una concentración frente a la Casa de Gobierno, que reunió a unas 3000 personas, aunque muy dispersas por el calor primero y por la violencia después.

Los más exaltados de estos rompieron el cerco de seguridad e intentaron ingresar por la puerta principal, pero fueron repelidos por la Guardia de Infantería.

El secretario de la Asociación de Trabadores Provinciales, Miguel Angel Asís, intentó serenar los ánimos, y cuando quiso proponer la desconcentración, desde la sede del Ejecutivo volaron nuevos gases. Y todo se volvió un caos. Enardecido, un grupo de manifestantes volcó una camioneta supuestamente oficial –bastante maltrecha– y le prendió fuego.

Durante dos horas la plaza 25 de Mayo se convirtió en un campo de batalla. Algunos de los manifestantes más arriesgados ingresaron en el Salón Blanco de la Casa de Gobierno.

El atrio de la Catedral, donde muchas mujeres se guarecieron, resultó el blanco preferido de la policía. El desorden se generalizó. El portal de la Casa de Gobierno se había consumido por el fuego y las llamas dañaron cortinados.

Las fuerzas de seguridad actuaron "de acuerdo con las circunstancias", según el ministro Rodríguez.

Anoche, el gobernador Arnaudo afirmó en un mensaje al pueblo que "no habrá cesantías" y reiteró que el suyo, "nunca dejará de ser un gobierno que tiene diálogo".

Arturo Ortiz Sosa (h.)

Nº. DOCUMENTO 9400786
TITULO Gendarmería envió 300 hombres a la Rioja
PROCEDENCIA LA NACIÓN
FECHA DE PUB. 10/12/93
VINCULACIONES 66960
11852

Gendarmería envió 300 hombres

La Gendarmería Nacional desplazó 300 hombres hasta La Rioja, como consecuencia de los disturbios producidos frente a la Casa de Gobierno provincial, donde quedaron heridos varios policías y manifestantes.

El envió del contingente de la fuerza de seguridad se hizo invocando la ley de seguridad interior, que prevé la participación inclusive de las Fuerzas Armadas, si las policías provinciales son superadas.

Si bien la policía riojana no fue superada, de acuerdo con la opinión especializada de expertos militares, la Subsecretaría de Seguridad Interior ordenó el alistamiento de un grupo de la Gendarmería, en previsión de que hoy las fuerzas que produjeron el problema puedan continuar manifestando.

Los 300 gendarmes pertenecen al Escuadrón Móvil 3, con asiento en la ciudad cordobesa de Jesús María.

Hubo un primer grupo adelantado que estuvo a las 19, mientras que el resto de los hombres lo hicieron sobre la medianoche.

LM 11/12

La Rioja explotó contra Menem

Gobernador responsabiliza a "grupos de choque o extranjeros" de los hechos

El Gobernador de La Rioja, Bernabé Arnaudo, atribuyó ayer a "grupos de choque externos o extranjeros" una serie de actos de violencia ocurridos en esa provincia de la Argentina a raíz de los problemas sociales que enfrenta.

La Rioja (ANSA)

Arnaudo, íntimo amigo del Presidente Carlos Menem, rechazó que una nueva ley aprobada por el Parlamento Provincial implique masivos despidos, y atribuyó los violentos choques, que provocaron 40 heridos entre manifestantes y policías, a **"grupos de choque externos o extranjeros"**, que no identificó.

Esos grupos, agregó Arnaudo, actuaron **"para potenciar la reacción lógica de los trabajadores", y fueron detectados, sostuvo, por "informes de inteligencia" que, "en su momento divulgaré".**

Hoy, miles de personas manifestaron por la ciudad de La Rioja, 1.200 kilómetros al noroeste de Buenos Aires y **"patria chica"** del Presidente argentino Carlos Menem, para protestar por la ley que aprobó en la madrugada de ayer el Parlamento Provincial.

La ley pone en "disponibilidad" a los empleados públicos de la provincia, la principal fuente de trabajo de los 230.000 habitantes de la Provincia que gobernara Menem en tres ocasiones, antes de llegar a la presidencia, en 1989.

La manifestación de ayer, de la que participaron unas cinco mil personas, una verdadera multitud para la provincia, contó con el apoyo decidido de la Iglesia Católica, y culminó a más de 200 metros del Palacio de Gobierno, rodeado por fuerzas de la Gendarmería --policía de frontera-- enviadas por el Gobierno nacional.

Según Menem, **"el gobierno provincial no hizo ni más ni menos que cumplir con lo dispuesto por la legislatura provincial, a partir del programa de ajuste que se lleva a cabo en todo el país".**

El presidente suspendió un viaje que pensaba realizar el fin de semana a su provincia natal.

La explosión de La Rioja ha sido la única protesta liderada por representantes sindicales contra la política económica llevada adelante por el Gobierno de Menem. Los sindicatos nacionales están en manos de dirigentes afines al Presidente.

La Confederación General del Trabajo (CGT), en otro tiempo poderosa, pero ayer virtualmente desarticulada y sin peso político, pidió una audiencia a Menem para debatir la situación de La Rioja.

PESE A QUE MENEM LO DESMINTIO AYER

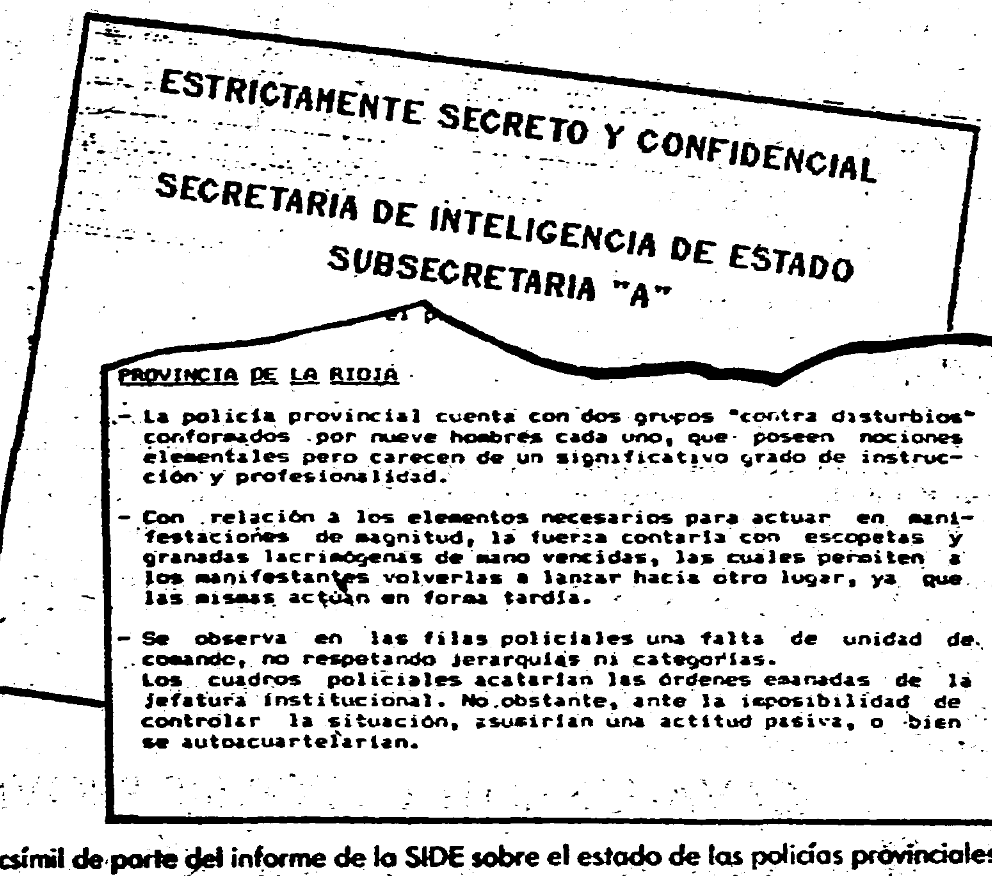
Policías provinciales: confirman que existe un informe de la SIDE

En una jornada plagada de desmentidas oficiales a informaciones publicadas por tres diferentes matutinos, el presidente **Carlos Menem** sostuvo que el informe de la Secretaría de Inteligencia (SIDE) sobre la situación de las policías provinciales, difundido por **Clarín** el domingo, **es falso.**

"Es totalmente inexacto. Hasta les diría que está descartada la legitimidad de ese informe. ¿Cómo le dicen ustedes los periodistas? Carne podrida, ¿no? Yo diría, más vale, que se trata de un informe trucho", declaró en una entrevista publicada ayer por el diario "La Nación."

Ayer también, el Presidente calificó de **"mentiroso"** a un redactor de ese matutino que escribió un artículo acerca de las remodelaciones en la quinta presidencial de Olivos, obras que insumirían unos tres millones de dólares (véase página 21).

En esa misma ocasión, **Menem** desmintió al diario "Página 12" al sostener que **el Gobierno no permitiría el ascenso de los capitanes de fragata Antonio Pernías y Juan Carlos Rolón**, ex miembros de los grupos de tareas de la ESMA durante el Proceso. Los pliegos de ascenso de esos militares ya se encuentran a consideración del Senado a propuesta del propio Gobierno (véanse páginas 12 y 13).



ESTRICTAMENTE SECRETO Y CONFIDENCIAL

SECRETARIA DE INTELIGENCIA DE ESTADO

SUBSECRETARIA "A"

PROVINCIA DE LA RIOJA

- La policía provincial cuenta con dos grupos "contra disturbios" conformados por nueve hombres cada uno, que poseen nociones elementales pero carecen de un significativo grado de instrucción y profesionalidad.

- Con relación a los elementos necesarios para actuar en manifestaciones de magnitud, la fuerza contaría con escopetas y granadas lacrimógenas de mano vencidas, las cuales permiten a los manifestantes volverlas a lanzar hacia otro lugar, ya que las mismas actúan en forma tardía.

- Se observa en las filas policiales una falta de unidad de comando, no respetando jerarquías ni categorías.
Los cuadros policiales acatarían las órdenes emanadas de la jefatura institucional. No obstante, ante la imposibilidad de controlar la situación, asumirían una actitud pasiva, o bien se autoacuartelarían.

Facsímil de parte del informe de la SIDE sobre el estado de las policías provinciales, que Clarín publicó el domingo pasado en exclusiva.

El informe de la SIDE, publicado por **Clarín** y fechado el 22 de diciembre, no solo es auténtico sino **que fue comentado y ratificado por tres fuentes distintas del Gobierno.**

Bajo el título **"Capacidad operacional de los policías provinciales en caso de desborde social"**, se analizaba allí la comprometida situación de las policías en ocho provincias, candidatas potenciales a vivir estallidos sociales como el de Santiago del Estero.

En poco más de tres carillas, además de la carátula (de reconocible tipografía), **se consigna la complicada situación interna de algunas policías, como las de La Rioja, Jujuy o Tucumán, además de la de Santiago del Estero.**

En esos diagnósticos de inteligencia se anticipa que, de repetirse una protesta prolongada, **los efectivos podrían adoptar desde actitudes pasivas ante los manifestantes hasta autoacuartelarse**, como ocurrió en Santiago el 16 de diciembre.

Una fuente del Gobierno comentó ayer a **Clarín** que el mismo domingo por la mañana, Menem rastreó al titular del organismo, **Hugo Anzorregui**, quien había viajado a Punta del Este para pasar Navidad en esa ciudad uruguaya.

Anzorregui le informó a Menem que **había copias circulando en los despachos oficiales**, entre ellas, una girada al subsecretario general de la Presidencia, **Luis Prol**, y otra al subsecretario de Seguridad Interior, **Hugo Franco.**

Los periodistas que ayer entrevistaron a Menem en la residencia de Olivos le preguntaron quién había difundido el informe presuntamente falso. **"No tengo la más mínima idea. Siempre es bueno buscar los réditos de publicar un informe de esa naturaleza. ¿Qué le reditúa al Gobierno ese informe trucho? Nada"**, fue el análisis presidencial para refutar su veracidad.

El documento clasificado como **"estrictamente secreto y confidencial"** fue reproducido parcialmente por **Clarín.**

El informe provino de una fuente confiable y, a la vez, fue ampliado con datos y comentarios de dos funcionarios, a quienes se consultó sobre detalles del esquema de seguridad con el que el Gobierno anticipa otros estallidos en el noroeste.

El propio ministro del Interior, **Carlos Ruckauf**, al ser consultado por **Clarín**, se abstuvo de desmentir el contenido del informe.

RATIFICAN EL AJUSTE ECONOMICO

Tono político en el Tierra del Fuego al



Domingo Cavallo anuncia el ingreso de Tierra del Fuego al pacto fiscal. La presencia de Carlos Ruckauff (izq.) y de Eduardo Menem, subraya la importancia política del acto.

El acto oficial del ingreso de Tierra del Fuego al pacto fiscal se transformó en una manifestación pública de apoyo al Plan Cavallo, incluyendo el delicado ajuste de las finanzas provinciales. Para darle el marco adecuado, el ministro de Economía se rodeó de Carlos Ruckauf, ministro del Interior, y de Eduardo Menem, presidente provisional del Senado. Cavallo aprovechó la ocasión para sostener que la designación de Juan Schiaretti, uno de sus íntimos, como interventor de Santiago del Estero, fue una decisión personal y directa del presidente Menem.

Domingo Cavallo aprovechó ayer el acto de adhesión de **Tierra del Fuego** al **pacto fiscal** para hacer una demostración de fuerza política: flanqueado por **Eduardo Menem y Carlos Ruckauf**, el ministro de Economía **aseguró que la crisis desatada en Santiago del Estero no impedirá al gobierno nacional seguir impulsando la receta del ajuste fiscal en las provincias.**

El jueves, la firma del acta con los fueguinos estuvo a punto de postergarse hasta nuevo aviso cuando explotaron los hechos de violencia en Santiago del Estero. Sin embargo, ayer a último momento se decidió llevarlo a cabo, aunque con una particularidad: en lugar de que Cavallo viajara a **Ushuaia** se optó por hacer venir a **Buenos Aires** al gobernador **José Estabillo.**

De esa manera, un acto que no hubiera pasado de ser una mera formalidad, se transformó en una tribuna donde **los funcionarios nacionales cerraron filas detrás de Cavallo** —pese a las divergencias públicas sobre el manejo del ajuste provincial— y **se ratificó la continuidad del plan económico del Gobierno, incluyendo el delicado paso de cerrarle la canilla de los fondos federales a muchos gobernadores.**

El jefe de los mediterráneos se ocupó claramente de trasladar la responsabilidad del estallido social santiagueño a los dirigentes provinciales, incluyendo al radical **José Luis Zavalía. "Se defraudó a la gente, porque no se le dijo la verdad: solo con el trabajo productivo se pueden mejorar los ingresos de todos"**, remarcó.

Como contrapartida, elogió la disciplina de los fueguinos para reducir el gasto público y mejorar la recaudación de impuestos. En ese momento, Cavallo destacó que **"las posibilidades de inversión solo existen en aquellos lugares donde hay paz social".**

De esa forma, Cavallo volvió a la carga con un concepto que el martes exteriorizó durante un almuerzo con empresarios de la **Fundación Mediterránea.** En esa oportunidad, advirtió que si la **Convención Constituyente** accede a las presiones de algunos gobernadores para demorar el ajuste en las provincias, la paz social podría peligrar. Y con ello se espantaría a los posible inversores, según la particular óptica del ministro.

Con ese discurso, también trazó una divisoria de aguas entre los que —según su punto de vista— respetan las pautas del ajuste y los que, como **Santiago del Estero** en este caso, no aplican la receta que Cavallo impulsó a nivel nacional: **privatización de empresas estatales, reestructuración del sector público y programación presupuestaria.**

♦ Schiaretti

Cavallo también aseguró ayer que no había tenido nada que ver en la designación del ex secretario de Industria, **Juan Schiaretti**, como interventor en Santiago del Estero. **"Fue una decisión que tomó el presidente Menem cuando regresó de Italia"**, dijo, pese a que el jefe de Estado había sugerido en **Roma** que ese cargo podría ser cubierto por **Julio César Aráoz.**

Explicó luego que "se giró el dinero para empezar a pagar una parte de los salarios atrasados —se deben a la administración pública los sueldos de setiembre, octubre, diciembre y el medio aguinaldo—, **pero no se pudo hacer porque se quemaron las planillas de la gobernación**, y los funcionarios que tendrían que estar en su silla organizando los pagos están manifestando por las calles de Santiago".

A pesar de esto, el mediterráneo dijo desconocer cuáles serán las primeras medidas que tomará la intervención en la provincia. Sin embargo, opinó que **"primero**

Los términos del acuerdo

Aunque **Domingo Cavallo** trató de disimularlo, la adhesión de Tierra del Fuego al pactó fiscal no fue gratuita: **a cambio de su firma frente a las cámaras de televisión, el gobernador José Estabillo** se llevó varias concesiones para su flamante provincia.

Entre otras cosas, consiguió que el Ministerio de Economía le autorizara **una remesa de asistencia extraordinaria de 160 millones de pesos en Bonos de Consolidación (BOCON).**

Estabillo se ocupó de asegurar que **"toda la ayuda extraordinaria será usada para impulsar el crecimiento económico y el desarrollo de nuestra provincia"**, dando a entender que ese dinero no se esfumará en el pago de sueldos o de otros gastos corrientes.

De todos modos, **una de las concesiones más importantes que le otorgó Cavallo a Tierra del Fuego será para beneficio del sector privado: las industrias radicadas en la isla pagarán solo el 7% de impuesto al valor agregado (IVA) hasta el año 2003.** Es la forma elegante que encontraron los negociadores para extender algunos beneficios de **la promoción industrial**, sin mencionar este término que se convirtió en tabú a partir de la convertibilidad.

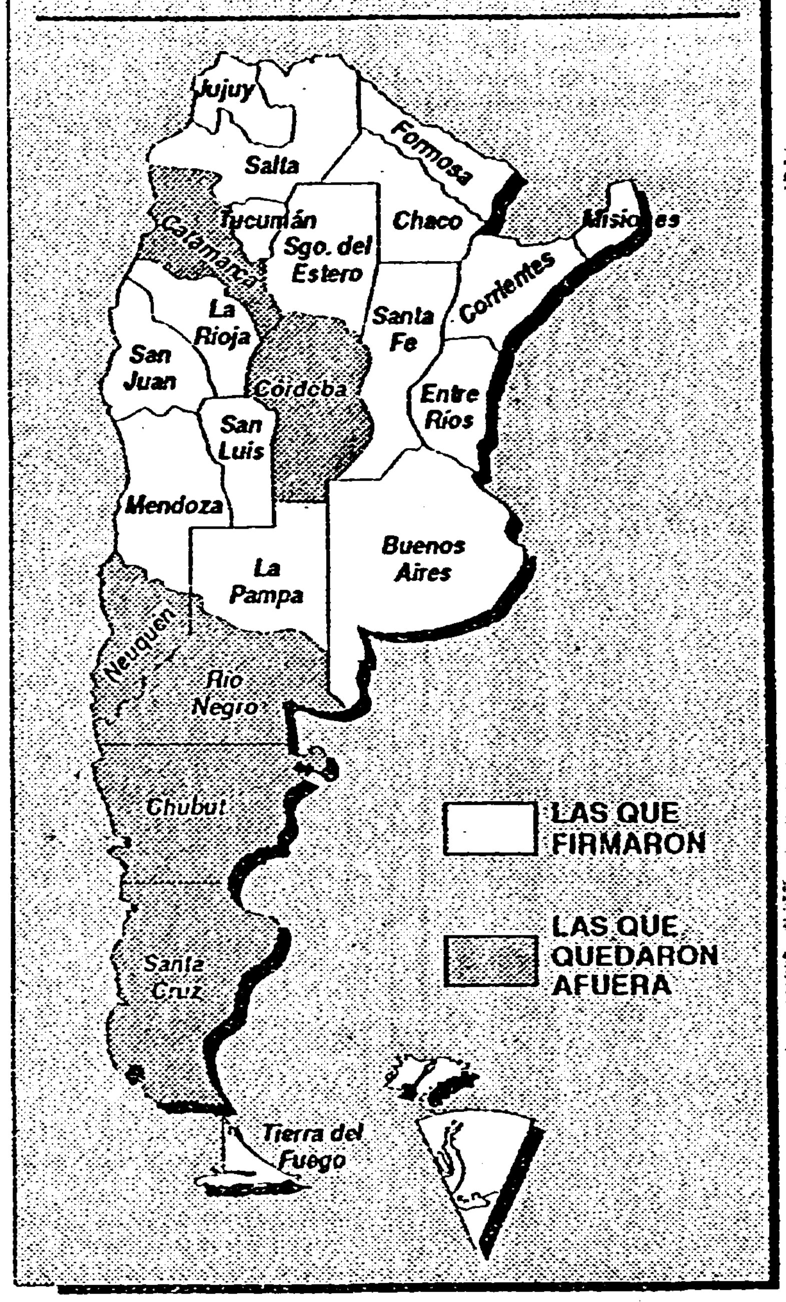
Según Estabillo, "nuestra industria no está sobre rueditas", como suele decirse de las empresas promocionadas. Recordó que **"entre 1980 y 1990 la actividad industrial creció 154% y la mano de obra ocupada alcanza hoy a 5.500 personas".**

Por otro lado, el grifo del Gobierno central no se cerró del todo. También se transferirá todos los meses el 0,312% del Fondo para atender desequilibrios provinciales que maneja el Ministerio del Interior: **es una caja que llega a los 45 millones de pesos y que se reparte entre unas pocas provincias privilegiadas.**

PARA LAS PROVINCIAS

ingreso de pacto fiscal

MAPA DEL PACTO FISCAL



hay que atender las urgencias de los empleados de menores ingresos, restablecer el orden y la Justicia y reorganizar la administración pública".

En el tramo final de la conferencia de prensa que ofreció luego de firmar el pacto con Estabillo, el ministro exhibió una repentina sensibilidad por escuchar los reclamos de los trabajadores santiagueños: "Entiendo muy bien la angustia de los maestros, los policías, las enfermeras y no creo que ellos sean responsables de los hechos de violencia. Los que no me preocupan son los funcionarios privilegiados que cobraban sueldos de 17.000 pesos mensuales", afirmó.

Al ratificar que no desistirá de la receta del ajuste provincial, Cavallo destacó que "de ninguna manera" se podría volver atrás con la descentralización de servicios transferidos a las gobernaciones.

Consideró que los mayores gastos que demanda a los gobernadores mantener la educación, la salud y la Justicia, "pueden ser cubiertos sin inconvenientes, ya que las provincias están recibiendo más del doble de los recursos que recibían a principios de 1991 por el sistema de coparticipación federal".

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

El estallido de Santiago del Estero y las protestas que obligaron a dar marcha atrás con la ley de ajuste en La Rioja fueron el emergente más dramático de las crisis provinciales. Riojanos y santiagueños no son los únicos que se colocaron al borde del abismo social: también hay señales de alerta en Corrientes (que acaba de salir de dos años de intervención federal), Chaco, Salta y Catamarca. El ajuste toma distintos rostros en el interior, casi siempre conflictivos y en más de un caso lejos del tono que quiere imprimirle desde Buenos Aires el Ministerio de Economía.

ADEMAS DE SANTIAGO, ESTAN EN CRISIS LA RIOJA, CORRIENTES, CATAMARCA, CHACO Y SALTA

Seis provincias con luz de alarma

Si para muestra basta un botón, Santiago del Estero es un buen ejemplo. Pero no el único. Con un diagnóstico económico similar se encolumnan **La Rioja, Corrientes, Catamarca, Chaco y Salta**: según los casos, **aún no terminaron de pagar los sueldos de noviembre o adeudan parte del medio aguinaldo de junio.**

A las seis provincias se **les enciende la luz roja** si antes de fin de año no cancelan los salarios caídos. Y el listado se agrandará en la medida en que se avance en el calendario.

Santa Cruz, la otra cara, **tiene los sueldos al día y se dará el lujo de pagar un aguinaldo completo.** Pero la "prolijidad" tiene un costado doloroso: **durante 1994 despedirá a 7.000 agentes de la administración pública, el 30% del total de los empleados.**

Hay quienes buscan atajos. Como el caso de Chubut, que abona los salarios y el aguinaldo con los bonos petroleros (con los que el Estado Nacional canceló regalías adeudadas). La Legislatura le dio la autorización para destinar esos recursos para pagos de gastos corrientes, cuando **la intención original era destinarlos a la construcción de obras de infraestructura.**

En esa pulseada de Chubut entre los gastos cotidianos y la inversión, el rojo de las cuentas pudo más que los proyectos de desarrollo. La provincia tiene **que levantar un déficit de 9 millones de pesos mensuales (gasta 24 millones en salarios) y los bonos tendrán ese efímero destino.**

Existe otro dato que embreta a los técnicos de Economía. En general, las provincias **destinan el 60% de sus erogaciones promedio al pago de los salarios. Y solo 3 de las 23 están** cumpliendo con los ajustes que les reclaman desde el Palacio de Hacienda. Son **Tierra del Fuego, Buenos Aires y Salta.** Del resto, algunas iniciaron tímidos programas de retiros voluntarios y otras ni siquiera se animan a hablar de ajuste. **Pero en mayor o menor medida, más tarde o más temprano, todas tendrán que tocar la misma partitura que les exigen a Santiago del Estero y La Rioja e iniciar un programa de reducción de personal.**

Algunos tendrán que afinar muy bien sus instrumentos. **En Santiago del Estero, el gobierno destina el 68% de los recursos a la nómina salarial.** La provincia gasta 776 pesos por cada uno de sus habitantes.

En San Luis la relación es peor. Los salarios alcanzan **el 78% de los desembolsos de la administración.** La provincia gasta 967 pesos por habitante. **Chaco y Chubut redondean el 72% de sus gastos en sueldos.** Los números de la provincia patagónica se agigantan cuando se hace la comparación anterior: gasta 925 pesos por habitante, contra los 750 que se computa en el Chaco.

Por el momento, **Buenos Aires** se muestra como la más prolija. Gasta solo **47% de sus recursos en la nómina salarial** y tiene el promedio más bajo de gasto por habitante: 407 pesos. Pero no le alcanza. Durante 1994, **10.000 empleados abandonarán la administración.** En el 93 fueron **13.000 los que eligieron la jubilación o el retiro voluntario.**

Pero no hay demanda laboral del sector privado que pueda aguantar, por ahora, todos los ajustes con que sueñan en Economía. Justamente las provincias con problemas de pagos en su nómina salarial **son las que menos desocupación tienen.** Una forma de seguro de desempleo.

Sin las urgencias de las provincias más pobres, algunos gobernadores de los estados más ricos intentan imponer su propio modelo de transformación, desoyendo las indicaciones que imparte **Domingo Cavallo.**

El ajuste que **Eduardo Angeloz**, por ejemplo, impulsa en su provincia, **nada tiene que ver con el de** Catamarca o San Luis. Córdoba tiene mucho para privatizar. Sin embargo, el radical encaró concesiones menores, como la terminal de ómnibus, o el zoológico. Las "joyas de la abuela", como la Empresa Provincial de Energía (EPEC) y el Banco Provincial, están, todavía, en veremos.

Mendoza es el ejemplo **inverso de La Rioja y Santiago del Estero.** Con sectores económicos importantes que sostienen su economía, el ajuste no pasa por una reducción de los gastos **sino por incrementar los recursos.** En 1992 **presupuestó y recaudó 320 millones de pesos:** En el '93 los ingresos superaron a los egresos en 30 millones (350 a 380 millones). Para el '94 **se generan algunas incógnitas. Prevén un gasto de 450 millones de pesos y un aumento del 15% promedio en la presión tributaria.**

Pero más allá de todos los análisis, un dato debe tenerse en cuenta. Cualquier solución que se proyecte para las provincias **más afectadas siempre es más económica que los estallidos sociales.**

Omar Báez

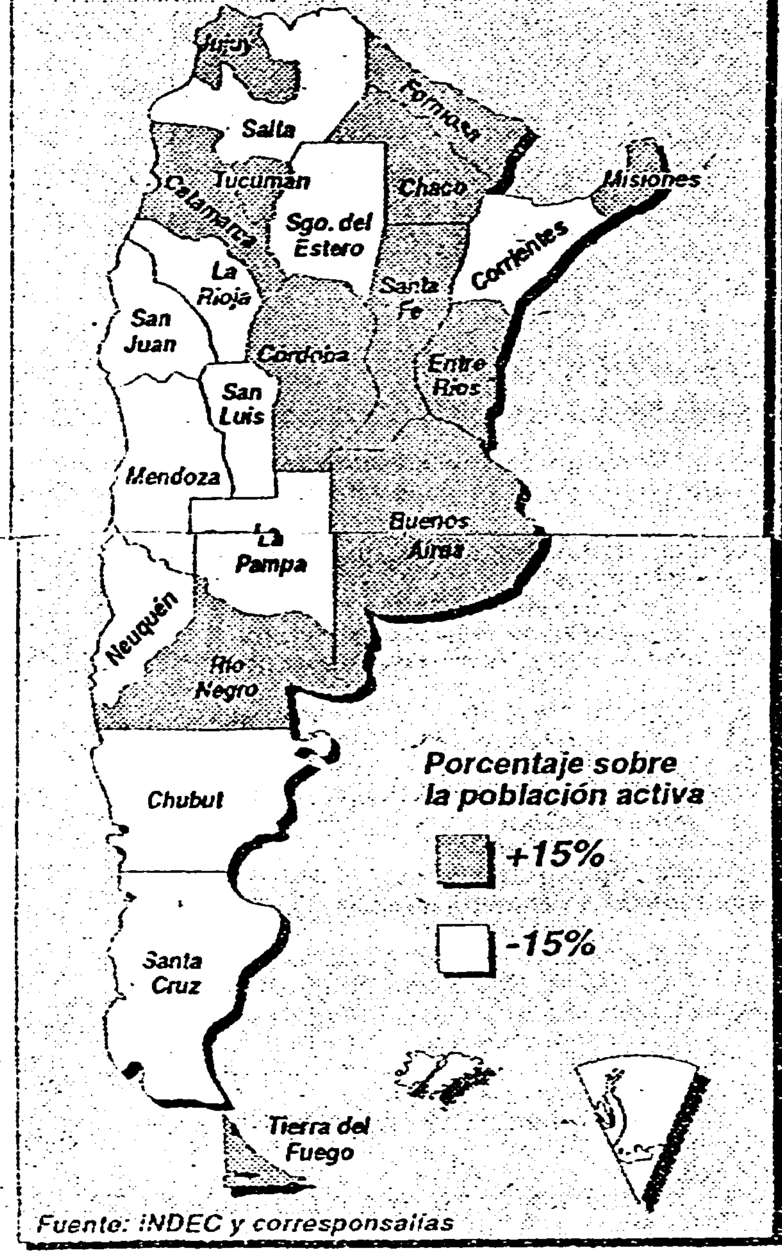
GASTO PROVINCIAL POR HABITANTE

Anual, en pesos

Provincia	Pesos
T. DEL FUEGO	3.095
SANTA CRUZ	2.187
LA RIOJA	1.803
LA PAMPA	1.569
NEUQUEN	1.563
CATAMARCA	1.317
FORMOSA	1.130
RIO NEGRO	1.089
SAN LUIS	967
CHUBUT	925
JUJUY	867
SGO. DEL ESTERO	776
SAN JUAN	769
CHACO	750
SALTA	746
ENTRE RIOS	732
CORRIENTES	654
CORDOBA	620
MISIONES	611
TUCUMAN	587
SANTA FE	576
MENDOZA	520
BUENOS AIRES	407

DESOCUPACION EN LAS PROVINCIAS

Desocupados mas subocupados



Fuente: INDEC y corresponsalías

SUELDOS ATRASADOS

CATAMARCA
Deben noviembre. Piden el adelanto de la coparticipación federal para pagar y adelantar 100 pesos a cuenta del medio aguinaldo. Son 21.600 empleados públicos, sobre 265.000 habitantes.

CORRIENTES
No se terminó de pagar noviembre y no cobraron nada los jubilados provinciales. Pero ya se gastaron los fondos coparticipables de diciembre. Son 41.200 los empleados provinciales y los habitantes llegan a 795.000.

LA RIOJA
Falta completar el pago de 10 millones de pesos correspondientes a los salarios de noviembre. Necesitan 45 millones más para pagar diciembre y medio aguinaldo. Son 33.000 los empleados públicos. La población es de 220.000 habitantes.

CHACO
Deben el medio aguinaldo de junio. A los jubilados les deben noviembre. Son 46.800 empleados públicos y 838.000 habitantes.

SALTA
Deben noviembre. Y siguen gestionando plata para pagar el medio aguinaldo. Son 50.000 empleados y 866.000 habitantes.

SANTIAGO DEL ESTERO
Se deben los sueldos desde setiembre. Hay 31.500 empleados públicos sobre 672.000 habitantes.

Informes de Rodolfo Lara (La Plata), Rafael Morán (Mendoza), Marta Gurvich (Córdoba), Juan Giménez (Santiago), Julio Morales (La Rioja), Agustín Zacarías (Corrientes), Guillermo Mercado (Catamarca), Eduardo López (Resistencia), Jesús Rodríguez (Salta), Mario Brigando (Río Gallegos), Carlos Guajardo (Rawson) y Wilmar Caballero (Río Grande).

Nº. DOCUMENTO 9400791
TITULO Estallido en Santiago
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA DE I 14/12/93
VINCULACIONES 66960
11852

Los incidentes de ayer en Santiago comenzaron frente a la Casa de Gobierno provincial, pero luego se extendieron hacia otros sitios de la ciudad, que fue ganada por los manifestantes. El segundo foco de incendio fue la Legislatura (ver infografía). Desde Roma, el presidente Carlos Menem atribuyó el estallido a la mala administración de recursos que hicieron los gobernantes, mientras que Raúl Alfonsín dijo que es consecuencia del ajuste económico.

SANTIAGO EN LLAMAS



También fueron incendiadas y saqueadas las casas del senador Juárez, del diputado nacional César Iturre y del diputado provincial Carlos Unzaga. Intentaron incendiar la casa de José Luis Zavalía, quien apoyado por la policía defendió su propiedad.

Cronología

7.30	Se inician asambleas en cada repartición pública.
8.30	Abandono de los puestos de trabajo. La asamblea decide concentrarse en la Casa de Gobierno.
9.00	Arribo de las primeras delegaciones a la Casa de Gobierno. A la misma hora, trabajadores de **La Banda** inician la marcha hacia **Santiago**.
10.00	Los manifestantes prenden fuego a una camioneta. Se registran las primeras corridas.
10.15	Policías cargan contra los manifestantes frente a la Casa de Gobierno. Arde la segunda camioneta.
11.40	La policía, atrincherada en el segundo piso de la Casa de Gobierno, inicia un nuevo ataque lanzando granadas de gases lacrimógenos.
11.50	Es rebasado el cordón policial y la Casa de Gobierno queda desprotegida.
12.00	Cubiertas encendidas son arrojadas contra la puerta principal. La custodia policial se retira del edificio. Se inicia el ataque final.
12.30	Los primeros manifestantes aparecen en los balcones. El fuego gana intensidad en sectores del edificio.
12.40	El fuego gana el subsuelo de los Tribunales. Allí funciona el Registro de la Propiedad.
13.00	Manifestantes se dirigen a la Legislatura. Nada queda en pie.
18.00	Las manifestaciones, incendios y saqueos continúan por la ciudad.

01.02

9400791

Infografía/CLARIN

DIJO QUE EN SANTIAGO HUBO ACTIVISTAS Y QUE NO CAMBIARA EL RUMBO ECONOMICO

Menem: "Administraron mal los recursos"

Clarín EN ROMA

ROMA (Enviada especial). — Santiago del Estero fue el **final de la fiesta**. Cuando el cortejo presidencial —luciendo condecoraciones vaticanas e impecables fraques— se disponía a brindar por los dos días de fervor romano, un llamado urgente desde Buenos Aires aguó la despedida. Anoche, en el hall del lujoso hotel Excelsior de la Via Venetto, **sólo sobrevivían unos pocos vestigios de la euforia del primer día.**

Carlos Menem se enteró del estallido santiagueño recién después del almuerzo protocolar en el Palacio Patrizzi, sede de la Embajada argentina. El primer piso del hotel se convirtió entonces en la sede de un virtual estado mayor conjunto en operaciones. El secretario general, **Eduardo Bauzá**, se encargó de tener una línea abierta con la Casa Rosada: a través de él llegaron todas las informaciones y se trasmitieron todas las órdenes.

En medio de esa efervescencia, Menem habló con **Clarín**. Tranquilo, ya sin frac, y convencido de que la situación en Santiago era solo culpa de "vándalos", el Presidente respondió algunas preguntas.

—El Papa habló de equidad, justicia social, de transparencia en la administración pública, ¿sintió que era un mensaje personal para usted?

—Lo sentí como algo muy justo. Además, ese es el mensaje permanente de la Iglesia hacia todos los pueblos del mundo. Así como se ha dirigido a la Argentina, reconociendo también los cambios que se han dado en nuestro país, ha hecho referencia a este tema. Evidentemente hay un reconocimiento del cambio en la República Argentina y el consejo de hacerlo con esa fuerte dosis de ética, de moral y con una justa y equitativa distribución de la riqueza.

—Si al mensaje papal le suma la crisis en Santiago del Estero, ¿no siente que se prendió una luz roja en medio de la euforia de los últimos días?

—Lo que sucede en Santiago del Estero evidentemente nos preocupa. Se han pasado los límites que establece la ley y evidentemente hay un sector de activistas que han aprovechado esta ocasión. Yo creo que en ese juego no está el pueblo de Santiago del Estero. Los responsables de estos hechos van a ser severamente juzgados.

—¿Entonces usted entiende o cree que estos hechos no tienen nada que ver con el ajuste económico y sus consecuencias en las provincias?

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

—Yo creo que esto obedece a una deficiente administración de los recursos que reciben algunas provincias. Estamos procurando hacer los ajustes en la forma menos dolorosa posible pero no vamos a tolerar este tipo de situaciones porque no lo tolera la gente, el pueblo.

—El Papa habló de la equidad y de la justa distribución de sacrificios entre los distintos grupos sociales, ¿usted no cree que el interior del país es el más castigado con el ajuste económico?

—Pero yo entiendo que en un régimen representativo, republicano, federal, la responsabilidad del manejo de las provincias corre por cuenta de las autoridades que han elegido los pueblos de las provincias. La Nación se compromete a partir de la legislación pertinente a enviar los recursos que le corresponden a cada una de las provincias.

—¿Son suficientes esos recursos?

—De acuerdo a lo que hemos pactado, hemos estado enviando más de lo que realmente les corresponde a las provincias para mitigar los efectos del ajuste. Pero si no se administran bien esos recursos, llegamos a una situación que es realmente insostenible y no queremos tirar por la borda estos años de sacrificio que le han dado la posibilidad a la Argentina de emerger nuevamente como un gran país.

—Es decir que para usted no hay nada que replantearse y, por lo tanto, tampoco hay por qué cambiar el rumbo...

—No, por supuesto que no, no vamos a torcer el rumbo. Vamos a seguir cumpliendo con lo que nos hemos comprometido.

Mientras Menem hacía estas declaraciones, los miembros de su comitiva intentaban sincerarse en el piano-bar del Excelsior. Los que osaban verbalizar una especie de mea culpa, cargaban las tintas sobre la "inflexibilidad" de uno de los ausentes, **Domingo Cavallo**. **"No podés medir todo con la misma vara, hay una Argentina productiva y otra que es el Sahara, no es lo mismo..."**, insistían en su análisis, intentando volcar la culpa a doce mil kilómetros de distancia.

Nancy Pazos

ADVERTENCIA AL GOBIERNO

Para Alfonsín, es culpa del ajuste

El jefe del radicalismo, **Raúl Alfonsín**, atribuyó las convulsiones sociales ocurridas en Santiago del Estero y La Rioja a **"las políticas de ajuste económico que han ocasionado crisis casi definitivas en las economías regionales"**.

El vocero del ex presidente, **Simón Lázara**, informó que Alfonsín se comunicó telefónicamente con el ministro del Interior, **Carlos Ruckauf**, y con el titular de la UCR santiagueña, **José Luis Zavalía**, para interiorizarse de la situación

A través de un comunicado, Alfonsín expresó **"la necesidad de actuar rápida y eficazmente para restablecer el orden público y proteger la integridad física y bienes de las personas"**.

En su pronunciamiento, el ex presidente relacionó los episodios desencadenados ayer en Santiago del Estero con las protestas ocurridas días atrás en La Rioja. Según Alfonsín, ambos conflictos demuestran que "es imposible ignorar el origen de estas graves convulsiones sociales; con sus secuelas de vidas perdidas y bienes materiales destruidos se encuentra en políticas de **ajuste económico** que han ocasionado crisis casi definitivas de las economías regionales".

Los ocho diputados nacionales por el **alfonsismo bonaerense** coincidieron con las expresiones de su líder y difundieron un comunicado en el que sostienen que "los graves sucesos de Santiago del Estero constituyen la palmaria demostración de que **se han traspuesto los límites de un ajuste salvaje**, impuesto por una política económica social que hace recaer en los sectores populares el mayor esfuerzo en la búsqueda de sostener una **estabilidadd ficticia**".

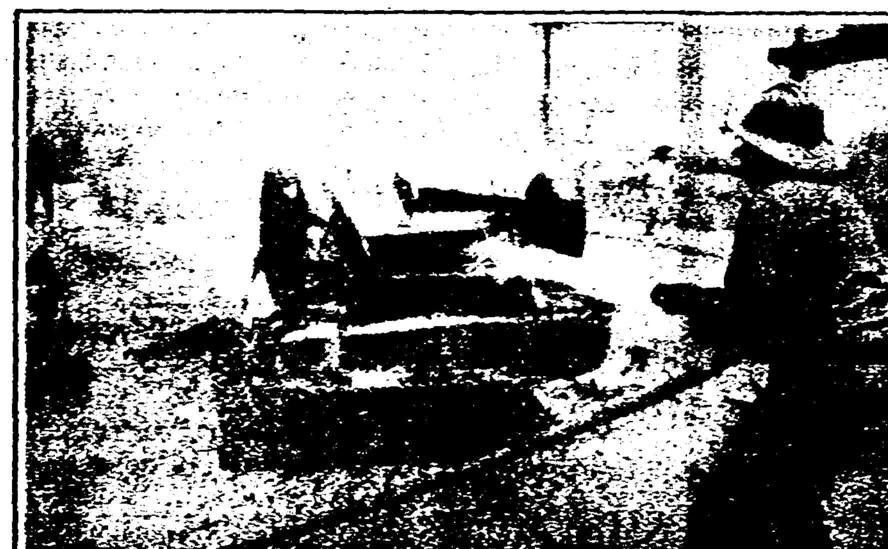
El pronunciamiento fue firmado por **Leopoldo Moreau, Silvia Vázquez, Alejandro Armendáriz, Pedro Novau, Gastón Ortiz Maldonado y Eduardo Santín**, entre otros legisladores.

Un "hombre de Cavallo" para la crisis social en Santiago

- Juan Schiaretti está estrechamente ligado al ajuste económico
- En la Provincia se recuentan los destrozos y se promete "cumplir"

19/12

El Gobierno del Presidente argentino Carlos Menem salió hoy a enfrentar la rebelión popular desatada en la norteña provincia de Santiago del Estero, con la puesta en funciones de un interventor federal que prometió sanear la economía provincial y comenzar a pagar los salarios adeudados a los trabajadores públicos.



Aparentemente, Santiago del Estero estaría recobrando la calma luego de los enfrentamientos que dejaron cuantiosas pérdidas y un número de víctimas del que se sigue discutiendo la cantidad.

Buenos Aires (Ansa)

Juan Schiaretti, un economista ligado estrechamente al entorno del Ministro de Economía y artífice del "ajuste", Domingo Cavallo, fue designado para encarrilar el caos en que se convirtió la empobrecida provincia argentina, 1.100 kilómetros al noroeste de Buenos Aires.

Justamente, la designación de un hombre del entorno del Ministro que viene aplicando el duro programa de ajuste económico en el país viene a corroborar las declaraciones del Presidente Menem, quien señaló ayer que su Gobierno seguirá aplicando "mano dura" a pesar de las protestas.

La rebelión de Santiago del Estero, que ayer vivió su primer día de calma tras dos jornadas signadas por la violencia, los incendios de edificios públicos y los saqueos, se originó en la decisión del saliente Gobernador justicialista, Fernando Lobo, de no pagar los salarios de octubre y noviembre a los miles de empleados públicos de la provincia.

Santiago del Estero, como otras provincias de la región, tiene un aparato estatal desproporcionado, en el que son empleadas miles de personas beneficiadas por el sistema de "caudillismo político" imperante en varios estados argentinos.

Tras la decisión de Lobo, el jueves miles de personas salieron a las calles de la capital provincial e incendiaron las sedes de los tres Poderes locales, arrasaron las viviendas de varios dirigentes locales y saquearon supermercados.

Ayer viernes, una vez desplegadas ingentes fuerzas policiales en la capital, los desórdenes se trasladaron a la vecina localidad de La Banda, donde se registraron incidentes similares a los del día anterior.

Hoy, con el mandato del Presidente Menem y acompañado por el Ministro del Interior, Carlos Ruckauf, Schiaretti asumió como interventor federal al pie de las ruinas todavía humeantes de la Casa de Gobierno provincial, unos de los blancos de la ira popular de estos días.

La ceremonia fue custodiada por 300 gendarmes fuertemente armados y que formaron un cordón de protección alrededor de los funcionarios, los que, sin embargo, fueron igualmente alcanzados por los insultos lanzados por el millar de personas que se congregó en el lugar.

En medio de los silbidos contra las autoridades salientes, el interventor prometió que su primera medida será comenzar a abonar los salarios adeudados a los trabajadores públicos. Según se reveló ayer, de Buenos Aires, el plan de Schiaretti consistirá en sanear las cuentas fiscales de la deficitaria provincia, obtener dinero federal para lanzar obras públicas, y bajar los

"Existe un aparato estatal muy sobredimensionado"

escandalosos salarios de los funcionarios jerárquicos de la provincia.

Entretanto, el estallido de Santiago del Estero provocó preocupación en el mundo político y empresario local. Si bien ayer la Bolsa de Buenos Aires recuperó índices positivos, los empresarios argentinos, según señala hoy el diario La Nación, señalaron que el ajuste económico debe continuar, a pesar de los reclamos de los sectores empobrecidos del país.

En ese mismo sentido, altos exponentes del Gobierno nacional reiteraron que las causas del levantamiento popular no se debe al ajuste económico sino que se generó a raíz de las desinteligencias de la administración provincial, e insisten que la situación explosiva fue aprovechada por infiltrados políticos.

Motines por doquier

Los detenidos de la cárcel de Mercedes, a 60 kilómetros al Oeste de Buenos Aires, se amotinaron ayer protagonizando un choque armado con los guardiacárceles, y un interno habría sufrido heridas, informaron fuentes de prensa.

Con el motín carcelario de Mercedes, son cuatro los centros de detención argentinos en los que los reclusos llevaron a cabo protestas, incluso con la toma de rehenes.

En casi todos los motines la exasperación que llevó al amotinamiento se puede establecer, según exponentes carcelarios que no quisieron identificarse, a la desilusión por las reducciones de penas de fin de año que no llegan o son inferiores a las esperadas, y a las superpobladas penitenciarías.

Mercedes alberga a un millar de detenidos, 200 más de los 800 internos en condiciones de alojar.

Las otras prisiones en donde las autoridades enfrentan dificultades son las de La Plata (50 kilómetros al sur de Buenos Aires), Batán (300 kilómetros al oeste) y Bahía Blanca, 650 kilómetros al sur.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400793
TITULO El interventor dijo que mañana se empiezan a pagar sueldos atrasados.
PROCEDENCIA CLARÍN
FECHA DE 19/12/93
VINCULACIONES 66960
11852

EL INTERVENTOR DIJO QUE MAÑANA SE EMPIEZA A PAGAR

Schiaretti asumió en a la sede incendiada

Con la promesa de pagar los sueldos adeudados en la administración pública y de convocar en cinco meses a elecciones para gobernador, ayer asumió Juan Schiaretti como interventor federal en Santiago del Estero. La ceremonia fue tumultuosa, alrededor de mil quinientas personas repudiaron a las autoridades salientes y reclamaron "justicia" al interventor. Los obispos santiagueños, en tanto, criticaron a la dirigencia política y dijeron que el estallido del jueves pasado se produjo por la falta de respuesta a los reclamos sociales. El ministro de Economía, Domingo Cavallo, dijo en cambio que solo la continuidad de este plan garantiza la paz social (ver también páginas 4 a 10, Suplemento Económico y Segunda Sección).

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

SANTIAGO DEL ESTERO (Enviado especial). — Con un acto simbólico de demostración de fuerza y el anuncio de que mañana se comenzarán a pagar paulatinamente los salarios caídos de la administración pública, el ministro del Interior, **Carlos Ruckauf**, puso en funciones como interventor federal ayer a **Juan Schiaretti**.

La ceremonia de toma del poder fue acompañada de lo que parecía **una lenta pacificación**, ya que ayer no hubo nuevos saqueos ni incidentes, aunque sí alborotadas manifestaciones de protesta contra el ex gobernador **Fernando Martín Lobo** y todo lo que representara al "establishment" político local. Después de jurar, Schiaretti anunció que iba a entregar el poder a un gobernador **elegido democráticamente en 150 días a contar de la fecha**, tal como establece la ley de intervención aprobada por el Congreso en la urgente sesión del jueves a la medianoche.

A las 11 de la mañana en punto Ruckauf, Schiaretti y sus colaboradores llegaron en el Tango-04 al muy modesto aeropuerto local, donde fueron recibidos por Lobo, quien así por primera vez había abandonado la Jefatura de la Policía provincial, lugar donde estuvo atrincherado

Desde allí, en un **ómnibus custodiado por cuatro camionetas con gendarmes pertrechados con armas de guerra y patrulleros y motos de la Policía provincial**, la delegación se dirigió a la céntrica plaza San Martín. En el camino algunas perso-

Daniel Rodríguez

01_02

9400793.

LOS SUELDOS ATRASADOS

Santiago, frente de la gobernación

nas saludaron afectuosamente a Schiaretti y otras le hacían el clásico gesto con las manos de **pagar dinero**, en alusión a los sueldos de los empleados públicos, tres meses atrasados.

♦ Una historia repetida

Schiaretti juró como el **interventor número 29** de la conflictiva historia santiagueña. Y para aprovechar el escenario de los desmanes recientes como plataforma de inicio de su propia gestión, lo hizo **en la puerta de entrada de la incendiada Casa de Gobierno**, frente a más de **1.500 enardecidas personas**, que hacían oír a toda voz sus reclamos de **pago de sueldos atrasados** y **"justicia"** para los responsables del descalabro provincial (véase página 4).

Custodiado por un **impresionante dispositivo de seguridad** de cientos de efectivos de la Gendarmería Nacional, que habían montado dos cordones alrededor de las ruinas de la Casa de Gobierno, Schiaretti formuló un encendido llamado a los santiagueños a **"recomponer la paz social, atender las necesidades de los más humildes y luchar contra la corrupción"**.

Frente a una mesa —que dos empleados públicos trajeron desde una oficina cercana bajo custodia policial—, con una Biblia y un crucifijo de bronce, custodiado por la bandera nacional y la local y sobre vidrios rotos y otros restos materiales de las refriegas del jueves, el "Gringo" Schiaretti desplegó un **discurso de barricada**, quizá recordando los ya muy lejanos tiempos de líder universitario durante el Cordobazo de 1969.

Después mientras una parte importante de los manifestantes **insultaban a Lobo, al presidente Carlos Menem y al caudillo radical José Zavalía**, Schiaretti puso en funciones a sus ministros de Gobierno, **Jorge Busti**; de Economía, **Esteban Dómina**; de Salud y Acción Social, **Alfredo Gutiérrez** y al secretario de Seguridad, brigadier **Andrés Antonietti**.

Antonietti, un **amigo personal del presidente Menem**, además de la seguridad en la provincia se encargaría de colaborar **con un equipo de abogados** que trajo Schiaretti en la investigación de las **denuncias de corrupción** que pesan contra ex autoridades locales.

Terminado el acto, Schiaretti hizo otra arriesgada jugada: acompañado de su esposa **Agustina**, caminó los 80 metros que separan la derruida Casa de Gobierno de la sede de la delegación local de la Policía Federal, a través de un **cordón de gendarmes con perros y lanzagases**, bajo el agobiante sol del mediodía santiagueño. Pero lo hizo acompañado del ex gobernador Lobo, lo que enardeció a parte de la multitud que arrojó **un hierro y piedras** contra las autoridades salientes.

El primer acto de Schiaretti como interventor fue una conferencia de prensa en compañía de Ruckauf, quien después de manifestar su cuota diaria de fe menemista, aclaró que la intervención se produjo recién ahora porque hace 45 días atrás, luego de la renuncia del ex gobernador Carlos Mujica, el líder radical **José Zavalía** y los líderes locales del justicialismo **"se opusieron y pidieron privadamente una solución santiagueña"**.

Zavalía, cómodo ganador en las elecciones del 3 de octubre, ya manifestó que se opone a Schiaretti **"porque ideológicamente representa lo mismo que Cavallo"**, fue el gran ausente del acto de ayer, aunque sí acompañó el desembarco federal en esta provincia el intendente radical de esta capital, **Mario Bonacina**.

Schiaretti coincidió con Ruckauf en que la crisis local es **"básicamente moral"**

Su segundo acto de gobierno fue buscar un lugar donde establecer su despacho y su residencia. La sede de su gobierno, en principio, estaría en el moderno edificio de la Justicia federal, que por estar lejos del centro escapó al fuego de la ira popular.

Daniel Santoro

BOMBAS DE ESTRUENDO, GASES

Violenta la sanción

Violentos choques contra la Policía se produjeron ayer en La Rioja cuando unos tres mil empleados públicos manifestaron contra una ley de ajuste que la Legislatura había votado en la madrugada. Hubo una veintena de heridos. La puerta de la Casa de Gobierno provincial resultó totalmente quemada. La nueva ley recorta salarios y puede derivar en diez mil despidos. Hoy habrá otra marcha. Anoche arribaron efectivos de Gendarmería Nacional.

LA RIOJA (Especial). — **Violentos incidentes** se registraron ayer en la mañana al reprimir la Policía provincial una manifestación de empleados públicos que protestaba frente a la Casa de Gobierno por la **aprobación de una ley ómnibus, que, entre otras cosas, reduce los sueldos estatales.** La manifestación congregó unas tres mil personas y se extendió desde las 9 hasta las 15 de ayer.

El gobierno de La Rioja solicitó al gobierno central el apoyo de fuerzas de Gendarmería para controlar la situación. El estallido social era seguido con atención desde Buenos Aires, y para mañana los gremios convocaron otra manifestación.

Como saldo de los choques de ayer quedaron unos **veinte heridos**, contusos y un policía con una leve quemadura por una bomba de estruendo, la **puerta principal de acceso a la Casa de Gobierno, totalmente quemada y al igual que una camioneta Ford F-100 propiedad del mayordomo de la sede gubernamental. También fueron destruidos monumentos y plantas de la plaza principal**, que muestran claramente los signos de una **batalla campal.**

No se recuerda una represión igual desde la época de la dictadura del general **Juan Carlos Onganía**, en los años 60, cuando la Policía también reprimió a los empleados provinciales y a simpatizantes justicialistas.

La población riojana se había acostado mientras la Legislatura provincial aprobaba **una ley ómnibus, al estilo de Santiago del Estero**, que obliga a drásticos recortes del gasto público. La sesión finalizó a las 3 de la madrugada y los diputados ampliaron la ley, incluyendo a los docentes, que no figuraban en el proyecto del Ejecutivo.

Todas las organizaciones gremiales, a pesar de la división que mantienen, **habían convocado para ayer a las 9 en la plaza 25 de Mayo, la principal de la ciudad para repudiar la ley**, frente a la Casa de Gobierno.

Fue así como se encontraron dirigentes de la CGT, encabezados por su flamante delegado regional, **Nicolás de la Fuente** (ATSA); de la **Asociación de Trabajadores Provinciales (ATP)**, cuyo secretario general, [illegible] **Asís**, llegó antenoche de Buenos Aires. Estaban presentes delegaciones de gremios tales como Previsionales (APOPS), Gráficos, Luz y Fuerza, Municipales (SOEM), ATE, y de la Educación, AMP, entre otros.

Los manifestantes, enardecidos, sobrepasaron a la

T... P... FECH... VINCUL...

Y MAS DE VEINTE HERIDOS FRENTE A LA CASA DE GOBIERNO

protesta en La Rioja tras de una ley de "ajuste"

dirigencia, y **desbordaron la barrera de policías que se había apostado frente al acceso principal de la Casa de Gobierno, quitándoles la cuerda que habían puesto a modo de valla.**

La intención evidente era ocupar la Casa de Gobierno, pero eso fue impedido por la Guardia de Infantería que desde dentro cerró la pesada puerta de madera. Ante esto, los manifestantes se agruparon frente a esa puerta, donde intentaron realizar un acto. Pero cuando los oradores, el cegetista De la Fuente y el atepeísta Asís, intentaron hablar **fueron dispersados por bombas de gases lacrimógenos** disparadas por la Policía desde dentro de la Casa de Gobierno.

A partir de ese momento, se produjeron constantes escaramuzas entre los manifestantes y las fuerzas policiales, en las que se los trabajadores llevaban las de perder, pues la Guardia de Infantería, además de cascos y escudos protectores y de las granadas de gases, utilizaba balas de goma.

En un momento, los manifestantes **dieron vuelta una camioneta frente a la Casa de Gobierno, la que comenzó a arder por efectos de una bomba de estruendo.** Se acercó un autobomba para intentar apagarla, pero fue recibida con una lluvia de piedras que lo obligó a huir rápidamente.

Inclusive el propio gobernador **Bernabé Arnaudo** tuvo que abandonar su despacho ubicado en el primer piso de la sede gubernamental, **porque un manifestante devolvió una granada de gas hasta la sala contigua.**

En una de las avanzadas lograron colocar varias bombas de estruendo y ramas en la puerta principal, que tomó fuego. Luego tomaron una cuerda y, atándola a una manija, **lograron sacar un cuadrante de la puerta, por donde tiraron bombas de estruendo hacia adentro.**

Los manifestantes, encabezados por los gremialistas, exigían el veto del Ejecutivo a la ley (cosa improbable si se tiene en cuenta que fue el propio gobernador quien firmó el proyecto) o de lo contrario la renuncia de todo el gobierno, en sus tres poderes.

Los gremialistas convocaron a una nueva manifestación para hoy, jornada en la que se esperan contingentes de trabajadores de **Chilecito, Aimogasta, Chepes** y otras localidades del interior.

Julio Morales

02-02

9400794

Esta vez los incidentes se produjeron en el interior de la provincia

Nuevas revueltas en Santiago

Trabajadores municipales de las ciudades santiagueñas de Termas de Río Hondo, Loreto y Fernández, que no cobraron los adelantos salariales prometidos por la intervención federal, protagonizaron ayer incidentes y la toma de edificios públicos, mientras que la Gendarmería respondió con un significativo despliegue de efectivos.

En Termas —a 80 kilómetros de Santiago— obreros y empleados públicos arrojaron basura y bombas de estruendo y atacaron la casa del intendente comunal, Carlos Nieva, mientras que en Loreto y Fernández —a 60 y 50 kilómetros de Santiago— cerraron repentinamente varios comercios y permanecían tomadas a las 17,30 horas de ayer las respectivas sedes municipales.

Momentos de gran tensión se vivieron en las tres ciudades, tanta que el secretario de Seguridad de la intervención, brigadier Andrés Antonietti, tuvo que recorrerlas para hacerse un panorama de la situación.

En la capital provincial, la mayoría de los empleados públicos y jubilados que pugnaban ayer por cobrar el adelanto salarial realizaron colas de hasta cinco horas y dos cuadras —con una temperatura cercana a los 40 grados— frente a la sede central del Banco Provincia y sus sucursales, donde pasaron la noche docentes del interior para intentar suerte hoy.

Los supermercados y almacenes se llenaron rápidamente pues la gente no tenía víveres desde hacía por lo menos 15 días, según se indicó.

Como en algunos lugares se registraron inconvenientes y discusiones para cobrar por errores de computación o porque, por ejemplo, un docente que trabaja en dos lugares sólo puede cobrar un adelanto, fuentes de la intervención no descartaron la posibilidad de enviar gendarmes a las zonas más "intranquilas".

En ese sentido, se señaló que existía "malestar de la población" en las ciudades de Loreto, Fernández y en la zona de Termas de Río Hondo.

El personal del Estado santiagueño no cobraba el sueldo desde el mes de setiembre y se encontraba en disponibilidad por la Ley Omnibus sancionada por la Legislatura local, que para el pueblo fue un intento para hacer pagar los costos del ajuste a los sectores de más bajos recursos.

Ayer de mañana, el interventor Juan Schiaretti, en compañía del ministro de Gobierno, Jorge Busti, recorrió las largas colas, donde recibió algunos aplausos.

Mientras tanto, con la asunción de los vocales Angela Ledesma, José Barado y Enrique Pedicone, quedó conformado el nuevo Tribunal Superior de Justicia, cuya tarea estará centrada en la investigación de los 70 casos de corrupción denunciados en la Provincia.

Sobre este tema, el ministro Busti advirtió que los santiagueños "ya no creen más en la Justicia ni en el poder político" de la Provincia y denunció que todos los legisladores tenías "más de cien asesores con sueldos de 7.000 u 8.000 pesos" cada uno.■ *(DyN)*

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

Protesta riojana: condicionan el diálogo con el gobierno

Un petitorio de ocho puntos "irrenunciables" entregó ayer la Intersindical de La Rioja al obispo de esa provincia, como condición para dialogar con el gobierno y analizar una salida a la crisis local. En tanto, ayer el gobierno nacional dispuso crear 3 mil puestos en la primera mitad del año próximo. También ayer se realizó la séptima marcha contra el ajuste.

LA RIOJA (Especial). — Luego de la **séptima marcha** de los riojanos contra la política económica provincial, la comisión intersindical (organizadora de la protesta) entregó ayer al obispo **Fabriciano Sigampa** —que actúa como mediador en el conflicto— un petitorio de ocho puntos **"irrenunciables"** como condición para sentarse a dialogar con el gobierno riojano.

La manifestación, que como las anteriores tuvo una masiva concurrencia, **se realizó en forma pacífica y con una fuerte adhesión de los comerciantes locales.** A la tradicional consigna del silencio se sumó ayer el **"dolor"** por los sucesos ocurridos en la vecina provincia de Santiago del Estero (ver páginas 2 a 9).

Ayer por la tarde, el gobernador **Bernabé Arnaudo** viajó a Buenos Aires, donde compartió la reunión del gabinete nacional, que analizó la crisis que atraviesan las provincias del noroeste. Al término del encuentro, el gobierno nacional informó que **creará en La Rioja tres mil puestos de trabajo para los primeros seis meses del '94, con un costo de más de seis millones de dólares,** en el marco de Programa Intensivo de Trabajo. El acuerdo se firmará el lunes en esa provincia por el ministro de Trabajo **Enrique Rodríguez** y el gobernador **Arnaudo.**

Monseñor Sigampa también viajó para entrevistarse con el presidente **Menem** y reclamar, **"en nombre de los trabajadores"**, la derogación de la ley de ajuste.

El petitorio que la intersindical entregó al obispo, exige fundamentalmente **"no sancionar ninguna ley referida a la reforma del Estado hasta el 1° de abril de 1994".**

A modo de asamblea, los manifestantes aprobaron a mano alzada los puntos del petitorio, que incluyen el **rechazo a una posible intervención de la provincia y el compromiso de evitar futuras cesantías.**

En el documento también se solicita el pago de los aportes previsionales de los trabajadores y la no transferencia del sistema jubilatorio a la Nación. Desde el punto de vista gremial, se pide el "irrestricto respeto" al derecho de huelga, la reincorporación de los cesantes y que no se descuenten las jornadas no trabajadas.

La séptima marcha desde que la semana pasada la Legislatura provincial sancionó la ley "ómnibus" de ajuste fue algo más corta que las anteriores.

La concentración incluyó una celebración religiosa, oficiada por los sacerdotes **Delfor Brizuela** y **Henry Paolini**, con la intención de unirse "a los hermanos santiagueños".

En tanto, diez intendentes del interior de la provincia se autoconvocaron y descalificaron el ajuste a nivel municipal.

ESTALLIDO EN EL INTERIOR

Protesta riojana: condicionan el diálogo con el gobierno

Un petitorio de ocho puntos "irrenunciables" entregó ayer la Intersindical de La Rioja al obispo de esa provincia, como condición para dialogar con el gobierno y analizar una salida a la crisis local. En tanto, ayer el gobierno nacional dispuso crear 3 mil puestos en la primera mitad del año próximo. También ayer se realizó la séptima marcha contra el ajuste.

LA RIOJA (Especial). — Luego de la **séptima marcha de los riojanos** contra la política económica provincial, la comisión intersindical (organizadora de la protesta) entregó ayer al obispo **Fabriciano Sigampa** —que actúa como mediador en el conflicto— un petitorio de ocho puntos **"irrenunciables"** como condición para sentarse a dialogar con el gobierno riojano.

La manifestación, que como las anteriores tuvo una masiva concurrencia, **se realizó en forma pacífica y con una fuerte adhesión de los comerciantes locales.** A la tradicional consigna del silencio se sumó ayer el **"dolor"** por los sucesos ocurridos en la vecina provincia de Santiago del Estero (ver páginas 2 a 9).

Ayer por la tarde, el gobernador **Bernabé Arnaudo** viajó a Buenos Aires, donde compartió la reunión del gabinete nacional, que analizó la crisis que atraviesan las provincias del noroeste. Al término del encuentro, el gobierno nacional informó que **creará en La Rioja tres mil puestos de trabajo para los primeros seis meses del '94, con un costo de más de seis millones de dólares,** en el marco de Programa Intensivo de Trabajo. El acuerdo se firmará el lunes en esa provincia por el ministro de Trabajo **Enrique Rodríguez** y el gobernador **Arnaudo.**

Monseñor Sigampa también viajó para entrevistarse con el presidente **Menem** y reclamar, **"en nombre de los trabajadores"**, la derogación de la ley de ajuste.

El petitorio que la intersindical entregó al obispo, exige fundamentalmente **"no sancionar ninguna ley referida a la reforma del Estado hasta el 1° de abril de 1994".**

A modo de asamblea, los manifestantes aprobaron a mano alzada los puntos del petitorio, que incluyen el **rechazo a una posible intervención de la provincia y el compromiso de evitar futuras cesantías.**

En el documento también se solicita el pago de los aportes previsionales de los trabajadores y la no transferencia del sistema jubilatorio a la Nación. Desde el punto de vista gremial, se pide el "irrestricto respeto" al derecho de huelga, la reincorporación de los cesantes y que no se descuenten las jornadas no trabajadas.

La séptima marcha desde que la semana pasada la Legislatura provincial sancionó la ley "ómnibus" de ajuste fue algo más corta que las anteriores.

La concentración incluyó una celebración religiosa, oficiada por los sacerdotes **Delfor Brizuela** y **Henry Paolini**, con la intención de unirse "a los hermanos santiagueños".

En tanto, diez intendentes del interior de la provincia se autoconvocaron y descalificaron el ajuste a nivel municipal.

9400797
Renuncia presidente de la Corte Suprema.
LA NACIÓN 150015
1/12/93
66960
11164
11302

Boggiano cedió a la presión de sus pares

Sin salida: el ministro renunció a la presidencia de la Corte cuando su destitución, decidida por cinco jueces, parecía inminente.

El doctor Antonio Boggiano, como consecuencia de las presiones a que fue sometido por el Gobierno y por sus propios pares, renunció ayer a la presidencia de la Corte Suprema de Justicia, función que había asumido por la estrecha mayoría de cinco votos de sus pares en abril último.

El prestigio del magistrado quedó dañado cuando una denuncia lo involucró con la desaparición de una sentencia del tribunal. Pero su decisión fue el epílogo de las presiones que los hombres del oficialismo ejercieron sobre él.

El movimiento de pinzas para desplazarlo de la Corte había comenzado el jueves último. Los ministros Rodolfo Barra, Eduardo Moliné O'Connor y Julio Nazareno le solicitaron que se fuera del tribunal, pero el domingo Boggiano rechazó el planteo.

La estrategia

Ese mismo día, en la reunión que Raúl Alfonsín mantuvo con Eduardo Bauzá y Carlos Corach se acordó una nueva estrategia: que fueran los propios ministros los que destituyeran a Boggiano de la presidencia, para inducirle la idea de que era conveniente renunciar para evitar mayor desprestigio.

Esta fue la operación que anteayer Barra, vicepresidente a cargo de la presidencia hasta que los jueces elijan un nuevo titular, encaró en el tribunal. En compañía de Cavagna Martínez comenzó a visitar a los demás ministros para juntar las firmas necesarias.

En el acuerdo de ayer por la mañana, al cual no concurrió Moliné O'Connor –que se fue el viernes último a Punta del Este–, Boggiano procuró eludir el tratamiento del tema, con el argumento de que faltaba un ministro.

El primer intento para destituirlo falló, porque Barra, Cavagna, Belluscio y Petracchi no contaban con la quinta firma necesaria para reunir la mayoría. Nazareno y Ricardo Levene sostenían una postura intermedia: que Boggiano pidiera licencia por tres meses.

Ultimos aprestos

El tribunal pasó a un cuarto intermedio hasta las 18, y las primeras horas de la tarde sirvieron para convencer a Nazareno –que había sido dejado en libertad de acción por sus contactos políticos– para que apoyara la destitución de Boggiano.

Con esa estrategia ya armada, los ministros se reunieron a las 18.15 y en diez minutos lograron su objetivo.

Barra y Cavagna tomaron la palabra. Inmediatamente quedaron en claro los apoyos con que contaba la iniciativa, aunque Levene, en una actitud ambigua, no se pronunció y se retiró del acuerdo con la explicación de que debía asistir a un acto que se realizó anoche en honor de su padre.



Cavagna Martínez apoyó la destitución de Boggiano (Foto de Lucio Solari)

La destitución del doctor Boggiano parecía entonces inminente, pero fue Carlos Fayt quien sugirió a Boggiano que tomara la iniciativa de presentar la renuncia, para evitar mayor desprestigio. La misma reacción había tenido este ministro cinco años atrás, cuando convenció para que renunciara al entonces presidente del cuerpo José Caballero, cuya remoción había sido decidida por Jorge Baqué, Petracchi y Belluscio en una Corte que sólo tenía cinco ministros.

Un pico de tensión

La tensión del acuerdo, según una fuente, habría alcanzado su punto más álgido cuando los ministros Boggiano y Cavagna Martínez cruzaron duras palabras. Pero, Boggiano, luego de retirarse por unos momentos del acuerdo para mantener una conversación telefónica muy reservada, decidió presentar su renuncia, que todos los ministros aceptaron.

Paradójicamente, el desplazamiento de Boggiano, que no satisface las necesidades del radicalismo, que pretende tres vacantes en el cuerpo y cuyo líder Alfonsín impulsó la separación de Boggiano, colocó a cargo de la presidencia del cuerpo a Barra, uno de los hombres que, según ese partido, es el más cercano a Menem dentroi del tribunal.

Mientras tanto, quedó flotando en el aire una frase pronunciada por dos ministros: "No hay signos de que alguien vaya a renunciar al tribunal".

Boggiano cedió a la presión de sus pares

Sin salida: el ministro renunció a la presidencia de la Corte cuando su destitución, decidida por cinco jueces, parecía inminente.



Cavagna Martínez apoyó la destitución de Boggiano (Foto de Lucio Solari)

El doctor Antonio Boggiano, como consecuencia de las presiones a que fue sometido por el Gobierno y por sus propios pares, renunció ayer a la presidencia de la Corte Suprema de Justicia, función que había asumido por la estrecha mayoría de cinco votos de sus pares en abril último.

El prestigio del magistrado quedó dañado cuando una denuncia lo involucró con la desaparición de una sentencia del tribunal. Pero su decisión fue el epílogo de las presiones que los hombres del oficialismo ejercieron sobre él.

El movimiento de pinzas para desplazarlo de la Corte había comenzado el jueves último. Los ministros Rodolfo Barra, Eduardo Moliné O'Connor y Julio Nazareno le solicitaron que se fuera del tribunal, pero el domingo Boggiano rechazó el planteo.

La estrategia

Ese mismo día, en la reunión que Raúl Alfonsín mantuvo con Eduardo Bauzá y Carlos Corach se acordó una nueva estrategia: que fueran los propios ministros los que destituyeran a Boggiano de la presidencia, para inducirle la idea de que era conveniente renunciar para evitar mayor desprestigio.

Esta fue la operación que anteayer Barra, vicepresidente a cargo de la presidencia hasta que los jueces elijan un nuevo titular, encaró en el tribunal. En compañía de Cavagna Martínez comenzó a visitar a los demás ministros para juntar las firmas necesarias.

En el acuerdo de ayer por la mañana, al cual no concurrió Moliné O'Connor –que se fue el viernes último a Punta del Este–, Boggiano procuró eludir el tratamiento del tema, con el argumento de que faltaba un ministro.

El primer intento para destituirlo falló, porque Barra, Cavagna, Belluscio y Petracchi no contaban con la quinta firma necesaria para reunir la mayoría. Nazareno y Ricardo Levene sostenían una postura intermedia: que Boggiano pidiera licencia por tres meses.

Ultimos aprestos

El tribunal pasó a un cuarto intermedio hasta las 18, y las primeras horas de la tarde sirvieron para convencer a Nazareno –que había sido dejado en libertad de acción por sus contactos políticos– para que apoyara la destitución de Boggiano.

Con esa estrategia ya armada, los ministros se reunieron a las 18.15 y en diez minutos lograron su objetivo.

Barra y Cavagna tomaron la palabra. Inmediatamente quedaron en claro los apoyos con que contaba la iniciativa, aunque Levene, en una actitud ambigua, no se pronunció y se retiró del acuerdo con la explicación de que debía asistir a un acto que se realizó anoche en honor de su padre.

La destitución del doctor Boggiano parecía entonces inminente, pero fue Carlos Fayt quien sugirió a Boggiano que tomara la iniciativa de presentar la renuncia, para evitar mayor desprestigio. La misma reacción había tenido este ministro cinco años atrás, cuando convenció para que renunciara al entonces presidente del cuerpo José Caballero, cuya remoción había sido decidida por Jorge Baqué, Petracchi y Belluscio en una Corte que sólo tenía cinco ministros.

Un pico de tensión

La tensión del acuerdo, según una fuente, habría alcanzado su punto más álgido cuando los ministros Boggiano y Cavagna Martínez cruzaron duras palabras. Pero, Boggiano, luego de retirarse por unos momentos del acuerdo para mantener una conversación telefónica muy reservada, decidió presentar su renuncia, que todos los ministros aceptaron.

Paradójicamente, el desplazamiento de Boggiano, que no satisface las necesidades del radicalismo, que pretende tres vacantes en el cuerpo y cuyo líder Alfonsín impulsó la separación de Boggiano, colocó a cargo de la presidencia del cuerpo a Barra, uno de los hombres que, según ese partido, es el más cercano a Menem dentroi del tribunal.

Mientras tanto, quedó flotando en el aire una frase pronunciada por dos ministros: "No hay signos de que alguien vaya a renunciar al tribunal".

Destituyeron al presidente de la Corte argentina

BUENOS AIRES - CON el voto de cinco de sus nueve miembros, la Corte Suprema de Justicia de Argentina destituyó anoche a su presidente, Antonio Boggiano, acusado de la desaparición de una sentencia del máximo Tribunal.

Bogggiano se retiró anoche presuroso del Palacio de Justicia, pero en lugar de usar las puertas oficiales donde lo aguardaba la prensa optó salir por la Alcaidía de Tribunales, por donde entran y salen los presos.

La decisión fue adoptada por el acuerdo de los jueces Rodolfo Barra -que quedó al frente del Tribunal-, Augusto Belluscio, Ricardo Petracchi, Julio Nazareno y Mariano Cavagna Martínez.

Boggiano fue cuestionado tras la desaparición de una sentencia que condenaba al Estado a pagar unos honorarios millonarios a un abogado qué participó de la liquidación de una entidad bancaria.

Pedido de juicio político

Ese escándalo, desatado por la filtración del episodio a la prensa, obligó a que se presentaran en la Cámara de Diputados media docena de solicitudes de juicio político contra todos los integrantes de la Corte.

El propio Boggiano ha sido acusado por diputados del oficialista Partido Justicialista (PJ) y de la Unión Cívica Radical (UCR), el principal de la oposición.

Según fuentes judiciales, la destitución del magistrado al frente de la Suprema Corte de Justicia tiene la intención de forzar su renuncia, dentro de los acuerdos del gobierno con la UCR para reformar la Constitución.

El ex presidente Raúl Alfonsín, otra vez al frente de la UCR desde mediados del mes pasado, pidió al jefe de Estado, Carlos Menem, una serie de garantías para aceptar su modelo de reforma constitucional que incluye una cláusula de reelección.

Entre ellas destaca la reestructuración de la Corte, considerada oficialista por la oposición. ■ *(EFE)*

Copia Nro. de Ejemplares.
Pagina de Paginas

CONFIDENCIAL ARMADA

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL
COMUNIDAD NAVAL DE INTELIGENCIA
AGENCIA CENTRAL

R E S U M E N D E I N F O R M A C I O N Nro. 015/94 .-

AGENCIA: SEINT.-

FECHA: 22 de Enero de 1994.-

REFERENCIA: RESIN Nº 010/14/I/94.-

ORIGEN: SEINT

AREA/PAIS: BELLA UNION - ARTIGAS - R.O.U.

DIFUSION ANTERIOR: NEGATIVO

DISTRIBUCION: DGID - CIA./C/INF. - DNII - SIFAU - ARCHIVO.-

ANEXOS: "ALFA"

TEXTO: Referente a lo solicitado,

SECRETARIA DE INTELIGENCIA NAVAL - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

Capitán de Fragata (CG)
Francisco VALIÑAS
Jefe de la Secretaria
de Inteligencia Naval

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 26 ENE 1994
Paso a Bibliografía - Sto Soto
Nº de Orden 9400798

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha de Entrada 25/01/94
Pasa a Otor
Nº. de Identificación 9400798

CONFIDENCIAL ARMADA

REPUBLICA ORIENTAL
DEL
URUGUAY

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA

VERDAD LEALTAD

OPORTUNIDAD SEGURIDAD

ARMADA SECRETARIA INTELIGENCIA NAVAL URUGUAY

SECRETARIA DE INTELIGENCIA

NAVAL

002

ANEXO - "ALFA".-

Se ha detectado un clima de intranquilidad en la zona de Bella Unión, producto de rumores que empezaron a circular a partir del cierre de la Empresa SAICO, la que se dedicaba a la producción de primor .-
Este cierre se produce a pocos días de la visita del Señor Presidente de la República al que se la presentaron dos petitorios, uno de los cuales fue elevado por el Presidente de CALNU, Sr Daniel MORAES. Estos rumores se confirmaron al hacerse público en el semanario local, el que editó en sus titulares "Nefasto comienzo del 94: otra vez la desocupaación está entre nosotros"; se destaca en páginas interiores el reportaje a distintas personalidades de izquierda locales, sus posiciones de preocupación e incluso de medidas de fuerzas como el que plantea el dirigente del SUTRA, Joel MORALES el que sugiere la idea de movilizará los trabajadores y cortar la ruta para llamar la atención de los políticos.- También se desprende de dichas declaraciones que existiría una maniobra con el cierre del SAICO, según declaraciones de Abel SANTANA, para generar una situación social que obligue al Banco República a aportar el fondo de garantía prometido para la reconversión de la zona solicitado en el petitorio entregado al Sr. Presidente de la República en su visita a esta ciudad el dia 14/XII/93.- En dicho Semanario también una carta publicada del Sr. Jesús Hugo IRIBARREN LOPEZ que agrega una propuesta más dentro de la crítica situación de la zona y apunta al estado de la ciudad, la falta de saniamiento, el estado de las calles y el nivel de calidad de agua que suministra OSE,sugiriendo a unirse todos y no pagar la patente de rodados, la contribución inmobiliaria y las tarifas de OSE, como plan de protestas hasta que se solucionen dichos problemas.-
Por último se han evaluado como fecha probable para una reunión de productores el 22 de enero, en la cual se podría solicitar la renuncia del actual Directorio de CALNU Y medidas de fuerza,como ser la toma del ingenio azucarero.
Se destaca que el Semanario "Encuentro del Norte" es el de mayor influencia a nivel local, siendo su propietario el Sr. Antonio SPECIALI.
Se ha evaluado como rumor generalizado la posible ida de la zona del Presidente de CALNU, Sr. Daniel MORAES y que se radicaría en España,de confirmarse este rumor podría acelerar el proceso de crisis que afecta a CALNU y la zona en general.-
De las personas entrevistadas por el semanario "Encuentro del Norte, se poseen las siguientes anotaciones :

<u>PADRE PANCHO:</u> (Francisco BARBOZA. Párroco de la Iglesia Santa Rosa de Lima, integrante de la Intersectorial de Bella Unión).-
<u>Joel MORALES:</u> (Secretario General del SUTRA, miembro de la

UTAA y M26M.-
Mariela WINS: (Ex MLN-T,integrante de la Intersectorial de Bella Unión y miembro de UTAA).-
Pablo ALVEZ: (Obrero y Dirigente del Sindicato del SAICO, Miembro del SUTRA, UTAA, y M26M).-
Abel SANTANA: (Presidente de la Póliclinica de UTAA y Miembro del M26M).-
Antonio SPECIALI GODOY: (Propietario del Semanario "Encuentro del Norte"). Ex MLN-T.-

ENCUENTRO DEL NORTE

Bella Unión
8 de enero de 1994

Nefasto comienzo del ´94: otra vez la desocupación está entre nosotros

SAIGO cerró sus puertas y 70 familias viven la zozobra de su futuro

Agremiaciones obreras de la zona se encuentran en estado de alerta

SAICO: UNA EMPRESA QUE ENVIA 70 OBREROS AL SEGURO DE PARO

70 TRABAJADORES DEL SAICO QUE AUN NO SALEN DE SU ASOMBRO

Como de la noche a la mañana se quedan sin trabajo los obreros del SAICO. Se reunieron con los representantes de los gremios SOCA - SUTRA - UTAA - y también la INTERSECTORIAL, Encuentro del Norte, siempre atento a los problemas de la zona estuvo presente en la misma, donde se escucharon las siguientes expresiones:

Padre Pancho (Intersectorial)

"Queremos expresar nuestra solidaridad y ofrecer un espacio en la Intersectorial para que puedan plantear su situación y ver como se puede promover el mayor respaldo posible. Me parece que sea por lo que sea, por lo que yo tenga que luchar, es fundamental que se dé el máximo de respaldo de participación de distintas fuerzas, porque hoy surge este problema, pero no va a ser el único. Se van a venir otras situaciones y cada vez van a ser más. Me parece que es importante ver como unirse, como encontrar espacio donde se pueda sensibilizar a la opinión pública y promover una movilización en el aspecto social, popular, que realmente haga llegar a otras esferas y a nivel nacional, lo que está sucediendo en Bella Unión, que no suene solo una campana. Me parece que eso es muy importante y querría que nuestra presencia fuera sentida como expresión de solidaridad, de gente que estamos cerca de ustedes y comprendiendo, pues esto lo velamos venir".

JOEL MORALES (SUTRA)

"Esta situación no es de ahora, ha venido mucha gente quedando desocupada. Si ustedes salen a recorrer la chacras de Franquía, Calpica y Cainsa. es un desastre, prácticamente estamos dentro de un caos total. Calnú mismo no se sabe como va a salir de la situación, esto es un drama de todo Bella Unión, no es solamente de los trabajadores de SAICO.

El Sindicato nuestro, cuando frente a la rebaja de salario, con una huelga ,nosotros declamos que no era a través de la rebaja salarial que iban a solucionar los problemas, pero si tratamos de buscar, de ampliar las cosas bien discutidas y con los propios pequeños y medianos productores, cosa que en determinado momento fuimos logrando . Después, por algunos motivos se entorpecieron las negociaciones y no se pudo llevar adelante las mismas. Nos integramos a la Intersectorial que ya estaba funcionando con toda la problemática de la industria azucarera, donde se hizo movilizaciones. Pero a veces, el propio trabajador, no toma conciencia de las cosas, tanto el tema del SAICO como otros temas son problemas de Bella Unión que afecta a toda la industria azucarera y sabemos que hay muchos personajes que de repente siempre están en las direcciones y que no son mal vistos por parte de la población pero nosotros dependemos de esto y habrá que luchar y movilizamos por nuestro salario, por nosotros, y no es defender a un patrón, es defender nuestro salario. A veces, al trabajador le cuesta entender esto. Hay patrones que dejan todo el trabajo de la caña y se dedican al arroz pues consiguen crédito para eso y capaz que mermará un poco su ganancia, pero él seguirá teniendo su buen pasar, su buen auto, su buena casa, manteniendo su nivel de vida, pero cuántos trabajadores quedan desocupados y por ahí a veces no es defender al patrón sino que es la defensa de la fuente de trabajo y eso es lo que a veces el trabajador no entiende.

En este momento debemos tratar de movilizar a todos y en determinado momento llevar medidas como ser cortar la ruta y otras que realmente se hagan sentir y llamar la atención de los políticos, porque de otra forma, no creo . Las leyes no fueron hechas por nosotros, sino que fueron hechas por los burgueses y ustedes saben que en el parlamento es poca la fuerza que tienen los trabajadores . Las leyes fueron hechas por ellos y si entramos en un pleito estoy seguro que ni el seguro de paro salga y si sale va a pasar cuanto?. Pues si hoy ya, muchos de ustedes, no tienen ni para comer, entonces la situación es realmente crítica. Tenemos que movilizar a todo Bella Unión. Hoy se dio con el SAICO, pero hay mucha gente que ya está sin trabajo y se tuvieron que ir a Maldonado y Montevideo y van a ser más, si no buscamos la participación de todos, no salimos de esto. Y ahora que viene la elección y todos los políticos van a venir a pedir los votos y es el momento entonces de cobrarle a ellos y.

decirles ¿Qué pasa con la gente de Bella Unión?

PABLO ALVEZ
(Obrero de SAICO)

"Manteniendo una charla con los directivos del SAICO, preguntamos si había posibilidades de seguro de paro, conversábamos de que se podía levantar una fuente de trabajo completamente independiente de la empresa y ellos respondieron que sí, que ellos no tendrían ningún problema y junto con nosotros terciarían ante el BROU para que pudiéramos trabajar, los que quisiéramos o los que pudieran o los que nos pusiéramos de acuerdo.

Ahora bien, si hay seguro de paro podíamos entrar en conversación, si no hay seguro de paro, quién de nosotros puede resolver tal situación, ya que sin trabajo y sin un peso eso sería imposible. Por lo tanto tendríamos que formar un grupo de 5 o 6 y ponernos a trabajar, entrevistar a la Intersocial, políticos, etc. y si dejamos pasar esta situación y si no luchamos, puede suceder que entre 15 o 20 días nos digan: No hay seguro de paro y nosotros estamos desorganizados. Ahora bien, si logramos el seguro de paro y nos amansamos, cuando termine el seguro de paro, quizás ni los galpones de la empresa existan, pues no dijeron que hay posibilidades de que eso pase a remate, y ahí sí, a quién le vamos a cobrar. Quizás buscando algunas leyes pueden darnos algo, pero aquellos trabajadores de muchos años en la empresa, que tenemos muchos millones para cobrar, se nos puede ir en esperanza que tal vez nunca más los veamos. Por eso hay que luchar hoy, y todos juntos. Estar alerta y tratar de que participen todos y si hay que movilizarnos que seamos todos y no esperar de otra gente, pues aquí se trata de qué nosotros seamos los que debemos tomar las medidas que correspondan.



MARIELA WINS
(Intersectorial)

" Tenemos que ver que es lo que pasa y exigir a nuestros dirigentes de la zona que hablen claro, que públicamente digan cuál es la situación de todas las empresas de Bella Unión y eso debe ser una exigencia que tenemos que lograr, pues como dicen los obreros del SAICO fueron engañados hasta el último momento, a nosotros nos pasó lo mismo el año pasado, volvimos de la licencia y mucha gente quedó afuera allí en Green Frozen y todos sabemos por rumores cual es la situación de determinadas cosas, que cierra Green Frozen o que no cierra, y de allí depende mucha gente. Yo creo que tenemos que exigirle a los dirigentes de la zona que tienen el sartén por el mango que hablen claro con respecto a la situación de la zona en general y de las empresas. Que la gente de Bella Unión tome conciencia que esto no es un problema del SAICO, sino que es un problema de todos nosotros y que se resuelve con una solución general. Uds. saben que la Intersectorial hizo muchas gestiones a todo nivel y siempre llegamos al triste panorama de que los que decidían en la zona era el Directorio de Calnu. Debemos concientizar por intermedio de los obreros del SAICO que esto es un problema general y que se exijan soluciones políticas, pues esto es un tema político. Aquí en Bella Unión hay mucha gente que no ha tomado conciencia y espera un milagro no se de quién, para que esto se soluciones".

LIRIO A. MARTINS
(Obrero de SAICO)

"Yo la veía venir, y cada vez más fea, la situación, pero nunca pensé que fuera tan así, tan de golpe. Cuando me enteré que quedaba sin trabajo me apenó mucho, pues con la edad que tengo no puedo salir corriendo a buscar otro trabajo. Yo no estoy en condiciones de 25 o 30 años atrás, lo puedo hacer pero... no se ahora lo que voy hacer, me prometieron un seguro de paro, pero aún hoy no es tan así. Yo creo que con la participación de todos los compañeros y los gremios se podrá hacer una buena evaluación de todo esto y hacer un movimiento para ver como se aclara esta situación.

Todos nos pondremos a trabajar para ver que pasa con nuestra situación porque todos quedamos sin trabajo y sin dinero, porque esto fue tan sorpresivo de un día para el otro. fue algo tan de golpe, imprevisto que parece que fuera algo maniobrado, eso es lo que opino y me encuentro muy entristecido no solo por mí, sino también por todas esas familias que trabajan allí y por una empresa que casi nací con ella, ya que hace 12 años que trabajo allí y conozco rincón por rincón de la misma. En aquel momento era una empresa con aproximadamente 100 hectáreas de caña y 4 galpones de tomates de 200 m cada uno y hoy por hoy hay casi 70 galpones y de un día para el otro las cosas se vinieron abajo sin explicaciones, no hubo explicaciones. . ."

ABEL SANTANA
(UTAA)

"Esta situación en el SAICO tiene olor a maniobra que está para cualquier cosa, porque hay toda una lucha adentro del directorio de CALNU por el tema del Fondo de Garantía, donde nosotros hemos participado junto a otros representantes obreros en una reunión con gente del directorio y digo que a nosotros nos quedó oliendo mal esto del famoso tema del Fondo de Garantía. Esto del SAICO no es un hecho aislado de despidos de trabajadores, pero es muy importante por la cantidad de despidos. Porque si bien hubieron otros productores que han hecho lo mismo que hizo el SAICO han liquidado la caña y se han dedicado a otra cosa, y esto es como que trae otro programa dentro de lo que venía sucediendo. Otros se dedicaron al arroz, otros iniciaron algún galponcito. Por eso tengo un montón de dudas sobre eso y creo que si bien existen posibilidades de que puedan acceder al seguro de paro como trabajadores de Packing, porque hay antecedentes en otros lugares como Paysandú y Salto, pero sigo con dudas de cómo se puede lograr esto.

Ahora si Uds. no concretan una comisión para agilizar todo este tipo de cosas, había que ver si existen esas posibilidades de seguro de paro, por ahí se quedan esperando y si eso pasa a remate, los trabajadores se quedarán mirándose unos a otros. A mí me queda un montón de dudas sobre esta maniobra, que hace tiempo que se venía amenzando, pero sigo teniendo mis dudas. Creo que la Intersectorial es un lugar donde se puede llegar a comunicarse con muchas autoridades y ver la forma de agilizar este problema"

"ALGUIEN TIENE QUE DECIRLO"

Comienza un nuevo año y con la fe y esperanza que todos tenemos cuando esto sucede, vuelvo a expresar mis ideas y mis reflexiones sobre cosas que todos las vemos, las sufrimos, las vivimos, pero que lamentablemente muy pocos y nadie las dicen.

Con este escrito, van cuatro que he puesto a consideración de mis conciudadanos. Los que habrán leído recordarán por lo menos los títulos "COTERRANEO - VECINO DE BELLA UNION" con fecha 22/07/86,"LA OTRA CARA DE LA MONEDA" con fecha 23/09/86, " Y SE VIENEN LAS ELECCIONES" con fecha 04/12/93.- No se podrá compartir todo lo que he dicho en los mismos, no soy tonto ni un creído para pretenderlo, pero sí, de una cosa estoy muy seguro, he dicho verdades que desafió al más pintado que me demuestre y me convenza que estoy equivocado. Lo que escribí en el año 86, muchas cosas que dije se dieron, pasaron varios años y lamentablemente ahora, en el actual momento crítico las estamos palpando y sufriendo (modestia aparte yo las veía venir). Los que me conocen, saben, muy bien mi afiliación política y para los que no me conocen se las diré, no tengo reparos ni inconveniente alguno en decirlo, soy blanco, pero blanco rebelde, sin ataduras con nada ni con nadie, menos con políticos, soy un común y humilde hombre de pueblo, pero eso sí, libre, enteramente libre, lo que me permite decir mis verdades, duela a quien duela, que muchos querrán decirlas pero no pueden. Me hundí y me levanté solo, sin la ayuda de nadie a no ser de Dios. Y de acuerdo a una clara sentencia "la verdad no merece castigo", escudado en ella paso a decirlas: Hace rato que todos los partidos políticos vienen discutiendo la reforma de la Constitución. Todos tiran para su lado, todos buscan su rédito político, todos estudian si con tal o cual artículo que se reforme se ganan o se pierden votos, o bancas, o prestigio político u otra cosa. El país, su futuro, no pesa. Sus habitantes menos. Todos, todos defienden con uñas y dientes sus intereses, no es hora que el pueblo, que es el soberano, defienda los suyos?.

Voy a ser muy claro y que se me entienda muy bien, que con lo que voy a decir más adelante, no se considere bajo ningún punto de vista, que estoy buscando o pretendiendo la realización de actos subversivos, o el resquebrajamiento del orden público o la falta de respeto a las autoridades nacionales, departamentales y públicas legalmente constituidas. Todos, absolutamente todos los habitantes del país pagan puntual y religiosamente servicios públicos e impuestos. Usted, amigo lector, si realiza una tarea remunerada, lo primero que le exigen para pagársela es que la haya hecho bien. Nosotros, el pueblo, debemos hacer lo mismo, sencillamente exigir que el servicio público que se paga, que muy bien se paga, sea bueno y eficiente y que los impuestos que también muy bien se pagan, vayan donde deben ir, que cumplan con el cometido para el cual fueron creados.

Yo voy a dar, por ahora, únicamente dos ejemplos (de lo contrario tendría que escribir un libro) de cosas que suceden en nuestro medio, en nuestro pueblo.

Periódicamente tenemos la visita de Inspectores de Tránsito departamentales que vienen con una sed tremenda de aplicar multas. Cualquier desperfecto que encuentran en su vehículo, por pequeño que sea, va la multa y no liviana por cierto. Estos señores, con mi debido respeto, no ven las callecitas que tenemos?. Qué vehículo, sea del tipo que sea, se va a mantener intacto, sin ningún desperfecto, cuando al desviar un pozo nos tragamos diez. No estamos ni podemos vivir con el auto todos los días en el taller. Nos multan y corremos al otro día a pagarla, consiguiendo el dinero por cualquier lado, sin hacer ninguna protesta, mansamente. Y nuestra tan mentada rebeldía, nuestra sangre charrúa, dónde están?. Pagamos la patente de rodados y la contribución inmobiliaria todos los años aumentada en su monto y en el número de cuotas. En las últimas pagamos por bitumen, saneamiento, alumbrado público, etc. . . Y? Seguimos con las calles que son un desastre, pozos por todos lados, la mayoría de ellas cubiertas con canto rodado suelto del tamaño que busque, pobres cubiertas y pobres los físicos de los que andamos en moto o bicicleta, tenemos que hacer malabarismos para mantener el equilibrio y no planchamos. Seguimos soportando el olor putrefacto de las aguas servidas que corren libremente, yuyales, basurales, mosquitos, jejenes, animales sueltos que andan por calles y carreteras, tenemos una red cloacal incompleta y mal hecha, hasta cuando?, un alumbrado público que no puedo decir deficiente pero que podría ser mejor, un servicio de barométrica malo, un servicio recolector de basura también malo y muchas cosas más que como dicen los Rematadores no se detallan por su extensión. Ojo, no estoy criticando al obrero, al trabajador municipal, el que me merece mi mayor respeto y consideración.

El segundo ejemplo es el lamentable, el horroroso servicio que presenta O.S.E. local, en otros lares no se como será. Hasta cuando, pero hasta cuando vamos a seguir tolerando este pésimo servicio. Yo no puedo creer que no se encuentre solución al problema, que, si la Usina de Bombeo funciona mal, que si los motores están gastados, que si los filtros ya no son filtros, pues que se cambien, que se compren nuevos, para eso pagamos, estamos pagando tarifas y dos por tres tarifazos, para qué? par que O.S.E. nos venda agua sucia, ese es el término AGUA SUCIA, peor pero mil veces peor de la que vendían puerta a puerta los viejos y sacrificados aguateros de antaño.

Ante todos estos males que nadie me podrá decir que no son tales, que podemos hacer?. ESTO PODEMOS Y DEBEMOS HACER, unirnos todos, pero todos los habitantes y planificar un plan de protesta y a la vez de soluciones. Como primera medida, todos pero todos no pagar la patente de rodados, no pagar la contribución inmobiliaria, no pagar las tarifas de O.S.E., hasta tanto no veamos y palpemos las soluciones a estos problemas.

Estas medidas debemos tomarlas, y perdonen la repetición, todos, que no quede nadie sin hacerlo, de lo contrario no conseguiremos nada y seguiremos como hasta ahora o peor. Si esto hacemos me juego que al otro día andan arriba y abajo, desesperados buscando taparnos el ojo.

Estrechemos filas y demostremos firmeza y coraje en nuestras peticiones y medidas de lucha, eso sí, no permitamos que vengan a unirse o infiltrarse los politiqueros de siempre que lo único que buscan en estos movimientos es sacar ventajas para su grupo político, no permitamos que vengan caudillos o caudillitos que todo lo solucionan con

009   9400798

sus pretendidas influencias, no permitamos que vengan linajudos dirigentes sindicales o los agitadores de turno, que en su mayoría, solo buscan revolucionar el ambiente. Con esta clase de gente, si no dejan de lado sus malas costumbres, no doy un paso adelante, pero con el resto de los pobladores, de compatriotas limpios mental e ideológicamente hablando, me juego hasta la vida. Me siento fuerte y capacitado para organizar y trabajar por un gran movimiento, por ahora a nivel local, pero trabajando todos, con lealtad, sin egoísmos ni falsas apariencias.

Vaya por último un apartado especial y un tirón de orejas para los medios de difusión y autoridades sanitarias locales. No es posible que la Radio y la T.V. no tengan un espacio ya sea quincenal o mensual no pretendo diario, para que el ciudadano, el vecino, exprese sus quejas, sus inquietudes, sus aspiraciones, respetando como es lógico las reglas de convivencia pacífica y de educación. Por qué la Radio no machaca un día y otro también haciendo conocer a la opinión pública lo mal que están nuestras calles, los pozos que hay en tal cuadra o bocacalle, el yuyal que hay en tal lado, el agua servida que corre por tal calle, etc.etc.

Por qué la T.V. medio de difusión más moderno y masivo, no muestra en su pantalla todos los días un recipiente con agua servida por O.S.E. para que todos vean el color, no cristalino por cierto, que sale por las canillas durante distintas horas del día y de la noche. Estos espacios, si los difunden, hacen roncha en las autoridades correspondientes, y no duden que enseguida adoptan las medidas pertinentes al caso que se denuncia.

Lamentablemente no se hace así por parte de estos medios. No olviden mis estimados propietarios y locutores de estos medios de comunicación, que ustedes están, en primer lugar para ayudar, defender y prestigiar el medio donde actúan, diciendo las cosas buenas pero también diciendo con más fuerza y crudeza las cosas malas que suceden a nuestro alrededor.

Y Salud Pública, y las Mutualistas, y los señores Médicos locales?. No he leído, ni escuchado nada de parte de ustedes con relación a plaguicidas, pesticidas, fungicidas, aerosoles, etc. que están contaminando nuestro medio ambiente y viciando con consecuencias muy graves el aire que respiramos y los productos hortícolas que consumimos. Nada he escuchado con realción al tema "AGUA". Creo que ustedes, por lejos, tienen más fuerza y conocimiento que yo para atacar este y los otros males, y que esperan, que se nos venga el cólera encima, no dicen que para atacar este flagelo, entre otras medidas, lo primero es consumir agua en buen estado, limpia, potable... Y?

No es posible que un trabajador, haga un alto en sus tareas de todos los días, para salir a difundir sus verdades, mediante fotocopiado, entre sus amigos, comercios y personas que cree ponen atención a lo que dice.

Despierten señores, por favor despierten, no permitamos que nuestra población sana pese a todos estos exponentes, ENFERME. Yo he dado el alerta y el puntapié inicial. Ciudadanos, vecinos, amigos, tomemos medidas a tiempo, no esperemos y Dios quiera que no, a que se desate una epidemia y cause daños irreparables en nuestra población. Exijamos ya, se tomen las medidas de salubridad y de defensa del medio ambiente que correspondan, no podemos ni merecemos seguir viviendo así, no nos lamentemos más tarde y querramos buscar después el chivo expiatorio en quien descargar nuestros males y nuestro dolor.

Desde este rinconcito norteño, desde este mi pequeño solar nativo, alerto a nivel local, departamental y nacional sobre las consecuencias que podrán recoger las actuales autoridades y alas que muy pronto vendrán, SI NO CUMPLEN CON LOS SAGRADOS MANDATOS QUE EL PUEBLO PUSO EN SUS MANOS.

010/10

INFORME ESPECIAL

LA HISTORIA DE LAS PRESIONES SOBRE EL TRIBUNAL PARA

Cómo se definió

Recién el viernes a la tarde, a pocas horas del inicio de la Convención radical, el Gobierno logró producir la tercera vacante en la Corte Suprema, tal como había exigido Alfonsín para avanzar en el pacto reformista. Barra y Cavagna Martínez fueron los jueces que decidieron renunciar. Levene, en cambio, optó por anunciar su jubilación en febrero. La historia de la batalla por la Corte dejó en el camino una serie de enfrentamientos cruzados entre funcionarios y jueces. Y también se libró una dura pelea dentro del Gobierno.

Cecilia Protético



Mariano Cavagna Martínez y Rodolfo Barra, la dupla de jueces de la Corte que mejor llegada tenía a la Casa Rosada. Ambos debieron renunciar a sus cargos cuando el Gobierno se vio en aprietos para lograr las vacantes que exigió la UCR.

El acoso oficial que soportó la mayoría de los nueve integrantes de la Corte Suprema de Justicia en la última semana no parece registrar antecedentes.

Decididos a extirpar el principal escollo que se interponía en el camino de la reforma constitucional, **de acuerdo con la exigencia que Raúl Alfonsín había planteado en su encuentro en Olivos con Carlos Menem**, la Casa Rosada se convirtió en un **ariete** que intentó perforar la voluntad de tres ministros de la Corte para que abandonaran el tribunal.

Las renuncias, según el esquema inicial del oficialismo, debían salir de una lista de cuatro jueces: **Antonio Boggiano, Ricardo Levene, Eduardo Moliné O'Connor y Julio Nazareno.**

El senador **Eduardo Menem**, el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, y el secretario de legal y técnico, **Carlos Corach**, fueron los delegados del Presidente para cumplir ese objetivo.

Alfonsín había sido claro en la reunión cumbre del domingo 14 de noviembre en Olivos: **el pacto reformista no cruzaría la barrera de la Convención de la UCR si no se producían relevos en el máximo tribunal.**

Pero lo que en su inicio pareció una tarea sencilla se convirtió en **la operación más complicada que enfrentó el menemismo en los últimos tiempos.**

El primer embate

Bauzá y Corach recurrieron a **Rodolfo Barra y Mariano Cavagna Martínez** para monitorear, desde adentro de la Corte, cómo se desarrollaba el **operativo desplazamiento.**

Barra y Cavagna Martínez supusieron, con razón, que ese papel los **resguardaba** de cualquier peligro acerca de su estabilidad en la Corte. Es más, en privado solían repetir que sus respectivas cabezas **no estaban en juego.**

—A mí me dijeron otra cosa... Me dijeron que Alfonsín hizo nombre y apellido. Y que mencionó a Barra y Boggiano —se animó a plantear un funcionario ante **Clarín**, refutando la versión **oficial** que indicaba que el jefe de la UCR había pedido tres vacantes y que no había mencionado a quienes prefería ver lejos de tribunaless.

La realidad pareció darle una **cuota de razón** cuando la embestida menemista eligió como primer blanco a Boggiano.

La carga de infantería de los operadores oficiales prefirió empezar por la **seducción** y le ofreció, cuando aún el clima no estaba enrarecido, a Boggiano recalar en la Embajada del **Vaticano** o de **Roma**. Boggiano dijo que no, argumentando que no quería dejar el tribunal cuando desde el Parlamento se lo acicateaba con la posibilidad de iniciarle **juicio político** por el tema de la sentencia extraviada. Allí, una **inesperada alianza entre peronistas y radicales** podía poner el pie sobre el acelerador colocando en emergencia al entonces número uno de la Corte.

—Nadie me llamó durante esos siete días. Nadie me pidió nada —argumentó Anzorreguy frente a Bauzá y Corach, cuando comenzó la presión para que consiguiera la renuncia de su cuñado.

—Llamalo ahora... Todavía hay tiempo —se le retrucó desde el otro lado del mostrador.

—Con este clima no esperen nada... —vaticinó Anzorreguy.

El jefe de la SIDE, por supuesto, mantenía **un fluido contacto** con su cuñado. Y sabía que el método de presionarlo públicamente solo provocaría en **"el irlandés"** —como lo llaman en la intimidad— una mayor **intransigencia.**

X

Doc. con partes poco leg.

01-04

9400799.

Ni lerdo ni perezoso, Boggiano buscó refugio en las cercanías del ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, que ya había dado muestras de su solidaridad con Boggiano cuando estalló el escándalo de la sentencia, que luego desapareció, que perjudicaba al Banco Central. **"Es un bellísima persona"**, llegó a decir Cavallo.

Boggiano volvió a decir que no cuando, el lunes, la Casa Rosada olvidó la seducción y pasó a la **acción directa**. Un ministro de la Corte le pidió a Boggiano que diera **"un paso al costado"** pero se encontró con una respuesta que anunciaba **resistencia a todo precio**.

Cavagna Martínez y Barra habían imaginado la búsqueda de una **"solución interna"** para tratar de **preservar** alguna porción de independencia ante el huracán menemista que se abatía sobre la Corte.

Con bastante **inocencia** supusieron que si lograban **desplazar** a Boggiano de la presidencia del tribunal, este juez **terminaría por renunciar a la Corte**.

Así lo hicieron el martes. Juntaron sus votos con los de **Enrique Petracchi**, **Augusto Belluscio** y Nazareno y con esa mayoría **voltearon a Boggiano**. Pero Boggiano no dio el paso hacia afuera de la Corte que esperaban Barra y Cavagna Martínez y **se atrincheró en su despacho**.

Moliné prefirió no estar presente aquel martes. El viernes anterior había volado hacia **Punta del Este**, luego de hablar y analizar la situación con su cuñado, el secretario de la SIDE, **Hugo Anzorreguy**.

Se mezclan los tantos

Anzorreguy y Corach mantuvieron **más de tres reuniones**, dos de ellas en la propia SIDE. El objetivo de Corach parecía lograr la renuncia de Moliné pero, en ese juego de presiones, se coló **un enfrentamiento personal** entre ambos funcionarios.

En una oportunidad, Anzorreguy le reclamó a Corach, con inusitada dureza, por la autoría de una frase que el secretario de Legal y Técnica repitió más de una vez:

—Si no se van los ahijados, que se vayan los padrinos... —se le escuchó pronunciar a Corach. Se refería a que si Anzorreguy no lograba "renunciar" a Moliné, el jefe de la SIDE debería abandonar el Gobierno.

La referencia también podría caerle a medida a **Eduardo Menem** respecto a su ex socio en el estudio de abogado de La Rioja, el juez **Nazareno**. Pero nadie quiere creer que Corach hubiera disparado ese misil hacia alguien apellidado Menem.

Moliné pasó, entones, a ser el **blanco predilecto de la ofensiva menemista**. Moviendo rápido sus piezas, el jueves por la mañana Anzorreguy habló con **Eduardo Duhalde**, quien estaba en el Japón acompañando al Presidente.

—No se va a ir... No quiere irse de esta forma —relató Anzorreguy.

La presión de la Casa Rosada era, por ese día, **tremenda**. Los operadores oficiales habían sacrificado, el día anterior, al ministro **Barra**, a quien le aceptaron la renuncia para tratar de demostrar que **"si nosotros concedemos, los demás tienen que hacer lo mismo"**.

El mensaje era para Moliné y Anzorreguy. Y también para los **radicales**, que en esos días mantenían un **fluido contacto con Corach a través del vocero de Alfonsín, Simón Lázara**. A los operadores del Gobierno les preocupaba tanto encontrar la solución a los desplazamientos en la Corte como **contener la presión del alfonsinismo**, que reclamaba con insistencia un **gesto notorio** del Gobierno en materia judicial, para afrontar la decisiva Convención de La Pampa.

[illegible]

Nazareno ya había anticipado que no se iría. **"Yo soy un jurista, no me puedo ir en estas circunstancias..."**, fue la frase que eligió para rechazar el sondeo de los menemistas, que no daban crédito a lo que escuchaban.

—¿Por qué no se la pedís vos? A mí ya me dijo que no... —respondió Anzorreguy ante la enésima consulta de la Casa de Gobierno sobre la eventual renuncia de Moliné.

El viernes por la mañana, en el despacho de Bauzá, **Moliné ratificó su negativa a abandonar la Corte** frente a los operadores del Gobierno. Los que conocen esa histo-

02

9400799.

ria afirman que los diálogos no se caracterizaron por su dulzura.

El nuevo fracaso de los responsables del operativo desplazamiento ni siquiera podía ser compensado por el anuncio que, por esas horas, hacía Levene sobre su **jubilación, en febrero**.

El hijo de Levene y uno de los secretarios del juez habían trabajado intensamente para garantizar que la salida de la Corte del veterano jurista no implicaría un **pasaporte a la "indigencia", como ellos denominan** la situación económica que atraviesa este ministro.

Jorge Maiorano, ministro de Justicia, fue quien tuvo a su cargo lograr la renuncia de Levene. Para eso se reunió, la semana pasada, en la casa del propio magistrado.

"El vino a pedirme que presentara mi renuncia voluntariamente", reconoció Levene en una entrevista con **Clarín**. En público, Maiorano era uno de los funcionarios que argumentaba que para desplazar a un miembro de la Corte se debía esperar una renuncia o el juicio político.

"Que el sábado esté todo resuelto", había ordenado Menem desde el Japón, reclamando una llegada plácida a Buenos Aires.

El propio Presidente intentó un aporte a la causa cuando pidió públicamente la renuncia de Belluscio, un juez de indudable vínculo con el radicalismo. Antes había hecho lo mismo con la de Barra y Levene, en este caso en forma de jubilación. Pero a diferencia de los otros jueces, **Belluscio resistió el embate.**

El viernes en la Casa Rosada solo se podía exhibir, hasta el mediodía, la renuncia de Barra y el anuncio de jubilación de Levene. **No alcanzaba.**

Para colmo, los obispos habían redactado, el día anterior, un durísimo documento en el que hablaba, sin nombrarlos, de **"condicionamientos"** que comprometen **"la legitimidad y la permanencia de la futura Constitución"** y pidió **"transparencia"**.

La **desesperación** por cumplir con la exigencia radical, que había hecho suya el presidente Menem para no trabar su posibilidad de ser reelecto, movió a los operadores a buscar una **salida de emergencia.**

"En una hora y media tenemos la renuncia de Moliné", se entusiasmaron en las cercanías del despacho de Corach cuando todavía creían que existía alguna posibilidad de eludir un **sacrificio mayor.**

Los noventa minutos pasaron sin pena ni gloria y más de uno supuso que Moliné y Anzorreguy **habían conseguido alguna especie de "guiño" para mantener su postura.**

A media tarde, desde la Casa Rosada se discó el número del teléfono de Cavagna Martínez. Faltaban escasas horas para que comenzara la Convención radical en La Pampa.

No se pronunciaron demasiadas palabras. Cavagna Martínez, como el caso de Barra, **actuaba en sintonía con** el objetivo de la Casa de Gobierno de **"no trabar la reforma".**

Los operadores de la Casa Rosada, a falta de otros resultados, habían **entregado** a su mejores contactos en la Corte Suprema.

Bauzá lo llamó a Alfonsín y le dijo que habían conseguido **"dos vacantes y media"** de las tres que debían lograr. El titular de la UCR cumplió con su papel y la Convención radical **avaló el pacto.**

La batalla por la Corte —al menos en esta etapa— **había terminado.**

Investigación y textos de Jorge Grecco, Omar Lavieri, Nancy Pazos y Fernando Cibeira

LOGRAR LAS VACANTES QUE ALFONSIN LE RECLAMO A MENEM

La batalla por la Corte

Juan Carlos Vollaro



Agua

—Yo pensaba irme. Quiero volver a mi estudio y dedicarme a atenderlo. Mi socio está muy enfermo y me necesitan...
Eduardo Moliné O'Connor confió, durante la semana pasada, que deseaba irse de la Corte Suprema para dedicarse a su estudio de abogado.
—Quería irme el año próximo...
—agregaba a la hora de hablar de una fecha.
Cuando comenzó la presión para obtener tres vacantes en el tribunal, Moliné estuvo en el ojo del huracán. Su cuñado, **Hugo Anzorreguy**, fue el piloto de tormenta.
El jefe de la SIDE fue el primero al que el juez consultó cuando se vió venir la embestida.
—¿Qué te parece? Así no me quiero ir, preguntó y se contestó Moliné.
—Si no te querés ir, quedate —lo apuntaló Anzorreguy.
Fue el funcionario quien le aconsejó que se fuera a Punta del Este, el fin de semana pasado, para eludir el acoso oficial. Y también quien lo llamó, el lunes, para que retornara.
Moliné se dejó ver por la Corte recién el miércoles, cuando ya se había desplazado a Antonio Boggiano de la presidencia.



Antonio Boggiano: lo desplazaron de la presidencia de la Corte pero no lograron convencerlo para que renunciara al tribunal.

Tocado

El ministro de Economía, **Cavallo**, se sumó a la gira presidencial recién en la última etapa, cuando **Menem** pisó Japón. Desde aquel país, Cavallo mantuvo cierto protagonismo en la crisis de la Corte: un oportuno llamado lo alertó que los operadores de la Casa Rosada habían decidido **incrementar la presión sobre Boggiano para lograr su renuncia a la Corte.**

El martes, Boggiano había sido desplazado de la Presidencia por el voto de 5 de sus 8 colegas. Ese grupo de jueces, liderados por **Barra y Cavagna Martínez**, supuso que la maniobra culminaría con la renuncia de Boggiano como miembro del tribunal.

Se denominó **"solución interna"** y tenía como objetivo frenar la embestida oficial y lograr una renuncia. Pero la maniobra solo logró que Boggiano deje la Presidencia.

El jueves, en la Casa Rosada, se pensó en insistir para que Boggiano renunciara. Cavallo llamó por teléfono al secretario general de la Presidencia, **Bauzá**, y le pidió que **no lo hicieran**.

El ministro ya había demostrado su **"aprecio"** por Boggiano cuando se desató el escándalo de la sentencia extraviada, que perjudicaba al Banco Central.

Juan Carlos Vollaro



Ricardo Levene: primero dijo que no, pero luego aceptó anunciar su próxima jubilación para crear otra vacante en la Corte.

Hundido

Para convencer a **Ricardo Levene** de que debía anunciar su **jubilación**, los hombres de la Casa Rosada empezaron con el método de la **seducción** pero, ante la negativa del juez, debieron **endurecer** su petición.

Hace diez días el ministro de Justicia, **Jorge Maiorano**, encaró la avanzada en nombre del Gobierno, durante una reunión en la casa que Levene tiene en la calle Pacheco de Melo al 2000. Voceros de uno y otro lado aseguran que Maiorano caminó **con pie de plomo** para explicarle a Levene la necesidad de su retiro. Sin embargo, la fórmula no funcionó.

Los tiempos se fueron acortando, se acercó el 3 de diciembre y el radicalismo reclamaba tres lugares en la Corte.

El alejamiento de Levene resolvía, como argumentaban en la Casa Rosada, **"el 33 por ciento del problema"**.

A la hora de las definiciones se adoptó una política más **frontal**. Maiorano quedó al margen y el encargado de mantener otro diálogo con Levene fue **Luis Prol**, el segundo de **Carlos Corach**.

Prol se reunió con Levene el jueves por la noche. Los que dicen estar al tanto de lo que se habló, juran que el juez llegó **a extrañar a Maiorano.**

04.04

9400799.

NUEVAS REUNIONES DE LA DIRIGENCIA GREMIAL PERONISTA

Ultimo intento cegetista por lograr una nueva conducción

A sabiendas de que la partida entró ya en el tiempo de descuento, el conjunto de la dirigencia gremial peronista animará esta semana una sesión de encuentros que serán, en definitiva, el último intento por tratar de acordar la realización de un congreso extraordinario que, antes de fin de año, designe una nueva conducción de la CGT.

Sin embargo, el objetivo de recibir el año próximo con una jefatura cegetista renovada aparece de compleja resolución, si se tienen en cuenta las imposiciones del almanaque y, fundamentalmente, la persistencia del mismo problema que frustró el mes pasado la intentona reformista de Parque Norte: **la falta de acuerdo en el sector menemista** de la central para decidirse entre las candidaturas del petrolero **Antonio Cassia** y de **Rubén Pereyra**, titular de Obras Sanitarias, para que uno de los dos ascienda al escalón más alto de la CGT.

De esa manera, resultará definitoria entonces, la reunión que concretarán mañana los principales "amigos" sindicales del Gobierno. Tanto es así que cualquier resolución que se tome en la sede de UPCN determinará por sí sola la suerte de un posible congreso relámpago.

Si los menemistas se inclinan finalmente por Cassia, el grupo de los "moderados" o "elefantes" no pondría demasiados reparos en dar luz verde a la convocatoria de un nuevo cónclave.

Si la elección recayera otra vez en Pereyra, los "elefantes" **Carlos West Ocampo** (sanidad), **Oscar Lescano** (Luz y Fuerza) y **Armando Cavalieri** (comercio) **volverán a decir no** a esa postulación o, en caso contrario, repitiendo el libreto de la última intentona, reclamarán la conducción de la estratégica ANSSAL, actualmente a cargo de Obras Sanitarias, a través del menemista **José Luis Lingieri**.

Excluyendo de la última palabra a los gremios barrionuevistas (inclinados como su jefe, **Luis Barrionuevo**, a patear el tablero hasta marzo del '94), los 5 grandes "amigos" siguen repartidos.

Por un lado, el ferroviario **José Pedraza** y el textil **Pedro Goyeneche** mantienen en pie la candidatura de Pereyra (que naturalmente se autoapoya), pese a que el triunfo de esta postura equivaldría, automáticamente, a la postergación del congreso. Seguros de que la resignación de esa postulación significaría un serio costo político, podrían conceder el apoyo a un "tercer candidato".

Dividiendo las aguas, el estatal **Andrés Rodríguez** levanta, junto al beneficiario de su elección, la bandera de "Coco" Cassia, quien recién después de la debâcle de Parque Norte admitió su vocación de adueñarse del timón de la CGT. La explicación está a la vista: el jefe del SUPE necesita dar señales claras a sus auspiciantes, después que el mes pasado le recriminaron haberse quedado a medio camino por "no haber hecho lobby" de sus pretensiones.

SE OPONDRA A REUTEMANN

Carignano quiere gobernar Santa Fe

El embajador argentino en el Paraguay, **Raúl Carignano**, quiere ser gobernador de Santa Fe en 1995, pero aclaró que no encabezará un frente "antirreutemista" "porque la sociedad no acepta hoy a los «antinada», sino a los que contribuyen".

"Quiero conformar un frente que represente una alternativa distinta de la del actual gobernador, para mejorar lo que se está haciendo hoy", dijo Carignano.

Después de anticipar su retiro de la vida diplomática para mediados del año próximo, con el propósito de dedicarse "enteramente a la construcción de este proyecto", Carignano criticó indirectamente la gestión del actual gobernador santafesino, **Carlos Reutemann**, cuando subrayó: "Apoyar la relección no significa que esté de acuerdo con lo que está haciendo Reutemann". El embajador confía en que la ley de lemas, vigente en Santa Fe, le permita en 1995 disputarle la gobernación al ex piloto de Fórmula 1. "Cabe la posibilidad de que la actual gestión sea plebiscitada", sostuvo.

Sin embargo, no fue muy preciso al calificar esa gestión: pese a destacar la "transparencia" que Reutemann le ha impreso a su gobierno, afirmó que "con eso no alcanza", y que "es necesario ser eficientes para acompañar el gran proyecto de transformación impulsado desde la Nación". Carignano —un ex peronista renovador que después se alineó detrás del presidente **Menem**— remplazó como embajador en el Paraguay al controvertido **Rubén Cardozo**.

PERONISTAS Y RADICALES TRATAN SU DESIGNACION

Un ombudsman por acuerdo

Legisladores del oficialismo y la oposición intentarán **acordar la designación del ombudsman** o defensor del pueblo, funcionario que tendrá la misión **de custodiar los intereses ciudadanos frente a los abusos del poder público**.

La creación del nuevo cargo fue aprobada el pasado miércoles por el Senado. La iniciativa había correspondido al senador justicialista **Eduardo Menem**, quien a su vez presidirá una comisión especial —integrada por siete legisladores de cada Cámara— que propondrá de uno a tres candidatos para ocupar el puesto.

El defensor del pueblo deberá ser designado por el Congreso a través de sus dos Cámaras, que evaluarán la terna propuesta por la comisión.

Fuentes del justicialismo sostuvieron que el nombramiento deberá estar inserto **"en el marco de concordancia política"** que existe entre las dos fuerzas mayoritarias, a raíz del acuerdo por la reforma constitucional, y que se **buscará arribar a un consenso para la designación antes del 30 de diciembre**.

El mandato del nuevo funcionario tendrá una duración de cinco años, con posibilidad de reelección por una sola vez. Para acceder al cargo se requiere ser argentino y una edad superior a 30 años. Contará con el asesoramiento de dos abogados, con no menos de 8 años de ejercicio, y dependerá del Poder Legislativo, que también lo asistirá presupuestariamente.

El ombudsman tendrá funciones de contralor sobre **organismos o agentes de la administración pública, sociedades del Estado o mixtas y empresas prestadoras de servicios públicos**.

Cualquier ciudadano podrá efectuar denuncias por irregularidades ante el nuevo funcionario, quien a su vez efectuará el requerimiento al organismo cuestionado. En caso de no lograr una respuesta satisfactoria, deberá comunicarlo al Congreso, que actuara en consecuencia.

9400801
realineamientos en la camara de diputados.
CLARIN 150024
6/12/93
66960
11164
11302

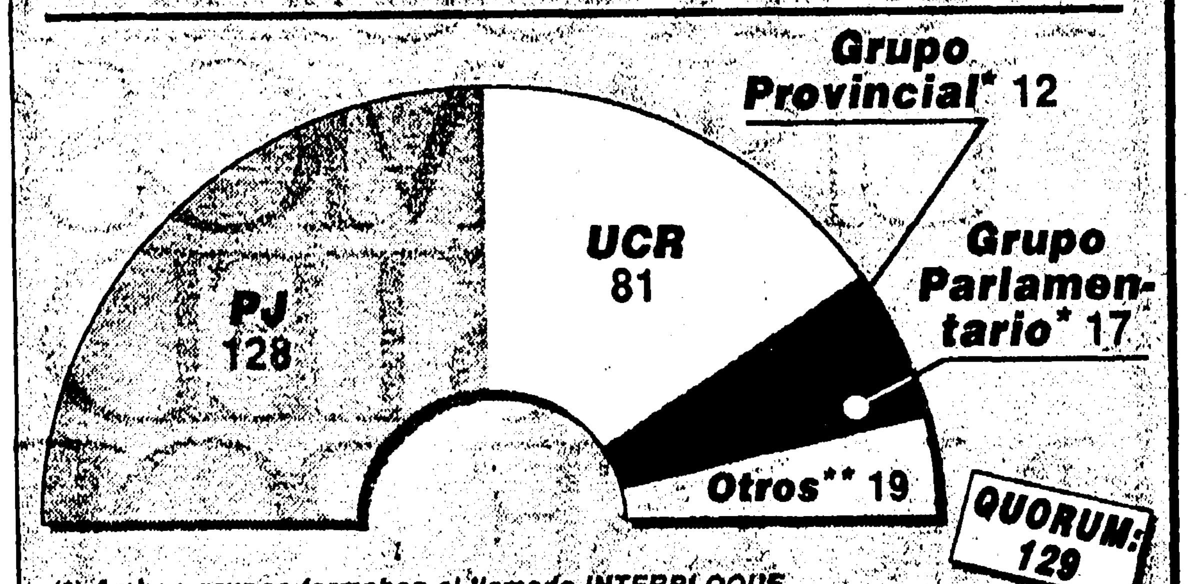
REALINEAMIENTOS EN LA

La pelea por ser tercera

CLARIN 6/12

Jugando en el medio de peronistas y radicales, hay dos grupos que mantienen una dura pelea para alzarse con la chapa de ser la tercera fuerza en la nueva Cámara de Diputados. Son los conocidos como Parlamentario y Provincial. Este último grupo tomó la delantera y ya logró el reconocimiento del jefe de la Cámara, Alberto Pierri. La tercera fuerza es clave para determinar el quórum y aprobar alguna ley complicada cuando peronistas y radicales no se ponen de acuerdo.

EL PODER DE CADA UNO



(*) Ambos grupos formaban el llamado INTERBLOQUE.
(**) Incluye al Frente Grande, Unidad Socialista, MODIN, P. Intransigente.

En los últimos tiempos, las **movidas de piso** se han multiplicado en la Cámara de Diputados, pero ahora entre quienes no conforman los bloques mayoritarios (PJ y UCR). La **petit interna** involucra a legisladores de distinto pelaje, que conforman los llamados grupos **Provincial** y **Parlamentario.** Desde luego, ambos sectores se atribuyen el estandarte de **tercera fuerza. Una chapa** que, cierta o imaginaria, puede tener algún valor en las negociaciones o, si se quiere, a la hora del **toma y daca.** Una oportunidad que llegará cada vez que haya desacuerdos insalvables entre justicialistas y radicales.

En el juego llevan la delantera los del Grupo Provincial, quienes recibieron un claro reconocimiento por parte del Gobierno cuando todos sus miembros fueron en **dulce montón** a conversar —almuerzo mediante— con el ministro del Interior, **Carlos Ruckauf.** En el comedor del Ministerio se sentaron los **doce** legisladores que cuentan con mandato de partidos que, en su mayoría, tienen responsablidad plena en sus respectivos gobiernos de provincia.

Allí convergen los intereses del los movimientos Popular Neuquino, Fueguino y Jujeño, a los que se suman los partidos Renovador de Salta, Acción Chaqueña y Bloquista de San Juan. Por de pronto el Grupo Provincial ya cuenta con una mesa de conducción, que presentaron al presidente de la Cámara de Diputados, **Alberto Pierri.** Y la integran **Jorge Folloni** (renovador), **Enrique Sánchez Galdeano** (fueguino) y **Carlos Gómez Centurión.**

Entre los enrolados en el Grupo Parlamentario se cuentan los diputados de los partidos Demócrata Progresista, Liberal de Corrientes, Autonomista, Demócrata de Mendoza, Cruzada Renovadora de San

001_02

9400801

CAMARA DE DIPUTADOS

fuerza

Juan. Fuerza Republicana de Tucumán y de los movimientos de Integración y Desarrollo, y del Popular Jujeño.

¿Es que los jujeños ponen huevos en las dos cestas? Sí. En este caso porque entre los dos diputados que integran el bloque se desencadenó una **internita sin solución a la vista**. De este lado se encuentra **Cristina Guzmán**, del otro **Pedro Figueroa**, quien prefirió alinearse con el Grupo Provincial.

Los parlamentarios dicen que los diputados de la UCeDé ya están en la misma bolsa. Al menos aseguran que dieron la media palabra **Alvaro Alsogaray**, **Germán Kammerath Gordillo** y **José María Ibarbia**. Sin embargo, miran de reojo a **Francisco de Durañona y Vedia**, a quien definen —sin abrir juicio de valor— como un **verdadero letrado menemista**.

Unos como otros participaron otrora del **interbloque del centro**. En rigor de verdad, el interbloque nunca pasó de una buena intención, pues llegada la hora de votar en el recinto cada uno respondia a sus intereses, muchas veces hasta de naturaleza política.

El renovador Folloni, por ejemplo, sostiene que al Grupo Provincial se llegó por decantación natural. **"El interbloque jamás desarrolló una acción conjunta"** y, en tren de aclarar, recordó que los ahora alineados en el otro bando pusieron trabas a proyectos del Gobierno, como en el caso de las leyes de privatización de YPF, Gas del Estado y la reforma previsional.

Los provinciales fueron reconocidos como tercera fuerza en Diputados por Pierri. Al menos, eso se desprende de las dos últimas sesiones, donde colocaron a sus delegados para hablar en el tercer lugar, a continuación de peronistas y radicales. Con todo, reniegan de la idea de formalizar un bloque.

Pese al vaivén del serrucho, los del Grupo Parlamentario no se quedaron atrás. Voceros autorizados aseguran que los legisladores del sector están organizados para actuar en conjunto y que **"las cosas marchan razonablemente bien entre nosotros"**. Además aseguraron que están dispuestos a actuar con **independencia** de radicales y peronistas en el recinto. De paso, señalan que a todos los unen coincidencias con los planes del Gobierno. En el bando se destacan como bastoneros **Ricardo Leconte** (liberal correntino) y el demoprogresista **Alberto Natale**.

Al comentar las movidas provinciales, quienes están en el otro sector no soslayan ironías. "Creyeron que no íbamos a tener capacidad de reacción. **Los provinciales pensaron que serían mayoría, pero en un fin de semana se arregló todo**". Lo cierto es que para ver cómo sigue la película de quienes [illegible] de aprovechar las dif[illegible]cias entre justicialistas y radicales habrá que esperar algunas cuantas sesiones. Pero no muchas. En tanto, unos y otros continuarán mirándose con mutua desconfianza.

Enrique Medeot

Es cuestión de números

Los dos bandos que pugnan por quedarse con la bandera de tercera fuerza legislativa, no desconocen que la "**debilidad**" del justicialismo reside en que no cuenta con quórum propio para imponer con comodidad sus decisiones políticas en Diputados.

Quienes integran los grupos **provincial y parlamentario** especulan con el hecho de que el justicialismo, llegado el caso, se vea en la obligación a pedirles apoyo cuando el radicalismo y otros partidos resistan la aprobación de un proyecto caro al oficialismo.

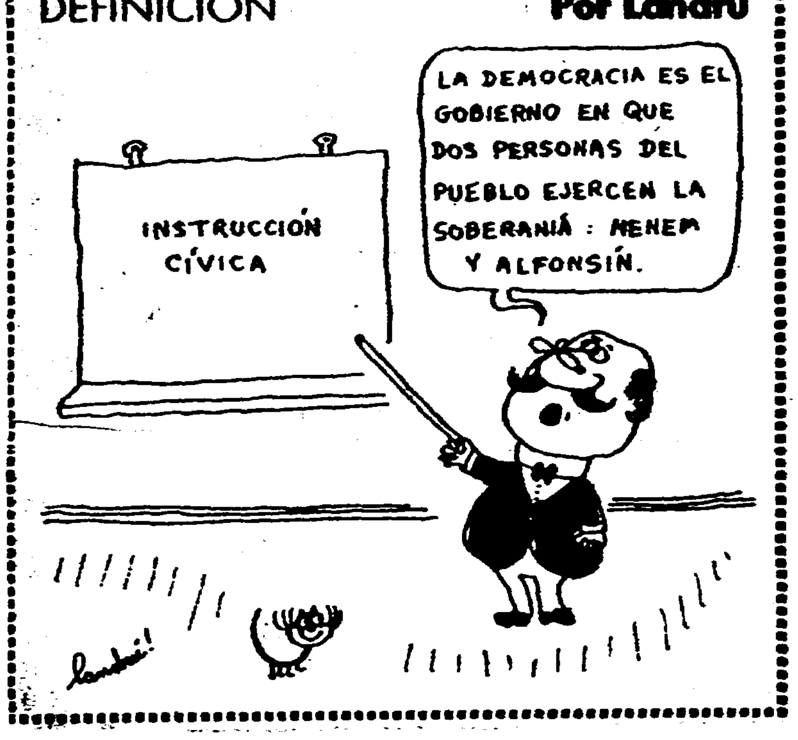
El PJ cuenta con **128 diputados propios, uno menos que el quórum y la mayoría necesaria para impulsar la sanción de una ley.** Pero en la práctica, las ausencias justificadas o los **"faltazos"** de los diputados hacen que el número descienda a niveles no deseados.

EL RADICALISMO DESPUES

Alfonsín ganó pero

A pesar de que Alfonsín consiguió imponer en la Convención radical su estrategia acuerdista con el menemismo, se retiró apesadumbrado de Santa Rosa. Su liderazgo fue cuestionado en términos duros y el ex presidente debió soportar acusaciones y epítetos como nunca antes dentro del partido. En términos políticos, y pese a los esfuerzos de Eduardo Angeloz, el jefe de la UCR tampoco consiguió alinear a toda la tropa detrás de su política. La Convención comenzó a diseñar un nuevo mapa radical con Angeloz como bisagra entre alfonsinistas y antialfonsinistas.

DEFINICION **Por Landrú**



SANTA ROSA (Enviado especial). — **Raúl Alfonsín** volvió a acomodarse la gorra de timonel de la oposición que se calzó tres semanas atrás, en el tortuoso plenario de Parque Norte. El **70 por ciento** de los convencionales partidarios le aprobaron el primer examen el sábado y sus competidores quedaron desalojados definitivamente de la sala de máquinas de la nave radical.

El ex presidente cosechó en la capital pampeaña cada una de las semillas que fue sembrando desde que recuperó la jefatura partidaria y pactó con **Carlos Menem**. Cargó sobre sus hombros a tres jueces de la Corte Suprema a cambio de conceder la reelección presidencial y sumó a **Eduardo Angeloz** al pacto reformista, arrinconando a sus detractores. Pero aun así, **dejó esta ciudad apesadumbrado.**

Tal vez no esperaba algunos de los costos que debió pagar por ese viraje en su frente interno. A partir de la convención, el líder que en 1983 le devolvió al partido la gloria perdida **dejó de ser un intocable.** Alfonsín juzgó como una irreverencia las acusaciones de **"traidor"** y **"vendido"** de parte de jóvenes que hasta hace poco lo idolatraban.

En lugar de apelar a un gesto conciliador, el ex presidente escupió su bronca contra las exposiciones de **Jorge Vanossi, Federico Storani y Fernando de la Rúa,** entre otros.

Una vez superada la catarsis con la avalancha de votos (**196 a favor y 87 en contra**), en el vuelo de regreso a

DE LA CONVENCION

quedó con heridas

Buenos Aires Alfonsín ya estaba analizando los nuevos pasos de su estrategia. Algunos de sus coroneles comparten las ganas del ex presidente de lanzarse como **primer candidato a constituyente** por la provincia de Buenos Aires, no bien quede sancionada la ley de necesidad de la reforma.

Los diputados **Leopoldo Moreau** y **Marcelo Bassani** se anotan en ese bando e imaginan un repunte electoral de la UCR bonaerense capaz de **reinstalar** la imagen social que el mandatario empañó al dejar el poder.

En la marcha iniciada hacia el reposicionamiento partidario, Alfonsín emprenderá una serie de maniobras encaminadas a **reacomodar** su tropa y a **desarmar** los bolsones en los que se atrincheran sus rivales.

El bloque patagónico, comandando por **Horacio Massaccesi**, no registró una sola deserción en la convención, y al gobernador de Río Negro se le abren las puertas para cumplir un rol de alcance nacional.

♦ Angeloz, equilibrista

El gobernador de Córdoba reapareció en la escena radical tratando de erigirse en **catalizador** de los diferentes matices internos. Fracasó en su intento de evitar una votación y volcó a sus soldados en favor del pacto. Integrará a sus especialistas en las negociaciones con el PJ, pero por el momento mantiene al diputado **José Parola** alejado del cargo que Alfonsín le reserva a su lado.

Angeloz no abandonó el **grupo de los 44**, aunque lo dejó herido con su actitud. Los otros referentes de ese núcleo, que cuestiona el liderazgo de Alfonsín, se opuso tenazmente al pacto, pero Angeloz pretende sostenerse en un **difícil equilibrio** entre los dos bandos en pugna.

En su carrera hacia la **candidatura presidencial** de la UCR en 1995, el líder cordobés aspira a sumar el mayor abanico de respaldos posible. En ese esquema incluye a Alfonsín y a De la Rúa, a quienes Angeloz necesita **neutralizar**, ya que no descarta que finalmente decidan competir por la misma postulación.

El senador De la Rúa se convirtió en el **estandarte del antialfonsinismo** y encolumnó detrás de esa estrategia al entrerriano **Sergio Montiel**, al santafesino **Horacio Usandizaga** y al chaqueño **Luis León**, parapetados a la espera de un traspié del ex presidente.

Entre las paradojas que deparó la voltereta de Alfonsín, el referente porteño se atribuyó la **custodia del perfil opositor** del radicalismo.

Federico Storani quiere llenar el espacio de quienes se acercaron a la UCR encandilados por la figura de Alfonsín y ahora están dispuestos a cortar amarras. **Jesús Rodríguez** se negó a acompañarlo y el diputado bonaerense lanzará una nueva corriente dentro de diez días, junto a **Juan Manuel Casella** y **Víctor Fayad**.

Marcelo Helfgot

9400803
Argentina y Perú reencausan sus relaciones.
LA NACIÓN 150025
7/12
66960 -66917
11164
11399

La Argentina y el Perú reencausan sus relaciones

LA NACIÓN 7/12

Invitación: de Fujimori a Menem para visitar Lima; el canciller peruano promueve la participación argentina en las privatizaciones en ese país.

El canciller Guido Di Tella dijo ayer en el almuerzo con que agasajó al canciller del Perú, Efraín Goldenberg, que nuestro país había seguido con atención el cumplimiento del cronograma del reencausamiento institucional de ese país.

La interpretación fue clara para los participantes. Estaba anunciando la decisión del gobierno argentino de abandonar la reticencia por las medidas adoptadas en su momento por el gobierno de ese país.

Horas más tarde, el canciller Goldenberg, invitado oficial del gobierno argentino, dijo a LA NACION que "la amistad de siempre (entre los dos países) no puede ser opacada por algo que se dio, pero que ha quedado totalmente atrás".

Goldenberg (empresario pesquero mediano, "no un potentado como se ha dicho por allí") impuso un sesgo fuertemente económico-financiero a la entrevista.

Vino a explicar el tratamiento de las inversiones extranjeras en Perú, que tienen las mismas garantías que las nacionales; que no existen industrias estratégicas, por lo cual las inversiones tienen un amplio campo; que el tipo de cambio lo fija la oferta y la demanda, y que está prohibido al tesoro por ley apoyar las empresas nacionales.

Refiere con inocultable satisfacción que mientras la inflación de 1990 fue de 7650 por ciento, la de este año ascenderá al 39 por ciento, y que entre las inversiones efectuadas por las privatizaciones de tres minas y las que harán sus nuevos dueños hasta 1995 ingresarán en el Perú 2 mil millones de pesos.

En las operaciones, dice, intervienen capitales de China continental, de Chile y Sudáfrica.

Pero no son, advierte, las únicas privatizaciones. "Quisimos comenzar por las más pequeñas, por si se cometían errores."

Dentro de unos noventa días se privatizarán los teléfonos y han manifestado su interés empresas de los EE. UU., Francia, Gran Bretaña, España y Corea. Luego seguirán las de electricidad.

¿Y la guerrilla y el narcotráfico, canciller?

Vamos a dividir los temas. El 90% de los grandes dirigentes de Sendero y de Túpac Amaru están presos. Podrán quedar algunos sectores dispersos, pero también hay insurgentes en los grandes países de Europa que conviven con ellos. En cuanto al narcotráfico, la posición del Perú es bien clara. Combatirlo, terminar con el flagelo de la droga a través de un acuerdo entre los productores (países como el Perú) y los grandes centros de consumo. El campesino que cultiva coca en mi país, no veranea en la Costa Azul, no tiene barcos de paseo, aviones...".

Hoy Goldenberg entregará al canciller Di Tella una carta personal del presidente Fujimori para Menem. No habló de su contenido, pero es un secreto a voces. Se trata de una invitación para visitar a Lima en el primer semestre de 1994.

Luego ambos cancilleres analizarán las alternativas para elevar el nivel de los vínculos dado que existe una clara voluntad política de ambos gobiernos.

Como corolario de la breve entrevista (Goldenberg no deja de admitir que lleva tan sólo 90 días en funciones), el tema del puerto de Ilo, caro a los peruanos. Se quiere convertir esa estación marítima del sur del país, para la cual se convocará a licitación internacional en 1994, en un gran puerto de aguas profundas para Bolivia, Brasil y la Argentina. Una salida próxima para Salta, para la zona productora de soja de Brasil y para la producción minera boliviana.

Ovidio Bellando



El canciller peruano Efraín Goldenberg (Foto de Carlos Fraga)

01-01

9400803

Acordaron, en Argentina, la definición por "ballotage"

• El vencedor deberá superar el 45% de los votos o el 10% de ventaja para evitarlo

Los comicios generales de 1995 en Argentina reimplantarán el mecanismo del "ballotage" para dirimir la elección presidencial directa, acordaron ayer los negociadores gubernamentales y opositores del pacto de reforma constitucional.



Buenos Aires (Ansa)

Los próximos presidentes argentinos serán elegidos en un ballotage si ningún candidato supera el 45 por ciento de votos. De superar ese techo, o bien superar sólo el del 40 por ciento pero con una ventaja de más de 10 puntos sobre su principal oponente, el nuevo presidente resultará elegido ya en la primera vuelta.

La figura del ballotage había sido incluida en la ley electoral que aplicó el régimen militar que gobernaba en 1973, pero nunca fue utilizada.

En marzo de ese año, el peronista Héctor Cámpora no alcanzó por poco el 50 por ciento exigido, pero fue reconocido ganador por la oposición. En setiembre de 1973, en nuevas elecciones, Juan Domingo Perón superó el 50 por ciento e hizo innecesario el ballotage.

La reimplantación del ballotage en el sistema electoral quedó acordada hoy por representantes del Gobierno y de la Unión Cívica Radical (UCR) como parte de una reforma constitucional que permitirá también postular a la reelección al Presidente Carlos Menem.

Hasta ahora, los presidentes en Argentina fueron elegidos de forma indirecta, a través de un Colegio Electoral proporcionalmente integrado por los partidos políticos en liza que tiene libertad para, incluso, ignorar al candidato más votado.

De aprobarse la reforma constitucional impulsada después de un histórico pacto de Menem con el líder radical, su predecesor Raúl Alfonsín, en 1995 la elección presidencial será directa y el balotaje se sumará a la carta o a una ley electoral.

Si un candidato supera el 45 por ciento de los votos, será investido Presidente automáticamente. Si no es así, pero supera el 40 por ciento, deberá llevar una diferencia de 10 por ciento a su más inmediato seguidor para evitar un balotaje.

Gran parte del camino que posibilita la reforma quedó allanado la semana pasada con la renuncia --bajo grotesca presión política-- de dos Ministros de la Corte Suprema y el anuncio de jubilación de un tercero (tres de los nueve, como reclamaba enfáticamente la UCR al Gobierno como condición básica para el pacto).

Pero la reforma constitucional impulsada por Menem y Alfonsín tiene aún, entre los muchos puntos en debate, un asunto difícil por definir, el alcance de la figura de un "jefe de Gabinete", una especie de Primer Ministro.

No al recorte de poderes

Al retornar de un viaje al exterior, Menem sorprendió el domingo al declarar que no aceptaría recorte alguno de los poderes que ahora la Constitución atribuye al Presidente.

Alfonsín hizo saber, en seguida, que la única posibilidad que tiene Menem de conseguir el derecho a postularse otra vez en 1995 es aceptar la figura de un jefe de Gabinete que, al mando de toda la administración central, atenúe el presidencialismo actual. Los radicales hacen notar que Menem pactó eso por escrito.

Los negociadores de ambas partes, igualmente, confían en que antes de fin de año el proyecto que declara la necesidad de la reforma de la Constitución, paso previo obligatorio para llamar después a elecciones constituyentes (en marzo o abril de 1994), será aprobado por el Parlamento antes de fin de año. Previamente, para darle fuerza institucional al proyecto pactado, Menem y Alfonsín volverían a reunirse públicamente en la residencia presidencial de Olivos, suburbio norte de la capital, para sellar el acuerdo.

El proyecto de reforma de la Constitución incluye, además del balotaje, la elección directa del Presidente y el derecho a una reelección inmediata, la inclusión de un tercer Senador por provincia (por la minoría), la elección directa del alcalde de Buenos Aires y la creación de un Consejo de la Magistratura que controle la designación y remoción de jueces.

9400805
Argentina promete mayor superávit fiscal.
LA NACIÓN 150085
9/12/93
66960
11164
11302
11305

Promete la Argentina mayor superávit fiscal

Compromiso: según se acordó con el FMI, el año próximo se deberá alcanzar un excedente superior en 265 millones al previsto originalmente; se lograría con más recaudación y menor gasto.

La Argentina acordó con el FMI alcanzar un superávit primario de 4000 millones de dólares en el próximo año, unos 265 millones más que lo previsto originalmente.

Así lo reveló a LA NACION el secretario de Programación Económica, Juan Llach, quien tuvo un papel principal en las negociaciones con el organismo internacional.

En Washington, el ministro Domingo Cavallo confirmó que se acordó con el FMI el programa para 1994, tras una reunión que mantuvo con el titular de ese organismo, Michel Camdessus.

Esfuerzo adicional

El compromiso significará para la Argentina un esfuerzo adicional, con lo cual el Gobierno deberá sacar punta al lápiz para dibujar nuevamente sus números.

Las primeras proyecciones oficiales contempladas en el trabajo Argentina en Crecimiento daban cuenta de un superávit primario sin privatizaciones de 3750 millones de pesos para el año próximo.

Tal estimación -inferior en 265 millones a la que finalmente se acordó- pareció dejar al descubierto la presión del FMI. Es notorio que el organismo internacional tiene la intención de que el gobierno argentino ajuste todavía más sus cuentas.

Nivel de gasto

Al parecer, una de las objeciones del FMI se refiere al nivel de gasto programado para el próximo año. El aumento del 10 % previsto en las erogaciones no termina de convencer a los negociadores internacionales.

Inicialmente, el FMI tampoco vio con buenos ojos la decisión de reducir los aportes patronales. Para el Tesoro argentino, esta disminución significará dejar de percibir unos 1000 millones de dólares anuales. Cavallo indicó ayer que, con todo, el Fondo admitirá la baja anunciada por el Gobierno.

Logrado el acuerdo, Llach reconoció que el superávit convenido "es el máximo" que la Argentina está en condiciones de conceder.

Almuerzo

La reunión que Cavallo mantuvo ayer con la plana mayor del FMI fue solicitada por los funcionarios argentinos, según admitió Llach. ¿El motivo? Poner el moño a las negociaciones.

Participaron del almuerzo, además de Camdessus, sus colaboradores Ted Beza y Martin Hardy. Acompañaron al ministro de Economía Daniel Marx y Joaquín Cottani.

Tras la reunión, el ministro anunció -en conferencia de prensa- que el año próximo acaso no se necesite toda la ayuda financiera internacional prevista.

"El Fondo seguirá haciendo los aportes habituales, aunque es posible que sean innecesarios dos de los últimos cuatro desembolsos."

Posicionamiento

La lectura de Llach sobre la afirmación del ministro fue la siguiente: "Cavallo seguramente confía en el mejor posicionamiento de la Argentina en el mercado de capitales".

Respecto del presente año, el equipo económico confía en que no habrá inconvenientes para alcanzar el superávit fiscal de 4400 millones comprometido con el Fondo.

Los números de 1994, luego de una ardua negociación, quedaron definidos. La pregunta de rigor es cuál será la mejor fórmula para bajar el gasto y aumentar la recaudación.

Paz Tejerina

El acuerdo con el FMI



- El año próximo la Argentina deberá obtener un superávit del Tesoro de 4000 millones de dólares.
- La proyección original del Gobierno contemplaba un excedente de 3735 millones de dólares.
- El nuevo compromiso significa un esfuerzo adicional para reducir los gastos y aumentar la recaudación.
- El FMI, que había objetado la reducción de aportes patronales, dio marcha atrás con su posición.



01-01

9400805.

Prorrogan la regularización inmigratoria

31 de enero: el ministro del Interior reiteró que transcurrido ese plazo no habrá deportaciones masivas de extranjeros indocumentados.

El Ministerio del Interior anunció ayer que fue ampliado hasta el 31 de enero próximo el plazo para la regularización de los inmigrantes ilegales, que finalizaba el 31 del actual.

El anuncio está contenido en un comunicado en el que se consigna que en la reunión de gabinete de ayer se analizó la situación de los inmigrantes, y que el titular de la cartera, Carlos Ruckauf, "descartó la posibilidad de que se haya expulsiones masivas de indocumentados".

El ministro anunció también que "en pocos días más instrumentaremos un horario más amplio y más puestos de atención al público en Capital Federal y Gran Buenos Aires, para que toda la tramitación sea lo más ordenada posible".

Ruckauf remarcó la necesidad de "diferenciar turistas con personas que ingresan ilegalmente en el país que carecen de cualquier tipo de control sanitario, poseen certificados médicos en blanco y son contratados para trabajar en condiciones infrahumanas.

"Nosotros estamos trabajando para cuidar los puestos de trabajo de los argentinos y también los derechos humanos de nuestros hermanos de los países vecinos".

Según trascendió ayer, el gobierno tiene planeado seguir adelante con los procedimientos en procura de desbaratar a las organizaciones que hacen trabajar a los extranjeros indocumentados.

"Son señales que se les está enviando desde el gobierno a muchos empresarios", dijo una fuente.

Trabajadores extranjeros indocumentados

Inmigrantes de países limítrofes que regularizaron su situación

	Al 20/10/93 (1)	Al 8/12/93 (2)
Bolivianos	95.000	126.000
Paraguayos	40.000	52.000
Uruguayos	15.000	19.000
Chilenos	8.500	11.000
Brasileños	1.500	2.000
Total	160.000	210.000

(1) Cifras oficiales
(2) Estimaciones oficiales

Estimación de inmigrantes de países limítrofes que permanecen sin documentación

Bolivianos	190.000
Paraguayos	40.000
Uruguayos	35.000
Chilenos	30.000
Brasileños	3.000
Total	298.000

Estimación de inmigrantes de países no limítrofes que permanecen sin documentación

Peruanos	40.000
Coreanos	30.000
Total	70.000

Animos exaltados en Migraciones

LA NACIÓN 10/12



La Prefectura debió calmar a los inmigrantes (DyN)

El vencimiento del plazo –antes de conocerse la prórroga hasta el 31 de enero próximo– para que los extranjeros de países limítrofes legalicen su residencia en la Argentina provocó ayer algunos incidentes en la Dirección Nacional de Migraciones.

Unas doscientas personas, en su mayor parte de Bolivia y del Paraguay, se sumaron desde muy temprano a las que ya habían pernoctado en la plazoleta situada frente a la sede de la dependencia, en la avenida Antártida Argentina 1315, sobre la Dársena Norte.

El paseo se convirtió de este modo en un concurrido terreno de "acampantes", provistos en muchos casos de colchones, utensilios de cocina y radios portátiles. No faltó en el curioso panorama alguien que, con agudo olfato para los negocios, instaló en las inmediaciones un puesto de venta de choripanes dotado de una fotocopiadora.

En realidad, la situación se viene produciendo desde hace unos días y se debe, en explicación del director del organismo, Alejandro Rubio, "a que además del trámite habitual de radicación, por esta época se origina una mayor demanda de quienes deben viajar o completar otros tramos de su documentación, como el DNI".

Rubio desmintió además versiones sobre que la atención se suspendería en las próximas horas.

"Aunque por momentos nuestra capacidad de respuesta se ve colmada, vamos a seguir trabajando todo lo que podamos, incluso fuera de horario. Y también el próximo mes, para el que ya estamos dando turnos. Esto significa que quien inicia hoy el trámite se pone a salvo del término del plazo. Hay verdades a medias, mitos y todo un folklore referido al tema migratorio", sentenció.

Pese a estas expresiones, en el comentario de los extranjeros las cosas no son tan fáciles. "Estoy acá desde el lunes", dijo Esteban Lualca, con típico acento del Altiplano. "Me dieron un número que ahora me dicen que ya no corre".

Una mujer paraguaya, que rehusó identificarse, se quejó por haber dado unos pesos a alguien que se presentó como "gestor" y al que no volvió a ver. Otra mujer planteó algo no menos atendible: su necesidad de ir al baño. "En la *oficina* me contestaron que apenas les alcanza para ellos, y para los casos urgentes", señaló.

Willy Bouillón

Lo que se cambia

Las modificaciones en la Constitución bonaerense

TEXTO ACTUAL	CAMBIOS PROPUESTOS
Art. 10: fija la igualdad ante la ley	Incluye la no discriminación y los derechos sociales
Art. 17: establece derechos por la detención de personas	Contempla mayor alcance para el amparo y el hábeas corpus
Art. 46: trata los mecanismos para acordar el sufragio a la mujer	Directa supresión por anacrónico
Art. 53: los soldados (hasta sargentos) no pueden votar	Decidirán los constituyentes
Art. 56: fija un máximo de hasta 100 diputados	El PJ apoya. La UCR se opone
Art. 62: fija un máximo de hasta 50 senadores	El PJ apoya. La UCR se opone
Art. 71: período legislativo entre mayo y agosto	Ampliar el período desde marzo a noviembre
Art. 100 Inc. 6: determina la competencia de la Asamblea Legislativa	Aclara la función de la Asamblea cuando se rechaza una reforma parcial por la vía legislativa
Art. 110: impide la reelección de gobernador y vice	Habilita por un período más la reelección de ambos
Art. 113: prevé los remplazos del gobernador	Decide la Convención
Art. 117: obliga al gobernador a solicitar autorización para ausentarse	Incluye una autorización automática
Art. 149 Inc. 3: la Corte es la instancia única para las causas contencioso administrativas	Se crea un fuero de primera instancia que contempla esos casos
Art. 151: está conectado con el artículo anterior	Se anula
Art. 154: la Legislatura puede crear tribunales y distritos judiciales	Se amplía la creación de nuevos
Arts. 160, 161, 162, 163 y 164: la Legislatura establece juzgados de paz	Actualización integral del tema
Art. 165: designación de los jueces de paz	Modificación total de este ítem
Art. 189, 190, 191: funcionamiento del área de educación	La Dirección General de Escuelas se transforma en ministerio
Art. 181, 182, 183 y 184: municipalidades	La UCR propone que las facultades de la autonomía municipal se amplíen. El PJ se opone a incrementar los porcentajes que la provincia coparticipa a los municipios

01_02.

TITU ...

PROCED... LA NACIÓN 150025

FECHA DE ... 14/12/93

VINCULACIONES 60960

11164

Los cambios en el proyecto definitivo

- Se aclara que el ministro jefe de gabinete depende políticamente del Presidente, quien lo supervisa y puede nombrarlo o removerlo "por sí solo".
- Se establece en cuatro años el mandato de los senadores.
- Se determina que el ballottage se hará si ningún partido llega al 45% o al 40% con una diferencia de diez puntos sobre la segunda fuerza.
- Se elimina la unificación de todos los mandatos electivos, prevista en principio por los técnicos del PJ y la UCR.
- Las propuestas sobre el fortalecimiento del régimen federal y las autonomías municipales pasan a ser temas de debate para la convención.
- Se abren como otros temas de discusión la creación de un consejo económico y social, las formas de democracia semidirecta y la preservación del medio ambiente.
- Se establece que las coincidencias básicas (reelección, ballottage, primer ministro, elección directa del intendente de Buenos Aires) serán votadas de una sola vez por la Convención Constituyente.
- Los temas de debate, acordados sólo en su enunciado, se tratarán individualmente. La convención no podrá abordar asuntos que no estén enumerados. Si lo hace, sus decisiones serán de "nulidad absoluta" en estos ítem.



9400808
Gobierno Japonés apoya a program: económico Argentino.
EL OBSERVADOR 150483
13/12/93
66960 - Japón.
11164
11302
11399
11161

Japón: US$ 400: para Argentina

TOKIO - EL GOBIERNO de Japón dio ayer una nueva muestra de apoyo al programa económico argentino, al anunciar que otorgará un préstamo de 400 millones de dólares para seguros de créditos a las exportaciones con una tasa preferencial.

El préstamo anunciado por el premier Morihiro Hosokawa al presidente Carlos Menem implica de hecho que la nación nipona ha cambiado la calificación que tiene de la Argentina como un país de alto riesgo.

Por su parte, Menem aseguró a Hosokawa que la Argentina apoyará el ingreso de Japón como miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU, vedado hasta ahora por tratarse de un país derrotado en la Segunda Guerra Mundial.

Menem dio garantías a los empresarios japoneses para que aumenten sus inversiones en la Argentina y les aseguró que "no habrá devaluación" de la moneda.

Menem presidió un almuerzo ofrecido por siete de las organizaciones económicas más importantes del Japón, oportunidad en la que expuso sobre los principales lineamientos del programa aplicado por Domingo Cavallo desde el Ministerio de Economía y dijo que la estabilidad no se hubiera alcanzado sin el correspondiente respaldo político. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a fuentes de DyN)* EO 13/12

01-01

9400808

COMO QUEDO

U.C.R.

Temas cerrados

- Elección directa del Presidente y Vice, con mandato de 4 años y posibilidad de reelección por una sola vez.
- Incorporación del 'ballottage'.
- Creación del cargo de Jefe de Gabinete de Ministros.
- Elección directa de 3 senadores por provincia, 2 por la mayoría y 1 por la minoría, con mandato de 4 años.
- Se elimina el requisito confesional para el Presidente.
- Elección directa del intendente porteño. Autonomía legislativa y judicial para la Capital.
- Limitación de los decretos de necesidad y urgencia.
- El Senado presentará acuerdo para los jueces de la Corte Suprema por mayoría absoluta o por dos tercios de los presentes.
- Las sesiones ordinarias del Congreso se extenderán desde el 10 de marzo al 30 de noviembre.
- Creación del Consejo de la Magistratura, que propondrá duplas o ternas obligatorias para el nombramiento de jueces (excepto Corte Suprema).
- Se restringe la facultad del Poder Ejecutivo de intervenir en provincias.

Temas abiertos

- Fortalecimiento del régimen federal.
- Creación de regiones y posibilidad de las provincias de encarar gestiones internacionales.
- Autonomía municipal.
- Incoporación de la iniciativa y de la consulta popular.
- Unificación de la iniciación de todos los mandatos electivos en una misma fecha.
- Facultades del Congreso respecto de los pedidos de informes, interpelación y comisiones de investigación.
- *Status constitucional para el ombudsman.*
- Garantías para la identidad étnica y cultural de los pueblos indígenas.
- Defensa de la competencia del usuario y del consumidor.

Garantías para el acuerdo

- La votación de la "declaración de necesidad" de la reforma se hará a libro cerrado. El voto afirmativo significa la aceptación de todos los puntos propuestos.
- La Convención Constituyente solo podrá considerar las reformas acordadas y los puntos habilitados por el Congreso.
- El PJ y la UCR adoptarán los mecanismos internos para asegurar el cumplimiento del pacto por sus convencionales.

EL ACUERDO POR LA REFORMA

El presidente Carlos Menem y el jefe radical, Raúl Alfonsín, firmaron ayer el acuerdo para impulsar un proyecto consensuado de reforma constitucional. Minutos después de la ceremonia en la Casa Rosada, Menem dijo que piensa presentarse como candidato a la reelección. Ahora el histórico acuerdo entre los dos partidos para reformar la Carta Magna tendrá como escenario al Congreso Nacional, donde los diputados radicales se resisten a votarlo en bloque y los senadores no aceptan que se recorten sus mandatos de 9 a 4 años (véase páginas 6 y 7). En el documento final se establecen los puntos donde hubo acuerdo cerrado —cláusula de reelección, elección directa del presidente y vice, "ballottage", entre otros— y aquellos donde deberá decidir la Constituyente. También falta definir cuándo Menem termina su mandato (véase página 4). Eduardo Duhalde no estuvo en la ceremonia: prefirió quedarse en Mar del Plata.

EL ESCENARIO PARA APROBAR

Menem y avanzó

Apenas **cuatro minutos** les llevó al presidente **Carlos Menem** y al ex presidente **Raúl Alfonsín** la firma de un documento de 17 páginas que define las **bases de la reforma parcial de la Constitución.** Luego del acto realizado en la Casa Rosada, peronistas y radicales comenzaron a **alistar a sus legisladores** ya que la intención es que la ley que declara la necesidad de la reforma salga lo antes posible (véanse páginas 6 y 7).

El documento firmado por Menem y Alfonsín contempla el objetivo número uno del Gobierno al permitir la **reelección del presidente Menem.** Luego de despedir a Alfonsín, Menem dijo ayer que **"por supuesto"** la reelección está en sus planes. Con una sonrisa, Menem agregó: **"Si Dios me sigue amparando, protegiendo, comunicándome un poco de suerte, y yo hago las cosas más o menos bien, voy a estar en condiciones de as-**

Ricardo Cárcova



Ricardo Cárcova



Arnoldo Kleiner, Enrique Paixao, Ricardo Gil Lavedra, Antonio Hernández y Antonio Berongaray, el frente radical. Carlos Ruckauf, Carlos Corach, y Alberto García Lema, el frente menemista. Enfrentados en la mesa de negociaciones, pero como buenos amigos.

Todo en cuatro minutos

"Bien, me parece que esto merece un aplauso, ¿no?" Raúl Alfonsín quebró la rigidez del momento. Estáticos, los testigos de la firma del pacto para la reforma constitucional no atinaron ni a festejar el instante y seguían inmóviles alrededor de la mesa oval del Salón Sur de la Casa de Gobierno.

El acto con el cual Menem y Alfonsín sellaron ayer el acuerdo duró apenas **cuatro minutos** y careció del brillo que se esperaba para una circunstancia semejante.

La mayor parte de la ceremonia se consumió con la lectura del preámbulo del acuerdo al que nadie prestó atención, mientras un enjambre de cámaras, micrófonos, teléfonos celulares y grabadores pugnaba por captar cada gesto y cada frase de la escena.

Menem lucía tostado, exultante y orondo con su corbata en tonos de violeta y gris. Alfonsín, más pálido y riguroso con el traje gris oscuro, elegido para su segunda visita a la Casa Rosada desde que terminó su mandato.

Al jefe radical se lo vio **algo nervioso,** como si quisiera que todo terminara rápido. Incluso hubo quienes aseguraron que Alfonsín pidió expresamente **modestia y brevedad** para la ceremonia. Incluso ese malestar se traslució cuando los periodistas le preguntaron qué le diría a los correligionarios que se oponen al pacto con el Gobierno y el radical contestó fastidiado con un **"no se".**

Luego de la firma simultánea de ambos jefes partidarios y el cruce repetido de carpetas donde estaban los dos únicos ejemplares originales del acuerdo, se abrazaron para los fotógrafos y las cámaras.

A la derecha de la cabecera estaban los radicales: el titular del bloque radical del Senado, **José Genoud,** y el de Diputados, **Raúl Galván;** el diputado y negociador **Antonio Berhongaray,** el vicepresidente segundo del partido, **Oscar Castillo,** y los negociadores técnicos, **Ricardo Gil Lavedra, Enrique Paixao y Arnoldo Kleiner,** presentes por expreso pedido de Alfonsín. Flanqueaba el vocero de Alfonsín, **Simón Lázara,** a quien Menem le dedicó un extenso saludo, con pase de "facturas" mediante por declaraciones del pasado.

Del lado peronista se alinearon el senador **Eduardo Menem,** el secretario general **Eduardo Bauzá,** el ministro del Interior, **Carlos Ruckauf,** el secretario legal y técnico **Carlos Corach,** el titular del bloque de diputados, **Jorge Matzkin** (muy pensativo), y el procurador, **Alberto García Lema.** El protocolo —o las internas— relegó hacia atrás al diputado **Julio Mera Figueroa**, activo negociador del oficialismo.

El gesto fue tibio, como de compromiso y algo forzado, si se lo compara con el que se brindaron García Lema y Gil Lavedra, cara y ceca original de este acuerdo desde fines del '87.

La nutrida segunda fila del menemismo, en la que se apelotonaban tanto **Julio Mera Figueroa** como Alberto Kohan, Matilde Menéndez, Liliana Gurdulich y Eva Gatica y hasta "el Tula" —que asistió sin bombo pero con una notoria camisa colorada— entre otros, no alcanzó a disimular las ausencias de los senadores **Pedro Molina y Augusto Alasino,** enojados por el acortamiento de mandatos a cuatro años en vez de seis; y en particular, la del gobernador **Eduardo Duhalde.**

Duhalde prefirió quedarse en Mar del Plata

"No sé dónde está", confesó **Carlos Menem** luego de la firma del documento sobre la reforma constitucional. Se refería al gobernador de Buenos Aires y **vicepresidente a cargo del PJ, Eduardo Duhalde,** la ausencia más notoria en la ceremonia. Duhalde había preferido quedarse en Mar del Plata, a pesar de que su agenda no le marcaba ningún compromiso de importancia".

Raúl Alfonsín, titular de la UCR, estaba acompañado por el **vicepresidente Oscar Castillo.** En el PJ, el presidente es Menem pero tiene licencia y está a cargo del partido el vicepresidente Duhalde. Luego del acto, Menem [illegible] con los periodistas:

—Nos llamó la atención la ausencia del doctor Duhalde. ¿Es por algo en especial?

—No, ¿por qué el doctor Duhalde y no los otros gobernadores?

—Es el presidente del PJ.

—El presidente del partido es el presidente Carlos Menem.

—Pero es su compañero de fórmula, como usted siempre dijo.

—Siempre uno tiene apuntadores, como en el teatro. Me dicen que Duhalde no está en Buenos Aires, no sé dónde está.

—¿Será su compañero de fórmula como usted siempre dijo?

—Eso lo decide el partido.

En ese momento, Duhalde estaba en Mar del Plata. **"No puede aparecer a cada rato en las fotos con Alfonsín y después enfrentarlo en la lista de convencionales",** arriesgó una fuente de la gobernación, en un intento de explicar de alguna manera la ausencia de Duhalde.

En realidad, Duhalde no decidió aún si encabezará o no la lista de convencionales constituyentes del PJ. En el radicalismo, Alfonsín dice que él será el primero en la lista bonaerense.

La reforma constitucional habilita la reelección de Menem. **Duhalde aparecía como el candidato a presidente más sólido del PJ si fracasaba el intento reformista de Menem.** Ahora, Duhalde debe contentarse con su reelección como gobernador. Antes de las elecciones del 3 de octubre, Duhalde había sorprendido a todos, incluido Menem, con una sorpresiva reunión con **Alfonsín.** En ese momento, Alfonsín y Menem ni se hablaban: solo peleaban.

También faltó a la ceremonia el diputado **Alberto Piotti,** quien integró la comisión negociadora de la reforma a pedido de Duhalde. **"Sé que es imperdonable** —explicó Piotti—, pero llegué tarde. **Tenía audiencias en La Plata, creí que llegaba, pero no."** Piotti agregó que, de todos modos, ya había inicialado el texto en la última reunión de la comisión negociadora.

LA REFORMA PASA AL CONGRESO. LOS SENADORES SE OPONEN AL RECORTE DE SUS MANDATOS

firmó el acuerdo con Alfonsín otro paso para su reelección

pirar a una reelección".

De todos modos, Menem señaló que "hay que pelear duro para ganar las internas en el justicialismo y después ganar las elecciones generales.

Luego de la firma del documento, los radicales se retiraron mientras Menem enfilaba hacia donde aguardaban los periodistas. Una hora más tarde, Alfonsín, distendido y de mejor humor, señaló en el Comité Nacional de la UCR que el acuerdo "define reglas de juego donde cada uno debe ocupar su rol: **el oficialismo con su posición, y la oposición, en defensa de sus convicciones, principios e ideales"**. (Véanse págs. 4 y 5).

A pedido del radicalismo, el acuerdo también incluye la "atenuación del sistema presidencialista" a través de la creación de una figura nueva: el **jefe de gabinete de ministros** que, como función principal, "tendrá a su cargo la administración general del país", que ahora está en manos del Presidente.

Algunos heridos

Peronistas y radicales recién pudieron cerrar las negociaciones en la medianoche del domingo, cuando decidieron acortar el mandato de los senadores de 9 a 4 años, como pedía la UCR. La medida provocó **el enojo de los senadores**, en especial los peronistas, que anoche se hallaban en un virtual "pie de guerra" (véase página 7).

Luego de la firma del acuerdo, el escenario de la reforma se trasladó al Congreso. Los peronistas aseguran que la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Diputados analizará el texto el jueves o viernes, y que Diputados **lo aprobará la semana próxima, antes de la Navidad.** Pero lo cierto es que también hay quienes afirman que existen algunas trabas en la Cámara baja (especialmente en el bloque radical) y que la votación se producirá antes de fin de año, después de la Navidad.

El paso siguiente es la **elección de los convencionales** constituyentes que modificarán la Carta Magna. El acuerdo entre Menem y Alfonsín obliga a los convencionales a dedicarse a solo una serie de puntos. Ayer, Menem dijo que la elección **"puede ser en marzo"**.

La reelección y el jefe de gabinete de ministros integran junto a otros temas el llamado "Núcleo de coincidencias básicas". Peronistas y radicales acordaron que deberán ser **votados en bloque** por los convencionales, que no podrán hacer ningún cambio, para asegurarse que nadie quebrará el acuerdo sin que se desmorone todo el paquete.

El acuerdo contempla también 17 temas sobre los cuales los convencionales podrán debatir. Son temas que permanecen abiertos, **para que cada partido presente sus propuestas y puedan diferenciarse en** las elecciones.

Hubo algunas ausencias que se notaron. Por ejemplo, no estuvo el gobernador de Buenos Aires y vicepresidente a cargo del PJ, **Eduardo Duhalde**. Tampoco, el jefe del bloque de senadores del PJ, **Pedro Molina** ni el senador **Augusto Alasino**, miembro del equipo negociador del oficialismo.

Antes de pasar al Salón Sur, Menem y Alfonsín charlaron a solas durante diez minutos y hablaron **del enojo de los senadores, las funciones del Consejo de la Magistratura y el recambio en la Corte Suprema de Justicia**, uno de los requisitos exigidos por Alfonsín para que, según mentan los radicales, el pacto adquiera "garantías jurídicas".

Ricardo Cárcova



Raúl Alfonsín y Carlos Menem, lapiceras en mano, firman el acuerdo para la reforma: el momento cumbre en la Casa Rosada.

-02-02

9400810.

Convocatoria y modo de funcionamiento de la Convención

Fecha: finalmente, el Presidente optó por el 10 de abril próximo para que se realicen los comicios de convencionales; se conoció el decreto de convocatoria correspondiente.

¿Cómo funcionará la Convención Constituyente?

Este órgano, para algunos fantasmal, cuenta con amplísimas atribuciones.

En esta oportunidad, deliberará en las ciudades de Paraná y Santa Fe, para reformar 17 artículos de la Constitución Nacional, con reelección presidencial, por mandato de la reciente sanción legislativa.

Cronograma

Si bien el Presidente se apresuró días atrás en afirmar que las elecciones serían convocadas para el 20 de marzo, finalmente –y tras un pedido del radicalismo– se decidió por el 10 de abril.

Así consta en el decreto del PE por el que se convoca al cuerpo, en el que también se establece el 10 de febrero próximo como plazo para la constitución de alianzas electorales, el 3 de marzo comenzará a exhibirse el padrón de electores –por 10 días– y el 11 de ese mes concluye el plazo para la oficialización de boletas.

En esa norma se establece, además, que "en las provinciales en las cuales se concurra en forma simultánea a elegir convencionales constituyentes para la reforma de las respectivas Constituciones provinciales, ambas secciones de boleta irán separadas entre sí por medio de líneas negras que permitan el doblez del papel".

Sistema de elecciones

Los constituyentes serán elegidos por el sistema de representación proporcional.

Esta será la tercera convención en lo que va del siglo, pero tras la sanción de la Constitución Nacional, a partir de 1853/60, hubo siete convocatorias.

Los 305 constituyentes que se elegirán en abril próximo poseerán las mismas inmunidades de un diputado nacional.

También percibirán la misma retribución que los legisladores por su tarea.

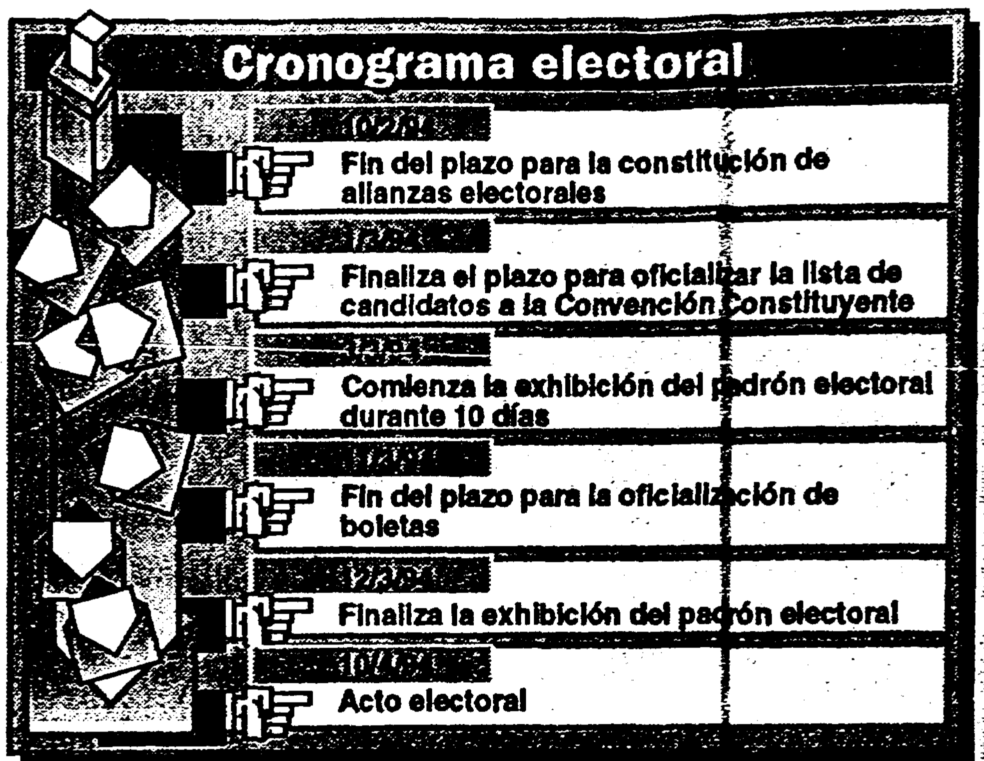
Deliberaciones

Pero el trabajo de los constituyentes comenzará dentro de los 60 días posteriores a las elecciones y deberá finalizar no mas allá de los 90 días de iniciadas las deliberaciones.

Cada candidato a convencional deberá representar a un partido, tener –igual que para diputados– 25 años de edad como mínimo y estar afiliado o no a la fuerza a la cual representará.

El hecho de que pueda o no ser afiliado a determinado partido político deja la puerta abierta para que esos cargos sean propuestos a extrapartidarios.

También podrán actuar como convencionales los funcionarios públicos, con excepción de los miembros del Poder Judicial.



La elección se hará por el voto secreto y obligatorio de los ciudadanos empadronados.

Cada uno de los distritos del país elegirá a sus convencionales.

Correspondenrán 27 representantes a la Capital, 72 a Buenos Aires, 7 a Catamarca, 20 a Córdoba, 9 a Corrientes e igual número de convencionales al Chaco, 7 al Chubut, 11 a Entre Ríos, 7 a Formosa, a La Pampa y a La Rioja 8 a Jujuy, 12 a Mendoza, 9 a Misiones, siete a Neuquén y a Río Negro, también 9 a Salta, 8 a San Juan, 7 a San Luis y a Santa Cruz, 21 a Santa Fe, 9 a Santiago del Estero, 7 a Tierra del Fuego y 11 a Tucumán.

La convención se reunirá sólo para considerar las reformas constitucionales que impulsó el pacto de Olivos, y que quedó establecido por el Congreso Nacional, cuando declaró la necesidad de esas modificaciones.

Todos los temas podrán tratarse juntos o por separado, durante las deliberaciones.

Sin embargo, se votarán en conjunto y los convencionales no podrán apartarse de las cuestiones emanadas del texto aprobado por el Poder Legislativo.

La Convención Constituyente, en suma, es un órgano pluripersonal y unicameral, integrado de acuerdo con una elección popular.

"No hay poder en nuestra vida orgánica con facultad para revocar los actos de la Convención", definió alguna vez Manuel Gorostiaga.

Sin embargo, dentro de las facultades que posee para desarrollar su tarea, Gorostiaga aclaró: "Colocar las convenciones constituyentes en una órbita incondicionada sería crear un poder superior al pueblo mismo que lo crea. Es decir, caer en la demencia".

Por eso, las convenciones quedan circunscriptas a las facultades atribuidas por el Congreso, dentro de los principios en los que descansa la Constitución Nacional.

Jorge Rodríguez Duval

9400812
El gob: no se opondrá a otro avance Británico-
CLARIN 150024
15/12/93
66960
11164
11302
11399
Gran Bretaña

LA AMPLIACION DEL AREA PESQUERA ALREDEDOR DE MALVINAS

El Gobierno no se opondrá a otro avance británico

El gobierno argentino no se opondrá a que Gran Bretaña amplíe unilateralmente la zona de pesca que controla alrededor de Malvinas, según se desprende de un comunicado distribuido por la Cancillería, al comentar una información exclusiva publicada ayer por Clarín. El Gobierno buscará, de todos modos, algún grado de "entendimiento" con Londres.

En forma sorpresiva, el Gobierno dijo oficialmente ayer que **no se opondrá** a que Gran Bretaña amplíe a fin de año la zona de pesca que controla alrededor de las Malvinas de 150 a 200 millas, al comentar una información exclusiva publicada ayer por **Clarín**.

En un comunicado de prensa, que no desmiente sino por el contrario confirma el adelanto de este diario, la Cancillería dijo que "el gobierno argentino está considerando la posibilidad de **un entendimiento** con el gobierno británico". El entendimiento al que alude se refiere a la zona de prohibición de pesca (FOCZ, según la sigla en inglés) fijada al este de la zona de conservación pesquera de 150 millas de las Malvinas conocida como FICZ. La prohibición había sido acordada en forma conjunta en 1990 y Londres no quiere renovarla cuando venza a partir de fin de este año. Con este comunicado la Cancillería intenta presentar una decisión unilateral británica como una medida que se podría tomar en forma conjunta antes del 26 cuando venza la prohibición conjunta. Gran Bretaña considera desde 1990 a la zona que comprende la FOCZ como incluida dentro de las 200 millas de zona económica exclusiva que le corresponderían a las Malvinas si fuese un estado soberano y no una colonia.

El comunicado incluye, además, las siguientes definiciones:

- "En vista de las significativas limitaciones económicas resultantes para los habitantes de las Malvinas del acuerdo argentino-británico sobre pesca del primero de noviembre pasado, el gobierno británico manifestó recientemente la necesidad de que el espacio marítimo donde habrá de pescar el volumen máximo de 150 mil toneladas que le asigna dicho documento **incluya la zona de prohibición acordada bilateralmente el 26 de diciembre de 1993**".
- "Esta necesidad surge de que en el presente esquema resultaría muy difícil para las islas completar ese volumen debido al incremento de captura previsto por la Argentina". El acuerdo aumentó el volumen para nuestro país de 130 a 220 mil toneladas de calamar.
- "Dado que no es un objetivo argentino generar problemas económicos a las islas y que el referido criterio no modifica los volúmenes de captura acordados para la temporada 1994, el gobierno argentino está considerando la posibilidad de un entendimiento con el gobierno británico que en modo alguno perjudica sus intereses sobre este tema".

En declaraciones a Radio América, el canciller **Guido Di Tella** completó la posición trasmitida en el comunicado. "Aquí se le da una trascendencia al tema que obviamente **no es importante**. Lo que es importante son los volúmenes de pesca acordados", dijo en una alusión implícita al adelanto de **Clarín**.

IX.

01-01

9400812

Más piedras en el camino de Menem

ESPECIAL PARA LA REPUBLICA



De nuestro corresponsal en ARGENTINA

La violencia volvió a estallar en Santiago del Estero, el test político-económico del gobierno de Carlos Menem, mientras que la tensión en los principales penales de la provincia de Buenos Aires y de la Capital Federal alcanzó nuevos picos de dramatismo con más alzamientos de reclusos, toma de rehenes y negociaciones cuasi desesperadas por parte de las autoridades, que no terminan de conformar una opinión realista frente a la ola de descontento que avanza en los sectores más disímiles de la comunidad.

■ Anoche, como ajena a este cuadro de grave deterioro social, la Cámara de Diputados se aprestaba a votar la media sanción de la ley que declarará la necesidad de la reforma de la Constitución, en un debate duro pero previsible. La incógnita se les presenta ahora a Menem y al coautor del Pacto de Olivos, Raúl Alfonsín, en la "rebelión" de los senadores, renuentes a que los futuros mandatos de los integrantes de la cámara alta se achiquen de los nueve años actuales a cuatro. Acaso la sangre no llegue al río o se encuentre una solución intermedia a la poda, a cambio de una muy cara ambición de Alfonsín. Se trata de cómo se nombrarán en el futuro los miembros de la Suprema Corte. El ex presidente quiere que la designación sea hecha por los 2/3 de los votos del Senado y no por la mayoría simple que proclama el menemismo.

Dos comunas santiagueñas: Loreto, de prosapia musical y Termas de Río Hondo, antiguo centro turístico, fueron ocupadas por los empleados públicos en protesta porque no se les abonaron los sueldos, como prometió el interventor federal en esa provincia —la mano derecha de Domingo Cavallo— Juan Schiaretti.

Como en las violentas protestas de la semana pasada, ejemplificadas en los incendios de los edificios de los poderes ejecutivo, legislativo y judicial, la ocupación de las comunas de Loreto y Termas puede ser observada como "un asalto al cielo" del poder. Pero no es así; ninguna fuerza sindical y política de la castigada provincia del noroeste argentino, busca sacar "los pies del plato": protesta —como se ha visto— y lo seguirá haciendo aun repitiendo puebladas, para arrancarle al gobierno nacional las demandas pendientes. Por caso, la derogación de una ley de la ya antigua legislatura santiagueña que autoriza las cesantías en masa para que cierren las cuentas fiscales y que el gobierno nacional no deba seguir enviando fondos para gastos improductivos.

Conviene recordarlo. La hipótesis de trabajo del menemismo (y de Cavallo) es que lo de Santiago es sólo el resultado de una pésima administración de todos los gobiernos peronistas que la gobernaron en la última década y por la corrupción imperante. Así, como por arte de magia, el menemismo trata de desconocer las responsabilidades de su política económica nacional, que ha llevado a la bancarrota a las economías regionales y que ha sido impotente para generar fuentes de trabajo en las zonas más atrasadas del país.

Menem le dijo ayer a los gendarmes que están siendo enviados a granel a las provincias sublevadas, que lo que vive Argentina es una situación similar a la de los años 70, cuando el descontento asumió formas organizativas inéditas en el pasado, como el surgimiento de diversas organizaciones guerrilleras urbanas. "Es la misma subversión", dijo el presidente, helando la piel a millones de argentinos que no saben a ciencia cierta si con semejante osadía analítica no esté convocando a la represión más violenta. No está descartado que sea así. Un íntimo de Menem, el brigadier Andrés Antonietti, enviado a Santiago como jefe de policía, anticipó que no le temblará la mano para restaurar el orden.

LA REBELION EN LOS PENALES

Ayer se sumó el penal porteño de Villa Devoto al alud de levantamientos en casi todas las cárceles de la provincia de Buenos Aires, que sin solución de continuidad vienen ocurriendo en la última semana. En Devoto, según la jerga común, fueron tomados rehenes y los internos obligaron al ministro de Justicia, Jorge Mallorano, a que enviara un negociador que, al final de horas de tensión, firmó con los alzados un acta de compromiso: no serán adoptadas represalias contra los reclusos mientras se analizan sus reclamos.

Las demandas son iguales a las rebeliones de reclusos en casi toda la provincia de Buenos Aires. En **Bahía Blanca** (800 amotinados con 12 rehenes); **Batán** (672 internos, 243 amotinados y 5 guardiacárceles tomados como rehenes); **Olmos** anoche se superó igual que **Batán** (470 amotinados con 7 rehenes); **Dolores** (40 amotinados, fue sofocado); **La Plata** (900 amotinados en la unidad número 9; se mantienen 30 rehenes y hubo protestas además en la unidad de mujeres con un intento de fuga). También se rebeló el **Penal de Mercedes** (200 amotinados, con 5 rehenes), el de **Ezeiza** donde la protesta hasta ahora asumió las formas de "batucadas" además de presentaciones pacíficas en los penales de **Sierra Chica**, mítico lugar de detención, los penales de **Azul, Junín; San Nicolás**. Ayer se sumó la cárcel de menores de Marcos Paz, otro centro de detención de mala fama y que inspiró a Leonardo Favio en "Crónica de un niño solo".

El gobernador de la provincia de Buenos Aires (donde ocurren todos estos casos relatados), Eduardo Duhalde, confió en que hoy serán solucionados los conflictos. No ha sido la primera vez que ello ocurre. Lo cierto es que la gobernación no intentó llegar, en la mayoría de los casos, a la confrontación, evitando la situación del penal metropolitano de Caseros. Esta cárcel fue tomada durante tres horas el lunes por los más de mil internos allí alojados, quienes retuvieron como rehenes entre 25 y 30 guardacárceles. Pero el Servicio Penitenciario Federal apeló a la represión para doblegar a los reclusos, con un saldo de 15 guardias y 15 presos con heridas.



Un numeroso grupo de amotinados en la cárcel de Villa Devoto esperaba ayer el resultado de las negociaciones que sus líderes han entablado con el gobierno provincial porteño. (Telefoto de AFP).

A una semana de este estallido de los reclusos, ellos insistían en sus demandas: mayor celeridad de los procesos judiciales; libertad para los que llevan dos años presos sin condena, extensión del régimen de libertad condicional a los reincidentes; conmutación de penas y sobre todo, el cumplimiento del Pacto de San José. Este instrumento define que nadie puede estar detenido por más de dos años y su cumplimiento se torna perentorio, reconoció ayer el ministro de Justicia, Jorge Mallorano. Como se viven años de ajustes sobre ajustes, los hombres concretos no cuentan para las estadísticas. Este es el punto que acerca las rebeliones sociales con los motines en los penales. Además, una Justicia lenta, poco práctica y sin recursos, hace más difíciles las soluciones. El ministro de Justicia pidió ayer el refuerzo del plantel judicial y que, al menos en el fuero penal, se derogue la Feria Judicial, para no atrasar los expedientes. Hay hechos incontrastables en la vida de los pueblos; nada es eterno. Menos la resignación. Menem debería prestar más atención a este deterioro que puede hacer peligrar su reelección en 1995.

ECONOMIA DICE QUE EL DEFICIT SE DUPLICO POR

Para Cavallo, las agravaron las

El ministro de Economía, **Domingo Cavallo**, se apresta a defender ante la Cámara de Diputados su plan de convertibilidad y demostrar que los déficit provinciales son el saldo de las promesas y compromisos electorales, a partir de un dato concreto: **el endeudamiento de las provincias se duplicó en el último cuatrimestre.** En ese período se desarrolló el proceso que culminó con los comicios del 3 de octubre.

Esta es la síntesis del informe que preparó Cavallo — ya devuelto a su rol de técnico estricto— para hacer frente a los diputados y explicar la crisis que sufren varias provincias y, en particular, el estallido de Santiago del Estero. Originariamente, esa virtual interpelación estaba prevista para hoy, pero anoche no se sabía si efectivamente se iba a concretar (véase recuadro).

El estudio hecho en el Ministerio de Economía analiza en forma detallada las cuentas de varios estados, pero tendrá, además, un capítulo especial dedicado a la situación financiera de Santiago, donde **se revelaría que el desmadre financiero está directamente relacionado con el reciente proceso electoral.** Así, un informe complementario de Economía afirma, por ejemplo, que en Santiago la administración pública **aumentó de 31 mil a 40 mil agentes en el período preelectoral** (Véase página 6).

Los números que llevará Cavallo a la Cámara baja pretenden demostrar de qué manera se hizo el ajuste durante 1993 y qué se puede esperar para el año próximo, cuando se pretendan poner en orden todas las cuentas del interior, pacto fiscal II mediante.

Clarín tuvo acceso a un documento que contiene la batería de argumentos oficiales. Fiel a su estilo, Cavallo jugará a fondo y promete ser contundente en el campo que mejor conoce: los números.

Uno de los principales datos del informe señala que:

- **El pasivo de las provincias en 1993 llegó a 1.500 millones de dólares.**
- Casi la mitad de las jurisdicciones tiene serios problemas económico-financieros. Esto obligaría a realizar ajustes rápidos en el plazo más corto posible para evitar casos como el de Santiago

En su informe al Parlamento, el ministro planteará que gran parte de la responsabilidad corresponde a la **mala administración** de los gobiernos provinciales.

El dato puede convertirse en un boomerang para el oficialismo si se tiene en cuenta que el grueso de las administraciones provinciales están en manos de hombres del justicialismo.

Algunas de las causas principales de la quiebra de las finanzas provinciales que figuran en el documento son:

- **Fuerte aumento de los gastos corrientes en muchas de las administraciones.**
- Aumentos en la nómina salarial e incrementos en las remuneraciones de los funcionarios en niveles jerárquicos.

Cavallo desarrollará la evolución histórica de los recursos y allí mostrará que los ingresos de las provincias —vía coparticipación y otros fondos específicos—, han aumentado de manera exponencial y así refutar a quienes lo acusan de haber transferido servicios desde la Nación sin traspasar recursos

Hay un dato curioso e intrigante en la exposición que dará el ministro: **la evolución del pasivo en las provincias.**

Las cuentas que maneja Economía muestran que hasta agosto el "rojo" del Interior en su conjunto —en sentido estricto "necesidad de financiamiento"— era de **800 millones de dólares.** Pero desde setiembre hasta la fecha, es decir, en el último cuatrimestre del año, **el endeudamiento se duplicó.**

A la hora de dar explicaciones políticas, son pocos los que quieren abrir la boca en el Ministerio de Economía. Sin embargo, los comentarios coinciden en señalar un factor detonante: **las elecciones del 3 de octubre.**

En los corrillos ministeriales se escuchó a un funcionario: **"Las promesas electorales después de los comicios hay que pagarlas. Los números cantan".** La irónica frase se refería a los favores políticos y los cargos y aumentos prometidos a colaboradores y amigos en el fragor de la campaña y los que se reparten poco antes de las elecciones, según se desprende de los números que maneja Economía.

Más allá de cualquier conjetura, el informe del ministro mostrará muchos casos preocupantes y con pronóstico reservado (véase infografía). El monitoreo de provincias como **La Rioja, Chaco o Jujuy** mantiene en alerta a gran parte del gabinete nacional.

Cavallo insistirá ante los diputados sobre la necesidad de que todas las provincias firmen el pacto fiscal. Pero también se encargará de dejar a salvo de cualquier crítica al plan de convertibilidad. Intentará demostrar que el programa no afectó a provincias con una rigurosa disciplina fiscal.

Miguel Angel Rouco

LOS GASTOS POLITICOS PREVIOS A LOS COMICIOS DE OCTUBRE

promesas electorales crisis provinciales



EL DIAGNOSTICO DE ECONOMIA

Buenos Aires
A pesar de su gigante aparato estatal tiene un déficit de apenas 180 millones de dólares anuales con recursos del orden de los 6.400 millones de dólares anuales. Con algunas economías puede mejorar.

Catamarca
Había conseguido nivelar sus gastos pero la situación empeoró. Tiene un déficit de 6 millones de dólares mensuales. Preocupante.

Córdoba
Se sigue de cerca su situación. El banco sigue con problemas serios. El presupuesto de 1994 muestra un déficit de 400 millones de dólares para el año próximo.

Corrientes
Apretadísima coyuntura. Se refinanció solo la deuda exigible con un préstamo de la Nación a mediano plazo que igual deberá pagar.

Chaco
Grave. Hay denuncias penales contra el banco por retención indebida de aportes previsionales. Deben medio aguinaldo y parte de haberes.

Chubut
Volvieron los problemas. Se ha gastado en erogaciones corrientes y se ha pagado contra lo percibido en BOCON por regalías petroleras.

Entre Ríos
Tiende a mejorar y a normalizarse. Tiene buenas perspectivas.

Formosa
Hay una leve mejoría. Tiene serios problemas estructurales.

Jujuy
Luego de los problemas conocidos hay una leve mejora. Muy lentamente tiende al equilibrio.

La Pampa
Sin problemas. Muy buena gestión.

La Rioja
Extremadamente delicada. Se deben haberes. El banco continúa con el protectorado del BNA. Sin salida y con fuerte inestabilidad política.

Mendoza
Sin inconvenientes. Equilibrio y buena gestión.

Misiones
Persiste el problema con el banco y la central de Urugua-í. Mejoró sus cuentas y tiende al equilibrio.

Neuquén
Aumento de salarios para agentes del Estado. Los docentes, mejor pagos del país. Gastos salariales contra regalías. Para seguir de cerca.

Río Negro
Complicado estado financiero. Elevó sus gastos corrientes. Ya gastó los BOCON por regalías.

Salta
Estable dentro de lo grave. Adeuda medio aguinaldo. Oposición política para hacer el ajuste. Preocupante.

San Juan
Empeoró su situación. Hay un constante y creciente endeudamiento vía empresas públicas que luego repercutirá en el erario provincial.

San Luis
Equilibrio. Buena administración.

Santa Cruz
Mejoró mucho y trata de poner al día sus cuentas. Tiene sus BOCON por regalías intactos. Buenas perspectivas.

Santa Fe
Tiende a consolidar su equilibrio. El déficit es controlable.

Tierra del Fuego
Hay que corregir desvíos. Hay un peligroso aumento de los gastos corrientes por la provincialización.

Tucumán
Preocupante. Desequilibrio estable. Oposición política creciente para el ajuste. Pronóstico reservado.

Capital Federal
Aumentó peligrosamente [illegible] del elevado endeudamiento de la gestión anterior. Preocupante.

FUENTE: Ministerio de Economía.

02-02

9400814.

MENEM INSISTIO AYER CON QUE "HUBO SUBVERSION"

Antonietti no halló activistas detrás del estallido en Santiago

El secretario de Seguridad Interna de Santiago del Estero, Andrés Antonietti, afirmó ayer que no tiene constancias de la presencia de agitadores políticos en los disturbios registrados en la provincia. De esta forma contradijo al presidente Menem, quien había dicho que tenía "pruebas" de la actuación de "activistas". Anoche mismo, Menem insistió en su postura, al asegurar que "en Santiago hubo subversión".

El secretario de Seguridad Interna de la intervención a Santiago del Estero, brigadier **Andrés Antonietti**, contradijo ayer al presidente **Carlos Menem** al afirmar que **no tiene constancia de la presencia de agitadores políticos** en los disturbios que sucedieron la semana pasada en esa provincia.

El martes, el Presidente había asegurado que contaba con **"pruebas"** de que habían actuado activistas, y que algunos de ellos eran **"los mismos" que actuaron en las movilizaciones en La Rioja**.

Cuando se le dijo que había sido Menem quien remarcó la presencia de agitadores, Antonietti replicó: **"Yo no tengo constancia y no escuché las palabras del Presidente. Con respecto a eso, estamos viendo. Cuando tengamos la plena seguridad, y esto es muy importante, la plena seguridad, nosotros vamos a anunciar. Pero hasta tanto yo no lanzaría ninguna versión"**. Sin embargo, anoche, al saludar a los periodistas con motivo de la Nochebuena, **el Presidente insistió con su opinión y fue terminante: "En Santiago del Estero hubo subversión"**.

De todos modos y para que su diferencia de criterio con Menem no fuera tan frontal, Antonietti dijo no haber descartado la posibilidad de que persista algún germen de violencia en esa provincia, tras los graves incidentes ocurridos la semana pasada cuando pobladores de la capital santiagueña quemaron edificios públicos y atacaron viviendas de políticos y funcionarios locales.

En declaraciones a radio Del Plata desde la capital de Santiago, Antonietti calificó a la clase política de esa provincia como **"lamentable"** y reveló haber encontrado a la Policía santiagueña **"en un estado calamitoso, no solo de material, sino de moral"**.

"Me refiero —aclaró— **a la moral muy baja porque aquí no hay autoridad porque no emanaba del gobierno natural. Lo que pienso hacer, lo que me parece conveniente, y la palabra me gusta cada vez más, es no solo refundar Santiago sino refundar esta Policía tan empobrecida en espíritu y en medios. Esto es lamentable.**

A la hora de describir la situación política encontrada en Santiago, Antonietti dijo: **"No voy a hablar del descreimiento del pueblo y de la clase política lamentable"**.

El secretario de Seguridad Interna dio algunos detalles de las funciones que **lleva adelante** para mantener el orden.

Dijo que el martes mantuvo una **reunión** en la localidad de Frías con delegados gremiales del municipio durante dos horas y luego, en una **asamblea popular**, habló ante unas 800 personas, a quienes convenció de que **"era preferible hacer todo en paz y no continuar con la violencia"**.

ASUMIO EN TRABAJO Y DIJO QUE BUSCARA CONSENSO PAR

Caro no quiere problemas y pretende acordar co

Armando Caro Figueroa juró ayer como nuevo ministro de Trabajo y desde el primer momento dejó en claro que no quiere tener problemas con Domingo Cavallo y que buscará consensuar la reforma laboral con empresarios y gremialistas. Carlos Menem le tomó juramento en una ceremonia con escaso brillo donde la nota destacada fue la indiferencia con que el ministro de Economía trató al renunciante Enrique Rodríguez, a quien no quiso saludar.

Daniel Rodríguez



El flamante ministro de Trabajo Armando Caro Figueroa se estrecha en un abrazo con el presidente Carlos Menem. Enrique Rodríguez, que se aleja de esa cartera, aplaude sonriente. Detrás, Eduardo Bauzá observa la escena con rostro muy serio.

Políticos que critican

Diputados nacionales de distritos partidos cuestionaron la política laboral del Gobierno, en especial la reciente reducción de aportes patronales, y fueron cautelosos al opinar sobre la incorporación del nuevo ministro de Trabajo, **Armando Caro Figueroa.**

El radical alfonsinista **Leopoldo Moreau** remarcó que "esta designación nada tiene que ver con la cuestión de la reforma constitucional, ni compromete al radicalismo con las políticas que desarrolle el gobierno nacional en materia laboral".

Cuando se le recordó que Caro Figueroa fue funcionario del gobierno radical, **Moreau** destacó que "**es de origen peronista**".

A su vez, el diputado del Frente Grande **Carlos "Chacho" Alvarez** aseguró que "con Caro Figueroa el Gobierno importa más desocupación, más angustias y más inseguridad laboral" y expresó su "asombro por la designación de un ministro que fracasó rotundamente como asesor del jefe del gobierno español, Felipe González".

"**Este es el regalo de Navidad en el plano social del pacto Menem-Alfonsín**, un ministro de Trabajo que viene con una fórmula importada que ha sido totalmente negativa".

SACAR LA REFORMA LABORAL

con Cavallo los gremios

Armando Caro Figueroa se hizo cargo ayer del Ministerio de Trabajo y se esmeró en dejar claro dos cuestiones: que no tendrá enfrentamientos con el jefe de Economía, **Domingo Cavallo**, y que quiere llegar a un acuerdo con los sindicatos cuando tenga que meter mano a la reforma laboral.

El nuevo ministro de Trabajo dijo que **"no existe ninguna posibilidad"** de un enfrentamiento con Cavallo, ya que **"en sus líneas esenciales comparto la política económica que se está llevando a cabo"**.

De ese modo, Caro Figueroa buscó **diferenciarse de entrada** de **Enrique Rodríguez**, su antecesor, quien debió dejar el cargo por mantener serias discrepancias con Cavallo.

El nuevo funcionario —que ya había sido número dos de Trabajo durante la gestión de **Raúl Alfonsín**— asumió su cargo en una ceremonia realizada en una despoblada Casa de Gobierno (véase recuadro).

Caro Figueroa hizo declaraciones a tres radios de la Capital —Continental, Mitre y América— en las que resumió sus expectativas al ser convocado por **Carlos Menem** para remplazar al renunciante **Enrique Rodríguez**, de quien fue además asesor, especialmente en el espinoso tema de la reforma laboral.

Caro Figueroa dejó en claro que su lealtad es hacia el Presidente de la Nación: **"Primero voy a colaborar con el Presidente y después participaré de un gabinete en el que se resuelven este tipo de tensiones"**. Sobre Cavallo también dijo que "es un ministro respetuoso de las competencias de cada uno".

Las palabras de Caro Figueroa sobre Cavallo no fueron casuales. Es que en su gestión debe meter mano en temas que Economía considera **claves** para la continuidad del programa económico, como son, por ejemplo, la reforma laboral.

♦ Con los gremios "me llevo muy bien"

Como para no encrespar a los jefes gremiales, el funcionario dijo sobre la reforma laboral que tal vez **"deba moderar, matizar algunas decisiones para alcanzar un consenso con los empresarios y con los sindicatos"**. Pero luego admitió que "seguramente llegaremos a un acuerdo con los gremialistas, porque **me llevo muy bien con ellos**".

Además, destacó el rol que cumple la actividad gremial en las sociedades modernas: "Ninguna economía de mercado puede funcionar sin sindicatos". Además, Caro Figueroa atribuyó a los gremios la responsabilidad de tener que **"cambiar y adaptarse a los tiempos"**, ya que **"un sindicalismo que ponga palos en la rueda no es el sindicalismo que necesitan los trabajadores ni los países que quieren desarrollarse"**.

Si bien Caro Figueroa ratificó al gabinete que acompañó la gestión de Enrique Rodríguez, trascendió que no seguirán en sus cargos ni el subsecretario de Trabajo, **Enrique Strega**, ni el subsecretario de Relaciones Laborales, **Amadeo Riva**.

Por lo que se supo ayer, en cambio continuarán en sus funciones el secretario de Seguridad Social, **Walter Schulthess** (un hombre vinculado extrechamente al ministro Cavallo) y el viceministro **Carlos Etala**.

Caro Figueroa también explicó su actuación en el gobierno radical de **Raúl Alfonsín** y su actual vinculación con el gobierno menemista: "Soy un ciudadano independiente y mis convicciones las mantengo", aunque se puso enfático al admitir que compartía "la línea que se está llevando a cabo para transformar y modernizar el país".

El ministro de Economía argentino reconquista espacios políticos al hacer aprobar un decreto que reduce los aportes patronales para las cajas de jubilaciones y obras sociales

LR 24/12

Santa Claus a Cavallo

*** Separan del cargo al ministro de Trabajo Enrique Rodríguez, que contaba con el respaldo de la CGT y designan a José Armando Caro, reforzando el pacto Menem-Alfonsín**



De nuestro corresponsal en ARGENTINA
Isidoro Gilbert

El ministro de Economía, Domingo Felipe Cavallo, recuperó el espacio político que había entrado en cuarto menguante al conseguir que el ministro de Trabajo, Enrique Rodríguez, fuera apartado del gabinete nacional y que el cargo fuera cubierto por José Armando Caro Figueroa quien ayer juró ante el presidente Carlos Menem. La abrupta y sorpresiva renuncia de Rodríguez es consecuencia inmediata de la puja interna dentro del gobierno de Menem, sobre la forma de encarar el descontento social que peligrosamente avanza sobre todo el territorio argentino luego de las explosiones en las provincias de Santiago del Estero y La Rioja.

■ La propuesta de Cavallo de seguir adelante con su política de ajuste mediante nuevas medidas que el presidente refrendó, dejó sin espacio político al ex titular de la cartera laboral quien demandó infructuosamente por tejer rápidamente "una malla de contención al descontento social". Rodríguez contaba con el respaldo de la Confederación General del Trabajo, la gran perdedora en la puja desatada en el seno del poder.

Cavallo consiguió hacer aprobar un decreto que reduce sensiblemente los aportes patronales para las cajas de jubilaciones y las Obras Sociales, estas últimas controladas por los sindicalistas quienes sacaron conclusiones del golpe que les infringió Cavallo. La medida económica tiende a mejorar el llamado costo argentino y representa una mejora en la paridad cambiaria entre 4 y 8 puntos, según las industrias, con lo que se piensa alentar las exportaciones y enfrentar el déficit de la balanza comercial. Es poco aún. El plan de Cavallo necesita además de controlar el gasto público, de medidas adicionales mucho más drásticas, incluida la reducción de los salarios, para que su modelo basado en la paridad cambiaria de un peso igual a un dólar, pueda mantenerse.

Rodríguez no estaba en desacuerdo con la rebaja de los costos laborales y es el autor de un proyecto de ley que duerme en el Parlamento sobre desregulación del mercado de trabajo. El ex ministro consideró que el duro golpe contra los intereses de la burocracia sindical, le retiraba un aliado para el respaldo de su proyecto.

El nuevo ministro de Trabajo fue un alto funcionario de esa misma cartera del gobierno de Raúl Alfonsín. Su designación dio pábulo a una rápida interpretación. El nombramiento era otro paso que reforzaba el Pacto Menem-Alfonsín para reformar la Constitución ahora en trámite en el Senado, con fuertes obstáculos. Pero el vocero del ex presidente, Simón Lázara declaró que "los radicales no fuimos consultados porque éste no es un gobierno de coalición. Menem tiene el derecho constitucional de designar a quien le plazca, más allá de nuestra opinión personal sobre el nuevo ministro".

Caro Figueroa ha sido un estrecho colaborador del gobierno de Felipe González y fue él quien redactó la ley de flexibilización laboral española que está generando en ese país grandes movilizaciones de las dos centrales sindicales, UGTE y Comisiones Obreras. España, a pesar de esa legislación, tiene el paro forzoso más alto de Europa Occidental.

"Es el hombre para la flexibilización laboral", le dijo a **LA REPUBLICA** un colaborador de Cavallo quien no dejaba de sonreír cuando este periodista consideró que su jefe había retornado con luces propias al firmamento menemista. Con la flexibilización, los patronos podrán imponer sus condiciones de contratación, horarios, vacaciones y despidos de los trabajadores.

EL RETORNO DEL HOMBRE FUERTE

Es que el ministro de Economía, quien había salido del primer plano al privilegiar el gobierno el acuerdo para la reforma constitucional, ha vuelto a conquistar espacio político. Al estallar el "santiagazo" millones de ojos se dirigieron al zar económico argentino, culpándolo de la situación. Era una consecuencia del ajuste, dijo la gente. Pero Menem respaldó a Cavallo culpando de los graves sucesos a los agitadores y al desgobierno de los gobernadores de las provincias que estallaron la semana pasada. No sólo eso. A Santiago del Estero el Poder Ejecutivo envió a un hombre del rincón más íntimo del ministro económico, Juan Schiaretti y días después, Cavallo consiguió que Menem le firmara el decreto sobre reducción de los aportes patronales a la seguridad social. La salida de Rodríguez del gabinete, quien podría ser acompañado en el futuro por los titulares de Bienestar Social y el de Justicia, hizo gritar "bingo".



Cavallo se hace fuerte otra vez. (Telefoto de archivo de AFP)

El reforzamiento del ministro económico era una demanda del establishment preocupado por el espacio que parecía haber perdido el ministro clave en el gobierno. Pero sobre todo, reafirma y endurece una política. Ayer mismo, Cavallo rechazó, los pedidos de casi todos los gobernadores para que el gobierno federal enviara fondos para pagar sueldos atrasados o el medio aguinaldo de fin de año. Además, fortalece la línea de trabajo de cómo enfrentar el descontento social: aplicar firmemente la reestructuración de los estados provinciales, y promover inversiones en esas zonas, con las medidas de reducción del costo laboral.

En el mejor de los casos esas intenciones darían algún trabajo a largo plazo. En lo inmediato, el gobierno mirará para otro lado, si es que puede abstraerse de la realidad del drama social. No habrá red alguna de protección.

En Jujuy, una de las provincias conflictuadas de las últimas semanas, ayer la Policía detuvo a quince dirigentes sindicales que aguardaban sentados en la puerta de la Legislatura, poder hablar con el gobernador. Horas más tarde fueron liberados pero la tensión en esa provincia norteña es palpable para cualquiera. A las cesantías en el sector estatal, se sumó la amenaza de que pierdan sus contratos laborales miles de peones de los grandes ingenios azucareros, una industria en crisis en la Argentina. En el ingenio "Ledesma", en esa provincia norteña, ya fueron despedidos 400 trabajadores.

Un dirigente sindical menemista dijo haber recibido de Menem y de Cavallo seguridades de que en las provincias no habrá despidos a raíz del ajuste. Pero esas palabras parecen ser un simple movimiento de distracción para la inminente Nochebuena.

Los informes de inteligencia, señalan que las protestas podrían ser aún más fuertes que las que incendiaron simbólicamente los edificios de los tres poderes en Santiago del Estero o la toma de comunas por los huelguistas. La previsibilidad de que las policías provinciales sean desbordadas o que sus efectivos se sumen al descontento, está en la agenda de los servicios de seguridad. Hasta hoy, el gobierno nacional resguarda el orden enviando gendarmes a todo lugar donde los gritos ensordecen. La Ley de Defensa Nacional impide a las Fuerzas Armadas intervenir en la represión interna, pero la ley de seguridad deja un resquicio como para facultar al presidente utilizarlas con el objetivo de restablecer el orden, si la Policía y los gendarmes, fueran superados por los acontecimientos.

Por algo Menem comparó al "santiagazo" con la "subversión" reprimida a sangre y fuego por las Fuerzas Armadas a fines de la década del '70. Esta nueva posibilidad que ahora surge de los hechos narrados, no es el mejor regalo para los argentinos en estas duras Navidades.

9400818
Los cascos azules argentinos.
CLARÍN 150024
27/12/93
66960
11164
11302
11163
11584

LOS CASCOS AZULES ARGENTINOS

La Cancillería y el Ministerio de Defensa estudian pedir a Economía un refuerzo de, por lo menos, diez millones de pesos para financiar el costo de la participación militar argentina en las misiones de paz de la ONU. El pedido prenuncia una discusión en el gabinete con Domingo Cavallo, poco propenso a liberar fondos no presupuestados. Sucede que, ya aprobado el Presupuesto 1994, la Argentina envió una misión militar a Chipre. Los gastos aumentarán si se mantiene a la fragata "Granville" en el bloqueo naval a Haití. La Argentina nunca cobró los 51 millones de dólares que costó el envío de tropas al Golfo.

CLARÍN 27/12

Pedirán un refuerzo de $10 millones

Pocos días después que la Cámara de Diputados aprobó el Presupuesto nacional para 1994, en la Cancillería y en el Ministerio de Defensa empezaron a pensar seriamente en pedir a Economía **un refuerzo presupuestario de "por lo menos, diez millones de pesos"** destinado al financiamiento de las tropas argentinas que participan de los operativos de paz de las Naciones Unidas.

Ocurre que en el presupuesto de la Cancillería de 1994, por segundo año consecutivo y después de enconadas peleas entre los ministros, se asignó **una partida de 40 millones de dólares** (es el 11 por ciento del Presupuesto global de esa cartera) para pagar los gastos de las diez misiones de paz que cuentan con la participación de militares argentinos. La cifra **no contempla** el pago anual que la Argentina debe hacer, al igual que el resto de los miembros de la ONU, a un fondo permanente para el mantenimiento de los cascos azules.

Pero como después que se cerró el presupuesto de 1994 se agregó a las fuerzas de paz el envío de un batallón argentino a Chipre, se calcula que será necesario un refuerzo de **"por lo menos diez millones de dólares"**, según informaron a **Clarín** fuentes oficiales.

La cifra sería aún mayor, si se decide mantener por varios meses la participación de una fragata de la Armada en el bloqueo naval a Haití, y si la ONU **mantiene su atraso en el pago de los 8 millones de dólares que debe a nuestro país** en concepto de viáticos y amortización de los equipos empleados. La ONU debe abonar cerca de 900 dólares mensuales por cada soldado. La Argentina tiene unos 1.500 efectivos entre oficiales y suboficiales, destacados en los cuerpos de paz de las Naciones Unidas.

La necesidad de un refuerzo presupuestario, prenuncia **otra discusión en el seno del gabinete**, donde el ministro de Economía, **Domingo Cavallo, se ha negado** sistemáticamente a abrir la canilla para todo tipo de gastos no presupuestados. En el último choque entre Cavallo y el entonces ministro de Defensa, **Erman González**, en febrero de este año, debió interceder el presidente **Carlos Menem** para ordenar que se consiguieran los fondos necesarios. Los gastos del año pasado, que habían sido presupuestados en 15 millones, ascendieron a casi 40.

En los últimos dos años, la participación de efectivos argentinos en operativos de paz, se convirtió en "un instrumento más de la política exterior", según comentó en varias oportunidades el canciller **Guido Di Tella**, uno de los funcionarios más entusiasmados con este tipo de operativos multinacionales.

Pero el entusiasmo chocó con el problema presupuestario que impidió, por ejemplo, concretar el deseo de la Cancillería de enviar un batallón a Somalia, y dos buques para sumarse al bloqueo naval de la ONU a Haití, para obligar al régimen de facto de ese país a restablecer la democracia. Así, pese a que Di Tella anunció que se enviarían dos naves a ese país caribeño, el ministro de Defensa, **Oscar Camilión**, luego de hacer las cuentas, terminó despachando solo a la fragata **Granville**.

En sintonía con ese clima, Menem anunció el mes pasado, al inaugurar un seminario organizado por el Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales (CARI), que "la Argentina ha enviado misiones de paz donde la ONU lo solicitó y **lo seguirá haciendo**".

Ningún dirigente de la oposición criticó hasta ahora la participación argentina en este tipo de misiones —ocupa el puesto 17 entre 75 países que aportan tropas para la ONU— y no hay motivos políticos para hacerlo, pero el problema financiero parecería señalar que pronto **se llegará al "techo" de la capacidad económica argentina.**

Daniel Santoro



Cascos azules argentinos rumbo a una misión: un alto costo económico al que se suma la deuda de la ONU con la Argentina. Un pedido de refuerzos de diez millones de pesos puede sembrar polémicas en el gabinete.

Lo que el Golfo se llevó

La Argentina tiene una mala experiencia con el pago de su participación en operativos multinacionales: según admitieron fuentes oficiales consultadas por **Clarín**, **Kuwait nunca abonó los 51 millones de dólares** que costó el envío, en 1990, de los dos buques que tomaron parte del operativo internacional liderado por los Estados Unidos, que desalojó a Irak de ese pequeño país.

A fines de ese año, el entonces canciller **Domingo Cavallo** dijo en un reportaje a **Clarín** que los gastos del envío del destructor **Almirante Brown** y la fragata **Spiro** serían pagados por "el fondo especial al que contribuyen los países árabes y naciones industrializadas" para financiar la guerra.

♦ **No se pagó**

En realidad, como no hubo un compromiso escrito, el gobierno de Kuwait nunca pagó ese dinero y los gastos pasaron a engrosar el "rojo" del Ministerio de Defensa.

01-01

9400818.

LA REFORMA EN EL CONGRESO

POR 38 VOTOS CONTRA 7. LOS RADICALES VOTARON DIVIDIDOS.

El Senado aprobó la ley que habilita la reelección

El Senado aprobó a la 1 de esta madrugada la ley que declara la necesidad de la reforma constitucional y que habilitará al presidente Carlos Menem a presentarse a elecciones por otro período. La Cámara alta, sin embargo, quebró el pacto entre Menem y Alfonsín al no respetar la cláusula que reducía el mandato de los senadores a cuatro años. En una jornada atravesada por las negociaciones entre el jefe radical y los principales operadores menemistas, el secretario presidencial Eduardo Bauzá le prometió a Alfonsín que los constituyentes respetarán el acuerdo que firmó en Olivos con el jefe del Estado (ver también páginas 8 y 9).



Los senadores sancionaron esta madrugada la ley que declara la necesidad de la reforma de la Constitución. El pacto PJ-UCR se impuso por 38 votos contra 7 y hubo tres ausencias. La norma apunta en lo esencial a posibilitar la reelección inmediata del presidente de la Nación. Los legisladores cobraron su precio y modificaron dos puntos de la propuesta aprobada por la Cámara de Diputados. La decisión del cuerpo abre una brecha en el pacto de Olivos, firmado por **Carlos Menem** y **Raúl Alfonsín**. La necesidad de la reforma quedó así convertida en ley y los senadores no la votaron en particular.

No fue todo. El Senado reivindicó por amplia mayoría la prerrogativa como Cámara de origen del proyecto y que en un principio les había sido arrebatada por Diputados. Quedaría ahora por saber si **Alberto Pierri** convalidará la ley antes de su remisión al Poder Ejecutivo, como lo señala la gestión parlamentaria. Por de pronto, las autoridades del Senado ya hicieron saber que no están dispuestas a esperar mucho para que la ley sea promulgada por el Gobierno.

La necesidad de la reforma fue aprobada por mayoría al final de una sesión que comenzó a las 12.10 y caracterizada por el poco interés que despertó en la sociedad. Los palcos y galerías vacíos a lo largo del prolongado debate fue una cuestión no soslayada por los legisladores. Para celebrar la sanción de la ley, a las 22.30 se instalaron en el Salón Gris del Senado el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, y el secretario legal y técnico, **Carlos Corach**. Ambos fueron recibidos por **Oraldo Britos** y **Luis Rubeo**.

De los senadores presentes se pronunciaron a favor de la propuesta, la casi totalidad de los justicialistas y la mitad de los radicales más algunos provinciales. La norma, finalmente, contó con el respaldo de los dos tercios de la Cámara. Los radicales votaron divididos por mitades: cinco lo hicieron a favor, mientras que otros cinco se pronunciaron en contra.

En el trámite de anoche se dejaron de

AHORA SE DEBE ELEGIR CONSTITUYENTES

reforma que de Menem

lado dos incisos incluidos en el acuerdo básico de coincidencias, impulsado por Menem y Alfonsín. **El Senado dejó de lado la disposición para los constituyentes de fijar en cuatro años el mandato de los senadores.** También **podaron** el inciso 2 de una de las cláusulas transitorias, que establecía "la transformación de un sistema de elección indirecta de un senador por vez en uno de elección directa de tres senadores a la vez con representación de la minoría".

¿Qué pretenden los senadores? Que el mandato se fije en seis años y que de ese modo se respete la actual proporción entre los seis años del presidente y los nueve para cada uno de los representantes de las provincias. La modificación al inciso 2 apunta a lograr una renovación del Senado cada dos o tres años. Y que de esa manera cierre el ciclo de seis.

La media sanción no fue sencilla para los oficialistas: en el camino quedaron los desgarros provocados por discrepancias internas. El mendocino **José Octavio Bordón**, por ejemplo, se manifestó en contra, mientras que **Alberto Rodríguez Saá** formó su propia bancada. La norma aprobada por los senadores en octubre recaló en Diputados, y desde la Presidencia fue enviada a la Comisión de Asuntos Constitucionales. Pero como una directa consecuencia del pacto de Olivos cayó pronto en el **olvido**.

Como informante de la mayoría, **Carlos Juárez** insistió en reivindicar al Senado como Cámara de origen del proyecto.

Tras recurrir a una serie de ejemplos de jurisprudencia, Juárez advirtió que la Cámara de Diputados no podía erigirse en iniciadora de la reforma constitucional "por una insólita y discrecional decisión, que desarticula un procedimiento ya establecido en la Constitución". Para rematar: **"Esto puede crear gravísimas e imprevisibles consecuencias en el futuro trámite de las leyes, y así dar origen a nulidades del tipo institucional".**

El senador bloquista **Leopoldo Bravo** acompañó el dictamen de la mayoría, pero rechazó varias de las modificaciones introducidas al proyecto como resultado del pacto de Olivos. Estuvo de acuerdo con la reelección presidencial y la reducción del mandato de seis a cuatro años, aunque dijo que votaría negativamente el "ballottage", la elección directa del presidente y senadores, el tercer senador por la minoría y el establecimiento de un jefe de gabinete.

Enseguida el justicialista **Antonio Cafiero** rescató la validez del llamado pacto de Olivos y dio ejemplos de otros ocurridos a lo largo de la historia política nacional. Luego arremetió contra los diputados, a quienes juzgó por arrogarse el derecho de origen. **"¿Será que el ímpetu de la Cámara joven necesita una vez más de mesura, prudencia y meditación de este Honorable Senado?"**, ironizó Cafiero.

Hipólito Solari Yrigoyen, uno de los cinco radicales que votó en favor de la ley, dijo que el acuerdo alcanzado había permitido volver a las fuentes inspiradoras de 1853.

Según los tiempos que maneja el Gobierno, entre marzo y abril habrá elecciones de convencionales constituyentes. Antes de la mitad del '94 se reunirá la Convención y para setiembre **la Constitución estará reformada.**

9400820

30044
20362
11848.
65850.

INUR/408/012/231293

EUA

Novas perspectivas de incremento das pressões externas na questão da propriedade intelectual.

Segundo estimativas da Aliança Internacional da Propriedade Intelectual (IIPA) — grupo dos EUA representante de 1.500 empresas de diversas atividades e que acompanha regularmente a evolução da questão da propriedade intelectual no mundo —, os industriais norte-americanos de produtos culturais (cinema, discos, música, livros e programas de computadores) sofreram, em 92, prejuízos da ordem de US$ 4,6 bilhões, em conseqüência da **"pirataria"** estrangeira. A IIPA calcula que 45% dessas perdas comerciais ocorreram na ÁSIA, sendo os maiores infratores TAIWAN, CORÉIA DO SUL, CHINA, ÍNDIA, TAILÂNDIA e FILIPINAS, enquanto 23% resultaram da **"pirataria"** praticada na EUROPA OCIDENTAL, 17% na EUROPA ORIENTAL e na RÚSSIA, 9% na AMÉRICA LATINA e 7% no ORIENTE MÉDIO.

Na AMÉRICA LATINA, a IIPA considera como os maiores praticantes de **"pirataria"** o BRASIL, o PARAGUAI, a VENEZUELA, EL SALVADOR, a GUATEMALA, HONDURAS e o MÉXICO, os quais, de uma forma geral, vêm sendo pressionados a adotar medidas legais para a proteção dos direitos patentários dos originais. Ademais, entende serem as medidas ora tomadas para equacionar a situação ainda não satisfatórias às exigências dos EUA, projetando a elevação das pressões norte-americanas sobre o tema.

No caso particular do BRASIL, a IIPA estimou os prejuízos comerciais norte-americanos em US$ 125 milhões em 92, cerca de 17% acima do registrado em 91. A evolução foi atribuída às crescentes perdas na indústria editorial de livros e nas áreas de **"software"** e de videocassetes.

Os resultados da IIPA reforçam a decisão da Administração CLINTON de adotar uma política mais enérgica contra os países envolvidos na prática de **"pirataria"** contra a propriedade intelectual. Nesse sentido, é previsível a elevação das pressões sobre os países considerados infratores — em particular aqueles fora da órbita dos interesses prioritários e imediatos dos EUA, como a AMÉRICA LATINA —, o que tende, inclusive, a resultar em represálias comerciais, afetando os principais segmentos exportadores desses países.

9400821

30044
20362
11848
65592
11164
11385

INUR/408/012/231293

COLÔMBIA

Venda de bônus da dívida externa no mercado internacional.

A dívida externa colombiana vem-se convertendo em um dos investimentos mais seguros no mercado internacional de capitais, situando a COLÔMBIA no contexto das nações consideradas confiáveis, com capacidade de cumprir os compromissos assumidos na área de endividamento externo.

A estabilidade econômica e política, o aumento das reservas internacionais (US$ 9 bilhões), somados aos esforços do Governo em combater o terrorismo do narcotráfico e da guerrilha, vêm contribuindo para melhorar a imagem do país no exterior, atraindo investidores estrangeiros, em especial para o mercado de capitais.

Assim, o Governo alterou sua estratégia de endividamento externo, afastando-se dos grandes empréstimos de organismos internacionais de crédito, optando por uma política orientada para a utilização da poupança interna e a emissão de bônus internacionais. Estes, porque, segundo o Citibank, na última negociação os papéis da dívida colombiana foram cotados entre 95 e 97% do valor da face do título, o que representa um investimento de risco quase nulo. Vale destacar terem as dívidas brasileira e mexicana cotações, respectivamente, de 70 e 80% nos mercados secundários internacionais.

De acordo com as últimas medidas oficiais, espera-se que outras entidades estatais comecem a utilizar o mecanismo de venda de bônus para financiar seus programas de investimentos durante os próximos anos. Ademais, é intenção do Governo utilizar essa modalidade de captação de recursos no exterior para o pagamento antecipado da dívida contraída com entidades distintas dos organismos multilaterais de crédito.

Assim, as emissões de bônus da dívida colombiana no mercado internacional tendem a representar uma fonte importante de financiamento para o país, a médio e longo prazos, fundamental para viabilizar o desenvolvimento de projetos de infra-estrutura, muitos dos quais centrados nos setores petrolífero e de telecomunicações.

A boa receptividade dos bônus da dívida no mercado externo denota o reconhecimento dos meios financeiros internacionais à política econômica do Presidente GAVÍRIA e à maneira como é conduzido o manejo da dívida externa da nação. Além disso, começa a colocar o país ao lado de outras economias regionais consideradas seguras para investimentos, como o CHILE, abrindo espaço e boas perspectivas para o ingresso de novos recursos de risco na área produtiva.

9400822

30044
20362
11848
65671
11164
11358

INUR/408/012/231293

CUBA

Negociações entre os Governos cubano e russo para o arrendamento da Base de Interceptação de Comunicações.

O Governo cubano está negociando com a RÚSSIA, desde 91, o arrendamento da Base de Interceptação de Comunicações, em LOURDES, próximo a HAVANA, a despeito das pressões permanentes dos EUA no sentido de desativar aquela instalação. Em Nov 92, foi firmado um convênio, mediante o qual militares russos poderão utilizar a referida base por vinte anos e, recentemente, segundo dados do periódico russo **"Komersant"** , o Governo cubano estipulou o valor de US$ 1 bilhão/ano pelo uso da Base, tendo a RÚSSIA contraproposto US$ 160 milhões, aceitos por CUBA.

Apesar de MOSCOU ter revisado todas as suas relações com HAVANA, a colaboração militar com o regime de FIDEL CASTRO continua tendo uma importância singular para os militares russos, os quais permanecem operando também uma base de submarinos em CIENFUEGOS.

A Base em LOURDES, centro de monitoramento eletrônico mais importante de MOSCOU fora da antiga URSS, dá à RÚSSIA a possibilidade de acompanhar movimentos militares, operações espaciais e atividades comerciais e assegurar comunicação com suas embaixadas na AMÉRICA LATINA.

O acordo representa para o Governo cubano a possibilidade de voltar a estreitar a relação entre os dois países, mesmo considerando o fato de a distensão Leste X Oeste dever-se mais às dificuldades econômicas russas do que à vontade política das autoridades moscovitas.

9400823

30044
20362
11848.
66817
11164

INUR/408/012/231293

PERU

"Partido Comunista del Perú/Sendero Luminoso" (PCP/SL). Atual situação e perspectivas.

Em 16 Dez 93, cerca de 300 membros do **"Partido Comunista del Perú/Sendero Luminoso"** (PCP/SL), detidos no Presídio Miguel Castro Castro, em LIMA, enviaram um comunicado ao diário **"La República"**, cujo conteúdo sustenta a necessidade de se estabelecer efetivas negociações visando ao fim da **"guerra popular peruana"**. Os senderistas demonstraram submissão à liderança de ABIMAEL GUZMÁN, também signatário de outras propostas de paz.

A despeito dessas posições conciliatórias, a Organização — supostamente liderada por OSCAR ALBERTO RAMIREZ DURAND, LUÍS OSTAP MOROTE BARRIONUEVO e TEREZA DURAND ARAUJO — não vem dando sinais de que estaria disposta a abreviar o conflito armado vigente no PERU há mais de treze anos. Ao contrário, nas **"comemorações"** do nascimento de MAO ZEDONG, que ora transcorrem, o PCP/SL vem desenvolvendo inúmeras ações político-militares, **"privilegiando"** a metrópole e as zonas rurais. Nesse sentido, é oportuno destacar o assalto ao **"Banco de la Nación"**, em LIMA, com nove mortos e vários feridos, e a pilhagem do povoado andino de QUICHES, na Província de SIHUAS, no Departamento de ANCASH.

Por outro lado, as propostas de paz apresentadas por GUZMÁN e outros senderistas encarcerados, assim como as constantes deserções de militantes em busca dos benefícios da **"Lei do Arrependimento"**, permitem pressupor a existência de cisões internas, cujas características e dimensões podem contribuir para criar dificuldades à renovação dos quadros e da base do PCP/SL, embora isto não se traduza em sintoma de arrefecimento da guerra interna no PERU, a curto e médio prazos.

Nº DOCUMENTO 9400824

TITULO CONEXIONES DEL CRIMEN ORGANIZADO INTERNACIONAL EN BRASIL.

PROCEDENCIA SERVICIOS BRASIL

FECHA DE PRO... 1-6-94.

VINCULACIONES 11176 11422 65092 11227 507482 11226 10184 11352 507604 11354 11224 11214 11229

ENTRADO	✓
CRUZADO	

INUR Nº 003/012/060194

ASSUNTO : ***Conexões do crime organizado internacional no BRASIL. Empresas de "fachada" da "N'DRANGHETTA".***

REFERÊNCIA : DOC 15989, de 031293

VICENZO TORRISI, cidadão italiano detido na ESLOVÊNIA em Nov 93 por envolvimento em operações de ***"lavagem"*** de dinheiro do narcotráfico, é um dos titulares da ***"SOCIETÁ ITALDRAING"*** (ou ***"ITALTRADING"***), empresa comprometida com o tráfico internacional de drogas, em conexão com a: ***"SICAL FRUIT"*** e a ***"IPPERGELA LOMBARDA"***, todas sediadas em MILÃO.

O envolvimento da ***"IPPERGELA LOMBARDA"*** com o narcotráfico havia sido assinalado quando da apreensão, em 15 Jul 92, em FORTALEZA/CEARÁ, de um carregamento de 598 kg de cocaína destinada à ITÁLIA, em uma operação do narcotráfico promovida pela ***"N'DRANGHETTA"***. Na ocasião, como se recorda, foram presos, entre outros, os palestinos WALLED ISSA KHMAYS — ex-militante da FRENTE DE LUTA POPULAR PALESTINA (FLPP), de SAMIR GOUSHA — e AYMAN RATEB ISSA IKHMAYES; o cristão maronita libanês MOUNIR GEORGES EL KADAMANI; o libanês de confissão muçulmana xiita ALI AJAJ JAAFAR; e os cidadãos italianos FRANCESCO SCULLI e ANTONIO SANGUEDOLCE. Quando da prisão dos citados narcotraficantes, em 15 Jul 93, encontrava-se em FORTALEZA o cidadão italiano IGNACIO COLLETTA, supostamente ligado à ***"N'DRANGHETTA"***, o qual conseguiu evadir-se. A empresa ***"IPPERGELA LOMBARDA"'*** era mencionada em uma das agendas pessoais apreendidas em poder de WALLED ISSA.

O interrogatório de WALLED ISSA indicou que seu principal contacto na ITÁLIA era ROCCO MORABITO, tio de FRANCESCO SCULLI e a quem se referia como ***"o padrinho"***. ROCCO MORABITO seria, pretensamente, ligado a GIUSEPPE MORABITO e a SANTO PASQUALE MORABITO, bem como a PASQUALE MOLLICA, também da ***"N'DRANGHETTA"***, preso em BUENOS AIRES, em Nov 93.

Quanto a VICENZO TORRISI, preso na ESLOVÊNIA, existe a suposição de que seria irmão de ALFREDO TORRISI, cidadão italiano radicado em SALVADOR/BA e supostamente detido na ITÁLIA por envolvimento com o narcotráfico. ALFREDO TORRISI é um dos sócios-proprietários da SOCIEDADE DE INSTALAÇÕES DE REDES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS (SIRET), empresa prestadora de serviços de apoio à telefonia, sediada em SALVADOR/BA.

Fazem parte da Diretoria da SIRET, NADJA TORRISI (ex-esposa de ALFREDO); ADRIANA ANA VINCIGUERRA PERRUCIO (amante de ALFREDO), GIUSEPPE TORRISI; MARIA LIANA TORRISI, PAOLA SILICATO e JURANDYR SOUZA VELAME, sobre os quais não existem registros de envolvimento com o narcotráfico ou crimes conexos.

Cumpre observar, a propósito, que SALVADOR era um dos portos compreendidos na rota da embarcação que receberia, ao largo de FORTALEZA, o carregamento de cocaína apreendido em 25 Jul 92.

* * *

1/2.

PERSONAL

ARCHIVO

P.017.-

Montevideo, 20 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA

AEBU: Se solicitó al P.E. la emologación del covenio con el City Bank, además de restablecer la conflictividad en Punta del Este y Maldonado con paros sorpresivos.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP. CIVILES DE LA NACION: El personal de enfermería resolvió otorgar un plazo hasta el 31/I/, para que se encuentre una solución en caso contrario ese mismo día a partir de la hora 00.00 comenzarán un paro. Los servicios de Policlínicas, Urgencia y Emergencia estan siendo atendidos con guardia gremial.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: El conflicto se mantiene reclamando el reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Para el mes de Febrero se preve la instalación de una olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEEM.S.A: La asamblea se encuentra en cuarto intermedio, continuando con las medidas de lucha.-

2)- INFORMACION ESTATAL

SUTEL: Los cajeros se encuentran efectuando paro en reclamo de aumento salarial. En el día de hoy a la hora 09.30 realizarán una asamblea en el local de la sede central en Fdez. Crespo y Colonia. Por otra parte se establece que la Secc. Reclamos se encuentra efectuando un paro de 48 horas, sin atención al público.-

FUN. JUDICIALES: En reclamo de mejoras salariales, continuan con la realización de dos horas de paro por turno, encontrandose la asamblea en cuarto intermedio.-

3)- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE SORIANO

PAMER S.A: El 18/I/ la gremial dió a conocer a la prensa local un comunicado en el que expresa entre otras cosas que se encuentran en Pre-conflicto y en estado de alerta, exigiendo la participación de los trabajadores en las resoluciones y en las negociaciones, no descartando nuevas medidas de lucha.-

20 de ENERO de 1994.-

ECTOR.	.PLATAFORMA.	.GREMIO.	.I N F O R M A C I O N.
SOCIACION EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION.	/ SALARIO.	F.U.S.	1)Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas, urgencia y emergencia.-
EM S.A.	F. LABORAL.	U.N.T.M.R.A.	2)Asamblea en 1/4 intermedio, continúan con movilizaciones en el Parlamento y Casa de Gobierno.- (Concurren delegados a mantener entrevista).-
UDICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	3)Continúan paro de 2 horas por turno, asamblea en 1/4 intermedio hasta nueva fecha.-
ANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	4)Continúa paro en la banca privada cada vez que el cajero reciba un cheque del CITY BANK.-
AJEROS ANTEL.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	5)Asamblea a la hora 09:30´en el local de Antel.- Continúa paro en cajas recaudadoras.- Paro en Sección Reclamos por 48 horas.-

PERSONAL

1994-01-20 08:41 DNII 'Secretaria Privada' 598 2 910319 P.02

002/2 -9400828

1994-01-21 08:56 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01/02

PERSONAL

P.018.-

Montevideo,21 de Enero de 1994

1)- **INFORMACION GREMIAL**

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI:Continuan en conflicto en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.:Esta previsto que para el mes de Febrero se instale nuevamente la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM S.A.:La asamblea paso a cuarto intermedio hasta nueva fecha continuando con las medidas de lucha.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION:Continuan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas,Urgencias y Emergencias.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

FUNC.JUDICIALES:Continuan realizando dos horas de paro por turno,estando la asamblea en cuarto intermedio.-

SUTEL:Continuan realizando paros en las cajas recaudadoras y en sección reclamos estan efectuando un paro de 48 horas.El 24/I/ a la hora 10.00 se realizará una nueva asamblea para analizar la situación.-

ASOC.DE TRAB.SEG.SOCIAL:El 5/II/ se realizará un Plenario de Delegados.-

21 de ENERO de 1994.-

ECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
SOCIACION EMPLEADOS IVILES DE LA NACION.	SALARIO.	F.U.S.	1)Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas, urgencia y emergencia.-
EM S.A.	P. LABORAL.	U.N.T.M.R.A.	2)Asamblea en 1/4 intermedio, continúan con movilizaciones en el Parlamento y Casa de Gobierno.- (Concurren delegados a mantener entrevista).-
UDICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	3)Continúan paro de 2 horas por turno, asamblea en 1/4 intermedio hasta nueva fecha.-
ANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	4)Continúa paro en la banca privada cada vez que el cajero reciba un cheque del CITY BANK./ Paro sorpresivos de 15' por turno.-
AJEROS ANTEL.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	5)Continúa paro en cajas recaudadoras.- Paro en Sección Reclamos por 48 horas.-

PERSONAL

002/2

-9400829

1994-01-22 08:44 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01/01

PERSONAL

P.019.-

Montevideo, 22 de Enero de 1993.-

1)- INFORMACION GREMIAL

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Continuan con las medidas de paro sorpresivos en Punta del Este y Montevideo, cada vez que un cajero recibe un Cheque del City Bank. Estos paros son de 15 minutos.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION: El 31/I/ vence el plazo para encontrarle solución al conflicto que vienen manteniendo si no se logra la misma ese mismo día comenzaran con un paro por tiempo indeterminado.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: A raíz de la muerte de un taximetrista se encuentran realizando un paro.-

INDUSTRIA METALURGICA

TEM S.A: La asamblea continua en cuarto intermedio estando las negociaciones a nivel del Parlamento y de la Casa de Gobierno, donde concurren delegados a mantener entrevistas.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: El conflicto se mantiene en reclamo del reintegro del personal envíado al Seguro de Paro.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: En el mes de febrero se prevee la instalación nuevamente de una olla sindical en Veracierto 3310.-

2)- INFORMACION GREMIAL

S.U.T.E.L: En asamblea efectuada el 20/I/ se resolvió ante la no atención a los reclamos presentados continuar de paro hasta el día 24/I/ a la hora 10.00 en que se reuniran en asamblea para evaluar la situación. Los servicios que se encuentran afectados son: Cobranzas, Atención Telefónica Personalizada, Gestión de Cobros y Tesorería.-

O.O.E.P. PERSONAL DEL DIQUE DE LA ARMADA: En el día de ayer a la hora 11.15 se concentraron frente al MTSS unas 40 personas Posteriormente ingresaron a dicho ministerio 4 personsa las que conversaron con autoridades del mismo para retirarse luego y efectuar una asamblea donde informaron a los concentrados sobre los hablado para posteriormente a la hora 11.40 dispersarse. Es de destacar que dicho personal se encuentra trabajando a reglamento y reclamando mejoras salariales.-

1/2

PERSONAL

P.019.-

Montevideo,24 de Enero de 1994.-

1).- ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: Desde la hora 06.00 de hoy continuaban de paro como consecuencia del asesinato del Taxista. A la hora 10.00 de hoy se levantará el cuarto intermedio de la asamblea reuniendose en el local de la Untmra, con la finalidad de resolver futuras movilizaciones.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Mantienen las medidas de paro en Montevideo y Punta del Este.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Esta prevista que para el mes de febrero se instale nuevamente la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA METALURGICA

INDUSTRIA METALURGICA: Se mantienen con las medidas de lucha estando la asamblea en cuarto intermedio.-

2).- INFORMACION ESTATAL

SUTEL: En el día de hoy a partir de la hora 10.00 se efectuará una asamblea para evaluar la situación. Continuan afectadas los servicios de Cobranzas, Atención Telefónica Personalizada, Gestión de Cobro y Tesorería.-

COFE: El Personal Organizado del Dique de la Armada, esta realizando trabajos a reglamento en reclamo de mejoras salariales.-

Doc. poco leg.

24 DE ENERO DE 1994

[illegible]OR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION
[illegible]AXISTAS.	SEGURIDAD.	S.U.A.T.T.	1) Continúa paro; hora 10:00 se levanta 1/4 intermedio de la asamblea general en el local de la [illegible] ([illegible]), donde se trasladó al [illegible]
[illegible] DE LA [illegible].	SALARIOS.	F.U.S.	2) [illegible] Policlínicas y [illegible]
[illegible].E.L.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.D.	3) Continúan aún realizando paro en: [illegible] Atención Telefónica [illegible], Gestiones de Cobro y Tesorería. [illegible] 10:00 asamblea general.-
PERSONAL ORGANIZADO DEL DIQUE ARMADA.	SALARIO.	C.O.F.E.	4) Continúan trabajo a reglamento.-
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	5) Continúan paros sorpresivos cada vez que un cajero recibe un cheque del CITY BANK, por espacio de 15'.-

PERSONAL

TOTALE P.02

002/2

-9400831

1994-01-25 08:56 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01

PERSONAL

ARCHIVO

PROPO.-

Montevideo,25 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

SUATT: En asamblea efectuada en el día deayer se resolviendo sólicitar una entrevista en el día de hoy con el Ministro de Trabajo,el 27/I/de 17.00 a 18.00 una concentracción en la Junta Departamental; el 28/I/de 17.00 a 18.00una concentracción en el Parlamento.Además se encuentran trabajando a reglamento de 06.00 a 22.00.

CONSTANCIA: En el día de ayer se concentraron frente a la IMM a la hora 16.55 unas 150 personas? pertenescientes alsindicato de Taxistas, los que golpetearon palmas ingresando posteriormente a la Intendencia donde permanecieron por espacio de 20 minutos.Una vez finalizada la concentracción se dirigen por 18 de Julio al Este dispersandose posteriormente.-

BANCA PRIVADA

AEBU: En el día de hoy se realizará una reunión en el MTSS, con dirigentes de esta Asociación,por el conflicto del City Bank.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Esta prevista que para el mes de febrero se instale nuevamente la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Se mantienen en conflicto en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

2)- INFORMACION ESTATAL

C.O.F.E: En el día de hoy efectuarán una asamblea para tratar futuras movilizaciones en protesta del aumento cuatrimestral.-

SUTEL: En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió, continuar con los paros hasta el 26/I/ a la hora 10.00 en que realizarán una nueva asamblea. En el día de hoy se concentrarán a las 14.30 en el Centro Comercial Cordón,Colonia 1930, en el marco de un paro. Por otra parte se establece que continuan de paro en Secc. Cobranza,Atención Telefónica Comercial y Personalizada,Gestión de Cobros y Tesoría.-

PERSONAL ORG.DIQUE DE LA ARMADA:COFE: En reclamo de mejoras salariales continuan trabajando a reglamento.-

TOTALE P.01

COMANDO GENERAL DE LA ARMADA
SEGUNDA DIVISION

DEPARTAMENTO INTERIOR
Setiembre 1989

ASUNTO BARRA DE BALIZAS

I - INTRODUCCION

La "Zona Este".-

Esta División ha definido como "Zona Este" a la porción de los departamentos de Maldonado y Rocha comprendida entre la Ruta 9 y la costa, así como la franja de mar adyacente, hasta una distancia de 24 millas mar adentro.-

El interés de Inteligencia en la zona.-

La Zona Este así delimitada se definió en el correr del presente año, luego de constatarse la acumulación de una serie de hechos de interés para Inteligencia, a saber:

1. anomalías detectadas en distintas maniobras realizadas por buques que navegan en aguas juridiccionales.
2. actividades del Movimiento 26 de Marzo en la ciudad fronteriza del Chuy, desde 1985.
3. aumento significativo de las actividades políticas del Movimiento 26 de Marzo en la Zona, desde 1988.
4. inicio de actividades del MLN Tupamaros en la localidad de Barra de Valizas, en 1987.

Este interés motivó que se delineara un Plan de Colección mas agresivo para la Zona Este, cuyos resultados son los expuestos en las restantes partes del presente documento.

Es de hacer notar que los hechos detectados en la porción terrestre de la mencionada Zona, han atraído la atención de la inteligencia militar y policial de nuestro país. En lo que respecta a la localidad del Chuy en particular y sus zonas aledañas el interés se ha extendido ademas, a los servicios de inteligencia militar del Ejército y la Marina del Brasil, según hemos podido comprobar.

Propósito.-

El propósito del presente documento es presentar la información a la que hemos accedido hasta el presente en torno al asunto que nos ocupa.-

Doc. con partes poco leg.

II - ANOMALIAS DETECTADAS EN LAS MANIOBRAS DE BUQUES QUE NAVEGAN EN AGUAS JURIDICCIONALES

Introducción.-

Antes de encarar este aspecto resulta del caso realizar las siguientes precisiones:

1. Debido a las particulares condiciones de la costa de la Zona Este de nuestro País (escasa población y reducidos medios de control) parece conveniente la transcripción del punto 24 del FAL 18/8/6 de fecha 8 / VII / 88 de la OMI, referente a los "Aspectos de facilitación de los métodos de prevención y control del tráfico ilícito de drogas":

> "24. Uno de los principales problemas de la supervisión de buques es la posibilidad casi ilimitada de cargar y descargar drogas aprovechando las costas largas y desiertas. Los servicios de la policía y de aduanas, al tiempo que estan al corriente de las actividades ilegales, no cuentan a menudo con recursos humanos, comunicaciones y vehículos necesarios para patrullar las costas desde el lado de tierra. De igual forma, las aeronaves patrulleras, medio costoso de vigilar una costa larga, exigen buques de apoyo rápidos para interceptar a los buques sospechosos..."

2. Hacia el año   se dio a conocer por parte del gobierno chileno información referente al ingreso clandestino de armas para organizaciones revolucionarias por medios navales las que eran alcanzadas hasta cierta distancia de la costa por buques de porte y trasbordadas a otras menores para su traslado a la costa y posterior escondite.

3. Desde el mes de setiembre de 1984 hemos detectado la necesidad de un sistema coordinado para el control e investigación. A tales efectos se realizaron las coordinaciones correspondientes con COLCO y PNN a fin de generar una rápida colección de datos e investigaciones preliminares. Internamente se realizaron los arreglos correspondientes (Departamentos Interior y Exterior), a fin de dotarnos de una capacidad de rápida recuperación y procesamiento de tal información. La eficiencia de este sistema se ha visto disminuída en forma importante por los continuos y prolongados desperfectos del convertidor de señales de la Estación de Radar de La Paloma.

Los hechos costatados hasta el presente.-

1. El caso del SIBONEY II.-

El 31 de enero de 1984, el carguero de tipo RO-RO de bandera liberiana "SIBONEY II" fondeó a 2 millas y media de la costa, en proximidades de Cabo Castillo. El buque permaneció durante 2 horas y 30 minutos en el lugar, informando que reparaba máquinas.

El 12 de febrero de ese año, estando a 5 millas al través de La Paloma, el mismo buque disminuyó su velocidad a 1 nudo y navegó a esa velocidad durante 20 minutos, informando que el hecho se debía a un desperfecto de máquinas.

El 1 de setiembre del mismo año, el SIBONEY II fondeó a 6 millas y media de la costa, al NE de La Paloma tambien por problemas de máquinas.-

2. El caso del CALIXTO GARCIA.-

Otro caso destacable ocurrió el 28 de agosto de 1984 con el buque cubano "Calixto García". Este buque, en proximidades de Cabo Polonio, a 10 millas de la costa, redujo su velocidad a 9 nudos. Dos horas mas tarde, la cadena de radares captó un blanco no identificado navegando a 13 nudos en la misma zona que el buque. Preguntado el "Calixto García" por el blanco no identificado que navegaba en sus proximidades, respondió que "no lo captaba en su radar".

3. Maniobra de embarcación menor en proximidades de La Coronilla.-

Según una entrevista mantenida en noviembre de 1988 con un integrante de la Armada (evaluada F - 6), éste habría presenciado ciertas maniobras de una embarcación menor (que asocia con "los turcos" - palestinos de la localidad del Chuy) en las que se habría descargado "cajas con armas", a tres kmts del destacamento de La Coronilla de la PNN. Fue comunicado a DIVIN.-

III - ACTIVIDADES DEL MOVIMIENTO 26 DE MARZO EN LA LOCALIDAD DEL CHUY

Introducción.-

El interés de esta División por las actividades del M26M en la localidad del Chuy deriva de la responsabilidad asignada en 1985 por el entonces SIFFAA (actual DGID), con respecto el mencionado movimiento.-

Generalidades.-

En los interrogatorios realizados en 1980 cuando las fuerzas de seguridad detectaron la existencia del movimiento "seispuntista", uno de sus integrantes, de nombre Guillermo DERMIT BARBATO, había declarado entre otras cosas lo siguiente:

> Otro punto que charlamos fue el de la necesidad de que la organización se haga en el exterior. Los motivos son: en primer lugar que en el Uruguay no es posible y que no pasaría de la etapa embrionaria, ya que sería derrotada por las FFAA. En segundo lugar porque es necesario el reconocimiento internacional de gobiernos y organizaciones revolucionarias; pues si Fidel da el visto bueno, es garantía para la URSS y tambien de otras organizaciones "postas" a nivel mundial: OLP (la principal), MIR chileno, Montoneros, Frente Sandinista, Frente de Liberación de El Salvador, Frente Saharahuí de Liberación, etc .
>
> En ese sentido ya había gente trabajando en Cuba, como es el caso de BENEDETTI.
>
> La forma como pensaban operar los "puntistas" era la siguiente: dado que se entiende que por el desarrollo de las FF.AA de cualquier país del mundo, actualmente no es posible llevar a cabo una lucha victoriosa desde adentro, es necesario contar con fronteras amigas. En el caso de nuestro País, esa frontera tendrá que ser Brasil por el hecho que el proceso político brasileño de apertura va de prisa. No se tardaría en tener en el Estado de Río Grande a un tipo "posta" como es BRISOLA, y una situación del resto de Brasil que haría desfavorable la acción represiva de las FF.AA brasileñas y sobre todo, el trabajo de sus servicios de inteligencia. Es

claro el ejemplo de Costa Rica, que cobijó o al menos hizo la "vista gorda" al accionar de los grupos guerrilleros contra Nicaragua. Y ademas, en el caso de Brasil, se cuenta con la presión que va a ejercer sobre nuestro país. Al respecto, actualmente grupos opositores piden el rompimiento de relaciones con el gobierno uruguayo.-

El M26M en la localidad del Chuy.-

Cinco años despues, en febrero de 1985, el mismo Guillermo DERMIT respondía a una pregunta del Semanario BUSQUEDA expresando que "... el seispuntismo es un invento de Rapela antes del plebiscito ...". Sin embargo coincidente - o consecuentemente - con las declaraciones hechas en prisión, el M26M inició sus actividades en la fronteriza ciudad del Chuy con un empuje importante:

1984

- Formación de la "Agrupación Chuy".

1985

- Detección del "Núcleo de Pioneros del Chuy"
- Inauguración de un "Centro Lourdes".
- Inauguración de un local político.

1986

- Inicio del espacio radial "Opina el 26" en CV 144.
- Inauguración de un taller de tejidos "Teva".

1987

- Inicio del espacio radial "Un espacio para la Mujer".

1989

- Inauguración de la "Casa de los Jóvenes y la Cultura".

IV - AUMENTO DE ACTIVIDADES DEL M26M EN LA ZONA

La localidad del Chuy, se ha convertido en estos últimos años en un foco desde el cual se irradian distintas actividades del M26M haci otras localidades vecinas.

En la actualidad, el M26M ha desarrollado en la zona y sus proximidades las siguientes unidades:

Rocha.

Agrupaciones: Chuy, Rocha, Cebollatí, 18 de julio, Costa Azul, San Miguel, La Paloma y San Luis.

Locales: Airton Amaral (Chuy).

Centros Lourdes: Nro 2 - París (Chuy).-

Núcleos de Pioneros: Núcleo del Chuy y Núcleo de Lascano

Maldonado.

Agrupaciones: Maldonado, Pan de Azúcar y Piriápolis.

Locales: Salvador Allende (Maldonado).

Recientmente (setiembre de 1989) recibimos información de FUSNA sobre ciertas actividades que se realizaban en la costa, sobre la Barra del Ao Chuy (zona de la Barra), las mismas que aún no han sido confirmadas por otras fuentes, indicarían posibles actividades vinculadas al ingreso ilegal de mercaderías, contrabando o ingreso de estupefacientes. Lo singular del caso es que también el hecho parece tener relación con las actividades del M26M en la zona. La información involucra a un caserío de recolectores de almejas los que estarían relacionados con dicho movimiento, aunque sorprende por otro lado la concurrencia al lugar de un dirigente del MLN-T.-

IV - BARRA DE VALIZAS

Introducción.

La Barra de Valizas es la zona que rodea las proximidades de la desembocadura del Ao Valizas en el Océano Atlántico. Está ubicada aproximadamente a 6 kmts al Noreste del Cbo Polonio y a 80 kmts de la frontera con Brasil (Chuy). La zona conocida por los lugareños como Barra de Valizas, abarca la franja costera al norte de la desembocadura y se extiende tierra adentro siguiendo la dirección general del camino de acceso que comunica con Ruta 10. El terreno al norte del arroyo es totalmente plano e inundable. Sobre esta márgen es donde se encuentran la mayoría de las construcciones. La margen sur muestra una sucesión de dunas altas de arena muy fina que se "desplazan" por efecto del viento.

El poblado carece de luz eléctrica, agua corriente y saneamiento. Hay una policlínica que es atendida por una enfermera que vive en la zona y que en temporada estival es atendida por un médico de la ciudad de Rocha. El orden es mantenido por un destacamento policial compuesto de tres agentes. Los medios de transporte que comunican al poblado son el camion de "Gastambide", que realiza dos frecuencias a Castillos; "Rutas del Sol", con dos frecuencias diarias con destino al Chuy. Durante el período estival, la empresa ONDA tambien ingresa a Barra de Valizas.

La población estable de la zona son unas 100 personas, observándose un aumento extraordinario de población durante el verano, para elevarla a unas 4000 personas. Una característica de este turismo es su alta rotatividad (en su mayoría mochileros).

La pesca. La zona ofrece varias posibilidades a los pescadores, siendo ésta la principal actividad de los pobladores permanentes de Barra de Valizas. Las modalidades mas comunes son la pesca en el Ao. Valizas y la pesca "mar afuera".

Para la primera se utilizan chalanas con las que se remonta el Ao

La segunda modalidad requiere embarcaciones que no estan al alcance desde el punto de vista económico, de la mayoría de los lugareños. El costo promedio de estas embarcaciones es de unos N$ 2:000.000. Estas embarcaciones se hacen a la mar dirigiéndose al Cbo. Polonio, y hacia mar afuera. Sus travesías son de unas 3 horas, retirándose de la costa hasta perderla de vista. La mayoría de los lugareños se ayudan mutuamente en la pesca particularmente en el arroyo aunque a veces se

embarcan "mar adentro".

El producto de la pesca (tanto de "mar adentro" como la del arroyo), es vendida a intermediarios que diariamente lo recogen de la Barra o en el puente sobre la Ruta 10.

Las drogas. Circula entre los lugareños que en verano hay en Valizas "un montón de gente rara", a la que vinculan al consumo de drogas. Esta gente generalmente llega al lugar "de mochilero", atraídos por una aparente promiscuidad de mujeres y cierta popularidad que habría adquirido la zona con la droga.

La droga (hongo alucinógeno que crece en la bosta de equinos) combinada con la facilidad de adquirir bebidas alcoholicas de origen brasileño ha dado origen a un ambiente, que molesta la austera tranquilidad de los lugareños. Según PRELA, hasta setiembre de 1988 no se habían efectuado detenciones por PNN por este asunto y no recordaba ningún caso que hubiera realizado la Policía local.

El Movimiento por la Tierra (MLN-T) en Barra de Valizas.-

El asunto Barra de Valizas comenzó a tomar notoriedad para los organismos de inteligencia hacia el mes de octubre de 1987, cuando comenzó a constatarse la presencia en el lugar, cada vez con mas frecuencia de figuras tan relevantes del MLN-T como Raúl SENDIC, MANERA LLUVERAS y MARENALES SAENZ.

Coincidentemente con este hecho, se supo que individuos vinculados al MLN habían comenzado a construir en el lugar una cabaña de costaneros, tipo galpon grande, a unos 250 Mts del arroyo y a unos 100 mts. de la costa.

Al mismo tiempo se tuvo conocimiento de que SENDIC y otros tupamaros hablaban con pobladores del lugar, procurando formar con ellos una cooperativa para la producción de harina de pescado.

Este proyecto no tuvo andamiento entre los lugareños, y finalmente se intentó formalizar una cooperativa de pesca "artesanal".

El proyecto de cooperativa de pesca, de acuerdo a PRELA no tendría viabilidad basándose fundamentalmente en que ya han existido experiencias de este tipo que resultaron estériles (recordaba la llevada a cabo en Punta del Diablo), resaltando que los pescadores son prácticamente los mismos. De conversaciones que mantuvo con un integrante del MPLT, tendrían dificultades para hacer adaptar a sus militantes a la vida en el pequeño poblado. También estimó que el proyecto tampoco sería viable económicamente ya que cada pescador tiene en la actualicac su propio saladero (primera etapa de su elaboración) y la siguiente, instalar una planta para procesar harina de pescado, resultaría excesiva para la capacidad de captura de la zona.-

De todas formas el intento es un hecho, y las razones de porqué ese lugar no han podido ser despejadas hasta el presente. Geográficamente el lugar aparece como apto para la pesca todo el año, cambiando el objeto de captura. Lugareños han resaltado que el área era muy apta para desembarcar "drogas" desde buques de porte y acercarlas a la costa por medio de embarcaciones del tipo que se usan para la pesca.

A lo largo del año 1989, la actividad fue decreciendo, o por lo menos la atención de las distintas agencias disminuyó sensiblemente, indicando ello que la experiencia podría haber resultado infructuosa y haber quedado recluída a los simpatizantes tupamaros radicados en la Barra de Valizas.

No obstante no podría descartarse que se estuvieran introducien do al país ya sea droga o contrabando por medios de transporte nauti co aunque parece poco lógico que estas actividades estén vinculadas al MPLT. Su continuidad o el mantenimiento de indicios o partes de escasa evaluación, comparada con una disminución de las actividades y propaganda del MPLT sería una comprobación de ésta hipótesis.

La información que proviene de la zona, y se disemina por las agencias de seguridad, generalmente adolece del problema de proceder de un origen común, lo que dificulta la apreciación a distancia de los indicios que indicábamos.

En el mes de mayo de 1989, recibimos información de fuentes propias (FUSNA) con referencia al tema MPLT en Barra de Balizas. El informe señala que a la fecha, las actividades del MPLT en la zona son prácticamente nulas, y que sólo se han identificado sus actividades en un predio que fuera claramente identificado con anterioridad. Hay por lo menos tres o cuatro militantes del movimiento y sus actividades no habrían alcanzado al cuerpo social de la zona.

CONCLUSIONES

1.- El área que hemos denominado "ZONA ESTE" se presenta como un sector de nuestro territorio particularmente apto para el ingreso de materiales a nuestro país en forma clandestina. En apoyo a este punto confluyen argumentos muy importantes, uno de ellos la escasa vigilancia y las dificultades de incrementarla en un futuro inmediato.

2. Precisamente, lo anteriormente dicho, ha servido aparentemente para que una franja de nuestra población haya escogido la zona como un punto especialmente apto para el consumo de drogas, con las implicancias que ello trae aparejado en sus patrones de comportamiento.

3. La franja de nuestra población a que hacemos referencia está ubicada fundamentalmente en un grupo cuyas edades oscilan entre los 25 y 40 años, y que en ciertas actividades aparecen superpuestos con simpatizantes del MLN-T o MPLT, lo que en los períodos estivales hace aparecer a los ojos de los lugareños como al conjunto vinculado a los "tupamaros".

4. Es un hecho que el MLN-T, a traves del MPLT, intentó establecer en Barra de Valizas uno de sus proyectos y los hechos manejados hasta ahora parecen indicar que éste habría fracasado.

Si bien la influencia del M26M en el Chuy es real, aun no hemos podido cuantificar su peso relativo con respecto a las otras organizaciones revolucionarias, constituyéndose las futuras elecciones nacionales en una oportunidad importante para verificar los pesos relativos

De acuerdo al tiempo en que hemos manejado este asunto, parecería que las informaciones seguirán arribándo con dificultades en cuanto a su contenido, debido al uso muchas veces de fuentes indirectas, apreciaciones subjetivas, etc., lo que implica un período mas largo para la coleccion de información y su verificación. Este hecho se ve agravado por la falta de continuidad en el seguimiento de hechos puntuales que no permite concluir sobre ellos en forma contundente y definitiva.

ASUNTO BARRA DE VALIZAS 26/IX/88
(RESUMEN DE LAS ENTREVISTAS
MANTENIDAS EN ANPAL CON
PERSONAL VINCULADO A LA ZONA)

1.- RESEÑA HISTORICA.- Existían en la costa de Rocha una serie de asentamientos dedicados a la pesca artesanal, ubicados en puntos naturalmente aptos, y cuya población, que se dedicaba exclusivamente a esa actividad, vivía en una forma totalmente precaria.La existencia de terrenos del Estado en dichos lugares, permitía que estas familias modestas iniciaran su actividad pesquera con muy bajo costo (el que le insumía la construcción de su vivienda, mas las artes de pesca adecuadas a la modalidad que llevasen a cabo). Se dedicaban generalmente a la pesca del camarón, del cazón (ambas zafrales), la captura indiscriminada (fuera de zafras), y eventualmente a la caza de lobos marinos, (contratados por ILPE).

Al impulso de un auge turístico que se dió hace aproximadamente unos 10 años, estos poblados fueron cambiando su fisonomía. Comenzaron a establecerse individuos con intenciones comerciales, los que instalaron algunos comercios, para satisfacer las demandas de una población flotante diferente a la históricamente allí asentada.

La Barra de Valizas no fue una excepción a este desarrollo, el cual la alcanzó en forma tardía (hace unos 6 años), luego del impulso observado en Punta del Diablo, la que se hiciera famosa por la venta de artesanías, y la pesca.

El turismo y la popularidad de Punta del Diablo,hicieron que los vecinos impusieran en cierta altura de su desarrollo, ciertas reglas que impidieron su crecimiento indiscriminado, limitando las facilidades tan amplias que existían en sus comienzos. El gobierno de entonces tambien impulsó el establecimiento de una cooperativa de pescadores, que mas adelante fracasó, debido a malos manejos de algunos de sus

Hasta ahora en Barra de Valizas, no se ha observado ninguna limitación al establecimiento, y este se ha extendido sin un padrón lógico (resulta resaltable la observación hecha a tales efectos por personal de PRELA : "los pozos para agua de ciertos vecinos estan pegados a las instalaciones sanitarias (pozos negros) de otros")

2.- LA GEOGRAFIA DE LA BARRA DE VALIZAS.- La Barra de Valizas es la zona que rodea las proximidades de la desembocadura del Ao Valizas en el Océano Atlántico (Depto de Rocha). Esta ubicada aproximadamente

a 6 kmts de Cabo Polonio, y a 80 kmts de la frontera con Brasil.-
La zona conocida como Barra de Valizas, por los lugareños, abarca una franja costera al norte de la desembocadura y se extiende tierra adentro siguiendo la dirección general del camino de acceso que comunica con Ruta 10.(Esta configuración es mucho mayor que la que inicialmente atribuíamos a la mencionada zona geográfica).-
El terreno sobre la orilla Norte del Ao es totalmente plano e inundable, lo que es corroborado por la forma que adquiere el cauce del Ao. Es sobre esta margen donde se encuentran la amplia mayoría de las construcciones de la zona.
El terreno al sur del Ao muestra una suceción de dunas de arena muy fina, (sus alturas oscilan entre 50 y 80 mts) las que se "trasladan" por efecto del viento. Finalmente pueden observarse afloraciones rocosas, las que se continúan hasta el Cerro Buena Vista, totalmente de piedra.-

3.- LA POBLACION DE BARRA DE VALIZAS.- La población de la Barra tiene en la actualidad la siguiente composición:

familias que viven de la construcción: 4	20 pers.
familias que viven de la pesca: 3 o 4	25 pers.
familias que tienen "boliches": 3	15 pers.
familias que viven en "club de pesca": 1	5 pers.
familias que pescan dentro del Ao:	40 pers.
TOTAL APROXIMADO:	100 pers.

A esta población estable se suma en períodos estivales y de vacaciones estudiantiles una población flotante que se ubica en el orden de las 3000 personas, destacándose su alta rotatividad. Esta característica parece debida a la juventud que llega a la zona de "mochileros", y constituye un gran porcentaje de la población flotante de la Barra.

4.- LA PESCA EN LA ZONA.- La zona ofrece varias posibilidades a los pescadores, siendo las mas importantes: la pesca en el Ao Valizas y la pesca "mar afuera". Para la primera se utilizan chalanas con las que se remonta el Ao.. Para la segunda, se requiere de embarcaciones, que no estan al alcance desde el punto de vista económico de todos los allí radicados. (se estimó un costo promedio de N$ 2:). Estas embarcaciones se hacen a la mar dirigiéndose hacia Cbo Polonio, y hacia mar afuera. Sus travesías son estimadas por los entrevistados en unas 3 horas, haciendo notar que se internan en el mar hasta perder de vista la costa, quedándoles sólo como referencia el Cbo Polonio.-

5.- CONSUMO DE DROGAS.- Circula entre los lugareños que ahora hay en Valizas un montón de "gente rara", a la que vinculan al consumo de drogas. Esta gente generalmente llegan al lugar de "mochileros", atraídos por la promiscuidad de mujeres y la popularidad que ha adquirido la zona por este tema.-
La droga junto a la facilidad de adquirir bebidas alcoholicas de ori-

gen brasileño, han generado un ambiente, que molesta la tranquilidad de los pescadores, aumentando el número de hurtos, y acciones de vandalismo, ademas de ciertos paseos de gente desnuda en la zona.
La entrevista con PRELA, arrojó que aun no se han efectuado detenciones en la Barra, por cuestiones de drogas, y asimismo el Prefecto no recordó que la Policía local lo hubiera hecho.-
Conoce sí, que está generalizado en la Barra el consumo de un hongo que crece en la bosta de equinos, el cual poseería propiedades alucinógenas; mas aun cuando se lo combina con caña blanca.-
En los períodos de temporada, el control por parte de la policía y la PNN, se ve seriamente incrementado.
Debido al aumento de la población, y los problemas que ello ocasionaba , se incrementó el destacamento de policía, inicialmente de 1 hombre a 3, a los que se les exijió el uso de uniforme.-

6.-EL MOVIMIENTO POR LA TIERRA EN VALIZAS.- Hace unos años, llegó a la Barra el ciudadano ERBAGGI Mario, que segun PRELA fue quien representó la vanguardia del MPLT. Luego siguieron SENDIC Raul (padre), MARENALES y Gil ALMADA, e intentaron reunir a los pobladores de la zona en uno de los boliches, a fin de comenzar a organizar una cooperativa de pesca. La citada reunión fracasó por la escasa concurrencia de los lugareños.Pese al fracaso de esta reunión, los integrantes del MPLT comenzaron a llegar en grupos de 3 a 5 personas, y se avocaron a la construcción de un rancho que serviría de depósito de las artes de pesca de la cooperativa y eventualmente como vivienda. Esta construcción fue derrumbada por el accionar de las aguas y fue la única vinculada por los entrevistados con el MPLT.-
Paralelamente se vincularon con el "Mondejo" VEIGA, con el que salen a pescar.-
Algun lugareño ha vinculado al MPLT (cuyos integrantes son nombrados como "gente rara", al igual que los vinculados a las drogas), un saladero antiguo que estaba enterrado en los médanos y del cual se habría retirado la arena del interior. (Para PRELA éste se encuentra relacionado con los propietarios de la embarcación pesquera "La Canaria" que constituye otro grupo de gente).-
Hasta hoy, la cantidad de gente vinculada al MPLT afincada en Valizas es bastante pequeña, y parecería que el proyecto de SENDIC aun no ha arrojado un saldo positivo.-
Las embarcaciones de las que PRELA podría sospechar vinculadas al proyecto del MPLT son: la "Esgrafer", la "Ana Norbis II" y la "Sacrificio", pero poseen información de que las mismas serían propiedad privada de sus dueños, y lo que se cooperativizaría sería el producto de la pesca.-
La embarcación "La Canaria", de características distintas a las otras, (es mayor, y está recubierta en fibra de vidrio), propiedad de los ciudadanos: VILLALBA, ZANOTTA y BLANCO, aparecería conformando otro grupo de gente, el que aun no pueden precisar. Sus propietarios no son pescadores, VILLALBA (al que PRELA vincula al PCU), se habria apartado de la sociedad por razones económicas, y es muy probable que

no puedan cubrir los pagos, pasando la la embarcación a su anterior dueño, y a su asiento original en La Paloma.-

7.-POSIBLE ACCIONAR DEL M26M EN LA BARRA.- No se pudo confirmar la presencia de SENDIC Raul (hijo) en la zona, cosa que negaron todos los entrevistados
No podría descartarse la posibilidad que dicho individuo hubiera concurrido allí en verano y que la gente entrevistada (en su mayoría vinculada a la actividad pesquera) no tuviera conocimiento de su presencia. De todos modos se estima que si su presencia fuera asidua, y si se presentara a todos con su verdadero nombre, por la propia idiosincracia de los lugareños, el rumor debería haberse extendido.-
El hecho de que uno de los dueños de la embarcación "La Canaria" sea hermano de la esposa de uno de los integrantes de la DNM26M, y la diferenciación que PRELA hace entre los vinculados al MPLT y esta gente constituyen un buen indicio, que debería ser profundizado.-

8.- LA ACTITUD DE LOS LUGAREÑOS PARA CON LOS INTEGRANTES DEL MPLT Y OTROS.- Algunos de los entrevistados parecen no percibir diferencias entre los grupos que componen lo que califican como "gente rara", es decir: los vinculados a las drogas, los integrantes del MPLT, y los vinculados a la embarcación "La Canaria". Aparentemente la apariencia física de todos les confunde (cabellos largos, barbas desprolijas, falta de limpieza). Uno de los entrevistados nos hizo comprender que sí lo distinguen, e inclusive nos comentó que a los vinculados al consumo de drogas los llaman "faloperos" y al resto indistintamente "comunistas".
Con referencia a los vinculados a la droga, los lugareños parecen molestos, ya que se trata de gente tranquila, y los "faloperos" parecen estar vinculados a grandes alborotos, problemas con los lugareños, un aumento significativo de los hurtos en la zona, roturas de artes de pesca, etc. Parecen en cierta medida haber violado la tranquilidad a que la población lugreña estaba habituada. Por otro lado, tanto la policía como la PNN no habrían efectuado detenciones en el lugar, lo que podría significar que los lugareños tampoco quieren comprometerse colaborando eficázmente con ambos.
Con respecto a los "comunistas", su actitud podría calificarse de indiferencia, aunque dado lo reducido de la comunidad, si les es requerido probablemente les dieran una mano, como no se la negarían a otro pescador. El primer intento para reunir a la población de la zona por parte del MPLT habría fallado a instancias de los lugareños, pero de acuerdo a lo hablado en ANPAL, independientemente de la viabilidad que el proyecto cooperativo tuviera desde el punto de vista económico si el MPLT, hiciera llegar a los pescadores elementos importantes para ellos de difícil obtención (tansa, boyas, etc), la cooperativa podría hacerse camino (le insumiría un tiempo considerable).-
Los entrevistados no distiguen diferencia entre los vinculados al MPLT y los propietarios de "La Canaria".-

Resulta evidente que los grupos vinculados a la droga y el MPLT no son compatibles, y que una vinculación MPLT, o M26M con el consumo de drogas, juega en desmedro de los primeros, pues permitiría a la Policía y PNN, investigar con un marco adecuado la zona y mantener una vigilancia constante. Tampoco puede descartarse que individuos jóvenes vinculados al MPLT, que probablemente no estén acostumbrados al trabajo en la pesca en las condiciones que se dan en Valizas, en los períodos de verano, se vinculen al otro grupo (de ocurrir esto se tornaría en un factor de preocupación para el MPLT).
La juventud de la zona y sus adyacencias (Castillos, La Paloma y Rocha), son conscientes de que en verano, con la llegada de grupos de "faloperos", la Barra pasa a ser "un buen lugar de levante",por lo que periódicamente concurren a la zona.-

9.- <u>DIFICULTADES PARA QUE EL PROYECTO DEL MPLT PROSPERE</u>.- De acuerdo con la opinión del Cap. BLANCO, el proyecto del MPLT debería superar una serie de dificultades para prosperar: la experiencia cooperativa que no prosperó en Punta del Diablo,(que habría creado en los lugareños cierto "temor" a este tipo de empresas),y la idiosincracia de los pescadores locales serían las trabas principales. De su conversación con Gil ALMADA, concluye que tambien existen problemas internos en el MPLT, ya que éste le habría manifestado que la gente que le estaban mandando no era apta para trabajar en la pesca artesanal, y que ya habría gestionado los cambios.-
Tampoco económicamente parece muy viable el proyecto, si este trascendiera de colectivizar la pesca pues: si se pretendiera extender al salado del pescado, cada pescador posee hoy su pequeño saladero; si se pretendiera instalar una fábrica de harina de pescado, la infraestructura que habría de montarse, no sería justificable por el volúmen de captura de los pescadores de la zona. Sobre la cría de cerdos y el apiario no ha escuchado hablar.-

10.- <u>POR QUE EN EL Ao VALIZAS</u>.- Uno de los entrevistados escuchó decir que SENDIC había intentado llevar adelante su proyecto primero en la Barra del Ao Chuy, pero que tuvo ciertas dificultades y recién entonces se decidió por la Barra de Valizas.Considera que se trata de una zona muy tranquila, a diferencia de Punta del Diablo, que es mas turística, popular y con mejores accesos.

La existencia del Ao Valizas, cosa que distingue la zona de otras similares (con asentamientos de pescadores), permite que se navegue por él aguas arriba, se alcance la Laguna de Castillos y de allí a la Ruta 9.

También se manejó que el hecho que allí viviera desde antes, la hija de Gil ALMADA, podría haber contribuído a que se decidiese por esa zona.

Se estableció que si bien el MPLT estaba trabajando en Barra de Valizas, es posible que ya no sea éste el único lugar donde lo está haciendo. (se hace referencia al hecho que VEIGA VEIGA, podría estar

iniciando algo similar en La Coronilla).

La ensenada, al abrigo de vientos de SW es excelente para realizar trasbordos desde buques mayoras a pesqueros (esto aparece vinculado al hecho que entre los lugareños se rumorea que Gil ALMADA habría comprado su embarcación para descargar de ese modo drogas).-

11.- POR QUE SENDIC EN PERSONA.-Tras la llegada de SENDIC al lugar (ninguno de los entrevistados recuerda que hubiese estado en la zona en las décadas del 60-70) todas las fuerzan has volcado sus esfuerzos a investigar la zona.
Aunque no descartan la posibilidad de que allí se esté llevando a cabo algo que requiera su supervisión directa, en PRELA se ve con especial sospecha la forma en que el propio MPLT patrocinó su obra en el lugar, y la forma directa en que el propio SENDIC se presentó a los lugareños por su nombre.
Esto les hace pensar que podría tratarse de una "maniobra" del MLN para llamar la atención (cosa que de ser así lo habría logrado) en ese lugar, mientras llevan adelante otro "proyecto" en otra zona.-

12.- OTROS DATOS DE INTERES.-

Con referencia a los viajes de SENDIC a la Isla Seca, de acuerdo a las averiguaciones efectuadas, no constituyen una originalidad ya que es muy común que los lugareños crucen a ella si las condiciones del mar lo permiten, a recoger huevos de gaviota (los que se comercializan para repostería), o para usarla como plataforma para pescar sargo y pejerrey, siendo ademas comun cruzar turistas en verano para estas actividades.

PRELA tiene conocimiento del predio de D'Angelo, en Barra de Valizas, que es mencionado en informaciones provenientes del Ejército. Ese predio, que está marcado en la fotografía, está dedicado en período de temporada, al alquiler como camping, para lo cual se cobra una tarifa antes de autorizar el ingreso.Este predio esta cercado, y con letreros de "prohibido acampar".-

El mástil que está en la casa de PAGES, está destinado a "colgar" de él alimentos para su conservación y no es el único en la zona. Se rumorea que en él izan una bandera cuando está circulando la droga.-

Gabriela PAGES es una muchacha muy "ligera" y tendría actualmente como pareja un muchacho de nombre AMESTOY Ariel, aunque se le han conocido muchos compañeros.-

En una recorrida por Barra de Valizas, se observó la presencia de Gil ALMADA y el "chino" VEIGA (VEIGA MOLINA José) en el "boliche" conocido como "la parrillada del gallego PORTA". En esa oportunidad se encontraba estacionado en la puerta el auto marca TOYOTA, con matrícula de Montevideo 208803, que segun averiguaciones por dicha matrícula pertenece al ciudadano Héctor CORBO.-

En La Coronilla, PRELA tiene conocimiento que VEIGA VEIGA Clarisbel (antecedentes MLN-T) posee una embarcación de pesca que podría llamarse "Libertad", "Fernando Otorgues" o "Cerro Verde". (Los tres nom-

bres son debido a que sus papeles estan aun en trámite, y éste exige que las embarcaciones sean registradas con tres nombres tentativos.).-

Toda la zona se surte casi totalmente de mercaderías provenientes del CHUY, siendo frecuentes los viajes de algunos pobladores a la frontera oficiando de "bagayeros",para la venta a los vecinos, y para surtir a los "boliches" que venden esa mercadería a los lugareños y productos nacionales a los vecinos.-

Numerosas actividades comerciales viven del verano en Barra de Valizas

- Rocha,
por nuestra corresponsal
Graziella Fernández

■ Durante la temporada estival funcionan en Valizas más de 150 empresas, gestionadas en su inmensa mayoría por no residentes, y hay más de mil viviendas destinadas únicamente a ser alquiladas como casa de veraneo.

Los datos emergen de un estudio realizado esta temporada por la empresa Propuestas.

La empresa Propuestas, bajo la dirección técnica de la socióloga Silvia Fuentes, realizó un estudio en la pasada temporada para saber qué hay en Barra de Valizas más allá de los veraneantes.

LA REPUBLICA accedió en exclusividad a algunos datos del informe final de dicha investigación. En un lugar donde todo parece estar permitido, hay centenares de viviendas (más de mil), que no sólo cumplen con la función de ser casa de veraneo. Se censaron más de ciento cincuenta actividades económicas en el lugar, que por cierto no son instaladas por lugareños, por ejemplo videogames, restaurantes, almacenes, y viajes al Polonio en jeep, son desarrolladas por montevideanos, extranjeros y personas provenientes de otros lugares del país, que sólo vienen al lugar a dar estos servicios.

—Diez barcas con personal a bordo trabajando en la pesca, en seis días trajeron seis pescados, que son pagados a N$ 600 el quilo por los revendedores.

—Albañiles que cobran dos millones por hacer una cabaña en cuatro meses.

—Más de cien cabañas y casas exclusivamente para alquilar entre 35 y 50 dólares diarios por cada una.

—Carenciados provenientes de los lugares más lejanos del país y del mundo han construído sus chozas para vivir en ellas sin pagar.

—Tener empleados es algo redituable: N$ 300.000 por mes por 15 horas diarias de trabajo.

—Comprar una barca en 700 dólares para decir que se es pescador, sin nunca haber salido a la mar. Ocultando así la tenencia de quince o veinte viviendas y cabañas para alquilar (en manos de una sola persona).

—Científicos de diversas áreas investigan el impacto que en el ecosistema tiene el continuo transitar de vehículos sobre las dunas, mientras hay quienes lo interpretan a la luz de los dólares que obtienen. La información científica se desvirtúa. Para algunos no hay mejor cosa que preservar las dunas trillándolas con vehículos para que no crezca el pasto, mientras que para otros hay que transitarlas "a pie"; los vehículos las deterioran y hay normas específicas que lo prohíben.

Hay aspectos muy heterogéneos en este caserío, manifestó la socióloga Fuentes; todo parece girar en torno a los intereses privados de unos pocos que tienen "medios" para ejercer fuertes presiones y hacer lo que se les ocurre y redifúa mejor.

Con este telón de fondo, el tiempo pasa... Y el ecosistema y la comunidad de pescadores agonizan.

Estos cotradictorios hallazgos serán sin duda nuevos elementos a tener en cuenta en el momento de decidir qué hacer con Barra de Valizas.

LARRA 27/3/92

015

920083

Urbanizarán la Barra de Valizas regularizando tierras fiscales

■ La Comisión de Transporte y Obras Públicas de la Cámara de Senadores, prosiguió en la víspera el estudio de un proyecto que tienda a urbanizar la Barra de Valizas en el departamento de Rocha.

Concurrieron a la deliberación el ministro del sector Wilson Elso Goñi y asesores e integrantes del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca.

Fundamentalmente se pretende llegar a la regularización de tierras fiscales, su urbanización y desarrollo.

Un proyecto presentado por los senadores de la Cruzada 94, Pablo Millor y Dante Irurtia, es el que contaría con el respaldo de la mayoría de los integrantes de la citada Comisión.

En la exposición de motivos los legisladores colorados argumentan que:

"La situación del núcleo poblado Barra de Valizas, en las secciones judiciales 4a. y 10a. del departamento de Rocha, requiere una respuesta legislativa a la brevedad.

Se trata de una población que en un principio se fue formando en torno a la actividad pesquera artesanal, y posteriormente ha recibido un notable impulso como centro turístico.

La peculiaridad de esta situación está dada por el hecho de que la base física del referido asentamiento la constituye una zona cuya titularidad no la ejercen los pobladores. Efectivamente, esos terrenos se encuentran comprendidos en un proceso de expropiación, promovido por el Estado y que, obtenida la toma urgente de la posesión, aún no ha culminado. La ubicación de los pobladores en ese lugar se fue produciendo en forma espontánea, y sin intervenciones oficiales, de tal manera que si bien no existieron autorizaciones, tampoco se practicó un control efectivo que detuviera el permanente crecimiento del mencionado centro poblado.

También se le da estatuto legal, a la participación de los vecinos en el desarrollo del programa que se proyecta, buscando la integración de los interesados a la actividad oficial, y con ello a la vez se le está reconociendo a los pobladores del lugar el esfuerzo que han venido cumpliendo en la búsqueda de una definitiva regulación.

Es oportuno señalar que un adecuado desarrollo de este balneario es un factor económico y social sustancial para la zona de Castillos, en la medida de que es un elemento dinamizador de la actividad comercial y de servicios para esa parte del departamento de Rocha, que desde hace varios años sufre las consecuencias de un muy comprimido mercado de trabajo y por tanto con un poder adquisitivo y de consumo notoriamente deprimido. También corresponde que se exprese que se ha tenido presente, como testimonio de referencia, la instrumentación jurídica que se fue generando con respecto al balneario Aguas Dulces, y a la efectiva aplicación de la misma, que ha arrojado sin duda resultado ampliamente positivo

PROYECTO DE LEY

1) Autorízase al Poder Ejecutivo a convenir con la Intendencia Municipal de Rocha, la urbanización, desarrollo y regulación jurídica del núcleo poblado denominado Barra de Valizas, ubicado en las secciones judiciales 4a. y 10a. del departamento de Rocha, y cuya base física está constituida por inmuebles propiedad del Estado, o que este posee o cuya expropiación se encuentra en trámite.

2) En el marco de esa autorización, el Poder Ejecutivo facultará a la Intendencia Municipal de Rocha, para que en su nombre y representación adjudique a particulares, por las vías jurídicas idóneas, los derechos de que el Estado sea titular, con la finalidad de regularizar, dotándola de la necesaria estabilidad, la situación locativa de los pobladores del núcleo urbano mencionado. El precio de las enajenaciones que se celebren será fijado por el gobierno departamental de Rocha.

3) Los contratos a celebrar con los adjudicatarios, se ajustarán a un texto tipo que proyectará previamente el gobierno departamental de Rocha, y que deberá ser aprobado por los ministerios de Ganadería, Agricultura y Pesca, Transporte y Obras Públicas, Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente.

4) El producido de las referidas adjudicaciones deberá ser invertido por la Intendencia Municipal de Rocha, en el mejoramiento y desarrollo de ese centro poblado, debiendo ofrecer al respecto un informe anual al Poder Ejecutivo.

5) La Intendencia Municipal de Rocha queda facultada para declarar zona urbana a dicho núcleo poblado, teniendo tal declaración plena eficacia a todos sus efectos.

6) La mencionada Intendencia deberá elaborar un programa de urbanización del balneario, en el cual se atenderán, coordinándolos adecuadamente, los intereses de los pobladores, y los factores ecológico y turístico. Asimismo el gobierno departamental de Rocha, delimitará las áreas en las cuales se irán cumpliendo las distintas etapas del referido programa.

7) En el convenio cuya celebración se autoriza en la presente ley, deberá insertarse la creación y funcionamiento de una comisión honoraria de vecinos, que será designada por la Intendencia Municipal de Rocha, atendiendo a un criterio que asegura una auténtica representatividad. Dicha comisión tendrá participación activa, como órgano asesor auxiliar del gobierno departamental, en el cumplimiento del programa de desarrollo que se estructure, sin perjuicio de las atribuciones que el gobierno departamental de Rocha le pueda otorgar de acuerdo a las facultades que prevé la Constitución de la República.

LA REA -22/X/81

La República Lunes 9 de setiembre de 1991

Serán 4.600 héctareas de 50 establecimientos de la franja costera rochense

Expropiarán predios costeros en Polonio y Valizas para construir una reserva forestal

● Han surgido dificultades porque los propietarios no tienen los respectivos títulos de propiedad ● Una vez concretada la expropiación se haría posible en Aguas Dulces la regularización de los asentamientos existentes

Castillos, por nuestro corresponsal Daniel Fernández

El Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca resolvió llevar adelante las expropiaciones de predios en lo que se denomina reserva forestal de Cabo Polonio y que comprende terrenos en una amplia franja costera desde Cabo Polonio hasta el balneario Aguas Dulces.

Por el momento se estima en alrededor de 50 los productores a quienes se expropiarían sus predios, para destinarlos de acuerdo a una ley del año '42 a reserva forestal.

Una vez concretada la expropiación y que esa área pase a propiedad del Estado, se posibilitaría en el caso de Aguas Dulces entregar títulos de propiedad a los actuales residentes en ese balneario y que actualmente viven allí en calidad de ocupación.

LOS TITULOS NO APARECEN

LA REPUBLICA en conocimiento de este tema procuró conocer más detalles dirigiendo las consultas a quien ha sido encomendado por el MGAP para poner en conocimiento de la ley a los actuales herederos y encaminar los trámites de expropiación. El escribano Israel Uriarte dijo que "el MGAP resolvió actualizar todos los expedientes de expropiación sobre toda la zona costera, que abarca Valizas, Polonio e inclusive el balneario Aguas Dulces.

Se trata de expedientes que se habían iniciado a raíz de la ley del año '42 que dispuso la creación del parque de reserva forestal, y se iniciaron los trámites en esa oportunidad o sea hace 49 años.

En algunos expedientes se llegó a acuerdo en cuanto a precios pero en otros éste fue rechazado por los propietarios, quedando sin avalar por cuestiones burocráticas, el expediente administrativo y quienes no recibieron reclamo de la posesión del bien siguieron ocupando como propietarios pero teniendo el peligro de que en cualquier momento se actualizarán las expropiaciones, cosa que está sucediendo.

O sea que el MGAP ha resuelto actualizar y llevar adelante todas las expropiaciones mediante re-tasaciones de los bienes, de acuerdo a valores actuales de la tierra."

EXPROPIARIAN 4.600 HECTAREAS

"Como esto se está haciendo de a poco para evitar que se amontonen los expedientes, yo cité por ahora a seis titulares, pero en todos los casos he chocado con que los actuales titulares no tienen en su poder los títulos de propiedad que les acrediten como dueños, cosa fundamental, puesto que para que el Estado pueda pagar una indemnización tiene que abonarla a su legítimo propietario. Y si éste ha fallecido, el heredero tendrá que justificar su condición de tal, siendo fundamental para esto que se presenten los títulos de propiedad". "Para subsanar el problema, siguió Uriarte, tendría que dictarse una ley, pero ya existe un antecedente en materia de escrituración de predios afectados por el trazado de carreteras. Por ejemplo: cuando la ruta 9 se chocaba también con esa dificultad, por ley se estableció que en lugar de escritura se hacía un acta notarial y que justificando una posesión de diez años consecutivos se considera suficiente para que el Estado lo reconozca como titular propietario, e indemnice a esa persona.

Si se lograra una ley que se hiciera extensiva a este caso, habiendo ese antecedente, se establecería que mediante la información sumaria ante el juzgado que corresponda el actual ocupante de la propiedad es poseedor legítimo en forma pública, pacífica, continua y en concepto de propietario durante diez años, entonces el Estado le reconocerá el derecho a ser indemnizado en la expropiación". La franja a expropiar comprende predios ubicados entre Cabo Polonio, Aguas Dulces, Ruta 10 y el mar.

"Sería intención del Ministerio dejar sin efecto las expropiaciones de predios que están entre la Ruta 10 y la laguna de Castillos, por tratarse de predios fértiles. Los ubicados en la franja delimitada por el océano y la ruta son predios de baja productividad sólo explotables desde el punto de vista de la forestación", concluyó el profesional.

Montevideo, 26 de Enero de 1994.-

E. E. I.

DE : Dpto. I

PARA : Dpto. III

ASUNTO : Solicitud de información E.E.I..-

TEXTO :

Este departamento registra como domicilio del cantante Daniel VIGLIETTI, Andes 1424 Apto. 003.-

Se solicita:

1.- Ratificación o rectificación del actual domicilio.-

x 001/1

INUR/408/012/231293

CHILE

Pressões na composição do Ministério. Perspectivas.

O Presidente eleito em 11 Dez 93, EDUARDO FREI RUIZ-TAGLE (PDC), vem enfentando dificuldades para formar seu Ministério, em face da exigência dos socialistas quanto a uma maior participação na equipe de governo, pelo aumento de sua representação no Parlamento.

Agrava o quadro a competição entre o socialista RICARDO LAGOS e o atual Ministro da Fazenda, o democrata-cristão ALEJANDRO FOXLEY, por cargos políticos que possam garantir futuro respaldo às suas aspirações presidenciais nas eleições de 99, razão pela qual pode ser fundamental assumir um posto que lhes permita manter um alto nível de popularidade.

Sendo respeitada a representação dos partidos políticos, nove ministérios caberão aos democrata-cristãos e oito aos socialistas. Todavia, FREI descartou a "quotização" para a designação e afirmou serem os critérios o suprapartidarismo, a eficiência e o respeito aos partidos políticos, com a incorporação também de independentes.

Caso os socialistas não sejam contemplados em sua reivindicação, o Governo FREI poderá iniciar sua gestão sem o respaldo político necessário à execução de suas diretrizes básicas. Todavia, não se espera que essas dificuldades sejam capazes de influenciar nos rumos da política econômica chilena, questão onde prevalece o pragmatismo da sociedade em geral, em particular nos meios políticos.

01-01

9400836

Inf-
Sm Brasil
802

INUR/408/012/231293

ARGENTINA

Situação em SANTIAGO DEL ESTERO. Implicações e possíveis desdobramentos.

A província argentina de SANTIAGO DEL ESTERO, localizada a Noroeste do país, voltou à normalidade após três dias de graves distúrbios, iniciados dia 16 Dez, praticados por funcionários públicos revoltados pelo não-pagamento de salários atrasados.

Num dos incidentes considerados mais graves no país desde a posse do Presidente CARLOS MENEM, os manifestantes incendiaram e saquearam as sedes do Executivo, do Legislativo e o Palácio dos Tribunais, depredaram o centro da cidade e atacaram residências oficiais, inclusive a do Governador.

A situação em SANTIAGO DEL ESTERO obrigou o Presidente MENEM a interromper uma visita à ITÁLIA e ao VATICANO e designar um interventor, o Deputado JUAN SCHIARETTI, do governista Partido Justicialista (PJ), o qual é considerado homem de confiança do Ministro DOMINGO CAVALLO.

Os altos custos sociais dos ajustes inseridos no plano econômico neoliberal do Ministro da Economia, DOMINGO CAVALLO, além do caos administrativo e dos desequilíbrios salariais, são apontados pelos analistas argentinos como as principais causas dessas manifestações. O Ministro CAVALLO pretende pôr em prática um denominado **"Pacto Provincial"**, pelo qual cada uma das 24 províncias se comprometerá a reduzir os gastos públicos, de forma a evitar que o Governo federal destine cerca de US$ 700 milhões mensais para cobrir os déficits provinciais.

O episódio de SANTIAGO DEL ESTERO representa, em última análise, a primeira grande contestação ao plano econômico de CAVALLO, o qual, a despeito dos êxitos macroeconômicos atingidos — ratificados pelas recentes eleições —, vem sendo mantido à custa de um considerável sacrifício social, caracterizado por grandes bolsões de pobreza e pelo aumento do desemprego. Ressalte-se que, dificilmente, a política econômica global argentina poderá ser alterada ou terá condições, a curto prazo, de destinar recursos financeiros expressivos para atender às demandas sociais. Dessa forma, não se descarta a ocorrência de novos incidentes da mesma natureza.

Todavia, ainda é prematuro avaliar a dimensão do desgaste político com o ocorrido em relação a um eventual comprometimento do apoio político ao Governo, haja vista o prestígio político-eleitoral do Presidente MENEM, hoje reforçado pelo recente acordo com a União Cívica Radical, principal força oposicionista. Além disso, é factível a adoção de algumas medidas emergenciais para distender pressões localizadas, de forma a manter o controle nos segmentos sociais mais afetados pelo programa econômico.

X

01-01

9400837

Inf.
Sec Brasil
Sal.

INUR Nº 413-A/012/301293

PARAGUAI

– Reformas econômicas em 94. Perspectivas.

Em sua mensagem de fim de ano e há mais de quatro meses de sua posse, o Presidente JUAN CARLOS WASMOSY anunciou o primeiro conjunto de medidas a serem implementadas a partir de 94, consideradas fundamentais para o progresso e o bem-estar social. Para tanto, pretende apresentar uma série de projetos de leis, incluindo: criação de zonas francas industriais; mudanças no funcionamento dos sistemas bancário e tributário; fortalecimento de empresas estatais e sua privatização; inovações na sistemática de investimentos; revisão do regime petrolífero; redução de tarifas públicas; e reajuste de salários — este "**conforme as necessidades fundamentais dos paraguaios**".

Politicamente, o Presidente paraguaio enfrentou períodos críticos devido à tramitação de leis no Legislativo abordando questões polêmicas, em especial envolvendo interesses da área militar. Porém, agindo dentro de um perfil liberal, defendendo o livre mercado e a implementação de programas de estabilização, WASMOSY tem conseguido superar as dificuldades, apoiado num "**pacto de governabilidade**" com a oposição.

No campo econômico, embora continue enfrentando o crescimento da inflação (11,8% em 91, 17,4% em 92 e 19,5% até Nov 93) e o déficit crônico em conta corrente, a atual Administração não comprometeu os sucessivos superávits no balanço de pagamentos.

Dependendo do conteúdo das medidas anunciadas e do virtual apoio do Legislativo, a estabilidade e de modernização iniciadas no Governo anterior tendem a prosseguir, visando a uma melhor situação do País no contexto sul-americano. Nesse quadro, vale observar que, a despeito do perfil liberal do Presidente, as intenções anunciadas indicam certa preocupação com eventuais repercussões negativas do progrma de ajustamento na área social, haja vista as medidas relacionadas aos salários e às tarifas públicas serem, aparentemente, contraditórias com os objetivos de equilíbrio financeiro e de estabilização econômica.

* * *

|Poco Legible|

01-01 9400838

301/54
20118

HOJA INFORMATIVA Nº 4

FECHA : 29 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

ENMIENDA PARA EXPURGO DE PARLAMENTARIOS CORRUPTOS

- La primera enmienda que se votará en la revisión constitucional, el día 18 de enero, deberá ser el expurgo de los parlamentarios que tuvieron su envolvimiento comprobado con el escándalo del Presupuesto. La enmienda, del diputado Nelson Jobim, del PMDB, relator del proceso, excluirá de la revisión constitucional a todos aquellos que practicaron actos de corrupción.

De acuerdo con la propuesta de Jobim, ni bien las Mesas de la Cámara de Diputados y del Senado pidan a las respectivas Comisiones de Constitución y Justicia abertura de procesos contra diputados y senadores acusados por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, sesión plenaria del Congreso Revisor votará la exclusión de esos parlamentarios.

Los informes de la CPI deberán pedir las anulaciones de los mandatos de los parlamentarios implicados en la manipulación del Presupuesto. Los procesos, después de abiertos, demoran un promedio de tres meses para llegar a la votación final, en sesión plenaria de la Cámara o del Senado.

Según Jobim, su enmienda no es arbitraria por suspender el derecho de que los parlamentarios acusados voten en el Congreso Revisor, pues serán substituidos por sus suplentes, para que no ocurran perjuicios en la representación de los estados.

ACUSACIONES DEL SENADOR PASSARINHO A PINHEIRO

- El presidente de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, senador Jarbas Passarinho, del PPR, ya llegó a la conclusión de que el diputado Ibsen Pinheiro, del PMDB tuvo responsabilidad en el archivo de la CPI que investigaría irregularidades en el Presupuesto de la Unión, en 1991, propuesta por el PT. "Las declaraciones del diputado Pinheiro se chocan con los hechos", dijo Passarinho, refiriéndose al hecho de que, en sus declaraciones a la CPI, Ibsen Pinheiro se eximió de culpa.

De acuerdo con los datos obtenidos por el Senador en las secretarías del Congreso Nacional, la Mesa de la Cámara, en la ocasión presidida por Pinheiro, demoró casi dos meses para hacer las indicaciones de los integrantes de la comisión. Para el relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, "es necesario hacer un examen más profundo para saber si hubo sabotaje". Pinheiro declaró a la CPI que no tuvo ninguna responsabilidad en el archivo de la Comisión de Investigaciones.

INFORME PARCIAL INCRIMINA A SEIS DIPUTADOS

- El informe parcial de la subcomisión de subvenciones de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto incrimina a seis diputados con fuertes sospechas de en el desvío de recursos: José Geraldo Ribeiro(PMDB), Fabio Raunheitti(PTB), Joao de Deus Antunes(PPR), Genebaldo Correia(PMDB), Cid Carvalho(PMDB) y Joao Alves(sin partido), además del suplente Féres Nader (PTB). La subcomisión pide también la ruptura del sigilo bancario de otro diputado: Paulo Portugal (PP), acusado de desviar US$ 1,4 millón.

El informe fue entregado al relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, quien comentó que está comprobada la irregularidad en la aplicación de recursos, pero es necesario analizar el envolvimiento de los diputados.

SALIDA DE SARNEY DIVIDE AL PMDB

- La intención del senador José Sarney de dejar el PMDB provocó las más diversas reacciones en la representación del partido en el Congreso. Entre aquellos que lamentan su salida están el senador Garibaldi Alves y el diputado Gonzaga Motta. Ajenos a las facciones del PMDB, ambos creen que el partido perderá un gran líder. "Es sin duda una pérdida para el PMDB", comentó Alves. "El partido quedará más débil. Sarney tiene gran densidad electoral", observó Gonzaga Motta.

Ya en el llamado 'grupo auténtoco' hay quien pretenda conmemorar la salida del ex presidente. "Es una óptima noticia. Al final, él nunca fue del partido", dijo el diputado Odacir Klein.

Quien duda de que Sarney deje el PMDB es el líder en el Senado, Mauro Benevides, quien dijo que hará todo lo posible para que Sarney permanezca en el PMDB.

FRANCO NOMBRA AL SEXTO MINISTRO INTERINO

- El presidente Itamar Franco nombró al sexto ministro interino, en substitución a los titulares que dejaron sus carteras para disputar las elecciones en 1994, designando al ministro de Ciencia y Tecnología, José Israel Vargas, para responder por el Ministerio de Minas y Energía, en lugar de Paulino Cícero, último ministro substituido.

Desde que empezó la reforma ministerial, el día 14 pasado, el Presidente nombró apenas dos ministros efectivos: Sergio Cutolo en Previsión Social y Margarida Coimbra en el Ministerio de Transportes.

En el Gabinete Civil de la Presidencia de la República, Franco mantiene también como interino en el cargo a Tarcisio Cunha.

9400839

FACTOR ECONOMICO

Nacional

REMATES DE CAFE SERAN PROGRAMADOS

- El ministro interino de Industria,Comercio y Turismo, Ailton Barcelos Fernandes, anunció, en reunión con exportadores de café, que se hará una programación para los remates de compra de café, dentro del plan de retención(20% del total del producto exportado queda en el país).

Hasta ahora, los remates se hacían de forma aleatoria, sin fecha prefijada, y los exportadores criticaban ese sistema porque estaba provocando especulaciones en el precio. "Con la nueva agenda de fechas de los remates, el proceso quedará más transparente y los plazos de retención serán cumplidos", afirmó el Ministro.

La noticia tranquilizó a los exportadores que estaban preocupados con la posibilidad de que Brasil no consiguiera cumplir el acuerdo de retención con la Asociación de los Países Productores.

El Ministro dijo también que será elaborado un Plan Director para el sector cafetalero, considerado por él de extremada importancia para el desarrollo de la economía del país, principalmente con relación a la generación de empleos. Aclaró que ese Plan será hecho por el Gobierno y la iniciativa privada.

FACTOR EDUCATIVO

RICOS PAGARIAN ESCUELAS PUBLICAS

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, anunció la intención del Gobierno de aumentar el Impuesto sobre la Renta a los padres con mayor poder adquisitivo que tenga a sus hijos matriculados en escuelas públicas. La propuesta, que será encaminada al Congreso en forma de enmienda constitucional, refuerza las sugestiones del Poder Ejecutivo para la reforma de la Carta de 1988.

"Hay un gran debate en Brasil sobre si la enseñanza pública debe o no ser gratuita. Sería injusto si la escuela continuase no costando nada. Por eso vamos a proponer que aquellos que tienen más recursos y mandan sus hijos a la escuela pública paguen un adicional en el Impuesto sobre la Renta. Así,las familias que tienen más, contribuirían para la educación de todos", dijo el Ministro.

TELECOMUNICACIONES

PROPONDRAN FIN DEL MONOPOLIO EN EL SECTOR

- El fin del monopolio estatal del sector de telecomunicaciones en Brasil será una de las principales propuestas que serán presentadas durante la realización de los trabajos de la revisión constitucional que empezarán en enero. Según datos del Instituto Brasileño para el Desarrollo de las Telecomunicaciones(IBDT), el fin del monopolio es apoyado por 78% de los parlamentarios, 39% de los cuales quieren el fin del monopolio mediante la privatización de los servicios y otros 39% prefieren la abertura del mercado.

9400839

HOJA INFORMATIVA N° 5

FECHA : 30 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

CARDOSO QUIERE MINISTROS QUE APOYEN SU PLAN

- Aunque convencido de que el presidente Itamar Franco insistirá en sus decisiones personales para completar la reforma ministerial, el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, está preocupado por el nombramiento de titulares definitivos para ministerios que considera fundamentales para el éxito de su política económica. Y porque quiere influir en esos nombramientos, mantuvo un prolongado encuentro con el Presidente en el Palacio del Planalto, para discutir la composición del Ministerio.

Para él, son'puestos llave' los de ministros de Minas y Energía, Industria y Comercio, y Agricultura. A pesar de comprender la lógica del Presidente de no nombrar ministros políticos --puesto que en un año electoral sería importante que el Gobierno no se divida alrededor de candidaturas-- Cardoso opina que los nombramientos deben ser de nombres de notorio reconocimiento ante la opinión pública o, por lo menos, ante los sectores específicos.Si, por un lado, el ministro podría tener alguna resistencia al criterio no político --ya que los técnicos no rinden los preciosos votos en el Congreso--reconoce que, a esta altura,de poco adelantaría la influencia de ministros.

Además, tiende a concordar con el criterio técnico justamente por falta de interlocutores bien definidos, unidad partidista perfectamente delineada y nombres de expresión incontestable dentro de los partidos.

CPI OIRA A TODOS LOS CITADOS POR ALVES DOS SANTOS

- La Mesa de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones del Presupuesto, decidió que todas las personas citadas por José Carlos Alves dos Santos, incluso gobernadores y ex ministros, serán convocadas para prestar declaraciones. La intención es oír a todos hasta el día 14 de enero, fecha en que el relator, diputado Roberto Magalhaes, del PFL,deberá presentar su informe final. Podrán ser convocadas hasta dos o tres personas por día, incluso en sábados o domingos. El presidente de la CPI,senador Jarbas Passarinho, del PFL, dijo que tratará de evitar la prorrogación del plazo final de la Comisión.

Los gobernadores Joaquim Roriz, del Distrito Federal, Joao Alves, de Sergipe y Edson Lobao, de Maranhao, podrán ser oídos en sus estados. Serán llamados también para declarar, los ex ministros Alexandre Costa y Margarida Procopio.

9400839

04

EL INFORME FINAL DEL RELATOR DE LA CPI

- Faltando sólo 17 días para la presentación de su informe final a la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, su relator, diputado Roberto Magalhaes, ya redactó parte de sus conclusiones finales --ítens que se refieren a modificaciones políticas e institucionales para impedir la práctica de corrupción en la elaboración y liberación de los recursos del Presupuesto. En el caso de la cuestión más delicada --el castigo a los parlamentarios--, el Relator está inclinado a adoptar penalidades diferentes. dependiendo del envolvimiento de cada uno. Con respecto a los nombres de los que serán castigados, Magalhaes prefiere esperar hasta el día 10 de enero, cuando serán presentados los informes de las subcomisiones de Enmiendas, de Bancos y del Patrimonio. "Puede ser que surjan nombres que no están entre aquellos que tengo", explicó.

El Relator guarda silencio cuando se trata de anulación de mandatos parlamentarios. Su silencio es resultado de las preciones que viene sufriendo, para ampliar o disminuir la lista.

REVISION CONTINUARA PERSECUCION A CORRUPTOS

- La persecución a los políticos corruptos del Congreso no acabará con el fin de los trabajos de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto y la posterior anulación de los mandatos de los envueltos en la manipulación de recursos públicos. Deberá ser extendida en el proceso de revisión constitucional. Setenta y cinco propuestas de alteraciones en la Constitución objetivan ampliar los casos de inelegibilidad, para evitar el acceso o la vuelta a la vida pública de aquellos que no tuvieron una conducta de acuerdo con lo que la sociedad espera de un político.

El líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, del PMDB, es uno de los más empeñados en el proceso de depuración política.

POSIBLES PLANES DEL EX PRESIDENTE JOSE SARNEY

- El ex presidente José Sarney, que ya fue afiliado a la UDN, a la ARENA, al PDS y al PMDB, no deberá ingresar en el PP, pero articula una gran alianza para volver al Palacio del Planalto en 94 con la participación del PTB, PP, PFL y hasta del PPR del alcalde Paulo Maluf, en el caso de que éste sea candidato al gobierno de Sao Paulo y no a la Presidencia de la República. El sindicalista Luis Antonio Medeiros, presidente de la Fuerza Sindical sería el candidato del 'esquema Sarney' al gobierno de Sao Paulo. Y el vice en la fórmula de Sarney, según las articulaciones del ex presidente, sería el ex ministro de Salud, Adib Jatene.

 9400839

FACTOR ECONOMICO

Nacional

ANTICIPACION DEL AJUSTE FISCAL

- El ajuste fiscal tendrá vigencia a partir del sábado próximo, aunque el Congreso Nacional no haya aprobado el Presupuesto de la Unión, con el cual el Gobierno pretende batir todos los récords de austeridad y equilibrio. Según fuentes del equipo económico, las actuales negociaciones con los lideratos parlamentarios marchan muy bien, pero no será necesario esperar por la decisión del Congreso para que la economía sea administrada de acuerdo con el plan anunciado por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

El equipo económico no ve dificultades para poner en práctica, con extremado rigor, el ajuste fiscal, incluso mientras aguarda una deliberación del Congreso sobre el Presupuesto. Si la votación del Presupuesto fuere postergada, será aplicada la ley, liberando apenas el duodécimo del presupuesto anterior. En la práctica, eso significa que serán liberados solamente recursos para personal y para pagar los intereses. No habrá dinero para nada más.

NUEVO MINISTRO DARA INCENTIVO A LA PESQUISA

- El ministro interino de Minas y Energía, José Israel Vargas, informó que en 1994, las empresas Petrobrás, Compañía Vale do Rio Doce y Eletrobrás, destinarán 8% de su Impuesto sobre la Renta a la pesquisa y al desarrollo tecnológico. Este beneficio es previsto en la ley 8.661, que entra en vigor en enero. "Las tres empresas representan 30% de la inversión en pesquisa que esperamos para el sector privado", explicó Vargas, que como titular del Ministerio de Ciencia y Tecnología quiere que la participación de las inversiones privadas suba de los actuales 10% para 40% de toda la pesquisa hecha en el país.

FACTOR SOCIOLOGICO

Nacional

MAYORIA DE OBREROS ANALFABETOS EN LA INDUSTRIA

- Una legión de obreros analfabetos o semialfabetizados es el mayor obstáculo para la competitividad de la industria brasileña. Según trabajo preparado por pedagogos del Servicoo Social de la Industria(Sesi) en Sao Paulo, de los trabajadores empleados en la industria en todo el país, 40% como máximo tienen el curso primario completo. Eso significa que la mayoría de los obreros brasileños,prácticamente, no sabe leer ni escribir. En la industria de transformación y de construcción civil,los promedios son más preocupantes aún.

El problema se agrava cuando se analiza el perfil de los 60% de trabajadores en la industria que ni siquiera concluyeron el curso primario. Según estadísticas del Gobierno, deja de ser analfabeto aquél que sabe al menos escribir su propio nombre.

HOJA INFORMATIVA N° 6

FECHA : 31 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

MENSAJE DEL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA A LA NACION

- En cadena nacional de radio y televisión,el presidente Itamar Franco hizo una evaluación optimista de las acciones de su primer año de Gobierno. En mensaje de apenas tres minutos y medio, el Presidente afirmó que la economía brasileña creció en todos los sectores y que el país superó la recesión.
"Brasil acumuló saldos en la balanza comercial, aumentó la producción de energía, abrió nuevas fronteras en el conocimiento y amplió sus relaciones con los demás países del mundo. Se puede decir,con seguridad, que la economía brasileña creció en todos los sectores. Superamos la recesión. Por primera vez, el Gobierno envió al Congreso Nacional un presupuesto real, sin déficit", afirmó el Presidente.
Según el análisis del Presidente, a pesar de los momentos difíciles de 1993, Brasil recuperó"el brío cívico, el coraje moral, la intrepidez del patriotismo". Franco dijo que ejercerá sus responsabilidades y asegurará la independencia de los Poderes, la car electoral y el resultado de las elecciones de 1994.
El Presidente completó un año de Gobierno, sin haber alcanzado las principales metas,de acabar con la inflación, que hoy se aproxima a los 40% al mes; depurar las empresas estatales, reduciendo salarios demasiado altos; y conseguir bajar los promedios de los intereses.
Después de un año, el Gobierno se muestra lento para tomar decisiones y políticamente aislado, sin el apoyo de parlamentarios y gobernadores. En el Congreso no se consiguió montar una base sólida de sustentación, incluso para aprobar el plan económico del ministro Fernando Henrique Cardoso, lo que provocó que el Presidente tuviese que recurrir a medidas provisorias. En su Ministerio, Franco también enfrenta problemas para completar su primer escalón, por causa de las elecciones de 94. Además, el Gobierno continúa sin tener líder en la Cámara de Diputados.

POSIBLE AFILIACION DE SARNEY DIVIDE AL PP

- El ex presidente José Sarney solamente entrará en el PP si deja de ser candidato a la Presidencia de la República. La decisión es del presidente del partido, Alvaro Dias. "La afiliación de Sarney solamente será aceptada después del día 10 de enero (un día después que acaba el plazo para que cambien de partido los candidatos a las elecciones de 94), dijo Dias.

07 9400839

La candidatura de Sarney dividió al PP. El gobernador de Brasilia, Joaquim Roriz, opina que "él es un gran nombre que refuerza el partido".Roriz quiere que se convoque a la dirección ejecutiva del PP para examinar el deseo del ex presidente de afiliarse al partido. Por otro lado, varias reclamaciones amenazan su ingreso.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

INFLACION DE 1993 CONSTITUYE UN RECORD HISTORICO

- La inflación de 1993 es la más alta de la historia: exactos 2.567,46%, medida por el Indice General de Precios de Mercado(IGP-M) de la Fundación Getulio Vargas. El promedio de diciembre fue de 38,32%, o sea, 2,17 puntos porcentuales superior a los 36,15% de noviembre.

El resultado de diciembre confirma la aceleración de la inflación en este fin de año. Los tres índices que componen el IGP-M tuvieron alza. El Indice de Precios al Por Mayor fue fuertemente presionado por los productos agrícolas, que subieron 40,73%

LOS CORTES EN EL PRESUPUESTO PARA 1994

- El Presupuesto del Gobierno federal para 1994 sufrirá cortes hasta de US$ 12 mil millones en comparación con lo que se gastó en 1993. Los más afectados serán los Ministerios de Bienestar Social y de Integración Regional, con cortes de casi 70% de sus partidas, y los de Agricultura, de Salud, de Educación y de Minas y Energía, que perdieron, en promedio general, 40% de lo que tuvieron en 1993. Los Poderes Judicial y Legislativo, y la Secretaría de Asuntos Estratégicos(SAE) deben gastar 50% más.

Con esos cortes, sumados a la previsión de que aumente la recaudación, el Gobierno elimina el déficit de US$ 22 mil millones calculado en la primera propuesta de Presupuesto.

Ahora, el Presupuesto será discutido por los parlamentarios, que deberán presentar enmiendas a los valores previstos por el Poder Ejecutivo.

FACTOR ECOLOGICO

DIPUTADO CRITICA DEMORA PARA RATIFICAR CONVENCION

- El diputado Fabio Feldman, del PSDB, criticó la demora del Congreso Nacional para ratificar la Convención de la Biodiversidad. El documento fue aprobado por las comisiones de la Cámara de Diputados, pero tiene que ser votado en sesión plenaria, y después examinado por el Senado. "Es un absurdo que el país no haya ratificado el acuerdo",afirmó Feldman, relator de la convencion en la Comisión del Medio Ambiente. "Es un gran descrédito para el país aquí dentro y en el exterior", agregó.

Itamaraty demoró casi un año para traducir y mandar copia a la Cámara de Diputados.

HOJA INFORMATIVA Nº 7

FECHA : 1º DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

MAXIMO DE 11 CANDIDATOS A LA PRESIDENCIA

- De los 20 partidos autorizados a disputar las elecciones generales de 1994, sólo 11 podrán presentar aisladamente candidatos a la Presidencia de la República. La reducción del número de candidatos es una consecuencia de la nueva Ley Electoral que determina que apenas partidos que tenían más de 3% de los diputados federales el día 1º de octubre de 1993 podrán concurrir a la Presidencia de la República.

Diez partidos se encuadran en ese dispositivo, sumando 15 o más representantes en la Cámara de Diputados. El PRN, aunque contase apenas con diez integrantes en su representación parlamentaria el día 1º de octubre, atiende a otro dispositivo de la Ley: consiguió 5% de los votos en las elecciones de 1990. Las otras siete representaciones que tenían representantes en la Cámara el 1º de octubre podrán, como máximo, presentar un candidato más a la Presidencia de la República, en el caso de que se unieran.

Siendo así, es posible prever que, al máximo, 11 candidatos disputarán la sucesión del presidente Itamar Franco. Esta hipótesis, aunque matemáticamente posible, difícilmente se concretizará, puesto que las alianzas políticas llevan a coligaciones.

FACTOR ECONOMICO

Internacional

OPTIMISMO SOBRE BALANZA COMERCIAL

- A pesar de la inflación, el año de 1993 puede ser considerado excepcional para la economía brasileña. Además de que el PIB creció 4,5%, la balanza comercial deberá batir un récord. Aunque el saldo quede ligeramente inferior a los US$ 15,5 mil millones del año pasado, las exportaciones y las importaciones continuaron creciendo, generando una corriente de comercio que superó los US$ 60 mil millones.

Ese es un número jamás alcanzado por la balanza comercial. Gracias a la fuerza de las exportaciones, Brasil está mejorando su nivel de empleos. Según el ministro interino de Industria, Comercio y Turismo, Ailton Barcelos Fernandes, cada mil millones de dólares exportados generan 80 mil empleos. Como desde marzo las exportaciones han mantenido un promedio superior a US$ 3 mil millones, pueden calcularse las posibilidades de empleo abiertas por el comercio exterior.

09 9400839

El aumento de las importaciones con relación al año pasado, no llega a preocupar, porque hubo muchas compras de máquinas y equipamientos para hacer a las industrias más competitivas en la internacionalización de la economía: Brasil se prepara para enfrentar la mayor liberalización del comercio, prevista para 1995 por el acuerdo del GATT.

ACTUALIDAD

PARALIZACION DE ACTIVIDADES

- Con motivo de la celebración de las fiestas de Año Nuevo, fueron paralizadas las actividades oficiales y privadas. También fueron parcialmente paralizadas las actividades de la prensa escrita.

9400839

10-10

30/15
20293

BOLETIN INFORMATIVO

DE

PRENSA

26 de diciembre de 1993 a 1° de enero de 1994

01-09

9400840

HOJA INFORMATIVA N° 1

FECHA : 26 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

NUEVAS CONVOCACIONES DE LA CPI DEL PRESUPUESTO

- El presidente de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones del Presupuesto, senador Jarbas Passarinho, del PPR, va a proponer la convocación del ex presidente del Senado, Mauro Benevides, del PMDB y de la ex ministro de Acción Social, Margarida Procópio, para prestar declaraciones ante la CPI. Según Passarinho, la convocación de Benevides se hizo necesaria debido a declaraciones del ex presidente de la Cámara de Diputados, Ibsen Pinheiro, del PMDB, sobre el archivo de un pedido de investigación de denuncias de manipulación del Presupuesto en 1992.

"Pinheiro dijo claramente que las responsabilidades de la investigación serían de la Mesa del Congreso, presidida por Mauro Benevides. El tendrá que explicar eso. En el caso de la ex ministro, los dos secretarios que prestaron declaraciones dijeron que todo lo que se hizo en las Secretarías fue por orden de ella. No resta dudas de que esas tres declaraciones motivaron estas dos convocaciones", dijo Passarinho

Finalizó Passarinho comentando: "Pinheiro provocó fuertes sospechas de que hubo una maniobra para no instalar la CPI. Vamos a investigar esta cuestión a fondo".

RELATOR INSATISFECHO CON EXPLICACION DE PINHEIRO

- El relator de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, Roberto Magalhaes, del PFL, afirmó que, a pesar de todas las explicaciones dadas en sus declaraciones sobre su movimiento bancario, el diputado Ibsen Pinheiro dejó en descubierto más de US$ 1,1 millón. Para Magalhaes, la falta de explicaciones para esta cantidad ya configura formación de riqueza ilícita.

Magalhaes explicó que, por los datos de la CPI, el diputado Ibsen Pinheiro acumuló créditos bancarios, de 1989 hasta ahora, por valor de US$ 2,3 millones. En el mismo período, las rentas totales de un diputado federal llegarían tan sólo a US$ 450 mil. Incluso considerando otras fuentes de rentas presentadas por el Diputado a la CPI y deduciendo los créditos bancarios que constaban dos veces en cuentas distintas, Pinheiro dejó de explicar un total de US$ 1,1 millón.

Magalhaes prometió entregar su informe sobre la CPI hasta el día 14 de enero y aseguró que 70 por ciento del mismo ya está listo.

9400840

FACTOR ECONOMICO

Nacional

BANCOS PAGARAN MAS IMPUESTOS SOBRE SUS GANANCIAS

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, dijo que el Gobierno debe realmente aumentar la Contribución Financiera para la Seguridad (Cofins) cobrada a los bancos. La alícuota pasaría de 23% para hasta 30%. El Gobierno también piensa aumentar la tributación sobre objetos de lujo. Las medidas están siendo estudiadas por el equipo económico como alternativas para substituir la propuesta de retención de 15% de los fondos de participación de estados y municipios.

"La creación de ese nuevo fondo y el aumento general de los impuestos son los dos aspectos críticos del plan de estabilización. Es necesario encontrar alternativas de recaudación para equilibrar el déficit proyectado de US$ 22 mil millones, que no podrá ser cubierto apenas con el combate a la evasión de impuestos" comentó el Ministro.

Explicó Cardoso que el Gobierno quiere poner en práctica el nuevo plan lo más rápido posible, porque la inflación está subiendo, pero todo dependerá de que el Congreso apruebe un presupuesto equilibrado y de que la sociedad acepte el nuevo índice de indoxación(URV).

AUMENTO DE IMPUESTOS PODRA SER VARIABLE

- Afirmó el Ministro de Hacienda que el aumento de los impuestos podrá ser variable, de forma que alícuotas más altas recaigan sobre las rentas de quien gana más. La propuesta de aumento variable de las alícuotas fue presentada al ministro Cardoso por el relator de la comisión especial del plan económico, diputado Gonzaga Motta, del PMDB.

Pero,el Ministro no abandonó su decisión de editar una medida provisoria el día 30, aumentando los impuestos, no obstante las reivindicaciones de Gonzaga Motta, y explicó: "Si no editamos una medida provisoria con algunas alternativas, será tarde debido al principio de anualidad(la alteración tiene que hacerse el año anterior a la cobranza). Eso no quiere decir que aunque se edite la medida provisoria no se pueda continuar negociando y llegar a una solución que no necesite aumento de impuestos".

PETROBRAS PODRA CREAR ESTATAL PARA GASODUCTO

- A fines del mes de enero, el Crédit Suisse/First Boston, consultor financiero para el proyecto del gasoducto Brasil-Bolivia, entregará su informe final a la empresa estatal Petrobrás, que inmediatamente encaminará el proyecto para que sea aprobado por la dirección. Una vez aprobado, será convocada una nueva reunión con los inversionistas y financiadores objetivando discutir los números y formar sociedad con la empresa estatal. La idea es crear una empresa(una subsidiaria de la Petrobrás) en la cual la Petrobrás retenga 51%.

9400840

El caso del proyecto de gas Brasil-Bolivia es un ejemplo de cómo la Petrobrás puede formar sociedades con la iniciativa privada, tanto nacional como extranjera. En la Amazonia, la Petrobrás buscará socios para desarrollar el proyecto de producción de gas en Urucu, calculado en US$ 1,2 mil millones, valor que sube para US$ 3 mil millones, considerándose las plantas termoeléctricas a gas que serán construidas en Manaus(1.600 MW) y en Porto Velho (1.400 MW), substituindo la construcción de las plantas de Cachoeira Porteira y Jipirana, que inundarían una gran área en la Amazonia.

FACTOR ECOLOGICO

FUNDACION SUIZA INVESTIRA EN LA AMAZONIA

- Una nueva fundación de protección al medio ambiente, la Fundación Sol, que acaba de ser creada en Ginebra, pretende invertir en enero US$ 1 millón en un proyecto en la Amazonia. El programa debe comenzar en el primer semestre de 1994 y prevé el control de la contaminación del agua y del aire.

Técnicos de la Organización Meteorológica Mundial (OMM), que apoya a la Fundación, vendrán al Brasil en abril. El proyecto está siendo detallado por el director del Servicio Brasileño de Meteorología. Jesus Marquez, y será desarrollado en dos años. El objetivo es crear 20 puntos para medir la contaminación, proveer nuevos equipamientos para el servicio meteorológico y entrenar técnicos.

FACTOR NUCLEAR

RATIFICACION DE ACUERDO PREOCUPA A ITAMARATY

- El Ministerio de Relaciones Exteriores aún tiene esperanzas de que el Senado ratifique, antes del día 19 de enero, el acuerdo entre Brasil, Argentina y la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA) para la aplicación de salvaguardas y las enmiendas al Tratado para la Proscripción de Armas Nucleares en América Latina(Tratado de Tlatelolco). En el caso de que esto no suceda, el Gobierno brasileño pasará por la vergüenza de llegar a la reunión extraordinaria de la Conferencia General de la Organización para la Proscripción de Armas Nucleares en América Latina(Opanal), fijada para el próximo día 19, en México, sin poder cumplir la promesa de presentar los instrumentos de ratificación de los dos acuerdos internacionales.

La Cámara de Diputados ya aprobó el acuerdo de salvaguardas, firmado en diciembre de 1991, pero el Senado está demorando para ratificarlo. La reunión de la Opanal fue postergada a pedido del Brasil.

No existe, aparentemente, ninguna oposición importante de los senadores a la ratificación del acuerdo, sino que falta la prioridad, debido a los actuales problemas de la política interna.

HOJA INFORMATIVA N° 2

FECHA : 27 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

LIDER DEL GOBIERNO COMENTA MOMENTO POLITICO

- Siendo ojos y oídos del presidente Itamar Franco en la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, del PMDB, no se impresiona debido a los escándalos que surgen en cada convocación de parlamentarios, con cada nuevo documento o cada nuevo extracto bancario. Simon opina que el país está atravesando una revolución ética y que la CPI colocó al Congreso en el diván, de donde saldrá purificado. "Estamos cerrando las puertas de nuestra casa y poniendo todo lo que hay de malo para afuera. Estamos desnudando al Congreso", retrata Simon. Esta semana, cuando el Congreso ya estaba quedando vacío por causa de las fiestas de fin de año, Simon ocupó la tribuna para recordar que todos los parlamentarios, por acción u omisión, tienen una parte de responsabilidad en el escándalo del Presupuesto. "Cuando fui electo senador, querían que fuese presidente de la Comisión de Presupuesto. Después de oír a algunsas personas, no acepté porque me dijeron que las cosas eran muy irregulares allí. Yo me omití", dijo.

Simon asegura que la CPI no "acabará en nada", sino que llegará a resultados, indicará nombres y anulará mandatos. Las personas quieren ver a los corruptos en la cárcel y que devuelvan el dinero que robaron. Hay parlamentarios que irán a la cárcel", afirma.

Según Simon, Itamar Franco pasará a la historia como el Presidente que hizo en su Gobierno una pacífica y democrática transición. "Creo que el Presidente no será recordado como un héroe, ni por sus realizaciones, pues tal vez la hora fuese para un estilo más enérgico", reconoce Simon, quien agregó que teme que las elecciones presidenciales provoquen un clima de radicalización.

LOS PROBLEMAS DEL MAYOR PARTIDO POLITICO DEL PAIS

- Estremecido por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, sin candidato y sin rumbo, el PMDB enfrenta su peor momento político. El mayor partido del país entra en la etapa preliminar de una elección presidencial más sin tener condiciones de salir victorioso. Después de ser rechazado por el PSDB, que no quiere coligación el PMDB es cortejado por el gobernador de Rio de Janeiro, Leonel Brizola, interesado en la estructura partidista para apoyar su propia candidatura. Internamente, la situación no podría ser más compli-

9400840

05

cada. Ninguno de los probables candidatos a la Presidencia de la República --Antonio Britto, Orestes Quércia, José Sarney, Pedro Simon y Luiz Antonio Fleury-- une al partido.

El presidente del PNDB, Luiz Henrique da Silveira, cree que la esperanza del partido ahora es conseguir elegir una gran representación para la Cámara de Diputados y para las Asambleas Legislativas.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

INFLACION NO DEBERA CAER DE INMEDIATO

- La adopción de un índice de indexación como la URV(Unidad Real de Valor) no deberá provocar de inmediato un movimiento de baja de la inflación. Al contrario, la tendencia es de que, en la transición de los precios para la URV, haya aceleración,debido a la generalización de la indexación diaria. La principal virtud de la idea es la posibilidad de eliminar inseguridades en las relaciones contractuales y en el proceso de formación de precios,según consideraciones de economistas del Ipea(Instituto de Pesquisa Económica Aplicada).

El último boletín del GAC(Grupo de Acompañamiento Coyuntural del Ipea), afirma que con promedios de inflación muy elevados los precios dejan de ser una referencia de valor.

FACTOR NUCLEAR

ENERGIA NUCLEAR ESTERILIZA MATERIAL MEDICO

- Científicos de la Universidad Federal de Pernambuco(UFPE) crearon una tecnología nacional para esterilizar instrumentos médicos de plástico con el uso de energía nuclear. La nueva tecnología permite que piezas plásticas caras, que eran descartadas después de usadas, sean reutilizadas sin riesgo de contaminación del paciente y sin sufrir alteraciones. La energía nuclear también reduce los costos de esterilización cerca de 46 veces.

Por ahora, la tecnología desarrollada se aplica a los artefactos producidos con el policarbonato nacional, un plástico de gran resistencia y transparencia usado en la fabricación de sistemas de diálisis, pulmones artificiales y marcapasos.

HOJA INFORMATIVA N° 3

FECHA : 28 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

CORREA TEME CLIMA DE RADICALIZACION EN ELECCIONES

- El ministro de Justicia, Mauricio Correa, dijo que los candidatos al Palacio del Planalto no deben tomar al presidente Itamar Franco como blanco de la campaña. "El Presidente no es candidato a nada, ni va a ayudar en la campaña de nadie. Espero que nadie utilice al Presidente en sus discursos", afirmó, ratificando el alerta hecho por el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, del PMDB, en reciente entrevista.

Al igual que Simon, Correa teme que ataques al Presidente puedan crear un clima de radicalización. "La radicalización es un microbio que puede perjudicar la lucha del Presidente para poner al país en sus ejes", advirtió el Ministro, haciendo un llamado al "espíritu público de cada candidato".

Correa resaltó el carácter transitorio del Gobierno de Franco y las dificultades que heredó del ex presidente Collor. "Este es un Gobierno que está cumpliendo un mandato que sobró. Los candidatos deberían respetar al Presidente, que ya demostró que es muy diferente del gobierno pasado",dijo.

Correa afirmó que el país "camina entre dificultades inconmensurables", y que todos esperan que la CPI del Presupuesto concluya sus trabajos "penalizando a los responsables por el asalto al dinero público".

QUIEREN REVISION SIN PARLAMENTARIOS CORRUPTOS

- Los principales lideratos del Congreso Nacional no encontraron aún una fórmula para empezar la revisión constitucional libres de los parlamentarios acusados de corrupción por la Comisión Parlamentaria del Presupuesto(CPI).

Existe casi unanimidad para que los diputados y senadores que estén respondiendo a acusaciones, no participen en la revisión.

Pero, muchos de ellos ya presentaron enmiendas a la revisión. El diputado Genebaldo Correia, del PMDB, encaminó ocho propuestas, mientras que el líder del PPR, José Luis Maia, presentó 47. Son más de 150 enmiendas firmadas por parlamentarios que están bajo investigación.

El relator de la revisión, diputado Nelson Jobim, del PMDB, está estudiando cada enmienda, y si tuvieren parecer positivo del relator irán a votación en sesión plenaria del Congreso. Y entonces, aunque fueren suspendidos, los parlamentarios tendrán sus ideas debatidas con chances de hacer parte de la nueva Constitución.

PINHEIRO DEBERA DAR NUEVAS EXPLICACIONES A LA CPI

- El diputado Ibsen Pinheiro, del PMDB, ex presidente de la Cámara de Diputados en el período entre 1991 y 1992, tiene plazo hasta el día 10 de enero para aclarar a los integrantes de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI del Presupuesto, que investiga la manipulación de partidas federales, las dudas que dejó después de siete horas prestando declaraciones el jueves pasado. "Por ahora, no explicó nada", opinó el diputado Fernando Freire, del PPR, integrante de la subcomisión de bancos de la CPI. El plazo fue estipulado por el relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, del PFL.

Incluso entre amigos de Pinheiro, como el diputado Sigmaringa Seixas, del PSDB, que también integra la CPI, hay dudas que no fueron aclaradas.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

PODRA ADOPTARSE URV A PRINCIPIOS DE FEBRERO

- El equipo económico del Gobierno trabaja con la perspectiva de adoptar la URV(Unidad Real de Valor) en febrero y crear la nueva moneda en abril o mayo. El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, admitió que es posible empezar en febrero con la URV, siempre y cuando el Congreso vote el ajuste fiscal, y adoptar la nueva moneda dos meses después.

Pero, el Ministro insiste en recordar que esta programación depende del Congreso ahora, que, según él, tiene que demostrar voluntad política para eliminar el déficit y dejar de vivir a costa de la inflación.

Aclaró también Cardoso que la medida provisoria previendo el aumento de las alícuotas de los impuestos y que probablemente será editada el día 30, deberá tener vigencia solamente a partir de febrero.

PODERES LEGISLATIVO Y JUDICIAL BURLAN AJUSTE FISCAL

- El Poder Legislativo y el Poder Judicial consiguieron burlar el ajuste fiscal impuesto por el Poder Ejecutivo y tendrán en 1994 un aumento de 31,5% en las dotaciones del Presupuesto. Para alegría de funcionarios y proveedores, tanto el Congreso como los tribunales van a disponer, el año que viene, de US$ 4,1 mil millones para sus gastos generales.

El aumento de las partidas fue conseguido por medio de un artificio. Los dos Poderes enviaron en agosto pasado un oficio solicitando US$ 4,8 mil millones para sus presupuestos, valor 54% superior a los US$ 3,1 mil millones recibidos en 1993. De esta forma, pudieron negociar cortes que no afectaron el crecimiento real de los gastos.

08 9400840

Internacional

EMPRESARIOS PREOCUPADOS CON LAS EXPORTACIONES

- El Impuesto Provisorio sobre Movimiento Financiero(IPMF), que vuelve a ser cobrado a partir de enero, y la adopción, después del ajuste fiscal, de la Unidad Real de Valor(URV), vinculada al cambio, podrán comprometer el desempeño de las exportaciones brasileñas en 1994. Empresarios y profesionales de comercio exterior creen que las ventas para el mercado externo, que deberán cerrar el año en US$ 38 mil millones --inferior a la meta inicial de US$ 40 mil millones-- podrán quedar paralizadas si el Gobierno no adopta una política para el sector.

La mayor preocupación de los exportadores es con la carga tributaria muy elevada. Por eso, el presidente de la Asociación de los Exportadores del Brasil(AEB), Marcus Vinicius Pratini de Morais, dijo que los empresarios quieren la inclusión, en la revisión constitucional, de un dispositivo que elimine la carga tributaria sobre las exportaciones. De acuerdo con cálculos de la AEB, sin los impuestos, las exportaciones podrían doblar en cuatro años, generando 4,5 millones de empleos.

FACTOR SOCIOLOGICO

Nacional

MINISTRO DE TRABAJO QUIERE SALARIO DE US$ 170,00

- El ministro de Trabajo, Walter Barelli, quiere que el próximo año el sueldo mínimo llegue a un nivel de US$ 170,00, más del doble del promedio de US$ 70,00 habido en 1993. El desea que el aumento sea autorizado ni bien tenga vigencia la Unidad Real de Valor (URV), el nuevo índice de indexación que será creado por el Gobierno.

La preocupación del Ministro es aproximar, en el transcurso de 1994, el sueldo mínimo del Brasil a los niveles salariales de los demás países que formarán el Mercado Común del Sur(Mercosur). Para Barelli, Brasil corre el riesgo de enfrentar un gran movimiento migratorio de su mano de obra en dirección a los mercados de Argentina, Paraguay y Uruguay a partir de enero de 1995, cuando se espera plena libertad aduanera, con libre circulación de trabajadores entre esos países.

COMISION INSISTIRA SOBRE DESAPARECIDOS POLITICOS

- Con base en los informes presentados por las Fuerzas Armadas, que revelaron 54 muertes y 85 nuevas pistas, la Comisión Especial sobre los 144 desaparecidos políticos hará una nueva solicitación a los tres ministros militares, pidiendo que den detalles de cada uno de los casos citados en los documentos. El objetivo es descubrir el local exacto en que están sus restos mortales, para que puedan ser sepultados.

Boletín 30115
20139

HOJA INFORMATIVA Nº 4

FECHA : 5 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

CPI PROPONDRA EL FIN DE LA COMISION DE PRESUPUESTO

- En su informe final de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, que deberá ser entregado el día 14 de enero, el relator, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, propondrá el fin de la Comisión Mixta de Presupuesto, que se transformaría en una Comisión de Sistematización y tendría sus poderes divididos entre las 20 comisiones técnicas permanentes del Congreso, 14 en la Cámara de Diputados y 6 en el Senado. Estas comisiones serían encargadas de elaborar proyectos sectoriales de presupuesto que serían consolidados por la nueva comisión, que tendría el nombre modificado, por causa de la imagen anterior comprometida con corrupción en la elaboración y liberación de los recursos públicos.

El informe sugerirá que el reglamento de las comisiones técnicas sea alterado para que obtengan funciones fiscalizadoras, vinculando la elaboración del presupuesto de un año con el acompañamiento de su ejecución financiera en el año anterior. Con esta modificación, el presupuesto no sería examinado tan sólo por un pequeño grupo de parlamentarios(actualmente 120 diputados y senadores forman la Comisión Mixta del Presupuesto), sino que sería discutido prácticamente por todos los diputados y senadores, miembros de por lo menos una de las comisiones de las dos Cámaras legislativas.

PRESIDENTE RETRASA REFORMA PARA DESPUES DEL DIA 10

- El presidente Itamar Franco reiteró ayer al líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, y al ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, que solamente concluirá la reforma ministerial y escogerá el líder del Gobierno en la Cámara de Diputados después del día 10. Ese día, las representaciones parlamentarias del PMDB en ambas Cámaras, discutirán las relaciones del partido con el Gobierno de Franco y la indicación de uno de sus miembros para ocupar el liderato. El Palacio del Planalto ya tiene informaciones de que este tema divide el partido, pero la expectativa es que el PMDB adopte una posición conciliadora, lo que aseguraría un mínimo de apoyo al Gobierno.

Mientras aguarda decisión del PMDB, el Presidente estudia criterios y nombres para integrar su equipo de gobierno. Se considera que el criterio más adecuado sea el de llenar los cargos vacantes con políticos que puedan quedarse en el gobierno hasta el fin.

Doc. poco leg.

01-12 9400841

PMDB INTENTARA FORTALECER CANDIDATURA DE BRITTO

- Si hasta mediados de abril no tuviere una candidatura de consenso para disputar la Presidencia de la República, el PMDB hará una elección interna previa. La idea ya está bien adelantada entre los dirigentes del partido y la verdadera intención sería sepultar definitivamente las pretensiones del ex gobernador Orestes Quércia y fortificar la candidatura del ex ministro de Previsión Social, Antonio Britto.

En la opinión de los líderes del PMDB, Britto es quien consigue reunir las condiciones, no sólo de proporcionar una victoria al partido, sino también de establecer alianzas en todo el territorio nacional, para obtener en las elecciones un mayor número de gobernadores, diputados y senadores del partido.

SARNEY RESUELVE QUEDARSE EN EL PMDB

- Después de haber anunciado su decisión de salir del PMDB, el ex presidente y senador José Sarney retrocedió ayer y resolvió permanecer en el partido. En ese intervalo, el ex Presidente fue invitado y rechazado por el presidente del PP, Alvaro Dias, sondeado por el PTB y criticado por algunos líderes del PMDB.

"Considero superados todos los problemas que podría tener con el PMDB, debido a las manifestaciones de apoyo recibidas de sus principales líderes", dijo Sarney.

CENTRO-IZQUIERDA BUSCA ALIANZAS PARA ELECCIONES

- Empresarios e intelectuales están programando una serie de encuentros y seminarios, a partir de este mes, con el objetivo de sensibilizar liderazgos políticos de centro-izquierda para que acepten una unión para las elecciones del año que viene.El coordinador del Pensamiento Nacional de las Bases Empresariales(PNBE), Emerson Kapaz, cree que será muy difícil una alianza nacional ya en el primer turno de las elecciones, aunque la considere ideal, pero dijo que confía en la capacidad que pueda tener un movimiento suprapartidista para convencer a las principales fuerzas políticas a firmar un compromiso previo en torno a una plataforma mínima para garantizar la gobernabilidad del futuro presidente de la República.

Según comentó Kapaz, "todo indica que Lula irá al segundo turno, pero existen dudas de que él consiga agrandar su base electoral en la disputa final en el caso de que todos los partidos que representan esa tendencia no establezcan una estrategia mínima común, programática".

9400841

FACTOR ECONOMICO

Nacional

AUMENTO DEL PRESUPUESTO CON RELACION A 1993

- El crecimiento de 72,18% en el Presupuesto de este año con relación al del año pasado fue explicado por el asesor especial del Ministerio de Hacienda, Edmar Bacha, como consecuencia de la transferencia de la deuda externa, antes en poder del Banco Central, para el Tesoro Nacional. Por eso, hubo un aumento de 1.652,19% en la línea Operaciones Oficiales de Crédito(OOC), o sea, US$ 50 mil millones más.

Sobre esos US$ 50 mil millones incluidos en las operaciones oficiales de crédito, se informó que se trata de una operación de contabilidad sin impacto directo en las cuentas públicas.

La deuda vieja, que acaba de ser negociada con los bancos privados y agencias de bancos brasileños en el exterior, tiene que ser cambiada por nuevos papeles, como resultado de las negociaciones.

Internacional

RESTRICCIONES PROVOCAN BAJA EN SALDO DE CAMBIO

- El mercado de cambio comercial, en el cual son registradas remesas y salidas consecuentes de exportaciones, importaciones e inversiones extranjeras, cerró el año de 1993 con saldo de US$ 17,892 mil millones, resultado inferior al de 1992, que fue de US$ 20,583 mil millones. La baja tiene dos motivos principales: la reducción de los promedios de interés practicados en el primer semestre del año, que atrajeron menos capital externo en aquel período y las restricciones impuestas por el Banco Central para las entradas de recursos extranjeros.

A pesar de las restricciones, el saldo de diciembre, de US$ 2,654 mil millones, superó las expectativas, alcanzando el mayor volumen desde marzo de 1992.

TRANSPORTES

CORTES AFECTARAN CONSTRUCCION DE BARCOS

- Después de diversas reuniones en la cámara sectorial para discutir alternativas para apoyar a la industria de la construcción naval y aumentar el número de empleos en el sector, el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, propuso un corte de US$ 294 millones en los ingresos del Fondo de Marina Mercante(FMM) para 1994, lo que representa una reducción de 52% en el presupuesto del Fondo.

Solamente en los recursos destinados a la construcción naval --90% concentrada en Río de Janeiro--, habrá una pérdida de US$ 284 millones. Los cortes afectarán las financiaciones para la construcción de barcos y las aplicaciones complementarias del FMM, destinadas a la financiación de barcos para exportación.

HOJA INFORMATIVA N° 5

FECHA : 6 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

PRORROGADOS LOS TRABAJOS DE LA CPI

- El relator de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, obtuvo siete días más para concluir su parecer y someterlo a votación en sesión plenaria, después que los líderes partidistas de la Cámara de Diputados aceptaron ayer, prorrogar por una semana los trabajos de la CPI hasta el día 24 de enero. La CPI fue instalada el día 20 de octubre para que durara 45 días, pero fue prorrogada hasta el día 17 de enero. Ahora, tendrá 97 días de duración.

La Comisión tiene ahora hasta el día 17, plazo final anterior, para realizar todas las audiencias públicas y diligencias, como examen de cuentas bancarias y declaraciones de rentas de los parlamentarios envueltos en irregularidades. El nuevo plazo se hizo necesario para permitir que 19 implicados más, entre parlamentarios, gobernadores y ex ministros de Estado, sean oídos.

Después, la CPI se dedicará al informe final. El acuerdo para la prorrogación del plazo final, enfrentó al principio la resistencia del PMDB.

RELATOR CONFIRMA QUE SUGERIRA PENAS PARA IMPLICADOS

- El diputado Roberto Magalhaes, relator de la CPI del Presupuesto, confirmó ayer, negando otras versiones, que propondrá penas de acuerdo con el grado de envolvimiento de cada uno de los 50 investigados por la comisión en el esquema de corrupción, incluyendo hasta la anulación de mandatos parlamentarios. Si se comprueba la participación de ex ministros y gobernadores, el Relator tipificará los crímenes y encaminará las denuncias a la Procuraduría General de la República.

Magalhaes dijo que no sugerirá la anulación del mandato de todos los citados en el informe,pero avisó que no dejará de dar su parecer proponiendo la pérdida del mandato de aquellos que juzgue que son culpables.

. "Si no fuera a sugerir la anulación del mandato de nadie, no habría motivo para que fuese relator", dijo el Diputado, que anteayer, admitió que podría transferir a la sesión plenaria la tarea de identificar a los culpados, motivando polémica en la CPI. Aclaró que estudiará el caso de cada uno de los investigados, sugiriendo diferentes castigos a los parlamentarios.

04 9400841

SUBCOMISION DE BANCOS SUGERIRA ANULAR MANDATOS

- La lista que la Subcomisión de Bancos de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto presentará para anulaciones de mandatos, contará, como mínimo, con 13 parlamentarios. En ella deberán de estar el ex presidente de la Cámara de Diputados, Ibsen Pinheiro, el ex líder del PMDB en la Cámara, Genebaldo Correia, Cid Carvalho, José Geraldo Ribeiro y Joao Alves, entre otros, según comentó uno de los integrantes de la Subcomisión.

La lista hará parte del informe de la Subcomisión de Bancos, que podrá estar concluido mañana. El criterio principal, según se supo, es la compatibilidad de la movilización bancaria del período analizado con las fuentes de ingresos del parlamentario. Ibsen Pinheiro, por ejemplo, no consiguió justificar la movilización bancaria de US$ 2,4 millones en el período (1989 a 1993), encontrada en su cuenta.

CORREA REVELA QUE FRANCO FUE INCITADO AL GOLPE

- El ministro de Justicia, Mauricio Correa, confirmó que el presidente Itamar Franco fue incitado, en 1993, a adoptar la 'fujimorización' para resolver la crisis económica y social del país. Según el Ministro, si Franco cerrara el Congreso e interviniera en el Poder Judicial, como hizo el presidente del Perú, Alberto Fujimori, tendría el apoyo de la sociedad. Las declaraciones del Ministro de Justicia fueron dadas en un programa de TV.

Correa afirmó que sólo no hubo golpe "gracias a la formación democrática del presidente Franco y de los ministros militares". En la entrevista, Correa indicó como causas de las presiones sufridas por el Presidente, el año pasado, la instalación de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones del Presupuesto, los bajos sueldos de los militares y las dificultades del Gobierno para administrar lo que recibió del pasado, con la desorganización de la máquina del Estado en el gobierno del ex presidente Fernando Collor.

QUERCIA EXPLICA SU FORTUNA AL PMDB

- Llevando en sus manos auditorías hechas en sus empresas para ayudarlo en la exposición sobre su evolución patrimonial durante la vida pública, el ex presidente del PMDB y ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia, respondió ayer a las denuncias hechas contra él, sin ser interpelado. El senador Pedro Simon, uno de los que más cobraron explicaciones a Quércia sobre el origen de sus bienes, acabó elogiando el contenido del dossier y la iniciativa del ex gobernador, pero insistió en que la documentación debería ser analizada por una comisión del partido, creada para ese fin.

9400841

Sobre las acusaciones de que había enriquecido de forma ilícita, Quércia afirmó que su patrimonio no supera los US$ 12 millones y se valió de una auditoría que produjo un gráfico sobre el origen de su patrimonio y sus inversiones financieras para demostrar que había enriquecido gracias a actividades empresariales a lo largo de 35 años.

El presidente del PMDB, diputado Luiz Henrique da Silveira, terminó el encuentro afirmando que el documento deberá ser examinado por la Dirección Ejecutiva Nacional del partido.

Líderes del partido, creen que Silveira quiere evitar que el PMDB conceda un certificado formal de idoneidad al ex gobernador.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

CARDOSO CONSIGUE APOYO PARLAMENTARIO PARA SU PLAN

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, consiguió ayer el apoyo de la mayoría de los parlamentarios de la comisión especial de la Cámara de Diputados que analiza las medidas de su plan económico. El único punto aún polémico es la retención de 15% en las transferencias constitucionales de recursos para Estados y Municipios. El paquete tributario, que aumenta impuestos de las empresas y de los trabajadores de mayores salarios, fue bien recibido por los parlamentarios.

Además de las presiones de gobernadores y alcaldes, los diputados temen el uso político del Fondo Social de Emergencia, que tiene como una de las fuentes de ingresos el bloqueo de parte de la transferencia de partidas para los fondos de participación de los Estados y Municipios. Una vez más, el Ministro negó que utilizaría los recursos del fondo para facilitar una posible candidatura a la Presidencia de la República.

El presidente de la comisión especial, diputado Reinhold Stephanes, del PFL, considera que Cardoso tuvo éxito en su objetivo de reducir las resistencias de los parlamentarios contra las principales medidas del paquete fiscal.

FUERZAS ARMADAS

Marina

LA MARINA COMPRA HELICOPTEROS INGLESES

- Inglaterra concretizó un contrato por valor de US$ 225 millones para la venta de nueve helicópteros Super Lynx y la provisión de piezas para la modernización de la flota de helicópteros de la misma marca pertenecientes a la Marina del Brasil. La venta fue efectuada por la empresa Westland Helicopters Ltd..

El contrato prevé la entrega del equipamiento adquirido en un plazo de dos años. Los helicópteros serán utilizados en las fragatas de la clase Niterói para ejercicios de guerra. Ellos fueron comprados gracias al crédito concedido por el Brazilian American Merchant Bank. La entrega de la prira unidad está prevista para junio de 1996.

HOJA INFORMATIVA Nº 6

FECHA : 7 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

MINISTRO INTENTA REDUCIR IMPACTO DE SU DECLARACION

- En una entrevista bastante confusa, el ministro de Justicia, Mauricio Correa, trató ayer de reducir el impacto producido por su declaración de que el presidente Itamar Franco fue incitado, el año pasado, a adoptar la 'fujimorización' como fórmula para resolver la crisis económica y social brasileña. Al saber que la Cámara de Diputados pensaría convocarlo para prestar aclaraciones, el Ministro dijo que "si lo convocasen, iría con mucho gusto".

Contradictorio, Correa dijo que el cierre del Congreso(como ocurrió en Perú) era apenas una percepción suya en relación a un deseo de la sociedad. En otro momento, el Ministro afirmó que "hubo un momento de extremada preocupación" y que la propuesta de golpe era "un fenómeno que surgía de afuera para adentro y no de adentro para afuera del Gobierno".

"En ningún momento hablé de golpe de Estado.Apenas di una interpretación de lo que sentía como ministro de Justicia", dijo. Al destacar que el presidente Itamar Franco jamás admitiría la salida del golpe para solucionar la crisis, Correa recordó que había un clima de preocupación con la inflación subiendo, los sueldos bajos de los militares, el juicio contra el ex presidente Fernando Collor, y las emisoras de televisión exhibiendo todos los días imágenes de corrupción. "Uno sentía en la sociedad el deseo de que hubiese una mano fuerte",argumentó Correa.

Según él, nadie formuló directamente al presidente Franco la propuesta de golpe al estilo Fujimori. "Pero nosotros sabíamos que eso existía", admitió el Ministro, agregando que "un hombre de la estatura del Presidente jamás permitió que se discutiera esa salida". Correa explicó que se sintió en el deber de abordar el asunto cuando fue indagado sobre si había alguna tensión para desestabilizar el orden constitucional. "Esas cosas no pueden ser escondidas",ponderó. "Hablar de quiebra del orden constitucional es un crimen. Vivimos aquel período de aprensión, pero jamás, con el presidente Franco y los ministros militares que tenemos, habría cualquier inversión del orden constitucional", finalizó el Ministro.

El presidente de la Cámara de Diputados, Inocencio de Oliveira, del PFL, entre otros comentarios, dijo que el Ministro "fue extremadamente infeliz en sus declaraciones".

ALIANZA PARA INCITAR AL PMDB A ROMPER CON FRANCO

- El ex presidente José Sarney y el ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia, se aliaron para intentar presionar al PMDB para que rompa político - mente con el Gobierno de Itamar Franco, quien, según Sarney, "se distanció de la clase política".

La alianza entre los dos grupos va a dividir a la dirección del PMDB. El grupo liderado por el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, y por el ex ministro de Previsión Social, Antonio Britto, es contra el rompimiento.

"Ahora es el momento de que el partido rompa definitivamente con el Gobierno", dijo el gobernador de Pará, Jáder Barbalho, apoyado por el gobernador de Sao Paulo, Luis Antonio Fleury Filho y por el gobernador de Goiás, Iris Rezende. Los gobernadores y Sarney decidieron instruir a sus representaciones en la Cámara a votar contra la indicación de un miembro del PMDB para ocupar el cargo de líder del Gobierno.

ESFUERZOS PARA NO ATRASAR COMIENZO DE LA REVISION

- El presidente de la Cámara de Diputados, Inocencio de Oliveira, del PFL, afirmó que las votaciones de la revisión constitucional podrán comenzar el próximo día 19, a pesar de la prorrogación de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto. Oliveira explicó que la próxima semana piensa negociar con los líderes la definición de una agenda mínima para la revisión.

El Diputado informó que el relator de la revisión, diputado Nelson Jobim, del PMDB, mantendrá el día 18 como plazo final para presentar el parecer sobre las 17 mil enmiendas. "Después de esa fecha, nada impide el comienzo de las votaciones. Vamos a mostrar que la revisión va a ser realizada", dijo.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

BAJA DE COSECHA PUEDE ALIMENTAR INFLACION EN 1994

- A partir del segundo semestre de este año, el país podrá sufrir la falta de algunos productos básicos y aumentos significativos de la inflación, de acuerdo con previsiones de consultores económicos, con base en la baja de la cosecha y el alza de los precios internacionales.

Cálculos del Gobierno y de la Fundación de Pesquisas Económicas (Fipe) de la Universidad de Sao Paulo, indican que la cosecha 93/94 sufrirá una baja hasta de 4% en comparación con lo producido el año pasado, lo que significa cerca de 70 millones de toneladas menos de granos en el mercado brasileño. Con la escasez, la tendencia es que suban los precios de los alimentos, presionando para arriba a la inflación.

Internacional LA UNIFICACION DEL CAMBIO

- El Gobierno va a unificar los mercados de cambio fluctuante y comercial en la última etapa del plan de estabilización, cuando resuelva crear la nueva moneda que substituirá al cruzeiro real, según informó el presidente del Banco Central, Pedro Malan. Dijo también, que está definitivamente descartada la idea de permitir la abertura de cuentas en moneda extranjera para los exportadores. La unificación del cambio es uno de los últimos pasos para la liberalización del cambio, el libre tránsito de moneda extranjera en el país.

El Gobierno ya unificó las cotizaciones fluctuante (turismo) y comercial, pero mantuvo dos mercados distintos, con reglas propias para la compra y venta. Para implantar la liberalización, el Gobierno extinguirá esa diferencia.

FUERZAS ARMADAS MINISTROS MILITARES NO VEN RIESGO DE GOLPE

- El presidente Itamar Franco conversó ayer, telefónicamente, con los tres ministros militares y deshizo el clima nervioso provocado por las declaraciones del ministro de Justicia, Mauricio Correa. "No existe riesgo de 'fujimorización' en Brasil", afirmó ayer el ministro de Ejército, general Zenildo Lucena a un oficial del Ministerio. "Todo lo que debía de ser dicho, el Presidente ya lo dijo", comentó Lucena, recordando los insistentes discursos hechos por Franco ahuyentando el fantasma de un golpe militar o civil.

Los ministros militares, que llegaron a pensar que sería oportuno divulgar una nota desmintiendo las declaraciones de Correa, prefirieron no polemizar con el Ministro de Justicia. En conversaciones informales con asesores, fue considerada "inoportuna" la frase de Correa. "Hay horas en que las personas dicen cosas fuera de tiempo", comentó el asesor de un ministro militar. Según ese oficial, los ministros prefirieron minimizar el asunto. "Comentar eso alimentaría el tema y crearía una expectativa mayor que la que realmente merece el hecho", resumió.

Por eso, oficialmente, los ministros mandaron informar a los periodistas que "desconocen el asunto" levantado por el Ministro de Justicia. "Los ministros militares continúan como siempre al lado del Presidente", reiteró el asesor de un ministro. La mayor parte de los oficiales oídos ayer prefirió no tratar el asunto, justificando que "no es ético comentar lo que otro ministro dice".

Uno de los oficiales oídos, aseguró que "no existen sectores golpistas dentro de las Fuerzas Armadas".

HOJA INFORMATIVA Nº 7

FECHA : 8 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

CONGRESO VOTARA CONVOCACION DEL MINISTRO CORREA

- La Cámara de Diputados y el Senado deberán votar la próxima semana el pedido de convocación del ministro de Justicia, Mauricio Correa, para prestar declaraciones sobre su reciente entrevista a una emisora de televisión, en la cual dijo que el presidente Itamar Franco había sido sondeado, entre octubre y noviembre del año pasado, por un grupo de civiles y militares, para dar un golpe de Estado.

Ni bien supo al respecto de la entrevista,el primer vicepresidente de la Cámara, diputado Adylson Motta, del PPR, decidió solicitar su convocación, para dar aclaraciones en sesión plenaria de la Cámara de Diputados. El próximo jueves es la fecha más probable para esa sesión.

En el Senado, el senador Eduardo Suplicy, del PT, presentó una solicitación semejante, que será estudiada por los integrantes de la Casa, para después ser votada y aprobada.

Entre los parlamentarios, la convicción es de que el Ministro fue "incompetente" en cualquier circunstancia: si supo de la articulación y no tomó providencias, o si supo sólo ahora. "O mandaba detener inmediatamente a esos golpistas o los denunciaba a la Nación", comentó el diputado Motta.

En sesión plenaria de la Cámara, la iniciativa de Motta tudo el apoyo de otras representaciones parlamentarias. "Tenemos que pedir al Ministro de Justicia los nombres de los golpistas", afirmaron varios diputados de diversos partidos.

El presidente de la Cámara, diputado Inocencio de Oliveira, substituto inmediato del Presidente de la República, recordó que frecuenta normalmente los despachos de los ministros militares, y que,entre cotubre y noviembre, cuando militares de reserva proclamaban la necesidad de un golpe, el presidente de la Cámara tuvo encuentros con los ministros militares, quienes garantizaron que no existía, entre los líderes de las Fuerzas Armadas, el deseo golpista.

INVESTIGACION DE CORRUPCION EN EL PODER EJECUTIVO

- El presidente Itamar Franco designó ayer a los siete miembros de la Comisión Especial que investigará irregularidades en el Poder Ejecutivo. En el decreto, el Presidente aumentó el número de los integrantes de la Comisión para que participen los tres nombre sugeridos por la sociedad civil:el empresario Emerson Kapaz, y los juristas Fabio Konder Comparato y Raymundo Faoro.La Comisión investigará

9400841

la conexión del Poder Ejecutivo con las denuncias de corrupción de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, pero también atenderá a otras comisiones parlamentarias de investigaciones, según anticipó su presidente, Romildo Canhim, secretario de Administración Federal. Los representantes de la sociedad civil fueron indicados por el Movimiento por la Etica en la Política.

TREGUA EN EL PMDB SIN PACIFICACION DEFINITIVA

- El apretón de manos entre el ex gobernador de Sao Paulo, Orestes Quércia y el senador Pedro Simon en la reunión de la Dirección Ejecutiva Nacional del PMDB, el último miércoles, no pacificó al partido. Un veterano líder del partido considera que la tregua entre partidarios de Quércia, aliados al senador José Sarney, y el grupo sureño, apoyado por los partidarios de la candidatura de Antonio Britto a la Presidencia de la República, tuvo el objetivo de asegurar un mínimo de cohesión para enfrentar la crisis provocada por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto.

El partido tendrá que decidir si presta solidaridad a sus cabezas coronadas que están implicadas en la CPI o si vota a favor de la anulación de mandatos de figuras expresivas como el ex presidente de la Cámara, Ibsen Pinheiro y el ex líder Genebaldo Correia.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

APOYO AL PAQUETE FISCAL DEL GOBIERNO

- El relator de la Comisión Especial de la Cámara que analiza las medidas económicas, diputado Gonzaga Mota, del PMDB, dijo que apoyará, en su parecer, el paquete fiscal del Gobierno que prevé el aumento del Impuesto sobre la Renta de personas físicas y jurídicas, como así también de otros tributos.

Mota afirmó que ya está listo el "borrador" de su informe, que apoya totalmente la propuesta del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso. Según el Diputado, falta solamente definir la fórmula para la retención de las transferencias constitucionales a estados y municipios, que ya empezó a negociar con el asesor especial del Ministerio de Hacienda, Edmar Bacha.

HACIENDA CONTROLARA LAS TARIFAS PUBLICAS

- En reunión con empresas estatales, el Gobierno definió dos medidas para evitar que los precios públicos tengan una corrección superior a la inflación y para demostrar al sector privado que serán eliminados todos los detalles que podrían inflacionar a la URV (Unidad Real de Valor), el nuevo índice de indexación de la economía: las tarifas públicas tendrán la inflación como límite de reajustes

11-

9400841

y las empresas solamente podrán definir aumentos después de reuniones con el Ministerio de Hacienda.

Las informaciones fueron dadas por los presidentes de las empresas Telebrás y Eletrobrás, quienes aseguraron que cumplirían las determinaciones del Gobierno.

La idea discutida en la reunión, es conferir más racionalidad a los aumentos de las tarifas. En la práctica, esto significa que las tarifas deberán ser corregidas teniendo en consideración los costos, pero sin crear problemas para la empresa.

FACTOR ADMINISTRATIVO

PRESIDENTE RECIBIRA PROYECTO DE LA REFORMA

- El ministro de Planificación, Alexis Stepanenko, entregará la próxima semana el presidente Itamar Franco el primer proyecto de reforma administrativa, previendo la extinción de los Ministerios de Bienestar Social y de Integración Regional. El Ministro informó que la conclusión de la reforma solamente ocurrirá después de la revisión constitucional.

El programa de descentralización administrativa, parte de la reforma, será coordinado por una cámara especial, que reunirá a los ministros de los órganos interesados. Aclaró el Ministro que no es posible pasar de una sola vez las actividades para los estados y municipios.

En líneas generales, el proyecto debe proponer al presidente Franco la transferencia para estados y municipios de funciones como manutención y conservación de carreteras, operación de trenes urbanos, construcción de casas populares, obras de saneamiento básico y programas de irrigación y combate a la seca. Además, el Sistema Unificado de Salud(SUS) necesitará ser complementado, cabendo a los municipios la tarea de generar ingresos y costear directamente programas de atención a pacientes.

TELECOMUNICACIONES

INICIATIVA PRIVADA EN LAS TELECOMUNICACIONES

- El Gobierno está estudiando la venta de acciones de las empresas del sistema Telebrás hasta el límite del control accionario, medida que podrá proporcionar al Tesoro Nacional un ingreso extra superior a US$ 12 mil millones. La información fue ya confirmada por el ministro interino de Comunicaciones, Djalma Morais.

La propuesta es un camino para que el Gobierno abra espacio para la iniciativa privada en el área de telecomunicaciones sin afectar el monopolio estatal sobre el sector. La idea está siendo considerada por el equipo económico como una forma de privatización parcial.

9400841

30145
20286

BOLETIN INFORMATIVO

DE

PRENSA

01-10

2 a 8 de enero de 1994

9400842

HOJA INFORMATIVA Nº 1

FECHA : 2 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

LA AGENDA DE ENERO PODRA SERVIR DE PREVISION

- Con desafíos y promesas en el campo político, llegamos a principios de 1994. La agenda de este mes de enero tiene un poco de todo lo que puede preverse para el año:

1.- Sucesión: Será escogido este año el presidente que gobernará el país hasta el fin del milenio. Los candidatos, que serán como máximo 11, deberán escoger sus partidos hasta el día 9. Cada partido indicará su candidato antes del día 31 de mayo. En la clase política, nadie cree que surja un nuevo nombre, a no ser los que ahora ya son citados: Lula, Maluf, Brizola, Antonio Carlos Magalhaes, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Britto y Orestes Quércia.

2.- Inflación: Enero definirá el año. La travesía del plan económico del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, por el Congreso, permitirá o no el experimento con un nuevo índice de indexación, y, si todo corre bien, la adopción de una moneda no contaminada por la inflación.

3.- Etica: La Comisión Parlamentaria de Investigaciones del Presupuesto, que acaba sus trabajos el día 17, es el segundo capítulo de una revolución moral que empezó con el impeachment del presidente Fernando Collor. El proceso puede continuar o, como creen los escépticos, ser paralizado después de una docena de anulaciones de mandatos. La continuidad depende de la Justicia --que debe continuar las investigaciones-- pero sobre todo de los políticos. Ellos necesitan hacer nuevas leyes, cambiar las reglas para la destinación del dinero público y, especialmente, modificar la forma de "hacer política".

4.- Revisión: Atropellada y contestada, la revisión constitucional corre contra la marca de abril en el calendario. Ahí empieza la sucesión. Diecisiete mil enmiendas fueron presentadas. Entre ellas hay fórmulas y más fórmulas para reestruturar el país. Aunque urgente, la revisión no viene en el momento más oportuno, por causa del tiempo corto, la dispersión de energías y la influencia electoral.

EL PRESIDENTE FRANCO TERMINA EL AÑO CON CRITICAS

- En la última entrevista que concedió en 1993, el presidente Itamar Franco volvió a criticar al PMDB y dijo que no pretende negociar directamente con los partidos políticos los siete Ministerios que aún están siendo ocupados por interinos. Según comentó el Presidente, el PMDB, después de ocupar

cinco Ministerios, ahora niega haber participado directamente del Gobierno. Por causa de la actitud del partido, Franco anunció que la reforma ministerial será negociada por el líder del Gobierno en el Senado, Pedro Simon, del PMDB.

"El PMDB, que hasta hace pocos días tenía cinco ministros en el Gobierno, ahora dice que apenas apoyaba y que no era Gobierno. El PMDB olvidó que uno de los ministros realizó un gran trabajo. Antonio Britto no fue apenas un coadyuvante, él participó activamente del Gobierno", dijo Franco como respuesta a afirmaciones de líderes del PMDB, de que apenas apoyaban las acciones del Palacio del Planalto.

El Presidente criticó también la actuación del Poder Judicial y consideró perjudicial al país la decisión del minist. Marco Aurelio de Mello, del Supremo Tribunal Federal, de suspender, mediante liminar, la medida provisoria que limitaba los sueldos en las empresas estatales a 90% del sueldo básico de ministros de Estado. Comentó Franco que termina el año de 1993 "profundamente decepcionado con el Poder Judicial".

AUSTERIDAD EN EL INFORME DEL RELATOR DE LA CPI

El relator de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Presupuesto, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, parece haber agotado su paciencia. Irritado por la forma en que el Presupuesto de la Unión fue manipulado en los últimos años por parlamentarios, asegura que incluirá en su informe a todos aquellos que cometieron irregularidades ya comprobadas.

Sin querer adelantar los nombres de los parlamentarios cuya anulación de mandato recomendará, Magalhaes dejó claro que el senador Ronaldo Aragao, del PMDB y el diputado Carlos Benevides, del PMDB, que prestaron declaraciones esta semana, harán parte de la lista.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

BENEFICIOS DE ULTIMA VERSION DEL PRESUPUESTO

- Efectuada la semana anterior a la divulgación del Presupuesto de 1994 para acomodar las presiones del Congreso, del Poder Judicial y del Ministerio Público para obtener más partidas, la última versión del nuevo proyecto también benefició a tres Ministerios del Ejecutivo y aumentó en más de US$ 700 millones los gastos de manutención e inversiones del Gobierno. Los mayores beneficiados con la nueva versión fueron la Cámara de Diputados y el Senado, con un aumento superior a 65% en las partidas previstas por la penúltima versión. A seguir, viene la Justicia del Trabajo y el Ministerio Público, con 52% más cada uno. Anteriormente, los ministerios militares ya habían obtenido US$ 300 millones más.

9400842

MEDIDA PROVISORIA AUMENTA IMPUESTO SOBRE LA RENTA

- El presidente Itamar Franco decidió aumentar 5% la alícuota del Impuesto sobre la Renta para las empresas. Aumenta también el adicional del Impuesto sobre la Renta cobrado sobre las ganancias reales, tanto del sector productivo como del sector financiero.

Medida provisoria firmada por el Presidente corrige para 26,25% el Impuesto sobre la Renta de las personas jurídicas. Y eleva para 10,50% el adicional de las empresas no financieras, y 15,75% el adicional que recae sobre el Impuesto sobre la Renta de los bancos comerciales, de inversiones, de desarrollo, bancos hipotecarios, sociedades de crédito inmobiliario, distribuidoras de títulos y empresas de arrendamiento mercantil. Con esa medida el Gobierno espera reforzar la recaudación en aproximadamente US$ 360 millones.

ANUNCIADO EL SUELDO MINIMO DE ENERO

- El ministro de Trabajo, Walter Barelli, anunció oficialmente el nuevo valor del sueldo mínimo que vigora a partir del 1° de enero, y que fue fijado en acción conjunta de los Ministerios de Trabajo, Hacienda y Planificación, que es de CR$ 32.882, lo que equivale, actualmente, a aproximadamente US$ 100,00. Cuando ese sueldo sea pagado, la inflación de 40% prevista para el mes de enero, deberá reducir ese valor para aproximadamente US$ 60,00.

El Ministro de Trabajo, admite que este promedio es inferior al pretendido, pero, en su opinión, demuestra alguna recuperación, fruto de una política salarial diferente.

FACTOR ADMINISTRATIVO

PROYECTO DE LA SAF INTENTA POSIBILITAR EQUIPARACION

- La equiparación del sueldo del presidente de la República con los sueldos que se pagan a diputados federales y ministros del Supremo Tribunal Federal es una de las propuestas presentadas por la Secretaría de Administración Federal (SAF) para la revisión constitucional. Según el secretario adjunto de la SAF, Antonio Carlos Nantes, la equiparación entre los funcionarios de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, sólo será posible si los dirigentes de esos Poderes tuvieren el mismo salario. Mientras el presidente Itamar Franco cobró en diciembre CR$ 755 mil, los diputados cobraron por el mismo período CR$ 876.142 y los ministros del Supremo, CR$ 885.688.

Según comentó Nantes, si no hubiere equiparación entre los dirigentes de los tres Poderes, no habrá tampoco para sus funcionarios.

HOJA INFORMATIVA N° 2

FECHA : 3 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

PARTIDOS IMPONEN CONDICIONES A POSIBLES CANDIDATOS

- Mientras la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto prepara su informe contra una docena de parlamentarios, los partidos políticos empiezan a imponer condiciones para la permanencia y hasta la afiliación de políticos cuyos nombres están más cotizados en las listas de los posibles candidatos a la Presidencia de la República. El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, del PMDB, y el senador José Sarney, del PMDB, son los principales blancos. El primero sólo recibirá apoyo unánime del Congreso y de los partidos a su plan económico si declara formalmente que no disputará la sucesión del presidente Itamar Franco. Sarney, para permanecer en el PMDB o para afiliarse al PP, está siendo presionado para que asuma el compromiso de no concurrir a la Presidencia de la República. En compensación, hay exigencias contrarias: el PT quiere una alianza electoral con el PSDB, pero impone que el candidato al Palacio del Planalto sea Luis Inacio Lula da Silva.

Esas exigencias de los partidos de izquierda y de centro izquierda, en la opinión de sus propios integrantes, puede llevar a una pulverización y facilitar la agrupación de los sectores conservadores alrededor de un nombre capaz de atraer gente del otro lado. Esa amenaza sólo no está concretizada porque la derecha tampoco escogió aún su candidato.

CARDOSO PODRIA SER LIDER INFORMAL EN LA CAMARA

- El próximo líder del Gobierno en la Cámara de Diputados podrá ser el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso,que asumiría informalmente la tarea ante la difucultad para llenar el cargo desde la salida del diputado Roberto Freire, del PPS.Cardoso, que ya anunció esta disposición, defenderá en encuentro con el presidente Franco, que el Gobierno se quede formalmente sin líder en el caso de que el diputado Antonio Britto, del PMDB, no quiera asumir el cargo.

Cardoso informó que irá personalmente al Congreso para negociar la aprobación de su plan económico y que si Britto realmente no quiere ser el líder, lo que lamenta, considera que lo mejor para el Gobierno sería conversar y negociar directamente con los líderes de los partidos.

05 9400842

FLEURY QUIERE A SARNEY EN EL PMDB

-El senador José Sarney está reconsiderando su decisión de abandonar el PMDB, después de haber amenazado dejarlo para ingresar en el PP o en el PTB. La información fue dada por el propio Sarney al gobernador de Sao Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, quien le sugirió que no dejara el partido, y piensa que consiguió convencerlo, asegurando que "Sarney no saldrá del PMDB".

Fleury no ve razones para que el ex presidente deje el PMDB. Incluso con las informaciones de que existiría un acuerdo entre Sarney y el ex presidente del partido, Orestes Quércia para las elecciones presidenciales, el Gobernador considera importante la permanencia del Senador en los cuadros del partido. Evitando analizar los motivos de Sarney para amenazar dejar el PMDB, Fleury comentó que el Senador habría cometido un error al suponer que otros partidos como el PP y el PTB, le abrirían espacio para una eventual candidatura a la Presidencia de la República.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

EMPRESAS TRANSFERIRAN AUMENTOS DE IMPUESTOS

- Al igual que los banqueros, los empresarios de la industria prometen transferir a los precios los aumentos de los tributos, anunciados recientemente por el Gobierno. En la opinión de Max Schrappe, vicepresidente de la Federación de las Industrias del Estado de Sao Paulo(Fiesp), los impuesto nada más son que costos para las empresas, que tratarán de transferirlos.

Aúnque ya acostumbrados con los tradicionales aumentos tributarios a fines de cada año, algunos empresarios no esconden su irritación por causa de la medida provisoria 407, que aumentó de 25% para 26,25% la alícuota del Impuesto sobre la Renta para personas jurídicas, medida que habría sido editada por el presidente Itamar Franco, contrariando la opinión del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

Celso Hahne, director de la Fiesp, clasifica de "demagógica" la actitud del presidente Franco de aumentar los impuestos de las empresas sin aumentar el impuesto de los trabajadores. Tanto él como Schrappe, aseguran que las nuevas reglas tendrán un fuerte impacto sobre los promedios de los precios.

FACTOR EDUCATIVO

PROPUESTAS MODIFICACIONES EN LA ENSEÑANZA PUBLICA

- Entre las medidas de descentralización del Estado brasileño, el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, propone una verdadera revolución en la enseñanza pública, con la extinción de las vinculaciones de ingresos para la Educación, transferencia de las universidades y escuelas técnicas

federales para los estados y aumento del Impuesto sobre la Renta de quien utilice la enseñanza superior gratuita. El sector económico quiere limitar la acción de la Unión, en las áreas de educación, salud y asistencia social, a la expedición de normas y al apoyo técnico y financiero, sin responsabilidad por la prestación directa de los servicios.
Son 37 universidades federales y 56 escuelas técnicas y agrotécnicas --con un presupuesto de casi US$ 4 mil millones-- que el Gobierno quiere transferir para los estados en los próximos cinco años.
Para implementar la nueva reforma educativa, el Ministerio de Hacienda envió cinco propuestas de enmiendas constitucionales al Congreso, entre ellas la que prevé la prestación de servicios de enseñanza básica y preescolar por los municipios, mientras la enseñanza media y superior quedaría a cargo de los estados.

FACTOR ECOLOGICO

DIAGNOSTICO GENERAL DE LA MATA ATLANTICA

- Alarmados con la inclusión de la Mata Atlántica brasileña entre las 15 regiones más críticas del mundo en conservación, la comunidad científica brasileña decidió compilar e intercambiar, por primera vez, todas las informaciones ya obtenidas sobre ese ecosistema para la definición de las áreas preferentes de preservación. El diagnóstico ayudará a los programas de protección ambiental a la Mata Atlántica, que actualmente posee solamente 8% de su cobertura vegetal original en Brasil.
Con las informaciones disponibles sobre las áreas de estudio (mamíferos, aves y aspectos geoeconómicos, entre otros), los científicos produjeron mapas temáticos con la indicación de las áreas más importantes para la preservación de cada uno de los recursos naturales de la floresta.
La elaboración de este diagnóstico, el más completo ya realizado sobre este ecosistema, cuenta con el trabajo de más de 60 especialistas. Con el diagnóstico ya listo, la comunidad científica piensa sensibilizar y movilizar a los gobiernos y a las entidades no gubernamentales (ONGs) para financiar proyectos de conservación.

FACTOR ADMINISTRATIVO

MINISTERIO PUBLICO EN LA MIRA DE PARLAMENTARIOS

- No es solamente el Poder Judicial el que está amenazado seriamente por la revisión constitucional de quedar bajo alguna forma de control externo.
Los poderes y la independencia del Ministerio Público, dirigido por el Procurador General de la República (que pasó a ser, según opinión de algunos parlamentarios, 'el cuarto poder de la República') están también en la mira de los parlamentarios, que presentaron decenas de propuestas revisionistas, varias de ellas impidiendo la reconducción del Procurador General, y algunas responsabilizando al Ministerio Público por posibles daños a terceros, por abuso de los procuradores.

HOJA INFORMATIVA N° 3

FECHA : 4 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

POSIBLE INSTALACION DE NUEVAS INVESTIGACIONES

- El informe final de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto dejará abierta la posibilidad para la instalación de una nueva comisión de investigaciones sobre actos de corrupción con recursos públicos. Los políticos bajo sospecha, pero que no fueron investigados con detalles ni oídos por falta de tiempo en esta primera CPI, serán citados en el informe final para una futura averiguación más profunda.

La idea fue acordada entre el presidente de la CPI, senador Jarbas Passarinho, del PPR, y el relator, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, para resolver las dificultades para aprobar un nuevo pedido de prorrogación del plazo de la actual CPI, que expira el próximo día 17. En la opinión de Passarinho, existen por lo menos dos obstáculos para una nueva prorrogación.

En primer lugar, están los partidos, que luchan para que se realice la revisión constitucional. Además, varios parlamentarios manifestaron al presidente de la CPI el temor de que más nombres vengan a ser citados, exigiendo que la Comisión se prolongue indefinidamente.

"Vamos a acabar definitivamente con esta CPI indiciando a los culpables, pero dejaremos implícito en el informe final quien aún debe ser oído", afirmó Passarinho.

CPI DECIDE CONVOCAR A GOBERNADORES

- Fracasó la presión de dirigentes del PFL para evitar la convocación de dos gobernadores del partido por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto. Por 15 votos a 5, en sesión plenaria, la Comisión decidió que deberán ser oídos los gobernadores de Maranhao, Edson Lobao, del PFL, Joao Alves, del PFL, de Sergipe, y Joaquim Roriz, del PP, del Distrito Federal.

La Mesa directora de la CPI deberá decidir si va a tomar las declaraciones de los gobernadores por escrito, si enviará una comisión para oírlos o si ellos serán llamados a Brasilia, hipótesis considerada más improbable.

Según explicó el relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, el problema es que Alves y Lobao se recusan terminantemente a prestar declaraciones. Los dos gobernadores quieren someter la convocación a la autorización previa de las Asambleas Legislativas de sus estados.

LULA PREPARA ESTRATEGIA PARA CAMPAÑA POLITICA

- Pasados los feriados de fin de año y entusiasmado por las últimas encuestas que lo mantienen en el liderazgo de las intenciones de voto para la sucesión presidencial, el candidato del PT, Luis Inácio Lula da Silva, se prepara para ajustar las líneas de su estrategía de campaña electoral. Para esa tarea, está convocando un grupo de 60 de sus principales colaboradores, la mayoría integrante del partido, para una serie de reuniones a partir de la próxima semana, cuando retomará oficialmente los contactos políticos.

Otro objetivo de las reuniones es actualizar las discusiones al respecto del programa de gobierno que será defendido por el PT en las elecciones de octubre.

MEDEIROS TENTA FRENTE PARA DERROTAR A LULA

- El sindicalista Luiz Antonio de Medeiros, presidente del Sindicato de los Metalúrgicos de Sao Paulo y de la Fuerza Sindical, propuso la formación de un gran frente para oponerse a la candidatura de Lula, del PT.

Según Medeiros, el ex ministro de Previsión Social, Antonio Britto, podría ser el candidato de ese frente a la presidencia de la República

"La clase política no puede ver la elección de Lula como un hecho consumado. El PT en el poder atrasará el país una década más. Por eso, pienso que el nombre de Antonio Britto, que tiene 'manos limpias', podría agrupar fuerzas para enfrentar y derrotar a Lula", afirmó.

GOBIERNO REEDITA MEDIDA PARA LIMITAR SALARIOS

- El Gobierno va a reeditar, en su íntegra, la medida provisoria que limita los salarios de la administración directa e indirecta a 90% de los sueldos de ministros de Estado. La iniciativa contraría la liminar que fue concedida hace cerca de dos semanas por el ministro Marco Aurelio Mello, del Supremo Tribunal Federal, permitiendo que los funcionarios de las empresas estatales ganen más que el límite salarial establecido por la medida provisoria.

Según explicó el secretario adjunto de la Secretaría de Administración Federal (SAF), Antonio Carlos Nantes, el Gobierno piensa recurrir, pidiendo la anulación de la liminar en los próximos días. Consideró que la liminar fue resultado de una acción directa de inconstitucionalidad.

Nantes dijo que más de ocho mil funcionarios de empresas estatales ganan sueldos superiores al límite fijado por la medida provisoria.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

CARDOSO NO PERMITIRA AUMENTO DE PRECIOS

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, afirmó que no permitirá que las empresas transfieran a los precios los aumentos de impuestos determinados por el Gobierno, como amenazaron. "No existe ningún motivo para esto, porque el aumento no recae sobre los costos. El alza del Impuesto sobre la Renta fue mínima y ese impuesto nunca fue inflacionista", comentó, irritado.

Cardoso se refirió a las noticias de que las empresas estatales estarían intercambiando sus funcionarios para evitar la privatización. Se declaró sorprendido por eso y afirmó que tampoco admitirá aumento de sueldos que provoque crecimiento de la ficha de pagos. Adelantó el Ministro que el Gobierno no tolerará ninguna alza de costos por parte de las empresas estatales que intente justificar aumento de tarifas para los consumidores.

Internacional

EL COMERCIO BRASILEÑO EN RITMO DE MERCOSUR

- Falta un año para que acaben las barreras comerciales entre Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay y, así, empezar a tener vigencia, oficialmente, el Mercado Común del Cono Sur(Mercosur), el 1° de enero de 1995. Pero, en la práctica él ya es una realidad y sirve de locomotora para el desarrollo del comercio del Brasil con otros países de América Latina, que hacen parte de la Asociación Latinoamericana de Desarrollo e Integración(Aladi). De acuerdo con las cuentas de técnicos de la Secretaría de Comercio Exterior, en 1993, la Aladi le ganó a los Estados Unidos la posición de segundo mayor mercado de las exportaciones brasileñas(el primero es la Comunidad Europea). Fue el año de mayor volumen de negocios del país con los tres vecinos. Los números preliminares indican ventas de alrededor de US$ 8,8 mil millones para los países de Aladi, mientras que para los Estados Unidos --que eran los mayores compradores de artículos brasileños-- habrían sido vendidos poco más de US$ 7 mil millones.

ENTRADA DE CAPITAL EXTRANJERO EN 1993

- Brasil cerró el año pasado con una entrada bruta de capital de cerca de US$ 25 mil millones. Hasta el mes de octubre, la suma ya estaba en US$ 21 mil millones. El capital entra vía bolsa de valores, aplicaciones en fondos de inversiones. La deuda, cuando existe, no es del Gobierno sino de empresas privadas brasileñas con capacidad para pagarla.

Son recursos que se movilizan rápidamente, en especial los van para las bolsas. Si entraron este año US$ 12 mil millones en el mercado de acciones, deben de haber salido cerca de US$ 8 mil millones.

9400842

10.6.72

BURUNDI, UNA INDONESIA AFRICANA

Los antagonismos religiosos y tribales en África son una herencia cultural que los colonizadores usaron para afianzar su poder, dividiendo al pueblo. Ese hecho fue notorio en Burundi, en donde está ocurriendo uno de los peores genocidios de la historia moderna, con cerca de cien mil muertos, algo así como una Indonesia africana.

Con 27.834 kilómetros cuadrados, 3.340 mil habitantes, de los cuales 90 mil viven en su capital Bujumbura, Burundi es un gran productor de frijoles y guisantes, además de papas, sorgo, tabaco, oro, tugnstenio, casiterita, berilo, con una incipiente industria de cemento, ladrillos, cerveza, jabón, etc. Tiene dos emisoras radiales y nada más que 70 mil aparatos receptores.

Desde 1885, menos de 30 años después que los exploradores Stanley y Livingston lo visitaron, Burundi pasaba a integrar con Ruanda Africa Oriental Alemana. Con la pérdida de las colonias por parte de Alemania, en la primera Guerra Mundial, Bélgica se adjudicó militarmente, ese territorio, que, posteriormente, pasó a administrar por mandato de la Liga de las Naciones y, más tarde, como un fideicomiso de las Naciones Unidas. En 1961, *eso país se* "independizó", separándose de Ruanda y formando dos Estados inexpresivos y débiles.

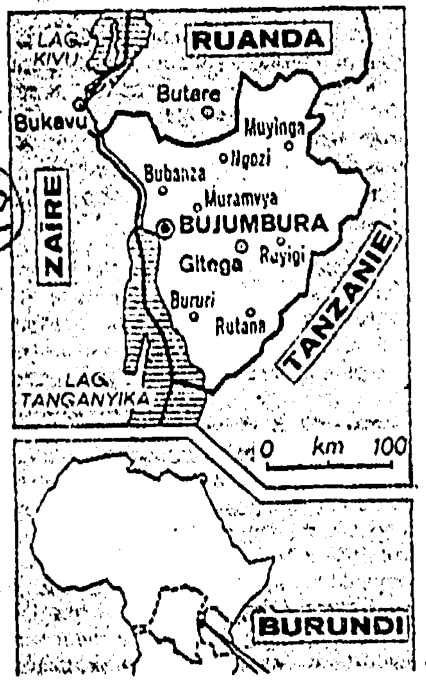
EL GENOCIDIO

El país es formado por la étnica de los tutsis, miembros de una tribua pastoral de origen etiope y por los hutus, abrumadora mayoría, que se dedican a la agricultura y al pastoreo. El poder siempre estuvo en manos de los tutsis, en cuyas tribus se apoyarán los alemanes y, después, los belgas.

En 1966, fue destronado el rey y se proclamó presidente por un período de siete años el entonces capitán Michel Micombero, hoy obviamente promovido a coronel. Micombero es uno de los 16 católicos del país, siendo originario de Bururi, en el sur.

En los últimos meses, pretextando la lucha contra la subversión, su régimen condenó a muerte a numerosos hutus, provocando una rebelión tribal. Micombero la aplastó con extrema violencia, que se generalizó a todo el país, escapando de sus manos el control de la represión. El resultado ha sido el monstruoso genocidio en que sumergió al Burundi, oponiendo hutus y tutsis a todos los niveles, desde las empresas hasta las escuelas. Las elites hutus fueron virtualmente eliminadas.

Un eclesiástico que consiguió escapar de Burundi declaró a la prensa europea que "el tribalismo no es una fatalidad racial, como se procura hacer creer, sino una política. Es una herramienta a servicio de un grupo dominante de las elites urbanas, algo así como una "burguesía nacional". "Lo que se pasa en el Burundi –agregó– es lo que puede suceder en el futuro en el conjunto de Africa, durante el próximo decenio."



De poco leer

Nº. DOCUMENTO 9400843
TITULO Situación política en Burundi (1972)
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE [illegible] 10/6/72
VINCULACIONES 11876 –
507483 –
11164 –

01-04

9400843

(72)

INFLUENCIA CHINO-COMUNISTA EN LAS MASACRES DE BURUNDI

(R) 17.6.72

El "Sunday Telegraph" de Londres informó que la ayuda técnica de los agentes comunistas chinos ha tenido un rol preponderante en los hechos que llevaron a las masacres masivas de Burundi.

De acuerdo con informaciones fidedignas que llegaron a Bruselas, agrega el diario, se afirma que unos 150.000 tribeños rivales y sus familias han muerto en las últimas cinco semanas.

El diario dice que la masacre se inició cuando elementos de la oposición de la tribu mayoritaria Hutu se levantó contra el régimen de brazo fuerte del presidente Michel Micombero, que está dominado por líderes de la tribu Tutsi.

Los aristocráticos tribeños Tutsi han sido siempre anti-blancos. También han estado "flirteando" con el régimen de Peiping, fuertemente representado en la vecina Tanzania.

Esta vez, informa el diario, los agentes comunistas chinos habrían fomentado, o aún por lo menos ayudado activamente al levantamiento de los Hutus.

Esta tribu es tradicionalmente pro-europea y leal a la anterior monarquía, y fuertemente hostiles a la dominante tribu Tutsi, añade el diario.

Las autoridades Tutsi dijeron que sus verdugos respondieron salvajemente y pronto proclamaron su victoria sobre los rebeldes Hutus. No obstante, la radio estatal de Bujumburo, la capital, dijo que unos 50.000 hombres, mujeres y niños Tutsi habían sido masacrados por los Hutus.

Miles de muertos hubo en la masacre de Burundi

(Especial para LA NACION)

BUJUMBURA, Burundi (The New York Times). — Esta nación recién comienza a darse cuenta de la gravedad de la masacre ocurrida durante las últimas seis semanas, en el enfrentamiento entre los dos grupos étnicos principales del país.

No puede narrarse la verdadera historia del fallido intento de tomar el poder en abril, y la contraofensiva resultante, porque sólo pueden citarse fuentes oficiales, claramente parcializadas. Otras fuentes, incluyendo extranjeros, están aterrorizados en general y no desean poner en peligro las vidas de amigos o arriesgarse a la popia expulsión del país. Sin embargo, una visita de seis días a Burundi permitió reconstruir la catástrofe, entresacando la verdad de una maraña de rumores, mentiras y contradicciones.

Es difícil obtener estadísticas sobre las masacres porque el Gobierno no dio cifras sobre la represión, y ni siquiera reconoció que se produjo. La información es escasa porque las barricadas y toques de queda del Gobierno restringieron severamente las facilidades de desplazamiento. Los extranjeros deben tener permisos de viaje, los que son muy difíciles de conseguir.

Testigos responsables estiman en unos 2000 los muertos en la rebelión inicial, la mayoría integrantes de la tribu gobernante, la de los tusi, que constituyen una minoría. Las represalias costaron la vida a otros 2000, y alrededor de 100.000 hutus, la tribu mayoritaria, especialmente en la provincia de Bururi y en la zona de Bujumbura.

El presidente de Burundi, teniente coronel Michel Micombero, reconoce que murieron entre 50.000 y 100.000 personas en las últimas seis semanas, pero muchos extranjeros residentes calculan el número de víctimas en cerca de 150.000.

El conflicto se originó en el intento de la mayoría hutu de librarse de la aristocracia tutsi, como hicieron los hutus de la vecina Ruanda en 1959. El golpe aquí fracasó, a un precio altísimo para los hutu.

"Ganamos un respiro, pero es inevitable un enfrentamiento decisivo", dijo un integrante de la minoría tutsi. El grupo dominante tutsi constituye el 15 por ciento de los 3,5 millones de habitantes de este pequeño país de 28.000 kilómetros cuadrados.

El coronel Micombero todavía habla de su "programa de unidad nacional", pero la mayoría de la gente cree que la violencia borró casi todo lo logrado anteriormente, en el sentido de una integración mayor.

La provincia de Bururi, al sur, foco de la rebelión hutu, ofrece un panorama desolador. La población casi desapareció de una zona de 60 kilómetros a lo largo del lago Tanganika, otrora densamente poblada.

Unos 10.000 huyeron a Tanzania, y 15.000 se escaparon a través del lago a Zaire, ex República de Congo, por lo que no hay explicación para la desaparición de otros 175.000. Muchos de ellos ganaron la selva, pero muchos más estarían muertos.

El centro pesquero de Rumonge, sobre el lago, el centro agrícola de Bururi y algunas ciudades de las sierras recobraron últimamente un hálito de vida. En la región de Bururi solamente, se incendiaron 2000 chozas. En las misiones de Bururi se amparan 5000 mujeres y niños.

Las represalias no sólo causaron víctimas en el sur sino también en Bujumbura y por todo el país. La élite de los hutus en la administración pública, el mundo comercial, en la Iglesia y en las escuelas hasta el nivel secundario quedó diezmada.

Se cometieron atrocidades y desmanes tanto en la rebelión como en la represión, según testigos extranjeros. Las críticas se dirigen principalmente contra las autoridades locales, por no frenar los excesos en la represión.

"Es natural exigir mayor dominio de sí mismos a las autoridades que a rebeldes drogados", declaró un eclesiástico.

Los diplomáticos y otros residentes extranjeros asistieron impotentes al desarrollo de los acontecimientos, temiendo que cualquier intervención de su parte tuviera graves consecuencias para la comunidad extranjera de Burundi. Los 6000 misioneros, técnicos, maestros, hombres de negocios y sus respectivas familias, son rehenes.

Hasta ahora, los extranjeros no sufrieron persecución por los rebeldes o los represores. El único extranjero muerto fue un técnico belga, quien perdió la vida por accidente cuando salió a la calle a observar el primer asalto contra Bujumbura.

El estallido de antagonismos étnicos pondría en evidencia el fracaso de la Iglesia occidental, según misioneros católicos y protestantes.

"Esta es una humillación para la Iglesia: debemos empezar de nuevo", dijo un sacedote. "Quienes provocaron la rebelión y quienes desataron las represalias eran cristianos", señaló.

Los representantes de siete instituciones misioneras rompieron su silencio el 20 de mayo, con una enérgica carta a sus superiores, cuyo verdadero destinatario era el gobierno de Burundi, condenando a los responsables del alzamiento, así como a la "represión sistemática" contra los hutus.

La carta también protesta contra las detenciones arbitrarias y la prohibición de las visitas de sacerdotes a las cárceles. La única respuesta a la carta sería un retardo en los trámites para permisos de viaje de misioneros.

A fines del mes pasado un grupo de diplomáticos encabezados por el nuncio apostólico aplaudieron al presidente por la iniciación de su programa de pacificación y prometieron auxilio a "todas las víctimas" de la violencia. Ni siquiera este gesto mereció contestación directa.

Preocupados por la interminable represión y por el silencio oficial en torno de la misma, tres sacerdotes italianos y uno español hablaron en términos severos en el norte, sobre los castigos arbitrarios.

La policía los convocó a declarar inmediatamente. Los cuatro quedaron sujetos a vigilancia, acusados de actividad política.

Estas protestas, tímidas y tardías, unidas a las fuertes críticas en la prensa internacional, habrían estimulado a las autoridades a tomar medidas para contener la represión. "O tal vez ya no quedan hutus capaces de levantar sus cabezas", observó un eclesiástico.

El gobierno de Burundi acusó públicamente a "influencias extranjeras" como factores de la guerra étnica, pero no atacó concretamente a ningún país. Los diplomáticos especulan sobre la posibilidad de que esta acusación se refiera a China y Corea del Norte o el Vaticano o la Agencia Central, de Inteligencia de los Estados Unidos.

El alzamiento comenzó el 29 de abril, según la primera versión oficial transmitida por Radio Burundi el 29 de mayo. Unos 10.000 hutus y unos cuantos "mulelistas", partidarios del extinto jefe revolucionario congoleño Pierre Mulele, atacaron en cuatro puntos del país simultáneamente. En casi todos ellos los oficiales hutu implicados en el complot organizaron bailes para la guarnición militar.

Los rebeldes procedían principalmente de una base de entrenamiento en la selva del norte de Tanzania, armados de machetes envenenados, garrotes, unas pocas armas automáticas y bombas Molotov, según la transmisión oficial.

En Bujumbura participaron del ataque menos de 100 personas, y su objetivo era la estación de Ralbau Joycana y el destacamento militar.

El ataque principal tuvo lugar en el sur, en una zona a lo largo de la carretera principal entre Rumonge y Nyanza - Lac. Más de 4600 rebeldes tomaron parte en una matanza sistemática de tutsis en esta región, dijo el gobierno.

Otro grupo de 3000 rebeldes asaltó la región de Bururi, de donde proceden el presidente y la mayoría de los gobernantes tutsi. Casi todos los oficiales del ejército perdieron algún familiar en el ataque. Micombero informó que mataron a su cuñado.

Cuarenta altos funcionarios fueron asesinados, así como sus esposas e hijos.

Testigos presenciales en Bururi confirmaron la información oficial de que los atacantes eran principalmente hutus que aplicaban tácticas mulelistas.

Habrían fumado hachís, y cubrían sus cabezas con calderos blancos manchados de sangre, a manera de cascos, y tenían tatuajes con símbolos mágicos para inmunizarse contra los atacantes enemigos.

Los rebeldes, enloquecidos con drogas, mataban a todos los tutsis, a su paso, cortándolos en pedazos con sus machetes.

"Tenemos pruebas materiales de que mulelistas de Zaire participaron en el alzamiento", dijo Micombero. Acusó a los opositores de Zaire de querer utilizar Burundi como base para atacar al régimen del presidente Mobutu Sese Seko.

La carnicería duró 24 horas, y durante dos semanas se registraron ataques aislados. El ejército, la gendarmería y los brigadistas juveniles aplastaron el movimiento rápidamente en el sur según la información disponible.

La represión adquirió rasgos de extremada severidad, según todas las fuentes independientes.

Las autoridades anunciaron haber descubierto una "organización secreta para el genocidio y el golpe de estado", y dijeron tener pruebas de que los agresores "no sólo querían derribar las instituciones republicanas, sino que además tenían un plan detallado para exterminar sistemáticamente toda la raza tutsi".

El 7 de mayo anunciaron que "buen número" de hutus fueron juzgados y ejecutados por participar en el complot.

Marvine Howe

9400843

(34)

President of Burundi Heads for Home Amid Scanty Reports on Coup

The Associated Press

NAIROBI — The deposed Burundian leader, Colonel Jean-Baptiste Bagaza, arrived Friday in Kenya, apparently seeking a way home after mutinous soldiers announced they had taken control of his tiny central African nation.

A communiqué from Burundi's army headquarters in the capital, Bujumbura, said the country's airport and borders had been sealed. Kenya Airways canceled a scheduled afternoon flight.

Airport sources said Colonel Bagaza planned to go to Burundi's northern neighbor, Rwanda.

[But the Rwandan Embassy in Nairobi said Friday that Colonel Bagaza would not be allowed into Rwanda, Agence France-Presse reported from Nairobi.]

Renegade troops announced Thursday that they had taken control of Burundi and set up a ruling junta while Colonel Bagaza was at a summit meeting of French-speaking nations in Quebec.

When the colonel heard rumors of the takeover, he left the meeting and flew to France.

Colonel Bagaza arrived in Nairobi at midday Friday aboard an Air France flight from Paris.

Communication lines to Burundi remained cut Friday.

An official at the Kenyan Foreign Ministry said Colonel Bagaza would be allowed to remain for at least several days if he wanted.

"But the question of political asylum will have to be left to the head of state," the official said, speaking on condition of anonymity. He would not say whether Colonel Bagaza had asked for asylum or given any indication of his plans.

President Daniel arap Moi of Kenya is due to return Tuesday from visits to Finland, Romania and Italy.

The first and only reports on the coup came from the government-controlled Radio Burundi, which was monitored in Nairobi. It gave few details and did not mention any damage or injuries in the takeover.

Radio Burundi continued to play martial and religious music Friday between repeated announcements in the local Kirundu language that "Bagaza is relieved of his duties as head of state, party and army."

Burundi gained independence from Belgium in 1962. Since then, it has been wracked by violence between the majority Hutu tribe and the minority Tutsi rulers.

In 1972, Hutus rose against the Tutsis in a failed coup, and a systematic massacre began in which more than 100,000 Hutus, including many of the tribe's educated people, were killed.

Colonel Bagaza seized power in 1976 when he was an army colonel, overthrowing the government of Michel Micombero, one of Africa's longest-serving heads of state.

Radio Burundi said Colonel Bagaza had been overthrown by a "military committee for national redemption" under Major Pierre Buyoya, but it gave no reason for the coup.

Little is know about Major Buyoya. The British Broadcasting Corp. identified him as a member of Burundi's 50-member Central Committee. The committee is the ruling body of the National Union for Progress, the country's sole legal political party.

Major Buyoya is believed to be a member of Colonel Bagaza's Tutsi tribe. All officers in Burundi's army are Tutsi, who are outnumbered by the Hutus six to one.

Colonel Bagaza, 41, tried to lead Burundi to civilian rule and to defuse tribal tension, appointing Hutus to a few ministerial and politburo posts.

Under Colonel Bagaza, Burundi received technical and financial aid from the Soviet Union and China, and he was strengthening ties with Libya. But he also welcomed investment from the West.

Burundi is among Africa's smallest, poorest and most densely populated nations. The country, about the size of Belgium, has few mineral resources and gets 80 percent to 85 percent of its almost $1.5 billion a year in foreign exchange from the export of coffee.

It had enjoyed stability under Colonel Bagaza and was moving slowly toward civilian rule, electing a National Assembly in 1982 under a new constitution. Burundi has been a one-party state since independence.

However, Colonel Bagaza's government faced a growing conflict with the Roman Catholic Church, to which 65 percent of Burundians belong. The government banned weekday church services on June 4, closed church schools earlier this year and jailed three defiant priests.

Colonel Bagaza said he wanted to regain secular powers assumed by the church under Belgian rule. Western observers in Bujumbura have said that Colonel Bagaza feared the church was plotting with the Hutus against his government.

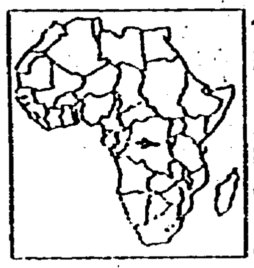
9400843

04-04

76a79

BURUNDI

More of the same



The 10-year reign of Michel Micombero in Burundi was ended this month by an apparently bloodless coup by army officers — but if the names at the top have changed, the indications are that little else will. Military rivalries appear to have motivated the coup, which projected Lieutenant-colonel Bagaza into power.

The realities of the Burundan situation remain the same. Micombero effectively established his Tutsis as the sole force in every facet of the nation's life — and an estimated 100,000 Hutus lost their lives in the process. The Hutus make up some 85 per cent of the population, but they have been systematically deprived of intellectual and moral leadership. The army is almost exclusively Tutsi where it counts. Micombero's rule was characterised more by the desire to survive in power than



Micombero: a desire to survive

any conspicuous will to improve the lot of one of the world's most impoverished peoples.

Burundi is plagued not only by tribal strife but by a constant jostling of clans and cliques within the ruling Tutsi. Hence Micombero's demise.

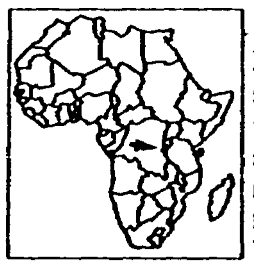
The ousted leader came himself to the presidency through a series of astute dealings in which he first persuaded Prince Charles to depose his father, Mwami Mwambutsa IV, only to drive the new monarch from the throne some months later. Since then he has single-mindedly eliminated any Hutu who might pose a threat to his rule, and any surviving Hutu leaders are living in exile in neighbouring Zaire, Rwanda, or Tanzania. Rwanda, which during the colonial period was administered in tandem with Burundi as the Belgian League of Nations mandate territory of Ruanda-Urundi, shares a similar ethnic make-up — roughly 85 per cent Hutu, 15 per cent Tutsi — but in Kigali the Hutus are in power. Despite this factor, the two tiny states have entertained reasonably cordial relations and are associated with Zaire in the Economic Community of the Big Lake States (see page 23).

A key element in Bagaza's progress in the highest office will be his capacity to foster and improve relations with his northern neighbour in particular and other states of the region.

01-06

BURUNDI

UN's big challenge



Burundi is a classic challenge to United Nations social and economic developers. It is landlocked and isolated. It has too many people for very few natural resources. With $80 per capita income a year, it is one of the poorest countries in Africa. With 150 people per square kilometre, its density is among the highest on that continent. Its one-crop economy depends on coffee which produces 88 per cent of the country's revenue. But it must travel 1,600 km by poorly maintained road through Rwanda and Uganda to reach the Kenyan port of Mombasa.

But help is under way. The UN Development Program (UNDP) has made Burundi one of its few target African countries for a concentrated and massive infusion of outside expertise, research, capital and technical aid. The plan is to pole vault the country from centuries of colonial neglect and bring it into the 20th century.

It is a $44 million proposition. And although Burundi's aid absorption capability is low, its birth rate is so high (population will double by year 2000), the effort carries no automatic guarantee for future prosperity.

UNDP has been laying development plans in Burundi for at least a decade. Its current effort is geared to Burundi's 1978-82 third five-year plan. The key hope is nickel. Known nickel deposits contain about 300 million tons of ore with high copper, cobalt and platinum content. If mining could be made profitable, it could dominate Burundi's economy for the rest of this century.

Outside investors are beginning to get interested. Besides traditional aid donors and commercial money lenders, Kuwait, Libya and Abu Dhabi have come through with large grants. With relatively stable relations, Burundi, Rwanda and Zaire, agreed in principle to establish an "Economic Community of the Great Lakes Countries", with reference to lakes Tanganyika and Kivu. Lake traffic is important, since Burundi itself has only 204 km of paved roads.

Agriculture remains a major concern. There are 20 pilot farms for cattle with a high milk yield. Burundi has over 800,000 head of cattle but it has not learned to use them as draught animals in farming. This is about to be changed.

Much of the planning depends on the ability of the people to get involved and with life expectancy in Burundi a mere 40 years, time is precious. Endemic communicable diseases such as lice-borne typhus, malaria, tuberculosis and snails disease affect much of the population. Infant mortality is 160 per 1,000.



Micombero

Burundi has a very large public sector (100,000 wage-paying jobs) but very few trained personnel at any level. The government is recruiting the country's teachers to lead local people into cooperative movements.

There is one postal officer per 1,700 square kilometres, and 218,000 people. The missionary postal network handles a larger mail volume than the government. The next five-year plan hopes to produce 84 technicians able to handle radio and telephone services.

President Michel Micombero's Ministry of Justice is recruiting prominent persons with a measure of prestige to determine local disputes with a sense of justice and fairness in the absence of legal norms.

Until now, Burundi has needed and received mainly elementary and emergency aid. In a country with 517 in higher education, UNESCO aid often meant school lunches rather than mathematics. Health care is also lacking, with only 746 hospital beds, and one doctor per 41,350 inhabitants.

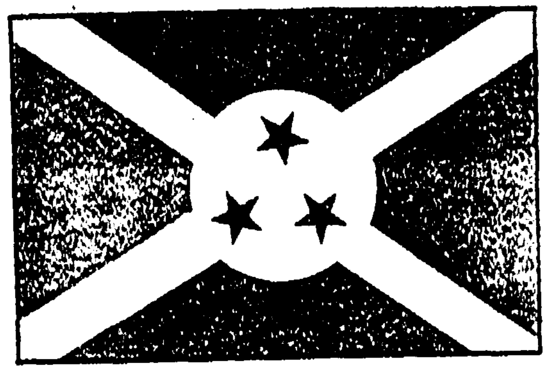
Nevertheless, the UN's faith in Burundi's development potential is being confirmed by the international community's serious intent to realise it.

BURUNDI

A land of chronic political instability

As a small, over-populated and wretchedly impoverished country tucked away in the more remote parts of Central Africa, Burundi might have escaped world attention altogether had it not been for the horrific series of events that were set off in April 1972.





It all began with an abortive coup — a common enough event in independent Africa. The coup was launched in the south of the country by Hutu rebels. Although the Hutu make up more than 80% of the population, they have for centuries been dominated by the Tutsis who have monopolised both political and economic power. A similar situation had existed in neighbouring Rwanda, but there the Hutu majority had managed, just before independence, to throw off the Tutsi yoke.

The Hutu rebellion in Burundi in 1972 was not so successful. It was swiftly and brutally crushed by the Tutsi government and its leaders executed. But the killing had only begun. What followed has been described as "one of the most appalling ethnic slaughters in the annals of independent Africa".

In a frenzy of revenge the Tutsi embarked on a systematic campaign of exterminating the Hutus, and in particular the Hutu elite. As a first step all the Hutu troops in the Burundi army were murdered — many of them in their beds in the barracks. Then the Tutsi troops turned their attention to the Hutu civilians. All educated or white-collar Hutu workers — businessmen, teachers, doctors — as well as many semi-literate workers — office messengers, gardeners, cooks — were killed. Any Hutu found wearing a tie was "executed". To ensure that the Hutu elite would not be replaced by a new generation, the Tutsi soldiers went from school to school and butchered the Hutu schoolchildren.

When the Burundi army began to run out of ammunition, Tutsi soldiers resorted to clubbing and stabbing their victims to death. Little distinction was made between men, women and children. Tutsi soldiers would arrive at a Hutu settlement, order the people to gather outside and then club them to death.

Within the first few weeks 3,5% of the total population of about 3 500 000 had been killed. But the butchery continued for months after that, so that, by the end of 1973 200 000 Hutus were dead and another 100 000 had been driven into exile.

The massacre shocked the world and has often been used since to bolster arguments that different racial and ethnic groups cannot co-exist peacefully.

The situation in Burundi, however, was

The facts

Official name: Republic of Burundi
Former title: Urundi (part of Rwanda-Urundi until independence in 1962)
Area: 27 834km²
Population: 3,8 million
Head of state: Lieutenant-Colonel Jean-Baptiste Bagaza (since November, 1976)
Government: Military, headed by the Supreme Military Council
Date of independence: July 1, 1962
Former colonial powers: Germany, 1896-1917; occupied by Belgium after German defeat in World War One; mandated to Belgium by League of Nations in 1923; United Nations trusteeship under Belgium from 1946
Capital: Bujumbura
Religions: Traditional and Christian (predominantly Roman Catholic)
Official languages: Kirundi and French (Kiswahili also spoken)
Currency: Burundi franc; US$1=FB89
Main mineral resources: Nickel, diamonds, wolfram, bastnasite
Main exports: Coffee, tea, cotton, hides and skins
Main trading partners: United States, Belgium, France, Britain, Tanzania, Zaire
Main ethnic groups: Bahutu (84%); Batutsi (15%); Batwa (1%)
Physical features: Most of the country consists of elevated plateaux which slope away in the west to the western Rift Valley.
Climate: Although Burundi lies close to the Equator, the high altitudes have a moderating influence on the climate. Near Lake Tanganyika and the Ruzizi River plain, the climate is more equatorial.
Foreign policy: As one of the smallest, poorest and most politically divided states in Africa, Burundi has had little influence on world affairs. It is heavily dependent on international agencies and the West for development aid.

more complex than is generally believed. Although the Tutsi have a monopoly of power, they are divided into two groups, the high-caste Tutsi Banyaraguru in the north and the low-caste Tutsi Hima in the south. It is the latter group, the Tutsi Hima, which has political dominance. And it is now believed that, in an attempt to break the political power of the Tutsi Hima, the Tutsi Banyaraguru encouraged the Hutu majority to rebel.

Burundi has a long history of political instability and strife. Since the country became independent in July 1962 as the Kingdom of Burundi, it has seen a succession of prime ministers, most of whom were removed from power by assassination or coup. Even before independence the first prime minister, Prince Louis Rwagasore, held office for less than a month before he was assassinated. The premiers that followed held office for less than a year each before they were dismissed by King Mwami Mwanbutsa IV. The next prime minister, Pierre Ngendandumwe, was assassinated within three days of the king asking him to form a government. His successor, Joseph Bamina, was also assassinated not long after his appointment.

Leopold Biha then became premier, but in the month he assumed office he and the king were attacked. Biha was seriously wounded and the king fled to Europe. When the king refused to return, he was deposed by his 18-year-old son, Prince Charles Ndizeye, who took on the title Mwami Ntare V. Ntare dismissed Biha and appointed Captain Michel Micombero, a former defence minister and



Bagaza: Burundi's leader

chief secretary of state, in his place. Five months later Micombero overthrew the king, exiled him and proclaimed the country a republic with himself as president. A National Council for the Revolution was created to help govern the country and all political parties except the dominant Parti de l'Unité et Progres National (UPRONA) were banned.

In spite of the upheavals that rocked the country, Micombero managed to hold on to power for nearly 10 years. He was finally overthrown in November 1976 by one of his own officers, Lieutenant-Colonel Jean-Baptiste Bagaza. The 30-year-old Bagaza dissolved the various government bodies set up by Micombero as well as the political party UPRONA. The running of the country was taken over by the military, with Bagaza at the head of the Supreme Military Council. According to Bagaza, the *coup* was necessary because Micombero had allowed the political and economic situation of the country to "dangerously deteriorate".

Chronic political instability has been a major reason for the slow economic development of Burundi. Although Burundi was more favourably situated than Rwanda during the colonial period and has greater resources than its sister-republic, it has so far been unable to match even the small advances made in Rwanda.

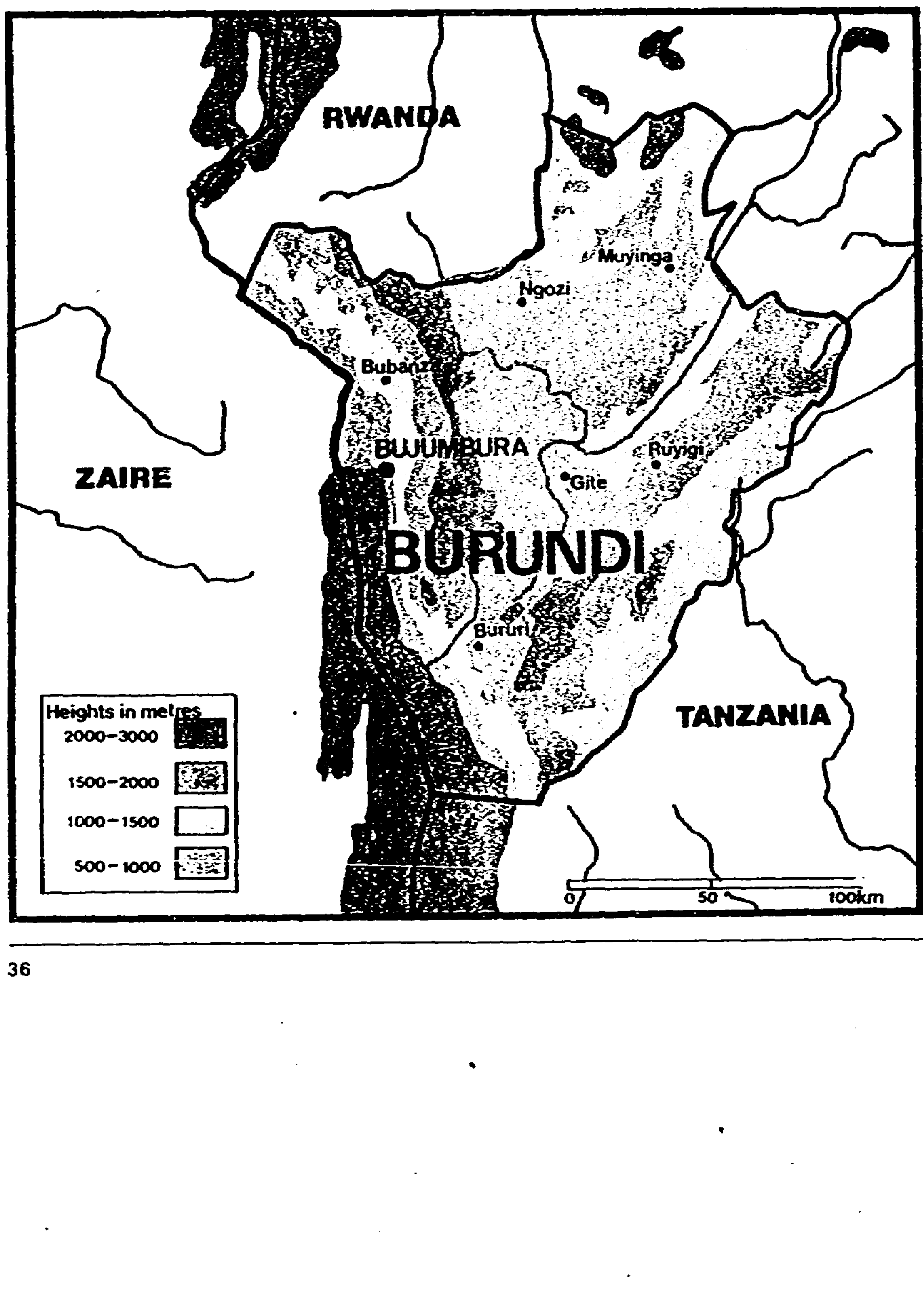
With a per-capita income of about $70 a year, Burundi is one of the poorest countries in Africa. With the exception of the 200 000 people in and around Bujumbura, the capital, the inhabitants of the territory are forced to eke out an existence from the soil. More than 90% of the agricultural product is locally consumed. Burundi's main export, coffee, accounts for 88% of its revenue. Other major crops include cotton, cassava, potatoes, maize and beans. Coffee and cotton are the chief cash crops and are the mainstay of the economy.

Burundi is heavily dependent on international support to keep its economy going and was one of 24 countries defined by the Lome Convention of 1975 as qualifying for special aid. The UN Development Programme (UNDP) has made Burundi one of its target countries for a concentrated infusion of aid. The possibility of exploiting the country's nickel deposits has raised high expectations and attracted the attention of a number of foreign countries, especially the United States. Known nickel deposits consist of about 300 million tons of ore with a high copper, cobalt and platinum content.

Following the massacres of 1972-3, relations between the US and Burundi cooled and the US pursued a policy of minimal relations until 1974. But since the discovery of nickel deposits, the US has shown a keen interest in Burundi and agents representing large US corporations have become very visible in Bujumbura. Relations between the two governments have meanwhile been normalised. This change in American foreign policy has, in some circles, been dubbed "nickel politics". American interests in Burundi have also been aroused by the Bagaza government's hopes that oil would be discovered in the Ruzzi Valley.

Although these are all positive pointers, the country still has a number of major obstacles to overcome in its search for economic development. Not the least of these is the fact that the country is 1 400km from its nearest port.

Manpower poses another challenge. Life expectancy in Burundi is a mere 40 years and the infant mortality rate is 160 per 1 000. Most of the population is affected by typhus, malaria, tuberculosis and snail's disease, while organised medicine is virtually unknown. The country has fewer than 800 hospital beds and there is only one doctor per 41 000 people.



04 9400844

With compliments of
Dresdner Bank
Aktiengesellschaft

ABECOR
COUNTRY REPORT

ABECOR is an association of European banks seeking to improve the services that each individual member is able to offer to its customers by developing banking and financial objectives on the basis of mutual co-operation

Burundi

14.9.79

Government President: Col. J. B. Bagaza.
One party state – Union for National Progress (Uprona)

Population 4.26 million (mid 1978)

Gross National Product $546 million (1977 estimate)

Inflation Rate +23.8% (1978)

Exchange Rate Burundi Francs (Bu. Frs.) 90 = US$1 (August 1979)

Total Reserves minus gold US$58.7 million (July 1979)

Import cover 6.4 months.

Payments There are no difficulties with payments for exports to Burundi.

Present Situation

Economic growth suffered in the first few months of this year from transport difficulties caused by the conflict between Uganda, the normal external outlet for Burundi's exports and imports, and Tanzania. Official reserves fell sharply during the second quarter.

Political

Colonel Bagaza has held office since a coup d'état in 1976 which overthrew former President Micombero. A meeting of the communal Assemblies of the Uprona was held in July as the first stage of a plan to introduce democracy into existing institutions and pave the way for the National Congress, which is to be convened at the end of this year. The Government has also announced the establishment of a Commission which will be responsible for drawing up a National Charter to replace the "Fundamental Law" of November 1976. In the field of foreign relations, Burundi has reinforced ties with Rwanda, and also strengthened economic and technical co-operation with several countries, including China, with which an agreement has recently been signed.

Economy

In 1978, the economy was thrown out of balance by the combination of expansive monetary and budgetary policies. Indeed, public investment grew much more rapidly than ordinary expenditure: revenue on the other hand stagnated so that a substantial deficit was incurred which could only partially be covered by the surplus carried forward from 1977. In addition, the use of equalisation fund deposits to sustain the price paid to coffee producers resulted in a growth in the monetary supply more rapid than that of the economy. The consequent acceleration in inflationary pressures was reflected in a rise of nearly a quarter in consumer prices, compared with 6.8% in 1977.

Faced with the necessity of improving the country's payments situation and restoring domestic equilibrium, a credit squeeze has been imposed as well as the adoption of budgetary and fiscal measures in line with Burundi's application to the International Monetary Fund for financial assistance. The Government is reducing public expenditure to bring down the 1979 budget deficit from Bu. Frs. 3.5 billion to Bu. Frs. 2 billion, and to Bu. Frs. 1.7 billion in 1980. Partly because of these policies, economic expansion in 1979 is not expected to be more than 2% in real terms. In addition, the difficulties encountered in the first few months of the year reduced growth to a minimum.

As well as Uganda's blocking of its trade routes, Burundi had to contend with a sharp rise in freight costs and shortages of essential products, particularly motor-fuel and building materials, which held up investment projects. In May, Burundi urgently sought help from the principal donors of aid – the European Community, Belgium, France and the Federal Republic of Germany, in setting up an airlift between Dar-es-Salaam and Bujumbura. However, one month after its creation the improvement in Uganda meant that transit by Mombasa was no longer necessary, enabling transport costs to be reduced by one-third. The Government is in fact giving priority to dealing with the problems arising from its landlocked position. To this end, Bujumbura Airport is to be equipped so that heavy transport planes can use it; 50% of the cost of the operation, which is estimated at FF. 100 million, will be provided by France. Another current project is research into peat reserves, which could prove an appreciable source of energy. This is being financed by the United Nations Development Programme. Foreign investment is also being sought to finance the development of nickel deposits estimated at 300 million tons of ore. A feasibility study conducted by the Federal Republic of Germany has concluded that the project would be viable despite depressed world prices in 1978.

In view of Burundi's limited financial means, the Government is seeking foreign capital to finance 44% of the investment planned under the 1978–1982 development programme. To this end a new investment code is in preparation, including measures taking into account the need to decentralise by offering special advantages for projects located outside the main centres.

Coffee at present provides 90% of Burundi's export receipts. After last year's bumper crop, when output expanded by 35% to reach a record 23,000 tons, another excellent out-turn is expected for 1979. However, the target of 35,000 tons is not likely to be reached before 1982 when the benefits of the campaign to renew old shrubs will be fully felt. To diversify the country's economic base, a project to extend tea-growing has successfully been completed, together with a processing plant financed by a subsidy and a loan from the European Development Fund.

External Trade

Because of a collapse in world prices for coffee last year Burundi's total export earnings fell some 25% in 1978 in spite of a greater volume shipped. In contrast, purchases of

both capital goods and consumer goods rose steeply so that the total import bill went up by a third. The trade account therefore swung from a surplus of Bu. Frs. 1.8 billion in 1977 to a deficit of Bu. Frs. 2.8 billion. Reflecting this development the cover rate of imports by exports fell by nearly a half to 68% in 1978.

Even though net capital movements increased fourfold to Bu. Frs. 440 million, this was insufficient to compensate for the trade deficit. Consequently, after three years of surpluses, the overall balance of payments in 1978 showed a deficit of Bu. Frs. 1.7 billion and the country's official reserves (minus gold) fell by nearly $20 million. This decline became more pronounced in the first half of 1979, so that official reserves in July stood at only $45.7 million compared with $73.8 million in July 1978.

The Government's external debt grew by 74% in 1977 and by 59% in 1978 to reach $64.4 million in May 1979. However, the structure is not unfavourable with 52% due to international organisations and 39% to governments on preferential terms and conditions. Debt servicing requirements are relatively modest although the World Bank projects significant increases beyond 1981.

Outlook

With the 1979 coffee crop coming on to the market in the second half of the year and a predicted growth in the volume available for export, coupled with an upturn in world prices since the second quarter of the year, export receipts should improve somewhat on those for 1978. Imports also have been increasing rapidly again since the transport difficulties were settled and any slowing is unlikely in the absence of import controls. However, in the view of the IMF, recourse to international aid and the strict enforcement of the stabilisation programme should permit a recovery in the country's external position and a restoration of domestic equilibrium. 14.9.79

THE ABECOR GROUP COMPRISES:

Members

Algemene Bank Nederland
Banca Nazionale del Lavoro
*Banque Bruxelles Lambert SA
*Banque Nationale de Paris
Barclays Bank Limited
Bayerische Hypotheken-und Wechsel-Bank
*Dresdner Bank AG
Österreichische Länderbank AG
Banque Internationale à Luxembourg SA

*Denotes representation in Burundi

Associated Member

Banque de la Société Financière Européenne SA

Dresdner Bank AG is represented in Burundi by

Banque Commerciale du Burundi
(B. C. du Burundi)
Chaussée Prince-Louis-Rwagasore
B. P. 990
Bujumbura
Telephone: 3204
Telex: 51
Telegraphic Address: BANCOBURUNDI BUJUMBURA

06-06

9400844

Nº. DOCUMENTO 9400845
TITULO Situación política en Burundi (1982 a 1986)
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE [illegible] 27/4/86
VINCULACIONES 11876 –
507483 –
11164 –

01-05

9400845

Los Largos, Los Petisos y Los Altos



Por Gwynne Dyer

"Aún tenemos nuestra propia Sudáfrica en miniatura allí abajo", dijo un sacerdote en Ruanda señalando hacia la vecina Burundi. Se refería a la hegemonía tribal minoritaria ejercida por los tutsis sobre la mayoría de los hutus de Burundi, la cual fue consolidada en 1973 tras la más terrible masacre de la historia africana: los hutus se rebelaron y mataron cerca de 20.000 tutsis y éstos respondieron con un genocidio que liquidó a más de 200.000 hutus.

Sin embargo, actualmente en Burundi el gobierno del presidente Jean Bagaza prohíbe cualquier mención de los términos "tutsi" o "hutu" como racismo, y el oficialismo insiste: "Todos somos mestizos" (de raza mixta). En Ruanda todas las personas están obligadas a circular con una tarjeta de identificación que especifica la tribu de la cual provienen, y esto es tiranía racista, según Burundi: Por supuesto, ambos tienen razón.

No hay dos países en el mundo tan similares como Ruanda y Burundi, ambos aislados en el corazón de Africa Central, a 1.500 km de distancia de cualquier puerto oceánico. Ambos son pequeños países montañosos de una extensión aproximada a la de Bélgica, donde 5 millones de campesinos luchan por una magra supervivencia arando las laderas de las colinas de progresiva erosión. Ambos son contendientes al título de país más pobre del mundo.

La mezcla tribal de ambos países es exactamente la misma: aproximadamente un 80-85% hutu, campesinos de baja estatura de origen bantú, y el remanente es tutsi, una raza alta descendiente de las tribus ganaderas etíopes. Ambos países fueron colonias [illegible]gas hasta 1962, usan el francés [illegible]o idioma oficial y son mayoritariamente católicos.

[illegible]o podría hasta preguntarse [illegible]é se toman la molestia de [illegible]s países separados —pero a pesar de todas sus similitudes— Ruanda y Burundi son totalmente distintos a un nivel significativo: en Burundi, gobierna todavía la aristocracia tutsi, mientras que en Ruanda el poder está en manos del campesinado hutu.

El penoso odio racial que ahora hiere a ambos países no es una culpa que pertenezca enteramente a ellos. Antes de que llegaran los colonizadores europeos, las dos tribus habían convivido en la región durante muchas generaciones sin fricciones serias. Los tutsis ejercían un holgado control feudal sobre los hutus que eran mucho más numerosos, pero mientras los tutsis fueron ganaderos y los hutus labradores las cosas fueron relativamente bien, sin problemas ni resentimientos entre ambos.

En efecto ambas tribus hablan ahora el mismo lenguaje en los dos países. Hubo un grado tan intenso de entrecruzamiento marital que sólo se puede distinguir, por su apariencia, aproximadamente la mitad de la población como tutsis "altos" y hutus "bajos". Pero formó parte de la política colonialista belga el aprovecharse de la situación creada e inundaron a los tutsis con educación esmerada, puestos gubernamentales y demás privilegios. Se convirtieron en una clase dirigente genuinamente opresora, lo cual los colocó en una posición incómoda como minoría racial una vez que se fueron los belgas.

En un sentido fueron más afortunados los tutsis de Ruanda, porque su dominio fue destruido por una rebelión hutu, justo antes de la independencia en 1962. Hay un solo ministro tutsi en el gabinete de Ruanda, y el gobierno suprimió un censo reciente que revelaba que los tutsi constituían el 22% de la población (ya que están autorizados por ley a obtener sólo el 10% de los trabajos disponibles). Pero hay cosas más peligrosas que el ser una minoría oprimida.

Existe un grado elevado de menosprecio hacia los "feudalistas" (que es como se les llama a los tutsis) en Ruanda, y el año pasado el gobierno del general Juvenal Habyramana estuvo a punto de no poder frustrar un golpe de Estado planeado por una virulenta fracción antitutsi que procuraba acosarlos mucho más activamente.

Pero al menos en Ruanda, los tutsis no tienen que enfrentarse al salvaje ajuste de cuentas que les espera a sus primos de Burundi en el futuro.

Durante los primeros años posteriores a su independencia Burundi trató de mantener, al menos, la fachada de equidad racial, pero después de que la monarquía fuera derrocada por el coronel Michael Micombero, en 1966, todos los intentos de disimular la supremacía racial tutsi fueron abandonados. El resultado fue una serie de golpes de Estado hutus fracasados que culminaron en el holocausto de 1973.

Casi toda la potencial dirigencia hutu —comerciantes, soldados, sacerdotes, una gran cantidad de campesinos y casi toda la gente educada— fue exterminada en pocas semanas. "Fue prácticamente una solución final, al menos durante una generación", dijo un diplomático occidental. Desde entonces la mayoría hutu del 85% ha permanecido muy tranquila en Burundi.

Micombero fue derrocado por el teniente coronel Jean Bagaza en 1976 aduciendo que "se había desgastado por su inmenso poder personal" (esto es, que se había vuelto un borracho). Desde entonces Bagaza ha intentado desesperadamente lograr lo imposible: integrar a los hutus al proceso político sin otorgarles poder.

Ahora los hutus pueden poseer tierras en Burundi, y se condena oficialmente la mera mención de las diferencias étnicas. Pero el Ejército está en todas partes, el gobierno es ejercido por un 99% tutsi, y el campesinado hutu huye cada vez que se acerca alguien desconocido. Cuando Bagaza viaja en automóvil, es precedido y escoltado por vehículos provistos de ametralladoras al mismo tiempo que un helicóptero vigila desde el aire.

Doc. con partes poco leg.

9400845

In Burundi, 'For the Moment, It

BURUNDI, From A1

try to protect herself from her attacker.

Asked who did this to her, Dayisaba whispered one word in Kirundi, her tribal language. "Soldiers," she said.

Dr. Ralph Dupre, a German surgeon here, said most of the more than 93 patients who found their way to this hospital last week are Hutu women and children. Dupre, who has performed 20 amputations since then, said most of them had been hiding for several days in nearby swamps and forests. During that time, he said, their wounds had become badly infected.

"They wait a long time in the bush before they come here because they are afraid of the soldiers," the surgeon explained. Dupre said he has treated more than 50 people, most of them women and children, whose wounds show that they were repeatedly bayoneted in the back, some as many as 20 times.

"The [Hutu] men had run away, so when the soldiers came to the villages, they found the women and children," Dupre said. He added that many of his Hutu patients were apparently lying face down on the ground when they were bayoneted.

A visit to this hospital, a tour of depopulated massacre areas and interviews with well-informed church sources in Burundi indicate that the tribal killing in the past two weeks there has claimed far more than the 5,000 lives officially estimated by the government.

While members of the minority Tutsi tribe were the first victims of the violence, government soldiers appear to have carried out extensive revenge attacks on Hutus. Those reprisals sometimes pitted heavily armed Tutsi soldiers against Hutu peasants, some of whom fought back with machetes and spears. But large numbers of Hutu victims were unarmed women and children.

Two of Burundi's most fertile and densely populated northern districts, Ntega and Marangara, with an estimated population of about 150,000 people, now appear abandoned. Only goats and chickens roam the dirt yards of burnt-out mud huts.

About 47,000 people, many with bullet or bayonet wounds, have fled north through a swamp to bordering Rwanda. The Burundi government says many people remain in hiding in the bush. A substantial number of those still unaccounted for are apparently dead, according to church sources in Northern Burundi.

In these districts, about 98 percent of the residents were Hutus.

"I think the Army killed a lot of people," said one experienced diplomat here who has extensive contacts with church officials in Northern Burundi. "The soldiers lost completely their control. They went from one hill to another."

Judging from his contacts with local Tutsi government officials and interviews with patients at in Kiremba hospital, Dupre said that the scale of the massacre has been grossly underestimated by the government.

"I would say 20,000 people died," Dupre said. Most of the dead, he said, are Hutus.



Tutsi woman looks on at Burundi hospital as her children, aged 8 and 2, displa

The Tutsi president of Burundi last week acknowledged at a news conference that the intervention of soldiers in the north "entailed, inevitably, some losses." Asked how many of the dead were Hutus and how many were Tutsis, Maj. Pierre Buyoya replied: "There is an element of cynicism in a question like that. Despite that, since I agreed to answer questions, I'll answer it. Among those dead, we have not made ethnic distinctions. The dead were all Burundian. We cry because they are dead."

A diplomat who knows Burundi well and who traveled recently in the north, last week gave a far different assessment of the impact of the killings. "All the people are now very tense," he said. "The Tutsi have put all their faith in the Army. But in Ntega [a town in which hundreds of Tutsis were killed by Hutus], the Army arrived late. So the Tutsi feel the Army is good only to bury them. And the Hutu are afraid."

The killing that began here two weeks ago grows out of a minority dominance unique in black Africa. In this Maryland-sized nation of 5 million, there are six times as many Hutus as Tutsis. But the Tutsis—a taller people who migrated here more than 400 years ago from the Horn of Africa—have total control of the government, the Army and the economy. Tutsi children have preferred access to higher education. Tutsis dominate the business and social life of Burundi's capital, while most Hutus are prevented by government restriction from moving away from their subsistence farms.

The only other nation on this continent with an analogous system of tribal rule is South Africa, where Afrikaners, a minority white tribe of distant Dutch origin, dominate the government and the Army.

The inevitable tensions of minority rule are heightened in Burundi by memories of a tribal massacre that ranks as one of the bloodiest episodes in the history of modern Africa. In 1972, soldiers in a previous Tutsi government systematically murdered about 100,000 Hutus, concentrating on men with secondary school education.

Ironically, the massacre this month appears to have been sparked, in part, by a genuine effort on the part of Burundi's Tutsi president to open oportunities for the Hutu majority.

Buyoya, 39, who came to power here last year in a bloodless coup, was attending military college in Belgium during the massacre of 1972. A diplomat here says that the president "is free of the complex of 1972. . . . He is a genuinely good and straight man conscious that there is an intolerable situation in this country."

In his 11 months in power, Buyoya has been given credit for far-reaching reforms that benefit the Hutus. He released thousands of Hutu political prisoners while jailing several Tutsi government ministers on corruption charges. He ended repression of the influential Roman Catholic Church, which the previous government had viewed as a vehicle for Hutu revolution. Western governments, such as the United States, were pleased with what they saw in Buyoya and rewarded his military regime with sharp increases in foreign aid.

"Buyoya started to speak about equality for all Burundians apart from ethnic consideration," said a diplomat here. "But there has been a different speed between changes imposed by the central government and the practices of local administrations around the country."

It was here in the fertile, coffee-growing north that the differences between Buyoya's egalitarian rhetoric and the actual behavior of Tutsi administrators emerged most strikingly, according to Catholic Church sources. They say Hutu farmers in the area, many of whom smuggle their coffee to neighboring Rwanda for higher prices, are relatively more affluent and better educated than their fellow tribesmen in other parts of Burundi.

These sources say that the upwardly mobile Hutu farmers in the districts of Ntega and Marangara believed in Buyoya's promises for in-

02

9400845

'Seems the Killing Has Stopped'



ASSOCIATED PRESS

y wounds inflicted in intertribal violence.

terethnic dialogue and free expression, but the Tutsi administration in the two districts apparently was not inclined to follow Buyoya's lead.

"The Hutus in the north heard Buyoya, and started to act accordingly," said a diplomat. "But the administration there continued with the same repression. Because of the liberty that Buyoya promised, the repression seemed even more oppressive."

Several developments in May, June and July appear to have exacerbated the ethnic tension. The Army went on maneuvers in the north with no explanation by Tutsi administrators to Hutu farmers. At about the same time, priests in the area began seeing copies of a Hutu pamphlet claiming that the Tutsis were preparing for another massacre as in 1972. Another pamphlet, this one reportedly written by Tutsis, appeared, claiming that the Hutus were reproducing too fast and taking up what little grazing space was left in one of Africa's most densely populated nations.

Some Hutus began destroying bridges, in an apparent attempt to restrict the Army's mobility. In the second week of June, the Army killed a Hutu who was destroying a bridge, church sources said. But the catalyzing event for the outbreak of killing appears to have been a speech by the Tutsi mayor of the town of Marangara. According to some who heard the speech, which was delivered June 28 to a group of Hutus, the mayor said:

"You are preparing your knives, but ours are already sharp, and they cut more than yours."

A diplomat said that the Hutus, in the weeks before this month's massacre, "saw everything in the light of that statement."

Hutu farmers appealed to the national government for dismissal of the mayor, as well as for removal of a local Tutsi judge and a Tutsi doctor. The government dispatched senior officials from the capital in Bujumbura to the area, and they appealed to the region's Catholic bishop, a Hutu, for help in calming the population.

On Sunday Aug. 14, however, the small Tutsi population of Marangara became alarmed by rumors that Hutus were going to kill them. They panicked and ran, fleeing north about 10 miles to the small town of Ntega. Some ran there in the apparent hope of finding asylum in a Catholic church.

According to a nun at the church, screams and the sounds of killing were heard echoing in the hills around Ntega late that Sunday night. What she heard has subsequently been described as a "preemptive strike" by Hutus fearing Army annihilation.

"We heard cries all around in the hills, and we had no idea what was happening," said Sister Liberatrice, a Hutu, in an interview last week.

She said that early on Monday morning a few frightened Tutsi adults and their children showed up at the church and asked for shelter. They were soon followed, she said, by Hutu men with machetes and spears. They threatened to kill the nun and burn the church unless the hidden Tutsis were turned over to them, the nun said. She said the nuns refused.

Repeating an accusation that has been made by Buyoya, the nun said that the Hutus, some of whom she knew personally, appeared to have been taking drugs.

"A normal person cannot do this," Sister Liberatrice said.

Early Tuesday morning, the Hutus burst into the churchyard, where they found 14 Tutsis in hiding and hacked them to death, the nun said. She said eight of them were killed in a storeroom near the church. The floors and walls of that brick room are now splattered with dried blood. The Hutus spared the lives of three children.

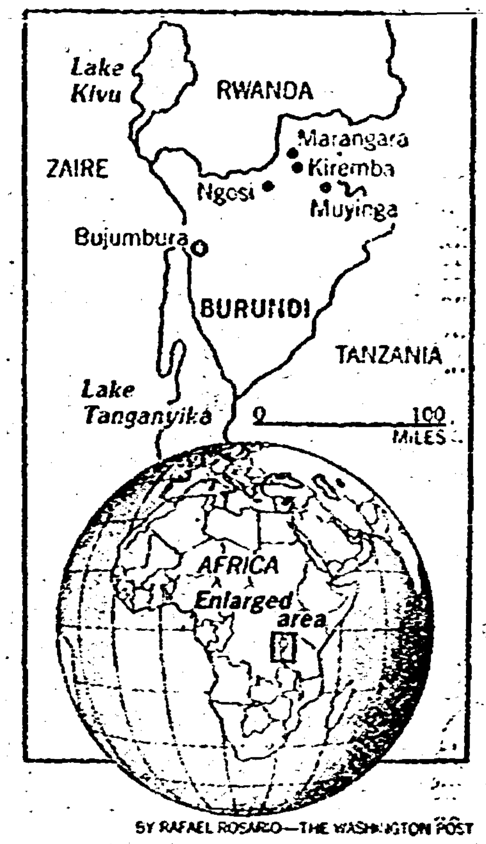
Maj. Jean-Boscoe Daradngwe, a military doctor interviewed in Ntega last week, said that Hutus with machetes killed at least 500 Tutsis in and around the town and then attempted to hide the bodies under vegetation. He said about 90 percent of the dead were men.

The statements of Hutus who have fled to nearby Rwanda since mid-August support Daradngwe's claim. On Aug. 15 and 16, Hutus there have told reporters, they killed all the Tutsis in Ntega they could find.

The Army received reports of the Hutu attacks on Monday, but they could not reach Ntega until the next day. The Hutus had destroyed bridges and cut down large trees to stop Army vehicles. Sister Liberatrice said soldiers finally arrived in Ntega at about noon Tuesday, after the morning's killing outside the church. The Hutu men responsible had already fled for Rwanda, she said.

What happened next is disputed by the government. Buyoya said in his news conference last week: "I can assure you that the Army went there to reestablish order." He insisted that, while "in doing this, it can happen that there are victims," the soldiers acted with all possible restraint.

Some Hutu refugees in Rwanda claimed that the Army had used bombs and napalm to wipe out entire Hutu villages, but the Burundian Army does not have aircraft capable



BY RAFAEL ROSARIO—THE WASHINGTON POST

of dropping bombs, and it has no napalm.

Evidence gathered in Northern Burundi last week, however, shows that many Tutsi soldiers used the weapons they did have—machine guns and bayonets. Many of the wounds suffered by women and children could only have been inflicted by these weapons, according to doctors. At Kiremba hospital, Dupre said that the killing of Hutus by soldiers appears to have started on Aug. 18 and continued for six days. He said many Hutu patients have told him that soldiers came to their huts at night, looking for those they suspected of disloyalty. He said that apparently the soldiers tried to kill everyone they found in the suspect huts.

"The people are very strong, you have to do a lot of things to kill them," Dupre said, explaining how women and children survived with as many as 20 bayonet wounds. "For the moment, it seems the killing has stopped," he said Friday, adding that injured Hutus now seem willing to walk in daylight to come to the hospital.

At his news conference, Buyoya was asked if the massacre would be a crippling blow to his efforts to develop Burundi's economy and improve the international reputation of his country. He replied: "Events like these are evidently unhappy events in many respects. First, it brings loss of human life, already sad, but also other consequences which concern us.

"We hope that we will come rapidly over this difficult time in order to be able to follow the economic, political and developmental objectives we have established. We also hope our partners and our friends will continue to support us."

Buyoya categorically rejected any internationally supervised investigation of the massacre. He called the killings an "internal problem."

Whatever internal political support Buyoya had for his attempts to bring a measure of social justice to the country has been seriously weakened by the massacre, according to one diplomat in the capital.

"Unfortunately, Buyoya has not had time to form a new mentality in this country," the diplomat said. "Now the Tutsi extremists are saying to him, 'You wanted to be open to Hutu. You see what happens.'"

08

9400845

(6)

Burundi: Beten bedeutet Zeitverschwendung

XI 15

Seit Monaten weiss man, dass die Regierung von Burundi die dem Gebet und Gottesdienst gewidmete Zeit als Zeit betrachtet, die dem wirtschaftlichen Aufbau verlorengeht. Sie hat im März 1984 in einem Erlass jede religiöse Betätigung während der Woche untersagt. Der Sonntagsgottesdienst am Radio und die kirchlichen Zeitungen existieren nicht mehr.

Saboteure der Revolution

Der Konflikt zwischen Kirche und Staat lässt sich teilweise mit Stammesfehden erklären. In Burundi ist die Tutsi-Minderheit an der Macht. Die Regierung misstraut den Missionen und beschuldigt sie, ‹die Revolution aus dem Nachbarland, die sie unterstützt hatten, auch nach Burundi exportieren zu wollen, und so die Hutus an die Schalthebel der Macht zu bringen.› So wendet sich der Zorn des Staatsoberhauptes Jean-Baptiste Bagaza vor allem gegen die ausländischen Missionare. Seit 1979 sind weit über hundert ‹Saboteure der Revolution, die sich als Botschafter Gottes verkleiden›, ausgewiesen worden. In das gleiche Kapitel fällt der Kampf gegen den Obskurantismus, wie man die Religion in Burundi nennt: in der Lokalsprache heisst der Sonntag jetzt einfach ‹siebter Tag›, und die Kreuze sollen aus dem Land verschwinden. Besonders betroffen sind die einheimischen Bischöfe. Sie müssen jetzt ohne die Unterstützung der Missionare arbeiten und versuchen, allein den Dialog mit der Regierung aufrecht zu erhalten. Dabei steuern sie einen mühsamen Kurs zwischen Unnachgiebigkeit und Geduld.

Adventisten in Bedrängnis

Die Gemeinde der Adventisten in Burundi umfasst nach Schätzungen etwa 26 000 getaufte Mitglieder und beläuft sich zuammen mit Kindern und Familienangehörigen auf über 40 000.

Das Gesetz vom März 1984 macht ihnen die Heiligung des biblischen Ruhetages (des Sabbats) teilweise unmöglich. Die ausländischen Angestellten wurden des Landes verwiesen. Die Prediger mussten ihre Tätigkeit einstellen. Viele ehemalige Prediger und Zehntausende von Gemeindegliedern werden zur Arbeit am biblischen Ruhetag gezwungen, und das Kirchenvolk steht ohne offizielle Führung da.

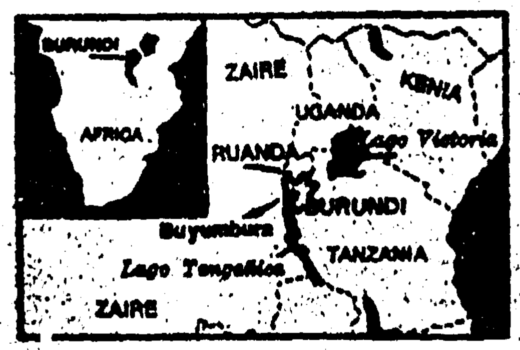
Proteste

An der 41. Sitzung der UNO-Menschenrechtskommission vom 4. Februar bis 15. März 1985 in Genf wurde Burundi zum erstenmal durch Vertreter der ‹Internationalen Vereinigung zur Verteidigung und Förderung der Religionsfreiheit› angeklagt, das Recht auf Religionsfreiheit offenkundig und systematisch verletzt zu haben.

Helen Toepfer, CSI

9400845

Burundi, tierra del marfil



Luis M. Saez,
Servicio Especial de Prensa Latina

Burundi, país de Africa Central, es uno de los más densamente poblados del continente, y también de los cinco más pobres del mundo, aunque potencialmente rico por sus yacimientos de cobalto, uranio y níquel.

A mediados del siglo pasado los europeos llegaron a ese territorio que hoy abarca una extensión de 27 mil 800 kilómetros cuadrados y lo denominaron **"tierra de mil y una colinas"**, dada su abrupta geografía.

En 1885, el territorio es fusionado con Rwanda (Rwanda-Urundi), en lo que se conoció como Africa Oriental Alemana, y que cobró notoriedad internacional por sus grandes exportaciones de marfil, monopolizados por la potencia colonial.

Alemania, por su parte, trató de darle carácter legal a la usurpación de ese territorio y obligó al Rey (Mwami) Mwezi Gisabo, a firmar un tratado en 1903 que convertía al país burundés en protectorado alemán.

En 1916, los belgas expulsan a los alemanes de ese territorio africano y en 1919, con la derrota germana en la primera guerra mundial, Rwanda-Urundi es otorgada por mandato de la Sociedad de Nacionales a Bélgica.

En los años 50 comienza en el país el Movimiento de Liberación Nacional, encabezado por el príncipe Louis Rwangase, quien funda el Partido de Unidad y Progreso (UPRONA) en 1958, el cual tiene entre sus principales obstáculos en la lucha por la independencia la división alentada por los colonizadores entre los hutus y los tutsis, etnias predominantes en el país.

El UPRONA, que en su plataforma preconizaba la total separación de Rwanda, gana las elecciones generales del 18 de setiembre de 1961, pero el máximo dirigente de esa agrupación política, Rwangase, es asesinado un mes después.

A pesar de ello, el primero de julio de 1962, Urundi logra la independencia y adopta el nombre de Reino de Burundi con el Mwami Mwambtusa IV como monarca constitucional.

De esta forma Burundi se integra al concierto de países independientes y su territorio queda limitado al norte con Rwanda, al este y al sur con Tanzania y al oeste con Zaire y el lago Tangayca.

Ese país centroafricano de cuatro millones 421 mil habitantes según censo de 1983 ha sufrido sangientos enfrentamientos tribales, matizados por un fuerte cariz político.

Estas confrontaciones trajeron inestabilidad política al país que entre 1964 y 1965 fue escenario de una auténtica guerra civil entre los hutus y los tutsis, los cuales trataron de hacerse con el poder a través de golpes de estado.

La caótica situación política continuó hasta noviembre de 1976, cuando un grupo de oficiales jóvenes liderado por el teniente coronel Jean-Babtiste Bagaza toma el poder, con la promesa de liquidar las persecuciones tribales y sociales.

Bagaza democratizó el UPRONA, puso en práctica un proceso de distribución de la tierra que desafió a la burguesía nacional y legalizó los sindicatos.

El 31 de agosto de 1984, el presidente Bagaza se presentó como único candidato a elecciones y fue confirmado en su cargo por otros cinco años.

Burundi, integrado al Movimiento No Alineado desde la segunda Conferencia Cumbre de El Cairo en 1964, enfrenta como todo país del Tercer Mundo el gran desafío del desarrollo, complicado por un atraso secular y trata de alcanzar una verdadera independencia nacional.

23.12.87

Burundi

Otro golpe militar con el fondo de larga guerra tribal

Cuando Jean Baptiste Bagaza, presidente electo de Burundi, participaba en una reunión de naciones francófonas en Quebec, un Comité de Salvación Nacional encabezado por el mayor Pierre Buyoya, lo derrocó el 4 de setiembre. Terminó así, un período iniciado en noviembre de 1976 cuando un grupo de oficiales jóvenes tomó el poder, con la promesa de acabar con las persecuciones raciales e implantar un gobierno reformista.

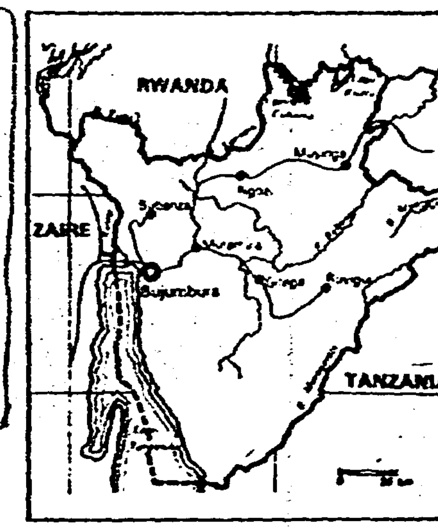
Bagaza había sido centro de uno de los regímenes más estables del Africa. Reorganizó el partido único, la Unión para el Progreso Nacional (UPRONA), puso en práctica un proyecto de reforma agraria, legalizó los sindicatos, ajustó la legislación para inversiones extranjeras. Se acercó a Tanzania, líder notorio del movimiento tercermundista, en tiempos de Julius Nyerere y recibió ayuda china para explotar minerales.

Fue impulsor de las primeras elecciones realizadas en el país por sufragio universal, en 1982, 17 años después de la independencia. Puso en juego su presidencia de nuevo en agosto de 1984 y un 99% colocó la balota por el sí.

LA POBREZA DE UN PEQUEÑO PAIS RICO

Burundi está considerado por las estadísticas de las Naciones Unidas uno de los cinco países más pobres del mundo, en un territorio de poco más de 27 mil quilómetros cuadrados, que se extiende en la zona de los grandes lagos (el Victoria, Tanganica, etc.). Lo habitan cinco millones de personas, de los grupos étnicos hutus y tutsis (también conocidos como watutsis o simplemente watusis, los legendarios guerreros de algunas películas), provenientes de Uganda y Etiopía, emigrados unos cinco siglos atrás.

En 1890, los alemanes se apoderaron de Burundi, uno de los últimos territorios que todavía no habían colonizado los europeos,



en la eclosión de su auge imperial. Nueve años después fue unido a Ruanda y se conformó la colonia de Ruanda-Urundi, que perduró como tal hasta el término de la Segunda Guerra Mundial donde pasó a manos de Bélgica. Otra vez fue separada una parte de la otra y cuestionadas las viabilidades de ambas, fue anexada al Zaire, todavía Congo Belga al configurarse un acto administrativo postrero.

Lograda la independencia, las masacres tribales siguieron a la orden del día y en 1972, unos 350 mil hutus perecieron en sangrientas represalias estimuladas por el gobierno tutsi del capitán Michael Micombero.

El país es mediterráneo (el puerto más cercano está a 1.400 quilómetros), lo que constituye uno de sus principales problemas y explica la inmediata decisión de Buyoya de participar en Zaire de una reunión preparatoria para la formación de una Federación de los Grandes Lagos (Ruanda, Burundi y Zaire).

El subsuelo tiene níquel, uranio y cobalto. Firmas norteamericanas y belgas participaron en un proyecto de desarollo de la cuenca minera de Musongati, pero tuvieron encontronazos con el régimen de Bagaza.

En la administración de las delicadas relaciones con los socios extranjeros que quieren explotar su riqueza, está una de las claves de la continuidad del nuevo golpe militar.

Doc. poco leg.

The Long and Short of Burundi's Woes

Black Majority Tribe Is Dominated by Black Minority

By James Brooke
New York Times Service

BUJUMBURA, Burundi — There is a land in Africa where an ethnic minority relies on rigged elections, press censorship, police violence and bans on public meetings to stave off majority rule.

The ruling minority bristles at external pressure — whether from Pope John Paul II, Western governments or foreign journalists. Officials complain that their country is a victim of an "international disinformation campaign."

Small, landlocked and lacking strategic minerals, Burundi is little known to the outside world. Diplomats here suggest another reason for its relative obscurity: Burundi's ethnic drama is not played out in black and white.

In anatomical shorthand, Burundi's tall people dominate Burundi's short people.

The ruling minority are Tutsis, descendants of herdsmen from northern Africa. They account for 15 percent of the country's five million inhabitants.

The ruled majority, Hutus, are generally peasant farmers of southern African Bantu stock, who account for 85 percent of the population.

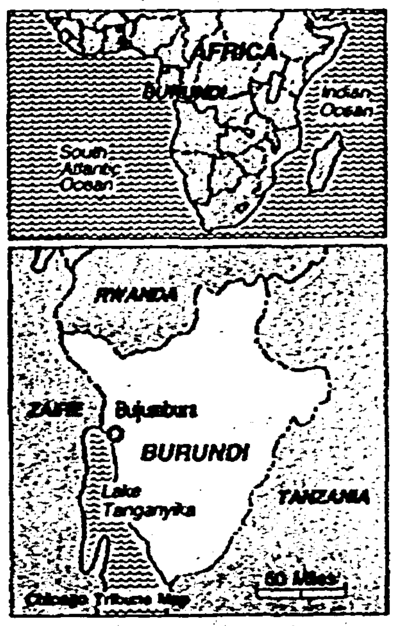
In July, Burundi will mark 25 years of independence from Belgium — and 25 years of Tutsi rule.

Burundi's president, three-quarters of his cabinet, three-quarters of the National Assembly, about two-thirds of the university students, 13 of 15 provincial governors, all the army officers and 96 percent of the enlisted soldiers are Tutsi.

Officials reject an ethnic analysis of their nation.

"It could happen that there is more of one ethnic group than another, but that should disappear," said Emile Mworoha, secretary-general of Burundi's sole political party, in an interview. "We don't believe in ethnic labels. If you are a Hutu, if you are Tutsi, what is important is you are Burundi."

Defenders note that the government has abolished ethnic labels on national identity cards and that there is substantial intermarriage between the two groups, which speak the same language, Kirundi. They also note that in the last election, in 1984, President Jean-Baptiste Bagaza received support that crossed ethnic lines, winning 99.63 percent of the vote.



Chicago Tribune

Critics say Burundi's tightly controlled political system masks deep ethnic divisions.

Several times in the 1960s, Hutus made abortive bids to win majority rule. In the last outbreak, in 1972, they killed 2,000 Tutsis, slaying some of the taller people by cutting off their legs.

In revenge, Tutsi policemen and party youths slaughtered about 5 percent of the Hutus — roughly 150,000 people — including much of the educated Hutu elite.

Cowed by this experience, Hutus have stopped raising the issue of majority rule.

But in what Western diplomats see as a reflection of the minority government's deep sense of insecurity, the authorities have sharpened what appears to be a campaign to destroy Burundi's Roman Catholic Church.

The campaign, taking place in a nation that is 65-percent Catholic, includes a series of measures that have grown steadily harsher over the last decade. The government has confiscated the Catholic radio station, shut down the Catholic newspaper, banned the Catholic youth movement, prohibited religious gatherings without prior approval and banned *sahwanyas*, Burundi's rural, grass-roots prayer and Bible discussion meetings.

The authorities have also strictly limited the hours when Mass can be said, banned crucifixes from public places and, in some areas, banned the ringing of church bells during the work week.

The government nationalized a nationwide system of Catholic primary and secondary schools. In the last year, it nationalized six of eight Catholic seminaries and closed a network of Catholic literacy groups, which taught 300,000 children and adults.

The government has cut the number of foreign missionaries to 143 today from 686 in 1979. Largely by not renewing visas, it has reduced the number of American missionaries to seven from about 200 five years ago.

In April, the interior minister, Lieutenant Colonel Charles Kazatsa, abolished all Catholic parish councils and forbade Burundi's 3,000 Catholic lay catechists from preaching, reading the Bible or giving communion in churches.

Since Burundi now has only 60 nuns and 107 priests — including three in jail — the vast majority of Burundi's 1,144 Catholic parishes are expected to become defunct.

This program, Mr. Mworoha said, is aimed at "liquidating the last vestiges of colonialism."

The government's hostility to the church does not seem to be shared by the populace.

Churches are packed on Sundays. Western diplomats say they do not know of any cases of peasants demanding the expulsion of missionary doctors or of student groups demanding the nationalization of their schools.

Burundi church officials declined to be interviewed.

(8)

28 7 87

Burundi Tempers Its Black Apartheid

By Blaine Harden
Washington Post Service

BUJUMBURA, Burundi — Daily life in Burundi, a small nation in the highlands of central Africa, is infected with memory.

On main highways there are scores of roadblocks where soldiers of the ruling Tutsi tribe check the zonal-residence papers of Hutu farmers.

Fifteen years ago the previous Tutsi-controlled government systematically exterminated about 100,000 educated Hutus. Restrictions on travel prevent the Hutus, who outnumber the Tutsi by a 6-1 ratio, from gathering to plot vengeance.

in 1972

On Radio Burundi the Roman Catholic Church is denounced daily. Catholic priests and "their white racist god," asserts the radio, "destroyed Burundi culture."

That claim is a rationale for vengeance on the church. In the past year, priests have been imprisoned, Catholic schools have been nationalized and weekday Masses have been banned.

Burundi is a little-known nation of five million people, a product of the wrongs of the Belgians and the wrongs of the Africans.

Western countries prop up the regime with more than $150 million a year in aid.

The Belgian-dominated Catholic Church has too dark a history in Burundi to be cast as an innocent victim. Nor is the Tutsi regime an unregenerate villain.

The regime practices a rigid brand of tribal apartheid, a system that the leaders of black Africa choose to ignore, even as they travel the world to condemn white-minority rule in South Africa.

Yet, by pursuing limited reforms that help the Hutu, the government has proved itself to be something more than the complacent heir to a genocidal tradition.

But Burundi's past has not prevented it from becoming a favorite of donor countries and such lending institutions as the World Bank.

However, donors also point out that Burundi's government is far more efficient than most others in Africa. They say aid projects work in the country: Roads are built, electric lines are strung, equipment is well-maintained, theft is not a problem. They say they can send home reports about projects that are on schedule and money that is efficiently spent.

"Tutsis are good managers," said an agriculture specialist. "When they make a decision, they stick with it."

Donors prefer not talk about it, Tutsis deny it and Hutus are not even supposed to think about it — but Burundi's future is inextricably tied to its bloody past. The historian René Lemarchand describes the legacy of the 1972 killing as "an unprecedented potential for ethnic hatred."

No one in Burundi is permitted to acknowledge the obvious. The government declared this month that Hutu-Tutsi conflict "is nonexistent in Burundi." Many Burundians and longtime expatriates are reluctant even to say the tribal names "Hutu" and "Tutsi."

In neighboring Rwanda, where majority Hutus were successful in overthrowing a minority Tutsi government in 1961, the Catholic Church played a crucial leadership role. Tutsi leaders are said to be haunted by Rwanda's precedent.

One prominent Burundian businessman contends that the church was an instrument of Belgian colonial control, both before and after independence. It is a view shared by most Western diplomats and many Burundian clerics.

The most visible villain of the campaign against the Catholic Church is the military government of President Jean-Baptiste Bagaza, a 41-year-old army colonel who makes no secret of his anti-clerical feelings.

"The president of this country is convinced that the Catholics are trying to kick him out," said a diplomat who has personal dealings with Colonel Bagaza.

Tutsis dominate Colonel Bagaza's cabinet, the National Assembly and the university system. Thirteen of 15 provincial governors are Tutsis, as are about 96 percent of the country's soldiers. Most businessmen are Tutsis.

Yet, even as Colonel Bagaza enforces tribal apartheid in the central government and continues to dismember the Catholic Church, he has insisted on land, economic and educational reform that offer rural Hutus unprecedented opportunities.

In an attempt to heal the wounds of the tribal massacre, Colonel Bagaza has invited home the 150,000 or so Hutus who fled to neighboring countries after 1972. Perhaps 20,000 have returned.

Former Tutsi overlords have been forced to give land to Hutu peasants, who now have the right to own the land they till. Landlord-tenant relationships were abolished.

In the past year, as part of a $50 million structural-adjustment loan with the World Bank, the government eliminated import monopolies held by Tutsi businessmen and raised producer prices for farmers — mostly Hutus — by as much as 30 percent. The program last year boosted annual economic growth, which had averaged less than 1.9 percent since 1980, to 3.3 percent.

"What Bagaza has allowed," said a Western economist, "is a program that increases the purchasing power of the farmers, who are mostly Hutu, while limiting the purchasing power of the city people, who are mostly Tutsi."

The economist said that Colonel Bagaza also has committed his government to support an ambitious World Bank program for universal primary education and widespread vocational training.

Colonel Bagaza has accepted the bank's argument, the economist said, that Burundi must use financial incentives to encourage two million Hutus to give up subsistence agriculture and turn to small-scale manufacturing.

The donor governments and multinational lending agencies that are helping to pay for Colonel Bagaza's reforms say they hope economic growth will somehow smooth Burundi's transition to a more democratic government.

"The Tutsis realize that the time bomb exists," said a diplomat. "They are trying to ease the situation by expanding the economic pie. If it works, Bagaza could have an awfully long breathing space before the Hutu demand revenge."

03

(11)

'Black apartheid' in Burundi

14.10.87

By MICHELLE FAUL

BUJUMBURA, BURUNDI. — In this Central African country, the minority holds political and economic power over the majority under a centuries-old tribal system.

But Pierre Buyoua, the nation's new military leader, denies that his minority Tutsi tribe subjugates the majority Hutus.

"There is no ethnic conflict in Burundi," Buyoua asserted to reporters after taking power on Sept. 3 in a bloodless coup that ousted Col. Jean-Baptiste Bagaza, also a Tutsi.

Promising "more social justice and real democracy," Buyoua added: "I will do my best to build a society in which every Burundian is judged by his ability and not by his ethnic or regional origin."

All leaders of this Central African nation for centuries before and after German and later Belgian colonisation have come from the elitest, land-owning Tutsis, who make up 15 percent of the 5 million people.

Massacre

Before colonisation, a Tutsi monarchy kept the Hutus in serfdom, giving the mainly peasant farmers cows in exchange for their labour in the fields.

Few Burundians will identify their tribe or acknowledge ethnic problems, which led to one of Africa's worst genocidal massacres. In 1972, the Hutus rose against the Tutsis, killing as many as 10 000 of them.

In retaliation, the Tutsi military, killed up to 200 000 Hutus, including most of the tribe's intelligentsia. More than 150 000 Hutus fled to neighbouring Tanzania and Rwanda.

Hutus were purged from the army and civil service.

Bagaza, who came to power in a 1976 coup, gave the Hutus a few positions in his Cabinet, but the move was regarded as tokenism.

There was little tribal upheaval during Bagaza's 11-year rule, but some observers said that was because Hutu leaders were killed or driven into exile in the 1972 massacres.

Cowed

"What remains are cowed, illiterate peasants," said a Roman Catholic priest. "They are more concerned about where their next meal comes from. Any will they have to fight is overpowered by their great fear of the Tutsi."

Another cleric, a Hutu, claimed that while 80 percent of primary school children are Hutus, only 15 percent go on to secondary school and even fewer to university.

"It's a deliberate policy to keep us down," the cleric charged. "Our young people are becoming more and more frustrated. If there is no change, there can only be bloodshed."

Buyoua, an army major, said among the reasons he seized power from Bagaza was to bring democracy and end persecution of the churches. Bagaza had banned weekday religious services, nationalised or closed church schools, and jailed three priests in this 65 percent Roman Catholic nation.

Buyoua reopened churches and freed the jailed priests, giving hope he would keep promises to end state-church tensions.

But despite promises for political change, he has taken no immediate action to remedy what one Hutu refugee called the "Black apartheid" tribal situation.

Landlocked

Burundi, which is landlocked and about half the size of Denmark, is one of Africa's most densely populated nations and among its poorest.

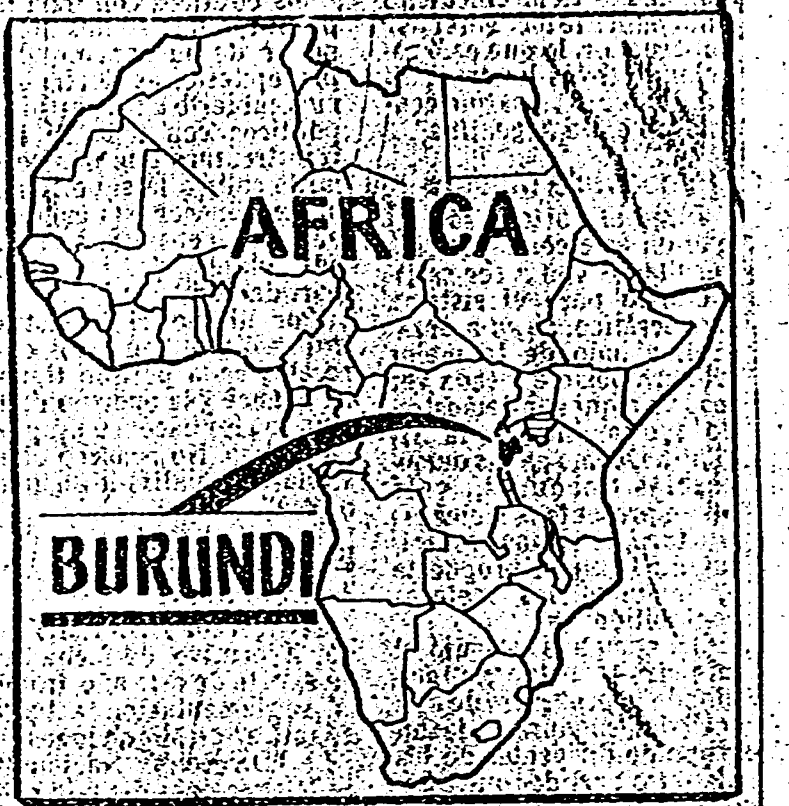
It gets 80 to 85 percent of its R2 billion in annual export earnings from coffee. This is matched dollar-for-dollar by Western aid.

The West appears ready to support the Western-leaning Buyoua. "We are very encouraged by the early steps the government has taken," US ambassador James Phillips said. "Certainly the new government has the goodwill and the sound encouragement of the United States."

Bagaza courted the West, but he also was a friend to Col. Moammar Gaddafi of Libya.

Buyoua has promised civilian rule and says he expects within a year or two to restore the legislature he dissolved when he took power. — Sapa-AP.

Cayó el gobierno de Burundi tras un golpe militar



Nairobi, Kenia, 3 (UP) —El prooccidental presidente de Burundi, coronel Jean-Baptiste Bagaza, fue depuesto hoy por un golpe militar en ese estado de Africa central, mientras asistía a una conferencia cumbre de naciones francófonas en Canadá, informó la radio nacional de Burundi.

Los informes indicaron que un "comité militar para la redención nacional", encabezado por el mayor Pierre Buyoya tomó el poder y que Bagaza fue "relevado de sus funciones". No se dieron más detalles.

Un vocero del grupo militar, hablando por la radio de Burundi, que fue sintonizada en Nairobi, urgió a los 6 millones de habitantes del pequeño país montañoso a permanecer en calma.

Las fronteras y el aeropuerto de la capital de Bujumbura fueron cerrados hoy y los vínculos de teléfono y télex cortados.

Bujumbura está a unos 800 kilómetros al sudoeste de Nairobi.

El prooccidental Bagaza, de 41 años había sido presidente del mediterráneo Burundi por 11 años.

Bagaza estaba asistiendo a una conferencia de las naciones francófonas, en Quebec, Canadá. Se cree que se dirigió a Nueva York para tomar hoy un avión hacia París al surgir rumores de golpe en Burundi.

Bagaza llegó al poder en un incruento golpe el 9 de noviembre de 1976, suspendió la constitución de 1974, clausuró el Parlamento y gobernó con un Consejo Revolucionario Supremo.

Poco se sabe de Buyoya, un alto funcionario del comité central de la Unión por el Progreso Nacional, único partido del país.

Burundi es el quinto país más pequeño del territorio continental africano. La mayoría de los habitantes son católicos romanos.

Justificación del golpe en Burundi

Nairobi, Kenia (UP) — Detenciones arbitrarias, corrupción y monopolización del poder fueron las acusaciones hechas al gobierno anterior por el mayor Pierre Buyoya, en su primer discurso público a la nación de Burundi, después de llegar al gobierno con un golpe de estado.

El mayor Buyoya, quien derribó al gobierno de Jean Baptist Bagaza, en esa ex colonia belga de 5 millones de habitantes, ubicada en el centro de Africa, también garantizó la libertad de religión en su discurso dirigido por radio y sintonizado en esta capital.

Buyoya no hizo mención directa a las tensiones entre el gobierno y la iglesia de este empobrecido país, donde un 60 por ciento de la población es católica.

Aunque sí prohibió servicios religiosos durante los días de semana, con el fin de ir disminuyendo la influencia de la Iglesia en la opinión pública.

Según informes de Amnistía Internacional, unos 20 sacerdotes fueron detenidos y muchos misioneros extranjeros deportados.

Bagaza, quien fue derrocado cuando asistía a una conferencia de mandatarios de habla francesa en el Canadá, se encuentra al parecer en Kampala, Uganda.

Buyoya indicó que las razones de su golpe de estado podían ser "copiadas palabra por palabra" a las razones aludidas por Bagaza años antes, al apoderarse del gobierno también por esa vía.

Staatsstreich in Burundi

7.87

Buyumbura/Nairobi (DPA) — Den aufständischen Truppen in der afrikanischen Republik Burundi gelang es, die Macht zu ergreifen und den Präsidenten Jean Baptiste Bagaza abzusetzen, meldete am Donnerstag Radio Buyumbura. "Bagaza wurde seines Amtes in der Regierung, beim Militär und in der Partei enthoben", fügte der Rundfunksender hinzu. Periere Buyata an der Spitze der Truppen übernahm die Macht. Zur Zeit gibt es noch keine weiteren Einzelheiten über den Putsch. Der Flughafen und die Grenzen des kleinen Staates zwischen Tansania und Zaire wurden geschlossen. Die Telefon- und telegrafischen Verbindungen sind stillgelegt. Bagaza hattte am Donnerstag morgen seine Kanadareise unterbrochen, da er Meldung von dem Staatsstreich erhalten hatte, und seine Rückreise angetreten. Man weiss zur Zeit nicht, wo er sich im Moment aufhält. 1976 hatte er die Macht in Buyumbara ergriffen.

4.9.87

Burundi: depusieron al Presidente Jean Bagaza

PARIS, (EFE y AP). El depuesto Presidente de la República africana de Burundi, Jean Baptiste Bagaza, abandonó París con la intención de dirigirse a su país para tratar de revertir la situación creada durante su ausencia.

el Coronel Bagaza, que asumió el poder en ese pequeño país mediterráneo del centro de Africa tras un golpe de Estado, viajó esta madrugada desde la capital francesa, pero el itinerario de su viaje no se conoce con precisión.

El golpe militar que le depuso se produjo ayer, jueves, mientras el Jefe de Estado asistía en la capital de la provincia canadiense de Quebec, Montreal, a la segunda cumbre de países de habla francesa.

Según se anunció en Bujumbura el Coronel Bagaza ha sido relevado de sus funciones al frente del Estado, del partido y de las Fuerzas Armadas y le ha sustituido el Mayor Pierre Buyoya.

Burundi es un país que tiene una superficie de 27.500 quilómetros cuadrados y fue colonia alemana hasta 1919, año en que pasó a depender de la administración belga hasta su independencia en 1962.

Los rumores del golpe de Estado se conocieron en Montreal ayer, jueves, por la mañana, y el Coronel Bagaza salió inmediatamente hacia Nueva York para conectar allí con un vuelo regular hacia París.

El depuesto Presidente, que está en el poder desde noviembre de 1976, llegó al aeropuerto parisiense de Roissy ayer, jueves, a las 23:40 hora local a bordo de un avión Concorde.

Ese mismo día, por la mañana, había regresado a la capital francesa el Primer Ministro francés, Jacques Chirac, quien informó que le había expuesto al Coronel Bagaza su preocupación por la situación de la iglesia católico-romana en Burundi.

El 65 por ciento de los 5 millones de habitantes de Burundi son fieles a Roma, mientras que un 10 por ciento forma parte de diversas iglesias reformadas.

Jacques Chirac, según informó este, le había señalado al Coronel Bagaza que no se entendía la actitud del gobierno de Burundi por el tratamiento infligido en un país católico a la Iglesia.

El Primer Ministro francés hizo hincapié ante el gobernante africano que esa situación entre la Iglesia y el Estado le planteaba a muchas personas en Europa un problema de conciencia.

Las relaciones entre la Iglesia y el Estado comenzaron a deteriorarse hacia 1979 y desde 1984 se intensificaron las medidas restrictivas impuestas por la administración ante la oposición eclesiástica.

Este problema ha sucedido a la guerra entre los dos grupos étnicos que comprenden la población de Burundi: los hutus (85 por ciento) y los tutsis (14 por ciento), que dejó millares de muertos.

El Coronel Jean Baptiste Bagaza regresó a su país en 1971 tras haber estado en Bélgica y fue uno de los principales actores del golpe de Estado que depuso al Presidente Micombero, que era pariente suyo.

Tras haber sido designado como líder de la Unión para el Progreso Nacional —que es el único partido que funciona legalmente en Burundi— asumió la presidencia y fue reelegido en 1984 con el 99,56 por ciento de los votos emitidos.

Al conocerse la noticia del golpe de Estado en Bujumbura, el Ministerio de Cooperación decidió suspender el viaje de quince cooperantes galos, como medida de precaución, según informó un portavoz de ese Departamento francés.

Bagaza, de 41 años, había estado recibiendo ayuda técnica y financiera de la Unión Soviética y de China, y fortalecía los vínculos con Libia.

Golpe en Burundi

Bagaza estaba en el exterior y lo derrocaron

4.9.87

NAIROBI.

Tropas rebeldes se hicieron con el poder en la República africana de Burundi, derrocando al presidente Jean Baptiste Bagaza.

"Bagaza ha sido desposeído de sus cargos de la jefatura del Estado, del partido y del ejército. El poder ha sido asumido por un Comité Militar para la Salvación Nacional, bajo el mando de Pierre Buyoya", dijo una emisora.

Bagaza, que también se había alzado con el poder con un golpe militar, en 1976, había interrumpido esta mañana una reunión de países francófonos en Canadá debido a rumores sobre un golpe de Estado y emprendido el vuelo de regreso.

Burundi obtuvo la independencia de Bélgica en 1962, fecha en que pasó a ser gobernado por una monarquía sometida a Bélgica. Es uno de los países más pobres del mundo y de los más densamente poblados en el continente africano y su historia está llena de conflictos entre las principales tribus que componen su población.

PRENSA LATINA/DPA

Burundi: Golpe Contra Gobierno Socialista

NAIROBI, Kenya, 3 (AP). — El Ejército de Burundi derroc[ó] hoy al Presidente Jean Baptiste Bagaza que asistía a una reunió[n] cumbre en Canadá, y estableció una Junta Militar de Gobiern[o], dijo la radio oficial de esa pequeña nación de Africa Oriental.

Un comunicado del Ejército difundido por la emisora, e[n] versión captada aquí, dijo que "Bagaza es relevado de su[s] obligaciones como Jefe de Estado, del Partido y del Ejército", e[l] cual estableció un "Comité Militar para la Redención Nacional" bajo el mando del mayor Pierre Buyoya.

Bagaza asistía a una reunión cumbre en la ciudad canadiense de Quebec, junto con jefes de estado de las naciones de habla francesa, y uno de sus organizadores, el embajador de Canadá en Francia, Lucien Bouchard, dijo que Bagaza partió al conocer el comunicado sobre el golpe, aunque no se supo hacia dónde se dirigió.

Bagaza, un socialista con vínculos con Moscú, asumió el poder en su país de cinco millones de habitantes en un golpe incruento lanzado en noviembre de 1976, cuando como coronel del Ejército derrocó al gobierno de Michelle Micombero.

Bagaza, de 41 años, había estado recibiendo ayuda técnica y financiera de la Unión Soviética y de China, y fortalecía los vínculos con Libia.

Todos los oficiales en el Ejército de Burundi proceden de la tribu minoritaria de los Tutsis, superada en una proporción aproximada de 6-1 por la mayoría étnica de los Hutus.

En 1972 los Hutus se rebelaron contra los Tutsis dominantes, pero fueron castigados con una sistemática matanza en que murieron más de 100.000 insurrectos.

Cuando Bagaza asumió el poder trató de incorporar ele[-] mentos Hutus en la estructura de poder, al designar a algunos de ellos como ministros.

06-

Religionsfreiheit in Burundi

Garantie der neuen Militärjunta

Kampala (DPA) - Die neue Militärjunta Burundis wird die Religionsfreiheit garantieren, wie in der Nacht zum Sonnabend das "Nationale Komitee zur Rettung des Volkes" erklärte. Damit gab die Junta, die von Kommandant Pierre Buyoya geführt wird, zum ersten Mal nach der Machtübernahme vor drei Tagen die Gründe für den Staatsstreich an. Staatschef Jean Baptiste Bagaza (41), der am vergangenen Donnerstag abgesetzt worden war, sah sich in der vergangenen Zeit vermehrt mit Konflikten mit der katholischen Kirche des kleinen ostafrikanischen Staates konfrontiert. Wie die Menschenrechtsorganisation Amnesty International annimmt, hatte das vorhergehende Regime über 20 Geistliche gefangengenommen und zahlreiche ausländische Missionäre ausgewiesen.

Politisches Asyl in Uganda für Bagaza

In einer Erklärung, die über Radio Bujumbura ausgestrahlt wurde, klagte der Anführer der Putschisten die von Korruption und willkürlichen Festnahmen entkräftete Regierung an, äusserte sich aber nicht über den zukünftigen politischen Kurs des Landes. Die Telefonverbindungen mit Burundi, das zwischen Tansania, Zaire und Ruanda liegt, waren am Sonnabend weiter unterbrochen und der Flughafen der Hauptstadt blieb weiter geschlossen. Dennoch scheint die Lage ruhig zu sein, wie Diplomaten in Nairobi (Kenia) erklärten. Der ehemalige Staatschef Bagaza erreichte in der Nacht zum Sonnabend Entebbe (Uganda), wo er von Präsident Yoveri Museveni empfangen wurde. Nach inoffiziellen Informationen aus Uganda wird Bagaza für unbestimmte Zeit im Land bleiben und möglicherweise politisches Asyl erhalten.

Bagaza war 1976 durch einen Militärputsch an die Macht gekommen und wurde von den Geschehnissen in seinem Land überrascht, als er einem Treffen frankophoner Staaten beiwohnte. Als er von dem Putsch erfuhr, flog er über Paris und Nairobi nach Uganda. Über den neuen Militärführer ist bis jetzt nur bekannt, dass er Führungsmitglied der Einheitspartei "Union für den nationalen Fortschritt" war und militärisch in Belgien ausgebildet wurde. Er ist 39 Jahre alt und katholisch wie 50 Prozent der Einwohner Burundis. Er gehört zur Minderheit des Stammes der Tutsi und trägt die politische Verantwortung des Landes. In den siebziger Jahren gab es in Burundi schwere Konflikte zwischen den Bevölkerungsminderheiten der Hutu und der Tutsi mit 120.000 Toten, in der Hauptsache Hutu.

Burundi sigue incomunicado

Nairobi (IPS) — Los vínculos de comunicación entre Burundi y el resto del mundo seguían interrumpidos hoy, casi una semana después del golpe de Estado que derrocó al presidente Jean-Baptiste Bagaza.

Prosigue la crisis sudanesa

Addis Abeba (PL) — El toque de queda continuaba ayer en la totalidad de las ciudades sudanesas del Nilo Azul en medio de las peores tensiones políticas de los últimos tiempos en el sur del país, según distintas fuentes.

Mientras en Jartum la administración incumplía el domingo con la formación de un nuevo gabinete después del colapso de la coalición gubernamental del 22 de agosto, en la provincia del Nilo Azul se informaba la muerte de por lo menos nueve personas en las manifestaciones de los últimos días.

Burundi Reopens Its Borders After Coup

Compiled by Our Staff From Dispatches

BUJUMBURA, Burundi — Burundi reopened its borders Friday, eight days after a military coup that toppled President [illegible] Bagaza.

The new authorities decided to end Burundi's isolation after a meeting Thursday between the new president, Major Pierre Buyoya, and the presidents of neighboring Zaire and Rwanda.

During the meeting at Goma in eastern Zaire, Mobutu Sese Seko of Zaire and Major General Juvénal Habyarimana of Rwanda expressed their support for Major Buyoya by naming him president of the Community of the Great Lakes, a regional cooperation body comprising the three countries.

Burundi has been ruled since the coup on Sept. 3 by a 31-member Military Committee for National Salvation, headed by Major Buyoya. The committee elected him president on Wednesday.

A communiqué issued Friday by the committee announced that Burundi's land borders and international airport would reopen immediately and that normal shipping movements on Lake Tanganyika would be resumed.

Colonel Bagaza, who was attending a conference in Canada when he was removed, tried unsuccessfully to return home. The colonel has remained in Uganda, where aides say he is negotiating for permission to return to Burundi as an ordinary citizen.

Major Buyoya, 38, has not named a cabinet, but his military committee has appointed a 10-man executive committee to run the country while the constitution and the leadership of the ruling Union for National Progress party remain suspended.

Diplomats in Nairobi have said Major Buyoya probably will move closer to the West and adopt a more conciliatory line toward the Roman Catholic Church than his predecessor.

Colonel Bagaza, 41, had banned religious services except on Sundays and nationalized or closed church schools. (Reuters, AP)

(26)

William Raspberry

WASHINGTON POST 25/8/88

Burundi: Why No Outrage?

The ruling Tutsi tribe has once again turned tiny Burundi into a killing field, slaughtering at least 5,000 of the subjugated Hutu and sending some 38,000 others fleeing to neighboring Rwanda.

This is not war, civil or otherwise, but outrageous massacre.

Still, it's hard to know which is more outrageous: the bloodiness of the Burundi government's attempt to prevent an anticipated uprising by the Hutu majority or the calm with which this newest savagery has been greeted by the rest of us.

The world is outraged at the Israeli savagery in the West Bank and Gaza in an effort to put down a Palestinian revolt. Fewer than 250 Palestinians and only half a dozen Israelis have been killed since the revolt began last December.

Sharpeville has been etched in our memory since the 1960 massacre in which South African government troops fired on a black crowd, killing 69 and wounding 180.

At least 5,000 are dead in Burundi, and we do scarcely more than cluck our tongues. It is as though we accept the official government explanation that this newest savagery was necessary to "restore peace."

Where are the protesters? The United Nations resolutions and peace force proposals? The sanctions-demanding members of Congress? The cries of genocide? The embassy demonstrators?

What accounts for the relative indifference to this atrocity? Is it the absence of television? Certainly the TV footage has helped to trigger our outrage at what has been happening in the West Bank and Gaza. Certainly TV brought home to us the savagery of the South African government.

But surely that isn't the sole explanation. Is it the fact that the Hutu, unlike the Palestinians and the black South Africans, have no American partisans? Is it the fact that both the victims and the victimizers in Burundi, as was the case in prerevolutionary Liberia, are black that keeps us from identifying villains and screaming for an end to the slaughter? Is it the fact that Burundi is of no economic or political consequence to American interests?

Or can it be our expectation that certain people (Israelis and South African whites) will behave in civilized fashion that triggers our outrage when they don't?

Maybe it's all of these things, plus the fact that, as things go in that part of the world, this is a relatively minor affair. After all, following a 1972 coup attempt, the Tutsi wiped out somewhere between 100,000 and 300,000 Hutu, including virtually all of the tribe's educated members.

It still is not clear how the latest atrocity began. The government blames infiltrators from neighboring Rwanda, like Burundi a former Belgian colony, with inciting a Hutu revolt. Others say that the Hutu, who make up some 85 percent of the population but hold little power, were convinced that the Tutsi were planning a massacre and decided to strike first.

Government reports even suggest that, at least in some northern regions of the country, the Tutsi were the principal victims. "What the government did was restore peace," an official communiqué said.

The one thing that is clear is the overwhelming brutality of the official response to whatever the provocation might have been. One Hutu who managed to escape (though without his wife and five of his children, who, he fears, may be dead) told the Reuter news agency that the Tutsi-dominated army called the people of his district to the local government headquarters and, when they were assembled, opened fire on the crowd. Those who tried to flee were chased by helicopters and gunned down, he said.

Other witnesses say the soldiers went from house to house, bayoneting Hutu men, women and children.

Are the word pictures insufficient to stir our outrage? Do we have to see it on television before it becomes real for us?

"The aim of the government," said a communiqué in the wake of the slaughter that began Aug. 14, "is to restore peace, not to butcher its citizens."

Maybe. But viewed from here, and taken with the 1972 atrocities and the longstanding animosities between Hutu and Tutsi, it looks an awful lot like genocide.

The question for the rest of us is whether we will become sufficiently outraged to try to stop it, or simply shrug it off.

NO

(12)

1/88

More trouble for Burundi

The new government in the central African state of Burundi which on 3 September replaced, by a coup, the former left-wing and pro-Libyan regime of Jean Baptiste Bagaza is heading for new trouble.

Bagaza trying to return

The former leader is determined to return to his country and he is receiving assistance from his friend in neighbouring Uganda, President Yoweri Musevini. Bagaza is now resident in the country's capital, Kampala.

We understand that early in

02

9400847

November Musevini put an aircraft at the disposal of Bagaza for the purpose of travelling to Tanzania in order to raise a force for an invasion of Burundi. The government in Dar-es-Salaam, which, now that Julius Nyerere is no longer involved in day-to-day administration, is becoming increasingly more moderate, stopped Bagaza in his tracks and returned him to Kampala.

Later in the month Bagaza simply flew to Burundi but was refused landing permission at Bujumbura airport whereupon he proceeded to neighbouring Rwanda, staying there on 24-25 November at the Kigali airport, hoping that something would turn up in Burundi.

Bagaza's claims

Bagaza was confident that as soon as he made his appearance in Burundi many of his former associates and friends would rush to his colours. He also claimed that the new government itself, of President Pierre Buyoya, had brought no charges against him and that he was therefore to be regarded as having full civil rights in Burundi.

In this respect the Bujumbura administration has now disabused Bagaza, announcing that the former leader, if he ever returned, would face trial for 'economic sabotage and corruption'. To prove the point, two of Bagaza's close former associates, Albert Muganga and Isidore Nyaboya, then respectively ministers of trade and industry and of public works, have been detained on similar charges.

New government changing left-wing policies

The matter is more than of local interest. It has already led to a sharp deterioration in relations between Burundi and Uganda, providing more evidence that Yoweri Musevini, while claiming to be a friend of the West and a moderate has remained a left-wing radical in his heart and an admirer of Colonel Gaddafi.

New government

Bagaza's policies when he was in power in Bujumbura led to a break with the influential Roman Catholic Church

n, Glos. GL50 1HX. U.K. 6 January 198

General Galvin wants Nato to harmonize the doctrines of the various national members, improve the collection and dissemination of information, and improve Nato's capacity to interdict Soviet offensive measures by striking at their lines of communication in the Warsaw Pact area.

INTERNATIONAL

13

Africa's heart of darkness

THERE is slaughter in the green hills between the tiny central African states of Rwanda and Burundi. At least 5,000 people, most of them Hutu peasants, have been massacred since August 14th. Some 35,000 Hutu refugees have fled across the Akanyaru river into Rwanda for fear of their Tutsi fellow-countrymen, who have been their feudal lords for centuries. The body count was announced by the Tutsi soldiers who run the government in Bujumbura; their men used modern weapons, including helicopters, to shoot down the fleeing Hutu. Nobody will ever know the true extent of the killing.

Tribal hatreds in Burundi are among the bitterest in tropical Africa. On the steep hills where the Great Rift valley breaks down in volcanic contortions, two peoples as different as Finns and Sicilians live on top of one another in highlands whose fertility has been eroded by slash-and-burn farming. The Hutu—some 85% of Burundi's 5m or so people—are small, thick-set, deep-brown farmers. The Tutsi minority are tall, slim, very dark cattle-drovers whose forefathers conquered the Hutu some four centuries ago. The two peoples have lived as nobles and serfs ever since.

In this tinderbox, a small spark can start a blaze. Refugees in Rwanda say the bloodletting began when an old Tutsi soldier killed two Hutu. A furious Hutu crowd killed the soldier and then set upon Tutsi homes, murdering about 1,000 people. On August 17th the army, which is almost entirely Tutsi, began its revenge. Soldiers slaughtered thousands of Hutu, many of whom were in flight to Rwanda; the killing may still be going on. The government's story, less plausible, is that the uprising was instigated from Hutu-run Rwanda.

Dousing the fire in Burundi will test the one-year-old regime of Major Pierre Buyoya. He had somewhat smoothed relations between the government and the Roman Catholic church, inflamed since his predecessor, Colonel Jean-Baptiste Bagaza, excluded Belgian missionaries whom he called "agents of imperialism", closed church schools and abolished parish councils. Missionaries have favoured the Hutu underdogs since the Germans first invaded the territory in 1899; the Tutsi have always disdained foreigners and preferred their cattle to a European idea of God. While the Hutu ran the civil service, the Tutsi manned the army, and kept the upper hand by shooting complainers. They massacred up to 100,000 Hutu in 1972.

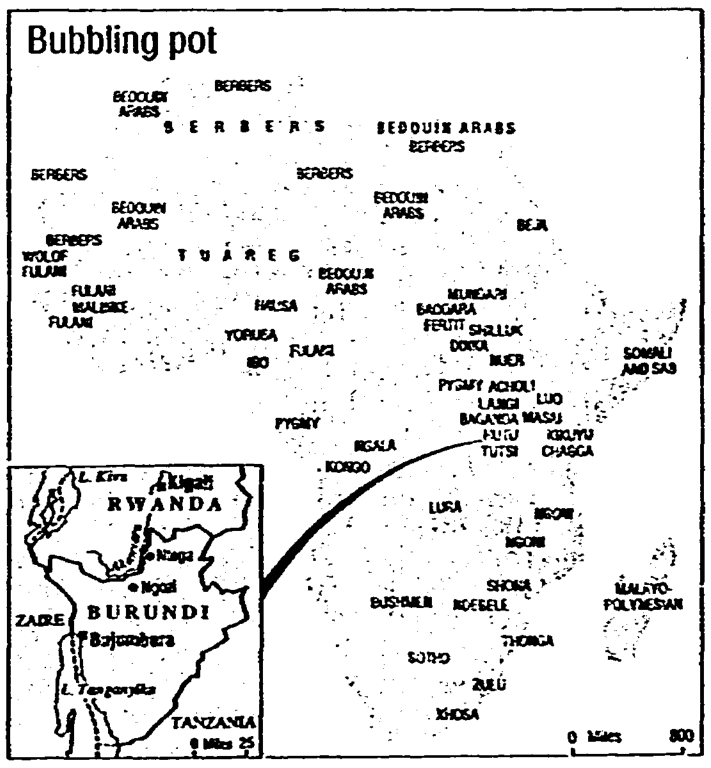
What's Burundi for?

If history were logical, the indigenous Hutu and the Tutsi invaders would have intermarried and buried the roots of their family trees; the Germans would not have bagged a fruitless colony in order to separate Belgium's west African empire from the British one in the east; the Belgians would not have been given the place after the first world war; Burundi would never have been invented. In the event it is a miniature of the tribal agonies that baffle Africa's well-wishers and reinforce its critics' contempt.

Africa is a patchwork of perhaps 1,000 distinct ethnic groups (our map shows only the main ones). The European statesmen who parcelled out the continent over port and cigars in the great Berlin conference of 1884 paid little attention to such trifles. The troubles that outsiders call tribal are sometimes no more than regional rivalries, such as even the modern industrial countries have to accommodate. Sometimes they are more like the nationalisms of Europe's small tribes. It is not easy to govern new nations where several dozen groups of Welshmen, Ulster Protestants, Basques, Lapps and Montenegrins live cheek-by-jowl.



All very well for the Tutsi



Yet not all the new African nations have turned into Burundis. In some, the colonisers destroyed the tribal structure. In Tanzania, for example, Arab slave-traders and Germany's colonial administrators suppressed the local rulers and imposed the coastal Swahili language as a genuine lingua franca. Only in recent years, under Mr Julius Nyerere, have tribal rivalries raised their heads after a century of quiet.

The well-meaning British tended to perpetuate tribal differences, in the name of respect for indigenous customs. In Uganda they tried the system of indirect rule through local princes that had worked so well in India, and at independence left behind a constitution that installed as national president the greatest of all the tribal rulers, the Kabaka of Buganda. The other tribes banded together to undo this absurdity, then fell out with each other and have been fighting ever since. The country's present military ruler, Mr Yoweri Museveni, has the great advantage of belonging to the Banyarwanda, most of whom live next door in Rwanda.

The best-run countries are probably those where a dominant tribe has the wit to share the spoils of government with others. In Kenya, the once-despised Kikuyu took keenly to edu-

05

9400847

cation, and emerged as the spearhead of the independence movement. Kenya's first president, Jomo Kenyatta, was a Kikuyu; his successor, Mr Daniel arap Moi, is from the small Kalenjin people; his Kalenjin friends get promoted a lot, but the Kikuyu seem happy for the moment because they get plenty of business opportunities, and the second-largest people, the Luo, are grateful to Mr Moi for not being a Kikuyu.

Statecraft works in Africa as anywhere else. In Nigeria the powerful Muslim clans of the northern Hausa peoples for the present allow others to hold the top jobs, because they fear the country might break up if they tried to run it openly. The wily Mr Mobutu Sese Seko has held power in Zaire since 1965 by formally banning tribal associations while in fact allowing local rulers to run their piece of land as they wish.

Africans say, rightly, that the colonial powers divided in order to rule, and made tribalism worse. (The South African government still plays that old game.) They also argue that national institutions, especially armies and police forces, can be organised in non-tribal ways to foster unity: an argument often used by military dictators. By far the most effective detribalising influence is that of living in towns, where people become so jumbled up that the old languages and distinctions quickly lose their divisive force.

So far only some 20% of black Africans live in cities, and the only country with a lot of detribalised, well-educated, prosperous urban black Africans is South Africa, where they are confronted by a better educated and more prosperous white tribe. That conflict could one day make the fight in Burundi look like a picnic.

Nuclear tests

Semi-success at Semipalatinsk

SOVIET observers watched the Americans set off a nuclear explosion in the Nevada desert on August 17th. In September American officials will watch a similar Soviet test. This exchange would have been unthinkable only two years ago. But the two superpowers hope for very different returns from letting their opposite numbers come to see their big bangs. The Russians still want all nuclear tests banned, the Americans want to carry on some amount of testing for the foreseeable future.

Even so, the two countries are growing more relaxed about co-operation. Neither wants to look as if it is obstructing progress on arms control, and both are keen to collect as much information as possible about the other side while relations stay reasonably good.

It all began in July 1986, when the Russians let scientists from the Natural Resources Defence Council (NRDC), an American environmental pressure-group, take measurements near the main Soviet test site at Semipalatinsk in central Asia. The American scientists wanted to work out how many stations would be needed to detect very small tests anywhere in the Soviet Union; this would help to enforce the complete test ban which (unlike their own government) the NRDC scientists favour.

The Russians did not let the visitors make their experiments during a real nuclear test. Instead, they set off three biggish chemical explosions to help them measure shock-waves around the test site. (The NRDC people are still there, with more stations, and hope to monitor next month's test with their seismometers.) In return, also in 1986, the American government said it would let a group from the Soviet Academy of Sciences observe a nuclear test and inspect an American system, called CORRTEX, for measuring the power of underground explosions.


One that works

This system is built around a cable buried at the test site, which is crushed by the force of the blast. By measuring the speed of the crushing, say the Americans, one can measure the explosion's power accurately and easily. Since the Russians were not interested in measurements but in a complete ban on tests, they declined to look at CORRTEX. But they half-changed their mind at last December's meeting between Mr Gorbachev and Mr Reagan, when Russia agreed to an exchange of government observers using their own methods to measure each other's explosions. The Americans will use CORRTEX.

The United States has handicapped itself in this debate. It has deployed every imaginable argument against a complete test ban, including the contention that very small weapons might be tested without detection, and that the side which cheated would jump ahead of the one that did no tests. Unfortunately for the Americans, technology is demolishing the they-might-cheat-without-getting-caught argument.

Partly as a result of the NRDC's work, most scientists now agree that about 25 seismic stations inside the Soviet Union c[...] detect nuclear explosions as small as fiv[...]lotons (one kiloton gives a bang as bi[...] 1,000 tons of TNT) and distinguish t[...] from earthquakes. Such a network m[...] fail to distinguish nuclear explosions of [...] size from the big conventional bangs so[...] times used in mining. But a combinatio[...] a 25-station network plus an agreemen[...] invite outside observers to mining ex[...]sions could catch nearly everything nuc[...] down to perhaps one kiloton.

In fact, the possibility of cheating is the main American objection to a comp[...] test ban. The Americans argue that so l[...] as nuclear weapons help to keep the p[...] old ones need to be replaced by new o[...] and the new ones have to be tested. The [...] ones generally produce less radiation [...] cause less physical havoc than the old o[...] Even existing weapons need testing now [...] again to make sure they still work. Un[...]ground tests are not particularly expen[...] or dangerous: they rarely release much [...]dioactivity into the atmosphere. It is a g[...] argument.

Most opponents of tests would lik[...] do away with nuclear weapons entirely, [...] think a test ban might help. It might, b[...] governments decide that it is safe to do a[...] with nuclear weapons the best way is to [...] an agreement and then destroy them all, [...] deny themselves new and "cleaner" o[...] while the old ones deteriorate in unpred[...]able ways.

This does not invalidate the superp[...]ers' exchange of test-watchers. The pre[...] rules limit nuclear explosions to a powe[...] no more than 150 kilotons. The two trea[...] that set this limit—the Threshold Test-[...] Treaty of 1974 and the Peaceful Nuclear [...]plosions Treaty of 1976—have never b[...] ratified by the American Senate, mainly [...] cause of fear of cheating. The exchange [...]its will probably show that cheats can [...] caught. If the Americans are allowed to [...] in their CORRTEX cables at the Soviet [...] site before each shot, the Senate may be [...]suaded to ratify those treaties.

Gulf war

Other means

CLAUSEWITZ called war the contin[...]tion of politics by other means. [...] peace talks between Iran and Iraq, which [...]gan in Geneva on August 25th, five day[...]ter an official ceasefire took hold on [...] ground, are likely to reverse that dict[...] Both sides want the talks to deliver the c[...] victory neither managed to gain on the [...]tlefield. Mr Javier Perez de Cuellar, [...] United Nations secretary-general, thi[...] the negotiation could last for years.

The bitterest disputes will be over [...]

06

9400847

Burundi, ante una crisis de tipo feudal

Pocas situaciones en el mundo moderno ofrecen el arcaísmo de los dos reinos de los grandes lagos: Rwanda y Burundi. Y es correcto decir reinos, aunque hoy sean repúblicas porque la monarquía duró allí hasta hace muy pocas décadas en medio de instituciones típicamente africanas prácticamente nada influidas por el mundo exterior.

Tanto Rwanda como Burundi, en efecto, quedaron fuera de todo contacto con los musulmanes y desde que primero los alemanes y luego de su derrota en la Primera Guerra Mundial en 1918 los belgas, controlaron su país la intromisión extranjera en sus asuntos internos fue nula.

En ambos países las cosas casi no habían cambiado desde hace al menos cuatro siglos y en un proceso histórico curiosísimo. Hacia el siglo XIII numerosas tribus de ganaderos, o, más precisamente, de vaqueros del sur del Sudán, se instalaron en el país donde vivía una población de agricultores a la que dominaron, pero cuyo idioma adoptaron. Los primeros eran los tutsi y los segundos los hutu.

Dos reinos surgieron: Ruanda, en el siglo XIV (primer rey o mwami Ndahyroruyange hacia 1386) y Burundi en el XVI, ambos con la misma organización.

Los europeos juzgaron las cosas con su propia escala y hablaron de "feudalismo africano": "a los hutu se les puede imponer cualquier obligación"; "ante sus amos son reservados y evasivos"; "los hutu son despreciados y considerados como siervos"; "si un tutsi se casa con una hutu es expulsado de su familia".

El historiador y político Mworoha, aristócrata de Burundi, citó y rechazó la comparación, aunque admitiendo "una inferioridad de rango social" fundada sobre la vaca. Y señala que éstas confieren "un estilo de calidad innegable para lo cual basta ver los tabúes que rodean la producción y consumo de leche".

Toda su obra gira, en efecto, sobre este curiosa "civilización de la vaca", que de hecho engendró un "feudalismo vacuno".

El siglo XX comenzó allí para todo fin práctico cuando el dominio belga empezó a ceder hace algo menos de treinta años.

Los hutu eran en ambos países el 85 por ciento de la población y la noblerza tutsi el 14 por ciento. El poder no correspondía de ninguna manera con esas cifras. De los 45 jefes de Ruanda todos eran tutsi y de los 37 de Burundi, 36. En el consejo supremo, donde cada país tenía 33 representantes había un hutu en Ruanda frente a 32 tutsi y tres en Burundi frente a 31 tutsi.

Las cosas explotaron en Ruanda en el último año del mwami Mutare III (1931–1960) cuando los hutu explotaron y exigieron la terminación de las prestaciones feudales y su promoción a los cargos públicos. La revolución fue mucho más sangrienta y radical que la francesa en 1789. Decenas de miles de nobles tutsi huyeron en medio de una carnicería sin precedente en Africa. Luego, asentadas las cosas, se estableció un régimen de convivencia. Los tutsi tendrían dos ministerios sobre ocho, siete bancas sobre 44 del Parlamento y un diario.



La violencia lleva treinta años

Muy distinto fue el caso en Burundi. Allí el "feudalismo vacuno" era un poco menos duro y la distinción social entre los dos pueblos menos absoluta. Incluso el primer mwami, Ntare I (1550) era un hutu que se casó con una tutsi.

Ntare III fue destronado a fines de 1966, pero la situación social siguió igual. Los hutu no recibieron nada y los tutsi han seguido en control prácticamente absoluto. Todos los intentos de revertir las cosas han fracasado y cuando los hutu han protestado demasiado fuerte o demasiado violentamente la represión fue feroz. Dentro de este contexto se inscriben los últimos episodios y sus horribles precedentes: la matanza de tutsi cuando la revolución hutu de 1965 y la de hutu durante la breve guerra civil de 1972: 200.000 víctimas.

07

9400847

22.8.88

24.000 muertos por luchas en Burundi

PARIS, (EFE). — Más de 24.000 personas han perdido la vida en matanzas ocurridas en los últimos días en el norte de Burundi y miles de personas han huido del país para refugiarse en el estado vecino de Ruanda, informó ayer el segundo canal de televisión francés.

Según testimonios telefónicos difundidos en el telediario del mediodía de "Antena 2", unas 3.000 familias de la etnia tutsi, minoritaria en el país pero actualmente en el poder, fueron masacradas por miembros de la etnia Hutu en una zona cercana a Ruanda.

Las informaciones procedentes de Burundi, aún confusa, indican que las matanzas tuvieron lugar el pasado fin de semana y fueron perpetradas por multitudes que manifestaban su protesta contra el gobierno.

Según otras informaciones procedentes de Ruanda, país vecino con el que Burundi comparte su frontera del norte, unas 30.000 personas, muchas de ellas heridas, lograron huir de la zona y llegaron a ese país buscando refugio.

Asimismo, se indica que el gobierno de Ruanda ha hecho un llamamiento a la comunidad internacional para obtener el envío de medicamentos y ayudas materiales.

El segundo canal francés difundió imágenes de las precedentes matanzas étnicas en Burundi, ocurridas en 1972, cuando los hutus intentaron llevar a cabo el genocidio del pueblo tutsi.

Los enfrentamientos desembocaron entonces en guerra civil, en la que fallecieron decenas de miles de personas y, pese a su minoría numérica, dieron la victoria a los tutsi, con matanzas de represalias de miles de personas pertenecientes a la etnia hutu.

que sacudió la zona ... entre los escombros de sus casas. Mil personas murieron y ... resultaron heridas a causa ...

Burundi: Soldados Linchados: Más de Cinco mil Muertos

PARIS, 22 (EFE). — Grupos extremistas y efectivos del Ejército siguen enfrentándose hoy en el norte de Burundi, donde en las matanzas ocurridas la semana pasada murieron más de 5.000 muertos, informaron fuentes oficiales en Bujumbura, capital de ese país africano.

Según las citadas fuentes, difundidas por la televisión francesa, la situación sigue muy confusa en la región de Burundi cercana a la frontera con Ruanda.

Por orden de las autoridades de Bujumbura, ningún observador independiente ha podido trasladarse aún a esa zona, donde comenzaron hace unos ocho días los enfrentamientos entre la etnia Hutu, que representa a un 80 por ciento de la población del país, y la etnia Tutsi, muy minoritaria, pero que tiene el poder.

El domingo, una fuente del Gobierno de Burundi anunció que las matanzas perpetradas en el norte del país por los Hutus habían provocado la muerte de unas 24.000 personas pertenecientes a la etnia Tutsi.

Poco después, fuentes de Ruanda señalaron que unas 35.000 personas, muchas de ellas heridas, habían cruzado la frontera para refugiarse en ese país.

Parece confirmarse hoy que los refugiados pertenecen todos a la etnia Hutu, y que huyeron de Burundi para escapar de matanzas realizadas por el Ejército, tal vez como represalia por las primeras agresiones de los Hutu.

Según algunos testimonios hechos por teléfono desde la zona y publicados hoy por el diario francés "Liberation", los primeros disturbios comenzaron con la muerte de dos Hutu a manos de soldados Tutsi.

Los soldados fueron linchados por la población Hutu que, enfurecida, inició la matanza de los habitantes Tutsi de la región.

Las informaciones publicadas por el periódico, en base a los testimonios locales, indican que "hubo alrededor de mil muerto" entre la etnia Hutu hasta la llegada de refuerzos militares enviados por el Gobierno, integrado por miembros de la etnia Tutsi.

Denuncian Genocidio de Etnia Hutu por lo Tutsi en Burundi

BRUSELAS, 21 (EFE). — El "Partido para la Liberación del Pueblo Hutu" (Palipehutu) pidió hoy aquí a la comunidad internacional y a los países limítrofes de Burundi, Rwanda, Zaire y Tanzania, que pongan fin al "genocidio" de su etnia.

En un comunicado entregado a la agencia de noticias "Belga", firmado por tres representantes de este partido exiliados en Bélgica, el "Palipehutu" relata el "drama" según el cual cuatro municipios hutu fueron bombardeados hasta su desaparición.

Según el comunicado, el "drama se desarrolló en cuatro fases" y empezó con la evacuación por parte del "ejército monoétnico Tutsi" hacia el campo militar de Kirundo, de los Tutsi que residían en esos cuatro municipios de mayoría Hutu, al norte del país.

La evacuación, según el comunicado, fue seguida por bombardeos que alcanzaron a niños, mujeres y ancianos Hutu y por masacres de militares camuflados en civil que mataron con su fusil, bayoneta y machete, los supervivientes Hutu e incendiaron con gasolina todas las viviendas.

A continuación llegaron militares uniformados "haciéndose pasar por pacificadores" y consiguieron hacer salir con sus machetes a los pocos Hutu que se habían salvado, "ejecutándolos allí mismo", asegura el "Palipehutu".

"Hoy continúan los incendios y los cadáveres flotan en las aguas del Akanyaru y de lago Cohoha que separan a Burundi de Rwanda", asegura el comunicado.

Por su parte, en un comunicado firmado por Michel Elias, Secretario del "Comité de Defensa de los Derechos del Hombre en Burundi", se pide el envío al ex protectorado belga de una "misión de información".

Sugiere este comité que la misión se sitúe bajo la égida de una organización internacional.

NIEGA IMPLICANCIA

PARIS, 21 (EFE). — El ex presidente de Burundi, Jean Baptiste Bagaza, ha afirmado no estar implicado en los sangrientos acontecimientos que afectan a su país, donde matanzas étnicas provocaron la semana pasada unos 24.000 muertos.

En una declaración publicada en París por su abogado Sahli Fethi, el ex-dirigente precisa que no mantiene "ningún movimiento clandestino en el interior o el exterior" de Burundi.

Bagaza subraya que "la rebelión contra el gobierno de Bujumbara es una consecuencia lógica del golpe de estado" refiriéndose al golpe que le derrocó en setiembre de 1987.

"La solución de todos los problemas seudo-étnicos reside en el desarrollo económico y social y en la instauración de la democracia", agregó el ex presidente en su mensaje.

88

08

9400847

(14)

Genocidio en Africa

Señor director:

Mientras nuestro canciller se dedica a repartir injuriantes calificativos a nuestros hombres de campo y a promover su candidatura a diputado nacional, la agencia United Press International nos hace llegar un cable que ha tenido amplia difusión, en el que se hace saber sobre las atrocidades cometidas por el ejército de Burundi (Africa), que según refugiados de Ruanda, país vecino, serían veinticuatro mil los habitantes de una población civil que fueron cruelmente masacrados, entre los que se contarían miles de niños.

Cables posteriores provenientes de Kigali, Ruanda, de la misma agencia, manifiestan que funcionarios de las Naciones Unidas y de la Cruz Roja Internacional viajaron al sur de esa capital para recorrer los campos de los refugiados, que llegan ya a cuarenta y cinco mil, y verificar esta situación.

Se afirma que los ríos están cubiertos de cadáveres, muchos de ellos niños. Los soldados de Burundi, según la misma fuente, degollaban primero a los padres, y luego amarraban a esos cadáveres a los hijos, para arrojarlos juntos al río.

Estos países africanos, castigados por cruentas luchas tribales, donde en este caso una tribu es avasallada por otra con la ayuda de un ejército, no tiene mayor repercusión en los medios internacionales en manos del marxismo, que sólo se alarman por la prisión del líder izquierdista Mandela en Sudáfrica, del "apartheid" mal intencionadamente difundido con ribetes escandalosos en el mundo por esos medios.

La Argentina, lamentablemente por obra de nuestro canciller que aborrece a la "chusma", está alistada como una aliada de estos países como Burundi, y silencia estos escandalosos genocidios. Los derechos humanos para la izquierda sólo existen cuando cae un negro de entre sus filas, pero no cuando asesinan un pueblo inocente compuesto de 24.000 almas.

Puede ser que criticar a Burundi puede significar la pérdida de muchos votos para llegar a la presidencia de las Naciones Unidas, pero lo horrible de todo esto es que las coincidencias que se están señalando nos hablan de fines comunes con la Unión Soviética, que como es sabido quiere la extinción de Sudáfrica, para hacer real el dominio comunista en Africa. Creo que esto es más importante que criticar a los que silbaron al presidente.

EDUARDO PALACIOS MOLINA
33 Orientales 786, Becar,
provincia de Buenos Aires

4.8.88

21.8.88

Several hundred believed dead in Burundi massacre

KIGALI (UPI) — Bloody tribal clashes in Burundi may have claimed several hundred lives this week, a grim reminder of a 1972 massacre of more than 100,000 in the impoverished east-central African nation, diplomatic sources said Friday.

The fighting has sparked an exodus of more than 10,000 tribesmen and their families, who fled into neighboring Rwanda without any possessions, diplomats and relief agencies said.

"The perpetrators of this horror and their commanders want to provoke civil war in Burundi," that nation's foreign affairs and cooperation minister, Cyprien Mbonimpa, told diplomats Thursday.

Western diplomats said that although information on the extent of the tribal fighting remained sketchy, reports from northern Burundi indicated hundreds died, including large numbers of women and children.

"The impression among the western diplomatic community is that several hungred were killed," said one diplomat in the Rwandese capital of Kigali.

The Burundi government gave no details of casulaties but said "a considerable number of persons" were killed.

The fighting reportedly started on Aug. 14 when Hutu tribesmen attacked members of the minority but politically-dominating Tutsi tribe in the northern Ngozi and Kirundu provinces and continued for at least four days.

A government spokesman in the Burundi capital of Bujumbura earlier described the incident as "a selective killing of Tutsis."

Burundi's state-run radio said the fighting "soaked our country in blood and plunged it into grief."

In similar clashes in 1972, more than 100,000 members of the majority Hutu tribe were massacred by Tutsis who sought to revenge the killing of some 1,000 of their clansmen.

NO

09

9400847

(15)

Burundi Tribal Battles Reported to Continue

By Blaine Harden
Washington Post Service

NAIROBI — After tribal massacres that have claimed the lives of at least 5,000 people, fighting continues in the central African nation of Burundi as members of the majority Hutu tribe, fearing government revenge, try to flee the country, according to a senior Western diplomat.

Government soldiers, most of whom belong to the minority Tutsi tribe that dominates Burundi's government, are trying to stop an exodus of Hutus across the northern border into Rwanda, the diplomat said Tuesday in a telephone interview from Bujumbura, the Burundi capital.

In Rwanda, an official of the UN High Commission for Refugees said that about 40,000 Hutus have fled Burundi since tribal fighting broke out last week. The Burundi government acknowledged Monday that about 5,000 bodies have been counted.

The Western diplomat said that he was in contact with sources who work with the Burundi Army and that he had spoken with Roman Catholic priests who have been to sites of the massacre.

The government wants the people to respect a dusk-to-dawn curfew. There apparently is a lot of gunfire at night, not during the day. The Hutus are trying to get away at night and the soldiers are shooting at them, the diplomat said.

Citing what he said were church sources, the diplomat disputed accounts of widespread government-sanctioned killing by the army. He said that while there probably was some vengeance and some units got out of control, "Our reports indicate that the army has been extremely disciplined."

"Every indication that we have got is that the army is acting with restraint," he said.

Burundi, where five million people are packed into a small highland nation, exists, with what an African historian, René Lemarchand, has described as an unprecedented potential for ethnic hatred.

That hatred, in a nation where the shorter Hutus outnumber the taller Tutsis six to one, grows out of one the bloodiest episodes of tribal genocide in the history of modern Africa.

In 1972, a previous Tutsi-controlled government systematically exterminated about 100,000 educated Hutus. The killings eliminated the Hutu intelligentsia and business class.

The exact spark for this month's outbreak of killing remains unclear.

According to the Burundi government, the violence was started by dissident Hutus based in Rwanda who crossed the border and stirred up trouble among their fellow tribesmen living in the northeastern border districts of Ntega and Marangara.

The diplomat, citing his contacts with Catholic priests based in the north, said that the Hutus began the violence by carrying out machete and spear attacks on Tutsis living in isolated huts.

The diplomat said Catholic sources have told him that about 3,000 of the dead appear to be Tutsis, who apparently were killed in the initial Hutu attacks. The rest of the dead, the diplomat said, apparently were killed by the army.

After many massacres, can West still support Burundi?

8/9/88

By Patrick Moser

BUJUMBURA, Burundi (UPI) — The West wants to "punish" Burundi for recent massacres by the army — which left at least 5,000 dead, and possibly many more — but fears this would lead to further slayings of the majority tribe.

"It is a big dilemma," one Western diplomat said. "On the one hand, morally we have to take some form of action, like cutting aid, but must be careful this does not play in the hands of the hardliners who want more retaliatory killings."

In the affected regions in the northeast, now virtually abandoned, the bodies of horribly mutilated children piled up in mass graves and the bayonet wounds on babies in hospitals are a grim indication of the cold-blooded hatred behind the clashes.

Authorities say some 5,000 died in about a week of tribal fighting that started Aug. 14. Independent sources believe the death toll to be closer to 15,000, most of them slain by army troops.

The extent of the brutality of the killings left foreign observers aghast and fearful that the slightest new incident may trigger more tribal slaughter on an even larger scale in the tiny east-central African country.

Burundians themselves, as one student put it, "are living under the specter of fear."

The ruling Tutsi tribe, which makes up only 15 percent of the 5 million population, but dominates the government and army, is terrified by the possibility that 85 percent of the population — the Hutu — will massacre them and take power.

The Hutu, on the other hand, live in fear that the Tutsi will decimate them to prevent their taking power.

Tension has existed for centuries, ever since the two groups started living side by side, and has often led to brutal clashes. Mass violence last erupted in 1972, when Tutsi officials slaughtered more than 100,000 Hutus after that tribe had killed about 1,000 Tutsi in an attempted uprising.

The bitterness remained. "It will probably always be there," said a Hutu nurse in northeastern Burundi, whose husband "disappeared" last week after he was picked up by the army.

Although the exact causes of the recent killings are still unclear, observers say tensions were so high that the slightest incident or rumor would have been sufficient to spark them off.

Frightened Hutu in northeastern Burundi apparently attacked villages, killing, raping and mutilating any Tutsi they found. Crack army troops — all Tutsi — sent in to restore order retaliated in an equally bloody manner.

The first massacres were incredibly savage.

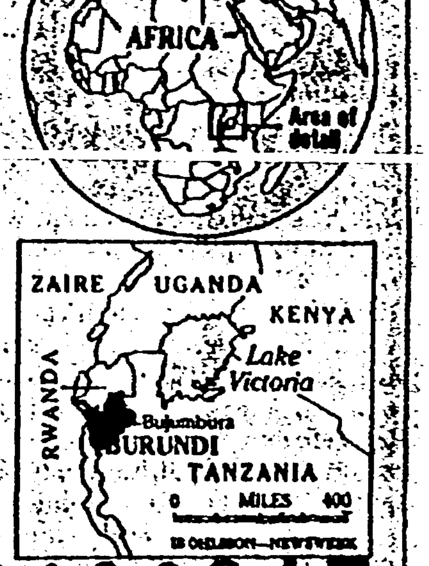
The Massacre in Burundi's Mountains

Coffee trees dot the mountainous terrain of Burundi's Kireno region. But in the last two weeks, the agrarian calm has been shattered: Kireno has turned into a vicious battleground. At least 5,000 people have been killed in ethnic clashes between Hutu tribesmen wielding machetes and spears and heavily armed government forces who are predominantly members of the rival Tutsi tribe. More than 40,000 Hutus have fled to seek refuge in neighboring Rwanda.

The bloodshed began when Hutus stormed the village enclave of Ntege and hacked hundreds of Tutsis to death. Government troops rapidly struck back: Hutu refugees have accused the military of slaughtering thousands of fleeing civilians with automatic-weapons fire from military helicopters.

Foreign diplomats in Bujumbura, Burundi's capital, confirmed much of both sides' accounts. Few expressed surprise that the tribal hatred had erupted into violence once again. In the 26 years since independence, the Tutsis, who represent only 15 percent of Burundi's population but dominate the government, have virtually excluded the Hutus from sharing political power and from equal access to education and economic opportunities.

The regime of Major Pierre Buyoya, who seized power in a bloodless coup last September, has taken some steps toward reconciliation with the Hutus. Last week the government ordered a curfew and appealed for calm. But there is little calm in the northern mountains, where the feud between Hutus and Tutsis is now stained with a new streak of blood.



9400847

After Burundi Tribal Massacre, Donors Rethink Their Aid Strategy

By Blaine Harden
Washington Post Service

BUJUMBURA, Burundi — Things work in this small country. That is what the bureaucrats who dispense Western development money in Africa say about Burundi.

And that is why the World Bank, the richest and most powerful patron of African governments, has made this nation of five million people the largest per-capita recipient of low-interest loans.

But to the horror of the World Bank and Western donor governments that are eager to show that free-market policies can benefit Africa, the Burundi government, has presided in recent weeks over a tribal massacre.

Interviews with doctors, church officials and diplomats indicate that the number killed in the north is 20,000, far greater than the 5,000 officially estimated by the government. In 1972, government troops murdered 100,000 Hutus.

Since the killings last month, 50,000 Burundians have fled the country, gathering in squalid refugee camps in neighboring Rwanda.

The government is controlled by the minority Tutsi tribe, which makes up 15 percent of the population, and nearly every government soldier is a Tutsi. Nearly all of the dead were from the Hutu tribe, and there is strong evidence that most of them were killed by government soldiers. Nearly all the refugees, too, are Hutus.

In the past two weeks, hundreds of Hutu women and children have come out of hiding, displaying multiple bayonet wounds in their backs.

The scale and barbarity of the military killing has shocked Western donors.

"The real question is, 'Why are we still here?' " asked a diplomat from a European country that recently increased its aid to more than $20 million a year. "Morally, we should get out and slam the door behind us."

For Western donor countries and multilateral lending agencies, military genocide in the highlands of central Africa has created a dilemma similar to that faced by the trading partners of white-ruled South Africa: What is the best way to encourage democratic changes in a sovereign country with a morally repugnant political system?

Before the killings, the World Bank, which this year will give Burundi about $80 million in grants and concessional loans, seemed convinced that monetary support for free-market economic changes would gradually encourage the dismantling of minority rule.

The Tutsis reserved most political, economic and educational opportunities for their tribe, but the country's military leader, Major Pierre Buyoya, who took power in a bloodless coup last year, has told World Bank officials that he will end minority domination within four years.

"Buyoya understands that there are only two ways to go in this country," said a World Bank official here. "One is civil war. The other is gradual relaxation of tribal discrimination."

Major Buyoya has eliminated passbook laws that had kept Hutus from migrating around the country in search of better jobs.

"The government here saw that there was no hope for economic development if they continued with restriction on the movement of the labor market," a World Bank official said of the move.

Development specialists acknowledge that the World Bank had other reasons to make big loans to Burundi.

"We have a high-performing country here, and there are not that many in the World Bank's kitty in Africa," a bank official said.

The Tutsi government, which is considered to be well organized, well managed and relatively uncorrupt, has been highly receptive to the bank's free-market policies. Western economists say that the pace of change here has been far more impressive than in many nearby African countries, such as Zaire and Zambia, that are marked by corruption and inefficiency.

The military regime has quickly completed nearly all of the policy changes that the World Bank and countries like the United States insist are necessary for economic growth. Burundi has devalued its currency, eliminated most import restrictions, raised prices paid to farmers and stripped the economy of regulations that inhibit trade.

In return, the World Bank has lent money for education, health and agricultural reform.

6.9.88

(19)

11.

18

Totenstille im Norden Burundis

1.9.88

«Befriedung» durch die Armee

B. A. Nairobi, 31. August

Nach der jüngsten Welle von Massakern, die den alten ethnischen Konflikt im zentralafrikanischen Staat Burundi zum Hintergrund haben, ist im Norden des Landes anscheinend wieder Ruhe eingekehrt – oder vielmehr Totenstille; keine menschlichen Geräusche in einem sonst sehr dicht besiedelten Land. Nach Zeugnissen des Apostolischen Pro-Nuntius in Bujumbura, *Pietro Sambi*, und von Journalisten, die in den letzten Tagen die Gegend von Ntega und Marangara besuchen durften, sind nur ganz wenige Leute zu sehen, angeblich fast ausschliesslich Tutsis. Die Hütten und Häuser stehen leer, und es gibt viele Anzeichen, dass sie fluchtartig verlassen worden sind; viele Gebäude sind niedergebrannt.

Flüchtlingsstrom

Laut einem Agenturbericht lebten vorher in diesem Gebiet etwa 130 000 Personen. Nach Angaben des Uno-Hochkommissariats für Flüchtlinge (UNHCR) aus Kigali, der Hauptstadt des Nachbarlandes Rwanda, sind inzwischen etwa 55 000 Burundi über die Grenze getreten. Anfänglich seien täglich zwischen 5000 und 6000 geflohen, während gegenwärtig noch rund 1000 pro Tag einträfen; manche hielten sich – so berichten sie – einige Tage in den Sümpfen nahe der Grenze versteckt. Viele sind verwundet; ein französischer Arzt sagte, die Wunden entsprechen *Kriegsverletzungen*. Auch im südlichen Nachbarland Tansania sind Flüchtlinge eingetroffen. Das UNHCR und die Regierung von Rwanda sowie die Regierung in Bujumbura haben um *internationale Hilfe* gebeten, für die Unterbringung der Flüchtlinge werden vor allem Zelte benötigt.

Man wird wohl weder den Ablauf der Schlächterei noch die Anzahl der Todesopfer je genau erfahren. Noch immer zirkuliert die offizielle Zahl von 5000 Toten, die jedoch vom 22. August stammt und kürzlich vom Staatschef, *Major Pierre Buyoya*, als erste Schätzung bezeichnet wurde; frühere offiziöse Angaben von 24 000 Umgebrachten sind nicht wiederholt worden, und laut Überlebenden könnten es *Zehntausende* gewesen sein. Die Indizien, dass es seit dem 22. August zu Massakern durch die Tutsi-Soldaten der Armee an Hutus kam, sind überwältigend. Die Regierung in Bujumbura behauptet indessen, die Armee habe nach den von Hutus ausgelösten Massakern an Tutsis die Gegend lediglich befriedet; dabei habe es im Kampf gegen die Aufständischen zwar Tote gegeben, doch von einem Rachefeldzug könne keine Rede sein.

Dies steht in diametralem Gegensatz zu den Aussagen der Flüchtlinge, die zwar zumeist Hutus sind, sich aber ihre unleugbaren Verletzungen – vor allem von Hieben und Stichen an Kopf und Hals – kaum alle selbst beigebracht haben. Die katholischen Bischöfe haben in einer Formulierung, die man als versteckte Kritik an der Regierung verstehen muss, die Gewalt verurteilt, von welcher Seite auch immer sie kommt. Der burundische Aussenminister *Cyprien Mbonimpa* hat internationale Aufforderungen – am Mittwoch auch vom kanadischen Aussenminister *Clark* vorgebracht –, eine unabhängige Untersuchung der Ereignisse zuzulassen, unter Hinweis auf eine von der Regierung bereits eingeleitete Abklärung und auf die Souveränität seines Landes *zurückgewiesen;* davon, dass sich die Macht fest in den Händen der Tutsis befindet, sprach er nicht.

Laut unbestätigten Berichten kam es jüngst zu einer Konfrontation zwischen Hutus und Tutsis auch *im Süden* des Landes, wo es bisher ruhig war; zwei bis zehn Personen sollen ums Leben gekommen sein. Am Dienstag trafen sich die drei Staatschefs der Wirtschaftsgemeinschaft der Grossen Seen, der neben Burundi und Rwanda auch Zaire angehört, Buyoya – ein Tutsi –, Juvenal Habyarimana – ein Hutu – und Mobutu Sese Seko, in Gbadolite, dem Heimatsitz Mobutus. Sie beschlossen, ein Klima zu schaffen, das der raschen Rückkehr der Flüchtlinge förderlich sei.

NO

12

9400847

(20)

ETHNIC MASSACRES IN BURUNDI

0988

SPR.Z. There is evidence that the ethnic massacres which have occurred in Burundi have been aided, abetted and largely perpetrated by the security services. There is not much that can be done in such cases by the international community, but it is possible to suspend foreign aid. This is all the more feasable today, when it is no longer likely that the Soviets under Mikhail Gorbachov are looking for new and expensive satellites in Africa, or elsewhere. In fact, it is even possible that the Soviets would be ready to associate themselves with a withdrawal of aid. Burundi's main civil donors are France, Belgium and West Germany, while its military donors are France and the Soviet Union. It would be reasonable - and a demonstration of sympathy for the ill-treated majority of the country's population - if these donors were to get together and put an end to all aid for the time being. It would not be a serious argument against this policy to say that the interests of the people would be harmed, for it is not possible for them to be harmed more than they already are by the disreputable government in power.

BURUNDI DEFENCE MINISTER: Burundi's new President, Maj. Pierre Buyoya, has also taken up the Defence Ministry following the coup d'etat last month.

Burundi: aparecen cuerpos flotando en los ríos por las matanzas tribales

Kigali, Ruanda, 28 (UP) – Funcionarios de fronteras dijeron hoy que un gran número de cadáveres atados, aparentemente víctimas de las matanzas tribales de Burundi, que han cobrado por lo menos 5.000 vidas, llegaron flotando por los ríos de Burundi a la vecina Tanzania.

Los informes dicen que un gran número de cadáveres con las manos atadas a la espalda fueron vistos flotando en el río Rusumo Abajo, en el borde de Tanzania con Burundi, dijo la oficial Radio Tanzania, sintonizada en Kigali.

La emisora afirmó que el río fluye hacia el occidente de Tanzania desde el norte de Burundi, cerca de la frontera con Ruanda, donde tropas gubernamentales reclutadas entre la minoritaria tribu Tutsi habrían matado a miles de miembros de la mayoritaria tribu Hutu en brutales matanzas que siguieron a anteriores enfrentamientos entre ambos grupos.

El informe se corresponde con otros similares de refugiados hutus que huyen a Ruanda, según los cuales las tropas del gobierno arrojaron centenares de cadáveres de aldeanos hutus, incluidos bebés, al río Akanyaru que también pasa por el área y luego entra en Ruanda.

Informes desde la ciudad de Ntega, en el norte de Burundi, donde parecen haber comenzado algunos de los asesinatos, dijeron hoy que aparentemente está vacía y que enormes fosas colectivas fueron cavadas por tropas del gobierno, aunque los informes no mencionan el número de los muertos.

"Solamente había casas desiertas, sin señales de vida. Por todos lados silencio, el silencio de los cementerios. Parece que los hutus mataron a un montón de tutsis por aquí", afirmó un sacerdote católico que visitó la ciudad [illegible].

En sus primeros comentarios sobre las matanzas, el presidente de Burundi, mayor Pierre Buyoya, prometió que los responsables serán castigados [illegible]

p3

9400847

(21)

OPINION

To Stop the Slaughter, Partition Burundi

By Thomas P. Melady

HARTFORD, Connecticut — Once again, thousands have been murdered in the small Central African country of Burundi. If these mass killings are ever to end, the country must be partitioned — the way Armenians and Turks were separated after the 1917 bloodbath.

Such a partition must take place under United Nations auspices. Given the growing role of Secretary-General Javier Pérez de Cuéllar and of the UN itself in cooling down hot spots, the time is auspicious for the organization to play a central role in pacifying Burundi.

According to the government of Burundi, at least 5,000 people have been killed in the uprising of Hutus, who make up 85 percent of the population. President Pierre Buyoya, has suggested that even more have been killed, and this assertion seems to have been borne out by news service reports.

In 1972, when the majority Hutus attempted to overthrow the Tutsi-dominated government, some 10,000 Tutsis were killed. In retaliation, the Tutsis killed more than 100,000 Hutus. Since 1972, several less horrendous ethnic clashes have occurred.

Such warfare has occurred periodically for four centuries. Colonial administrators — the Germans from 1885 to 1916, the Belgians from 1917 to 1962 — maintained a firm authoritarian hand, and ethnic clashes were immediately squelched before they turned into bloodbaths.

The Tutsis constitute less than 15 percent of Burundi's 5 million people, but the government primarily is drawn from the Tutsi community, and the army is almost totally composed of Tutsi soldiers.

The United Nations could help bring an end to the killing.

To end the bloodshed, the two communities must be separated. My experience in Burundi leads me to conclude that the predominantly Tutsi area of Gitega should be designated as the Tutsi part of the country and that the rest of Burundi should be assigned to the Hutus.

The United States should recruit European, Asian and African countries to co-sponsor a call for a meeting of the UN Security Council to consider instructing the United Nations to establish a framework of partition and to administer partition.

Only external authority — the United Nations — can bring about the necessary arrangements to prevent the two communities from killing one another. The Organization of African Unity is ineffective, no neighbor of Burundi's wants to become immersed in Burundi's tribal swamp, and the unilateral involvement of a major power would only reactivate fears of neocolonialism.

The UN Declaration of Human Rights, coupled with the UN Charter, justifies action by the organization. In addition, the absence of superpower interest in Burundi makes this approach politically feasible.

In 1973, Robert Yost, the U.S. ambassador to Burundi, was recalled for several reasons. One was to demonstrate U.S. displeasure over the large-scale violations of human rights. Today, given America's commitment to a universal program of human rights, the United States should be the leader in organizing an effort at the United Nations that will result in its assuming administrative control for the establishment of two geographically separated communities in Burundi.

A question has emerged whether the latest round of killing amounts to organized genocide. As of today, there is no evidence of such a plot.

The same question is still being asked about the 1972 killings. No written evidence has been found to substantiate the charge that the 1972 slaughter involved calculated genocide. But the organized way that so many Hutus who were elementary school graduates were killed in 1972 leads me to believe that it was.

Whatever the case, one fact is clear: The Hutu-Tutsi alienation resulting from a variety of historic forces has resulted in a genocide-prone culture in both tribal communities. Separation is the only way to prevent further ethnic slaughter.

The writer was U.S. ambassador to Burundi from 1969 to 1972. He contributed this to The New York Times.

The Primal Urge to Hate the Other

By William Pfaff

PARIS — Americans and Europeans have spent the last 40 years worrying about ideological conflict, not without reason, but to the neglect of a primordial and enduring cause of war, the communal one.

It is called tribalism in Africa, but tribalism is a single manifestation of a force of collective assertion, aggression and defense that also is inspired by race, religion, communal identity — a communal commitment exalted in the advanced nations as patriotism.

The African nation of Burundi is again experiencing massacres of the majority Hutu people by the minority Tutsis, originating, says the Tutsi government, in attacks on Tutsis by Hutus. Twenty thousand people are thought dead. Some 35,000 Hutus have fled to neighboring Rwanda.

Burundi is a gorgeous country, one of Africa's smallest, its western border lying along the Great Rift Valley, flanking Lake Tanganyika. Its population is its problem.

The original people were Twa, pygmies who today survive as something like 1 percent of the population. The majority of Burundi's people are Bantu-speaking Hutus, farmers, who are thought to have migrated into the country around the 13th century A.D. Two or three hundred years later the Nilotic Tutsi people arrived from the north, an immensely tall and exotically beautiful people who, like the related Masai in Kenya, are herdsmen, counting their wealth in cattle. The Tutsis established their domination over the Hutus, and a feudal system emerged by which a Tutsi king and aristocracy ruled the Hutus.

Colonialism left this system unchanged, but the Hutus rebelled in the 1960s and again in the 1970s, provoking repression by the mainly Tutsi army, killing thousands.

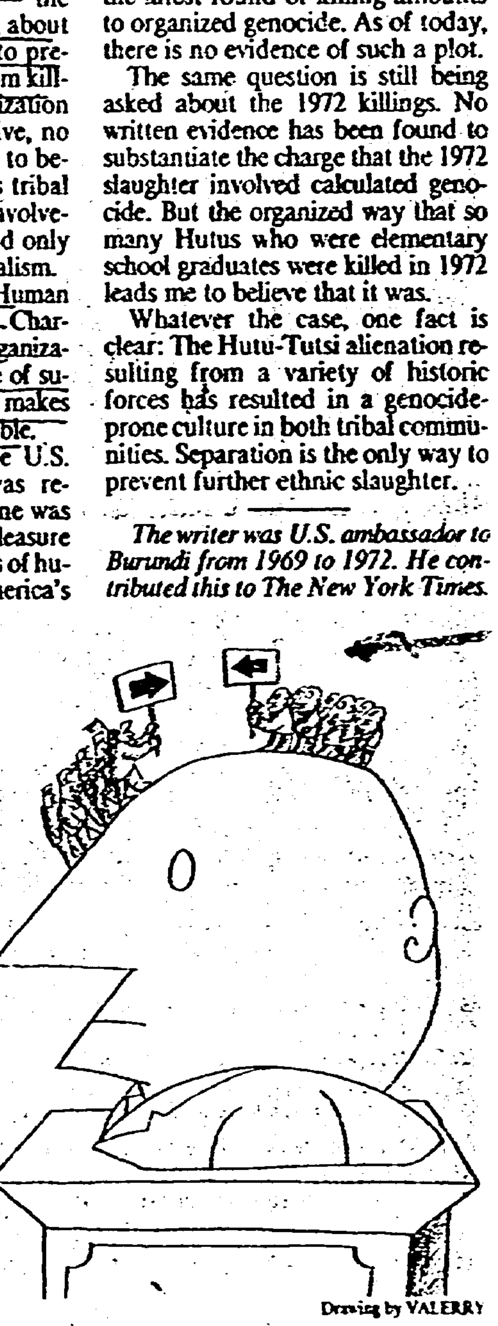
It is, of course, a struggle for power. But the source of the struggle is that the two people are different, have different origins — and one (the Tutsi people) is tall and caucasoid, while the other is shorter and Negroid. (The Twa, in a classic pattern, have allied themselves with the Tutsis.) This struggle has gone on for 500 years.

Burma's present political upheaval is made worse by a war that has gone on for generations between the Burmese and tribal groups on the frontiers — Kachins, Shans, Karens: some of Mongoloid origin, like the Burmese, some related to the Siamese to the east, all speaking their own languages (100 languages are spoken in Burma), all seeking, or defending, tribal autonomy.

Northern Ireland's troubles derive from history and religious tribalism. Sri Lanka has been torn apart in recent years by the struggle of minority Hindu Tamils against the Buddhist Sinhalese majority. India's principal internal problem is the Sikh drive for autonomy; the Sikhs are a Hindu sect influenced by Islam.

The struggle in the Middle East is in a fundamental way tribal, that of the Jewish people against the Palestinian people. Ideology has nothing to do with it, and religion less than one might think. The Gulf War was between Persians and Arabs — an ancient conflict. The Soviet Union is experiencing a rising of the subject nations — Armenians, the Baltic peoples, Crimean Tatars.

The United States has never got over its primal crime and conflict, that of slave owners to slaves. Americans' aboriginal victims still mostly live in futility on reservations, reproach to an indifferent white American majority concerning itself, these days, with the Pledge of Allegiance and the political question of which presidential candidate can be made to seem more patriotic, that is to say more tribal, than the other.



Drawing by VALERRY

The membrane of civilization is thin. Ideology is a phenomenon of civilization. It is the tribalism of intellectuals, as the ferocious and intolerant war of neoconservatives with liberals in the United States amply demonstrates. The origin of ideology is in ideas; ideologies are ideas' debasement to suit the primal urge to belong to a tribe — and to hate the rest.

International Herald Tribune.

WASHINGTON TIMES
22 AUGUST 88

Death toll uncertain in Burundi fighting

FROM COMBINED DISPATCHES

BUJUMBURA, Burundi — Fighting between government forces and the Hutu tribe continues in the north of Burundi, the government said yesterday, declaring that as many as 24,000 people were killed last week.

However, a Burundi-based diplomat, reached by telephone from Kenya, told The Associated Press that figure was "extremely exaggerated" and put the death toll at about 3,000.

The United Nations High Commissioner for Refugees said at least 30,000 people had fled across the border into Rwanda and said their accounts indicate the death toll is more like 1,000.

"Some groups are holed up in the marshes and the forces of order are trying to get them out," said Burundi Information Minister Frederic Ngenzebuhoro. The marshes are close to the border between Burundi and Rwanda.

Burundi officials had previously said the situation in the north was returning to normal.

Troops were sent to the scene and helicopters were being used for reconnaissance missions and transport, the minister said.

The government of this tiny central African state said yesterday that at least 24,000 people — about 3,000 complete families — were axed, speared and bludgeoned to death last week in northern Kirundo province bordering Rwanda.

"The majority of the victims were Tutsi," said the diplomat.

[In retaliation, the Burundi army massacred Hutu tribespeople living in four villages, according to a communique released in Brussels, Bel-

see TOLL, page A12

NO

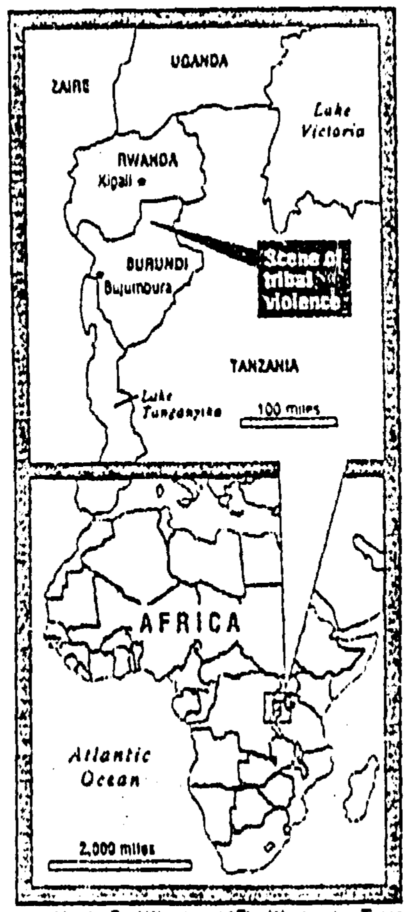
TOLL

From page A1

gium, by the Palipehutu (party for the liberation of the Hutu people), Agence France-Presse reported.

[The army bombed the villages with helicopters after arranging the evacuation of Tutsis in Bugabira, Vumbi, Ntega and Busoni. After the helicopter attack, soldiers wearing civilian clothes shot, bayoneted or axed people to death before pouring petrol into homes and setting them alight, the communique said.]

No one knows for certain how many died in the fighting between the politically dominant Tutsi tribe and their Hutu rivals, who form 85 percent of Burundi's 5 million population but are effectively excluded from political power and the army.



Map by Paul Woodward / The Washington Times

"The facts are very, very sketchy because of the remoteness of the area and the nature of the thing itself," said the diplomat, who spoke on condition of anonymity.

People on the border said they had lost count of the stream of battered bodies floating down the Akanyaru River, according to Reuters news agency.

In the border town of Butare, Rwanda, the mayor said refugees, most of them Hutu, were still arriving at the rate of 5,000 a day.

According to refugees and Rwandan border troops, the killings began Aug. 14, when a former soldier, a Tutsi, shot dead at least two Hutu in Ntega. The killer was lynched by a Hutu mob.

In the next two days of tribal violence an estimated 1,000 people were killed, the UNHCR representative in Rwanda, Code Cisse, told Reuters.

The Burundian army sent reinforcements into the area and began a wave of revenge killings against the Hutu, according to refugee accounts.

Refugees gave gruesome accounts of the slaughter, according to Reuters.

"Those who fled may be less numerous than those who died," said survivor Antoine Mpabonimana. She said three of her children were bayoneted to death by troops who took part in the killings.

Refugee Angele Barbaranburu described how soldiers made her and nine children, aged 1 to 15, lie down outside their home before bayoneting all of them in the neck.

She said from her hospital bed that she was left for dead but managed to escape across the border.

The Burundi government claims Hutu resentment was whipped up by former refugees who re-entered the country from Rwanda, where the Hutus are the dominant group.

The massacre, according to the government, was "well prepared" and led by "extremists".

(24)

92-558

Enduring Tribal Blood Feud Lies Behind Burundi Killings

By Blaine Harden
Washington Post Service

NAIROBI — The massacre last week of 600 to 800 people in the small nation of Burundi is a reminder of the blood-feud resentments that endure there in the mountains of central Africa under a military regime that practices a kind of tribal apartheid.

In Burundi, where about five million people are crowded into a remote highland country of about 28,000 square kilometers (about 11,000 square miles), the majority Hutu tribesmen are ruled by the minority Tutsis. Hutus outnumber Tutsis by 6 to 1, yet they have almost no role in the government or the military. The Tutsis control what little wealth there is in the world's 13th-poorest country.

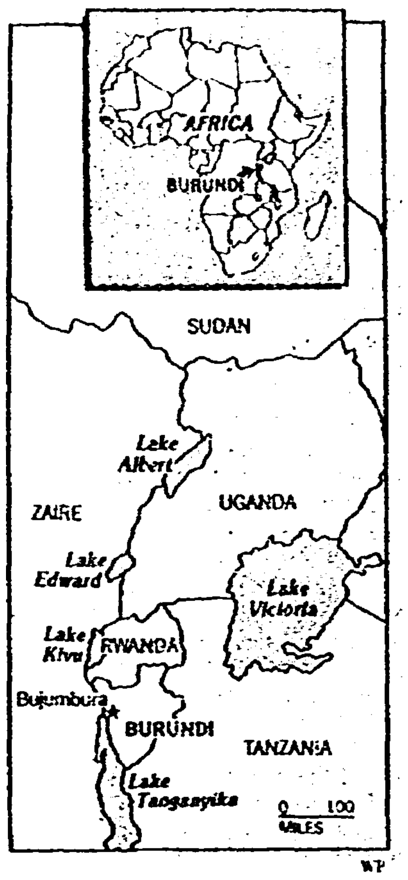
The inherent tensions of minority rule are heightened in Burundi by memory of the worst instance of tribal genocide in the history of modern Africa. In 1972, a previous Tutsi-dominated government systematically exterminated about 100,000 educated Hutus.

The killings last week, which reportedly began when Hutus in the mountains of northern Burundi carried out "selective" machete and spear attacks on Tutsi families, constitute by far the worst outbreak of ethnic violence since 1972.

According to a senior western diplomat in Burundi, the violence has increased tribal fears across the country.

"A lot will depend on what happens in the next few days, but right now emotions are running very high," said the diplomat, who was interviewed by telephone in Bujumbura, the capital.

Apparently anticipating tribal retaliation, about 15,000 Burundians have fled the northern mountains for asylum in bordering Rwanda, a country where the Hutu tribe controls the national government. A Western diplomat in Rwanda said most of the refugees were Hutu women and children.



In an effort to prevent a repeat of the revenge killing that veered out of control 16 years ago, Burundi's military government has dispatched an elite force of soldiers from the capital to the northern highlands. Like nearly everyone in the national government, nearly all of the soldiers are Tutsis.

"The government is attempting to get the lid back on and keep the tension isolated in that northern region," the diplomat in Bujumbura said.

He said there is widespread grief and anger in the capital among civil servants, many of whom recently had sent their children north for holidays with grandparents. Reports from the Ngozi and Kirundi provinces in the north indicate that some of those children died in last week's massacre.

The violence last week started with "fairly systematic and efficient" attacks on Tutsis' houses by Hutus armed with machetes and spears, according to the Western diplomat in Bujumbura.

"The people there live on hillsides in isolated huts," the diplomat said. "Everybody knows who is who. It wasn't too hard to surround a compound, set it on fire and kill the people as they came out."

He added that after the first wave of killing, there were apparently Tutsi revenge attacks.

Counts of the dead conducted by government soldiers at the scene have come up with 300 to 400 bodies from each tribe, the diplomat said. He said more bodies might be discovered.

The Burundi government, like nearly everyone in that country, is extremely unwilling to acknowledge the existence of tribal hatred. This reticence is such that many Burundians refuse even to say the tribal names "Hutu" and "Tutsi."

Instead, they speak of the Short Ones, the Hutus, who make up 85 percent of the population and who are mostly subsistence farmers of Bantu origins, and the Tall Ones, the Tutsis, who make up 15 percent of the population and who were once cattle people, probably of Ethiopian origin. The Tall Ones (many of whom are more than 6 feet tall) have been Burundi's elite for four centuries.

"Agitation" for last week's killing, according to Burundi's foreign minister, Cyprien Mbonimpa, came from "Burundi nationals abroad who had infiltrated the people with the aim of convincing them that civil war was imminent."

By this, Mr. Mbonimpa apparently meant that the government believes Hutu dissidents based in Rwanda had persuaded Burundi Hutus that the Tutsis were planning another tribal massacre.

Mr. Mbonimpa told foreign diplomats in Bujumbura last Wednesday that "the perpetrators of this horror and their commanders want to provoke ethnic civil war."

The violence surprised many political analysts because it comes at a time when the new military leader, Major Pierre Buyoya, a Tutsi who came to power in a coup 11 months ago, has made significant progress in reducing repression in the country.

"On the human rights side, over the past year, Burundi would have to get the prize for the most improved," the Western diplomat said. "Up to last week, it had no political prisoners that we were aware of."

Besides releasing political prisoners, the Buyoya government has dramatically reversed the anti-church policies of the previous regime, headed for 11 years by Colonel Jean-Baptiste Bagaza.

Colonel Bagaza had viewed the powerful Roman Catholic Church as a vehicle for Hutu revolt. He ordered hundreds of foreign priests and nuns out of the country, closed Catholic schools and restricted church services.

Since seizing power, however, Major Buyoya has made peace with the church, invited back foreign priests and returned confiscated property. In other areas, too, his government has won high marks from Western governments for free-market economic changes and for a crackdown on what had been a booming trade in illegal ivory.

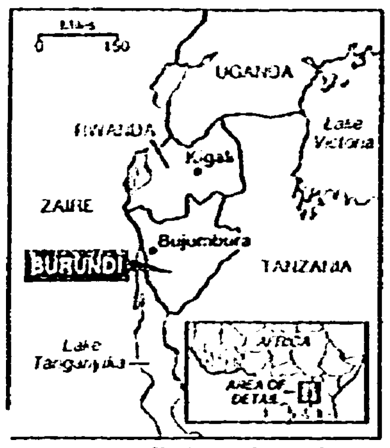
16

9400847

(25)

NEW YORK TIMES 23 AUG 88

Burundi Reports 5,000 Are Dead In Resurgence of Tribal Warfare



The New York Times/Aug. 23, 1988

The army of Burundi is said to have halted the ethnic clashes.

Army Puts Down Strife, Said to Begin With a Hutu Attack on Tutsi

By JANE PERLEZ

Special to The New York Times

NAIROBI, Kenya, Aug. 22 — The Burundi Government said today that at least 5,000 people had been killed last week in ethnic clashes between the majority tribe and the minority group that rules the small Central African nation.

Burundi's Foreign Minister told diplomats that the fighting began when members of the Hutu tribe, the majority, attacked members of the Tutsi, the minority that controls the military and rules the country.

A senior Western diplomat who attended the briefing today in Bujumbura, Burundi's capital, said the army, supplied with modern weapons and helicopters, had put down the Hutu, who used machetes and spears in the attacks that started on Aug. 15.

No Breakdown by Tribe

Foreign Minister Cyprien Mbonimpa did not indicate how many of the 5,000 killed were Hutu and how many were Tutsi, the diplomat said.

The Government reported that "Hutu peasants attacked the Tutsis with machetes and spears, and an indefinite number of Tutsi were killed in the first hours of the attack," the diplomat said. "There were reprisals, and obviously Hutus were killed. The Government is claiming that the army showed remarkable restraint."

The diplomat said it was virtually impossible to verify the Government's assertions because the area in northern Burundi where the killings occurred is sealed off and all missionaries have left.

'Probably Two Massacres'

"There were probably two massacres," he said. "The Hutus massacred the Tutsi, and the Tutsi retaliated and massacred Hutu." He said the Roman Catholic Church and the army were burying the dead.

Since the start of violence last week, more than 35,000 Hutu refugees are reported to have fled north over the border into neighboring Rwanda — where the power relationship of the two tribes is essentially reversed — so as to escape Tutsi reprisals.

The head of the United Nations High Commission for Refugees in Rwanda, Code Cisse, said exiles had been arriving at the rate of about 5,000 a day and would be housed in schools, despite difficult and overcrowded conditions.

Mr. Cisse told Reuters that the killings were "a massacre by the Burundian Army." He added, "We can't talk of a civil war because only one side is armed."

He said an international appeal would be made for funds and supplies to assist the refugees. "If the international community fails to respond, the situation of the refugees could become

Continued on Page A11, Column 1

5,000

Continued From Page 1

very, very, very catastrophic," Mr. Cisse said.

The senior Western diplomat noted that the figure of 5,000 dead given by the Government was higher than a figure of 3,000 that had been mentioned among envoys in Bujumbura before the briefing. A report from diplomats and opposition leaders on Friday cited thousands dead, without giving a specific figure.

More Candor This Time

Those who attended the briefing today generally interpreted the official acknowledgement of 5,000 dead as a sign that the Government was eager to avoid a cover-up similar to that in massacres in 1972, the diplomat said.

It is estimated that 100,000 Hutu were systematically killed by the Tutsi then, after an abortive Hutu-led coup. It was not until well after the massacre in April and May 1972 that the extent of the killings was known.

Burundi's Tutsi-controlled army has "tremendous firepower and force, which, if out of control, could do tremendous damage," the Western diplomat said. The situation is still "considered a powderkeg or tinderbox because the army is facing the Hutus," he said.

So far, he said, the rest of the country has remained calm. A 7 P.M.-to-5 A.M. curfew is in force, and the Government has made repeated appeals on the radio for calm, the diplomat said.

Mountain People

The Kirendo region on the border with Rwanda where the killings occurred is a mountainous and lush region known for coffee-growing. It is so rugged that peasants live in family compounds perched on mountainsides rather than in villages.

There was no immediate explanation why the ethnic clashes, which have been endemic in Burundi over the years, recurred at this time. A Western diplomat who was in the Kirendo region several weeks ago said it appeared "very calm" then.

He said that one theory for the timing of the uprising was that Hutu dissidents based in Rwanda had been passing inflamatory tracts over the border and that the local Hutu, thinking they were about to be attacked by the Tutsi, made a pre-emptive strike.

About 85 percent of Burundi's five million people are Hutus, also known as the Basahutu, who are short and stocky. Most of the rest are Tutsi, or Watusi, who are tall and lanky. For generations, the Tutsi have held the power in the former Belgian colony — with an area similar to that of Maryland — squeezed in between Tanzania, Rwanda and Zaire.

17

9400847

(27)

Burundi Charges Hutus Struck First

By Blaine Harden
Washington Post Service

BUJUMBURA, Burundi — The tribal killing that in the past two weeks has claimed more than 5,000 lives in this tiny Central African nation was triggered by a surprise attack by members of Burundi's majority Hutu tribe wielding machetes, according to a senior government official.

The official, speaking Wednesday on behalf of the government, which is controlled by the minority Tutsi tribe, said that Hutu tribesmen stormed the small northern town of Ntega on Aug. 14 and hacked to death "hundreds" of unarmed Tutsis.

Substantial portions of the government's version of the massacre are supported by Western diplomats who have been in contact with Roman Catholic priests based in northern Burundi, where the killings took place.

Tharcisse Ntakibirora, the No. 2 official in the Foreign Ministry of Burundi, said Wednesday that Hutus killed more than 100 Tutsis who had taken refuge in a Catholic church in Ntega. Mr. Ntakibirora said he toured Ntega on Tuesday.

The local priest in Ntega had offered asylum in his church to fearful Tutsi peasants while he drove to the nearby town of Kirundu to fetch government soldiers who could protect them, according to the government account. When the soldiers arrived in Ntega, they are reported to have found that all of the Tutsis in the church had been murdered.

Citing reports from Catholic priests who buried bodies near Ntega last week, a senior Western diplomat said that between 1,000 and 1,500 Tutsis were killed in the streets of that small town over a three-day period.

The priests also reported that about 3,000 of the 5,000 bodies buried in northern Burundi so far have been Tutsis, according to the diplomat.

Amid contradictory claims of who is responsible for the massacres in Burundi, two weeks of tribal violence in the country have caused the flight of more than 40,000 Hutus across the northern border into neighboring Rwanda.

These Hutu refugees have given accounts of the massacre that accuse Burundian soldiers — almost all of whom are Tutsis — of going on a rampage of killing in revenge for Tutsi deaths. The accounts accuse soldiers of chasing fleeing Hutus in helicopters and of calling them together to be shot by machine-gun fire.

In refugee camps near the border, UN officials said there are many Hutus with bayonet and bullet wounds.

While the government said Wednesday that the situation in the north had returned to normal, independent sources in Bujumbura said that automatic-weapons fire was still heard at night. Fearing government revenge, Hutus are trying to escape into Rwanda at night, and soldiers are shooting at them, these sources said.

Outside of the north, a strict curfew at night appears to be keeping Burundi calm. The curfew is enforced in the capital from late afternoon, when heavily armed soldiers in armored cars are dispatched.

This small nation — with its minority government, its mix of two antagonistic tribal groups and its bloody recent history — has a potential for tribal violence that is unusual on the African continent.

Although the Hutus outnumber the Tutsis by 6 to 1, almost all important positions in the government and the military are controlled by Tutsis. The Tutsis practice a kind of tribal apartheid that secures for members of their tribe preferred access to higher education, political power and business opportunities.

The tensions of minority rule are heightened by memories of tribal genocide here in 1972, when a previous Tutsi government systematically killed an estimated 100,000 Hutus. It was the worst tribal massacre in modern African history.

Although resentment over that massacre still simmers in this country, it had been thought by outside observers that the relatively moderate regime headed by Major Pierre Buyoya, the Tutsi president, had managed to appease large sections of the Hutu population.

Major Buyoya's regime, which came to power in a coup last year, has released thousands of political prisoners and normalized relations with the Catholic church, a powerful institution in Burundi that previous Tutsi regimes had viewed as a vehicle for Hutu revolution.

Mientras continúa la represión

Admite 5000 muertos el régimen de Burundi

Son sólo los cadáveres enterrados tras los enfrentamientos entre hutus y tutsis; denuncian matanzas por tropas del gobierno

BUJUMBURA, 22 (AFP). – Las masacres por causas étnicas en el norte de Burundi dejaron un saldo de por lo menos 5000 muertos, según un balance provisional dado a conocer hoy por el ministro de Relaciones Exteriores, Cyprien Mbonimpa.

El ministro de Información, Frederic Ngenzebuhoró, precisó, por su parte, que el balance se basaba en el recuento de los 5000 cuerpos enterrados por los servicios de socorro enviados al lugar y que las víctimas pertenecían a las tribus hutu y tutsi.

Una fuente gubernamental consultada ayer en esta capital había mencionado 24.000 muertos, y 3000 familias "diezmadas".

El canciller, que informó al cuerpo diplomático acerca de estos hechos, no se refirió a las operaciones militares que se adelantan actualmente para restablecer el orden.

Sólo cien hombres participarían en tales operaciones, según una fuente consultada ayer. Mbonimpa declaró que en algunos lugares del norte "los rebeldes siguen resistiendo", pero que la situación "está controlada".

El ministro de Información declaró ayer que siguen produciéndose algunos enfrentamientos entre rebeldes hutus, refugiados en los pantanos de la frontera con Ruanda, y el ejército.

Muchedumbre enfurecida

Las masacres, que ocurrieron en las comunas de Marangara y Ntega, fueron perpetradas por una enfurecida muchedumbre de la tribu mayoritaria hutu que se encarnizó contra los miembros de la tribu tutsi, minoritaria pero en el poder en Bujumbura.

No obstante, declaró Mbonimpa, en la matanza también cayeron "todos los que se negaron a participar en el exterminio. La prueba es que entre los refugiados hay miembros de todas las tribus".

Estas masacres "provocaron un gran éxodo de las poblaciones", añadió el ministro. Muchos se refugiaron en Ruanda, y otros en las provincias cercanas a Burundi.

"El gobierno ha tomado todas las medidas necesarias para auxiliar a estas poblaciones, enviándoles víveres y elementos para acampar", dijo el funcionario sin precisar el número de refugiados.

Dijo estar convencido de que estas masacres "son obra de grupos de refugiados burundeses en el extranjero con el objetivo de desestabilizar el país".

El toque de queda, decretado en todo Burundi el jueves, seguía vigente hoy, y las reuniones de más de cinco personas en las calles fueron prohibidas.

Helicópteros

KIGALI, 22 (Reuter). – La dominante tribu tutsi de Burundi ha estado utilizando el poderío de un moderno ejército -helicópteros, vehículos blindados, ametralladoras y bayonetas- para diezmar a campesinos inermes de la tribu hutu, según relatos aportados por refugiados que llegan a la vecina Ruanda.

Code Cissé, representante en Ruanda del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para Refugiados (ACNUR), recorrió la zona fronteriza durante el fin de semana y anoche señaló: "No p[...]demos hablar realmente de una guer[...] civil porque solamente uno de l[...] bandos está armado. Esto es una m[...]tanza cometida por el ejército de B[...]rundi".

Entre una masa de 7000 refugiado[...] que se alejaban de la frontera en el di[...]trito Kibayi de Ruanda este fin de s[...]mana estaba Antoine Kavanure, cam[...]pesino de mediana edad del distrito d[...] Marangara, en la provincia Ngozi e[...] Burundi, y uno de sus seis hijos. N[...] sabe qué sucedió con su esposa y su[...] otros cinco hijos.

Kavanure dijo que cuando el ejérci[...] convocó el miércoles a la población d[...] su distrito a una reunión, se mantu[...] alejado pero observó desde distanc[...] segura mientras una gran multitud d[...] hutus se congregaban en la sede del g[...]bierno local.

"Los soldados abrieron fuego cont[...] la multitud. Helicópteros persiguier[...] y ametrallaron a la gente que trató d[...] escapar", relató ayer.

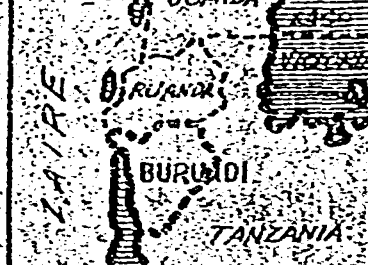
Oficiales del ejército de Ruanda de[...]tacados en la frontera también info[...]maron haber visto helicópteros v[...]lando sobre los campos de la muerte e[...] zonas vecinas de Burundi y los ref[...]giados informan que se están util[...]zando en las matanzas helicópteros [...] carros blindados de transporte d[...] tropas.

Según el Military Balance, manu[...] anual publicado en Londres por el In[...]stituto Internacional de Estudios Estr[...]tégicos, el ejército de 7300 hombres d[...] Burundi posee cinco helicópteros d[...] fabricación francesa -dos Gazelle [...] tres Alouettes- y 29 transportes bli[...]dados de tropas.

Enfrentamientos entre tribus

Masacre en Burundi

KIGALI, Ruanda. (ANSA, EFE y UPI). - Varios centenares de personas habrían muerto esta semana en sangrientos enfrentamientos étnicos en Burundi, un sombrío recordatorio de la masacre de 1972, en la que perecieron más de 100.000 personas en la empobrecida nación del Africa centroriental, dijeron ayer fuentes diplomáticas.



Diplomáticos occidentales afirmaron que aunque es poco lo que se sabe sobre la magnitud de la lucha tribal, informes desde el norte de Burundi indican que han muerto centenares de personas, incluyendo grandes números de mujeres y niños.

"La impresión en la comunidad diplomática es que varios centenares han muerto", afirmó en Kigali, la capital de Ruanda.

El gobierno de Burundi no dio detalles de las víctimas, pero reconoció que murió "un considerable número de personas".

La lucha habría comenzado el 14 de agosto, cuando miembros de la tribu Hutu atacaron a rivales de la tribu Tutsi, minoritaria pero políticamente dominante, en las provincias septentrionales de Ngozi y Kirundu, y continuaron al menos por cuatro días.

(28)

Burundi

After the killing

[illegible]

THE slaughter seems to be ending in the northern hills of Burundi, but it is still unclear what led to it. Foreign observers can be certain of only two things. First, this was only the latest outburst in several centuries of inter-tribal violence. Second, most of the deaths were among the majority Hutu people, and most of the killers were from the Tutsi people, the 15% of Burundi's population who control its government and army.

The government says 5,000 people died, perhaps more. Certainly more, say the observers who have visited deserted villages in the stricken zones, poked through hundreds of burnt out Tutsi huts and visited hospitals where Hutu women and children cower with wounds from bayonets and bullets. The government claims, truthfully, that the

Still afraid

Hutu started the fight. It denies, falsely, that the army launched savage reprisals upon finding its fellow-tribesmen dead.

But why did the violence start, and why now? The government, casting about for the pebble that started the avalanche, blames "outside agitators" from a neighbouring country. It means Hutu exiles living in neighbouring Rwanda, whose own Hutu threw off their Tutsi masters more than 20 years ago. All rulers like to blame their troubles on outside meddlers. But it did not take outsiders to stir trouble among people living in the shadow of the great 1972 massacre, when Burundi's army crushed a rebellion and went on killing until 100,000 or more Hutu were dead.

The Hutu peasants were understandably wary. They became more so when, earlier this year, rumours floated from the capital that the head of national security was hoping to repeat the 1972 massacre. Wariness edged into fear, and fear into panic when the army moved unannounced into the area around the Hutu town of Marangara. The government claims that the soldiers were just "on manoeuvres", or that they were sent to stop coffee smuggling.

Local Hutu burned bridges to hamper the army's movements. Either the army killed a Hutu or two for destroying bridges, or Hutu lynched a soldier or two for arresting bridge-burners. Scared at the prospect of reprisals, the Marangara Tutsi—there are not many of them, civil servants, soldiers, a few farmers—fled the few miles north-east to Ntega, close to the border with Rwanda. That, in turn, scared the Ntega Hutu. They thought the arriving Tutsi were the forerunners of a pogrom, and struck first. They cut more bridges and felled trees across roads to slow the army's vehicles. When at last the Tutsi soldiers got through they found heaps of mutilated Tutsi bodies. By then, most of Ntega's Hutu had fled into Rwanda.

Back in Marangara, the Hutu had given the army no special reason for revenge. They did not run away, so the soldiers found plenty of targets. After a week or ten days the local Hutu had fled, or were dead; the slaughter stopped mainly because there were no more to kill. Providentially, it did not spread across the country.

Burundi's ruler, Major Pierre Buyoya, took power in a coup a year ago. He promised to open up politics a bit to the Hutu, and to ease restrictions on the Roman Catholic missions that promote the Hutu cause. He faced opposition from hard-line officers, who argued that if Burundi's Tutsi took the boot off Hutu necks they risked ending up powerless, like the Tutsi in Rwanda, or even dead. The major is said to have tried, without avail, to restrain the past fortnight's killing. The Hutu, meanwhile, have relearned the old lesson that it is no use fighting tribal wars if the dominant tribe has modern weapons and likes using them.

9400847

20

Wash. Times 9/15/88

Burundi denies entry to top official from OAU

KIGALI, Rwanda (Agence France-Presse) — Burundi has barred entry to a top official of the Organization of African Unity, who said the OAU was "not happy" about the recent massacres in Burundi, sources here said.

"It is clear that my visit is an indication that the OAU is not happy with the tragic events that occurred in Burundi recently," assistant OAU secretary-general Brownson Dede told journalists Tuesday.

"The OAU's position is not to condemn a member country but to try to help it find a solution to the problem," he said. The organization would use "discreet diplomatic channels" to try to ease tensions in Burundi, he added.

Mr. Dede's declaration was the first on-the-record comment by a senior OAU official since mass killings erupted between the dominant, ruling Tutsis and the majority Hutus in the tiny central African state in mid-August.

The government of Maj. Pierre Buyoya, a Tutsi, has refused European requests for an international investigation of the massacres, which sent some 60,000 Hutus fleeing to Rwanda.

Mr. Dede, who visited the refugee camps in Rwanda, spoke of the "incredible, frightening wounds" some of the fugitives who escaped with their lives had suffered.

"The problem exists and we are going to try to find a solution," he said.

Officially, according to the Burundi government, 5,000 died in the massacres, but a Burundi government source has put the number as high as 24,000.

Instan en Burundi a deponer las armas

BUYUMBURA, Burundi, 23 (AFP).– Un llamado a deponer las armas fue hecho por las autoridades burundies, en un intento por restablecer la calma en el norte del país, escenario de matanzas entre las etnias hutu y tutsi.

El ministro del Interior, Alys Kadoyi, pidió, por otra parte, a quienes tienen rehenes en su poder, que los dejen en libertad.

Esta es la primera vez, después de los sangrientos episodios registrados en Burundi, que se hace referencia a la existencia de personas secuestradas.

Desde mediados este mes los incidentes interétnicos provocaron la muerte de unas 24.000 personas, según un primer balance oficial que añadió que unos 5000 cadáveres ya habían sido sepultados por los servicios de socorro.

Refugiados

NAIROBI, Kenya, 23 (AP).– Unas 38.000 personas huyeron a Ruanda de la masacre entre grupos rivales de Burundi y muchas de ellas dijeron que el ejército participó de la matanza.

El Partido de Liberación del Pueblo Hutu, un grupo opositor exiliado, también acusó a los militares de Burundi, dominado por la tribu minoritaria tutsi, de haber matado a millares de hutus, que constituyen la mayoría de la población de ese país.

El gobierno burundi negó las acusaciones y afirmó que la violencia fue instigada por los hutus que se infiltraron en el pequeño país centroafricano. "Lo que el gobierno hizo fue restaurar la paz", dice un comunicado del ministro de Relaciones Exteriores, Cyprien Mbonimpa.

Matanzas tribales en Africa

Si bien el advenimiento a la vida libre de poblaciones sometidas al régimen colonial debe ser apoyado y estimulado, dado que representa la culminación de una evolución política que debe ser necesariamente aceptada, no cabe duda de que a veces, la aceleración de lo que debiera ser un paulatino proceso de transición hacia la consecución de la plena soberanía, sume a los territorios involucrados en graves contiendas internas y en pugnas banderizas por la conquista del poder. Tanto unas como otras trasforman el período de descolonización, tan deseable como inevitable, en un turbulento enfrentamiento entre facciones rivales, que someten a los noveles ciudadanos a los trágicos vaivenes de sus luchas intestinas, con pérdida de todos los derechos para los ocasionalmente vencidos, y con goce de los mayores privilegios para quienes momentáneamente obtengan la victoria.

Esta ha sido, con algunas excepciones, la patética experiencia de la liberación de las naciones africanas del tutelaje de las potencias europeas. Sin intentar justificar los yerros perpetrados por éstas durante su dominio —más o menos prolongado— ni los beneficios obtenidos de la explotación de los recursos naturales de las regiones ocupadas; no cabe duda alguna de que la colonización europea impuso en esos salvajes escenarios la marca civilizadora y el aporte cultural de que hasta entonces carecían. Sin destruir su organización tribal, secularmente asentada en sus costumbres sociales, el colonialismo trató de crear una más compleja y eficiente administración estatal, al estilo del Viejo Continente.

Tan progresista objetivo sólo se logró parcialmente, ya que cuando hace un cuarto de siglo sobrevino abruptamente la irrupción de las nuevas y bisoñas nacionalidades en el continente negro, fueron muy pocas las que surgieron sin que afrontaran un cruento baño de sangre. Ese duro bautismo de muerte y depredación no lo fue por combates contra sus supuestos y recientes opresores europeos, sino por la violenta reanudación de contiendas entre tribus, apenas suspendidas en el trascurso de la etapa colonial.

Pues bien, a dos décadas aproximadamente de lograda su independencia, Burundi, novel Estado surgido en el centro del Africa negra, acaba de ser patético teatro de una cruel matanza desatada por los odios entre tribus rivales. Miles de cadáveres, flotando por sus ríos hasta la vecina Tanzania, fueron los mudos testigos de la masacre que se denuncia. Lo más grave de ella es que al parecer fueron las fuerzas militares del propio gobierno —que descendió así al más crudo atavismo del clan— reclutadas entre los miembros de una tribu minoritaria, las encargadas de dar muerte a los componentes de otro grupo mayoritario y rival.

Este hecho demuestra a las claras que la colonización europea no alcanzó a cumplir sus propósitos civilizadores, y que la impresionante rapidez con que fue liquidada provocó estas violentas recidivas de odios tribales, multiplicadas en su poder destructivo por el asimilado avance tecnológico de sus antiguos dominadores occidentales, o de sus flamantes aliados comunistas.

2.9.88

southern Poland on Sunday. Sign says "Occupation strike."

23.8.88

Tribal bloodbath in Burundi leaves up to 5,000 dead

NAIROBI, Kenya (AP) — Authorities in the tiny central African nation of Burundi on Monday said at least 5,000 people were killed in ethnic clashes that sent 35,000 people fleeing across the border.

"They've been able to get back into the hills and determine the extent of the massacre," a senior Western diplomat told the Associated Press in a telephone interview from Burundi's capital, Bujumbura.

He said Burundi's Foreign Minister, Cyprien Mbonimpa, issued the government's first official estimate of the number killed in last week's massacre in a communiqué given to the foreign diplomatic corps at a morning briefing.

"It indicated the government's latest body count, the number of those killed, now is about 5,000," said the diplomat, who spoke on condition he not be further identified.

Mbonimpa described as "highly exaggerated" a media report at least 24,000 people had been killed in the fighting that began Aug. 14 between the Hutu, Burundi's majority tribe, and the Tutsi, the minority tribe that controls the military and rules the country, the diplomat said.

"From every report, including those from non-governmental sources, no one believes that figure," he said.

State-run radio Kigali on Monday said 35,000 people had fled the bloodbath to Burundi's northern neighbor, Rwanda.

The radio, monitored in Nairobi, said Burundi officials Sunday met Rwandan officials at Rwanda's southern border town of Butare where the refugees are gathered. It gave no details of the discussions, but said the Rwandan officials promised the Burundian officials they would not allow anyone to use their territory to stage attacks on Burundi.

As of Friday, at least 16,000 Burundians — Hutu and Tutsi — had fled into neighboring Rwanda.

There is a 7 p.m. to 5 a.m. curfew throughout Burundi, a ban on meetings of more than five people and restriction on travel between towns.

The government blamed the trouble on outsiders.

"We suspect that some former Hutu refugees infiltrated the country from foreign countries. They incited the Hutu population and called on them to massacre the Tutsi population," Astere Nzisabira, Burundi's ambassador to Belgium,

22

Butchery in Burundi revives Africa's inter-tribal nightmare

By Stephen Nisbet

NAIROBI (Reuter)—The spectacle of the thousands of deaths through inter-tribal butchery in Burundi is straining the usual reticence of African countries to speak out about the sins of their neighbors.

"Africa is definitely sick," said the Abidjan daily Ivoir Soir in an editorial about the killings. Senegal's pro-government newspaper Le Soleil spoke of "unacceptable barbarism caused by outdated quarrels."

Tribalism — which Kenyan President Daniel Arap Moi once called a cancer threatening to destroy his country — has returned to the headlines once more to haunt black Africa's politicians.

While most governments throughout the continent stayed silent about the mutual massacre of Burundi's majority Hutu and dominant Tutsi tribes in the past two weeks, a notable exception was Nigeria, black Africa's economic giant.

"We are in touch with the government and trying to stop them," Jide Osuntokun, special adviser to External Affairs Minister Ike Nwachukwu, said Friday after many refugees told of a wave of reprisal killings by Burundi's Tutsi armed forces.

Osuntokun, whose country has its own vivid memories of tribal conflict from the 1967-70 Biafran War, gave a rare hint of exasperation by threatening further public statements if the slaughter continued.

"It's a tragedy when Africa has been trying to move away from tribal conflict," said a government official in Tanzania, one of two regional powers — the other is Zaire — which Osuntokun said were best able to influence Burundi.

Tiny, over-crowded Rwanda, host to about 50,000 refugees from Burundi, has avoided any open criticism of its sensitive neighbor, which accuses Burundian emigres of having sparked the killing spree.

Also silent has been Uganda, whose President Yoweri Museveni is from a Tutsi-related tribe. Uganda shelters Jean-Baptiste Bagaza, a Tutsi overthrown as Burundi's president last September.

"It is too early to say where the blame lies," said a Kenyan Foreign Ministry spokesman. He said it was up to Burundi or Rwanda to decide whether to raise the recent events at the United Nations or the Organization of African Unity (OAU).

A Zambian State House spokesman declined to comment, saying it was up to the OAU to do so. But officials at OAU headquarters in Addis Ababa also refused comment in the absence of Secretary-General Ide Oumarou.

Any move to have the OAU point a finger at one of its member governments would run counter to the organization's charter and record of avoiding such controversy.

Tutsis last ran amok against Hutus in 1972, killing more than 150,000 in what the U.S. State Department called a government-sanctioned massacre.

An OAU representative flew into Burundi's capital Bujumbura at the height of the killings and congratulated the president on the way he was running the country, it was reported at the time.

"No black African government likes to point at another's faults over tribal excesses for fear of drawing attention to its own," said a Western diplomat in Nairobi.

Even after a quarter century or more of independent statehood, tribal identity still counts for more than nationality in the daily lives of many Africans.

It can open or close the door to job preferment, as well as providing a social network and some security in times of hardship.

Powerful tribes can still amass influence and privilege, and the process is encouraged where economic resources are scant and the struggle for survival is sharpest. Constitutional safeguards may prove little protection when tribalism's demons are loose.

A United Nations report last Friday said Africa's economic development throughout the 1980s had failed to keep pace with population growth and the trend towards greater poverty was continuing.

The South African press looks on Burundi's torment from a different perspective and has given wide publicity to the massacres.

Alive in a Wounded Nation

Burundi Survivors Recall Killing Frenzy

By Blaine Harden
Washington Post Foreign Service

KIREMBA, Burundi—In a crowded mission hospital here in the verdant highlands of Central Africa, the screams, whispers and silent stares of maimed childr[illegible]n bear witness to a tribal war that civilians lost this month to the national Army of Burundi.

In the far corner of one ward of the hospital is a bed with two victims, both [illegible] years old. The little girls had the misfortune of being born into Burundi's majority tribe, the Hutu. This country's government and the Army are controlled by a minority tribe, called the Tutsi. Nearly all soldiers here are Tutsi.

At the foot of the bed, lying face down and motionless, is Josephine Udikamana. She is from the nearby region called Marangara, where Hutu-Tutsi hatred has been building for months. She has an infected bayonet wound in the middle of her back. At the head of the same bed, sitting upright and gazing blankly at a wall, is Dayisaba. She, too, is from Marangara, and she has infected machete wounds on both her arms and a large machete gash across the right side of her neck. She apparently used her hand to

See BURUNDI, A21, Col. 1

06/12/1998

(29)

ECUVIEW/Odungo Nyang'ayo: 'Church and State in Burundi' EPS 88.11.36

This item is adapted from material distributed by Nairobi-based Africa Churc[h] Information Service before the recent massacres in Burundi. About 85 percen[t] of the 5 million people in Burundi are counted as Christians, most of the[m] Roman Catholics.

The military government of Pierre Buyoya in Burundi has taken steps t[o] normalise strained church-state relations in this central African country.

In June, the government announced plans to return church property confiscate[d] during the rule of President Jean-Baptiste Bagaza, ousted in a bloodless cou[p] in September 1987.

The statement said, however, that the return would come in stages so as t[o] avoid disrupting key sectors of the country's social structure such a[s] education.

It added that the government would also review the cases of foreig[n] missionaries whose work permits had not been renewed (except for those who ha[d] been expelled).

Relations between the government and the Roman Catholic Church had remaine[d] strained since the bloody ethnic struggles that culminated in the 197[2] uprising and consequent massacre of the majority Hutus by the minority Tutsis.

Although the Roman Catholic Church, whose clergy include both Hutus an[d] Tutsis, did not at first take sides as the repression of Hutus continued, i[t] became more vocal against the repressions, attracting government displeasure.

In return, the government more and more blamed the church for all th[e] country's ills.

In 1977, a year after Bagaza seized power, Christian primary schools wer[e] nationalised and religious broadcasts stopped.

In 1979, Bagaza's government refused to renew the visas of 200 Frenc[h] missionaries and expelled 70 others. That drew a formal protest from th[e] pope. Vatican officials spoke of church persecution in Burundi.

Tensions reached a peak in 1985 when several Burundian priests and othe[r] church workers were arrested and jailed for varying periods.

In 1986, the government nationalised seminaries and banned catechis[m] instruction and missionary visits to schools.

In 1987, it accused the Roman Catholic Church of subversion, disbanded paris[h] councils, and banned weekday celebrations of the eucharist.

Buyoya has stressed that he seized power to check his predecessor's excesses He vowed to enhance freedom of worship in the country.

Since taking power, he has strictly adhered to his promised programme o[f] restoring the church role in society. Restrictions which had affected mos[t] denominations have been lifted.

A month after he took power, Buyoya announced the reopening of Seventh-da[y] Adventist churches and facilities throughout the country after four years o[f] closure. They had been banned because church members refused to work o[n] Saturday (including in government community-development projects). [EPS]

Nicaragua: tension in government-hierarchy relations EPS 88.11.30

MANAGUA - Religious News Service reports that relations between the government and the Roman Catholic bishops in Nicaragua 'have sunk to the lowest point in more than two years'. In recent weeks, the government has accused the bishops of collaborating with US efforts to destablize it. The bishops say the government has launched a campaign of defamation against them and the church. The RNS report notes that 'the controversy has continued to sell newspapers here, with journalists doing each side's dirty work.' [EPS]

Israel: 'Last Temptation' banned as offensive to Christians EPS 88.11.31

TEL AVIV - Israel's Film and Theatre Review Board has banned the film 'The Last Temptation of Christ' on grounds that it is offensive to Christianity. Israeli law forbids offending any religion. In 1977, the board banned 'The Passover Plot', which portrays Jesus as a political revolutionary who tried unsuccessfully to fake his death. [EPS]

Costa Rica/Nicaragua: post-hurricane appeal for US$ 550 000 EPS 88.11.32

GENEVA - In the wake of devastation caused last month by Hurricane Joan (later Tropical Storm Miriam) in Costa Rica and Nicaragua, the inter-church aid commission (CICARWS) of the World Council of Churches is appealing for 100 000 and 450 000 US dollars respectively. An ecumenical committee including Anglican, Reformed, Pentecostal, and Lutheran participation is involved in relief work in Costa Rica. The Evangelical Committee for Relief and Development (CEPAD) is at work in Nicaragua, where the hurricane/storm is considered the worst natural disaster ever to hit the country. [EPS]

Adventist Annual Council acts on sports guidelines EPS 88.11.33

NAIROBI - At its meeting here last month, the Seventh-day Adventist Annual Council approved new guidelines governing inter-school sports at Adventist educational institutions. In general, they are forbidden, with the exception of occasional 'friendship matches at social gatherings'. The guidelines may be strengthened to become Adventist policy at the 1989 Annual Council. They do not affect congregational sporting activities. At the meeting, Adventist General Conference President Neal Wilson announced plans for a new Adventist shortwave station in San Marino (a tiny country surrounded by Italy). Start-up costs are estimated at 6.5 million US dollars. New Adventist guidelines on sexual harassment of SdA workers, and a human-relations policy on SdA hiring and admissions have also been approved. [EPS]

Zimbabwe/Swaziland: 'exposure seminar' planned on refugees EPS 88.11.34

GENEVA - An 'international exposure seminar' (an ecumenical team visit) in connection with preparations for the World Mission Conference of the World Council of Churches next May [EPS 87.06.24] is planned this month for Zimbabwe (12-18) and Swaziland (19-25). The focus is the involvement of Christians in the two countries on receiving and resettling refugees, and implications of that for the conference section, 'The Earth is the Lord's'. Besides a WCC staff person and participants from the two countries, the team includes members from the United States, Federal Germany, and Egypt. [EPS]

Australia: Resurrection teaching of RC priest questioned EPS 88.11.35

SYDNEY - Priest-theologian David Coffey, has been told to align his teaching on the Resurrection of Jesus Christ with the official teaching of the Roman Catholic Church, and to have a private dialogue with an unidentified theologian said to have the confidence of the Vatican Congregation for the Doctrine of the Faith. Coffey, who continues to teach at Roman Catholic institutions, said he looks forward to the theological dialogue. He thanked the Roman Catholic archbishop here, Edward Cardinal Clancy, for his concern 'throughout this affair'. Complaints about the priest were sent to the Vatican in 1986. Clancy said 'the church may expect to profit much from Dr Coffey's continuing dedication to theological study.' [EPS]

21.2.89 89-

(30)

ECUVIEW/Clement Janda: 'The Church and the Conflict in Burundi' EPS 89.02.46

Janda is an executive secretary in the Commission of the Churches on International Affairs of the World Council of Churches. This is excerpted from his report of an ecumenical consultation on Burundi held 5-7 January in Nairobi. Among those attending were 11 church leaders from Burundi and 10 from Rwanda. The meeting was organized by the All Africa Conference of Churches.

... (i) The basic problem is the deep-seated animosity between the [majority] Hutu and [minority, but more influential] Tutsi. All participants from Burundi accepted that historically this was the case. But all of them are in pains admitting that this was the case presently. All of them appreciate the efforts of the present regime of Major Pierre Buyoye, which is trying hard to address the political imbalances. He has recently appointed a more balanced cabinet headed by a ... Hutu ... prime minister. Moreover the government has appointed a commission to study issues of unity. There are church leaders on the commission.

(ii) The churches pledge to work together ecumenically, including the Roman Catholic Church, towards a more just and peaceful society. They also stated that contacts between churches must be regular and should not only be seen during moments of crises.

(iii) Both churches in Burundi and Rwanda reported that most people who ran into refuge since August 1988 have returned. Of the almost 85 000 people who were refugees in Rwanda only about 2000 were remaining. The rest have gone back. The 2000 were mainly students and civil servants. The issue was raised why the educated people (mainly Hutu) found it extremely difficult to return. Were they the target of the 'persecution'? Or is it that the illiterate don't actually understand the issues at stake?

Of the 2000 who are still remaining, 200 had actually tried to return and then went back into refuge. The Burundi side explained that things were not exactly smooth. Not everyone in Burundi accepts change. There were Hutu, who thought that all Tutsi should be killed, and there were Tutsi who were not prepared either to accommodate Hutu people. But the church leaders emphasized the need for the church to be an instrument of healing and transformation.

(iv) A larger issue is the older refugees who had fled Burundi during earlier uprisings. These have yet to be convinced that genuine change is indeed taking place in Burundi. Moreover, there is the issue of land availability, and the loss of whatever facilities these refugees have become used to wherever they might be, including education.

It was stated that the churches in Burundi would have to do a lot of homework before the correct information can reach the refugees outside. Once there was every assurance that all returning refugees were safe, the ecumenical movement, AACC and WCC, might be used by the Burundi churches to pass information.

(v) Burundi churches raised the issue of rehabilitation of the returnees. They urged AACC and WCC to support them in this field. ...

(vi) It was reported that the official stand of the Rwandese government was that Burundi should not be destabilized. So Rwanda was not allowing any group to organize itself militarily against Burundi. It was reported that a Hutu organization existed in Tanzania whose aim was to stage war as a way to the Burundi problem. But most refugees were not interested in that movement.[EPS]

Boesak is moderator of the Dutch Reformed Mission Church (NGSK) and president of the World Alliance of Reformed Churches. This is excerpted from a letter to South African Law and Order Minister Adriaan Vlok explaining why Boesak has joined approximately 300 detainees on hunger strike in Port Elizabeth, Witbank, Durban, and Cape Town.

The hunger strikers want the government to release or charge them. Many have been detained for months or years. Some have been taken to hospital where they are being fed intravenously. The government has banned public gatherings in solidarity with the detainees, and warned that media reports on the strike may violate emergency regulations.

Meeting in Johannesburg (10 February), the ecumenical Standing for the Truth Committee warned Vlok that 'most South Africans will lay on his doorstep and that of the government any deaths and injuries' which result from the fast. The committee also urged him to allow outside clergy to visit detainees.

.... Over the years we have spoken out against this flagrant abuse of the law. Lawyers have denounced it, the churches have petitioned against it. My own church ... has been very clear in its witness. Time and time again it has condemned detention without trial as against the demands of God's justice, unbiblical and inhuman. ... Parents have pleaded with you, spouses have petitioned you. You were never unaware of the pain and misery you are causing through detention without trial. Now, the hunger strike forces you to recognize the dire consequences of the deliberate contempt with which you have treated so many of God's children.

Why am I joining them? Because I too was a victim of arbitrary detention [EPS 87.11.11]. I know first hand of the pain and uncertainty, of the terror of solitary confinement and the unspeakable indignity and fear it brings. Because my church has spoken so clearly, and I hear in the cries of anguish emanating from your prisons now the very voice of God calling to his church to respond .... Because ... Christian witness without (painful) obedience misses the joy of true Christian discipleship.

You have heard the detainees: release us or charge us. This is their right. That is the very least you could do. I am joining them in the hope that you will listen. In the hope also that my action will strengthen their plea. I also hope that many others in the Christian community will join me in this.

I am aware that you are on record as saying you will not be 'blackmailed'. What an astonishing admission! Is a call for simple justice blackmail? Is the desire to know what one has done wrong blackmail? But of course there is a deeper question. You are the minister of law and order. Your emergency regulations place the fate of all of us in your hands. You can decide whether people live or die. Are you willing to do that?

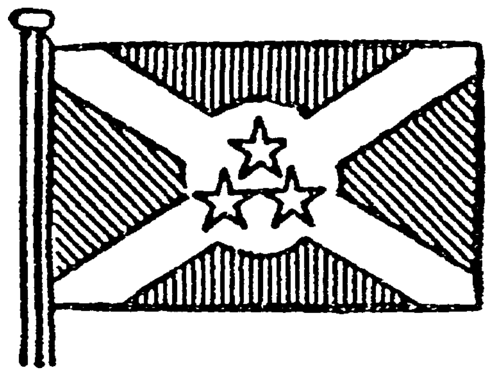
Fasting until death is not part of my religious or ecclesiastical tradition. Deliberately placing my life in danger is irresponsible, I have been taught. That may be so. But I cannot stand idly by and watch those who are struggling for justice in South Africa starve themselves to death.

None of us wish to die. But if this is the road we must take to make you and your government understand the evil of your ways, we will take it. Not gladly, not with pride, certainly with fear and trembling. But I know now what God wants me to do. ... It was not easy for me to come to this decision. But I now know what God wants me to do. I can only hope and pray that you [illegible] wants you to do. [EPS]

Dokumente

Die Bischöfe von Burundi:

„Durch Gewalt und Krieg verlieren wir alles"



Flagge: grün-weiß-rot

Die blutigen Stammesfehden zwischen Tutsi und Hutu im Norden von Burundi, denen im August 1988 Tausende von Menschen zum Opfer fielen, haben die Bischöfe des Landes zu wiederholten Stellungnahmen veranlaßt. Am 25. August mahnten sie: „Durch Krieg verlieren wir alles. Mit dem Frieden sind die Voraussetzungen für nationalen Wohlstand garantiert... Wir bitten vor allem diejenigen, die unseren Glauben an Christus teilen, gemeinsam zu Gott um die Einheit der Barundi zu beten und für die Verwirklichung dieser Einheit in Gerechtigkeit und Wahrheit zu arbeiten."

Am 22. September beschlossen sie eine Zusammenkunft mit einem Aufruf an die Priester, „ernsthaft nachzudenken in der Suche nach evangeliumsgemäßeren Haltungen". In dem Aufruf, der in Weltkirche Nr. 8/1988 abgedruckt ist, heißt es unter anderem:

„Ein weiteres Mal war unser Land der Schauplatz von Greueltaten und Grausamkeiten. Haß und Furcht hatten freien Lauf, Unschuldige wurden niedergemetzelt: Unter ihnen waren kleine Kinder, Frauen, alte Menschen. Das Ergebnis: Tausende von Toten, Tausende von Obdachlosen, Tausende von Menschen ohne Heimat, ohne Zukunft. Und dann die Angst, das Mißtrauen, die Ungewißheit vor dem Morgen, die Versuchung, sich zu rächen. Aus dieser Gewalt gehen wir alle als Verlierer hervor – ausnahmslos. Und mit uns die Kirche und das Vaterland.

Unser Gewissen als Mensch und Christ ist herausgefordert. Niemand kann sich dem entziehen. Unser Glaube an einen Gott der Liebe, unsere Zugehörigkeit zu einer Kirche, ‚Zeichen und Werkzeug für die innerste Vereinigung mit Gott wie für die Einheit der ganzen Menschen' wird erneut aufs Spiel gesetzt. Auf dieser Ebene müssen wir uns fragen lassen und antworten.

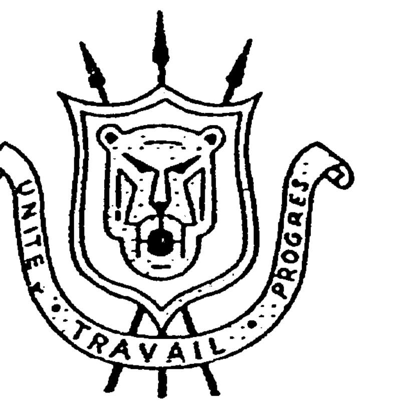
»Du sollst nicht töten!«

In der Mehrheit der Fälle sind jene, die diese Massaker geplant und durchgeführt haben, Christen. Jene, die sich zu blinder Unterdrückung haben hinreißen lassen, sind Christen. Jene, die die geheime Kampagne des Hasses geführt haben, sind Christen. Jene, die den Argwohn geschürt und falsche Informationen verbreitet haben; jene, die das weiterhin tun, sind Christen. Da stellt sich eine grundlegende Frage: Wo ist unser Glaube? Welche sind die moralischen Werte, die unser Handeln lenken?

Das fünfte Gebot sagt ohne Umschweife: Du sollst nicht töten. Es handelt sich da nur um die Mindestforderung, um miteinander leben zu können. Und der Mensch, der dieser Bezeichnung würdig ist, achtet sie. Ausrottung von Brüdern kann keinesfalls als Mittel vorgeschlagen werden, um ein Problem oder einen Konflikt – welcher Art auch immer – zu lösen.

„Um Frieden zu schaffen, die Minderheiten respektieren"

Motto des Weltfriedenstages der katholischen Kirche am 1. Januar 1989



Staatswappen

Und der Glaube, der diese Forderung nicht lebt, ist nicht der Glaube. Man kann sehr wohl sein Gewissen beschwichtigen: einerseits eine gewisse Theologie der Befreiung geltend machen; andererseits das Recht auf legitime Verteidigung. Aber wenn diese beiden Maßnahmen zu einem gewaltsamen Völkermord führen, muß jedes christliche Gewissen sie entschieden zurückweisen. Das christliche Gewissen ist auf einer viel höheren Ebene angesiedelt als diese Logik des Todes.

Wir haben die Erfahrung gemacht: Gewalt erzeugt Gewalt. Außerdem entstanden in der Folge so vieler Heimsuchungen tiefgreifende Verhärtungen und Traumata; ein fruchtbarer Boden für extreme Haltungen, die die Initiative an sich reißen und die Stimme der Mäßigung, des Gewissens und der Liebe ersticken.

Das ist das ganze Drama unseres Landes und unserer Kirche.

Über Stammesschranken hinweg

Wenn jemand sagt: Ich liebe Gott!, aber seinen Bruder haßt, ist er ein Lügner. Denn wer seinen Bruder nicht liebt, den er sieht, kann Gott nicht lieben, den er nicht sieht. (1 Joh 4,20)

Die ethnische Zugehörigkeit kann sich doch nicht so übermäßig steigern, daß das

fundamentale Gesetz der Achtung vor dem menschlichen Leben als solchem ausgeschaltet wird. Die Wahrheit ist nicht ethnisch, sie ist menschlich. Es ist also unannehmbar, die Wahrheit von Tatsachen zu verleugnen unter dem Vorwand, seine ethnische Gruppe oder seine Ideologie zu schützen.

Die Wahrheit muß sich im Kern der menschlichen und vor allem priesterlichen Beziehungen festsetzen. Es ist angebracht, ihn zu erkennen: die Gerüchte und falschen Informationen, die regelmäßig im Land verbreitet werden, stumpfen schließlich das Kritikvermögen selbst derjenigen ab, deren Berufung es ist, die anderen zu führen. Was kann man dann von einem Priester erwarten, der sich keine Mühe mehr macht, das Wahre vom Falschen, das Recht vom Unrecht zu unterscheiden? Diejenigen, die den Glauben des Volkes Gottes formen, müssen als erste dazu aufgefordert werden, in ihrem täglichen Leben von ihrer Liebe zur Wahrheit und zur Gerechtigkeit Zeugnis abzulegen.



Einheit des Menschengeschlechts

Die Kirche muß auf die Einheit des Menschengeschlechtes hinarbeiten. Der Priester muß der erste Urheber dieser Einheit sein. Keinesfalls kann er Konflikte zwischen Großfamilien, Ethnien oder Rassen schüren. Vor allem in unserem Land: Die Erfahrungen, die wir gemacht haben, zeigen, daß eine solche Haltung zum Völkermord führt. Er muß sich im Gegensatz dazu in den Dienst der Gerechtigkeit und der Wahrheit stellen. In dieser Verpflichtung wird er darauf achten, der Mann aller (siehe 1 Kor 9,19-23), und nicht nur der einer Gruppe zu sein. Er muß in der Nachfolge Christi, der den Haß getötet hat, ein Einigender sein (siehe Eph 2,14). Alle müssen bei ihm Aufnahme, Verständnis, Wohlwollen und Aufschluß finden. Sein Verhalten soll also mehr denn je unzweifelhaft sein, und er soll sich nicht Zwist verursachendem Verdacht aussetzen.

Er soll sich nicht von irgendjemandem manipulieren oder benutzen oder in die Fallen von Ideologien und extremen Haltungen reißen lassen. Ein Priester, der diese Uneinigkeit nicht überwindet, versagt in seinem Beruf und verrät seine Aufgabe. Angesichts ethnisch übersteigerter Forderungen darf er niemals das Gefühl für die Wahrheit, die Gerechtigkeit und die Nächstenliebe verlieren. Die Achtung vor diesen Ansprüchen ist unerläßlich für ein in sich stimmiges Zeugnis in unserem priesterlichen Dienst.

Versöhnung statt Haß

Wir können uns nicht dem Spiel von extremen Haltungen anheimgeben. Die Gemäßigten – das sind die Mehrheit in unsere Ethnien – müssen wieder die Initiati ergreifen und sich bemühen, nach ein Zukunft für unsere Nation zu suche Damit die Kirche einen Beitrag zur Versö nung der Kinder des Landes leisten kan muß sie mit sich selbst versöhnt sein. Ur das kann nur unter einer Bedingur geschehen: Rückkehr zum Wesentliche d. h. zu menschlicher Offenheit im Dialc die einzige Gewähr der Werte der Lieb die wir predigen. Die Kirche braucht me denn je Zeugen zu diesem klar umrissene Problem.

Damit die Priester sich gemeinsam bemi hen können, zu diesen Zeugen zu werde bitten die Bischöfe sie, in einer Atm sphäre des Gebetes Überlegungen anz stellen. Der Klerus jeder Diözese sollte sic darum kümmern, wie er Treffen und Ei kehrtage veranstalten kann, im Hinblic darauf, jeden einzelnen in unmittelbar Begegnung mit dem Evangelium in Frag zu stellen.

Dieser spirituelle Abschnitt und die Anr gungen, die sich daraus ergeben, werd eine Vertiefung ihres priesterlichen Leber ermöglichen. Wir sind aufgefordert, Fels zu sein, auf die andere sich stützen kö nen. In der Tat sind in diesem Augenblic die menschlichen und christlichen Wer auf dem besten Wege, ersetzt zu werd durch Doktrinen, die zu Gewalt unter Br dem und zum Völkermord führen.

SACC:
„Versöhnung wäre unchristlich"

„Es gibt aber andere Konflikte, bei denen die eine Seite recht hat und die andere unrecht- ...bei denen die eine Seite ein hochgerüsteter und gewalttätiger Unterdrücker ist, während die andere Seite wehrlos und unterdrückt ist...die nur als Kampf zwischen Gerechtigkeit und Ungerechtigkeit, Gut und Böse, Gott und dem Teufel beschrieben werden können. Hier von Versöhnung zwischen beiden Seiten zu sprechen, ist nicht nur eine verkehrte Anwendung des christlichen Gedankens von Versöhnung, es ist vielmehr totaler Verrat dessen, was christlicher Glaube überhaupt bedeutet... In der gegenwärtigen Situation in Südafrika wäre es völlig unchristlich, für Versöhnung und Frieden einzutreten."

Aus dem „Kairos-Dokument", erarbeitet vom Institut für kontextuale Theologie des Südafrikanischen Kirchenrates (SACC) unter Leitung von Wolfram Kistner und Frank Chikane

(31)

Burundi expulsó a diplomáticos libios.

Ex-Pte. Bagaza, depuesto 9/87, había iniciado contactos con Libia, para promover fé musulmana en detrimento de la católica. Bagaza se refugió en Libia.

El nuevo gobierno de Burundi acusó a Libia de apoyar el retorno de Bagaza al poder. Asimismo, el gobierno de Buyoya inició una reconciliación con la Iglesia Cat. y con Francia/Bélgica.

Gaddafi still threatens Burundi 3.5.89

The decision of the central African state of Burundi to expel all Libyan diplomats and nationals has come as no surprise. [illegible]

When the country's former leader, Jean-Baptiste Bagaza, deposed in September 1987, moved out of Uganda and settled in Libya on 16 January this year we knew that the intention was to work for a come-back to Bujumbura with the help of Colonel Gaddafi.

When President Bagaza ruled Burundi his relations with Tripoli were very close. He received considerable assistance from Libya in various forms, including arms and telecommunication facilities. In exchange President Bagaza favoured Islam (in a country with few Muslims) and antagonized the Roman Catholic Church whose influence had previously been paramount in the former Belgian colony.

After Bagaza's fall, relations between Libya and Burundi deteriorated as the country moved towards reconciliation with the Catholic missionaries and the French and Belgian governments.

But, having got wind of Bagaza's and Gaddafi's plans and clandestine activities in the country, the government of Burundi decided on 5 April to expel the Libyan diplomatic staff and all the 70 nationals in the country, accusing them of destabilization activities'. They were told to leave Burundi by 7 April at 18 hours local time.

According to a statement issued by the government of Burundi, the Libyan diplomats and all the other Libyans resident in the country 'have been engaging for some time in destabilization activities which threaten the peace and internal and external security' of Burundi.

Our sources in Bujumbura report a link between Libya and a recently-suppressed coup attempt in Burundi.

A group of 10 conspirators - five members of the armed forces and five civilians - planned to take advantage of a military parade on 11 March in Bujumbura to drive an armoured car to the official stand and assassinate the country's new leader, Major Buyoya, and his close aides. But the plan was foiled by the country's security forces before it could be implemented.

The plotters included two senior army officers, one of them a major related to ex-President Bagaza and the other a brother of the former Minister of Works, Isidore Nyaboya, who's currently in prison.

As refugees return, Burundi confronts tragedy of tribal hatred

By David Ress

BUJUMBURA (Reuter) — As thousands of refugees from a tribal massacre in August return to their homes in the north of Burundi, the country is looking for ways to prevent such an explosion happening again.

Diplomats here are impressed by the way President Pierre Buyoya has responded to the massacres in which an estimated 2,500 to 5,000 people died — although they fear that slaughter like that could recur.

"He knows he has a time-bomb which he must defuse," one Western diplomat said.

The time bomb is the ever-present tension between Burundi's majority Hutu, making up 85 percent of the country's five million people, and the Tutsi who have run the country for most of the time since independence from Belgium in 1962.

The tensions exploded in the northern communes of Ntega and Marangara in August. The United Nations estimates that 2,700 people died. The government puts the figure at 5,000.

In tribal violence in 1972, some 100,000 people died.

"It can happen again. More than 25 years of ethnic tension don't go away overnight," said Joseph Kotta, who as senior United Nations official in Burundi is coordinating international efforts to help resettle the 50,000 people who fled the slaughter and are now returning home.

What adds an extra chilling dimension to the tribal slaughters here is that it has become virtually impossible to distinguish Hutu from Tutsi through physical or linguistic differences.

Hutu and Tutsi speak the same language and live in the same areas, without any segregation. Although Tutsi are, by repute, taller and longer-faced than Hutu, the differences have faded after years of intermarriage, and tribal identification is almost entirely a question of paternal descent.

The only way of being sure which tribe a Burundian belongs to is to know who his parents or grandparents were — the sort of facts a neighbor might know.

In the uprising of Hutus which set off the slaughter in August, neighbor killed neighbor. Others died when the army arrived.

"So many have died that I don't know the number," said Tharcisse Manikiraza, a soft-spoken Hutu shopkeeper in the northern hamlet of Mugendo.

"I left because I was watching such things — people carrying machetes and spears, going from house to house. Everybody was crazy," he said.

"But it didn't spread, that's the important thing," one diplomat in Bujumbura said.

"Buyoya has kept control," the diplomat said. "He has won out over the hardliners in the army who wanted a repeat of 1972," he added, referring to the year when soldiers slaughtered thousands of Hutu all across the country in response to a similar local uprising.

1.9.88

06-06

9400848

FMI BOLETIN

ECONOMÍAS NACIONALES

Burundi avanza hacia la meta de un crecimiento económico sostenido

En 1991 Burundi logró mejores resultados económicos y financieros. Al mismo tiempo se puso en marcha un programa de ajuste, que el FMI respaldó mediante la ejecución de las medidas previstas para el primer año en un acuerdo del SRAE. La meta del programa económico correspondiente a 1991–94, apoyado por el referido acuerdo, consiste en sentar las bases de un crecimiento económico acelerado y sostenido a mediano plazo.

En el artículo siguiente, John Calvin Williams, del Departamento de África del FMI, pasa revista a los resultados económicos alcanzados por Burundi desde principios de la década de los ochenta y analiza las principales metas y características del programa económico de 1991–94 y los resultados logrados hasta la fecha.

Antecedentes

En los años sesenta y setenta, Burundi padeció los efectos de desequilibrios financieros internos y externos recurrentes, que indujeron al país a solicitar el apoyo del FMI, en el marco de sucesivos acuerdos de derecho de giro y del servicio de financiamiento compensatorio. En la primera mitad de la década de los ochenta los desequilibrios se agravaron, debido a la aplicación de una política fiscal y monetaria expansiva, y a que se toleró un acelerado aumento del tipo de cambio efectivo real. El crecimiento económico fue errático; el nivel de la inflación fue elevado; se registraron cuantiosos déficit de balanza de pagos, y las reservas de divisas alcanzaron, en cifras netas, un bajo nivel.

A mediados de 1986, las autoridades pusieron en marcha un programa de ajuste en el que se que daba más importancia a la reforma estructural. El FMI lo respaldó a través del recientemente establecido servicio financiero de ajuste estructural (SAE), siendo Burundi el primer país en usarlo. La meta del programa, cuyo período de ejecución expiró al final de 1989, consistía en acelerar el crecimiento económico, reducir la inflación interna, reforzar la balanza de pagos e incrementar, en cifras netas, las reservas de divisas.

Se aplicaron varias importantes medidas, como un reajuste cambiario encaminado a compensar el aumento del tipo de cambio ocurrido a principios de la década de los ochenta, y la modificación de los aranceles aduaneros, a fin de reducir la protección efectiva.

A primera vista, los resultados económicos fueron satisfactorios. En 1986–90, la tasa media de crecimiento económico real fue de alrededor del 3,7% anual —más elevada pues, que la de crecimiento demográfico— y la tasa media anual de inflación se redujo hasta llegar al 6,4%. No obstante, los aspectos esenciales de la economía siguieron deteriorándose. La base productiva y la exportación apenas si se diversificaron, ya que el café siguió siendo el cultivo comercial predominante. La tasa media de ahorro nacional bruto no pasó del 1% del PIB, y los déficit fiscal y de la balanza en cuenta corriente mejoraron muy poco. Para financiar los déficit se recurrió en gran medida a recursos externos, que si bien determinaron un aumento de las reservas de divisas y la reducción, en cifras netas, del crédito otorgado al Estado por el sistema bancario interno, provocaron también un pronunciado incremento de la deuda externa y del coeficiente del servicio de la misma.

El empeoramiento de la situación económica básica experimentado por Burundi en 1986-90 se debió en parte a factores exógenos, como el deterioro —del 48%— que sufrió la relación de intercambio, el estallido de disturbios civiles en 1988 y la situación climática

Burundi: Indicadores económicos y financieros seleccionados, 1981–91

	Promedio 1981–85	Promedio 1986–89	1990	Estimación 1991
	(Variación porcentual anual)			
PIB a precios constantes	4,2	3,8	3,5	4,9
Precios al consumidor	8,8	6,3	7,0	8,9
	(Porcentaje del PIB)			
Déficit fiscal global (excl. donaciones)	-12,3	-11,6	-13,0	-9,7
Déficit de la balanza en cuenta corriente (excl. donaciones)	-15,4	-14,6	-20,8	-17,8
Reservas oficiales netas (en meses de import. de bienes y servicios no atribuibles a factores)	1,3	2,2	2,1	3,1

Datos: Autoridades nacionales y estimaciones del Fondo

desfavorable reinante en 1989. Por otra parte se produjeron retrasos en la ejecución de medidas estructurales clave, como la reforma de las empresas públicas y del sector financiero. No se produjo el incremento de la inversión privada a través del cual, según lo previsto, debía financiarse la mayor parte del proceso de diversificación de la producción.

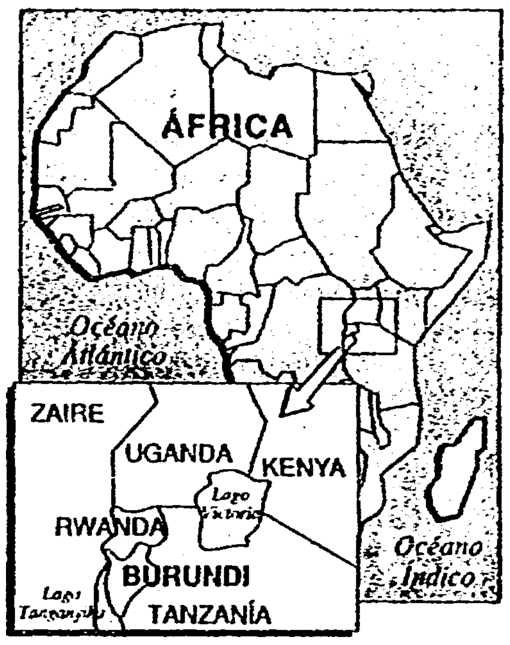
En 1991, el Gobierno puso en marcha un programa de gran envergadura encaminado a reforzar la gestión económica, reducir los desequilibrios financieros y acelerar la reforma estructural. Los objetivos cuantitativos clave del programa, que abarca el período 1991–94, consisten en lograr un crecimiento económico medio no menor del 4%, reducir la inflación, que deberá situarse en un nivel del 4% en 1993, y lograr que, a más tardar en 1994, el déficit de la balanza en cuenta corriente, excluidas las donaciones, baje a menos del 14% del PIB. En noviembre de 1991, el Directorio Ejecutivo del FMI aceptó la propuesta de Burundi de celebrar acuerdos enmarcados en el SRAE, como respaldo del programa económico de ese país.

Datos básicos de Burundi

Burundi, que linda con Rwanda, Tanzanía y Zaire, forma un puente entre África central y oriental. Con una extensión territorial de alrededor de 10.750 millas cuadradas y más de 5 millones de habitantes, ocupa el segundo lugar, por densidad de población, en el continente. Se trata de uno de los países más pobres del mundo: el Banco Mundial estimó su renta per cápita en US$210, aproximadamente, en 1990.

Escasamente dotado de recursos naturales y distando 1.400 kilómetros del puerto más cercano, el país se dedica en gran medida a la agricultura. Del café provienen alrededor del 75% de los ingresos de exportación.

La moneda del país es el franco de Burundi (FBu). Al 31 de marzo de 1992 el tipo de cambio era de FBu 199,3 = US$1 y FBu 273,1 = DEG 1.



Evolución económica en 1991

Según datos preliminares, los resultados fueron mejores de lo previsto. Se estima que el PIB real aumentó alrededor del 5% en 1991. Una situación climática en general favorable determinó el aumento de la producción del agro; en especial la de los cultivos alimenticios, el algodón y el té, que contrarrestó ampliamente la disminución de la producción de café. La tasa de inflación —8,9%— no rebasó la meta del programa. El tipo de cambio efectivo real bajó un 8% en el curso del año, lo que se debió principalmente a la devaluación, del 15%, que sufrió el franco de Burundi en agosto.

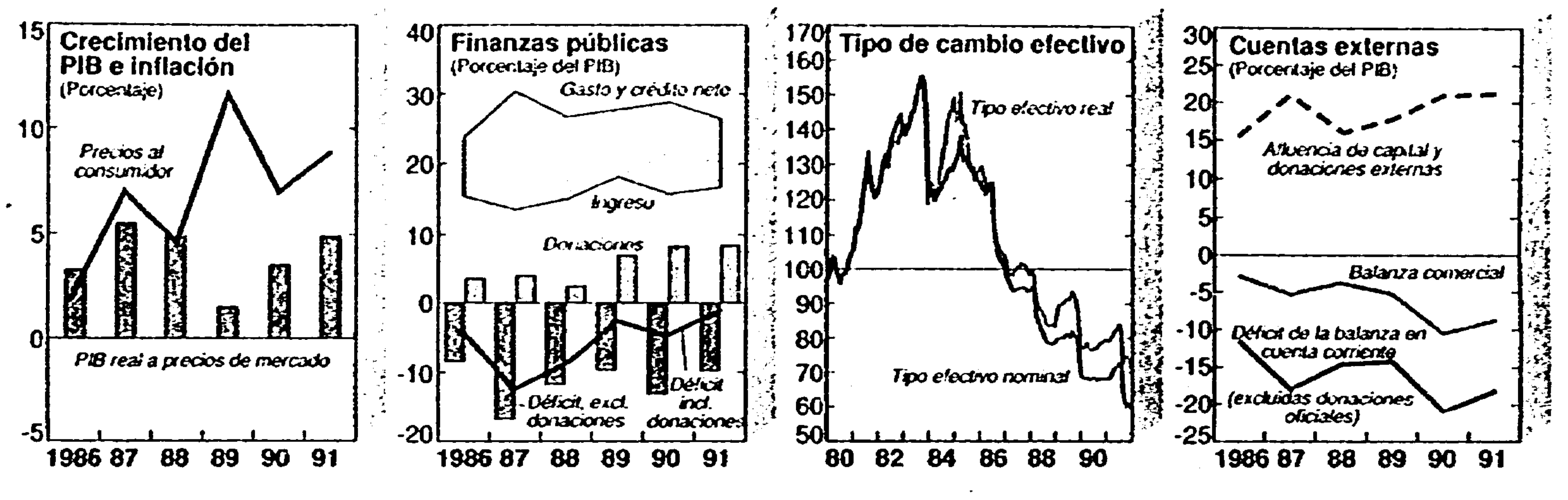
Una de las principales metas del programa de 1991 consistía en aplicar una política fiscal más restrictiva. El ingreso fiscal aumentó en forma pronunciada, y se redujo el gasto corriente. Todos los componentes del gasto previsto en el presupuesto se mantuvieron dentro de los límites del programa, aunque algunos gastos extrapresupuestarios imprevistos se financiaron con cargo a fondos de contrapartida de fuentes externas. El superávit de las operaciones fiscales corrientes llegó al 3,5% del PIB —frente al 0,4% de 1990— y el déficit global, excluidas las donaciones, no pasó del 9,7% del PIB, siendo, pues, un 3,3% menor que el de 1990. El déficit se financió principalmente mediante donaciones y endeudamiento externo en condiciones concesionarias.

En 1991 se produjo un considerable superávit en la balanza de pagos. Sin embargo, por haber sido insuficientes los desembolsos del crédito externo, el superávit global no llegó al nivel previsto. La exportación y la importación tampoco llegaron a lo programado, en tanto que el déficit de la balanza en cuenta corriente, excluidas las donaciones, superó levemente las previsiones.

En 1991 las autoridades adoptaron importantes medidas encaminadas a liberalizar las operaciones del comercio exterior y otras transacciones internacionales corrientes. Se duplicó el monto máximo de las divisas que los bancos extranjeros pueden aportar a cada importación sin previa autorización del Banco Central, y se aprobaron todas las solicitudes de buena fe por sumas mayores que ese tope. Las restricciones a la transferencia de ganancias y dividendos incrementó considerablemente el límite impuesto a las transferencias de salarios al exterior por parte de los trabajadores expatriados.

El año pasado se puso en marcha una reforma en gran escala del sector del café, en virtud de la cual aumentó considerablemente el papel del sector privado. Desde la zafra 1991/92 se procura que inversionistas privados adquieran capital accionario de compañías elaboradoras reestructuradas que eran de propiedad estatal plena. Además, se autorizó al sector privado a exportar café.

Burundi: Principales indicadores económicos, 1986-91



Datos: Ministère du Plan; Ministère des Finances; y Banque de la République du Burundi.

Medidas para 1992

El problema clave con el que se ve confrontado ahora Burundi consiste en hallar la manera de explotar los logros alcanzados en 1991. A esos fines, las autoridades recientemente adoptaron medidas decisivas para perfeccionar el régimen cambiario y comercial y la política monetaria. En mayo de 1992 se introdujo un sistema general de licencias abierto, en virtud del cual se liberaliza plenamente la exportación y la importación; las transacciones de comercio exterior ya no requieren la autorización previa del Banco Central. Se agregó un nuevo sistema cambiario en virtud del cual el franco de Burundi ha quedado vinculado a una cesta de monedas que refleja la estructura del comercio internacional del país. Los bancos comerciales ya no están obligados a hacer entrega inmediata de las divisas al Banco Central, sino que pueden comprar y vender divisas por cuenta propia y de sus clientes, a tipos de cambio que se negocian libremente dentro de determinados límites.

Con respecto a la política monetaria, las autoridades se proponen basarse en mayor medida en mecanismos indirectos de control del crédito. Se valdrán en mayor medida de la política de tasas de interés, de las transacciones realizadas en el mercado de certificados de Tesorería, del encaje legal, y de las operaciones de refinanciamiento del Banco Central para influir sobre la evolución de los agregados monetarios.

La meta principal de la política macroeconómica seguirá consistiendo en reducir cada vez más el déficit fiscal global a fin de que el gasto público se haga más eficiente, e imponer límites a la expansión del crédito interno. Al mismo tiempo, a través de medidas de reforma estructural se reducirá el papel del sector público y se tratará de encontrar mecanismos más eficaces encaminados a fomentar el sector privado. En resumen, las autoridades de Burundi han adoptado medidas esenciales para promover un crecimiento económico sostenible aunado a un nivel de inflación bajo y estable a mediano plazo.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL

FMI BOLETIN

15 de junio de 1992
volumen 21, número 12

Director: Gerald R. Rosen
Redactor subjefe: Paul Gleason
Redactor subjefe: Vikram R. Khanna
Redactora, subjefe: Sheila Meehan
Editora de Artes Gráficas: Susan Scott
Diseñador de Artes Gráficas: Philip Torsani

El *Boletín* (ISSN 0250-7240) es una publicación del Fondo Monetario Internacional. Durante el año aparecen 23 números en español, francés (*Bulletin*) e inglés (*IMF Survey*), el lunes, en semanas alternas, además del *Suplemento sobre las actividades del Fondo*, un índice anual y otros suplementos ocasionales. Las opiniones e información que aparecen en el *Boletín* no representan necesariamente la posición oficial del Fondo. Las cartas al director deben dirigirse a: Current Publications Division, Room IS5-1500, International Monetary Fund, Washington, D.C. 20431, EE.UU., tel.: (202) 623-8585. Se distribuye por vía aérea. Las empresas privadas y los particulares que se interesen en recibir esta publicación sólo deben pagar el costo del franqueo, que es de US$60. Suscripciones: Publication Services, Box S-100, International Monetary Fund, Washington, D.C. 20431, EE.UU., tel.: (202) 623-7430. Cables: Interfund; FAX (202) 623-7201.

(32)

Abschied von Burundis Tutsi-Diktatur

Unerwartete Abwahl von Präsident Pierre Buyoya

Nach drei Jahrzehnten diktatorischer Herrschaft der Tutsi-Minderheit haben Burundis Wähler ihrem Präsidenten Pierre Buyoya eine Abfuhr erteilt und im ersten Umgang mit klarem Vorsprung den Hutu-Geschäftsmann Melchior Ndadaye ins höchste Staatsamt befördert. Der unerwartete Wechsel, der weit mehr als nur die Person des Staatschefs betrifft, markiert einen historischen Einschnitt, den das zentralafrikanische Land und seine Institutionen erst noch zu verarbeiten haben.

br. Nairobi, 3. Juni

Die Wahlniederlage des burundischen Präsidenten Pierre Buyoya vom Dienstag, die sich entgegen allen Prognosen schon weniger als zwanzig Stunden nach der Schliessung der Stimmlokale deutlich abzeichnete, hat sich bestätigt. Noch am Mittwochabend verkündete das burundische Innenministerium offiziell den Sieg Melchior Ndadayes, der mit ungefähr 60 Prozent der Stimmen – gegenüber 39 Prozent für Major Buyoya – einen komfortablen Vorsprung aufweist. Der geschlagene Staatschef akzeptierte die Niederlage, während an seiner Seite der Stabschef, *Michel Mibarurwa* das Bekenntnis der Armee zur Demokratie erneuerte.

Offene Fragen an die neue Führungskraft

Das Verdikt in der ersten freien Präsidentschaftswahl des Landes richtet sich weniger gegen Buyoya, den umsichtigen Architekten des neuen Mehrparteienstaates, als gegen das dreissigjährige Monopol seiner Partei Uprona, der *Union pour le progrès national,* die seit dem Sturz der Monarchie 1966 ihre Herrschaft auf die Streitkräfte stützte. Auf die Niederlage ihres Chefs hin droht nun der Uprona in den folgenden Parlamentswahlen vom Monatsende eine vernichtende Schlappe.

Den *Front pour la démocratie au Burundi* (Frodébu), der mit dem während längerer Zeit exilierten Geschäftsmann Ndadaye das Erbe der Uprona antritt, erwartet mit der Regierungsverantwortung die Probe seiner Einheit, die in der Opposition leichter zu kitten war, als sie sich nach dem Triumph wird bewahren lassen. Während die kleineren Oppositionsparteien vorläufig Quantité négligeable bleiben, umschliesst der Frodebu Strömungen, die vom weltoffenen Liberalen bis zum ethnisch versierten, rabiaten Hutu-Chauvinisten ein breites Spektrum bilden.

Die Armee als unbekannte Grösse

Die Vergangenheit des Landes mit den grössten Massakern des Kontinents seit der afrikanischen Unabhängigkeit nährt Neigungen zu Simplifikationen im politischen Bild Burundis. Weder hatte es sich bei der Uprona und ihrem Parteistaat um einen exklusiven Apparat der Tutsi-Minderheit mit ihrem Bevölkerungsanteil von gerade etwa 15 Prozent gehandelt, noch war es in letzter Zeit der alte *Palipehutu* (Parti pour la libération du peuple Hutu), der im neuen Gewand des Frodebu das minoritäre Regime herausgefordert hätte. Mit einigen Schönheitsfehlern ruhte Buyoyas ziviler Apparat seit mehreren Jahren auf paritätischen Fundamenten. Das massive Votum für den Wechsel hat aber dennoch das Gewicht des ethnischen Faktors in den politischen Präferenzen der Wähler drastisch in Erinnerung gerufen. Die unbekannte Grösse für die Zukunft bleibt die Armee als die wichtigste Bastion der Tutsi, deren führende Kreise den Hutu bisher kaum Einlass gewährten. Die Versicherungen des Stabschefs Mibarurwa klingen beruhigend, können aber einen friedlichen Übergang nicht vorwegnehmen. Dieser wäre sehr bemerkenswert, nachdem in den vergangenen 25 Jahren die Machterhaltung der burundischen Tutsi die Hutu vielleicht 200 000 Menschenleben gekostet hat. Laut Korrespondentenberichten herrscht in Bujumbura einstweilen eine Ruhe, die wenig Raum für Feststimmung lässt.

5.6.93

NO

Nº. DOCUMENTO	9400850
TITULO	Golpe de estado en Burundi (1993)
PROCEDENCIA	150090
FECHA	28/12/93
VINCULACIONES	11876 –
	507483 –
	11164 –
	11163 –

Doc. poco leg.

9400850

01-05

(10)

30
10
93

Amenaza de guerra civil en Burundi

Bujumbura, Burundi
por Annie Thomas, enviada especial de la AFP

El gobierno de Burundi retomaba visiblemente las riendas del poder, tras el fracaso del golpe de Estado del pasado 21 de octubre, pero los persistentes y sangrientos enfrentamientos étnicos podrían llevar al país a una guerra civil destructiva. Actualmente podrían haber muerto o resultado heridas miles o decenas de miles de personas, declaró un responsable de la Cruz Roja, Philippe Gaillard.

"Es una espiral infernal, una guerra civil de tipo medieval", indicó Gaillard, estimando que dos tercios del país eran presa de la violencia.

El Ejército —dominado por la etnia minoritaria de los tutsis— mató a los hutus, los hutus vengan a su presidente asesinado, en consecuencia los tutsis también se vengan. Las llamadas del gobierno a la tranquilidad no han permitido poner fin a la matanza.

Los violentos enfrentamientos en el norte y en el centro del país invaden esporádicamente la capital. En la noche del jueves al viernes, al menos dos personas murieron y ocho resultaron heridas en un barrio del norte de Bujumbura.

En las colinas que rodean la capital, al borde del lago Tanganica, los campesinos hutus organizan patrullas nocturnas y cavaron trincheras a través de las carreteras que conducen a sus pueblos.

Por su parte, los Tutsis están a salvo en el colegio del Espíritu Santo, vigilado por militares armados.

Según el gobierno, que acusa a los militares de haber puesto a salvo a los tutsis para masacrar mejor a los hutus, este tipo de refugio es representativo de los métodos militares golpistas.

Esta desconfianza obliga a los miembros del gobierno de Sylvie Kinigi, la primer ministro tutsi del presidente hutu asesinado, Melchior Ndadaye, a seguir refugiados en la Embajada de Francia, desde donde retoman paulatinamente las riendas de un país que amenaza con hundirse.

Un comunicado del gobierno difundido el jueves por la noche por la radio pedía a la población de Burundi que regresase al trabajo. El viernes, cerca de un 80% estaba en su puesto en la capital, cuyas calles estaban llenas de gente por primera vez desde el golpe de Estado del 21 de octubre. Los arrestos y las purgas dentro del Ejército parecen confirmar que una parte de los militares mantiene su lealtad al gobierno.

Para salir de su refugio, el gobierno estima necesaria la intervención de una fuerza internacional. Después de una visita de dos días, durante los que se entrevistó con el gobierno y con los militares, el emisario de la ONU, James Jonah, abandonó Bujumbura este viernes por la tarde tras haber anunciado el jueves el fracaso del golpe de Estado.

WH4

...Tutsi ... floats in the A... ...in the wake of the military coup

PHOTOGRAPH: JEREMIAH KALAU

24.11.93

Massacres follow Burundi coup

Le Monde

Jean Hélène

THE BODY of a young man with his hands tied behind his back bobbed in the muddy waters of the Akanyaru river marking the border between Rwanda and Burundi. His face popped up briefly on the surface causing bystanders on the Rwandan side of the river to burst into giggles.

"They recognised it as a Tutsi," my guide Jean-Paul volunteered as an explanation of the crowd's reaction. "When Hutu peasants catch a lone Tutsi, they tie him up and throw him in the river." He said it as if it was some sort of tradition whenever ethnic tensions surfaced between Burundi's Hutus (85 per cent of the population) and Tutsis.

The October 21 overthrow and murder of Melchior N'dadayé, the country's first Hutu president, who was democratically elected on June 1, has touched off further massacres. These come after the 1988 killings of 3,000 to 25,000 Burundians (depending on sources) and the earlier 1972 massacre of more than 100,000.

Refugees reaching the Kanyaru-Haut border post say the army is already beginning to assassinate intellectuals and government employees at Kayanza, some 20 kilometres from here. "They first herded all the Tutsis into the army barracks to protect them," said one. "Then they picked out the Hutu elite and eliminated them."

There was even talk that an influential Hutu member of UPRONA (the former ruling party) tried to take shelter among the Tutsis, but was driven out into the street by the soldiers.

Three kilometres from the border post, on the Burundian side, several trees had been cut down and lay across the road blocking traffic. A few laughing villagers waved their hands, signalling victory. Many witnesses reported that most of the refugees were women and children, while the men had stayed behind in Burundi to fight.

No news at all is coming out of Bujumbura, the Burundian capital, which appears to be totally cut off by the rebels. An International Red Cross (ICRC) delegation, which was allowed to move around in the capital, said the hospitals were not short of medical supplies.

"What does that mean?" asked a Burundian exiled in the Rwandan capital, Kigali. "If there are no wounded, is it because it was a bloodless coup or because only the dead are being counted?" A Red Cross official announced on October 22 that some 35,000 Hutus from Burundi had crossed into Rwanda.

There was a public protest in Kigali on October 22 against N'dadayé's ousting, and expectations are that there will be a much stronger reaction from the people, and even the government.

Jean Minani, the Burundian health minister who was visiting Rwanda when the coup took place, announced on Rwandan radio that the legitimate government of Burundi, "provisionally in exile", had been transferred to Kigali. He also appealed to the UN Security Council to help restore Burundi's democratic institutions.

The army has since urged government ministers to come out of hiding and run the country.

9400850

Burundi - La primera ministra de Burundi, Sylvie Kinigi, principal autoridad del país desde que el presidente Melchior Ndadaye fue asesinado en un golpe de Estado, abandonó ayer la embajada de Francia, donde había permanecido durante 12 días y mantuvo conversaciones con mandos del Ejército. (AP)

Dramática situación de la población en Burundi

Nairobi (ANSA)

■ La situación humanitaria en Burundi, donde la intentona golpista del pasado 21 de octubre reavivó los odios tribales, sigue empeorando día a día, mientras el gobierno de la premier Sylvie Kinigi sigue refugiado en la Embajada francesa local, pese a las garantías de los altos mandos militares.

Según el Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (Acnur), unos 700 mil burundeses (sobre una población total de 5,6 millones de habitantes) se han refugiado en Rwanda, Tanzania y Zaire desde el golpe militar en el que fue asesinado el primer presidente democráticamente electo en la historia independiente del país, Melchior Ndadaye.

La vocero del Acnur en la sede central de Ginebra, Sylvana Foa, afirmó que los refugiados, agolpados principalmente en 19 campos creados en la frontera con Rwanda, necesitan sobre todo "alguna suerte de refugio, a causa de las torrenciales lluvias de esta estación".

Por otra parte, fuentes de la organización independiente de ayuda humanitaria, Médicos sin Fronteras (MSF), con base en Bruselas, afirmaron que en las provincias burundesas, donde existe una larga tradición de odio tribal entre los Hutus (mayoritarios) y los Tutsis (minoritarios, pero dominantes), prosiguen las matanzas, los saqueos y la destrucción.

Estas fuentes indicaron que, a través de una serie de incursiones en helicóptero a partir de la capital, Bujumbura, los médicos de MSF han podido presenciar escenas espeluznantes: aldeas arrasadas e incendiadas, viviendas saqueadas y pilas de cuerpos amontonados en las zanjas.

El Papa Juan Pablo II y los Obispos africanos han condenado enérgicamente el golpe de Estado militar del pasado mes de octubre en Burundi, catalogándolo de "una gravedad moral incalificable contraria a la Constitución y a la ley de Dios". En especial condenan al ejército, que "ha asesinado al pueblo que debía proteger".

Después del golpe de Estado militar de la noche entre el 20 y el 21 de octubre, que ha sembrado muerte y destrucción en el país, los Obispos católicos junto con los Obispos de las Iglesias Episcopal y Metodista de Burundi, publicaron un mensaje en el que condenan con energía el golpe de Estado y la violencia y odio desencadenados. Así mismo invitan a todos a la paz, reconciliación, testimonio de vida democrática y, en primer lugar, a la oración suplicante a Dios.

"La Patria está en duelo, nuestras Iglesias están en duelo".

Este golpe ha exacerbado al mismo tiempo los sentimientos de odio étnico, político y regional. "Grupos de población encolerizados -afirman los Obispos- han cedido a la tentación de tomarse la justicia por su propia mano con la venganza, destruyendo bienes y causando masacres en la población. La Patria está en duelo, nuestras Iglesias están en duelo".

Los Obispos de esta nación africana condenan "enérgicamente y sin reservas este golpe de Estado, agravado por en hecho de haber sido llevado a cabo por agentes del orden a los que normalmente se les considera llamados a proteger la vida de la población. **Este golpe de Estado es, pues, de una gravedad moral incalificable, no solo contrario a la Constitución, sino también y sobre todo, a la ley de Dios**", para quien "**la vida humana es sagrada y no se puede atentar contra ella bajo ningún pretexto**".

"Exigimos, finalmente, que se informe correctamente a la nación sobre las circunstancias del golpe y sobre la suerte de las personas detenidas".

"El ejército ha asesinado al pueblo que debía proteger".

Por su parte los Obispos de Rwanda, país vecino de Burundi, en un Comunicado publicado el 23 de octubre condenan la matanza en Burundi e invocan la paz y la vida democrática. En él "**condenan con firmeza al grupo que, mofándose de la voluntad popular expresada electoralmente se han adueñado del poder por la fuerza, derramando la sangre de sus hermanos. En especial al ejército burundi que ha asesinado al pueblo que debía proteger y se ha hecho responsable de la oleada actual de refugiados burundi**". Finalmente los Obispos elogian la "acción fraterna de los rwandeses que acogen a sus hermanos de Burundi que buscan refugio en Rwanda".

Por su parte el Papa Juan Pablo II manifestó su profundo dolor ante este golpe de Estado que ha sembrado muerte y violencia en Burundi. "Hago un llamamiento -expresó- a la conciencia de todos los que en Burundi tienen un arma en la mano, para recordarles que la vida de todo hombre, de toda mujer y de todo niño es sagrada. **El mayor servicio que los burundi pueden hacer a su Patria es tener el valor de renunciar a las armas, dialogar y volver al camino de la democracia recientemente emprendido**".

"El esfuerzo por la reconciliación -concluyó el Papa- sea luego, la respuesta unánime y firme a la tentación del odio y de la venganza".

A pesar de ser uno de los países africanos más pequeños, la violencia étnica ha cobrado más de 100.000 vidas desde 1972. Ahora un nuevo gobierno moderado abre una instancia de esperanza.

BURUNDI

Olvidado baño de sangre



Independizada de Bélgica en 1962, el gobierno ha estado todo el tiempo en manos de militares pertenecientes a la minoritaria etnia Tutsi. Sus oponentes los Hutus, con el 85% de la población, acaban de ganar el poder en las primeras elecciones libres de su historia. El proceso de democratización había comenzado con el ex-Presidente Tutsi Pierre Budoya derrotado en las últimas elecciones.

"Contra lo que todos esperábamos Bedoya aceptó el resultado y le está dando al país estabilidad política por primera vez en su historia a pesar de que sus jefes militares lo están presionando para que no abandone del todo el poder" comenta Innocente Muhozi un importante periodista local.

Sin embargo otro sector de militares tutsis comienza a disfrutar de la paz después de veinte años de violencia y eso ha calmado la situación política. *"Lo que hay que evitar ahora es la revancha que muchos Hutus le reclaman a sus jefes y al Presidente y que puede terminar en un golpe"* Sin embargo, Ndadaye el nuevo Presidente ha decidido dejar en sus lugares a muchos tutsis y ha declarado que *"lo importante para salir del estancamiento económico y tomar la vía del desarrollo es la paz, por eso yo personalmente no tomaré ninguna actitud beligerante con la minoría étnica"*.

El principal problema que enfrenta el nuevo gobierno es por un lado el excesivo fraccionamiento de los grupos políticos y por otro detener en el corto plazo la tasa de crecimiento demográfico que llega al 3,5% anual.

Burundi

100 MUERTOS DIARIOS

Al menos un centenar de personas mueren cada día en los campos de refugiados burundeses en Ruanda, y la tendencia ha aumentado en los últimos días, indicaron fuentes de organizaciones humanitarias y de la Alta Comisaría de la ONU para los Refugiados (ACNUR).

Las fuentes afirmaron que la mayoría de los muertos se registran en campos del norte de Ruanda, donde llegaron millares de personas para huir de los enfrentamientos tribales que estallaron en Burundi el pasado octubre tras el golpe de Estado que desembocó en el asesinato del Presidente Melchior Ndadaye.

L.J. 12/12

La oposición en Burundi se manifiesta en contra

RECHAZO AL DESPLIEGUE DE TROPAS DE LA OUA

Militantes de la oposición se manifestaron en Bujumbura para protestar contra la idea de la Organización de la Unidad Africana (OUA) de desplegar tropas para restablecer el orden tras la crisis originada por el asesinato del presidente Melchior Ndadaye el pasado mes de octubre.

Fuentes de las organizaciones humanitarias calculan que cerca de 150.000 personas murieron en los enfrentamientos de carácter tribal que causó el golpe fracasado, en el que fueron asesinado Ndadaye y algunos de sus ministrios, mientras otras 800.000 se refugiaron a los países vecinos.

La intervención de tropas extranjeras fue deseada por algunos miembros supervivientes del gobierno derrocado, que ponen en tela de juicio la lealtad del ejército burundés dominado por la tribu minoritaria tutsi, acusado de asesinar a Ndadaye, miembro éste de la tribu mayotitaria hutu.

La manifestación contra el despliegue de las tropas de la OUA fue convocada por siete partidos de oposición, que temen que la llegada el próximo mes de enero del contingente de 200 hombres, entre ellos 180 soldados, «transformará a Burundi en una segunda Somalia».

Unos 15.000 manifestantes -según fuentes de la oposición- se reunieron frente al hotel de Bujumbura donde se hospeda el enviado especial de la OUA, Louis Fall, mientras que en un estadio de la ciudad calificaron de «amenaza a nuestra soberania nacional» la próxima llegada de las tropas interrafricanas.

En una octavilla, la oposición afirmó que si la población acepta la llegada de esas tropas, «corremos el peligro de vivir una explosión que no podrán resolver ni los contingentes militares extranjeros ni el ejército burundés».

El asesinato del primer presidente democráticamente elegido de Burundi aceleró la petición de miembros de la OUA de establecer un Comitéepara la Prevención y Solución de los Conflictos en Africa, cuya creación fue debatida en la última «cumbre» del organismo panafricano en El Cairo.

(efe)

05-05 L.J. 28/12/93. 9400850

MINISTERIO DEL INTERIOR

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA

S E C R E T A R I A

O F I C I O Nro.027/994.JDG.wis.

REFERENCIA: ACUÑA MENDEZ : Darwin Virgilio y Otros .Aspirantes a ingreso al Instituto Polimial.ANOTACIONES QUE PUEDAN REGISTRAR.

=S E S O L I C I T A=

Montevideo, 21 de enero de 1994.

SEÑOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Solicito de Usted, tenga a bien de informe si las personas que se mencionan en los Listados Adjuntos Nros.007/94,012/94,y023/94 y 021/994 (Aspirantes a ingreso al Instituto Policial) registran constancias en esa Agencia.

Cabe señalar y dentro de las providencias del caso, que dicha información sería de suma utilidad dentro de un plazo estimable a los seis días.

Saluda a Usted atentamente.

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia

INSPECTOR PRINCIPAL

CEFERINO PONTE PERERA

1/6

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO A I.D.A.T.Y.C. (J.P.M.) MENCIONADAS EN EL OFICIO Nro.: 007994

1)- ACUÑA MENDEZ : Darwin Virgilio

Céd.Ident.No.: 3.148.808=7 Cred.Civ.Serie: G.B.C.Nro.:17,913
F.Nac.: 12.2.1973 en Cerro Largo
Domicilio: Calle "B" No.3688 Piedras Blancas =Montevideo

2)- ALIETTE FERREIRA : Amneris Paola

Céd.Ident.No.: 1.972.226=5 Cred.Civ.Serie: B.Z.C.Nro.: 7822
F.Nac.: 10.10.1975 en Montevideo
Domicilio: Domingo Torres No.4696

3)- BOGARIN DENES : Carlos Cesar

Céd.Ident.No.: 3.102.381=5 Cred.Civ.Serie: C.D.A.Nro.: 85.079
F.Nac.: 11.3.1957 en Flores
Domicilio: Juana de Arco No.214 =Las Piedras=Canelones

4)- CAMEJO PINTADO : María Cristina

Céd.Ident.No.: 2.951.158=5 Cred.Civ.Serie: C.D.A.Nro.: 72.988
F.Nac.: 8.11.1969 en Montevideo
Domicilio: Pasaje Sanches No.329

5)- GIANICHINI SOSA : Zulma Teresa

Céd.Ident.No.: 1.841.266=3 Cred.Civ.Serie: A.E.A.Nro.: 5964
F.Nac.: 20.12.1956 en Soriano
Domicilio: Pensamiento No. 2016

6)- MARTIN : Carlos Daniel FR- ✓ BCB.30603-

Céd.Ident.No.: 1.301.829=4 Cred.Civ.Serie: B.C.R.Nro.: 30.603
F.Nac.: 6.11.1963 en Montevideo
Domicilio: Turín No.3427 Ap.2.

7)- MARTINEZ MONTAÑO : Abelardo Richard FR- PBA 18472 ✓

Céd.Ident.No.: 3.374.338=4 Cred.Civ.Serie: B.N.B.Nro.: 47.448
F.Nac.: 19.9.1963 en Flores.
Domicilio: Las Primicias No.4771

8)- PERDOMO DOS SANTOS : Patricia Nery

Céd.Ident.No.: 3.471.140=7 Cred.Civ.Serie: B.D.D.Nro.: 7038
F.Nac.: 17.1.1972 en Montevideo
Domicilio: Barrio San Andrés Calle 4= Toledo=Canelones

9)- TROTTA SILVA : Lourdes Natalia

Céd.Ident.No.: 4.061.429=1 Cred.Civ.Serie: A.S.B.Nro.: 13.235
F.Nac.: 21.11.1975 en Montevideo
Domicilio: Juan Paullier No.1837 Ap.4.

10)- SUAREZ DELGADO : Leonardo Miguel

Céd.Ident.No.: 3.226.531=5 Cred.Civ.Serie: B.N.B.Nro.: 49.945
F.NAC.: 17.1.1973 en San José
Domicilio: Pantaleon Artigas 3942 Ap.4.

../=

2 940085

/..11)SILVA ; Luisa Susana 139866-

Céd.Ident.No.: 1.948.380=7 Créd.Civ.Serie: B.T.B.Nro.: 33.056
F.Nac.: 14.2.1966 en Montevideo
Domicilio: Lucio Rodriguez No. 4928

12)= RUIZ GARCIA : Miriam Lilián 132684-

Céd.Ident.No.: 1.814.716=1 Cred.Civ.Serie: B.D.A.Nro.: 70.839
F.Nac.: 1.3.1961 en Montevideo
Domicilio; Calle 248 Ap.103 Block 6 Viviendas Policiales

13)= RODRIGUEZ PEREZ : Fernando Andrés.

Céd.Ident.No.: 1.767.165=4 Cred.Civ.Serie: B.P.B.Nro.: 14.762
F.Nac.: 19.4.1970 en Montevideo
Domicilio: Magallanes No.1038

14)= QUIRINO NALERIO : José Luis.

Céd.Ident.No.: 4.105.343=6 Cred.Civ.Serie: B.R.A.Nro.: 41.315
F.Nac.: 5.11.1973 en Montevideo
Domicilio: Andres Complejo Hab.América Senda 1 Block "Ñ2"Ap.305

15)= QUINTANA FERNANDEZ: Claudia Verónica 246206 (...) ✓

Céd.Ident.No.: 2.809.790=2 Cred.Civ.Serie: A.U.A.Nro.: 20695
F.Nac.: 19.12.1975 en Montevideo
Domicilio: Estero Bellaco No.2779 Ap.2.

003 9400851

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO A I.D.A.T.Y.C. (J.P.M.) MENCIONADAS EN EL OFICIO Nro.: 012/94 y 023 94.

1)- TUDURI FABRA : Angel Alexis
Céd.Ident.No.: 3.832.201=8 Cred.Civ.Serie: B.E.B. Nro.: 10.408
F.Nac.: 9.12.1973 en Canelones
Domicilio: Fernandez Crespo No.2109

2)- SILVA : Ricardo Waldemar SRV-
Céd.Ident.No.: 3.300.527=3 Cred.Civ.Serie: C.D.A. Nro.: 73.402
F.Nac.: 31.5.1971 en Montevideo
Domicilio; José Tomás Aldabalde S/No.La Paz=Canelones

3)- PIREZ BRASIL : Victor Manuel
Céd.Ident.No.: 4.311.093=1 Cred.Civ.Serie: H.D.B. Nro.: 8.549
F.Nac.: 9.6.1974 en Rivera
Domicilio: Parada 5 Calle 6 y 17 metros Toledo=Canelones

4)- DE LOS SANTOS BARROS : Mario Fernando
Céd.Ident.No.: 1.421.394=8 Cred.Civ.Serie: A.X.A. Nro.: 22.772
F.Nac.: 23.1.1963 en Montevideo
Domicilio: Bonpland No.601 (Montevideo)

5)- PERDOMO DOS SANTOS : Patricia Nery
Céd.Ident.No.: 3.471.140=7 Cred.Civ.Serie: B.D.D. Nro.: 7.038
F.Nac.: 17.1.1972 en Montevideo
Domicilio: Barrio San Andrés= Calle 4 entre 2 y 1 (Toledo)

6)- SCAFFO FUMERO: Eduardo Antonio
Céd.Ident.No.: 1.954.504=5 Cred.Civ.Serie: A.D.A. Nro.: 5.786
F.Nac.: 3.5.1954 en Durazno
Domicilio: Gonzalo Ramirez No.1747 Ap.601

7)- SOSA ORIQUE : Claudia Micaela
Céd'Ident.No.: 1.938.281-7 Cred.Civ.Serie: B.T.A. Nro.: 22.854
F.Nac.: 13.4.1975 en Montevideo
Domicilio: Haití Pasaje 59 No.4441 (Montevideo)

8)- LOPEZ MARTINEZ : Claudia
Céd.Ident.No.: 3.481.620=5 Cred.Civ.Serie: G.B.C. Nro.: 14.653
F.Nac.: Cerro Largo
Domicilio: Martí No.3435 y Rbla.Rep.del Perú

9)-
Céd'Ident.No.: Cred.Civ.Serie: Nro.:
F.Nac.:
Domicilio:

10)-
Céd.Ident.No.: Cred.Civ.Serie: Nro.:
F.NAC.:
Domicilio:

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO A I.D.A.T.V.C. (J.P.M.) MENCIONADAS EN EL OFICIO Nro.: 021/994.

1)- ACOSTA MONTES DE OCA: José María
Céd.Ident.No.: 3.771.047=8 Cred.Civ.Serie: B.D.B. Nro.: 63.611
F.Nac.: 7.10.1975 en Montevideo
Domicilio: Cno.Oncativo No. Oficial 3 No.5354

2)- ARANDA BARRO: Javier Adrian
Céd.Ident.No.: 1.824.953=1 Cred.Civ.Serie: B.D.A.Nro.: 92.984
F.Nac.: 25.10.1972 en Montevideo
Domicilio; Cesar Cantu No.3925 Ap.2

3)- AUDICIO PALLE : José Luis
Céd.Ident.No.: 3.087.77088 Cred.Civ.Serie: Q.C.A.Nro.: 10.747.
F.Nac.: 18.3.1961 en Florida
Domicilio: Libertad No. 1126 (Florida)

4)- BENTANCOR LEITES : Vania Jazmine
Céd.Ident.No.: 1.918.783=5 Cred.Civ.Serie: B.J.B.Nro.: 21.476
F.Nac.: 8.3.1975 en Montevideo
Domicilio: Juan Paullier No.2071 Ap.2

5)- CASAMAN PAZ : Yanet
Céd.Ident.No.: 1.821.794=8 Cred.Civ.Serie: C.Q.A.Nro.: 9402
F.Nac.: 6.1.1962 en Canelones
Domicilio: Joaquin Suarez

6)- CORTIZAS MAURENTE : Delma Ruth
Céd.Ident.No.: 1.708.668=3 Cred.Civ.Serie: B.X.A.Nro.: 3318
F.Nac.: 11.3.1958 en Montevideo
Domicilio: Bolivia No. 1004 Ap.3.

7)- CRUZ VIERA : Milton Yovelis
Céd'Ident.No.: 3.664.822=2 Cred.Civ.Serie: B.B.A.Nro.: 40.274
F.Nac.: 12.8.1969 en Montevideo
Domicilio: Ruta 1 Km.26 Manz.10 Solar 14.

8)- DUARTE CASTRO : Rosa Esther
Céd.Ident.No.: 1.662.087=0 Cred.Civ.Serie: B.O.A.Nro.: 14.312.
F.Nac.: 14.5.1954 en Rio Negro
Domicilio: Pasaje 1 No.5008 B= CH 59 Entre San Martin y G.Volpe

9)- ESPOSITO MAZZOCHI : Stella Maris
Céd'Ident.No.: 1.621.051=2 Cred.Civ.Serie: B.V.C. Nro.: 1433
F.Nac.: 13.9.1965 en Montevideo
Domicilio: Las Tunas No.861

10)- MARQUEZ BLANCO : Fernando Daniel
Céd.Ident.No.: 3.406.302.=0 Cred.Civ.Serie: M.A.A. Nro.: 61.935
F.NAC.: 14.1.1972 en Soriano
Domicilio: Centenario No. 541 (Soriano) ../=

005

00851

/..=

~~11)= MENDOZA RIVERO : Ana Carina~~

Céd.Ident.No.: 3.487.692=4 Cred.Civ.Serie: B.A.A. Nro.: 36.386

F.Nac.: 5.10.1975 en Montevideo

Domicilio: Joaquin Requena No.2374 Ap.5.

12)= PIREZ BRASIL : Victor Manuel

Céd.Ident.No.: 4.311.093=1 Cred.Civ.Serie: H.D.B. Nro.: 7549

F.Nac.: 9.6.1974 en Rivera

Domicilio; Calle 6 y 17 metros

13)= PRADO MARTINEZ : Carlos Gustavo

Céd.Ident.No.: 2.806.533=1 Cred.Civ.Serie: B.D.B. Nro.: 61.643

F.Nac.: 25.8.1964 en Perú (Callao)

Domicilio: Tte.Reinaldi No. 3860

14)= RODRIGUEZ TOMATIS : Marilimabel Gabriela

Céd.Ident.No.: 4.377.541=6 Cred.Civ.Serie: C.D.A. Nro.: 84.928

F.Nac.: 8.8.1974 en Canelones

Domicilio: Cno.Poquito esq.Guaviyú =Las Piedras=Canelones

15)= RUSSO JORDAN : Rossina Yolly

Céd.Ident.No.: 3.999.453=7 Cred.Civ.Serie: L.A.A. Nro.: 33.358

F.Nac.: 20.2.1970 en Rio Negro

Domicilio: Santa Fé No. 1156 Ap.01

16)= SILVA : Ricardo Waldemar

Céd.Ident.No.: 3.300.527=3 Cred.Civ.Serie: C.D.A. Nro.: 73.402

F.Nac.: 31.5.1971 en Montevideo

Domicilio: Las Tortolitas No.6470

17)= SOSA SILVA : Richard Wilson

Céd'Ident.No.: 1.761.420=0 Cred.Civ.Serie: B.Z.C. Nro.: 5574

F.Nac.: 26.12.1961 en Montevideo

Domicilio: Illescas No .5272 Ap.1.

18)= TARAMASCO BORDAS : Anibal Sebastian (ver BXX) Dre ~~246833-6~~ (Sist)

Céd.Ident.No.: 2.968.175=4 Cred.Civ.Serie: B.V.A. Nro.: 39.254

F.Nac.: 13.4.1974 en Montevideo

Domicilio: Laureles No.275 Ap.3.

19)= TUDURI FABRA : Angel Alexis ~~147863~~

Céd'Ident.No.: 3.832.201=8 Cred.Civ.Serie: B.E.B. Nro.: 10.408

F.Nac.: 9.12.1973 en Canelones

Domicilio: Fernandez Crespo No.2109.

Céd.Ident.No.: Cred.Civ.Serie: Nro.:

F.NAC.:

Domicilio:

06/6 9400851

Nº DOCUMENTO 9400852
TITULO: A 3 años del comienzo de la Guerra del Golfo, Bagdad hace recuento de los daños.
PROCEDENCIA: Jur.
FECHA 18/1/94
VINCULACI 11876 –
507596 –
507609 –
11164 –
11400 –

En el aniversario de la Guerra del Golfo, Bagdad hace un recuento de los daños

IETE BOMBAS NUCLEARES SOBRE IRAK

Las bombas que la aviación de la coalición internacional lanzó contra Irak durante la guerra para la liberación de Kuwait equivalen a siete bombas nucleares que Estados Unidos utilizó contra Hiroshima en 1945, señaló ayer la agencia iraquí INA.



En un informe dedicado al tercer aniversario del comienzo de la «Madre de das las Batallas» (Guerra del Golfo, enero-febrero de 1991) la agencia añade que más de 2.780 aviones aliados efectuaron durante los 43 días de la guerra más de 112.000 vuelos contra Irak.

«Más de 141.921 toneladas de explosivos fueron lanzadas contra el pueblo iraquí en la guerra, en la que participaron más de 650.000 soldados de 33 países», dice la agencia.

Estados Unidos, añade INA, participó en la guerra con 541.000 soldados, Gran Bretaña, con 42.000 y Francia con 20.000 soldados.

«La agresión contra el pueblo iraquí fue apoyada por Egipto, que participó en la guerra con 40.000 soldados, y Siria, con 14.300 soldados», según INA.

En un discurso pronunciado anoche con ocasión del tercer aniversario del comienzo de la guerra, el presidente iraquí, Sadam Husein, amenazó con vengarse de los «enemigos de Irak», y dijo que los «criminales serán castigados» y que el principio «ojo por ojo, diente por diente será aplicado contra ellos».

IRAK RECLAMA CONTRA EL EMBARGO

El viceprimer ministro iraquí, Tarek Aziz, pidió que Jordania ayude a convencer a la comunidad internacional a que se levante el embargo económico impuesto a Irak desde hace más de tres años, informaron fuentes diplomáticas de Amán. Aziz se ha reunido este domingo y lunes con altos responsables jordanos, entre ellos, el primer ministro, Abdel Salam al Mayali, según las mismas fuentes.

Las discusiones se centraron en «las relaciones bilaterales», según fuentes jordanas, mientras la Embajada iraquí en Amán se ha negado a comentar la visita de Aziz.

Diplomáticos acreditados en Amán opinan que la visita de Aziz está relacionada con el encuentro que celebrarán el rey Husein de Jordania y el presidente estadounidense, Bill Clinton, el próximo día 21 en Washington.

El soberano jordano, que se encuentra actualmente en Gran Bretaña, visitará Estados Unidos para ser sometido a examen médico y luego se reunirá con Clinton.

«Irak cree que ha cumplido todas las resoluciones de la ONU relacionadas con la guerra del Golfo Pérsico y por ello hace esfuerzos para levantar las sanciones lo más rápidamente posible», dijo un diplomático árabe.

El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas tiene previsto discutir el jueves las sanciones contra Irak, pero no se espera que las levante, ya que la ONU necesita unos seis meses más para establecer el control a largo plazo sobre el programa armamentista iraquí.

Las conversaciones de Aziz en Amán se producen pocos días después de que Bagdad y Amán firmaran un nuevo acuerdo sobre el suministro de petróleo iraquí a Jordania. El Consejo de Seguridad permite a Jordania exportar el petróleo iraquí a pesar del embargo.

01-01

9400852

Nº. DOCUMENTO 9400853
TITULO Turquía pondrá en órbita su primer satélite.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA 19/1/94
VINCULACION 11876 / 507672 / 11166 / 11399

Turquía se unirá al club espacial

ANGORA - EL PRIMER satélite turco será colocado en órbita este mes, permitiendo a Angora incorporarse al selecto club espacial y ser portador de las esperanzas turcas de poder establecer contacto con Europa y con las etnias turcas del Cáucaso y más allá.

Propietaria del primer satélite para comunicaciones con el este y el oeste sobre Eurasia, Turquía espera que su primer programa espacial salve fronteras políticas y geográficas y le permita ganar al endeudado país más de mil millones de dólares para el 2004 gracias a una inversión de US$ 480 millones.

Turksat 1A, construido por Aerospatiale y Alcatel de Francia y MBB de Alemania, debe ser lanzado desde la Guayana Francesa por un cohete Ariane-4 de fabricación europea el 21 de enero.

Funcionarios de la empresa estatal turca de telecomunicaciones (PTT) explican que Turksat será un regalo del cielo para un país constreñido por terreno escabroso y vecinos con los que tiene problemas políticos, lo que le impide mantener enlaces por cable.

Turquía mantiene relaciones delicadas y hasta tensas con muchos de sus vecinos —Grecia, Irán, Irak, Siria, Armenia, Georgia y Bulgaria.

Turksat recibirá sus órdenes de maniobra en código a fin de evitar intercepción por centros de control terrestre de fuera de Angora.

Sirviendo a la gran cantidad de estaciones privadas turcas de radio y TV, Turksat llegará a 60 millones de personas en Turquía, a dos millones de turcos que viven en Europa y a por lo menos 50 millones de miembros de etnias de habla turca en el Medio Oriente, los Balcanes y el Asia Central.

Turksat podría ayudar a reavivar las algo alicaídas esperanzas de Turquía de consolidar su influencia en las nuevas repúblicas.■ *(Reuter)*

9400853

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400854
TITULO Guerrilleros del Khmer Rouge rechazan plan de paz gubernamental.
PROCEDENCIA Rep.
FECHA 15/1/94
VINCULACI 11876 – 507606 – 11163 – 11339 – 11164 – 11302

Khemer Rojos rechazan plan del Gobierno

Los guerrilleros maoístas Khemer Rojos rechazaron el plan de paz gubernamental, encaminado a incluirlos en el proceso de reconciliación nacional camboyano, definiéndolo como una "trampa" cuyo único objetivo es la destrucción de su organización.

Bangkok (ANSA)

En un documento difundido ayer, el Jefe de los Khemer Rojos, Khieu Samphan, excluyó en particular que sus fuerzas hayan sido desmovilizadas para ser luego integradas en las Fuerzas Armadas del Gobierno de coalición presidido por Norodom Ranariddh y por Hun Sen. **"Una propuesta semejante -afirmó Khieu Samphano- no apunta a la reconciliación nacional sino sólo a la neutralización del partido de la Kampuchea democrática".**

Según el jefe guerrillero, para los Khemer Rojos aceptar el plan del Gobierno **"equivaldría al suicidio".**

Los observadores subrayaron que la rígida toma de posición de Khieu Samphan impide ulteriores negociaciones y preanuncia la reanudación de combates en amplia escala, entre otras cosas, favorecidos por la llegada de la estación seca.

9400854

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400855
TITULO Enfrentamientos entre el gobierno camboyano y los Khmer Rouge.
PROCEDENCIA 150090
FECHA 9/1/94
VINCULACION 11876 -
507606 -
11339 -
11830 -

Jemer Rojo ataca poblaciones civiles y militares en Camboya

Bangkok (ANSA)

Los jemeres rojos siguen lanzando ataques en distintos sectores de Camboya, a civiles y militares, pese a los contactos en curso con el gobierno de Phnom Penh para reestablecer la paz en el país.

En la provincia noroccidental de Pursat, los [illegible] atacaron a balazos a un grupo de [illegible] de la HALO, una organización asisten-[illegible] [illegible]ánica. Hirieron a once de sus miembros, los cuales tres están graves.

Los guerrilleros incendiaron centenares de [illegible]sas e hirieron a cinco civiles antes de retirarse a la selva.

Entretanto, continúa la ofensiva de los soldados del gobierno lanzada contra las posiciones de los jemeres rojos a lo largo de la frontera con Tailandia. El ministro de Información, Ieng Mouly, dijo que las tropas de Phnom Penh reconquistaron las áreas confinantes de cuatro provincias. Otro ataque fue lanzado contra Anlong, en la provincia de Preah Vihear, cuartel general del comandante de los jemeres rojos Ta Mok, conocido como "El carnicero".

Ayer, el primer ministro Ranariddh, hijo del rey Norodom Sihanouk, actualmente internado en Pekín donde se trata por un cáncer de próstata, anunció que el gobierno y los jemeres rojos designaron a sus respectivos representantes en las tratativas de paz que se realizarán en fecha aún no establecida.

La negociación tendrá lugar sobre la base de un plan de paz presentado por el rey Sihanouk, que prevé la inclusión en el gobierno de los jemeres rojos a condición de que renuncien a la lucha armada y abandonen todas las áreas de Camboya que tienen bajo su control, alrededor del diez por ciento del territorio.

La participación de los jemeres rojos en el gobierno deberá ser precedida por una enmienda constitucional, ya que los guerrilleros, habiendo boicoteado las elecciones de mayo pasado y no teniendo entonces representantes en el Parlamento, no tienen derecho, según la ley, a ocupar cargos ministeriales.

OFENSIVA DE LOS JEMERES ROJOS

Tres personas murieron y al menos cinco resultaron heridas ayer en un ataque lanzado por los guerrilleros maoístas Jemeres Rojos contra una base de las tropas del Gobierno camboyano en el noroeste del país, cerca de la frontera con Tailandia.

Asimismo, los atacantes incendiaron unas cien casas de los alrededores del campamento, que anteriormente perteneció al partido monárquico FUNCINPEC, antiguo aliado suyo.

Según un informe gubernamental, unos 300 guerrilleros llevaron a cabo la ofensiva, quemando a su paso comercios y edificios propiedad tanto de militares como de civiles de la zona.

Tras el ataque, el Gobierno de Pnom Penh envió refuerzos y logró que los guerrilleros se replegaran a la selva.

Durante las últimas dos semanas, las tropas gubernamentales han estado tomando posiciones en áreas del norte y el oeste del país controladas por los guerrilleros, y, según fuentes oficiales, los Jemeres Rojos han sufrido cuantiosas pérdidas y su moral es baja.

Camboya: Ejército Ataca Polvorín de los Jemeres Rojos

SIEM REAP, Camboya, 8 (AP).— Más de 1.000 soldados gubernamentales, respaldados por tanquetas, avanzaban hoy contra un campamento del Jemer Rojo que sirve de importante depósito de municiones al grupo guerrillero, en el mayor ataque a los rebeldes desde la elección del nuevo gobierno camboyano en mayo.

Los rebeldes han estado presentando resistencia al ataque, que fue iniciado el jueves a su base en la localidad noroeste de Anlong Veng, limítrofe con tailandia, dijeron funcionarios estatales de alto nivel.

En la capital provincial de Siem Reap, cercana al lugar de la lucha, soldados del gobierno dijeron que muchos de sus camaradas habían sido enviados a participar en el ataque a Anlong Veng.

Testigos dijeron que las fuerzas gubernamentales salieron de Siem Reap ayer con al menos un tanque. Tres otros tanques fueron enviados a la zona la semana pasada, dijeron fuentes del gobierno.

Pero un funcionario del Jemer rojo en Phnom Penh, quien también habló bajo condición de anonimato, dijo que las fuerzas gubernamentales no podrían tomar la estratégica base, porque los guerrilleros tenían fuerzas suficientes para resistir.

Se considera que el grupo guerrillero tiene unos 10.000 combatientes y que domina 15 por ciento del país.

Desde que fue elegido en unas elecciones organizadas por las Naciones Unidas, el gobierno ha estado tratando de poner fin a 15 años de guerra civil mediante una negociación con el Jemer Rojo, que fue responsable de la muerte de centenares de miles de camboyanos cuando tuvo el poder a fines de los años 70.

9-9/1

PARTES ILEGIBLES

9400855

01-02

Recrudecen los combates en Camboya

OFENSIVA DEL GOBIERNO CONTRA EL JEMERS ROJO

Más de cuarenta guerrilleros Jemeres Rojos murieron, dos fueron hechos prisioneros y cinco de ellos desertaron en las últimas ofensivas de las tropas del Gobierno entre el 27 de diciembre y 2 de enero, segun informó un funcionario del Ministerio de Defensa camboyano sin identificar.

Asimismo, el Gobierno confiscó más de noventa armas, perdió a cinco soldados y registró seis heridos entre sus filas durante los combates, que tuvieron lugar en las provincias norteña de Preah Vihear, noroccidental de Siem Reap y central de Kompong Thom.

Los combates entre las tropas del Ejército y los guerrilleros Jemeres Rojos se intensificaron durante las últimas dos semanas, a pesar del aparente progreso en las conversaciones de paz entre ambos.

En los combates, que tienen lugar a poca distancia de la frontera con Tailanida, se utilizan principalmente morteros, tanques y armamento pesado, de acuerdo con fuentes militares tailandesas.

El primer ministro camboyano, Norodom Ranariddh, anunció a principio de semana que ambas partes han acordado nombrar a representantes para un comité que negocie un acuerdo de paz.

Se espera que las conversaciones de paz se centren en la propuesta del rey Norodom Sihanuk para hacer que los miembros del grupo guerrillero «aceptables» ocupen carteras en la nueva Administración, a condición de que cesen los combates, sean abiertas las áreas controladas por los guerrilleros y éstos se integren en las Fuerzas Armadas.

Sin embargo, fuentes oficiales informaron ayer de que el Gobierno está todavía esperando una respuesta de los guerrilleros sobre su propuesta de formar dicho comité.

Los Jemeres Rojos son los responsables de las muertes de más de un millón de camboyanos durante su régimen de terror (1975-78), conocido como «los campos de la muerte», y boicotearon el plan de paz de la ONU puesto en marcha durante el año pasado. (EFE)

02-02

Nº. DOCUMENTO 9400856
TITULO Enfrentamientos en Pakistán con 7 muertos.
PROCEDENCIA País
FECHA 6/1/94
VINCULACI 11876 –
507636 –
515432 –
11164 –
11830 –

Pakistán: La Policía Tirotea a Grupo Político: 7 Muertos

NUEVA DELHI, 5 (Fuentes ANSA y AP). — Al menos siete personas murieron hoy en Larkana, Pakistán, cuando la policía disparó contra un grupo de partidarios de Murtaza Bhutto, hijo de Zulfikar Ali Bhutto y hermano de la premier Benazir, informó la agencia india PTI.

Los enfrentamientos estallaron en ocasión del 66 aniversario del nacimiento de Ali Bhutto, el popular primer ministro que fue ahorcado en 1979 por los militares golpistas.

Un portavoz del "Comité para el mártir Bhutto" afirmó que en la ciudad natal de Ali, donde se encuentra su tumba, la policía rodeó la vivienda de la familia y disparó cuando salieron los activistas.

Murtaza, quien volvió hace un mes a Pakistàn tras 16 años de exilio y fue arrestado para que respondiera por numerosos actos de terrorismo, disputa a su hermana Benazir la herencia política de su padre.

El hijo de Ali Bhutto, que cuenta con el apoyo de su madre Nusrat, acusa a Benazir de tener entre sus consejeros a algunos de los hombres que traicionaron al ejecutado Bhutto, entregándolo a los militares.

En una entrevista telefónica con The Associated Press, Nusrat Bhutto acusó a su hija de comportarse como el extinto dictador militar Mohammed Zia ul Haw, quien derrocó a Zulfikar Ali Bhutto en 1966, Bhutto fue ahorcado en 1979.

"Estas cosas ocurrían en los días de la ley marcial. No veo diferencia alguna hoy. ¿Cómo podía ocurrir con un gobierno democrático?", dijo.

01-01

9400856

Nº. DOCUMENTO 9400857
TITULO 1er Mtro. jordano apoya la creación de un estado palestino independiente.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA 12/1/94
VINCULACIONES 11876
507605
507603
500868
11879

Jordania

AMAN APOYA UN ESTADO PALESTINO

El Primer Ministro jordano, Abdul Salam al Mayali, dijo que su país apoya sin ninguna ambigüedad la creación de un Estado palestino independiente, y confirmó que el rey Husein se entrevistará con el presidente estadounidense, Bill Clinton, en fechas posteriores al día 20.«Esperamos que las conversaciones entre la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) e Israel desemboquen en la creación de un Estado palestino independiente» en Gaza y Cisjordania, declaró Al Mayali en un encuentro con periodistas extranjeros y diplomáticos.Esta es la primera declaración de abierto apoyo a la creación de un Estado palestino independiente efectuada por un alto cargo jordano desde que la OLP firmó con Israel la Declaración de Principios el 13 de septiembre de 1993, que sorprendió a Jordania y que el rey Husein calificó de «distanciamiento (de la OLP) de la coordinación árabe».

9400857

01-01

China unifica los tipos de cambio

El momento preciso en que China tomó la decisión de unificar sus tipos de cambio, parece haber sorprendido a algunos analistas. Lo que es más, las implicancias globales de tal política permanecen vagas. Sin embargo, la decisión es bienvenida, no sólo en sí misma sino porque señala que Zhu Rongji, vicepresidente del Banco Central, parece capaz y deseoso de impulsar otras reformas necesarias.

La unificación del tipo de cambio era un paso lógico. El único interrogante era cuándo sería puesto en ejecución. En la actualidad China tiene dos tipos de cambio: la tasa oficial de 5,8 yuan por dólar y una tasa flotante de 8,7 yuan. Esta última tasa no ha sido totalmente unificada. De todas formas se encuentra fijada en una red de 100 centros "swap" regionales que fueron establecidos en 1987 y que permanecen ligados unos a otros.

Hasta ahora las empresas debían vender al Estado el 20% de sus ganancias en divisas a la tasa oficial, mientras que el gobierno tenía derecho a comprar un 30% directamente a la tasa "swap". El resto de las divisas podía ser retenido o vendido ya sea directa o indirectamente por medio de los llamados títulos cambiarios en los mercados "swap". Esos mercados están lejos de ser libres: el gobierno no sólo hace uso del 50% del tipo de cambio sino que además controla de manera de influir en las tasas. A pesar de estas limitaciones, la introducción de los mercados "swap" ha hecho una importante contribución a la liberalización económica. Alrededor del 80% de las transacciones en cuenta corriente son realizadas a la tasa "swap". La tasa oficial se utiliza en los exportadores que pagan impuestos y en los turistas extranjeros. También se le aplica a los inversores extranjeros, que debían registrar su capital en nuevas inversiones a la tasa oficial pero a los cuales se les requería repatriar sus ganancias a la tasa flotante. Al mismo tiempo, la tasa oficial se utiliza para subsidiar las importaciones de los organismos gubernamentales, incluyendo las empresas públicas, aunque también es cierto que a estas últimas se les fuerza cada vez más a usar el mercado "swap".

La unificación del tipo de cambio eliminará una importante fuente de ineficiencia económica, promoverá la integración de China dentro de la economía global de mercado y hará cambiar el manejo de la economía hacia la uniformización, los instrumentos orientados al mercado y lejos de la discreción administrativa. De todas formas tal hecho podría tener consecuencias problemáticas.

Estados Unidos podría equivocadamente ver una reducción de la tasa oficial como un hecho depredatorio. El cambio también podría ser condenado como inflacionario, aunque los efectos en los precios sean de hecho probablemente muy pequeños. Tal movimiento aumentará, de manera más significativa, la presión financiera en las empresas públicas así como en el gobierno por lo cual las mejoras en la recaudación impositiva serán más importantes aún. Aunque hacer que los subsidios sean más transparentes podrá hacer también que políticamente sean más fáciles de reducir. La pregunta fundamental, sin embargo, es si se han pensado las consecuencias en profundidad. Actualmente aquellos que requieren convertir la moneda extranjera al yuan, o el yuan a divisas, tienen una idea muy limitada de cómo funcionará el sistema que se pone en ejecución a partir del primer día hábil de 1994. El Fondo Monetario Internacional (FMI) está ya inmerso en un programa para integrar 18 centros "swap" que son líderes. También se están realizando otros esfuerzos para crear un mercado cambiario interbancario. Tales reformas administrativas deben acelerarse ahora.

Igualmente urgente será la eliminación de la mayoría de las restricciones a las importaciones, de vital importancia para que China acceda al Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT), y una mayor liberalización de acceso a monedas extranjeras. En último lugar pero no menos importante, la política monetaria ortodoxa se convertirá en el principal instrumento para el manejo del tipo de cambio, algo que las autoridades no deben nunca olvidar. China se está volviendo una economía de mercado normal; esto implica "desarrollo de un sistema monetario orientado al mercado". Aunque para ser efectivo debe ser respaldado por una reforma fiscal.

Las reformas de China siempre se dan de forma peculiar. Esto es otro ejemplo. Pero marca un estadio significativo en el viaje hacia una economía de mercado. China tiene un largo camino por recorrer pero la dirección permanece clara, tan clara como el sorprendente éxito económico que ha estado alcanzando hasta el momento. ■

El secretario del Tesoro, Lloyd Bentsen, arribará mañana a Beijing

China y Estados Unidos firmaron un nuevo pacto textil evitando una "guerra comercial"

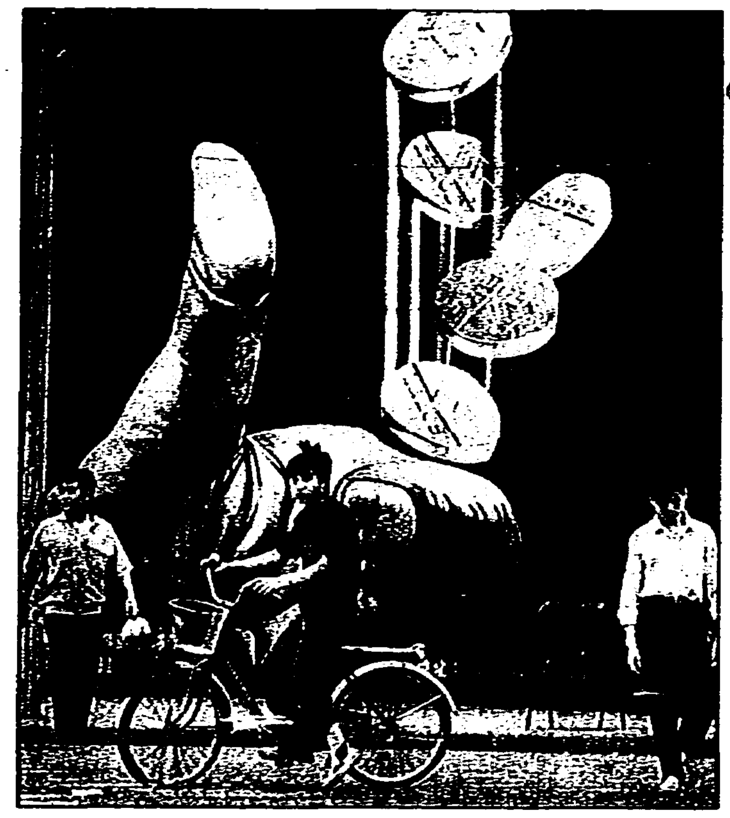
China y Estados Unidos lograron evitar una desquiciante "guerra comercial" acordando un nuevo pacto textil que reprimirá la violación ilegal de cuotas por parte de empresas chinas.

Wu Yi, jefe del Ministerio chino de Comercio Exterior y Cooperación Económica, elogió el convenio describiéndolo como un avance decisivo luego de meses de infructuosas conversaciones que culminaron este mes con un acuerdo para reducir drásticamente la cuota de textiles chinos hasta un 35%.

La negociadora estadounidense del acuerdo, Jennifer Hillman, dijo que el entendimiento es "justo y equitativo para ambas partes".

El pacto, que cubre millones de dólares en exportaciones chinas, se concretó en un momento clave en las relaciones chino-estadounidenses mientras Washington se apresta a encarar su análisis anual del status de "Nación Más Favorecida para China", en junio.

El secretario estadounidense del Tesoro, Lloyd Bentsen, debe llegar el miércoles a Beijing en visita oficial que ambas partes esperan que fije un tono amistoso.



China
El acuerdo firmado con Estados Unidos reduce drásticamente a cuota de textiles chinos hasta un 35%

El memorando de entendimiento, firmado por Hillman y el viceministro Shi Guangsheng, extiende el régimen textil bilateral otros tres años. El pacto vigente expiró el 31 de diciembre.

La polémica gira en torno a acusaciones estadounidenses de que Beijing permitió que textiles chinos por valor de unos US$ 2.000 millones entraran en Estados Unidos bajo rótulos falsos correspondientes a terceros países, lo que implicaba evadir las cuotas.

Washington, que dice que China vendió textiles por unos US$ 7.200 millones a Estados Unidos el año pasado, demandó que Beijing adopte medidas más enérgicas para detener los embarques por terceros países o corra el riesgo de perder una gran porción de su mayor mercado de ultramar para textiles.

El pacto fue acordado recién después de un ajetreado último día de negociaciones que vio a ambas partes postergar repetidamente esperanzas de una fórmula rápida de arreglo. Las reducciones en la cuota estadounidense debían entrar en vigencia ayer mismo.

China, que había amenazado con aplicar represalias en caso de acciones estadounidenses unilaterales, indicó que las reducciones amenazadas habrían costado a su industria textil unos US$ 1.200 millones y dejado a 300.000 chinos sin empleo.

El viceministro chino dijo que las partes acordaron llegar a un término medio mientras trabajan para vigilar los envíos a través de terceros países.

El principal chino fue aceptar que si se demuestra que una empresa china está evadiendo las cuotas utilizando esos embarques a través de otros países, Beijing podría aceptar sobre una base de caso por caso una reducción de cuota con carácter de represalia.

Por su parte, Estados Unidos aceptó no demandar el derecho de efectuar inspecciones unilaterales de empresas chinas sino hacerlo únicamente como parte de investigaciones chinas sobre violaciones de cuota.

Shi reconoció que algunas firmas chinas han evadido las cuotas estadounidenses, un acto del que dijo que fue responsable de "crear un caos en el mercado" y que perjudica los intereses de ambas partes. Su país, indicó, ya ha entablado acciones legales contra empresas chinas dedicada a envíos ilegales a través de otros países y aseguró que esas acciones se ampliarán. ■ *(Reuter)*

Nº. DOCUMENTO 9400860
TITULO 88.UU. aplicaría sanciones comerciales a China.
PROCEDENCIA L. M.
FECHA DE 3/1/94
VINCULACI 11876 –
507638 –
65890 –
11161 –
11409 –

Pekín amenazada con sanciones

NUEVA YORK, (ANSA)- Estados Unidos amenaza a China con aplicar sanciones comerciales si no se pone fin a lo que Washington considera exportaciones ilegales de productos textiles chinos a este país, que sumaron 4.500 millones de dólares en 1992.

El Gobierno norteamericano considera que China exporta ilegalmente cadá año hacia Estados Unidos 2 mil millones de dólares en productos textiles, a través de países terceros.

El representante comercial norteamericano, Mickey Kantor, pidió a Pekín que acepte una reducción de las cuotas de exportaciones de productos textiles chinos hacia Estados Unidos previstas por el llamado Acuerdo Multifibras, un acuerdo multilateral firmado en el seno del GATT.

"Al aceptar la renegociación del acuerdo, advirtió un funcionario de la administración Clinton, los chinos podrán encontrarse en una situación mejor que la que enfrentarían si decidiéramos acciones unilaterales contra Pekín".

01-01

9400860

Nº. DOCUMENTO 9400861

TITULO Francia dejaría de enviar armas a Taiwán.

PROCEDENCIA País

FECHA 13/1/94

VINCULACI 11876

65963

507638

514643

11019

Venta de Armas



BEIJING, 12 (AP). — China y Francia dijeron hoy que resolvieron una disputa surgida hace un año, con la decisión francesa de que una venta de cazas Mirage a Taiwán será su último envío de armas a ese estado.

El convenio, se indicó, figuró en un comunicado conjunto que también contempla que el primer ministro francés Edouard Balladur visite Beijing "en un futuro próximo".

01-01

9400861

Nº. DOCUMENTO 9400862
TITULO China abrirá terrenos petrolíferos a la prospección extranjera.
PROCEDENCIA País
FECHA DE 19/1/94
VINCULACION 11876 -
507638 -
11209 -
11302 -

China abrirá territorios a prospección por extranjeros

Pekín, 18 ene. - China abrirá a partir del 15 de febrero unos 220.000 kilómetros cuadrados de terrenos petrolíferos a la prospección extranjera, informó hoy, martes, el presidente de la Compañía Nacional China de Petróleo (CNChP), Wang Tao.

La principal zona petrolífera por explorar se ubica en nueve provincias chinas, en especial la región autónoma del Xinjiang (noroeste del país), comprende 26 concesiones en 216.000 kilómetros cuadrados y se calculan sus reservas de hidrocarburos en 6.200 millones de toneladas de petróleo y 800.000 millones de metros cúbicos de gas natural.

La otra zona, de 190,2 kilómetros cuadrados, comprende once concesiones en ocho campos petrolíferos, sobre todo en el nordeste de China, para recuperar, mediante nuevas técnicas de extracción, hasta 380 millones de toneladas de petróleo, con factores de éxito que van del 18,3 al 85,3 por ciento, según Wang. - (EFE)

01-01

9400862

Nº. DOCUMENTO 9400863
TITULO Más cooperación militar para Bahrein.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA DE [illegible] 9/1/94
VINCULACIONES 11876 —
507529 —
11163 —

Bahrein

MAS COOPERACION MILITAR

El ministro británico de Defensa, Malcolm Rifkind, llegó ayer a la capital del emirato de Bahrein, para tratar de la cooperación militar y los «medios para consolidar las relaciones entre Londres y Manama, especialmente en la defensa regional», señaló Radio Manama.

Rifking llegó a Bahrein, procedente de Omán, segunda escala de su gira por el golfo Pérsico, para reforzar la cooperación militar británica con los países de la zona.

El ministro británico viajará el próximo lunes a Arabia Saudí para tratar del contrato firmado entre Londres y Riad en enero de 1993 sobre la venta de 48 aviones tipo «Tornado», por valor de 4.500 millones de dólares.

01-01

9400863

EL FUTURO DE CACHEMIRA

EL futuro de Cachemira está en la balanza. Esto es así a pesar del hecho de que el primer ministro de la India, P. V. Narasimha Rao, declaró el Día Nacional que Cachemira siempre sería parte de la India. Siempre es mucho tiempo, y el Primer Ministro es un hombre viejo. El combinó su afirmación con una amarga acusación contra Pakistán por fomentar disturbios. Esto es injusto y un clásico ejemplo de político que culpa a otros cuando la falta recae sobre el propio país.

India está a merced de muchas fuerzas centrífugas. Estas se mantuvieron controladas durante el dominio británico, pero se desencadenaron después de la partida británica. El primordial objetivo de Jawaharlal Nehru era mantener a la India unida, tras la división de ese subcontinente. No se permitiría a ninguna otra parte de la India seguir el ejemplo de Pakistán. Esa era su doctrina y esa ha sido la doctrina de todos los subsiguientes gobiernos.

Pero Nehru tuvo que reconocer que Cachemira era una excepción. Era un enclave enteramente musulmán en la India, separado de Pakistán. Nehru era lo suficientemente estadista como para comprender que, si no se resolvía el problema de Cachemira, seguiría siendo por muchas generaciones una herida abierta en las relaciones indopakistaníes. El estaba perfectamente consciente de las peculiares circunstancias de la incorporación de Cachemira a la India, en el momento de su independencia, cuando la decisión fue tomada por un Maharajá hindú, en contra del claro deseo del pueblo musulmán. Poco antes de su muerte, Nehru llegó a un acuerdo con el entonces presidente de Pakistán, Ayub Khan, sobre la independencia de Cachemira, con una garantía conjunta de neutralidad de India y Pakistán.

Cuando Nehru murió, el asunto fue abandonado, y nunca fue reconsiderado de nuevo. Pero los indios deben tener ahora conciencia de que el que muchos consideran padre de su nación había llegado finalmente a la conclusión de que Cachemira no podría ser mantenida eternamente dentro de la Unión India.

La situación en la parte india de Cachemira es ahora en extremo desesperada. A pesar de la insistencia en que sus habitantes son ciudadanos indios, están privados de todos los derechos y ventajas de la ciudadanía. He aquí una cita de un editorial del Times de Londres: "Los soldados indios violan impunemente los derechos humanos.

Efectúan ejecuciones extrajudiciales (un eufemismo por asesinatos), torturan, hacen que «desaparezcan» ciudadanos (como los «desaparecidos» de América Latina), cometen violaciones, detenciones arbitrarias, robos y realizan incendios. Los soldados son raras veces castigados. Contrario a la propaganda del gobierno indio, el imperio de la ley ha cesado en la región. El proceso judicial se encuentra paralizado. Los derechos y garantías constitucionales existen sólo en el papel". (Leader, 12 de agosto de 1993).

Esta situación es insostenible. Niega la afirmación de la India de que es un país civilizado. Con todo, India es un país signatario del Acuerdo Internacional sobre los Derechos Civiles y Políticos. Siempre ha seguido una línea de gran rectitud en la ONU y otros organismos internacionales. Fue una fuerza principal tras el proceso histórico de la descolonización. Muchos indios se encuentran indudablemente avergonzados del bajo nivel a que su otrora gran país ha caído en Cachemira. Pero muchos millones más deberían sentirse también avergonzados: un número suficiente como para despedir a los políticos responsables de ésto.

Los gobiernos de la India siempre han culpado a Pakistán cuando las cosas han ido mal en la frontera. Eso hicieron cuando la insurrección de los Sikhs en el Punjab, y era muy poca evidencia de ello. Sin embargo, Pakistán siempre ha tenido intereses en Cachemira, suficientes como para avivar la llama de la violencia. El Ejército de la India tiene alguna justificación para actuar contra las intromisiones pakistaníes, dado que la solución del conflicto puede ser sólo mediante negociaciones pacíficas. Pero de los alrededor es de 12.000 asesinados desde 1990, la vasta mayoría son civiles. El resultado es que ahora es imposible encontrar representantes de Cachemira que, ni remotamente, apoyen la continuidad de Cachemira en la Unión India.

El Ejército de Pakistán cuenta con 50.000 soldados oriundos de Cachemira.

Muchos estiman que sus conciudadanos del otro lado de la frontera necesitan ayuda.

Ellos están tentados de cerrar los ojos —cuando menos— a cualquier apoyo encubierto del otro lado de la frontera. Como indican los últimos acontecimientos en Islamabad, la influencia y el poder del Ejército Pakistaní sigue siendo considerable en el país.

Cachemira ha sido motivo de dos guerras, para no hablar de las endémicas escaramuzas en el Glacial Siachen. Si las cosas siguen como hasta ahora, se abrirá el camino para una tercera confrontación entre India y Pakistán, ambos ahora equipados con armas nucleares. En este sentido, un conflicto que se ha estado enconando en esta importante región geopolítica del mundo pudiera convertirse en símbolo de paz y esperanza. Los indios deben comprender que la independencia de los musulmanes de Cachemira no sería contrario a los principios fundamentales en que se basa su estado, y que la forma en que se comportan sus soldados ahora en Cachemira sería un anatema para la gran figura que inspiró el movimiento de independencia de la India, Mahatma Gandhi.

Nº. DOCUMENTO 9400865
TITULO Tensas relaciones entre la Iglesia y el Gobierno de Vietnam.
PROCEDENCIA L. M.
FECHA DE 9/1/94
VINCULACI 41876 –
507674 –
11020 –
11830 –

Tensas relaciones entre la Iglesia y Gobierno de Vietnam

En medio de una grave tensión entre la Iglesia y el Gobierno en Vietnam, las autoridades vietnamitas han puesto en libertad a cuatro religiosos condenados a quince años unos y cadena perpetua otros, por actividades llamadas por el Gobierno de "contrarrevolucionarias". Por su parte, los obispos del país reclamaron libertades básicas para realizar su actividad.

Los obispos vietnamitas, al término de su asamblea anual, enviaron una nota al Primer Ministro de Vietnam, renovando peticiones precisas que garanticen a la Iglesia católica del país el desarrollo normal de su misión. Entre ellas se reclama ***que todos los sacerdotes y religiosas liberados de los campos de reeducación puedan ejercer de nuevo la pastoral; que las personas que deseen entrar en la Iglesia católica no se vean impedidas de hacerlo y no encuentren dificultades de parte de las autoridades; que el Gobierno restituya a la Iglesia las tierras y edificios confiscados, sobre todo las iglesias capillas, seminarios y conventos.*** Así mismo los obispos piden que los obispos y sacerdotes puedan trasladarse libremente sin tener que pedir permiso a las autoridades; que la Iglesia pueda tener una editorial para imprimir libros y publicaciones; que la Iglesia vietnamita pueda publicar una revista para informar sobre las actividades religiosas y presentar la doctrina de la Iglesia; que los Institutos religiosos puedan contribuir a la educación de la juventud del país abriendo escuelas a todo nivel.—

Por su parte las autoridades vietnamitas han puesto en libertad al vicesuperior general y a otros tres religiosos de la Congregación de María Corredentora, después de más de seis años de detención, por **actividades llamadas por el Gobierno "contrarrevolucionarias".**

El Padre Domingo Tran Dinh Thu, de 87 años de edad, fundador y Superior General de la Congregación de María Corredentora, que había sido condenado a cadena perpetua, fue puesto en libertad por las autoridades vietnamitas el 18 se mayo de 1993, después de seis años de detención. **Permanecen todavía en la cárcel nueve religiosos de la misma Congregación, uno de ellos condenado a cadena perpetua.**

01-01

9400865

Nº. DOCUMENTO 9400866
TITULO Cambios en la frontera entre Kuwait e Irak.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA DE 4/1/94
VINCULACIONES 11876 – 507596 – 507609 – 501889 – 11400 –

Kuwait

CAMBIOS EN LA FRONTERA CON IRAK

La zona sureña del puerto iraquí de Um Qasr, en el golfo Pérsico, forma parte desde ahora de Kuwait, de acuerdo con la nueva demarcación de la frontera iraquí.

Las últimas familias iraquíes que vivían en esta zona fueron evacuadas sin incidentes el pasado viernes, ya que desde ahora estará bajo la soberanía kuwaití.

«Los iraquíes se llevaron todo lo que pudieron desmontar y no queda ninguno de ellos en el lugar», dijo el portavoz de la Misión de los Observadores de la ONU para Irak y Kuwait (UNIKOM), Abdel Latif Kubaj.

La ONU trazó la nueva frontera entre Irak y Kuwait basándose en un tratado firmado entre ambos países en 1963.

Kuwait recibió una parte de la ciudad de Um Qasr, así como varios campos de cultivo y seis pozos de petróleo que anteriormente pertenecían a Irak.

Kubaj dijo que Kuwait proseguirá la construcción del muro de arena en Um Qasr, cuyos trabajos fueron suspendidos hasta la evacuación de los iraquíes.

Kuwait empezó a construir el muro y una fosa en su frontera con Irak, de 207 kilómetros, el año pasado, para impedir las infiltraciones iraquíes en su territorio.

01-01 9400866

Nº. DOCUMENTO 9400867
TITULO 81 Reino Unido continuará su cooperación militar en el golfo Pérsico.
PROCEDENCIA Jur.
FECHA DE 9/1/94
VINCULACIONES 11876 —
507529 —
11163 —
11399 —
507665 —

Omán

COOPERACION MILITAR

El Reino Unido seguirá desempeñando un papel efectivo en el mantenimiento de la seguridad en el golfo Pérsico y la cooperación militar con los países del Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), afirmó el ministro de Defensa británico, Malcolm Rifkind.

En una entrevista publicada ayer por el diario árabe «Al Hayat», Rifkind negó que Omán haya cancelado un acuerdo firmado en 1993 con Gran Bretaña para la compra de 18 tanques tipo «Challenger-2».

Los países occidentales, especialmente el Reino Unido, están preocupados por el futuro de los contratos de venta de armas a los países del Golfo, ya que los últimos carecen de fondos suficientes debido a la caída de precios de petróleo en los mercados internacionales.

Rifken reveló que el Reino Unido entregará «muy pronto» el primer avión militar británico de los 16 aparatos tipo Hawk-100, y Hawk-200, cuyo suministro fue previsto por un contrato firmado en 1990.

01-01

9400867

Tiempos de inseguridad para los trabajadores japoneses

Japón está en la peor recesión del último medio siglo. Su PBI disminuyó alrededor de 0,5% en 1993 y crecería apenas un 0,5% en 1994. Esta performance puede parecer no del todo mala desde una perspectiva occidental, pero desde 1945 Japón no experimentaba dos años consecutivos con crecimiento inferior al 3%. Si los pronósticos son acertados para 1995 habrá tenido cuatro de esos años.

En 1993 Japón se convirtió en un importador neto de televisiones color, debido a que la suba del yen perjudicó a las fábricas que tiempo atrás habían conquistado el mercado mundial. Pero durante el mes de diciembre se abrió un haz de esperanza para los productores locales, al divulgarse que el superávit comercial de noviembre de 1993 expresado en dólares fue 2.2% menor que el de noviembre de 1992. Esta es la primera vez que bajó en 35 meses. Si el superávit ha alcanzado el máximo, el yen puede que comience a descender, produciendo un alivio en la economía.

Esta lo necesita. De acuerdo a la última encuesta del Banco de Japón, los fabricantes son más pesimistas ahora que en ningún otro momento desde que terminó el primer shock de combustible en 1975. La confianza en el resto de la economía está en el punto más bajo que se ha registrado. Los burócratas japoneses solían decir que la recuperación era inminente. Hoy en día el Banco de Japón admite que no tiene idea de cuando sucederá.

El miedo más grande de los burócratas es el empleo. La exportación de productos japoneses ha alcanzado su máximo, pero la de empleos está aumentando, en la medida que el yen hace presión sobre los empleadores para trasladar la producción a lugares más baratos. La preocupación acerca del empleo puede que frene el gasto de los consumidores y prolongue la recesión. por ahora las grandes empresas japonesas se han resistido a despedir trabajadores, lo cual explica que el desempleo haya aumentado levemente el año pasado, a un reducido 2,7%. Pero muchos sospechan que la bomba está a punto de estallar.

Los fabricantes de autos japoneses, por ejemplo, están comenzando a fabricar en el exterior. Toyota, que es la más grande, dice que en 1993 el número de autos fabricados en el exterior fue 17% mayor que en 1992. Como contrapartida su producción en Japón disminuyó un 9%. La firma tiene como meta vender en Japón 1.800 autos por mes fabricados en su planta de Kentucky. En conjunto, la exportación de autos japoneses expresada en dólares cayó un 15,9% en los primeros once meses de 1993, mientras que la importación de autos desde Estados Unidos creció 70,8%.

Lo mismo sucede en la electrónica. Pioneer, parte del grupo Matsushita, planea aumentar su producción en el extranjero del actual 30% del total a 50% en 1996. Kenwood, su rival, tiene como meta aumentar de 40% a 60%. La industria electrónica japonesa ya produce más de la mitad de los televisores y equipos de audio en el extranjero; además ahora es probable que suceda lo mismo con video grabadores, cámaras de video, y computadoras. El traslado de producción fuera de fronteras causa inseguridad en las compañías japonesas acerca de que hacer con los trabajadores locales. Cerca de la mitad de las compañías manufactureras consultadas por el Ministerio de Trabajo dicen que tienen demasiados empleados. Kimihide Takano, un analista de Goldman Sachs, compara Hitachi de Japón con General Electric de Estados Unidos, ambas compañías electrónicas de gran alcance. En los tres años hasta diciembre de 1992 la firma americana redujo su mano de obra en 8%; lo que en parte se reflejó en su ganancia neta, la que aumentó un 20%. Contrariamente, Hitachi aumentó la mano de obra en un 14% en los últimos tres años a marzo de 1993, mientras tanto las ganancias bajaron un 50%. Para mejorar, Hitachi necesita terminar paulatinamente con su ineficaz sector de computación y concentrarse en su excelente maquinaria industrial, lo que significa despedir empleados.

El gobierno está tratando de evitar los despidos a través de un subsidio que brinda el Ministerio de Trabajo. En las grandes compañías se paga la mitad del salario del trabajador que la empresa no necesita, el cual es enviado a su casa o a un curso de entrenamiento; en las pequeñas empresas se les paga dos tercios. De acuerdo al Ministerio de Trabajo el gasto que insumió este proyecto en el año hasta marzo fue de 30 millones de dólares. El costo para 1993-94 se estima que será cercano a los 800 millones de dólares.

Esta ayuda no es suficiente para salvar a las compañías más pequeñas. Por mes más de 1.000 de éstas se declaran en quiebra. Empresas más grandes están comenzando a sentir el golpe. Alps, fabricante de partes electrónicas, despidió en seis meses a setiembre 1.500 empleados, lo que equivale a 12% de su mano de obra, en un proyecto de "retiro voluntario".

Los grandes empleadores, sin embargo, aún evitan el hecho de despedir personal. Muchos han anunciado ciertas metas para reducir el monto destinado a sueldos. La reducción será no incorporando nuevo personal y alentando al personal existente para su retiro anticipado. Las mujeres jóvenes son incentivadas a contraer matrimonio con colegas y así convertirse en amas de casa. TDK, una empresa de electrónica, está considerando que los gerentes sobrantes queden en sus casas recibiendo como pago el 80% de su salario. Otras buscan redistribuir empleados: Hitachi planea cambiar un centenar de empleados dedicados al sector videos a otro negocio que sea más provechoso.

En el año finalizado en octubre el número de empleos de horario completo aumentó el 0,1%. Los empleos de medio horario están aumentando más rápidamente. Pero en la medida que la mano de obra está creciendo 0,5% al año, los desocupados están creciendo. El número de personas registradas como desocupadas en el último año se incrementó en un 20%. Hasta setiembre de 1992, las vacantes superaban el número de personas que buscaban trabajo, ahora hay 67 vacantes para cada 100 personas con ese propósito. A menos que el yen descienda paralelamente con el superávit comercial de Japón, el problema actual puede que pronto parezca leve.

POR PRIMERA VEZ EN LOS ULTIMOS 40 AÑOS: CAYO 0,5 % EL PBI

Los japoneses dejaron de crecer

La economía del Japón, por primera vez en 40 años, va para atrás. En este año fiscal habrá una recesión real del 0,5 %. Hay récord de quebrantos empresariales. El desempleo, con todo, todavía está en niveles bajos. Pero el gobierno deberá lidiar tal vez varios años para recuperar la senda del crecimiento.

Hace ya 26 meses que los japoneses viven en recesión. Este año fiscal (abril 1993-marzo 1994) cerrará con una caída del **PBI** del 0,5 %, y se estima que el próximo período registrará una tasa de entre 0 y -0,2. En las fiestas que pasaron, muchos japoneses tuvieron poco que celebrar. Solo en noviembre, **los quebrantos empresariales llegaron a casi 10.000 millones de dólares**, según reveló días atrás el instituto de investigaciones económicas **Teikoku Data Bank**.

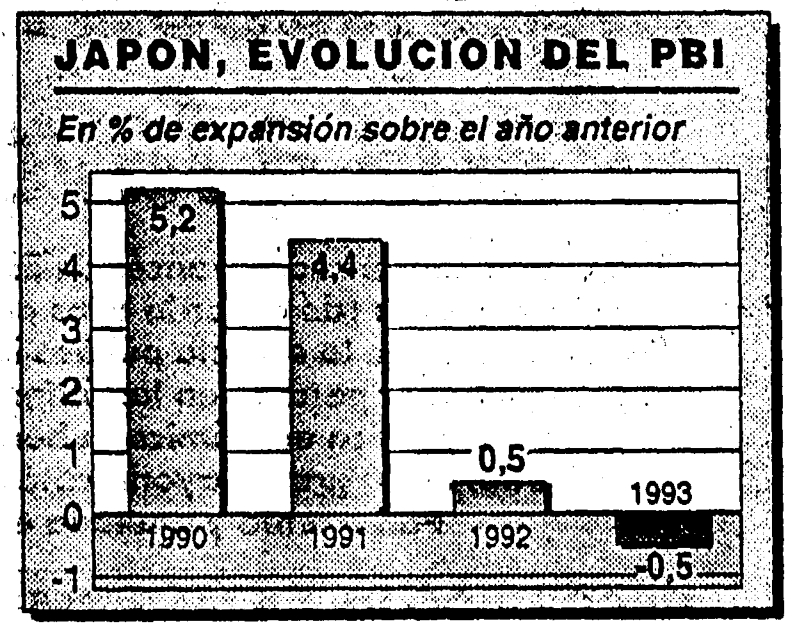
Hasta ahora, los índices de evolución del producto bruto interno venían demostrando un estancamiento productivo, pero **por primera vez para el año fiscal que corre todas las mediciones señalan una recesión real.** Desde la recuperación de la posguerra **(inicios de la décaca del 50) hasta 1973** la economía japonesa produjo el **"milagro", creciendo a una tasa del 10 % promedio.** Luego, y hasta 1990, el PBI **se expandió a un ritmo no inferior al 4 %. Y ahora, ya hay recesión real.**

El -0,5 % en la evolución de la economía nacional en este año es un índice en el que coinciden varias fuentes. Por ejemplo, la **Long Ter Bank of Japan** (**LTCH**, el mayor organismo de créditos a largo plazo) y el **Instituto de Economía Mundial de Kiel**, Alemania, **además de las** mediciones hechas por entidades financieras intergubernamentales.

Hasta ahora, la coalición **gubernamental** de siete partidos políticos —que, encabezada por el primer ministro **Morihiro Hosokawa**, el año pasado le arrebató el poder al tradicional **Partido Demócrata Liberal**, envuelto en escándalos de corrupción y ya con la economía maltrecha— ha implementado una **política reactivante vía el déficit fiscal** (obra pública, recorte de impuestos), pero **no ha habido signos de recuperación.**

En cuanto al futuro hay algunas discrepancias, ya que mientras el LTCH habla de un -0,2, el **Instituto Yamaichi** dice que la evolución del PBI 1994/1995 será igual a cero.

Como quiera que sea, la economía japonesa, la más pujante y sólida de los últimos años junto a la alemana, está en problemas. **Después de la Segunda Guerra Mundial, solo en 1974, en medio de la crisis internacional por el agotamiento de la fase expansiva en la acumulación capitalista de posguerra (sumada a la crisis de los precios petroleros), se registró un aislado —dentro de la tendencia nacional— crecimiento nulo del PBI.**



Los pronósticos de los centros de investigación LTCH y Yamaichi confirman en sustancia las indicaciones surgidas del último informe trimestral del **Banco de Japón, según el cual los empresarios temen que la crisis empeore y no prevén una recuperación antes que culmine 1994.**

Entre los efectos de la recesión, dice el LTCH, habrá también una **reducción del superávit comercial**, que a fines del año financiero 1993 debería elevarse a 131.400 **millones de dólares**, para descender después.

De hecho, **en noviembre el superávit fue menor al del mismo mes del año anterior** por primera vez en 35 meses. **La caída fue del 2,2 %.** Y el motivo muy obvio: el **gran encarecimiento** que sufrió el **yen** frente al dólar en **los últimos meses**, que le valió el nombre de **"superyén". Las exportaciones** subieron, en valores financieros, un 4,1 %, y **las importaciones** un 6,4 %. **Europa, más que los Estados Unidos, fue la principal beneficiaria de este descenso en el superávit comercial nipón. La revaluación del yen y la caída de la rentabilidad empresarial** resultaron en un durísimo golpe a la economía nacional acostumbrada a competir agresivamente en otros mercados.

♦ Bancarrotas

En tanto, el **Teikoku Data Bank** reveló en su último número que en noviembre **los pasivos de empresas llegaron a un nivel récord: 1 billón de yenes, lo que equivale a 9.800 millones de dólares.**

Aunque hubo un 6,5 % de cierres de compañías menos que en octubre, con 1.176 casos de quiebra, los pasivos llegaron al récord histórico.

Según la investigación, el principal motivo de este hecho fue la crisis de la constructora **Muramoto**, que dejó un **pasivo de 5.600 millones de dólares**. Este nivel de endeudamiento superó al dejado en 1985 por la naviera **Sanko**, de 4.900 millones, que hasta el mes pasado había sido la más alta de la historia del Japón.

Los cierres empresariales se debieron a la **caída de las ventas, las menores exportaciones, las deudas acumuladas y la apreciación del yen**, indicó Teikoku.

Lo que está sucediendo en Japón, coinciden varios analistas, **es más grave de lo que aparenta.** La población está desalentada al ver a los mitos de su industria bajar ganancias en forma vertical, y **si el temor no se expande es porque la tasa de desempleo todavía es baja: un 2,4 %.** Pero la recesión, que el gobierno esperaba ver superada en este trimestre, **parece haber llegado para quedarse bastante más tiempo en la segunda potencia económica del mundo.**

Néstor Restivo

02-02

9400868

Nº. DOCUMENTO 9400869
TITULO Japón es el 1ºº socio comercial de China.
PROCEDENCIA Obs.
FECHA DE 18/1/94
VINCULACION 11876 – 66224 – 507638 – 507593 – 11161 – 11409 – 11407 –

Japón se ha convertido en el primer socio comercial de China superando a Hong Kong

OBSERVADOR 18/01

JAPÓN SE HA convertido en el primer socio comercial de China sobrepasando a Hong Kong al alcanzar los US$ 39.040 millones el total del volumen comercial de ambos países en 1993, informaron fuentes oficiales chinas.

La que fuera primera socia comercial de China en 1992, la colonia británica de Hong Kong, ha sido relegada a un segundo puesto, con un intercambio de US$ 32.540 millones, seguido por los Estados Unidos con los que se intercambiaron en comercio US$ 27.650 millones, según estadísticas oficiales.

El cuarto lugar lo ocupa Taiwán y pese a que China mantiene únicamente comercio indirecto con la isla el volumen alcanzó los US$ 14.390 millones.

Alemania, convertida en el primer socio comercial europeo de China, tras la exitosa visita del canciller Helmut Kohl en 1993, logró por primera vez superar en el comercio bilateral con el país asiático los US$ 10.000 millones.

Corea del Sur, Rusia, Singapur, Italia y Gran Bretaña siguen en la lista y por orden de importancia de intercambio comercial en 1993 con China.

Según estadísticas de las aduanas chinas, la República Popular registró déficit comercial con todos estos países excepto Hong Kong, Estados Unidos y Gran Bretaña.

Según la fuente, el superávit chino en el intercambio comercial con Hong Kong y Estados Unidos fue de US$ 11.580 millones de dólares y US$ 6.270 millones, respectivamente.

No obstante, las estadísticas oficiales estadounidenses apuntan a una balanza favorable a China muy superior, al contabilizar el comercio indirecto realizado a través de terceros países. ■ *(EFE)*

01-01

9400869

IRAN Y SU RAPIDA TRANSFORMACION

En Teherán, los "Simpson" son el programa más popular. Lo siguen las "Tortugas Ninja" y los "Cazafantasmas". Teherán es hoy una confusa e interesante mezcla de culturas y costumbres, religión y política. El desaparecido ayatollah Ruhollah Khomeini sigue inspirando a devotos fanáticos y el gobierno iraní sigue siendo un paria en la escena mundial debido a las acusaciones de que patrocina el terrorismo internacional e implementa planes secretos de producción de armas nucleares.

Sin embargo, Teherán es sorprendentemente no-religiosa para ser considerada el centro motor del fundamentalismo islámico. Hay menos signos de fe en la vida diaria que en la mayoría de los demás países del Medio Oriente. La asistencia a mezquitas está en declinación: menos gente reza diariamente; en muchas partes de la ciudad ni siquiera se oye la voz del muecín llamando a los fieles a la oración. Muchos residentes de Teherán están profundamente desilusionados de la revolución islámica que prometió mucho pero cumplió muy poco en lo que respecta al mejoramiento del nivel de vida de las masas.

De hecho, los iraníes no han vuelto la espalda a Occidente. En realidad, están fascinados por la cultura occidental y sus productos de consumo. Los niños pueden ver los "Simpson" en videos que presuntamente están prohibidos pero que pueden alquilarse "por debajo del mostrador" en la mayor parte de los negocios del ramo. Asimismo, es posible conseguir productos americanos, desde cigarrillos Marlboro hasta hojas Gillette en la Farmacia "Ayatollah Khomeini" que está abierta las 24 horas del día. La Coca-Cola ha abierto una empresa embotelladora en Mashad, en el norte de Irán.

El consumo es también una gran moda. Los iraníes ricos pronto podrán comprar teléfonos celulares para sus BMW nuevos, que se venden por el equivalente del salario de toda la vida de los iraníes medios. Coquetos negocios en el norte de Teherán ofrecen modas de París, joyas de oro y productos electrónicos.

Los residentes de la ciudad capital parecen menos tensos que hace un año. Están ansiosos de hablar con extranjeros y, a menudo, critican en voz alta al presidente Ali Akbar Hashemi Rafsanjani, si bien no quieren que sus nombres sean citados.

Las mujeres se atreven, cada vez más, a desafiar las normas de vestimenta islámicas. Algunas usan cosméticos, lo que era inconcebible hace un año.

Las cosas también están cambiando en la Universidad de Teherán, la más prestigiosa en Irán y, años atrás, escenario de grandes manifestaciones antinorteamericanas. Una manifestación reciente, cuyo objetivo era protestar contra los vínculos de los Estados Unidos con Arabia Saudita, tan sólo atrajo a 60 estudiantes. "Nuestros estudiantes están más preocupados por su futuro, sus empleos y sus carreras, el dinero, la economía y la inflación" dice Najaf Gholi Habibi, director del Departamento de Ciencias Políticas. "La revolución sigue siendo importante para ellos, pero ésta ha entrado en una nueva fase en la cual los estudiantes, ahora, le reclaman resultados económicos y culturales". Dice un experimentado diplomático europeo: "Básicamente este es un país apolítico".

Los residentes de Teherán también están orgullosos de su ciudad que está acusando los resultados de un plan de embellecimiento. El enérgico intendente Gholam Hossein Karbashi ha implementado un plan de creación de parques, fuentes y espacios verdes con muchas nuevas plantaciones de árboles y arbustos.

Sin embargo, Teherán está sufriendo los efectos de una explosión de población que causa grandes atascamientos de tráfico, polución del aire y una áspera competencia por cargos públicos. Los pacientes a veces pueden esperar meses para ser sometidos a operaciones de "emergencia". Las escuelas funcionan con dos o tres turnos diarios, con clases de hasta 60 alumnos. Con la superpoblación y la pobreza vienen las drogas, la prostitución y el crimen.

Oficialmente, Teherán tiene 12 millones de habitantes. Algunos funcionarios creen que la cifra real está más cerca de los 16 millones. En 1979, cuando Khomeini llegó al poder y el Sha escapó, tan sólo había 4 millones. Los diplomáticos estiman que a no ser que se adopten medidas drásticas para controlar el crecimiento de la población, Teherán figurará entre las 5 o 6 mayores ciudades del globo dentro de 10 años. La mitad de la población de Teherán tiene menos de 17 años.

Iraníes de la clase obrera están cada vez más resentidos con el gobierno por su incapacidad de mantener los precios bajo control. Probablemente su ira habrá de crecer a medida que Rafsanjani elimine los subsidios a productos de la canasta básica como leche, pan y gasolina. Al mismo tiempo, los sobornos y la corrupción entre burócratas gubernamentales a todo nivel, han llegado a niveles escandalosos.

En las "villas miseria" de Teherán, donde tener un empleo significa ser rico, la revolución islámica aún consigue adeptos. Los barrios occidentales de la ciudad están llenos de funcionarios y trabajadores de clase media que generalmente no quieren tener nada que ver con la religión organizada. Pasan su tiempo tratando de ganar un poco más y de dar a sus hijos una buena educación. Sin embargo, en la parte norte de Teherán puede encontrarse una riqueza sorprendente. Allí la mayoría está occidentalizada y se queja de la falta de entretenimientos, especialmente cine, teatro, conciertos, salones de baile y libros. Las mujeres se quejan de la relativa falta de libertad.

Al mismo tiempo, uno siempre tiene la sensación en Teherán de que está siendo vigilado y de que las reglas tácitas pueden cambiar en cualquier momento. Un joyero en el norte de Teherán le pidió a un periodista occidental que vuelva tres veces en una misma mañana. Cada vez le dijo que estaba demasiado ocupado para responder a preguntas. Un cliente fuera del negocio dijo que el hombre estaba demasiado asustado como para hablar. El cliente señaló a un hombre corpulento sentado en una esquina. "Hezbollah" murmuró el cliente, refiriéndose a la Policía Secreta del Partido de Dios. Un diplomático afirma que la vida en Teherán es así: parece muy normal, pero nadie confía ni en la ley ni en el gobierno.

Nº. DOCUMENTO 9400871
TITULO Graves enfrentamientos en Kabul capital de Afganistán
PROCEDENCIA L.J.
FECHA DE ... 18/1/94
VINCULACIONES 11876 -
507467 /
507636 /
507597 /
11879 -
11164 -
11830 -

Afganistán 18/1/94

ENFRENTAMIENTOS EN KABUL

Los Gobiernos de Pakistán e Irán continúan sus esfuerzos para encontrar una solución negociada a las luchas por el poder entre facciones rivales afganas que desde hace más de dos semanas se registran en Kabul, la capital de Afganistán. El enviado especial de Teherán, Ebrahim Taherian, llegó este fin de semana a Kabul para hablar con los líderes de las facciones implicadas en los enfrentamientos que causaron en dos semanas centenares de muertos y unos 7.000 heridos. Taherian dijo que el objetivo de su viaje es transmitir un mensaje oral del presidente iraní, Akbar Hashemi Rafsanjani, a su colega afgano y otro escrito a Gulbudin Hekmatyar, quienes, según el enviado especial, expresaron su disposición a encontrar una solución al problema con la mediación de Irán. Pakistán propuso también la celebración en su país, o en cualquier otro lugar -si así lo deseaban los líderes afganos-, de una conferencia de los países de la zona para restaurar la paz en Afganistán.

9400871

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400872
TITULO Continúan los combates en Kabul.
PROCEDENCIA 150090
FECHA DE 14/1/94
VINCULACIÓN 11876 –
507467 /
11847 /

Más muertos y heridos en nuevos combates en Kabul

Islamabad (AFP)

■ El palacio presidencial de Kabul fue asediado ayer por una coalición de milicianos antigubernamentales, en el segundo día de violentos combates entre grupos islámicos rivales que ya causaron cientos de muertos y heridos, informaron fuentes afganas.

La ofensiva lanzada el sábado para derribar al presidente Burhanuddin Rabbani fue reiniciada en la madrugada de ayer con el palacio presidencial y el Ministerio de Defensa como principales objetivos de las fuerzas rebeldes.

La batalla también era intensa en el aeropuerto, cerca de la base militar de Jairjana y en el sudeste de la capital. Por su parte la aviación gubernamental bombardeó repetidamente las posiciones del cuartel general del primer ministro Gulbuddin Hekmatyar, principal adversario del presidente.

Los combates, los más violentos de los últimos siete meses debido al empleo intensivo de la artillería, causaron cientos de víctimas, según diplomáticos afganos en el vecino Pakistán.

"La situación es favorable a los mujaidines" (guerrilleros), declaró un vocero del primer ministro Hekmatyar.

La ofensiva fue desatada por un ex general comunista, el uzbeko Abdul Rashid Dostam, después del deterioro de sus relaciones con el presidente Rabbani.

Violencia en Kabul: 200 muertos



AFP

Dos días de combate

La lucha estalló en la víspera de Año Nuevo

Más de 200 personas murieron y por lo menos 670 resultaron heridas en Kabul, tras dos días de cruentos combates entre facciones en la capital afgana.

Facciones islámicas beligerantes se atacaron mutuamente con bombardeos aéreos, cohetes y ametralladoras. La lucha en torno al palacio presidencial, el aeropuerto y otras instalaciones estratégicas fue la más intensa en varios meses.

Los combates empezaron antes del amanecer del día de Año Nuevo y fueron reanudados al amanecer de ayer tras una pausa nocturna.

Las fuerzas del presidente Burhanuddin Rabbani, que dominan gran parte de la ciudad, trataban de resistir una arremetida combinada de las facciones del primer ministro Gulbuddin Hekmatyar y Rashid Dostum, un general del antiguo ejército comunista de Afganistán.

El palacio presidencial y los terrenos circundantes fueron alcanzados ayer varias veces por cohetes y proyectiles de artillería.

Las calles normalmente atestadas de Kabul se hallaban vacías, excepto por un tanque ocasional y soldados que corrían de un lado a otro.

El errático suministro de electricidad fue interrumpido. Muy pocos residentes salieron de sus hogares exponiéndose a ser alcanzados por cohetes o esquirlas para tratar de adquirir pan en algunos de los pocos comercios que mantuvieron sus puertas abiertas.

Se ignoraba el motivo exacto de la última batalla de Kabul. En los últimos meses ha reinado una calma relativa, pero los principales bandos políticos no han podido resolver por medios pacíficos la pugna por el poder en Afganistán.

Nueve partidos integran el gobierno de coalición, que apenas funciona y posee escasa autoridad.

Las facciones islámicas combatieron por 13 años hasta deponer al gobierno comunista afgano que respaldaba la Unión Soviética. Pero desde la victoria en abril de 1992, las milicias han proseguido la guerra, esta vez entre sí, dejando unos 10.000 muertos en Kabul y arrasando vecindarios enteros.

Ningún grupo es suficientemente poderoso para someter a todos los demás, y los bandos rivales alteran sus alianzas periódicamente para tratar de cobrar ventaja.

Hekmatyar desprecia abiertamente a Dostum por el papel destacado que el general tuvo en el ejército comunista, pero aun así se han aliado para tratar de derrocar a Rabbani. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter y AP)*

Doc. prco leg.

01-05

9400872

Las fuerzas pro gubernamentales afganas conquistaron el cuartel central y la escuela militar, que habían caído en manos de mujaidines rebeldes

Combaten palmo a palmo en Kabul

* Por lo menos 60 muertos y medio millar de heridos durante los combates que se iniciaron el sábado

Los combates entre las fuerzas gubernamentales afganas y las facciones mujaidines rebeldes se extendieron a la capital Kabul, al norte del país, y no parecen disminuir en intensidad, según fuentes de los diferentes bandos afganos en Pakistán.

Islamabad (ANSA)

■ Habib Shah Hamed, alto diplomático que representa al gobierno del presidente Burhanuddin Rabbani en Islamabad, afirmó que las fuerzas gubernamentales infligieron varias derrotas a las milicias uzbekas del comandante Rachid Dostam, en su bastión tradicional de Mazar-i-Sharif, en el norte del país.

El diplomático indicó asimismo que los pro-gubernamentales lograron conquistar el cuartel central y la escuela militar de Kabul, que habían caído en mano de los rebeldes, pero admitió que Dostam y sus aliados poseen "numerosas bases" en la región de la capital afgana, por lo cual disponen de "ventajas tácticas y estratégicas" respecto de sus adversarios.

Según primer balance gubernamental difundido por lo menos 60 personas murieron y mas de 500 resultaron heridas en los combates, que comenzaron en la madrugada del sábado.

Las mismas fuentes que difundieron este balance de víctimas indicaron que se trata de una cifra aproximativa y destinada a aumentar inevitablemente en las próximas horas.

Desde el sábado, centenares de cohetes tierra-tierra y obuses de artillería fueron disparados por milicias adversarias que controlan las colinas alrededor de la capital, muchas veces fallando su objetivo y destruyendo zonas residenciales de la ciudad.

El gobierno de Rabbani acusó a las milicias uzbekas del general Dostam de haber comenzado los combates en Kabul: las temidas milicias de Dostam —un cuerpo militar de élite utilizado varias veces por el régimen prosoviético de Najibullah para reprimir insurrecciones regionales— se unieron a la rebelión de los muhaidines a comienzos de 1992, llevando a la caída del gobierno en abril de ese año.

Pero en la rebelión participa también el Hezb-i-Islami, grupo mujaidín fundamentalista liderado por Gulbuddin Hekmatyar (formalmente premier afgano, pero de hecho el principal disidente de la coalición rebelde).

Hace dos días, un vocero de este grupo sostuvo que en realidad los combates contra la fuerzas oficialistas son llevados a cabo por "todos lo grupos de muhaidines que, cansados de la anarquía que reina en Kabul, han decidido unirse contra Rabbani y Ahmed Shah Massud", ex ministro de Defensa y líder militar de la revuelta contra Najibullah.

Fue justamente Massud quien llevó la milicias de Dostam a Kabul en los útlimos días del régimen de Najibullah, para detener el avance desde el sur de los hombres de Hekmatyar; ahora los dos adversarios parecen haberse unido contra el gobierno. En este nuevo juego de alianzas, a su vez, han nacido nuevas disidencias y coaliciones: según Hamed, el grupo fundamentalista Ittehad-i-Islami apoya a Rabbani y el Hezb-i-Wadatt (proiraní) se mantiene neutral en la disputa. Fuentes oficiosas denunciaron ayer desde Kabul que este último grupo en realidad se había aliado con los rebeldes.

El presidente Rabbani lanzó un llamado solemne a los grupos muhaidines que participaron en la "Jihad" (guerra santa) contra Najibullah: pidiéndoles "luchar la mano en la mano contra los aliados de los comunistas, en esta nueva etapa de la guerra santa que hemos comenzado hace 14 años", en transparente alusión a las milicias de Dostam.

En este panorama confuso de alianzas y disputas entre grupos rivales, parece incluso haber surgido un grupo disidente dentro al Hezb-i-Islami de Hekmatyar: liderado por Yunous Khalés, y apoyado por jefes locales del este del país, este grupo se ha unido al gobierno en su lucha contra "la ofensiva comunista", según Hamad.

Desde al caída de Najibullah, de hecho, la "shura", el consejo de las diferentes facciones de muhaidines, nunca logró imponer a las quince milicias principales un gobierno central y fuerte, y más allá de las luchas de Kabul, en el resto del país los jefes guerreros conducen sus territorios de manera totalmente autónoma.

Las diferencias étnicas entre Uzbekos, tayikos y pachunes, así como el apoyo de Pakistán, Irán o Arabia Saudita durante la larga guerra entre Najibullah y sus aliados soviéticos llevaron a una fragmentación de las fuerzas rebeldes afganas que, casi dos años después de su victoria militar, no supieron instaurar un gobierno estable en Kabul.

Aviones rebeldes bombardean Kabul

Islamabad (ANSA)

■ Aviones caza-bombarderos pertenecientes a las fuerzas afganas rebeldes del comandate Rachid Dostman bombardearon ayer Kabul, causando al menos seis muertos, informaron fuentes diplomáticas contactadas desde Pakistán.

Las fuentes indicaron que los aviones eran probablemente Mig-21 que partieron de la base rebelde de Mazar-i-Shariff, en el norte del país, desde donde Dostam lanzó su decidida ofensiva contra el gobierno del presidente Burhanuddin Rabbani.

Fuentes afganas en el este de Pakistán habían anunciado que las fuerzas fieles a Rabbani lograron reconquistar el aeropuerto de Kabul: "Toda el área del aeropuerto, el edificio y la nueva terminal aérea fueron tomados por los gubernamentales, que capturaron varias decenas de rebeldes", dijo una fuente cercana al gobierno de Kabul.

Según las mismas fuentes, las fuerzas gubernamentales habían logrado infligir varias derrotas a las milicias rebeldes cerca de Mazar-i-Sharif, en el norte del país, mientras se informaba acerca del derribamiento de dos aviones rebeldes que habían despegado hacia Kabul desde el norte del país.

Por otra parte, un helicóptero en el que viajaban varios altos oficiales de la milicia de Dostam se estrelló esta mañana, aparentemente a causa de un accidente, mientras volaba de Hairatan a Mazar-i-Sharif, según otras fuentes afganas.

Siete personas murieron en el accidente, entre las cuales se hallan el general Abdul Momin, responsable militar del norte de Afganistán, y el general Hilal Uddin, comandante de Mazar-i-Sharif.

Según balances provisorios, hubo no menos de un centenar de muertos y más de mil heridas en los combates, que comenzaron en la madrugada del sábado: centenares de cohetes tierra-tierra y obuses de artillería fueron disparados por milicias adversarias que controlan las colinas alrededor de la capital. Muchas veces erraron su objetivo y destruyeron zonas residenciales de la ciudad.

El gobierno de Rabbani acusó a las milicias uzbekas de haber comenzado los combates en Kabul; los temidos hombres de Dostam —un cuerpo militar de élite utilizado varias veces por el régimen pro soviético de Najibullah para reprimir insurreciones regionales— se unieron a la rebelión de los mujaidines a comienzos de 1992, llevando a la caída del gobierno en abril de ese año.

Ofensiva de la guerrilla para derrocar al gobierno afgano

KABUL, 3 (Reuter, AP y EFE). — Sangrientos combates se libraban hoy en **Kabul**, capital de **Afganistán**, con un saldo de setenta muertos y 870 heridos, en el tercer día de un intento de derribar al presidente **Burhanuddin Rabbani**, según fuentes políticas afganas opositoras al gobierno.

Cohetes, proyectiles de artillería y mortero empezaron a llover sobre Kabul, poco después del alba y tras una relativa tregua observada durante la noche entre las fuerzas del general **Abdul Rashid Dostam**, caudillo del norte del país, y las tropas leales al presidente Rabbani.

Los cohetes cayeron sobre objetivos militares, edificios del gobierno y viviendas. La fuerza aérea controlada por Rabbani contraatacó, bombardeando varias posiciones alrededor de la ciudad.

Los choques comenzaron a primeras horas del sábado cuando las milicias al mando del ex militar comunista general **Rashid Dostam** iniciaron ataques contra Kabul lanzando centenares de cohetes desde sus posiciones en las montañas que rodean la capital.

En los últimos meses ha reinado una calma relativa en Kabul, pero los principales bandos políticos no han podido resolver por medios pacíficos la pugna por el poder en Afganistán.

Nueve partidos integran el gobierno de coalición, que apenas funciona y posee escasa autoridad.

Las facciones islámicas combatieron por 13 años hasta deponer al gobierno comunista afgano que respaldaba la Unión Soviética. Pero desde la victoria en abril de 1992, las milicias han proseguido la guerra, esta vez entre sí, dejando unos 10.000 muertos en Kabul y arrasando vecindarios enteros.

Continúa sin estar claro si está participando en los enfrentamientos alguna otra facción de los "**mujaidines**" (soldados de la guerra santa), aunque según un portavoz de **Hekmatyar**, líder del integrista Partido Islámico, todos los grupos opuestos a Rabbani estaban luchando contra él.

Según fuentes periodísticas en **Nueva Delhi**, los enfrentamientos no solo no han cesado en la capital afgana, sino que se extendieron a varias provincias del norte del país y a la ciudad norteña de **Mazar-e Sharif**, donde tiene su cuartel general **Rashid Dostam**.

Los observadores temen que las batallas se extiendan hacia otras áreas de Kabul después de que la radicalizada facción sunnita **Ittehad-i-Islami** —aliada con el presidente— empezó a disparar cohetes desde sus bases al oeste de la capital contra posiciones ocupadas en los suburbios del oeste por sus tradicionales enemigos, la organización chiita **Hezb-i-Wahdat**.

Centenares de personas, empujando rudimentarios carros en las que llevaban algunas pertenencias, estaban huyendo de las viviendas ubicadas cerca del escenario de la lucha, al sur del centro de la ciudad.

Más de un centenar de desplazados buscó protección en el subsuelo del hospital militar central de Kabul.

Cinco mil afganos huyeron en las últimas 24 horas de Kabul

Kabul - Unas 5.000 personas huyeron en las últimas 24 horas de Kabul hacia la ciudad de Jalalabad, próxima a la frontera con Pakistán, ante la intensidad de los combates en la capital afgana, informó ayer el Alto Comisionado de la ONU para los refugiados (Acnur).

Los enfrentamientos entre las fuerzas leales y opuestas al presidente Burhanuddin Rabbani cesaron temporalmente el sábado por la mañana, cuando se puso en marcha el éxodo masivo de la ciudad de civiles, personal diplomático y de la ONU.

Pero el domingo por la noche la breve tregua de paz fue rota cuando ambos bandos bombardearon las posiciones opuestas en la ciudad y, según fuentes periodísticas en Nueva Delhi, los enfrentamientos continuaban ayer.

Parte de los ciudadanos que abandonaron Kabul se fueron a pueblos y ciudades lejos de la capital, pero otros lo hicieron al país vecino de Pakistán, en donde entraron ayer millares de refugiados por el puesto fronterizo de Khyber.

Los enfrentamientos brotaron la madrugada del día de año nuevo cuando las milicias al mando del ex general comunista Rashid Dostam atacaron la capital afgana lanzando una lluvia de cohetes y morteros con el objeto de derrocar al presidente, Burhanuddin Rabbani.

Pero a Dostma, quien precipitó la caída del gobierno comunista en abril de 1992 al desertar del mismo, se unieron también las fuerzas del radical Gulbuddín Hekmatyar, el primer ministro en el gobierno islámico de alianza afgano, y el rival más enconado del presidente. ■ *(EFE)*

03

Quinto día de bombardeos en Kabul

Kabul - La aviación rebelde bombardeó ayer la capital de Afganistán, causando por lo menos un muerto y seis heridos mientras diplomáticos iraníes trataban de formalizar una tregua entre el presidente Burhanuddin Rabbani y un rebelde caudillo del norte.



Tropas leales arrebataron el aeropuerto local de mano de los milicianos que responden a las órdenes del ex general comunista Abdul Rashid Dostum, en la quinta jornada de sangrientas batallas por el control de Afganistán que han arrojado decenas de muertos y más de 2.500 heridos.

Por el contrario, las fuerzas rebeldes obligaron a replegarse al ejército leal que ocupaba su principal aeropuerto en la norteña Mazar-i-Sharif, lo que les permitió lanzar tres incursiones sobre Kabul y la base áerea de Bagram, a pocos kilómetros al norte de la capital, dijeron fuentes gubernamentales.

Fueron los primeros ataques aéreos consumados por Dostum desde su intento de golpe de Estado en Año Nuevo.

Dos bombas impactaron en Wazir Akbar Khan, un área residencial de diplomáticos, otra lo hizo en la casa del viceministro de aviación y turismo Eshaq, quien no se hallaba en el lugar, y la cuarta cayó cerca de una de las pocas panaderías que siguen abiertas.

Otros cohetes impactaron en las cercanías, causando un muerto y tres heridos.

Los diplomáticos procuran negociar un cese del fuego temporario entre el presidente y los rebeldes, que se vieron secundados estos dos últimos días por los milicianos del primer ministro Gulbuddin Hekmatyar, un archienemigo del presidente, dijeron fuentes iraníes.

El secretario general de las Naciones Unidas, Butros Ghali, instó ayer a un inmediato cese de hostilidades, y el canciller paquitaní Assef Ahmed Ali ofreció viajar a Kabul para negociar una tregua.

El Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), con sede en Ginebra, también llamó a una tregua en Afganistán y a la reapertura del aeropuerto de Kabul para un urgente aprovisionamiento de víveres y medicamentos.

Los hospitales vieron colmada su capacidad con más de 2.500 heridos, pero 10 de ellos han sido reabastecidos por el CICR, dijeron funcionarios.

No existen cifras fidedignas sobre víctimas —que se teme alcancen a varios centenares— debido a que los bombardeos dificultaron a las familias llevar sus muertos y heridos a los hospitales.

Una lluvia de cohetes y proyectiles se descargó sobre esta azotada capital en el quinto día de los peores bombardeos de que se tenga memoria desde las batallas de agosto de 1992 que arrojaron más de 3.000 muertos.

Unas 10.000 personas han muerto en las luchas facciosas por el control de Kabul desde que la deserción de Dostum a filas de los guerrilleros mujadines permitió a éstos derribar al gobierno comunista en abril de 1992.

Los combates en tierra arreciaron al amanecer el sur del radio céntrico de Kabul, donde las fuerzas de Dostum han debido retroceder pese al apoyo de los rebeldes de la agrupación Hezb-i-Islami que capitanea Hekmatyar. ■ *(Reuter)*

04

9400872

COMBATES EN KABUL

Los dos bandos que luchan por el poder en Afganistán hicieron caso omiso de la petición de alto el fuego cursada por la ONU, Irán y Pakistán y reanudaron los bombardeos de las posiciones contrarias.

Según informaciones periodísticas llegadas a Nueva Delhi, las milicias del ex general comunista Rashid Dostam, que iniciaron los ataques contra Kabul para derrocar al presidente Burhanuddin Rabbani, parecen estar perdiendo terreno en algunas zonas de la capital.

Las fuerzas leales al presidente, añaden las mismas fuentes, han tomado el aeropuerto, situado a pocos kilómetros de Kabul, que estaba bajo control de los hombres de Dostam.

Con las milicias del ex general comunista, que fue quien precipitó la caída del Gobierno prosoviético en abril de 1992 al desertar del Ejército, están luchando también los seguidores del Partido Islámico, integrista, que lidera el primer ministro, Gulbuddin Hekmatyar, el más fiero rival del presidente.

Según un portavoz del Ministerio de Asuntos Exteriores de Irán, las partes en conflicto habían acordado observar un alto al fuego provisional para evacuar a los heridos de las zonas de lucha, a propuesta de dicho país.

Sin embargo, las hostilidades, las más graves que sacuden Kabul en los últimos seis meses, se reanudaron a primeras horas de ayer con una lluvia de cohetes y morteros sobre la capital.

El secretario general de la ONU, Butros Gali, y representantes de Pakistán y de la Organización de la Conferencia Islámica solicitaron también el cese de las luchas, que, desde que comenzaron, el pasado día uno, han causado decenas de muertos -centenares, según algunas fuentes- y más de 2.000 heridos.

Afganistán en punto muerto

Kabul (AFP)

■ La batalla por Kabul entró ayer en su duodécima jornada, marcada por disparos de artillería y ataques de aviones de combate contra bases aéreas rivales.

El cielo de la capital afgana se incendió con las luces de los tiros antiaéreos, principalmente cuando las fuerzas leales al presidente Burhanuddin Rabbania dispararon contra un avión del jefe rebelde uzbeko (ex comunista) Rashid Dostam, que bombardeó la zona del palacio presidencial de Kabul.

Decenas de miles de refugiados huyeron de la capital afgana, donde los enfrentamientos de los últimos doce días han dejado cientos de víctimas.

Los refugiados se dirigen al oriente del país y al territorio paquistaní, indicaron en Islamabad responsables de la Organización de Naciones Unidas de Ayuda a los Refugiados afganos (Unocha).

Según esta organización, unas 20.000 personas que huyen de los combates llegaron a Jalalabad, en la parte oriental del país, donde ya se habían refugiado antes unas 4.000 familias. Otras 10.000 personas cruzaron la frontera e ingresaron a Pakistán, informaron las fuentes.

Los enfrentamientos entre las facciones que se disputan el poder en Kabul han demostrado que ninguna de éstas es capaz de lograr una victoria militar decisiva, por lo que la perspectiva de una solución política todavía está muy lejana.

"Los jefes afganos están atrapados en un torbellino y ninguno logra salir", estimó un diplomático.

Desde la caída del régimen comunista (abril de 1992), les facciones afganas, que quieren ampliar su territorio, hundieron al país en la fragmentación, la inseguridad y la anarquía, excepto en algunos bolsones de relativa tranquilidad, como Herat (oeste).

Ofensiva terrestre de los rebeldes en Kabul

Kabul (AFP)
por Terence White

■ Las fuerzas rebeldes lanzaron durante la noche pasada en Kabul una ofensiva terrestre apoyada por una cortina de fuego de artillería, al tiempo que Pakistán cerró su principal paso fronterizo para detener la oleada de refugiados que huyen de los combates, comprobó la prensa extranjera en el país.

Por la tarde, las facciones rivales atrincheradas en una y otra orilla del río Kabul, que da su nombre a la capital afgana, seguían disparándose, pero con menor intensidad que durante la noche.

Estabilizada desde hace varios días, la línea fronteriza estalló súbitamente en fuego a lo largo de 5 quilómetros, cuando las fuerzas combinadas del jefe uzbeko Rashid Dostam y del primer ministro Gulbuddin Hekmatyar lanzaron un ataque contra las unidades leales al presidente Burhanuddin Rabbani y al comandante Ahmed Shah Assud que tienen sus posiciones en el centro de la capital.

Los combates fueron particularmente intensos en torno al puente de Galah Mahmud Khan, cerrojo estratégico del corazón de Kabul en el palacio presidencial y el Ministerio de Defensa, pero los asaltantes no lograron avances significativos.

"Ni siquiera durante la Yihad ("guerra santa") contra los soviéticos mis hombres y yo habíamos librado combates tan duros", dijo el comandante Sayed Kamaruddin Hashemi, oficial de la guardia nacional fiel a Massud.

Los rebeldes, según Massud, empezaron por ablandar las líneas enemigas con artillería pesada y luego enviaron a la infantería, "pero logramos rechazarlos", afirmó.

Una lluvia de obuses cayó en los barrios residenciales de Wazir Akbar Khan y de Microrayon, obligando a parte de los habitantes a refugiarse en los sótanos.

Los economistas han discutido durante largo tiempo cúal es el rol adecuado de la intervención gubernamental en las economías en desarrollo. El notable éxito económico de Japón y de otros países de Asia Oriental que , se sabe, han seguido políticas intervencionistas, constituye según algunos economistas prueba de que el llamado "modelo de Asia Oriental" es una forma mejor de incentivar el crecimiento que la ortodoxia del libre mercado. Para resolver la cuestión de si la intervención estatal contribuyó a impulsar el crecimiento económico en el Este de Asia, el Banco Mundial ha publicado un amplio estudio de 390 páginas: "The East Asian miracle" (El milagro del este asiático).

El Banco analizó detenidamente el desempeño de ocho "superestrellas" asiáticas: Corea del Sur, Hong Kong, Indonesia, Japón, Malasia, Singapur, Taiwán y Tailandia. Desde 1965, estas economías crecieron en su conjunto a una tasa anual de 5 1/2 por ciento, más de dos veces más rápido que el resto de Asia Oriental y tres veces más rápido que América Latina. La actividad exportadora de estos países del Este de Asia se fue desarrolando en forma particularmente espectacular, pues su participación en la exportación mundial de productos manufacturados saltó del 9 por ciento en 1965 al 21 por ciento en 1990.

La experiencia de Asia Oriental muestra que pese a que no hay receta fácil para el éxito económico, el respeto hacia los postulados económicos básicos es fundamental.

No sólo crecieron con rapidez esas ocho economías, sino que también tuvieron éxito al compartir los frutos de ese crecimiento, pues la desigualdad de los ingresos que ya era baja, siguió descendiendo. Por ejemplo, en Corea del Sur el ingreso del 20 por ciento más rico de los núcleos familiares es ocho veces el del 20 por ciento más pobre. Compárese esto con Brasil y México, donde la quinta parte más rica tiene un ingreso que es al menos 20 veces más elevado que el de la quinta parte más pobre. En Malasia, el porcentaje de población que vive en la absoluta pobreza ha caído desde 37 por ciento en 1960 a menos de 5 por ciento en 1990, por el contrario en Brasil bajó tan solo del 50 por ciento al 21 por ciento.

¿Cuál es el secreto de este milagro económico? El exhaustivo informe del Banco Mundial, que característicamente trata de sortear con suavidad los campos rivales, ofrece apenas una migaja a cada uno. Quienes apoyan el modelo de Asia Oriental se apresuraron a aceptar una de las conclusiones de ese informe: que la mayoría de estos países no siguieron políticas netamente de libre mercado, sino políticas intervencionistas, a veces con éxito. Los defensores de las políticas de libre mercado, en cambio, encuentran consuelo en la advertencia hecha por el Banco de que, si otros países en vía de desarrollo tratan de tomar el camino intervencionista, muy probablemente no disfruten del mismo éxito que los países del Este de Asia.

No existe ninguna receta simple para el éxito de estos países pues, como señala el Banco Mundial, no existió un único modelo económico asiático. Los ocho países siguieron una variada mezcla de políticas con diversos grados de intervención. Hong Kong ha seguido una de las más liberales políticas de mercado de todo el mundo; Japón y Corea del Sur fueron quienes emplearon un mayor grado de intervención;en tanto que los tigres más jóvenes, Indonesia y Tailandia, han seguido políticas mucho menos activistas.

Las políticas de estos países también fueron cambiando con el tiempo. Corea del Sur, por ejemplo, pasó de estar, durante la década del 60, orientada en general hacia la exportación, a una promoción más selectiva de la industria pesada en los 70. Eso cambió en los 80, cuando la política económica se concentró en apoyar el desarrollo de la tecnología y en la reestructuración de las industrias más débiles.

Sin embargo, estos ocho países han tenido algo en común, el respeto hacia los postulados económicos básicos, con inflación baja, políticas fiscales saneadas, altos niveles de ahorro doméstico, fuertes inversiones en educación; y mantuvieron sus economías más abiertas a la tecnología extranjera que la mayoría de los países en desarrollo. Durante los últimos 30 años, por ejemplo, la inflación promedio fue del 8 por ciento en las superestrellas asiáticas, muy por debajo del 18 por ciento promedio en los otros países en vías de desarrollo. Esto les brindó el mejor entorno posible para la inversión a largo plazo. En esta medida no existió "milagro" económico; el éxito de Asia Oriental simplemente es el reflejo de economías saneadas.

Pero esta no es toda la historia. Casi todos los gobiernos de Asia Oriental se embarcaron en algún tipo de intervención. Eran generalizados los préstamos subsidiados y los incentivos tributarios a industrias seleccionadas, y la promoción de las exportaciones.Todos los países del Este de Asia, a excepción de Hong Kong y Singapur, se apoyaron en las trabas a las importaciones para proteger sus industrias domésticas en sus primeras etapas de desarrollo. Incluso a principios de los '80, la mayoría de las industrias de Corea del Sur seguía estando protegida por alguna combinación de barreras arancelarias y no arancelarias. En Taiwan, todavía en 1980, más del 40 por ciento de las importaciones tenían aranceles superiores al 31 por ciento.

La pregunta difícil es: ¿Cuál fue el papel relativo de el respeto hacia los postulados básicos en materia económica y de la intervención en su éxito?.

Después de todo, la intervención en otros países en desarrollo ha fracasado estrepitosamente. ¿Significa esto que algunas políticas intervencionistas contribuyen al crecimiento mientras que otras lo perjudican?.

Las economías del este de Asia prosperaron porque los gobiernos usaron una mezcla de políticas para lograr una inversión mayor que en cualquier otro lado en capital físico y humano. El gasto público en educación no fue mucho mayor en Asia Oriental que en cualquier otra parte, pero lo que estos ocho países hicieron de manera óptima fue destinar una proporción mayor del gasto a la educación básica, lo que les era vital para obtener una mano de obra calificada, que a la universitaria. Por ejemplo, a mediados de la década del '80, Indonesia, Corea del Sur y Tailandia dedicaban más del 80 por ciento de su presupuesto para educación a la enseñanza básica, en comparación con menos del 50 por ciento en Argentina y Venezuela.

Dichos postulados básicos son una gestión macroeconómica estable, inversión en recursos humanos, mercados abiertos y el permitir que los precios reflejen la escasez económica.

Asimismo, durante los últimos 20 años, la inversión privada como proporción del PBI fue casi dos veces más elevada en Asia Oriental que en otros países en vías de desarrollo. Esto se debió en parte a un clima macroeconómico más estable: baja inflación y tasas de interés menos volátiles; pero, según el

Banco Mundial, una cierta intervención en forma de incentivos tributarios, subsidios y préstamos baratos debe llevarse algo del crédito.

LA MANO VISIBLE

Las intervenciones más ambiciosas en Asia Oriental fueron las políticas industriales para promover sectores específicos. El Banco Mundial llega a la conclusión de que la mayoría de estas políticas fracasó. En Corea del Sur y Taiwán, los sectores que no recibieron promociones se desempeñaron de modo tan impresionante como los que sí las recibieron. En realidad, parecería que el éxito de Asia Oriental ocurrió algunas veces a pesar de las políticas industriales, y no debido a ellas. El impulso que Corea del Sur pretendió dar a sus productos químicos y a su industria pesada, y el de Japón a sus chips para computadoras, fueron particularmente decepcionantes.

No obstante, el Banco Mundial estima que hubo otros dos tipos de intervenciones que tuvieron éxito: la promoción de las exportaciones y el crédito dirigido. La mayoría de los países siguieron agresivas políticas de promoción de las exportaciones (subsidios, acceso preferencial a préstamos del exterior y divisas). La orientación hacia mercados extranjeros impuso a las empresas una fuerte disciplina, estimulando la eficiencia.

El Banco Mundial también encuentra evidencias de que la manipulación de las tasas de interés por parte de los gobiernos puede haber aumentado el crecimiento. Los gobiernos de Japón, Corea del Sur, Malasia, Taiwán y Tailandia, intervinieron para reducir el costo del capital para las empresas y dirigieron el crédito hacia las empresas favorecidas.

El hecho de que el intervencionismo pueda haber beneficiado ocasionalmente a determinados países de Asia Oriental no es motivo para que los países en vías de desarrollo abandonen sus reformas de libre mercado.

El peligro común del crédito barato y dirigido es que lleva a un uso ineficiente de los recursos. Sin embargo, según el análisis del Banco Mundial, la inversión en Asia Oriental tuvo en realidad un retorno más alto que en la mayoría de los demás países en vías de desarrollo. ¿Son los funcionarios del gobierno mejores que el mercado cuando se trata de asignar recursos? No. El principal motivo por el cual las políticas "intervencionistas" no tuvieron como resultado una mala inversión es que, aunque las superestrellas de Asia Oriental se apartaron de las políticas de libre mercado, lo hicieron en menor medida que la mayoría de los demás países en vías de desarrollo: los precios de capital y mano de obra fueron menos distorsionados que en la mayor parte de América Latina. Por ejemplo, a pesar de los controles a las tasas de interés, las tasas reales generalmente se mantuvieron levemente positivas. De igual modo, los flexibles mercados laborales de Asia Oriental ayudaron a las economías a ajustarse más rápidamente.

Además, para minimizar los costos de la intervención, los gobiernos establecieron mecanismos institucionales para controlar rigurosamente las industrias seleccionadas de acuerdo con su desempeño. En Japón y Corea del Sur, los gobiernos crearon "concursos" entre empresas, con las exportaciones como medida del éxito, y créditos subsidiados, divisas o permisos de inversión, como recompensa.

El Banco Mundial concluye cautamente que, en algunas economías de Asia Oriental (especialmente Japón, Corea y Taiwán), ciertos tipos de cuidadosa intervención -crédito dirigido y promoción de las exportaciones- produjeron realmente un mayor crecimiento que el que se hubiera producido en el caso contrario. Pero antes de que otros países en vías de desarrollo corran a imitar a los países de Asia Oriental, el Banco Mundial les advierte que el éxito de estos "concursos" de asignación de recursos dependió de manera crucial de un único factor institucional: la competencia y la relativa falta de corruptibilidad de los funcionarios públicos. Hong Kong, Japón, Corea del Sur, Singapur y Taiwán, según el criterio de Asia, han tenido éxito al formar burocracias profesionales y honestas gracias, en parte, a salarios y estímulos generosos que les permite competir con el sector privado.

En otros países en vías de desarrollo, donde no puede cumplirse con tan exigentes requisitos institucionales, esas mismas políticas fracasaron.

El Banco ofrece otras dos razones por las cuales estas políticas pueden ser no reproducibles hoy en día. Cuando los topes de las tasas de interés contribuyeron a impulsar la inversión en Japón, Corea del Sur, y Taiwán, los mercados financieros estaban cercados por los controles al capital. En los actuales mercados mundiales de capitales, cada vez más integrados, los gobiernos que desean atraer la inversión extranjera no pueden cerrar sus mercados financieros al mundo exterior, de modo que es mucho más difícil mantener bajas las tasas de interés.

Asimismo, los países en vía de desarrollo que procuran impulsar su comercio, enfrentan hoy presiones más fuertes para que abran sus mercados a las que debieron enfrentar los países de Asia Oriental. Y los subsidios a las exportaciones, que por lo general son contrarios a las reglas del GATT, probablemente generen represalias de los países industrializados.

Por lo que, lamentablemente, no hay receta fácil para el éxito económico. Pero Asia Oriental ofrece algunas enseñanzas. Lo más importante es que los postulados económicos básicos -gestión macroeconómica estable, inversión en recursos humanos, mercados abiertos, y el permitir que los precios reflejen la escasez económica- son esenciales para tener éxito. Aún cuando ciertos tipos de intervención impulsaron el crecimiento en Asia Oriental, esas mismas políticas no resultarán en otro país que tenga una inflación del 100 por ciento o más, y en el cual el gobierno haya descuidado la educación. Eso explica porque políticas intervencionistas aparentemente similares que dieron buen resultado en el Este de Asia, se malograron en América Latina.

El hecho de que algunos tipos de intervención puedan haber beneficiado en cierto momento a determinado país de Asia Oriental no es motivo para que otros países en vías de desarrollo abandonen repentinamente sus reformas de libre mercado.

02-02

FLEXIBILIZACION LABORAL EN ESPAÑA

Preparativos para la gran pulseada

A una semana de la huelga general convocada en España para el jueves 27 de enero, los sindicatos trabajan para asegurar el éxito de la jornada, el gobierno busca contrarrestar sus efectos y la patronal minimiza la convocatoria asegurando un "escaso ambiente de paro" en las empresas. La huelga, "civilizada, pacífica y masiva", será "un éxito", declararon esta semana responsables de los dos grandes sindicatos convocantes, Unión General de Trabajadores (UGT, socialista) y Comisiones Obreras (CC.OO., comunista).

Cerca de 200.000 sindicalistas y colaboradores preparan la jornada de protesta contra la política económica del gobierno, que agrava según los sindicatos la situación de los 3,5 millones de desempleados que hay en España, un record en la Unión Europea, y que representan a casi el 23 por ciento de la población activa, UGT y CC.OO., gastarán al menos 200 millones de pesetas (1,4 millones de dólares) en organizar la huelga, según fuentes sindicales.

El gobierno de Felipe González, tras su victoria electoral del 6 de junio pasado, se enfrenta a su segunda huelga general de 24 horas, después de la celebrada el 14 de diciembre de 1988, que llegó a paralizar el país. En víspera del paro del 27 de enero, el Parlamento español debate desde este jueves una ley de reforma laboral, elaborada por el Ejecutivo a principios de diciembre pasado.

Esa ley flexibiliza –"precariza", según los sindicatos– el mercado de trabajo. Esta reforma laboral es el verdadero detonante de la huelga general. El Ejecutivo tiene asegurada la adopción de esta ley, pues se prevé que todos los partidos políticos, con excepción de Izquierda Unida (IU), voten por ella. Este argumento político –el apoyo previsto de un 90 por ciento de los parlamentarios–, y la campaña que el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) de González realiza para explicar "dentro y fuera del partido" la bondad de la reforma, son las bazas del gobierno.

Pero sea cual fuere el alcance de la huelga, el gobierno mantendrá después sus medidas, salvo un improbable consenso entre sindicatos y patronal. Por su parte, la patronal (Confederación Española de Organizaciones Empresariales, CEOE) asegura qué en las empresas "no hay movimiento para el seguimiento de la huelga", que es "bajísimo, por no decir nulo". Además, la CEOE ha pedido incluso, este martes, a los grupos parlamentarios que presenten enmiendas a la ley para flexibilizar aún más el mercado de trabajo. "No se puede hacer una reforma laboral a medias" sostuvo un representante de la patronal.

La huelga general, si es seguida mayoritariamente, supondrá un descuento de salarios de 130.000 millones de pesetas (900 millones de dólares), mientras que las empresas perderían 120.000 millones de pesetas enbeneficios y el Estado dejaría de percibir 30.000 millones por impuestos indirectos, según cálculos de la CEOE.

Para los sindicatos, el envite de la huelga es importante: un fracaso cuestionaría su rol de interlocutor social. UGT y CC.OO. esperan organizar manifestaciones en provincias, pero no en Madrid, donde la actividad debería paralizarse. Por el momento, los sindicatos cuentan con el apoyo explícito de la Confederación Europea de Sindicatos (CES), de organizaciones ecologistas y de jubilados, y hasta de los futbolistas profesionales. Pero los poderosos clubes de fútbol han preferido eludir el problema: los partidos de Copa de España previstos para el 27 de enero se jugarán 24 o 48 horas antes.

Nº. DOCUMENTO 9400875
TITULO España vendió aviones a compañía aérea cubana.
PROCEDENCIA L. Jur.
FECHA 19/1/94
VINCULACIÓN 11876 - 507613 - 65671 - 11409 -

España

AVIACO VENDE AVIONES A CUBANA

La compañía aérea española AVIACO, del grupo público Iberia, ha vendido ocho aviones Fokker f27-600 a Cubana de Aviación, de bandera de Cuba, por un importe global de 7,5 millones de dólares, informaron hoy fuentes empresariales. El acuerdo entre Aviaco y Cubana de Aviación, que cubre el transporte aéreo de Cuba, tanto nacional como internacional, incluye el pago de seis millones de dólares por los ocho aviones y sus stocks de repuestos, y 1,5 millones de dólares por la formación de tripulaciones y personal de mantenimiento. Según fuentes de Aviaco, Cubana de Aviación adquiere los Fokker para cubrir las conexiones con otras áreas del Caribe, así como los vuelos internos en la isla. Aviaco retiró los Fokker de su programa de vuelos en septiembre de 1992, en coincidencia con la renovación de la flota aérea de la compañía.

01 - 01

Nº. DOCUMENTO 9400876
TITULO Francia rechazará la visita de Zhirinovsky.
PROCEDENCIA Clarín
FECHA DE 3/1/94
VINCULACIONES 11876 — 65963 — 507294 — 11399 —

RECHAZO DE PARIS A SUS DECLARACIONES "DESPECTIVAS Y AMENAZANTES"

Francia no aceptará la visita del líder nacionalista ruso Vladimir Zhirinovsky

PARIS, 2 (AP, EFE, AFP y ANSA). — El gobierno de **Francia** advirtió ayer que muy posiblemente rechazará una eventual petición del líder ultranacionalista ruso **Vladimir Zhirinovski** para visitar ese país, en razón de sus **expresiones despectivas y hasta amenazantes hacia varias otras naciones europeas.**

La semana pasada **Alemania le negó la visa de entrada** a Zhirinovsky, y el máximo dirigente del **Partido Democrático Liberal** (PDL) ruso respondió que la negativa podría causar **una nueva guerra con el gobierno de Bonn y la "completa destrucción" de la nación germana,** según el diario **Welt am Sonntag.**

"No podemos tolerar el tipo de declaraciones que ha efectuado Zhirinovsky, y si las mantiene, no veo cómo podríamos acogerlo en Francia", dijo el ministro para Asuntos Europeos del gobierno de París, **Alain Lamassoure**, en una entrevista con la cadena de televisión **France-2.**

Para el ministro francés, "las declaraciones sobre Bulgaria, el pueblo rumano, los Estados bálticos, Finlandia, Turquía y otros países" efectuadas por Zhirinovsky "no son aceptables".

El político ultranacionalista ruso expresó la semana pasada su deseo de visitar París, después de que fuera **expulsado de Bulgaria, impedido de entrar en Alemania y rechazado por Rumania, Austria y Australia.**

Las autoridades francesas dijeron inicialmente que Zhirinovsky tendría que radicar una solicitud oficial antes de que se tomara una decisión sobre darle visa o no. Pero las condiciones fueron sentadas hoy.

"En particular, los puntos de vista que expresó sobre Bulgaria y el presidente **Zhelyu Zhelev**, sus dichos ofensivos hacia el pueblo rumano, hacia los estados del Báltico y Finlandia, hacia Turquía y otros países, no son aceptables", dijo Lamassoure.

Lamassoure dijo que los comentarios de Zhirinovsky ponían en entredicho la seguridad de Francia, así como la de otros países.

Zhironovsky, cuyo PDL asombró al mundo el mes pasado al ganar el mayor número de votos de partido individual alguno en las elecciones parlamentarias rusas, propugna la conquista de varios países vecinos de Rusia o viejos territorios imperiales.

Entre ellos se cuentan Rumania, Polonia, los tres estados del Báltico, Bulgaria y Finlandia. Ha amenazado a Turquía con la guerra y sugerido la alternativa de resolver con armas nucleares una disputa sobre las islas Kuriles, el archipiélago japonés ocupado por la antigua Unión Soviética y ahora por Rusia.

El gobierno de Bonn, a través de un vocero oficial, confirmó la expresión de términos amenazantes contra Alemania por parte de Zhirinovsky, y una versión indicó que el dirigente ruso amenazó con **desencadenar la tercera guerra mundial.**

De acuerdo con la versión del diario germano ya citado, el líder ultranacionalista ruso adelantó que de obtener el poder **alterará la retirada rusa de la zona oriental de Alemania y enviará además otros 300.000 soldados a ese país.**

El hombre llamado **"el Hitler ruso"** por algunos medios informativos alemanes, amenazó además con empobrecer a Alemania extrayéndole más reparaciones por los daños de la Segunda Guerra Mundial, según el diario, que mencionó fuentes de seguridad germanas no identificadas.

El líder nacionalista ruso alarmó a los europeos con su retórica expansionista y antisemita, que muchos compatriotas aceptaron tras sufrir la pobreza y el desorden público que siguieron a la desintegración de la Unión Soviética.

Además, el anuncio de Zhirinovsky —negado por el mando militar ruso— de que Moscú dispone de un arma secreta no nuclear capaz de causar la destrucción mundial, también generó alarma en el viejo continente. Algunos diplomáticos europeos pusieron en duda el estado de su salud mental.

9400876

01-01

Regalos de fin de año

El gobierno francés del premier Edouard Balladur (neogaullista) enfrentó ayer duras críticas por su polémica decisión de expulsar hacia su país de origen a dos iraníes requeridos por la justicia suiza, por el asesinato de un disidente político en el exilio.

por Alvaro Glampletro
París (ANSA)

■ La prensa francesa dedicó ayer gran espacio al caso. "Parecer que se cede ante la amenaza terrorista no es seguramente la mejor manera de luchar contra ésta" (Le Monde) y la entrega de los dos iraníes "representa un extraño regalo de París a Teherán" (France Soir) cuando no "un hecho absolutamente sorprendente" (Le Parisien).

La oficina del jefe de gobierno anunció el jueves que Ahmed Taheri y Sharif Esfahni-Mashen, dos iraníes detenidos en Francia en noviembre de 1992, habían sido devueltos a su país de origen la noche antes.

El vocero de Balladur indicó que la decisión había sido tomada "por motivos vinculados al interés nacional", y se negó a hacer comentario alguno al respecto.

Por su parte, el ministro de Asuntos Europeos, Alain Lamassoure, afirmó antenoche en una entrevista televisiva que "el gobierno francés estimó que el interés nacional ordenaba que los dos interesados regresaran a su país".

Lamassoure dijo que "hemos mantenido informadas a las autoridades suizas acerca de los diferentes aspectos del problema desde el comienzo del caso, les hemos dado explicaciones al respecto, y a través de un comunicado oficial, nos han indicado que han comprendido".

"Todo el mundo sabe que, en los asuntos de terrorismo internacional, menos se dice y mejor es", alegó el ministro.

Las autoridades judiciales suizas reaccionaron negativamente al anuncio de la expulsión de los iraníes, ya que son requeridos por el asesinato de Kazem Rajavi, dirigente de un grupo opositor iraní en el exilio, en Ginebra el 24 de abril de 1990.

Kazem Rajavi era el hermano y principal colaborador de Massud Rajavi, líder de los Mujaidines del Pueblo.

Primer embajador del régimen islámico ante las Naciones Unidas, después del derrocamiento del sha de Persia en 1979, Rajavi renunció a su cargo un año más tarde y se convirtió en uno de los principales dirigentes de la oposición iraní en el exilio.

Al protestar por la decisión francesa, las autoridades suizas indicaron que representa una "violación de las normas de la Convención Europea sobre las extradiciones", según afirmó el encargado de negocios helvético en París.

El 10 de febrero, un tribunal de segunda instancia de París había dado su opinión favorable a la extradición de los dos sospechosos.

Francois Rudetzki, vocero de un grupo de víctimas de los atentados terroristas que sacudieron a Francia a 1986 —cuya responsabilidad fue atribuida a grupos fundamentalistas pro iraníes— dijo por su parte que "el terrorismo es un fenómeno internacional, y sin embargo nos rehusamos a colaborar con la justicia suiza en sus investigaciones".

En ambientes diplomáticos se indicaba ayer a su vez que el gobierno de Berna ha reaccionado de manera particularmente negativa a la decisión de París, porque Suiza sufrió una grave crisis diplomática con Irán —que llevó al cierre de su embajada en Teherán— justamente después de haber extraditado hacia Francia a dos iraníes requeridos por un atentado político.

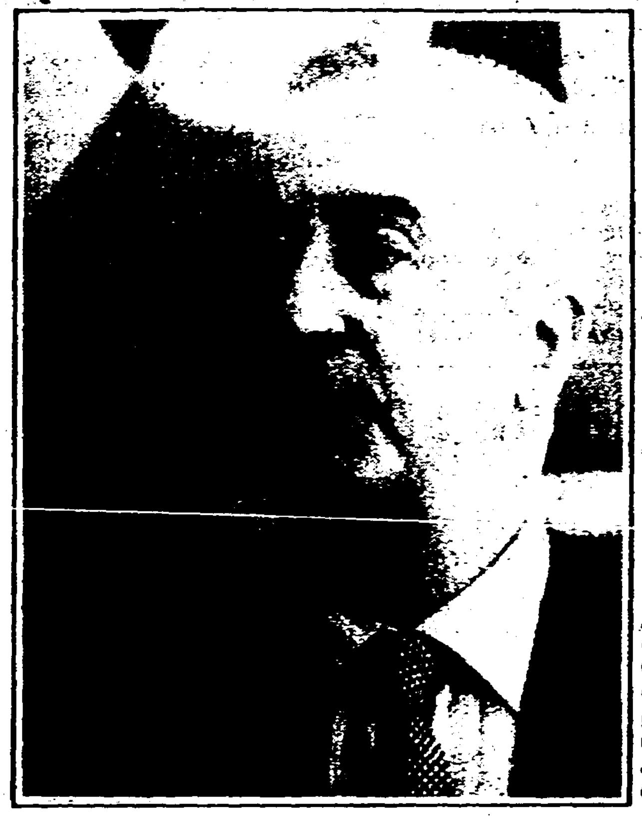
Al comentar el acontecimiento, el vespertino popular France Soir (independiente) sostuvo que el gobierno de Balladur, que en tiempos recientes llevó a cabo dos operativos policiales sin precedentes contra los fundamentalistas islámicos argelinos y los autonomistas kurdos presentes en su territorio, parece mucho más clemente hacia los requeridos iraníes.

Pero

Lamassoure rechazó toda crítica de la actuación del gobierno, al afirmar que "tenemos otros iraníes en las cárceles francesas, que serán sometidos a juicio; concedemos el asilo a todos los combatientes por la libertad y luchamos contra toda forma de terrorismo en nuestro territorio: no tenemos lecciones que recibir de nadie".

Desde hace varios meses, el gobierno de Teherán despliega una campaña de presión sobre las autoridades galas para que expulsen a Maryam Radjavi, la esposa de Massud Radjavi, residente en Francia.

En el ámbito de esta campaña, se organizó en Irán una serie de manifestaciones hostiles a los intereses franceses, que culminaron con sendos atentados explosivos contra la embajada francesa y la oficina de Air France, en el pasado mes de noviembre.



Primer ministro francés, Edouard Balladur: problemas diplomáticos. (Telefoto de archivo de AFP).

PRIMER REVES DE BALLADUR

Imponente manifestación por la escuela pública en París

REPUBLICA 17/01

París (ANSA)

■ Unas seiscientas mil personas realizaron ayer aquí una manifestación en apoyo de la escuela pública y para celebrar el fracaso de los planes del gobierno, que buscó incrementar las subvenciones a los establecimientos privados.

Esta fue la protesta más grande de los últimos ocho años y la primera en importancia que afronta el gobierno del premier Edouard Balladur, desde que asumió en marzo.

La manifestación fue organizada por varios sindicatos de profesores, con el apoyo de los partidos de izquierda, y se originó por la reforma del financiamiento de la escuela privada en Francia, adoptada por el Parlamento en diciembre último.

Sin embargo, la medida fue anulada por el Consejo Constitucional, el organismo que tiene a su cargo vigilar sobre la constitucionalidad de las leyes, aduciendo que la nueva ley no garantizaba la igualdad de tratamiento entre escuelas públicas y privadas.

La decisión del Consejo no impidió la realización de la manifestación y sus organizadores —líderes sindicales de profesores y maestros— afirmaron que querían enviarle al gobierno una fuerte señal para que no intente más desviar el dinero público hacia los privados, sobre todo las escuelas religiosas.

Asimismo, los dirigentes sindicales y la federación de profesores declararon que esperan que el gobierno entable "una verdadera negociación" y que pedirán a Balladur una ley de programación presupuestaria para la educación.

Los observadores coincidieron en señalar que esta protesta marcó la reaparición de la izquierda en las calles, que no quiso desperdiciar la ocasión de aprovechar el paso en falso del gobierno.

Toda París se vio ayer invadida por jóvenes, docentes y padres que hablaban de educación en los autobuses, las aceras, los bares e incluso el subterráneo parisiense.

Los organizadores dijeron que "la potencia de la manifestación obligó al gobierno a presentar una nueva ley, pero el peligro siempre acecha: hay que hacer de todo para evitar otro proyecto".

Michel Rocard, líder socialista, estaba visiblemente satisfecho. Los manifestantes lanzaron a menudo frases contra el premier Balladur y el ministro de Educación, François Bayrou, como por ejemplo: "¡Balladur, no durarás!".

Ayer, el **Journal du Dimanche** publicó un sondeo según el cual la opinión pública francesa está dividida exactamente por la mitad en cuanto al apoyo u oposición a la manifestación.

La protesta culminó al anochecer sin incidentes, con la ayuda de agentes y organizadores que, con planos de París en la mano, guiaron a los miles de manifestantes hacia los autobuses que los aguardaban, generalmente a quilómetros de distancia.

Francia posee una gran tradición en materia de manifestaciones por temas relativos a la educación. En 1986, cientos de miles de personas salieron a la calle para protestar contra el plan de la reforma universitaria propuesto por la derecha.

En 1984, un millón de manifestantes obligaron a la izquierda a anular sus planes para cortar las subvenciones a las escuelas privadas.

En ambos casos, los ministros responsables se vieron obligados a renunciar a sus cargos.

Nº. DOCUMENTO 9400879
TITULO En Francia aumenta el nivel de desempleo.
PROCEDENCIA L.J.
FECHA 19/1/94
VINCULOS 11876 -
65963 -
11322 -.

Francia

AUMENTA NIVEL DE DESEMPLEO

El crecimiento de la actividad económica en Francia en 1994 será insuficiente para reducir el desempleo, que podría superar al finalizar este ano el 13 por ciento, el nivel más alto alcanzado nunca, según un informe del banco «Credit Agricole» .El estudio, divulgado ayer señala que el crecimiento del Producto Interior Bruto (PIB) francés será de un 1 por ciento en 1994 y un 2,4 por ciento en 1995, después del retroceso del 1,3 por ciento en 1993. Asimismo, el nivel de desempleo en Francia, que en noviembre de 1993 era del 12 por ciento, continuará su avance hasta superar el 13 por ciento de la población activa a finales de 1994 o principios de 1995. En 1995, el crecimiento del PIB alcanzará «un valor insuficiente para estabilizar el nivel de desempleo», afirma el documento.

9400879

01-01

¿Se Apuró el Vaticano en Suscribir Documento de Acuerdos con Israel?

Le Monde

JERUSALEN, 29 (Por Mouna Naim de "Le Monde", especial para EL PAIS).— ¿La Iglesia debe acompañar desde el principio el proceso de paz en Oriente Medio o la firma del documento entre Israel y el Vaticano es prematura porque el acuerdo palestino-israelí aún tiene puntos oscuros? Los responsables de las comunidades cristianas de Oriente están divididos sobre este tema.

El documento que el Estado judío firmó con el Vaticano solo trata los problemas bilaterales para garantizar la existencia de lugares de culto y de enseñanza católica en Jerusalén y en los territorios ocupados. Pero la simple letra del documento es vista en Oriente desde una perspectiva política: el paso dado por el Vaticano lleva inevitablemente al establecimiento de relaciones diplomáticas entre Israel y el Estado del Vaticano.

"La Iglesia Católica solo se representa a sí misma", declaró el religioso griego ortodoxo George Khodr. "Pero la tendencia general en muchos lugares es confundir al Vaticano con todos los cristianos, como si un solo Estado árabe representara a los musulmanes. Los ortodoxos —las otras comunidades cristianas orientales tampoco— no renunciaron a su propia existencia. Pero sobre todo —agrega Khodr— un acuerdo solo sobre los lugares santos establece una separación entre la suerte de estas instituciones y el problema de fondo, el del pueblo palestino".

Según Khodr, el establecimiento de relaciones diplomáticas entre la Santa Sede y el Estado judío sería lamentable. Reforzaría a Israel, ya que la Santa Sede representa a millones de católicos del mundo mientras que el Estado judío aún está en conflicto con su entorno árabe.

Además, agrega Khodr, "esto traería más agua al molino de quienes siempre trataron a los cristianos de Oriente como los agentes de Occidente, los traidores, un cuerpo extranjero de cruzados".

Se podría pensar que sus palabras representan el punto de vista de los únicos cristianos que no responden al Papa. Pero mientras el jefe de la comunidad maronita, monseñor Nasrallah Sfeir, desea no opinar sobre el tema, otros religiosos lo hacen en forma personal.

"La Santa Sede tiene una misión espiritual, trata de defender los valores humanos", precisa monseñor Harfouche, "mientras que Israel, como Estado, hace cálculos de interés inmediato y a largo plazo sobre el plano interior e internacional. Hay riesgo de amalgama, de confusión en cuanto a la finalidad de estos acuerdos".

La tesis que defiende Harfouche es la siguiente: ¿por qué tanto apuro por parte del Vaticano, cuando el proceso de paz está apenas comenzando? La Santa Sede esperó desde la creación de Israel en 1948, y los acuerdos diplomáticos, aunque sean útiles, no valen nada sin garantías internacionales y menos sin un cambio radical de las mentalidades y de la situación sobre el terreno.

El nuncio apostólico para Argelia, Túnez y Marruecos, monseñor Hayek, no está de acuerdo. "La situación cambió desde la creación del Estado de Israel, sobre todo en este último tiempo el miedo es injustificado", dice. "El acuerdo firmado con el Estado judío es algo bueno. La Iglesia debe acompañar el proceso de paz incluso en el comienzo, y los países involucrados están contentos".

Los responsables religiosos ortodoxos egipcios (coptos), por su parte, prefieron no comentar el acuerdo. Aunque, según un miembro eminente de esta comunidad, el silencio no significa una condena sino tal vez lo contrario. Los coptos son partidarios de la prudencia y no quieren ser calificados de traidores a la causa palestina.

Cuentas de la Reunificación son más Caras de lo Previsto

■ Nadie discute la importancia de la reunificación, pero sí el alto costo que está teniendo. Los alemanes tienen como blanco de sus críticas al canciller Helmut Kohl.

DUISBURG, Alemania.— A más de tres años desde la euforia inicial por la reunificación, los alemanes están comenzando a descubrir que tienen que construir un nuevo país, no solamente en el Este antiguamente comunista, sino también en el Oeste industrial, lo que requiere nuevas maneras de pensar y más sacrificio del que se hayan imaginado.

Los del Oeste aprendieron rápidamente que la absorción de Alemania Oriental requería de algo más que ampliar y enriquecer la antigua República Federal de Alemania. La nueva Alemania unida está descubriendo que el mundo de la posguerra fría es un lugar más ásperamente competitivo que como era antes.

Para muchos alemanes occidentales, el choque más grandes es el descubrimiento de que las fuerzas que hicieron de su país el estado asistencial más rico de Europa y que hicieron de su economía la más poderosa del continente ya no pueden garantizar los aumentos anuales en tiempo de recreo y la seguridad social que tomaron por dada durante décadas.

En ninguna parte es el choque más dramático que aquí en el Ruhr, donde la recesión e importaciones baratas han puesto en crisis a la industria siderúrgica, que fue durante mucho tiempo el pilar de la prosperidad de la región.

Como otros países, Alemania es afectada por la competencia en manufactura y tecnología de alta calidad procedentes de Asia Oriental, pero desde 1989 ha contado repentinamente con una fuerza laboral altamente capacitada y de bajos salarios al otro lado de su propia frontera, en Europa Oriental.

Hace apenas unos meses, muchos trabajadores de la gigantesca planta siderúrgica Thyssen en esta ciudad manufacturera en el occidente estaban descontentos y resentidos por la perspectiva de tener que sacrificar sus niveles de vida para que sus menos afortunados contrapartes de Alemania Oriental pudieran mejorar los suyos.

CRITICAS A KOHL

Se preocupaban por la corriente de entrada de buscadores de asilo extranjeros y una oleada de violencia derechista contra los extranjeros. El verano pasado las normas para la admisión de refugiados extranjeros fueron endurecidas, y sus números bajaron lo mismo que los ataques de los derechistas.

En la actualidad, con más de 3.5 millones de alemanes sin trabajo y sin señales de que el desempleo vaya a bajar aún cuando la recesión termine, muchos trabajadores locales parecen más preocupados de perder sus empleos ante las fuerzas económicas globales que son demasiado complejas para que ellos puedan entenderlas.

Su ira es dirigida no tanto contra los forasteros como contra el canciller Helmut Kohl. Cuando vinieron los tiempos difíciles después del auge posterior a la unificación, él dijo a los votantes que se equivocó en 1990 cuando prometió que nadie estaría peor después de la reunificación del país.

Ahora ha estado diciendo a los alemanes que se aprieten los cinturones y se acostumbren a los salarios más bajos y beneficios sociales menores si quieren conservar los empleos en Alemania, en vez de perderlos a manos de países más competitivos.

"Mi consejo a Kohl es que comience a adelgarzarse él mismo antes que comience a pedirnos a nosotros que lo hagamos", dice Willi Keskes, de 45 años, un electricista de la planta Thyssen.

"Los políticos deberían dar un ejemplo de como recudir el desperdicio, en vez de echar toda la carga sobre nuestros hombros".

Después de 11 años en el poder en Bonn, Kohl y sus cristianodemócratas se han sumido en su punto más bajo en los sondeos de opinión pública nacional desde la unificación. Con una cadena de elecciones locales, estatales y regionales fijadas para el próximo año y unas elecciones nacionales para el próximo octubre, la posición del Canciller parece vulnerable a medida que la euforia es sustituida por una áspera decepción.

En una entrevista con el diario "Die Welt" antes de la Navidad, el ex canciller Helmut Schmidt dijo que daba crédito a Kohl por "aprovechar la oportunidad instintivamente". Pero, dijo el predecesor de Kohl: "Creo también que la forma como fue efectuada la unificación fue hasta cierto punto catastróficamente equivocada".

El breve auge fue seguido por una recesión, que fue solo parcialmente un resultado de la recesión económica mundial que comenzó mucho antes en Estados Unidos.

En Alemania Oriental, la unificación no significó la prosperidad instantánea que muchos esperaban. De hecho, parece que pasará por lo menos una década para hacer que los niveles de vida del Este sean iguales a los del Oeste.

Schmidt y otros culpan de la severidad de la pérdida de confianza económica en Alemania al hecho de que los gobiernos estatal, local y federal financieron la reconstrucción de la infraestructura en ruinas del Este con déficit presupuestarios que totalizaron entre el 7 y el 7,5 por ciento del producto nacional bruto este año, para imponer un récord de la posguerra, según el Bundesbank. El banco central, independiente, tuvo que aplicar los frenos súbitamente sobre el crecimiento de la oferta monetaria mediante la elevación de las tasas de interés, y el crecimiento comercial se desplomó.

AUMENTO DESEMPLEO

A nivel nacional, el desempleo ha subido ahora hasta aproximadamente el 10 por ciento de la fuerza laboral. Resulta difícil decirlo con precisión, porque incluso tres años después de la unificación el gobierno mantiene estadísticas separadas para el Este y el Oeste.

Los costos de mano de obra alemanes dificultan la creación de empleos con la rapidez con que se pierden. Muchas compañías alemanas han trasladado líneas de producción a la República Checa, porque los salarios por hora y beneficios marginales son allí un 10 por ciento de lo que son aquí.

Durante años, los trabajadores industriales alemanes han estado entre lo mejor pagados del mundo occidental, con salarios por hora que equivalen casi al doble de los que tienen los obreros norteamericanos.

Los trabajadores en Francia y Bélgica han protagonizado huelgas encarnizadas y manifestaciones furibundas en feroz resistencia al concepto de que sus niveles de vida podrían sufrir en el corto plazo para lograr la seguridad de sus empleos a largo plazo. A los trabajadores alemanes tampoco les gusta, pero por primera ocasión desde la Segunda Guerra Mundial, aceptaron este año reducciones de salarios para salvar sus empleos.

LA CAPITAL ESTARA EN BERLIN

El Gobierno alemán tendrá su sede en Berlín en el año 2000 a más tardar, una vez terminado su traslado desde Bonn, que se calcula costará no más de 20.000 millones de marcos (unos 11.000 millones de dólares).

Para cumplir el objetivo, los ministerios y otras dependencias gubernamentales comenzarán en 1998 con la mudanza.

Así lo decidieron ayer los jefes de los partidos de la coalición gubernamental y del opositor Partido Socialdemócrata (SPD), convocados por el Canciller Helmut Kohl para poner fin de una vez a las polémicas sobre la sede gubernamental.

La reunión en la cancillería estuvo precedida el jueves por otra del Gobierno en la que dio el visto bueno a un plan del Ministro de Hacienda, Theo Waigel, que fija el tope de 20.000 millones de marcos para los gastos de reparto, independientemente de cómo se distribuya más tarde ese presupuesto.

Kohl, también presidente de la Unión Cristianodemócrata (CDU), su colega cristianosocial y Ministro de Hacienda, Theo Waigel, el presidente de los Liberales y Ministro de Asuntos Exteriores, Klaus Kinkel y el presidente del SPD, Rudolf Scharping, introdujeron los primeros cambios en los cálculos, al elevar de 2.200 a 2.800 millones de marcos (1.290 a 1.640 millones de dólares) la asignación para Bonn. Si bien Bonn había esperado inicialmente 5.600 millones de marcos (casi 3.300 millones de dólares) como compensación por el quebranto económico y la pérdida de empleo que conlleva el traslado del Gobierno - aunque ocho ministerios sigan por de pronto en la ciudad renana - sus representantes se mostraron satisfechos con el arreglo.

El alcalde de la ciudad, el cristianodemócrata Hans Daniels, aunque insistió hasta el último momento en que el 70 por ciento de la población alemana es contraria a la mudanza, acabó por confesar que, en el fondo, tampoco él había contado ya con poder evitarlo y que la solución econtrada supone un «justo reparto de trabajo» entre Bonn y Berlín.

Su colega de Berlín, Eberhard Diepgen, que salió altamente complacido de la cancillería, hasta llegó a calificar el resultado de la reunión pluripartidista de «victoria de la credibilidad» que contribuirá a mitigar el hastío social que se percibe actualmente hacia la clase política. Berlín, que a los ojos de la antigua Alemania Occidental no perdió jamás su condición de capital de toda Alemania, y que lo fue hasta la reunificación para la extinta República Democrática Alemana (RDA), fue elegida como sede de Gobierno ya en junio de 1991.

01-01

Nº. DOCUMENTO 9400883

TITULO Por primera vez una mujer podría ser Pta. en Finlandia.

PROCEDENCIA L.R.

FECHA 17/1/94

VINCULACIÓN 11876 – 65942 – 11164 – 80052 – 11437 – 515432 –

Una mujer acaricia el sillón presidencial finlandés

El socialdemócrata Martti Ahtisaari y la ministra de Defensa del gobierno de centroderecha, Elisabeth Rehn, del Partido Popular Sueco (PPS), disputarán la Presidencia de Finlandia en el ballottage del 6 de febrero. Ahtisaari, ahora diplomático con funciones en la ONU, obtuvo ayer el 25 % de los votos en la primera ronda electoral, contra 21,8 % de la ministra Rehn, según el escrutinio oficial.

Helsinki (ANSA)

■ Ayer se votó por primera vez con sistema directo en dos turnos para elegir al sucesor del presidente socialdemócrata Mauno Koivisto, quien lleva en el cargo doce años (dos mandatos) y desde 1991 cohabita con un gobierno centroderechista.

Como ninguno obtuvo la mitad más uno de las preferencias, como requiere la ley, se votará en segundo turno, como, por otra parte, habían previsto todos los sondeos.

El conteo de votos puso una cuota de suspenso, ya que Rehn, indicada entre los favoritos, resultaba aún cuarta cuando se había escrutado el 65 % de los votos.

La ministra de Defensa constituye una sorpresa por varios motivos. De imponerse en el ballottage, sería la primera mujer presidenta en Finlandia.

Por otra parte, es de origen sueco y representante de una formación, el Partido Popular Sueco, que no obtuvo en el Parlamento más del 5 o 6 % de los escaños. Esto significa que ha obtenido consensos entre electores de varios partidos y sobre todo entre las mujeres.

El interés por las elecciones, por primera vez con voto popular directo, fue considerable, teniendo en cuenta que 1,3 millones de personas aprovechó días pasados la posibilidad de votar por correo. En consecuencia, las mesas electorales estuvieron abiertas para menos de tres millones de electores.

Los últimos sondeos habían indicado que Rehn podría por fin convertirse en la primera mujer presidente de Finlandia.

Un sondeo de la televisión indicó que Rehn, una señora elegante y aún atractiva, vencerá a Ahtisaari en la segunda vuelta el 6 de febrero. En el segundo turno, según el pronóstico de Reklame TV, Rehn conseguiría una avalancha de votos y pasaría a ser la sucesora de Koivisto con el 55 % de las preferencias.

El rápido ascenso de Rehn en los últimos sondeos provocó algunos sacudones porque hasta ahora todo había dejado creer en una segura victoria del socialdemócrata Ahtisaari, un diplomático bien acreditado ante las Naciones Unidas aunque desconocido en el país.

El hecho de permanecer ajeno a todas las cuestiones políticas finlandesas pareció su mejor condición ante muchos ciudadanos, afectados por una grave crisis que llevó a la desocupación al 20 % y cansados de los escándalos que en los últimos años implicaron a varios ministros y políticos. La popularidad de Ahtisaari había ascendido a punto tal que logró oscurecer a todas las otras candidaturas y había hecho creer en su victoria en el primer turno.

Sus principales adversarios, el ex canciller Paavo Veyrynen, candidato del Partido del Centro, el ex alcalde conservador de Helsinki, Raimo Ilaskivi, y la misma señora Rehn lo seguían a mucha distancia.

Veyrynen, que de los cuatro es el que tiene mayor experiencia política con diez años transcurridos como canciller, intenta la escalada al sillón presidencial por tercera vez. Pero sus posibilidades se redujeron al mínimo tras algunas indiscreciones durante la campaña electoral, según las cuales habría tenido la costumbre de llevar a cabo pequeñas molestias sexuales a las azafatas y habría buscado apoyo ante la KGB soviética durante la campaña presidencial de 1982.

Según los observadores, fue justamente el tono agresivo y personalizado asumido durante la campaña, lo que dio una posición de ventaja a la ministra Rehn, no obstante que su pertenencia al partido de una minoría étnica la hubiese hecho parecer hasta ahora como una vencedora improbable.

Al contrario del gran favorito Ahtisaari, que en los debates televisivos se mostró reticente y poco preparado a las cuestiones de política interna, la señora Rehn dio muestra de una elocuencia brillante, rica de humor y de una competencia que como ministra de Defensa, le valió el título de "mejor donación hecha al Ejército desde la época de Mannerheim", el presidente gran mariscal que combatió en la guerra contra la URSS de 1939 a 1940.

El jefe del Estado tiene amplios poderes constitucionales, particulamente en lo que se refiere a la política exterior, y también es jefe de las fuerzas armadas y puede, con el veto, bloquear una ley.

Roman Herzog es el candidato de Kohl para las presidenciables alemanas

Bonn (AFP)

■ Con la investidura ayer del presidente del Tribunal Constitucional alemán, Roman Herzog, como candidato de la Unión Cristianodemócrata (CDU) a la elección presidencial, el canciller Helmut Kohl cuenta por fin con un postulante serio, destacaron los analistas políticos en Bonn.

"Se trata del candidato idóneo", se congratuló el canciller Kohl, consciente de que no puede equivocarse otra vez, tras el revés personal sufrido en noviembre cuando su candidato Steffen Heitmann debió retirarse precipitadamente, acusado de simpatizar con tesis de la utraderecha.

En seis años a la cabeza del Tribunal constitucional, Roman Herzog adquirió una considerable estatura moral y supo moderar su fama de conservador duro con un toque de liberalismo.

Hijo de un director de museo, Herzog nacio en Landshut el 5 de abril de 1934 y a los 31 años era profesor de Derecho Público en la Universidad libre de Berlín.

Ocho años más tarde, Helmut Kohl, jefe del gobierno regional de Renania-Palatinado, le distinguió, propulsándolo al cargo de representante del Land ante las autoridades federales de Bonn.

Miembro de la CDU desde 1970, Herzog fue ministro de Educación de Baden-Wuetemberg en 1978.

En el ministerio del Interior del mismo Land, donde llegó en 1980, se forjó su reputación de conservador a ultranza, siendo muy criticado por la prensa cuando exigió a 300 manifestantes pacifistas que bloquearon un cuartel norteamericano en Stuttgart el reembolso de 25.000 marcos por la intervención policial. Pero su severidad nunca sobrepasó las reglas del derecho y tras ser elegido vicepresidente del Tribunal constitucional en 1983, tomó netamente posición por la libertad de manifestación.

A la oposición socialdemócrata (APD) alemana que le acusa de conservadurismo, contesta con su divisa: hay que estar a la derecha y actuar con la izquierda".

Presidente del Tribunal constitucional desde 1987 y a ese título quinto personaje del Estado alemán, Herzog no oculta que la elección presidencial supone un sacrificio.

Nº. DOCUMENTO 9400885

TITULO 81 Mtro. de Economía alemán pidió más atención al comercio con Latinoamérica

PROCEDENCIA País

FECHA 17/1/94

VINCULADO 11876 — 500145 — 11677 — 11399 — 11161 — 11409

ALEMANIA

Ministro pidió más atención a comercio con América Latina

Bonn, 13 ene (EFE).- El comercio europeo con los países latinoamericanos quedó un poco "postergado" debido a los cambios políticos en Europa, pero se está recuperando, según constató hoy, jueves, el ministro alemán de Economía, Guenter Rexrodt, en una reunión con los embajadores del área acreditados en Bonn.

El ministro destacó a México y Chile como "los pioneros de la apertura de sus economías a los mercados mundiales" y subrayó que México es uno de esos países que más atraen la atención de los inversores alemanes.

Esta atención, dijo Rexrodt, no se debe solamente a que México haya firmado el Tratado de Libre Comercio (TLC) con Estados Unidos y Canadá sino, también, a que ese país ha entrado a formar parte del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT).

El ministro señaló que las causas que también han producido esa falta de interés han sido igualmente la deuda de esos países, la huida de capitales, corrupción, drogas y a los golpes de Estado.

Rexrodt, refiriéndose a Argentina, destacó que los intercambios comerciales alemanes con ese país, en comparación con otros, han registrado una tendencia descendente y que esto no se debe a las protecciones del Gobierno alemán a las exportaciones hacia ese país ya que, dijo, éstas no han sido agotadas.

También la industria alemana interviene en Brasil "teniendo muy en cuenta las seguridades". (EFE)

01-01

9400885

Nº. DOCUMENTO 9400886
TITULO Kohl mantuvo una conversación telefónica con Yeltsin.
PROCEDENCIA L. J.
FECHA 22/1/94
VINCULADO 11876 —
500145 —
507293 —
11399 —

Alemania

DIALOGO KOHL- YELTSIN

El canciller alemán, Helmut Kohl, mantuvo el viernes, una conversación telefónica con el presidente ruso, Boris Yeltsin, quien le aseguró que la política de reformas continuará. El canciller buscó el contacto para que Yeltsin le informara sobre el nuevo gobierno de Moscú, explicó el portavoz del gobierno, Dieter Vogel. El presidente ruso se mostró confiado en que las dos cámaras del parlamento acabarán por cooperar en la continuación de las reformas, añadió Vogel. Según el portavoz oficial alemán la evolución de los acontecimientos en Rusia y en la Comunidad de Estados Independientes (CEI) será asunto central también en las conversaciones que mantendrá Kohl con el presidente Bill Clinton en la visita a Washington que tiene prevista para el 30 de enero.-

01 - 01

9400886

OLP-Vaticano inician diálogo diplomático

El Vaticano recibió ayer una delegación palestina y dijo que es el primer contacto de alto nivel de ese tipo, a menos de tres semanas de firmar un acuerdo para establecer relaciones diplomáticas con Israel.

Roma, que apoya el concepto de una patria palestina, indicó que considera la reunión entre sus funcionarios y una delegación encabezada por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) realizada ayer como el comienzo de un diálogo más formal.

La delegación palestina se entrevistó con monseñor Claudio Celli, subsecretario de Relaciones Exteriores del Vaticano, quien firmó el acuerdo del 30 de diciembre con Israel para allanar el camino a plenas relaciones diplomáticas entre la Santa Sede y el Estado judío.

Se estima que el Vaticano e Israel forjarán plenas relaciones mediante el intercambio de embajadores este año.

La declaración de ayer consignó que las conversaciones fueron cordiales y que la parte palestina había expresado confianza en que el Vaticano podría ayudar a concretar la paz en el Medio Oriente.

Fuentes del Vaticano dijeron que la "prolongada y cálida" reunión fue dedicada principalmente a examinar la situación de Tierra Santa en las negociaciones de paz y la posición de Israel respecto a Jerusalén.

Los palestinos "confirmaron su plena fe en las acciones de la Santa Sede en torno al pueblo palestino y en favor de la paz y cooperación entre todos los pueblos de la región".

El Papa Juan Pablo II se reunió dos veces con el presidente de la OLP en el Vaticano, en 1982 y 1988.

El Vaticano quiere que Jerusalén, sagrada para el Islam, el cristianismo y el judaísmo, sea protegida mediante un estatuto garantizado internacionalmente.

Israel declaró a Jerusalén su "capital unida y eterna" en 1980, 13 años después de haber capturado el sector oriental árabe de la ciudad en la Guerra de los Seis Días.

El sábado pasado, en su alocución sobre "el estado del mundo", el Papa Juan Pablo II expresó la esperanza de que el proceso de paz para el Medio Oriente que está en marcha ponga fin a los "grandes padecimientos" del pueblo palestino.■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter y AP)*

Finlandia: Habrá Segunda Ronda en las Elecciones

HELSINKI, Finlandia, 16 (AP). — El diplomático de Naciones Unidas, Martti Ahtisaari y la ministra de Defensa, Elizabeth Rehn, ocuparon hoy el primero y segundo lugar respectivamente en las elecciones presidenciales finlandesas y se enfrentarán en una segunda ronda el 6 de febrero.

Al término del recuento de la totalidad de los sufragios, Ahtisaari obtuvo el 25,9 por ciento de los votos, mientras que Rehn se llevó el 22 por ciento, informó la radio finlandesa.

Ninguno de los dos logró el 51 por ciento necesario para la victoria en la primera ronda. El ex canciller Paavo Vayrynen tuvo 19,5 por ciento de apoyo, en tanto que el ex alcalde de Helsinki Raimo Ilaskivi 15,2 por ciento.

Otros siete candidatos los siguieron con menos del cinco por ciento cada uno.

La radio informó que Ahtisaari tuvo 827.628 votos, Rehn 710.735, Vayrynen 622.954 e Ilaskivi 484.779.

Los comentaristas especulaban con que la segunda ronda podría volcarse en favor de Rehn, que logró avanzar notablemente en los últimos días de campaña con respecto al cuarto lugar que ocupaba previamente.

Risto Ulmonen, del periódico más importante de Finlandia, el Helsingin Sanomat, dijo que el apoyo a Ahtisaari era casi el mismo que el de su opositor, el Partido Social Demócrata. Pero los sufragios de Rehn excedieron considerablemente el apoyo a su Partido del Pueblo de Suecia, que representa a la minoría de habla sueca que es del seis por ciento.

"Gente externa a su partido ha votado por ella. Ese es su punto fuerte", dijo Unimonen.

Rehn comentó que "se evidencia que la gente ha votado a través de la barrera del lenguaje y que gran cantidad de hombres han votado por una mujer".

Pese a que nevaba, hubo un alto porcentaje de asistencia a los centros de votación para elegir al sucesor del presidente Mauno Koivisto, quien cumplió dos mandatos de seis años cada uno.

Votó más del 78 por ciento del electorado de 4,1 millones, incluidos 1,3 millones que enviaron su voto por correo con anticipación.

Se trató de la primera votación directa para un presidente desde que el país se independizó de Rusia en 1917. Previamente, los votantes elegían un colegio electoral, que a su vez seleccionaba al jefe de estado.

La información radial agregó que las cifras porcentuales eran recibidas del centro estatal de computación, que a su vez recibía resultados de 15 distritos electorales de todo el país.

Ahtisaari, de 56 años, representó al Partido Social-Demócrata, el principal grupo de oposición.

El diplomático se vio beneficiado por el papel que ha desempeñado al margen del gobierno, habiendo contribuido a llevar a Namibia hacia la independencia del control sudafricano en 1990, y encabezado el grupo de trabajo sobre Bosnia-Herzegovina en las conversaciones de paz de 1992 en la ex Yugoslavia.

Nº. DOCUMENTO 9400889
TITULO Suecia está recuperándose rápidamente y espera contener el déficit fiscal.
PROCEDENCIA País
FECHA 20/1/94
VINCULACIONES 11876 – 67226 – 11161

Suecia espera un rápido crecimiento para contener el déficit fiscal

Suecia está recuperándose más rápido de lo esperado luego de tres años de profunda recesión económica, anunció Anne Wibble, Ministro de Finanzas, cuando presentó el último presupuesto del gobierno de centro-derecha antes de las elecciones generales de setiembre.

Sostuvo que el crecimiento del Producto Nacional Bruto (PNB) del 2,4 % este año, valor superior a la predicción previa del 1,9 %, colocaría al país en el camino de un crecimiento sostenido por el resto de la década y podría revertir el creciente incremento del déficit presupuestal.

Wibble dijo que el déficit fiscal en el presupuesto anual 1994-1995 (julio-junio) caería al 11,2 % del PNB luego del 14,8 % en el corriente año.

Pero el presupuesto contenía solamente nuevas medidas económicas de caracter marginal, agregadas al programa de cinco años diseñado el año pasado. Esto impulsó críticas de que las cercanas elecciones habían disuadido al gobierno de tomar acciones más fuertes para reducir el creciente endeudamiento. La deuda neta del sector público, del 35 % del PNB, está aumentando más rápido que en otros países de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), en tanto la deuda bruta del gobierno central alcanzará al 95 % del PNB a mediados de 1995.

"El crecimiento del endeudamiento estatal es seriamente preocupante" afirmó Magnus Lemmel, Director de la Federación de las Industrias Suecas. "El presupuesto debería haber contenido mayores medidas para fortalecer el control gubernamental de la situación económica". Pero Wibble rechazó estas acusaciones argumentando que los ahorros en el plan de cinco años decretado el pasado otoño contiene las medidas necesarias para estabilizar la deuda en 1998. "Por razones económicas y electorales nosotros avanzamos gran parte en la consolidación del plan presupuestal en el otoño de 1993. El año pasado los críticos al plan dijeron que se había ahorrado demasiado.

También negó que las predicciones oficiales fueran excesivamente optimistas. Hablando sobre los últimos datos para el segundo y tercer trimestre de 1993, sostuvo que fueron "mejor de lo que yo podía atreverme a adivinar".

El presupuesto prevé que las exportaciones aumentarán 10,7 % en 1994, gracias al incremento en la competitividad y que la cuenta corriente del país arrojaría un superávit. Pero el sector doméstico estará nuevamente deprimido, con un modesto crecimiento solamente en el consumo privado y una continua caída en el público.

El desempleo permanecerá en un "punto negro". En total los desocupados, incluídos aquellos en los programas de entrenamiento aumentarán al 14,4 % en 1994 frente al 12,4 % del año pasado. El gobierno apunta a reducir a la mitad el desempleo para el final de la década, pero esto confirma que la economía necesitará crecer al 4 % anual entre 1996 y 1999 para que esto sea posible.

La Ministro Wibble acentuó la importancia para los suecos de ser miembro de la Unión Europea sobre lo cual un electorado escéptico votará en un referéndum más adelante en este año. "Pertenecer a la Unión Europea es central para obtener inversiones y para desarrollar la economía sueca. Nosotros debemos ganar este referéndum" terminó diciendo.

Economistas suecos esperan un nuevo descenso en los intereses de corto plazo dentro de poco para ayudar al crecimiento de la economía.

01-01

9400889

Nº. DOCUMENTO 9400890
TITULO Visita de Karadzic a Grecia.
PROCEDENCIA L. Juv.
FECHA DE ... 22/1/94
VINCULACIONES 11876 –
66080 –
507697 –
11164 –
11399 –

Grecia

VISITA DE LIDER SERBIO BOSNIO

El líder de los serbios bosnios, Radovan Karadzic, llegó ayer a Atenas para mantener conversaciones con el gobierno griego, que preside estre semestre la Unión Europea (UE). Karadzic se reunirá , hoy, en la capital griega con el primer ministro griego, Andreas Papandreu, y el ministro de Asuntos Exteriores, Carolos Papulias, para conversar sobre la situación en Bosnia después del naufragio de las conversaciones para la paz en Ginebra. El lider serbio lleva a cabo dicha visita de carácter privado, invitado por la Asociación Médica Serbo-griega.

Nº. DOCUMENTO 9400891
TITULO Grecia asume la presidencia de la Unión Europea por 6 meses.
P L.Juv.
FECHA 22/1/94
VINCULACION 11876 —
66080 —
11305 —

Asume la presidencia de la Unión Europea

GRECIA ENFRENTA DIFICIL TAREA

El presidente de la Comisión Europea, Jacques Delors, y otros miembros de la misma, llegaron ayer a Atenas para iniciar los trabajos de la presidencia semestral griega de la Unión Europea (UE).

Los objetivos principales de la presidencia griega, uno de los socios «pequeños» de la comunidad, serán definir las relaciones entre la Unión y el Parlamento Europeo, el funcionamiento de nuevas instituciones y llevar a cabo la Política Exterior y de Seguridad Común (PESC).

Para el primero del próximo marzo se espera que se hayan completado las negociaciones para que ingresen en UE Austria, Noruega, Finlandia y Suecia y preparar el terreno para la adhesión de Chipre y Malta.

Grecia tendrá que ocuparse de la segunda fase de la Unión Económica Monetaria (UEM) con la creación del Instituto Monetario Europeo (IME) y tratará de contrarrestar los efectos negativos de la primera fase de la UEM.

Otro de los objetivos de Grecia, según declaraciones de su primer ministro, Andreas Papandreu, será la aplicación del Libro Blanco, que pretende solucionar, entre otros asuntos, el grave problema de los 20 millones de parados en Europa.

La presidencia griega pretende crear un «Comité de Sabios» que definirá el futuro de la Unión y preparará los trabajos para la Conferencia intergubernamental de 1996.

Grecia concede una importancia especial a las relaciones económicas entre los miembros de la UE y los países balcánicos, debido a que el auge económico de dichos países contribuirá a la estabilidad en la zona.

Impulsará también al desarrollo de las relaciones con Oriente Medio, en beneficio de Chipre, por lo que proyecta celebrar una reunión de hombres de negocios de dicha zona y de la UE en la isla de Rodas.

El Gobierno griego reiteró que se ocupará del conflicto bélico en la antigua Yugoslavia y que no cederá en el asunto de Macedonia, aunque en un plano «estrictamente bilateral» para no crear conplicaciones a sus socios hasta que se solucione el problema del nombre de dicha república ex yugoslava.

Delors se reunirá hoy con Papandreu, quienes ofrecerán una rueda de prensa conjunta para presentar el programa de la presidencia griega. (efe)

01-01

9400891

Nº. DOCUMENTO 9400892
TITULO Nueva etapa de la batalla contra el narcotráfico en España
PROCEDENCIA Pág. 12 (150518)
FECHA DE 6/1/94
VINCULACI... 11876 -
507513 -
11349 -
11302

BORRAR CÓDIGO DE LUXEMBURGO (507613)

ESPAÑA Y EL NARCOTRAFICO

Un regalo para Baltasar

El gobierno español dio un paso más en la lucha contra el narcotráfico al dotar de máximas competencias al "súper juez" Baltasar Garzón, delegado del Plan Nacional sobre Drogas, con categoría de secretario de Estado. Las nuevas competencias convierten a Garzón, delegado del Plan Nacional sobre Drogas desde el pasado mes de julio, en el "número dos" del Ministerio del Interior, en el que se integra su departamento tras haber pertenecido a Asuntos Sociales desde su nombramiento.

Comienza así una nueva etapa de estrellato de este "súper juez", protagonista de la batalla contra el narcotráfico en sus años de magistrado y de las elecciones del pasado mes de junio en las que fue elegido diputado por el Partido Socialista Obrero Español (PSOE). Garzón, cuyo fichaje por el PSOE supuso un golpe de efecto durante la campaña electoral, cuenta desde ahora con competencias "sin límite" en los asuntos relacionados con el narcotráfico, según expresó ayer durante su toma de posesión, el ministro del Interior, Antoni Asunción.

El ministro añadió que el delegado del Plan Nacional sobre Drogas tendrá todas las competencias que necesite para llevar adelante su cometido. "Las competencias –dijo– serán tan amplias como exijan las circunstancias, no hay límites." La llegada de Garzón a Interior y sus nuevas competencias suponen una profunda reestructuración de este ministerio tras sustituir el mes pasado Antoni Asunción a José Luis Corcuera, quien dimitió al sentenciar el Tribunal Constitucional en contra de la Ley de Seguridad Ciudadana por él apadrinada.

Las novedades incluyen también la salida del hasta ahora secretario de Estado para la Seguridad, Rafael Vera, "número dos" con Corcuera y dedicado especialmente a los temas de terrorismo, cuya marcha se suma a la reciente de José Luis Roldán, director general de la Guardia Civil, la policía militarizada española, pilar de la lucha contra el terrorismo y la droga.

9400892

01-01

MADRID (Especial para EL PAIS por Daniel Herrera Lussich. Gentileza de "DHL WORLDWIDE EXPRESS"). La dura recesión económica y la creciente desocupación que soporta Europa se ve agudizada por una seria epidemia de desencanto, pesimismo e incomunicación de gobernantes y políticos con los ciudadanos. En España el cuadro presenta síntomas de mayor gravedad. El acosado gobierno podría caer en poco tiempo y pasar a convertirse en el más breve de la época democrática.

El carismático Felipe González, en su quinto período presidencial, jaqueado desde todos los ángulos, enfrenta la posibilidad, muy cierta para muchos, de verse obligado a disolver nuevamente las cámaras y convocar a elecciones generales a mediados del 94. El flamante gobierno, recién se cumplieron seis meses de la renovación parlamentaria y del juramento del mandatario y ministros ante el Rey Juan Carlos, es acusado a todo nivel de un absoluto inmovilismo y de sumir a España en la más aguda de las crisis desde la guerra civil.

Ahora **"las balas"** llegan al Palacio presidencial de La Moncloa desde las dos poderosas centrales sindicales, de la amenazante y creciente oposición (el Partido Popular); de las propias filas socialistas, divididas y enfrentadas en una irreconciliable guerra interna; de los empresarios; y sorprendentemente, de gente que dio su apoyo electoral hace sólo 180 días.

■ UNA PERLA MAS: EL DURO INVIERNO

En esa cadena de males que se ha desatado en toda Europa, insistimos, hoy más acentuada en España, se agregó un eslabón que nadie preveía: la crudeza del invierno que recién da sus primeros pasos. Temperaturas gélidas (nieves y heladas que azotan sin piedad) e inundaciones de ríos que llegan al centro de grandes ciudades (norte de España y Colonia y Bonn en Alemania, entre otras) y aludes que arrasan todo a su paso.

A la crisis económica, que la sienten todos, en mayor o menos grado, se suma la ola negativa diaria de noticias que aparecen en los medios de difusión: **"El Ayuntamiento avisa a la población que deja abiertas las puertas de los metros y de los pasajes subterráneos peatonales durante la noche".** Esta medida se repite en casi toda Europa, procurando que la gente sin techo encuentre resguardo y no muera de frío.

También las estadísticas oficiales españolas alertan sobre el continuo crecimiento del paro: **"el último mes la cifra de desocupados alcanzó los 3.500 millones de personas, un 22,4% de la población activa. Se estima que, de continuar la proyección, en pocos meses se llegara a la cifra récord de 4 millones, un 25%.**

Las ciudades exhiben el alerta rojo por el incremento de la delincuencia y el consumo de drogas. Las marchas de protesta y los pedidos públicos de protección y una mayor vigilancia, de habitantes de barriadas enteras, atemorizados y afectados por los robos y el auge del tráfico de todo tipo de drogas, son cosas de todos los días.

Y en esa cadena de males, el Banco de España (Central) acaba de intervenir, aparentemente obligado, Banesto, uno de los seis principales bancos, creando más inquietud en una plaza financiera extremadamente sensible; cayendo el directorio, presidido por Mario Conde, uno de los banqueros y abogados más publicitados por la prensa y admirado por la juventud como el símbolo del éxito: un hombre de clase media baja que, desde los 39 años, por su inteligencia y agilidad en los negocios, llegó a ser el ejecutivo español Nº 1.

■ ESCALADA SINDICAL: HUELGA CLAVE

Uno de los primeros pasos del actual Gobierno del PSOE se encaminó a pactar un acuerdo social con las grandes centrales sindicales: la UGT (de origen y mayoría socialista) y Comisiones Obreras (de filiación comunista) y los empresarios. Durante algo más de cuatro meses se sentaron en torno a una mesa buscando primordialmente detener la ola de desocupación y a la vez intentar crear nuevas fuentes de trabajo. Los largos y complicados debates terminaron en **"punto cero"**. Las gremiales poco dispuestas a perder el Estado de Bienestar y las ventajas logradas en la época de las **"vacas gordas"** (1985-1989); los empresarios reclamando flexibilidad de despido y congelación de salarios; y, el gobierno con la idea de mantener el Estado de Bienestar, pero persiguiendo reducir drásticamente lo que llama exagerados beneficios de la seguridad social (seguro de paro y reaseguro que llega casi a dos años) y excesos en la sanidad pública.

La falta de **"humo blanco"** llevó a las dos centrales a decretar una huelga general para el próximo 20 de enero. El socialismo de Felipillo soportó una huelga general, de vastos alcances, una sola vez en los once años de gobierno: el 14 de diciembre de 1988. Hoy las circunstancias son otras y la crisis del país es mucho más grave. Los sindicalistas sostienen que la **"huelga será un éxito"**; en tanto en fuentes oficiales, en los partidos de oposición (con ecepción de Izquierda Unida, de mayoría marxista) a nivel empresarial y también en la calle, se critica duramente la decisión y se piensa que la difícil situación actual impedirá la solidaridad gremial.

No hay duda que representa una "dura pulseada" para ambos: el fracaso o semifracaso del llamado a detener las actividades, obligaría a las dos centrales a revisar su oposición a los términos del Pacto Social; una huelga general exitosa, cerraría muchas puertas al Gobierno y sería un factor más en la presión que sufre Felipe González para disolver el Parlamento y convocar a nuevas elecciones generales.

■ OPOSICION Y LAS LUCHAS INTERNAS

El Partido Popular que encabeza José Mª. Aznar (40 años), figura de relativo carisma, suma cada día más seguidores; ya por la defección socialista, ya por la experiencia que aporta la continua salida a la arena política. Las últimas encuestas dan a los populares, en intención de votos, una diferencia de medio a dos puntos sobre el socialismo, que en los comicios generales, de junio del 93; alcanzó la mayoría por cuatro puntos. El P.P. lleva a cabo una dura oposición a la política económica gubernamental y a Felipe González. También Izquierda Unida (partido muy dividido por radicales problemas idológicos) que orienta el comunista Julio Anguita, realiza una metódica crítica a la gestión oficialista. Los sondeos le adjudican un incremento del 9,5% de la última elección a un 11,5%.

Los problemas del Gobierno del PSOE nacen también en sus propias filas. Hoy los socialistas, sin oponerse al liderazgo de Felipillo, se encuentran profundamente divididos: por un lado los llamados **"renovadores"**, de tendencia liberal, incondicionales en su apoyo al mandatario, que por ahora son mayoría; por otro los **"guerristas"**, seguidores de Alfonso Guerra, ex vice presidente y segundo en los mandos del partido, levemente en minoría, que se autodenomina la izquierda socialista, que no niega la primacía de González, pero discrepa con la política económica y se mueve en función de las viejas bases partidarias. Posiblemente el pleito se defina en marzo: en esa fecha está convocado el Congreso Federal, encargado de elegir las nuevas autoridades partidarias y de fijar cambios programáticos. Nadie duda de la reelección como Secretario General de Felipe González, en tanto la designación del resto de las autoridades y la discusión del temario aseguran por adelantado muy duros enfrentamientos y hasta, según vaticinan algunos importantes escisiones.

■ EL ARTE DE FELIPE

"La crisis económica ha tocado fondo", afirman oficialistas. **"Esto va para largo"**, dicen desde otras tiendas. Los números exhiben una dura realidad: en poco tiempo se llegará a los 4 millones de desocupados; el déficit público llega a los 9 billones de pesetas, el 7,5% del PIB; la inflación se sitúa en 5,4%, algo más de lo previsto; las ventas en supermercados y grandes tiendas han descendido en los últimos meses un 7,2%; en tanto en el sector automotriz, uno de los más castigados, la baja ha llegado, en algunas marcas, hasta un 41%. Una conocida línea acaba de despedir en Cataluña, de un solo "saque", a nueve mil operarios.

Los meses próximos no serán fáciles para la vida española. No hay síntomas que permitan avizorar una recuperación de la economía, mientras las presiones políticas, sociales y sindicales, se acentúan sobre el gobierno socialista. Hoy la mayoría piensa en una inminente disolución de las cámaras y en un nuevo llamado a elecciones generales. Pero los atentos seguidores de la vida española de la última década, se preguntan: **¿Podrá Felipe González, en un arte de malabarismo político que todos le reconocen, extraer un "as" salvador?".**

Nº. DOCUMENTO 9400894
TITULO Paises europeos y su relación con la OTAN
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 9/1/94
VINCULACIONES 10184 - 11876 -
508062 -

"Europeístas" versus "atlantistas"

Las críticas a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), en estos primeros años de posguerra fría, coinciden en considerarla como demasiado grande, demasiado norteamericana y demasiado onerosa. La disputa en Occidente entre "atlantistas" y "europeístas" parece estar a punto de dar a luz ahora, en la cumbre de Bruselas, a una OTAN más europea, más elástica y más económica.

En los años de la Guerra Fría gran parte de la seguridad que los europeos sentían en el marco de la OTAN estaba referida no solo a la posibilidad de ofrecer un frente unido ante el enemigo comunista, sino a la de [illegible] con cierta libertad en la estrategia de defensa de los otros aliados de la organización y ejercer el control mutuo.

Alemania y Francia representaron desde siempre la fracción más "europeísta" dentro de la OTAN, y coinciden en considerar a la organización "demasiado americana". Los alemanes sueñan con ampliar su liderazgo económico en el Viejo Continente al terreno político y militar, pero no han conseguido articular sus iniciativas sin despertar suspicacias. Desde la Segunda Guerra Mundial, los franceses han sensibilizado su olfato para distinguir un tufillo expansionista detrás de cada iniciativa germana. Pero, quizá siguiendo aquel lema de "juntos pero desconfiados", Francia se sumó a Alemania en su iniciativa para formar un ejército exclusivamente europeo, paralelo a la OTAN.

Gran Bretaña y Estados Unidos llevan en cambio en la sangre su vocación "atlantista" y se han encrespado como ante una invención satánica cada vez que escucharon hablar de proyectos puramente europeos.

La segunda crítica hacia la OTAN, considerada "demasiado onerosa", es unánime. En el marco de la reducción de los presupuestos de defensa en sus propios países, los dieciséis socios atlánticos han reducido también drásticamente su aporte a la organización.

Todos los países que integran la OTAN han anunciado que reducirán [illegible] sus efectivos militares en los próximos años. El canciller alemán, Helmut Kohl, anunció que sus fuerzas armadas, que en un momento tuvieron [illegible] soldados, se verán reducidas a alrededor de [illegible] a fines de siglo.

Entre todos los aliados de la OTAN, Francia es el que menos redujo el gasto militar. Según las estadísticas del Ministerio de Defensa, los recortes realizados desde 1990 alcanzan el 4,3%, frente a un 16% en Alemania y los Estados Unidos.

Los largos meses de debate que precedieron a la intervención de la OTAN en la ex Yugoslavia, y el fracaso de su misión en la región, pusieron en evidencia la tercera crítica más habitual hacia la OTAN: la inefectividad.

La profunda transformación que los 16 socios atlánticos pretenden realizar ahora en la OTAN, para transformarla en una organización más europea, más elástica y más económica, puede sintetizarse en una sigla algo extraña, CJTF, que oculta a las Combined Joint Task Forces (Fuerzas de Acción Conjunta y Combinada).

Esta iniciativa norteamericana apunta a crear fuerzas móviles absolutamente autosuficientes, que puedan llevar a cabo operaciones militares autónomas, utilizando los recursos y capacidades de la OTAN.

Esta propuesta constituye una verdadera revolución en la hasta ahora rígida estructura militar de la OTAN, ya que resuelve al menos tres asignaturas pendientes: la flexibilización, la estructuración de las misiones de mantenimiento de la paz y la facilitación del traspaso de los medios de la OTAN a la Unión Europea Occidental (UEO, la única organización militar exclusivamente europea).

9400894

01-01

SECRETO ORIGINAL

940089S

M E M O R A N D U M Nro.940007 /R.e.I/ FECHA: 26.01.94

I.ASUNTO: HUELGA POLICIAL
II.REFERENCIA: F.A
III.EVALUACION: B-2
IV. T E X T O:

Consultadas varias fuentes amigas pertenecientes a dicha Institución,manifestaron desconocer en profundidad el tema,teniendo conocimiento solamente de las trascendidas de prensa y de los rumores que circulan dentro de las respectivas dependencias.No obstante,se confirmó el malestar existente en Policía de Tránsito,ya que de las seis horas que cumplían les fueron incrementadas en dos horas ,por orden del Ministro del Interior,lo que traería aparejado que al cumplir con los servicios 222,con la respectiva pérdida de dinero,sin recibir ningún incremento en los sueldos como funcionarios Policiales.

De acuerdo a información recibida en último momento, el problema de horario de trabajo tambien involucraría a la dependencia de Radio Patrulla,la que reclamaba seis horas de trabajo,las cuáles le fueron denegadas.

Otra motivación de malestar sería de no recuben el aumento cuatrimestral del 6%,como el resto de las dependencias públicas y el incremento de porcentaje en la canasta familiar,al introducirse ésta en el sueldo,estaría sujeta a Montepío lo que implicaría solamente un 10%.

Se tomó conocimiento en forma confidencial,que Sí se estaría organizando la huelga y que sin aún haber fijado fecha de iniciación,ésta apunta a ser masiva y mejor organizada que la última que se realizó.

Otros elementos que inciden en la problemática policial serían:

a) Asunto del atentado contra el funcionario policial residente en Cerro Norte que dejo en evidencia la desprotección jurídica y orgánica con la que se ve obligado el Personal Sublaterno a trabajar.

b) La falta de elementos jurídicos que amparen el procedimiento policial y la benevolencia del sistema Judicial que hecha por tierra todo el trabajo de investigación y ejecución de la Institución.

c) Resquebrajamiento de la disciplina interna a consecuencia del "Alto grado de Corrupción" existente a todo nivel jerárquico lo qe implicaría compromisos de otro orden que no es el jerárquico-funcional ,sino por "coimas" entre Oficiales y Personal Subalterno.

La movilización se estaría gestando con la dirección Ejecutiva de las Jerarquías de Sub-Oficial y Sgtos. 1eros.,mientras que la autoría intelectual sería por parte de los Sub-Comisarios.

Los principales focos de malestar estarían localizados entonces en las dependencias de Radio patrulla,Policía de Transito y Seccional Nro.12.-

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M Nro.940007 /R.e.I/ FECHA: 26.01.94

I.ASUNTO: HUELGA POLICIAL
II.REFERENCIA: F.A
III.EVALUACION: B-2
IV. T E X T O:

Consultadas varias fuentes amigas pertenecientes a dicha Institución,manifestaron desconocer en profundidad el tema,teniendo conocimiento solamente de las trascendidas de prensa y de los rumores que circulan dentro de las respectivas dependencias.No obstante,se confirmó el malestar existente en Policía de Tránsito,ya que de las seis horas que cumplían les fueron incrementadas en dos horas ,por orden del Ministro del Interior,lo que traería aparejado que al cumplir con los servicios 222,con la respectiva pérdida de dinero,sin recibir ningún incremento en los sueldos como funcionarios Policiales.

De acuerdo a información recibida en último momento, el problema de horario de trabajo tambien involucraría a la dependencia de Radio Patrulla,la que reclamaba seis horas de trabajo,las cuáles le fueron denegadas.

Otra motivación de malestar sería que no recuben el aumento cuatrimestral del 6%,como el resto de las dependencias públicas y el incremento de porcentaje en la canasta familiar,al introducirse ésta en el sueldo,estaría sujeta a Montepío lo que implicaría solamente un 10%.

Se tomó conocimiento en forma confidencial,que SÍ se estaría organizando la huelga y que sin aún haber fijado fecha de iniciación,ésta apunta a ser masiva y mejor organizada que la última que se realizó.

Otros elementos que inciden en la problemática policial serían:

a) Asunto del atentado contra el funcionario policial residente en Cerro Norte que dejo en evidencia la desprotección jurídica y orgánica con la que se ve obligado el Personal Sublaterno a trabajar.

b) La falta de elementos jurídicos que amparen el procedimiento policial y la benevolencia del sistema Judicial que hecha por tierra todo el trabajo de investigación y ejecución de la Institución.

c) Resquebrajamiento de la disciplina interna a consecuencia del "Alto grado de Corrupción" existente a todo nivel jerárquico lo qe implicaría compromisos de otro orden que no es el jerárquico-funcional ,sino por "coimas" entre Oficiales y Personal Subalterno.

La movilización se estaría gestando con la dirección Ejecutiva de las Jerarquías de Sub-Oficial y Sgtos. 1eros.,mientras que la autoría intelectual sería por parte de los Sub-Comisarios.

Los principales focos de malestar estarían localizados entonces en las dependencias de Radio patrulla,Policía de Transito y Seccional Nro.12.-

001/1

SECRETO ORIGINAL

9400896.

MEMORANDUM Nro. 940008 /R.e.I/ FECHA: 26.01.94

I.ASUNTO: ENCUENTRO POLITICO-SINDICAL EN SANTANA DO LIVRAMENTO

II.REFERENCIA: F.A

III.EVALUACION: B-2

IV. T E X T O:

Se tomó conocimiento referente al mismo que se realizará en la Ciudad de Santana do Livramento el próximo 18 de Febrero,el mismo ya había sido concertado en oportunidad de la última visita de LUIS IGNACIO DA SILVA ("LULA") al país en el mes de Diciembre de 1993.

En la misma cursó invitación al FA y al PIT/CNT en forma genérica y en particular a la dirigencia del PVP dada la estrecha relación entre este grupo y el PT Brasilero en la época del exilio en Brasil,independiente existe estrechos vínculos entre "LULA" y LUIS ROMERO (Mesa Representativa del PIT/CNT) y entre MENEGUELLI (2do.de "LULA" y dirigente Bancario del PT) y EDUARDO FERNANDEZ (Pte. Consejo Central de AEBU)

Este encuentro político-sindical concertado por "LULA" apunta según información, a darle caracter internacional a la campaña política de éste, el cuál se había propuesto recorrer todas las ciudades de Brasil antes de las próximas elecciones.

Tanto el FA como el PIT/CNT ,resolvieron después de las reuniones de dirigencia desestimar la invitación de "LULA" dado a que la imagen política de éste "quema" y no quieren que ningún sector político tradicional les pueda increpar en la próxima campaña política,ningún tipo de relación con grupos extremistas como lo es el PT Brasilero.No obstante, ambos autorizarán a concurrir en forma personal a quien tuviera interés ante lo cuál se confirmaría que los únicos que concurrirían en forma individual serían los dirigentes del PVP.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO
Fecha de Entrada 27 ENE 1994
Pase a MILITAR.
No. de Orden 9400896

001/1

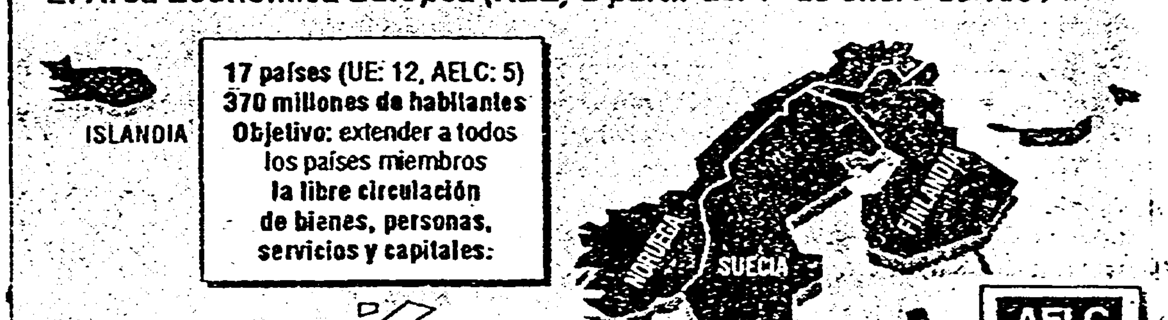
SE INTEGRARON 17 PAISES EN UNA NUEVA AREA ECONOMICA

Europa se transformó en el mercado más grande del mundo

A partir del 1º de enero 17 países europeos conformarán el Area Económica Europea (AEE), una nueva alianza comercial que se transforma —con 370 millones de habitantes— en el mercado integrado más grande del mundo. De los principales países europeos sólo queda afuera Suiza. Tampoco integran la AEE los países del Este.

EUROPA ES UN SOLO MERCADO

El Area Económica Europea (AEE) a partir del 1º de enero de 1994



Suiza, neutral

Los suizos tienen una larga tradición de neutralidad. En 1986 rechazaron ingresar a la Organización de las Naciones Unidas, y seis años después también votaron No al Area Económica Europea

Por eso, si el Area Económica Europea (AEE) avanza este año, Suiza será el único país del occidente europeo fuera de la integración económica y comercial del continente.

El voto negativo de 1992 tuvo que ver con el temor al desempleo. Quienes más se volcaron a esa opción viven en los cantones más poblados de habla alemana e italiana;

El Swiss Bank proyecta una tasa de desocupación de 5,7% para 1994, un índice relativamente bajo para una Europa atravesada por la recesión. Los suizos temen que una mayor apertura tienda a nivelarlos con las tasas más negativas que tienen los países vecinos. Ya tienen bastante —dicen— con el 17% de extranjeros, en especial turcos y eslavos.

Con 1994 aparecerá la última puntada para un nuevo bloque comercial, el más grande de la tierra en número de habitantes ya que involucrará a 372 millones de personas, levemente superior a los 350 millones que abarcará el NAFTA, el acuerdo de libre comercio de Norteamérica. El nuevo bloque —que se llamará Area Económica Europea (AEE)— se conformará el sábado mediante la fusión económica de 17 países: los 12 comunitarios de la Unión Europea (UE) y 5 de la Asociación Europea de Libre Comercio (AELC).

La Asociación permitirá ampliar las ventajas económicas —especialmente en cuanto a la circulación libre de mercaderías— que hoy gozan los integrantes de la UE a los nuevos socios. También habrá libertades para los sectores laborales.

El acuerdo comenzó a gestarse en 1992 en la ciudad de Oporto. Incluirá a la gran mayoría de países del continente excepto Suiza —cuya población lo rechazó en un plebiscito (ver recuadro)— Lichtenstein, aunque este último ya solicitó el ingreso, y los países del Este, que con tiempo podrían achicar la distancia que los separa de los mercados occidentales.

El presidente de la CE, Jacques Delors, dijo que considera a la AEE como un foro para integrar a los ex países comunistas al escenario internacional europeo.

Por ahora, será un área cuyos 17 países manejan el 40% del comercio mundial.

Antecedentes

La UE (nombre actual de la Comunidad Económica) nació luego del Tratado de Roma en 1957, y la AELC después de la ronda de Maudling en 1959. Actualmente, luego de varios cambios a lo largo de los años, integran la Asociación Austria, Finlandia, Islandia, Noruega, Suecia, Suiza y Lichtenstein.

En su momento también formó parte Inglaterra, que la fomentó contra la Comunidad por sus disputas con la Francia de Charles De Gaulle, hasta que cambió de ideas y se pasó a la CE, bien que debiendo esperar que muriera el general. Desde hace tiempo la Unión Europea, más aún ahora con el proceso de unidad de Maastricht, tiene un mayor peso político y comercial.

Los países de la AELC han mantenido, hasta ahora, relaciones estrechas pero en forma bilateral por país. Hubo varias razones para diferenciarse de la Comunidad: en algunos casos, la neutralidad ante la OTAN y el Pacto de Varsovia —las alianzas militares de los países industrializados de Occidente y de los países comunistas de Europa—; en otros, razones más vinculadas a la idiosincrasia nórdica y a sus modelos de desarrollo económico y social.

Algunos observadores estiman que el Area acarreará beneficios económicos tangibles a una región que se extiende desde el Artico hasta el Mediterráneo. Según un despacho de Reuter fechado en Bruselas, Austria, Finlandia, Noruega y Suecia consideran esta etapa como una transición hasta una cabal admisión dentro de la UE.

Es que los 4 han solicitado carné de socio a la CE en los últimos años, con lo cual, si ello se aprueba, solo Islandia y el pequeño principado de Lichtenstein quedarían en la AEE como socios extracomunitarios.

En el caso de Islandia, el problema central es la pesca, un recurso fundamental en la sólida economía de la isla que, habiendo caído su principal cliente, la Unión Soviética, y con la crisis en Rusia, necesita garantías para que se resguarden sus intereses en el sector.

Hay un plazo previsto para dentro de un año —el 1° de enero de 1995— para que los 4 aspirantes a entrar al mercado común concreten el pase, pero parece ambicioso pensar que ello ocurra pues, entre otros factores, deben realizarse plebiscitos en las respectivas poblaciones, y el síndrome suizo asusta a más de un gobierno.

El miedo a la desocupación es generalizado en Europa. Sin dudas, 1993 fue el peor año de la historia de posguerra. Pero para 1994 se estima una tasa de desempleados del 14% de la población activa. Hay quienes dicen que al abrirse las fronteras impactará negativamente en las naciones más afectadas por la recesión. Los gobiernos, en general, pretenden que la integración resultará, al contrario, en mayores oportunidades

N. R.

02-02

Nº. DOCUMENTO 9400900

TITULO Perú seguirá suspendido hasta abril del '94 del G. Andino

PROC. 150015

FE 18.12.93

VI G. Andino 11205
Perú 66817
FEc 11161
S7 11403
SCon 11407

Grupo Andino: Perú seguirá suspendido hasta abril próximo

LIMA (ANSA)- La Comisión del Acuerdo de Cartagena, máximo organismo del proceso de integración subregional, prorrogó ayer hasta el 30 de abril de 1994 la decisión 321, referida a la suspensión de Perú de los acuerdos comerciales y arancelarios con el Grupo Andino.

El anuncio lo hizo en Lima el Ministro peruano de Industria, Turismo, Comercio y Negociaciones Internacionales, Alfonso Bustamante.

La Comisión, que conforman los Ministros de Integración de Bolivia, Colombia, Ecuador y Venezuela, además del de Perú, se reunió hoy en la sede principal de la Junta del Acuerdo de Cartagena (JUNAC) para evaluar la situación peruana y otros temas referidos a la puesta en ejecución del arancel externo común.

El Ministro peruano anunció también que sus homólogos se reunirán nuevamente el 17 de enero en Caracas para examinar la situación de Perú.

Perú suspendió unilateralmente sus obligaciones comerciales con sus socios andinos en julio de 1992, porque consideró que las economías de los cinco países no se encuentran en igualdad de condiciones para aplicar los acuerdos arancelarios.

DOCUMENTO 9400901
Tratado de Libre Comercio con el Grupo de los Tres. Perspectivas
Agremil
22.12.93
G-3 - Colombia 65582 Informe 30044
Venezuela 67390 Agremil 20362
México 65830
FEC 1461
SCom 4407
SInt 4403

INUR Nº 405/012/221293

COLÔMBIA

- Tratado de Livre Comércio com o Grupo dos Três. Perspectivas.

A estrutura técnica do acordo comercial entre COLÔMBIA, MÉXICO e VENEZUELA (G-3) foi finalizada e o Tratado deverá ser firmado oficialmente, em meados de Jan 94, em BOGOTÁ, pelos Presidentes dos três países.

Segundo o acordo, 62% da oferta exportadora do setor industrial colombiano entrarão, de imediato, no mercado mexicano livres de impostos. Isso poderá permitir um equilíbrio na balança comercial entre o MÉXICO e a COLÔMBIA -- que até agora vem apresentando um saldo negativo para o último —, haja vista que somente 17% dos produtos mexicanos poderão entrar livremente no mercado colombiano.

Afora o setor industrial, os demais terão suas tarifas reduzidas anualmente em 10%, durante dez anos. Além do comércio de bens, o tratado incluirá questões vinculadas à propriedade intelectual, aos serviços (telecomunicações e transporte), aos investimentos e finanças, às práticas desleais e à solução de controvérsias.

O G-3 integrará a economia colombiana a um mercado de cerca de 110 milhões de consumidores, com uma produção regional de bens e de serviços de US$ 365 bilhões. Isso, agregado à recente descoberta de duas reservas gigantes de petróleo e à morte de PABLO ESCOBAR projetam um ambiente político e econômico de maior estabilidade, sendo factível o incremento do interesse do capital de risco internacional por aquele país.

Além disso, como o anúncio do final das negociações técnicas ocorreu após a aprovação do NAFTA pelo Congresso dos EUA, a implementação das duas zonas de livre comércio deverá acontecer praticamente de forma simultânea, outro fator de considerável estímulo para investimentos externos, porquanto o MÉXICO integra os dois Tratados.

* * *

01/01

9400901

Nº. DOCUMENTO 9400902
TITULO Canadá firmará el TLC
PROC 150025
FE 9.12.93
VI TLC 11868
Canadá 65456
Int 12785

Canadá, al fin, firmará el Nafta

OTTAWA (AP). – El primer ministro Jean Chretien anunció que su gobierno promulgará el Tratado de Libre Comercio de América del Norte el primero de enero, eliminando así el último obstáculo importante para que el convenio entre en vigor.

El tratado, destinado a eliminar gradualmente las barreras al comercio entre Canadá, Estados Unidos y México, creará la zona de libre comercio más grande del mundo, con unos 360 millones de consumidores.

Chretien asumió el poder el mes último tras ser elegido en parte por su promesa de que revisaría algunos aspectos del tratado. Ya les había dicho a los gobiernos de Estados Unidos y México que no era seguro que promulgaría el Nafta.

El controvertido tratado fue aprobado por el Parlamento cuando estaba bajo el control de los conservadores y faltaba que el primer ministro lo promulgara. El Nafta fue aprobado ya por el Congreso de Estados Unidos y el Senado de México.

"No es una situación perfecta, pero tengo que reconocer que me siento muy contento esta mañana", dijo Chretien.

Chretien había prometido durante la campaña electoral que exigiría medidas de protección para la energía canadiense, similares a las que México obtuvo de parte de Estados Unidos durante las negociaciones del Nafta.

Fuentes del gobierno dijeron que el ministro de Comercio Roy MacLaren regresó de Washington el martes con varias propuestas que permitirían a los líderes liberales decirle al pueblo canadiense que cumplieron con su promesa de la campaña de mejorar la posición canadiense en el Nafta.

01-01

9400902

Nº. DOCUMENTO 9400903
TITULO México compensará a países de Aladi por su ingreso al TLC
PROC 150023
F 12.12.93
V: TLC 11868
México 507623
+Ec 11161
STin 11403
SCom 11407

Ampliación de acuerdos comerciales entre Uruguay y los aztecas ahora es factible

México compensará a los países de la Aladi ante su ingreso al TLC con EEUU y Canadá

■ México compensará a los otros diez países miembros de la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) ante su ingreso al principal bloque comercial mundial, en sociedad con Estados Unidos y Canadá, según informes diplomáticos a que accedió LA REPUBLICA.

Tal lo establecido en el artículo 44 del Tratado de Montevideo —constitutivo de la Aladi— el país azteca debía otorgar iguales beneficios a los demás miembros del organismo al ingresar en el Tratado de Libre Comercio (TLC). Luego de un extenso debate en el marco del grupo ad-hoc que se reunió entre jueves y viernes de la pasada semana en la sede de la Aladi, los representantes de los once miembros acordaron elevar al Consejo de Ministros dicha propuesta.

La reunión de este órgano está prevista para el mes de febrero, y será dentro de ese ámbito que se pronunciará la última palabra que, según fuentes diplomáticas consultadas por LA REPUBLICA, no variará la resolución del grupo ad-hoc.

Ésta supone que México no otorgue iguales ventajas arancelarias que a sus socios del Norte, sino que concederá complementaciones de tipo comercial que deberá negociar unilateralmente cada país con los aztecas.

El representante brasileño en la Aladi, Paulo Nogueira Bautista, señaló a LA REPUBLICA al término del encuentro del grupo ad-hoc, que la resolución fue "positiva", tras un duro debate ante la firme posición de los mexicanos que no estaban dispuestos a otorgar concesiones a los socios del organismo integracionista y se mostraba reticente de compensarlos. Por su parte, el delegado argentino en la Aladi, Jesús Sabra, indicó que "el acuerdo soluciona un 95 por ciento de las diferencias planteadas inicialmente", por lo que se espera que la definitiva reunión del órgano máximo del organismo resuelva por completo el tema.

Como se recordará desde hace un tiempo autoridades aztecas y uruguayas se han reunido en diversas oportunidades para buscar una ampliación de los actuales acuerdos comerciales y que había quedado políticamente definido con la visita del presidente Luis A. Lacalle a México. Desde aquella oportunidad los acuerdos se han profundizado pero sin una concreción ya que los aztecas estaban aguardando la resolución del congreso norteamericano para definir su posición y establecer los futuros relacionamientos con el resto de Latinoamérica.

Ahora, ya en el Nafta, México concederá mayores acuerdos en forma de compensación, dijo un observador diplomático, y no es de dudar que los acuerdos con Uruguay se firmen de un momento a otro.

01-01

9400903

Nº DOCUMENTO 9400904

TITULO En enero 14.000 productos mexicanos sin aranceles a EE.UU. y Canadá

PROCE... 150007

FE 30.12.93

VI TLC 11868

México 507623

FEC 11161

STm 11403

SCom 11407

A EE.UU. Y CANADA

En enero, 14.000 productos mexicanos sin aranceles

México DF, 29 dic.- A partir del próximo sábado, cuando entre en vigor el Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica, unos 14.000 productos mexicanos podrán exportarse a Estados Unidos y Canadá libres de aranceles, informó hoy la Secretaría de Comercio y Fomento Industrial.

Esos productos representan el 80% del total de exportaciones mexicanas, entre textiles, químicos, cítricos, hortalizas, ordenadores, artículos de plástico, aparatos médicos, confitería, piezas de calzado, bovinos vivos, piezas de automóviles, vinos y licores, entre otros.

Asimismo, podrán ingresar en el mercado mexicano sin aranceles artículos de informática, electrónica, telecomunicaciones, industria pesada, productos agrícolas, frutas, mermeladas, purés, jugos de tomate y bebidas sin alcohol, entre otras mercancías procedentes de Estados Unidos.

Se podrán importar de Canadá sin pagar aranceles productos químicos, de telecomunicaciones, bienes de capital, agrícolas y pecuarios.

Las mercancías de Estados Unidos y Canadá que lleguen a México sin aranceles representan el 40% del total de importaciones; 35% del primer país y 5% del segundo.

La entrada en vigor del TLC fue aprobada por los Congresos de los tres países en noviembre pasado y creará la zona de libre comercio más grande del mundo, con un mercado de unos 356 millones de consumidores potenciales.

El acuerdo comercial desgravará paulatinamente de aranceles a los productos de la región y alcanzará su vigencia plena en 15 años. (EFE)

9400904

01-01

Pilares del Mayor Bloque Comercial

Associated Press

WASHINGTON D.C.— En síntesis, estas son las principales disposiciones del Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (NAFTA, según su sigla en inglés):

▪ **OBJETIVOS:** Eliminar los aranceles aduaneros y otras barreras al movimiento de bienes, servicios e inversiones entre Estados Unidos, Canadá y México, con la creación del mayor bloque comercial del mundo, que abarca a 360 millones de personas.

▪ **PLAZO:** Está previsto que entre en vigencia el 1° de enero de 1994.

▪ **ARANCELES:** El TLC eliminará algunos aranceles con efecto inmediato, mientras que reducirá otros gradualmente en plazos de cinco, 10 y 15 años. Las industrias consideradas más vulnerables tendrán el mayor plazo de ajuste. Los aranceles actuales mexicanos sobre productos estadounidenses promedian el 10 por ciento, mientras que los aranceles inversos ascienden al cuatro por ciento.

▪ **INVERSIONES:** México eliminará las regulaciones proteccionistas que han restringido las inversiones extranjeras. Firmas estadounidenses y canadienses podrán sacar libremente de México sus beneficios, y no se podrá despojar a los inversores de propiedades sin una compensación total.

▪ **AGRICULTURA:** Los aranceles a los productos agrícolas serán reducidos gradualmente, pero los productores tendrán 15 años para ajustarse a la falta de protección impositiva en aquellos productos más sensibles. Entre ellos figuran el maíz y los porotos secos para México y el concentrado de jugo de naranja, el azúcar y el maní para Estados Unidos.

▪ **AUTOMOVILES:** México abrirá su mercado automotor, fuertemente protegido y el de más rápido crecimiento en el mundo. México acordó reducir inmediatamente sus aranceles sobre vehículos del 20 al 10 por ciento. Para poder recibir tratamiento libre de impuestos, la proporción de piezas automotrices de América del Norte, que actualmente está fijada en 50 por ciento del vehículo, tendrá que llegar al 62,5 por ciento en ocho años. Esto evitaría que países como Japón envíe piezas de automóviles para ensamblar en México vehículos destinados a Estados Unidos.

▪ **SERVICIOS FINANCIEROS:** México eliminará gradualmente las restricciones que han limitado la participación de bancos, compañías de seguros y operadores financieros canadienses y norteamericanos en el mercado mexicano.

▪ **ENERGIA:** México mantendrá el monopolio de su petrolera estatal Pemex en las áreas de exploración y venta minorista de gasolina. Pero firmas de EE.UU. y Canadá tendrán acceso a los sectores de servicios de electricidad, petroquímicos y energéticos.

▪ **TELECOMUNICACIONES:** México eliminará inmediatamente la mayor parte de sus barreras arancelarias y no impositivas al mercado de equipamiento para telecomunicaciones, calculado en 1.000 millones de dólares en 1992.

▪ **TEXTILES E INDUMENTARIAS:** Estados Unidos y Canadá abrirán por primera vez la fuertemente protegida industria textil a la competencia de México. Los aranceles serán eliminados a lo largo de 10 años, pero para beneficiarse con la reducción, la indumentaria deberá ser cortada y cosida en América del Norte.

▪ **TRANSITO DE CAMIONES:** Los conductores de camiones mexicanos y estadounidenses podrán circular libremente por ambos países luego de un período de ajuste.

▪ **ACUERDOS LATERALES:** Se establecerán comisiones trilaterales para supervisar leyes ambientales y laborales con posibles sanciones para aquellos países que no las cumplan. Se prevén multas de hasta 20 millones de dólares.

▪ **MEDIO AMBIENTE:** Estados Unidos y México contribuirán con 225 millones de dólares cada uno para la creación de un nuevo Banco Norteamericano de Desarrollo, como parte de los esfuerzos conjunto para combatir la contaminación en zonas de frontera y financiera proyectos de desarrollo.

▪ **COSTOS:** El TLC reducirá los ingresos federales de Estados Unidos en 3.000 millones de dólares al cabo de cinco años por la eliminación de aranceles. Esto se compensará en parte con un aumento del impuesto aduanero a viajeros de ultramar de cinco a 6,5 dólares. Además, el impuesto será aplicado por primera vez a personas procedentes del Caribe.

Argentina, Chile y Venezuela son candidatos al TLC

LOS PRÓXIMOS CANDIDATOS a un Tratado de Libre Comercio (TLC) serían Argentina, Chile y Venezuela, como parte de una estrategia global para fortalecer económicamente a Estados Unidos, dijo el secretario de Comercio estadounidense, Ron Brown.

"Venezuela, Chile y Argentina son los tres primeros candidatos" que podrían llegar a un convenio con Estados Unidos similar al TLC acordado con México y Canadá, afirmó Brown en breves declaraciones a la prensa en el último día de su visita a México. "No hay negociaciones en curso sobre ese tema", aclaró.

"Pero si se miran los avances hacia la reforma económica (...), si se mira el deseo de esos países de participar en un acuerdo similar, creo que tendría que concluir que estarían entre los próximos países" que lograrían un TLC.

Brown informó que no existe un calendario específico para concretar un bloque de libre comercio hemisférico, aunque estimó que podría concretarse antes de fin de siglo. ■ *(Reuter)*

Nº DOCUMENTO 9400907
TITULO Cavallo: Arg. entraría al TLC en bloque con el Merc. o sola
1504093
10.12.93
TLC 11868
Arg 66960
Merc 12781
Int 12785

Cavallo: Argentina entraría al TLC en bloque con el Mercosur o sola

MIAMI - EL MINISTRO de Economía de Argentina, Domingo Cavallo, dijo ayer que su país preferiría buscar la incorporación al TLC con el resto de los países del Mercosur, aunque aclaró que quizás considere su ingreso unilateral al bloque norteamericano.

El Mercosur "es nuestra ruta preferida" pero Argentina podría decidir negociar el ingreso al TLC por cuenta propia, señaló Cavallo.

Hasta el momento, Chile es el país latinoamericano con mayores posibilidades de ingreso al TLC, seguido por Argentina.

Cavallo no dio detalles sobre cuándo su país podría iniciar negociaciones fuera del Mercosur.

Consultado sobre las recientes medidas económicas dispuestas por el gobierno de Brasil para controlar la hiperinflación y buscar la estabilidad, Cavallo dijo que si el Congreso brasileño apoya las reformas, el país "podría registrar avances".

Ante la insistencia periodística al preguntarle sobre si su plan de estabilización funcionaría en Brasil cuando otros habían fracasado, respondió que Argentina ha logrado superar sus propios obstáculos tras décadas de una economía cerrada. "Prefiero ser optimista", agregó, y que "Brasil logre la estabilidad". ■ *(Reuter)*

01-01 9400907

En 1994 Continuará el Debate Sobre Beneficios y Próximo Socio del TLC

NUEVA YORK, (AP). — La América Latina proclamó a 1993 como el año de una gran derrota del proteccionismo comercial estadounidense y tomó el nacimiento del mercado de libre comercio más grande del mundo como evidencia de que es posible la unión de los países ricos con los pobres.

La consecuencia inmediata ha sido un interminable debate sobre las calificaciones de los primeros aspirantes a integrar la sociedad comercial de México, Estados Unidos y Canadá en el Tratado de Libre Comercio para América del Norte (TLC o NAFTA, por sus siglas en inglés).

Pero, los beneficios de ese mercado trinacional para la región están todavía por precisarse.

"El NAFTA necesita vivir unos años de acomodo", afirmó Hugo Noé Pino, director del programa de economía de la Universidad Nacional Autónoma de Honduras.

"Sus beneficios directos para el continente en los próximos cinco o diez años son inciertos".

CHILE Y LOS "TIGRES"

Si, sin embargo, se tuviera que seleccionar mañana a un nuevo socio, los analistas tienen ya un escogido: Chile.

El país ha tenido un gran impulso económico en las últimas dos décadas y luego de un crecimiento explosivo del 10,3 por ciento en 1992 ha pasado en 1993 a otro "más manejable" del 6 al 7 por ciento.

Ese crecimiento es mayor que el 2,6 pronosticado para Estados Unidos y el declive del 0,4 por ciento de la Comunidad Europea.

La economía de los llamados "tigres" asiáticos, que conforman el nuevo cinturón del desarrollo mundial y a los cuales Chile es frecuentemente comparado, crecerá en un 6,4 por ciento este año, según la Organización para la Cooperación Económica y Desarrollo.

La aprobación del TLC por el Congreso de Washington ha requerido de unos 300 millones de dólares en promesas del presidente Bill Clinton a cambio de los votos; unos 60 millones de parte de México en busca de influencias y otros 50 millones en propaganda en pro y contra, según cálculos privados.

¿Demandaría el ingreso de Chile todo el debate y los recursos de la campaña por México?

"No, obviamente", respondió Susan Kaufman Purcell, vicepresidenta de la Sociedad de las Américas para Asuntos Latinoamericanos en Nueva York. "También creo que Chile no generaría tanta oposición como México. Tiene, en muchos casos, una mejor imagen que México".

Pese a que Chile se apresta a su segundo cambio de gobierno civil en 23 años, la imagen de la democracia chilena es más consistente que la de muchos países, incluyendo la mexicana, dominada por un solo partido desde 1929.

Adicionalmente, dijo Kaufman Purcell, a diferencia de México, Chile no representa para Estados Unidos una amenaza en el campo de la inmigración y no existiría la idea de que todo el mundo empacaría sus cosas para marcharse tan lejos.

"Creo que con México ya hemos pasado el impacto del choque".

Existen divergencias, sin embargo, en cuanto al período de la posible espera para el ingreso de Chile.

Suhas Ketkar, analista financiero para la América Latina del CS First Boston, dice que puede ocurrir en 1996 o 1997. Lester Thurow, economista de la Universidad de Harvard, opinó que podría tardar de 10 a 15 años.

"México no aceptará a un nuevo socio en el NAFTA hasta que no haya consolidado su propia posición económica frente a Estados Unidos y Canadá", dijo Thurow. "Un nuevo socio retrasaría esa meta porque significa menos inversiones para México".

Según el Banco Interamericano de Desarrollo, el ingreso per cápita ha sido mayor en Chile que en México en 1992. Mientras los mexicanos ganaban un promedio de 2.317 dólares ese año, el de los chilenos llegaba a 2.862 dólares.

El ingreso más bajo en la región lo tuvo Haití con 218 dólares y el más alto Argentina con 4.347. En Estados Unidos fue de 20.114 dólares.

NO REPLEGARSE

Al aprobarse el TLC, el presidente Bill Clinton comentó que Estados Unidos ha demostrado con ello que desea competir y no replegarse en el *mundo de posguerra fría.*

Los presidentes latinoamericanos coincidieron en que era un triunfo del libre comercio sobre el proteccionismo y una gran apertura para la América Latina.

La apertura, al parecer, beneficiaría a cada país según el alcance de sus reformas económicas.

"El libre comercio sólo se da entre países libres", dijo el representante de origen hispano Bill Richardson, demócrata por el estado de Nuevo México.

"Las reformas de apertura, liberalización y saneamiento de las finanzas públicas son indispensables y no se están dando en todo el hemisferio".

El ingreso de un nuevo país al TLC puede más bien encontrar una mayor resistencia en su propio territorio, según los analistas. México, dijeron, pudo negociar con mayor autonomía porque el gobierno virtualmente controla todo, incluidos los sindicatos y varios partidos políticos.

El hecho de que México tuviera un régimen monopartidista desde 1929 con la fundación del Partido Revolucionario Institucional (PRI) ha sido criticado por los opositores al TLC. Pero, los defensores han sostenido que el tratado debe consolidar la apertura y hacer de México una democracia moderna.

Colombia y Venezuela son considerados como la segunda opción para el ingreso al tratado norteamericano, debido básicamente a su relación con México, con el cual forman desde fines de la década pasada el llamado Grupo de los Tres, de coordinación para el desarrollo centroamericano y caribeño.

El G-3 ha activado un plan para liberalizar sus aranceles a partir de enero de 1994 y en el plano bilateral, Colombia y Venezuela han entrado desde 1992 a una zona de libre comercio que ha incrementado su volumen de intercambio comercial en un 20 por ciento.

Los dos países tienen además acuerdos bilaterales de libre comercio con Chile por lo que algunos expertos sostienen que los nuevos socios del TLC podrían ser Colombia, Venezuela y Chile, en un ingreso conjunto.

Bolivia espera suscribir a comienzos de 1994 un acuerdo de complementación económica con México, y éste tiene a su vez en marcha negociaciones con el bloque centroamericano que acaba también de formalizar el Tratado de Integración Económica como primer paso hacia el libre comercio.

Nº DOCUMENTO 9400909
TITULO Chile buscaré un pronto ingreso al TLC
PROCESO 150025
FECHA 13.12.93
VIÑETA TLC 11868
Chile 65709
Int 12795

Eduardo Frei, presidente electo de Chile

Se buscará un pronto ingreso en el Nafta

Norte: en rueda de prensa, el nuevo mandatario asignó importancia capital a las relaciones comerciales con EE. UU.

SANTIAGO, 12 (Reuter).– El presidente electo de Chile, Eduardo Frei, anunció hoy que impulsará un acuerdo de libre comercio con Estados Unidos y una mayor integración latinoamericana, especialmente con los países limítrofes.

"Le damos gran importancia al acuerdo Nafta (TLC) y vamos a impulsar decididamente ya sea nuestra incorporación a él o un acuerdo comercial con Estados Unidos", dijo en su primera conferencia de prensa tras su resonante triunfo electoral el sábado.

Respecto de las relaciones con países vecinos, dijo que privilegiará la complementación económica y cultural con Bolivia, país limítrofe con el que Chile no mantiene relaciones diplomáticas debido a un centenario conflicto por la mediterraneidad boliviana.

"Están dadas las condiciones para que ayudemos a Bolivia a salir al mundo", dijo sin pronunciarse específicamente sobre un eventual restablecimiento de las relaciones.

También sostuvo que si antes de su asunción al mando el 11 de marzo del próximo año, no se han ratificado acuerdos que cierran conflictos fronterizos pendientes con el Perú, "vamos a seguir insistiendo para que esos acuerdos sean aprobados por ambos congresos".

EE.UU y Cuba

Frei se ha declarado partidario de mantener el esquema económico de libre mercado y su equipo de economistas sostiene que este país debe asumir un papel activo en la configuración de un bloqueo económico latinoamericano.

El mandatario electo dijo en conferencia de prensa que espera tener relaciones muy fluidas con el gobierno de Bill Clinton.

Agregó que no es partidario del bloqueo que Estados Unidos mantiene sobre Cuba, otro país con el que Chile condiciona el restablecimiento de los vínculos oficiales al retorno a la democracia.

9400909

01-01

Empresas japonesas y el TLC

TOKIO (ANSA)- Todas las empresas japonesas que tienen la intención de invertir en México recibirán un "tratamiento idéntico" al reservado a las sociedades estadounidenses en base TLC, aseguró ayer el Presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari.

Durante una reunión en el club de la prensa de la capital japonesa, Salinas afirmó que "en base al acuerdo TLC todas las empresas extranjeras recibirán un tratamiento idéntico en base a leyes idénticas, independientemente de su país de origen".

El dirigente mexicano afirmó también que el tratado no fue concebido para realizar una región de intercambios cerrada en perjuicio de las demás naciones.

Salinas de Gortari se encuentra desde el pasado domingo en Japón, adonde viajó para entrevistarse con el Primer Ministro Morihiro Hosokawa, asistir a acontecimientos culturales y mantener reuniones con industriales y hombres de negocios.

Para México, Japón es "una ocasión", dijo Salinas poniendo de manifiesto la voluntad de su gobierno por reforzar las relaciones de amistad y cooperación con el país del Sol naciente así como para diversificar sus propias relaciones económicas, centradas en Norteamérica.

Salinas de Gortari había lanzado un mensaje similar por la mañana en una ceremonia para la emisión de títulos de Estado mexicanos en yenes, durante una reunión con los responsables de los principales bancos nipones y durante un almuerzo de trabajo ofrecido en su honor por el Keidanren (la confederación de industriales japonesa).

Las inversiones japonesas son bienvenidas, añadió Salinas, y auspició sin embargo que éstas sirvan a la prosperidad mexicana y no a hacer de México una base para producir bienes de exportación a terceros países.

Salinas recordó también que las nuevas normas consiguientes a la entrada en vigor del TLC consentirán a los bancos japoneses con sedes en Estados Unidos o en Canadá operar libremente en México.

El TLC -subrayó el Presidente mexicano- no está en contradicción sino en línea con el GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio) y los contenidos del acuerdo que ha concluido la negociación multilateral de la Ronda Uruguay.

México y los EEUU eliminarán muchos aranceles a partir del 1º de enero

27/12 E.P.

México, 26 - Las barreras a más de la mitad del comercio de Estados Unidos con México desaparecerán el 1 de enero. Pero los efectos inmediatos de estos cambios supuestamente radicales del Tratado de Libre Comercio para América del Norte (TLC) han de ser sorprendentemente escasos.

Desaparecerán los aranceles sobre alrededor de la mitad de las exportaciones estadounidenses a México y 75 por ciento de las importaciones estadounidenses de México. Para el año 2004, menos de 1 por ciento del comercio entre los dos países estará sujeto a aranceles.

El TLC es solo una parte, si bien importante, de un proceso que ya liberalizó la economía de México, trayendo una inundación de importaciones y forzando a muchas compañías mexicanas a agilizarse o cerrar.

El pacto es el mayor logro de la campaña del presidente Carlos Salinas de Gortari para que la economía del país pueda competir a nivel mundial.

Pero ambos países negociaron protecciones para industrias laves que pudieran ser afectadas adversamente por la competencia extranjera. En estos casos, la reducción arancelaria tardará hasta 15 años.

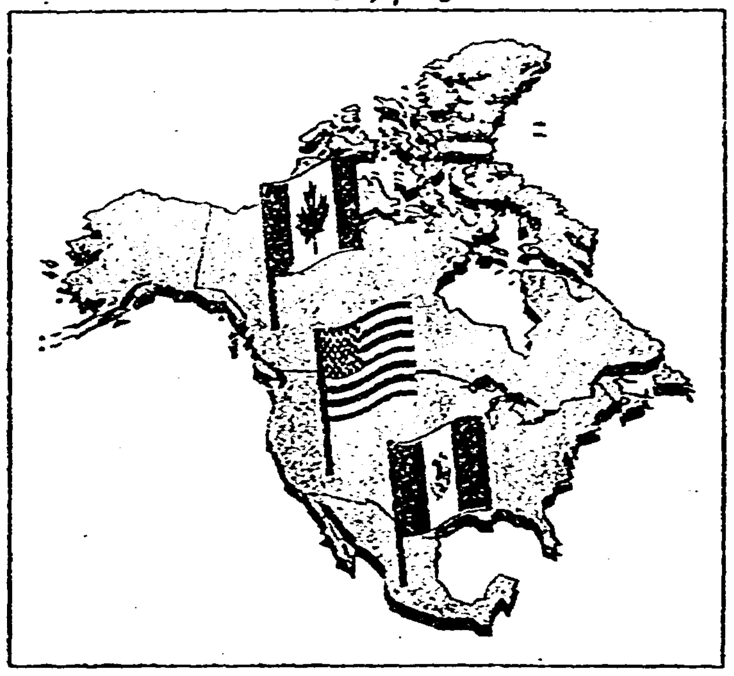
Varios economistas dicen que los efectos del TLC serán sentidos principalmente en México, cuya economía tiene una vigésima parte el tamaño de la estadounidense y es por tanto más sensible al cambio.

"La mayoría de las cosas que usted hallarían en (la tienda por departamentos estadounidense) Wal-Mart, por ejemplo, entrarán a México libres de aranceles", dijo Carlos Poza, funcionario económico de la embajada de Estados Unidos en esta capital especializado en el TLC.

Poza dijo que los consumidores mexicanos solo verán cambios graduales. "Aún hay inventarios sobre los cuales se han pagado aranceles", dijo, y los importadores no estarán dispuestos a sobrellevar la pérdida.

Productos estadounidenses tales como computadoras, helicópteros, máquinas de rayos X, equipo para telecomunicaciones y numerosos productos agrícolas figuran entre los 4.500 artículos que quedarán libres de aranceles inmediatamente.

Los aranceles sobre los automóviles fabricados en Estados Unidos serán cortados de 10 a 50 por ciento el 1 de enero y desaparecerán en cinco años.



Las fábricas automovilísticas estadounidenses vendieron unos 5.000 coches en México en 1993 y espera vender al menos 10 veces esa cantidad el próximo año.

Los aranceles sobre la mayor parte del equipo industrial estadounidense exportado a México desaparecerán dentro de cinco años.

Alrededor de la mitad de las exportaciones de México a Estados Unidos ya entran libre de aranceles. Aquellas que más probablemente desafíen a los productos de Estados Unidos, como productos de cristal, zumo de naranja, nueces y algunos otros productos agrícolas, tendrán que esperar 15 años para entrar libre de aranceles al mercado estadounidense.

Poza dijo que el TLC probablemente cambiará el comercio en México. "La costumbre en México es un alto margen y escasas ventas. Las empresas (estadounidenses) no están acostumbradas a eso. Funcionan de modo inverso".

(AP)

Grandes esperanzas en la propulsión del NAFTA

Por Fernán Saguier

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

Desafío: los EE. UU., México y Canadá aguardan con diferentes expectativas los réditos de la experiencia económica que emprenden juntos.

WASHINGTON. Se compara el primer año de Bill Clinton en la Casa Blanca con un viaje en la montaña rusa. El ex gobernador de Arkansas vio oscilar su índice de popularidad con un ritmo alocado, lo cual refleja en gran medida los altibajos de su flamante gestión, en la que alternó aciertos con errores.

A pesar de contar con mayoría demócrata en ambas cámaras, Clinton debió redoblar sus esfuerzos para lograr la aprobación del Tratado de Libre Comercio para América del Norte (NAFTA, según la sigla en inglés) y el presupuesto, que recortó los gastos del gobierno.

El NAFTA se pondrá en marcha el 1º de enero. Será entonces el turno de comprobar cómo se concretan en la práctica los ambiciosos objetivos enunciados, y que harían de América del Norte el mayor mercado mundial, con 400 millones de consumidores repartidos en los Estados Unidos, Canadá y México.

El acuerdo es el primer paso de un nuevo modelo de intercambio, que podría extenderse a otros países, entre ellos la Argentina.

En igual sentido, la reunión de las naciones de la Cooperación Económica del Asia y el Pacífico realizada en Seattle fue observada como un paso de importancia para lograr nuevas fórmulas de asociación comercial en el futuro.

Para 1994 se aguarda también un arduo debate en el Congreso por el acuerdo alcanzado en la Ronda Uruguay del GATT, pero el gobierno confía plenamente en que será aprobado.

No obstante esos y otros logros (la creación de un Cuerpo de Seguridad Nacional y la Ley Brady, que establece períodos de espera en la compra de armas) para el ciudadano común quedan algunas cuentas pendientes.

El plan de salud elaborado por Hillary Clinton, que asegurará servicios médicos mínimos a toda la población y requerirá de nuevos impuestos para su financiación, tendrá el año próximo su prueba de fuego en el Congreso.

La Casa Blanca prepara asimismo para 1994 un nuevo plan de lucha contra el crimen, un tema preocupante a juzgar por los índices de violencia callejera.

En el otoño será el turno de las elecciones legislativas, con la renovación de la Cámara de Representantes y del Senado. Los primeros comicios en la era Clinton servirán de termómetro para medir su desempeño.

Fronteras afuera

El año se inaugurará con una cumbre entre Clinton y el presidente ruso, Boris Yeltsin, en cuyo transcurso se tratarán las relaciones bilaterales, el control de las armas nucleares y los conflictos regionales.

La Casa Blanca deberá atender los renovados desafíos de las autoridades de Corea del Norte, sospechadas de estar comprometidas en un programa de armas nucleares. Clinton ha reiterado su predisposición al diálogo, pero la situación, de persistir la renuencia de Pyongyang a las inspecciones, podría agravarse.

La agenda de 1994 marca también una fecha precisa: 31 de marzo. Ese día deberían retirarse las fuerzas norteamericanas de Somalia, donde el caudillo Mohammed Farah Aidid infligió a Washington una dura derrota, debida, más que nada, a las gruesas fallas de cálculo de la propia administración norteamericana.

El cumplimiento del acuerdo entre Israel y la OLP sobre la autonomía palestina en Gaza y Jericó, la inacabable guerra en los Balcanes, el conflicto en Haití -con el antecedente del fracasado retorno de Aristide a Puerto Príncipe este año- y la situación cubana serán otros focos de atención para la Casa Blanca.

México y Canadá

En 1994 se realizarán elecciones presidenciales en México, y virtualmente nadie duda que el ganador será Luis Donaldo Colosio, del Partido Revolucionario Institucional (PRI, en el gobierno).

Colosio sucedería a Salinas de Gortari en el año del lanzamiento del NAFTA, presentado por el oficialismo como una formidable herramienta para el crecimiento, la estabilidad y la creación de empleos, aunque sus frutos probablemente madurarán sólo en el largo plazo.

En Canadá, el primer ministro Jean Chretien se encontrará con la disyuntiva de crear nuevos puestos de trabajo pero sin caer en la tentación de hacerlo a costa de la expansión del Estado, con lo cual pondrá en peligro el equilibrio presupuestario.

Justamente la promesa de "más empleos" llevó a Chretien, un liberal, a quebrar luego de nueve años la hegemonía conservadora en las elecciones de 1993, que mostraron además un crecimiento de los partidos regionales, entre ellos el Bloque de Quebec, que pugna por la soberanía del territorio francófono.

Centroamérica no está en los planes de Clinton

El Presidente Bill Clinton prometió ayer el apoyo de su Gobierno a las reformas políticas y económicas en América Central, pero se mostró reticente frente al interés de los siete países de esa región por incorporarse a la zona de libre comercio constituida por Canadá, Estados Unidos y México.

Washington (ANSA)

Después de una reunión con los Jefes de Estado o de Gobierno de Belice, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua y Panamá, Clinton dijo que la Casa Blanca ha dispuesto que se realice un estudio sobre los perjuicios que podría acarrear para las economías centroamericanas la entrada en vigor del TLC en América del Norte, a partir del 1 de enero de 1994.

El Presidente se hizo eco de esa manera de la ansiedad de los Gobiernos de América Central, que temen una disminución de sus exportaciones de textiles y de otros productos hacia Estados Unidos, pero no asumió compromiso alguno cuando los dirigentes de esa región manifestaron su deseo de que la zona de libre comercio extienda sus fronteras hasta el istmo.

"Mi Gobierno trabajará en conjunto con el Parlamento y los Gobiernos centroamericanos, con el fin de desarrollar estrategias tendientes a alentar el comercio regional", dijo Clinton genéricamente.

El Presidente fue explícito, en cambio, en relación con la intención de su Gobierno de promover una **"asociación más madura"** con los países de América Central.

Después de 10 años de crisis en esa región a causa de los conflictos de El Salvador y Nicaragua, en los cuales Estados Unidos estuvo profundamente implicado, Clinton aseguró a sus interlocutores que su Gobierno **"no cometerá el error de abandonar a Centroamérica antes de que termine su notable proceso de recuperación"**.

Además de anunciar la entrega a Nicaragua de 40 millones de dólares en ayuda, que habían sido bloqueados en el Parlamento por razones políticas, Clinton dijo que **"ayudará a América Central para alcanzar la paz, consolidar a la democracia, defender los derechos humanos y lograr un desarrollo sustentable"**.

Voceros de la Casa Blanca confirmaron, sin embargo, que la asistencia económica a esos países está destinada a disminuir significativamente, en el marco de un recorte presupuestario de un 60 por ciento, para toda la región latinoamericana.

DOCUMENTO 9400914

EE.UU. invitará a una cumbre a países americanos para tratar TLC

150015

2.12.93

TLC 11868

EE.UU. 65890

Cumbre 11187

Int 12785

EE.UU. INVITARA A UNA CUMBRE A TODAS LAS DEMOCRACIAS AMERICANAS PARA TRATAR TLC

MEXICO DF, 1 (Nota Fuentes Reuter y ANSA).— El vicepresidente de los Estados Unidos, Al Gore, convocó hoy aquí a una cumbre de las democracias americanas para avanzar hacia un bloque regional que se basaría en el Tratado de Libre Comercio (TLC) acordado entre su país, México y Canadá.

"El año que viene los Estados Unidos invitarán a una reunión cumbre del Hemisferio Occidental a todos los jefes de Estado elegidos democráticamente de América del Norte, América Central, América del Sur y del Caribe", anunció Gore.

"El TLC puede cerrar la brecha entre el Norte y el Sur", explicó. "Aprovechando los mejores recursos y habilidades dentro del hemisferio se podrá fortalecer la habilidad de cada uno de nosotros de competir en los mercados mundiales".

Gore no precisó la fecha y el lugar donde se celebraría la cumbre durante el discurso que pronunció en el Auditorio Nacional de la capital mexicana ante unos cinco mil empresarios, pero trazó los objetivos del encuentro.

"Se centrará en cómo trabajar en sociedad con nuestros vecinos para encontrar soluciones creativas a los problemas regionales, como mejorar nuestro nivel de vida, promover el comercio y la inversión, asegurar la seguridad colectiva, expandir la cultura política democrática, proteger el medio ambiente y tratar otras preocupaciones comunes", afirmó.

Buscaríamos explicitar una convergencia de valores en una comunidad hemisférica de democracias que se está dando ahora rápidamente, una comunidad cada vez más integrada por el intercambio comercial y los valores políticos compartidos", agregó.

El vicepresidente, quien culminaba el miércoles, una visita oficial de menos de un día a México, subrayó que la cumbre forma parte de una revisión de la política de los Estados Unidos respecto a América Latina.

"El debate sobre el TLC ha demostrado la importancia de disipar los mitos y los estereotipos con respecto a Latinoamérica", declaró.

Tras citar el ideario integracionista de Simón Bolívar, Gore dijo que "vemos al TLC como un punto de partida para lidiar por los desafíos comunes de todas las Américas".

"Estos problemas no reflejan a países, ni regiones, ni comunidades en el hemisferio. Afectan nuestra habilidad como hemisferio para competir en los mercados globales, afecta nuestra habilidad para levantar los niveles de vida de nuestros ciudadanos", añadió.

Por ello, señaló, "deben ser tratados por cada país en forma individual, pero tendremos aún más éxito si también encontramos formas de trabajar juntos".

El comercio "debe verse como un elemento de una estrategia de crecimiento junto con la educación, la capacitación laboral, los sueldos, la protección ambiental, la supervivencia de los niños y el crecimiento de la democracia", sostuvo.

Gore habló luego de la conversación mantenida con el presidente mexicano, Carlos Salinas, sobre la puesta en marcha del TLC, que entrará en vigencia el 1 de enero para crear en 15 años una zona de libre comercio entre los tres países de América del Norte.

El TLC representa para los Estados Unidos "una elección fundamental con respecto al futuro de nuestra relación con México, nuestra relación con este hemisferio y una elección acerca de cómo queremos relacionarnos con el resto del mundo", dijo.

La visita de Gore, quien viajó acompañado por el jefe de gabinete de la Casa Blanca, Thomas McLarty, concluía después de un almuerzo que le ofreció Salinas y al que asistieron la mayoría de sus colaboradores.

En su discurso de 27 páginas, dedicó la mayor parte al mensaje a Latinoamérica sobre la importancia de extender la liberalización comercial a toda el área, Gore propuso a los países latinoamericanos ver al comercio como "un elemento de una estrategia de crecimiento" más amplia que incluya a la educación, la capacitación laboral, los salarios, la protección ambiental, la sobrevivencia infantil y el crecimiento de la democracia.

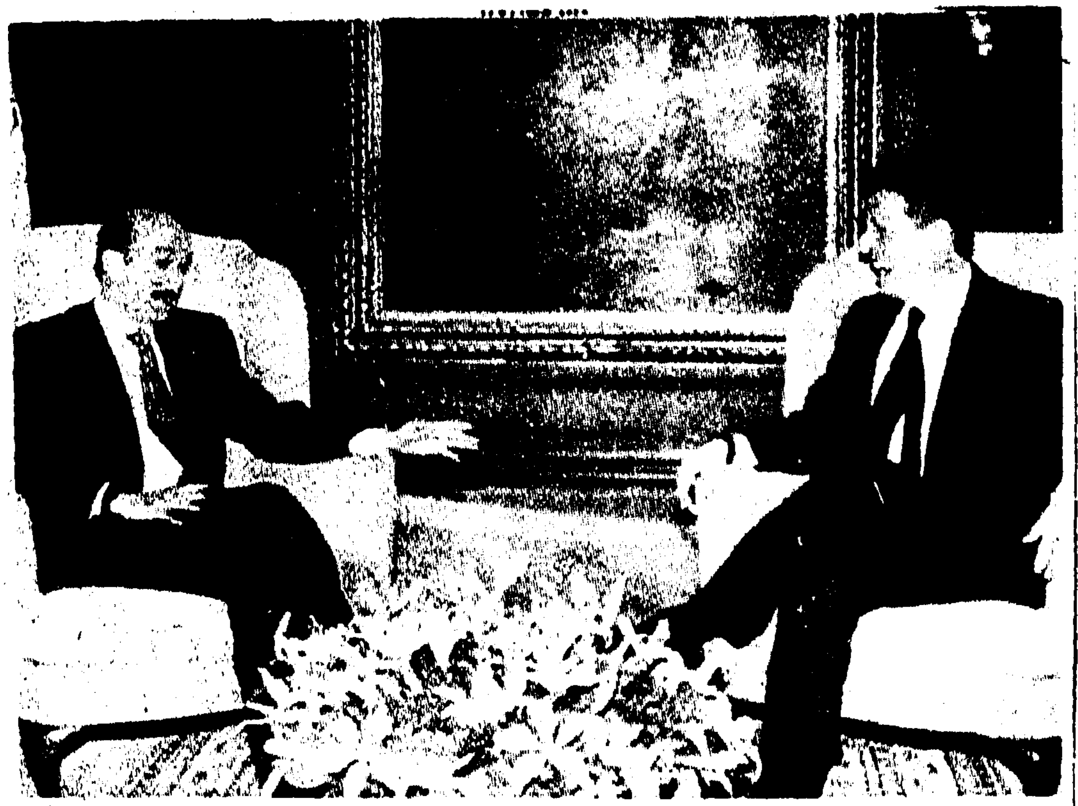
Gore se refirió a la "revolución silenciosa" que tiene lugar en América Latina desde la pasada década en materia económica y dijo que este fenómeno "muchas veces se pasa por alto".

Para el Vicepresidente estadounidense "hace 10 años nadie hubiera pensado que México y Chile, Colombia y Venezuela, buscarán integrarse, así como Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay pudieran hacer a un lado sus históricas diferencias y crear el MERCOSUR.

Latinoamérica se ha convertido en el segundo mercado estadounidense de exportaciones de más rápido crecimiento entre 1987 y 1992, recordó Gore.

También señaló que el TLC abre la posibilidad de promover "la libre circulación de las ideas y el arte entre las fronteras y eso beneficiará al hemisferio entero" al promover "el intercambio cultural y la descentralización democrática" que impulsa la democracia.

"Nosotros, los estados soberanos de las Amérias, compartimos la misma obligación de crear naciones en las cuales todos tengan igual acceso a la tierra, el trabajo y la educación y juntos soñamos en un futuro



El vicepresidente de EE.UU. Al Gore, que visita México, reunido con el mandatario de ese país Carlos Salinas de Gortari (Laserfoto Reuter)

9400914

01-01

Clinton Triunfó, Pero sus Socios Habituales no Estuvieron a su Lado

FINANCIAL TIMES

■ El NAFTA fue aprobado por el Senado y Diputados de Estados Unidos. Sin embargo, la victoria dividió a los legisladores del Partido Demócrata. La mayoría de los Diputados de ese partido no acompañó a Clinton.

No. DOCUMENTO
TITULO
F
F
V

WASHINGTON D.C.— "Es un gran paso en la dirección correcta: hacia más mercados abiertos y competencia internacional con mayor vigor", comentó el presidente Bill Clinton, luego que la Cámara de Representantes y el Senado de Estados Unidos aprobaron el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (conocido mundialmente como NAFTA, la sigla que lo identifica en inglés).

"La votación favorable asegura a Estados Unidos la estatura política, económica y moral que necesita para plantear su posición en la Ronda Uruguay de negociaciones del GATT", subrayó el presidente Clinton.

La primera instancia de aprobación parlamentaria del NAFTA —un acuerdo que incluye a Estados Unidos, Canadá y México, con un mercado conjunto de 360 millones de consumidores, y entrará en vigor el 1° de enero de 1994— fue precedida de intensas negociaciones y transacciones políticas porque no estaban los votos. La victoria que el Gobierno finalmente obtuvo en la Cámara de Representanes por 234 votos a favor y 200 en contra, fue mucho más amplia de lo que se pensó en los días previos y aún de lo que surgió del debate que concluyó poco antes de la medianoche del 17 de noviembre. Clinton reunió la mayoría gracias al apoyo del Partido Republicano (no hay que olvidar que el impulsor del NAFTA fue el presidente George Bush). En efecto, la mayoría de 234 votos fue formada por 132 republicanos y 102 demócratas. En contra se pronunciaron 43 diputados republicanos, 156 demócratas y un independiente. Estas cifras muestran con claridad que la mayoría de los diputados del Partido Demócrata votó en contra del tratado y, por consiguiente, en contra de Clinton, pese a que éste se jugó su prestigio político en la instancia legislativa.

Clinton envió cartas de agradecimiento a todos los legisladores que apoyaron el NAFTA y expresó su esperanza de que el espíritu bipartidario que imperó en esta oportunidad pueda ponerse de manifiesto nuevamente cuando el Parlamento deba abordar otros temas trascendentes para Estados Unidos, como es el caso de la reforma del sistema de asistencia médica propuesta por el Gobierno.

RESTAÑAR HERIDAS

El Presidente se preocupó especialmente de tender puentes y vías de comunicación con las fuerzas opositoras del NAFTA, y dentro de su partido político para restañar las heridas causadas por el polémico tratado. También puso énfasis en el mantenimiento del diálogo con la central sindical, que habitualmente respalda al Partido Demócrata, pero que estuvo en la trinchera opuesta en este caso.

Clinton prometió medidas en materia de mejora de la educación y readaptación de trabajadores.

El vicepresidente Albert Gore reconoció que "nos sentimos bastante incómodos por haber tenido que discrepar con gente que habitualmente nos acompaña y con la que libramos batallas en favor de proyectos, hombro con hombro".

Pero, los dirigentes sindicales no se conmovieron con las palabras de Clinton y Gore. Toda la directiva de la AFL-CIO —la central sindical estadounidense— realizó una conferencia de prensa para expresar su tristeza ante la aprobación del NAFTA por Diputados y el Senado.

"El tratado no coincide con los intereses nacionales", manifestó el presidente de la AFL-CIO, Lane Kirkland, quien señaló que para las grandes corporaciones de Estados Unidos y las multinacionales, "es una manera de eludir las leyes en materia laboral".

Bill Bywater —presidente del Sindicato de Electricistas— advirtió a los legisladores del Partido Demócrata que apoyaron el NAFTA: "cuando llegue el momento de la renovación del Parlamento, les haremos rendir cuentas en los circuitos electorales".

El dirigente de los trabajadores de la industria automotora, Owen Bieber, dijo que "no sólo tomamos nota de los nombres de los diputados que votaron a favor del NAFTA, sino también de los senadores que lo hicieron".

Kim Jontz —quien encabezó un movimiento ciudadano de oposición al tratado comercial— dijo que se seguirá con atención y sin perder ni un detalle todo lo que haga Estados Unidos en la definición de la Ronda Uruguay de negociaciones en el ámbito del GATT. "Creo que somos triunfadores, porque los legisladores no votaron espontáneamente el NAFTA, sino que el Gobierno debió hacer transacciones para reunir los votos necesarios".

Los legisladores del Partido Republicano se mostraron, en general, complacidos con la votación, debido a que quedó claramente expresada una actitud de cooperación con la Casa Blanca en un tratado que fue obra del presidente George Bush. Varios diputados destacaron que el NAFTA no hubiera sido sancionado sin los votos republicanos. Por tanto, señalaron que su partido no puede ser acusado, de ahora en más, de bloquear la acción del presidente Clinton.

Pero, voceros republicanos puntualizaron que esta actitud coincidente con la Casa Blanca no debe interpretarse como un elemento permanente. Por ejemplo, indicaron que "el Partido Republicano tiene grandes discrepancias con el presidente Clinton en los temas de la reforma del sistema de asistencia médica, y la reducción de gastos del sector público".

REPERCUSION FAVORABLE

Del otro lado del océano Atlántico, en Bruselas, los negociadores que intervienen en la complicada Ronda Uruguay del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) coincidieron en un punto: la aprobación del NAFTA por parte de Estados Unidos puede permitir una exitosa finalización de las negociaciones que comenzaron en Punta del Este hace siete años.

El director general del GATT, Peter Sutherland, elogió al presidene Clinton por el éxito que obtuvo, tanto en Diputados como en el Senado, pero precisó que "sólo se ganó la mitad de la batalla, debido a que emprendimientos de magnitud como el NAFTA y la Unión Europea no pueden prosperar de manera aislada. No pueden autosostenerse desde el punto de vista económico, y deben ser parte de un sistema más amplio de comercio mundial bajo la égida del GATT. La otra mitad de la batalla, que asegurará que el NAFTA sea una verdadera fuerza positiva en la economía mundial, será la conclusión de la Ronda Uruguay".

El plazo fijado para finalizar la accidentada negociación en el GATT es el 15 del corriente mes.

Otras Democracias Serán Invitadas al Mercado Libre



Por JEANE KIRKPATRICK

Los Angeles Times SYNDICATE

WASHINGTON.— El debate por el Tratado de Libre Comercio en América del Norte llegó tan cerca de ser una guerra de clases como nunca en la política de Norteamérica. El conflicto no emana de un malentendido. Refleja un verdadero conflicto de verdaderos valores.

Nadie negaba que eliminar las barreras a la inversión y al comercio entre los Estados Unidos y México costaría a los Estados Unidos algunos empleos. Pero los simpatizantes del TLC negaron que valga la pena salvar los empleos de bajo salario que serán cedidos a la economía de bajos salarios en México.

Nadie negaba que se crearán nuevos empleos en las industrias de alta tecnología en que los Estados Unidos tienen una ventaja comparativa. Pero la AFL-CIO (Central Sindical de Estados Unidos) y los diputados que representan a los trabajadores industriales de Norteamérica observaron que los nuevos empleos no ayudarían a los obreros que perdieran sus empleos existentes.

Los oponentes parecíancomprender que los costos del TLC recaerían en la mano de obra, mientras que las utilidades serían logradas por las empresas.

El debate del TLC enfrentó al capitalismo dinámico e internacionalista centrado en las inversiones, los mercados y las utilidades para los negocios norteamericanos, en contra del más conservador movimiento laboral que se centra en los empleos y estándares de vida de los obreros de Norteamérica. La resistencia de los sindicatos norteamericanos al TLC se parecía a la oposición de los agricultores franceses al GATT, y a la oposición de los agricultores japoneses a la apertura del mercado del arroz.

Tal oposición parece miope ante los partidarios del libre comercio. Pero parece tener sentido común para los trabajadores de las industrias amenazadas, y para los agricultores que no están produciendo arroz tan barato como otros, en otras partes. Esos trabajadores —y esos agricultores— no ven la razón de sacrificar una industria doméstica en favor de una compañía multinacional o de una teoría abstracta del comercio internacional; ni siquiera en favor de precios más bajos para los consumidores.

No ven razón por la cual sus empleos, comunidades, familias o ecologías deban recibir una menor prioridad que el levantamiento de un mercado mundial, la reducción de los costos de la producción, la reducción de los costos al consumidor, el aumento en las oportunidades de inversión o la mejora de los estándares de vida de los demás.

Un capitalismo dinámico fuerza el ritmo y el alcance del cambio. Cuestiona los valores, hábitos e intereses tradicionales. Salta las fronteras nacionales. "La competencia es global", dijo Bill Clinton luego de la victoria del TLC. "Debemos enfrentarnos a este mundo de lleno".

Habiendo ganado el TLC, Clinton confirma lo que muchos adivinaban pero pocos habían mencionado: que ahora pediría que otras democracias latinoamericanas se sumen al nuevo mercado libre. Varios de esos países están listos, habiendo ya, unilateralmente, liberado sus políticas comerciales, abandonando los subsidios y el proteccionismo.

Nadie sabe con seguridad las consecuencias que tendrá la eliminación de las barreras al comercio y la inversión entre economías tan diferentes como las de Estados Unidos y México. Pero pronto lo sabremos. Parece razonable esperar, como espera el gobierno de México, que una mayor interacción acelerará dramáticamente la modernización. Está comenzando a parecer, además, que una política comercial abierta podría alterar dramáticamente las relaciones entre el Norte y el Sur, crear oportunidades para las naciones más pobres y redistribuir la riqueza entre los países ricos y pobres.

Pero la modernización es un proceso muy complejo que se da entre la gente lo mismo que entre la producción. Modernizarse es pensar y sentir diferente acerca del tiempo, el espacio, el conocimiento, el cambio y acerca de uno mismo. La experiencia del último siglo demuestra que no toda la gente está igualmente "preparada" para la modernización.

La cultura es la principal determinante. Sabemos que la cultura occidental (que encontramos también en América Latina y en Europa del Este) y la cultura confuciana son compatibles con el capitalismo moderno y que, como escribió Peter Berger en su importante libro, La Revolución Capitalista, "ciertos componentes de la cultura burguesa de Occidente (notablemente el activismo, la innovación racional y la autodisciplina) son requisitos para el desarrollo exitoso en cualquier parte.

Por ello, en áreas en donde existe la cultura occidental, puede esperarse que un mayor contacto como el que provee el TLC acelere el desarrollo económico, mejore los estándares de vida, las capacidades técnicas, la productividad y la competitividad. Antes de que transcurra mucho tiempo, los mexicanos estarán compitiendo con los norteamericanos por los empleos de alta tecnología —pero para entonces sus salarios deben haber aumentado al nivel de los salarios de otras sociedades desarrolladas— como ha ocurrido en Taiwán, Corea del Sur y Japón. La modernización habrá "armonizado" las sociedades que la política noteamericana se negó a "armonizar", y probablemente lo habrá logrado mejor que los programas diseñados con ese propósito.

Bill Clinton ha decidido abrazar la dinámica del capitalismo, acelerar la asociación de los Estados Unidos con economías dispares, en vez de estructurar programas para su "armonización", como ha hecho la Comunidad Europea en España, Portugal y Grecia. Clinton decidió "hacer cambiar a su amigo", como prometió hacerlo.

La mayoría de los norteamericanos aceptarán su decisión. Después de todo, aceptamos el cambio porque somos una nación concebida en el cambio. Nuestros valores universales hacen que la doctrina del libre comercio sea casi irresistible, aunque sus consecuencias sean problemáticas. Si se hiciera más lento el proceso de la globalización, sería a causa de los gobiernos de la Comunidad Europea y de Asia, en donde los valores precapitalistas y predemocráticos están más profundamente arraigados y son ampliamente compartidos, no a causa de los Estados Unidos.

El gran sonido de absorción que se escucha en todo el mundo (según sostuvo Ross Perot) es de otras sociedades que se incorporan al proceso de modernización, como el sistema comercial mundial absorbió a Bill Clinton. No es inevitable, pero los frutos de la modernización son casi irresistibles.

No creo que el Parlamento pudiera haber detenido totalmente la tendencia hacia una mayor interacción entre las economías de México y los Estados Unidos, aunque lo hubiera intentado. Pero el Congreso pudo haber hecho mucho más lento el proceso, como la Comunidad Europea ha hecho más lento el proceso con sus elaboradas regulaciones, y como Japón ha hecho más lento el comercio de su país.

La aceptación del TLC no se dio porque el Presidente y una mayoría del Senado y la Cámara de Representantes así lo decidieron. Los Demócratas pronto olvidarán la imagen de un Presidente Demócrata que trabajó intensamente por derrotar la posición adoptada por la mayoría de su partido.

Pero ese es otro tema para otro día.

USA extenderá futuro beneficio del TLC

WASHINGTON (ANSA)- El Secretario de Comercio, Ron Brown, aseguró que Estados Unidos no perderá tiempo en aprovechar los beneficios derivados del TLC y en promover agresivamente su extensión a otros países latinoamericanos.

"Ahora hay que hacer del NAFTA una realidad", declaró Brown a un grupo de periodistas en vísperas de su partida al frente de una misión de negocios a la capital mexicana.

"Tenemos además que mirar más allá del NAFTA. Tenemos que estar mirando hacia una zona hemisférica de libre comercio en el futuro", indicó Brown.

Acompañan al secretario 40 empresarios de firmas exportadoras de diversa envergadura y Brown insistió en que México es un gran mercado para los productos estadounidenses.

El alto funcionario no precisó si se reunirá en la capital azteca con Luis Donaldo Colosio, flamante candidato presidencial del oficialismo, pero aclaró que un eventual encuentro serviría para analizar temas que trataron meses atrás en una reunión sobre infraestructura fronteriza en la que ambos participaron.

"Es alguien a quien conozco y considero un amigo", agregó el Secretario de Comercio estadounidense.

Brown hizo lo posible por distanciar la eventual cita con Colosio de la política mexicana después que la semana pasada el candidato presidencial opositor, Cuahtemoc Cárdenas, envió una carta de queja al Presidente Bill Clinton tras que Dee Dee Myers, portavoz de la Casa Blanca, expresó esperanza de que Colosio siga la actual *línea económica*.

"Mis comentarios estuvieron dirigidos al próximo presidente de México, quienquiera que vaya a ser", aclaró luego Myers. La visita de Brown se produce apenas días después que el vicepresidente, Albert Gore, viajase a México después de la aprobación del NAFTA en el congreso norteamericano. Gore aprovechó la ocasión para convocar para 1994 a una cumbre presidencial de democracias del hemisferio occidental y Brown dijo que se han iniciado ya consultas para avanzar en la planificación del evento a realizarse en una ciudad norteamericana. La misión comercial que encabeza Brown tiene previstas reuniones con el Presidente Carlos Salinas de Gortari, y con sectores de la empresa privada.

9400818
Sindicatos de EE.UU no contribuirán financieramente con el P. Dem. por lo menos durante tres meses.
150015
8.12.93
TLC 11868
EE.UU 65880
FSS 11165
Sind 11702

Moratoria sindical contra el TLC

Los sindicatos norteamericanos, en un posible adelanto del precio que harán pagar a sus otrora aliados por la aprobación del Tratado Norteamericano de Libre Comercio (TLC, o NAFTA en sus siglas en inglés), decidieron una moratoria de por lo menos tres meses en sus contribuciones financieras a los comités de campaña del oficialista Partido Demócrata.

Washington (ANSA)

La decisión de la cúpula de la AFL-CIO, la principal central obrera del país, fue revelada por fuentes partidarias y sindicales y confirmada por el vocero de la organización.

"La decisión es no hacer nada por un rato hasta que los miembros del consejo directivo puedan rever la situación", declaró el portavoz Rex Hardesty al diario The Washington Post.

El recorte alcanza al Comité Nacional demócrata y a los comités de campaña separados que apoyan candidatos al Senado y a la Cámara de Diputados.

El movimiento obrero es uno de los principales contribuyentes del Partido Demócrata y en 1993, de acuerdo a cifras oficiales, los sindicatos le aportaron más de un millón de dólares. El dinero que alimenta las campañas políticas se hace especialmente necesario en los meses próximos, ante las elecciones de noviembre de 1994, que renovarán los 435 escaños de la Cámara baja.

La dirigencia sindical había advertido en el curso del debate sobre el polémico TLC que haría pagar en términos electorales a quienes apoyasen el pacto con México.

La AFL-CIO sostiene que el acuerdo comercial será el vehículo por el cual se exportarán los puestos de trabajo de centenares de miles de estadounidenses a México, donde la mano de obra es mucho más barata.

El Post comenta que el enojo no es sólo con los legisladores que ratificaron el tratado, sino también con el propio Presidente Bill Clinton, y menciona que prácticamente todos los presidentes de gremios boicotearon la semana pasada una reunión para grandes donantes al Partido Demócrata que se celebró en la Casa Blanca.

9400819
Clinton firmó el TLC
150015
8.12.93
TLC 11868
EE.UU. 65890

Clinton firmó el TLC

El Presidente norteamericano, Bill Clinton, firmó ayer la legislación para aplicar el Tratado Norteamericano de Libre Comercio, y de inmediato pidió un último esfuerzo internacional para arribar a un acuerdo en el GATT que, aseguró, "está a nuestro alcance".

Washington (ANSA)

"No descansen, no duerman, cierren el trato", fue la exhortación de Clinton a los negociadores de todo el mundo que luchan contra el reloj para llegar a un acuerdo en las difíciles negociaciones que deben llevar a la liberalización del comercio mundial.

"Estamos dispuestos a hacer nuestra contribución pero otros también deben hacer la suya. Un pacto mundial histórico está a nuestro alcance", dijo Clinton durante la ceremonia en que firmó la legislación del TLC aprobada por el Congreso norteamericano, que prevé que el pacto con México y Canadá entre en vigor el primero de enero de 1994.

Clinton dijo que precisamente el voto del Congreso en favor del polémico tratado fue decisivo para dar nuevo ímpetu a la Ronda Uruguay del GATT, que debe quedar completada el 15 de diciembre para quedar enmarcada en el mecanismo "fast track" de la legislación estadounidense, que garantiza que no habrá enmiendas durante la ratificación del complejo convenio mundial.

Una disputa sobre los royalties de los filmes norteamericanos que se exhiben en Europa es uno de los principales obstáculos al acuerdo global después que negociadores estadounidenses y de la Comunidad Económica Europea (CEE) resolvieron disputas agrícolas en maratónicas sesiones en Bruselas.

Clinton aclaró empero que su país no aceptará **"un mal acuerdo"** y ratificó su opinión de que el libre comercio es el único camino a la prosperidad y observó. **"Estamos listos para competir y podemos ganar"**, aseguró.

La ceremonia de firma del TLC estuvo rodeada de la pompa reservada a los grandes triunfos políticos y Clinton compartió el estrado con el Vicepresidente Albert Gore, a quien dio crédito por haber enterrado los argumentos anti TLC del populista Ross Perot en un debate televisivo días antes de la votación en el Congreso.

El Presidente reafirmó su intención de promover la extensión de la zona de libre comercio a otros países del hemisferio y reiteró la invitación a una cumbre económica americana a celebrarse el año próximo en Estados Unidos.

01-01

9400919

9400819
Clinton firmó el TLC
150015
8.12.93
TLC 11868
EE.UU. 65890

Clinton firmó el TLC

El Presidente norteamericano, Bill Clinton, firmó ayer la legislación para aplicar el Tratado Norteamericano de Libre Comercio, y de inmediato pidió un último esfuerzo internacional para arribar a un acuerdo en el GATT que, aseguró, "está a nuestro alcance".

Washington (ANSA)

"No descansen, no duerman, cierren el trato", fue la exhortación de Clinton a los negociadores de todo el mundo que luchan contra el reloj para llegar a un acuerdo en las difíciles negociaciones que deben llevar a la liberalización del comercio mundial.

"Estamos dispuestos a hacer nuestra contribución pero otros también deben hacer la suya. Un pacto mundial histórico está a nuestro alcance", dijo Clinton durante la ceremonia en que firmó la legislación del TLC aprobada por el Congreso norteamericano, que prevé que el pacto con México y Canadá entre en vigor el primero de enero de 1994.

Clinton dijo que precisamente el voto del Congreso en favor del polémico tratado fue decisivo para dar nuevo ímpetu a la Ronda Uruguay del GATT, que debe quedar completada el 15 de diciembre para quedar enmarcada en el mecanismo "fast track" de la legislación estadounidense, que garantiza que no habrá enmiendas durante la ratificación del complejo convenio mundial.

Una disputa sobre los royalties de los filmes norteamericanos que se exhiben en Europa es uno de los principales obstáculos al acuerdo global después que negociadores estadounidenses y de la Comunidad Económica Europea (CEE) resolvieron disputas agrícolas en maratónicas sesiones en Bruselas.

Clinton aclaró empero que su país no aceptará **"un mal acuerdo"** y ratificó su opinión de que el libre comercio es el único camino a la prosperidad y observó. **"Estamos listos para competir y podemos ganar"**, aseguró.

La ceremonia de firma del TLC estuvo rodeada de la pompa reservada a los grandes triunfos políticos y Clinton compartió el estrado con el Vicepresidente Albert Gore, a quien dio crédito por haber enterrado los argumentos anti TLC del populista Ross Perot en un debate televisivo días antes de la votación en el Congreso.

El Presidente reafirmó su intención de promover la extensión de la zona de libre comercio a otros países del hemisferio y reiteró la invitación a una cumbre económica americana a celebrarse el año próximo en Estados Unidos.

01-01

9400919

9400920
EE.UU. aspira a que toda Am. Lat. se sume al TLC
1500015
8.17-93
TLC 11868
EEUU 65890
Latin. 11677
Int 12785

EE.UU. Aspira a que Toda Latinoamérica se Sume al Tratado de Libre Comercio

MEXICO DF, 8 (Reuter).— Los Estados Unidos desean que toda América Latina se sume al Tratado de Libre Comercio (TLC) y Venezuela, Chile y Argentina serían los primeros candidatos a adherir al acuerdo, dijo hoy aquí el secretario norteamericano de Comercio, Ron Brown.

El TLC acordado entre México, Canadá y los Estados Unidos "es un comienzo. Necesitamos mirar hacia el futuro, hacia una zona de libre comercio hemisférica", declaró Brown en conferencia de prensa tras reunirse con el presidente mexicano, Carlos Salinas.

"Venezuela, Chile y Argentina deben estar en la primera ola de países que sean considerados para su inclusión" en el TLC, agregó tras señalar que las futuras adhesiones serían analizadas "caso por caso".

Los tres "tienen que desear ser incluidos. Ese es el primer paso del proceso, pero también habrá discusiones bilaterales intensas con esos países", explicó.

Sin embargo, "lo que todos tenemos en mente es tener un día un impacto en el hemisferio y eso realmente significa una zona hemisférica de libre comercio", subrayó Brown.

El secretario aclaró que aún no se habían iniciado negociaciones con ninguno de los tres países.

"Pero si se miran los avances hacia la reforma económica (...), si se mira el deseo de esos países de participar en un acuerdo similar, creo que tendría que concluir que estarían entre los próximos países" que ingresarían al TLC, que entra en vigencia el 1° de enero, señaló.

Brown también señaló que no había un calendario específico para concretar un bloque de libre comercio en el hemisferio. Sin embargo, "no creo que sería demasiada exageración decir que la mayor parte de ello (el bloque hemisférico) pudiera ocurrir antes de que termine el siglo", subrayó.

Posteriormente, al hablar ante empresarios reunidos en la Cámara Americana de Comercio, el secretario explicó por qué su gobierno está mirando más allá de México y Canadá.

"Los países del continente americano han avanzado decididamente en la reestructuración, racionalización y reforma de economías ineficientes y sobreprotegidas", sostuvo. "México, Argentina y Chile han ordenado sus finanzas y ahora tienen balanzas públicas superavitarias".

En este contexto, los Estados Unidos están "firmemente comprometidos a apoyar estas políticas económicas y acercarnos a los países de América Latina, América Central y el Caribe para continuar el proceso de reforma e integración", destacó.

Brown afirmó que las naciones de América Latina habían derribado las barreras comerciales a "un ritmo sobresaliente" para hacer del intercambio "un importante motor" del crecimiento económico.

01-01

Clinton promulgó el Nafta y consolidó su triunfo político

Celebración: el presidente norteamericano aseguró que el Tratado de Libre Comercio traerá mayores posibilidades para la paz mundial.

WASHINGTON. – El presidente Bill Clinton celebró una de sus principales victorias políticas y legislativas con la promulgación del Tratado de Libre Comercio de América del Norte, y dijo que el acuerdo traerá mayores posibilidades de que se logre la paz mundial.

"Creo que tomamos una decisión que nos permitirá establecer un orden económico en el mundo que creará más trabajos, más igualdad, una mejor protección del medio ambiente y mayores posibilidades para la paz mundial", dijo Clinton.

Para subrayar la importancia que le asigna al TLC, Clinton lo promulgó en el Auditorio Mellon, donde el presidente Harry Truman firmó eldocumento que creó la Organización del Tratado del Atlántico Norte en 1949.

El acuerdo comercial, que debe entrar en vigor el 1º de enero, eliminará durante 15 años los aranceles y otras barreras al libre traslado de productos, servicios e inversiones en Estados Unidos, México y Canadá. Esa unión creará el mayor bloque comercial del mundo, con 360 millones de consumidores.

Entre los asistentes a la ceremonia figuraban legisladores, gobernadores, alcaldes, líderes empresariales y otros partidarios del tratado. También asistieron algunos de los pocos dirigentes sindicales que decidieron apoyar el TLC, pese a que los principales gremios del país lo habían rechazado.

El presidente además les dio la bienvenida a delegados de México y Canadá, "los socios del futuro que intentamos construir".

"Este amplio tema se ha convertido en uno de los momentos decisivos de nuestra nación", dijo Clinton.

El tratado ya fue aprobado por el Senado de México y el Parlamento de Canadá y se espera que los jefes de estado de esos países lo promulguen para enero.

El presidente fue presentado por el vicepresidente Al Gore, que dijo que la aprobación del TLC en el congreso fue un indicio de que Estados Unidos "ha elegido ponerse a la cabeza del movimiento para configurar un mundo nuevo de mayores oportunidades para el comercio".

Clinton hizo notar que se llevan a cabo negociaciones multilaterales en Ginebra para concertar un acuerdo comercial global y exhortó a otros países a que "aprovechen la oportunidad y ultimen el acuerdo".

"Estamos dispuestos a contribuir como nos corresponde para garantizar el éxito de estas negociaciones, pero insistimos en que los otros países hagan lo propio", dijo Clinton acerca de las negociaciones para poner fin al Acuerdo General de Aranceles y Comercio.

Para Clinton, la aprobación del TLC por el Congreso significó una importante victoria, pues sólo semanas antes de la votación parecía que el acuerdo sería rechazado.

Durante el fin de semana, Clinton reveló que le faltaban más de 100 votos en la Cámara de Representantes cuando puso en marcha la campañapara promover el tratado.

"Algunos de mis amigos que apoyaban al bando contrario me sugirieron que tal vez no debía someterlo a votación porque no querían humillarnos", dijo Clinton.

Pero el presidente movilizó los amplios recursos de la Presidencia, envió a delegados a casi todos los estados para promover el TLC y mediante negociaciones directas con decenas de legisladores se fue ganando votos gradualmente.

Los sindicatos, que establecieron una inusual alianza con el empresario Ross Perot, se opusieron al tratado porque consideran que las empresas del país trasladarán miles de empleos a México para aprovechar la mano de obra barata. La lucha dejó maltrechas las relaciones entre los gremios y el presidente y los legisladores demócratas que lo apoyaron.

Clinton ya iniciado la labor de cerrar las brechas con los sindicatos y hoy prometió al sector laboral que "los beneficios de este acuerdo serán vuestros beneficios".

9400922
Senador de EE.UU. analizó TLC con la Comisec
150090
8.12.93
TLC 11888
EE.UU 65890
Merc 12781

Senador estadounidense analizó el TLC con la Comisec

EL SENADOR ESTADOUNIDENSE, Ernest F. Hollings, intercambió información sobre los tratados de integración económico-comerciales en los que participan Uruguay (Mercosur) y Estados Unidos (TLC), con la Comisión Sectorial para el Mercosur (Comisec).

Hollings, integrante del Partido Demócráta y miembro del Congreso estadounidense desde 1966, fue recibido por el subdirector de la comisión, Diego Cardoso Cuenca, el coordinador de la [illegible] del Mercosur, Manuel Olarrega, y los integrantes del programa Comisec/BID-CEE-PNUD, Isidoro Hodara y el economista Andrés Jung.

En la reunión se explicaron al visitante los fundamentos y perspectivas que orientan el Tratado de Asunción. El senador, por su parte, explicó el proceso y los alcances del TLC.

Al encuentro, que tuvo lugar el sábado pasado, asistieron además el embajador de los Estados Unidos en Uruguay, Thomas Dodd, el secretario del Senado estadounidense, Walter Stewart, el agregado económico y comercial, Robert Gehring, así como varios asesores del visitante y de la embajada estadounidense en Montevideo.

Hollings fue electo por primera vez en 1966 en representación del estado de Carolina del Sur y ha sido reelecto cinco veces. Antes, entre 1959 y 1963, había sido gobernador del mencionado estado. Es presidente de la Comisión de Comercio, Ciencia y Transporte del Senado y se desempeña también en las comisiones de Adjudicaciones, [illegible] e Inteligencia. [illegible]

MERCOSUR y NAFTA Analizaron Senador de EE.UU. e Integrantes de COMISEC

El senador estadounidense Ernest F. Hollings intercambió información sobre los tratados de integración económico-comerciales con la Comisión Sectorial para el MERCOSUR (COMISEC), que tiene entre sus responsabilidades en nuestro país la coordinación del proceso del Mercado Común. En particular se examinaron los acuerdos en los que participan Uruguay (MERCOSUR) y Estados Unidos (NAFTA).

El legislador Hollings, integrante del partido demócrata y miembro del Senado norteamericano desde 1966, fue recibido por el subdirector de la COMISEC, Cr. Diego Cardoso, y los integrantes del programa COMISEC/BID-CEE-PNUD, Ec. Isidoro Hodara y Ec. Andrés Jung.

En la reunión se introdujo al visitante en los fundamentos y perspectivas que orientan al Tratado de Asunción, en tanto el Senador estadounidense explicó el proceso y los alcances del Tratado de Libre Comercio entre Estados Unidos, Canadá y México.

Al encuentro, que tuvo lugar el pasado sábado, asistieron además el embajador de los Estados Unidos en Uruguay, Thomas Dodd, el secretario del Senado estadounidense, Walter Stewart, el agregado económico y comercial, Robert Gehring, así como también asesores del Senador visitante y de la Embajada estadounidense en Montevideo.

El Cr. Diego Cardoso y los economistas Isidoro Hodara y Andrés Jung, explicaron a la comitiva estadounidense, además de los objetivos de este Mercado Común del Cono Sur, la organización institucional del MERCOSUR, el estado actual de progreso de las negociaciones, así como los problemas y desafíos que enfrenta actualmente este proceso de integración regional.

Asimismo el senador Hollings manifestó su impresión sobre el NAFTA, las perspectivas y expectativas que rodean a este marco integracionista, que podría incluir en el futuro a varios países latinoamericanos.

El senador Hollings manifestó su reconocimiento por la información recibida en el transcurso de la reunión y en el encuentro informal mantenido a continuación de la misma.

ERNEST F. HOLLINGS es el séptimo miembro en jerarquía en el Senado de los Estados Unidos. Fue electo por primera vez en 1966 y reelecto cinco veces, la última el año pasado, representando al Estado de Carolina del Sur.

Nº DOCUMENTO 9400923
TÍTULO El mercado mundial de banana. Posición de Europa y aspectos relativos al GATT.
PROCEDENCIA Agenil
FECHA 23.11.93 → Inform 30044 Agenil 20362
VÍNCULOS CE 12640
FEcon 1161
SCon 11407

INUR Nº 372/012/231193

ECONOMIA INTERNACIONAL

- **O mercado mundial de banana. Posição da EUROPA e aspectos relativos ao GATT.**

Após contingenciar as importações de banana, em especial dos produtores da AMÉRICA LATINA, em dois milhões de toneladas métricas, e sobretaxar em 175% o volume excedente — decisão reprovada pelo GATT —, a CEE está preocupada com a elevada oferta do produto no mercado internacional, haja vista os países do LESTE EUROPEU, importantes consumidores, estarem com sua capacidade de absorção restrita devido à baixa disponibilidade de moeda forte. A situação tende a afetar, de forma negativa, as cotações internacionais do produto, podendo inviabilizar o objetivo da CEE de transferir maior renda aos países produtores mais próximos de sua órbita de influência, em particular os do CARIBE e da ÁFRICA.

O excedente é atribuído pela CEE — maior importador em âmbito mundial — ao aumento dos estoques latino-americanos, em virtude da continuidade do plantio apesar do contingenciamento europeu, além de esses produtores terem superdimensionado a capacidade financeira dos mercados alternativos tradicionais de absorverem os excedentes gerados pela decisão européia.

Todavia, como não se vislumbram alterações, a curto prazo, nas medidas protecionistas da CEE, a qual defende a divisão de responsabilidades entre produtores e consumidores, são previstas novas dificuldades aos maiores produtores e exportadores, concentrados, em sua maioria, na AMÉRICA LATINA.

Assim, fica reforçada a tendência — há muito identificada — da incapacidade do GATT para flexibilizar as relações no comércio internacional, em particular na visão das nações desenvolvidas, a despeito dos reiterados discursos no sentido de apoiar e emprestar relevância às negociações na Rodada Uruguai.

* * *

01/1

9400923

02-02

INUR Nº 372/012/231193

ECONOMIA INTERNACIONAL

- **O mercado mundial de banana. Posição da EUROPA e aspectos relativos ao GATT.**

Após contingenciar as importações de banana, em especial dos produtores da AMÉRICA LATINA, em dois milhões de toneladas métricas, e sobretaxar em 175% o volume excedente — decisão reprovada pelo GATT —, a CEE está preocupada com a elevada oferta do produto no mercado internacional, haja vista os países do LESTE EUROPEU, importantes consumidores, estarem com sua capacidade de absorção restrita devido à baixa disponibilidade de moeda forte. A situação tende a afetar, de forma negativa, as cotações internacionais do produto, podendo inviabilizar o objetivo da CEE de transferir maior renda aos países produtores mais próximos de sua órbita de influência, em particular os do CARIBE e da ÁFRICA.

O excedente é atribuído pela CEE — maior importador em âmbito mundial — ao aumento dos estoques latino-americanos, em virtude da continuidade do plantio apesar do contingenciamento europeu, além de esses produtores terem superdimensionado a capacidade financeira dos mercados alternativos tradicionais de absorverem os excedentes gerados pela decisão européia.

Todavia, como não se vislumbram alterações, a curto prazo, nas medidas protecionistas da CEE, a qual defende a divisão de responsabilidades entre produtores e consumidores, são previstas novas dificuldades aos maiores produtores e exportadores, concentrados, em sua maioria, na AMÉRICA LATINA.

Assim, fica reforçada a tendência — há muito identificada — da incapacidade do GATT para flexibilizar as relações no comércio internacional, em particular na visão das nações desenvolvidas, a despeito dos reiterados discursos no sentido de apoiar e emprestar relevância às negociações na Rodada Uruguai.

* * *

La última cumbre de la UE en 1993

Doce que patean la pelota para adelante

Por Rolando Rivière

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Examen: el proyecto de Delors para paliar el desempleo que afecta a 17 millones de personas en la Comunidad Europea será analizado por los ministros de Economía.

BRUSELAS. – Le han dado un 6. El "Libro Blanco" del presidente de la Comisión Europea (CE), Jacques Delors, proyecto para paliar el desempleo que afecta a 17 millones de europeos comunitarios ha recibido un rayo desde el Elíseo. François Mitterrand ha dicho que el texto debe ser analizado por los ministros de Economía. Fuera del Consejo de Europa en esta sesión por la praxis comunitaria.

Indudablemente, Delors no esperaba que su ambicioso proyecto, redactado en 230 páginas que prácticamente nadie ha tenido tiempo material de digerir, pasara a manos técnicas. Deseaba que asumiera un carácter eminentemente político.

Sí, pero no

Se han aceptado sus diagnósticos, pero no sus terapias, excesivamente parecidas a las que se han ido empleando, sin conseguir nada, los Doce gobiernos de la neonata Unión Europea (UE) para detener el desempleo creciente. No hay novedades de bulto en el "libro".

Parece más que razonable que los jefes de Estado y de gobierno hayan decidido que sean los ministros de Economía quienes indiquen cómo controlar el dinero para un vasto plan de inversiones que, en teoría y sólo en teoría, podría rescatar a Europa de su crisis.

Mitterrand, convertido en la "bête noire" de Delors, decía esta tarde ante el Consejo que si se le hubiese encargado a los responsables de la economía la elaboración de este tipo de análisis, no habría nada sobre la mesa. Dando a entender de costado las carencias del libro elaborado por su compatriota. O sus excesos hipotéticos.

Doble juego

Pero Mitterrand hace un doble juego porque persigue, en el fondo, la aceptación de varios de los proyectos del "libro" en infraestructuras tecnológicas; en inversiones millonarias a las que se resiste el gran patrón alemán. Lo que no admite François Mitterrand es que Delors salga de esta cumbre como el factor deteminante de la última reunión de la Unión Europea de este año, procurando al mismo tiempo no coincidir totalmente con Helmut Kohl que ayer no se dignó a hacer ni un solo comentario sobre el "Libro Blanco" en el Congreso del Partido Popular Europeo. Como si no existiera.

Hay una buena dosis de confusión en este Consejo/fin de año de la Unión Europea. Dependientes de los tecnócratas de la UE, que trabajan en su exclusivo beneficio, los jefes de Estado y de gobierno viajan de un lado a otro durante 365 días y tienen apenas tiempo para leer las síntesis de la prensa que les preparan sus secretarios.

Cada vez más sus decisiones personales están articuladas por terceros y frente a coyunturas como las actuales sus reacciones eligen la cautela, fruto a menudo del desconocimiento. Sus asesores pueden ser fiables, pero estos hombres también consultan con la almohada, conscientes de su falta de información directa.

Dulcificar reacciones

Poco después de las 18.30 concluyó la primera sesión. Durante la cena hablarán del GATT y de la ex Yugoslavia. El "Libro Blanco" pasa a manos de los especialistas para que decidan las medidas de relanzamiento económico analizando país por país. A última hora se ha querido dulcificar (sobre todo de parte francesa) las encontradas reacciones ante el texto Delors. No se quiere crucificar al "último de los europeístas" convencido. Pero lo cierto es que la homogeneidad de acción ante el desempleo creciente pasa por tamices distintos en el Reino Unido, Francia o Alemania. Europa no tiene, por el momento, una única receta.

En 1996 ingresan Austria, Suecia, Noruega y Finlandia

LA CEE REFORMA SUS INSTITUCIONES

Los jefes de Estado o de Gobierno de la Unión Europea (UE) aprobaron ayer, la reforma de las instituciones comunitarias tras la ampliación de la UE a cuatro nuevos Estados, Austria, Suecia, Noruega y Finlandia.

Los "doce" decidieron que a partir de 1996, fecha prevista para los nuevos ingresos, los Estados miembros actuales mantendrán la ponderación de votos actuales en el Consejo de Ministros, mientras que Austria y Suecia tendrán 4 votos cada uno y Noruega y Finlandia, 3.

Se encargó asimismo al Consejo de Asuntos Exteriores que complete esta decisión en lo que se refiere al umbral de la mayoría cualificada para las votaciones de toma de decisiones.

El Consejo Europeo decidió que durante el primer semestre de 1995 la presidencia de la UE será ejercida por Francia, país al que seguirá España en el segundo semestre del mismo año.

Para los siguientes semestres, ya con las nuevas adhesiones previstas, la rotación será en el orden siguiente: Italia, Irlanda, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Austria, Noruega, Alemania, Finlandia, Portugal, Francia, Suecia, Bélgica, España, Dinamarca y Grecia.

El Consejo podrá decidir, por unanimidad, a propuesta de los Estados interesados, que un país miembro ejerza la presidencia durante un periodo distinto al indicado.

Las lenguas oficiales de la Unión, serán, tras la ampliación, las nueve lenguas oficiales actuales, a las que se añadirán, el finés, el noruego y el sueco.

Los "doce" decidieron asimismo el lugar de los paises candidatos a la ahesión en las instituciones y organos de la UE.

En la Comisión Europea, tendrán dos comisarios Alemania, España, Francia, Italia y Reino Unido, mientras que habrá uno para Bélgica, Dinamarca, Grecia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Austria, Portugal, Finlandia y Suecia.

El número total de comisarios ascenderá a 21, mientras que en la actualidad son 17.

Para el Parlamento Europeo (PE), los eurodiputados serán en total 639, con el siguiente reparto: Belgica 25, Dinamarca 16, Alemania, 99, Grecia, 25, España, 64, Francia, 87, Irlanda, 15, Italia 87, Luxemburgo, 6, Holanda, 31, Noruega, 15, Austria, 20, Portugal, 25, Finlandia, 16, Suecia, 21 y Reino Unido 87.

En el Tribunal de Justicia de la UE, cada Estado miembro propondrá un juez y, además, en el supuesto de que se adhiera un número par de Estados, Alemania, Francia, Italia, España y el Reino Unido participarían en un sistema de rotación de un juez suplementario.

Por otra parte, Alemania, Francia, Italia, España y el Reino Unido propondrán cada uno un abogado general y los demás Estados miembros participarán en un sistema de rotación de tres abogados generales.

En el Tribunal de Primera Instancia y Tribunal de Cuentas, cada Estado miembros propondrá un miembro.

Para el Comité Económico y Social (CES), el número de miembros será de 12 para Bélgica, 9 Dinamarca, 24 Alemania, 12 Grecia, 21 España, 24 Francia, 9 Irlanda, 24 Italia, 6 Luxemburgo, 12 Holanda, 9 Noruega, 11 Austria, 12 Portugal, 9 Finlandia, 11 Suecia y 24 Reino Unido.

Esta institución, en la que están representados los interlocutores sociales, ascenderá a 229 miembros.

Para el Comité de las Regiones, institución creada tras la puesta en práctica del Tratado de Maastricht, Bélgica tendrá 12 miembros, Dinamarca 9, Alemania 24, Grecia 12, España 21, Francia 24, Irlanda 9, Italia, 24, Luxemburgo 6, Holanda 12, Noruega 9, Austria 11, Portugal 12, Finlandia 9, Suecia 11 y Reino Unido 24.

En total, tendrá 229 componentes de los 16 paises en 1996.

El Consejo Europeo añadió una declaración en sus conclusiones que subraya que los "doce" más los Estados candidatos conv[illegible] en que en la Conferencia intergubernamental que se convocará en 1996 se analizará el papel legislativo del PE, así como las cuestiones relativas al número de miembros de la Comisión y a la ponderación de los votos de los Estados miembros en el Consejo.

También se revisarán las medidas consideradas [illegible] para facilitar los trabajos de las instituciones y garantizar su funcionamiento eficaz.-

(efe)



El acuerdo agrícola entre EEUU y la CEE es cuestionado por los países en desarrollo.

9400926
El Area Económico Europeo podría quedar en el arranque
150007
17.12.93
CE 12640

CEE - AELC

El mayor mercado común podría quedar en el arranque

Bruselas, dic 16 - Al dar la medianoche del 31 de diciembre de 1993, habrá nacido el mercado común más grande del mundo. Pero posiblemente no sobreviva a sus primeros pasos.

No se trata del Tratado de Libre Comercio para América del Norte, frecuentemente considerado el mayor, sino del Area Económica Europea (AEE), que integra a la Comunidad Europea y a cinco de sus siete vecinos del Area Europea de Libre Comercio (AELC).

"El AEE creará la zona económica integrada más grande del mundo, con más de 370 millones de habitantes", dijo el Comisionado de Relaciones Exteriores de la CE Hans van der Broeck en una declaración, después de que la Comunidad ratificara el acuerdo esta semana.

"Se crearán muchas oportunidades nuevas para sus ciudadanos y los agentes económicos de un área que se extiende desde el Artico al Mediterráneo", agregó.

El Tratado de Libre Comercio (TLC), que incluye a los Estados Unidos, Canadá y México, abarca un área geográfica mayor que la AEE, pero el mercado europeo será entre dos y tres veces más grande en términos de intercambio comercial y lo supera en casi todos los otros aspectos.

"Aunque los estadounidenses dicen que el TLC es mayor, no es verdad. Nosotros somos más grandes desde muchos puntos de vista. Es el mercado común más grande del mundo y como tal es de vital importancia", dijo el secretario general de la AELC Georg Reisch.

El AEE, que cancela intrarregionalmente la mitad de su comercio exterior, totaliza 1,679 billones de dólares en importaciones y 1,615 billones de dólares en exportaciones contra sólo 715.000 y 624.000 millones respectivamente en el TLC, según cifras de la AELC.

Pero el AEE, que sufrió largas demoras antes de entrar en efecto, podría ser un gigante de corta vida.

Cuatro de los cinco países de la AELC que se integraron —Austria, Finlandia, Noruega y Suecia— están negociando su ingreso a la Comunidad Europea y si todo resulta de acuerdo a lo planeado serán admitidos el 1 de enero de 1995.

Esto dejaría sólo a Islandia, y tal vez a la diminuta Liechtenstein que espera sumarse pronto al AEE, como miembros del rea fuera de la Comunidad.

El presidente de la Comisión Europea Jacques Delors ha señalado al AEE como una posible forma de incorporar a las nacientes democracias de Europa oriental al circuito comercial del oeste, lo que ofrecería una posibilidad de mantener el AEE.

La CE prometió ayudar a las naciones del este a reestructurar sus economías centralmente planificadas para que adopten un sistema capitalista de mercado, pero difícilmente las acepte como miembros plenos antes de fin de siglo.

Y aunque la fecha de admisión de los cuatro aspirantes de la AELC ya está decidida, diplomáticos advierten que no es un plazo inamovible.

En los primeros dos meses de 1994 se realizarán difíciles negociaciones sobre temas clave, como la armonización de las políticas agrarias y regionales de los posibles miembros con la estrategia común de la CE.

Finlandia, Suecia y Noruega piden condiciones especiales para sus agricultores, que labran las gélidas tierras del Artico. (Reuter)

01-01

9400926

Nº. DOCUMENTO 9400928
TITULO Fracaso de las conversaciones de paz patrocinadas por la Comunidad Europea.
PROCEDENCIA Servicio Brasil (20362)
FECHA 30/12/93
VINCULACION 20362 - 11849 - 30044 - 11876 - 507697 - 11879 - 12640 -

9400928

01-01

INUR Nº 413-D/012/301293

BÓSNIA-HERZEGOVINA

- <u>O fracasso das conversações de paz patrocinadas pela Comunidade Européia. Reflexos</u>.

Os representantes do Governo bósnio, dos sérvios e dos croatas bósnios, reunidos em BRUXELAS para as conversações de paz patrocinadas pela Comunidade Européia (CE), haviam concordado numa trégua de Natal em toda a ex-República da IUGOSLÁVIA, a vigorar até 15 Jan 94. Entretanto, os combates continuaram em quase toda a BÓSNIA-HERZEGOVINA, apesar do apelo das Nações Unidas dirigido às facções em conflito no sentido de respeitarem o cessar-fogo.

Enquanto a luta continua sem sinal de arrefecimento, os líderes da CROÁCIA e do Governo da BÓSNIA-HERZEGOVINA acusam-se mutuamente de prejudicar as conversações para pôr fim ao conflito étnico na ex-República. A natureza das concessões sérvias e croatas — e não a extensão do território a ser cedido — é o fato ainda impeditivo do progresso das negociações. Ambos aceitam cortar as partes conquistadas para entregar 33,5% (32% originariamente) da BÓSNIA aos muçulmanos, os quais se contentam com essa parcela. O principal obstáculo ao acordo continua sendo as questões dos enclaves e do acesso ao Mar Adriático, bem com a partilha de SARAJEVO e de MOSTAR a ser administrada pela CE. Sobre a Capital, os negociadores europeus sugerem seja colocada sob mandato da ONU.

Nas eleições parlamentares da SÉRVIA, vencidas pelo Partido Socialista Sérvio (PSS), mesmo não tendo obtido a maioria absoluta, o Presidente SLOBODAN MOLOSEVIC passou a ser visto como "**a esperança para a crise**" nos BÁLCÃS, embora muitos o considerem o "**inventor da purificação étnica**". A vitória de MILOSEVIC e do PSS praticamente marginaliza os pequenos partidos nacionalistas e extremistas, favoráveis à idéia da "**Grande Sérvia**" e mantenedores do conflito.

A CE, por sua vez, visando acelerar as negociações, deve adotar concessões mais concretas e colocar a suspensão das sanções econômicas contra a SÉRVIA e alguma ajuda econômica e financeira à CROÁCIA como preço e incentivo capazes de despertar o espírito conciliador da nova composição política e dos dirigentes da antiga IUGOSLÁVIA.

Os obstáculos a uma solução duradoura ainda serão significativos. Portanto, caberá aos países europeus demonstrarem mais firmeza e coerência ante as facções em luta, pois as indecisões dominantes não têm ajudado o restabelecimento da autoridade dos Organismos Internacionais.

* * *

01/1

9400928

INUR Nº 413-C/012/301293

UCRÂNIA

- Concessões sobre mísseis nucleares. Oposição Parlamentar. Perspectivas.

Poucos dias após a reunião tripartite UCRANO-RUSSO-NORTE-AMERICANA, destinada a atender às reivindicações ucranianas em relação à forma de garantir sua segurança em caso de desarmamento nuclear, KIEV aceitou desativar parte dos mísseis SS-24 instalados em seu território.

Dos 46 SS-24, 17 já haviam sido sacados dos silos atômicos e tiveram separadas suas ogivas, enquanto outros três deverão ser desmontados a curto prazo. Em contrapartida, os EUA propõem o fornecimento gratuito à UCRÂNIA de combustível para suas centrais nucleares e a RÚSSIA aceita cancelar os US$ 2 bilhões da dívida de KIEV pela compra de gás e petróleo. A decisão russa é, também, uma compensação pela retirada do território ucraniano das armas nucleares táticas, concluída em Mai 92.

O anúncio de desativação foi recebido favoravelmente em WASHINGTON, sem comentários em MOSCOU e com incompreensão e revolta em KIEV. Apesar de o Governo tentar atenuar a importância das medidas — afirmando tratar-se dos obsoletos SS-19 —, a oposição, que chegou a falar em **"alta traição"**, acusa o Presidente de tramar a desativação das armas estratégicas às escondidas, como fez com as táticas, no ano passado, **"vergando-se às pressões ocidentais"**. Ao ratificar, em Nov passado, o Tratado de Desarmamento Nuclear - START-I, o Parlamento ucraniano excluiu os SS-24. Os deputados destacaram, na ocasião, o desejo do país em continuar sendo uma potência nuclear, à espera de maiores garantias sobre sua segurança e de compensações financeiras.

Apesar da evolução positiva em termos internacionais, à ascenção dos ultranacionalistas na vizinha RÚSSIA, a contrariedade da oposição interna e o fato de apenas parte das reivindicações ucranianas terem sido atendidas são sinais de que pode ainda estar distante a estabilidade política na UCRÂNIA, tanto no aspecto interno como no seu relacionamento internacional.

* * *

Nº. DOCUMENTO 9400930
TITULO Reflejo de los resultados de las elecciones, fin del Ministerio de Seguridad
PROCEDENCIA 20362
FECHA DE 30/12/93
VINCULACIONES 30044 –
20362 –
11849 –
11876 –
507294 –
11437 –

9400930

INUR Nº 413-B/012/301293

RÚSSIA

– Reflexos do resultado das eleições. Extinção do Ministério da Segurança. Conseqüências.

Em sua primeira reação pública aos resultados das eleições parlamentares do último dia 12, o Presidente BÓRIS YELTSIN atribuiu o avanço da extrema direita a um voto de protesto contra a pobreza e deu indicações da intenção de mudar a política econômica. Algumas das iniciativas aventadas são desacelerar a transição para a economia de mercado, assumindo uma orientação mais social, e diminuir a prioridade do combate à inflação em prol do aumento da produção e dos investimentos. Além disso, fez algumas críticas ao Ocidente pela não liberação de ajuda à RÚSSIA.

No campo político, prosseguindo nas retaliações aos "culpados" pelo resultado das urnas, destituiu vários dirigentes e extinguiu o Ministério da Segurança — reduzindo sua atividade a um Serviço encarregado apenas da contra-espionagem —, na tentativa de colocar as áreas de Inteligência e Segurança diretamente sob seu controle. O extinto Ministério, remanescente do KGB, encarregava-se da contra-espionagem, dos sistemas de comunicações, da defesa da Constituição, da espionagem econômica e da luta contra o crime organizado. Também participava, juntamente com o Ministério do Interior, da defesa e segurança internas. Essas atribuições ficarão dispersas por vários Ministérios e por órgãos a serem estruturados, consagrando a pulverização do antigo sistema de Segurança do Estado.

A imprecisão acerca das atividades do sistema alimentou suposições sobre sua influência no pleito, ajudando, inclusive, no desempenho dos conservadores comunistas e, em especial, do líder ultrancionalista VLADIMIR ZHIRINOVSKY. YELTSIN também culpou a área de Inteligência por passividade, pelo fato de não ter previsto o levante de outubro e não haver formulado, ainda, um conceito estratégico sobre a Segurança do Estado.

O novo Serviço Federal de Contra-inteligência, criado por decreto, é uma adaptação da Agência Federal de Inteligência, sugerida pelo ex-Presidente MIKHAIL GORBACHEV, após o golpe de 91, numa tentativa superficial de reorganizar o sistema. Embora a extinção do Ministério da Segurança aparente representar o fim de um poderoso e temido instrumento do Governo desde a época czarista, as características do órgão substituto, voltadas em especial para o âmbito externo e para a proteção contra ações oriundas do exterior, são mais um aspecto de fundamental importância na busca da consolidação do Governo atual.

Além disso, a reformulação do Serviço de Inteligência russo, juntamente com a nova doutrina de defesa recém-homologada e agora avalizada na Constituição, pode preconizar o caráter de emancipação e expansionismo da era YELTSIN, no sentido de recolocar a RÚSSIA, até o fim do século, no rol das potências mundiais.

INUR 408/012/231293

LÍBANO

- ***O ressurgimento do terrorismo e seus reflexos sobre o processo de paz instaurado pelo Acordo de TAIF.***

Em 20 Dez, um atentado a bomba, cuja autoria não foi reivindicada, destruiu parcialmente a sede da Falange Cristã (**"KATA'EB"**), no bairro cristão de SAFI, em BEIRUTE. O atentado foi perpetrado durante uma reunião da direção do **"KATA'EB"**, em que se encontravam cerca de duzentas pessoas.

Apesar do grande número de feridos e dos elevados danos materiais, a ação terrorista não logrou atingir o principal dirigente falangista, GEORGES SAADEH, que se atrasara para a reunião. Um caminhão, supostamente carregado com mais de 250 kg de alto explosivo, foi utilizado no atentado.

O episódio adquire especial significado, porquanto interrompe um perído excepcionalmente calmo da política libanesa, em que, durante dois anos de convivência democrática, não ocorreram ações terroristas de envergadura.

O **"KATA'EB"** é a principal organização política do espectro cristão maronita libanês, o qual comporta a **"Milícia Marada"**, de TONI FRANJIEH, as **"Forças libanesas"**, de SAMIR GEAGEA, e grupos de seguidores do Gen MICHEL AOUN e de RAYMOND EDDÉ, bem como os integrantes do Exército do Sul do Líbano (ESL), comandados pelo Gen ANTOINE LAHAD e aliados de ISRAEL. Tal conjunto de forças dominou politicamente o LÍBANO por muitos anos e sustentou, no período de 1975 a 90, um conflito fratricida com os palestinos e, posteriormente, com os muçulmanos xiitas da **"AMAL"** e do **"HIZBALLAH"** e também contra os drusos de WALID JUMBLAT. Embora seus autores sejam ainda formalmente desconhecidos, o atentado contra o **"KATA'EB"**, pelas suas características e propósitos aparentes, deixa **"vestígios"** sinalizando que seus responsáveis, seriam, supostamente, ligados aos extremistas islâmicos xiitas próximos ao **"HIZBALLAH"**.

Entretanto, o denso e diversificado espectro político libanês, com sua miríade de milícias de organizações políticas e religiosas a tecer, por vezes, paradoxais alianças com inimigos de véspera, aponta igualmente para a possibilidade de os autores da ação terrorista serem provenientes do próprio campo cristão. Tal percepção se coaduna com a expectativa de reação dos segmentos maronitas mais exaltados à decisão adotada pela direção do **"KATA'EB"**, em nov 93, de afastar-se do bloco político cristão e de se aproximar do Governo sírio, que exerce onipresente influência tutelar no LÍBANO.

De qualquer modo, o episódio deixa entrever a possibilidade do reaquecimento da rivalidade entre os vários grupos atuantes na política libanesa. Dadas a permanente mobilização de tais grupos, a maioria dispondo de milícias armadas, e o precário equilíbrio estabelecido pelo Acordo de TAIF, afigura-se previsível a ocorrência de ações de represália por parte das vítimas do recente atentado, com danosos reflexos para o processo de paz libanês.

1/5

RESERVADO

.M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	27ENE94				HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 11/94					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 03ENE94

II - INFORMACION CONOCIDA:

A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION:

D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA:

El Jefe del DptoII (Inf) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel

Franklin W.Fernández

RESERVADO 9400932

001/5

RESERVADO Montevideo, 27 de Enero de 1994.-

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.-ANGELINO PAIRET, DELIA IRIS. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 29/9/1956 Montevideo

C.I. 1.431.460/9 FR.

C.C. AVA 15.316 / CERIANI BARBIERI, IRMA JOSEFINA.

Domicilio actual: Samuel Blixen 4210

Domicilio anterior: Gral.Urquiza 2829 Bis ap.6

Nombre del padre: Adan Angelino Enriquez (Fallecido)

Nombre de la madre: Delia Pairet Lara FR BEA 38596-

Nombre del cónyuge: Mauricio Héctor Bausero Avila.

2.-BRASESCO CIMASSI, ANA PATRICIA. FR- Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 26/9/1968 Montevideo

C.I. 1.983.589/2

C.C. BZC 695

Domicilio actual: Ramón Cáceres 679

Domicilio anterior: Millán 4198 Bis

Nombre del padre: José Luis Brasesco Logulló.

Nombre de la madre: Carmen Renée Cimassi Chenino.

Nombre del cónyuge:

3.-CHAPPE SISTO, MONICA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 19/5/1963 Florida

C.I. 3.444.937/7

C.C. QAA 39.236

Domicilio actual: Carlos Gardel 973/1

Domicilio anterior: Rivera 617 -Florida-

Nombre del padre: Roberto Nicasio Chappe Pase. (Fallecido)

Nombre de la madre: Mafalda Elena Sisto Salomone.

Nombre del cónyuge: -

RESERVADO

RESERVADO

4.-FERNANDEZ LUNA, MARIA CRISTINA. Aux.de Enfermería. FR.-

Fecha y lugar de nacimiento: 1/9/1959 Montevideo

C.I. 1.716.047/5

C.C. AZA 27.737

Domicilio actual: Eduardo Mac Eachen 1515

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Adan Venancio Fernandez Artigas (Fallecido) FR - AZA 6555

Nombre de la madre: María Nieves Luna Alberdi FR - AZA - 8054 -

Nombre del cónyuge: Sergio Jesús Perez Martinez FR - AHB 7044

5.-FRANCO, DORY BEATRIZ. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 26/11/1958 Treinta y Tres

C.I. 1.867.771/2

C.C. BOB 29.118

Domicilio actual: Cno.del Andaluz Km.2,5 Manz.D Solar 18 -Casarino-

Domicilio anterior:

Nombre del padre:

Nombre de la madre: Justa Enilda Franco

Nombre del cónyuge: Miguel Angel Silva SLV - Militar

6.-NUÑEZ DA ROSA, ELBA BEATRIZ FR. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 16/12/1962 Tacuarembó

C.I. 3.491.491/4

C.C. TAA 42.490

Domicilio actual: Herrero y Espinosa 1413

Domicilio anterior: Guaycurú 2889 Bis Ap.2

Nombre del padre: Angel Nuñez Benavente (Fallecido)

Nombre de la madre: Elba Gladys Da Rosa Pereira FR - TAA 40445

Nombre del cónyuge: —

RESERVADO

RESERVADO

7.- PEDRAGOSA ROMERO, GRACIELA SILVANA. FR- Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 8/2/1966 Montevideo

C.I. 1.937.115/5

C.C. BOA 13.353

Domicilio actual: Avelino Lerena 1144

Domicilio anterior: Vicenza 2803

Nombre del padre: Miguel Angel Pedragosa Montesdeoca

Nombre de la madre: Laureana Elida Romero Laralles FR- BOA 13541

Nombre del cónyuge: Luis Alberto Zelayes Segovia FR- BOA 12283-(9)

8.- PEREZ PASTORINO, MARIA MARTHA. FR- Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 2/6/1959 Montevideo

C.I. 1.653.706/7

C.C. BDA 64.365

Domicilio actual: 17 Mts. 4270 Bis

Domicilio anterior: Zapicán 2872 Bis, Zapicán 2599

Nombre del padre: Arasmin Aldemar Perez Froste

Nombre de la madre: Marta Amelia Pastorino Cabrera FR BOB 9907

Nombre del cónyuge: Daniel Walter Albarao Bouza FR BTA-13363-

9.- RODRIGUEZ FERNANDEZ, LAURA VIRGINIA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 10/11/1973 Montevideo

C.I. 1.805.629/3

C.C. BDA 94.008

Domicilio actual: Cno.Repetto 3591

Domicilio anterior:

Nombre del padre: José Luis Rodriguez Lopez

Nombre de la madre: Nélida Mireya Fernández Bentancour FR BDB 30621-

Nombre del cónyuge:

10.- SEGUEZA RAYMUNDO, ELIZABETH MARIA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 9/4/1957 Montevideo

C.I. 1.444.477/9

C.C. BBB 30.434

Domicilio actual: D.A.Larrañaga 3905 Edificio A Ap.208

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Eduardo Segueza (Fallecido)

Nombre de la madre: Olga Raymundo Aguirre (Fallecida)

Nombre del cónyuge: Benito Rama Tobio.

RESERVADO

RESERVADO

11.-SUAREZ ALBISO, ADRIANA JACQUELINE. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de Nacimiento: 15/10/1965 Mercedes

C.I. 3.939.965/4

C.C. MAA 52.741 traslado BMA 32.177

Domicilio actual: Mariano Soler 3234

Domicilio anterior: Santiago de Chile 1121/1

Nombre del padre: Jorge Manuel Suárez Vidal Militar(R)

Nombre de la madre: María Elena Albiso Ibarra

RESERVADO

INUR Nº 008-A/012/110194

CHILE

Obstáculos políticos à ação governamental.

Nas eleições de Dez 93, a coligação **"Concertación"** *conseguiu eleger, pela segunda vez, um democrata-cristão como Presidente. Entretanto, mesmo ratificando o Partido Democrata Cristão (PDC) — integrante da frente vitoriosa — como a maior força eleitoral (27% dos votos), a oposição conquistou a maioria parlamentar, deixando o futuro Executivo, a ser empossado em março, politicamente isolado.*

O atual Governo enfrenta dificuldades para aprovar seus projetos e implementar medidas por falta de respaldo político. A principal pendência e aspecto de maior divergência entre civis e militares diz respeito aos processos sobre violações dos direitos humanos.

O encaminhamento dessa questão — compromisso de campanha do Presidente eleito, EDUARDO FREI RUIZ-TAGLE — requer a reforma do texto constitucional, visando reduzir a influência militar e conceder maior controle ao Presidente da República sobre a alta cúpula das Forças Armadas.

Entretanto, considerando a maioria oposicionista e a autoridade do General AUGUSTO PINOCHET como Comandante-em-Chefe do Exército — cargo assegurado constitucionalmente até 97 —, vislumbram-se problemas para o próximo governante também nas relações entre os poderes constituídos. Tal circunstância submeterá

o Governo a negociações e a interesses nem sempre compatíveis com as soluções idealizadas.

A despeito do desempenho econômico favorável, o CHILE atravessa um momento político delicado, onde a credibilidade e o respaldo obtidos nas urnas tendem a diminuir, em prejuízo do relevante papel dos democrata-cristãos na abertura chilena.

* * *

Inf - 20362 533429

01-01

9400935

30115

HOJA INFORMATIVA N° 4

FECHA : 15 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

ROBERTO FREIRE DEJA LIDERAZGO DEL GOBIERNO

- El diputado Roberto Freire, del PPS, dejó ayer el liderazgo del Gobierno en la Cámara de Diputa - dos, criticando la política económica del ministro Fernando Henrique Cardoso. Esa política, según Freire, difiere de la opción que el propio presi - dente Itamar Franco hizo al asumir su cargo. Irritado con las críticas del equipo económico al proyecto de ley que prevé la readmisión de servidores públicos, Freire dijo que presentó su renuncia para no transformarse en un obstáculo para la aprobación del plan de estabilización.

"Continúo en defensa de la gobernabilidad del presidente Franco, pero creo que no tengo nada más que hacer, debido a los problemas que existen de concepción y de implementación de la política económica. Tratamos de evitar que esa política cayera en el neoliberalismo, pero cayó. Basta ver las altas tasas de intereses", afirmó el ex Líder.

El Diputado acusó también de liviandad al equipo económico, llamando a sus integrantes de neófitos. Dijo que fue víctima de una campaña absurda porque defiende la readmisión de los servidores que fueron dejados cesantes durante el gobierno de Fernando Collor.

EL APOYO DEL PRESIDENTE AL MINISTRO DE HACIENDA

- Confesándose sorprendido por el pedido de renuncia del líder del Gobierno en la Cámara, Roberto Freire, el presidente Itamar Franco dijo ayer por la noche, que la próxima semana definirá al suce - sor. Pero, ya dio claras demostraciones de que invitará al ex ministro de Previsión Social, Antonio Britto, que vuelve a la Cámara de Diputados en enero.

Después de seis días lejos de Brasilia, acompa - ñando las negociaciones del plan económico por teléfono, el Presidente dijo que, en la historia contemporánea, ningún presidente dio tanto apoyo a su ministro de Hacienda como él. Ratificando sus palabras, dijo que si Cardoso quisiera ser candidato mañana, podrá serlo. "El es la única excepción que abrí, lo que es una demostración más de aprecio" comentó el Presidente, agregando que no sería posible substituir al ministro de Hacienda ahora.

Adelantó el Presidente que la próxima semana discutirá con Cardoso las dificultades para aprobar el plan económico, pero no demostró preocupación por los plazos para su aprobación en el Congreso Nacional.

01-12 9400936

ENMIENDA INVALIDANDO RENUNCIA DE DIPUTADO CORRUPTO

- La prisión del abogado Paulo César Farias en celda especial y la hipótesis de que parlamentarios envueltos en irregularidades utilicen la renuncia como medio de escapar de la anulación de sus mandatos parlamentarios, llevaron al diputado Amaral Netto, del PPR, a presentar, ayer, tres polémicas enmiendas para la revisión constitucional. Una de ellas, acaba con el beneficio de prisión especial; otra, con el carácter de reo primario para crímenes dolosos; mientras la última, invalida el recurso de la renuncia para parlamentarios implicados en Comisiones Parlamentarias de Investigaciones.

De acuerdo con esta última enmienda, todos continúan sujetos a la suspensión de los derechos políticos por diez años, aunque renuncien.

El Diputado ya había presentado dos enmiendas bastante polémicas para la revisión. En una, pide un plebiscito popular para decidir la aprobación de la pena de muerte. La otra, prevé el fin de la inmunidad parlamentaria, preservándola sólo para opiniones y votos.

DIPUTADOS CORRUPTOS QUEDARAN INELEGIBLES

- Aunque los diputados envueltos en el esquema de corrupción del Presupuesto de la Unión renuncien antes de que sus mandatos sean anulados, no pueden --como el ex presidente Collor-- presentar recurso ante la Justicia. Los parlamentarios --al contrario de Collor-- serán encuadrados en enero, por el Procurador General de la República, en la Ley de número 8.429/92, que castiga a aquél que consiguió formar una riqueza de manera ilícita, mediante actos de improbidad administrativa, con la pena de suspensión de los derechos políticos por un período de entre ocho y diez años.

PROPUESTAS A LA REVISION CONSTITUCIONAL

- El último día de plazo para entregar propuestas para la revisión constitucional demostró que los parlamentarios quieren modificar prácticamente toda la Constitución de 1988. Hasta las 19h30m de ayer, 240 de los 245 artículos fueron blancos de propuestas revisionistas. El plazo se extendió hasta la medianoche de ayer. Teóricamente, eso significa que todos los dispositivos importantes de la Constitución podrán ser alterados. Hasta las 19h 30m, los parlamentarios ya habían presentado cerca de 13 mil enmiendas.

El fin del plazo para presentar las propuestas, no limita las tentativas de modificar el texto de la Constitución. Después de la publicación de las propuestas, empieza a correr un plazo de siete días para la presentación de enmiendas a las propuestas.

9400936

FACTOR ECONOMICO

Nacional

SENADO PRESENTARA SUGESTIONES CONTRA EL DEFICIT

La Comisión de Asuntos Económicos del Senado creó ayer un grupo de trabajo para consolidar las propuestas alternativas al programa de ajuste fiscal. Esta subcomisión se reunirá nuevamente con el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, para presentar, entre otras, la sugestión de que el déficit sea parcialmente financiado por la emisión de títulos a mediano y largo plazo con base en los dólares obtenidos con las exportaciones brasileñas, algo así como el eurobono, títulos de captación lanzados en el mercado europeo por empresas privadas.

Ningún senador descartó la posibilidad de que se apruebe la enmienda que crea el Fondo Social de Emergencia, hipótesis rechazada por los diputados. Pero hubo un llamado de atención para la dificultad para la aprobación del aumento de las alícuotas.

Internacional

APLICACIONES EXTRANJERAS EN NOVIEMBRE

- Los inversionistas extranjeros volvieron a interesarse en las bolsas de valores brasileñas,que este año ya presentan un promedio de ganancia en dólar superior a los 150%. En noviembre, ingresó un volumen de US$ 2,16 mil millones. Pero como hubo un retorno de US$ 1,1 mil millón para el exterior, el resultado líquido en el período llegó a US$ 1,04 mil millón.

Este año, esos inversionistas aplicaron en Brasil US$ 12,4 mil millones y remitieron US$ 7,51 mil millones, lo correspondiente a un saldo de US$ 4,92 mil millones.

FUERZAS ARMADAS

Marina

REDUCIDO EL CORTE DEL PRESUPUESTO DE LA MARINA

- Después de una semana de preocupaciones, durante la cual pidió al presidente Itamar Franco y negoció con el ministro de Planificación, Alexis Stepanenko, el ministro de Marina, almirante Ivan Serpa, ya se siente más aliviado. El Gobierno cortará menos que los anunciados 42% de su ya debilitado presupuesto, y sólo así la Marina conseguirá cumplir, en 1994, sus compromisos internacionales en el área del Atlántico Sur, mantener al Brasil como miembro activo del Club de la Antártida y pagar los pedidos hechos de submarinos, corbetas y barcos patrulla a firmas alemanas y a los astilleros nacionales.

De lo contrario, quedarán perjudicados los programas no esencialmente militares, sobre todo en la Amazonia, y los proyectos de inversiones vinculados a la ciencia y a la tecnología, entre ellos, el principal programa nuclear brasileño para fines pacíficos(Aramar). Comentó el ministro Serpa que cada brasileño gasta, anualmente, con las Fuerzas Armadas, tres dólares.

HOJA INFORMATIVA Nº 5

FECHA : 16 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

CAMARA ANULA EL MANDATO DE TRES DIPUTADOS

- La Cámara de Diputados anuló ayer, en sesión secreta, los mandatos parlamentarios de los diputados Onaireves Moura, Nobel Moura, e Itsuo Takayama, todos del PSD, abriendo así el camino para el castigo de los implicados en el escándalo del Presupuesto. Los tres fueron acusados de ruptura del decoro parlamentario por haber comercializado los mandatos en el Congreso. Los dos diputados Moura fueron considerados culpables de ofrecer cerca de US$ 100 mil para que otros parlamentarios se afiliasen al PSD. Takayama, que admitió que recibió dinero para afiliarse al partido, fue considerado culpable por dejarse corromper. Además de la anulación de sus mandatos, los tres tuvieron sus derechos políticos suspendidos hasta 1998.

FIJADO EL DIA PARA PINHEIRO PRESTAR DECLARACIONES

- El ex presidente de la Cámara de Diputados, Ibsen Pinheiro, del PMDB, prestará declaraciones en la Comisión Parlamentaria de Investigaciones del Presupuesto el próximo día 23. La iniciativa de fijar el día para prestar declaraciones fue del propio Diputado, que tres veces había pedido prorrogación, alegando dificultades en la red bancaria para obtener sus extractos bancarios. Pinheiro comunicó al presidente de la CPI, senador Jarbas Passarinho, que la auditoría de sus cuentas ya estaba casi lista.

Pinheiro quiere contestar los informes parciales de la Subcomisión de Bancos que indican un movimiento bancario, durante los últimos cinco años, de US$ 2,3 millones, siendo que su renta se constituye apenas de una jubilación y de su sueldo de par-
lamentario.

LULA CRITICA A CARDOSO PERO QUIERE ALIANZA CON PSDB

- A pesar de haber heheo duras críticas a Fernando Henrique Cardoso, del PSDB, por su gestión al frente del Ministerio de Hacienda, el candidato del PT a la Presidencia de la República, Luís Inacio da Silva -Lula- dijo que quiere aliarse al PSDB, ya en el primer turno, para la elección del año que viene. La próxima semana, Lula mantendrá un encuentro con el presidente del PSDB, Tasso Jereissati.

En ese encuentro, Lula y Jereissati recibirán un documento firmado por cerca de 150 empresarios, apoyando la unión del PT y del PSDB.

FRANCO DEBERA ESCOGER NUEVO LIDER EN LA CAMARA

- El presidente Itamar Franco debe escoger el subs tituto del diputado Roberto Freire como líder del Gobierno en la Cámara de Diputados, entre los dipu tados Alvaro Valle, del PL, Odacir Klein, del PMDB, y Germano Rigotto, vicelíder del PMDB an la Cámara, según informó uno de los principales asesores del Presidente. Obligatoriamente, el nuevo líder ten drá que tener un perfil afinado con el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, puesto que el Presidente considera como prioridad de su Gobierno la aprobación del plan anunciado la semana pasada.

El Presidente no hizo comentarios al respecto de las críticas de Freire, al dejar el Gobierno, a la política económica que viene siendo implantada por Cardoso. Al Presidente le gustaría invitar para ser su líder en la Cámara, al ex ministro de Previ sión Social, Antonio Britto. Sin embargo, como Britto está interesado en ser candidato a goberna dor de Rio Grande do Sul, difícilmente aceptará.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

CARDOSO QUIERE ACABAR CON LOS MONOPOLIOS ESTATALES

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardo so, insistió en la propuesta para acabar con el mo nopolio estatal del petróleo, telecomunicaciones y explotación mineral y en la flexibilización del tratamiento al capital extranjero, a pesar de que el presidente Franco determinó la exclusión de e sas enmiendas del conjunto de propuestas encamina do por el Poder Ejecutivo para la revisión consti tucional.

Entre las propuestas se encuentra el fin del si gilo bancario, la creación de nuevos impuestos por ley complementaria en caso de calamidad económica, alteración en el principio de estabilidad para el servidor público y la extinción del fondo que des tina 10% del Impuesto sobre Productos Industriali zados(IPI) a los exportadores.

INDICADORES ECONOMICOS DEL MES DE OCTUBRE

- Todavía no fue en octubre que ocurrió la expan - sión de la producción industrial característica del segundo semestre. Después de la baja de 3,27 en se tiembre, las ventas de la industria tuvieron una mo desta recuperación de 0,38% en comparación con el mes anterior, según los datos divulgados por la Confederación Nacional de la Industria(CNI). Además de eso, el empleo fue destaque negativo por el cuar to mes consecutivo con baja de 0,30%.

En comparación con octubre del año pasado, el ú nico indicador positivo es el desempeño de las ven tas, con un crecimiento de 1,17%. Empleo, horas trabajadas y total de sueldos líquidos pagados, tu vieron reducción.

Internacional

ACUERDO DEL GATT CONSIDERADO BUENO PARA EL BRASIL

- El ministro de Relaciones Exteriores, Celso Amorim, indicó la reducción de los subsidios agrícolas, las nuevas restricciones al dumping y las garantías de acceso a mercados, como las principales ventajas obtenidas por Brasil con el acuerdo del GATT(Acuerdo General de Tarifas y Comercio) firmado ayer en Ginebra, estableciendo nuevas reglas para el comercio mundial.

Dijo el Canciller que Brasil puede ganar US$ 2 mil millones con el nuevo acuerdo, si se confirman los cálculos de un aumento de US$ 200 mil millones en el comercio mundial, del cual Brasil participa con 1%.

En el sector agrícola, que fue disciplinado por primera vez en el GATT, Brasil ganó con la determinación de reducir los subsidios en seis años.

De acuerdo con el Ministro, Brasil consiguió ventajas para sus exportaciones de zapatos y cueros, de cerámicas, papeles, productos a base de maderas para ser exportados hacía la Unión Europea(UE),además de carnes destinadas al mercado estadounidense. Con respecto al jugo de naranja, los diplomáticos brasileños consiguieron una reducción de 15% del impuesto de importación cobrado por los Estados Unidos y de por lo menos 20% de la misma tarifa cobrada por la Unión Europea.

Los exportadores de acero también serán beneficiados por las nuevas reglas sobre dumping que prohiben las normas estadounidenses de antitriangulación.

El Ministro no quedó muy satisfecho con el resultado final, pero cree que la creación de una disciplina para el mercado agrícola, por ejemplo, ya es un avance.

TRANSPORTES

LLOYD OPERARA NUEVAMENTE EN EL MEDITERRANEO Y EE.UU.

- El Lloyd Brasileiro conmemorará el año nuevo volviendo a las líneas de los Estados Unidos y del Mediterráneo. Según el director comercial de la empresa, Almir Santana, la empresa estatal está negociando los últimos acuerdos para retomar las operaciones, lo que deberá de súceder en enero. En los Estados Unidos, el Lloyd operará fletando'slots' (espacios) de la empresa argentina Elma, que actualmente es la única compañía de navegación operando aisladamente en la línea. Las demás empresas operan en sistema de 'joint-venture'. Santana aclaró que no fue acordado aún la cantidad de 'slots' que serán fletados por viaje.

Explica el Director que la deuda de capital continúa impagable y llega a cerca de US$ 400 millones. La empresa piensa vender el próximo año,para fines de chatarra, cuatro barcos de la flota: "Itapagé", "Itanagé", "Itaquatiá" y"Lloyd Bagé".

06 9400936

HOJA INFORMATIVA N° 6

FECHA : 17 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

JUSTICIA CONFIRMA IMPEACHMENT DE COLLOR

- El ex presidente Fernando Collor está alejado de la vida política hasta el año 2002. El Supremo Tribunal Federal(STF) confirmó ayer el juicio del Senado y mantuvo la inhabilitación del ex presidente para ejercer funciones públicas durante ocho años. Los tres ministros del Supremo Tribunal de Justicia convocados para desempatar la cuestión-en el primer juicio del STF el resultado fue 4 a 4-votaron contra el ex presidente. Así, Collor no podrá ser candidato en ninguna elección hasta el 29 de diciembre del año 2002. Prácticamente, sin embargo, Collor deberá cumplir un período de diez años fuera de la política, puesto que la elección siguiente al fin de su inhabilitación sólo será en octubre de 2002 para gobiernos estatales y Congreso Nacional. Collor puede votar, aunque no pueda ser votado ni ejercer cualquier cargo en la administración pública, directa o indirecta.

El primer ministro que votó fue William Patterson, presidente del Supremo Tribunal de Justicia, quien dio la indicación de que votaría contra el recurso de Collor ya al comenzar su voto, cuando elogió "el magnífico informe del relator".

El futuro político de Collor fue confirmado con el voto del ministro Torreao Braz, el segundo que votó, inmediatamente después de Patterson. Especialistas en Derecho Administrativo, los representantes del Supremo Tribunal de Justicia explicaron que la renuncia de Collor no podría impedir la aplicación de sanciones. Patterson llegó a reconocer la habilidad del ex presidente, pero lo criticó.

LAS NEGOCIACIONES DE CARDOSO CON EL CONGRESO

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, ante las dificultades enfrentadas por el plan económico en el Congreso, decidió asumir personalmente la dirección de las negociaciones. El diagnóstico hecho por Cardoso y por el líder del PSDB en la Cámara, José Serra, es de que falta voluntad política para que el plan avance.

A pesar de los innumerables contactos políticos recientemente mantenidos por Cardoso, la resistencia al aumento de impuestos y a la creación del Fondo Social de Emergencia con 15% de todos los ingresos federales, no fue amenizada. Ni siquiera dentro del propio PSDB, partido del Ministro, la preocupación presentada por los alcaldes al Fondo Social fue olvidada.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

CONSIDERADA CONSTITUCIONAL LA COBRANZA DEL IPMF

- El Supremo Tribunal Federal(STF) consideró constitucional la cobranza del IPMF(Impuesto Provisorio sobre Movimiento Financiero) a partir de enero.

Los ministros del STF optaron por la ampliación de las exenciones, además de las que ya estaban previstas en la enmienda que creó el tributo, eximiendo del impuesto a estados, municipios, al Distrito Federal, fundaciones, iglesias, templos, entidades filantrópicas, sindicatos de trabajadores, partidos políticos, diarios, libros y papeles para impresión.

El ministro Marco Aurelio de Mello, el único que votó en contra, hizo muchas críticas al impuesto, al que consideró "una verdadera confiscación".

DECISION DEL STF LIMITA CORTES EN EL PRESUPUESTO

- El ministro Carlos Velloso, del Supremo Tribunal Federal(STF), concedió ayer una medida preventiva al procurador general de la República, Aristides Junqueira, impidiendo al Poder Ejecutivo que reduzca la propuesta presupuestaria presentada por el Ministerio Público para 1994. Aunque la decisión de Velloso no llegue a paralizar la tramitación del Presupuesto, ella puede representar un nuevo conflicto entre los Poderes. Además, crea un obstáculo más para el plan de estabilización económica del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso,que depende de un presupuesto equilibrado en 1994 para tener chances de éxito.

El Gobierno decidió recurrir contra la decisión del STF, y hasta que, en sesión plenaria, el Supremo juzgue el recurso, el nuevo Presupuesto con los cortes de US$ 21,1 mil millones, no será enviado al Congreso.

BANCO CENTRAL NO CREE EN ALZA DE LA INFLACION

- La inflación de enero no llegará a los 40%, como está siendo comentado en gran parte del mercado financiero, y tampoco la inflación del primer trimestre de 1994 será mayor que la de los últimos tres meses de este año. Eso fue lo que aseguró el director de Política Monetaria del Banco Central,Francisco Pinto, reunido con más de 300 empresarios del mercado financiero.

Según explicó, el Banco Central tiene acceso a varios indicativos macroeconómicos y ninguno está mostrando una disparada de la inflación. Por ese motivo, el Banco no ve necesidad de hacer nuevos ajustes en los promedios de los intereses.

Para este mes, la inflación calculada por el Banco Central, por medio del cambio y de los intereses, gira alrededor de 37,3% y 37,5%.

08 9400936

Internacional

EL ACUERDO DE LA DEUDA EXTERNA

- La reestructuración de la deuda externa del Brasil con los bancos privados fue completada en Nueva York, cuando el Comité Asesor de Bancos Acreedores consiguió las firmas de banqueros que tenían lo equivalente a 96,2% del débito. Eran necesarios 95%. Ahora, para que el acuerdo tenga vigencia,es necesario que el Fondo Monetario Internacional(FMI) apruebe el nuevo programa económico del país. Los banqueros creen que eso sucederá a mediados de marzo.

A seguir, el Departamento del Tesoro de los Estados Unidos emitirá una serie de bonos que Brasil comprará y transferirá a los bancos, como garantía del acuerdo. El país tendrá que pagar ahora 10% de los intereses atrasados, referentes al período de enero a julio de 1992, por total de US$ 160 millones.

FACTOR SOCIOLOGICO

Nacional

SENADO APRUEBA CREACION DE "DEFENSA DE LA UNION"

- El senado aprobó el proyecto de ley que crea la "Defensa Pública de la Unión, del Distrito Federal, de los estados y de los territorios". Entre las principales atribuciones de la Defensa están la defensa del niño y del adolescente, del consumidor y de las asociaciones vinculadas al medio ambiente. El texto prevé también que la defensa actúe en jefaturas de policía y penitenciarías para asegurar las garantías de los derechos individuales de todos los detenidos y policías. El proyecto seguirá ahora para la sanción presidencial.

El jefe de la Defensa Pública de la Unión,el defensor público general, será nombrado por el Presidente de la República y su nombre tendrá que ser aprobado por la mayoría absoluta del Senado.

TRANSPORTES

PRESTAMO DEL BID PARA CAMINOS CARRETEROS

- El ministro de Transportes, Alberto Goldman, firmó con el Banco Interamericano de Desarrollo(BID) un préstamo que permitirá la duplicación de la carretera BR-376, la Regis Bittencourt, que une Sao Paulo a Curitiba --también conocida como 'carretera de la muerte'-- y de la BR-101, entre Curitiba y Florianópolis. El costo total del proyecto quedó en US$ 785 millones, de los cuales 300 millones serán liberados por el BID. El Gobierno federal aportará US$ 251 millones y el sector privado, dará US$ 234 millones.

Las obras deberán empezar a fines del próximo año, con su conclusión prevista para junio de 1996. El calendario de las obras prevé la abertura de la licitación en junio de 1994.

HOJA INFORMATIVA N° 7

FECHA : 18 DE DICIEMBRE DE 1993

FACTOR POLITICO

Nacional

MIEMBROS DE LA CPI VUELVEN A CREER EN RESULTADOS

- La Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) que investiga el escándalo del Presupuesto vivió las últimas dos semanas bajo fuertes presiones, que llevaron a algunos de sus miembros a imaginar que los trabajos quedarían comprometidos y no darían resultados efectivos. Hoy, sin embargo, parlamentarios de los más diversos partidos creen que la amenaza ya pasó y confían en que el trabajo de la CPI será positivo.

Algunos ya se arriesgan a calcular el número de anulaciones de mandatos, como el senador Ney Maranhao, del PRN, del grupo allegado al ex presidente Collor. Para él, entre 15 y 20 parlamentarios perderán sus mandatos debido al envolvimiento en el escándalo del Presupuesto.

El senador José Paulo Bisol, por ejemplo, opina que la CPI no puede ser responsable por la investigación de toda la corrupción existente en Brasil, pero como está convencido de que la corrupción está generalizada, piensa que con base en la CPI, podría hacerse una gran investigación en el país.

Nadie cree que habrá protección para algunos parlamentarios, como comentó el senador Jarbas Passarinho, presidente de la CPI: "No tengo la menor duda de que la CPI responsabilizará a los que, en realidad, merecen ser responsabilizados".

El relator de la CPI, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, entusiasmado con los trabajos, cree que los resultados de la Comisión excederán las expectativas.

MEDEIROS SE AFILIA AL PP PARA DISPUTAR ELECCIONES

- El presidente del Sindicato de los Metalúrgicos de Sao Paulo y de la Fuerza Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, se afilió al Partido Progresista (PP), presidido por el ex gobernador de Paraná, Alvaro Dias. El sindicalista manifestó su interés por disputar la elección para senador por el estado de Sao Paulo, pero sin descartar la posibilidad de ser candidato a la Presidencia de la República.

Con un programa político basado en la privatización de las empresas estatales y en el fin de los monopolios de petróleo y de las telecomunicaciones, Medeiros afirmó que el Senado necesita "sangre nuevo" para implantar reformas que salden la deuda social del Estado. Afirmó que en el caso de que sea invitado para disputar la Presidencia de la República, aceptará sin hesitar, si las circunstancias favorecieran su candidatura.

/10 9400936

CARDOSO QUIERE A BRITTO COMO LIDER EN LA CAMARA

- La posible indicación del ex ministro de Previsión Social, diputado Antonio Britto, del PMDB, para líder del Gobierno en la Cámara de Diputados ya está siendo conmemorada por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

Pero, difícilmente aceptará ser el líder del Gobierno como quiere Itamar Franco, porque considera problemático compatibilizar el cargo con la postura que tendrá que adoptar como candidato a gobernador del Estado de Río Grande do Sul. "La postura de candidato a gobernador no combina con el perfil de líder del Gobierno. Un candidato no puede enfrentar adversarios en la campaña política y pedir apoyo a las propuestas del Gobierno a los mismos adversarios", dijo Britto, quien aseguró que no había recibido ninguna invitación del Presidente para ese cargo.

SENADO APRUEBA AUMENTO DE REPRESENTACION DE SAO PAULO

- El senado aprobó proyecto de ley complementaria que aumenta el número de representantes del estado de Sao Paulo en la Cámara de Diputados. El proyecto, de autoría del diputado Genebaldo Correia, del PMDB, aumenta la representación de ese estado, que será electa en 1994, de 60 para 70 diputados. El proyecto aumenta el número de diputados de 503 para 513, y fue defendido por la senadora Eva Blay.

"No es lo ideal, pero mejoró la representación de Sao Paulo y da un poco más de equilibrio a la representación política en la Cámara, afirmó la Senadora.

El proyecto irá ahora para el presidente Itamar Franco, que tendrá un plazo de 15 días para decidir sobre su promulgación.

REPRESENTACION DEL PT QUIERE PARTICIPAR EN REVISION

- Después de diez días de discusiones, la representación del PT en el Congreso resolvió hacer público, en nota oficial, su protesto contra la decisión de la dirección del partido que prohibe a los parlamentarios que presenten enmiendas a la Constitución, en el Congreso Revisor. La dirección del PT permitió apenas que los parlamentarios del partido participen en debates y voten en propuestas.

"Esta decisión transforma a nuestra representación en prisionera de las enmiendas de otros partidos. Y el PT queda así, muy debilitado en la disputa y con dificultades para relacionarse con los movimientos sociales", dice la nota, y aclara que los parlamentarios del partido lucharon para impedir la instalación del proceso de revisión constitucional, pero que si el proceso, ya instalado, se hace irreversible, no tiene sentido que el partido no participe.

11 9400936

FACTOR ECONOMICO

Internacional

AUMENTO DE LAS RESERVAS INTERNACIONALES

- El fuerte ingreso de dólares en octubre llegó a aumentar US$ 2,1 mil millones las reservas internacionales brasileñas. Por el concepto de caja, que tiene en cuenta solamente los depósitos en oro y dólar, las reservas llegaron a US$ 22,2 mil millones; en el concepto de liquidez internacional, que computa también créditos de mediano y largo plazos, el saldo alcanzó US$ 29 mil millones. Las reservas deberán crecer más aún en noviembre, pues la entrada de divisas en Brasil, fue US$ 2,5 mil millones superior a la salida.

La gran entrada de dólares provocó una gran expansión en el volumen de cruzeiros reales en la economía, reflejada en el crecimiento de la base monetaria(moneda en circulación en la economía más las reservas bancarias) en noviembre.

FUERZAS ARMADAS

MILITARES SATISFECHOS CON DECISION SOBRE COLLOR

- La decisión de los tres ministros del Supremo Tribunal de Justicia repercutió positivamente en el medio militar, amenizando el clima de descontentamiento en los cuarteles. "Sin duda es un hecho muy significativo", dijo un oficial del gabinete del ministro de Ejército, Zenildo Lucena, que en el momento visita unidades de Amazonía.

La inhabilitación política de Collor por ocho años, la anulación del mandato de los diputados del PSD y la perspectiva de severos castigos en la CPI del Presupuesto, según el coronel Geraldo Cavagnari, del Departamento de Asuntos Estratégicos de la Unicamp(Universidad de Campinas), alejan la posibilidad de un golpe militar que, en su opinión, seguramente ocurriría si las instituciones afectadas por las denuncias de corrupción no diesen las respuestas que la sociedad exige.

LUCENA NO ACEPTA CORTES DE RECURSOS

- El ministro de Ejército, Zenildo Lucena,dijo que las Fuerzas Armadas no pueden más ser penalizadas con cortes de partidas. "No podemos más ser perjudicados porque tenemos una cuota mínima del Presupuesto", afirmó. "Es un problema interno del Gobierno que resolveremos directamente con el Ministro de Hacienda", agregó.

Lucena explicó que los militares esperan ser contemplados, a partir de enero, con la reposición de sus pérdidas salariales. "Todos saben que no estamos ganando bien", dijo, y dio como ejemplo la situación de los pelotones de frontera de Amazonía, "los más distantes y aislados del país".

Esos militares, además de ganar muy poco, son obligados a superar grandes dificultades, a kilómetros de sus familias, en un ambiente inhóspito.

30115

BOLETIN INFORMATIVO

DE

PRENSA

9 a 15 de enero de 1994

01-10

9400937

HOJA INFORMATIVA N° 1

FECHA : 9 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

APOYO DE LA IGLESIA A LA CANDIDATURA DE LULA

- La Iglesia Católica está prácticamente apoyando la candidatura de Luis Inacio Lula da Silva a la Presidencia de la República.

El presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos del Brasil, Dom Luciano Mendes de Almeida, anticipa que la Iglesia no se omitirá en las elecciones de este año y que ve con simpatía la elección de Lula.

"La Iglesia no es del PT, pero seguramente apoyará candidatos que representen los intereses populares", comentó el Obispo.

Sectores progresistas de la Iglesia Católica, como las Comunidades Eclesiásticas de Base, la Comisión Pastoral de la Tierra y el Consejo Indigenista Misionero ya adhirieron a la campaña de Lula.

En las elecciones de 1989, Lula pasó al segundo turno gracias a la votación maciza que recibió en el Nordeste, donde la Iglesia Católica mantiene fuertes bases populares.

ASESINATO DE SINDICALISTA TOMA CARIZ POLITICO

- La noche anterior a su asesinato, el presidente del sindicato de los Choferes del ABC, importante región de Sao Paulo, concedió una entrevista al "Diario del Gran ABC" en la cual acusó al virtual candidato del PT a la Presidencia de la República, Luis Inacio Lula da Silva, de comandar el esquema de transferencia de partidas de los sindicatos para el partido.

"Algunas veces era el propio Lula quien pedía para que nosotros, dirigentes sindicales, hiciéramos la recaudación entre la clase", dijo el sindicalista al diario.

Osvaldo Cruz Junior fue asesinado el últimos jueves, por José Benedito de Souza, que apoyaba a su tío Cícero Bezerra da Silva, secretario general de la entidad, que había acusado a Cruz de haber formado una ofrtuna de forma ilícita. Desde que consiguió volver al cargo, Cruz empezó a hacer denuncias de transferencias irregulares de partidas de los sindicatos para el PT.

Diciendo poseer varias pruebas de sus acusaciones, Cruz había fijado un encuentro con los senadores Jarbas Passarinho y Espiridiao Amin, para el próximo día 11, para conversar sobre la Comisión Parlamentaria de Investigaciones que investigará las actividades de la Central Unica de los Trabajadores (CUT).

El sindicalista Clodovil de Carvalho Cruz, hermano de Osvaldo Cruz Junior, en declaraciones a la policía, prometió que presentará documentos que podrán ser pruebas del desvío de partidas de la entidad para el PT.

El presidente del PT, Luis Inacio Lula da Silva, dijo que va a procesar judicialmente al presidente de la Fuerza Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, por haber dihco que el asesinato de Cruz, fue una forma de "quemar el archivo vivo de las irregularidades cometidas en las campañas de varios candidatos, entre ellos el propio Lula".

El presidente de la Fuerza Sindical declaró que cree que atrás del asesinato de Cruz, están la CUT y el PT, y llegó a comentar que no tenía dudas de que "callaron la boca de quien sabía mucho".

Este asesinato podrá tener repercusiones imprevisibles para la CUT y perjudicar también la candidatura de Lula a la Presidencia de la República.

BISOL DENUNCIA CORRUPCION EN EL PODER JUDICIAL

- El senador José Paulo Bisol, del PSB, denunció la existencia de "corrupción epidémica, institucional, normativa en el Poder Judicial", y defendió el derecho de que la sociedad brasileña exija la depuración de ese Poder, como está ocurriendo en el Poder Legislativo y en el Poder Ejecutivo. Él dijo que jueces indicados para tribunales superiores se jubilan un día en el respectivo Estado y al día siguiente asumen como ministros, para beneficiarse, pocos años después, "de dos jubilaciones magníficas".

CRITICAS GENERALIZADAS DE ORESTES QUERCIA

- Después de casi un año de confinación política, el ex gobernador Orestes Quércia resurge y escoge como palenque el comando del PMDB --partido del cual fue presidente y renunció alegando traición-- para hacer su defensa, tratando de limpiar la imagen manchada por sucesivas denuncias de corrupción. Quércia vuelve con fuerza, criticando al Gobierno de Itamar Franco y a sus probables rivales en la disputa por la Presidencia de la República, como Lula, Antonio Britto y Fernando Henrique Cardoso.

Quércia afirma que el país está sin mando, que el Gobierno es incompetente y pide iniciativa al ministro Cardoso, alegando que el Presidente le dio poderes para mandar.

En ningún momento Quércia se declara candidato, pero se porta como si fuera. No disimula su menosprecio por la principal amenaza interna, el ex ministro Antonio Britto, ni la necesidad que tiene del apoyo del senador José Sarney.

Refiriéndose al PT de Lula, dijo que considera el partido atrasado y 'peligroso', insinuando motivos políticos en el asesinato del sindicalista Osvaldo Cruz Junior.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

ACUERDO PARA APROBACION DEL AJUSTE FISCAL

- El Gobierno dio un importante paso para la aprobación del ajuste fiscal por el Congreso. En reunión con el asesor especial del Ministerio de Hacienda, Edmar Bacha, los diputados de la Comisión Especial del Plan de Estabilización hicieron un acuerdo por la aprobación del Fondo Social de Emergencia, con una única modificación en el texto de la llamada enmienda constitucional de estabilización: en lugar de la retención del 15% de las transferencias para estados y municipios, el Tesoro Nacional garantizaría los mismos recursos pagos en 1993 para este y el próximo año, mientras que la recaudación excedente quedaría toda en poder del Gobierno federal.

Con la nueva redacción de la enmienda constitucional, el Gobierno tendrá libre para el Fondo, US$ 2,6 mil millones, además de los nuevos ingresos con el aumento de los impuestos. La propuesta de la nueva redacción fue aprobada por representantes del PMDB, PSDB, PFL y PT.

GOBIERNO ACABARA CON LA CORRECCION MONETARIA

- El Gobierno acabará con la corrección monetaria y prohibirá contratos de plazo corto indexados, en la ocasión en que el cruzeiro real sea substituido por una nueva moneda, en la última etapa del plan de estabilización. La información fue dada por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso. Antes de la creación de esa moneda será necesaria una fase de transición, la segunda etapa del plan, en la cual será lanzado el nuevo índice de indexación, la Unidad Real de Valor(URV), que servirá como referencia para contratos y precios. La fecha de la extinción del cruzeiro real y de la corrección monetaria dependerá del éxito del ajuste fiscal y del uso diseminado de la URV en la economía.

Internacional

MODIFICACION EN EL FMI FAVORECE AL BRASIL

- La dirección del Fondo Monetario Internacional (FMI), aprobó una modificación en sus procedimientos, que podrá facilitar el cierre del acuerdo de la deuda externa del Brasil con los bancos. A partir de ahora, los países miembros del FMI podrán retirar lo equivalente a 40% de su cuota en esa institución, para aplicar en operaciones de reducción de la deuda. Como la cuota brasileña en el Fondo es de US$ 3 mil millones, el Gobierno podrá hacer uso de US$ 1,2 mil millones.

Un vocero del FMI explicó que el dinero podrá ser usado, por ejemplo, para la compra de bonos del Tesoro estadounidense, que serían ofrecidos como garantía del acuerdo de reestructuración de la deuda.

HOJA INFORMATIVA N° 2

FECHA : 10 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

LISTA PARA ANULAR MANDATO YA LLEGA A TREINTA

- El relator de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto, diputado Roberto Magalhaes, del PFL, anunció ayer que incluyó siete nombres más en su informe, aumentando para 30 la lista de los que podrán tener sus mandatos anulados por falta de decoro parlamentario. Informó el Relator que dará un tratamiento individualizado a cada uno de los 54 parlamentarios investigados por la CPI.

Explicó Magalhaes que no pedirá ningún tipo de castigo para los tres gobernadores investigados por la Comisión, porque esa providencia cabrá al Ministerio Público. El Relator considera inevitable que el Ministerio Público pida la confiscación de bienes de los implicados en el desvío de partidas del presupuesto.

En todas las Subcomisiones, la lista de implicados en irregularidades en el presupuesto varía entre 14 y 30 parlamentarios. El principal problema es incluir a los parlamentarios y autoridades que cometieron crimen de evasión de impuestos en la categoría de falta de decoro parlamentario.

LULA DENUNCIA CAMPAÑA DIFAMATORIA CONTRA EL PT

- El presidente del PT, Luis Inacio Lula da Silva, denunció la existencia de una campaña política de difamación contra su partido, Según él, la muerte del sindicalista Osvaldo Cruz Junior está siendo usada por sus adversarios para manchar la imagen del PT y de sus dirigentes. Lula anunció que el partido procesará al alcalde Paulo Maluf, de Sao Paulo, al presidente de la Fuerza Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, y, probablemente, al ex gobernador Orestes Quércia, por haber acusado al PT de envolvimiento en el asesinato del sindicalista.

Lula no descartó la hipótesis de que el PT entre también con una acción contra el ministro Mauricio Correa y el delegado de la policía encargado de investigar el crimen, Nelson Guimaraes, quienes habrían insinuado que el PT estaría implicado en el asesinato.

"Si yo estuviera con 3% en las encuestas, esto no habría ocurrido. No espero que los adversarios elogien al PT, espero que tengan la decencia de no cometer injusticias y liviandades", dijo Lula.

El presidente del PT también rebatió las acusaciones del ex presidente del PMDB, Orestes Quércia que, en reciente entrevista, dijo que todas las administraciones del PT dejan rastros de incompetencia y corrupción.

CONTROL EXTERNO DEL PODER JUDICIAL

- El control externo del Poder Judicial deberá ser adoptado en la revisión constitucional con base en una solución conciliatoria que preserve la independencia del Poder Judicial. De las 18 propuestas presentadas, 12 crean el Consejo Nacional de Administración de la Justicia, integrado por diez miembros del propio Poder Judicial, que quedará con la obligación de investigar denuncias del Ministerio Público y de la Orden de los Abogados del Brasil (Colegio de Abogados)(OAB), contra jueces, camaristas y ministros de los tribunales superiores. Las propuestas más radicales, creando un Consejo Nacional de Justicia, integrado por parlamentarios,OAB, Asociación Brasileña de Prensa(ABI), Confederación Nacional de los Obispos del Brasil(CNBB) y federaciones sindicales, no deben prosperar. Así lo admiten los principales asesores del relator de la revisión constitucional, diputado Nelson Jobim, del PMDB.

Existe una propuesta del senador Pedro Simon,del PMDB, aboliendo el Supremo Tribunal Federal,que pasaría a ser, apenas, Tribunal Constitucional, con 11 miembros escogidos por el Presidente de la República y aprobados por la mayoría absoluta del Senado(como es actualmente), pero con mandato de ocho años.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

RIESGO EN ABASTECIMIENTO PROVOCA IMPORTACION

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, afirmó que el Gobierno está acompañando atentamente la oferta agrícola en el país para evitar un posible riesgo en el abastecimiento de alimentos. "Estamos atentos sobre los asuntos de abastecimiento y acabamos de autorizar, por intermedio del Ministerio de Industria y Comercio, la importación de una gran cantidad de trigo del Canadá, cerca de un millón de toneladas, para que provoque efecto sobre el precio del pan y de la harina", informó el Ministro, que clasificó de especulación las informaciones de que pueda haber una quiebra de 10% en la cosecha agrícola.

FACTOR ADMINISTRATIVO

CAMBIOS NO CONFIRMADOS EN LA REFORMA PROYECTADA

- Tal vez no sean más abolidos los Ministerios de Bienestar Social y de Integración Regional. Estos Ministerios serán incluidos en el programa de descentralización para, posteriormente, transferir algunas de sus funciones para los estados y municipios.

La decisión aún no fue oficializada, pero hoy ya estaba siendo comunicada informalmente a los ministros. La salvación de los Ministerios fue coordinada por la ministro --aún interina-- Leonor Franco, que discutió el asunto directamente con el presidente Franco.

TELECOMUNICACIONES

DESCARTADA VENTA DE ACCIONES DE LA TELEBRAS

- La propuesta de vender acciones de la empresa Telebrás, hasta el límite del control accionario de la Unión exigido por la Constitución, presentada la semana pasada por el ministro interino de Comunicaciones, Djalma Moraes, fue descartada por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

La venta maciza de acciones de la empresa estatal en bolsa, llegó a ser propuesta antes por el ex ministro de Hacienda, Eliseu Resende, pero fue archivado por el actual equipo económico, por considerar que no era ventajoso para la Unión.

"Es el peor negocio posible", comentó Cardoso,en cuya opinión, la venta de acciones de la Telebrás, antes de la estabilización económica y de cualquier decisión sobre la ruptura del monopolio del sector, se haría abandonando la valorización que ellas tendrían en el futuro.

LA FUSION DE LAS EMPRESAS EMBRATEL Y TELEBRAS

- Está dependiendo tan sólo del presidente Itamar Franco la fusión de cinco direcciones de la empresa Embratel con seis de la empresa Telebrás. La idea, que según fuentes del Palacio del Planalto cuenta con la simpatía del Presidente, objetiva facilitar el control de la Unión sobre las empresas, además de proporcionar la reducción de sus máquinas administrativas, preparándolas para la privatización después de la revisión constitucional.

La fusión tiene también el objetivo de permitir una planificación integrada de las acciones de las empresas y evitar conflictos en el área salarial.

De acuerdo con las mismas fuentes, el Gobierno ha encontrado dificultades para hacer cumplir sus determinaciones al respecto de salarios y concesiones en ambas empresas.

TRANSPORTES

BRASIL CAE EN EL RANKING DE LA CONSTRUCCION NAVAL

- Brasil, que en los años 70 figuraba en el tercer lugar en el ranking de la construcción naval en el mundo, terminó el año de 1993 como el noveno constructor naval mundial. Estudio concluido la semana pasada por la clasificadora Lloyd's Register,demuestra que el Japón continúa en el liderazgo, con 11 millones de toneladas de porte bruto(tpb)contratadas, y coloca a Brasil entre los países que presentaron reducción del volumen de pedidos.

La posición de Brasil podrá caer más aún en los próximos años, caso sea mantenida la decisión del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso,para transferir parte de los recursos del Fondo de la Marina Mercante para el Fondo Social de Emergencia.

HOJA INFORMATIVA N° 3

FECHA : 11 DE ENERO DE 1994

FACTOR POLITICO

Nacional

DECISIONES DEL SEMINARIO DEL PMDB

- El PMDB decidió en seminario realizado ayer en el Instituto Israel Pinheiro, esforzarse para que el partido vote unido en la revisión constitucional. El presidente, diputado Luiz Henrique da Silveira, dijo que las representaciones en la Cámara de Diputados y en el Senado harán reuniones semanales sobre temas específicos para que "el PMDB tome posiciones y comparezca unido a la sesión plenaria". El gobernador de Sao Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, afirmó que "el PMDB tiene que definir un perfil, tiene que tener unidad en las cuestiones más importantes".

El relator de la revisión, diputado Nelson Jobim, comentó las tendencias del Congreso tomando como base las enmiendas presentadas. Dijo que hay grandes áreas de consenso en cuestiones políticas e institucionales. Destacó que hay una tendencia en favor de la reducción del mandato presidencial para cuatro años con derecho a una reelección; del derecho a la reelección de los gobernadores y alcaldes; de la fidelidad partidista; de la restricción de la inmunidad parlamentaria y de la ampliación de la inviolabilidad parlamentaria.

En el seminario, los partidarios de Orestes Quércia quedaron aislados y no consiguieron poner en la agenda de la reunión las relaciones del partido con el Gobierno. Prácticamente, quedó implícito que el PMDB continuará apoyando al Gobierno de Itamar Franco.

GRUPO DEL PMDB QUIERE EXPULSAR A LOS CORRUPTOS

- Una corriente del PMDB defiende la expulsión de aquellos que fueren indiciados por la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) del Presupuesto. "En el clima actual, la sesión plenaria del Congreso no dejará de anular el mandato de quien sea indiciado y algunos miembros del PMDB están preocupados por los reflejos electorales", dijo el vicelíder de partido, diputado Aloisio Vasconcelos.

Después de discutir el actual momento político, el PMDB definió el compromiso de que diputados y senadores votarán unidos en la sesión plenaria. Los gobernadores Luiz Antonio Fleury Filho, de Sao Paulo; Jáder Barbalho, de Pará; Gilberto Mestrinho, de Amazonas; e Iris Resende, de Góias, defienden abiertamente la expulsión de los corruptos.

El diputado Nelson Jobim, relator de la revisión constitucional, opina que el partido debe remitir la cuestión al Consejo de Ética.

LAS FECHAS DE LA REVISION CONSTITUCIONAL

- El diputado Nelson Jobim, relator de la revisión constitucional, confirmó que las primeras votaciones podrán comenzar el día 19 de enero. El día 18, el pretende entregar los pareceres sobre los primeros temas de la revisión, que serán definidos por los líderes partidistas. La información confirma el anuncio hecho por el presidente de la Cámara de Diputados, Inocencio de Oliveira, del PFL.

Más cauteloso que Oliveira, el Relator prefirió prolongar ese plazo hasta el 26 de enero, dos días después de la conclusión de la Comisión Parlamentaria de Investigaciones(CPI) de Presupuesto, que investiga la manipulación de recursos federales. Jobim considera que los trabajos finales de la CPI y la votación del informe con la lista de los envueltos en corrupción, podrá dificultar la revisión.

Para definir el orden de las votaciones, Jobim empezó ayer a conversar con los líderes de los partidos principales. El primero fue el PFL, por intermedio de sus líderes en el Congreso y del presidente del partido, Jorge Bornhausen. Otros partidos deberán ser incluidos en las negociaciones.

Ayer, la Secretaría del Congreso Revisor contabilizó 12.614 enmiendas a las 17.246 propuestas revisionistas ya presentadas.

FACTOR ECONOMICO

Nacional

ACUERDO PARA APROBAR MEDIDAS ECONOMICAS

- El ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, y el relator de la comisión encargada de analizar el ajuste fiscal, diputado Gonzaga Mota, del PMDB, llegaron a un acuerdo para la aprobación de las medidas económicas del Gobierno. El acuerdo, remueve el principal obstáculo apuntado por el Congreso para la aprobación del plan: la contribución de 15% de los fondos de participación de los estados y municipios para el Fondo Social de Emergencia, creado por el Gobierno para cubrir el déficit del Presupuesto. Los municipios estarán exentos de contribuir para el fondo social, y los estados tendrán su contribución reducida para 7,5% del Fondo de Participación.

Para compensar la baja en la contribución de los fondos de participación, Cardoso y Gonzaga Mota decidieron incluir dos medidas en el paquete de propuestas: el Gobierno federal dejará de distribuir a estados y municipios la parte que les cabe(47%) del Impuesto sobre la Renta recaudado entre los empleados públicos y, además, será retenida por el Tesoro Nacional la compensación a los estados exportadores, equivalente a 10% de la recaudación del Impuesto sobre Productos Industrializados(IPI).

Según Gonzaga Mota, como quedó, la propuesta ahora está más fácil de ser aprobada.

09 9400937

CONTROL DE BENEFICIOS EN LA ZONA FRANCA DE MANAUS

- El ministro interino de Integración Regional,Romildo Canhim, promete ser riguroso con las industrias instaladas en la Zona Franca de Manaus que modifican sus productos para beneficiarse de la exención de impuestos. Según Canhim, el Gobierno necesita rever la forma de canalizar incentivos fiscales para la región, para que ese beneficio no perjudique a otras regiones del país.

Como ejemplo, citó las 150 empresas de informática que declaran que fabrican una diversidad imposible de piezas, componentes y equipamientos.

"En la Zona Franca existen hoy 150 empresas de informática, mientras que en todos los Estados Unidos debe de haber 20. Vamos a controlar esas fábricas y reorientar los incentivos fiscales",afirmó el Ministro.

La industria nacional paga impuestos normalmente y compite con la Zona Franca, que importa equipamientos y los vende con reducción de impuestos.

Internacional

FINANCIACION PARA EL GASODUCTO BRASIL-BOLIVIA

- La empresa estadounidense Enron, considerada una de las mayores operadoras de gas del mundo, anunció su disposición para financiar la construcción del gasoducto Brasil-Bolivia, una obra de ingeniería de 2.000 kilómetros de extensión que demandará inversiones de US$ 2 mil millones. El gasoducto posibilitará exportaciones de gas boliviano para Brasil.

La presidenta ejecutiva de la compañía, Rebecca Mark, dijo que estaba interesada en participar como socio mayoritario en la construcción del gasoducto. También destacó su interés por la exploración de yacimientos de gas, pero no en la realización de prospecciones para nuevos yacimientos.Ella cree que Bolivia puede convertirse en un centro de distribución de gas para el Cono Sur. El gasoducto podría atender la demanda también de Argentina, Uruguay, Paraguay y Chile.

LAS NEGOCIACIONES CON EL FMI

- La retomada de las negociaciones de Brasil con el Fondo Monetario Internacional(FMI) aguarda la aprobación del ajuste por el Congreso.

Brasil necesita un acuerdo con el Fondo hasta inicios de marzo, dado que el aval del FMI es una precondición para que el Tesoro estadounidense venda al país los bonos que servirán como garantía para el acuerdo negociado con los acreedores privados en noviembre del año pasado.

Alrededor del día 20 próximo llegará a Brasilia una nueva misión del FMI, para estudiar números y compararlos con el programa de estabilización propuesto por el equipo económico del Gobierno.

INUR Nº 008-B/012/110194

BRUXELAS

Reunião de cúpula da OTAN. Perspectivas.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ao final de sua reunião de cúpula a realizar-se nos dias 10 e 11 Jan em BRUXELAS, pretende ver redefinido seu papel na EUROPA, dentro do processo de reacomodação imposta à ordem internacional pela dissolução do Bloco Soviético e do PACTO DE VARSÓVIA.

A decisão pretendida está orientada no sentido da adoção de novas fórmulas de composição de forças na EUROPA, admitindo, para missões específicas, colocar elementos orgânicos próprios sob as ordens da União da Europa Ocidental (UEO). Desse modo, em missões de manutenção ou de restabelecimento da paz, ou em ações humanitárias, os EUA aceitariam, pela primeira vez, a submissão de unidades da Aliança Atlântica, americanas inclusive, ao controle direto da UEO, fora da cadeia tradicional dos comandos integrados da OTAN.

Essa nova postura permite vislumbrar o reconhecimento tácito de WASHINGTON à existência de uma identidade européia de defesa, reforçando o papel da UEO conforme definido pelo Tratado da União Européia — ou de MAASTRICHT —, pois este visa transformá-la no pilar europeu da defesa em complemento à OTAN, e não como sua concorrente.

Quanto aos países europeus orientais que solicitaram ingresso na OTAN — HUNGRIA, LITUÂNIA, POLÔNIA, Repúblicas TCHECA e ESLOVÁQUIA —, a possibilidade de atendimento está praticamente descartada. Por enquanto, a disposição se restringe a uma proposta de **"parceria pela paz"** *do Presidente BILL CLINTON, visando estabelecer laços mais estreitos com todos os Estados do antigo PACTO DE VARSÓVIA, sem conceder-lhes o* **"status"** *de membros permanentes da OTAN, e limitando-os a observadores.*

Essa alternativa, se não satisfaz plenamente à pretensão dos candidatos, não chega a comprometer os esforços ocidentais no sentido do estreitamento de relações com as novas democracias do Leste Europeu. Em contrapartida, afasta as preocupações da ROMÊNIA e da RÚSSIA em particular, por alimentarem sérias reservas a respeito, pelo temor de uma nova divisão militar, política e econômica na EUROPA. A expansão das fronteiras da OTAN em direção ao território russo é vista como tentativa de isolar o país, com potencial capacidade para desestabilizar o equilíbrio militar e político da região.

* * *

PERSONAL

P.021.-

Montevideo,26 de Enero de 1994.-

1)- **INFORMACION GREMIAL**

BANCA PRIVADA

AEBU: En reunión efectuada en el día de ayer no se logró ningun avance,mientras que por parte del City Bank fué entregada una carta,en la que solicitan se omologe el convenio salarial.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION: Continuan atendiendo en Policlínicas y Urgencia con guardia gremial.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T: En asamblea general efectuada en el día de ayer se resolvió: Aprobar el decreto de la IMM reglamentando el uso de la mampara blindada;dejar sin efecto las medidas de lucha decretadas en anteriores asambleas;realizar un paro de solidaridad con el taxista detenido que concurre hoy a la hora 09.30 a Juzgado Penal; Realizar un paro con concentración frente a J.P.M. a la hora 17.00 de hoy con motivo de la reunión a realizarse,entrelas autoridades Policiales,Judiciales,Municipales,Patronal y Trabajadores, siendo el paro hasta la hora 20.00 en que se realizará otra asamblea. En el día de mañana a partir de la hora 18.00 se realizará una asamblea general de patrones taximetristas,los cuales no dejaran trabajar los taxis a partir de esa hora.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Esta prevista para el mes de Febrero la instalación de una nueva olla sindical en Veracierto 3310.-

2)- **INFORMACION ESTATAL**

C.O.F.E: A partir del día de hoy comenzaran a efectuar asambleas en todos los centros de trabajo hasta el día 2/II/ en que se reunirán la Mesa Representativa.-

SUTEL: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió continuar con los paros hasta el día de hoy a la hora 10.00 en que se reunirán en asamblea para evaluar la situación.-

PERS.ORG.DIQUE DE LA ARMADA: Continuan trabajando a reglamento en reclamo de mejoras salariales.-

ARCHIVO

1/2

PERSONAL

P.022.-

A.

Montevideo, 27 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

S.U.A.T.T.: En asamblea efectuada en el día de ayer en la cual se comunicó el resultado de la reunión sextipartita efectuada en F.P.M. se resolvió además concurrir a una asamblea General en el día de hoy en horas de la mañana conjuntamente con la patronal. Por su parte la patronal realizará una asamblea en el marco de un paro de 18.00 a 24.00 no entregando los vehículos a los empleados.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV. DE LA NACION: En el día de hoy se reunirán en asamblea a la hora 20.00 en el local del Sunca para definir futuras movilizaciones. Continuan además atendiendo con guardia gremial los servicios de Urgencias y Emergencias.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Continuan con la realización de paros de 15 minutos cada vez que un cajero recibe un Cheque de City Bank.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

TRABAJADORES DE CARGA: SUTCRA: En el día de ayer realizaron a la hora 07.00 una asamblea en la Rba.25 de Agosto y Colón, resolviendo efectuar un paro de 24 horas el que finaliza a la hora 07.00 de hoy en que se realizará una nueva asamblea esta movilización se debe a que se venció el convenio laboral el 31/XII/93.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Para el mes de febrero se prevee la instalación de una nueva olla sindical en Veracierto 3310.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAMI: Continuan con el conflicto en reclamo del reintegro del personal enviado al Seguro de Paro.-

2)- INFORMACION ESTATAL

SIMEL: En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió continuar con el paro hasta el 28/I/ a la hora 09.30 en que se realizará una nueva asamblea. El 1/II/ se efectuará un Congreso Nacional de Delegados.-

C.O.F.E: Desde el día de ayer se encuentran efectuando asambleas en todos los centros de Trabajo, hasta el 2/II/ en que se reunirá la Mesa Representativa.-

-001/2

27 DE ENERO DE 1994.

SECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
TRABAJADORES DE CARGA.	CONVENIO LABORAL.	S.U.T.C.R.A.	1) Hora 07.00´finaliza paro de 24 horas con asamblea general en Rbla. 25 de Agosto y Colón.-
ASOC. EMPLEADOS CIVILES.	SALARIOS.	F.U.S.	2) Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas y Urgencia. Hora 20.00´asamblea general en el local del S.U.N.C.A. (Yí y Paysandú).-
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	3) Continúa paro cada vez que un cajero reciba un cheque del CITY BANK, por 15´.-
PUBLICOS.	SALARIO.	C.O.F.E.	4) Asambleas por sector hasta el 02/02.-
A.N.T.E.L.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	5) Continúan realizando paro en: Cobranzas, Atención Telefónica Comercial Personalizada, Gestión de Cobro y Tesorería.-
TAXIMETROS.	SEGURIDAD.	S.U.A.T.T.	6) Horas de la mañana concurren taxistas a asamblea conjunta con la patronal (Burgues 3143), donde la patronal les responderá su punto de vista. Paro de patrones de 18.00´a 24.00´hrs. para realizar asamblea, no entregando los vehículos a los empleados.

PERSONAL

TOTALE P.

0-002/2

-9400940

27 DE ENERO DE 1994.

SECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
TRABAJADORES DE CARGA.	CONVENIO LABORAL.	S.U.T.C.R.A.	1) Hora 07.00 finaliza paro de 24 horas con asamblea general en Tola. 25 de Agosto y Colón.-
ASOC. EMPLEADOS CIVILES.	SALARIOS.	F.U.S.	2) Continúan atendiendo con guardia gremial en Policlínicas y Urgencia. Hora 20.00 asamblea general en el local del S.U.N.C.A. (Yí y Paysandú).-
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	3) Continúa paro cada vez que un cajero reciba un cheque del CITY BANK, por 15´.-
PUBLICOS.	SALARIO.	C.O.F.E.	4) Asambleas por sector hasta el 02/02.-
A.N.T.E.L.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	5) Continúan realizando paro en: Cobranzas, Atención Telefónica Comercial Personalizada, Gestión de Cobro y Tesorería.-
TAXIMETROS.	SEGURIDAD.	S.U.A.T.T.	6) Horas de la mañana concurren taxistas a asamblea conjunta con la patronal (Burgues 3143), donde la patronal les responderá su punto de vista. Paro de patrones de 18.00´a 24.00´hrs. para realizar asamblea, no entregando los vehículos a los empleados.

PERSONAL

TOTALE P.02

O-002/2

-9400940

1994-01-28 08:34 DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01/01

ARCHIVO

P.023.-

Montevideo,28 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL
ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

CEPATU:TAXIS:PATRONAL:A partir de la hora 18.00 realizarán una asamblea,para explicar lo que pretende el sindicato del Suatt, referente a las mamparas.For otra parte se estableció que no van a ser retirados los taxis por parte de la patronal.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

SUTCRA:TRAB.DE CARGA:En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió declararse en asamblea permanente.-

BANCA PRIVADA

AEBU:Continuan con la realización de 15 minutos de paro cada vez que un cajero recibe un cheque del City Bank.En reunion realizada en el día de ayer en el MTSS,entre AEBU y el CITY BANK,estos últimosratificaron la obligación de no negociar el convenio salarial desconociendo la parte sindical.-

ORGANIZACCIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION:Solicitan que ya sea el Casmu o Crami absorva a esta Mutualista para así conservar la fuente laboral.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:Este previsto que para febrero se instale nuevamente la olla sindical en Veracierto 3310.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ANTEL:Hasta hoy a la hora 09.30 continuan de paro,efectuando a esta hora una asamblea donde se definiran futuras movilizaciones.El 1/II/ realizarán un Congreso Nacional de Delegados.-

ADEMU:La gremial solicito la creación de una mesa de negociaciones para discutir las mejoras salariales;en caso de no lograrse dichas mejoras no se comenzarán las clases en marzo.-

C.O.F.E:Desde el 26/I/ y hasta el 2/II/ realizarán asambleas en todos los lugares de trabajo.-

3)- INFORMACION DEL INTERIOR
DEPARTAMENTO DE RIO NEGRO

FUN.JUDICIALES:Estos replantearían las medidas de lucha,convocando a una asamblea general del gremio,después de la feria mayor judicial,rechazando además el 6% otorgado por el P.E. por considerarlo insuficiente.-

INCUR:Este sindicato que agrupa a los trabajadores del frigorifico,continua con las negociaciones tratando de llegar a un acuerdo con la patronal.-

Poco leg.

-001/1 9400941

TOTALE P.01

SECRETO ORIGINAL

Montevideo, 30 de enero de 1994.-

8400842

MEMORANDUM Nº 940009/C.I./94

RESPONDE A: E.E.I. Nº 940 0688

TEXTO:

El día 300900ENE94, se concurre al Parque Hotel donde se desarrolla el Congreso Internacional de la Religión Afro-Umbandista.

En el mismo se detecta unas 150 personas todas pertenecientes a la religión.

No se detectan personalidades políticas o sociales.

A la hora 1030 se procede a dar inauguración al mencionado Congreso, siendo el ingreso a sala a través de invitación que incluía derecho a almuerzo y cena por un costo de U$55.

No se autorizó ni fotografía ni filmación.

Se adjunta folleto con el temario a desarrollar en el Congreso y delegaciones nacionales y extranjeras concurrentes al mismo.

DISTRIBUCION:

ORIGINAL: JEFE DEL DEPARTAMENTO I.

COPIA 1 : JEFE DEL DEPARTAMENTO III(OP). = ARCHIVO C.I.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTA... 02 FEB. 1994
Fecha de Entrada
Pasa a Sicosocial ...
Nº de Orden 9400942

01/9

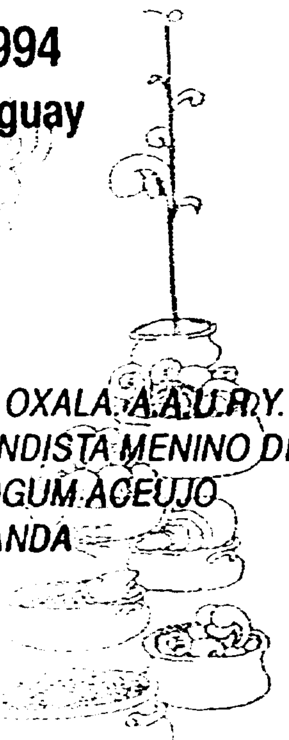
SECRETO

CONGRESO INTERNACIONAL de la RELIGION AFRO-UMBANDISTA

Su análisis por las CIENCIAS SOCIALES

TEORIA Y DEMOSTRACIONES RITUALES

Enero 30-31 Febrero 1, 1994
Parque Hotel, Montevideo, Uruguay



CONVOCAN

ASOCIACION AFRO-UMBANDISTA REINO DE IEMANJA OXALA. A.A.U.R.Y.O.
ASOCIACION TEMPLO EVANGELICO ESPIRITUAL UMBANDISTA MENINO DEUS
CENTRO ESPIRITUAL DE UMBANDA-JUREMA-OGUM ACEUJO
REVISTA Y AUDICION NUESTRA UMBANDA

AUSPICIAN

MUNDO AFRO
ASOCIACION ARGENTINO-AFRICANISTA DE INTERCAMBIO CULTURAL
INTENDENCIA MUNICIPAL
DE MONTEVIDEO

COMITE DE HONOR

IYA BLANCA DE BARA LODE
IYA CARMEN DE BARA ADAGUE
BABA CESAR DE BARA AGELLU
BABA ENRIQUE DE BARA AGELLU
IYA MATILDE DE BARA ADAGUE
BABA RAUL DE BARA LODE
BABA RUBEN DE BARA AGELLU
BABA SERGIO TOBIAS DE BARA LANA
BABA JOHNY DE OGUM
IYA LUISA DE OGUM
IYA MARY DE OGUM
IYA AIDA DE OIA
IYA CHICHE DE OIA
IYA ELIZETTE DE OIA
IYA MIRTA DE XANGO
IYA ONDINA DE XANGO
IYA PERLA DE XANGO
IYA TERESA DE XANGO
IYA BEATRIZ DE ODE (Salto)
IYA CHELA DE OXUM
IYA JORGELINA DE OXUM
BABA OMAR DE OXUM
IYA MARIA JULIA DE IEMANJA
IYA HILDA DE IEMANJA
IYA RENE DE IEMANJA
IYA ESTHER DE IEMANJA (Colonia)
IYA ELIDA DE IEMANJA (Maldonado)
BABA ROBERTO ALIVERTI DE OXALA
BABA JACINTO REYES DE OXALA
BABA JORGE DE OXALA
BABA MARCOS DE OXALA
IYA LOLA DE OXALA (OMIO BABA)
IYA ORLINDA DE OXALA

COMITE ORGANIZADOR

Presidente
ARMANDO AYALA
Babalorixa OMO OGUIAN

Vicepresidentes
SIRLHEY GAUNA
Iyalorixa OMO XANGO
Dr. RICARDO MARTINEZ
Esc. GRACIELA ZAPATA
JUAN CASTROMAN DE OXALA
Babalorixa OMO OXALA (Buenos Aires)
Lic. Psic. ROBERTO PIAGGIO
Presidente de la Asociación Argentino-Africanista de Intercambio Cultural
Prof. SEVERINO DACUNHA FARIAS
Director del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño

Secretaria
RINA SILVERA
Iyalorixa OMO IEMANJA

ORGANIZACION INTEGRAL
CONGREXPO
18 de Julio 1791 Of. 101
11200 Montevideo - Uruguay
Tel. (598-2)419586 - Fax (598-2)483213

Montevideo, enero de 1994

De nuestra consideración:

Estamos convocando a todos aquellos que deseen tener una información directa y sin distorsiones de la religión Afro-Umbandista, al Congreso a realizarse en el Parque Hotel los días 30-31 de enero y 1º de febrero del corriente año.

Durante el mismo, que contará con distinguidos conferenciantes, se hará un análisis por parte de las Ciencias Sociales acerca de las Religiones Africanas, fundamentalmente de los pueblos Yoruba, Bantú y Zulúes; qué fenómenos ocurren en Africa previo a la desorganización compulsiva causada por la trata. El desplazamiento y el asentamiento en América del Norte, Caribe y América del Sur. El Sincretismo.

Responder a preguntas frecuentes: ¿Por qué son religiones iniciáticas? ¿Qué significan las faenas y ofrendas de animales? ¿Hechicería, brujería y macumba están relacionadas? ¿Qué significan los EXU o los ORIXAS africanos para las distintas corrientes? Medicina tradicional y no tradicional.

Por último, presenciar las ponencias teóricas o las demostraciones de los Ritos del Candomble, Batuque y Umbanda.

Como finalización de este Congreso tendrá lugar el día 2 de febrero a las 21:00 hs. la inauguración del Monumento a la Virgen del Mar, Iemanjá, en la Rbla. República Argentina y Edo. Acevedo.

Esta será una oportunidad ineludible sin interferencias, de ver y escuchar.

Les damos la bienvenida para compartir esta experiencia.

Cordialmente,

Comité Organizador

ESTRUCTURA DEL CONGRESO

1	VISION DE LAS CIENCIAS SOCIALES DE LA RELIGION EN AFRICA Y AMERICA
2	TEORIAS Y DEMOSTRACIONES RITUALES

EL CONGRESO SERA SEGUIDO EL DIA 2 DE FEBRERO DE 1994 POR LA INAUGURACION OFICIAL DEL MONUMENTO A LA VIRGEN DEL MAR IEMANJA, UBICADO EN LA RAMBLA REPUBLICA ARGENTINA ENTRE JACKSON Y EDUARDO ACEVEDO

DIA 30 DE ENERO

(PRIMER DIA)

DE 8:30 A 10:30 SE REALIZARA LA RECEPCION DE DELEGADOS Y ENTREGA DE DOCUMENTACION EN LA PLANTA BAJA DEL PARQUE HOTEL

10:30 HS. INAUGURACION DEL CONGRESO

PROGRAMA

Domingo 30 de enero de 1994

08:30 - 10:30 Entrega de Documentación
10:30 - 11:30 ACTO INAUGURAL

1 VISION DE LAS CIENCIAS SOCIALES

AFRICA

11:30 - 12:45 **PREHISTORIA DE AFRICA. LA ABREVIADISIMA HISTORIA DE 2 MILLONES DE AÑOS: DESDE EL AMANECER DE LA HUMANIDAD HASTA LA MISERIA DE LOS MODERNOS NACIONALISMOS.**
Lic. en C. Antropológicas Mario CONSENS (Uruguay)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Nelly SALINAS

12:45 - 14:00 **Almuerzo**

14:00 - 15:00 **ETNOGRAFIA. ESTRUCTURACIONES RELIGIOSAS. MAGOS Y HECHICEROS. REYES SACROS. ANCESTROS.**
Lic. en C. Antropológicas Nelly SALINAS (Uruguay)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Mario CONSENS

15:00 - 15:20 **COSMOGONIAS AFRICANAS. LA IMAGEN DEL UNIVERSO.**
Ph.D. Teresa PORZECANSKI (Uruguay)
Coordinador: Dra. Yubarandt BESPALI

15:20 - 16:00 **CARACTERISTICAS GENERALES DE LAS MUSICAS SUBSAHARIANAS**
Lic. en Música Luis FERREIRA (Uruguay)
Coordinador: Dra. Teresa PORZECANSKI

16:00 - 16:20 **RELIGIONES TRADICIONALES. PUNTOS COMUNES DE LAS CREENCIAS. SEÑORES DEL LUGAR.**
Antropóloga Mónica OLASO (Uruguay)
Coordinador: Dr. Ricardo MARTINEZ

16:20 - 17:20 **LAS RELIGIONES EN AFRICA Y SU DESESTRUCTURACION COMO RESULTADO DE LA TRATA**
Lic. en C. Antropológicas Prof. Elio MASFERRER KAN (México)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Nelly SALINAS

17:20 - 17:40 **Descanso**

AMERICA

Las culturas que llegaron de Africa

17:40 - 18:40 **LAS TRADICIONES CULTURALES Y RELIGIOSAS EN AMERICA LATINA: EL CASO DE LAS RELIGIONES AFRO.**
Lic. en C. Antropológicas Prof. Elio MASFERRER KAN (México)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Mario CONSENS

18:40 - 19:40 **SITUACION DE LAS CULTURAS AFRICANAS EN LA ARGENTINA**
Prof. Carmen POGGI (COARA - ARGENTINA)
Coordinador: Baba Armando AYALA de Oguian

Lunes 31 de enero de 1994

09:00 - 10:00 **TRASPOSICION DE LAS RELIGIONES DE RAICES AFRICANAS AL CARIBE Y LAS ANTILLAS. FUERZAS SOBRENATURALES. ESPIRITU DUEÑO DE LUGARES Y ANCESTROS.**
Antonio CASTAÑEDA (Cuba)
Coordinador: Antropóloga Mónica OLASO

10:00 - 11:00 **PRESENTACION DEL LIBRO "IEMANJA" de Editorial Arca**
Autor: Armando AYALA

11:00 - 11:30 **Descanso**

11:30 - 12:30 **ORGANIZACION. ASPECTOS LEGALES DE LAS RELIGIONES AFRO-UMBANDISTAS EN ARGENTINA**
Lic. Psic. Roberto PIAGGIO (Argentina)
Coordinador: Iya Rina SILVERA de Iemanja

12:30 - 14:30 **Descanso**

14:30 - 16:30 **VIDEO DE LA OMS. ASPECTOS RELIGIOSOS DE LA MEDICINA TRADICIONAL EN PUEBLOS DE AFRICA. CONGO, SENEGAL, MOZAMBIQUE, ANGOLA.**
Presenta: Baba Armando AYALA de Oguian

16:30 - 17:30 **RELIGION Y SALUD. LAS CURACIONES A TRAVES DE LA RELIGION. EL VALOR DE LAS TEORIAS SOBRE LA ENFERMEDAD EN LA MEDICINA POPULAR. EL ESTADO DE TRANCE Y LA SALUD MENTAL DE LOS OFICIANTES.**
Dra. Yubarandt BESPALI (Uruguay)
Coordinador: Dr. Ricardo MARTINEZ

17:30 - 18:30 **LA DISTRIBUCION DE LOS GRUPOS HUMANOS. AFRICA EN BRASIL Y ESPECIALMENTE EN RIO GRANDE. LOS PRIMEROS CENTROS DE BATUQUE EN PORTO ALEGRE (SOCIEDADES). ASPECTOS LEGALES. CONFORMACION Y CARACTERISTICAS DE LAS SOCIEDADES. EL BATUQUE EN EL URUGUAY.**
Esc. Graciela ZAPATA - Dr. Ricardo MARTINEZ (Uruguay)
Coordinador: Lic. en Soc. Mª del Carmen APPRATTO

18:30 - 19:30 **TRANSFORMACIONES DEL SENTIMIENTO RELIGIOSO EN LA SOCIEDAD URUGUAYA**
Lic. Soc. Mª del Carmen APPRATTO (Uruguay)
Coordinador: Esc. Graciela ZAPATA

AMERICA

Las culturas que llegaron de Africa

17:40 - 18:40 **LAS TRADICIONES CULTURALES Y RELIGIOSAS EN AMERICA LATINA: EL CASO DE LAS RELIGIONES AFRO.**
Lic. en C. Antropológicas Prof. Elio MASFERRER KAN (México)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Mario CONSENS

18:40 - 19:40 **SITUACION DE LAS CULTURAS AFRICANAS EN LA ARGENTINA**
Prof. Carmen POGGI (COARA - ARGENTINA)
Coordinador: Baba Armando AYALA de Ogulan

Lunes 31 de enero de 1994

09:00 - 10:00 **TRASPOSICION DE LAS RELIGIONES DE RAICES AFRICANAS AL CARIBE Y LAS ANTILLAS. FUERZAS SOBRENATURALES. ESPIRITU DUEÑO DE LUGARES Y ANCESTROS.**
Antonio CASTAÑEDA (Cuba)
Coordinador: Antropóloga Mónica OLASO

10:00 - 11:00 **PRESENTACION DEL LIBRO "IEMANJA" de Editorial Arca**
Autor: Armando AYALA

11:00 - 11:30 **Descanso**

11:30 - 12:30 **ORGANIZACION. ASPECTOS LEGALES DE LAS RELIGIONES AFRO-UMBANDISTAS EN ARGENTINA**
Lic. Psic. Roberto PIAGGIO (Argentina)
Coordinador: Iya Rina SILVERA de Iemanja

12:30 - 14:30 **Descanso**

14:30 - 16:30 **VIDEO DE LA OMS. ASPECTOS RELIGIOSOS DE LA MEDICINA TRADICIONAL EN PUEBLOS DE AFRICA. CONGO, SENEGAL, MOZAMBIQUE, ANGOLA.**
Presenta: Baba Armando AYALA de Ogulan

16:30 - 17:30 **RELIGION Y SALUD. LAS CURACIONES A TRAVES DE LA RELIGION. EL VALOR DE LAS TEORIAS SOBRE LA ENFERMEDAD EN LA MEDICINA POPULAR. EL ESTADO DE TRANCE Y LA SALUD MENTAL DE LOS OFICIANTES.**
Dra. Yubarandt BESPALI (Uruguay)
Coordinador: Dr. Ricardo MARTINEZ

17:30 - 18:30 **LA DISTRIBUCION DE LOS GRUPOS HUMANOS. AFRICA EN BRASIL Y ESPECIALMENTE EN RIO GRANDE. LOS PRIMEROS CENTROS DE BATUQUE EN PORTO ALEGRE (SOCIEDADES). ASPECTOS LEGALES. CONFORMACION Y CARACTERISTICAS DE LAS SOCIEDADES. EL BATUQUE EN EL URUGUAY.**
Esc. Graciela ZAPATA - Dr. Ricardo MARTINEZ (Uruguay)
Coordinador: Lic. en Soc. Mª del Carmen APPRATTO

18:30 - 19:30 **TRANSFORMACIONES DEL SENTIMIENTO RELIGIOSO EN LA SOCIEDAD URUGUAYA**
Lic. Soc. Mª del Carmen APPRATTO (Uruguay)
Coordinador: Esc. Graciela ZAPATA

Martes 1º de febrero de 1994

09:00 - 10:00 **LOS POR QUE DEL MAXIMO CRECIMIENTO DE LAS RELIGIONES AFRO-BRASILERAS EN EL URUGUAY**
Ph.D. Rafael BAYCE (Uruguay)
Coordinador: Lic. en Soc. Mª del Carmen APPRATTO

10:00 - 11:00 **LA ANCESTRALIDAD DE LA LLAMADA DE TAMBORES**
Lic. en Música Luis FERREIRA (Uruguay)
Coordinador: Baba Armando AYALA de Oguian

11:00 - 11:20 **BREVE PRESENTACION DE IFA**
Marcos Torres (Uruguay)

11:20 - 11:45 **Descanso**

2 TEORIAS Y DEMOSTRACIONES RITUALES

11:45 - 12:15 **TRADICION YORUBA**
Dr. Christopher FAYENIROKUM (Nigeria)
Coordinador: Esc. Graciela ZAPATA

12:15 - 13:00 **CONCEPTOS DE LA VIDA Y LA MUERTE EN LAS RELIGIONES AFRICANAS**
Iya Sirlhey GAUNA de Xango (Uruguay)
Coordinador: Iya Rina SILVERA de Iemanjá

13:00 - 14:00 **Descanso**

UMBANDA

14:00 - 15:00 **NACIMIENTO Y FUNDAMENTOS, DOGMAS, MANDAMIENTOS Y SACRAMENTOS. DOCTRINA SINCRETIZADA. LA LEY DE UMBANDA. VESTIMENTA LITURGICA Y COMPOSICION DEL TEMPLO.**
Iya Rina SILVERA de Iemanja (Uruguay)
Coordinador: Baba Armando AYALA de Oguian

CANDOMBLE

15:00 - 16:00 **PRIMERAS REVUELTAS. KILOMBO DE PALMARES. ORIGEN DEL CANDOMBLE. BAHIA. SINCRETISMO CON LA RELIGION CATOLICA. PRIMERAS SOCIEDADES RELIGIOSAS. PRIMERAS CASAS DE CANDOMBLE. MANIFESTACIONES PUBLICAS. IDENTIDAD. VISION PSICOLOGICA DEL SINCRETISMO YORUBA.**
José SANTOS ARAUJO "Ze de Ogum" Baba Omo Ogum (Brasil)
Coordinador: Lic. en C. Antropológicas Prof. Elio MASFERRER KAN (México)

16:00 - 17:00 **MITOS. NACIONES. PRIMERAS CASAS DE BAHIA. PANTEON AFRICANO. ROPA CEREMONIAL Y RITUAL.**
Iya Elizette de IANZA (Uruguay)
Coordinador: Sirlhey GAUNA de Xangó

BATUQUE

17:00 - 18:00 **MITOS Y FUNDAMENTOS. LA CREACION. LOS ORIXAS. DISTINTOS ELEMENTOS Y LUGARES QUE OCUPAN EN EL BATUQUE. COMUNICACION CON LOS ORIXAS. FUNDAMENTOS. ESTRUCTURA DEL TEMPLO. ROLES Y VESTIMENTAS LITURGICAS. RITUALES.**
Baba Armando AYALA de Oguian
Coordinador: Iya Rina SILVERA de Iemanjá

18:00 - 18:30 **Descanso**

18:30 - 19:30 **LAS RELACIONES HUMANAS DENTRO DE UN TEMPLO DE NACION (BATUQUE)**
La Casa de ROBERTO DE OXALA
Presenta el Trabajo: Antropóloga Mónica OLASO
Coordinador: Iya Sirlhey GAUNA de Xangó

19:30 - 20:10 **IDENTIDAD CULTURAL. SU PERCEPCION POR LOS AFRO-URUGUAYOS.**
MUNDO AFRO.

20:10 - 21:00 **REFLEXIONES FINALES**
Lic. en C. Antropológicas Prof. Elio MASFERRER KAN (México)
Coordinador: Baba Armando AYALA de Oguian

21:00 **DEMOSTRACION DE RITUAL EN LA PLAYA. SESION DE UMBANDA.**

SECRETO ORIGINAL

9400843

Hoja / de /
Copia — de —
m.s.
Montevideo, 31 de enero de 1994.-

M E M O R A N D U M Nro. 940010 /S.O.E.

I.- ASUNTO CONFIRMACION DOMICILIO

II.- REFERENCIA Responde E.E.I. Nro. Orden 9400834

III.- T E X T O

- En el día de la fecha se concurre a realizar averiguaciones referente a la dirección Andes 1424 apto. 003, donde aparentemente residiría el cantante Daniel / **VIGLIETTI.**

- En el lugar se pudo establecer que en el apto 003 del mencionado edificio figura **INDART-BELLO.** Por comentarios realizados por vecinos de la zona, se / pudo confirmar que hace poco tiempo se mudo una familia a planta baja y el mencionado cantante ha sido visto en varias oportunidades ingresar al mismo lugar.

- Según guía de calles figura :
INDART GIACHETTA, Nelly
Teléfono : 91.3776.
Se efectúa llamada telefónica al mencionado número, estableciéndose que por el momento no se encuentra nadie en el domicilio contestando un "contestador automático".

IV.- **DISTRIBUCION :** Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP)

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 04 FEB. 1994
Pase a Militar Bios
Nº. de Orden 9400943

FECHA 4 / 2 / 94 INICIAL (RI)
Procesado ... DPX
OBSERVACIONES

SECRETO

001/1

inf. 30044 9400945.
CIA 506576.
65671.

RESUMEN: LA HABANA REHUSO COOPERAR CON LA COMISION ESPECIAL DEL PARLATINO SOBRE CUBA. LOS INFORMES DE ARRESTOS DE DISIDENTES CONTINUARON EN AUMENTO. LA ESCASEZ DE PAPEL HA OCASIONADO UNA SEVERA REDUCCION DE LA PRENSA ESCRITA. COLOMBIA MEJORO SUS RELACIONES CON CUBA MIENTRAS QUE UCRANIA ESTABLECIO UNA EMBAJADA EN LA HABANA. LA HABANA COMUNICO MAS DETALLES SOBRE LA REORGANIZACION DE LA AGRICULTURA ESTATAL. EL REGIMEN SE APRESURO A IMPLEMENTAR MEDIDAS PARA CONTROLAR LOS DANOS LUEGO DE LOS DISTURBIOS CIVILES EN REGLA. UN CONOCIDO ESCRITOR CUBANO FUE ARRESTADO POR BALSERO. EL EXODO POR MAR DE DESERTORES CUBANOS EN EL MES DE OCTUBRE SOBREPASO LA CIFRA TOTAL PARA EL ANO 1992. LOS OBISPOS CATOLICOS CONTINUARON OCASIONANDO CRITICAS POR PARTE DEL REGIMEN CON MOTIVO DE LA CARTA PASTORAL HACIENDO UN LLAMAMIENTO A UN CAMBIO. SEGUN INFORMES, A UN OFICIAL DE BAJO NIVEL SE LE OTORGO UNA MEDALLA POR DISPARARLE A UN OYENTE DE RADIO MARTI.

1. LA HABANA MUESTRA SU DESAGRADO HACIA EL PARLATINO: LA HABANA SE HA NEGADO A COOPERAR CON UNA COMISION ESPECIAL DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO ENCARGADA DE EXAMINAR LA SITUACION DE LOS DERECHOS HUMANOS EN CUBA, Y HA REHUSADO PERMITIR AL GRUPO REALIZAR UNA VISITA A CUBA PARA ENTREVISTAR A LOS PRISIONEROS EN LA ISLA. EN EL MES DE AGOSTO, LA HABANA SE OPUSO A LA FORMACION DE UNA COMISION ESPECIAL EN CUBA, PERO SE MOSTRO SATISFECHA CON LA PROMESA DEL PARLAMENTO DE QUE EL GRUPO NO INTENTARIA MEDIAR ENTRE EL GOBIERNO Y LA OPOSICION O SINO INTERFERIR EN LOS ASUNTOS NACIONALES. SIN EMBARGO, A PRINCIPIOS DE OCTUBRE, EL REGIMEN DECIDIO NO RECONOCER AL GRUPO LUEGO DE QUE MIEMBROS DE LA COMISION SE REUNIERAN CON EXILADOS CUBANOS EN COLOMBIA Y PUBLICAMENTE HICIERON UN LLAMAMIENTO POR REFORMAS DEMOCRATICAS EN CUBA.

2. LOS ARRESTOS DE DISIDENTES CONTINUAN: ACTIVISTAS CUBANOS DE DERECHOS HUMANOS INFORMAN QUE LAS MEDIDAS ENERGICAS IMPUESTAS POR LA HABANA. HACIA LOS DISIDENTES Y AQUELLOS SOSPECHOSOS DE SER DISIDENTES CONTINUARON INTENSIFICANDOSE EN EL MES DE OCTUBRE, CON INFORMES DE QUE LOS ARRESTOS POR "PELIGROSIDAD" AUMENTARON DRAMATICAMENTE. LOS JUICIOS POR "PELIGROSIDAD", EL ESTATUTO DEL CODIGO PENAL QUE PERMITE AL GOBIERNO REALIZAR ARRESTOS POR CUALQUIER COSA DESDE EMBRIAGUEZ HABITUAL A COMPORTAMIENTO "ANTISOCIAL" O "CONTRARREVOLUCIONARIO", PUEDEN SER AUN MAS SUMARIOS QUE LO NORMAL, CON SOLO UNAS POCAS SEMANAS O DIAS SUCEDIENDOSE ENTRE EL ARRESTO O CONDENA HASTA EL ENCARCELAMIENTO. DE ACUERDO A UN OBSERVADOR, MUCHOS DE LOS ARRESTADOS POR REHUSAR TRABAJAR SON ENVIADOS A CAMPOS AGRICOLAS O A PRISION. A PESAR DE QUE, SEGUN INFORMES LA HABANA ESTA ARRESTANDO MAYORMENTE A AQUELLOS CON UN CONOCIDO PRONTUARIO Y NO HA HECHO USO DE ESTE CARGO PARA REALIZAR ARRESTOS DE ACTIVISTAS EN GRUPOS ORGANIZADOS A GRAN ESCALA, EL REGIMEN CONTINUA ARRESTANDO Y ENCARCELANDO POR OTROS MOTIVOS A AQUELLAS PERSONAS QUE CONSTITUYEN EL EJE DE UN GRUPO CLAVE Y QUE DEMUESTRAN SER UN MOTIVO DE IRRITACION PARA EL GOBIERNO.

Poco ley.

SECRETO
01-05

9400945

3. LA INCREIBLEMENTE REDUCIDA PRENSA CUBANA: LA PRODUCCION MATERIAL DE LOS MEDIOS DE PRENSA E INTELECTUALES CUBANOS CONTINUA REDUCIENDOSE. YA HABIENDOSE VISTO FORZADOS A UN REGIMEN DE RACIONAMIENTO DESDE EL MES DE OCTUBRE DE 1990, CUANDO TERMINO LA IMPORTACION DE PAPEL A CONCESIONES VENTAJOSAS DE LA EX UNION SOVIETICA, LA PRENSA CUBANA SE ENFRENTA A UNA ESCASEZ DE PAPEL QUE PODRIA CONVERTIRSE EN CRITICA PARA MEDIADOS DE 1994 CON LA ESPERADA DISMINUCION DEL SURTIDO DE PAPEL SOVIETICO DE MALA CALIDAD. GRANMA, EL PERIODICO OFICIAL DEL PARTIDO COMUNISTA CUBANO HA SIDO YA TRANSFORMADO EN UN PERIODICO DE FORMATO MAS PEQUENO CON TEXTO CONCISO Y A FINES DE AGOSTO, EL NUMERO DE PAGINAS SE REDUJO PARA AHORRAR PAPEL ADICIONAL. GRANMA TIENE EN EL PRESENTE UNA CIRCULACION DE 400.000, NUMERO CONSIDERABLEMENTE MAS BAJO DE 600.000 QUE ANTERIORMENTE TENIA. JUVENTUD REBELDE, EL ANTIGUO PERIODICO DE LA UNION DE JOVENES COMUNISTAS QUE SE CONVIRTIO EN UN SEMANARIO HACE DOS ANOS, ANUNCIO QUE SUS RESERVAS DE PAPEL SOLO LE PERMITIRA "MANTENERSE" HASTA JUNIO, LUEGO DEL CUAL DE ACUERDO AL PERSONAL EDITORIAL, EL PERIODICO SE VERA "EN PELIGRO DE DESAPARECER". QUINCE DIARIOS PROVINCIALES FUERON TRANSFORMADOS EN SEMANARIOS CUANDO COMENZO LA CRISIS. LA ESCASEZ DE PAPEL HA LLEVADO TAMBIEN A UNA MARCADA REDUCCION EN LA PUBLICACION DE LIBROS DE TEXTO Y MANUALES. DE ACUERDO A INFORMACION PUBLICADA POR EL SERVICIO INTER PRESS, EN EL ANO 1992 FUERON PUBLICADOS 76 TITULOS CON UN TOTAL DE 300.000 COPIAS, UN NUMERO CONSIDERABLEMENTE MAS BAJO DE LAS 15 A 20 MILLONES DE COPIAS DE 800 A 900 TITULOS PUBLICADOS UN ANO ANTES DE 1989. LAS CONSECUENCIAS DE LA PROGRESIVA DESAPARICION DE LA PRENSA CUBANA YA SE HAN SENTIDO; MUCHOS PERIODISTAS ESTAN SIN EMPLEO O HAN COMENZADO A TRABAJAR EN ESTACIONES DE RADIO, Y UN GRAN NUMERO DE ARTISTAS GRAFICOS TRABAJAN AHORA POR SU CUENTA.

4. COLOMBIA MEJORA LAS RELACIONES MIENTRAS QUE UCRANIA ESTABLECE UNA EMBAJADA: EL 28 DE OCTUBRE EL GOBIERNO COLOMBIANO ANUNCIO SU DECISION DE ESTABLECER PLENAS RELACIONES DIPLOMATICAS CON CUBA, UNA ACCION QUE JUSTIFICO COMO PARTE DE UN ESFUERZO POR RESTAURAR LA DEMOCRACIA EN CUBA. SE CITO EL CESE DE LA AYUDA QUE CUBA LE PROPORCIONABA A LA GUERRILLA COLOMBIANA COMO FACTOR CLAVE EN LA DECISION. COLOMBIA ROMPIO RELACIONES DIPLOMATICAS CON CUBA EN 1981 CUANDO LOS MILITARES COLOMBIANOS LLEGARON A LA CONCLUSION

DE QUE CASTRO ESTABA BRINDANDO APOYO AL MOVIMIENTO DE GUERRILLA M-19 EN COLOMBIA, PERO VOLVIO A ESTABLECER RELACIONES CONSULARES EN 1991 LUEGO QUE EL..M-19. DEPUSO LAS ARMAS. MIENTRAS QUE ALGUNOS POLITICOS COLOMBIANOS Y FORJADORES DE OPINION SE MOSTRABAN CAUTELOSOS ACERCA DE APOYAR O RECHAZAR LA DECISION, OTROS SE HAN PRONUNCIADO EN SU CONTRA, CON EL CANDIDATO PRESIDENCIAL CONSERVADOR RODRIGO MARIN LLAMANDOLO "UNA DECISION QUE MAYORMENTE BENEFICIA AL REGIMEN CUBANO, Y NO LE IMPORTA A COLOMBIA. UCRANIA SE CONVIRTIO EN LA PRIMER EX REPUBLICA SOVIETICA ADEMAS DE RUSIA DE ESTABLECER UNA EMBAJADA EN LA HABANA CUANDO ABRIO SUS PUERTAS EL 4 DE OCTUBRE.

5. LA HABANA CONTINUA ADELANTE CON LA REORGANIZACION DE LA AGRICULTURA ESTATAL: DESDE LA REORGANIZACION DE LA AGRICULTURA ESTATAL ANUNCIADA EL 15 DE SETIEMBRE, LAS FIGURAS CLAVES EN LA DECISION DEL BURO POLITICO DE REORGANIZAR LA PRODUCCION EN EL SECTOR AGRICULTOR ESTATAL AZUCARERO Y NO AZUCARERO, NELSON TORRES PEREZ, Y ALFREDO JORDAN MORALES, MINISTRO DE LA INDUSTRIA AZUCARERA Y MINISTRO DE AGRICULTURA RESPECTIVAMENTE, APARECIERON EN LA TELEVISION CUBANA Y EN LA PRENSA BRINDANDO DETALLES ADICIONALES ACERCA DE ESOS PLANES. LOS DOS HAN LLEVADO A CABO BREVES RECORRIDOS POR LA ISLA QUE HAN RECIBIDO MUCHA PUBLICIDAD, Y PARTICIPARON EN CEREMONIAS CREANDO LAS NUEVAS "UNIDADES BASICAS DE PRODUCCION COOPERATIVA (UBPC) EN VARIAS PROVINCIAS. EN EL MES DE OCTUBRE, FUNCIONARIOS DE AGRICULTURA TRABAJARON INTENSAMENTE A FIN DE ESTABLECER MILES DE LAS NUEVAS COLECTIVAS, QUE LA HABANA DESEA ESTEN EN MARCHA ANTES QUE COMIENCE LA COSECHA DE AZUCAR EN EL MES DE NOVIEMBRE. LAS UBPC TAMBIEN SE.ESTAN FORMANDO DE EMPRESAS ESTATALES PRODUCTORAS DE TABACO, CITRICOS, GRANOS, VEGETALES, TUBERIAS Y GANADO. A LOS TRABAJADORES DE LAS NUEVAS COOPERATIVAS SE LES ESTA DANDO LIBRE USO DE TIERRA ESTATAL Y PRESTAMOS PARA ADQUIRIR MAQUINARIA, EDIFICIOS E IMPLEMENTOS DE LAS ANTIGUAS GRANJAS ESTATALES. EL GOBIERNO PROPORCIONARA MATERIA PRIMA, TAL COMO FERTILIZANTES, PESTICIDAS Y COMBUSTIBLE Y DISTRIBUIRA LA PRODUCCION POR MEDIO DE CANALES OFICIALES.

FUNCIONARIOS CUBANOS HAN DECLARADO QUE EL OBJETIVO PRIMORDIAL DE LA REESTRUCTURACION ES ESTABILIZAR LA FUERZA TRABAJADORA. EN EL TRANSCURSO DE UNA VISITA A LAS UBPC EN EL MES

DE OCTUBRE, FIDEL CASTRO DIJO QUE LAS NUEVAS COOPERATIVAS ERAN NECESARIAS PARA PARAR LA MIGRACION DEL CAMPO Y REDUCIR LA CONSTANTE MOBILIZACION DE LA POBLACION CITADINA HACIA EL TRABAJO EN EL CAMPO. EL ESTADO TAMBIEN ESPERA QUE LOS PLANES VINCULANDO LOS JORNALES A LA PRODUCCION DARAN INCENTIVOS, AUSENTES BAJO EL ANTERIOR SISTEMA DE GRANJAS ESTATALES.

6. LA HABANA SE APRESURA A TOMAR MEDIDAS RELATIVAS A LOS DISTURBIOS DE REGLA: LA HABANA RAPIDAMENTE BUSCO IMPLEMENTAR MEDIDAS PARA CONTROLAR EL DANO CAUSADO LUEGO DE LAS RECIENTES PROTESTAS EN LA MUNICIPALIDAD REGLA DE LA HABANA EN EL FUNERAL DE UN SUPUESTO REFUGIADO QUE SEGUN INFORMES FUE MUERTO POR GUARDIAS FRONTERIZOS MIENTRAS INTENTABA ESCAPAR DE CUBA. A PESAR DE QUE ALGUNOS DICEN QUE EL JOVEN FUE APALEADO A MUERTE, LA HABANA ALEGO QUE FUE ALCANZADO POR UN DISPARO LUEGO QUE LOS GUARDIAS FRONTERIZOS FUERON AMENAZADOS POR SEIS INDIVIDU'OS QUE TRATABAN ESCAPAR DE LA ISLA EN UNA BALSA. LOS CALCULOS SOBRE LA MULTITUD EN REGLA VARIAN MUCHO; UN ACTIVISTA INDICO QUE "CIENTOS" DE PERSONAS SE LARGARON A LAS CALLES DURANTE LA PROCESION FUNEBRE, MIENTRAS QUE OTRO INDICO QUE HABIA DE 4.000 A 6.000 PERSONAS. LA PRENSA OFICIAL CUBANA IMPLICO QUE SE VIO FORZADA A MENCIONAR EL TEMA DEBIDO A LAS "FLAGRANTES CALUMNIAS" Y A LA "PROPAGANDA ENEMIGA". EN LA DESCRIPCION QUE LA HABANA HIZO DEL INCIDENTE CALIFICO A AQUELLOS INVOLUCRADOS EN EL INTENTO DE ESCAPE Y SUBSECUENTE DESORDEN DE CRIMINALES, DIFERENTES DEL CUBANO CORRIENTE, Y RECALCO LA PROVOCACION CAUSADA Y LA MODERACION

OTRAS PARTES EN CUBA.

7. LA MIGRACION POR MAR SOBREPASA LOS TOTALES DE 1992.

DE OCTUBRE, LA CIFRA MENSUAL MAS ALTA DESDE 1980. EL TOTAL EXCEDE LOS 522 QUE LLEGARON EN SEPTIEMBRE Y LEJOS SOBREPASA LOS 235 QUE HICIERON EL MISMO VIAJE EN OCTUBRE DEL ANO PASADO. HASTA AHORA, APROXIMADAMENTE 2.900 HAN ESCAPADO DE LA ISLA EN 1993, UNOS CIENTOS MAS QUE EN TODO EL ANO 1992. UNAS 600 PERSONAS HAN

SECRETO
04

9400945

BUSCADO ASILO EN LA BASE NAVAL NORTEAMERICANA DE GUANTANAMO EN 1993, MAS QUE EL TOTAL SUMADO DE TODOS LOS ANOS DESDE 1980 HASTA 1992.

8. UN DESTACADO ESCRITOR CUBANO ES ARRESTADO COMO BALSERO: SEGUN SE INFORMA, EL CONOCIDO AUTOR NORBERTO FUENTES FUE ARRESTADO EL 10 DE OCTUBRE LUEGO DE QUE INTENTARA ESCAPAR DE CUBA EN BALSA CON VARIOS AMIGOS Y MIEMBROS DE SU FAMILIA. SE LE MANTUVO INCOMUNICADO EN UNA INSTALACION DE LA SEGURIDAD DEL ESTADO. EN 1968, FUENTES RECIBIO EL PREMIO DE LA CASA DE LAS AMERICAS DE CUBA POR UN TRABAJO POR EL CUAL FUE LUEGO CONDENADO POR EL GOBIERNO CUBANO. FUENTES ESCRIBIO ACERCA DE LA GUERRA DE ANGOLA Y FUE MIEMBRO DE LAS CONVERSACIONES DE PAZ DE ANGOLA. FUENTES, QUE FUE DESPEDIDO DE SU PUESTO POR EL PARTIDO COMUNISTA EN 1991 HA RECIBIDO INVITACIONES DE ORGANIZACIONES CULTURALES EN COSTA RICA Y MEJICO, PERO SE LE HA NEGADO UNA VISA DE SALIDA.

9. LOS OBISPOS CATOLICOS CONTINUAN OCASIONANDO CRITICAS: LA CARTA PASTORAL EMITIDA POR LOS OBISPOS CATOLICOS A PRINCIPIOS DEL MES DE SEPTIEMBRE HACIENDO UN LLAMADO PARA UN CAMBIO ECONOMICO Y POLITICO HA SIDO TODAVIA OBJETO DE ATAQUES DURANTE EL MES DE OCTUBRE. MIEMBROS CLAVES DEL CONCEJO ECUMENICO, UNA ORGANIZACION DE SOMBRILLA MAYORMENTE PROTESTANTE QUE MUESTRA CON FRECUENCIA SIMPATIAS HACIA EL REGIMEN, LANZO UNA REFUTACION DE 10 PAGINAS EL 1 DE OCTUBRE. EL CONCEJO ALEGO QUE LOS OBISPOS LE HABIAN ABIERTO LA PUERTA A LOS ENEMIGOS EXTRANJEROS DE CUBA Y BUSCABAN UN RETORNO A LA DISCRIMINACION RACIAL, AL ANALFABETISMO Y A LA EXPLOTACION DE LOS ANOS CINCUENTA. CASTRO MISMO INDIRECTAMENTE REPROCHO A LA JERARQUIA CATOLICA EN UNA CARTA AGRADECIENDO AL CONCEJO POR SU APOYO, AFIRMANDO QUE EL GOBIERNO "NUNCA ESCUCHARIA CON RESPETO...A AQUELLOS QUE...SIRVEN AL ENEMIGO, O TRAICIONAN A SU PUEBLO Y A SU PATRIA".

10. OYENTE DE RADIO MARTI ES OBJETO DE UN DISPARO: SEGUN SE INFORMA, A PRINCIPIOS DEL MES DE SEPTIEMBRE EL PRESIDENTE DEL COMITE LOCAL PARA LA DEFENSA DE LA REVOLUCION (CDR) ATACO A UN RESIDENTE DE SANTA FE DEBIDO A QUE ESTABA ESCUCHANDO RADIO MARTI. EN LA PELEA QUE RESULTO, EL PRESIDENTE DE LA CDR BUSCO DE SU CASA UNA ESCOPETA DE 12 CALIBRE Y LE DISPARO DOS VECES AL HOMBRE; LOS VECINOS INTERVINIERON Y EVITARON QUE EL HOMBRE FUERA MUERTO. EL OYENTE DE RADIO MARTI FUE ARRESTADO; EL PRESIDENTE DEL CDR RECIBIO UNA MEDALLA POR LA "DEFENSA DE LA REVOLUCION".

11

PERSONAL

P.024.-

Montevideo,29de Enero de 1994.-

INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

PATRONAL DE TAXIMETROS:En asamblea efectuada en el día de ayer se resolvió aceptar en forma crítica el decreto de la IMM,referente a las mamparas de Seguridad para los Taxis.-

U.N.O.T.T:En la fecha se realizará un Plenario de Delegados, para evaluar las medidas de lucha,los que se encuentran estudiando el tema de ONDA.-

ORGANIZACIONES DE SALUD:

EMP.CIV.DE LA NACION:El 1/II/ levantarán las medidas de lucha que vienen realizando el 4/II/ se reunirán en el MSP con autoridades del mismo y dirigentes de la FUS para estudiar el futuro de dicha Mutualista.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

SUTCRA:TRANS DE CARGA:Se encuentran en asamblea permanente continuando las negociaciones con referencia a la firma del nuevo convenio salarial.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T:Se prevee que para el mes de Febrero se instale nuevamente la olla sindical.-

2)- INFORMACION ESTATAL

SUTEL:En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió,mantener las medidas de paro por sectores hasta el 2/II/ a la hora 10.00 en que se reunirán nuevamente en asamblea para evaluar el conflicto y estudiar las mociones por nuevas medidas. El 31/I/ a la hora 15.00 se concentrarán en Colonia y Fdez. Crespo y el 1/II/a la hora 10.00 se realizará el Congreso de Delegados.-

AFUR:UTHC:El gremio se declaró en pre-conflicto debido al 1er. ajuste cuatrimestral del año 94.El 1/II/ a la hora 10.00 realizarán una asamblea para resolver sobre futuras movilizaciones conjuntamente.-

A.U.T.E:En el día de hoy se realizará un Congreso Nacional de Delegados.-

M.S.C.E:Esta Mesa se reunirá el 1/II/ a la hora 17.00 en el local de la Fed.ANCAP,con la finalidad de promulgar entre las bancadas políticas un proyecto de alternativa para PLUNA.-

-001/1 9400946

DNII 'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01

1/1

PERSONAL

P.024.-

Montevideo, 31 de Enero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION: El 1/II/ se levantarán las medidas que vienen realizando y el 4/II/ se realizará una reunión en la participarán además autoridades de la FUS y del Sindicato Medico, para decidir el futuro de esta sociedad.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

SUTCRA: EMP.DE CARGA: En asamblea efectuada el 27/I/ se declararon en asamblea permanente, estando las negociaciones con la patronal sobre el convenio laboral.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: Esta previsto que para el mes de Febrero se instale nuevamente la olla sindical.-

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

OCUPANTES DE TERRENOS MUNICIPALES: En Jurisdicción de Secc 19na. en un predio de la IMM, ubicado en Humbolt y Laureles, se encuentra ocupado por unas 20 familias en su mayoría trabajadores de Imperagro e Inlasa. Estos ocupantes vienen realizando una huelga de hambre desde el 27/I/, habiendo presentado la Intendencia ante dicha Secc. una denuncia de Intrusos.-

2)- INFORMACION ESTATAL

ANTEL: El directorio del Ente recibirá el 1/II/ al gremio, los que expondrán sus posiciones respecto a la firma del convenio colectivo vigente.-

AFUR.UTE: El gremio se declaró en pre-conflicto, el 1/II/ a la hora 10.00 realizaran una asamblea para resolver futuras movilizaciones.-

M.S.C.E: El 1/II/ a la hora 17.00 en la sede de la Fed. ANCAP se reunirá esta Mesa para promulgar entre las bancadas politicas un proyecto de alternativa para PLUNA.-

SUTEL: En asamblea efectuada el 28/I/ se resolvió continuar con las medidas de paro hasta el 2/II/ a la hora 10.00 en que realizarán una nueva asamblea para evaluar el conflicto y estudiar las mociones por nuevas medidas. El 1/II/ a la hora 10.00 realizarán un Congreso de Delegados. En el día de hoy a la hora 15.00 se concentrarán en Colonia y Fernandez Crespo.-

COFE: Desde el 26/I/y hasta el 2/II/ realizarán asambleas en lugares de trabajo.-

9400947

93/14601

1/4.

SECRETO **COPIA N°. 3**

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
120830/NOV/1993
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 71 / 93

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 2: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DEPARTAMENTO II/E.M./ D. E. I.-

JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT) / D. G. I. D.

Coronel Diego W. Sáder

(Sello: MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION - DEPARTAMENTO - República Oriental del Uruguay)

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 1/02/94
Pasa a SDI
N° de Identificación 9400954

Fecha de Entrada 04 FEB. 1994
Pasa a
N° de Orden 9400952

SECRETO

001/4

FECHA: 16 NOV. 1993

Pase al Dpto. 3 ... efectos

Comisario
JOSÉ NÚÑEZ RODRÍGUEZ

D.N.I.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA 16 NOV. 1993
HORA
No. ORDEN 9904
FIRMA

D. N. I. e I.
ENTRADA
FECHA 19 NOV 1993
26/13

19/11/93

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 15 de diciembre de 1993.

SEÑOR DIRECTOR :

Informo a Usted, que las personas Juan Carlos GONZALEZ y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO
COMISARIO
FRANCISCO LOPEZ

MINISTERIO DEL INTERIOR - DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA - DEPARTAMENTO 3

Montevideo, 06 ENE. 1994

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia.

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia
INSPECTOR PRINCIPAL
CEFERINO PONTE PERERA

MINISTERIO DEL INTERIOR - Dirección Nacional de Información e Inteligencia

002

-9400054

REFERENTE A: GONZALEZ Juan Carlos
REGISTRAMOS: GONZALEZ Juan Carlos
DOCUMENTOS: CI 1.559.674-7
OCUPACION: Empleado Bco. Hip. del Urug.
DOMICILIO: Juan Paullier No. 1318 en 1984
OTROS DATOS: O.s. de 30 años en 1984
ANOTACIONES: 26/10/84: En la fecha fue detenido por encontrarse realizando una pegatina no autorizada.-Los afiches contenían la siguiente inscripción: "La Cultura proclama sus candidatos-Parque Palermo sábado 27 hora 19-Democracia Avanzada 10001-20001", con la insignia del Frente Amplio.-No fue privado de su libertad por orden superior.-

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Montevideo, Noviembre 19 de 1993.-

003

-9400954

- Juan Carlos GONZALEZ

  C.I. 1.559.674-7

  C.C. AVA 18835

- Honorina GONZALEZ LAVADIE

  C.I. 3.428.089-6

  C.C.HDB 2501

- Mirtha Margot GONZALEZ

  C.I. 3.801.564-1

  C.C. HDB 6504

- Osvaldo GONZALEZ

  F.N. 21/07/49

- Sonia María RODRIGUEZ DENIS

  C.I. 1.835.620-5

  C.C. AOA 6353

- Vivian María Cristina LIRIOS MARTIN

  C.I. 1.300.125-9

  C.C. BAA 23677

- Armando ILHA ROSA

1/3 -

COPIA N°. 3

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I.
C. MONTEVIDEO
290800/NOV/1993
(i)

PEDIDO DE INFORMACION Nro. 73 / 93

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE NECESITA LA INFORMACION:

URGENTE

II - INFORMACION EXISTENTE:

A - TEXTO:

- Se adjunta.-

III - INFORMACION SOLICITADA:

- Información acorde a trámite adjunto.-

IV - DISTRIBUCION:

ORIGINAL: ARCHIVO DEPARTAMENTO I /D.G.I.D.

COPIA 1: SR.JEFE DE SECRETARIA DE INTELIGENCIA DEL C.G.A.

COPIA 2: SR.DIRECTOR DEL SERVICIO DE INFORMACION DE LA FUERZA AEREA.

COPIA 3: SR.DIRECTOR DE LA D.N.I.I.

COPIA 4: DEPARTAMENTO II/E.M./ D. E. I.-

Conocimiento Sedd.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO I (INT) / D. G. I. D.

Coronel Diego W. Sider

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - DPTO. INTERIOR

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
DEPARTAMENTO ...
Fecha de entrada 04 FEB 1994
Pase a
N°. de Orden 9400955

DIRECCION GENERAL ...
SECRETARIA
Fecha 1/02/94
Pase a
N° de Identificación 9400955

001/3

D.N.I.I. SECRETARIA
ENTRADA
FECHA - 2 DIC. 1993
HORA 08:40.
No. ORDEN 2293.
FIRMA MGA.-

FECHA: - 2 DIC. 1993

Pase al Dpto. 3 a sus efectos.

JEFE DE SECRETARIA
COMISARIO:

José Pedro NUÑEZ RODRIGUEZ

D. N. I. e I.
ENTRADA
FECHA: 06 DIC 1993
HORA:
N.º DE ORDEN: 31/02.-
FIRMA:

6/12/93.

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
DEPARTAMENTO Nro.3. wis.

Montevideo, 15 de diciembre de 1993.

SEÑOR DIRECTOR:

Informo a Usted, que las personas Monica Natalia DA SILVA TECHEIRA y Otros, carecen de antecedentes penales en ésta.

Saluda a Usted atentamente.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO
COMISARIO
FRANCISCO LOPEZ

Montevideo, 06 ENE. 1994

Con lo informado, vuelva a la oficina de procedencia

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia
INSPECTOR PRINCIPAL
CEFERINO PONTE PERERA

002

-9400955

MONICA NATALIA DA SILVA TECHEIRA

C.I.   2.936.538-8

C.C.   BBA 41983

RAMON MERARDO DA SILVA BOCH

C.I.   1.873.320-5

C.C.   BNA 25532

MARIA SARA TECHEIRA CINTAS

C.I.   1.220.070-3

C.C.   BDA 47964

WALTER RODRIGUEZ

C.I.   1.364.724-1

C.C.   CMA 20.651

YANINA BELTRAN

LAURA ALEJANDRA DA SILVA TECHEIRA

C.I.   2.936.589-9

CARLOS LEONARDO ACOSTA ANTUNEZ

NILSA IRLANDA ANTUNEZ LIMA

C.I.   1.853.362-9

C.C.   BBB 32.424

MARIA G.ELOISE PONS

C.I.   1.711.164-0

C.C.   BBA 30.024

1/3

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
S E C R E T A R I A

MINISTERIO DEL INTERIOR – Dirección Nacional de Información e Inteligencia

O F I C I O Nro 029/994.JDG.wis.

REFERENCIA :TABARES AURIEMMA:Maria del Rosario y Otros.ANOTACIONES que puedan registrar en esa Agencia.-
= S E S O L I C I T A =

Montevideo, 29 de enero de 1994.-

SENOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Solicito de Usted, tenga bien se informe si las personas que se mencionan en los Listados adjuntos Nro.32/94;41/94 y 62/94 (Aspirantes a ingreso al / Instituto Policial=D.N.A.S.P.) registran constancias en esa Agencia.-

Cabe senalar y dentro de las providencias del caso, que dicha informacion seria de suma utilidad dentro de un plazo estimable a los seis dias.-

Saluda a Usted atentamente.

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia
INSPECTOR PRINCIPAL
CEFERINO PONTE PERERA

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Estrada 4/2/94
Nº 032.

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha I-II-94
Pasa a SDI
Nº de Identificación 940095

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO 03 FEB. 1994
Fecha de Entrada
Pase a
Nº de Orden 940095

001/3

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO AL INSTITUTO POLICIAL MENCIONADAS EN EL OFICIO NRO: 32/94;41/94 Y 62/94.DE DIR.NAL.DE SANIDAD POLICIAL.-

1)- TABARES AURIEMMA : Maria del Rosario
CED.IDENTIDAD : 1.344.854-2
FECHA NACIMIENTO : 09/12/1954 en Montevideo

2)- VINA BERNENGO : Gabriela Andrea
CED.IDENTIDAD : 2.744.670-6 CRED.CIVICA:Serie:B.R.A.NRO:36.9
FECHA NACIMIENTO : 30/08/1960 en Montevideo.

3)- BITANCOURT SEQUEIRA : Ramon Eduardo
CED.IDENTIDAD : 1.372.453-0 CRED.CIVICA:Serie:B.D.B.NRO:31.6
FECHA NACIMIENTO : 01/04/1949 en Artigas.

4)- ROVIRA GUERRA : Sandra Anahi
CED.IDENTIDAD : 2.512.812-0 CRED.CIVICA:Serie:M.A.A.Nro:56.2
FECHA NACIMIENTO : 27/05/1969.

5)- NUNEZ ROMAN : Viviana Yacqueline
CED.IDENTIDAD : 3.985.326-6 CRED.CIVICA:Serie: B.J.B.Nro:20.7
FECHA NACIMIENTO : 29/06/1966 en Montevideo

6)- CESANO GONZALEZ : Maria Jose
CED.IDENTIDAD : 1.761.496-5 CRED.CIVICA:Serie:B.A.B.Nro:49.13
FECHA NACIMIENTO : 18/06/1960 en Montevideo.

7)- GARIBALDI : Martin Vidal Dr.
CED.IDENTIDAD : 162.690
DOMICILIO : Garcia Cortinas No.2492

PRESENTADO - PEDROUAREU
OCUP.- LICEO OCEANOGRAFICO

RIERA
FR - BUA - 15754 -

8)- CASTRO VIERA : Ruben
CED.IDENTIDAD : 1.339.946-4
DOMICILIO : Irlanda Nro.2190 Ap.105

35816 - PC -
Nº AF - 29481 -
DOM - Rep. ARGENTINA 1165-414 esq. Cuareim
FECHA AF - 26.04.71
CC 06 -

9)- NEIROTTI RIVERO: Rubens Antonio FR -
CED.IDENTIDAD : 1.586.981-5 CRED.CIVICA:Serie:B.B.B Nro:30.722
FECHA NACIMIENTO : 30/06/1958 en Montevideo

10)- GAMBOA GASAMAN :Lydia Beatriz Dra. 157781-6 - S/A
CED.IDENTIDAD :1.387.564-4 CRED.CIVICA:Serie:B.N.A. Nro:33.4
FECHA NACIMIENTO : 20/04/1956 en Montevideo.

11)- BRIZOLARA TEXEIRA : Francisco Javier Dr. 25172 -
CED.IDENTIDAD : 1.253.736-4 CRED.CIVICA:Serie:A.S.A. Nro:13.017
FECHA NACIMIENTO : 16/12/1954 en Montevideo

12)- BURGSTALLER FERNANDEZ : Ema Alicia Dra.
CED.IDENTIDAD : 1.288.696-3 CRED.CIVICA:Serie:A.T.B. Nro:10.
FECHA NACIMIENTO : 13/02/1959 en Montevideo.

13)- GIACHETTO LARRAZ : Gustavo Alberto Dr.
CED.IDENTIDAD : 1.910.732-0 CRED.CIVICA:Serie:B.L.B. Nro:32.431

FECHA NACIMIENTO : 16/09/1964 en Montevideo.

1

14)- TOR GONZALEZ : Elsa Lilian Dra. 193324 (...)
CED.IDENTIDAD : 1.937.206-8 CRED.CIVICA:Serie:B.V.B. Nro:45.
FECHA NACIMIENTO : 16/02/1967 en Montevideo.

15)- DELBONO COITINHO : Norbis Mabel Dra. FR TAA 45181-
CED.IDENTIDAD : 3.331.185-6 CRED.CIVICA:Serie:A.S.A. Nro:15.
FECHA NACIMIENTO : 24/12/1964 en Tacuarembo

16)- PEREZ PERUSSO : Maria Noel
CED.IDENTIDAD : 1.994.467-7 CRED.CIVICA:Serie:B.D.B. Nro:61.
FECHA NACIMIENTO : 01/01/1973 en Montevideo.

17)- MACHADO OBENAUER : Victor Hugo FR
CED.IDENTIDAD : 1.865.559-2 CRED.CIVICA:Serie:B.N.B. Nro:39.
FECHA NACIMIENTO : 03/09/1961 en Montevideo. 760

18)- BUSTELO LALLERA : Educardo Silvino ~~20672~~
CED.IDENTIDAD : 1.590.516-4 CRED.CIVICA:Serie:B.T.B. Nro:23.
FECHA NACIMIENTO : 09/08/1959

19)- DAVIS SALABERRE : Ernesto Jose
CED.IDENTIDAD : 3.859.933-4 CRED.CIVICA:Ciudadania en Tramit
FECHA NACIMIENTO : 05/06/1951 en Punta Arenas (CHILE).

003/3

1/4

MINISTERIO DEL INTERIOR
DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
S E C R E T A R I A

O F I C I O Nro 030/994.JDG.wis.

REFERENCIA : ALVAREZ ALMADOS :Juan Jose y Otros.ANOTACIONES que puedan registrar en esa Agencia.-
=S E S O L I C I T A=

Montevideo, 31 de enero de 1994.-

SENOR SUB DIRECTOR INTERIOR DE LA D.G.I.D.:

Solicito de Usted, tenga bien se informe si las personas que se mencionan en el Listado adjunto Nro.045/94 (Aspirantes a ingreso al Instituto Policial=Dpto.IDATYC=Jef.Pol.Montevideo)registran constancias en esa Agencia.-

Cabe senalar y dentro de las providencias del caso, que dicha informacion seria de suma utilidad dentro de un plazo estimable a los seis dias.-

Saluda a Usted atentamente.

Sub Director Nacional de Información e Inteligencia
INSPECTOR PRINCIPAL
CEFERINO PONTE PERERA

INFORMACION SECRETARIA Fecha 1-II-94 502 9400954

Fecha de Entrada 8/2/94 Nº 033

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 03 FEB. 1994
Nº. de Orden 9400957

001/4

NOMINA DE ASPIRANTES A INGRESO AL INSTITUTO POLICIAL MENCIONADAS EN EL OFICIO NRO: 045/94 DE I.D.A.T.Y.C.(JEF.POL.MONTEVIDEO)

1)- ALVAREZ ALMADOS : Juan Jose FR
CED.IDENTIDAD : 1.919.054-5 CRED.CIVICA:Serie:B.T.A. Nro:17.337
FECHA NACIMIENTO : 19/12/1963 en Montevideo
DOMICILIO : Federico Capurro No.2202

2)- ARANEO MORALES : Martha Isabel FR
CED.IDENTIDAD : 1.734.267-5 CRED.CIVICA:Serie:B.R.A.NRO:31.791
FECHA NACIMIENTO : 19/09/1963 en Montevideo.
DOMICILIO : Camino Fauquet No.7981 .

3)- AROCENA FALERO : Gabriela Yannet
CED.IDENTIDAD : 3.750.768-9 CRED.CIVICA:Serie:B.C.D.NRO: 9.173
FECHA NACIMIENTO : 31/01/1975 en Montevideo
DOMICILIO : Verona No. 5821.

4)- AVILA GONZALEZA : Gabriel Eduardo
CED.IDENTIDAD : 2.936.580-5 CRED.CIVICA:Serie:B.O.B.Nro:23.427
FECHA NACIMIENTO : 04/06/1971 en Montevideo.
DOMICILIO: Teniente Rinaldi No.4183.

5)- BARBOZA GODOY : Luis Leonardo
CED.IDENTIDAD : 2.774.729-5 CRED.CIVICA:Serie: B.B.B.Nro:43.121
FECHA NACIMIENTO : 07/09/1975 en Montevideo
DOMICILIO : Camino Andaluz Km.2.500.

6)- BARRIENTO MENDEZ : Maria Elizabeth FR
CED.IDENTIDAD : 1.623.103-9 CRED.CIVICA:Serie:B.V.A.Nro:39.359
FECHA NACIMIENTO : 08/12/1961 en Montevideo.
DOMICILIO : Ascasubi No.4436

7)- BORGES DO CANTO : Maria Susana
CED.IDENTIDAD : 3.456.213-9 CRED.CIVICA:Serie:A.H.A. Nro:11.529
FECHA NACIMIENTO: 02/01/1962 en Rivera.
DOMICILIO : Mateo Cabral No.3673 Apto.08.

8)- CARABALLO ECHEVESTE : Zuzuki FR
CED.IDENTIDAD : 1.956.500-5 CRED.CIVICA:Serie:B.V.B. Nro:35.868
FECHA NACIMIENTO : 21/06/1963 en Montevideo.
DOMICILIO : Carmelo de Arzadum No.5970.

9)- CARBALLO LARROSA : Carlos Daniel
CED.IDENTIDAD : 1.611.071-4 CRED.CIVICA:Serie:B.C.A Nro:88.351
FECHA NACIMIENTO : 18/01/1965 en Salto
DOMICILIO : Hum No.3985 Ap.3 .

10)- CUADRADO SUAREZ : Alicia Beatriz FR
CED.IDENTIDAD :1.717.236-3 CRED.CIVICA:Serie:B.D.B. Nro:47.883
FECHA NACIMIENTO: 15/02/1960 en Montevideo.
DOMICILIO : Maria Estanero de Munar No.2875 Ap.5.-

11)- DE MUNNO MORENO : Mauricio Daniel
CED.IDENTIDAD : 1.101.825-8 CRED.CIVICA:Serie:A.Q.B. Nro: 6.083

02

-9400957

FECHA NACIMIENTO : 11/12/1954 en Montevideo
DOMICILIO : Juan Manuel Blanes No.986.-

12)- FURTADO VILLALBA : Perfecto Wilson
CED.IDENTIDAD : 1.778.366-3 CRED.CIVICA:Serie:C.M.D. Nro:14.603
FECHA NACIMIENTO : 06/01/1957 en Lavalleja.
DOMICILIO : Calle Braniff Sol.12 Manz.3 Ruta 101 Km.26.-

13)- GONZALEZ ALONZO : Richard Washington
CED.IDENTIDAD : 1.987.194-5 CRED.CIVICA:Serie:B.V.B. Nro:24.572
FECHA NACIMIENTO : 15/04/1966 en Montevideo.
DOMICILIO : Martin Berinduague 324 Ap.01.-

14)- GONZALEZ : Fabian
CED.IDENTIDAD : 2.613.007-5 CRED.CIVICA:Serie:B.S.B. Nro:11.786
FECHA NACIMIENTO : 02/05/1972 en Montevideo.
DOMICILIO : Turquia No. 3866.-

15)- GONZALEZ FERNANDEZ : Maria Adriana
CED.IDENTIDAD : 2.630.951-5 CRED.CIVICA:Serie:P.A.A. Nro:15.838
FECHA NACIMIENTO : 30/07/1971 en San Jose.
DOMICILIO : Independencia No.321 (Flores).

16)- GONZALEZ VALDEZ : Alexander Maichel
CED.IDENTIDAD : 2.002.742-0 CRED.CIVICA:Serie:B.D.A. Nro:96.981
FECHA NACIMIENTO : 25/11/1975 en Montevideo.
DOMICILIO : Las Tanjarinas No.3653

17)- GOMEZ NADALES : Monica Lilian
CED.IDENTIDAD : 2.568.071-2 CRED.CIVICA:Serie:A.P.A. Nro:11,224
FECHA NACIMIENTO : 25/11/1965 en Montevideo.
DOMICILIO : Avellaneda No.4324.

18)- JAIME GUEVARA : Adriana Marcela
CED.IDENTIDAD : 2.767.215-1 CRED.CIVICA:Serie:B.T.A. Nro.23.434
FECHA NACIMIENTO : 07/11/1975 en Montevideo.
DOMICILIO : Pasaje Tajamar No.047 .

19)- LEMOS DA SILVA : Angel Nataniel
CED.IDENTIDAD : 2.557.661-4 CRED.CIVICA:Serie:B.R.A. Nro:34.757
FECHA NACIMIENTO : 29/05/1962 en Montevideo
DOMICILIO : Calle 1 No.5920 Bis .

20)- LORENZO ELISSALDE : Jorge Adrian 203432
CED.IDENTIDAD : 1.687.636-2 CRED.CIVICA:Serie:G.D.A. Nro:13.802
FECHA NACIMIENTO : 21/03/1966 en Montevideo.
DOMICILIO : Marmol No.1040 Bis.

21)- LUNSTEDT FARIA : Mirta Raquel
CED.IDENTIDAD : 2.751.674-3 CRED.CIVICA:Serie:B.C.B. Nro:46.390
FECHA NACIMIENTO :31/10/1967 en Montevideo.
DOMICILIO : Malvin Norte Senda 7, Casa 71.

22)- MARTINEZ DANTA : Arturo Gustavo
CED.IDENTIDAD : 1.728.291-0 CRED.CIVICA:Serie:C.E.A. Nro:20.781

FECHA NACIMIENTO : 20/12/1963 en Montevideo.
DOMICILIO : Vaz Ferreira No.3590.

23) MEDINA RODRIGUEZ : Emiliano
CED.IDENTIDAD : 1.701.471-9 CRED.CIVICA:Serie:B.O.A. Nro: 7.700
FECHA NACIMIENTO : 14/08/1958 en Montevideo .
DOMICILIO : Santin C.Rossi No.5078 Vivienda 15.

24)- MELLO LEAL : Mary Isabel
CED.IDENTIDAD : 2.862.535-3 CRED.CIVICA:Serie:C.E.A. Nro:23.804
FECHA NACIMIENTO : 17/12/1969 en Canelones .
DOMICILIO : Boizo Lanza No. 4385

25)- MONTES PORTILLO : Juan Jose
CED.IDENTIDAD : 1.861.404-1 CRED.CIVICA:Serie:A.A.A. Nro. 7.516
FECHA NACIMIENTO : 16/11/1969 en Montevideo.
DOMICILIO : Sitio Grande No.1285 Ap.2

26)- MORLINO PAREJA : Ana Maria FR
CED.IDENTIDAD : 1.996.264-7 CRED.CIVICA:Serie:B.T.A. Nro:16.163
FECHA NACIMIENTO : 06/12/1964 en Montevideo.
DOMICILIO : San Fuentes Nro.3302.

27)- PIMIENTA BERON : Oscar Raul FR
CED.IDENTIDAD : 1.069.037-0 CRED.CIVICA:Serie:C.A.A. Nro:31
FECHA NACIMIENTO : 13/08/1954 en Montevideo.
DOMICILIO : Baltasar Brum No.491- Canelones.-

28)- RODRIGUEZ DIAS : Rozana
CED.IDENTIDAD : 3.141.387-6 CRED.CIVICA:Serie:B.O.A. Nro:17685
FECHA NACIMIENTO : 10/09/1972 en Montevideo.
DOMICILIO : Dr.Isidro Mas de Ayala No.5329.

29)- SEXA BUENO : Susana
CED.IDENTIDAD : 2.677.612-0 CRED.CIVICA:Serie:B.D.B. Nro:58010
FECHA NACIMIENTO : 07/06/1967 en Tacuarembo.
DOMICILIO : Astelar No.3105.

9400961

INUR Nº 013-F/012/180194

OTAN

Reunião do Presidente dos EUA com o grupo de VISEGRADO. Repercussões.

O Presidente norte-americano, BILL CLINTON, reuniu-se dia 12 Jan 94, em PRAGA, com os Presidentes da TCHECA, da ESLOVÁQUIA, da HUNGRIA e da POLÔNIA — países componentes do chamado grupo de VISEGRADO — para propor-lhes uma cooperação militar e política com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), no âmbito da chamada **"Parceria para a Paz"**. *Tal conceito, adotado em BRUXELAS pela Conferência de Cúpula da Aliança Atlântica, aplica-se aos países europeus não-integrantes da OTAN, incluindo os ex-comunistas do antigo Pacto de Varsóvia.*

Os quatro países aceitaram a proposta, embora almejassem uma adesão imediata à OTAN — possibilitando-lhes uma garantia mínima para sua segurança, em especial quanto à RÚSSIA — ou a fixação de condições e de um calendário para o ingresso. Depreende-se que a Aliança excluiu essa medida para não provocar o nacionalismo da RÚSSIA, temerosa por seu isolamento no velho Continente.

Entretanto, percebendo que o oferecimento não satisfazia às aspirações do Grupo, CLINTON acenou com algumas medidas de assistência em matéria econômico-financeira e o apoio aos **"parceiros"**, *para organizarem, treinarem e,* **"talvez"**, *equiparem unidades militares para elevá-las ao nível dos exércitos dos países da OTAN.*

A despeito das frustrações nas expectativas — em especial da POLÔNIA pela sua posição estratégica na EUROPA —, as decisões emanadas de PRAGA foram as mais previsíveis, dentro do atual contexto das relações internacionais, e indispensáveis como passo crucial para acordos mais amplos, dependendo da evolução da posição russa sobre a questão.

* * *

01/1

9400961.

1994-02-02 09:44 DNII'Secretaria Privada.< 598 2 910319 P.01/02

PERSONAL

ARCHIVO

P.026.-

Montevideo, 2 de Febrero de 1994.-

1).- INFORMACION GREMIAL

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T.: Esta previsto que en el mes de Febrero se instale nuevamente la olla sindical en Verasierto 3310.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

SUNCRA (EMP.DE CARGA: Estan declarados en asamblea permanente, estando las negociaciones por el convenio salarial a nivel de la patronal.-

BANCA PRIVADA

AEBU: En reunión mantenida el 27/I/ en el MTSS, entre AEBU y el CITY BANK, los representantes de este último rectificaron la obligación de no negociar el convenio salarial.-

CONSTRUCCION

SUNCA: En el día de ayer realizaron paro a partir de la hora 15:00, concurriendo una delegación al MTSS, para hacerle llegar al Ministro un Memorandum en reclamo de mejorar la seguridad laboral. El 4/II/ realizaran un Plenario de Delegados, donde se estudiaran las futuras medidas de lucha.-

COOPERATIVAS DE VIVIENDAS

OCUPANTES DE TERRENOS MUNICIPALES: Prosiguen con la ocupación de los terrenos en Humbolt y Laureles, por parte de 20 familias ex trabajadores de Inlasa e Imperagro, efectuando desde el día 27/I/ 8 personas huelga de hambre.-

2).- INFORMACION ESTATAL

A.T.H.G.: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió analizar una serie de propuestas para coordinar con COFE que se reune en el día de hoy.-

ASOC.DE FUN.JUDICALES: En el día de hoy realizaran asambleas por edificio. El 4/II/ a la hora 10.30 realizaran una asamblea General.-

SUTEL: Hoy a la hora 10:00 realizaran una asamblea para decidir futuras movilizaciones.-

ASOC.DE FUN.CASINOS MUNICIPALES: Continuan en pre-conflicto, en razón de que la IMM mantiene una deuda con los administrativos.-

C.O.F.E: En el día de hoy se reuniran en asamblea a la hora 10:00 conjuntamente con COFE.-

3).- INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE COLONIA

FABRICA DE BATERIAS FANAESTA: Esta fabrica que se encuentra en la ciudad de Rosario se encuentra ocupada por parte de unos 70 obreros de los 100 que trabajan, la medida se debe a reivindicaciones laborales.-

Doc poco leg

02 de FEBRERO de 1994.-

SECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	1) Continúan paro cada vez que un cajero reciba un cheque del CITY BANK, paro de 15.-
PUBLICOS.	SALARIO.	C.O.F.E.	2) Asamblea por sector hasta el 02/02.- Hora 10:00 Reunión conjunta con A.F.U.R. en lugar a determinar.-
A.N.T.E.L.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	3) Continúan realizando paro en : Cobranzas, Atención Telefónica Personalizada, Gestión de Cobro y Tesorería.- H.10:00 Asamblea Gral.-
TERRENOS MUNICIPALES OCUPADOS.			4) HUMBOLT y LAURELES, ocupan 20 familias integradas por ex-trabajadores de INLASA e IMPERAGRO.(Secc. 19na.).- Huelga de hambre desde el 27/01.- 1-Ruben SASSANO ;2-Luís BETONE ;3-richard [illegible] 4-Raúl TECHERA ;5-Daniel CAMEJO ;6-Daniel ESUDERO 7-Eduardo BARRIOS ;8-Ramón DIAZ .-
JUDICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	5) Asambleas por edificio hasta el 04/02.-

PERSONAL

1/2

PERSONAL

P.025.-

Montevideo, 1 de Febrero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL
INDUSTRIA LACTEA

A.O.E.C.:En el día de ayer a la hora 09.00 se concentraron frente a la Usina Nro.1, en Magallanes 1862 unas 80 personas, las que procedieron a cortar el transito ocupando toda la calzada. En el lugar hicieron uso de la palabra tres dirigentes sindicales, los que se refirieron al no cumplimiento de lo pactado por parte de la empresa, posteriormente a la hora 10.45 se reintegraron a sus lugares de trabajo, no trabajando hasta la hora 11.00 como estava previsto el paro.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION: En el día de ayer emitieron un comunicado de prensa en el que deslindan responsabilidad sobre las carencias de medicamentos y de camas para las intervenciones qui[illegible] día de hoy levantarán las medidas que vie[illegible] y el 4/II/ se reunirán en el MTSS con autori[illegible] e integrantes de la FUS y del Sindicato Medico para de[illegible]ir el futuro de esta Mutualista.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

EMP.DE CARGA: [illegible]: Continuan en asamblea permanente, prosiguiendo las negociaciones con la patronal por la firma del convenio salarial.-

OCUPANTES DE TERRENOS MUNICIPALES: Continuan con la ocupación en Humbolt y Laureles por parte de 20 familias ex trabajadores de Inlasa e Imperagro, realizando desde el 27/I/ 8 personas huelga de hambre.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U: Continuan con la realización de 15 minutos de paro cada vez que un cajero recibe un cheque de City Bank.-

INDUSTRIA TEXTIL

C.O.T: Se preves que en este mes se instale nuevamente la olla sindical en el local de Veracierto 3310.-

2)- INFORMACION ESTATAL

A.M.T.E.L: En el día de hoy el directorio recibira a la dirigencia gremial para tratar el tema referente al convenio colectivo vigente.-

AFUR[illegible]: El gremio se declará en pre-conflicto, en el día de hoy a la hora 10.00 realizarán una asamblea en el local de Avda Italia y Sambucetti.-M.S.C.E

M.S.C.E: A la hora 17.00 se eunirá en el local de la Federación Ancap.-

[illegible]: Continuan con las medidas de luchahasta el día 2/II/ en que se reunirán a la hora 10.00 en asamblea para evaluar el conflicto y estudiar nuevas medidas de lucha. En el día de ayer como estaba previsto se concentraron en Fdez.Crespo y [illegible] unas 50 personas, a la hora 15.00 los que realizaron declaraciones a la prensa que se encontraba en el lugar dispersandose posteriormente.-

Doc con partes poco leg

///

PERSONAL

///000 Hoja Nro.2.-

ASOC.DE FUN.CASINOS MUNICIPALES: "esde el 26/I/ se encuentran en pre-conflicto en razon de que la IMM mantiene una deuda con los funcionarios administrativos,no teniendo previstas medidas de lucha por el momento.-

C.G.T.E: Continuan hasta el día de mañana con la realización de asambleas en los lugares de trabajo.-

****

3).- **INFORMACIONES VARIAS**
INFORMACION DEL INTERIOR

DEPARTAMENTO DE PAYSANDU:

A.E.B.U: En el día de ayer realizaron paro de 10 minutos en todos los bancos entre la hora 10:00 y 10:10,para dar lectura a un comunicado donde reclaman a las autoridades del gobierno la homologación del convenio colectivo acordado con AEBU, y que se haga respetar el convenio 154 de la O.I.T.,donde el reclamo es por parte de los trabajadores del CITY BANK.-

****

-9400964

002/2

Nº DOCUMENTO 9400965
La U.E. renueva su relación con Latinoamérica mediante un sistema flexible y no homogéneo
150024
21.12.93
CE 12640
Integr. 11677
Int 12795

"DEBE SER FLEXIBLE Y NO HOMOGENEA"

La Unión Europea renueva su relación con Latinoamérica

BRUSELAS (EFE). — El comisario europeo para América latina, Manuel Marín, afirmó en Bruselas que desea un nuevo marco de relaciones de la Unión Europea (UE) con la región, mediante un "sistema que debe ser flexible y no homogéneo" para distinguir entre los países más pobres y los más avanzados.

"Los casos no son los mismos y puede estar basado en un sistema de cooperación al desarrollo de corte clásico para los países menos desarrollados y más pobres, mientras que para los países más avanzados sería predominante otro sistema de cooperación política, económica y comercial más amplio", dijo Marín en una entrevista con varios medios de prensa.

El comisario europeo subrayó que 1993 "ha sido un buen año en las relaciones con la CE" y precisó que aumentaron en un 30 por ciento las inversiones europeas en el continente latinoamericano, que "ha cambiado radicalmente su tendencia histórica".

"De ser el continente de la deuda y de la fuga de capitales se ha convertido en el continente de la esperanza económica y de la atracción de inversiones extranjeras", afirmó.

Marín consideró que en la actualidad América latina "está haciendo valer un diferencial a su favor, promovido por la estabilidad económica y política".

Destacó que en la región se han cambiado presidentes sin recurrir a métodos violentos y según las prácticas constitucionales e insistió en que "es una región que está alcanzando la plena madurez".

En 1993, dijo, "hemos asistido a circunstancias internas que hace cinco o diez años se hubieran resuelto de forma negativa y ahora se arreglan en paz interna y con el sistema constitucional", y esa es la diferencia: ahora se trata de "un continente de interés, estable, en el que se pueden hacer negocios".

Por ello, insistió en que falta definir el cuadro de relaciones entre Latinoamérica y Europa, porque "tienen ya una velocidad de crucero y no son ya sujetos de una cooperación clásica de ayuda al desarrollo, sino de otro tipo de cooperación económica más desarrollada".

Marín citó este último caso, y a modo de ejemplo a México, Chile o la Argentina, aunque dijo que haría falta un estudio detallado.

♦ Integración subregional

El comisario europeo dijo que es preciso avanzar en los procesos de integración subregional y destacó que ha habido progresos importantes por parte del Grupo Andino "desde la Unión Aduanera hasta esquemas institucionales de cooperación".

"El ejemplo del Tratado de Libre Comercio (TLC) también va a abrir nuevos horizontes tanto en América latina como en las relaciones con la CE y, respecto del Mercosur, a pesar de algunas dificultades, es aún una posibilidad de futuro que todavía queda por explorar", señaló.

Marín señaló que en las relaciones de la CE con Centroamérica se debe progresar en una cooperación basada en proyectos concretos.

"De los acuerdos de San José deberíamos pasar a una convención de nuevo cuño que incorpore a estos países al encuadramiento macroeconómico", precisó.

El comisario europeo explicó que se trata de que por parte de la CE hubiera una ayuda tanto en los proyectos como en los programas de ajuste estructural, fundamentalmente en los sectores de educación y salud.

Anunció que el Consejo de Ministros de Exterior de la Unión Europea dio hoy en Bruselas su visto bueno a la negociación para renovar el sistema de preferencias generalizadas (SPG) con los países andinos, y dijo que se analizará la ampliación a Venezuela.

Marín afirmó que tras la conclusión de la Ronda Uruguay del GATT, el próximo siglo va a depender de lo que haga cada país con su propio desarrollo económico, porque "vamos hacia fórmulas donde la asistencia cada vez contará menos y la cooperación de otro estilo, mucho más integrada, parece ser la solución".

Respecto del contencioso del banano entre la CE y algunos países exportadores latinoamericanos, destacó que "los que avecinaban catástrofes se equivocaron", aunque reconoció que hubo problemas con el uso y mecanismos de licencias de exportación.

También subrayó que muchas de las expectativas que se produjeron sobre el consumo en países del Este de Europa no se cumplieron, y gran parte "del error estratégico" que afecta al banano y a otros productos contaron con mayor consumo.

El sistema comunitario no ha producido un desajuste total del mercado, insistió.

01-01

9400965

Nº DOCUMENTO 9400966
TÍTULO Sólo seis países europeos cumplen con los criterios de convergencia económica previstos en el T. Maastricht
PROCEDENCIA 150015
FECHA 21.12.93
VOCES CE 12640
T.Maast. 11838
F.Econ 11461
S.Fin 11403

Sólo seis europeos cumplen inflación

Bruselas (EFE).- Irlanda, Reino Unido, Dinamarca, Holanda, Francia y Bélgica con índices de inflación inferiores al 2.5 %, cumplieron, el pasado noviembre, con los criterios de convergencia económica previstos en el tratado de Maastricht.

El Tratado prevé que cada Estado miembro no debe sobrepasar la media de los tres países con índice más bajo en más de 1.5 puntos, de acuerdo a lo informado ayer.

La tasa de inflación anual en el conjunto de los países comunitarios fue de 3.2 % en noviembre, la más baja registrada desde mayo de 1988, señaló el boletín de estadísticas "Eurostat".

En octubre, el mencionado índice fue 3.3 $.

Las tasas anuales en noviembre en Estados Unidos y Japón eran respectivamente 2.7 y 1 %.

Entre los países candidatos a la adhesión a la CE, solo Finlandia (1.3 %) y Noruega (1.9 %) respondían a los criterios del Tratado de Maastricht respecto a la inflación. Austria (3.5 %) y Suecia (4.8 %) superaban el índice indicado.

Inflación europea

Países	1993	1992
R. Unido	1.4	3.0
Irlanda	1.5	2.4
Dinamarca	1.6	1.4
Holanda	1.7	1.2
Francia	2.2	1.6
Bélgica	2.5	2.2
Luxemburgo	3.5	2.9
Alemania	3.6	3.7
Italia	4.6	4.8
España	4.8	5.1
Portugal	6.2	8.7
Grecia	12.3	15.0

01-01

9400966

El mundo en 1994: Europa

La UE, entre la Marcha Radetzky y la "Novena"

Por Rolando Rivière
(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Unidos: los Doce comenzarán a recorrer el camino que los lleve a la integración económica y monetaria.

MADRID, diciembre de 1993. – Primero, la economía. A partir de enero de 1994 el Instituto Monetario Europeo (IEM), con sede en Francfort, es decir bajo la poderosa influencia alemana, empezará a presionar para que los Doce apliquen sistemas internos que permitan la convergencia económica.

Camino pesado, fangoso, hacia la Unidad Económica y Monetaria que podrá empezar a funcionar en 1997 en, al menos, siete Estados europeos. Según el Tratado de Maastricht, en vigor desde noviembre, habrá un período de "gracia" para aquellos que no hayan obtenido un "aprobado" en los exámenes.

Estos alumnos rezagados tendrán que empeñarse: reducir sus déficits fiscales, contener la inflación, hacer que sus pueblos tomen como referencia al ecu (european currency unit), procurar un desarrollo homogéneo o cercano al resto.

El período de "gracia" concluye indefectiblemente el 1º de enero de 1999. Pasado mañana. ¿Será posible conseguirlo con un 12 % de desocupación sobre la población activa de 350 millones de europeos?

Hay récords: el más alto lo tiene España, cercana al 20 %. El más bajo, Alemania, con el 7,7. Incomparables con los registrados por los dos titanes que Europa pretende compensar en la balanza internacional, porque en 1994 los Estados Unidos exhibirán el 6,5 y Japón el mínimo mundial: el 2,2 por ciento.

Diferencias abismales

¿A qué se deben estas diferencias abismales? Muchos artículos a lo largo de muchos años pueden demostrar que estamos bien lejos de ser racistas. El racismo es una actitud primitiva, prepotente, violenta e injusta. Todos somos seres humanos: amamos, comemos, tenemos hijos, morimos. Sólo que no lo hacemos de la misma manera.

Europa está pretendiendo lograr lo que hicieron en los Estados Unidos diversos aluviones. Con odios no diferentes, pero con una adhesión fundamental a las barras y las estrellas. En Europa la bandera de la UE tiene, por ahora, doce. Sobre fondo azul.

Desde la sala dorada de la Musikverein de Viena, casi todo el mundo oirá la ritual interpretación de "La Marcha de Radetzky" celebrando, como siempre, la llegada del nuevo año. Pocos saben que se inspiró en el mariscal Joseph Eendel Radetzky, que a sangre y fuego ganó parte del norte de la Italia (no existía aún como nación) durante la revolución de 1848. Donaba su eficacia al imperio austro-húngaro, que desapareció con la Gran Guerra de 1914. La marcha la concibió Johann Strauss, hijo.

Países desintegrados

Europa lleva todavía sobre sus viejas espaldas esos procesos cismáticos. Se están repitiendo en la ex Yugoslavia, sin solución visible; retornan en frases delirantes del ultranacionalista Zhirinovsky, que reclama partes perdidas de la Gran Madre Rusia. Y a pesar del Tratado de Maastricht nadie, ningún jefe de Estado o de gobierno europeo, puede atinar fórmulas que conviertan a la UE en lo que sigue siendo su formidable aspiración incumplida. Para conseguir una voz común, un peso común en las grandes decisiones internacionales.

El himno comunitario, la "Novena" de Beethoven, se oye en las cumbres de la neonata UE. Lo oiremos en 1994. No habrá euforia y el "An die Freude", de Schiller, separará la realidad de la alegría. No hay alegría. Tampoco pesadumbre. Predomina lo incierto.

Tres enigmas sin solución visible: la capacidad real de la Unión Europea para alcanzar su máximo anhelo vacilante, la Unidad Económica y Monetaria en los plazos previstos por el Maastricht; la capacidad real de articular una política internacional independiente, con organismos de defensa y de intervención que ya registran el clamoroso fracaso en los Balcanes; la capacidad real de frenar la desocupación que alberga en su seno una explosión social sin precedente.

Exceso de papeles. Poca acción decisiva. El "Libro Blanco" de Jacques Delors, cuyo mandato como presidente de la Comisión Europea (máximo organismo de la UE) ya termina, queda como un punto de referencia y algunas sugerencias: el análisis pone el énfasis en defectos estructurales de la Comunidad, en la reforma de los mercados de trabajo, en liberar sectores hasta ahora protegidos, para estar a tono con el GATT, que finalmente concluyó.

Intereses nacionales

Pero todo esto no elimina los criterios locales, las defensas de intereses nacionales estrechamente ligados a los líderes de turno. Que buscan ganar sus elecciones y no una elección todavía distante de las autoridades para una Europa unida.

Por último, con el inminente ingreso a la Unión Europea de Austria (la Marcha Radetzky otra vez), Suecia, Finlandia y Noruega, las cinco naciones más pobladas de Europa de los dieciséis (80 % de la población) sólo dispondrán del 52 % de votos en el Consejo Comunitario. ¿Geometría variable en el poder institucional europeo? ¿Quién lo duda?

Y dos cosas más para no derrumbar al lector. Rusia sigue siendo la cuarta incógnita, con 4166 misiles nucleares (1040). En su entorno la República de Ucrania (1240) o Kasajstan (1040). No hay información cierta acerca de lo que puede suceder. La UE tiene en la Gran Madre Rusia a un factor desestabilizador, si la economía de Yeltsin fracasa y el delirante Zhirinovsky acrecienta un poder nada desdeñable. Apoyado por una tercera parte de la oficialidad del ex Ejército Rojo. ¿Dormir bajo la NATO?

Segunda y final: Italia, una de las siete naciones más industrializadas del planeta irá a elecciones (sistema republicano parlamentario) el próximo marzo. Los comunistas reciclados del Partido Democrático de la Izquierda han ganado los comicios municipales. ¿Repetirán el éxito? Europa sigue mirando sus ombligos. Son ya doce. Pronto dieciséis. Demasiados.

Admitiría flexibilizaciones

Argentina ratifica cronograma del Mercado Común

Buenos Aires, por Nino Fernández

■ La ofensiva desatada por la mayor central fabril argentina a fin de lograr una postergación de los plazos del Mercosur no obtuvo respuesta positiva por parte del gobierno de este país.

De esta forma la Argentina volvió a ratificar el cronograma del proyecto de integración que comparte con Brasil, Uruguay y Paraguay, en un momento en que las discrepancias en torno a la política arancelaria habían llenado de dudas el futuro del Mercosur. Aun así, desde el Ministerio de Economía no descartan que se impulse algún tipo de flexibilización que haga menos conflictiva la asimilación de los niveles arancelarios que regirán a partir de este mes.

De acuerdo con el cronograma pactado en el Tratado de Asunción, antes de fin de año los países miembros deberán bajar en un 50% la lista de excepciones constituida por aquellos productos que hasta el momento gozan de protección efectiva. En el caso particular de la Argentina, una lista de 80 artículos quedará libre de desgravación arancelaria automática, entre ellos, algunos de sectores altamente sensibles —como siderurgia y textiles— que no están en condiciones de someterse a la competencia externa.

Simultáneamente a esta modificación, se producirá también una nueva reducción de aranceles que elevará de 75% a 82% el margen de preferencias, muy cerca ya de una zona de libre comercio.

Para buena parte de los empresarios argentinos, la sola mención de una zona de ese tipo en las actuales condiciones equivale poco menos que al suicidio de la industria nacional.

"La entrada en vigencia del Mercosur llevará al cierre de muchas fábricas", llegó a predecir un alto dirigente de la influyente Unión Industrial Argentina, que encabeza los reclamos por postergar los plazos convenidos.

En ese momento, una sucesión de respuestas encontradas de parte de los funcionarios torna incierta la decisión final del gobierno. Luego de varios días de revisar la situación, se uniformaron los criterios.

"Los plazos están para cumplirse y las negociaciones se ajustan perfectamente a los términos previstos", dijeron al unísono. Pero al mismo tiempo dejaron trascender que las salvaguardias siguen siendo una herramienta sólida y que una flexibilización del mercado común podría ser planteada por Argentina. Algunas medidas compensatorias no contempladas hasta el momento y restricciones voluntarias de las exportaciones estarían entre las nuevas propuestas.

LAS DIFERENCIAS CON BRASIL

Tanto las quejas empresarias como las dudas del gobierno reconocen un origen común: los desequilibrios en la economía de Brasil. La situación en el vecino país, sostienen por el lado privado, determina la aplicación de subsidios encubiertos que, sumados a las reducciones arancelarias en marcha, aseguran un mejor posicionamiento de los productos brasileños en la región.

Un argumento que en realidad está destinado a disimular el bajo nivel de competitividad en la industria argentina en comparación con la brasileña.

Por el lado del gobierno se admite que esa diferencia perjudica la integración y algunos aspectos de la economía doméstica (cómo la balanza comercial) pero lo que más preocupa es que el desajuste económico del vecino país impide la coordinación de políticas comunes hacia el mundo.

En este sentido se inscriben las dificultades para arribar a un acuerdo sobre los aranceles externos aplicables a los bienes de capital. Mientras Brasil aspira a una tarifa medianamente alta que lo coloque en una situación favorable dentro del grupo, Argentina es partidaria de un arancel cercano a cero que permita la introducción de máquinas y herramientas desde terceros países.

En definitiva lo que está en juego es el perfil industrial de cada uno, por encima, incluso, de la conveniencia regional. De allí que en el tira y afloje por hacer prevalecer los propios criterios se haya recurrido a distintas formas de presión.

Desde acusaciones cruzadas hasta el "flirteo" de algunos funcionarios argentinos con los EEUU para entrar al Nafta. Con todo, parecería que algunos puntos de la postura argentina han ido variando en los últimos días. Por ejemplo: ya no se habla de arancel cero, sino de aranceles bajos para productos que no son críticos, y algunos elevados o con niveles crecientes para los rubros que sí lo son.

Es evidente que el gobierno argentino hizo cuentas y llegó a la conclusión de que le conviene seguir apostando al Mercosur. Pero no menos cierto es que la pulseada con Brasil y el empresariado local aún no terminó.

Industriales argentinos creen que plazos del Mercosur son ilusorios

Para el presidente de la Unión Industrial Argentina (UIA), Jorge Blanco Villegas, la concreción del Mercosur en los plazos previstos es "una ilusión de cumplimiento imposible" y, en consecuencia, se torna necesaria una revisión general del cronograma de la integración.

El industrial redactó un artículo que publicó el diario Clarín en su página editorial, en el cual argumenta que la situación interna de Brasil hace imposible cumplir con los plazos del Mercosur.

En el artículo, el titular de la mayor agremiación industrial argentina ratificó su apoyo a la filosofía del Mercosur, en el entendido de que es positiva la apertura, la integración regional y que "el crecimiento amurallado de las naciones ha pasado a ser una utopía impracticable y retrógrada".

Pero, una vez hecha esa aclaración, el dirigente industrial pone en cuestionamiento la conveniencia de conformar un mercado común con Brasil, cuando aún persisten asimetrías en las principales variables macroeconómicas.

"Los hechos muestran que el socio mayor del Mercosur no ha podido todavía adecuar sus políticas a las necesidades del mercado común ni superar las dificultades de orden económico-financiero que lo aquejan. Con una inflación creciente (480% en 1991, 1.150% en 1992, un índice mensual del 35% en 1993), con un 1994 que estará signado por la revisión de su texto constitucional y por las elecciones presidenciales, es más que improbable que Brasil pueda llegar a los plazos fijados en el cronograma del Mercosur con la casa en orden. Necesitará no menos de dos años para hacerlo", dice el artículo.

Luego destaca las asimetrías en las condiciones de producción para los industriales argentinos y brasileños. Entre ellas, señala que los empresarios argentinos pagan por la energía eléctrica entre un 30 y un 74% más que sus colegas brasileños, que la evasión fiscal en Brasil tiene un "piso" del 55%, que existen en Brasil diversas formas de subsidios y que existe una marcada diferencia en el costo de la mano de obra.

En consecuencia, Blanco Villegas expresa que la solución más conveniente para los intereses argentinos y de sus socios es revisar el cronograma, de manera de dar tiempo a que Brasil ordene su situación interna, y de que se avance en la coordinación de políticas macroeconómicas entre los cuatro países.

El reclamo concreto, que hace dos semanas fue oficializado ante las autoridades argentinas y no encontró respuesta favorable, es de posponer dos años la vigencia plena del mercado común, y suspender la desgravación arancelaria y la reducción en las listas de excepciones.

"El Mercosur requiere toda nuestra energía y voluntad para llevarlo adelante, pero también toda nuestra paciencia y nuestra sensatez para no pretender cosechar lo que no ha fructificado plenamente", concluye Blanco Villegas. ■

Argentina y Brasil urgen definir arancel externo para el Mercosur

Brasilia (ANSA)

■ Los gobiernos de Brasil y Argentina acordaron ayer efectuar dos reuniones de alto nivel en Río de Janeiro y San Pablo, mañana 3 y el próximo 10 de diciembre, para orientar definitivamente las tratativas comerciales entre los dos países y el arancel externo común en el proceso de integración del Mercado Común del Cono Sur (Mercosur) En la primera reunión participarán los secretarios de Hacienda, de Brasil y de Economía, argentino, Winston Fritsch y Carlos Sánchez, además del subsecretario de asuntos económicos y de integración de la cancillería brasileña (Itamaraty), Rubens Barbosa y el secretario de Comercio Exterior del Ministerio de Industria y Comercio, Renato Marques. Por el gobierno argentino, se incorporarán a la declaración el embajador en Brasil, Alieto Aldo Guadagni, el subsecretario de integración económica de la cancillería, Jorge Hugo Herrera Vegas y el director del Departamento de Integración (Mercosur), Jorge Faurie.

El encuentro —según algunos analistas— permitiría desbloquear el "impasse" en las negociaciones durante la reunión del 13 de noviembre pasado, cuando representantes de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay, no llegaron a coincidencias sobre la metodología para la elaboración de los aranceles externos comunes.

MERCOSUR:

Reunión Alto Nivel Para Superar Discrepancias Arancel Exterior

BRASILIA, 1 (EFE). — Los gobiernos de Brasil y Argentina celebrarán una reunión de alto nivel el próximo 10 de diciembre en Sao Paulo para superar sus discrepancias sobre los aranceles de importación que establecerá el Mercado Común del Sur (MERCOSUR), informaron hoy en Brasilia fuentes diplomáticas.

La reunión contará con la presencia, en representación de Argentina, de los ministros de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y de Economía, Domingo Cavallo, y por Brasil del Canciller, Celso Amorim, y el titular de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

Las delegaciones tratarán de aproximar sus posiciones en relación con los índices arancelarios del MERCOSUR con otros países a partir del primero de enero de 1995, fecha en que el bloque económico debe convertirse en una zona de libre comercio y de unión aduanera.

Los países desarrollan un creciente intercambio comercial, que en los primeros diez meses de este año fue deficitario en 852 millones de dólares para Argentina.

Mientras las exportaciones de Argentina alcanzaron en ese período los 2.114 millones de dólares, las importaciones procedentes de Brasil sumaron 2.966 millones, según la Secretaría de Comercio Exterior de este país.

Las fuentes diplomáticas consultadas por EFE en la capital brasileña señalaron que no está previsto que en la reunión participen delegados de Paraguay y Uruguay, que integran junto con Brasil y Argentina el Mercado Común del Sur. Brasil y Argentina, los socios mayores del mecanismo de integración, defienden posiciones encontradas sobre los aranceles exteriores, hasta el punto de que las conversaciones resultaron bloqueadas en una ronda negociadora celebrada el mes pasado en Montevideo.

Los gobiernos brasileño y argentino pretenden flexibilizar sus posiciones en la reunión del próximo día 10, con la identificación de productos que son susceptibles de una mayor protección industrial mediante la implantación de aranceles aduaneros con tasas de hasta el 20 por ciento.

Con el propósito de preparar la reunión ministerial, misiones técnicas de los dos países desarrollarán una sesión de trabajo el próximo viernes en Río de Janeiro.

Saravia realiza intensas gestiones para recomponer el bloque latinoamericano dividido tras la última asamblea de la FAO

Suspendieron reuniones de ministros de Agricultura del Mercosur y Chile

*** "No ha mejorado demasiado la posición de Uruguay con respecto a como se perfila el cierre de la Ronda", dijo Saravia**

■ La reunión de ministros de Agricultura del Mercosur que estaba prevista para el 8 de diciembre en Montevideo fue suspendida en los últimos días, así como también el encuentro de Conasur (que reúne a los cuatro países del Mercosur y Chile) a raíz de diferencias surgidas en la última asamblea de la FAO, cuando, en las máximas elecciones del organismo, Argentina apoyó al candidato de Australia y el resto de los países de esta región al director senegalés electo. Estas y otras diferencias planteadas entre los secretarios de Estado y entre los países han determinado que las reuniones previstas hayan debido suspenderse. El ministro de Agricultura uruguayo, doctor Pedro Saravia está realizando intensas gestiones para "recomponer" el bloque de países de Latinoamérica y el Caribe, que claramente perdió peso en la reciente asamblea de la FAO en Roma, al dividirse luego de que el candidato latinoamericano (de Chile) Moreno, quedara fuera de juego en la tercera vuelta de las elecciones.

ENFRENTAMIENTO DE POTENCIAS EN LA RONDA URUGUAY

"No ha mejorado demasiado la posición de Uruguay con respecto a como se perfila el cierre de la Ronda, todavía seguimos con una posición de enfrentamiento entre las grandes potencias que hasta que no se dilucide no sabemos como podremos ingresar los países chicos", dijo a LA REPUBLICA, Pedro Saravia, ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP), al ser consultado sobre el GATT.

"La oferta de Uruguay esta hecha —continuó—, también la oferta de la comunidad, que no es satisfactoria, esperemos que las negociaciones mejoren la situación". "Todo esto está enrabado con la problemática Mercosur, empieza a molestar un poco la forma de trabajar porque hay algunos países del Mercosur que tienen la necesidad de mantener determinadas concepciones, que nos han pedido apoyo y lo estamos evaluando", manifestó el ministro.

"Esperamos que en los quince días que faltan se haga una contraoferta -dijo Saravia-, y que de esa última negociación saquemos soluciones positivas. En principio cierra la Ronda el quince, puede quedar eventualmente algún rubro para ajustar en los meses posteriores pero el tema se liquida en esa fecha".



El ministro de Ganadería uruguayo está preocupado por la recomposición del bloque latinoamericano en las negociaciones a nivel internacional.

FAO

El nuevo director proviene del continente africano, como es sabido es senegalés, en su discurso al ganar la elección, fue muy claro en decir que la FAO debe reorganizarse y cumplir su objetivo fundamental que es proveer de alimentos al mundo, señaló el jefe de la cartera.

"Si bien se intentó, es obvio que en el mundo no hay menos hambre y creo que el nuevo director va a orientar el objetivo de FAO en ese sentido y esto es hacia los países subdesarrollados" acotó Saravia.

"El senegalés cuenta con el apoyo de prácticamente todos los países pobres —manifestó—, es un lástima que América Latina resquebrajara su posición, ya que todos aprobamos en bloque al candidato chileno que quedó en la cuarta ronda y luego no hubo consenso en apoyar al africano y algunos apoyaron al australiano".

Saravia en las declaraciones a LA REPUBLICA, dijo que las posiciones de Chile y Argentina (apoyo a Australia) quedaron muy enfrentadas luego de la votación y que ahora hay que trabajar para los temas cruciales que el futuro depara a la región en materia agrícola.

Exportadores argentinos respaldan mantenimiento de plazos para el Mercosur

■ La Cámara Argentina de Exportadores comunicó ayer al gobierno que apoyará el cumplimiento de los plazos de integración en el Mercosur, a pesar de las dificultades que atraviesa el emprendimiento, informó desde Buenos Aires la agencia France Press.

"Creemos que el Mercosur, en cuyo nacimiento se han puesto de acuerdo cuatro países vecinos, sin oposición relevante en sus poblaciones, no debe tener diferimientos en el cronograma acordado", se indicó en el documento.

La declaración salió al cruce de las demandas de otros sectores empresarios, como la Unión Industrial Argentina, para que se extienda el período de transición más allá del 1° de enero de 1995.

En esa fecha deberá entrar en vigencia el arancel externo común, sobre cuyo nivel hay fuertes discrepancias entre Brasil y Argentina, principales socios de la iniciativa que complementan Paraguay y Uruguay.

Además, en 1995 regirá la supresión casi total de las barreras arancelarias y paraarancelarias, estableciéndose una libre circulación de bienes.

La Cámara agregó que "un alargamiento de los plazos trae como consecuencia un relajamiento de la disciplina de trabajo y los únicos que se benefician son los que desean que el Mercosur no se concrete". La UIA elevó la semana pasada su reclamo al gobierno, por entender que para crear un "verdadero mercado común", argentinos y brasileños deben "armonizar sus políticas macroeconómicas".

Los industriales argentinos sostienen que sus colegas producen con amplias ventajas competitivas, por contar un mejor tipo de cambio, tarifas eléctricas más bajas, subsidios y promociones a la exportación.

Confirman Adelanto de Lacalle: la Próxima Cumbre del MERCOSUR en Enero

La próxima cumbre del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), proceso de integración entre Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, para analizar el arancel externo común, seguramente se celebrará en nuestro país durante la segunda quincena de enero, tal como lo anunció el presidente Luis Alberto Lacalle el pasado 19 de noviembre, confirmaron fuentes diplomáticas citadas por agencias internacionales desde Brasilia.

El encuentro presidencial estaba previsto inicialmente para los días 21 y 22 de diciembre en Colonia del Sacramento, pero ahora la negociación "está en manos de técnicos del más alto nivel, es decir ministros de Economía y cancilleres", había explicando Lacalle en aquella oportunidad.

"Veremos como avanza este tema del arancel externo común, que es la cruz de los caminos, y en función de ello fijaremos nuestra próxima reunión (cumbre), posiblemente en la segunda quincena de enero, aunque no estoy adelantando fecha", expresó el Presidente a la prensa extranjera dos semanas atrás.

Las diferencias en el tema radican en què Brasil "desea una tarifa común relativamente alta en algunos items" (bienes de capital), Argentina "quiere cero" y "nosotros estamos más proclives a cero, pero consideramos que no es realista porque Brasil tiene un fuerte caso a su favor para protección de determinados bienes".

MANTENER PLAZOS

Por otra parte, desde Buenos Aires se informó que La Cámara de Exportadores de la República Argentina (CERA) se pronunció ayer a favor de mantener los plazos del cronograma de integración del MERCOSUR.

"La experiencia enseña que un alargamiento general de los plazos trae como consecuencia un relajamiento de la disciplina de trabajo y los únicos que se benefician son los que desean que el MERCOSUR no se concrete", dijeron los exportadores argentinos en un comunicado de prensa.

Mejora la Balanza Comercial Argentina y se Reduce el Déficit con el MERCOSUR

BUENOS AIRES, 2 (DYN). — El déficit de la balanza comercial argentina creció en los primeros nueve meses de 1993 el 20,6% con respecto al mismo período del año anterior, y totalizó 1.927,5 millones de dólares, informó hoy el INDEC.

Los números oficiales demuestran que continuó mejorando el intercambio con el MERCOSUR, a partir de un aumento de las exportaciones argentinas, mientras que el déficit con los Estados Unidos continúa creciendo por un aumento de las importaciones y una importante caída de ventas a ese país.

Las exportaciones totales aumentaron el 6,3% con respecto a los nueve primeros meses de 1992 y alcanzaron los 9.809,7 millones de dólares, mientras que las importaciones crecieron el 8,4% y totalizaron 11.737,2 millones de dólares.

Mientras que el déficit con el MERCOSUR se redujo de 1.281,1 millones de dólares en los nueve primero meses de 1992 a 369,2 millones, el "rojo" en el intercambio con los Estados Unidos aumentó el 40,4% al pasar de 1.242,4 millones a 1.744,8 millones de dólares.

La mejora del intercambio con el MERCOSUR, se debe fundamentalmente al incremento del 95,7% de las exportaciones a Brasil, aunque las importaciones desde ese país también aumentaron el 3,1%.

CAE DEFICIT CON BRASIL

El déficit comercial con Brasil cayó el 64,6% al pasar de 1.422,7 millones de dólares en los nueve primeros meses de 1992 a 504,2 millones en el mismo período de 1993.

Sin embargo, la tendencia declinante en el "rojo" con Brasil pareció quebrarse en setiembre último, ya que el acumulado que hasta agosto había bajado a poco más de 443 millones, volvió a aumentar al mes siguiente y quedó en 504,2 millones de dólares.

En cambio, el déficit con el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (NAFTA, en sigla inglesa) fue de 1.740,5 millones de dólares y en sólo nueve meses fue apenas 98,3 millones inferior al "rojo" de todo 1992, que fue de 1.838,8 millones de dólares.

El aumento del desbalance comercial con el NAFTA es producto del aumento del "rojo" en el intercambio con los Estados Unidos, que creció por una caída del 11,1% de las exportaciones a ese país, y un aumento de 17,3% de las importaciones.

En las exportaciones totales, las manufacturas industriales aumentaron el 26%, los combustibles y energía crecieron el 25,7%, las manufacturas agropecuarias avanzaron el 1,6% mientras que retrocedieron el 5,3% las ventas al exterior que retrocedieron el 5,3% las ventas al exterior de productos primarios.

BIENES DE CAPITAL

Entre las importaciones, aumentaron el 28,8 por ciento las de bienes de capital, el 5,9% las de consumo, el 5,3% las de automotores y el 4,1% las de piezas y accesorios de bienes de capital.

También aumentaron el 4,1% las importaciones de combustibles, y un 1,5% las de bienes intermedios. Los principales abastecedores de la Argentina fueron EE.UU. —2.642,2 millones de dólares—, Brasil —2.539,4 millones— Alemania —732,2 millones— e Italia —723,9 millones de dólares—, a los que Argentina compró más de la mitad de sus importaciones.

Los principales países de destino de las exportaciones argentinas fueron Brasil —2.342,2 millones de dólares—, Países Bajos —1.012,3 millones—, Estados Unidos —897,3 millones—, en los que se colocó más del 30% del total de las ventas al exterior. En el caso de los Estados Unidos, Argentina realizó desde allí el 22,5% de las importaciones, mientras que sólo colocó el 9,1% de sus exportaciones.

Nº DOCUMENTO 9400975
Legisladores uruguayos ratifican plazos del Mercosur
1500007
4.12.93
Merc 12781
Urug 507466
Int 12785

MERCOSUR: Ratifican los Legisladores el Plazo de Presidentes

Se reunió ayer en Montevideo la mesa directiva de la Comisión Parlamentaria Conjunta del MERCOSUR, bajo la presidencia del senador Álvaro Alonso (Herrerismo). La citada comisión está conformada, en total, por 16 legisladores de cada país signatario del Tratado de Asunción.

Como resultado del encuentro, se aprobó la siguiente declaración:

"I. Ratificar su voluntad de participar en la consolidación y desarrollo del proceso de integración iniciado con el Tratado de Asunción, para lo que resulta de especial relevancia el cumplimiento del Cronograma acordado por los cuatro Jefes de Estado en Las Leñas. Igualmente, expresa su voluntad de continuar con los esfuerzos que habiliten armonizaciones de nuestras legislaciones y el estudio de las asimetrías que dificultan el proceso integrador.

II. Contribuir al desarrollo de políticas integracionistas que impliquen una acción conjunta de los cuatro países frente a las nuevas alineaciones de relacionamiento económico-comercial que se registran en el mundo.

III. Evaluar el trabajo realizado hasta la fecha, para lograr que la Comisión Parlamentaria, pueda cumplir cada vez con mayor eficacia con los objetivos y metas del Tratado de Asunción".

9400975

01-01

Sanguinetti, escéptico con el Mercosur

Plazos: el 1º de enero de 1995 todavía se estará lejos de un mercado común, sostuvo el ex presidente uruguayo; censuró, además, a quienes se resisten a la competencia.

MONTEVIDEO. – El ex presidente Julio María Sanguinetti sostuvo que el 1º de enero de 1995 "no vamos a tener un mercado común". El ex primer mandatario se refirió a las perspectivas internacionales para el Uruguay en los próximos años, en el transcurso de un acto llevado a efecto en la sede de su movimiento político, el Foro Batllista.

Sanguinetti, a quien todos los sondeos de opinión coinciden en adjudicarle una cómoda victoria si las elecciones a la presidencia se realizaran hoy, agregó que un mercado común no se construye en un día ni en dos meses, aunque censuró a quienes "todavía están apostando a no prepararse para la competencia".

A integrarse

Al respecto, agregó que "más tarde o más temprano tendremos que integrarnos, porque encerrarnos sería empobrecernos y estar cada día más lejos de las realidades del mundo".

Interrogado al respecto por el auditorio, el doctor Sanguinetti señaló que el problema pasa por determinar cómo es la apertura uruguaya, si se hará una apertura parcial tratando de competir con los vecinos o si se irá a una apertura global. "O vamos a la chilena o nos encerramos", dijo.

Abrirse al mundo

Con respecto al Mercosur, Sanguinetti dijo que lo concibe "más que como una configuración de un espacio interno, como la configuración de un espacio a partir del cual abrirse al mundo". También sostuvo que "va a haber problemas técnicos todos los días", pero que será necesario irlos resolviendo a medida que se presenten.

Más realismo

Al aludir a los planteos de postergación que se formulan desde distintos sectores de todos los países signatarios del Tratado de Asunción, el dirigente colorado afirmó que "el planteo de postergación generalizado no tiene mucho sentido y que aunque los problemas no desaparecerán el 1º de enero de 1995, lo que se necesitará es tener realismo para administrarlos".

Si el doctor Sanguinetti resultase ganador en las elecciones del último domingo de noviembre de 1994 asumiría la presidencia de la república el 1º de marzo de 1995.

Barrett Puig

De prosperar las negociaciones bilaterales entre Argentina y Brasil

Cumbre de los presidentes del Mercosur se efectuaría a mediados de enero en Colonia

La reunión de los cuatro presidentes del Mercosur, que debía realizarse el próximo 22 de diciembre, de acuerdo al cronograma del proceso de integración, sufrió una segunda postergación, debido a las dificultades para superar sus divergencias respecto del arancel externo del mercado común.

Luego del impasse en que entraron las negociaciones, por las diferencias de criterio sobre cuál debe ser el grado de protección arancelaria para los bienes de capital, el gobierno argentino propuso una postergación en la reunión presidencial.

De acuerdo a lo acordado por los cuatro mandatarios en su última reunión, realizada en julio en Asunción, antes de fin de año debería quedar definitivamente resuelta la estructura del arancel externo común, pero los funcionarios que participan en las negociaciones estiman que será difícil que esa disposición se pueda cumplir.

Durante las últimas semanas había surgido la versión de que el encuentro entre los mandatarios podría producirse el 27 de diciembre, pero tampoco habría consenso para realizar la reunión en esa fecha.

Mientras se realizan contactos bilaterales, entre los gobiernos argentino y brasileño para destrabar la situación, surgió como la fecha más probable para la reunión la segunda quincena de enero en Uruguay.

El gobierno brasileño ya habría dado su confirmación para que el encuentro se realice en esa fecha, al tiempo que se realizan consultas con los otros socios.

Mientras tanto los industriales argentinos vienen intensificando su presión para lograr una postergación en la entrada en vigencia del Mercosur, prevista para 1995.

Mañana, en Río de Janeiro, los principales industriales argentinos, encabezados por el presidente de la UIA, Jorge Blanco Villegas, se entrevistarán con los dirigentes empresariales brasileños para expresarles sus preocupaciones y su convicción de que, en las actuales circunstancias, el cumplimiento de los plazos en el Mercosur no es posible.■

Montevideo, 3 de febrero de 1994.-

E. E. I.

SECTOR GREMIAL

1 - Se solicita la obtención de un ejemplar de la revista "El Omnibusero" que edita la Unión de Trabajadores de CUTCSA (UTC), edición del mes de Diciembre de 1993.-

001/1

RESERVADO

M. D. N. DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FF.AA.		DEPARTAMENTO II	03FEB94				HOJA:
		PEDIDO DE INFORMES: 04/94					

I - FECHA ANTES DE LA CUAL SE SOLICITA LA INFORMACION: 11FEB94

II - INFORMACION CONOCIDA: A - EVALUACION:

B - TEXTO

SE SOLICITAN ANTECEDENTES DE LAS PERSONAS ESPECIFICADAS EN RELACION ADJUNTA.

III - INFORMACION SOLICITADA:

IV ACCION TOMADA:

V - DISTRIBUCION: D.G.I.D.

D.E. I

FIRMA: Por el Jefe del Departamento II(INF) E.M.C. D.N.S.FF.AA.

Coronel
José L. Pereyra

RESERVADO

RESERVADO Montevideo, 2 de Febrero de 1994.-

ASPIRANTES A INGRESO A LA DIRECCION NACIONAL DE SANIDAD DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

1.-AVIEGA ROJAS, ROSSANA. Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 17/5/1961 Durazno

C.I. 3.537.973/9

C.C. AZB 11.140

Domicilio actual: Capurro 870/4

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Luis Alberto Aviega Muñoz (Fallecido)

Nombre de la madre: Elida Rojas Lopez (Fallecida)

Nombre del cónyuge:

2.-BAS NUÑEZ, CARMEN. Aux.de Enfermería. FR

Fecha y lugar de nacimiento: 22/12/1966

C.I. 1.863.043/3

C.C. CDB 10.524

Domicilio actual: Instrucciones 1691

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Mario Jesús Bas Rodriguez Policía

Nombre de la madre: Shirley Nuñez C.I.1.337.848/6 C.C. CDA 42.483

Nombre del cónyuge: FR

3.-BERON AMARAL, ANA MONICA. Aux.de Enfermería. 20084

Fecha y lugar de nacimiento: 14/8/1960 Montevideo

C.I. 1.682.670/9

C.C. BDA 61.144

Domicilio actual: Artagaveitia 4047 Ap 3

Domicilio anterior: Buenos Aires -Argentina-

Nombre del padre: Celestino Beron Olivera C.I.1.678.743/6 C.C.BOA 2478 traslado BRA 25.715

Nombre de la madre: Alicia Amaral Lacuesta

Nombre del cónyuge: Gerardo Raul Luzardo Garrel C.I.1.721.440/6 BNA 36423

RESERVADO
002

9400986

RESERVADO

4.-FENINTOR SANTOS, MARTHA CLAUDIA. Aux.de Servicios.

Fecha y lugar de nacimiento: 8/7/1970 Montevideo

C.I. 3.102.660/7

C.C BUA 19.128

Domicilio actual: Pedro Giralt 4044

Domicilio anterior: R - 57842

Nombre del padre: Jorge Fenintor Francesch C.I.909.567/0 C.C.BUA 11.034

Nombre de la madre: Martha Erminda Santos Rau R - 135575 C.I.910.532/4 C.C.AUB 4636

Nombre del cónyuge: Marcelo Lazaro Rieta Lopez C.I.3.614.572/5 CC.BSB 14656

R0083

5.-FERNANDEZ FELIS, RODOLFO ANTONIO. Ingeniero en Informática

Fecha y lugar de nacimiento: 21/11/1966 Montevideo

C.I. 1.613.503/3

C.C. BCD 889

Domicilio actual: Rambla Gandhi 647 ap.104

Domicilio anterior: Mones Roses 5941

Nombre del padre: Rodolfo Telmo Fernandez Valenzuela CI.858.019/3 CC.BCD 1217

Nombre de la madre: Ana Manuela Felis Kaulen CI.1.024.323/3 CC.BCD 5755

Nombre del cónyuge: Claudia Alen Cabral CI.1.984.390/0 CC.AZA 35.562

6.-GARAZA LARROCA, NELSON. Chofer.

Fecha y lugar de nacimiento: 18/6/1962 Montevideo

C.I. 1.953.664/6

C.C. BUB 35.765

Domicilio actual: Calle 5 N°6029 -Las Torres-

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Beltran Asis Garaza Castro R CI.1.414.039/7 CC.BXB 5533

Nombre de la madre: Mercedes Larroca Fernandez CI.1.792.894/2 CC.CKA 6941

Nombre del cónyuge: María Antonia Bidart Mesa CI.2.838.674/1 CC.BKB 13840

7.-GIBERT PALLARUELO, ENRIQUE RODOLFO. Chofer

Fecha y lugar de nacimiento: 13/8/1953 Canelones

C.I. 2.976.886/1

C.C. CCA 7109

Domicilio actual: Lucas Moreno 2875/2

Domicilio anterior: Parador Tajes Ruta 47 Km.47.500

Nombre del padre: Policarpo Gibert R (Fallecido)

Nombre de la madre: María Haydee Pallaruelo Tejera CI.3.908.661/9 CCA 4824

Nombre del cónyuge: María Cristina Berrutti Casañol CI.4.215.618/0 CCA 8459

RESERVADO

8.-LOPEZ FERNANDEZ, MACARENA. Administrativa.

Fecha y lugar de nacimiento: 16/10/1975 Montevideo

C.I. 2.597.489/6

C.C BLB 39.539

Domicilio actual: Luis A. de Herrera 2868 Ap.301

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Francisco Claudio Lopez Albacette CI.1.206.602/4 BCA 44422

Nombre de la madre: Marta Adelaida Fernández Montesdioca CI.1.054.426/6 AHA 8470

Nombre del cónyuge:

9.-MENDEZ-BLANCO RAMOS, MARIA LAURA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 17/2/1974 Rocha

C.I. 2.793.013/5

C.C. EAA 46.190

Domicilio actual: Rivera 3117 Ap.34

Domicilio anterior: Gral.Artigas N°44 -Rocha-

Nombre del padre: Gabino Mendez-Blanco Fageet (Fallecido)

123683-4

Nombre de la madre: Miriam Elvira Ramos Suarez CI.3.475.651/2 EAA 30.607

Nombre del cónyuge:

10.--PEREIRA FRUGONI, BEATRIZ HELENA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento:22/9/1962 Montevideo

C.I. 1.798.971/8

C.C. BNA 37.830 traslado AVA 23.884

Domicilio actual: Juan Smith 4676/2

Domicilio anterior: Lorenzo Carnelli 1065/1

Nombre del padre: Héctor Evergisto Pereira Bentancour CI.841.825/5 APB 9975

Nombre de la madre: Orislis Frugoni Montes de Oca CI.1.989.043/6 APB 9976

Nombre del cónyuge: Edison Mosquella Monteavaro CI.1.812.032/7 ATA 8194

11.-PRESSA HERNANDEZ HECTOR ENRIQUE. Chofer.

Fecha y lugar de nacimiento: 29/10/1952 Montevideo

C.I. 1.350.407/9

C.C. BNA 30.123

Domicilio actual: Calle 20 mts. 2865 Km.15

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Héctor Gregorio Pressa Sotelo CI.1.689.121/1 BPA 6727

Nombre de la madre: Blanca LiliaHernandez Larrosa CI.1.200.313/7 BIB 3434

Nombre del cónyuge: Elizabeth Roque Gonzalez — Militar H.C.FF.AA.

CI.1.414.0663/6 CC.BLB 27004

RESERVADO

12.-RODRIGUEZ RAMENGHI, MIRIAM ESTELA. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 12/4/1967 San José

C.I. 1.997.931/9

C.C. BRB 12.760

Domicilio actual: Baltimore 1557

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Walter Ulises Rodriguez Fernandez

Nombre de la madre: Alicia Juana Ramenghi CI.3.485.461/3 CC.ARA 12.362

Nombre del cónyuge:

13.-SANDES AZANIAN, FREDDY DELMAR. Carpintero.

Fecha y lugar de nacimiento: 4/9/1971 Montevideo

C.I. 2.778.811/6

C.C. BOA 16.086

Domicilio actual: Peatonal 3 5294

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Delmar Sandes Gonzalez CI.1.504.588/0 CC.BNA 31.645

Nombre de la madre: Sara Magdalena Azanian Díaz CI.1.375.759/7 CC.BNA 31644

Nombre del cónyuge:

14.-SENLLANES HERRERA, ELIZABETH. Aux.de Enfermería.

Fecha y lugar de nacimiento: 18/6/1961 Montevideo

C.I. 1.430.306/6

C.C. BJB 17.510

Domicilio actual: J.Requena 1755

Domicilio anterior:

Nombre del padre: Floro Agapito Senllanes Pérez Policía (R)

Nombre de la madre: Carmen Herrera Pérez

Nombre del cónyuge: Richard Nelson Vazquez Agriel CI1.192.231/8 CC.ASB 11559

RESERVADO

9400987

SECRETO

ORIGINAL

Hoja / de /
Copia — de —
m.s.

Montevideo, 03 de Febrero de 1994.-

M E M O R A N D U M Nro. 940012/ReI/94

I.- ASUNTO : TEMA POLICIAL
II.- REFERENCIA :
III.- T E X T O :

- Se tomó conocimiento a travéz de una fuente amiga que :
- En la semana comprendida entre el 24ENE94 y 28ENE94, vino desde el interior la Sra. Sandra DODERA para tratar de interiorizarse del tema policial latente; pero como consecuencia del poco eco existente / partió nuevamente.
- Si bien el malestar continúa a nivel del P/S policial, éste se vió un poco más aplacado en función a los incrementos de la canasta familiar que fueron prometidos.
- Por el momento, se es conciente que el malestar existente carece de un elemento que lo pueda nuclear y organizar, inclusive se considera que faltaría un factor detonante para justificar una movilización. De darse un momento clave, podría ser junto con la movilización de Primaria ya anunciada para el mes de marzo.
- El tema de la Guardia de Coraceros fue desmentido en cuanto al carácter grave que le dió el diario "La República", ya que según informan la relación entre el Personal Superior y el Personal Subalterno de dicha dependencia es muy buena.

IV.- DISTRIBUCION : Original - Jefe del Departamento I
Copia 1 - Jefe del Departamento III (OP) - Archivo

SECRETO

1/11.

E. I. E.
020900FEB994

Señor Director General de la D.G.I.D.:

Adjunto al presente remito a Usted, el Resumen Semanal de Información correspondiente al periodo entre el 22 de enero y el 28 de enero de 1994.

Sin otro particular, saluda a usted atentamente.

El Director de la E.I.E. y Jefe de la Ca.C/Inf. del E.
CORONEL
LEONARDO GARCIA

COMANDO GENERAL DEL EJÉRCITO — DIRECTOR — ESCUELA DE INTELIGENCIA — República O. del Uruguay

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 04/02/94
Nº de Identificación 9400988

Montevideo, 4 de febrero de 1994.-

Pase al Señor Jefe del Departamento I, a sus efectos.-
El Director General de Información de Defensa

General
ABRAHAM

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL — DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA — DIRECTOR — República O. del Uruguay

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 04 FEB. 1994
Pase a Archivo.
Nº. de Orden 9400988

001/11

RESUMEN SEMANAL AL 28 DE ENERO DE 1994.-

I.- MEDIO AMBIENTE.

A.- CAMPO POLITICO.

1.- PARTIDO COLORADO

- El diputado forista por el departamento de Salto Luis Batlle Bertolini, advirtió que puede haber problemas en el Foro Batllista si las corrientes que se vienen sumando al Sanguinetismo, como la Cruzada 94, no tienen un comportamiento parlamentario "disciplinado y homogéneo" en los proyectos de Ley a tratar.

- El propio líder de la Cruzada 94 contestó tales afirmaciones diciendo que el diputado Bertolini incurre en un "error histórico" y que su sector demostró en la actual magistratura ser un grupo disciplinado y con vocación de servicio.Poniendo de ejemplo la actitud de su sector con la interpelación al ministro de Defensa, por la asignación de servicios de tierra del Aeropuerto.

- Un nuevo movimiento de la Unión Colorada y Batllista, aspira a erigirse en alternativa al pachequismo tradicional, siendo el Ministro de Industria y Energía, Eduardo ACHE, el líder del sector (Movimiento de Renovación Colorada y Batllista)

2.- PARTIDO NACIONAL

- El precandidato presidencial herrerista, el presidente de UTE Volonté, aseguró que en caso de llegar a la máxima magistratura "nunca ofrecería más de lo mismo porque sería estancarse y yo apuesto al porvenir" además de afirmar que sin Ley de Empresas Públicas, que fue derogada por un plebiscito, "igual podemos achicar el Estado optimizándolo".

- El Intendente interino de Cerro Largo, Fernando Riet propuso ayer una fórmula presidencial para el herrerismo integrada por Julia Pou de Lacalle y el Canciller Sergio Abreu.La señora Julia Pou "reúne las condiciones suficientes como para producir esa gran correntada que pasaría incluso los límites de lo partidario, volcando el electorado a un claro triunfo del Partido Nacional".

3.- FRENTE AMPLIO.

- "El Plan de Gobierno que el F.A. proponga para 1995-2000 tiene un contenido nacional, popular y democrático, y está en poder de la cúpula para su consideración, desde el miércoles 26ENE94, día en que se resolvió seguir negociando la Reforma Constitucional".
"Sus objetivos centrales son: afirmación de la soberanía, enfrentamiento a todas las formas de corrupción, desarrollo económico, firmes políticas sociales y educativas, la descentralización y la integración nacional".
Con respecto al tema militar, son partidarios de "la integración total de los militares a la sociedad", así como también proponen que las FF.AA. presten servicios sociales.
El punto de la Deuda Externa no se incluiría y sería tratado directamente por la cúpula.

- El F.A. decidió por amplia mayoría (9 a 3) rechazar la propuesta de reforma constitucional de los partidos tradicionales, con la intención de reiterar su contrapropuesta. Los votos a favor correspondieron al Gral. L.SEREGNI, al Senador ASTORI y a la C.P.
El Dr. T.VAZQUEZ, dió su apoyo crítico, pero en el momento de precisar su posición, votó en contra.

- El ingreso de nuevos grupos será tratado antes de fin de enero por la cúpula frenteamplista, sin que se haya resuelto si el tema lo resolverá el "Grupo de los 12" (aprobación por los 2/3) o el Plenario del F.A. (aprobación por los 9/10)
En cualquiera de los casos, Líber SEREGNI, D. ASTORI, T. VAZQUEZ, P.S., V.A., C.P., y M.L.N. votarían a favor, en tanto los opositores serían: P.C.U., UNIR, mientras que las Bases aún no se han definido.

4.- NUEVO ESPACIO

- Dirigentes del PGP proclives a acordar con Sanguinetti reconocen que hoy quedarían en minoría si el tema es puesto a consideración de los organismos partidarios.Entre los diez legisladores que componen la bancada, Batalla, el senador Cassina y los diputados Yamandú Fau, Prieto, y Edén Melo son partidarios de llegar a un acuerdo. En la posición contraria se encuentran los diputados Michelini, Caputti, Bertachi, Maynard y Sosa.

9400988

3.- FRENTE AMPLIO.

- "El Plan de Gobierno que el F.A. proponga para 1995-2000 tiene un contenido nacional, popular y democrático, y está en poder de la cúpula para su consideración, desde el miércoles 26ENE94, día en que se resolvió seguir negociando la Reforma Constitucional".
"Sus objetivos centrales son: afirmación de la soberanía, enfrentamiento a todas las formas de corrupción, desarrollo económico, firmes políticas sociales y educativas, la descentralización y la integración nacional".
Con respecto al tema militar, son partidarios de "la integración total de los militares a la sociedad", así como también proponen que las FF.AA. presten servicios sociales.
El punto de la Deuda Externa no se incluiría y sería tratado directamente por la cúpula.

- El F.A. decidió por amplia mayoría (9 a 3) rechazar la propuesta de reforma constitucional de los partidos tradicionales, con la intención de reiterar su contrapropuesta. Los votos a favor correspondieron al Gral. L.SEREGNI, al Senador ASTORI y a la C.P.
El Dr. T.VAZQUEZ, dió su apoyo crítico, pero en el momento de precisar su posición, votó en contra.

- El ingreso de nuevos grupos será tratado antes de fin de enero por la cúpula frenteamplista, sin que se haya resuelto si el tema lo resolverá el "Grupo de los 12" (aprobación por los 2/3) o el Plenario del F.A. (aprobación por los 9/10)
En cualquiera de los casos, Líber SEREGNI, D. ASTORI, T. VAZQUEZ, P.S., V.A., C.P., y M.L.N. votarían a favor, en tanto los opositores serían: P.C.U., UNIR, mientras que las Bases aún no se han definido.

4.- NUEVO ESPACIO

- Dirigentes del PGP proclives a acordar con Sanguinetti reconocen que hoy quedarían en minoría si el tema es puesto a consideración de los organismos partidarios.Entre los diez legisladores que componen la bancada, Batalla, el senador Cassina y los diputados Yamandú Fau, Prieto, y Edén Melo son partidarios de llegar a un acuerdo. En la posición contraria se encuentran los diputados Michelini, Caputti, Bertachi, Maynard y Sosa.

5.- I.M.M.

Los cargos de coordinador zonal fueron eliminados por el Intendente Tabaré VAZQUEZ, quien el pasado lunes designó a los antiguos coordinadores como secretarios de sus respectivas Juntas Locales o Comisiones Delegadas, recientemente instaladas.
Cuando Tabaré VAZQUEZ creó los centros coordinadores zonales, al asumir en 1990, su esquema de descentralización fue muy criticado, presisamente porque no daba intervención a la oposición y se basaba en la figura del coordinador, funcionario contratado de particular confianza seleccionado por cuota política entre los sectores del Frente Amplio.
Sin embargo casi todos los sectores políticos habían hablado de descentralizar la Intendencia durante la campaña electoral de 1989.
Durante casi tres años una comisión integrada por jerarcas municipales y ediles de todos los partidos analizó, acordó e impulsó un nuevo esquema de descentralización, que en estos días esta terminando de implementarse.

El destino del Hotel Carrasco generó un debate filosófico dentro del Frente Amplio que deberá resolverse mediante decisiones prácticas, que no dejen presa a la coalición de izquierdas de lo sostenido historicamente sobre las privatizaciones, pero que no la obligue a seguir perdiendo, sistemáticamente, los dineros públicos.

El Intendente de Montevideo remitió a la Junta Departamental su informe de respuesta a los cuestionamientos de la oposición en la interpelación por corrupción, se presume que desde filas del PGP, a partir de febrero cuando se retorne del receso estival, se reanudarán acciones para el esclarecimiento de los hechos denunciados.
Las respuestas de VAZQUEZ no se consideran suficientes.

B.- CAMPO SICOSOCIAL.

1.- **Situación Sindical.**

a.- C.O.F.E. (Confederación de Organizaciones de Funcionarios del Estado).

Los agremiados en COFE se encuentran movilizados, en rechazo del aumento salarial otorgado por el Poder Ejecutivo.
El dirigente de AFPU (Postales - Correo) José MATTO manifestó el 22ENE94 que "el sindicato del Correo se fue de COFE porque los funcionarios públicos no quieren luchar".

b.- B.P.S. (Banco de Previsión Social).

Los directores sociales del BPS, Ernesto MURRO y Luis A. COLOTUZZO denunciaron en medios de prensa -25ENE94-, que "la asistencia que el Estado da a las Cajas Militar y Policial es de 10 a 15 veces mayor que la que otorga a las restantes Cajas y sin embargo eso nunca se menciona". Calificaron de "terrorimo de cifras y de recursos", el manejo que hacen integrantes del gobierno sobre el tema de la Seguridad Social. Destacan que "... un estudio realizado en AGO93, por un equipo de funcionarios del BPS, indicó que la asistencia financiera de Rentas Generales en 1992 al Banco -Cajas Industria y Comercio, Civil y Escolar y Rural- fue de 171 millones de dólares, lo que siginifa, 273 dólares por beneficiario; mientras que la asistencia dada a la Caja Militar durante el mismo año, fue de 74 millones de dólares y a la Caja Policial fue de 48 millones de dólares, vale decir 1.936 dólares por beneficiario ...".
Mencionan además que "... la restauración del edificio central de la Caja Militar, fue de 4 millones de dólares, el costo de la obra...".

c.- A.E.B.U. (Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay).
B.S.E. (Banco de Seguros del Estado).

Mario CASTRO, dirigente de AEBU y funcionario del BSE, realizó severas críticas hacia la gestión que lleva adelante el Directorio del BSE. El mismo denuncia que "la Empresa SATI encargada de los partes de choque en C.Montevideo y parte de Canelones; fue contratada por el BPS sin llamado a licitación y el director de SATI, figura en los registros del Banco como gestor de una automotora". Agregó que "...hay otro contrato con la Empresa RESINBAL S.A., que realiza el marcado de los vehículos, a la cual el BSE le entrego de FEB92 a la fecha en forma de pago

9400988

aproximadamente unos 3 millones de dólares...".

d.- S.U.A.T.T. (Sindicato Unico de Automóvil con Taxímetro y Telefonistas).

En la madrugada del 22ENE94 fue asesinado un taxista en la zona del Paso de la Arena (Cno.Tomkinson y Calle 5), esto motivo un paro inmediatamente en los agremiados en el SUATT hasta el 25ENE94, fecha a partir de la cual trabajan solo de 0600 a 2200hs., exigiendo seguridad.

e.- F.O.I.C.A. (Federación de Obreros de la Industria de la Carne y Afines).

Los 400 funcionarios del Frigorífico Colonia, se presentaron formalmente ante el M.T.S.S., para solicitar se les prorrogue el seguro de desempleo que cesa el próximo 01FEB94.

2.- Educación.-

Federación Uruguaya de Magisterio (FUM)

Los sindicatos de la enseñanza esperan la convocatoria a la comisión tripartita para plantear los reclamos del sector y esperar propuestas concretas del Poder Ejecutivo para recuperar la pérdida salarial del 10% experimentada entre los meses de MAR/DIC93, por la via de ajustes cuatrimestrales. Reclaman la formación de la tripartita de lo contrario no comienzan las clases como se piensa el 01MAR94.

3.- SEGURIDAD PUBLICA.-

El día 21ENE94 diez hombres atacaron a tiros, con escopetas de caño recortado y revólveres 38, la vivienda situada en el pasaje 55 Nº4468 (Cerro Norte), donde se domicilia un marinero de la Prefectura Nacional Naval. Al concentrarse vecinos para ver que sucedía, fueron atacados a tiros. Resultando herida de gravedad una hija del militar y dos vecinas.
Los agresores se desplazaban en una camioneta y una moto, y al darse a la fuga, un camión de la Armada que pasaba por el lugar fue baleado, recibiendo tres impactos de bala en la caja.

El día 22ENE94 dos menores de edad armados con escopetas de caños recortado, balearon la casa de un ex policía, ubicada en el mismo complejo habitacional (Cerro Norte), y amenazaron a la familia de dos agentes de Radio Patrulla que allí se domicilian.

El edil del F.A., Ramón CABRERA manifestó el 25ENE94 que

"... los marineros y soldados son gente de muy bajos recursos que viven por cientos en esa zona. Por lo tanto no es problema de los vecinos con la guardia policial, porque esa falsa contradicción puede traer consecuencias tremendas". Destacó que "...yo quiero alertar a las autoridades nacionales, sobre cómo se maneja esta situación, porque temo que en las próximas semanas haya muchos hechos de gravedad ...".

4.- <u>Ocupación de Terreno</u>.

El 26ENE94 iniciaron una "huelga de hambre", 4 ocupantes del terreno municipal ubicado en Humboldt y Laureles, que fuera ocupado por 20 familias el 29DIC93 y responden a la cooperativa COVILASA. Dicha medida responde ante declaraciones del jerarca municipal Washington PUCHETTA, quién manifestara la decisión del intendente capitalino de no dialogar con representantes de las familias acampadas, hasta que abandonen el terreno donde se instalaron.
Cabe destacar que se encuentra levantada una denuncia penal ante la jueza del 15º Turno por el delito de usurpación. Estela FREIRE, presidenta de COVILASA manifestó que fue citada y se presentó en el juzgado, donde le comunicaron que luego de la feria judicial serán convocados los jefes de familia.

5.- <u>C. Bella Unión</u>.

El diputado por el Dpto. de Artigas, Aldorio SILVEIRA del P.NAL. manifestó el 24ENE94 que "la situación se hace insoportable en el Bella Unión, a raíz del desmantelamiento de la industria azucarera". Agregó que "éste es el efecto de una desastrosa política económica para la zona y la industria en general; ... días pasados tuve una reunion con residentes, en la cual se manifestó que unos 2.500 residentes de Bella Unión que se han ido a trabajar en cualquier cosa".
Afirmó que "se está planeando realizar una concentración en una plaza de C.Montevideo con todos los residentes de Bella Unión, reclamando al Presidente de la República y todos sus ministros, que resuelvan la situación".

6.- <u>Medios de Comunicación Social</u>.

El Presidente de la República en acuerdo con el ministro de Defensa, otorgó dos autorizaciones para la explotación de televisión por cable en el departamento de Maldonado.
Una fue extendida a nombre de Enrique y Roberto LAMAISON, para la instalación en la capital departamental, mientras que la otra refiere a la empresa "TV Cable Este", que operará en nuestro principal balneario, firma constituida por los principales accionistas de los canales privados montevideanos.

II.- FUERZAS GENERADORAS DE CONFLICTOS.

A.- ESPACIO RADICAL.

1.- U.N.I.R.

a.- M.26.M.

El dirigente del M26M, Eduardo Rubio reclamó que el Frente Amplio de señales claras a la población y asuma el "papel protagónico que la hora le exige", oponiéndose a un proyecto de reforma constitucional que tiene como fin "bloquear el acceso de la izquierda al gobierno".

Fernando Vázquez (26M-UNIR) declaró: "creo que la propuesta de Sanguinetti y el Partido Colorado no agrega elementos sustanciales desde el punto de vista de la reforma electoral", además aseguró que UNIR votará contra a que el Frente de su aval a dicha iniciativa.

2.- M.P.P.

a.- M.L.N.

Eleuterio Fernández HUIDOBRO en su columna de "Mate Amargo", comentó un artículo de Federico FASANO del 16 de enero, titulado "La Cosa Vostra", es decir "la mafia de los políticos contra él que no lo es".
Eleuterio Fernández HUIDOBRO acusa a FASANO de haber inventado la fórmula Vázquez-Nin Novoa en un intento por parte de éste de operar la política nacional. Al respecto HUIDOBRO dice que "de muchas se olvidó Fasano a la hora de descubrir fórmulas electorales" ... "Tal vez porque en el proyecto político de FASANO, BATALLA molesta muchísimo más que los de la utopía 'etimolígicamente griega'. Porque los radicales no competiremos electoralmente con su proyecto pero BATALLA sí. BATALLA le ocupa el mismo espacio y por lo tanto es un enemigo para FASANO. Por esto lo descartó hasta del inconsciente, ya que lo que puede poner de cabeza el actual proceso electoral no es la fórmula TABARE-NIN sino la fórmula SANGUINETTI-BATALLA".

3.- OTROS

a.- P.T.

El Partido de los Trabajadores, fustigó al intendente de Montevideo, Tabaré Vázquez por su decisión de desalojar a las veinte familias que están ocupando un terreno municipal en las calles Humboldt y Laureles. En un artículo aparecido en el último número del periódico tribuna de los trabajadores, se convocó a una "gran marcha" de protesta hacia la Intendencia o al Centro Comunal Zonal, para "hacer retroceder al condecorador de Bush, Cristiani, De Klerk y apaleador de vendedores ambulantes". Por otra parte se llamó a una movilización de "toda la Teja juntando miles de firmas, manteniendo volanteadas permanentes y pintadas", para que los ocupantes "puedan construír sus viviendas, la guardería y el club de jubilados".

III.- HECHOS QUE AFECTAN A LAS FUERZAS ARMADAS

* Ascensos militares

- El día 27ENE94 el diario La República y el semanario Búsqueda publican artículos donde manifiestan que el Poder Ejecutivo envió al Parlamento el pedido de venia para otorgar ascensos en las FF.AA. y cuestionan la inclusión en la nómina de los Tenientes Coroneles Tomás Casella y Sergio Caubarrere.

- El ministro de Defensa Nacional, Dr. Martins, indicó que "existe una obligación legal del Poder Ejecutivo enviar al Parlamento el pedido de ascenso para los Tenientes Coroneles Tomás Casella y Sergio Caubarrere ya que, por antigüedad, se tiene derecho a ascender. Por este sentido el Poder Ejecutivo lo que ha hecho es cumplir estrictamente con la ley. De tal manera que corresponde la Poder Legislativo establecer si hay razones política para no aconsejar esas venias".

- El diputado del Frente Amplio Guillermo Alvarez dijo "que el F.A. votará en contra los ascensos de los militares que hubieren estado implicados en violaciones a los derechos humanos".

- Por su parte el diputado del Partido Nacional, Gonzalo Piana Efinger, dijo que las venias contarán con los votos necesarios para su aprobación, aunque sostuvo que no sabía la opinión general de todos los sectores del nacionalismo, afirmó que el Herrrerismo acompañará la iniciativa del Poder Ejecutivo.

- El diputado del Partido Colorado, Oscar Magurno, manifestó que votará totalmente la nómina de ascensos de las tres armas solicitada por el Poder Ejecutivo.

* Situación Policial

- Según un artículo publicado por el diario La República del día 23ENE94, se habría realizado una autodenominada "asamblea de delegados policiales" que decidió, según un documento reproducido en dicho artículo, pedir la intervención de la primera dama, Julia Pou de Lacalle, para lograr aumento considerable en sus salarios, pues en caso contrario se generaría una "tercera movilización policial" en noviembre próximo o antes.

- El ministro del Interior, Raúl Iturrria, consultado sobre el tema manifestó que no tiene conocimiento de dicha asamblea y no quiere hacer declaraciones sobre el tema.

- El Presidente de la República decidió en acuerdo con el ministro del Interior aumentar de un 17% a 21% la canasta que reciben los sub-oficiales, oficiales y agentes, con vigencia al primer día de enero.
  Se manifestó por parte del gobierno que la medida se debe a la "la existencia de cierta inquietud en esferas policiales" y el ajuste de la canasta es extra, con respecto a la Rendición de Cuentas.

* **Narcotráfico**

- Un narcotraficante internacional portador del virus del sida fue capturado en la zona del Cerrito de la Victoria, se le incautaron dos bolsas que contenían cocaína, hipodérmicas, tubos de ensayo y una pistola calibre 9mm.
  Se estableció que el detenido registra antecedentes penales a nivel internacional por tráfico de estupefacientes y que recientemente fue expulsado de Miami por estar implicado en el suministro de cocaína.

- Fue detenido en La Paloma un narcotraficante uruguayo nacionalizado francés, introdujo a nuestro país desde Europa una temible y peligrosa droga conocida como "Extasis" que proviene del LSD y la heroína. En dicho operativo también fueron detenidas 10 personas, incautándose además de 40 pastillas del citado estupefaciente, numerosas dosis de cocaína y cigarrillos armados con marihuana.

1/13

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
SECRETARIA DE SEÑOR MINISTRO

NOTA Nº15/94
S.MTRO.
AN/nm

Montevideo, 1º de febrero de 1994.

SEÑOR DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
GRAL. DON LUIS ABRAHAM

Remito a usted la Nota Confidencial Nº226/93 del Ministerio de Relaciones Exteriores, con documento adjunto de "Departamento de Defensa", para su conocimiento.

Saludo a usted atentamente.
El Ministro de Defensa Nacional
Doctor DANIEL H. MARTINS

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECR
Fecha 04/02/94
Identificación 9400989

Montevideo, 4 de febrero de 1994.-

Pase al señor Jefe del Departamento I, a sus efectos.-
El Director General de Información de Defensa
General ABRAHAM

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - DIRECTOR - República O. del Uruguay

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 04 FEB. 1994
Pase a [illegible]
Nº. de Orden 940098

REPUBLICA ORIENTAL
DEL URUGUAY

MINISTERIO
DE
RELACIONES EXTERIORES

CONF

A. X. Nº 665640

ANTECEDE SERIE	Nº							

SIRVASE CITAR
No.226/93

CO/mcm

N.B. - Indíquese en la repuesta el Departamento o la Sección, el número y fecha de la presente. En cada oficio trátese de un solo asunto.

Montevideo,6 de setiembre de 1993.

Señor Director Interino del IASE.

Consejero Carlos Nadal.

Presente.

Tengo el agrado de dirigirme al Señor Director solicitando tenga a bien disponer la traducción del documento" Departamento de Defensa", ya que el mismo tendrá que ser enviado al Ministerio de Defensa.

Agradeciendo la atención que pueda dispensarle a mi solicitud, reitero al Señor Director Interino las seguridades de mi más alta consideración.

CARLOS ORLANDO
DIRECTOR
DIRECCION REGIONAL [illegible]

Montevideo, 9 de setiembre /93
Pase a la Sección Traducción a sus efectos

Carlos M. Nadal Rios
Dr. CARLOS M. NADAL RIOS
DIRECTOR
INSTITUTO ARTIGAS DEL SERVICIO EXTERIOR

9400989

DEPARTMENT OF DEFENSE BOTTOM-UP REVIEW

The recently completed bottom-up review has been Secretary Aspin's primary vehicle for redefining United States defense strategy, force structure, and modernization programs in light of the dramatic changes in the global security environment. With the cold war over and the break-up of the former Soviet Union, Department of Defense has analyzed the dangers posed in the new era, developed a new defense strategy, and developed plans to restructure the American Armed Forces and Defense programs to address post, cold war dangers to United States interests. The Clinton Administration has recast American defense strategy, forces, programs and budgets from the bottom-up.

The dangers to United States interests fall into four broad categories. First are dangers posed by nuclear weapons, particularly those remaining in the former Soviet Union, and other weapons of mass destruction, including dangers associated with the proliferation of nuclear, biological, and chemical weapons. Second are regional dangers, including those posed primarily by the threat of large scale aggression by major regional powers with interests antithetical to our own as well as smaller, often internal, conflicts based on ethnic or religious animosities and the potential for state sponsored terrorism. There are also dangers to democracy and reform, in the former Soviet Union, Eastern Europe, and elsewhere. Finally, there are economic dangers to our national security, which could hamper our efforts to build a strong, competitive and growing economy. These dangers formed the basis for our strategy, forces and policies in the bottom-up review.

Although the United States will retain the capability to act unilaterally to protect its security interests, multilateral cooperation will be essential to address all of the new dangers. We cannot take full advantage of the opportunities of the new global environment without the continued cooperation of the allies and friends who were so crucial to victory in the cold war. Our common values and objectives, such as promoting democracy, economic growth and free markets, human dignity and the peaceful resolution of conflict, provide a basis for cooperation across a broad spectrum of policy areas.

A continued willingness on the part of the United States to act as a security partner and leader will be an important factor in sustaining cooperation in many areas. We need to adapt our alliances to meet the fast moving changes in the world, and begin now to define and create new mutual expectations, arrangements, and institutions in the coming decades.

Based on this strategy, our force structure was determined by constructing "building blocks" of forces needed to carry out key military missions, such as fighting and winning a major regional conflict (MRC), maintaining overseas presence, and participating in humanitarian assistance, peacekeeping and peace enforcement operations. These building blocks were then combined to produce options for our overall force structure. The largest driver of force structure requirements is the capability to be able to fight and win two nearly simultaneous major regional conflicts on the scale of Desert Storm. This is prudent because 1) we need to avoid a situation in which the United States, in effect, makes simultaneous wars more likely by leaving an opening for potential aggressors should our engagement in a war in one region leave little or no force available to respond effectively to defend our interests in another, and 2) it provides a hedge against the possibility that a future adversary, or coalition of adversaries, might one day confront us with a larger than expected threat.

In order to meet the challenge posed by regional aggressors, we will undertake a number of critical force enhancements which will enable us to get more combat power to the theater early in a conflict and to halt an enemy invasion more quickly. These enhancements will not only help us to stop an invading force, but should also help to deter an invasion in the first place. Some of these critical enhancements are: additional Army prepositioned equipment; enhanced sea and airlift; upgraded antiarmor and precision guided munitions; increased early arriving naval air assets; and enhanced readiness of Army National Guard and Reserve support units. In particular, these enhancements will increase our ability to surge assets to southwest and northeast Asia, the two regions on which much of our planning for MRC's is based.

We consider the military contributions of our coalition partners to be very important in countering large-scale regional aggression. Thus, in future contingencies involving common interests the United States will continue to seek the participation of its friends and allies in military coalitions. But the end of the cold war has changed the way in which we must plan coalition operations. In the cold war, United States planning focused on fighting a known aggressor (the Soviet, led Warsaw Pact) in a known theater (Europe) alongside known allies (NATO) with known capabilities and roles in combined operations. In the new era, we again anticipate coalition operations, but in many areas where our common interests may be threatened, we have no formal alliance structure where we can predict in advance which nations will participate, when, with what forces, and to undertake which missions. We assume that affected regional allies -- the South

Koreans or Saudis, for example -- would participate in coalition operations in a given conflict. However, failing more formal commitments from other nations, it would be presumptuous for the United States to plan on significant military contributions from allies and friends outside the region. Therefore, the bottom-up review results do not assume coalition participation by particular nations beyond our known allies in a given region. However, this point highlights the need for us to work in concert with our security partners toward more serious military cooperation in areas critical to our shared interests. We must work toward coalition arrangements to thwart the new dangers we face in common throughout the world. We must do so to ensure that, when coalition partners join in battle, we have planned and trained together enough to be an effective fighting force. We must do so to ensure that, as we plan our future forces and defense budgets, we do not shoulder burdens that will in fact be shared by others.

The other principal determinant of force structure is the need to sustain visible U.S. military presence in key regions during peacetime. Our peacetime presence deters adventurism and coercion by potentially hostile states, reassures our friends, enhances regional stability, and improves our ability to respond effectively and in a timely manner to crises or aggression when they occur.

The bottom-up review also carefully examined our planned acquisitions and made decisions on modernization initiatives in nine core areas: theater air, attack and reconnaissance helicopters, ballistic missile defense, aircraft carriers, attack submarines, space launch vehicles, military satellite communications, the V-22, and strategic mobility.

The major force structure decisions follow (with FY 1993 numbers in parens):

Army:	10 Active Divisions (from 14)
Navy:	11 Active carriers plus one for training and limited deployment missions (from 13, as of 11 September 1993, plus 0); other ships to approximately 340 (from 443)
Air Force:	13 Active Wings (from 16); 7 Reserve Wings (from 12)
Marines:	Same force structure, end strength at 174,000 (from 182,000)

Maintaining a credible overseas military presence in several key regions of the world is crucial to the new American strategy. The central challenge in each region where the U.S. has important interests is to balance the limitations of a smaller U.S. force structure with the requirements of readiness and the need to uphold important U.S. commitments overseas. There are difficult and unavoidable trade-offs that must be made here: sustaining our key security commitments is crucial, but with our resources declining and with our firm commitment to maintain high readiness, we needed to reexamine our overseas presence posture in the bottom-up review.

The sheer proximity to the United States makes the Caribbean and Latin America significant regions for our planning and strategy. United States policy in the past has tended to focus on our own hemisphere only when a crisis has risen. We now have the opportunity to recast our relationship with Latin American States to help promote and expand recent trends towards democracy throughout the region. We will also be looking for expanded involvement by the larger and more prosperous Latin States in helping to create a more orderly world beyond our hemisphere, and because our forces will continue to require global mobility, it is crucial that access through the Panama Canal remain secure.

Our eventual withdrawal from Panama will reduce American presence in the region. In anticipation of this, we will need to find new ways to work with friendly governments in the region, advising them and assisting them in coping with security challenges. We will also need to maintain military presence and capabilities in this region, including military-to-military contacts and military training teams, necessary to protect and advance our interests.

Profunda Revisión del Departamento de Defensa

La recientemente concluida revisión a fondo constituye el móvil principal del Secretario Aspin para redefinir la estrategia de defensa, estructura de fuerzas y programas de modernización a la luz de los dramáticos cambios en la seguridad mundial. Acabada la guerra fría y disuelta la antigua Unión Soviética, el Departamento de Defensa ha analizado los peligros planteados en la nueva era, desarrollado una nueva estrategia de defensa, y producido planes para restructurar las Fuerzas Armadas Americanas y programas de Defensa a fin de consignar peligros posteriores a la guerra fría para los intereses de los Estados Unidos. La Administración Clinton ha reformulado la estrategia de defensa, fuerzas, programas y presupuestos americanos desde el fondo mismo.

Los peligros para los intereses de los Estados Unidos caen dentro de cuatro grandes categorías. En primer lugar los peligros planteados por las armas nucleares, es especial aquellos que permanecen en la antigua Unión Soviética, así como otras armas de destrucción masiva, incluyendo los peligros asociados con la proliferación de armas nucleares, biológicas y químicas. En segundo lugar existen los peligros regionales, incluyendo fundamentalmente aquellos planteados por la amenaza de una agresión en gran escala por mayores potencias regionales con intereses contrarios a los nuestros así como también, a menudo, conflictos internos de menor entidad basados en animosidades étnicas o religiosas y el potencial del terrorismo auspiciado por los estados. Existen también peligros para la democracia y reforma, en la antigua Unión Soviética, Europa del Este, y otros puntos. Por último, existen peligros económicos para nuestra seguridad nacional, que podrían estropear nuestros esfuerzos/por construir una creciente, fuerte y competitiva economía. Estos riesgos conformaron la base de nuestra estrategia, fuerzas y políticas en la referida profunda revisión.

Aunque los Estados Unidos conserven su capacidad de actuar unilateralmente para proteger los intereses de su seguridad, la cooperación multilateral resultará esencial para controlar todos los nuevos riesgos.

No podemos aprovechar totalmente las oportunidades del nuevo medio mundial sin la continua cooperación de los aliados y amigos tan cruciales para la victoria durante la guerra fría. Nuestros valores y objetivos comunes, tales como promover la democracia, el crecimiento económico y los mercados libres, la dignidad humana y la resolución pacífica de conflictos, proveen una base de cooperación dentro de un amplio espectro de áreas políticas.

La constante voluntad de los Estados Unidos de actuar como un socio y conductor protector constituyen un factor importante para el mantenimiento de la cooperación en diversas áreas. Es necesario adaptar nuestras alianzas para satisfacer los rápidos cambios en el mundo, y ahora iniciar a definir y crear nuevas y mutuas expectativas, ordenamientos e instituciones en las décadas futuras.

Basado en esta estrategia, se determinó nuestra fuerza estructural - construyendo "building blocks" de fuerzas necesarias para llevar a cabo operaciones militares clave, tales como combatir y ganar un conflicto regional mayor(MRC), manteniendo la presencia en ultramar, parcipando en la asistencia humanitaria, realizando operaciones de salvaguardia e imposición de la paz. Dichos "building blocks" se combinaron luego para producir opciones relativa a nuestra fuerza estructural en conjunto. El mayor impulsor de los requisitos de la fuerza estructural es la aptitud de ser capaz de combatir y ganar casi simultáneamente en dos conflictos regionales de primer orden en la escala de Tormenta del Desierto. Esto es prudente porque 1) es necesario que evitemos una situación en la que los Estados Unidos, efectivamente, mantenga con mayor probabilidad guerras simultáneas dejando una brecha para potenciales - agresores en caso que nuestro compromiso bélico en una región deje escasas o ninguna fuerza disponible a fin de responder efectivamente en la defensa de nuestros intereses en el otro, y 2) provee una valla contra la posibilidad de que un futuro adversario, o coalición de adversa , ıdiera un día enfrentarnos con una amenaza mayor a la es-

perada.

A fin de enfrentar el desafío planteado por los agresores regionales, comprometemos un número acrecentado de fuerzas críticas lo que nos permitirá una mayor fuerza de combate en escena a inicios de un conflicto y detener la invasión enemiga con mayor rapidez. Estos acrecentamientos no solamente nos ayudará a detener la fuerza invasora, sino que también nos ayudará a disuadir la invasión en primer lugar. Algunos de estos incrementos críticos son: mayor número de destacamento de equipo militar; aumento de transporte marítimo y aéreo; más sofisticadas munniciones de precisión guiadas y antiacorazado; aumento de activos aeronavales de acción inmediata; e incremento de disponibilidad de unidades de apoyo de la Guardia Nacional del Ejército y de Reserva. En especial, dichos incrementos aumentarán nuestra capacidad para movilizar activos al sudeste y nordeste de Asia, las dos regiones en las que se basa gran parte de nuestro programa MRC.

Consideramos de gran importancia las contribuciones militares de nuestras fuerzas coaligadas a fin de responder a una agresión regional a gran escala. De este modo, en futuras contingencias que involucren intereses comunes los Estados Unidos continuarán procurando la participación de sus amigos y aliados en coaliciones militares. Pero el fin de la guerra fría ha modificado el modo en que debemos planificar las operaciones de coalición. Durante la guerra fría, el plan de los Estados Unidos se concentró en combatir un agresor conocido (Soviéticos, Pacto de Warsaw) en un escenario conocido (Europa) junto a aliados conocidos (NATO) con conocidas aptitudes y funciones en operaciones combinadas. En la nueva era, una vez más anticipamos operaciones en coalición, pero en muchas áreas donde nuestros intereses comunes podrían verse amenazados, no tenemos una estructura de alianza formal en la que podamos pronosticar qué naciones participarán, cuándo, con qué fuerzas, y qué misiones emprender. Suponemos que los aliados regionales afectados -- Coreanos del Sur o Sauditas, por ejemplo -- participarían en operaciones conjuntas en un determinado conflicto. Sin embargo, en caso de fracaso de compromisos más formales de otras naciones, sería arrogante para los Estados Unidos proponerse contribuciones militares significativas de los aliados y amigos fuera de

la región. En consecuencia, la profunda revisión no da por sentado la participación conjunta de naciones determinadas más allá de nuestros aliados en una región dada. No obstante, este punto destaca la necesidad de que realicemos un trabajo en concierto con nuestros socios de seguridad hacia una más seria cooperación militar en áreas críticas para nuestros intereses compartidos. Debemos trabajar para conformar una coalición para contrarrestar los nuevos peligros comunes que enfrentamos en todo el mundo. Debemos hacerlo para asegurar que, al planificar nuestros futuros presupuestos de fuerzas y defensa, no echemos al hombro cargas que de hecho habrán de ser compartidas con otros.

El otro factor determinante para la estructura de fuerza es la necesidad de mantener visible la presencia militar de los Estados Unidos en regiones clave en tiempos de paz. Nuestra presencia en tiempos de paz disuade las empresas aventureras y la coacción de parte de estados potencialmente hostiles, da confianza a nuestros amigos, aumenta la estabilidad regional, y mejora nuestra capacidad para responder efectivamente y de modo oportuno a las crisis o agresiones cuando las mismas ocurren.

La referida revisión a fondo también examinó cuidadosamente nuestras proyectadas adquisiciones y tomó decisiones sobre iniciativas de modernización en nueve áreas medulares: teatro aéreo, helicópteros de ataque y reconocimiento, defensa con misiles, portaaviones, submarinos de ataque, vehículos espaciales, comunicaciones militares vía satélite, el V-22, y mobilidad estratégica.

A continuación, las decisiones más importantes en cuanto a estructura de fuerzas(números FY 1993 entre paréntesis):

Ejército:	10 Divisiones Activas(desde 14)
Armada:	11 portaaviones activos más uno para entrenamiento y misiones de despliegue limitado (desde 13, al 11 de setiembre de 1993, más 0); otras naves, aprox. 340 (desde 443)

Marines: Igual fuerza estructural, fuerzas activas finales en 174.000 (desde 182.000)

Fuerza Aérea: 13 alas activas(desde 16); 7 alas de reserva(desde 12)

El mantenimiento de una fuerza de ultramar confiable en varias regiones claves del mundo es crucial para la nueva estrategia Americana. El desafío fundamental en cada región donde los Estados Unidos poseen importantes intereses es equilibrar las limitaciones de una fuerza estructural americana menor con los requisitos de prontitud y la necesidad de apoyar importantes compromisos de ultramar para los Estados Unidos. Existen difíciles e inevitalbes ponderaciones que cabe hacer aquí: el mantenimiento de nuestros compromisos clave de seguridad es crucial, pero con nuestros recursos en decadencia y con nuestro firme propósito de mantener una rápida expedición, es necesario reexaminar nuestra situación y presencia en ultramar.

La mera proximidad a los Estados Unidos hacen del Caribe y de América Latina regiones significativas para nuestra planificación y estrategia. La política de los Estados Unidos en el pasado ha tendido a centralizarse en nuestro propio hemisferio solamente en caso de surgir una crisis. Tenemos ahora la oportunidad de rehacer nuestras relaciones con América Latina a fin de ayudar a promover y expandir las recientes tendencias hacia la democraci en toda la región. Asimismo buscaremos dilatar compromisos con los más grandes y prósperos estados latinoamericanos ayudando a crear un mundo más ordenado más allá de nuestro hemisferio, y dado que nuestras fuerzas continuarán requiriendo una mobilidad mundial, es crucial que permanezca seguro el acceso a través del Canal de Panamá.

Nuestra eventual retirada de Panamá reducirá la presencia americana en la región. Anticipándonos a esto, necesitamos encontrar nuevos caminos para trabajar con gobiernos amigos en la región, asesorándolos y asistiéndoles, para hacer frente a los desafíos sobre seguridad. Es necesario para nosotros mantener también presencia y posibilidades en esta región, incluyendo contactos entre militares y equipos con entrenamien- militar, necesario para proteger y mejorar nuestros intereses.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
Instituto Artigas del Servicio Exterior

No. 1.389/93

INSTITUTO ARTIGAS DEL SERVICIO EXTERIOR
Montevideo, 24 de noviembre de 1993

Habiéndose realizado la traducción solicitada, vuelva a la Dirección Regional Zona III.-

Dr. CARLOS M. NADAL RIOS
DIRECTOR DEL
INSTITUTO ARTIGAS DEL
SERVICIO EXTERIOR

361/93 DIRECCION REGIONAL ZONA III

Montevideo, 29 de noviembre de 1993.

Se eleva a la Dirección General para Asuntos Políticos, a los efectos correspondientes.

CARLOS IRIGARAY
DIRECTOR
DIRECCION REGIONAL ZONA III

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECTOR GENERAL PARA ASUNTOS POLITICOS
FECHA 30.11.93
NUMERO 975

12

9400989

DIRECCION GENERAL PARA ASUNTOS POLITICOS

Montevideo, 7 de diciembre de 1993

1159/SGDP/93

AFL/cbm

Pase el documento que antecede a conocimiento del Ministerio de Defensa Nacional.

Por el Ministro:

Dr. ALVARO MOERZINGER
SUBDIRECTOR
DIRECCION GENERAL PARA ASUNTOS POLITICOS

013/13

9400989

SECRETO

M. D. N.
D. G. I. D.
DEPARTAMENTO I
C. MONTEVIDEO
281100ENE94.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nº 02/94

I - EVALUACION: F-6

II - RESPONDE A: INFORMACION OBTENIDA.-

III - TEXTO: De fuentes reservadas se ha tomado conocimiento que los Servicios de Inteligencia argentinos están estudiando la posible vinculación de Daniel VIGLIETTI (MLN-T), en los actos de sabotaje a las instalaciones de alta tensión pertenecientes a la empresa EDESUR que afectaron varios barrios de Buenos Aires, los últimos días del pasado año (ver Anexo A), la misma fuente manifestó la posibilidad de que Salto Grande podría ser objeto en el futuro de alguna acción de similares caracteristicas.-

IV - ACCION TOMADA: CONFECCION DEL PRESENTE PARTE

V - DISTRIBUCION:

ORIGINAL:	DGID
COPIA 1 :	E-2
COPIA 2 :	SEINT
COPIA 3 :	SIFA
COPIA 4 :	DNII

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

EL DIRECTOR GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

General

LUIS A. ABRAHAM

001/2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
DEPARTAMENTO I 04 FEB. 1994
Fecha de Entrada
Pasa a ARCHIVO
Nº de Orden 9400992

SECRETO

ANEXO "A"

PAGINA 12 - 2/ENE/94

OTRO SABOTAJE, OTRO APAGON

La empresa Edesur denunció dos nuevos actos de sabotaje a sus instalaciones, que afectaron a más de 10.000 usuarios, de los cuales 6600 recién recuperaron el servicio dos horas antes del nuevo año. Villa Crespo y Floresta fueron los barrios porteños afectados por el sabotaje que produjo el apagón.

Siete centros de transformación salieron de funcionamiento en la subestación de Villa Crespo y dejó sin luz al sector comprendido por las avenidas Juan B. Justo, Dorrego, Corrientes, Dorrego y las vías del Ferrocarril San Martín desde el mediodía del viernes hasta las 18.15. "Concretamente –especificó un comunicado de la empresa– el acto de sabotaje consistió en la operación manual de un equipo de maniobra de media tensión por personas aún no individualizadas."

Un episodio similar se produjo en Floresta, en ls cámaras de transformación ubicadas en las esquinas de Tres Arroyos y Emilio Lamarca, Gaona y Concordia y Bogotá y Nazca, que dejaron sin luz a 6600 usuarios, quienes recién a las 22.15 del 31 recuperaron la energía eléctrica. Edesur dijo que con los sabotajes aparecieron "panfletos anónimos y amenazas reiteradas de prolongados cortes de suministro".

Por otra parte, la Secretaría de Energía informó que el sistema de alta tensión, que une El Chocón con la subestación transformadora de Ezeiza, quedó normalizado desde las 19.30 del viernes, luego del "atentado" que sufrieran las dos líneas el martes por la noche. El sabotaje había producido el derrumbe de dos torres en la localidad pampeana de General Acha.

Página/16 2/I/9.

SOCIEDAD

002/2

TO 9400993
Embajador brasileño vaticina más problemas en el Mercosur
150023
7.12.93
Merc 12781
Bra 507482
Int 12195

Más problemas en el Mercosur vaticina embajador brasileño

■ El embajador brasileño en Argentina, Marcos Castrioto de Azambuja, vaticinó ayer que habrá problemas a medida que se acerque la puesta en marcha del Mercado Común del Cono Sur, pero dijo que la integración no se detiene más.

"Argentina tiene una situación de déficit con otros países mucho más grave que la que mantiene con Brasil", dijo Castrioto al referirse a las críticas de empresarios argentinos por las diferencias de la balanza comercial entre ambos países.

En un reportaje con el diario Ambito Financiero, de Buenos Aires, Castrioto dijo que hay una fuerte voluntad de incrementar notablemente las compras de petróleo argentino por parte de Brasil.

"Además, la economía brasileña está creciendo como para poder salir a comprar. Hay ya concretadas múltiples 'joint-ventures' (inversiones conjuntas) binacionales, una inextrincable complementación de las industrias automotrices. Este proceso de integración ya no se detendrá más", afirmó

Castrioto dijo que "el esfuerzo que esta integración representa no es registrado, lamentablemente, por la opinión pública argentina. La música la ponen, por ahora, los perdedores".

"Brasil reconoce, obviamente, el derecho de los países miembros del Mercosur a aplicar medidas de salvaguarda y antidumping en el marco del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio)", afirmó.

El diplomático vaticinó que "creo que va a haber problemas a medida que se acerque la fecha de puesta en marcha del Tratado de Asunción".

Castrioto no explicó qué tipo de problemas acarrearán los cuatro países cuando se ponga en marcha el Mercosur, con arancel cero de Aduanas, el 31 de diciembre de 1994.

01-01

9400993

9400894
Empresarios urug. y bras. son lo que más confían en el Merc.
1500007
7.12.93
Merc 12781
Urug 507466
Bra 507482
Int 12795

Uruguayos y Brasileños con más fe en MERCOSUR

RIO DE JANEIRO, 6 (ANSA).— Los empresarios brasileños y uruguayos son los que más "creen" en el Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), mientras que los argentinos confían menos.

Así lo reveló el economista Pedro Sirotski, en base a una encuesta de la Listening Post entre 538 empresarios, de ellos 223 de Brasil, 185 de Uruguay, 100 de Argentina y 30 de Paraguay.

Al mismo tiempo, Sirotski anunció el Segundo Congreso de Marketing del Cono Sur, en mayo de 1994, en Curitiba, Paraná (sur de Brasil).

La investigación reveló que 42% de las compañías brasileñas y también 42% de las uruguayas están "actuando en dirección al MERCOSUR". En cuanto a los argentinos, se resisten: 41% no consideraron la posibilidad de desarrollar alguna acción volcada al MERCOSUR y 33% "buscan informaciones sobre el asunto".

9400994
Empresarios urug. y bras. son los que más confían en el Merc.
1500007
7.12.93
Merc 12781
Urug 507466
Bra 507482
Int 12795

Uruguayos y Brasileños con más fe en MERCOSUR

RIO DE JANEIRO, 6 (ANSA).— Los empresarios brasileños y uruguayos son los que más "creen" en el Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), mientras que los argentinos confían menos.

Así lo reveló el economista Pedro Sirotski, en base a una encuesta de la Listening Post entre 538 empresarios, de ellos 223 de Brasil, 185 de Uruguay, 100 de Argentina y 30 de Paraguay.

Al mismo tiempo, Sirotski anunció el Segundo Congreso de Marketing del Cono Sur, en mayo de 1994, en Curitiba, Paraná (sur de Brasil).

La investigación reveló que 42% de las compañías brasileñas y también 42% de las uruguayas están "actuando en dirección al MERCOSUR". En cuanto a los argentinos, se resisten: 41% no consideraron la posibilidad de desarrollar alguna acción volcada al MERCOSUR y 33% "buscan informaciones sobre el asunto".

94 00995
Cumbre del Mercosur será el 17/1/94 en Colonia
150483
8.12.93
Merc 12781
Cumbre 11182
Urug 527456
Luis 12785

Se aguarda llegar a un acuerdo en torno al Arancel Externo Común

La cumbre de los presidentes del Mercosur se llevará a cabo el 17 de enero en Colonia



Cumbre del Mercosur
Los mandatarios aguardan destrabar la marcha del Tratado de Asunción fijando el Arancel Externo Común

Los presidentes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay se reunirán el 17 de enero, en la ciudad de Colonia, para definir el Arancel Externo Común que tributarán los productos que ingresen al Mercosur provenientes de terceros países, anunció ayer en Buenos Aires el presidente Luis Alberto Lacalle.

Lacalle hizo el anuncio a la prensa tras concluir un visita de doce horas a la capital argentina, durante la cual se reunió con el presidente Carlos Menen, "para", según sus propias palabras, "repasar los avances en el Mercosur y todos los temas de interés común".

El primer mandatario destacó que "estamos aguardando con ansiedad la terminación del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT) en la Ronda Uruguay" y aseguró que "eso va a ser determinante de muchas acciones políticas".

El mandatario agregó que en su reunión con Menem "hemos comentado el momento por el que atraviesa el Mercosur" y precisó que "en el tema del arancel externo hay dos posiciones muy distintas de Argentina y Brasil que suponemos tendrá que laudarse en dos o tres planos distintos".

La disputa entre los dos máximos socios del mercado común obedece a que Argentina desea libre ingreso de bienes de capital, telecomunicaciones e informática, mientras que Brasil desea proteger sus industrias. Empero, el viernes pasado representantes de ambos países llegaron a un principio de acuerdo, por el que Argentina podría disponer de plazo hasta el año 2001 para acercar, en forma gradual, sus niveles arancelarios actuales a los que sean fijados definitivamente. ■

01-01

9400995

Luigi Manzetti, de la Universidad de Miami: Las macroeconomías son inconciliables

"Los plazos para la plena vigencia del Mercosur deberán postergarse porque son incumplibles"

■ La integración de los cuatro socios del Mercado Común del Sur no se concretará en los plazos previstos en el tratado marco y, por tanto, habrá un aplazamiento para la constitución definitiva del Mercosur, opinó el profesor Luigi Manzetti, del Centro Norte-Sur de la Universidad de Miami, Estados Unidos.

En diálogo con **LA REPUBLICA**, el doctor en Ciencias Políticas y autor del libro "Mercosur y los efectos en el tratado de liberalización" sostuvo su afirmación, en tanto las asimetrías macroeconómicas de los socios del Mercosur no se reviertan, aspecto que estimó poco probable en el corto plazo. Las divergencias en cuanto a un arancel externo común para el bloque fue considerada por Manzetti como un punto a tener en cuenta para asegurar el futuro del Tratado de Asunción.

Por otra parte, consideró al referirse a las "Reformas Económicas y Desarrollo Social" durante el foro que, bajo el mismo nombre, organizado por la Cámara de Comercio Uruguay-Estados Unidos y realizado en la víspera, y centrándose en la visión latinoamericana y los modelos de Argentina y México, Manzetti afirmó que el presidente Menem "hizo una revolución en cuatro años". Las transformaciones estructurales realizadas por su administración se enmarcan en políticas neoliberales, sobre las que Menem había manifestado su reprobación durante la gobernación en La Rioja. Manzetti afirmó, en tanto, que "Menem es más papista que el papa".

La reforma económica en Brasil, por su parte, encontró a Collor de Mello sin la habilidad política de sus similares de Argentina, México y Chile.

En tanto, el director de la Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) y asesor del directorio de la privatizada Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), Daniel Artana, expresó que el éxito económico en algunos países latinoamericanos se debe a un marco macroeconómico estable, una economía abierta, un clima favorable para los negocios y la inversión en la gente.

Sobre este punto, Artana afirmó que en Argentina "se ha manejado en términos equivocados", al tiempo que precisó: "ésta fue asumida como un subsidio generalizado. Por tanto, "es más eficaz una política focalizada y no regalar plata a la marchanta", aseguró.

Vaticinó, asimismo, que "Latinoamérica tendrá un crecimiento espectacular en la medida que el rol del Estado se concentre y se establezca un marco regulatorio razonable, con flexibilidad fiscal", dijo por último.

Privados del MERCOSUR asumieron compromisos

• "Adoptar doctrina sobre Propiedad Intelectual"

Industriales de Brasil, Argentina y Uruguay firmaron ayer en Porto Alegre un documento favorable a la adopción y respeto al principio del criterio de anterioridad en el uso de marcas, durante el encuentro "Marcas en el MERCOSUR, problemas y soluciones".

PORTO ALEGRE (ANSA)- La propuesta será sugerida al Subgrupo número 7, que trata de la materia en los Parlamentos de los respectivos países signatarios del Tratado de Asunción.

En el documento, los participantes del evento, realizado en la Federación de Industrias del Estado de Rio Grande do Sul (FIERGS), se comprometen a tratar de que el principio se asimile en sus países, para que se consiga adaptar legislaciones y que sea adoptado como doctrina y en las jurisprudencias de sus tribunales.

Otra decisión de los industriales se refiere a la implantación de un sistema ágil de intercambio permanente de informaciones sobre registros de marcas y patentes, intervinculando a los países miembros del MERCOSUR.

El documento constituye "una búsqueda de solución concreta para la defensa de la propiedad intelectual en el ámbito del Mercado, y a la vez un hecho político de la mayor importancia", dijo José Roberto da Fonseca Gusmao, presidente del Instituto Nacional de Propiedad Industrial (INPI) de Brasil. Juan Carlos de la Vega, de la Dirección de Tecnología, Calidad y Propiedad Industrial del Ministerio de Economía, Obras y Servicios Públicos de Argentina, señaló que en su país "hay un creciente interés oficial en resguardar el derecho de los propietarios de marcas".

Según el secretario de la Asociación Interamericana de la Propiedad Industrial (ASIPI) del Uruguay, Juan Antonio Pittaluga, "en Uruguay, la preocupación con la protección de marcas estimuló al Gobierno a adoptar procedimientos sumarios, bastando comprobar que determinada marca es usada en Brasil, por ejemplo, para anular su registro por terceros".

Camila Imbert Rojas, de la Dirección de la Propiedad Industrial del Ministerio de Industria y Comercio del Paraguay, anunció la adhesión de su país a la Convención de París de 1883, que prevé reglas de armonización de la propiedad industrial y donde es consagrado el principio de la territorialidad.

Argentina, Uruguay y Brasil ya habían adherido a esa legislación, pero la iniciativa paraguaya fue recibida por los participantes del evento como "un avance en la defensa de las marcas", que debe culminar con una legislación común entre los países del MERCOSUR.

Argentinos insisten en aplazar la integración

PORTO ALEGRE (ANSA)- Industriales argentinos que asistieron en Porto Alegre a una reunión regional de empresarios pidieron la postergación de la entrada en vigencia del MERCOSUR, prevista para el 1 de enero de 1995, por las "asimetrías entre Brasil y Argentina".

Los industriales hicieron su propuesta durante la primera reunión plenaria del Consejo Industrial del MERCOSUR, convocada por la Federación de Industrias del Estado de Rio Grande do Sul (FIERGS).

Jorge Gaibisso, de la Unión Industrial Argentina (UIA), afirmó que en los dos últimos años los costos de las materias primas se estabilizaron en su país: "Los salarios, en cambio, aumentaron más del 50 por ciento, lo que incide de forma directa sobre la matriz industrial argentina, y elimina las ganancias de la productividad", opinó.

"En Brasil -agregó el representante industrial argentino- la alta inflación acaba por favorecer los costos de producción de la industria".

Dagoberto Godoy, presidente de la FIERGS, afirmó que la propuesta argentina será llevada a discusión en el ámbito de la Confederación Nacional de la Industria (CNI).

A pesar de las discrepancias entre los dos países, y de que los empresarios brasileños quieren mantener el calendario original del MERCOSUR, Godoy admitió que "vamos a buscar el consenso, que es fundamental para las tratativas gubernamentales".

Durante la reunión, Godoy y Fernando Gurgel, de la CNI, presentaron una lista de las medidas "unilaterales" adoptadas por Argentina en los últimos 12 meses, a la vez que sugirieron un "debate y posible retiro de esos obstáculos al flujo comercial".

El Consejo Industrial del MERCOSUR aprobó un sistema regular de intercambio de informaciones sobre la realidad económica de los países miembro, y definió los temas prioritarios: costos financieros de las actividades productivas, costos salariales directos e indirectos, y protección del registro de marcas a través de la adopción del principio de anterioridad.

La segunda reunión plenaria del Consejo se realizará el 27 de enero de 1994 en Buenos Aires, y dará inicio al calendario fijado en la reunión, que prevé un mínimo de cuatro reuniones anuales. Participaron de la primera plenaria el presidente de la FIERGS, Dagoberto Godoy, Fernando Gurgel y Wolfgang Lieb, de la CNI, Luis José Vassalo y Jorge Gaibisso, de la Unión Industrial Argentina, y Julio Speranza, de la Cámara de Industrias de Uruguay.

BRASIL Y ARGENTINA QUEBRANTAN PROCESO DE INTEGRACION

ASUNCION (EFE). — Brasil y Argentina quebrantan el proceso del Mercado Común del Sur al "no cumplir cabalmente" con las exigencias del convenio, afirmó el ministro paraguayo de Integración, Atilio R. Fernández.

El Ministro dijo que las intenciones de los dos mayores socios del pacto, que incluye también a Uruguay, de postergar la entrada en vigor de la unión aduanera, pueden servir de "orientación, pero no de normativa".

"No debemos someternos a las exigencias" argentino-brasileñas, subrayó Fernández, tras anunciar que Paraguay aún no ha adoptado una postura concreta respecto a un eventual retraso de la puesta en marcha del mercado libre regional, prevista para el 1º de enero de 1995. El pasado lunes, Brasil anunció que está dispuesto a postergar hasta el año 2001 la conclusión de la proyectada unión aduanera, tras una reunión con expertos argentinos para tratar de buscar una posición conjunta en lo referente al arancel externo común para los bienes de capital. Brasil propugna un arancel externo común entre el 20 y el 35% para su producción industrial de informática, electrónica y bienes de capital, mientras que Argentina, Paraguay y Uruguay son partidarios de la eliminación total de tasas a la importación de esos productos procedentes de países fuera de la región.

La fijación de un arancel externo es considerada por los expertos como el principal problema que afrontan los 4 países que en marzo de 1991 firmaron el Tratado de Asunción, documento por el que se creó el MERCOSUR.

8401 000
Brasil pide a Ag. respeto a reglas del Merc.
1500007
10.12.93
Merc 12781
Arg 66960
Bra 507482
Int 12735

Brasil Pide a la Argentina Respeto a las Reglas Mercado Común del Sur

BRASILIA, 9 (EFE).— Brasil pedirá a Argentina el cumplimiento efectivo de las reglas del Tratado de Asunción, constitutivo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), durante una reunión bilateral de alto nivel que se celebrará mañana, viernes, en Sao Paulo, informaron hoy en Brasilia fuentes diplomáticas.

El gobierno brasileño considera que las crecientes barreras proteccionistas adoptadas por Argentina y que merman las exportaciones de este país son contrarias a los términos del Tratado de Asunción, del que son signatarios los dos países, junto con Paraguay y Uruguay.

Representantes de Brasil y Argentina, los mayores socios del bloque económico, discutirán en Sao Paulo fórmulas para coordinar sus posiciones comerciales en el ámbito bilateral y superar las discrepancias sobre los futuros índices de aranceles que aplicará el MERCOSUR para las importaciones procedentes de otras naciones.

Por Argentina, participarán en la reunión los ministros de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y de Economía, Domingo Cavallo, y por Brasil, el canciller, Celso Amorim, y los titulares de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, y de Industria y Comercio, José Andrade Vieira.

Fuentes gubernamentales brasileñas señalaron que Argentina ha prestado poca atención a un acuerdo que aprobaron en setiembre pasado en Brasilia los ministros Cavallo y Cardoso para superar los obstáculos al intercambio comercial.

En ese pacto, Cavallo se comprometió a estudiar una posible compensación a la industria brasileña, que perdió la preferencia que tenían sus exportaciones de bienes de capital al mercado argentino.

A pesar de las divergencias, brasil otorga una importancia especial al comercio con Argentina, que sumará este año un total de 6.000 millones de dólares, uno de los flujos comerciales bilaterales más voluminosos del mundo.

Las negociaciones sobre los aranceles exteriores se bloquearon hace tres semanas durante una reunión del MERCOSUR en Montevideo, ya que Argentina propuso la anulación de aquellos aplicables a los bienes de capital, mientras que Brasil sugirió fijarlos en valores entre el 200 y 25 por ciento para proteger su producción industrial. Para desbloquear las negociaciones, Brasil ha expresado su disposición de postergar hasta el año 2001 la conclusión de la unión aduanera, programada originalmente para enero de 1995, al dejar pendiente la unificación arancelaria en sectores de bienes de capital, informática y electrónica.

9401000

01-01

9401000
Brasil pide a Arg. respeto a reglas del Merc.
1500007
10.12.93
Merc 12781
Arg 66960
Bra 507482
Int 12735

Brasil Pide a la Argentina Respeto a las Reglas Mercado Común del Sur

BRASILIA, 9 (EFE).— Brasil pedirá a Argentina el cumplimiento efectivo de las reglas del Tratado de Asunción, constitutivo del Mercado Común del Sur (MERCOSUR), durante una reunión bilateral de alto nivel que se celebrará mañana, viernes, en Sao Paulo, informaron hoy en Brasilia fuentes diplomáticas.

El gobierno brasileño considera que las crecientes barreras proteccionistas adoptadas por Argentina y que merman las exportaciones de este país son contrarias a los términos del Tratado de Asunción, del que son signatarios los dos países, junto con Paraguay y Uruguay.

Representantes de Brasil y Argentina, los mayores socios del bloque económico, discutirán en Sao Paulo fórmulas para coordinar sus posiciones comerciales en el ámbito bilateral y superar las discrepancias sobre los futuros índices de aranceles que aplicará el MERCOSUR para las importaciones procedentes de otras naciones.

Por Argentina, participarán en la reunión los ministros de Relaciones Exteriores, Guido Di Tella, y de Economía, Domingo Cavallo, y por Brasil, el canciller, Celso Amorim, y los titulares de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, y de Industria y Comercio, José Andrade Vieira.

Fuentes gubernamentales brasileñas señalaron que Argentina ha prestado poca atención a un acuerdo que aprobaron en setiembre pasado en Brasilia los ministros Cavallo y Cardoso para superar los obstáculos al intercambio comercial.

En ese pacto, Cavallo se comprometió a estudiar una posible compensación a la industria brasileña, que perdió la preferencia que tenían sus exportaciones de bienes de capital al mercado argentino.

A pesar de las divergencias, brasil otorga una importancia especial al comercio con Argentina, que sumará este año un total de 6.000 millones de dólares, uno de los flujos comerciales bilaterales más voluminosos del mundo.

Las negociaciones sobre los aranceles exteriores se bloquearon hace tres semanas durante una reunión del MERCOSUR en Montevideo, ya que Argentina propuso la anulación de aquellos aplicables a los bienes de capital, mientras que Brasil sugirió fijarlos en valores entre el 200 y 25 por ciento para proteger su producción industrial. Para desbloquear las negociaciones, Brasil ha expresado su disposición de postergar hasta el año 2001 la conclusión de la unión aduanera, programada originalmente para enero de 1995, al dejar pendiente la unificación arancelaria en sectores de bienes de capital, informática y electrónica.

9401000

01-01

9401001
Lacalle: Mercosur, la 4ª potencia económica mundial
1500007
11.12.93
Mea 12781
Urug 507466

LACALLE: MERCOSUR, LA CUARTA POTENCIA ECONOMICA DEL MUNDO



El MERCOSUR es una de las cuatro potencias económicas del mundo junto con el NAFTA, Tratado de Libre Comercio dicho en español, la Comunidad Europea y los Tigres Asiáticos, dijo ayer el presidente Luis Alberto Lacalle.

El mandatario señaló que está esperando que se limen diferencias de criterio del MERCOSUR que se realizará en Colonia el 17 de enero, los jefes de estados consagren un acuerdo total en la tasa externa de los cuatro países.

En la víspera se reunieron los ministros de economía de Argentina y Brasil, Domingo Cavallo y Fernando Henrique Cardoso, para avanzar en la definición del Arancel Externo Compun.

"En el análisis bilateral hemos avanzado mucho", dijo Cavallo. En esta discusión sobre el arancel común, Argentina aboga por la eliminación de tarifas para importación de bienes de capital, mientras que Brasil procura un arancel alto.

Consultado sobre la posibilidad de que se hubieran obtenido avances, Cavallo sostuvo que el diálogo posibilitó "entendimientos". "Hoy hay un elevado grado de consenso sobre como podemos converger", dijo por su parte Winston Fritsch, secretario de política económica de Brasil.

Cavallo señaló que aún debe consultarse lo conversado, con Paraguay y Uruguay.

Agregó que Argentina tiene un interés en el Tratado de Libre Comercio, entre México, Estados Unidos y Canadá, el mercado comunitario, el de Japón y la cuenca del Pacífico, "igual que Brasil".

"Estamos convencidos de que podremos trabajar juntos para mejorar nuestro acceso a todos los mercados importantes del mundo", dijo.

El ministro de economía argentino dijo que el intento de ingresar al Tratado de Libre Comercio en solitario será más difícil para Argentina que en sociedad.

"Si tratamos de ingresar junto con Brasil, Paraguay y Uruguay tendremos mejores posibilidades que si tratamos de negociar solos", dijo.

Cavallo señaló que durante una reciente gira por países del Pacífico, a menudo fue interrogado por empresarios sobre si tendrían fácil acceso al Brasil, si invertían en Argentina.

"Nunca me preguntaron si Argentina sería una buena plataforma de lanzamiento para sus exportaciones a los países del TLC", señaló. El funcionario expresó que es importante respaldar el plan antiinflacionario implementado esta semana en Brasil.

"Imaginen cuan positivo sería para las exportaciones argentinas si la economía brasileña creciera 6, 7 u 8 por ciento al año", dijo.

"No tengo dudas que Brasil podrá crecer 8 por ciento al año si los brasileños y el Congreso (de ese país) en especial, apoyan el plan económico anunciado por Fernado Henrique Cardoso", agregó.

Cavallo negó que el plan de Cardoso que contempla la creación de un solo índice de precios, implique una "dolarización" de la economía brasileña.

01-01

9401001

Según los resultados de una encuesta efectuada en Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay

La mayoría de los empresarios no cree que el Mercosur se concrete en plazos previstos

La gran mayoría de los empresarios del Mercosur no cree que el proceso de integración regional pueda concretarse en el plazo previsto, mientras que casi la mitad opina que el mercado común es una meta imposible de cumplir, o que sólo se podrá lograr a muy largo plazo, según el resultado de una encuesta.

Los diarios argentinos informaron el pasado viernes sobre una investigación realizada por la consultora Ogilvy & Mather, en la cual se consultó a empresarios de los cuatro países respecto a los plazos del Mercosur y a las expectativas sobre dicho proceso.

La muestra se realizó sobre 100 entrevistados en Argentina, 223 en Brasil, 30 en Paraguay y 185 en Uruguay. De ese total, 413 correspondieron a representantes de empresas nacionales y 125 a ejecutivos de firmas transnacionales.

El estudio evidenció que hay diferentes visiones entre los hombres de negocios en Argentina y Uruguay, respecto a cómo influirá una asociación con Brasil. Los argentinos ven a Brasil como "un monstruo peligroso", capaz de arrasar con la industria local, mientras que para los empresarios uruguayos Brasil significa la posibilidad de conquistar una pequeña porción del mercado, con lo cual se podría aumentar sensiblemente la producción.

"Si yo me hago fuerte en una de las ciudades del sur de Brasil, podría duplicar mi capacidad", comentó uno de los empresarios uruguayos encuestados.

En cuanto al grado de preparación de las empresas para adaptarse al mercado común, la encuesta evidenció que los uruguayos son quienes están más preocupados por implementar acciones al respecto.

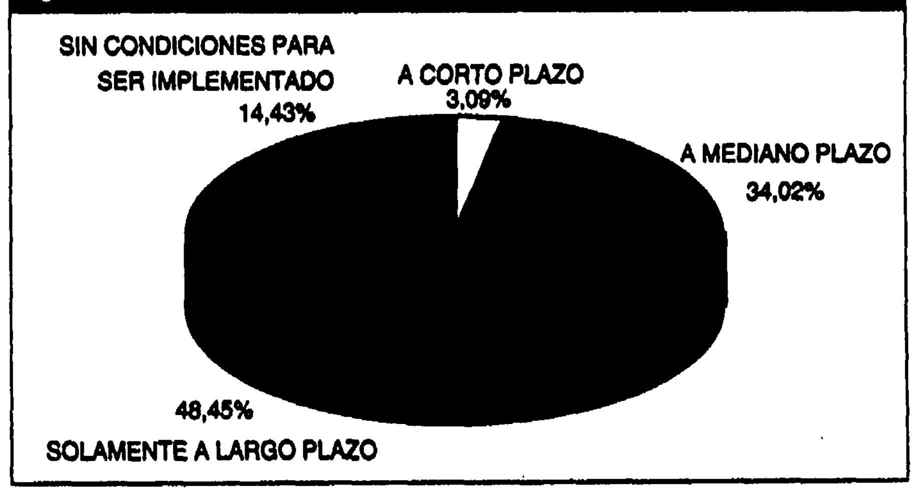
El 43% de las empresas uruguayas ya se está preparando para la nueva realidad regional, mientras que en Brasil el porcentaje llega a 42 y en Paraguay a 27. Argentina es el país más rezagado en ese sentido, y el 41% de los empresarios admite que "todavía no empezamos a considerar el asunto".

Los argentinos, impulsados por su asociación gremial, opinan que la industria no está en condiciones de enfrentar la competencia abierta de los productos brasileños, favorecidos por una estructura de costos inferior a la existente en el país vecino.

En cuanto a los plazos de la integración, se evidenció un escepticismo generalizado respecto a las posibilidades de cumplimiento de los plazos que fijó el Tratado de Asunción. Sólo el 3,09% cree que se podrá cumplir el cronograma, mientras que el 34,02% cree que el Mercosur se concretará en el mediano plazo, el 48,45% opina que es un proyecto para el largo plazo y el 14,43% no cree que se pueda llegar nunca a formar un mercado común.

Pero más allá de las desconfianzas sobre los plazos, también quedó evidenciado que para la mayoría de los empresarios de los cuatro países la integración será ventajosa y fortalecerá los negocios. El proceso es visto como "irreversible", en el marco de la tendencia mundial a organizar bloques económicos. De todas maneras, las diferencias macroeconómicas y sociales entre los socios puso una nota de duda entre los empresarios encuestados.

¿CUANDO SE CONCRETA ELMERCOSUR?



9401003

Industriales disienten por los plazos del Mercosur

150483

14.12.93

Merc 12781

Prim 11078

Bra 507482

Arg 66360

Int 12785

~~Fec 11461~~

Sind 11401

Industriales disienten por los plazos del Mercosur

LOS INDUSTRIALES ARGENTINOS defendieron su posición favorable a un aplazamiento del calendario del Mercosur en el Consejo Industrial Subregional que integran junto a sus pares brasileños, paraguayos y uruguayos, que se reunió el pasado martes 7 en Porto Alegre.

Según los representantes de la Unión Industrial Argentina (UIA) que participaron en el encuentro, las asimetrías económicas entre su país y Brasil benefician a éste y perjudican al suyo.

Las reformas que ha llevado a la práctica el gobierno argentino inciden directamente en la matriz industrial y eliminan las ganancias de la productividad, aseguró un empresario que sostuvo que en su país se ha conseguido estabilizar los costos de las materias primas pero los salarios reales han aumentado un 50%.

En Brasil, en cambio, la inflación alta termina favoreciendo los costos de producción en la industria, enfatizó el empresario.

Entretanto, los brasileños dieron garantías de que la Confederación Nacional de Industria (CNI) discutirá internamente la posición de la UIA. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de EFE)*

61-01

9401004
Reunión de Comisec con embajadores de la CE
1500097
15.12.93
Merc 12781
C.E. 12640
Reunion 11078

Comisión Sectorial de MERCOSUR se Reunió con Embajadores de CE



Jorge Sienra.

Con el objetivo de crear un ámbito de diálogo informativo, la Comisión Sectorial para el MERCOSUR (COMISEC) se reunió con Embajadores y Representantes de los países de la Comunidad Europea acreditados en Uruguay.

Participaron de la entrevista el embajador de la República Helénica, Dr. Elías Lymberopoulos; el embajador de España, Salvador Bermúdez de Castro; el embajador de Alemania, Dr. Ludger Buerstedde; el embajador de Italia, Dr. Egone Ratzenberger; el embajador de Gran Bretaña, Donald A. Lamont; el jefe de Delegación de la Comisión de las Comunidades Europeas, Franco Teucci; canciller y encargado de la Sección Consular de Portugal, Crispin Pires; encargado de Negocios de la Embajada de Francia, Frederic Clavier.

Asistieron también, el director de la División de Cooperación Internacional de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto, Mariano Berro; el director de Cooperación y Asistencia Técnica Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores, Diego Zorrilla; y el director del Centro de Formación para la Integración Regional, Dr. Jorge Grandi.

Estuvieron presentes por COMISEC, el director, Jorge Sienra; el subdirector, Cr. Diego Cardoso; y los asesores, Guzmán Haretche, Milka Marzana, Lilián Buzy y Primavera Garbarino.

En la oportunidad se hizo una presentación del Convenio de Cooperación Técnica Comisión CE/COMISEC, y los alcances del programa de cooperación empresarial, reconversión industrial, ordenamiento territorial y localización industrial.

Asimismo se les informó sobre el diseño y puesta en marcha del 1° Sistema de Información MERCOSUR, que será inaugurado oficialmente en los primeros meses del próximo año. El mismo está compuesto por 21 Centros de Información, situados en las cabezas departamentales, más Bella Unión y Young. Este sistema posibilitará integrar a la comunidad empresarial y las fuerzas vivas del interior al acceso de información actualizada, necesaria para el proceso de integración regional.

Se acordó con los embajadores y representantes comunitarios, la realización de nuevas reuniones, con el fin de mantener un diálogo más fluido sobre la marcha de los proyectos que se llevan a cabo en esta Sectorial, como así también recibir información sobre la situación europea.

MERCOSUR

Brasil Critica Embargo Argentino

BRASILIA, 15 (EFE).— Las autoridades brasileñas de Agricultura criticaron hoy el embargo impuesto por Argentina a cargamentos de carne de cerdo, pollitos y huevos fértiles procedentes de Brasil, informaron fuentes oficiales.

"Los argentinos están imponiendo restricciones sanitarias exageradas. Este no es un problema sanitario, sino comercial", afirmaron a EFE fuentes del Ministerio de Agricultura.

El Servicio Nacional de Sanidad Animal de Argentina ha impuesto los embargos del ingreso de las mercancías por razones sanitarias, y los camiones brasileños han sido obligados a permanecer en la frontera, dijeron fuentes diplomáticas.

El Gobierno argentino ha sustentado que la carne de cerdo procede de regiones en las que existen focos de fiebre aftosa. Ese extremo es negado por Brasil.

Según fuentes oficiales, cuatro camiones con el producto están retenidos desde el martes en la frontera entre los dos países.

La secretaría nacional de Defensa Agropecuaria del Ministerio de Agricultura, Tania Lira, se desplazará a Buenos Aires para reunirse el próximo lunes con la contraparte argentina.

El embargo sobre las exportaciones de pollitos recién nacidos fue decretado el pasado 23 de noviembre y el de los huevos fértiles el 7 de este mes, señalaron directivos de la Unión Brasileña de Avicultura. El Servicio argentino de Sanidad Animal asegura que tanto los pollitos como los huevos padecen del germen denominado "micoplasma sinoviae".

El Ministerio de Agricultura de Brasil no lo niega, sin embargo señala que la causa alegada no es motivo para restrigir las importaciones.

8401006
Coincidencias en el Merc.
d 150024
18.12.93
Merc 12781 Pol Ec 11332
Rom 11078
Bra 87466
Arg 66960
Ec 1461
Fin 11403
Int 12795

Coincidencias en el Mercosur

EN la reciente reunión de San Pablo, los ministros de Economía de la Argentina y el Brasil, Domingo Cavallo y Fernando Henrique Cardoso, formalizaron una serie de acuerdos sobre el desenvolvimiento futuro del programa de integración del Mercosur.

Entre los principales puntos de coincidencia se encuentran la fijación de un arancel externo común para la mayoría de los productos del nomenclador arancelario y el establecimiento de un período de convergencia para el resto.

La determinación de un arancel externo común a todos los países miembros del Mercosur se convirtió, en los últimos tiempos, en uno de los principales motivos de disputa entre los dos socios mayores y en el reflejo de dos concepciones de política económica.

La parte argentina propuso, en su momento, la fijación de un arancel promedio bajo y con un nivel cero para los bienes de capital, con lo cual se procuraba favorecer el equipamiento de la industria local pero a costa de las posibilidades productivas de la de bienes de capital.

Brasil procuró, por el contrario, el establecimiento de un arancel más elevado, congruente con su política de sustitución de importaciones y de protección de sectores que considera críticos, como la informática y la industria de bienes de capital.

Esta estrategia contribuyó decididamente al equipamiento del país y a la construcción de las bases que permiten que el Brasil siga produciendo y exportando industria, a pesar de sufrir una inflación hasta el momento descontrolada.

Brasil argumentó, además, que la fijación de un arancel externo cero para los bienes de capital anularía la situación preferencial de sus productos en nuestro mercado, eliminando, de este modo, las ventajas que deberían derivarse de un esquema de unión aduanera.

El acuerdo alcanzado constituye un punto intermedio entre las posiciones de ambas partes y contribuirá a seguir avanzando en el proceso de integración.

Esta perspectiva está condicionada, no obstante, en buena medida, a la evolución de la situación económica brasileña, especialmente en lo que se refiere a la reducción de la inflación y al cese de las devaluaciones del cruceiro. La semana pasada el gobierno brasileño dio a conocer un programa destinado a contener la inflación, basado en el establecimiento de un indexador cuyo propósito será reducir progresivamente las expectativas inflacionarias y un achicamiento del gasto público.

Si este esquema tiene éxito, las posibilidades de equilibrar el comercio y evitar nuevas tensiones aumentarán sustancialmente.

Pero por el momento es necesario tener en cuenta que el intercambio entre la Argentina y el Brasil sigue siendo, aunque en una magnitud menor que el año pasado, desfavorable para nuestro país.

Dado que ese desequilibrio se debe al sostenido incremento de las importaciones, que afectan especialmente sectores como el textil o el siderúrgico, ha motivado el pedido de postergación del cronograma de reducciones arancelarias por parte de industriales argentinos.

El gobierno argentino sostuvo, por su parte, que es su propósito cumplir con el citado cronograma, pero que activará los instrumentos de salvaguardia si el comportamiento macroeconómico brasileño mantiene las asimetrías que perjudican la producción local.

Es de esperar que este objetivo se cumpla puntualmente, para que el acuerdo comercial sirva a la ampliación de los mercados y a la mejora de las posibilidades productivas locales y no se convierta en un motivo más de presión sobre la industria y las cuentas externas.

9401007
En Paraguay dudan que se cumplan plazos del Mer
150483
21.12.93
Merc 12781
Parag 66123
Ind 12785

Partes poco legibles.

En Paraguay dudan que se cumplan plazos del Mercosur

"Nos hemos impuesto un ritmo vertiginoso para concretar el Mercosur y estamos cumpliendo el cronograma con gran disciplina, pero, no obstante ello, la realidad nos está superando y es muy difícil que en el año que queda podamos lograr un mercado común", dijo Rubén Fadlala, uno de los principales negociadores del gobierno paraguayo en el Mercosur.

Fadlala, que durante el gobierno de Andrés Rodríguez ocupó el cargo de viceministro de Industria, pasó a desempeñarse como viceministro de Integración desde la asunción de Juan Carlos Wasmosy. Durante su participación en las negociaciones, se ha caracterizado por sus fuertes críticas respecto a políticas adoptadas por Argentina y Brasil.

En entrevista con *El Observador*, el funcionario manifestó las dudas del gobierno paraguayo respecto a las posibilidades de que en los plazos previstos se logre una armonización de las políticas macroeconómicas, lo cual consideró un requisito indispensable para que el proceso de integración pueda llegar a la categoría de mercado común.

Respecto a la resolución del Arancel Externo Común para los bienes de capital, que es uno de los mayores escollos con que se han encontrado los funcionarios de los cuatro países, Fadlala dijo que existe buena disposición para analizar la propuesta que harán en conjunto Brasil y Argentina, aunque se mostró contrario a suscribir soluciones que impliquen un arancel relativamente elevado.

Dijo que, en el caso de que Brasil y Argentina propongan la fijación de un nivel de 10% para los bienes de capital, se estaría incurriendo en una contradicción. "Un Arancel Externo Común de 10% en la cadena productiva no corre. Yo no puedo comprar una máquina para producir un bien que tiene un arancel por debajo que lo que tiene el propio bien de capital", explicó.

Pero Fadlala enfatizó que el problema más importante que tiene por delante el Mercosur no es tanto la resolución del Arancel Externo Común, sino la coordinación de políticas macroeconómicas. En ese punto fue donde puso su cuota de escepticismo respecto a que se pueda concretar un mercado común en el plazo previsto.

Destacó que, en gran medida, la coordinación depende de la capacidad de estabilización interna que tenga Brasil.

"Vemos que Brasil está haciendo un esfuerzo tremendo por lograr la estabilización, es muy interesante lo que está intentando el ministro Cardoso. El plan es muy ambicioso, y aunque intente llegar al 50% de lo que se propone necesitará por lo menos dos años, mientras que el Mercosur empieza en un año, teóricamente", señaló. En ese sentido se definió "poco optimista" respecto a las posibilidades de lograr las metas en la integración entre los cuatro países.

Si bien admitió que existen propuestas para atenuar la falta de coordinación (como una banda de flotación para mantener las paridades en el tipo de cambio), reclamó también la existencia de organismos supranacionales o de instituciones con autoridad como para poner en práctica esas iniciativas.

Interrogado acerca de cuál sería el escenario del Mercosur si no se pudiera armonizar las políticas económicas antes de 1995, Fadlala rehusó hacer un pronóstico porque "eso va a depender de lo que decidan los presidentes en su próxima reunión".

No obstante, dijo que "hay que ser realista en que, geopolíticamente hablando, todos necesitamos un mercado común", y que si, ante las dificultades aparecidas en el proceso, se pretendiera instaurar una zona de libre comercio con algunos aranceles en común, va a ser algo muy difícil de administrar.

"Paraguay realmente se está preparando para el Mercosur, tanto a nivel de gobierno como en la estabilización de la economía y en la apertura; estamos preparados para entrar a jugar el partido de igual a igual, pero queremos que los otros países hagan lo mismo", concluyó.■

01-01 D 9401007

9401008
Brasil confía en vigencia
150015 del Merc.
22.12.93
Merc 12701
Bra 507482
FEC 11161
SFa 11403
Int 12785

Brasil confía en vigencia del MERCOSUR

RIO DE JANEIRO (ANSA)- El Embajador brasileño en Buenos Aires, Marcos Azambuja, está convencido de que el primero de enero de 1995 el MERCOSUR podrá entrar en funcionamiento, con un arancel externo común para el 85 por ciento de sus productos.

En lo que respecta al otro 15 por ciento sin cubrir por el arancel común, el diplomático señaló que "ese porcentaje abarca bienes de capital y productos del área informática, que serán controlados por un régimen provisional de tarifas que regirá hasta el año 2000".

"No habrá postergación" reiteró Azambuja, al Jornal do Comercio de Río de Janeiro, porque "los cuatro países (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay) precisan superar sus diferencias macroeconómicas y técnicas".

En cuanto al Brasil, para Azambuja "tiene hoy en día un mercado de alto vigor, pero las reglas económicas aún no están ajustadas, al contrario de lo que ocurre en Argentina".

En 1993, la balanza comercial entre Brasil y Argentina movilizará 5.900 millones de dólares, con exportaciones brasileñas por 3.300 millones de dólares y compras de 2.600 millones en aquel país.

Azambuja descartó las informaciones de que Argentina está dando mayor prioridad a su integración al TLC (Estados Unidos, México y Canadá) que al MERCOSUR, ya que "Argentina perdería mucho con esa asociación, ya que la idea es hacer el MERCOSUR y después negociar en bloque con el TLC".

Partes poco legibles

9401008

01-01

Lacalle contrario a postergar los plazos de vigencia del Mercosur

El presidente Luis Alberto Lacalle se manifestó contrario a prorrogar la plena entrada en vigencia del Mercado Común del Sur (Mercosur) prevista para 1995, señalando que "conociendo nuestra manera de ser, una prórroga equivale a la prórroga perenne".

El presidente dijo —por otra parte— estar "desilusionado" debido a que "no hay tiempo y hubo muchas demoras" para reformar la Constitución del país y agregó que "entre el discurso de muchos sectores políticos y los que actuaron después hay una gran decepción en la ciudadanía".

En una entrevista publicada ayer por el diario La Nación de Buenos Aires, Lacalle sostuvo que la prórroga que reclamen los empresarios argentinos, uruguayos y paraguayos, "es lo único en lo que no se puede incurrir".

El presidente admitió que "no es fácil" llevar adelante la integración regional, pero aseguró que "no hay otra opción", para promover el crecimiento económico de los países firmantes del Tratado de Asunción.

Señaló que el Mercosur "ha tenido la virtud de que por la inamovilidad de sus fechas, ha provocado una gran renovación industrial", precisando que "Brasil tiene grandes problemas pero también grandes potencialidades". Lacalle elogió el plan económico puesto en marcha por Brasil para 1994, calificándolo como "muy eficaz". El primer mandatario dijo estar "orgulloso del alto grado de cumplimiento" de sus propuestas preelectorales, adelantando que "la gente va a pedir que los partidos hagan algo similar a lo que hicimos nosotros, que es plantear cosas justas y posibles", aludiendo a las elecciones del año próximo. ■

Nº DOCUMENTO 9401010
TITULO Parag. puede plantear aplazar cumbre del Merc.
1500007
FECHA 31.12.93
VI... Merc 12781
Parag 66723
Int 12785
Cumbre 11187

Paraguay puede plantear aplazar cumbre MERCOSUR

Asunción, 30 dic.- El Gobierno paraguayo estudia pedir la postergación de los plazos del Mercado Común del Sur (MERCOSUR) en la reunión de jefes de Estado que se celebrará el 17 de enero en la ciudad uruguaya de Colonia, admitió hoy el ministro de Integración, Atilio R. Fernández.

"Estamos analizando las posiciones de las contrapartes y los sectores económicos privados, especialmente los planteamientos de sectores económicos argentinos y, últimamente, la coincidencia de Uruguay y Paraguay a través de sus uniones industriales", afirmó Fernández.

El ministro explicó que los funcionarios del sector económico paraguayo están ultimando algunos asuntos que serán estudiados en la reunión presidencial, así como "algunas cuestiones que no contribuyen favorablemente a que se cumpla el plazo". Entre las discrepancias existentes entre los socios del MERCOSUR -Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay- para poner en marcha en 1995 un mercado abierto, Fernández citó el arancel externo común, las asimetrías macroeconómicas y la falta de legislaciones coordinadas.

El subsecretario de Integración, Rubén Fadlala, dijo que el Gobierno todavía no tiene una posición definida sobre el aplazamiento del proceso regional, y que seguirán analizando y elaborando estrategias en relación al asunto en los primeros días de enero.

Añadió que se estudiará la postura de las Cámaras de Industria de Argentina, Uruguay y Paraguay, que solicitaron a los gobiernos de sus países el aplazamiento de la plena entrada en vigor del MERCOSUR. (EFE)

01-01

9401010

Tratan Legislación Laboral del Mercado Común del Sur

BUENOS AIRES, 6 (DyN).— El viceministro de Trabajo, Carlos Etala, advirtió hoy que entre los países integrantes del MERCOSUR "no puede haber avance en la integración económica si no hay un correlativo avance en la integración social y laboral" y sostuvo que "es necesario armonizar la eficiencia económica con la equidad social."

Etala formuló la advertencia al inagurar hoy una jornada técnica sobre la "Carta de Derechos Fundamentales en Materia Laboral en el MERCOSUR", con la participación de representantes de Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay y de organismos y entidades locales e internacionales que analizaron las leyes del trabajo en la región.

Se indicó que uno de los objetivos primordiales de esta reunión es que los países ratifiquen y apliquen los convenios de la Organización Internacional del Trabajo (OIT).

"Es necesario armonizar la eficiencia económica con la equidad social", dijo Etala, quien agregó que este principio "es perfectamente trasladable al plano de la integración regional".

Señaló además que "el aspecto social y laboral tiene dos vertientes fundamentales: el reconocimiento de principios oderechos esenciales, que en la práctica se visualiza como la exigencia de ratificación y efectivo cumplimiento de los convenios básicos de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) por parte de todos los países miembros, y el aspecto vinculado con los mecanismos de contralor."

El director de la Oficina del Area de la OIT, Mario Trajtenberg, dijo a su turno que "no puede regirse una vida internacional en la economía y en el derecho sin el imperativo de normas internacionales."

Destacó que la OIT, "es una defensora celosa de la normativa internacional, una normativa que tiene en este momento íntima relación con la economía."

"El Objetivo fundamental de esta jornada es obtener como primera medida que los países del MERCOSUR ratifiquen y apliquen los convenios fundamentales de los derechos básicos de la OIT, y que prevean los mecanismos que permitan que dichos derechos tengan control, supervisión y seguimiento e incluso posibilidad de denuncia", añadió.

En el encuentro estuvieron, además, el subsecretario de Trabajo, Enrique Strega; el director de Relasur de la OIT, Oscar Ermida Uriarte, el viceministro de Trabajo de Paraguay, Lisardo Bobadilla; el representante de la OIT ante el MERCOSUR, Francisco Codina; el coordinador general del Subgrupo 11 del MERCOSUR por Brasil, Roque Aparecido Da Silva y expertos y representantes de entidades empresariales y sindicales de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay.



Los organizadores del encuentro que intentará definir […] nueva orientación del ingeniero que se formará en el futu[…]

En el campo laboral

El Mercosur y las relaciones laborales

Los posibles cambios en el mundo del trabajo a partir de la instrumentación del Mercosur, el contenido de una carta de derechos fundamentales en materia laboral común a los países que firmaron el acuerdo de integración económica y los mecanismos de contralor fueron analizados el lunes último durante una jornada técnica realizada en el Ministerio de Trabajo, de la que participaron representantes gubernamentales, del empresariado y de los trabajadores de la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay.

Las diferencias entre empresarios y sindicalistas acerca del contenido de la llamada *carta social* del Mercosur estuvieron, como en anteriores encuentros, a la orden

> "Todo proceso de integración económica es, también, inevitablemente, un proceso de integración social"

del día, pese a que los organizadores del encuentro coinciden en manifestar que se registraron leves avances.

La jornada fue inaugurada por el secretario de Trabajo, Carlos Etala, quien enfatizó que "todo proceso de integración económica es, también, inevitablemente, un proceso de integración social".

Sostuvo que tal aspecto social tiene dos vertientes. Una está dada por el contenido de la futura carta de derechos fundamentales, que en la práctica se visualiza como la exigencia de ratificación y efectivo cumplimiento de los convenios básicos de la OIT por todos los países miembros.

La otra está vinculada con los mecanismos de contralor. "Incurriríamos en un grave defecto de declaracionismo abstracto si nos contentáramos simplemente con aprobar un catálogo de derechos esenciales reconocidos, si al mismo no garantizamos los mecanismos para obtener su efectivo cumplimiento", expresó Etala.

La carta social

El fuego lo abrió el abogado laboralista Héctor Recalde, representante legal de varias entidades sindicales argentinas, quien planteó una serie de principios fundamentales para elaborar la carta social del Mercosur, que provocaron cierta inquietud -por no decir pánico- en algunos de los empresarios presentes.

Comenzó por enumerar la interdependencia de los tratados, la progresividad de los derechos la-



Carlos Etala

borales y de la seguridad social, el principio protector, la irrenunciabilidad de los derechos, la continuidad de la relación laboral, la primacía de la realidad, la razonabilidad y el principio de buena fe.

Tras destacar que desde algunos sectores "se advierte una intención de plantear un nuevo derecho del trabajo que no partiría de estos principios", Recalde lanzó otra propuesta que fue como un dardo para los representantes empresariales: "Deben ser incluidos en la carta los principios de participación, de información y de consulta, que no están actualmente arraigados en la normativa de nuestros países".

Quien recogió el guante fue el representante del empresariado uruguayo Ricardo Falcetti, quien subrayó que "la *información* es de la empresa", aunque aclaró que eso "no quiere decir que, en un contexto de negociación y de transacción, podamos obtener alguna solución que, sin desconocer ese principio, permita un más fluido desarrollo de las relaciones laborales colectivas".

No fue ése el único punto de discrepancia. Hubo otras importantes diferencias respecto del contenido proyectado para la carta social. El dirigente de la Unión Industrial Argentina Daniel Funes de Rioja puntualizó que "no puede ser un catálogo enunciativo de ilusiones".

Según su opinión, coincidente con la de otros representantes del empresariado, no se debería pensar en normas comunes para los países del Mercosur, que vayan más allá de la abolición del trabajo

> La UIA abogó por "un nivel de armonización para evitar la creación de desventajas competitivas institucionales"

forzoso, las limitaciones al trabajo de menores de edad, la defensa de los derechos humanos fundamentales, la no discriminación, las normas mínimas para la protección de la salud y la libertad de agremiación.

En consonancia con tal propuesta, la UIA, por medio de su presidente, Jorge Blanco Villegas, y del titular del departamento Mercosur, Jorge Gaibisso, sostuvo que "la carta de derechos fundamentales es una discusión que debe profundizarse sin apuro y con una evaluación en un contexto mucho más amplio que el actual". En virtud de eso -agregó- "no puede estar ausente una consideración de los protocolos adicionales del Nafta y de otras alternativas".

La entidad empresarial abogó por "un nivel de armonización para evitar la creación de desventajas competitivas institucionales", de las que se deriva el concepto de *asimetría* como elemento identificador de los problemas potenciales para la integración de los países.

Otra cuestión que se evalúa es la diversidad de estrategias en materia de políticas laborales entre los adherentes al Mercosur. Basta con mencionar las diferentes posiciones frente al trabajo no registrado, que en la Argentina asciende al 30 %, según estimaciones oficiales, en Paraguay llegaría al 60 % y en Brasil al 50 por ciento.

Al cabo del encuentro sobre el contenido de la carta de derechos fundamentales, quizás la conclusión esté en la síntesis de Recalde: "Acabamos de hacer un tercer borrador y todo indica que la tercera no será la vencida".

Fernando Laborda

Nueve primeros años de educación pública serán idénticos en países del Mercosur

- Próxima etapa versará sobre enseñanza de idiomas
- Se eliminan barreras para estudios en el extranjero

Ya en el primer semestre del año que se avecina se iniciarán las primeras medidas dirigidas a equiparar la educación Primaria y Media en el Mercosur. Se establece un sistema de reválidas hasta los 3 primeros años de Secundaria, según establece el acuerdo de Ministros de Educación de los cuatro países de la región, firmado esta semana en Montevideo.

La equiparación de asignaturas hasta este nivel educativo permitirá a estudiantes de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, continuar sus estudios sin mayores escollos en cualquiera de estos países.

El acuerdo establece un sistema de reválidas de forma que en sus núcleos básicos, en principio, las materias dictadas en los nueve primeros años de educación pública serán las mismas en todo el Mercosur.

En un paso superior, este sistema habilitará a bachilleres a ingresar en cualquier Universidad de la región con mayores facilidades que las brindadas al presente.

El acuerdo firmado el martes último, aquí en Montevideo, por los Ministros de Educación de los cuatro países del Mercosur propone, en uno de sus puntos, la enseñanza de una asignatura en la cual se informe sobre la realidad de las cuatro naciones desde el punto de vista económico, histórico, geográfico y otros.

También se otorgará a la instrucción cívica lugar destacado: sistema republicano de Gobierno -democracia representativa- derechos humanos, respeto a las minorías, derecho a la migración -a ser recibido en un país ajeno al de nacimiento- y otros valores considerados de primera importancia en la cultura cívica general.

"Esto le va a otorgar otro contenido a la integración. En otras zonas del mundo existe integración económica, pero no han logrado integración a este nivel y existen problemas: xenofobia, rechazo por el extranjero", comentó a **LA MAÑANA**, el Dr. Antonio Mercader, Ministro de Educación.

Según el jerarca, este acuerdo no va a estimular la emigración de jóvenes sino un mayor intercambio. "Hay que tener en cuenta que en cada país existe cantidad de especializaciones que no se ofrecen en otros. En nuestro país, los argentinos y brasileños están muy interesados en la carrera de diseño industrial", dijo.

"En Brasil hay universidades con centros de investigación altamente especializados en enfermedades tropicales en el ser humano, animales y plantas. Eso no existe aquí, pero a su vez allá no existe o no se brinda tanta atención a muchas áreas donde aún hoy la Universidad de la República mantiene un buen nivel. La clave es la complementación".

El acuerdo se firmó luego de más de un año de trabajo del subgrupo del Mercosur dedicado a la educación y la cultura.

En la etapa próxima, cuando la Secretaría sea ocupada por Argentina, se considerará el problema de la enseñanza de idioma español y portugués.

En Brasil ya se ha avanzado en esta área. En Río Grande del Sur se enseñanza idioma español en Primaria. "Esto demuestra una verdadera voluntad integradora de parte de Brasil, de vincularse con el mundo hispanohabiante que los rodea. Y también una forma de decirnos "¿qué esperan ustedes para aprender portugués?", afirmó Mercader.

MERCOSUR: SE EQUIPARARA EN 1994 PRIMARIA Y SECUNDARIA

Los cuatro Ministros de Educcción del MERCOSUR aprobaron ayer en Montevideo el método mediante el cual se reconocerán en sus países los títulos y estudios de nivel primario y medio, fijando como plazo, máximo para firmar el correspondiente acuerdo el primer semestre de 1994.

Los funcionarios de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay acordaron llevar adelante un total de 16 iniciativas tendientes a hacer posible la coordinación de la enseñanza Primaria, Secundaria, Técnica y Universitaria lo que consideraron elemento fundamental en el proceso político y económico de la integración regional.

En el documento firmado ayer los ministros de Argentina Ing. Agr. Jorge Rodríguez, de Paraguay Dr. Nicanor Duarte, de Uruguay Dr. Antonio Mercáder y el Secretario Ejecutivo del Ministerio de Educación y Deportes de Brasil Prof. Antonio Barboza, resolvieron crear dos comisiones técnicas destinadas a compatibilizar el sistema educativo Técnico y Superior entre sus países, a fin de seguir los logros ya concretados en Primaria y Secundaria.

Por otra parte se encomendó al Comité Coordinador la elaboración de criterios para reconocer el carácter regional de Centros Educativos de los cuatro países.

Dos de los acuerdos se refieren específicamente a la enseñanza agropecuaria, destacada como punto esencial para la región por los Ministros de Argentina y Uruguay.

Los ministros encomendaron también al Comité Coordinador Regional la producción de materiales educativos referidos al MERCOSUR para facilitar el reconocimiento de estudios y la movilidad poblacional en la región.

Los responsables de la educación en los cuatro países coincidieron en señalar la importancia que la coordinación cultural encierra para el éxito de la complementación económica y política.

El Dr. Antonio Mercader señaló que "no hay integración posible si no hay valores básicos compartidos" añadiendo que "nada mejor que la educación para asegurar la gobernabilidad de nuestras naciones y afianzar el sistema democrático".

Por su parte el brasileño Antonio Barboza afirmó que los cuatro países a través del MERCOSUR "están aprendiendo a cada momento las normas más adecuadas de aproximación". De allí, agregó "el carácter pedagógico que la integración educativa del MERCOSUR significa".

Barboza informó sobre medidas concretas propuestas por su gobierno para hacer posible la integración cultural, señalando que se ha enviado un proyecto de ley al Parlamento a fin de introducir la lengua española como materia obligatoria a nivel escolar en todo Brasil.

Asimismo dijo que las universidades públicas son alentadas a incluir ese idioma en sus curriculums.



El ministro de Educación y Cultura Dr. Antonio Mercader, y el director de Educación Lic. Enrique Martínez, junto al Prof. Antonio Barboza (Brasil), Ing. Agr. Jorge Rodríguez (Argentina) y el Dr. Nicanor Duarte (Paraguay) luego de la firma de los acuerdos

En el área agropecuaria los ministros reconocieron el proyecto formulado por el Consejo de UTU de nuestro país para la formación de recursos humanos en materia agropedagógica.

Sobre el tema Mercader señaló "que la realidad agropecuaria de los cuatro países sumada a la necesidad de agregar tecnología a la producción y de incursionar en campos que permitan aumentarla y vender productos más inteligentes para vender a países extra-región bienes más caros y sofisticados ha estado presente en las deliberaciones".

COMPATIBILIZARAN PROGRAMAS DE ESTUDIO

El Mercosur educativo para el '94

Los ministros de Educación de la Argentina, Uruguay, Brasil y Paraguay firmaron ayer un acuerdo para que dentro de seis meses se equiparen los planes de estudio de los niveles primario y secundario de los cuatro países en el marco del Mercosur. Si los tiempos se cumplen tal como están programados, en junio del '94 se suscribirá el convenio que permitirá a los estudiantes cruzar fronteras sin tantos problemas. Por lo pronto, en Brasil ya se giró al Parlamento un proyecto para incorporar la enseñanza del castellano en las escuelas, mientras en la Argentina está pendiente la instrumentación del portugués. Los mayores problemas se encuentran en la compatibilización de los programas de Geografía, Literatura e Historia por las particularidades de cada nación.

El proyecto que suscribieron ayer los ministros Jorge Rodríguez (Argentina), Nicanor Duarte (Paraguay), Antonio Mercader (Uruguay) y el subsecretario de Educación de Brasil, Antonio Barbosa, será avalado por los presidentes de los cuatro países el próximo 17 de enero en Colonia, Uruguay. El titular de la cartera educativa uruguaya, Antonio Mercader, explicó que para salvar las dificultades de materias como Geografía, Literatura e Historia "estudiamos la posibilidad de crear módulos educativos básicos comunes, para que la población de los cuatro países reconozca mejor a sus vecinos". Una de las alternativas es que en esas asignaturas los alumnos puedan rendir un examen único y global que les permita proseguir sus estudios en cualquier otro país miembro del pacto subregional.

A partir de enero, la Argentina asumirá la secretaría del denominado "Mercosur educativo". Rodríguez explicó que "ya se han designado comisiones para armonizar los planes de estudio de primaria y secundaria y otro grupo especial se ocupará de todo lo atinente a la enseñanza técnica". El ministro argentino también comentó que se resolvió "impulsar una carrera de posgrado agropecuario que se desarrollará en las universidades de los cuatro países, por los mismos profesores, en forma alternada".

La necesidad de agilizar los trámites de reválida de títulos entre la Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay surge de la compatibilización económico-comercial derivada del Mercosur. Mercader, quien ofició de anfitrión del encuentro, dijo que la integración regional "no pasa sólo por la baja de aranceles y el comercio sino que existe una integración real de valores y criterios que se viene realizando a través del Mercosur educativo" y anunció que Uruguay con su Centro de Diseño Industrial "encabezará una red regional de institutos que formarán expertos en diseños en los cuatro países, los cuales serán financiados y supervisados por el gobierno de Italia".

Los técnicos de los cuatro países tendrán seis meses para encontrar la forma de ajustar los planes de estudio y fijar la asimilación de títulos y contenidos. Además de las particularidades de los planes de estudio y del idioma, los especialistas tienen que resolver las diferentes duraciones de los niveles educativos en cada país. Organismos internacionales como UNESCO, OEA, OEI, CINTERPLAN, CEFIR y UE continuarán prestando asistencia para la puesta a punto del complejo proceso de asimilación educativa. En junio del '92 empezaron los primeros encuentros que dos años más tarde se tendrán que plasmar en el convenio ejecutivo.

El PIT pidió a Lacalle reunión con presidentes del Mercosur

El Secretariado Ejecutivo del PIT-CNT solicitó al presidente Luis Alberto Lacalle que gestione ante sus pares de los países integrantes del Mercosur una entrevista de las centrales de la región, a los efectos de entregar un documento con las ideas de las organizaciones sobre el proceso de integración.

El 17 de enero se reunirán los presidentes de los países del Mercosur en la ciudad de Colonia y, previamente, entre el 15 y 16, hará lo propio la Coordinadora de Centrales del Cono Sur (CCCS).

La CCCS pretende entregar un documento que tiene dos partes: la primera se refiere a los fundamentos de la carta social que fuera aprobada por la gremial el pasado mes de noviembre. La segunda parte de la nota planteará, según dijeron fuentes del PIT-CNT a *El Observador*, la revisión del tratado y las medidas a plantear. ■

9401015
Arg. y Bra flexibilizan posiciones por definición del AEC
150483
1.12.93
Merc 12781
FEc. 1161
SFin 11403
Arg 66860
B8 507482
Ini 12795

El viernes en Río de Janeiro podría concretarse un entendimiento

Argentina y Brasil flexibilizan posiciones en torno a la definición del arancel externo

Los gobiernos de Brasil, Argentina y Uruguay han dado en los últimos días señales de flexibilidad para superar el impasse en la discusión por el Arancel Externo Común del Mercosur y el acuerdo podría concretarse en un encuentro que se celebrará el viernes próximo, dijeron a El Observador *informantes del gobierno brasileño.*

Desde que la negociación quedó estancada, tras la última reunión de viceministros de Economía, los cuatro gobiernos iniciaron el estudio de nuevas fórmulas de acuerdo. Al mismo tiempo, funcionarios de Brasil han mantenido contactos con sus colegas de Argentina y Uruguay para intercambiar ideas en procura de un acercamiento.

Los funcionarios consultados dijeron que casi con seguridad habrá nuevas reuniones de alto nivel antes de fin de año, aunque no confirmaron las versiones que indican una nueva reunión de viceministros en los próximos días.

Si bien existe confianza en cuanto a las probabilidades de superar el actual diferendo, los informantes fueron cautos respecto de las posibilidades de un acuerdo ya que, si bien se constató una disposición de todas las partes a hacer concesiones, las posiciones todavía están lejos.

La discrepancia fundamental radica en cuál debe ser el nivel de protección arancelaria para los bienes de capital y productos de informática que tendrá el Mercosur a partir de 1995. Brasil, que es productor de esos bienes, ha defendido la necesidad de mantener un arancel alto, en el entorno del 20%, mientras que Argentina, Uruguay y Paraguay quieren un arancel de 0%, para no quedar cautivos de los proveedores brasileños en la adquisición de equipamientos industriales y tecnología de punta.

Un funcionario brasileño admitió que en algunos rubros podría haber concesiones, de manera que se aceptaría para algunos bienes de capital aranceles de hasta 10%. Pero, en otros productos considerados estratégicos, el gobierno brasileño no está dispuesto a ceder.

"Estamos haciendo un estudio para rever nuestras posiciones, pero Brasil no va a ser quien haga todo el movimiento, también las otras partes tienen que flexibilizar su postura", expresó.

El propio canciller brasileño, Celso Amorim, había realizado la semana pasada declaraciones periodísticas en las cuales reclamaba a los otros socios del Mercosur que tuvieran en cuenta el mayor peso de la economía de Brasil y la necesidad de preservar su capacidad industrial.

Mientras tanto, también del otro lado hubo señales de flexibilidad, ya que la prensa argentina informó que el gobierno de Carlos Menem estaría dispuesto a ceder y aceptar un arancel en el entorno del 5%, lo cual también sería acompañado por Uruguay y Paraguay.

El tema será discutido en una reunión bilateral que se celebrará en Río de Janeiro el viernes 3. ■

940016
Irazoqui: necesitamos "paraguas agrícola" y medidas contra prácticas desleales de comercio en Merc.
150823
1.12.93
Merc 12781
FEc 11161
SCon 11407
Urug 507466

Ante un eventual fracaso de la Ronda Uruguay

Irazoqui: Necesitamos "paraguas agrícola" y medidas contra prácticas desleales de comercio en el Mercosur

* Conaprole pidió al Ministerio de Economía precios mínimos de exportación contra triangulación de productos subsidiados

■ El presidente de Conaprole, Roberto Irazoqui, señaló a LA REPUBLICA que si no se logran avances en la Ronda Uruguay del GATT, los cuatro países socios del Mercosur deberán implementar una batería de medidas de protección entre las que se cuentan un "paraguas agrícola", y un sistema regional de precios mínimos de exportación y precios de referencia.

"Indudablemente si no se logran avances en la Ronda Uruguay todo nuestro sector primario se va a ver trabado, nosotros aspiramos que de no conseguirse nada en el GATT, dentro de la región y del Mercosur se establezca algún tipo de normativa para que se controle la agresión de los subsidios", manifestó el directivo.

"En el subgrupo 8 del Mercosur se ha venido hablando de la conformación de un 'paraguas agrícola' —continuó Irazoqui—, que a través de un arancel externo común alto para los productos agrícolas proteja la producción de los cuatro socios, también debe existir una normativa que permita precios de referencia, precios mínimos de exportación y contra productos que provienen de países que subsidian.

"Todos los países en vías de desarrollo van a tener que buscar mecanismos de protección, de lo contrario estaremos condenados al subdesarrollo por siempre".

TRIANGULACION

"Hay una comisión a nivel de los ministerios de Economía, Ganadería y Pesca e Industria, que maneja una normativa específica para frenar las triangulaciones; entonces tenemos una legislación vigente y Conaprole ya solicitó al MEF que fije precios mínimos de referencias para cubrirnos de esas prácticas", culminó diciendo el presidente de la cooperativa.



Roberto Irazoqui advirtió que si no pergeniamos mecanismos de protección estaremos condenados a ser subdesarrollados por siempre.

940016

01-01

Industriales reafirman necesidad de variar plazos del Mercosur

■ La reducida participación del sector industrial en la definición de los aspectos vinculados al proceso de integración pone en duda la validez del esquema y la supervivencia de nuestro aparato productivo, consideró el director de la División Comercio Exterior de la Cámara de Industrias (CIU), Jacinto Muxí.

Las dificultades surgidas para la coordinación de las políticas macroeconómicas entre los cuatro países integrantes del Mercosur y la imposibilidad de definir un arancel externo común para el bloque, se interpone como una realidad ante "la voluntad definida por los gobiernos en cumplir el cronograma trazado en el Tratado de Asunción". El insistente reclamo de una participación del sector industrial en la discusión del Mercosur y el arancel externo, manifiesta desde meses atrás, volverá a un plano formal la próxima semana, según indicó Muxí a **LA REPUBLICA**. Un arancel externo cercano al 0 por ciento es fundamental para asegurar "que la industria pueda seguir trabajando y soportando los costos que el Estado le vive transfiriendo por la vía de sus ineficiencias". Señaló el industrial, que "estamos exigiendo una reducción del peso del Estado en los costos de la industria, disminución de las grandes asimetrías entre los cuatro países, la eliminación de todas las trabas no arancelarias, como la tasa estadística". Asimismo, "es necesaria una política que facilite la reconversión del sector favoreciendo la inversión y la capacitación de la gente, y el acceso de nueva tecnología, e impulsar otras áreas productivas como los servicios", precisó Muxí. Por otra parte, se aguarda para los próximos días la protocolarización de la ampliación comercial con México y, mientras se aguardan soluciones para las dificultades surgidas en el intercambio con Argentina, la ampliación del Cauce podría asimismo arribar en el corto plazo, puntualizó el industrial.

DOCUMENTO 9401018
TULO Lituania solicitó su ingreso a la OTAN.
PROCEDENCIA 150024
FECHA 5-1-94
VÍNCULOS 508062
507183

ENTRADO
CRUZADO

LA SITUACION

E.C. 5/1/94

Moscú advirtió a la OTAN incorporar a los países del

Lituania solicitó formalmente ayer su ingreso a la Organización del Tratado del Atlántico Norte, convirtiéndose en la primera ex república soviética en pedir integrar esa alianza militar. El ministro de Defensa ruso, Pavel Grachov, y el jefe de inteligencia, Yevgueny Primakov, advirtieron sobre una posible reacción negativa de las fuerzas armadas rusas si la OTAN llega hasta las puertas de Rusia. Países de Europa del Este incrementan sus presiones para que se les permita incorporarse a la OTAN esgrimiendo temores por el creciente nacionalismo ruso, verificado con el triunfo del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky en las elecciones legislativas de diciembre.

Agencia AP

MOSCU, y WASHINGTON, 4 (Reuter y EFE). — El ministro de Defensa ruso, **Pavel Grachov**, advirtió hoy sobre cualquier intento de Occidente de absorber a los ex aliados de Moscú mientras el jefe de inteligencia, Yevgeny Primakov, afirmó que la expansión de la Organización del Tratado del Atlántico Norte hasta las puertas de Rusia crearía confusión en las filas de las fuerzas armadas rusas.

La proximidad de la crucial cumbre de la OTAN —10 y 11 de enero en Bruselas—, donde se definirá si países de la ex órbita soviética serán o no admitidos en la alianza militar atlántica, ha incrementado el nivel de preocupación de las autoridades políticas y militares rusas (que se oponen a ese ingreso), al punto de insinuar el replanteo de los acuerdos internacionales de reducción de fuerzas.

01-02

9401018

EN RUSIA

E.C. 5/1/94

del riesgo de Este europeo

El ministro de Defensa de Rusia dijo hoy en conferencia de prensa que su país es víctima de las maniobras políticas internas de sus vecinos. "No queremos que los estados del Este europeo y el Báltico especulen con una mítica amenaza rusa", dijo Grachov. "No nos gusta que busquen protección escondiéndose detrás de la OTAN", agregó.

Primakov señaló por su parte que la OTAN no modificó lo suficiente el estilo de la guerra fría como para merecer la plena confianza de Rusia. Si se expande hasta las fronteras rusas —afirmó—, **Moscú puede verse obligada a redistribuir tropas y a abandonar por lo menos uno de los acuerdos internacionales sobre reducción de armas.**

A fines de noviembre Primakov había advertido que Rusia no estaría dispuesta a permitir el ingreso a la OTAN de países tradicionalmente vinculados con su esfera de influencia sin tomar contramedidas, y el presidente ruso, **Boris Yeltsin**, envió en diciembre una carta a los líderes occidentales para que revieran esa medida.

El primer pedido de afiliación a la OTAN de una ex república soviética se formalizó hoy, cuando el presidente lituano **Algirdas Brazauskas** solicitó oficialmente al secretario general de esa organización, **Manfred Woerner**, el ingreso de Lituania.

Simultáneamente los países de Europa oriental redoblaron la presión sobre la alianza para que los acepte entre sus miembros. El presidente polaco, **Lech Walesa**, advirtió a Occidente, en un reportaje publicado hoy por el diario estadounidense "The Washington Post", sobre **el riesgo de toparse con otra crisis similar a la de Yugoslavia si no establece un cronograma para que Polonia, Hungría y la República Checa se incorporen a la alianza defensiva de la OTAN.**

Los países ex miembros del Pacto de Varsovia esgrimen, como principal argumento para formar parte de la OTAN, la amenaza que significa para su seguridad el creciente nacionalismo ruso, reforzado con el éxito de los partidos ultranacionalistas y comunistas en las últimas elecciones legislativas de Rusia, el 12 de diciembre.

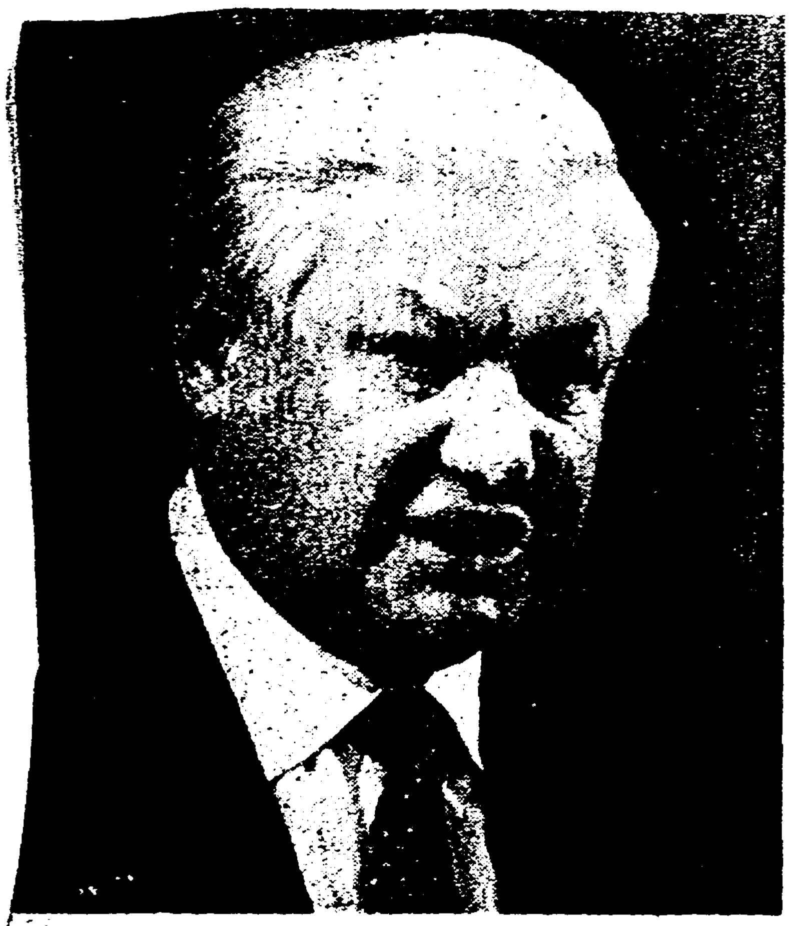
El jefe del Estado Mayor Conjunto norteamericano, general John Shalokashvili, dijo hoy que una inmediata expansión de la OTAN podría tener un efecto desestabilizador sobre Europa, y defendió el plan de invitar a las naciones no miembros a participar en las actividades de la OTAN sin garantizarles protección militar.

Manfred Woerner propone que esta primera cumbre de la OTAN en más de dos años declare la apertura de la alianza a nuevos miembros sin que se establezca ningún tipo de calendario para su ingreso.

E.C. 6/1/94

REACCION DEL LIDER RUSO ANTE EL PEDIDO DE LITUANIA DE

Boris Yeltsin advierte a corre peligro el fin de la



Boris Yeltsin, presionado por sectores militares y ultranacionalistas ante la próxima cumbre de la OTAN.

El gobierno norteamericano admitió ayer que se abstendrá de incluir a los países de Europa oriental en el seno de la OTAN porque podría encender el "sentimiento ultranacionalista en Rusia". A pocos días de la cumbre de la Alianza Atlántica en Bruselas (10 y 11 del corriente), el Kremlin lanzó una dura advertencia a los países líderes y a la dirección de la OTAN, alertando sobre "una posible desestabilización política y militar en la región" si se amplía esa organización incluyendo países fronterizos con Rusia.

MOSCU, 5 (Reuter y EFE). — El presidente ruso **Boris Yeltsin** no tardó hoy en reaccionar ante el pedido de admisión a la OTAN efectuado ayer por Lituania (la primera ex república soviética que lo solicita), y lanzó **una clara y severa advertencia a Occidente.**

En un comunicado, el Kremlin advirtió que admitir en la OTAN a los ex aliados de Moscú **pondría en peligro el fin de la guerra fría y cambiaría la correlación de fuerzas en Europa provocando una "desestabilización política y militar en una región clave para el destino del mundo".**

En vísperas de una importante cumbre de la Alianza Atlántica (que tendrá lugar el lunes y martes de la próxima semana en Bruselas y en la que se analizará el nuevo papel de la OTAN en la era de la posguerra fría), los países de Europa oriental aumentaron la presión para ser admitidos en esa organización, argumentando la amenaza del creciente nacionalismo en Rusia.

A este pedido, al que se oponía Moscú, se sumó ayer una solicitud formal de Lituania. Aludiendo al triunfo del dirigente ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky en las elecciones legislativas rusas de diciembre, Lituania afirmó que "nos preocupa la posibilidad de que, como resultado de las elecciones parlamentarias, la política exterior rusa se torne más nacionalista y agresiva hacia los estados bálticos. Lituania, que aspira a integrarse a la política y estructuras de seguridad de Occidente, considera a la OTAN como su futuro garante".

El Kremlin, que describió como "poco convincentes" esos pedidos de los países del Este y de las ex repúblicas soviéticas, lanzó una rápida y contundente advertencia a la OTAN, **convirtiendo en el tema dominante de la futura cumbre la cuestión de si conviene o no ampliar la alianza militar y en caso de hacerlo cómo y cuándo efectuarla.**

♦ Críticas

"Lo que preocupa al presidente Boris Yeltsin es que la expansión de la OTAN con la incorporación de países en directa cercanía a las fronteras rusas **estimule una reacción negativa de la opinión pública de Rusia**", declaró el vocero presidencial, Vyacheslav Kostikov.

El vocero, que criticó el apresuramiento de Lituania en solicitar el ingreso a la OTAN y negó la existencia de

PERTENECER A LA ALIANZA

la OTAN que guerra fría

E.C. 6/1/94.

cualquier tendencia agresiva en la política exterior rusa, agregó que la mencionada ampliación **"alentaría el desarrollo de actitudes no deseables en los medios civiles y militares y, en última instancia, podría conducir a una desestabilización militar y política en una región clave para el destino del mundo".**

La comunicación del Kremlin agudizó la alarma entre los países que pertenecían a la esfera de influencia de la ex Unión Soviética. La primera reacción fue la del Ministerio de Relaciones Exteriores de **Estonia que, en un comunicado, advirtió hoy que si la OTAN da la espalada a los países de Europa central y oriental en la próxima cumbre de Bruselas esto "podría ser interpretado" por Moscú "como una luz verde para restaurar su zona de influencia".**

En su declaración, Kostikov dijo que aunque Rusia respeta el derecho de los estados independientes a ingresar en organismos internacionales "no puede ver sin recelo la prisa que tienen una serie de países, entre ellos Lituania, por ingresar en esa alianza político-militar".

Tras criticar la "psicología de bloque" de los solicitantes para ingresar a la OTAN, el vocero presidencial explicó que "la Rusia democrática, su nueva doctrina militar y sus principios de relaciones interestatales excluyen cualquier manifestación de agresividad en su política exterior. De ahí, que los argumentos de los aspirantes a incorporarse a la OTAN, a nuestro juicio, no sean convincentes".

Luego de los sangrientos episodios del 3 y 4 de octubre pasado, en los que Yeltsin convocó al ejército para dominar la insurrección de los parlamentarios que se oponían a la disolución de la Legislatura, el gobierno ruso diseño y difundió una nueva doctrina militar para el país eminentemente defensiva.

Para reforzar la oposición de Rusia a la ampliación de la OTAN, el comunicado oficial reclamó una definición de Occidente al consignar que "el presidente Yeltsin espera que los países líderes de la Alianza Noratlántica y la dirección de la OTAN disipen la sensación de dualidad de sus posiciones en un problema que afecta tanto al mundo como a los intereses nacionales de Rusia".

PERTENECER A LA ALIANZA

la OTAN que guerra fría

E.C. 6/1/94.

cualquier tendencia agresiva en la política exterior rusa, agregó que la mencionada ampliación **"alentaría el desarrollo de actitudes no deseables en los medios civiles y militares y, en última instancia, podría conducir a una desestabilización militar y política en una región clave para el destino del mundo".**

La comunicación del Kremlin agudizó la alarma entre los países que pertenecían a la esfera de influencia de la ex Unión Soviética. La primera reacción fue la del Ministerio de Relaciones Exteriores de **Estonia que, en un comunicado, advirtió hoy que si la OTAN da la espalda a los países de Europa central y oriental en la próxima cumbre de Bruselas esto "podría ser interpretado" por Moscú "como una luz verde para restaurar su zona de influencia".**

En su declaración, Kostikov dijo que aunque Rusia respeta el derecho de los estados independientes a ingresar en organismos internacionales "no puede ver sin recelo la prisa que tienen una serie de países, entre ellos Lituania, por ingresar en esa alianza político-militar".

Tras criticar la "psicología de bloque" de los solicitantes para ingresar a la OTAN, el vocero presidencial explicó que "la Rusia democrática, su nueva doctrina militar y sus principios de relaciones interestatales excluyen cualquier manifestación de agresividad en su política exterior. De ahí, que los argumentos de los aspirantes a incorporarse a la OTAN, a nuestro juicio, no sean convincentes".

Luego de los sangrientos episodios del 3 y 4 de octubre pasado, en los que Yeltsin convocó al ejército para dominar la insurrección de los parlamentarios que se oponían a la disolución de la Legislatura, el gobierno ruso diseño y difundió una nueva doctrina militar para el país eminentemente defensiva.

Para reforzar la oposición de Rusia a la ampliación de la OTAN, el comunicado oficial reclamó una definición de Occidente al consignar que "el presidente Yeltsin espera que los países líderes de la Alianza Noratlántica y la dirección de la OTAN disipen la sensación de dualidad de sus posiciones en un problema que afecta tanto al mundo como a los intereses nacionales de Rusia".

Rusia se opone al ingreso de Lituania en la NATO

L.N. 6/1/94

Alerta: el Kremlin advirtió que una ampliación de la alianza occidental de un país próximo a sus fronteras desestabilizaría la región.

MOSCU, 5 (Reuter). - Rusia se opuso hoy al ingreso de Lituania en la NATO y advirtió que una ampliación de la alianza occidental tan próxima a sus fronteras podría desestabilizar a toda la región.

El vocero del Kremlin, Vyacheslav Kostikov, criticó el apresuramiento con que Lituania, un ex miembro del bloque soviético, y otras naciones buscaban su admisión a la NATO. Esto, señaló, no podía menos que "alertar" a Rusia.

Agregó que preocupan al presidente Boris Yeltsin las posibles repercusiones de la expansión de la alianza y que esperaba que la conferencia cumbre de la NATO por realizarse la semana próxima asuma una clara postura sobre el particular.

"Lo que preocupa al presidente es que la expansión de la NATO con la incorporación de países en directa cercanía a las fronteras rusas estimule una reacción negativa de la opinión pública en Rusia", manifestó Kostikov.

Ello, continuó, "alentaría el desarrollo de actitudes indeseables en círculos civiles y militares y, en última instancia, podría conducir a una desestabilización militar y política en una región clave para el destino de la humanidad".

Ex Pacto de Varsovia

La reacción del Kremlim, que llamó la atención por su rapidez y contundencia, puso de nuevo sobre el tapete el dilema de la NATO, frente a los pedidos de admisión de países tales como Polonia y Hungría, cuyo ingreso a la alianza atlántica podría ser muy mal visto por Moscú.

Como consecuencia, la cuestión de si conviene ampliar la alianza y, en caso afirmativo, cuándo, será el tema dominante en la reunión cumbre.

Yeltsin, advirtió el pasado mes en Bruselas que para Rusia sería inaceptable toda ampliación de la NATO para incluir a miembros del ex Pacto de Varsovia.

El malestar que expedermientan los vecinos europeos orientales de Rusia se vio acentuado por la suma de votos recogidos en las elecciones parlamentarias de diciembre por el partido que lidera el ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky, quien aboga por la restauración del antiguo imperio ruso.

Lituania hizo directa alusión a los comicios rusos al anunciar ayer su solicitud de admisión a la NATO, la primera hecha por una ex república soviética.

"Si bien las tropas rusas han abandonado Lituania, continuamos dentro de un vacío de seguridad", dijo el canciller Povilas Gylys, en una carta al secretario de Estado norteamericano Warren Christopher.

Los vecinos bálticos de Lituania apoyaron la posición de este país. Los tres Estados que componen la región recobraron su independencia en 1991, medio siglo después de su anexión a la Unión Soviética por el dictador José Stalin.



Línea caliente. WASHINGTON, 5 (AP).- El secretario de Defensa de los Estados Unidos, Les Aspin, controla el buen funcionamiento de una línea directa para comunicarse con su par ruso Pavel Grachov, a quien sugirió utilizarla con asiduidad.

03-03

9401019

Europa del Este al tope de la agenda de OTAN en Bruselas

EUROPA ORIENTAL Y Rusia están al tope de la agenda que se propone desgranar la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) durante la conferencia cumbre que se realizará en Bruselas entre lunes y martes.

Se trata del primer cónclave plenario de las 16 naciones que integran la alianza atlántica en más de dos años.

La siguiente es una síntesis del temario que se va a debatir durante este encuentro:

Expansión de OTAN al este

Los dirigentes de la OTAN, preocupados por no granjearse las iras de Rusia, no van a hacer lugar a los pedidos de incorporación o de garantías a su seguridad reclamados por los países de Europa Oriental.

En lugar de ello, aprobarán un plan que prevé una más estrecha cooperación militar con todos los estados del desmembrado bloque soviético, conocido como "Sociedad para la Paz".

Se espera que los líderes de la OTAN ratificarán su apoyo al presidente ruso Boris Yeltsin y su proceso reformista. Pero también es probable que manifiesten su preocupación ante el avance del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.

Yugoslavia

Ante los pocos indicios de un restablecimiento de la paz, crece el interés en favor de una retirada de las fuerzas de paz de la ONU de la ex Yugoslavia luego del invierno. La mayoría de los continentes de esa fuerza provienen de países de la OTAN.

Se espera que Francia presionará a los EEUU durante la cumbre para que participe más activamente en Bosnia. Washington se viene negando a despachar fuerzas terrestres a Bosnia como parte de la fuerza de la ONU.

La OTAN, que ofreció despachar 50.000 soldados para obligar a acatar un acuerdo de paz en Bosnia, también amenazó el año pasado con realizar incursiones aéreas contra las fuerzas serbias que sitian Sarajevo.

Relaciones EEUU-Europa

La conferencia en la cumbre es el escenario para la primera visita del presidente estadounidense Bill Clinton a Europa. Los vínculos transatlánticos han estado sometidos a fuertes presiones ante las diferencias sobre Bosnia y el comercio, así como por los temores en el Viejo Mundo de que Washington esté perdiendo el interés en ese continente tras el fin de la Guerra Fría.

Habrá un acuerdo para que la OTAN ceda importantes pertrechos militares a la Unión Europea Occidental (UEO), un organismo destinado a transformarse en el futuro brazo defensivo de la Unión Europea.

Proliferación de armas nucleares

La cumbre debatirá la creciente proliferación de armas nucleares y otras de destrucción masiva que se viene registrando desde el fin de la Guerra Fría. Los líderes de la alianza atlántica van a planificar una estrategia para responder a cualquier nueva amenaza que se presente en el futuro.

Por su parte, un vocero del grupo parlamentario del partido de Helmut Kohl acusó ayer en Bonn al presidente Boris Yeltsin de adoptar un tono "imperialista", y dijo que la OTAN debía reconocer que Rusia podría volver a convertirse en un adversario de Occidente.

A su vez, el ministro de Defensa francés, François Léotard, cree que la cumbre en Bruselas permitirá asistir "a lo que podría ser el nacimiento de una especie de OTAN II". ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias AP, Reuter y EFE)*

Cumbre de la NATO

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (NATO), de 16 naciones, que se reunirá el 10 y el 11 del actual en Bruselas, probablemente se negará a admitir y a dar garantías de seguridad a los países de Europa oriental que han estado presionando para unirse a la alianza, al tiempo que reafirmará su respaldo al presidente ruso Boris Yeltsin.

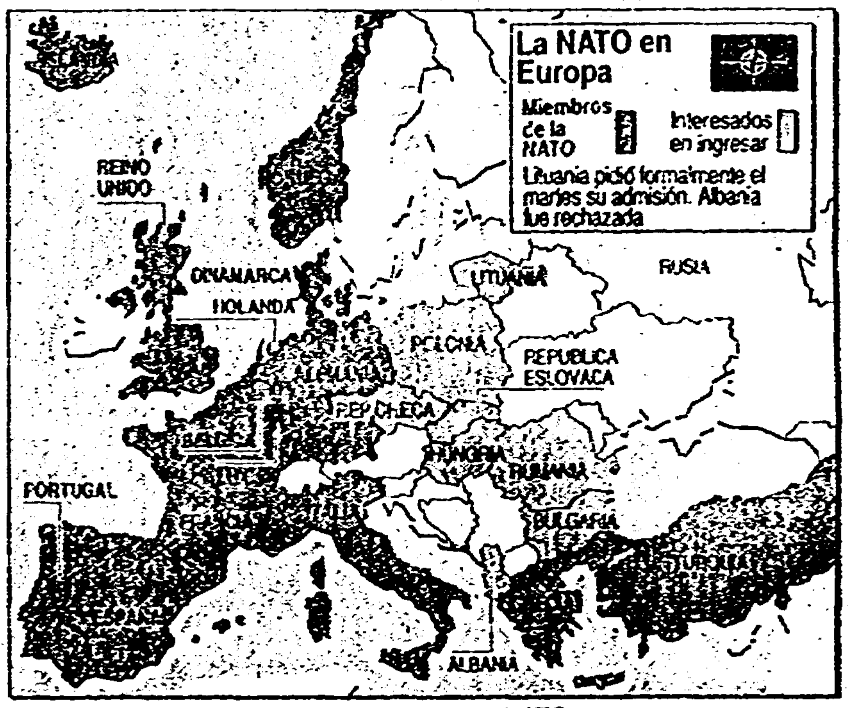
PRINCIPALES TEMAS DE LA CUMBRE

"Sociedad para la Paz"
La NATO se abrirá al ingreso de nuevos miembros en algún momento futuro, incluyendo a todos los adherentes al ex Pacto de Varsovia. El esquema prevé acuerdos de cooperación militar bilateral a ser firmado entre la NATO y cada país.
Discusión sobre Rusia y el impacto que ha tenido la aparición del nacionalista Vladimir Zhirinovsky

Los europeos asumirán una mayor responsabilidad en la alianza encabezada por los Estados Unidos.
La NATO permitirá el control de instalaciones militares clave a la Unión Europea Occidental (UEO) en tiempos de crisis.
Una estructura de comando militar de la NATO más flexible permitirá nuevos tipos de operaciones tales como las de la fuerza de paz de las Naciones Unidas

Se abordará el tema de la proliferación de armas nucleares, químicas y biológicas, especialmente desde el derrumbe de la antigua Unión Soviética

Discusión sobre la ex Yugoslavia. La NATO ha ofrecido hacerse cargo de la aplicación de un plan de paz en Bosnia, si este llega a ser firmado



Estados Unidos y Canadá también son miembros de la NATO

REUTER

La NATO estrechará vínculos con cuatro países del Este

Plan: Polonia, Eslovaquia, Hungría y la República Checa aceptaron acercarse militarmente a la alianza, pero exigieron que éste sea un paso hacia su inclusión como miembros.

VARSOVIA, 7 (Reuter). – Ministros de Defensa de cuatro países de Europa Oriental aceptaron hoy un plan de la NATO que ofrece estrechar los vínculos militares con la alianza, pero exigieron seguridades de que esa iniciativa es un paso hacia la condición plena de miembros.

Los ministros de Defensa de Polonia, Eslovaquia y Hungría y el viceministro de Defensa de la República Checa dejaron en claro que aceptan el plan de "Asociación para la paz" aun cuando no ofrece garantías de seguridad.

Se cree que la NATO aprobará la iniciativa en la reunión cumbre de Bruselas que se realizará el lunes y martes próximo.

"Creemos que es un paso en la dirección correcta, favorable a la idea de seguridad multilateral, que conduce a la ampliación de la cooperación entre la NATO y los Estados de Europa central y oriental", señalaron los ministros en un comunicado.

Pero agregaron: "Los Estados del grupo de Visegrad están convencidos de que la aceptación y la ejecución de la Asociación para la Paz debe conducir a la condición plena de miembros de la NATO.

Los cuatro ministros, cuyos países son conocidos colectivamente como el grupo de Visegrad, se reunieron en Varsovia para tratar de coordinar la estrategia antes de la reunión cumbre de la NATO pese a los indicios de que Praga se está distanciando de la idea de una iniciativa grupal.

Esos países han intentado conseguir la condición de miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte desde el fin de los regímenes comunistas, hace cuatro años y quieren garantías frente al resurgimiento del nacionalismo en Rusia.

La NATO ha descartado la expansión inmediata hacia el Este debido a las objeciones de Moscú, que teme quedar aislado.

Advertencia de Woerner

BRUSELAS, 7 (AFP). – El secretario general de la NATO, Manfred Woerner, lanzó hoy una advertencia a Rusia en la que recalca que la cooperación con el Occidente depende de que se respeten las reglas democráticas dentro del país, al igual que la independencia de sus vecinos.

Woerner no ocultó su irritación por las informaciones que dan cuenta de la oposición de Moscú a la adhesión a la NATO de sus ex satélites.

"La NATO es una alianza de países soberanos y la decisión de aumentarla sólo nos pertenece, pues nadie tendrá el derecho de veto sobre nuestras decisiones", destacó.

Aliados Contra el Terrorismo Nuclear

E.P. 8/1/94

BRUSELAS, 7 (ANSA).— Estados Unidos está considerando con mucha seriedad la posibilidad que armas de destrucción de masa nucleares químicas o bacteriológicas, del inmenso arsenal exsoviético, caigan en manos de denominados "países terroristas" o incluso de multinacionales del crimen, afirmaron hoy fuentes de la OTAN.

Por esa razón los norteamericanos presentarán el martes, una iniciativa conjunta de "contraproliferación" en la OTAN, cuyos 16 países miembros se reunirán el lunes en Bruselas en una importante reunión cumbre.

La propuesta estadounidense "es apoyada con mucho entusiasmo" por Italia y otras naciones de la organización, destacaron las fuentes.

Por otra parte, el diario madrileño "El País" afirmó hoy que España está presionando para que la OTAN fomente la seguridad en el Mediterráneo, que es en efecto una de las regiones donde algunos países, como Libia, Siria, Irán, Iraq y Argelia, pueden proveerse de armas o cohetes de destrucción masiva.

En la cumbre de Bruselas se prevé que la OTAN decidirá la creación de dos "task-force", encargadas de preparar la estrategia de "contraproliferación" aliada: la primera trabajará para adecuar la defensa nuclear de la OTAN en previsión de posibles ataques terroristas por parte de estados "de tipo mafioso" y la segunda se ocupará de las estrategias de prevención política y diplomática hacia aquellos estados que quieren proveerse de armas nucleares.

Pese a que no forma parte del comando militar integrado de la Alianza, también Francia estará representada en estos dos grupos de trabajo. "Francia, potencia nuclear y además primera potencia militar del Mediterráneo, no podía faltar en esta iniciativa", comentaron fuentes italianas de la Alianza.

02

EMPIEZA MAÑANA UNA CUMBRE CLAVE SOBRE EL ROL DE LA OTAN

E.C. 9/1/94

LA SEGURIDAD EN EL SIGLO XXI

Los líderes de los 16 países miembros de la OTAN comenzarán mañana, en Bruselas, una crucial reunión cuyo objetivo es **trazar el futuro papel de la Alianza Atlántica** —de la que dependerá, en buena parte, la futura seguridad del planeta— en un mundo convulsionado por los coletazos de la caída del comunismo y el desmembramiento de la ex Unión Soviética.

Aunque **impredecible hace pocos meses, Occidente** enfrenta en esta cumbre una **difícil encrucijada**. La incorporación a la OTAN de cuatros nuevos miembros —la República Checa, Eslovaquia, Polonia y Hungría, que reclaman garantías de seguridad ante una virtual política expansionista de Rusia— y la fuerte oposición de Moscú a que éstas naciones consideradas de su área de influencia engruesen las filas de la OTAN.

Las crecientes presiones de ambos sectores, en la última semana, convirtieron la relación con la nueva Rusia del presidente **Boris Yeltsin** y la ampliación de la OTAN hacia el Este europeo en el principal debate de la cumbre.

Preocupado por no dar pasos que provoquen la ira rusa, es claro que, en esta reunión de Bruselas, **Occidente evitará cualquier plan que abra las puertas, al menos a corto plazo, a futuros miembros** ni contemplará el pedido de garantías de seguridad militar solicitados por los cuatro países europeos ex comunistas antes citados (conocidos como el grupo de Visegrad).

Como salida alternativa el presidente norteamericano **Bill Clinton** propuso un plan conocido como **"Asociación por la paz", que prevé una más estrecha cooperación militar con todos los estados del desmembrado bloque soviético, incluyendo a Rusia.** La propuesta incluye acuerdos bilaterales de cooperación militar a ser rubricados por la OTAN y cada uno de los países interesados.

Tales acuerdos, que según se espera podrían firmarse en menos de un año, ofrecerán la realización de maniobras conjuntas y entrenamiento para operaciones de mantenimiento de la paz y otras misiones, así como cooperación en el área de la planificación defensiva. Cada país podría resolver el grado de cooperación que desea establecer con la Alianza Atlántica, lo que implica de hecho **vínculos desiguales** con la OTAN entre los diferentes signatarios. Este último aspecto, fuera de resolver la actual encrucijada de la OTAN en relación con Europa oriental y Rusia, podría originar, según temen algunos dirigentes europeos, aún mayores inconvenientes.

En relación con la actual situación de Rusia, la cumbre ratificará el apoyo de Occidente al presidente Boris Yeltsin y su política de reformas. Durante el encuentro se espera también que los líderes de la OTAN expresen su preocupación por la situacion interna de Rusia, fundamentalmente, la relacionada con el alto número de escaños obtenido por el Partido Liberal Democrático del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky (que tiene desvelado a Occidente y a los países del ex bloque comunista, incluidas a las ex repúblicas soviéticas)— y el tono de las declaraciones de ese dirigente. El jueves, Zhirinovsky calificó de "cobarde" al presidente norteamericano por no "querer reunirse conmigo" y, en un reportaje al "Corriere della sera", afirmó que "el destino de Rusia está en el sur. Rusia necesita tres territorios: Turquía, Afganistán e Irán".

El conflicto yugoslavo será encarado, casi con seguridad, por Francia, que propondrá una participación más activa de los EE.UU. en Bosnia, brindando más ayuda para lograr la reapertura de un aeropuerto destinado a la distribución de ayuda humanitaria. Washington se viene negando a despachar fuerzas terrestres a Bosnia como parte de la fuerza de la ONU.

● La cumbre intentará resolver también la vieja disputa entre "europeístas" (aquellos que intentan consolidar un "pilar europeo" dentro de la alianza) y los "atlantistas" (que defienden el liderazgo norteamericano y la unidad entre las dos márgenes del Atlántico).

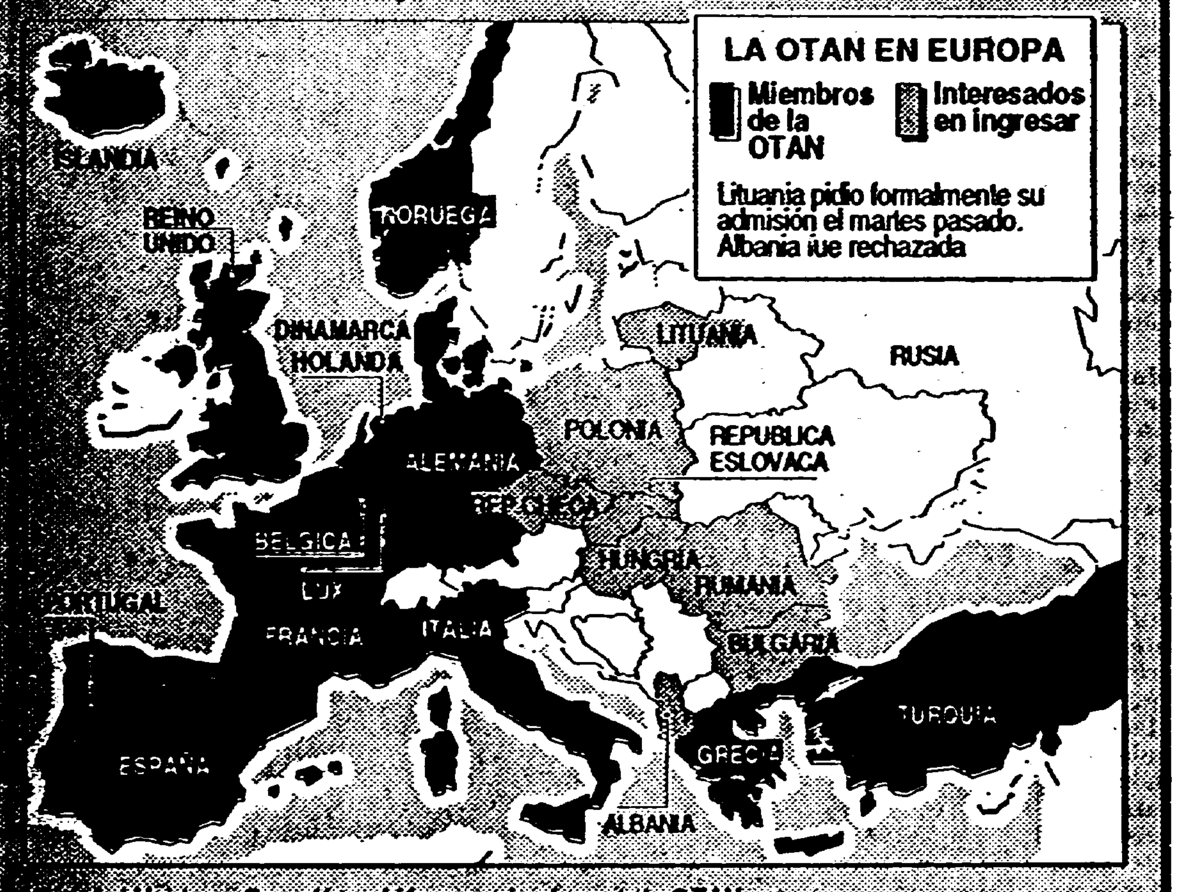
● Otro proyecto norteamericano que se aprobará en Bruselas es la creación de las fuerzas móviles combinadas, las que podrían ser puestas, llegado el caso, bajo el mando de la Unión Europea Occidental (UEO), brazo armado europeo, para operaciones de paz en Europa.

● La cumbre debatirá además la propuesta de EE.UU. para que la OTAN lance una iniciativa contra la creciente y descontrolada proliferación de armas de destrucción masiva (nucleares, químicas y bacteriológicas) que se viene registrando desde el fin de la guerra fría. El gran temor de Occidente en este plano es que armas de gran poder destructivo emplazadas en territorio de la ex URSS caigan en manos de los llamados "estados terroristas" u "organizaciones criminales".

T. L.

CUMBRE DE LA OTAN

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), de 16 naciones, que se reunirá mañana y pasado mañana en Bruselas, probablemente se negará a admitir y a dar garantías de seguridad a los países de Europa oriental que han estado presionando para unirse a la alianza, al tiempo que confirmará su respaldo al presidente ruso Boris Yeltsin.



Estados Unidos y Canadá también son miembros de la OTAN

Bruselas será desde mañana —y durante 48 horas— sede de la 13a. cumbre de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), en la cual se debatirá la adecuación de la alianza a la nueva realidad europea. El presidente norteamericano, Bill Clinton, presentará una iniciativa que evita una rápida incorporación a la Alianza de los antiguos satélites de la ex URSS. **(Más información pág.30).**

Producción y textos de Telma Luzzani y Rubén Guillemí

44 años con el mismo enemigo

La imagen más patética de la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** (OTAN), en este momento de su historia de 44 años y en un continente sin comunismo, estuvo reflejada días atrás en una historieta: en ella se veía a un soldado occidental, armado hasta los dientes, que miraba alejarse a su hasta entonces único enemigo, el **"comunismo"**, y al mismo tiempo veía con asombro cómo asomaban desde distintos puntos del horizonte sus nuevos adversarios: el **"nacionalismo ruso"**, la **"crisis bosnia"**, la **"inestabilidad política occidental"** y el riesgo latente de la **"proliferación nuclear"**.

Desde la finalización de la Segunda Guerra Mundial, en 1945, las potencias occidentales vieron con temor la política expansionista de la ex Unión Soviética en Europa oriental y central. La OTAN nació con el objetivo de poner freno a esas amenazas, que se cernían entonces sobre Grecia, Noruega y Turquía. El presidente norteamericano de entonces, **Harry Truman**, convocó en 1949, para la firma del **Tratado de Washington** (acta fundacional de la OTAN), a los líderes de **Gran Bretaña, Francia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Italia, Dinamarca, Noruega, Islandia, Portugal y Canadá**.

A partir de su creación, y con la premisa central de que el **ataque contra uno de sus miembros sería considerado como una agresión a toda la organización**, la OTAN formó su principal trinchera en Alemania Occidental a la espera de un hipotético ataque soviético, al tiempo que todos sus misiles en Europa apuntaban hacia un único punto cardinal: el **Este**.

La organización —a la que luego se sumaron **Grecia, Turquía, Alemania Occidental y España**— tuvo su primera crisis interna de gravedad cuando, en 1966, el general **Charles De Gaulle** decidió retirar a Francia de la estructura militar de la OTAN y afirmar así su independencia ante las superpotencias.

Solo en 1992 la OTAN decidió en **Oslo** que sus fuerzas podrían participar en misiones para mantener la paz más allá de sus fronteras, cuando fueran determinadas por la **Conferencia sobre Seguridad y Cooperación en Europa** (CSCE).

En estos años la OTAN vio desvanecerse sus metas iniciales, por lo cual, en 1990, en la declaración de Roma, modificó aquel objetivo de **"seguridad regional"** por el de **"seguridad global"**, que incluye cuestiones como los conflictos regionales por motivos políticos o étnicos (como los de Bosnia o la ex URSS), la proliferación de las armas de destrucción masiva o la destrucción de los recursos naturales.

Con el paso de los años, los ex enemigos del Este comenzaron además a transformarse en amigos.

Ahora, la reunión de Bruselas encuentra a la Alianza Atlántica con el más poderoso potencial militar del planeta en sus manos, con varios ex enemigos (Polonia, Hungría, Lituania y las repúblicas Checa y Eslovaca) casi implorando su incorporación y la propia organización tratando de poner un poco de carne en el esqueleto de su estrategia de "seguridad global".

LOS TEMAS EN DEBATE

La agenda para la reunión cumbre de dos días que celebrarán en Bruselas los 16 líderes de la OTAN, incluye las siguientes cuestiones:

- "Sociedad para la paz". Esta iniciativa norteamericana prevé acuerdos de cooperación militar bilateral con los países que adhirieron al ex Pacto de Varsovia y deja abierta para el futuro la posibilidad de incorporarlos como miembros plenos. También se analizará la situación rusa y el impacto que ha tenido el avance electoral del líder ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.
- Creación de una estructura de comando militar más flexible que permitirá la realización de operaciones similares a las de las fuerzas de paz de la ONU. La OTAN permitirá el control de sus instalaciones militares clave a la Unión Europea Occidental (UEO), brazo armado europeo.
- Análisis sobre la proliferación de armas de destrucción masiva, químicas y biológicas, especialmente desde el derrumbe de la Unión Soviética.
- Discusión sobre la situación en la ex Yugoslavia. La OTAN ha ofrecido hacerse cargo de la implementación de un plan de paz en Bosnia, si este llega a firmarse.

Lista de espera de socios pobres para la OTAN

L.M. 9/1/94

Las principales cuestiones a tratar en la cumbre de los jefes de Estado y de Gobierno de la OTAN, prevista en Bruselas para el lunes y martes próximos, serán los pedidos de ingreso a la Alianza Atlántica de los países del Este y la propuesta "socios para la paz", formulada por el Presidente norteamericano Bill Clinton.

Roma (Ansa)

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), el pacto de defensa occidental creado en función antisoviética, nació formalmente el 24 de agosto de 1949, con la entrada en vigencia del acuerdo firmado el 4 de abril de ese año en Washington por representantes de Estados Unidos, Canadá, Gran Bretaña, Francia, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Islandia, Italia, Noruega y Portugal.

Hijo de la doctrina Truman y del plan Marshall, el tratado se fundó sobre el principio de que un ataque militar contra uno de los países miembro sería considerado como un ataque a toda la OTAN. El tratado permaneció prácticamente inalterado en sus principios básicos hasta los años '60.

En febrero de 1952 se incorporaron a la OTAN, Turquía y Grecia. Esta última salió de la Alianza en 1974, debido a la ocupación de Chipre por Turquía, y reingresó en 1980.

Tras el fracaso de la cumbre de Ginebra (1954) sobre la reunificación, Alemania Occidental adhirió a la OTAN el 9 de mayo de 1955.

En réplica, el 14 de mayo del mismo año, la Unión Soviética junto con Alemania Oriental, Polonia, Checoslovaquia, Hungría, Bulgaria, Rumania y Albania, crearon el Pacto de Varsovia.

El 16 de diciembre de 1957, la OTAN decidió dotar de armas atómicas a sus fuerzas en Europa.

En 1965, Francia salió de la estructura militar, aunque se mantuvo en algunos organismos de la Alianza, que trasladó su sede de París a Bruselas. Los países de la OTAN seguían siendo 15, pero sólo 14 eran miembros plenos.

El 13 de diciembre de 1967, la OTAN operó una revisión estratégica, pasando de la doctrina de la respuesta con la máxima fuerza nuclear a la "respuesta flexible". En los años '70, comenzaron entre la OTAN y el Pacto de Varsovia las tratativas sobre armamentos. El 30 de octubre de 1973 se encaminaron negociaciones para la reducción balanceada de las armas tácticas de ambas organizaciones. En 1981 -un año antes del ingreso en la OTAN de España- se iniciaron las tratativas para la eliminación de misiles de alcance medio en Europa, que concluyeron en diciembre de 1987, en Washington, con la firma del Tratado "INF".

En 1988, en Viena, comenzaron las tratativas "CFE" para la reducción de las fuerzas convencionales en Europa, concluidas con éxito en 1990.

Tras la disolución del Pacto de Varsovia (julio de 1991) y de la URSS (diciembre del mismo año), el fin de la guerra fría llevó a la Alianza al cumplimiento de nuevos deberes.

Así, en junio de 1992, la OTAN decidió realizar misiones de mantenimiento de la paz. Desde abril de 1993, los aviones de la OTAN patrullan los cielos de Bosnia, para hacer respetar la zona de exclusión aérea decretada por las Naciones Unidas.

Desde la disolución del Pacto de Varsovia fueron varios los pedidos de adhesión a la OTAN formulados por países de Europa oriental.

Una apertura en ese sentido, hacia los "ex enemigos", comenzó a tomar cuerpo el 27 de marzo de 1992, cuando el Secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, habló por primera vez de adhesión a largo término de Rusia y de las repúblicas de la Comunidad de Estados Independientes.

El 1 de abril de 1992, en Bruselas, durante la primera reunión del Consejo de Cooperación Atlántica -compuesto por 34 Ministros de Defensa de la OTAN y de los países del Este- Checoslovaquia, Polonia y Hungría pidieron por primera vez el ingreso a la OTAN.

Entre fines de 1992 y comienzos de 1993, Albania, Bulgaria, Polonia, República Checa y República Eslovaca (separadas el 1° de enero de 1993), Rumania y Hungría pidieron su admisión en la OTAN. El pedido albanés fue rechazado por "prematuro". Los otros están en examen, aunque a la luz de los "vetos" rusos, el último de los cuales se refirió al pedido de Lituania.

E.E. 9/1/94

"Europeístas" versus "atlantistas"

Las críticas a la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** (OTAN), en estos primeros años de posguerra fría, coinciden en considerarla como demasiado grande, demasiado norteamericana y demasiado onerosa. La disputa en Occidente entre "atlantistas" y "europeístas" parece estar a punto de dar a luz ahora, en la cumbre de **Bruselas**, a una OTAN **más europea, más elástica y más económica.**

En los años de la **Guerra Fría** gran parte de la seguridad que los europeos sentían en el marco de la OTAN estaba referida no solo a la posibilidad de ofrecer un frente unido ante el enemigo comunista, sino a la de inmiscuirse con cierta libertad en la estrategia de defensa de los otros aliados de la organización y ejercer el control mutuo.

Alemania y Francia representaron desde siempre la fracción más "europeísta" dentro de la OTAN, y coinciden en considerar a la organización "demasiado americana". Los alemanes sueñan con ampliar su liderazgo económico en el Viejo Continente al terreno político y militar, pero no han conseguido articular sus iniciativas sin despertar suspicacias. Desde la Segunda Guerra Mundial, los franceses han sensibilizado su olfato para distinguir un tufillo expansionista detrás de cada iniciativa germana. Pero, quizá siguiendo aquel lema de "juntos por desconfiados", Francia se sumó a Alemania en su iniciativa para formar un ejército exclusivamente europeo, paralelo a la OTAN.

Gran Bretaña y Estados Unidos llevan en cambio en la sangre su vocación "atlantista" y se han encrespado como ante una invención satánica cada vez que escucharon hablar de proyectos puramente europeos.

La segunda crítica hacia la OTAN, considerada "demasiado onerosa", es unánime. En el marco de la reducción de los presupuestos de defensa en sus propios países, los dieciséis socios atlánticos han reducido también drásticamente sus aportes a la organización.

Todos los países que integran la OTAN han anunciado que reducirán sustancialmente sus efectivos militares en los próximos años. El canciller alemán, **Helmut Kohl**, anunció que sus fuerzas armadas, que en un momento tuvieron 490.000 soldados, se verán reducidas a alrededor de 300.000 a fines de siglo.

Entre todos los aliados de la OTAN, Francia es el que menos redujo el gasto militar. Según las estadísticas del Ministerio de Defensa, los recortes realizados desde 1990 alcanzan el 4,3%, frente a un 16% en **Alemania** y los **Estados Unidos.**

Los largos meses de debate que precedieron a la intervención de la OTAN en la ex Yugoslavia, y el fracaso de su misión en la región, pusieron en evidencia la tercera crítica más habitual hacia la OTAN: la **inefectividad.**

La profunda transformación que los 16 socios atlánticos pretenden realizar ahora en la OTAN, para transformarla en una organización más europea, más elástica y más económica, puede sintetizarse en una sigla algo extraña, **CJTF**, que oculta a las **Combined Joint Task Forces (Fuerzas de Acción Conjunta y Combinada).**

Esta iniciativa norteamericana apunta a crear fuerzas móviles absolutamente autosuficientes, que puedan llevar a cabo operaciones militares autónomas, utilizando los recursos y capacidades de la OTAN.

Esta propuesta constituye una verdadera revolución en la hasta ahora rígida estructura militar de la OTAN, ya que resuelve al menos tres asignaturas pendientes: **la flexibilización, la estructuración de las misiones de mantenimiento de la paz y la facilitación del traspaso de los medios de la OTAN a la Unión Europea Occidental** (UEO, la única organización militar exclusivamente europea).

R. G.

Documento poco legible

05 9401021

"Asociación Para la Paz"

ALEMANIA, FRANCIA APOYAN PROPUESTA

BRUSELAS, 8 (ANSA). — Prudentes, muy prudentes, se muestran hoy los líderes de Alemania, Francia, Italia y Gran Bretaña, los cuatro mayores países de la Unión Europea, en el delicado dilema de alargar a los países del Este ex comunistas la alianza militar occidental (OTAN), lo que parece garantizar el apoyo de estas naciones claves a la propuesta de Asociación para la Paz del presidente estadounidense Bill Clinton.

A la cita del lunes y martes en el cuartel general de la Organización para el Tratado del Atlántico Norte, el primer ministro germano Helmuth Kohl llegará precedido de repetidas seguridades oficiales de que Bonn es favorable al proyecto clintoniano.

La Asociación para la Paz está destinada a contentar tanto a las naciones del Este que reclaman garantías de seguridad bajo el "paraguas" de la OTAN como a la Rusia de Boris Yeltsin, hostil al ingreso a la alianza de los países fronterizos, ex satélites comunistas de la URSS en el Pacto de Varsovia.

Pero Kohl advierte también las presiones de los que, dentro de su partido, la Democracia Cristiana alemana, presionan por una rápida adhesión a la OTAN de Hungría, Polonia, República Checa y Eslovaquia.

Una redefinición de las fronteras de la alianza atlántica permitiría a Alemania la pérdida de la incómoda condición de país de frontera, dando mucha más profundidad territorial a su seguridad frente a una eventual amenaza rusa.

Empeñada en el diseño definitivo de su identidad nacional tras la reunificación de octubre de 1990, Alemania necesita tiempo. En este contexto hay que considerar las declaraciones del ministro de Asuntos Exteriores, el liberal Klaus Kinkel: dijo que al Este europeo se puede proponer de inmediato una estrecha colaboración en materia de seguridad común, pero que el ingreso pleno a la OTAN podrá ser ofrecido sólo "dentro de mucho" tiempo.

Alemania piensa utilizar un instrumento político importante: en julio Bonn asumirá la presidencia semestral de la Unión Europea y desde esta posición estratégica trabajará para lograr rápidamente la firma de un tratado de cooperación global con Rusia.

También el gobierno británico del "premier" John Major cree que es necesario un lento proceso de cooptación de los países del Este en la OTAN.

Al respecto ha sido explícito el ministro de Defensa, Malcom Rifkind: "La adhesión a la OTAN significa formar parte de una estructura militar integrada con relaciones de estrecha colaboración y cooperación. Dudo que los países del Este europeo estén listos para el necesario nivel de integración. Durante medio siglo, las fuerzas armadas de estos países han sido organizadas sobre una base no democrática".

El gobierno conservador británico apoya por ello totalmente la propuesta de Clinton de Asociación para la Paz. Es necesario evitar antagonismos con una Rusia dominada por crecientes furores revanchistas y también evitar enfrentamientos que debiliten el eje transatlántico con Estados Unidos, del cual Gran Bretaña es el principal guardián en Europa.

Douglas Hurd, el responsable del Foreign Office, sostiene que a Moscú hay que hacerle también la oferta de la Asociación por la Paz que "nace de una reflexión común acerca de una fórmula de seguridad para todos".

A juicio de Londres, es justo que, por ahora, a los países del Este y a las tres Repúblicas Bálticas (Lituania, Estonia y Letonia), les sea concedida por ahora una sola cosa: el derecho de consulta con la OTAN, en el marco de la Asociación por la Paz, en caso de un brusco y agresivo despertar del oso ruso.

Francia está de acuerdo porque la entrada plena a la OTAN de los países del Este significaría otorgarles una protección automática.

Christopher Delinea el Plan "Paso a Paso" Para Integrar el Este a OTAN

USA TODAY

WASHINGTON D.C. (Servicio exclusivo de USA Today). — El presidente Bill Clinton está impulsando una decidida campaña para difundir y justificar su polémica propuesta para una lenta ampliación de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).

El secretario de Estado, Warren Christopher, en diálogo con "USA Today" insistió que el enfoque paso a paso para realinear a la organización en lo que denomina "Sociedad Para la Paz", es el mejor camino para integrar a las nuevas democracias del Este de Europa a la OTAN.

"Pienso que la OTAN tiene que innovar o correr el riesgo de convertirse en una organización insignificante", manifestó Christopher. "Teníamos que encontrar alguna manera de abrirle la puerta a las nuevas democracias del Este. Varios aliados querían que la alianza atlántica siguiera como hasta el presente. Había una opción real de mantener el status quo de la OTAN".

Clinton presentará el plan de asociación —llamado por algunos como "la pequeña OTAN"— en la reunión de la alianza atlántica que se celebrará mañana y el martes en Bruselas. El plan, en lugar de admitir de una sola vez a viejos adversarios de la Cortina de Hierro, como Hungría, Polonia y la República Checa en la alianza defensiva del mundo occidental, establece una suerte de admisión temporaria para esos países y otras nuevas democracias. Es algo similar a un período de aprendizaje.

Christopher describió la "Sociedad Para la Paz" como un "mecanismo evolutivo", que permitirían que las naciones postulantes demostraran sus intenciones antes de que la OTAN se convierta en una asociación que acepta a uno y a todos.

"La OTAN no es un club social", puntualizó Christopher. "Es quizás la alianza militar más exitosa de la historia. No creo que sea realista admitir inmediatamente a nuevos miembros".

Han surgido algunas voces de crítica a esa posición, ya que se señala que es un intento de apaciguar a los rusos, que tienen un temor de varios siglos de quedar rodeados por una alianza militar, especialmente integrada por naciones que durante 70 años estuvieron bajo el dominio de Moscú. Autoridades checas, polacas y húngaras han expresado desagrado por la demora que significa el plan diseñado por Clinton.

■ TRES PUNTOS DECISIVOS

Christopher individualizó al presidente de Polonia, Lech Walesa, como uno de los gobernantes que protestó. "Ustedes lo han escuchado preguntar: ¿por qué no admiten de inmediato a Polonia? Creo que realmente no comprende nuestro proceso constitucional. En Estados Unidos habrá un debate muy significativo antes de que la OTAN sea ampliada a cualquier país y antes de que extendamos nuestro perímetro de seguridad hasta Eslovaquia o hasta Polonia".

Mientras Christopher exponía estos conceptos, un alto vocero del Pentágono —quien solicitó que se mantuviera su nombre en reserva— estaba informando a los periodistas sobre el mismo tema en estos términos: "Esos países no están en condiciones de ingresar ahora a la OTAN. Deben respirar el aire de la OTAN durante un tiempo. Es necesario que cada país asuma un inalterable compromiso con la democracia, antes de que sea admitido en la OTAN. Estos países deberán demostrar que vale la pena defenderlos".

El plan de "Sociedad Para la Paz" está técnicamente abierto a todos los países que integraron el Pacto de Varsovia y a países tradicionalmente neutrales como Suecia, Austria, Suiza y Finlandia (en estos cuatro casos ya expresaron interés por incorporarse). Pero, el vocero del Pentágono expuso tres requisitos fundamentales que debe cumplir cada país antes de ser admitido en la OTAN:

- Probar su compromiso con la democracia.
- Colocar al Ministerio de Defensa bajo control civil.
- Abrir los Presupuestos de Defensa, que antes eran secretos, para que sean analizados por la OTAN.

La "principal preocupación" de los actuales miembros de la OTAN —dijo el informante del Pentágono— es que "no quieren mover la línea Este-Oeste algunos cientos de kilómetros hacia el Este. Si se hace eso, se ingresará en la Segunda Guerra Fría".

■ YIRINOVSKI EXCLUIDO

El gobierno de Estados Unidos piensa que la "Sociedad Para la Paz" cobrará forma con suficiente tiempo como para la realización de maniobras militares conjuntas con los nuevos miembros, a fines del presente año. Clinton realizará una escala en Praga, en esta jornada, antes de viajar a Bruselas, con la finalidad de asegurar a las autoridades checas de que la demora en su incorporación a OTAN no es indefinida.

El Jefe de la Junta de Jefes de Estados Mayor de las Fuerzas Armadas, general John Shalikashvili, viajó el pasado jueves a Bruselas, a efectos de exponer ante las jerarquías militares de OTAN y crear ambiente para la propuesta formal que realizará el presidente Clinton.

Una nueva figura de la escena internacional que Clinton y Christopher no visitarán es Vladimir Yirinovski, el neofascita ruso, cuyo partido político recibió un sorprendente dieciseis por ciento de los votos en las recientes elecciones legislativas de la Federación Rusa.

Christopher, en tono diplomático, rehusó ir más allá de decir que Yirinosvki es un "fenómeno significativo", aunque indicó que sus "ideas insólitas" le han situado "fuera del ámbito" de autoridades que entrevistarán el presidente Clinton y él. "Por ahora, ni el Presidente ni yo tenemos intención de conversar con él", puntualizó.

Christopher expresó que cree que Yirinovski es "sólo la vía por la cual el pueblo ruso expresó su dolor y sufrimiento" en tiempos de una mala situación económica.

, ITALIA Y REINO UNIDO CLINTON PARA LA OTAN

contra cualquier amenaza rusa. Y esto sería peligroso. Le Monde cita un diplomático que se pregunta: "¿Quién está listo a decir a los rusos: si ustedes superan esta frontera encontrarán detrás de cada báltico a uno de nuestros soldados?".

Otro diplomático explicó a Le Monde [illegible] el interés nacional francés no consiste en la defensa de la integridad territorial de Estonia. Hay momentos en que no se puede responder a las aspiraciones de los demás".

Italia apoya decididamente la Asociación por la Paz. El canciller Beniamino Andreatta cree que "da una concreta y convincente respuesta a la necesidad de ser involucrados en la alianza" de los países del Este y del Báltico.

Andreatta destacó su "flexibilidad" y su extrema "geometría variable".

Italia considera que la Alianza ayuda a acrecentar la estabilidad regional, extendiendo la colaboración entre el Este y el Oeste al campo militar, afrontando además conjuntamente misiones humanitarias y de mantenimiento de la paz.

Andreatta sostiene que la Asociación "evita discriminaciones y permite un mecanismo electivo que privilegia la compatibilidad y la homogeneidad con los 16 países miembros de la OTAN".

Poco Lègible

07 9401021

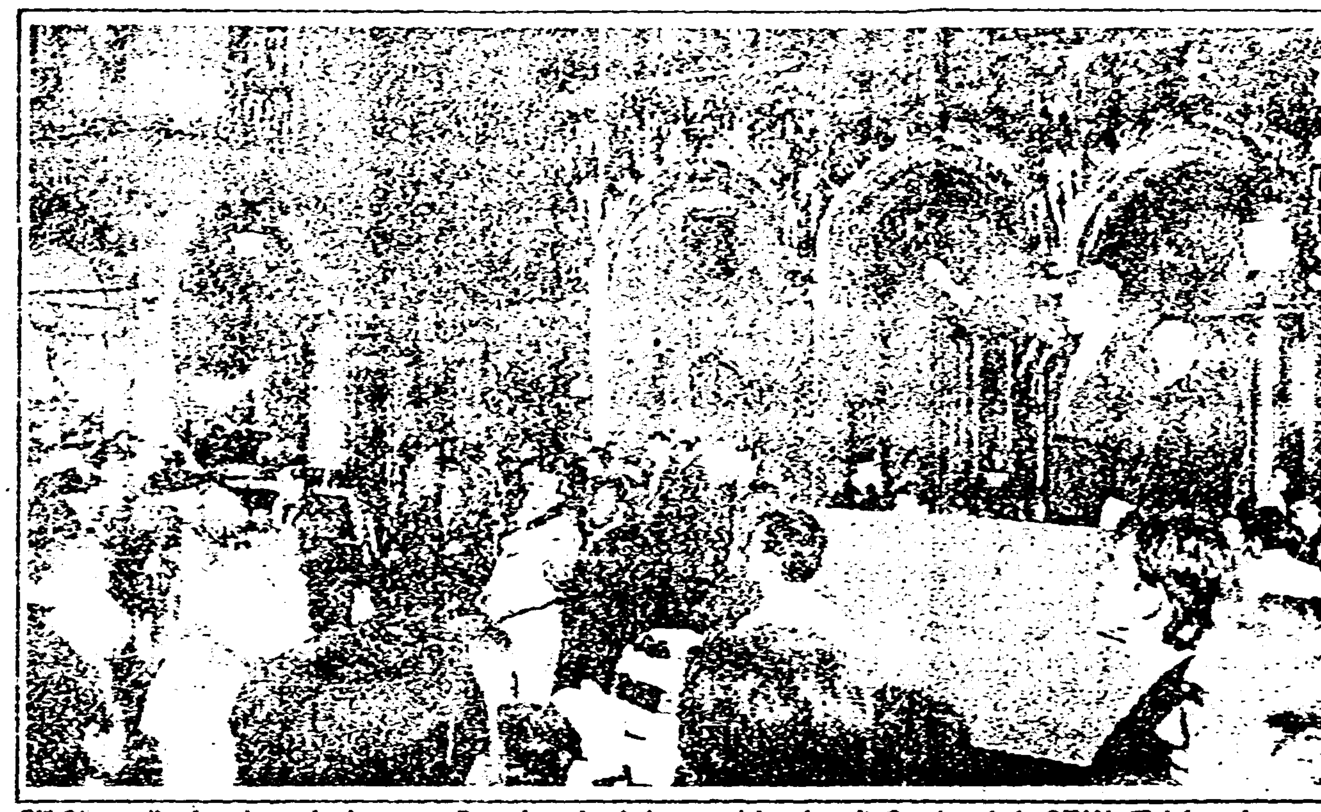
L. R. 20/1/94

Desde hoy, en Bruselas, EEUU y Europa redefinen su política de alianzas en la Otan

El Primer Mundo no es ancho ni ajeno

* Una iniciativa de Bill Clinton, la Alianza para la Paz, permitirá la participación de los países ex comunistas en actividades militares de la Organización

El secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, habla de reunión cumbre "histórica". Otros son más prudentes. Lo cierto es que la iniciativa de la Asociación para la Paz con la que los jefes de Estado y de gobierno de la alianza atlántica propondrán a las naciones ex comunistas del Este europeo participar en las actividades militares de la organización, es la primera piedra del "nuevo orden internacional" con el que se intenta crear en Europa condiciones de seguridad y estabilidad en el mundo de la posguerra fría.



Bill Clinton llegó en la tarde de ayer a Bruselas, donde hoy participará en la Cumbre de la OTAN. (Telefoto de AFP).

Bruselas (ANSA)
por Carlo Rebecchi

■ La Asociación para la Paz no significará el ingreso a la OTAN de los países que han formalizado el pedido tras la disolución, en 1991, del Pacto de Varsovia: Albania, Polonia, Rumania, Hungría, República Checa y Eslovaquia.

Pero la iniciativa de Clinton, adoptada por los otros socios de la alianza, es una oferta para que estas naciones y las otras de la ex URSS que quieran adherir, incluida Rusia, den una cooperación que lleve a alcanzar estándares operativos que consientan la adhesión a la OTAN en el momento oportuno. Es una operación importante también desde el punto de vista estratégico, porque apunta a conciliar las exigencias de seguridad de los países ex comunistas —que en caso de amenaza rusa podrían consultarse con la OTAN- y de Rusia, que considera a su vez una amenaza directa el eventual ingreso de sus ex satélites a la OTAN.

Algunos de los países que habían pedido entrar a la OTAN no esconden su desilusión o, como es el caso de Polonia, su irritación por la decisión que se apresta a adoptar el Consejo Atlántico. Pero los 16 países de la OTAN no consideran definitivo el "no" al ingreso directo.

La idea de la Asociación para la Paz fue explicada por Clinton como necesaria "para crear condiciones de seguridad y estabilidad y no para hacer aumentar las tensiones". Todos los socios la apoyan. Sobre todo los cuatro países europeos más grandes: Alemania, Francia, Italia y Gran Bretaña.

El presidente francés, François Mitterrand, dijo que hacer entrar hoy a la OTAN a los países ex comunistas del Este europeo equivaldría a "crear un nuevo muro de Berlín a unos cuantos cientos de quilómetros más hacia Oriente".

También el "premier" John Major sostiene la iniciativa norteamericana de Asociación para la Paz, lo mismo que el canciller germano, Helmut Köhl, aunque Alemania está dividida al respecto.

Carlo Azeglio Ciampi, jefe del gobierno italiano, considera que la iniciativa de Clinton es "convincente y concreta": una "vía prudente que satisface la exigencia de evitar se agraven los temores legítimos de Rusia de ser asediada o quedar aislada". En un mundo que desde el punto de vista de la seguridad y la estabilidad debe ser reinventado, la alianza atlántica no quiere sólo acrecentar la colaboración con los países ex enemigos. El objetivo de Clinton, Mitterrand, Köhl, Ciampi, Major y los otros líderes es "actualizar" la OTAN para consentirle que sea cada vez más un instrumento capaz de garantizar la seguridad en concertación con otras grandes organizaciones, como las Naciones Unidas y la CSCE (Conferencia de Seguridad y Cooperación en Europa).

En este cuadro se prevén pasos adelante de la reunión cumbre de Bruselas, que mañana debería anunciar un acuerdo acerca de las Fuerzas de Tareas Combinadas (Chjtf), esencialmente europeas, que serían "desenganchadas" de la OTAN y puestas bajo el comando de la Unión Europea Occidental, el "brazo armado" de la Unión Europea, para la gestión de las crisis en el viejo continente fuera del área de la OTAN, como en la ex Yugoslavia.

Las Fuerzas de Tareas Combinadas constituirían de hecho el embrión de un ejército europeo, porque a ellas se incorporarían también unidades militares de Francia, que desde 1966 no forma parte del sistema militar integrado en la OTAN.

El resultado sería una alianza atlántica más europea, más flexible y más cercana a Francia, pero con un reconfirmado liderazgo norteamericano: el presidente Clinton ratificará en la reunión cumbre que Estados Unidos no piensa retirarse de Europa.

Esta declaración no disminuirá en ningún caso el carácter de verificación de las intenciones de norteamericanos y europeos que tendrá la reunión cumbre, respecto de los futuros equilibrios continentales, después que Washington ha dado la impresión, en los últimos tiempos, de mirar más a Asia que a Europa.

Según el consejero para la Seguridad Nacional de Clinton, Anthony Lake, la "estrecha colaboración" entre EEUU y Europa en materia de seguridad es impuesta también por el hecho de que planea la amenaza de "una Europa dividida dentro de cinco o diez años y potencialmente de nuevo consigo misma".

Datos y cifras de la OTAN

Bruselas (UPI)

■ La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) se formó en abril de 1949 con el propósito de defender a Europa contra la amenaza del expansionismo soviético después de la Segunda Guerra Mundial, y en medio de preocupaciones sobre la inestabilidad política y económica del continente. Creada dentro del marco del artículo 31 de la carta magna de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), que establece el derecho inherente a la defensa individual y colectiva de las Naciones, la OTAN es una asociación de estados independientes para preservar su seguridad, a través del establecimiento de garantías mutuas. Los firmantes originales del Tratado fueron Bélgica, Canadá, Dinamarca, Francia, Islandia, Italia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido y Estados Unidos. Grecia y Turquía se unieron en 1952, Alemania en 1955 y España en 1982. Las Naciones de Europa occidental que no son miembros de la OTAN son Irlanda, Suecia, Finlandia, Suiza, Austria y Liechtenstein. Ninguna de las naciones de Europa del Este forma parte de la alianza, así como ninguna de las repúblicas que fueron parte de la Unión Soviética. La OTAN incluye seis unidades: El Consejo del Atlántico del Norte, que decide sobre temas de seguridad; el Comité de Planificación para la Defensa, que trata los asuntos de Defensa, y del cual Francia no es miembro, el grupo de planificación nuclear, que trata los asuntos relativos a las armas nucleares, y del cual tampoco Francia es miembro e Islandia sólo es observador; el Comité Militar, que está integrado por los jefes de Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de los países miembros, con excepción de los de Francia e Islandia; el Comando Regional, que divide a Europa en los comandos Atlántico y Canal; y el Concejo de Cooperación del Atlántico del Norte (NACC), que dirige las relaciones entre la OTAN y los gobiernos de Europa Central, Europa del Este, el Báltico y las ex repúblicas soviéticas. El NACC comenzó a funcionar formalmente en marzo de 1992 con la publicación del plan de trabajo para el diálogo, la sociedad y la cooperación.

POCO LEGIBLE

Hoy comienza la cumbre de la Otan en Bruselas y Europa del Este es tema central

Esteeuropeos piden protección a Occidente

Ante la desaparición del Pacto de Varsovia y el creciente nacionalismo ruso, algunas naciones de Europa Oriental que hace poco escaparon a la dominación soviética desean ahora la protección de la Otan, cuanto antes mejor.

Las relaciones con los antiguos enemigos del este encabezarán el temario de este encuentro. Entre otras cosas, se tratarán las peticiones de ingreso, cada vez más apremiantes, de los antiguos satélites de Moscú y la oposición rusa a la expansión oriental de la Otan.

Europa Oriental considera que la propuesta de Estados Unidos de formar una "Alianza para la Paz", como un paso intermedio, es insuficiente. La OTAN ofrece de este modo entrenamiento militar, pero no le otorga a los países del ex bloque soviético lo que ellos desean: la garantía de que, de ser atacados, Estados Unidos y Europa Occidental irán a la guerra para defenderlos.

La ansiedad en Europa Oriental aumentó el mes pasado con el triunfo electoral de Vladimir Zhirinovsky y sus nacionalistas en las elecciones parlamentarias rusas. La acumulación del voto popular que logró el partido de Zhirinovsky despertó los viejos temores de la intervención armada rusa y aceleró sus prisas para ingresar en la Otan.

Polacos, checos, húngaros y otros temen que ceder a las presiones rusas mine su independencia y cree un peligroso vacío de seguridad en Europa Oriental.

Lituania y Albania son los únicos que han solicitado oficialmente el ingreso a la Organización, ya que los otros países reconocen que pasará tiempo antes de que estén en condiciones de ser miembros de pleno derecho de la OTAN. Sin embargo, los candidatos más probables —Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa— desean que la cumbre garantice que su incorporación a la "Asociación para la Paz" sea un trámite para su ingreso definitivo y no una sustitución.

El presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, declaró ayer a su llegada a Bruselas que Europa sigue siendo parte vital de la seguridad norteamericana y pidió a los aliados occidentales que ayuden a las naciones del antiguo bloque soviético a resistir las amenazas del nacionalismo y la tensión racial.

Al referirse a Rusia, Clinton dijo que el pueblo ruso deberá elegir entre reformas económicas y políticas, y el autoritarismo y el imperio.

Ante la inminencia de la reunión que mantendrán la próxima semana Clinton y Yeltsin, más de 1.000 simpatizantes procomunistas se manifestaron ayer contra las reformas de Yeltsin en la mayor concentración de ese tipo desde que fuera reprimido un alzamiento conservador a principios de octubre.

Funcionarios norteamericanos dijeron que las negociaciones sobre desarme nuclear de Ucrania con Rusia y Estados Unidos podrían culminar en una acuerdo esta misma semana.

Faltan ultimar algunos detalles pero las fuentes dieron por seguro un visto bueno a la brevedad.

Sin embargo, un funcionario alertó que el acuerdo —que para la Casa Blanca sería el eje de la reunión en Moscú entre el presidente Clinton y su colega ruso, Boris Yeltsin, a fines de semana— podría sufrir algún tropiezo.

Otro alto funcionario indicó que la suerte del acuerdo depende en última instancia del mandatario ucraniano Leonid Kravchuk, a quien espera una decisión difícil y políticamente riesgosa. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter, EFE y AP)*



AFP

Bienvenida a Clinton

El presidente de Estados Unidos aseguró que Europa Oriental es una prioridad para su país

TEMARIO DE LA REUNION

● Asociación por la paz

Se ofrecerá a los países de Europa del Este acuerdos bilaterales que constituirán un punto de partida para su ingreso en la Otan. Los aliados declararán que la Otan será ampliada pero no fijarán fechas al respecto ni mencionarán a país alguno como candidato.

● Fuerzas de tarea conjuntas combinadas

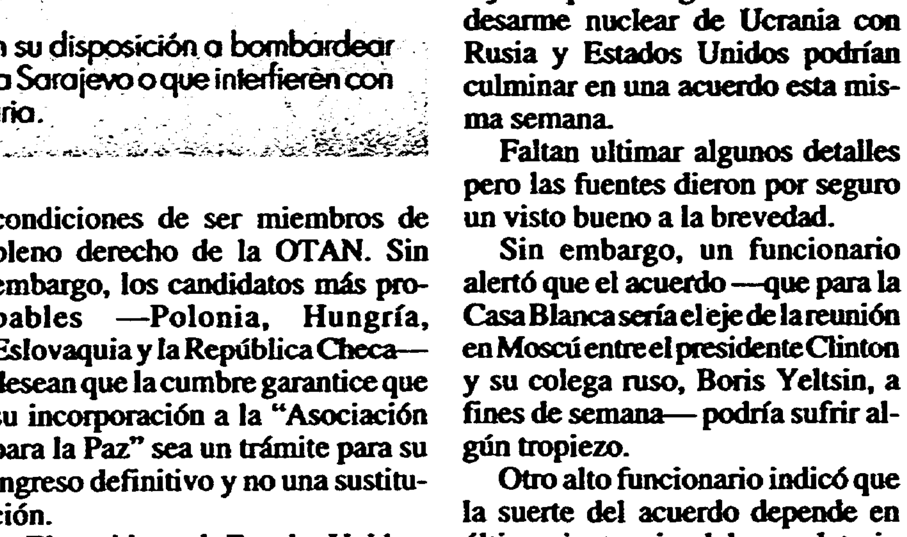
Las fuerzas de los países aliados podrán combinarse con las de Europa Oriental en misiones de mantenimiento de la paz.

● Contra proliferación

Se estudiará la manera de frenar la propagación de armas nucleares, químicas y biológicas a regímenes inestables y terroristas.

● Antigua Yugoslavia

Los dirigentes de la Otan reiterarán su disposición a bombardear las fuerzas serbias que tienen sitiada Sarajevo o que interfierèn con los suministros de ayuda humanitaria.



New York Times: incluir y no aislar a Rusia

NUEVA YORK - AISLAR ahora a Rusia sólo envalentonaría a los ultranacionalistas rusos como Vladimir Zhirinovsky, advirtió ayer el diario The New York Times al abogar por un nuevo espíritu de cooperación entre Occidente, Europa Oriental y Moscú.

Lo mejor es comenzar a tratar a Rusia como un "aliado potencial", fórmula que dio resultados en Alemania y España, cuyo ingreso en la Otan ayudó a amansar el militarismo, agregó el diario en un editorial ante la cumbre de la Alianza Atlántica que comienza hoy en Bruselas.

"La perspectiva del ingreso en la Otan podría alentar al ejército ruso a convertirse en una fuerza para la paz y ese mero hecho justificaría la reestructuración de la alianza antirrusa en una estructura de seguridad totalmente diferente", agregó.

La victoria de los ultranacionalistas en las recientes elecciones rusas ha intensificado los temores de los eurorientales hacia un resurgimiento de Rusia y aumentado sus deseos de aliarse con la Otan, recordó el editorialista.

Pero tal alianza comprometería a Estados Unidos a defenderlos y, como se ha demostrado en Bosnia, ni EEUU ni sus aliados parecen ansiosos de asumir tales compromisos.

Además, la amenaza militar que asusta a Europa Oriental está a años vista y para impedir que se haga realidad hay que empezar a tratar a Rusia y a los europeos del este como socios, y cultivar pautas de cooperación en toda la región, dijo el editorial.

Para ello, la Otan podría ayudar a los políticos reformistas de Rusia a reducir y reorganizar las fuerzas armadas rusas, ocupar a los militares en tareas profesionales y "fuera de la política", agregó.

En ese caso, Rusia tendría que empezar a comportarse como un aliado: por ejemplo, combatir la proliferación armamentista y participar en operaciones de mantenimiento de la paz.

Tras recordar que EEUU debe ampliar la cooperación militar a las áreas no nucleares, el editorialista dijo que la Otan debe alentar a las fuerzas armadas de Europa Oriental a cooperar con la Alianza, con Rusia y entre sí mediante maniobras conjuntas y labores de mantenimiento de la paz.

Según The New York Times, la Otan también puede cultivar el control civil y otras prácticas democráticas en Europa del Este. ■ *(EFE)*

En la reunión inagurual se habló de ataques aéros a las posiciones serbias en Bosnia

LA OTAN ESTUDIA SU REESTRUCTURACION

La cumbre de jefes de Estado o de Gobierno de la OTAN que comenzó ayer, lunes, en Bruselas aprobará la flexibilización de la estructura militar aliada y el plan de Asociación para la paz con los países del Este, y debatirá la posibilidad de atacar las posiciones serbias en Bosnia.

L. S. 11/1/94

El Primer Ministro británico, John Major, aseguró a su llegada a la reunión que la Alianza mantiene su disposición de realizar ataques aéreos contra las fuerzas serbias en Bosnia.

«La OTAN ya definió su disposición a esos ataques bajo unas determinadas circunstancias. Esta disposición no ha variado», dijo Major, quien añadió que los países con grandes cantidades de tropas en Bosnia van a evocar los graves problemas y humillaciones que sufren para realizar su misión de paz.

Los aliados ya aprobaron su disposición a bombardear las posiciones serbias en Bosnia en agosto pasado, pero la última palabra la tiene el Secretario General de la ONU, Butros Gali, quien hasta ahora ha sido muy reticente a dar ese paso.

El Secretario General de la OTAN, Manfred Woerner, aseguró al recibir al Presidente de Estados Unidos, Bill Clinton, en la sede atlántica de Bruselas, que esperaba que los aliados «se pusieran de acuerdo en todas las discusiones sobre Bosnia».

Desde que comenzó la guerra en Bosnia hace 21 meses este tema ha sido el motivo de grandes fricciones transatlánticas.

La cumbre comenzó con la intervención de Woerner, quien aseguró que la organización no abandonará a las democracias en Europa del Este e hizo una advertencia a las tentaciones expansionistas en Rusia.

«Sí a una mayor colaboración con una Rusia democrática y reformista, no a una revitalización del expansionismo», dijo el Secretario General en la apertura de la decimotercera cumbre de la Alianza.

La cumbre, a la que asiste por primera vez el Presidente Clinton, debe aprobar un plan de acercamiento a los países del Este, la llamada Asociación para la Paz.

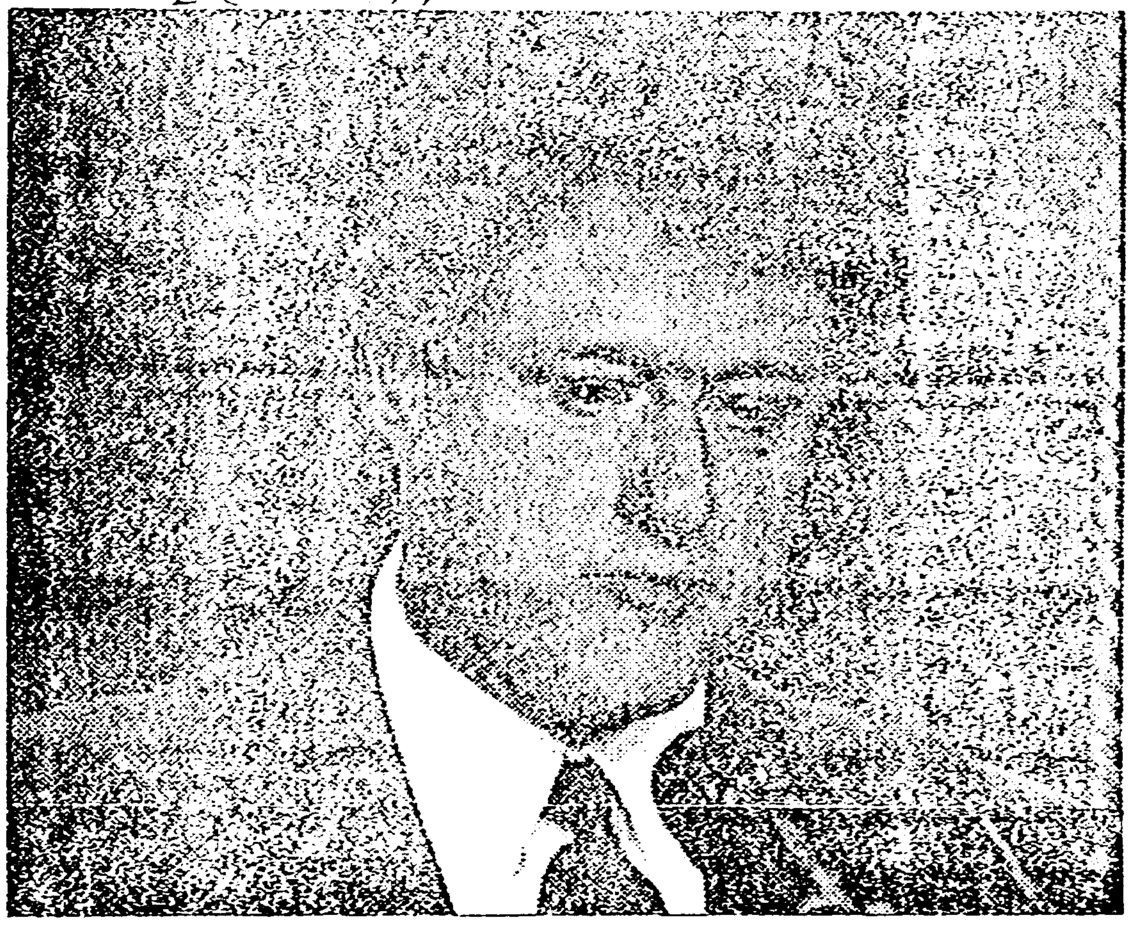
Para Major, según dijo antes de iniciarse la reunión, el plan abre la puerta a una amplia colaboración con los países del Este y puede satisfacer parcialmente sus demandas de adhesión.

«Va a ser una invitación muy amplia dirigida a los países del Este y de la antigua URSS», comentó el dirigente británico.

La cumbre, que debe sellar unas nuevas relaciones entre EEUU y sus socios europeos, estuvo precedida de un discurso de Clinton en el que reafirmó el compromiso de su gobierno con Europa.

«Europa continúa en el centro de los intereses de Estados Unidos», dijo el dirigente norteamericano en el ayuntamiento de Bruselas, donde hizo una ardiente defensa del proceso de integración europea.

Antes del inicio formal de la reunión, Clinton departió brevemente con los líderes de los otros quince países aliados, ya que es la primera vez que se reúne con ellos desde que llegó a la Casa Blanca. (efe)



Clinton impulso una reestructura en la OTAN

OTAN ajustó la entrada del Este por la puerta grande

L.M. 11/1/94

• Ucrania sin misiles nucleares y Bosnia controlada por la fuerza

El Secretario General de la OTAN, Manfred Woerner, dijo ayer que el plan de la "Asociación para la Paz" aprobado hoy no es sólo un primer paso hacia la plena adhesión de las naciones del Este y del Centro europeo en la Alianza Atlántica, sino también un "importante paso al frente" en las relaciones con esos países ex comunistas..



La Cumbre termina hoy. Las resoluciones vertiginosas se suceden frente a los cuatro principales temas que permitirán el inicio de una nueva era para la relación política de los Estados del Este con Occidente.

<u>Bruselas (ANSA)</u>

Más allá de sus cláusulas y de su contenido, el proyecto de la "Asociación" es una manera concreta para que Polonia, Hungría y los otros Estados de la región hagan un aterrizaje "blando" en la OTAN, sin que esto irrite a Rusia y a sus renacidas tentaciones nacionalistas.

El plan aprobado ayer por los 16 líderes de la OTAN es, en otras palabras, una invitación a algunos países del viejo Pacto de Varsovia para que estrechen sus relaciones con la Alianza.

Estas relaciones podrán crecer en el tiempo hasta convertirse en la premisa para el ingreso oficial, con todos los derechos, en el exclusivo "club" atlántico.

Fuentes de la OTAN explicaron que con la "Asociación" se da luz verde a una forma de integración de "geometría variable", cuyo progreso dependerá del nivel de la preparación de cada uno de los ex países comunistas en cuestión.

Los miembros de este nuevo grupo de naciones se llamarán **"socios para la paz"**.

Los países que, de la mano de la "Asociación", podrán golpear a las puertas de la OTAN son los Estados del Este y del Centro de Europa, y los de la ex Unión Soviética que la Alianza Atlántica decidirá invitar a participar en sus trabajos de los organismos militares y políticos, además de sus ejercitaciones militares.

El objetivo principal de la "Asociación" es la ampliación y la intensificación de la cooperación política y militar en Europa, además del fortalecimiento de la estabilidad.

Los países que participarán en la "Asociación" serán invitados a enviar funcionarios permanentes de contacto a los cuarteles generales de la OTAN y a una "célula" de coordinación separada que se creará en Mons (Bélgica).

Esta "célula" estará bajo la gestión del Consejo del Atlántico del Norte y se ocupará de los aspectos vinculados a la planificación militar necesarios para impulsar los programas previstos en el plan aprobado hoy por la OTAN.

El plan no establece ni un calendario ni criterios precisos para el ingreso en la Alianza. Tampoco se indican los países que tienen más posibilidades de adherir al proyecto.

En la primera fila de los candidatos figuran las naciones del grupo de Visegrad (Polonia, Hungría, República Checa y Eslovaquia), que hace ya tiempo pidieron formalmente el ingreso en el exclusivo "club" atlántico.

Gran Mediterráneo

La OTAN acentúa su "dimensión mediterránea" y acogiendo una invitación del Primer Ministro italiano, Carlo Azeglio Ciampi, se declara lista para alentar **"todos los esfuerzos que fortalezcan la estabilidad"** en esa región.

"La seguridad en Europa depende en gran medida de la seguridad en el Mediterráneo", dice uno de los párrafos centrales del borrador del comunicado final de la cumbre que los 16 líderes de la OTAN abrieron ayer en Bruselas.

En las últimas semanas Italia, España y otros países de la Alianza Atlántica habían subrayado que el Mediterráneo y los problemas de la seguridad de la región debían ganar más espacio dentro de la OTAN.

Bombardeo real

Los jefes de Estado y de gobierno de la Alianza Atlántica, reunidos ayer en Bruselas, volvieron a indicar que están listos y dispuestos a lanzar ataques aéreos contra los serbios bosnios, pero el Presidente estadounidense, Bill Clinton, les señaló que para resultar eficaz la advertencia debe ser percibida como "seria" por las partes en lucha.

Para el borrador de la declaración final de la cumbre de la OTAN, que circulaba ayer oficiosamente en la sede central de la Alianza, los 16 países miembros de la organización están listos a lanzar sus ataques aéreos, si el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas se lo ordena.

Al margen del acuerdo, sin embargo, existe una sensible diferencia entre los puntos de vista de varios gobiernos de la OTAN, como indicó el Premier belga Jean Luc Dehaens. **"No estoy del todo seguro que se pueda hablar de un consenso"** entre los aliados atlánticos, dijo Dehaens.

Clinton, durante su discurso ante la asamblea OTAN, dijo que **"lo que está en juego aquí no es solamente la seguridad de quienes viven en Sarajevo y la posibilidad de llevar este terrible conflicto a su término, sino la credibilidad de la misma Alianza"**.

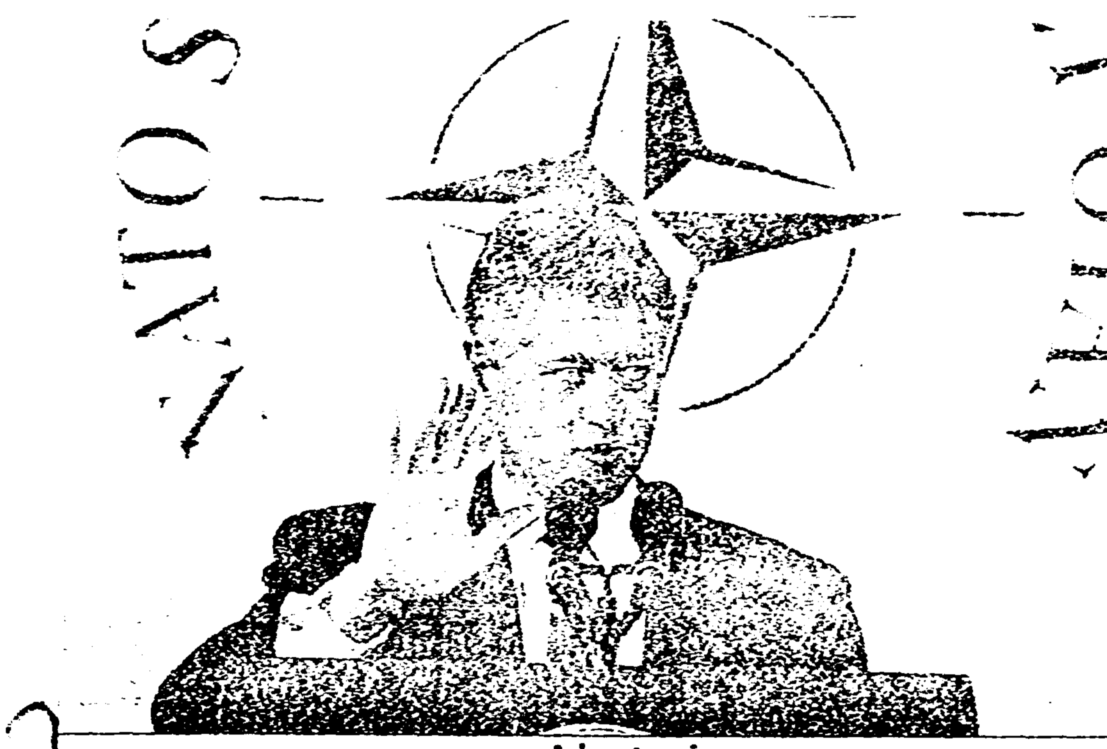
Ucrania sin arsenal

El acuerdo para la eliminación total del arsenal nuclear de Ucrania anunciado ayer en Bruselas por el Presidente norteamericano Bill Clinton será firmado el viernes en Moscú por los Presidente ruso Boris Yeltsin, el ucraniano Leonid Kravchuk y por el mismo Clinton en representación del país que hizo de mediador.

El Secretario norteamericano de Estado, Warren Christopher, se manifestó convencido de que **"el compromiso asumido por el Presidente Kravchuk será respetado"** porque el acuerdo prevé para Ucrania **"garantías de seguridad. Estados Unidos y Rusia se comprometen a no usar contra Ucrania armas nucleares"** e insinuó también garantías de inviolabilidad de las fronteras.

Ucrania tendrá también **"consistentes ayudas para el desmantelamiento, compensaciones económicas y la asistencia técnica necesaria para desarme"**.

11 9401021



Advertencia

En su primer discurso ante la OTAN, Clinton enfatizó que la credibilidad de la alianza atlántica estaba en juego en Bosnia



E. OBS. 11/1/94

Clinton advirtió que es necesaria una sola amenaza de ataque si realmente se piensa ejecutarla

Poco entusiasmo en la OTAN sobre tema Bosnia

Los dirigentes de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) incluyeron ayer la cuestión de Bosnia en su reunión en la cumbre, pero con poco entusiasmo y sin indicios de que algunas iniciativas militares se hayan vuelto inminentes.

El presidente norteamericano, Bill Clinton señaló que en Bosnia está en juego la credibilidad de la OTAN y advirtió a sus colegas de la alianza que deberían formular sólo una amenaza de ataques aéreos si realmente intentan ejecutarlos.

Los líderes de la OTAN dejaron en claro que están dispuestos a ordenar ataques aéreos en Bosnia bajo la autoridad de las Naciones Unidas para evitar el asedio de Sarajevo o proteger otras zonas, según un proyecto de declaración de la reunión cumbre en Bruselas.

"Reafirmamos nuestra disposición, bajo la autoridad del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas a afectuar ataques aéreos con el fin de evitar el asedio de Sarajevo, de las zonas protegidas y de otras áreas en Bosnia Herzegovina", indica el borrador que será difundido hoy martes.

"Hay un consenso de que la OTAN debe seguir estando preparada para esa intervención", dijeron fuentes aliadas, pero a "nadie se le escapó que la credibilidad de la OTAN está en juego en esta decisión, aunque sólo Clinton lo expresó abiertamente", añadieron.

"Si se reiteran las amenazas de atacar, hay que hacerlo" comentaron, "de lo contrario se pierde totalmente el sentido de credibilidad (y) por ahora las fuerzas serbias sólo temen a la OTAN y Estados Unidos", concluyeron las fuentes.

La OTAN, que ya tiene aviones patrullando sobre Bosnia, amenazó en agosto pasado con bombardear las posiciones de artillería serbia que cañonean Sarajevo, pero hasta ahora evitó tal medida. La aprobación necesaria para cualquier ataque deberá provenir del Secretario General de la ONU, Butros Ghali.

Luego de 21 meses de guerra, está aumentando la presión para que Occidente adopte una línea más dura frente al sitio de Sarajevo y los ataques contra las fuerzas de la ONU destacadas en toda la república.

Plan europeo de paz

Mitterrand y Clinton, coincidieron ayer en Bruselas, en que la única solución posible para el conflicto de Bosnia pasa por la ejecución del plan europeo de paz.

Los mandatarios de Francia y Estados Unidos, que mantuvieron una reunión bilateral durante la cumbre, insistieron en que "se deben salvaguardar los objetivos políticos que la comunidad internacional persigue en la antigua Yugoslavia, y la única solución razonable está en la base del plan de paz europeo". Este plan contempla la división de Bosnia-Herzegovina en tres repúblicas étnicamente diferenciadas, una de mayoría musulmana, una serbia y una croata.

Interrupción

Las organizaciones de socorro suspendieron ayer sus vuelos de ayuda a la asediada capital de Bosnia, debido a que las facciones en guerra no pudieron dar garantías de seguridad.

Entretanto, funcionarios de ONU informaron de una ofensiva del Ejército de Bosnia contra posiciones en la región central de Bosnia en poder de los croatas.

La lucha entre los dos antiguos aliados se produjo pese a las conversaciones de paz que tenían lugar en ese momento en Bonn, Alemania.

Las fuerzas del gobierno han logrado algunos avances militares recientemente y se oponen a un plan de paz que daría al gobierno el control de un tercio del territorio de Bosnia. El plan fue sometido por mediadores europeos y de la ONU. *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias Reuter, EFE y AP)*

Finalizaron sin avances en Bonn las conversaciones bosnio-croatas

Las conversaciones entre bosnios y croatas terminaron ayer en Bonn sin resultados visibles.

Un portavoz de la conferencia internacional de Ginebra no quiso dar detalles sobre lo tratado en los dos días de reunión en el Petersberg, a la que los periodistas no tuvieron acceso alguno y de la que no salió tampoco información oficialmente confirmada.

Las únicas noticias sobre la conferencia surgieron de fuentes croatas, según las cuales Tudjman puso en la mesa de negociaciones una nueva iniciativa de paz, consistente en una regulación amplia de las relaciones entre croatas y musulmanes bosnios y entre Croacia y Bosnia y una nueva propuesta de división del país.

Según esa misma fuente, el presidente bosnio Alija Izetbegovic aceptó "en principio" las propuestas, pero puso duras exigencias con respecto a puntos concretos, como el estatus de la ciudad de Mostar, el aspirado acceso bosnio al Adriático y la situación en Bosnia central, sobre el que los musulmanes reclaman un control exclusivo. *(EFE)*

12 9401021



Clinton habla a los delegados de la alianza atlántica (Reuter)

Podrán asociarse a la NATO países del Este

Clinton: dijo que esa alianza y la decisión de Ucrania de desmantelar su arsenal nuclear son pasos gigantescos hacia una mayor seguridad mundial.

BRUSELAS, 10 (Reuter).– Los líderes de la NATO ofrecieron hoy a sus ex adversarios del Pacto de Varsovia una asociación para la paz con vistas a expandir la alianza hacia el Oriente, pero todavía no encontraron una respuesta convincente a la guerra en Bosnia.

En su primera cumbre desde el colapso de la Unión Soviética, los 16 dirigentes de la alianza atlántica invitaron a todos los ex Estados del bloque soviético, incluida Rusia, y a las naciones neutrales de Europa a estrechar vínculos militares.

La invitación mencionó por primera vez una progresiva expansión de la NATO, pero los aliados no dieron curso a los pedidos de admisión como miembros plenos de las naciones de Europa oriental, amedrentadas por el nacionalismo ruso.

En un importante logro de su primera visita a Europa, el presidente Bill Clinton anunció que Ucrania aceptó destruir o entregar a Rusia las 1800 cabezas nucleares en su territorio a cambio de garantías de seguridad y ayuda financiera.

El mandatario afirmó que "son dos pasos gigantescos" hacia una mayor seguridad mundial. La cumbre acordó que la NATO está dispuesta, bajo mandato de la UN, a defender Sarajevo y otras áreas de Bosnia.

(Más información en la pág. 4)

IN · 11/1

13

Para Clinton, un doble triunfo en la NATO

L. U 11/1/94

Desarme: a la asociación de países del Este a la NATO se le suma la decisión de Ucrania de entregar su arsenal nuclear, que según el titular de la Casa Blanca "abre una nueva era".

BRUSELAS, 10 (Reuter) – Bill Clinton, en su primera visita a Europa como presidente de los Estados Unidos, experimentó hoy un doble triunfo al anunciar un acuerdo nuclear con Ucrania y el lanzamiento de un plan para incorporar eventualmente a la NATO a ex países comunistas.

Clinton, que asiste a una reunión cumbre de dos días de la OTAN, advirtió a los aliados sobre las amenazas excesivas con respecto a Bosnia si no están dispuestos a usar la fuerza para detener los combates en la zona.

Clinton declaró en conferencia de prensa que Ucrania cerró un acuerdo con Rusia y los Estados Unidos para entregar su arsenal nuclear, el tercero del mundo, incluyendo 176 misiles y 1500 ojivas que apuntan a los Estados Unidos.

"El acuerdo trilateral que firmaremos conducirá a la remoción completa de todas las armas nucleares de Ucrania", señaló. "Este acuerdo abre una nueva era en nuestras relaciones con Ucrania", expresó.

Clinton declaró que durante un breve alto en su viaje se reunirá el miércoles en Kiev con el presidente ucranio, Leonid Kravchuk.

Los dos mandatarios y el presidente ruso, Boris Yeltsin, cerrarán n el acuerdo el viernes en Mosc durante la reunin cumbre entre Estados Unidos y Rusia. La renuencia de Ucrania a entregar el arsenal nuclear que hered de la Unin Sovitica, a menos que recibiera ayuda financiera masiva y garantías de seguridad, era una preocupación mayor para los Estados Unidos.



Clinton, con la cúpula militar norteamericana, en Bruselas (AP)

Cooperación militar

La cumbre de la NATO también presentó formalmente el plan "Asociación para la Paz", que ofrece a los países de Europa oriental cooperación militar con la NATO sin proponerles la incorporación a la alianza.

En un breve discurso que trató una variedad de temas de la alianza, Clinton señaló que la credibilidad de la NATO es lo que está en juego en Bosnia, país devastado por una guerra civil de 21 meses de duración que no tiene visos de culminación.

Se presume que la reunión cumbre renovará la amenaza aliada de lanzar ataques aéreos contra las fuerzas serbias en Bosnia si continúan cañoneando Sarajevo y asedian a las tropas de la UN que intentan entregar provisiones a los musulmanes sitiados.

"Lo que está en juego no es sólo la seguridad de la población de Sarajevo o cualquier posibilidad de poner fin a este terrible conflicto, sino la credibilidad de la alianza", manifest.

Clinton, quien criticó duramente la política para Bosnia del ex presidente George Bush durante la campaña presidencial de 1992, propuso a poco de asumir su cargo la ejecución de ataques aéreos contra los serbios bosnios y levantar gradualmente el embargo de armas que ataba las manos a los musulmanes. Pero sus propuestas se toparon con la resistencia europea.

Clinton no está dispuesto a que Estados Unidos tome la delantera por los problemas políticos que surgieron del rechazo europeo a la propuesta y la dolorosa experiencia norteamericana en la fuerzas de paz en Somalia, donde fueron muertos más de 25 efectivos norteamericanos.

Clinton defendió la estrategia gradual de la Asociación para la Paz —que prevé ejercicios conjuntos y programas pacificadores para los Estados del Pacto de Varsovia— en lugar de la admisinó plena de esos países miembros de la NATO.

"La Asociación para la Paz nos da lo mejor de dos mundos. Nos permite prepararnos y trabajar hacia la ampliación de la NATO cuando los otros países sean capaces de cumplir con sus responsabilidades en la alianza", afirmó.

Bomba en una sede militar de la Alianza

ROMA, 10 (Reuter). – Un atentado con bomba causó hoy daños a una academia militar de la NATO en esta ciudad horas antes del inicio de una crucial cumbre de la alianza occidental en Bruselas.

La bomba, que según la policía consistía en alrededor de dos kilogramos de explosivos, destrozó ventanas y abrió un cráter delante del edificio de dos pisos que alberga a la Universidad de Defensa de la NATO en el sur de Roma. La explosión ocurrió poco después de la madrugada.

El edificio de acero y vidrio se encontraba deshabitado en el momento de la explosión y no hubo que lamentar víctimas. Nadie se atribuyó la responsabilidad del atentado y tampoco hubo ninguna advertencia previa, informó la policía.

El primer ministro italiano, Carlo Ciampi, que asiste a la conferencia de Bruselas, condenó el hecho.

"El ataque en Roma demuestra que los terroristas y enemigos de la libertad siguen en acción y que la alianza libre del Atlántico continúa siendo la mejor defensa contra sus designios", dijo Ciampi.

La agencia italiana ANSA dijo que fueron extremadas las medidas de seguridad en las embajadas y otras dependencias de países miembros de la NATO en Roma.

El atentado coincidió con el inicio de una crucial semana en la política peninsular, en la que el presidente Oscar Scalfaro anunciará elecciones para votar un nuevo Parlamento.

La Universidad de Defensa capacita a militares y funcionarios civiles para ocupar altos cargos en la NATO y funciona desde 1966 en el moderno distrito Muestra Universal de Roma (EUR).



Zhirinovsky: El líder ultranacionista ruso consideró que la ampliación de la NATO a los países del ex bloque del Este "abriría la vía a otra guerra mundial" y anunció que propiciará restaurar el Pacto de Varsovia para restablecer el equilibrio.

14

Las fuerzas armadas mexicanas preparan una gran ofensiva contra el ejército zapatista en Chiapas (14).

EL OBSERVADOR
INTERNACIONAL

Peronistas y radicales negocian para elaborar listas unificadas con miras a la reforma constitucional (15).

E. OBS. 11/1/94

Los 16 países ofrecieron a ex adversarios del Pacto de Varsovia integrarse en una asociación

La Otan aprobó la "Asociación para la Paz"

La primera jornada de la cumbre de jefes de estado o de gobierno de la Alianza Atlántica terminó ayer en la sede de la organización en Bruselas.



AFP

Primera jornada

El presidente norteamericano Bill Clinton saluda al canciller alemán Helmut Kohl antes de dar comienzo a la cumbre de dos días, que prosigue hoy

Tras un día de debates, los dirigentes aliados aprobaron la "Asociación para la Paz", que ofrecerán a los países de Europa del Este y de la antigua URSS y reafirmaron su decisión de lanzar ataques aéreos contra las posiciones serbias en Bosnia.

Hoy se reanudarán los debates formales de la cumbre que sellará importantes cambios para adaptar la organización a las nuevas necesidades defensivas y los desafíos de estabilidad en el Este.

Los 16 estados miembros de la Otan, alianza fue firmada en 1949 para contener el expansionismo soviético, tomaron ayer la histórica decisión de invitar a sus ex rivales de Europa Oriental a integrar una asociación con esa alianza militar occidental.

En esta primera cumbre desde el colapso de la Unión Soviética, los líderes ofrecieron ayer a sus ex adversarios del Pacto de Varsovia una Asociación para la Paz, pero simultáneamente descartando cualquier inminente incorporación de miembros orientales.

Los 16 dirigentes aprobaron un plan sobre estrechamiento de los vínculos militares con los ex estados del bloque soviético, incluida Rusia, pero sin hacer caso de los pedidos de admisión formulados por naciones de Europa Oriental alarmadas por el avance del nacionalismo ruso.

El esquema comprende eventuales entrenamientos y ejercicios militares conjuntos a partir de este año. Todo estado miembro tendrá derecho a consultar a la alianza ante cualquier amenaza.

Sin descartar de plano la admisión de nuevos miembros, para no dejar aislado a Moscú, los dirigentes no pusieron fecha ni identificaron a los posibles candidatos.

La disyuntiva de Occidente

El comisionado general de la Otan, Manfred Woerner, expresó que Occidente no quería verse en la disyuntiva de elegir entre la cooperación con Rusia o con sus ex satélites, y que una auténtica asociación con Rusia era posible si este país se inclinaba por reformas democráticas y renunciaba al expansionismo.

Citado por funcionarios europeos, el presidente Bill Clinton dijo que sería errado trazar una nueva línea divisoria de Europa sólo unos pocos cientos de kilómetros más hacia el este.

A su vez el canciller alemán Helmut Kohl manifestó a la cumbre: "No queremos y no debemos cavar nuevas trincheras en Europa".

Al comienzo de la cumbre, el líder ultranacionalista ruso Vladimir Zhirinovsky, cuyo partido se alzó con la mayoría de los sufragios en las elecciones parlamentarias de diciembre, lanzó otra de sus andanadas verbales y advirtió a la Otan que la admisión en su seno de los ex estados miembros del Pacto de Varsovia podría desatar la Tercera Guerra Mundial.

El primer ministro italiano Carlo Azeglio Ciampi, haciéndose eco de la inquietud occidental ante la amenaza que representa el nacionalismo y la inestabilidad en Rusia, afirmó que el mejor servicio que los aliados podían prestar a Europa era no provocar el temor de Moscú al aislamiento y el encierro. ■ *(De la redacción de El Observador en base a información de las agencias EFE, Reuter y AP)*

El punto de partida para el ingreso

El plan de Asociación para la Paz no llega a conceder el status de miembro ni las garantías de seguridad buscadas de forma apremiante por Polonia y otros países, preocupados por las pugnas de origen étnico y la agitación política que se propaga por su región.

En virtud del tratado de 1949 de la Otan, los miembros acuerdan considerar un ataque armado contra cualquier otro miembro de la organización como un ataque contra todos.

El acuerdo de asociación, sin embargo, dice sólo que la Otan está dispuesta a efectuar consultas con cualquier país de Europa Oriental que "perciba una amenaza directa a su integridad territorial, su independencia política o su seguridad", de acuerdo con el borrador de la declaración. El nuevo plan es parte de los esfuerzos que se realizan por reorganizar la Otan y darle una nueva misión en la era posterior a la Guerra Fría. ■ *(EFE)*

ANALISIS

Carol.

Preguntas sin respuestas de Occidente

por Carol Giacomo
de la agencia Reuter

El temor de que Rusia se sienta aislada y se vuelque al ultranacionalismo es una importante razón por la que la Otan no puede admitir como miembros plenos a países ex comunistas de Europa Oriental, pero no la única, subrayan funcionarios y diplomáticos.

La Otan también se pregunta si sus actuales miembros pueden comprometerse a defender las fronteras de países de Europa Oriental y si las fuerzas armadas del extinto Pacto de Varsovia están listas para integrarse con las tropas occidentales.

La expansión también podría debilitar la cohesión de la Otan y su capacidad para tomar decisiones políticas. La alianza ya ha experimentado algunos problemas para forjar un consenso entre sus 16 integrantes.

Los líderes de la Otan no ofrecerán por tanto garantías de seguridad ni admisión como miembros a los países de Europa del Este.

El argumento central han sido los temores de que una expansión de la Otan hacia el este irrite a Rusia, provocando una respuesta nacionalista que podría descarrilar el proceso de reformas de Moscú y revivir el imperialismo soviético.

Pero diplomáticos de la alianza destacaron que también hay problemas políticos, preocupaciones sobre la cohesión interna del grupo, sobre su eficiencia y una coincidente opinión de que las estructuras militares de países como Polonia y Hungría todavía no están listas para integrarse con ejércitos occidentales.

Las legislaturas nacionales de los 16 países de la Otan deberían aprobar la eventual incorporación de nuevos miembros.

Bajo el tratado fundador de la Otan, los estados miembros deben considerar todo ataque contra otro miembro de la alianza como una agresión contra el conjunto y participar en la defensa de las fronteras del grupo.

La cuestión política es simple y directa: ¿están dispuestos los estados de la Otan a defender fronteras más allá de sus límites actuales, como las de Polonia, Rumania o Albania, con las vidas de sus soldados?

Las señales indican que ninguno de ellos está ni remotamente dispuesto a asumir tal compromiso, especialmente en vista de la posibilidad de que se desaten nuevos conflictos como el de Yugoslavia en Europa Oriental. ■

PRIMER PASO PARA UNA INTEGRACION MAS PLENA

ADVERTENCIA A UN POSIBLE EXPANSIONISMO RUSO

E.E. 11/1/94

Histórica propuesta de la OTAN: una alianza militar con sus ex enemigos

E.E. 11/1/94

En la jornada inaugural de la reunión cumbre de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en Bruselas, los aliados reafirmaron su amenaza de utilizar la fuerza aérea contra las posiciones serbias en Bosnia. Los aliados aprobaron también la iniciativa norteamericana de "Asociación para la Paz", un plan de cooperación y asistencia militar con los países del ex Pacto de Varsovia. El líder ultranacionalista ruso, Vladimir Zhirinovsky, advirtió que la incorporación de los países del ex bloque soviético a la OTAN podría conducir a la tercera guerra mundial.

LA CUMBRE DE LA OTAN

BRUSELAS, 10 (AP, AFP y Reuter). — Al concluir hoy la primera jornada de su reunión cumbre de dos días, los jefes de Estado y gobierno de los 16 países que integran la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)**, tomaron la histórica decisión de invitar a sus ex rivales de Europa Oriental a integrar una asociación militar.

En la segunda cuestión que acaparó la jornada, la guerra en **Bosnia-Herzegovina**, los líderes de la OTAN reiteraron que en caso de que la ONU lo solicite, **la organización está dispuesta a recurrir a una intervención militar aérea contra las posiciones serbias**, que mantienen desde hace casi dos años un cerco contra Sarajevo y varios enclaves musulmanes (véase aparte).

Al inaugurar hoy la reunión, el secretario general de la organización, **Manfred Woerner**, definió el encuentro como **"un momento crucial en la vida de la alianza"**.

Woerner lanzó también una severa advertencia contra las tentaciones expansionistas de Rusia, alimentadas por el avance del nacionalismo en las últimas elecciones realizadas en esa Federación. **"Sí a una mayor colaboración con una Rusia democrática reformista, no a una revitalización del expansionismo"**, señaló el dirigente.

Los 16 jefes de Estado y de gobierno firmaron hoy la iniciativa norteamericana de cooperación militar llamada **"Asociación para la Paz"**, que constituirá el primer paso hacia la ampliación de la alianza y una integración más plena con el Este europeo (véase aparte).

El presidente norteamericano **Bill Clinton** y el francés **François Mitterrand** iniciaron las discusiones afirmando que la OTAN debe encontrar la manera de tranquilizar tanto a los países ex comunistas y ex satélites de la URSS como a la Rusia actual.

Mitterrand consideró que la propuesta de "Asociación para la Paz" significa una **"garantía real de seguridad"** para Europa del Este.

"Ninguna guerra amenazará su integridad territorial sin que los aliados respondan. La Asociación para la Paz ofrece una forma de garantía real", dijo el presidente francés en uno de los más firmes compromisos expresados por los dirigentes atlánticos.

España y Gran Bretaña se manifestaron en contra de esta interpretación tan arriesgada del proyecto de asociación, mientras que el canciller alemán, **Helmut Kohl**, recordó que cualquier agresión a los nuevos asociados desencadenaría consultas.

Tras conocerse la aprobación de la iniciativa norteamericana, desde Varsovia, el presidente polaco **Lech Walesa** —cuyo país aspiraba a ser aceptado como miembro pleno de la OTAN—, calificó la propuesta de asociación, como **un "paso dado en la dirección correcta, aunque insuficiente"**.

Walesa dijo también que deseaba **"mucho que Rusia adhiera a la OTAN y que cumpla con todos los requisitos necesarios, en particular poniendo sus armas nucleares bajo las órdenes de un comando conjunto de la alianza"**.

Al concluir sus encuentros más formales, los jefes de Estado y de gobierno atlánticos se reunieron esta noche para cenar en el palacete de **Val Duchesse**, en las afueras de Bruselas, donde discutieron la situación en Rusia, Ucrania y la guerra en Bosnia.

Mañana reanudarán los debates formales de la cumbre que sellará importantes cambios para adaptar la organización a las nuevas necesidades defensivas y desafíos de estabilidad en el Este.



El presidente Bill Clinton y el canciller alemán, Helmut Khol, rodeados por Warren Christopher y Klaus Kinkel, festejan ayer en Bruselas.

ASOCIACION PARA LA PAZ

- **Qué es**: una nueva institución de la OTAN a la que están invitados especialmente los [illegible] países del ex Pacto de Varsovia, además de las naciones europeas tradicionalmente neutrales como Austria, Suecia y Finlandia.
- **Objetivo**: ampliación e intensificación de la cooperación política y militar en Europa, además del fortalecimiento de la estabilidad.
- **Qué ofrece la OTAN**: con cada país se negociará un programa de trabajo "individual". Pero el plan apunta a brindar adiestramiento, planificación y ejercitación militar conjunta. También se dará asesoramiento a aquellos "socios" que se consideren amenazados en su integridad territorial, independencia política o seguridad. Los "socios" podrán participar de las fuerzas de la OTAN en las operaciones de mantenimiento de la paz.
- **Sede**: la célula de coordinación de la Asociación tendrá su sede en Mons, Bélgica. Pero los "socios" podrán tener funcionarios de contacto permanente en los cuarteles generales de la OTAN.
- **Ingreso a la OTAN**: el plan no establece ni un calendario ni criterios precisos para el futuro ingreso pleno de los "socios" a la OTAN.

Dura amenaza a los serbios

BRUSELAS, 10 (AFP y Reuter). — Presionado por sus aliados, el presidente norteamericano, **Bill Clinton**, aceptó hoy en Bruselas reiterar la amenaza de ataques aéreos de la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** contra las posiciones serbias en Bosnia si estas continúan atacando la ciudad de Sarajevo.

Tras subrayar que **"está en juego la credibilidad de la OTAN"**, y advertir que **"si hablamos de adoptar duras decisiones, debemos estar preparados para llevarlas a la práctica"**, Clinton invitó a la cautela a sus aliados europeos, y en particular a Francia.

En los últimos meses, París se mostró como la principal patrocinadora de la hipótesis de llevar a cabo incursiones aéreas en Bosnia a fin de proteger a las fuerzas de la ONU e impedir la "estrangulación" de Sarajevo.

En la apertura de la cumbre de la alianza atlántica, el presidente francés, **François Mitterrand** —citado por su portavoz, Jean Musitelli — instó a los demás líderes de la organización a concretar **"con acciones"** las declaraciones.

Ocho meses atrás la OTAN ya había aprobado un plan de ataques aéreos, que solo sería puesto en práctica a pedido del secretario general de la ONU, **Butros Ghali**. Hasta la fecha, ese plan nunca fue utilizado.

Por su parte, el canciller alemán **Helmut Kohl**, dijo que considera la guerra en la ex Yugoslavia y sus aniquiladoras consecuencias como el retorno de la barbarie a Europa. **"Las hostilidades deben cesar de inmediato y es preciso poner en práctica una regulación de la paz"**, dijo.



Agencia AFP

Vladimir Zhirinovsky (izq.) en Moscú: Puede haber una tercera guerra mundial.

OPOSICION DE VLADIMIR ZHIRINOVSKY

Declaración de guerra

MOSCU, 10 (AFP y Reuter). — El líder nacionalista ruso **Vladimir Zhirinovsky** advirtió hoy que **la incorporación a la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) de los países que pertenecieron al bloque soviético "abriría el paso a una tercera guerra mundial"**.

"Sería un enorme error y una tragedia para la OTAN, Europa y todo el mundo si pretenden tomar a nuestros vecinos", declaró Zhirinovsky, cuyo **Partido Liberal Democrático** conquistó en los comicios del 12 de diciembre pasado la segunda bancada más numerosa del nuevo Parlamento ruso.

Polonia, Hungría y las repúblicas Checa y Eslovaca (que conforman el llamado grupo de Visegard), reafirmaron sus pretensiones de ingreso a la Alianza después de la victoria de Zhirinovsky, quien propicia el restablecimiento del imperio ruso. Lituania solicitó formalmente su ingreso.

"Esos países no deben ingresar en la OTAN, porque habría de un lado un enorme bloque y del otro una Rusia aislada. Esto significaría que la OTAN tomó el camino de preparación para la tercera guerra mundial contra Rusia", afirmó hoy el líder del PLD.

Para frenar el ingreso a la OTAN de las repúblicas ex comunistas y presionar a la cancillería rusa afín de que tome una actitud firme en ese tema, Zhirinovsky intentará ahora llegar a la jefatura del comité de Relaciones Exteriores del Parlamento.

El principal colaborador del líder nacionalista, **Aleksei Mitrofonov**, declaró por su parte que "lo que propone el Partido Liberal Democrático es restaurar el ex bloque del Este y restablecer el equilibrio".

"Dentro de un sistema de restauración de antiguos bloques, Alemania no podrá levantarse. No habrá restablecimiento de Austria-Hungría y Yugoslavia dejará de ser despedazada", confió hoy Mitrofonov, al concluir una reunión partidaria.

El consejero de Zhirinovsky afirmo que "Bill Clinton no aceptará a los países del Este en la OTAN, dado que los Estados Unidos no tienen los mismos intereses que los europeos", y denunció que "ciertos medios norteamericanos han sido los artífices de la desintegración de Yugoslavia".

Zhirinovsky advirtió también al presidente norteamericano, quien esta semana visitará Moscú, que el sentimiento antinorteamericano está creciendo entre los rusos. "Todos saben que Clinton viene a respaldar a un equipo de consejeros del presidente **Boris Yeltsin** encabezados por (el primer ministro) **Yegor Gaidar**, que está condenado de antemano", afirmó.

Acuerdo con Ucrania

BRUSELAS, 10 (EFE y AP). — El presidente norteamericano, **Bill Clinton**, anunció que el viernes firmará en Moscú un acuerdo para la eliminación total del arsenal nuclear ucraniano. **"Es un acontecimiento promisorio e histórico"**, dijo el presidente.

El acuerdo producirá el desmantelamiento del tercer arsenal nuclear del mundo, y representará un importante avance en el empeño del presidente por revertir la proliferación de armas nucleares.

Clinton dijo que serían eliminados 176 misiles balísticos intercontinentales y 1.500 ojivas nucleares que apuntan a los Estados Unidos. **"La cuestión de las armas nucleares de la ex Unión Soviética fue la amenaza de proliferación más importante que enfrentó el mundo"**, dijo.

Los Estados Unidos, Ucrania y Rusia acordaron la destrucción de ese armamento luego de prolongadas y difíciles negociaciones. Clinton formuló su anuncio tras asistir a la sesión inaugural de la conferencia cumbre de dos días de la Organización del Tratado del **Atlántico Norte (OTAN)**.

Clinton precisó que el miércoles efectuará una breve escala en **Kiev**, la capital ucraniana, y que el pacto será firmado el viernes en Moscú con el líder de esa república, **Leonid Kravchuk**.

Durante las negociaciones, Ucrania se mostró renuente a ceder las armas (un remanente del poderío soviético) mientras Rusia retuviera un arsenal considerable. Pero las promesas de asistencia norteamericana y precios preferenciales de petróleo y gas rusos contribuyeron a hacer ceder la resistencia de Ucrania.

EL mandatario norteamericano agregó que el único costo para los Estados Unidos sería el del denominado fondo Nunn-Lugar (por el nombre de dos legisladores norteamericanos) destinado a ayudar a los países que se deshagan de sus armas nucleares.

9401021

OTAN: hacia la construcción de una «Gran Europa» estable

LA GRAN OPCION ESTRATEGICA DE OCCIDENTE

Juev 12/1

Ha culminado la Cumbre de la OTAN. Los ex-países socialistas de Europa podrán integrarse a la «Asociación Para la Paz»; nuevo status creado para los ansiosos promitentes miembros de la OTAN. Silenciosamente, procesos más profundos y determinantes garantizan los desvelos occidentales por dar «estabilidad» a las nuevas economías de mercado

Con salarios medios de 169 dólares, la flamante República Checa se perfila como una suerte de «maquiladora» para los empresarios alemanes.

Para qué «deslocalizar» inversiones hacia lejanos países del sudeste asiático cuando sólo hace falta cruzar los Montes Sudetes para encontrar mano de obra dispuesta a trabajar por salarios diez veces más baratos que los obreros alemanes - incluso los de la ex-RDA -, con una larga tradición industrial.

En Checoeslovaquia, sexta potencia industrial del mundo en los años 30, existen miles de checos con capacidad de gestión empresarial, deseosos de convertirse en capitalistas.

Culturalmente, no existen grandes diferencias entre Alemania y su vecino; cuna de las archi-célebres cervezas Pilsen y Budweiser, estaciones termales de centenario prestigio y un paisaje ya casi desaparecido de Alemania Federal que recuerda los «Heimat» de la pre-guerra; típicas casas campesinas de enormes palomares y pueblos con iglesias barrocas enclavados en verdes valles apacibles.

Todo ello conforma un «ambiente» ideal para los industriales alemanes atormentados por la recesión, los poderosos sindicatos germanos y las cargas sociales del «Estado de Bienestar», explicando la rapidez y facilidad con que, como hongos, surgen las «joint-ventures» germano-checas.

Invertir en la República Checa para vender en Europa Occidental se perfila como uno de los grandes negocios para los empresarios alemanes, 30% de los cuales, según un estudio de la Cámara de Comercio de ese país, piensan en «deslocalizar» sus inversiones.

Una vez, hacia fines de la década del 30, en su escalada hacia la Segunda Guerra Mundial, las tropas de Hitler cruzaron los Sudetes, ante la atemorizada pasividad del Primer Ministro Inglés, Lord Chamberlain y su colega francés Edouard Daladier, reunidos en Munich para desmembrar Checoeslovaquia.

En nombre de los tres millones de alemanes que habitaban la región de los Sudetes en aquellos años, se proclamaba en 1938, la «independencia» de la región.

A la salida de la guerra, los Acuerdos de Postdam determinaron la expulsión de buena parte de aquellos alemanes y la confiscación de sus bienes, lo que aún continúa creando ciertas fricciones entre Alemania y la República Checa.

En 1990-91, había dos docenas de empresas alemanas en la República Checa; entre ellas algunos gigantes como Volkswagen o Siemens. Hoy, el número de inversiones alemanas no es inferior a 1.500 aunque su número exacto pues, en su mayoría, son pequeños capitales asociados con empresarios checos que no están obligados a registrarse ante las oficinas del gobierno alemán.

Ellas se instalan preferentemente del otro lado de la frontera de Baviera, aunque el fenómeno se ha extendido hacia Sajonia, atravesando la frontera de la ex-RDA.

Un economista de la Deutsche Bundesbank (Banco Central Alemán), cita un ejemplo simple pero contundente. «Mil sobres comunes de correo se producen en Alemania a un costo de 21 marcos; en Taiwan, en razón de los costos de transporte, cuestan 15 marcos. En la República Checa, en cambio, se elaboran a 6 marcos».

Las razones de esta nueva «invasión», ahora pacífica y relativamente silenciosa, saltan a la vista.

La República Checa ha instaurado un esquema económico de apertura económica y «libertad» en un marco de paz social y política, con bajas tasas de inflación y una desocupación menor a la de Alemania. La moneda permanece algo subvaluada - lo que favorece la exportación - y sus leyes que otorgan garantías firmes a la inversión extranjera.

Entre febrero de 1992 y enero de 1993 se verificó la primera «ola» de privatizaciones que alcanzó unas mil empresas estatales y en octubre pasado otras 770 comenzaron a cotizar en la bolsa sus acciones; experimento de «capitalismo popular» que, según la revista francesa «L'Express», ha conducido a que la mayor parte de los 10 millones de checos vivan el espejismo de ser sus «propietarios».

Con ese panorama, este país, surgido de la división negociada y pacífica de la ex-Checoeslovaquia, se erige como el «milagro económico» entre las ex-democracias populares y concentra las ambiciosas miradas de inversores alemanes y europeos en general que lo sitúan como el ex-país socialista «más prometedor» en los próximos 20 años.

No es extraño que el volúmen de la inversión directa extranjera en la República Checa fuera de 1.200 millones de dólares en 1992. Su origen; 39% de EEUU, 20% francesa y solamente 15,6% alemana, la que sin embargo, concentra el 40% de las propiedades extranjeras en el país desde la «apertura» de 1989.

El objetivo de Occidente es salvaguardar y promover en los países de Europa Central y del Este condiciones económicas que aseguren jugosas ganancias y, al mismo tiempo, estabilidad social y política en un área de alta conflictividad.

«Queremos una Gran Europa que se convierta en zona de estabilidad económica, declaró según «L'Express», el Ministro Federal Theo Waigel, durante un seminario de la Fundación alemana Hans Seidel, celebrado en Munich hacia fines del año pasado, recordando que Alemania ha contribuido con un 50% al total de la cooperación occidental con los ex-países socialistas.

«Es necesario evitar que en lugar de la cortina de hierro se erija el muro de la pobreza», advirtió el jerarca germano.

Sin embargo, el peligro de los casi cuatro millones de desocupados que, según las estimaciones, serán alcanzados en la opulenta Alemania durante los próximos meses, no hará sino multiplicarse por la fuga de inversiones que este proceso de «reconversión» del este amenaza con desencadenar.

El gobierno de Alemania, sin embargo, parece decidido privilegiar el proceso de «estabilización» de las sociedades recién llegadas al capitalismo.

La opción estratégica no carece de racionalidad y ella acaba de ser reafirmada por la Cumbre de la Alianza Atlántica celebrada en Bruselas.

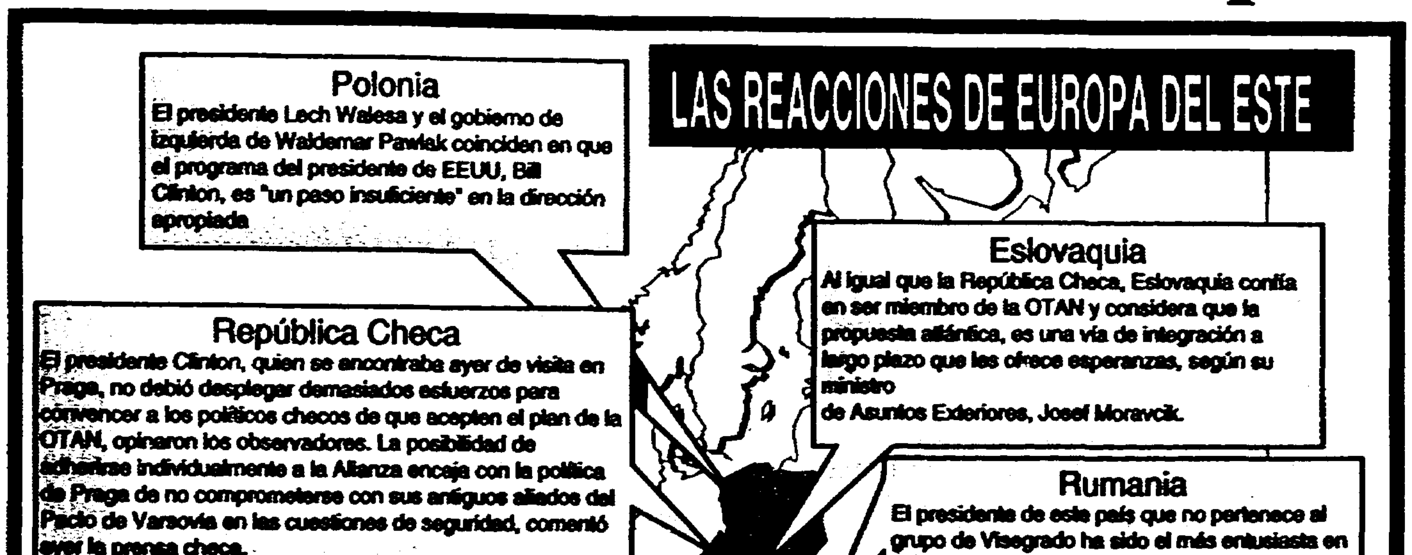
La «Asociación para la Paz», propuesta por la OTAN a las nacientes «economías de mercado», complementa y garantiza el avance inversionista hacia los Urales que agita a Occidente, sin por ello despertar inquietantes fantasmas en Rusia.

La OTAN, a cambio de vagos compromisos, se asegura así la posibilidad de desarrollar maniobras conjuntas con las FFAA de esos países, encuadrarlas bajo el mando de la OTAN en «operaciones de paz» de ONU y comenzar un proceso dirigido a integrarlas sin sobresaltos al Nuevo Orden Mundial hegemonizado por EEUU.

La asociación con ex adversarios del Pacto de Varsovia no implica aislar a Rusia

Finalizó cumbre con miras a "una Gran Europa"

Los líderes de la OTAN pusieron fin ayer en Bruselas a una reunión cumbre de dos días declarando el comienzo de una nueva era para la alianza, formada hace 45 años, ofreciendo una nueva asociación a los ex adversarios del Pacto de Varsovia pero sin lograr resolver las diferencias intestinas sobre la guerra en Bosnia.



El secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, describió la reunión cumbre de dos días como "un punto de inflexión histórico".

Declaró ayer que la alianza aspira a lograr una asociación estratégica con Rusia. En una entrevista, Woerner dijo: "Lo que queremos es una Gran Europa, si quieren, una comunidad euroatlántica permanente con Rusia, para que no tengan el sentimiento de que están aislados o rodeados".

La aprobación de la iniciativa "Asociación para la Paz" de EEUU es parte del esfuerzo de esa alianza de cambiar de enfoque y encontrar una nueva misión a raíz del fin de la llamada Guerra Fría.

La declaración final ratificó la predisposición de la OTAN a admitir a nuevos miembros de Europa oriental, aunque no fijó ningún plazo para esas admisiones.

Como medida interina, la OTAN ofreció cooperación militar a estados del este europeo, ex soviéticos y neutrales, incluyendo maniobras conjuntas, oficinas en la sede central de Bruselas y el derecho a realizar consultas si se sienten amenazados.

Clinton transmitió ayer esta invitación a los líderes de Polonia, la República Checa, Hungría y Eslovaquia durante una reunión en Praga, a pesar de que los pedidos de esos países para ser incorporados de inmediato a la OTAN han sido denegados.

El esquema está diseñado a afianzar los vínculos con los ex estados del Pacto de Varsovia, muchos de ellos recelosos del creciente nacionalismo que ha aflorado en Rusia, pero tranquilizando al mismo tiempo a Moscú con la noción de que no será dejada fuera de nuevos arreglos de seguridad por un segundo telón de acero.

Woerner manifestó que la reunión cumbre subrayó los fuertes vínculos entre Europa y Estados Unidos.

Los europeos se habían mostrado preocupados ante la posibilidad de que el gobierno de Clinton pudiera trasladar hacia Asia el principal énfasis de su política exterior.

Woerner también rindió tributo "al firme liderazgo, resolución y convicción personal" de Clinton durante la conferencia de máximo nivel.

Para conferir efecto práctico al mayor papel de seguridad de Europa, los aliados acordaron en principio poner a disposición de la Unión Europea Occidental los recursos militares de la OTAN. La UEO será el brazo militar futuro de la Unión Europea. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información de las agencias Reuter, EFE y AP)*

940 1021

Para Christopher, "esta ha sido la cumbre de Clinton"

EEUU ESTÁ TAN satisfecho de la reunión de alto nivel que la Alianza Atlántica clausuró ayer que su secretario de Estado, Warren Christopher, llegó a decir: "Esta cumbre ha sido la cumbre de Clinton".

El presidente de EEUU, Bill Clinton, se marchó ayer a Praga después de haber conseguido tres grandes objetivos: aprobar su propuesta llamada "Asociación para la Paz"; cerrar el acuerdo para que Ucrania desmantele su arsenal nuclear y, por fin, abrir la posibilidad de emplear el uso de la fuerza en Bosnia.

Para empezar por el final, el conflicto en la extinta Yugoslavia —que ha cobrado cerca de 200 mil vidas humanas en menos de dos años— sigue siendo la pesadilla de Europa.

EEUU, partidario desde siempre de la "mano dura", ha podido comprobar que esto es, hoy más que nunca, posible. La declaración final de la cumbre establece que los aliados podrán dirigir ataques aéreos contra los serbios para salvar Sarajevo, proteger a las fuerzas de ONU y, en última instancia, acabar con la guerra en Bosnia.

En la OTAN, Clinton fue muy claro: "EEUU está dispuesto al uso de la fuerza"; "lo que está en juego no es sólo la seguridad del pueblo de Sarajevo y la posibilidad de poner fin a este terrible conflicto, sino también la credibilidad de la propia Alianza".

EEUU también consiguió la unanimidad de los 16 países miembros de la Alianza para aprobar su "Asociación para la Paz", una fórmula de cooperación militar entre la OTAN y los países que deseen, en un futuro, incorporarse a este organismo defensivo occidental.

Durante el primer día de la cumbre, el dirigente estadounidense se encontró con un regalo. Ucrania aceptó, por fin, desmantelar todo su arsenal nuclear, el tercero del mundo.

El proceso está abierto para que Ucrania proceda a eliminar hasta 176 misiles y unas 1.500 cabezas atómicas que ahora apuntan a EEUU.

Los presidentes de EEUU, Ucrania y Rusia firmarán este acuerdo el sábado en Moscú.

EEUU consiguió, pues, avanzar en su política de integración europea, sensible a los países del Este, y cuidadosa también con los recelos de Rusia, que evita quedarse aislada en un papel de "potencial enemigo" frente a quienes un día formaron parte del bloque soviético. ■

19.

Dudas que hacen tambalear la credibilidad de la alianza

por Nicholas Doughty
de la agencia Reuter

LOS LÍDERES DE la OTAN elogiaron su reunión cumbre como un éxito resonante que marca el derrotero para una alianza saludable que prestará servicios hasta bien adentrado el siglo XXI y afianzará la seguridad en la Europa de la pos Guerra Fría.

Pero las dudas sobre la decisión de la alianza o capacidad para encarar la guerra de Bosnia y en cuanto al papel que la OTAN jugará en Europa oriental y en otras partes quedaron en pie luego de culminar ayer la reunión.

El problema para la OTAN es cómo demostrar que habla en serio a los estados europeos orientales ansiosos por incorporarse y evidenciar su capacidad para responder a conflictos futuros del tipo de la ex Yugoslavia.

La reunión cumbre ofreció a los estados europeo-orientales una clara señal de que podrían algún día sumarse a la OTAN, pero rechazó sus demandas de afiliación o garantías de seguridad inmediatas.

El debate sobre este punto subrayó las divisiones entre los aliados sobre si es necesaria una acción más firme.

Dado que la OTAN opera sólo bajo consenso —cada miembro tiene poder de veto— podría no haber acción.

Además, la promesa de abrir las puertas de la OTAN no contiene ningún cronograma para la afiliación y, en lenguaje típicamente anodino de los comunicados oficiales, consignó que la alianza deberá tomar en cuenta "acontecimientos políticos y de seguridad en la totalidad de Europa".

Un aspecto brillante para la OTAN pareció ser una clara referencia de parte de Clinton, en su primera visita a Europa como presidente, a que EEUU seguirá plenamente comprometido con la alianza y en amplias cuestiones de seguridad europea.

La reunión cumbre avanzó algo en cuanto a redefinir el equilibrio de poder entre EEUU y sus aliados, al prometer cambios en la forma como la OTAN trabaja, lo que brindará a los europeos un papel mayor y más independiente.

Los líderes de la OTAN también señalaron su disposición a participar más en las operaciones de mantenimiento de la paz en apoyo a ONU, más allá de las fronteras de la alianza, incluyendo misiones con sus ex adversarios del Pacto de Varsovia.

Pero es improbable que las promesas de acción para resolver conflictos futuros produzcan mucha impresión teniendo en cuenta la impotencia de Occidente frente a la compleja y aguda crisis yugoslava. ■

19 9401021



Delors y Papandreu, atentos al discurso de Clinton (AP)

L.N. 12/1/93

La NATO tocó la cumbre

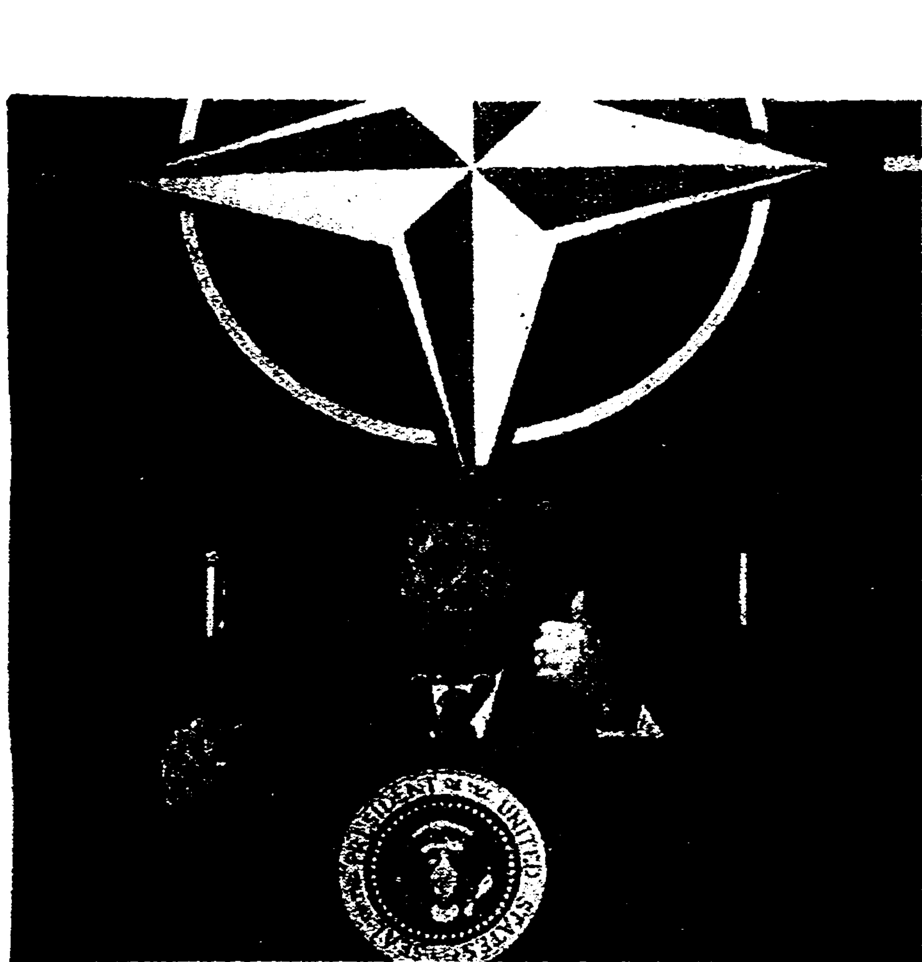
BRUSELAS, 11 (Reuter).– Los líderes de la NATO, con la presencia del presidente norteamericano Bill Clinton, proclamaron hoy una nueva era para la alianza, que incluye un acercamiento a sus ex enemigos comunistas y posibles acciones para solucionar el conflicto bélico en Bosnia.

El secretario general de la NATO, Manfred Woerner, afirmó que la reunión constituyó un viraje histórico "hacia el siglo XXI".

(Más inf. en la Pág. 3)

20

9401021



Clinton: hora de respuestas en Bruselas

L.N. 12/1/94 (AP)

La oferta al Este parece muy vaga

Por Rolando Rivière

(Corresponsal de LA NACION en Europa)

Escepticismo: la Asociación para la Paz no termina de satisfacer a los países del ex bloque comunista, que se sienten desprotegidos por la Alianza.

BRUSELAS.- Manfred Wörner, secretario general de la NATO, daba saltitos, levantaba los brazos y ofrecía un "show" a la televisión mundial. Luego, en la sesión de clausura de la cumbre atlántica, sacudió el martillo (es más bien una maza) de su estrado con tanta violencia que casi más se le va de las manos. ¿Euforia? ¿Nervios?

La primera gran cumbre atlántica desde la caída del Muro de Berlín ha terminado dejando varios cabos sueltos. La Asociación para la Paz no termina de satisfacer a nadie. Resulta excesivamente vaga y no permite que terceros países como Polonia, Hungría, la República Checa o la Eslovaca tengan la tranquilidad de saberse protegidos por las fuerzas de la NATO.

Mientras los dieciséis integrantes de la alianza Atlántica (catorce europeos, más los Estados Unidos y Canadá) tienen el pacto de que la agresión a cualquiera de ellos supone la reacción en bloque de todos, las nuevas y pequeñas democracias del centro y este europeos continúan huérfanas.

Parece muy poco la oferta asociativa de acuerdos bilaterales y maniobras conjuntas. El canciller polaco, Andrej Olechowski, la ha calificado de "insuficiente" e insistió en que es preciso concebir un calendario que dé fechas posibles de adhesión. Mitterrand dio a entender más o menos lo mismo al declarar que es indispensable dar garantías reales a todas aquellas naciones que tienen regímenes democráticos y desean ampararse bajo el paraguas atlántico.

Muchos observadores coinciden en que la cumbre ha estado lastrada por una especie de nueva doctrina Brezhnev, ya que Boris Yeltsin destacó su oposición a que países del ex bloque comunista ingresaran en la NATO.

Inclusive el juguetón Manfred Wörner, respondiendo a un colega de Der Spiegel, que quería saber si la NATO es "simplemente el ayudante del sheriff norteamericano", respondió que, sin el liderazgo de los Estados Unidos, "en Europa se hace más bien poco".

Está dentro de lo muy probable que esta cita que acaba de terminar haya sido articulada sobre directivas insinuadas por Washington para no quebrar el éxito de la gira de Clinton, cuya preocupación mayor es Rusia. No herir la susceptibilidad de Yeltsin, por ejemplo. Evitar actos demasiados rotundos. Amenazar más duramente a los serbios, que siguen masacrando Sarajevo, anunciando una intervención aérea. Matizando: si la deciden las Naciones Unidas, cuyos cascos azules podrían ser objeto de represalias.

Lo que traba una orquestación internacional de defensa común es la incertidumbre sobre lo que pasará en Rusia, que hoy acaba de inaugurar su Parlamento con el inefable Zhirinovsky haciendo de las suyas. Pero sería craso error tomarlo a broma. No lo es. Lo que sí parece broma es que Clinton le haya dicho al perplejo Helmut Kohl que se había acordado de él viendo una pelea de "sumo". Quiso arreglar esa metedura de pata, pero la anécdota es casi la noticia más detonante de esta cumbre gris e incierta.

Concluyó la cumbre de la NATO

BRUSELAS, 11 (AFP). - La Organización del Tratado del Atlántico Norte (NATO) esgrimió hoy en su declaración final, publicada al término de su 13ª cumbre, la amenaza de ataques aéreos contra las fuerzas serbias y convidó a los países ex comunistas a una asociación para la paz.

Los principales puntos del comunicado final son los siguientes:

- **Europa del Este:** "La Alianza sigue abierta a otros Estados europeos susceptibles de favorecer el desarrollo de los principios del tratado". "Contamos con una ampliación de la NATO a los Estados democráticos, al este (...)".

"Decidimos lanzar desde hoy un programa práctico e inmediatamente aplicable, destinado a transformar las relaciones entre la NATO y los Estados que participen (asociación para la paz)".

- **Ex Yugoslavia:** "El conflicto en Bosnia debe ser solucionado en la mesa de negociaciones y no en el campo de batalla".

"Denunciamos las violaciones por las partes de los acuerdos que han firmado para que se aplique un alto el fuego y para que la ayuda humanitaria, destinada a las víctimas de este terrible conflicto, pueda ser llevada sin obstáculos".

"Llamamos a la plena aplicación de las resoluciones de las Naciones Unidas relativas al fortalecimiento de la Fuerza de Protección de la UN (Fupronu). Reiteramos que estamos dispuestos, bajo la autoridad del Consejo de Seguridad de Naciones Unidas", a "lanzar bombardeos aéreos para impedir el estrangulamiento de Sarajevo, zonas de seguridad, y otras zonas amenazadas en Bosnia Herzegovina."

"En este contexto, pedimos a las autoridades de la Fupronu que establezcan con urgencia planes para permitir el desbloqueo del relevo del contingente (canadiense) de la Fupronu en Srebrenica, y examinen la posibilidad de abrir el aeropuerto de Tuzla para hacer llegar la ayuda humanitaria."

- **Identidad europea:** "La Alianza se declara dispuesta a poner a disposición sus medios colectivos para operaciones de la Unión de Europa Occidental (UEO) realizadas por los aliados europeos".

"Damos nuestro pleno apoyo al desarrollo de una identidad europea de seguridad y defensa."

- **Proliferación:** "La proliferación de las armas de destrucción masiva y de sus vectores constituye una amenaza para la seguridad internacional y un motivo de preocupación para la NATO. Decidimos intensificar y extender los esfuerzos políticos y de defensa de la NATO contra la proliferación".

- **Rusia, Ucrania:** "Reiteramos nuestro apoyo a la reforma política y económica en Rusia, y nos congratulamos por la adopción de una nueva Constitución y de la celebración de elecciones legislativas democráticas en la Federación de Rusia.

"Consideramos que una Ucrania independiente, democrática, estable y sin armas nucleares contribuirá también a esta estabilidad y seguridad".

El presidente norteamericano fijó la línea de la OTAN ante Europa del Este.

Marcada por el consenso, la cumbre sólo tuvo discrepancias sobre la ex Yugoslavia.



AFP

La cumbre de la OTAN terminó ayer con la aprobación de la Asociación para la Paz, una formulación norteamericana que entreabre la puerta de la Alianza a los países de Europa del Este. La declaración final amenaza con recurrir a ataques aéreos en Bosnia, con el acuerdo de la ONU.

EE.UU. IMPUSO SUS CONDICIONES EN LA OTAN

Clinton acapara los laureles de la cumbre

Página/12 EN BELGICA *(Por Eduardo Febbro, enviado especial a Bruselas)* **Lo único cuestionable de la cumbre de la OTAN que concluyó ayer en Bruselas es la victoria política del presidente norteamericano Bill Clinton. Esperado por los otros 15 miembros de la Alianza Atlántica con una notoria ansiedad –sobre todo los europeos– el mandatario estadounidense impuso sus puntos de vista y esbozó la nueva carta estratégica de Europa. Si no fuese por las discrepancias en torno de los bombardeos de objetivos serbios en Bosnia Herzegovina la cumbre habría sido "un consenso perfecto". La declaración final adoptada por la OTAN refleja la amplitud del triunfo de Clinton. Los 16 miembros del organismo de defensa multilateral adoptaron la reforma progresiva de la Alianza y aceptaron igualmente la Asociación para la Paz presentada por los norteamericanos cuyo mérito consiste en entreabrirle la puerta de la OTAN a los países del ex bloque comunista que quieren ingresar sin herir por ello las susceptibilidades de Moscú, totalmente opuesto a toda ampliación de la OTAN. A los europeos del oeste Clinton les ofreció una suerte de "autonomía estratégica" reconociendo la "identidad de defensa europea" mediante una frase de inspiración estadounidense que figura en la declaración final: "La OTAN –reza el texto– está dispuesta a poner a disposición sus medios para que la UEO –Unión de Europa Occidental– asuma operaciones llevadas a cabo por los aliados europeos". A Europa del Este Clinton le prometió una ampliación del organismo pero mientras tanto los ex satélites de Moscú deberán conformarse con la Asociación para la Paz, una frontera que establece mecanismos de cooperación entre la OTAN y estos países pero que le evita a la Alianza modificar sus estructuras. Todas las dudas respecto de la permanencia de la OTAN, surgidas tras la caída del Muro de Berlín, quedaron resueltas en Bruselas por cuanto los parámetros con que el organismo funcionó durante épocas fueron cambiados y la identidad "transatlántica" de la OTAN totalmente preservada.**

Sólo la guerra en la ex Yugoslavia y la tímida afirmación de la OTAN de su voluntad de golpear militarmente a los serbios en Bosnia Herzegovina enturbiaron el diálogo entre los 16 miembros de la OTAN. Cuando todos esperaban que los jefes de Estado y de gobierno se pronunciaran sin ambigüedad, incluso lanzando un ultimátum a los serbios sobre la situación en Bosnia Herzegovina, la declaración final se contenta con responder a las demandas urgentes formuladas desde el terreno por los principales jefes militares de los cascos azules. El cambio es no obstante notorio. El tema yugoslavo planeó como una culpa, como una obsesiva acusación a lo largo de esta consensual cumbre y el texto final recoge esa "impotencia". Los 16 reafirman allí su voluntad de "recurrir, bajo la autoridad del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, a ataques aéreos para impedir el estrangulamiento de Sarajevo, de las zonas de seguridad –6 en total– y de otras zonas amenazadas de Bosnia Herzegovina". Mucho más notoria aún es la referencia al desbloqueo de la situación en Srebrenica y a la apertura del aeropuerto de Tuzla: en ambos casos los serbios impiden que desde Tuzla se distribuya la ayuda humanitaria y que el contigente de casos azules de Srebrenica sea ampliado. Este "endurecimiento" de la OTAN fue posible gracias al apoyo que dio Clinton a los ataques aéreos en Bosnia y al sorprendente cambio de actitud de Gran Bretaña, uno de los países más hostiles a la idea de recurrir a la fuerza en la ex Yugoslavia. La semana pasada, el general francés Jean Cot, comandante de las fuerzas de la ONU en Bosnia, se había quejado por la escasez de medios con que contaban los cascos azules. "Principalmente, dijo, en las zonas de seguridad como Tuzla y Srebrenica." En junio, la ONU prometió enviar a la zona 7500 casos azules suplementarios pero sólo llegaron mil a destino mientras que en Srebrenica hay 260 soldados canadienses bloqueados desde hace seis meses.

Incluso si la amenaza de ataques aéreos está siempre subordinada al acuerdo de la ONU, ésta representa un cambio notorio y equivale a un auténtico compromiso de intervención. En pocas líneas, la OTAN ha puesto su credibilidad en juego: tanto frente a las víctimas de la guerra, de la comunidad internacional como ante los soldados enviados a Bosnia y hoy protagonistas directos del conflicto. O son, como hasta ahora, vanas palabras y amenazas o la OTAN cumple con sus objetivos. Existe ya un plan coherente elaborado por Francia y Gran Bretaña para atacar Tuzla y Srebrenica pero queda aún por definir su "operacionalidad". Las conferencias de prensa sucesivas de François Mitterrand, Felipe González, Bill Clinton y John Major –todas acaparadas por una catarata de preguntas referentes a Bosnia Herzegovina– no permitieron esclarecer cuáles son los puntos exactos de dicho plan pero es obvio que el presidente francés logró convencer tanto a Major como a Clinton de que era imposible "no esbozar" una acción en los tres puntos más dramáticos de la guerra yugoslava: Sarajevo, Tuzla y Srebrenica. El viernes, los norteamericanos habían pedido a Francia que retirara del orden del día la cuestión de los ataques aéreos pero Clinton terminó aceptando en la madrugada del lunes al martes incluir en la declaración final la promesa concreta de una acción militar.

Bombas made in USA

(Por Eduardo Febbro, desde Bruselas) Una buena parte de la indecisión de los europeos en lanzar ataques contra objetivos serbios en Bosnia Herzegovina se explica, además de las discordancias e intereses encontrados entre los doce, por razones claramente logísticas. Los ejércitos de Europa no pueden prescindir ni del material norteamericano ni de la logística *made in USA* ni del obligado refuerzo en hombres que una intervención semejante requiere. Como lo confesaba un oficial francés a **Página/12** en Bruselas, "sin la OTAN y los norteamericanos no podemos hacer absolutamente nada". Desde que se aprobó en el pasado mes de mayo la resolución 836 del Consejo de Seguridad de la ONU el dispositivo que coordina las ofensivas aéreas en Bosnia se encuentra instalado en Vicenza, Italia. Bajo el mando del almirante norteamericano Borda, la flota de "combate" comprende 150 aviones de combate –reconocimiento y ataque: 90 son norteamericanos, actualmente están embarcados en el portaaviones "América", 30 son franceses y 10 británicos, holandeses y turcos. Según reconoció a **Página/12** un oficial británico, los "europeos no cuentan con los medios para llevar a cabo un ataque solos porque les faltan elementos modernos necesarios para los ataques quirúrgicos en tierra". Para que un ataque de un objetivo serbio se haga con toda seguridad tiene que realizarse "con los mismos parámetros que en la guerra del Golfo", es decir con cazabombarderos de ataque en tierra como los Jaguar y los Súper Etendart, con aviones de reconocimiento como los Mirages F1 CR, pero sobre todo, reconocen todos los expertos militares, con medios electrónicos ultra sofisticados que sólo poseen los norteamericanos. En este contexto, actualmente es la OTAN quien suministra los aviones Awacs que cubren lo esencial de la misión "No fly zone" en el cielo bosnio.

JNGRIA, QUE PIDIERON SU INTEGRACION PLENA A LA OTAN

E.C. 12/1/94

Christopher asegura que "esta fue la cumbre de Clinton"

BRUSELAS, 11 (ANSA, EFE y AFP). — Los Estados Unidos están tan satisfechos de su rol en la reunión cumbre que la **Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN)** ha clausurado hoy en Bruselas, que el secretario de Estado, **Warren Christopher**, llegó a decir que **"esta ha sido la cumbre de Clinton"**.

A pocos días de cumplir su primer año de mandato sin demasiados éxitos para exhibir en cuanto a política exterior, Clinton llegó hoy mismo a Praga después de haber conseguido dos grandes objetivos: **aprobar su propuesta conocida como "Asociación para la Paz"**, para integrar a la OTAN a los ex enemigos comunistas del Este de Europa, y **cerrar el acuerdo para que Ucrania desmantele todo su arsenal nuclear**.

El entusiasmo de Christopher fue aún más lejos, al afirmar que cada uno de los que estaban sentados en la sala donde se celebró la cumbre **"podía ver y sentir el resurgimiento del liderazgo estadounidense en este período de posguerra fría"**.

La falta de consenso frente al conflicto bosnio — luego de la presión ejercida por ciertos países europeos, Clinton aceptó reiterar la amenaza de agosto pasado de bombardear por aire a los serbios— no empañó la satisfacción del presidente norteamericano en esta jornada. Por dramático que sea, Washington considera que este conflicto no tiene incidencia directa en su diplomacia.

Clinton impresionó además a todos con su simpatía y estilo llano, coincidieron numerosas fuentes diplomáticas, que aseguraron que el dirigente estadounidense ha pasado con creces el examen de su primer viaje a Europa.

"Es la cumbre aliada en la que ha habido un clima de más camaradería, a pesar de las muchas caras nuevas", dijo el canciller alemán, **Helmut Kohl**, quien subrayó que ello ha sido posible gracias al **"estilo Clinton, distinto al de sus predecesores"**.

"Es un hombre de sentido práctico, con un trato personal muy concreto y como persona es alguien que actúa y reacciona en las reuniones sin ser rodeado por una multitud de asesores", añadió. "Se nota que pertenece a la generación de norteamericanos que no han hecho la guerra".

En la cena de jefes de Estado y de gobierno, Clinton contribuyó a crear un "clima de entendimiento extraordinario", dijeron diplomáticos aliados.

"Impresionó a todos", a pesar de que las discusiones sobre Bosnia han provocado los mayores enfrentamientos transatlánticos de los últimos meses, añadieron las mismas fuentes.

"Incluso consiguió que los aliados no tomaran a mal la clarísima advertencia que les lanzó acerca de que hay que cumplir las promesas de ataques a Bosnia", comentaron, un atrevimiento que en otro momento hubiese desatado las iras de los europeos por la arrogancia americana, cuando los Estados Unidos no tienen ningún soldado en Bosnia.

"Clinton se roba el espectáculo en Bruselas", tituló hoy el diario holandés "Der Telegraaf". "Clinton seduce a los europeos", dijo el francés "Liberation".

Su brillante actuación en Europa contrastó particularmente con sus anteriores actuaciones en política internacional: la criticada misión norteamericana en Somalia, el fallido acuerdo para la democratización de Haití, y sus indecisiones respecto de la guerra en la ex Yugoslavia.

Gran parte de estos fracasos fue atribuido al renunciante secretario de Defensa norteamericano, **Les Aspin**, quien el 20 del corriente abandonará el cargo.

Acusación de la Santa Sede

CIUDAD DEL VATICANO, 11 (AFP y EFE). — **El Vaticano acusó hoy, martes, a la comunidad internacional de "crimen de no asistencia" con respecto a los Balcanes, donde "Europa está muriendo".**

La denuncia del Vaticano aparece en un llamamiento del **Consejo Pontificio de la Justicia y de la Paz**, difundido hoy, con motivo de la **Jornada Mundial de Oración por la Paz en los Balcanes**, proclamada por el Papa para el próximo 23.

"Dejar a los pueblos desgarrarse mutuamente y esperar una paz que sería el fruto podrido de un agotamiento o del aplastamiento de unos por otros, es un crimen de no asistencia", afirmó el Consejo Pontificio.

El Vaticano alentó a la comunidad internacional, en la hora "crucial" de las negociaciones, para que intente evitar que el problema de las minorías se resuelva mediante "la expulsión, el traslado e, incluso, el exterminio de las poblaciones".

"La paz es posible en los Balcanes", agregó el Consejo, con la condición de que "la comunidad internacional, en sus diversas instancias, tenga la valentía de asumir plenamente sus obligaciones de hacer respetar los derechos humanos, el derecho humanitario, así como el derecho internacional sobre el cual está basada su propia existencia".

El documento destaca que la paz es posible, **"incluso si existen resentimientos muy antiguos, la conciencia amarga de haber sido a menudo la víctima del otro, el temor y la desconfianza que resultann de ello"**. Agrega que todas estas circunstancias están en la raíz de un conflicto que las contradicciones de la comunidad internacional agravan".

El documento concluye lanzando un llamado a cristianos, judíos y musulmanes a rezar juntos el domingo 23 en favor de la paz en los Balcanes, estimando que nunca es demasiado tarde para alcanzarla y qué corresponde especialmente a las Iglesias invertir sus energías más fuertes por la paz en la región.

23 9401021

EL PRESIDENTE ESTADOUNIDENSE SE REUNIRA HOY CON SUS COLEGAS DE ESLOVAQUIA, POLONIA Y

EE.UU. intenta calmar al Este europeo



El presidente de la Unión Europea, Jacques Delors (centro) y el primer ministro griego Andreas Papandreu (derecha), escuchan a Bill Clinton en una conferencia de prensa.

Los líderes de la OTAN se comprometieron ayer a intervenir en Bosnia para garantizar las operaciones de ayuda humanitaria en la ex república yugoslava y advirtieron que recurrirán a ataques aéreos si fuese necesario. Tras concluir la cumbre atlántica en Bruselas, el presidente norteamericano Bill Clinton viajó a Praga para explicar a los líderes de Europa del Este la propuesta de cooperación militar de la OTAN, llamada "Asociación para la Paz". Fuentes norteamericanas destacaron el liderazgo ejercido por Clinton durante la reunión cumbre.

PRAGA y BRUSELAS, 11 (EFE, AFP y ANSA). — Tras el espaldarazo dado ayer lunes por sus aliados de la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** (OTAN) a su iniciativa de Asociación para la Paz con el Este europeo, el presidente de los Estados Unidos, **Bill Clinton**, afirmó hoy en Praga que la seguridad de la República Checa y de otros antiguos enemigos comunistas **"es importante para la seguridad de los Estados Unidos, Europa y la OTAN"**.

Clinton, quien se entrevistó durante una hora con el presidente checo, **Vaclav Havel**, indicó que su iniciativa de asociación militar, aprobada ayer lunes en Bruselas por la cumbre de la alianza atlántica, **"es el inicio de un verdadero lazo entre Occidente y Europa central y oriental, que debe garantizar la seguridad y conducir hacia la adhesión a la OTAN"**.

Al concluir hoy su reunión cumbre, los 16 líderes de la OTAN firmaron una declaración final en la que expresaron su voluntad de admitir en la organización en un futuro a sus ex rivales de Europa del Este, y aprobaron modificaciones en sus mecanismos militares para enfrentar los nuevos desafíos de seguridad europeos en la posguerra fría.

"La transformación de la OTAN dio un enorme paso hacia adelante", dijo hoy el secretario general de la organización, **Manfred Woerner**. **"Ya estamos bien encarrilados rumbo al siglo XXI"**, agregó.

Los aliados también aprobaron una propuesta de Estados Unidos para crear **Fuerzas Operativas Conjuntas Móviles** (CJTF, según su sigla en inglés) un nuevo concepto de seguridad, basado en pequeñas unidades militares, lo que le permitiría a Washington excluir a sus soldados de las zonas de conflicto en Europa.

Mediante la utilización de los recursos de la OTAN, los aliados podrán a la vez fortalecer la **Unión Europea Occidental**, la alianza militar estrictamente europea integrada por los 12 países comunitarios.

"No se trata de eliminar la alianza para beneficio de la UEO" aclaró el presidente francés, **François Mitterrand**. **"No existe una rivalidad abierta entre las dos organizaciones"**, agregó.

En su documento final, los aliados reiteraron también su respaldo a la iniciativa de **Asociación para la Paz**, y reafirmaron su compromiso de **"seguir cooperando con los países de Europa central y oriental"**.

En Praga, Clinton se reunirá mañana con sus colegas de Hungría, **Arpad Goncz**; de Polonia, **Lech Walesa**; y de Eslovaquia, **Michel Kovac**, quienes junto al mandatario checo habían solicitado en un principio su incorporación plena a la OTAN, en vez del acuerdo de cooperación finalmente aprobado.

En referencia a esta cuestión el líder checo consideró hoy que la Asociación para la Paz, un mecanismo de cooperación militar entre la OTAN y sus ex enemigos del Este, es **"una puerta abierta a todos y dependerá mucho de cada uno de los países la rapidez con que se cruce el umbral"**.

Havel aludió también a los temores existentes entre los ex satélites soviéticos por el resurgimiento de las ideas expansionistas y nacionalistas rusas. **"Es natural que me sienta preocupado por la situación en Rusia"**, pero al mismo tiempo aseguró que confía en el triunfo de la democracia y de la economía de mercado en la Federación Rusa.

Clinton y Havel realizarán hoy un recorrido a pie por el sector más antiguo de la capital checa, y mañana la delegación estadounidense mantendrá conversaciones con los líderes de **Polonia, Hungría y Eslovaquia**.

Ghali apoya los ataques aéreos sobre Bosnia

PARIS y BRUSELAS, 11 (ANSA, EFE y AFP). — El secretario general de las Naciones Unidas, **Butros Ghali**, declaró hoy en París que apoyará la utilización de la fuerza aérea de la OTAN en Bosnia-Herzegovina si los responsables de las operaciones militares, humanitarias y políticas de la ONU en esa región se lo solicitan.

"Quiero aclarar que hasta este momento nunca recibí un pedido para utilizar la fuerza aérea. El día que lo reciba, y los responsables de las operaciones de la ONU consideren que es urgente la necesidad de adoptar esa medida, seré el primero en apoyar el empleo de la fuerza aérea", señaló Butros Ghali.

La declaración del secretario general de la ONU se produjo después de que los jefes de Estado y de gobierno de los 16 países miembros de la OTAN que participaron de la cumbre de Bruselas definieron como objetivos de los posibles ataques aéreos sobre Bosnia, **el desbloqueo del aeropuerto de Tuzla** (al noreste de Bosnia) y de la **localidad de Srebrenica** (al este de Bosnia).

Al concluir la reunión de la OTAN los 16 funcionarios aprobaron por unanimidad una declaración final que reafirma la disposición de la Alianza Atlántica a lanzar ataques aéreos sobre Bosnia "para impedir el estrangulamiento de Sarajevo, de las zonas de extrema seguridad y de otros sectores amenazados".

El compromiso de efectuar ataques aéreos sobre Bosnia ya había sido aprobado por la OTAN en agosto, pero ahora se agregó, por una propuesta británica, la especificación de los objetivos que tendrá la aviación aliada en el caso de que concrete la intervención.

El gobierno francés fue el principal interesado en definir los blancos de las misiones aéreas y presionó a los demás socios de la OTAN para lograr su apoyo. Los Estados Unidos, que hasta ayer se había mostrado reticente a fijar objetivos concretos, aceptó firmar el documento después de que el gobierno británico intermedió en ese sentido.

El secretario general de la OTAN, **Manfred Woerner**, declaró en una conferencia de prensa ofrecida después de conocerse el comunicado final de los líderes de la Alianza Atlántica, que la OTAN está lista y dispuesta a lanzar ataques aéreos, pero únicamente bajo el patrocinio de la ONU y para proteger a las tropas de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (Unprofor) e impedir el estrangulamiento de las regiones más comprometidas de Bosnia.

La opinión del ex secretario de Estado de Ronald Reagan sobre la cumbre de Bruselas

Alexander Haig: "Rusia siempre será un problema"

LOS ANGELES TIMES
Exclusivo para LA REPÚBLICA

Washington DC por Alexander M. Haig Jr.

■ El nuevo año encuentra a los Estados Unidos y a la OTAN confrontando un antiguo problema: el nacionalismo ruso acompañado por una problemática reforma económica. Las recientes elecciones han sembrado un número alarmante de antidemócratas en la nueva legislatura. Pero el presidente Clinton ha ido a Europa y a Rusia promoviendo la misma política que antes. Apoyen a Yeltsin y no daremos motivo de ofensa a sus enemigos internos, adoptando una ambigüedad muy calculada sobre la cuestión de extender la OTAN hacia el Este. El vehículo para esta ambigüedad es el siempre cambiante concepto llamado "Sociedad para la Paz".

Este es un serio error que puede evitarse únicamente con cuidadosos cambios de la política norteamericana.

Hasta ahora el enfoque de los Estados Unidos hacia Rusia ha sido una extraña mezcla de asistencia económica mal dirigida y amnesia histórica, que juntas están cegando a la administración a la realidad de la "nueva Rusia".

Amnesia histórica: la política exterior de la ex Unión Soviética, incluso cuando ha sido más ideológica, se ha basado en un concepto del interés nacional ruso que postulaba el Estado de Rusia como gran potencia europea y asiática de alcances mundiales. Actualmente, el alcance de Rusia ha encogido, pero sigue siendo una gran potencia, la mayor potencia militar en cualquier continente si se elimina a Estados Unidos. Pero en los últimos dos años nos hemos convencido de que después de la guerra fría, un pueblo derrotado y humillado simplemente repudiaría su pasado y en alguna forma adoptaría una política exterior completamente benigna.

Todas las evidencias, no nada más las elecciones, sugieren que los rusos continúan pensando en sí mismos como una gran potencia; han aparecido antiguos conceptos geopolíticos tanto en la retórica con respecto a los vecinos de Rusia como en la nueva retórica de la defensa. Y aunque ni los reformadores ni Yeltsin endosan los excesos de Vladimir Zhirinovski, han dicho que Rusia —la verdadera Rusia— debe emerger verdaderamente como una gran potencia una vez que se eliminen más de los excesos soviéticos. Todavía no se define bien lo que significa la palabra "sanas", aplicada a las relaciones de Rusia con los anteriores miembros del ex Pacto de Varsovia. Este es un debate que debe poner nerviosos a los vecinos occidentales de Rusia.

Asistencia económica mal dirigida: la asistencia económica de Occidente debe dirigirse a las regiones, a rusos individuales y a empresas rusas privadas y no a las autoridades de Moscú. Actualmente, las inversiones e iniciativas privadas en Rusia están a merced de una miríada de impuestos y regulaciones vigiladas por burócratas que afanosamente buscan tener una nueva autoridad. El resultado no es el aumento de producción de bienes para el consumidor, sino más bien se está alentando la compra y venta de los decrecientes recursos a precios cada vez mayores.

Relajar las reglas del Fondo Monetario Internacional para conceder a las prensas de Rusia una nueva emisión de rublos sin valor dará precisamente la señal equívoca respecto a la resolución occidental, sin añadir comodidad al ciudadano promedio. Hemos suspendido las reglas por suficiente tiempo ya. Necesitamos estabilidad monetaria y leyes aplicables en Moscú; simultáneamente, ellos necesitan asistencia norteamericana y occidental para aumentar la producción del sector privado.

Entre la ayuda económica mal dirigida y la amnesia histórica, nos hemos visto renuentes a enfrentar la realidad: Boris Yeltsin no salvará los intereses occidentales. Analice los hechos. Incluso si Yeltsin está al mando, y a pesar de lo que se diga, el mando de reforma está detenido o va en reversa. Incluso si Yeltsin está al mando, los antidemócratas —los "cafés" de Zhirinovski y los "anteriores" rojos comunistas— dominan ahora el Parlamento. Todavía más preocupante, Yeltsin ha declarado que la tercera parte del ejército votó por Zhirinovski. (Otras fuentes dicen que la mayoría de las divisiones que protegen a Moscú votaron por Zhirinovski.

Mientras tanto, el ejército ruso ha restaurado efectivamente la influencia en varias de las nuevas e inestables repúblicas del Asia central. Se ha puesto en práctica un antiguo principio: divide y vencerás. Hoy los gobiernos de Georgia, Azerbaiján y Tadjikistán dependen de Moscú para sobrevivir.

LA INDEPENDENCIA DE UCRANIA EN PELIGRO

La independencia de Ucrania está en riesgo debido a un mal gobierno en casa y a las presiones de Moscú a través de los rusos que viven en el este de Ucrania y Crimea. Los esfuerzos norteamericanos por lograr el desarme nuclear de Ucrania parecen haber pasado por alto una causa de la resistencia de Ucrania: la inseguridad.

Esto nos lleva a la política de la OTAN y de los Estados Unidos. A pesar de lo que pudiéramos preferir, ya estamos obteniendo una Rusia como gran potencia con sus instintos geopolíticos tradicionales. O para decirlo más llanamente: incluso con Yeltsin en el poder, Rusia será un problema. Y los países de Europa central y del Este, Alemania sobre todo, quisieran que el problema ruso estuviera tan lejos al Este como fuera posible.

La idea de confinar el paraguas de seguridad de la OTAN a Alemania y su línea militar a la antigua frontera germana interior fue heredada por la administración Clinton de la era de Bush. También heredó una persistente nostalgia para la "automaticidad": derrumbar el muro, unir a Alemania, disolver a la Unión Soviética y ya está, una Europa completa y libre a precios de ganga para los contribuyentes norteamericanos.

Esta fue y es una ilusión peligrosa. Presume entre los Estados Unidos y Rusia una sociedad de intereses que ya se está desmoronando. La evidencia más clara es la reacción rusa ante las solicitudes polacas, húngara y checa de membresía a la OTAN. La independencia de estados como Polonia, Hungría y la República Checa ofrece esperanzas de que Europa no será condenada una vez más a una rivalidad rusogermana (pre-1914) ni a una alianza rusogermana (1939-41) en esta área. Pero, ¿lo consideran así los rusos? Si así fuera, no se opondrían a la extensión de la OTAN, porque la OTAN es la alianza que se ha enfrentado con éxito al problema alemán de Europa y al problema soviético de Europa. Pero se oponen. Ahora incluso Yeltsin prefiere que estos estados sigan sin anexarse y por ello vulnerables.

La solución a esta situación no es la hueca caverna llamada "Sociedad para la Paz". Esto parece ser una sociedad entre los Estados Unidos y Rusia que cede piezas de Europa Central y Oriental una vez más a la esfera rusa. Todavía menos aseguraremos a nadie ofreciendo membresía en la OTAN también a Rusia.

Enfrentemos los hechos. La OTAN es el mecanismo para asegurar a Europa en contra de sus pesadillas históricas: una gran potencia que intenta dominar al continente. Esta no es una anticuada táctica de miedo; es la *historia* de los tiempos modernos. Incluir a Rusia en la OTAN sería una fatalidad geoestratégica. Después de todo, Rusia está en muy ligero peligro ante Polonia, Hungría y los chechos —y ni siquiera para el caso de una Alemania no nuclear cuyo ejército apenas tiene 300.000 unidades. Excluir a Rusia de la OTAN no excluye a Rusia de Europa, simplemente pone una barrera a la resurrección de la antigua ambición rusa de dominar Europa Central y del Este.

Considérelo un neocontenimiento si desea, pero si no mantenemos el principio del movimiento de la OTAN hacia el Este, encontraremos que el problema ruso estará en las puertas de Alemania una vez *más* y *más* pronto de lo que creemos. La cuestión ahora es ver si Yeltsin es un demócrata o ver si Rusia pudiera convertirse en una democracia. Es en lugar de ello una prueba sobre quién puede asegurar la democracia tanto más hacia el Este en Europe como sea posible mientras que las fuerzas hostiles a la democracia sean más débiles que antes.

Mientras Rusia aún bajo Yeltsin avanza hacia la reafirmación de su influencia, debemos decir: no a costa de nuestro intereses ni de la independencia de los estados nuevamente democráticos. Los Estados Unidos y los intereses occidentales, no nada más las aspiraciones de Polonia, Hungría y la República Checa, demandan que la OTAN gradual y deliberadamente abra sus puertas.

Alexander M. Haig Jr. fue secretario de Estado en 1981 y 1982, comandante aliado supremo en Europa de la OTAN de 1974 a 1979, y jefe de Personal de la Casa Blanca de 1973 a 1974.

RECICLAJE DE LA OTAN

DESPUES de finalizada la Guerra Fría y de producirse, a fines del año 1991, la disolución oficial de la URSS, se entendió, por muchos, que la OTAN no estaba ya respaldada por las razones que habían inspirado su creación. Se abría, en tal sentido, una gran interrogante sobre la pertinencia de su funcionamiento futuro, en las mismas condiciones que registraba inicialmente y que le habían otorgado un perfil propio, en el concierto internacional, durante más de cuarenta años. Pero ahora, luego de un período de escasa operatividad, vuelve esta Organización a irrumpir en la escena europea, con perspectivas de cambios estructurales, para asumir un papel preponderante, en las actuales circunstancias que enfrenta el viejo continente.

La Organización del Tratado del Atlántico Norte —OTAN o NATO—, surgió, oficialmente, del acuerdo de ayuda recíproca, suscrito el 4 de abril de 1949, en la ciudad de Washington, por los gobiernos de Inglaterra, Francia, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Canadá y Estados Unidos. Su vigencia efectiva se inició el 25 de agosto del mismo año. Durante el transcurso de los siguientes, fueron incorporándose al Tratado otros países como Noruega, Dinamarca, Portugal, España, Italia y Alemania Federal.

EN cambio, se mantuvieron al margen algunos como Suiza, tradicionalmente neutral, Suecia, Austria y Finlandia. Y, obviamente, los que integraban el bloque soviético, ya que la OTAN constituía, en esencia, una alianza política y militar contra la URSS, bajo la amenaza latente de la Guerra Fría.

¿Cuáles son los fines específicos establecidos en el Tratado? En primer término, los gobiernos de los Estados signatarios reafirman su expresa voluntad de proteger la seguridad y el bienestar de sus respectivos pueblos, sobre la base del ejercicio efectivo de la libertad, la democracia y los derechos individuales. Se comprometen, asimismo, a excluir todo eventual conflicto entre ellos mismos y a una sistemática defensa solidaria, por cualquier ataque proveniente de otros países. Es decir, que una agresión armada contra uno de los contratantes, se consideraría como agresión a toda la Organización. En tal caso, cada Estado miembro prestará ayuda al agredido, interviniendo por sí mismo o de común acuerdo con los otros, recurriendo a todas las medidas conducentes al restablecimiento y consolidación de la seguridad, sin descartar, obviamente, el empleo de las armas. Todo lo cual se supedita a las decisiones, que en cada instancia, adopte el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

DESDE sus comienzos, funcionó en la OTAN un Comité de Defensa y un Comando Superior. Los Estados miembros ponen a disposición de este último, un número variable de efectivos militares que se refleja en la representación que cada uno tiene en dicho Comando. Su sede se estableció, inicialmente en París, pero luego, a raíz de divergencias planteadas por el gobierno de Francia, presidido en 1966 por el general De Gaulle, se trasladó a Bruselas, donde funciona en la actualidad, una Secretaría General, coordinadora de los mandos militares.

Los cambios radicales operados, durante los últimos cinco años en Europa Oriental, la situación política de los países ex comunistas y la horrorosa guerra que sigue padeciendo la ex Yugoslavia, gravitan, decididamente, para ubicar a la OTAN en el primer plano de las tratativas diplomáticas. Lo que exige la reformulación de su estructura y la extensión de su órbita de acción a casi todo el continente europeo. Ya el primer paso se ha dado con la reciente aprobación del plan "Asociación para la Paz", en la cumbre celebrada en Bruselas, sin perjuicio de algunas reticencias formuladas por los representantes de los países participantes.

EN el mismo, se prevé un proceso evolutivo, que deberán transitar los países del Este europeo para ser admitidos luego en la OTAN, con las mismas prerrogativas que los demás miembros. Entre los países que aspiran a integrarla, tendrán prioridad algunos como Polonia, Hungría y la República Checa, por su actual organización política, como asimismo aquellos que hasta ahora se han mantenido neutrales, es decir, Suiza, Suecia, Austria y Finlandia.

Con respecto a la terrible masacre humana que se registra en algunas regiones de Bosnia-Herzegovina, y particularmente en la ciudad de Sarajevo, la OTAN ha puesto a la orden todo su poderío aéreo, para proteger a los efectivos militares de la ONU y facilitar la ayuda humanitaria que se intenta prestar a la población, por parte de dicho Organismo. Solamente espera la decisión del mismo para proceder en consecuencia.

Tanto en la "Asociación para la Paz", ya instrumentada, como en la presumible intervención de la ex Yugoslavia, la OTAN podrá extender su perímetro de acción a todo el continente europeo, en procura de sus fines más específicos: la paz, la seguridad y el bienestar de los pueblos integrados a su misión solidaria.

E.P. 13/1/94

Grupo de Visegrado Acepta Propuesta de Estados Unidos

PRAGA, 12 (EFE).— Los países que integran el Grupo de Visegrado —Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa— aceptan sin objeciones el proyecto del presidente norteamericano, Bill Clinton, de la Asociación para la Paz.

Esta es la conclusión a la que se ha llegado en Praga después de que el mandatario estadounidense terminara esto mediodía las consultas con los máximos representantes de los cuatro estados centroeuropeos.

La posición de Polonia, la más temida debido a las declaraciones críticas del presidente Lech Walesa días atrás, no se ha confirmado durante la entrevista con su colega norteamericano.

A pesar de la aceptación "global" del proyecto Clinton, cada uno de los cuatro países tiene una visión particular de cómo deberá llevarse a la práctica la Asociación para la Paz.

Mientras que para Polonia el ingreso en la OTAN es un objetivo que plantea su política exterior, Hungría busca su seguridad acercándose a la Unión Europea y Eslovaquia prefiere coordinar su integración atlántica con los demás países centroeuropeos, conscientes de ser el país más débil.

El ministro de Exteriores polaco, Andrzej Olechowski, afirmó hoy, en Praga que la Asociación para la Paz es una contribución muy importante para la seguridad europea, "un programa constructivo y optimista".

Olechowski agregó que el único defecto que tiene es que no ofrece perspectivas claras para la integración en la Alianza del Atlántico Norte.

"Desgraciadamente observamos que en todas las instituciones occidentales a las que tratamos de incorporarnos, dijo, debemos primero superar diferentes grados de participación sin contar con la promesa de que al final lo consigamos. Este es el punto crítico en la posición polaca".

La República Checa, por el contrario, aunque no se niega a mantener consultas "puntuales", rechaza alinearse junto a los demás países del Grupo de Visegrado para forzar ese ingreso, pensando que por sí sola "todo lo tiene más rápido y fácil".

El primer ministro eslovaco, Vladimir Meciar, expresó a su colega checo, Vaclav Klaus, su pleno apoyo a los pasos dados por la República Checa en defensa de sus intereses de seguridad y políticos.

El gobierno de Praga fue criticado días atrás por el presidente polaco, Lech Walesa, al que acusó de apartarse de la "solidaridad centroeuropea y busca ingresar en la OTAN solo y por sus propios medios".

Vaclav Klaus afirmó hoy que las diferencias entre la parte checa y polaca en relación con las cuestiones del Grupo de Visegrado no son tan grandes como pudieron parecer por "algunas formulaciones de ciertos representantes polacos".

El presidente eslovaco, Michal Kovac, afirmó después de su entrevista con el presidente Clinton que su gobierno "aprovechará todas las ventajas que ofrece la Asociación para la Paz para adelantar en lo posible la incorporación de su país a las estructuras militares de Occidente".

Kovac agregó que la Asociación para la Paz es una gran oportunidad para integrar a los países de la región centroeuropea en la esfera de la civilización euroamericana y de los valores europeos, cuyo garante es la OTAN.

* Se llama VISEGRADO por la ciudad Húngara en la que unieron sus intereses

27

9401021

Gorbachov se opone al acuerdo militar

E.C. 14/1/94

"EE.UU. intenta ocultar sus pretensiones imperialistas"

MOSCU, 13 (EFE y AFP). — El ex presidente soviético **Mijail Gorbachov** acusó hoy a los **Estados Unidos** de ocultar "pretensiones imperialistas" en el acuerdo de integración militar de la **OTAN** con los países ex comunistas (Polonia, la República Checa, Hungría y Eslovaquia) conocida como **Asociación para la Paz** y aprobada el lunes pasado en la cumbre de **Bruselas**.

En un artículo publicado en el diario ruso "Nezavissimai Gazeta", **Gorbachov** escribió que el sentido oculto de la iniciativa del presidente norteamericano, **Bill Clinton**, consiste **"en la aspiración, no declarada, de los Estados Unidos"** de preservar y consolidar no solo su influencia en Europa occidental sino también de extenderla al Este del continente.

En cuanto a la próxima ampliación de la **OTAN** a los países del centro y el este de Europa, **Gorbachov** describió la situación como un lamentable **"retorno a la confrontación"** superada con el fin de la guerra fría.

La **Asociación para la Paz**, aprobada el lunes pasado en Bruselas, integrará militarmente a los países del grupo de Visegrado (Polonia, Hungría, la República Checa y Eslovaquia) con la **OTAN**. Para **Gorbachov** esta iniciativa significa el acercamiento encubierto, **"con todas las consecuencias pertinentes"**, de la Alianza Atlántica a las fronteras de **Rusia**.

Gorbachov aseguró que con el pretexto del posible retorno de Rusia a la política expansionista —temor occidental alimentado por el triunfo del ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky en las elecciones pasadas—, el gobierno de Clinton podría llegar a incrementar sus pretensiones imperialistas. El ex presidente soviético describió como una seria amenaza la apresurada aspiración norteamericana de mover las fronteras de la **OTAN** hacia el Este, así como también el programa de **Asociación para la Paz**.

Los Estados Unidos no desean por ahora la ampliación de los miembros de la **OTAN** —alternativa que se considerará más adelante— por temor "al debilitamiento de la Alianza Atlántica como instrumento de la política norteamericana". Gorbachov aseguró que los "Estados Unidos aún no ha decidido cuál será su papel en las nuevas condiciones europeas, pero por el momento ha resuelto apropiarse de todo lo que le parece accesible".

Washington no debería aprovecharse de la debilidad **"provisional"** de Rusia y debería guiarse por **"intereses de largo plazo y valoraciones realistas"**, advirtió en su artículo.

"El rumbo hacia la ampliación de la OTAN será interpretado en Rusia como un intento de aislarla. Si la verdadera intención de los Estados Unidos es que Rusia participe en la construcción de una nueva Europa y una nueva política mundial deben aprender a tratar con Moscú", aseguró.

La falta de respeto a **Rusia** junto a la reanimación del fantasma de la **OTAN** en sus fronteras **"favorece ante todo a las fuerzas antirreformistas y antioccidentales"**, aseguró Gorbachov.

28

9401021

Reorientación de la OTAN

LN 18/1

LA reunión de las dieciséis naciones que componen la alianza atlántica representada por la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) dio lugar a una actualización de los fines de la defensa europea para adecuarla a los hechos posteriores a la caída del muro de Berlín.

La OTAN nació pocos años después de la conferencia de Yalta, cuando los líderes del mundo occidental perdieron la ilusión de conformar un mundo de paz en cooperación con la Unión Soviética. El dominio ejercido por esa nación sobre los países del centro europeo, el apoyo a los rebeldes en la guerra civil de Grecia y las acciones destinadas a internacionalizar la revolución marxista llevaron a la certeza de que el dominio soviético se proyectaría sobre toda Europa, devastada y empobrecida por la guerra. Salvo que se le interpusiera una valla de contención.

Francia, Gran Bretaña y los tres países del Benelux firmaron entonces un tratado en Bruselas en 1948, destinado a preservar la paz y la democracia defendiendo los derechos fundamentales del hombre. Inmediatamente tuvo lugar la respuesta norteamericana, encabezada por el presidente Truman, destinada a comprometer a su país en alianzas políticas y militares. Poco después, en 1949, se firmó en Washington el tratado que dio nacimiento a la OTAN. Con ironía se ha expresado que los padres de la reconstrucción europea no fueron Jean Monet, Paul Henri Spaak, Robert Schuman o el canciller Konrad Adenauer, sino José Stalin. Para los analistas europeos, la decisión de los Estados Unidos representó el fin de la doctrina Monroe y el fin del aislacionismo del país.

La alianza atlántica está compuesta hoy por once de las doce naciones de la Unión Europea, además de los Estados Unidos, Canadá, Noruega, Islandia y Turquía. Su compromiso central consiste en que la agresión a cualquiera de ellas obliga a todas a asumir su defensa. El número de miembros de la OTAN fue creciendo con el tiempo, pero el paso más traumático fue la incorporación de Alemania, hecho que implicaba nada menos que rearmar a la nación responsable de implantar el autoritarismo en Europa y desatar la Segunda Guerra Mundial. La influencia de Estados Unidos, que se negó a involucrar a sus fuerzas armadas en Europa sin contar con el esfuerzo alemán, terminó al fin con la resistencia francesa. Tras años de debate, Alemania Federal ingresó en la OTAN. Al decir del canciller Adenauer, la inserción de su país en la integración europea permitiría a Alemania dejar de ser enemiga de sí misma.

En paralelo con la alianza político-militar, comenzó la reconstrucción económica europea con la cooperación del plan Marshall. El primer eslabón fue la Comunidad del Carbón y del Acero, que puso bajo autoridad supranacional a los minerales estratégicos de la industria bélica. En 1957 se firmaría el tratado de Roma, que dio lugar al Mercado Común Europeo, cuyos progresos llevaron a sucesivas transformaciones que le dieron el nombre de Comunidad Económica Europea y luego Comunidad Europea a secas. Hoy, después de la aprobación de Maastricht, nació la Unión Europea.

La OTAN, con el respaldo militar de los Estados Unidos dio a Europa las fuerzas necesarias para su defensa. El tratado de Roma contribuyó a desarrollar la economía, dejando sin sustento al germen comunista instalado en el sistema político europeo.

La disolución de la Unión Soviética, la democratización de las naciones del centro de Europa y la guerra civil de Yugoslavia han creado una nueva realidad que la OTAN debía asumir.

La pretensión de las nuevas democracias europeas de ingresar en la OTAN, obteniendo su protección militar, no tuvo eco. Parece una aspiración razonable, pero hoy es de satisfacción poco menos que imposible. Por un lado, porque el compromiso de ayuda mutua en caso de agresión es más que delicado; por otro, porque supondría el aislamiento de Rusia y las demás naciones euroasiáticas. La propuesta de una Asociación para la Paz, incluyendo ayuda y entrenamiento militar, constituye un paso positivo y tal vez el camino para una futura adhesión. Dada la historia de la OTAN, conformada por pasos sucesivos, no cabía esperar otra cosa. Así parecen haberlo comprendido todos, inclusive Rusia y Ucrania, involucradas en la propuesta.

Para los europeos, la presencia y los compromisos asumidos por el presidente Clinton han resultado auspiciosos. Estados Unidos ha renovado su alianza estratégica con Europa en circunstancias inciertas para las reformas políticas, militares y económicas del Este. El compromiso que ofrece el presidente Yeltsin tiene hoy un valor relativo a la luz de las recientes elecciones, en las que no logró el respaldo popular que esperaba.

Para Europa tiene un valor simbólico que el primer viaje del presidente Clinton haya tenido por destino su territorio. Existe allí prevención respecto de ciertas tendencias aislacionistas en el país del Norte, así como un interés creciente por las economías del Pacífico. Es útil recoger que tanto lo referente a la OTAN como hechos anteriores, como ser el esfuerzo por la aprobación del Nafta y el respaldo para concluir con un acuerdo la rueda Uruguay del GATT, representan signos alentadores en relación con la política exterior de la administración demócrata.

La reunión de Bruselas aprobó la expansión de las actividades de la OTAN en apoyo de las fuerzas de paz de las Naciones Unidas, que tendrán su primera expresión en la guerra civil yugoslava. Pero ello será la semilla de futuras intervenciones de la ONU en otros escenarios.

La proliferación nuclear es un tema que preocupa a la OTAN y al mundo entero. En ese sentido, el periplo posterior del presidente norteamericano por el este europeo dio lugar a un compromiso del presidente ucranio de llevar a su parlamento el proyecto de entrega de sus armas nucleares a Rusia para su destrucción. Es un hecho que se considera auspicioso, aunque sea sólo un paso de una acción que no deberá reconocer pausa.

La reafirmación de la alianza atlántica y su prudente extensión hacia el centro y este de Europa es un acontecimiento positivo. Revela que las naciones no han olvidado la historia y mantienen vivos tanto los principios de cooperación para la defensa como sus estructuras. Esta historia reciente de Europa deja asimismo, como queda expresado, una rica experiencia para todos.

29

9401021

La OTAN se proyecta al Este

E.C. 18/1/94

UNO de los temas más importantes considerados por la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) en su reciente "cumbre" de Bruselas, a escala de jefes de Estado y de gobierno, fue la solicitud de ingreso de varios países que antaño formaron parte del bloque militar soviético. Se trata de Polonia, Hungría, Eslovaquia y la República Checa, o sea, el grupo de Vicegrado, a los que se agregó Lituania.

Estos países ven en la OTAN un escudo protector frente a eventuales intentos por parte de Rusia de reconstituir su antigua esfera de dominación. Ese peligro no es por el momento tangible, pero contribuyen a evocarlo tanto los hechos de la historia en la segunda mitad de este siglo, cuanto la inestabilidad interna de Rusia, donde resurgen tendencias definidamente imperiales, a las cuales ha dado pábulo en los últimos tiempos el protagonismo —y los éxitos electorales— de Vladimir Zhirinovsky, quien no ha escatimado sus declaraciones agresivas y cuyo partido ha alcanzado una importante representación en la Duma a favor de la reacción popular contra las reformas económicas llevadas a cabo sin red de protección para los sectores sociales más débiles por el ahora dimitente viceprimer ministro, Yegor Gaidar.

Pero, precisamente, el surgimiento de tales tendencias genera en Occidente el temor de que un avance muy definido de la OTAN hacia las fronteras de Rusia motive, dentro de ellas, un complejo de aislamiento, con reacciones no solamente políticas sino también del sector militar.

No en vano el jefe de Inteligencia ruso, Yevgeny Primakov, señaló, en los primeros días de este mes, que si la OTAN se extendiera hasta las fronteras rusas, Moscú podría verse obligada a redistribuir sus tropas, para lo cual denunciaría el tratado ya alcanzado sobre efectivos y armas convencionales. En cuanto al ministro de Defensa, Pavel Grachov, apuntó a su vez que se ha desistido del proyecto de efectuar fuertes reducciones hasta el año 2.000 en el presupuesto militar. En suma, como explicó el canciller Andrei Kozirev, por otra parte un dilecto interlocutor de Washington, "una ampliación precipitada de la OTAN podría provocar un renacimiento del imperialismo ruso".

En una situación tan evidentemente compleja, el presidente norteamericano Clinton —quien se transformó en la principal "vedette" de la "cumbre" de la OTAN— propuso una solución a mitad de camino, que frustra en parte a los aspirantes al ingreso —y muy particularmente a Polonia—, pero morigera los recelos de Moscú. Sus asesores militares han advertido, evidentemente, que, eliminado el comunismo como adversario ideológico y militar, lo que ahora queda es un país con dificultades momentáneas pero que no ha renunciado ni a su "esfera de intereses" en el Este ni tampoco a la recomposición de su poderío sobre nuevas bases.

De manera que la propuesta norteamericana ha sido una Asociación para la Paz, en la cual la OTAN propone ciertos vínculos progresivos no solamente a los países del Este que desean ingresar a ella sino también a todo el resto del antiguo Pacto de Varsovia, incluida Rusia, naturalmente, y, además, a los neutrales europeos. La propuesta —que desde luego fue aprobada— evita "trazar una nueva línea de división en Europa", pero inicia un tránsito hacia mecanismos de seguridad muy abarcativos y, al mismo tiempo, flexibles.

Ellos serán posibles en plenitud —se supone— cuando Rusia logre plasmar sus reformas en lo que el consejero nacional de Seguridad de los Estados Unidos, Anthony Lake, llama "una buena combinación de tratamiento de choque y terapia", esto es, "sin perjudicar la vida de las personas que menos se han visto beneficiadas hasta ahora por las reformas". Este punto de vista permite comprender la relación entre dos hechos aparentemente contradictorios: la promesa de Yeltsin a Clinton de proseguir con las reformas (condición "sine qua non" para la asistencia de Occidente) y el brusco pase a la oposición del grupo Gaidar, que preconiza una mayor dosis todavía de la misma medicina económica neoliberal.

De manera que —en el plano militar, inescindible como se ha visto del económico— el secretario general de la OTAN, Mamfred Woermer, postula "una comunidad euroatlántica permanente con Rusia, para que no tenga el sentimiento de que está rodeada". El canciller alemán Helmut Kohl apuntó: "No queremos y no debemos cavar nuevas trincheras en Europa". El presidente de Francia, François Mitterrand, dijo que "no debe aislarse a Moscú". El primer ministro italiano Carlo A. Ciampi señaló que "el mejor servicio que los aliados podían prestar a Europa es no azuzar el temor de Moscú al aislamiento y el encierro".

Y Clinton puso el broche final apuntando: "La amenaza que enfrentamos consiste en una creciente inestabilidad, antes que en ejércitos en marcha".

Con todo, y a través de la selección de los países que sean admitidos en la nueva institución de la OTAN, Occidente se asegura la preeminencia de los valores que defiende, incluso el control democrático de sus fuerzas armadas por los gobiernos respectivos. La asociación permitirá unirse a los ejercicios militares de la OTAN y participar en sus misiones de mantenimiento de la paz. A cambio de ello, según la agencia AP, "los orientales tendrán que compartir su información acerca de presupuestos de defensa y del tamaño de sus fuerzas".

En síntesis: la OTAN ha comenzado a proyectarse al Este. Las consecuencias de tal paso comenzarán a vislumbrarse a medida que se desenvuelvan los acontecimientos. Para críticos como el presidente polaco Walesa es poco frente a las grandes amenazas potenciales del oso ruso. Para estadistas como Gorbachov, es un avance indebido de los Estados Unidos y entraña el riesgo de un retorno a la confrontación. Para los dirigentes occidentales es, en cambio, un paso consistente hacia un sistema de seguridad globalizado para el próximo siglo.

30

Rumania está lista para "Asociación del Este"

La reunión cumbre de los jefes de Estado y de Gobierno de los países miembro de la OTAN tomó una decisión histórica sobre la extensión de la Alianza hacia el centro y el este de Europa. El Presidente rumano Ion Iliescu, analiza dentro de un marco evolutivo, el programa de "Asociación para la Paz"

Rumania saluda esta decisión, en la cual ve un elemento de fortalecimiento de la seguridad del país y de los demás Estados de esta parte del continente, en las nuevas condiciones, creadas por los cambios ocurridos después del derrocamiento de los regímenes totalitarios de Europa Central y del este.

Rumania está vitalmente interesada en la creación de un sistema viable de seguridad en el continente, basado en las instituciones de vocación europea, que, a lo largo del tiempo, han verificado su capacidad de asegurar la paz y la tranquilidad en Europa.

Consideran la Alianza del Atlántico del Norte como la principal organización capaz de asegurar el marco necesario para la estabilidad y seguridad en el continente.

EL DOCUMENTO-MARCO, elaborado con miras a la concreción de la Asociación para la Paz tiene una excepcional importancia consagrando los principios fundamentales de las relaciones entre los socios iguales dentro de los cuales, el compromiso de consolidar los procesos democráticos, la abstención del uso de la fuerza o de la amenaza con la fuerza en contra de la integridad territorial y la independencia política de cualquier Estado, el respeto de las fronteras existentes y el arreglo de los diferendos por la vía específica.

Se tomarán medidas inmediatas para que los organismos competentes examinen los documentos de la reunión, de modo que se iniciarán a la brevedad las conversaciones para la firma del Documento-marco y a la negociación para concluir los demás documentos que supone la participación en la Asociación para la Paz.

Rumania está preparada para asumir las responsabilidades que le correspondan como participante en la Asociación para la Paz y, en la perspectiva, en la Alianza y está decidida a contribuir a los esfuerzos comunes para asegurar la estabilidad en la región y en Europa, en su conjunto.

OTAN PRONTA PARA INICIAR ACCION MILITAR EN BOSNIA

Aceptará a Países del Este; Acuerdo Nuclear con Ucrania

BRUSELAS, 10 (ANSA). — Los Jefes de Estado y de Gobierno de la Alianza Atlántica, reunidos hoy en Bruselas, volvieron a indicar que están listos y dispuestos a lanzar ataques aéreos contra los serbios bosnios, pero el presidente estadounidense, Bill Clinton, les señaló que para resultar eficaz la advertencia debe ser percibida como "seria" por las partes en lucha.

Según el borrador de la declaración final de la cumbre de la OTAN, que circulaba hoy oficiosamente en la sede central de la Alianza, los 16 paises miembros de la organización están listos a lanzar sus ataques aéreos, si el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas se lo ordena.

La primera reunión cumbre de la OTAN con el presidente Bill Clinton registró además un firme paso adelante hacia la "nueva Alianza Atlántica" de la posguerra fría, tras el anuncio del desmantelamiento total de las armas nucleares en Ucrania y la firma de un histórico plan que abre las puertas a Polonia y los otros países ex comunistas del Este.

La primera piedra en la construcción de la "nueva OTAN" fue puesta con la firma de la iniciativa "Asociación para la paz", plan propuesto por Estados Unidos y dirigido a los países del Centro y del Este europeo, además de las naciones de la ex Unión Soviética.

El dilema de la alianza radicaba en cómo forjar vínculos militares con Europa oriental y a la vez evitar "irritar" a una Rusia inestable.

Por ahora, la OTAN está limitándose a proponer sólo un acuerdo provisorio de cooperación para Polonia, Hungría y otras nuevas democracias, antes que ampliar las garantías de seguridad que acompañarían al ingreso de pleno derecho.

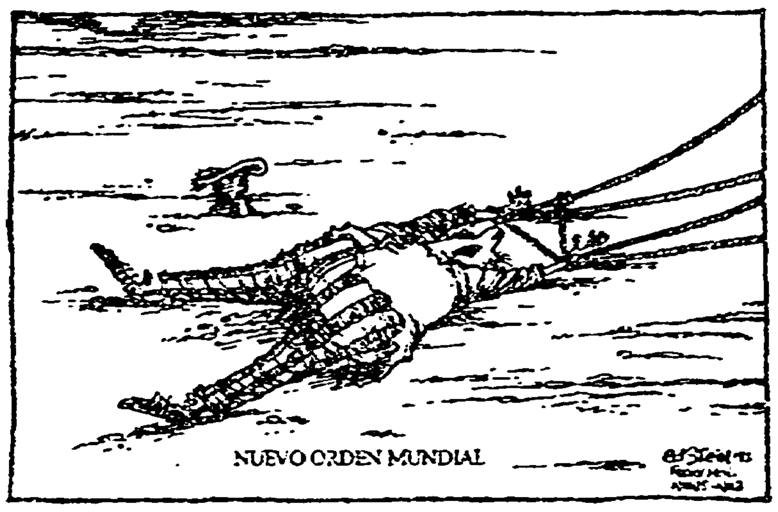
Ilustrando la índole cambiante de los desafíos que enfrenta la OTAN tras el fin de la Guerra Fría, manifestó Clinton; "La amenaza que enfrentamos es la creciente inestabilidad, más que ejércitos en marcha".

En tanto, el trascendente acuerdo para la eliminación total del arsenal nuclear de Ucrania anunciado en Bruselas por el presidente norteamericano Bill Clinton será firmado el viernes en Moscú por los presidentes ruso Boris Yeltsin, el ucraniano Leonid Kravchuk y por el mismo Clinton en representación del país que hizo de mediador.

El secretario de Estado, Warren Christopher, se manifestó convencido que "el compromiso asumido por el presidente Kravchuk será respetado" porque el acuerdo prevé para Ucrania "garantías de seguridad (Estados Unidos y Rusia se comprometen a no usar contra Ucrania armas nucleares" e insinuó también garantías de inviolabilidad de las fronteras).

Las cuestiones internacionales ahora son más complejas: ¿dónde está el enemigo?

Crisis de identidad de la OTAN



Cuando en enero se reúnan en Bruselas los dieciséis jefes de Estado y de gobierno de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) encontrarán sobre la mesa dos candentes temas de discusión. Tendrán que decidir, por un lado, si admiten el ingreso a la alianza de varios países antes pertenecientes al bloque socialista de Europa y, por otro, qué hacer frente a la guerra en Bosnia-Herzegovina si para entonces, como parece, el conflicto aún no ha finalizado. En rigor, ambos asuntos implican debatir el papel de la organización en la posguerra fría, un momento de la historia singularizado por la creciente complejidad de las cuestiones internacionales, agitadas inesperadamente tras el triunfo del ultranacionalismo en las elecciones parlamentarias rusas.

La OTAN tiene ya 44 años de existencia. Nació el 4 de abril de 1949, en Washington, cuando doce naciones acordaron fundarla para "desalentar cualquier agresión y salvaguardar la paz de la comunidad atlántica". Los firmantes del tratado fueron EE.UU. (desde siempre el socio mayor), Canadá, Gran Bretaña, Francia, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Islandia, Portugal e Italia.

El agresor en potencia era la Unión Soviética, con la cual Occidente había iniciado dos años antes el después largo y tenso período de la guerra fría.

En esa "época de paz que no es paz" (definición hecha en 1958 por el entonces secretario general de la ONU, Dag Hammarskjold) la OTAN aumentó el número de sus componentes, al sumarse Grecia y Turquía (1952), la República Federal de Alemania (1955) y España (1982).

El dispositivo militar de la OTAN se basó en la llamada "tríada" o conjunción de tres elementos básicos: fuerzas convencionales de tierra, mar y aire; armas nucleares para proteger el oeste europeo; y arsenal combinado angloamericano, de carácter estratégico, destinado a disuadir un hipotético ataque soviético.

La URSS no se quedó atrás. En mayo de 1955 se puso al frente de una organización similar, el Pacto de Varsovia, en la cual reclutó a Polonia, Hungría, Checoslovaquia, la República Democrática Alemana, Rumania, Bulgaria y Albania. Este conglomerado, igualmente inspirado en el principio de la seguridad colectiva, sirvió también para aplastar la revolución checa, en 1968, cuando se llevó a la práctica la "doctrina Breznev" de irreversibilidad de los procesos revolucionarios.

■ ¿Dónde está el enemigo?

Al desmoronarse la URSS y desgajarse el bloque del Este (lo que estaba detrás de la "cortina de hierro" mentada por Winston Churchill en su famoso discurso del 6 de marzo de 1946), la OTAN se encontró, de buenas a primeras, con que todo el andamiaje trabajosamente montado y sostenido durante cuatro decenios perdía el sentido de su finalidad original y hasta su razón de ser.

El enemigo tradicional había dejado de serlo —al menos teóricamente— y, desaparecido el equilibrio bipolar, irrumpía una nueva realidad. Era preciso, en consecuencia, redefinir el papel de la alianza en un mundo perturbado ya no por la amenaza del choque Este-Oeste, sino por numerosas guerras pequeñas e imprevisibles situaciones de crisis.

Un dato elocuente sobre las transformaciones emergentes del abrupto viraje que daba la historia lo configuró el estallido de los conflictos armados en la ex Yugoslavia. Otro, no menos significativo, vino a representarlo el hecho de que ex miembros del Pacto de Varsovia, políticamente disuelto el 1º de julio de 1991, terminaron solicitando su ingreso a la OTAN.

Era como si de golpe, al mundo alguien lo hubiera puesto al revés.

■ Un plan de ejecución improbable

De cara a la emergencia balcánica, la OTAN tomó algunas medidas: envió aviones a controlar el espacio aéreo sobre Bosnia para impedir los sobrevuelos serbios (pero hasta ahora no *bajó* ningún intruso) y dispuso un patrullaje naval en aguas del Adriático con objeto de impedir que se viole el embargo dispuesto por la ONU contra la nueva Federación Yugoslava (Serbia y Montenegro). Todo ello mientras varios estados de la alianza despachaban tropas de tierra para constituir la fuerza de paz de las Naciones Unidas en la ex Yugoslavia.

Desde entonces, se sabe, expertos de la organización han venido estudiando la eventual aplicación de un operativo más vasto y concreto, consistente en desembarcar tropas en las costas croatas y lanzar paracaidistas sobre Sarajevo, para enfrentar a los serbios e imponer la paz mediante una intervención directa.

Hay referencias ciertas de este plan, que prevé la participación de EE.UU., Francia, Gran Bretaña, Holanda y Noruega hasta agrupar alrededor de 50.000 efectivos. Pero todo indica que no existen perspectivas de superar la etapa del proyecto.

El tramo de la ejecución se presenta improbable debido a múltiples causas, como —por ejemplo— las vacilaciones de la administración Clinton en política exterior, la negativa de algunos aliados a lanzar el operativo, la imposibilidad de sumarse a él en que está Alemania por precepto constitucional y, finalmente, el hecho de que el Reino Unido, Francia y España temen por la suerte de sus soldados actualmente enrolados en la fuerza de paz si Occidente lanza contra Serbia una ofensiva en gran escala.

No será fácil, en este contexto, que la "cumbre" de Bruselas adopte una medida de fondo, resuelta y categórica, respecto de las luchas que siguen librándose en la ex Yugoslavia.

Escaso sigue siendo así el margen que para la esperanza les queda a los bosnios musulmanes, si es que todavía creen posible recibir ayuda bajo la forma de una intervención militar de la OTAN.

■ Ampliar o no la matrícula

El problema del ingreso pedido por países del otro lado de la ex "cortina de hierro" exhibe también sus complicaciones. Por lo pronto, surge la pregunta de si es preciso, realmente, agregar nuevos socios y establecer hasta qué punto ello sería practicable en las circunstancias actuales.

En el frente diplomático, se alza un obstáculo importante: Rusia, poseedora de las fuerzas armadas más poderosas del difunto pacto de Varsovia, rechaza la iniciativa de que algunos aliados suyos, como Polonia, Hungría y la República Checa, se pasen a la OTAN. Teme, no sin fundamento, quedar aislada detrás de otra "cortina de hierro", si tal cosa ocurre.

Aunque el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmó en Varsovia una declaración conjunta con su homólogo Lech Walesa, expresando "comprensión" hacia una eventual admisión de Polonia en la alianza atlántica, después dio marcha atrás sin rubor alguno. Propuso a Occidente que, en lugar de ampliar la OTAN, se mancomunaran esfuerzos entre la organización y Rusia para garantizar la paz en Europa Central.

Se duda, sin embargo, que Moscú esté en condiciones de hacer un aporte efectivo en ese sentido, puesto que, si bien conserva intacta su formidable maquinaria de guerra, el Ejército Rojo atraviesa por un momento de indisciplina y corrupción sin precedentes. Funcionarios rusos admiten que los soldados se han convertido en "una mezcla de mercaderes y mercenarios". Acuciados por la necesidad, llegan a vender sus armas y a pelear —según se ha visto en la guerra de Georgia— tanto a favor de un bando como del otro.

Además, entre los mandos hay muchos oficiales que no quieren saber nada con la democracia y añoran los tiempos en que el ejército era un cuerpo de cohesión monolítica, dirigido por el Partido Comunista.

No se ve claro, entretanto, cómo Yeltsin podría cumplir el compromiso de asegurar la paz en Europa oriental, actuando Rusia en cooperación con la OTAN, cuando antes le urge poner término a los conflictos surgidos dentro de lo que fuera la URSS.

Días antes de las elecciones en Rusia, de visita en Bruselas, Yeltsin se reunió con el secretario general de la OTAN, Manfred Woerner, reiterándole su oposición a que los estados ex comunistas de Europa del Este se integren al organismo, pero finalmente terminó solicitando el ingreso de Rusia, sin ocultar su enojo ante la negativa recibida.

Cuando comenzaron a conocerse los resultados de la votación rusa, muchos integrantes de la OTAN se felicitaron por su prudencia. La exitosa votación del ultranacionalista Vladimir Zhirinovski, con fuertes perfiles nazifascistas, trajo a primer plano un peligro que se creía superado. El hecho de que haya obtenido un respaldo casi absoluto en las filas del ejército soviético alertó a toda Europa sobre la emergencia de un nuevo peligro fascista. Las ex repúblicas soviéticas reclamaron su rápido ingreso a la OTAN, preocupadas por las amenazas de Zhirinovski de volver a reunir bajo la hegemonía rusa a los antiguos estados de la Unión Soviética.

El 16 de diciembre pasado, el ministro británico de Defensa, Malcolm Rifkind, destacó la importancia de la OTAN frente al nuevo mapa político ruso. Señaló la existencia de un "serio riesgo" de guerra entre Rusia y Ucrania, y llamó a adelantar el ingreso de los estados de Europa Central y Europa del Este a la Alianza Atlántica.

La decisión sobre qué responder a las solicitudes presentadas por quienes aspiran a integrarse a la OTAN está por tomarse, aunque el ensombrecido escenario ruso no facilitará las decisiones. (Redacción de Búsqueda en base a información de agencias y archivo).

9401021

El Canciller Británico Hizo la Pregunta Crucial

E.P. 30/1/94.

■ La Asociación Para la Paz propuesta por Clinton y aprobada por OTAN, no da calidad de miembros de la alianza a los países del Este europeo. Les abre la puerta a una aproximación y a la futura incorporación.



The New York Times

Fuerzas de la alianza atlántica en maniobras militares en Alemania. Habrá futuro con ampliación.

KIEV, Ucrania.— Detrás de toda política exterior hay, o debe haber, un cuidadoso cálculo político. Lo que no será apoyado en su país no puede ser prometido por el líder en el extranjero.

Así ocurrió con el presidente William Clinton, durante su primer viaje a Europa como líder de la alianza atlántica (OTAN). Luego de descubrir la rapidez con que se volvió negativa la opinión de los estadounidenses cuando el cuerpo de un soldado fue arrastrado por las calles de Mogadishu, el Presidente se muestra renuente a pactar pequeños compromisos –veamos el regreso de las tropas estadounidenses que se dirigían a Haití–, sin mencionar grandes compromisos peligrosos.

Por lo tanto, Clinton no adoptó ninguna medida audaz sobre Bosnia. No lanzó un ultimatum a los combatientes: hagan esto o haremos eso. En cambio, él y sus aliados buscaron ganar tiempo.

Formularon nuevas amenazas, como lo hicieron sin grandes resultados en agosto pasado, de lanzar ataques aéreos contra Sarajevo, pero sólo bajo ciertas condiciones y no muy pronto.

Añadieron Tuzla y Srebrenica a la lista de posibles blancos, pero sólo después de otros estudios sobre la viabilidad y conveniencia de ello.

De igual forma, Clinton resistió las presiones de los europeos orientales en favor de obtener la calidad de miembros en la Organización del Tratado del Atlántico Norte, y los obligó a aceptar la "Asociación Para la Paz", un estatus de "hermano menor" que no los satisfizo.

Una razón de esto es la sensibilidad de los rusos. Al menos por ahora. Clinton dio mucha mayor prioridad a evitar ofender a las frágiles fuerzas reformistas de Moscú, que a reafirmar los vínculos con los pueblos hasta hace poco oprimidos de los antiguos estados satélites comunistas que antes ocuparon un lugar especial en el corazón de los estadounidenses.

Esto refleja la influencia de Strobe Talbutt, experto en temas de Rusia que llegó a dominar el pensamiento estratégico de Washington en temas europeos.

Sin embargo, otra razón es lo que significa ser miembro de la OTAN. En el fondo, se trata de una alianza militar, y sus miembros aceptan acudir en ayuda del otro en caso de ser atacados.

La ampliación de la OTAN significaría que Estados Unidos estaría dispuesto a enviar a sus fuerzas a defender a Polonia o la República Checa (y posiblemente a solicitantes más recientes, como Lituania o Rumania), si éstos fueran atacados.

El canciller británico, Douglas Hurd, formuló el interrogante crucial, el mes pasado: ¿Están dispuestos solemnemente el parlamento estadounidense, la Cámara de los Comunes, la Asamblea francesa, el Bundestag alemán a garantizar con la vida de sus ciudadanos, las fronteras de, digamos, Eslovaquia? Si no lo están, o no todavía, sería un engaño pretender otra cosa.



El presidente Bill Clinton habla ante la OTAN: debemos construir nueva seguridad. (Laserfoto de AP)

Clinton no está dispuesto, al menos por ahora, y el clima en su país y en el Senado estadounidense parecen apoyarlo. Fue elegido por un país ansioso por concentrarse en sus propios problemas, no los del resto del mundo, y ha hecho poco para urgirlo a volver la vista al exterior, excepto en términos de sus propios intereses económicos.

Aun si existiera la voluntad, no existen los medios. Los 100.000 soldados de Estados Unidos prometidos por Clinton para Europa, sin importar lo que ocurriera, ciertamente no serían suficientes para detener cualquier manifestación de expansionismo ruso. Los dólares son cada vez más escasos para el Pentágono.

—"Lo más efectivo para nosotros es intentar proteger a Europa Oriental al alentar las tendencias antiimperialistas y democráticas en Rusia. El problema es que Estados Unidos, o cualquier otra potencia, tiene una influencia muy limitada sobre los acontecimientos en Rusia", aseveró un vocero del gobierno de Estados Unidos.

Sin embargo, este es un Presidente que gusta de tener todas las opciones, así que, luego de negarles lo que deseaban, se reunió en Praga con cuatro dirigentes europeos orientales, encabezados por Vaclav Havel, de la República Checa, y Lech Walesa, de Polonia, y se acercó –mucho más de lo que algunos de sus socios occidentales desearían– a decir: "sean pacientes y obtendrán lo que desean".

El ex canciller checo, Jiri Dienstbier dijo en una entrevista con "Rude Pravo", diario derechista de Kiev: —"No debemos permitir que la Asociación para la Paz sea sólo un sedante o una antesala para esperar a observar el desarrollo de los acontecimientos en Rusia".

Como si respondiera directamente a esta pregunta, Clinton afirmó, al término de sus reuniones con Havel y Walesa: "aunque la Asociación no significa ser miembro de la OTAN; tampoco es una sala de espera permanente. El interrogante ya no es si la OTAN aceptará nuevos miembros, sino cuándo, y cómo?

Libia

LA OTAN ES UN «PELIGRO»

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), fué calificada de «peligro para la humanidad», en un discurso pronunciado por el líder libio, Muamar Gadafi, del que se hizo eco la agencia de prensa «Jana».

Gadafi advirtió a los países árabes que «deben tener mucho cuidado con la OTAN», afirmando que ésta última «ha preparado planes para destruirlos». En otra parte de sus declaraciones, hechas en Trípoli, Gadafi insistió en que seguía considerando la llegada a la presidencia de Estados Unidos, de Bill Clinton, como «un elemento favorable, dado que los demócratas estadounidense apoyan los derechos de las minorías». «Pero el problema es que al presidente Bill Clinton, las compañías norteamericanas quieren comprometerlo en el ruedo internacional, para provocar el fracaso de su primer mandato», estimó también el dirigente de la «Yamahiria» libia.

Japón

FORTALECER VINCULOS CON LA OTAN

Japón busca fortalecer sus vínculos con la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) ante la inestabilidad política en Rusia, afirmó ayer un alto cargo de la cancillería.

Según esta fuente, los avances de los ultranacionalistas en las recientes elecciones, los problemas del control de armas nucleares en Ucrania y otros problemas políticos hacen aconsejable una mayor cooperación de Japón con la OTAN.El ministerio de asuntos exteriores nipón tiene previsto patrocinar conjuntamente con la OTAN un seminario en Europa y organizar encuentros para el diálogo a alto nivel político y económico en Tokio este año, agregó.

Nº DOCUMENTO 9401024
TITULO OTAN [illegible] a hacer ataques aéreos a Bosnia.
PROCEDEN 150090
FECHA 9/1/94
VINCUL 508062
507685
507687

ENTRADO
CRUZ DO

Bosnia LS 9/1/94

LA OTAN ES UN PACTO OCIOSO

Como la OTAN se está quedando sin adversarios ni trabajo, ha creado en los serbios un gran enemigo para justificar su existencia y sus grandes costos, declaró Radovan Karadzic, líder de los serbios de Bosnia.«Esa actitud de crear en nosotros a un gigantesco enemigo de la seguridad europea es muy peligrosa, y se debe a que la OTAN tiene que justificar sus egresos a las industrias militares que la sufragan», comentó Karadzic anoche por una emisora local bosnia.Explicó Karadzic que la política de amenazas y presiones exclusivamente aplicadas contra los serbios bosnios no ha dado resultados hasta el momento El líder serbio afirmó que en Europa existe un «bloque austro-germánico» que alienta a los musulmanes -44 por ciento de la población- a que prosigan la guerra en pro de una Bosnia unida, mientras que el resto de Europa está a favor de la paz y el hecho consumado del despedazamiento de Bosnia.

01-07

9401024

"Cumbre" de Bonn Entre Tudjman e Izetbegovic sin Resultados E.P. 11/1/94

LA OTAN REAFIRMA SU DISPOSICION A ATAQUES AEREOS PARA ROMPER CERCO



Imagen la reunión cimera de los países de la OTAN. El secretario general Manfred Woerner tiene la palabra. El presidente norteamericano Bill Clinton sigue con interés la intervención. (Laserfoto de la agencia The Associated Press)

SARAJEVO, 10 (REUTER).— Proyectiles de artillería impactaron hoy en el centro de Sarajevo e hirieron a 12 personas mientras los líderes de la OTAN reafirmaban su amenaza de lanzar ataques aéreos para romper el cerco serbio sobre la ciudad.

El presidente Bill Clinton, en Bruselas para asistir a la reunión de la OTAN, dijo que los Estados Unidos están dispuestos a buscar apoyo de alianza atlántica para ataques aéreos contra posiciones serbias si el sitio no se levanta y si obtienen garantías satisfactorias para la operación.

En Bonn, los presidentes de Croacia, Franjo Tudjman, y Bosnia, Alija Izetbegovic, finalizaron dos días de conversaciones sin llegar a un acuerdo de tregua ni definir el reparto de territorios en Bosnia central.

Periodistas en Sarajevo informaron de grandes explosiones mientras caían proyectiles sobre las calles y los edificios. Un misil filoguiado lanzado desde las posiciones serbias explotó en una zona residencial cerca del centro de la ciudad donde en la última semana perdieron la vida 46 personas.

Los líderes de la OTAN dejaron en claro que están dispuestos a ordenar ataques aéreos en Bosnia bajo la autoridad de las Naciones Unidas para evitar el asedio de Sarajevo o proteger otras zonas, según un proyecto de declaración de la reunión cumbre en Bruselas.

"Reafirmamos nuestra disposición, bajo la autoridad del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas a efectuar ataques aéreos con el fin de evitar el asedio de Sarajevo, de las zonas protegidas y de otras áreas en Bosnia Herzegovina", indica el borrador que será difundido el martes.

CREDIBILIDAD EN JUEGO

La OTAN, que ya tiene aviones patrullando sobre Bosnia, amenazó en agosto pasado con bombardear las posiciones de artillería serbia que cañonean Sarajevo, pero hasta ahora evitó tal medida. La aprobación necesaria para cualquier ataque deberá provenir del Secretario General de la ONU Boutros Boutros Gali.

Clinton señaló que en Bosnia está en juego la credibilidad de la OTAN y advirtió a sus colegas de la alianza que deberían formular sólo una amenaza de ataques aéreos si intentan ejecutarlos.

"Lo que está en juego no es sólo la seguridad de la población de Sarajevo y la posibilidad de poner fin a este terrible conflicto, sino la credibilidad de la alianza misma", afirmó Clinton en el discurso inaugural de la reunión cumbre de la OTAN.

Luego de 21 meses de guerra, está aumentando la presión para que Occidente adopte una línea más dura frente al sitio de Sarajevo y los ataques contra las fuerzas de la ONU destacadas por toda la república.

Clinton y el presidente francés François Mitterrand discutieron posibles ataques aéreos en Bosnia, comentó un portavoz francés.

El vocero presidencial Jean Musitelli dijo que Mitterrand declaró a los otros líderes que la OTAN debe respaldar sus declaraciones sobre la ex Yugoslavia con acciones rápidas, y destacó que las resoluciones existentes autorizan ataques aéreos para proteger a los efectivos de las fuerzas de paz.

RESPUESTA SERBIA

El caudillo de los serbios de Bosnia, Radovan Karadzic, advirtió que si la OTAN lanza ataques contra su comunidad, se verán obligados a reconsiderar todas las concesiones territoriales que ofrecieron a los musulmanes.

"Si la OTAN adopta una resolución contra los serbios, evidentemente esto no ayudará al proceso de paz, sino que causará nuevas dificultades en la búsqueda de un acuerdo", declaró.

Un vocero de las Naciones Unidas dijo en Ginebra que un puente aéreo a Sarajevo, suspendido la semana pasada a raíz de cañoneos serbios contra el aeropuerto de la ciudad, será reanudado el martes. Los serbios aseguraron a la ONU que podía utilizar el aeropuerto sin peligro.

En Bosnia Central, musulmanes y croatas continuaron la lucha por territorio tras el fracaso de los intentos de forjar una tregua en Bonn.

Al menos seis personas murieron y más de 30 fueron heridas ayer en los combates cerca de Vitez que comenzaron con una ofensiva musulmana de madrugada contra el enclave que han cercado.

Uan persona murió y otra fue herida hoy mientras continuaban los combates con baja intensidad. Un portavoz militar de la ONU dijo que no parece haber un cambio en línea del frente.

En Bonn, funcionarios dijeron a Reuter que las conversaciones de paz entre el presidente bosnio Alija Izetbegovic, su par croata Franjo Tudjman y los mediadores internacionales David Owen y Thorvald Stoltenberg finalizaron sin acuerdos tras un día de complejas discusiones.

Diplomáticos en Ginebra, donde el 18 de enero se reanudarán las negociaciones de paz sobre la ex Yugoslavia, dijeron que se presentó un nuevo mapa que daba a los musulmanes poco más de la tercera parte del territorio de Bosnia.

LANZAR

SERBIO

9401024

C2

Clinton es partidario de medidas más enérgicas para contener las acciones serbias y asegura que la última palabra la tienen los soldados en el terreno L. R. 12/1/94

La OTAN trata de hacer creíble su amenaza de atacar en Bosnia

La OTAN dio ayer un paso adicional para hacer más creíble su amenaza de recurrir a la fuerza contra las milicias serbias en Bosnia, pero no eliminó las dudas sobre si está o no dispuesta a llevarla a cabo. Se fijó dos objetivos prioritarios: la reapertura del aeropuerto de Tuzla y la sustitución del contingente de cascos azules canadienses en Srebrenica. Y advirtió que los impondrá por las malas (es decir, mediante ataques aéreos) si el cerco no se levanta por las buenas. Los 16 líderes de la alianza cerraron la cumbre de Bruselas celebrando "el apoyo unánime" en la declaración final que apela al uso de la fuerza si las circunstancias lo requieren. Pero incluso Clinton, que se mostró partidario de medidas más enérgicas para contener las acciones serbias, admitió que la última palabra la tienen los países con soldados sobre el terreno, entre ellos España.

EL PAIS de Madrid
Exclusivo para LA REPUBLICA

Bruselas, por A. Cano e I. Cembrero, enviados especiales

■ Dentro del tono de energía que podría traducirse con la frase "sólo se debe amenazar si se está dispuesto a cumplir la amenaza", Clinton señaló que los ataques aéreos deberían estar condicionados a dos circunstancias: "el comportamiento de los serbios y los informes militares" de las fuerzas de la ONU en Bosnia (Unprofor).

El presidente francés, François Mitterrand, se había propuesto que la cumbre en la que la OTAN iba a abrir los brazos al Este no diese la espalda al conflicto en la antigua Yugoslavia. Lo logró, al menos en cuanto a las declaraciones de intenciones, gracias el inesperado cambio de actitud del primer ministro británico, John Major. Ambos sugirieron en la cena con sus homólogos del lunes por la noche que la OTAN debía proponerse "forzar el relevo del contingente de Unprofor (los cascos azules) en Srebrenica", asediada por los serbios, que impiden la sustitución de los soldados canadienses por holandeses. También insistieron en que era necesario "examinar cómo se puede abrir el aeropuerto de Tuzla", a lo que se niegan los serbios, "para hacer llegar la ayuda humanitaria".

Los mandos de las fuerzas de la ONU son los encargados por la OTAN de elaborar planes para alcanzar ambos objetivos, en los que pueden incluir "ataques aéreos", según el comunicado final de la cumbre. Hasta ahora, la alianza había esgrimido el uso de la fuerza para lograr metas más generales, que ayer también recordaba la declaración final, como "evitar el estrangulamiento de Sarajevo, de las zonas de seguridad y otras". Clinton mencionó por cierto como una de las necesidades más urgentes detener los ataques a la capital bosnia y dijo que su país "está dispuesto a responder a los ataques" a la ciudad, si bien condicionó cualquier acción militar al criterio de los países miembros de Unprofor y al respaldo del Consejo de Seguridad de la ONU.

Algunas delegaciones como la francesa habrían deseado que se diese un ultimátum a los serbios para despejar los alrededores de Tuzla y Srebrenica y que, de no ser atendido, que se recurriese a la fuerza. La propuesta no prosperó, por lo que sigue siendo probable que, por ahora, no se produzca ningún bombardeo aéreo que, en todo caso, deberá efectuarse bajo la autoridad del Consejo de Seguridad de la ONU.

LA OPCION MILITAR AL ALCANCE DE LA MANO

Aun así, la opción militar está ahora más que nunca al alcance de la mano. En la cumbre de la OTAN hubo, según su secretario general, Manfred Worner, "una fuerte determinación para eliminar los obstáculos" que entorpecen la labor de los cascos azules en Bosnia. Hubo además un lenguaje nuevo por parte de Major, hasta ahora temeroso de que la intervención armada acarrease represalias sobre su contingente allí destacado.

"Es indispensable", declaró el primer ministro británico, "garantizar" que la rotación de las tropas de la ONU en Srebrenica se lleva a cabo, y si es necesario utilizar la fuerza para conseguirlo, se utilizará". "Advertimos a aquellos que se oponen a esas dos operaciones (Tuzla y Srebrenica)", confirmaba el jefe de la diplomacia francesa, Alain Juppe, "que si siguen en esa actitud se utilizará la fuerza aérea contra ellos".

"Estados Unidos respaldó la propuesta franco-británica", declaró por su parte el presidente Bill Clinton. En las tres conferencias de prensa que dio ayer por la mañana repitió, sin embargo, hasta la saciedad que "estas medidas sólo pueden ser planteadas si todos estamos dispuestos a asumir las consecuencias", incluidos aquellos que tienen tropas sobre el terreno. "Sólo así esta acción tendrá la credibilidad que se merece", añadió.

Los párrafos de la declaración final de la cumbre sobre Bosnia fueron elaborados fundamentalmente entre franceses, británicos y norteamericanos sin contar con representantes de otros socios que cuentan con contingentes militares en Bosnia, como es el caso de España. En sintonía con sus socios, Felipe González calificó también de "intolerables" las "presiones y ataques" que padecen los cascos azules, pero hizo también especial hincapié en lo difícil que puede resultar emplear la fuerza en Bosnia.



El presidente norteamericano se va de la OTAN. (Telefoto de AFP)

Nuevos conceptos estratégicos de la cumbre de Bruselas

Bruselas, por Lluis Bassets

■ La cumbre de Bruselas ha culminado el cambio estratégico iniciado por la OTAN en las dos reuniones anteriores de los jefes de Estado y de gobierno de los 16 países aliados. En la cumbre de Londres de junio de 1990 se señaló la desaparición del enemigo clásico. En la de Roma, en noviembre de 1991, se invitó a los antiguos miembros del Pacto de Varsovia a incorporarse al Consejo de Cooperación del Atlántico Norte. La reunión, que terminó ayer, ha acuñado y definido los nuevos conceptos de lo que debe ser, según palabras del propio presidente norteamericano, la Alianza Atlántica del siglo XXI.

ASOCIACION PARA LA PAZ

Fórmula de participación en la defensa común de Europa ofrecida a los antiguos países comunistas como alternativa a las peticiones de ingreso a la alianza. Los socios por la paz contarán prácticamente con todas las ventajas y obligaciones de la pertenencia a la OTAN, salvo la cuestión más importante, que es la garantía atlántica o compromiso de defensa común ante el ataque de un país tercero. La propia Federación Rusa es candidata a incorporarse a la Asociación, que quiere evitar el resurgimiento de los bloques, de la polarización y de la frontera este-oeste. El objetivo final es la integración en la OTAN, que se producirá en función de la evolución democrática de cada país y de sus esfuerzos de integración.

VINCULO TRANSATLANTICO

La estrecha relación entre EEUU y sus aliados europeos constituye el nudo de la OTAN. Su expresión es el mantenimiento de 100.000 soldados norteamericanos en suelo europeo.

El peso de los dos principales componentes de la alianza, EEUU y la Unión Europea (UE), queda reequilibrado en la nueva estructura, pero el comunicado final y todas las declaraciones insisten en la validez del vínculo transatlántico para el próximo siglo.

PROLIFERACION ARMAMENTISTA

La proliferación incontrolada de armamento nuclear, químico y biológico, en muchos casos mediante la "exportación" de equipos y técnicos del desaparecido bloque comunista "costituye una amenaza para la seguridad internacional y es un asunto preocupante para la OTAN, según asegura la cumbre. Se ha convertido prácticamente en el nuevo enemigo de la alianza, pues permite traducir las tensiones y conflictos en términos de graves amenazas militares.

IDENTIDAD EUROPEA DE SEGURIDAD Y DE DEFENSA

Es el concepto bajo el que se identifica el nuevo papel de los países europeos en la alianza, que adquieren mayores responsabilidades y protagonismo, a través de la UEO (Unión de Europa Occidental).

El comunicado final da precisamente la bienvenida a la entrada en vigor del tratado de Maastricht y de la UE, "que fortalecerá el pilar europeo de la alianza y llevara a una contribución más coherente a la seguridad de los aliados. Los recelos mutuos entre europeos y norteamericanos, que se manifestaron todavía en las cumbres anteriores, han quedado superados. El comunicado reconoce que la UE llegará a tener con el tiempo "una defensa común compatible con la alianza.

La OTAN apunta sus baterias contra los serbios de Bosnia

REACTORES DE LA OTAN PREPARADOS PARA BOMBARDEAR

Jun. 12/1

Los cazabombarderos estadounidenses de la base de la OTAN en Aviano (noreste de Italia) están preparados para participar en una eventual intervención en Bosnia que decidan las Naciones Unidas, dijeron fuentes militares.

Desde la pasada primavera, aparatos «F-16», «A-10» y «FA-18» de la Marina estadounidense realizan diariamente misiones de patrulla y control del espacio aéreo del territorio de Bosnia-Herzegovina, en cumplimiento del mandato de la ONU.

En esas misiones pueden ser utilizados también los «Jaguar» franceses desplegados desde hace tiempo en la base italiana de Rivolto, que pronto albergará también los «AMX» italianos transferidos desde Treviso.

El dispositivo aéreo concentrado en Friuli se ampliará en breve con dos escuadrillas de «F-16» estadounidenses, en total 36 unidades, que elevará el número de cazabombarderos a unos ochenta.

Como apoyo logístico a los «F-16» se han desplegado en Aviano cierto número de aviones de transporte «EC-Hércules» y numerosos helicópteros.

Todos estos aviones son atendidos por cerca de 1.300 hombres, entre pilotos y técnicos, y en toda la base trabajan unas 4.000 personas.

El ministro de Defensa italiano, Fabio Fabri, ha declarado que Italia será el «campo base» desde donde se emprenderá cualquier iniciativa dirigida a hacer respetar las decisiones de las Naciones Unidas sobre Bosnia.

Si no se llega a una salida diplomática -dijo Fabri- «la OTAN debe estar preparada para una intervención muy enérgica, aunque la decisión corresponde a la ONU».

Para el ministro italiano, el apoyo logístico «es la mejor aportación que Italia pueda dar en este momento. Estamos preparados para cualquier emergencia, comprendida la de ataques aéreos que partan de nuestro suelo, y hemos intensificado nuestra contribución a las ayudas humanitarias».

El ministro de Exteriores, Beniamino Andreatta, dijo en Bruselas que «en este momento en que las opiniones públicas de Francia y Gran Bretaña discuten si retirar a sus soldados, es inimaginable que el secretario general de la ONU no autorice acciones de defensa de las tropas sobre el terreno», previstas por la cumbre de la OTAN que concluyó ayer en la capital belga.

Andreatta ha comentado también, en referencia a los musulmanes bosnios, que «la ilusión de la ofensiva de primavera es el verdadero enemigo de la paz en Bosnia». (efe)

04

La amenaza de utilizar operativos militares aéreos contra serbios sigue siendo verbal

No hubo ultimátum de la OTAN en Bosnia

Los líderes de la OTAN, bajo intensa presión para que den una respuesta más contundente a la guerra de Bosnia, ampliaron ayer su amenaza de ataques aéreos contra fuerzas serbias a fin de resolver los problemas de dos zonas musulmanas.



Visita
Junto a un casco azul francés, la delegación del canciller japonés recorre la capital bosnia

Pero la declaración emitida al término de su reunión cumbre no llegó al ultimátum explícito de utilizar bombardeos para reabrir el aeropuerto de Tuzla y aliviar a las tropas de la ONU atrapadas en Srebrenica que algunos pretendían.

El presidente estadounidense, Bill Clinton, quien se había pronunciado en contra de formular amenazas huecas que pudieran hacer aun mayor mella en la credibilidad de Occidente, manifestó que la alianza no ha bajado el umbral para encarar una acción militar.

Subsistieron diferencias acerca de si deben utilizarse bombarderos para romper el cerco que estrangula a Sarajevo.

Francia y Gran Bretaña, autores en conjunto de la iniciativa de brindar socorro a las dos áreas, habían dejado entrever el lunes que eran partidarias de un ultimátum más firme y específico, que incluyera una amenaza inmediata de ataques aéreos. Pero esto chocó con la oposición de algunos aliados, particularmente Canadá, que tiene 300 soldados retenidos en Srebrenica aguardando ser socorridos por un contingente holandés.

La premier turca, Tansu Ciller, jefa de gobierno de un estado musulmán que ha propiciado reiteradamente una línea más firme contra los serbios, manifestó que se sentía decepcionada por la declaración final de la conferencia cumbre.

La declaración

El documento final de la reunión cumbre ratificó la política de OTAN adoptada en agosto, que contempla ataques aéreos bajo la autoridad de la ONU "para evitar el estrangulamiento de Sarajevo, las zonas protegidas y otros sectores amenazados de Bosnia-Herzegovina".

"En este contexto, exhortamos a las autoridades de la Unprofor (fuerzas de ONU) a elaborar urgentemente planes para asegurar que la rotación bloqueada del contingente de Unprofor en Srebrenica pueda tener lugar y examinar de qué manera el aeropuerto de Tuzla puede ser abierto por razones de alivio humanitario", agregó.

Srebrenica y Tuzla son dos de los seis enclaves predominantemente musulmanes, inbcluyendo Sarajevo, que fueron designados por la ONU el año pasado como "zonas seguras" bajo protección del organismo mundial.

Vaticano advierte

Por su parte el Vaticano denunció ayer la "abdicación colectiva" de la comunidad internacional en la búsqueda de la paz en Bosnia, que está asumiendo las "formas macabras de la más vergonzosa cobardía".

La denuncia de la Santa Sede, emitida en forma simultánea a la cumbre atlántica de Bruselas, aparece en un llamamiento del Consejo Pontificio de la Justicia y la Paz, difundido con motivo de la Jornada Mundial de oración por la Paz en los Balcanes, proclamada por el Papa para el próximo 23.

Ataques y puente aéreo

Mientras continuaron durante toda la jornada los ataques serbios a Sarajevo, el líder serbio de Bosnia, Radovan Karadzic advirtió ayer a la OTAN que cualquier ataque aéreo contra sus tropas podría poner fin a las negociaciones de paz.

Serbios y croatas, que controlan el 80% del territorio de Bosnia luego de 20 meses de guerra, han ofrecido a los musulmanes una tercera parte de la república como parte de un acuerdo de paz. El gobierno liderado por los musulmanes se ha negado a la oferta.

Una nueva ronda de negociaciones entre las partes en pugna debe comenzar en Ginebra el 18 de enero.

También ayer, aviones repletos de carga despegaron hacia Sarajevo después que los serbios de Bosnia prometieron dejar de cañonear el aeropuerto. Pero los ataques se reanudaron después que algunos aparatos aterrizaron, lo que obligó a renovar la suspensión del esfuerzo de socorro. No se sabe con certeza por cuánto tiempo los vuelos de socorro estarán suspendidos. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a fuentes de AP, EFE y Reuter)*

RESUMEN

- OTAN se compromete a intervenir en Tuzla y Srebrenica
- Severo mensaje papal a la cumbre de Bruselas
- Líder serbio de Bosnia advirtió a la OTAN sobre posibles ataques aéreos
- Continuaron bombardeos serbios contra Sarajevo

Bruselas

L.J. 21/1/94

VISITA

El presidente de Bosnia, Alia Izetbegovic, realizó una visita sorpresa, ayer jueves, a la sede de la OTAN para debatir la posibilidad de que los aviones aliados ataquen a los serbios en Bosnia. Tras el fracaso de las últimas negociaciones que desarrollaron ayer en Ginebra las tres partes enfrentadas en Bosnia tras 21 meses de guerra, Izetbegovic tratará probablemente con los aliados el recurso a los ataques aéreos contra los serbios. No obstante, esta posibilidad no se quiso admitir oficialmente: «la visita fue solicitada por Izetbegovic y es él quien sabe qué temas va a plantear», indicó un portavoz aliado. Izetbegovic, en su primera visita a la sede aliada, llegará en torno a las 14,30 GMT y mantendrá un breve encuentro con el vicesecretario general, Amedeo de Franchi, ante la indisponibilidad de Manfred Woerner, que se encuentra en Alemania. La OTAN tiene listos sus aviones de combate en Italia y el Adriático a la espera de que la ONU le entregue sus planes para la reapertura del aeropuerto de la ciudad bosnia musulmana de Tuzla y la ruptura del cerco sobre Srebrenica.

06

9401024

Esperan la "luz verde" para atacar a Bosnia

L J 30/1/94

ALERTA EN BASE AEREA DE LA OTAN

La base aérea militar de la Otan (Organizacion del Tratado del Atlantico Norte) de Aviano (norte de Italia) está en estado de alerta, a la espera de la "luz verde" del Secretario de la ONU, Boutros Ghali, para intervenir en Bosnia.

La planificación de ataques aéreos a objetivos militares en la ex republica yugoslava está preparada desde que la Otan consideró la eventualidad de una intervención aérea si no se llegaba a un acuerdo de paz que ponga fin a la guerra en curso.

Los objetivos han sido individuados gracias a los cotidianos vuelos de reconocimiento de los avionesradar de las Reales Fuerzas Aereas britanicas, y d elos F-16, F-A 18 Hornet y A-10, que sobrevuelan los cielos de Bosnia-Herzegovina, en el ámbito de la operación "Deny-Fligth", con 4-6 vuelos al día.

El dispositivo aéreo de la base de Aviano es notable: actualmente hay desplegados 32 cazas, tres EC-130 y dos Awacs, y se espera la llegada de dos escuadrones de F-16, en total otros 36 aparatos.

El proximo lunes asume el cargo del comando de la XVI Fuerza Aerea el general Joseph W. Ashy, comandante de las Fuerzas Aereas Aliadas del Sur de Europa, responsable de todas las fuerzas que operan desde Gibraltar hasta la Turquia oriental.



Los cascos azules pueden resolver en cualquier momento el bombardeo.

La asignación de dos mandos a una misma persona simplifica, según el USAFE (Comando de las Fuerzas Aereas Estadounidenses en Europa), el control y la coordinación de las fuerzas aéreas de Estados Unidos con las otras fuerzas aéreas de la Otan presentes en la región meridional y mejora la flexibilidad del comandante a la hora de ejercer el mando.

Como comandante de la XVI Fuerza Aérea, el general Ashy tendrá funciones de mando sobre cerca de ocho mil militares y empleados civiles esparcidos por España, Italia, Grecia y Turquía.

La posible intervención área de las fuerzas desplegadas en Aviano implicará también a las unidades navales de la VI Flota estadounidense desplegadas en el Mediterráneo, ya con participación directa que como apoyo logistico. (efe)

07-07

LA DESTRUCCION DE LOS ARMAMENTOS NUCLEARES Y CONVENCIONALES

¿Se cumplieron los pactos?

RELACION DE FUERZAS

ARMAS A CONSERVAR / ARMAS A DESTRUIR

	Tanques (conservar)	Tanques (destruir)	Blindados (conservar)	Blindados (destruir)	Artillería (conservar)	Artillería (destruir)	Aviones (conservar)	Aviones (destruir)	Helicópteros (conservar)	Helicópteros (destruir)
OTAN										
Bélgica	334	25	1099	183	320	50	232	-	46	-
Canadá	77	-	254	10	36	-	90	-	13	-
Dinamarca	353	36	316	-	553	-	106	-	12	-
Francia	1326	32	3820	349	1292	50	800	-	352	-
Alemania	4166	2957	3446	6152	2705	1939	900	164	306	51
Grecia	1735	333	2534	-	1878	33	650	-	18	-
Italia	1348	564	3339	112	1955	198	850	-	142	-
Luxemburgo	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	743	170	1080	387	607	224	230	-	59	-
Noruega	170	35	226	-	527	5	100	-	-	-
Portugal	300	-	430	-	480	-	180	-	25	-
España	784	60	1588	-	1310	20	310	-	71	-
Turquía	2795	328	3120	-	3523	-	750	-	43	-
Gran Bretaña	895	362	3194	91	608	45	900	69	394	-
Islandia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EE.UU.	4006	2675	5372	1018	2492	209	784	-	518	134
Ex Pacto de Varsovia										
Ex URSS	13150	8400	20000	17000	13775	282	5150	324	1500	25
Polonia	1730	1120	2150	227	1610	690	460	91	730	-
Checoslovaquia	1435	362	2050	488	1050	516	345	3	75	-
Hungría	835	510	1700	20	840	207	180	-	108	-
Rumania	1376	1476	2100	1002	1475	2314	430	75	120	-
Bulgaria	1475	941	2000	10	1750	724	235	162	67	-

La infografía aclara en cifras la cantidad de armas que conservarán y que destruirán los países que integran la OTAN y los pertenecientes al ex Pacto de Varsovia.

BRUSELAS, 9 (Especial para Clarín). — Hace tres años se firmaron los tratados para destruir gran parte de los armamentos nucleares y convencionales en Europa. ¿Cuánto se ha avanzado? Según los expertos, menos de lo que dicen las cifras que se comunican anualmente los países que integraban la OTAN y el ex Pacto de Varsovia, las dos coaliciones que alimentaron los años de la guerra fría.

Los presidentes George Bush y Mijail Gorbachov firmaron en 1991 un tratado para aliviar el peligro del Apocalipsis nuclear. Fijaron un techo de seis mil ojivas nucleares por parte, pero en realidad los Estados Unidos conservan 8.500 y los rusos 8.000. Lo que sí ha disminuido mucho es el número de vectores, los cohetes **Pershing**, **Cruise** y **SS-20**: no se pueden conservar más de 1.600 por cada parte.

Norteamericanos y rusos negocian ahora un nuevo acuerdo que haría descender a 2.500 el número de cabezas nucleares de cada superpotencia atómica. **Pero afuera del Pacto quedan las armas tácticas**: minas, granadas y pequeñas bombas nucleares que pueden ser colocadas, disparadas por cañones o transportadas y lanzadas por bombarderos ligeros. Nadie sabe a ciencia cierta cuántas son ni dónde se encuentran. Muchos expertos creen que las pequeñas armas nucleares son un enorme peligro, por lo fácil que es el tráfico ilegal en la ex Unión Soviética.

También está en discusión la destrucción de las armas nucleares en manos de **Ucrania** y **Bielorrusia**, un tema complicado por la creciente hostilidad entre **Rusia** y **Ucrania**.

En cuanto a las armas convencionales, los cuadros muestran el panorama de los acuerdos de destrucción. Se está llevando a cabo una gigantesca operación de desmantelamiento de tanques, artillería, aviones y helicópteros de ataque en toda **Europa**, después del acuerdo firmado por 35 países en París en noviembre de 1990.

Las sospechas y acusaciones de embrollo están a la orden del día en la oficina de Viena encargada de controlar los informes que envían los países firmantes del Pacto en materia de armas convencionales. Se afirma que los rusos, por ejemplo, mandaron al este de los montes **Urales**, el confín del teatro europeo, alrededor de 58 mil sistemas de armas que no pueden ahora ser computadas porque está fuera de la zona del tratado.

Además, los rusos habrían transferido otras 5.439 armas a la defensa costera, la infantería de marina y las unidades misilísticas estratégicas, que tampoco entran en las obligaciones de destrucción.

Otro truco consiste en destruir las armas más viejas para sustituir una parte con material nuevo y eficiente.

Los rusos denuncian que los países de la **OTAN**, la alianza militar occidental, hace trampas. Por ejemplo, norteamericanos y alemanes intercambian su material bélico moderno en exceso con los tanques, aviones y helicópteros matusalenes de los países más pobres

Dinamarca y **Grecia** han cambiado así alrededor de 700 tanques, renovando el parque. Formalmente, el tratado es respetado. **Turquía** cuenta con armas modernísimas (3.700 tanques Leopard y M60, por ejemplo) en las regiones de frontera con **Siria**, **Irán** e **Irak**, que no están cubiertas por el **tratado**: se las mandan los aliados norteamericanos y alemanes, que cuentan así con una reservada encubierta.

De todas maneras, es positivo que en los últimos trece meses hayan sido destruidos 17 mil sistemas de armas (principalmente tanques y artillería), aunque se trate casi siempre de material en venerable edad de jubilación. Cuando en noviembre de 1995 se hagan las cuentas finales probablemente se habrán reducidos los arsenales en 50 mil sistemas de armas, pero todos habrán conservado el material más moderno, eficiente y, naturalmente, mortífero.

Nº DOCUMENTO 9401026
TITULO Realizó atentado contra Colegio de Defensa de la OTAN en Roma.
PROCED. E.P. 150007
FE. 11/1/94
VINC. 508062
507604
11140

Roma: Bomba en Edificio de OTAN

ROMA, 10 (EFE).— El atentado de hoy contra el Colegio de Defensa de la Alianza Atlántica (OTAN) en Roma añadió nuevas dosis de tensión a la delicada situación política italiana, en una semana que se presenta decisiva para la celebración de elecciones anticipadas.

La bomba, compuesta por dos kilos de tritol y colocada en una de las columnas sobre la que se alza la sede del Colegio de la OTAN, no causó víctimas pero sí cuantiosos daños materiales.

Los investigadores italianos no excluyen que el atentado, cuya autoría no ha sido reclamada, esté relacionado con la cumbre de jefes de Estado y de Gobierno de la OTAN en Bruselas.

El primer ministro Carlos Ciampi, desde la capital belga, dijo que el atentado demuestra que los terroristas y los enemigos de la libertad están siempre emboscados y que la "libre" Alianza Atlántica sigue constituyendo "un gran baluarte contra sus proyectos."

Aún considerando tal relación, la explosión se ve en Italia como un nuevo intento de añadir tensión a la "esquizofrénica" situación que vive el país, cuyo proceso de transición de la I a la II República ya fue sometido el pasado año a la prueba de varios atentados terroristas que causaron víctimas.

01-01 9401026.

Nº. DOCUMENTO 9401027

TITULO Clinton asegura que Yeltsin aseguró apoyo de Rusia a "Asoc. para la Paz"

PROC. L. JOV. 15001

FECHA 15/1/94

VINCULADOS 508062, 507293, 507294, 65890

Cumbre

Jev 15/1

APOYO

El Presidente estadounidense Bill Clinton, informó de que su colega, Boris Yeltsin, le aseguró el total apoyo de Rusia a la iniciativa de la OTAN de «Asociación para la Paz», durante una conferencia de prensa conjunta celebrada al finalizar la cumbre.El Plan de la Alianza Atlántica es una vía de integración en el futuro en la OTAN de los ex paises comunistas del Este europeo.

ENTRADA
CRUZ

01-01 9401027

Nº. DOCUMENTO 9401028
TITULO OTAN registró a RUMANIA como la primera nación en la "asociación para la paz".
P. 0150025
25-11-94
F. 508062
V. 507656

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

Rumania y la NATO

BRUSELAS, 26 (AP).– La Organización para el Tratado del Atlántico Norte (NATO) registró hoy a Rumania como la primera nación en su programa "asociación para la paz", que servirá como antesala para los ex integrantes del Pacto de Varsovia que quieran ser miembros plenos de la alianza occidental.

El Ministro de Relaciones Exteriores rumano, Teodor Melescanu, firmó el documento de asociación durante una reunión con los embajadores de las 16 naciones que integran la NATO, lo que convirtió a su país en el primero en aprovechar el ofrecimiento de sociedad limitada formulado a principios de este mes durante una reunión cumbre de dirigentes de la alianza. 27/11/94 L.U.

01-01

9401028

DOCUMENTO 9401029
Lituania se adhirió el 27/ene. al plan de la OTAN.
150483
28-1-94.
507183
508062

ENT.
CRUZADO 1

●Bruselas - *Lituania se adhirió ayer al plan de la OTAN de incorporar a países en carácter de asociados, convirtiéndose de ese modo en la primera ex república soviética en aceptar la iniciativa que ofrece cooperación a los ex rivales de la alianza, aunque sin admitirlo como socio pleno.* E.OBS. 28/1/94

Antes de la firma del documento correspondiente en la sede de la OTAN, el presidente lituano dijo a los embajadores de las 16 naciones que integran el grupo que su país tiene intenciones de unírseles. **(EFE)**

01-01

9401029

La ORIT denunció el incremento de la pobreza

LAS REFORMAS NEOLIBERALES ORIGINARON EL CONFLICTO

LJ 13/1

El conflicto armado en el Estado de Chiapas es consecuencia de las reformas neoliberales aplicadas por el Gobierno de México en los últimos años, que han acrecentado la pobreza, afirmó la Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT).

«La aplicación de medidas de ajuste estructural -de corte neoliberal- con poca o ninguna consideración sobre sus efectos en los estratos más débiles de las sociedades sólo logran acrecentar las desigualdades, la pobreza y la exclusión social, que son siempre fuentes de tensiones y conducen a conflictos», según la ORIT, que agrupa a unos cuarenta millones de trabajadores americanos.

La organización envió una carta al presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, en la que manifiesta su preocupación sobre el alzamiento rebelde en Chiapas y sugiere la participación de la sociedad en los diálogos de paz.

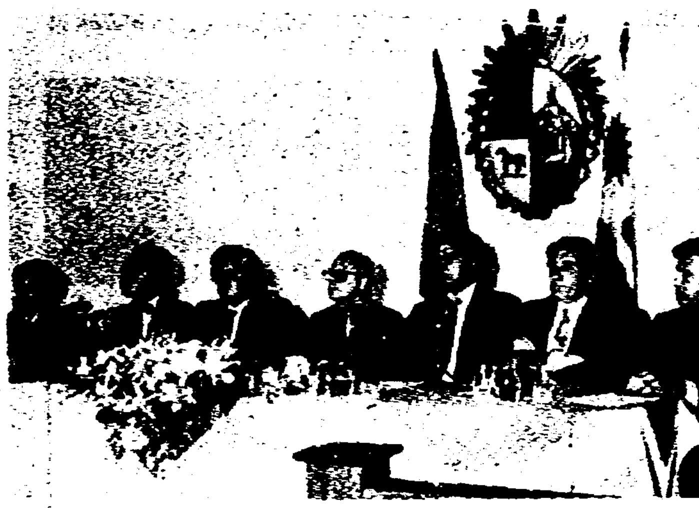
Una intervención de la sociedad en las coversaciones «permitirá sentar las bases para avanzar en la solución de los graves problemas socioeconómicos que, sin lugar a dudas, inciden en el origen de conflictos como el de Chiapas», según la ORIT.

Los autores del texto también critican el uso de la violencia para promover cambios sociales, políticos y democráticos, así como los actos terroristas registrados en los últimos días, porque han puesto en riesgo la vida de la ciudadanía.

La ORIT reconoció, por otra parte, las medidas emprendidas por el Gobierno para entablar un diálogo de paz con los rebeldes. (efe)

E.P. 7/1/94

Acuerdo Entre Uruguay y OIT: Celebran un Nuevo Aniversario



El director de CINTERFOR, João Carlos Alexim y el ministro de Trabajo y Seguridad Social, Dr. Ricardo Reilly y, otras autoridades nacionales e internacionales, en el día de la conmemoración del trigésimo aniversario de la firma del acuerdo entre Uruguay y la OIT

En el adecuado marco de la Sala 16 del Cabildo, se conmemoró el trigésimo aniversario de la firma del acuerdo entre Uruguay y la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), por medio del cual el Centro Interamericano de Investigación y Documentación sobre Formación Profesional (CINTERFOR), estableció su sede en nuestro país.

En tal acto —que fue iniciado con las palabras del director de CINTERFOR, **João Carlos Alexim**, y al que asistieron el ministro de Trabajo y Seguridad Social, **Dr. Ricardo Reilly** y autoridades nacionales, gubernamentales e internacionales vinculadas al tema de la formación profesional—, se incluye un homenaje recordatorio al **Ing. Luis Balparda Blengio**, ex director de la Universidad del Trabajo, quien logró para Uruguay que la sede de la institución rectora de la formación profesional del continente se estableciera en el Uruguay. También, se recordó al primer director del Centro, el eminente maestro brasileño Eduardo Ribeiro de Carvalho. Fue así que el director de CINTERFORD, João Carlos Alexim evocó los comienzos en que tal centro fue instituido por la 72ª Conferencia de Estados de América, miembros de la OIT, celebrada en Buenos Aires en 1961, y que surgió de las necesidades puntuales para elevar el nivel de las calificaciones laborales. La firma del acuerdo entre Uruguay y la OIT tuvo trascendencia continental para el desarrollo de los recursos humanos de la región, y ubicó al Uruguay como centro del intercambio de experiencias, información e investigación sobre técnicas comunes en materia de formación profesional. A la vez, con este paso se estableció un sistema de cooperación internacional basado en la ayuda mutua entre países y, el primer programa de cooperación técnica inserto en el esquema de funcionamiento de la OIT, que resultó un prototipo para emprendimientos similares en otras regiones del mundo y aún en diferentes áreas de actividad de la Organización.

"Los logros alcanzados en estos treinta años se reflejan en la coordinación de programas y proyectos por pate de CINTERFORD con más de 50 organismos —oficiales y privados— de 34 países", indicó el director João Carlos Alexim. Y señaló: "Las matrículas anuales registradas en 15 instituciones asociadas a lo largo de estos años indican que al cumplirse la primera década, en 1973, alcanzaban los 1.125.978 alumnos. Diez años después, esa cifra se elevó a 3.311.732 y, al cumplirse ahora los 30 años habrá de sobrepasar los cinco millones. En acciones que agrupan según las poblaciones metas —como ser jóvenes, mujeres, discapacitados, desocupados, sector informal—, se atiende desde los sectores más vulnerables hasta los más refinados requerimientos de capacitación que plantean nuevas tecnologías".

Estas acciones, en el Uruguay, se establecen en estrecho contacto con los Ministerios de Trabajo y Seguridad Social y de Educación y Cultura; con la Administración Nacional de Educación Pública (ANEP); con la UTU; con el Consejo Honorario de Capacitación Profesional (COPAC); el Centro de Capacitación Profesional (CECAP), y con los centros de capacitación de la UTE y la Administración Nacional de Puertos, conjuntamente con la OIT.

Por lo tanto, los objetivos de CINTERFORD han sido:; promover el desarrollo de la formación profesional y el acceso a las oportunidades de formación para jóvenes y adultos en todos los sectores de la economía y en todos los niveles de calificación y responsabilidad; alentar una formación que sea destinada a descubrir y desarrollar las aptitudes humanas para una vida activa, productiva y satisfactoria y, en unión con las diferentes formas de educación, mejorar las aptitudes individuales para comprender individual y colectivamente cuanto concierne a las condiciones de trabajo y al medio social, e influir sobre ellos.

Trabajo: Reconversión desplaza mano de obra

- *Contundente documento de la OIT sobre el tema*
- *La microelectrónica «invade todos los ámbitos»*

Toda modificación en la estructura de la economía trae como consecuencia, modificaciones en el mercado de empleo, dice un informe de la OIT, relacionado con las políticas de ajuste estructural y que publica la revista de la Cámara Nacional de Comercio.

Se expresa en el mencionado informe, cuya primera parte dieramos a conocer en nuestra edición de la víspera, que "la reforma del sistema de seguridad social, por ejemplo, si mejora las prestaciones por jubilación, puede influir en un retiro más temprano de las personas, dejando el camino para los que acceden al mercado laboral por primera vez o promoviendo la movilidad interna dentro de las empresas".

Por el contrario, un alza en los porcentajes de tributación, con la finalidad de obtener mayores ingresos, desalienta la contratación y estimula la evasión.

Las inversiones

Una modificación en la política general de inversiones, fomentando la creación de empresas productivas, favorecerá el empleo, pues, al fin y al cabo, sólo se fomenta el empleo creando empresas.

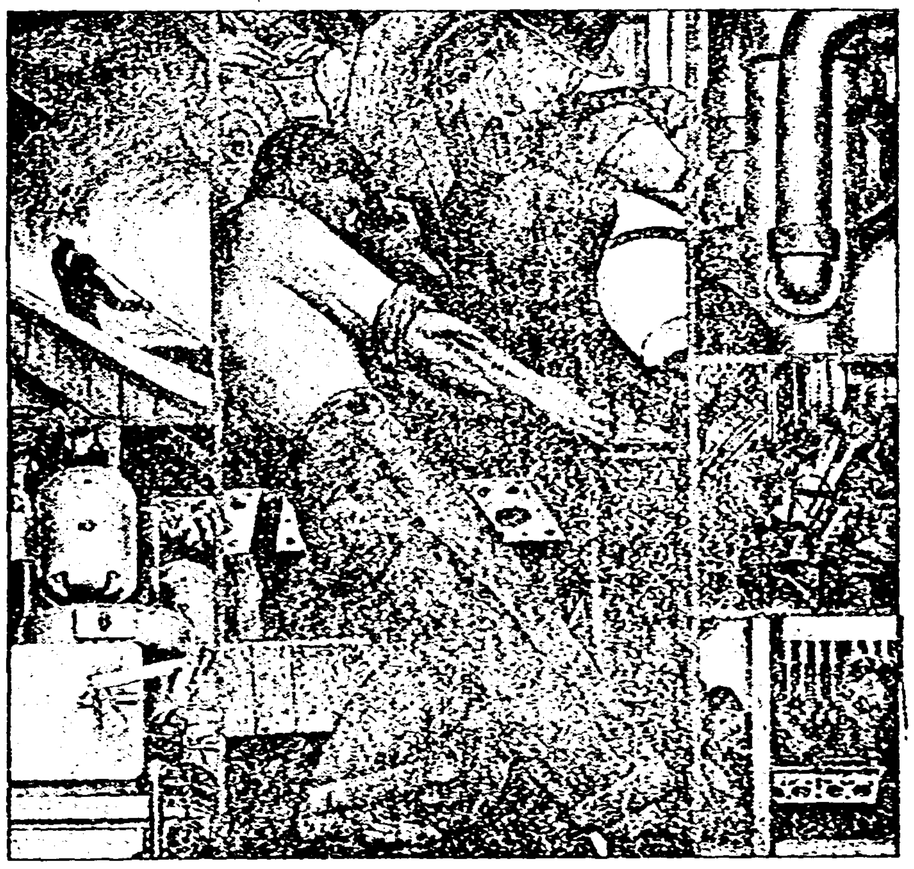
Las políticas de reducción del déficit fiscal podrán afectar a los proveedores del Estado y el personal ocupado por ellos, por ejemplo, pero esa reducción influirá en la tasa de inflación, lo que beneficia al conjunto del país.

Una redefinición del papel del Estado que recomiende la privatización de empresas y servicios, es también un escenario donde se eliminarán puestos de trabajo pero donde forzosamente surgirán otros. De hecho, privatizar no significa necesariamente deshacerse de personal dándose casos de aumento de la nómina, luego que la empresa pasó a manos privadas.

De acuerdo al informe publicado por la revista de la CNC, los programas de modernización de las empresas, al sustituir equipos anticuados, seguramente desplazarán mano de obra, pero no significa necesariamente que todos los trabajadores serán dados de baja; en muchas empresas son reasignados a otras tareas.

Efectos y cambios

Otros cambios sobrevienen por efecto de una transformación productiva, cuando la empresa reconoce que su producción actual no es competitiva y cambia de productos o se especializa en uno solo, seleccionado de entre todos aquellos que produce, apoyándose en su red de distribuidores, su conocimiento del mercado y el segmento del mismo que le pertenece. Por último, se señala, los cambios en las empresas sobrevienen como consecuencia de la innovación tecnológica, utilizando equipos o métodos de trabajo nuevos, que rompen el "siempre se hizo así" y que forzosamente influye en los puestos de trabajo.



Abandonar y pronto, la idea de "empleo para toda la vida"

Muchos y muy profundos cambios implican para el trabajador, todos estos aspectos contemplados en el informe de la Organización Internacional del Trabajo, de acuerdo al informe de la Cámara Nacional de Comercio.

Por lo pronto, abandonar la idea de *"un empleo para toda la vida"* como una muestra de seguridad. La seguridad está cada vez más en sus manos, en su capacidad y habilidades, en la confianza que tenga en sí mismo. Para ello tiene que prepararse para una polivalencia funcional, de forma que aumenten sus opciones de puestos de trabajo en los que pueda desempeñarse satisfactoriamente.

Pero además, debe acostumbrarse al trabajo en equipo o en grupo, en las llamadas *«redes de trabajo»*.

Ello obligaría a él (y a la empresa) a mejorar en todo lo posible la habilidad de comunicación, factor fundamental en este cambio.

Las fuerzas de motivación no serán las mismas: la interacción en esas redes requerirá una nueva visión acerca de qué mueve a la gente a trabajar.

Las relaciones laborales serán diferentes y si hay una crisis del sindicalismo, seguramente será en el de la vieja escuela que dejará paso a nuevas formas de agremiación y de hacer conocer el pensar y sentir de los trabajadores.

El trabajador tendrá que hacerse a la idea -y hasta promover- cambios en la organización del trabajo, donde reciba un mayor estímulo a la innovación y a su creatividad.

Nada de esto tendrá lugar si no hay un verdadero estímulo a aprender, espíritu que los maestros tendrán a bien inculcar en las escuelas.

Aprender a aprender es la base de la reconversión ocupacional, la base de la formación profesional, la base del desarrollo, indica el informe de OIT/CIF-Documento Inédito. "El Ajuste y el Desarrollo de los Recursos Humanos": OIT, 1992, publicado por la revista de la Cámara Nacional de Comercio en su última edición.

Doc. Poco Legible

C2-02

9401032

E.C - 15.01.94

21/1/94

Partes ilegibles.

AUMENTAN LOS DESEQUILIBRIOS EN AMERICA LATINA

El crecimiento se demora

El desequilibrio total de la balanza de pagos de América latina alcanzó en 1993 la suma de 43.000 millones de dólares que se financiaron con capitales externos, según un informe preliminar sobre el comportamiento económico de 1993, elaborado por los técnicos de la CEPAL (Comisión Económica para América Latina), organismo dependiente de las Naciones Unidas.

En 1990, el déficit había sido de 6.000 millones de dólares, para saltar a 20.000 millones de dólares en 1991, trepar más de 33.000 millones de dólares en 1992 y alcanzar el récord de 43.000 millones de dólares a lo largo de 1993.

El déficit comercial (el resultado de importaciones menos exportaciones de bienes) llegó a 14.700 millones de dólares, por lo que la remisión de utilidades (de empresas con radicaciones en el nuevo continente) e intereses rondó los increíbles 28.000 millones de dólares.

De contar con una balanza comercial de la región latinoamericana favorable en 1991, de 10.000 millones de dólares pasó a ser negativa, por una cifra similar en 1992 y se acrecentó a 14.700 millones de dólares en 1993. Según la CEPAL, el déficit comercial se ha generalizado en Latinoamérica, al punto que sólo mantienen su saldo positivo el Brasil, el Ecuador, y Venezuela. Todo el Nuevo Continente gasta hoy, así, 43.000 millones de dólares más de lo que verdaderamente producen sus máquinas y sus hombres, una brecha insostenible de mantener por mucho tiempo.

A pesar de la masiva afluencia de capitales externos, la región sólo creció el 3,2 por ciento, mientras el producto bruto por habitante apenas se incrementó el 1,3 por ciento. La CEPAL aclara que estos porcentajes están influidos por la recuperación de la economía brasileña, pues si se excluyera al vecino país, la suba del 3,2 por ciento se reduciría al 2,6 por ciento, cuando en 1992 el incremento llegó a ser del 5 por ciento.

La CEPAL también indica que el fuerte déficit de la cuenta corriente de Latinoamérica se financió con ingresos de capitales externos de corto plazo, que en muchos casos tienen intenciones especulativas y son volátiles. [illegible], esos capitales son atraídos por las mayores tasas de interés reales en la región.

[illegible]

La contrapartida del creciente desequilibrio de la balanza de pagos es un aumento del endeudamiento regional, que supera los [illegible] millones de dólares, a pesar de las reducciones del Plan Brady y las [illegible]. El dilema de la deuda externa, el caso de la década del setenta y del ochenta sigue en pie, no ha sido abatido.

Tenemos entonces varias conclusiones:

1) El producto bruto por habitante, en América latina, es hoy similar al de 1987 y un 6 por ciento inferior al de 1980. El crecimiento económico de los últimos años aún no superó las fases anteriores, con el agravante de que se insinúa una tendencia desacelerante.

2) El endeudamiento se elevó de 400.000 millones de dólares en 1986 a más de 487.000 millones de dólares en 1993. Pese a los pagos ya realizados, pese a los planes de reducción de la deuda.

3) De contar con una cuenta corriente equilibrada en 1985, el desequilibrio de la balanza de pagos rozó, en 1993, los 43.000 millones de dólares.

4) De un salto comercial positivo superior a los 30.000 millones de dólares en 1987, en 1993 el déficit fue de 14.700 millones de dólares.

5) La remisión de utilidades e intereses es muy elevada, a pesar de la baja de la tasa de interés internacional. Por las privatizaciones, en las que sobresalieron consorcios extranjeros, las remisiones de utilidades deberían —es un cauce normal— elevarse en los próximos años.

Los "cuellos de botella" de la economía latinoamericana son, entonces, más que evidentes, sin que el continente haya conseguido despegar en su crecimiento económico.

Más aun, la CEPAL advierte sobre la desaceleración económica, en la que han entrado algunas economías, como sería el caso de Chile, la Argentina, Costa Rica y Panamá.

Para 1994 la CEPAL ve un panorama marcado por las siguientes perspectivas: el crecimiento sería menor que en 1993; todo lleva a un acrecentamiento del déficit de la balanza comercial y también un desequilibrio de la balanza de pagos, que volvería a financiarse con fondos externos, lo que además elevaría el endeudamiento regional.

El llamado "milagro latinoamericano" deja entonces mucho que desear y encierra muchas contradicciones, que podrían tornarse francamente negativas. Serán más negativas aún si se profundiza la recesión en los países desarrollados, si crece la tasa de interés internacional (tornándola más rentable que la de algunos países del continente) o si se hacen insostenibles los elevados rendimientos reales que ofrece el continente, a ciertas inversiones que llegan.

Daniel Muchnik.

Nº. DOCUMENTO 9401034
TITULO Cepal desmiente a Pinochet
PROC L.J - 150014
FECH 6/1/94
VINCUL 508... 501889 Chile - 65709

Chile

CEPAL DESMIENTE A PINOCHET

La Comisión Económica de la ONU para América Latina y el Caribe (CEPAL) ratificó ayer que el español Carmelo Soria era funcionario de ese organismo cuando fue asesinado en julio de 1976, pese a las afirmaciones en sentido contrario del general Augusto Pinochet.

Pinochet, actual comandante en jefe del Ejército de Chile y gobernante del país entre 1973 y 1990, afirmó el pasado lunes que Soria «nunca fue funcionario de la ONU», lo cual ha sido refutado por Ernesto Ottone, secretario de la CEPAL.

La discusión sobre la calidad de funcionario internacional de Soria se generó después de que el abogado de la familia, Alfonso Insunza, anunciara que la próxima semana presentará un recurso de inaplicabilidad de la ley de amnistía en este proceso, decretada por una corte marcial el pasado 6 de diciembre.

El recurso de la parte querellante se basa en un convenio internacional suscrito por Chile que obliga a investigar y castigar los delitos contra diplomáticos

Fiche.

9401034

Uruguay con alta inflación e "inestabilidad controlada"

URUGUAY SE encuentra dentro del grupo de cinco países latinoamericanos cuya situación económica en 1993 es calificada por la CEPAL como de "inestabilidad controlada". Lo acompañan Ecuador, Perú, Venezuela y Nicaragua.

EL "Balance Preliminar" de 1993 del organismo de Naciones Unidas, sostiene que la inflación en Uruguay continuó su pausado retroceso, alcanzando en el año, el menor valor desde 1982.

INDIZACIÓN

Puntualiza textualmente, que "en un contexto de equilibrio fiscal y desaceleración de la demanda interna, el lento ascenso de la cotización del dólar y un aumento de la demanda de dinero moderaron el alza de los precios; por el contrario, los difundidos mecanismos indizatorios vigentes en la formación de precios internos introdujeron factores inerciales que conspiraron contra una caída más rápida de la tasa de inflación".

Más adelante, el análisis señala que "...la inercia que introduce un sistema de indización que toma en cuenta la variación de los precios de un período anterior, ampliamente difundido en el sector privado, opuso resistencia al descenso de la inflación".

Agrega que "el gobierno procuró generar un nuevo sistema de formación de precios internos que tuviera en cuenta la inflación esperada, para lo cual adoptó una regla cambiaria que incrementa el mínimo dela banda de flotación en 2% mensual.

En años anteriores, un procedimiento similar coincidía con ajustes salariales a los funcionarios del sector público menores a la inflación pasada; en 1993, la corrección de los salarios públicos superó la inflación, mientras las remuneraciones acordadas en el sector privado continuaron acomodándose a la inflación del cuatrimestre anterior".

Luego de informar que los salarios públicos y privados evolucionaron más rápido que la inflación en 1993, con un alza real del 7% a octubre, la CEPAL dice que "al igual que en los dos años anteriores, el poder de compra en dólares de las remuneraciones abonadas en moneda nacional aumentó significativamente".

SECTOR EXTERNO

En este capítulo, la CEPAL dice que en Uruguay en 1993, "hubo un retroceso del 6% en el valor de las exportaciones.

El menor volumen vendido de carne de ganado vacuno y un retroceso simultáneo de la demanda y de los precios de la lana en el mercado internacional determinaron un descenso pronunciado de las exportaciones de los productos tradicionales; también decrecieron levemente los no tradicionales. Sin embargo, las ventas a los países del MERCOSUR aumentaron, incrementando a 42% su participación en el comercio exterior del Uruguay".

Señales alentadoras para América Latina pese a las dificultades de acceso a los mercados industrializados. Según datos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, el producto bruto de la región creció 3,2%, impulsado por la expansión brasileña.

Creció 3.2% el producto bruto interno de la región

Señales alentadoras dificultades de acceso

El año 1993 fue, en líneas generales, de moderada expansión en la economía de los países Latinoamericanos, con una relativa estabilidad de precios y con el apoyo de una importante afluencia de capitales externos. Según estimaciones preliminares, en el pasado año el Producto Interno Bruto de la región aumentó 3,2%, si bien la mitad de los países han experimentado una desaceleración de su ritmo de crecimiento, consigna el Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe en 1993, elaborado por la Comisión Económica para esta región (Cepal) que sintetizamos a continuación.

■ En 1993 se prolonga por tercer año consecutivo la fase de moderada expansión de la mayoría de las economías de América Latina y el Caribe, con una relativa estabilidad de precios y con el apoyo de una cuantiosa afluencia de capitales externos.

El desempeño económico de la región continuó fuertemente influido por dos factores de signo contrario. Por un lado, el efecto acumulativo de las políticas de ajuste y las reformas adoptadas en los años anteriores, que lentamente han ido modificando las bases sobre las que funcionan las economías. Por otro lado, la pausada e incierta evolución de la economía internacional, cuyas consecuencias negativas radicaron en la modesta expansión de la demanda mundial y el deterioro de los precios de los productos básicos, pero que también determinó una caída en las tasas internacionales de interés, que resultó favorable para los países de la región.

Según estimaciones preliminares de la Cepal, en 1993 el producto interno bruto de la región aumentó 3,2 %. Con ello, el producto por habitante se incrementó por tercer año consecutivo, en esta oportunidad 1,3 %. Aunque este desempeño del agregado regional es similar al de 1992, está muy influido por la recuperación del nivel de actividad en Brasil. Si se excluye a ese país, el producto del resto de las economías sólo creció 2,6 %, comparado con cerca de 5 % en el bienio anterior.

Este empeoramiento del desempeño regional (excluido Brasil) responde, sin embargo, a evoluciones dispares. Está determinado tanto por la aparición o agravamiento de algunas situaciones recesivas como por una generalizada desaceleración, que en algunos casos tuvo lugar en contextos de elevada expansión y en otros representó un deterioro del producto por habitante.

Así, la economía de Venezuela se precipitó en la recesión; su producto cayó 1 %, luego de haberse expandido casi 7 % en el año anterior. La de Nicaragua reanudó su fase recesiva, puesto que se contrajo cerca de 1 % luego del modesto repunte de 1992. Por otro lado, continuó disminuyendo, por razones distintas, el nivel de actividad en Haití y Trinidad.

DESACELERACION DEL CRECIMIENTO

Además, la mitad de los países de la región sobre los que se dispone de información han experimentado una desaceleración de su ritmo de crecimiento. Argentina, Chile, Costa Rica y Panamá han moderado las elevadas tasas de expansión registradas en el año anterior, aunque continúan exhibiendo las mayores de la región, ubicadas en torno al 6 %. También han desacelerado su crecimiento Belice, Honduras, Guyana y Guatemala, a ritmos del orden del 4 % anual; República Dominicana y Uruguay, de tasas del orden del 7 % a ritmos cercanos al 2 %, y Ecuador a menos del 2 %. El producto de México, por su parte, se expandió menos de 1 % en 1993, con lo que completó un trienio de desaceleración del crecimiento.

Sólo un número reducido de países ha mejorado el desempeño del año anterior. Dos de ellos debido a la recuperación del nivel de actividad: Brasil, que registró un aumento de 4,5 %, y Perú, que ha pasado de una fase recesiva a una considerable recuperación (6,5 %). Entre los que aceleraron su expansión se encuentran Colombia (de 3,6 % a 4,5 %), El Salvador (de 4,7 % a 5 %), y Paraguay (de 1,7 % a 3,7 %).

En general, la desaceleración de los ritmos de crecimiento ha coincidido con la desaceleración o el estancamiento de los volúmenes exportados; en los pocos casos en que se aceleró el crecimiento, también aumentó el ritmo de las exportaciones.

La estabilización de precios continuó consolidándose en la mayor parte de la región. En contraposición a esta tendencia, se destaca Brasil, cuya inflación de tres dígitos se aceleró aún más, aunque las autoridades, después de adoptar una serie de medidas tendientes al ajuste fiscal, a fines de año propusieron al Parlamento las bases de un programa de estabilización gradual. En cambio, el incremento medio de los precios al consumidor del resto de los países, que se había reducido de 49 % a 22 % en el año anterior, se atenuó en 1993 a 19 %. más aún, en este último año pasaron a ser mayoría los países con un ritmo de inflación anual inferior a 15 %.

En dichos países se mantuvieron estrictos programas antiinflacionarios, que en algunos casos llevaron la tasa de inflación a un dígito. Argentina, a tres años de su último episodio hiperinflacionario, redujo el ritmo de aumento de los precios al consumidor a menos de 8 % anual. México consolidó aún más su estabilización, con la disminución de la inflación anual de 12 % a menos de 9 %. Bolivia y Costa Rica también lograron reducir su inflación a menos del 10 %, mientras que en República Dominicana se redujo de 7 % a 3 %, y en Barbados y Panamá fue aún menor.

Otras economías, que desde hace años vienen funcionando con regímenes de inflación moderada, mostraron resistencia a continuar reduciendo sustancialmente el ritmo anual de alza de precios: Colombia, de 25 a 21 %, y Chile, de menos de 13 % a 12 %. Sin embargo, dentro de este grupo, pocos países (Haití, Paraguay y Trinidad) experimentaron un reavivamiento de las presiones inflacionarias.

INESTABILIDAD CONTROLADA

Por otra parte, hay otro conjunto de países que mantiene situaciones de inestabilidad controlada, lo que les ha permitido evitar desbordes inflacionarios y, en algunos casos, avanzar en la atenuación de su elevada inflación. En 1993, Ecuador redujo su tasa de aumento de precios de 60 % a 32 % anual; Perú, de 57 % a 41 %; Uruguay de 59 % a 52 %, y Jamaica, de 40 % a 25 %. Por el contrario, en Nicaragua se reavivó nuevamente la inflación, que pasó de 4 %, en el año anterior, a 28 %, y en Venezuela la tasa anual de aumento de los precios se elevó de 32 % a 44 %.

En general, la profundidad de los procesos de ajuste fiscal ha contribuido al avance de la estabilización. En 1993, la mitad de los diecinueve países sobre los que se dispone de información, mejoraron su gestión fiscal, ya sea mediante la reducción del déficit o el incremento del superávit de las cuentas públicas. Asimismo, el hecho de que la expansión del crédito por la afluencia de financiamiento externo no haya sido significativamente inflacionaria también está asociado (particularmente en los países de esdtabilización reciente) con el aumento de la demanda de saldos monetarios reales por encima del crecimiento del producto y con la canalización de buena parte del aumento de la demanda hacia las importaciones.

En síntesis, en los tres casos de recesión (Nicaragua, Venezuela y Trinidad) se ha acelerado la inflación; la recuperación del nivel de actividad en Brasil ha tenido lugar en un ambiente altamente inflacionario, pero la de Perú coincidió con una reducción del ritmo de aumento de los precios; en pocos países (Bolivia, Colombia y Honduras) se ha observado simultáneamente una baja de la inflación y una aceleración del crecimiento, y en la mayoría de los países en que se observa una atenuación de la inflación se registra asimismo una desaceleración del crecimiento, aunque en algunos casos a tasas aún satisfactorias.

EXPANSION DE EXPORTACIONES

Llama la atención que pese a la pausada evolución del comercio mundial y la atonía de las importaciones de los países industriales, el volumen de las exportaciones de América Latina y el Caribe se haya expandido casi 9 %. Esto es en parte atribuible al vigoroso crecimiento del comercio intralatinoamericano y, en muchos casos, a la diversificación de la estructura exportadora lograda en los años anteriores.

Ese esfuerzo exportador se vio erosionado por la caída de los precios de exportación, debido a la cual el valor de las ventas externas de bienes de América Latina y el Caribe continuó aumentando a una tasa cercana al 5 %, como en el año anterior, y ascendió a U$S 133.000 millones. Al mismo tiempo, la relación de precios del intercambio de la región sufrió un nuevo retroceso, esta vez del orden del 5 %, con lo que acumula una caída de 18 % en el último trienio y se prolonga el deterioro casi ininterrumpido que sufre esta relación desde 1984.

El valor de las importaciones de bienes de América Latina y el Caribe aumentó 8 %, a casi U$S 148.000 millones, luego de haberse expandido a un ritmo medio de 18 % anual en el trienio anterior. El aumento continuó siendo relativamente generalizado, aunque algunos países redujeron sus compras y la variación del agregado regional estuvo particularmente influida por la ampliación de las importaciones de Brasil (U$S 4.800 millones de aumento) y la continuada expansión de las de Colombia (U$S 2.700 millones).

El déficit del comercio de bienes se amplió de U$S 10.000 millones en el año anterior a U$S 14.700 millones, y se hizo más generalizado entre los países de la región. De hecho, sólo tres (Brasil, cuyo superávit es de U$S 13.500 millones; Ecuador y Venezuela) mantienen un saldo positivo en su comercio de bienes. Entre los países deficitarios destaca México, cuyo saldo negativo se mantuvo cercano a U$S 20.000 millones.

AUMENTA LA IMPORTACION

En estas circunstancias, en 1993 se mantuvo la ya considerable capacidad para importar de América Latina y el Caribe, gracias al modesto aumento del valor de las exportaciones, ya que el ingreso de capitales se redujo con respecto al elevado nivel que alcanzara el año anterior y los pagos netos de utilidades e intereses se mantuvieron estables. Esto y la menor acumulación de reservas permitieron que continuaran expandiéndose las importaciones, aunque a un ritmo más moderado que los registrados durante el auge del trienio anterior, pese a que en la mayoría de los casos también se vieron estimuladas por la erosión del tipo de cambio real, en un marco estable de financiamiento externo abundante y regímenes comerciales relativamente liberales.

Por consiguiente, el déficit de la cuenta corriente del balance de pagos de América Latina y el Caribe continuó ampliándose en 1993, en esta oportunidad a casi U$S 43.000 millones, como consecuencia del deterioro del balance comercial. Dicho déficit pasó a representar 3,4 % del producto regional.

El mayor déficit de la cuenta corriente continuó financiándose con holgura mediante el ingreso neto de capitales a la región, atraídos en medida importante por las diferencias entre los rendimientos en dólares de las colocaciones latinoamericanas y los prevalecientes en los mercados financieros internacionales. El ingreso neto de capitales a los países de América Latina y el Caribe en 1993 ascendió a casi U$S 55.000 millones, lo que se compara con casi U$S 62.000 millones el año anterior y más de U$S 39.000 millones en 1991. Si bien la afluencia neta continuó siendo generalizada, la reducción respondió a disminuciones de las corrientes hacia algunos de los principales países receptores: Brasil (que recibió U$S 5.400 millones menos que en el año anterior), Argentina (U$S 2.900 millones menos), y Venezuela (U$S 1.000 millones menos). El principal receptor, México, continuó captando en torno a U$S 25.000 millones de dólares, en tanto que Colombia, cuyo ingreso neto era poco significativo, registró este año U$S 1.500 millones.

INGRESO DE CAPITALES

Las entradas de capitales a América Latina y el Caribe continuaron proviniendo esencialmente de fuentes privadas no bancarias y consistieron en colocaciones de diversa índole. El instrumento más dinámico fue el constituido por emisiones de bonos, públicas y privadas, que alcanzaron a U$S 19.300 millones, con lo que casi duplicaron el ya elevado monto colocado el año anterior. La inversión extranjera directa, por su lado, siguió a niveles muy altos. También continuaron como fuentes importantes de fondos los depósitos a plazos en bancos locales y los créditos comerciales, que siguieron ampliándose al influjo de las importaciones. Por otro lado, el auge de los principales mercados bursátiles de la región también atrajo inversionistas extranjeros y, asimismo, algunas empresas latinoamericanas han mantenido su acceso a los mercados de valores internacionales a través de instrumentos especiales.

Como el ingreso neto de capitales siguió siendo ampliamente superior al déficit en cuenta corriente, en 1993 las reservas internacionales de la mayoría de los países de la región volvieron a crecer por quinto año consecutivo, aunque en una magnitud menor que durante el bienio anterior.

Debido al menor influjo neto de capitales, en circunstancias en que los pagos netos de utilidades e intereses se mantuvieron casi constantes, la transferencia neta de recursos financieros a la región disminuyó, de casi U$S 33.000 millones en 1992 a menos de U$S 26.000 millones en 1993.

DEUDA DE LA REGION CRECE 4 %

La deuda externa de la región registró un aumento del 4 %, con lo que alcanzó a U$S 487.000 millones. Contribuyeron a esta

1993, pero impulsado por la expansión brasileña, según la Cepal

para América Latina pese a las a mercados industrializados

expansión las nuevas colocaciones de bonos en el mercado internacional, el aumento de los créditos de corto plazo y, en mucha menor medida, algunos desembolsos de préstamos oficiales. En cambio, sólo operaron como factores de contracción algunas operaciones de reducción de deuda.

En 1993 volvieron a disminuir los indicadores del peso de la deuda externa de la región. La relación intereses devengados sobre exportaciones se redujo por séptimo año consecutivo, en esta oportunidad a menos de 18 %. La disminución se debió principalmente al aumento de las exportaciones de bienes y servicios. Para la región en su conjunto la relación deuda-exportaciones disminuyó ligeramente, a 293 %, como consecuencia de la mejoría del coeficiente correspondiente a los países no exportadores de petróleo. Sólo siete países, sin embargo, registraron un coeficiente inferior al umbral del 200 %.

La tendencia a la atenuación de la inflación junto con tasas de crecimiento aceptables (si bien decrecientes), en la mayor parte de los países, no sólo respode a la intención de la política económica de mantener restringido el incremento de la demanda interna para progresar en la estabilización de precios. o, la expansión del crédito en buena medida determinada por el influjo de capitales externos, las políticas monetaria y cambiaria tienen poco margen para asegurar, por sí solas, el logro de esa meta.

Las medidas de esterilización de las ampliaciones de la base monetaria debido a la acumulación de reservas contribuyen a ello, pero en forma limitada.

En numerosos países, también ha contribuido a obtener ese resultado el hecho de que el dinamismo del gasto interno, propulsado por la mayor disponibilidad de financiamiento, se haya volcado de manera desproporcionada a las importaciones. Por otro lado, la abundancia de divisas ha frenado el avance del tipo de cambio y de los precios de los bienes transables, lo que ha dado lugar a la apreciación real de la moneda, en la medida en que existe inercia inflacionaria y ésta se manifiesta con mayor intensidad en los precios de bienes y servicios no transables, cuya demanda no se filtra al exterior. En conjunto, la apreciación cambiaria ha contribuido a la desaceleración de la inflación y ha influido asimismo en las expectativas.

INCERTIDUMBRE

Por otra parte, ante una economía internacional incierta y de crecimiento pausado, el valor de las exportaciones de la mayoría de los países de la región se ha expandido en el último trienio a ritmos moderados, absorbiendo el efecto del continuo deterioro de los términos del intercambio. Pero, por otro lado, la región ha vuelto a ser importadora neta de recursos financieros externos, después de haber transferido anualmente al exterior el equivalente a casi cuatro puntos de su producto durante la mayor parte de la década anterior.

Quizá el propulsor más importante de estas corrientes haya sido la caída de los rendimientos internacionales en dólares, que coincidió con persistentemente altos rendimientos del capital en América Latina. Pero los procesos de reforma, la regularización de la deuda externa, la estabilización de los precios y la estabilidad de la política económica fueron los factores que habilitaron el atractivo de tales rendimientos, al disminuir el riesgo percibido de las colocaciones en muchos de los países de la región, particularmente el riesgo cambiario. Este nuevo clima de confianza también influyó en la repatriación de capital de residentes de la región, que en algunos casos lideró la corriente de nuevos recursos, a través de los diversos instrumentos financieros disponibles.

El masivo financiamiento externo en economías más abiertas a las importaciones, la mayor solidez fiscal, la estabilidad de precios y la reactivación económica se han combinado en un círculo virtuoso que gira en torno a la confianza de los agentes internos y externos en la permanencia de la política económica y en la contínua reproducción de estos resultados.

El mantenimiento de esta nueva modalidad de funcionamiento de las economías de la región despierta, sin embargo, ciertas inquietudes y algunos dilemas relacionados con el manejo de la política económica. Así, la magnitud de la brecha externa de la mayoría de los países latinoamericanos y caribeños ha tendido a consolidarse en niveles de importaciones muy superiores a los de las exportaciones y en tendencias a la expansion de las primera superior a las posibilidades inmediatas de crecimiento de las segundas.

Las corrientes de capitales han contribuido a financiar esa brecha e incluso a su ampliación, mediante el estímulo de mayores importaciones.

Esta circunstancia compromete el normal funcionamiento de numerosas economías de la región ante la posibilidad de nuevos impactos externos.

Una proporción importante de estos capitales ha sido de corto plazo o ha ingresado con intenciones especulativas mediante instrumentos de largo plazo.

Parte de este segmento de las colocaciones puede ser particularmente sensible al aumento de las tasas internacionales de interés o a la normalización de los retornos iniciales, aún si no se producen cambios bruscos de la política económica.

Por otro lado, los inversores externos también están atentos a la magnitud de la brecha externa de cada país, como indicador de la sustentabilidad del proceso básico que vincula la inversión, el crecimiento y las importaciones con los ingresos de capitales.

	Crecimiento del PBI (%)	Inflación (%) (aproximada a noviembre)
Argentina	6	7
Brasil	4,5	2.250
Perú	6,5	41
Colombia	4,5	21
Bolivia	3	9
Paraguay	4	20
Ecuador	2	32
Uruguay	2	52
México	1	9
Venezuela	1	44
Costa Rica	6	9
El Salvador	5	18
Guatemala	4	13
Honduras	3,5	15
Nicaragua	-1	28
Panamá	5,5	2
Dominicana	2	4
Haití	11	60
Chile	6	12

Fuente: Cepal

VOLATILIDAD DE CAPITALES

Todo lo anterior confiere un cierto grado de volatilidad a los capitales externos, que probablemente influya más en la magnitud del ingreso neto de capitales en un momento dado que en su constante afluencia. Por otro lado, por improbable que parezca hoy en día la aparición de nuevos impactos externos a breve plazo, no es posible descartar la posibilidad de que se produzcan, en un horizonte más largo.

El margen de maniobra para enfrentar esa posibilidad es reducido. En la mayoría de los casos, la regulación macroeconómica y fiscal sólo puede operar dentro de márgenes relativamente limitados de intervención, so pena de correr el riesgo de erosionar la confianza en su permanencia y con ello dar lugar a un impacto negativo de consecuencias difícilmente calculables.

Aun dentro de estos márgenes, la magnitud y composición de los flujos de capitales que ingresan en la región plantea difíciles dilemas a la política monetaria y cambiaria.

En la medida en que esos flujos responden a las condiciones de la economía internacional o que su volatilidad los haga esencialmente transitorios, se justifica esterilizar su impacto sobre la oferta de dinero para ganar control de la política monetaria; sin embargo, esto puede dar origen a un mecanismo perverso en virtud del cual mayores tasas de interés atraigan aún más capital transitorio.

Desde esta perspectiva, es deseable que la composición de las corrientes de capitales vaya cambiando en favor de los capitales más estables y de las inversiones de riesgo, y reduzca la proporción de flujos volátiles.

Esto justifica una limitada y selectiva regulación del financiamiento externo, siguiendo el ejemplo de algunos países de la región.

Por otro lado, la atenuación de las corrientes de corto plazo y la eventual reducción de los flujos de capital a los componentes más permanentes contribuiría a aliviar las presiones hacia la apreciación cambiaria sin afectar sustancialmente el financiamiento de inversiones.

La superación a mediano plazo de la situación descrita depende esencialmente de la expansión acelerada y sostenida de las exportaciones y de la competitividad internacional de los aparatos productivos.

Ello requerirá un continuado esfuerzo de transformación productiva, mayores inversiones en sectores de productos transables, así como acceso a los mercados externos.

En ese sentido, no obstante la magnitud de las dificultades que aún se oponen al acceso de los bienes y servicios latinoamericanos y caribeños a los mercados de países industrializados, el año 1993 concluyó con algunas señales alentadoras.

Entre éstas se destacan, junto a la intensificación del comercio intralatinoamericano, la reciente ratificación del TLC (entre Canadá, EEUU y México) y la aprobación del Acta Final de la Ronda Uruguay de negociaciones comerciales multilaterales.

CEPAL estima que el PBI de Uruguay creció alrededor del 2% en 1993

Datos referidos a nuestro país del Balance Preliminar

ACABA de publicarse el Balance Preliminar de la Economía de América latina y el Caribe para 1993, realizado por la CEPAL (Comisión Económica para América latina y el Caribe). Del trabajo extraemos los pasajes fundamentales vinculados a la situación en nuestro país.

El estudio indica que el ritmo de actividad se desaceleró rápidamente en el año que pasó y también sitúa a Uruguay en el grupo de "Países con alta inflación", pese al pausado retroceso registrado en los precios al consumidor.•

EN Uruguay, el ritmo de la actividad se desaceleró rápidamente en 1993; luego de crecer más de 7% en 1992, el producto interno bruto se incrementó 2% en 1993. Una considerable retracción de la producción industrial, la menor generación de electricidad y el leve ascenso del producto agropecuario resultaron fundamentales en dicha desaceleración ya que la construcción y los servicios continuaron creciendo a tasas elevadas. Luego de la recuperación ...al registrada el año anterior, la industria manufacturera retrocedió más de 7%. Casi la mitad de esta caída, sin embargo, se originó en la paralización de la planta de refinación de petróleo que se encuentra en proceso de remodelación.

El resto del sector también vio disminuir su producción, ante la estabilización de una parte del consumo interno y la atonía de la demanda externa de productos tradicionales. La actividad agropecuaria, luego de un año de notable incremento, se desaceleró, como resultado de un leve crecimiento de la producción pecuaria algo superior al descenso de los cultivos agrícolas.

ACTIVIDAD PECUARIA

EN la actividad pecuaria, mientras la producción de lana retrocedió, continuaron creciendo el ganado vacuno, la leche y la avicultura. La contracción de producción fue generalizada en la agricultura, con escasas excepciones como la del arroz. La retracción de la demanda argentina, que se había incrementado sustancialmente durante 1992, afectó la generación de electricidad.

La construcción, por el contrario, continuó a gran ritmo (más de 15%) a pesar de un prolongado conflicto laboral que detuvo las obras casi tres meses en la capital y en algunas zonas del resto del país. En la construcción privada destacó el alto nivel de actividad en Montevideo y Punta del Este; también contribuyó en buena medida la inversión pública, en particular la ejecutada por las empresas de electricidad y telefónica.

El comercio, el servicio prestado por hoteles y el transporte continuaron creciendo sostenidamente, en un contexto de abundante oferta de artículos importados y gran afluencia de turistas provenientes de Argentina.

También creció velozmente el servicio de comunicaciones. Por su parte, la tasa de desempleo urbana se redujo de 9.3% a 9%, gracias a la fuerte expansión de la construcción.

INFLACION: PAUSADO RETROCESO

LA inflación continuó su pausado retroceso en Uruguay; al descender a un ritmo de 52% anual en noviembre (59% en 1992), el incremento de los precios al consumidor alcanzó el menor valor desde 1982.

En un contexto de equilibrio fiscal y desaceleración de la demanda interna, el lento ascenso de la cotización del dólar y un aumento de la demanda de dinero moderaron el alza de los precios; por el contrario, los difundidos mecanismos indizatorios vigentes en la formación de los precios internos introdujeron factores inerciales que conspiraron contra una caída más rápida de la tasa de inflación.

AUMENTO DEL GASTO

AL igual que en los años anteriores, el equilibrio fiscal constituyó un objetivo central de la política económica. El ascenso real de los gastos del gobierno central superó el incremento de los ingresos, los que resintieron el menor ritmo de crecimiento; sin embargo, el superávit de las empresas públicas permitió mantener un pequeño saldo positivo en el balance del sector público no financiero. El gasto parafiscal originado en el sistema financiero oficial continuó disminuyendo, debido a tasas internacionales de interés más bajas aplicadas a un menor endeudamiento. En su conjunto, el sector público pasó de un virtual equilibrio en 1992 a un déficit global del orden de 1% del producto.

Luego de varios años de aumentar en términos reales, en los nueve primeros meses de 1993 los ingresos fiscales se contrajeron alrededor de 1%. Incidió en este comportamiento la severa caída de los gravámenes sobre el comercio exterior, debido principalmente a la reducción de los aranceles sobre las importaciones provenientes de los países del MERCOSUR, a lo que se sumó el retroceso del tipo de cambio real.

A su vez, los tributos sobre la actividad interna y los impuestos directos continuaron incrementándose en términos reales, aunque esta vez moderadamente debido al menor ritmo de expansión económica. Por su parte, los gastos del gobierno central se ampliaron en torno a 5% en términos reales, en gran parte a consecuencia de la asistencia financiera que el gobierno presta al sistema de seguridad social, la que se incrementó más de 15% en valores constantes; similar ascenso se observó en los gastos de inversión, mientras se contrajeron los egresos por remuneraciones e intereses de la deuda pública.

El resultado superavitario del sector público no financiero apoyó la política de estabilización. Sin embargo, la expansión originada en la ganancia de reservas internacionales, que a octubre superaba los 215 millones de dólares, y el gasto parafiscal llevaron a un incremento de la base monetaria que se tradujo en un crecimiento del orden de 70% de los medios de pago (M1). En esta ampliación del dinero estaría operando una recomposición de los saldos reales en poder del público, luego de varios años de caída de la demanda de dinero.

El agregado amplio de dinero (M2) aumentó a menor ritmo; dado que las tasas pasivas de interés real resultaron negativas durante casi todo el año (aunque alcanzaron atractivos rendimientos sus equivalentes en dólares) el cuasidinero volvió a contraerse en términos reales.

ABUNDANTE OFERTA DE DIVISAS

A pesar de que el intercambio de bienes con el resto del mundo fue ampliamente deficitario, los ingresos por turismo y por ventas limítrofes, y el flujo de capitales externos determinaron una abundante oferta de divisas que mantuvo la cotización del dólar en el mínimo de la banda de flotación. Con ello, la moneda nacional se depreció 27% en los doce meses terminados en noviembre de 1993, lo que determinó una nueva erosión del tipo de cambio real. Esto y la reducción de aranceles efectuada según el programa convenido con los restantes países del MERCOSUR contribuyeron a un lento ascenso del precio de los bienes transables; así, el crecimiento de los precios de los bienes importados a fines del tercer trimestre fue sólo de 18% anual.

De todos modos, la inercia que introduce un sistema de indización que toma en cuenta la variación de los precios de un período anterior, ampliamente difundido en el sector privado, opuso resistencia al descenso de la inflación. El gobierno procuró generar un nuevo sistema de formación de los precios internos que tuviera en cuenta la inflación esperada, para lo cual adoptó una regla cambiaria que incrementara el mínimo de la banda de flotación en 2% mensual.

En años anteriores, un procedimiento similar coincidía con ajustes salariales a los funcionarios del sector público menores a la inflación pasada; en 1993, la corrección de los salarios públicos superó la inflación mientras las remuneraciones acordadas en el sector privado continuaron acomodándose a la inflación del cuatrimestre anterior.

En este contexto, la variación de los precios al consumidor fue cediendo lentamente hasta alcanzar un mínimo de 52% en los doce meses previos a noviembre. En los últimos meses del año los precios al consumidor acompañaban más de cerca la tasa de devaluación. Los precios mayoristas, por su parte, sólo aumentaron 27% en los doce meses terminados en noviembre; al incluir principalmente bienes transables, este indicador se acompasó al ritmo de devaluación de la moneda nacional en relación con el dólar.

Por su parte, los salarios, tanto públicos como privados, evolucionaron más rápidamente que los precios al consumidor. Así, en los doce meses terminados en octubre las

pasa a pág. 7

remuneraciones nominales medias se habían incrementado 63%, lo que permitió un crecimiento real del orden de 7% en ese período. Al igual que en los dos años anteriores, el poder de compra en dólares de las remuneraciones abonadas en moneda nacional aumentó significativamente.

DESEMPEÑO DE LAS EXPORTACIONES

EL desempeño de las exportaciones en la región fue además bastante heterogéneo; cuatro países -Costa Rica, El Salvador, Nicaragua y Paraguay- mostraron ampliaciones considerables (entre 12 y 33%); otros cuatro -Argentina, Brasil, Colombia y México- aumentaron sus exportaciones entre 6% y 8%; cuatro países -Bolivia, Guatemala, Honduras y Panamá- registraron moderados incrementos; y en dos -Uruguay y Venezuela- los montos exportados se estancaron.

En cambio, en cuatro economías -Chile, Ecuador, Perú y República Dominicana- el valor de las exportaciones cayó entre 3% y 8% y en Haití se redujo en un tercio. Los países exportadores de petróleo aumentaron ligeramente el valor de sus exportaciones (4%), con una caída del valor unitario de 5%, a raíz principalmente de la baja de los precios promedios de los hidrocarburos, y un incremento de quántum de 9%. Los países no exportadores de petróleo mostraron un incremento del valor de sus exportaciones levemente superior (5%), atribuible a los mayores volúmenes exportados (8%), ya que el valor unitario se redujo 2.5%.

En Uruguay hubo un retroceso de 6% en el valor de las exportaciones. El menor volumen vendido de carne de ganado vacuno y el retroceso simultáneo de la demanda y de los precios de la lana en el mercado internacional determinaron un descenso pronunciado de las exportaciones de productos tradicionales; también decrecieron levemente las no tradicionales, aunque ligeramente.Sin embargo, las ventas a los países del MERCOSUR aumentaron, incrementando a 42% sus participación en el comercio exterior de Uruguay.

La relación de los precios del intercambio del conjunto de la región cayó casi 5% en 1993, debido principalmente a la disminución del valor unitario de las exportaciones, en razón de que el de las importaciones sólo aumentó 1%. Ello se agrega a anteriores caídas, con lo que los términos de intercambio de América latina y el Caribe fueron 32% inferiores a los de 1988 y 36% a los registrados en 1980.

Este descenso afectó a la mayoría de las economías de la región; sólo aumentó dicha relación en Argentina, El Salvador, Nicaragua, Paraguay y Uruguay. En los países exportadores de petróleo, la caída de la relación de precios del intercambio fue de casi 8%, con una evolución más desfavorable en Bolivia, Perú y Venezuela. En ello incidió especialmente el descenso de los precios internacionales del petróleo, pero, en Bolivia y Perú, también la caída de los precios de los metales.

En los países sudamericanos no exportadores de petróleo, la relación de precios del intercambio disminuyó 2%. En Chile descendió más de 9% en virtud de los menores precios del cobre. En Brasil, la disminución de la relación de precios del intercambio (-2.1%) obedeció al deterioro de los precios de exportación, tanto primarios como manufacturados, y al incremento de los precios de importación, aunque parcialmente contrarrestado por la declinación de los precios del petróleo.

RELACION DE INTERCAMBIO

EN Argentina, en cambio hubo una recuperación de los precios de exportación, que compensaron los mayores precios de importación. En Paraguay y Uruguay la relación de intercambio mejoró ligeramente, en razón de la recuperación de precios de exportación y la baja del precio del petróleo, producto que tiene una alta participación en las importaciones de dichos países.

Pese a la disminución global de la carga relativa de la deuda, varios países registraron un aumento de su coeficiente deuda/exportaciones. En el conjunto de los países exportadores de petróleo, el coeficiente aumentó ligeramente de 273% a 279%. Ecuador sufrió un aumento especialmente acusado, al crecer su deuda y caer sus exportaciones. Los aumentos de Perú y de Venezuela fueron menores. Por otro lado, la relación disminuyó en el caso de los países no exportadores de petróleo, tanto en América del Sur como en América Central y el Caribe. Brasil acaparó la caída en América del Sur; su relación pasó de 325% en 1992 a 308% en 1993. La de Argentina también disminuyó, de 443% a 436%,mientras que las de Chile y Uruguay evolucionaron en sentido contrario conforme a los aumentos del volumen de sus deudas.•

PBI crece 2 % en 1993 según datos de CEPAL

• "Retracción de producción industrial del 7 %"
• Buen nivel de la construcción aumentando 15 %



Dr. Ignacio de Posadas, Ministro de Economía y Finanzas, que será interpelado.

En Uruguay el ritmo de actividad se desaceleró rápidamente en 1993, de acuerdo al informe que sobre el comportamiento de la economía latinoamericana y del Caribe, efectúa un documento de la CEPAL.

Agrega el mismo que luego de crecer más de 7% en 1992, el ***Producto Bruto Interno se incrementó 2 % en 1993.***

Una considerable ***retracción de la producción industrial***, la menor generación de electricidad y el ***leve ascenso del producto agropecuario*** resultaron fundamentales en dicha desaceleración ya que la construcción y los servicios continuaron creciendo a tasas elevadas.

Luego de la recuperación parcial registrada el año anterior, ***la industria manufacturera retrocedió más de 7 %***. Casi la mitad de esta caída, sin embargo, se originó en la paralización de la planta de refinación de petróleo que se encuentra en proceso de remodelación.

Disminuye producción

El resto del sector también vio disminuir su producción, ante la estabilización de una parte del consumo interno y la *atonía de la demanda externa de productos nacionales*.

La actividad agropecuaria, luego de un año de notable incremento, se desaceleró, como resultado de un leve crecimiento de la producción pecuaria algo superior al descenso de los cultivos agrícolas. En la actividad pecuaria, mientras la producción de lana retrocedió, ***continuaron creciendo el ganado vacuno, la leche y la avicultura***.

La contracción de producción fue generalizada en la agricultura, con escasas excepciones como la del arroz. La retracción de la demanda argentina, que se había incrementado sustancialmente durante 1992, afectó la generación de electricidad.

Lo positivo

La construcción, por el contrario, continuó a gran ritmo (más de 15 %), a pesar de un prolongado conflicto laboral que detuvo las obras casi tres meses en la capital y en algunas zonas del resto del país. En la construcción privada destacó el alto nivel de actividad en Montevideo y Punta del Este; también contribuyó en buena medida la inversión pública, en particular la ejecutada por las empresas de electricidad y telefónica.

El comercio, el servicio prestado por hoteles y el transporte continuaron creciendo sostenidamente, en un contexto de abundante oferta de artículos importados y gran afluencia de turistas provenientes de Argentina.

También creció velozmente el servicio de comunicaciones. Por su parte ***la tasa de desempleo urbana se redujo de 9.3 % a 9 %***, gracias a la fuerte expansión de la construcción.

Señala el organismo que la profundización del ajuste fiscal ha constituido otro de los factores relevantes en el progreso de los programas de estabilización; en 1993, la mitad de los 19 países con información disponible mejoraron su gestión fiscal, ya sea reduciendo el déficit o incrementando el superávit. La situación regional en 1993 muestra nueve países (Argentina, Colombia, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, República Dominicana y Uruguay) con sus cuentas fiscales controladas (incluyendo algunos países con pequeños déficits); tres (Costa Rica, Guatemala y Panamá) con desequilibrios menores a 2 % del producto; y siete (Bolivia, Brasil, El Salvador, Haití, Honduras, Nicaragua y Venezuela) con déficits financieros abultados.

De estos últimos, Brasil logró eliminar su déficit operacional, aunque registra una desmesurada brecha financiera debido a los altos intereses nominales aplicados a su endeudamiento interno. A su vez, Bolivia y los países de América Central constituyen casos especiales, ya que, bajo programas de ayuda internacional, siguen una estrategia de equilibrio de la cuenta corriente del fisco y financian sus programas de inversión pública con las donaciones y préstamos externos disponibles.

Latinoamérica en buen camino

En 1993 se prolongó por tercer año consecutivo la fase de moderada expansión de la mayoría de las economías de América latina y el Caribe, con una relativa estabilidad de precios y con el apoyo de una cuantiosa afluencia de capitales externos.

En estos términos plantea la CEPAL el encabezamiento de su informe sobre el comportamiento de la región, destacando que el desempeño económico de la misma continuó fuertemente influido por dos factores de signo contrario. Por un lado, el efecto acumulativo de las políticas de ajuste y reformas adoptadas en los años anteriores, que lentamente han ido modificando las bases sobre las que funcionan las economías. Por otro lado, la pausada e incierta evolución de la economía internacional, cuyas consecuencias negativas radicaron en la modesta expansión de la demanda mundial y el deterioro de los precios de los productos básicos, pero que también determinó una caída en las tasas internacionales de interés, que resultó favorable para los países de la región.

Según estimaciones preliminares de la CEPAL, en 1993 el producto interno bruto de la región aumentó 3.2 %. Con ello, el producto por habitante se incrementó por tercer año consecutivo, en esta oportunidad 1.3 %. Aunque este desempeño del agregado nacional es similar al de 1992, está muy influido por la recuperación del nivel de actividad en Brasil. Si se excluye a ese país, el producto del resto de las economías sólo creció 2.6 %, comparado con cerca del 5 % en el bienio anterior.

Este empeoramiento del desempeño regional (excluido Brasil) responde, sin embargo, a evoluciones dispares. Está determinado tanto por la aparición o agravamiento de algunas situaciones recesivas como por una generalizada desaceleración, que en algunos casos tuvo lugar en contextos de elevada expansión y en otros representó un deterioro del producto por habitante.

CEPAL: América latina debe conocer y evaluar recursos naturales, la producción y consumos

SANTIAGO DE CHILE (ANSA)- América latina dispone de abundantes recursos naturales los que, junto con sustentar la producción y el consumo interno, representan un importante aporte a la economía mundial y contribuyen a la supervivencia del planeta.

Así lo determinó un estudio de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL) que detalla que el 80 por ciento de la superficie regional es apta para la agricultura, aunque sólo el 3 por ciento puede considerarse competitiva.

Añade que la región concentra 29 por ciento de los bosques tropicales del mundo, 25 por ciento de las áreas forestales y 18,5 por ciento de las pasturas y pastizales.

La CEPAL, cuya sede se encuentra en Santiago, reseña también que los recursos hídricos son asimismo considerables.

"América latina y el Caribe registran precipitaciones medias cercanas a los 1.500 milímetros anuales, 50 por ciento más que el promedio mundial, lo que debería permitir cubrir sin mayores problemas la demanda para usos domésticos, industriales y agrícolas", señala el estudio.

Agrega que el potencial para el desarrollo de la pesca y acuicultura es considerable tomando en cuenta la enorme superficie de aguas oceánicas disponibles.

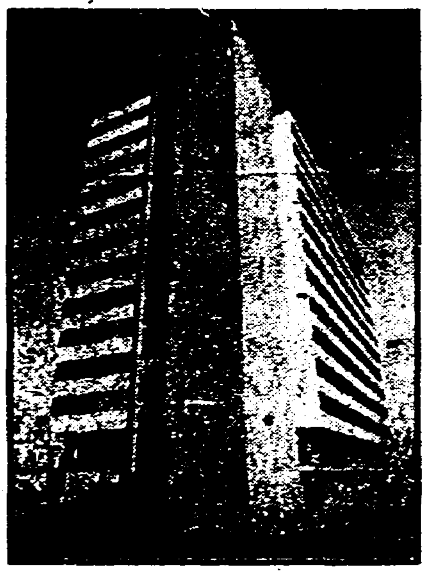
En su documento "Los recursos naturales en las estrategias de transformación productiva", CEPAL señala que en la región se encuentran el 59 por ciento de las reservas mundiales de litio, 36 por ciento de las de cobre, 27 por ciento de las de bauxita, 30 por ciento de las de níquel y 25 por ciento de las de plata, entre las más representativas.

El documento agrega que "el potencial minero sería todavía mayor considerando las extensas zonas que aún existen sin prospección y exploración".

A su vez el potencial energético aprovechable en la región, según la CEPAL, es equivalente al 35 por ciento del potencial mundial, "y dentro de éste las fuentes hidroenergéticas constituyen 36 por ciento, el carbón 27 por ciento, el petróleo 24 por ciento, el gas natural 8 por ciento y el uranio 5 por ciento".

La CEPAL llega también a la conclusión de que "la riqueza biológica de la región es asimismo evidente: casi una de cada tres especies de plantas superiores del planeta se encuentra en América latina y el Caribe y, de éstas, un tercio tiene utilidad comercial reconocida".

Explica que "esta diversidad es también manifiesta en la fauna. Por ejemplo, cuatro de cada diez especies animales existentes en los bosques tropicales del mundo están presentes en América latina y el Caribe. La región ha aportado, además, el 36 por ciento del material genético para los más importantes cultivos alimenticios y el 34 por ciento para los cultivos industriales".



La CEPAL culmina su estudio señalando que para abordar adecuadamente el tema ambiental, América latina y el Caribe deben "fortalecer la capacidad de gestión del patrimonio" y sugiere, al respecto, poner en marcha una iniciativa con cuatro proyectos.

"Primero, el desarrollo de una capacidad endógena para conocer, evaluar, aprovechar, contabilizar y proteger el patrimonio y los recursos naturales sobre la base de una complementación de esfuerzos entre los sectores privado y público".

"En segundo lugar, plantea CEPAL, discernir aquellos aspectos de la gestión que responderían a factores derivados del mercado de los que reclaman una mayor intervención del Estado".

En tercer término, la propuesta es "avanzar hacia una desconcentración y descentralización de las funciones del Estado, fortaleciendo sus instancias locales y regionales y garantizando la participación de los usuarios y de las organizaciones no gubernamentales en las unidades de gestión".

Por último "promover programas educativos y de adiestramiento destinados, respectivamente, a conocer y aprovechar mejor el patrimonio natural y la elección de tecnologías que garanticen la sustentabilidad y la innovación".

El documento propone, asimismo, que los problemas de gestión del patrimonio y los recursos naturales se incorporen en las negociaciones multilaterales, fortaleciendo la cooperación internacional y la concertación regional.

CEPAL Advirtió por Fuga de Talentos de Uruguay

WASHINGTON, 18 (AP). — La Comisión Económica para América Latina (CEPAL) advirtió hoy sobre un "anticipado crecimiento" en la fuga de talentos de la América Latina, que según cifras disponibles ha producido ya el éxodo de unos 700.000 profesionales al mundo industrial.

"Los impedimentos a la salida de profesionales no es la solución del caso", dijo la CEPAL en un informe difundido en esta ciudad. "La acción gubernamental debe estar dirigida a ofrecer los incentivos para que no abandonen sus países", añadió.

El informe dice que hasta 1988 "Brasil, Venezuela y Argentina eran los principales focos de atracción para los desplazados. En la actualidad Chile, Colombia, Argentina, Uruguay y Paraguay se han tornado en la principal fuente de exportación de talentos".

El éxido se atribuye a una combinación de factores entre los cuales figuran la pobreza, la inestabilidad política o violaciones de los derechos humanos.

El documento subraya "la necesidad de afianza la capacidad de cada país de retener su gente más talentosa y hacer el mejor uso posible de ella para satisfacer las demandas nacionales de desarrollo tecnológico, sin violentar los principios éticos de este sector".

Cepal alertó por aumento de la "fuga de talentos" en América

La Comisión Económica para América Latina (Cepal) advirtió ayer sobre un "anticipado crecimiento" de la fuga de talentos del continente que, de acuerdo a las cifras disponibles por el organismo, ha producido ya el éxodo de unos 700.000 profesionales al mundo industrial, incluyendo a Uruguay como uno de los principales "exportadores".

Según un cable difundido ayer por la agencia española de noticias EFE, la Cepal considera que el impedimento a la salida de profesionales "no es la solución del caso", además de señalar que "la acción gubernamental debe estar dirigida a ofrecer los incentivos para que (los científicos) no abandonen sus países".

El informe señala que hasta 1980 "Brasil, Venezuela y Argentina eran los principales focos de atracción para los desplazados", mientras que Chile, Colombia, Uruguay y Paraguay eran quienes sufrían las fugas mayores.

El documento del organismo continental subraya la importancia que significa para estos países el "retener a su gente más talentosa y hacer el mejor uso posible de ella para satisfacer las demandas nacionales de desarrollo tecnológico, sin violentar los principios éticos de este sector". ■

La Comisión Económica para América Latina y el Caribe revela los desafíos para las agroexportaciones

Cepal: coyuntura internacional desfavorable enfrentan productos del agro no tradicionales

■ La Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Cepal, afirmó que las exportaciones agrícolas no tradicionales en que están empeñados varios países de esta región, enfrentan cuatro serios desafíos, el primero de ellos la calidad de los productos.

El estudio, denominado "La apertura y los procesos agroexportadores recientes", señala que tras una década dinámica, los productos agrícolas enfrentan "una coyuntura internacional menos favorable".

Los noventa están marcados, desde el punto de vista de la demanda, por las presiones proteccionistas y desde el punto de vista de la oferta, por una mayor competencia de países que imitan las exportaciones exitosas, indica.

El estudio sostiene que el desarrollo de este sector no puede estar basado en el bajo costo de la mano de obra y en la estacionalidad de las cosechas, sino vincularse a la calidad de los productos que se exportan. "La experiencia ha demostrado que en la medida que las zonas deprimidas van saliendo de su estancamiento, el costo de oportunidad de la mano de obra tiende a aumentar, reflejándose en mayores salarios", señala el documento.

Respecto a la estacionalidad, indica que cada vez son más los países que tratan de aprovechar esta ventaja.

"Es necesario hacer grandes esfuerzos por exportar calidad, y no sólo bajos precios para que esta estrategia exportadora pueda mantenerse más allá del corto plazo", sostiene.

El segundo desafío, según Cepal, es el de la información para adoptar correctamente las decisiones de producción y exportación.

"En la actualidad ocho países de la región tienen planes de expansión en el mercado de los bérrices y cítricos; siete tienen altas expectativas de aumentar sus exportaciones de mangos, melones, flores y follaje cortado; seis distintos grupos de países desean incrementar su oferta en los mercados mundiales de espárragos, piñas y plátanos", señala el estudio.

"Los resultados de estas estrategias individuales de los países, elaboradas a partir de la situación pasada de los mercados mundiales de dichos productos, pueden llegar a saturar algunos de los mercados mencionados, si se excede su capacidad de demanda", afirma el estudio.

El tercer desafío mencionado es la necesidad de investigación y transferencia tecnológica para descubrir nuevos productos exportables e identificar nichos en los mercados internacionales.

Finalmente, para Cepal es un desafío crucial aumentar la capacidad de negociación de los productores en los mercados de destino: primero, que el Estado defienda los espacios ganados de las medidas proteccionistas y, segundo, que mejore la organización de los propios productores.

"La falta de agrupación y coordinación entre los productores genera, muchas veces, que los riesgos intrínsecos al comercio de bienes perecibles sean asumidos casi en su totalidad por ellos", afirma Cepal.

Brasil volvió a impulsar inflación latinoamericana el pasado año 1993

En 1993 la mayor parte de los países de América Latina y el Caribe continuó disminuyendo su tasa de inflación, de acuerdo al informe que sobre la región diera a conocer la CEPAL.

Señala el organismo dependiente de Naciones Unidas, que un limitado número, sin embargo, que todavía lucha por controlar los desequilibrios macroeconómicos, debió aceptar que la inflación se acelerara o que repuntara luego de haber logrado reducirla en años anteriores.

Brasil, con una elevada y creciente inflación, destacó notoriamente del resto. De esta forma, mientras la media regional de la variación de los precios al consumidor trepó a 800 % anual (420 por ciento en 1992), si se excluye ese país la media se reduce de 22 por ciento a 19 %.

El generalizado avance de los esfuerzos de estabilización ha estrechado las diferencias de comportamiento que se observaban en la década de los años ochenta. En efecto, en 1993 sólo Brasil se mantuvo en régimen de alta inflación crónica, a tal punto que la variación mensual de sus precios al consumidor superó las tasas anuales de la gran mayoría del resto. Ecuador, Perú, Nicaragua, Uruguay y Venezuela, con tasas de inflación anual que oscilaron entre 30 y 50 %, mantuvieron una situación de inestabilidad controlada que les ha permitido evitar desbordes inflacionarios. Cabe recordar que Perú y Nicaragua enfrentaban procesos de hiperinflación en 1990. El resto de los países, en la mayor parte de los cuales se mantuvieron estrictos programas antiinflacionarios, registró variaciones de precios inferiores o cercanas a 20% anual.

El programa de estabilización ha resultado particularmente exitoso en Argentina. Tres años después de haber sufrido su último episodio de hiperinflación, los precios al consumidor sólo aumentaron 8 % durante 1993. A su vez, la estabilización se consolidó en México, cuya inflación se redujo por debajo de 9 %. Bolivia y Costa Rica también lograron abatir su inflación anual a 9 % mientras República Dominicana muestra su tercer año de exiguo crecimiento de precios (4 %).

Para la CEPAL, en la mayor parte de los países, la política macroeconómica que rigió en 1993 fue una extensión de la iniciada en los años anteriores. Contribuyó a ello la permanencia de las principales características de la economía internacional, particularmente la reducida tasa de interés vigente en el área del dólar, así como la mayor confianza de los agentes económicos, tanto individuales como institucionales, en la estabilidad de las economías de la región.

Lo anterior ha inducido un abundante flujo de recursos.

El difundido ingreso de capitales en el marco de regímenes cambiarios principalmente fluctuantes llevaron a retrocesos generalizados del tipo de cambio real, aun en aquellos casos en los cuales se establecieron cotas mínimas de defensa de la competitividad externa. Sólo en tres países (Honduras, Paraguay y Perú) se observaron aumentos del tipo de cambio real y en otros dos (Chile y Venezuela) la paridad real se mantuvo estacionaria, mientras que decreció en los restantes.

El crecimiento regional de Latinoamérica es insuficiente para reducir la pobreza.

BALANCE ANUAL DE CEPAL

El crecimiento anual de un tres por ciento que registra la región es insuficiente para reducir el elevado índice de pobreza que existe, señaló la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), en su balance preliminar de 1993.

El secretario ejecutivo de la Organización Regional de Naciones Unidas, Gert Rosenthal, dijo que la diversidad de situaciones que se dieron este año en los distintos países hace difícil caracterizar en una sola frase el desempeño de las economías en su conjunto.

Según las estimaciones de la CEPAL, el Producto Interno Bruto de la región aumentó 3.2%, elevando el producto por habitante en 1.3%.

Una tasa de crecimiento del tres por ciento, indicó Rosenthal, resulta apenas suficiente para absorber el aumento de la población economicamente activa y mucho menos para reducir la gran cántidad de rezagos sociales que se vienen acumulando desde hace varios lustros.

De otra parte, agregó el economista guatemalteco, se podría decir que este desempeño representa un logro nada despreciable teniendo en cuenta las tendencias recesivas que afectan a las principales economías de los países industrializados.

En el análisis por países destacó la recuperación 4.5% alcanzada por Brasil, aunque en este país -a diferencia de lo ocurrido en la región- se mantiene una inflación de tres dígitos. Si se excluye a Brasil, el crecimiento del resto de las economías se desaceleró de cerca del cinco por ciento en el bienio anterior a sólo 2.6% en 1993, acotó Rosenthal durante la conferencia de prensa.

Países como Haití, Nicaragua, Venezuela y Trinidad, mostraron retrocesos del nivel de actividad, mientras que la mitad de todas las naciones latinoamericanas y carbeñas experimentó una desaceleración de su crecimiento.

El Balance 1993 de la economía regional lo encabezan Argentina, Chile, Costa Rica y Panamá, con tasas que fluctúan alrededor del seis por ciento.

El secretario ejecutivo de la CEPAL informó que el déficit de la balanza comercial ascendió este año casi 15 mil millones de dólares, debido a que las importaciones continúan incrementándose a un mayor ritmo que las exportaciones.

La deuda externa de América Latina y el Caribe alcanzó este año los 487 mil millones de dólares, un cuatro por ciento mayor que en 1992, en lo cual incidió principalmente el incremento del débito mexicano que pasó de 114 mil a 115 mil millones de un añoa otro.

Al hacer su exposición ante los periodistas nacionales y extranjeros, Rosenthal afirmó que en el panorama del año hay indudablemente elementos positivos, sobre todo por el importante avance logrado en materia de estabilización.

Pero hay también elementos preocupantes, añadió, entre los que se destacan la magnitud de la brecha externa de la mayoría de los países de la región y la exigua expansión de las economías.

Ciertamente se hace difícil avanzar en lo que se refiere a revertir los considerables rezagos sociales acumulados, reiteró el destacado economista que dirige la CEPAL.

«Por último señaló que los grandes temas pendientes en la agenda latinoamericana y caribeña siguen siendo alcanzar un crecimiento mas dinámico y distribuir los frutos de ese avance.

CEPAL alerta a exportadores

SANTIAGO DE CHILE, (ANSA).- La Comisión Económica para América Latina y el Caribe, CEPAL, afirmó que las exportaciones agrícolas no tradicionales en que están empeñados varios países de esta región enfrentan cuatro serios desafíos, el primero de ellos es la calidad de los productos.

El estudio, denominado "La apertura y los procesos agroexportadores recientes", señala que tras una década dinámica, los productos agrícolas enfrentan "una coyuntura internacional menos favorable".

El segundo desafío es el de la información para adoptar correctamente las decisiones de producción y exportación.

El tercer desafío es la necesidad de investigación y transferencia tecnológica para descubrir nuevos productos exportables e identificar nichos en los mercados internacionales.

-Finalmente, es un desafío crucial aumentar la capacidad de negociación de los productores en los mercados de destino: primero, que el Estado defienda los espacios ganados de las medidas proteccionistas y, segundo, que mejore la organización de los propios productores.

"La falta de agrupación y coordinación entre los productores genera, muchas veces, que los riesgos intrínsecos al comercio de bienes perecederos sean asumidos casi en su totalidad por ellos".

Registró retroceso en 1993 ingreso de capitales en toda América Latina

- *Según CEPAL entraron U$S 55.000 millones contra los U$S 62.000 millones de 1992*
- *El déficit en cuenta corriente aumentó notablemente al caer las exportaciones*

En 1993 ingresaron a América Latina y el Caribe casi U$S 55.000 millones, contra los U$S 62.000 millones de 1992. Hablamos de corrientes netas de capital. Para la región, la emisión de bonos constituyó la fuente de fondos más dinámica.



El déficit del balance de pagos en cuenta corriente de América Latina aumentó notablemente en 1993, de acuerdo al informe que sobre el particular elaboró la CEPAL y el cual, hemos venido difundiendo desde la pasada semana.

El saldo de esta cuenta, se había ampliado en forma significativa en 1991 a U$S 20.000 millones, cifra que aumentó fuertemente a U$S 37.000 millones en 1992 y siguió su trayectoria ascendente hasta alcanzar los U$S 43.000 millones en 1993, según señala la Comisión Económica Para América Latina y el Caribe.

La razón principal del deterioro radicó en el balance comercial, cuyo déficit pasó de U$S 10.000 millones en 1992 a U$S 15.000 millones en 1993, debido a la persistente tendencia de las importaciones a aumentar más rápidamente que las exportaciones.

La creciente brecha comercial se debió en su mayor parte a los peores saldos de Brasil, Colombia y Chile que fueron compensados parcialmente por los mejores resultados de México y Venezuela.

Aunque Brasil siguió registrando un enorme superávit, este se redujo de U$S 15.500 millones a U$S 13.000 millones al aumentar fuertemente las importaciones, asociados a la recuperación de la demanda interna en un marco comercial más liberal. En Colombia, el excedente comercial de más de U$S 1.000 millones en 1992 se transformó en un déficit de similar magnitud en 1993, al estancarse las exportaciones mientras crecían las importaciones estimuladas por la apertura y la expansión de la demanda.

Diferente en Chile

La situación fue distinta en Chile, donde un superávit comercial de U$S 700 millones se tornó en un déficit de U$S 900 millones. Aunque en este país crecieron las importaciones, el ritmo de crecimiento fue inferior al de años anteriores. Sin embargo, al mismo tiempo cayeron las exportaciones debido a la fuerte disminución del precio del cobre, que aún representa alrededor del 40 % de las exportaciones chilenas. La mejoría del balance comercial mexicano fue sólo marginal, ya que el déficit de U$S 20.700 millones de 1992 se redujo literalmente a U$S 19.500 millones, debido principalmente a un aumento de las exportaciones no petroleras.

En Venezuela, las exportaciones se mantuvieron prácticamente estables y las importaciones cayeron casi U$S 1.000 millones, cuando la recesión sucedió al alto crecimiento de los tres años anteriores. Como resultado, el excedente comercial pasó de U$S 1.700 millones a U$S 2.600 millones.

El saldo de comercio de bienes y servicios tuvo una evolución similar al de bienes, ya que los pagos netos de servicios no factoriales se mantuvieron en alrededor de U$S 5.200. Sin embargo, ello fue resultado de variaciones de diferentes signos. Los pagos netos de servicios se incrementaron en forma significativa en Argentina y Brasil, contrarrestando con creces el aumento de las corrientes a favor de México y la República Dominicana y la disminución de los pagos de Venezuela.

Tras una disminución entre 1991 y 1992, los pagos netos por concepto de intereses y dividendos de América Latina y el Caribe registraron una leve disminución en 1993, pasando de U$S 29.200 millones a 28.900 millones. Las principales diferencias en relación con el año anterior fueron un descenso de casi U$S 1.000 millones de los pagos por retribución de los factores en Argentina (que se vio favorecida por la firma de un acuerdo en el marco del Plan Brady) y un aumento de U$S 1.000 millones en Brasil. Además, México y Venezuela experimentaron modestos aumentos de sus pagos factoriales, mientras que Colombia, Chile y Panamá registraron descensos.

El menor pago neto por servicio de factores de América Latina y el Caribe refleja el efecto neto de corrientes contrapuestas. Por un lado, los intereses devengados sobre la deuda externa bajaron en prácticamente todos los países, debido principalmente a la merma de las tasas de interés internacionales en dólares. Por otro lado, sin embargo, las remesas de utilidades sobre la inversión directa extranjera aumentaron significativamente, superando con creces la menor corriente global de intereses pagados.

El efecto de un mayor déficit comercial regional, contrarrestado sólo parcialmente por una pequeña reducción de los pagos de utilidades e intereses, fue la ampliación del déficit de la cuenta corriente mencionada anteriormente. En general, la evolución de la cuenta corriente de cada país reflejó los cambios del balance comercial, que fueron mucho más acusados que las fluctuaciones de los pagos factoriales. La casi totalidad del deterioro de U$S 7.000 millones del saldo de la cuenta corriente correspondió a los países sudamericanos no exportadores de petróleo. El cambio más notable tuvo lugar en Brasil, donde redujo a una quinta parte su superávit de U$S 6.000 millones (que cayó a 1.200 millones) al coincidir el aumento de las importaciones con mayores pagos factoriales. Chile registró un aumento apreciable de su déficit de cuenta corriente, el cual pasó de U$S 900 millones en 1992 a 2.300 millones en 1993.

Argentina y Paraguay anotaron pequeñas mejorías y lo contrario sucedió en Uruguay.

Fuertes aumentos

El informe expresa más adelante que las corrientes netas de capital hacia los países de América Latina y el Caribe siguieron siendo positivas en 1993, pero el monto total fue algo inferior al del año anterior. La cifra correspondiente a 1993 fue de casi U$S 55.000 millones, comparada con 62.000 millones en 1992. Es paradójico que fueran los países sudamericanos no exportadores de petróleo, cuyo saldo de cuenta corriente se deterioró fuertemente, los que sufrieron las mayores reducciones de las entradas de capital. Estas se concentraron principalmente en Brasil, Argentina y, en menor grado Chile. En cambio, Uruguay y Paraguay registraron fuertes aumentos. El ingreso neto de capitales a Brasil disminuyó de U$S 8.800 millones en 1992 a U$S 3.400 millones en 1993.

En Argentina, pasó de U$S 12.900 millones a 10.000 millones. Chile recibió U$S 2.900 millones en 1993, comparados con los 3.500 millones el año anterior.

Agrega la CEPAL, que estas corrientes de capital, procedieron, como el bienio anterior, de una variedad de fuentes, en su mayor parte privadas y en buena medida no bancarias.

Bonos: la más dinámica fuente de fondos en los últimos años

La emisión de bonos ha constituido la fuente de fondos más dinámica en los últimos años y aumentaron de U$S 900 millones en 1989 a 19.300 millones en los diez primeros meses de 1993.

Nueve países latinoamericanos emitieron bonos en 1993. El mayor volumen (U$S 7.400 millones) correspondió a México, seguido de Brasil (U$S 5.500 millones), Argentina (U$S 3.400 millones) y Venezuela (U$S 2.200 millones).

Colombia, Chile, Guatemala, Trinidad y Tobago y Uruguay también emitieron bonos en 1993 por un valor conjunto de U$S 900 millones.

Estos nueve países realizaron 181 ofertas de colocación en 1993, con períodos de vencimiento comprendidos entre 3 y 7.5 años. Los diferenciales de los bonos latinoamericanos respecto de los bonos del Tesoro de los Estados Unidos han tendido a mejorar, aunque continúan siendo elevados. Los recargos más bajos (que se ubican en la vecindad de 2 % sobre la tasa de los instrumentos del Tesoro de los Estados Unidos) fueron aplicados a emisiones del sector público mexicano. Los más altos (entre 5 y 7 % sobre aquella tasa) correspondieron a emisiones del sector privado en Argentina y Brasil.

Otra nueva fuente de capital extranjero ha sido la inversión de cartera en acciones, efectuadas por conducto de las bolsas de valores locales o internacionales.

Aunque en 1993 (octubre) las ganancias no han sido tan elevadas como en algunos años recientes, siguen siendo enormes en el contexto internacional. Entre estas ganancias, denominadas en dólares, figuran Argentina (39 %), Brasil (73 %), Colombia (9 %), Chile (10 %), México (14 %) y Perú (35 %). En cambio, disminuyeron los rendimientos en Venezuela (-11 %). La capitalización también aumentó en la primera mitad de 1993, especialmente en Argentina, Brasil y Chile. En el conjunto de estos tres países, el valor de los papeles que cotizan en bolsa aumentó 47 % entre fines de 1992 y fines de junio de 1993, en buena medida debido a los aumentos señalados de sus precios.

Los inversionistas extranjeros que operan en esas bolsas son fondos mutuos internacionales, especialmente del Reino Unido y de los Estados Unidos, o inversionistas directos, tanto institucionales (como fondos de pensiones y empresas de seguros) como individuales.

Se estima que en la primera mitad de 1993, Argentina, Brasil, Chile y México han recaudado U$S 2.600 millones de inversiones extranjeras a través de sus mercados bursátiles.

SEGUN CEPAL

Inversión en Uruguay apenas cubre reposición del capital

Las principales causas de los bajos niveles de inversión en el Uruguay deben ubicarse en la incertidumbre que generan los desequilibrios macroeconómicos, según se concluye en un reciente trabajo de la Oficina de CEPAL en Montevideo.

LA SIGUIENTE es una síntesis de las principales conclusiones a las que dicha oficina arribó.

La alta inestabilidad que ha caracterizado la evolución macroeconómica del Uruguay en las dos últimas décadas se ha reflejado en una senda de crecimiento pautada por sucesivos ciclos de boom, recesión y recuperación, con su consiguiente efecto sobre la utilización de la capacidad instalada. Tratándose de una economía pequeña y con un grado de apertura creciente, la persistencia de sus desequilibrios macroeconómicos no ha hecho más que agravar su vulnerabilidad a las perturbaciones externas, al imposibilitar la adopción de políticas de tipo compensatorio.

La concurrencia de estos factores ha originado un contexto particularmente incierto para la toma de decisiones de largo plazo. Ello puede explicar, en gran medida, el magro desempeño de la inversión en el país, aún en períodos con altos niveles de actividad y señales positivas de precios.

Los determinantes que se identifican, tradicionalmente como relevantes en la decisión de inversión están vinculados al costo relativo entre el capital y el trabajo, o a diversas medidas de la rentabilidad esperada de los proyectos de inversión. Recientemente la literatura económica ha venido enfatizando el rol de la incertidumbre en decisiones de tipo "irreversibles", como lo es la inversión en capital fijo, acompasando con ello los requerimientos que la realidad de muchos países exige explicar.

De acuerdo a lo anterior, si la decisión de invertir en capital fijo debe tomarse en un contexto incierto, y si además dicha oportunidad de inversión no desaparece si no se realiza inmediatamente, el problema no se reduce a invertir o no, sino también a cuándo hacerlo. Bajo estas condiciones, "esperar" tiene un valor positivo, dado que se podrá obtener mayor información con el tiempo sobre el desempeño futuro del proyecto. Dicho valor deberá ser comparado con el sacrificio de los ingresos corrientes por postergar el emprendimiento del proyecto.

Esto ha sugerido un razonamiento en términos de opciones financieras de compra (call options). La opción da el derecho de adquirir un bien a un precio pactado, pero que fluctúa en el mercado. Puede utilizarse (ejercitarse) por única vez y lo será cuando el precio en el mercado esté lo suficientemente alto como para cubrir el precio de la propia opción. Su extensión al caso de la decisión de inversión implica que el valor de la opción sea, precisamente, su parte irreversible (la parte que no se recupera en caso de una decisión equivocada).

La regla tradicional de decisión que indica que se invertirá toda vez que el valor actual neto (VAN) de una unidad de capital adicional sea, al menos, igual al costo unitario de compra e instalación, debe sustituirse, entonces, por la que establece que el primero deberá exceder al segundo por un monto igual al de mantener el valor de la opción de invertir sin ejercitar; esto es, el costo de oportunidad de invertir en otra parte o posteriormente.

Numerosos análisis han demostrado que aún con niveles moderados de incertidumbre, el valor de este costo de oportunidad puede ser muy importante, determinando que los proyectos sean llevados a cabo solamente cuando el VAN más que duplica el costo directo de la inversión. Se crean así "zonas de inacción" donde la inversión no responde a las señales de los modelos convencionales.

El estudio elaborado por la oficina de CEPAL en Montevideo considera como variables representativas de la incertidumbre macroeconómica las "sorpresas" en la evolución de indicadores claves como la inflación y el tipo de cambio, así como también medidas directas vinculadas al "premio" incluído en las tasas de interés.

Se confirma en el estudio la importante incidencia negativa sobre la inversión de las variables asociadas a la incertidumbre macroeconómica, en particular aquellas vinculadas al tipo de cambio. La comparación de la incidencia de estas variables con otras más convencionales mostró la escasa importancia del costo relativo de los factores (salarios respecto del precio de la maquinaria) en la decisión de inversión. Este resultado confirma conclusiones con respecto a la reducida importancia que tienen los incentivos a la inversión que operan a través de la alteración de los costos del capital o de la mano de obra (por ejemplo) o las exenciones tributarias.

El estudio se centró en la explicación de la inversión en maquinaria y equipo de origen importado. Otro resultado de interés consistió en la determinación del "período de implementación" de la inversión. Se estimó que una inversión típica en maquinaria y equipo es efectivizada 3 años después que las condiciones macroeconómicas resultan "favorables".

A partir de las conclusiones del estudio, se plantean nuevos elementos relacionando la inversión con las políticas de estabilización. La importancia de la incertidumbre asociada a las variaciones en el tipo de cambio determina que aquellos programas que lo utilizan como "ancla nominal", en la medida que no logren alinear las expectativas de los agentes respecto del mantenimiento del programa, tendrán un efecto depresor sobre la inversión.

La incertidumbre asociada a los niveles inflacionarios es la variable que ha mostrado el poder explicativo más débil dentro del conjunto analizado de variables de incertidumbre. Este resultado no debería sorprender tratándose Uruguay de un país con alta inflación, en el entorno del 50 % anual, en las últimas décadas. Sin embargo, no debería concluirse que una política exitosa de estabilización tendría efectos nulos sobre la inversión. Por el contrario, el logro de niveles reducidos y estables de inflación estaría probablemente asociado a una reducción en el nivel de otras variables de incertidumbre consideradas, particularmente el tipo de cambio.

De los más bajos de latinoamérica

Uruguay presenta uno de los niveles más bajos de inversión del continente latinoamericano. En las dos últimas décadas la tasa de inversión promedio superó apenas el 15 % del PBI, mientras que a partir de 1985 se ubica en el entorno del 11 %. Este nivel puede considerarse prácticamente como de reposición del capital gastado; por lo que el aumento neto en el capital sería nulo. Este comportamiento de la inversión obviamente inhabilita un proceso de crecimiento sostenido.

CEPAL: Deuda Externa aumentó en 1993 en América latina

Un cierto número de empresas latinoamericanas han comenzado a ganar acceso a los mercados de valores de los Estados Unidos y a otras bolsas internacionales, normalmente mediante títulos de depósito en el mercado estadounidense, según informe de la CEPAL.

Los denominados American Depositary Receipts (ADR) son certificados negociables emitidos por bancos de los Estados Unidos que representan un paquete de acciones de compañías extranjeras. Son utilizados por empresas que no poseen el suficiente reconocimiento en el mercado para emitir acciones directamente.

Señala la Comisión Económica Para América latina y el Caribe, que la compañía telefónica de Chile fue la primera empresa latinoamericana que emitió ADR, pero también empresas de México han incursionado muy activamente en este mercado. Asimismo Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela han utilizado este instrumento con resultados positivos.

En 1993, hasta el mes de setiembre, empresas latinoamericanas habían recaudado por este medio U$S 3.200 millones.

Inversión directa

Aparte de los recursos captados por estas vías, importantes flujos (cercanos a la mitad del total) ingresaron a la región bajo la de inversión directa extranjera, créditos comerciales -que se han expandido al influjo de las importaciones- depósitos a plazo en bancos locales e instrumentos de deuda pública denominados en moneda local.

Pese al aumento de los déficit de cuenta corriente de América latina en 1993 y la reducción simultánea de los ingresos netos de capital, estos últimos aún superaron a aquellos por un amplio margen. La diferencia, el balance global de pagos, fue de U$S 12.000 millones, menos de la mitad de los U$S 25.000 millones registrados en 1992. Gracias a ello, las reservas de la mayoría de los países aumentaron notablemente.

Sólo en cinco países (Colombia, Haití, Honduras, Nicaragua y Venezuela) hubo pérdida de reservas en 1993. Los aumentos de las reservas, sin embargo, fueron notablemente menores que lo que habían sido el año anterior en Argentina (U$S 1.800 millones), Brasil (U$S 4.600 millones) y Chile (menos de U$S 600 millones). En cambio, en México el incremento de las reservas más que se duplicó, alcanzando U$S 4.000 millones. Otros también registraron aumentos, aunque partiendo de niveles inferiores. Entre ellos figuran Bolivia, El Salvador, Panamá, Paraguay, República Dominicana y Uruguay.

Transferencia

La transferencia neta de recursos financieros hacia América latina y el Caribe siguió siendo positiva por tercer año consecutivo, después de los nueve años de transferencias negativas entre 1982 y 1990. Las transferencias netas alcanzaron U$S 25.000 millones en 1993, algo menos que en el año anterior, cuando fueron U$S 32.000 millones. Al igual que en 1992, la mayor parte (U$S 19.600 millones) favoreció a los países exportadores de petróleo. Sólo U$S 6.000 millones correspondió a los países no exportadores de petróleo.

Con ello, la transferencia neta se redujo a 15,2 % de las exportaciones de bienes y servicios de la región (en 1992 había presentado 20 %) manteniéndose en 26 % en los países exportadores de petróleo y disminuyendo a sólo 6,7 % en los países no exportadores de crudo. En casi todos los casos, las cifras fueron inferiores a las de 1992, destacándose las de Brasil y Venezuela, donde volvió a ser negativa. México, en cambio, continuó manteniendo su magnitud ampliamente positiva y en Guatemala, Panamá y Uruguay aumentó, en tanto que la transferencia negativa de Colombia disminuyó drásticamente.

La causa principal de la disminución absoluta y relativa de las transferencias netas fue la reducción de las corrientes netas de capital, ya que los pagos netos de utilidades e intereses se mantuvieron virtualmente estancados.

La deuda externa

La deuda externa de América latina y el Caribe creció en U$S 19.000 millones en 1993, alcanzando U$S 487.000 millones al final del año. Esto representa un aumento de 4 %, superior al del año anterior.

Las razones del incremento son varias. Las numerosas emisiones de bonos, por un total de U$S 19.000 millones, constituyen buena parte de la explicación en el caso de las economías mayores. En muchas de las más pequeñas, los préstamos de fuentes bilaterales y multilaterales aumentaron el endeudamiento. Asimismo, se amplió la deuda por créditos comerciales. Al mismo tiempo, otros factores incidieron en sentido contrario. El uso cada vez mayor formas de financiamiento que no crean endeudamiento -ya sea la inversión directa, los depósitos a plazo o la captación de fondos a través de los mercados bursátiles- limitaron el crecimiento del monto de la deuda.

Además, en el año tuvieron lugar algunas operaciones de reducción de deuda, especialmente en Argentina.

La tendencia

La tendencia al aumento de la deuda fue generalizada en la región. Sólo en cuatro países cayó en 1993: El Salvador (-14 %), Guatemala (-4 %), Panamá (-1 %) y Trinidad y Tobago (-12 %). En todos los demás, la deuda creció, en general en forma moderada. La mayor parte del aumento del total regional de U$S 19.000 millones correspondió a México, cuya deuda creció en U$S 11.000 millones (9,6 %). Otros países con incrementos procentuales de deuda relativamente elevados fueron Paraguay (5,6 %), Chile (5,2 %), Argentina (4,6 %), Costa Rica (4,4 %) y Ecuador (4,2 %).

Conviene situar el aumento de la deuda mexicana en el marco de las voluminosas entradas de capital registradas en el país en 1993, que representaron la contrapartida del importante déficit de cuenta corriente.

Dado que las entradas de capital ascendieron en conjunto a U$S 25.000 millones, los U$S 11.000 millones de endeudamiento representan menos de la mitad del total. El aumento de la deuda se debió principalmente a las emisiones de bonos, muchas de ellas realizadas por empresas privadas. El aumento de la deuda se debió principalmente a las emisiones de bonos, muchas de ellas realizadas por empresas privadas. Otros tipos de corriente de capital (entre ellas la inversión directa, en acciones y en ADR) tuvieron más importancia que las corrientes que crean endeudamiento.

OEA: Crece el Respaldo a Gaviria Pero Niehaus Cree en su Victoria

SANTAFE DE BOGOTA, 8 (EFE).— La posible candidatura del presidente colombiano, César Gaviria, a la secretaria general de la Organización de Estados Americanos (OEA), para la que surgía como favorito el costarricense Bernd Niehaus, parece afianzarse en apoyos.

La disputa por ese cargo, que parecía tener asegurado el canciller de Costa Rica, se puso candente con la irrupción del nombre de Gaviria, un político joven que llegó al Gobierno con los más altos índices de popularidad de la historia colombiana.

La primera noticia sobre la posibilidad de que Gaviria presente su postulación se produjo el jueves pasado, al parecer apoyada por EE.UU., Canadá, México y Argentina, a los cuales se sumaron de inmediato Brasil, Ecuador, Venezuela, Perú y Bolivia

Los países miembros de la OEA elegirán, en marzo próximo, al nuevo secretario general, que reemplazará al brasileño João Baena Soares, que ha ocupado el cargo durante dos períodos consecutivos de cinco años cada uno.

El canciller costarricense, Bernd Niehaus, por su parte, se mostró molesto por la postulación que algunos países hicieron del presidente Gaviria e insistió en que es hora, y las normas del organismo así lo exigen, de que los "países grandes" le den la oportunidad a "los pequeños" de ocupar ese cargo.

Niehaus también recalcó que su elección está prácticamente garantizada y recordó que tiene el apoyo incondicional de seis países centroamericanos, trece caribeños y tres suramericanos, lo cual le da desde ya un amplio margen de ventaja.

Bernd Niehaus pidió a Gaviria evitar un enfrentamiento innecesario y enfatizó que es preciso que "se respete el derecho internacional y los principios que lo rigen

Por su parte, el ex canciller boliviano Carlos Iturralde, también candidato a ocupar la Secretaría General de la OEA, manifestó que de concretarse la candidatura de Gaviria, retirará la suya, pues considera al presidente colombiano "el hombre ideal" para ejercer el cargo.

Estados Unidos

EEUU APOYARA A GAVIRIA PARA LA OEA

L.J. 16/1

Estados Unidos respaldará la candidatura del actual presidente de Colombia, César Gaviria, si éste decide aspirar a la Secretaría General de la Organización de Estados Americanos (OEA), afirmó el Departamento de Estado norteamericano.

«Si el presidente Gaviria anuncia su candidatura (para el cargo de secretario general de la OEA), el Gobierno de EEUU le dará su respaldo», destaca un comunicado oficial.

«Aun cuando el presidente Gaviria no ha anunciado su candidatura, él verdaderamente reúne el criterio que estamos buscando para un Secretario General de la OEA», según el Departamento de Estado.

La OEA elegirá un nuevo Secretario General el próximo mes de marzo para suceder al brasileño Joao Baena Soares.

El ministro de Relaciones Exteriores de Costa Rica, Bernd Niehaus, considerado favorito, y Miguel Angel Burelli-Rivas, de Venezuela, ya anunciaron sus aspiraciones a ese cargo.

Nº. DOCUMENTO 9401048
TITULO Del 15 al 18/MAR la OEA realizará en Bs. As. Conferencia sobre seguridad hemisférica
PROCEDENCIA L. NAC 150025
FECHA 20/1/94
VINCULOS 500889
66960
11046

La OEA en Buenos Aires

WASHINGTON (Reuter).– La OEA informó que del 15 al 18 de marzo realizará en Buenos Aires una conferencia sobre seguridad hemisférica. Expertos de todo el continente discutirán las medidas militares y de cualquier otra índole que pueden contribuir a fortalecer la confianza entre los países de la región.

ENTRADO
CRUZADO

9401048

01-01

Analizan la modificación de un voto en la OEA

Doble apoyo: mientras la Cancillería dio su apoyo al candidato costarricense, Menem se comprometió con el presidente colombiano para la Secretaría General del organismo.

La Cancillería analiza la solución del problema que se le presenta a nuestro país, por haber comprometido su apoyo a dos candidatos a la vez para el más alto cargo internacional del continente: la Secretaría General de la OEA.

Su actual titular, el brasileño Joao Baena Soares, concluye su mandato este año.

A mediados de 1993 se otorgó el aval a Bernd Niehaus, canciller de Costa Rica y candidato de este país, y en las vísperas de 1994, el presidente Menem se lo prometió por teléfono a su colega colombiano, César Gaviria.

De no modificarse la situación hay pocas dudas sobre quién será electo, en especial después de saberse que el presidente colombiano cuenta con el apoyo de Canadá, los Estados Unidos, México y Brasil.

De todos modos, en la asamblea extraordinaria de la OEA del domingo 27 de marzo, en Washington, la diplomacia vernácula deberá recurrir a las dotes persuasiva de sus mejores hombres para hacer asimilable la actitud del Presidente.

No es cuestión, sin embargo, de rasgarse las vestiduras. No será el primer giro en la votación de un organismo internacional. Se han cambiado muchos votos y se han roto muchos compromisos, pero la Argentina se hallaba en los últimos puestos del ranking de las promesas formales incumplidas. Hasta ahora se prefería el compromiso verbal, casi privado y no tan explícito como se hizo en uno y otro caso.

Existe un ejemplo que define estas situaciones. Fue lo ocurrido cuando la elección de nuestro compatriota Alejandro Orfila. El entonces canciller Alberto Vignes, mientras con un gesto de gran cordialidad le arreglaba la corbata al candidato paraguayo, Raúl Sapena Pastor, le recordaba que tenía su palabra en el trámite de las complejas votaciones que se estaban efectuando. Sin embargo, en ese mismo momento, en un hotel próximo al edificio de la OEA, se estaba negociando el apoyo del representante de Guyana, cuyo voto finalmente consagró al argentino.

La promesa para el canciller costarricense habría sido una retribución del aval de ese país –y algún otro próximo– a la candidatura del argentino Martín Piñeyro en la FAO, que no tuvo éxito. Es frecuente en los organismos internacionales aquella letra de una canción napolitana "yo te doy una cosa a ti, tu me das una cosa a mí".

De acuerdo con fuentes diplomáticas seguras nuestro connacional tenía pocas probabilidades, pero se tuvo que hacer el gasto "por orden de las más altas esferas nacionales".

Secretarios generales de la OEA		
Nombre	Nacionalidad	Periodo
Alberto Lleras	Colombiano	1948-1954
Carlos Dávila	Chileno	1954-1956 (Murió en ejercicio del cargo)
José A. Mora	Uruguayo	1957-1967
Galo Plaza	Ecuatoriano	1967-1975
Alejandro Orfila	Argentino	1975-1984
João Baena Soares	Brasileño	1984-1994

Danza con candidatos

Entre mayo y junio del año anterior tanto el Presidente como el canciller Guido Di Tella se preocuparon de hacer conocer la posibilidad de que el ex canciller Dante Caputo fuera propuesto por la Argentina para la OEA.

Algunos supusieron que se trataba de una acción en favor del acercamiento al radicalismo que ahora, producido el pacto Menem-Alfonsín, se podría decir que dio resultado, si es que hubo esa intención.

Cuando entonces se le preguntó a Di Tella sobre la candidatura de Caputo dijo a LA NACION que habría que esperar los resultados del caso Haití, en manos del ex canciller.

Obviamente, al no haber resultados, la candidatura no se produjo.

Pero ya por aquel entonces la argentina había comprometido su apoyo a Niehaus y había registrado los pedidos de apoyo para el ex canciller boliviano Carlos Iturralde y para el ex presidente ecuatoriano Rodrigo Borja.

Poco después vino a Buenos Aires Juan Carlos Burelli Rivas, candidato de Venezuela (que sigue en carrera; los otros retiraron sus postulaciones) a quien se le dijo lo que es usual en estos casos. Palabras más, palabras menos: "Si se produjese el retiro del candidato a quien hemos asegurado el voto con mucho gusto lo tendremos presente".

Pero Burelli Rivas al regresar a Caracas aseguró que nuestro país le había prometido el voto.

Los diplomáticos argentinos confiaron varias veces su deseo de que Oscar Arias, el ex presidente de Costa Rica y Premio Nobel de la Paz, fuese presentado para reemplazar a su compatriota, según un rumor internacional que circulaba con fuerza el año anterior.

No es que lo preferían al canciller, pero por lo menos iba a permitir cambiar el voto sin dejar los límites territoriales a la vez que por su condición de ex presidente y de centroamericano iba a contar con el apoyo masivo de todos los países.

Si bien Gaviria es presidente, no es centroamericano y las cosas han cambiado por la proximidad de la fecha de las elecciones. A fines de octubre el colombiano fue de visita a Chile y su par Patricio Aylwin le habría sugerido que se presentase como candidato de la OEA. A todo esto, Chile como la argentina y como Ecuador, comprometido su voto con Niehaus.

Gaviria, hombre de acción y político de gran vitalidad apenas llegado de regreso a Bogotá empezó a hablar con sus colegas del continente y en su llamado a Menem obtuvo el sí.

Esto introdujo nuevos elementos para tener en cuenta en el trámite de la sucesión de Baena Soares, que se perfila altamente complejo.

Por un lado, Niehaus tiene más de 20 votos (hacen falta 18 de los 34 miembros de la OEA para la consagración) y por otro, Gaviria termina su mandato en agosto y el nuevo titular de la OEA debe asumir el 20 de junio. A su vez, el costarricense es el primer candidato no sudamericano y desde hace tiempo existe un entendimiento tácito de que en esta ocasión le tocaba a América Central estar al frente de la OEA.

A dos meses de la elección más que Niehaus v. Gaviria parecería perfilarse un enfrentamiento entre los países chicos y los grandes y aunque ambos tienen un voto cada uno, éstos tienen mayor capacidad contributiva.

Ovidio Bellando

Participarán de la 50 sesión de la Comisión de Derechos Humanos

BUTTO, PERES Y ARAFAT DEEBATIRAN EN LA ONU

La primera ministra de Pakistán, Benazir Butto, el ministro de Exteriores de Israel, Simon Peres, y el presidente de la OLP, Yáser Arafat, figuran entre las personalidades invitadas a la 50 sesión de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU.

Según informó ayer jueves, el director del Centro de Derechos Humanos de Naciones Unidas, Ibrahim Fall, cerca de diecisiete personalidades políticas intervendrán en ese foro, que abrirá sus puertas el próximo 31 de enero y estará reunido hasta el 11 de marzo en la sede europea de la ONU.

Los primeros en tomar la palabra serán el presidente de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) y la primera ministra paquistaní, quienes un día después de la inauguración de la Comisión, el primero de febrero, se dirigirán a los participantes.

Arafat, que ya el año pasado pronunció un discurso ante la misma comisión, dará una rueda de prensa después de su intervención.

El jefe de la diplomacia israelí, Simon Peres, hablará ante el máximo órgano mundial encargado de la vigilancia de las libertades fundamentales en el mundo el próximo 10 de febrero.

Según Fall, también participarán en las actividades de la Comisión los ministros de Exteriores de El Salvador, Holanda, Bulgaria, Burundi y Gran Bretaña, así como el ministro francés delegado para los derechos humanos y cuestiones humanitarias.

Además, se espera la asistencia del secretario general de la Organización de la Conferencia Islámica, de la alta comisaria de la ONU para los Refugiados, del director general de UNICEF y de la subsecretaria general de la Conferencia Mundial de Mujeres.

El Centro de Derechos Humanos de la ONU también ha invitado a los líderes de las partes implicadas en el proceso de transición democrática en Sudáfrica, «pero la situación en el país necesita de su presencia, por lo que Federick De Klerk y Nelson Mandela asistirán el año próximo».

La Iglesia, en Italia, no perdió espacio político

• Juan Pablo II seguro de sus fieles en el Gobierno

En una intervención sin precedentes en su Pontificado, el Papa Juan Pablo II lanzó ayer un enérgico mensaje a quienes creen que en Italia se ha agotado la necesidad de una fuerza cristiana "unida y coherente".



Papa Juan Pablo II.

Ciudad del Vaticano (ANSA)

Los hechos que **"apuntan a debilitar a Italia afectan a toda Europa y son el fruto, en parte, de la negación del cristianismo"**, advirtió el Papa en una carta de 10 páginas titulada **"a los Obispos italianos, sobre la responsabilidad de los católicos en la hora actual"**.

La misiva de Juan Pablo II electrizó los ya agitados ambientes políticos italianos y generó una ola de reacciones. Es la primera vez que el Pontífice se refiere a la política italiana en términos tan firmes y explícitos.

Sus palabras hicieron pasar a segundo plano el debate sobre las elecciones políticas anticipadas y sobre la fecha de la renuncia del Gobierno presidido por Carlo Azeglio Ciampi.

En uno de los párrafos centrales de la carta, el Papa se interroga sobre cuáles son **"las posibilidades y las necesidades"** de Italia, considerada por mismo Pontífice como su "segunda patria", en el contexto europeo y mundial.

"Italia como nación tiene muchísimo que dar a Europa" y **cuenta con "una herencia de valores humanos y cristianos"** clave para todo el Viejo Continente, subraya el documento.

La misiva no se limita a señalar el patrimonio cristiano o cultural de la península, sino que entra en terrenos muy concretos. Por ejemplo, pone el dedo en la llaga de las tensiones existentes entre el próspero Norte y el más subdesarrollado Sur.

Estas palabras parecen ser una clara referencia a los reclamos separatistas de la Liga Norte, formación que hoy día recoge el 40 por ciento de los votos en las ricas regiones septentrionales del norte.

Sobre cómo superar tales contrastes, el Papa apela a la "solidaridad", concepto que considera fundamental **"no sólo en Italia, sino también de cara a Europa y al Tercer Mundo"**.

En el mensaje hay una mención a los escándalos por corrupción que desde hace casi dos años sacuden a la opinión pública nacional. En los últimos tiempos **"lamentablemente no faltaron las personas que no han sabido evitar acusaciones incluso graves"**, afirma.

"El examen de conciencia" de los italianos, añade, es "legítimo y necesario para el renacimiento de la sociedad. Pero -concluye- una sociedad ordenada no puede hacer depender su futuro únicamente de la autoridad judicial".

Muchos analistas locales estiman, en efecto, que el poder judicial tiene, en estos momentos, una influencia muy fuerte sobre la evolución del país, a raíz del vacío dejado por los políticos y por un Parlamento desprestigiado.

En otro de los párrafos de su carta, Juan Pablo II destaca que en Italia todavía no llegó el tiempo para el adiós a la política de una fuerza cristiana "unida y coherente".

Uno de los datos clave de estos meses en el panorama nacional es la fragmentación en muchos segmentos de la Democracia Cristiana, proceso que se debe al desgaste producido por cuarenta años de poder y a las consecuencias de los escándalos por las "tangenti" (sobornos).

LA IGLESIA OBJETA LA PROCREACION ASISTIDA

El arzobispo de París, Jean Marie Lustiger, advierte del peligro que implica legislar sobre ética biomédica y señala que la procreación asistida por la medicina «suscita objecciones morales insuperables» para la Iglesia.

En una entrevista que publicó el vespertino «Le Monde», Lustiger explica la preocupación de la Iglesia por la legislación sobre biética que introduce criterios que «pueden afectar al equilibrio mismo de la sociedad».

El cardenal francés defiende una ley que proteja el embrión y se opone a la congelación de embriones por considerar esta práctica «no sólamente absurda, sino trágica para el futuro de la civilización».

Considera ejemplar la ley alemana sobre la protección del embrión, en vigor desde 1991, y que no afecta al dispositivo legal sobre filiación, paternidad o matrimonio.

Dicha ley «evita la dificultad del dispositivo francés que, para frenar abusos escandalosos, conlleva consecuencias jurídicas extremadamente graves sobre el estuto de la pareja y lainstitución del matrimonio».

En la entrevista, publicada en vísperas del debate en el Senado francés de tres proyectos de ley sobre ética biomédica, Lustiger señala que en Francia «existe una población fantasma de varios miles de embriones congelados».

«Las cifras nos hacen medir lo absurdo que puede ser una empresa que conduce a tal resultado», añade el cardenal sobre la fecundación «in vitro» y la transferencia de embriones (FIVETE).

La procreación asistida médicamente plantea «objecciones morales insuperables, incluso en el seno de una pareja legítima», según Lustiger para el que una «exigencia moral no puede ser siempre impuesta por ley».

En su opinión, la existencia de un número de embriones superior al que será implantado en la mujer conduce «inexorablemente a experimentos, manipulaciones y derivas eugenésicas».

Sobre el problema que puede plantear la destrucción de embriones ya congelados, subraya que médicos y biólogos han puesto a la Iglesia y la sociedad ante «un hecho consumado» y que se puede razonar como en el caso de la prolongación de la vida de una persona clínicamente muerta.

«Se puede estimar que no hay falta moral en detener la congelación», dice el arzobispo tras señalar que estos embriones no son viables sin una implantación que requiere medios «exorbitantes».

Lustiger se mostró sorprendido por las sumas que se emplean para «producir niños en esas condiciones cuando se deja morir de hambre a miles de niños en el resto del mundo».

El cardenal critica igualmente el diagnóstico preimplantatorio en los casos de implantación de óvulos extraídos de fetos por considerar que es una forma de eugenesia. (efe

Bosnia L.Jur 14/1

LA IGLESIA CATOLICA SE OPONE A LA DIVISION

Los jefes de los cuatro obispados católicos bosnios se oponen a los planes de división de Bosnia-Herzegovina, según un documento que sus representantes entregaron al presidente de Croacia, Franjo Tudjman, y que publica la agencia católica croata «Ika».«En las negociaciones sobre el futuro de Bosnia-Herzegovina los representanmtes del pueblo croata aceptan su división. Lamentamos que esos negociadores hayan pasado por alto los llamamientos de los obispos católicos bosnios», dice el texto dirigido a Tudjman.Los obispos han reiterado que no aceptan ningún cambio de fronteras de sus obispados ni la desaparición de esos territorios.Los croatas, el 17 por ciento de la población de Bosnia, son católicos, a diferencia de los serbios, cristianos ortodoxos, y de los musulmanes, eslavos convertidos al islam durante el imperio otomano en la Bosnia medieval.

Nº. DOCUMENTO 9401054
TITULO Proponen una Iglesia "autóctona" en Chiapas.
PROC L.M. 15 / 15
FE 30 I 94
VI 500777
500693

Proponen una Iglesia "autóctona" en Chiapas

El Obispo de San Cristóbal de las Casas, Samuel Ruiz, propuso la creación de una Iglesia "autóctona", que respete la cultura indigenista y promueva nuevas conciencias para alcanzar la paz y la reconciliación entre los habitantes del sureño estado mexicano de Chiapas.

México (ANSA)

La declaración del religioso, difundida anoche en ciudad de México, fue hecha durante la visita que realizó en Ocosingo, Chiapas, a un albergue de damnificados de los hecho violentos desatados en esa entidad el uno de enero pasado.

Samuel Ruiz, considerado el principal exponente de la Teología de la Liberación en México, reconoció que la Iglesia Católica tiene la culpa de utilizar en ocasiones los mismos métodos de los conquistadores españoles para cristianizar a la gente sin respetar la cultura.

De ahí la importancia que surja una Iglesia "autóctona", que no sólo respete la cultura indigenista, sino que también sea promotora de nuevas conciencias, dijo.

El Obispo elogió el Acuerdo para la Democracia, un pacto de civilidad firmado ayer por ocho de nueve partidos políticos con registro que contenderán en las elecciones del 21 de agosto próximo.

En este pacto se busca un proceso electoral transparente y creíble, así como evitar hechos violentos.

Según la agencia, Samuel Ruiz se pronunció por la presencia de observadores nacionales y extranjeros durante el diálogo que se prevé entre el rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) y el Comisionado presidencial para la Paz y Reconciliación de Chiapas, Manuel Camacho Solís.

Cristianizar, pero respetando cultura de los indios

El religioso anunció que se entrevistará el próximo domingo con Camacho Solís, quien permanece en la capital mexicana, luego que el jueves pasado postergó la respuesta del Gobierno al EZLN.

En una misa que ofició horas después junto con Obispos de la región e integrantes de una delegación de la Conferencia del Episcopado Mexicano, Samuel Ruiz dijo ante los feligreses que la pacificación del sur de Chiapas **"aterrizará en la medida en que se atiendan las necesidades de estos sectores".**

9401054

01-01

VINCULOS CON LA LOGIA P-2

Clarín 18/1

Craxi acusa a Andreotti

ROMA, 17 (AFP). — El ex secretario del **Partido Socialista Italiano (PSI) Bettino Craxi** afirmó hoy ante la Corte Criminal de Roma que lo interrogó en relación a la **Logia P2 de Licio Gelli**, que entre la masonería y el gobierno entonces presidido por el democristiano **Giulio Andreotti "existía un clima de colaboración"**.

Craxi se refirió al período de crecimiento y desarrollo de la Logia P2 que en parte coincidió con el gobierno de Andreotti (1976-79), senador democristiano hoy investigado por la Justicia por presunta asociación mafiosa.

La P2 fue descubierta en 1981, cuando se encontraron varias nóminas de miembros en la casa del "maestro venerable" Licio Gelli en **Arezzo**. En las listas figuraban destacados políticos, militares, periodistas y miembros de los servicios secretos.

Craxi y su ex protegido y ex ministro de Justicia, **Claudio Martelli**, prestaron testimonio hoy ante la Corte en lo Criminal de Roma como testigos pero también como personas investigadas en relación con un delito conectado con la P2: la quiebra del **Banco Ambrosiano**.

"Nunca consideré completamente criminal a la P2. Basta pensar que dentro de la organización estaba el general Dalla Chiesa —conductor de la lucha antimafia en Sicilia y en 1982 asesinado por la Cosa Nostra— **quien me pidió que interviniera ante el gobierno y el ministerio de defensa cuando se descubrieron las listas"**, dijo Craxi.

Nº DOCUMENTO 9401056
TITULO Ortolani integrante de (P-2) fue condenado a 4 años de cárcel.
PROCEDENCIA L.M. 15cc15
FECHA 29/1/94
12534
507604.

Brazo derecho de Gelli condenado a cuatro años de cárcel

Umberto Ortolani, considerado el cerebro financiero de la disuelta logia subversiva masónica Propaganda Dos (P-2) de Licio Gelli, fue condenado ayer por un tribunal de Milán a cuatro años de cárcel por concurso en la bancarrota de la editorial Rizzoli Editore Spa.

Milán(EFE)

Ortolani fue uno de los gestores de la editorial entre 1976 y 1982, cuando pasó bajo control del Tribunal Civil de Milán.

Los hechos por los que ha sido condenado Ortolani están relacionados con la desaparición de diez mil millones de liras, aproximadamente seis millones de dólares.

El 15 de junio del pasado año, el mismo tribunal condenó por el mismo caso a seis, cinco, cuatro y tres años de cárcel, respectivamente, a Bruno Tassan Din, Angelo Rizzoli, Genaro Zanfagna y Alberto Cereda.

Angelo Rizzoli, masón del P-2, al igual que Tassan Din y Ortolani, era el propietario junto a su hermano Alberto del grupo editorial Rizzoli-Corriere dell Será, hasta que fue intervenido por el Tribunal de Milán, el 21 de octubre de 1982, Tassan Din era el administrador delegado.

El abogado de Ortolani, Mario Savoldi, dijo ayer nada más conocer la sentencia, que era "absolutamente injusta" y que será impugnada.

Ortolani, brazo derecho de Licio Gelli, huyó a Brasil en 1982, siete años más tarde se entregó a la Justicia brasileña, regresó a Italia el 20 de junio de 1989.

La Justicia italiana lo condenó en primera instancia por la quiebra fraudulenta del viejo Banco Ambrosiano de Roberto Calvi a 19 años de cárcel.

9401056

El evento se llevará a cabo en el Parque Hotel y contará con la participación de más de 400 personas

Congreso Internacional Umbandista debatirá a partir de mañana sobre religiones afro

■ Con la participación de destacadas figuras de Argentina, Cuba, México, Uruguay y otros países comenzará mañana el Congreso Internacional Afro—Umbandista en el Parque Hotel.

En el congreso se discutirá sobre los orígenes de la religión umbandista y su llegada a nuestro continente, al tiempo que se cumplirá un nutrido programa de actividades artísticas.

Según estudios realizados habrían unos dos mil templos con una afluencia de público de unas 150 personas por día y por templo, entre adeptos y simpatizantes.

La atención al público, que los sacerdotes umbandistas realizan, se basa en la tirada de buzios, ayuda espiritual y consultas en trance (incorporados).

Las investigaciones que se realizan sobre el fenómeno de esta religión reflejan que la afluencia mayor de público se deber a que es un culto "que al ser humano no le da miedo y le retira las culpas".

Los cultos africanos sostienen que el hombre es la unión de todas las energías que pueblan la naturaleza.

La religión afro-umbandista en el 2000

• Personalidades de América y Africa debaten sobre los yoruba, bantú y zulúes

La religión afro-umbanda, sus raíces y contenido, sus ritos, su proyección actual en el continente, serán temas del primer Congreso Internacional que se inicia hoy domingo en los salones del Parque Hotel con la presencia de personalidades de países de Latinoamérica y Africa.

El congreso abordará las culturas que llegaron de Africa a América Latina con los esclavos, su religión y cultura. Durante tres días, los congresistas analizarán las trasposiciones de las religiones de raíces africanas al Caribe y Antillas.

Hay varios aspectos por demás atractivos de las religiones africanas que han tenido en nuestro país un incremento constante de simpatizantes. Algunos de ellos tienen que ver con los conceptos de vida y muerte y la distribución de los grupos humanos; en forma general el congreso intentará responder el interrogante sobre el porqué y el origen de las religiones llamadas iniciáticas. Dentro de ellas, se develará el significado de las faenas y ofrendas de animales, hechicería, brujería y macumba, sus relaciones, el significado de los Exu y los Orixas africanos para las distintas corrientes, la medicina tradicional y la no tradicional. El trabajo del encuentro se desarrollará en dos grandes bloques: visión de las Ciencias Sociales de la religión en Africa y en América; teorías y demostraciones rituales.

En el primero se realizará un análisis por parte de las Ciencias Sociales acerca de las religiones africanas, fundamentalmente de los pueblos yoruba, bantú y zulúes, y los fenómenos que ocurren en Africa previo a la desorganización compulsiva causada por la trata (secuestro y exportación de seres humanos para la esclavitud). Este punto derivará luego a las corrientes de desplazamiento y el asentamiento en América del Norte, Caribe y América del Sur, y el llamado sincretismo. En el segundo bloque se destacan las ponencias teóricas sobre las culturas africanas y las demostraciones de los ritos del candombe, batuque y umbanda.

El Congreso Internacional de la Religión Afro-Umbanda contará con la presencia de personalidades de Argentina, México, Cuba, Africa, Brasil y Uruguay.

Se inaugura hoy domingo a la hora 10:30 en los salones del Parque Hotel, continúa mañana lunes y el martes, y concluye el 2 de febrero a la hora 21 con la inauguración del monumento a la Virgen del Mar, Iemanjá, en la Rambla República Argentina y Edo. Acevedo. Es convocado por la Asociación Afro-Umbandista Reino de Iemanja Oxala (AAURYO), Asociación Templo Evangélico Espiritual Umbandista Menino Deus, Centro Espiritual de Umbanda-Jurema-Ogum Aceujo, Revista y Audición Nuestra Umbanda; auspiciado por Mundo Afro, Asociación Argentina-Africanista de Intercambio Cultural y la Intendencia Municipal de Montevideo. El acto inaugural está previsto para las 10:30 luego de la entrega de documentación. Continúa a las 11:30 con el bloque "Visión de las Ciencias Sociales" con temas como **Prehistoria de Africa. La abreviadísima historia de 2 millones de años: desde el amanecer de la humanidad hasta la miseria de los modernos nacionalismos, etnografía, estructuraciones religiosas, magos y hechiceros, reyes sacros, ancestros, cosmogonías africanas, la imagen del Universo; características generales de las músicas subsaharianas; religiones tradicionales, puntos comunes de las creencias, señores del lugar; las religiones en Africa y su deses-tructuración como resultado de la trata y otros.**

Los hechos que se están registrando en México los pueblos autóctonos de nuestro continente

UNA VIEJA HISTORIA

En 1993, que según Derechos Indígenas",

* Tierra, autonomía, libertad cultural y relaciones equitativas con el resto de las poblaciones nacionales son reclamos básicos que se mantienen desde hace 500 años
* Las organizaciones amerindias están renovando viejas demandas para solucionar los problemas creados por 500 años de colonialismo externo e interno.



En todos los países, los amerindios son los más sumergidos.

por Ettore Pierri

■ Los hechos que se están registrando en México han ubicado otra vez en el centro de la actualidad la situación que sufren los pueblos amerindios. La insurrección maya subrayó los extremos de humillación y pobreza en que sobreviven nuestras etnias autóctonas, que una vez fueron dueñas de las tierras y las riquezas que ahora disfrutan otros.

Quizá no sea una mera casualidad que los hechos de México se han desencadenado precisamente cuando moría 1993. Aunque declarado "Año de los Derechos Indígenas" por las Naciones Unidas, 1993 no trajo mejoras para los amerindios, cuyos problemas, por el contrario, se agudizaron durante esos 12 meses. El levantamiento maya, sólo uno de los tantos que se vienen registrando año tras año, sirvió para que la opinión pública mundial conociera el estado a que han sido relegados los indígenas en este pedacito de planeta y tomara nota, también, de sus demandas.



Mujer maya: los hechos de México replantean la situación de su pueblo.

LA SITUACION

Las demandas actuales de los pueblos indígenas pueden sintetizarse en tres categorías básicas: 1) Reconquista y control de nuevos recursos productivos.

2) Relación equitativa, en todos los niveles, con las sociedades nacionales.

3) Reconocimiento del pluralismo étnico.

El primer punto está centrado en la secular exigencia de tierras. Actualmente, las etnias amerindias están relegadas a zonas periféricas privadas de recursos productivos adecuados. Considerados "regiones de refugio", estos enclaves son dominados por centros urbanos blancos o mestizos desde los que se proyectan sobre las comunidades indias políticas laborales, sociales, económicas y administrativas que reproducen esencialmente la situación colonial. En casos extremos, los pueblos indígenas habitan rincones inhóspitos y carentes de medio de subsistencia o sufren el avance de la "civilización", caracterizado por la expropiación de bienes que tradicionalmente estuvieron en manos de los grupos étnicos y signado por una destrucción sistemática e irreversible del ambiente natural. La obtención de nuevas tierras, y de los bosques, el agua y los recursos del subsuelo que ellas suponen, revertiría estas dramáticas condiciones, ya que permitiría reconstruir un espacio geográfico étnico autosuficiente.

> **Los indígenas plantean el reconocimiento del pluralismo étnico de las poblaciones de todo el continente, lo que implica la legitimación de sus culturas específicas**

El tema del control sobre ese espacio es vital para las agrupaciones amerindias. Se propone en este sentido que las comunidades indias sean legitimadas como unidades capaces de organizar la producción por sí mismas y se acepte su derecho a establecer metas propias, distintas o alternativas a las del modelo dominante en el resto de cada una de las sociedades nacionales.

La relación equitativa con la población no india incluye como reclamo central la desaparición de las formas de autoridad que sustentan una estructura social y política bipolarizada que eterniza la posición subordinada del indígena. Se trata de lograr la igualdad efectiva con el conjunto de la población, lo que supone que los grupos étnicos deben ser considerados elementos constitutivos de la sociedad nacional sin que se les pida a cambio la renuncia a su identidad.

El reconocimiento del pluralismo étnico es en buena medida la columna vertebral de las demandas que están planteando las organizaciones amerindias. Implica la exigencia de que los gobiernos de todo el continente admitan oficialmente la naturaleza pluricultural de nuestras sociedades, conformadas, como es notorio, por una multiplicidad de pueblos diferentes, cada uno de los cuales es portador de rasgos culturales distintivos. Los amerindios pugnan por recobrar el derecho a mantener, elaborar, reinventar, actualizar y trasmitirse socialmente sus especificidades.

Eso engloba sus lenguas, valores, costumbres, tradiciones, modos de producción y pensamiento, reglas morales símbolos y mitos y también su visión del mundo, religiones e instituciones. Es decir, su *estilo* de vida. *En otras* palabras, su *cultura*. El ordenamiento legal de nuestros países debe incorporar expresamente el derecho de los grupos étnicos a ejercer libremente su cultura, lo que incluye formas autónomas de autogestión, organización y gobierno, dicen los amerindios.

LO QUE ESTA EN JUEGO

En el fondo, los pueblos indios quieren reivindicar sus recursos culturales, es decir, todos aquellos elementos que conforman el ser específico de un grupo étnico y que ese grupo utiliza para definir un propósito social genuinamente propio. Estos recursos pueden ser materiales, como la tierra y su uso, pero incluyen también el conjunto de manifestaciones germinadas en los otros múltiples ámbitos de la cultura, como por ejemplo los ritos ceremoniales, la memoria colectiva

01-02

Los hechos que se están registrando en México los pueblos autóctonos de nuestro continente

UNA VIEJA HISTORIA

En 1993, que según Derechos Indígenas",

* Tierra, autonomía, libertad cultural y relaciones equitativas con el resto de las poblaciones nacionales son reclamos básicos que se mantienen desde hace 500 años
* Las organizaciones amerindias están renovando viejas demandas para solucionar los problemas creados por 500 años de colonialismo externo e interno.



En todos los países, los amerindios son los más sumergidos.

por Ettore Pierri

■ Los hechos que se están registrando en México han ubicado otra vez en el centro de la actualidad la situación que sufren los pueblos amerindios. La insurrección maya subrayó los extremos de humillación y pobreza en que sobreviven nuestras etnias autóctonas, que una vez fueron dueñas de las tierras y las riquezas que ahora disfrutan otros.

Quizá no sea una mera casualidad que los hechos de México se han desencadenado precisamente cuando moría 1993. Aunque declarado "Año de los Derechos Indígenas" por las Naciones Unidas, 1993 no trajo mejoras para los amerindios, cuyos problemas, por el contrario, se agudizaron durante esos 12 meses. El levantamiento maya, sólo uno de los tantos que se vienen registrando año tras año, sirvió para que la opinión pública mundial conociera el estado a que han sido relegados los indígenas en este pedacito de planeta y tomara nota, también, de sus demandas.



Mujer maya: los hechos de México replantean la situación de su pueblo.

LA SITUACION

Las demandas actuales de los pueblos indígenas pueden sintetizarse en tres categorías básicas: 1) Reconquista y control de nuevos recursos productivos.

2) Relación equitativa, en todos los niveles, con las sociedades nacionales.

3) Reconocimiento del pluralismo étnico.

El primer punto está centrado en la secular exigencia de tierras. Actualmente, las etnias amerindias están relegadas a zonas periféricas privadas de recursos productivos adecuados. Considerados "regiones de refugio", estos enclaves son dominados por centros urbanos blancos o mestizos desde los que se proyectan sobre las comunidades indias políticas laborales, sociales, económicas y administrativas que reproducen esencialmente la situación colonial. En casos extremos, los pueblos indígenas habitan rincones inhóspitos y carentes de medio de subsistencia o sufren el avance de la "civilización", caracterizado por la expropiación de bienes que tradicionalmente estuvieron en manos de los grupos étnicos y signado por una destrucción sistemática e irreversible del ambiente natural. La obtención de nuevas tierras, y de los bosques, el agua y los recursos del subsuelo que ellas suponen, revertiría estas dramáticas condiciones, ya que permitiría reconstruir un espacio geográfico étnico autosuficiente.

> **Los indígenas plantean el reconocimiento del pluralismo étnico de las poblaciones de todo el continente, lo que implica la legitimación de sus culturas específicas**

El tema del control sobre ese espacio es vital para las agrupaciones amerindias. Se propone en este sentido que las comunidades indias sean legitimadas como unidades capaces de organizar por sí mismas la producción y que se acepte su derecho a establecer metas propias, distintas o alternativas a las del modelo dominante en el resto de cada una de las sociedades nacionales.

La relación equitativa con la población no india incluye como reclamo central la desaparición de las formas de autoridad que sustentan una estructura social y política bipolarizada que eterniza la posición subordinada del indígena. Se trata de lograr la igualdad efectiva con el conjunto de la población, lo que supone que los grupos étnicos deben ser considerados elementos constitutivos de la sociedad nacional sin que se les pida a cambio la renuncia a su identidad.

El reconocimiento del pluralismo étnico es en buena medida la columna vertebral de las demandas que están planteando las organizaciones amerindias. Implica la exigencia de que los gobiernos de todo el continente admitan oficialmente la naturaleza pluricultural de nuestras sociedades, conformadas, como es notorio, por una multiplicidad de pueblos diferentes, cada uno de los cuales es portador de rasgos culturales distintivos. Los amerindios pugnan por recobrar el derecho a mantener, elaborar, reinvertar, actualizar y trasmitirse socialmente sus especificidades.

Eso engloba sus lenguas, valores, costumbres, tradiciones, modos de producción y pensamiento, reglas morales símbolos y mitos y también su visión del mundo, religiones e instituciones. Es decir, su estilo de vida. *En otras* palabras, su *cultura*. El ordenamiento legal de nuestros países debe incorporar expresamente el derecho de los grupos étnicos a ejercer libremente su cultura, lo que incluye formas autónomas de autogestión, organización y gobierno, dicen los amerindios.

LO QUE ESTA EN JUEGO

En el fondo, los pueblos indios quieren reivindicar sus recursos culturales, es decir, todos aquellos elementos que conforman el ser específico de un grupo étnico y que ese grupo utiliza para definir un propósito social genuinamente propio. Estos recursos pueden ser materiales, como la tierra y su uso, pero incluyen también el conjunto de manifestaciones germinadas en los otros múltiples ámbitos de la cultura, como por ejemplo los ritos ceremoniales, la memoria colectiva,

01-02

Los hechos que se están registrando en México los pueblos autóctonos de nuestro continente

UNA VIEJA HISTORIA

En 1993, que según Derechos Indígenas",

* Tierra, autonomía, libertad cultural y relaciones equitativas con el resto de las poblaciones nacionales son reclamos básicos que se mantienen desde hace 500 años
* Las organizaciones amerindias están renovando viejas demandas para solucionar los problemas creados por 500 años de colonialismo externo e interno.

por Ettore Pierri

■ Los hechos que se están registrando en México han ubicado otra vez en el centro de la actualidad la situación que sufren los pueblos amerindios. La insurrección maya subrayó los extremos de humillación y pobreza en que sobreviven nuestras etnias autóctonas, que una vez fueron dueñas de las tierras y las riquezas que ahora disfrutan otros.

Quizá no sea una mera casualidad que los hechos de México se han desencadenado precisamente cuando moría 1993. Aunque declarado "Año de los Derechos Indígenas" por las Naciones Unidas, 1993 no trajo mejoras para los amerindios, cuyos problemas, por el contrario, se agudizaron durante esos 12 meses. El levantamiento maya, sólo uno de los tantos que se vienen registrando año tras año, sirvió para que la opinión pública mundial conociera el estado a que han sido relegados los indígenas en este pedacito de planeta y tomara nota, también, de sus demandas.



En todos los países, los amerindios son los más sumergidos.

LA SITUACION

Las demandas actuales de los pueblos indígenas pueden sintetizarse en tres categorías básicas: 1) Reconquista y control de nuevos recursos productivos.

2) Relación equitativa, en todos los niveles, con las sociedades nacionales.

3) Reconocimiento del pluralismo étnico.

El primer punto está centrado en la secular exigencia de tierras. Actualmente, las etnias amerindias están relegadas a zonas periféricas privadas de recursos productivos adecuados. Considerados "regiones de refugio", estos enclaves son dominados por centros urbanos blancos o mestizos desde los que se proyectan sobre las comunidades indias políticas laborales, sociales, económicas y administrativas que reproducen esencialmente la situación colonial. En casos extremos, los pueblos indígenas habitan rincones inhóspitos y carentes de medio de subsistencia o sufren el avance de la "civilización", caracterizado por la expropiación de bienes que tradicionalmente estuvieron en manos de los grupos étnicos y signado por una destrucción sistemática e irreversible del ambiente natural. La obtención de nuevas tierras, y de los bosques, el agua y los recursos del subsuelo que ellas suponen, revertiría estas dramáticas condiciones, ya que permitiría reconstruir un espacio geográfico étnico autosuficiente.



Mujer maya: los hechos de México replantean la situación de su pueblo.

Los indígenas plantean el reconocimiento del pluralismo étnico de las poblaciones de todo el continente, lo que implica la legitimación de sus culturas específicas

El tema del control sobre ese espacio es vital para las agrupaciones amerindias. Se propone en este sentido que las comunidades indias sean legitimadas como unidades capaces de organizar por *sí mismas* la producción y que se acepte su derecho a establecer metas propias, distintas o alternativas a las del modelo dominante en el resto de cada una de las sociedades nacionales.

La relación equitativa con la población no india incluye como reclamo central la desaparición de las formas de autoridad que sustentan una estructura social y política bipolarizada que eterniza la posición subordinada del indígena. Se trata de lograr la igualdad efectiva con el conjunto de la población, lo que supone que los grupos étnicos deben ser considerados elementos constitutivos de la sociedad nacional sin que se les pida a cambio la renuncia a su identidad.

El reconocimiento del pluralismo étnico es en buena medida la columna vertebral de las demandas que están planteando las organizaciones amerindias. Implica la exigencia de que los gobiernos de todo el continente admitan oficialmente la naturaleza pluricultural de nuestras sociedades, conformadas, como es notorio, por una multiplicidad de pueblos diferentes, cada uno de los cuales es portador de rasgos culturales distintivos. Los amerindios pugnan por recobrar el derecho a mantener, elaborar, reinvertar, actualizar y trasmitirse socialmente sus especificidades.

Eso engloba sus lenguas, valores, costumbres, tradiciones, modos de producción y pensamiento, reglas morales símbolos y mitos y también su visión del mundo, religiones e instituciones. Es decir, su *estilo de vida*. *En otras palabras*, su *cultura*. El ordenamiento legal de nuestros países debe incorporar expresamente el derecho de los grupos étnicos a ejercer libremente su cultura, lo que incluye formas autónomas de autogestión, organización y gobierno, dicen los amerindios.

LO QUE ESTA EN JUEGO

En el fondo, los pueblos indios quieren reivindicar sus recursos culturales, es decir, todos aquellos elementos que conforman el ser específico de un grupo étnico y que ese grupo utiliza para definir un propósito social genuinamente propio. Estos recursos pueden ser materiales, como la tierra y su uso, pero incluyen también el conjunto de manifestaciones germinadas en los otros múltiples ámbitos de la cultura, como por ejemplo los ritos ceremoniales, la memoria colectiva,

01-02

ubican otra vez en el centro de la actualidad los problemas que sufren

las Naciones Unidas fue "Año de los nada mejoró para los amerindios

y las ideas.

Son culturales porque se perfilan y utilizan a partir de la matriz cultural de cada grupo. Constituyen el producto sintetizado de la acumulación histórica de experiencias y sólo pueden ser utilizados y renovados plena y auténticamente en el marco de una cultura autónoma, libre de imposiciones.

Recuperar las tierras que les han sido expropiadas en 500 años de colonialismo externo e interno es demanda central de las organizaciones amerindias, cuyo número crece día a día

Casi 500 años de colonialismo externo e interno han constreñido el control que los pueblos indios tienen de esos recursos, cuya preservación ha sido y sigue siendo la fuente generadora de innumerables formas de resistencia violenta o pacífica.

La movilización de las organizaciones amerindias está entonces encaminada hacia la reconquista del control de los recursos culturales propios y eso incluye no sólo los actuales sino aquellos que establecen una relación coherente con el pasado y con el futuro, es decir todos los que diagraman las dimensiones totalizadoras de la historia de un pueblo.

Ese carácter histórico de las demandas contemporáneas de los grupos étnicos potencia las acciones que casi 100 organizaciones amerindias están articulando en nuestro continente.

Con el apoyo, la oposición o la indiferencia de las fuerzas que interactúan en otros conflictos sociales y políticos, los indios continúan afirmando combativamente que la memoria y el proyecto siguen guiándolos.

Los llamados "indios" reclaman relaciones realmente equitativas con el resto de las sociedades nacionales, en las que persisten relaciones propias del sistema colonial



Más de 80 millones de indígenas viven en el [illegible]

Nº. DOCUMENTO 9401059
TITULO Indígenas argentinos exigen garantías.
PROC 2.3 – 150614
FE 14/1/94
VI 11776
66960
501889
507623

México

Jue. 14/1

INDIGENAS ARGENTINOS EXIGEN GARANTIAS

Cuatro agrupaciones de indígenas de Argentina reclamaron garantías al gobierno de México y a la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas para los pueblos indios involucrados en el conflicto desatado en el estado mexicano de Chiapas.

En el comunicado titulado «Sí a la vida, no a la muerte, decimos los pueblos indígenas» y que fue distribuido a la prensa, los colectivos indigenistas convocan a «reclamar ante el gobierno mexicano el cese del fuego en la zona de litigio» El texto, del que se enviaron copias al presidente de México, Carlos Salinas de Gortari; al secretario general de la ONU, Butros Gali; y a la Premio Nobel de la Paz 1993, la indígena guatemalteca Rigoberta Menchú, reclama el respeto a las culturas indígenas.

Las cuatro agrupaciones son la Comisión Interamericana de Juristas Indígenas, la fundación Inti Raymi, el centro Kolla de Salta y los Incas de Jujuy, y representan a la población indígena argentina, compuesta por 330.000 aborígenes, es decir el 1 por ciento de la población de este país.

ENTRADO
CRUZ D

9401059

01-01

DOCUMENTO 9401060
TITULO Indígenas ecuatorianos piden ayuda a la ONU
PROC L.J. - 150014
FECH 16/1/93
VI 11776
501889
Ecuador 65838

Los indígenas ecuatorianos acusan a la Texaco por degradar el ambiente

DECEPCIONADOS POR EL GOBIERNO PIDEN AYUDA A LA ONU

Los indígenas de Ecuador han puesto «en jaque» al Gobierno de este país, por una demanda presentada en Nueva York contra la petrolera «Texaco» por daños ambientales, y han advertido que hablarán ante la ONU para pedir su intervención en el caso.

«La ONU no debe servir sólo para solucionar las guerras y los conflictos limítrofes, sino también para mediar en este tipo de problemas; por eso, insistiremos en ello para que sea un ejemplo para los pueblos indígenas del mundo», señaló el presidente de la Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (Confeniae), Edmundo Vargas.

Varios grupos indígenas de la Amazonía ecuatoriana presentaron hace varios meses en Estados Unidos una demanda contra «Texaco» por 1.500 millones de dólares, por daños ambientales ocasionados en más de dos décadas de explotación de crudo.

El Gobierno ecuatoriano se opone a que un tribunal de Nueva York tramite esa demanda, y ha manifestado su preocupación ante la posibilidad de que las cortes de Estados Unidos acepten jurisdicción para tramitar demandas de daños que han ocurrido eventualmente en Ecuador, bajo leyes de este país.

El líder indígena insistió en que el juicio contra esa petrolera estadounidense fue planteado hace varios años, y que repetidamente se ha pedido a los gobiernos ecuatorianos que emprendan una acción legal contra ella por daños ambientales, pero que sus peticiones no han sido escuchadas.

«Las compañías petroleras han ocasionado también, con la ayuda de las Fuerzas Armadas y de la Iglesia Católica ecuatoriana, la división de las tribus indígenas de la Amazonía», afirmó.

(efe)

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9401060

Una "iniciativa para la paz"

MÉXICO DF - RIGOBERTA Menchú, la indígena guatemalteca premiada con el Nobel de la Paz en 1992, mostró ayer su conformidad por la decisión de los zapatistas de aceptar un diálogo con el gobierno mexicano, e hizo pública una "iniciativa indígena por la paz" que se desarrollará a partir del jueves en Chiapas.

En una rueda de prensa celebrada en la capital mexicana, Menchú explicó que la iniciativa tiene por objeto defender los derechos humanos de las etnias involucradas en el conflicto armado.

Respetar los derechos humanos de los indígenas

La misión, que estará formada por líderes indígenas de México, Canadá, Nicaragua, Nueva Zelanda, Guatemala, Filipinas y Chile, adoptará "todas las acciones necesarias para vigilar que se respeten los derechos humanos de todos los indígenas", insurrectos o no, informó Menchú.

Menchú pidió al gobierno mexicano y al Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) que garanticen la seguridad y el libre tránsito de los miembros del grupo, así como el libre acceso a las zonas en conflicto y a las áreas donde se han refugiado los indígenas que fueron desplazados por las autoridades.

Además, solicitó a las organizaciones sociales y comisiones de derechos humanos que faciliten información sobre violaciones de los derechos indígenas.

Al referirse a la postura de diálogo adoptada por los insurrectos, Rigoberta Menchú manifestó que "es muy importante el diálogo y la salida pacífica al conflicto; son muy buenas tanto la decisión del gobierno de otorgar amnistía a los rebeldes como la aceptación de dialogar de los levantados en armas".

Menchú agregó que es de vital importancia reconocer que la lucha de los pueblos indígenas contra la marginación y la pobreza en que se encuentran es legítima, "porque desde el Año Internacional de los Pueblos Indígenas era una campana que tocaba", aunque no aprobó la vía de las armas por la que optaron los indígenas mexicanos rebeldes. ■ *(EFE)*

Brasil

INDIGENAS GUARANIES

Los indígenas de 22 aldeas guaraníes del sur del Estado brasileño de Mato Grosso do Sul amenazaron hoy con un suicidio colectivo en solidaridad con 250 indios de su etnia a los que las autoridades expulsarán de una hacienda el próximo día 29. Los guaraníes que viven en la aldea Jaguapirú, establecida a 460 kilómetros de Campo Grande, serán desalojados tras una decisión del juez Jean Marcos Ferreira que ha sido ratificada por el tribunal regional, por lo que expresaron su intención la pasada semana de suicidarse si se cumple la orden. La nueva amenaza de suicidio colectivo fue comunicada por jefes de aldeas congregados desde el miércoles en la Asociación Kaguateca de los guaraníes, con sede en la capital estatal Campo Grande.

Intereses europeos en tierras indígenas, denuncia red Globo

La importante red nacional brasileña "Globo", denunció ayer la existencia de un documento elaborado por el Consejo Mundial de Iglesias Cristianas, que revelaría la influencia económica de países europeos en la demarcación de las tierras indígenas de la Amazonia. Estas tierras representan las dos terceras partes de la Amazonia donde se encuentra la mayor parte de las reservas de metales preciosos del mundo.

RIO DE JANEIRO, (ANSA)- La demarcación de las tierras indígenas en Brasil puede estar siendo influida por intereses económicos de países europeos a través de la acción de misioneros de iglesias cristianas.

Así lo denunció hoy la red Globo de televisión en un reportaje que colocó en duda los objetivos de un documento que sería del Consejo Mundial de Iglesias Cristianas sobre los objetivos de los misioneros que actúan en la Amazonia brasileña.

Según el documento exhibido por la Globo, que habría sido elaborado hace doce años en Ginebra (Suiza), el Consejo Mundial de Iglesias Cristianas recomendaría a los misioneros que trabajan junto a indígenas en la Amazonia, a preservar las tierras de las tribus para que sean declaradas zonas independientes en un futuro.

El objetivo de esa preservación, dijo el reportaje de la Globo, sería para que las futuras civilizaciones europeas disfruten de los abundantes recursos minerales del subsuelo amazónico.

La estrategia de los misioneros sería influir la demarcación de tierras indígenas en Brasil, informando de la existencia ficticia de aldeas de indios a la Fundación Nacional del Indio (FUNAI), con lo cual evitarían la explotación de los recursos naturales y principalmente minerales del área, ya que la Constitución brasileña prohíbe la extracción en reservas indígenas.

La red Globo informó que la policía federal está investigando la autenticidad del documento sobre los misioneros, y que también elaborará un informe sobre la cantidad de los mismos que se encuentran en la Amazonia. Aquellos que estén en situación irregular serán expulsados del país.

El reportaje de la mayor red brasileña de televisión señaló que los dirigentes de la FUNAI en Brasilia, no quisieron comentar el contenido del documento en cuestión ni si las demarcaciones de tierras indígenas serían influidas por intereses económicos.

Nº DOCUMENTO 9401064

TITULO Indígenas ocupan Ministerio de Energía y Minas.

PROC. L.R. 15003

FE. 26/1/94

VI. 11776

65838

Indígenas ocupan Ministerio de Energía y Minas

Quito (AFP)

■ Delegaciones de varias nacionalidades indígenas del Ecuador ocuparon ayer el Ministerio de Energía y Minas en esta capital, exigiéndole al gobierno la suspensión de las licitaciones petroleras. La toma se realizó en momentos en que el gobierno daba inicio a la séptima ronda internacional para la exploración y explotación de hidrocarburos en 600.000 hectáreas de la Amazonía y en la costa del Pacífico.

Los indígenas no están en contra del desarrollo del país, pero consideran que el gobierno debe preservar los recursos naturales y estratégicos de Ecuador.

Por la tarde se registraron en Quito disturbios entre policías y estudiantes que manifestaron su apoyo a los indígenas.

documento poco legible.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9401064

01-01

Niños indígenas viven en "situación de guerra"

Al menos 3,5 millones de niños indígenas de México "viven en situación de guerra", con altas tasas de mortalidad, de desnutrición, de deserción escolar y una creciente incorporación al trabajo infantil, denunció el Centro Mexicano para los Derechos de la Infancia (CEMEDIN).

México (ANSA)

"Chiapas es el parteaguas para volver a mirar hacia el indigenismo mexicano", dijo CEMEDIN, organismo no gubernamental, que recordó que México es el país latinoamericano con la población indígena más numerosa.

Desde el 1 de enero, Chiapas es escenario de un conflicto por el levantamiento guerrillero del rebelde Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), integrado esencialmente por indígenas y campesinos del sur mexicano.

Según datos oficiales, en México viven poco más de nueve millones de indígenas, pero la Coordinadora Nacional de los Pueblos Indios (CNPI) sostuvo que en el país hay cerca de 16 millones.

En opinión de CEMEDIN no sólo Chiapas tiene rezagos añejos y graves. **"Hay otras entidades que arrojan cifras dignas de un país en situación de guerra"**, señala el organismo humanitario, que aseguró que el 80 por ciento de los niños que habitan en zonas rurales e indígenas **"padecen desnutrición"**.

Afirmó que las "altas tasas" de mortalidad infantil se han convertido **"en parte de la cultura" indígena, que "ya no espanta, no conmueve a nadie"**.

De acuerdo con CEMEDIN, la eficiencia terminal de la educación indígena, en el nivel primario, es de 24 por ciento frente al 57 por ciento del promedio nacional.

Con base en datos proporcionados por el Instituto Nacional Indigenista, en el sistema de educación bilingüe uno de cada cinco niños ingresan al primer grado de instrucción primaria.

Los estados mexicanos de Oaxaca, Yucatán, Hidalgo, Guerrero, San Luis Potosí, Puebla, Campeche y Estado de México, **"presentan condiciones similares" a Chiapas "o en ocasiones peores en cuanto a calidad de vida de su niñez"**, dijo CEMEDIN.

En todos estos estados mexicanos se concentra un total de 395 municipios considerados "eminentemente indígenas" y tienen una población de 3.6 millones de personas.

Mientras tanto, según CEMEDIN, el 20 por ciento de la población total del país concentra el 50 por ciento de la riqueza generada por la economía nacional.

En contrapartida, el 18 por ciento de los hogares del país subsisten con un salario mínimo.

01-01

Foro de Cartagena por la Paz enfocó los problemas comunes en Latinoamérica coordinadamente

El Foro Internacional de Cartagena, sobre la "Dimensión Cotidiana de la Paz", reveló que en Colombia hay 100 homicidios por día; que los Estados Unidos pretenden cambiar la cultura de la muerte por la de la vida y que la violencia no es una situación negociable en sí misma. Participaron diversas personalidades internacionales, destacándose, entre ellas, Javier Pérez de Cuéllar,

Los pueblos americanos, incluso el de EE.UU., viven una crisis de seguridad interna, con picos como el que registra Colombia donde hay 100 homicidios diarios. Así lo demostró el Foro Internacional sobre la "Dimensión Cotidiana de la Paz", celebrado en Cartagena, Colombia y del que participaron distinguidas personalidades mundiales y continentales.

En efecto, estuvieron presentes en el Foro personalidades de la talla del ex Secretario General de Naciones Unidas, Dr. Javier Pérez de Cuéllar, el Premio Nobel de la Paz y ex Presidente de Costa Rica, Dr. Oscar Arias, el Presidente de la República de El Salvador Alfredo Cristiani y si bien a último momento tuvo que suspender su asistencia el líder de la OLP, Yasser Arafat, se contó con la presencia adicional de profesionales expertos en seguridad ciudadana, como la Subcomisionada de la Policía de Nueva York, o el Subdirector de la Policía Nacional colombiana.

Por Uruguay fue invitado a participar de la reunión el Editor de la Revista "Análisis y Desafíos" e integrante de la Unión de Partidos Latinoamericanos (UPLA) Jorge Casella, con quien dialogamos en exclusiva a su retorno al país.

Conceptos de paz

Consultado sobre los resultados de la reunión, nuestro compatriota explicó: "Lo primero que debe señalarse es la preocupación continental por la paz, pero no sólo con lo que tiene que ver con la lucha armada contra la subversión, las guerrillas o el narcotráfico, sino la que reclaman los ciudadanos, y pasa por la seguridad para él y su familia"

"Esto es tan así, que expusieron nueve oradores, y cinco de ellos se refirieron concretamente a la seguridad ciudadana, y se hicieron algunos planteos interesantes. Por ejemplo, bueno es señalar que hubo coincidencia en señalar que no debe llamarse paz al simple silencio de las armas, el triunfo sobre las guerrillas o al pacto político con ellas, o al vencimiento del narcoterrorismo. Pero a efectos de ilustrar mejor a los lectores, creo que lo mejor es hacer una crónica de lo ocurrido en el Foro".



Javier Pérez de Cuéllar, ex Secretario General de ONU y Jorge Casella, editor de la revista "Análisis y Desafíos".

Colombia y su realidad

Nuestro entrevistado explicó entonces que la reunión fue abierta por el colombiano Andrés Pastrana Arango -un joven político hijo del ex Presidente Misaél Pastrana Borrero y fundador de un nuevo partido que cuenta con gran respaldo de la juventud, al punto que algunas encuestas lo señalan favorito para ganar las próximas elecciones- quien manejó la cifra

DOCUMENTO
TITULO
PRO
FE
VI

•Crisis: en Colombia hay 100 homicidios por día

oficial de homicidios que se cometen diariamente en Colombia: cien muertos, un total de 36.500 personas al año.

Discriminando esas cifras, Pastrana señaló:

- 11 por guerra política (siete mueren fuera de combate, desaparecidos, detenidos, ajusticiados, masacrados, o victimados en medio de tiroteos del que no participaban; los otros cuatro mueren en combates entre el ejército, la policía y la guerrilla)
- 5 por luchas sociales (líderes de grupos y comunidades generalmente asesinados por paramilitares)
- 7 por "ajuste de cuentas" entre narcotraficantes
- 17 por rapiñas, robos, y búsqueda de dinero o recursos para sobrevivir
- 8 por rapiñas para obtener recursos para el consumo de drogas
- 17 en incidentes provocados por ebrios armados
- 5 por negocios ilegales diferentes a la droga
- 3 por diferencias étnicas
- 5 por diferencias sociales
- 5 por conflictos familiares y pasionales
- 17 por "justicia privada" ejercida por individuos paramilitares, policías, guerrilleros, pistoleros a sueldo, etc.

"Ante este escalofriante panorama -expresó Pastrana- es evidente que debemos solucionar tres problemas: el de la seguridad ciudadana, el del narcotráfico y el de la subversión". Sobre el Primer punto debemos rescatar la vinculación entre la paz y la democracia, evocando a Winston Churchill cuando dijo: 'Democracia es cuando alguien toca a su puerta a las 6 de la mañana, y uno puede estar seguro que es el lechero'".

Pastrana fue categórico en su rechazo a la legalización de la droga, teoría en auge en la zona norte de nuestro continente, y más después que el Nobel de Economía, Milton Friedman lanzara la teoría que para terminar con el narcotráfico, lo mejor era legalizar el consumo.

"Me opongo rotundamente a la legalización del consumo de la droga en Colombia - enfatizó el aspirante a Presidente- y no tengo reparos en señalar que prefiero convocar a los jóvenes al heroísmo por los nuevos ideales, y no llevarlos a la dolorosa situación del embrutecimiento permitido".

Situación en EE.UU.

--Otro índice elocuente sobre la preocupación existente en el continente por la seguridad ciudadana lo dio la Subcomisionada de la Policía de Nueva York, al explicar que en esa ciudad se está cambiando la operativa policial.

"Nueva York es una ciudad violenta -explicó- con muchos crímenes diarios, gente armada, drogadictos, delincuentes, y sobre todo miedo en los ciudadanos comunes, que no quieren pasar a formar parte de la estadística que registra un alto índice de víctimas".

Explicó que se había puesto en marcha un operativo por el cual se trata de formar "policías barriales", esto es, que quien ingresa en los cuadros policiales, pasa a prestar servicio en las calles del barrio donde se crió y vive habitualmente. De tal forma los oficiales no precisan que les adviertan que hay "caras raras" en el barrio. El conoce a la gente y la gente lo conoce a él.

Afirmó que "la nuestra es una opción por la vida, por una cultura de vida que sustituya a la cultura de muerte que nos ahoga".



Presidente de Costa Rica, Oscar Arias, Diputado de Chile, Andrés Allaman y Jorge Casella, de "Análisis y Desafíos".

02-02

9401066

Fidel Castro preside importante evento internacional

LOS PUEBLOS LATINOAMERICANOS CON CUBA

L.J 26/1/94

Con vivas a Cuba y a Fidel, llamamientos a la resistencia del pueblo cubano e interminables ovaciones comenzó ayer en La Habana aquí el cuarto Encuentro Latinoamericano por la Solidaridad, la Soberanía y la Autodeterminación.



A este encuentro, que en su sesión inaugural fue presidido por el presidente Fidel Castro, asisten más de mil delegados de diferentes organizaciones de la izquierda latinoamericana, que, esencialmente, han venido a expresar su solidaridad con Cuba. Según fuentes cubanas, la mayoría de los participantes son dirigentes de base poco conocidos fuera de sus respectivos países, con excepción del ex presidente de Nicaragua Daniel Ortega, que tiene previsto llegar hoy miércoles.

Pese a tener una audiencia tan predispuesta, que requería con insistencia sus palabras, con gritos de "que hable , que hable", Fidel Castro declinó esta invitación y señaló, con cierta sorna, que no podía improvisar un discurso. Fue José Ramón Balaguer, miembro de la dirección del Partido Comunista de Cuba, quien explicó, en lineas generales, cuáles serán los temas del encuentro e insistió en que todas las organizaciones presentes debían "luchar juntas contra el neoliberalismo". "El Norte -dijo Balaguer- no va a concebir fórmulas políticas o económicas pensando en el Sur y el capitalismo no puede aportar soberanía, equidad, justicia social, ni desarrollo".

Balaguer señaló que "Cuba atraviesa la situación más compleja de su historia" y dijo que su recuperación económica será lenta "porque las condiciones son muy adversas y le bloqueo estadounidense más criminal que nunca".

Este encuentro concluirá el próximo viernes, probablemente con un discurso del Jefe de Estado Cubano, pero antes los participantes trabajarán en diferentes comisiones y elaborarán una Declaración Final. (Efe)

Clinton anuncia reunión cumbre de las Américas

[illegible] presidente Bill Clinton anun[illegible] en el marco de su discurso [illegible] el estado de la Unión que este [illegible] organizará "una reunión cumbre [illegible] los líderes democráticos de las Américas, desde Canadá hasta la punta de América Latina", según [illegible] AFP.

Según lo adelantado por LA REPUBLICA, la misma se llevaría a cabo en el mes de mayo; el lugar puede ser una isla de la Florida o Washington. Lacalle, que tiene prevista una visita a EEUU en marzo, tendría que volver a viajar para participar de la [illegible].

Doc - Poco Legible

Nº DOCUMENTO 9401069
TITULO En febrero se realizará la Cumbre del Magreb (UMA) en Túnez.
PROCEDENCIA L.J - 150014
FECHA 21/1/94
VI 11187 - Cumbre.
Túnez 527671
507619
507622
66333
507478

Túnez

CUMBRE DEL MAGREB

El Gobierno tunecino recibió el acuerdo de los otros Gobiernos de los países miembros de la Unión del Magreb Arabe (UMA), para celebrar en Túnez la próxima «cumbre» de esta organización, el 5 de febrero, informó ayer, el semanario político «Realidades».

La «cumbre» de los jefes de Estado y Gobierno de Argelia, Libia, Marruecos, Mauritania y Túnez, estará precedida de un Consejo Ministerial los días 3 y 4 de febrero. El ministro argelino de Asuntos Exteriores, Mohamed Salah Dembri, anunció por su parte, el pasado miércoles, que la «cumbre» se celebrará del 3 al 5 de febrero. Argelia debe asumir la presidencia de la UMA, al término del mandato que ejerce actualmente Túnez.-

ENTRADO
CRUZ

01-01

9401069.

DOCUMENTO 9401070
TITULO Cumbre de presidentes americanos sería en julio
PROCEDENCIA E.C. 13 pag 90
FECHA 25/1/94
VINCULO 1187

La cumbre de presidentes americanos sería en julio

La proyectada cumbre entre el presidente **Bill Clinton** y el resto de sus colegas del hemisferio (con excepción de Cuba y Haití) **se realizaría en julio próximo en una ciudad del sur de los Estados Unidos**. El encuentro se concretaría después del Mundial de fútbol. La estimación de la fecha y el lugar fue formulada ayer a radio América por el embajador **Raúl Granillo Ocampo**.

Para el ex secretario de Legal y Técnica de la Presidencia, el tema principal de la agenda tentativa de la cumbre, que **Clarín** adelantó el sábado, será la hipótesis a largo plazo de crear una zona de libre comercio en toda América sobre la base de acuerdos como el NAFTA (los Estados Unidos, el Canadá y México) y el Mercosur (la Argentina, el Brasil, el Paraguay y el Uruguay). Con la cumbre los demócratas podrían anunciar una nueva versión de la Iniciativa para las Américas del ex presidente **George Bush**, que pretendía crear una zona de libre comercio desde Alaska hasta Tierra del Fuego.

"Con la aprobación del NAFTA se generó una propuesta muy importante de los Estados Unidos para la América latina, por lo que es necesario un diálogo para definir las posibilidades de integración", dijo Granillo Ocampo.

Aunque el secretario de Estado para Asuntos Latinoamericanos **Alexander Watson** impulsa la inclusión de la lucha contra la corrupción y la pobreza, tal como **Clarín** informó el viernes. Watson instruyó a los embajadores en América latina para realizar gestiones a favor de las resolución de esas dos cuestiones como una forma de **nivelar la competencia** con empresas de otros países desarrollados, en donde, por ejemplo, el pago de coimas en el exterior no está penado por la ley.

Precisamente, Di Tella transimitirá a Christopher, durante la entrevista que mantendrán el jueves (véase nota principal), la decisión del presidente **Carlos Menem** de concurrir a esa cumbre, que el gobierno norteamericano quiere que se realice en una ciudad del sur de los EE.UU. **"Con la elección del lugar en el sur, los demócratas quieren hacer un gesto hacia una de las zonas más hospitalarias de su país"**, dijo una fuente argentina. Miami podría ser el lugar de la cita, aunque también se piensa en ciudades de Texas, Lousiana o Arkansas.

ENTRADO
CRUZ

9401070

La cumbre americana se haría a mediados de año

El embajador Raúl Granillo Ocampo aseguró que Clinton quiere juntar a sus pares americanos a mitad de año.



Clinton y Menem durante su único encuentro en Washington.
Volverían a verse la cara en Florida para tratar sobre el libre comercio.

El embajador argentino en Estados Unidos, Raúl Granillo Ocampo, anticipó ayer que "para mediados de año", el presidente norteamericano, Bill Clinton, se reuniría con sus pares de América latina para tratar la posibilidad de incorporar a los países de la región al Tratado de Libre Comercio de América del Norte, NAFTA. El encuentro, precisó el diplomático, se concretaría posiblemente en julio –después del Campeonato Mundial de Fútbol de Estados Unidos– en una ciudad de la península de La Florida.

La novedad fue dada a conocer por el ex secretario legal y técnico del presidente Carlos Menem durante una conversación telefónica con Radio América, en que opinó que "los esfuerzos que debe realizar la Argentina para integrarse al Mercosur –el Tratado de Libre Comercio con Brasil, Uruguay, Paraguay y, posiblemente, Bolivia y Chile– son los mismos que va a tener que realizar para integrarse al NAFTA, o como se lo denomine en el futuro". Agregó que "el Mercosur y el NAFTA –que une comercialmente a Canadá, Estados Unidos y México– son compatibles porque los dos trabajan sobre los mismos hechos, los dos tienen la misma filosofía política y los dos tienen un mismo objetivo, que es la apertura de las fronteras para permitir la competencia. "Hoy por hoy se sigue trabajando con la idea de que ambos son compatibles y que no hay ninguna necesidad de optar por uno en perjuicio del otro", señaló.

Respecto de la reunión que propone Clinton a los presidentes latinoamericanos, Granillo Ocampo dijo que "de alguna manera podríamos comparar esta propuesta con la que alguna vez hiciera el presidente (George) Bush, de formar un mercado libre desde Alaska hasta Tierra del Fuego". Según el embajador "esta idea consistía en afirmar el libre comercio, más justo y más libre entre los países, pero no tenía un contenido preciso". "A partir del NAFTA ese contenido comienza a crearse como forma de convenio comercial –agregó–, con algunas características típicas que pueden ser la base de alguna negociación."

Esta idea, aseguró Granillo, "no sólo se origina en el norte, también se está elaborando en el sur del continente a través de nuestro Mercosur, que es exactamente la misma idea del NAFTA destinada a otra región y a otra realidad, pero igual en la filosofía de alentar el libre comercio como forma de mejorar las economías regionales y las posibilidades de desarrollo social".

Dijo que en la reunión que proyecta el Departamento de Estado es posible que se definan temas como "la necesidad de preservar la democracia, afianzar las economías de mercado, mejorar la protección del medio ambiente, la necesidad de incrementar la eficacia de los organismos de seguridad que tenemos funcionando en el continente, fundamentalmente en la Organización de Estados Americanos (OEA) y el gran tema que es hoy el cómo se va a trabajar con la idea de la integración". De todos modos, el diplomático tuvo la precaución de no cerrar la lista de temas porque "ésta es una idea base", y relativizó incluso la fecha y lugar del encuentro estelar de todos los presidentes porque en el Departamento de Estado norteamericano "no está todavía determinado el lugar donde se haría este encuentro". Granillo Ocampo dijo no obstante que "hay una idea de que no sea en Washington sino en una ciudad del sur de EE.UU., para poner el encuentro en un lugar donde haya una influencia de las culturas latinoamericanas".

Nº. DOCUMENTO 9401071

TITULO Se reúnen para preparar cumbre que se realizará en París.

PROC. E.P

FE. 28/1/94

VI. 11187
6596?
11078

Cumbre

PARIS, 27 (EFE).— Un grupo internacional de expértos se reúne a partir de hoy, jueves, para preparar la "cumbre" de jefes de Gobierno de 17 países industrializados que se celebrará en París para reforzar la lucha contra el SIDA.

01-01

9401071

Nº. DOCUMENTO 9401072
TITULO Se amplía brecha entre países del primer y tercer mundo.
PROC. E.P. - 150007
FECHA 5/1/94
VINCUL 501531

INTERNACIONALES

Se amplía brecha entre países del primer y tercer mundo

Según información del Banco Mundial en el año 1992 se incremento la brecha, evaluada a través de los Indicadores de: Ingreso per Cápita y Expectativa de Vida.

LA BRECHA económica entre las naciones industriales y los países del Tercer Mundo se amplía, según el análisis anual del Banco Mundial publicado en el Atlas correspondiente a 1994.

Según esas estadísticas, al finalizar 1992 el ingreso per cápita en Suiza, el más alto entre las naciones industrializadas, alcanzó a los 36.230 dólares por año, mientras que en numerosas naciones del Tercer Mundo no llega ni siquiera a un dólar por día.

Asimismo, la calidad de vida es abismalmente diferente entre los países ricos y pobres y se observa que, mientras en Japón la expectativa de vida al nacer es de 79 años, en Afganistán es apenas de 43 y en Guinea de 44.

La situación en America Latina, se comporto en forma pareja, produciendose un crecimiento del ingreso per cápita en el continente, liderado por Argentina, con la axcepción de Brasil, el cual registra un retroceso respecto al año anterior.

Argentina al finalizar 1992 experimentó un sustancial salto en el ingreso promedio de su población con una media de 6.050 dólares en comparación a los 3.970 de 1991, mientras que Chile en ese mismo periodo logró superar a Venezuela.

Brasil vio reducir su ingreso per cápita de 2.920 dólares en 1991 a 2.270 en 1992, mientras que México mejoró de 3.080 a 3.470 dólares en ese mismo periodo, Venezuela pasó de 2.720 a 2.900, y Colombia mantuvo su progreso de 1.250 a 1.290, lo mismo que Costa Rica, de 1.870 a 2.000. **(Elaboración de Indicadores de Mercado y Agencia EFE)**

Las estadísticas publicadas por el Banco Mundial son las siguientes:

Grupo de los siete	per cápita en US$
Alemania	23.030
Canadá	20.320
Francia	22.300
Estados Unidos	23.120
Italia	20.510
Japón	28.220
Reino Unido	[illegible]
Paises del MERCOSUR	
Argentina	6.050
Brasil	[illegible]
Paraguay	1.830
Uruguay	[illegible]

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9401072

El vicepresidente Shahid Hussain presentó a su sucesor, Javid Burkui

Optimismo del Banco Mundial por el país aunque hace advertencias

Cuestión social: para los técnicos que siguen de cerca la situación argentina, el rumbo económico es el adecuado pero hace falta restablecer la capacidad de acción del Estado, sobre todo en educación.

El vicepresidente del Banco Mundial para América latina, Shahid Hussain, subrayó el "extremo optimismo del BM por la evolución argentina" pero señaló también que "tras haber hecho reformas impresionantes en el país, la tarea difícil que queda es la del restablecimiento del Estado para poder organizar adecuadamente la reconstrucción de los servicios sociales".

Con un tono más propio de un analista político integral que el de un técnico específicamente económico, el vicepresidente saliente del BM mantuvo ayer una reunión de prensa, en Buenos Aires, luego de despedirse de las autoridades argentinas tras siete años en ese cargo -pasa a ocupar nuevas responsabilidades en la dirección general de la entidad financiera internacional-, y presentó formalmente a su sucesor, Javid Burkui, también de origen paquistaní.

Fichaje

Lo principal, la educación

Hussain puso énfasis en destacar el papel que el Estado debe brindar, sobre todo, a la educación. "Estamos en una época de cambio tecnológico tan veloz que la educación y los conocimientos técnicos son cada vez más esenciales", estimó.

Consultado por LA NACION sobre los motivos que sustentan el optimismo del Banco Mundial ante la situación argentina, Hussain describió con precisión su análisis según tres elementos principales:

1) A diferencia de otros países, la Argentina tiene una sociedad bien integrada, más homogénea que la de la mayoría de los países en desarrollo, y con un elevado índice de educación media.

2) Las grandes dificultades que había sufrido la Argentina en las últimas décadas eran, básicamente, de naturaleza política. Restablecida la democracia, y con el progreso de una sociedad más abierta, fue posible establecer un consenso sobre las reformas económicas necesarias que explica los buenos resultados actuales.

3) Hay un liderazgo de muy buen nivel en el área específicamente económica.

Crecimiento y desempleo

Frente a la inquietud que plantea el creciente desempleo en todo el mundo, Hussain dividió los tipos de desempleo entre los que se deben a un cambio económico rumbo a actividades menos trabajo-intensivas (caso europeo), los de países con elevado crecimiento demográfico que no logran generar suficientes puestos de trabajo (caso común en Africa) y los de países que necesitan elevar drásticamente su productividad para competir frente al resto del mundo, caso más común en América latina y, particularmente, en la Argentina.

¿Cómo combinar el aumento de productividad sin caer en un elevado desempleo?

Para los técnicos del Banco Mundial, la respuesta depende directamente del crecimiento económico. "Si un país logra mantener durante varios años una tasa de crecimiento elevado, del orden del seis por ciento aproximadamente, ese ritmo de actividad es capaz de ofrecer nuevos empleos a la vez que se mejora la productividad. Si el crecimiento no supera el tres por ciento anual, en cambio, un elevado desempleo será inevitable", puntualizó con rigor Hussain.

"No tocar el peso"

No se mostró preocupado por el posible "handicap" que significaría el tipo de cambio peso-dólar para las necesidades de exportación de la Argentina. "El monto total de las exportaciones ha crecido mucho en los últimos años -argumentó Hussain- y, desde otro punto de vista, no es factible imaginar una modificación del tipo de cambio sin consecuencias peligrosas. En un país como la Argentina, con una tradición de indexación inmediata, no hay demasiada libertad para modificar el tipo de cambio. Más vale no tocarlo."

Hussain también se refirió a la prioridad de desarrollar los mercados de capitales para financiar al sector privado y señaló que ésa es una de las principales funciones que puede cumplir actualmente el Banco Mundial en su colaboración con la Argentina.

Su sucesor, Burkui, escuchaba con atención la fluida argumentación de Hussain, efectuada en un excelente castellano. Limitado por el momento al inglés, Burkui acopia datos sobre el nuevo continente que le toca en suerte. Su experiencia previa lo trae de una zona aparentemente muy distinta: en los últimos seis años se ocupó de seguir directamente los avatares de la economía china.

Pero hay más de un punto de contacto entre China y América latina. "Tras la adopción de políticas de apertura e inversión privada, China obtuvo un elevado nivel de crecimiento", recordó Burkui.

En este tiempo de inquietud por el empleo, todos aspiran a lo mismo.

Germán Sopeña

DOCUMENTO 9401074
TITULO Banco mundial analiza al Perú.
PROCEDENCIA L.M. 15005
FECHA 18/1/94
VINCULO B Mundial - 501531 66817

Banco Mundial analiza al Perú

LIMA (ANSA)- Una misión del Banco Mundial, presidida por su director para América Latina, Shaid Hussein, inició ayer un programa de dos días de trabajo en Lima, a fin de evaluar los avances del severo programa económico que ejecuta el gobierno desde agosto de 1990.

Hussein, que llegó acompañado por el director adjunto de ese organismo crediticio internacional, Said Burki, se reunirá con el presidente del Consejo de Ministros y titular de Industrias, Alfonso Bustamante y Bustamante, y con el ministro de Economía, Jorge Camet.

Fuentes del Ministerio de Economía dijeron a ANSA que la visita se produce en un marco "bastante auspicioso", pues afirmaron que la economía peruana se vigorizó en 1993 con la reducción de la inflación anual a 39,5 por ciento y por el crecimiento del PIB en 6,8 por ciento, según cifras oficiales.

Sin embargo, observadores locales reclaman que la misión evalúe y plantee soluciones a las graves consecuencias del ajuste, con el 60 por ciento de 23 millones de habitantes en situación de pobreza.

El programa económico peruano de ajuste, de corte neoliberal, se aplica con asesoría del FMI y del BM.

01-01

9401074

Según el Banco Mundial aumentó la pobreza en América Latina

(BUENOS AIRES) - LA pobreza ha aumentado y la distribución del ingreso ha empeorado en América Latina en los últimos 13 años, según un estudio difundido ayer por el Banco Mundial, basado en encuestas a hogares de 18 países realizadas entre 1990 y 1993.

El 44% del incremento de la pobreza ocurrió en ciudades de Brasil y el 17% en ciudades peruanas, mientras que en Colombia y Costa Rica disminuyó la indigencia y mejoró la distribución del ingreso.

El informe también consigna que "el nivel educativo está directamente relacionado con las desigualdades de ingreso", y en ese sentido indicó que dos de cada cinco habitantes urbanos son pobres, en tanto que la proporción en el ámbito rural es de tres a cinco.

Según Eduardo Bustelo, asesor de Unicef para América Latina y el Caribe, es "tradicional la inequidad del continente americano respecto de otras regiones mundiales en vías de desarrollo".

"Un análisis con datos de Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador y Guatemala estimó que la tasa de desempleo urbano se incrementó al inicio de la década del 80 hasta llegar al 10% en 1992", subrayó Bustelo.

Agregó que las remuneraciones medias crecieron un 15% en Colombia y Chile con relación al nivel que tenían en 1980, mientras que en México y Uruguay todavía están por debajo de los índices que registraban en el principio de los años 80. ■ *(EFE)*

Rusia beneficiada por el Club de París

TOKIO (ANSA)- **Los institutos de crédito reunidos en el llamado Club de París, están dispuestos a postergar los vencimientos para el pago de una deuda de alrededor de mil millones de dólares de la deuda rusa, establecidos para marzo y abril próximos.**

Así lo anticiparon ayer en Tokio fuentes del gobierno japonés, según las cuales, un acuerdo en ese sentido debería ser definido el lunes próximo en la reunión anual del Club de París a realizarse en la capital francesa.

La reprogramación de los términos de pago de la deuda rusa con una extensión de diez años más un periodo de gracia de cinco años para el saldo de los intereses, cubre hasta el momento una cifra de alrededor de 15.000 millones de dólares.

Esa ulterior reprogramación, pusieron de relieve las fuentes, está todavía subordinada a una condición: que Moscú y el Fondo Monetario Internacional logren un acuerdo sobre las reformas necesarias para los préstamos concedidos por el mismo FMI.

Aún sin la garantía política de un acuerdo similar, admiten las fuentes, la reprogramación es por otra parte inevitable, aunque sea como medida temporaria, frente al lento avance del programa de reformas puesto en marcha por el Kremlin, a causa de la inestable situación política rusa.

Nº. DOCUMENTO 9401077
TITULO Rusia preocupa al FMI y al B.M.
PROC. L.M. 150015
FEC. 8/1/94
V. 508501
501531
507293
507294

Rusia preocupa al FMI y al B.M.

WASHINGTON (ANSA)- El FMI y el Banco Mundial se unieron en forma compacta para replicar a las críticas de algunos exponentes del Gobierno de Estados Unidos, al señalar que el ritmo de las reformas macroeconómicas en Rusia no se corresponde con las promesas efectuadas por Boris Yeltsin.

Asimismo, señalan que las condiciones puestas para acordar los préstamos de las dos "organizaciones gemelas" no pueden ser atenuadas sin correr el riesgo de un definitivo descarrilamiento del proceso de transformación de la economía rusa hacia el libre mercado.

La discrepancia con la administración es crucial porque el Presidente Bill Clinton prepara valijas para un viaje importantísimo la semana próxima, que incluirá Moscú y la cumbre con Yeltsin.

La "receta" de las dos instituciones financieras de Washington para el "caso Rusia" está contenida en un documento conjunto de cinco páginas, fechado el 30 de diciembre pasado, y caracterizado por tonos poco diplomáticos: una respuesta a los ataques lanzados el 17 de diciembre por el Vicepresidente norteamericano Al Gore, que durante su viaje a Moscú había acusado al FMI de "insensibilidad" frente a los problemas que sus "terapias de choque" crearon al pueblo ruso. El surgimiento de fenómenos como el ultranacionalismo demagógico de Vladimir Zhirinovsky -según Gore- es explicable también por la lentitud del Fondo Monetario y del Banco Mundial en comprender las repercusiones sociales de las políticas prescritas a Boris Yeltsin. En los últimos días, las posiciones y la polémica en Estados Unidos se atenuaron mucho, acaso también por la firme réplica de las dos organizaciones a Gore: los problemas de Rusia -dicen- derivan justamente de no haber realizado con la necesaria agresividad las reformas anunciadas.

"No obstante las declaraciones de intenciones -observa el documento- el Gobierno ruso mantuvo una posición extremadamente gradual en la lucha contra la inflación: la experiencia de otros países (República Checa, Rumania y Ucrania), sugiere que esta no es la estrategia adecuada para minimizar las dificultades y los efectos sobre la gente". Sin una verdadera estabilización macroeconómica -observan el FMI y el Banco Mundial- "las inversiones extranjeras no afluirán y la fuga de capitales continuará, así como las presiones para taponar los desequilibrios de la balanza de pagos".

Sobre este frente, los objetivos a alcanzar son una drástica reducción de la tasa de crecimiento del crédito concedido por el banco central, tasas de interés flexibles y determinadas por el mercado, límites rígidos al déficit del presupuesto de 1994, un sistema de precios y de intercambios libres y una tasa de cambio unificada.

Pero el verdadero "nudo político" es el de la "condicionalidad de los préstamos": El FMI y el Banco Mundial consideran que canalizar recursos financieros hacia Rusia sin subordinarlas a determinados resultados en el proceso de reformas sería un error con graves consecuencias. Ambas instituciones quieren entonces mantener esta posición, que hasta ahora bloqueó la concesión de 1.500 millones de dólares a Rusia, después de los 2.500 millones ya entregados.

ENTRADO
CRUZ

a-01 9401077.

LA SITUACION

El presidente ruso Boris Yeltsin y el primer ministro Viktor Chernomirdyn no lograron ayer acordar la composición del nuevo gabinete tras seis horas de conversaciones. Un nuevo fortalecimiento del sector que defiende un proceso más lento en las reformas se produjo con el rechazo del ministro de Finanzas, el radical Boris Fiodorov, a integrar el futuro gabinete. La incertidumbre política produjo alarma en las instituciones internacionales de crédito y provocó la caída del rublo. El canciller, Andrei Kozyrev, sorprendió al mundo al afirmar que Rusia no replegará totalmente sus efectivos estacionados en las ex repúblicas soviéticas, alegando cuestiones de seguridad. **(Más información en página 26.)**

Alarma en del sector

MOSCU, 18 (Reuter, EFE y "Financial Times", especial para **Clarín**). — El ministro de Finanzas ruso, **Boris Fiodorov**, figura clave de las reformas económicas en Rusia, **rechazó hoy formar parte del futuro gobierno del presidente Boris Yeltsin.** Su negativa, con la que ganan espacio los sectores más conservadores, provocó la caída del rublo (véase aparte) y alarma en las instituciones internacionales de crédito, tales como el Fondo Monetario Internacional (FMI).

Yeltsin, partidario de una transición rápida hacia la economía de mercado, y el primer ministro **Viktor Chernomirdyn, que defiende un proceso de reformas más lento, no lograron hoy acordar la composición del futuro gabinete.**

Según informó la agencia Interfax, Yeltsin y Chernomirdyn abandonaron hoy el Kremlin luego de seis horas y media de negociaciones marcadas por "numerosos desacuerdos". Extraoficialmente se informó que las conversaciones podrían continuar esta noche en la "dacha" (casa de campo) de uno de los dos líderes.

Las discrepancias entre Yeltsin y Chernomirdyn surgieron después de la renuncia del viceprimer ministro, Yegor Gaidar, arquitecto de las reformas, que dijo que no podía continuar en su cargo si se toman decisiones clave sin consultarlo.

♦ Repercusión en los mercados

Fiodorov, ministro de Finanzas y principal dirigente del plan de privatizaciones, rechazó ocupar el mismo cargo en el nuevo gabinete al no aceptarse las condiciones por él exigidas (renuncia del presidente del Banco Central, **Viktor Gueraschenko**, y el titular de Agricultura, **Alexander Zaveriuja**).

El alejamiento de Fiodorov significa el fortalecimiento de la política de reformas lentas y la consiguiente preocupación de instituciones financieras tales como el FMI, que exigen una disciplina monetaria y presupuestaria como la defendida por el ministro de Finanzas.

Antes que se anunciara oficialmente el rechazo de Fiodorov, ya el rublo había perdido un 7,28 por ciento de su valor frente al dólar, en la subasta del Mercado Interbancario de Valores. La dimisión de Gaidar motivó ayer una caída del rublo del 3,39 por ciento.

Otros indicadores, como el precio de los bonos de privatización en los mercados de Rusia o el valor de la deuda rusa a los acreedores del Club de Londres, dejaron sentir también su preocupación por la crisis gubernamental.

EN RUSIA

el FMI por la deserción reformista del gobierno

Agencia AP



El presidente Boris Yeltsin durante la reunión que mantuvo ayer con el primer ministro Viktor Chernomirdyn: sin acuerdo para el nuevo gobierno.

En más de seis horas de negociaciones, Yeltsin y Chernomirdyn no arribaron a un acuerdo sobre la composición del nuevo gobierno ni sobre los remplazantes de Gaidar y Fiodorov.

Se estima que la crisis incidirá en las decisiones sobre el aplazamiento de mil millones de dólares de deuda externa rusa para el primer trimestre de este año, que esta semana debía tomar el Club de París.

También está en juego el apoyo real de Occidente a Rusia, después que el Grupo de los Siete (G-7) sugiriera un posible aumento de su ayuda financiera y condiciones ventajosas para los créditos que concede el FMI. Esas decisiones podrían tomarse en el curso de la reunión de ministros de Finanzas y jefes de bancos centrales del G-7, prevista para la segunda mitad de febrero.

♦ Remplazos

La incertidumbre sobre el futuro de las reformas ha repercutido en el plano interno. La inflación, por ejemplo, se situó en las dos primeras semanas del año en un 12%, el mismo nivel que en todo diciembre de 1993 y tras meses de progresivo descenso. El rublo fijó su precio en 1.504 luego de haber estado estabilizado en el segundo semestre de 1993, en torno de los 1.000-1.200 frente al dólar.

Medios rusos de prensa indican como probable remplazante de Gaidar al viceprimer ministro **Alexander Shojin**, encargado de las negociaciones con las instituciones financieras internacionales. "Me dieron a elegir entre el ministerio de la Comunidad de Estados Independeintes (CEI) y el de Economía", declaró hoy Shojin a la prensa.

La oferta a Shojin, reformista moderado, es interpretada por la prensa local como un cambio hacia una línea más cautelosa y conservadora en el plano económico. El dirigente es partidario de reformas graduales y de una mayor protección a la industria.

Las difíciles negociaciones con Chernomirdyn son la opción menos conflictiva para Yeltsin. El presidente, según la nueva Constitución, tiene derecho a sustituir al primer ministro si así lo desea. Esa decisión, sin embargo, lo obligaría a someter a votación del Parlamento al nuevo candidato. La equilibrada composición de la Duma (entre reformistas y antirreformistas) abriría un proceso complicado y de resultados imprevisibles.

LA SITUACION EN RUSIA

EL FMI, EE.UU. y Japón presionan para que se continúen las reformas

Mientras un equipo de expertos liderados por el conservador Oleg Soskovets, que incluye a dos ex asesores de Gorbachov, elabora un nuevo plan económico que desacelere las reformas liberales en Rusia, el presidente Boris Yeltsin inicia hoy una ronda de conversaciones para determinar el rumbo definitivo de su país. El Japón condicionó la entrega de 500 millones de dólares a que se profundicen las reformas. Y el presidente estadounidense dijo estar "preocupado".

MOSCU, 23 (EFE y AFP). — Los gobiernos de los **Estados Unidos** y el **Japón** presionan, a través del **Fondo Monetario Internacional (FMI)**, a **Rusia** para que mantenga el rumbo de las reformas económicas capitalistas y no dé un viraje en beneficio del sector estatal heredado de la **Unión Soviética**.

El presidente **Boris Yeltsin** se reunirá mañana con sus principales asesores para determinar cuáles serán las respuestas rusas a las presiones de Occidente. El propio renunciante ministro de Finanzas, **Boris Fiodorov**, que abandonó el gobierno en protesta por la modificación de las políticas económicas, se entrevistará con Yeltsin para tratar de convencerlo de que no debe desacelerar el ritmo de las reformas.

Los dos miembros más importantes del FMI ya han advertido sobre la posible restricción de créditos a **Moscú**, después de la formación, el jueves, de un gabinete más conservador, en el que permanece sólo uno de los radicales que habían impulsado la transición a la economía de mercado.

Bajo la dirección del nuevo **"número dos"** indiscutible del gobierno ruso, el tecnócrata de la gran industria estatal, **Oleg Soskovets**, un equipo de expertos que incluye a dos asesores del ex presidente soviético, **Mijail Gorbachov**, prepara el programa económico para 1994 que debe aprobarse en una reunión del gabinete el 17 de febrero.

El previsible carácter conservador de este programa ya produjo la dimisión de dos de los reformistas radicales clave del gabinete, el viceprimer ministro y titular de Economía, **Yegor Gaidar**, y el ministro de Finanzas, **Boris Fiodorov**, como consecuencia de su desacuerdo con lo que este último calificó de **"una marcha atrás"** en las reformas. Aunque una versión difundida hoy por la **Radio Echo de Moscú** indica que Fiodorov podría volver al gabinete si en la reunión con Yeltsin este le asegura la continuidad de las reformas.

Pero el primer ministro ruso, **Viktor Chernomyrdin**, ya adelantó que se prevé el **"fin de la época romántica del mercado"** libre y un mayor respaldo al sector público, del que proviene el mismo jefe de gobierno.

Chernomyrdin dijo que la lucha contra la inflación continuaría, pero solo por métodos **"no monetaristas"** y pronosticó una reducción de la inflación a lo largo del año en curso. Dijo que preveía para finales de 1994 un tipo de inflación de un 8 o 9 por ciento mensual, cifra que supera con creces la que exige el FMI, que es del 5 por ciento mensual.

Al presidir la primera sesión de su nuevo, y más conservador gabinete, el premier ruso dejó en claro el viernes pasado que el apoyo al sector estatal será una tarea prioritaria.

Esta afirmación choca frontalmente con la postura del secretario del Tesoro estadounidense, **Lloyd Bentsen**, quien hace dos semanas durante la cumbre de Moscú entre **Yeltsin y el presidente Bill Clinton** denunció como **"un despilfarro"** las subvenciones **"a industrias que no son competitivas y que fabrican cosas que nadie quiere comprar"**.

Las intenciones de Chernomyrdin de echar una mano a la industria estatal difícilmente se podrán reconciliar con las normativas del FMI para que el déficit presupuestario no supere el 5 por ciento del producto bruto.

En reacción al cambio de política en Moscú, el **Japón** se dispone a limitar su asistencia para dirigirla sólo hacia programas que a su juicio contribuyan a la creación de un mercado libre, y piensa proponer a sus socios del club de los países más ricos, el **Grupo de los Siete (G-7)**, que ellos hagan lo mismo.

Según las filtraciones recogidas en la prensa en Tokio, se suspenderá ayuda humanitaria por valor de unos 500 millones de dólares.

En los Estados Unidos, el presidente Clinton advirtió de su intención de condicionar la ayuda que su país preste a Rusia a la naturaleza de la política económica que el nuevo gobierno en Moscú decida implementar.

Clinton no ocultó su escepticismo frente al cambio de rumbo al comentar que **"estamos preocupados, obviamente, sobre su capacidad para resolver el problema de la inflación"**.

Un ex asesor de Yeltsin culpa a los organismos financieros

NUEVA YORK, 23 (EFE). — "La «ineptitud» del FMI ha llevado a Rusia al borde del colapso y a la derrota de los reformistas en Moscú, y su director ejecutivo, **Michel Camdessús**, debe aceptar la responsabilidad por esta «debacle» y renunciar", afirmó **Jeffrey Sachs**, ex asesor económico del presidente ruso, **Boris Yeltsin**.

Sachs, profesor de comercio internacional en la **Universidad de Harvard** que dimitió el pasado viernes como asesor de Yeltsin, atacó con virulencia al Fondo Monetario Internacional y al Banco Mundial (BM) en un artículo que publica hoy, domingo, el diario "The New York Times".

La dimisión de dos reformistas claves, **Yegor Gaidar** y **Boris Fiodorov**, del gabinete de Yeltsin la semana pasada, "no es solo un fracaso para la administración del presidente Bill Clinton, que aceptó alegremente el compromiso de Yeltsin hacia la reforma, sino también un fuerte revés para el avance de Rusia hacia la democracia", dijo.

"Es probable ahora que los gobiernos occidentales gasten mucho más en sus presupuestos militares de lo que habrían invertido en ayuda directa a Rusia", advirtió Sachs.

Durante dos años, los reformistas en Moscú lucharon por el poder mientras los gobiernos occidentales les prometieron ayuda a amplia escala. "Los reformistas no podían ganar sin nuestra ayuda, pero la asistencia nunca llegó", afirmó.

"Y eso se debe a que los Estados Unidos y sus aliados dejaron la cuestión en manos del FMI y el BM que comportándose como banqueros del sector privado no quisieron arriesgar dinero en una Rusia inestable", escribió el profesor norteamericano.

"**De los aproximadamente 17.000 millones de dólares que las dos instituciones debían prestar a Rusia en 1993, solo se entregaron unos 2.000 millones**, lo que era una política exterior «desastrosa» ", según la opinión de Sachs.

"**¿Por qué fue tan inepto el FMI? Porque durante 50 años ha sido casi tan secretista y monopolista como el comité central del Partido Comunista**", según Sachs.

Todos los documentos del FMI sobre los préstamos a Rusia son secretos, no hay un examen independiente de sus decisiones.

Pese a los errores del Fondo, los países del G-7 lo protegen cada vez que un programa sale mal. Los gobiernos occidentales deben entender que una cosa es defender los principios sólidos del FMI (disciplina presupuestaria, política monetaria responsable, mercados abiertos), y otra es "encubrir" sus fallos.

01-01

Cuestionan a la Universidad, al Conicyt y al Mecco, pero apoyan al Pedeciba

Científicos uruguayos critican falta de políticas de investigación

La comunidad científica uruguaya realizó duras críticas a la Universidad de la República, al Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (Conicyt) y al Mercado Común del Conocimiento (Mecco) y valoró de forma más positiva al Programa de Desarrollo de las Ciencias Básicas (Pedeciba), en una encuesta realizada a solicitud de la Secretaría Ejecutiva de la Comisión Nacional Uruguaya del Mecco.

Los investigadores, docentes y estudiantes de posgrado de primer nivel encuestados por Research International-Uruguay en octubre de 1993, sostienen que el país "carece de una política científica definida" y que no confían en los políticos para llevar adelante los cambios requeridos porque se corre el riesgo de caer en una tendencia puramente "tecnológica inmediatista".

Los encuestados sostienen que "no hay lineamientos claros y consensuados de las prioridades que debería tener la investigación en ciencia y tecnología". Algunos vinculan este problema a la carencia de un modelo de país con suficiente consenso. Se argumenta que como no se sabe qué país se quiere, tampoco se decide qué política científica es la más adecuada.

LO QUE OPINAN LOS CIENTIFICOS

- "... Tal vez el país no necesita genética, necesita microbiología, tal vez, pero el país no lo sabe, no lo ha decidido"
- "No sé qué tema le interesará a la Universidad de boy y al país"
- "Entre el investigador que tiene un proyecto y la parte real de financiación, hay una cantidad de etapas en las cuales generalmente hay burócratas sentados en la oficina que de investigación no entienden un pepino a la vela"
- "El Mecco si se instrumenta para investigar está bien, si no, va a ser una linda agencia de viajes"
- "Vos me hacés estas preguntas, pero este estudio va a terminar en el cajón de algún burócrata que está haciendo carrera política"
- "La Universidad tendría que tener mecanismos distintos para el área de la investigación. El problema es que es muy difícil que todo el mundo esté de acuerdo en generar mecanismos distintos"

Esta carencia generó una imagen de lucha por lograr poder, incidencia y recursos. Al respecto, uno de los entrevistados señaló que "cada uno tiene su feudo privado, el de Histología del Instituto de Higiene está peleado con el de Facultad de Humanidades (ahora Ciencias) porque perdió el concurso en Medicina, se instaló en Facultad de Humanidades y el de Veterinaria también, entonces en cada facultad hay un centro brutal de Histología donde habría que hacer un solo instituto dentro de la Universidad".

Por otra parte los entrevistados muestran un cierto escepticismo sobre una posible resolución satisfactoria de sus reclamos. Reivindican una fuerte participación en el diseño e implementación de cualquier política científica. Se ven a sí mismos como poseedores de una racionalidad particular no bien comprendida por el elenco político. No quieren dejar exclusivamente en manos de los políticos las resoluciones que les atañen porque entienden que se corre el riesgo de caer en una tendencia puramente "tecnológica inmediatista" dando prioridad a las áreas de rápida aplicación comercial, olvidándose de aquellos niveles de excelencia alcanzados por el país y que le reportan viabilidad y prestigio en el concierto mundial a la vez que recursos.

Pedeciba ágil y Universidad burocrática

El Pedeciba es percibido como un organismo "muy poco burocrático, ágil, expeditivo, eficiente, que ha logrado elevar el nivel científico y captar científicos uruguayos de excelente nivel para el país vinculado hacia la docencia". Reconoce a su vez que esa eficiencia se debe en gran parte a que el Pedeciba logró desde el principio "deslindarse de la racionalidad organizativa del Estado y de la Universidad".

Como aspectos negativos señalan "cierto elitismo, falta de rigor o exigencia en la expedición de títulos de maestría y posgrado, en permanente demanda de recursos y con una crisis de identidad producto de cierto agotamiento del modelo".

Al Conicyt lo ven como "burocrático, dirigido por políticos, lento, inoperante y administrativo", creen que "gasta en la gestión más que en la investigación, que es ineficiente y detentador de muchos recursos que emplea mal". Se lo percibe en deuda con los investigadores que se presentaron a ser financiados por el préstamo BID-Conicyt el que parece guiado "más por una racionalidad bancaria que científica". Esto se da fundamentalmente en los requisitos que el Conicyt puso para acceder a sus prestaciones, por ejemplo la necesidad de presentar garantías para el acceso a determinadas becas, o poseer los carnés de vacunas al día, etcétera, formalidades entendidas como "innecesarias, enlentecedoras y hasta absurdas".

La Universidad de la República también es percibida como "lenta, burocrática, poco expeditiva y con grandes dificultades de financiación". Se la visualiza como "proveedora de status y como una organización que permite apoyar las redes personales generadas por los investigadores". Se entiende que lo personal sin el apoyo institucional se presenta como algo muy débil y por tanto, poco operativo.

El Mecco es todavía una incógnita fuera de quienes realizan un manejo más político de la investigación científica (directores, consejeros, presidentes). Se carece de información sobre sus propósitos y mecanismos. De todos modos, por considerarse una institución manejada por "políticos" y no por "científicos", es asimilada conceptualmente al Conicyt y se le asignan como riesgos, los errores de éste: "Mecco suena a poder".

La movilidad de recursos humanos es valorada positivamente y practicada frecuentemente y apunta más hacia el Primer Mundo que hacia la región. Se perciben dos grupos de países en la región: uno, de mayor nivel de desarrollo científico conformado por Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y México, con los cuales se desea incrementar el intercambio. El resto de los países son percibidos como de menor nivel científico y no son considerados. ■

Clinton: Para EE.UU. es mejor un socio fuerte que débil y dividido

El Presidente estadounidense, Bill Clinton, anticipó ayer que el Grupo de los Siete países más industrializados (G-7) realizará en marzo una reunión a nivel ministerial para afrontar el problema de la desocupación.

BRUSELAS (ANSA)

Clinton hizo el anuncio durante un discurso a jóvenes gerentes europeos, en la municipalidad de Bruselas, durante el que pidió poner en marcha, rápidamente, el acuerdo GATT -alcanzado el mes pasado- y remarcó que el problema económico toca a las dos orillas del Atlántico.

Por otra parte, se comprometió a mantener "central y única" la relación transatlántica entre Estados Unidos y Europa, pero dijo que la OTAN debe transformarse para hacer frente a los nuevos desafíos de la posguerra fría y "no puede permanecer indiferente al destino de los países ex comunistas de Europa del Este".

Al comienzo de su primera visita a Europa en Bruselas - donde participará hoy y mañana en una Cumbre de la Alianza Atlántica- Clinton formalizó el ofrecimiento a los ex adversarios, Rusia y Ucrania incluidas, de una Asociación para la Paz.

La asociación implicaría nuevas formas de colaboración en el campo militar y constituiría "un marco" para la futura adhesión a la OTAN, pero Clinton dijo que una formal ampliación de la Alianza podrá ocurrir sólo "gradualmente". Hablando frente a un grupo de jóvenes gerentes europeos en el gran salón de honor del Municipio de Bruselas, el Presidente norteamericano afirmó que el nuevo sistema de seguridad del siglo XXI exige "una mayor colaboración de todos los países de Europa" en el campo militar, una mayor integración entre sus economías y un mayor apoyo de Occidente, para la consolidación de las nuevas democracias en los países del Este.

"Pueden estar seguros -dijo- que Estados Unidos estará a vuestro lado en esta tarea como lo hizo en el pasado, en ocasión de otros desafíos". Clinton aludió sólo al conflicto en la ex Yugoslavia diciendo que los riesgos que existieron en el pasado por la amenaza militar de parte de la URSS y de los países del Pacto de Varsovia hoy fueron sustituidos por los causados por la inestabilidad del Este europeo y los conflictos étnicos. "La guerra fría - afirmó- terminó, pero no concluyó la guerra".

En su discurso, que duró media hora, el Presidente confirmó también su apoyo al proceso de integración europea y la creación de "instituciones más fuertes" de parte de la CEE, convertida en Unión Europea tras la entrada en vigor del Tratado de Maastricht.

"Estados Unidos -sostuvo- obtiene mayores beneficios de la existencia de un socio fuerte e igual, que de uno débil y dividido".

El proyecto tomó relevancia

L.R. 21/1/94

Energía eólica en la Patagonia como fuente alternativa de la generación nuclear o petrolera

■ La inmensa Patagonia argentina, fuente "de los mejores vientos del mundo" según expertos, iniciará ambiciosos experimentos con energía eólica, como fuente alternativa de la generación nuclear o petrolera y de protección al medio ambiente, se informó oficialmente este jueves, según la agencia AFP.

Este viejo proyecto tomó cuerpo ahora por necesidades de abaratar costos de servicios eléctricos industriales y caseros, con una apuesta de futuro cercano para el emplazamiento de una megacentral binacional con Chile, explicaron funcionarios relacionados con el tema.

La Patagonia tiene una área aproximada de un millón de quilómetros cuadrados, con vientos promedio de 36 quilómetros/hora todo el año. Pequeñas plantas pilotos, de tecnología danesa, funcionarán en las ciudades de Comodoro Rivadavia y Ushuaia. En la primera, con dos aerogeneradores en la cima del cerro Arenales y un aporte anual de dos millones de kilovatios de acuerdo con las estimaciones oficiales.

Los dos molinos, ubicados en una torre de 30 metros, "ya están aportando electricidad a la red energética de Comodoro Rivadavia y trabajan con vientos que oscilan entre los 14 y 90 quilómetros", anunció Pedro Caragioli, uno de los encargados del sistema.

Este modelo, probado con eficacia en Holanda, India y Australia, tiene un dispositivo automático de detención cuando los vientos soplan por debajo o por encima de las intensidades mencionadas, agregó el funcionario.

Incluso, con vientos de 108 quilómetros los molinos "pasaron satisfactoriamente su prueba de fuego", dijo por su lado Raúl Ortiz, otro de los responsables de la sociedad Parque Eólico Comodoro Rivadavia, empresa formada por empresarios dinamarqueses y la local Sociedad Cooperativa Popular Limitada.

Por otro lado, en la provincia de Tierra del Fuego, cuya capital es Ushuaia, se emplazará, en forma experimental por dos años, un generador de 350 kilovatios y otros cinco generadores de cinco kilovatios cada uno, montados en diferentes lugares.

Asimismo, en la también sureña provincia de Neuquén, y también con participación danesa a través de la empresa Micon, se proyecta producir en forma inminente 4 megavatios generados por nueve molinos en las ciudades de Cutral Co. y Plaza Huincul.

Otros emprendimientos, pequeños si los hay, se realizaron en las provincias de Chubut y de Río Negro (ambas en el sur), pero con molinos artesanales generadores de apenas 1 o 2 kilovatios.

La Marina y la Fuerza Aérea argentina intentaron desarrollar turbinas para 10 kilovatios la primera, y para 2 a 5 la segunda, pero sus planes quedaron truncados la década pasada por falta de fondos.

Pero el megaproyecto del futuro descansa en un programa para instalar en la extrema provincia de Santa Cruz (ciudad de Río Gallegos con su correspondiente en Chile de Punta Arenas) de una "granja eólica", definida como la más poderosa del mundo.

La idea está a estudio desde hace años en el Ministerio de Ciencia y Tecnología de Alemania y de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial (Onudi).

Luego de un test tecnológico con dos pares de minigranjas en Río Gallegos y Punta Arenas, la instalación definitiva ocuparía centenares de miles de hectáreas de la meseta central santacruceña, escribió tiempo atrás el diario Clarín de Buenos Aires.

Explicó que hay un corredor que va desde Los Andes al Océano Atlántico, "donde cualquier pared golpeada por el viento recibe por metro cuadrado la suficiente energía motriz como para iluminar dos casas".

En las útimas dos décadas los países centrales intensificaron, por diferentes razones, la investigación y desarrollo de las fuentes de energía renovable, tales como el viento, el sol y la biomasa. Ese interés tiene también su parte ecológica.

En la Cumbre de la Tierra, o Eco-92 de Río de Janeiro, el mensaje para todos fue: "Sin detener la emisión a la atmósfera de gases provenientes de la quema de combustibles fósiles, el colapso climático será inevitable".

Las Naciones Unidas pronosticaron por otro lado que una duplicación del dióxido de carbono en la atmósfera determinará un calentamiento del planeta de entre 1,5 y 4,5 grados.

El mundo consume actualmente, con más de cinco mil millones de habitantes y en aumento, 13.700 millones de vatios anuales y un 70 % de esa cantidad proviene del petróleo, el carbón, el gas y la energía nuclear.

Rechazan inspecciones

TOKIYO, 21 (AFP).– Al rechazar hoy las últimas demandas de inspección de sus instalaciones nucleares por la Agencia Internacional de la Energía Atómica (AIEA), Corea del Norte se encamina hacia un enfrentamiento con esta organización y con los Estados Unidos.

Según un vocero de la cancillería norcoreana citado por la agencia oficial KCNA, Pyongyang no proyecta autorizar las inspecciones estipuladas por el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP), antes de una nueva serie de conversaciones de alto nivel con los Estados Unidos y la conclusión de un acuerdo bilateral global.

Los EE. UU. enviarían a Corea del Sur misiles Patriot

Advertencia: Washington entregaría los cohetes defensivos si Corea del Norte sigue negándose a permitir inspecciones a sus centrales nucleares.

WASHINGTON, 26 (AP). – En vista de que Corea del Norte se niega a permitir la inspección de sus instalaciones atómicas, el gobierno del presidente Bill Clinton comunicó hoy que podría enviar cohetes Patriot a Corea del Sur.

Clinton no ha decidido si aprobará o no un pedido de un comandante militar norteamericano de emplazar los cohetes de defensa, pero "creo que estamos contemplando favorablemente la petición", dijo hoy la secretaria de prensa de la Casa Blanca, Dee Dee Myers.

Myers, que habló a través de la televisión, añadió que "no se ha tomado una decisión final en este punto".

En Seúl, el canciller surcoreano Hong Soon-Young dijo hoy que "la amenaza de los cohetes de Corea del Norte es muy real. Esperamos que el despliegue ampliará la capacidad de defensa de Corea del Sur y de los Estados Unidos".

El general Gary Luck, comandante norteamericano en Corea del Sur, pidió los cohetes Patriot "para asegurar que se haga todo lo necesario por la seguridad de Corea del Sur y la defensa de las tropas norteamericanas", según informó anoche un funcionario del gobierno de Clinton que habló con la condición de no ser identificado.

En otro indicio de que la paciencia de los Estados Unidos en este asunto está agotándose, un funcionario del gobierno advirtió ayer que los Estados Unidos están virtualmente seguros de que pedirán a las Naciones Unidas que implanten sanciones si Corea del Norte no llega rápidamente a un acuerdo con la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA). Ambos funcionarios hablaron con la condición de no ser identificados.

Corea del Norte está negociando con la OIEA la aplicación de un acuerdo concertado con funcionarios norteamericanos el mes pasado que permite las inspecciones de sus instalaciones nucleares. Corea del Norte insiste en que su programa atómico es para fines pacíficos.

Los organismos de inteligencia norteamericanos creen que Corea del Norte podría tener ya un arma nuclear.

En Tokio, la revista Shukan Bonshun dijo hoy que un informe presentado en octubre pasado al minsitro de Defensa ruso Pavel Grachev por su Oficina del Estado Mayor General, había llegado a la conclusión de que Corea del Norte ya construyó al menos una bomba atómica.

La versión corroboró versiones previas de que los norcoreanos tenían suficiente plutonio como para producir varias armas nucleares, y que habían desarrollado misiles capaces de llevar ojivas nucleares hasta el occidente de Japón. 01-01

01/01

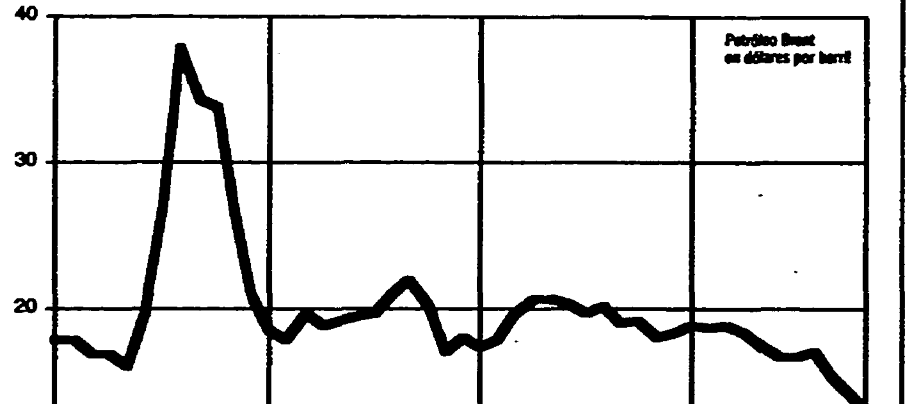
9401085.

El barril cerró a US$ 13,15, nuevo mínimo en cinco años

Volvió a derrumbarse el petróleo sin que la OPEP logre acordar reducir la producción

Londres - El precio del petróleo crudo alcanzó ayer otro nivel sin precedentes desde hace cinco años cerrando a US$ 13,15 por barril en su precio de contado, en lo que constituye una prolongación del derrumbe que se contabilizó en 1993 en el marco de una situación recesiva.

EVOLUCION DEL PRECIO DEL BARRIL DE PETROLEO



Los embarques para entrega en febrero del crudo de tipo Brent Blend abrieron ayer en el mercado de Londres, luego del receso de cuatro días por las fiestas navideñas, a 13,25 por barril, y bajaron luego hasta 12,30, el más bajo desde noviembre de 1988 (más información en la página IV de M&E).

A principios de este año, el valor del barril de crudo fluctuaba en los 20 dólares. Descontando la inflación, el valor es ligeramente superior al que existía en el momento del embargo petrolero dispuesto en 1973 por los países árabes. La Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tiene la meta de llegar a un precio de 21 dólares por barril.

La recesión ha generado una retracción en la demanda de crudo mientas que, simultáneamente, los nuevos yacimientos anglo-noruegos del mar del Norte establecieron una producción récord de 5 millones de barriles por día.

Analistas de la industria occidental dicen que Arabia Saudita se niega a encabezar una nueva ronda de recortes en la extracción por parte de la OPEP a menos que los productores ajenos al cártel ayuden a restringir el exceso en la oferta.

Pero un enviado árabe, el ministro de petróleo de Omán, Ahmed al Shanfari, finalizó el martes conversaciones con las autoridades noruegas, sin obtener compromiso alguno de ese país en el sentido de limitar la comercialización de su crudo.

El ministro de Industria y Energía noruego, Jens Stoltenberg, dijo que en las actuales circunstancias "no adoptaría medida alguna destinada a restringir nuestra producción".

"La OPEP es el cártel y la OPEP tiene la principal responsabilidad de ejercitar restricciones en la producción", sostuvo Stoltenberg.

Algunos operadores dicen que los precios en un mercado con escaso movimiento podrían no resultar representativos.

Las entregas futuras del crudo Brent se derrumbaron hasta 13,23 en las primeras transacciones de ayer, con una pérdida de más de 40 centavos en relación con las operaciones que se pactaron antes de Navidad. Pero se mantuvieron en ese nivel y posteriormente tomaron una tónica ligermante ascendente.

No obstante, cualquier recuperación genuina (a menos que Europa y Estados Unidos sufran un invierno verdaderamente glaciar) va a depender de un recorte en el volumen de extracción.

Los economistas especializados en el área energética dicen que el petróleo barato puede ayudar a potenciar una recuperación económica global.

Mientras el crudo se vende a unos 13 dólares, el costo de un barril para los ciudadanos de la Comunidad Europea, una vez refinado en gasolina o combustible para calefacción y que se le aplican los correspondientes impuestos trepa a unos 100 dólares. ■ *(De la redacción de* El Observador *en base a información de las agencias EFE y Reuter)*

A pesar del esfuerzo de la OPEP por reducir las cuotas

Débil demanda y expectativas de sobreoferta deprimieron el precio del petróleo en 1993

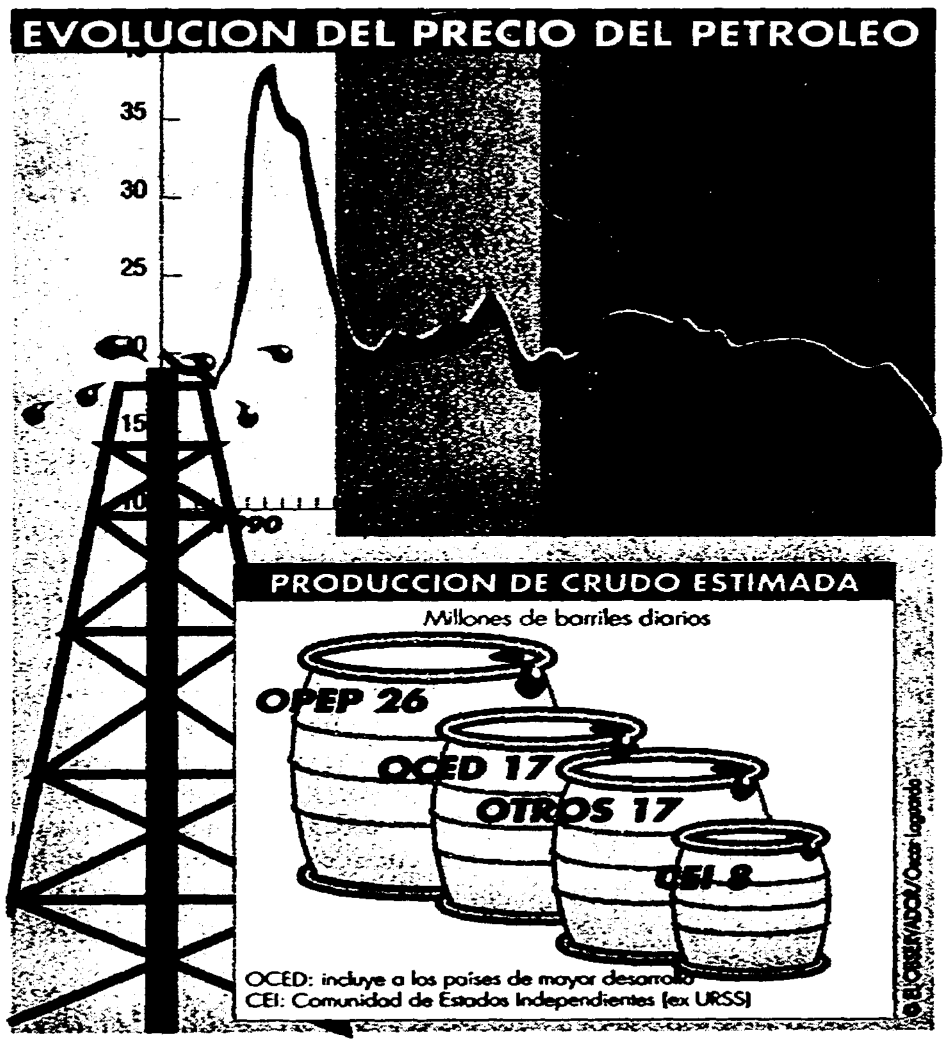
El año que acaba de terminar no fue bueno para los países exportadores de petróleo. El precio del barril de crudo alcanzó el menor nivel en cinco años. Las causas principales de este fenómeno fueron la demanda debilitada, la sobreoferta de los países productores y las expectativas por el fin del embargo a Irak.

por Alejandro Gold
de la redacción de *El Observador*

El petróleo terminó el año a valores no registrados desde 1987, alcanzando un mínimo de US$ 12,3 por barril el 29 de diciembre.

La mezcla Brent del Mar del Norte terminó 1993 a un valor de US$ 13,25, lo que significa una caída de 26,6% respecto al último día del año anterior, cuando su valor alcanzaba US$ 18,05 por barril.

Las razones para esta caída fueron varias. Por el lado de la demanda, el consumo de crudo se debilitó este año por la floja recuperación económica de los países industrializados, lo que presionó su valor a la baja. Paradójicamente, la caída del precio del petróleo puede ser unos de los motores para la recuperación tan esperada y tan demorada de los países desarrollados.



Por el lado de la oferta, existe un exceso de producción debido a las relativamente altas cuotas fijadas por la OPEP (ver recuadro), quien no tuvo éxito en su intento de regular la producción de sus miembros de manera de hacer bajar los precios. Por otro lado existen grandes expectativas que finalice pronto el embargo a Irak, y su regreso a los mercados exportadores podrían deprimir los precios aún más.

Evolución en el año

El valor del barril venía cayendo durante el año, hasta que la OPEP, preocupada por el vertiginoso descenso, realizó en setiembre un acuerdo entre sus miembros para cortar la producción y de esa forma presionar los precios nuevamente al alza.

En dicho acuerdo se fijó una cuota de 24,5 millones de barriles diarios para los países miembros, poco más del 35% de la oferta total de crudo.

El intento tuvo un éxito relativo, ya que luego del primer impulso ascendente, el precio continuó cayendo hasta valores no alcanzados en años.

Las principales razones para esta caída fueron, la desconfianza del mercado en el mantenimiento de las cuotas, la endeble demanda de crudo que hizo que los inventarios estén por encima de su nivel normal, aún respetando las cuotas prefijadas, y la perspectiva de un levantamiento del embargo contra Iraq, que podría hacer crecer su producción y caer el precio en el futuro.

Analistas de Prudential Securities, sin embargo, estiman que el petróleo iraquí va a demorar en aparecer en el mercado, y por lo tanto esas sospechas de sobreoferta futura son infundadas. Además, aún si se levanta el embargo e Irak comienza a vender petróleo nuevamente en cantidades importantes, la OPEP estaría preparada para dicho evento y los precios no seguirían cayendo.

El consumo total de petróleo alcanza aproximadamente los 68 millones de barriles diarios (MBD), de los cuales 26 MBD son proporcionados por la OPEP, 17 MBD por los países industrializados miembros de la Organización de Cooperación Económica y Desarrollo (OCED), 8 MBD por los países de Comunidad de Estados Independientes (CEI), y 15 MBD por otros países productores. ■

OPEP produce casi el 40% del crudo

DESDE QUE EN 1858 el explorador americano Eduard Drake vio brotar una alta columna de líquido negro, en una de sus excavaciones en búsqueda de oro en Pennsylvania, el petróleo transformó la economía mundial y cambió para siempre la vida en la Tierra.

El petróleo es un producto básico (commoditie), cuyo mercado está muy influenciado por las políticas adoptadas por la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

La OPEP es un cártel conformado por algunos de los más importantes productores del mineral, que estableciendo cuotas de producción a sus miembros, regula o al menos intenta regular, el precio del crudo. La OPEP produce actualmente el 39% de la oferta de crudo mundial, unos 24,5 millones de barriles diarios.

LA OPEP Y SU PRODUCCION DE CRUDO

Millones de barriles diarios

ARGELIA	0.75
GABON	0.29
INDONESIA	1.33
IRAN	3.60
IRAK	0.45
KUWAIT	2.05
LIBIA	1.36
NIGERIA	1.94
QATAR	0.39
ARABIA SAUDI	8.00
EMIRATOS ARABES	2.15
VENEZUELA	2.35
TOTAL	24.60

Fuente: Futures de Prudential Securities

El cártel de países exportadores de petróleo fue fundado en Bagdad, el 14 de setiembre de 1960, por Arabia Saudita, Irak, Irán, Kuwait y Venezuela, como oposición a las compañías petroleras transnacionales que habían decidido bajar el precio del barril de petróleo de US$ 1,6 a un dólar en 1959.

Desde su creación hasta 1973 la OPEP fue quitando poder a las transnacionales petroleras, hasta que en octubre de ese año, el cártel fijó los precios por primera vez.

Posteriormente el valor del crudo subió paulatinamente, hasta que en 1979 el derrocamiento del sha de Irán y la interrupción momentánea de sus exportaciones, hizo crecer los precios hasta cerca de US$ 40 el barril, con la consecuente crisis en los países industrializados e importadores de petróleo.

A partir de ese año, el precio del mineral descendió paulatinamente, hasta agosto de 1990, cuando como consecuencia del conflicto en Medio Oriente subieron los precios nuevamente a niveles no alcanzados en más de una década.

A partir de 1991 el precio del petróleo se mantuvo en niveles de 18 a 20 dólares por barril, hasta 1993, cuando comenzó a descender en forma pronunciada.

Actualmente, la OPEP cuenta con 12 miembros que producen 24,5 millones de barriles diarios (ver cuadro). ■

Austria

SECRETARIADO DE LA OPEP

Austria defiende a ultranza la permanencia en su capital del secretariado general de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cuyos países miembros estudian su traslado a Ginebra por motivos tanto económicos como políticos. Entre Viena y Ginebra se desarrolla desde hace unos meses un tira y afloja en el que cada ciudad intenta presentar al consorcio petrolero las condiciones más favorables para la permanecia futura de su sede, informó ayer , lunes, el diario austríaco «Die Presse». Los intereses en juego son de tal importancia que por parte austríaca interviene no sólo el alcalde de Viena, Helmut Zilk,
sino hasta el ministro de Asuntos Exteriores, Alois Mock. La OPEP estaba, en principio, dispuesta a permanecer en Viena pero en lugar de seguir ocupando un edificio alquilado indicó sus preferencias por adquirir uno en el que instalar su sede.

Preocupación en países exportadores por bajo precio a pesar del gélido invierno boreal

El petróleo podría caer a US$ 10 por barril si la OPEP no reduce la producción de crudo

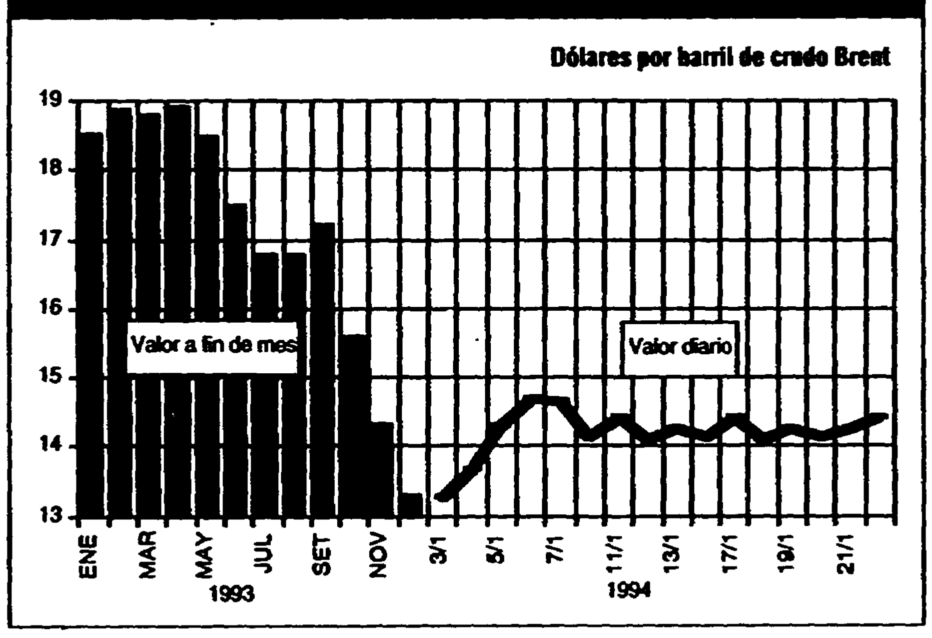
Los precios petróleo Brent podrían descender hasta US$ 10 por barril si la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no reduce pronto su producción, advirtieron hoy comerciantes europeos.

Los precios sufrieron presión el lunes debido a la dura posición de Arabia Saudita y los aliados del Golfo Pérsico, que no garantiza la reducción en la extracción en el segundo trimestre, necesaria para apreciar el valor del petróleo.

La OPEP se reunirá el próximo 25 de marzo para considerar nuevas cuotas de producción para el segundo trimestre, cuando la demanda disminuye.

El límite máximo de producción fijado por la OPEP se encuentra actualmente en 24,52 millones de barriles diarios, y la organización debería reducirla por lo menos en 1,5 a 2 millones para apreciar el valor del petróleo al objetivo de 18 a 21 dólares el barril, de los US$ 14 actuales.

EVOLUCION DEL PRECIO DEL PETROLEO



Los esfuerzos de la OPEP por apreciar el valor del crudo fracasaron desde que en noviembre no redujo su producción y atribuyendo los deteriorados precios a la elevada extracción de los países no miembros.

El valor del crudo alcanzó a fines de 1993 el menor valor desde 1987 debido a varios factores. Por el lado de la demanda, el consumo de crudo se debilitó por la floja recuperación económica de los países industrializados, lo que presionó su valor a la baja.

Por el lado de la oferta influyó la desconfianza del mercado en el mantenimiento de las cuotas, la endeble demanda de crudo que elevó los inventarios por encima de su nivel normal, aun respetando las cuotas prefijadas, y la perspectiva de un levantamiento del embargo contra Irak, que podría hacer crecer su producción en el futuro.

La situación para los exportadores de crudo es preocupante, ya que los precios del petróleo no registraron un repunte importante, a pesar del gélido invierno en Estados Unidos, que debería haber presionado su valor al alza.

El Centro para Estudios Mundiales de Energía (CGES) indicó que los precios difícilmente bajen mucho más debido a la usual acumulación de reservas en el segundo trimestre. ■ *(De la redacción de* El Observador, *en base a información propia y de la agencia Reuter)*

940091.

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M No..940013....Rel/Fecha: 04/02/94

I: ASUNTO: INFORMACIONES VARIAS

II: EVALUACION:

III: REFERENCIA:

IV: T E X T O:

LANZAMIENTO CAMPAÑA POLITICA DE LULA

(Invitación a Políticos y Gremios Uruguayos)

- Se tomó conocimiento que el mencionado acto político a realizarse en la Ciudad de Santana Do Livramento el próximo 18 de Febrero constituye el lanzamiento de la campaña política de Luis Ignacio Da Silva (LULA), para la Presidencia de Brasil.
- Que circula a nivel de algunos gremios sindicales del país una // convocatoria para la concurrencia al mencionado acto.
- Tanto el PIT-CNT, como el F.A., no son partícipes de apoyar de manera formal dicha convocatoria dejando a libre decisión la concu- / rrencia de políticos y sindicalistas.
- Los sectores políticos que concurrirían son P.V.P., un grupo del / MLN-T, P.S.T., P.T., la F.A.U. y P.C.U. (Ortodoxos).
- Los dirigentes políticos que habrían confirmado la concurrencia / son Hugo Cores, Elías Sarthou y el dirigente sindical Eduardo Fernández Farías (P.S. AEBU).
- La concurrencia implicaría una especie de alianza por lo cual no existe apoyo unánime del PIT-CNT, ni del F.A.
- Es importante considerar que el lanzamiento de ésta campaña política en la Frontera de Brasil con Uruguay, independiente de darle / un reconocimiento internacional a la imagen de LULA, podría tomarse como una especie de Alianza Política-Social-Sindical que de acuerdo a los próximos resultados electorales en Brasil, incidiría posiblemente en las elecciones de Uruguay.

CANDIDATURAS POLITICAS DEL MLN-T

- El mencionado grupo ha revertido la postura de no querer participar en el "Parlamento Burgues", postulando como candidatos al Senado para las próximas elecciones Nacionales a Fernández Huidobro y / Elías Sarthou.

001/002

SECRETO

ECONOMIA DEL PIT-CNT

- Se espera el aporte de "Giuseppe", quien sería el dirigente sindical representante de la Central Obrera Italiana, quien traería un aporte importante para reflotar la Central.
- Hasta el momento la situación es muy crítica, no hay para pagar luz, agua y teléfono (se deben $ 60.000), habiendo cortado una línea telefónica, teniendo además un adeudo grande con el BPS el // cual estaría tratándose de refinanciar.
- En el Instituto "Costa-Duarte", fueron hechados Brindizi, Caneto y otros, por el propio D'Elía, por el alto sueldo que ganaban y poca producción.

SITUACION EN BELLA UNION

- Se recibió desde Bella Unión una invitación, por parte de un Tal "Valverde", presidente de la UCOA, enviada al PIT-CNT para participar para el próximo 5/2/94 de una reunión de Productores de CALNU, Sindicalistas, Diputados de Departamento, Representantes de Organizaciones locales y Partidos Políticos a los efectos de discutir la / situación creada por el cierre de CALNU.
- Concurrirá César Ruiz de AFUTE y De Mello del Sindicato de ANCAP.

AUMENTO DE CAJEROS DE ANTEL

- Solicitaron un aumento mayor del 100%, siéndole concedido un 50% de incremento lo cual el Sindicato no va a aceptar.

FECHA 22/02/94 INICIAL UG

Procesado a Sistema

OBSERVACIONES

la Mañana

Decano de la prensa nacional

Miembro de la Sociedad Interamericana de Prensa, SIP

Director Redactor Responsable:
Dr. Salvador Alabán Demare
Bartolomé Mitre 1337 - Apto. 70

SECRETARIOS DE REDACCION:
Carlos Santiago y Carlos Jones

SUBSECRETARIO DE REDACCION:
Alberto Schiavone

Servicios Internacionales de
ANSA, AP, EFE, REUTERS, XINHUA

Impreso en los talleres de la Sociedad Editora Uruguaya Sociedad Anónima
Dirección: Río Negro 1028 -
Teléfonos. 92 03 48 / 52 - FAX: 92 13 26
Director Administrador General de SEUSA:
Dr. Esc. Artigas González Samudio
Por avisos en esta publicación: ALINOX S.A.
26 de Marzo 3468 - Tel. 620816 - Fax 715726

31/I/94

001/001

P1027.- PERSONAL

Montevideo, 3 de Febrero de 1994.-

##

1).- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

SUNCA: En reclamo de mejoras en la seguridad laboral, se encuentran movilizados. El 4/II/se realizará un Plenario de Delegados donde surgiran las nuevas medidas a adoptar.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION: El 4/II/se reuniran en el MSP, participando integrantes de la FUS, del Sindicato Medico y autoridades de dicho Ministerio.-

BANCA PRIVADA

AEBU: Continuan con la realización de 15 minutos de paro cada vez que un cajero recibe un cheque del CITY BANK.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

OCUPANTES DE TERRENOS MUNICIPALES: Los ocupantes y huelgistas del terreno ubicado enHumbolt yLaureles suspendieron las medidas de lucha al mediar el CCZ 14 logrando que formaran una cooperativa y aceptaran a esos efectos un terreno ubicado en Yapeyú y Cowland.-

##

2).- INFORMACION ESTATAL

SUTEL: En asamblea realizada en el día de ayer se resolvió levantar las medidas de lucha y continuar el conflicto en el día de hoy la gremial va a ser recibida por el Directorio.-

C.O.F.E: En reunión de la Mesa Representativa ayer se resolvió que cada funcionario que se encuentre afectado ante la ilegalidad del P.E. al no otorgarle el aumento cuatrimestral, presente un recurso ante el P.E. a la vez que solicita se cree una Mesa de Negociaciones declarandola en Sesión Permanente.-

FED.URUG.DE MAGISTERIO: El 5/II/ se reunirá la Mesa Representativa.-

ASOC.DE FUN.CASINOS MUNICIPALES: Se encuentran en pre-conflicto desde el 26/I/, debido a la deuda que mantiene la IMM con los administrativos.-

##

001/002

3 de FEBRERO de 1994.-

SECTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	1) Continúan paro cada vez que un cajero reciba un cheque del CITY BANK, paro de 15'.-
A.N.T.E.L.	REESTRUCTURA.	S.U.T.E.L.	2) En hrs. de la tarde Reunión del Gremio con Directorio.-
JUDICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	3) Asambleas por edificio hasta el 04/02.-

002/002

-9401093

598 2 910319 P.02/02
1994-02-03 09:08 DN.I 'Secretaria Privada.'
TOTALE P.02

PERSONAL

P.028.-

Montevideo,4 de Febrero de 1994.-

1)- INFORMACION GREMIAL

CONSTRUCCION

SUNCA:En reclamo de mejoras en la seguridad laboral,en el día de hoy efectuaran un Plenario de Delegados en el que surgiran nuevas medidas de lucha.-

ORGANIZACIONES DE SALUD

EMP.CIV.DE LA NACION:Se reuniran en el día de hoy con autoridades del MSP,del Sin.Médico y de la FUS para decidir el futuro de dicha mutualista.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

UNOTT:Estan realizando contactos a nivel del P.E. por el cumplimiento del convenio pactado con ONDA.En la 2da. quincena de este mes realizaran un Plenario de Delegados.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U:Prosiguen realizando paros de 15 minutos cada vez que un cajero recibe un cheque del City Bank.-

ORGANIZACIONES GREMIALES-SOCIALES

SUTCRA:EMP.DE CARGA:En plenario de Delegados realizado en el día de ayer se resolvió,efectuar un paro de 48 días entre los días 4 y 5/II/en razon de que las distintas gremiales de la patronal no les dieron respuesta sobre la firma del convenio laboral.-

2)- INFORMACION ESTATAL

C.S.E.U:De acuerdo a lo resuelto en Plenario de Delegados efectuado el 2/II/ este pasó a cuarto intermedio hasta el día 7/II/.-

S.U.T.E.L:Continuan en conflicto estando previsto que para el día de hoy el directorio reciba a el gremio.-

C.O.F.E:Reunida la Mesa epresentativa el 2/II/ resolvió,solicitar una Mesa de Negociaciones,declarar la misma en Sección Permanente,en caso de no contemplarse dicho petitorio,llamar a una asamblea general,para proponer una huelga general.-

FED.URUG.DE MAGISTERIO:El 5/II/ se realizará una Mesa Representativa,en la que se tratará el "NO" inicio de las clases.-

ASOC.DE FUN.CASINOS MUNICIPALES:Prosiguen en pre-conflicto desde el 26/I/ en razón de la deuda que mantiene la IMM con los administrativos.-

ASOC.DE FUN.JUDICIALES:Desde el 2/II/ vienen realizando asambleas por edificios hasta el día de hoy a la hora 10.00 en que efectuarán una asamblea general.-

hs

001/002

598 2 910319 P.01/02
1994-02-04 08:14 Secretaria Privada.

04 de FEBRERO de 1994.-

CTOR.	PLATAFORMA.	GREMIO.	INFORMACION.
NCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	1) Continúan paro cada vez que un cajero reciba un cheque del CITY BANK, paro de 15'.-
DICIALES.	SALARIO.	A.F.J.U.	2) Asambleas por edificio hasta el 04/02.- Hora 10:00 Asamblea Gral. (Río Branco 1280).-
NSTRUCCION.	SEGURIDAD LABORAL.	S.U.N.C.A.	3) Hora a determinar Plenario de Delegados para adoptar nuevas medidas (Yí y Paysandú).-
OC. EMPLEADO CIVILES DE LA NACION.	SALARIO.	F.U.S.	4) Reunión en el msp con el Sub Secretario(ABIZAK), integrantes de la FUS y por el sindicato Médico el Dr. CHIODI.-
RABAJADORES DE CARGA.	SALARIO.	S.U.T.C.R.A.	5) Paro de 48 hrs. (04 y 05/02).-

PERSONAL

9401094

002/002

Doc. Poco LEGIBLE

598 2 910319 P.02/02
1994-02-04 08:15 DNII Secretaria Privada
TOTALE P.02

PERSONAL

P.029.-

Montevideo, febrero 5 de 1994

//

1)- **INFORMACION GREMIAL**

ORGANIZACIONES DE LA SALUD

EMPLEADOS CIVILES DE LA NACION; Se realizó el 4/II/ una reunión con el Sub Secretario del MSP., de la que participaron médicos y funcionarios administrativos, los que solicitaron la intervención de la Mutualista. Por otra parte a la hora 20.00' en el club Río Negro se efectuó una Asamblea de los Médicos a fin de adoptar medidas al respecto.-

ORGANIZACIONES DEL TRANSPORTE

U.N.O.T.T.: Prosiguen los contactos con el P.E., por el cumplimiento del convenio pactado con ONDA, hasta la segunda / quincena del mes en curso, realizándose un Plenario de Delegados a fin de evaluar las medidas de lucha.-

S.U.T.C.R.A.-EMPRESAS DE CARGAS; Se resolvió en el Plenario de Delegados, realizar un paro de 48 horas, los días 4 y / 5/94, en razón que las distintas gremiales de la patronal, no han dado respuesta sobre el convenio salarial.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: En el día de ayer se realizó un Plenario de Delegados, a fin de definir las medidas de lucha, en reclamo de mejoras de seguridad laboral.-

CONSTANCIA; El pasado 3/II/ próximo a la hora 16.00' se realizó una concentración en la intersección de la Avda. 8 de Octubre y Pdte.Berro, por parte de unas 50 personas, pertenecientes a los Servicios Médicos Móviles "Ce Te Ii", en reclamo de mejoras salariales, encontrándose unos seis móviles con personal médicos y choferes. Se hace constar que se produjeron daños en la puerta del garage y rotura de vidrios del local del Ce Te Ii ubicado en la Avda. 8 de Octubre 2563.-

//

2)- **INFORMACION ESTATAL**

ASOC. DE FUNC. JUDICIALES; En la Asamblea General realizada declararon insuficiente el ajuste cuatrimestral, por lo que entre otras cosas tiene previsto, para el 9/II/ presentar / demanda ante el P.E. y realizar entrega de firmas, con movilización de todo el gremio con paro nacional, y concentración a partir de la hora 10.00' frente al edificio Libertad; De igual manera convocar al Plenario Nacional de Delegados para el mismo día.-

C.O.F.E.: La Mesa Representativa se encuentra en sesión permanente desde el 2/II/, donde había resuelto que se solicite una "Mesa de Negociones", en caso de contemplarse, llamar a una Asamblea General para proponer una huelga general del funcionariado público.-

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO; En la fecha está prevista una / reunión de la Mesa Representativa, a fin de tratar el reinicio de las clases.-

///...

///....

S.U.T.E.L.:El 4/XI/ se realizó una Asamblea donde se resolvió proseguir con los paros, en los sectores de; Cobranzas, Atención Telefónica Comercial y Persolanizada, Gestió de // Cobro y Tesorería. Resta señalar que el 8/XI/ a la hora // 10.00' esta prevista una nueva Asamblea.-

A.U.T.E.: Se encuentran agreñados distintos pasos a seguir, los que serán estudiados por la Directiva, a fin de llegar a no a las movilizaciones.-

M.S.C.R.A.:El 8/XI/ se encuentra prevista una reunión ordinaria.-

ASOC. DE FUNC. ADM. DE CASINOS MUNICIPALES: Desde el 26/I/ se encuentran en conflicto, por deuda de la Intendencia / capitalina. Por el momento no se tomarán medidas, habiéndose solicitado una entrevista con el titular de la misma.-

//

//

//////////////////// S

002

9401095

05 DE FEBRERO DE 1994.

SECTOR.	PLATFORMA.	GREMIO.	I N F O R M A C I O N.
TRABAJADORES DE CARGA.	SALARIO.	S.U.T.C.R.A.	1) Paro de 48 horas (últimas 24 hrs).-
A.N.T.E.L.	SALARIO.	S.U.T.E.L.	2) Continúan paros en los sectores: Cobranzas, Atención Telefónica Comercial y Personalizada Gestión de Cobro y Tesorería.-
MAGISTERIO.	SALARIO.	F.U.M.	3) Hora a determinar reunión de la Mesa Representativa en Maldonado 1170.-
SEGURIDAD SOCIAL.	SALARIO.	A.T.S.S.	4) Hora y lugar a determinar plenario de delegad

PERSONAL

003

9401095

1994-02-05 09:40 DNII Secretaria Privada. 598 2 910319 P.04/04

TOTALE P.04

CONSTANCIA DE MOVILIZACIONES:

SECTOR PRIVADO:

C[illegible]	[illegible]	Se mantiene el conflicto.
T[illegible]	[illegible]	Continúan medidas de lucah.-
[illegible]ORA	4 al 5/2	Paro de 48 horas.-
[illegible]	07/2/94	Se informaran medidas a doptar.-
[illegible]	[illegible]	2da. quincena del mes en curso Plenario de Delegados.-
[illegible]	[illegible]	Para este mes de prevee olla sindical en Veracierto 3310
[illegible]	[illegible]	Se informaran medidas a adoptar.-

SECTOR PUBLICO:

[illegible]	[illegible]	Tripartita analiza la situación del Ente.-
[illegible]	05/2/94	Plenario de Delegados.-
[illegible]	[illegible]	Pasa a cuarto intermedio hasta el 7/2.-
AFJU	09/2/94	Paro Nacional a partir de hora 10 con concentración en edificio central.-
[illegible]	[illegible]	Continúan con medidas de paro.-
[illegible]	05/2/94	Mesa Representativa.-
[illegible]	08/2/94	Reunión Ordinaria.-
[illegible]	[illegible]	
CA[illegible]	[illegible]	En pre-conflcito, solicitan entrevista con el [illegible].-

U 004/004 9401095

Doc. Poco LEGIBLE

TOTALE P.01

PERSONAL ARCHIVO

P.030.-

Montevideo, febrero 6 de 1994

//

1)- INFORMACION GREMIAL PRIVADA

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: En el Plenario de Delegados realizado el 4/II/ se / resolvió que el 25/II/ entre las 09:00' y las 13:00' horas /// paro y concentración en el Obelisco, con posterior marcha en "camionada" por la Avda. 18 de Julio, -a la Cámara de la Construcción, Ministerio de Trabajo y Parlamento-, para exigir seguridad y higiene, así como sobre el personal de obra extranjero que trabaja en forma antirreglamentaria.-

//

2)- INFORMACION GREMIAL ESTATAL

ASOC. DE TRABAJADORES DE LA SEGURIDAD SOCIAL: El 3/II/ en la /// Asamblea de Delegados realizada se resolvió: 7/II/ entrevista / con el Director del BPS para tratar sobre el convenio colectivo; Solicitar entrevistas al MTSS., a la Comisión Permanente del Parlamento y a la Organización de Jubilados y Pensionistas. Por // otra parte el 16/II/ se realizará una Asamblea general con el / fin de tratar una perpuesta de paro de 24 horas para marzo.-

COORDINADORA DE SIND. DE LA ENSEÑANZA DEL URUGUAY: Se encuentra en cuarto intermedio hasta el 7/II/ a los efectos de realizar diversas gestiones.-

S.U.T.E.L.: Continúan los paros en los Sectores de Cobranzas, /// Atención telefónica y comercial, Gestión de Cobro y Tesorería. Se encuentra prevista para el 8/II/ a partir de la hora 10:00' una Asamblea.-

MESA SIND. COORD. DE ENTES AUTONOMOS: El próximo 8/II/ se realizará una reunión ordinaria.-

ASOC. DE FUNC. ADM. DE CASINOS MUNICIPALES: Desde el 26/I/ se / encuentran en pre-conflicto, por deuda de la IMM.-

//

//

////////////////////

001/001

598 2 910319 P.01/01

1994-02-06 10:29 DNII Secretaria Privada.

Montevideo, febrero 7 de 1994

//

1)- INFORMACION GREMIAL PRIVADA

ORGANIZACIONES DE LA SALUD

FED. URUGUAYA DE LA SALUD: En la fecha darán a conocer las medidas de lucha a llevarse a cabo, por el tema del salario.-

BANCA PRIVADA

A.E.B.U.: Prosiguen los paros sorpresivos de quince minutos, // cada vez que se recibe un cheque del City Bank.-

INDUSTRIA DE LA VESTIMENTA

OSAN: Se mantiene en conflicto.-

CONSTRUCCION

S.U.N.C.A.: El 25/II/ paro entre las 09.00' y las 13.00' horas, con concentración en el Obelisco y posterior caminada por la / Avda. 18 de Julio hasta la Cámara de la Construcción, MTSS., y Parlamento.-

//

2)- INFORMACION GREMIAL ESTATAL

ASOC. DE TRABAJADORES DE LA SEG. SOCIAL: En la fecha está prevista una entrevista con el Director del B.P.S., a fin de tratar / sobre el convenio colectivo.-

FED. URUGUAYA DE MAGISTERIO: La reunión de la Mesa Representativa prevista, quedó pospuesta para el 22/II/94.-

ASOC. DE FUNC. JUDICIALES: El 9/II/ paro a nivel nacional a partir de la hora 10.00', con concentración frente al Edificio // Libertad. Se hace constar que para la misma fecha, se encuentra convocado el Plenario Nacional de Delegados.-

M.S.C.E.A.: El próximo 8/II/ se realizará una reunión ordinaria.-

ASOCIACION FUNC. ADM. DE CASINOS MUNICIPALES: Desde el 26/I/ se encuentran en pre-conflicto por la deuda que mantiene la Intendencia, no habiéndose por el momento tomado medidas de lucha. / Se hace constar que han solicitado una entrevista con el titular del Gobierno Departamental.-

//

//

//////////////

S

001/002

08/II/94
SDI
9401097

SECTOR.	.PLATAFORMA.	.GREMIO.	. I N F O R M A C I O N.
A.N.T.E.L.	SALARIO.	S.U.T.E.L.	1) Continúan paros en los sectores: Cobranzas, Atención Telefónica Comercial y Personalizada, Gestión de Cobro y Tesorería.-
BANCA PRIVADA.	CONVENIO.	A.E.B.U.	2) Continúan paros sopresivos de 15´cada vez que los cajeros reciban cheques del CITY BANK.-
SEGURIDAD SOCIAL.	SALARIO.	A.T.S.S.	3) Hora a determinar reunión de la gremial con el Director del B.P.S. (Sr. Romero).-
COORDINADORA DE SINDICATOS DE LA ENSEÑANZA.	SALARIO.	C.S.E.U.	4) Hora a determinar entrevista con autoridades en Casa de Gobierno.-
SALUD PRIVADA.	SALARIO.	F.U.S.	5) Hoy dan a conocer medidas de lucha a llevarse a cabo.

Doc Poco Legible

002/002

-9401097

PERSONAL

TOTALE P.01

1/1

FECHA 21/02/94 (VZ)

Procesado a Sistema

OBSERVACIONES

ultimas noticias

«ULTIMAS NOTICIAS» es una publicación de Impresora Polo Limitada, Paysandú 1179. Teléfono 92.04.52. Télex 22167. Fax: 92.00.34. Montevideo, República Oriental del Uruguay. Director: Julián Safi; Redactor Responsable: Federico Solé, Monzón 1824; Coordinador: Tabaré Picardo; Secretario de Redacción: Andrés Falca; Jefes de Información: José E. Perdomo y Juan J. Norbis. Distribuidor en la ciudad de Montevideo: Eddie Espert. Depósito Legal Nº 160.561. Matrícula 2297.

6/3/94

001/001

1/4.

07/02 '94 14:14 ☎5428177 URUMADRID ☒001

EMBAJADA DEL URUGUAY
AGREGADURIA MILITAR

FECHA: 7/2/94	REF.:
DE: FAUMAD - Cnel. J. Pedragosa	FAX: 542 81 77
PARA: D.G.I.D. Gral. L. Abraham	FAX: 81 71 18

TEXTO :

Adjunto información aparecida en el matutino ABC del día 6 del corriente.

Efectuadas consultas con autoridades del área, informaré en caso que las mismas sean de significación.

Saluda a usted atentamente

El Agregado Militar, Aeronáutico y Naval

Cnel.(Av.)

Jorge Pedragosa

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
SECRETARIA
Fecha 8-II-94
Pasa a
Nº de Identificación 9401099

541 P01 5982+817118 DGID SEC GRAL 02-07-94 10:07

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General ...
DEPARTAMENTO ...
Fecha de entrada 08 FEB. 1994
Pase a MILITAR-Biog.
Nº de Orden 9401099

001/004.

ETA ha trasladado a Uruguay parte de su «aparato de falsificación» para facilitar la infiltración en América

Ciudadanos galos colaboraban en la realización de documentos para los pistoleros

Preparaban pasaportes para que los activistas huyeran a Iberoamérica, en especial a México

Madrid / San Sebastián. J. M. Zuluaga / C. Olave

Numerosos ciudadanos de nacionalidad francesa trabajan en el «aparato de falsificación» de la banda terrorista ETA que se encarga de preparar los documentos de identidad para los activistas que pasan a España como integrantes de «comandos de ilegales-liberados» y los que deciden huir a países de Iberoamérica, en especial a México y Uruguay. En este último país, se ha detectado una cierta actividad de los «falsificadores» etarras, que participaban en la preparación de carnés y pasaportes para ser utilizados por los llamados «refugiados» que iban a viajar a aquella nación que cuenta con una nutrida y acomodada colonia etarra.

Las operaciones realizadas por las Fuerzas de Seguridad galas contra ETA en los últimos tiempos han permitido a los responsables de la lucha antiterrorista en Francia conocer con detalle el funcionamiento de los distintos «aparatos» del entramado etarra.

El de «falsificación», uno de los pocos que no ha sufrido hasta ahora la acción de las Fuerzas de Seguridad, resulta fundamental para el funcionamiento de la banda criminal, ya que permite que los pistoleros que se trasladan a España para cometer atentados cuenten con documentos de identidad casi perfectos, que les permiten moverse por el territorio nacional con una cierta impunidad.

Asimismo, los falsificadores de ETA han dedicado buena parte de su actividad a preparar documentos de identidad, españoles y franceses, para los cabecillas de la banda que residen habitualmente en Francia. A raíz de la operación de Bidart, en la que fueron detenidos los cabecillas del colectivo «Artapalo», se encontraron varios juegos de documentos para José Luis Álvarez, «Txelis» y «Violeta»; Francisco Múgica, «Pakito»; y José Arregui, «Fiti» y «Pottolin».

Los pasaportes que se destinan a los etarras que quieren salir de Francia son los trabajos en los que menos se esmera el «aparato de falsificación» ya que su utilización queda restringida a los controles fronterizos.

Según un documento de lucha antiterrorista francesa que ha conocido ABC, numerosos ciudadanos de nacionalidad gala colaboran con el «aparato de falsificación» etarra para comunicar a la banda las modificaciones que introduce la Administración en los documentos, así como facilitar nombres con los que rellenar dichos documentos.

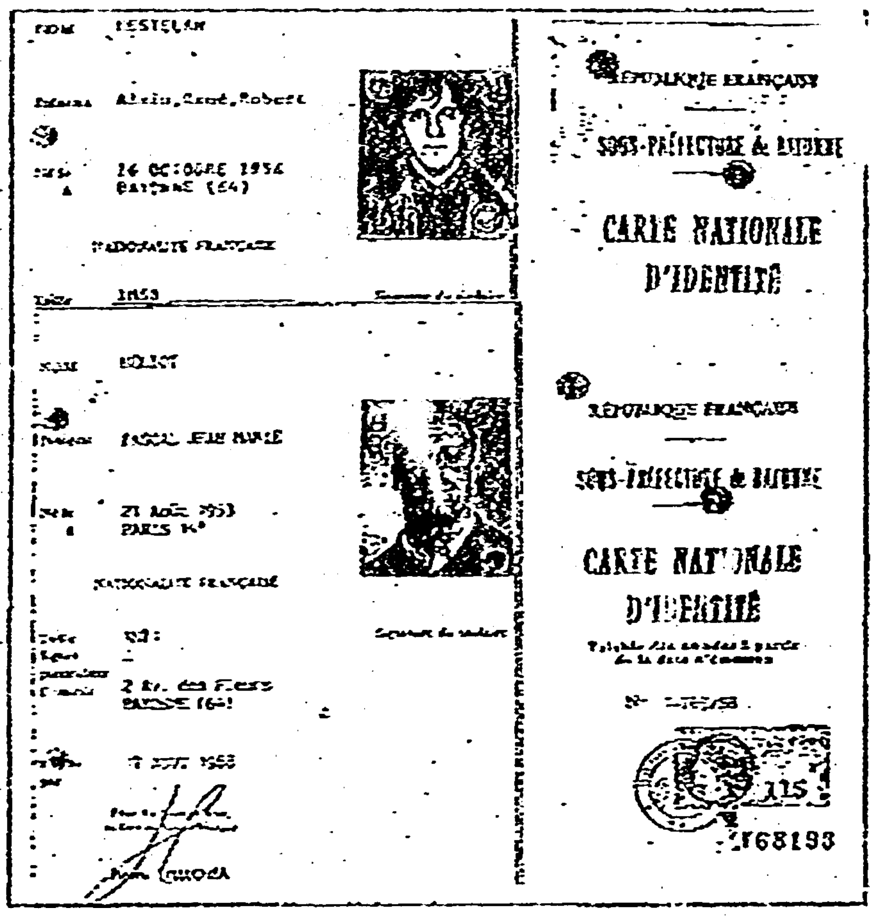
La Policía Judicial francesa encontró en poder de «Txelis» varias documentaciones falsas, dos de ellas francesas, a nombre de Michel Ducassou y Heliot Pascal, y otras tres españolas (pasaporte, DNI y permiso de conducir), a nombre de Gregorio Lacunza Aguirre. Los de «Pakito» estaban a nombre de Alain Mestelan, los franceses, y Luis Arrache Lizarraga, los españoles. Y los de «Fiti», a nombre de Jean Michel Etcheverry. Asimismo, fueron requisadas otras documentaciones [illegible] «legales-liberados» de la banda, como [illegible] Peñagaricano, «Hankas», y Juan Bienzobas Arreche, «Karaka».

El creciente acoso policial que sufre ETA en Francia ha determinado que muchos pistoleros hayan decidido huir a países de Iberoamérica, México y Uruguay especialmente. La organización —dice el citado documento— tiene necesidad de economizar sus gastos y reservar los lugares destinados a esconder a los pistoleros a aquellos que quieren continuar en la «lucha armada». Los otros pueden escoger entre dos opciones: quedarse en Francia y pagarse ellos los gastos o viajar al extranjero, principalmente a America Latina. En este último caso, la organización le facilita un pasaporte y un billete de avión. Esta documentación no precisa una falsificación muy elaborada y ETA utiliza pasaportes con unos datos, en especial la fecha de nacimiento, que se asemejen a los del etarra que ha decidido abandonar Francia.

Etarras a México

Otros documentos obtenidos de ETA en Francia han permitido confirmar el flujo, casi permanente, de etarras hacia México, como Nagore Múgica Álvarez, para la que se había preparado un pasaporte a nombre de Belén Azpiroz Bazterrica; Francisco Javier Pérez Altamira; Ana María C[illegible]desi Zazu y María Je[illegible] [illegible]aga Martínez.

La Policía francesa ha conseguido identificar la letra de José Arregui Erostarbe, «Pottolin», y, lo que puede ser más significativo, la de Felix López, «Mobutu», en algunos de los pasaportes falsificados.



El «aparato de falsificación» elaboró documentaciones francesas para los cabecillas etarras, como «Txelis» y «Pakito»

Parte del «aparato de falsificación» de ETA, cuya localización y desarticulación resulta fundamental, podría estar o haber estado en Uruguay y en el mismo desempeñaría un papel fundamental Cándido Ostolaza Izaguirre, «Beltxita», que huyó de Francia en noviembre de 199[illegible] con la identidad falsa de Luis Carrasco Casanova. «Beltxita» fue arrestado en la misma operación que Rosario Delgado.

Este individuo mantenía desde Uruguay un «correo» permanente con los cabecillas etarras a los que reclamaba «material» que no podía encontrar en el citado país. Para esta comunicación, Ostolaza había establecido un código y, por ejemplo, cuando precisaba de un documento de identidad nuevo se refería a el como el «libro de las tapas azu-les».

Las falsificaciones afectaba también a los documentos de lo vehículos que conducen los ca becillas etarras en Francia. E una carta dirigida a José Luis Á varez, «Txelis», el «aparato de falsificació le explicaba los pormenores de los trabaj que habían realizado para él y para la mo que habitualmente conducía.

«Te mandamos la nueva documentaci —decía la carta—. No es totalmente bue pues hemos tenido que inventarnos el n mero de la carta y la fecha de expedición. I todos modos es mejor que la que tenías a tes, pues tenía la dirección cambiada adem de inventada la fecha de expedición y el n mero. Si nos llega alguna fotocopia te ha mos una documentación buena automáti mente. Tú si puedes vete mirando si algu puede conseguirte una fotocopia de tus c racteristicas. Por otro lado, decirte que la ñeta de la moto no tenemos que cambia pero para el seguro necesitaríamos el mero de identificación que aparece en la ñeta. Por lo tanto, si quieres que te hagan un seguro con el nombre de la nueva do mentación mándanos ese número y dino marca de la moto. Creemos que era una maha Beluga pero no estamos seguros que por seguridad no apuntamos este tipo datos. Para finalizar, te apuntamos algu datos complementarios de la nueva do [illegible]tación [se refieren a Pascal Hel identidad [illegible] «Txelis»]. Es de prof ingeniero electrónico, está casado con gine Marie Heliot (Rolando era su apellido soltera), nacida el 15 de agosto del 55

Ci joint passeport et photos de [illegible]
assigné à [illegible] et qui souhaite
le Mexique où il a de la famille. Pouvez vo
Le procés en correctionnele de Baldo Mordr
sans doute 30 personnes aura lieu en mai o
volonté du pouvoir français un gros procés
médiatique. Il nous faudra au moins quinz
aussi si les trois plus gros doivent reven

Ci joint aussi copie d'un courrier que je
A bientot, j'espère que tu vas retrouver c
main avec les comptes
Besarkada bero bat eta kontuz ibil...

Documentos incautados en Francia demuestran que México es el país elegido por numerosos etarras para esconderse

Bayona y de profesión profesora. Ah, una última cosa, no te olvides de firmar las dos documentaciones (documento de identidad y permiso de conducir)».

José Luis Álvarez utilizaba muy a menudo en sus desplazamientos una moto de esas características. Mientras los agentes de la Guardia Civil que le seguían en Francia no consiguieron identificarle le pusieron el nombre clave de «Casco» para designarlo por el casco de gran tamaño que llevaba y que, además de protegerle, le permitía ocultar su rostro.

Buscar identidades

La carta que el «aparato de falsificación» remitía a «Txelis» pone de relieve las dificultades que el entramado etarra encontraba para buscar identidades con las que falsificar los documentos de los activistas que se esconden en Francia.

Según investigaciones de la Policía francesa, algunas de estas identidades se habían obtenido en los buzones de los domicilios de las personas que iban a ser suplantadas. Sin embargo, existen fundadas sospechas de que antiguos «refugiados» en situación legal en Francia y ciudadanos franceses simpatizantes de la organización terrorista han «prestado» sus nombres al «aparato de falsificación».

Fuentes antiterroristas consultadas por este periódico consideran un «objetivo prioritario» la localización y desarticulación de este «aparato» etarra, ya que es el que suministra los documentos para que los «comandos operativos» puedan entrar en España y cometer atentados. A raíz de la desarticulación de estos grupos criminales, las Fuerzas de Seguridad han encontrado varios juegos de carnés; cada pistolero disponía, normalmente, de más de una identidad que le permitía, como ocurrió con los «comandos» «Madrid» y «Barcelona» alquilar pisos y garajes e incluso comprar automóviles o motos.

Dentro del sistema de «seguridad» con que trabaja la banda, los documentos falsos eran entregados a los pistoleros poco antes de entrar en España, en la cita que mantenían con su responsable en Francia -en los últimos tiempos era siempre Francisco Múgica, «Pakito»- que en ese momento les daba también las armas y las órdenes para cometer atentados y acudir a citas con «correos» de la organización criminal que les llevarían instrucciones así como automóviles cargados de explosivos que se ocupaba de transportar el «comando robacoches».

Difícil localización

En cualquier caso, las fuentes consultadas han subrayado la dificultad de localizar a los integrantes del «aparato de falsificación» ya que, a diferencia de otras «secciones» del «organigrama» etarra, no requiere para su funcionamiento de una infraestructura muy amplia, por lo que sus «especialistas», ocultos en cualquier piso del sur de Francia, donde se supone que se esconden, pueden trabajar lejos de cualquier sospecha. ETA cuenta aún con una amplia red de viviendas de ciudadanos franceses que colaboran, de forma altruista o, lo que suele ser más habitual en los últimos tiempos, cobrando un «alquiler», con la banda criminal.

El «código» de Montevideo

Madrid / San Sebastián. J. M. Z / C. O.

La banda terrorista ETA había establecido un «código» para comunicarse con los activistas que en la capital de Uruguay, Montevideo, se ocupaban de preparar documentos falsos de identidad para la numerosa colonia etarra que se esconde en varios países de Iberoamérica, en especial México, Venezuela y el mismo Uruguay.

Si se trataba de documentos de identidad nuevos, se hablaba del «libro de tapas azules»; si el documento era usado, del «libro de tapas rojas»; si era un pasaporte, del paquete de etiquetas adhesivas; si era un sello para «autentificar» los pasaportes, de las «chocolatinas»; si era de planchas de fotopolímeros, del «libro rojo»; y si era otro tipo de sello, de los «marcos». El encargado de establecer los contactos con los cabecillas de la banda en Francia era Cándido Ostolaza Izaguirre, «Beltxita», y, según las fuentes consultadas por este periódico, el papel que desempeñaban los etarras de Uruguay en el «aparato de falsificación» era muy importante, sobre todo por lo que se refiere a la «fase final» de la elaboración de los documentos.

En el «zulo» que la banda mafiosa ETA tenía en el barrio de Santa Rosa, de la capital nicaragüense, Managua, aparecieron numerosos documentos, sobre todo carnés y pasaportes en blanco, algunos de ellos españoles, destinados a ser utilizados por miembros de bandas terroristas.

Síntesis Biográfica Ruiz Pacaso

9401099

Acuerdo BID-UTU para ceñir cursos a demandas del Mercado Laboral.

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el gobierno uruguayo firmaron un convenio por el cual la Educación Técnico Profesional (ex UTU) de la ANEP recibirá 35 millones de dólares para su modernización académica y administrativa, eliminar cursos considerados obsoletos o injustificados e implantar otros de baja matrícula y de corta duración adecuados a la oferta del mercado laboral.

El objeto del convenio firmado el martes 28 por el presidente Luis A. Lacalle y el presidente del BID, Enrique Iglesias, es el de "apoyar el proceso de reforma de la educación técnica y de fortalecimiento del Consejo de Educación Técnico Profesional (CETP) para adecuar la oferta de carreras y especialidades del nivel técnico posbásico y la formación profesional a los requerimientos del mercado laboral y mejorar la calidad", según el texto al que tuvo acceso **Búsqueda**.

El BID desembolsará 28 millones de dólares para el programa y el gobierno uruguayo hará aportes por 7 millones.

El proyecto apunta a concentrar las escuelas y especialidades; establecer "vínculos con el sector productivo" y realizar actividades de difusión para "modificar" la imagen del CETP en los círculos empresariales y en la población en general.

Las carreras deberán tener una duración máxima de tres años para el ciclo técnico y la educación profesional en el nivel posbásico. Se propone impartir cursos en forma transitoria "para especializaciones seleccionadas cuando la demanda lo justifique, con contrataciones de docentes a término".

Los cursos de "educación especial", actualmente a cargo de la UTU, serán "competencia de un organismo diferente" y se realizará un plan "para suprimir los cursos de formación profesional que no tengan justificación en el mercado laboral".

El convenio estableció "criterios de elegibilidad" para los cursos de formación profesional. Esos criterios deberán tomar en cuenta la demanda de un "mercado laboral actual o futuro", que esa demanda no esté atendida por otra institución educativa y que haya disponibilidad de docentes así como de "productores o empresarios con posibilidad y disposición de apoyo".

Para abrir un curso será necesario un "número mínimo de matrícula de primer año de por lo menos 20 alumnos", que haya interés del sector productivo en la formación que se propone, que tenga afinidad con las especialidades que ofrece la institución, que se disponga de "infraestructura y equipamiento" y que "el curso no haya tenido una deserción superior a 20% en el período académico anterior".

Criterios similares se aplicarán para los cursos de las especialidades y las escuelas de ciclo posbásico del CETP.

● **Universidad** En tanto, fuentes confiables dijeron a **Búsqueda** que el BID dejó en suspenso los préstamos planteados por la Universidad estatal, hasta tanto las autoridades universitarias expliquen al banco cuáles son "sus objetivos y sus metas a mediano plazo".

Una fuente universitaria dijo que el préstamo no es viable "por condicionantes de ambas partes" y aseguró que "el proyecto de desarrollo entre el BID y la Universidad no va a salir".

Las facultades de Agronomía y Veterinaria gestionaron un préstamo de unos U$S 29:000.000 para "el desarrollo institucional". La de Medicina elaboró un proyecto de 83 millones de dólares para la reconversión del Hospital de Clínicas y la formación de recursos humanos para la salud. El Consejo Directivo Central de la Universidad cuestionó a la Facultad de Medicina por no haberle sometido ese proyecto a su consideración.

Cifra récord desembolsada en 1993 por el BID hacia Uruguay

● Mayor porcentaje a infraestructura y planificación de reformas

Al presente mes de diciembre el total de créditos concedidos por el BID a nuestro país, ascienden a la suma de los ***U$S 1.177.046.798***, de acuerdo a la información suministrada por el Banco Interamericano de Desarrollo a LA MAÑANA.

Los desembolsos alcanzaron en 1993 una cifra récord: ***U$S 144 millones***, que llevan a ***U$S 825 millones*** el total acumulado a la fecha. 17,74% del financiamiento se dirigió a los sectores productivos; 20,30 % a la infraestructura económicas; 19,79 % a la infraestructura social; 13,56 % a los programas de desarrollo integrado y un 18,60 % para planificación y reforma.

En 1993 el área de atención prioritaria fue la inversión social, a la que se canalizaron 73 de los ***U$S 82.5 millones*** recibidos por el país.

Las Cooperaciones Técnicas en carácter de donación (115 operaciones) suman ***U$S 22.556.000*** y el costo total de los proyectos a los ***U$S 1.827.586.000***, alcanzando los pequeños proyectos a la suma de los ***U$S 7.609.000***.

Señala el BID, que financiamientos para cooperación técnica aprobados por el organismo en 1993 apoyarán el mejoramiento de los sistemas de información socioeconómica, la actividad de pequeños productores agropecuarios, la gestión ambiental en el país y la interconexión eléctrica con Brasil.

Una cooperación técnica no reembolsable por ***U$S 775.000*** aprobada en enero, apoya un programa de mejoramiento de los sistemas de información socioeconómica. El mismo busca mejorar la infraestructura técnica del Instituto Nacional de Estadística y sus labores vinculadas con la reorganización del Sistema Estadístico Nacional.

Será ejecutado por el INE a un costo total de ***U$S 1.273.600***.

Medio Ambiente

La Dirección Nacional de Medio Ambiente del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, ejecutará un programa dirigido a fortalecer la capacidad de la gestión ambiental en el Uruguay, al que el Banco otorgó una cooperación técnica no reembolsable por ***U$S 1.100.000*** en octubre.

El objetivo es habilitar al Ministerio como órgano coordinador de la acción ambiental pública y privada, capaz de prevenir el deterioro y controlar eficientemente la calidad del ambiente y de supervisar los impactos ambientales derivados de la ejecución de proyectos de desarrollo.

El costo total del programa es de ***U$S 1.400.000***, con fondos locales de contrapartida que suman ***U$S 300.000***.

Pequeños Productores

La actividad de pequeños productores de leche y apicultores de los departamentos de Flores, Río Negro, Durazno y Florida, se verá impulsada por créditos por un total de ***U$S 2.200.000*** aprobados por el Banco en setiembre.

Los cuatro financiamientos contribuirán a elevar el nivel de vida de 555 familias y darán empuje al fortalecimiento institucional de las instituciones intermediarias, mejorando su potencial como proveedores de capacitación y asistencia técnica a los beneficiarios.

El programa pone énfasis en la participación de la mujer, la generación de empleo para la juventud rural y la protección del ambiente.

Actuarán como intermediarias la Sociedad de Fomento Rural la Casilla de Flores, la Cooperativa Agraria de Young Ltda. (CADYL) de Río Negro, la Sociedad de Fomento Rural de Durazno y la Sociedad de Productores de Leche de Florida.

Interconexión Eléctrica

El BID aprobó en noviembre una donación por ***U$S 150.000*** con cargo al Fondo Fiduciario Italiano, para la contratación de servicios de consultoría a fin de analizar la prefactibilidad de un proyecto de interconexión eléctrica entre Uruguay y Brasil.

El objetivo de la cooperación técnica es el logro de un mejor aprovechamiento de los recursos energéticos del Uruguay y el Brasil. El estudio a realizar contempla el análisis de la viabilidad técnica, económica y legal de varias alternativas de interconexión eléctrica.

La solicitud de financiamiento fue preparada por la Administración de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE) y avalada por el Gobierno uruguayo a través de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto.



Presidente del BID, Cr. Enrique Iglesias

BID aprobaría en marzo programa para empresas jóvenes uruguayas

■ El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) aprobaría en el primer trimestre del próximo año un programa de asistencia a la juventud, que tendrá dos áreas de trabajo: un plan de capacitación y empleo joven y un programa de apoyo financiero a emprendimientos para este sector de la población y que permita la concreción de empresas.

Ayer se reunieron las contrapartes nacionales del programa: el Instituto de la Juventud, la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa (ACDE) y la Comisión Permanente del Foro Uruguay Joven.

El presidente del organismo internacional, Enrique Iglesias, informó a los participantes la buena acogida de la idea en el seno del banco y delineó las ideas maestras del plan. El INJU será el encargado de ejecutar el programa de capacitación para el ingreso de los jóvenes entre 18 y 24 años en el mercado laboral y ACDE administrará los fondos de capital que serán otorgados a emprendimientos juveniles, con una preparación empresarial previa y un seguimiento posterior. Los jóvenes que representan a los 300 que delinearon las políticas para ese sector en Piriápolis, se convertirán en una ejecutora global del programa custodiando el cumplimiento de las pautas elaboradas por los mismos jóvenes. El programa en su conjunto requeriría una financiación de U$S 6 a 7 millones.

BID financiará Plan de Saneamiento III si avanza obra en curso

El intendente de Montevideo Tabaré Vázquez y el presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias, pusieron en marcha conversaciones para emprender obras por 130 millones de dólares para el servicio de saneamiento de los barrios del oeste de la capital.

El proyecto, denominado Plan de Saneamiento III, sería financiado con 90 millones de dólares aportados por el BID y 40 millones que provendrían de la Intendencia y el gobierno en partes iguales, dijo Vázquez.

"Yo no veo ningún problema con el financiamiento" declaró Iglesias el martes luego de una entrevista con Vázquez pero señaló que "razones reglamentarias" del BID imponen que antes de firmarse los créditos se haya avanzado sustancialmente en el Plan de Saneamiento II que está actualmente en curso de ejecución.

"Los estudios que se han hecho y que se están haciendo son muy sólidos. Ese tema está despejado. Tampoco vemos problema alguno en el interés del banco en este tipo de proyecto porque tenemos una vieja vinculación con Montevideo a través de los dos planes de saneamiento previos: el colector (Plan I) y su segunda parte (Plan II)", dijo.

El Plan II, cuyas obras deberían estar terminadas a mediados de 1995 y para el cual el BID aportará 26 millones de dólares, se retrasó en el transcurso de 1993 debido a complicaciones técnicas y a la huelga que paralizó a la construcción durante casi tres meses, según un informe del Banco al que tuvo acceso **Búsqueda**.

Iglesias dijo que el crédito para el nuevo plan de saneamiento seguramente será aprobado una vez que las obras en curso hayan tenido un grado de cumplimiento de 50%.

Carlos Colacce, director de la Unidad Ejecutora de Saneamiento Urbano de la Intendencia, dijo que hasta el presente el grado de avance de la ejecución ha sido de 10%, pero señaló que ya se han cumplido trabajos que permitirán acelerar las obras.

Agregó que si bien la huelga de la construcción tuvo un "pésimo" efecto en la ejecución del proyecto, también incidió que los meses de abril, octubre y noviembre fueron inusualmente lluviosos. Cada día de lluvia provoca dos de atraso en los trabajos, explicó.

El cumplimiento de la ejecución de proyectos es una de las condiciones capitales que toma en cuenta el BID para asignar recursos y ordenar desembolsos y pese a algunas complicaciones, Uruguay tiene un aceptable nivel de ejecución, según fuentes de ese organismo.

"Proyectos muy complejos que son pensados para ser ejecutados en 4 o 5 años se hacen generalmente en 6", dijeron los informantes.

Algunas veces los proyectos se han retrasado por demoras en las licitaciones o por razones de complejidad de las obras o porque hay un cambio de gobierno nacional o municipal y las nuevas autoridades piden reconsiderarlos.

El BID aprobó este año para Uruguay líneas de crédito por 82,5 millones de dólares y los desembolsos sumaron 144 millones de dólares, cifra récord para el país.

Uruguay cierra además con un flujo neto positivo de unos 100 millones de dólares, factor éste valorado en los bancos de desarrollo como muy importante para asignar más recursos, señalaron los informantes

Entre 1961 y 1963, los financiamientos a proyectos uruguayos sumaron 1.200 millones de dólares, los cuales permitieron realizar proyectos por 1.850 millones.

Actualmente, el BID financia una veintena de proyectos, entre ellos programas de actividades financieras y estímulo a las inversiones, desregulación del comercio exterior, obras municipales, mejoramiento vial, viviendas subsidiadas, créditos a las pequeñas y microempresas, y planes para sectores productivos específicos.

Hay que superar los "costos del desajuste y los del ajuste"

Enrique Iglesias: desafíos de América Latina son la cuestión social y la competitividad

La historia de Latinoamérica es como un "péndulo" que ha oscilado entre una "predominancia del economicismo y una preferencia por las políticas sociales" y se ha olvidado que el "balance" entre economía y sociedad es un imperativo para lograr un crecimiento sostenido que haga posible el bienestar social asegurable a largo plazo, dijo Enrique Iglesias, presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID).

En una mesa redonda del Capítulo Uruguay de la Sociedad Internacional para el Desarrollo realizada el lunes 27, Iglesias recordó que la tendencia al economicismo generó "contradicciones sociales y económicas", en tanto que, en el excesivo énfasis en las políticas sociales, se produjeron "experiencias dramáticas", como las caídas de los populismos y socialismos, dos sistemas que "olvidaron las bases económicas y terminaron en crisis muy grandes como la que aún hoy vive Cuba".

Las tolerancias latinoamericanas

Sostuvo que América Latina, que hasta 1980 creció en forma adecuada, cayó en una crisis que se agudizó por efecto de "tres grandes tolerancias" que "minaron" el modelo de partida: la tolerancia frente a la inestabilidad vinculada a los déficit fiscales y la expansión del Estado sin base económica de sustentación; la tolerancia ante la ineficiencia, que provocó el "encerramiento" de las economías y los "excesos en (el modelo de) la sustitución de las importaciones"; y la tolerancia con la "inequidad", al admitirse la convivencia con diferencias sociales que, en muchos casos, "venían de la época de la colonia" y que fue "desincorporando" a vastos sectores de la población.

Para Iglesias la deuda externa precipitó estos fenómenos y profundizó la crisis, que se agudizó con la caída del sistema socialista. A su juicio, esto habilitó un retorno internacional a la ortodoxia en materia económica.

Recuperación y desafíos

El presidente del BID reconoció que hoy América Latina retomó el crecimiento, "acompañada de un proceso de recuperación de confianza, que sorprendió a todos y está sosteniendo, con su flujo de capitales importantes, los costos del ajuste".

Consideró que la región "enfrenta dos desafíos mucho más complejos que los de la década de los años '80". En primer término "seguir ganando competitividad, hacer una profunda transformación en la eficiencia productiva, formar recursos humanos y concretar la gran transformación institucional, básicamente del Estado —una de las tareas centrales que quedan por hacer— y la microeconómica en las empresas".

En segundo término, abordar el tema de la "cuestión social", que se generó mucho antes de la crisis de los años '80 e incorpora los "costos del desajuste y los del ajuste".



Enrique Iglesias

Los primeros, manifestó, tienen un "común denominador que es la hiperinflación" que trajo como consecuencia una "erosión muy fuerte de los niveles de vida de los sectores populares y la caída del gasto social".

No es por caridad

El disertante [illegible] que la "acu[illegible] [illegible] problemas sociales históricos" condujo a una "conciencia más clara" de que las políticas sociales "no son de distribución de ingresos", como se hizo en el pasado, y que terminaron "anulando los mejores objetivos y favoreciendo a las capas medias y altas de la sociedad". La cuestión social "no es un problema de caridad cristiana", subrayó.

Iglesias observó que los países de la región "no gastan poco" en políticas sociales, pero dijo tener la "clara percepción de que hay una profunda pérdida de eficiencia y de calidad en el gasto social" con "distorsiones del pasado que generaron rentas y grupos privilegiados en la sociedad".

El presidente del BID concluyó denunciando una "gran irresponsabilidad en las empresas que se dedican a la acción social" sobre las cuales la sociedad "no tiene claros indicadores de su eficiencia" como en el caso de la "gran empresa de la educación o de la salud".

Iglesias apeló al "consenso nacional" para crecer y evitar una "pugna distributiva" en Uruguay que "puede ser muy dramática"

El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo, Enrique Iglesias, llamó a un consenso nacional de políticas de Estado que permitan crecer a Uruguay y superar la pugna distributiva que se agudiza.

En diálogo con ***Búsqueda****, Iglesias dijo apostar al capital intelectual y político del país para "poner en pie los fundamentos macroeconómicos que permitan crecer sanamente y por otra, poner cierto orden en la pugna distributiva que puede ser muy dramática en el país y puede generar momentos muy negativos".*

A su juicio esto será posible tras la definición del nuevo mapa político en las elecciones de noviembre de 1994 y si se comprende que "Uruguay no tiene demasiadas opciones por delante para crecer".

—Usted ha señalado que se propone negociar la ampliación del capital del BID a 100 mil millones. ¿Cuál es el motivo y cuándo espera lograr ese objetivo?

—Cuando entré al Banco el capital estaba en 34 mil millones y logramos llevarlo a 60 mil millones luego de negociaciones muy difíciles. Hoy Estados Unidos y los países latinoamericanos están apoyando esta ampliación que nos permitiría una autonomía muy grande en el futuro. Con los reflujos de los préstamos que vaya haciendo el Banco, puede mantener al infinito una tasa de préstamos de entre 7.500 y 8.000 millones por año, que es un techo muy razonable. Quisiera lograr esta meta antes de la Reunión de Guadalajara, en abril.

—El BID analiza comenzar a otorgar préstamos directos a sectores privados sin la garantía del Estado. ¿Cuándo comenzarían estos créditos?

—Esta idea supone que el Banco pueda prestar 5 a 10% de sus créditos anuales directamente. Se dedicarán en preferencia al financiamiento de grandes obras de infraestructura (carreteras, puertos, represas), aportando 25% del paquete de capital, con las garantías del caso, lo que viabilizaría este tipo de emprendimientos, que se verían alentados, porque el Banco aporta una suerte de garantía de buena conducta.

—Otra prioridad del BID son las políticas sociales y se han iniciado experiencias pilotos en este sentido.

—Así es, hemos iniciado experiencias piloto en Costa Rica, Trinidad -Tobago, Venezuela y Chile y vamos a comenzarlas en otros cuatro países. Se trata de decidir en cada país, en consulta con los sectores políticos y la sociedad civil, algo así como una "agenda social" para lo que resta de la déca-

da, atacando puntos claves de esa agenda.

■ **Una cuestión dinámica**

—Tras la Ronda Uruguay del GATT quedó la sensación de que las grandes potencias acordaron entre ellos en su beneficio y los países en desarrollo que-



Enrique Iglesias

daron relegados. ¿Cuál es su evaluación?

—Como ya sabemos, aquellos que representan 80% del comercio mundial tienen una palabra equivalente a ese poder y lo hacen sentir. Pero también es cierto que en el proceso de concesiones recíprocas todos hemos salido gananciosos y creo que esa ganancia hay que mirarla en términos dinámicos y no estáticos. En términos estáticos, seguramente a algunos les fue mejor que a otros y es posible que los países en desarrollo no hayan salido tan bien como esperábamos. Pero en términos dinámicos, esto supone un proceso que le pone un cierto tope al proteccionismo, lo cual no es poca cosa. Lo importante es que se ha puesto en marcha una máquina donde los temas que nos preocupan van a estar mucho más sujetos a la revisión internacional y a la negociación entre los países.

—Ha entrado en vigencia el acuerdo entre Estados Unidos, México y Canadá y el Mercosur va cumpliendo sus etapas. ¿Qué cree que hace falta para que ambos conglomerados se relacionen comercialmente?

—El NAFTA ha sido un paso igualmente histórico en las relaciones hemisféricas y sólo se puede imaginar a partir de los cambios que está viviendo América Latina y de la nueva actitud de Estados Unidos frente a la región, que está mucho más inspirada en razones económica que meramente geopolíticas.

Hay un replanteamiento hemisférico y pienso que este tratado desafía un poco a la ubicación internacional de América Latina, porque abre una oportunidad. Mi convicción personal es que es mucho mejor usar esa oportunidad por grupos de países con esquemas de integración regional fortalecidos que uno a uno, aunque haya países que estén en condiciones de hacerlo como Chile, que seguramente va a ser el próximo integrante del NAFTA.

La consolidación del Mercosur llegará cuando sus países adopten políticas económicas compatibles. Llegada esa etapa se entablarán conversaciones para lo que podría ser un acuerdo de liberación comercial. Hay una cláusula del tratado que así lo permite.

■ **Pugnas y consensos**

—Usted ha señalado que la conducción económica en Uruguay ha sido "sensata" y se ha mostrado optimista respecto al futuro. Sin embargo no han habido reformas estructurales. ¿Qué piensa de este aspecto?

—Creo que el país tiene una larga tarea por delante. No está todo terminado y, por el contrario, a medida que la estabilidad progrese, las reformas estructurales deberán continuar.

En la medida que se gana estabilidad lo que surge son los elementos de la pugna distributiva en el país. Esta pugna distributiva se ve cada vez más clara cuando la inflación ya no desdibuja esa pugna, que se da, por ejemplo, entre las generaciones jóvenes y las viejas o entre los funcionarios del Estado y los jubilados por sus ingresos en el reparto del presupuesto estatal.

A lo único que yo puedo apelar es que todo esto requiere un alto grado de consenso nacional. El país necesita en este momento crecer y para crecer debe poner en marcha un conjunto de medidas que no son muy diferentes frente a las opciones que se podrían sugerir. Uruguay no tiene demasiadas opciones por delante para crecer y debería ser más fácil lograr consenso para minimizar los costos.

—Esto significa políticas de Estado para una serie de áreas acordadas por todos los partidos.

—Exactamente, que tengan por una parte la capacidad de poner en pie los fundamentos macroeconómicos que permitan crecer sanamente y, por otra, poner cierto orden en la pugna distributiva que puede ser muy dramática en el país.

—En un año electoral, con campañas electorales prematuras, este consenso luce bastante difícil.

—Mirando a Uruguay a la distancia y comparándolo con su dimensión relativa se reconoce que hay un capital intelectual que florece todos los días y hay un capital de experiencia política que no es pequeño. Si este país no puede hacer pie en esos dos capitales para armar un esquema sensato de acuerdos básicos, creo que estaríamos frustrando una expectativa legítima de la gente.

Necesariamente, esto va a ser posterior a las elecciones, cuando tengamos el mapa político más definido.

—¿Cuál es su pronóstico económico para Uruguay durante el próximo año?

—Coincido con lo que he venido leyendo en la prensa, que va a ser un año en que va a continuar como hasta ahora. No veo ningún indicador en contrario.

—¿Qué efectos estima que tendría un cambio de gobierno, sea hacia la izquierda o hacia el Partido Colorado?

—Creo que los últimos años han demostrado claramente los caminos del desarrollo nacional cualquiera sea la opción que se tenga en el gobierno. Yo espero que esto se entienda bien claro porque el gran compromiso que tenemos todos es leer con calma lo que muestra la historia y lo que muestra es que este país no tiene tantas opciones y las pocas que tiene debería adoptarlas con el mayor consenso posible.

Iglesias: Estados Unidos está dando buen ejemplo en la economía mundial



SANTIAGO DE CHILE (ANSA)- Enrique Iglesias, presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), expresó su deseo de que "las tendencias latinoamericanas sigan siendo de mejoramiento progresivo de la situación económica".

"Por supuesto que la situación admite diferencias en cuanto a los países, pero en la medida en que se vaya consolidando la economía internacional -y Estados Unidos está dando un buen ejemplo en ese caso- va a significar también un impulso importante en esos esfuerzos internos", agregó.

El uruguayo Iglesias dijo que cree que la tarea de crecimiento está encaminada: "El problema ahora es que, por un lado, la economía internacional no nos juegue una mala pasada y, por otro, que tengamos la suficiente capacidad de abordar con coraje y decisión la temática social, que es la gran materia pendiente que tenemos en la solución de nuestros problemas", señaló.

Economía chilena

Iglesias afirmó que "la economía chilena se consolidará; no tengo ninguna duda al respecto por el próximo cambio de gobierno".

El uruguayo que preside el BID, se refirió así en Santiago al futuro gobierno del demócrata cristiano Eduardo Frei, quien el próximo 11 de marzo reemplazará a Patricio Aylwin, de su mismo partido.

El presidente del BID declaró que la economía chilena "es una de las mejores de América Latina y con los resultados de 1993 ha confirmado la vitalidad y el futuro auspicioso que posee". Consultado sobre su parecer acerca del 12 por ciento de inflación que tuvo Chile durante el año pasado, dijo que "es resultado de los efectos externos e internos, pero no debe ser un tema de excesiva preocupación: está en la mitad del promedio regional".

BID aprobó U$S 21.500 millones para América latina y el Caribe en 1990-93

EL Banco Interamericano de Desarrollo aprobó 21.500 millones de dólares en financiamiento para América latina y el Caribe en 1990-93, el período de su séptimo aumento de capital, en apoyo de proyectos y reformas estructurales que revivieron el crecimiento económico en la región.

Un objetivo principal de los créditos del Banco fue ayudar a los países de la región a abrir sus economías, dar al sector privado un papel protagónico en el crecimiento, y modernizar el sector público. El BID aumentó considerablemente su financiación de proyectos de desarrollo económico y, en particular, de desarrollo social.

Al recuperarse de su peor crisis desde la Gran Depresión, las economías latinoamericanas lograron en 1990-93 un crecimiento agregado de un 10%, pese a la desaceleración de la economía mundial y el colapso de los precios de los productos primarios.

Al mismo tiempo los países de la región atrajeron recursos externos superiores a los 150.000 millones de dólares y, en muchos casos, redujeron drásticamente la inflación.

Durante los cuatro años del período BID.7 la institución autorizó niveles sin precedentes de préstamos y cofinanciamientos, dijo el presidente del Banco, Enrique V. Iglesias, al directorio ejecutivo, en su informe de fin de año.

En 1993, último año del BID.7 el Banco aprobó 6.100 millones de dólares en financiamientos, ligeramente más que en 1992, mientras que los desembolsos llegaron a un récord de 3.700 millones de dólares, superando los 3.300 millones de dólares de 1992.

Las aprobaciones de operaciones durante el BID.7 alcanzaron a los 21.500 millones de dólares y los desembolsos a 12.600 millones. En el período BID.6 (1986-89), las aprobaciones alcanzaron a 9.900 millones y los desembolsos a 9.100 millones.

En 1990-93, el Banco aprobó 8.600 millones de dólares para 108 proyectos en los sectores productivos, 7.200 millones de dólares para 50 proyectos de infraestructura, y 5.300 millones de dólares para 74 proyectos en los sectores sociales: educación, salud, desarrollo urbano, y agua y alcantarillado.

A fin de fortalecer las reformas económicas, el BID lanzó un programa de préstamos sectoriales e intensificó su diálogo con los países prestatarios sobre políticas económicas, dijo Iglesias. La institución se convirtió también en socio de las principales discusiones sobre políticas regionales y hemisféricas, señaló.

Una cuarta parte de los créditos totales, 5.600 millones de dólares para 34 operaciones, fueron préstamos en apoyo a reformas de sectores y de políticas.

Iglesias puso de relieve que el BID continuó siendo la principal fuente de financiamiento multilateral para los países pequeños y medianos de la región.

Un 31% de los préstamos fueron dirigidos a los países de los grupos C y D, cuyas economías son las menores y más vulnerables de la región, y un 69% a los países de los grupos A y B, las economías mayores. Los préstamos sectoriales para los países de los grupos C y D totalizaron 1.500 millones de dólares, y para los países de los grupos A y B llegaron a 4.100 millones de dólares.

El Banco también apoyó al sector privado -incluyendo las empresas pequeñas y las microempresas-, expandió su cooperación técnica nacional y regional, mejoró la calidad de sus operaciones, y mantuvo su posición de primer rango en los mercados financieros, dijo Iglesias.

El apoyo al sector privado provino del propio Banco, de su afiliada Corporación Interamericana de Inversiones, y del miembro más nuevo del Grupo BID, el Fondo Multilateral de Inversiones (FOMIN). El

Se buscó mayor protagonismo del sector privado

FOMIN aprobó sus primeras operaciones en diciembre de 1993, por un total de siete millones de dólares. Desde fines de 1989, cuando comenzó sus operaciones, la CII ha autorizado 467 millones de dólares en préstamos a inversiones para 110 proyectos en 21 países.

El Banco expandió considerablemente sus operaciones en apoyo del medio ambiente, los sectores sociales, y la mujer en el desarrollo. El apoyo a las micro y pequeñas empresas alcanzó a 322 millones de dólares. El financiamiento para los proyectos ambientales llegó a 3.600 millones de dólares durante el BID.7.

Desde su creación en 1959, el Banco ha prestado cerca de 63.000 millones de dólares a sus países prestatarios, para proyectos por un valor total (no ajustado por inflación) cercano a los 170.000 millones de dólares.

PRESTAMOS EN 1993 ALCANZAN A $ 6.100 MILLONES

EN 1993, el Banco aprobó 6.100 millones de dólares en financiamientos, de los que 5.430 millones de dólares fueron para 57 proyectos de inversión, 494 millones de dólares para cinco préstamos sectoriales, 26 millones de dólares para pequeños proyectos, 15 millones de dólares para otros tipos de proyectos, y 148 millones de dólares para cooperación técnica, mayormente no reembolsable.

El Banco dedicó un récord de 30% de sus préstamos, 1.800 millones de dólares, a proyectos en los sectores sociales. Los proyectos en infraestructura recibieron el 42% y los proyectos en sectores productivos el 29%.

Se aprobaron préstamos sectoriales para los siguientes países y programas: Costa Rica, reforma del sector público, 80 millones de dólares, y crédito multisectorial y reforma del sector de inversiones, 100 millones de dólares; Trinidad y Tobago, reforma del sector de inversiones, 80 millones de dólares; República Dominicana, reforma del sector financiero, 102 millones de dólares; y Guatemala, reforma del sector financiero, 132 millones de dólares.

La CII aprobó en 1993 financiamientos por un total de 123 millones de dólares para 31 proyectos. El FOMIN aprobó en diciembre sus primeras operaciones: 1.8 millones de dólares para un programa de participación accionaria para empleados en Jamaica, 800.000 dólares para fortalecer cooperativas rurales en Bolivia, y 4,4 millones de dólares para ampliar el crédito a mujeres microempresarias y pequeñas empresas en Colombia.•

BID dedicó U$S 1.800: para el sector social

LH 13/1

- *«31 % de los créditos para economías menores»*
- *Sectoriales alcanzaron los U$S 1.500 millones*



Cr. Enrique Iglesias, Presidente del Banco Interamericano de Desarrollo.

El BID aprobó un total de U$S 21.500 millones para América latina y el Caribe entre los años 1990-93 y amplió su apoyo a la región durante el período del VII Aumento de Capital, informó ayer un despacho del organismo.

Un objetivo principal de los créditos del Banco es ayudar a los países de la región a abrir sus economías, dar al sector privado un papel protagónico en el crecimiento y modernizar el sector público. El BID aumentó considerablemente su financiación de proyectos de desarrollo económico y, en particular, de desarrollo social.

Al recuperarse de su peor crisis desde la Gran Depresión, las economías latinoamericanas lograron en 1990-93 un crecimiento agregado de un 10 %, pese a la desaceleración de la economía mundial y el colapso de los precios de los productos primarios.

Ingresan capitales

Al mismo tiempo los países de la región atrajeron recursos externos superiores a los U$S 150.000 millones y, en muchos casos, redujeron drásticamente la inflación.

Durante los cuatro años del período, la institución autorizó niveles sin precedentes de préstamos y cofinanciamientos, dijo el Presidente del Banco, Enrique Iglesias, al Directorio Ejecutivo, en su informe de fin de año.

En 1993, último año del BID-7, el Banco aprobó U$S 6.100 millones en financiamientos, ligeramente más que en 1992, mientras que los desembolsos llegaron a un récord de U$S 3.700 millones, superando los U$S 3.000 millones de 1992.

Las aprobaciones de operaciones durante el BID-7 alcanzaron a los U$S 21.500 millones y los desembolsos a los U$S 12.600 millones. En el período BID-6 (1986-89), las aprobaciones alcanzaron a los U$S 9.900 millones y los desembolsos a los U$S 9.100 millones.

El trienio

En 1990-93, el Banco aprobó U$S 8.600 millones para 108 proyectos en los sectores productivos, U$S 7.200 millones para 50 proyectos de infraestructura y U$S 5.300 millones para 74 proyectos en los sectores sociales, educación, salud, desarrollo urbano y agua y alcantarillado.

A fin de fortalecer las reformas económicas, el BID lanzó un programa de préstamos sectoriales e intensificó su diálogo con los países prestatarios sobre políticas económicas, dijo Iglesias. La institución se convirtió también en socio de las principales discusiones sobre políticas regionales y hemisféricas, señaló.

Una cuarta parte de los créditos totales, U$S 5.600 millones para 34 operaciones, fueron préstamos de apoyo a reformas de sectores y de políticas.

Iglesias puso de relieve que el BID continuó siendo la principal fuente de financiamiento multilateral para los países pequeños y medianos de la región.

Las categorías

Un 31 % de los préstamos fueron dirigidos a los países de los grupos C y D, cuyas economías son las menores y más vulnerables de la región y un 69 % a los países de los grupos A y B, las economías mayores. Los préstamos sectoriales para los países de los grupos C y D totalizaron U$S 1.500 millones y para los países de los grupos A y B llegaron a U$S 4.100 millones.

El Banco también apoyó al sector privado -incluyendo las empresas pequeñas y las microempresas- expandió su cooperación técnica nacional y regional, mejoró la calidad de sus operaciones y mantuvo su posición de primer rango en los mercados financieros, dijo Iglesias.

El apoyo al sector privado provino del propio Banco, de su afiliada Corporación Interamericana de Inversiones, FOMIN. El FOMIN aprobó sus primeras operaciones en diciembre de 1993, por un total de siete millones de dólares. Desde fines de 1989, cuando comenzó sus operaciones, la CII ha autorizado U$S 467 millones de dólares en préstamos e inversiones para 110 proyectos en 21 países.

Expansión

El Banco expandió considerablemente sus operaciones en apoyo del medio ambiente, los sectores sociales y la mujer en el desarrollo. El apoyo a las micro y pequeñas empresas alcanzó a U$S 322 millones. El financiamiento para los proyectos ambientales llegó a los U$S 3.600 millones durante el BID-7.

Desde su creación en 1959, el Banco ha prestado cerca de U$S 67.000 millones a sus países prestatarios, para proyectos por un valor total (no ajustado por inflación) cercano a los U$S 170.000 millones.

En 1993, el Banco aprobó U$S 6.100 millones financiamientos, de los que U$S 5.430 millones fueron para 57 proyectos de inversión, U$S 494 millones para cinco préstamos sectoriales, U$S 26 millones para pequeños proyectos, U$S 15 millones para otros tipos de proyectos y U$S 148 millones para cooperación técnica, mayormente no reembolsables.

Sectores sociales

El Banco dedicó un récord de 30 % de sus préstamos, U$S 1.800 millones, a proyectos en los sectores sociales. Los proyectos en infraestructura recibieron el 42 % y los proyectos en sectores productivos el 29 %.

Se aprobaron préstamos sectoriales para los siguientes países y programas: Costa Rica, reforma del sector público, U$S 80 millones y crédito multisectorial y reforma del sector de inversiones, U$S 100 millones; Trinidad y Tobago, reforma del sector de inversiones, U$S 80 millones; República Dominicana, reforma del sector financiero, U$S 120 millones y Guatemala, reforma del sector financiero, U$S 132 millones.

La CII aprobó en 1993 financiamientos por un total de U$S 123 millones para 31 proyectos. El FOMIN aprobó en diciembre sus primeras operaciones: U$S 1,8 millones para un programa de participación accionaria para empleados de Jamaica, U$S 800 mil para fortalecer cooperativas rurales en Bolivia y U$S 4,4 millones para ampliar el crédito a mujeres microempresarias y pequeñas empresas en Colombia.

BID estableció programa de becas para entidades públicas de países miembros

EL BANCO INTERAMERICANO de Desarrollo (BID), con recursos de los gobiernos de España, Israel y Suecia, ha establecido un programa de becas para la capacitación de técnicos y profesionales de entidades públicas de los países prestatarios miembros del banco.

El programa comprende dos subprogramas.

El primero otorga 150 becas para cursos de capacitación en los países miembros, en campos como la agricultura, industria, transporte, salud, educación, medio ambiente, gestión de empresas, energía, servicios sociales y relaciones laborales. La beca incluye los gastos de viaje, matrícula y manutención (alojamiento y comida).

El segundo subprograma comprende la organización de 20 cursos de capacitación (cuatro a nivel subregional) en América Latina y el Caribe, dictados con el apoyo de instructores de España, Israel y Suecia. El subprograma incluye la financiación de los gastos de viaje y estadía de los instructores de los países donantes y —en el caso de los cursos subregionales— los gastos de viajes y viáticos de los participantes, a excepción de los participantes del país sede del curso.

Los interesados en participar en el primer subprograma podrán requerir información sobre los cursos disponibles, su contenido, requisitos, fecha límite de solicitud y procedimiento para la aplicación al curso y a la beca en la representación del BID en Uruguay (Andes 1365, piso 13).

Las instituciones interesadas en organizar cursos de capacitación —según subprograma— deben presentar una solicitud a la representación del BID. ■

DESEMBOLSOS BID A AMERICA ALCANZARON RECORD EN 1993

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) aprobó 6.100 millones de dólares en financiamiento para los países de Latinoamérica y el Caribe en 1993, algo más que el año anterior, mientras que los desembolsos alcanzaron la cifra récord de 3.700 millones, informó la institución.

Con estos resultados, la financiación aprobada por el BID entre 1990 y el pasado año, período de su séptimo aumento de capital, conocido como BID 7, fue de 21.500 millones de dólares, capital con el que ese organismo apoyó los proyectos de desarrollo y las reformas que han reactivado el crecimiento económico en la región.

El presidente de esta institución de crédito, Enrique Iglesias, destacó en su informe de fin de año al Directorio Ejecutivo de este organismo panamericano los niveles «sin precedentes» de préstamos y cofinanciación autorizados durante el llamado BID-7.

En 1992 los desembolsos del BID alcanzaron los 3.300 millones de dólares, mientras que en todo el período BID-7 la cifra alcanzada fue de 12.600 millones de dólares.

En el período BID-6 (1986-89), las aprobaciones de financiación alcanzaron los 9.900 millones de dólares, 11.600 millones menos que en el período recien concluido, mientras que los desembolsos fueron de 9.100 millones, 3.500 millones menos que en el BID-7.

Entre 1990 y finales de 1993, el BID aprobó 8.600 millones de dólares para 108 proyectos en los sectores productivos, 7.200 millones para 50 proyectos de infraestructura y 5.300 millones de dólares para 74 proyectos en los sectores sociales: eduacción, salud, desarrollo urbano y agua y alcantarillado.

Asimismo, el BID dedicó un récord el pasado año del 30 por ciento de sus préstamos -1.800 millones de dólares- a proyectos en los sectores sociales.

Según la institución, un objetivo prioritario de sus créditos en este período fue ayudar a los países de la región a abrir sus economías, dar al sector privado un papel protagonista en el crecimiento, y modernizar el sector público.

Asimismo, el BID aumento considerablemente su financiación de proyectos de desarrollo económico y, en particular, de desarrollo social, indicó el organismo a través de un comunicado. Según el BID, en este período los países de la región atrajeron recursos exteriores que superaron los 150.000 millones de dólares y, en muchos casos, redujeron drásticamente la inflación.

Asimismo, desde que comenzó sus operaciones, la Corporación Interamericana de Inversiones, rama del BID destinada a impulsar la actividad del sector privado en la región, ha autorizado 467 millones de dólares en préstamos e inversiones para 110 proyectos en 21 países de Latinoamérica y el Caribe, de los cuales 123 millones correspondieron al ejercicio 1993.

"CUESTION SOCIAL" CLAVE PARA REFORMAR ECONOMIAS

El presidente del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el uruguayo Enrique Iglesias, destacó la "cuestion social" como clave para poder lograr reformas en las economías de America Latina, informo la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), convocante de la reunion.

"Al desafío social no lo resuelve el mercado", dijo Iglesias en comentarios hechos ante un grupo de periodistas especialistas en economía y miembros de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) reunidos este fin de semana en Miami.

Iglesias ejemplificó el caso de Chile en el que las clases políticas dejaron de lado las divergencias ideológicas y al admitir que los acontecimientos en Chiapas (Mexico), y Santiago del Estero (Argentina), son "legítimas impaciencias" de las clases populares ante el desajuste social que provoca el ajuste económico.

El ejecutivo del BID hizo hincapié en la reforma social como el principal asunto que debe contemplar cualquier intento de cambio económico actual o futuro, y pronosticó que si no hay disciplina en la recaudación de impuestos, todo esfuerzo para mejorar las condiciones económicas serán inútiles.

Iglesias también advirtió que los intentos para reformar las economías de America Latina, que no se preocupan por los aspectos sociales, harán retroceder la región al pasado, cuando "sólo se atinó a redistribuir la pobreza creando sectores privilegiados en detrimento de las mayorías".

Los 18 periodistas asistentes, becarios de la SIP y la fundación Reuters participan en este seminario cuya conclusión está prevista para el próximo viernes.

Nº DOCUMENTO 940111
TITULO Declinó la Corte definir juicio de ex funcionarios contra la ALADI.
Busq. - 15 Col. 4
93/12
513673

Demanda por U$S 10 millones

Busq. 23/12

Declinó la Corte definir juicio de ex funcionarios contra la ALADI

La Suprema Corte de Justicia se declaró ayer "inhibida" de definir una demanda por daños y perjuicios por unos diez millones de dólares contra la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) y dijo que será un tribunal especial de la propia organización el que deberá decidir si corresponde hacer lugar al reclamo de unos veinte ex empleados.

"Hicieron como Pilatos", dijo al finalizar la audiencia pública una de las demandantes, quien exteriorizó un sentimiento que seguramente dominaba al resto de los querellantes.

Los ex funcionarios aducen que su cese fue mal liquidado y reclaman un ajuste que originalmente calcularon en 7,5 millones de dólares y que ahora puede llegar a diez millones de dólares con los intereses correspondientes.

Pese a que la ALADI tiene inmunidad diplomática, en 1991 la Corte se consideró habilitada para acoger la demanda, porque el organismo internacional había sido omiso en establecer el referido tribunal previsto en su tratado constitutivo.

Entonces la Corte dijo que "si los contratos deben ser cumplidos, no sería legítimo aceptar que la demandada se base en su propio incumplimiento para privar a sus ex funcionarios del debido proceso".

El 20 de mayo de 1992 la secretaría general de la ALADI estableció el tribunal al cual "pueden concurrir los propios actores, tal como en todo momento lo exigieron, aunque hasta el presente sin éxito", dice la sentencia de la Corte.

Por unanimidad los ministros alegaron que "constituyendo el desconocimiento de la inmunidad, un acto excepcionalísimo, el mismo debe ceder ante la creación del tribunal que permita su mismo reconocimiento...".

9401111.

01-01

ALADI Y LA COOPERACION

QUITO.— El secretario general de la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI), Antonio José de Cerqueira, que llegó a Ecuador, se reunirá con las principales autoridades de este país para analizar el programa de cooperación para 1994.

De Cerqueira se reunirá con el presidente de Ecuador, Sixto Durán Ballén, con el canciller, Diego Paredes, con el vicepresidente, Alberto Dahik, con el ministro de Industrias, José Vicente Maldonado, y con representantes del sector comercial e industrial de este país.

El representante de ALADI, que permanecerá en Ecuador hasta el próximo miércoles, dictará también algunas conferencias acerca de la integración en el continente.

(De agencia EFE).

La Aladi iniciará contactos para articular el Mercosur con otros esquemas de integración

■ Los jefes de misión de los once países que conforman la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) comenzaron los trabajos preparatorios de la reunión que sus cancilleres celebrarán en Montevideo el próximo 11 de febrero.

La agenda de la VIII Reunión del Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores —el órgano supremo de la Aladi— comprende, entre otros temas, un proyecto de Protocolo interpretativo del Tratado de Montevideo 1980, a fin de que los países de la Asociación puedan concertar acuerdos comerciales preferenciales con otras naciones desarrolladas, como es el caso de la participación de México en el Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica.

La instancia preparatoria examina, asimismo, diversos anteproyectos presentados, en relación a temas tales como la convergencia y articulación de los distintos esquemas subregionales y bilaterales de integración entre los países de la Aladi, incluyendo el Mercosur y el Grupo Andino, el comercio de servicios, el fortalecimiento del organismo a través de una intervención creciente de las máximas autoridades gubernamentales y una estrategia global de la integración latinoamericana hacia el año 2.000.

DOCUMENTO

TITULO

PROC... L.M.

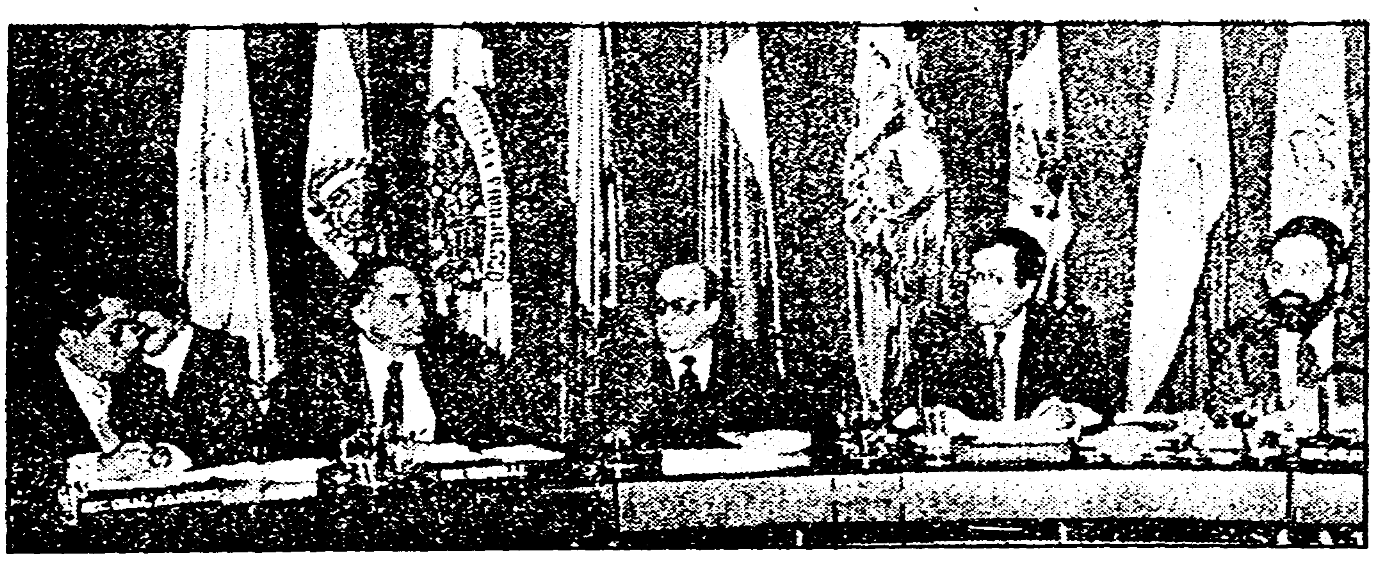
FE... 23/1/94

VIN...

Aladi: inician trabajos preparatorios por el ingreso de México al "NAFTA"

● Jefes de Misión comenzaron estudios para sesión del próximo 11 de febrero

Comenzaron los avances en la ALADI hacia la reunión de Cancilleres del próximo 11 de febrero. En el encuentro, además del tema México-TLC, se planteará la iniciativa brasileña de Zona de Libre Comercio sudamericana.



Los Jefes de Misión de los once países que conforman la Asociación Latinoamericana de Integración comenzaron los trabajos preparatorios de la reunión que sus Cancilleres celebrarán en Montevideo el próximo 11 de febrero.

Así lo confirmó la ALADI en un comunicado remitido a nuestra redacción en el cual subraya que en procura de la articulación del MERCOSUR, el Grupo Andino y otros esquemas de integración, se iniciaron los preparativos para la reunión de Ministros de Relaciones Exteriores que integran la asociación.

Asimismo expresa que se ha confirmado la presencia de los Ministros de Estado para una sesión que se augura será trascendente en la toma de decisiones que permitan adecuar el organismo regional, creado en 1980, a los múltiples y complejos desafíos que enfrenta el proceso de integración latinoamericana.

La agenda de la VIII reunión del Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores -el órgano supremo de la ALADI- comprende, entre otros temas, un proyecto de Protocolo interpretativo del Tratado de Montevideo de 1980, a fin de que los países de la Asociación puedan concertar acuerdos comerciales preferenciales con otras naciones desarrolladas, como es el caso de la participación de México en el Tratado de Libre Comercio (TLC) de Norteamérica.

La instancia preparatoria examina asimismo diversos anteproyectos presentados por las Delegaciones y la Secretaría General para su consideración por los Cancilleres, en relación a importantes temas tales como la convergencia y articulación de los distintos esquemas subregionales y bilaterales de integración entre los países de la ALADI, incluyendo el MERCOSUR y el Grupo Andino; el comercio de servicios; el fortalecimiento del Organismo a través de una intervención creciente de las máximas autoridades gubernamentales y una estrategia global de la integración latinoamericana hacia el año 2000.

Sobre el Protocolo interpretativo, el Secretario General de la ALADI, Ing. Antonio Antunes, adelantó a LA MAÑANA a poco de finalizados los trabajos técnicos al respecto, su optimismo en que el texto fuera aprobado por los respectivos Ministros de Relaciones Exteriores, pues el mismo había surgido de un grupo altamente representativo y con poderes plenipotenciarios para su confección.

Por otra parte, durante el trámite de esta reunión, el Canciller brasileño Celso Amorim, formalizará el planteo que el Presidente Itamar Franco realizara ya al Grupo de Río y al que posteriormente los presidentes del MERCOSUR dieran la bienvenida, sobre la creación de una Zona de Libre Comercio Sudamericana.

El anuncio de esta presentación brasileña se conoció oficialmente en la ciudad de Brasilia hace pocos días y llamó la atención el hecho que posteriormente, toda información relativa a los elementos que se presentarán a los Cancilleres no cobraran la difusión que se espera en virtud que, era la intención del gobierno norteño, adelantar los principales aspectos de esta iniciativa ya cuando la reunión del Grupo de Río celebrada en Santiago de Chile.

9401113

Secretario de ALADI y RR.EE. dialogaron ayer

• Antúnes informó sobre la reunión de Cancilleres

Autoridades y funcionarios diplomáticos de la ALADI, continuaron avanzando ayer en la preparación de la reunión del Consejo de Ministros de la Asociación Latinoamericana de Integración, prevista para el mes próximo.

Las actividades comenzaron a las 9 de la mañana, con una junta general en la cual a nivel de los Jefes de Misión ante el organismo integracionista, se procedió a repasar los temas que integrarán la agenda de los Cancilleres el próximo día 11.

Dichos trabajos se extendieron hasta horas del mediodía de la víspera, cuando sobre las 12:30, el Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, Ing. Antonio Antúnes, se trasladó hasta la sede del Ministerio de Relaciones Exteriores, para mantener allí, una ronda de conversaciones con las autoridades diplomáticas de nuestro país.

Sesiones vespertina

Las reuniones, volvieron a sucederse luego en los respectivos despachos de la ALADI en horas de la tarde, de acuerdo a lo informado a un cronista de esta página en fuentes de la Asociación con sede en Montevideo.

La reunión del Consejo de Ministros (Organo supremo de la ALADI), convocada a fines de 1993 para el 11 de febrero próximo, será la VIII.

La agenda establecida hasta última hora de ayer, indicaba la presencia de, entre otros temas, un proyecto de Protocolo interpretativo del Tratado de 1980 a fin que los países de la Asociación puedan concertar acuerdos comerciales preferenciales con otras naciones desarrolladas, como es el caso de la participación de México en el Tratado de Libre Comercio (TLC) de norteamérica.

Chile al TLC

En las tareas desplegadas ayer se examinaron diversos anteproyectos presentados por las Delegaciones y la Secretaría General, para su consideración por los Cancilleres, en relación a la convergencia y articulación de los distintos esquemas subregionales y bilaterales de integración entre los países de la ALADI, incluyendo el MERCOSUR y el Grupo Andino; el comercio de servicios; el fortalecimiento de la Asociación a través de una intervención creciente de las máximas autoridades gubernamentales y una estrategia global de la integración latinoamericana hacia el año 2000.

En los últimos días surgieron novedades sobre las tratativas del denominado Grupo de los Tres (México, Venezuela y Colombia), al dar los industriales mexicanos, el visto bueno a este emprendimiento integracionista.

A esto se sumó además el también reciente anuncio de autoridades del Gobierno chileno, sobre la incorporación del país andino, al TLC en el término de dos años, para lo cual, ya se ha trazado un cronograma que irá definiendo la asociación entre Chile y el NAFTA.

El pronunciamiento conocido en Santiago la pasada semana, tuvo lugar al cabo de una extensa reunión entre autoridades del Gobierno de Aylwin con representantes del Departamento de Comercio de los Estados Unidos para América latina, celebrada en la capital chilena.


Ing. Antonio Antúnes, Secretario General de la ALADI.

El Partido Justicialista ingresa hoy en la Internacional Demócrata Cristiana

Santiago de Chile (ANSA)

El Partido Justicialista (PJ), que gobierna Argentina, ingresará hoy a la Internacional Demócrata Cristiana (IDC), durante la reunión de la Organización Demócrata Cristiana Americana (ODCA), que sesiona en Chile.

Con el PJ, ya como observador, se sumará a la IDC el Partido Acción Nacional (PAN), de México, principal colectividad opositora al Partido Revolucionario Institucional (PRI), que gobierna la nación azteca.

La incorporación del PJ a una internacional "rompe una posición histórica de este movimiento, que se había opuesto a formar parte de alguna de las grandes agrupaciones ideológicas internacionales" por mandato de su fundador, Juan Domingo Perón, dijo el secretario general de ODCA, el chileno Sergio Pizarro.

En fuentes democráticas cristianas se atribuye al presidente de Argentina, y también de los justicialistas, Carlos Menem, la operación de ingreso a la IDC.

Sin embargo, el peso de las negociaciones recayó fundamentalmente en Antonio Erman González, dos veces ministro de Menem y antes militante del Partido Demócrata Cristiano argentino.

Por su parte el presidente del PAN, Carlos Castillo, indicó que el ingreso de su colectividad, como observador, "concluye un largo proceso de nuestro partido para obtener una interlocución internacional, lo que durante muchos años constituyó un monopolio del PRI".

ALIDE: 24ª reunión prevista para mayo

LH. 12/1

La ciudad de México será el escenario de la Vigésimo Cuarta Reunión Ordinaria de la Asamblea General de la Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras de Desarrollo, ALIDE.

Ha sido convocada para analizar del 16 al 18 de mayo próximo "El Progreso Económico y Social de Latinoamérica y la Nueva Agenda del Financiamiento del Desarrollo", escogido como tema central de la reunión.

Esta será la segunda oportunidad en siete años que ALIDE celebra una Asamblea General en México.

Como es sabido, en los últimos años los países de América Latina y el Caribe han sido protagonistas en el escenario regional e internacional de enormes esfuerzos realizados con el propósito de estabilizar y reestructurar sus economías.

Los cambios

Los grandes cambios experimentados por efecto de esos esfuerzos, se han traducido en una baja ostensible de la inflación, la liberalización y apertura de los mercados reales y financieros, la redefinición de los roles de los sectores público y privado, particularmente en lo que se refiere a la producción de bienes y servicios.

La comunidad internacional financiera y empresarial, por su parte, se siente alentada por las reformas económicas aplicadas en la región, dice un comunicado de la ALIDE, y está convencida que los lazos de comercio e inversión, dependerán de la capacidad de América Latina y el Caribe para sostener y ampliar los progresos logrados hasta ahora.

Sin embargo, el fortalecimiento y consolidación de esta capacidad constituye un enorme desafío para la región en los próximos años, toda vez que las mejoras económicas hasta ahora conseguidas alcancen a los sectores más necesitados. En otras palabras, señala el comunicado, la apertura y democratización económica debe acompañar a la democratización política, y ello dependerá en buena medida del consenso y concertación de voluntades que se logre en torno al fomento de un crecimiento orientado por el sector privado, que beneficie a todos los sectores de la sociedad, particularmente a los menos pudientes.

El temario

En este contexto, el temario de la XXIV Reunión Ordinaria de la Asamblea General de ALIDE se orientará a analizar las medidas que se consideran necesarias para la búsqueda del consenso y la concertación entre el sector público, el sector privado y el sector social en los ámbitos nacionales y sectoriales productivos, como también en el plano regional e internacional.

La Asamblea de ALIDE que es uno de los foros económicos internacionales más acreditados, reúne cada año a un calificado e importante número de participantes, incluyendo un selecto plantel de expositores de reconocida trayectoria que esta vez analizarán el temario siguiente:

I.-El desarrollo empresarial en la consolidación de las reformas y el progreso de la región.

II.-La micro y pequeña empresa como agentes de la redistribución del ingreso y la generación de empleo para el desarrollo.

III.-La movilización de recursos en la nueva agenda del financiamiento del desarrollo: el apoyo a la inversión productiva, económica y social.

En el marco de la asamblea se celebrarán reuniones especializadas de los Comités Técnicos de ALIDE en materia de Comercio Exterior, Financiamiento de la Agricultura, Pequeña Empresa, Promoción de Proyectos e Inversiones y Vivienda, así como la reunión anual de los Coordinadores Nacionales de ALIDE.

Nº. DOCUMENTO 9401116

TITULO La Org. A. Int. analiza posible envío de delegación a México.

PRO E.C. - 1500024

F 8/1/94

V 500576 507623

Preocupación de Amnesty

LONDRES, 7 (DPA y ANSA). — La organización **Amnistía Internacional** analizaba hoy el posible envío, en los próximos días, de una delegación a México para constatar las graves denuncias sobre violaciones de los derechos humanos cometidas por el ejército mexicano en los enfrentamientos con los insurgentes del **Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN)** en **Chiapas**.

Por otra parte, una misión de la organización de derechos humanos **"Americas Watch"**, con sede en los **Estados Unidos**, viajará en las próximas horas a México para investigar los centenares de casos de violaciones de los derechos humanos sucedidos en el estado sureño.

Amnistía Internacional, con sede en Londres, espera que el gobierno mexicano no se oponga al envío de la misión. Por ahora la entidad continúa analizando las informaciones y denuncias que están llegando desde México, especialmente la de la Iglesia Católica.

El presidente de la gubernamental **Comisión Nacional de Derechos Humanos, Jorge Madrazo**, fue desautorizado hoy por el Ejército a salir de **San Cristóbal de Las Casas** para dirigirse a **Ocosingo**, donde pretendía verificar el respeto a los derechos humanos.

Las fuerzas armadas impidieron salir a **Madrazo** en virtud de la situación **"extremadamente delicada" que se vive en la zona como consecuencia de la violenta sublevación desde el 1º de enero.**

La gestión de **Madrazo** era esperada después que se denunciaron fusilamientos y torturas de rebeldes capturados por el **ejército**.

En los últimos días se multiplicaron las denuncias sobre violaciones a los derechos humanos cometidas por soldados en el estado de Chiapas e incluso se dijo que algunos guerrilleros fueron fusilados cuando tenían sus manos atadas a la espalda.

Partes poco legibles

ENTRADO

CRUZADO

01-01 9401116

Según el estudio, la Declaración Universal de los DDHH es uno de los documentos más ignorados en la historia de los acuerdos internacionales

Informe de Amnistía Internacional sostiene que en 161 países se violan los derechos humanos

La organización Amnistía Internacional sostiene en su último informe que en 161 países del mundo se están violando los derechos humanos en clara infracción a la declaración universal de los DDHH aprobada por la ONU. El siguiente estudio —que publicamos con ligeras reducciones— fue inserto en la última edición para América de Cambio 16 de Madrid y resume las labores llevadas a cabo por Amnistía Internacional desde su fundación en Londres, hace poco más de tres décadas. En ese lapso ha crecido y ramificado su organización a todos los continentes.

■ La parte más activa del edificio londinense es una zona llamada "Red de Acción Urgente". Desde allí se da la voz de alarma cada vez que los hombres y mujeres de Amnistía Internacional (AI) se enteran de un arresto, en cualquier lugar del mundo, que puede degenerar en torturas u otras violaciones de los derechos humanos. "Contactamos entonces con todas nuestras oficinas regionales —afirma Ann Stuttard, portavoz de [illegible]y, en cuestión de horas, in[illegible]damos de faxes o télex a las autoridades del país. Muchas veces nos llama el delegado del país en cuestión asegurándonos que el prisionero será liberado y que detengamos el aluvión de faxes". En 161 países del mundo se violan, de una forma u otra, los derechos humanos. La persecución de los ciudadanos por parte del Estado no es una especialidad exclusiva de los regímenes despóticos en recónditos países de África, como a veces podría pensarse leyendo la prensa de Occidente. Muy al contrario, la Declaración Universal de los Derechos Humanos, aprobada por Naciones Unidas hace 43 años, debe ser uno de los documentos más ampliamente ignorados de la historia de los acuerdos internacionales.

En 1861 nació un movimiento que intentó obstruir ese engranaje. Ese año, un abogado británico, Peter Benenson, leyó en un periódico que dos jóvenes portugueses habían sido arrestados en la calle por la Policía del régimen de Antonio de Oliveira Salazar. Benenson lanzó una campaña mundial para pedir la libertad de lo que él llamó "prisioneros de conciencia".

Inicialmente, la campaña debía haber durado sólo un año, durante el cual se escribirían cartas y se presionaría a los gobiernos para obtener la libertad de personas concretas que estaban en prisión por sus convicciones religiosas o políticas. La respuesta a la campaña fue tan abrumadora que ésta se convirtió en una organización permanente, bautizada con el nombre de Amnistía Internacional.

Hoy en día, Amnistía tiene más de un millón de miembros y donantes en 150 países y delegaciones en 51 países. Su sede internacional ocupa dos edificios de tres plantas en Londres y en ella trabajan unos 250 empleados y más de 50 voluntarios. Todas sus campañas se publican simultáneamente en inglés, francés, español y árabe.

Dos reglas básicas son esenciales para el funcionamiento de AI. Por un lado no acepta dinero de gobiernos ni agencias gubernamentales para no comprometer su imparcialidad. [illegible] nas nacionales recaudan y manejan su propio presupuesto y contribuyen al de la sede internacional, la cual opera con ce[illegible]a de 11 millones de libras (16 millones de dólares) al año. La otra regla de oro es que ninguna oficina nacional se involucra en casos de su propio país. "Esto asegura no sólo un mínimo prejuicio, sino también la seguridad de nuestra gente", dice Ann Stuttard. Hasta el momento, esa estrategia ha dado resultados: ningún trabajador de AI ha perdido la vida ejerciendo su trabajo, aunque sí se han dado casos de arrestos y hace años se puso una bomba en la oficina de AI en Perú.

A pesar de su tamaño cada vez mayor, en AI creen que su estructura "federal" les impedirá convertirse en un organismo ineficiente y burocrático. "Cada oficina nacional se maneja de acuerdo a las costumbres del país. Eso nos hace muy flexibles a los cambios de situaciones", dice Stuttard.

Su método de trabajo sigue siendo muy parecido al original: todos los casos individuales son referidos a la sede central en Londres, donde se hacen las investigaciones iniciales. "Durante todos estos años hemos ido recogiendo información sobre las formas de represión que practican los distintos países —dice Ann Stuttard—. Conocemos mucho sobre sus métodos de arrestos y tortura. Cuando recibimos los detalles de una denuncia ya podemos hacernos una idea inicial sobre su veracidad".

Los métodos de investigación sobre el terreno —AI realiza aproximadamente 100 visitas al año a distintos países— tienen que tener en cuenta las diferentes situaciones locales. Además, AI se apoya de manera importante en redes locales para recoger información: asociaciones de abogados, médicos y otras agrupaciones de derechos humanos.

Cuando la organización decide que un individuo de cualquier lugar del mundo es prisionero de conciencia, su caso es "adoptado" y asignado a una de las oficinas regionales —excepto la del país culpable o países que estén en conflicto con el gobierno culpable—. Entonces, los mecanismos de presión se ponen en marcha: cartas a los miembros del gobierno y a los oficiales de la prisión, visitas a las embajadas, firma de peticiones...

Su tenacidad y ubicuidad suscita mezclas de desprecio y respeto de los gobiernos que se encuentran en su punto de mira —es decir, casi todos—. El rey Hassan II de Marruecos, por ejemplo, calificó a Amnistía en mayo como "un puñado de viejas lideradas por un irlandés amargado". El presidente de Colombia, César Gaviria, tuvo la deferencia de pasarse por la sede de la organización en su reciente visita al Reino Unido para disculpar la atroz situación de derechos humanos en su país. Al gobierno británico se le eriza el pelo cuando AI critica los atropellos de sus soldados en Irlanda del Norte, pero el primer ministro, John Major, se llevó en su última visita a China un documento preparado por ellos para interceder en favor de algunos prisioneros de conciencia en ese país. Aparte de su trabajo principal con casos específicos de violaciones de derechos humanos, AI se ha diversificado un poco y ahora realiza campañas por la erradicación de la tortura, los asesinatos por parte del Estado y la pena de muerte.

Los métodos de AI y, sobre todo, su restrictivo campo de acción han sido muy criticados. Hasta hace algunos años, AI sólo denunciaba los atropellos cometidos por gobiernos, pero no los cometidos por grupos de oposición armada. La justificación era que sólo a los gobiernos se los podía hacer responsables de violaciones de acuerdos a los que estaban comprometidos, y que sólo a los gobiernos se les podía hacer pagar un precio por esas violaciones. Ahora, AI también denuncia a los grupos alzados en armas y trata de hacer cumplir convenciones como la de Ginebra, que se aplican a todas las situaciones de guerra.

Lo que se ha logrado en estos años es que los gobiernos no puedan rehuir el tema de derechos humanos. Aunque esto no necesariamente facilita las cosas. En una reciente entrevista, el secretario general de AI, el senegalés Pierre Sane, afirmaba que "los gobiernos saben que una mala reputación sobre derechos humanos daña su imagen. Utilizan escuadrones de la muerte (paramilitares) y agentes secretos para poder luego negar su participación". El final de la guerra fría ha convertido al mundo en un lugar más inestable y los derechos humanos también se resienten. Tal vez por ello, AI sigue creciendo y en Europa del Este ha aparecido ya oficinas de la organización.

L.N. 10/1/94

Convocatoria de la SIP al concurso periodístico 1994

Amplitud: los premios están agrupados en cuatro categorías que incluyen una diversidad de clasificaciones.

MIAMI.– La Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) hizo un llamado a los periodistas y medios escritos del hemisferio para que participen en la renovada competencia a la excelencia profesional al anunciar el concurso de los premios SIP de periodismo para 1994.

Los premios están agrupados en cuatro categorías que incluyen una diversidad de clasificaciones con la intención de hacer el concurso más práctico y amplio. La clasificación está abierta para participantes de los tres idiomas oficiales de la SIP, español, inglés y portugués.

Amplias posibilidades

"Hacemos un llamado a todos los periodistas del hemisferio. Nuestro concurso es amplio en categorías, de tal forma que las posibilidades de postulación son muy buenas para los que tengan interés en participar", señaló el doctor Bartolomé Mitre, director de LA NACION, de Buenos Aires, Argentina, y presidente de la Comisión de Premios de la SIP.

"Es, además, un concurso de gran prestigio y que tiene el apoyo de un importante número de diarios del continente", indicó el doctor Mitre.

El material, que debe ser enviado a las oficinas centrales de la SIP (2911 NW 39th St., Miami, Fl. 33142), tiene que ser recibido antes del 1° de marzo, con excepción del "Gran premio SIP a la libertad de prensa", cuyas nominaciones estarán abiertas hasta la reunión de medio año de la SIP, programada en la ciudad de Guatemala, del 15 al 20 de marzo de 1994.

Las candidaturas

Las candidaturas deben referirse a trabajos publicados durante 1993 y sobre temas vinculados con asuntos del hemisferio.

Las nuevas categorías de los premios SIP incorporan el mencionado "Gran Premio SIP a la libertad de prensa", abierto a nivel universal a una o varias personas que hayan tenido una labor destacada en beneficio de la libertad de prensa en América.

El segundo grupo está abierto para participantes en cualquiera de los tres idiomas oficiales de la SIP y cubre las categorías "Relaciones interamericanas" (Premios SIP-Pedro Joaquín Chamorro auspiciado por La Prensa, de Nicaragua); "Derechos humanos (Premio SIP-Harmodio Arias, auspiciado por Panamá-América, de Panamá); "Por ayuda a la comunidad" (Premio SIP-José Antonio Miró Quesada, auspiciado por El Comercio, del Perú) y la categoría "Drogadicción" (Premio SIP-Bartolomé Mitre, auspiciado por LA NACION, de la Argentina).

El tercer grupo, para participantes de idioma español y portugués, incluye la categoría "Opinión" (Premio SIP-Agustín Edwards Macclure, auspiciado por El Mercurio, de Chile); categoría "Cobertura Noticiosa" (Premio SIP-Miguel Otero Silva, auspiciado por El Nacional, de Venezuela); categoría "Periodismo en Profundidad" (Premio SIP-The Miami Herald, auspiciado por el periódico del mismo nombre); categoría "Crónicas" (Premio SIP-Jorge Mantilla Ortega, auspiciado por El Comercio, de Ecuador); categoría "Fotografías" (Premio SIP-Diario El País para fotografías, auspiciado por el diario uruguayo del mismo nombre) y categoría "Caricaturas" (Premio SIP-El Tiempo, auspiciado por El Tiempo, de Colombia).

Categorías nuevas

Para este año se han agregado dos nuevas categorías: la categoría "Diario en la Educación", para el programa de mayor éxito del año en cuanto a su impacto en la circulación y la categoría "Diario en la Educación" para el programa de mayor contenido y valor educativo (ambos premios SIP-Diario Hoy para el diario en la educación, auspiciados por el diario Hoy, de Ecuador).

El cuarto grupo es para candidatos en idioma inglés y comprende premios auspiciados por los periódicos Jamaica Daily Gleaner, de Jamaica; O Estado de Sao Paulo, de Brasil; Globe and Mail, de Toronto, Canadá; periódicos Mcclatchy, de Sacramento, California, y ABC Color, de Asunción, Paraguay.

Las reglas principales del concurso son:

- La ya mencionada fecha de cierre, del 1° de marzo.
- Cada postulación debe ir acompañada por la categoría en la que participa, los datos de la persona o empresa que postula y de la persona o empresa que lo nomina.
- Cada postulación puede adjuntar adicionalmente una fundamentación de las razones que amparan su nominación.
- Las postulaciones deben ser presentadas en duplicado y los artículos de cada postulación individual se limitarán a 10 por candidatura. En el caso de revistas, fotografías y caricaturas, el límite es, igualmente, de 10 ejemplares.
- Cada postulación sólo podrá inscribirse en una categoría.
- Las candidaturas de material gráfico deben adjuntar los respectivos recortes como prueba de su publicación. Los ganadores serán escogidos durante la reunión de la comisión de premios en la reunión de medio año de la SIP y serán presentados para su ratificación por el comité ejecutivo para posteriormente hacerse el anuncio público, en julio de 1994.
- Cada periódico afiliado a la SIP recibirá formularios de inscripción e información detallada sobre las distintas categorías, la que puede además ser solicitada escribiendo o llamando a la oficina central de la SIP (teléfono 305 634-2465). Estos formularios, sin embargo, no son obligatorios para presentar una postulación.

Los premios consisten en placas y diplomas y la mayor parte de ellos estipendios que varían entre $ 1000 y $ 500. Son financiados por publicaciones afiliadas a la SIP o por la entidad misma.

DOCUMENTO 9401119
...TULO SIP valoró opinión del Dr. Lacalle.
E.P.
11/1/94

SIP Valoró Opinión del Dr. Lacalle

E.P. 11/1/94



La Sociedad Interamericana de Prensa —asociación continental de editores— agradeció al Presidente de la República su participación y los conceptos vertidos en la ceremonia de apertura de la 49ª Asamblea General de la SIP. Esta instancia tuvo lugar en noviembre de 1993 en la ciudad argentina de Bariloche.

La correspondiente misiva —con membrete de la SIP, remitida bajo firma del Presidente del Comité Organizador de la Asamblea y fechada en Buenos Aires— expresa:

Señor Presidente:

En mi condición de presidente del Comité Organizador de la 49ª Asamblea General de la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP), me dirijo a Usted para agradecer su presencia en la ceremonia de apertura de la misma, el pasado 17 de noviembre.

Las autoridades y los miembros de la Sociedad salimos reconfortados por sus opiniones sobre la libertad de prensa, y ello nos estimula a continuar bregando por la plena vigencia de tal principio en el continente americano.

Destaco que en toda la historia de la SIP, es la primera vez que contamos con la presencia de tres presidentes libremente elegidos por sus pueblos, marco verdaderamente magnífico que honró a la Sociedad por la importancia del evento.

Por conocer la complejidad del desplazamiento de un presidente de la República, valoramos en su magnitud su viaje hasta San Carlos de Bariloche para acompañar la inauguración y honrarnos con sus palabras.

Cabe destacar que tanto Usted, como el señor presidente de la Argentina, Dr. Carlos S. Menem y el del Paraguay Ing. Juan Carlos Wasmosy, coincidieron en destacar la importancia fundamental de la libertad de prensa, verdadero orgullo de los gobiernos democráticos que caracterizan esta etapa tan creativa de nuestro continente. La libre expresión de las ideas es la razón de la existencia de la SIP, y nos enorgullece destacar que la misma tiene plena vigencia en la República del Uruguay.

En nombre del Comité Organizador y de las autoridades de la Sociedad Interamericana de Prensa, le deseo una feliz Navidad y un año '94 pleno de realizaciones para su país.

Quedando a su disposición, lo saludo con la mayor estima.

Jorge E. Fascetto (Presidente del Comité Organizador)

9401119.

ADEPA analizó ayer con Menem las reformas del Código Penal

Coincidencias: el Presidente instó a los representantes de los medios a armonizar con los legisladores las inquietudes sobre el proyecto.

El presidente Carlos Menem instó ayer a los representantes de la Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas (ADEPA) a "armonizar con los legisladores las inquietudes" relacionadas con el proyecto de reforma del Código Penal, por el cual se contempla un sensible aumento de las penas por los delitos de calumnias e injurias.

Así lo informó el presidente de ADEPA, señor Guillermo Ignacio, luego de un encuentro de más de una hora del jefe del Estado, los secretarios general de la Presidencia, Eduardo Bauzá, y de Medios de Comunicación, Raúl Burzaco, con representantes de la mencionada entidad.

Acompañaron al señor Ignacio, en la reunión que se efectuó en el despacho presidencial, el vicepresidente 1º de ADEPA, señor Luis Etchevehere; el secretario general de la entidad, señor Ricardo Sáenz Valiente, y el titular de la Comisión de Asuntos Económicos y Resoluciones, doctor Luis H. Tarsitano.

Facultades del ombudsman

En la Sala de Periodistas de la Casa de Gobierno, Ignacio señaló que también habían analizado con el jefe del Estado las facultades del ombudsman en lo atinente a requerir informaciones del sector privado, cuando, fundamentalmente, la actividad del "defensor del pueblo" apunta a la protección del ciudadano en los aspectos públicos.

A criterio del titular de ADEPA, el encuentro de ayer fue "la continuación del efectuado el 4 de octubre último, oportunidad en que se trató con el jefe del Estado la inquietud sobre los aranceles de importación del papel para diarios y, en menos de una semana, hubo una respuesta favorable por parte del Poder Ejecutivo Nacional".

Diálogo

Como balance de la reunión de ayer, Guillermo Ignacio anunció que, en pocos días más, los representantes de la entidad dialogarán con los legisladores nacionales.

"Seguramente iniciaremos las conversaciones con los senadores, puesto que es en esa cámara donde se encuentra el proyecto de reforma del Código Penal", añadió.

La intención, según dijo el titular de ADEPA, es lograr que "desaparezca cualquier atisbo que pueda significar algún inconveniente en la labor de los medios de comunicación. Pero no así en lo que concierne a la vigencia de estos delitos que existen en todo código penal, en todo país del mundo".

Ignacio descartó que ADEPA vaya a presentar un "proyecto alternativo" del que se debatirá en el Congreso sobre la reforma del Código Penal. Explicó que se buscará "armonizar la doctrina de la real malicia que ha adoptado la Corte Suprema de Justicia con el texto de la ley en lo que concierne a la protección de las personas, frente a la posibilidad de evitar calumnias e injurias y a su divulgación.

Agilizar trámites

"Es de fundamental importancia llevar al plano legislativo lo que ya ha adoptado la Corte Suprema", dijo el titular de la entidad, al añadir que también se tratará de lograr la agilización de los trámites judiciales –"en la actualidad tardan entre cuatro y cinco años", señaló– y "obviamente, aunque haya un fallo judicial, no hay forma de reparación".

En cuanto a la figura del ombudsman –ley que ha sido aprobada–, el Ignacio sostuvo que el Presidente "enviará al Congreso las inquietudes que hemos transmitido y con las que ha coincidido ya el Poder Ejecutivo nacional referidas a que desaparezcan esos puntos que podían implicar alguna traba a la libertad de prensa."

"En consecuencia –finalizó– el balance que hacemos de la reunión que hemos mantenido hoy (por ayer) con el Presidente es altamente positivo y esperamos concretarlo en los hechos."

Libertad

"La libertad de prensa que hoy se practica en este país sólo es compatible con la de los Estados Unidos".

La frase fue expresada al jefe del Estado por el titular de ADEPA, Guillermo Ignacio, aunque el periodismo la conoció por el secretario de Medios de Comunicación, Raúl Burzaco.

DOCUMENTO
E.C. 13/1/94

REUNION CON MENEM EN LA CASA ROSADA

Preocupación de ADEPA por el proyecto oficial de cambios al Código Penal

Clarín 13/1

La cúpula de la Asociación de Entidades Periodísticas Argentinas (ADEPA) se entrevistó ayer con el presidente **Carlos Menem** para manifestarle su **preocupación** por el proyecto de reforma del Código Penal que contempla la duplicación de las penas por calumnias e injurias y aspectos específicos de la ley de creación del "ombudsman" (defensor del pueblo).

La entidad, que reúne a los propietarios de los diarios de todo el país, comentaron a Menem la necesidad de "armonizar" el proyecto redactado por el Gobierno con el Congreso para que **"desaparezca cualquier atisbo que pueda significar alguna dificultad en la labor de los medios de comunicación"**.

El presidente de ADEPA, Guillermo Ignacio, dijo además a los periodistas, luego de la entrevista realizada en la Casa Rosada, que pidió a Menem que se especifique "con mayor precisión" el punto del proyecto que duplica las penas por calumnias e injurias "cuando se facilita su divulgación".

Ignacio concurrió a la audiencia acompañado del vicepresidente primero de la entidad, **Luis Etcheverhere**, del secretario general, **Ricardo Sáenz Valiente** y del presidente de la comisión de Asuntos Económicos y Resoluciones, [illegible]. Menem estaba acompañado por el secretario general de la Presidencia, **Eduardo Bauzá**, y el secretario de Medios de Comunicación, **Raúl Burzaco**.

Al puntualizar los alcances de la preocupación de ADEPA, Ignacio acotó que "debe precisarse para evitar el hecho de que sean **los medios de comunicación** quienes puedan resultar afectados y no realmente quien ha cometido el delito de calumnias e injurias", acotó.

ADEPA también propició que "la doctrina de la real malicia (en la comisión de ese tipo de delitos) que ha adoptado la Corte Suprema de Justicia de la Nación, se incorpore al texto del proyecto". Ignacio adelantó que ADEPA dará a conocer un comunicado puntualizando todas sus objeciones a ese polémico proyecto, que el Gobierno había enviado al Congreso sin difundirlo a la opinión pública.

El otro tema planteado fue aspectos de la reciente sancionada ley de creación del Defensor del Pueblo. "En el proyecto original se establecía que el «ombudsman» puede recurrir a la Justicia si encuentra dificultades para obtener información en su labor en organismos del Estado", explicó.

Pero "luego se incluyó —agregó Ignacio— al **sector privado** en esa facultad cuando precisamente la figura del ombudsman apunta a garantizar al ciudadano para que fuesen atendidas sus inquietudes y las dificultades que pudiesen enfrentar, que normalmente provienen del sector público". Menem se comprometió, dijo Ignacio, a enviar un proyecto de ley al Congreso para corregir ese punto.

Ignacio confió en que Menem vuelva a recibir a ADEPA después que se reúnan con los legisladores que tratan el proyecto de ley.

Nº DOCUMENTO 9401121

TITULO China podría invertir en Z. Francas.

PROCE[illegible] E.P. 150007

FECH 29/12/93

VIN[illegible] 11856
507638

China Podría Invertir en Zonas Francas, Dijo Otero

Muy buenas posibilidades de relacionamiento comercial con China Popular quedaron abiertas a partir de la reciente visita del presidente Luis Alberto Lacalle, fundamentalmente en el área de las zonas francas.

Así lo consignó el contador Walter Otero, quien en representación de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas integró la comitiva empresarial que acompañó al Mandatario.

Otero destacó que nadie puede discutir el desarrollo operado por este país en los últimos años y la proyección que ha ganado en el plano internacional. Recordó que en 1988 acompañó al entonces presidente Julio María Sanguinetti y que en los cinco años transcurridos China ha pasado a ocupar los primeros planos en el comercio internacional.

Precisó que China es prácticamente hoy el principal comprador de nuestro país, llegando en el caso de las lanas a captar entre el 38 y 42 por ciento de la producción uruguaya.

Otero estimó que "existen todas las posibilidades en el comercio clásico y tradicional", como pueden ser lanas, cueros, maderas y pesca, "pero también se pueden explorar otras áreas para concretar 'joint ventures', siempre que haya ingenio y cooperación de las partes uruguayas".



Cr. Walter Otero.

POLO DE ATRACCION

"Somos conscientes que las zonas francas son un polo de atracción muy grande para ellos, no estamos hablando de cosas extrañas o lejanas, porque hoy por hoy es corriente trabajar con algún chino, tener algún tipo de asociación o traer mercaderías de ese origen".

Subrayó Otero que "ese tipo de unión ya se está haciendo, pero todavía no se ha dimensionado la perspectiva de lo que puede ser un 'joint venture', por lo que hace falta únicamente un poco de ingenio para procurar el complemento".

Estimó el dirigente empresarial que las futuras misiones que se trasladen a China, tanto públicas como privadas, deberán ser estructuradas de antemano, "para dar una imagen compacta de las propuestas que se vayan a realizar".

Otero puso de relieve la decidida gestión del presidente Lacalle para promover no sólo las zonas francas sino también las restantes modalidades de relacionamiento comercial.

Señaló que "el Mandatario tiene conceptos muy claros y precisos sobre lo que son las zonas francas y lo expresó con absoluta nitidez", puntualizando que ello contrasta con la actitud de ediles, diputados, senadores y dirigentes políticos que "presentan una visión totalmente distorsionada del alcance de nuestro régimen de zonas francas".

En síntesis, Otero se mostró gratamente sorprendido por los alcances del viaje presidencial y la gestión desarrollada por los operadores de las zonas francas, observando que existen condiciones inmejorables para que en el futuro inmediato se pueda intensificar la corriente comercial con China.

01-01

9401121.

MEGA ZONA FRANCA EN RIO NEGRO

La Zona Franca de Río Negro está en marcha. Su compra se concretó hace unos diez días y la propietaria es Mega Internacional, empresa que tiene inversiones por todo el mundo.

Situada muy próxima a la cabecera del puente Fray Bentos-Puerto Unzué «Libertador General San Martín» su ubicación, como la de la Zona Franca también privada de Villa García sobre la Ruta 8, es estratégica.

Según su director se espera que inversores uruguayos, canadienses y asiáticos se instalen allí. En este proyecto se está trabajando desde hace más de un año y, aseguran sus promotores y primeros inversionistas, ya está en plena expansión.

Siempre según las palabras del Sr. Mario Campomar en los primeros cuatro meses de 1994 la Zona debe tener terminada la infraestructura necesaria para la instalación de las fábricas. Cabe preguntarse cómo esta empresa va a resolver problemas como el de saneamiento, dada la capacidad potencial de la Zona y las ambiciones gigantescas de los propietarios.

¿QUIEN ES MEGA INTERNACIONAL?

La compañía Mega Internacional tiene instaladas tres oficinas en China Popular y también oficina en Hong Kong.

Además de ser propietaria de Zona Franca Río Negro, Mega Internacional es dueña de hoteles en el Aeropuerto de Vietnam que están en construcción y posee una flota de 400 taxis en ese mismo país. También es propietaria de varios restaurantes en Australia y de una cadena de Free Shops instalados en Australia, en Japón en Tokio y Osaka, en Camboya, Hong Kong, Malasia, Singapur y China. También en China es propietaria de una fábrica de suelas de calzado.

URUGUAY: UN PAIS «DRAMATICAMENTE» CONFIABLE PARA LA

Chile Bank, cuyos ejecutivos han mantenido reserva hasta el momento ante la intervención de que fue objeto la entidad en España y sobre la fusión con el Banco Concepción.

El gerente de la entidad, José Gual, eludió cualquier declaración a la prensa que tranquilizara a los depositantes del Banesto Chile Bank.

El Banco Concepción mantiene una deuda subordinada con el Banco Central de Chile por 483 millones de dólares desde la crisis financiera de los años 1982-1983, cuando el Estado inyectó unos 10.000 millones de dólares a la banca privada para salvar el sistema.

Sonami, en tanto, mantiene una deuda de 26 millones de dólares con la estatal Corporación de Fomento (Corfo), por la compra del Banco Concepción, que pensaba pagar en parte con el producto de la fusión con el Banesto.

(efe)

MEGA ZONA FRANCA EN RIO NEGRO

La Zona Franca de Río Negro está en marcha. Su compra se concretó hace unos diez días y la propietaria es Mega Internacional, empresa que tiene inversiones por todo el mundo.

Situada muy próxima a la cabecera del puente Fray Bentos-Puerto Unzué «Libertador General San Martín» su ubicación, como la de la Zona Franca también privada de Villa García sobre la Ruta 8, es estratégica.

Según su director se espera que inversores uruguayos, canadienses y asiáticos se instalen allí. En este proyecto se está trabajando desde hace más de un año y, aseguran sus promotores y primeros inversionistas, ya está en plena expansión.

URUGUAY: UN PAIS «DRAMATICAMENTE» CONFIABLE PARA LA EXPLOTACION COMERCIAL

En una entrevista hecha pública hace algunos días, uno de los promotores de este tipo de empresas, el director de la Zona Franca de Río Negro, Mario Campomar, declaraba que en la medida en que el Uruguay paga puntual y rigurosamente la Deuda Externa, se ha convertido en el extranjero en «un país que ha conseguido un «dramático» aumento de la confianza de los capitales internacionales»... No sabemos si el calificativo de «dramático aumento» en boca de este empresario fue un lapsus, pero no podía haberlo dicho mejor... Los industriales y empresarios extranjeros se han fijado en este proyecto porque consideran que para ellos es un «muy buen negocio».

La Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, acompañando al presidente Lacalle en China, ofrecieron en este inmenso país las excelentes oportunidades que ofrece Uruguay como país bisagra para introducir productos en los países del Mercosur.

LAS VENTAJAS ESTRATEGICAS DE RIO NEGRO

La Zona Franca de Río Negro ofrece una ventaja insuperable dese el punto de vista de su ubicación estratégica, no solo dentro del Uruguay, sino también para todo el mercado de Brasil, Chile, Argentina, Paraguay y Bolivia, es decir que ofrece una ubicación «Mercosuriana» por excelencia.

De la Zona Franca de Río Negro los promotores dicen que «es la llave para un mejor futuro, punto clave dentro del Uruguay donde asamblar productos que puedan salir rápidamente hacia Cordoba o Bolivia».

Mega Internacional, propietaria de esta Zona, busca la instalación de industrias. Ya se han conseguido tres compañías chinas que vendrían a asamblar bicicletas, refrigeradores y motocicletas. También compañías argentinas, europeas y canadienses están interesadas en Río Negro.

Siempre según las palabras del Sr.Mario Campomar en los primeros cuatro meses de 1994 la Zona debe tener terminada la infraestructura necesaria para la instalación de las fábricas. Cabe preguntarse cómo esta empresa va a resolver problemas como el de saneamiento, dada la capacidad potencial de la Zona y las ambiciones gigantescas de los propietarios.

¿QUIEN ES MEGA INTERNACIONAL?

La compañía Mega Internacional tiene instaladas tres oficinas en China Popular y también oficina en Hong Kong.

Además de ser propietaria de Zona Franca Río Negro, Mega Internacional es dueña de hoteles en el Aeropuerto de Vietnam que están en construcción y posee una flota de 400 taxis en ese mismo país. También es propietaria de varios restaurantes en Australia y de una cadena de Free Shops instalados en Australia, en Japón en Tokio y Osaka, en Camboya, Hong Kong, Malasia, Singapur y China. También en China es propietaria de una fábrica de suelas de calzado.

Nº. DOCUMENTO 9401123
TITULO Preocupa proteccionismo argentino a operadores de los Z. Francas
PROCEDENCIA E.P. 150007
FECHA 12/1/94
VINCUL 11856

Preocupa Proteccionismo Argentino a Operadores de las Zonas Francas

E.P. 12/1

Preocupa a los operadores de zonas francas las recientes medidas de proteccionismo adoptadas por el gobierno argentino, que no condicen con el espíritu del Tratado de Asunción.

El presidente de la Asociación de Usuarios de Zonas Francas del Uruguay, Walter Papantonakis, dijo a EL PAIS que "se observa con preocupación las negociaciones que, en el marco del MERCOSUR, se llevan a cabo pra la fijación del Arancel Externo Común", precisando que "a esta altura deberíamos preocuparnos por la fijación del proteccionismo que se quiere imponer a las industrias radicadas en la región".

El dirigente empresarial entendió oportuno establecer la posición del sector respecto a las conversaciones que mantienen los gobiernos de los cuatro países signatarios del MERCOSUR, indicando que "día a día la Argentina está utilizando mecanismos de distorsión de los impuestos que gravan las importaciones, y mientras por un lado están negociando el Arancel Externo Común, por otro están creando la implantación del pago del derecho específico para todas aquellas mercaderías que podrían lesionar sus industrias".



Walter Papantonakis

Estableció Papantonakis que hasta el momento nadie ha revelado el tenor de las negociaciones entre Brasil y Argentina por este tema, señalando que "nuestro país tiene formas paralelas para proteger las industrias que le interesan, ya sea mediante los precios de referencia o los precios mínimos de importación; de tal forma, Uruguay tiene creado un mecanismo de protección".

Añadió que "por un lado se habla del Arancel Externo común y parece que lo único que importa a los efectos de abrir las fronteras es el arancel, y por otro se crean otro tipo de figuras que siguen implicando proteccionismo, con lo cual pareciera que estamos dejando de proteger individualmente como países a nuestras industrias ineficientes para pasar a protegerlas en bloque".

"No creo que esa fuera la idea ni el espíritu cuando se concretó el MERCOSUR, el espíritu fue el de crear una unión aduanera entre todos y tener un Arancel Externo Común".

Entendió Papantonakis que si ese arancel fuera alto "nos estaremos cerrando al mundo, protegiendo en bloque a nuestras industrias".

"Esperamos que en las futuras negociaciones se tome en cuenta el proteccionismo paralelo que se está generando y que no se habla exclusivamente del Arancel Externo Común como la única barrera proteccionista".

Aludió luego a la reunión presidencial del MERCOSUR, los días 16 y 17 de enero en la ciudad de Colonia, precisando que "no debiera mirarse para otro lado con lo que está sucediendo" porque "hasta ahora nadie ha dicho nada". "Argentina ha comenzado con esta política y por supuesto lo seguirán Brasil y Paraguay".

"Si todos los países fijan derechos específicos, precios de referencia o como quiera llamársele a otro tipo de barreras para el ingreso de mercaderías del exterior, lo del arancel Externo común va a ser solamente un dato, una cifra".

"Más importante que el Arancel Externo Común es el compromiso que debieran asumir todos los países de no agregar otras barreras proteccionistas que signifiquen ventajas solamente para las grandes industrias instaladas en los países de la región", concluyó.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9401123

Uruguay mantiene posición en materia de zonas francas

En caso que los Presidentes del MERCOSUR abordasen el tema relativo a las zonas francas en la región en proceso de integración, Uruguay continuará manteniendo su posición, la cual es muy clara desde la reunión de Manaos de 1992, dijo el Director Nacional de Zonas Francas, Cr. José Luis Ovalle.

Las resoluciones adoptadas en aquella oportunidad fueron ratificadas luego en la reunión celebrada la localidad argentina de Ushuaia, Tierra del Fuego, en octubre de 1993, recordó el funcionario uruguayo consultado ayer, por un cronista de esta página.

"Además, esto se aprobó también en la reunión del Grupo 7, Industrial, que tuvo lugar en Montevideo sobre fines de noviembre del '93. Uruguay sigue opinando, como en el primer momento y sigue sosteniendo en forma muy firme, la absoluta vigencia de su ley de zonas francas, además de su experiencia de muchos años en la materia y, de más está decirlo, es su derecho pleno como socio del MERCOSUR, a tener sus zonas francas funcionando y con actividad industrial".

Nueva Palmira

Ovalle, consultado sobre la adjudicación para la construcción de la zona franca de Nueva Palmira, comenzó expresando que "la Dirección Nacional de Zonas Francas había realizado, oportunamente, un acuerdo con el Ministerio de Transporte y Obras Públicas, que fue quien llevó a cabo la licitación para las obras de caminería de la Zona Franca de Nueva Palmira y se ha adjudicado hace algunos días. La Dirección acaba de efectuar un depósito por U$S 300 mil; la obra de caminería en esta primera etapa va a insumir un costo de aproximadamente U$S 1:000.000, a los que se suma el material que había sido acumulado en la propia zona franca" informó el funcionario.

La diferencia más notoria que tendrá esta zona, con la instalada en Colonia, radica en que estará en un puerto de aguas profundas y que hacia allí, convergerá gran parte del movimiento fluvial procedente de la hidrovía Paraná-Paraguay.

Ovalle: "Un inmejorable punto: puerto de aguas profundas y terminal de la hidrovía"

Comienzan obras de infraestructura en N. Palmira: paraguayos invertirán 100 millones de dólares

En pocos días comenzarán los trabajos de caminería, cañerías y tendido eléctrico en la Zona Franca de Nueva Palmira. Esto, esperan las autoridades, permitirá fuertes inversiones en cadena.

Con una inversión de algo más de un millón de dólares, la Dirección Nacional de Zonas Francas tiene previsto presentar hacia mediados de este año una remozada Zona Franca de Nueva Palmira, lo que allanará el camino para otra inversión: la de un grupo empresarial paraguayo que ha propuesto construir allí un complejo metalúrgico con un costo cercano a los 100 millones de dólares.

En conversación con *El Observador*, el director de Zonas Francas, contador José Luis Ovalle, informó que la semana pasada se adjudicaron las obras de caminería en la citada zona franca. "Era un tema de fundamental importancia para el desarrollo de esa zona, ya que está ubicada en un inmejorable punto: puerto de aguas profundas y terminal de la hidrovía", comentó.

Las obras permitirán que unas 30 hectáreas de un total de 70 que tiene la zona franca, sean acondicionadas a pleno, con calles nuevas, tendidos de cañería para agua corriente y mejora del tendido aéreo.

Se pretende incluir en esta etapa, además, la construcción de los edificios administrativos de aduanas y zonas francas. La ausencia de una buena caminería y demás instalaciones fueron motivo de protestas de los usuarios y también -tal vez lo más trascendente- impedía que fuertes inversores se acercaran a ella.

La inversión paraguaya

Ovalle reveló que un grupo paraguayo reservó hace un año un espacio de unas 20 hectáreas para construir allí un proyecto metalúrgico de dimensiones sin antecedentes en la región. Se trata -dijo el jerarca- de una inversión cercana a los 100 millones de dólares.

"En estos momentos, por la información que dispongo, este proyecto está en una etapa de evaluación en Alemania, pero entiendo que las obras de infraestructura que realizaremos acelerará la decisión", dijo.

Ovalle informó que hay "varias" solicitudes para instalar industrias en Nueva Palmira, pero que la falta de caminería adecuada y de otras obras impedían la concreción de los negocios.



Ovalle
El director de Zonas Francas anunció el comienzo de obras en Nueva Palmira

Las obras de infraestructura básica -que comenzarán en la segunda quincena de este mes y concluirán siete u ocho meses más tarde- no alcanzan el área reservada por el grupo paraguayo. Pero una vez que esos inversores den los pasos adecuados hacia la puesta en funcionamiento de la inversión, la Dirección de Zonas Francas hará los esfuerzos necesarios para que esa infraestructura le alcance a ellos también, explicó Ovalle.

Zona Franca Nueva Palmira es la única estatal, ya que se adjudicó la explotación de la administración de la Zona Franca de Colonia a un grupo privado.

"Las inversiones que vamos a hacer en Nueva Palmira son las que prometimos en el Parlamento hace un año", comentó Ovalle. ■

Nº. DOCUMENTO 9401126
TITULO Resolución de Direc. de Z.F. para pago de canon de usuarios de Colonia
PROCEDENCIA E.OBS. 150483
FECHA 18/1/94
VINCULO 11856
5074166

Resolución de Dirección de Zonas Francas para pago de canon de usuarios de Colonia

NUEVAMENTE LA DIRECCIÓN de Zonas Francas resolvió que los usuarios deberán el canon correspondiente en forma mensual, en virtud de que la explotación de la Administración de la Zona Franca de Colonia será entregada al Grupo Continental "dentro del menor plazo posible".

Esta resolución fue dictada el último día del año 1993 por el director José Luis Ovalle y establece que el trimestre enero/marzo de este año se deberá pagar en tres cuotas mensuales y consecutivas. Para las actividades comerciales y de servicios que no sean off-shore la cuota mensual será de 202,12 dólares y las actividades off shore deberán abonar a la Dirección de Zonas Francas 45,94 dólares.

Una resolución similar fue adoptada en el mes de octubre, allí se establecía que la entrega de la Zona Franca de Colonia al mencionado grupo se iba a hacer en "el menor plazo posible". ■

ENTRADO
CORREGIDO

01-01

9401126.

El 50% del almacenaje proviene de Oriente y 70% se dirige a América Latina

Zona Franca de Miami: mueven un contenedor cada tres minutos



Gabriel García

Robert Sproul
Vicepresidente de la empresa propietaria de la Miami Free Zone

***La Miami Free Zone, que abarca 25 hectáreas con 80 mil metros cuadrados de edificios, que mueve un contenedor cada tres minutos, almacena un 50% de productos provenientes de Oriente y desde ella sale el 70% de bienes dirigidos hacia América Latina, según lo indicó el vicepresidente de la corporación propietaria, Robert Sproul, en entrevista concedida a* El Observador.**

por Linng Cardozo
especial para *El Observador*

El empresario norteamericano elogió el régimen legal vigente en Uruguay para las zonas francas por los beneficios que otorga, al tiempo que dio detalles de la operatoria del emprendimiento fundado en 1976 y que comenzó efectivamente en 1979. Miami Free Zone abarca aspectos comerciales exclusivamente.

—¿Cuál fue el procedimiento seguido por ustedes para que el gobierno de los Estados Unidos les concediera la zona franca?

—Para recibir una licencia, para tener una zona franca, hay que presentar un proyecto bastante detallado. Este estudio debe contemplar trabajos financieros, de mercados. Después de presentar el proyecto se concede o no la licencia.

—¿En qué año comenzó a funcionar?

—En 1976 se formó la compañía y abrimos la zona franca en 1979.

—Usted dijo que un dato del movimiento de la Zona Franca de Miami es que sale un contenedor cada 3 minutos. ¿Eso funciona las 24 horas?

—Estamos abiertos las 24 horas pero el movimiento real es durante 8 horas.

—¿Cuántos funcionarios tiene la empresa?

—Nuestra empresa -la Miami Free Zone Corporation- tiene 64 empleados.

—¿Qué área ocupa?

—Tiene una superficie de 25 hectáreas y 80 mil metros cuadrados de edificios.

—¿Las empresas usuarias qué cantidad de gente ocupan?

—Mil quinientas personas.

—¿Hay industrias funcionando en esa zona franca?

—No. Solamente nos dedicamos a la parte comercial. Allí están las compañías que hacen su reempaque, rerrotulación, ensamblaje, entre otras tareas.

—¿De dónde vienen mayoritariamente los productos que se almacenan allí?

—En un 50% vienen de Oriente y los restantes vienen de otros países.

—¿Hacia qué países se dirige esa mercadería?

—Un 70% hacia América Latina.

Los impuestos que se pagan

—¿Cuánto gana la Miami Free Zone Corporation por año?

—La corporación es una empresa privada. Lo único que puedo decir es que gana dinero y que es un éxito. Nosotros recibimos ingresos alquilando espacios y vendiendo servicios.

—¿Cuánto le pagan al estado norteamericano?

—Solamente pagamos impuesto sobre tierra. Pagamos 800 mil dólares por año.

—La empresa que se instala en la zona franca, ¿paga algo al Estado central o al de Florida?

—Al de Florida se le paga un impuesto del 5% sobre ganancias. Y al Estado de Estados Unidos se le paga los impuestos que paga cualquier empresa fuera de zona.

El Tratado TLC

—En el norte de América, con el TLC, ¿cómo encajan las zonas francas de Estados Unidos?

—Usted sabe que nuestra zona franca no procesa productos, por lo

Las instalaciones de la Miami Free Zone

- 61.000 metros cuadrados de bodegas.
- 17.000 metros cuadrados de salas de exhibición.
- 2.400 metros cuadrados de oficinas.
- 14.000 metros cuadrados de depósito al aire libre.
- 28.000 metros cuadrados de expansión en bodegas.

La única exoneración

El empresario norteamericano dijo que la legislación norteamericana con relación a la Zona Franca de Miami concede como única exoneración el "impuesto de aduana". No hay otro beneficio. Por eso elogió la ley de zonas francas de Uruguay que concede ese y otros beneficios al que quiera trabajar en los exclaves aduaneros y fiscales uruguayos.■

tanto no tiene problemas.

—Sí, pero Estados Unidos tiene otras zonas francas en donde sí se elaboran productos.

—Ese es otro problema. Es un tema muy interesante. Yo ensamblo componentes del Oriente. ¿Hasta qué punto es un producto de Estados Unidos o de México? Hay que poner una parte de mano de obra y darle un porcentaje a eso. Eso es lo que están negociando. Ellos no están hablando de un porcentaje, sino de un cambio de arancel. La discusión está centrada en eso: si ese producto que tiene componentes de fuera del TLC y es terminado en la zona franca va a tener un tratamiento arancelario como si fuera de adentro de la región.

—El TLC tiene alguna diferencia con nuestro Mercosur. Allí no se está discutiendo un Arancel Externo Común.

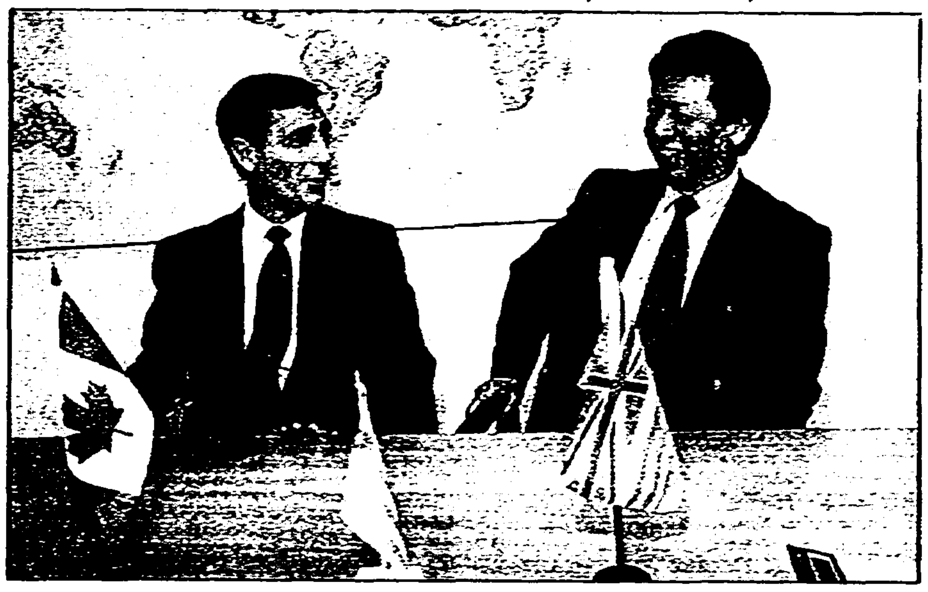
—No. Se está conversando en aranceles internos. El TLC no establece, al menos por ahora, un tratamiento arancelario común. Un mismo producto tendrá en Canadá un arancel del 15% y en Estados Unidos ese mismo tendrá un 3%. ■

9401127.

Cuatro empresas asiáticas interesadas en instalarse

La Zona Franca Río Negro estará operativa en unos cincuenta días

Cuatro empresas asiáticas han manifestado interés en instalarse en la Zona Franca Río Negro SA la cual comenzará a funcionar en alrededor de 50 días, dijo a* El Observador *Paul Ho, presidente de Mega International Holdings Ltd, empresa que adquirió la totalidad de la mencionada zona franca.



Mario Campomar y Paul Ho
Presidentes de Zona Franca Río Negro y de Mega International Holdings Ltd.

Ho explicó que tres de las empresas montarán en la zona franca refrigeradores, motocicletas y bicicletas, respectivamente y que la restante distribuirá a partir de allí prendas de vestir y calzados. Uruguay se transformará así en la puerta de entrada a Latinoamérica de este holding que tiene intereses en Hong Kong, Canadá, la República Popular China (Shenzen, Shangai, Beijing), Australia, Japón, Vietnam, Estados Unidos y Thailandia, dijo Ho. La inversión que se realizará, señaló, será de "varios millones de dólares".

Por su parte, Mario Campomar, presidente de Zona Franca Río Negro SA, dijo que han manifestado también su interés empresas multinacionales y argentinas del sector comercial e industrial con las cuales actualmente se mantienen conversaciones.

Campomar explicó que la zona franca constará de 52 hectáreas, de las cuales la mayor parte se asignará a empresas industriales y comerciales. Existirá un área destinada a depósito y manipulación de contenedores.

En una primera etapa abrirán 12 hectáreas de las cuales entre 8 o 9 se destinarán a galpones. El sector destinado a servicios, adelantó Campomar, estará a cargo de una compañía suiza con presencia mundial que se encargará de la administración del predio.

El frente de 772 metros de la zona franca mira hacia la cabecera del puente Fray Bentos-Puerto Unzué y por la ruta nacional número 2 comunica con la red principal de carreteras pavimentadas y de doble vía que convergen como embudo hacia Montevideo.

Paralelamente, la representación de Mega en Uruguay organizará en marzo o abril de este año un encuentro con empresarios chinos de los más diversos sectores de actividad a los que se procurará interesar en Uruguay y las posibilidades que este presenta para la inversión.

US$ 250.000 para promover a Uruguay

"Uruguay debería a través de sus consulados realizar una política más agresiva de promoción del país en Asia. En Hong Kong hay muchos capitales que pueden venir aquí. Mega invierte anualmente en Asia US$ 250.000 para promover a Uruguay del cual se valora su estabilidad política y la capacidad de su mano de obra, dijo Ho. Agregó que se considera que la ubicación de la zona franca, a doce kilómetros de Fray Bentos, es ideal por estar cerca de la frontera argentina y por estar alejada de Montevideo (310 kilómetros) donde existiría una mayor competencia. Entre los servicios que contará la zona franca figuran energía, agua (para uso humano e industrial), saneamiento, comunicaciones, servicios de limpieza y mantenimiento de las áreas comunes, caminería y accesos (acondicionados), vigilancia, seguridad y bancos. Estará, además, a 7 kilómetros del puerto de Fray Bentos en el cual hay embarcaderos operativos para embarcacionees de hasta 17.000 toneladas.■ (*Producción: Juan Pablo Correa*)

Grupo Continental de España acordó explotación de Zona Franca Colonia

EL GOBIERNO CULMINÓ el lunes el proceso de firma del contrato con el Grupo Continental por el cual la empresa se hace cargo de la administración de la explotación de la Zona Franca Colonia, informaron a *El Observador* fuentes oficiales.

Entretanto, la entrega efectiva a la empresa española se realizará a la brevedad, estimándose que antes de finalizar el mes de febrero se culmine el proceso respectivo, dijeron los informantes.

Al respecto se indicó que la Dirección Nacional de Zonas Francas ya le ha pedido a los usuarios de la zona en Colonia que presenten el inventario de mercaderías y bienes al 31 de enero. ■

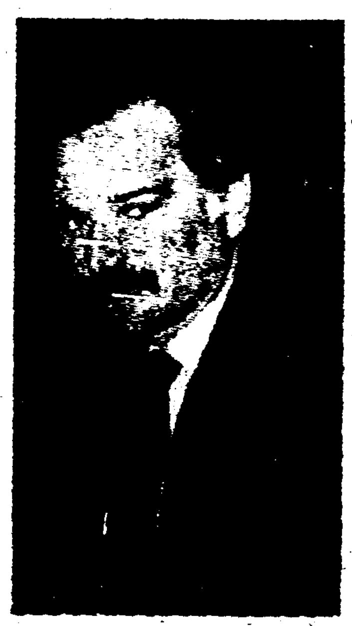
En 50 Días Comienza Actividad

Aseguran Presencia en Zona Franca Río Negro 4 Fábricas Extranjeras

FRAY BENTOS (por Pedro S. Boggiani, corresponsal).— En un tiempo inferior a los dos meses, estará en marcha el emprendimiento privado Zona Franca Río Negro, ocupando el predio de 52 hás. contiguo al puente internacional, en tanto cuatro empresas chinas ya ha comprometido la instalación de sus fábricas según lo informó a EL PAIS el presidente de la empresa, Mario Campomar, en compañía del principal inversionista Paul Ho, titular de la Cía. Mega International que es propietaria de la mayoría del paquete accionario de la referida Zona Franca R. Negro S.A.

Explicó Campomar que luego de hacer lo imposible por acortar plazos, se llega a esta primera etapa, para la cual se cuenta con el proyecto ya aprobado y preparado por una conocida consultora, mientras que en el momento y ante la Prensa, se firmó el contrato y se efectuó la entrega del cheque a la empresa que tiene a su cargo la ejecución física del mismo. Las cifras de inversión mencionadas se sitúan entre uno y diez millones de dólares.

"Esperamos que este emprendimiento sea un éxito para Uruguay, para Río Negro y por supuesto, para nosotros también" dijo, agregando que ninguna de las industrias podrá ser polutiva para el ambiente y "todas son compañías legítimas acordes con la Ley". De las 4 empresas refirió que tres de ellas serán fábricas de armado para bicicletas, armado de refrigeradores y armado de motocicletas mientras que la 4ª



Diputado Felipe Haedo

empresa comprende rubros de servicios y distribución.

Paralelamente, hay empresas europeas en gestión así como argentinas y brasileras. Los aspectos operativos estarán a cargo de una empresa internacional especialista: S.G.S. (Societé Génerale de Sourveillance) en tanto la Gerencia local lo será a cargo de Daniel Rey Gomensoro, presente en la reunión informativa, junto a Eddie Ho director de Mega para las Américas, el Dr. Jorge Da Silveira integrante del directorio, el director nacional de Zonas Francas, José Luis Ovalle y el diputado por Río Negro (PN), Felipe Haedo, firme propulsor del emprendimiento.

"EMPRESARIOS SIN MULETAS"

En diálogo aparte con EL PAIS, el diputado Haedo expresó su satisfacción ante la concreción de gestiones que llevaron a su tiempo y esfuerzo: "Son empresarios que vienen sin muletas, a su propio costo y riesgo; aquí no hay promesas de créditos". En relación con algunas dudas que se plantearan desde ciertos sectores, prefirió no hacer referencias directas ya que "Son humos que han lanzado quienes han fracasado en otros intentos, para que esto no tuviera éxito. Las cosas tienen su tiempo y ahora simplemente contestamos con hechos" —reiterando un concepto vertido por el presidente Lacalle aquí hace pocas horas: "No hablamos de vamos a hacer, sino hablamos de estamos haciendo".

Destacó que "el Gobierno nos ha abierto plenamente las puertas en esta realidad".

—Por su parte, y en declaraciones exclusivas, el máximo jerarca de Mega International, enumeró los distintos países en los que opera el Mega Group en el mundo: Hong Kong, Canadá, China, Thailandia, Estados Unidos, Australia, Japón, Vietnam y ahora Uruguay con más de un millar de funcionarios.

"PAIS ESTABLE"

"Hemos estudiado desde 1992 el Uruguay, encontrando un país estable especialmente en el orden político; con muy buen sistema bancario, un pueblo muy hermoso con gran potencial y sentido democrático; un buen socio sudamericano y, recientemente, China ha concluido en que constituye un buen camino en Sudamérica".

Dijo haber constatado la ausencia de discriminación en tanto aseguró "Creo que nuestras inversiones habrán de incrementarse para mutuo beneficio".

Consultado el director nal. de Zonas Francas José Luis Ovalle, consideró trascendental la nueva empresa, en momentos que se negocia la vigencia de las zonas en el MERCOSUR, subrayando que en la reciente visita (presidencial) a China quedó "demostrado que el Uruguay puede aspirar a ser la puerta de entrada a toda la América Latina" por lo que las zonas aquí van a complementarse, no a competir. Sostuvo la permanencia de esa política de Estado por las bondades comprobadas de la Ley aprobada en 1987 por [illegible] mayoría y básicamente el P. Nacional y el P. Colorado "Seguridad para el inversor por la propia Ley y por la Sociedad toda que ha comprendido que zonas francas significan la inversión y con ella generación de mano de obra y ocupación".

INSCRIPCIONES EN EL CENTRO DE DISEÑO INDUSTRIAL

El Ministerio de Educación y Cultura comunica que se llama a inscripciones a los [illegible] dos en rendir examen de admisión al Centro de Diseño Industrial.

Las inscripciones se reciben en el período del 1° al 28 de febrero, de lunes a viernes en el horario de 9 a 13 horas, en el local del Centro de Diseño Industrial, Miguelete 1825. Tel: 945221 y 945187.

01-CY

9401130.

Mafia y masonería en relación secreta con magistrados italianos

● *Arrestaron a diez "hombres de honor", policías y políticos*

Oscuras relaciones entre mafia, masonería, política, magistratura y servicios secretos quedaron ayer al descubierto gracias a la "Operación Ghibli" que llevó al arresto de diez personajes, policías y políticos, donde se encuentra un senador democristiano.

Palermo (ANSA)

Entre los arrestados se encuentra el notario Pietro Ferraro, considerado un "terminal" en esta capital de Cosa Nostra.

La mayoría de los "hombres de honor", también miembros de la masonería, pertenecen a la ciudad de Mazara del Vallo y están relacionados con la "familia" mafiosa de Mariano Agate, un "padrino" actualmente en la cárcel.

El notario Ferraro era el anillo de coordinación entre los ambientes políticos, la mafia y la masonería, explicaron los magistrados y policías que condujeron la "Operación Ghibli".

Entre los arrestados se encuentran los empresarios Vito Di Griogi, Paolo Lombardino, Giacomo Canzonieri y Antonino Cuttone.

También fueron puestos entre rejas Giovanbattista Agate, hermano del "padrino" Mariano, y el ex alcalde democristiano de Mazara del Vallo, Gaspare Bocina.

Los investigadores anunciaron también la detención de dos policías y un empleado del Ministerio del Interior asignados a Mazara del Vallo.

Los tres daban información a la mafia de las actividades del funcionario de policía Rino Germanà, que había descubierto los primeros hilos de la relación entre políticos, empresarios, funcionarios y mafiosos, a través de las logias secretas de la masonería.

Germanà escapó casi milagrosamente a un atentado mafioso en setiembre del año pasado. Desde entonces las investigaciones se orientaron exitosamente hacia las relaciones entre policías, personajes políticos, mafiosos, magistrados, funcionarios de los servicios secretos y empresarios.

La investigación permitió sobre todo identificar las maniobras de la Cúpula de Cosa Nostra, dirigida por Salvatore "Toto" Riina, arrestado el 15 de enero, para "arreglar" los procesos contra los "hombres de honor" de la mafia. El notario Ferraro, el Senador Inzerillo y otros personajes eran los encargados de acercarse a los magistrados para pedirles que **"no usaran la mano pesada"** contra los "padrinos" de la mafia.

Para estos contactos funcionaban las amistades y contactos a través de la masonería, a cuyas logias también pertenecen numerosos magistrados.

Algunos denunciaron intimidaciones y "avecinamientos", como dicen los mafiosos. Otros se prestaron. Serias sospechas caen sobre el juez de la Corte de Casación, Paolo Dell'Anno. Algunas interceptaciones ambientales realizadas con sofisticados aparatos, permitieron captar conversaciones entre el empresario Giovanni Bastone y el ex alcalde Gaspare Bocina en la que ambos conversaban sobre el "arreglo" del proceso contra el "padrino" Giovanni Bastone, de la llamada "banda de los cataneses".

El "hombre de honor" fue absuelto con una sentencia de la que fue relator el juez Paolo Dell'Anno. Según algunas indiscreciones, la sentencia estaría infestada de elementos de hecho vistosamente falsos o inexistentes para favorecer al "padrino" Bastone.

Un mafioso "arrepentido", Giovanni Drago, dijo a policías y magistrados que el Senador democristiano Inzerillo era **"totalmente disponible"** a la "familia" de los Graviano, aliados del grupo de Totó Riina.

Una interceptación telefónica permitió detectar a dos mafiosos que hablaban de contactos **"con los servicios secretos"**. Desde hace un año está en una cárcel militar Bruno Contrada, el jefe del SISDE, servicio secreto civil en Sicilia, acusado de complicidad con la mafia.

Una amplia red de corrupción queda al descubierto en Sicilia

LA COSA NOSTRA ALIADA A LOS «HERMANOS ALBAÑILES»

Un famoso notario que presume de ser «como un hijo» para el gran jefe de Cosa Nostra, Salvatore Totó Riina; un senador democristiano, policías, abogados, mafiosos y destacados empresarios forman parte de la alianza entre masonería y mafia descubierta en Sicilia.

Esta alianza, en la que también participaron agentes de los servicios secretos, tenía como objetivo amañar juicios contra miembros de Cosa Nostra y «dirigir» la concesión de contratas públicas a empresas, según la fiscalía de Palermo.

Tras año y medio de investigaciones, diez personas muy influyentes de Palermo y Mazzara del Vallo, en la sicilia occidental, han sido detenidas, a la vez que la fiscalía palermitana ha abierto un sumario judicial al senador democristiano Vincenzo Inzerillo, ex vice alcalde de Palermo, elegido parlamentario en un colegio de alta densidad mafiosa.

En la redes de la operación policial denominada «Ghibli», el nombre del viento africano que azota las costas de Mazzara del Vallo, cayó además de Inzerillo, el notario Pietro Ferraro, 51 años, masón, muy conocido en Palermo e hijo de un empresario agricola que pertenecía a la masoneria del Grande Oriente Italiano.

Ferraro, según los investigadores, era la «terminal» palermitana del boss (jefe) de la mafia en Mazzara del Vallo, Mariano Agate (actualmente detenido), fiel aliado de Totó Riina, el jefe de Cosa Nostra y de los Corleoneses

También fueron detenidos el ex alcalde socialista de Mazzara del Vallo, Gaspare Bocina; Giovan Battista Agate, hermano del «capo» mafioso; los policias Salvatore Pellegrino y Giuseppe Raineli, el abogado con prestigioso despacho en Roma Gaetano Buscemi y los empresarios Vito Di Giorgi, Vito Lombardino y Giacomo Canzonieri.

Otro de los detenidos es el empleado del Ministerio del Interior Vito Gilante. Este y los dos policias están acusados de ser los informadores del clan Agate.

Las investigaciones que han demostrado por primera vez con nombres, según la fiscalía de Palermo, las oscuras relaciones entre mafia, política y masonería, comenzaron tras el atentado en septiembre de 1992 contra el por entonces comisario de Mazzara del Vallo, Rino Germaná, quien fue tiroteado por varios desconocidos cuando paseaba por el paseo marítimo de dicha ciudad.

Interceptaciones telefónicas y micrófonos «espias» llevaron hasta el notario Ferraro, un distinguido profesional fuera de toda sospecha, y al senador Inzerillo, ambos muy unidos al ex ministro democristiano Calogero Mannino y los dos muy interesados, según la acusación, en el juicio contra los mafiosos que mataron al capitán de carabineros Emanuele Basile.

Ferraro, según «desvelaron» los micrófonos espías, se vanagloriaba ante las personas que recibía en su lujoso estudio de Palermo de ser «como un hijo» para Riina y de «sólo recibir órdenes» del gran jefe entre los jefes de Cosa Nostra.

El notario, según la acusación, se presentó en una ocasión ante el presidente del Tribunal que juzgaba a los mafiosos asesinos del carabinero diciendo que iba en nombre de Mannino (quien inmediatamene ha negado todo) y sacó también el nombre de Inzerillo. Tras «ofrecerle ayuda» para subir peldaños en su carrera, el notario fue al grano: «ajustar» el juicio.

El juez denunció la presión. Si en esa ocasión no lo logró, la fiscalía asegura que en otras sí. Además de Ferraro, agentes de los servicios secretos, afirma la acusación, también ayudaron a los Agate. (efe)



Las denuncias contra la mafia y sus vinculaciones con la clase política se amplían.

La mafia dirigió por años juzgados y empresas

• Ejército italiano organizado contra la "Cosa Nostra"

La alianza que toda Italia temió durante mucho tiempo, de mafiosos y masones, buscaba amañar juicios contra los miembros de la Cosa Nostra y "dirigir" la concesión de contratos públicos a empresas, de acuerdo a la información de la fiscalía de Palermo.

Roma (EFE y ANSA)

Un famoso notario que presume de ser "como un hijo" para el gran jefe de la Cosa Nostra, Salvatore Totó Riina, un Senador democristiano, policías, abogados, mafiosos y destacados empresarios forman parte de la alianza descubierta en Sicilia.

Tras año y medio de investigaciones, diez personas influyentes de Palermo y Mazzara del Vallo, en la sicilia occidental, han sido detenidas, a la vez que las fiscalías palermitanas han abierto un sumario judicial al Senador democristiano Vincenzo Inzerillo, el notario Pietro Ferraro, masón, conocido en Palermo e hijo de un empresario agrícola que pertenecía a la masonería del Gran Oriente Italiano.

Ferraro, según los investigadores, era la "terminal" palermitana del jefe de la mafia en Mazzara del Vallo, Mariano Agate, actualmente detenido, fiel aliado de Totó Riina. Fueron detenidos empleados del Ministerio del Interior que, junto con dos policías, eran los informantes del clan Agate.

Esta oscura relación entre la mafia, la masonería y la política tiene su principio en 1992, tras el atentado contra el comisario de Mazzara del Vallo, Rino Germana, quien fue tiroteado por varios desconocidos cuando estaba en el paseo marítimo de la ciudad.

Escapó al arrojarse al mar, Germanara, era colaborador del asesinado juez antimafia, Paolo Borsellino, y según se supo ahora, había descubierto que la Cosa Nostra de Mazzara tenía logrado "ajustar" varios juicios contra los miembros de los clanes ante los tribunales de Palermo, Turín y el Supremo.

Al mejor estilo de "James Bond", interceptaron teléfonos que llevaron al abogado Ferraro, el que recibía en su escritorio a varias personas, vanagloriándose de su estrecha relación con Totó Riina y que solo recibía órdenes de él.

El notario, según la acusación, se presentó en una ocasión ante el Presidente del Tribunal, que juzgaba a los mafiosos asesinos de un carabinero, diciendo que iba en nombre de Manino y de Inzerillo. Luego de ofrecerle ayuda para subir peldaños en su carrera, el abogado fue al grano: quería ajustar el juicio.

El juez denunció la presión, y si en esta ocasión no lo logró, la fiscalía asegura que en otras sí, además de Ferraro, agentes de servicio secreto, colaboraron con los Agate.

El ejército italiano será utilizado en la lucha contra la mafia y el crimen organizado en la provincia de Calabria y en el área de Nápoles, según prevé un decreto ley aprobado ayer por el Gobierno.

El Consejo de los Ministros, presidido por Carlo Azeglio Ciampi, decidió, por otra, parte prorrogar al 30 de junio próximo el empleo del Ejército en Sicilia.

Unos 7 mil efectivos del Ejército están presentes en esta provincia desde julio de 1992, después de las masacres en las que fueron asesinados los magistrados Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, los dos jueces antimafia más conocidos de Italia.

En Calabria las tropas combatirán la "N'Drangheta", la mafia de esa provincia, y en el área de Nápoles la "Camorra" que, según un informe parlamentario presentado recientemente, se ha convertido en una de las organizaciones del crimen más poderosas de la península.

El decreto ley aprobado ayer responde a los numerosos reclamos presentados por las policías locales y los alcaldes de Calabria y Nápoles, que pedían la intervención del ejército, subrayaron fuentes del Gobierno.

Cargos contra cuatro mafiosos

ROMA, 4 (Reuter y ANSA). — Los funcionarios que investigan el asesinato del juez antimafia **Paolo Borsellino** pidieron el enjuiciamiento de cuatro hombres bajo cargos de conspiración para cometer crimen, informó hoy la radio estatal.

Las confesiones de un nuevo mafioso arrepentido confirmaron el importante papel que cuatro presuntos "capos" de la Cosa Nostra —**Salvatore Profeta, Vicenzo Scarantino, Pietro Scotto y Giuseppe Orofino**— jugaron en el asesinato de Borsellino, ocurrido en julio de 1992.

El mafioso arrepentido, **Francesco Andriota**, de 29 años, reveló a los investigadores las confidencias que Scarantino le hizo hace algún tiempo en una prisión donde estaban encarcelados.

Los cuatro son acusados de conspirar para dar muerte a Borsellino y a cinco de sus guardaespaldas, en conexión con un coche-bomba que estalló en un área residencial de Palermo en julio de 1992.

Borsellino murió a raíz de la explosión cuando visitaba a su madre en un edificio de departamentos, un domingo en horas de la tarde.

Scarantino y su cuñado Profeta, miembros de la mafia palermitana, habrían ordenado el robo de un Fiat 126 usado en el ataque, cargándolo luego con explosivos y estacionándolo en el lugar donde fue detonado.

Los investigadores creen que Scotto, un ingeniero telefónico, se ocupó en intervenir las líneas telefónicas para sincronizar al máximo el momento del ataque en tanto que Orofino se encargó de falsificar las patentes y documentos de inscripción de automóviles.

El asesinato de Borsellino fue precedido dos meses antes por el de su amigo y colega **Giovanni Falcone**, quien murió junto con su mujer y tres guardaespaldas, luego que la mafia hiciera estallar una poderosa bomba en una carretera, en momentos en que el magistrado viajaba hacia Palermo desde el aeropuerto de la ciudad.

Partes poco legibles

Nº. DOCUMENTO 9401135
TITULO Mafia, protagonista del comercio de armas.
PROCEDENCIA C. Nac' - 15000
FECHA 6/1/94
VISTO 11846
507604
Armamento 11019

La mafia, protagonista del comercio de armas

ROMA, 5 (ANSA).– Pese a los duros golpes recibidos en los últimos tiempos, las organizaciones mafiosas son aún muy poderosas, con notables disponibilidades económicas y acceso a armamentos sofisticados como misiles, cañones sin retroceso y municiones perforantes, denuncia hoy un informe de la Dirección Investigadora Antimafia (DIA) de Italia.

El documento advierte "contra entusiasmos que pueden nacer después de los éxitos logrados" en la lucha contra el crimen organizado, que ha llevado a la cárcel a numerosos jefes de Cosa Nostra siciliana, de la "Stiddá" (Estrella), también de Sicilia, la camorra napolitana, la 'ndrangheta calabresa y la Sacra Corona Unida de Apulia, que son las principales organizaciones mafiosas.

Existen fundadas razones para creer que los más importantes grupos criminales italianos están muy activos en el comercio al por mayor internacional de armas, en estrecha sociedad con organizaciones criminales extranjeras "y aparatos político-militares de otros países", agrega el informe.

Las duras condiciones carcelarias impuestas a los "padrinos" mafiosos y a los más importantes asesinos mafiosos, determinaron reacciones de tipo terrorista, pero también facilitaron el "arrepentimiento" de numerosos "hombres de honor" que decicieron colaborar con la Justicia.

Actualmente son casi 600 los mafiosos "arrepentidos", cuyos testimonios han permitido lograr éxitos muy importantes contra las principales organizaciones criminales, especialmente contra Cosa Nostra, el más importante grupo mafioso.

Las mafias, sostiene el informe, se han expandido en el exterior, principalmente en los Estados Unidos, América latina, Francia, Alemania, Canadá y Australia.

Las investigaciones han detectado la existencia de muchos contactos entre las organizaciones mafiosas y personajes de extrema derecha, así como en el pasado hubo "momentos de interacción" con grupos ilegales de extrema izquierda.

Un dato positivo, según el documento de la Dirección Antimafia, es la "caída consistente" del tráfico de estupefacientes.

01-02

Los mafiosos italianos se han situado como «mayoristas»

LA MAFIA NEGOCIAN ARMAMENTO MILITAR PESADO

Los grupos mafiosos más importantes de Italia parecen haber logrado situarse como «mayoristas» en el tráfico internacional de armas, incluso de misiles y cañones, y participan en grandes transacciones asociados con mafias extranjeras, según un informe oficial presentado al Parlamento.

Las «familias» de «Cosa Nostra» (siciliana) y otras mafias pueden tener acceso no sólo a armas automáticas sino también a explosivos militares, misiles, cañones sin retroceso, municiones perforadoras y otro armamento bélico, señala el informe, elaborado por el Ministerio del Interior.

Además, sugiere que está en curso un proceso de unificación de las economías y los sujetos criminales, y se considera que «consorcios criminales organizados» de diversas matrices han participado con «Cosa Nostra» en el proyecto y ejecución de los más recientes episodios de terrorismo mafioso.

La existencia de cómplices en las instituciones políticas, administrativas y judiciales supone «una severa advertencia al entusiasmo de éxitos conseguidos», añade.

La espiral terrorista en la que parece haber entrado «Cosa Nostra», tras los atentados que costaron la vida a los jueces Falcone y Borsellino, y los perpetrados en Milán, Roma y Florencia, así como los secuestros de armas de los últimos meses, permiten suponer que la mafia «cuenta con un arsenal consistente».

El informe cita el testimonio de un colaborador y otras «señales» que indican un reagrupamiento de organizaciones criminales sicilianas, calabresas, de la región de Nápoles, y en menor medida de Puglia, que parecen haber tendido una fina red de negocios ilícitos.

La integración «horizontal» de la criminalidad organizada y de los intercambios ilegales pueden expresarse en un aumento de la movilidad geográfica y de los intercambios de bienes, competencias y capitales de matriz criminal y comportaría la expansión de grupos mafiosos en el extranjero.

Así, además de la presencia de mafias sicilianas, napolitanas y calabresas en Francia, Alemania, Canadá, Estados Unidos, Australia y Sudamérica, se han multiplicado las señales que demuestran que las asociaciones mafiosas extendieron intereses e inversiones también en los países ex comunistas europeos.

La relación sostiene que junto a la dimensión «horizontal» el proceso de unificación de los mercados ilegales se ha modelado según una directriz «vertical», no siempre bajo el signo de la subordinación exclusiva a «Cosa Mostra», y «son numerosas y diversificadas» las conexiones de las principales organizaciones criminales con «otros sujetos de la esfera ilegal». (EFE)

Un arzobispo estaría vinculado con la mafia

ROMA, 10 (Reuter y ANSA). — Un numeroso grupo de católicos sicilianos pidió hoy al papa **Juan Pablo II** que suspenda provisionalmente al arzobispo de **Monreale, Salvatore Cassisa**, a quien acusan de estar vinculado con la **mafia**.

Monseñor Cassisa provocó una ola de indignación cuando su secretario, que también es sacerdote, fue sometido a una investigación en diciembre último cuando se formularon cargos en su contra, según los cuales había ayudado a un mafioso fugitivo.

Pero ese no fue el primer caso de conexiones con el crimen organizado en el que fue involucrado Cassisa. El mes pasado, un cura párroco afirmó que el prelado había recibido un soborno de una empresa contratada por los mafiosos sicilianos.

Religiosos y activistas católicos enviaron una carta a Juan Pablo II en la que destacan la presunta vinculación de Cassisa con "situaciones que desacreditan no solo a su persona sino también socavan la credibilidad de la Iglesia".

Los firmantes de la misiva subrayaron que el obispo, que negó las acusaciones en su contra y que salió en defensa de su secretario, padre **Mario Campisi**, debe ser suspendido hasta que se aclare su situación.

Campisi fue investigado el mes pasado al revelarse que el jefe mafioso prófugo **Leoluca Bagarella** había usado su teléfono celular.

Bagarella, cuñado del encarcelado jefe mafioso **Salvatore Totó Riina**, es buscado por su presunta participación en el asesinato del juez **Giovanni Falcone**, uno de los principales investigadores de las actividades de la **cosa nostra** asesinado por esta en 1992.

El Papa, al visitar a Sicilia en mayo de 1993, instó a los católicos de la isla a luchar contra los mafiosos.

Descubren tesoro de la "Cosa Nostra" en campos suizos

Gracias a las confesiones de un "padrino" que colabora con la justicia, fue descubierto un tesoro de la mafia de dos millones de dólares sepultado dentro de una caja en la campaña suiza, se anunció ayer.

Milán (ANSA)

El "arrepentido" que reveló la existencia de la suma, proveniente del tráfico de estupefacientes, es Salvatore Cancemi, uno de los miembros de la dirección de Cosa Nostra que se entregó a la justicia convencido de que los "corleoneses" de Salvatore "Totó" Riina, arrestado el 15 de enero de 1993, quieren eliminarlo.

Cancemi fue llevado desde Palermo a Suiza, gracias a la colaboración de las policías y las magistraturas de ambos países, para que indicara el lugar.

La operación se llevó a cabo el viernes pasado con gran reserva, porque los investigadores están convencidos de que hay otros tesoros de Cosa Nostra enterrados en la Confederación Helvética desde que los suizos han hecho más difícil el reciclaje de dinero "sucio" a través de las instituciones financieras y bancarias.

El nuevo fiscal general de Suiza, Carla Del Ponte, presenció la operación que tuvo lugar en el Cantón Ticino, de lengua italiana. Del Ponte era antes fiscal en Lugano, la capital del Ticino, y había participado en operaciones antimafia con los jueces Giovanni Falcone y Paolo Borsellino, asesinados por la mafia en mayo y julio de 1992.

No se reveló el lugar exacto donde se encontraba el tesoro mafioso, aunque se supo que es un lugar de campaña cerca de Lugano.

"En esta primera fase de la investigación se han recuperado dos millones de dólares", dijo el fiscal Guido Lo Forte.

El dinero, proveniente de una operación de tráfico de estupefacientes realizado por aliados a la "familia" de Corleone, la pequeña ciudad vecina a Palermo, se encontraba primero depositado en un banco suizo, pero los mafiosos prefirieron retirarlo y sepultarlo ante el temor de que la cuenta fuera congelada por orden judicial.

Las revelaciones de Salvatore Cancemi se están demostrando de gran valor para la lucha contra Cosa Nostra. Cancemi admitió que había formado parte del "grupo de fuego" que organizó la masacre del juez Giovanni Falcone, su mujer y tres policías de su escolta, con una gran carga de explosivos que estalló bajo una autopista el 9 de mayo de 1992.

"Legal" o "ilegal" son palabras poco claras en un país que desmorona el antiguo sistema colectivista y no logra delimitar aún los derechos y responsabilidades individuales

Las mafias pos soviéticas: cosecha roja

En la noche del 20 de julio de 1993 cuatro individuos entraron al concurrido restaurante La Cigüeña, en pleno centro de Moscú. Preguntaron por el director del establecimiento y cuando apareció lo saludaron con un fuerte apretón de manos y una lluvia de disparos. Dejaron entre las mesas una granada que estalló pocos segundos después que se marcharan y le enseñaron buenos modales a la empleada de un quiosco callejero que horas antes les había despachado de mala gana un par de refrescos: la ametrallaron a ella y a su compañero, demolieron el quiosco y se fueron.

Así trabaja la nueva mafia rusa, integrada por alrededor de 5.000 bandas fuertemente armadas. Las hay azerbaiyanas, georgianas, chechenas, asiáticas o simplemente barriales. Todas se disputan territorios, negocios legales e ilegales y sobre todo, poder.

Una de cada dos cooperativas de San Petersburgo (ex Leningrado) les paga una renta, las prostitutas les entregan 50% de lo que ganan y los que venden falso caviar en el mercado negro, 1.000 rublos mensuales. Quien paga tiene derecho a trabajar. "Y te quedás tranquilo" dice un vendedor callejero, "es como pagar impuestos".

Negocios sin fronteras

El director de La Cigüeña fue un número más dentro de la estadística de crímenes contra empresarios que Rusia registró en 1993. Días antes la Policía había encontrado con el cráneo destrozado al jefe de la filial del banco Incombank de San Petersburgo; fueron asesinados, entre otros, el presidente del Banco de Desarrollo de la Industria Forestal, el director de la firma Bak-3, el director de Videonas, concesionario del mayor mercado de frutas y verduras de Moscú, el director del casino Valeri, el socio ruso de la cadena de restaurantes Tren-Mos y el director de la compañía ruso-canadiense Univex International.

Grandes comercios, tiendas y circuitos financieros vienen siendo víctimas prioritarias de la ola de violencia. Banqueros y empresarios han pedido protección al presidente Yeltsin porque el mundo de los nacientes negocios rusos no consigue dibujar las fronteras con los intereses del hampa. "Legal" o "ilegal" son palabras poco claras en un país que desmorona el antiguo sistema colectivista y no logra delimitar aún los derechos

y responsabilidades individuales.

Mientras la cantidad de personas condenadas por la justicia creció de 580.000 en 1987 a 661.000 en 1992, la cantidad de delitos y crímenes se duplicó en el mismo período, pasando de 1,2 millones a 2,76 millones, señala el Ministerio del Interior. En el primer semestre de 1993 hubo 14.804 asesinatos premeditados, lo que representa un incremento de 47% respecto al mismo período anterior. Un total de 99 policías murieron en la lucha contra la criminalidad y más de 7.000 extranjeros fueron víctimas de la delincuencia en ese período.

Moscú y San Petersburgo encabezan la lista de las ciudades más afectadas, pero las mafias también operan en Primorié (Extremo Oriente), Saratov (Volga) y Daghestan (Norte del Cáucaso).

Según datos oficiales, a mediados de 1993 los grupos mafiosos controlaban unas 40.000 empresas, varias de ellas estatales, y se cree que actualmente circulan unos 800 millones de dólares vinculados a sus actividades. Manejan negocios inmobiliarios a gran escala, el comercio de materiales estratégicos, contrabando y tráfico de narcóticos, antigüedades y armas. Han hecho conexiones en Asia Central, el Cáucaso del Norte y Ucrania. Necesitan blanquear los dólares ganados. Necesitan hacerse respetar en el mundo de las finanzas.

Tras los pasos de Elliot Ness

Dicen que son jóvenes, casi todos fumadores empedernidos y ganan menos que una empleada de limpieza en el metro. Andan con sueño atrasado, zapatos gastados, lentes oscuros cubiertos de polvo. Todo lo que hacen parece extremadamente importante y extremadamente secreto. Son los nuevos policías del servicio de lucha contra el crimen organizado. Alexander Gúrov fue hasta hace poco su responsable directo. Asegura que disponía de 84 personas, contando a su secretaria, y una pistola en el armario, para enfrentar a una mafia que dispara fusiles ametralladoras *Kalashnikov*, pistolas *Makarov*, utiliza bombas y granadas, viaja en *Mercedes* último modelo con teléfonos móviles y pronto controlará el 20% del producto bruto ruso.

Según Gúrov, "hasta que comenzó la *perestroika* existía en la URSS una criminalidad organizada, pero no mafiosa. Se trataba de grupos delictivos formados por gente respetable, que actuaban en la economía y se habían construido un nido en el comercio. Directores de tiendas que tenían sus asuntos ilegales, además de los legales. En la actualidad se ha producido una consolidación de las mafias como resultado de la concentración de capital criminal y la lucha sin cuartel entre los grupos. En la capital todas las estructuras comerciales pagan tributo a los delincuentes porque si no pagan les queman el coche, la casa y cualquier cosa es posible. El Estado ha hecho muy poco para defender a los hombres de negocios y eso los ha empujado a los brazos de la mafia".

La desarticulada KGB y estructuras militares humilladas por las reformas, proveen la mayoría de los guardaespaldas que contratan los empresarios por un equivalente a 300 dólares mensuales más las horas extras, y también de los asesinos profesionales que viven amedrentándolos.

Un estudio realizado entre los años 1981 y 1985 sobre 200 grupos delictivos, reveló que 80% de los jefes eran miembros del Partido Comunista. El semanario *Moskovski Novosti* acaba de publicar una investigación que deslinda en el ejército de sicarios tres categorías. Los "legionarios" son jóvenes de entre 20 y 23 años enrolados entre los ex militares que prestaron servicios en divisiones especiales del Ministerio del Interior o en la unidad de paracaidistas, asegura el informe. Los que han actuado en puntos calientes de la ex URSS son muy apreciados, operan cuando se necesita eliminar al jefe de una banda rival, para suprimir a un testigo indeseable o para castigar a un traidor.

En un nivel más alto se encontrarían oficiales y suboficiales retirados de entre 30 y 40 años. Trabajan formalmente por cuenta de agencias de investigaciones privadas, gozan de reputación, carecen de antecedentes penales y no mantienen contactos con los sectores marginales. Se ocupan de agujerear a los empresarios de nivel medio.

A la tercera categoría pertenecen los asesinos de alta profesionalidad, quienes trabajan sólo para poderosos grupos financieros e industriales. También cumplen operaciones ilegales en el campo del tráfico de drogas, de armas o de materias primas de carácter estratégico.

Según el citado semanario, los jóvenes legionarios asisten a cursos especiales en Moscú, donde se entrenan en gimnasios hasta la noche. Durante ese período reciben una paga que oscila entre los 50 y los 100 dólares por día, viven en departamentos alquilados por sus superiores, deben pedir autorización para tener contactos personales y sus llamadas telefónicas son interceptadas para evitar fugas de información. Pasado un año de entrenamiento, salen a hacer su trabajo.

Conversaciones en el restaurante

Mejor que ir a un restaurante a recoger un cadáver es ir a conversar con los futuros asesinos. Tal el pragmático razonamiento del coronel de la Policía de Moscú, Serguéi Donstov, quien se reunió en junio pasado con varios integrantes de la mafia en un comedor de la capital rusa, a fin de tratar de resolver pacíficamente el conflicto de esferas de influencia que enfrenta a las bandas.

Donstov quiere poner fin a los tiroteos a mansalva, ama el orden y no le gusta el rumbo que han tomado las cosas. Insensible a la paradoja, se ha declarado partidario de institucionalizar los contactos entre la Policía y los delincuentes. Durante la cena de convivencia, los mafiosos dijeron a Donstov que los tiroteos diarios y los ajustes de cuentas eran resultado de la falta de autoridad y la carencia de un líder en el mundo del hampa. "Son agentes que no se atienen a las reglas del mundo criminal —se quejaron—. Es imposible dialogar con ellos".

Como en la política, la delincuencia rusa parece enfrentada a la ruptura de los grandes consensos. "Hubo un relevo generacional y un cambio cualitativo. La joven mafia ya no reconoce las viejas leyes y autoridades", señala el periódico *Kommersant Daily* para justificar la ola de crímenes. Donstov, que no se hizo amigo de los mafiosos pero sí de la disciplina, luego de su singular cena comparó la situación rusa con la de otros países: "La mafia de América e Italia tiene líderes serios y eso hace que la Policía pueda estar tranquila hasta cierto punto, porque la mafia se autorregula".

En la guerra de dominio que libran actualmente los diferentes grupos mafiosos, los más fuertes asimilan a los pequeños o directamente los destruyen, pero sin auténticos "padrinos"; todo indica que las cosas no van a mejorar. Cualquier joven ambicioso, con buenos contactos en la burocracia, algunos golpes de suerte y de coraje, aspira a comprarse una limusina y comenzar a cenar ostras francesas bajo candelabros de oro, junto a "los grandes".

La desmoralizada burocracia estatal y el mundo de los negocios y el crimen, han estrechado sus lazos en un régimen ambiguo donde la "legalizada" iniciativa privada rige de un modo indiscriminado, con pocas referencias éticas. Cualquier empresario bien ubicado conoce a decenas de burócratas ministeriales enriquecidos por haber tomado "la iniciativa privada" de aceptar suculentos sobornos. En la actualidad, 481 oficiales del Ministerio de Seguridad y del Ministerio del Interior enfrentan acusaciones de corrupción.

Uno de los negocios más apetecidos es el tráfico de armas, provenientes del ex ejército soviético. A fines de diciembre pasado la Policía trabajaba en la desaparición de 213 metralletas, 4.000 pistolas, 2.000 pistolas-ametralladoras y 6 lanza-misiles de los depósitos militares. Un reciente informe de la revista alemana *Der Spiegel*, asegura que policías alemanes detuvieron en las inmediaciones del cuartel general de las fuerzas rusas en Wuensdorf, localidad cercana a Berlín, un cargamento de 10.000 pistolas del ejército destinadas a una empresa de Hamburgo, y el apoderado del gobierno federal alemán para el retiro de las tropas rusas, general mayor Hartmut Foertsch, acaba de denunciar que han desaparecido 81.050 toneladas de municiones pertenecientes a las tropas soviéticas, almacenadas originalmente en Alemania.

"El poder político no actúa eficazmente contra la mafia porque no tiene una idea clara del tipo de sociedad que construye" señala Alexander Gúrov. Quienes trabajan en Rusia pagando "impuestos" a la mafia, es probable que tampoco sepan qué clase de sociedad construyen. Les alcanza con saber que deben pagar un precio para sobrevivir, así en Moscú como en la antigua Chicago. (Redacción de Búsqueda en base a informaciones de "El País" de Madrid, edición dominical, agencias y archivo).

02-02

Nº DOCUMENTO 9401139

TITULO Policía española declaró que la mafia china es el "enemigo Nº 1".

PROC E.C. - 150024

FE 6/1/94

VI 11846

507638

ENTR... CRUZ D...

ESCLAVIZAN A SUS COMPATRIOTAS Y LOS QUE NO

La policía española china es el "enemigo

Las mafias chinas están organizadas en casi todo el mundo. Ahora, en España, el director general de la policía las declaró el "enemigo público número 1". Hace muy pocos días seis chinos aparecieron brutalmente asesinados en Barcelona y Valencia. Para la policía se trató de un arreglo de cuentas. Lo cierto es que el creciente poder de la mafia china preocupa a las autoridades, quienes temen que intente controlar

MADRID (Especial para Clarín, por Juan Carlos Algañaraz). — Las mafias chinas que aterrorizan a la comunidad de ese origen en España y acaban de asesinar después de torturarlas a seis personas en Valencia y Barcelona, fueron declaradas "el enemigo público número uno" por el director general de Policía, Carlos Conde Duque.

Con estas acciones las mafias han pasado de la extorsión y el tráfico de inmigrantes a protagonizar delitos propios del crimen organizado. Por esta razón, las autoridades temen que de consolidar su poder, el sindicato del crimen chino intente controlar parte del cuantioso negocio de la prostitución y el tráfico de drogas.

Mientras tanto, varias brigadas especiales de investigadores trabajan para identificar a los delincuentes que dieron muerte a la dueña de un restaurante y a cuatro de sus empleados en la localidad valenciana de Gandía. Todas las víctimas eran de origen chino, así como un comerciante asesinado de 25 puñaladas en Barcelona, en lo que se considera una venganza o un arreglo de cuentas entre los mafiosos.

Tortura y muerte

En Gandía, la dueña del restaurante Ciudad del Mar, Meiyoung Cao, fue encontrada muerta dentro del frigorífico del negocio. La mujer presentaba numerosas heridas de armas blancas —que le fueron dadas para atormentarla— y un hachazo en la cabeza para rematarla. En una residencia cercana fueron encontrados los restos de tres hombres y una mujer que trabajaban en esa casa de comidas. Todos habían sido torturados antes de matarlos con un cuchillo de enormes dimensiones o una espada.

Meiyoung Cao pertenece a una familia que tiene otros negocios de este tipo en España y también en China. Hace seis meses el local fue asaltado por unos desconocidos que cubrieron las paredes con una mezcla de huevos y harinas.

Según explicó un funcionario policial a Clarín, estos métodos son usados por las mafias chinas como rituales de intimidación. Los utilizan para advertir a sus víctimas que deben pagar la extorsión que exigen habitualmente como "protección", entre diez y quince mil dólares. (Véase recuadro.)

"También lo usan para advertir que no se debe informar de nada a la policía. Estas mafias comenzaron a operar en España hace seis o siete años, cuando se extendió la moda de los restaurantes chinos y se vivió una época de mucha prosperidad económica", completó la fuente policial.

Situación que empeora

En un comienzo los mafiosos operaban en Barcelona pero después se extendieron a Madrid, Sevilla, Zaragoza y Valencia. Cuando algunos comerciantes chinos se negaron a pagar o confiaron sus temores a la policía comenzaron a sucederse una cadena de actos de violencia, palizas y asesinatos.

En noviembre de 1992, la policía descargó un duro golpe al peor grupo mafioso, cuando en medio de una espectacular persecución por terrazas y escaleras de edificios céntricos detuvo a 23 delincuentes, todos de la región china de Zhejiang. Otros cinco fueron arrestados en Zaragoza.

"Es muy difícil investigar porque las víctimas se niegan a hablar, la mayoría no conoce el castellano, y muchos están en situación irregular de residencia", confió la fuente policial.

Cliente golpeado y apuñalado en un restaurante

Estos últimos meses, los mafiosos han vuelto a la carga y hace poco atacaron a un restaurante chino en Madrid, cuyo propietario se negaba a pagar la "protección" y agredieron con armas blancas a una de las camareras. Un cliente que se interpuso fue bárbaramente golpeado y después cosido a puñaladas. "Esta situación es cada vez más grave. Destruir las mafias chinas es nuestra primera prioridad", dijo a la prensa el director general de Policía, Carlos Conde Duque.

Las últimas pistas llevan a los policías a investigar la posibilidad de que la masacre de Gandía esconda la acción de una red de juego clandestino. Las apuestas son una de las aficiones predilectas en Asia y, por lo tanto, una de las actividades en las que con mayor predilección se mueven los mafiosos.

01-02

9401139.

CUMPLEN SUS REGLAS SON ASESINADOS

declaró que la mafia público número 1"

también el negocio de la prostitución y el tráfico de drogas. Mientras tanto fuentes policiales informaron que la manera de operar es similar a las tríadas, organizaciones secretas que comenzaron a aparecer en el siglo XVII. En España, como en el resto de los países donde actúan, su especialidad es la extorsión: trafican chinos en forma ilegal, los esclavizan y matan.

Cómo trabaja la organización

MADRID (Especial para Clarín). — Los cinco grupos mafiosos chinos que operan en España —el Grupo de los Trece fue desarticulado en noviembre de 1992— están estructurados como las "tríadas" chinas, organizaciones criminales secretas que se iniciaron en el siglo XVII y que están gobernadas por un jefe cuya voluntad es suprema.

Cuando la revolución comunista china tomó el poder en 1949, los mafiosos se extendieron a **Hong Kong, Taiwán y a las comunidades de Estados Unidos.** En Europa comenzaron a operar en **Amsterdam, París y Londres** para después consolidar su poder en los países ex comunistas.

Las tríadas se especializan, además de la extorsión, **en traer inmigrantes clandestinos desde las zonas más castigadas de China.** Cuando ingresan **tienen que pagar, con su trabajo esclavo, el equivalente a quince mil dólares, unos tres años de tareas como camarero sin recibir sueldos ni descansar.** Un complejo sistema de falsificación de documentos permite a los inmigrantes ilegales eludir a la policía.

Ahora, el negocio de los mafiosos **es montar talleres de confección en espantosas condiciones laborales.** Hace dos meses la **policía de Barcelona allanó varios de estos talleres en los que se hacinaba un centenar de inmigrantes clandestinos, algunos de ellos enfermos y desnutridos.**

Mientras tanto, las autoridades están preocupadas por el creciente poder corruptor de estas organizaciones. Un ejemplo: **hace cinco meses un funcionario del Consulado español en Amsterdam había cobrado treinta mil dólares por colaborar con los mafiosos.**

Hoy, ya no es ningún secreto que las tríadas operan en China, gracias a la ayuda que les prestan funcionarios corruptos.

Muertes rituales en Argentina

Los archivos policiales del mundo entero registran casos terribles de exterminios de toda una familia china mediante rituales donde el arma blanca aparece siempre como un común denominador. Lo ocurrido ahora en España (véase nota central) y atribuido **a las mafias chinas tiene antecedentes también en la Argentina.**

Una de estas masacres ocurrió en la madrugada del 26 de junio de 1992 en **Merlo, provincia de Buenos Aires.** El comerciante **Yen Yu Ying,** su suegra **Hsueh Chen Chuan,** su mujer **Lin Mai Ying** y sus hijos **Lin Yi Siung,** de 9 años y **Linf Cheng Chang,** de 7, aparecieron acuchillados en su casa de Jujuy 537. Los autores del crimen fueron dos taiwaneses —**Hua Ha y Peng Yu**— que finalmente confesaron que habían actuado "por encargo". En estos momentos se encuentran detenidos a la espera del juicio oral.

Dos años antes, una joven **estudiante taiwanesa** había **sido asesinada** en su casa de Caballito. Se llamaba **Lyn Shu Chy,** tenía 20 años y **estaba por terminar** su carrera de diseño. Vivía sola en una casa que ocupaba en la calle Planes al 600 y apareció muerta a puñaladas, con varios tajos en el cuello que le cortaron la carótida y le provocaron la muerte instantánea. Los autores del crimen jamás fueron descubiertos.

La sospecha de la intervención de la mafia china en el el crimen de Lyn Shu surgió porque todavía estaba demasiado fresco el crimen de la calle Acevedo, ocurrido 5 meses antes, donde fue apuñalada una

PARCIAL CHINA

02-02

El Consejo de Seguridad ruso aprobó la producción de nuevos armamentos

MOSCU, 19 (EFE y AFP). — El **Consejo de Seguridad de Rusia** aprobó hoy miércoles la producción de nuevo armamento pesado y equipos para modernizar las fuerzas armadas del país, en una sorpresiva reunión que estuvo marcada por la llamativa ausencia de los ministros de Defensa, **Pavel Grachov**, y de Interior, **Víctor Yerin**.

La reunión, que fue convocada por el presidente **Boris Yeltsin**, no figuraba dentro de la agenda oficial y se realizó a la media mañana en el **Kremlin**, dentro de un marco de estricta y llamativa reserva. El posteriormente confirmado como ministro de Finanzas, **Boris Fiodorov**, se presentó en el lugar pero no pudo ingresar porque su nombre no figuraba en la lista de los participantes.

Los principales informes escuchados por los miembros del consejo estuvieron a cargo del viceprimer ministro de Defensa, **Andrei Kokoshin**, el presidente de las Industrias Militares del aparato estatal, **Víctor Glujij**, y el ministro de Energía Atómica, **Víctor Mijailov**.

Si bien no se informó sobre los temas tratados, se supo que el máximo organismo de seguridad de Rusia trató, además de la fabricación de nuevo armamento, la situación creada por la OTAN de instrumentar la **Asociación para la Paz**, ideada por el presidente norteamericano Bill Clinton.

La Asociación para la Paz representa un paso previo al ingreso en la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** de los países del antiguo **Pacto de Varsovia**.

La cumbre de Bruselas erizó la piel de los militares y los sectores ultranacionalistas rusos, que temen que las fuerzas atlánticas se estacionen en sus fronteras y amenacen su seguridad y su integridad estratégica.

Kozyrev y las tropas

Para no crear confusión sobre las nuevas estrategias de defensa en **Europa del Este**, la cancillería rusa tuvo que salir a desmentir las declaraciones formuladas ayer por el canciller **Andrei Kozyrev** sobre un proyecto de mantener tropas de Moscú en los estados bálticos y en las ex repúblicas soviéticas (véase **Clarín** de ayer).

El vocero de la cancillería, **Georgy Karasin**, aseguró que las declaraciones de Kozyrev habían sido tergiversadas por la agencia de noticias **Itar-Tass**.

La agencia oficial había informado ayer que Kozyrev se oponía al retiro de las tropas de **Lituania, Letonia y Estonia** así como de otras ex repúblicas soviéticas porque forman parte de la **"esfera de intereses defensivos"** de Rusia.

Esta inesperada situación convocó de urgencia a los presidentes de las tres repúblicas que se encuentran reunidos hoy en **Jurmala**, Letonia (véase recuadro aparte).

En Estonia y Letonia aún permanecen unos 20.000 efectivos rusos y su evacuación fue pospuesta en varias oportunidades. De Lituania ya fueron retirados todos los efectivos militares.

"No hubo ningún cambio en la intención de nuestro país de edificar una sólida relación con los estados bálticos", dijo el vocero Karasin.

Las declaraciones de Kozyrev habían provocado también ayer la reacción del **Departamento de Estado** norteamericano. Una vocero dijo que en Washington se estaba analizando, también a nivel del Pentágono y de los organismos de seguridad, la nueva situación: las declaraciones del canciller ruso significaban un giro de 180 grados con las coincidencias que, sobre el retiro incondicional de los efectivos rusos todavía estacionados en los territorios del Este europeo, evidenciaron Bill Clinton y Boris Yeltsin el fin de semana último.

Desarrollo nuclear de Japón

LONDRES, 30 (AFP). – Japón posee todos los componentes necesarios para fabricar "muy rápidamente" un arma nuclear con el objetivo de hacer frente a la amenaza de Corea del Norte, informó hoy en Londres el periódico Sunday Times.

"Japón tiene competencias para introducirse en el armamento nuclear muy rápidamente, así como todos los componentes claves necesarios para la fabricación de una bomba, incluido el plutonio y los sistemas electrónicos de disparo", indicó el Sunday Times, que cita un informe secreto del "Joint Intelligence Committee", la más alta instancia gubernamental de seguridad británica encargada de informar al primer ministro.

Sin embargo, según el Sunday Times, este informe subraya que no existe ninguna "prueba de que, por el momento, Japón haya tomado la decisión de introducirse en un programa de armamento nuclear o de abandonar sus compromisos respecto del Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP)".

El Ministerio de Defensa británico se negó a efectuar cualquier comentario.

La eventual organización de un programa de armamento nuclear por parte de Japón tendría como objetivo contrarrestar la amenaza que Corea del Norte representa para la región.

Este país está acusado de querer poseer el arma nuclear, amenazó con retirarse del TNP y rechaza que sus instalaciones nucleares sean inspeccionadas por la Agencia Internacional de la Energía Atómica (AIEA).

El subsecretario norteamericano de Defensa, Frank Wisner, confirmó el miércoles último que los Estados Unidos iban a enviar misiles a Corea del Sur para hacer frente a un eventual ataque norcoreano.

Corea del Norte estimó que este despliegue norteamericano era "una provocación militar grave e imperdonable", añadiendo que este proyecto es un "gran error" que puede llevar las discusiones sobre el programa nuclear norcoreano "a un callejón sin salida".

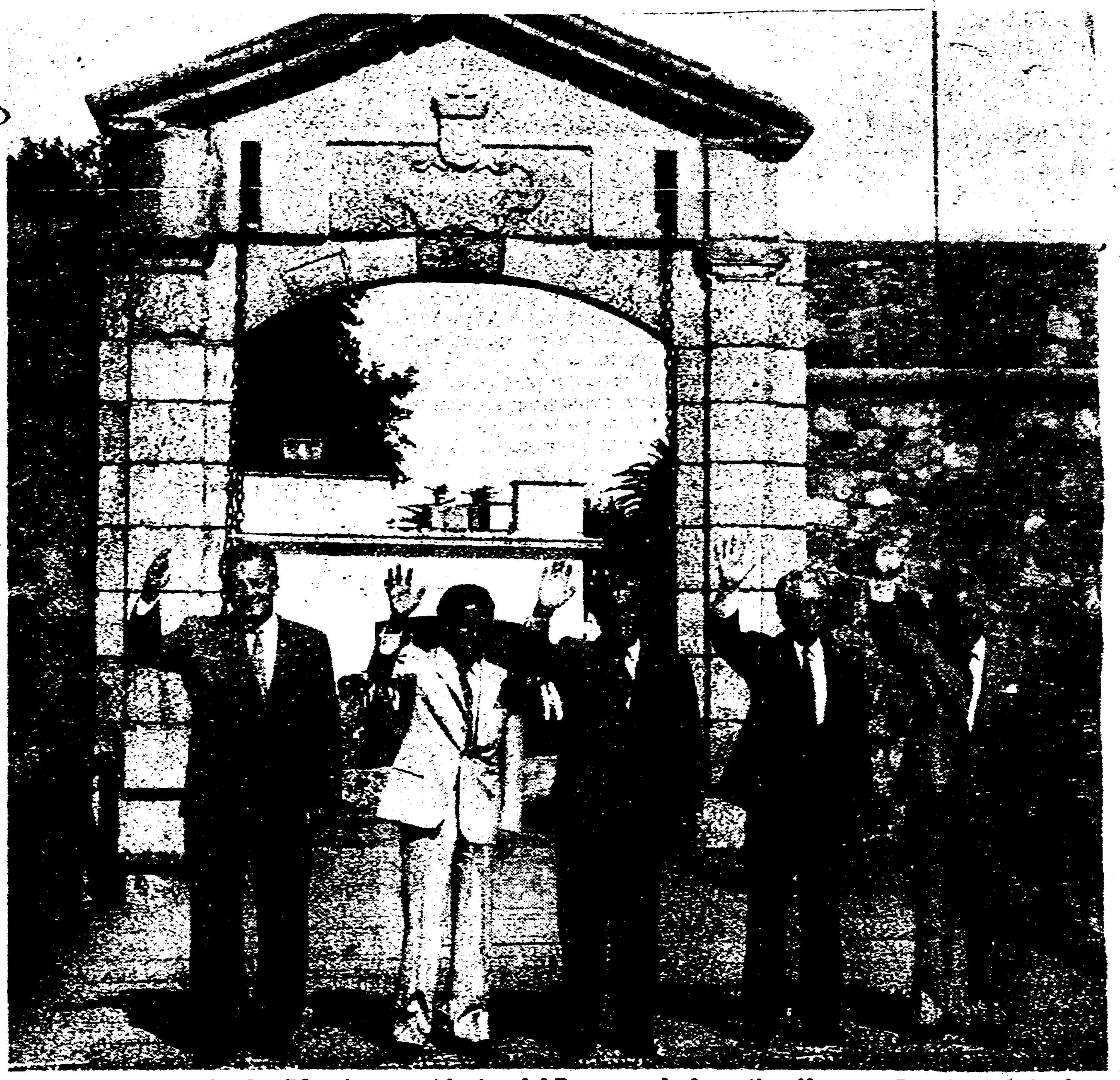
Contexto de la incorporación argentina al Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP)

La situación creada con Brasil

Por Rosendo Fraga (*)

El 29 de diciembre, el canciller argentino Guido Di Tella anunció que la Argentina ratificará, durante el año en curso, el Tratado de No Proliferación Nuclear (TNP). Esta decisión, que rompe con la tradicional resistencia de nuestro país a ratificarlo, manifestada reiteradamente durante un cuarto de siglo, se produce en un momento muy particular de la situación internacional:

En los primeros días de diciembre, el semanario norteamericano Newsweek afirmó que la CIA había dado prioridad en su tarea de inteligencia y prevención a impedir que organizaciones criminales que están proliferando en Rusia y en China pudieran acceder al armamento atómico de los desmembrados regímenes comunistas



COLONIA DEL SACRAMENTO. - Los presidentes del Paraguay, la Argentina, Uruguay, Brasil y Bolivia, Juan Carlos Wasmosy, Carlos Menem, Luis Alberto Lacalle, Itamar Franco y Gonzalo Sánchez de Lozada

- a) A comienzos de diciembre, el resultado del referendum en Rusia mostró que la mayoría de los oficiales, suboficiales y soldados de las fuerzas militares nucleares de Rusia votaron masivamente por el líder ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky, quien pocos días después, en declaraciones realizadas durante una visita a Austria, anunció que su país poseía armas de destrucción masiva más poderosas que la bomba atómica.

- b) Esta nueva situación produjo consecuencias inmediatas. El gobierno de Ucrania -país que tiene un importante arsenal nuclear con aproximadamente 1200 ojivas- anunció que podría revisar su programa de reducción gradual de armas de destrucción masiva ante la eventual amenaza que implicaba el cambio político en Rusia. Frente a ello, la NATO advirtió al gobierno ucranio que podría ser apartado de la colaboración aliada con el Este si no cumple estrictamente sus compromisos de desprenderse de sus armas nucleares y no firma el Tratado de No Proliferación Nuclear.

- c) En Europa del Este, Polonia, Hungría y las repúblicas Checa y Eslovaca reiteraron en diciembre su solicitud de ser incorporadas como miembros de la NATO, con la intención de garantizar su seguridad frente al nuevo riesgo que puede implicar el ultranacionalismo ruso. El gobierno alemán, así como primeras figuras del Partido Republicano de los Estados Unidos, apoyó esta solicitud, que generó un nuevo rechazo por parte del gobierno ruso. La reunión cumbre de jefes de Estado de países de la NATO, que tuvo lugar este mes, analizó el tema de la ampliación de la frontera geográfica de la NATO hacia Europa del Este, sin que ello implique una decisión definitiva al respecto.

- d) Paralelamente, en los primeros días de diciembre, el semanario norteamericano Newsweek afirmó que la CIA había dado prioridad en su tarea de inteligencia y prevención a impedir que organizaciones criminales que están proliferando en Rusia y en China pudieran acceder al armamento atómico de los desmembrados regímenes comunistas para transferirlo con fines comerciales hacia otros países del Tercer Mundo que pretendan darle fines bélicos. Irán, Siria, Irak y Corea del Norte son mencionados como eventuales clientes de estas organizaciones delictivas.

- e) A su vez, el 26 de diciembre, The New York Times sostuvo que los servicios de inteligencia norteamericanos habían logrado comprobar fehacientemente la existencia de armamento atómico ya construido por parte de Corea del Norte. Esta información fue difundida días después de que el gobierno norteamericano anunció presiones sobre dicho país ante su reiterada negativa de permitir inspecciones internacionales a dos de

sus siete centros de producción atómica. Asimismo, Washington sostuvo que intensificaría las presiones sobre dicho país si éste ratificaba su intención de apartarse del Tratado de No Proliferación Nuclear en 1995.

Si bien el anuncio de ratificación del TNP por parte de la Argentina encuentra sólido sustento en los lineamientos centrales de la política exterior debe contemplar también que una decisión unilateral en este campo, no coordinada con Brasil, puede afectar nuestra relación con ese país, la que sin lugar a dudas tiene dimensión estratégica

● f) Días antes, el embajador de Corea del Norte en Pekín acusó al presidente Clinton de "continuar lanzando declaraciones provocativas contra Corea del Norte, que obstaculizan el proceso de paz y la desnuclearización de la península", a la vez que acusó a Japón de acompañar estas presiones y desarrollar su propio plan nuclear con fines bélicos encubierto en el programa de generación eléctrica a partir del plutonio. Para Japón el programa nuclear norcoreano es una amenaza, dado que dicho país ya posee misiles de alcance medio que llegan a su territorio, los que si llevasen cargas nucleares modificarían la situación estratégica del Lejano Oriente.

● g) El 27 de diciembre, el secretario de las Naciones Unidas, Boutros Ghali, durante su visita a Pekín, sostuvo que el gobierno de China "no cree que la presión ayudará a resolver el problema" al referirse a las presiones norteamericanas contra el desarrollo del plan nuclear de Corea del Norte, marcando así una clara diferencia con la posición asumida por Japón y los Estados Unidos.

● h) Un día después, el primer ministro chino, Li Peng, con motivo de la visita a Pekín de la primera ministra de Paquistán, Benazir Bhutto, defendió los acuerdos entre ambos países en materia de tecnología militar, cuestionando las sanciones de los Estados Unidos en contra de ambos países al afirmar que "tanto Paquistán como China siempre consideraron que estas sanciones son injustas", y que deben ser revocadas inmediatamente.

● i) Durante diciembre, los Estados Unidos volvieron a plantear su reclamo para que la India y Paquistán se sumen al TNP. Es que ambos países –que mantienen un tradicional antagonismo– están desarrollando proyectos nucleares, el primero con la cooperación de Rusia y el segundo con la de China, que para las potencias occidentales tienen fines nucleares y que pueden poner en riesgo la seguridad de Asia.

Todos estos hechos producidos durante diciembre muestran la gran prioridad que Occidente otorga al TNP y al control de la tecnología nuclear, y constituyen el marco en el cual se produce el anuncio del canciller argentino, que busca ratificar una vez más la política de alineamiento con los Estados Unidos en el campo estratégico.

Pero si bien el anuncio encuentra su razonabilidad en la prioridad que el mundo occidental pone hoy en el control de la tecnología nuclear y en la vigencia efectiva de los tratados, mecanismos y organismos de control, la decisión argentina debe también contemplar la situación creada con Brasil. Con este país tenemos vigente un tratado de cooperación en materia de tecnología nuclear en función del cual ambos países se someten a inspecciones mutuas, en materia de desarrollo nuclear, supervisadas por la Organización Internacional de Energía Atómica, con sede en Viena.

Por esta razón, si bien el anuncio de ratificación del TNP por parte de la Argentina encuentra sólido sustento en los lineamientos centrales de la política exterior debe contemplar también que una decisión unilateral en este campo, no coordinada con Brasil, puede afectar nuestra relación con ese país, la que sin lugar a dudas tiene dimensión estratégica. (c) LA NACION

(*) Director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

9401142

02-02

JUNTO CON CHILE, INGRESO FORMALMENTE AL PACTO ANTINUCLEAR LATINOAMERICANO

La Argentina se sumó a Tlatelolco

Desde ayer, y luego de 25 años de negarse a hacerlo, la Argentina es miembro pleno del Tratado de Tlatelolco que prevé crear una zona desnuclearizada en América latina. Lo hizo en México junto con Chile, por lo cual hay solo dos países en el continente, Brasil y Cuba, que aún no ratificaron el tratado. Ahora, el canciller Guido Di Tella aspira a que la Argentina sea el líder antinuclear de la región.

Desde ayer la Argentina **ingresó formalmente al Tratado de Tlatelolco**, que prevé crear una **zona libre de armas nucleares en América latina**, luego de 25 años de negarse a hacerlo. Como símbolo de los procesos subregionales de integracion que tienen lugar en Latinoamérica, la Argentina dio su paso **junto con Chile**, aunque no pudo hacerlo también con Brasil, tal como se pensaba al principio.

El ingreso formal se produjo cuando el subsecretario de Relaciones Exteriores de la Cancillería, **Rogelio Pfirter**, depositó el tratado ratificado recientemente por el Congreso argentino en manos del gobierno mexicano, el depositario de Tlatelolco.

El acto tuvo lugar durante el octavo período extraordinario de sesiones de la Conferencia General del Organismo para la Proscripción de Armas Nucleares en América Latina y el Caribe (OPANAL), el encargado de velar por el cumplimiento del tratado.

El canciller de México, **Manuel Tello**, dijo ayer en la capital mexicana, donde delibera la OPANAL, que la adhesión de la Argentina y Chile constituye un **"paso muy importante"** en el desarrollo del Tratado de Tlatelolco.

Por su parte, el gobierno del Brasil mandó un mensaje a la asamblea, en el que expresa **su confianza** en que el Congreso brasileño próximamente ratificará Tlatelolco. Brasil y Cuba son ahora los dos únicos países que **no lo hicieron y, por lo tanto, impiden que América latina se convierta en forma efectiva en la segunda zona sin bombas atómicas del mundo.**

Solo la Argentina y Brasil tienen un desarrollo nuclear con fines pacíficos que les da la capacidad técnica de desarrollar, si quisieran, armas nucleares.

El ingreso de la Argentina se produjo después que se modificaran los protocolos de Tlatelolco en cuanto al **régimen de inspecciones nucleares**. La Cancillería afirma que con esos cambios "se protegieron" los secretos industriales de nuestro país, como el método para enriquecer uranio desarrollado en Pilcaniyeu, Neuquén.

La actitud del congreso del Brasil puso, por lo menos, **en dos velocidades** la política conjunta que Buenos Aires y Brasilia mantienen en esta materia desde mediados de los 80 (la cooperación terminó con varias décadas de antagonismos geopolíticos entre la Argentina y Brasil). Además, tampoco ratificó aún el acuerdo de controles sobre elementos sensibles entre la agencia argentino-brasileña y la Organización Internacional de Energía Atómica (OIEA).

Para colmo, el canciller **Guido Di Tella** intenta que este año el Congreso argentino permita el **ingreso de nuestro país al Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares (TNP).**

La diplomacia argentina hasta antes de Di Tella siempre se había opuesto al TNP, con el argumento de que constituye el **"desarme de los desarmados"**. Lo hace cuando Brasil aún no ratificó Tlatelolco ni ese acuerdo con la OIEA.

La Argentina se suma al Tratado de Tlatelolco

Casi 27 años: demoró nuestro país la ratificación porque no preservaba los secretos industriales; hubo enmiendas.

La Argentina depositará el martes el instrumento de ratificación del Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe, conocido como Tratado de Tlatelolco, por haberse firmado en esa ciudad mexicana.

Durante más de cinco lustros -Tlatelolco fue convenido en 1967- nuestro país, que lo había suscripto, no lo ratificó porque lo consideró, al igual que Brasil y Chile, un instrumento que no aseguraba el secreto industrial.

Fue uno de los temas por el que gobiernos militares como civiles resistieron presiones internacionales para su ratificación.

Introducidas enmiendas, varias de ellas impulsadas por nuestro país, en 1990, en 1991 y en 1992, el Tratado fue ratificado por el Senado nacional a fines del año pasado.

El depósito del instrumento lo hará el subsecretario de Política Exterior, Rogelio Pfirter, en la Conferencia del Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe (Opanal), que se realizará en México.

Pfirter realizará, además, la dispensa necesaria para hacer efectiva la participación argentina de inmediato.

Chile cumplirá los mismos pasos y se asegura una decisión semejante del Brasil, una vez que el Congreso de ese país lo apruebe.

Qué es Tlatelolco

Se trata de un instrumento jurídico por el cual se busca asegurar la ausencia de armas nucleares en la región y que la energía nuclear sea usada sólo para promover el desarrollo de la humanidad y no su destrucción.

América latina es, entonces, la primera región mundial poblada que adoptó esta decisión.

Desde 1959 se estableció el compromiso de la desnuclearización de la Antártida y en 1966 la del espacio ultraterrestre.

Con el depósito por la Argentina de los documentos ratificatorios concluirá un tema de larga data y, además -según la Cancillería-, servirá para asegurar el acceso a las tecnologías más avanzadas, al ser considerado confiable en esta materia, así como en el tema de los misiles, una vez que se produjo la desactivación del proyecto Cóndor.

CHILE SE INTEGRA A LA OPANAL

Santiago de Chile, (EFE).- Chile se convertirá en miembro pleno del Tratado de Tlatelolco de No Proliferación Nuclear y del Organismo para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe (OPANAL), que supervisa su cumplimiento.

Chile suscribió el Tratado de Tlatelolco en 1967 y lo ratificó en 1974, pero no se integró al mismo mientras todos los países de la región con capacidad nuclear no fuesen parte del acuerdo.

A iniciativa del presidente chileno, Patricio Aylwin, se introdujeron algunas enmiendas en el documento, en conjunto con Argentina y Brasil, lo que hizo posible el ingreso de Chile como miembro pleno del mismo.

Bill Clinton Pacta el Desarme Nuclear Total de Ucrania

BRUSELAS, 10 (ANSA). — Ucrania, Rusia y Estados Unidos firmarán el viernes en Moscú un acuerdo que lleva a la eliminación total del arsenal nuclear ucraniano, anunció hoy el presidente estadounidense, Bill Clinton.

El acuerdo para la eliminación total del arsenal nuclear de Ucrania, el tercero más grande del mundo, se refiere al desmantelamiento de 176 misiles intercontinentales, actualmente apuntados contra Estados Unidos, y 1.500 ojivas nucleares, dijo Clinton en una declaración leída a la prensa.

Clinton hará una breve escala el miércoles por la noche en Kiev, en el camino hacia Moscú, donde mantendrá una reunión con el presidente de Ucrania, Leonid Kravchuk.

Kravchuk, a su vez, se trasladará el viernes a la capital rusa para firmar junto a Clinton y su colega ruso Boris Yeltsin el acuerdo alcanzado hoy.

El acuerdo es el resultado de largas y difíciles negociaciones que Rusia y Estados Unidos llevaron adelante para lograr que Kiev ratificase sin condiciones los tratados Start I y Start II y el de No Proliferación Nuclear.

Clinton agregó que está convencido que el presidente de Ucrania convencerá a su parlamenteo de aceptar su decisión.

El mandatario norteamericano precisó además que Ucrania, en cambio del desmantelamiento del arsenal nuclear estratégico obtendrá garantías de seguridad, asistencia técnica e indemnizaciones por el intercambio de uranio altamente enriquecido contenido en las ojivas nucleares.

Clinton, que participa hoy y mañana en la cumbre de la OTAN aquí, proseguirá luego hacia Praga, Kiev, Moscú, Minsk y Ginebra.

El presidente Clinton, cuya llegada a Moscú es prevista para el miércoles a la noche, entablará el jueves sus conversaciones oficiales con la cúpula rusa.

La cuestión de las armas nucleares ucranianas era uno de los problemas más delicados en el diferendo surgido tras la desaparición de la ex Unión Soviética.

En Ucrania se encuentran 176 misiles intercontinentales, además de 1.500 ojivas nucleares montadas sobre vectores estratégicos (misiles de largo alcance y bombarderos).

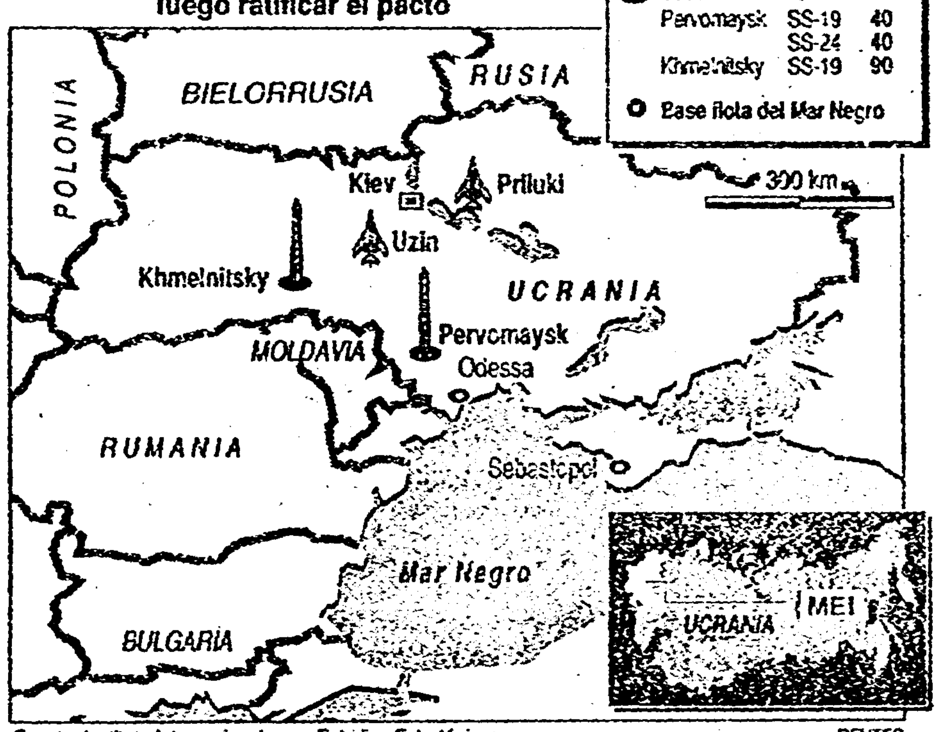
En base al acuerdo de desarme Start I, firmado en julio de 1991, en Moscú por los entonces presidentes de Estados Unidos y URSS, George Bush y Mijail Gorbachov, estaban sujetos a parcial eliminación.

Con el protocolo de Lisboa de mayo de 1992, Ucrania —junto a las repúblicas "nucleares" de Rusia, Bielorrusia y Kazajistán— se convirtió en parte contrayente del acuerdo, comprometiéndose a adherir al Tratado de No Proliferación Nuclear, en calidad de estado no nuclear y a trasladar sus armas a Rusia, en vista del desmantelamiento.

En noviembre, el parlamento de Kiev ratificó los acuerdos con reserva y bajo condiciones pidiendo en particular un resarcimiento económico por la eliminación de su arsenal nuclear —el tercero del mundo— y garantías de seguridad.

Ucrania renuncia a las armas nucleares

El presidente de los Estados Unidos, Bill Clinton; el de Ucrania, Leonid Kravchuk, y el presidente ruso, Boris Yeltsin, firmarán un acuerdo por el que Ucrania prescindirá de armas nucleares a cambio de miles de millones de dólares de ayuda económica y compensación junto con garantías de seguridad. El Parlamento de Ucrania deberá luego ratificar el pacto



Fuente: Instituto Internacional para Estudios Estratégicos — REUTER

Clinton prevé escollos en el desarme ucranio

BRUSELAS, 11 (AP).– El presidente Bill Clinton reconoció hoy que un plan para desmantelar la fuerza nuclear de Ucrania podría ser objeto de una pugna tenaz en el Parlamento de esa antigua república soviética, pero vaticinó que sería aprobado.

"Los ejecutivos suelen con frecuencia tener que promover en sus ramas legislativas medidas que éstas ya saben que beneficirán a sus países", dijo Clinton, que comparó la batalla que libra el presidente ucranio Leonid Kravchuk, en favor del nuevo pacto anunciado ayer, con su propia lucha para lograr la aprobación por el Congreso de un controvertido acuerdo de libre comercio con México y Canadá.

Clinton habló al respecto en una conferencia de prensa después de la cumbre de la NATO. El presidente norteamericano se reunió después con los líderes de la Unión Europea a instó a ese bloque comercial de 12 países a acoger las iniciativas de la NATO para estrechar vínculos con los países del antiguo Pacto de Varsovia, mediante la apertura de sus mercados a las mercancías de Europa oriental y central.

Clinton viajó hoy a Praga, la capital de la República Checa, para tratar de persuadir a los antiguos países del bloque soviético a secundar su plan de "Asociación para la Paz".

"Comprenderán claramente que ésta es una propuesta muy seria", dijo Clinton, que fue recibido en Praga por el presidente checo.

El mandatario checo dijo que su país considera "muy favorable" la iniciativa de la NATO, que ofrece a las nuevas democracias de Europa central y oriental una asociación limitada con la alianza atlántica.

EL PRESIDENTE NORTEAMERICANO SE REUNE HOY EN MOSCU CON BORIS YELTSIN

Bill Clinton anunció que Ucrania firmará su desarme nuclear

KIEV y MOSCU, 12 (EFE y AP). — Luego de una hora y media de negociaciones con su colega ucraniano, **Leonid Kravchuk**, el presidente norteamericano, **Bill Clinton**, confirmó hoy que el viernes se firmará en Moscú un acuerdo para el **desarme nuclear, total y unilateral de Ucrania**, tercera potencia atómica del planeta.

Clinton hizo hoy una breve escala en **Kiev**, la capital ucrania, procedente de **Praga**, donde presentó a los presidentes del llamado **grupo de Visegrado** (la República Checa, Polonia, Hungría y Eslovaquia) la iniciativa de **Asociación para la Paz**, aprobada el lunes en **Bruselas** por la **Organización del Tratado del Atlántico Norte** (OTAN), un mecanismo de integración militar con los países del ex Pacto de Varsovia.

Tras su escala en Kiev, Clinton llegó a la medianoche a Moscú, donde mañana a las 9 (hora local) iniciará en el **Salón San Jorge**, del Kremlin, su segunda reunión cumbre con el líder ruso **Boris Yeltsin**, y primer encuentro en territorio de la Federación Rusa.

Clinton afirmó hoy en Kiev que el acuerdo para el desarme nuclear de Ucrania fortalecerá la seguridad **"del mundo entero"**, e hizo públicas varias medidas de ayuda económica prometidas a Kiev, a cambio de su decisión de eliminar el arsenal nuclear que heredó de la Unión Soviética.

"Estamos dispuestos a aumentar nuestro apoyo sustancialmente a medida que Ucrania promueva las reformas", prometió el líder norteamericano, cuyo país en el último año ya aportó a la ex república soviética ayuda económica por 150 millones de dólares.

Por su parte, Kravchuk declaró que **"Ucrania respetará sus obligaciones"** y **"no obstaculizará la vía que conduce al desarme"**.

El gobierno y la oposición de Ucrania habían puesto ayer en duda la firma del acuerdo de desmantelamiento del arsenal de Kiev, anunciado por Clinton en la reunión de la OTAN, ya que el documento final todavía no estaba preparado.

El acuerdo establece que Kiev desarmará, durante los próximos siete años, las **1.800 cabezas nucleares** que quedaron en su territorio al ser disuelta la Unión Soviética. Ucrania tiene el tercer arsenal nuclear del mundo, detrás de los Estados Unidos y Rusia.

El acuerdo ofrece a Ucrania **177 millones de dólares de un fondo del Congreso estadounidense destinado a las ex repúblicas soviéticas que desarmen sus proyectiles nucleares, 155 millones de dólares en ayuda directa norteamericana y hasta 1.000 millones de dólares durante 20 años por la venta comercial de uranio extraído de las cabezas nucleares.**

Además, Rusia, que vende a Kiev casi el 96 por ciento de la energía que consume esta república, ha prometido venderle petróleo y gas a precios bajos, y comprometerse, al igual que los Estados Unidos, a no lanzar un ataque nuclear contra territorio ucranio y respetar la soberanía de esa república.

Sin promesas y sin plazos

En relación con sus reuniones en Praga, un vocero del presidente norteamericano indicó que en sus encuentros con los líderes del grupo de Visegrado —**Vaclav Havel**, de la República Checa; **Lech Walesa**, de Polonia; **Arpad Goncz**, de Hungría, y **Michel Kovac**, de Eslovaquia—, Clinton **"no hizo ninguna promesa ni dio ningún plazo sobre el eventual ingreso en la Alianza Atlántica"**.

El presidente polaco Lech Walesa abandonó hoy el tono polémico que caracterizó hace unos días sus comentarios respecto de la iniciativa de **Asociación para la Paz**, argumentando que **"es necesario aprovechar"** esa propuesta **"para el bien de nuestros países"**.

Hasta ayer, Walesa, que condujo una batalla solitaria para el ingreso inmediato de su país a la OTAN, había criticado el proyecto norteamericano y definió como "insuficientes" las garantías de seguridad previstas por la iniciativa "socios para la paz".

Durante una conferencia de prensa ofrecida en Praga, Clinton desestimó una pregunta de un periodista en el sentido de que la iniciativa convertiría a los países de Europa oriental en socios de segunda categoría.

"El asunto ya no es si la OTAN admitirá nuevos miembros, sino cuándo y cómo", dijo Clinton, quien sin embargo no especificó calendario alguno.

El mandatario norteamericano explicó también que en las reuniones con sus colegas centroeuropeos tuvo tres objetivos: confirmarles que **"la seguridad de sus países es importante para la seguridad de los Estados Unidos"**, invitarlos a adherir a la **Asociación para la Paz** como vía de ingreso futuro a la OTAN, y expresar el compromiso de Estados Unidos para cooperar económicamente con todos ellos.

Clinton anunció la convocación a una conferencia internacional para estimular la inversión en los países de Europa central, que, según fuentes de la Casa Blanca, se podría celebrar este mismo año en Washington.

Histórico acuerdo firmó Ucrania por desarme nuclear

- *Oposición pide destitución inmediata del Presidente Kravchuk*
- *"Armas deterioradas amenazan con un Chernobyl"*

Los Presidentes estadounidense Bill Clinton, ruso Boris Yeltsin y ucraniano Leonid Kravchuk firmaron ayer, en Moscú, un histórico acuerdo para el desmantelamiento del arsenal nuclear de Ucrania, el tercero más importante del mundo.

Moscú (ANSA)

Durante una conferencia de prensa celebrada en la capital rusa, Kravchuk expresó su satisfacción por el acuerdo, que es -dijo- la manifestación de la comprensión de los problemas de Kiev y no -como afirmó la oposición, que anunció que lo rechazará- el resultado de presiones.

Mientras euforia y optimismo reinaban en Moscú en la ceremonia de la firma, el anuncio del acuerdo tuvo un eco negativo en la capital ucraniana: una parte de los parlamentarios de Kiev acusó de "traición nacional" a Kravchuk y pidió su renuncia.

"Estados Unidos y Rusia han puesto a Ucrania de rodillas", declaró el líder ucraniano del mayor partido de oposición, el nacionalista Rukh, Viaceslav Chornovyl. **"Le han quitado un arsenal que garantizaba su defensa frente a las tentaciones imperialistas de Rusia"**, dijo.

"Una de las primeras cuestiones que deben plantearse en esta situación es la destitución del Presidente", declaró otro Diputado, Dimitri Pavlitchko.



Bill Clinton: aval del acuerdo, es el centro de crítica de la oposición que se ve despojada de defensa armamentista ante la expansión rusa.

Para Kravchuk, sin embargo, Ucrania obtuvo las garantías políticas de seguridad y de integridad territorial, y las compensaciones económicas que habían sido solicitadas.

Ni estas compensaciones económicas -unos 1.400 millones de dólares en un plazo de varios años- ni las demás garantías sirvieron, sin embargo, para convencer a los diputados ucranianos.

Según los resultados de un sondeo Socis-Gallup publicados hoy, tampoco la población ucraniana está muy satisfecha del acuerdo. Sólo un 48 por ciento de los ucranianos considera aceptable la desnuclearización, y siempre que Rusia garantice abastecimientos de gas y petróleo a bajo precio.

Informado de esas reacciones a su regreso a Kiev, el Presidente de Ucrania decidió defender el acuerdo con otro argumento hasta el momento poco usado: **"Las armas se están deteriorando rápidamente, y amenazan desastres peores que los de Chernobyl, por lo que es mejor deshacerse de ellas sin esperar que en 1999 venzan sus términos operativos"**.

El acuerdo firmado ayer -que prevé el desmantelamiento del arsenal nuclear ucraniano formado por 1.800 ojivas nucleares y 176 misiles intercontinentales- fue saludado por Yeltsin como **"el cierre definitivo del último problema del período de la guerra fría"**.

El Presidente ruso aludía también al acuerdo bilateral firmado esta mañana con su homólogo norteamericano por el cual los dos países se comprometen a no apuntar sus misiles nucleares el uno contra el otro.

Estos misiles, que actualmente están dirigidos hacia objetivos militares, industriales y civiles de ambos países, apuntarán hacia los océanos.

El acuerdo sobre el desmantelamiento nuclear de Ucrania -del cual algunas partes permanecerán secretas- prevé que todas las armas nucleares de Ucrania deberán desaparecer en un plazo de siete años.

Tras la desintegración del imperio soviético, Ucrania heredó 1.800 ojivas estratégicas, dispuestas en bombarderos y en misiles estratégicos con un alcance de más de 10.000 kilómetros.

La ex república soviética posee también 130 misiles SS-19 con capacidad para 780 ojivas y 46 SS-24 portadores de 460 ojivas.

En noviembre pasado, el parlamento ucraniano ratificó el Tratado para el desarme estratégico START 1, que fue firmado en julio de 1991 por el entonces Presidente de la URSS, Mijail Gorbachov, y por su homólogo estadounidense George Bush. Kiev, sin embargo, rechazó el punto 5 del protocolo de Lisboa de 1992 sobre el Tratado de No Proliferación Nuclear.



Boris Yeltsin satisfecho de que los misiles ucranianos ya no apuntan a Rusia.

Los países occidentales, por su parte, se felicitaron por la firma del acuerdo, al considerar que se trata de un paso importante que servirá para reforzar la seguridad en la comunidad internacional.

Un portavoz del Foreign Office manifestó, sin embargo, que el retraso o la falta de aplicación en un plazo breve del acuerdo sería **"muy preocupante"**.

Bastión nacionalista

El acuerdo para desmantelar las armas nucleares de Ucrania que será firmado ayer en el Kremlin puede convertirse en el caballo de batalla de los partidos nacionalistas en la campaña para las elecciones políticas locales del 27 de marzo.

En vísperas de la firma de mañana entre Bill Clinton, Boris Yeltsin y el Presidente de Ucrania, Leonid Kravchuk, los partidos nacionalistas confirmaron ayer su hostilidad al pacto antinuclear para trasladar a Rusia y desmantelar sucesivamente las más de 1.600 ojivas atómicas estratégicas que los ucranianos heredaron de la ex URSS.

El Partido Centrista del Rukh y las otras fuerzas nacionalistas afirman que renunciar a todos los misiles nucleares es peligroso, en una fase en la que se registra un fuerte brote de las tentaciones imperialistas rusas, como demuestran los 20 millones de votos logrados en las últimas elecciones por el líder ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.

Los nacionalistas ucranianos presionan para que el acuerdo trilateral EEUU-Rusia-Ucrania sea aprobado previamente por el Parlamento. Sin embargo, Kravchuk parece estar decidido a aplicar el acuerdo sin esperar la luz verde del Parlamento.

04

Clinton Advierte a Corea del Norte, Libia e Irak

E.Y. 15/1

EE.UU., RUSIA Y UCRANIA FIRMAN ACUERDO SOBRE DESARME NUCLEAR

MOSCU, 14 (AP).— Estados Unidos y Rusia pusieron hoy fin a la alerta nuclear que pesaba sobre el mundo con dos acuerdos sobre control nuclear, en tanto que el presidente Bill Clinton exhortó al pueblo ruso a "escoger el futuro" y no el pasado en esta encrucijada de la historia.

"Esta es una encrucijada y una bien difícil, pero la generación de rusos más jóvenes mirará a esta época con gratitud", declaró Clinton.

Clinton y su colega ruso Boris Yeltsin acordaron hoy dejar de apuntar sus cohetes nucleares contra cualquier país a más tardar el 30 de mayo, y firmaron un acuerdo tripartito con Ucrania para eliminar el tercer arsenal nuclear en importancia del mundo.

Ambos dirigentes anunciaron la decisión sobre los cohetes poco después de las ceremonias que sellaron un acuerdo con el presidente ucraniano Leonid Kravchuk para desmantelar las 1.800 ojivas nucleares que se encuentran en la ex república soviética.

Clinton habló desde la emisora de televisión que la vieja guardia comunista intentó atacar en octubre. Dos meses después, aprovechando un aumento en los precios, producción en caída y problemas de vivienda, los extremistas exhibieron una fuerza sorprendente en la elección de un nuevo parlamento.

"Yo creo que ustedes elegirán el futuro", dijo Clinton en la trasmisión en vivo a toda Rusia. "Sé que el presente es difícil, pero si toman las decisiones correctas, si eligen la esperanza por sobre el miedo, entonces el futuro retribuirá su coraje y su visión".

Yeltsin dijo que el acuerdo con Ucrania eliminará "el último problema de la guerra fría". Clinton dijo que ello reduciría las oportunidades de terrorismo nuclear y espionaje, mientras que Kravchuk afirmó que la medida aumentaría la seguridad del país.

"El presidente Yeltsin y yo acordamos que a partir del 30 de mayo, los cohetes nucleares de Rusia y de los Estados Unidos no apuntarán hacia ningún país en particular", anunció Clinton en rueda de prensa conjunta con Yeltsin.

■ ADVERTENCIA

En la sesión, realizada al promediar la visita de tres días de Clinton a Moscú, el presidente norteamericano y su colega ruso encomiaron el progreso alcanzado en cuestines de control armamentista y cooperación económica.

"Por primera vez en casi medio siglo —virtualmente desde el amanecer de la era nuclear— los Estados Unidos y Rusia no operarán sus fuerzas nucleares... con la presunción de que son adversarios", dijeron ambos presidentes en una declaración conjunta

Además, Clinton advirtió a Corea del Norte, Libia e Irak que no se confiaran demasiado.

"Lo que significa es que no tendremos nuestras armas en alerta y apuntadas. Pero debido a que lo podemos hacer por computadora, podemos hacerlo rápidamente. Así que, aquellas naciones que intentan transformarse en naciones nucleares no deben leer en ello que podrán actuar con impunidad", dijo.

"Si tuviésemos que apuntar un misil, Dios no lo quiera, a Corea del Norte o a cualquier otro lugar, podríamos hacerlo rapidísimo", agregó.

■ REVOLUCION CONJUNTA

Clinton dijo que Yeltsin ha aceptado una invitación para visitar a los Estados Unidos a fines de año.

Yeltsin elogió a Clinton por la ayuda económica suministrada por los Estados Unidos a Rusia, para ayudarla en la tarea de crear una economía de mercado, y dijo que su país "puede beneficiarse en gran medida de la apertura del mercado norteamericano, ya sea para materias primas o equipos".

A fin de estimular la economía rusa, Clinton dijo que los Estados Unidos adquirirán en este país uranio enriquecido por un valor total de 12.000 millones de dólares durante los próximos 20 años..

Yeltsin dijo que ambos mandatarios emprenderán juntos "una revolución conjunta ruso-norteamericana".

Ambos presidente se reunieron ayer durante horas para debatir en privado cuestiones económicas, pero los logros más destacados de su segundo día de reuniones fueron los acuerdos de control nuclear.

Funcionarios del gobierno de Washington admitieron empero que el acuerdo sobre la dirección de los cohetes era imposible de verificar y que los dos países podrían volver a apuntarse mutuamente sus armas nucleares sin mayor dificultad.

En una declaración acerca del acuerdo ucraniano, los tres dirigentes dijeron que todas las cabezas nucleares en poder de Ucrania deben ser enviadas a Rusia "lo más pronto posible".

La declaración dijo también que los 46 cohetes SS-24 de Ucrania, que constituyen las armas más potentes del arsenal ucraniano, serían desactivadas en diez meses al removerse sus 460 ojives nucleares.

Por lo menos 200 ojivas de esos cohetes y de sus similares SS-19 serán transferidas a Rusia en el mismo plazo de diez meses.

Ucrania recibirá 177 millones de dólares de un fondo de Estados Unidos destinado a ayudar a las ex repúblicas soviéticas en la tarea de desmantelar sus armas nucleares, 155 millones en ayuda directa de Estados Unidos y mil millones en 20 años como resultado de la venta del uranio extraído de las ojivas.

Clinton y su esposa residen en el propio Kremlin. Clinton es el primer mandatario norteamericano que pasa la noche dentro de las murallas del Kremlin desde la visita aquí del presidente republicano Richard Nixon.

En la noche del hoy, el presidente Yeltsin ofreció una cena oficial en honor de Clinton y su esposa, Hillary Rodham Clinton, en el Kremlin.



Los presidentes Bill Clinton, Boris Yeltsin y Leonid Kravchuk saludan con un aplauso el nuevo tiempo que se abre tras la firma del histórico acuerdo de desarme atómico (Reuter)



Clinton responde la pregunta de un niño durante la visita del presidente norteamericano a un programa de la televisión comunitaria, Ostankino (Láserfoto de la agencia Reuter)

UCRANIA SE SUMA HOY A LA CUMBRE PARA FIRMAR

EE.UU. y Rusia de apuntarse con

En su primera visita oficial a Rusia, el presidente norteamericano Bill Clinton respaldó ayer políticamente a Boris Yeltsin y prometió ayuda económica para la deteriorada economía de Rusia, preocupado por el avance de la fuerza ultranacionalista de Vladimir Zhirinovsky. En un histórico acuerdo, los mandatarios resolvieron reprogramar los misiles nucleares de ambos países para que dejen de apuntarse mutuamente. Hoy viernes se reunirán con el presidente de Ucrania, Leonid Kravchuk, para firmar otro crucial acuerdo: el desmantelamiento de las poderosas armas nucleares de la ex URSS emplazadas en territorio de Ucrania.

MOSCU, 13 (EFE, Reuter, DPA y "Financial Times", especial para Clarín). — Los presidentes de los Estados Unidos, **Bill Clinton**, y de Rusia, **Boris Yeltsin**, acordaron, en el marco de la reunión cumbre que comenzó hoy en Moscú, que reprogramarán los misiles nucleares de sus respectivos países y sus aliados para que dejen de apuntarse mutuamente y lo hagan hacia el océano, *según informó* a la cadena norteamericana CNN el asesor del presidente ruso **Dimitri Rurikov** y confirmaron posteriormente funcionarios estadounidenses.

A este pacto (que será anunciado oficialmente mañana viernes y marcará el fin de medio siglo de enfrentamiento y amenaza de una guerra nuclear entre Moscú y Washington) se sumará mañana la firma de otro acuerdo histórico sobre desmantelamiento de armas atómicas ucranianas, en una ceremonia en la que además de Yeltsin y Clinton participará el presidente de Ucrania Leonid Krav-

CAMINO HACIA EL DESARME

Con la decisión adoptada ayer por los presidentes **Bill Clinton** y **Boris Yeltsin** de dejar de apuntarse mutuamente con armas nucleares se consolida la aceleración del desarme bilateral emprendido por los Estados Unidos y la ex URSS, en la que son hitos fundamentales los acuerdos **START I** y **START II**.

El acuerdo START I fue firmado en Moscú el 31 de julio de 1991 por los entonces jefes de Estado norteamericano y soviético, **George Bush** y **Mijail Gorbachov**, para la reducción de los arsenales

En aquel momento los **Estados Unidos** contaban **con 9.986 cabezas nucleares y la Unión Soviética con 10.237.** El START I planteó el objetivo de reducir ese número a 8.556 cabezas para los estadounidenses y 6.449 para los soviéticos.

El 3 de enero de 1993 Bush y el presidente ruso **Boris Yeltsin** firmaron el acuerdo de desarme START II, que entrará en vigor una vez que se haya cumplido el START I, y que significó una ratificación de hecho del primer pacto.

El START II, que se cumplirá en dos fases, la segunda de las cuales debe haber culminado en el año 2003, impone el establecimiento de un techo de 3.500 ojivas para los Estados Unidos y de 3.000 para Rusia. Esta cifra es equivalente a la de principios de los años 60, cuando se inició la carrera nuclear entre las superpotencias.

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA E.E.
FECHA 14/1/94
VIA U...

ENTRADO
CRUZ DJ

EL DESMANTELAMIENTO DE SU ARSENAL NUCLEAR

acordaron dejar misiles atómicos

Agencia Reuter



Los presidentes de Rusia, Boris Yeltsin, y de los EE.UU., Bill Clinton, se saludan en el Kremlin: Washington y Moscú acordaron que sus armas nucleares dejarán de apuntarse.

Rusia en su primera visita oficial con el agregado de dos triunfos en su haber: 1) la aceptación de los países del Este y Centro europeos de un plan de integración parcial a la OTAN y 2) la promesa de Ucrania de firmar su desmantelamiento nuclear. El jefe de la Casa Blanca dijo que "Rusia y los EE.UU. tienen que trabajar juntos para construir un nuevo futuro en Europa, del que depende el futuro del mundo".

En este primer día de conversaciones, el gran tema de la jornada fue el acuerdo (aún no oficial) sobre el cambio de objetivo de las cabezas nucleares a pesar de que ambos mandatarios dialogaron también sobre la actual situación política y económica de Rusia y la posibilidad de una ayuda occidental a Moscú (véase aparte).

Según informó la agencia Associated Press, citando un alto funcionario norteamericano que pidió mantener el anonimato, luego de intensas negociaciones entre los presidentes, el cambio de dirección de los misiles estratégicos se siguió discutiendo a nivel de expertos en armas nucleares de ambos países.

Según la fuente, una parte de los cohetes apuntará, con fines técnicos, hacia zonas oceánicas, mientras que todos los demás serán desactivados, es decir, no tendrán un objetivo fijo.

El acuerdo de hoy es considerado simbólico, ya que los cohetes podrían ser reprogramados en cuestión de minutos, en caso de ser necesario, pero el funcionario norteamericano admitió que no deja de ser un "paso importante para poner fin a la era de la guerra fría" en la que miles de cabezas nucleares norteamericanas y soviéticas estaban en esado de alerta inmediato, dirigidas contra territorios no solo de los Estados Unidos y de la ex Unión Soviética, sino también contra sus respectivos aliados.

Para soslayar el virtual peligro de que el acuerdo no sea refrendado por el flamante Parlamento ruso —con mayoría ultranacionalista y comunista— se anunciará que se trata de un "pacto ejecutivo" es decir un acuerdo entre presidentes, según informaron fuentes periodísticas locales a Clarín.

♦ Ucrania

El presidente ucraniano llegó hoy por la noche a Moscú. Mañana viernes, Kravchuk se reunirá en el Kremlin con sus colegas Clinton y Yeltsin para firmar un acuerdo tripartito para la entrega a Rusia de las armas atómicas de Ucrania a cambio de combustible nuclear para usinas eléctricas y compensaciones financieras que comprenderán la cancelación de una parte de la deuda ucraniana con Moscú.

Con el desmembramiento de la URSS más de 27.000 cabezas nucleares quedaron distribuidas en cuatro repúblicas: Rusia, Ucrania, Bielorrusia y Kazajstán. Kravchuk —en una breve escala de Clinton en Kiev ayer miércoles— acordó con el presidente norteamericano renunciar a su poderoso arsenal atómico. Ucrania posee 176 misiles de largo alcance y más de 1.500 cabezas nucleares.

Hasta ahora, Ucrania se oponía al desmantelamiento de sus armas nucleares por considerar que no existían garantías suficientes de que su territorio no sería blanco de "las ambiciones expansionistas de Rusia". Aún gran parte de los diputados del Parlamento ucraniano consideran este peligro como posible.

Kravchuk declaró a la prensa que consideraba este acuerdo tan importante que estaba dispuesto a poner en juego su carrera política.

Clinton había prometido a Ucrania garantías de defensa y una ayuda de 1.000 millones de dólares como pago del uranio enriquecido de las cabezas nucleares instaladas en los 176 misiles SS-19 y SS-20.

9401146

02-02

Dio comienzo Conferencia de Desarme de las Naciones Unidas

SE DEBATE EL CESE DE LA CARRERA ARMAMENTISTA

Durante siete meses y en una sesión que comenzó hoy, martes, la Conferencia de Desarme de la ONU debatirá el cese de la carrera de armamentos de destrucción masiva y la no proliferación nuclear negociando un tratado de prohibición de pruebas nucleares.

El director de la Oficina de Control de Desarme de EEUU, John Holum, declaró hoy en la sesión inaugural que "actualmente es menos necesario que nunca avanzar en poder nuclear" y expresó el compromiso de la Administración Clinton de negociar "con agresividad" para concluir el Tratado de Prohibición Total de Pruebas Nucleares (CTBT).

"Comenzamos a dar los pasos finales en un viaje de muchos años", manifestó Holum tras destacar el compromiso anunciado por el presidente de EEUU, Bill Clinton, en julio de 1993 reiterado después de la prueba nuclear efectuada por China en octubre del pasado año.

"EEUU respeta la moratoria desde que así lo decidió el Congreso en septiembre de 1992. No es un acuerdo oficial, sino oficioso, pero con el que estamos comprometidos", añadió.

Para EEUU, el CTBT es un complemento del Tratado de No Proliferación Nuclear, "en ningún sentido un sustituto" y las normas básicas legales obligatorias contra la proliferación nuclear deben proceder del TNP, añadió el funcionario.

El presidente de la Conferencia, único foro multilateral de desarme en el mundo, el francés Gerard Errera, destacó en la inauguración que "tras el impresionante balance de un verdadero proceso de desarme, el camino hacia la universalidad del TNP (Tratado de no Prolferación Nuclear) se ha acelerado". Según Errera, las garantías de seguridad a los países no nucleares deben resolverse teniendo en cuenta el fin de la Guerra Fría y los existentes riesgos de nueva proliferación.

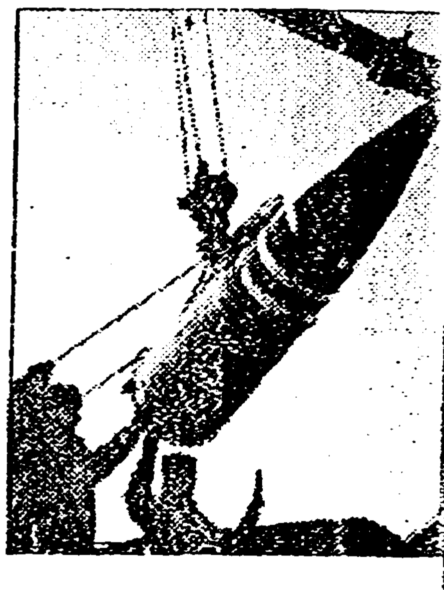
Por primera vez, la prohibición de la producción de materias fisibles con fines armamentísticos se incluye en el orden del día de la Conferencia, lo que su presidente calificó de "acontecimiento de importancia".

"Como para las pruebas nucleares, el objetivo claro de una Convención es contribuir a la lucha contra la proliferación nuclear. Por eso es capital que la futura Convención sea universal y verificable internacionalmente", añadió.

La sesión inaugurada ayer es también la de la apertura de la negociación del CTBT mediante la que se deberá fijar su universalidad y verificabilidad internacional.

Errera indicó que "todos los países con capacidad nuclear deberán adherirse a él, algo indispensable para su entrada en vigor". "Es muy difícil imaginar que las potencias nucleares reconocidas acepten imponerse nuevas restricciones si otros países continúan libres para desarrollar programas de armamento nuclear clandestinos", afirmó.

Además, el Tratado deberá ser verificable internacionalmente porque nadie aceptaría asociarse a un acuerdo cuyas cláusulas podrían ser fácilmente violadas o someterse al control si no existieran garantías de su seriedad e imparcialidad. Condición para la universalidad del tratado es, añadió Errera, que la negociación que lleva a él sea "verdaderamente multilateral" y "todos los países susceptibles de asumir las restricciones ligadas al Tratado deben ser asociados desde el principio a su elaboración". El presidente de la Conferencia aprovechó para pronunciarse a favor de la "necesidad y urgencia" de la composición del foro -actualmente 40 países en base a representación geográfica- y en fase de estudio su ampliación en otros 23 países. Las discusiones al respecto se encuentran bloqueadas porque EEUU no acepta que Irak, que forma parte de la lista de los 23, entre como miembro de la Conferencia aludiendo que es un país que no cumple las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU. Por el contrario, otros países consideran que un Irak miembro de la Conferencia de Desarme sería más fácil de controlar que yendo por su cuenta en la carrera de armamentos



La ONU Abre Crucial Foro en Ginebra

CONFERENCIA DE DESARME DEBATE PROHIBIR LAS PRUEBAS NUCLEARES

GINEBRA, 25 (EFE).— Durante siete meses y en una sesión que comenzó hoy, martes, la Conferencia de Desarme de la ONU debatirá el cese de la carrera de armamentos de destrucción masiva y la no proliferación nuclear negociando un tratado de prohibición de pruebas nucleares.

El director de la Oficina de Control de Desarme de EE.UU., John Holum, declaró hoy en la sesión inaugural que "actualmente es menos necesario que nunca avanzar en poder nuclear" y expresó el compromiso de la Administración Clinton de negociar "con agresividad" para concluir el Tratado de Prohibición Total de Pruebas Nucleares (CTBT).

"Comenzamos a dar los pasos finales en un viaje de muchos años", manifestó Holum tras destacar el compromiso anunciado por el presidente de EE.UU., Bill Clinton, en julio de 1993 reiterado después de la prueba nuclear efectuada por China en octubre del pasado año.

"EE.UU. respeta la moratoria desde que así lo decidió el Congreso en setiembre de 1992. No es un acuerdo oficial, sino oficioso, pero con el que estamos comprometidos", añadió.

Para EE.UU., el CTBT es un complemento del Tratado de No Proliferación Nuclear, "en ningún sentido un sustituto" y las normas básicas legales obligatorias contra la proliferación nuclear deben proceder del TNP, añadió

■ **CONTRA UNA NUEVA PROLIFERACION**

El presidente de la Conferencia, único foro multilateral de desarme en el mundo, el francés Gerard Errera, destacó en la inauguración que "tras el impresionante balance de un verdadero proceso de desarme, el camino hacia la universalidad del TNP (Tratado de no Proliferación Nuclear) se ha acelerado".

Según Errera, las garantías de seguridad a los países no nucleares deben resolverse teniendo en cuenta el fin de la Guerra Fría y los existentes riesgos de nueva proliferación.

Por primera vez, la prohibición de la producción de materias fisibles con fines armamentísticos se incluye en el orden del día "acontecimiento de importancia".

"Como para las pruebas nucleares, el objetivo claro de una Convención es contribuir a la lucha contra la proliferación nuclear. Por eso es capital que la futura Convención sea universal y verificable internacionalmente", añadió.

La sesión inaugurada hoy es también la de la apertura de la negociación del CTBT mediante la que se deberá fijar su universalidad y verificabilidad internacional.

Errera indicó que "todos los países con capacidad nuclear deberán adherirse a él, algo indispensable para su entrada en vigor".

"Es muy difícil imaginar que las potencias nucleares reconocidas acepten imponerse nuevas restricciones si otros países continúan libres para desarrollar programas de armamento nuclear clandestinos", afirmó.

Además, el Tratado deberá ser verificable internacionalmente porque nadie aceptaría asociarse a un acuerdo cuyas cláusulas podrían ser fácilmente violadas o someterse al control si no existieran garantías de su seriedad e imparcialidad.

Condición para la universalidad del tratado es, añadió Errera, que la negociación que lleva a él sea "verdaderamente multilateral" y "todos los países susceptibles de asumir las restricciones ligadas al Tratado deben ser asociados desde el principio a su elaboración".

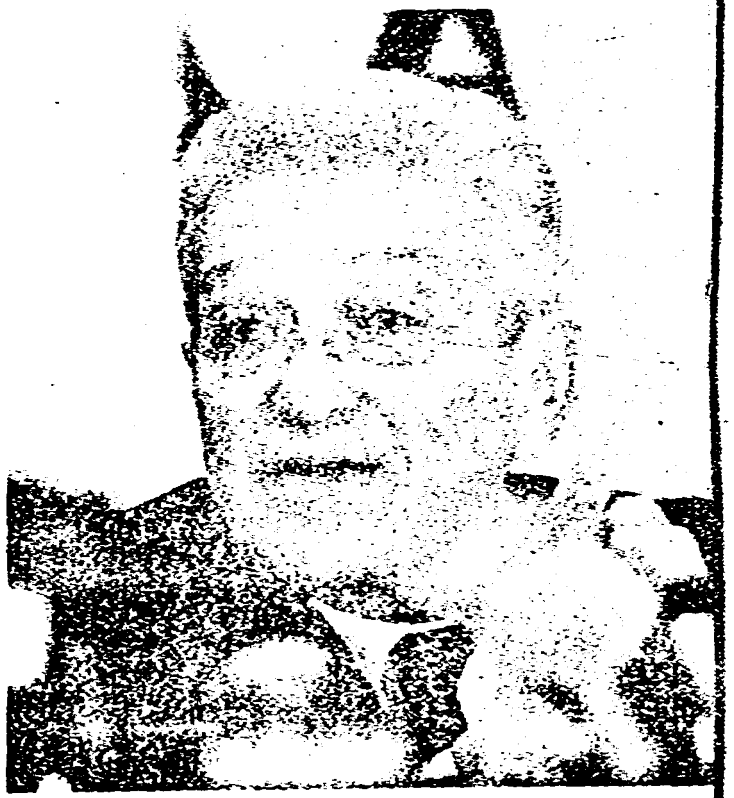
El presidente de la Conferencia aprovechó para pronunciarse a favor de la "necesidad y urgencia" de la composición del foro —actualmente 40 países en base a representación geográfica— y en fase de estudio su ampliación en otros 23 países.

Las discusiones al respecto se encuentran bloqueadas porque EE.UU. no acepta que Irak, que forma parte de la lista de los 23, entre como miembro de la Conferencia aludiendo que es un país que no cumple las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU.

Por el contrario, otros países consideran que un Irak miembro de la Conferencia de Desarme sería más fácil de controlar que yendo por su cuenta en la carrera de armamentos.

Errera se preguntó si era justificable "cuando los equilibrios internacionales se tranforman tan profundamente" que la Conferencia "siga prisionera de esquemas ideológicos superados".

"Nadie puede poner en duda la necesidad de incluir nuevos Estados cuyas capacidades militares y papel estratégico corresponden a las preocupaciones actuales sobre control de armamentos y de no proliferación", concluyó Errera.



El presidente israelí Ezer Weizman, considera que Siria tiene la llave que abre la puerta de la paz en Medio Oriente (Laserfoto Reuter)

Por el desarme

GINEBRA, 25 (Reuter).– Los Estados Unidos, que durante años resistieron esfuerzos internacionales para negociar una prohibición total de ensayos de armas atómicas, prometieron hoy que trabajarán en favor de una rápida conclusión de tal tratado.

John Holum, nuevo director de la Agencia norteamericana de Control de Armas y Desarme, manifestó, en la sesión inaugural 1994 de la Conferencia, que su país se ubicará al frente de las gestiones en procura de una veda de ensayos.

La Nación 26-1-94

Duras críticas del Congreso de Estados Unidos a la FAO

LR 14/1 Washington (IPS)

El brazo investigativo del Congreso norteamericano criticó el programa de cooperación técnica de la Organización de las Naciones Unidas para Agricultura y Alimentación (FAO), al atribuirles debilidad en sus prácticas administrativas y falta de criterios específicos.

Un informe de la Oficina General de Contabilidad (GAO, según sus siglas en inglés) señala que FAO no tomó en cuenta criterios básicos en la aplicación de los proyectos, como que los gobiernos beneficiados pudieran darles seguimiento, o que no duplicaran otros esfuerzos en marcha.

El reporte de GAO generó una reacción encontrada en la sede de FAO en Roma, donde el contenido fue rechazado por considerar que carecía de parámetros adecuados de auditoría y de evidencia para formular sus conclusiones.

El programa de cooperación técnica de FAO se creó en 1976 para generar proyectos de corto plazo y bajo costo que atiendan necesidades urgentes y no previstas en los países en desarrollo.

Según los parámetros de FAO, los proyectos deben generar un efecto catalítico, con actividades subsiguientes desarrolladas por los países beneficiados y la inversión de fondos adicionales. Sin embargo, la investigación de la entidad investigadora del Congreso norteamericano indica que los criterios no se reflejan de manera consistente en la selección de los proyectos por ejecutar.

Buscan ideas para evitar la pérdida de los bosques

Alerta: la selva misionera es la zona más amenazada a corto plazo por el uso de modelos agrícolas brasileños que provocan deforestación.

La deforestación mundial estimada en unos 15 millones de hectáreas anuales, unas 30 hectáreas por minuto, según estudios de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), revela que la humanidad se mueve hacia los bosques en busca de unos cinco millones de árboles por día.

Este ritmo de depredación vertiginoso requiere de la actividad lógica y compensadora de la reforestación para que la explotación forestal sea sostenible.

No obstante, según los análisis de la FAO las tendencias de la deforestación sin restitución señalan que en el 2025 –apenas 31 años– desaparecerán todas las masas forestales físicamente accesibles del hemisferio sur.

En la actualidad, América latina tiene la mayor tasa planetaria de deforestación con unos 8.000.000 de hectáreas anuales.

En la Argentina, la Dirección de Recursos Forestales Nativos, de la Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente Humano, atiende a la preservación de los bosques como ecosistemas vitales, mientras que la Secretaría de Agricultura Ganadería y Pesca (SAGyP) se ocupa de la materia desde el punto de vista de la explotación y del rendimiento de los bosques cultivados.

Aunque no existe un inventario nacional forestal, estimaciones efectuadas por la Dirección de Recursos Forestales Nativos, a cargo del ingeniero Carlos Merenson, señalan que en 1989 había unos 36 millones hectáreas de masas forestales nativas, de las cuales 16 millones estaban degradadas.

Para revertir la situación el Plan Forestal elaborado por esa dirección apunta, entre otros objetivos, a "diseñar un sistema de evaluación forestal permanente que permita realizar un monitoreo cada diez años", señaló a LA NACION el ingeniero Merenson.

El funcionario explicó que la selva misionera "es la zona más amenazada a corto plazo debido a la inmigración brasileña, que hasta el momento suma unos 17.000 individuos que aplican el modelo de deforestación brasileño para la agricultura.

"Problema al que se suma el avance de la propia frontera agrícolo-ganadera y la forestación de la selva misionera con especies exóticas, como son los pinos", agregó.

La declaración de principios –no vinculante– sobre los bosques analizada en la Cumbre Para la Tierra, en Río de Janeiro, estipula que "para solventar el costo de la conservación de los bosques se deberán suministrar recursos financieros a los países en desarrollo".

Además, el capítulo 11 de la Agenda XXI, también analizada en ese encuentro ambientalista, señala la necesidad de que los países desarrollados transfieran, seis mil millones de dólares anuales a los países en desarrollo para lograr ese objetivo.

"Si tuviéramos que restaurar superficie equivalente a nuestros 36 millones de ha a un costo mínimo de 10 dólares por ha, necesitaríamos casi 400 millones anuales, lo que habla de lo exiguo de la suma propuesta en Río", dijo Merenson.



Foresta, oxígeno y especies

El Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (Pnuma) estima que la deforestación es responsable de un cuarto a un tercio del dióxido de carbono que hasta ahora se ha añadido a la atmósfera, lo que aumenta su capacidad para producir el temido efecto invernadero.

Por otra parte, se calcula que de los 30 millones de especies del planeta, de las cuales 250.000 son plantas, la gran mayoría se concentra en las selvas tropicales y en los arrecifes de coral.

Según el Pnuma, una hectárea de bosque tropical de America latina puede albergar entre 40 y 100 especies de árboles, mientras que en una hectárea de bosque en América del Norte sólo hay entre 10 y 30.

Bosques cultivados

Los bosques cultivados, dominio de la SAGyP, son importantes desde el punto de vista económico y geopolítico "porque promueven el asentamiento de poblaciones limítrofes", precisó el ingeniero José Luis Darraidu, a cargo de la Dirección de Producción Forestal de la SAGyP.

Darraidu, que coincidió con Merenson en cuanto a las tasas de crecimiento, señaló que "si bien en la actualidad no tenemos un conocimiento acabado sobre la superficie leñosa argentina, estamos en la etapa de adquisición de un equipamiento para realizar un monitoreo satelital de los bosques productivos, en colaboración con el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)".

En el contexto del Plan Nacional de Extensión Forestal, la SAGyP plantó, hace 25 años, 2300 hectáreas de pinos en el municipio de Huinganco, Neuquén, lo que permitió la reconversión de la economía de un antiguo pueblo minero.

"En septiembre del año pasado se cortó el primer pino en el área, se plantó uno nuevo y se colocó un testimonio para la próxima generación", aseguró Darraidu.

Menor presión

Además de su importancia económica y geopolítica, "los bosques cultivados disminuyen la presión sobre los bosques nativos, que son muy valiosos en términos de diversidad biológica", precisó el funcionario.

Darraidu destacó la importancia de Corrientes como ejemplo de forestación productiva con unas 120.000 hectáreas y aseguró que "en los próximos 20 años el crecimiento será mayor".

El funcionario señaló que "hay empresarios forestales que quieren invertir en el país, como lo hacen en Concordia con cuarenta millones de dólares para la instalación de una planta de aglomerado, y en Misiones, industriales alemanes proyectan fabricar chapas de madera decorativa".

Sin lugar a dudas, el futuro de los bosques nacionales dependerá, entre otros factores, no sólo de la complementación de los programas económico y ecológico, sino de su cumplimiento, porque como lo señaló el ingeniero Merenson "no puede haber programa forestal sin compromiso político de llevarlo adelante gobierne quien gobierne, dado que aquéllos llevan décadas en su aplicación".

Lucio A. Mansilla

Según la FAO, se tendrá que recurrir más de lo previsto a las existencias de la cosecha anterior

La situación mundial de los suministros de cereales será más difícil en 1993/94

Las indicaciones más recientes confirman que en 1993 — 1994 la situación mundial de los suministros de cereales será más difícil que el año anterior.

El pronóstico de la producción mundial de cereales se ha reducido ulteriormente a 1.894 millones de toneladas, 3,5 % menos que la estimación revisada de la producción del año pasado y un nivel inferior a la tendencia. La mayor parte de la disminución representa una reducción de la producción de cereales secundarios de los países desarrollados mientras que en los países en desarrollo la producción de cereales debería ser casi igual a la del año anterior. Las perspectivas para el comercio mundial de cereales no ha cambiado sustancialmente desde el pasado mes. Se prevé que en 1993 — 1994 decrecerán los envíos totales de trigo y cereales secundarios, fundamentalmente como consecuencia de la mayor producción interna de algunos de los grandes países importadores, mientras que, por el contrario, los envíos de arroz alcanzarán otra vez un nivel récord. El pronóstico relativo a las existencias mundiales de cereales al cierre de las campañas de 1993 — 1994 ha descendido nuevamente este mes en 11 millones de toneladas, y apunta a una reducción mucho mayor de lo que se había previsto anteriormente para cubrir el consumo de cereales previsto en el año comercial 1993 — 1994. El porcentaje mayor de la reducción corresponderá a los cereales secundarios y al arroz, pero actualmente se prevé que también decrecerán ligeramente las existencias de trigo. Sin embargo, pese a la reducción del pronóstico de este mes, todavía es probable que la relación entre las existencias mundiales de cereales al cierre de las campañas de 1993 — 1994, y la utilización prevista en 1994 — 1995, se mantenga dentro del margen del 17 — 18 % que la Secretaría de la FAO considera el mínimo necesario para salvaguardar la seguridad alimentaria mundial. Tras dos años de estancamiento, se estima que la utilización mundial de cereales en 1992 — 1993 ha aumentado en casi un 2 %, totalizando 1.753 millones de toneladas, fundamentalmente como consecuencia del mayor uso de cereales para consumo humano, especialmente en los países en desarrollo. Según las indicaciones preliminares, la utilización mundial de cereales aumentará ulteriormente en 1993 —1994, pero menos del 1 %, situándose en 1.760 millones de toneladas. La previsión de compras voluminosas por parte del Japón ha provocado el mes pasado una brusca subida de los precios de exportación del arroz, en particular los del arroz de calidad superior tailandés y de los EEUU. Los precios de exportación del trigo de calidad superior y de los cereales secundarios continuaron fortaleciéndose debido a la escasez de los suministros y a la preocupación por la calidad de la cosecha de los EEUU, respectivamente.

Graves problemas de suministro alimentario que requieren una sostenida asistencia internacional continúan afectando a varios países de Africa y de otras partes. Debido a la cosecha muy reducida de la temporada principal, se estima que las necesidades de ayuda alimentaria de Kenya han aumentado considerablemente. Por contraste, en Somalia las entregas han disminuido gracias a una cosecha muy mejorada y a un aumento sustancial de las existencias, y ello permitió que se destinaran a otros países necesitados. Persisten graves dificultades de suministros alimentarios en Sudán, donde las precipitaciones irregulares han afectado gravemente el sector de los cultivos tradicionales en algunas partes y las langostas del desierto siguen representando una amenaza. Las entregas de socorro a grupos vulnerables se ven obstaculizadas por la inseguridad causada por los conflictos civiles. Por lo que se refiere a otras partes del Africa oriental, en Eritrea y Etiopía las cosechas principales deberían de ser reducidas. En Burundi, la producción agrícola probablemente se verá afectada por los desplazamientos en gran escala de la población, provocados por los disturbios recientes. En el Africa occidental, las perspectivas iniciales para las cosechas son en general favorables salvo en Liberia y Sierra Leona donde este año se prevén otra vez cosechas escasas. En el Africa central, la situación alimentaria se ha deteriorado marcadamente en Zaire debido a los disturbios civiles. En el Africa austral, las operaciones de socorro continúan siendo obstaculizadas en Angola por los conflictos civiles en curso.

Dramático Informe Ante la Dispersión Atómica en las ex Repúblicas Soviéticas

EL MAYOR PELIGRO: LAS OJIVAS DESMANTELADAS A MERCED DEL

WASHINGTON, 24 (ANSA). — La liberación de más de 100 toneladas de plutonio por el desmantelamiento de armas nucleares que genera el fin de la Guerra Fría planteará nuevas amenazas políticas y ecológicas, *advirtió hoy un informe de la* Academia Nacional de las Ciencias de Estados Unidos.

El informe evita precisar la cantidad de plutonio que posee actualmente Estados *Unidos o los países ex soviéticos, pero* estima que en 15.000 armas nucleares las que Washington aceptó desmantelar en dos negociaciones sobre reducción de armas y en otros convenios hay involucradas 60.000 tonelada del metal.

Otras 70.000 toneladas de plutonio podrían ser extraídas de las 22.000 armas nucleares que se comprometieron a destruir las ex repúblicas soviéticas.

Por lo que se sabe hasta ahora, no existe procedimiento para deshacerse del plutonio y ni siquiera un sistema seguro para evitar que caiga en manos de terroristas o dictadores, afirmaron los expertos de la Academia Nacional estadounidense.

Los científicos reclamaron entonces al presidente Bill Clinton que de un paso más y cree una estructura de alto nivel que se ocupe del problema que genera el desarme.

"Ninguna de las posibilidades hasta ahora estudiadas para manejar este material —dice el informe— está en condiciones *de superar el problema.* Todo lo que se puede hacer es reducir el riesgo".

Según el informe, urge garantizar la seguridad de plutonio para usos militares, así como del uranio que poseía la ex *Unión Soviética, desde donde llegan noticias del descubrimiento de robos de cantidades significativas de plutonio.*

El mayor peligro es el robo o la venta de plutonio a terroristas o a terceros países, aunque hasta ahora, según dijo el director de la CIA, Jam.. Woolsey hace medio año, hasta entonces no había noticias de tal tráfico.

Los países occidentales y Estados Unidos, según los expertos, deberían presionar sobre Rusia y sobre otros países ex soviéticos para que adopten en meses, no años, medidas de control y entreguen instrumentos y financiamiento para hacerlo.

La primera cosa a encarar sería montar un sistema de control de todos los depósitos nucleares para evitar robos, imponer una guardia armada y desarrollar un programa de inspecciones.

Otros riesgos derivan del peligro de cambio de rumbo en la actual política de desmantelamiento de armas nucleares de parte de Estados Unidos y la ex Unión Soviética, si hubiese un repunte de la tensión internacional o bien surgieran nuevas potencias atómicas.

El plutonio representa un problema singular si se considera que hasta ahora se carece de sistemas para deshacerse de él, dice el informe, y además su reconversión para usos civiles es harto costosa.

El informe recomienda a Estados Unidos y a Rusia llegar a un acuerdo para construir depósitos y garantizar su control, hasta que se halle un medio para liberarse del plutonio.

ONU: VEDA NUCLEAR

Diplomáticos y funcionarios internacionales aseguraron hoy que existe suficiente consenso a nivel mundial como para concretar en pocos años un tratado sobre prohibición total de los ensayos nucleares (CTBT).

El optimismo acerca del CTBT quedó de manifiesto hoy en una rueda de prensa, en víspera de la inauguración de Conferencia sobre Desarme de este año patrocinada por las Naciones Unidas y que tendrá al frente del temario el largamente esperado convenio.

"Por primera vez desde la aparición de las armas nucleares hay consenso sobre la necesidad de un tratado que prohíba todos los ensayos. Representa un cambio sustancial cuya importancia no debe subestimarse", dijo el presidente electo de la Conferencia, el francés Gerard Errera.

Ninguno quiso arriesgar una fecha límite para las negociaciones en el organismo de 39 países, aunque dejaron en claro que podría ser antes de fin de siglo.



Ningún deporte le es ajeno. Bill Clinton practica esquí en Camp David. (Laserfoto Reuter)

NUCLEARES
TERRORISMO

Cosas del "Nuevo Orden(?) Mundial"

LA AMENAZA NUCLEAR DIFUSA

El Presidente Chechenia, de una de las ignotas Repúblicas Autónomas nacidas de la desintegración de la ex-URSS, ha declarado su sorpresa por la preocupación de los servicios de información occidentales acerca del hecho de que su país posea armamento nuclear de carácter estratégico.

En efecto, Yojar Dudayev, así se llama el Presidente de la República de Chechenia, admitió poseer misiles intercontinentales SS-22, cuyo alcance estimado es de 5 mil kms. y pueden portar ojivas nucleares múltiples, señalando que no veía razones para inquietarse. "Si tantos países poseen armamento nuclear, no veo por qué razón los chechenes no podríamos tener los nuestros".

La anécdota, resulta muy sabrosa y grande es la tentación de satirizar alrededor de la declaración del Jéfe de Estado; tan reveladora del desquicio reinante en en este Nuevo Orden(?) Mundial.

Cuando la perestroika de Mijail Gorbachov comenzó a mostrar su verdadero carácter y la URSS inició el derrapaje hacia su actual condición de gigantesco e impredecible pordiosero de ayuda occidental, una pléyade de inteligentes analistas, connotados expertos y figuras de primera línea de la izquierda internacional aplaudieron frenéticamente.

El gran argumento que esgrimían los entusiasmados partidarios de la democracia y el mercado en la entonces URSS y el otrora sistema socialista, era el enorme paso que ello significaría hacia la paz y la estabilidad mundiales.

La realidad se ha revelado bastante menos idílica de lo que previeron tantos iluminados intelectuales.

Del mundo bipolar, donde un peligroso equilibrio basado en la amenaza nuclear y el miedo a una catastrófica conflagración mundial congelaba la existencia de un reparto planetario de zonas de influencia, justificado por lo que se se suponían superiores intereses de carácter ideológico-político, se ha llegado al actual Nuevo Orden(?) Mundial.

En lugar de una clara polarización entre dos superpotencias, bajo la forma de un conflicto muy agudo y perfectamente definido - lo que no excluía conflictos regionales, siempre teñidos por el enfrentamiento central, ni la existencia de zonas donde la influencia de las superpotencias se encontraba en entredicho - el mundo ha desarrollado una nueva configuración de fuerzas y conflictos.

Ahora, bajo la hegemonía militar incontestada de los EEUU; única superpotencia sobreviviente de la desorbitada carrera armamentista que caracterizó la última fase de la "coexistencia pacífica", en la que la "guerra fría" se expresó a través de un descomunal despilfarro de recursos en búsqueda de la superioridad tecnológica en el campo de la defensa estratégica, el Nuevo Orden(?) Mundial ha sido definido por algún analista como una realidad caracterizada por la presencia de una conflictividad difusa, muy extendida y de carácter impredecible, desde el punto de vista del lugar y el momento en que ella puede hacer eclosión.

Hace algunos años atrás, "Greenpeace", la conocida organización ecologista, estuvo a punto de conseguir un éxito que hubiera sido detonante y espectacular.

Todo estaba pronto para citar una conferencia de prensa para anunciar que había logrado adquirir una bomba atómica en el incontrolable e incontrado mercado negro internacional de armamentos y ponerla a disposición de la autoridad reponsable que gustara hacerse cargo del artefacto.

Aseguran los responsables de "Greenpeace" que, a último momento, su "contacto" en el Ejército Rojo, ya en desbandada por entonces, desapareció misteriosamente.

El escueto cable que da cuenta de la existencia de esos misiles nucleares intercontinentales en Chechenia, resulta, en realidad, casi tan grave como la realidad que "Greenpeace" pretendía denunciar.

Los ecologistas intentaron alertar sobre un fenómeno de inquietantes consecuencias: el acceso al armamento nuclear es, hoy día, una cuestión de disponibilidad de dinero y de habilidad y suerte para lograr los contactos adecuados.

Si antes el armamento nuclear se encontraba concentrado en manos de un selecto grupo de potencias militares, hoy ese mismo volúmen de armamento, capaz de destruir varias veces el planeta, liquidando cualquier traza de vida en él, se encuentra difusamente repartido por el mundo.

La discrecionalidad con que EEUU ha pasado a dominar el mundo, está acompañada de un incremento de la inseguridad, del que, muchas veces, no somos concientes.

Cosas de eso que se denomina "Nuevo Orden(?) Mundial"...

9401153
Embajador uruguayo enviado especial para TAYIKISTAN
E.P. - 150007
29/12/93
501889
507466
507993
507693

Embajador Uruguayo Enviado Especial Para Tayikistan

E.P. 29/XII/

NACIONES UNIDAS, 28 (EFE).— El secretario general de la ONU, Butros Gali, nombró al embajador uruguayo Ramiro Píriz Ballon su enviado especial para Tayikistán, se confirmó hoy.

Aunque a mediados de mes circularon rumores en la ONU de que Gali había designado a Píriz Ballon para relevar al ex embajador iraquí y ex presidente de la Asamblea General Ismat Kittani, la confirmación se produjo hoy al distribuirse la aceptación del Consejo de Seguridad.

El presidente del Consejo, el embajador chino Li Zhaoxing, manifiesta en su carta a Gali que los miembros "reciben con agrado su decisión y esperan nuevos informes sobre los acontecimientos en Tayikistán cuando el embajador Píriz Ballon efectúe su misión, y cualesquiera recomendaciones futuras que usted decida formular en ese contexto".

En su último informe al Consejo, del 14 de noviembre, Gali reiteró su preocupación por la conflictiva situación en Tayikistán, pero dijo que tras las conversaciones de Kittani con el Gobierno de Tayikistán y la oposición tayika en Afganistán parecía surgir un consenso sobre la necesidad en una solución política.

En ese informe, Gali expresaba el deseo de mantener la presencia de funcionarios de la ONU en Tayikistán para coordinar la ayuda humanitaria y observar la situación de los derechos humanos, así como de prorrogar el mandato de Kittani cinco meses, hasta el 31 de marzo de 1994.

Señaló también que el Gobierno tayiko le solicitó establecer una oficina integrada del sistema de la ONU en Dunchanbé para coordinar la ayuda internacional, y facilitar consejo y asistencia para desarrollar la infraestructura económica y social del país, así como para promover el respeto a los derechos humanos y fortalecer las instituciones democráticas.

Sin embargo, la Quinta Comisión (Administrativa y Presupuestal) de la Asamblea General propuso hasta el próximo año la discusión sobre las oficinas integradas, lo que incluye asignar fondos para la oficina en Dunshanbe, propuesta por Gali, lo que al parecer ocasionó la renuncia de Kittani al puesto de enviado especial.

ENTRADO
CRUZADO

9401153

01-01

Nº. DOCUMENTO 9401154
TITULO GHALI pidió al Consejo de Seg. que prorrogue 6 meses más presencia de ONU en Líbano
PROCEDE L. J /500014
FECHA 26/1/94
VINCUL 501889
66330

Líbano L.J 26/1/94

PRESENCIA DE ONU

El secretario general, Butros Gali, pidió al Consejo de Seguridad de la Organización de Naciones Unidas que prorrogue seis meses más la presencia de la Fuerza Provisional de la ONU en Líbano (FPNUL), aunque esta no pueda cumplir su mandato.

Gali considera "que no hay justificación alguna para que Israel siga ocupando territorio libanés", lo que considera como el "motivo fundamental de que continúen las hostilidades en la zona meridional del país". "Las autoridades israelíes afirman que Israel no tiene ambiciones territoriales en Líbano y que la zona de seguridad es un arreglo provisional, necesario para garantizar la seguridad de Israel mientras el Gobierno del Líbano no pueda ejercer una autoridad eficaz y evitar que su territorio se utilice para lanzar ataques contra Israel", dice Gali en su informe.

ENTRADA ✓
CRUZ ✓

9401154

01-01

El viceministro Churkin propuso reunión urgente del Consejo de Seguridad de la ONU.

RUSIA EVITA LA SALIDA MILITAR

Rusia propuso el martes, una reunión urgente d l Consejo de Seguridad de la O[illegible] con asistencia de las tres partes beligerantes en Bosnia-Herzegovina para conseguir la firma de un acuerdo de paz. La iniciativa, presentada por el viceministro de Exteriores, Vitali Churkin, en rueda de prensa, pretende evitar que salgan adelante los planes militares de la OTAN, ya que Rusia siempre ha abogado por soluciones "políticas".

Según Rusia, es urgente firmar un acuerdo sobre la partición de Bosnia en tres Estados -musulmán, serbio y croata-, que siente las bases para futuras negociaciones más detalladas.

Tal plan, dijo Churkin, se corresponde con las iniciativas de la Unión Europea, y ha sido acordado en principio y sin presiones por bosnios, musulmanes y croatas.

UNICEF: La Alarmante Crisis Social de la Europa del Este

GINEBRA, 26 (ANSA). — Los países de Europa del Este se están hundiendo en una crisis económica y social que en términos relativos sería mucho más aguda de las que se registraron en América Latina y en África, durante la llamada "década perdida de los ochenta".

Se trata de la alarmante conclusión del primer informe de la UNICEF sobre política pública y condiciones sociales en Europa Central y Oriental.

El informe, presentado hoy en Ginebra por el director de la UNICEF James Grant, revela el alto costo social de la transición de la Economía planificada a la de mercado.

Pobreza, mortalidad y criminalidad aumentan por todas partes y los jóvenes y los niños son los que pagan el precio, más alto en este período de transición, afirma el informe.

La crisis es particularmente aguda en los países de Europa Central y en el sudeste europeo, donde se expande la pobreza; mientras que el número de nacimientos disminuye sensiblemente y aumenta el porcentaje de mortalidad

UNICEF y el gobierno lanzaron una campaña para combatir la influencia que ejerce sobre los niños el pesimismo de los adultos

El aviso televisivo muestra un cuadro caricaturesco. Cuatro niños ponen cara de amargados, mueven la cabeza, resoplan y con voces de adultos se lamentan de que "esto está cada vez peor", de que "éste es el país de los vivos" y de que "esto no da para más", dejando al desnudo el pesimismo que habitualmente caracteriza a muchos uruguayos.

El novedoso spot publicitario, que comenzó a emitirse a mediados de diciembre a través de los canales de televisión y que seguirá en pantallas hasta marzo, fue preparado por la agencia Publicidad Oriental para UNICEF (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia) y el gobierno uruguayo.

El mensaje, que también se escucha en las radios con otras voces y otras frases, forma parte de un programa quinquenal de cooperación financiera y técnica que UNICEF firmó con Uruguay, involucrando temas de salud, educación, mujer y comunicación social.

El reclame comienza con un mensaje que dice "nuestros niños se parecen a nosotros" y finaliza con la frase "hagamos que se parezcan a ellos".

Julio Hurtado, oficial del proyecto de UNICEF, dijo a **Búsqueda** que "si los mayores no son optimistas, están cansados y son escépticos frente al futuro, los niños tienden a reproducir esa situación". Explicó que eso es lo que está "detrás" del mensaje.

Hurtado dijo que la propuesta surgió "en acuerdo" entre la Oficina de Area de UNICEF, que comprende a Chile, Argentina y Uruguay, y el gobierno. Señaló que el mensaje es parte del programa de comunicación y procura generar "conciencia sobre los temas de la infancia".

Un informante involucrado en ese proyecto explicó que el mensaje publicitario se creó con la idea de atacar "la violencia intelectual" contra los niños que es "igual de grave que la violencia física".

"Uno de los aspectos que a nosotros nos preocupa más es la falta de consideración de la opinión del niño. Muchas veces los padres quieren inculcar tanto en sus hijos su forma de vida, su punto de vista sobre el país, que en el fondo significa una gran falta de libertad del niño", explicó.

Agregó que esa situación "redunda en una falta de creatividad y de impulso. Como que no hay nada que hacer".

Explicó que no se trata de crear "una situación fantasiosa", sino que hay que entender que "las pocas posibilidades que tienen los niños de enfrentarse con la realidad son casi todas negativas" y que es "la sintonía interfamiliar la que está continuamente influenciando".

Según la Unesco

En el 2000, América latina podrá llegar a la escolaridad total

Optimismo: en su último informe, la entidad cultural mundial revela avances notables en el acceso pleno a la educación en la región.

"La escolaridad universal de aquí al 2000 parece accesible para América latina", señala un informe de la Unesco, "con la única condición de mantener el mismo monto de inversión del PBI que aplican a la enseñanza en estos momentos los países de la región".

Esta optimista afirmación de la Unesco podría sorprender a más de un experto crítico de los que habitualmente alertan sobre los distintos apocalipsis globales que acechan a América latina.

No dice la Unesco, por supuesto, que la inversión en educación es buena o que es mala: simplemente señala un hecho censal o estadístico que, de seguir manteniendo esa proporción, el año 2000 encontrará con escolaridad plena a los chicos de la región, lo cual no es poco, agrega.

Anota, además, que existen otros aportes no estatales para la educación, también importantes, originados en el sector privado, pero sobre los cuales no se quiere abrir juicio ni sumarios a los cálculos estadísticos.

Las tendencias

En los últimos cinco años, los países desarrollados han mostrado una "ligera tendencia" a reducir su porcentaje del PBI destinado a la educación. El promedio de caída es mínimo, aunque significativo, dice la Unesco: 5,4 en 1980, 5,3 en 1985 y 5,3 en 1991.

Desde 1980, los países en desarrollo continúan, muy levemente, sus esfuerzos, pero no logran sobrepasar los niveles de los años setenta. La brecha de éstos con los países desarrollados en la inversión educativa se instala apenas por encima de un punto: 3,9 en 1980, 4 en 1985 y 4,1 en 1991.

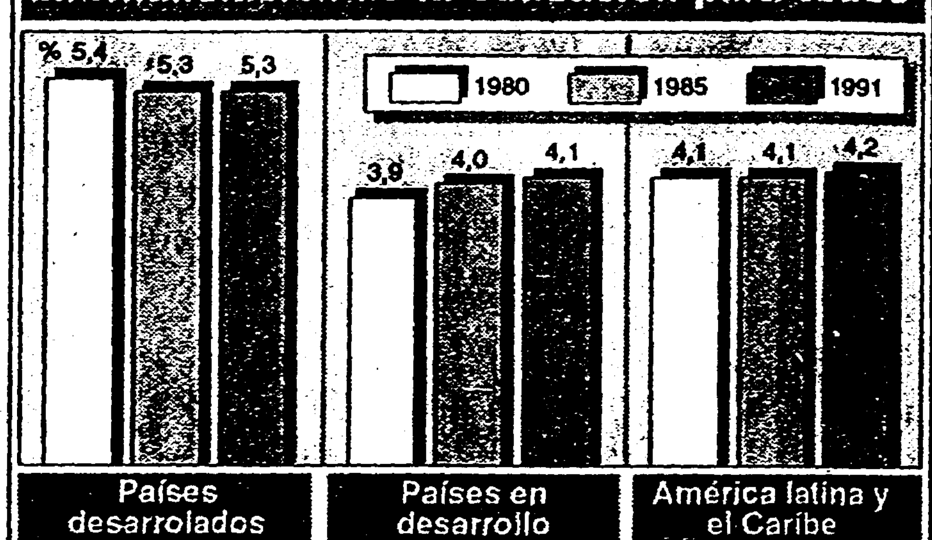
América latina y el Caribe no han prácticamente evolucionado en el último decenio: 4,1 en 1980, 4,1 en 1985 y 4,2 en 1991. Sin embargo, si continúa este porcentaje medio, no resultará difícil que en el 2000 todos los chicos de la región estén insertos en el sistema escolar. Se supone, además, que habrá mayores esfuerzos y aportes del Estado a la enseñanza pública en este lustro.

Las grandes brechas

De todos modos, las estadísticas revelan otras aristas del problema: si nos detenemos en la inversión en educación en relación con el número de habitantes, la brecha entre los países ricos y los pobres ha aumentado "terriblemente" en la década.

En 1980, los países desarrollados gastaban per capita 14,3 veces más que los países en desarrollo; en 1991, este factor se elevó a 19.

La financiación de la educación para todos



Fuente: evolución de los gastos públicos destinados a la enseñanza, en porcentaje del PBI (Unesco)

Por supuesto, no ignora la Unesco que el ritmo de crecimiento de la enseñanza no es el mismo de la sociedad en la cual habita. Las reformas se suceden y decepcionan demasiado pronto, agrega la entidad.

Lo importante, sin embargo, es tomar en cuenta el factor tiempo: la escuela y su entorno no viven al mismo ritmo.

Hay que saber esperar para ver los primeros frutos. Pero la velocidad social parece impacientar a los dirigentes, quienes destinan los fondos para reformas o cambios en educación con un seguimiento estricto y matemático, con la esperanza de que mañana se logre todo. Y mañana, en educación, aunque no lo parezca, es demasiado pronto.

Albino Dabove

Director de UNESCO llama a movilización por la niñez mundial

"Los niños de la calle y el trabajo forzado de los niños son una verguenza colectiva *contra la que todos debemos movilizarnos en 1994"*
Mensaje del Sr. Federico Mayor, Director General de la UNESCO, con motivo del Año Nuevo

El año 1994, proclamado Año Internacional de la Familia por las Naciones Unidas, debe traducirse en la vida diaria en un esfuerzo consciente y tenaz de generosidad, comprensión y amor. La mejor manera de consolidar el tejido social -del que la familia es a la vez trama y alma- consiste en empeñarnos todos decididamente en favor de la no violencia, la tolerancia y la apertura a los demás.

Durante el año que ahora termina, hice un llamamiento en pro de la educación para la tolerancia, en el mes de febrero, en Los Angeles; en setiembre, en París, insté a cuantos están encargados de educar a los niños y, ante todo, a los maestros, a decir no a la violencia y a insistir en los valores del diálogo y la solidaridad; por último, en octubre, con motivo del Día Internacional para la Erradicación de la Pobreza, el Abate Pierre y yo reafirmamos la urgencia moral del compartir, ante la proximidad de un invierno que se anunciaba muy dura para aquéllos a quienes hoy se conoce como el "cuarto mundo".

Las guerras sólo cesarán, en el terreno y en la mente de los hombres, si cada uno de nosotros lucha resueltamente contra la intolerancia y la violencia atacando las raíces del mal. Tenemos el arma con que librar ese combate: es la educación, que es a un tiempo la clave del desarrollo, de la apertura a los demás, del control de la demografía y de la preservación del medio ambiente. Podremos así pasar de una cultura de la guerra, que por desgracia conocemos demasiado bien, a una cultura de la paz, cuyos beneficios sólo podemos presentir. Estamos preparados para las amenazas del pasado, pero seguimos desamparados ante las amenazas de hoy y de mañana.

El Año Internacional de la Familia debe brindar la ocasión de formar una vasta alianza para poner fin a esta insoportable violencia que representan los millones de niños de la calle, los que son forzados a trabajar o los desplazados. No hay que seguir tolerando lo intolerable.

Sea cual fuere nuestro lugar en la sociedad, todos tenemos una función que cumplir, con nuestro comportamiento, en la afirmación de los valores de tolerancia y de respeto a los demás, en el fomento de la fraternidad y el diálogo, para que la fuerza de la razón triunfe sobre la razón de la guerra. Hago votos porque 1994 nos permita progresar, gracias a nuestras voluntades conjugadas, en la instauración de la cultura de la paz.

Nº DOCUMENTO 9401160
TITULO Delegada de la UNESCO viajará a París.
PROCEDE. L.N - 150095
FECHA 27/1/94
VINC. 501889
500890

Delegada en la Unesco

La recientemente designada delegada permamente alterna, segunda autoridad de nuestra misión en la Unesco, ministra plenipotenciaria Susana Pataro, viajará el martes a París para hacerse cargo de sus funciones. La diplomática se desempeñaba hasta hace poco como jefa del gabinete del vicecanciller.

ENTR...
CRUZ

01-01

9401160.

Nº DOCUMENTO 9401161
TITULO Uruguay premiará investigación sobre alfabetización de adultos
PROCEDENCIA L.R.
FECHA 29/1/94
VINCULO 501869 500990

Unesco premiará investigación sobre alfabetización de adultos

La alfabetización de adultos —que en nuestro país ha adquirido una singular dinámica en los últimos años— sigue en el centro de la consideración de los organismos mundiales especializados, a través de la convocatoria a un concurso internacional de trabajos acerca del tema.

En el marco del Año Internacional de la Alfabetización y la presente década de promoción de la Educación para Todos —que priorizaron los programas de educación básica en todo el mundo, tanto en el Norte como en el Sur— el Instituto de la Unesco para la Educación (IUE) y el Ministerio de Recursos Humanos y Trabajo de Canadá, decidieron convocar al "Premio Internacional a la Investigación en Alfabetización".

En esta oportunidad, se reconocerá a la mejor investigación del año en alfabetización de adultos, entre los trabajos que se presenten a consideración del Comité de Pre-selección, antes del 31 de enero próximo.

En el mes de junio, el director general de Unesco, anunciará el trabajo de investigación ganador —cuyo autor recibirá un premio de diez mil dólares, aportados por el auspiciante canadiense— y su publicación, durante el primer trimestre de 1995 en tres ediciones, en idioma inglés, francés y español, con la colaboración de varias casas editoriales.

REQUISITOS BASICOS

Los manuscritos postulados deberán contemplar las siguientes características: ser presentados al Instituto de la Unesco para la Educación antes del 31 de enero de 1994; ser originales e inéditos (los derechos de autor del trabajo ganador pasarán al IUE); estar escritos en inglés, francés o español; tener una extensión mínima de 100 páginas y no exceder las 150 (entre 30.000 y 50.000 palabras), excluyendo los anexos; un resumen que no supere las 6 páginas (1.800 palabras) y el currículum vitae del autor.

Toda la información complementaria referida a ésta iniciativa, podrá ser requerida por los interesados, en la Dirección General de Adultos dependiente del Codicen o en la representación de la Unesco en Montevideo.

ENTRADO
CRUZADO

9401161

Préstamos para pequeños productores

• Acuerdo del MGAP e Intendencia de Treinta y Tres



Pedro Orlando Lemes, **Intendente Municipal de Treinta y Tres, atenderá todas las solicitudes de pequeños productores y asalariados rurales.**

Mediante un convenio firmado entre la Intendencia Municipal de Treinta y Tres y el Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, con el apoyo del Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola (FIDA), se proyectan distintos tipos de préstamos a pequeños productores y asalariados rurales en el límite de pobreza.

TREINTA Y TRES (Por Francisco Antonio Rodríguez Correa). El acuerdo fue firmado por el Ministro Dr. Pedro Saravia Fratti y el Intendente Municipal Pedro Orlando Lemes.

A tales efectos, próximamente se instalarán oficinas en la sede de la Comuna olimareña, donde se atenderán todas las solicitudes que realicen los interesados en el marco del convenio.

El programa será atendido además por una Comisión Departamental integrada por un representante del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, otro de las distintas entidades agropecuarias y financieras y de la Intendencia Municipal de Treinta y Tres.

Están incluidos en el régimen de préstamos del programa todos los productores rurales que trabajen predios de 1 hasta 80 hectáreas, asalariados rurales, familias y jóvenes vinculados a las tareas del campo.

Los fondos para la ejecución del Programa provienen del exterior a través del FIDA, Proyecto de la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación).

Impulso

La primicia de la firma del convenio con la Intendencia Municipal de Treinta y Tres fue aportada por el propio jefe comunal, Pedro Orlando Lemes, quien se mostró muy entusiasmado con el tema, ya que apoya "a los pequeños productores y asalariados rurales, así como a sus familias y en especial a los jóvenes. En alguna manera es un impulso para mantener a la gente en su medio de trabajo y producción".

Precisó que los fondos provienen del FIDA y tienen su origen en el proyecto nacido en 1977 en Roma, a través de la FAO, atendiendo un área muy importante de la población agropecuaria del país y en este caso particular, del departamento de Treinta y Tres.

La aplicación efectiva del proyecto comenzará en 1994, cuando ya comenzará a actuar la Comisión Tripartita que, presidida por el delegado de la Intendencia Municipal de Treinta y Tres, estudiará y dará trámite a las distintas solicitudes de préstamos que sean presentadas.

DURAZNO

Importante reunión en el marco de FIDA

DURAZNO (por Nelson C. Poloni).- Se cumplió recientemente en la Sede de la Unidad de Planificación y Proyectos de la Intendencia Municipal de Durazno, una importante reunión de coordinación en el marco del proyecto FIDA.

En la misma estaban presentes delegados de la Fundación Uruguaya de Cooperación y Desarrollo Solidario, Raúl Vidart, Margarita Gabachutto y Rafael Rubio, el integrante de la Comisión de Ganadería y Agricultura de la Junta Departamental, Edil José Hernández, los delegados de la Sociedad de Fomento Rural de Durazno, ingenieros agrónomos Claudia Lladó, Patricia Mendy y Horacio Pérez, el asesor técnico de la Cooperativa Hortícola "El Grupo" Ing. Alejandro Lesa y el Coordinador de la UPP Eduardo Calleri.

El proyecto de FIDA

El Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) anunció el otorgamiento de un préstamo al Uruguay por un monto que alcanza los 11,7 millones de dólares y que estará destinado a favorecer al 45% de la población rural del país.

Se trata de un proyecto nacional de apoyo al pequeño productor agropecuario que tendrá una duración de seis meses. Los respectivos fondos serán destinados al pequeño agricultor, pobre en la diversificación de su producción y en su vinculación con los mercados, tanto locales como regionales.

Curso de capacitación

En el marco del proyecto y según surgió de la reunión de referencia, quedó acordada la realización de un curso de capacitación dirigido a los pequeños productores, los que eventualmente, luego podrán acceder a las citadas líneas de crédito y a la asistencia técnica.

El mismo será dictado por técnicos de Fundasol y estará referido a temas de gestión empresarial, brindando conocimientos básicos sobre los siguientes puntos: Análisis de costo y producción. Comercialización. Financiamiento. Balance y Registración.

FIDA Acordó Capacitación a Productores de Durazno

DURAZNO (por Víctor Darwin Rodríguez). — Se cumplió en instalaciones de la Unidad de Planificación y Proyectos de la Intendencia de Durazno una trascendente reunión de coordinación en el marco del Proyecto FIDA. Estuvieron presentes los delegados de Fundasol (Fundación Uruguaya de Cooperación y Desarrollo Solidario), Raúl Vidart, Margarita Gabachutto y Rafael Rubio, así como el integrante de la Comisión de Ganadería de la Junta Departamental de Durazno, edil José Hernández, delegados de la Sociedad de Fomento Rural de Durazno, Ing. Agr. Heraclio Pérez, Claudia Lladó y Patricia Mendy, el Asesor Técnico de la Cooperativa Hortícola "El Grupo" Ing. Alejandro Lessa, y el Coordinador de la Unidad de Planificación y Proyectos, Eduardo Calleri.

ACUERDAN CURSO PARA DURAZNO EN EL MARCO DE GESTION EMPRESARIAL

El Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), anunció el otorgamiento de un préstamo al Uruguay de 11,7 millones de dólares, que estará beneficiando al 45% de la población rural, según se dijo en la ocasión.

Se trata de un proyecto nacional de apoyo al pequeño productor agropecuario que tendrá una duración de seis meses. Los fondos serán para apoyar al pequeño agricultor, en la diversificación de su producción y en su vinculación con los mercados, tanto locales como regionales.

Quedó acordado además en la indicada reunión, la realización de un curso de capacitación, dirigido a pequeños productores, que eventualmente luego podrán acceder a las líneas de crédito y asistencia técnica.

El curso estará referido a temas de gestión empresarial, brindando conocimientos básicos sobre: Análisis de costo y producción, Comercialización, Financiamiento, Balance y Registración, estando a cargo de Técnicos de Fundasol.

Recursos del FIDA al sector lácteo

UN CONVENIO DE asistencia técnica y económica para el sector lechero firmarán hoy la Asociación Nacional de Productores de Leche (ANPL), Conaprole y el Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) en el marco del Programa Nacional de Apoyo al Pequeño Productor Agropecuario (Pronappa).

La iniciativa ha despertado el interés de los tamberos que diariamente solicitan información en las oficinas centrales de la ANPL, aguardando la firma del acuerdo que regirá los aspectos jurídicos y técnicos, adelantaron fuentes de la entidad lechera.

El acto en el que se firmará el convenio tendrá lugar hoy a las 11 horas en la sede del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) y en la oportunidad asistirán los principales directivos de las referidas instituciones.

El Pronappa se crea a partir de un convenio suscripto entre el gobierno de Uruguay y el FIDA y es ejecutado por el MGAP con la finalidad de mejorar la calidad de vida de la población rural a partir del incremento en los ingresos de los núcleos familiares. Está dirigido a productores rurales o asalariados que registran ingresos familiares inferiores a U$S 3.200 anuales y atiende con "especial énfasis" a mujeres y jóvenes.

Financiamiento del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) atenderá demandas de interesados de Bella Unión

Gran impacto del crédito para productores por debajo de la línea de pobreza: 90 iniciativas para sembrar tomate y morrón

*** Préstamo de 10 millones y medio de dólares del FIDA será otorgado a los interesados a una tasa de interés del 60% anual, en moneda nacional, por el Banco República, COFAC y ACAC**

*** Los bancos recibirán 600.000 dólares anuales para promoción y recibirán el dinero a una tasa del 43%**

*** Beneficiarios deben tener ingreso menor a 16.000 pesos uruguayos por año**

■ Gran impacto ha causado en las primeras etapas de implementación del Programa Nacional de Apoyo al Pequeño Productor Agropecuario (Pronapa) —que cuenta con una financiación de 20 millones de dólares del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA)— la presentación de 90 proyectos individuales de productores agropecuarios, para producir tomates y morrones en Bella Unión.

Los créditos del FIDA para productores que tienen un ingreso anual inferior a los 16.000 pesos uruguayos serán otorgados a una tasa de interés del 60% anual en moneda nacional o su equivalente en dólares, según confirmaron fuentes a LA REPUBLICA. Los préstamos, que ascienden a un total de 10 millones y medio de dólares serán otorgados por el Banco de la República o por las cooperativas de ahorro y crédito COFAC y ACAC. Las instituciones financieras recibirán el financiamiento con una tasa de interés que asciende a 42 ó 43%, y a esa cantidad se agregarán los costos financieros, los cuales se pretende que no superen para los productores un total del 60%. Los créditos serán pagaderos a un plazo máximo de 10 años por los productores, que recibirán el dinero en forma individual o para proyectos colectivos.

El FIDA otorga a los bancos que se encargarán de la operativa del crédito un financiamiento adicional para la promoción, que podría ascender a una cifra que se sitúa en el entorno de los U$S 600.000 por año, para cada una de las instituciones financieras.

Por otra parte, los técnicos recibirán su correspondiente financiamiento para realizar proyectos viables para los productores. Los responsables del Programa Nacional de Apoyo al Pequeño Productor Agropecuario, y en particular su director, Guillermo Pérez Puig, explicó que la intención del fondo es que los mismos técnicos que están trabajando con los productores sean los responsables de realizar los proyectos, razón por la cual el financiamiento sería un apoyo para el trabajo que ellos vienen realizando con los productores.

Los pequeños productores que deseen acceder a los préstamos podrán acudir a las instituciones financieras o podrán acercarse a las oficinas municipales que estudiarán el dinero a otorgar en una comisión que contará con representantes del Banco República, el propio FIDA y la intendencia municipal respectiva. Los interesados también podrán acudir directamente a las oficinas del FIDA en Montevideo, o a la gremial que corresponda, que haya firmado convenios con la institución oficial que ha recibido la financiación total.

LA EXPLOSIVA BELLA UNION

En forma bastante inesperada para el Pronapa, en las últimas semanas se presentaron 90 proyectos de pequeños productores de Bella Unión para sembrar tomates y morrones, básicamente. Los proyectos son modestos, solicitan créditos de alrededor de U$S 2.000 cada uno, pero se estima a nivel técnico que podrían tener gran impacto social en el vértice norte del país.

El Pronapa no solamente va a atender las demandas de estos pequeños productores sino que les va a brindar beneficios adicionales, va a propiciar que se unan para producir y para comercializar, y les va a financiar viajes al exterior para que se interioricen de la realidad de sus producciones en otras partes del mundo.

Mas o menos ayuda para el desarrollo agrícola

SCALFARO INAUGURARA CONSEJO DEL FIDA

El presidente de la República Italiana, Oscar Luigi Scalfaro, inaugurará hoy el XVII Consejo de Gobernadores del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA), al que asistirán 150 delegados de los estados miembros.

La continuidad e incremento de ayudas financieras a los países más pobres será el principal eje de la reunión, en la que intervendrán ministros de Agricultura y Finanzas de los países desarrollados y de los doce estados miembros de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), desvelaron a EFE fuentes de este organismo dependiente de la ONU.

El FIDA, con sede central en Roma, es un organismo financiero especializado de Naciones Unidas, con el mandato expreso de «combatir el hambre y la pobreza rural», especialmente en países con déficit alimentario. El organismo, presidido por Fawzi Hamad Al-Sultan, se enfrenta en la actualidad a la paralización de las negociaciones de su cuarta dotación de fondos, por valor de 600 millones de dólares, así como al reparto de la carga económica correspondiente a cada uno de los estados miembros.

Hamad Al-Sultan ha propuesto que se establezca un comité especial que examine la dotación de recursos del Fondo, sus procedimientos en materia de votaciones y la composición de una junta ejecutiva, todo ello previo al debate del Consejo de Gobernadores.

Las actividades del Fondo, financiadas conjuntamente por los países industrializados y los pertenecientes a la OPEP, dependen en estos momentos de un debate suscitado en el seno del organismo.



..., el continente más empobrecido del mundo.

Algunos estados miembros han expresado su decisión de recortar la contribución financiera ante la crisis económica internacional, lo que ha provocado «alarma y desconcierto» en el FIDA. Pese a estos problemas, el Fondo ha anunciado ya que mantendrá sus programas de préstamos y donaciones en 1994, aunque ha reconocido que los 327 millones asignados al programa de Labores «provendrán de arrastres de fondos de años anteriores y de recursos generados internamente, en caso de que no se se cuente con el soporte solicitado a los países miembros», explicó portavoz del alto organismo.

En calidad de observadores asistirán por primera vez a esta asamblea, de tres días de duración, Eritrea, Azerbaiyán, Mongolia, Tayikistán y las ex repúblicas yugoslavas de Bosnia-Herzegovina, Croacia y Macedonia.

Creado en 1977, el Fondo en estos dieciséis años ha concedido préstamos por valor de más de cuatro mil millones de dólares para 370 proyectos en cien países de Asia, Africa, Iberoamérica, el Caribe y Oriente Próximo, que han beneficiado a más de 30 millones de familias rurales, según datos del organismo. En 1993, financió 33 proyectos en 32 países, además de en la franja de Gaza y Jericó, por valor de 369,5 millones de dólares. Más de 150 millones de personas (el 17 por ciento de la población rural del mundo que vive por debajo del umbral de la pobreza absoluta) se han beneficiado de la labor del FIDA, que sus responsables relacionan con la expansión económica y la transformación democrática de dichos países.

En 42 países subsaharianos de Africa, la mayoría de los cuales figuran entre los países con mayor déficit alimentario del mundo, el Fondo invirtió 1.384,8 millones de dólares entre 1978 y 1993. En el mismo período se destinaron 1.327,2 millones de dólares a 18 países de Asia y el Pacífico, con especial incidencia en el desarrollo rural de Bangladesh, India y Nepal. En América Latina y El Caribe, donde el ajuste económico se ha traducido en los últimos años en una cierta recuperación económica, el FIDA ha aportado al sector rural 581,5 millones de dólares en los últimos 16 años.

En Cercano Oriente, zona altamente dependiente de la importación de alimentos, el Fondo destinó 644,9 millones de dólares, además de otros tres millones concedidos en 1993 en apoyo del programa de ayuda y desarrollo de la franja de Gaza y Jericó.(Efe

ACNUR

SE NECESITA MAS DINERO

El Alto Comisariado de la ONU para los Refugiados (ACNUR) necesita más dinero y un mejor reparto de sus obligaciones, según el vicecomisario de esta organización, el austriaco Gerald Walzer. Diecinueve millones de personas viven como refugiados fuera de sus países y de ellos doce millones necesitan apoyo, pero los 1.200 millones de dólares con que cuenta anualmente el ACNUR, que depende totalmente de donaciones privadas y voluntarias, son insuficientes para satisfacer sus necesidades.

Ante esta situación, el ACNUR depende de la ayuda que presten los países de asilo, señaló Walzer en el telediario de la televisión austriaca. De los diecinueve millones de refugiados, 6,5 millones viven en el Suroeste asiático, 5 millones en Africa, 4,5 millones en Europa, dos millones en América, y un millón en Asia

Evacúan personal de organizaciones de socorro humanitario

SE REANUDAN LOS COMBATES EN SOMALIA

L.J. 18/1

Los continuos ataques armados que ha sufrido en los últimos días el personal de varias organizaciones de socorro destacado en la localidad sureña somalí de Buale ha obligado a evacuarlo a Nairobi, informó un portavoz de la Alta Comisaría de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR).

Catorce personas, de las que cinco pertenecen a la ACNUR y el resto se distribuyen entre personal de organizaciones de socorro estadounidenses, francesas, suizas y suecas, fueron evacuadas el domingo a la capital keniana, precisó el citado portavoz.

Señaló que la medida se adoptó a causa del incremento de los ataques armados que han sufrido esas organizaciones, sobre todo después de que los «cascos azules» belgas que estaban destacados en Buale abandonaran la zona hace dos semanas.

El portavoz de la ACNUR se quejó de la falta de protección por parte de los «cascos azules» de la ONU y anunció que el personal de esas organizaciones de socorro está dispuesto a ir a Buale, pero sólo si se le garantiza su seguridad.

Entre tanto, informaciones llegadas de Mogadiscio indican que los jefes de unos clanes somalíes han firmado un acuerdo de paz y pedido a los dos principales dirigentes de la crisis que vive el país, Mohamed Farah Aidid y Ali Mahdi Mohamed, que sigan su ejemplo y pongan fin a sus enfrentamientos armados.

Farah Aidid, líder del grupo rebelde Asamblea Nacional Somalia, y Ali Mahdi Mohamed, jefe del denominado Congreso Unificado de Somalia, fueron aliados en la lucha contra el régimen de Mohamd Said Barre, pero, tras derrocarlo, hace tres años, se enzarzaron en una guerra fratricidad que ha causado millares de muertos. (efe)

Exodo de los pueblos obligados a resistir

Durante los años 90, uno de cada 130 seres humanos, sobre una población mundial de 5.500 millones, fue obligado a un éxodo que no tiene precedentes en la historia.

París (ANSA)

Estas cifras se incluyen en un informe del Alto Comisionado de la ONU para los Refugiados (ACNUR) que fue difundido ayer. El organismo fue creado en 1951 por sólo tres años, debido a que se pensaba que ese era el tiempo necesario para que los refugiados de la Segunda Guerra Mundial se integraran en las sociedades que los habían recibido.

La ACNUR presentó ahora un informe sobre la situación post-guerra fría: en 1970 los refugiados eran 2,5 millones, mientras que en 1993 crecieron a 19 millones, a quienes se agregan otros 24 millones obligados a refugiarse en el seno de sus propias fronteras.

La titular de ACNUR, Sadaki Ogata, señala que **"las sociedades del equilibrio precario nacieron con la destrucción del viejo orden".**

El éxodo se debió sobre todo a **"conflictos internos"**, tensiones nacionalistas, étnicas e intercomunitarias, presentes en el Cuerno de Africa, Sudán, la ex URSS, los Balcanes, Oriente Medio y el sur de Asia.

Ante esta nueva situación, prosigue el informe, el tradicional sistema de asistencia a los refugiados **"está cayéndose"**, empezando por el tradicional "derecho de asilo", porque los países industrializados tienden a incrementar los obstáculos, frente al flujo de las solicitudes de asilo.

El problema es objeto de un debate "más sistemático", afirma el informe, en los países de la Unión Europea, los cuales albergan una proporción aún relativamente modesta de la población mundial de refugiados, pero que en los últimos años conocieron un "espectacular aumento" del número de las solicitudes. A juicio de ACNUR, el derecho de asilo se preserva, pero los métodos tradicionales no bastan **"en esta época de profundos cambios en el planeta".**

A la obra de protección y acción humanitaria hay que adjuntar una de "prevención". Ante ello se suceden iniciativas políticas para promover la paz, los derechos del hombre y el desarrollo, señala el informe sobre refugiados.

El voluminoso documento ofrece asimismo un cuadro completo de los tumultuosos conflictos de estos últimos años y los dramas que han provocado: la violación como arma de guerra, los niños asesinados alevosamente o enviados al frente, el racismo en Occidente, la vacilante solidaridad internacional.

Nº. DOCUMENTO 9401171

TITULO El Consejo de Seg. de ONU decidió mantener sanciones a Irak.

PROCEDENCIA 150007

FECHA 19 | 1 | 94

VINCULADO 501889

507596

■ Sanciones ONU

NACIONES UNIDAS, 18 (EFE).— El Consejo de Seguridad de la ONU decidió hoy nuevamente mantener las sanciones a Irak al no existir acuerdo entre los países miembros sobre el cumplimiento total de sus obligaciones por parte del gobierno de Bagdad.



ENTRADO

CRUZ

9401171.

01-01

Nº DOCUMENTO 9401172
TITULO Jefe adjunto de Com. de ONU realizó negociaciones en IRAK
PROCEDE L.J 15[illegible]14
FECHA 27/1/94
VINC. 5010859
507586
[illegible]
Desarme 11293

Irak 15 [illegible] 27/1

NEGOCIACIONES

El jefe adjunto de la Comisión especial de la ONU encargada del desarme de Irak (UNSCOM), el estadounidense Charles Duelfer, abandonó ayer Bagdad tras reunirse con las autoridades iraquíes.

«He tenido conversaciones muy productivas sobre la aplicación de la resolución 715», dijo Duelfer, que durante su estancia en Irak de cinco días visitó varios objetivos militares y mantuvo negociaciones con el jefe del Organismo iraquí para la Industria Militar, general Amer Rachid.

ENTR[illegible]
CRUZ [illegible]

01-01

9401172

Naciones Unidas Preocupada Sobre Destino de un Embarque de Combustible Para Haití

PUERTO PRINCIPE, 11 (Reuter). — Grupos partidarios de los militares haitianos amenazan con confiscar un importante embarque de combustible esperado esta semana en Haití y destinado a los pobres y enfermos que sufren el impacto de un embargo de petróleo contra el país, dijeron hoy diplomáticos.

"Por supuesto estamos preocupados acerca de la seguridad, esos tipos están locos", dijo un diplomático extranjero aludiendo a amenazas de neoduvalierista y otros partidarios de los militares de confiscar el embarque cuando llegue, probablemente el miércoles.

El embarque de 8.000 barriles de diesel y 2.000 de gasolina es el primero desde que el 18 de octubre las Naciones Unidas reinstalaron un embargo petrolero y de armas contra Haití para forzar a los militares a permitir el retorno el exiliado presidente Jean-Bertrand Aristide, al que derrocaron en setiembre de 1991.

El combustible está destinado a varios grupos internacionales de ayuda que han visto afectados sus programas de asistencia alimentaria y médica en el empobrecido país por la falta de carburantes.

Aunque los diplomáticos no anticiparon una repetición de la violencia desatada por bandas armadas que en octubre impidieron el desembarco de fuerzas de paz canadienses y estadounidenses, un funcionario extranjero involucrado en la entrega de combustible expresó preocupaciones de que el embarque caiga en manos de los militares, sin que pueda ser utilizado para ayudar a los pobres y enfermos.

Algunas fuentes diplomáticas dijeron que era más posible que el combustible fuera tomado de grupos de ayuda individuales o de los camiones que la proporcionan en lugar de una confiscación abierta al arribo del barco al puerto.

El combustible será cargado en vehículos de los grupos de ayuda, que funcionarios de la ONU dijeron deben suministrar su propia protección y serían vulnerables a las fuerzas de seguridad, hombres armados partidarios de la antigua dictadura de la familia Duvalier o de grupos paramilitares conocidos como "agregados".

Los Duvalier gobernaron Haití desde 1957 hasta 1986, cuando un levantamiento popular obligó al exilio de Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier, último representante de la familia en el poder.

Grupos partidarios de los militares han amenazado con secuestrar la gasolina y darla a "todos los haitianos".

"Tan pronto como este barco llegue con la gasolina, el país debe incautarla, pagar y distribuirla a todos los haitianos", dijo Reynold Georges, un abierto dirigente neoduvalierista.

"Todos necesitan gasolina, no puedo ver quien la necesita más, todos las necesitamos".

En tanto, continuó sin aclararse quién asistirá a la conferencia convocada por Aristide para esta semana en Miami y cuántos sectores del espectro político del país estarían representados.

Los Estados Unidos dijeron esta semana que esperaban ampliar la participación en la conferencia, pero los militares haitianos no tenían planes de asistir hasta el martes.

Canadá, Francia, EEUU y Venezuela analizaban las sanciones

LA ONU PODRIA DEFINIR EL EMBARGO TOTAL A HAITI

Los cuatro países que propician en el seno de la ONU una solución a la crisis haitiana esperaban concluir ayer el proyecto final de embargo comercial total a ese país caribeño, que excluye, por razones humanitarias, alimentos y medicinas.

Según dijeron fuentes de los cuatro países (Canadá, Francia, Venezuela y EEUU), sus diplomáticos esperan la opinión de sus Gobiernos sobre la versión que Washington ha hecho de la propuesta francesa.

El grupo esperaba anoche concluir la revisión del proyecto conjunto y resolver las discrepancias en el lenguaje respecto al congelamiento de fondos y operaciones financieras en el exterior de los altos militares haitianos y de sus principales partidarios civiles.

El llamado "grupo de amigos" logró el miércoles un acuerdo de principio sobre las medidas que deben adoptarse para forzar a los militares haitianos a cumplir los compromisos del Acuerdo de la Isla del Gobernador, y a sus partidarios políticos a poner en práctica el Pacto de Nueva York.

Algunos países europeos, y en particular Gran Bretaña y Suiza, expresaron preocupación por el lenguaje inicial de la propuesta francesa que consideraron podría ser conflictivo con sus leyes y regulaciones bancarias, y aunque fue revisado no es aún definitivo.

Por otra parte, los cuatro países querían aclarar que la prohibición de vuelos no afectará a los itinerarios regulares de las aerolíneas, y se discutía también la propuesta de EEUU de cancelar los visados de altos oficiales y personajes políticos que impiden el regreso de Haití a un régimen constitucional.

Otra cuestión aún pendiente es la fecha de entrada en vigor de las nuevas sanciones, que se agregarán al embargo petrolero y de productos de uso militar que fue restablecido y reforzado con un boicot naval en octubre del año pasado, por el incumplimiento de los militares haitianos de los compromisos contraídos el 3 de julio en el Acuerdo de la Isla del Gobernador.

En la propuesta francesa se había señalado el próximo día 31 para la entrada en vigor de las nuevas sanciones, pero al retrasarse el proceso de elaboración del proyecto de resolución, que no se espera sea discutido por el Consejo hasta la semana próxima, deberá fijarse una nueva fecha.

Según fuentes diplomáticas, entre los participantes en la reunión de los cuatro "países amigos" pareció prevalecer una tendencia favorable a conceder a los militares haitianos un nuevo plazo para iniciar el cumplimiento de los compromisos del Acuerdo de la Isla del Gobernador y el Pacto de Nueva York, antes de que entren en vigor las nuevas sanciones.

Las fuentes señalaron que el nuevo plazo puede facilitar el respaldo que los cuatro amigos quieren obtener del Grupo Latinoamericano y del Caribe (GRULAC), en el que han surgido ciertas discrepancias.

Los diplomáticos destacaron la preocupación de República Dominicana que comparte la isla de la Española con Haití y no desea interferencias foráneas en la frontera común.

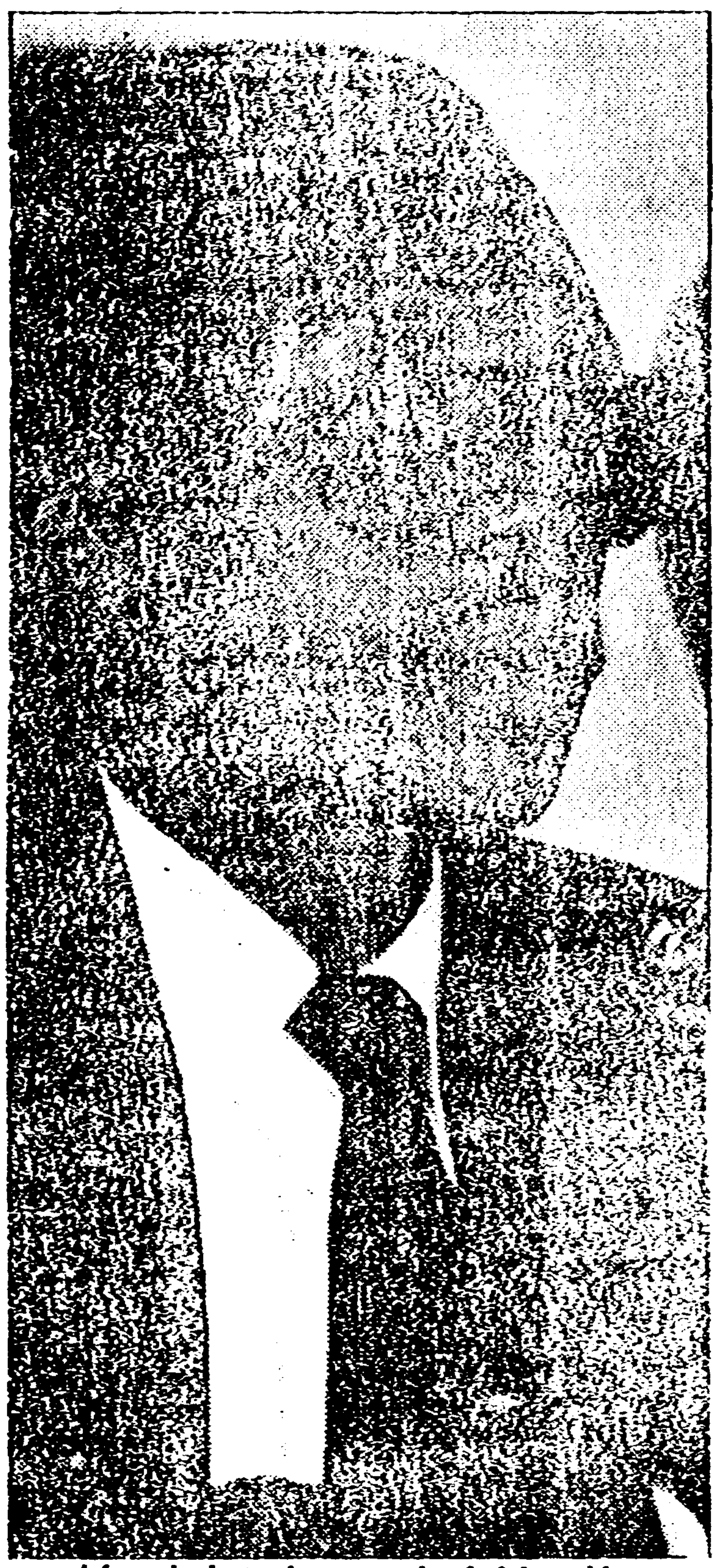
Dijeron también que otros miembros del GRULAC consideran que las sanciones no han dado resultado y que su reforzamiento sólo agravará las penurias del pueblo haitiano.

Brasil, que es miembro del GRULAC y del Consejo, y algunos de los países No Alineados miembros del mismo, han indicado su renuencia a la imposición de sanciones por cuestiones internas, y están a favor de encaminar los esfuerzos a la búsqueda de un arreglo político aceptable para todos los sectores de la sociedad haitiana. (efe)

HAITI: REFORZAMIENTO DE SANCIONES

L.J. 27/1/94

El reforzamiento de las sanciones a Haití, incluido un embargo comercial total con el fin de forzar a los militares haitianos a cumplir los acuerdos firmados para resolver la crisis, será discutido hoy por los representantes de EEUU, Canadá, Francia, y Venezuela.



Aún es incierto el regreso al país del presidente constitucional J.B Aristide.

A la reunión de las cuatro naciones que conforman el "grupo de amigos" del secretario general de la ONU, Butros Gali, en favor de una solución para la cuestión haitiana, también asistirá el ex canciller argentino Dante Caputo, mediador de las Naciones Unidas y la Organización de Estados Americanos (OEA) en la crisis del país caribeño.

Los puntos principales del anteproyecto que se revisará son un embargo comercial total -aunque con claras excepciones humanitarias-, la prohibición de todos los vuelos que no sean de línea regular y el bloqueo de activos financieros privados de dirigentes militares y políticos haitianos.

No se informó de si al texto, propuesto por Francia, se agregará la revocación o restricción de visados para los viajes al extranjero de esos dirigentes considerados los mayores responsables del incumplimiento de los Acuerdos de la isla del Gobernador, suscritos en Nueva York el pasado julio.

Tampoco se sabe qué posición tomará Estados Unidos en las discusiones, dada la continua ambivalencia de Washington sobre el, endurecimiento de la postura ante Haití, dijeron ayer fuentes diplomáticas.

"Washington es la clave de todo", agregaron las fuentes, que consideran sumamente improbable que el Consejo de Seguridad de la ONU apruebe el reforzamiento de las sanciones esta semana.

El anteproyecto que se estudiará hoy también prevé la posible suspensión de todas las sanciones si los militares que derrocaron en 1991 al presidente constitucional haitiano, Jean Bertrand Aristide, cumplen los Acuerdos de la isla del Gobernador.

Hace más de un mes, los países "amigos" acordaron que se aumentarían las medidas contra Haití si para el 15 de enero los militares persistían en su desafío.

El plazo se pospuso, por iniciativa de Washington, hasta ver el resultado de la conferencia convocada por Aristide en Miami (EEUU) a mediados de este mes.

La reunión, en la que estuvieron ausentes los militares y donde fue escasa la representanción de los partidos de oposición y sectores económicos, no fue concluyente y defraudó las esperanzas internacionales de que hubiera un acuerdo para el nombramiento por Aristide de un nuevo primer ministro de consenso. Los acuerdos firmados por el depuesto presidente haitiano y los militares en la neoyorquina isla del Gobernador establecían que Aristide debía volver a Haití a finales de octubre pasado, dos semanas después de la fecha prevista para la partida del jefe del Ejército, el general Raul Cedras, y el jefe de la Policía, Michael Francois. Sin embargo, éstos se negaron a dimitir, el presidente constitucional no regresó, se frustró el despliegue de una fuerza de militares y policías de la ONU y el Consejo de Seguridad restableció en octubre el embargo petrolero y otras sanciones a Haití.

Doc. Poco Legible

9401174.

Nº DOCUMENTO 9401175
TITULO Fuerzas de ONU ya no existen en la violenta y hambrienta Bosnia.
C.M. - 150015
5/1/94
501889
507685
Bosnia: 507697

Las fuerzas de la ONU ya no existen en la violenta y hambrienta Bosnia



• *Ultima oportunidad en dos semanas en Ginebra*

David Owen, copresidente de la Conferencia Internacional de Paz para la ex Yugoslavia, dijo ayer que las partes en lucha en Bosnia Herzegovina "parecen encantadas con el hecho de seguir combatiendo y no prestarle mucha atención a las Naciones Unidas", que amenazan con retirar sus cascos azules.

Viena (ANSA)

Al menos ocho personas murieron y unas treinta resultaron heridas hoy por nuevos bombardeos de las fuerzas serbio bosnias sobre Sarajevo, la capital de Bosnia Herzegovina, según informaron fuentes sanitarias locales.

Numerosos obuses cayeron durante todo el día sobre el casco antiguo y otras zonas residenciales de Sarajevo.

El balance de víctimas de ayer se suma a las 15 personas que murieron y a las 31 que resultaron heridas en los bombardeos de ayer. Entre los muertos figuraban cuatro niños.

Owen y el otro copresidente de la Conferencia de Ginebra, Thorvald Stoltenberg, llegaron ayer a Viena para participar en conversaciones de paz entre el Primer Ministro bosnio (musulmán), Haris Silajdzic, y el Canciller croata, Mate Granic, en el Palacio Hofburg de la capital austríaca.

"No creo que haya habido ninguna reducción sensible de los combates, la situación no ha cambiado para nada: han peleado por todo el período navideño, ignorando completamente el cese del fuego, que sus propios generales habían firmado, luego de que sus dirigentes lo definieron", agregó Owen.

Antes de llegar al palacio Hofburg, Owen afirmó en una entrevista a la BBC que si serbios, musulmanes y croatas no logran ponerse de acuerdo sobre un plan de paz, las Naciones Unidas podrían retirar su Fuerza de Protección (UNPROFOR) de la República ex yugoslava.

Owen sostuvo que durante el frío invierno balcánico es imposible pensar a un retiro de los hombres de la UNPROFOR, aunque admitió que las tres partes en lucha aprovechan de los convoyes humanitarios bajo protección de los cascos azules para abastecer sus propios soldados.

"Estamos influyendo sobre el equilibrio de la guerra y de cierta manera hasta se puede decir que hacemos que siga adelante, pero podemos justificar todo esto mientras siga existiendo una oportunidad real de que los líderes políticos y militares tomen en serio al proceso de paz", dijo el mediador europeo.

La reunión de Viena, según explicó el mismo Owen, debe servir para allanar divergencias entre los dos países, antes de que se reanuden las conversaciones de Ginebra, en las que participan también los serbios, el 18 de enero (según anunció en la ciudad suiza un vocero de las Naciones Unidas).

En una entrevista al diario regional francés Ouest-France, Pangalos sostuvo que **"debemos resolver este problema antes de la primavera. De lo contrario, los beligerantes podrían intentar nuevas operaciones militares"**.

Al llegar a la capital austríaca, Granic sostuvo por su parte que su país **"no tiene ningún plan para intervenir militarmente en Bosnia"**, y minimizó el impacto de las declaraciones del Presidente croata Franjo Tudjman.

El 30 de diciembre, Tudjman había afirmado que **"ante el genocidio perpetrado por los musulmanes en Bosnia central"** podría llegar el momento en que **"el mundo deberá comprender las medidas que nos veremos obligados a tomar para defender a nuestros hermanos croatas bosnios"**.

ENTRADA
CRUZ

01-01

9401175.

Ghali apoya intervención en Bosnia



El Secretario General de las Naciones Unidas, Boutros Boutros-Ghali, declaró ayer que apoyará la utilización de la fuerza aérea de la OTAN en Bosnia-Herzegovina si los responsables militares, políticos y de la acción humanitaria de la ONU sobre el terreno se lo piden.

París (ANSA)

"Las resoluciones del Consejo de Seguridad de la ONU que ya han sido adoptadas -declaró Boutros-Ghali al término de una sesión de la Comisión de Exteriores y Defensa del Senado francés-**consienten la utilización de la fuerza aérea".**

"Nosotros no tenemos ninguna dificultad. Es necesario que los responsables de las operaciones militares, humanitarias y políticas lo pidan, decidiendo utilizar la fuerza aérea y nosotros solicitaremos inmediatamente a la OTAN que lo haga", dijo el secretario general de la ONU.

Boutros-Ghali dijo también que **"hoy, habiendo leído el comunicado de la cumbre de la OTAN, soy más optimista, hay una voluntad política de hacer algo".**

"Quiero precisar que hasta este momento nunca he recibido un pedido de utilizar la fuerza aérea", añadió. **"El día que lo reciba y que tenga el apoyo de los responsables de la ONU, y que consideren que es urgente el uso de ese medio, seré el primero en apoyar su empleo"**

DOCUMENTO 9401177
TITULO Gali no dudará en uso de la Fuerza Aérea.
PROC. L.I - 130014
FE 13/1/94
VI 501889
507685
507697

Bosnia

GALI NO DUDARA EN USO DE LA FUERZA AEREA

El secretario general de Naciones Unidas, Butros Gali, aseguró que no dudará en utilizar la fuerza aérea en Bosnia, en unas declaraciones que ayer publicó «Le Figaro».
Gali, que se encuentra en París, informó de que se reunirá en Ginebra con todos sus especialistas y con los militares, para estudiar exactamente lo que se puede hacer.
Tras expresar su satisfacción por las conclusiones de la «cumbre» de la OTAN sobre Bosnia, afirma: «he leído detalladamente el comunicado de la Alianza Atlántica, y pienso que hay un cambio de actitud por parte de los Estados miembros y una verdadera voluntad política de actuar, por lo que soy más bien optimista».

En el supuesto de que hubiera que recurrir a una incursión aérea, Gali asegura que «la decisión tendrá que ser tomada por el poder político, y tendremos que aceptar los riesgos».
Sobre dicha autoridad política, Gali aclara: «yo he recibido un mandato, pero necesito una petición de mí representante especial para la ex Yugoslavia, Yasushi Akashi, quien a su vez será asesorado por los jefes militares que se hallan sobre el terreno, el copresidente del comité director de la Conferencia Internacional sobre la ex Yugoslavia, Thorvald Stoltenberg, así como los responsables de la acción humanitaria».
«En el caso de obtener 'luz verde' de todos los expertos citados, no dudaré en utilizar la fuerza aérea para contribuir al restablecimiento de la paz», agregó.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

01-01

9401177.

El saldo del bloqueo impuesto por Naciones Unidas a Yugoslavia

MILLONES DE DOLARES EN PERDIDAS

Los veinte meses del bloqueo económico y petrolero decretado por la ONU contra Yugoslavia (Serbia y Montenegro) por su responsabilidad en la guerra de Bosnia, han causado hasta el momento 25.000 millones de dólares de pérdidas a este país.

Desde el 30 de mayo de 1992, cuando entraron en vigor las sanciones de la ONU, las carreteras y aeropuertos internacionales de Serbia y Montenegro han quedado prácticamente desiertos. El Gobierno yugoslavo atribuye a las «injustas sanciones» de la ONU el que el desempleo afecte a 1.460.000 de los 2.300.000 trabajadores yugoslavos y que el 85 por ciento de la población tenga un nivel de vida «extremamente bajo». Además, con una inflación que rondó el millón por ciento mensual en diciembre, 1.200.000 jubilados intentan sobrevivir con pensiones que al cobrarlas difícilmente rebasan el valor de un dólar estadounidense. Esta semana ha empezado a aplicarse un programa de saneamiento urgente de la economía con el que el Gobierno pretende estabilizar la moneda nacional, introduciendo un nuevo «super dinar», y mejorar el nivel de vida de la población. Los economistas, sin embargo, insisten en que dicho programa no tendrá más que efectos temporales, puesto que el Fondo Monetario Internacional y otras instituciones, ateniéndose a las sanciones decretadas por la ONU, le negaron su apoyo financiero. El Gobierno yugoslavo atribuye «la mayor parte de las pérdidas» a la acogida de 600.000 refugiados, en su mayoría serbios bosnios, procedentes de Bosnia-Herzegovina.

El saldo del bloqueo impuesto por Naciones Unidas a Yugoslavia

MILLONES DE DOLARES EN PERDIDAS

Los veinte meses del bloqueo económico y petrolero decretado por la ONU contra Yugoslavia (Serbia y Montenegro) por su responsabilidad en la guerra de Bosnia, han causado hasta el momento 25.000 millones de dólares de pérdidas a este país.

Desde el 30 de mayo de 1992, cuando entraron en vigor las sanciones de la ONU, las carreteras y aeropuertos internacionales de Serbia y Montenegro han quedado prácticamente desiertos. El Gobierno yugoslavo atribuye a las «injustas sanciones» de la ONU el que el desempleo afecte a 1.460.000 de los 2.300.000 trabajadores yugoslavos y que el 85 por ciento de la población tenga un nivel de vida «extremamente bajo». Además, con una inflación que rondó el millón por ciento mensual en diciembre, 1.200.000 jubilados intentan sobrevivir con pensiones que al cobrarlas difícilmente rebasan el valor de un

dólar estadounidense. Esta semana ha empezado a aplicarse un programa de saneamiento urgente de la economía con el que el Gobierno pretende estabilizar la moneda nacional, introduciendo un nuevo «super dinar», y mejorar el nivel de vida de la población. Los economistas, sin embargo, insisten en que dicho programa no tendrá más que efectos temporales, puesto que el Fondo Monetario Internacional y otras instituciones, ateniéndose a las sanciones decretadas por la ONU, le negaron su apoyo financiero. El Gobierno yugoslavo atribuye «la mayor parte de las pérdidas» a la acogida de 600.000 refugiados, en su mayoría serbios bosnios, procedentes de Bosnia-Herzegovina.

Resolución en Manos de su Representante Especial en la Zona

SI SE LO SOLICITAN, BOUTROS GHALI ORDENARA ATAQUES AEREOS EN BOSNIA

SARAJEVO, 21 (Reuter).— El secretario general de la ONU, Boutros Boutros Ghali, afirmó hoy durante una visita a La Haya que autorizará el uso del poderío aéreo en la ex Yugoslavia si recibe un pedido de su representante especial en la zona, Yasushi Akashi.

"Hasta ahora nunca recibí ningún pedido para usar el poderío aéreo. Si recibimos un pedido, ciertamente daré la autorización", declaró Ghali en conferencia de prensa.

El secretario de la ONU ordenó el martes a Akashi que diseñara planes para posibles ataques aéreos de la OTAN contra los serbios de Bosnia. El presidente bosnio Alija Izetbegovic instó el jueves a la OTAN a actuar inmediatamente para lograr el levantamiento del sitio de Sarajevo y abrir el aeropuerto de Tuzla en Bosnia central.

Pero Boutros Ghali se refirió hoy sólo al uso del poderío aéreo para ayudar a las tropas canadienses de la ONU cercadas en el enclave musulmán de Srebenica.

En Sarajevo, el primer ministro bosnio Haris Silajdzic dijo hoy que las posibilidades de una paz negociada en el país han disminuido radicalmente y afirmó que la población musulmana está preparada a luchar por la supervivencia si es necesario.

Silajdzic formuló sus declaraciones ante periodistas luego de asistir a la última ronda de conversaciones de paz en Ginebra, que llegaron a un punto de estancamiento cuando rebeldes serbios rechazaron las exigencias musulmanas de devolver todos los territorios que tenían una población de mayoría musulmana antes de que estallara el conflicto en 1992.

"Recibimos una respuesta decisiva y final (de los servios). Las esperanzas están disminuyendo, son muy escasas", dijo Silajdzic.

Los países occidentales que contribuyen a la Fuerza de Protección de la ONU (UNPROFOR) señalaron que los combates han tornado casi imposible su tarea de escoltar convoyes, y ahora debaten si vale la pena mantener en Bosnia después del invierno a los 12.000 soldados de la ONU.

Gran Bretaña se comprometió a no retirar sus 2.300 soldados unilateralmente, pero cuestionó la presencia global de las Naciones Unidas en Bosnia.

"Lo que estamos considerando es si las Naciones Unidas, globalmente, deben continuar en Bosnia, y si no está por llegar el momento en que ya no esté en condiciones de cumplir con su mandato", dijo el Ministro de Defensa británico Malcolm Rifkind a la BBC.

En Moscú, el nuevo parlamento de Rusia, dominado por comunistas, conservadores y nacionalistas, aprobó por mayoría aburmadora una moción pro-serbia que se opone a los ataques aéreos de la OTAN y pide que se levanten las sanciones de la ONU impuestas contra la nueva y recortada Yugoslavia.

"Genera gran preocupación que se discuta en los organismos de la OTAN la posibilidad de efectuar ataques aéreos contra blancos en territorio de la ex Yugoslavia", indicó un comunicado de la cámara baja, o Duma del Estado.

"En opinión de Duma, el uso de métodos violentos no sólo no logrará poner fin a la guerra en la zona, sino que podría llevar el conflicto a un mayor nivel de ferocidad y enfrentamientos, y solo traería sufrimiento y privaciones para los habitantes de la zona", asevera la declaración.

La moción no tiene influencia sobre el gobierno. Pero Vladimir Yirinovski, el líder del extremista Partido Demócrata Liberal, aconsejó al ministro de Relaciones Exteriores Andrei Kozyrev que tome nota de la resolución.



El nuevo orden de la OTAN

GALI DECIDIRA SOBRE BOMBARDEOS EN BOSNIA

El presidente del Consejo de Naciones Unidas (ONU), Karel Kovanda, afirmó que la responsabilidad de decidir los bombardeos selectivos en Bosnia recae en el secretario general de la Organización, Butros Gali.

Kovanda hizo este comentario tras finalizar las consultas informales del Consejo sobre Afganistán, Somalia y otros asuntos pendientes, y de reunirse con los embajadores David Hannay de Gran Bretaña y Jean Bernard Merimée de Francia.

Hannay rehusó hacer comentarios sobre lo tratado, pero Merimée reconoció que habían discutido sobre la consecución de los objetivos señalados por la OTAN, la rotación del contingente de la ONU en Srebrenica y la reapertura del aeropuerto de Tuzla para facilitar el suministro de ayuda humanitaria.

Ante la pregunta de si se estudia la posibilidad de utilizar la fuerza por razones ofensivas o defensivas, Merimée dijo que ni lo uno ni lo otro, simplemente para resolver cualquier impedimento en el logro de ambos objetivos.

Marimée dejó cualquier otra explicación al presidente del Consejo, quien estaba a su lado cuando formuló la declaración, y Kovanda dijo que en las consultas del Consejo no se trató en forma alguna sobre la UNPROFOR (Fuerza de Protección de la ONU en la ex Yugoslavia), o sobre el uso de la fuerza.

«En la reunión que mantuve con los embajadores francés y británico se trató sobre a quién corresponde la responsabilidad de trazar los planes para la rotación en Srebrenica y la reapertura del aeropuerto de Tuzla, y ordenar las acciones que resulten necesarias en ambos casos», dijo Kovanda.

Agregó que «puedo decir que, esencialmente, estuvimos de acuerco en que la responsabilidad decansa en el secretario general y su gente sobre el terreno».

Subrayó también que el representante especial, Yasushi Akashi, «responde directamente al secretario general, y la cuestión es que no corresponde al Consejo de Seguridad sacar sus propias conclusiones o tener que aprobar o cualquier otra cosa los asuntos militares de los que la secretaría general y su gente en la ex Yugoslavia fueron responsabilizados por las resoluciones e intercambios con el Consejo el pasado verano».

Preguntado qué papel correspondía en esto a los rusos, que han dicho que esperan ser consultados en el Consejo antes de que se decidan medidas de fuerza, Kovanda dijo: «no veo que tenga que ver esto con los rusos».

Nº. DOCUMENTO 9401181
TITULO Francia en favor de emplear fuerza aérea de la OTAN para relevo Bosnia
PROCED 8/12 150518
FECHA 27/1/94
VI 501883
507685
507697
65963
508062

París llama a atacar Bosnia

Francia se manifestó ayer a favor de emplear la fuerza aérea de la OTAN en los enclaves bosnios de Tuzla (nordeste) y Srebrenica (este) si ello es necesario para garantizar el aprovisionamiento humanitario y el relevo de los Cascos Azules. En un comunicado conjunto de la presidencia de la república y del primer ministro, París pidió la "aplicación" de las últimas decisiones de la OTAN sobre Bosnia, para "garantizar el relevo de la FUPRONU en Srebrenica" y "abrir el aeropuerto de Tuzla a la ayuda humanitaria", utilizando la fuerza si fuese necesario".

Las autoridades francesas manifestaron que, pese a dos años de esfuerzos de la comunidad internacional, las partes del conflicto bosnio "no parecen, ni unas ni otras, dispuestas a sellar la paz". "Corresponde a la comunidad internacional asumir claramente sus responsabilidades (...), llamando a todos los beligerantes a hacer las concesiones necesarias", señala el comunicado, anunciando consultas entre los países de la Unión Europea a partir de esta semana.

Tuzla y Srebrenica son dos enclaves musulmanes de Bosnia cercados por las milicias serbias, que impiden la reapertura del aeropuerto de la primera ciudad y obstaculizan el relevo del contingente de Cascos Azules en la segunda.

La Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), que asume en nombre de la ONU los preparativos para eventuales incursiones aéreas en Bosnia, transmitió a las Naciones Unidas sus planes para un apoyo aéreo a los Cascos Azules y para posibles ataques aéreos, anunció un portavoz de la alianza atlántica.

Estados Unidos dio en Ginebra ayer su acuerdo de principio con la propuesta rusa de celebrar una reunión de cancilleres del Consejo de Seguridad de la ONU para examinar junto a las partes bosnias y a dirigentes de Croacia y Serbia una salida política. Horas antes, diplomáticos de Francia y funcionarios acreditados en Naciones Unidas habían afirmado por separado que la propuesta rusa probablemente iba a quedar sin efecto, por las divergencias entre europeos, norteamericanos y rusos.

01-01

9401181.

Nº DOCUMENTO 94 01182

TITULO

FECHA 27/1/94

9401182

Musulmanes hambrientos en Bosnia Central

SAQUEAN CONVOY HUMANITARIO

Un policía resultó herido grave y otro fue apaleado por unas 300 personas musulmanas que asaltaron ayer un convoy humanitario de Naciones Unidas en busca de comida cerca de Kakank, en Bosnia Central.

Chris Janowski, portavoz del alto comisionado de la ONU para los refugiados en Sarajevo, dijo que el convoy fue asaltado en la ruta entre Zenica y Kakank por una multitud de personas hambrientas.

Uno de los policías de la escolta del convoy disparó al aire y fue respondido por alguno de los manifestantes con disparos que le provocaron heridas graves.

Janowski, que declaró que hace tres días ocurrió un incidente similar en el que no hubo heridos, agregó que fueron saqueados varios camiones de los que se llevaron bolsas con comida.

NUEVE CIVILES MURIERON EN TUZLA

Al menos nueve civiles murieron en los últimos cinco días en Tuzla, norte de Bosnia, a causa de los ataques perpetrados por los serbo-bosnios, confirmó ayer, en Sarajevo un miembro de la Alta Comisaria de Naciones Unidas para los Refugiados.

El pasado domingo murieron cuatro personas a causa del ataque artillero de las posiciones serbias en un supermercado de Tuzla y el lunes fallecieron tres niños, de edades comprendidas entre los cuatro y los diez años, y dos adultos.

Tuzla, la segunda ciudad musulmana en Bosnia, ha sido escasamente bombardeada en los 22 meses de guerra en Bosnia-Herzegovina.

Cerca de esta ciudad está el mayor aeropuerto de Bosnia-Herzegovina, que está cerrado desde el comienzo de la guerra.

La OTAN ha amenazado con utilizar la fuerza aérea contra los serbios de Bosnia si continúa la oposición a que se utilice el aeropuerto para fines humanitarios.

CONTRABANDO DE ARMAS

La administración aduanera del puerto croata de Split incoará un procedimiento judicial contra el capitán de la armada británica David Gerrard, en cuyo barco «Sir Geraint» fueron hallados el lunes armamentos no declarados, informó ayer el diario «Vjesnik», de Zagreb.

El «Sir Geraint» trasladó del puerto italiano de Trieste a Split equipos militares del batallón nórdico de las Fuerzas de Protección de la ONU (UNPROFOR) para los «cascos azules» instalados en Bosnia-Herzegovina, y los aduaneros encontraron un contenedor con armas, municiones y explosivos que no figuraba en la lista de carga presentada.

Representantes de UNPROFOR negaron cualquier intento de contrabando y aseguraron que el incidente se debe a una «confusión con los papeles», y que el armamento no declarado formaba parte de los equipos militares de las Fuerzas de Protección.

01-01

Ayer murieron tres periodistas de la RAI

A MEDIA HORA DEL BOMBARDEO A BOSNIA

El secretario general de la ONU, Butros Gali, informó ayer al Consejo de Seguridad que "he delegado a mi representante especial, Yasushi Akashi, la autoridad para aprobar una solicitud de apoyo aéreo cercano del comandante de la Fuerza" de la ONU en Bosnia, respecto a Srebrenica y Tuzla.



Nº DOCUMENTO

TITULO

PROC

FE

VI

Esta delegatura había sido solicitada por los jefes militares de la ONU en la ex Yugoslavia con el argumento de que si solicitaran un bombardeo de apoyo en caso de ser atacados, mientras se consulta con la sede de la ONU se pierden más de cinco horas, mientras que si la decisión la adopta el representantes especial, Akashi, esta acción queda aprobada en media hora.

La declaración de Gali está contenida en carta dirigida al presidente del Consejo, el checo Karel Kovanda, en la que informa las opciones sugeridas por Akashi para alcanzar los objetivos señalados por la OTAN de rotación de fuerzas en Srebrenica y la apertura del aeropuerto de Tuzla para la asistencia humanitaria.

Gali subrayó que el "apoyo áereo cercano" es sólo una alternativa para defender a la Fuerza de Protección de la ONU (UNPROFOR) en caso de que fuera atacada en el curso de puesta en práctica de los planes sugeridos por Akashi para alcanzar ambos objetivos, y que es muy distinto de los bombardeos aéreos con propósitos preventivos o punitivos.

Señala que "he aceptado" la propuesta de Akashi para que la UNPROFOR proceda en primer lugar a la rotación en Srebrenica y Zepa, antes de seguir con la apertura del aeropuerto de Tuzla, "a menos que esta sea posible mediante negociaciones y con el consentimiento de las partes".

Esta es la primera opción, en el mejor de los casos, que propuso Akashi, el que señaló como segunda alternativa, por si no hay consentimiento de las partes pero sea improbable que utilicen fuerza para impedirlo, que "se utilicen los recursos ya disponibles en Bosnia Herzegovina, respaldados, de ser necesario, por fuerza aérea facilitada por la OTAN".

En la tercera opción, que implica que se impide con fuerza militar alcanzar el objetivo, sugiere que "los recursos de la UNPROFOR deberán ser reforzados con contribuciones adicionales de tropas y equipo de los estados miembros, apoyados, de ser necesario, por la fuerza aérea de la OTAN".

Gali señaló que esta tercera alternativa no podrá ser ejecutada sin que el Consejo de Seguridad autorice las tropas y equipos adicionales que resulten necesarios, y se hayan desplegado en el terreno.

"Si la UNPROFOR fuera atacada en la puesta en práctica de estos planes, no dudaría en iniciar la utilización de apoyo aéreo cercano sin demora alguna", dijo Gali, y señaló que los preparativos para ésto han sido ya efectuados por la OTAN, y autorizados por el Consejo del Atlántico Norte, del que se requeriría otra decisión posterior en caso de bombardeos.

MUSULMANES ACUSAN A CROATAS POR LA MUERTE DE PERIODISTAS

El proyectil de mortero que ayer viernes, causó la muerte de un periodista y dos técnicos de la televisión italiana RAI cuando filmaban una batalla en Mostar procedía de los barrios croatas de esta ciudad, capital de la región meridional de Herzegovina, aseguran medios musulmanes.

También el capitán Niles Pedersen, del comando de la ONU en Kiseljak, declaró a la agencia italiana AGI que la granada que alcanzó a los tres informadores fue disparada "con toda probabilidad" por los milicianos del Consejo Croata de Defensa (HVO).

Por el contrario, el portavoz de las Fuerzas de Protección de las Naciones Unidas (UNPROFOR) en Sarajevo Idesbald Van Biesebroek no quiso atribuir a ninguna de las partes contendientes la autoría de este hecho.

(En Roma, el Ministerio italiano de Asuntos Exteriores confirmó el fallecimiento de los tres profesionales de la información, identificados como el periodista Marco Luchetta, de 41 años, el reportero gráfico Alessandro Ota y el ayudante Dario D'Angelo, todos ellos de la sede regional de Trieste, ciudad fronteriza con Eslovenia.

El equipo estaba en Mostar para realizar un reportaje sobre los niños internados en el hospital de la ciudad, que iba a ser emitido el 5 de febrero en un programa especial del canal.

Los tres se encontraron en medio de una ofensiva croata hacia el sector oriental de la ciudad, controlado por los musulmanes, y se detuvieron a rodar la batalla cuando fueron alcanzados por la granada).

Con la muerte de los tres trabajadores de la RAI, se eleva a 47 el número de profesionales de la información muertos desde el comienzo de la guerra en la antigua Yugoslavia en 1991.

(efe)

02-02

9401183

Agencia de ONU Busca Actualizar Estrategia de Lucha Contra SIDA

GINEBRA, 21 (AP).— La Organización Mundial de la Salud (OMS), abrumada por la diseminación del Síndrome de Inmuno-Deficiencia Adquirida (SIDA), emprendió hoy nuevos esfuerzos para superar las controversias y la complacencia en los organismos de las Naciones Unidas y los gobiernos, que han afectado la campaña contra el mal.

El grupo directivo de la OMS aprobó por consenso un plan centralizado para coordinar la labor de seis agencias de la ONU que actualmente desarrollan diversos programas contra el SIDA.

La decisión de la junta ejecutiva de 31 miembros, a pesar de las dudas de algunos países en desarrollo, será derivada a otros organismos de la ONU para su aprobación.

"Desde un punto de vista conservador, la OMS proyecta para el año 2.000 un total mundial de por lo menos 30 a 40 millones de personas que estarán infectadas con HIV (el virus que provoca el SIDA)", dijo el director general de la OMS, doctor Hiroshi Nakajima, en un informe presentado durante la reunión.

"Si estas estimaciones son correctas, entonces para el fin de la década de 1990 pueden esperarse casi 10 millones de muertes vinculadas con el SIDA; la mayoría de ellas en países en desarrollo", agregó.

Como promedio, se requiere un período de 10 años para que los portadores del Virus de Inmuno-Deficiencia Humana (HIV) desarrollen en pleno el SIDA, enfermedad para la que aún no hay una vacuna ni una cura.

A pesar de la incesante diseminación de la epidemia no ha habido una estrategia central entre las seis agencias involucradas, es decir la OMS, el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF); la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO); el Programa de la ONU para el Desarrollo; el Fondo de la ONU para la Población; y el Banco Mundial.

"La competencia y la insuficiente coordinación entre organizaciones ha demorado la respuesta total del sistema de la ONU", dijo un informe presentado ante la Junta Ejecutiva.

El autocrítico informe, preparado por representantes de las seis agencias aludidas, dijo que muchos gobiernos del Tercer Mundo estaban confundidos por consejos conflictivos en "áreas esenciales, como cambio de conducta, promoción de condones y educación escolar", y destacó que existía una innecesaria competencia con fondos, y duplicación de esfuerzos.

El informe propuso un programa conjunto de la ONU supervisado por un secretariado con base en la OMS, y con un único coordinador en cada país.

La OMS gastó en 1993 alrededor de 78 millones de dólares en sus campañas sobre el SIDA.

Experto de Naciones Unidos deja en evidencia al gobierno salvadoreño

SE OCULTA LA VIOLACION DE LOS DERECHOS HUMANOS

El experto independiente de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU para El Salvador, Pedro Nikken, lamentó, no haber podido visitar el país para elaborar su informe anual, debido a "la falta cooperación" del Gobierno salvadoreño.

El especialista venezolano indicó que, "lamentablemente, este año tengo que preparar mi informe para la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas (que comienza sus sesiones el 31 de enero) sin haber visitado el país". "Yo solicité a las autoridades de El Salvador el pasado 1 de noviembre visitar el país durante la semana del 9 al 15 de enero de 1994. Mi solicitud no fue respondida oportunamente, ya que fue el día 10 de enero cuando la aceptación llegó al Centro de Derechos Humanos en Ginebra", explicó. Nikken precisó que "el hecho de que la respuesta llegase un día después del comienzo de la visita convirtió en prácticamente imposible que me dirigiese al país por una cuestión de tiempo, ya que mi informe tiene que estar concluído antes del 24 de enero". El presidente del Instituto Interamericano de Derechos Humanos, con sede en San José de Costa Rica, comentó: "Interpreto esa actuación como una manera indirecta del Gobierno de no prestarme la cooperación que me ofreció en el pasado". "Esto es un error, ya que nosotros estamos para ayudar y ayudamos mejor si obtenemos cooperación", añadió. Preguntado sobre si la actitud del Gobierno salvadoreño se debe al contenido de sus informes anteriores sobre la situación de las libertades fundamentales en ese país, Nikken dijo "no quiero especular, tengo la impresión de que ese retraso pudo tratarse de errores a nivel de funcionarios no muy altos, ya que también podían haberse opuesto a que el plazo de mi viaje hubiese sido prorrogado".

"Especular al respecto me induciría a algo que me está vedado, es decir, a hablar sobre los problemas políticos internos del país", fundamentó

El experto de la Comisión desde 1992 señaló que advirtió "verbalmente al embajador de El Salvador en Ginebra de que prefería dejar mi visita a ese país para el último momento, a fin de que mi informe constase de información fresca y reciente". Agregó que "en cualquier caso, la Comisión de Derechos Humanos de la ONU sabrá mediante mi informe lo que pasa en El Salvador y cuál es la situación, ya que he tenido acceso a numerosa información, la mayor parte de fuentes de las Naciones Unidas, además de que en ese país existe una misión permanente de derechos humanos (ONUSAL)". "No estoy, obviamente, satisfecho, ya que habría podido cumplir mi mandato mejor si hubiese podido estar en contacto directo con los órganos gubernamentales y no gubernamentales", argumentó. Nikken afirmó que el problema que ha tenido este año con las autoridades salvadoreñas "se va a superar, pues si hay un país que ha podido aprovechar el apoyo de los órganos de la comunidad internacional para reconquistar la paz y consolidar sus instituciones y democracia es El Salvador".

Más de 9000 soldados se retiran en marzo

LA ONU PROPONE RECORTES EN LA OPERACION DE SOMALIA

Ante la partida de Somalia de más de 9.100 soldados de Estados Unidos y otros países de ahora a finales de marzo próximo, el secretario general de la ONU, Butros Gali, recomendó ayer recortar la ambiciosa y controvertida operación en ese país africano.

En un largo informe al Consejo de Seguridad, Gali propuso que entre 16.000 y 20.000 efectivos de la fuerza de la ONU (ONUSOM) permanezcan en Somalia cuando se vayan los norteamericanos, franceses, belgas, italianos, suecos, alemanes, noruegos y turcos.

Dejó claro que esta recomendación no refleja sus preferencias ni las necesidades «in situ» -hubiera deseado mantener o ampliar el nivel de efectivos, que rebasaban los 25.000 a principios de año-, pero reconoció que no le queda más remedio.

Sólo dos países -la India y Pakistán- le han ofrecido más tropas -unas 2.300-, y, además, Gali no ha conseguido sustitutos para las cruciales unidades salientes de logística y comunicaciones de Estados Unidos y otras naciones occidentales.

Si bien tiene promesas de que unas 19.700 tropas quedarán en Somalia después de marzo, no está garantizado que puedan hacerlo.

El descalabro de la operación de ONUSOM en Somalia comenzó en octubre pasado, cuando 18 soldados norteamericanos murieron en enfrentamientos con las milicias del general rebelde, Mohamed Farah Aidid, en Mogadiscio.

A raíz del sangriento suceso, y en respuesta a las grandes presiones legislativas y populares por retirar a todo el contingente norteamericano, incluidos varios miles de efectivos que operaban fuera del mando de la ONU, el presidente Bill Clinton decidió reforzar momentáneamente la presencia de EEUU, pero anunció su retirada total para el 31 de marzo. Otros países, como Francia y Bélgica, ya habían anunciado previamente que se irían.

En noviembre pasado, el Consejo de Seguridad decidió prorrogar, sin alterarlo, el mandato de ONUSOM hasta finales de marzo, pero dijo que antes del próximo primero de febrero revisaría a fondo esta operación, la primera intervención armada para fines humanitarios lanzada por la ONU en un país en guerra.

En su nuevo informe, Gali dejó muy clara su oposición total al abandono de Somalia por parte de la ONU, y a la reducción de ONUSOM a unos 5.000 efectivos simbólicos que sólo se ocuparían de la seguridad del puerto y aeropuerto de la capital somalí.

Si ONUSOM se fuera, advirtió, todo el esfuerzo se derrumbará y se echarán a perder los progresos ya registrados hacia la reconstrucción administrativa y política de ese país, donde reinaba el caos más absoluto a finales de 1991 cuando EEUU envió a más de 20.000 tropas para asegurar la llegada de la ayuda humanitaria a la población víctima de una trágica hambruna.

Por desgracia, subrayó, hay crecientes indicios de que las principales facciones se están rearmando «activamente» en previsión de una posible reanudación del conflicto armado en los próximos meses en Mogadiscio, cuya parte meridional está controlada por Aidid, y también en Kismayu.

Constató con pesar que el esfuerzo de desarme de las milicias, considerado como esencial, prácticamente se ha abandonado, y dejó muy claro que responsabiliza a Aidid de los problemas y obstáculos en los esfuerzos de reconciliación política y reconstrucción. (efe)



En breve comienza el retiro de las tropas extranjeras

9401186

Nº. DOCUMENTO 9401187
TITULO Cruz Roja acusa a todas las partes beligerantes en BOSNIA
PROC... L.J. 1 150014
FE..H 14/1/94
VI... 501889
12635
507685
507697

Bosnia

Jue. 14/1

CRUZ ROJA ACUSA A TODOS

El presidente del Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), Cornelio Sommaruga, acusó ayer a todos las partes beligerantes en Bosnia de haber practicado la «limpieza étnica». En una rueda de prensa celebrada en París, Sommaruga señaló que la Cruz Roja Internacional «está sobre el terreno y sabe cuál ha sido el comportamiento de las tres partes», serbios, croatas y musulmanes.

El responsable de la organización humanitaria, quien se ha reunido con varios miembros del Gobierno francés durante su visita a París, señaló que todas las partes han violado los derechos humanos, aunque no citó casos concretos. Las violaciones de los derechos humanos han sido de «diferente intensidad según el momento, pero no muy diferentes si se hace un balance final», agregó.

ENTRADO ✓
CRUZADO ✓

9401187.

UN: cascos blancos, en consulta

NACIONES UNIDAS, Nueva York (EFE).- La propuesta argentina para establecer un cuerpo internacional de "cascos blancos" contra la pobreza, similar al de los "cascos azules" por la paz, está aún en la etapa preliminar de consultas, dijo el embajador argentino en la UN, Emilio Cárdenas.

Esta es "una iniciativa que se ha puesto en marcha en el plano genérico, dijo Cárdenas, y agregó que la idea ha sido trasladada a la UN y en plano bilateral a miembros del organismo y a entidades del sistema para escuchar sugerencias.

Expresó que "la ingeniería básica se puso sobre la mesa con una formulación genérica y hay una segunda etapa, que puede calificarse de ingeniería de detalles de la propuesta, en este momento en marcha".

El secretario general de la UN, Butros Ghali, acogió con interés la idea, pero Cárdenas reconoció que el tema no figura en la agenda preliminar de la visita de aquél a la Argentina -para inaugurar una conferencia sobre telecomunicaciones- prevista entre el 19 y el 23 de marzo.

UN: debe a las fuerzas de paz U$S 3 millones

LN. 6/1/93

Las Naciones Unidas adeudan 3.000.000 de dólares en concepto de viáticos a los efectivos argentinos que forman parte de las fuerzas de paz, unos 1500 cascos azules destacados en varios continentes.

La Argentina, por su parte, adeuda al Fondo para el Mantenimiento de la Paz de ese organismo cuotas por un total de 1.800.000 dólares, y ha pagado íntegramente la partida de 1993 correspondiente a su condición de miembro del máximo organismo internacional. Aún debe hacer frente a los 5.700.000 dólares a que asciende la cuota de 1994.

En algunos sectores se ha sostenido que la deuda de la UN está vinculada con el regreso, adelantado la semana última por el ministro de Defensa, Oscar Camilión, de la corbeta Granville, que forma parte del bloqueo impuesto a Haití.

Según fuentes seguras, la Armada informó a la Cancillería que la nave regresaría al país a fines del mes próximo o a comienzos de marzo. Sin embargo, de existir las condiciones económicas para enviar otra nave en su reemplazo podría adelantarse el regreso para ser sometida a una revisión integral.

En la Cancillería se señaló que cuando se resolvió la participación en el bloqueo los organismos internacionales estimaron que se trataría de una misión de resultado rápido y que esa habría sido la razón de la partida de la nave aún en condiciones no totalmente óptimas, por lo cual debió ser objeto de reparaciones en una base norteamericana de Puerto Rico.

940120.

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M Nº 940016/FECHA: 08/2/94

I.- ASUNTO: RESPONDE A E.E.I. Nº 9400983

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

Se adjunta revista mensual "EL OMNIBUSERO", del mes de Diciembre 1993.-

000002

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 09 FEB. 1994
Pasa a
Nº. de Orden 940179

001(A)/025

SECRETO

Montevideo, 3 de febrero de 1994.-

E. E. I.

SECTOR GREMIAL

1 - Se solicita la obtención de un ejemplar de la revista "El Omnibusero" que edita la Unión de Trabajadores de CUTCSA (UTC), edición del mes de Diciembre de 1993.-

990180.

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M   Nº 940016/FECHA: 08/2/94

I.- ASUNTO: RESPONDE A E.E.I. Nº 9400983

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

Se adjunta revista mensual "EL OMNIBUSERO", del mes de Diciembre 1993.-

000002

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

001(A)/025

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 09 FEB. 1994
Pasa a B.I.2 Sindical
Nº. de Orden 940119

SECRETO

940180.

SECRETO

ORIGINAL

M E M O R A N D U M   Nº 940016/FECHA: 08/2/94

I.- ASUNTO: RESPONDE A E.E.I. Nº 9400983

II.- REFERENCIA:

III.- T E X T O :

Se adjunta revista mensual "EL OMNIBUSERO", del mes de Diciembre 1993.-

000002

IV.- DISTRIBUCION: ORIGINAL - JEFE DEPARTAMENTO I
COPIA I - JEFE DEPARTAMENTO III(OP)-ARCHIVO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
DEPARTAMENTO I
Fecha de Entrada 09 FEB. 1994
Pase a Br. S. Sindical
Nº. de Orden 9401196

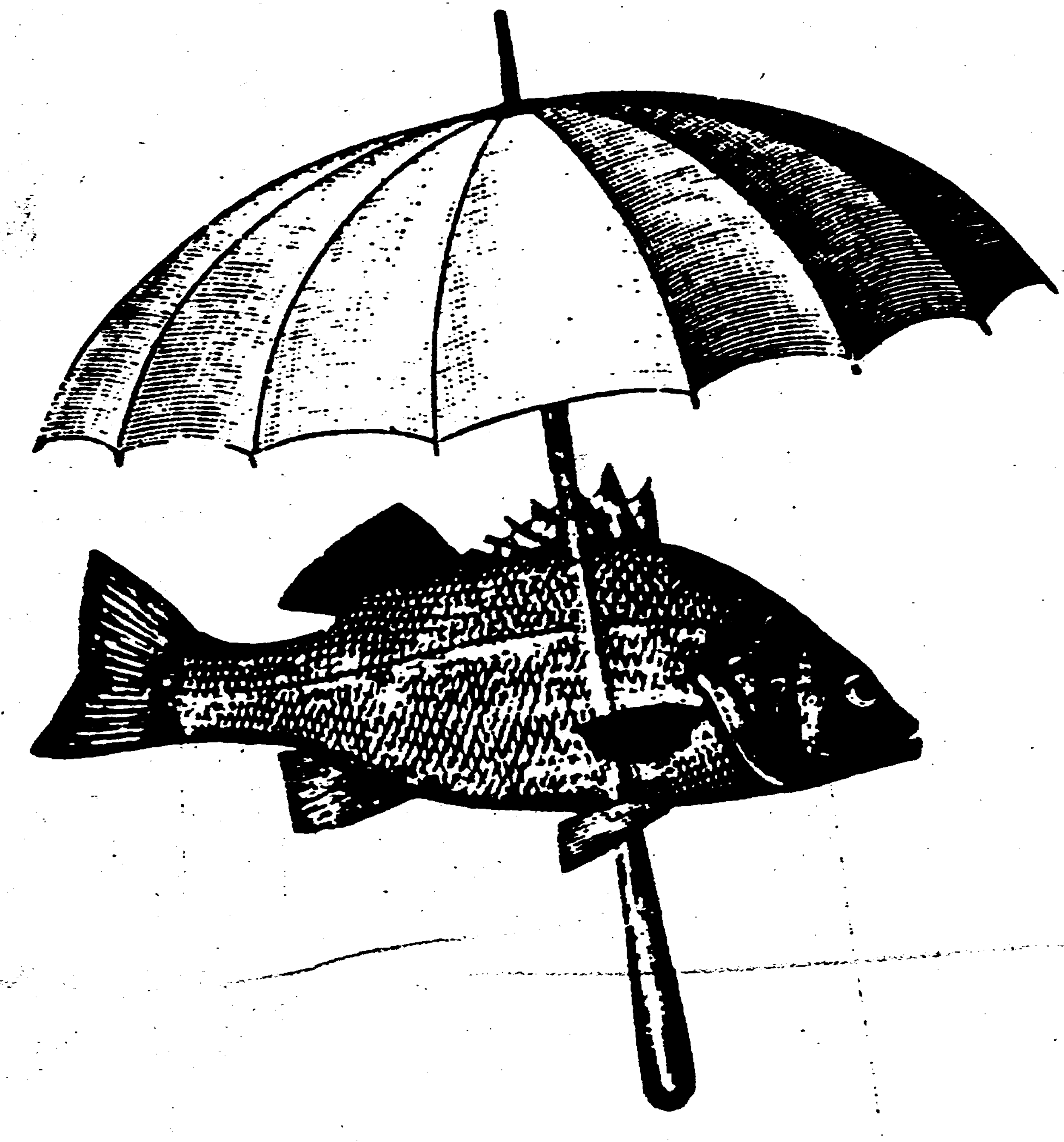
001/025

SECRETO

El Omnibusero

Reclamo judicial de la media hora de descanso

Vayan pelando las chauchas!



... presos políticos - Pág 18

Segunda época AÑO IV Nº51 - Diciembre de 1993 edición de 24 págs. y 4000 ejemplares

"No es en la cúspide, en el vértice de las organizaciones y de su unión federativa, sino en la base, en la masa proletaria organizada, donde está la garantía para la unidad real del movimiento obrero".

Rosa luxemburgo

"Cuando llegaron los europeos nosotros teníamos la tierra y ellos la Biblia. Hoy, ellos tienen la tierra, y nosotros tenemos la Biblia".

Desmond Tutu (Obispo sudafricano)

Presupuesto

1º al 30 de noviembre de 1993

Concepto	Importe
Salario Dr. Villanueva	$U 1.680.oo
Salario Dr. Bocage	$U 1.680.oo
Salario Gloria López	$U 1.400.oo
Salario Rubén Landoni	$U 1.300.oo
Radio Avisos	$U 1.050.oo
Gastos de papelería	$U 1.000.oo
Secretario General (21)	$U 1.600.oo
Aporte jubilados	$U 500.oo
Antel, Ose, Ute, Impuestos	$U 2.000.oo
Gastos de mantenimiento	$U 2.000.oo
Aporte solidario	$U 3.000.oo
"El Omnibusero"	$U 6.000.oo
Servicio fotocopiadora	$U 500.oo
Jornales tribunal (30)	$U 2.300.oo
Cotización UNOTT	$U 3.000.oo
Gastos imprevistos	$U 1.00.oo
Asiduidad por pérdida de jornales (30)	$U 2.300.oo
Fondo conflicto	$U 2.000.oo
Inversión en muebles (heladera, 3 ventiladores de pie)	$U 2.450.oo
Impresora digital	$U 6.100.oo
(5 cuotas de 1400 U$S + a los 20 días se paga IVA)	
Jornales Pro Secretario (12)	$U 840.oo
GASTO TOTAL	**$U 42.700.oo**

Mesa Directiva Diciembre 1993

Nombre	Cargo
Edgardo Clavijo	Secretario General
Daniel García	Secretario General Adjunto
Milton Morales	Presidente
José Casteriana	Tesorero
Jorge Hornos	Tesorero
José Fazio	
Jorge Silvano	
Luis Demuro	
Julio Fernández	
Fredy González	
Daniel Caserta	
[illegible] Páez	
[illegible]	

La Reestructura del transporte urbano



Ante casos de accidentes de tránsito o problemas en las líneas, comunicarse con los compañeros integrantes de la Mesa Directiva que poseen Radio Aviso (Telefono 92 12 11): Jorge Silvano, Código UTC 1533 - Milton Morales . 5230 - Daniel García, 1539 - Edgardo Clavijo , 1534

Carta de la redacción

Historias asombrosas (II)

Aclarando sobre las moneditas

Varios compañeros de Recaudación nos han comunicado su malestar con referencia al suelto aparecido en nuestro número anterior refiriéndose a esa "eterna maldición" que para los guardas significa la falta de cambio. Especialmente los compañeros de Línea A se sintieron agredidos por el mismo. Como no era esa nuestra intención, sin desdecirnos una palabra, vamos a aclarar algunos conceptos de los allí vertidos.

- La falta de monedas no era un problema exclusivo de Línea A, sino de la CUTCSA toda y del país en general. Ella obedece al hecho de que mientras el Banco República saca de circulación todos los billetes de cien y cincuenta pesos que llegan a sus arcas, no los sustituye con nuevas emisiones.

- La empresa nunca se preocupó (ni se preocupa ahora) de procurarle cambio a los guardas.

- Si los guardas de la A no tienen monedas y si la única entrada de éstas a recaudación de oficina 1 es la entrega de éstos ¿cómo podría ser la "venta" de monedas la causante de la escasez? Evidentemente no se puede vender lo que no se tiene.

- La situación descrita en el suelto se ha comprobado sí en otras oficinas de la empresa, en las que sobran las monedas en algunas líneas mientras faltan en otras.

- Cuando hablamos de ciertos recaudadores hablamos de ciertos recaudadores, es decir de **algunos** y no de todos. En Recaudación de Cutcsa hay de todo como en todos lados: hay obreros y hay propietarios, hay compañeros sindicalizados y hay carneros y alcahuetes. Los compañeros que son compañeros, *no tienen porqué darse por aludidos* ya que aquí nadie metió a todos los recaudadores en la misma bolsa.

Pero todo este problema ha tenido un final insólito, asombroso (por ser delicados). ¿Qué medidas tomó la empresa luego del paro del 11 de noviembre en Línea A? ¿Fue a buscar monedas al banco? ¿Le pidió a la Intendencia que redondeara el precio del boleto? ¿Habló con Sir Ignacio de Posadas para que acuñara más monedas? No, insólita, asombrosamente puso unos tímidos cartelitos en los ómnibus... ¡y prohibió a los recaudadores negociar el cambio! (Circular del 13/XI). Como decíamos al principio, ¿cómo se pueden negociar monedas que no hay?

Además, aunque los recaudadores entreguen todas las monedas que reciben, ¿quién se las da a los guardas cuando la Caja está cerrada (es decir en los fines de semana y los feriados), que es precisamente cuando más se necesitan?

El hilo se volvió a cortar por la parte más fina y en lugar de buscar una solución seria y efectiva la Empresa aprovechó para reprimir a los recaudadores considerando ahora "falta grave" la venta de cambio como si esa fuera la causa real del problema. Otra de las payasadas a las que tristemente ya estamos acostumbrados, otra de las "Historias asombrosas" de la Cutcsa.

Andrés Capelán

Cortes y Asambleas

Al cierre de esta edición consideramos un deber ineludible hacer mención al tema que hoy por hoy es el más importante para el gremio.

No vamos a hacer letra sino que iremos directamente al grano:

1) Las resoluciones de Asamblea: *o se respetan o se respetan.*

2) La abrumadora mayoría de los compañeros que discreparon con las horas de corte de los días 24 y 31 no concurrieron a la Asamblea del día 7 de diciembre, por lo tanto son también responsables por lo que allí se votó. Que les sirva de lección (fraternalemente dicho).

3) Nosotros llevamos a todo el mundo a sus casas, pero ¿quién nos lleva a nosotros a las nuestras? Los "coches de ruta" que pone la Empresa han sido siempre una payasada: no existen. El personal que se "recluta" para recaudar dichos días es incompetente y muchas veces trabaja a desgano por lo que los guardas comprobadamente demoran casi una hora en entregar. Si se organizara un servicio adecuado de "coches de ruta" y una recaudación eficiente estos problemas no pasarían.

4) Todos (nosotros, la Empresa, la Intendencia) "nos acordamos de Santa Bárbara cuando truena". Estas cosas hay que solucionarlas con anticipación. Los trabajadores de Cutcsa estamos cansados de ser el "último orejón del tarro" y de allí nace la indignación que motivó esta moción.

5) Así como respetamos las resoluciones de las Asambleas Generales pensamos que nadie puede negar a nadie el derecho a reconsiderar el tema en *otra* Asamblea.

6) Por otro lado, si la Empresa puede organizar los "Servicios de Emergencia" los días de paro, bien puede hacerlo también en esta ocasión. Los propietarios pueden llevarse los coches para sus casas y nosotros no. A los inspectores los llevan en auto a sus hogares y nosotros terminamos "tirados" por ahí.

7) Este problema sí se puede solucionar con buena *voluntad de todas las partes*, pero con tiempo. Ahora "ya está" y *todos* deberemos reflexionar sobre ellos. Los que fueron a la Asamblea y los que no fueron, los que votaron el corte a las 12 y los que votaron en contra. Y lo más difícil: deben reflexionar también las autoridades municipales y las autoridades de la Empresa.

No solo se puede, sino que se deben buscar los caminos de concordia que posibiliten solucionar esto de una vez y para siempre. Por todo ello: ¡a respetar la resolución de la Asamblea! ¡A trabajar en serio para que estas cosas no pasen más!.

A. C.

El Omnibusero, revista mensual de los trabajadores de Cutcsa. Consejo Editor: **Alberto Suárez, Milton Da Silva, Julio Salaberri, Néstor Leivas, Washington Viera, Fernando Algace.** Coordinador del área de Comunicación y Propaganda: **José Fazzio.** Colaboradores: **Alberto Salas y Héctor Bruni.** Redactor responsable: **Andrés Capelán.** Composición y armado: **Comunicación Gráfica, Carlos Anaya 2862 bis, Teléfono 81 55 50.** Impresión: **REG S.A. Garibaldi 2579. Este es el boletín mensual de la Unión de Trabajadores de Cutcsa, Luis Alberto de Herrera 3579, Teléfono 28 56 26. Las opiniones vertidas en esta publicación no reflejan necesariamente las de la dirección del Sindicato. Cada articulista es responsable de sus dichos.**

"En los paros generales o parciales, ningún compañero cambiará el turno con la patronal". Resolución de la Asamblea General de UTC del 27 de diciembre de 1991.

Editorial

Media hora - Vía judicial

Independientemente de que no existe o no hay contradicción entre la vía ministerial y la vía judicial, después de haber recorrido todas las instancias del mecanismo ministerial (faltando solamente que se expida el Ministerio) la entrevista con el Ministro Dr. Reilly, termina de aclarar mucho más el panorama. Son tres las maneras posibles de expedirse que tiene el Ministerio:

1) en contra
2) a favor y no vinculante
3) a favor y vinculante

Es probable que la definición política y jurídica del Ministerio en este caso por su magnitud y en definitiva por un problema de intereses de clase no sea ninguna de las tres antes mencionadas sino que la resolución sea que la Oficina Jurídica de la Inspección de Trabajo exhorte, aconseje al Ministerio, a que este caso lo dirima la Justicia.

Es muy probable que en tres o cuatro meses se expida siendo este el tiempo que necesita también el armado por parte del Sindicato del expediente de reclamo judicial aprobado por nuestra última Asamblea General.

Como se arma el expediente del reclamo judicial

El Sindicato y su Area Técnico Jurídica serán los responsables de llevar adelante esta tarea. ¿Qué se necesita?

1) Armar todo el expediente sin que falte ningún trabajador.
2) El compañero que no firme el reclamo no será contemplado en el mismo.
3) Cada trabajador tendrá que firmar un poder certificado por un Escribano Público (este será parte del equipo jurídico del Sindicato) para que nuestro Abogado (Dr. Villanueva) nos represente en el reclamo colectivo.

Armar todo esto nos llevará quizás el tiempo necesario para que se expida el Ministerio e independientemente de su fallo creemos que la vía judicial será la encargada de saldar definitivamente el caso.

Por eso pensamos que lo que aprobaron los trabajadores en la última Asamblea General es correcto. Por lo tanto decimos que es la media hora pero por el camino de la vía judicial.

Vía que demorará un tiempo prudencial, por eso esto tiene que ser cristalino, sin tapujos, sin engaños. Según los juristas esto llevará un largo período de tiempo y es un deber de la dirección del sindicato y un derecho que tienen los trabajadores, conocer la veracidad de las cosas.

Porque somos responsables ante el gremio decimos: al pan pan y al vino vino. Nada de entreveros, nada de misterios, es hora de la media hora a través de la vía judicial.

Para esta nueva situación, una forma de movilización diferente

El gremio debe llevar adelante una estrategia de movilización inteligente que apele a la combinación de todas las formas de lucha, partiendo de algunos presupuestos básicos.

No estamos ante un reclamo clásico, sino ante la exigencia del respeto de un derecho que nos pertenece, pues la ley es muy clara y la realidad también.

Los trabajadores de Cutcsa no descansan la media hora que les pertenece por ley

La lucha y la movilización del gremio debe darse en el momento oportuno, rodeando en forma inteligente al proceso jurídico con la denuncia pública por radio y televisión. Las concentraciones y otras nuevas formas que eviten el desgaste del gremio o su encerramiento en forma inútil o innecesaria.

Más que una reivindicación, la media hora es un derecho que nos pertenece y que nos exige una movilización diferente en su forma y contenido.

El gremio tiene una rica experiencia en como resolver positivamente la lucha por sus reivindicaciones, aun ante temas tan complejos como este. Por lo tanto, confiamos en la unidad y capacidad de lucha del gremio y el sindicato. Este será el único camino para (con la opinión y participación activa de todos los trabajadores en las instancias de decisión) resolver favorablemente el reclamo.

"En los paros generales o parciales, ningún compañero cambiará el turno con la patronal"
Resolución de la Asamblea General de UTC del 27/XII/91

Comisión de Tránsito y Transporte de UTC

No pueden haber nuevos circuitos si no hay nuevas terminales

La Comisión de Tránsito y Transporte de UTC ha comenzado a discutir con la Intendencia para conseguir soluciones de infraestructura en las nuevas terminales que se derivan de la implantación de los nuevos circuitos en Aduana y Ciudad Vieja.

El pasado 3 de diciembre, ante el anuncio de que al día siguiente comenzarían los nuevos circuitos, solicitamos una reunión con carácter grave y urgente al Departamento de Tránsito y Transporte de la Intendencia en la que planteamos la decisión de los trabajadores de no realizar aquellos recorridos donde no se hubiesen concretado lo anteriormente solicitado (terminales con baño, agua, electricidad, etc.)

Ante esta actitud decidida de los trabajadores, la Intendencia decide formar una comisión tripartita con Cutcsa, la que resuelve en primera instancia postergar el inicio de los circuitos diez días y estudiar detalladamente la situación.

Allí presentamos nuestras soluciones y finalmente se determinó que la resolución de este problema se definiría el 8 de enero. De todas maneras se lograron resolver los siguientes problemas:

a) Punta Gorda - Recorridos 112, 140, 142 y 173. Pasarán a hacer la espera en la Plaza Virgilio.
b) Hipódromo - Recorrido 102.
Hará su espera en el Mercadito Municipal de Mendoza y Niágara.
c) Luis Braile - Recorrido 115.
Efectuará la misma en el Mercadito Municipal de Luis Braile y 12 de Octubre.
d) Recorrido 136.
La realizará en la terminal Paso de de la Arena.

En el caso de Plaza España se prometió que en 60 días (es decir a principios de febrero) se terminarán las obras necesarias.

En el de Terminal Malvín, se ha instalado un baño químico pero reclamamos que se lo dote de agua, luz y una construcción de ladrillo.

En lo que se refiere a los restantes recorridos en conflicto, la Empresa ha escuchado las propuestas presentadas y ha quedado en contestar las mismas en estos días en la tripartita.

Exhortamos a los compañeros que cuiden las nuevas terminales ya que ello es un beneficio para todos nosotros. Debe quedar claro que estas terminales (principalmente los baños) deben ser de uso exclusivo de los trabajadores del transporte).

Esta Comisión de Tránsito y Transporte de UTC se reúne todos los miércoles a las 17.00 horas en el local sindical. Todos aquellos compañeros que deseen participar de ella o venir a plantear ideas o inquietudes tienen las puertas abiertas.

La comisión está actualmente integrada por los compañeros Jorge Silvano (Dirección), Daniel Varela, Miguel Gómez y Domingo Giacoia (Línea A), Mario Baffico y Jorge Suárez (B-Bb), Sergio Toledo (D), Luis García (E), Sergio Delgado (F), Eduardo Rolan (K) y Rodney Noble (185).



No se puede poner la carreta antes de los bueyes, primero las terminales y después dejar la Aduana.

Cuentos para niños

Andrés Capelán

Otra historia de las islas

Tengo muchos recuerdos de mi vida en las islas, los más felices, aquellos de la época de la niñez. Junto con mis muchos amigos pasábamos entonces los días en un juego permanente.



Recuerdo las calurosas tardes de estío en que íbamos a la casada a gastar el tiempo nadando y retozando. Recuerdo los anocheceres en que pasábamos horas escuchando el canto de las chotacabras y observando su vuelo (siluetas violáceas recortadas en el cielo naranja). Recuerdo las mañanas de primavera cuando íbamos a recolectar huevos de somorgujo en los acantilados. Rcuerdo los días en que nos pasábamos jugando a la bolita entre los wingwags de la aldea india...

Claro que no todo eran rosas, recuerdo también historias tristes. Por ejemplo recuerdo como si fuera hoy aquel día en que Jeremías, (el hijo del guardabosque) le faltaron tres bolitas.

Enseguida acusó al Totito - el hijo del cacique- de habérselas robado y pidió que le revisaran las faltriqueras. Totito se enojó mucho, dijo que no había robado nada y que a él nadie le revisaba los bolsillos porque no era un ladrón.

Esto de la desaparición de las bolitas, lamentablemente dividió a la pandilla. Habían algunos (la mayoría) que estaban de acuerdo con el Totito, le decían que no se dejara revisar nada porque él era inocente. Otros le decíamos que -por el contrario- accediera al pedido de Jeremías, y así este se dejaba de embromar con esa historia de las bolitas perdidas. No hubo caso, tanto Totito como su papá (en Gran Cacique Indio) insistían en que al Totito nadie le revisaba las faltriqueras, porque él no había robado nada.

Nosotros todos confiábamos en el Totiyo y estábamos seguros de que decía la verdad. Jeremías por su parte -y como buen hijo de guardabosque- no era muy de confiar.

En este caso habían tres posibilidades: primero, que Totito se huebiera quedado con las bolitas. Segundo que las bolitas las hubiera perdido el mismo Jeremías en el bosque de sicomoros. Tercero, que las bolitas nunca se hubieran extraviado.

La única manera de poner las cosas en su lugar era dejar revisar los bolsillos de Totito, pero como tanto la mayoría de la pandilla como el Totito, como su papá el Gran Cacique Indio, se negaban a ello, seguía quedando la duda...

El episodio tuvo el final previsible: Jeremías le contó la cosa a su papá y éste ocupó el campamento indio con 47 guardabosques y les dieron vuelta los bolsillos y no solo al Totito sino también al Gran Cacique y a todos los demás indios.

Ni piensen que les voy a contar si encontraron las bolitas o no. Eso es lo de menos.

Lo importante, la moraleja de toda esta historia, es que uno no sólo debe ser honesto, sino también debe demostrarlo.

005 -8401190

Edgardo Clavijo

Ni tanto, ni tan poco

En este 5º Congreso de la Central, el movimiento sindical se ha perdido una buena oportunidad para cambiar sus Estatutos y adecuarse mejor a los tiemos que se avecinan.

Pero malo es también darle más trascendencia a este hecho, de la que el mismo tiene.

Los trabajadores uruguayos organizados tuvieron que vivir 80 años de lucha para poder sintetizar toda esa experiencia en una única Central y por ende, en sus Estatutos.

Y aunque lo repetimos mil veces, quizás, nos olvidamos que esta es una Central atípica a las del resto del mundo, porque aquí conviven diferentes pensamientos y corrientes sindicales. Con Sindicatos afiliados a las tres centrales mundiales y los más, no afiliados a ninguna de ellas.

El Estatuto vigente tiene una gran e importante virtud: ha mantenido unidos a los trabajadores uruguayos por más de 20 años. Por eso cuando le criticamos al movimiento sindical este hecho (no cambiar los Estatutos) nos olvidamos de todo lo anterior.

Quizás cuatro años de intentar cambiarlos no son suficientes para conseguir una idea mayoritaria de qué es lo que debemos cambiar, en referencia a los Estatutos.

Y por las características de nuestra Central (amplia y unitaria) se necesita una importante mayoría (consenso generalizado) para cambiarlos.



Y esto es bueno para manenterla unida.

La voluntad de cambio existió (si sumamos los votos de ambos proyectos), las diferencias son los cómo y los porqué. Quizás no estemos tan lejos.

La expectativa existió

Uno de los miedos que todos teníamos era que el casco militante no le diera importancia a este Congreso. Y si bien es cierto que a nivel general del movimiento obrero, la expectativa fue escasa (poca movilización que lo rodease, pero debate en los Sindicatos), en los militantes sí se generó.

Se llegó a sesiones con el 83% de los delegados presentes, un número mayor al de otros Congresos.

El ámor a la unidad

Pudo más que los miedos y las decepciones por las resoluciones que esperaban los delegados de cada sector.

Esa unidad que se vio amenazada poco antes de la realización del mismo, se afirmó. Y aunque la unidad no se asegura de una vez y para siempre, este Congreso pudo mantenerla más allá de las diferencias y/o decepciones.

Para mí la unidad es una cuestión de principios. Tan de principios que sin ella los trabajadores no podrían enfrentar el avance del neoliberalismo ni encontrar soluciones.

Y para que esa unidad no se vacíe de contenido es necesario que la actual Mesa Representativa empiece a elaborar, a buscar caminos para enfrentar el neoliberalismo y se proyecte con un programa avanzado de país y alternativo al de las clases dominantes.

Precisamos una Mesa Representativa que dirija y que no se autoconvoque solo para decretar medidas de lucha.

Precisa el movimiento sindical una dirección que le dé expectativas a los trabajadores y que le busque soluciones reales a sus problemas, al salario, a la fuente de trabajo.

Ya no alcanza con protestar. Y será imposible encontrar soluciones sino nos dejamos de tirar piedras entre nosotros.

Esto es lo que necesitan los trabajadores uruguayos y lo que les preocupa más los Estatutos.

Por eso lo del título. Lo de este Congreso no fue ni tanto ni tan poco. El Congreso ya pasó, ahora la Mesa Representativa (dirección de la Central), tiene la palabra.

Daniel Garcia

V Congreso: Haciendo camino al andar

Luego del derrumbe de la mayoría del campo socialista fundamentalmente de la URSS, entramos a vivir en un mundo unipolar, de claro dominio del sistema capitalista (el que pese a su avance coyuntural sigue en crisis) que continúa en su faz imperialista teniendo como eje fundamental a los Estados Unidos y el gran capital financiero internacional.

La estrategia neoliberal en la que se enmarca la política del gobierno uruguayo, tiene carácter global en tanto abarca aspectos económicos, políticos e ideológicos. Responde a los intereses de los centros imperialistas y su objetivo es la reestructuración capitalista a nivel mundial para enfrentar la reducción de las tasas de ganancia en los centros del capital monopólico. Para disminuir fricciones entre los centros imperialistas y consolidar a pesar de sus contradicciones, el liderazgo colectivo de éstos en el sistema capitalista.

El Movimiento Sindical ha sido protagonista, desde el Congreso anterior, de batallas reivindicativas y programáticas entrelazadas de gran importancia para el movimiento popular. Mencionar la defensa del patrimonio Nacional (13 de diciembre) y el conflicto de la Construcción es suficiente a título de ejemplo. Este protagonismo no ha sido en todos los casos como Central, muchas veces se ha actuado en forma dispersa y atomizada rebajando no sólo las posibilidades de conquista, sino además la calidad del saldo político y organizativo para el PIT-CNT y sus filiales.



Debemos admitir que sufrimos una crisis del movimiento que si bien no elimina sus posibilidades las limita sensiblemente. Debemos actuar para superarlas en la medida en que continuemos enfrentando los desafíos como clase organizada.

Por todo eso para nosotros, el desafío fundamental es levantar un bloque alternativo con todas las fuerzas progresistas, que nos permita no sólo resistir al neoliberalismo sino enfrentarlo con lucha y con un programa de soluciones.

Un Congreso de Unidad

Congreso que empieza con un déficit de casi todos (salvo algunas excepciones) cual fue la poca o casi ninguna discusión que se le dieron a los materiales presentados como propuestas, no solo por las mesas Directivas de los Sindicatos sino fundamentalmente por el conjunto de los trabajadores.

Sin embargo el 83% de participación de los habilitados en el Congreso es un síntoma no solo de la expectativa que tenían los militantes sino que fue una reafirmación de la unidad que estuvo amenazada antes de la realización del Congreso.

Creemos que el Movimiento Sindical ha perdido una buena oportunidad para cambiar sus Estatutos, para educar mejor el movimiento a los nuevos tiempos que se avecinan. Nosotros defendimos en UTC y en el Congreso de la UNOTT la proporcionalidad porque estamos convencidos de que es lo *mejor. Claro que no cualquier proporcionalidad*, porque también somos conscientes de que cantidad no significa calidad.

También defendimos la idea de buscar la forma de ayudar a los gremios que tienen graves problemas organizativos y de funcionamiento porque creemos que excluyendo no resolvemos bien esta situación en concreto.

El proceso de cambios de Estatutos se empieza a resolver bien sobre la base de dos aspectos esenciales para el fortalecimiento del Movimiento Sindical y que se resumen en: **proporcionalidad sin exclusiones.**

Para enfrentar con soluciones y no resistir por resistir al neoliberalismo, otras de las conclusiones del Congreso apuntan hacia una Mesa Representativa que sea verdaderamente la dirección política de la Central y también el organismo que delinee las políticas organizativas.

Creemos que la misma flexibilidad que tuvieron la mayoría de las tendencias en la Plenaria también se vio reflejada en el trabajo de los Delegados en ls Comisiones. Estas trabajaron con mucha seriedad e iniciativa logrando muy buenos documentos como en el caso de la Comisión de Políticas de Alianzas, que fue a la Plenaria con el voto unánime de todas las corrientes sindicales.

Ahora, la Mesa Representativa y todos los gremios tenemos la palabra, *terminó el V Congreso* y la vida continúa. Por eso tenemos que seguir todos juntos por encima de tendencias buscando los caminos de soluciones que le permitan al Movimiento Popular sacar al país del pozo en que se encuentra en producto de esta política neoliberal llevada adelante por ricos y hecha sólo para ricos. Es aquí donde el Movimiento Sindical tiene que jugar el papel protagónico que siempre jugó y que hoy más que nunca tiene que seguir jugando.

Jorge Rivas - Línea E

Vivir es luchar



Nuestras vidas están sobrecargadas. A menudo, vivir nos resulta un asunto terriblemente complicado. Los problemas que nos rodean son increíblemente complejos y he comprobado que no existen respuestas sencillas.

La complejidad nos deja siempre con una sensación de incapacidad y desamparo. Sin embargo, sorprendentemente, continuamos avanzando día a día, añorando algo más simple y con más sentido. Entonces el proceso de nuestra vida sindical y lucha constante adquiere una tremenda importancia.

Está en nuestras manos encarar la búsqueda con autenticidad, con sencillez, con una claridad despojados de cargas inútiles.

¿Somos un pasado? Sí. ¿Somos un presente? Sí, pero lo verdadero y esencial es a qué debemos dedicarnos si pretendemos elegir nuestro camino, es hacerlo en el presente. ¡Ahora mismo! Porque también somos algo en potencia y para desarrollar ese potencial debemos librarnos del yo autodestructivo.

Debemos desprendernos de los imposibles, porque nada es imposible. ¡Qué mundo tan negativo!

Para que nuestas vidas no transcurran sin el factor que le da a todo esto el sentido de nuestra lucha y combatividad, no perdamos la sensibilidad y la dignidad. En la medida que nos relacionemos con la gente como gente, habrá diálogo y se podrán lograr muchas cosas, quizás el apoyo en los demás sirve para encontrarse a sí mismo.

Es indispensable volver a confiar en las personas, que con el compromiso moral y de un camino que es el mismo de siempre, se logre con el trabajo y participación de todos, lo mejor para nuestras vidas. Se que existe lo feo y lo malo. Pero también está lo bueno y no permitan que les digan lo contrario.

Si tratamos de mirar a nuestro alrededor y compartir con quienes tenemos a nuestro lado, llegaremos a un acercamiento y nos pondremos, llegado el momento, hombro con hombro hasta lo que sea necesario. Quizás debemos aprender a hacerlo, pero no nos quedemos sin intentarlo.

Porque no solo debemos pensar en el presente, sino que también en el proceso que nosotros llevemos a cabo para el futuro de nuestros hijos. "Un hombre que no lucha y arriesga no vive y si no vive no existe".

Juan Brasesco - Línea A

"Gorra feroz"

(Para ir coleccionando)



El día 23 de noviembre la sorpresa toca mi puerta cuando me entregan una boleta para firmar con el siguiente enunciado: "Realizar viaje en forma irregular figurando en planilla como normal. 27.10.93".

Esto no es para mí, pensé, seguro de que nunca hice tal fechoría. Pero la historia recién comenzaba, ya que también le entregan dicha citación al chofer que ese día trabajó en el mismo coche, pero de mañana.

Llega el momento de ir a declarar y allí me entregan el informe del Inspector que ese día estaba haciendo control de pasada en "18" y Barrios Amorin hacia el Centro, diciendo en el mismo que ese coche (el 57) ese día a las 22 y pico no había pasado allí por el recorrido 109 destino Plaza Independencia, adjuntando la planilla correspondiente.

No fue chica la sorpresa del empleado que escribe, los descargos al yo hacerle notar, según la planilla, que en los momentos que el Inspector me esperaba en el Gaucho, 109 Plaza, yo iba 105 Carrasco, a esa altura por 8 de Octubre.

Realmente el Sr. Inspector cuando hace control de pasadas, debe mirar los números de los coches y sus servicios, ya que también le ocurrió algo similar al coche 713. Es por esto que yo me pregunto: cuando suceden estas irregularidades ¿quién controla a dicho Inspector para asegurar que éste cumpla su función de una manera útil?, ya que viendo estos informes irregulares, no veraces, inmorales (porque aquí se me está cuestionando mi moral como trabajador).

¿Cómo puedo yo desempeñar la función de Guarda de una forma tranquila (siendo "cortés" con el pasaje) y dejar en alto la imagen de una Empresa que comete tales arbitrariedades, que permite dentro de su personal superior, Inspectores que inventan infracciones para salvarse o justificarse. ¿Cuántas veces vemos Inspectores en infracción no cumpliendo con su trabajo?

Es por eso que pedimos que cuando venga la reestructura, los cupos para Inspección los cubran las personas que están realmente capacitadas para tal función, eliminando a aquellos que idolatran el rigor, en favor de los que realmente producen para la Empresa.

Manuel Amaro - Línea I

¿Quién nos pidió permiso para endeudarnos?

Transparencia, cristalinidad, honestidad, representatividad

Soy de los que piensan que la herramienta de lucha de los trabajadores -el Sindicato y el PIT-CNT- es algo que funciona tratando todos los temas del país, porque damos la discusión en ámbitos e instancias del quehacer político-sindical. A la vista está la participación de los trabajadores en iniciativas, reclamos a soluciones en defensa de un mejor modo de vida.

En el reciente congreso del PIT-CNT se trataron diversos temas que -como siempre- han enriquecido al movimiento obrero, manteniendo los estatutos que dieron origen a la unificación de nuestro movimiento sindical en la década del '60. Se presentaron dos opciones de reforma estatutaria, pero aun habiendo voluntad para un cambio, ninguna de ellas logró la mayoría necesaria para efectuarlo.

Por otro lado, es un hecho que las finanzas de nuestra central están resentidas. Lo mismo sucede con algunas filiales y en ciertos casos ello se debe al esfuerzo económico que significó el llevar adelante el plebiscito contra las privatizaciones en diciembre del año pasado.

Tenemos claro que el triunfo del pueblo en dicha instancia ha sido un gran paso que cortó el avance de este gobierno entreguista y antipopular, que apostaba a la privatización (es decir a la extranjerización) de importantísimos entes estatales.

Y aquí nos encontramos -pese a todo- con un proceder incorrecto: los dirigentes de UTC de aquel entonces no informaron al gremio que habíamos servido de garantes de un préstamo de U$S 10.000 (diez mil dólares) por parte de la empresa Cutcsa a nuestra Central con destino a la campaña que mencionábamos. Este es también el caso de otros sindicatos, el de Conaprole, y el de Ose deben U$S 25.000 cada uno, Aute debe 17.000, etc.

Yo me pregunto por qué la dirección del sindicato no le comunicó esta situación a los trabajadores. ¿Esperaban que nos enteráramos por los medios de comunicación de masas, esos que apuntan siempre a destruir nuestra herramienta de lucha? Hemos comprobado una vez más que ciertas "vacas sagradas" de nuestro movimiento sindical siguen menospreciando la conciencia de clase y la capacidad de los trabajadores (quienes son los garantes morales e intelectuales de dichos préstamos), es decir que siguen con el "doble discurso".

Planteamos seguir la lucha por un cambio real en la conducción de nuestro movimiento obrero.

Deben ser los trabajadores quienes -por sí o por no- tomen este tipo de decisiones y marquen el rumbo a seguir. Pedimos que los dirigentes participen en instancias como este último Congreso llevando la posición real de los trabajadores. Llevando posiciones de Asamblea (órgano soberano) y no posiciones personales como es el caso.

Yo digo: si hay miedo de informar, hay miedo de luchar. Claro que renovar la casa no quiere decir tirar los muebles por la ventana... De todas maneras, muchas felicidades para todos en este año que se inicia y que 1994 nos una cada vez más en la lucha. Por mejor salario, por fuentes de trabajo, por nuestra familia.

Jorge Silvano - Dirección

La crisis en Cutcsa

Un monstruo de varias cabezas



Simultaneamente a la recuperación del sector cooperativo, CUTCSA no fue capaz de resolver los problemas estructurales de su gestión. Esta le fue haciendo perder participación en el mercado de venta de boletos.

Algunos de ellos por su importancia son:

- Sobredimensionamiento, estructura deforme del sector administrativo, la inspección de los servicios.
- Un sistema de horarios y de transporte rígido y lento que no permite mover con rapidez y flexibiliad los servicios.
- Un sistema de entrenamiento de guardas y conductores que no responde a las necesidades.
- Un sistema de sanciones y de inspección más dirigida a la represión, que a la formación y educación profesional del trabajador.
- Exceso en el pago de horas improductivas (banco, citados, pago por no dar los 24 jornales, etc.) cuando simultáneamente se pagan un número importante de horas extras.
- La mala limpieza y mantenimiento de los coches, que junto a uniformes de mala confección y anticuados no contribuye a la elevación de la calidad de los servicios que se le presta a los usuarios.
- Falta de una conducción más centralizada y eficiente de los problemas de transporte que es puesta en jaque permanentemente por la contraposición y competencia entre las Comisiones de vigilancia de las diversas líneas.

Además de estos factores tradicionales si se quiere en la estructura de funcionamiento de la empresa se han sumado dos aspectos de gravitante importancia en las causas propias de la crisis de la empresa:

1) La absorción de Cooptrol significó un shock importante para la economía de la empresa que aun no pudo ser asimilada (cabría preguntarse si esto es posible) en forma ordenada y eficiente. La misma significó un crecimiento del número de unidades y de personal (incrementando los costos de explotación y el número de personal por coche) en forma paralela a un descanso permanente y gravitante de la venta de boletos.

CUTCSA no fue capaz de llevar en forma gradual, ordenada y eficiente esta absorción, que le fue inevitable como forma de impedir que las líneas de la ex Cooptrol quedaran en manos de empresas que pudieran significar una fuerte competencia en los recorridos más importantes de la empresa por 8 de Octubre, Rivera y Avda. Italia.

Los trabajadores no queremos pagar los platos rotos

Las consecuencias de esta situación se empiezan a sentir como una amenaza en ciernes sobre los trabajadores de CUTCSA. Y los trabajadores no queremos ser una vez más quienes pagámos los platos rotos de la ineficacia de los empresarios y la pasividad de las autoridades nacionales.

En los últimos años han proliferado los servicios diferenciales que trabajan sin guarda y se intenta por parte de algunas empresas cooperativas trabajar los nocturnos sin guarda.

No hay dudas que el gremio y el sindicato no permitirá que por la vía de los hechos se siga aplicando una reestructura de la modalidad del trabajo en el transporte que afecta a nuestra seguridad laboral.

No nos negamos a discutir ningún cambio. Pero los mismos solo son posibles con la participación activa de los trabajadores, con su opinión y sus propuestas.

2) Se cometió un gran error en no renovar la flota, sin tener caminos ni alternativas planteadas en el momento que el Ministerio de Transporte y Obras Públicas brindó un sistema de leasing y financiación extremadamente favorables para las empresas del transporte.

Esto no le permitió a CUTCSA tener una flota moderna, eficiente y de menor costo de mantenimiento para enfrentar una remozada competencia de las empresas menores.

3) CUTCSA no fue capaz de aprovechar la situación favorable que tuvo durante los últimos años en la cual como resultado de la ausencia de coches de las cooperativas compitiendo, tuvo un excedente en la venta de boletos. Tendría que haber aprovechado dicha situación para procesar los cambios que le permitiera revertir la actual crisis económica de las empresas.

4) Debe tenerse en cuenta además que las cooperativas del transporte tienen menores costos de producción fruto del carácter jurídico de sus empresas que le ha permitido bajar los costos (en forma que no compartimos) mediante el recorte de beneficios sociales y una reestructura en algunos casos salvaje de sus empresas.

Hace más de un año que el sindicato le planteó a la empresa la necesidad de discutir en forma bipartita un Convenio Laboral que permitiera introducir los cambios en las formas de trabajo del sector, asegurando las fuentes de trabajo de todos los trabajadores, y mejorando las condiciones de vida y los ingresos de los trabajadores.

Advertimos que si no se hacían los cambios a tiempo, CUTCSA era una bomba de tiempo a punto de estallar en una crisis social de imprevisibles consecuencias.

A nuestro planteo se respondió airadamente en la prensa con calficativos alarmistas en la prensa por parte de los Directivos de la empresa y con indiferencia.

Lamentablemente los tiempos políticos reales de llevar adelante una verdadera reestructura planificada de los servicios del transporte ya pasó. Perdimos los tiempos políticos reales para ello.

Hoy la crisis de la empresa está mostrando sus aristas más negativas y tiene como centro problemas urgentes a resolver, que hacen imposible una tranquila y productiva discusión del problema de fondo.

Los responsables de esta situación tendrán que responder por su negligencia e ineficacia.

El sindicato denunció y actuó a tiempo. Hoy ya es tarde para aquella discusión. Sin embargo, estamos a tiempo para atacar los centros de la actual crisis de la empresa.

Y hoy como ayer seguimos reclamando la necesidad urgente de discutir de la mejor forma para llevar adelante una reestructura que de acuerdo a los intereses obreros defienda nuestras fuentes de trabajo.

Guarda la que viene... con la reestructura

Cuando un año atrás dijimos que si nuestra empresa no encaraba una profunda reestructura que le permitiera revertir algunos signos económicos negativos que ya se visualizaban, iba a estallar en una crisis de una profunda dimensión con graves consecuencias sociales.

Muchas voces airadas nos salieron al cruce.

Desde las autoridades de la empresa o las de la propia IMM.

Lamentablemente la realidad mucho más porfiada que los dichos y que cualquier teoría nos está dando la razón.

La empresa CUTCSA se encuentra en el período más difícil de su existencia y ha debido tomar algunas medidas extraordinarias para enfrentar la situación.

Ya en aquel entonces la disminución de la participación de CUTCSA en el mercado de boletos era de una importante dimensión, situación que se ha ido agravando con la pérdida de la venta de millones de boletos en lo que va del año 93!

Los trabajadores no somos ajenos, ni indiferentes ante este problema. Pues en la resolución del mismo está en juego nuestra fuente de trabajo y nuestra seguridad laboral.

Por lo tanto el gremio y el sindicato deben tomar el tema de la reestrucutra como un problema capital y fundamental para su propia existencia.

Las causas de la crisis

Por supuesto que existe una causa general, de carácter estructural que es producto de la situación económica y social del país. El transporte no está ajeno a la crisis general.

Es que en un país donde las fábricas cierra, el desempleo crece y los salarios no alcanzan, la actividad en el transporte también se resiente, pues la gente viaja menos.

Esta cuestión de fondo es la base de la crisis, que sin duda determinará en el futuro, nuevos problemas.

Cuestión que no solo no parece mejorar en el horizonte cercano, sino que con la aplicación de la política neoliberal puede agravarse en forma importante.

Sin embargo, este no es hoy el tema principal que provoca la eclosión de la crisis.

La crisis también responde a hechos objetivos, íntimamente relacionados que tienen como origen la situación concreta y particular del transporte.

1) CUTCSA no ha sido capaz de cambiar y modificar su sistema de gestión, obsoleto ante los problemas que genera la crisis del transporte.

2) Las cooperativas del transporte han logrado no solo recuperar (renovación de flota mediante) su participación tradicional en el mercado de venta de boletos sino que ha superado la misma en perjuicio de CUTCSA.

3) La política de la IMM, independiente de sus intenciones y de las razones planteadas que no analizaremos y que no discutimos si son justas o no, actuó con un claro favoritismo hacia las cooperativas del transporte, en el otorgamiento de nuevas líneas, recorridos y servicios diferenciales.

4) El transporte, desde tiempo atrás, vive una crisis estructural que los sucesivos gobiernos departamentales han dejado pasar con pasividad e indiferencia.

Estos problemas no se resuelven de una vez ni de golpe.

El actual gobierno municipal por primera vez en muchas administraciones ha intentado comenzar la búsqueda de salidas definitivas.

Independiente de que se puedan compartir o no todas las medidas planteadas, lo cierto es que el gobierno comunal ha actuado para incidir y tratar de resolver la situación.

Informe de la Comisión Fiscal al gremio sobre la labor en las finanzas del período enero 92 a agosto 93.

No bien establecida la Comisión Fiscal, realizó dicha revisación exhaustivamente, comparando boletas y salidas de caja con, en primer lugar, el libro y en segundo lugar las hojas de computadora. Una vez terminada esta tarea solicitamos por escrito a la Mesa Directiva para que aclarara las dudas surgidas durante la fiscalización.

La Mesa Directiva decide que dicha respuesta la realicen los compañeros que anteriormente estaban en la Dirección del gremio y designan al cro. Luis Demuro quien en última instancia se encarga de escribir las respuestas, las cuales transcribimos textualmente:

"Por eso la Comisión Fiscal entiende que la Mesa Directiva debe aclarar:

a) Deuda con la UNOTT, de la cual somos acreedores y nunca existió comprobante de entradas y salidas de UTC con FOT y luego UNOTT.

b) Situación del Libro, por qué se llevó así y no de na manera pulcra para el conjunto de los trabajadores, (como es al final su cometido)"

Siendo también textualmente la respuesta de los compañeros de la anterior Administración:

Cros. de la Comisión Fiscal
Presente

Nos dirigimos a ustedes para dar respuesta a las interrogantes planteadas en vuestro informe con relación a las Finanzas correspondientes a setiembre 91-setiembre 93.

Las respuestas se refieren y están ordenadas de acuerdo a las preguntas que oportunamente se realizaron.

De esta manera comenzaremos nuestra respuesta en el orden en que han sido presentas:

a) La deuda contraída por la UNOTT corresponde a los años 92 y 93. Debemos tomar en cuenta entonces la resolución de la Asamblea General de UTC de marzo del 92 por la cual se le suspendía el pago de cotización a la que en aquel momento se llamaba FOT (hoy UNOTT). Junto con esto se resolvió el pago de los gastos que nuestra organización generara a la FOT.

La deuda central de la UNOTT con UTC se genera por tres factores:

a) pago de Contribución Inmobiliaria del local que habitamos.

b) reparaciones varias del local.

c) pago de la deuda de la UNOT al PIT-CNT.

En cada uno de los pagos que UTC realiza y deben ser descontados de la UNOTT consta esta salvedad, si constaran junto con estos recibos de la UNOTT estaríamos ante una doble facturación, por lo cual los mismos se han ido liquidando en la medida que fueron cubiertos por gastos y/o por cotizaciones.

Otra posible forma de registro podría haber sido la liquidación de comprobantes contra recibos de pago de la UNOTT. Esta situación no pudo ser posible por los siguientes motivos:

I) Suspensión de pagos de la cotización de UTC a la UNOTT, por lo cual no se contaban en esos meses de posibles recibos de cotización.

II) Atraso en los balances de la UNOTT que no permitirían tener al día la contabilidad de UTC.

III) Continuos pagos de gastos de local que se debían registrar en nuestra contabilidad y que de otra forma eran imposibles de registrar.

En cambio debemos aclarar que se encuentra tanto en poder de la UNOTT como de nuestra organización un listado donde constan cada uno de los comprobantes a los que nos referimos.

b) Las correcciones realizadas en el Libro son producto de la siguiente situación:

1) En el mes de mayo del 93 se detecta un importante sobrante de dinero, se realiza entonces un minucioso análisis de la contabilidad encontrándose que los comprobantes numerados entre el Nº 574 y el Nº 611 estaban repetidos, es así que se realiza la primera corrección del Libro numerándolos como corresponde.

2) En varias oportunidades se constataron errores en las cifras y rubros en el pasaje a los libros, se recurrió entonces a enmarcarlos con paréntesis de color rojo.

3) Al realizarse el Balance Anual correspondiente a 1992 se registran importantes diferencias, con lo cual el Cro. Viera (Tesorero) plantea a la Mesa Directiva la necesidad de realizar un pormenorizado análisis de la contabilidad, encontrándose así errores tanto en la suma de las columnas como en los registros de comprobantes y transportes.

Se define entonces no hacer un nuevo Libro sino comenzar a llevar la contabilidad con el ordenador electrónico.

Esperamos haber dado respuesta satisfactoria a vuestras preguntas y quedamos desde ya a disposición por cualquier otro tipo de aclaración que crean necesaria.

Saluda atte.
Mesa Directiva

Conclusión:

Las Entradas y Salidas de Caja comparadas de los Ingresos y Egresos surgidos de la computadora coinciden, salvo algunos errores menores que fueron subsanados en el Balance General al entregarlo a la actual Comisión de Finanzas (como errores menores entendemos aquellos que se desprenden de: teclear mal en la computadora, copiar mal, etc. etc. que carecen de toda mala intención de aquellos que los generan).

Por lo tanto así concluimos este trabajo de la anterior Administración, dándoles una **gestión normal.**

Por Comisión Fiscal: Juan Brasesco, Luis García, Carlos De León.

Informe de la Comisión Fiscal al gremio sobre la labor en las finanzas del período enero 92 a agosto 93.

No bien establecida la Comisión Fiscal, realizó dicha revisación exhaustivamente, comparando boletas y salidas de caja con, en primer lugar, el libro y en segundo lugar las hojas de computadora. Una vez terminada esta tarea solicitamos por escrito a la Mesa Directiva para que aclarara las dudas surgidas durante la fiscalización.

La Mesa Directiva decide que dicha respuesta la realicen los compañeros que anteriormente estaban en la Dirección del gremio y designan al cro. Luis Demuro quien en última instancia se encarga de escribir las respuestas, las cuales transcribimos textualmente:

"Por eso la Comisión Fiscal entiende que la Mesa Directiva debe aclarar:

a) Deuda con la UNOTT, de la cual somos acreedores y nunca existió comprobante de entradas y salidas de UTC con FOT y luego UNOTT.

b) Situación del Libro, por qué se llevó así y no de na manera pulcra para el conjunto de los trabajadores, (como es al final su cometido)"

Siendo también textualmente la respuesta de los compañeros de la anterior Administración:

Cros. de la Comisión Fiscal
Presente

Nos dirigimos a ustedes para dar respuesta a las interrogantes planteadas en vuestro informe con relación a las Finanzas correspondientes a setiembre 91-setiembre 93.

Las respuestas se refieren y están ordenadas de acuerdo a las preguntas que oportunamente se realizaron.

De esta manera comenzaremos nuestra respuesta en el orden en que han sido presentas:

a) La deuda contraída por la UNOTT corresponde a los años 92 y 93. Debemos tomar en cuenta entonces la resolución de la Asamblea General de UTC de marzo del 92 por la cual se le suspendía el pago de cotización a la que en aquel momento se llamaba FOT (hoy UNOTT). Junto con esto se resolvió el pago de los gastos que nuestra organización generara a la FOT.

La deuda central de la UNOTT con UTC se genera por tres factores:

a) pago de Contribución Inmobiliaria del local que habitamos.

b) reparaciones varias del local.

c) pago de la deuda de la UNOT al PIT-CNT.

En cada uno de los pagos que UTC realiza y deben ser descontados de la UNOTT consta esta salvedad, si constaran junto con estos recibos de la UNOTT estaríamos ante una doble facturación, por lo cual los mismos se han ido liquidando en la medida que fueron cubiertos por gastos y/o por cotizaciones.

Otra posible forma de registro podría haber sido la liquidación de comprobantes contra recibos de pago de la UNOTT. Esta situación no pudo ser posible por los siguientes motivos:

I) Suspensión de pagos de la cotización de UTC a la UNOTT, por lo cual no se contaban en esos meses de posibles recibos de cotización.

II) Atraso en los balances de la UNOTT que no permitirían tener al día la contabilidad de UTC.

III) Continuos pagos de gastos de local que se debían registrar en nuestra contabilidad y que de otra forma eran imposibles de registrar.

En cambio debemos aclarar que se encuentra tanto en poder de la UNOTT como de nuestra organización un listado donde constan cada uno de los comprobantes a los que nos referimos.

b) Las correcciones realizadas en el Libro son producto de la siguiente situación:

1) En el mes de mayo del 93 se detecta un importante sobrante de dinero, se realiza entonces un minucioso análisis de la contabilidad encontrándose que los comprobantes numerados entre el Nº 574 y el Nº 611 estaban repetidos, es así que se realiza la primera corrección del Libro numerándolos como corresponde.

2) En varias oportunidades se constataron errores en las cifras y rubros en el pasaje a los libros, se recurrió entonces a enmarcarlos con paréntesis de color rojo.

3) Al realizarse el Balance Anual correspondiente a 1992 se registran importantes diferencias, con lo cual el Cro. Viera (Tesorero) plantea a la Mesa Directiva la necesidad de realizar un pormenorizado análisis de la contabilidad, encontrándose así errores tanto en la suma de las columnas como en los registros de comprobantes y transportes.

Se define entonces no hacer un nuevo Libro sino comenzar a llevar la contabilidad con el ordenador electrónico.

Esperamos haber dado respuesta satisfactoria a vuestras preguntas y quedamos desde ya a disposición por cualquier otro tipo de aclaración que crean necesaria.

Saluda atte.
Mesa Directiva

Conclusión:

Las Entradas y Salidas de Caja comparadas de los Ingresos y Egresos surgidos de la computadora coinciden, salvo algunos errores menores que fueron subsanados en el Balance General al entregarlo a la actual Comisión de Finanzas (como errores menores entendemos aquellos que se desprenden de: teclear mal en la computadora, copiar mal, etc. etc. que carecen de toda mala intención de aquellos que los generan).

Por lo tanto así concluimos este trabajo de la anterior Administración, dándoles una **gestión normal.**

Por Comisión Fiscal: Juan Brasesco, Luis García, Carlos De León.

Daniel Caserta - Dirección

Se deben diez mil dólares a Cutcsa

Las voces y los ecos del Congreso

El 11, 12, 13 y 14 de noviembre fue el Congreso del PIT CNT y la realidad es que muchos trabajadores no se enteraron y es más, todavía lo ignoran. La delegación que designó UTC fue de 9 titulares y 9 suplentes. Se llegó al acuerdo en la Mesa que como había tres corrientes de opinión, cada lista mandara 3 titulares y 3 suplentes.

No hubo discusión previa al Congreso y tampoco llevamos propuesta específica del gremio. Lo que sí se valoró es que cada lista tiene sus diferentes planteos marcados en las elecciones del gremio y cada una representó su posición acorde a sus ideales. Cada compañero votante en el gremio sabe que no es la mejor forma pero igual estuvo representado en el Congreso.

Lo mejor sería realizar Plenarios y culminar con una Asamblea General para ir al próximo Congreso.



¿Máquinas de impedir qué?

La participación de todos los gremios fue buena, las distintas Comisiones tuvieron debate y en conclusión se marca que hay dos posiciones de cómo conducir el PIT CNT y no tres como se quiere hacer aparecer.

Están los radicales, los comunistas y los moderados (ex comunistas y ex radicales).

Compañeros, hay posiciones notoriamente diferentes y lo demostraron las votaciones en el Congreso. Una, la de los que somos llamados radicales y ahora también "máquinas de impedir". Así lo planteó un compañero de otro gremio, enojado porque hay quien piensa distinto. Decía que siempre hay otros que hacen todo lo posible para impedir que salga lo que ellos proponen (o quieren imponer, mejor dicho). El compañero se olvida que no solo él puede tener razón, que los demás también damos aportes. Porque nosotros podríamos decir, "¡pero che, estos siempre traen algo distinto a lo nuestro!" La diferencia es que para nosotros sí está bien que hayan distintas opiniones.

Pero siempre vamos a dar la lucha por lo que creemos que es contraproducente para la clase obrera.

Habían dos planteos de cambio de Estatutos, el A y el B. Nosotros apoyamos el B pero no toda la Mesa de UTC.

La propuesta A proponía disminuir la cantidad de Dirigentes a 20 con decisión, los que cortarían el bacalao, dejando Sindicatos afuera de la discusión.

La propuesta B era totalmente contraria, marcaba mayor participación y no excluía a ningún gremio para tomar determinaciones.

Ninguna de las dos tuvo los dos tercios necesarios de los votos y quedó en vigencia el mismo Estatuto que estaba. Después igualmente se dejaron gremios afuera porque se proponía una Mesa con cuarenta gremios y otra de treinta y seis porque así marcaba el Estatuto actual y se terminó votando por una de 35 gremios, quienes la votaron fueron moderados y comunistas.

También votaron juntos para continuar en el Mercosur a pesar que antes del Congreso nos decían que el sector comunista del Transporte no apoyaba eso.

Después de todo no son tantas las discrepancias entre comunistas y moderados, está claro que el tema no es de grandes diferencias. El tema de fondo es la obtención del "poder" y la vida demuestra que votan más juntos que separados.

Alianzas con el diablo

Participé de la Comisión de Políticas de Alianzas donde nuevamente hubo dos visiones: una por hacer alianzas con quienes son confiables e históricamente están de nuestro lado (estudiantes, jubilados, cooperativistas, etc.) que fue apoyada por nosotros y la otra defendida poro renovdores y algunos más que planteaban hacer alianzas hasta con el diablo pero aclaraba un compañero que hay que decir que es diablo pero no angelito.

Al compañero parece que no le importa hacer alianzas con quienes nos explotan y nos marginan, y por lo que argumenta, está dispuesto a hacer alianzas con un torturador o un asesino, mientras estuviera de acuerdo en alguna propuesta en común.

Parece que los principios y la dignidad para algunos ya no importan; el compañero Leivas en su artículo anterior en El Omnibusero, nos contaba que vendían el alma al diablo y tiene razón. Pero a quienes nos llaman "máquinas de impedir" trataremos de evitarlos porque no tengan dudas que todavía quedan "Margaritas" (como decía el compañero) para salvar el alma de Fausto.

El 13 de diciembre fue importante porque se derrotó la política privatizadora en algunos Entes, pero les pregunto ¿era necesaria la alianza con quienes los explotan y con quien fue el Presidente de la República en el anterior período y se reía de los trabajadores porque a él no le ganaba ninguna huelga, o la Central se olvidó que los trabajadores de Cutcsa estuvimos 31 días de huelga luchando contra Sanguinetti, quien hizo todo lo posible para hambrearnos?... Hoy hicieron alianzas con él sin consultar a los trabajadores, mañana veremos a quien le dio resultados positivos políticamente, esta alianza.

La otra deuda

Y a quien le dará mejores resultados el préstamo que la Empresa Cutcsa hizo al PIT-CNT de 10.000 dólares por intermedio de la Mesa anterior de UTC siendo garantía nuestro Sindicato, para la campaña del Referéndum del 13 de diciembre, siendo todavía una deuda del PIT-CNT a Cutcsa.

También la Central debe a otros sindicatos y empresas, varios miles de dólares por la misma razón.

Nadie duda de la importancia del 13 de diciembre, ¿pero estos fueron los métodos más adecuados?, ¿alguien consultó a los trabajadores si estábamos de acuerdo que nuestra Central pidiera a Cutcsa 10.000 dólares?

Meses atrás luchábamos por un Convenio, presentamos otro, defendieron el que se firmó a muerte, mientras debíamos sin saber, esta suma importante.

¿Quedan compromisos o no quedan?

¿Cuántas veces pediste un vale por $200 a la Empresa y por tener retenciones te lo negaron y era para pucherear?. Hay que cortar de raíz este tipo de alianzas o relacionamiento (que es lo mismo) organizando a los trabajadores para luchar y resistir y no para ser absorbidos por gobiernos y empresarios.

Lo de los cambios ha cambiado

Hay quienes ya no creen en el cambio, en el "hombre nuevo", en el socialismo, en la revolución. Será mejor que se vayan porque en la izquierda no caben y en un sindicato clasista tampoco. Será mejor que se dediquen a ser asesores de los empresarios, les va a ir muy bien. Aparte, se sentirán más a gusto.

¡Si serán importantes las elecciones en los gremios! Allí se eligen a los representantes al PIT-CNT. El cambio está en tus manos, sos vos quien elige.

El cambio será lento, la educación del pueblo y de nuestros hijos, el enseñarles que la dignidad y la lucha es esencial para mantener esperanzas y vale la pena. Hay que comenzar bien de abajo, los compañeros, los vecinos tienen que volver a creer en la herramienta que es la izquierda popular. Pero la señal tendrá que ser bien clara, tiene que trazar un camino y una meta sin apartarse de ella. Ser claros, honestos, sin locuras, sabiendo dónde pisamos pero con mucha rebeldía de ser hombres y así sentirlo.

Los cambios llegarán, el capitalismo y su modelo neoliberal también tienen crisis. ¿Alguien duda de lo violento y bestial de este modelo que aplasta al pueblo, a los pobres?

Peor que con una bala, es matar de hambre a un niño, dejarlo sin asistencia médica, sin techo o sin educación. Ello significa una tortura lenta más violenta que un disparo.

¿Cuál es con la izquierda?

En ello hay que trabajar, en concientizar al pueblo y no en ir a comer con el embajador de los Estados Unidos o a brindar con los empresarios. Claro que el sindicalismo es solo parte del camino, porque el mayor compromiso lo tiene la izquierda. Y ésta también ha tenido cambios que no apuntan a la conciencia del hombre y a un gobierno popular, sino que se está pareciendo cada día más a un partido tradicional. Lo que le preocupa es llegar a ser gobierno sin importarle si el ciudadano sabe lo que vota y para qué lo vota.

¿Cuánto puede durar una izquierda en el gobierno sin gente conciente para defenderla? ¿Llegado el momento, cuántos estarán dispuestos a ello? ¿Qué pasa con el no pago de la deuda externa que siempre se catalogó de inmoral?

¿Qué pasa con la nacionalización de la Banca? ¿Qué pasa con la Reforma Agraria? La gente va cambiando pero no le podemos cambiar el discurso en el camino porque allí comienzan las dudas. Si algo hay que cambiar de lo propuesto, que se discuta a todo nivel y no en cúpulas de vacas sagradas menospreciando a quienes los pusieron en esos lugares.

Por una Central Clasista, sin dudas, por una Izquierda Popular Socialista. Contra el doble discurso, contra los carneros, los alcahuetes, los explotadores y los traidores.

Organizate para luchar.

Primero lograr los cambios en casa para no fallar en la lucha contra el enemigo de clase.

Daniel Caserta - Dirección

Se deben diez mil dólares a Cutcsa

Las voces y los ecos del Congreso

El 11, 12, 13 y 14 de noviembre fue el Congreso del PIT CNT y la realidad es que muchos trabajadores no se enteraron y es más, todavía lo ignoran. La delegación que designó UTC fue de 9 titulares y 9 suplentes. Se llegó al acuerdo en la Mesa que como había tres corrientes de opinión, cada lista mandara 3 titulares y 3 suplentes.



No hubo discusión previa al Congreso y tampoco llevamos propuesta específica del gremio. Lo que si se valoró es que cada lista tiene sus diferentes planteos marcados en las elecciones del gremio y cada una representó su posición acorde a sus ideales. Cada compañero votante en el gremio sabe que no es la mejor forma pero igual estuvo representado en el Congreso.

Lo mejor sería realizar Plenarios y culminar con una Asamblea General para ir al próximo Congreso.

¿Máquinas de impedir qué?

La participación de todos los gremios fue buena, las distintas Comisiones tuvieron debate y en conclusión se marca que hay dos posiciones de cómo conducir el PIT CNT y no tres como se quiere hacer aparecer.

Están los radicales, los comunistas y los moderados (ex comunistas y ex radicales).

Compañeros, hay posiciones notoriamente diferentes y lo demostraron las votaciones en el Congreso. Una, la de los que somos llamados radicales y ahora también "máquinas de impedir". Así lo planteó un compañero de otro gremio, enojado porque hay quien piensa distinto. Decía que siempre hay otros que hacen todo lo posible para impedir que salga lo que ellos proponen (o quieren imponer, mejor dicho). El compañero se olvida que no solo él puede tener razón, que los demás también damos aportes. Porque nosotros podríamos decir, "¡pero che, estos siempre traen algo distinto a lo nuestro!" La diferencia es que para nosotros sí está bien que hayan distintas opiniones.

Pero siempre vamos a dar la lucha por lo que creemos que es contraproducente para la clase obrera.

Habían dos planteos de cambio de Estatutos, el A y el B. Nosotros apoyamos el B pero no toda la Mesa de UTC.

La propuesta A proponía disminuir la cantidad de Dirigentes a 20 con decisión, los que cortarían el bacalao, dejando Sindicatos afuera de la discusión.

La propuesta B era totalmente contraria, marcaba mayor participación y no excluía a ningún gremio para tomar determinaciones.

Ninguna de las dos tuvo los dos tercios necesarios de los votos y quedó en vigencia el mismo Estatuto que estaba. Después igualmente se dejaron gremios afuera porque se proponía una Mesa con cuarenta gremios y otra de treinta y seis porque así marcaba el Estatuto actual y se terminó votando por una de 35 gremios, quienes la votaron fueron moderados y comunistas.

También votaron juntos para continuar en el Mercosur a pesar que antes del Congreso nos decían que el sector comunista del Transporte no apoyaba eso.

Después de todo no son tantas las discrepancias entre comunistas y moderados, está claro que el tema no es de grandes diferencias. El tema de fondo es la obtención del "poder" y la vida demuestra que votan más juntos que separados.

Alianzas con el diablo

Participé de la Comisión de Políticas de Alianzas donde nuevamente hubo dos visiones: una por hacer alianzas con quienes son confiables e históricamente están de nuestro lado (estudiantes, jubilados, cooperativistas, etc.) que fue apoyada por nosotros y la otra defendida poro renovdores y algunos más que planteaban hacer alianzas hasta con el diablo pero aclaraba un compañero que hay que decir que es diablo pero no angelito.

Al compañero parece que no le importa hacer alianzas con quienes nos explotan y nos marginan, y por lo que argumenta, está dispuesto a hacer alianzas con un torturador o un asesino, mientras estuviera de acuerdo en alguna propuesta en común.

Parece que los principios y la dignidad para algunos ya no importan; el compañero Leivas en su artículo anterior en El Omnibusero, nos contaba que vendían el alma al diablo y tiene razón. Pero a quienes nos llaman "máquinas de impedir" trataremos de evitarlos porque no tengan dudas que todavía quedan "Margaritas" (como decía el compañero) para salvar el alma de Fausto.

El 13 de diciembre fue importante porque se derrotó la política privatizadora en algunos Entes, pero les pregunto ¿era necesaria la alianza con quienes los explotan y con quien fue el Presidente de la República en el anterior período y se reía de los trabajadores porque a él no le ganaba ninguna huelga, o la Central se olvidó que los trabajadores de Cutcsa estuvimos 31 días de huelga luchando contra Sanguinetti, quien hizo todo lo posible para hambreamos?... Hoy hicieron alianzas con él sin consultar a los trabajadores, mañana veremos a quien le dio resultados positivos políticamente, esta alianza.

La otra deuda

Y a quien le dará mejores resultados el préstamo que la Empresa Cutcsa hizo al PIT-CNT de 10.000 dólares por intermedio de la Mesa anterior de UTC siendo garantía nuestro Sindicato, para la campaña del Referéndum del 13 de diciembre, siendo todavía una deuda del PIT-CNT a Cutcsa.

También la Central debe a otros sindicatos y empresas, varios miles de dólares por la misma razón.

Nadie duda de la importancia del 13 de diciembre, ¿pero estos fueron los métodos más adecuados?, ¿alguien consultó a los trabajadores si estábamos de acuerdo que nuestra Central pidiera a Cutcsa 10.000 dólares?

Meses atrás luchábamos por un Convenio, presentamos otro, defendieron el que se firmó a muerte, mientras debíamos sin saber, esta suma importante.

¿Quedan compromisos o no quedan?

¿Cuántas veces pediste un vale por $200 a la Empresa y por tener retenciones te lo negaron y era para pucherear?. Hay que cortar de raíz este tipo de alianzas o relacionamiento (que es lo mismo) organizando a los trabajadores para luchar y resistir y no para ser absorbidos por gobiernos y empresarios.

Lo de los cambios ha cambiado

Hay quienes ya no creen en el cambio, en el "hombre nuevo", en el socialismo, en la revolución. Será mejor que se vayan porque en la izquierda no caben y en un sindicato clasista tampoco. Será mejor que se dediquen a ser asesores de los empresarios, les va a ir muy bien. Aparte, se sentirán más a gusto.

¡Si serán importantes las elecciones en los gremios! Allí se eligen a los representantes al PIT-CNT. El cambio está en tus manos, sos vos quien elige.

El cambio será lento, la educación del pueblo y de nuestros hijos, el enseñarles que la dignidad y la lucha es esencial para mantener esperanzas y vale la pena. Hay que comenzar bien de abajo, los compañeros, los vecinos tienen que volver a creer en la herramienta que es la izquierda popular. Pero la señal tendrá que ser bien clara, tiene que trazar un camino y una meta sin apartarse de ella. Ser claros, honestos, sin locuras, sabiendo dónde pisamos pero con mucha rebeldía de ser hombres y así sentirlo.

Los cambios llegarán, el capitalismo y su modelo neoliberal también tienen crisis. ¿Alguien duda de lo violento y bestial de este modelo que aplasta al pueblo, a los pobres?

Peor que con una bala, es matar de hambre a un niño, dejarlo sin asistencia médica, sin techo o sin educación. Ello significa una tortura lenta más violenta que un disparo.

¿Cuál es con la izquierda?

En ello hay que trabajar, en concientizar al pueblo y no en ir a comer con el embajador de los Estados Unidos o a brindar con los empresarios. Claro que el sindicalismo es solo parte del camino, porque el mayor compromiso lo tiene la izquierda. Y ésta también ha tenido cambios que no apuntan a la conciencia del hombre y a un gobierno popular, sino que se está pareciendo cada día más a un partido tradicional. Lo que le preocupa es llegar a ser gobierno sin importarle si el ciudadano sabe lo que vota y para qué lo vota.

¿Cuánto puede durar una izquierda en el gobierno sin gente conciente para defenderla? ¿Llegado el momento, cuántos estarán dispuestos a ello? ¿Qué pasa con el no pago de la deuda externa que siempre se catalogó de inmoral?

¿Qué pasa con la nacionalización de la Banca? ¿Qué pasa con la Reforma Agraria? La gente va cambiando pero no le podemos cambiar el discurso en el camino porque allí comienzan las dudas. Si algo hay que cambiar de lo propuesto, que se discuta a todo nivel y no en cúpulas de vacas sagradas menospreciando a quienes los pusieron en esos lugares.

Por una Central Clasista, sin dudas, por una Izquierda Popular Socialista. Contra el doble discurso, contra los carneros, los alcahuetes, los explotadores y los traidores.

Organizate para luchar.

Primero lograr los cambios en casa para no fallar en la lucha contra el enemigo de clase.



Hugo Oertel - Línea A

El hombre de las cejas, ¿se golpeará nuevamente el pecho?

Nunca me voy a olvidar, nunca nos vamos a olvidar, aquella noche en el Canton y en medio de la huelga de los 31 días, habló muy clarito el Presidente de los Orientales: el Dr. Julio Ma. Sanguinetti se golpeaba el pecho diciendo "a mí nunca nadie me ganó una huelga". Parece mentira pero fue, repito y no por casualidad, no por mala redacción sino que bien a propósito bien a puro corazón "nunca me voy a olvidar".

Pero mirá que es rico este país, mirá que le han dado, eh!!

Estamos al fin de este gobierno que ha aplicado una política neoliberal (léase desempleo, léase vivir cada día peor), cinco años antes soportó al gobiero colorado (el de los golpes en el pecho), un poco más atrás de la dictadura que vino para aplicar las recetas del norte y un poquito antes de Bordaberry y de Pacheco.

Pero mirá que le han dado a este país y aun no lo lograron fundir (por lo menos del todo). Pensar!!

No sólo debemos, o lo hacemos o quedamos en la ruina

Nuestro país tiene muchas riquezas, pero la principal es nuestra gente, nuestro pueblo. Pero como todos, tenemos nuestro Talón de Aquiles, nos asusta mucho cambiar, nos cuesta mucho ver el aspecto general, ese hilo invisible que une todas las cosas. Debemos dejar de creer que aquí las cosas se arreglan con un voto cada cinco años.

Todavía tenemos muchos (quizás más de lo que creemos) compatriotas, incluso obreros que se miran el ombligo creyendo que no opinando sobre tal o cual tema se encuentran a salvo de la vida.

El avestruz cuando intuye el peligro esconde la cabeza en un hoyo y si tomamos esa actitud nos comen crudos.

Dos posiciones: ombligo o alternativa

Y sigue la ola de desempleos, sigue este país sin abrir fábricas, sin invertir un peso en la modernización ni tecnología industrial productiva para así poder los uruguayos generar mano de obra que nos dé un lugar en el mundo, que logremos ser muchos más que una gran plaza financiera y turística donde cada día hay más decadencia.

¿Quién oprime? Nosotros debemos hacerlo, compañeros, levantemos la cabeza pues si seguimos pensando que a nosotros no nos va a tocar, estamos muy errados. Es tan grande la crisis que si no tomamos conciencia, también quedaremos en la calle. No hay trabajo y más salario porque nuestra producción es cara, por lo tanto no hay dinero para invertir en tecnología que permita hacernos competitivos.

Pero sí hay dinero para invertir en costosas campañas electorales y para priorizar en la deuda externa y no en fábricas.

Y si seguimos sin pensar, sin opinar en estas cosas, mirándonos el ombligo, le haremos el caldo gordo a las derechas.

¿Seremos capaces?

El desafío está ahí, faltan pocos meses para que la gente se pronunce nuevamente. Y vamos rumbo a una polarización de fórmulas: 1) por un lado una alternativa viable, aplicable, que permita empezar a cambiar la cosa. 2) La continuación del nuevo orden mundial.

Ahí está el desafío, la gran pregunta es si lograremos levantar una propuesta alternativa, juntando a toda aquella gente que en medio de sus matices piense y cree en un Uruguay para los uruguayos.

Los obreros y otra alternativa

Claro, alguien andará diciendo que esto es política y hasta le pondrá cierta antipatía a la palabrita (buen negocio para las patronales). En medio de la lucha y mirando al hombre que se golpeaba el pecho, miles de obreros comprendieron que la cosa está bien vinculada, bien unida, por eso es que definimos que también en ese terreno, perdón, más en ese terreno que en otro se define una conquista, un salario, una huelga.

Compañeros, en la vida nuestra, real y concreta, la que habla de pagar el alquiler, pagar las deudas, no existen islas, todo está unido para explicarlo crudamente, si este país no produce se va al bombo.

Sí hay camino, sí hay alternativa

Confío y confiaré siempre en este gremio y en este pueblo. Sí hay posibilidades de construir otra forma de vida. Fortalecer el sindicato y la clase obrera significa combatir contra el vaciamiento de la conciencia nacional en lo que nos quieren hacer creer que la cosa es por el lado de uno, pensar en hacer las ocho horas (mientras las tengamos) e irnos para la casa. La cosa es unir contra el país gris al país verde, al país del voto contra las privatizaciones, buscar un espacio amplio y plural que enfrente a las golpeadas de pecho.

El hombre de las cejas

Se golpeará nuevamente el pecho, ¿puede ser o no? Eso depende de nosotros. Que la memoria no nos falle, que sepamos ver más allá y logremos ver un panorama general donde todo está unido. Al gobierno tales reivindicaciones, no el cielo, no el milagro, sí trabajo, sí lucha, mucha lucha y empezar a revertir esto.

José Roberto Fazio - Dirección

Asamblea y opinión

El pasado 9/12/93 se realizó la Asamblea General de la UTC. La misma fue convocada para tratar distintos y muy importantes temas para el gremio.

El orden del día de la misma contaba con temas trascendentes como la reestructura que viene estando en discusión hace un año y medio. Desde esa fecha venimos reclamando la participación de los trabajadores en la misma porque entendemos que una reestructura es tal si los trabajadores participamos de la misma, aportando y discutiendo con las patronales.

Por eso estamos en un todo de acuerdo con la decisión adoptada por la Asamblea General de formar e integrar una Comisión de Reestructura que estudie, analice y aporte para que la misma se haga con los trabajadores y no a espaldas de ellos.

Estamos de acuerdo con la reestructura pero no con cualquier reestructura. Para ello debemos sentarnos a discutir entre nosotros y eliminar los matices, porque en temas de fondo debemos llegar inevitablemente a acuerdos por el bien del gremio.

Esta comisión atacará dos puntas:

A) La Empresa
B) La IMM

En estos lugares es donde debemos llevar nuestras posiciones unitarias.

Dos cosas son fundamentales para encarar la reestructura.

1) *Participación real en la misma.*

2) Que ningún trabajador quede sin trabajo.

En lo que tiene que ver con la IMM es obvio que es necesaria una reestructura en la ordenanza de tránsito y transporte. Aquí la comisión de tránsito discutió y exigió que para la implantación del régimen de circuito era necesario tener una infraestructura adecuada, cosa que fue interpretada por las autoridades de la IMM y se aplazaron los mismos hasta el 8/1/94. Hay que destacar aquí el desempeño de los compañeros de la Comisión de Tránsito de UTC.

Media hora

En este tema tan tratado y tan sentido, tan «bolaceado» y tan importante está claro y quedó demostrado que lo actuado hasta el momento fue lo correcto, es decir reclamar ante el Ministerio (lo que llamamos tiempo ministerial). Este, iniciado tiempo atrás, contó con un expediente elaborado con el aporte de varios compañeros y llevado adelante por el Dr. Villanueva y estudiado por Plá Rodriguez en el cual se demuestra a las claras que los trabajadores de plataforma no realizan la media hora de descanso obligatoria.

Estamos convencidos en la razón del reclamo y que el pago de la media hora por parte de la empresa se tendrá que realizar. Por supuesto esto llevará su tiempo.

Ahora definimos llevar el reclamo a la vía judicial, para lo cual el sindicato va a montar la infraestructura necesaria. La misma va a contar con un equipo multidisciplinario que conste de abogados, escribano, etc. Aquí nos debemos dar la forma para que ningún trabajador quede fuera del reclamo.

Debemos nombrar al Dr. Villanueva como apoderado para que cada reclamo individual pase a formar un único reclamo general de todos los trabajadores del gremio.

En lo que tiene que ver con la respuesta ministerial (que debe ser a corto plazo), sea cual sea, es aquí donde debemos jugar nuestras cartas y hacerle pagar al Ministerio el costo político que le corresponde.

Cortes del 24 y 31/12

En este punto (el menos trascendente a nuestro entender) se presentaron varias mociones resultando aprobada por un margen mínimo de votos la que en términos generales decía: «Corte de servicios a partir de las 12 horas...». Está claro que respetamos la decisión de la Asamblea pero no la compartimos por entender que es una medida contra el pueblo trabajador en la cual se toma a nuestras familias como rehenes.

Por supuesto que en este punto tenemos que diferenciar lo que son los cortes de servicio de los paros.

Lo que se votó, a nuestro entender, lo que hace es habilitar a cortar a partir de las 12 horas pero no impide a aquel trabajador que quiera seguir trabajando, hacerlo y corte a una hora más prudente.

Dejamos bien en claro aquí nuestra posición que llevaremos al Plenario de Delegados o a la Asamblea si es necesario.

Una aclaración necesaria

En el anterior número de El Omnibusero leíamos con asombro una nota del compañero J. Salaberry en la cual marcaba la existencia de un quietismo de la Mesa Directiva. Por supuesto que esto no es así, cosa que le manifestamos al compañero. Por supuesto que somos receptivos de las críticas cuando estas se hacen con altura y se dice la verdad, pero no aceptamos las mentiras y le pedimos al cro. que se informe antes de lanzar al gremio críticas hacia una dirección que en el acierto o en el error viene trabajando para llevar adelante lo mejor para el gremio todo.

Fin de año, un saludo a la familia omnibusera

Una tradición, una de las buenas tradiciones de los uruguayos es el de saludarnos en las fiestas.

Algo más que una tradición, es una necesidad de apretarnos las manos, de darnos ese "que las pases bien".

Por eso mientras pensaba qué escribir este mes para El Omnibusero no se me ocurrió otra cosa que dedicarle unas líneas a la familia del compañero, a la compañera de las buenas y de las malas, que hoy día ya no solo realiza las duras tareas de la casa sino que sale también a buscar el sueldo, a los pibes que son la razón de vivir.

Sabemos que El Omnibusero no solo es leído por los compañeros sino que sus familiares y amigos también lo vichan. Y así queremos que siga siendo, porque debemos insistir en que cada día más gente aporte ideas, que hagan suyo el diario.,

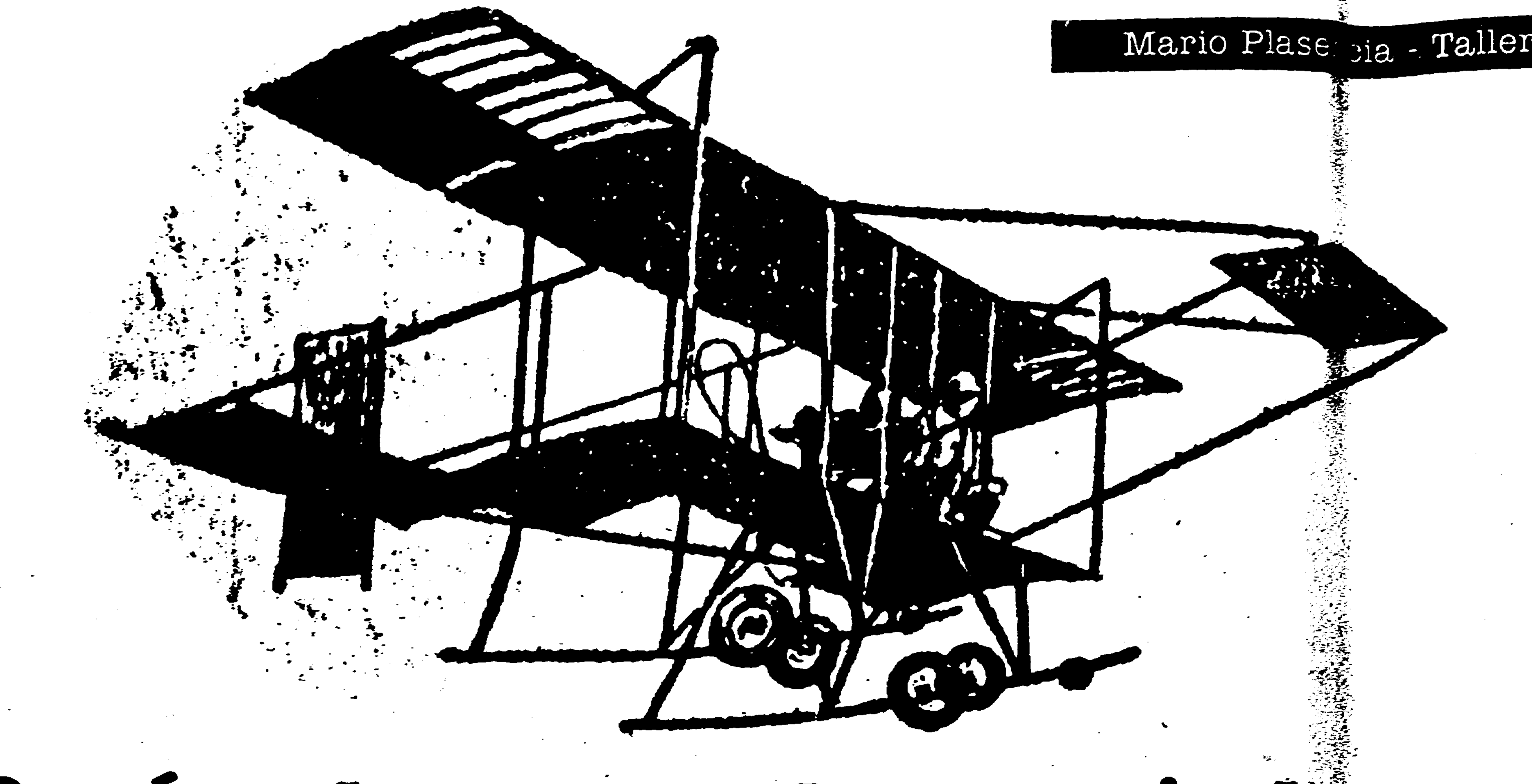
Vos compañera, ¿por qué no escribís también? si sos parte de lucha y sus consecuencias.

Y vos pibe, jovencito que serás capaz de encontrar tu lugar en el gremio para contar que es lo que más te interesa, ¿qué pasa con el rock?, ¿qué pasa por la cabeza de cientos de pibes de 15 a 24 años en este país que trata de sumergir a los jóvenes en el "hacé la tuya"?.

Bueno yo no sé, en este número me pareció indicado no tocar lo de siempre y olvidarlo hacer llegar el saludo respetuoso para toda la familia.

Que pasen todos muy bien ¡Felices Fiestas!. H.O.

Mario Plase[illegible]cia - Talleres



De cómo logramos el convenio de los cuatro descansos pagos

De por vida los trabajadores de Cutcsa cobramos cuatro jornales más. El gobiero del Dr. Lacalle se mantuvo al margen del acuerdo obrero - patronal. Convenio aprobado y sostenido por la Intendencia del Dr. Tabaré Vázquez.

Creemos que el tema del Convenio de los cuatro jornales lo resolvemos transcribiendo en forma casi textual un artículo de **El Omnibusero de junio del 90.**

Hay que tener en cuenta, eso sí, el momento político y social de fines del 89 y comienzos del 90.

El sindicato tomando seriamente en cuenta el reclamo de los obreros, "no se peleen entre ustedes", que determinó una concepción sindical unitaria y extremadamente fraternal y solidaria entre quienes combaten por mejorar la calidad de vida de los trabajadores.

Y por sobre todas las cosas se deja de lado la acción contestaria para pasar a la elaboración y estudio de la plataforma reivindicativa.

Y centró en su verdadero eje la conducción del gremio. Se trataba como siempre de luchar para resolver los reclamos de los trabajadores. Y fundamentalmente tener en cuenta y no olvidar que el gobierno del Dr. Lacalle estuvo al margen del acuerdo obrero - patronal y trató hasta donde pudo que el mismo no tuviera andamiento.

El aval del gobierno departamental del Dr. Tabaré Vázquez posibilitó que se firmara el acuerdo obrero patronal.

Es la primera diferenciación clara del gobierno departamental con la política económica y social diametralmente opusta a la del gobierno nacional.

Cómo y porqué logramos los cuatro jornales

Fue resultado del combate desplegado desde el mes de octubre con las Asambleas Generales de la FOT y de UTC cuando levantábamos nuestra plataforma reivindicativa.

Cuando denunciábamos nuestra situación a la opinión pública en la campaña publicitaria por radio y televisión.

De las medidas generales que hicimos como el paro de 24 horas de todo el transporte el 26 de enero, a la jornada de paro de todos los gremios que le decretaron en febrero y que realizamos el 22 de febrero entregando un planteamiento al Presidente Lacalle en el Parque Hotel.

De las Asambleas con paros parciales para discutir en las Asambleas de Líneas con los trabajadores para preparar la lucha y discutir como luchar mejor.

De la realización del "trabajo a reglamento" en el mes de febrero, a pesar de las dificultades que nos creó dentro del propio gremio su aplicación.

De los paros sorpresivos realizados: el 21 de diciembre con concentración en el Ministerio, de los realizados a fines de enero, del de el 2 y 9 de febrero, del 16 de febrero y del 22 de febrero de tarde que logró la instalación de la Paritaria.

De todo el proceso rico y complejo de discusión en la Paritaria, donde elaboramos mucho y demostramos con números, que el descanso pago era posible.

Fruto en definitiva de un largo proceso de lucha y movilización y de preparación, de elaboración colectiva de la Directiva y el Plenario de Delegados, donde se combinó correctamente la movilización y la negociación.

Y esto demostró que las reivindicaciones eran posibles, que estaban al alcance de las manos, que habíamos creado las condiciones para obtenerlas y que habíamos llegado en mayo al **momento de la definición.**

Y que con audacia y firmeza y decisión, había que hacer jugar toda la **fuerza del gremio en el momento preciso y oportuno,** pues podríamos perder, se nos podía ir de la mano lo **que fruto de la lucha,** teníamos posibilidad de lograr y de obtener, lo que tanto nos había costado desde octubre a la fecha.

Así llegamos a la Asamblea del lunes 21 donde votamos la decisión del paro por **tiempo indeterminado** porque era el **momento justo y preciso** para determinar la decisión de la huelga.

No fue expresión ni de voluntarismo, ni aventurerismo, ni surgió como decisión espontánea. Fue la síntesis de todo un período de lucha que llegaba a su momento de definición y que era necesario pelear con toda nuestra **fuerza.**

El gobierno contra los obreros

El MTSS hizo todo lo posible para evitar el acuerdo y **no firmó el mismo porque rompía las pautas salariales del gobierno.**

Y les rompimos las pautas, por la firmeza y la decisión del gremio y porque era el momento justo y preciso, cuando declaramos la huelga, porque el gremio nos dio todo su apoyo y confianza, formando y llenando los cantones de obreros, cumpliendo las resoluciones de la Asamblea, dando una vez más una muestra maravillosa de conciencia de clase y de combatividad.

Y el gremio venció y llegó victorioso a la Asamblea histórica del sábado 26 de mayo donde el gremio se alzó con el triunfo!: de por vida los trabajadores cobramos cuatro jornales más.

De lo que no hay duda es de que alcanzamos una conquista de carácter histórico para el gremio, siendo sin duda de las reivindicaciones más importantes logradas por el gremio en las últimas décadas.

Y a la vez, más importante aun, fue un triunfo estratégico e histórico para el gremio y el movimiento sindical.

Este fue un triunfo histórico, no solo por el carácter histórico de la reivindicación obtenida, sino porque revierte la situación negativa en que habíamos quedado luego del conflicto del 88 y genera esperanzas y perspectivas en el gremio.

Pero también lo es para el conjunto del movimiento sindical, pues el primer enfrentamiento que tienen los trabajadores uruguayos, con el gobierno de Lacalle, que nos roba con el ajuste fiscal, que nos rebaja los salarios, los trabajadores no sólo no son derrotados sino que salen airosos y victoriosos conquistando el 100% de las reivindicaciones.

Por qué fue posible

En primer lugar fue posible porque existió una decisión en la Mesa Directiva, **una voluntad política de creer en la lucha.**

Hubo una posición unánime, de que la desesperanza, la confusión y la falta de perspectivas, las tendencias al no se puede, al no paro, que se había generado en estas zonas del gremio luego del conflicto del 88, se revertía y se transformaba en perspectiva y esperanzas, no solo con la lucha y el combate, con la pelea, con la decisión de luchar, con la experiencia concreta de los trabajadores.

Y ligado a esto con la **unidad,** más férrea del Sindicato y de la Directiva por encima de matices y diferencias, por encima de banderas y de listas.

Pues las banderas de los intereses comunes de los trabajadores nos unen a todos por encima de cualquier otra cosa.

Y esto que era una necesidad histórica del gremio para salvar su herramienta de lucha, que era el reclamo de los trabajadores del gremio de "déjense de pelear entre ustedes" y pónganse juntos a pelar contra los que nos explotan, fue cabalmente entendido por los 13 miembros de la Mesa que desde octubre a la fecha, discutimos y afinamos mucho encontrando los caminos comunes.

Y así fuimos unidos al combate.

Unidos a la huelga y unidos con una fórmula victoriosa al levantamiento de la misma.

Y estos dos elementos fueron fundamentales, unido a la precisión del momento en que decidimos ir a la huelga, no cuando ellos quisieran sino cuando el gremio quisiera y al gremio le convenía, en el momento justo para golpear y el haber sabido combinar correctamente, la lucha y la negociación fueron las llaves del triunfo. Y la capacidad del Sindicato para comprender la nueva realidad política creada en la vida del país: Con el gobierno nacional al margen del Convenio y enfrentando a los obreros. Y una Intendencia que avaló y se comprometió positivamente a resolver el acuerdo obrero patronal.

Reiteramos: una gran conquista de los trabajadores, no olvidemos sus enseñanzas.

Alberto Suárez

"H" mandó a Liguilla

ido jugado a lo guapo, con pierna
poniendo el alma en cada pelota

sí la clase y la técnica de Taborda,
nejo del "fideo" Almiana sin discu-
res jugadores del Torneo. La salida
de Suárez por la izquierda, que
snivelar el partido para los de la

otro equipo andaban con todas las
Suárez y Noble que convirtió un
za. Desde allí hasta el empate de
l (ese día se había convertido en
l final del encuentro fue un parejo
ándose el "loco" Gómez y Sadan
to con un brillante Alegre, el asedio

onato, novel en lo que tiene que ver
al de los torneos del gremio, fue
a por la "H" coronando todo un año
iendo de una racha de varios años
terceros puestos (en juveniles).
ron:
e las promesas y de los que contaba
, tenía un excelente plantel, en la
ezmado por lesiones y expulsiones.
un plantel reducidísimo logró una
ión en el Torneo y perdió en ajusta-
on la "H". Se notó el esfuerzo de J.
etomo del Bocca conformándose
pareja de backs, siendo sus dos
Daniel García y José Fazio.
rato del equipo allá por los 80 y 81,
lesiones, expulsiones, sin recam-
io a todo ese conjunto de errores.
ara más, una gran botijada, futuro,
ta plasmarla en planes y organiza-
có el "Cooptrolito" Cardozo que
buen jugador.
hazaña, clasificó el más humilde y
oo de la Liga. En las eliminatorias
Campeón "D" y perdió por penales.

La "D" Campeón

Tres puntales (hay más) que lo hicieron posible: el Pocho, el Lechuguín y Baliño

El campeonato interno de Cutcsa ha llegado a su final con un gallardo campeón - Línea "D"- y un bravío vicecampeón - Línea "H".

Este campeonato que desde un principio fue muy parejo, uno de los más parejos de los últimos años, tuvo una final digna de aplausos por la emotividad, por las ganas, por la lucha y el fervor, porque todo el mundo quiso y quiso.

Desde un principio se veía un resultado incierto y ninguno de los dos era favorito, tanto fue así que el partido se definió por penales. Luego de terminado éste, El Omnibusero se acercó al festejo de los campeones.

El "Pocho"

- Washington "Pocho" Robledo, Director Técnico del flamante campeón, nuestras felicitaciones y nuestro reconocimiento por tu trabajo...

- Muchas gracias a El Omnibusero no solo por las felicitaciones sino también por estar siempre presente. Estoy muy emocionado por haber logrado lo que me propuse este año, que era ganar con la "D". Espero seguir trabajando en la línea y obtener buenos resultados sin dejar de lado el trabajo mío como directivo pues hoy por hoy tenemos muchas cosas en directiva para hacer.

Yo me tuve que dividir un poco para estar en ambas actividades pero estoy enormemente satisfecho.

Quiero hacer una mención muy especial para los compañeros que vinieron en gran cantidad a alentar a la línea y hoy nos llevamos todos el premio de un título más para esta tan vieja y querida Línea "D" que está haciendo reverdecer lauros con la obtención de campeonatos.

- Ahora, terminado este campeonato interno tienen como meta el Campeonato Nacional del Transporte.

- Sí, es verdad, tratamos ahora de desenchufarnos de la Liga Interna para representar fielmente en el Campeonato Nacional a todos los compañeros que practican fútbol en Cutcsa.

Destaquemos que hemos hecho un plantel reforzado con jugadores de otras líneas para darle un mayor nivel de representatividad a la Línea "D".

- Este Campeonato Nacional de Transporte ya se ha puesto en marcha, ¿como se ha venido presentando la "D"?

- La "D" interviene en una serie de cinco equipos y ha disputado hasta este momento un partido en el estadio de Pando, en el que perdimos 2 a 1. La próxima fecha jugamos contra lo compañeros obreros del taxímetro, después contra la empresa CUTU y luego contra COME.

Evaluando un poco las posibilidades creemos poder clasificar entre los dos primeros para luego disputar la Liguilla con los mejores y tratar de imponernos ahí, y si no se nos da, tratar de dejar bien en alto los prestigios de la Línea "D" y de Cutcsa.

- ¿Dónde se juegan los próximos partidos?



El "Pocho" Robledo, campeón con la cuarta de Nacional en 1988, con el FCK en el 90 y ahora bi-campeón (juveniles y mayores) con el CSDD Línea D. trabajo, intuición y sabiduría que seguramente serán recompensados dignamente en el Campeonato del Transporte.

- Por ahora venimos jugando en la cancha de Villa Española, si pasamos a la otra fase jugamos en el Méndez Piana y si llegamos a la final se juega en el Charrúa porque este Campeonato es auspiciado por la IMM.

- Felicitaciones nuevamente y ojalá todos sigan el ejemplo de trabajo de Línea "D".

- Estamos trabajando para que las demás líneas puedan seguir el rumbo y la pujanza que ponemos nosotros para engrandecer el fútbol y para que mañana podamos tener una mayor representación, fuerza y dignidad en los distintos campeonatos.

Quiero agregar que este título tiene como más auténticos merecedores a estos jugadores que dejaron todo y pelearon hasta el final.

El "Lechu"

- Sos un pionero de la "D" y luchador por los Seniors, el "Lechuga". Felicitaciones...

- Gracias, primero quiero agradecer a toda la gente de El Omnibusero y luego dirigirme a toda la Cutcsa porque este triunfo es para toda la gente como lo fue el de los veteranos. Este triunfo se lo debemos al presidente, Sr. Bariño, a todos los muchachos que de una manera u otra integraron este equipo que hace ocho meses que está luchando y hoy por hoy tenemos además de los títulos y los campeonatos, nuestra sede propia.

Baliño

La palabra del presidente del Club Social Cultural y Deportivo Línea "D", Bariño.

- Bueno, yo podría decir, con el triunfo del "Lechuga" con los veteranos, después del triunfo del "Pocho" con los juveniles, hoy el mismo Pocho con los mismos jugadores sale Campeón del año, yo como presidente del Club estoy sumamente emocionado.

Agradezco a toda la muchachada, infinitamente su colaboración para conmigo y para con el Club y me comprometo, dentro de mis posibilidades de llevar al Club Línea "D" a un pedestal más aun del que está.

- Ustedes están participando también en el Campeonato Nacional del Transporte, ¿cuál es su visión de este Campeonato y cómo se está trabjando?

- Bueno, nos estamos tomando todo con un gran nivel de seriedad y esperamos repetir este año todos los triunfos que hemos tenido además de un logro importante en el Campeonato Nacional del Transporte, lo que no nos dejarían colmadas nuestras aspiraciones porque pensamos seguir en algo más importante aun.

Reportaje: Héctor Bruni

Agradecemos a los amigos del Club Atlético Línea A el hermoso banderín que obsequiaron a nuestra publicación. Gracias y Feliz 1994.

La fiesta de Fin de Año del Club Atlético Línea "I"



I
Di
C
V

- Decim
- Walter
- ¿Qué
nombres y
- 44 añ
Alejandra, B
llama Marian
- ¿Le de
- Robo lo
- ¿Qué e
- Dedicar
todo lo que s
- ¿Desde
del C.A.L.A.
- Al inicio
estos mome
ofrecieron la
buena oport
respondió a
como los hin
- ¿Es un
- Como te
se ha formad
- ¿Qué pr
- Que sien
al último part
salimos abraz
- En este
lo que proye
- En el mo

...Alegre, el asedio

...lo que tiene que ver ...neos del gremio, fue ...oronando todo un año ...racha de varios años ...estos (en juveniles).

...sas y de los que contaba ...excelente plantel, en la ...lesiones y expulsiones. ...reducidísimo logró una ...rneo y perdió en ajusta... ...Se notó el esfuerzo de J. Bocca conformándose ...backs, siendo sus dos ...rcía y José Fazio. ...uipo allá por los 80 y 81, ...xpulsiones, sin recam... ...se conjunto de errores. ...na gran botijada, futuro, ...la en planes y organiza... ...optrolito" Cardozo que ...dor. ...asificó el más humilde y ...ja. En las eliminatorias ...D" y perdió por penales.

...r algunos detalles, pero ...Pese a contar con buen ...ados no se dieron. ...endimiento estuvo lejos ...e de cuidado. ...lograron con un esfuer... ...rmar el equipo. Luego ...n sin equipo. A no que...

...B" 5 y "A" 3

...Martínez, Balta, Muniz, ...*Suárez, Noble*, Pene...

...jaro" Formica, Hualde, ...García, Almada, Silva,

...ía de Penal a los 43'

...nedo (gol), M. Rodrí...

...li (gol), Almada (gol),

...el mundo quiso y quiso.

Desde un principio se veía un resultado incierto y ninguno de los dos era favorito, tanto fue así que el partido se definió por penales. Luego de terminado éste, El Omnibusero se acercó al festejo de los campeones.

El "Pocho"

- Washington "Pocho" Robledo, Director Técnico del flamante campeón, nuestras felicitaciones y nuestro reconocimiento por tu trabajo...

- Muchas gracias a El Omnibusero no solo por las felicitaciones sino también por estar siempre presente. Estoy muy emocionado por haber logrado lo que me propuse este año, que era ganar con la "D". Espero seguir trabajando en la línea y obtener buenos resultados sin dejar de lado el trabajo mío como directivo pues hoy por hoy tenemos muchas cosas en directiva para hacer.

Yo me tuve que dividir un poco para estar en ambas actividades pero estoy enormemente satisfecho.

Quiero hacer una mención muy especial para los compañeros que

- Sí, es verdad, tratamos ahora de desenchufarnos de la Liga Interna para representar fielmente en el Campeonato Nacional a todos los compañeros que practican fútbol en Cutcsa.

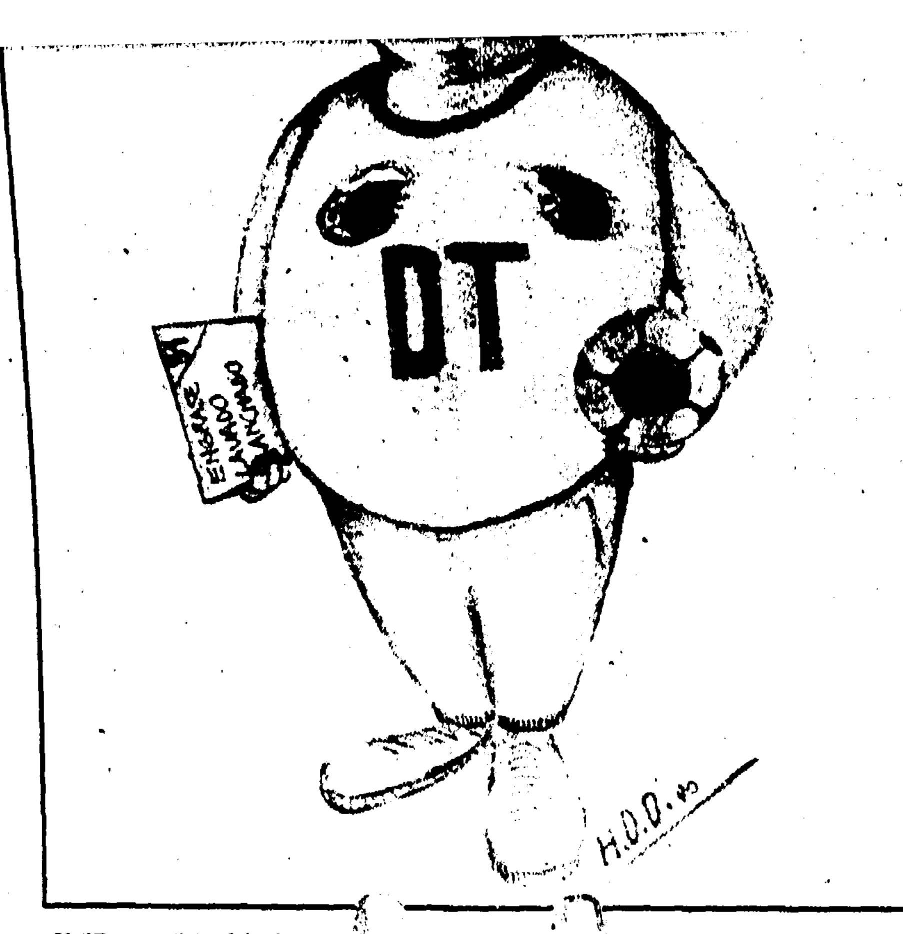
Destaquemos que hemos hecho un plantel reforzado con jugadores de otras líneas para darle un mayor nivel de representatividad a la Línea "D".

- Este Campeonato Nacional de Transporte ya se ha puesto en marcha, ¿como se ha venido presentando la "D"?

- La "D" interviene en una serie de cinco equipos y ha disputado hasta este momento un partido en el estadio de Pando, en el que perdimos 2 a 1. La próxima fecha jugamos contra lo compañeros obreros del taxímetro, después contra la empresa CUTU y luego contra COME.

Evaluando un poco las posibilidades creemos poder clasificar entre los dos primeros para luego disputar la Liguilla con los mejores y tratar de imponernos ahí, y si no se nos da, tratar de dejar bien en alto los prestigios de la Línea "D" y de Cutcsa.

- ¿Dónde se juegan los próximos partidos?



El "Pocho" Robledo, campeón con la cuarta de Nacional en 1988, con el FCK en el 90 y ahora bi-campeón (juveniles y mayores) con el CSDD Línea D. trabajo, intuición y sabiduría que seguramente serán recompensados dignamente en el Campeonato del Transporte.

...sigan nuevamente ...bajo de Línea "D".

- Estamos trabajando para que las demás líneas puedan seguir el rumbo y la pujanza que ponemos nosotros para engrandecer el fútbol y para que mañana podamos tener una mayor representación, fuerza y dignidad en los distintos campeonatos.

Quiero agregar que este título tiene como más auténticos merecedores a estos jugadores que dejaron todo y pelearon hasta el final.

El "Lechu"

- Sos un pionero de la "D" y luchador por los Seniors, el "Lechuga". Felicitaciones...

- Gracias, primero quiero agradecer a toda la gente de El Omnibusero y luego dirigirme a toda la Cutcsa porque este triunfo es para toda la gente como lo fue el de los veteranos. Este triunfo se lo debemos al presidente, Sr. Bariño, a todos los muchachos que de una manera u otra integraron este equipo que hace ocho meses que está luchando y hoy por hoy tenemos además de los títulos y los campeonatos, nuestra sede propia.

Baliño

La palabra del presidente del Club Social Cultural y De-

...juveniles, hoy el mismo del "Pocho con los mismos jugadores sale Campeón del año, yo como presidente del Club estoy sumamente emocionado.

Agradezco a toda la muchachada, infinitamente su colaboración para conmigo y para con el Club y me comprometo, dentro de mis posibilidades de llevar al Club Línea "D" a un pedestal más aun del que está.

- Ustedes están participando también en el Campeonato Nacional del Transporte, ¿cuál es su visión de este Campeonato y cómo se está trabajando?

- Bueno, nos estamos tomando todo con un gran nivel de seriedad y esperamos repetir este año todos los triunfos que hemos tenido además de un logro importante en el Campeonato Nacional del Transporte, lo que no nos dejarían colmadas nuestras aspiraciones porque pensamos seguir en algo más importante aun.

Reportaje: Héctor Bruni

Agradecemos a los amigos del Club Atlético Línea A el hermoso banderín que obsequiaron a nuestra publicación. Gracias y Feliz 1994.

Re... Direc... del ... Walt...

- Decime tu nombre ...
- Walter Francisco Jun...
- ¿Qué edad tenés, el ... nombres y el de tu compa...
- 44 años, casado, siete... Alejandra, Beatriz, Natalia y ... llama Mariana.

- ¿Le dedicás tiempo a la ...
- Robo lo que me es posibl...
- ¿Qué es lo que más te gu...
- Dedicarme a mi familia en ... todo lo que se refiera a fútbol l...
- ¿Desde cuándo y por qu... del C.A.L.A.?
- Al inicio del año 93 dirigie... estos momentos el Campeona... ofrecieron la Dirección Técnica ... buena oportunidad para forma... respondió a las mil maravillas, ... como los hinchas.
- ¿Es un grupo muy unido...
- Como te respondí la anteri... se ha formado una familia.
- ¿Qué propuesta táctica y ...
- Que siempre me hice ente... al último partido y en los triunfo... salimos abrazados y juntos.
- En este momento, ¿qué a... lo que proyectan?
- En el momento intervenimo... Transporte y junto a la Directiva ... que serán a la brevedad.
- ¿La gente de la línea col...
- Sí, los Listeros, el Sr. Jefe y ... perdido jornales para venir a ... ejemplo de Mario Denis.
- ¿Hay posibilidades de h... los hijos de los socios?
- Eso está a nivel de la Directi...
- Ahora un picoteo rápido
Un Club de Primera - Peña...
Uno de la B - Cerrito
Una canción - A mi mujer (...
Un compañero de tareas - ...
Un sueño de tu vida - Ver ... Campeón con el CALA.
Lo mejor de la vida - Toda ...
Un Director Técnico para la ... tro Tabárez
Un político - Batalla
- ¿Es verdad que sos de Na...
El mejor jugador de fútbol - ...
¿Te gusta Madonna? - No
Una comida predilecta - Polk...
Bueno, de parte de El Omnibu... ramos te hayas sentido cómodo ... suerte y adelante.

La fiesta de Fin de Año del Club Atlético Línea "I"



Una fiesta para toda la familia.



En el marco de la general alegría que rodeó a la fiesta, algunas figuritas repetidas...

El 26 de Noviembre a partir de las 20 horas en un abarrotado Gimnasio de Cambadu, se realizó la tradicional fiesta de Fin de Año del Club Atlético Línea "I" el popular Cali.

Con una pertinaz lluvia y una temperatura no habitual para esta época del año por la fresca, más de 800 personas le dieron un marco impresionante, que habla por sí solo del éxito que año a año tiene esta fiesta.

La alegría y la cordialidad de los concurrentes se vio desbordada cuando dos conjuntos de música tropial dieron el calor que le faltaba a la noche: Caumanacao y muy buen grupo debutante.

No faltó la emotividad cuando se entregó un recuerdo a todos los compañeros que se habían jubilado. Merecido homenaje.

Hubo regalos para todos los más pequeños y también para las damas. ¿Cuándo se acordarán de nosotros, los caballeros?

También el esperado sorteo de premios donde Robert Bernaula salió favorecido con una televisión a color.

La Línea más laureada dentro y fuera de Cutcsa sigue sin participar de la Liga Interna, la pregunta que muchos se hacen son las siguientes: ¿Por qué el Cali está fuera de la Liga Interna?, ¿volverá el Cali a participar en un futuro cercano de este Certamen?

Con un deseo ante la cercanía de las fiestas tradicionales de que el Cali vuelva a competir con las otras líneas para jerarquizar con su presencia aun más la Liga Interna de Cutcsa.

N. L.

Alberto Suárez

La "H" mandó en la Liguilla

En un partido jugado a lo guapo, con pierna fuerte y poniendo el alma en cada pelota dividida.

Se destacó eso sí la clase y la técnica de Taborda, el excelente manejo del "fideo" Almiana sin discusión de los mejores jugadores del Torneo. La salida prolija y clara de Suárez por la izquierda, que ayudaba a desnivelar el partido para los de la Curva.

Pero... en el otro equipo andaban con todas las luces Penedo, Suárez y Noble que convirtió un golazo de cabeza. Desde allí hasta el empate de García de penal (ese día se había convertido en papá) y hasta el final del encuentro fue un parejo partido, destacándose el "loco" Gómez y Sadán aguantando junto con un brillante Alegre, el asedio de la "A".

Este Campeonato, novel en lo que tiene que ver con lo tradicional de los torneos del gremio, fue logrado en forma por la "H" coronando todo un año de trabajo y saliendo de una racha de varios años de segundos y terceros puestos (en juveniles).

Atrás quedaron:

La "E", una de las promesas y de los que contaba con más chace, tenía un excelente plantel, en la semifinal fue diezmado por lesiones y expulsiones.

La "L", con un plantel reducidísimo logró una excelente posición en el Torneo y perdió en ajustada forma (0-1) con la "H". Se notó el esfuerzo de J. Gutiérrez y el retorno del Bocca conformándose una excelente pareja de backs, siendo sus dos mejores figuras Daniel García y José Fazio.

La "G", un retrato del equipo allá por los 80 y 81, diezmado por lesiones, expulsiones, sin recambios, pagó precio a todo ese conjunto de errores.

La "F" está para más, una gran botijada, futuro, condiciones, falta plasmarla en planes y organización. Se destacó el "Cooptrolito" Cardozo que jugaba de diez, buen jugador.

Y la "Inter" la hazaña, clasificó el más humilde y deportista equipo de la Liga. En las eliminatorias empató con el Campeón "D" y perdió por penales.

Los que no estuvieron

K - 185. Hay que ajustar algunos detalles, pero está para grandes cosas. Pese a contar con buen plantel y técnico, los resultados no se dieron.

Talleres. Este año su rendimiento estuvo lejos de lo habitual. Pero siempre de cuidado.

B y Bb. La "Cenicienta", lograron con un esfuerzo de gran muchachada armar el equipo. Luego inexplicablemente quedaron sin equipo. A no quedarse.

Ficha técnica "H" 5 y "A" 3

"H": Mazzas, Montaos, Martínez, Balta, Muniz, Alegre, Gómez, Rodríguez, Suárez, Noble, Penedo.

"A": W. Fernández, "Pájaro" Formica, Hualde, Alfonso, Taborda, Suárez, García, Almada, Silva, Almiana, Guillermo.

Goles: Noble 32' - García de Penal a los 43'

Penales:

"H": Santellan (gol), Penedo (gol), M. Rodríguez (gol), Alegre (gol).

"A": Taborda (erró), Ali (gol), Almada (gol), Suárez (atajado).

Tres puntales (hay má... el Pocho, el Le...

El campeonato interno de Cutcsa ha llegado a su final con un gallardo campeón - Línea "D"- y un bravío vicecampeón - Línea "H".

Este campeonato que desde un principio fue muy parejo, uno de los más parejos de los últimos años, tuvo una final digna de aplausos por la emotividad, por las ganas, por la lucha y el fervor, porque todo el mundo quiso y quiso.

Desde un principio se veía un resultado incierto y ninguno de los dos era favorito, tanto fue así que el partido se definió por penales. Luego de terminado éste, El Omnibusero se acercó al festejo de los campeones.

El "Pocho"

- Washington "Pocho" Robledo, Director Técnico del flamante campeón, nuestras felicitaciones y nuestro reconocimiento por tu trabajo...

- Muchas gracias a El Omnibusero no solo por las felicitaciones sino también por estar siempre presente. Estoy muy emocionado por haber logrado lo que me propuse este año, que era ganar con la "D". Espero seguir trabajando en la línea y obtener buenos resultados sin dejar de lado el trabajo mío como directivo pues hoy por hoy tenemos muchas cosas en directiva para hacer.

Yo me tuve que dividir un poco para estar en ambas actividades pero estoy enormemente satisfecho.

Quiero hacer una mención muy especial para los compañeros que vinieron en gran cantidad a alentar a la línea y hoy nos llevamos todos el premio de un título más para esta tan vieja y querida Línea "D" que está haciendo reverdecer laureles con la obtención de campeonatos.

- Ahora, terminado este campeonato interno tienen como meta el Campeonato Nacional del Transporte.

- Sí, es verdad, tratamos ahora de desenchufarnos de la Liga Interna para representar fielmente en el Campeonato Nacional a todos los compañeros que practican fútbol en Cutcsa.

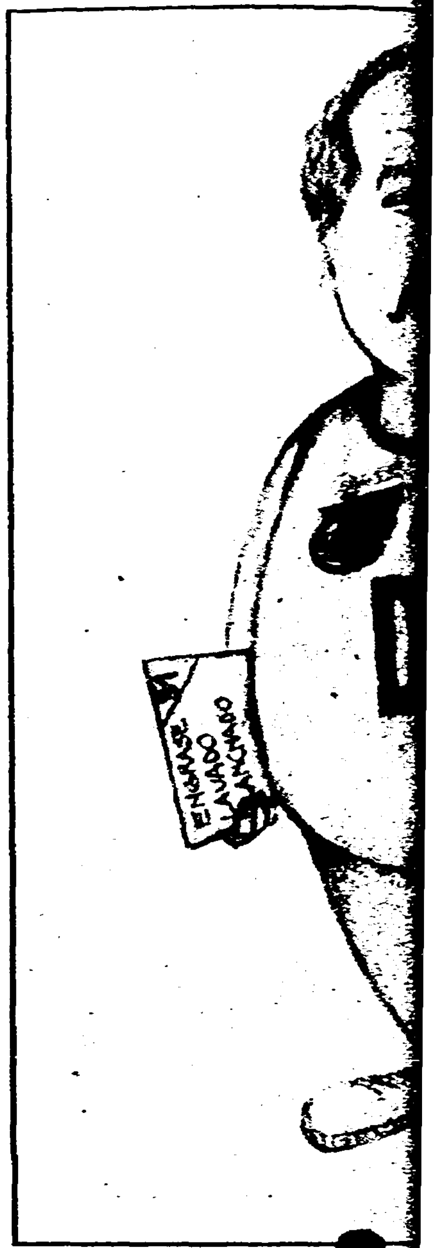
Destaquemos que hemos hecho un plantel reforzado con jugadores de otras líneas para darle un mayor nivel de representatividad a la Línea "D".

- Este Campeonato Nacional de Transporte ya se ha puesto en marcha, ¿como se ha venido presentando la "D"?

- La "D" interviene en una serie de cinco equipos y ha disputado hasta este momento un partido en el estadio de Pando, en el que perdimos 2 a 1. La próxima fecha jugamos contra lo compañeros obreros del taxímetro, después contra la empresa CUTU y luego contra COME.

Evaluando un poco las posibilidades creemos poder clasificar entre los dos primeros para luego disputar la Liguilla con los mejores y tratar de imponernos ahí, y si no se nos da, tratar de dejar bien en alto los prestigios de la Línea "D" y de Cutcsa.

- ¿Dónde se juegan los próximos partidos?



El "Pocho" Robledo, cam... con el FCK en el 90 y ahora b... CSDD Línea D. trabajo, intui... serán recompensados digname...

La fiesta de Fin de Año ...



Una fiesta para toda la familia.

El 28 de Noviembre a partir de las 20 horas en un abarrotado Gimnasio de Cambadu, se realizó la tradicional fiesta de Fin de Año del Club Atlético Línea "I" el popular Cali.

Con una pertinaz lluvia y una temperatura no habitual para esta época del año por la fresca, más de 800 personas le dieron un marco impresionante, que habla por sí solo del éxito que año a año tiene esta fiesta.

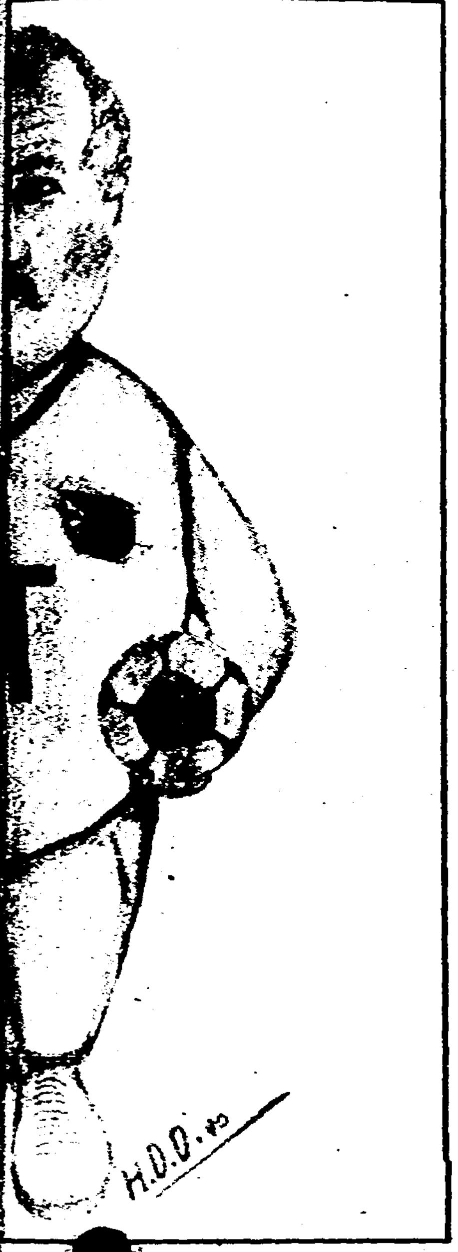
La alegría y la cordialidad de los concurrentes se vio desbordada cuando dos conjuntos de mú... noche: Caumanacao y muy b...

No faltó la emotividad c... compañeros que se habían j...

Hubo regalos para tod... damas. ¿Cuándo se acord...

También el esperado sor... favorecido con una televisión...

) que lo hicieron posible: huguín y Baliño



la cuarta de Nacional en 1988, peón (juveniles y mayores) con el sabiduría que seguramente en el Campeonato del Transporte.

- Por ahora venimos jugando en la cancha de Villa Española, si pasamos a la otra fase jugamos en el Méndez Piana y si llegamos a la final se juega en el Charrúa porque este Campeonato es auspiciado por la IMM.

- Felicitaciones nuevamente y ojalá todos sigan el ejemplo de trabajo de Línea "D".

- Estamos trabajando para que las demás líneas puedan seguir el rumbo y la pujanza que ponemos nosotros para engrandecer el fútbol y para que mañana podamos tener una mayor representación, fuerza y dignidad en los distintos campeonatos.

Quiero agregar que este título tiene como más auténticos merecedores a estos jugadores que dejaron todo y pelearon hasta el final.

El "Lechu"

- Sos un pionero de la "D" y luchador por los Seniors, el "Lechuga". Felicitaciones...

- Gracias, primero quiero agradecer a toda la gente de El Omnibusero y luego dirigirme a toda la Cutcsa porque este triunfo es para toda la gente como lo fue el de los veteranos. Este triunfo se lo debemos al presidente, Sr. Bariño, a todos los muchachos que de una manera u otra integraron este equipo que hace o cho meses que está luchando y hoy por hoy tenemos además de los títulos y los campeonatos, nuestra sede propia.

Baliño

La palabra del presidente del Club Social Cultural y Deportivo Línea "D", Bariño.

- Bueno, yo podría decir, con el triunfo del "Lechuga" con los veteranos, después del triunfo del "Pocho" con los juveniles, hoy el mismo Pocho con los mismos jugadores sale Campeón del año, yo como presidente del Club estoy sumamente emocionado.

Agradezco a toda la muchachada, infinitamente su colaboración para conmigo y para con el Club y me comprometo, dentro de mis posibilidades de llevar al Club Línea "D" a un pedestal más aun del que está.

- Ustedes están participando también en el Campeonato Nacional del Transporte, ¿cuál es su visión de este Campeonato y cómo se está trabajando?

- Bueno, nos estamos tomando todo con un gran nivel de seriedad y esperamos repetir este año todos los triunfos que hemos tenido además de un logro importante en el Campeonato Nacional del Transporte, lo que no nos dejarían colmadas nuestras aspiraciones porque pensamos seguir en algo más importante aun.

Reportaje: Héctor Bruni

Agradecemos a los amigos del Club Atlético Línea A el hermoso banderín que obsequiaron a nuestra publicación. Gracias y Feliz 1994.

el Club Atlético Línea "I"



En el marco de la general alegría que rodeó a la fiesta, algunas figuritas repetidas...

...al dieron el calor que le faltaba a la ...po debutante.
...entregó un recuerdo a todos los ...merecido homenaje.
...pequeños y también para los ...tros, los caballeros?
...donde Robert Bernaula salió ...olor.

La Línea más laureada dentro y fuera de Cutcsa sigue sin participar de la Liga Interna, la pregunta que muchos se hacen son las siguientes: ¿Por qué el Cali está fuera de la Liga Interna?, ¿volverá el Cali a participar en un futuro cercano de este Certamen?

Con un deseo ante la cercanía de las fiestas tradicionales de que el Cali vuelva a competir con las otras líneas para jerarquizar con su presencia aun más la Liga Interna de Cutcsa.

N. L.



Reportaje al Director Técnico del C.A.L.A., Walter Junco

- Decime tu nombre completo.

- Walter Francisco Junto.

- ¿Qué edad tenés, si sos casado y ...s hijos?, sus nombres y el de tu compañera.

- 44 años, casado, siete hijos: Gabri...one, Eduardo, Alejandra, Beatriz, Natalia y Gabriela y do...tas. Mi Sra. se llama Mariana.

- ¿Le dedicás tiempo a la familia?

- Robo lo que me es posible.

- ¿Qué es lo que más te gusta hacer en ...tiempos libres?

- Dedicarme a mi familia en todo lo que p..., ver, escuchar, todo lo que se refiera a fútbol local e intern...al.

- ¿Desde cuándo y por qué tomaste la ...cción Técnica del C.A.L.A.?

- Al inicio del año 93 dirigiendo los Se... y el Interno, en estos momentos el Campeonato Naciona... Transporte. Me ofrecieron la Dirección Técnica y me parec...ue era una muy buena oportunidad para formar un grupo, ...al siempre me respondió a las mil maravillas, tanto los D...os, jugadores, como los hinchas.

- ¿Es un grupo muy unido, verdad?

- Como te respondí la anterior, esto no e... grupo sino que se ha formado una familia.

- ¿Qué propuesta táctica y qué propue...mana tenés?

- Que siempre me hice entender por mis d...os del primero al último partido y en los triunfos como en la...rrotas siempre salimos abrazados y juntos.

- En este momento, ¿qué actividad reali... Club y qué es lo que proyectan?

- En el momento intervenimos en el Campe...to Nacional del Transporte y junto a la Directiva tenemos otros ...rios proyectos que serán a la brevedad.

- ¿La gente de la línea colabora, se arri...?

- Sí, los Listeros, el Sr. Jefe y los compañer... que incluso han perdido jornales para venir a defender el CALA. El caso por ejemplo de Mario Denis.

- ¿Hay posibilidades de hacer algo par... los niños, para los hijos de los socios?

- Eso está a nivel de la Directiva la cual tiene varios proyectos.

- Ahora un picoteo rápido

Un Club de Primera - Peñarol
Uno de la B - Cerrito
Una canción - A mi mujer (Emanuel)
Un compañero de tareas - Manuel Barbe
Un sueño de tu vida - Ver la felicidad de mi familia, y salir Campeón con el CALA.
Lo mejor de la vida - Toda mi familia
Un Director Técnico para la Selección Nacional - El Maestro Tabárez
Un político - Batalla
¿Es verdad que sos de Nacional a muerte? - Ni muerto
El partido más lindo que viste - Peñarol-River (66)
El mejor jugador de fútbol - Elías R. Figueroa
¿Te gusta Madonna? - No
Una comida predilecta - Pollo a la sal hecho por mi señora.

Bueno, de parte de El Omnibusero muchas gracias y esperamos te hayas sentido cómodo con nosotros, suerte, mucha suerte y adelante.

Reportaje de Hugo Oertel

El año "D"

Sin duda que esta realidad de triunfos y Campeonatos, obras y planes realizados quizás sin temor a equivocarnos no tenga parangón en la historia futbolística del gremio.
Pero debemos remarcar, no nos cansaremos de ello, que todo, absolutamente todo lo que ha logrado este grupo deportivo se basa en el esfuerzo, la fajina, de un excelente grupo de militantes sociales y de una masa de aficionados que luego de estar muchísimos años mascando rabia, postergando logros y viendo escapar Campeonatos de las manos, llegó a tener por fin la embriaguez del triunfo.
Y qué triplete: Senior, Campeonato Interno y Campeonato Uruguayo.



La Curva siempre está en las fiestas.



Los verdes y las mieles del triunfo.



¿Qué se le va a hacer? Sérgio, mala suerte!



Mazza ataja y Alegre transformará los nervios en gloria...

El Charrúa se tiñó de verde

Luego de un excelente partido, de emocióny vibrantes jugadas frente a la aguerrida Línea "H", que pese a tener al equipo evidentemente agotado casi sin recambio.

La "D" venció por penales 5 a 4 y de allí a festejar.

¿Qué pasó antes?

El partido tuvo dominio táctico y técnico de los verdes con toques, cambios de frente, triangulaciones, pero no podía, eso sí con las ganas de varios jugadores de la "H" que pese a estar disminuidos físicamente logró empatar faltando pocos minutos.

Las figuras

En el ganador, sin discusiones, el "Tachuela" Benítez (y eso que le dieron), pausa, gambeta, pases milimétricos, guapo en las bravas. Ya tiene dos Campeonatos ganados en sus hombros ("K" y "D") y eso no es casualidad.

En el medio, campo el "Armenio" Ferminhian, trajín incansable, gambeta, imparable, buenas jugadas.

El Omar González siempre está así, es un azote para cualquier defensa, un "9" de los de antes.

El Canario Cardozo, excelente jugador se quedó sin piernas al 2do. tiempo y en el fondo Gómez, Gómez solvente, rápido, decidido.

No entendemos la exclusión del excelente jugador que es Cigale (Artigas) que cuando entró realizó excelentes jugadas en el perdedor.

Ariel Martínez sangre, temperamento, buen partido de "Maciso" Manaros y su experiencia, Daniel Noble y esas ganas de ir a todas, fue cambiado por Santellán que demostró con un golazo su clase.

Y por último el mejor jugador de los rojos Jorge "Pico" Alegre, siete pulmones, temperamento, fue factor fundamental del repunte anímico del segundo tiempo.

Ficha Técnica

Línea "D" 6 Línea "H" 5

"D": Alonso, "Peluca" Méndez, Lario, Gómez, Asebey, Ferminhian, Cardozo, Benítez, Laguna, González, Lerena.

"H": Mazzas, Montans, Martínez, "Sadan" Balta, Muniz, alegre, Gómez, Rodríguez, Suárez, Noble, Penedo.
Cambios: Pons por Cardozo, Cigale por Lerena, Rivadavia por Penedo, Santellán por Noble.

Goles: A los 28' Laguna para la "D" y Santellán para la "H", a los 85'.

Penales:
"D": Gómez (gol), Ferminhian (gol), Méndez (gol), Benítez (gol), Cigale (erró).
"H": Santellán (gol), Rodríguez (erró), Rivadavia (gol), Montans (gol), Alegre (gol).
Penal por penal: Pons (gol), "Mono" Martínez (gol), Balta (erró).

Hectorele (Línea D)

Federico Fellini...



La noticia, la fría noticia, llegó. Hacía días el maestro Fellini luchaba entre la vida y la muerte... llegó su muerte.

Fue y será por siempre un gigante de la imagen. Como no recordarlo. El mismo fue el inspirador de su infancia, esa infancia y sus recuerdos que él llevaba como pegados a su infancia. Cómo no recordarlo con su "La Dolce Vita", sutil pero aguda crítica a la sociedad opulenta de Italia.

Aquel circo trotamundo de "La Strada", donde el inolvidable "Sampanó", interpretado genialmente por Anthony Quinn y Giulietta Massina, inolvidable en su papel y compañera fiel y amante en la vida real del gran Federico Fellini.

O su "Fellini 8 y 1/2", donde una obesa mujer hacía el amor en una carpa de circo y en la primera escena del film se proyectaba un enorme año que dominaba toda la pantalla, película que mostraba sin cesar los fantasmas de Fellini que en este film lo acompañaban siempre sigilosamente. Los Personajes Inolvidables de su "Satiricón", donde los rostros de los mismos personajes, parecían sacados de una galera mágica.. Su "Amarcord", "Los recuerdos", su Italia, aquella inmensa mesa, aquellos acordeones, trayendo del ayer pero vivo el recuerdo de una infancia que estaba allí, bajo aquellos árboles, o aquel "Ensayo de Orquesta", siempre allí en su imagen, la mujer bella y exhuberante.

A aquella niña de "La Dolce Vita", donde Marcelo Mastroianni no la entiende y se pierde en la bruma de la costa...

El estará siempre allí, con sus "Noches de Cabiria", la prostituta y la noche, la foto del galán y la niña, la infancia, rostros queridos que el maestro Fellini sabía pintar magistralmente.

Yo imagino que su muerte fue una instantánea, de su circo. Fue otra imagen quizá más difusa, pero seguirá estando allí, en cada movimiento de la cámara, dirigiendo sin igual.

Amarcord o los "ricordi" aparecen otra vez la niña de "La Dolce Vita", el maestro va al circo increible de rostros humanos, el eterno "Sampanó" lo llama, la noche a vuelto a caer.

El gran maestro, con su circo se va llevando lentamente a su infancia y sus recuerdos...

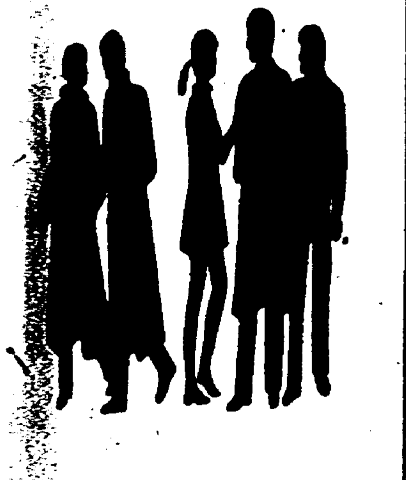
Julio Salaberri

Zona de emergencia

Los compañeros de la zona de Maroñas se están movilizando para crear una Intersocial que tome el tema de la desocupación en la zona, la cual ha llegado casi a un 60% ó 70%. Es por eso que ahí estuvimos también los obreros de Cutcsa, planteando nuestro punto de vista.

Esta Intersocial se reúne todos los martes a las 19 horas en el Sindicato de Curtidores de Maroñas.

Creemos que tenemos que apoyar y solidarizamos con los obreros en conflicto, desde estas humildes páginas, decimos adelante compañeros, que unidos venceremos.



Nacimientos y cumpleaños

El 17 de noviembre nació Gianina Lucía Pilatti Piaggio. Un saludo afectuoso para Silvia y Gustavo (guarda del 706 de la K), los felices padres.

De el Paso Molino nos vamos para Pocitos, y saludamos la llegada al mundo de Santiago Sánchez, hijo de Lucía y de Oscar. Felicitaciones por este nacimiento acontecido el 23 de octubre.

Cuando íbamos de camino para Pocitos pasamos por Reducto y nos enteramos del nacimiento de Lucía Gianelli Maidana. Muchos, muchos deseos de felicidad para Silvana y Pedro, los autores. Fue el 19 de noviembre.

La Línea L sigue siendo pródiga y fecunda. luego de dejar los lares de la G visitamos la Aguada y allí nos enteramos de que Maria Maidana y Gustavo Amaín (chofer del 498) habían resultado ser los artífices de la llegada al mundo de Valentina, el día 26 de noviembre. Un abrazo fuerte.

Ya en camino hacia Bañados de Medina nos detuvimos en Línea A par ver si había novedades y allí nos enteramos del nacimiento de Germán García Perdomo el 9 de noviembre por lo que deseamos a Miriam y a Wilson la mejor felicidad que se pueda concebir.

También nos enteramos de que cumplió un añito, Melany Daiana Maquieira (hija de Fernando, guarda del coche 82). El susodicho papá y también mamá quieren mandarle por intermedio de estas páginas un "feliz cumpleaños" grandote para que cuando aprenda a leer sepa cuánto la quieren sus papotes.

Agradecimientos

El compañero Ruben Pampillón (chofer del 498) nos hace llegar la siguiente nota:

"Por la presente, el que suscribe, Ruben Pampillon desea agradecer por intermedio de este periódico a todos mis amigos y compañeros de la Línea L sin excepción, por haberme acompañado en este momento tan difícil que me tocó vivir junto a mi familia, por el fallecimiento tan lamentable de mi señora madre.

Desde ya muchas gracias".

- Nada que agradecer Rubito, en la vida se recoge lo que se siembra. Con el afecto, el compañerismo, la honestidad que tú has sembrado en todos estos años, lo menos que podíamos hacer tus compañeros es estar (en cuerpo o en espíritu) junto a tí en estas horas tan difíciles. Un abrazo.



"Yo no sé muchas cosas, es verdad.
Pero me han dormido con todos los cuentos...
Y se todos los cuentos!"

León Felipe

La "nocturnidad" se perdió en la noche..

Parece que fue ayer, pero en realidad hace más de tres años que andamos en vueltas con esto de la compensación por trabajo nocturno. Porque pese a las reiteradas promesas de varios legisladores, la ley sigue archivada en algún perdido cajón de los miles que deben haber en el Palacio Legislativo.

Es como todo en la vida: nadie regala nada, ni nadie nos va a dar lo que nos corresponde si nosotros nos quedamos cruzados de brazos... Tales son los casos de la Ley de Insalubridad (que también duerme en algún lugar del monstruo de mármol), de la "media hora", de esta Ley sobre Trabajo Nocturno y de tantas otras cosas que no hemos podido (porque precisamente no se trata de querer -algo que se descuenta- sino de poder encarar èstas cosas) resolver hasta ahora.

De todas maneras no debemos olvidar las cosas que van quedando en el tintero y es en ese entendido que publicamos hoy las argumentaciones de la Empresa pidiendo la exclusión del Transporte Urgano de la Ley de Nocturnidad (un objetivo que por el momento están logrando) y las de la FOT (los compañeros Irigaray y De Ron) poniendo las cosas en su lugar.

Comisión de Asuntos Laborales y Seguridad Social del Senado - Sesión del día 13 de diciembre de 1990

Preside: Señor Senador Mariano Arana

Miembros: Señores Senadores Carlos Cassina, Carlos W. Cigliuti, Jaime Pérez, Jorge Silveira Zavala y Manuel Singlet

Tema: Trabajo nocturno

Audiencias concedidas a representantes de la Compañía Uruguaya de Transportes Colectivos Sociedad Anónima (CUTCSA) y a representantes de la Federación Obrera del Traneporte (FOT).

Señor Presidente: La Comisión de la bienvenida a los señores Representantes del Directorio de CUTCSA. Les señalamos que la versión taquigráfica de sus palabras quedará a disposición de todos los miembros de este grupo de trabajo, a los efectos de tenerla en cuenta para el análisis del proyecto de ley, que ya cuenta con la aprobación de la Cámara de Representantes, que entendemos está relacionado con el planteo que nos hicieron llegar quienes hoy nos visitan y que tiene que ver con el horario nocturno de los trabajadores.

Tiene la palabra el señor Presidente de CUTCSA.

Señor Pouey.- Efectivamente, lo que queremos señalar tiene que ver con el proyecto de ley de horario nocturno aprobado en la Cámara de Representantes y que compartimos como una normativa laboral que nos parece razonable y justa. En el transporte y obviamente también en nuestra empresa, el tratamiento de nocturnidad existe desde el año 1948, a través de un convenio colectivo firmado en esa época. Por lo tanto, nuestro planteo no se refiere a discrepancias con el fondo del asunto, sino que tiene que ver con las características que presenta el transporte, y en este caso, CUTCSA, en función de la nueva normativa sobre horario nocturno.

Entendemos que nuestro convenio tiene un alcance mayor que el que propicia el proyecto de ley sobre horario nocturno, ya que se paga un 60% más del salario normal. Sin embargo, existe una superposición en lo que tiene que ver con los horarios, que afecta en forma fundamental el costo operativo de los servicios del transporte. Observen los señores senadores que los obreros del transporte normalmente tienen que salir a trabajar un poco más temprano que los de las demás actividades, porque precisamente son los que llevan a los ciudadanos a sus lugares de trabajo.

Lo mismo sucede con el regreso.

Nuestra principal actividad se desarrolla entre las cuatro de la mañana y las doce de la noche. En función de ello, el acuerdo de nocturnidad que existe entre los trabajadores y nuestra empresa señala que los horarios que estén fuera de lo que acabo de mencionar, integran la nocturnidad.

Pero ahora ocurrirá que esos servicios normales entre las cuatro de la mañana y las doce de la noche, van a estar comprendidos dentro de lo que el proyecto de ley establece como servicio mixto, es decir, aquel que se brinda entre las cuatro y las seis y las veintidós y las veinticuatro horas. Por consiguiente, se superpondrá la situación diurna con la de nocturnidad en una proporción muy importante: afecta al 80% de los servicios brindados por CUTCSA.

Y esto tiene que ver evidentemente, con los costos operativos de la empresa. Teniendo en cuenta sus características especiales, nos hemos permitido acercar a la Comisión un memorandum en el que exponemos en forma más prolija nuestra posición así como nuestra visión del tema. Según lo que establece la ley, podemos decir que se encarecería el servicio de transporte. Por ejemplo, implicaría pagar un 20% más en todos los servicios que se presten después de las veintidós horas o que comiencen el trabajo antes de las seis de la mañana.

Reitero: esto tiene que ver con más del 80% de nuestros servicios.

Sabemos que este tema preocupa también a la Intendencia Municipal de Montevideo, nos permitimos decirlo, porque lo hemos conversado con sus representantes, dado el altísimo componente que tiene en nuestros costos el salario.

Este es el resumen que puedo haber del tema. Seguramente el doctor Imhof ampliará los conceptos que acabo de exponer.

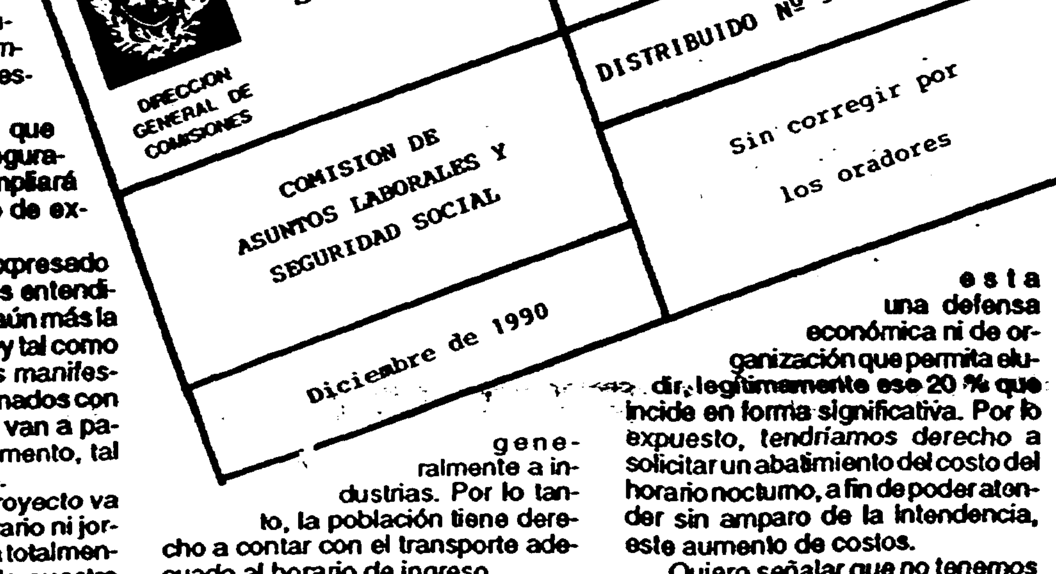
Señor Imhof.- Lo expresado por el señor Presidente es entendible, pero para esclarecer aún más la esencia del proyecto de ley tal como está redactado, debemos manifestar que los jornales combinados con la nocturnidad al 60% se van a pagar con un 60% de incremento, tal como ocurre desde 1948.

La sanción de este proyecto va a implicar que ningún horario ni jornada de trabajadores, sea totalmente diurna. Si hablamos de nuestra compañía, aunque pienso que se ha generaliado al transporte urbano e inclusive interdepartamental, debemos decir que la totalidad de los servicios, o sea, todas las unidades, salen de cuatro a seis de la mañana. Ese jornal es mixto: dos horas nocturnas por ley con recargo del 20% y seis horas diurnas.

Repito, ningún horario va a ser diurno porque los últimos jornales de ocho horas terminan, en su abrumadora mayoría a medianoche. Por consiguiente, va a haber seis horas diurnas y dos nocturnas con el recargo del 20%. A aquellos trabajadores que son intermedios se les da cuatro horas en un horario intermedio, como lo llamamos en nuestra jerga, y se completan con otras cuatro horas generalmente al final.

Por lo tanto, ese trabajador va a tener un 20% de recargo en el segundo tramo, siempre que sea posterior a las diez de la noche.

Prácticamente no va a haber ninguna jornada diurna, sino que todas van a ser mixtas. Pensamos que este proyecto significa un mínimo de respaldo, sobre todo para aquellos trabajadores que no tienen ningún convenio ni la protección de la nocturnidad, en lo que CUTCSA está completamente de acuerdo y lo aprobó en el año 1948. El recargo viene por la generalidad con que la ley debe ser encarada y porque no se toma en cuenta algo que legítimamente corresponde, como es el acercar a la gente a su trabajo. Hay quienes ingresan a sus tareas a las seis de la mañana, generalmente a industrias. Por lo tanto, la población tiene derecho a contar con el transporte adecuado al horario de ingreso.



Entendemos que también para 1991, el trabajador tiene derecho al transporte diurno hasta por lo menos la medianoche.

Pienso que este criterio puede ser extendido a otros giros laborales, como por ejemplo, la comunicación.

Consideramos que el horario de diez de la noche a seis de la mañana es correcto como norma general de nocturnidad. pero, a su vez, pienso que en determinadas actividades es particularmente legítimo que exista una cierta tolerancia. En tal sentido es que solicitamos simplemente, una tolerancia de dos horas, para que lo que hoy en día es diurno, lo siga siendo.

Debemos señalar asimismo que los trabajadores están completamente de acuerdo con el régimen de nocturnidad del año 1948. Creemos que es completamente adecuado, aunque nunca va a ser generoso, ya que, al mismo tiempo, la inserción no superposición, de la nueva ley, tal como está redactada, aplica a la empresa un recargo que difícilmente podrá cubrir. Por lo tanto, para nosotros, sería una distorsión, ya que cualquier otra actividad laboral tiene derecho a elegir sus horarios. Sin embargo, CUTCSA no tiene ese derecho, puesto que es la autoridad concedente la que establece los horarios.

De modo que no es esta una defensa económica ni de organización que permita eludir legítimamente ese 20 % que incide en forma significativa. Por lo expuesto, *tendríamos* derecho a solicitar un abatimiento del costo del horario nocturno, a fin de poder atender sin amparo de la Intendencia, este aumento de costos.

Quiero señalar que no tenemos interés en modificar algo que funciona perfectamente bien para todo el transporte montevideano. Repito que la nocturnidad se aplica satisfactoriamente desde 1948, sin quejas del sector sindical. O sea, que no quisiéramos hacerlo; sin embargo, así no podemos fijar nuestros horarios y al mismo tiempo, la población tiene derecho a contar con las actuales frecuencias. Por lo tanto, nos encontramos frente a un cerco trilateral, que es lo que nos hace venir a este ámbito. Queremos aclarar que no se trata de pedir un privilegio ni una excepción, por causa de mayores costos. Simplemente, deseamos plantear las dificultades que existen y la distorsión que [illegible] dado que estos [illegible] quencia por los legisladores. [illegible] no ha sido [illegible] por culpa nuestra, pero la noticia de lo actuado nos llegó luego de la sanción.

Asimismo, considero que hay otros sectores que podrían querer realizar la misma petición, aunque tampoco se enteraron a tiempo de hacer la propuesta.

Creo que establecer una excepción para nuestro sector sería tan justo como la norma general que no discútimos.

Señor Pouey.- Para finalizar, diríamos que nuestro petitorio no se basa en una exoneración o en una modificción, sino que nuestra idea sería la de establecer un margen de tolerancia para la actividad. El mismo se extendería, en la noche, entre las 22 y las 24 horas y por la mañana, entre las 4 y las 6 horas, o sea, una tolerancia de dos horas, cuando la ley determina como horarios mixtos a aquellos que se encuentran en el límite de la nocturnidad, la que se extiende entre las 22 y las 6 horas.

Esto lo establecemos en función de o que decíamos hace algunos momentos, o sea, que los servicios se encuentran en ese porcentaje de alrededor del 80% o 90%. Inclusive, si tomamos sábados, domingos y feriados, el porcentaje es mayor.

Existe una variación, entre la mañana y la noche, en función del movimiento de pasajeros. Pero tal como se decía recién, el proyecto de ley alcanza a esos porcentajes tan altos, lo que supone un aumento significativo en este rubro, que es uno de los más importantes dentro de los que inciden en los costos operativos.

Señor Cassina.- ¿Ustedes piensan que este proyecto afectaría igualmente a las demás empresas de transporte, *fuera de las actividades del sector?*

Señor Pouey.- Tal vez podría afectar a los taxímetros, a las empresas de comunicación y a los espectáculos públicos. Al respecto debo decir que la población, el usuario, ha tenido problemas a la salida de determinados espectáculos, por ejemplo, los de carnaval o aquellos que se extienden más allá de la 1 de la mañana. Ello se produjo justamente en función de que la nocturnidad comienza a esa hora, momento en que el costo operativo aumenta



en un 60%. Debo aclarar que todo servicio que se extienda más allá de la hora 1 con 10 minutos, se paga como nocturno en su totalidad, aunque haya comenzado a las 21 horas y finalice a la hora 1 con 15 minutos. O sea que, en este tipo de situación específica, siempre se presentan dificultades en la prestación de los servicios. Así, cuando sabemos que algún espectáculo por ejemplo, el de carnaval, va a finalizar tarde, conversamos con los organizadores a fin de coordinar el servicio que se va a prestar, en función del altísimo costo que el mismo tiene.

Sin perjuicio de la justicia que tenga el proyecto, creemos que, por lo menos en alguna proporción, esta actividad que comienza está sometida a determinados parámetros, a los que no se puede escapar, por ejemplo, llevar y traer gente del trabajo y hace que sea necesaria una importante variedad de horarios que van a ingresar, de acuerdo con el proyecto, en lo que se llama jornada mixta.

Señor Imhof.- Queremos decir que venimos a plantear este problema ante vosotros luego de haber agotado las demás vías de solución. O sea que concurrimos a este ámbito siempre que no podemos arreglar los asuntos a nuestro modo.

Así, debemos decir que en un primer momento pensamos en establecer un recargo al boleto nocturno, el que va de las 22 a las 6 horas, lo que automáticamente fue desechado, dado que la escasez de pasajeros en ese horario es tal que el recargo que se haría para cubrir los costos tendría un monto excesivo, totalmente injusto para la población.

Nuestro trabajo es ocioso en gran parte de la jornada diurna y sobre todo en la nocturna. Por lo tanto, no podría haber una solución fijando un recargo para las horas nocturnas. Sobre eso no tenemos dudas, amén de que se daría una situación injusta.

Señor Presidente.- Si no hay nuevas consultas, queremos agradecer la presencia de los representantes del Directorio de CUTCSA. Como ya he informado, lo que aquí se ha expresado será puesto en conocimiento de la totalidad de los miembros de la Comisión, para tenerlo en cuenta, antes de que este tema sea considerado en el Pleno del Senado.

(Entran a Sala los representantes de la FOT)

Señor Presidente.- Continúa la sesión.

La Comisión tiene el agrado de recibir a la delegación de obreros del transporte para brindarnos su punto de vista acerca del proyecto de ley que tiene media sanción legislativa, en torno al horario nocturno.

El año pasado tuvimos oportunidad de escuchar a delegaciones de algunas empresas, concretamente de CUTCSA; acabamos de mantener una reunión con representantes de ANETRA y nos ha llegado una solicitud de la Cámara del Transporte para hacer oír su opinión en relación a este proyecto.

De manera que, con mucho gusto, damos el uso de la palabra a la delegación que nos acompaña hoy a fin de que expresen su parecer en torno a esta iniciativa legislativa.

Señor Irigaray.- Leímos detenidamente el proyecto que nos fue enviado a la Federación del Transporte, y que tiene que ver con la jornada nocturna.

Pensamos que si en esta iniciativa no se contemplan los convenios que existen en cuanto a la disparidad de horarios y de funcionamiento de las diferentes empresas, se perjudicaría enormemente a los trabajadores del transporte, fundamentalmente en lo que hace a sus remuneraciones, ya que aquí se habla de un porcentaje que alcanza el 20%. Concretamente, en el caso de CUTCSA la jornada nocturna es de 5 horas que en realidad equivalen a 8. Quiere decir que en este caso tendríamos que hablar de un 50% de remuneración y no de un 20%.

Algo similar sucede en las cooperativas. Como decíamos, esto significaría una reducción en la jornada nocturna como tal.

Pero al margen de esto, hay que tener en cuenta los convenios de mejoramiento en materia de retribuciones que se han alcanzado. Más allá de que las jornadas nocturnas hayan sido fijadas a través de los convenios desde las 0 a las 5 horas, lo real es que éstas, debido al propio funcionamiento de los servicios, comienzan a la hora 22.07 en determinados lugares y en ciertas empresas.

Obviamente no todos los horarios son iguales, porque hay que cubrir determinadas frecuencias, lo que hace que no todos los nocturnos puedan salir a la hora 12 y finalizar su labor a las 5 de la mañana.

Sucesivamente en una frecuencia de 15 a 20 minutos se va cubriendo toda la jornada desde la primera largada, que es a la hora 3.21, hasta las 5 y 19. A este respecto, debemos decir que estamos solicitando el pago de horas extras a partir de las 5 de la mañana, ya que ello no se contempla en la liquidación y el fraccionamiento que realizan las empresas tampoco favorece a los trabajadores.

Por otra parte, debemos señalar que los llamados nocturnos especiales no están comprendidos dentro del horario normal de la frecuencia de los nocturnos. Esto sucede, fundamentalmente, en la época del verano. Por esta razón, comenzaría su jornada antes del horario previsto para el primer nocturno. También se dan situaciones a la inversa. Por ejemplo, a los coches que largan a las 20 horas se les ofrece un recargo especial que es pagado como jornada nocturna. En síntesis, pensamos que si en este proyecto de ley no se contemplan las realidades de los diferentes lugares, ello implicaría una rebaja tácita del salario de los trabajadores.

Señor Pérez.- Quisiera saber si aquí se está hablando del caso concreto del personal de CUTCSA o si también esa situación refiere a otros obreros del transporte.

Señor Alvarez de Ron.- En los distintos convenios y en el laudo del 57 existe una cláusula que habla de que el horario nocturno se sitúa entre las 0 y las 5 de la mañana.

Concretamente, el convenio celebrado por los compañeros de CUTCSA no se aplica en todos los lugares.

Tenemos el grave problema de que en las líneas suburbanas los servicios interdepartamentales que salen a las 0 horas, 1 de la mañana o 1.15, por ser horarios del día posterior, en algunos casos no se paga nocturnidad, sin embargo, si el horario culmina a la hora 1 ó 2 de la mañana se pagan solamente 2 horas, de las 0 en adelante. Como decía, al comienzo de jornada no es así. Esta es una reivindicación de hace mucho tiempo, pues creemos justo que esos horarios que comienzan en horas de la madrugada tengan el beneficio de la nocturnidad.

Señor Presidente.- ¿Se está hablando de la empresa CUTCSA o de otras?

Señor Alvarez de Ron.- Nos estamos refiriendo a la generalidad del sector suburbano e interdepartamental. Lo que planteaba el señor Irigaray se relaciona con los acuerdos que existen en las zonas urbanas de CUTCSA y las cooperativas. En el caso del sector interdepartamental, y por otra vía, existe otra realidad, y es que los trabajadores de larga distancia cobran un precio de kilometraje, que antes era diferencial.

Así, estaba establecido un precio a los 8.000 kilómetros, otro a los 10.000 kilómetros y otro distinto luego de pasados los 10.000 kilómetros.

En 1986, cuando se firmó un acuerdo en el sector del transporte se estableció un único precio y se contempló para el trabajador, desde el comienzo de jornada, la nocturnidad, el tiempo y medio y por supuesto, el precio del kilómetro como tal ya que la nocturnidad en su momento fue incorporada al 20%. Algo similar sucedía con el tiempo y medio cuando pasó a tiempo doble. Hasta el momento, los trabajadores no hemos podido llegar a un acuerdo de mejorar el precio del kilómetro, debido a las modificaciones que sufrió la ley.

Consideramos que se debe abarcar el conjunto de situaciones existentes en el transporte pero deseamos hacer hincapié en que, a nuestro juicio, ese beneficio por nocturnidad no debe alcanzar solamente a los trabajadores que cumplen jornadas entre las 0 y las 5 horas, sino también a aquellos que lo hacen entre las 22 y las 6 horas. Esto sería principalmente, para que los sectores de trabajadores de la zona suburbana y para los del transporte interdepartamental de largo alcance.

Señor Irigaray.- Quiero aclarar que en lo que respecta al transporte urbano, los criterios varían según las empresas.

Entendemos que aun en los servicios que comienzan después de la hora 1.10, la jornada se debe liquidar siguiendo el criterio de la nocturnidad. De todas formas, reitero, esto varía según las empresas en virtud de los convenios o acuerdos que se han logrado.

Señor Alvarez de Ron.- Por otra parte, en el sector suburbano los trabajadores que cumplen tareas de 0 a 5 horas cobran un beneficio adicional del 50%.

El proyecto a estudio habla de un porcentaje del 20% para quienes trabajan de la hora 22 a las 6 de la mañana y nosotros aspiramos a que para ese horario se aplique el porcentaje que actualmente percibimos, que es el del 50%. Es decir que pensamos que no se debe dar un paso atrás en este beneficio que ya se viene cobrando desde hace mucho tiempo.

Señor Silvera Zabala.- La redacción del artículo 6º, no sé si es lo suficientemente clara o si es necesario introducirle mejoras, expresa que este régimen podrá ser modificado cuando así se acuerde en un convenio colectivo que otorgue al trabajador un beneficio superior al establecido en la presente ley. Quiere decir que si ya existe o se va a firmar un convenio por el que se concedan beneficios superiores al que figura en el proyecto, o que habrá de regir en el futuro será precisamente, el convenio y no la ley.

Señor Millor.- Lo que ha señalado con mucho acierto el señor Senador Silveira Zavala es un principio elemental de Derecho Laboral. Las normas laborales actúan siempre y cuando no se establezca un acuerdo entre partes, que pasa a ser la ley entre quienes la suscriben.

Entiendo que la ley establece un determinado porcentaje cuando no existe un convenio colectivo entre las partes, pero de ninguna manera implica que aquellas empresas que han acordado un porcentaje superior tengan posibilidades de disminuirlo.

En ese sentido, los representantes de los trabajadores que hoy nos visitan deben quedarse absolutamente tranquilos.

Señor Alvarez de Ron.- Conocemos el principio que acaba de mencionar el señor Senador, pero nuestra preocupación es que ese beneficio del 50% que pagan algunas empresas se haga extensivo a quienes trabajan desde la hora 22 a las 6 de la mañana. además, aclaro que no se trata de un convenio colectivo sino de un laudo de 1957.

Deseo puntualizar que estamos de acuerdo con el horario fijado para que se aplique el criterio de nocturnidad porque entendemos que el horario de 0 a 5 que existe actualmente es arbitrario.

Por otra parte quiero destacar que algunas empresas ya han planteado a sus trabajadores si desean acogerse a la ley que establece un porcentaje del 20% para las jornadas que van desde la hora 22 a las 6 en lugar de seguir cobrando el 50%, pero con un horario menor, es decir, de 0 a 5 horas. A nuestro juicio, se debe aplicar el porcentaje que rige actualmente para las jornadas de 0 a 5 horas, pero extendiéndolo desde la hora 22 a las 6.

Señor Millor.- En síntesis, el planteamiento de nuestros visitantes implica una modificación del proyecto de ley a estudio. Sin embargo no me queda claro el siguiente aspecto. El proyecto que tenemos a análisis establece un criterio correcto de nocturnidad, y aclaro que no estoy abriendo opinión en lo que tiene que ver con el porcentaje a aplicar.

Por otra parte, me parece que el convenio a que hicieron alusión, que, evidentemente, no abarca a todas las empresas de transporte, fija un criterio de horario, pero no de nocturnidad. Es decir que el límite de 0 a 5 horas no marca un criterio lógico de nocturnidad sino un horario arbitrario, este criterio sí está determinado en el proyecto de ley, que habla de una jornada desde la hora 22 a las 6 de la mañana. Este período es regido por un criterio de nocturnidad en todo el mundo.

Señor Irigaray.- Nuestra intención es que la ley recoja la diversidad de criterios que existe a nivel de las empresas de transporte y que conozca verdaderamente los puntos de vista de quienes desempeñamos tareas en ese sector.

Entendemos que este proyecto constituye un inicio, pero su redacción debe ser afinada, por lo que sugerimos que se efectúe una nueva reunión a la que aportaremos nuestras opiniones por escrito para tratar de contribuir con la tarea de esta Comisión.

Señor Pérez.- Creo que los compañeros que nos visitan deberían conocer, en primer término, la metodología de trabajo de esta Comisión. La Cámara de Representantes ha enviado un proyecto de ley en el que se establece un beneficio del 20% para quienes desempeñan tareas en un horario que va desde las 22 horas a las 6 de la mañana.

Cuando comenzamos a estudiar el tema, se nos ocurrió que podían existir sectores de trabajadores que cobraran un porcentaje mayor al 20% por nocturnidad.

En el caso de las empresas textiles o de algunas fundiciones, se trabaja en tres turnos, uno de los cuales es íntegramente nocturno ya que va desde las 22 a las 6 de la mañana. En estos casos, lo establecido en el proyecto constituye un beneficio porque actualmente perciben lo mismo que los que cumplen tareas en los turnos del día.

Entonces, este porcentaje del 20% constituye un beneficio para esos trabajadores. Naturalmente, hubiera sido mejor concederles un porcentaje mayor, pero eso es lo que se logró mediante acuerdos en la Cámara de Representantes y que deberá ser aprobado también por el Senado.

Ahora bien, lo que nos interesa saber es si esta disposición perjudica a los obreros del transporte.

Entonces, quizás habría que seguir el camino que indicaba el señor Irigaray, y que ustedes examinaran el problema. Ya nos ha pasado, por lo menos con una parte de la patronal, la que tiene que ver con carreteras, que manifiesta que no tiene integrado un 15% al kilometraje.

Es bueno tener en cuenta que esto sólo se trata de una parte del problema. Mientras tanto, los trabajadores que no tienen un beneficio neto están a la espera de que el Senado tome una resolución al respecto.

Señor González.- En primer término deseo saludar a los señores Senadores integrantes de esta Comisión por permitir la presencia de los trabajadores del transporte. No queremos que este beneficio que alcanza a un grupo importante de trabajadores, pueda ser un obstáculo para otros.

Me estoy refiriendo a la situación particular que tienen algunos trabajadores entre los que se encuentran los de la empresa CUTCSA. Si queremos que esta ley, en el momento en que entre en vigencia, no perjudique los acuerdos bilaterales que puedan existir, puesto que los va a contemplar.

¿Por qué saludamos la iniciativa de esta Comisión? Porque no es nada extraño que en la medida en que entre en vigencia esta ley, se den, para determinada clase de situaciones, aspectos conflictivos en la relación con algunas empresas por el hecho de que pretendan hacer incidir su peso y la necesidad de los trabajadores en torno a que se debe aceptar una u otra alternativa.

En consecuencia, nos damos por satisfechos por tener la oportunidad de acceder a un ámbito de discusión donde quienes llevan adelante, debaten y elaboran esta ley, nos van a permitir también, a posteriori, en el proceso de discusión, vigilar, debatir e incidir en el estudio de los aspectos que realmente contemplan las necesidades de los trabajadores.

Además, agradecemos la oportunidad de discutir nuestros problemas en el ámbito de la Comisión, porque es indudable que esta situación que se da actualmente nos marca que muchas veces los señores Legisladores -no debe ser solamente su responsabilidad porque asumimos la parte que nos corresponde- se encuentran con el hecho de que desconocen la realidad y, tal vez, beneficiando a muchos causan perjuicios a otros tantos.

Señor Pérez.- *Eso es, justamente, lo que no queremos.*

Señor González.- Precisamente por ese motivo saludamos la iniciativa de esta Comisión y pretendo demostrar, con mi intervención, el espíritu con el que concurrimos a este ámbito para tratar de colaborar y no obstaculizar un porceso que, evidentemente beneficia a una cantidad de trabajadores que en este momento no perciben compensación alguna por el desarrollo de sus tareas en horario nocturno.

Señor Presidente.- Sería beneficioso que la iniciativa del señor Irigaray se plasmara por escrito, a los efectos de ser considerada por la Comisión a la brevedad posible, dado que hay mucha gente que desea que esta clase de iniciativa legislativa se concrete en un corto plazo. De esa manera se podría mejorar el texto que tiene media sanción.

Agradezco la presencia de los invitados, y aclaro que las expresiones aquí vertidas van a ser de conocimiento de todo el Senado a través de la versión taquigráfica. El proyecto de ley se podrá perfeccionar en lo que respecta a aquellos trabajadores que se verían beneficiados o, por lo menos, tratar de que no se vean perjudicados por una norma general.

Se levanta la sesión.
(Es la hora 16 y 15 minutos).

Andrés Capelán

El gobierno belga no se animó

Uruguay 1993: Navidad con presos políticos

Cosas de esta democracia en que vivimos: mientras el propio gobierno de Bélgica negó días pasados la extradición de dos ciudadanos vascos presuntamente vinculados con la ETA, en nuestro país todavía están presos otros tres.

El único "delito" que cometieron es el de ser vascos y querer la libertad para su pueblo. Vinieron a este país a reconstruir sus vidas en paz y en armonía con la comunidad: algo que se les negara en su propia tierra.

¿Tendremos que decir tal vez que se equivocaron en su elección? ¿Tendremos que pasar la vergüenza de que todo el mundo sepa que aquí se le da asilo a los "carapintadas" pero no a los vascos contestatarios?

La España negra

Hoy en España, la tan propagandeada "España socialista" (con minúscula) de ese pichón de "caudillo" que se llama Felipe González (y que por algo es tan elogiado por "socialistas" tan reconocidos como Sanguinetti y Lacalle), **se tortura y se mata a los presos políticos (si son vascos con más ganas). Y eso no es ningún invento, tanto las Naciones Unidas como Amnesty International han condenado esta situación. Es la triste realidad de esta España Negra que se oculta tras el manto del "socialismo moderno".**

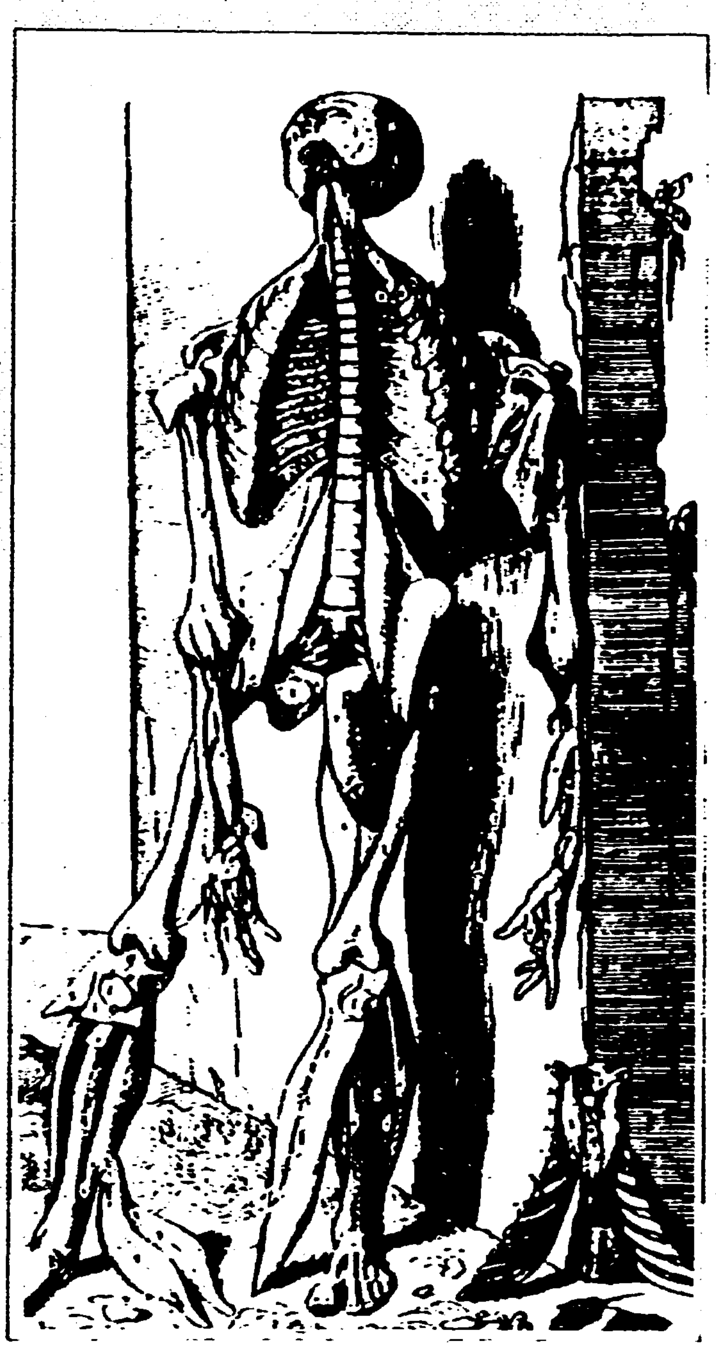
Una España hundida en la corrupción y el desempleo (tiene el mayor número de "parados" de Europa) donde los obreros están recién despertando del sueño del "Pacto de la Moncloa" para darse cuenta de que "los pasaron para la cueva" y de que estos diez años de gobierno "socialista" solo ha servido para que los ricos sean cada vez más ricos y para perder cientos de miles de puestos de trabajo.

Un gobierno que más allá de lo declarativo, ha retomado las más siniestras tradiciones de su historia triste. González merecería el título de "Felipe III" por su afán persecutorio e inquisidor digno del "padrino" de Torquemada.

El terrorismo de Estado

Las torturas, las desapariciones y las muertes que los uruguayos sufrimos durante los gobiernos de Pacheco, Bordaberry, Aparicio Méndez, Gregorio Alvarez (¿y Julio María Sanguinetti?) son pan de todos los días para los españoles de 1993. Eso lo sabe muy bien el gobierno belga y es por ello que negó la extradición de los vascos. ¿La justicia uruguaya ignora estas cosas? ¿Se piensan que la España real es la que nos vende la televisión? Si se concede finalmente la extradición los sufrimientos de estos vascos por nacimiento y uruguayos por adopción del pueblo, pesarán en la conciencia de quienes eventualmente pudieran tomar esa determinación.

Porque si Uruguay manda a los vascos detenidos en Cárcel Central a España los mandará a la tortura y la muerte. Y eso lo saben nuestros jueces, así que por favor, que no se amparen en formulismos leguleyos. Ellos saben muy bien lo que se derivará de su resolución, ellos saben muy bien que la **España de Felipe González es una porquería desde el punto de vista de la jurisprudencia y el respeto a los derechos humanos.**



Extradición significa tortura y muerte. ¿Quién se hace responsable?

Ni aun el peor de los delincuentes se merece tal destino. Y en este caso en particular no estamos hablando de delincuentes sino de luchadores sociales.

El terrorismo

En lo personal discrepamos profundamente con los métodos que la ETA utiliza para llevar adelante su lucha. Porque si buscamos la justicia social no podemos avalar desde ningún punto de vista la aplicación de la violencia indiscriminada. No hay nada más injusto que eso. **No hay nada más injusto que matar a inocentes cuando hay tantos culpables sueltos por ahí...**

Pero el caso que nos ocupa (la situación de estos vascos prisioneros de la democracia uruguaya) es distinto. No ha sido probada ni por asomo su participación en ningún acto terrorista (si así hubiera sido el caso estamos seguros de que el gobierno alcahuete que tenemos no hubiera dudado ni un minuto en mandarlos a la muerte). Sin embargo el gobierno uruguayo sabe muy bien que no es ello así y por eso se encuentra ahora entre la espada neo-falangista del gobierno de Felipe González y la pared de los derechos humanos.

¡Ni los belgas se animan a mandar a los vascos a las cámaras de tortura del gobierno "socialista" de Felipe III! ¿La justicia uruguaya se animará a tal despropósito?

Recibimos y publicamos

Montevideo, noviembre 18 de 1993
Sr. Redactor Responsable de "El Omnibusero"
Dn. Andrés Capelán
Presente

De nuestra consideración:

Por la presente hacemos llegar a Ud. y a la dirección de ese prestigioso periódico, nuestro más sincero agradecimiento por la información brindada a la masa social, en oportunidad de haberse sorteado un TV color en carácter promocional.

Además, hacemos propicia la oportunidad para poner en vuestro conocimiento que del resultado del acto eleccionario realizado el pasado 29 de octubre, las Listas 2 y 3 del Transporte obtuvieron un representante cada una, y de la lista 133, del sector de socios libres, dos representantes.

En consecuencia, con la incorporación de estos asociados, el Consejo Directivo que actuará por el período 1993/1994 es el siguiente:

Presidente: Sr. Carlos Mouzo Allo
Vicepresidente: Sr. Cristóbal Maguirre
Secretario: Gustavo Rodríguez
Pro secretario: Sr. Sergio E. Boffa
Tesorero: Sr. Carlos Cerqueiras
Pro Tesorero: Sr. Walter Lima
Vocales: Sr. Aniceto Fernández, Sr. Luis A. Umpiérrez, Sr. Mamerto N. Guerra.

Sin que sea nuestra intención abusar de vuestra amabilidad, en caso de ser factible le agradecemos también destinen un pequeño espacio de El Omnibusero para dar cuenta a sus lectores de este acontecimiento de interés para los socios de la Cooperativa de Consumos del Transporte.

Hacemos propicia la oportunidad para saludar a Ud. con nuestra mayor consideración.

Carlos Mouzo - Presidente
Gustavo Rodríguez - Secretario

Nueva etapa en COTRANS

Las autoridades de la Cooperativa de Consumos del Transporte invitan cordialmente a los asociados y a quienes se interesen por vincularse a la organización a visitar una "Cooperativa renovada".

Se han realziado esfuerzos, basados en una planificación meditada, tomando en consideración las inquietudes y sugerencias de los trabajadores asociados, para llegar a presentar una imagen distinta de la entidad, con mejores servicios, mejor exposición y más opciones de elección.

Con orgullo se afirma que los objetivos fundamentales se han concretado y el resultado está a la vista. Un acuerdo muy oportuno con una importante firma importadora de plaza, permite poner a disposición de los consumidores, precios y planes muy accesibles, en rubros de electrodomésticos, audio, juguetería y un sinnúmero de novedades para adornos y confort en el hogar.

Además, para facilitar las compras, se ha implementado un horario más extendido: lunes a viernes de 9 a 19.50 y sábados de 9 a 12.50.

Prácticamente once horas en días hábiles para efectuar las compras con absoluta comodidad y con la atención deferente que los cooperativistas merecen.

También se han habilitado los tradicionales créditos para las clásicas fiestas navideñas, con valor febrero para adquisición de compras de prendas de vestir, calzado, juguetes importados, regalos, etc. Y para los artículos comestibles y bebidas típicos para las fiestas, pago dividido con los haberes de enero y febrero de 1994.

Se reitera la invitación para visitar la "renovada" Cooperativa de Consumos en la calle Convención 1420 y Colonia.

Todo el día a su servicio...

Opina Julio Toyos

Vamos cayendo en picada, que el 94 nos ampare

Exclusivo para El Omnibusero

Al fin termina el 93, al fin... El fútbol uruguayo se sumergió en el más hondo oscurantismo. Quizás alguien pueda pensar que nos referimos exclusivamente a las Eliminatorias. De ellas ya nos ocupamos y en esas heridas (aun en llagas) no vamos a poner más sal. Solo decir que de allá para acá, nada se hizo, corrigió, modificó. apenas el abandono del barco por parte del Ejecutivo. (¿Ejecu...qué?) que presidía Batalla. Y la llegada de los provisariatos actuales.

nada cambió, nada se hizo, nadie (o casi nadie) piensa, este es el reino de la nada, el «nadismo» no hace nada.

Los «grandes» reclaman, exigen, prepotean, ejercen el autoritario estilo de los «ultimatums», pero ni así consiguen nada.

Mortimer Valdez y su consejo provisorio, tratan de ser el cuero de la vaca para que esta no se desparrame. Los clubes chicos a los que ellos representan, también están divididos, ya que Defensor y Rampla hicieron rancho aparte.

Los jueces presionan de la misma forma que se equivocan cuando pitan. La Mutual de jugadores apenas consiguió la limosna de diez días de licencia al final del año.

Los periodistas estamos divididos entre los que cumplimos con las decisiones del Círculo de Periodistas Deportivos y los que las violan (vulg: «Camerean»).

Los aficionados: partidos en dos partes, los que pagan las entradas y festejan con normalidad o pierden con la normalidad de los equilibrados, y por otro lado los que rompen todo lo que haya a su frente: bancos de cemento, parlantes, arcos, redes, vidrios, roban las canillas de los baños, apedrean los comercios de 18 de Julio para robarlos, se embriagan, drogan, cantan canciones obsenas.



En el historial del Campeonato Uruguayo (en la era profesional) se han jugado 61 ediciones. Con el de este año Peñarol lleva obtenidos 30 títulos. Le sigue Nacional con 24, Defensor con 3 y Central Español, Danubio, Progreso y Bella Vista con un título cada uno.

En fin, vamos desde el honesto, en correcto, en definitiva normal, al indecente, lascivo, en definitiva anormal, todos metidos en la misma tribuna al estilo discepoliano del «Cambalache».

Peñarol: el menos pobre del cantegril

El fútbol uruguayo tiene una pobreza técnica cantegrilesca. Muchos partidos se vuelven un grotesco «ballet» de movimientos inconexos, fuera de tiempo, como pretender bailar de botas en puntas de pie, música de Bartok.

Peñarol fue merecido, justo campeón. Más allá del penal que cobró Nieves ejecutando a Racing o de los 15 minutos de atraso que toleró Bello para iniciar el partido ante Cerro que por eso empezó con Peñarol campeón ya que Defensor perdía 1 a 0.

Peñarol ganó los dos clásicos. Es valioso, pero no un mérito superlativo ya que este año Nacional no tuvo cabeza, conducción o timón a nivel de dirigentes.

Sigue siendo Ceferino especialista en milanesas napolitanas o pizzas, pero no consigue entender de ese juego de correr atrás de la pelota y mucho menos de la política del fútbol, donde Damiani lo lleva de la oreja, le hace chás chás en la cola y lo abomba con el humo de sus impresionantes toscanos.

Justo Nacional que históricamente fue el gran club de los dirigentes notables, como Atilio Narancio, José Gorriti, Roberto Espil. Por ahí falla Nacional: por la cabeza.

Volviendo a Peñarol, pudo ser un brillante campeón. Su partido con Rampla fue un compendio lujoso de como se puede jugar bellamente. pero faltando. 5 fechas la máquina se quedó sin nafta. Se paró totalmente y solo ganó un partido (ante Racing) y por factores exógenos (léase Nieves) y entró en la mediocridad de un fútbol uruguayo pobre, por momentos pobrísimo. Cerro lo embotelló aun jugando con diez hombres, pero Danubio le resolvió las cosas al vencer aun Defensor humilde y luchador. Así llegó.

De lo que no hay dudas a pesar de los pesares, es que Peñarol fue el mejor y esta vez en el país de los ciegos, no fue rey el tuerto...

Las dificultades de Peñarol fueron autogeneradas. Siendo un razonable equipo, por momentos bueno, por momentos discreto, tuvo un gran conductor. Un líder humilde. De lenguaje moderado. Sin frases tronituantes ni altisonantes.

Y ante la soberbia de los dirigentes de trajes de alpaca brillosa, Peñarol precisaba volver a los orígenes, a sus raíces de pueblo.

Con Gregorio Pérez recobró su mística y por momentos tuvo excelente dinámica. Justo campeón.

Defensor, overol y lucha, mediana calidad, fue un vicecampeón merecido, honesto, bien dirigido por otro técnico de trabajo y dedicación, muy buen profesional e igual persona: Juan Carlos Auntchain.

Tercero un mediano Danubio, por momentos algún brillo y por otros inexpresividad y opacidad alarmantes.

Cuarto Nacional que tuvo de enero a diciembre, cuatro técnicos. Un plantel capaz de fagocitar a cualquiera. Y a la prueba está, los tres primeros equipos del torneo tuvieron un solo técnico de principio a fin, Nacional un opaco cuarto, llega a su cuarto entrenador.

Una actuación dispar, siendo insólitamente en lo internacional mejor que Peñarol en la Supercopa.

El resto de los clubes, en una pobreza aun mayor que los de arriba. Meritorio Progreso haciendo aparecer en primera ocho caras nuevas en juveniles. Valiosos los dos triunfos de Wanderers ante Peñarol. Rampla salvándose de un descenso que parecía inminente un luchador Cerro que escapó al drama varias fechas antes.

El panorama para el 94 es sombrío. Miraremos al Mundial por la televisión. Seguirán emigrando jugadores aumentando la actual pobreza de los espectáculos. Tan pobre como el cantegril, muy rudimentario, sin belleza. Hablando de técnica, parecemos estar en la era paleolítica. En comportamiento descendimos a niveles tales que llegamos a tal caos, que el otrora segurísimo estadio Centenario hoy no ofrece garantías, ante las hordas, la caterva, la cáfila, que arrasa con todo.

Sin reformas ni renovación, sin ideas ni talento, solo un milagro nos hará volver a tiempos mejores. Mal año viejo... feliz año nuevo.



Sexo & Vida

Pregúntele al doctor Boero

El Doctor Gastón Boero responde las preguntas de la audiencia todos los martes a las 15 horas en el programa "Un trato con Julia" (conducido por Julia Amoretti y producido por Alejandro Gabar) en CX 44 Radio Panamericana, por los teléfonos 98 31 37 y 98 04 56. Los compañeros que no puedan comunicarse telefónicamente con el doctor Boero podrán hacer llegar sus preguntas (en forma anónima si quieren) a la redacción de El Omnibusero. **Las que siguen son algunas de las preguntas efectuadas por los oyentes del programa de Julia que se han publicado en el quincenario "Mate Amargo".**

Nuevas píldoras sin límite de edad

* Emilia pide información acerca de las píldoras anticonceptivas de "última generación" y pregunta si a los 40 años las puede tomar.

Desde su invención allá por fines de la década del '50, las características de las píldoras han ido cambiando. Promedialmente cada siete años los laboratorios fabricantes sacan al mercado una nueva "generación" que corrige los defectos de la anterior.

Las de esta última "generación" contienen un componente llamado gestodeno, que se parece mucho a las hormonas naturales femeninas y hace que sus efectos secundarios sean mucho menores que los de la "generación" anterior. Con estas nuevas píoldoras no hay problemas con el aumento de peso y el nivel de colesterol.

Incluso tienen diversos efectos benéficos, por ejemplo, previenen infartos al ayudar a la circulación general de la sangre y ciertas enfermedades benignas de las mamas (nódulos, fibrosis, etc,.) además de disminuir los dolores menstruales.

Hay que tener la precaución de tomarla religiosamente, pues como la cantidad de hormona que contiene es muy pequeña (no por eso deja de ser cien por ciento segura), su efecto dura solamente veinticuatro horas por lo cual ante un olvido habrá que ir buscando nombre.

Por último hay que destacar que estas pastillas se pueden tomar desde la adolescencia hasta la menopausia. No tienen límite de edad ni para ni lado ni para el otro. Eso pasaba con las anteriores, no con éstas.

Masturbación en la adultez

* José pregunta si a los 45 años es normal que todavía encuentre placer en la masturbación.

En el ciclo sexual de los humanos la masturbación es algo por lo que todos pasamos en uno u otro momento. Se pasa a los tres años, se pasa en la adolescencia (en la que es la forma más natural y accesible de obtener placer sexual) y también se pasa en la edad adulta y en la tercera edad.

En estos casos la masturbación puede ser un escape cuando el compañero o la compañera están ausentes o enfermos, puede ser un rápido alivio a una fuerte tensión sexual o puede ser una elección. Porque aunque sea la única forma de satisfacción sexual que el individuo practique ello no constituye una patología.

En sexualidad nunca se puede decir qué es "normal" y qué es "anormal". Tampoco tenemos por qué meternos en la vida privada de las personas. Los conceptos de "normal" y "anormal" tenemos que sacarlos del léxico sexológico definitivamente. A lo sumo podemos hablar de lo que es habitual y de lo que no es habitual. La masturbación entre los adultos es más habitual de lo que se piensa.

Menstruación y acto sexual

* María del Carmen de 32 años, cuenta que durante su período menstrual siente un mayor deseo sexual, sin embargo su compañero se niega a tener relaciones con ella en esos momentos. Pregunta cómo puede solucionar esta situación.

El aumento del deseo sexual en los momentos previos y durante la menstruación es algo bastante habitual y está relacionado con el aumento de la irrigación sanguínea en



toda la zona vaginal. Esto produce una congestión de la vagina similar a la de la primera fase de la xcitación en la relación sexual y muchas veces aumenta el deseo, sobre todo cuando no hay tabúes de por medio.

Ese parece ser el caso del compañero de María del Carmen y aquí deberíamos retrotraernos a lo que ha significado la menstruación y la sangre menstrual a lo largo de la historia desde el punto de vista social y cultural. La sangre menstrual ha sido considerada desde la antigüedad como una sangre "que no sirve", una sangre "fea", una sangre "enferma". Los griegos del Siglo de Oro -400 años antes de Cristo- pensaban que si un hombre mantenía relaciones con una mujer menstruante se perdían las cosechas, se empañaban los espejos y el hombre quedaba impotente.

Evidentemente casi en el siglo XXI nadie va a temer quedar impotente por esta sitaución, pero estos tabúes y estos mitos juegan su papel a nivel del subconsciente. En sí el hecho de que la mujer esté menstruando no quiere decir que no pueda mantener relaciones sexuales. Para una pareja sana no hay ningún tipo de inconveniente desde el punto de vista fisiológico. Al esposo de María yo le diría que las carreras también pueden correrse en pista barrosa y que intente ser más comprensivo con su compañera.

Menstruación y susceptibilidad

* Manuel dice que su esposa "se pone extremadamente susceptible" en los días previos a la menstruación y pregunta si ello obedece a una causa orgánica y -de ser así- cómo se puede solucionar.

Todo lo relacionado con la menstruación tiene un alto componente psicológico, por lo que debemos tener esto siempre en cuenta. En lo que refiere a la pregunta de Manuel yo le diría que aunque los estudios al respecto recién están comenzando, algo hay. Dentro del complejo sintomático que acompaña al período pre-menstrual, hay personas en las que su sistema neurovegetativo, está un poco más en alerta, entonces se vuelven más sensibles y más receptivas a cualquier estímulo externo.

Ello parece estar relacionado con las hormonas de la hipófisis, que son las que provocan el ciclo ovárico en la mujer. Esto lo vemos más que nada en la menopausia, cuando estas hormonas no están más "frenadas" por el funcionamiento del ovario. Entonces se pasa por un período de exceso de las hormonas hipofisiarias que producen depresión anímica y psicológica. Estas hormonas son las que están presentes también en la segunda mitad del ciclo y su nivel llega al máximo en los días anteriores a la menstruación.

Repito que este tema no está lo suficientemente estudiado por lo que nos estamos manejando principalmente con conceptos teóricos. De todas maneras, cuando a las pacientes les mejoramos la segunda mitad del ciclo menstrual con un "toquecito" hormonal, esta situación cambia.

Carlos Martínez - Línea I.

Cómo trabaja el programa de Alcohólicos Anónimos

Es muy raro ver fracasar a una persona que haya seguido enteramente nuestros pasos. Los únicos que no se recuperan son los individuos que no quieren o carecen de capacidad para darse del todo al programa. Por lo general se trata de hombres y mujeres que por naturaleza propia no saben ser honrados consigo mismo. ¡Lástima que haya seres tan desdichados!

Pero no hay que culparlos, nacieron así. La verdad es que carecen de absoluta capacidad para captar y desarrollar un modo de vida que hace imperativa la más rigurosa sinceridad. Huelga decir que tales personas tienen muy pocas probabilidades de éxito.

Se dan casos también de personas que sufren graves trastornos emocionale y mentales, aunque mucha de éstas logran su recuperación si cuentan con capacidad suficiente para ser honrados.

En términos generales nuestros historiales reflejan lo que era antes nuestro modo de ser, lo que nos aconteció, y lo que somos hoy. Si en verdad el lector desea conseguir lo que nosotros hemos alcanzado y está dispuesto a poner a contribución el mayor empeño para lograrlo, no cabe la menor duda de que estará en condiciones hábiles para dar determinados pasos.



Debemos señalar que después de dar algunos de estos pasos, nos detuvimos obstinadamente, pugnando por seguir adelante. Creíamos que podríamos hallar un camino más fácil y cómodo, pero lo cierto es que no pudimos encontrarlo. Es por ello que les pedimos con la mayor vehemencia, que seais estoicos e íntegros desde el comienzo. Algunos de nosotros tratamos de sujetarnos a nuestros viejos moldes y el resultado fue enteramente nulo, hasta que nos decidimos a orientar nuestros pasos por el nuevo sendero.

Es preciso recordar en todo momento que estamos tratando contra el alcohol, que es un enemigo acérrimo, artificioso, poderoso y burlón. Sin ayuda, nuestro adversario resulta demasiado fuerte para nosotros. ¡Ah, pero podemos apelar a un amigo que es más fuerte que él, un amigo todopoderoso - Dios! ¡Ojalá el lector ya lo haya conocido!

Los términos medios no nos sirvieron de nada. Nos hallábamos en el tramo decisivo de nuestra jornada. Fue entonces cuando con entero desprendimiento pedimos a ese Poder Superior ayuda y protección para resolver nuestro problema.

He aquí los pasos que dimos y que sugerimos a todos los alcohólicos interesados como Programa de Recuperación:

1.- Nos convencimos de que éramos impotentes para luchar contra el alcohol, y de que ya nos era imposible manejar nuestras propias vidas.

2.- Llegamos al convencimiento de que sólo un Poder superior a nosotros mismos sería capaz de devolvernos el juicio.

3.- Resolvimos encomendarnos en cuerpo y alma a Dios, tal como a El lo comprendimos.

4.- Hicimos un sincero y minucioso inventario moral de nosotros mismos.

5.- Confesamos a Dios, a nosotros mismos y a otras personas la naturaleza exacta de nuestras faltas.

6.- Nos dispusimos sin reservas a que Dios nos librase de todos esos defectos de carácter.

7.- Humildemente rogamos a Dios que nos librase de nuestros defectos.

8.- Hicimos una lista de todas aquellas personas a quienes habíamos ofendido y nos dispusimos a darles excusas por nuestras faltas.

9.- Compensamos directamente a cuantos nos fue posible, excepto en los casos en que hubiéramos podido perjudicarlos a ellos o a terceros.

10.- Seguimos haciendo un inventario moral, admitiendo inmediatamente cualquier error nuestro.

11.- Buscamos en la oración y la meditación el modo de mejorar nuestro contacto consciente con Dios, tal como á El lo comprendimos, pidiéndole sólo que nos inspirase su Voluntad para que pudiésemos cumplir sus deseos.

12.- Habiendo experimentado un renacimiento espiritual como resultado de estos pasos, tratamos de llevar este mensaje a los alcohólicos y de practicar estos principios en todas nuestras acciones.

(Continuará)

El ¿Quién es quién? de nuestras calles

El nomenclator montevideano es tal vez el más contradictorio del mundo. En nuestras calles recordamos tanto batallas ganadas (Yatay) como batallas perdidas (Estero Bellaco), a próceres (Artigas) como a traidores (Venancio Flores), a colaboradores de los nazis (Petain) y a quienes los enfrentaron (De Gaulle).

En fin, nuestros ediles siempre quisieron estar bien con Dios y con el diablo, con tirios y troyanos, con unitarios y federales, con argentinos y brasileños, con blancos y colorados...

El libro del que hoy publicamos una parte ("¿Qué nos dicen las calles de Montevideo?") explica, tomando algunas calles, qué significan nombres y fechas que figuran en nuestro nomenclator, haciendo un breve resumen histórico en cada caso. El equipo (coordinado por la profesora Melba Píriz e integrado por los también profesores Gabriel Guerra, Virginia Pedretti, Gabriel Retamoso y Gloira Winz) ha elegido un orden cronológico para encarar el tema. El presente volumen abarca desde la época precolombina hasta 1873 y los autores prometen un segundo tomo que abarcará desde la dictadura de Latorre hasta nuestros días.

Dámaso Antonio Larrañaga

Fue común en otras regiones de América que el "bajo clero" fuera independentista, mientras que el "alto clero" apoyaba la reacción; teniendo en cuenta que en su mayoría estos últimos cargos estuvieron en manos de españoles. En el caso de la Provincia Oriental, no podemos hablar de un alto clero, aunque sí de párroco de la Catedral y Vicario de la región.

Dámaso Antonio Larrañaga, ordenado sacerdote en Río de Janeiro, desarrollará una intensa participación en nuestra historia. Como patriota deberá salir de Montevideo "con mi breviario bajo el brazo" según sus palabras, para unirse la Revolución Artiguista.

Fue secretario de Artigas primero, delegado oriental ante la Asamblea de 1813 en Buenos Aires y creador de la Biblioteca Pública en 1816 en la Provincia Oriental Autónoma.

Un año después, ante la caída de Montevideo en poder de los invasores portugueses, muchos orientales (Lucas Obes, Durán, Llambí, Solano Antuña, entre otros) recibirán con honores al vecedor.

De Larrañaga sabemos que recorrió dos leguas para recibir a los portugueses. En el Congreso Cisplatino será una de las 16 voces orientales que por aclamación votará la incorporación de la Provincia al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves.

Lo quisiéramos recordar siempre buscando la libertad "con su braviario bajo el brazo" únicamente. Una importante arteria lleva su hombre.

José Rondeau

Nacido en Buenos Aires hará su carrera militar en el Cuerpo de Blandengues. De ese período es su conocimiento con Artigas. Desertará de ese cuerpo para incorporarse también él, junto al jefe oriental a la causa revolucionaria.

Al frente de las operaciones en la Banda Oriental, convocará a las Primeras Asambleas Orientales, pero también al Congreso de Capilla Maciel (que provocaría una fisura en la Revolución Oriental).

Fiel a la política centralista bonaerense, ocupará el cargo de Director Supremo del Estado (1819).

Artigas en ese año lo recordará como "mi siempre querido compadre, tocayo y amigo". Rondeau en el mismo año '19 escribirá a Manuel García "he propuesto de palabra por medio del Coronel Pinto, al Barón de la Laguna que acometa con sus fuerzas y persiga al enemigo (Artigas) hasta Entre Ríos y Paraná en combinación con nosotros".

Los ojos del patriciado se volverán a él cuando, firmada la Convención Preliminar de Paz, se deba elegir un gobernador provisorio. ¡Méritos había hecho! Lo recordamos en el Centro de nuestra ciudad.

General Flores

Venancio Flores, hijo de hacendado, participó como soldado en las batallas de Rincón y Sarandí, volverá a tomar las armas junto a Lavalleja y Rivera ya en el período constitucional. Asciende su rol militar durante el período de la Guerra Grande



Dictador al sercicio de argentinos y brasileños, asesino de Leandro Gomez, genocida del pueblo paraguayo, Venancio Flores tuvo el fin que merecía: fue asesinado el 19 de febrero de 1868. El nomenclator montevideano honra al "mayor traidor de nuestra historia" con una de nuestras principales avenidas...

y empieza a protagonizar en el plano político en el llamado Gobierno de la Defensa.

Luego de la Paz de 1851, será elegido Ministro de Guerra y Marina, y en 1853, en una situación única en nuestra historia, formará parte de un Triunvirato, junto con Rivera y Lavalleja. La muerte de éstos le permitirá tener la totalidad del poder.

Hasta 1864 será una de las figuras políticas más gravitantes, accedió dos veces a la presidencia de la República.

Luchará en los ejércitos de Mitre en el proceso de la unidad argentina.

Con el apoyo armado de Brasil, triunfa en la revolución que denominó "Cruzada Libertadora" para tomar el poder una vez más.

Los compromisos asumidos con sus aliados de turno lo llevarán a participar en la Guera del Paraguay donde las tropas orientales fueron llevadas a arrasar ese pueblo, que fuera su aliado natural.

Buscaremos determinar qué intereses fueron los que permitieron que la Revolución de Venancio Flores se llevara adelante.

Ya entrada la década del 60, en el Uruguay renacen las luchas interpartidarias, serán los sectores de las clases altas, tanto urbanas como rurales, las que harán sentir sus reclamos de paz en el territorio. Para los grandes hacendados, cuyas tierras y ganados habían multiplicado su valor en pocos años, las guerras civiles podían significar la ruina. Para los ricos comerciantes también la falta de orden significaba la baja inmediata de las importaciones y de las exportaciones. Tampoco servía para quienes se dedicaban a las finanzas.

Entre 1857 y 1862 el precio del ganado cayó a la mitad. Mientras no se transformaran las estructuras, la paz política provocaría una crisis de superproducción.

Flores había luchado junto a Mitre y pedirá su recompensa, así podrá reclutar fuerzas, equipararlas, adiestrarlas y embarcarlas para el Uruguay, seguro de la tan típica impunidad. Los militares emigrados querían volver a recuperar su honor y sus bienes en la campaña. Estos autodenominados cruzados, necesitaban otro apoyo para poder vencer. El episodio de la invasión de Flores era parte de un drama de mayor importancia. Juntos Brasil y Mitre preparaban su campaña contra Paraguay.

"Los grandes estancieros riograndenses con campos en nuestra República... deseaban un gobierno que no gravara más a los ricos, ni les impidiera el pasaje libre de los ganados, ni les limitara el uso de la mano de obra esclava. La Administración de Berro había herido sus intereses y debía ser sustituida por otra más complaciente".

El momento de invadir nuestro territorio había llegado. El Sitio de Paysandú, será el heroico episodio de una lucha desigual. Junto a Leandro Gómez fueron fusilados más de cien defensores... Años más tarde Flores será asesinado. Nuestra ciudad lo recuerda en una de sus principales calles.

Nosotros queremos recordar lo que decía Carlos Real de Azúa: "al invadir, asolar y ocupar el país, con el apoyo decisivo de dos poderes externos que nos recelaban y odiaban, Venancio Flores fue -y créase que uso la palabra sin pizca de pasión- el mayor traidor de nuestra historia".

Artigas y los otros

¿Qué opinaban de Artigas nuestros "héroes nacionales"? Prepárense para una sorpresa..

Alvear

"El feroz Artigas fue el primero que entre nosotros conoció el partido que se podia sacar de la bruta imbecilidad de las clases bajas, haciéndolos servir en apoyo de su poder para esclavizar las clases superiores y ejercer su poder sin más ley que su brutal voluntad".

Está presente hoy en Villa Muñoz.

Bartolomé Mitre

Artigas: "...tenía los instintos feroces..., la hipocresía solapada del gaucho malo y el orgullo exagerado de sus facultades bajo las apariencias humildes... sin más banderas que el personalismo ni más programas que una confederación de mandones".

Nuestra ciudad rinde hoy homenaje a este hombre en la Ciudad Vieja.

Juan Antonio Lavalleja

Lavalleja escribió a Carlos María Alvear el 18 de julio de 1826: "El general que suscribe no puede menos que tomar como agravio personal un parangón (con Artigas) que le degrada".

Fructuoso Rivera

Rivera dirá a Francisco Ramírez en junio de 1820:" ... para que el restablecimiento del comercio deseado no sea perturbado en lo sucesivo, es necesario disolver las fuerzas del general Artigas, principio de donde emanarán los bienes generales y particulares de todas las provincias, al mismo tiempo que será salvada la humanidad de su más sanguinario perseguidor. Los monumentos de su ferocidad existen en todo el territorio..."

Montevideo los recuerda en dos grandes avenidas que recorren varios barrios de la ciudad.

CALEFÓN

El Premio Theresso para Cabrerita!



Cabrerita en el acto de entrega de su tan merecido premio.



Si señores! Otra vez el Premio Theresso en casa! En esta ocasión la Asociación de Internados del Cotolengo de Bañados de Medina -que preside el ilustre oncólogo Lavalleja Bartleby- ha distinguido con la B a nuestro conocido inspector el Ambulante Cabrerita. Por su don de gente, por su bonhomía, por su tolerancia, por su simpatía, por su comprensión y por la historia que narraremos a continuación.

Los sucesos que motivaron la premiación acontecieron en la moderna y bien pavimetada terminal del Paso de la Arena, en una jornada primaveral. Los chotacabras armaban sus nidos en los juncales y se escuchaba el canto de los somorgujos sobre los sicomoros.

La moderna y sofisticada unidad del Local de Cutcsa salía de la citada terminal rumbo a distantes chacras e inospitos manglares. Tal vez fuera porque una manada de chanchos salvajes atravesó en ese momento la carretera, tal vez fuera porque el conductor se distrajo momentáneamente mirando retozar a los Emúes en la pradera, lo cierto es que el ómnibus se fue a la banquina.

Con señales de humo se pidió el guinche de Cutcsa, el que concurrió raudo como siempre (apareció a las tres horas), pero no fue solo: fue con el Ambulante Cabrerita. Este, ubicado y cauteloso como es su estilo, lo primero que hizo fue retirar de servicio al chofer (por si las moscas, después averiguamos), cargar aire (una vez puesto el coche nuevamente en la ruta), y desapareció instantaneamente con ómnibus y todo, dejando a chofer y pasajeros en medio del asfalto...

El Ambulante dejó un imborrable recuerdo en los pasajeros que llegaron a sus casas dos días después. También hubo recuerdos para la Empresa Líder en el ramo que con estas medidas tan humanas y simpáticas sigue demostrando que para ella "El Pasajero es lo Primero" (antes de que pague el boleto, después que se arregle como pueda).

Los superiores de Cabrerita ya están buscando oficina para ponerlo de jefe y los internados del Cotolengo de Bañados de Medina no pudieron hacer menos que otorgarle el Premio Theresso. Ojo! Que aunque no lo parezca (detalle más, bicho menos) esta historia sucedió el mes pasado.

Primicia exclusiva

No más suspensiones en CUTCSA!

En el marco de la inteligente y moderna reestructura iniciada por nuestra Empresa también se incluyen importantes cambios en el sistema de sanciones. Según ha podido averiguar el Departamento de Investigaciones Periodísticas de "Calefón", a partir del próximo año se eliminará el sistema de suspensiones en la Empresa Pionera. Será sustituido por el que registra la nota gráfica de acuerdo a la siguiente escala:

Art. 798 - Falta al servicio: 12 azotes en la espalda.

Art. 943 - Boleto mal cortado: 18 azotes en la espalda.

Art. 1539 - Hacer aguas a la vista del público: 25 azotes en la cola.

Art. 2543 - No bajar en los pasos a nivel para ver si viene el tren: 72 azotes en las pantorrillas.

Art. 8762 - Boleto revendido: 100 azotes en las yemas de los dedos.

Etcétera, etcétera. (Más adelante publicaremos el nuevo reglamento de sanciones en su totalidad, estos artículos van a modo de ejemplo).

"Este es un importante avance en el mejoramiento de las relaciones obrero patronales" -declaró a nuestro cronista el Jefe de Sanciones, Don Carlos Afeá- "a partir de ahora los trabajadores ya no perderán los jornales por las faltas cometidas".

Alegra el alma y reconforta el espíritu el tomar conocimiento de estas medidas tan progresistas instrumentadas por nuestra Amada Empresa...

Jaime Olsen (en Zanzioniland)



Albricias! Desde el 1° de enero ya no habrán suspensiones sino modernas azotainas. Siempre adelante!!.

Chofer busca coche

Ponemos en conocimiento de todos los propietarios la puesta en circulación del chofer Meritorius Cornichelli, quien hasta el pasado mes de noviembre se desempeñara como efetivo del coche 999 (tuvo que irse para la lista porque en su lugar entró un "contratado" que es pariente del patrón).

Se compromete a barrer el coche gratis, a hacer la lata, a cambiar el turno los días de paro, a trabajar sin frenos, a relevar antes de la hora cuando el relevo es tarde, a lavar y planchar la unidad solo por prolijidad y a usar corbata.

Como contraparte sólo solicita (siempre y cuando ello sea posible) hacer todas las horas, los descansos y los nocturnos del coche (el que debe preferentemente estar anotado para sorteo cuando paraliza).

En el caso de que la efectividad no sea posible en lo inmediato, está dispuesto a hacer licencias, para lo cual -como lo documenta la nota gráfica- está bien provisto. Interesados llamar al 95 74 22 y dejar dicho.

(Meritorius no es el único, disponemos de un reducido stock, de choferes y guardas dispuestos a brindar sus especiales servicios al mejor postor). Por trabajar en los paros existe tarifa especial.



Meritorius Cornichelli con su herramienta en la mano: ojo con salir de licencia!

La columna de Alicia I

Cada día que va pasando es una nueva conquista, claro, soy masoquista, aunque eso no es excusa. Si tu hombre es de Cutcsa sé que me vas a entender.

Yo lo vine a conocer cuando cortaba boletos y me hizo tal efecto, fue un impacto enorme, no se si fue el uniforme que recién le había dado o el carácter reventado diciendo "pasen al fondo", que me dije en lo más hondo: "qué lindo sería domarlo".

Me propuse conquistarlo sin medir las consecuencias, calculaba las frecuencias, las demoras y adelantos, ¡estallaba en unos llantos cada vez que lo perdía!.

Hasta que llegó un día que se vio obligado a hablarme. Fue cuando empecé a agrandarme. Te juro que no te engaño, ya hace unos cuantos años de esta historia verdadera.

¡Si habré compartido esperas, boletas y citaciones!

¡Si habré visto discusiones con chanchos y con el pasaje!

¡Si me habré comido viajes de intermedios superlargos!

Aprendí a tomar amargos con los minutos contados.

Mis licencias he adaptado para salir los tres juntos (digo tres por el asunto que tenemos entre ambos que hoy ya tiene cinco años y parece un ventarrón).

No ha cambiado la canción y hay muchas discusiones, somos los dos cabezones y hay algo que él no me admite: yo soy pasajera ¿viste? y peleo con los guardas porque el ómnibus me tarda y tengo que ir a trabajar, porque te hacen bajar mal, y encima te miran feo y ahí empieza el pataleo, cada vez que le comento él me dice que yo miento. Y que no le toque el gremio. Y yo, que tengo mi genio, me pongo de pasajera, vuelan platos y paneras, y aunque él diga que miento, no sé que es aburrimiento, no conozco la rutina, y si tuviera otra vida sería con este tipo, aunque sea el prototipo del transportista cascarria.

Alicia

Forro Batllista comenzó su campaña electoral



Como nuestros lectores habrán notado, falta menos de un año para los comicios nacionales de noviembre de 1994, pero prácticamente todos los grupos políticos han comenzado ya con su campaña y el Forro Batllista no podía ser la excepción.

En la nota gráfica podemos observar a varios de sus más connotados dirigentes dando los últimos toques a su "propuesta programática" en ocasión de su reciente Congreso. Obsérvese la tierna mirada paternal con la que el líder del grupo (el doctor Sanguijuela, a la izquierda de la foto) observa a su nuevo "pollo", el Licenciado Laguna (en primer plano).

"Con este candidato nuestra campaña irá sobre ruedas" -declaró a nuestro cronista el doctor Sanguijuela- "y ganar estas elecciones será un boleto..."- culminó.

Los asociados del Licenciado Laguna han comenzado a ahorrar desde ahora, ya que Sanguijuela les ha prometido 62 días de Servicio de Emergencia en caso de resultar nuevamente electo.

Historias asombrosas (III)

En la I hay un coche que "elige" los servicios

Resulta que hace unos meses el personal del coche 436 tuvo una "agarrada" con unos "malandros" de la Aduana. La cosa no llegó a mayores pero culminó con una amenaza de estos últimos: "Tratá de no benir má por acá porque te bamo a reventá, te bamo"

Y el personal del 436 se tomó la cosa al pie de la letra... no fueron más a la Aduana. Cuando el coche le toca un servicio de Aduana, cambia el horario con sus amigos del 438. ¿Qué no es posible? Ahí están las planillas para quien las quiera ver. ¿Qué cómo es posible? Ah... porque el personal del 436 es accionista de la empresa. Es decir, son patrones y por eso les permiten esa estupidez.

La situación descrita es una pavada tan grande que a pesar de ser real no encontramos otro lugar para publicarla que estas páginas del "Calefón" donde sí está a tono con el resto de las notas...

Primicia exclusiva de El Omnibusero

Los baños de las nuevas terminales

Es por todos sabido (y por muchos sufrido) que a raíz de la "echada" de la Aduana se están instalando nuevas terminales por todo Montevideo. Uno de los principales problemas derivados de ello era la ausencia de baños. Dicho problema ya ha sido solucionado por el Departamento de Tránsito del Profesor de Biología, don Pedro Apesteguía. En forma experimental, se han usado dos criterios para la construcción de los mismos: el "ecológico" (fotos 1 y 2) y el de "máxima privacidad" (fotos 3 y 4). Agradecidos.



1



2



3



4

La columna de Alicia II

Diciembre

Soy tradicional, lo siento. Otro año que lamento el no poder ser anarca ni impermeable a los festejos que se hacen en diciembre.

Es que no soy ni por lejos como me conviene ser. Y de veras lo lamento.

Soy costumbrista ¡carajo! y al congelar las licencias me congelan los afectos mis amigos y mi gente, no se bien hasta las veinte, aludiendo a esa ciencia de cubrir bien el servicio, alargando el sacrificio que hacen los que esperan, que seguro me condenan porque nunca estoy presente para ultimar los detalles, para envolver los regalos.

Porque aquí estoy en la calle, arriba de seis ruedas y arreglate como puedas con el vuelto, ¡che gallego!. ¿No ves que quiero bajar? Y dan ganas de gritar que también soy uruguayo y aun si fuera vasallo de la corona española, creo que soy persona que también ansía en su casa, darse un baño.

Y es así que año tras año me voy sumando al rebaño de los llamados "rebeldes, reventados, mal nacidos", que paran las unidades de la respetable empresa, siempre con la misma idea en sus febriles cabezas: festejar las navidades...!!

Alicia

Entre piojos, cucarachas y portones sueltos

La Planta industrial "José Añón"

Comité de Base de "Talleres"

Mucho se ha hablado y se habla de los Talleres. El Comité de Base mucho ha elaborado, planteado e insistido hasta el cansancio por soluciones. Algunos de los puntos planteados se han resuelto, otros no. Y esos otros puntos son los medulares. Los que no se han resuelto, los que no hay voluntad política de resolverlos por parte de la Dirección de la Empresa. Temas como el de crear una infraestructura de acuerdo a los nuevos tiempos.

Tenemos un taller cuyo diseño no se adecúa a las necesidades actuales.

Un Taller mecánico que tiene un piso completamente irregular, con fosas que son inadecuadas para trabajar con las nuevas unidades, Y sin barreras de seguridad. Cuando llueve se inunda todo el taller con el peligro de accidentes que ello presupone.

No existen portones, en invierno se trabaja con temperaturas de cero grado, no hay sistema de calefacción ni ventilación, o sea problemas viejos, que se juntan con problemas nuevos.

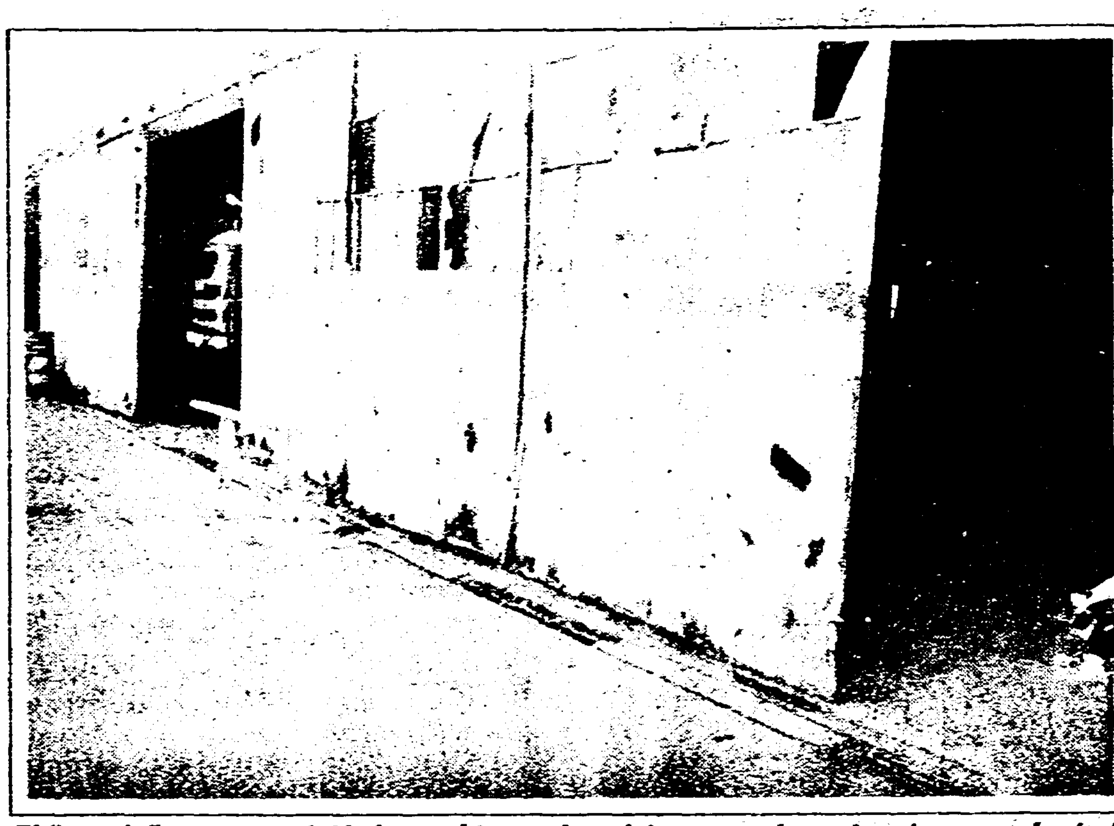
No concebimos el enfoque que le da la Empresa a esta situación, no estamos de acuerdo en que siga manteniendo un taller testigo, ni un taller para justificar gastos.

No estamos de acuerdo que se abaraten costos con el seguro de trabajo, o sea mandando compañeros al seguro de paro.

Pretendemos un taller acorde a los nuevos tiempos, un taller donde se contemple el material humano, donde se incentive, donde se categorice, se capacite a los jóvenes con Capataces acordes a la nueva realidad: planificando, organizando, dirigiendo realmente con una Dirección Técnica y elaborando. No vemos interés por parte del Directorio de dar respuestas a los problemas planteados.



Imagen de los vestuarios de la P.I. José Añón: humedad, revoques podridos y hongos como para hacer un buen escabeche...



El "portón" que se cayó. No lo cambiaron, lo volvieron a colocar igual que estaba (tal vez con el objetivo de ayudar a reducir el personal en el próximo temporal) a pesar de que...

Por ejemplo, los techos de Carrocería están deteriorados, cuando llueve el agua cae sobre las máquinas y sobre las instalaciones eléctricas, las que están sobre el piso, corriendo un alto riesgo los operarios que allí trabajan con corriente de 220 V.

A su vez han mandado gente al seguro de paro, elastiqueros, herreros, soldadores y electricistas dejando a las secciones desprovistas de personal y obligando a otros operarios a hacer trabajos que no le corresponden.

Como el caso de la sección gomería mandando a un gomero como ayudante de remolque. No se respetan los acuerdos logrados con la Comisión de Talleres en cuanto a las categorías.

A esta altura de los acontecimientos podemos asegurar que se encuentra en una situación muy crítica.

Un taller grande sin equipo de primeros auxilios, sin seguridad industrial. Un ejemplo de esta falta de seguridad que es de conocimiento de todos, fue la caída de uno de los portones de carrocería, lesionando gravemente a un encargado que debió ser internado en el Banco de Seguros. Ese mismo portón fue nuevamente colocado en las mismas condiciones, habiéndose fabricado portones nuevos, los cuales no se tiene interés en colocarlos. ¿Qué se espera, otro accidente de fatales consecuencias?

Los vestuarios están en estado de alerta roja, un abandono total: las paredes son deplorables, cayéndose el revoque en varios lugares, con un techo presentando una forma bombé, con peligro de caerse. La falta de higiene es total, no se barren ni se lavan ni se desinfectan los pisos.

Todo está plagado de diferentes alimañas como ser pulgas, liendres, cucarachas, arañas.

Se habla de horas improductivas como pretexto para enviar obreros al seguro de paro por un lado mientras por otro, contratan a una empresa particular para construir la nueva sección de engrase. Este hecho lo consideramos grave. ¿Por qué habiendo compañeros en el seguro de paro capacitados para realizar estas tareas se contrata a dicha empresa?

Nuestra interrogante es: ¿es esto la reestructura?, ¿la Dirección de la Empresa no considera capacitados a sus empleados, ingenieros, arquitectos, capataces y obreros? El Comité de Basa ha planteado en diferentes oportunidades y en diversos ámbitos la necesidad de un comedor, no solamente para Planta Industrial sino para todo el gremio.

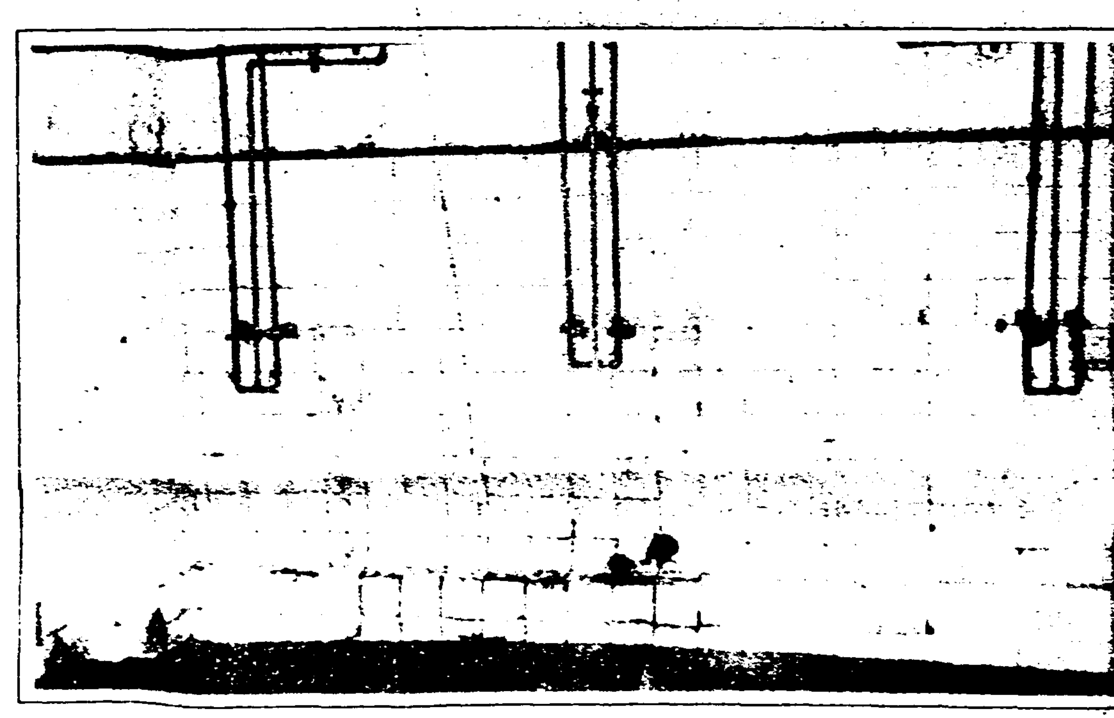
¿Se puede concebir que un Taller como éste, que es apoyo de un servicio público tenga tantas carencias y no esté abierto las 24 horas?

¿Cómo se puede entender que en un mismo taller con las mismas categorías, cumpliendo las mismas tareas existan distintas remuneraciones?, ¿cómo se puede entender que en [illegible] Planta Industrial en [illegible] por ley el día de descanso es el domingo, en esta planta se divida a los obreros, una parte descansando el domingo y obligando a la otra parte a descansar los días hábiles?

Este Comité de Base ve la necesidad de que empiece a funcionar una bipartita para comenzar a darle soluciones a los graves problemas que nos aquejan.



Los portones nuevos [illegible] guardados bajo llave esperando que a algún Director se le ocurra mandarlos colocar.



Azulejos rotos y mugrientos, cañerías oxidadas, hongos (infaltables en todo lugar de la planta en que haya agua): los "baños modelo" de la "Empresa líder".

"Lo que no es bueno para tí, no puede ser bueno para otros"

Richard Bach

Venezuela

INVESTIGAN MOTIN

Las comisiones de Derechos Humanos de la ONU y la OEA, junto al organismo humanitario America's Watch investigarán el motín del pasado lunes en una cárcel de esta ciudad del noroeste venezolano que causó más de cien muertos. El diputado Luis Hernández indicó que solicitará a las ONU y OEA la investigación

Nº. DOCUMENTO 9401193

TITULO Embajadora de EE.UU. en ONU, a favor de que Alemania sea miembro permanente del Consejo de Seg.

PROCEDENCIA L.J. 150014

FECHA 14/1/94

VISTO 501889
65890
500145

Alemania

MIEMBRO PERMANENTE DEL CONSEJO DE SEGURIDAD

La embajadora de Estados Unidos en Naciones Unidas, Madeleine Albright, dijo al ministro alemán de Asuntos Exteriores, Klaus Kinkel, que su país está a favor de que Alemania sea miembro permanente del Consejo de Seguridad. Albright y Kinkel celebraron una reunión en Bonn en la que hablaron principalmente sobre la reforma de la Carta de la ONU y el conflicto en la ex Yugoslavia, según un comunicado difundido ayer por el ministerio alemán de Asuntos Exteriores.

LJ 14/1

ENTRADO
CRUZ

01-01

9401193

Nº. DOCUMENTO 9401194
TITULO Declaraciones de Ghali a Assad.
PROCEDENCIA E.P. 150007
FECHA 16/1/94
VER 501889

ONU Intervendrá si Partes lo Requieren, Dice Ghali a Assad

GINEBRA, 15 (EFE). — La ONU está dispuesta a participar en el proceso de paz en Oriente Medio si las partes implicadas así lo desean, comunicó el secretario general de esa organización, Butros Ghali, al presidente sirio, Hafez Al Assad.

Therse Gastaut, portavoz del secretario general de Naciones Unidas, subrayó que esa propuesta fue efectuada por Gali a Al Assad en el transcurso del encuentro de casi dos horas de duración que ambos celebraron hoy, en Ginebra en vistas de la "cumbre" que tendrá lugar el domingo entre el presidente sirio y su colega de EEUU, Bill Clinton.

Assad estuvo acompañado durante su entrevista con Butros Ghali del jefe de los servicios de seguridad nacional de Siria, Abdelraouf Al Kassem, y su ministro de Asuntos Exteriores, Farouk Chara.

Durante la reunión, Ghali y Al Assad abordaron el estado de las relaciones entre Siria y la ONU y acerca de Oriente Medio.

Ghali dijo a su interlocutor seguir con gran interés las negociaciones de paz sobre Oriente Medio y subrayó esperar que éstas tendrán éxito, así como que la ONU está dispuesta a desempeñar una labor y facilitar las negociaciones sobre la región si las partes así lo desean, según Gastaut.

El secretario general de la ONU subrayó que "Oriente Medio necesita paz" y que "Siria desempeña una labor muy importante en la ONU, papel que podrá ser más importante con la paz".

Las jinetas de la ONU

Desde Camboya hasta la ex Yugoslavia, pasando por Somalía, los jefes militares mantuvieron o siguen manteniendo relaciones difíciles con las Naciones Unidas, acentuadas por la falta de un verdadero estado mayor en Nueva York y la fuerte personalidad de algunos oficiales. En menos de dos años, cinco generales (tres franceses, un belga y un italiano) fueron relevados a causa de estas tensas relaciones. El último, el general francés Jean Cot, según una fuente autorizada francesa, fue aparentemente criticado en la cadena de mando entre Nueva York y el teatro de operaciones.

El general Cot, que reprocha a la ONU no tener en cuenta las dificultades de los Cascos Azules, se opuso recientemente al secretario general de las Naciones Unidas, Butros Butros Ghali, cuando pidió una delegación de poderes para una eventual utilización del ejército aéreo en Bosnia.

El general belga Francis Briquemont, comandante de los Cascos Azules en Bosnia, fue relevado en enero, después de seis meses de misión durante los cuales criticó a la ONU y se pronunció en contra de la partición de Bosnia. Cuando pidió su sustitución, el general Briquemont alegó el "cansancio" ante la mala voluntad de los beligerantes y puso en tela de juicio "la coherencia de la estrategia de los responsables políticos".

Las declaraciones de su predecesor en Bosnia, el general francés Philippe Morillon, mostraron la impotencia de la comunidad internacional para solucionar el problema de la ex Yugoslavia y provocaron su relevo en julio de 1993.

En Somalía, el general italiano Bruno Loi fue sustituido en setiembre después de ocho meses de misión, tras una violenta polémica.

El general Loi se opuso a la opción militar adoptada por la Operación de las Naciones Unidas en Somalía (ONUSOM) contra el general somalí Aidid.

Sudán: la ONU denuncia persecución religiosa

Tras largo silencio, la Comisión para los Derechos Humanos de las Naciones Unidas ha vuelto a denunciar la violación de los derechos humanos en Sudán.

En un informe publicado el 23 de noviembre en Nueva York se **habla de ejecuciones masivas, deportaciones, torturas sistemáticas y persecuciones religiosas, especialmente contra los cristianos.** Mons. Paride Taban, Obispo de Torit (Sudán meridional), en reciente entrevista a Radio Vaticano, afirmó que el Gobierno islámico de Khartoum impide la información exacta sobre la situación en el Sur del país, impidiendo la libertad de movimiento a los periodistas extranjeros.

Nº DOCUMENTO 9401197
TITULO Consejo de la Tierra designó sus 21 miembros.
PROCEDENCIA Busq 150094
FECHA 23/12
11295
VINCUL 11078

Consejo de la Tierra designó sus 21 miembros

Bus - 23/12

El Consejo de la Tierra acaba de realizar su sesión inaugural, que tuvo lugar hace pocos días en San José de Costa Rica, y de divulgar los nombres de los 21 ambientalistas de todo el mundo que lo conformarán.

El Consejo es un organismo creado por el canadiense Maurice Strong para dar seguimiento a los tratados aprobados en 1992 en la Conferencia de Naciones Unidas para el Medio Ambiente y el Desarrollo, de la cual fue secretario general.

Alicia Bárcena, directora del Consejo de la Tierra, esbozó en conferencia de prensa los lineamientos de trabajo de la nueva Organización No Gubernamental (ONG) que, según dijo, "busca convertirse en un *ombudsman* mundial que difunda las denuncias e ideas de los que no tienen voz".

A pesar de estar conformado por personalidades importantes del quehacer ambiental, Bárcena recalcó que la organización "no pretende representar a nadie, sino ayudar a los grupos existentes a comunicarse, informarse y difundir su trabajo".

Entre los miembros de la nueva organización hay cuatro latinoamericanos: los ex ministros de Ambiente de Venezuela, Arnoldo Gabaldon, y de Brasil, José Goldemberg; la gobernadora de Barbados, Nita Barrow y la senadora mexicana Silvia Hernández, presidenta del Comité de Parlamentarios para la Acción Global.

El cuerpo colegiado incluye a líderes de diversas procedencias como el estadounidense Jonathan Lash, director del Instituto por los Recursos Mundiales; la indígena Macrí Pauline Tangiora, de Nueva Zelanda; la dirigente juvenil Wagaki Mwangi, de Kenia y el presidente de la Academia de Ciencias de China, Sun Honglie.

El Consejo tendrá su sede en San José, donde desde setiembre de 1992 viene trabajando un comité preparatorio que se encargó de evaluar una lista preliminar de temas a tratar por los miembros y de seleccionar a los mismos en base a sugerencias y recomendaciones de más de 2.500 entidades.

Bárcena, una experta mexicana que dirigió la política ambiental de su país y presidió una ONG ambiental, expresó su deseo de que el Consejo "ayude a socializar la información, que está actualmente en manos de elites y grupos de poder, para que se vuelva un instrumento para lograr un desarrollo sostenible".

El 30 de noviembre los miembros del Consejo de la Tierra dieron a conocer un documento y sostuvieron una audiencia pública con representantes de la sociedad civil en la sede del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, que ha participado activamente en la instalación del nuevo organismo.

De acuerdo con Bárcena, se eligió a Costa Rica como sede del Consejo "porque es un país sin ejército, tiene una larga tradición democrática y ha hecho grandes esfuerzos para la conservación de los recursos naturales". (San José/IPS)

FICHA

9401197

01-01

Colabora el Ejército en investigaciones ambientales

LN. 17/1

En las cumbres mendocinas y como inicio de la primera campaña internacional de sensado remoto de parámetros ambientales desde la alta montaña, científicos argentinos, pertenecientes al Instituto para el Estudio del Medio Ambiente (IEMA), de la Universidad de Mendoza, con la colaboración de estudiosos y equipos del Instituto Max Planck, de Alemania, realizaron mediciones de vapor y de ozono a distintas alturas.

En esa tarea, según manifestaron los hombres de ciencia, fue invalorable el apoyo logístico prestado por la Compañía de Cazadores de Alta Montaña Teniente 1º Ibáñez, ubicada en Puente del Inca, a 2800 metros de altura, lugar en el que se emplazaría, en el futuro, un laboratorio permanente.

En este destacamento militar, que depende de la VII Brigada de Infantería de Montaña, comandada por el general de brigada Juan Llavar, se estableció el campamento base desde el cual los científicos alcanzaron alturas como la del Cristo Redentor, a 4200 metros sobre el nivel del mar.

Con sensores remotos del país y otros traídos desde Alemania se midió la densidad del vapor y la capa de ozono, con el fin de interrelacionarlos, ya que el vapor configura una suerte de película protectora del ozono y distorsiona su medición. Esta situación, según dicen los científicos, tiene una configuración distinta según sea la altura desde las cuales se las mide.

La dirección general del proyecto estuvo a cargo del doctor Gerd K. Hartmann, investigador principal del Instituto Max Planck, y de los científicos alemanes Alfred Loidl y Paul Hartogh.

Por la Argentina intervinieron los ingenieros Enrique y Carlos Puliafito, José L. Quero, Miguel A. Gantuz y Salvador Navarría. También participó del programa el doctor Federico Norte.

Si bien los primeros datos comprobados habrían determinado que el agujero de ozono, que tanto preocupa a los científicos del mundo, en la región estudiada no habría sufrido mayores alteraciones que las conocidas, las interpretaciones finales de las mediciones se realizarán en el importante instituto científico de Alemania.

Francisco J. Papini

SE REUNEN EN BUENOS AIRES

Asamblea mundial sobre medio ambiente

Mañana comienza a sesionar en Buenos Aires la **XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN)**, que reunirá a 720 representantes de organizaciones gubernamentales y no gubernamentales de 118 países.

La inauguración oficial se realizará esta noche en el **Teatro Colón**, y será encabezada por el presidente **Carlos Menem**, la secretaria de Recursos Naturales y Medio Ambiente, **María Julia Alsogaray**, y el presidente de la UICN, **sir Shridath Ramphal**.

Especialistas de todo el mundo debatirán sobre la conservación y el desarrollo del medio ambiente, a partir de mañana y hasta el 26 de enero en el hotel **Sheraton**. El foro sesionará bajo el lema **"Cuidar la Tierra y sus habitantes"**.

El objetivo del encuentro es establecer las bases de una agenda mundial para el desarrollo con sustento. Ambientalistas y ecologistas intentarán fijar estrategias globales a partir de los enunciados de la **Agenda XXI**, suscripta en la **Cumbre Mundial de la Tierra (ECO '92)** que se realizó en **Río de Janeiro**.

En el marco de la asamblea, habrá diez talleres que estudiarán el rol de la ética en el cuidado del medio ambiente, la conservación de especies y ecosistemas, y la promoción del papel de las comunidades en el cuidado ambiental, entre otros temas.

Las comisiones que sesionarán serán Ecología, Educación y comunicaciones; Derecho ambiental; Estrategia y planificación ambientales; Parques nacionales y áreas protegidas, y Supervivencia de especies.

Por parte de la **Argentina**, intervendrán 25 entidades gubernamentales y Organizaciones No Gubernamentales (ONG). Del exterior, participarán personalidades tales como **Claude Martin**, director general del **Fondo Mundial para la Naturaleza**; **Richard Sand Brook**, director ejecutivo del **Instituto Internacional para el Ambiente y el Desarrollo**, y **Warren Lindner**, director ejecutivo del **Centro para Nuestro Futuro Común**.

La UICN fue fundada en 1948 y reúne a instituciones de todo el mundo con el fin de incentivar "una acción con fundamentos científicos" que vincule ambiente y desarrollo. También busca promover "una mejora en la calidad de vida de los pueblos del mundo".

Esta asamblea general será el primer encuentro global de sus integrantes desde la ECO '92. Voceros del comité organizador argentino señalaron que "será una oportunidad de gran importancia para el movimiento de conservación mundial".

El comité local también sostuvo que la "Argentina, ubicada entre dos ecosistemas frágiles, como la **Amazonia** y la **Antártida**, es en sí misma una reserva natural de biodiversidad y recursos naturales, y constituye un desafío encontrar soluciones para lograr un desarrollo sustentable".

partes poco legibles

MENEM

UNA

Desde el Teatro Colón, y con el anuncio de que la secretaría de María Julia será elevada al rango de ministerio cuando se reforme la Constitución, Menem dejó inauguradas ayer las sesiones de la Asamblea de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza, que reúne en Buenos Aires a 1300 líderes ambientales, representantes de gobiernos y organizaciones independientes de más de 100 países. El presidente de la UICN, Shridath Ramphal, aprovechó la ceremonia para cuestionar severamente a los países del Norte por su negativa a financiar un desarrollo sustentable en los países pobres.

(Por Alejandra Folgarait) El suntuoso Teatro Colón fue el sorprendente lugar elegido por las autoridades ambientales argentinas para inaugurar la XIX Asamblea Mundial de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN), que ayer comenzó a sesionar en Buenos Aires con la presencia de más de mil de sus miembros, pero con la notoria ausencia del prometido vicepresidente de los Estados Unidos, Al Gore. El presidente de la UICN, el británico nacido en Guyana sir Shridath Ramphal, no ahorró en la ceremonia de inauguración críticas a los anémicos resultados obtenidos tras la ECO '92 y especialmente a los países ricos, que se niegan a financiar un desarrollo ambientalmente compatible de los pobres y a modificar las pautas de consumo del Norte. Por su parte, el presidente Carlos Menem recibió a los multicolores visitantes con un discurso estándar sobre la importancia de la ecología, pero no se privó de referirse al tema que le quita verdaderamente el sueño: "Una vez reformada la Constitución, vamos a elevar el rango de la actual Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente Humano a ministerio". Rutilante la sonrisa de María Julia.

Los salones del Sheraton comenzaron ayer a poblarse de pantalones color caqui, barbas desprolijas y sandalias, en extraña mezcla con trajes bien cortados y sedas. Es que la Asamblea de la UICN congrega a una diversa fauna de funcionarios, científicos, militantes verdes y economistas que pertenecen a 600 organizaciones no gubernamentales (ONG), 100 agencias internacionales vinculadas a temas ambientales, tales como la FAO y el Banco Mundial, y a 65 estados, incluyendo la Argentina. Todos están ansiosos por hacer el primer gran balance de lo que fue la Cumbre de la Tierra, realizada en Río de Janeiro en junio de 1992. Sin embargo, no todo se reducirá a sacar los trapos ajenos al sol.

El objetivo principal del encuentro es discutir la estrategia futura de la Unión sobre la base de una profunda autocrítica. Según anticiparon voceros ayer, la UICN buscará de ahora en más modificar las actitudes de las sociedades en lugar de poner el acento en aspectos técnicos de la conservación de especies ame-

Los temas en debate

• *Biodiversidad:* ¿Cómo impedir que los genes únicos que contienen las especies vegetales y animales desaparezcan para siempre? ¿Cómo implementar la Convención sobre Biodiversidad Biológica que acaba de entrar en vigencia?

• *Capacidad de carga:* ¿Cuántas personas puede sostener el planeta, manteniendo al mismo tiempo su capacidad productiva y de renovación? ¿Cuántas especies pueden habitar un ecosistema sin destruirlo?

• *Población:* ¿Cómo evitar la superpoblación mundial? ¿Control de la natalidad, esterilidad o educación de la mujer?

• *Consumo:* ¿Cómo convencer al Norte de que debe cambiar sus pautas de consumo?

• *Comercio:* ¿Cómo impedir que los acuerdos de libre comercio y GATT obstaculicen el desarrollo sustentable, ambientalmente racional con vistas al futuro?

• *Educación:* ¿Cómo persuadir a la gente para que cambie sus actitudes hacia el ambiente y sus prácticas?

• *Patentes:* ¿A quién le pertenecen las innovaciones tecnológicas –por ejemplo, fármacos o semillas– desarrolladas a partir de recursos naturales del Sur? ¿Cuánto dinero pueden reclamar las regiones pobres de donde se obtienen los recursos? ¿Están las empresas multinacionales dispuestas a compartir con ellos los beneficios de la propiedad intelectual?

• *Pueblos indígenas:* ¿Cómo evitar que desaparezcan ellos y sus culturas? ¿Cómo acceder a los conocimientos aborígenes para aprovechar los recursos naturales sin destruir los ecosistemas?

• *Calidad de vida:* ¿Cómo mejorar las formas en que viven los seres humanos sin afectar las de otros organismos?

• *ECO '92:* ¿Cómo llevar a la práctica la Agenda 21 elaborada en Río de Janeiro?

INAUGURO LA ASAMBLEA DE LA UICN

OPERA ECOLOGICA

nazadas. Si antes la UICN llamaba a cuidar la Tierra, ahora el lema es: "Cuidar la Tierra y sus habitantes".

"Dado que la conservación es llevar a la humanidad a estar en armonía con la naturaleza, no es nada fácil ignorar el impacto de la condición social y económica de la especie humana sobre la propia conservación", señaló Ramphal en su discurso de apertura, en obvia alusión a la influencia de la pobreza a la hora de conservar los recursos naturales. "Si tenemos en claro que la comunidad mundial se acerca al desastre, es nuestro deber alzar nuestra voz: no podemos limitarnos al silencio por miedo a ofender a quienes ostentan el poder", tronó la voz del ex secretario general del Commonwealth Británico en la perfecta acústica del Colón.

"El universo requiere la eternidad.../ por eso afirman que la conservación/ de este mundo es una perpetua creación y que/ los verbos 'conservar' y 'crear' tan enemistados aquí/ son sinónimos en el Cielo." María Julia Alsogaray pestañeó cuando oyó a Ramphal citar a Borges exactamente en la misma estrofa de su *Historia de la eternidad* de la que había echado mano ella durante el discurso argentino en la ECO '92. Pero las coincidencias entre el discurso del guyanés y el de los funcionarios argentinos quedó allí.

Mientras Ramphal denunciaba que "el 75 por ciento de los pobres del mundo reciben sólo el 25 por ciento de la asistencia global al desarrollo", Carlos Menem decía que "la universalidad del problema ambiental no nos permite ninguna transferencia de responsabilidades. Cada país, cada comunidad, cada familia y cada uno de nosotros individualmente debemos preguntarnos qué hacemos cada día". En tanto el presidente de la UICN relativizaba el impacto de la sobrepoblación del Tercer Mundo sobre el planeta al estimar que "los 1200 millones de habitantes del Norte pueden ser tomados como equivalentes, en relación con el consumo, a 24 mil millones de habitantes del mundo en desarrollo" e interpretaba que "elsilencio sobre el consumo (de los países del Norte) en Río fue el silencio de la culpa"; el presidente de los argentinos anunciaba al mundo la creación de la reserva natural "El Leoncito" en la provincia de San Juan.

Las palabras de Ramphal sin duda confirmaron el anticipo de María Julia, quien había dicho por la radio que "ésta no será una reunión complaciente". Se entiende el porqué: la estrategia centenaria de crear áreas naturales cerradas –parques nacionales– para proteger a plantas y animales en extinción ya no alcanza aquí ni en ninguna parte del mundo. El desafío verde es ahora conservar la múltiple diversidad de las especies biológicas sin olvidar el desarrollo de los pueblos. Y, mal que les pese a los anfitriones locales, esto significa disminuir la pobreza antes que velar por pingüinos y venados.



María Julia y Menem y un sueño realizado.
Ser anfitriones de Shridath Ramphal, presidente de la UICN

Quiénes son

- Fundada en 1948, la UICN es una organización internacional independiente que reúne 67 Estados, 100 entidades gubernamentales y más de 600 Organizaciones No Gubernamentales (ONG) de 118 países diferentes.
- Sus objetivos son asegurar la conservación de la naturaleza, especialmente su diversidad biológica, y garantizar que el uso de los recursos naturales se haga de manera racional, equitativa y sustentable.
- Presupuesto anual: 43 millones de dólares (en 1993), financiados por las cuotas de los miembros, organizaciones multilaterales (PNUMA, UNESCO, etc.), gobiernos, fundaciones y donantes individuales.
- Actual presidente: sir Shridath Ramphal.
- Futuro presidente (a ser elegido por esta Asamblea): Dr. Jay Hair (actual presidente de la National Widlife Federation, la mayor ONG ambientalista de EE.UU.).
- Sus programas de acción se focalizan principalmente en Africa, aunque tiene oficinas regionales en todo el planeta y desde 1992 desarrolla actividades en América del Sur.
- En la Argentina existen 17 organizaciones que son miembro de la UICN, de las cuales 13 son ONG. El Comité Nacional, presidido por Fernando Ardura, ha elaborado un programa para presentar durante la Asamblea que ostenta un diagnóstico sobre cinco temas: educación ambiental, política ambiental, sistema de información ambiental, manejo de especies y hábitat y desarrollo comunitario.

RENUNCIAS Y GASTOS DE LA ASAMBLEA

Las cuentas de la organización

F

(Por S. R.) Probablemente nunca se sepa con precisión cuánto dinero le costó al estado argentino la organización de la megasamblea de la UICN. Por lo pronto, y sólo tomando en cuenta las cifras oficiales aportadas por María Julia Alsogaray, se llega a un millón y medio de dólar, del total de 3,2 millones de dólares que cuesta la Asamblea. Más de 150 mil dólares fueron "invertidos" en difundir el evento, aun cuando hasta ayer casi nadie en la Argentina tenía la menor idea de su realización. Las desinteligencias de organización fueron tales que llevaron, incluso, a funcionarios a la renuncia.

Para llegar al broche de oro de la apertura en el Teatro Colón, no todas fueron rosas en la Secretaría de Recursos Naturales y Medio Ambiente Humano. De hecho, las desinteligencias dentro del organismo llevaron a la renuncia al Comité Organizador que originalmente había viajado a Suiza y que fue reemplazado por un representante personal de María Julia: el joven Hernán Bengoa, compañero de ruta de la polifuncionaria en sus viajes por Europa. Otras dos comisiones organizadoras fracasaron más tarde en su intento, hasta que el trabajo quedó en manos de la propia María Julia Alsogaray y un grupo de selectos colaboradores, entre los que figuraban Ana Vidal de Lamas –presidenta del Movimiento Ecológico Liberal– y Enrique Kaplan, subsecretario de Relaciones Institucionales de la secretaría. Vidal de Lamas "renunció" hace tres semanas, tras un escándalo aún no aclarado, y Kaplan también.

En ese conflictivo año de preparativos, y en medio de fuertes críticas dirigidas hacia Fernando Ardura –integrante de la Asociación de Amigos de Parques Nacionales y presidente del Comité de Miembros Argentinos de UICN– renunciaron también varias organizaciones no gubernamentales –entre ellas la FUNAM–, en tanto que otras –como la Red Informática Ecologista– enviaron varios pronunciamientos denunciando irregularidades. En suma, el "toque argentino" de una de las reuniones ambientales más importantes después de la Eco '92 de Río de Janeiro.

04

Congreso ambientalista en Buenos Aires

CUIDAR LA TIERRA

Comenzó en Buenos Aires la Asamblea de uno de los organismos ambientales más importantes del mundo, la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), que nuclea a representantes oficiales de 64 estados y entidades no gubernamentales de 152 países. Constituye la cumbre ambientalista más importante desde la ECO 92 de Río de Janeiro.

El evento, que comenzó ayer se extenderá hasta el miércoles 26 de enero y fue inaugurado por el presidente Carlos Menen.

La reunión que realiza cada tres años la UICN, tiene lugar en el hotel Sheraton de la capital argentina, a un costo de 3.200.000 dólares.

A lo largo de diez días, funcionarios, especialistas en derecho y educación ambiental, científicos y militantes verdes de todo el mundo - la concurrencia estimada es de mil quinientas personas- se repartirán entre las comisiones encargadas de debatir temas específicos ligados a la conservación, las sesiones plenarias destinadas a decidir el rumbo futuro de la UICN y los más abiertos talleres de discusión.

Creada en 1948 como consecuencia de la independencia de algunos países africanos, la Union fue construyéndose como un poderoso referente mundial en temas de conservación de ecosistemas naturales y, especialmente, en los vinculados con la extinción de especies.

Hoy congrega a centenares de ONG, algunas del calibre de Greenpeace, Amigos de la Tierra y WWF, con la que la une una historia no exenta de idilios y peleas, y a agencias internacionales como la FAO y el PNUMA.

CUIDAR LA TIERRA Y SUS HABITANTES

El encuentro fue convocado bajo el lema «Cuidar la Tierra y sus habitantes» lo que demuestra un cierto cambio en la dirección untraconservacionista de la entidad que hasta hace poco tiempo se preocupaba más por las especies animales y vegetales en extinción que por las humanas.

El mensaje de Cuidar la Tierra - destinado principalmente a llamar la atención de los líderes políticos y



05

empresarios del mundo- se basa en el desarrollo sustentable, es decir, en la adopción de un estilo de vida que respete los límites de la naturaleza, especialmente su capacidad de carga, con vistas al futuro.

Para vivir de manera sostenible, el documento de la UICN establece nueve principios y una serie de acciones prácticas. Su fundamento es un ética de respeto por cada uno de los seres vivientes. La conservación de la diversidad de la vida sobre la Tierra es tal vez el principal objetivo hoy de la UICN, si se toman en cuenta la cantidad de reuniones y sesiones que se le dedicarán durante la Asamblea.

La UICN fue uno de los grupos que mayor lobby hizo para que la Convención sobre Biodiversidad se discutiera y aprobara en Río de Janeiro. Algunos de sus aspectos más controvertidos -como el derecho de los países pobres a compartir la patente de invención sobre fármacos y variedades agrícolas obtenidas con recursos genéticos extraídos de su teritorio, o la conservación in situ, en áreas protegidas, o ex situ, en bancos de germoplasma, de esos preciosos y diversos genes, o la trasferencia de tecnología del Norte al Sur- forman parte de las discusiones así como la caza y comercio de fauna silvestre, un tema en el cual la UICN ha influído significativamente en los últimos años.

Asimismo se ha programado una conferencia sobre los pueblos indígenas pensando en la posibilidad de aprender de sus prácticas para cuidar sus ecosistemas satisfaciendo al mismo tiempo sus necesidades vitales.

AMERICA LATINA OLVIDADA

Una de las quejas que se han oído a lo largo de los meses previos al evento reside en el fuerte desbalance respecto de los esfuerzos de la UICN en los distintos lugares del planeta. Mientras su presencia en Africa es notable a través de proyectos financiados con sus fondos para conservar distintas especies amenazadas (elefantes y rinocerontes a la cabeza) y, últimamente, para promover el uso sostenible de los recursos por parte de su numerosa población humana, en América Latina su presencia es menos visible.

Su oficina sudamericana fue abierta a fines de 1991 en Quito, Ecuador, aunque su acción más fuerte se realiza en Costa Rica, donde ha organizado la conservación de los manglares. Esta asamblea general seguramente servirá para afianzar el espacio latinoamericano de la UICN ya que se trata de la mayor reunión ambientalista después de la ECO 92 y todas las miradas estarán puestas en los participantes, con la esperanza de que la letra de la Agenda 21 redactada en Río encuentre una voz activa en Buenos Aires.

Congreso ambientalista en Buenos Aires

CUIDAR LA TIERRA

Comenzó en Buenos Aires la Asamblea de uno de los organismos ambientales más importantes del mundo, la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), que nuclea a representantes oficiales de 64 estados y entidades no gubernamentales de 152 países. Constituye la cumbre ambientalista más importante desde la ECO 92 de Río de Janeiro.

El evento, que comenzó ayer se extenderá hasta el miércoles 26 de enero y fue inaugurado por el presidente Carlos Menen.

La reunión que realiza cada tres años la UICN, tiene lugar en el hotel Sheraton de la capital argentina, a un costo de 3.200.000 dólares.

A lo largo de diez días, funcionarios, especialistas en derecho y educación ambiental, científicos y militantes verdes de todo el mundo - la concurrencia estimada es de mil quinientas personas- se repartirán entre las comisiones encargadas de debatir temas específicos ligados a la conservación, las sesiones plenarias destinadas a decidir el rumbo futuro de la UICN y los más abiertos talleres de discusión.

Creada en 1948 como consecuencia de la independencia de algunos países africanos, la Union fue construyéndose como un poderoso referente mundial en temas de conservación de ecosistemas naturales y, especialmente, en los vinculados con la extinción de especies.

Hoy congrega a centenares de ONG, algunas del calibre de Greenpeace, Amigos de la Tierra y WWF, con la que la une una historia no exenta de idilios y peleas, y a agencias internacionales como la FAO y el PNUMA.

CUIDAR LA TIERRA Y SUS HABITANTES

El encuentro fue convocado bajo el lema «Cuidar la Tierra y sus habitantes» lo que demuestra un cierto cambio en la dirección untraconservacionista de la entidad que hasta hace poco tiempo se preocupaba más por las especies animales y vegetales en extinción que por las humanas.

El mensaje de Cuidar la Tierra - destinado principalmente a llamar la atención de los líderes políticos y empresarios del mundo- se basa en el desarrollo sustentable, es decir, en la adopción de un estilo de vida que respete los límites de la naturaleza, especialmente su capacidad de carga, con vistas al futuro.



Para vivir de manera sostenible, el documento de la UICN establece nueve principios y una serie de acciones prácticas. Su fundamento es un ética de respeto por cada uno de los seres vivientes. La conservación de la diversidad de la vida sobre la Tierra es tal vez el principal objetivo hoy de la UICN, si se toman en cuenta la cantidad de reuniones y sesiones que se le dedicarán durante la Asamblea.

La UICN fue uno de los grupos que mayor lobby hizo para que la Convención sobre Biodiversidad se discutiera y aprobara en Río de Janeiro. Algunos de sus aspectos más controvertidos -como el derecho de los países pobres a compartir la patente de invención sobre fármacos y variedades agrícolas obtenidas con recursos genéticos extraídos de su teritorio, o la conservación in situ, en áreas protegidas, o ex situ, en bancos de germoplasma, de esos preciosos y diversos genes, o la trasferencia de tecnología del Norte al Sur- forman parte de las discusiones así como la caza y comercio de fauna silvestre, un tema en el cual la UICN ha influido significativamente en los últimos años.

Asimismo se ha programado una conferencia sobre los pueblos indígenas pensando en la posibilidad de aprender de sus prácticas para cuidar sus ecosistemas satisfaciendo al mismo tiempo sus necesidades vitales.

AMERICA LATINA OLVIDADA

Una de las quejas que se han oído a lo largo de los meses previos al evento reside en el fuerte desbalance respecto de los esfuerzos de la UICN en los distintos lugares del planeta. Mientras su presencia en Africa es notable a través de proyectos financiados con sus fondos para conservar distintas especies amenazadas (elefantes y rinocerontes a la cabeza) y, últimamente, para promover el uso sostenible de los recursos por parte de su numerosa población humana, en América Latina su presencia es menos visible.

Su oficina sudamericana fue abierta a fines de 1991 en Quito, Ecuador, aunque su acción más fuerte se realiza en Costa Rica, donde ha organizado la conservación de los manglares. Esta asamblea general seguramente servirá para afianzar el espacio latinoamericano de la UICN ya que se trata de la mayor reunión ambientalista después de la ECO 92 y todas las miradas estarán puestas en los participantes, con la esperanza de que la letra de la Agenda 21 redactada en Río encuentre una voz activa en Buenos Aires.

POBREZA PONE EN PELIGRO ESPECIE HUMANA, SEGUN PRESIDENTE UICN

La especie humana está en peligro por la «pobreza evidente en muchas partes del Tercer Mundo», dijo en Buenos Aires el presidente de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), el guyanés Shridath Ramphal.

«El daño al medio ambiente se debe a las necesidades de la gente carenciada, a la que se tiene que ayudar sin dañar la naturaleza», señaló Ramphal en unas declaraciones que publica el diario bonaerense «La Nación».

El presidente de la UICN sostuvo que para preservar el medio ambiente «es preciso cuidar de la gente y combatir la pobreza».

«Con ella llegan los demás ataques al medio ambiente, como son la tala de árboles y la depredación del suelo. No se puede cuidar el planeta si no se cuida a la gente», agregó.

La reunión es considerada como una de las más importantes organizadas en materia de ecología desde la Cumbre de la Tierra celebrada por la ONU en 1992 en Río de Janeiro.

La asamblea servirá para analizar cuestiones vinculadas a la población, contaminación y búsqueda de acciones conjuntas para preservar los mares, bosques y recursos renovables en todo el planeta.

La UICN fue fundada en 1948 y agrupa a Estados, agencias oficiales y organizaciones no gubernamentales de todo el mundo con la común ambición de fomentar una mejor calidad de vida.

La reunión es considerada como la más importante después de la Cumbre de la Tierra, celebrada en junio de 1992 en Río de Janeiro por la ONU, en la que más de un centenar de gobernantes analizaron los principales problemas ecológicos que sufre el planeta y suscribieron varios acuerdos para intentar solucionarlos, entre ellos uno sobre biodiversidad.

Además, los jefes de Estado y de Gobierno firmaron un convenio sobre cambio climático, otro sobre los bosques, una Declaración de Río y la llamada Agencia 21.

En esta nueva asamblea de la UICN se debatirán los problemas medioambientales que ponen en peligro a la especie humana, según el presidente del organismo, el guyanés Shridath Ramphal.»Para preservar el medio ambiente es preciso cuidar de la gente y combatir la pobreza, porque con ella llegan los demás ataques al sistema, como son la destrucción del suelo y la tala de árboles», comentó Ramphal en una entrevista .

Entre esos objetivos principales para la asamblea, elegidos en la reunión celebrada en Australia en 1990, figura el de «garantizar la conservación de la naturaleza, y especialmente de la diversidad biológica, como cimiento indispensable para el futuro».

También se busca asegurar que se utilicen los recursos naturales de la Tierra de manera «racional, equitativa y sostenible», y conseguir una orientación para la comunidad humana sobre pautas «que permitan gozar de una calidad de vida satisfactoria».

De la larga lista de temas puntuales que se abordarán en la reunión tres son los destacados por los organizadores: la pobreza, la Amazonia y el agujero de ozono en la Antártida.

«Solucionar la pobreza significa hablar de políticas sociales y económicas, y también del proteccionismo de los países ricos», opinó Ramphal.

Con respecto a la Amazonia, dijo que su preservación «implica tratar de aprender a manejar con equilibrio sus recursos, porque esa floresta es un importante sumidero de dióxido de carbono y fuente de desarrollo».

El agujero en la capa de ozono, que ha preocupado tanto a gobiernos como a ecologistas, sólo se podrá solucionar, según el presidente de la UICN, si se abandona el uso en todo el mundo de los gases clorofluorocarbonos (CFC), utilizados en la fabricación de aerosoles, espumas sintéticas y en la industria de la refrigeración.

«De no ser así, el problema se tornará más grave», advirtió el presidente de la organización conservacionista.

La UINC cuenta entre sus miembros con 62 Estados, un centenar de organismos gubernamentales y otros 700 no gubernamentales (ONG), unidos por el interés común de proteger el medio ambiente y mejorar la calidad de vida en el planeta.

En total, la UICN cuenta con 773 miembros distribuidos en 123 países.

Propuesta ecológica para las Malvinas

Una organización ambientalista australiana propuso, en el marco de la asamblea de la UICN, **la creación de un grupo mixto de asesoramiento científico integrado por los gobiernos de la Argentina y Gran Bretaña para analizar la problemática ecológica en las islas Malvinas y el Atlántico sur.**

El proyecto de resolución fue incluido en el temario de propuestas que serán debatidas y sometidas a votación en la XIX asamblea de la organización. Entre los fundamentos de la propuesta presentada por **The Wilderness Society of Australia** se señala que "el pasado conflicto militar entre la Argentina y el Reino Unido" ha provocado "**grandes daños ambientales** en las islas Malvinas (Falklands), que albergan una comunidad biológica subantártica de importancia clave".

Según esta entidad australiana, la actual situación de "estancamiento (en la situación sobre Malvinas) my la consiguiente falta de cooperación conforman un **peligro adicional** para los ecosistemas y especies amenazadas del Atlántico sur".

Apoyándose en estos argumentos, la organización solicitó al director general de la UICN que "dé un ejemplo de reconciliación y cooperación, creando un grupo mixto de asesoramiento científico integrado por representantes de la Argentina y Gran Bretaña, para preparar una estrategia de conservación y abordar los problemas ambientales críticos".

El proyecto de resolución será tratado por la asamblea este fin de semana. De aprobarse, las resoluciones de la UICN son elevadas a los gobiernos de los distintos países y, en general, son adoptadas luego por las Naciones Unidas. Aún no se conoce qué posición adoptarán las dos delegaciones involucradas.

partes poco legibles

P. 12 / 20/1/94

ASAMBLEA DE LA UICN

De Malvinas no se habla

El gobierno argentino pidió a los australianos que retiren el proyecto de trabajo conjunto con Inglaterra. Polémicas por otros planteos nacionales.



Las discusiones de la Asamblea de la UICN también tienen su recreo.
Los ecologistas del mundo recorrieron la Reserva de la Costanera.

(*Por Alejandra Folgarait*) El gobierno argentino presionó a la organización ecologista australiana The Wilderness Society para que retire su proyecto de resolución sobre Malvinas, que debía ser tratado a partir de hoy por la multitudinaria Asamblea Mundial de la Unión para la Conservación de la Naturaleza (UICN). Pero no es la única resolución que eriza la sensible piel del Estado anfitrión. Durante una reunión del comité argentino realizada a puertas cerradas a la hora de la siesta, la dirigente de la ONG argentina Red Informática Ecologista (RIE), Amanda Bertolutti, fue abordada para que consienta en modificar significativos puntos de sus pedidos de resolución vinculados con la hidrovía que se construirá en los ríos Paraná-Paraguay y con la prohibición de vuelo de aviones y helicópteros sobre los parques nacionales Iguazú y Los Glaciares. Mientras estas habas se cocían en los hornos argentinos, los directivos de la UICN decidían la nueva estrategia de la megaorganización. En un tono algo pastoral, voceros de la Unión revelaron que su misión cambiará en el futuro: ya no será "liderar los temas de conservación" sino "influenciar a las sociedades".

La resolución que, con el número 19.121, había presentado la organización australiana The Wilderness Society solicitaba la creación de un grupo mixto británico-argentino de científicos para que evaluaran las consecuencias ambientales negativas de la guerra en las Islas Malvinas y su zona de influencia y prepararan una estrategia de conservación. Pero la publicación en la prensa argentina de este proyecto puso en guardia al Gobierno . Una nota solicitando a la ONG que retirara el pedido de resolución fue vehiculizada, según fuentes bien informadas, por el subsecretario de Recursos Naturales, Humberto Ruchelli. "No se tratará esta resolución en la Asamblea", confirmó a este diario Pedro Tarak, director de la ONG argentina FARN.

La resolución más conflictiva parece ser la 19.119, que alerta sobre los peligros y consecuencias negativas –grandes inundaciones en las provincias del Litoral y Buenos Aires, entre otras– que traerá aparejada la Hidrovía Paraguay-Paraná. La propuesta de la RIE es suspender todo tipo de ayuda para la faraónica obra hidráulica hasta no contar con garantías técnicas y científicas de que no provocará un impacto ecológico negativo. Además, pide dar a consulta popular los planos y diseños del proyecto para detectar sus fallas. Otra resolución presentada por Amanda Bertolutti que despertó inquietud gubernamental fue la prohibición del sobrevuelo de los parques nacionales, ya que tendría un fuerte impacto sobre las rutas comerciales de aviación y echaría a perder algunos negocios, en especial, el alquiler de helicópteros y avionetas para ecoturismo.

Entre las escasas propuestas surgidas desde la Argentina, un proyecto de resolución que promete levantar polvareda política es el presentado por la Administración de Parques Nacionales en relación con el GATT, que recoge las ideas expresadas más de una vez por María Julia Alsogaray. En él se pide a los gobiernos instar a los Estados Unidos y la CEE a "revertir la irracional e insustentable carrera de subsidios a la producción agraria", y a "derogar las normas proteccionistas". A última hora de ayer todavía continuaban los contactos para conseguir modificaciones en las resoluciones. A pesar de la presencia en los pasillos del Sheraton del célebre guardaespaldas de María Julia conocido como Mac Gyver, las negociaciones no salieron de los civilizados carriles del diálogo.

EN LA REUNION AMBIENTALISTA QUE SE HACE EN BUENOS AIRES

María Julia aprovechó para publicitar su gestión

Una conferencia de prensa supuestamente convocada para informar sobre la XIX Asamblea General de la Unión Mundial de la Naturaleza (UICN), que se realiza hasta el 26 en Buenos Aires, se transformó en un rosario de explicaciones de María Julia Asogaray sobre la marcha de su gestión al frente de la secretaría ambiental.

La secretaria de Recursos Naturales y Ambiente Humano, **María Julia Alsogaray**, aprovechó ayer una conferencia de prensa brindada en el marco de la XIX asamblea general de la Unión Mundial de la Naturaleza (UICN) para resaltar algunos aspectos de su gestión. "Por primera vez se están tomando medidas para terminar con ese mal que ya lleva 50 años", dijo al ser consultada sobre las **piletas de petróleo** de la Patagonia que ponen en serio peligro la vida de varias especies de aves.

"Su afirmación es inexacta", exclamó la ingeniera cuando un periodista aludió a la falta de iniciativas concretas para solucionar el tema, explicando que "se están tomando medidas para terminar con esos piletones y desde marzo comenzará un plan sistemático que prevé tapar los pozos y además descontaminar todas las napas, que es lo más importante".

Insistiendo con el tema —el único que pareció irritarla en la hora y media de exposición ante la prensa— Alsogaray dijo también que "estuve de visita en **Rincón de los Sauces** (una importante zona de producción petrolera) y el petróleo es trasladado sin que una sola gota tome contacto con el ambiente".

También durante la mañana había dicho que era inexacta la información acerca de la renuncia del subsecretario de Relaciones Institucionales, **Enrique Kaplan**.

Acompañada por el director general de la UICN, **Martin Holdgate**, María Julia dijo además que "el dinero aportado por nuestro país para la organización de esta asamblea es similar al destinado por la UICN —**cerca de un millón y medio de dólares**— y un importante porcentaje de esos fondos salió de **sponsors** interesados en patrocinar la asamblea. Los beneficios, aunque difíciles de medir, son sin duda superiores a los costos".

María Julia reconoció además que "el Pacto Federal Ambiental —lanzado durante el año pasado— no tuvo el rápido desarrollo que esperábamos", aunque reivindicó su existencia y algunos de sus contenidos: "La unificación de la autoridad ambiental en los municipios, con auténtico espíritu federalista, es un tema muy importante que no reconoce precedentes".

Respecto de las prioridades que la Secretaría a su cargo tiene para resolver en nuestro país, la ingeniera reconoció estar "especialmente preocupada" por "la contaminación de los cursos de agua y napas subterráneas en las grandes ciudades, la desaparición de los bosques naturales y el deterioro de los suelos en la Patagonia".

El director de la UICN, Martin Holdgate, habló en términos más generales y criticó a los "países ricos cuando le dicen a las naciones pobres: no repitan nuestros errores. No me parece honesto", concluyó.

12 MILLONES DE DOLARES PARA PROYECTOS AMBIENTALES

Una ayudita para los amigos

El llamado Programa Argentino de la UICN fue presentado en sociedad. El dinero irá a parar a 6 organismos oficiales y 7 organizaciones ambientalistas. Las rebeldes quedaron afuera.

(Por Alejandra Folgarait) **La selección de proyectos dentro del Programa Argentino para ser presentados ante la UICN con el objetivo de obtener financiación, fue criticada por organizaciones no gubernamentales (ONG), que no probarán ni una migaja de la suculenta torta, de casi doce millones de dólares. Las porciones más apetitosas –solicitudes de alrededor de un millón de dólares– quedaron en manos de organismos gubernamentales como el INTA y la Administración de Parques Nacionales -cuyo director, Fernando Ardura, es el candidato más firme para cubrir uno de los cargos de consejero regional– y en dos de las ONG consideradas "amigas" del Gobierno, FUCEMA y FARN. Entre los 37 proyectos que consiguieron el visto bueno de la oficina sudamericana de la UICN no figura ninguno de los presentados por FUNAM ni por RIE, las dos ONG que se retiraron de la organización del evento "por la poca transparencia de las decisiones y la falta de ecuanimidad en la elección de los proyectos", según explicó Amanda Bertolutti, presidente de RIE.**

En una selecta reunión llevada a cabo el martes a la noche en el Plaza Hotel, los miembros argentinos de la UICN y los ejecutivos de agencias y fundaciones potencialmente donantes de dinero recibieron una copia en inglés del Programa Argentino para la Conservación y Desarrollo Sustentable, que será presentado oficialmente el domingo por la mañana -se espera que en idioma nativo– en el seno de la Asamblea Mundial de la UICN. La presentación estuvo a cargo de María Julia Alsogaray, secretaria nacional de Recursos Naturales y Ambiente Humano; Fernando Ardura, funcionario y presidente del comité argentino; Luis Castello, representante de la oficina sudamericana de la UICN, y Javier García Fernández, quien no sólo pertenece a la Fundación para la Conservación de las Especies y el Medio Ambiente (FUCEMA) sino que además se ocupó de explicar el programa a la calificada audiencia. Ella incluía al diplomático Raúl Estrada Oyuela, de recordada puja con María Julia durante la ECO '92, quien, a pesar de su trayectoria negociadora en temas ambientales, no fue invitado a participar en la Asamblea.

El representante de FUCEMA reveló que el 40 por ciento de las áreas protegidas de la Argentina no tiene ningún control, mientras que otro 35 por ciento sólo tiene alguna forma mínima de supervisión. También informó que en el país son talados cada año 1600 kilómetros cuadrados de bosque. Pero la minuciosa exposición de García Fernández –quien informó que el programa comprende cuatro áreas: educación, política ambiental, conservación de biodiversidad y desarrollo sustentable y cambio global– se detuvo antes de explicar los costos estimados para los proyectos.

El costo total del programa asciende a 11,9 millones de dólares, de los cuales 5,1 millones serán aportados por la Argentina. Todas las organizaciones involucradas esperan que los 6,8 millones faltantes provengan de donaciones externas conseguidas por medio de la UICN.

Los criterios para la selección de los proyectos no fueron clarificados durante la reunión. Tampoco se explicó por qué ninguno de los proyectos presentados por RIE y FUCEMA fue elegido, a pesar de referirse a importantes temas, tales como estrategias de control para incendios forestales –que el año pasado consumieron tres millones y medio de hectáreas–, sistematización de la información sobre degradación de suelos y base de datos sobre tráfico ilegal de especies autóctonas.

Pero lo que enojó más a algunos ambientalistas fue que el Gobierno y organismos dependientes de él pidieran tanto dinero para sí mismos, en lugar de permitir que las donaciones sean captadas por proyectos elaborados por las necesitadas ONG. "Los proyectos de agencias como el INTA o Parques Nacionales deben ser financiados por el Estado y no por la UICN", reclamó Bertolutti. "La política de la UICN no es financiar a los gobiernos nacionales", sostuvo otra militante de la RIE.

El INTA puede sonreír: siete de sus proyectos, que totalizan más de un millón y medio de dólares, fueron elegidos para integrar el Programa Argentino. Igualmente feliz, a pesar del triste panorama trazado sobre las áreas protegidas que maneja, debe sentirse Fernando Ardura, ya que la Administración de Parques Nacionales que dirige cosechará algo más de un millón de dólares para desarrollar cinco proyectos. Pero quienes parecen haber ganado la lotería son FUCEMA y FARN, dos ONG relativamente pequeñas que intentan arañar un millón de dólares cada una.

Si la UICN es eficiente para conseguir los fondos, la Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), especializada en derecho ambiental, recibirá casi 300 mil dólares para fomentar la interacción de expertos latinoamericanos y más de 400 mil dólares para revisar la legislación nacional y latinoamericana referida a biodiversidad. La Fundación Vida Silvestre rondará los 200 mil dólares y la Fundación Ambientalista Sanjuanina obtendrá casi 400 mil verdes.

Pero tal vez el caso más curioso es el de FUCEMA, una joven ONG dedicada a la conservación de especies en el noroeste argentino, quien solicitó más de un millón y medio de dólares para proyectos propios y compartidos con Parques Nacionales y la Fundación Sirena. Un miembro de FUCEMA, el biólogo García Fernández, fue designado coordinador del Programa Argentino. Otro, el biólogo Jorge Cajal, acaba de ganar el concurso que lo convirtió en director nacional de Recursos Naturales, lo que motivó la pública felicitación de su jefa, María Julia Alsogaray. "Todo quedó en familia", dijo un ambientalista cuando el show terminó.

María Julia responde



Con sus infaltables joyas bañadas en oro, incluido un apropiado broche con forma de oso, María Julia llamó a conferencia de prensa nuevamente ayer por la tarde. A continuación, algunas de sus afirmaciones:

- *Hidrovía Paraná-Paraguay*: "Nadie puede querer que el sistema del Pantanal se desequilibre. Hay que planear cómo hacer la hidrovía sin destruir el Pantanal".
- *Yacyretá*: "La Secretaría no tiene injerencia. Si no nos piden opinión técnica, no opinamos sobre el impacto ambiental".
- *Reforma constitucional*: "Hemos habilitado los temas ambientales para ser incluidos en la nueva Constitución. Pero la decisión es de los constituyentes".
- *Ajuste provincial versus conservación* : "El desarrollo sustentable no es un problema de medios económicos sino de tecnología y filosofía".
- *Residuos peligrosos:* "La inscripción obligatoria de los operadores industriales de residuos peligrosos es más lenta que la esperada".
- *Derrames de petróleo en el sur*: "Estamos trabajando con Prefectura para controlar los buques y para que se construyan las piletas de riesgo".
- *Pacto Federal Ambiental*: "Va lento en las provincias".
- *Falta de control en parques nacionales*. "Es cierto. Queremos ampliar nuestro servicio de guardaparques, aunque no tenemos vacantes, por lo que vamos a hacer un convenio con la Universidad de Tucumán para formarlos".
- *Críticas a la candidatura de Ardura*: "Creo que Fernando tiene muy buenos antecedentes de trabajo para ser consejero regional de la UICN".
- *Renuncia de Dalmau*: "Pero, ¡por favor! ¿Qué clase de pregunta es ésa en una conferencia internacional como ésta?".

Los agraciados

ORGANIZACION	DINERO SOLICITADO	NUMERO DE PROYECTOS
INTA	1.590.780	7
APN	1.111.570	5
FUCEMA	998.000	7
FARN	983.008	3
FAS	397.500	2
FUCEMA + APN	372.000	1
FUCEMA + SIRENA	259.083	1
Ministerio Medio Ambiente de Mendoza	280.000	1
SNAP	201.269	2
FVSA	188.250	2
CERNAR	176.400	2
Facultad de Ciencias Forestales, Universidad de Misiones	118.000	1
FVSA + INTA	112.860	1
Secretaría Nacional Recursos Naturales y Ambiente Humano	84.600	1
PEHUEN	16.200	1

INTA: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria
APN: Administración Parques Nacionales
FUCEMA: Fundación para la Conservación de las Especies y Medio Ambiente
FARN: Fundación de Ambiente y Recursos Naturales
FAS: Fundación Ambientalista Sanjuanina
SNAP: Sociedad Naturalista Andino-Patagónica
FVSA: Fundación Vida Silvestre Argentina
CERNAR: Centro de Ecología y Recursos Naturales, Universidad de Córdoba.

Desarrollo sostenible

Por el Ingeniero Agrónomo José Luis Panigatti *

Por primera vez la Argentina es sede de una reunión mundial sobre medio ambiente y esta es, a la vez, el primer encuentro de esta jerarquía luego de la Cumbre de la Tierra, realizada en Río de Janeiro en junio de 1992. Se trata de la **XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN)**, en la que unos 1.500 especialistas de todo el mundo debaten temas relativos a la conservación de los recursos

El lema de esta sesión es **"cuidar la Tierra y sus habitantes"** y es la primera desde la publicación del documento "Cuidar la Tierra" de la UICN –en 1991– y después de la aprobación de la Agenda 21, uno de los resultados de Río '92.

De allí la importancia del encuentro. La circunstancia es doblemente trascendente para el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, pues le toca su primera participación en este foro internacional desde su incorporación como miembro el año pasado.

En esta ocasión la asamblea general discute el plan estratégico a largo plazo, lo cual significa **redefinir el papel que desempeñará la UICN a nivel local, regional y global para efectivizar los objetivos ambientales establecidos en Río de Janeiro** por la comunidad internacional. Seguramente, nadie pondrá en duda hoy que la **Conferencia de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y el Desarrollo** modificó el contexto intelectual, político y de gestión en el que se sostenían las relaciones entre el medio ambiente y el desarrollo.

El tema principal de uno de los talleres, y pilar de la estrategia de la UICN, es el concepto de **desarrollo sustentable** al que debe definirse con precisión, y evaluarse –a la vez– los esfuerzos que deben realizarse para lograrlo.

Es decir, buscar el consenso acerca de **qué es la calidad de vida** y hasta qué punto los diferentes países y sus respectivos procesos económicos **pueden garantizar dicho cometido.**

La sostenibilidad es uno de los cuatro objetivos institucionales de los programas de investigación, desarrollo y transferencia de tecnologías delineados en el **Plan Nacional de Tecnología Agropecuaria 1990-1995 (PLANTA), del INTA.**

A partir de allí surgieron los planes de trabajo concretos para **revertir una actividad agropecuaria extractiva** que se vino ejecutando en la Argentina desde hace más de cincuenta años. Así se implementaron los proyectos de **Prevención y Control de la Desertificación en la Patagonia (Precodepa)**, de **Agricultura Conservacionista (PAC I y II)**, y de **Autoproducción de Alimentos (Pro Huerta)**, entre otros 100 proyectos de nivel regional, multirregional y nacional.

Los otros tres objetivos institucionales que marcan el rumbo de todas las actividades del INTA son: **eficiencia productiva, diversificación y equidad.**

El primero de ellos implica difundir nuevas variedades de cultivos y métodos de manejo que eleven los rendimientos y mejoren la calidad de los productos. El segundo, introducir nuevos cultivos, promover una mayor interacción agroindustrial y generar una oferta acorde con las nuevas demandas de los mercados internacionales. Y el último, asegurar que los beneficios del cambio tecnológico sean accesibles a todos los sectores, particularmente los más carentes.

Este es el marco en el cual debe inscribirse el desarrollo agropecuario y agroindustrial. Por ello el INTA celebra la decisión de hacer esta reunión y la oportunidad de que Buenos Aires sea la sede de una virtual cumbre mundial sobre el futuro del planeta.

(*) El ingeniero José Luis Panigatti es director nacional de operaciones del INTA |

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA E.C.
FECHA 24/1/94
VINCULACION

Doce millones de dólares para hablar de ecología

El Comité de miembros argentinos de la **Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN)** afirmó que para solucionar los problemas ecológicos de la Argentina se necesitan casi doce millones de dólares.

"Hacen falta 11,9 millones para empezar a hablar de ecología", dijeron los especialistas que elaboraron el **"Programa Argentino para el desarrollo sustentable"**.

Este programa —que fue dado a conocer a la prensa el miércoles pasado— fue presentado oficialmente ayer a la mañana en el Hotel Sheraton en el marco de la XIX Asamblea General de la UICN, y contiene 37 proyectos que requieren esa cifra para su financiamiento. De esa suma, un poco más de 5 millones serán aportados por la Argentina y para el resto se espera la financiación de organismos internacionales.

Javier García Fernández, coordinador del proyecto, dijo que **el 73 por ciento del territorio argentino está expuesto a grandes problemas ambientales y que el 75 de las áreas protegidas del país están poco o nada controladas.**

En las exposiciones de ayer el tema central fue la problemática argentina. La primera se ocupó del tema de la Patagonia. La segunda, a cargo del director nacional de Administración de Recursos Naturales, **Jorge Cajal**, analizó la situación de la conservación de las especies en el país.

Francisco Erize, ex director de la **Fundación Vida Silvestre** y actual vicepresidente de la Comisión Mundial de Parques Nacionales de la UICN, describió las diferentes especies que se pueden encontrar en las distintas regiones del país.

Néstor Bárbaro, autor del trabajo **"Perfil ambiental de la República Argentina"**, explicó las necesidades particulares de las principales zonas del país. "En la Patagonia —dijo— es necesario **combatir la desertificación** con desarrollo y transferencia de tecnología, mientras que en el Chaco **urge contrarrestar la deforestación** para la obtención de maderas duras y la extensión de cultivos inadecuados, con una explotación controlada y con el desarrollo de modelos agropastoriles y de infraestructura."

De acuerdo a este especialista, en la selva hay que evitar el parcelamiento excesivo y diversificar la producción. Y la Pampa Húmeda, **una región que "en los últimos tiempos ha sufrido una comprobable pérdida de fertilidad y biodiversidad, todavía puede soportar un aumento de producción planificada a través de modelos conservacionistas"**, dijo.

En el monte, según opinó Bárbaro, el asunto pasa por controlar la deforestación sobre la base del desarrollo sostenible y la aplicación de proyectos proteccionistas.

Mientras que en la provincia de Buenos Aires "se debe frenar la contaminación acuática y ambiental con la aplicación de adecuados planes de control", concluyó.

Antiguos vicios en nuevas ideas

La defensa del medio ambiente bien entendida empieza por la "ecología política"

La XIX Asamblea de la Unión Mundial de la Naturaleza (UICN), la organización ambientalista más poderosa del mundo, que culmina sus sesiones el próximo miércoles, en Buenos Aires, es una palpable demostración de la sensibilidad creciente que tiene la Humanidad por su medio ambiente, tan deteriorado por la irracionalidad de sus estilos de desarrollo, que enfrenta un inminente peligro de colapso ecológico.

Es indudable que los esfuerzos e iniciativas surgidos desde los más variados ámbitos geográficos, sociales y culturales se están traduciendo en una serie de pasos positivos, muy necesarios, pero todavía insuficientes como para empezar a revertir las negativas tendencias que han llevado al planeta a la actual situación de amenaza en que se encuentra.

Los avances alcanzados tropiezan, sin embargo, con serios peligros, que no son otra cosa que la proyección en esta decisiva temática de los vicios políticos y económicos que han generado la angustiosa situación actual.

La alta asamblea ambientalista que tiene lugar en la otra orilla del Plata es un nítido ejemplo de estos pesados vicios. Tras los tranquilos debates teóricos en torno al desarrollo sustentable, se han suscitado las ásperas disputas por el poder de una organización tan poderosa como es la UICN, con acceso o posibilidad de decisión respecto de significativos recursos financieros.

Disputas entre candidatos argentinos —pro y antigobierno— tornaron ríspida la designación del consejero regional por Sudamérica, en tanto que la presidencia enfrenta a dos poderosos postulantes: el estadounidense Jay Hair, apoyado por el bloque latinoamericano, y el presidente saliente, el guyanés Shidrath Ramphal, demasiado proclive al Norte en su confrontación con el Sur, según los críticos.

Esta contaminada atmósfera que se vive en la más poderosa organización ambientalista no es, desgraciadamente, una excepción.

Se podría afirmar, sin temor a equivocarse, que se requiere un verdadero golpe de ecología política en todas las instituciones sociales contemporáneas, empezando, obviamente, por aquellas dedicadas al medio ambiente.

Porque en este importante tema se da una de las más dramáticas paradojas del mundo contemporáneo, donde se conjugan confusiones tales como tomar el árbol por el bosque, o la hinchazón por la gordura.

En efecto, se produce lo que podríamos denominar una sobreexposición tal de esta problemática que, a corto andar, se la empieza a manejar sin la debida información, en forma descontextualizada, con la liviana frivolidad que tienen las modas y que, por tal motivo, adquieren un carácter esencialmente efímero.

De esta forma, los ambientalistas rigurosos, conocedores del terreno y de los ritmos naturales, arriesgan ser opacados por los oportunistas, que se mueven como pez en el agua en el mundo de la política, la comunicación y los recursos financieros.

En el ámbito de la institucionalidad estatal se aplica ese viejo principio de que "si hay algún vacío en tu política, llénalo con una nueva estructura", dando nacimiento así a ministerios, departamentos, sub-esto y sub-aquello, en una verdadera bola de nieve burocrática, que tanto ha hecho, en la práctica, a favor de las modas privatizadoras.

Pero ni las tan fecundas organizaciones no gubernamentales (ONGs) escapan a esta maleza, y se hace necesario un verdadero control de calidad para poder defender las que en forma modesta y esforzada realizan su labor.

Por todo esto es que, en definitiva, en éste como en tanto otro tema en que la sociedad es la principal interesada, lo primordial es darle participación informada y eficaz a la gente. Mejora todo ambiente...

La Cumbre Verde

Problemas ambientales del Cono Sur

Preocupación: los especialistas argentinos coincidieron en señalar que las presiones y la falta de planificación ambiental en nuestro país promovieron la degradación de los recursos naturales.

La contaminación de las cuencas hídricas, la deforestación y la pobreza son los problemas ambientales más serios de América del Sur, según se expresó ayer en los simposios Argentino y Latinoamericano realizados en el contexto de la XIX Asamblea de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN), que finalizará pasado mañana en el hotel Sheraton.

Al presentar el perfil ambiental de la Argentina, los expositores señalaron que las presiones y la falta de planificación promovieron la explotación no sustentable de los recursos.

Néstor Bárbaro, político ambientalista precisó que "la degradación" y particularmente la pérdida de la diversidad biológica en nuestro país "está relacionada con la pérdida de diversidad cultural".

"La comunidad debe tener influencias en las decisiones con la participación del sector empresario en función de las necesidades de cada región", aseguró.

En tanto, cerca de un centenar de delegados de América latina y del Caribe presentaron un documento tendiente a efectivizar el reconocimiento de la problemática ambiental de la región, en el que reafirman la participación organizada de la comunidad y la educación como factores basales de todo intento preservacionista.

Entre otras propuestas, los delegados firmantes proponen constituir un consejo nacional para la educación ambiental, como organismo inter-institucional dedicado a la planificación, coordinación y evaluación de las iniciativas conservacionistas.

En el último de los doce puntos que integran el documento, los delegados expresan su deseo de que el mismo "se convierta en resolución final de la XIX Asamblea de la UICN".

Mañana se realizará el encuentro plenario de la asamblea y pasado mañana tendrá lugar su clausura.

Riachuelo

La Fundación Alerta, que preside el concejal Abel Fatala, convocó para hoy a la segunda travesía ecológica por el Riachuelo al que denominó "símbolo vivo de la falta de políticas ambientales urbanas". La entidad rechazó [illegible] del presidente Carlos Menem en la XIX Asamblea de la UICN en el sentido de que "la ecología es una prioridad del Gobierno", por considerar que se trata de una [illegible].

DOCUMENTO ....

TITULO ....

PROCEDENCIA L.N.

FECHA 25/1/94

VINCULACION ....

ENTRADO

CRUZ ....



Lawrence: tecnología verde (Foto de Alejandro Quiroz)

La ecología, vista desde los EE. UU.

Objetivos: desarrollar tecnologías verdes para preservar el medio ambiente es una de las prioridades de los EE.UU.

Experta en buceo y en relaciones públicas, nativa de Virginia y graduada en la Universidad de Tennessee, expresa con espontaneidad juvenil su admiración por "la hermosa ciudad de Buenos Aires" a la que admite que le "encantaría" regresar como turista.

Se trata de Sheila Davis Lawrence, representante del gobierno de los Estados Unidos en la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) que no duda en señalar a LA NACION que esa entidad "es una de las organizaciones ambientales más importantes del mundo y que será lo será mucho más en el futuro".

Hace una pausa y agrega: "Los Estados Unidos creen que la UICN es una entidad muy útil y potencialmente capaz de resolver los problemas ambientales globales. Una organización única en su género, integrada por expertos en ciencia y tecnología".

Señora Lawrence, una variable preocupante por su impacto ambiental es el crecimiento demográfico global y su relación con el consumo y el gasto de energía. ¿Los Estados Unidos tienen previsto algún plan para atender ese problema?

Los Estados Unidos entienden la preservación del medio ambiente como una prioridad y pretenden hacer todo lo posible para progresar en esa dirección, aunque aún no se definió cuáles serán las acciones concretas.

Específicamente, mi gobierno desea mejorar la eficiencia interna, sobre todo en lo que se refiere al ahorro de energía. En ese sentido hay iniciativas tendientes a desarrollar tecnologías alternativas para la preservación ambiental. Por ejemplo, el desarrollo de automóviles que no polucionan.

¿Cree que eso es suficiente o que se necesitarían planes adicionales, como por ejemplo impulsar la educación ambiental?

Desde luego, la educación ambiental es otro de los intereses prioritarios de nuestro país, pero no sólo en el ámbito interno, sino para todo el mundo, de modo de que cada persona entienda el impacto ambiental de sus acciones y aprenda a decidir por sí misma.

De esta manera, no serán los gobiernos los que tengan que decir cómo se deben hacer las cosas, sino la misma población.

En ese sentido, el presidente Clinton anunció ante las Naciones Unidas que nuestro país comprometerá fondos para el desarrollo de tecnologías sustentables y para resolver los problemas derivados del crecimiento poblacional.

Durante la ECO'92 los Estados Unidos se negaron a firmar el Convenio sobre la Biodiversidad. ¿La negativa se debió a presiones de las industrias farmacéuticas por el temor de perder derecho de propiedad intelectual sobre los productos elaborados a partir de recursos genéticos de los países en desarrollo?

Durante la ECO'92 los Estados Unidos no estaban preparados para firmar el acuerdo, por varias razones, pero en este momento lo está. Así lo demostró el presidente Clinton al resolver la firma de ese convenio.

Ahora nuestro principal interés consiste en mantener relaciones internacionales constructivas y de cooperación respecto de los asuntos ambientales, porque entendemos que todas las naciones del planeta tienen preocupaciones similares.

El patentamiento de los recursos biológicos obtenidos de los países en desarrollo y mejorados por la bioingeniería es un tema que parece no tener solución posible. La convención habla del "libre acceso a esos recursos" pero nada se dice de la compensación que se deberá pagar al país dueño de éstos. ¿Cuál es la posición de los Estados Unidos al respecto?

Creemos que la transferencia de tecnología puede ser un mecanismo óptimo de compensación. Es obvio que si una persona toma una cosa, la reformula y la mejora, ya no es la misma cosa. Por eso estamos convencidos de la importancia de los derechos de propiedad intelectual. Sin embargo, estamos abiertos a discutir la cuestión, ya que todavía no está definido cuáles son los recursos que podrían ser patentados.

La entrevista ha finalizado, la señora Lawrence y sus asesores se dispersan, y ella, como para fijar en su memoria la aseveración, reitera con una amable sonrisa: "Esta es una hermosa ciudad".

Lucio A. Mansilla

Fichaje

9401199

15

La ecología, en la mira de los Estados Unidos

Clinton tiene nuevas ideas para preservar el planeta

El gobierno de los Estados Unidos "entiende que la preservación del medio ambiente es una de sus prioridades", aseguró la delegada de ese país ante la XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN), Sheila Davis Lawrence.

La llegada al país de la enviada del presidente Bill Clinton coincide con un cambio de posición frente a los problemas ambientales por parte de los EE. UU.

Durante la Cumbre de Río, en 1992, el entonces presidente George Bush se negó a rubricar el Convenio sobre la Biodiversidad, que restringía el uso científico de la fauna y la flora de países en desarrollo.

"En aquel momento nuestro país no estaba preparado para ello, pero ahora sí, y así lo ha demostrado el presidente Clinton, quien el año último firmó ese acuerdo internacional", dijo Lawrence durante una entrevista exclusiva concedida a LA NACION.

Lucio A. Mansilla

(Más inf. en la Pág. 11)



Lawrence: hay que cuidar la Tierra. (Alejandro Queirolo)

Nuestra agenda ecológica

Desde la Cumbre de Río que la comunidad ecológica mundial no celebraba un acontecimiento como el que en estos días tiene a Buenos Aires por sede: 67 estados, 100 entidades gubernamentales y más de 600 organizaciones no gubernamentales de 118 países diferentes participan de la XIX Asamblea de la Unión Internacional por la Conservación de la Naturaleza (UICN).

La cuestión del desarrollo sustentable, con varios talleres dedicados a su análisis, nos coloca en presencia de un debate imprescindible para la Argentina del mañana, pero imposible de abordar sin meter las manos en la Argentina de hoy y en extensas porciones de nuestro pasado menos decoroso: en esa Argentina presa de *vicios estructurales*, con las contradicciones de su *inequitativo crecimiento* y las llagas de las *desigualdades sociales* a flor de piel.

Se trata ya de un valor aceptado que el desarrollo sostenible es la conjugación del crecimiento económico con la equidad social y el equilibrio ecológico: la humanidad ha avanzado lo suficiente como para desestimar tanto las simples apelaciones al conservacionismo bucólico como a las recetas tecnocráticas que suponen que el progreso de las sociedades se produce por la *mecánica traslación* a la calidad de vida de la gente de las mediciones favorables del producto bruto.

Los países del Norte entienden el desarrollo sustentable como una nueva concepción que apunta *a no comprometer a las generaciones futuras* en su armónica convivencia con la naturaleza. Para los países del Sur, en cambio, el imperativo debería ser *no sacrificar el presente de los pueblos*, impedir el progresivo y acelerado deterioro de las condiciones de vida de su gente: en épocas de reconversiones económicas, de reforma del Estado, de liberalización y apertura de las economías, de flexibilizaciones laborales, la defensa y protección del medio ambiente no puede entenderse sino enmarcada en una *concepción superior y humana* del desarrollo.

El mundo transita ya una avenida de doble mano, en donde la superación de los males endémicos de *la pobreza* y la protección del *medio ambiente* deben articular un sistema de tránsito único. En definitiva, *la lucha contra la pobreza es también una lucha ecológica: ambas son inevitablemente políticas, inexorablemente éticas.*

Argentina debe mirarse en el espejo de sus problemas más íntimos y propios. Por ejemplo, ni en el diagnóstico situacional ni en los trabajos a desarrollarse en el *Programa Nacional para la Conservación y el Desarrollo Sustentable*, recientemente presentado en la UICN, se mencionan la degradación ambiental del Conurbano que apostrofa la condición humana de casi el 40 por ciento de la población del país o la contaminación petrolera que aniquila la rica fauna marina del sur argentino.

Ambas cuestiones deben formar parte de nuestra agenda ecológica, sin omitir el gran desafío de las sociedades del futuro, que ya nos golpea a la puerta: la *naturaleza humana* es siempre *el primer bien a ser preservado*, "para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar el suelo argentino".

** Senador nacional (PJ, Buenos Aires), presidente de la Comisión de Ecología y Desarrollo Humano del Senado de la Nación.*

«GREENPEACE» EXPONE PROPUESTA DE REFUGIO BALLENERO AUSTRAL

Buenos Aires, (EFE).- La organización Greenpeace pidió a la asamblea de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN) que apoye su propuesta destinada a crear un refugio ballenero en el océano Austral.

Greenpeace también solicitó a la UINC que «reitere su preocupación por el incumplimiento, por parte de algunos gobiernos, de las reglamentaciones existentes para la conservación de las ballenas». La UINC debe «apoyar completamente la propuesta de creación de un refugio ballenero para el océano Austral y la vigencia de la moratoria sobre la caza comercial» de estos cetáceos.

Según Greenpeace, se debe hacer un llamamiento a los gobiernos de Japón y la Federación Rusa para que levanten sus objeciones a las resoluciones de la CBI, y a Noruega para que «detenga su decisión unilateral de reiniciar sus actividades de caza comercial ballenera».

DEFORESTACION PUEDE CAUSAR DAÑOS IRREPARABLES

La deforestación puede causar daños irreparables en el medio ambiente de América Latina, advirtió en Buenos Aires un especialista costarricense que asiste a la XIX Asamblea de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN).

La Asamblea abre una nueva instancia para analizar y establecer los métodos para la perservación de la naturaleza, entre los que se incluye el cuidado de los bosques tropicales.

El director de Recursos Naturales de la Universidad para La Paz de Costa Rica, Gerardo Budowski, declaró que hay que cuidar los bosques tropicales «antes de que sea muy tarde».

Budowski señaló que, si no se hace lo necesario para el cuidado de los bosques en América Latina, «muy pronto muchos países correran la suerte de El Salvador o de Haití, donde prácticamente no quedan masas forestales».

Varias son las causas de la deforestación en América Latina, entre las que el especialista costarricense señaló la ganadería extensiva no sustentable de la que acusó a los terratenientes.

DOCUMENTO

TITULO

PROCE... E.P.

FE... 26/1/94

VINCU...

ENT...

CRUZ...

HOY CULMINA LA ASAMBLEA ECOLOGICA

Dos posturas ambientales

Hoy concluye la **XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza**, que reunió desde el 17 a representantes de organizaciones gubernamentales y no gubernamentales de todo el mundo. Ayer fue aprobada la mayoría de las resoluciones y recomendaciones presentadas con la idea de conservar la naturaleza y utilizar los recursos para mejorar la calidad de vida del ser humano.

La asamblea eligió como nuevo director, por un periodo de tres años, al neocelandés **David Mc Dowell**, en remplazo del inglés **Martin Holdgate**. Mc Dowell ocupó distintos cargos como representante de las Naciones Unidas y el gobierno de Nueva Zelanda. Actualmente trabaja como embajador de su país en Japón.

Durante una conferencia de prensa realizada ayer, Mc Dowell dijo que "sin dudas habrá cambios y diferencias en el manejo de la organización, pero estos no serán de fondo, siempre los haremos atendiendo a las resoluciones aprobadas".

Sobre los temas que se debatieron consideró que "hemos recibido mensajes claros. Los especialistas de ecología —prosiguió— se dividen hoy entre **quienes se inclinan por el conservacionismo de la naturaleza y los que opinan que los países subdesarrollados tienen problemas más inmediatos, por lo que apoyan el desarrollo sustentable.** Yo creo que ambas posiciones están unidas".

Consultado sobre qué pensaba hacer para romper con la tradición de que los cargos jerárquicos de la Unión sean siempre ocupados por hombres de habla inglesa, representantes del norte, Mc Dowell explicó: "Es inconcebible e inaceptable, pero no va a ser fácil, es un proceso gradual que debe hacerse de manera urgente. Todos los que tienen cargos altos tienden a conservarlos. Se deben proponer candidaturas y oportunidades para mujeres y personas de habla no inglesa que ingresen por méritos y no por otras razones".

POLEMICA POR 23 RESOLUCIONES DE LA UICN

Una mano negra en la Asamblea

A *(Por Alejandra Folgarait)* **Así como la discusión Norte-Sur se expresó en la distribución de los cargos principales de la Unión para la Conservación de la Naturaleza, que finalmente fueron para los países desarrollados, la puja entre las 600 organizaciones no gubernamentales (ONG) y los 67 gobiernos que componen la UICN encontró su escenario en el debate de las resoluciones presentadas para su aprobación a la Asamblea Mundial en pleno. Tras la denuncia sobre la "mano negra" que sacó de la agenda el proyecto de prohibir aviones y helicópteros sobre Parques Nacionales, ayer se conoció la situación de "desaparecidas" en que quedaron otros 22 pedidos de resolución presentados por ONG de distintas partes del mundo. Ante el reclamo de los verdes, los máximos responsables de la Unión se comprometieron a reintegrar y votar las resoluciones. Sin embargo, hasta última hora de ayer la situación era confusa: todo indicaba que algunas serían tratadas entre gallos y medianoche, mientras que para el resto se planea el curioso trámite del voto por correo. Con todo, la buena noticia del día fue el apoyo de la Unión al proyecto de Greenpeace para crear un santuario para las ballenas en el Atlántico Sur, lo que impedirá su caza comercial si es aprobada en mayo por la Comisión Ballenera.**



Cora Surraco

Otra pelea de fondo en el Sheraton.
Las ONG cuestionan el sesgo gubernamental de la UICN.

"Hubo un intento de hacer un clásico golpe de Estado, al estilo Tercer Mundo", resumió María Julia Alsogaray para los empresarios con que desayunó ayer. "A último momento, un grupo de países encabezado por Pakistán organizaron una revuelta diciendo que si el director general era del Primer Mundo, el presidente debería ser del Tercer Mundo, y avanzaron sobre la Asamblea General rompiendo todos los pactos acordados, en un movimiento sorpresa", fue la visión tipo guerrilla elaborada por la secretaria de Recursos Naturales. "En un momento tuve miedo de que la veta Norte-Sur prendiera, pero pasado ese sofocón yo sentí que estábamos ganando la batalla verde, que hasta poco tiempo atrás era propiedad casi exclusiva de la izquierda." Cerrado ese frente, el combate continuó tras las bambalinas.

La versión de que 23 resoluciones "conflictivas" habían sido retiradas sin permiso corrió como reguero de pólvora entre las ONG, que llamaron a una reunión conjunta para tomar una decisión unificada: exigir que se las volviera a incorporar a la agenda del plenario. La primera respuesta que obtuvieron fue que se las votaría por correspondencia, ya que se trata de "temas regionales". Pero según reconoció un alto miembro de la UICN "esto equivale a decir que no serán discutidas". Más tarde, las febriles negociaciones habilitaron el tratamiento de 10 de las 23 resoluciones.

El controvertido proyecto para frenar la financiación de la hidrovía -una obra que "puede impactar en forma terrible sobre la gente y los ambientes naturales, convirtiendo el Río de la Plata en una cloaca abierta", según afirmó el flamante consejero Fernando Ardura- habría sido incluido en este paquete. La conclusión de algunas ONG es que "en la UICN se votan fácilmente sólo las resoluciones que les convienen a los gobiernos".

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROC
FE
VIN

La Asamblea de la UICN cerró con duras críticas

El saliente director de la entidad, Martin Holdgate, la calificó como "incoherente y retrógrada". Balance de éxitos y fracasos.

Gentileza Editorial Perfil



María Julia quedó más que satisfecha.
Martin Holdgate, en cambio, cuestionó a las ONG.

(*Por Alejandra Folgarait*) **"La Asamblea fue en muchos momentos incoherente, retrógrada e inmanejable", dijo el saliente director general de la UICN, Martin Holdgate, a modo de balance final, en referencia a la puja Norte-Sur y a la participación poco dócil de muchas organizaciones no gubernamentales (ONG). En cambio, para el consejero centroamericano Juan Carlos Navarro, "la Asamblea ha sido productiva, porque quedó sentado el liderazgo latinoamericano en el proceso de cambios hacia una agenda más balanceada y del Sur". Con estas diferencias entre la vieja y la nueva guardia se cerró ayer el multitudinario encuentro verde en Buenos Aires.**

Antes del caviar de despedida, pero ya finalizada la digestión de los más de 350 kilos de carne servidos a los visitantes verdes nada menos que en la Sociedad Rural, la Asamblea se reunió en pleno para hacer su evaluación y realizar anuncios. Entre las buenas nuevas, figura la incorporación de Brasil y Bolivia a la UICN y la separación de la región latinoamericana en dos, lo que habilitará la elección de un consejero más por Sudamérica en el futuro. En la columna roja se ubica la dura crítica de Holdgate hacia los posturas "divisorias" de algunas regiones del globo. "El virus de las Naciones Unidas está empezando a infectar a la UICN; el espíritu de la Unión se ha debilitado", sentenció el británico, con nostalgia de "los tiempos en que éramos una gran familia". Mal que le pese, todo indica que el ciclo conservacionista a ultranza –la protección a toda costa de las especies naturales sin tomar en cuenta la supervivencia de los pueblos pobres– comenzó su agonía en Buenos Aires.

El nuevo presidente, el norteamericano Jay Hair, proveniente de la enorme National Wildlife Federation, se ha comprometido a llevar adelante los lineamientos surgidos de la Asamblea. "Tuvimos muchas discusiones difíciles –evaluó Hair– pero lo importante es que haremos cambios en el gobierno de la Unión", hacia una mayor participación de las ONG y el Sur.

Los conflictos se pusieron al rojo vivo cuando llegó la hora de tratar un puñado de resoluciones "conflictivas", incluidas las que habían desaparecido de la agenda misteriosamente el día previo. A las 24.01 del martes, el presidente saliente, sir Shridath Ramphal, declaró aprobado por estrecho margen el proyecto que insta a Japón a dejar de comercializar plutonio y el que insta a China a decretar una moratoria sobre ensayos nucleares. Luego fueron aprobadas la famosa resolución que condiciona los créditos del BID para hacer la Hidrovía Paraná-Paraguay a los resultados de estudios de impacto ambiental, y la que prohíbe el sobrevuelo de aeronaves sobre los Parques Nacionales, ambas iniciativas presentadas por la "rebelde" RIE. De este modo, las cuatro resoluciones argentinas obtuvieron un sí. Greenpeace también consiguió que se aprobara una resolución para prohibir el comercio de desechos tóxicos desde los países desarrollados (OCDE) al Tercer Mundo.

Sin embargo, no todas fueron rosas. De las 150 resoluciones presentadas, quedaron en el camino 50. Entre ellas, la que condenaba la destrucción ambiental del Tibet realizada por China y la que exigía reformas en el Banco Mundial y otras entidades multilaterales para tomar en cuenta todos los aspectos ambientales vinculados a la financiación de proyectos de desarrollo. Pero nadie lloró por el traspié. Quedó claro que para los miembros de la UICN, "lo importante es la causa". El cielo puede esperar.

Goles a favor

- La Unión cuidará la Tierra pero también a sus habitantes humanos.
- Mayor participación del Sur en las decisiones de la UICN.
- Elección de tres consejeros por la región latinoamericana.
- Bolivia y Brasil se incorporan a la Unión.
- El nuevo presidente dará más poder a las ONG.
- A pesar de las presiones, se aprobaron las resoluciones sobre Hidrovía y sobrevuelo de Parques Nacionales. También las que promueven la protección de las ballenas australes y de las costas del Atlántico Sur, además de las que exhortan a considerar los aspectos ambientales en el GATT.
- Diversidad cultural de los participantes: desde habitantes del Himalaya hasta aborígenes guatemaltecos, pasando por funcionarios de alto rango y militantes de sandalia, barba y mochila en la espalda.
- Trescientos argentinos asistieron como miembros o invitados.

Goles en contra

- Los gastos de la Asamblea nunca aclarados en detalle.
- Los manejos oscuros en la negociación de resoluciones conflictivas.
- Las dificultades de ONG y pueblos indígenas para participar.
- La discriminación de ONG en el Programa Argentino presentado a la UICN.
- Las candidaturas cocinadas de antemano.
- La fuerte influencia de funcionarios gubernamentales en el comité argentino. La elección de uno de ellos como consejero sudamericano.
- Las fiestas: desde el Teatro Colón hasta la Rural, pasando por cócteles y cenas más o menos exclusivas.
- La doble moral entre la retórica y los hechos. Mientras se sostienen discursos a favor de la conservación de la naturaleza y los que viven "cerca de la tierra", se queman miles de hectáreas de bosque y pastizales sin que las autoridades nacionales intervengan, y los aborígenes mueren de cólera por falta de agua potable.

Martin Holgate y María Julia Alsogaray, protagonistas del encuentro (Foto de David Sisso)

Exhortan a cuidar el planeta al concluir la cumbre verde

Cierre: la XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza fue clausurada con mensajes tendientes a la preservación del medio ambiente.

Finalizó ayer en Buenos Aires la XIX Asamblea General de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) que convocó a más de mil representantes gubernamentales y no gubernamentales del todo el mundo para analizar los planes de acción por seguir en los próximos tres años, tendientes a la preservación del medio ambiente, y para elegir a sus nuevas autoridades.

Tras las últimas reuniones de consultas fue aprobada casi la totalidad de las propuestas presentadas –unas 110– entre las que figuran el rechazo al proyecto Hidrovía y la restricción del sobrevuelo de aparatos aéreos en zonas de parques nacionales, impulsada por Organizaciones No Gubernamentales (ONGs).

También se aprobó, sin modificaciones, un proyecto que declara al continente Antártico "libre de cualquier tipo de explotación minera en forma permanente", pese al esfuerzo de los representantes británicos de cambiar el término "permanente" por "indefinida".

Entre los no aprobados figura el presentado por la Administración de Parques Nacionales que recomienda a los países desarrollados "la suspensión de los subsidios y del proteccionismo", por considerar que se trata de un tema ajeno a las atinencias de ese foro.

Pobreza y demografía

En su discurso de despedida, el presidente saliente de la organización, sir Shridath Ramphal, hizo hincapié en el impacto ambiental que significa la pobreza y el crecimiento demográfico, y confió en que la UICN "responderá adecuadamente, en forma progresista, a cada uno de los retos ambientales".

Ramphal, que definió a la organización como "un foro para el diálogo, una agencia de la sociedad para construir un mundo mejor", alertó sobre el peligro de las asimetrías económico-sociales y el aumento de la pobreza.

"En el mundo actual los pobres se volvieron más pobres –aseguró Ramphal–, y es sabido que un mundo organizado y sustentable no puede desarrollarse en un oasis de pobreza".

Martin Holgate, director general de la UICN, que será reemplazado en abril por David McDowell, precisó que la asamblea "fue mucho más positiva que la realizada en Australia, ya que permitió mejorar el funcionamiento de la organización y percibir la necesidad de un cambio institucional y cultural".

El drama de las ONGs

Holgate, a quien cerca de cincuenta ONGs le entregaron un documento en el que piden mayor participación en la toma de decisiones de la UICN y dar prioridad al intercambio de información, afirmó que "nosotros tratamos de nivelar el campo de juego con las ONGs, pero no podemos hacerlo si esos equipos no juegan con las mismas reglas".

La secretaria de Recursos Naturales y Ambiente Humano, María Julia Alsogaray, expresó su beneplácito por lo que consideró una asamblea exitosa, aunque aclaró que "en los próximos días haremos la evaluación global", y por el ingreso de Bolivia y de Brasil como miembros de la UICN.

Al referirse al rechazo del proyecto Hidrovía, Alsogaray aseguró que veía "con entusiasmo que se haya sorteado el enfrentamiento entre el hacer y el no hacer, ya que ahora se estudiará de qué modo se puede llevar adelante esa obra, previos análisis del impacto ambiental".

La secretaria de Recursos Naturales y Ambiente Humano señaló que "por ahora la obra tiene una suma asignada para ser evaluada por concurso", y agregó que "sería interesante que los países involucrados, la Argentina, Bolivia, Paraguay y Brasil, establezcan las consultas necesarias".

"De todos modos –precisó– me parece muy importante que esos proyectos se discutan antes y no después de terminados".

Lucio A. Mansilla

Asimetrías

"Las asimetrías económicas son el núcleo de la cuestión ambiental, por eso no podemos permanecer despreocupados frente a ellas", aseguró Ramphal. "Por el contrario –agregó– es necesario un cambio de actitud para que los países ricos compartan las ventajas económicas. De lo contrario, el futuro podría convertirse en un cóctel de violencia de pobres contra ricos, como ocurre en las playas de Río de Janeiro".

La Asamblea de la Unión Mundial para la Naturaleza concluyó esta semana en Buenos Aires con más de cien resoluciones aprobadas

Ambientalistas reclaman se revea proyecto Hidrovía si el estudio de impacto ambiental resulta negativo

■ El cambio de actitud de Estados Unidos se observó en su postura cercana a las organizaciones no gubernamentales en temas como el comercio de especies, la moratoria para pruebas nucleares o los desechos tóxicos. España también fue conservacionista en temas como las ballenas, las técnicas de pesca o el comercio de desechos tóxicos. En dos días y medio de debates la asamblea de la Unión Mundial para la Naturaleza, que culminó esta semana en Buenos Aires, dio el visto bueno a más de 100 resoluciones. En la mayor parte, la aprobación se produjo por consenso. Son miembros de la UICN, actualmente, 68 gobiernos, 100 agencias gubernamentales y casi 600 organizaciones no gubernamentales. Entre las resoluciones aprobadas destacan: Embalses españoles.

Se insta a España a descartar los embalses que causen grave impacto ambiental previstos en el Plan Hidrológico Nacional y se señalan cinco, entre ellos el de Itoiz (Navarra), ya en construcción.

Mediterráneo. Se crea una oficina regional para el Mediterráneo, por cuya sede opta España.

Hidrovía. Una de las más polémicas. Se pide que se modifique el proyecto si el impacto ambiental resulta negativo, y que se analicen los efectos a corto, mediano y largo plazo.

GATT. La UICN recibió el mandato de intervenir en las negociaciones sobre comercio internacional para tener en cuenta los factores ambientales.

Ballenas. La asamblea rechazó un intento de Noruega de abrir la puerta a la caza de determinadas especies. Se votó a favor de la creación de un santuario en la Antártida.

Residuos tóxicos. La Unión Europea anunció la próxima ratificación del Tratado de Basilea para minimizar el comercio de residuos entre países de la OCDE y los demás, pero se pide la prohibición total de exportación de desechos tóxicos.

Redes de deriva. Se pide que se vele por la pesca ecológicamente sostenible, pero no la prohibición de redes de enmalle y deriva.

Pruebas nucleares. Se insta a los gobiernos a establecer una moratoria global.

24-24

9401199

Nº DOCUMENTO 9401200
TITULO Dtor de comunicaciones de UICN aseguró que el mundo sigue deteriorándose.
PROC L. JUV. 15CCLL
FECH 10/1/94
VIN 112.95

EL MUNDO SIGUE DETERIORANDOSE

El director de comunicaciones de la UICN, John Burke, aseguró que, a pesar de haber habido un incremento de compromiso mundial con la conservación del medio ambiente, el cuadro de situación aun es preocupante.

«La situación del mundo continúa deteriorándose», comenzó afirmando Burke al matutino porteño Página 12, y agregó: «los gobiernos deploran lo que pasa, pero parecen incapaces de responder adecuadamente a los problemas. ¿Es que acaso no se habló en Río de esto? Sí, se habló y allí las cabezas de los estados aceptaron el lazo inseparable entre conservación y desarrollo. Acordaron crear la Agenda 21, un listados de acciones que se deberían tomar, y concluyeron importantes tratados de biodiversidad y cambio climático. Y tal vez lo más importante, la cobertura que realizaron los medios masivos de prensa llevó la cuestión ambiental a cientos de millones de personas en todo el mundo. Pero por otro lado, en la Agenda 21 se acordaron los síntomas, como la polución o la pérdida de espacios naturales, más que las causas de la degradación. El problema fundamental es que en el Norte, los que llevan adelante las políticas nacionales, están inmersos en una recesión, y en el Sur, los gobiernos están apretados por la deuda externa, y por los pobres términos del comercio. Sus opciones de desarrollo son limitadas y frecuentemente deben conceder la iniciativa a quienes los organismos financieros internacionales aprueban.

Por otro lado, muchos estados han concedido a grupos supranacionales, como la Comunidad Económica, el Grupo de los 7, o el de los 77, al suscribir acuerdos internacionales por los que se han creado un laberinto de obligaciones que reducen las posibilidades de elegir e innovar.»

«Hemos impulsado muchas iniciativas globales, pero generalmente fallamos en enlazarlas, y también en convertirlas en proyectos útiles para las comunidades locales.»

«Para sostener la nueva visión de la UICN, nos hemos fijado cinco prioridades. Primero, trabajar con sus miembros como socios reales, segundo, ampliar las bases, eso significa expandir el número de miembros, construir lazos con otros donantes y socios y forjar una nueva alianza con los sectores de la industria y los negocios. Tercero, el secretariado y las comisiones deben fortalecer los programas técnicos. Cuarto, expandir los boletines de noticias, unos de sus rasgos más fuertes, que deben focalizarse en los campos en los que puedan realizar mayores contibuciones.

ENTRADO
CRUZADO

01-02 9401200.

LOS BOSQUES DEL PARAGUAY HAN MUERTO

Asunción, (EFE).- Los mejores bosques de Paraguay, que a mediados de siglo cubrían casi la totalidad de la superficie de los departamentos de Caaguazú y Alto Paraná, en el este del país, han desaparecido y los esfuerzos que se hacen hoy por revertir la acelerada deforestación son escasos e inútiles.

En 1945, el Alto Paraná era bosque, una zona prácticamente virgen cubierta en un 99 por ciento por árboles de gran altura que en las últimas cinco décadas ha sido arrasada por la industria maderera y las actividades agropecuarias.

Según datos del Ministerio de Agricultura y Ganadería, que en 1993 redactó un proyecto de planificación del uso de la tierra, la superficie boscosa del Alto Paraná constituye actualmente sólo el 19 por ciento del área total de dicho departamento.

La destrucción sufrida por la vegetación del Caaguazú no es menos alarmante, pues en 1945 los bosques altos representaban el 67 por ciento de este territorio, mientras que los últimos estudios demuestran que los campos de pastoreo, los cultivos y los nuevos centros urbanos los han reducido a apenas el 15 por ciento.

La mayoría de los planes oficiales de reforestación han fracasado por la falta de fondos suficientes o por el poco interés del sector privado, que cree que los incentivos fiscales ofrecidos por el Gobierno son insuficientes.

El mayor éxito alcanzado en los últimos años en defensa de la naturaleza lo constituye la Reserva Natural del Mbarakajú, situada en el departamento de Kanindejú, limítrofe con el del Alto Paraná y el Caaguazú.

El Mbarakajú tiene una extensión de 62.000 hectáreas, protege uno de los últimos grandes remanentes de bosque subtropical denso y húmedo de América del Sur, administrado por la Fundación Moisés Bertoni, que en 1991 firmó un convenio «ecológico» conjunto con el Gobierno de Paraguay, la ONU y el organismo internacional «The Nature Conservancy» (Conservación de la Naturaleza).

Los especialistas de la Fundación Moisés Bertoni calculan que al menos el 80 por ciento de la Reserva está formada por árboles de hasta 35 metros de altura, «con un ecosistema asentado en gran parte sobre suelos arenosos, frágiles, poco fértiles y de aptitud netamente forestal».

Varias investigaciones botánicas y de la fauna han registrado numerosas especies propias del Bosque Atlántico, lo que confirma que el Mbarakajú forma parte del mismo, explicaron a EFE fuentes de la citada Fundación.

El Bosque Atlántico se extendía en el pasado por cientos de kilómetros a lo largo de la costa atlántica de Brasil, el este de Paraguay y el nordeste de Argentina, y actualmente es considerado por la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN) como uno de los ecosistemas más amenazados del mundo.

La Reserva del Mbarakajú es el hábitat de especies forestales como el lapacho y el cedro, entre otras, cuyos troncos figuran entre los más codicionados por los aserraderos paraguayos y brasileños.

Además, se han registrado 114 plantas de importancia económica, incluida la yerba mate, y otras con aplicaciones medicinales, aromáticas, comestibles, forrajeras y ornamentales que muestran la alta potencialidad del bosque como «banco genético», según las fuentes.

En los primeros años de trabajo científico en el lugar se ha comprobado la existencia de 21 especies botánicas consideradas en peligro de extinción en Paraguay, entre ellas la calaguala y el helecho arborescente.

Entre los representantes de la fauna silvestre amenazados se cita al «yaguareté» (jaguar), «mborevi» (tapir), «caguaré» (especie de oso hormiguero), «lobopé» (nutria) y el «yagua yvyguy» (una especie de perro salvaje).

El bosque es el hogar ancestral de los aborígenes de la comunidad aché, que son los únicos autorizados a cazar en la Reserva, colaboran con los guardabosques en la vigilancia y actúan como guías de los científicos de la Fundación Moisés Bertoni.

Por Jorge Benítez

Entrevista con Claude Martin, director general del Fondo Mundial para la Vida Silvestre

El planeta va a sobrevivir, el problema es cómo

Por Nora Bär

El XIX período de sesiones de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), que se desarrolla en estos momentos en nuestra ciudad, es un gran acontecimiento del movimiento ecologista. Es ésta la primera oportunidad en que alrededor de mil delegados de organizaciones provenientes de más de cien países vuelven a reunirse después de la Cumbre de Río. Por otro lado, se plantea la nada fácil misión de traducir en planes prácticos los objetivos enumerados en la ya célebre Conferencia de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente y el Desarrollo.

La sala de prensa ubicada en el primer piso del Hotel Sheraton tiene un aspecto un tanto surreal. A un costado, un experto en tráfico de animales silvestres está discutiendo con el ministro chino de la Fauna el reciente hallazgo de 600 kg de huesos de tigre (allí se los utiliza para elaborar medicamentos tradicionales). El joven doctor Claude Martin (cuatro hijos, "aunque de dos matrimonios", aclara con una sonrisa, previendo una acotación maliciosa acerca de la tasa de natalidad de su familia) ya está trabajando a pleno en la sala de la Fundación Vida Silvestre.

World Wildlife Fund

Claude Martin, biólogo, se unió al *World Wildlife Fund* hace alrededor de 22 años como director de trabajos de campo en la India central, donde realizó su tesis de doctorado acerca de una especie de ciervos en peligro de extinción. Más tarde, en 1975, se hizo cargo del programa para la conservación de los bosques tropicales en Africa occidental. Entre 1980 y 1990 se desempeñó como director de la filial suiza del Fondo.

–Doctor Martin, para muchos los ecologistas suenan como el pequeño Pedro, el pastor del cuento infantil: anuncian un apocalipsis que nunca llega. ¿No cree usted que éste es uno de los principales problemas para lograr un cambio de actitud con respecto a las cuestiones del medio ambiente?

–Sí, por cierto. La verdad es que estamos en una actividad muy difícil. La degradación del medio ambiente global es un proceso muy lento, que ocurre en su mayor parte sin que podamos percibirlo. La gran mayoría de las personas no puede comparar el estado actual del planeta o del lugar en el que viven con el de una o dos generaciones atrás. De allí que la mente humana se concentre sólo en soluciones de corto plazo y nunca tome distancia para lograr una visión general, ya sea que se hable de la atmósfera o del agujero de ozono o de la degradación de las tierras cultivables. Es por eso que los conservacionistas parecemos estar haciendo demasiado alarde en torno de la destrucción global. Por otro lado, también es cierto que algunos ecologistas han utilizado argumentos demasiado apocalípticos, y eso no nos ayuda mucho. Justamente, lo que distingue a las organizaciones serias de las que no lo son es que las primeras alertan sobre lo que está ocurriendo en el mundo sin exagerar, mientras que las otras gritan "ahí viene el lobo".

Una cierta tendencia...

–El célebre biólogo evolucionista Edward Wilson escribió recientemente que el ser humano era en cierta forma una anormalidad de la naturaleza, y conjeturó que era una lástima que una especie de primates carnívoros, como los seres humanos, se hubiera ubicado en la cúspide de la pirámide biológica del planeta. De acuerdo con los estragos que suelen describir los informes sobre el medio ambiente todo parecería indicar que tenemos una cierta tendencia al suicidio en masa...

–Yo admiro a Ed Wilson, pero creo que se equivoca cuando califica a los seres humanos de carnívoros; de hecho, nuestros ancestros eran omnívoros. Pero coincido con él en que es dificilísimo cambiar actitudes y modos de vida que tienen mucho que ver con la cultura. Cada vez más comunidades están perdiendo sus creencias culturales en favor del consumismo como valor de reemplazo. Es un problema muy difícil de enfrentar. Cada vez más chicos en el mundo no reciben ni siquiera la educación básica, y no estoy hablando solamente de países pobres sino también de los industrializados, en los que el nivel y la calidad de la educación está decreciendo. ¿Qué se puede hacer con gente que no tiene una educación sobre la que se pueda comenzar a construir? En mi opinión es en este campo donde podemos perder la batalla si no hacemos grandes esfuerzos.

–¿O sea que usted ve a la escuela como el principal agente de transformación en nuestra relación con el medio ambiente?

–Tiene un papel importante, por supuesto. Aunque recientemente tuve oportunidad de conversar con integrantes de la escuela antroposófica en Alemania y ellos no opinaban lo mismo. Estudiaron cómo se podían cambiar actitudes en el ser humano y llegaron a la conclusión de que las enseñanzas que provienen de un maestro siempre crean una resistencia. Llevaron adelante una investigación entre personas preocupadas por la conservación de la naturaleza y les preguntaron de dónde suponían que provenía su inclinación. Todos coincidieron en que recordaban haber tenido madres que les permitían ensuciarse, jugar con barro, con gusanos y todas esas cosas. Ellos llegaron a la conclusión de que son las madres las que pueden lograr ese cambio de actitud.



Claude Martin (Foto de Enrico Carra)

–Ultimamente, desde Ted Turner hasta Mikhail Gorbachov consideran a los problemas ambientales como la encrucijada más urgente del momento. A juzgar por las manifestaciones de los personajes públicos abrazar las consignas ambientales está de moda.

–Es cierto que la conciencia global ha estado acrecentándose, probablemente desde mediados de la década pasada, cuando ocurrieron los grandes incendios del Amazonas. La conferencia de Río también colaboró en ese sentido. Pero al mismo tiempo hay otras fuerzas que operan en sentido contrario. Por ejemplo, la recesión en Europa hizo que la discusión en torno del medio ambiente pasara a un segundo plano, detrás del empleo y la estabilidad. Sin embargo, podemos estar seguros de que el medio ambiente no es una moda que puede terminar por irse; por el contrario, cada día va a estar más presente.

Por desgracia existe un abismo entre la conciencia de los problemas y la disposición a actuar sobre ellos: esto último implica mucho más trabajo. Las organizaciones conservacionistas de hoy deberían centrar su tarea en facilitar e impulsar la acción más que en difundir la conciencia de los problemas.

–¿Cuál es, a su juicio, el problema más urgente sobre el que el movimiento ecologista debería concentrar sus esfuerzos? Control de la natalidad, conservación de las especies silvestres, lucha contra la contaminación...

Relacionar factores

–El arte de la ecología es relacionar diferentes factores entre sí, y por eso es difícil elegir cuál es el más importante.

Personalmente, si tuviera que elegir uno, creo que me inclinaría por el desarrollo sostenible, la forma en que estamos utilizando nuestros recursos, sean éstos naturales o no. Esto es, la posibilidad de lograr una manera racional de utilizar nuestros recursos, el suelo, el aire, lo que consumimos todos los días. Integrar los principios de la sustentabilidad en todos los niveles de nuestra comunidad, incluyendo el comercio, la industria y la política... Es un concepto muy amplio y tal vez difícil de aprehender. Esto es lo que la asamblea de la UICN va a tratar aquí: la introducción de la cuestión de nuestro estilo de vida en las políticas globales.

–Con casi un cuarto de la población mundial, muchas miradas recelosas se están volviendo hacia China, particularmente ahora que abrió sus fronteras a la inversión extranjera.

–Es un peligro latente, especialmente porque allí se buscan compañías que inviertan, independientemente de su actitud con respecto al medio ambiente. Con mil millones de personas los cambios podrían derivar rápidamente en un gran desastre. Nuestra preocupación es lograr una transferencia tecnológica que permita que el país se desarrolle industrialmente en forma compatible con el equilibrio ecológico.

–El último informe del Instituto Worldwatch, de Washington, publicado en un libro con traducción a 27 idiomas y que fue bestseller en nuestro país, anticipa que se está desarrollando una creciente "economía verde" y que las industrias que no se plieguen a esta tendencia terminarán perdiendo. Ellos incluso proponen que ésta es la gran oportunidad de un progreso rápido para las economías del Tercer Mundo.

Respetar las reglas

–Creo que a la larga esto va a ser cierto, porque más y más legislación conservacionista tomará forma y la industria tendrá que respetar las reglas. Pero desgraciadamente muchas industrias y negocios tienen políticas de corto alcance: deben asegurar que los libros contables del año próximo luzcan bien. A pesar de que éste puede no ser un momento muy favorable para la contemplación de políticas de largo plazo, con el tiempo,las industrias que no se pongan a tono perderán. La cuestión es si ésta es una política de incentivos suficiente para el cambio. Hay algunas industrias que están cambiando, pero son una minoría.

Otra posibilidad interesante es la introducción de impuestos ambientales en la legislación. El tema está siendo discutido actualmente en la Unión Europea; se trata de dar incentivos impositivos para los productos y los procedimientos amigables con el medio ambiente y, de esta forma, lograr cambios positivos en los modos de producción.

–El lema de las organizaciones ambientalistas es "pensar globalmente, actuar localmente". En la Argentina existen 600 organizaciones conservacionistas. ¿Cómo deberían aplicar este precepto?

–La conservación tiene mucho que ver con la colaboración y la cooperación, pero, desgraciadamente, hay una tendencia general hacia el individualismo. Las personas habitualmente no son muy generosas con la información o el poder que tienen, pero si quieren producir cambios deben estar listas para trabajar juntas.

–Los sistemas vitales de nuestro planeta son tremendamente complejos. A su juicio, ¿se sabe ya lo suficiente como para revertir los procesos que ha desencadenado la humanidad?

Compartir información

–Sí, las interacciones son realmente muy complejas, sin embargo ya existe un número de parámetros. Se sabe a ciencia cierta lo que está pasando con el agujero de ozono, sabemos lo que tenemos que hacer también para evitarlo. No se puede negar que el nivel de CO_2 en la atmósfera está aumentando muy firmemente y que produce el efecto invernadero. Esto ya es algo aceptado. El asunto es si se enfocan esos hechos como un disparador que puede acelerar el cambio político y social o no. Cada día más gente se da cuenta de lo que está pasando, pero hay pocos que comprenden que tenemos que comenzar a construir puentes, sociedades, compartir información y trabajar juntos. Esa es la única salida, a mi modo de ver.

02-02

LOS PAISES DEL NORTE DEBEN MODIFICAR HABITOS DE CONSUMO

Los países del Norte deben modificar sus hábitos de consumo, afirmó el presidente de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), Shridath Ramphal, en la XIX Asamblea General de esa entidad .

Ramphal criticó el incremento del consumo en las familias que pertenecen a los países industrializados del hemisferio norte, y sugirió que «corrijan sus conductas».

Asimismo, pidió al Sur que evite caer en ese fenómeno, es decir, «evitar reflejarse en un espejo que hoy exhibe ejemplos como el de la ciudad de Los Angeles (EEUU), donde la riqueza convive con la alineación, la violencia y la pobreza».

Ramphal señaló que el 5 por ciento de la población vive en el Norte y consume y desperdicia mucho más que el 95 por ciento que habita el Sur del planeta.»Debemos desarrollar, crecer y terminar con la pobreza» y buscar una mayor equidad económica, y «no ir por encima de todo y generar un desarrollo compatible con el medio ambiente que nos circunda», afirmó.

La conservación tiene un significado muy estrecho, conservar a la gente de un lado y por el otro decir que se está protegiendo la naturaleza, señaló Ramphal.

La Humanidad es parte central de la naturaleza, por lo tanto, explicó, la conservación debe ser vista en su totalidad y ese es el lema de esta asamblea.

El documento «Cuidar la Tierra» de la UICN explica por qué la conservación debe ser orientada a las personas. Hay que hablar de población porque es un problema que tiene el mundo, aunque el mayor de todos es el del consumo, y debemos atacar la pobreza, añadió Ramphal.

«Yo creo que el Sur tiene que hacer que el Norte vea que el concepto de conservación clásico no es completamente relevante para el momento actual», agregó.

Este concepto surgió en los países industrializados cuando la gente empezó a prosperar, después de la II Guerra Mundial, «pero en el Sur no es así, las poblaciones de Asia, Africa y América Latina no están bien», afirmó.

«Cuidar la Tierra» dice que el impacto real sobre la biósfera es causado por las personas y cuanto ellas consumen o dejan como residuo.

El crecimiento económico es necesario en los países que tienen como objetivo estabilizar la densidad demográfica.

Es necesario impulsar un desarrollo que no perjudique la naturaleza, el «impacto del consumo» es más importante que el de la superpoblación.



El Sur, nuestros países, sufren las consecuencias del irracional, injusto e inmoral consumo de los países ricos.

Lo que consume una familia con dos hijos en un país rico es equivalente a lo de una familia con quince hijos en una nación pobre, «debe haber cambios en la conducta y en la actitud de los hombres», destacó Ramphal.

Los países pobres -añadió- necesitan de la ayuda práctica de los más ricos a través del «ofrecimiento de la tecnología necesaria para evitar los daños a la naturaleza».

LAS PREGUNTITAS

La salvación del planeta Tierra de la amenaza de destrucción por parte del ser humano parece estar contenida en las respuestas a varias preguntas que se hacen los participantes en la XIX Asamblea de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN).

Los temas a debate comienzan todos con una pregunta:

Biodiversidad: ¿Cómo impedir que los genes únicos que contienen las especies vegetales y animales desaparezcan para siempre?

-Capacidad de carga: ¿Cuántas personas puede sostener el planeta, manteniendo al mismo tiempo su capacidad productiva y de renovación, y cuántas especies pueden habitar un ecosistema sin destruirlo?

-Población: ¿Cómo evitar la superpoblación mundial: control de la natalidad, esterilidad o educación?

-Consumo: ¿Cómo convencer al Norte de que debe de cambiar sus pautas de consumo?

-Comercio: ¿Cómo impedir que los acuerdos de libre comercio y del GATT obstaculicen el desarrollo ambientalmente racional?

-Educación: ¿Cómo persuadir a la gente para que cambie sus actitudes y sus prácticas en favor del medio ambiente?

-Patentes: ¿A quién le pertenecen las innovaciones tecnológicas desarrolladas a partir de recursos naturales del Sur?. ¿Están las empresas multinacionales dispuestas a compartir con ellos los beneficios de la propiedad intelectual?

-Pueblos indígenas: ¿Cómo evitar que desaparezcan así como sus culturas, y cómo aprovechar sus recursos naturales sin destruir los ecosistemas?

-Calidad de vida: ¿Cómo mejorar las formas en que viven los seres humanos sin afectar las de otros organismos?

-Cumbre de la Tierra: ¿Cómo llevar a la práctica la Agenda 21 elaborada en Río de Janeiro?

Buena parte de los participantes en esta reunión trianual de la UICN dicen que con sólo disponer de una respuesta positiva a la última pregunta las anteriores también quedarían satisfechas.

FRACASO PROPUESTA PARA MALVINAS

Una propuesta australiana para unir a científicos argentinos y británicos en estudios sobre la protección del medio ambiente en las Islas Malvinas quedó en la nada, por la resistencia que la idea despertó entre las delegaciones de esos países.

El proyecto había sido presentado por la organización ecologista «The Wilderness Society of Australia» en el marco de la asamblea general de la Unión Mundial para la Conservación de la Naturaleza .

Los australianos acercaron a las autoridades de la UICN un proyecto de resolución en el que se instaba a los gobiernos de Argentina y el Reino Unido a dejar de lado sus diferencias por la soberanía de las Islas Malvinas, para llevar a cabo un plan de protección ecológica en el Atlántico Sur.

«Ante la petición de las delegaciones de esos países y el peligro de que el tema se transformara en una tribuna política, resolvimos levantar la propuesta», dijo Bob Brown, representante de la entidad ecologista australiana.

«Nosotros -siguió- estamos preocupados por el medio ambiente en zonas de conflicto y tenemos propuestas similares para el Tibet, Papúa-Nueva Guinea y Myanmar (antigua Birmania), pero no queremos convertirnos en plataforma para una utilización política de los asuntos de soberanía».

La delegación argentina en particular consideró que la idea de los australianos excedía el marco de la asamblea internacional de ecologistas.

02-02

Nombramiento de presidente de la UICN provoca agitación

■ La designación del nuevo presidente de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), el norteamericano Jay D. Hair, suscitó una fuerte oposición en el seno de la decimonovena asamblea reunida en Buenos Aires, informaron el miércoles varios delegados, según AFP.

El malestar cundió, indicaron, sobre todo entre numerosos representantes y organizaciones procedentes de los "países del sur" que asistieron a esta asamblea, que empezó el 17 de enero y culmina en la fecha.

La UICN, fundada en 1948 en Fontainebleau (Francia) por activistas franceses y suizos, agrupa en la actualidad a 66 países y a más de 600 ONGs u organismos gubernamentales en todas las regiones del mundo.

El pasado fin de semana, la UICN recurrió por primera vez al voto (en lugar de la tradicional nominación por aclamación). Si bien numerosas Organizaciones No Gubernamentales (ONGs) norteamericanas presentes votaron por su compatriota, otros delegados votaron en contra o se abstuvieron.

"Es una pérdida para el equilibrio entre el Tercer Mundo y los países desarrollados", estimó el miércoles Alain Gille, representante de France Nature Environnement, organización que agrupa a decenas de asociaciones ecológicas francesas.

El Norte se quedó con los dos cargos principales de la UICN

P/12 25/1/94

La atención de los argentinos se centra ahora en la desaparición de una resolución y en el destino del Proyecto Hidrovía.

(*Por Alejandra Folgarait*) El fin de semana no contribuyó a calmar los ánimos exaltados de los más de mil participantes en la Asamblea Mundial de la Unión para la Conservación de la Naturaleza (UICN). A pesar de las protestas de algunas ONG del Sur, la presidencia y la dirección general de la Unión fueron a parar a manos de países desarrollados: Jay Hair (Estados Unidos) y David Mc Dowell (Nueva Zelanda). En cuanto a los consejeros sudamericanos, el favorito y controvertido director de Parques Nacionales, Fernando Ardura, obtuvo una amplia mayoría de votos, aunque se mantuvo en secreto la cifra que cosechó por encima de su competidor, el biólogo cordobés Raúl Montenegro, de FUNAM. La pasión de los miembros argentinos se concentra ahora en el destino de dos de las resoluciones presentadas por la organización "rebelde" Red Informática Ecologista (RIE), una de las cuales desapareció misteriosamente de la agenda de discusiones y la otra, referida a la Hidrovía Paraná-Paraguay, no deja de provocar inquietud en el gobierno argentino. Si prospera este proyecto, la UICN debería solicitar al Banco Interamericano de Desarrollo que suspenda la financiación de la obra hasta que se pruebe que no causará estragos ecológicos, entre los cuales sobresalen las "inundaciones catastróficas" que se producirán en las provincias litoraleñas y en Buenos Aires.

Entre las resoluciones menos problemáticas que recibieron el visto bueno el sábado figuran la que prohíbe fumar en todos los eventos de la UICN y la que recomienda proteger los bosques nativos de América del Sur y Central. Pero, sorpresivamente, la resolución número 19.118, presentada por Amanda Bertolutti (RIE), apareció como "retirada" en el listado de los proyectos a aprobar. La resolución pide la prohibición del sobrevuelo sobre Parques Nacionales, lo que impediría los viajes turísticos en helicóptero sobre el Parque Iguazú, por ejemplo.

Pero al escándalo de la "mano negra" puede sumarse el de la Hidrovía Paraguay-Paraná, si la resolución 19.119 de la RIE se aprueba hoy. La hidrovía es un proyecto conjunto de los gobiernos argentino, paraguayo, brasileño y boliviano que permitirá una salida rápida y barata de los productos comerciales al mar. Para ello, se proyecta dragar los ríos Paraná y Paraguay, cambiar parcialmente sus cursos y realinear los canales de navegación para que den cabida a barcos de gran calado durante todo el año. Esto afectará seriamente el sistema del Pantanal brasileño, que actúa como una esponja, absorbiendo el exceso de agua que proviene de la cuenca superior para liberarla poco a poco durante las estaciones de sequía.

Según un informe técnico elaborado por la ONG Humedales para las Américas, "la hidrovía acelerará las tendencias actuales de degradación ambiental y causará impactos nuevos". No sólo se alterará el régimen de los ríos y se perderá buena parte de la diversidad biológica única del Pantanal, sino que también las inundaciones aumentarán en forma alarmante en la provincia de Buenos Aires, lo mismo que ciertas enfermedades parasitarias como la malaria y la esquistosomiasis, mientras disminuirá marcadamente la pesca a lo largo del Paraná Medio y Bajo. Por otra parte, la ONG cuestionó los costos estimados de la obra.

"No nos oponemos a que se haga una hidrovía sino al modo en que se ha diseñado", dice la dirigente de RIE. "No necesitamos otro estudio de impacto ambiental, sino contar con modelos alternativos que no produzcan este impacto negativo", sostiene Bertolutti, quien pide la suspensión de la ayuda financiera del BID hasta tanto se resuelva el punto. "Pero el BID no dará un peso hasta que la cuestión del impacto ambiental quede aclarada, a través del trabajo de una consultora que se elegirá por licitación internacional y también mediante el estudio independiente que realizará la UICN", disiente Pat Dugan, experto en humedales y director regional de la Unión en Sudamérica. "Debemos hacer la obra con todos los recaudos ambientales", opinó por su parte Julia Alsogaray, antes de afirmar que "si el Presidente me ofrece el ministerio (ambiental), sin ninguna duda lo aceptaré".

EN LA ASAMBLEA AMBIENTALISTA

Discuten de ecología y pelean por los cargos

La XIX Asamblea de la Unión Mundial de la Naturaleza (UICN) que se realiza en esta Capital hasta el 26, dejó ayer de ser un tranquilo foro de discusión sobre cómo aplicar en el mundo la teoría del desarrollo sustentable, para transformarse en un **campo de batalla**: los que ganen dirigirán en el próximo período a la organización ambientalista más poderosa del mundo. También los que se ubiquen más cerca de quienes conduzcan la entidad podrán acceder a préstamos y financiación para proyectos ambientales, gracias a los cuales sobreviven las organizaciones no gubernamentales.

La primera candidatura que provocó cruces de acusaciones desde el comienzo de la reunión fue la de consejero regional, es decir el que represente a Sudamérica dentro de la UICN. Mientras un candidato no tiene contras (el colombiano **Juan Mayr**), dos argentinos pelean por el otro lugar: **Fernando Ardura**, funcionario de Parques Nacionales y políticamente sostenido por **María Julia Alsogaray**, y **Raúl Montenegro**, quien preside la Fundación para la Defensa del Ambiente de Córdoba.

Imprevistamente, ayer una conferencia de prensa en la que representantes latinoamericanos de la UICN anunciaban su apoyo a Ardura, se transformó en un ámbito de discusión acerca de la capacidad e independiencia política de este funcionario para ejercitar semejante representación. Básicamente, las críticas —que naturalmente sostiene Montenegro— y otras organizaciones descontentas con la política ambiental del Gobierno apuntaban a la falta de antecedentes idóneos de Ardura, cuyo currículum lo muestra como ex dirigente telefónico, allegado a María Julia durante su gestión privatizadora de ENTel.

Ardura, en cambio, acusa al biólogo Montenegro de poner piedras en el camino y de ejercitar el personalismo.

Una batalla similar se dio un poco más arriba: todos los representantes latinoamericanos salieron a defender al estadounidense **Jay Hair** como futuro presidente de la UICN. El adversario es el guyanés **Shidrath Ramphal** —presidente saliente—, a quien se acusa de ser portavoz de intereses británicos y exponer una filosofía claramente favorable al Norte en su confrontación con el Sur.

En ese marco de disputas, la Fundación Vida Silvestre pretendió devolver la reunión a temas más ecológicos y denunció la amenaza ambiental que significa la futura central hidroeléctrica de **Yacyretá**.

Sergio Federovisky

La cumbre verde

Elegirán hoy a las nuevas autoridades de la UICN

Apoyo: el dirigente norteamericano Jay Hair es el candidato propuesto por los representantes de los países de América latina para presidir la Unión Mundial para la Naturaleza.

Los miembros latinoamericanos de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) decidieron apoyar, en las elecciones que se realizarán hoy, la candidatura de Jay Hair a la presidencia de la entidad, mientras que los países desarrollados no expresaron su preferencia.

América latina resolvió además ratificar a los candidatos a consejeros regionales Juan Mayr Maldonado, de Colombia, Fernando Ardura, de la Argentina y Juan Carlos Navarro, de Panamá y sustentar al español Juan Antonio Machado Carrillo para un nuevo período en el consejo de la entidad.

La elección de las nuevas autoridades de la UICN se realizará hoy, en el contexto de la XIX Asamblea de la entidad que se desarrolla en el hotel Sheraton.

En sus fundamentos, la resolución latinoamericana señala que la decisión fue tomada debido a que Hair "garantiza la participación de las entidades no gubernamentales ONGs en el seno de la UICN y plantea la voluntad de introducir los cambios que necesita ésta para el próximo trienio".

Entre ellos se destaca "la activa participación de los países del Sur en la toma de decisiones, el apoyo al proceso de regionalización y haber propuesto un plan de trabajo en ese sentido".

Hair impulsó en los Estados Unidos el concepto de "justicia ambiental", que implica una redefinición de las reglas del comercio mundial en favor de los países pobres, ha planteado la necesidad de que el desarrollo sea ecológicamente sustentable, socialmente equitativo y económicamente viable.

Sin escapar a la regla que se dio en Río de Janeiro, durante la ECO'92, donde los gobiernos deliberaron sin tener en cuenta a las Organizaciones No Gubernamentales ONGs, que tuvieron su propio foro en el Parque Flamengo, las ONGs que integran y las que sostienen una difícil relación con el Gobierno.

Según dijo a LA NACION el biólogo Raúl Montenegro, presidente de la Fundación para la Defensa del Ambiente (Funam) "nosotros decidimos renunciar del comité argentino por la falta de transparencia de los manejos de la Secretaría de Recursos naturales y Ambiente Humano".

Montenegro, que destacó su apoyo a la asamblea de la UICN, denunció que "existe una gravísima falta de política ambiental y reclamó una mayor participación de las ONGs en las decisiones que tengan que ver con la ecología".

La arquitecta Elva Roulet, presidenta del Instituto de Estudios e Investigaciones sobre el Medio Ambiente precisó, en cuanto a la secretaría, que "creo que en estos momentos no está pasando nada contundente en materia de gestión concreta vinculada con los recursos naturales o con la contaminación".

Roulet destacó en que "es necesario asumir responsabilidades de gestión y control inherentes a la Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente Humano".

Aseguró que "la atención que esa secretaría les presta actualmente a las ONGs es sólo cosmética y formal, tal como ocurrió en Río, de modo que se las lleva a una satelización y pérdida de su independencia".

Aurora Juárez, de la Fundación Sur Foro para Recursos Naturales y Ambiente Humano, se quejó por "los conflictos de competencia que existen en la secretaría y por la carencia de pautas políticas claras".

Pedro Tarak, director ejecutivo de la Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), sugirió al gobierno que en caso de ratificar el Convenio de Biodiversidad suscripto en Río de Janeiro, "sería conveniente que la Argentina adopte un marco regulatorio para establecer las reglas de juego para el acceso libre a los recursos genéticos y la forma de compensación económica en caso del uso comercial de éstos".

El comité argentino que delibera en la asamblea de la UICN está integrado por 22 organizaciones, siete gubernamentales y el Estado Argentino y 17 ONGs.

[illegible]isterio

[illegible] senador Fernando [illegible] la Rúa visitó ayer el [illegible] verde acompañado [illegible] Carlos Louzán, pre[illegible] de la Comisión [illegible]ología y Medio Ambi[illegible] del Concejo Deli[illegible] porteño.

[illegible] legislador radical [illegible]presó en favor del [illegible]yecto oficial para [illegible] un ministerio am[illegible] [illegible] la medida en [illegible] eficiente y re[illegible] [illegible] abandono total [illegible]

REPARTO DE CARGOS 8/12 20/1

Todos detrás del sillón

(*Por A. F.*) Aunque la preocupación de los dirigentes de la UICN es hoy democratizar las decisiones de la organización, los candidatos a los cargos principales –entre ellos, el de presidente, que iría a parar a manos del dirigente de la National Wildlife Federation de EE.UU.– ya están cocinados. Las febriles negociaciones políticas se centran hoy en los cargos de consejeros regionales. Y todas las miradas argentinas están puestas en la elección de los dos representantes sudamericanos. El principal candidato argentino a ocupar uno de estos cargos, Fernando Ardura, enfrentaba ayer el embate de algunos miembros argentinos de la UICN.

La UICN ha dividido el planeta en ocho regiones, cada una de las cuales tiene derecho a elegir tres consejeros. Estos son elegidos por los miembros en asamblea plenaria y tienen una gran influencia política, pero no requieren condiciones especiales para ocupar su cargo. La región latinoamericana tendrá sus tres consejeros después de la elección que se realizará el sábado.

Mientras la candidatura centroamericana del panameño Juan Carlos Navarro se desliza plácidamente hacia la elección, la pelea de fondo se desarrollará a la hora de elegir a los sudamericanos. De hecho, la disputa ya comenzó.

Todo indica que, como país anfitrión, la Argentina se alzará con uno de los cargos importantes en juego en esta Asamblea. Por lo pronto, el candidato "puesto" para consejero es el director de Parques Nacionales, Fernando Ardura, –un ex dirigente gremial– quien tiene el apoyo de María Julia Alsogaray y varias de las ONG locales. Sin embargo, su candidatura se ha ido desinflando en las últimas horas.

Raúl Montenegro, de la FUNAM cordobesa, decidió presentar su candidatura a consejero con tal de que Ardura –"una persona sin trayectoria alguna ni conocimientos"– no corriera solo la carrera. Por su parte, Amanda Bertolutti, de la Red Informática Ecologista (RIE), aseguró a este diario que dará su voto a la candidata boliviana Alejandra Losada, una conservacionista que es hija del actual presidente del país vecino. Y si ella renuncia, el voto de la RIE irá para el colombiano Juan Mayr o incluso al panameño Navarro. "No apoyamos a Ardura porque queremos alguien más preocupado por el desarrollo sustentable que por acceder a cargos políticos", justificó Bertolutti.

La cumbre verde

El norteamericano Jay Hair es el nuevo titular de la UICN

Compromiso: el presidente prometió dar impulso a los delegados de los países no industrializados; el argentino Fernando Andura será consejero regional.

El norteamericano Jay Hair fue elegido ayer nuevo presidente de la Unión Mundial para la Naturaleza (UICN) en el transcurso de la XIX asamblea de la entidad que se desarrolló en el Sheraton Hotel de esta capital.

Hair, el candidato apoyado por los miembros latinoamericanos de la UICN, se consagró ganador al obtener un total de 359 votos en su favor, 72 en contra y 58 abstenciones. El tesorero del organismo es Don Pearson, también de los Estados Unidos.

Asimismo, fueron elegidos como consejeros regionales por América latina el argentino Fernando Andura, el colombiano Juan Mayr Maldonado y el panameño Juan Carlos Navarro. En tanto, se eligieron también representantes de Africa, los Estados Unidos y el Caribe, Asia del Este, Asia del Oeste y Australia y Oceanía, y Europa del Este y Europa del Oeste.

Por su parte, se eligieron los presidentes de las comisiones de ecología, de educación y comunicación, de estrategia y planeamiento medioambiental, de leyes de medioambiente y de parques nacionales y áreas protegidas.

En su primera alocución tras la elección, el nuevo mandatario ambientalista destacó que "voy a promover ante el Consejo que por lo menos tres de los cuatro vicepresidentes provengan de países no industrializados.

"Creo que ellos deben jugar un papel significativo en el gobierno y en el proceso de toma de decisiones del organismo, incluyendo su selección como presidentes de los comités de trabajo del Consejo", dijo.

Simposio sudamericano

Hoy, a las 14.30, se realizará la 107ª sesión de la Asamblea General de la UICN en el salón Libertador del Sheraton Hotel.

Esta reunión corrresponde al Simposio Sudamericano sobre Conservación y Uso Sostenible de los Recursos en el que se realizará una presentación de la riqueza biológica y cultural del continente, de los problemas de conservación relacionados con la problemática social y de los programas y acciones que desarrollan los miembros sudamericanos.

El simposio estará dividido en tres bloques en los que se proyectarán videos con imágenes de los países participantesy se presentarán expositores.

Más tarde, habrá un espectáculo artístico con la actuación del folklorista argentino Zamba Quipildor y ballets latinoamericanos.

06-06

9401203.

Nº. DOCUMENTO 9401204

TITULO Uruguay procuró mejorar el acceso a los mercados de sus carnes, lácteos y cítricos.

PROCEDE BÚSQUEDA. - 150004

FECHA 16/12/93

VINCULADO 510821 507466

Uruguay procuró, al cierre de la Ronda del GATT, mejorar el acceso a los mercados para sus carnes, lácteos y cítricos

Haciendo oídos sordos a las irritadas voces de los países en desarrollo, insatisfechos en sus demandas, las grandes potencias apenas dejaron hilvanado ayer miércoles 15, un cierre recortado para la Ronda Uruguay del GATT.

En tanto se procesaba el acuerdo global, Uruguay en negociaciones bilaterales procuró obtener la compensación de un mejor acceso a los mercados europeos y de Estados Unidos para sus carnes, lácteos y cítricos.

El subsecretario de Ganadería, Agricultura y Pesca, Gonzalo Cibils Dutra indicó a **Búsqueda** que al cierre de la Ronda se tendrán las ofertas "definitivas" de los países que "no podrán ser retiradas" pero "sí mejoradas hasta el próximo 15 de febrero".

Evaluó que desde ya se puede sostener que el resultado no conforma las expectativas de los países latinoamericanos y "confirma que es un acuerdo en el que pesaron los cuatro grandes del comercio mundial —Estados Unidos, la Unión Europea, Canadá y Japón— lo que se reflejó en las negociaciones".

Agregó que el balance también "reafirma que la manera más rápida de avanzar en la liberación comercial descansa en las organizaciones y bloques comerciales regionales y no en las gigantescas negociaciones globales".

Por su parte el ministro de Economía y Finanzas, Ignacio de Posadas se mostró cauteloso y estimó que es necesario que "decanten" las negociaciones, tanto globales como bilaterales, para realizar un balance de ambos planos.

En efecto la letra chica de las 450 páginas que contienen los 48 textos que conformarán el resultado final de la Ronda, lanzada en 1986 en Punta del Este, prácticamente se ajustó con comunicaciones directas efectuadas desde Ginebra a Washington, Bruselas y Tokio.

El entendimiento requirió llamadas claves, como la que el lunes 13 realizó el primer ministro británico John Major al presidente estadounidense Bill Clinton para destrabar situaciones que no podían allanar el comisario de la Unión Europea, León Brittan, y el principal negociador americano, Mickey Kantor.

Finalmente la Unión Europea y Estados Unidos según explicó Kantor, prefirieron cerrar un acuerdo recortado y continuar las negociaciones más adelante, a no lograr un acta final antes del 15 de diciembre, fecha límite otorgada por el Congreso de su país.

La solución excluyó a los principales capítulos litigiosos dentro de la producción audiovisual, que incluye el cine, la radio y la televisión, las subvenciones a la fabricación de aeronaves, las regulaciones sobre transporte marítimo y la liberalización de los servicios financieros.

También a último momento se logró convencer a los gobiernos de Japón y Corea —que de inmediato enfrentaron violentas manifestaciones de sus agricultores— de aceptar la apertura gradual de sus mercados al arroz extranjero.

Al resto de los 116 miembros del GATT prácticamente no les quedó otra alternativa que aceptar casi a tapas cerradas el paquete, que según el negociador estadounidense significa "ponerse de acuerdo sobre el hecho de que todavía hay desacuerdos".

Los países latinoamericanos representados en el Grupo de Río el viernes 11 expresaron su "preocupación" por algunos de los resultados de la negociación que "sólo benefician a los países industrializados, sin ventajas aparentes para los intereses comerciales de los países en desarrollo" y en "particular" de sus integrantes.

Pusieron énfasis en "su desacuerdo" con la nueva "flexibilización de las reglas del área agrícola, planteada a través del debilitamiento del preacuerdo de Blair House, así como sobre las enmiendas al proyecto de acuerdo sanitario y fitosanitario".

Destacaron su "insatisfacción" ante la "falta de receptividad de sus principales socios comerciales a las demandas" de los países del Grupo, en "áreas prioritarias".

Los principales capítulos incluyen:

● **Acceso a los mercados.** Compromisos de supresión o reducción de aranceles y medidas no arancelarias que corresponderán a cada país. Se contemplan naciones más favorecidas, preferencias históricas (por ejemplo las naciones del Commonwealth) y concesiones por medidas no arancelarias.

● **Normas de Origen.** Se prevé la armonización de las normas en tres años.

● **Inspección previa a la expedición.** Regula la práctica de usar empresas privadas especializadas en verificar antes del embarque de precio, calidad y cantidad de los bienes.

● **Antidumping.** Estados Unidos y Japón retiraron la mayoría de las enmiendas que proponían a las reglas que determinan cuando las mercaderías son exportadas a precios inferiores a los del mercado interno del vendedor. Con ellas preservaban su capacidad de tomar represalias.

● **Subvenciones y medidas compensatorias.** Define el concepto de subvención y las clasifica en "prohibidas", "recurribles" y "no recurribles". Se establece un cronograma de desmantelamiento que alcanza a los ocho años.

● **Obstáculos técnicos al comercio.** Perfecciona normas de la Ronda de Tokio para evitar que los reglamentos técnicos creen obstáculos innecesarios al comercio reconociendo el derecho de los países a proteger la vida y salud de las personas, animales, vegetales y medio ambiente.

● **Licencias de importación.** Normas que aumentan la transparencia en la tramitación.

● **Valoración en aduana.** Disposiciones para facilitar la valoración de las aduanas.

● **Textiles.** El comercio de textiles fue incorporado al régimen general que regulará el GATT.

● **Agricultura.** El acuerdo bilateral entre los europeos y estadounidenses flexibilizó de manera sustancial los compromisos de reducción de los subsidios —a la producción y a la exportación—, que anteriormente se habían acordado en Blair House. Este a su vez significó una radical reducción del proyecto de cierre que propuso Arthur Dunkell, que aceptara América Latina.

● **Propiedad Intelectual.** Se establecen normas para su protección y se fija un plazo de un año para que los países desarrollados y de cinco para los en desarrollo para adaptar las respectivas legislaciones.

● **Compras del sector público.** Si bien no forman parte de la Ronda Uruguay se espera que concluyan simultáneamente generalizando mecanismos de compensación de las importaciones con exportaciones a los países signatarios.

● **Organización Multilateral de Comercio.** Se le da una organización institucional con una conferencia ministerial y un consejo general encargados de supervisar el cumplimiento del Acuerdo y examen de las políticas comerciales.

● **Solución de diferencias.** Se crea dentro del futuro marco legal un Organo de Solución de Diferencias con normas y plazos específicos para actuar en los pleitos comerciales.

ENTRADO ✓

CRUZADO

01-01

9401204

El cambio del comercio mundial tras acuerdo del GATT significaría para Uruguay aumento de sólo 0,6% anual en sus exportaciones

El resultado de la Ronda Uruguay del GATT "podría haber sido peor" de lo que finalmente resultó para nuestro país y puede mejorar, si se obtienen algunas concesiones bilaterales que se están gestionado dijo a Búsqueda uno de los principales negociadores. Empero, tomando como base las estimaciones de los propios técnicos del GATT, el incremento de las exportaciones uruguayas no superaría el 0,6% de los montos actuales, es decir, unos U$S 10 millones.

Se encuentran en curso negociaciones para obtener aumentos de cupos en carnes y productos lácteos a Estados Unidos y la Unión Europea, para lo que hay tiempo hasta el próximo 15 de febrero. En tanto, prácticamente se frustraron las tratativas de obtener concesiones para los cítricos uruguayos.

El gobierno evaluó, en general, como positivo el resultado de las negociaciones del GATT, incluso en materia de agricultura, uno de los capítulos más importantes para Uruguay. Tras la Ronda, por primera vez se incorporan al marco legal del tratado ciertas disciplinas para este rubro comercial y se detiene la tendencia al crecimiento de los volúmenes de exportación subsidiados.

Como contracara se señaló que será "legal" la colocación de centenares de miles de toneladas de stocks de productos agrícolas subsidiados y que el proceso de reducción de la asistencia de la tesorería a la producción será realmente efectivo a partir del año 2001 en una proporción bastante reducida.

En el capítulo de textiles no se han producido avances y se resolvió prorrogar por un año más el Acuerdo Multifibras, que fija cuotas a las importaciones, perjudicando a los países exportadores. A partir del 1º de enero de 1995 sus normas se integrarán progresivamente hasta el 2005 en el Acuerdo General.

En cuanto a los servicios, los siete años de negociaciones se cerraron sin mayores avances, al abrirse un período de "observación" de 18 meses en el cual se continuará el proceso de acercar posiciones hasta el momento inamovibles de Estados Unidos frente a las restantes potencias.

● Los tres grandes. El ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Pedro Saravia, consideró que el "poder político y de negociación, con la base de su poder económico, fue determinante para que los tres grandes bloques —Estados Unidos, la Unión Europea y Japón— se realizaran concesiones para equilibrar sus economías de exportación". "Luego de arreglar ellos, quedaron espacios a los que tendrá que adaptarse el resto del mundo", agregó. ("En Vivo y en Directo" CX 8, lunes 20).

El secretario de Estado pronosticó que el arroz uruguayo "tendrá una mejora circunstancial, pero porque hay un fracaso en las cosechas" en otras regiones y estimó que se generará una "gran competencia en los lácteos" y habrá "dificultades en las (colocaciones de) carnes, por los volúmenes a vender y no tanto por los precios". Reconoció también que "habrá que buscar alguna solución para (la producción) de cebada".

● Positivo, pero... El Poder Ejecutivo emitió el viernes 17 una declaración oficial en la que admite que el acta final, "sin perjuicio de sus imperfecciones e insuficiencias, contribuye a consolidar el sistema multilateral de comercio como principal instrumento para defender los principios de equilibrio y globalidad que inspiran el funcionamiento del GATT".

Sin embargo Uruguay "manifiesta su disconformidad" en el capítulo agrícola por los "resultados obtenidos, los que si bien representan un avance respecto de la situación anterior, no colman la totalidad de los intereses de los países en vías de desarrollo".

● Grandes excedentes. La transacción clave que facilitó la conclusión de la Ronda fue la flexibilización del acuerdo agrícola de Blair House, firmado en noviembre de 1992, entre los Estados Unidos y la Unión Europea.

Dicho acuerdo establecía el compromiso de reducir en 21% las exportaciones subsidiadas en seis años, a razón de 3,5% por año, sobre el promedio de las toneladas producidas entre 1986 y 1990, estimadas en 17 millones.

La nueva versión estableció como nueva base de partida para la reducción el período 1986-1992, lo que eleva el promedio a 20 millones de toneladas las que pueden ser vendidas con subsidios.

Se mantuvo en cambio la obligación de reducir en 20% los subsidios internos a los agricultores en el mismo lapso y se extendió de 6 a 9 años la "cláusula de paz" que impedirá la aplicación de contramedidas unilaterales para compensar los subsidios.

En los rubros que más interesan a Uruguay, los volúmenes disponibles en los depósitos europeos para salir a los mercados a precios subsidiados son: 860.000 toneladas de carne vacuna; 300.000 de manteca; 180.000 de leche en polvo; 140.000 de quesos; y 7:800.000 de cebada.

Estas gigantescas existencias deberán colocarse antes de los seis años establecidos para la reducción de los subsidios. En consecuencia los expertos pronostican que al finalizar dicho lapso —cuando haya disminuido la sobreoferta y avance el cronograma de reducción— recién podrían advertirse los efectos benéficos de las nuevas normas.

El Acta Final será firmada en abril próximo, en una conferencia ministerial que se cumplirá en Marrakesh y posteriormente cada país por separado debe ratificarla.

● Estimaciones. Los técnicos del GATT calculan que las cláusulas del acuerdo producirán una reducción promedial de aranceles de 33%, lo que permitiría un incremento del comercio global superior a los 210.000 millones de dólares, calculado sobre el actual volumen, que llega a los 3:500.000 millones. Esta cifra excluye a los servicios, que alcanzan a la cuarta parte del intercambio mundial.

Las previsiones del GATT, que reprodujo el diario "Gazeta Mercantil" de Brasil, establecen que 65% de esa ganancia —unos 135.000 millones de dólares— quedarían en manos de los países de la OCDE y el resto de los 116 miembros obtendría 85.000 millones, con la excepción de unos pocos que perderían 7.000 millones.

El informe asigna a Uruguay —al que considera uno de los países poco favorecidos— un aumento de su ingreso de 0,6% anual, lo que calculado sobre el actual nivel de las exportaciones equivaldría a unos 10 millones de dólares.

FOCO SECTORIAL

(F)

¿Quo vadis GATT?

El pesimista se queja del viento, el optimista espera que ambie; el realista ajusta las velas (William George Ward)

NUESTRO ARTÍCULO pasado iba precedido por una sabia máxima de Girardin, periodista de fuste e introductor de la publicidad en los medios gráficos. El artículo de hoy pretende completar la interpretación de lo ocurrido en el GATT en relación al comercio agrícola -e indirectamente al comercio en general-, a la luz de los nuevos tiempos que comienza a atravesar la economía mundial.

Decimos que son tiempos de globalidad, en que los medios de comunicación y el flujo internacional de capitales van creando nuevas condiciones estructurales para el funcionamiento de las economías. Pero hay otras variables importantes que condicionan esa nueva era y que ayudan a definir el escenario del siglo que comienza en poco más de un lustro. El desarrollo de la tecnología se sucede en una espiral de velocidad acelerada y la capacidad de elección -ahora sublimizada por el renacimiento del consumidor como agente a ser protegido-, pautan nuevos moldes de relación entre productores y clientes.

Mayor producción a menor costo, mayor disponibilidad de capital, mayor información y conocimiento universal de las pautas de consumo que existen en tierras que hasta ayer suponíamos exóticas, han ido recreando nuestra visión del mundo "ancho y ajeno" hacia moldes "instantáneos y propios". Sabemos lo que pasa urbi et orbi, es decir, desdibujamos mentalmente las fronteras políticas. Esto se corresponde con la realidad que poco a poco va confirmando que los moldes determinantes de las relaciones mundiales, vienen de la mano de la libertad de comercio.

En otros términos, la creciente globalización ha ido provocando cambios en el funcionamiento delas economías. Las relaciones que llevan a un mejor desempeño económico se asocian cada vez más a la libertad de comercio. Esta afirmación nunca estuvo en discusión en términos teóricos. Sea cual fuere la "etiqueta" ideológica, casi todos siempre coincidimos en confirmar las ventajas del libre comercio. Lo importante hoy -y tal vez lo novedoso- es que aquella afirmación teórica va imponiéndose como requisito de un funcionamiento coherente de las relaciones económicas. El modelo global necesita de la libertad de comercio. O lo que es lo mismo: el proteccionismo se ha tornado un anacronismo, un freno al desarrollo. En el mundo global, no hay posibilidad de crecimiento en un ambiente de aislacionismo. Los países agrandan sus territorios cediendo parcialmente su soberanía en favor de las políticas de bloques. Son tiempos de economías de escala, tiempos de complementación intraindustrial. Pero también son tiempos de relacionamiento.

> *El modelo global necesita de la libertad de comercio. O lo que es lo mismo: el proteccionismo se ha tornado un anacronismo, un freno al desarrollo.*

En este nuevo contexto, ¿cuáles son los requisitos de superación del estigma histórico y del imperativo cultural?. La respuesta es única: calidad con confiabilidad en los suministros. Y esto no sólo se refiere a los bienes sino también a quienes comercian. La cadena de confiabilidad comienza en los países, sigue en las empresas y termina en las personas y en los productos ofrecidos. Porque hoy, todos nos conocemos mejor.

Las discusiones de la Ronda que se lanzó en Punta del Este hace ya siete años, abarcan practicamente todas las disciplinas relacionados con el intercambio comercial. Si bien es verdad que en algunas áreas los avances han sido menores o nulos -por el momento-, cabe a esta Ronda el enorme mérito de haber traído a la superficie, en forma sistematizada, los nudos gordianos de las dificultades que la compleja vida económica mundial depara a las relaciones comerciales. Y hay señales claras de que las reglas de juego están cambiando.

Las 117 naciones presentes en las negociaciones del GATT van a firmar el Acta Final en el próximo mes de febrero. Después de años de adhesiones parciales a las normas del GATT, todas las Partes Contratantes van a coincidir en reglas comunes en materia de combate a prácticas desleales de comercio -derechos antidumping y compensatorios-, normas de valoración, medidas de salvaguardias, etc. Temas de enorme trascendencia como el comercio de servicios o la propiedad intelectual y otros como la "restricción cultural" vinculada al comercio de bienes audiovisuales o los acuerdos multilaterales en materia de productos industriales, continuarán siendo discutidos desde el comienzo del año venidero.

Hasta el presente, el GATT ha sido un Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio. A partir del próximo enero, serála Organización Mundial de Comercio, institución que fiscalizará el cumplimiento de leyes internacionales de comercio. La importancia no radica en el hecho de que el"status" del viejo acuerdo multilateral se asimile al que ostentan el Banco Mundial o el Fondo Monetario Internacional. El hecho trascendente es que las naciones estén admitiendo que sus políticas comerciales deben sujetarse a disciplinas crecientemente comunes, acotando decisiones unilaterales que han dificultado la expansión de un comerciolibreylabenéfica expresión derivada de sus efectos.

¿QUIENES LE DAN DE COMER AL MUNDO?

El gran tema de los subsidios es casi específico de la agricultura. La concesión de "subvenciones" -en la jerga del GATT- responde a la formulación de políticas públicas; son prácticas desleales de comercio que se llevan adelante por los Estados, a diferencia de la práctica del dumping, políticapredatoria propia de la competencia monopolística que practicanlas empresas. Se subsidia la agricultura, la industrialización desus productos, y las exportaciones de excedentes. Son los poderosos países desarrollados los únicos capaces de hacerlo; son los Estados Unidos, la UE y los emergentes países asiáticos. Estos últimos no influyen por lo que exportan sino por lo que dejan de comprar. En el caso americano el problema es al revés, sobre todo en el caso de los granos gruesos y la cosecha fina. En el caso europeo el problema es doble: dejan de comprar y toman espacios que en condiciones de competencia generalmente no podrían ocupar.

Por un motivo o por otro, el comercio agrícola pierde peso relativo en relación al comercio total y la participación de los países más pobres pierde peso relativo en el comercio agrícola. Son los ricos los que producen y financian la compraventa de los alimentos que come el mundo.

La progresiva disminución del proteccionismo y la creciente corriente de capitales van aumentando el flujo comercial de bienes manufacturados y de capital. Nuestro ciudadano global escucha música o consulta la hora con productos japoneses, se entretiene con películas europeas o americanas en televisores coreanos, manipula ordenadores armados en Taiwan, come pan hecho con trigo americano vendido al amparo de la PL 480 y toma café instantáneo de patente suiza con leche reconstituída de los stocks que la Comisión de Bruselas ha dispuesto guardar.

El trigo, el café y la leche valen mucho menos que el resto del paquete, se comercian también menos, y si con ellos se elaboran productos de marcas registradas, suele valer más el contenido intelectual de las marcas que el peso de las materias primas contenidas en los productos con ellas fabricados. Cada vez más, el recurso escaso y apreciado es la capacitación y el desarrollo del talento humano. Cada vez más, la tecnología deprecia insumos y materias primas y va tornándose en verdadera clave de crecimiento económico.

EL FUTURO

Pero todo tiene sus límites. El mundo desarrollado hace ya tiempo ha agotado sus fronteras agrícolas. Los incrementos enla productividad van asociados a una decreciente calidad en la "naturalidad" de los alimentos. Cierta o no, esta es la visión que muchas personas tienen acerca de las bondades de la moderna tecnología. Por otra parte, al paso en que la población mundial continúa creciendo a un ritmo asustador, la tecnología continúa presa a la vieja ley de los rendimientos marginalmente decrecientes. En el año 1800, el mundo era poblado por1.000 millones de personas. Recién en 1930 se llegaba a los2.000 millones. Esa cantidad se duplicó treinta años después. Hoy somos 5.500 millones de personas. Pero en 1998 -dentro de sólo cuatro años-, seremos 7.000 millones de seres humanos, en el mismo barco, aunque con mayores y mejores conocimientos.

Si a este panorama le agregamos el afincamiento de la Organización Mundial de Comercio, una mayor liberalización de los servicios, la disminución de los subsidios en el mundo desarrollado, una menor probabilidad de conflagraciones internacionales y un mejor desarrollo de relaciones regionales y culturales, el ambiente de la "aldea global" en relación al comercio agrícola sólo puede ser de optimismo, aún cuando los plazos puedan no ser inmediatos.

El rol de las grandes organizaciones financieras y de comunicación habráde jugar un papel de enorme relevancia. Tendrán incidencia directa en el aumento de la confiabilidad en el conocimiento del volumen de la oferta agrícola y en la posibilidad de concretar transacciones en los mercados disponibles y futuros. La disminución de restricciones no tarifarias y el cumplimiento de los compromisos de acceso a mercados -a cargo de la OMC-, traerá la necesaria dosis de transparencia para la planificación de inversiones por parte de los productores agrícolas.

Este escenario no es de un optimismo irreal sino que se sustenta en hechos observables que permiten pronósticos posibles. La clave está en adaptarse a las circunstancias que se avecinan. Hace 3.500 años, Confucio enseñaba: "antes de iniciar la labor de cambiar al mundo, da tres vueltas dentro de tu propia casa".

Recuerdo varias investigaciones del Prof. E. Schuh, relativos al descenso secular de los precios de los productos agrícolas -las "commodities"-, el incremento de la productividad de la mano de obra rural debida a la educación y a la capacitación en el uso de tecnología y la valorización de la producción agrícola a través de la diferenciación comercial de los alimentos. Concluía diciendo que en su opinión, a poco que el comercio se disciplinara mínimamente hacia la libre competencia, pronto se visualizarían los efectos de las ventajas comparativas en los países bien dotados en materia de recursos agrícolas.

Creo no equivocarme si afirmo que el estigma histórico y el imperativo cultural probablemente permanezcan por los siglos de los siglos. Pero creo también que la conclusión de la Ronda Uruguay y las promesas que ella ha instalado entre las partes han sembrado el germen de condiciones que habrán de permitir laocupación de espacios comerciales de mayor calidad, si se saben aprovechar las oportunidades del naciente ambiente global. Todos hemos leído las evaluaciones que las agencias han informado respecto a las ganancias que los países habrán de percibir en el corto plazo. Creo que las ganacias serán mayores porque esos análisis no son dinámicos sino estáticos. Creo que la reducción de subsidios podrá ser lenta, pero también creo que sólo puede ser segura.

Ing. Agr. Luis A. Plowrier

EL FIN, AL FIN DE LA "RONDA URUGUAY"

GATT: Cuando algo es mejor que nada

... y finalmente concluyó, después de un largo y trabajoso septenato de negociaciones, la Ronda Uruguay del GATT sobre liberalización del comercio mundial. Terminó con humo gris, por lo menos para naciones como Uruguay, porque en materia de subsidios a producción y exportación agrícola las cosas no fueron ni terminantes ni decisivas.



Rapándose a cero: protesta de legisladores coreanos por la apertura de las importaciones de arroz



Algunos no veían al GATT con buenos ojos

LA otra novedad es la desaparición del GATT mismo. El Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (que eso es lo que significa dicha sigla), será incluido en una nueva Organización Multilateral de Comercio (OCM), estructura institucional permanente con ciertos poderes de arbitraje en materia de diferendos comerciales.

Todo fue negociable

Aunque la Organización no tendrá poderes para imponer penas, podrá sugerir procedimientos y condenar prácticas desleales o contraproducentes para los fines del libre comercio, base de toda la estructura que se ha venido montando desde fines de la década de los años cuarenta, cuando se instituyó el GATT.

Quienes se congratulan, sin peros, sobre el éxito de la ronda negociadora, mencionan que ha quedado abierto el camino para un aumento de la riqueza global derivada del comercio internacional del orden de los 250.000 millones de dólares anuales desde ahora hasta el año 2000. Más aún; se evitó la cristalización de posiciones encontradas (particularmente entre Estados Unidos y la Comunidad Europea —que habría desembocado en una suerte de guerra comercial similar a la de la era proteccionista de los '30, con las consecuencias negativas consiguientes. Vistas las posiciones en juego y la complejidad de las negociaciones (que cubrieron, según un comentarista, virtualmente todo lo que se produce en el mundo, desde los *clips* de papel hasta los aviones jet de nueva generación, pasando por bienes y servicios tales como la banca, los seguros, las consultorías, las patentes y los derechos de propiedad), no es extraño que la Ronda que llevó el nombre de nuestro país por haberse iniciado en 1986 en Punta del Este, se haya prolongado a lo largo de siete años. Ahora, de acuerdo con cálculos del mismo GATT, el comercio internacional está en condiciones de aumentar en un 12% para el año 2005, unos tres cuartos de billón de dólares en doce años.

Agricultura: algo pero no todo

De acuerdo con un comunicado emitido por la Presidencia uruguaya, que refleja la posición del Grupo de Rio, "*debe considerarse que este acuerdo incorpora disciplinas claras para un proceso gradual de desmantelamiento de los subsidios a la producción y exportación de productos agrícolas, aun cuando [se trata de] compromisos parciales, incompletos y no definitivos.*"

En materia de subvenciones y subsidios, los países tradicionalmente agrícolas (como el nuestro), tenían expectativas mucho más ambiciosas que las concretadas al concluir la Ronda. La política de subsidios de los grandes bloques económicos, en especial (pero no exclusivamente), la C.E., perjudicó enormemente a dichos países. Los subsidios aún no han desaparecido del panorama, sin embargo. Hubo acuerdo, efectivamente, para su reducción por etapas y en plazos dilatados en el tiempo. Europa recortará su exportación subsidiada de carnes y cereales un 21% en seis años (pero a cambio de ello podrá exportar ocho millones de toneladas más de harina y trigo y 362.000 toneladas más de carne de lo planteado en un principio). Estados Unidos también podrá colocar mayor cantidad de ciertos rubros agrícolas en Europa, como parte del acuerdo EE.UU.-C.E. sobre el cual, en definitiva, giraba el éxito o fracaso de las negociaciones. Los países de exportaciones agrícolas competitivas se verán perjudicados por la eliminación gradual de subsidios y por el aumento de los volúmenes exportables; los países empobrecidos, que tienen que importar alimentos, pueden igualmente verse perjudicados porque la progresiva reducción de los subsidios hará subir los precios de los productos que importan.

En materia de reducciones arancelarias con respecto a productos agrícolas, los países industrializados se comprometieron a bajarlos en un 36% en seis años. Los países en vías de desarrollo los reducirán un 24% en diez años y las naciones menos desarrolladas podrán mantenerlos en sus niveles presentes. Se adoptaron, además, medidas para un nuevo código anti-dumping, con definiciones más severas sobre esta práctica nociva.

En otras áreas, como la de la propiedad intelectual (copyrights), se reconoce la necesidad de adoptar un marco multilateral y se fijan normas más eficaces para poner fin a la "piratería" de patentes y marcas, un problema muy sensible en rubros tales como el *software* de computación (que serán considerados como obras literarias) y productos de la industria farmacéutica (se ajustan las normas de reconocimiento de las patentes.)

En varios puntos sólo se llegó a un "*acuerdo para estar en desacuerdo*", según la fórmula de un negociador europeo. Pero en general, para los observadores, el fin de la Ronda tuvo más de positivo que de negativo. El futuro lo dirá: por lo menos, el famoso fantasma de la "guerra comercial" fue aventado.

01-01

Paraguay se convirtió en el miembro 115 del GATT

GINEBRA- PARAGUAY SE convirtió ayer en el miembro 115 del GATT (Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio), informó ayer este organismo internacional.

La adhesión se produce 30 días después del envío a la secretaría del GATT, por parte de Paraguay, de la confirmación formal de que el protocolo de acceso al organismo había sido aprobado por el Parlamento de ese país.

Los términos del protocolo fueron negociados por un grupo de trabajo en Ginebra, cuyo informe fue aprobado por el consejo del GATT el 16 de junio del año pasado y firmado por el embajador de Paraguay, Luis González Arias, el 1° de julio pasado.

Según González, la adhesión de su país al GATT supone la culminación de un largo proceso, que adquirió ímpetu desde 1989. Desde entonces, Paraguay ha introducido notables reformas destinadas a liberalizar su economía, en particular en el sector del comercio exterior.

Agregó que las autoridades de Paraguay también han reestructurado el sistema de impuestos y este país ha participado en las negociaciones de la Ronda Uruguay durante las cuales ha presentado propuestas de acceso a mercados en los ámbitos de bienes y servicios.

En 1991, las exportaciones e importaciones de mercancías de Paraguay se elevaron a 1.100 millones y 1.700 millones de dólares, respectivamente.

El GATT analiza en la actualidad la adhesión de 19 países, entre ellos Honduras, Ecuador, Panamá, China, Croacia, Albania, Armenia, Bulgaria, Mongolia, Rusia y Arabia Saudita. ■ *(EFE)*

L.R 8/1/94

Paraguay se incorporó al GATT

■ Paraguay se transformó desde el jueves en el miembro número 115 del Acuerdo General de Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), informó la agencia ANSA desde Ginebra.

La adhesión del país sudamericano a la organización que regula el comercio mundial fue anunciada a través de una nota del secretario del GATT.

Las negociaciones para la adhesión de Paraguay habían sido concluidas en Ginebra el 16 de junio de 1993 y el respectivo protocolo de acceso fue firmado el mes siguiente.

El Congreso paraguayo ratificó el acuerdo en noviembre último. Paraguay exporta bienes por un total de 1.100 millones de dólares e importa por 1.700 millones.

Los principales productos vendidos al exterior son la soja y el algodón, mientras el sector de las importaciones está encabezado por maquinarias, vehículos, combustible, bebidas alcohólicas y tabaco.

Los mayores mercados de exportación e importación del Paraguay son Brasil y Argentina.

China y el GATT

PEKIN (AFP).– China está preparada para adherir al Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), ocho años después de haberse postulado para su reincorporación, aseguró el ministro de Comercio Exterior, Wu Yi, citado por el China Daily.

"China ya está capacitada para reasumir su estatuto en el seno del GATT" antes de 1995, cuando el organismo aplique las modificaciones adoptadas durante las recientes negociaciones de la Ronda Uruguay, dijo el funcionario.

El GATT tratará la candidatura de Pekín durante su próxima sesión de marzo de este año en Ginebra.

China fue miembro fundador del GATT en 1947, pero dejó la organización tras la llegada de los comunistas al poder, en 1949. Formuló su demanda de readmisión en 1986.

Nº. DOCUMENTO 9401210
TITULO Informe realizado por el Instituto de Economía Internacional (IIE)
PROCEDENCIA E.P. - 150007
FECHA 12/1/94
VINCULO 510821
65890

GATT EP-12/1

El recientemente concluido Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT) hará que los consumidores de EEUU ahorren cerca de 30.000 millones de dólares al año, según el Instituto de Economía Internacional (IIE).

El IIE, organización independiente con base en Washington, dijo hoy que la reducción de las barreras arancelarias prevista en el GATT permitirá un importante ahorro a los habitantes de Estados Unidos, cuya economía es una de las más abiertas del mundo.

El cálculo del instituto es que las tarifas e impuestos actuales le cuestan al consumidor norteamericano cerca de 70.000 millones de dólares anualmente, cifra que equivale aproximadamente al uno% del Producto Interior Bruto (PIB) del país.

El estudio realizado por IIE concluye que los sectores estadounidenses que se verán más afectados por la reducción de las aranceles son los textiles y las prendas de vestir, ya que eran los más protegidos por el Gobierno.

Los precios al consumidor en el sector textil descenderán anualmente en un total de 2.000 millones de dólares, mientras que los relacionados con prendas de vestir bajarán en 15.000 millones de dólares.

La eliminación de las barreras proteccionistas que prevé el nuevo GATT producirá, según el IIE, la pérdida de unos 190.000 puestos trabajo, un 90% de ellos en el sector textil. (EFE)

01-01

ENTRADO
CRUZADO

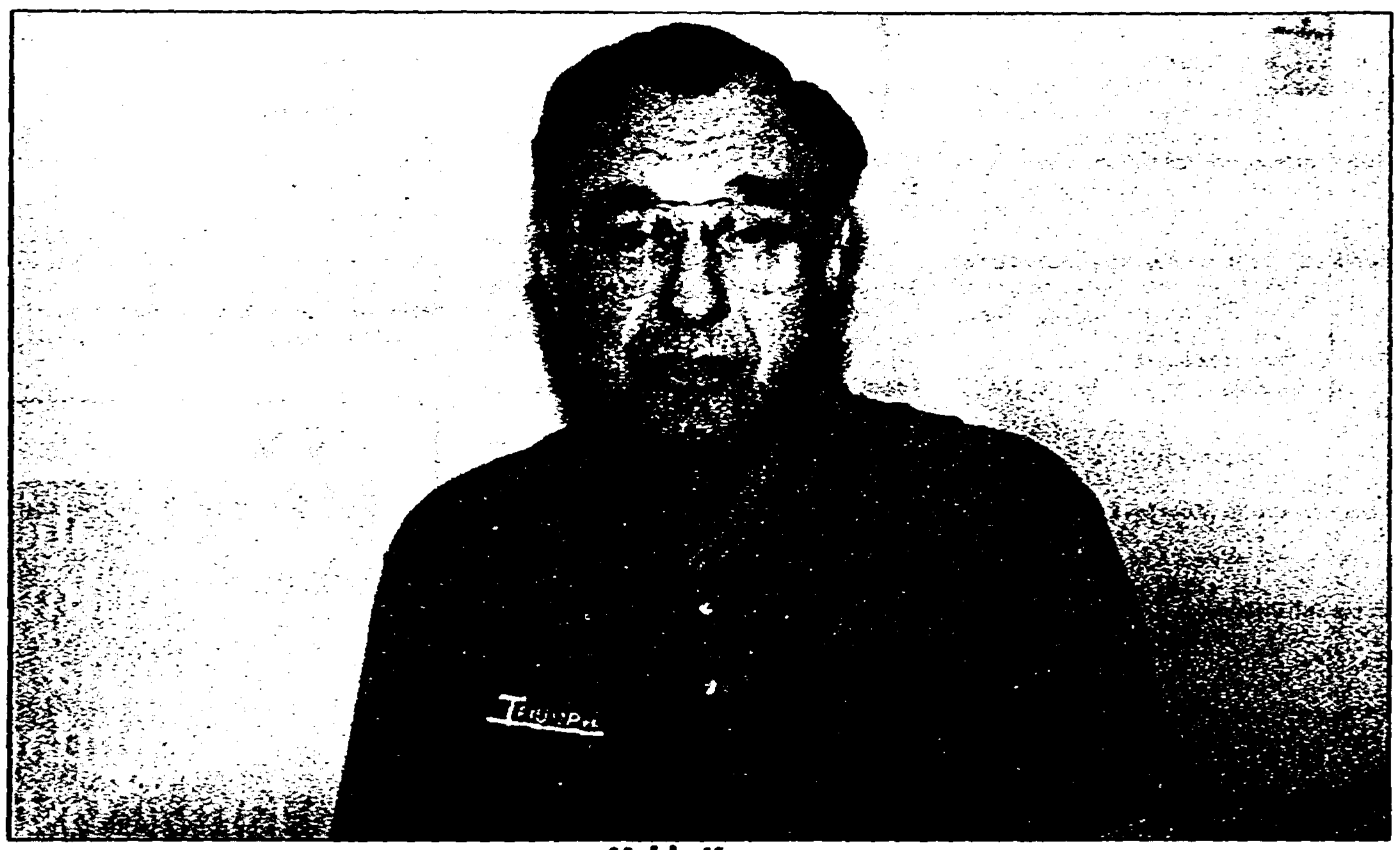
9401210.

Para el presidente de la Triunph Seed Co. Inc., "todos estamos ahora en un mismo plano comercial"

"Después del GATT, cada uno dependerá de la competitividad individual y colectiva del país"

Para Noble Koepp, presidente de la empresa semillerista de Estados Unidos Triunph Seed Co. Inc. y futuro titular de la Asociación Americana de Semilleristas, la culminación de la Ronda Uruguay del GATT no fue "un mal final y ahora todos vamos a estar en un mismo plano comercial", donde cada uno va a depender de la competitividad individual como colectiva de su país.

por Lucía Viana
corresponsal de El Observador en Dolores



Noble Koepp
El futuro titular de la Asociación Americana de Semilleristas dijo que "no fue un mal final" el de la Ronda Uruguay del GATT

Triunph Seed Co. Inc es una compañía americana dedicada a la producción, desarrollo, investigación y comercialización de semillas dentro y fuera de los Estados Unidos; ha venido cumpliendo desde 1986 un programa conjunto con Barraca Erro Ltda. (Dolores - Uruguay) para la producción y distribución de sus variedades en nuestro mercado, así como en Argentina y el sur de Brasil, concentrando los esfuerzos en la introducción de girasoles oleicos a nuestra región. La empresa está estrechamente asociada a la investigación, especialmente la dirigida a semillas híbridas de girasol, sorgo y maíz. Sin embargo hace ya tres años, Triunph está llevando a cabo un programa de producción de girasoles oleicos -utilizados para la elaboración de aceites vegetales- estableciéndose como empresa líder dentro de este mercado que a juicio de Koepp es muy "especial", por estar dirigido fundamentalmente hacia Japón y Europa.

> *"Los productores uruguayos están ansiosos por asimilar nuevas técnicas de trabajo para maximizar su potencial productivo"*

En Uruguay, Triunph se asoció a Erro Limitada, que desarrolla esta variedad en sus campos experimentales y que actualmente tiene una extensión de 100 hectáreas dirigidas a este cultivo, que se destaca principalmente por su alto contenido (89%) de ácido oleico. Pero mucho más se piensa hacer en un futuro para aumentar la producción de los girasoles oleicos en Uruguay. Uno de los principales incentivos para esto, comentó Noble Koepp a *El Observador*, es el gran deseo de los productores uruguayos por conocer cosas nuevas "lo que nos incentiva a tomar un interés casi personal en el futuro de este cultivo". Resaltó además la positiva influencia que sobre nuestro mercado ha logrado la introducción de variedades híbridas de girasol que incorporaron mayores porcentajes de aceite en el cultivo.

El empresario agregó que Triunph invierte cerca de un 10% de sus ganancias en la investigación de nuevas variedades. Sin embargo, en Uruguay no se han realizado inversiones de capital y las realizadas hasta el momento están relacionadas a tiempo, capacitación en la producción y procesamiento de semillas a Erro "que es fundamental para la posterior comercialización del producto". Nuestras inversiones en los Estados Unidos están muy vinculadas a nuestra acción en Uruguay, porque apoyamos con nuestros adelantos tecnológicos todo lo que Erro hace aquí, enfatizó.

En cuanto a las dimensiones de la empresa Koepp dijo que desde hace aproximadamente 15 años ha ido creciendo sustancialmente, lo que se ha reflejado luego en la expansión de sus mercados exportadores. Su presencia comercial es importante en 13 estados de los Estados Unidos y 17 países repartidos en los continentes africano, sudamericano, europeo y asiático (principalmente en India). A pesar de que en términos de volumen la empresa es considerada "mediana", el presidente de Triunph enfatizó que por sus características internacionales se la compara con empresas semilleristas como Pionerr y Dekal.

Mercosur, GATT, y la comercialización 1994

Koepp dijo ver con "muy buenos ojos" el nacimiento del Mercosur, así como la formación de otros bloques económicos como el TLC y la Union Europea.

Dijo que aunque el mercado uruguayo de granos es menor que el argentino, considerado el mayor productor de granos de América del Sur, los productores de nuestro país están ansiosos por asimilar nuevas técnicas de trabajo para maximizar su potencial productivo.

Destacó a su vez, que la finalización de la Ronda Uruguay del GATT no fue "un mal final" y que ahora "todos vamos a estar en un mismo plano comercial", donde cada uno va a depender de la competitividad individual como colectiva de su país. Dijo que no se puede desconocer la importancia del GATT en el sector agrícola y que a pesar de que las posiciones se acercaron más entre Estados Unidos y Europa, por ser las dos potencias mundiales, América del Sur no deberá desaprovechar las oportunidades que se le brindan.

Koepp, que en junio de 1994 será presidente de la Asociación Americana de Semilleristas, dijo que los grandes accidentes climáticos ocurridos a nivel mundial, como inundaciones, han tenido una positiva influencia a nivel de mercado. Opinó que durante 1994 y 1995 la comercialización de granos va a ser "buena" por la reducción de los stocks de alimento.

Los principales cultivos que se verán beneficiados serán los maíces, sorgos, y particularmente los relacionados con el aceite: girasol y soja.

Erro: cultivos con excelente performance

Jorge Erro dijo a *El Observador* que los cultivos que en el año 1986 se introdujeron a Uruguay por medio de La Estanzuela (girasol, maíz, sorgo y sorgo forrajero), tuvieron desde entonces una excelente performance.

> *"A pesar de que las posiciones se acercaron más entre Estados Unidos y Europa, América del Sur no deberá desaprovechar las oportunidades que se le brindan"*

Luego de transcurridos los plazos necesarios para el registro de los materiales introducidos, Erro comenzó con los programas de importación de variedades Triunph y la puesta en marcha de los campos experimentales en Uruguay. Ya en 1992 Erro apostó a más y desarrolló otros dos campos experimentales, pero esta vez en Argentina y el sur de Brasil. En 1993 Erro logró exportar a la Argentina productos Triunph y realizó envíos de girasol. La producción de híbridos se desarrolla parte en Uruguay y otra parte, las variedades más difíciles de implantar, en Estados Unidos.

En 1993 Erro produjo semillas para exportar a Triunph en los Estados Unidos, lo que demuestra que los niveles de calidad alcanzados en Uruguay son reconocidos, comentó.

Dijo que para Erro la sociedad con Triunph significó "avanzar en la escala tecnológica" a un precio accesible para una empresa uruguaya, y lograr "muy buenos clientes, especialmente en semillas como girasoles confiteros, girasoles aceiteros y en el caso del oleico, exclusividad de dos semilleros a nivel mundial, nos permitió ingresar a mercados importantes como Argentina y Estados Unidos".■

ESCENARIO POST GATT

¿MEDIO LLENA O MEDIO VACIA?

Los antiguos calculaban el rendimiento como la **proporción entre el grano cosechado y el sembrado.** Para ellos, el recurso escaso era la misma semilla de cereal. A fines del siglo XX, la restricción pasa a ser la **tierra**. La clave para enfrentar las necesidades futuras consiste en **elevar la productividad** de la tierra.

Sin embargo, la **imagen** que recorre el mundo en estos días es la de una agricultura superavitaria, con precios deprimidos en función de cierta abundancia relativa originada con el inflador de los **subsidios**.

Para algunos, la canasta está medio llena. Para otros, medio vacía. Entre los primeros militan los productores, que perciben que están en un mal rubro. En la vereda de enfrente, los consumidores ya no parecen angustiados por el fantasma del hambre, que era un leitmotiv de los intelectuales tres décadas atrás.

La **visión maltusiana** quedó atrás, y hoy prevalece la idea de que la tecnología ha resuelto los problemas de la producción de alimentos. Esto ha quitado interés al negocio agropecuario en todo el mundo. En las universidades norteamericanas, los estudiantes de ciencias agrarias son oriundos de terceros países. **Cornell**, que mantuvo una larga vinculación con la Facultad de Agronomía de Buenos Aires, no cuenta en este momento con ningún estudiante nativo. Los jóvenes norteamericanos ya no ven un futuro personal brillante en el agribusiness. La **investigación** encuentra problemas para financiarse, y salvo en áreas nuevas que están sustituyendo la importación de productos de otros estados (como la lechería en Florida), ha mermado la **intensidad y calidad** de los trabajos científicos y tecnológicos. Esta situación tiñe todo con un manto de pesimismo. Sin embargo, acuña la semilla de una **gran oportunidad**, porque este pérdida de presión implica que no aparecerán fuentes revolucionarias de crecimiento en el corto y mediano plazo.

Motor rateando

El motor del que viene en punta **está rateando**. Se ha generado una gran competitividad, a través de los insumos (semillas, fertilizantes, agroquímicos, maquinaria) de la **revolución verde**, y es probable que aún con la tendencia a la reducción de los subsidios (consolidada con la finalización exitosa de la **Ronda Uruguay del GATT**), la producción mundial no decaiga. Pero dejará de crecer con el ritmo de los años locos.

Con pocas posibilidades de agregar tierra productiva a la zona sembrada del mundo, entre 1950 y 1984 los productores lograron **duplicar los rindes de sus cultivos**. Pasaron de 1,1 tonelada por hectárea a 2,3 toneladas, una hazaña notable. En 1961 la producción mundial de cereales fue de 800 millones de toneladas. Actualmente supera los 1.700

(Continúa en la PAGINA SIGUIENTE)

Mejor horizonte en el post GATT

(Viene de la PAGINA ANTERIOR)

millones. El consumo evolucionó con similar ritmo. Solo la recesión mundial, y en menor medida ciertos cambios en la dieta de los consumidores, han evitado que algunos problemas climáticos hicieran estallar los precios agrícolas. En varios momentos las **existencias remanentes** de cereales alcanzaron para 100 días. Pero también en algunas oportunidades (1972, 1988) bajaron el límite crítico de los 60 días.

Nuevo escenario

El nuevo escenario post-GATT, más el desinterés descripto anteriormente, encuentran a la Argentina en un momento crucial. Aquí también se corrió el riesgo de pensar en el agro como un enfermo **terminal**. Pero hoy el clima es distinto. Da la impresión de que, en la base de las producciones tradicionales, tomó conciencia de que es posible producir en forma competitiva. Pese a los inconvenientes climáticos, se avecina una **cosecha récord de soja** –los privados ya sitúan el volumen de la producción por encima de los 12 millones de toneladas– y los rindes compensarán alguna caída en la superficie de cereales de verano y del girasol.

Todo en el contexto de precios internacionales **más entonados**, sobre todo en oleaginosas, como consecuencia de la caída de la producción en los Estados Unidos. Con la soja nacida y el maíz y el girasol "hechos, ya se vislumbra un ingreso extra de entre 800 y 900 millones de dólares más que el año pasado Por primera vez en muchas décadas, los productores pampeanos se encuentran frente a dos hechos soñados: percibir el precio "lleno" por su mercadería –sin recortes vía retenciones–, en un marco de cotizaciones internacionales relativamente elevadas. El trigo a 125/130 dólares no conmueve a nadie, pero hace tres años anduvo por los 60 dólares. La soja ya cotiza a 235/240 para el momento de la cosecha, cuando en 1989 se mantuvo en los 135/140.

Con estos precios, y en los niveles de rendimiento actuales, los números empiezan a cerrar, aunque el componente de la escala y los retiros empresariales juegan un papel clave. Hoy se habla de márgenes brutos de 350-400 dólares por hectárea, los más elevados de las últimas dos décadas.

Pero no alcanza. Salvo en oleaginosas, donde los rindes **están** a la par de los norteamericanos y europeos, hay **mucho** para hacer en el campo de la productividad, que sigue siendo el camino para el incremento de la producción y los ingresos de los agricultores. Antes de la "inesperada" mejora de los precios, se había instalado en todo el mundo la idea de que "los commodities no van más". La tesis de la diversificación ganó cuerpo, entendiéndose por ella un cambio drástico en la canasta de productos. Desde estas páginas se estimuló a quienes intentaban un cambio por este camino, pero también se insistió en que el concepto más amplio de **"reconversión"** y "cambio rural" no constituyen simplemente en producir otra cosa, sino sobre todo producir y comercializar de otra manera. Salirse de los commodities es un camino que muchos pueden seguir, el más plausible para quienes deseen diferenciar sus productos, desarrollar una marca y una organización comercial. Hay muchos que están en esto, y en general son los que ya habían hecho punta en el proceso tecnológico.

Sin embargo, la mayor parte de los empresarios rurales, y sobre todo una enorme proporción de nuestros grandes espacios productivos, seguirán dedicándose a la producción de materias primas agropecuarias. Y permanecerán en el negocio mientras logren desarrollar ventajas competitivas.

Hay muchas fuentes para el crecimiento de la competitividad. Por lejos, el recurso más importante de las últimas décadas **para** aumentar los rendimientos del cereal a nivel mundial ha sido el desarrollo de los **fertilizantes**. Entre 1950 y 1990 el consumo de abonos pasó de 14 millones de toneladas a 125 millones, un incremento de más del 11% al año. Pero la Argentina no acompañó este proceso. Hoy el mundo desarrollado intenta limitar su uso, presionado por tendencias ambientalistas de creciente peso. La Argentina puede incrementar su empleo sin riesgo de daños al ecosistema, al mismo tiempo que larga en primera fila la carrera de la "tecnología verde", donde ya hay una buena cartera de productos orgánicos.

Mientras tanto, conviene ver que la imagen de abundancia está subrayada por un trazo de inconsistencia, y que la canasta no está medio llena. **Está medio vacía, y hay con qué llenarla.**

Mejor horizonte en el post GATT

(Viene de la PAGINA ANTERIOR)

millones. El **consumo** evolucionó con similar ritmo. Solo la recesión mundial, y en menor medida ciertos cambios en la dieta de los consumidores, han evitado que algunos problemas climáticos hicieran estallar los precios agrícolas. En varios momentos las **existencias remanentes** de cereales alcanzaron para 100 días. Pero también en algunas oportunidades (1972, 1988) bajaron el límite crítico de los 60 días.

Nuevo escenario

El nuevo escenario post-GATT, más el desinterés descripto anteriormente, encuentran a la Argentina en un momento crucial. Aquí también se corrió el riesgo de pensar en el agro como un enfermo **terminal**. Pero hoy el clima es distinto. Da la impresión de que, en la base de las producciones tradicionales, tomó conciencia de que es posible producir en forma competitiva. Pese a los inconvenientes climáticos, se avecina una **cosecha récord de soja** –los privados ya sitúan el volumen de la producción por encima de los 12 millones de toneladas– y los rindes compensarán alguna caída en la superficie de cereales de verano y del girasol.

Todo en el contexto de precios internacionales **más entonados**, sobre todo en oleaginosas, como consecuencia de la caída de la producción en los Estados Unidos. Con la soja nacida y el maíz y el girasol "hechos, ya se vislumbra un ingreso extra de entre 800 y 900 millones de dólares más que el año pasado Por primera vez en muchas décadas, los productores pampeanos se encuentran frente a dos hechos soñados: percibir el precio "lleno" por su mercadería –sin recortes vía retenciones–, en un marco de cotizaciones internacionales relativamente elevadas. El trigo a 125/130 dólares no conmueve a nadie, pero hace tres años anduvo por los 60 dólares. La soja ya cotiza a 235/240 para el momento de la cosecha, cuando en 1989 se mantuvo en los 135/140.

Con estos precios, y en los niveles de rendimiento actuales, los números empiezan a cerrar, aunque el componente de la escala y los retiros empresariales juegan un papel clave. Hoy se habla de márgenes brutos de 350-400 dólares por hectárea, los más elevados de las últimas dos décadas.

Pero no alcanza. Salvo en oleaginosas, donde los rindes **están** a la par de los norteamericanos y europeos, hay **mucho** para hacer en el campo de la productividad, que sigue siendo el camino para el incremento de la producción y los ingresos de los agricultores. Antes de la "inesperada" mejora de los precios, se había instalado en todo el mundo la idea de que "los commodities no van más". La tesis de la diversificación ganó cuerpo, entendiéndose por ella un cambio drástico en la canasta de productos. Desde estas páginas se estimuló a quienes intentaban un cambio por este camino, pero también se insistió en que el concepto más amplio de **"reconversión"** y "cambio rural" no constituyen simplemente en producir otra cosa, sino sobre todo producir y comercializar de otra manera. Salirse de los commodities es un camino que muchos pueden seguir, el más plausible para quienes deseen diferenciar sus productos, desarrollar una marca y una organización comerciales. Hay muchos que están en esto, y en general son los que ya habían hecho punta en el proceso tecnológico.

Sin embargo, la mayor parte de los empresarios rurales, y sobre todo una enorme proporción de nuestros grandes espacios productivos, seguirán dedicándose a la producción de materias primas agropecuarias. Y permanecerán en el negocio mientras logren desarrollar ventajas competitivas.

Hay muchas fuentes para el crecimiento de la competitividad. Por lejos, el recurso más importante de las últimas décadas **para** aumentar los rendimientos del cereal a nivel mundial ha sido el desarrollo de los **fertilizantes**. Entre 1950 y 1990 el consumo de abonos pasó de 14 millones de toneladas a 125 millones, un incremento de más del 11% al año. Pero la Argentina no acompañó este proceso. Hoy el mundo desarrollado intenta limitar su uso, presionado por tendencias ambientalistas de creciente peso. La Argentina puede incrementar su empleo sin riesgo de daños al ecosistema, al mismo tiempo que larga en primera fila la carrera de la "tecnología verde", donde ya hay una buena cartera de productos orgánicos.

Mientras tanto, conviene ver que la imagen de abundancia está subrayada por un trazo de inconsistencia, y que la canasta no está medio llena. **Está medio vacía, y hay con qué llenarla.**

Organismo sucesor del GATT podría funcionar en un año

Ginebra, ene 21 - La Organización Mundial del Comercio (OMC), el organismo sucesor del GATT, podría comenzar a funcionar el 1 de enero de 1995, seis meses antes de lo originalmente previsto, dijeron hoy fuentes comerciales.

El GATT, todavía deleitado por la exitosa conclusión de la Ronda Uruguay el mes pasado, está preparando su reunión anual de la semana próxima y parece haber consenso sobre la conveniencia de adelantar los planes para la OMC.

Delegados del GATT prefirieron omitir los puntos más polémicos, como la definición de nuevas reglas sobre los derechos de los trabajadores, de la agenda de una reunión de ministros en la ciudad marroquí de Marrakesh, donde será formalmente firmada el Acta Final de la Ronda a mediados de abril, agregaron las fuentes.

Esto surgió el jueves de una reunión informal entre los jefes de las delegaciones, presidida por el director general del Acuerdo General sobre Aranceles Aduaneros y Comercio (GATT), Peter Sutherland.

Sutherland está realizando consultas con las principales potencias comerciales sobre la formación de la OMC, que bajo los términos de la Ronda Uruguay debería comenzar a actuar el 1 de julio de 1995.

En tanto, los delegados trabajan para completar los planes para las conversaciones bilaterales sobre reducción de aranceles, que deben estar listos para el 15 de febrero.

Aunque los temas ecológicos quedaron en la agenda para la reunión de ministros, los derechos de los trabajadores y los movimientos de divisas fueron tachadas del temario y quedarán para otra reunión, apuntaron las fuentes.

Los Estados Unidos pedían que se incluyera un capítulo sobre condiciones de trabajo en las futuras negociaciones comerciales, e instaban a los ministros a tratar el tema en su reunión de abril. La reunión de ministros en Marrakesh será entre el 12 y el 15 de abril.

La sesión anual de los 115 miembros del GATT se iniciará el martes en Ginebra, y terminará el miércoles o el jueves, según el vocero del GATT David Woods.

Los delegados debatirán el informe anual del Consejo Directivo del GATT sobre sus actividades y resoluciones sobre disputas comerciales bilaterales, incluyendo temas controvertidos como acero y bananas.

Con 20 países incluyendo a China, Taipei chino y la Federación Rusa en lista de espera para sumarse al GATT, la cuestión de la futura admisión de miembros será sin duda tocada en la reunión.

Sólo Honduras y Eslovenia están cerca de una aceptación, y se espera que la reunión anual establezca una comisión para estudiar la reciente solicitud de Jordania, apuntaron fuentes del GATT. **(Reuter)**

GATT: eligen autoridades

GINEBRA (AFP).- El embajador húngaro, Andras Szepezi, fue elegido para la presidencia de los Estados miembros del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT), al finalizar su asamblea anual.

Será secundado por los embajadores M. K. Resavapany (Singapur), Christer Manhusen (Suecia) y Alex Rey (Bélgica), electos vicepresidentes por las 144 "partes contratantes", los Estados miembros del GATT.

El presidente del Consejo será el embajador egipcio Munir Zahran, y el del Comité sobre el comercio y desarrollo, el chileno Ernesto Tironi.

Durante la asamblea anual, celebrada el martes y el miércoles, fueron planteadas nuevamente recriminaciones sobre los diferentes conflictos comerciales aún no resueltos.

Se trató en particular el conflicto del banano entre algunos países latinoamericanos y la Comunidad Europea, el de la cerveza y la harina entre Canadá y los Estados Unidos, el de la carne deshuesada entre Australia y Canadá y el del régimen de importaciones en la Comunidad Europea y Japón.

La economía mundial será regida por Asia

Ginebra, ene 26 - El embajador de la Unión Europea en el GATT vaticinó hoy que Asia será el nervio motor de la economía mundial en las próximas décadas. Tran Van-Thinh, que deja su puesto en marzo, advirtió además que China va camino de posibles desórdenes que podrían alterar el equilibrio de la región y del mundo.

"Asia, que abarca 25% del comercio mundial, será bajo su dirección y desarrollo su nervio motor hasta tanto Europa y los Estados Unidos se despierten", dijo en la asamblea anual del Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio (GATT). "Asia emergerá como la fuerza impulsora del crecimiento económico en las décadas venideras", dijo en su discurso de despedida.

En el interín, la Unión Europa de 12 naciones "brega por integrarse" y los Estados Unidos están desgarrados entre sus prioridades internas e internacionales, según el negociador de la UE.

Van-Thinh, decano de los embajadores ante el GATT, se retira a la edad de 60 años. Nacido en Vietnam del Sur y de nacionalidad francesa, ha sido jefe de la delegación de la UE ante el GATT desde 1979.

Sobre China, advirtió que "está recurriendo a sus drásticas medidas de austeridad, con todo el sufrimiento y todas las amenazas que ello implica.

"Estas son señales manifiestas que podrían preludiar desórdenes capaces de alterar el equilibrio de la región y de todo el mundo. Ello es así, porque desde la apertura de la economía china, todo lo que ocurre allí tiene implicancias directas, indirectas y generalizadas para el mundo entero", señaló.

Sobre Japón, manifestó; "Su peso político y en consecuencia su lugar en el mundo serán en función de su capacidad para abrir su mercado". Refiriéndose al abultado superávit comercial japonés, expresó; "Es algo que altera el equilibrio mundial". Pasando a la Unión Europea, rindió tributo a sus 12 "madres políticas", describiéndolas como su "fortaleza y su rémora" durante los siete años de la Ronda Uruguay de negociaciones. Los delegados a las conversaciones que concluyen hoy tarde discutían un informe sobre medidas ambientales en materia de comercio. Los ministros se reunirán en Marruecos, a mediados de abril para suscribir el acuerdo de la Ronda Uruguay sobre liberalización del comercio y pasar revista al programa del GATT sobre medio ambiente. **(Reuter)**

DOCUMENTO 94C1216

TITULO Abreu [illegible] a EE.UU. para evaluar relaciones bilaterales

PROC [illegible] E.P. [illegible]

FE [illegible] 29/1/94

V [illegible] 510891 / 507466 / 65890

Abreu Viaja el Lunes a los EE.UU.: Evaluará Relaciones Bilaterales

El ministro de Relaciones Exteriores, Sergio Abreu, viajará el lunes hacia Washington donde mantendrá contactos con las autoridades estadounidenses para evaluar las relaciones bilaterales en el marco del GATT (Acuerdo General de Aranceles y Comercio) y la vinculación del Tratado norteamericano de Libre Comercio (TLC) con América Latina, informaron ayer a EL PAIS fuentes de la cancillería.

Abreu viaja especialmente invitado por el Consejo de la Organización de Estados Americanos (OEA) y el Foro de la Democracia para dictar dos conferencias en el marco de un debate sobre las consecuencias en la región y el mundo del acuerdo alcanzado al fin de la Ronda Uruguay del GATT, cuyo comité de negociaciones fue presidido por el canciller uruguayo.

Durante su estadía en la capital de Estados Unidos, el ministro se entrevistará además con el presidente de Banco Interamericano de Desarrollo (BID), Enrique Iglesias, se encontrará con la colonia de uruguayos y ofrecerá una conferencia de prensa.

TEMAS DE SUS CONFERENCIAS

El miércoles 2 de febrero, Abreu disertará ante el Consejo Permanente de la OEA sobre "El comercio internacional y la Ronda Uruguay del GATT", y el jueves 3 abordará el tema "Democracia, comercio y desarrollo, una perspectiva latinoamericana", donde se referirá a los factores que aseguran la institucionalidad democrática y cuáles inciden en su vulnerabilidad.

Las entrevistas con Iglesias y con las autoridades norteamericanas se celebrarán el viernes, último día de permanencia de Abreu en Washington, pocas horas antes de su partida de regreso a Montevideo.

El almuerzo con representantes de la colonia uruguaya se cumplirá el miércoles al mediodía en la sede diplomática de Uruguay en Washington, mientras que el jueves enfrentará las consultas de la prensa norteamericana a las 15.00 horas locales.

Abreu estará de vuelta en el Aeropuerto Internacional de Carrasco el sábado próximo al mediodía.



Canciller Sergio Abreu.

ENTRADO ✓

CRUZ [illegible] ✓

01-01 9401216.

La Ronda Uruguay Finalizó, Pero Queda Mucho por Definir

FINANCIAL TIMES

GINEBRA, Suiza — Si bien la Ronda Uruguay de negociaciones comerciales finalizó el 15 de diciembre, los representantes de los países integrantes del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT), ya retornaron a esta ciudad, después de un paréntesis para disfrutar de las fiestas de fin de año, para abordar intenso y extenso temario.

En los próximos tres meses deben decidir la estructura, integración y programa de actividades de la "Organización Mundial de Comercio" (WTO, según su sigla en inglés), que es la institución encargada de vigilar el cumplimiento de las normas de comercio justo en el mundo y asegurar que los acuerdos de la Ronda Uruguay se lleven a cabo con fidelidad, según la letra y el espíritu de lo negociado. Las recomendaciones serán presentadas a los Ministros de Relaciones Exteriores, que se congregarán en Marrakesh (Marruecos) del 12 al 15 de abril del corriente año, para firmar los acuerdos surgidos de la Ronda Uruguay.

Existe coincidencia en cuanto a que los vínculos de comercio y ambiente figurarán entre los temas principales del programa de trabajo de los negociadores. Pero, las características del trabajo que deberá llevarse a cabo todavía no han sido definidas, y permanecen grandes diferencias entre las naciones industrializadas y los países en vías de desarrollo, que temen que las preocupaciones por el ambiente sean utilizadas como pretexto para aplicar medidas proteccionistas.

Otros temas que pueden figurar en el centro de atención de la WTO, tales como la política de competencia, los derechos de los trabajadores y los movimientos cambiarios y de monedas, también serán objeto de controversia.

Se solicitará a los ministros que aprueben arreglos institucionales transitorios para la transformación del GATT en la WTO, lo que debe tener vigencia, junto con el resto de lo acordado en la Ronda Uruguay, en julio del año 1995.

Estos arreglos seguramente incluirán la creación de una Comisión Interina para la WTO, significarán tener mayor número de funcionarios y más gastos, aunque las autoridades del GATT insisten en señalar que los requerimientos adicionales serán moderados.



El director general del GATT, Peter Sutherland, anuncia el acuerdo final. (Laserfoto de AP).

PROGRAMAS DE ARANCELES

Asimismo, los ministros deberán decidir quiénes serán los miembros de la WTO y en especial, qué ocurrirá con los países que solicitaron incorporarse al GATT, los que, por supuesto, quieren ser miembros fundadores de la WTO. El más significativo de los aspirantes es China comunista.

Los negociadores también dedicarán las próximas semanas a completar los cronogramas arancelarios de los países. Para la mayoría, esto significará simplemente formalizar lo que ya fue negociado, aunque continúan importantes conversaciones en materia de aranceles a los textiles y entre la Unión Europea y los países latinoamericanos exportadores de bananas.

Los países tienen plazo hasta el 15 de febrero, fecha en que las propuestas finales de cronogramas arancelarios deberán estar presentadas, a efectos de negociar lo que sea necesario. No pueden retirar concesiones, a menos que los socios comerciales no cumplan con su parte del acuerdo.

Mientras, la Secretaría General del GATT tiene tiempo hasta fines de marzo para revisar y determinar la viabilidad de los cronogramas en materia de aranceles y

■ La Ronda Uruguay del GATT finalizó luego de siete intensos años de negociación, buscando mayor libertad comercial en el mundo. Ahora, se abre otro importante período de conversaciones en temas significativos de los servicios.

servicios, así como para ajustar la redacción de los documentos de la Ronda Uruguay que serán refrendados en Marrakesh.

LOS PUNTOS PENDIENTES

Los negociadores también deberán buscar los caminos, a efectos de lograr acuerdos en varias áreas, en las cuales no pudieron completar la labor a tiempo, es decir, no tuvieron posibilidad de cumplir con la fecha límite del 15 de diciembre.

Uno de los puntos cruciales es buscar un acuerdo en materia siderúrgica, que a Estados Unidos le gustaría definir antes de la reunión ministerial de abril.

Un nuevo intento de establecer una revisión del código del GATT en lo que respecta a subsidios de la aviación civil estaría definido para fines del corriente año, según las previsiones de las partes negociadoras.

Asimismo, proseguirán en este año las conversaciones tendientes a liberalizar el comercio en cuatro sectores claves del ámbito de los servicios. A fines de este mes comenzarán las negociaciones sobre servicios financieros, cuando Estados Unidos y Japón sostengan contactos bajo su propio marco de negociación bilateral.

En materia laboral, de transporte marítimo y telecomunicaciones básicas, los representantes de los diferentes países tienen previsto iniciar su tarea un mes después del encuentro ministerial de Marrakesh. Las conversaciones sobre servicios financieros y temas laborales deberán concluir en 1995, pero las de transporte marítimo y telecomunicaciones continuarán hasta 1996.

Finalmente, a efectos de asegurar que los negociadores no tengan ni un respiro, habrá nuevas vertientes para definir acuerdos no bien la WTO quede formalmente instalada en 1995. Un ejemplo: la Ronda Uruguay comprometió a los países a iniciar la tarea para fijar estándares comunes en los servicios profesionales, comenzando con la contabilidad.

El dominicano Aquino es el 10º Director del IICA

- Comprometido a cumplir con máximas responsabilidades
- Dio a conocer cinco pilares de acción de su gestión

El nuevo Director General del IICA, el dominicano Carlos Aquino, al asumir el cargo se comprometió a cumplir con los mandatos, obligaciones y responsabilidades que corresponden al máximo funcionario de este organismo especializado en agricultura del Sistema Interamericano.

El nuevo Director General del IICA se convirtió en el décimo en la historia del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, al asumir por un período de cuatro años, en ceremonia que contó con la presencia del Presidente de Costa Rica Rafael Angel Calderón, representantes del Gobierno de la República Dominicana, Ministro de Agricultura de la región, el cuerpo diplomático acreditado en San José de Costa Rica e invitados especiales.

Cinco pilares de acción

El Director General, en oportunidad de su discurso, mencionó cinco pilares de

Modernización, desarrollo, equidad, combate

acción en los que se apoyará su gestión para el período 1994/98: la modernización de la agricultura en el contexto de la integración hemisférica y mundial; el desarrollo sostenido como base del desarrollo humano rural; la equidad y el combate a la pobreza rural; la puesta en marcha de una cooperación técnica participativa; y la incorporación del sector privado.

Al inicio de la ceremonia, habló el representante del Gobierno mexicano Antonio del Río Ballesteros, quien manifestó que la nueva administración tiene ante sí una tarea ardua y que, como es tradición en el IICA, todos los países actuarán concertadamente para organizar y poner en marcha las acciones que permitan al instituto mantener los niveles de excelencia que lo han caracterizado.

"Los esfuerzos realizados, dijo el funcionario mexicano, nos han permitido estrechar los diversos lazos de cooperación entre nuestros países y con las instituciones multilaterales que la comunidad internacional ha instituido para acelerar y consolidar el progreso del ser humano, en especial el de aquellos con los cuales todavía tenemos una deuda de justicia social por saldar, que son principalmente los habitantes de las áreas rurales."

Asimismo, elogió el trabajo realizado durante ocho años por el Director General saliente, el argentino Martín Piñeiro, destacando que durante su gestión, el IICA y los Ministros de Agricultura anticiparon los cambios y las orientaciones en los modelos de desarrollo económico. El gran mérito del instituto ha sido, subrayó, recuperar un espacio y una presencia para ubicar a la agricultura en el centro de las grandes discusiones.

Renovación

Por su parte, el Director General saliente Martín Piñeiro, indicó que con el inicio de la administración Aquino, a través de un proceso ordenado y ejemplar, el IICA se renueva, busca nuevas ideas y propuestas en el marco de la continuidad y permanencia que caracteriza la vida de las instituciones internacionales.

Como Director General saliente, dijo Piñeiro, "doy la bienvenida a don Carlos Aquino, a sus nuevas e importantes funciones, y le deseo el mayor de los éxitos en la difícil tarea de seguir construyendo esta institución".

Destacó que el IICA, en sus cincuenta años de historia, se ha caracterizado por la colaboración y el apoyo a los países del hemisferio para enfrentar los desafíos del desarrollo agropecuario, y agregó que la agricultura es en casi todos ellos un sector de potencial crecimiento y expansión en el contexto de los procesos de integración regional y globalización de la economía.

El argentino Piñeiro enfatizó, a manera de balance de su gestión, que trató de contribuir a la modernización de la agricultura como motor del crecimiento y el desarrollo. "Creo que el instituto ha sido una fuerza positiva en la construcción de un sector agroalimentario, dinámico y vigoroso, generador de oportunidades de trabajo e inversión, y consciente de la necesidad de preservar los recursos naturales".

Calderón

El Presidente de Costa Rica Rafael Calderón destacó la personalidad de Carlos Aquino, que fue Ministro de Agricultura y asesor del Poder Ejecutivo de su país, exitoso empresario y trabajador insigne en pro del bienestar de la juventud rural del continente, antecedentes que lo convierten en una persona ideal para asumir la Dirección General del IICA.

"Estamos ante una nueva etapa en la historia del insti-

Renueva, busca nuevas ideas y propuestas

tuto; han pasado más de cincuenta años desde su fundación, pero siempre sentimos que el IICA está recomenzando con nuevos bríos, con nuevas actitudes, con nuevos programas y con nuevos líderes".

Finalmente, destacó la labor de Martín E. Piñeiro, a quien su Gobierno le impuso la "Orden Nacional Juan Mora Fernández" en el grado de Gran Cruz, máxima distinción que otorga Costa Rica a personalidades extranjeras, en reconocimiento, dijo Calderón, a sus aportes en pro del fortalecimiento del sistema interamericano, la modernización de la agricultura y el desarrollo integral de los pueblos de América Latina y el Caribe".

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROC. L. Rep.
FECH 14/1/94
VINC.

Hoy asume el dominicano Carlos Aquino como director del IICA

El dominicano Carlos Aquino González asumirá hoy viernes 14 de enero la Dirección General del Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), por un período de cuatro años, en una ceremonia que encabezará el presidente de Costa Rica, Rafael Angel Calderón Fournier.

Ingeniero agrónomo especializado en economía agrícola, Aquino, de 56 años, reemplazará al frente de esta agencia especializada en agricultura del sistema interamericano al argentino Martín E. Piñeiro, quien la conducía desde 1986.

Ministros de Agricultura, representantes del gobierno dominicano y de varias naciones del continente figuran entre los invitados. También tomarán parte funcionarios del gobierno costarricense, entre ellos el ministro de Agricultura, Juan Rafael Lizano, el cuerpo diplomático acreditado en San José y representantes de diversos organismos internacionales.

En el acto de toma de posesión harán uso de la palabra un representante de México, país que ocupa la Presidencia de la Junta Interamericana de Agricultura (JIA), el actual y el nuevo director general del IICA, y el presidente Calderón Fournier.

Desde su elección el pasado setiembre en México por la JIA, órgano superior del IICA, integrado por los ministros de Agricultura de sus treinta y tres estados miembros, Aquino inició un ciclo de reuniones y visitas a los países con el propósito de recabar información y criterios para elaborar el Plan de Mediano Plazo (PMP), que guiará las políticas y la asignación de recursos del Instituto durante el período 1994-1998.

El nuevo PMP deberá fortalecer la actual capacidad de pensamiento estratégico del IICA y al mismo tiempo, lograr una mayor repercusión en las acciones de cooperación a escala nacional. Quedará listo a fines de marzo próximo y será conocido en junio, durante la reunión del Comité Ejecutivo del Instituto.

EL NUEVO DIRECTOR GENERAL

El nuevo director general es graduado de la Universidad de Texas A&M y posee amplia experiencia profesional tantó en el sector público como en el privado y en el área agroempresarial. Entre 1973 y 1975 fue secretario de Estado de Agricultura (ministro) y se mantuvo como asesor agrícola del Poder Ejecutivo entre 1975 y 1976. Estuvo vinculado en diferentes cargos con la citada secretaría a partir de 1961, con la interrupción de cuatro años para realizar estudios en los EEUU.

Es un empresario agrícola productor de ananá y otros frutos, ligado desde 1978 con diversas asociaciones de productores agropecuarios y en consejos de directores de bancos privados.

La acción y formación de los jóvenes rurales es una de sus grandes preocupaciones. Es presidente del Consejo de Asesores de la Fundación para el Desarrollo de la Juventud Rural (Fundejur), la cual fundó en 1979. También en este campo, preside desde 1985 el Consejo Asesor Iberoamericano de Juventudes Rurales (Cajir).

Es, además, desde 1986, presidente de la Fundación Loyola, de carácter educativo.

A lo largo de su carrera, le ha correspondido representar a Dominicana en numerosos foros y reuniones internacionales, como conferencista y expositor. Dentro y fuera de su país, ha coordinado seminarios y cursos técnicos en el campo de su especialización. Ha recibido también diversas distinciones y reconocimientos por su labor en pro del desarrollo de la agricultura.

ENTRADO
CRUZ

02-02

9401218

9401219

TITULO: Posible alianza entre el PT y el PSDB

PROCEDENCIA: 150090

FECHA DE: 29/12/93

VINCULACION: 507482

11164

11304

En Brasil establecen canales para el acuerdo entre el PT y el PSDB

LO QUE NO DICE EL CABLE

Este fin de año encuentra a los partidos de los países en que se verificarán elecciones generales el año entrante, dedicados al juego de las alianzas interpartidarias de las cuales puede depender el resultado electoral, en un cuadro de multipartidismo que impedirá, notoriamente, que ningún sector pueda alzarse con la mayoría absoluta.

Este fenómeno se está dando particularmente en el Brasil.

Las encuestas señalan como candidato preferido para la Presidencia a Lula da Silva, lejos delante de sus contendores. Por esa razón interesan las distintas variantes de las alianzas, sobre todo para el segundo (y decisivo) turno.

En este sentido, se han producido novedades de importancia.

En vísperas de la Nochebuena, los diarios publicaron la foto de una entrevista entre los presidentes del Partido de los Trabajadores, Lula y del partido Social Demócrata Brasileño, Tasso Jereissati, con la siguiente leyenda: "Las conversaciones de ambos líderes pueden haber sido el primer paso de una alianza para las elecciones del 94".

Al reunirse ambos en un restaurante de la zona sur de São Paulo, se encontraron con una delegación caracterizada que les entregó un manifiesto con la firma de 500 empresarios, intelectuales, dirigentes sindicales y parlamentarios, proponiendo la unión de los partidos progresistas.

En el almuerzo estuvieron presentes, entre otros, el ex ministro de Hacienda, Luiz Carlos Bresser Pereira; los empresarios Emerson Kepaz y Oded Grajew; el abogado Márcio Thomas Bastos; el diputado pernambucano Maurilio Ferreira Lima, que dejó el PMDB para pasarse al PSDB.

Participaron igualmente algunos dirigentes petistas (diputados federales y estaduales, ediles paulistas) que abogan porque los petistas voten por el candidato del PSDB como gobernador del estado de São Paulo, que no es otro que el senador Mario Covas.

Los firmantes del manifiesto esperan que, aunque no se formalice un acuerdo para el primer turno de las elecciones presidenciales, el mismo se viabilice para la segunda vuelta. Tanto Lula como Jereissati declararon que ambos partidos tendrán su candidato propio para el primer turno, pero que —como destacó el líder del PSDB— "la unión podrá darse en el momento oportuno" (léase segundo turno). Y ambos destacaron la importancia de haber establecido "un canal permanente de diálogo". Los dos volvieron a reunirse en el encuentro de los presidentes de los partidos, en Brasilia, para analizar el nuevo plan económico del ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, que pertenece al PSDB. Lula y los líderes de otros partidos de izquierda, como el PPS y el PC do B, coincidieron con el PSDB en que era necesario debatir primero el ajuste fiscal, y separar esta discusión de la revisión constitucional que también está en marcha. (Como se advierte, en todas partes se cuecen habas). El PT no comparte diversos aspectos del plan económico, pero anhela promover su debate para proponer fórmulas alternativas que —según especificó su vocero económico, el diputado paulista Aloisio Mercadante— apunten a contener la inflación y a retomar los índices de desarrollo.

"Cualquier avance en la economía será un problema menos para el PT en el gobierno", manifestó Lula.

01-03

9401219

ELEIÇÕES 94

Jereissati e Lula só admitem uma aliança no segundo turno

☐Os presidentes do PSDB e do PT receberam um manifesto assinado por 500 pessoas pedindo a união dos partidos progressistas

AE/ZH



Aproximação: *Lula (E) e Jereissati (D) fizeram demonstração de boa-vontade*

São Paulo — Os presidentes nacionais do PSDB, Tasso Jereissaiti, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, receberam ontem um manifesto com cerca de 500 assinaturas de empresários, intelectuais, dirigentes sindicais e parlamentares propondo a união dos partidos progressistas, especialmente o PT, PSDB e a chamada ala ética do PMDB. Eles almoçaram juntos num restaurante da zona Sul de São Paulo, com a presença, entre outros, do ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, dos empresários Emerson Kapaz e Oded Grajew, e do deputado Maurílio Ferreira Lima (PSDB-PE), que deixou recentemente o PMDB.

Jereissati e Lula afirmaram que seus partidos pretendem disputar o primeiro turno das eleições presidenciais com candidatos próprios. Mesmo assim, os adeptos do manifesto esperam que a aliança não se inviabilize no segundo turno. O documento, intitulado *Conclamação*, pede a união das forças progressistas em torno de um programa "realista e factível, que seja a base de uma composição de forças comprometidas com mudanças sociais e políticas".

Jereissati vai defender hoje, numa reunião de presidentes de partidos em Brasília, a proposta, lançada pelos petistas, de suspender a revisão constitucional até o encerramento dos trabalhos da CPI do Orçamento, para que seja dada prioridade à votação do ajuste fiscal. Em troca, Lula admitiu que o PT está disposto a conversar com a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sobre vários pontos do novo plano econômico.

PARTIDOS

PSDB rejeita aliança no primeiro turno

Banco de Dados/ZH



Jereissati: *otimista*

☐O congresso que reuniu líderes em São Paulo, neste fim-de-semana, decidiu que vai disputar a presidência com um candidato próprio

São Paulo — A aliança entre o PSDB e o PT para as eleições do ano que vem é inviável, pelo menos para o primeiro turno das eleições presidenciais. Essa foi a opinião consensual dos principais líderes tucanos reunidos sexta-feira no primeiro dia de debates do II Congresso Nacional do PSDB, que encerrou sábado, no Palácio dos Trabalhadores, propriedade da Força Sindical. O objetivo do Congresso foi discutir o atual momento político e possíveis alianças para 1994.

Segundo o presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, a coligação com o PT no primeiro turno é difícil porque os dois partidos deverão lançar candidatos próprios para presidente da República. Para ele, existe também a possibilidade de o PSDB se tornar o maior partido do país no ano que vem, por causa da crise que atinge o PMDB, com líderes envolvidos com a corrupção da máfia do Orçamento.

Tasso Jereissati disse não acreditar no envolvimento do senador Teotônio Vilella Filho (PSDB-AL) com o esquema de corrupção. O senador alagoano teve seu nome citado no relatório da Odebrecht, descoberto pela CPI na casa de um dos diretores da empreiteira, na semana passada.

O governador do Ceará, Ciro Gomes, entende que uma aliança com o PT somente será viável para o segundo turno, embora a prioridade do PSDB agora seja a de garantir a governabilidade do país. Essa também foi a opinião manifestada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, um dos principais líderes do PSDB, para quem não se deve negociar alianças eleitorais agora, mas "discutir a viabilidade do país".

Para o senador Mário Covas (SP), uma coligação com o PT é praticamente inviável. O ministro do Bem-Estar Social, senador Jutahy Magalhães (BA), candidato declarado ao governo da Bahia, também presente ao encontro, foi um dos poucos que defendeu uma aliança com o PT ainda no primeiro turno.

JB 22/12

CUT autoriza a quebra do seu sigilo bancário

Entidade quer esvaziar CPI criada pelo Congresso

Da Sucursal de Brasília

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jair Meneguelli, autorizou ontem a quebra de sigilo bancário da entidade e de 26 dirigentes da sua executiva nacional. A autorização foi dada em reunião com o diretor de fiscalização do BC (Banco Central), Edson Sabino. Meneguelli também entrou com uma representação na Procuradoria Geral da República pedindo a abertura de inquérito para apurar denúncias contra a entidade.

As duas iniciativas são uma tentativa da CUT de esvaziar a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) criada para investigar supostas transferências de verbas da central para o PT, o que é proibido por lei. A CPI foi solicitada pelo senador Espiridião Amim (PPR-SC) há dois meses. O PFL e o PSDB ainda não indicaram seus representantes na CPI, que só deve ser instalada depois de concluídas as investigações da CPI do Orçamento.

A autorização de quebra de sigilo bancário entregue ao BC permite o rastreamento das contas nos últimos cinco anos. Esses documentos devem ser enviados à Procuradoria, à CUT e aos presidentes da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE) e do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB) com quem Meneguelli se reuniu ontem. A CUT também vai divulgar a prestação de contas referentes do dinheiro recebido de entidades internacionais.

Nº. DOCUMENTO 9401221

TITULO PPR expulsa o João Alves.

PROCEDENCIA 150029

FECHA DE 2/12/93

VINCULACIONES 507482

11164

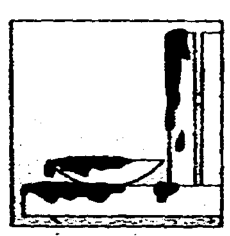
11304

24 2/12

CONVULSÃO EM BRASÍLIA

PPR expulsa João Alves

☐O deputado baiano, que movimentou US$ 32 milhões em suas contas bancárias desde 1989, é considerado o líder da máfia do orçamento



Brasília — O deputado João Alves (PPR-BA), tido como chefe da máfia do Orçamento, recebeu ontem a primeira punição pelas atividades ilícitas que renderam as suas contas bancárias uma movimentação de US$ 32 milhões. Ele foi expulso do partido, por decisão unânime da executiva nacional, que ratificou a recomendação do conselho de ética. "João Alves feriu a ética e o decoro parlamentar", resumiu o deputado Vasco Furlan (SC), presidente do conselho.

Há um ano, o deputado entrou no PPR, após deixar o PFL. Ontem, havia um sentimento de alívio pela expulsão entre os membros da executiva. Furlan lembrou, várias vezes que João Alves cometeu os crimes de que é acusado quando ainda pertencia ao PFL. A decisão do PPR foi motivada principalmente pelo depoimento prestado pelo deputado à CPI do Orçamento. "O ar de deboche e as evasivas dele revelaram desprezo pelo parlamento", disse Furlan. "Ele praticamente nos obrigou a recomendar a expulsão". Um dos aspectos que mais convenceram os integrantes da executiva foram os prêmios que o deputado disse ter vencido nas loterias oficiais da Caixa Econômica Federal.

Se quiser, João Alves poderá recorrer da decisão a uma instância superior do PPR, no caso o diretório nacional. Ontem mesmo, seu advogado, Antônio Carlos Osório, não revelou disposição de recorrer. "Meu cliente não ficou surpreso", revelou.

Durante todo o processo de expulsão, Alves não se preocupou em comparecer pessoalmente para explicar as acusações contra ele. Através de seus representante, limitou-se a repetir ao partido as mesmas explicações que deu à comissão parlamentar. Alves poderia, se assim desejasse, solicitar mais prazo para sua defesa, mas não pediu. "Aqui ninguém é criança", comentou Furlan.

01-01

9401221.

Crise política faz Itamar cancelar viagem

☐O presidente desistiu de ir a Nova Délhi para o encontro dos países em desenvolvimento e criou um constrangimento diplomático

LEANDRO FORTES

21:3/12



Brasília — O presidente Itamar Franco provocou um constrangimento diplomático ao anunciar, ontem à tarde, que não comparecerá à reunião do Grupo dos 15 países em desenvolvimento (G-15), marcada para o dia 13, em Nova Délhi, capital da Índia. O Brasil será o único país da América do Sul a não ter como representante no encontro seu chefe de governo. Oficialmente, Itamar informou que desistiu de viajar porque o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), achou importante sua presença no país durante as novas investigações da CPI do Orçamento. Itamar, no entanto, também tem outra preocupação: no dia 16, data de encerramento da reunião, pretende viajar para Juiz de Fora, onde sua filha mais velha, Georgiana, se formará em Odontologia.

"Esses cancelamentos pegam muito mal, especialmente esse, em cima da hora", avaliou um funcionário do Itamaraty. Segundo ele, Itamar contribuiu para piorar o já frágil relacionamento diplomático entre o Brasil e a Índia. De 1985 para cá, três viagens para acordos bilaterais com a Índia foram canceladas. Itamar, no entanto, é reincidente. No final de setembro, o presidente desistiu de uma viagem oficial ao Chile por causa de uma crise política no seu ministério.

DOENÇA — A última reunião do Grupo dos 15, realizada em Dacar, Senegal, só contou com a presença de Itamar porque o então chanceler, Fernando Henrique Cardoso, lhe deu um ultimato: ausente nas duas reuniões anteriores, o Brasil seria expulso do grupo se o presidente faltasse à terceira. Itamar, a contragosto, foi a Dacar, mas voltou no mesmo dia para ficar ao lado da mãe, Itália, que estava muito doente em Juiz de Fora.

TAMBALEA EL CONGRESO DE BRASIL POR LA CORRUPCION; FRANCO APLAZA VIAJE

BRASILIA y RIO DE JANEIRO, 2 (ANSA).— El presidente de Brasil, Itamar Franco, suspendió hoy un viaje al exterior a raíz de la crisis por las denuncias de corrupción, que hace tambalear al Congreso a punto tal que los militares aclararon públicamente que no pretenden cerrarlo, mientras la opinión está azorada ante nuevos detalles sobre el vasto sistema para apropiarse de dinero del Estado.

Manuales, resoluciones, un reglamento, disposiciones claramente establecidas sobre los sobornos a pagar a legisladores y funcionarios del Ejecutivo, así como porcentajes para las empresas beneficiadas con la adjudicación de obras públicas, forman parte del sistema minuciosamente armado para conseguir ganancias ilegales y que fue definido como un fortísimo factor de poder.

Los brasileños vieron así colmada totalmente su capacidad para sorprenderse ante la corrupción generalizada, mientras todavía no están claramente determinadas las responsabilidades por otro sistema delictivo, el referido a la confección del presupuesto federal.

Franco anunció hoy la suspensión del viaje oficial previsto para el 10 de este mes a India porque, dijo, quiere estar presente en "este histórico momento" que vive Brasil.

Pero poco antes, el Ejército había difundido un comunicado para descartar la posibilidad de un golpe de Estado o un cierre del Congreso, que tiene a por lo menos 45 de sus integrantes investigados por corrupción.

El general Gilberto Serra, director del Centro de Comunicación Social del Ejército, afirmó hoy que las Fuerzas Armadas siguen "con tranquilidad" los sucesos y apoyan el proceso de "purificación" en todas las instituciones.

Sin embargo, para varios observadores esa necesidad de dar cuenta de la "tranquilidad" en el frente militar no hace otra cosa que poner en evidencia que la fuerte tensión política en Brasil involucra a las Fuerzas Armadas.

Varios partidos políticos estaban empeñados en un esfuerzo conjunto por encarrilar las investigaciones sobre corrupción en el manejo del presupuesto federal, para así lograr que el Congreso funcione mínimamente y que la campaña política pueda seguir su curso hacia las elecciones presidenciales y legislativas del año próximo.

Cuando todavía faltaba comprobar el éxito de ese esfuerzo, el país se conmocionó ayer por nuevas denuncias sobre un verdadero holding de la corrupción, en funcionamiento —se afirma— desde los años 30. Inicialmente se dio que 100 legisladores estaban involucrados, pero la cifra fue reducida hoy a 35, lo que sin embargo no alcanzó para atenuar el impacto del escándalo.

Ratifican que Collor continúa inhabilitado

• El Tribunal mantuvo la decisión

Los eventuales planes del ex Presidente Fernando Collor de Melo de retornar a la actividad política podrían quedar definitivamente enterrados, después que el Supremo Tribunal Federal ratificara ayer, por 7 votos contra 4, la suspensión de derechos políticos que le fuera impuesta.

Brasilia (Ansa)

La sociedad brasileña esperó expectante la decisión del Supremo Tribunal, que podría abrir un nuevo período político después de la dura etapa que signó la gestión y el fin del gobierno de 30 meses de Collor de Melo, que había prometido la transformación de Brasil en un país moderno y próspero. El ex Presidente, a quien hoy se rechazó definitivamente todos los recursos que planteó para anular la inhibición política por ocho años, fue elegido en 1989 con el 50 por ciento de los votos, con la promesa de salvar a la propiedad privada de la terrible amenaza que representaba su adversario Luis Ignacio "Lula" Da Silva, quien obtuvo el 45 por ciento de los sufragios.

Los Ministros del Supremo Tribunal de Justicia que confirmaron hoy la sentencia del Senado Federal que impide a Collor postularse a cualquier cargo electivo hasta el año 2000, destacaron la competencia de ese foro parlamentario para juzgar por "delito de responsabilidad" al ex Presidente.

Los abogados de la acusación, encabezados por Evandro Lins e Silva, advirtieron a los miembros del alto tribunal sobre la responsabilidad político-institucional del fallo, que podría incidir sobre la futura estabilidad política y en salvaguarda de las instituciones democráticas.

Después del voto del Ministro Torreao Braz, que sepultó las últimas esperanzas políticas de Fernando Collor de Mello para los próximos ocho años, los adversarios del ex Presidente y los manifestantes, frente al propio recinto del Tribunal, festejaron la decisión.

Esa misma gente espera ahora que, con la acción impetrada en la víspera ante la Justicia Federal por el Procurador General de la República, Arístides Junqueira, acusando de "improbidad y enriquecimiento ilícito" a Collor, a sus colaboradores y a 24 empresas, pueda llevar ahora el castigo penal a quienes se vieron involucrados en "el esquema de corrupción" politicoeconómica más grave que afectó hasta ahora al Brasil.

Río contra la violencia

Mientras tanto, la ciudad de Río de Janeiro paralizará mañana todas sus actividades durante dos minutos, al mediodía, en manifestación cívica de reflexión contra la violencia y por la revitalización de la ciudad.

La iniciativa es organizada por la recién creada Comisión de Ciudadanos, que lanzó la campaña "Viva Río", que recibió el apoyo de todos los sectores de la sociedad, desde la Iglesia Católica a las comunidades extranjeras, industriales, comerciantes, sindicatos de trabajadores y profesionales liberales, Policía Militar, medios de comunicación, Bolsa de Valores, y cariocas en general.

El movimiento busca que los cariocas reflexionen sobre los problemas de Río de Janeiro, como la violencia y el deterioro de la calidad de vida, para que vuelva a ser la "Cidade Maravilhosa", para lo cual se llamó a que todos vistan mañana ropas blancas, simbolizando la paz deseada.

Decenas de relojes callejeros de Río comenzaron al mediodía de hoy con la cuenta regresiva en minutos hasta el mediodía de mañana, cuando contabilizarán los 120 segundos de paralización de actividades.

Cinco minutos antes del mediodía de mañana, 226 iglesias tocarán sus campanas llamando a la población carioca a paralizar sus actividades por dos minutos.

La Policía Militar ayudará a paralizar el tránsito en los principales puntos de la ciudad, principalmente en el centro de Río donde, además, se realizarán diversos actos cívicos.

Los semáforos de tránsito se mantendrán durante dos minutos con las luces rojas, los sindicatos de choferes de autobuses y taxis también paralizarán sus máquinas, los túneles de la ciudad serán cerrados minutos antes del mediodía para que nadie quede atrapado durante el acto cívico, y la Bolsa de Valores de Río de Janeiro paralizará también sus actividades.

El Presidente Itamar Franco informó que se sumará a la campaña "Viva Río" paralizando las actividades que estará realizando en la ciudad Juiz de Fora (Minas Gerais), donde estará mañana.

Los comerciantes en tiendas, shoppings centers y supermercados también paralizarán sus actividades, además de los bancos y reparticiones públicas.

En la iglesia de la Candelaria se realizará un abrazo simbólico comandado por el Alcalde de Río, César Maia, el Ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, empresarios y representantes de entidades sociales, para recordar la matanza de ocho niños de la calle que ocurrió en ese lugar.

En la favela de Vigario Geral, donde fueron asesinadas 21 personas por un grupo de exterminio, se realizará una dramatización del episodio en la casa donde fue muerta una familia entera de evangélicos.

"Una movilización popular como la de 'Viva Río' es un esfuerzo válido para despertar la conciencia adormecida. En medio del desorden en que vivimos, la apelación a cada uno de nosotros para que asuma su parte de responsabilidad en la corrección de los males es reforzado por la opinión pública", dijo el Cardenal Salles.

"Esta movilización popular es apenas el despertar, el inicio, un primer paso. Sus frutos dependen de la continuidad", agregó.

Para uno de los promotores del suceso, la economista Clarice Pechman, "el movimiento se propone enfrentar el clima de apatía y miedo que domina en Río y afecta a todas las relaciones. Es una iniciativa informal cuya idea central es combatir la violencia sin violencia".

CONVULSÃO EM BRASÍLIA

Disquetes desvendam esquema de corrupção

□O material apreendido na casa de um dos diretores da Odebrecht confirma a existência de uma estrutura paralela de poder no país

ZH 11/12

Brasília — A decodificação de 84 disquetes da construtora Norberto Odebrecht revelou uma poderosa estrutura de poder "constituída à sombra do Estado brasileiro". De acordo com o relatório feito pelos deputados Aloízio Mercadante (PT-SP) e Moroni Torgan (PSDB-CE) e pelo senador Francisco Rollemberg (PFL-SE), entregue ontem ao presidente da CPI do Orçamento, Jarbas Passarinho (PPR-PA), a Odebrecht tinha atuação eficaz em todo o processo de elaboração e de execução do Orçamento da União. Entre as descobertas está a identidade do misterioso e poderoso "tio" dos diretores da Construtora Norberto Odebrecht, capaz de liberar verbas milionárias para obras da empreiteira. A CPI do Orçamento informou que trata-se de Nelson Baeta Neves, ex-assessor especial de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, durante a gestão do ex-ministroAntônio Cabrera, no governo Collor.

O relatório da CPI do Orçamento sobre o farto material apreendido em novembro na casa do diretor da Odebrecht, Ailton Reis, comprovou a atuação do poder paralelo em todos os níveis, assegurando os interesses da organização. Um detalhe está intrigando a CPI e está sendo analisado pelas subcomissões. É a relação de 39 parlamentares, muitos por siglas com as iniciais dos nomes - em uma planilha de três folhas, tendo à frente percentuais que vão de 0,5% a 8,5%. Nesta papelada reaparecem os nomes de deputados já anteriormente citados em outros documentos como o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e dos deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB). Pelo menos 15 governadores também são citados pela Odebrecht. Eles aparecem como avalizadores políticos, juntamente com deputados e senadores, para obras da empresa.

O nome do presidente Itamar Franco apareceu num documento já desconsiderado pela CPI. Trata-se de um ofício enviado à Caixa Econômica Federal pedindo que o prefeito, João Alvarenga, fosse atendido em seu pedido para a realização de uma obra.



AE ZH

Dia de tensão: *José Genoino, Simon, Mercadante, Passarinho e Klein se dirigem para a reunião da CPI*

ASSINATURA — A interferência da Odebrecht é constatada desde o nascedouro, no Executivo, até a aprovação final do projeto pelo plenário do Congresso Nacional. A estrutura montada pela Odebrecht permitia, conforma a CPI, o controle de cerca de US$ 600 milhões do orçamento, dos quais US$ 200 milhões eram liberado s todos os anos. Ainda nos documentos da empresa, é dito que o ministério onde o desempenho foi melhor foi o da Agricultura, onde o "tio" favorecia. Nem o dinheiro da cólera escapou à Odebrecht. Por intermédio de governadores, a empresa conseguiu, em valores atuais, realizar obras de abastecimento de água em Rondônia (CR$ 2 bilhões); Roraima (CR$ 100 milhões); Amapá (CR$ 400 milhões) e Acre (CR$ 800 milhões).

Havia ainda, na estrutura da empresa, condições de garantia para a inclusão no Orçamento, evitando o congelamento de créditos — os contingenciamentos — com apoio dos ministérios, dos governadores e dos congressistas. Estes, em muitos trechos, são chamados de parceiros. O alcance da construtora era tão grande que chegou a fazer a minuta de um ofício, levá-lo ao então ministro da Infra-Estrutura João Santana, e este o assinou exatamente como no original.

CONVULSÃO EM BRASÍLIA

Relator pedirá cassação de até 15 deputados

Banco de Dados/ZH



Magalhães: *decisão pela cassação*

□O relatório parcial da CPI deve ficar pronto no dia 16 e ser votado até o dia 21. Roberto Magalhães diz que há provas suficientes

Brasília — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), disse hoje que em seu relatório parcial pedirá a cassação de dez a 15 parlamentares contra os quais já existem provas de envolvimento no escândalo de corrupção do Orçamento. Ele pretende conversar com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), para ver como isso será feito. O relatório parcial, que deve ficar pronto no próximo dia 16 e votado pela CPI dia 21, já tem 168 páginas (18 de introdução e 150 com resumos de depoimentos).

"Só não vou pedir a cassação de quem não foi ouvido ainda, respeitando o procedimento que vem sendo adotado pela CPI mesmo quando já existem provas contra alguém", explicou Magalhães. Sua intenção é terminar o processo no dia 21, sendo definitivo em relação aos conteúdos relatados até aquele momento. Além das cassações, Magalhães pretende abordar neste relatório a questão das empreiteiras como forma de "habilitar a Câmara e o Senado para novas ações". Para o relator não há dúvida: "Constatamos que há um super-esquema e que novas investigações devem ser iniciadas logo". Ele não pretende sugerir diretamente a formação de uma CPI dos corruptores ou das empreiteiras, mas deixará isso implícito no seu relatório.

Adiantou também, que vai pedir o fim das subvenções sociais, mudanças no processo de elaboração da proposta orçamentária e de liberação de recursos no executivo, e na forma como se dá a participação do Congresso no emendamento do orçamento. O relator comentou também a possibilidade de alguns dos envolvidos estarem adiando deliberadamente seu depoimento para não constarem do primeiro relatório. "Escapa desse, mas não do relatório do dia 17 de janeiro", disse ao mesmo tempo em que admitia que espera "levar muita pancada" em virtude de suas conclusões.

Ibsen enviou dinheiro para o Uruguai

Remessa de duas ordens de pagamento chegam a US$ 114 mil e foram feitas dois dias antes do Plano Collor

GUSTAVO KRIEGER
Da Sucursal de Brasília

SUPERESCÂNDALO

Nos dias 9 e 13 de março de 1990, o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB- RS), enviou duas ordens de pagamento no valor total de US$ 114 mil para a casa de câmbio Indumex, na cidade uruguaia de Rivera. Dois dias depois da segunda remessa de Ibsen para o exterior o governo editou o Plano Collor, que bloqueou todos os investimentos acima de NCz$ 50 mil (US$ 1,3 mil).

A descoberta foi feita ontem pela subcomissão de bancos da CPI do Orçamento. A subcomissão realizou uma rigorosa investigação nas contas de Ibsen Pinheiro. O relatório final esta investigação, concluído ontem, reafirmou a avaliação de que o deputado teve depósitos de US$ 1,1 milhão em suas contas bancárias nos últimos cinco anos. A movimentação bancária total de Ibsen chega a US$ 2,3 milhões, incluindo resgates de investimentos e transferências entre contas bancárias.

O relatório preliminar nas contas de Ibsen, concluído há cerca de três semanas tinha sido contestado pelo parlamentar. Ele afirmou que os depósitos em suas contas bancárias nos últimos cinco anos não tinham ultrapassado US$ 600 mil. Ibsen pressionou o comando da CPI e conseguiu uma nova investigação em sua conta, que acabou confirmando os números do primeiro levantamento.

A CPI continua investigando a suspeita de uma operação triangular entre Ibsen e os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA) e João Alves (sem partido-BA). Entre 23 e 28 de junho de 1989, Genebaldo Correia recebeu dois depósitos em sua conta no Banco Cidade. O primeiro depósito, registrado em 23 de junho de 1990, foi feito através de do cheque administrativo 059564, emitido pela BMC Corretora S.A., no valor de Ncz$ 50 mil. O segundo depósito, de Ncz$ 52 mil, foi feito em dinheiro no dia 28 de junho de 1990.

No total, Genebaldo recebeu depósitos de Ncz$ 102 mil (cerca de US$ 70 mil) entre 23 e 28 de junho. No dia seguinte, ele repassou exatamente a metade deste valor (Ncz$ 51 mil) para uma conta de Ibsen no Banrisul. Os dois parlamentares alegam que o dinheiro foi enviado para financiar a compra de uma caminhonete F-1000 que Ibsen compraria e equiparia no Rio Grande do Sul e enviaria para Genebaldo na Bahia. Eles dizem que o o negócio foi desfeito e o dinheiro devolvido. Nem Ibsen nem Genebaldo sabem dizer quando e como aconteceu esta devolução.

Suspeita

A CPI suspeita que o dinheiro tenha vindo de João Alves, que tem conta no BMC. O banco enviou ontem um ofício à CPI dizendo que o cheque administrativo da BMC corretora depositado na conta de Genebaldo se refere a um título ao portador resgatado pelo deputado. A resposta não resolveu as d=uvidas da CPI, já que este tipo de título não identifica o investidor. A comissão vai pedir ao BMC que tente identificar o primeiro titular do investimento.

Ministros da Cultura e da Previdência saem

Da Sucursal de Brasília

O presidente Itamar Franco definiu ontem duas mudanças. Com a saída de Antônio Britto, a Previdência Social passa a ser comandada pelo seu secretário executivo, Sérgio Cutolo. Na Cultura, houve uma troca de diplomatas —Jerônimo Moscardo se demitiu e vai ser substituído interinamente pelo também secretário-executivo Asdrúbal Ulisséa.

O economista Sérgio Cutolo, 41, assume terça-feira o cargo no hotel Glória, no Rio de Janeiro, onde o presidente Itamar Franco estará despachando na próxima semana. Antônio Britto deixa o cargo para disputar as eleições em 94. A transmissão de cargos acontece em Brasília, na quarta-feira, às 10h30. Cutolo disse que manterá o progama de trabalho elaborado por Antônio Britto, que tem mais de cem itens, com destaque para o combate à fraude e à sonegação.

Moscardo deixou a Cultura atirando no plano econômico apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Ele apresentou sua carta de demissão depois que Fernando Henrique e seu colega do Planejamento, Alexis Stepanenko, o criticaram junto ao presidente Itamar Franco. Sua demissão era considerada irreversível há dois dias.

Em entrevista no Palácio do Planalto, Moscardo afirmou que deixou o governo por discordar do plano econômico. Ele classificou o plano de "dolarização disfarçada" e disse que o país se transformou em uma "floresta de leguminosas". Depois, em entrevista à **Folha** chamou a dolarização de "bastarda". O secretário-executivo do ministério, Asdrúbal Ulisséa, vai assumir o cargo interinamente. Ulisséa é diplomata de carreira aposentado e pode vir a ser efetivado no cargo.

Itamar confirma Sérgio Cutolo na Previdência

□O presidente aceitou o nome escolhido pelo ministro Antônio Britto para sucedê-lo a partir do dia 14 e marcou a posse

Brasília — O ministro da Previdência Social, Antônio Britto, vai entregar o cargo no próximo dia 14 para seu secretário-executivo, Sérgio Cutolo. A posse de Cutolo foi anunciada ontem à noite, no Palácio do Planalto, confirmando informação antecipada com exclusividade por Zero Hora, na semana passada. Escolha pessoal do ministro Antônio Britto, o nome de Cutolo foi acatado por Itamar sem restrições. A posse está marcada para a próxima terça-feira, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro.

Ontem, Britto não escondia sua satisfação por ter conseguido fazer o sucessor na Previdência. "Não sou eu quem tem que ficar satisfeito, mas o governo com a nomeação de Cutolo", desconversou.

O novo ministro confirmou que manterá o programa desenvolvido junto com Antônio Britto no Ministério. Ele disse que conversará nas próximas horas com o presidente Itamar Franco, para discutir se há necessidade de fazer alguma mudança na estrutura do Ministério.

Paulistano, 41 anos, economista com pós-graduação na Universidade de Brasília, Sérgio Cutolo já vem se destacando no segundo escalão do governo desde quando Almir Pazzianoto era Ministro do Trabalho e ele secretário de Trabalho. Foi também assessor de Dorothéa Werneck no Ministério do Trabalho e secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério, de Marcílio Marques Moreira. Assumiu a secretaria executiva do Ministério da Previdência junto com Antônio Britto. Os dois se conheceram quando Britto era deputado e o Congresso negociava com o Executivo o plano de benefícios e custeio da Previdência.

cargos

Dois novos ministros assumem

□Os titulares da Cultura e Previdência têm planos ambiciosos, apesar da falta de recursos no orçamento de 1994 para os ministérios

Rio — A posse dos dois novos ministros do governo Itamar que ocorreram ontem tiveram algumas horas de diferença e uma distância geográfica de mais de 1.000 quilômetros. Mas não foram apenas essas as diferenças. Em Brasília, a transmissão do cargo de ministro da Previdência para o economista Sérgio Cutolo parecia mais a cerimônia de posse de Antônio Britto. A solenidade lotou o auditório do ministério e foi prestigiada por sete ministros de Estado, entre eles Fernando Henrique Cardoso, pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e por líderes políticos. No Rio de Janeiro, o novo ministro da Cultura, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, tomou posse no Hotel Glória, onde está hospedado o presidente Itamar Franco. Com a presença de representantes da classe artística, Nascimento e Silva foi cercado por artistas entusiasmados com as ligações do ministro com o cinema.

Em seu discurso de posse, Sérgio Cutolo não se conteve e quase chorou ao agradecer o apoio do amigo Antônio Britto. O novo ministro disse que vai cumprir à risca duas determinações dadas a ele pelo presidente Itamar Franco: "Não aceitar interferências políticas no ministério e concluir o trabalho iniciado por Britto há 14 meses". Cutolo afirmou que dará prioridade ao combate à sonegação e às fraudes contra a Previdência.

Para resolver o problema financeiro da Previdência, o ministro disse que é fundamental a aprovação do Orçamento da União de 1994 e do plano econômico apresentados pelo ministro Fernando Henrique. Só para o pagamento da diferença aos segurados que recebiam menos de um salário mínimo será necessário US$ 1,4 bilhão em 94.

No Rio, Nascimento e Silva anunciou que sua prioridade será a produção teatral e para isso deverá revisar a Lei Rouanet, por criar dificuldades burocráticas no repasse de recursos para o setor. Durante a solenidade, vários artistas aplaudiram o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Mauro Durante, que garantiu que o Ministério da Cultura não será extinto e que o presidente quer ampliar os recursos para o setor.

O novo ministro acredita que, com criatividade, força de vontade e real desejo de trabalhar, conseguirá superar as dificuldades impostas pelos poucos recursos do Ministério, que tem uma participação de 0,024% no Orçamento da União.

FHC é candidato e deixa governo em abril

Se plano não tiver apoio, ministro concorre ao Senado; se tiver, disputa a presidência da República

JOSIAS DE SOUZA

Diretor-executivo da Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, planeja deixar o governo antes de abril de 94, prazo final para oficialização de candidaturas às próximas eleições. Sua saída não está sendo condicionada ao êxito ou ao fracasso do programa econômico anunciado ontem.

Se, por qualquer motivo, seu plano de estabilização fracassar, o ministro da Fazenda sai. Se tudo correr como planejado pela equipe econômica, Fernando Henrique Cardoso também sai. No momento, o ministro aposta tudo no êxito da estratégia de gerência econômica que montou com sua equipe. Acha que, por falta de propostas alternativas, o Congresso Nacional pode resistir inicialmente, mas acabará aprovando as medidas.

Cenários

No cenário pessimista, que passa pelo insucesso do plano, Fernando Henrique Cardoso deixaria para o presidente Itamar Franco a tarefa de escolher o seu substituto. Caso obtenha sucesso, tentaria convencer o presidente a manter à frente da pasta da Fazenda um de seus assessores mais próximos, o economista Edmar Bacha, atual assessor especial do Ministério.

Fernando Henrique está decidido a concorrer às próximas eleições. Disputará no mínimo uma vaga de senador. No máximo, a cadeira de presidente da República. Exclui de seus planos a disputa do governo de São Paulo. Acha que o nome mais adequado para este caso é o do senador Mario Covas (PSDB-SP).

Como a implementação do Plano FHC se dará em várias fases, não será possível constatar, até março de 94, se as medidas anunciadas ontem serão suficientes para tombar a inflação e equilibrar a economia. Prevê-se, no entanto, que àquela altura, já se poderá constatar se a equipe do ministro da Fazenda Fernando Henrique está ou não no caminho certo.

Continuidade

A necessidade de preservação da estratégia seria o principal argumento de Fernando Henrique junto a Itamar, para convencê-lo a transformar em ministro uma pessoa da atual equipe, já familiarizada com o plano. Nesta hipótese, que favorece o lançamento da candidatura presidencial de Fernando Henrique, a campanha se sustentaria no discurso da continuidade de uma política econômica bem sucedida.

As lideranças do PSDB avaliam, em discussões internas, que há um imenso espaço para o lançamento de uma nova candidatura à Presidência. Os tucanos crêem que um nome alternativo ao de Luiz Inacio Lula da Silva, do PT, terá enormes chances de êxito eleitoral.

Mais ao centro

No momento, essa alternativa mais ao centro é representada com maior intensidade pelo ministro Antônio Britto (Previdência). Mas a cúpula do PSDB acha que, dependendo do andamento do plano econômico, Fernando Henrique pode assumir a dianteira.

No Palácio do Planalto, informa-se que Itamar Franco não pretende seguir o exemplo do ex-presidente José Sarney, que se absteve de influir na própria sucessão. A chapa dos sonhos de Itamar reúne Britto e Fernando Henrique. O presidente não especifica quem gostaria de ver encabeçando a chapa.

Nº ... 9401227
Tit... Techos del proceso electoral de 1994
P... 150029
Fecha ... 6/12/93
Vinculo ... 507482
11169
11302

PRINCIPAIS DATAS DO PROCESSO ELEITORAL DE 1994



1993 — 31 DEZEMBRO: Último dia para confirmação de domicílio eleitoral de candidatos

1994 — 9 JANEIRO: Último dia para filiação partidária de candidatos

1994 — 2 ABRIL: Último dia para desincompatibilização de candidatos que exerçam cargos públicos

1994 — 2 ABRIL: Início do prazo para realização de convenções regionais e nacional

1994 — 31 MAIO: Último dia para inscrições e transferências de eleitores | Alistamento obrigatório para maiores de 18 anos, facultativo para menores de 16 a 18 anos | Último dia para realização de convenções regionais e nacional

1994 — 10 JUNHO: Último dia para registro de chapas no TSE e nos TREs

1994 — 2 AGOSTO: Início da propaganda eleitoral para o 1º turno

1994 — 30 SETEMBRO: Último dia de propaganda eleitoral para o 1º turno

1994 — 3 OUTUBRO: Eleição de presidente da República e dos governadores (1º turno), senadores, deputados federais e deputados estaduais

1994 — 24 OUTUBRO: Início da propaganda eleitoral para o 2º turno

1994 — 12 NOVEMBRO: Último dia de propaganda eleitoral para o 2º turno

1994 — 15 NOVEMBRO: Eleição, em 2º turno, do presidente da República e dos governadores, onde nenhum candidato tenha alcançado a maioria absoluta no 1º turno

01-01

9401227

Cheques para Itamar

Collor reafirma que o presidente recebeu verbas em 89;

vão ser investigados

ex-presidente diz que prisão de PC foi "arbitrária"

Da Sucursal de Brasília

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) começa hoje a investigar a possibilidade do presidente Itamar Franco ter recebido cheques de "fantasmas" do esquema PC para financiar a campanha presidencial de 1989, em Minas Gerais. O deputado vai analisar duas caixas de cheques emitidos por PC e por seus fantasmas, reunidos pela CPI que culminou com o impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

Teixeira tomou, em caráter pessoal, a iniciativa de requerer os documentos à presidência do Congresso. "A princípio, vamos analisar uma conta-fantasma (de Alberto Alves Miranda) criada especificamente para movimentar recursos da campanha eleitoral", disse o deputado, que participou da CPI do Collorgate.

Ontem, Collor afirmou que Itamar recebeu ajuda financeira durante a campanha, mas evitou entrar em detalhes apesar da insistência da reportagem, que repetiu a pergunta várias vezes. Disse apenas que esse tipo de ajuda é normal em qualquer campanha. "Na qualidade de vice na minha chapa, é natural que ele (Itamar) tivesse tido recursos da campanha à sua disposição", afirmou. Ele disse não saber se Itamar negociou esses recursos diretamente com PC Farias.

A posição de Collor entra em contradição com um entrevista dele publicada na revista "Veja" desta semana. À revista, ele disse que Itamar entrou em contato com PC e passou a ser o coordenador da campanha em Minas. "O vice insistiu em ser o coordenador. O coordenador da campanha cuidava não só dos aspectos políticos, mas dos financeiros. Era também quem recebia o dinheiro e o distribuía", disse. "Depois disso, as despesas no Estado foram multiplicadas por dois. Minas foi o Estado em que a campanha custou mais caro", afirmou.

Ontem, o ex-presidente disse que é preciso acabar com a "hipocrisia" da sociedade em relação ao dinheiro gasto nas campanhas eleitorais. "Campanha eleitoral demanda recursos", afirmou. "Sem dinheiro não se faz campanha." Pela manhã, Collor recebeu nos jardins da "Casa da Dinda" cerca de cem pessoas para uma espécie de vigília religiosa. Eles aguardam o julgamento do mandado de segurança de Collor no STF (*leia texto ao lado*).

PC Farias

Durante a vigília, o ex-presidente criticou a maneira como seu ex-tesoureiro de campanha, o empresário Paulo César Farias, foi preso pelo governo brasileiro. "Foi um ato de pirataria política", afirmou Collor, acrescentando que "é assim que se inicia a quebra de um processo legal".

Para o ex-presidente, o que aconteceu com PC Farias "pode acontecer, a partir de agora, com qualquer cidadão brasileiro". Ele se declarou otimista com a possibilidade de reaver seus direitos políticos. Num discurso semelhante ao de seu ex-tesoureiro, Collor disse que a sociedade precisa "repelir" esse tipo de ato, classificado por ele como fascista.

Nº. DOCUMENTO 9401229
TITULO Estonia quiere ingresar al GATT.
PROCEDE L.J. - 150014
FECHA 23/1/94
VER. DE 510891
501186

Estonia

QUIERE ENTRAR AL GATT

Estonia emprenderá negociaciones para convertirse en miembro de pleno derecho del Acuerdo General de Aranceles y Comercio (GATT) dentro de dos años o menos, se informó oficialmente hoy, sábado, en Tallin, capital estonia. Según la agencia «Baltic News Service», el Gobierno estonio ordenó a su Ministerio de Asuntos Exteriores que inicie las conversaciones pertinentes con representantes del GATT. Estonia, país báltico que se separó en septiembre de 1991 de la ahora desaparecida URSS, está actualmente representado ante el GATT en condición de observador.

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

9401229

01-01

El intendente de Cerro Largo y el comandante del Ejército en Melo no creen que esté en juego la soberanía a causa del camino internacional

Nin Novoa dijo que Lacalle está informado sobre invasión brasileña en frontera norte

*** En un pedido de informes el diputado herrerista Luis Mallo establece que el tránsito exclusivo por territorio uruguayo, "afecta la soberanía nacional"**

*** El tema está en la órbita de la cartera del Ministerio de Transporte y Obras Públicas**

Eduardo Silveira
MELO

■ Gran repercusión en distintos ámbitos del departamento causó el artículo aparecido en la pasada edición de LA REPUBLICA sobre el riesgo de pérdida de soberanía que podría acarrear para Uruguay el trazado del denominado camino internacional que va de Aceguá hasta el río Negro.

MALLO HACE PEDIDO DE INFORMES A RELACIONES EXTERIORES

La encendida polémica sobre el camino internacional parece recién comenzar al conocerse encontradas opiniones de distintas autoridades vinculadas a Cerro Largo. LA REPUBLICA tuvo acceso en las últimas horas a un pedido de informes elevado por el diputado herrerista Luis Mallo al ministro de Relaciones Exteriores. La solicitud fue presentada en la Cámara de Representantes el pasado 4 de octubre. El legislador, al comienzo de la exposición, expresa que "la dirección y coordinación de las obras de dicho camino están a cargo del presidente de la Junta Local de Aceguá, que en el momento de las actuaciones era parte integrante de la Prefectura de Bagé. Más adelante Mallo afirma que el corredor internacional que coincide con el eje de la frontera tiene tramos intransitables, que determinaron la admisión, por los dos países, de lo establecido en el artículo II del convenio de caminos que acompañan la frontera, no pudiendo estar el eje de éstos a más de tres quilómetros de la línea divisoria. "Esos caminos —dice Mallo— discurrían por el territorio de ambos países, como lo evidencian las huellas existentes y los testimonios de quienes conocen por su vecindad antigua la evolución de los mismos". "Lo concreto es que los desvíos por territorio de Brasil fueron eliminados, sustituyéndolos, así como lo que se volvió intransitable, por caminos que discurren por territorio uruguayo, tal como lo evidencia la documentación oficial". El diputado Mallo dice "que las obras acordadas por el intendente de Cerro Largo y el prefecto de Bagé mejoran o mejorarían los caminos que acompañando la frontera discurren por el territorio uruguayo, con lo cual se consolida, en el sector de la frontera en cuestión, la existencia de vías de tránsito exclusivamente por Uruguay, que disminuyen o afectan la soberanía nacional —sin contrapartida— eliminadas las que discurrían por territorio brasilero".

La exposición de motivos de Mallo ingresa en su parte medular cuando indica que "la afectación de la soberanía fluye de la obligación sin contraprestación —en ese tramo— eliminando prácticamente todo camino por Brasil, de permitir por el territorio nacional el tránsito libre de personas no procedentes del mismo y más el tránsito de funcionarios extranjeros, con el respectivo uniforme y el armamento que corresponda, funcionarios extranjeros habilitados para realizar procedimientos en esos caminos que se sitúan dentro del territorio nacional. "La existencia de esos caminos, que insertos en el territorio nacional, pudo admitirse hace sesenta años —fecha del Convenio— como fórmula transitoria y en correspondencia con caminos que discurrían por Brasil, al quedar eliminados éstos, resulta una obligación lesiva para la República". Por último Mallo denuncia "que debe apreciarse como irregularidad singular, el que el coordinador, de aparente doble nacionalidad, desde que ha sido nombrado por el señor intendente de Cerro Largo como miembro de la Junta Local de Aceguá, lo que supone la ciudadanía oriental, es a la vez funcionario público brasilero, lo que le supone por ende ciudadanía brasilera, sustituyéndose así por real usurpación a quienes les corresponde legítimamente la fiscalización y caracterización de la frontera y la autorización de obras de tal carácter".

LO QUE QUIERE SABER MALLO

Las interrogantes que plantea el legislador son: a) la competencia del Ministerio de Relaciones Exteriores en cuanto a la caracterización y fiscalización de las fronteras y a las obras que en la zona, a su juicio, han sido o no usurpadas. b) Cuál es el fundamento de derecho, si existe, por el cual un ciudadano y funcionario público brasilero coordina obras que tienen bien establecida su disciplina jurídica y cuyo incumplimiento menoscaba la integridad del Estado y compromete su responsabilidad. c) Si el Ministerio de Relaciones Exteriores comparte la opinión de que el corredor internacional constituido en la forma indicada es de jurisdicción nacional y no municipal, por su propia naturaleza. d) Cuáles son las medidas inmediatas que el Ministerio, si las cree pertinentes, adoptará frente a la situación expuesta y a las responsabilidades de índole diversa que alcanzan quienes han actuado por procedimientos ilícitos o irregulares".

JERARCA DEL EJERCITO NIEGA QUE ESTE EN JUEGO LA SOBERANIA

Consultado por LA REPUBLICA el comandante de la Brigada de Caballería Nº 2 con asiento en Melo, coronel Eugenio Vieytez negó rotundamente que exista un problema limítrofe. "El tema radica en que el camino internacional está delineado por los marcos correspondientes, pero a su vez el camino que une esos marcos pasa por lugares intransitables, entonces desde hace más de 30 años se optó por un trazado que corre por el lado uruguayo, que por su altura permite el tránsito de los vehículos", aclaró el militar. Según Vieytez seguramente el tema será solucionado ya sea a través de Relaciones Exteriores, el Ministerio de Transporte y Obras Públicas o la propia Intendencia, ya que existe un estudio del Servicio Geográfico Militar con las mediciones y el trazado correspondientes. "No podemos hablar de una situación de litigio ya que la línea divisoria está bien marcada y están los marcos correspondientes, simplemente no se transita por allí porque hay dos o tres cañadas que impiden el pasaje", dijo Vieytez.





El presidente de la República, Luis Alberto Lacalle, fue informado de la situación creada en la frontera por el intendente arachano Rodolfo Nin Novoa.

NIN DICE QUE NO SE ESTA PERDIENDO SOBERANIA Y QUE LACALLE FUE INFORMADO

El intendente Rodolfo Nin Novoa, consultado sobre el tema, dijo que "históricamente este camino internacional ha ido buscando los mejores lugares para su trazado desde el punto de vista vial. Eso no significa que la línea fronteriza se corra, lo que se corre es el camino por una cuestión de practicidad. Creo que en un tiempo en el cual la integración es un tema superlativo, me parece que estas cosas que existen se arreglan con buena voluntad. No creo que se esté perdiendo soberanía y no creo que se justifique simplemente para hacer el camino por arriba de la línea, que no es obligatorio construir una obra monumental. Nosotros se lo planteamos al Presidente de la República, él escuchó y mandató al ministro Raffo para que estudie el tema", afirmó Nin. Por otra parte el intendente al referirse a las críticas del legislador Mallo, dijo que "el diputado Mallo está muy mal informado y me preocupa que el diputado maneje la información de esa manera porque demuestra de alguna manera un desconocimiento del departamento".

Aceguá: no hay litigio fronterizo con Brasil

Autoridad militar de la zona desmiente versiones

"El Coronel Eugenio Vieytes, Jefe de la Brigada de Caballería N°2 con jurisdicción sobre la zona fronteriza fue terminante en desestimar las versiones sobre un supuesto litigio fronterizo con Brasil en la región. "No está en juego la soberania del territorio uruguayo", afirmó.

MELO (por León Cabrera). "El camino internacional, que va de Aceguá al Río Negro, no pone en juego la soberanía del territorio uruguayo", afirmó el Jefe de la Brigada de Caballería N° 2.

El Coronel Eugenio Vieytes, fue consultado por **LA MAÑANA** respecto a un artículo aparecido ayer en el matutino "La República" donde anuncia que Brasil está a punto de tragarse 37 km. de territorio uruguayo en la zona fronteriza de Aceguá y que existe preocupación en el Ejército Nacional a raíz de este tema.

"La ruta internacional está perfectamente trazada por lo que nó existe ningún tipo de litigio. Lo que sucede es que no se transita por el camino internacional, porque hay una serie de cañadas y accidentes geográficos que impiden el acceso a los vehículos, se puede transitar solamente a caballo o a pie, pero está perfectamente delimitada por los marcos limítrofes", explicó.

Agregó que lo que existe es una situación histórica que data de 30 o 40 años, donde todo el tránsito de vehículos se ha hecho por el lado uruguayo, donde está la línea de altura. Tratando precisamente de evitar esos lugares que imposibilitan la circulación de los mismos, se ha estructurado un camino en condiciones medianamente aceptables para obviar el problema, pero son simplemente dos "bolsones" que salen de la ruta internacional y vuelven a la misma, desviando ese impedimento.

Reconoció sin embargo que indudablemente para evitar este tipo de comentarios, habrá que proceder a la construcción del camino internacional, obra que demandaría un costo importante por las obras de infraestructura a realizar en badenes y puentes, para poder sortear esas cañadas que imposibilitan sea utilizado el actual.

En tal sentido indicó que cuando el actual Comandante en Jefe del Ejército Tte. Cnel. Daniel García era Comandante de la División Ejército IV, el Servicio Geográfico Militar procedió a hacer las mediciones correctas para establecer con exactitud el trazado del camino que está perfectamente delimitado por los marcos limítrofes correspondientes.

"Es un tema que puede entrar en la órbita del Ministerio de Relaciones Exteriores, de la Intendencia Municipal o del Ministerio de Transporte y Obras Públicas, pero que está en vías de solucionarse, por lo que a nivel militar no ha existido ni existe ningún tipo de litigio o problemas con el Ejército Brasileño. Además este tema ya fue tomado a principios de este año por la Junta Local de la 5ª Sección, con cuyos integrantes se concurrió a hacer un reconocimiento de la zona en forma conjunta con la Prefectura de Bagé. La obra se va a instrumentar, aunque como decía es bastante costosa, por lo que, desde el punto de vista personal, como Comandante de Brigada y responsable de la zona puedo afirmar que no existe allí ningún tipo de inconvenientes", acotó el Cnel. Vieytes.

02 9401230

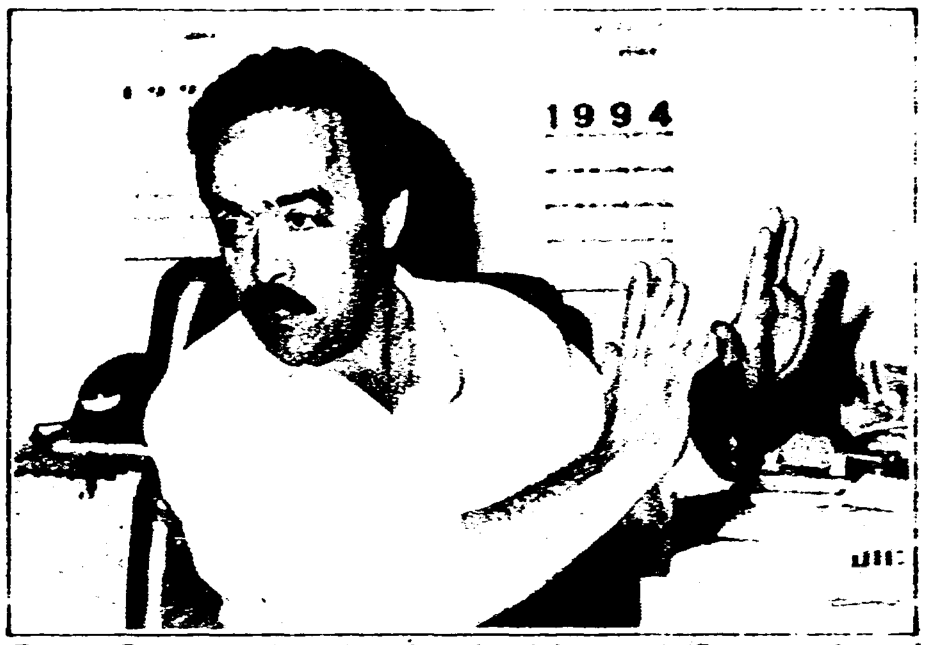
Jueves 9 de diciembre de 1993 La Republica

El comandante en jefe del Ejército, teniente general
cuáles son los pasos a seguir por las autoridades

Preocupación en filas militares de su frontera norte, producto

✱ LA REPUBLICA visitó el lugar y pudo observar que paralelamente a la línea fronteriza corre una ruta internacional que en algunos tramos entra en territorio uruguayo unos siete u ocho quilómetros

✱ "¿Qué puede pasar si dentro de 20 años Brasil dice que los marcos fronterizos están mal puestos y lo que está bien es la carretera?", se preguntó Edgardo Torres, presidente de la Junta Local de la 5ª Sección de Cerro Largo



Edgardo Torres, presidente de la Junta Local de Aceguá: "De no arreglarse el problema, puede suceder lo mismo del Pueblo Albornoz". (Fotos de Alicia Lusiardo)

por Mario Delgado Gerez

■ Unos 37 quilómetros de frontera que separan a Uruguay de Brasil podrían encontrarse seriamente comprometidos para nuestros intereses de no solucionarse el problema planteado en la zona fronteriza que amenaza con convertirse en un antecedente inmediato y nada bueno para Uruguay: Pueblo Albornoz, donde nuestro país perdió parte de su territorio a expensas de Brasil.

La situación que se ha originado a partir del camino internacional que corre desde Aceguá hasta el río Negro "impresionó y puso en estado de alerta a las máximas jerarquías militares" que manejaron la posibilidad de "poner porteras por donde se ingresa a Uruguay" a fin de determinar claramente dónde y cuándo empieza y termina el territorio de cada país, y motivó, incluso, la presencia del propio comandante en jefe del Ejército, teniente general Daniel García, en el lugar.

Pero el problema se agrava aún más puesto que este camino, unos cinco quilómetros antes de llegar al río Negro, desaparece "fue cortado por un alambrado puesto por un hacendado de la zona, alguien muy allegado al presidente Lacalle" y la frontera en ese lugar es "tierra de nadie".

El límite internacional existente en todo mapa en esta zona sigue una línea recta y así están dispuestos los marcos en la línea fronteriza entre ambos países.

LA REPUBLICA, que recorrió el lugar, pudo observar que paralelamente a la línea divisoria corre un camino o ruta "internacional" por donde transitan vehículos de ambos países, pero esta ruta realiza todo su recorrido por territorio uruguayo y se desvía sustancialmente de la línea divisoria entre ambos países —que se recuerda es una línea recta— y en algunos tramos llega a entrar en territorio uruguayo unos siete a ocho quilómetros, para volver al límite fronterizo y nuevamente separarse del mismo estableciéndose una serie de "eses" en su trayecto, lo que supone que esos "bolsones" de territorio, que quedan entre el límite internacional y la separación de ese punto hasta la curvatura máxima del camino internacional, puede sospecharse que pertenece al territorio de Brasil "y esto está siendo tomado así por la gente" dijo a **LA REPUBLICA** el presidente de la Junta Local de la 5ta. sección, Edgardo Torres. Por esto los marcos fronterizos pueden quedar "solamente como algo decorativo entre ambos países" señalaron los lugareños.

"¿Qué puede pasar si dentro de 20 años Brasil dice que los marcos están mal puestos y lo que está bien es la carretera?", se preguntó Torres, agregando que "seguramente pasará lo que sucedió con Pueblo Albornoz".



"LOS MILITARES QUEDARON MUY IMPRESIONADOS Y ESTAN ALERTAS"

Torres, que fustigó severamente al presidente Lacalle porque éste en una reciente visita al lugar, dijo que "no se dignó ni a escucharnos, no quiso hablar ni con la Junta, ni con ningún órgano representativo de este pueblo". Señaló que, debido a los movimientos que la Junta Local había hecho en torno a esta problemática fronteriza, "vino el actual comandante en jefe del Ejército que era en esos momentos jefe de la División IV, además de integrantes de la Comisión de Límites. Todos quedaron muy impresionados y sugirieron que la medida a tomar fuera poner porteras, letreros y un nombre al camino para que quedase como antecedente".

Esto trajo a recuerdo las expresiones de fuentes ministeriales cuando se suscitara el problema en Pueblo Albornoz, aduciéndose que nuestro país había perdido parte de su territorio en ese lugar porque "el Uruguay no ha tenido, ni tiene, una política de defensa y desarrollo de sus fronteras y de allí que el hecho (de Pueblo Albornoz) ocurrió "sin que nadie se enterara y menos se interesara, como debió ser".

Se especula con que no se desearía correr la misma suerte en estos 37 quilómetros de fronteras con Brasil y de allí la posibilidad manejada por las jerarquías militares de poner porteras y letreros para marcar "una presencia uruguaya" en ese lugar, la que no se dio en el caso de Pueblo Albornoz o de la Isla Brasilera, situada arriba de Bella Unión, cuya posición se discute desde el Tratado de 1961, además de un "bolsón" del Cuareim, entre Bella Unión y Artigas, puntos todos estos aún en litigio con Brasil.

El presidente de la Junta Local de Aceguá, manifestó que esta situación que se da "se puede solucionar haciendo desmontes importantes para trazar de esta manera la internacional como debe ser: en línea recta".

"EL CAMINO FUE ALAMBRADO"

Edgardo Torres dijo a **LA REPUBLICA** que "unos cinco quilómetros antes de llegar al río Negro y después del último marco (que está a unos 32 quilómetros de Aceguá) el camino fue alambrado por el doctor Mallo y ese espacio lo usa como campo propio y el camino que tendría que llegar al río Negro no existe, como debería ser. Pero el doctor Mallo tiene mucho poder y es fuente consultora del doctor Lacalle", añadió.

Fuentes consultadas por **LA REPUBLICA** en su oportunidad recordaron que el problema originado en el "bolsón" del río Cuareim se dio porque "un hacendado con tierras en ambos lados de la frontera, mediante un canal, desvió el curso del río, dejando aquel 'bolsón' dentro del territorio y todo porque no tenemos presencia vigilando la frontera", se dijo.

"LA MANTENCION DE LA INTERNACIONAL LA HACE LA INTENDENCIA DE CERRO LARGO"

El presidente de la Junta Local de Aceguá especificó que la mantención de este camino internacional la ha hecho siempre la Intendencia de Cerro Largo. Y no es justo que una intendencia pobre y carente, como es ésta, sea la que arregle la internacional, cuando esta vía de tránsito pertenece a ambos países. La intendencia gasta en maquinaria, personal, combustible y todo lo demás en esto y Brasil no aporta nada, cuando la mantención tendría que hacerse de parte de los dos países", dijo Torres.

Aclaró, seguidamente, que este tema lo había tratado con el prefecto de Bagé, Luis Vargas, quien estuvo de acuerdo en que ambos países fueran los que arreglaran este camino. "Vargas estuvo en un todo de acuerdo porque es un hombre de pueblo con ideas progresistas y se entiende muy bien con Nin Novoa y en el futuro la internacional será cuidada por ambos países o mejor dicho por la intendencia de Cerro Largo y la Prefectura de Bagé", acotó Edgardo Torres.

Aceguá cuenta hoy día con una población estimada en unos 3.000 habitantes, los que mayoritariamente viven

03

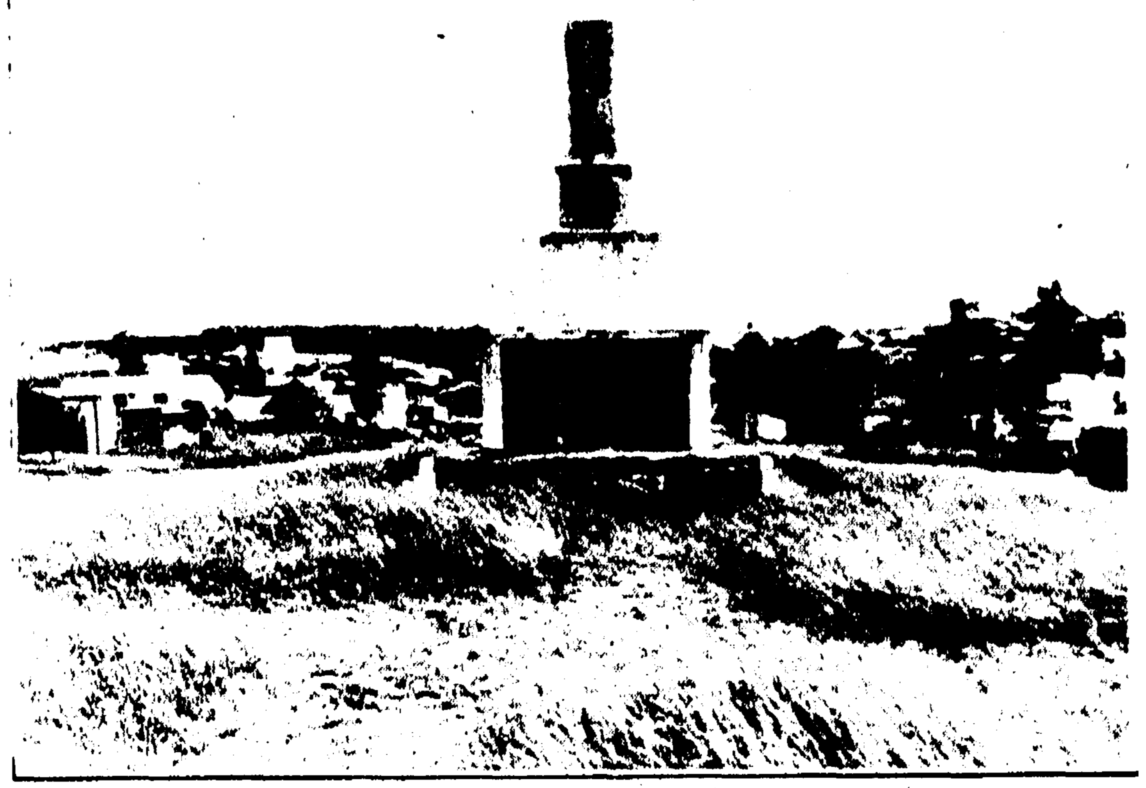
Daniel García, se presentó en la zona que va de Aceguá al Río Negro para estudiar

porque Uruguay puede perder 37 quilómetros del recorrido de un "camino internacional"

del trabajo comercial, de la función pública o de los trabajos zafrales. Dos industrias, un matadero y una planta de secado de granos, que iniciará prontamente la exportación de arroz a Brasil, son la mayor fuente de mano de obra del lugar. Unida a Melo por la ruta 8 es pasaje obligado de todo aquel que desee ingresar a Brasil, encontrándose a unos 65 quilómetros de Bagé, ciudad a la cual se llega por la carretera Interestatal (BR 153) "la que utilizarían los militares brasileños para invadir Uruguay si en el año 1971 ganaba el Frente Amplio" se recordó por parte de los pobladores uruguayos, los cuales, al igual que las autoridades de la Junta Local, esperan que "prontamente se resuelva la situación de la internacional y que se construya como debe ser: en línea recta".



"No es justo que la Intendencia de Cerro Largo sea la que arregle permanentemente ese camino; Brasil nunca aportó nada para la mantención de esta ruta", se aseguró.



Un solitano marco en la frontera uruguayo-brasilera marca el límite internacional.

DIPLOMACIA

O amigo que veio de longe

No Brasil, o presidente chinês brinda a "parceria estratégica" e oferece carona na economia que mais cresce no mundo



Jiang: satélite, joint ventures e uma mãozinha à Embraer

ANTONIO MILENA

Num momento em que o mundo inteiro se empenha em adular a China, em pleno processo de explosão econômica, o presidente Jiang Zemin inverteu os papéis: chegou ao Brasil desdobrando-se em gentilezas. Depois de se dar ao luxo de esnobar o presidente Bill Clinton, que quis lhe passar um sermão na questão dos direitos humanos, Jiang desembarcou em Brasília oferecendo uma "parceria estratégica" — neologismo diplomático que evoca uma aliança de interesses entre os dois gigantes do Terceiro Mundo. É verdade que um deles anda bem enrolado (não precisa dizer qual), mas os chineses costumam pensar a longo prazo. "O poderio econômico e o nível de desenvolvimento tecnológico dos dois países não só são similares como também podem se intercambiar e se completar um ao outro", afirmou Jiang, ao responder à saudação do presidente Itamar Franco, em Brasília.

Jiang é o terceiro figurão chinês a visitar o país neste ano. Antes dele, estiveram por aqui o chanceler Qian Qichen e o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji, o czar das reformas econômicas e predileto do mandachuva Deng Xiaoping. O itinerário da viagem de Jiang é também significativo: ele passou o final da semana na cidade americana de Seattle, como hóspede de Clinton na reunião de cúpula dos países do Pacífico, e depois seis dias no Brasil, com uma escala protocolar de dezenove horas em Cuba, uma obrigação de cunho ideológico — de fachada, pelo menos, a China ainda é um país comunista. Em seus contatos com brasileiros, Jiang apontou as vantagens de um entrelaçamento maior das duas economias e teceu loas à cooperação tecnológica, cuja ponta visível é o satélite sino-brasileiro que entrará em órbita em 1996.

"A convergência de interesses é real", confirma o ex-chanceler Celso Lafer. Ambos são países continentais, com população numerosa e um papel de liderança natural em suas regiões, enumera Lafer. Jacques Marcovitch, diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, aponta outra similitude: vizinhos de potências do Primeiro Mundo (os Estados Unidos, no caso brasileiro, e o Japão, no chinês), os dois países se empenham em mostrar que não estão a reboque de ninguém — uma veleidade que da parte do Uruguai ou da Tailândia soaria ridícula. "A diplomacia de Pequim busca aliados que tenham densidade regional, como o Brasil", diz Marcovitch, recém-chegado de uma visita à China. Na prática, o lado "estratégico" dessa parceria pode se expressar tanto na energia nuclear (a China, membro do clube atômico, sofre restrições dos países mais avançados na área) como nos debates ambientais, em que se aliam contra as pressões dos ricos — coisa que lembra o alinhamento terceiro-mundista, do tempo em que ainda existia um Segundo Mundo.

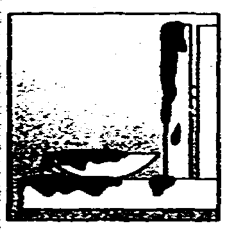
CARONA NO DRAGÃO — Para o Brasil, as vantagens de fazer negócios com o grande dragão chinês são óbvias. O país vem exibindo as taxas de crescimento mais altas do planeta — uma média de 9% ao ano — e suas importações estão batendo na casa dos 100 bilhões de dólares. Em almoço na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp, na quinta-feira, Jiang convidou os brasileiros a pegar uma carona na locomotiva chinesa, com a instalação de fábricas nas zonas econômicas especiais criadas para atrair investimentos. Horas antes, em visita à fabricante de aviões Embraer, em São José dos Campos (SP), ele já havia dado uma amostra de que dinheiro não é problema — fechou contrato para o fornecimento à China, em regime de leasing, de quarenta aviões de passageiros Brasília, no valor de 300 milhões de dólares. A Embraer soltou rojões. À beira da falência, a estatal ganhou uma sobrevida graças aos chineses, que parecem ter se especializado em salvar empresas aeronáuticas em apuros. Em Seattle, Jiang esteve na Boeing e anunciou que seu país será o principal cliente da companhia até o ano 2000.

A balança comercial entre o Brasil e a China não é lá grande coisa (1 bilhão de dólares neste ano), mas já há sinais de melhoras. Três grandes empreiteiras — a Mendes Júnior, a CBPO e a Andrade Gutierrez — se candidataram à construção de uma hidrelétrica no valor de 400 milhões de dólares. A Andrade Gutierrez tem uma joint venture com uma estatal chinesa para construir e administrar uma via expressa de 67 quilômetros, na província de Guangdong. O maior perigo, na incipiente "parceria estratégica", é que ela seja estendida a áreas menos benignas do que o comércio, obras públicas e conchavos diplomáticos. A China já está fazendo história pelo alto grau de corrupção de seus aprendizes de capitalismo — volta e meia, aliás, fuzila alguns larápios de pequeno porte como bodes expiatórios para a roubalheira mais graúda. A tradição brasileira no ramo dispensa comentários. Se os amigos do dinheiro público nos dois países resolverem se dar as mãos, salve-se quem puder. ∎

CONVULSÃO EM BRASÍLIA

Congresso aprova CPI das empreiteiras

□Os trabalhos da comissão que vai investigar o poder corruptor das construtoras devem iniciar somente nos primeiros meses de 1994



Brasília — O Congresso Nacional aprovou ontem a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar especialmente as denúncias de corrupção e suborno na atuação de empreiteiras junto ao setor público. Os partidos deverão agora indicar 11 deputados e 11 senadores, com igual número de suplentes, para integrar a comissão. Os trabalhos da CPI das Empreiteiras serão instalados no início de 1994.

Autora da proposta da comissão, a deputada Márcia Cibilis Viana (PDT-RJ), disse ser necessário investigar "o poder corruptor", a exemplo do que se faz na Itália com a "Operação Mãos Limpas". No Brasil, segundo ela, esse poder continua atuando impunemente, apesar das sucessivas denúncias. Márcia Cibillis lembrou que a CPI do Caso PC, que culminou com o impeachment do ex-presidente Fernando Collor, atingiu apenas o poder corrupto.

A CPI do Orçamento, segundo a deputada, investiga principalmente os delitos referentes à distribuição de subvenções sociais pelos parlamentares e à atuação das empreiteiras no âmbito das emendas orçamentárias. Para a nova comissão, a idéia é tomar como ponto de partida as denúncias feitas na CPI do Orçamento por Cecílio do Rego Almeida, proprietário da empreiteira C.R. Almeida, as denúncias de favorecimento da Servaz na execução de obras públicas e a documentação apreendida pela Polícia Federal na residência do diretor da Odebrecht Ailton Reis.

CONFUSÃO — Na CPI do Orçamento, o PPR substituiu o seu suplente, deputado Fernando Carrion (RS), pelo polêmico deputado baiano José Lourenço. A expectativa é de barulho na comissão, pois José Lourenço costuma envolver-se em confusões e até mesmo lutas corporais. Ele aplicou um tapa pelas costas no deputado Amaral Netto (PPR-RJ). Durante a Assembléia Nacional Constituinte, rasgou o projeto de Constituição feito pela Comissão de Sistematização.

POLÍTICA EXTERNA

Flecha de Lima quer recuperar apoio dos EUA

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA
De Washington

O embaixador do Brasil em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, 60, entrega hoje às 14h30 (17h30 em Brasília) suas credenciais ao presidente dos EUA, Bill Clinton. A solenidade, na Casa Branca, marca o início formal das novas funções de Flecha de Lima. Mas o embaixador já está há três semanas na cidade, em contato com autoridades dos EUA e de entidades multilaterais.

Na sua primeira entrevista no cargo, Flecha de Lima disse à **Folha**, *na segunda-feira, que sua principal tarefa vai ser a de "reconstruir os apoios políticos do Brasil nos EUA".*

Antes de Washington, ele foi embaixador em Londres por três anos e meio e secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores por cinco anos. Sua chegada aos EUA ocorre num dos períodos de mais baixo prestígio do Brasil junto ao governo e à sociedade civil dos Estados Unidos.

Nº. DOCUMENTO 9401234
TITULO Cámara anula mandatos de 3 parlamentarios del PSD. –
PROCEDENCIA 150090.
FECHA DE RECEPCION 16/12/93
VINCULACIONES 5074B2
11164
11304
PSD
11302

CORRUPÇÃO

Câmara cassa três deputados do PSD

□Nobel Moura, Onaireves Moura e Itsuo Takayama perderam o mandato por terem se envolvido na comercialização de filiações

ZH 16/12

Brasília — A Câmara dos Deputados cassou ontem o mandato dos deputados Onaireves Moura (PR), Nobel Moura (RO) e Itsuo Takayama (MT), todos do PSD. Os três foram acusados de comercializar filiações partidárias para que a legenda conseguisse lançar candidato próprio à Presidência da República em 1994. Nobel e Onaireves teriam oferecido de US$ 30 mil a US$ 50 mil para parlamentares — inclusive Takayama — ingressarem no PSD. Foram 335 votos a favor da cassação de Onaireves, 332 no caso de Nobel e 259 pela cassação de Takayama. O quórum mínimo exigido era de 252 votos. Onaireves e Nobel já anunciaram que vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No final da noite de terça-feira, Nobel Moura ainda tentou uma manobra de última hora, renunciando ao mandato. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), porém, não aceitou o pedido de renúncia. Nobel pretendia evitar seu julgamento pelo plenário da Câmara, o que o tornaria automaticamente inelegível no ano que vem. No ano passado, o ex-presidente Fernando Collor usou a mesma estratégia para tentar escapar ao julgamento no Senado.

CANGACEIRO — O deputado Onaireves Moura alterou completamente sua atitude da manhã para a noite. Tentando aparentar calma, ele falava em "cerceamento de defesa". Quando a Mesa da Câmara anunciou que o quórum mínimo exigido para a cassação havia sido atingido, o deputado saiu do plenário esbravejando. "Tem muito ladrão numa sala só", atacou. "O Inocêncio é cangaceiro e ladrão. E o Genebaldo (*deputado Genebaldo Correia, do PMDB baiano*), esse ladrão do dinheiro do povo? O corporativismo dos corruptos ficou patente", prosseguiu.

No momento da defesa dos acusados, apenas Nobel Moura não quis falar. Seu advogado, Eri Varella, usou a tribuna apenas para defender a ilegalidade da continuidade do processo de cassação depois da renúncia de seu cliente, as 22h40min da véspera. Takayama optou pelo discurso evangélico. Com uma Bíblia na mão, ele citou trechos que lembravam as virtudes da humildade e do perdão.

AG/ZH



Isolamento: *Onaireves passa por trás de um grupo de deputados no início da sessão que cassou seu mandato*

PROPAGANDA — O mais teatral foi Onaireves. Ele exibiu duas fitas de vídeo, com a ajuda de um telão instalado no plenário. Uma reproduzia a propaganda eleitoral do governador do Paraná, Roberto Requião, que exibia um suposto pistoleiro chamado *Ferreirinha*. A intenção era associar a fita ao presidente do PP, Álvaro Dias, aliado de Requião na campanha. Foi Álvaro Dias quem denunciou a compra de mandatos.

A outra fita foi uma entrevista do deputado Nélson Jobim (PMDB-RS) à *Rede Manchete*, dizendo que era preciso conceder amplo direito de defesa aos acusados de corrupção na CPI do Orçamento. Onaireves tentou mostrar que ele se contradisse, pois na Comissão de Constituição e Justiça teria defendido um processo sumário para os três integrantes do PSD.

A Secretaria Geral da Mesa da Câmara convoca hoje os três suplentes para assumirem as vagas dos deputados cassados. Para ocupar a cadeira de Nobel Moura será chamado Aparecido Carvalho de Moraes, do PTB, que obteve 2.058 votos. Para o lugar de Onaireves Moura, irá o também petebista Ervin Bonkoski, que recebeu 12.173 votos. Itsuo Takayama deverá ser substituído pelo suplente Ubiratan Francisco Vilela Spinelli, do PPR, que teve 9.309 votos.

Anulan mandato de tres diputados brasileños

Brasilia (ANSA)

■ Después de diez horas de sesión especial, el Plenario de la Cámara de Diputados de Brasil decidió ayer anular el mandato de tres parlamentarios que comercializaron sus afiliaciones partidarias.

Por amplia mayoría, los diputados Onaireves Moura, Itsuo Takayama y Nobel Moura tuvieron sus mandatos anulados por haber faltado a la probidad del cargo de parlamentarios.

Los diputados Onaireves y Nobel Moura (sin ningún parentesco) son acusados de comprar la afiliación de Takayama por 30 mil dólares al Partido Social Democrático (PSD), agrupación sin mayor expresión.

La "compra" de la afiliación de Takayama, así como de otros parlamentarios que no fueron documentadamente probadas, por parte de Onaireves y Nobel Moura, se dio en razón de un artículo de la legislación electoral que entró en vigencia hace dos meses.

Según la legislación, los partidos políticos que tuvieran menos de 15 diputados no tendrían derecho a horario electoral gratuito y tampoco a presentar candidatos a presidente de la República y gobernadores en las elecciones presidenciales y legislativas de octubre de 1994.

El diputado Takayama llegó a declarar que su afiliación al PSD a cambio de dinero era "normal", afirmando que "si su futbolista vende su pase, ¿por qué un diputado no puede vender su afiliación?".

Por su parte, el diputado Nobel Moura, trató de evitar la anulación de su mandato renunciando unilateralmente, pero la renuncia no fue aceptada por la Cámara Baja, ya que una decisión de ese tipo tiene que ser publicada por el diario oficial del Legislativo para ser jurídicamente válida.

POCO LEGIBLE

01-01

9401234

FUNCIONALISMO

Câmara aprova readmissão dos afastados por Collor

Projeto do governo pode beneficiar 50 mil e vai trazer gastos de US$ 2,6 bi

FERNANDO GODINHO
Da Sucursal de Brasília

A anistia para os servidores públicos afastados durante o governo Collor, aprovada ontem pela Câmara, prejudicará as negociações do plano econômico do governo no Congresso. As medidas do ministro Fernando Henrique Cardoso (Fazenda) pretendem acabar com o déficit público mas o projeto, de autoria do próprio governo, poderá representar um gasto adicional de até US$ 2,6 bilhões em 94, segundo dados da assessoria parlamentar da Fazenda.

Defendido pelo líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), o projeto foi duramente criticado pelos líderes do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), e do PSDB, José Serra (SP). A Folha apurou que FHC também é contra o projeto de anistia, que poderá beneficiar cerca de 50 mil funcionários. O projeto —que teve apoio dos partidos de esquerda e de parte do PMDB, PFL e PSDB— ainda precisa ser votado pelo Senado.

"Isto não vai ajudar a negociação do plano. Tenho esperanças que o Senado reverta esta situação", disse José Serra. "A aprovação desta anistia destrói o discurso de austeridade do governo e desmonta totalmente o plano econômico. Não dá para discutir aumento de impostos para pagar esta irresponsabilidade", afirmou o deputado Luís Eduardo.

ELEIÇÕES 94

Britto concorre ao Senado se perder convenção

☐A fórmula sugerida pelo senador Pedro Simon para evitar que o pré-candidato do PMDB fique fora do pleito foi aceita pelo ex-ministro

Um dia depois de confirmar que veio ao Estado para assumir de vez a briga pelo Palácio Piratini, o deputado federal Antônio Britto (PMDB-RS) selou o primeiro ato partidário como pré-candidato a governador com um gesto político. O ex-ministro da Previdência admitiu a hipótese de concorrer ao Senado, dentro da proposta feita pelo senador Pedro Simon, como forma de garantir a unidade do PMDB. Para evitar que o acirramento da disputa entre Britto e o deputado federal Mendes Ribeiro prejudique o partido, independentemente de quem saia vitorioso na convenção, Simon sugeriu que o derrotado ganhe automaticamente uma vaga ao Senado na chapa peemedebista.

"Eu quero concorrer a governador e aceito a regra que o partido definir: não tenho vetos, nem impedimentos", resumiu Britto, depois da solenidade de prestação de contas como ministro da Previdência feita ao PMDB gaúcho, no plenarinho da Assembléia. O deputado federal Mendes Ribeiro, por sua vez, rejeitou a proposta de Simon. Em campanha pelo Interior como pré-candidato há dois anos, o deputado só aceita concorrer a governador. A prestação de contas de Britto serviu para o deputado discursar, receber aplausos e ser cumprimentado pelos colegas de partido como candidato à convenção.

DIVERGÊNCIAS — Apesar da diplomacia costumeira, desta vez Britto foi mais enfático em todas as suas declarações. Algumas delas tiveram direito até a socos na mesa. A solenidade evidenciou ainda algumas diferenças entre Mendes e Britto. Além de o ex-ministro aceitar a proposta de Simon e Mendes rejeitá-la, os dois divergiram também na política de alianças. Britto é favorável a coligações, por considerar que elas auxiliam na governabilidade e na definição de campos ideológicos opostos. Mendes Ribeiro acha que o PMDB tem força suficiente para concorrer sozinho e descarta as alianças.

Hoje, o ex-ministro vai participar pela segunda vez do programa do deputado Sérgio Zambiasi, na *Rádio Farroupilha*. O petebista, responsável por uma bancada de oito deputados, eleitos na carona de seus 320 mil votos, já anunciou que vai apoiar Britto. Hoje à noite, o ex-ministro vai internar-se no Hospital de Clínicas para uma cirurgia de hérnia ingüinal. Ontem, ele concedeu entrevistas a vários veículos de comunicação e visitou a direção da RBS. Foi recebido pelo diretor-presidente Nelson Sirotsky, pelo presidente do Conselho de Administração, Jayme Sirotsky, e pelos diretores vice-presidentes Fernando Ernesto Corrêa e Pedro Sirotsky.

Governo Itamar

Nem arrecadação maior impede déficit nas

XA DESAJUSTADO

FSP 18/12

fecha ano no vermelho

Contas de 1993, pressionadas por despesas arrochadas no ano anterior

CARLOS ALBERTO SARDENBERG
Enviado especial a Brasília

Apesar de ter recolhido mais impostos em 1993, o governo federal vai terminar com déficit este primeiro ano da administração Itamar Franco. Todos os principais itens da despesa cresceram. Até novembro último, por exemplo, os gastos com pessoal tiveram aumento real de 28% em relação ao mesmo período do ano passado. As despesas com custeio e investimento estavam 51% mais altas do que em 92.

Em parte, esse crescimento da despesa em 1993 é reflexo do pesado arrocho que a administração Collor impôs a todo o setor público em seu último ano. Os salários do funcionalismo federal, por exemplo, nunca foram mais baixos do que em 1992. Esse arrocho generalizado acabou se transformando em pressão sobre o governo Itamar Franco, que cedeu e proporcionou um alívio geral à administração pública. Que mesmo assim continua falida.

A arrecadação de impostos manterá o crescimento em dezembro. Até o último dia 13, entraram para os cofres da União CR$ 532,4 bilhões, ou 46% da meta estabelecida para o mês. A arrecadação está 1,8% acima da meta — "e olha que a meta é puxada", diz o secretário da Receita, Osiris Lopes Filho.

O secretário tem um método especial de fixar as metas. Ele recebe a previsão do mês, pergunta como anda a economia e se a resposta diz que há algum crescimento, ele puxa uns 10% a 15% na previsão. E manda "o pessoal correr atrás", como diz.

O problema é que a despesa também está crescendo muito em dezembro. O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, que é o caixa pagador, passa seus dias recebendo apelos e pressões para liberar as últimas verbas de 1993. E em dezembro ainda tem o 13º salário e muitas férias vendidas pelos funcionários.

Até novembro, o governo federal ainda conseguiu fazer um superávit de caixa de Cr$ 41,4 bilhões (em cruzeiros de novembro, equivalentes a US$ 150 milhões). Mas em dezembro vai queimar esse superávit, gastar a receita do mês e fechar o ano no vermelho. Ainda não há previsões sobre o déficit, mesmo porque há aí um fator político. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pode mandar o secretário do Tesouro entrar de férias e não liberar mais nada.

O desempenho da despesa, até novembro último, em comparação com o período janeiro-novembro de 1992 foi o seguinte:

Salário do funcionalismo — aumento real de 28%, em consequência, principalmente, da introdução da regra da isonomia, que equipara salários, sempre para cima, de funcionários de diferentes órgãos.

Juros — aumento de 22% nos pagamentos de juros da dívida interna e externa. Causa principal foi a retomada do acerto de juros externos, com o fim da moratória.

Despesas com juros sobre títulos federais — aumento de 282%. Causa principal: venceram os títulos que o governo havia colocado no ano passado para cobrir as devoluções de cruzados.

Custeio e investimento — despesas cresceram 51%. Esse aumento verificou-se especialmente a partir de julho, quando o governo e o Congresso fizeram um acordo para liberar verbas a toda a administração, até então trazida a pão e água.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em maio, quando nem havia Orçamento aprovado. Era total a confusão na área, provocada pelas quatro trocas de ministro da Fazenda em seis meses. O Orçamento foi votado em maio mesmo e FHC apresentou o seu Plano de Ação Imediata em junho. No seu período, foram três meses de superávits de caixa e três de déficits.

O descontrole orçamentário de 93 é um dos argumentos que FHC tem apresentado para defender, para 94, um Orçamento com déficit zero e, mais importante, com regras que proíbam o governo de gastar mais do que arrecada.

01-01

...ano a toda música

...ical, ya en el codo final ... de la diversidad. Hoy ... Galpón, José Carbajal ... aunque está acompaña... ...cazino recorrerá selec... ...pectáculo que promete ...o. Al día siguiente, los ... que dividirse y optar por

misma hora). Páez centrará su set en torno a los materiales de su disco El amor después del amor, y King, quien acaba de lanzar su disco recopilatorio Blues Summit, con su cambio de etiqueta seguramente recorrerá su amplísima obra fundada.

Finalmente el miércoles desde las 21.30, otra vez el Centenario se prestará para un show musical. Será el turno del jovencísimo Ricky Martin, ex integrante de Menudo, quien trepará a escena para presentar las canciones de su meloso y...

Brasil

* Unos 2.000 estancieros brasileños cultivan el 4% del territorio nacional y no les va nada mal
* La noticia recorre Brasil: el precio de la tierra es bajo, los intereses e impuestos son módicos y hay estabilidad

LR 20/12

■ La más próspera frontera agrícola brasileña está situada fuera del mapa del Brasil, en Uruguay, que se ha convertido en auténtica tierra de promisión, según un largo informe publicado por el semanario Veja (Vea).

"El nuevo El Dorado es Uruguay, donde el número de hacendados brasileños se duplicó en los últimos diez años", dijo Veja. Los estancieros son más de 2.000, que cultivan el equivalente al 4 por ciento de la superficie de Uruguay.

Si la "invasión" hubiese ocurrido en el sentido contrario y los uruguayos ocupasen 4 por ciento del Brasil, el área sería equivalente a los estados (provincias) de Santa Catarina y San Pablo juntos, compara más adelante.

Esos establecimientos rurales —explica— ocupan 700.000 hectáreas, crían medio millón de cabezas de ganado y producen la mitad de la cosecha uruguaya de arroz, de 580.000 toneladas anuales.

Después de todo, hace notar, al estanciero brasileño le basta cruzar la frontera para encontrar "tierras tan fértiles como las mejores de Rio Grande do Sul, de Santa Catarina y de Paraná, pero por la mitad de precio".

Al hecho de la tierra barata se suma, en Uruguay, "una economía estable, inflación baja, intereses e impuestos módicos, tractores, adobes y semillas a precios accesibles".

"Estoy arrepentido de no haber venido antes", dijo el pecuarista riograndense Celso Barcellos (39 años), dueño desde hace dos meses de una estancia de 900 hectáreas en Tacuarembó, a 130 quilómetros de la frontera brasileña".

Barcellos hizo notar que los invasores a Uruguay no son pequeños y pobres labradores como los "brasilguayos" que invaden Paraguay sino "grandes hacendados de Brasil, dueños de propiedades inmensas, algunas con más de 10.000 hectáreas".

El artículo, acompañado de varias fotografías en colores de los satisfechos brasileños invasores de la antigua "Suiza latinoamericana", explica sobre un mapa la ubicación del "Brasil Cisplatino".

Cita Rivera (carne y lana), Tacuarembó (la estancia del ex presidente João Goulart, ahora abandonada), Durazno, donde Leonel Brizola (actual gobernador del estado de Río de Janeiro) cría ganado, el departamento de Treinta y Tres, donde los brasileños producen "mitad de la cosecha uruguaya de arroz", Cerro Largo, "paraíso de los brasileños arrendatarios de tierras y cuyos lucros son 30 por ciento mayores que en Brasil".

La nueva Cisplatina

La frontera agrícola más próspera de Brasil está del lado uruguayo, asegura Veja

* ***Unos 2.000 estancieros brasileños cultivan el 4% del territorio nacional y no les va nada mal***
* ***La noticia recorre Brasil: el precio de la tierra es bajo, los intereses e impuestos son módicos y hay estabilidad*** LR 20/12

■ La más próspera frontera agrícola brasileña está situada fuera del mapa del Brasil, en Uruguay, que se ha convertido en auténtica tierra de promisión, según un largo informe publicado por el semanario Veja (Vea).

"El nuevo El Dorado es Uruguay, donde el número de hacendados brasileños se duplicó en los últimos diez años", dijo Veja. Los estancieros son más de 2.000, que cultivan el equivalente al 4 por ciento de la superficie de Uruguay.

Si la "invasión" hubiese ocurrido en el sentido contrario y los uruguayos ocupasen 4 por ciento del Brasil, el área sería equivalente a los estados (provincias) de Santa Catarina y San Pablo juntos, compara más adelante.

Esos establecimientos rurales —explica— ocupan 700.000 hectáreas, crían medio millón de cabezas de ganado y producen la mitad de la cosecha uruguaya de arroz, de 580.000 toneladas anuales.

Después de todo, hace notar, al estanciero brasileño le basta cruzar la frontera para encontrar "tierras tan fértiles como las mejores de Rio Grande do Sul, de Santa Catarina y de Paraná, pero por la mitad de precio".

Al hecho de la tierra barata se suma, en Uruguay, "una economía estable, inflación baja, intereses e impuestos módicos, tractores, adobes y semillas a precios accesibles".

"Estoy arrepentido de no haber venido antes", dijo el pecuarista riograndense Celso Barcellos (39 años), dueño desde hace dos meses de una estancia de 900 hectáreas en Tacuarembó, a 130 quilómetros de la frontera brasileña".

Barcellos hizo notar que los invasores a Uruguay no son pequeños y pobres labradores como los "brasilguayos" que invaden Paraguay sino "grandes hacendados de Brasil, dueños de propiedades inmensas, algunas con más de 10.000 hectáreas".

El artículo, acompañado de varias fotografías en colores de los satisfechos brasileños invasores de la antigua "Suiza latinoamericana", explica sobre un mapa la ubicación del "Brasil Cisplatino".

Cita Rivera (carne y lana), Tacuarembó (la estancia del ex presidente João Goulart, ahora abandonada), Durazno, donde Leonel Brizola (actual gobernador del estado de Río de Janeiro) cría ganado, el departamento de Treinta y Tres, donde los brasileños producen "mitad de la cosecha uruguaya de arroz", Cerro Largo, "paraíso de los brasileños arrendatarios de tierras y cuyos lucros son 30 por ciento mayores que en Brasil".

Proyecto de ley crearía un gran conflicto de poderes en Brasil

LM 21/12

●Legisladores proponen un polémico Consejo Nacional de Magistratura

La creación de un Consejo Nacional de la Magistratura, que pretenden los diputados que estudian la reforma de la Constitución de 1988, amenaza con desatar en Brasil un grave conflicto de poderes.

Brasilia (Ansa)

El presidente del Supremo Tribunal Federal, Octavio Gallotti, se opuso hoy terminantemente a la implantación de mecanismos de control externos, alternativa impulsada por los legisladores que están revisando la Constitución en el Parlamento.

Según Galloti, la creación del Consejo Nacional de la Magistratura (CNM) y otros controles externos "afectará la independencia del Poder Judicial", una posición apoyada hoy por la asociación de jueces brasileños.

El enfrentamiento entre los dos poderes tenderá a agravarse, según analistas locales, porque ya Galloti se había negado a someter a plenario el recurso presentado por el Senado sobre la inhabilitación política por ocho años al ex Presidente Fernando Collor de Mello, al final aprobada por el STF. Anteriormente, el mismo Ministro del Supremo había criticado abiertamente la decisión del Parlamento de encarar una reforma de la Constitución aprobada en 1988. Sin embargo, fuentes judiciales revelaron que causaron desagrado a todo el STF las 3.917 enmiendas presentadas para la reforma constitucional, en especial las referidas a las atribuciones, hasta ahora intocables, del Poder Judicial.

El relator de la reforma, Diputado Nelson Jobin, dijo no tener dudas de que el Congreso Nacional aprobará la propuesta de un Consejo Nacional de la Magistratura.

El Consejo tendría la función de fiscalizar los gastos, cuestiones disciplinarias y administrativas, y determinar sanciones internas ante la falta de cumplimiento en el Poder Judicial.

Según Jobin, el 23 por ciento de todas las enmiendas que serán examinadas a partir del 15 de enero en el Parlamento aluden a la necesidad de que el Poder Judicial, así como de los otros dos poderes de la nación, deben rendir cuentas a la sociedad.

"La mayor preocupación no es en cuanto a las funciones específicas del Poder Judicial, sino de sus responsabilidades", afirmó el relator.

Jobin cuestionó las críticas de algunos Ministros del STF, que pudieron haberse excedido en sus facultades al opinar sobre la reforma constitucional frente a un recurso del Gobernador de Paraná, Roberto Requiao, quien pidió postergar la revisión hasta el año 1995.

El relator destacó que a pesar de haber negado el recurso, los Ministros del STF han utilizado el plenario del alto tribunal para emitir juicios sobre la necesidad o no de la reforma, que "debería imponer límites y estar sujeta al control del más alto tribunal de justicia de la república".

"El Congreso Nacional dispuso no conceder el receso tradicional de fin de año para estar dedicado a dos aspectos que considera de imprescindible necesidad para la nación: la revisión constitucional, pues el próximo año es de elecciones generales, y las denuncias de corrupción, investigaciones requeridas por toda la sociedad brasileña", dijo.

A pesar de que las propuestas de enmiendas tratan del control administrativo y disciplinario, los Ministros del STF temen que -a través de un Consejo Nacional de la Magistratura- pueda ser después transformado en un instrumento de interferencia en las decisiones de mérito de los jueces.

En ese contexto, el presidente del STF, el Juez Galloti, dejó clara su posición contra la implantación de mecanismos de control externo en diversas ocasiones.

Una de las más repetidas críticas de Galloti está vinculada con la posibilidad de que el control externo pueda llevar a los magistrados a ejercer una autocensura, que sería perjudicial para el sistema.

RAIO X

- **Nome:** José Serra
- **Idade:** 51 anos
- **Família:** casado com Mônica Allende. Tem dois filhos
- **Formação:** economista, com graduação em engenharia civil pela Universidade de São Paulo. É mestre e doutor em economia pela Cornell University, dos EUA
- **Carreira:** entrou na política em 62 como presidente da União Nacional dos Estudantes. Com a ilegalidade da UNE deixou o país para exilar-se na França, Chile e EUA. Em 78 voltou ao Brasil e candidatou-se sem sucesso a deputado federal. Foi secretário de Economia e Planejamento em São Paulo

Poner Coto a la Situación

MILITARES BRASILEÑOS DAN ALERTA SOBRE CORRUPCION E INVESTIGARAN

EP 14/12

BRASILIA (Nota sobre fuentes de EFE, ANSA, Reuter y AP).— Las fuerzas militares de Brasil han dado a conocer su inquietud frente al panorama social y económico del país y los denunciados hechos de corrupción que afectan a todas las clases y la moral de los brasileños.

Altos jefes castrenses ordenaron a las fuerzas armadas investigar algunos casos de corrupción y alertan asimismo sobre lo que podía sobrevenir para poner coto a la situación.

Las fuerzas armadas participarán directamente en el trabajo de la Comisión de Investigación de la Corrupción creada por el presidente Itamar Franco, y tendrán como misión inspeccionar los proyectos de construcción de obras públicas, según anunció el ministro de la Administración, el general retirado Romildo Canhim.

Canhim, quien por decisión de Franco será el presidente de ese órgano, dijo que tiene el respaldo del ministro del Ejército, general Zenildo Lucena.

Los ministros de Marina, Aeronáutica y la Casa Militar también actuarán en esta lucha, al igual que la Secretaría de Asuntos Estratégicos de la Presidencia, precisó Canhim.

El ministro dijo que, además, consolidará la presencia militar con el nombramiento de un general de la reserva como componente de la comisión.

Franco anunció esta semana el establecimiento de una comisión para evitar e investigar la corrupción en el gobierno y señaló, como su primer objetivo, el apoyo a los trabajos del órgano especial del Congreso que investiga denuncias sobre la manipulación parlamentaria del presupuesto.

Analistas políticos del Brasil especulan que la maniobra de Franco de incorporar a los militares a la lucha contra la corrupción tiene por objeto "tranquilizar" la interna castrense, luego de las manifestaciones de los altos mandos de las fuerzas armadas sobre la crisis social y ética que sacude al país.

Entre el jueves y el viernes, la cúpula militar había manifestado su preocupación por "la pobreza y la impunidad de los políticos", que desprestigia —según su visión— todo el sistema democrático.

La presidencia de la comisión fue confiada al Ministro de Administración, que además podrá designar a sus integrantes. Aunque Canhim no adelantó quiénes formarán parte de la Comisión, dijo que deben ser personas eficientes en términos administrativos, probas y ajenas a actividades políticas, de partidos o electorales.

En declaraciones que publicó el diario "O Estado de San Pablo", aseguró que "en la medida en que los militares se asocien a la lucha para acabar con la corrupción, dejan de ser vistos como posibles obstáculos de las investigaciones".

Según el ministro, la Secretaría de Asuntos Estratégicos (antiguo Servicio Nacional de Información) apoyará al organismo en actividades relacionadas con la investigación de actos irregulares. Agregó que el ejército participará con sus batallones de ingenieros en peritajes y auditorías de obras públicas.

El Ministro de la Administración dijo que la comisión gubernamental contra la corrupción comenzará a actuar de acuerdo con las denuncias recibidas por la comisión especial del Congreso que investiga la manipulación parlamentaria del presupuesto nacional, que tendrá elaborado su informe final el 17 de enero.

Después de la divulgación del resultado de las investigaciones, los legisladores involucrados podrán ser denunciados formalmente.

El senador Elcio Alvarez, que integra la comisión parlamentaria, dijo hoy que el cuerpo está estudiando la posibilidad de enviar al procurador general de la República, Arístides Junqueira, los datos y nombres de los 15 legisladores cuya culpabilidad en las operaciones irregulares ya está probada.

"Esa será la manera de acelerar los procesos de cancelación de mandatos de los parlamentarios involucrados", sostuvo Alvarez.

Para Canhim, "el Estado brasileño sufre un proceso de descomposición en el que ya pasó la fase más aguda en el Poder Ejecutivo, hoy está en el Legislativo, y la gente siente las primeras turbulencias dentro del Poder Judicial".

El crecimiento del nivel de pobreza y la impunidad que gozan los políticos pueden llevar al Brasil a una "convulsión social" que obligaría a los militares a colocarse al lado de los deseos del pueblo, advirtió el brigadier Sergio Xavier Ferrolla, comandante de la Escuela Superior de Guerra.

El diario paulista Folha de San Paulo reveló que si el actual estado social y político del país se transforma de "conmoción" —como califican los uniformados a la actual situación— en "convulsión", los militares se verían obligados a intervenir. Siempre según el periódico, oficiales superiores del ejército hicieron este análisis sobre la situación del país en un encuentro que mantuvieron el 29 de noviembre pasado con un grupo de empresarios.

Esta es la segunda advertencia de los militares en las últimas horas sobre las serias consecuencias que podría sufrir el país si no se resuelven los graves problemas que aquejan a la democracia brasileña. Ferrolla formuló sus comentarios durante un acto que contó con la presencia del presidente Itamar Franco, en la Academia Militar por la que pasan todos los oficiales que llegan al generalato.

Los ministros militares y el Estado Mayor de las fuerzas armadas criticaron ayer al Supremo Tribunal Federal (STF), la máxima autoridad judicial del país, por la postergación de la decisión sobre el recurso presentado por el ex presidente Fernando Collor de Mello, quien apeló ante el tribunal la suspensión de sus derechos políticos que le fue impuesta por el Parlamento a finales del año pasado.

CONVULSÃO EM BRASÍLIA

Forças Armadas entram no combate à corrupção

□Os militares terão papel de destaque na comissão que vai estudar medidas capazes de contribuir para a moralização do Executivo

ZH 27/12

Brasília — O presidente Itamar Franco nomeará, esta semana, os cinco membros da comissão de combate à corrupção no Poder Executivo, presidida pelo ministro da Administração Federal, general Romildo Canhim. Integrada também por dois juristas, um ex-parlamentar e um membro do Comitê pela Ética na Política, a comissão trará como principal novidade o engajamento definitivo das Forças Armadas na guerra contra a corrupção desencadeada no país. Além da presidência, entregue a Canhim, caberá aos militares a secretaria-executiva, o segundo posto mais importante, que será ocupada por um general da reserva.

O ponto alto dos trabalhos da comissão será uma devassa nacional sobre as obras realizadas com recursos federais, a cargo dos Batalhões de Engenharia do Exército. Com início das atividades previsto para a primeira quinzena de janeiro, a comissão terá como ponto de partida o relatório final da CPI do Orçamento, que indicará, segundo Canhim, as pontas da corrupção a serem investigadas no âmbito do Executivo. A comissão terá poderes para cancelar contratos fraudulentos, demitir servidores corruptos e mover processo criminal para ressarcimento de danos ao erário.

Dados parciais da CPI do Orçamento indicam que o Brasil perde por ano o equivalente a 20% do PIB — cerca de US$ 80 bilhões — pelos caminhos da corrupção e da malversação de recursos públicos. A comissão estenderá seus trabalhos até o final do governo Itamar, como uma espécie de guardião da moral nos negócios públicos.

AE/ZH



Romildo Canhim: *comissão*

01-01

9401242

FRONTEIRA

Itamar

□ Oito comissões foram criadas para tratar sobre garimpo, mineração, saúde e índios com o objetivo de garantir a soberania

instala Conselho da Amazônia

Brasília — O presidente Itamar Franco instalou sexta-feira o Conselho Nacional da Amazônia dizendo que a região "é prioridade do governo brasileiro" e reafirmando a defesa da soberania do território nacional. Ele também assumiu o compromisso de proteger o ambiente e fazer uso racional dos recursos naturais. Na primeira reunião do conselho, com a presença de 19 ministros e cinco governadores, além de representantes de várias entidades ligadas à região, os governadores reclamaram da inoperância da Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos graves problemas de fronteira.

O ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Rubens Ricúpero, anunciou a criação de oito grupos de trabalho para tratar dos principais problemas da área e disse que até meados do primeiro semestre de 1994 o plano integrado de ação do governo em favor da Amazônia Legal estará pronto. Ele pediu ainda a prorrogação dos incentivos fiscais para a Amazônia, que acabariam no final deste ano, alegando que esses recursos ajudam a região.

As oito comissões tratarão de desenvolvimento sustentado, vigilância, controle e proteção territorial, garimpo e mineração, populações indígenas, florestas, ciência e tecnologia e educação, saúde e assuntos sociais. Segundo Ricúpero, o problema da Amazônia não é apenas falta de recursos. Ele lembrou, por exemplo, que a região poderá receber em 1994 US$ 1 bilhão do Banco Mundial e US$ 3 bilhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "A região tem um grande atrativo para a obtenção de recursos", disse ele, após acentuar que obteve do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a garantia de que os cortes no orçamento não atingirão os projetos que recebem recursos externos e dependem de contrapartida nacional.

SEM CÓLERA — O ministro da Saúde, Henrique Santillo, anunciou sexta-feira o lançamento de um programa de saúde para a Amazônia, a ser adotado a partir de janeiro. Santillo disse que, para implementar o programa, serão contratados mais 3 mil agentes comunitários de saúde, que se somarão aos 10 mil já atuantes, e que o Programa de Interiorização de Saúde, que já teve início, será aperfeiçoado, com a inclusão de odontólogos no seu quadro de profissionais. Segundo o ministro, 211 dos 398 municípios da Região Amazônica serão beneficiados pelo programa de interiorização. Destes, 123 não têm nenhum profissional de saúde.

CANAL EXCLUSIVO — A partir de fevereiro, começarão a funcionar em Manaus e Belém, os ambulatórios de alta resolutividade. Instaladas nas periferias das grandes cidades, essas unidades estarão equipadas com raios X, laboratórios, leitos de observação e sala de pequenas cirurgias. Em Manaus, serão inaugurados sete ambulatórios e, em Belém, nove, oferecendo atendimento a 2,6 milhões de pessoas, a um custo aproximado de US$ 1,3 milhão.

Henrique Santillo informou ainda que o Ministério da Saúde está preparando um projeto de canal exclusivo de televisão para a formação, aperfeicoamento e reciclagem de recursos humanos na Amazônia. Também estão sendo feitos contatos com a *Rádio Nacional da Amazônia* para a transmissão de programas de educação em saúde, aproveitando o largo alcance da rádio na região. ZH 5/12.

Fazenda assume controle dos bancos federais

Brasília — O controle das instituições financeiras públicas federais está sob responsabilidade do Ministério da Fazenda e não mais do Planejamento. Decreto presidencial publicado ontem no *Diário Oficial* criou o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif). Este comitê fixará metas para as instituições e definirá gastos com investimentos e pessoal, funções que eram do ministro Alexis Stepanenko.

Com isso, o Comitê de Controle das Estatais (CCE) não terá mais força para atuar sobre instituições como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, por exemplo. A criação do novo comitê começou a ser discutida quando o secretário-executivo da Fazenda, Clóvis Carvalho, sem consultar o Planejamento, decidiu aprovar o acordo coletivo do Banco do Brasil.

PREPARAÇÃO — Este acordo descumpria as determinações do Planejamento e concedia reajustes salariais lineares para funcionários do banco, sem respeitar o limite da faixa até seis mínimos. O ministro do Planejamento não pôde anular a decisão, mas determinou cortes de US$ 500 milhões para adequar o repasse de capital do banco para os salários de pessoal. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não será controlado pelo Comitê.

O Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais (Comif) vai preparar os bancos federais para enfrentar um regime de inflação baixa, informou ontem o presidente do Banco Central (BC), Pedro Malan. Além do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, fazem parte do Comif o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Raul Jungmann, e os presidentes dos conselhos de administração e dos seis bancos federais.

Banco de Dados/ZH

ZH 2/12



Otimismo: *Malan diz que os bancos vão se adequar à inflação baixa*

01-01

Nº. DOCUMENTO 9401245
TITULO Entrevista a Luis Ignacio Da Silva
PROCEDENCIA 150015
FECHA DE [illegible] 16/12/93
VINCULACION 507482
11164
11304
PT

Lula: "Nuestro gobierno no será socialista"

LM 16/12

"Nuestro gobierno no será socialista, dadas las necesidades urgentes del Brasil", dijo ayer el líder y candidato a la Presidencia de la República por el Partido de los Trabajadores (PT), Luis Ignacio Lula da Silva.

Río de Janeiro (ANSA)

En entrevista exclusiva, Lula, que está en primer lugar en los sondeos electorales para los comicios de octubre de 1994, afirmó que **"mi gobierno no será socialista, ya que nuestro programa de gobierno se destina a atender prioritariamente las más urgentes necesidades de millones de brasileños".**

"Esas prioridades son: tratar de minimizar el sufrimiento de 32 millones de brasileños que viven por debajo de los niveles de pobreza, dar educación a decenas de millones de niños, crear empleos y revitalizar el sector de vivienda y de salud pública, además de la necesidad urgente de distribuir la riqueza", dijo Lula. El candidato del PT señalo que **"no sólo estamos convencidos que ganaremos las elecciones, sino también que gobernaremos el país, aunque eso no sea del agrado de una elite que existe en el Brasil, que no aceptan la democracia cuando ellos no están en el poder".** En relación a eventuales alianzas con otros partidos políticos, Lula sostuvo que el PT desea formar un frente político con partidos de centro-izquierda e izquierda, **"pero eso no depende solo del PT".**

En un eventual gobierno del PT, Lula considera que **"tendremos bastante fuerza y apoyo de la sociedad para combatir problemas como el de la corrupción, la cual sólo terminará cuando se reformule el poder judicial brasileño, para acabar con la impunidad y crear mecanismos ágiles que permitan sancionar rápidamente a los corruptos".**

Lula criticó el plan económico anunciado recientemente por el Ministro de Finanzas, Fernando Henrique Cardoso, el cual ataca, principalmente, el déficit público.

"El plan de Cardoso es muy tímido. La exposición de motivos es mayor que el programa en sí, y no resuelve los problemas del país, pues ni siquiera discute el papel del sistema financiero, la deuda interna, la cuestión salarial. Es un plan para resolver los problemas del gobierno y no del país", sostuvo.

Documento poco legible.

Sumada a la evasión fiscal y al caos administrativo, asciende a US$ 140 mil millones

Brasil: cifra corrupción supera deuda externa

La corrupción, la evasión de impuestos y el desorden en la administración pública le han costado a Brasil 140 mil millones de dólares, es decir 30 mil millones más que su deuda externa, una de las mayores del mundo.

Al sumar lo que las arcas públicas de Brasil perdieron por irregularidades e ilegalidades denunciadas en los dos últimos años, el diario O Globo, en un informe especial publicado ayer, calcula que las pérdidas han sido mayores que lo que Brasil debe a la comunidad financiera internacional.

La suma de lo que políticos corruptos, funcionarios incompetentes y ciudadanos que evaden sus obligaciones tributarias, han retirado del Tesoro, en 22 casos conocidos en todo el país y ocurridos desde marzo de 1990, cuando Fernando Collor (1990-1992) asumió la Presidencia de la República, es de 140 mil millones de dólares. La investigación incluyó el escándalo que condujo a la acusación y renuncia del ex presidente, los fondos malversados de la Legión de Fondos de Ayuda de Brasil encabezada anteriormente por la esposa de Collor de Mello, Rosanne, y el actual escándalo suscitado por el presupuesto del Congreso, en el que más de 30 ministros, gobernadores y congresistas, anteriores y actuales, han sido acusados.

Los fraudes han afectado principalmente al Presupuesto de la Unión (federación brasileña) y a entidades de carácter social como el Instituto Nacional de Seguridad Social (INSS), el Fondo de Garantías del Trabajador por Tiempo de Servicio (FGTS) y la Legión Brasileña de Asistencia (LBA).

Los corruptos, por lo mismo, se apropiaron principalmente de los recursos destinados a meriendas escolares, salud pública, alimentación de adultos, educación, combate a las sequías y mejora de vías de comunicación.

El primero de los 22 casos citado por O Globo es el protagonizado por el empresario Paulo César Farías, quien está encarcelado y es acusado de haber organizado una gigantesca red de corrupción en la administración de su amigo Collor, que concluyó con la renuncia del presidente.

El segundo, que involucra a unos 40 parlamentarios acusados de recibir millonarias propinas a cambio de aprobar irregularmente enmiendas al Presupuesto de la Unión y por desviar fondos públicos, es investigado por el Congreso y puede concluir con la aprobación de la destitución de unos 12 legisladores.

Los gigantescos escándalos de corrupción, no obstante, no han

Moscardo vai para Unesco

Da Sucursal de Brasília

Duas semanas depois de deixar o Ministério da Cultura fazendo críticas ao plano FHC, o embaixador Jerônimo Moscardo foi indicado ontem pelo presidente Itamar Franco para chefiar a delegação permanente do Brasil na Unesco, em Paris. Quando deixou o cargo, Moscardo disse que iria para casa.

"É preciso acabar com a mentalidade de que tudo tem que ter uma compensação", reagiu Moscardo quando perguntado se iria para a Unesco durante a entrevista em que anunciou os motivos de sua demissão. Naquela ocasião, o diplomata afirmou que o Brasil era "uma floresta de leguminosas", numa referência à passividade da população.

Moscardo ficou três meses no cargo. Ele foi nomeado para substituir Antônio Houaiss, que havia deixado o cargo para ocupar a mesma função agora entregue ao embaixador. Houaiss declinou do convite por problemas de saúde. Amigo do presidente, Jerônimo Moscardo pediu demissão logo após o anúncio do Plano FHC, mas sua cabeça já havia sido pedida pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, por causa das críticas ao plano.

Para assumir a função em Paris, Jerônimo Moscardo, que é diplomata de carreira, tem que ter seu nome aprovado pelo Senado.

PLANALTO

Itamar comanda ministério de interinos

□A reforma iniciada com a demissão dos ministros que serão candidatos em 1994 só será concluída após o dia 5 de janeiro

LEANDRO FORTES ZH 27/12

Brasília — O presidente Itamar Franco inaugurou, com a reforma ministerial, a república dos interinos. No dia 23, ele empossou mais dois — Djalma Moraes (Comunicações) e Ailton Fernandes (Indústria e Comércio) —, que se juntam a Alberto Portugal, interino da Agricultura, e ao titular da Secretaria de Administração Federal, Romildo Canhim, nomeado interino da pasta da Integração Regional. Amanhã, mais uma interina assume o Bem-Estar Social: Leonor Franco, presidente da LBA. Canhim e Leonor ficarão responsáveis pelo desmonte das pastas da Integração e Bem-Estar Social, que serão extintas.

Banco de Dados/ZH



Indicação: *Mauro Durante (D) é o padrinho político de Alberto Portugal*

Os novos ministros de Itamar seguem a mesma trajetória de seu chefe: o próprio presidente assumiu como interino, em 2 de outubro de 1992, até ser efetivado no cargo, três meses depois, com a confirmação do impeachment de Fernando Collor. A mania por interinos começou com Paulo Haddad, ex-ministro do Planejamento que administrou temporariamente a Fazenda para, em seguida, passar a ser o segundo titular da pasta. Assim também foi com Alexis Stepanenko, um interino que acabou ministro do Planejamento. Quem vai na mesma trilha é outro amigo de Itamar, Alberto Portugal. Mineiro de Juiz de Fora e afilhado político do ministro Mauro Durante, da Secretaria Geral da Presidência, Portugal tem tudo para acabar com a rotatividade na Agricultura.

Itamar, que pretendia preencher o ministério apenas com técnicos, recuou após uma reunião com o presidente do PMDB, Luiz Henrique, que exigiu cargos para o partido. Só então o presidente admitiu que sua reforma estava inconclusa. "Todos os nomeados são interinos", afirmou, citando uma única exceção: a ministra dos Transportes, Margarida Coimbra.

Itamar nomeia novos interinos

□Djalma Morais assumirá temporariamente a pasta das Comunicações e Ailton Fernandes responderá pela Indústria e Comércio

ZH 23/12

Brasília — O presidente Itamar Franco nomeou ontem mais dois ministros interinos: Djalma Moraes, seu amigo e presidente da Telemig, para as Comunicações, e Ailton Barcelos Fernandes, secretário-executivo do Ministério da Indústria e Comércio, como titular da pasta. "Quero avisar que eles são interinos mesmo", alertou o presidente.

Amigo de Itamar há 26 anos, Djalma Moraes foi indicado com a expectativa generalizada dos altos funcionários da Telebrás de que seja efetivado no cargo. Para eles, Moraes deverá repetir a trajetória do atual ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, que foi nomeado interino e acabou ficando com a pasta.

Alagoano, Moraes conheceu o presidente na época em que presidiu a Companhia Telefônica Municipal de Juiz de Fora (MG), incorporada pela Telemig em 1972, quando foi criada a Telebrás. Filho de um professor de matemática de Alagoas, cedo ficou órfão e iniciou a carreira militar, abandonada quando era capitão, por causa dos baixos soldos. Em Juiz de Fora, conheceu a mulher, Maria Teresa, com quem teve três filhos. Ex-diretor da Telamazon (subsidiária da Telebrás do Amazonas) e da Telemat (subsidiária do Mato Grosso), é funcionário de carreira da Telebrás desde a sua criação.

A falta de consenso com a cúpula do PMDB levou o presidente a adiar para depois do dia 10 de janeiro a definicao do nome do novo líder do governo na Câmara dos Deputados. "É tempo de reflexão, de meditação, de pedir ajuda a Deus", desconversou Itamar. Às vésperas das festas de fim de ano, com quase todos os ministros-candidatos embarcando para descansar no Exterior, o presidente avisou que, à exceção de Margarida Coimbra, ministra dos Transportes, todos os novos ministros são interinos.

OS MINISTROS INTERINOS DE ITAMAR

Agricultura
Alberto Portugal

Leonor Franco**

Romildo Canhim**

Comunicações
Djalma de Moraes*

Ailton Barcelos Dantas*

Ainda não definido. Paulino Cícero deve deixar o cargo em 30 de dezembro

O GOVERNO TEM
27
ministros atualmente

* assumem o cargo hoje
** os dois ministérios devem ser extintos no início de 94

para janeiro

permanecem sem os titulares

Itamar adia reforma ministerial

Falta de apoio político leva presidente a paralisar substituições; seis pastas

TALES FARIA
Da Sucursal de Brasília

A reforma ministerial e a escolha do líder do governo na Câmara ficaram para janeiro. O presidente Itamar Franco decidiu ontem paralisar a reforma em função da crise com os partidos da base de sustentação do governo. As primeiras substituições não agradaram aos partidos.

Em encontro com o presidente do PMDB, deputado federal Luiz Henrique (SC), Itamar disse que todos os cargos agora vagos estão "abertos" aos partidos e que só pretende retomar as negociações para preenchê-los a partir de 5 de janeiro.

Estão vagos ou ocupados por interinos seis ministérios: Indústria, Comércio e Turismo; Agricultura; Comunicações; Bem-Estar Social; Integração Regional; e Minas e Energia. Também está vaga a liderança do governo na Câmara dos Deputados.

Luiz Henrique afirma ter ouvido de Itamar que, enquanto não acabarem as negociações com os partidos, só nomeará interinos para o comando dessas pastas. "Só a nomeação da ministra dos Transportes, Margarida Coimbra, foi definitiva", disse Luiz Henrique.

Também participaram do encontro, no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). Luiz Henrique disse que partiu dele a sugestão para adiar as negociações até janeiro —"eu mesmo estou viajando agora para meu Estado e só retorno no dia 5".

Como solução com o PMDB em torno da nomeação do novo líder do governo na Câmara —Itamar quer um nome do partido, mas a bancada de deputados do PMDB não aceita—, Luiz Henrique sugeriu que seja extinto o cargo. "Os líderes do PMDB e do PSDB cuidariam da tramitação dos projetos de interesse do governo, com o apoio informal do senador Pedro Simon", afirmou.

"Isso seria o reconhecimento público da incompetência do governo na articulação política", discorda o líder do PSDB na Câmara, José Serra. Nem mesmo Pedro Simon gostou da idéia: "Estão querendo me transformar em líder do governo para todo o Congresso, e eu não concordo." Mas, segundo Luiz Henrique, Itamar ficou de estudar o assunto.

Os partidos da base de sustentação do governo interpretaram os primeiros passos de Itamar na reforma ministerial "como um sinal de que ele optou por preencher as vagas com amigos", segundo o senador Élcio Álvares (PFL-ES), cotado para o Ministério das Comunicações.

A desconfiança foi provocada pela nomeação de Margarida Coimbra, escolhida apenas por ser parente de Saulo Moreira, médico e amigo do presidente. "Mas agora ele deu um sinal de que voltou a se interessar pelos partidos", disse Luiz Henrique.

A expectativa dos assessores políticos de Itamar é de que, voltando a negociar com os partidos, ele mantenha a escolha de Élcio Álvares nas Comunicações e um representante do PMDB na pasta da Agricultura. Em troca do Ministério dos Transportes, perdido para Margarida Coimbra, o PMDB ficaria ou com a Indústria e Comércio, ou com as Minas e Energia. Também para uma das duas pastas está cotado o senador Beni Veras (PSDB-CE).

02-02

9401248

PLANALTO

Freire deixa o cargo de líder do governo

☐O nome preferido do presidente Itamar Franco para a liderança é Antônio Britto, mas o ex-ministro não deve aceitar o convite

ZH 15/12

Rio — Em uma audiência de menos de vinte minutos com o presidente Itamar Franco, ontem, o deputado Roberto Freire (PPS-PE) pediu demissão do cargo de líder do governo na Câmara. Sem negar as divergências com a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, Freire justificou-se ao deixar o Hotel Glória, no Rio de Janeiro, onde Itamar está hospedado: "Não quero me transformar em bode expiatório do plano econômico, caso não seja aprovado no Congresso". O deputado concordou em permanecer no cargo até que o presidente indique um substituto.

Para o lugar de Freire, o candidato ideal de Itamar seria o deputado Antônio Britto (PMDB-RS). O ex-ministro da Previdência, no entanto, acredita que não poderia conciliar o papel de líder do governo na Câmara com a campanha para o governo do Rio Grande do Sul. No círculo íntimo do presidente Itamar Franco, dois nomes foram lembrados inicialmente para a sucessão de Freire: os deputados Gustavo Krause (PFL-PE) e Odacir Klein (PMDB-RS). Mas ambos têm problemas.

Amigos de Itamar Franco lembraram que Krause trombou com o presidente logo que assumiu o Ministério da Fazenda, por não ter lhe comunicado o aumento do preço dos combustíveis. Odacir Klein foi descartado por estar cumprindo um papel importante na CPI do Orçamento — é o vice-presidente da comissão. Restou, como candidato mais forte e provável, o nome de Paulino Cícero, ministro das Minas e Energia, que está voltando à Câmara para reassumir sua cadeira pelo PSDB de Minas Gerais. Além de mineiro, Cícero é amigo de Itamar — uma qualidade indispensável para defender o governo na Câmara.

CRÍTICAS — O pedido de demissão de Freire não surpreendeu. As declarações de que não encaminharia ao Congresso as emendas do governo à Constituição contrárias a sua formação socialista deixaram-no em situação delicada junto ao presidente. Um assessor direto de Itamar advertiu antes do encontro: "Um líder que exerce um cargo de confiança do governo e anuncia que não vai encaminhar as propostas do governo deve entregar, junto com as declarações, a sua carta de demissão".

De acordo com este assessor, Itamar decidira não tomar a iniciativa de demitir Freire, mas esperava que ele saísse o mais rápido possível para evitar constrangimentos. "Não admito que ninguém faça reparos à minha conduta", desabafou Freire, depois de entregar o cargo. O deputado afirmou que Itamar nunca fez reparos a sua atuação. Mencionou que as críticas eram feitas de forma velada, em nome de assessores da área econômica.

DEMITIDOS — Freire garantiu que as críticas que faz, inclusive com referência à política de juros altos, eram do conhecimento do presidente. "Não precisei dizer isso hoje (*ontem*) ao presidente porque já falei muitas vezes; não posso apoiar um plano com este tipo de proposta", afirmou.

A principal queixa de Freire em relação a equipe econômica está relacionada ao projeto de reintegração no serviço público dos demitidos durante o governo Collor. Para o parlamentar, o projeto, defendido por ele, foi tratado de forma "leviana" pela equipe.

NÚMERO: 9401250
TÍTULO: Ocupaciones de pinteros.
PROCEDE: 150029
FECHA: 6/12/93
VINCULACIONES: 507482
505596

SEM-TERRA

Embrapa ganha a reintegração de posse de fazenda

KLÉCIO SANTOS ZH 2/12
Correspondente

Capão do Leão — O juiz da 1ª Vara Federal de Rio Grande, Eduardo Vandré Oliveira Garcia, concedeu liminar à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) de reintegração de posse da área de 600 hectares, em Capão do Leão, ocupada há oito dias por um grupo de 70 colonos. Os agricultores do Movimento dos Sem-Terra (MST) têm prazo de dez dias para deixar o local.

O juiz entendeu que a área ocupada é destinada à pesquisa e possui importante função social. Os agricultores dizem que vão permanecer no terreno ocupado, localizado ao lado da Fazenda da Palma, onde há 26 famílias assentadas em 442 hectares pertencentes à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado (Cpact) da Embrapa, Voni Andrade, diz que a decisão judicial foi tomada na terça-feira. Os colonos foram informados ontem da decisão e os colonos foram intimados ontem.

a-02

9401250.

Nº
Ocupacion de Hacienda San Pedro en el Dorado del Sur
150029
6/12/93
507482
505596

SEM-TERRA

Colonos decidem ir para Eldorado do Sul

Com a decisão de Itamar desapropriando uma área, as famílias acampadas num parque da Capital foram para a Fazenda São Pedro

Os colonos sem terra acampados no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, começaram a deixar a área na manhã de sábado. As 400 pessoas — entre homens, mulheres e crianças — seguiram em quatro ônibus, fretados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), para a Fazenda São Pedro, em Eldorado do Sul. "Deveremos ficar na regional de Porto Alegre", disse o líder do acampamento, João Dilson dos Santos, referindo-se à Região Metropolitana da Capital.

Após terem ocupado o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) durante oito dias, os colonos foram para o parque. Com a morosidade das negociações, eles retornaram ao prédio do Incra e realizaram várias manifestações na sexta-feira.

Com a notícia da desapropriação de uma área de 2.607 hectares em Encruzilhada do Sul, confirmada no final da tarde da última sexta-feira e considerada a principal reivindicação do movimento, os colonos decidiram que as famílias deveria se deslocar para Eldorado do Sul.

SURPRESA — A decisão do governo surpreendeu os manifestantes. "Eles já tinham anunciado dois pacotes e o Rio Grande do Sul sempre ficava de fora", lembrou Santos. Além da desapropriação, os agricultores obtiveram ainda a liberação de uma verba de CR$ 15 milhões para alimentação e o cadastro de 550 famílias em Lagoa Vermelha.

Este é considerado pelos colonos como o primeiro passo para tornar viável o assentamento de 1.400 famílias acampadas no Estado. O decreto do presidente Itamar Franco é o primeiro que beneficia o Estado nos últimos seis anos, com base na Constituição de 1988. A medida do governo está respaldada pela Lei Complementar de número 76, de julho último, que regulamenta o uso de rito sumário para desapropriações.

9401250.

02-02

SEM-TERRA ZH 1/12

Incra desapropria fazenda no Sul

O ministro da Agricultura, Dejandir Dalpasquale, assinou ontem uma portaria desapropriando uma fazenda no município de Encruzilhada do Sul para assentar colonos sem terra. A compra de terras para a colocação de 1.400 famílias de acampados foi a condição imposta pelos agricultores para desocupar o prédio da sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), invadido no início da semana passada.

Ao receber a notícia, ontem à noite, Dionilson Marcon, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTS), disse estar surpreso, pois os líderes do movimento não haviam sido consultados especificamente sobre essa área. Disse que a direção do MST aguardaria a comunicação oficial da desapropriação para decidir o futuro do movimento. "É um primeiro passo para um entendimento", reconheceu.

A desapropriação da área, com mais de 2 mil hectares, foi conseguida com a intermediação do delegado regional do Ministério da Agricultura, Clóvis Antônio Schwertzner.

PROMESSAS — Os dirigentes do MTS estão na expectativa de uma solução favorável para a Fazenda Capela Santana, onde estão acampadas 900 famílias ameaçadas de despejo. Na tarde de ontem, o superintente regional do Incra, Jânio de Freitas Guedes, examinou a questão com diretores do Banco do Brasil, mas não divulgou os resultados da reunião.

O senador Pedro Simon também se comprometeu a cooperar nas negociações com o presidente nacional do Incra, Osdvaldo Russo, a fim de conseguir recursos para desapropriar mais áreas. A mesma promessa de ajuda os colonos receberam do governador Alceu Collares. Ele antecipou a possibilidade de comprar uma gleba na localidade de Garruchos, em Palmeira das Missões.

Colonos deixam sede do Incra, mas podem voltar

Os colonos sem terra deram prazo até hoje ao meio-dia para que sejam confirmadas as promessas de desapropriação de terras para assentamentos no Rio Grande do Sul, anunciadas terça-feira pelo Ministério da Agricultura. Caso contrário, estão dispostos a retornar para a sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre, que foi ocupada por eles durante oito dias. As famílias de agricultores saíram do prédio às 8h30min de ontem.

Com o anúncio de que algumas áreas no interior do Estado seriam adquiridas pelo governo federal (inclusive uma fazenda em Encruzilhada do Sul), os agricultores decidiram "dar uma trégua ao Incra". Em grupos, eles montaram acampamento nos três galpões do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Parque da Harmonia), também na capital gaúcha.

VIGÍLIA — "Estamos aqui em vigília, à espera da desapropriação definitiva das terras", declarou Émerson Giacomelli, um dos coordenadores do movimento de protesto. Giamomelli explicou que a liberação de recursos para alimentação nos acampamentos, para o cadastramento das 50 famílias de sem-terras de Lagoa Vermelha e a promessa de colocação imediata de outros 30 colonos nos 283 hectares do posto agropecuário de Não-Me-Toque foram alguns dos fatores que motivaram a retirada provisória.

DESAPROPRIAÇÃO — Émerson Giacomelli antecipou, porém, que os 400 colonos poderão retomar a sede do Incra de Porto Alegre se não houver uma perspectiva concreta para o assentamento das 1.400 famílias de acampados. A meta deveria ser atingida até o final deste ano, de acordo com promessa feita aos colonos pelas autoridades.

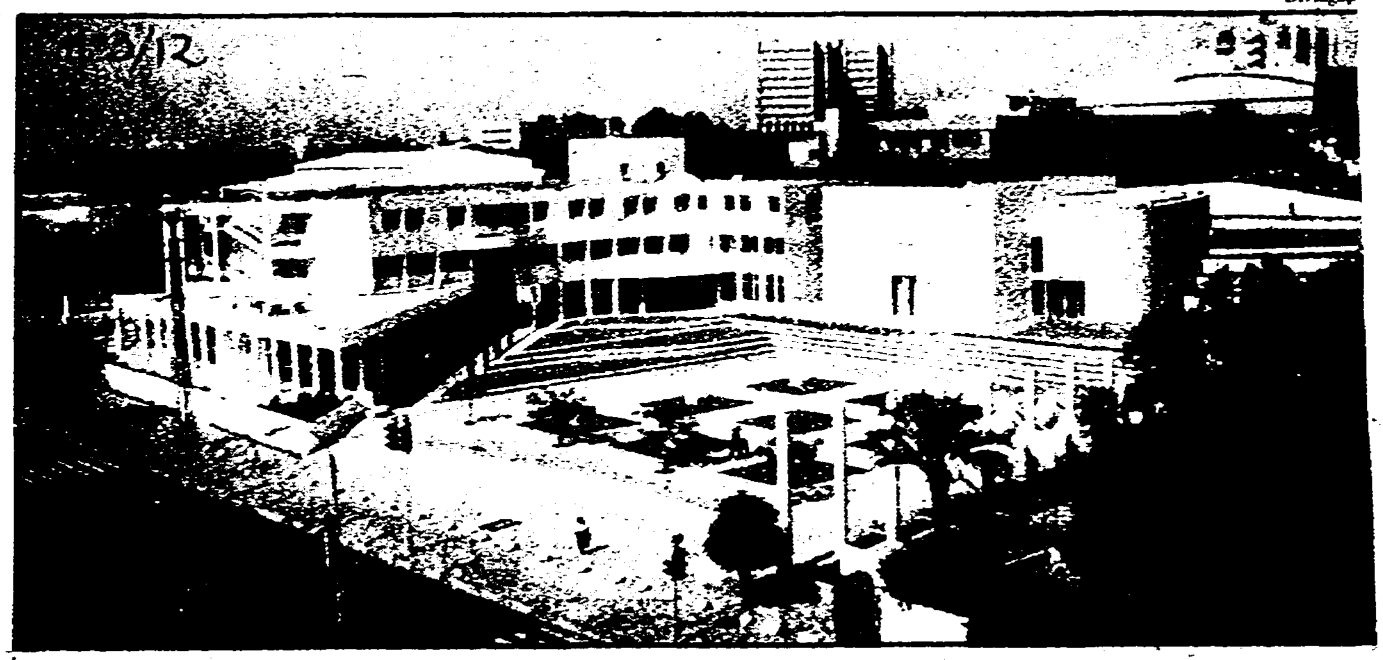
O deputado Antônio Marangon (PT) informou ontem que o governo federal deverá assinar nas próximas horas decretos de desapropriações para assentamentos no Estado. Entretanto, os dirigentes do MTS passaram toda a quarta-feira na tentativa frustrada de confirmar a informação no Incra e na delegacia regional do Ministério da Agricultura. Eles estão particularmente interessados numa solução para Capela de Santana, onde estão alojadas 900 famílias ameaçadas de despejo. O processo envolvendo essa questão passou para a Justiça Federal. ZH 2/12

01-01

INTERCÂMBIO

Acordo atrai Universidade de Tel-Aviv

□Dois representantes da instituição israelense estão visitando o Estado para propor cooperação científica e tecnológica



Exemplar: *da Universidade de Tel-Aviv podem vir tecnologia e conhecimento para o Rio Grande do Sul*

O acordo de cooperação científica e tecnológica assinado pelo governador Alceu Collares e o reitor da Universidade de Tel-Aviv, Yoram Dinstein, durante a visita da comitiva gaúcha a Israel, em maio deste ano, começou a ser colocado em prática nesta semana. O diretor da Faculty of Business Administration, Niv Ahituv, da Universidade de Tel-Aviv (UTA), e o representante da universidade para a América Latina e Espanha, Marcos Korenhedler, terminam hoje uma visita ao Rio Grande do Sul, na qual discutiram possibilidades de intercâmbio com representantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do governo do Estado e do setor empresarial.

Principalmente na UFRGS, Niv Ahituv estudou com os professores da área de Administração uma agenda conjunta de projetos de pesquisa. Na opinião do professor, PhD em Sistemas de Informação, há quatro pontos fundamentais em que podem ser desenvolvidas trocas de experiências: nos programas de Administração da Saúde, de Marketing, Sistemas de Informação, Administração e Gestão de Tecnologias e Relações Universidade-Empresas.

MARKETING — Há 15 anos, a Universidade de Tel-Aviv desenvolve um programa com os alunos do mestrado em Marketing — em cooperação com a Wharton School, da Filadélfia (Estados Unidos), do Instituto Superior de Estudos em Administração Insead, da França, e da Universidade de York, de Toronto (Canadá). "Esse tipo de programa pode ser feito com a UFRGS", acredita Niv Ahituv.

A mesma rede de intercâmbio montada pela UTA com a França, Canadá e Estados Unidos, sugere ele, poderia integrar a UFRGS com a Universidade Católica do Uruguai e a Universidade de Mar del Plata, da Argentina. Há chances de ajuda mútua também na área de Administração da Saúde — tanto a UFRGS quanto a Universidade de Tel-Aviv têm integradas as faculdades de Administração e de Medicina.

O representante da universidade israelense ficou "impressionado" com a qualificação do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Administração da UFRGS, a maioria com doutorado nas melhores universidades do mundo, e com a seriedade do projeto do doutorado internacional em Administração que a universidade gaúcha começa a operar em março do ano que vem.

Também para março está marcada uma visita de professores da UTA especializados em Produção Industrial, Automação e Robótica ao Estado. Daqui para frente, visitas de professores e alunos das duas instituições devem ser constantes. O representante da UTA para a América Latina e Espanha, Marcos Korenhedler, lembra que esse intercâmbio começou em outubro de 1991. Até a Associação de Amigos da UTA de Porto Alegre foi criada para unir a universidade israelense com o Estado.

SEPARATISMO

Divisão do Estado enfrenta resistências

☐A proposta de criação do Estado de Piratini foi entregue ontem na Câmara dos Deputados, com 60 mil assinaturas de apoio

SANDRA CARVALHO

Brasília — A proposta de criação do Estado do Piratini, entregue ontem ao presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), promete acirrar os ânimos da bancada gaúcha quando for submetida à votação em plenário. Articulador da idéia, o prefeito de Pelotas, Irajá Rodrigues (PPR), conseguiu 60 mil assinaturas de adesão à emenda popular que chegou ao Congresso dividindo as opiniões dos parlamentares. Ao lado de defensores declarados como o deputado Hilário Braun (PMDB), a proposta recebeu severas críticas do deputado Amaury Müller (PDT), para quem o novo Estado já nasceria falido. Wilson Müller (PDT) assumiu uma posição de cautela, classificando de legítimo o desejo de mudança manifestado pela população do sul do Estado.

Para o deputado Fetter Junior (PPR), o prefeito Irajá Rodrigues tem idéia fixa sobre o assunto: "Acho muito difícil a aprovação da divisão do Rio Grande do Sul porque o plenário já se manifestou contrário a propostas semelhantes". Ele acredita também que a região não quer a separação, uma vez que o prefeito fez sua campanha a deputado federal em cima deste mesma tese, e não foi eleito, numa clara demonstração do desinteresse dos eleitores.

Wilson Müller, ao contrário, defendeu a emenda popular afirmando que a população da região já está cansada do descaso com que é tratada tanto pelo governo federal quanto estadual. A tendência de Wilson Müller é votar contra a divisão do Rio Grande do Sul, mas o deputado admite que ainda precisa amadurecer sua posição.

Hilário Braun, um dos defensores da idéia entre a bancada gaúcha no Congresso, disse que "A divisão de estados como Goiás e Mato Grosso comprova a tese de que a criação de estados menores beneficia a população e facilita a administração", concluiu.

9401254
Gob. compra tierras para asentamientos de 50 familias.
1500213.
20/12/93
507982
MST /505596
10196

Se solucionó el problema de 50 familias de los Sin Tierra

LR 20/12

La República Entera
Martín Correa
RIVERA

■ La odisea vivida por cincuenta familias de "Sin Tierra" está llegando a su final, merced al acuerdo que se concretó entre representantes parlamentarios de Río Grande del Sur e integrantes de estos núcleos de campesinos. En efecto, el gobernador del estado doctor Alceu Collares, autorizó oficialmente en la víspera la compra de tierras aptas sin necesidad de recurrirse a llamados de licitación.

La difícil situación de estos colonos que, de un tiempo a esta parte, se movilizan en procura de soluciones —determinó— que el gobierno adoptase medidas que pusiesen fin a este panorama. Sin embargo, debieron, superarse etapas muy delicadas, como por ejemplo, la relativa a las 680 hectáreas de Santo Antonio da Patrulha, que fueron rechazadas de plano. Ello ocurrió, en virtud de que esa área fue calificada por técnicos como no aptas para la agricultura y su ocupación en vez de solucionar dificultaría mucho más. En tales circunstancias y tras prolijos trabajos, finalmente se localizaron dos puntos calificados como óptimos. Corresponden a Salto do Jacuí con 871 hectáreas y Tupanciretá con 547 hectáreas, que conformaron unánimemente a las partes. El movimiento Sin Tierra, así lo hizo saber y de inmediato la gobernación del estado procedió a sus adquisiciones. Estas cincuenta familias tenían su asentamiento en el municipio de Sarandí, formando parte de la hacienda Annoni, quienes debieron sortear diversos inconvenientes además de las acciones jurídicas —se subraya— los aspectos climatéricos con enfermedades de mujeres y niños enfrentados a bajísimas temperaturas del invierno. En el transcurso de la próxima semana, se procederá al traslado de los citados núcleos de campesinos en transportes cedidos especialmente por las autoridades de gobierno. Uno de los primeros asentamientos, hoy, con excelente producción agrícola está localizado en Santa Ana do Livramento próxima a la frontera con nuestro país. Los Sin Tierra, se dedican exclusivamente a las tareas agrícolas, procediendo a la colocación de sus productos en el mercado local. Aquellas falacias relativas a invasiones sobre territorio uruguayo y que dieron mucho que hablar en su momento —hoy— tienen una respuesta muy expresiva y que da tranquilidad a los que tejían "fantasías de invasiones", fundamentalmente, desde el municipio de Bagé, versiones de las que LA REPUBLICA se hizo eco. Livramento, tiene un ejemplo muy positivo, al que se suma desde ahora, Salto de Jacuí y Tupanciretá. Una propuesta feliz de la gobernación del estado y la Asamblea Legislativa de Río Grande del Sur, pone punto final en esta región con estas pautas, que a lo largo y ancho del Brasil se mueven en un clima lento e inquietante. El ejemplo, del gobernador Alceu Collares, prescindiendo de las licitaciones fue el factor determinante de las soluciones, por supuesto, compartido por la Asamblea Legislativa y por los propios Sin Tierra.

9401254.

01-01

Proponen una gestión cooperativa en el Plata

● La idea es preservar el ambiente y los recursos hídricos de la región frente al nuevo desarrollo

El Ministro brasileño de Medio Ambiente y de la Amazonia, Rubens Ricupero, propuso una gestión "cooperativa" de todos los países de la Cuenca del Plata, para preservar el ambiente y los recursos hídricos de la región, frente a un modelo de desarrollo que ignora la ecología y que por lo tanto amenaza al ecosistema, y con ello a decenas de millones de habitantes.

Curitiba (Ansa)

Durante el primer simposio internacional sobre aspectos ambientales de la Cuenca del Plata, Ricupero advirtió que el agua no es un recurso que deba ser administrado solamente por quienes producen energía eléctrica, sino también "por todos aquellos que están vinculados con el saneamiento básico, transporte e irrigación, entre otros".

El Congreso brasileño tiene a estudio una ley específica al respecto.

El Ministro, ante los más de cien científicos de Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay y Bolivia que participan de la reunión en Foz do Iguacu, destacó que las aguas de la Cuenca, que es la tercera más grande del mundo, están amenazadas por la contaminación.

Los desagües sin tratamiento previo, la contaminación por fertilizantes y la tala de árboles fueron citados como principales amenazas, en momentos en que un documento de las Naciones Unidas alerta sobre la gravedad de la escasez de agua en el mundo.

Citó como ejemplo la costa oeste norteamericana, donde es cada vez mayor la dificultad para obtener agua.

Los participantes del simposio destacaron la importancia de promover el desarrollo sustentable, con cuidado especial del ambiente, de acuerdo inclusive con las recomendaciones de la ECO 92, que reunió en Río de Janeiro a más de cien jefes de Estado y de Gobierno.

Además, la aplicación del Mercado Común del Cono Sur (MERCOSUR), con su creciente movimiento comercial regional, agravará los riesgos ambientales en la Cuenca.

El simposio deliberará hasta el viernes próximo, con la pretensión de diseñar "una estrategia de acción integrada, para armonizar el desarrollo económico de la región con la preservación ambiental".

El resultado de los debates de seis grupos técnicos sobre temas como la calidad del agua y recursos pesqueros, derecho ambiental internacional y desarrollo sustentable en la Cuenca del Plata, formarán la base para el documento final, que será puesto a consideración de la reunión de jefes de Gobierno, el 27 de este mes en Colonia, Uruguay.

El simposio propondrá la creación del Centro de Estudios Ambientales de la Cuenca del Plata, para "promover estudios, investigaciones y análisis científicos, estimular la cooperación intergubernamental, ayudar a la formulación de políticas conjuntas, calificar profesiones y servir de foro para una discusión de las cuestiones ambientales entre los países de la región".

Promovida por el Instituto Acqua, organización no gubernamental y sin fines de lucro que representa en América latina a la más importante institución francesa vinculada con la cuestión del agua, y con apoyo de la OEA, la UNESCO, el Banco Mundial y la Binacional Itaipú, la reunión agrupa a más de 100 técnicos, especialistas y autoridades de los cinco países de la Cuenca, así como a invitados de Ecuador, Estados Unidos, Francia, España y Japón.

La Cuenca del Plata es la tercera mayor del mundo, con 3.107.000 kilómetros cuadrados. Es también el eje principal de vinculación entre los países del MERCOSUR.

La región es una de las más ricas del mundo en biodiversidad, pero enfrenta graves amenazas al ambiente, después de décadas de ocupación desordenada.

Lo que está en juego, advirtieron los especialistas, no es sólo la preservación de la base material para el desarrollo de la región, sino la propia sobrevivencia de las poblaciones locales.

Brasil violentamente amargo

*** *La policía paulista mató en la última década diez veces más personas que la de Nueva York***

*** *En 1989, de cada 100 jóvenes de 14 y 15 años, 35 fueron asesinados en las calles de la gran urbe***

En la mayoría de las grandes ciudades de Brasil, "millares de brasileños pobres y miserables, adultos y niños, son sistemáticamente exterminados, tanto en acciones aisladas como en acciones colectivas, como masacres".

Río de Janeiro (ANSA)
por Horacio Pallavidini

■ Así sostiene el informe más completo jamás realizado sobre la violencia en Brasil, preparado por el Núcleo de Estudios sobre la Violencia de la Universidad de San Pablo y divulgado ayer, con motivo de los 45 años de la Declaración Universal de los Derechos Humanos de la ONU.

En Brasil, sostiene el informe, "persisten graves violaciones a los derechos humanos, como producto de una violencia endémica radicada en las estructuras sociales, enraizada en las costumbres y manifiesta tanto en la actitud de grupos de la sociedad civil como en el comportamiento de los agentes que deben preservar el orden público".

El estudio, de 107 páginas, incluye estadísticas desconocidas, como las que revelan que en los últimos diez años la Policía Militar (PM) de San Pablo mató diez veces más personas que la de Nueva York. En 1991, la PM paulista mató a 1.140 personas, y en 1992 a 1.359.

En un año, la policía paulista mata en promedio 20 veces más que su similar neoyorquina, mientras que el número de civiles heridos es en San Pablo más de tres veces superior que en Nueva York. "Mientras en Nueva York la policía hiere más que mata, en San Pablo mata tres veces más que hiere".

Por otra parte, en San pablo mueren 14 veces más policías que en Nueva York, y en San Pablo los PM son heridos en número 20 veces mayor.

Según el estudio, la policía ha aumentado significativamente su contribución a la tasa general de homicidios: en 1987, el 7 por ciento de los 4.462 homicidios fueron cometidos por policías, mientras que esa tasa subió a 25 por ciento en 1991, cuando 4.546 fueron abatidas en la capital paulista.

En 1940, en San Pablo, de cada 100 jóvenes de 14 a 15 años que morían, sólo 1,2 era por asesinato. En 1989, en esa misma edad, el número de asesinados pasó a 35.

De los 3.119 homicidios registrados por la prensa en la región sudeste del país (estados de San Pablo, Río de Janeiro, Minas Gerais y Espíritu Santo) en 1990 y 91, la policía fue responsable por 15 por ciento.

La mayoría de las víctimas, destaca el estudio, "están en las clases constituidas por trabajadores de baja renta, y no se constataron evidencias de que la mayor parte estuviese envuelta en delincuencia".

Cuando habla de los autores de los crímenes, el documento señala que "todo sugiere la existencia de grupos organizados de exterminio".

La Policía Militar (PM) de San Pablo es señalada en el estudio como "referencia básica" para la situación de todas las PM en Brasil.

Recientes casos, como la masacre de 7 niños y adolescentes en Río de Janeiro, a manos de un "escuadrón" de policías, la incursión policial en la favela carioca de Vigario Geral que provocó 21 muertos, o el motín de Carandirú, en San Pablo, donde la policía mató a 111 presos, "nos trajeron de vuelta el lado oscuro de la democratización incompleta del país", afirma.

Como complemento de sus conclusiones, el Núcleo de Estudios sostiene que "la crisis económica tiene el efecto de acicatear el racismo latente entre la población", por lo que la "democracia racial brasileña jamás pasó de un mito".

"En Brasil, concluye el informe divulgado ayer, aún no se logró la efetiva instauración del Estado de Derecho".

Nº DOCUMENTO 9401257.
TITULO Tasa de desempleo en octubre de 1993
150007
FECHA 8/12/93
VINCULACIONES 507482
11165
11322

DESEMPLEO EN BRASIL CAYO A 4,9%

RIO DE JANEIRO, 8 (Reuter). — La tasa de desempleo de Brasil fue en octubre de 4,9%, con un descenso desde el 5% de setiembre, informó hoy en un comunicado el Instituto Brasileño de Estadísticas (IBGE).

En octubre de 1992, la tasa de desempleo había sido del 5,8%. En las seis zonas metropolitanas de Brasil, unos 15,4 millones de personas tenían trabajo y 796.570 buscaban empleo, dijo IBGE.

La única ciudad donde el desempleo aumentó fue San Pablo, donde la tasa fue del 5,4% en octubre, frente a 4,9% en setiembre, indicó.

La mata atlántica brasileña perdió 2 millones de árboles: queda el 5 %

• *De las 202 especies en extinción, 117 viven en la franja costera*

La mata atlántica brasileña, considerada la jungla más bella del mundo, perdió, en pocos años de deforestación, dos millones de árboles. Lo que queda hoy de la inmensa foresta tropical a lo largo de la costa brasileña es menos del cinco por ciento de la superficie original. A este ritmo desaparecerá antes del año 2000.

San Pablo, 24 (ANSA)

Los datos fueron dados a conocer por el Atlas de la Evolución de la Supervivencia Forestal y de los Ecosistemas Asociados de la Mata Atlántica de 1985 a 1990, publicado esta semana por la Fundación Mata Atlántica de San Pablo, tras dos años y medio de estudios.

El atlas, de diez tomos, es la investigación más profunda jamás realizada sobre la selva montañosa y lacustre que bordea por 4.000 kilómetros el océano Atlántico.

La mata atlántica, por lo pronto, ya está perdiendo sus primacías mundiales de biodiversidad, entre ellos los referidos a la mayor variedad de tipos de árboles por hectárea (que llegó a 450) y número de especies de monos, ranas e insectos. De las 202 especies animales y vegetales brasileñas en extinción, 117 viven en la mata atlántica.

Según el cuadro trazado por la fundación, la devastación sobre la costa es todavía peor que la que se registra en la Amazonia. En el período considerado por el atlas, el ritmo de deforestación fue tres veces el que se verificó en la cuenca amazónica.

Hay que tener en cuenta que el 70 por ciento de la población brasileña vive hoy en el área que era ocupada por la mata, incluyendo Río de Janeiro y San Pablo.

La legislación ambiental brasileña protege un solo tipo de foresta, aquella definida como "ombrofila densa", y deja en cambio libre la explotación de los otros tipos de selva. Justamente, la riqueza del patrimonio de la mata atlántica se debe a la variedad de tipos ambientales y de vegetación.

Así, cuando la selva se reduce a pequeñas zonas densas aisladas, la selva atlántica se empobrece, pierde la sinergia de sus componentes y termina por autodestruirse, ya que aumenta la competición entre las especies adaptadas a la luz solar y las especies que viven a la sombra.

Gran parte de las "islas" sobrevivientes están en manos de privados, que pueden talar a discreción. Según la investigación, los grandes responsables de la destrucción de la mata son las reforestaciones con eucaliptos (para uso industrial), los monocultivos extensivos (caña de azúcar, soja y naranjas) y las pasturas.

En el período examinado, 850 mil hectáreas de bosques fueron destruidas, y la devastación afectó especialmente las áreas donde la flora era más rica: el estado de Paraná y el sur de Bahia, convertida en una de las zonas de edificación predilectas en Brasil.

La desaparición de la vegetación nativa ya cambió notablemente el clima, creando dramáticas sequías en el nordeste y reduciendo cada vez más el número de ríos, tanto como para crear problemas de agua potable en las ciudades.

El arzobispo de San Pablo advierte

Por la vuelta de una dictadura en Brasil

San Pablo (ANSA)

■ El arzobispo de San Pablo, cardenal Paulo Evaristo Arns, reveló sus temores sobre un nuevo período de dictadura en Brasil, como consecuencia de los casos de corrupción que afectan al país.

Durante una tradicional entrevista que concede en Navidad, el cardenal sostuvo que "los militares creo que no están interesados en una nueva dictadura, pero sí aquellos que tienen dinero y juegan sus chances a la inflación, en detrimento de la mayoría del pueblo que padece penurias y sufrimientos".

Arns resaltó que si los trabajos que está realizando la Comisión Investigadora no apuntan a los responsables de la corrupción "el propio Congreso Nacional quedará desacreditado". El cardenal destacó luego que el período de dictadura que comenzó en 1964 todavía no terminó totalmente y que "una dictadura no es sólo mala por lo que ella implica, sino también por su siembra, como la corrupción y la necesidad de engañar al pueblo".

DOC. POCO LEGIBLE

9401260.
Sindicalistas temem perdas salariais com projeto plano econômico
ZH 7/12/93
507482
11165
514326
11392

POLÍTICA ECONÔMICA

Sindicalistas temem perdas nos salários

□Os dirigentes da CUT, da CGT e Força Sindical ouviram explicações de FH, Bacha e Barelli, sem manifestar apoio ao plano

PLANO FH

Brasília — O ministro Fernando Henrique Cardoso, seu assessor especial Edmar Bacha e o ministro Walter Barelli, do Trabalho, conversaram ontem por mais de duas horas com sindicalistas, no Ministério da Fazenda, para explicar detalhes do programa econômico. A maior preocupação dos sindicalistas — mudanças imediatas na política salarial — foi afastada pelo ministro. A política salarial do setor público só terá correção pelo novo indexador na segunda fase do programa, quando o Orçamento já estiver aprovado. Já as empresas poderão ou não adotar o índice em negociação com os empregados.

"Não é nenhuma medida que assuste ninguém", disse Fernando Henrique no início do encontro, reforçando a seguir: "Não há nada que afete os salários." O presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, deu-se por satisfeito. "Se, ao contrário dos outros planos, não houver conversão de salários pela média, isto é um ponto positivo", disse ele.

GARFADA— Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), teme os reflexos negativos do aumento de impostos. Ele afirmou que a posição oficial da CUT será conhecida após uma reunião da direção da Central. Para Meneguelli, por enquanto o programa só tem duas medidas concretas: "Aumento de imposto e uma 'garfada' nos fundos sociais." O economista Willy Fischer, assessor da Força Sindical, considerou que alguns trabalhadores poderão perder se os salários forem atrelados ao novo índice. "Categorias pouco organizadas não conseguirão negociar com os patrões", disse ele. "Acho que o governo vai ter criar uma regra para os salários."

ABR/ZH



Articulações: *os ministros Fernando Henrique e Walter Barelli na reunião que antecipou os passos do plano aos sindicalistas*

Edmar Bacha dividiu o programa em Tempo 1 e Tempo 2. No T1, haveria a aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso, a extinção dos ministérios do Bem-Estar Social e Integração Regional e outros órgãos públicos. O T2 começaria com a criação do novo indexador, voluntário a princípio, mas que, dependendo do grau de credibilidade, se transformaria numa unidade de conta e acabaria adotado para todos os preços e contratos. Nesse momento, o índice se tranformaria em moeda escritural, passando em seguida a ser uma verdadeira moeda de livre curso no país.

Alguns sindicalistas concordaram que o plano de FH será recessivo no primeiro momento e seu sucesso depende do ajuste fiscal. Canindé Pegado, da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), também participou do encontro, onde predominaram as dúvidas.

9401260.

01-01

Veja 15/12

As fardas falantes

Chefes militares discutem política

Os comandantes militares estão falando cada vez mais. Na semana passada, ao se manifestar sobre orçamento, estavam certos. Em seu plano econômico, o ministro Fernando Henrique Cardoso propôs cortes de 40% no custeio dos ministérios militares. A conta, típica operação de calculadora eletrônica manual, significava, na prática, a extinção das Forças Armadas. Seria o mesmo que querer que uma embaixada do Brasil fosse mantida com 200 dólares mensais. Há ministérios que podem nem existir, mas não é o caso das pastas militares. Os militares reclamaram e Itamar lhes atendeu. No dia 2 de dezembro, o vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS), recebeu três generais para falar sobre reforma constitucional. Da conversa participaram os generais Joubert Brízida, Cyro Albuquerque e Werlon Roure, além do relator-geral da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O assunto logo passou a ser PC Farias, que no dia seguinte aterrissaria preso no Brasil.

"Há um medo do pessoal da tropa de que o PC desembarque com essa história do cheque que teria dado ao Itamar", disse Brízida. "Se o presidente renunciasse, como seria?" "O presidente da Câmara assumiria e faria eleição", disse Jobim. Um militar perguntou sobre os riscos institucionais. "Seria um pacto com a Constituição na mão", explicou Jobim. Num outro encontro, no dia 29 de novembro, meia dúzia de empresários se reuniu com duas dezenas de generais no Ministério do Exército, em Brasília, e também falaram de atualidades. O encontro foi organizado pelo empresário Jorge Gerdau, do grupo Gerdau, e pelo chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Onofre Leonel. Compareceram, entre outros, o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco. Conversou-se de inflação, sucessão, crise social e, é claro, de corrupção.

Na quinta-feira passada, o mesmo general Leonel discursou na formatura de oficiais do Exército. Foi uma fala repleta de ambigüidades. Ele afirmou, por exemplo, que a opção dos militares "é pela democracia, no seu entendimento mais amplo, pela qual lutamos e tivemos baixas até hoje sentidas, pranteadas e sempre lembradas". Não se sabe se ele se referia à II Guerra, quando a Força Expedicionária Brasileira, FEB, enviou soldados à



O general Leonel: "Cólera das legiões"

Europa para lutar contra o fascismo, ou se elogiava os torturadores do DOI-Codi durante o regime militar.

Num outro momento, ele invocou uma carta escrita pelo militar romano Marcus Flavinius quando estava em guerra no Oriente. "Dizem-me que em Roma se sucedem as intrigas e conspirações, se desenvolve a traição e muitos, hesitantes, perturbados, cedem com facilidade às piores tentações do abandono e aviltam a nossa nação." Se tudo isso fosse verdade, ameaçava Flavinius, "cuidado com a cólera das legiões". Leonel afirmou que "ainda não é o momento de nos identificarmos com as angústias de Marcus Flavinius". O general poderia explicar então qual a utilidade de se invocar "a cólera das legiões" se "ainda não é o momento", e qual será esse momento, e de que servirá essa cólera.

Documento con partes poco legibles

01-02

Exército vê o país em situação de 'comoção'

Em reunião com empresários, militares avaliam a gravidade do momento político, que pode chegar à 'convulsão'

Ailton de Freitas

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O Exército considera que o Brasil vive um momento de "comoção", estágio que precede o de "convulsão", que, se atingido, obrigará a uma intervenção das Forças Armadas.

A avaliação foi feita pelo general-de-divisão Gleuber Vieira, em reunião de quatro horas de duração realizada no último dia 29, no chamado "Forte Apache", o prédio-sede do Ministério do Exército em Brasília. Estavam presentes 11 empresários (a maioria presidentes de confederações de entidades empresariais) e cerca de 20 oficiais da mais alta graduação.

O coordenador da reunião foi o general-de-Exército Benedito Onofre Bezerra Leonel, chefe do Estado-Maior do Exército.

A informação sobre a realização da reunião e sobre a avaliação de que o estágio em que se encontra o país é de "comoção", mas não de "convulsão", foi obtida pela **Folha** junto a um dos participantes e confirmada pelo general Gilberto Serra, porta-voz do Ministério do Exército.

Apesar da gravidade da avaliação, os expositores deixaram claro que o Exército não tem intenções de intervir no cenário institucional. Serra transmitiu à **Folha** idêntica apreciação, ao dizer sobre os escândalos de corrupção: "Nós, os militares, sentimos como toda a população, mas estamos convencidos de que os problemas estão surgindo e se resolvendo nas esferas correspondentes".

Não obstante, o general não oculta a insatisfação das Forças Armadas com as limitações orçamentárias. "O orçamento das Forças Armadas está muito abaixo do que recebem Forças Armadas de outros países. Já atingimos o nosso limite de contenção", afirmou o porta-voz do Exército.

O objetivo do encontro era o de "tratar assuntos de interesse da Força", conforme a informação de Serra. O ponto central era a revisão constitucional, motivo pelo qual se deu a palavra ao general Gleuber Vieira, que é o encarregado, no Exército, de coordenar as propostas ao Congresso revisor que interessam ao setor militar. General-de-divisão é o posto imediatamente anterior ao de general-de-Exército, a mais alta graduação possível.

Mas, como era inevitável, foi feita uma avaliação de conjuntura na qual Vieira mencionou o estágio de "convulsão". Pelo que informou à **Folha** o general Gilberto Serra, também o general Bezerra Leonel fez "um flash rápido da conjuntura", mais ou menos na linha de seu discurso de ontem aos oficiais-generais recém-promovidos.

Pelo lado empresarial, participaram da reunião, entre outros, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco; o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Carlos Eduardo Moreira Ferreira; o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio Ernesto de Salvo; o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Guilherme Afif Domingos; o presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Clésio Andrade; Jorge Gerdau Johannpeter, uma espécie de coordenador do grupo empresarial; Laerte Setúbal e Félix Bulhões (White Martins).

Na discussão específica sobre a revisão, foram tratados principalmente dois temas, de acordo com Serra: a destinação constitucional das Forças Armadas e o serviço militar obrigatório.

Itamar elogia militares e evita falar de salários

Brasília — O presidente Itamar Franco manifestou ontem certeza de contar com a fidelidade dos militares, apesar das dificuldades que o país atravessa. Num dia dedicado à solenidades com militares — pela manhã ele foi apresentado aos novos oficiais-generais, promovidos no dia 25 de novembro —, o presidente evitou ser incisivo nas questões que inquietam a coorporação, como os salários. Primeiro elogiou a disciplina e o patriotismo das Forças Armadas, "apesar das seguidas conjunturas desfavoráveis que já fizeram esmorecer alguns setores da Nação".

Na única referência à falta de recursos, Itamar disse acreditar que os sentimentos de "apreço, amizade e lealdade" que os militares dispensam a seu comandante supremo "não se deixam abalar pelas vicissitudes orçamentárias, que impedem a atualização e o aperfeiçoamento do material bélico e a remuneração à altura do seu valor e importância". Mais recursos e melhores condições de trabalho haviam sido cobradas, minutos antes, no discurso do titular da pasta da Aeronáutica, Lélio Lobo, que falou em nome de todos ministros militares.

COLLOR — Os ministros do Exército, general Zenildo de Lucena, e do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante Arnaldo Leite Pereira, criticaram o Supremo Tribunal Federal (STF) por ter adiado a decisão sobre a cassação dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor. "Como cidadão brasileiro, fiquei decepcionado", disse Lucena. Mais incisivo ainda, Arnaldo Leite demonstrava indignação com a transferência da decisão para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), instância inferior ao Supremo. "Nós militares nunca faríamos isso, decidiríamos sempre num nível mais alto", ressaltou, sem esclarecer quem está acima do STF. Zenildo de Lucena ressaltou que o Exército torce pela punição dos parlamentares envolvidos no escândalo do desvio de verbas do orçamento e garantiu desconhecer a existência de militares da ativa interessados em um golpe de Estado.

Itamar critica Congresso e pede calma

Da Sucursal de Brasília

Em um discurso classificado por ele mesmo de "manifestação clara e incisiva do Chefe do Poder Executivo", o presidente Itamar Franco pediu calma aos quartéis, criticou o Congresso ao condenar a prática da corrupção, lembrou o julgamento do ex-presidente Collor no STF e ainda defendeu a revisão constitucional e o plano do seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. O discurso foi diante de 180 oficiais-generais, no Clube da Aeronáutica, durante almoço de fim-de-ano.

Itamar começou criticando o Congresso. Sem mencionar a Câmara ou o Senado, disse: "Quando determinados integrantes de compartimentos de poder, que recebem a missão de cuidar do Estado, o desrespeitam, não temos como exigir dos outros cidadãos que o respeitem."

Em críticas veladas aos parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento, Itamar afirmou: "(...) sou obrigado a confrontrar-me com terríveis obstáculos. Infelizmente nem todos pensam no país como uma sociedade dos que aqui nasceram e para aqui vieram trabalhar e viver. Os projetos de realização pessoal, marcados pelo egoísmo, muitas vezes têm prevalecido sobre o interesse nacional".

Em outro trecho, Itamar diz que "para preservar o Estado Democrático, teremos que restabelecer os seus alicerces éticos". Numa demonstração de apoio à revisão, o presidente disse que para haver ordem e liberdade é preciso reformar e ajustar as leis que envelhecem e não servem mais à Justiça "à vontade do povo".

Itamar insistiu em afirmar que a "respeitabilidade não se obtém apenas com a força das leis e jamais é conseguida com a repressão policial".

A crítica ao empate no julgamento do ex-presidente Collor pelo STF foi sutil: "Devemos ter em mente que não pode haver direito adquirido na injustiça e na violação dos princípios imemoriais, que dão a cada homem o mesmo peso diante da vida e diante de Deus."

Itamar disse sentir que nos próximos meses será decidido o "destino nacional" e que por isso está enviando ao Congresso o pacote com reformas constitucionais e leis, que ele considerou "indispensáveis ao saneamento da República e à reestruturação do Estado."

Em recado à ira dos quartéis por causa dos cortes no Orçamento, Itamar exortou as Forças Armadas a não se deixarem abalar "pelas vicissitudes orçamentárias que impedem a atualização e o aperfeiçoamento do material bélico e a remuneração à altura do seu valor e importância".

Chefes militares

Corte de 40% nos orçamentos das três Forças

fazem queixas e alertas

provoca discursos que procuram revelar a insatisfação da tropa

Aécio de Freitas/Folha Imagens

Da Sucursal de Brasília

Em solenidades realizadas ontem em Brasília, uma delas com a participação do presidente Itamar Franco, duas autoridades militares —general Benedito Onofre Bezerra Leonel, chefe do Estado-Maior do Exército, e brigadeiro Lélio Viana Lôbo, ministro da Aeronáutica— fizeram discursos recheados de queixas, de reclamações, e até de ameaças implícitas.

Os discursos foram feitos 48 horas depois do anúncio de cortes de 40% no orçamento das pastas militares. "É impositivo que saibamos defender a nação de si mesma", disse Bezerra Leonel. Ele falou em nome do ministro do Exército, Zenildo de Lucena, no Quartel General do Exército, na formatura dos novos oficiais. Itamar não estava presente.

Numa clara alusão ao escândalo do Orçamento, disse que o "contexto nacional" gera uma "perigosa generalização de descrédito nas instituições e nos chefes". Fez uma única exceção, ao declarar que a "instituição Exército" possui "credibilidade".

Condenação

Bezerra Leonel condenou ainda "o desânimo, a omissão, a irresponsabilidade e a esperteza velhaca". Em seguida, emendou: "A história confirma que os chefes militares se revelam verdadeiros líderes nos momentos de turbulência".

Em entrevista, o ministro do Exército disse que o discurso do general Bezerra Leonel refletia suas próprias opiniões. Segundo Zenildo de Lucena, o discurso não continha nenhuma mensagem subliminar.

"Foram palavras de certeza de que queremos ultrapassar essa crise e certeza de que temos lideranças capazes de conduzir este país, de que devemos manter a calma e nos manter vigilantes, atentos, junto à nossa tropa", afirmou o ministro.

O ministro da Aeronáutica discursou sob o olhar de Itamar, em almoço de confraternização, normalmente marcado por palavras cordiais e amistosas. Viana Lôbo descreveu em sua fala as dificuldades e angústias enfrentadas pela tropa. Ele ressaltou que os militares "não fazem greves, passeatas, manifestações públicas", mantendo-se disciplinados e ordeiros esperando que seja feita justiça.

No que se refere à situação das três Forças, o brigadeiro lembrou que só se obtém a paz preparando-se para a guerra, com a manutenção dos programas militares. Através de investimentos "em nível apropriado" em equipamentos, na implantação de infra-estrutura e na formação de pessoal. "As improvisações são indutoras de insucessos", lembrou, numa alusão às ameaças de cortes nos orçamentos militares.

Insatisfação

Pela manhã, ao final de cerimônia de entrega de espadas de comando para os novos oficiais-generais (da qual o presidente da República não participa), o ministro-chefe do Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas), almirante Arnaldo Leite Pereira, já havia declarado que o corte no orçamento militar poderá aumentar a insatisfação da tropa. "Se as pessoas não podem operar com seus navios, aviões, guarnecer as fronteiras, operar seus hospitais, sabemos que a insatisfação aumenta".

Nos cálculos do ministro do Emfa, que é responsável pela política orçamentária das três Forças, se houver o corte de 80,43% do orçamento atual previsto pela área econômica muitos projetos serão paralisados. "Para o Hospital das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra e também a missão espacial brasileira", disse o almirante.

Na opinião de Zenildo de Lucena, a situação do orçamento das Forças Armadas ainda não está definida. Ele mostrou-se otimista quanto à possibilidade de suspensão dos cortes. "Nós ainda não encerramos as nossas conversas".

02-02

Itamar recua e reduz corte de militares

Presidente cede à pressão das Forças Armadas; diminuição de despesas será maior nos demais ministérios

SÔNIA MOSSRI e MÔNICA IZAGUIRRE
Da Sucursal de Brasília

PLANO FHC



O presidente Itamar Franco decidiu abrir uma exceção nos cortes orçamentários previstos no pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Itamar foi obrigado a intervir nas negociações entre a equipe econômica e os ministérios militares para evitar uma eventual crise nas Forças Armadas, desencadeada pelo Plano FHC.

Para atenuar o corte sobre os militares, o presidente determinou que a área econômica refaça sua proposta, transferindo para eles recursos de outros ministérios. Decisão nesse sentido foi confirmada ontem pelo ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko. É com ele que os militares estão negociando um aumento no limite de gastos definido pela Fazenda e pelo Planejamento.

O novo tratamento significa um recuo do governo diante da pressão das Forças Armadas, pois o limite de cortes já havia sido aprovado, na quarta-feira da semana passada, pelo próprio presidente. Os demais ministérios tiveram de se conformar com a possibilidade de fazer apenas remanejamentos internos dentro do limite proposto.

Os ministros Zenildo de Lucena (Exército), Ivan Serpa (Marinha), Lélio Viana Lôbo (Aeronáutica) e Arnaldo Leite Pereira (chefe do Estado-Maior das Forças Armadas) e o próprio chefe do Gabinete Militar, Fernando Cardoso, reclamaram com Itamar Franco do que consideram inabilidade da equipe econômica nas negociações com os militares. Os cinco conseguiram convencer o presidente a aumentar as verbas das Forças Armadas em 94.

Funções básicas

Os ministros militares chegaram a dizer ao presidente que os cortes significariam a paralisação das atividades militares ao longo de 94. Eles dizem não se referir a projetos especiais —como o submarino nuclear—, mas sim às funções básicas.

O presidente Itamar Franco só não admitiu modificações no valor global da redução de gastos, de aproximadamente US$ 22 bilhões. Por isso, os demais ministérios terão que aceitar cortes ainda mais profundos.

Resta saber de onde vai sair o dinheiro para reforçar o caixa dos militares. "O presidente disse que, se necessário, tirássemos inclusive do dele (das verbas da Presidência da República)", disse Stepanenko. O valor a ser acrescido no teto proposto pela área econômica em relação aos militares ainda não está definido.

Os ministros militares criticam reservadamente a atitude do assessor especial da Fazenda, Edmar Bacha. Bacha é classificado como arrogante por insistir no tom professoral e em dar "aulas" aos militares sobre equilíbrio das contas públicas.

MANOBRAS

Fuzileiros navais fazem combate simulado

☐Durante cinco dias de exercícios em Capão do Leão, mais de 200 homens treinaram seus reflexos e usaram munição real

ELTON WERB 24/9/12

Duas granadas iluminativas explodem no céu, clareando a noite como dia, e caem lentamente, amortecidas por pequenos pára-quedas. O clarão é a senha para o começo do tiroteio. Pelotões de fuzileiros abrem fogo com seus FAL, sigla de fuzil automático leve, calibre 7.62. São apoiados na retaguarda por fuzis automáticos pesados (FAP) e pela lateral por uma metralhadora MAG, que do alto de um colina dispara sem parar mil tiros por minuto. O poder de fogo é impressionante. Uma saraivada de projetis rasga o ar em alta velocidade, marcando com um rastro luminoso vermelho a trajetória até o alvo. O cano da MAG esquenta tanto que quase derrete e precisa ser trocado por outro.

Com o teste de potência de fogo, que durou pouco mais de um minuto e teria sido suficiente para pulverizar o inimigo ou mantê-lo sem ação sob fogo cerrado e incessante, as 1ª e 2ª companhias do Grupamento dos Fuzileiros Navais do Rio Grande concluíram, na última segunda-feira, cinco dias de exercícios simulados no campo de treinamentos da Fazenda da Amizade, no interior do município de Capão do Leão. Mais de 200 homens, entre 170 combatentes e equipes de apoio, participaram das manobras. Na primeira etapa houve a participação de recrutas, mas a última parte, acompanhada pelo vice-almirante Luiz Philippe da Costa Fernandes, comandante do 5º Distrito Naval em Rio Grande, contou apenas com fuzileiros profissionais.

DUPLA AÇÃO — Foram realizados exercícios de dupla ação (quando um lado ataca e outro defende), de fogo e movimento (ataque direto a uma posição inimiga, com cobertura de fogo pela laterais), tiros de granada, tiros de morteiro e disparos instintivos noturnos (onde o soldado testa seus reflexos atirando uma, duas ou nenhuma vez, conforme a cor da luz que se acender diante do alvo).

O treinamento dos fuzileiros navais é "full metal jacket". Toda a munição (balas, granadas, morteiros) é de verdade e às vezes os exercícios também são bem realistas. As tropas mais preparadas treinam avanços apoiados por um fogo de cobertura que parte de metralhadoras colocadas às suas costas. "As balas passam poucos metros acima da cabeça", diz o capitão-de-fragata Sérgio Marques Soares, comandante do Grupamento dos Fuzileiros Navais de Rio Grande.

Os fuzileiros são e estão entre os mais bem-treinados combatentes das Forças Armadas brasileiras. O grupamento de Rio Grande realiza exercícios praticamente todos os meses, quase sempre na Fazenda da Amizade, um local onde ainda existe uma antiga e imensa figueira em cuja sombra, segundo as histórias que correm na região, o general Bento Gonçalves teria acampado suas tropas durante a Revolução Farroupilha.

O trabalho dos fuzileiros é geralmente o mais arriscado em uma guerra e onde ocorre o maior número de baixas. Sua missão é ir na frente e limpar a área, desembarcando, na maioria das vezes, debaixo de fogo cerrado, dentro do território inimigo, estabelecendo uma cabeça-de-praia para o desembarque de tropas, equipamentos e suprimentos.

MILITAR

Fuzileiros navais terminam o treinamento de tropas

☐Uma fazenda no interior de Capão do Leão abrigou um autêntico acampamento de guerra com exercícios de tiros com munição real

24/1/12

O Grupamento dos Fuzileiros Navais do Rio Grande terminou ontem um exercício de treinamento de tropas na Fazenda da Amizade, no interior do município de Capão do Leão. O adestramento durou cinco dias, mobilizando 170 combatentes das 1ª e 2ª companhias dos fuzileiros de Rio Grande e equipes de apoio, num total de mais de 200 homens.

Um autêntico acampamento de guerra foi montado na fazenda durante o treinamento. Foram praticados exercícios de ataque e defesa, avanços sobre território inimigo e principalmente de tiros, diurnos e noturnos. Os exercícios de tiro utilizaram sempre munição real.

Além do tradicional fuzil automático leve (FAL), a arma padrão dos fuzileiros navais, também foram usados o fuzil automático pesado (FAP) e metralhadoras de apoio MAG, capazes de disparar mil tiros por minuto, com balas comuns ou a munição dotada de um composto de fósforo que deixa um rastro vermelho luminoso até o alvo.

Foram realizados ainda exercícios com granadas, granadas iluminativas (capazes de "clarear" a noite) e morteiros.

O Corpo de Fuzileiros Navais, uma força de combate terrestre, faz parte da Marinha Brasileira, com um efetivo de 15 mil homens em todo o país. É uma das duas únicas unidades das Forças Armadas cujos soldados são profissionais e voluntários — a outra é a Brigada de Pára-Quedistas do Exército.

"O candidato precisa passar por concursos e testes psicotécnicos para ser admitido", diz o capitão-de-fragata (posto equivalente ao de tenente-coronel do Exército) Sérgio Marques Soares, comandante do Grupamento dos Fuzileiros Navais do Rio Grande. Segundo ele, menos de um terço do total dos que se candidatam é aceito.

O último dia dos treinamentos foi acompanhado pelo vice-almirante Luiz Philippe da Costa Fernandes, comandante do V Distrito Naval em Rio Grande. Integrante da Armada, o pessoal da Marinha que trabalha embarcado, o vice-almirante vestiu pela primeira vez o uniforme camuflado de combate dos fuzileiros navais.

Brigada Real da Marinha deu origem à tropa

Os fuzileiros navais são uma das mais antigas tropas de combate do país. A unidade existe desde 1808, quando o rei de Portugal dom João VI transferiu a Corte para o Brasil e trouxe consigo a Brigada Real de Marinha, origem dos fuzileiros. Ao contrário dos *mariners* americanos, que formam uma quarta arma das forças armadas dos Estados Unidos (ao lado de exército, marinha e aeronáutica), o Corpo dos Fuzileiros Navais do Brasil integra a Marinha.

É uma das duas únicas unidades das Forças Armadas integradas por soldados profissionais e voluntários — a outra é a Brigada de Pára-Quedistas do Exército. O ingresso é feito por concurso e testes psicotécnicos que costumam derrubar cerca de dois terços dos candidatos. Os aprovados assinam um contrato de três anos, prazo mínimo de permanência de um soldado. Após esse período, ele pode renovar o contrato ou desistir. Atualmente são 15 mil homens, espalhados por todo o país, que recebem um soldo equivalente a dois ou três salários mínimos.

As principais unidades dos fuzileiros navais estão sediadas no Rio de Janeiro. Os cariocas são maioria entre os oficiais e os sargentos, mesmo nos grupamentos regionais, como em Rio Grande — a começar pelo comandante, o capitão-de-fragata (posto equivalente ao de tenente-coronel do Exército) Sérgio Marques Soares. Muitos oficiais jovens, ainda no início da carreira, acabam casando com uma gaúcha e ficam além do mínimo de três anos que devem cumprir no grupamento. Mas não era o caso de um primeiro-tenente da 1ª Companhia de Rio Grande. "Minha namorada é carioca e toda a minha família está lá", diz, para completar: "Estou morrendo de saudades". O treinamento da semana passada foi o seu último. Em dezembro ele volta para casa.

94012.66
Militares reclamam cortes p/ seu presupuesto
150090
8/12/93
507182
11163
13065
411312

Militares reclamam dos cortes em seu orçamento

Brasília — Os ministros militares não gostaram da decisão do governo de fazer cortes no orçamento do ano que vem. "Não aceito este corte", disse o almirante Ivan Serpa, ministro da Marinha. Ontem, o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, teve uma dura conversa com os ministros da área militar — almirante Arnaldo Leite Pereira, do Estado Maior das Forças Armadas, general Zenildo Zoroastro, do Exército, brigadeiro Lélio Viana Lobo, da Aeronáutica, general Fernando Cardoso, chefe do Gabinete Militar, e mais Ivan Serpa.

À saída da reunião era evidente a insatisfação dos militares. Mas durante a reunião, o ministro disse que os cortes poderiam ser negociados. Antecipou, porém, que não sabia como convencer outros ministros a abrirem mão de verbas para repassá-las aos ministérios militares.

IRRITADO — Questionado sobre se a redução atingia tanto as depesas de custeio quanto de investimentos, o ministro da Marinha respondeu: "Quem disse que tem investimento previsto?" O ministro Stepanenko também ficou irritado com a conversa. Referindo-se às queixas dos militares, afirmou: "Nós temos um chefe em comum, faço o que o presidente da República manda."

"Não tem milagre, se não cortar de um, tem que cortar de outro", respondeu Stepanenko. Ontem à tarde, especialistas da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) fizeram algumas simulações elevando os limites de gastos dos militares, mas nenhuma decisão foi tomada.

Stepanenko deve encontrar-se ainda com outros setores do governo para discutir o orçamento. Estão previstas reuniões com a área social (Educação e Saúde) e de Infra-Estrutura (Comunicações, Transportes e Minas e Energia).

Banco de Dados/ZH



Serpa: *"Não aceito o corte"*

COLLARES — Em Porto Alegre, o governador Alceu Collares considerou o plano de FH tímido em seu conjunto. "O aumento de 5% na carga de impostos, mais a formação desse Fundo Social de Emergência, de 15% dos recursos hoje constitucionalmente destinados aos Estados e mmunicípios, não vão servir para os os objetivos do ministro, que são o ajuste fiscal e o equilíbrio do orçamento federal", afirmou.

Collares deve participar quinta-feira da reunião do Confaz, onde Fernando Henrique estará presente, para dizer que as medidas que dependerem do Congresso não terão aprovação. Deve levar ao ministro a proposta de redução dos prazos de apuração e de recolhimento dos tributos indiretos — IPI, ICMS e ISSQN — o que eliminaria a necessidade das medidas agora implementadas.

01-02

9401266

Corte de verba para 94 desagrada ministros

Reunião com área econômica termina em clima tenso: Ivan Serpa, da Marinha, diz que não concorda com proposta

Luís Marques/Folha Imagem

MÔNICA IZAGUIRRE
Da Sucursal de Brasília



Acabou em clima de tensão, ontem pela manhã, a reunião na qual os ministros militares discutiram com a área econômica o montante do corte na proposta de orçamento de seus ministérios para 1994. Visivelmente irritado, o ministro da Marinha, Ivan Serpa, assumiu publicamente sua divergência em relação ao ajuste, o que provocou uma reação do ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko.

"Não, não, eu não concordo. Você acha isso razoável?", disse Ivan Serpa, quando perguntado sobre a redução nas dotações previstas para o Ministério da Marinha. Segundo ele, o corte proposto pela área econômica é de aproximadamente 50%. Serpa ainda perguntou: "Vocês gostariam de ter o salário cortado pela metade?"

Ao ser informado sobre as declarações do ministro da Marinha, o ministro do Planejamento imediatamente reagiu: "Acontece que nós (ministros) temos um chefe em comum, o presidente da República. E eu faço o que o presidente manda. Por que eu deveria poupá-los (os militares)?"

Stepanenko também estava mal-humorado. "Não tem milagre", afirmou o ministro do Planejamento. Ele referia-se ao fato de que, sem cortes nas despesas previstas, o governo não tem como zerar o déficit de US$ 22,19 bilhões embutido no projeto original de orçamento para 1994.

A expectativa de Stepanenko era de que até o final do dia de ontem os militares conseguissem entre si um acordo de remanejamento de cortes que permitisse manter os valores globais definidos pela área econômica e já aprovados pelo presidente Itamar.

Atraso

A resistência dos militares é um dos motivos pelo quais o governo ainda não conseguiu enviar ao Congresso a nova proposta de orçamento para 1994, sem déficit. A revisão do projeto de orçamento é considerada peça fundamental do ajuste pretendido nas contas públicas e pressuposto para adoção de medidas mais diretas contra a inflação.

Diferente de Ivan Serpa, os ministros do Exército, Zenildo Lucena, e da Aeronáutica, Lélio Viana Lobo, evitaram manifestar divergências. "Vivemos como é possível viver", disse Lobo, ao final da reunião. Lucena limitou-se a dizer que a discussão ainda não estava terminada.

Há resistências também nos ministérios civis, sobretudo Transportes e Saúde. Preocupado em não aparecer como co-autor, o ministro dos Transportes, Alberto Goldmann, chegou a dizer que não assinaria a proposta encaminhada pela área econômica. Nem era preciso. A área econômica já havia estabelecido que a falta de sugestões de remanejamento implicaria aprovação automática da proposta encaminhada.

Não só nas pastas militares as reduções chegam a 50%. As dotações do Ministério do Bem-Estar Social, por exemplo, sofreram corte de 52%.

Insatisfação na tropa preocupa congressistas

ÉDNA DANTAS
Enviada especial a Brasília

Os militares estão querendo punições na CPI do Orçamento como ajuda externa para conter a tropa. Este é o principal motivo das frequentes conversas entre os chefes militares e os parlamentares escolhidos como os interlocutores do Legislativo.

A "comissão pró-punição", já eleita pelos militares em telefonemas e encontros reservados, é suprapartidária. Fazem parte dela os deputados José Genoino (PT-SP), Miro Teixeira (PDT-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) e o senador Mário Covas (PSDB-SP).

Os integrantes desta "comissão" informal têm se reunido com frequência para discutir a condução das conversas com os militares. As reuniões, sempre reservadas, acontecem periodicamente desde a instalação da CPI do Orçamento. Os encontros já vinham acontecendo antes mesmo da revelação do esquema de corrupção montado por empreiteiras dentro do Congresso, na última quarta-feira.

A intenção dos chefes militares, de acordo com o que vem sendo discutido nestas conversas, é resolver a crise criada com o escândalo do Orçamento de forma constitucional e, ao mesmo tempo, dar uma resposta às frustrações da tropa.

Nos encontros com os parlamentares, os chefes militares frisam que não estão fazendo ameaças. O cenário traçado por eles, no caso de um eventual fracasso da CPI —não punindo ninguém— é de que a tropa atenderá o chamado de quem esteja favorável a uma ação mais radical que escaparia do controle dos principais líderes das Forças Armadas.

Nas análises feitas por estes militares, as denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos causaram uma revolta quase incontrolável nos quartéis.

Ao escândalo do Orçamento somaram-se o engessamento da revisão constitucional —uma esperança de mudanças estruturais favoráveis aos militares— e o corte anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso (Fazenda) no recursos para os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.

As conversas, como disse à Folha o deputado José Genoino, tem como principal objetivo "construir uma maioria no Congresso que com base em critérios rigorosos punindo quem tiver culpa". Os chefes militares e a "comissão pró-punição" acreditam, segundo Genoino, na "auto-regeneração" das instituições.

LJ 5/12. Acuerdo tecnológico

AVIONES RUSOS SERAN ENSAMBLADOS EN BRASIL

La industria aeronáutica rusa transferirá a un grupo empresarial privado brasileño la teconología necesaria para ensamblar en el país el avión militar supersónico MIG-29, según un acuerdo suscrito en Moscú por ambas partes, informo ayer la prensa brasileña.

Según el matutino carioca «Jornal do Brasil», el compromiso fue firmado en un protocolo de intenciones en el que los gobierno de Rusia y Brasil formalizan su voluntad de elevar, en un plazo de cinco años, a 2 mil millones de dólares el intercambio comercial entre los dos países.

Este protocolo fue firmado el pasado viernes en Moscú por el ministro brasileño de Industria, Comercio y Turismo, José Eduardo Andrade Vieira, y por el ministro ruso de Relaciones Económicas Internacionales, Oleg Davydov.

El diario señala que dicho acuerdo fue alcanzado por las empresas brasileñas ITS Participaciones y Asesoría Comercial y grupo Monteiro Aranha y la Asociación de Industrias Aeronáuticas de Rusia.

Por el convenio, la Empresa Brasileña de Aeronáutica (EMBRAER) podrá establecer en Brasil una línea de montaje del avión militar.

A cambio, los rusos adquirirán el derecho de ensamblar en su país los aviones brasileños de uso civil Tucano y Super Tucano CBA-123, que son fábricados por la EMBRAER.

El director-presidente de la ITS, Carlos Alberto de Andrade, declaró al diario que el proyecto en Brasil exigirá unas inversiones de alrededor de 1.800 millones de dólares.

De Andrade añadió que sólo falta que el Gobierno autorice el intercambio aeronáutico para iniciar el ejecución del proyecto, que dio por descontado ante la decisión oficial de modernizar sus Fuerzas Armadas. (Efe)

Militares se dizem satisfeitos com apuração

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO
Enviado especial a Brasília

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor da Sucursal de Brasília

FSP 3/12

Os ministros militares afirmam estar satisfeitos com o andamento das investigações de corrupção mas, em conversas com dirigentes políticos, mostram-se inquietos com a paralisação do país. "As investigações estão produzindo resultados excelentes, mas o Congresso não pode parar", disse à **Folha** o almirante Mário César Flores, ministro-chefe da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), referindo-se inclusive à tramitação do plano econômico.

O ministro do Exército, Zenildo de Lucena, recebeu anteontem às 15h30 o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) e elogiou o trabalho da CPI. Afirmou ao parlamentar que é preciso afastar a corrupção e que não pode haver corporativismo do Congresso na apuração das denúncias.

Zenildo de Lucena, porém, disse a Mercadante que a Comissão de Orçamento está parada e que nem sequer os pedidos de créditos suplementares encaminhados pelo governo estão sendo votados. Lembrou ao deputado que o Executivo e os ministérios militares têm obrigações a cumprir e dependem da liberação destas verbas. "O Congresso tem que encaminhar os projetos. O país não pode parar", disse Lucena —segundo o relato de Mercadante.

Os contatos de parlamentares com militares foram intensificados esta semana devido à tensão política em Brasília, acentuada pelas novas descobertas no escândalo do Orçamento. A preocupação dos parlamentares é demonstrar, inclusive aos militares, que o Congresso e a CPI têm condições de levar a apuração até o fim.

Os boatos e informações desencontradas veiculadas no Congresso de que haveria risco de intervenção dos militares não foram confirmados. No **Rio**, o ministro Zenildo de Lucena procurou afastar os rumores de que os militares estariam considerando a hipótese de golpe. "Não acreditamos em golpe, não há clima para golpe".

Colaborou a Sucursal do Rio

Nº DOCUMENTO 9401270
TÍTULO Escuela Superior de Guerra teme convulsión social.
150090
FECHA 11/12/93
VINCULACIÓN 507482
11163
13065

ESG teme rebelião popular

Da Sucursal do Rio

O comandante da ESG (Escola Superior de Guerra), Sérgio Xavier Ferolla, disse ontem temer que "a população se rebele" diante da situação de miséria e corrupção. "Nossa preocupação é que, acontecendo esse tipo de quebra de ordem, nós (militares) sejamos envolvidos. Não é que a gente queira", afirmou. Para ele, Executivo e Judiciário devem seguir o exemplo do Congresso, "que faz um papel bonito de depuração".

Os comentários foram feitos por Ferolla durante um coquetel na ESG (Urca, zona sul), após a cerimônia de diplomação da turma de estagiários de 93 da ESG, presidida pelo presidente Itamar Franco na Escola de Guerra Naval (Urca). Indagado se os baixos salários dos militares poderiam acarretar a "quebra de ordem", o brigadeiro afirmou que "a miséria de 32 milhões de brasileiros é mais perigosa do que o salário dos militares".

Ferolla criticou a votação do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o recurso do ex-presidente Fernando Collor de Mello para anular o impeachment votado pelo Senado. "Politicamente, foi uma decepção. Os anseios do povo são outros. O Supremo deveria ter feito uma análise mais política do assunto", afirmou.

"Por ahora no tienen intención de intervenir"

Militares brasileños contra la miseria y la impunidad

Río de Janeiro (AFP)

■ El crecimiento del nivel de miseria en el país y la impunidad de políticos pueden llevar al mismo a "una convulsión social", que obligaría a los militares a colocarse al lado de los deseos del pueblo, advirtió ayer el comandante de la Escuela Superior de Guerra (ESG), brigadier Sergio Xavier Ferrolla.

Esta es la segunda advertencia de los militares brasileños en 24 horas y fue formulada durante una solemnidad, con la presencia del presidente Itamar Franco, en esa escuela por la que pasan todos los oficiales brasileños que alcanzan el generalato.

Pese a la gravedad del momento, Ferrolla dijo que no cree en "la ruptura de la jerarquía o levantamiento de las Fuerzas Armadas", pues el régimen democrático está promoviendo su propia depuración de partir de los trabajos desarrollados por la Comisión Parlamentaria (CPI) que está investigando los parlamentarios involucrados en el escándalo de corrupción del presupuesto del Estado.

El militar, como lo hicieron la víspera el ministro de Ejército, general Zenildo Lucena y el ministro del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas (EMFA), almirante Arnaldo Leite, confesó su desilusión por la decisión del Supremo Tribunal Federal (STF), la máxima corte de justicia del país, que no confirmó la suspensión de los derechos políticos por ocho años del ex presidente Fernando Collor de Mello, destituido por corrupción, por el Senado federal.

Un fallo definitivo quedó para la próxima semana, ya que tres jueces del Superior Tribunal de Justicia, un tribunal inferior al STF, fueron convocados para desempatar. "Yo espero, como todo el pueblo brasileño, la condena del ex presidente Collor de Mello", precisó Ferrolla que resaltó que "la depuración que está siendo hecha por el Parlamento precisa ser seguida por los poderes Ejecutivo y Judicial".

El influyente diario paulista, Folha de Sao Paulo, reveló ayer que los militares brasileños se verían obligados a intervenir en el país, si el actual momento brasileño, que considera de "conmoción", se agrava y se transforma en "convulsión".

Según Folha, oficiales superiores del Ejército de Tierra hicieron estimaciones sobre la crisis en la que el país está sumergido, en un encuentro que mantuvieron el 29 de noviembre pasado con empresarios, pero, "pese a la gravedad de la situación, no tienen la intención de intervenir". LR 11/12.

DOC. POCO LEGIBLE

01-02

9401270

SEGUNDO PRONUNCIAMIENTO EN 24 HORAS: "CRECE LA POBREZA Y LA IMPUNIDAD DE LOS POLITICOS"

Severa advertencia militar en Brasil

BRASILIA, 10 (AFP, ANSA y Reuter). — El crecimiento del nivel de pobreza y la impunidad que gozan los políticos pueden llevar al **Brasil** a una **"convulsión social"** que obligaría a los militares a colocarse al lado de los deseos del pueblo, advirtió hoy el brigadier **Sergio Xavier Ferrolla**, comandante de la **Escuela Superior de Guerra** (véase más inf. págs. 20 y 21).

El influyente diario paulista **Folha de San Paulo** reveló hoy que si el actual estado social y político del país se transforma de "conmoción" —como califican los uniformados a la actual situación— en "convulsión", los militares se verían obligados a intervenir. Siempre según el periódico, oficiales superiores del ejército hicieron este análisis sobre la situación del país en un encuentro que mantuvieron el 29 de noviembre pasado con un grupo de empresarios.

Esta es la segunda advertencia de los militares en las últimas 24 horas sobre las serias consecuencias que podría sufrir el país si no se resuelven los graves problemas que aquejan a la democracia brasileña. Ferrolla formuló sus comentarios durante un acto que contó con la presencia del presidente **Itamar Franco**, en la Academia Militar por la que pasan todos los oficiales que llegan al generalato.

Los ministros militares y el Estado Mayor de las fuerzas armadas criticaron ayer al **Supremo Tribunal Federal** (STF), la máxima autoridad judicial del país, por la postergación de la decisión sobre el recurso presentado por el ex presidente **Fernando Collor de Mello**, quien apeló ante el tribunal la suspensión de sus derechos políticos que le fue impuesta por el Parlamento a finales del año pasado.

El ministro del Ejército, general **Zenildo Lucena**, y el almirante **Arnaldo Leite**, no ocultaron su decepción ante el resultado del recurso, el lunes pasado, que dividió al tribunal con cuatro votos a favor y cuatro en contra del ex primer mandatario.

Collor de Mello fue destituido de su cargo por decisión del Senado el 30 de diciembre de 1992, que además le aplicó una condena adicional que lo inhabilitó políticamente por ocho años.

La resolución del fallo dividido quedó para la próxima semana, ya que tres jueces de un tribunal inferior al STF fueron convocados para desempatar la votación. "Yo espero, como todo el pueblo brasileño, la condena del ex presidente Collor de Mello", precisó el brigadier Ferrolla.

Pese a la delicada situación política, Ferrolla dijo que no cree **"en la ruptura de la jerarquía militar o en el levantamiento de las fuerzas armadas"**, pues el régimen democrático —reinstaurado en 1985 con la asunción de **José Sarney**— está promoviendo su propia depuración a partir de los trabajos desarrollados por la Comision Parlamentaria de Investigación (CPI), que está investigando a los parlamentarios involucrados en el escándalo de corrupción originado a causa de la sanción de la ley de presupuesto.

También el jefe del Estado Mayor del Ejército, general **Benedito Leonel**, manifestó su preocupación por la situación del país.

FORÇAS ARMADAS

no país

Militares temem convulsão social

☐Em um encontro com empresários, o chefe do Estado-Maior do Exército, Benedito Leonel, fez uma ameaça velada de golpe

ZH 11/12

Brasília — O chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Bezerra Leonel, que na quinta-feira fez um discurso em defesa da democracia, admitiu, há dez dias, a possibilidade de haver um golpe militar no Brasil. "Se a participação militar for exigida, não há dúvida de que vamos cumprir o nosso papel, como fizemos quando houve greve na Polícia Federal", ameaçou, dando um murro na mesa. Ontem, o comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, citou a miséria e a impunidade como fatores que podem levar a uma intervenção fardada no país.

O general Leonel fez a advertência quando concluía um debate de cinco horas com líderes empresariais no Quartel-General do Exército, em Brasília, durante o qual foram discutidos temas como a revisão constitucional, pontos de interesse das Forças Armadas, eleições presidenciais e a conjuntura nacional. Segundo um participante do encontro, coube a Leonel fazer uma palestra de 15 minutos, ao final do evento. Ele disse que o país passou por uma fase de desorganização e depois enfrentou uma segunda etapa, na qual houve o predomínio da violência urbana. Citou o Estado do Rio de Janeiro como um exemplo disto. Hoje, segundo o militar, o Brasil está num terceiro estágio, que é o da comoção social. O quarto, previu, será o da convulsão social, "o que poderá exigir intervenção militar."

O brigadeiro Ferolla também se mostrou preocupado com uma eventual convulsão no Brasil, mas garantiu que os militares ficariam "ao lado do povo" se isso acontecesse. A promessa foi feita após a solenidade de formatura da turma "Presidente Juscelino Kubitschek", que contou com a presença do presidente Itamar Franco. "Há 32 milhões de pessoas morrendo de fome", disse o brigadeiro. "É essa crise que nos preocupa", ressaltou, sem esclarecer como os militares poderiam ajudar no combate à miséria.

COLLOR — Como brasileiro, o brigadeiro se disse "desiludido" com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de não confirmar a cassação dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor por oito anos, como determinou o Congresso. "Espero, como todo o povo brasileiro, a condenação do ex-presidente pelo STJ", ressaltou. Apesar de decepcionado, o brigadeiro não espera qualquer quebra de hierarquia ou revolta nas Forças Armadas. "O regime democrático está se depurando a partir dos trabalhos desenvolvidos pela CPI do Orçamento", garantiu.

O orador da turma Juscelino Kubistchek, juiz Benedito Cruz Lira, foi mais enfático no pedido de punição para os corruptos. Falando para uma platéia composta por oficiais-generais das três armas, dois ministros militares e o presidente da República, o juiz destacou a necessidade de se restaurar as condições de governabilidade na reforma constitucional, criando mecanismos que impeçam o clientelismo e a corrupção. Segundo ele, relacionamentos como o das empreiteiras com os políticos precisam ser "banidos de vez" dos costumes nacionais.

General alerta para descrédito nas instituições

☐O chefe do Estado-Maior do Exército, Benedito Leonel, reafirmou que o Exército está comprometido com a defesa da democracia

Brasília — O chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Leonel, alertou ontem para o perigo da generalização do descrédito nas instituições e nos seus chefes. Num contundente discurso de saudação aos dois oficiais promovidos a generais-de-brigada, em solenidade no Quartel-General do Exército, Leonel ressaltou que o contexto nacional "de transparência absoluta de graves e pertubadores eventos" coloca os brasileiros "em contato brutal com uma penosa realidade, gerando a desesperança". Ele reafirmou que o Exército está comprometido com a defesa da democracia e acrescentou: "A história confirma que os chefes militares se revelam verdadeiros líderes nos momentos de turbulência, quando as tempestades ameaçam a própria cidadania".

O general ressaltou que a crise existente no país hoje "é episódica e representa um período de purificação das instituições, ao custo de suas apurações e depurações". Segundo o general, a atual conjuntura do Brasil impõe aos chefes militares a necessidade de um "acompanhamento atento da vida nacional".

No discurso, o chefe do Estado-Maior, falando em nome do Exército brasileiro, disse que não é momento de os militares se identificarem com as angústias e preocupações de Marcus Flavinius, centurião da 2ª Corte da Legião Augusta, em carta a seu primo Tertulius, em Roma. "Suplico-te, tranqüiliza-me o mais breve possível e diz-me que os nossos concidadãos nos compreendem, nos defendem, nos protegem como nós próprios protegemos a grandeza do Império. Se tudo fosse diferente, se tivéssemos de deixar em vão os nossos ossos embranquecidos sobre as pistas do deserto, então, cuidado com a cólera das Legiões", adverte Marcus Flavinius em sua carta, anexada ao discurso do general.

FORÇAS ARMADAS

Militares temem convulsão social

Em um encontro com empresários, o chefe do Estado-Maior do Exército, Benedito Leonel, fez uma ameaça velada de golpe

Brasília — O chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Bezerra Leonel, que na quinta-feira fez um discurso em defesa da democracia, admitiu, há dez dias, a possibilidade de haver um golpe militar no Brasil. "Se a participação militar for exigida, não há dúvida de que vamos cumprir o nosso papel, como fizemos quando houve greve na Polícia Federal", ameaçou, dando um murro na mesa. Ontem, o comandante da Escola Superior de Guerra (ESG), brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, citou a miséria e a impunidade como fatores que podem levar a uma intervenção fardada no país.

O general Leonel fez a advertência quando concluía um debate de cinco horas com líderes empresariais no Quartel-General do Exército, em Brasília, durante o qual foram discutidos temas como a revisão constitucional, pontos de interesse das Forças Armadas, eleições presidenciais e a conjuntura nacional. Segundo um participante do encontro, coube a Leonel fazer uma palestra de 15 minutos, ao final do evento. Ele disse que o país passou por uma fase de desorganização e depois enfrentou uma segunda etapa, na qual houve o predomínio da violência urbana. Citou o Estado do Rio de Janeiro como um exemplo disto. Hoje, segundo o militar, o Brasil está num terceiro estágio, que é o da comoção social. O quarto, previu, será o da convulsão social, "o que poderá exigir intervenção militar."

O brigadeiro Ferolla também se mostrou preocupado com uma eventual convulsão no Brasil, mas garantiu que os militares ficariam "ao lado do povo" se isso acontecesse. A promessa foi feita após a solenidade de formatura da turma "Presidente Juscelino Kubitschek", que contou com a presença do presidente Itamar Franco. "Há 32 milhões de pessoas morrendo de fome", disse o brigadeiro. "É essa crise que nos preocupa", ressaltou, sem esclarecer como os militares poderiam ajudar no combate à miséria.

COLLOR — Como brasileiro, o brigadeiro se disse "desiludido" com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de não confirmar a cassação dos direitos políticos do ex-presidente Fernando Collor por oito anos, como determinou o Congresso. "Espero, como todo o povo brasileiro, a condenação do ex-presidente pelo STJ", ressaltou. Apesar de decepcionado, o brigadeiro não espera qualquer quebra de hierarquia ou revolta nas Forças Armadas. "O regime democrático está se depurando a partir dos trabalhos desenvolvidos pela CPI do Orçamento", garantiu.

O orador da turma Juscelino Kubitschek, juiz Benedito Cruz Lira, foi mais enfático no pedido de punição para os corruptos. Falando para uma platéia composta por oficiais-generais das três armas, dois ministros militares e o presidente da República, o juiz destacou a necessidade de se restaurar as condições de governabilidade na reforma constitucional, criando mecanismos que impeçam o clientelismo e a corrupção. Segundo ele, relacionamentos como o das empreiteiras com os políticos precisam ser "banidos de vez" dos costumes nacionais.

General alerta para descrédito nas instituições

O chefe do Estado-Maior do Exército, Benedito Leonel, reafirmou que o Exército está comprometido com a defesa da democracia

Brasília — O chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedito Leonel, alertou ontem para o perigo da generalização do descrédito nas instituições e nos seus chefes. Num contundente discurso de saudação aos dois oficiais promovidos a generais-de-brigada, em solenidade no Quartel-General do Exército, Leonel ressaltou que o contexto nacional "de transparência absoluta de graves e pertubadores eventos" coloca os brasileiros "em contato brutal com uma penosa realidade, gerando a desesperança". Ele reafirmou que o Exército está comprometido com a defesa da democracia e acrescentou: "A história confirma que os chefes militares se revelam verdadeiros líderes nos momentos de turbulência, quando as tempestades ameaçam a própria cidadania".

O general ressaltou que a crise existente no país hoje "é episódica e representa um período de purificação das instituições, ao custo de suas apurações e depurações". Segundo o general, a atual conjuntura do Brasil impõe aos chefes militares a necessidade de um "acompanhamento atento da vida nacional".

No discurso, o chefe do Estado-Maior, falando em nome do Exército brasileiro, disse que não é momento de os militares se identificarem com as angústias e preocupações de Marcus Flavinius, centurião da 2ª Corte da Legião Augusta, em carta a seu primo Tertulius, em Roma. "Suplico-te, tranqüiliza-me o mais breve possível e diz-me que os nossos concidadãos nos compreendem, nos defendem, nos protegem como nós próprios protegemos a grandeza do Império. Se tudo fosse diferente, se tivéssemos de deixar em vão os nossos ossos embranquecidos sobre as pistas do deserto, então, cuidado com a cólera das Legiões", adverte Marcus Flavinius em sua carta, anexada ao discurso do general.

Nº DOC: 9401272
TÍTULO: O Ven Serpa afirma que no existe crisis militar
PÁG: 150538
FECHA D: 9/12/93
VINCULACIÓN: 507402
11163
11329

Não existe crise militar, diz Ivan Serpa

Ministro da Marinha afirma ter 'fundadas esperanças' de que as necessidades de sua pasta sejam atendidas

Da Sucursal do Rio

O ministro da Marinha, Ivan Serpa, afirmou não ter críticas ao plano econômico do governo e que "não existe e não vai existir" crise militar no país. Antes, porém, ele havia dito: "Vocês vivem me fazendo perguntas se existe crise militar. Se existisse, eu não ia dizer pra vocês que existe."

Serpa participou da solenidade de lançamento ao mar do navio patrulha Guaíba, no Arsenal de Marinha do Rio, no centro. Ele não queria dar entrevista. Depois, concordou em falar sobre o Guaíba, e acabou respondendo a outras perguntas, como em relação ao plano econômico do governo.

O ministro afirmou ter "fundadas esperanças" de que as necessidades de sua pasta sejam atendidas. Segundo ele, "é evidente" que a equipe econômica admite revisões do plano. "Nós estamos trabalhando juntos para chegar a um ponto de encontro."

Serpa afirmou que as negociações com a equipe econômica estão sendo realizadas "dentro de um ambiente que é o melhor possível, e vai continuar assim". Ele disse que não saberia responder se espera problemas políticos caso o governo decida tirar recursos de outros ministérios para evitar cortes na área militar.

"Não sei se os outros ministérios têm reivindicações. Não sei que tipo de reivindação é. Não sei nada, eu sei o meu", disse. "Não sei como os ministros da Economia e do Planejamento vão resolver o problema do Orçamento. Vocês devem perguntar isso a eles, não a mim."

Ao ser questionado se há uma crise militar ou apenas uma insatisfação normal dos ministérios militares em relação ao plano econômico, ele reclamou da pergunta. Segundo Serpa, essa pergunta "é inócua", pois se houvesse uma crise militar ele não diria. "Agora, eu vou dizer o seguinte, com muita sinceridade: não existe e não vai existir."

Serpa não quis fazer comentários sobre o julgamento do STF do mandado de segurança impetrado pelo ex-presidente Fernando Collor, pedindo a anulação do impeachment, com a consequente restituição de seus direitos políticos. "O ministro da Marinha não tem nada a dizer sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal."

01-01

9401272

Nº DOCUMENTO: 94 01273
TITULO: militares alertan sobre rebelión política en mandos.
P: 150023
FE: 10/12/93
VIN. DESC: 507482
11163
130605.

Militares brasileños alertan rebelión en mandos

El general de Ejército de la reserva, Nilton Cerqueira, Presidente del Club Militar, advirtió que de no satisfacerse algunos reclamos básicos de las Fuerzas Armadas puede desatarse una rebelión política entre sus mandos.

Río de Janeiro (ANSA)

Las tropas están aún bajo el mando de los ministros militares **"pero no se sabe hasta cuándo"**, dijo Cerqueira al diario O Estado de Sao Paulo.

El militar habló de bajos salarios, de falta de recursos para renovar equipos y de la crisis que afecta a los tres poderes del Estado en razón de los escándalos de corrupción.

Según Cerqueira, existe en los medios castrenses un estado de espíritu **"de predisposición a atender un llamado. Falta apenas un catalizador"**, que podría ser la restitución de los derechos políticos del ex Presidente Fernando Collor, suspendidos por ocho años por el Senado, o también la sanción a sólo dos o tres diputados investigados por la comisión bicameral del Parlamento.

"Existe en la tropa la sensación de que los políticos traicionaron el país", enfatizó el general de la reserva.

"La insatisfacción no es sólo de los oficiales, también de los suboficiales y sargentos. Mientras vemos en el Congreso que hay ladrones de millones de dólares del Tesoro Nacional, familiares de militares están pasando dificultades", agregó.

La semana pasada, los ministros militares criticaron duramente a los políticos corruptos y se colocaron a disposición para combatir las irregularidades y sancionar con el rigor de la ley a todos los culpables, en lo que llamaron **"purificación"** de los corruptores y corruptos de los tres poderes del Estado.

01-01

9401273

"Los militares deben tener calma"

*** Los clubes de retirados realizarán en febrero un marcha pacífica sobre el Congreso de Brasil**

LR 15/12

Río de Janeiro (AFP)

■ Mientras los dirigentes políticos de mayor peso en el país tratan de calmar el debate, originado en el disgusto de las fuerzas armadas por la situación brasileña, sobre todo en el plano económico, un ex jefe del Servicio Nacional de Informaciones lanzó la idea de hacer elegir como mínimo un oficial diputado federal por cada estado.

La intranquilidad de los militares, habitual en los períodos en que comienza a debatirse el presupuesto del próximo ejercicio fiscal, aparece como telón de fondo de una crisis extremadamente complicada, donde se mezclan los relentes de un largo proceso concluido con la expulsión de Fernando Collor de Mello del ejercicio de la Presidencia, y un megaescándalo de corrupción que conmueve todos los estamentos políticos y económicos del país.

Uno de los dirigentes más escuchados del momento, Antonio Carlos Magalhães, gobernador del estado de Bahía, resumió la situación al formular antenoche un mensaje a las fuerzas armadas, donde les pidió paciencia ante la crisis política que atraviesa Brasil.

"Los militares deben tener calma para que podamos encontrar realmente los caminos correctos para la nación", sostuvo Magalhães en un discurso pronunciado en el Día del Marinero.

Para el gobernador bahiano, los militares actúan con mucha corrección, pero advirtió de inmediato que "es necesario que se mantengan así".

"Las fuerzas armadas son la salvaguarda de las instituciones brasileñas, y aún a pesar del sacrificio que realizan para superar las dificultades, que deben tener un fin, su tarea es proteger nuestra Constitución", indicó el gobernador ante las autoridades militares de la región.

La réplica del vicealmirante Carlos Edmundo Lacerda Freire, comandante del II Distrito Naval, dejó más claro el tema: "Esta difícil situación que vive el país será resuelta con las herramientas que ya tiene la democracia, nunca por un golpe", declaró el marino, sin andar por las ramas.

Lacerda Freire confirmó también su convicción de que "la CPI (Comisión Parlamentaria Investigadora) va a presionar, va a quebrarlos, y por fin la Justicia acabará encarcelando a los corruptos".

Entre tanto, los clubes militares que agrupan a militares retirados, bajo la presidencia del general Nilton Cerqueira, confirmaron la decisión de realizar en febrero próximo una marcha pacífica sobre el Congreso.

El objetivo es "presionar con fuerza a los parlamentarios, no sólo para que resuelvan las cuestiones de salarios y equipamiento de las fuerzas armadas, sino también para que sigan adelante para esclarecer los casos de corrupción y dar castigo a los involucrados".

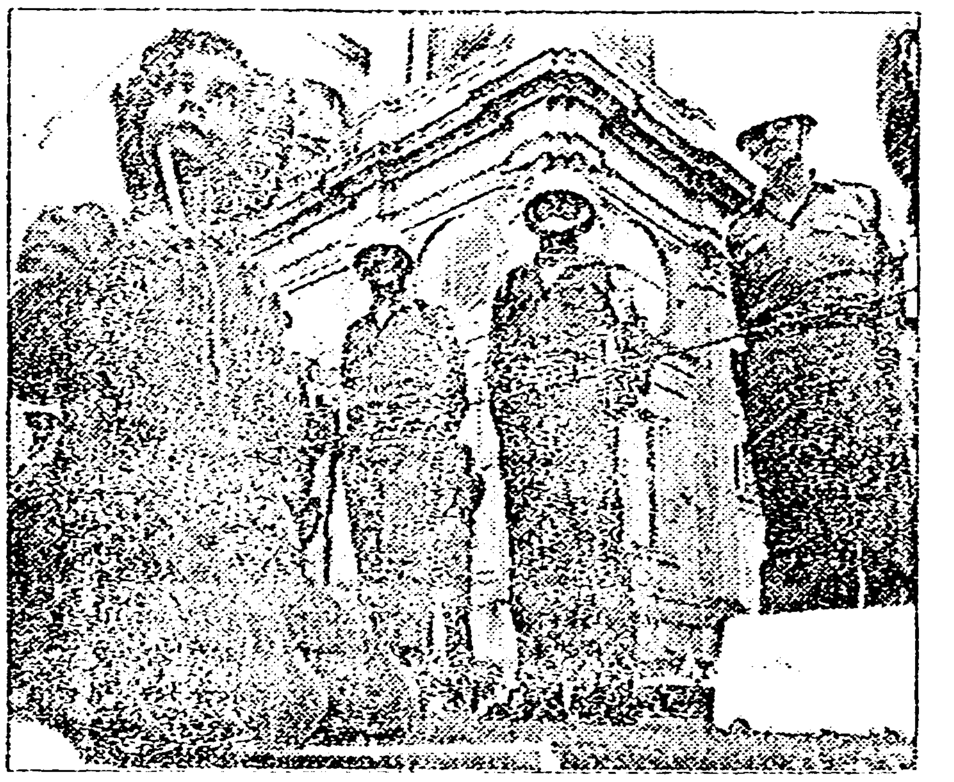
MILITARES IRRUMPIRAN EN LA ESCENA POLITICA

Las organizaciones de militares brasileños retirados van a presentar candidatos a gobernador o a diputados federales en todos los estados del país, además de apoyar la eventual candidatura de un exmilitar a la presidencia de la República.

En declaraciones a la Agencia Estado, el presidente del Club Militar, general en la reserva Nilton Cerqueira, que preside la principal organización de oficiales militares en la reserva y cuya influencia fue decisiva en episodios críticos de la historia brasileña, aseguró que los ex militares se presentarán en bloque a los principales cargos públicos de Brasil, que se renovarán en octubre próximo.

Cerqueira hizo las revelaciones el mismo día en que el ministro brasileño de Marina, Iván Serpa, al desmentir rumores sobre la posible intervención de los militares en la crisis que enfrenta el Congreso y el Gobierno, aseguró que los uniformados «no pueden ni deben» intervenir en política.

Según Cerqueira, quien en [illegible] del Partido Progresista (PP) será candidato a la Cámara de Diputados por el estado de Río de Janeiro, los militares retirados se están organizando para presentar sus candidatos y garantizar, por lo menos, un representante en la Cámara de Diputados por cada estado de la Unión (federación brasileña).



Los mi[illegible]es [illegible] quieren [illegible]ar un bloque par[illegible] llevar al [illegible]no.

La candidatura más polémica, lanzada el lunes, durante un almuerzo que reunió a miembros de las tres armas, es la del general de la reserva Newton Cruz a la gobernación del estado de Río de Janeiro.

Cruz, ex director del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) - la policía política del régimen militar-, fue procesado y absuelto por el asesinato de un periodista.

Los militares en la reserva, además, se unirán en una marcha hacia Brasilia para exigir del Congreso la investigación, «hasta las últimas consecuencias», de las denuncias de corrupción en el Congreso y de manipulación del Presupuesto.

Según los cálculos de Cerqueira, existen unos 500 mil militares en la reserva cuyos votos, sumados a los de familiares de los mismos, garantizarían dos millones de electores en todo Brasil, suficientes para elegir un diputado federal por cada estado del país.

Sólo en el estado de Río de Janeiro 59 candidatos militares o relacionados con militares podrían participar en las próximas elecciones.

Las experiencias electorales de los militares en la reserva, sin embargo, no han sido muy fructíferas. En las elecciones pasadas en Río de Janerio, cuando los militares no participaban en bloque, sólo uno de los 39 candidatos [illegible] a la Cámara Municipal salió elegido.

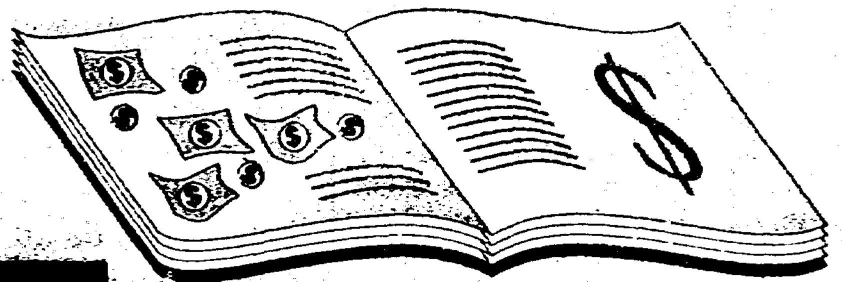
«Ahora las cosas serán diferentes porque los clubes militares van [illegible] a todos los ex compañeros que tengan aptitud para lanzar su candidatura a algún cargo público», afirmó Cerqueira.

«Queremos un bloque fuerte independiente de cualquier partido», dijo el general retirado al recordar situaciones como las de los evangélicos, que se han convertido en grupos fuertes dentro de las Cámaras legislativas.

Documento con partes poco legibles.

01-01

ENTENDA O ECONOMÊS DO PLANO FH



Ajuste fiscal

Conjunto de medidas destinadas a garantir o equilíbrio entre a receita e a despesa do governo. O objetivo é evitar que o governo seja obrigado a emitir dinheiro ou a tomar emprestado recursos do setor privado, com base na venda de títulos públicos, para honrar seus compromissos. O ajuste também visa a recuperar a capacidade de investimento do Estado.

Déficit público

É o saldo devedor nas contas do governo, a diferença não coberta pela receita.

Repasses da Uniao

Por determinação da própria Constituição, parte dos recursos arrecadados pelo governo federal deve ser devolvida aos Estados e municípios. A equipe econômica quer reter 15% desses repasses, a partir de 1994, para cobrir uma parte de seu déficit.

Indexador

Índice utilizado para corrigir preços, tarifas públicas, salários, aluguéis, contratos em geral etc, de forma a preservar seu valor real, numa economia caracterizada por taxas de inflação elevadas, como a do Brasil.

URV

A segunda etapa do Plano FH prevê o uso de um indexador único no país, a Unidade Real de Valor (URV). Atualmente são adotados inúmeros indexadores, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM), a Taxa Referencial e a Unidade Fiscal de Referência (Ufir).

Moedas sociais

É o nome dado aos valores depositados em nome dos trabalhadores em fundos como o PIS-Pasep e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – e que, segundo proposta em estudo no governo, poderiam ser utilizados como moeda para comprar ações de empresas estatais no Programa Nacional de Desestatização (PND).

Monopólio

Caracteriza uma atividade econômica dominada por uma única empresa. Pode ser exercido tanto pelo setor público, como ocorre com o monopólio da prospecção e refino de petróleo nas mãos da Petrobrás, quanto pelo setor privado.

Oligopólio

Nesse caso, a oferta de um determinado produto ou serviço é controlada por um pequeno grupo de empresas, que tem o poder de ditar preços e influir no mercado. É o caso, por exemplo, das indústrias automobilística e de cimento.

Dolarização

Pressupõe a vinculação da moeda do país à variação do dólar. Há várias formas de dolarização. Na mais radical, a moeda do país é substituída pelo dólar. Na intermediária, como a argentina, as duas moedas podem circular livremente no mercado. Na mais branda, o que se tem é uma ligação direta entre a variação do dólar e a de outros preços da economia. Apesar dos desmentidos do governo, o Plano FH prevê uma dolarização do terceiro tipo.

POLÍTICA ECONÔMICA

FH começa a etapa da negociação

O plano divide os partidos e provoca indecisões, mas só passa no Congresso sem aumento de impostos

ROSALVA NUNES DA ROSA

24/12/12

Brasília — Se dependesse da disposição que o Congresso mostra hoje para aprovar seu plano de ajuste econômico, o ministro Fernando Henrique Cardoso poderia abandonar a idéia de criar, numa segunda etapa, um indexador diário e tomar medidas mais drásticas contra a inflação. O ministro tem, no entanto, algumas semanas para negociar o apoio dos partidos para zerar o déficit do orçamento.



Banco de Dados/ZH

FH: *conversas*

A dificuldade é que, em ano eleitoral, os parlamentares não estão propensos a aprovar o aumento de impostos e a redução de recursos para Estados e municípios. Estas medidas estão previstas na emenda constitucional encaminhada ao Legislativo na semana passada. Esta semana, vários partidos têm reuniões marcadas para analisar alternativas à proposta do governo. O próprio Fernando Henrique voltará ao Congresso, na terça-feira, para uma nova rodada de negociações, desta vez com os líderes dos partidos no Senado.

NEGOCIAÇÃO — O governo conta com um trunfo para garantir a aprovação de pelo menos uma das medidas, a retenção de 15% dos repasses dos fundos de participação dos Estados e municípios, destinada a formar o Fundo Social de Emergência. Segundo um parlamentar com bom trânsito no Palácio do Planalto, a idéia é negociar com os políticos a fixação de percentuais desses recursos para cada Estado, destinados a cobrir despesas na área de saúde.

Com alguma negociação, o fundo passa, aposta esse político. A destinação prévia dos recursos do fundo esvaziaria também as críticas de que ele é eleitoreiro e será manipulado pelo ministro da Fazenda. Em relação ao aumento de impostos, o próprio governo não acredita em aprovação e dificilmente o presidente Itamar Franco formalizará a decisão através de medida provisória (MP), ao contrário do que chegou a ser cogitado quando do lançamento do plano.

Parlamentares de diversos partidos concordam que o "bode" colocado na sala pelo ministro Fernando Henrique é o aumento de impostos, e não propriamente a formação do fundo com recursos de Estados e municípios. O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), acha bem menos complicado aprovar a redução dos repasses.

OLIGOPÓLIOS — Concordam com Freire os presidentes do PMDB, deputado Luís Henrique (SC), e do PPR, senador Esperidião Amin (SC). As críticas mais duras a esta proposta partem do PT e do PDT. Segundo o líder do PDT na Câmara, deputado Luís Salomão, para acabar com as dificuldades em seu caixa o governo não poderá criar déficit em Estados e municípios que dependem basicamente dos fundos de participação e que apresentaram superávit até agora.

No PT, as críticas são generalizadas. Para o deputado José Fortunati (RS), líder da bancada na Câmara, o partido não apoiará qualquer plano que não combata oligopólios, monopólios ou a concentração de renda. O presidente da Comissão do Trabalho na Câmara, deputado Paulo Paim (PT-RS), já apresentou projeto de lei propondo reajustes diários para os salários, com base na variação do dólar, antecipando-se ao governo. Ninguém no Ministério da Fazenda sabe dizer quando a Unidade Real de Valor (URV) poderá ser criada e tampouco quando haverá permissão para que ela seja usada também para indexar preços.

PARA QUE LADO VÃO OS PARTIDOS

PMDB — 100 deputados e 27 senadores

- Está dividido. Na Câmara, o líder Tarcísio Delgado (MG) e o vice-líder Germano Rigotto (RS), rechaçam o aumento de impostos e vêem com reservas a retenção de repasses para Estados e municípios. O presidente do partido, deputado Luís Henrique (SC), quer alternativas ao aumento de impostos, mas acha menos complicado aprovar a retenção de 15% dos fundos de participação.

Frente PFL PTB PSC — 116 deputados e 20 senadores

- Já prepara propostas alternativas ao plano. O líder na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), é contra o aumento de impostos e a retenção nos fundos de participação e cobra do governo maior agilidade no processo de privatização.

PPR — 65 deputados e 10 senadores

- Também bombardeou o plano na primeira hora. O presidente do partido, senador Esperidião Amin (SC), diz que o aumento de impostos é odioso e indesejado. O PPR tem reunião na quarta-feira para definir sua posição e examinar alternativas.

PSDB — 45 deputados e 9 senadores

- O líder na Câmara, José Serra (SP), está encontrando dificuldades para fechar o apoio ao plano dentro do partido. Parlamentares como Sérgio Gaudenzi (PSDB-BA) sustentam que o orçamento ainda tem gorduras que podem ser cortadas antes do aumento de impostos.

PT — 36 deputados e 1 senador

- O PT está praticamente fechado contra o aumento de impostos e a retenção de verbas de Estados e municípios. O líder na Câmara, José Fortunati (RS), avisa que qualquer plano que não combata monopólios e oligopólios e nem a concentração de renda não terá o apoio do partido.

PDT — 33 deputados e 4 senadores

- Também está fechado contra as duas propostas. O líder Luiz Alfredo Salomão (RJ) diz que, ao reter recursos de Estados e municípios, o governo simplesmente transferirá o déficit federal para os governos estaduais e municipais.

02

9401276

COMO FICA A ECONOMIA

AS MEDIDAS

- ☐ Será criado um indexador diário de preços e contratos, a URV, só depois de garantido o ajuste fiscal. Seu uso no setor privado é voluntário
- ☐ O cálculo segue os critérios de correção do dólar comercial
- ☐ A intenção, mais adiante, é usar a URV só para o salário mínimo e os vencimentos dos servidores
- ☐ O índice vira moeda, quando se generalizar
- ☐ As alíquotas dos impostos federais sobem 5%
- ☐ Será criado um fundo com a retenção de 15% dos repasses para Estados e municípios
- ☐ Será vetado emitir títulos públicos para financiar despesas da União
- ☐ Uma agência cuidará da reforma administrativa

OS OBJETIVOS DO GOVERNO

- ☐ Unificar o ritmo de aumento de preços na economia, eliminando os efeitos das expectativas inflacionárias
- ☐ Garantir a credibilidade da sociedade no novo indexador
- ☐ Reduzir os gastos de custeio da União, sem interferir no setor privado
- ☐ Criar uma moeda estável e conversível
- ☐ Reforçar o caixa da União
- ☐ Garantir o controle dos repasses da União e também o custeio de programas sociais
- ☐ Engessar o endividamento da União, para frear a expansão monetária
- ☐ Encolher a máquina administrativa

OS RISCOS

- ☐ O governo não consegue a adesão do setor privado ao novo índice, a inflação continua a subir e os preços públicos ficam atrasados
- ☐ A contenção da variação cambial prejudica as exportações e desgasta as reservas do país
- ☐ Cria-se uma desorganização nos salários do setor privado, dando origem a pressões sindicais
- ☐ A inflação contamina a moeda nova
- ☐ O Congresso rejeita o aumento de impostos
- ☐ A pressão de governadores e prefeitos força o Congresso a rejeitar essa emenda
- ☐ A lei é desobedecida, a exemplo do que já vem ocorrendo. O veto não é novidade
- ☐ A reforma, mais uma vez, não sai do papel

Medidas seguem as linhas do FMI, dizem os europeus

Paris — As medidas econômicas anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, estão na linha do proposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), afirma-se em meios econômicos e financeiros europeus.

O Brasil precisa aumentar sua capacidade de pagamento para combater a inflação e cumprir seus compromissos, daí o aumento de todas as alíquotas de impostos federais.

O plano não foi surpresa para os setores econômico-financeiros consultados, pois suas medidas vinham sendo discutidas havia algum tempo. O aumento da carga fiscal só dará resultados se a economia for reativada, argumentaram os analistas europeus. O acordo final com o FMI, lembraram eles, depende desse ajuste fiscal, daí o empenho do governo em obter a rápida aprovação da emenda constitucional para viabilizá-lo.

SEM CRESCIMENTO — O plano — que tem como cacife o grande volume de reservas em divisas acumulado pelo país — não chega a ser ousado, acrescentaram. O estabelecimento de um indexador diário não será fácil, sendo quase impossível medir esse índice.

Uma das críticas ao plano é que nenhuma das medidas anunciadas trata de investimentos para o crescimento econômico, dando ao país condições para enfrentar a crise social. Ao contrário, elas prevêem cortes de gastos e de investimentos.

Esse aspecto e o do indexador diário talvez sejam os pontos mais interessantes do plano, mesmo porque o ajuste fiscal é uma necessidade de que todos reconhecem, acrescentam.

REAÇÃO — Em **Washington**, os elementos mais ousados do programa econômico anunciado ontem pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, como o fundo de estabilização e as medidas fiscais, são vistas como passos positivos na direção de uma politica de estabilização por funcionários do governo americano e dos organismos financeiros internacionais.

Eles terão, no entanto, de ser aprovados pelo Congresso antes de provocarem qualquer manifestação pública de confiança. Isso é particularmente verdade no FMI, onde ações de saneamento fiscal prévias, concretas e politicamente respaldadas continuam a ser a condição para o aprofundamento das conversas iniciadas no mês passado. A missão do Fundo que esteve em Brasília no mês passado retornará em janeiro.

O FMI espera que o Congresso aprove neste mês os impostos adicionais propostos, para terem valor em 1994, além da emenda constitucional que permitirá ao Executivo reduzir as transferências a Estados e municípios e bloqueá-las num fundo que só poderá ser mexido em 1996. Isso teria que acontecer até fevereiro.

As opiniões, em Washington, sobre as iniciativas de política econômica brasileira, costumam refletir as avaliações feitas no próprio país. A falta de uma reação negativa ou positiva dominante, no Brasil, ao conjunto de medidas anunciado por Fernando Henrique é visto por alguns com desalento, por outros com esperança. Seria, para estes, o sinal de que o país estaria, como insiste o ministro da Fazenda, maduro para tomar as duras decisões necessárias ao saneamento fiscal e a restauração do crédito público.

O governo americano acompanha o anúncio do pacote propositalmente à distância. Neste momento, prefere deixar ao Fundo a primazia dos contatos com o Brasil.

9401276

Q3

3P 8/12

Principales Puntos del Nuevo Plan Antiinflacionario de Brasil

SAO PAULO, 7 (Reuter). — Los siguientes son los principales puntos del nuevo plan antiinflacionario brasileño anunciado hoy por el ministro de Economía Fernando Henrique Cardoso.

Cardoso dijo que los contenidos del plan, presentado al presidente Itamar Franco, están sujetos a la aprobación por parte del Congreso de 22.200 millones de dólares en reducción de gastos para equilibrar el presupuesto de 1994.

● El plan propone la creación de un índice de precios que será utilizado para desacelerar la inflación. El nuevo índice, a ser llamado Unidad Real de Valor (URV), será utilizado para fijar todos los precios gubernamentales, tales como impuestos y tarifas de servicios.

● El URV, que será utilizado en la tasa de cotización entre dólar-cruzeiro como referencia, será actualizado diariamente por el Banco Central.

● El gobierno alentará pero no obligará a las empresas a adoptar el URV para ajustar sus precios para la inflación.

● El plan recomienda legislación que dotaría de mayor autonomía al Banco Central en la puesta en práctica de la política monetaria.

● El plan estipula una enmienda constitucional para crear un Fondo de Emergencia Social de 16.000 millones de dólares de dos años, que garantizará el financiamiento de los proyectos sociales ya incluidos en el presupuesto.

● El Fondo de Emergencia Social será financiado con el 15% de los fondos federales originalmente dirigidos a los estados y municipalidades y por un aumento impositivo del cinco por ciento global.

● El plan recomienda al gobierno avanzar para descentralizar la distribución de los recursos federales mediante un amplio proceso de reforma constitucional que haría responsables a los estados por la financiación de la educación local y programas sociales.

● Propone una enmienda constitucional que modificaría el sistema impositivo y añadiría nuevos gravámenes inclusive un nuevo impuesto sobre las transacciones financieras.

● Recomienda al gobierno reevaluar el concepto que los monopolios estatales son en beneficio público y la idea que el capital extranjero debe diferenciarse del capital nacional.

● El plan propone, pero no especifica, enmiendas que harían más flexible al sector del monopolios estatal petrolero.

● Recomienda legislación que permitiría las inversiones privadas en la industria de comunicaciones. "Los sectores estratégicos", tales como las comunicaciones de larga distancia, deberían permanecer en manos del estado.

● El plan recomienda el levantamiento de restricciones a las inversiones de capital extranjero en las industrias mineras y de energía hidroeléctrica.

● En el mediano a largo plazo, el gobierno buscará reemplazar al cruzeiro real con una nueva moneda convertible.

● El plan rechaza la idea de "dolarizar" al cruzeiro real.

Anunciarán mañana proyecto para bajar la inflación de 35 a 10% mensual

Brasil: plan económico en 3 etapas

Después de meses de especulaciones donde se habló de dolarización "a la Argentina", desindexación, prefijación de precios y "anclas" de todo tipo, el gobierno brasileño anunciará mañana su plan contra la inflación crónica.

por Jorge Mederos
corresponsal de *El Observador* en Brasil



Cardoso busca la estabilidad
El ministro informará de las etapas del plan: ajuste fiscal, recortes presupuestarios y una especie de moneda-índice

Según el ministro de Economía, Fernando Henrique Cardoso, se proyecta una baja gradual de la inflación, de manera que en diciembre de 1994 la tasa mensual sea de alrededor de 10% (actualmente es de 35%).

Los precios bajarían, principalmente, como resultado de un ajuste fiscal y del equilibrio de las cuentas del gobierno, eliminándose la necesidad inmediata de medidas de impacto como congelamientos.

El nivel ideal de inflación solamente se lograría en dos años, lo que significa que el proceso a iniciarse ahora tendrá que ser complementado por el próximo presidente de la República.

El ministro anunciará mañana las tres etapas de su plan. En la primera se implantará un ajuste fiscal, un aumento lineal de 5% en todos los impuestos federales, que eliminará la necesidad del gobierno de emitir títulos públicos para financiar su déficit.

Habrá cortes drásticos en el presupuesto de 1994 para eliminar un déficit proyectado de US$ 22.100 millones, y una reforma administrativa para extinguir ministerios, unificar otros y reorganizar las funciones de 26 órganos federales.

En la segunda etapa se creará la Unidad de Referencia (UR), una especie de moneda-índice. La idea es incentivar a los agentes económicos a utilizar este nuevo indexador único, que tendrá una cotización diaria, probablemente vinculada al dólar y su aplicación será voluntaria al comienzo.

En la tercera parte, el gobierno lanzará el programa de estabilización con la meta de bajar la inflación. Según la estrategia de este plan, cuando ello ocurra el gobierno dejará de emitir cruzeiros reales, la moneda actual.

Los precios serán cotizados en UR, cuyo valor se mantendrá incambiado, y la cantidad de UR en circulación equivaldrá al total de reservas acumuladas y de acciones de empresas estatales en poder del Estado.

En opinión de economistas independientes, el equipo económico intentará reproducir en Brasil las condiciones que posibilitaron la dolarización en Argentina.

En Brasil gran parte de la economía se comporta independientemente de las fluctuaciones del dólar y eso haría imposible la dolarización. Pero en el momento que la UR sea el indexador de la mayor parte de las relaciones económicas, sería posible poner en marcha algo parecido.

Para dar credibilidad al nuevo indexador, los impuestos, títulos del gobierno y tarifas públicas pasarán a variar inmediatamente de acuerdo con la UR. La política de cambio también tendrá que estar muy afinada con esa variación para ahuyentar el temor de las empresas vinculadas al comercio exterior de un atraso cambiario serio. ■

04-04

Reservas vão a US$ 29 bi e batem recorde

Da Sucursal de Brasília FSP 17/12

As reservas internacionais do Brasil atingiram US$ 22,2 bilhões em outubro no conceito de caixa (recursos disponíveis). Pelo conceito de liquidez internacional (recursos não disponíveis de imediato), o saldo no final de outubro foi de US$ 29 bilhões.

Os dados foram divulgados ontem pelo BC (Banco Central). Esse volume de reservas é recorde na história do país. Em setembro, as reservas fecharam o mês em US$ 20,1 bilhões no conceito de caixa e US$ 26,9 bilhões no de liquidez internacional.

A captação de recursos externos em outubro ficou em US$ 3,6 bilhões. Esse resultado foi 31% maior que os US$ 2,8 bilhões observados no mês anterior. O volume acumulado nos dez meses de 1993 ficou em US$ 23,7 bilhões, superando em 33% o total de US$ 17,8 bilhões registrado em 1992. Os investimentos em moeda ficaram em US$ 2,5 bilhões em outubro.

Os dados do BC também informam que em novembro a dívida mobiliária federal (composta de títulos públicos) teve crescimento real de 2,1% em termos reais. A dívida está próxima de 8% do PIB.

A base monetária (dinheiro em poder do público mais as reservas bancárias) registrou crescimento de 36% em novembro, considerando-se a média dos saldos diários. O crescimento tem dois motivos, segundo a nota divulgada pelo BC: ocorrência de dois fins de semana prolongados e, ao final do mês, o pagamento da primeira parcela do 13º salário.

As operações externas também contribuíram para a expansão da base monetária em novembro. O impacto líquido, segundo o BC, foi de CR$ 439 bilhões. Os saques dos DER (Depósito Especial Remunerado) contribuiram com mai CR$ 18 bilhões. O aumento de CR$ 27 bilhões nos depósitos das instituições financeiras e de CR$ 5,7 bilhões nos depósitos obrigatórios do fundão (Fundos de Aplicação Financeira) ajudaram a reduzir o crescimento da base monetária.

Refinanciación de deuda contribuye al orden económico dijo Cardoso

Brasilia, 27 dic.- La refinanciación de la deuda exterior de Brasil con la banca comercial constituye una importante contribución a la reorganización de la economía nacional, afirmó hoy, lunes, el ministro brasileño de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

Al enumerar los progresos alcanzados en el área económica en 1993, Cardoso manifestó que, después del arreglo de los débitos por 35.000 millones de dólares con los bancos privados, "por primera vez tenemos el horizonte (financiero) limpio".

El titular de Hacienda señaló que el acuerdo preliminar de refinanciación beneficiará a la economía brasileña: se reducirá la deuda y el periodo para las amortizaciones se prolongará por treinta años.

Con la reestructuración de la deuda exterior, "reducimos la deuda, conseguimos un plazo de gracia, 30 años para la amortización, con montos compatibles con nuestras posibilidades económicas", añadió Cardoso.

Los débitos disminuirán unos 4.000 millones de dólares como consecuencia del arreglo con los bancos acreedores, que deberá ser formalizado en abril próximo, después de la negociación de un acuerdo de derecho de giro entre Brasil y el Fondo Monetario Internacional (FMI).

El acuerdo es una exigencia impuesta por el Gobierno de Estados Unidos, que será el responsable de la emisión de los títulos que Brasil debe adquirir por unos 2.800 millones de dólares como garantía para la refinanciación.

Cardoso, de 62 años, dijo que se siente satisfecho por las actividades que emprendió en 1993 para ordenar el sistema económico, y especialmente las deficitarias finanzas oficiales, e instó a la administración pública para "seguir apretándose el cinturón".

El plan de estabilización económica, presentado a principios de este mes y sujeto a la próxima ratificación del Parlamento, es el "camino seguro" en 1994 para reducir la inflación sin necesidad de medidas de choque o la violación de contratos, dijo el ministro.

La inflación, situada en el 36 por ciento mensual y con una tendencia alcista, ha acumulado el 1.828 por ciento desde enero pasado, según el instituto independiente Fundación "Getulio Vargas".

Como consecuencia del equilibrio de las finanzas públicas, que el Gobierno pretende lograr en 1994 con la anulación del déficit estimado en 22.000 millones de dólares, el ministro Cardoso señaló que será establecida una nueva moneda que, según los comentaristas, puede denominarse "real". (EFE)

POLÍTICA ECONÔMICA

ZH 6/12

Brasil fecha 11 anos com inflação alta

□Pesquisa mostra que, além de superar o próprio recorde, atingindo 2.500% neste ano, a taxa brasileira é a de maior longevidade

HAMILTON ALMEIDA

O Brasil tem tudo para encerrar o ano de 1993 com um recorde mundial nada invejável. Com a taxa de inflação rondando a casa dos 2.500%, o país quebrará não só a sua própria marca histórica (de 1990, quando o Índice de Preços ao Consumidor — IPC — totalizou 1.794%), como se igualará à Argentina na triste condição de suportar por 11 anos consecutivos índices elevados de inflação. Pesquisa do professor Roberto Camps de Moraes, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, indica que nenhum outro país enfrentou taxas anuais tão pesadas por tanto tempo.

O estudo levou em conta os países que tiveram inflação anual de três dígitos por um longo período. Em 11 anos de inflação alta, o Brasil acumula uma variação da ordem de 81 bilhões por cento, o que supera o martírio argentino, inferior a um bilhão por cento. O único descanso dos brasileiros ocorreu em 1986. Com o Plano Cruzado, aquele ano fechou com um índice de 62,37%.

F.Gonda/Arte ZH

O FLAGELO PERSISTENTE

Países com inflação alta por muitos anos

País	Duração	Taxa maxima anual	Periodo
Brasil	11 anos	2.500% (*1993)	1983/1993
Argentina	11 anos	672.1% (1985)	1975/1985
Iugoslávia	7 anos	177.767.471.100% (**1993)	1987/1993
Israel	6 anos	396.8 (1984)	[illegible]
Bolívia	5 anos	11.749% (1985)	[illegible]
Argentina	5 anos	3.079,5% (1989)	[illegible]
Peru	5 anos	6.678% (1990)	[illegible]

* Previsão de inflação para este ano
** Taxa acumulada de janeiro a novembro

VARIAÇÕES — Os brasileiros se adaptam à corrida maluca da inflação e não percebem que convivem todo mês com variações de preços que, anteriormente, só ocorriam no período de um ano. A barreira dos 35% de inflação anual só foi rompida em 1959, época da construção de Brasília. A média mensal de 1993 é de 30%.

A Hungria é a recordista nessa especialidade com uma taxa máxima mensal de 41,9 quatrilhões por cento. A Iugoslávia, formada pelas repúblicas Sérvia e Montenegro, é forte candidata ao livro dos recordes da inflação, registrando um índice de 20.190% no mês de novembro último (18,7% ao dia). O acumulado neste ano beira ao absurdo: 177 bilhões por cento.

A maior taxa mensal brasileira, de 84,32% (março de 1990), é menor do que a apurada em julho de 1989 na Argentina, que chegou perto de 200%.

Moraes atribui à indexação a longevidade dos altos índices da inflação brasileira. O plano do ministro Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, pretende criar um novo indexador que represente uma única referência de preços. Assim, explica Moraes, o governo pretende "controlar" a situação.

As raízes da elevada inflação no Brasil são "múltiplas" e fortemente alimentadas pelo déficit público, de acordo com Moraes. "A causa maior é o não ajustamento do setor público desde 1982", observa. Até então, o déficit era financiado pelo capital estrangeiro. Com a declaração de moratória do México, naquele ano, cessou o fluxo de capital para o Terceiro Mundo.

Como "nunca houve um ajuste estrutural do setor público", a solução foi financiar o déficit com emissão de moeda ou lançamento de títulos da dívida pública. O sucesso do novo plano econômico vai depender, afirma Moraes, da adesão do setor privado.

Nº. DOCUMENTO 9401260
TITULO Acuerdo con acreedores aguarda aval del FMI
PROCED 150015
FECHA 1/12/93
VINCUL. 507482
11161
11319

Aguardan aval del FMI

BRASILIA, (ANSA)- El acuerdo entre el Gobierno brasileño y sus acreedores comerciales -a quienes deben unos 36 mil millones de los 105 mil millones de sus deuda externa total- depende ahora sólo del aval del Fondo Monetario Internacional (FMI), trascendió aquí.

El Ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso, acordó en Toronto, Canadá, la renegociación de los títulos de la deuda externa brasileña en posesión de alrededor de 900 bancos privados acreedores, con quienes firmará los términos del acuerdo hasta el 15 de abril.

Hasta esa fecha, el Gobierno brasileño, para la emisión de nuevos títulos de la deuda externa, deberá recibir el aval del FMI, que analizará la propuesta brasileña de desregular y abrir la economía, aumentar la recaudación, privatizar y reducir la inflación, hoy del 35 por ciento mensual.

Cuando el FMI apruebe esas medidas contenidas en el programa de estabilización que el Ministro Cardoso anunciará la próxima semana (pero que necesitan que el Congreso modifique la Constitución para entrar en vigencia), el Tesoro norteamericano venderá a Brasil 2.800 millones de dólares en bonos del tipo cupón cero, que se canjearán por los anteriores títulos. LM 1/12.

01-01

9401280

Uruguay presentó a Brasil tres nuevos proyectos para exportar autos en 1994

URUGUAY PRESENTÓ ESTA semana a Brasil tres nuevos proyectos para exportar automóviles en 1994 dentro del acuerdo del Protocolo de Expansión Comercial (PEC), informó ayer a *El Observador* el director nacional de Industria, Alberto Iglesias.

Los proyectos, igual que en 1993, corresponden a unidades modelos Citroën ZX, Peugeot 205 y Toyota Hi Lux. Brasil, por su parte, entregó a Uruguay sus proyectos para exportar camiones y ómnibus Mercedes Benz y Scania, y carrocerías Caio, Nielson y Marco Polo.

Estos proyectos fueron analizados en San Pablo durante una reunión de la Comisión Monitora del PEC para el sector automotor.

Para 1994 Uruguay tiene un cupo asignado de 7.500 unidades para exportar al Brasil. Estas unidades deberán tener un 55% de componentes del Mercosur y 45% de extrazona.

En 1993 el cupo de Uruguay es de 3.400 unidades, aunque no se llegará a cubrir esa cantidad. Ambos países acordaron que Uruguay podrá colocar en el mercado brasileño 470 vehículos entre enero y febrero del próximo año, correspondientes al cupo de 1993 (200 Citroën ZX, 150 Peugeot 205 y 120 Toyota Hi Lux).

En marzo de 1994 los sectores automotores de Brasil y Uruguay se reunirán en Montevideo con el objetivo de discutir un documento definitivo para firmar un acuerdo que abarque a los demás socios del Mercosur (Argentina y Paraguay) para la exportación de vehículos, indicó Iglesias.

El funcionario agregó que también existen conversaciones con Argentina para "profundizar" el Cauce (Convenio Argentino Uruguayo de Complementación Económica) para el sector automotor.■

CRITICOS AL PLAN ECONOMICO DE BRASIL VEN CON RESERVAS AUMENTO DE IMPUESTOS

RIO DE JANEIRO, 8 (EFE). — El aumento de un cinco por ciento en los impuestos federales se convirtió en la estrategia que más reservas y temores despertó entre los primeros críticos del plan de normalización de la economía brasileña, presentado el martes por el ministro de Hacienda, Fernando Henrique Cardoso.

Representantes de diversos sectores empresariales, políticos y sindicales coincidieron en definir como peligrosa la alternativa tributaria como fuente de nuevos recursos para el fisco.

El reajuste en la carga impositiva fue visto ya por el presidente del Senado, Humberto Lucena, como uno de los factores que va a dificultar la aprobación en el Congreso de la enmienda constitucional necesaria para dar legalidad al plan de Cardoso.

Lucena advirtió que la decisión del Gobierno de reajustar tributos y contribuciones y de suspender durante dos años el 15 por ciento de las transferencias federales a Estados y municipios le hace prever que difícilmente el Legislativo votará de forma positiva la enmienda. Las medidas de austeridad y de recortes también comenzaron a ofrecer resistencia en el interior del Gobierno.

"No acepto (la rebaja en el presupuesto)", afirmó el Ministro de la Marina, almirante Iván Serpa, tras afirmar que "mi presupuesto fue cortado por la mitad".

Serpa habló con la prensa el término de una reunión entre el ministro de Planeamiento, Alexis Stepanenko, y los titulares de las carteras militares —Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, Ejército, Aeronáutica, Marina y Gabinete Militar—, en la que hablaron de las reducciones presupuestarias.

Stepanenko, que no escondió su disgusto por la reacción de los militares, dijo a los periodistas que "nosotros tenemos un jefe común, hago lo que el Presidente de la República manda".

Las estrategias impositivas y de recorte en el gasto público también fueron vistas por el ex ministro de Hacienda y Planeamiento, Paulo Haddad como factores que crearán dificultades políticas al plan, debido a que el país tendrá en 1994 un año electoral decisivo.

"Deberá haber una gran movilización en contra, pero creo en la capacidad de negociación del Ministro (de Hacienda)", dijo.

Con todo, Haddad calificó como "correcto" el plan de Cardoso, aunque observó que los brasileños deberán ser comprensivos y tolerantes porque convivirán con una inflación alta hasta marzo o abril próximos.

Uno de los gremios más fuertes del país, la Federación de las Industrias del Estado de Sao Paulo (FIESP), dijo que, excepto las decisiones tributarias, apoyaba el conjunto de medidas.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente de la FIESP, adelantó que los industriales de Sao Paulo plantearán ante el Gobierno y el Congreso la necesidad de eliminar el proyectado aumento en la carga tributaria.

Además, agregó que el Gobierno deberá aclararle al país la magnitud del déficit público calculado para 1994.

Ferreira subrayó que el equipo económico del presidente, Itamar Franco, lo sitúa ahora en 15.000 millones de dólares, cuando hace una semana hablaba de que sería de 25.000 millones.

Ese déficit, que el ministro Cardoso busca borrar con el aumento en los impuestos y la reducción en el gasto público, alcanzaría los 22.100 millones de dólares, según las últimas previsiones.

Un sector de la inversión extranjera en el país destacó por su parte que los riesgos que pueda correr el plan dependerán de la actitud que asuman los brasileños.

La desestabilización vendrá si "cada sector hace presión en beneficio propio", afirmó el presidente de la Shell de Brasil y del Sindicato Nacional de los Combustibles y Derivados del Petróleo, Omar Carneiro.

Para consolidar las medidas propuestas por el ministro Cardoso es necesario un amplio entendimiento entre el Gobierno, los empresarios y la clase trabajadora.

Según Carneiro, lo más positivo del conjunto de medidas lo representa la disposición gubernamental de ajustar el sector público, definido por Cardoso como previo al objetivo final del plan, la derrota de la inflación.

Una vez que el Gobierno logre bajar el costo de vida del actual 36 por ciento mensual al tres o cuatro por ciento, meta prevista para los meses finales de 1994, una nueva moneda sustituirá el depreciado cruzeiro real como instrumento de la corrección monetaria diaria, que será introducido en breve.

En las más duras críticas al plan, el presidente de la Central Unica de los Trabajadoresd (CUT), Jair Meneguelli, dijo que las medidas arrojan "más plomo sobre el trabajador".

La CUT le propuso al Gobierno combatir la evasión fiscal, cobrar de forma progresiva los impuestos y gravar las grandes fortunas, pero lo dedicido fue un aumento lineal de tributos, recortes presupuestales que pueden afectar a los empleados públicos e indefiniciones sobre salarios y precios, dijo. El presidente de la Fuerza Sindical, Luiz Antonio Medeiros, se identificó con Meneguelli, pero destacó que, a diferencia de planes anteriores, "nadie descubrió hoy que al despertarse su dinero estaba confiscado". 8/12

PREÇOS 8/12 ZH.

Combustíveis sobem 18%

□Os preços do álcool e da gasolina na Capital vão para CR$ 155,00 e CR$ 121,00. No ano, a alta acumulada é de 2.309,91%

Brasília — Os preços da gasolina, álcool e demais derivados de petróleo estão 18% mais caros, de acordo com portaria divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda. Este ano, os preços do álcool e da gasolina acumulam uma alta de 2.309,91%, do óleo diesel 2.479,83% e do gás de cozinha — que lidera os aumentos dos combustíveis — de 2.479,83%. Até novembro, o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE, foi de 1.282%.

Com o reajuste, os preços da gasolina e do álcool nas bases de Canoas, Santa Maria, Cruz Alta, Uruguaiana, Passo Fundo, Rio Grande e Bagé ficam em CR$ 155,00 e CR$ 121,00. As variações ficam por conta do diesel que está custando CR$ 95,20 em Canoas e Santa Maria; CR$ 95,50 em Cruz Alta e Uruguaiana; CR$ 95,40 em Passo Fundo; Cr$ 95,10 em Rio Grande e Cr$ 95,30 em Bagé.

Pela sistemática de reajustes adotada pelo governo, os valores dos derivados de petróleo são corrigidos duas vezes no mês. A metodologia foi adotada no início deste ano, e os percentuais têm variado entre 10% e 19,8%. O último reajuste ocorreu no dia 23 do mês passado, de 17,76%.

9401284
Reservas internacionales desde 1982 a 1993
150029
FECHA: 8/12/93
VINCULAC…: 507482
11161
11403



d-01

9401284

A ESTRATÉGIA DE CADA MINISTRO



Dilson Funaro

Plano Cruzado

Fevereiro de 1986

Inflação do mês: 14,97%*

Fevereiro de 1986 inaugurou a era dos planos heterodoxos no país. O Cruzado congelou os preços, salários, câmbio e cortou três zeros da moeda. Com o passar do tempo, as mercadorias sumiram das prateleiras, o ágio generalizou-se, a inflação voltou a subir. O remendo do Cruzado 2, em novembro, não garantiu a correção de rota.

*Inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Bresser Pereira

Plano Bresser

Junho de 1987

Inflação do mês: 25,87%

Fez uma nova tentativa de congelamento de preços e salários, mas não amarrou o dólar. Fixou regras para a saída do congelamento, mas não obteve bons resultados. A inflação retomou fôlego e o ministro saiu do governo, já com a convicção de que era preciso fazer um ataque ao déficit público.



Mailson da Nóbrega

Plano Verão

Janeiro de 1989

Inflação do mês: 36,56%

Tomou posse defendendo a política do arroz-com-feijão, mas foi forçado a apelar para a heterodoxia. O Plano Verão congelou preços, salários, câmbio e tirou mais três zeros da moeda. Em pouco tempo, os preços dispararam e só a articulação de Mailson com as lideranças empresariais evitou a hiperinflação.



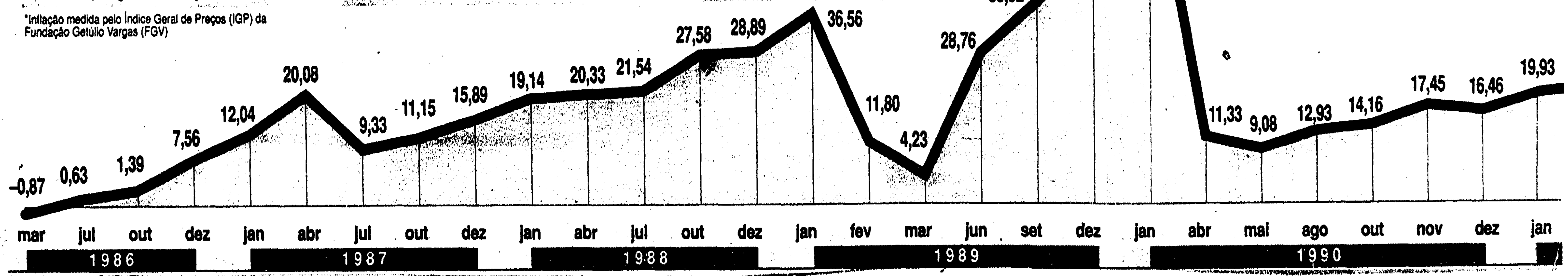
Zélia Cardoso de Mello

Plano Collor

Março de 1990

Inflação do mês: 71,68%

Promoveu uma revolução na economia, com o bloqueio das aplicações financeiras. Recriou o cruzeiro, congelou preços e salários por um prazo curto e impôs pesados tributos sobre ativos financeiros. A forte pressão não impediu a volta da inflação. A equipe ensaiou uma reação, com o Plano Collor 2, mas acabou indo embora.



Marcílio Marques Moreira

Arrocho monetario

Setembro de 1992



Inflação do mês: 27,37%

Entrou e saiu do governo cumprindo o que prometeu: não recorrer a nenhum tipo de choque ou pacote. O ministro se apoiou na política de juros altos para inibir o consumo e desta forma, conter a inflação. As taxas permaneceram relativamente estáveis, mas a economia mergulhou na recessão.

Fernando Henrique Cardoso

Plano FH

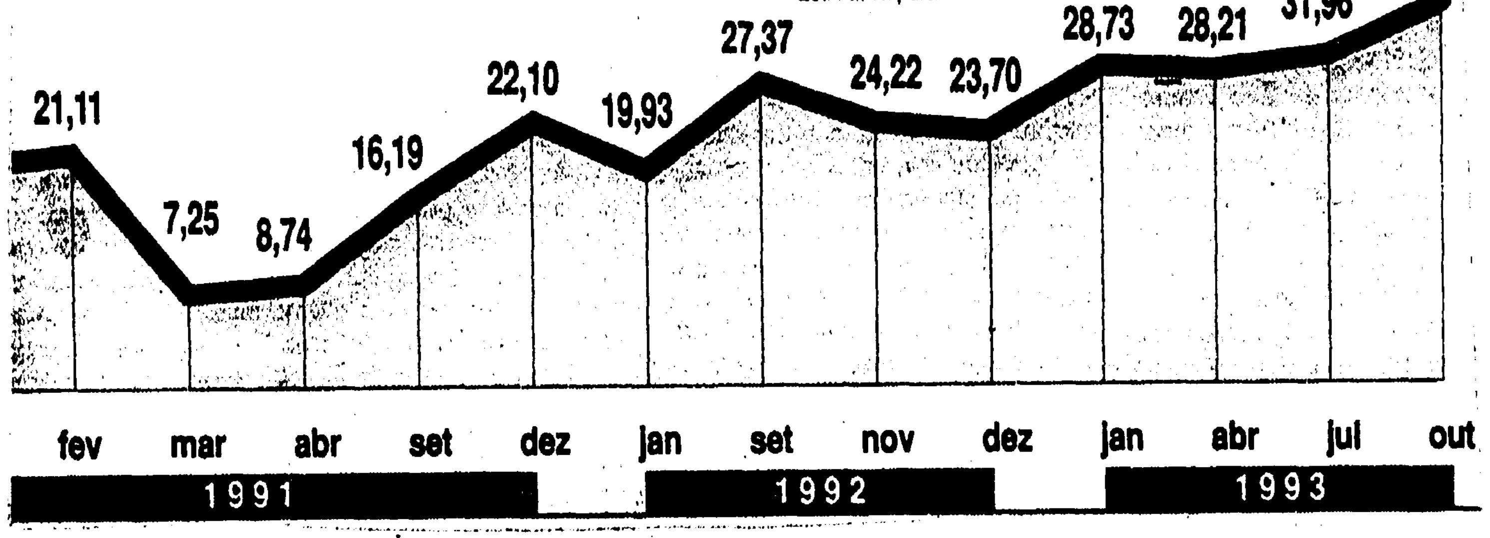
Dezembro de 1993



Inflação do mês: 36%**

Concentrou todas as baterias num programa amplo de ajuste fiscal, que levou nove meses para ficar pronto. Só depois de encaminhar essas medidas ao Congresso, anunciou as bases da estabilização. Nesse meio tempo, a inflação apontou sistematicamente para cima, embora sem risco de explosão imediata.

**Estimativa para o mês



9401286 Represas del alto Paraná permitirían a Brasil construir nueva hidrovía con acceso a Río Grande
Búsqueda 28/12/93

VINCULACI... 507482
11161
11404

Según Bernardo Quagliotti (Asociación Latinoamericana de Estudios Geopolíticos)

Represas del alto Paraná permitirían a Brasil construir nueva hidrovía con acceso a Río Grande

La posibilidad de que Brasil construya un nuevo curso fluvial competitivo con la Hidrovía Paraguay-Paraná fue planteada a **Búsqueda** por Bernardo Quagliotti de Bellis, secretario general de la Asociación Latinoamericana de Estudios Geopolíticos.

El experto entiende que el exceso de agua producido por las represas proyectadas en el alto Paraná haría factible la construcción de una hidrovía brasileña desde Yaciertá hasta Río Grande.

Según Quagliotti, parte de los efluentes producidos por Yaciertá podrán ser vertidos sobre la laguna Iberá que se comunica con los ríos Aguapey y Miriñay, ambos tributarios del Uruguay.

A su vez, advirtió que si a lo anterior se suma lo establecido en el Protocolo 23 —un documento de integración Argentino-Brasileño ya presentado ante ALADI—, la represa de Garabí y las proyectadas en San Pedro y Roncador permitirían extender el excedente hidráulico al río Ibicuí, logrando la unión con el río Yacuí que desemboca en la Laguna de los Patos. Ello permitiría la navegación fluvial directa desde Yaciretá hasta el puerto de Río Grande convirtiéndose en el gran competidor de las terminales del Plata para la transferencia a la navegación marítima.

Quagliotti recordó que Río Grande se encuentra en el paralelo 32 mientras que Montevideo en el 35, lo que representa tres grados de diferencia para la navegación marítima al hemisferio norte.

En tanto la condición de mediterraneidad de la nueva hidrovía la protegería mejor de los vientos y de los efectos de marea.

Política brasileña

Quagliotti alertó luego sobre la política de expansionismo agrícola que desarrolla Brasil desde la década del 70. Asimismo se inició un proyecto denominado "Los Ejes del Desarrollo" que le permitieron una mayor vinculación con Bolivia y Paraguay principalmente.

En ese marco Paraguay y Brasil, construyeron conjuntamente un puente desde Puerto Stroessner (hoy Ciudad del Este) e Iguazú, comunicado por la ruta 272, directamente con el puerto de Paranaguá. De esta manera, Paraguay consiguió una vía de salida para movilizar sus exportaciones de soja que en ese entonces no superaban las 140 mil toneladas anuales (en la actualidad llegan al millón de toneladas) hacia un puerto con infraestructura adecuada y al amparo de un régimen de depósito franco especialmente cedido por Brasil.

En 1965 se llevó a cabo en Campo Grande una reunión organizada por Brasil, con los ministros de transporte de Argentina, Brasil y Uruguay, a fin de buscar otra salida marítima para el aumento de producción agrícola experimentada por estos países. Se estudiaba una solución física y jurídica para reactualizar la hidrovía histórica Paraguay-Paraná.

Las autoridades de Rondonia y Mato Grosso entendían en tanto que la mejor vía de salida de sus producciones agrícolas era a través del río Paraguay para acceder al Paraná y finalmente al Plata.

Esta fue la vía histórica de penetración de la conquista española, a través de la cual se fundó Asunción del Paraguay.

Mientras tanto Bolivia experimentaba un cambio en su economía que influiría notoriamente en el desarrollo del proyecto de la Hidrovía Paraguay-Paraná. La baja internacional de los precios del cobre y el estaño llevaron al país mediterráneo a concentrar mayores esfuerzos en las zonas agrícolas del este. Desde allí se hacía más difícil su tradicional salida al Pacífico por lo que se comenzó a pensar en el curso fluvial que lo conectaba con el Atlántico. Un empresario boliviano, Joaquín Aguirre Lavayen, dispuso la construcción de una terminal granelera —que denominarla Puerto Quijarro— y que se conecta al río Paraguay a través del canal Tamengo.

Ahora el gobierno del altiplano planea también dar mayor importancia a la terminal estatal denominada puerto Bush con acceso directo al río Paraguay.

9401286

01-01

Comissão bilateral prepara Mercosul

FSP 11/12

Free-lance para a **Folha**

Os ministros da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil e Argentina anunciaram ontem a criação de uma comissão bilateral econômica e comercial. A comissão deverá solucionar as principais pendências econômicas entre os dois países, como as questões tarifárias e acusações de "dumping". A primeira reunião, com os vice-ministros das duas pastas, será em 22 de dezembro próximo.

A criação da comissão foi decidida após um dia de reuniões, em São Paulo, entre o governo dos dois países, além de várias discussões setoriais entre empresários. Hoje, os principais problemas comerciais da Argentina com o Brasil se referem às áreas de informática e bens de capital.

"O comércio entre os dois países tem problemas de ajuste que pretendemos solucionar", disse o chanceler Celso Amrorim. Segundo ele, há quatro anos, o comércio entre os dois países movimentava US$ 1,5 bilhão e hoje chega a US$ 6 bilhões.

O ministro da Economia argentino, Domingo Cavallo, disse que seu país pretende ter uma política externa comum com o Brasil. Ele negou que a Argentina esteja priorizando o Nafta, afirmação do deputado José Serra (PSDB-SP) em artigo publicado ontem na **Folha**.

Brasil e Argentina tentam acordo sobre as tarifas externas

□ Terminou em impasse a reunião de ontem entre os dois ministros da Economia. O próximo encontro será no dia 22

ZH 11/12



O impasse entre os governos do Brasil e da Argentina sobre as tarifas externas comuns no Mercosul continua. É o que mostrou a reunião de mais de quatro horas, realizada ontem, em São Paulo, com a participação dos ministros Fernando Henrique Cardoso, da Fazenda, e Domingo Cavallo, da Economia da Argentina.

O assunto voltará a ser discutido com representantes do Uruguai e do Paraguai, que compõem o Mercado Comum do Sul, no dia 22, em Buenos Aires. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, que discutiu o problema com o chanceler argentino, Guido di Tella, a tarifa externa comum foi tratada "de uma maneira melhor" no encontro de ontem, mas não se chegou a nenhuma conclusão.

PROPOSTA — Outro ponto importante da pauta de ontem, segundo Amorim, foi o problema surgido com o avanço das relações comerciais entre os dois países. Três anos atrás, o fluxo do comércio bilateral era de US$ 1,5 bilhão, enquanto este ano deverá ficar em torno dos US$ 6 bilhões. Essa expansão dos negócios provocou, segundo Amorim, "fricções" que precisam de ajustes.

Para isso, os dois governos aprovaram a criação de uma comissão comercial-econômica, que terá o papel de mediadora de eventuais conflitos, com um trabalho de caráter preventivo, evitando o surgimento de medidas antidumping ou salvaguardas.

01-01

estatais em 94
Governo define venda de 32

FRANCISCO SANTOS
Da Sucursal do Rio EP 14/12

A Comissão Diretora do programa de privatização definiu ontem um calendário prévio para 1994. Ele prevê a venda da participação estatal em 32 empresas ao longo do ano, com um faturamento próximo a US$ 5 bilhões. A maior parte das privatizações previstas para 94 é de empresas do setor petroquímico, na maioria das quais o governo tem participação minoritária.

O cronograma começa pela venda da Cobra Computadores em 28 de fevereiro, mas ainda pode começar em janeiro com a venda da PQU (Petroquímica União) —que já foi seis vezes adiada—, elevando para 33 o total de empresas privatizáveis em 94.

O presidente da Comissão, André Franco Montoro Filho, disse que se houver uma indicação "firme" de que os interessados na compra da PQU comparecerão ao leilão, os membros da Comissão poderão definir na próxima segunda-feira uma data em janeiro para a venda da empresa. Caso contrário, a privatização da PQU não tem data prevista em 94.

O cronograma prevê a privatização da Embraer em março de 94. Ontem a comissão diretora aprovou a capitalização de US$ 190 milhões que acaba de ser feita pela empresa como parte dos ajustes para a privatização.

Ficou definido também que será sugerida ao governo a criação de uma "golden share" (ação ouro) que dará ao Ministério da Aeronáutica poder de veto no Conselho de Administração da Embraer privatizada, sobre questões como mudança de objetivo, de razão social ou sobre projetos militares.

O cronograma de 94 prevê para junho a venda da Light. Em julho será vendida a Escelsa, a empresa de eletricidade do Espírito Santo. O cronograma prevê também que a venda da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) começará em setembro.

01-01

Déficit do orçamento chega a US$ 6,4 bi

□O equilíbrio das contas depende da aprovação do aumento dos impostos e da retenção de verbas de Estados e municípios

ROSALVA NUNES DA ROSA
E SYLVIO COSTA

ZH 17/12

Brasília — Procuram-se US$ 6,4 bilhões. Este é o tamanho do rombo previsto nas finanças federais no ano que vem para o qual o governo ainda não encontrou solução. Identificado o número, o ministro Fernando Henrique Cardoso começou a fazer o mais difícil: discutir mecanismos para cobri-lo. Embora otimista com as perspectivas de negociação no Congresso, o ministro sabe que dificilmente os parlamentares aprovarão as duas propostas concebidas pela equipe econômica, o aumento de 5% sobre as alíquotas de impostos e a retenção de 15% da receita dos fundos de participação dos Estados e municípios.

As duas medidas geram exatamente os US$ 6,4 bilhões necessários para equilibrar as contas da União, mas trazem o inconveniente de contrariar contribuintes, prefeitos e governadores exatamente num ano eleitoral. Em mais de três horas de reunião com a bancada de seu partido (PSDB) na Câmara e no Senado, terminada nos primeiros minutos de ontem, Fernando Henrique expôs com clareza qual é o problema do governo e ouviu de seus correligionários sobretudo a preocupação com a reação dos prefeitos, sempre encarados pelos congressistas como cabos eleitorais em potencial.

AE/ZH



Dificuldades: *FH sabe que o ajuste fiscal contraria contribuintes, prefeitos e governadores em um ano eleitoral*

Todo mundo concorda que tem de eliminar o déficit, mas o remédio não pode ser muito amargo, disse o deputado baiano Sérgio Gaudenzi. Diante de quatro senadores e mais de 30 deputados, o ministro admitiu pela primeira vez que, na questão dos fundos de participação, tudo está caminhando para a solução apresentada pelo deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS): garantir a receita de 1993 e reter com o governo federal apenas o acréscimo de arrecadação que ocorrer em 1994. Outra alternativa é a retenção proporcional ao tamanho dos municípios. Assim as prefeituras mais pobres seriam beneficiadas.

OPÇÕES — Quanto aos impostos, uma das idéias em debate é do senador Mário Covas (PSDB-SP). Covas propõe que sejam mantidas as alíquotas atuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), elevando a taxação do Imposto de Renda sobre aqueles que ganham mais. Outra possibilidade é o aumento da alíquota do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), fixada em 0,25%. "Aceito qualquer sugestão desde que o orçamento seja zerado", disse Fernando Henrique aos seus colegas tucanos, no apartamento do líder na Câmara, José Serra, após um jantar regado a Coca-Cola em que se serviu salada e filé com batata palha.

O problema, para a equipe econômica, é que essa discussão não deve acabar antes de janeiro, como deseja Fernando Henrique. Até agora, o governo sequer conseguiu encaminhar o novo orçamento de 1994 ao Congresso. Sem os números do orçamento, não dá para discutir as alternativas, disse a *Zero Hora* o deputado Germano Rigotto (RS), vice-líder do PMDB. "Se não houver acordo até o final do ano, podemos recorrer a uma medida provisória no caso do aumento de impostos", admitiu ontem o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch.

LIMINAR — Fernando Henrique disse ontem que o governo vai negociar com o Congresso a realização de cortes de despesas do Judiciário, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) não revogue a liminar de mandado de segurança que impediu o Executivo de propor cortes nos gastos do Ministério Público Federal.

O ministro informou que a liminar não afetará a elaboração da proposta de lei orçamentária para 1994, que será enviada em breve ao Congresso. "A liminar afetou cortes de apenas US$ 35 milhões dentro de um orçamento de mais de US$ 82 bilhões", observou. Devido à pouca abrangência da liminar, o governo terá condições de adaptar rapidamente a proposta de orçamento do próximo ano.

FSP 16/12

DÍVIDA EXTERNA

Adesão dos credores a acordo atinge 96%

Brasil paga este mês US$ 160 milhões de juros

De Washington
e da Sucursal de Brasília

Nos próximos 15 dias o Brasil terá que desembolsar para os credores externos 10% dos juros vencidos neste ano, ou o equivalente a US$ 160 milhões. Ontem, comunicado conjunto do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e de William Rhodes, vice-presidente do Citibank, que preside o comitê assessor de bancos, anunciou que a adesão dos credores atingiu 96,2%, permitindo que se passe à etapa de emissão de bônus.

Para que o acordo prosseguisse, era necessário que os credores de no mínimo 95% da dívida concordassem com o perfil de distribuição do valor negociado entre os vários tipos de bônus oferecidos pelo Brasil. Com a ultrapassagem do limite mínimo, a A resistência da família Dart em aceitar as condições negociadas com os demais credores não traz mais risco de comprometer a conclusão do acordo.

Credora de aproximadamente US$ 1,4 bilhão ou 4% do principal da dívida, a família americana Dart resiste em aceitar a troca de um percentual mínimo de 35% da dívida por bônus de desconto. Esse instrumento prevê um desconto de 35% sobre o valor do principal.

Com ou sem os Dart, agora a troca da dívida velha pelos bônus poderá ser realizada. O prazo para que essa última etapa se conclua termina em 15 de abril de 1994. A questão pendente agora é obter um acordo com o Fundo Monetário Internacional, pressuposto não só para emissão dos bônus da dívida brasileira, mas também para a emissão dos títulos do Tesouro norte-americano que vão ser oferecidos como garantia. Rhodes se disse otimista quanto ao apoio do FMI.

Segundo o comunicado divulgado ontem, a renegociação cobre aproximadamente US$ 52 bilhões, entre principal e juros, devidos pelo setor público brasileiro a credores privados.

DEUDA BRASILEÑA: BANCOS ACORDARON REESTRUCTURACION

NUEVA YORK, 15 (EFE).— El conjunto de acuerdos para la reestructuración y reducción de la deuda de unos 52.000 millones de dólares contraída por Brasil fue aceptado por los bancos acreedores, se informó hoy en Nueva York. En un comunicado, el ministro brasileño de Finanzas, Fernando Henrique Cardoso, y el vicepresidente del "Citibank", William Rhodes, anunciaron que el 96% de los 800 bancos acreedores de Brasil firmaron el acuerdo.

Para la conclusión del acuerdo se requiere que al menos el 95% de los bancos acreedores firmen el acuerdo.

Antes del días 15 de abril se procederá a cerrar el conjunto de medidas, que incluye el cambio de deuda por bonos, de acuerdo con el documento consensuado.

Según el acuerdo, los acreedores podrán elegir entre cinco opciones y Brasil hará una emisión de bonos a 12 años para cubrir sus atrasos en el pago de intereses desde 1991 hasta la fecha en que entre en vigor el acuerdo.

01-01

Brasil tem um crescimento de 4,5% em 93

□O relatório da Cepal diz que, além de ser a maior desde 1986, a taxa acompanha o desempenho de outros países da região

ZH 18/12

Santiago — A economia brasileira se recuperou em 1993, alcançando um crescimento de 4,5% depois de três anos de recessão, mas ainda persiste uma alta taxa de inflação, de 2.250% ao ano. Os dados fazem parte do relatório da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) das Nações Unidas, divulgado ontem no Chile.

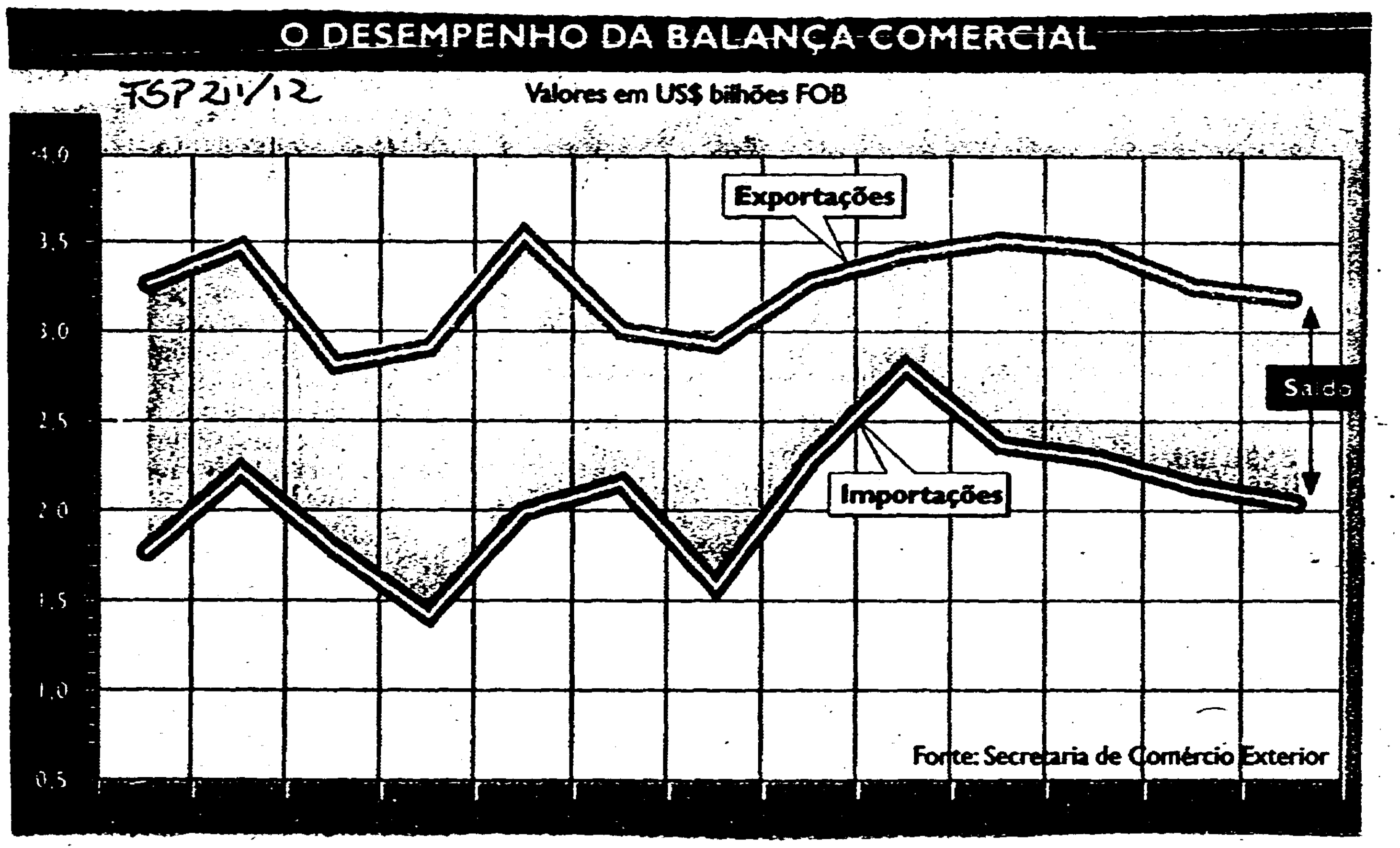
O estudo diz que esta é a maior taxa de crescimento no Brasil desde 1986, o que contribuiu para melhorar o desempenho de toda a região. No conjunto, a América Latina cresceu 3,2%.

A expansão do nível de atividade brasileira deve-se principalmente à significativa recuperação da indústria manufatureira (9%), impulsionada pelo setor automobilístico que teve uma produção histórica, de 1,2 milhão de unidades. No Brasil, as exportações tiveram um aumento de quase 8%, alcançando US$ 38,9 bilhões, o nível mais alto na história do país.

RENDA — A Cepal advertiu que os efeitos favoráveis do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e do êxito obtido na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) não serão sentidos a curto prazo nos países latino-americanos.

O relatório, divulgado pelo secretário-executivo da Cepal, o guatemalteco Gert Rosenthal, informa que a renda média por habitante cresceu 1,3% na América Latina neste ano.

Nº 9401292
TÍTULO Desempenho da balança comercial em 1993
PROC. 150538
FECHA 21/12/93
VINC. 507482
11161
11409



01-01 9401292

9401293
Balanza comercial en
180090 noviembre 1993
22/12/93
507482
11161
11409

Cifra récord para el comercio exterior brasileño

EO 22/12

Brasilia.- Brasil obtuvo un superávit comercial de 1.196 millones de dólares en noviembre, con lo cual alcanzó los 12.609 millones en lo que va del año, informó ayer el ministro de Industria, Comercio y Turismo, José Eduardo de Andrade.

El superávit es menor que el que se registró en iguales períodos del año pasado, aunque el total del comercio exterior (exportaciones más las importaciones) alcanzó una cifra récord en la historia del país. En noviembre el total del comercio fue de 5.288 millones y en lo que va del año 58.149 millones.

Argentina pasó a ser el segundo comprador más importante de productos brasileños, con 3.282 millones de dólares en lo que va de 1993. También se llegó a una cifra récord en cuanto al comercio binacional, que además es el segundo intercambio más grande del mundo entre dos países.

El primer comprador de Brasil sigue siendo Estados Unidos, con 7.158 millones de dólares en lo que va del año, el tercer lugar es ocupado por los Países Bajos con 2.288 millones, seguido por Japón con 2.171 millones y Alemania con 1.643 millones.

Los principales productos de exportación el mes pasado fueron el mineral de hierro, café, calzados, semifacturados de hierro y acero, soja, jugo de naranja, tabaco y carnes. Hubo una caída en las compras de petróleo, el principal rubro de importación del país, con 1.942 millones de dólares en los once meses del año. Esa cifra supone una reducción de 32% respecto al volumen importado en el mismo período de 1992.

Tras reconocer que es casi imposible cumplir la meta de terminar el año con un superávit de cerca de 15.000 millones de dólares, el ministro dijo que los resultados de la balanza comercial son muy positivos y añadió que "un saldo de 500 a 600 millones de dólares mensuales es suficiente para que el país cumpla sus compromisos de la deuda externa". ■ (EFE)



Itamar Franco

Pese a las dificultades de otro tipo, su gobierno sigue alcanzando un buen comportamiento comercial

ZH 21/12

BALANÇA COMERCIAL

País exporta US$ 3,2 bilhões

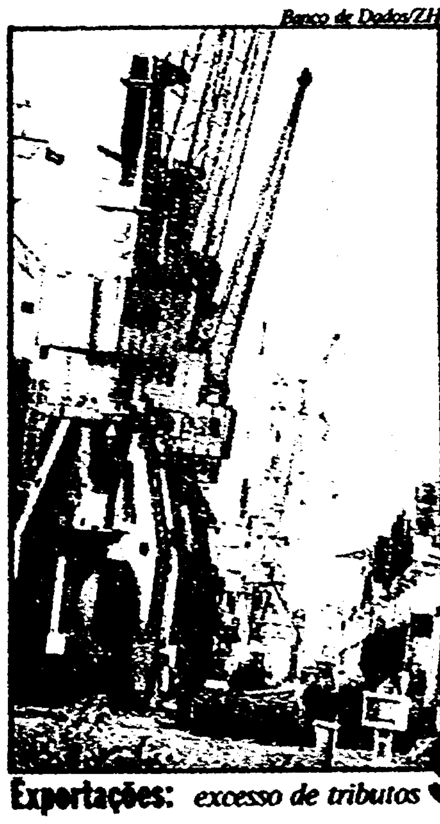
□ Em relação a novembro do ano passado, as vendas de produtos brasileiros ao exterior registraram uma queda de 2,07%

Brasília — As exportações brasileiras no mês passado totalizaram US$ 3,212 bilhões, com uma queda de 2,07% em relação a novembro de 1992, quando foram registrados US$ 3,280 bilhões. O ministro da Indústria e do Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, atribui essa queda à alta carga tributária e informou que encaminhará ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, uma sugestão de isenção da Cofins para os exportadores.

A diminuição das exportações provocou nova queda no superávit da balança comercial de novembro, de 21,21%. O saldo foi, no mês passado, de US$ 1,1 bilhão, contra US$ 1,5 bilhão no mesmo período de 1992. De janeiro a novembro de 1993 o superávit acumulado, de US$ 12,6 bilhões, foi 10,24% menor que o registrado nos 11 primeiros meses de 1992 (US$ 14,047 bilhões).

As importações, de US$ 2,0 bilhões, cresceram 14,42%, se comparadas a novembro do ano passado (US$ 1,7 bilhão). Já a corrente de comércio, de US$ 5,2 bilhões, bateu recorde histórico para meses de novembro, aumentando 3,69% em relação ao mesmo mês do ano passado. José Eduardo Andrade Vieira admitiu que a meta de se alcançar, até o final de 93, US$ 40 bilhões nas exportações, não será atingida, pois esperava um volume maior nas vendas em novembro.

Banco de Dados/ZH



Exportações: *excesso de tributos*

9401293

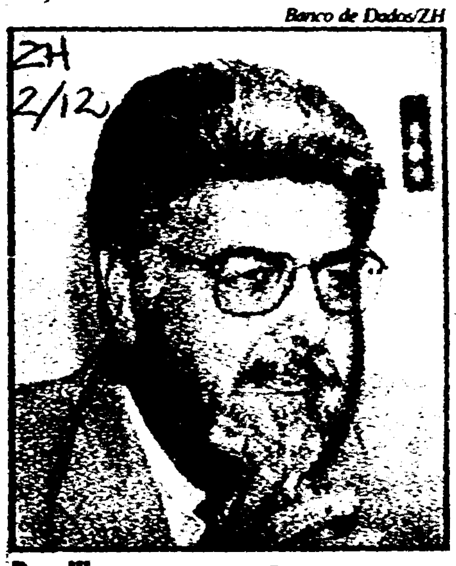
101-01

SALÁRIOS

Mínimo deste mês é de CR$ 18.760,00

□Walter Barelli diz que o valor equivale a US$ 79,5, e é inferior à remuneração básica de US$ 100 paga nos países da África

Banco de Dados/ZH



Barelli: *críticas à inflação*

Brasília — O salário mínimo para o mês de dezembro, de CR$ 18.760,00, anunciado ontem pelo ministro do Trabalho, Walter Barelli, equivale a apenas US$ 79,5 no primeiro dia do mês. Segundo Barelli, o novo salário mínimo para o trabalhador brasileiro é menor do que o salário mínimo de países da África, de US$ 100. Barelli lembrou que o mínimo no Brasil já chegou, nominalmente, a US$ 100. Só que o trabalhador nunca conseguiu receber o equivalente a US$ 100 porque a inflação retira parte do poder de compra do salário.

O reajuste do salário mínimo em dezembro foi de 24,89% sobre o de novembro, fixado em CR$ 15.021,00. Para os trabalhadores do Grupo D, com data-base nos meses de abril, agosto e dezembro, o reajuste quadrimestral este mês é de 226,7043%, sem descontar as antecipações. Descontada as antecipações, o reajuste no quadrimestre fica em 70,954497%.

Para o trabalhador do Grupo D saber o valor do seu salário em dezembro, basta multiplicar o salário vigente em 1° de agosto pelo fator 3,267043. Essa conta deve ser feita para quem ganha até seis salários mínimos (CR$ 112.560,00 em agosto). Para os demais trabalhadores a antecipação para dezembro é de 24,89%.

9401295

Inflación y dolar comercial de 1988 a 1993. —

ZH.

8/12/93

507482

11161

11300

PRESSÃO SOBRE O CÂMBIO

Variação acumulada no ano, em %

Ano	IGP (FGV)	Dólar comercial
1988	1.037,53	955,18
1989	1.783,40	1.401,53
1990	1.477,95	1.407,92
1991	480,01	517,16
1992	1.157,84	1.071,73
1993	(*) 1.947,03	1.804,98



(*)Taxa anual com base em estimativa de 36% para novembro

Fontes: Banco Central e Fundação Getúlio Vargas

9401295

REPORTAJE AL MINISTRO DE ECONOMIA DEL BRASIL, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

"La situación es insoportable"

Para el gobierno del Brasil la apuesta es decisiva: impulsar un plan antiinflacionario, castigando las finanzas de los estados y municipios, un año antes de las elecciones generales. Lo que tiene a favor Itamar Franco, y su ministro de Economía, es la conciencia de que es imposible seguir con tasas de inflación mensuales superiores al 30 % y que algo hay que hacer.

Fernando Henrique Cardoso, ministro de Economía del Brasil, ensaya un nuevo plan para combatir la inflación. Este país es especial: **convive, desde hace tiempo, con un alza continua de los precios —ahora ronda el 40 %—, pero su economía crece.** Las exportaciones llegarán, este año, a los 40 mil millones de dólares (4 veces más que las de la Argentina). Y las arcas del banco central están hinchadas de divisas extranjeras (28 mil millones de dólares). La otra cara de esa moneda es la miseria: condena a la más absoluta marginalidad a 50 millones de personas. El número va en aumento.

El ministro Cardoso, en un reportaje exclusivo que le concedió a **Clarín**, aquí en San Pablo, admite que la situación **"llegó al límite de lo soportable"**. Pero confía en la fuerza de su programa, aunque se apoye en una base ya clásica: el recorte de los gastos del estado y el ajuste en el interior del país.

—¿Hasta cuándo la economía brasileña tolerará convivir con la inflación?

—Estamos al borde de una situación insoportable. Creo que ya llegamos a ese límite. La inflación provoca una enorme concentración de rentas y la pobreza aumenta: más que a la economía, está dañando a la sociedad. La economía puede sobrevivir por la indexación generalizada y por la enorme capacidad productiva. Pero el pueblo pasa cada vez más penurias.

—¿Por qué fracasaron los anteriores planes de estabilización y por qué este será exitoso?

—No sé si este debe tener éxito. Pero el país aprende. Nuestra economía está en un buen momento: nunca tuvimos tantas reservas de divisas en el banco central, ni una capacidad exportadora como la actual. La industria y el sector agrícola están bien; lo que está mal se circunscribe al sector estatal. Y su ajuste es lo que puede garantizar la victoria. En el Brasil nunca se hizo eso. Otros planes mantuvieron el desajuste estatal y trataron de arreglar lo que fuera posible con congelamientos o prefijando el dólar. Y no llegaron a ningún resultado.

—¿Qué pasará con la economía brasileña si el Congreso no le aprueba el ajuste fiscal?

—No creo que el Congreso rechace la reforma fiscal. Está tan difundido, aquí, que se necesita el ajuste que el Congreso lo apoyará. Se podrá modificar alguna cosa, pero no imagino la posibilidad de que no lo apruebe.

—¿Por qué?

—Todos sabemos que es necesario un instrumento para liquidar la inflación. Lo sabe el país y apoya esa idea. Pero además, ya enviamos al Congreso (en agosto) un presupuesto con fuertes cortes de gastos, y creamos impuestos que empiezan a funcionar en enero. Tenemos medios para controlar la situación en 1994.

—¿Por qué no tomaron medidas más drásticas contra la inflación?

EXCLUSIVO

—Porque lo más drástico que hay contra la inflación es el ajuste fiscal. Tomar medidas sin considerar la cuestión fiscal es un autoengaño. Aquellas medidas no son difíciles; lo difícil es el ajuste. Hoy, la situación de la economía brasileña es buena: permite intentar algo más profundo. Esa es nuestra propuesta. Después, habrá un nuevo indicador de la inflación que mire al frente, no al pasado, para que la sociedad tenga una referencia más estable. Con esto no se elimina la inflación pero, junto con la reforma fiscal, se la circunscribe. Y como hay grandes reservas de divisas, altas exportaciones y un excedente de comercio exterior positivo, entonces podemos tener una moneda convertible. Eso será suficiente para provocar la caída de los precios.

—¿Cuándo empezará a funcionar ese indexador?

—Si el Congreso nos da el voto, tenemos que estar listos para lanzarlo la semana siguiente.

—Con el indexador, ¿seguirá habiendo inflación?

—Sí. Habrá una inflación inercial. Pero en el Brasil tenemos una ventaja: los precios relativos se vienen ajustando, no hay atraso ni en el tipo cambio ni en las tarifas públicas. Solo se necesita un tiempo para que la gente forme sus expectativas racionalmente. Y el indicador va a ayudar a eso. Creemos que solo con su presencia, ese indexador va a propiciar una caída de la inflación. Cuando un industrial le vende a un comerciante a 2 ó 3 meses de plazo, tiene que calcular la tasa de inflación por su cuenta y puede exagerar. En cambio, con una referencia estable, se quitan esas expectativas desordenadas. Sumando el fuerte ajuste fiscal, las reservas y la convertibilidad, tenemos todo en nuestras manos para liquidar la inflación.

—¿El indexador va a ser decreciente?

—No. No se lo prefijará. Este indexador es como un termómetro que mide la fiebre: si sigue habiendo algún factor de expansión inflacionaria, lo va a registrar. Va a decrecer cuando la inflación deje de presionar.

—¿Quién está primero: el indexador o el tipo de cambio?

—Primero está el indexador. No vamos a tener ningún tipo de cambio rígido. Nuestra convertibilidad se basará en el hecho de que tenemos reservas para respaldar la moneda.

—Aumentar impuestos y crear un fondo especial, manejado por el gobierno, a partir de recursos que le quita a los estados y municipios, ¿no son medidas recesivas?

—El fondo no se forma solo a partir del dinero de los estados y municipios, sino de todos los ingresos federales. Es un mecanismo de ingeniería financiera: su objetivo es evitarle al gobierno pedir préstamos en el mercado para financiar gastos que no cuentan con recursos fiscales. El gasto será el mismo, pero emplearemos fondos que ya existen eliminando la financiación vía bancos que es inflacionaria. Si se compara, en dólares, el gasto del estado en el '93, y lo que se planea gastar en el '94 —con el nuevo presupuesto ya ajustado—, no hay una disminución en términos reales. Hay otro punto: en el Brasil, es el sector privado el que libera el crecimiento. Y el plan no lo toca, no le quita energía. Incluso esperamos un crecimiento del 4 %.

—Este plan supone que los estados y municipios hagan sus propios ajustes...

—Claro que tendrán que hacer sus ajustes.

—Pero, en un año electoral ¿lo soportarán?

—Yo les quito provisoriamente el 15 %, pero ese dinero volverá a ellos. La idea no es gastarlo para el gobierno central. Se quiere hacer una reserva de dinero y utilizar esos fondos, por ejemplo para pagar los gastos de salud, pero vía estados y municipios: entonces, ellos no pierden.

—¿Qué garantiza que los precios del sector privado sigan al indexador?

—El gobierno va a alinear sus precios —tarifas y otros— con el indexador. Y eso tiene un peso enorme en la economía.

—¿Cómo va a ser la política salarial?

—Todavía no lo hemos pensado. Pero la idea es dar libertad en el uso del indexador, para el reajuste salarial, en las negociaciones colectivas de trabajo. Lo que el gobierno va a ajustar, en base al indexador, es el salario mínimo y vital.

Eleonora Gosman

Oficialismo ganó en La Paz y en Cochabamba

En las primeras proyecciones electorales de cadenas de televisión, los partidos de la coalición oficialista boliviana ganaron hoy por amplio margen las alcaldías clave del país, con notables victorias en La Paz, Cochabamba y Santa Cruz.

La Paz (ANSA)

En esas tres ciudades, las más importantes de Bolivia, los candidatos del oficialista Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) y del cogobernante Movimiento Bolivia Libre (MBL) ganaron las elecciones por márgenes inesperadamente amplios.

Las elecciones municipales son en Bolivia indirectas, y la población vota por 13 concejales, que en una segunda ronda electoral, en enero, designan al alcalde.

En La Paz, sede de Gobierno y primera ciudad boliviana, Julio Mantilla, del MNR, logró el 39 por ciento de los votos, nueve por ciento más que su más cercana seguidora, Mónica de Palenque, del populista Conciencia de Patria (CONDEPA).

En tercer lugar -según las proyecciones- llegó inesperadamente Luis Alberto Valle, con un 7,2 por ciento de los votos. Valle, de la opositora Acción Democrática Nacionalista, no figuraba en las encuestas previas a los comicios.

En Santa Cruz, la segunda ciudad en población de Bolivia, el candidato del MNR, Percy Fernández, ganó por tercera vez consecutiva las elecciones, con un 55 por ciento de los votos y la elección asegurada en el Concejo Municipal. En Cochabamba, el candidato Manfred Reyes Villa, del cogobernante Movimiento Bolivia Libre (MBL), recibió un inesperado 55 por ciento de los votos y la elección asegurada en el Concejo.

En la ciudad de El Alto, la cuarta del país, ubicada 10 kilómetros al noreste de La Paz, el candidato Flavio Clavijo, de CONDEPA, ganó por segunda vez consecutiva las elecciones, con un 53 por ciento de los votos.

LA MAÑANA 6-12-93

9401298
Presidente denuncia conspiración antidemocrática de sectores derechistas
CL
11/11/93
907480
11164
11302

EL PRESIDENTE ACUSA A SEGUIDORES DEL GENERAL HUGO BANZER ALIADOS CON TROTSKISTAS

Denuncian en Bolivia una conspiración

El Ministerio de Defensa boliviano negó ayer la existencia de "malestar militar" por la crítica situación social imperante, tal como se atribuyó haber declarado al jefe del Estado Mayor de las fuerzas armadas, general Moisés Shiriqui. El presidente Gonzalo Sánchez de Lozada denunció una conspiración antidemocrática, conducida por sectores derechistas del anterior gobierno aliados al "último reducto del trotskismo", en alusión al general Hugo Banzer y al ala más combativa de la Central Obrera Boliviana. "Perdieron las elecciones y quieren ver si pueden llegar al poder por otro medio", acusó el jefe de Estado.

CL 11/11.

LA PAZ, 11 (Reuter, EFE y ANSA). — En una atmósfera de creciente **tensión social** el presidente boliviano, **Gonzalo Sánchez de Lozada**, denunció hoy que fuerzas de **centroderecha** del anterior gobierno aliadas al **trotskismo** pusieron en marcha una **conspiración antidemocrática**, y no descartó la implantación del **estado de sitio**.

Su denuncia generó alarma en los medios políticos locales, ya que se conoció en forma simultánea con una serie de rumores sobre **malestar en las fuerzas armadas**, y aunque el jefe de Estado no involucró a los militares en la acusación, el Ministerio de Defensa salió rápidamente a ratificar **la vocación democrática de los cuadros castrenses**.

Legisladores de las dos mayores fuerzas opositoras, **la Alianza Democrática Nacionalista** (ADN) y el **Movimiento de Izquierda Revolucionaria** (MIR), así como dirigentes de la **Central Obrera Boliviana** (COB), a las que el presidente implicó en su denuncia, negaron la existencia de tal conspiración y acusaron al gobierno de haber generado un clima de "convulsión social" con recientes medidas como el **despido masivo** de empleados públicos.

"Este es el último reducto de la violencia del pasado, unido con el general **(Hugo) Banzer** y la gente del MIR, que no pudieron ganar las elecciones y ahora quieren ver si pueden **llegar al poder por otro medio**", dijo el jefe de Estado.

El general Banzer, un ex dictador que gobernó Bolivia en nombre de las fuerzas armadas entre 1971 y 1978, conduce la derechista ADN que, aliada con el MIR, sustentó hasta agosto al gobierno del presidente **Jaime Paz Zamora**.

Sánchez de Lozada hizo la denuncia desde el departamento sureño de **Potosí**, uno de los principales asientos de la crítica minería boliviana, adonde viajó ayer para intentar contener un **paro cívico general** decretado el lunes.

"Aquí hay una sedición", afirmó el primer mandatario en esa ciudad. "Parece que aquí **están en la época de (Luis) García Meza**", agregó, en referencia a la sangrienta dictadura que ese general (ahora prófugo de la justicia, que lo condenó a 30 años de prisión por múltiples delitos —desde genocidio hasta saqueo económico del Estado—) encabezó durante 14 meses entre 1980 y 1981.

El presidente afirmó que la agresividad de algunos sectores potosinos, a los que calificó como "último reducto del trotskismo", forma parte de una "gran conspiración" antidemocrática, pero a la vez aseguró que la intentona no prosperará en el país.

La acusación apunta directamente al **Comité Cívico**, organizador de la huelga de Potosí.

El gobierno del empresario Sánchez de Lozada enfrentó **en tres meses cuatro huelgas generales** decretadas por la COB y múltiples huelgas de hambre —incluida una de diputados opositores, levantada el miércoles— en protesta por 10.000 despidos laborales que dispuso en el deficitario sector estatal.

Una paralela huelga declarada el miércoles por el combativo sindicato minero, afiliado a la COB, mantenía hoy paralizada a la minería estatal del país, que enfrenta una de sus peores crisis productivas, dijeron fuentes sindicales.

El mandatario se negó a iniciar negociaciones con el Comité Cívico, y hoy reiteró que no lo hará mientras el organismo no levante la huelga general.

La denuncia presidencial provocó especial inquietud en los medios políticos a raíz de su coincidencia con una declaración atribuida al jefe de Estado Mayor de las fuerzas armadas, **general Moisés Shiriqui**, sobre un presunto **malestar militar** frente a la convulsión social que atraviesa el país.

"No es cierto que exista algún malestar en las fuerzas armadas", declaró a la prensa el ministro de Defensa, **Antonio Céspedes**, tras una reunión con el alto mando de las tres armas. "Si alguien sostuvo que existe, que lo pruebe", agregó.

01-01.

9401298

9401299

Inicio de huelga general fue aplazado

CL

16/11/93

11165

11413

507480

La COB aplazó hasta mañana el inicio de una huelga general

LA PAZ, 15 (Reuter y AP). — Una huelga general y de duración indefinida, que debía comenzar hoy en Bolivia en protesta por el despido de 10.000 trabajadores en el sector público, fue aplazada hasta el miércoles para continuar el diálogo entre los trabajadores y el gobierno.

Un primer intento de conciliación entre las partes, con la mediación de la Iglesia Católica, fracasó en las últimas horas del domingo.

El presidente de la Conferencia Episcopal, monseñor Edmundo Abastoflor, declaró, minutos antes del previsto inicio de la huelga, que el gobierno y la COB se habían acercado a un probable entendimiento.

"Todavía hay esperanzas de encontrar una solución al conflicto", declaró a la prensa, en esa oportunidad.

Un plenario nacional de dirigentes de la COB, convocado para esta tarde, decidió la suspensión hasta el miércoles de la protesta por tiempo indefinido.

Los líderes sindicales analizaron algunos de los avances en las negociaciones con el gobierno, que se desarrollaron durante el fin de semana.

Carlos Camargo, un alto dirigente de la COB, explicó que la decisión surgió de un informe proporcionado hoy a sus bases sobre los alcances de las conversaciones con el gobierno, "las cuales, en su mayoría, fueron comprendidas, aunque requieren mayor análisis".

No obstante, Camargo advirtió que este paréntesis "sería momentáneo", y que "la huelga podría agudizarse en los próximos meses".

El actual conflicto, agregó, "podría tener consecuencias ulteriores si el gobierno no es capaz de asumir el camino del diálogo para resolver los problemas emergentes de la aplicación de programas de ajuste estructural".

Fuentes allegadas a las conversaciones dijeron que el gobierno accedió a la reincorporación de trabajadores despedidos en las empresas estatales en un porcentaje que, sin embargo, la COB considera "insuficiente".

El ministro de Comunicación Social y vocero oficial del gobierno de Gonzalo Sánchez de Lozada, Hernán Antelo, afirmó hoy, en declaraciones radiales, que la no suspensión de la huelga general constituiría "el fin de todo diálogo" con la parte sindical.

"Sería lamentable, pero el gobierno no negocia bajo presión", dijo.

El gobierno de Sánchez de Lozada emprendió en agosto el saneamiento financiero del deficitario aparato administrativo del Estado y dispuso el despido de 10.000 de sus 220.000 agentes.

Pretende también "relocalizar" a otros 70.000, desvinculándolos gradualmente de las planillas del Tesoro General de la Nación, en los próximos años, según un anuncio del ministerio de Economía.

Los despidos desencadenaron cuatro huelgas generales decretadas por la COB.

Distintos sectores estatales están afectados por paros sectoriales, como la minería y el transporte ferroviario.

Pero la quinta huelga general, que se aplazó hoy, debía ser secundada por bloqueos de carreteras, accesos a las ciudades y demostraciones urbanas y rurales por todo el país, advirtieron líderes de la central sindical.

El presidente Sánchez de Lozada denunció la semana pasada que sectores sindicales que identificó como "trotskistas", aliados a partidos opositores de centroderecha, se embarcaron en una "gran conspiración" antidemocrática.

Antes de la suspensión de la protesta por tiempo indefinido, por lo menos cuatro importantes sindicatos anunciaron su paralización; mineros, ferroviarios y trabajadores de la salud y la educación públicas.

documento con partes poco legibles.

01-01

9401299

9401300
Ley de Reforma Electoral
150015
22/12/93
507400
11164
11302

Polémica Ley electoral en Bolivia

LM 22/12

- El oficialismo aseguró la elección de cinco futuros alcaldes

En una maratónica y polémica sesión del Congreso, las bancadas del oficialismo lograron, esta madrugada, aprobar una controvertida reforma a la Ley Electoral, implantando el sistema de "mayorías y minorías" para las elecciones municipales.

La Paz (Ansa)
Aunque el nuevo sistema debe entrar en vigencia recién en las elecciones municipales de 1995, la oposición denunció que la premura del oficialismo en aprobar la reforma se debe a que el Gobierno desea que sea utilizada ya con las recientes elecciones del 6 de diciembre pasado.

De lograr su propósito, tal como lo denuncia la oposición, el oficialismo lograría el control de, por lo menos, otras tres nuevas alcaldías de ciudades importantes del país, especialmente la de La Paz, la principal de Bolivia, en la que un acuerdo opositor se apresta a designar como futura alcaldesa a Mónica de Palenque de Conciencia de Patria (CONDEPA)..

El oficialismo ya tiene asegurada la elección de sus candidatos en cinco de las diez alcaldías principales del país.

En las elecciones municipales de La Paz, el MNR ganó por algo más del uno por ciento de los votos, por lo que igualó con la oposición en número de concejales, que son los que en una segunda ronda electoral designan al Alcalde.

La enmienda a la Ley establece que el candidato ganador, sea cual sea la diferencia de votos con sus seguidores, obtiene siete de los 13 concejales, y los otros seis se distribuyen entre los restantes candidatos.

En la sesión que concluyó esta madrugada y en la que un Senador de Gobierno intentó golpear a un colega de la oposición, y entre gritos y protestas de los partidos que no pertenecen al Gobierno, la enmienda fue finalmente aprobada por simple mayoría.

Apoyó la moción, presentada por el gobernante Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), la cogobernante Unidad Cívica de Solidaridad (UCS). El tercer partido de gobierno, el Movimiento Bolivia Libre (MBL), en cambio, criticó la propuesta y votó en contra.

Jorge Landivar, Presidente de Acción Democrática Nacionalista (ADN), el mayor partido de oposición, afirmó que el oficialismo "está poniendo en riesgo el sistema político porque no está siguiendo la línea del consenso para el tratamiento de temas trascendentales".

Por su parte, Carlos Palenque, Presidente de CONDEPA, explicó que el partido de Gobierno está poniendo en peligro el proceso de concertación política al actuar con desconocimiento y falta de respeto a los acuerdos multipartidarios de 1992. En julio de 1992, todos los partidos políticos bolivianos iniciaron por consenso una serie de reformas que democratizan y protegen a las instituciones del Estado, evitando que sean influidas políticamente. Ese acuerdo estableció, además, que todos los cambios al sistema democrático debían abordarse por consenso.

El Senador oficialista Raúl Lema, alto dirigente del MNR, señaló que "no hay cartas debajo la mesa" en la aprobación de la enmienda, y que "entrará en vigencia a partir de 1995, no hay dudas al respecto".

01-01

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO Nº 1350 (PG)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 02.MAY.94.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro. 9401390; REF.A.: "POLEMICA LEY ELECTORAL EN BOLIVIA" ; FS. 01-01.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.G.Pose y Sdo.1ra.J.González.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto. Agustín Barboza.-

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.

Cnel. Walter A. Mesa.

FIN ROLLO

1350

ANEXO AL ROLLO 1350

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A   D E   A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO N° 1350 (JC)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 06.MAY.94.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro.9400630 REF. A: PROXIMAS ELECCIONES EN RUSIA (GENERALIDADES) Fs.001/005.

OPERARIO/S: Sdo.1a. J.GONZALEZ.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: ///////////////////////////

PREPARACION DOCUMENTAL: ///////////////////////////

CONTROL: PERSONAL DEL A.G.I.I./D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación
Sgto. Agustín Barboza.

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.
Cnel. Walter A. Mesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

Documentos D.G.I.D

Año 1994

En Moscú, la política es algo secundario

El presidente ruso, Boris Yeltsin, llegó ayer a Bruselas para reunirse con los dirigentes de la Comunidad Europea y tratar de forjar una "nueva relación" entre ambas partes. A pocos días de las cruciales elecciones que decidirán el domingo la composición del primer Parlamento de la era possoviética y el texto de la futura Constitución, los rusos muestran poco interés por los comicios. Ayer se cumplieron dos años de la disolución de la Unión Soviética y Moscú se muestra ahora como una ciudad con fuertes contrastes: en la calle los autos lujosos se mezclan con prostitutas.

ELECCIONES EN RUSIA

Clarín EN MOSCU

MOSCU, 8 (Enviada especial). — Preocupados por los problemas cotidianos, a los moscovitas parece no importarles las elecciones legislativas que el domingo decidirán la composición del **primer Parlamento de la era possoviética (elegido por sufragio universal no obligatorio) ni el texto de la Constitución que regirá el futuro de Rusia si así lo deciden sus ciudadanos en el referéndum del día 12.**

Hoy, hace dos años que los presidentes de las repúblicas soviéticas de Rusia, Ucrania y Bielorrusia, reunidos en Minsk, constituyeron la Comunidad de Estados Independientes (CEI), decretando de hecho y simultáneamente la disolución de la Unión Soviética ante la sorpresa del mundo y, fundamentalmente, de **Mijail Gorbachov**, que quedó convertido de un plumazo en una figura grotesca: el presidente de un país inexistente.

Por aquel entonces, cualquier moscovita interrogado sobre su experiencia soviética deseaba el capitalismo como quien añora la luz del día después de un angustiante sueño nocturno. Hoy Rusia ya no es una isla. En el interior del país sigue habiendo escasez de productos y los cambios son más lentos. Moscú, en cambio, ya muestra señales de la metamorfosis.

En corto tiempo los rusos conocieron la liberación de precios, la inflación, los bienes de consumo y la dificultad de poder adquirirlos. Supieron de la libertad de hablar en la calle, de lo que significaba un espectro más amplio de opciones políticas y comprobaron las limitaciones de ese cambio que incluyó un hecho inimaginable en la era soviética: la intervención del Ejército, no de la KGB, en la represión interna. Ahora circulan con fluidez los BMW y la droga, algunas jóvenes se han convertido en exitosas empresarias y otras se prostituyen, muchos hombres trabajan 16 horas por día para concretar ~~la fantasía de~~ un mundo confortable, algunos apuestan a un golpe de suerte en los flamantes casinos y otros piden limosna.

"¡Claro que nos acordamos de la URSS!", respondió a **Clarín** al ser interrogado por el segundo aniversario de la desaparición de la URSS Serguei (36 años), quien trabaja en un negocio estatal y en las horas libres lava autos cobrando por cada uno el equivalente a 2 kilos de manzanas de mediana calidad (2 dólares). "Sobre todo cuando nos sentamos a comer."

EL REGRESO DEL AGUILA RUSA



Este emblema remplazará la hoz y el martillo de la era comunista. Cada elemento representa un símbolo. Las dos cabezas del águila, que miran hacia el este y el oeste, sugieren los vínculos con Asia y Occidente. El globo terráqueo coronado con una cruz indica la preponderancia espiritual de la religión y el cetro afirma la soberanía del Estado de Rusia. San Jorge derrotando al dragón es el símbolo de Moscú, la capital. Las tres coronas, que indican los tres poderes (Ejecutivo, Legislativo y Judicial), constituyen la única diferencia con el emblema zarista.

AFP infografía - Philippe Landry

Será porque en dos años han vislumbrado la selva con sus mil caras fascinantes y aterradoras que la mayoría de los moscovitas entrevistados ya no ven hoy su experiencia soviética como un mal sueño del pasado sino como esos recuerdos de infancia donde ya no importan los momentos amargos.

"El balance de estos dos años es marcadamente negativo", dijo a **Clarín Iuri**, chofer de 28 años, quien aseguró (y su aspecto lo confirmaba) trabajar para una empresa extranjera que "pagaba muy buenos sueldos y a mí no me va nada mal". "Lo positivo es que se acabó el igualitarismo: ya no es lo mismo si uno trabaja mucho que si trabaja poco. Lo malo es que los que más sufren son los viejos, los que se deslomaron trabajando en la época de Stalin, cuando eran jóvenes, y ahora no tienen cómo defenderse. Eso me duele, me parece injusto".

Con relación a las elecciones del domingo, la mayoría de los rusos interrogados confesaron desconocer el contenido de la futura Carta Magna por dos motivos: falta de tiempo y falta de ganas.

El proyecto constitucional, su modo de adopción y el proceso electoral para la formación de la primera Asamblea Federal (cámaras alta y baja) de Rusia fueron impuestos por el presidente **Boris Yeltsin** luego de su triunfo sobre el Parlamento en los sangrientos enfrentamientos del 3 y 4 de octubre en Moscú.

Meses de forcejeos políticos entre el Parlamento (elegido cuando aún existía la URSS y resistente a las reformas presidenciales) y Yeltsin que bregaba —y está a punto de lograrlo— por la creación de un Ejecutivo casi omnipotente culminaron con un enfrentamiento en el que el líder del Kremlin se libró violenta y definitivamente del Soviet Supremo, último resabio de la era anterior.

En este contexto, Yeltsin llamó a elecciones legislativas —en las que se presentan 13 partidos— y a un referéndum (donde está centrado su real interés) para la aprobación del texto de la nueva Carta Magna que, de ser adoptada, consolida su fuerte poder presidencial.

En vísperas de las elecciones, las fuerzas políticas juegan sus cartas bravas. Yeltsin ha venido adoptando en las últimas semanas medidas de obvio rédito electoralista. Ayer comunicó que la inflación de noviembre fue del 15 por ciento (contra 21 por ciento en octubre) y que el salario mínimo sería aumentado al doble. Sus representantes, simultáneamente, negociaban en el norte de los Urales el fin de la huelga en las cuencas carboníferas de Vorkuta.

♦ ¿Mafia moscovita?

En Moscú comenzó otra huelga que muestra otra cara de la misma realidad: las más importantes instituciones financieras cerraron sus puertas como señal de protesta por el asesinato, la semana pasada, de dos altos ejecutivos del sector. Los crímenes de **Nikolai Likhachev** (director del Rosselkhozbank, el mayor banco comercial ruso vinculado con el agro) y de **Galina Muravleva** (directora comercial de una importante financiera) mostraban todas las señales de haber sido muertes por encargo. Ambos fueron asesinados con dos certeros balazos en la puerta de sus respectivos departamentos. Con ellos ascienden a 37 —según cifras policiales— las muertes violentas de altos ejecutivos ligados al mundo de las finanzas.

Esta guerra informal (con acribillados, estrangulados y masacrados que harían las delicias de la prensa amarilla de Occidente pero que, como género periodístico, aún no existe en Rusia) es parte de la batalla por el reparto de las diversas estructuras industriales, comerciales y financieras que han pasado del Estado al sector privado.

Las historias, que podrían tener como escenario imaginario el Chicago de los años 20, son consideradas por la policía como "ajustes de cuentas entre empresarios" y dice no intervenir por falta de pruebas. A pesar de ser acompañados por gigantes guardaespaldas, los banqueros reclaman al gobierno medidas efectivas contra el crimen organizado. Este clima de inseguridad es otra prueba más de la falsedad de esa frase tan difundida en los últimos dos años: que los cambios en Rusia se están produciendo sin violencia. Sin embargo, Moscú dista mucho de tener, como otras grandes ciudades, patotas que roban en las calles o que incluso, como ocurre en Río de Janeiro o Miami, lleguen al crimen por un poco de dinero.

Telma Luzzani

Un escenario político muy fragmentado para los rusos

Los partidos que participarán en las elecciones legislativas nacionales del domingo en Rusia, paralelamente al referéndum constitucional, representan la realidad fragmentada del escenario político local, que puede crear dificultades para definir una mayoría estable en el futuro Parlamento.



El espectro político se ha fragmentado en Rusia lo que predice un futuro Gobierno con inestabilidad

Moscú (Ansa)

El Presidente Boris Yeltsin, empeñado en promover su reforma constitucional, de claro corte presidencialista, presentándose como un hombre por encima de las partes, no forma parte nominalmente de ningún partido o bloque electoral, pero su política es apoyada por dos agrupaciones.

Opción por Rusia, que según las estimaciones puede obtener entre el 20 y el 25 por ciento de los votos, es el grupo más claramente identificado con la línea del Kremlin, ya que su líder es el Vicepremier Egor Gaidar, arquitecto de la "terapia de choque" para introducir la economía de mercado y objeto de las críticas de los conservadores del disuelto Soviet Supremo.

Además de Opción por Rusia, integrado por muchos Ministros y asesores de Yelstin y el Premier Viktor Chernomyrdin, el Partido de la Unidad y el Acuerdo en Rusia recoge también dos Vicepremiers, Serguei Shajerei y Alexandr Shojin, pero propone un mayor descentralización de la Federación Rusa.

Otro grupo menor que apoya la línea política de Yeltsin es el Movimiento Ruso para las Reformas Democráticas, liderado por el popular Alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak, quien aboga a favor de eventuales enmiendas al proyecto de Constitución sometido a referéndum el domingo, para limitar los poderes del presidente, que considera exagerados.

En el área centrista, dos bloques políticos patrocinan una política económica más moderada, junto a iniciativas para disminuir las crecientes desigualdades sociales: el bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin, a favor de la descentralización, y sobre todo la Unión Cívica.

Este último partido, liderado por el Presidente de la asociación de dirigentes empresariales, Arkadi Volski, representa a la ex clase dirigente del aparato industrial soviético, sobre todo en el sensible campo de la producción militar y estratégica.

El pequeño Partido Democrático Ruso, de Nikolai Travkin, completa el panorama del centro político: se trata de un grupo minoritario (Travkin afirma que espera obtener el 8 por ciento de los votos) pero prestigioso. El ex Presidente soviético Mijail Gorbachov afirmó que piensa votarlo en las elecciones del domingo.

Entre las fuerzas opositoras, se destaca obviamente el Partido Comunista Ruso de Guennadi Ziuganov, que propone el mantenimiento de las estructuras democráticas pero quiere regresar a la planificación económica y la estructura federal de la era soviética.

La trayectoria de Ziuganov es curiosa: miembro del Politburó del PCUS en los años de la Perestroika gorbachoviana (a la que se opuso), este funcionario comunista logró imponerse como líder del heredero histórico del comunismo soviético, en medio de las olas de arrestos y prohibiciones provocadas por la intentona golpista de agosto de 1991 y la sublevación del Soviet Supremo del pasado octubre.

Ziuganov, que lanzó la política de alianzas entre comunistas y extremistas nacionalistas al copresidir el Frente de Salvación Nacional, ha evocado la posibilidad de formar un frente opositor en el futuro Parlamento, junto con el Partido de los Campesinos.

Este partido, liderado por Mijail Lapshin, representa los intereses de los dirigentes de los "Koljoz", las granjas colectivas del ex régimen soviético, ferozmente opuestos a la reforma agraria patrocinada por Yeltsin.

El Partido de los Campesinos, a su vez, representa una nueva tendencia en el panorama político ruso: la creación de grupos sectoriales, que representan los intereses de determinadas categorías sociales, más allá de pertenencias ideológicas.

A este conjunto pertenece el Cedro, primer partido ecologista de la Federación Rusa, el Movimiento Dignidad y Misericordia, que reagrupa a inválidos y víctimas de Chernobyl bajo la presidencia del ex Ministro soviético de la Cultura, Nikolai Gubienko, y el Movimiento de las Mujeres, partido feminista liderado por Alevtina Fedulova.

Entre los grupos menores, se destaca el Partido Liberal Democrático Ruso del muy nacionalista Vladimir Zhirivoski, que hace dos días fue golpeado por las guardias de seguridad de un teatro mientras intentaba subir al escenario para ofrecerle flores a una hermosa cantante.

Yeltsin: el largo camino al poder

El referéndum constitucional que se llevará a cabo el próximo domingo en Rusia representa la última etapa del largo camino recorrido por el presidente Boris Yeltsin para asegurarse la totalidad del poder político, desmantelando definitivamente la herencia institucional del régimen soviético.

Moscú (ANSA)
por Marco De Angelis

■ Significativamente, Yeltsin no participó en la campaña partidaria para las elecciones políticas que se llevarán a cabo paralelamente al referéndum, presentándose como un hombre por encima de las partes y concentrando su energía en lograr la aprobación de la carta fundamental.

De hecho, la aprobación del proyecto constitucional —cuyo contenido fue difundido en octubre pasado— marcaría la victoria definitiva de Yeltsin sobre sus adversarios del disuelto Soviet Supremo.

Para ser aceptada, la nueva constitución debe ser aprobada por lo menos por el 50 por ciento de los votantes, que a su vez deben ser por lo menos la mitad de los electores habilitados.

La nueva carta fundamental, de ser aprobada, introducirá dos novedades fundamentales: un régimen claramente presidencialista (en contradicción con el parlamentarismo nominal de la anterior Constitución) y una reforma sustancial de la estructura federal rusa.

No resulta sorprendente, por lo tanto, que las principales críticas contra la Constitución de Yeltsin son formuladas por quienes la consideran demasiado autoritaria y centralista.

Para la oposición nacionalista y comunista, pero también para algunos sectores centristas, el texto presentado por Yeltsin le atribuye demasiados poderes al Ejecutivo: el presidente puede disolver las cámaras y llamar a elecciones prácticamente cuando lo desee, mientras para su destitución por el Parlamento es necesario un largo y complejo trámite legislativo.

Por otra parte, muchos dirigentes de las 89 entidades que constituyen la Federación Rusa ven el proyecto de reforma constitucional como una peligrosa amenaza, que por una parte equipara todos los sujetos federales mientras por la otra refuerza el poder de la administración central.

Ante estas críticas, la actitud de Yeltsin y su administración se ha ido radicalizando a medida que se acerca la fecha del voto, y las encuestas de los órganos de información revelan la apatía de los electores rusos frente a la cita electoral.

Serguei Shakerei, encargado presidencial de la organización del referéndum, causó una grave polémica la semana pasada, cuando propuso que dos partidos contrarios a la Constitución —el comunista y el democrático-centrista— vieran prohibida su participación en las elecciones legislativas del domingo.

Por su parte, el jefe del gabinete presidencial, Serguei Filatov, y el encargado de asuntos regionales del Kremlin, Nikolai Medvedev, lanzaron ayer sendas advertencias a los líderes de las repúblicas y regiones autónomas que se oponen a la Constitución, afirmando que "deberán enfrentar sus responsabilidades" y apuntando que las tropas del Ministerio del Interior estacionadas en sus territorios "están inquietas".

Según el nuevo proyecto, el Congreso de Diputados del Pueblo y el Soviet Supremo desaparecen, y son sustituidos por un nuevo parlamento bicameral, integrado por una Duma (Cámara Baja, 450 escaños) y un Consejo de la Federación (Cámara Alta, 176 escaños).

Los legisladores que resultarán electos el próximo domingo, a su vez, tendrán un mandato limitado a dos años, mientras Yeltsin llevará a término el período normal de su presidencia, y sólo se volverá a presentar ante el electorado en 1996. Si los opositores de Yeltsin juzgan que la carta fundamental que ha propuesto es tan sólo una legitimación a posteriori de la disolución del Parlamento del pasado 21 de setiembre (que, según la Constitución actualmente vigente, fue ilegal), para sus partidarios representa el instrumento esencial para llevar a cabo las próximas etapas de la reforma política y económica.



De aprobarse, la nueva Constitución presentada por el presidente Boris Yeltsin reforzaría el poder central en la ex URSS. (Telefoto de archivo de AFP)

02

9400630

Un escenario político muy fragmentado para los rusos

Los partidos que participarán en las elecciones legislativas nacionales del domingo en Rusia, paralelamente al referéndum constitucional, representan la realidad fragmentada del escenario político local, que puede crear dificultades para definir una mayoría estable en el futuro Parlamento.



El espectro político se ha fragmentado en Rusia lo que predice un futuro Gobierno con inestabilidad

Moscú (Ansa)

El Presidente Boris Yeltsin, empeñado en promover su reforma constitucional, de claro corte presidencialista, presentándose como un hombre por encima de las partes, no forma parte nominalmente de ningún partido o bloque electoral, pero su política es apoyada por dos agrupaciones.

Opción por Rusia, que según las estimaciones puede obtener entre el 20 y el 25 por ciento de los votos, es el grupo más claramente identificado con la línea del Kremlin, ya que su líder es el Vicepremier Egor Gaidar, arquitecto de la "terapia de choque" para introducir la economía de mercado y objeto de las críticas de los conservadores del disuelto Soviet Supremo.

Además de Opción por Rusia, integrado por muchos Ministros y asesores de Yelstin y el Premier Viktor Chernomyrdin, el Partido de la Unidad y el Acuerdo en Rusia recoge también dos Vicepremiers, Serguei Shajerei y Alexandr Shojin, pero propone una mayor descentralización de la Federación Rusa.

Otro grupo menor que apoya la línea política de Yeltsin es el Movimiento Ruso para las Reformas Democráticas, liderado por el popular Alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak, quien aboga a favor de eventuales enmiendas al proyecto de Constitución sometido a referéndum el domingo, para limitar los poderes del presidente, que considera exagerados.

En el área centrista, dos bloques políticos patrocinan una política económica más moderada, junto a iniciativas para disminuir las crecientes desigualdades sociales: el bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin, a favor de la descentralización, y sobre todo la Unión Cívica.

Este último partido, liderado por el Presidente de la asociación de dirigentes empresariales, Arkadi Volski, representa a la ex clase dirigente del aparato industrial soviético, sobre todo en el sensible campo de la producción militar y estratégica.

El pequeño Partido Democrático Ruso, de Nikolai Travkin, completa el panorama del centro político: se trata de un grupo minoritario (Travkin afirma que espera obtener el 8 por ciento de los votos) pero prestigioso. El ex Presidente soviético Mijail Gorbachov afirmó que piensa votarlo en las elecciones del domingo.

Entre las fuerzas opositoras, se destaca obviamente el Partido Comunista Ruso de Guennadi Ziuganov, que propone el mantenimiento de las estructuras democráticas pero quiere regresar a la planificación económica y la estructura federal de la era soviética.

La trayectoria de Ziuganov es curiosa: miembro del Politburó del PCUS en los años de la Perestroika gorbachoviana (a la que se opuso), este funcionario comunista logró imponerse como líder del heredero histórico del comunismo soviético, en medio de las olas de arrestos y prohibiciones provocadas por la intentona golpista de agosto de 1991 y la sublevación del Soviet Supremo del pasado octubre.

Ziuganov, que lanzó la política de alianzas entre comunistas y extremistas nacionalistas al copresidir el Frente de Salvación Nacional, ha evocado la posibilidad de formar un frente opositor en el futuro Parlamento, junto con el Partido de los Campesinos.

Este partido, liderado por Mijail Lapshin, representa los intereses de los dirigentes de los "Koljoz", las granjas colectivas del ex régimen soviético, ferozmente opuestos a la reforma agraria patrocinada por Yeltsin.

El Partido de los Campesinos, a su vez, representa una nueva tendencia en el panorama político ruso: la creación de grupos sectoriales, que representan los intereses de determinadas categorías sociales, más allá de pertenencias ideológicas.

A este conjunto pertenece el Cedro, primer partido ecologista de la Federación Rusa, el Movimiento Dignidad y Misericordia, que reagrupa a inválidos y víctimas de Chernobyl bajo la presidencia del ex Ministro soviético de la Cultura, Nikolai Gubienko, y el Movimiento de las Mujeres, partido feminista liderado por Alevtina Fedulova.

Entre los grupos menores, se destaca el Partido Liberal Democrático Ruso del muy nacionalista Vladimir Zhirivoski, que hace dos días fue golpeado por las guardias de seguridad de un teatro mientras intentaba subir al escenario para ofrecerle flores a una hermosa cantante.

Yeltsin: el largo camino al poder

El referéndum constitucional que se llevará a cabo el próximo domingo en Rusia representa la última etapa del largo camino recorrido por el presidente Boris Yeltsin para asegurarse la totalidad del poder político, desmantelando definitivamente la herencia institucional del régimen soviético.

Moscú (ANSA)
por Marco De Angelis

■ Significativamente, Yeltsin no participó en la campaña partidaria para las elecciones políticas que se llevarán a cabo paralelamente al referéndum, presentándose como un hombre por encima de las partes y concentrando su energía en lograr la aprobación de la carta fundamental.

De hecho, la aprobación del proyecto constitucional —cuyo contenido fue difundido en octubre pasado— marcaría la victoria definitiva de Yeltsin sobre sus adversarios del disuelto Soviet Supremo.

Para ser aceptada, la nueva constitución debe ser aprobada por lo menos por el 50 por ciento de los votantes, que a su vez deben ser por lo menos la mitad de los electores habilitados.

La nueva carta fundamental, de ser aprobada, introducirá dos novedades fundamentales: un régimen claramente presidencialista (en contradicción con el parlamentarismo nominal de la anterior Constitución) y una reforma sustancial de la estructura federal rusa.

No resulta sorprendente, por lo tanto, que las principales críticas contra la Constitución de Yeltsin son formuladas por quienes la consideran demasiado autoritaria y centralista.

Para la oposición nacionalista y comunista, pero también para algunos sectores centristas, el texto presentado por Yeltsin le atribuye demasiados poderes al Ejecutivo: el presidente puede disolver las cámaras y llamar a elecciones prácticamente cuando lo desee, mientras para su destitución por el Parlamento es necesario un largo y complejo trámite legislativo.

Por otra parte, muchos dirigentes de las 89 entidades que constituyen la Federación Rusa ven el proyecto de reforma constitucional como una peligrosa amenaza, que por una parte equipara todos los sujetos federales mientras por la otra refuerza el poder de la administración central.

Ante estas críticas, la actitud de Yeltsin y su administración se ha ido radicalizando a medida que se acerca la fecha del voto, y las encuestas de los órganos de información revelan la apatía de los electores rusos frente a la cita electoral.

Serguei Shakerei, encargado presidencial de la organización del referéndum, causó una grave polémica la semana pasada, cuando propuso que dos partidos contrarios a la Constitución —el comunista y el democrático-centrista— vieran prohibida su participación en las elecciones legislativas del domingo.

Por su parte, el jefe del gabinete presidencial, Serguei Filatov, y el encargado de asuntos regionales del Kremlin, Nikolai Medvedev, lanzaron ayer sendas advertencias a los líderes de las repúblicas y regiones autónomas que se oponen a la Constitución, afirmando que "deberán enfrentar sus responsabilidades" y apuntando que las tropas del Ministerio del Interior estacionadas en sus territorios "están inquietas".

Según el nuevo proyecto, el Congreso de Diputados del Pueblo y el Soviet Supremo desaparecen, y son sustituidos por un nuevo parlamento bicameral, integrado por una Duma (Cámara Baja, 450 escaños) y un Consejo de la Federación (Cámara Alta, 176 escaños).

Los legisladores que resultarán electos el próximo domingo, a su vez, tendrán un mandato limitado a dos años, mientras Yeltsin llevará a término el período normal de su presidencia, y sólo se volverá a presentar ante el electorado en 1996. Si los opositores de Yeltsin juzgan que la carta fundamental que ha propuesto es tan sólo una legitimación a posteriori de la disolución del Parlamento del pasado 21 de setiembre (que, según la Constitución actualmente vigente, fue ilegal), para sus partidarios representa el instrumento esencial para llevar a cabo las próximas etapas de la reforma política y económica.



De aprobarse, la nueva Constitución presentada por el presidente Boris Yeltsin reforzaría el poder central en la ex URSS. (Telefoto de archivo de AFP)

02

9400630

Fuerzas en pugna para elecciones decisivas

Moscú (ANSA)
por M. D.A.

■ Los partidos que participarán en las elecciones legislativas nacionales del domingo en Rusia, paralelamente al referéndum constitucional, representan la realidad fragmentada del escenario político local, que puede crear dificultades para definir una mayoría estable en el futuro Parlamento.

El presidente Boris Yeltsin, empeñado en promover su reforma constitucional, de claro corte presidencialista, presentándose como un hombre por encima de las partes, no forma parte nominalmente de ningún partido o bloque electoral, pero su política es apoyada por dos agrupaciones.

Opción por Rusia, que según las estimaciones puede obtener entre el 20 y el 25% de los votos, es el grupo más claramente identificado con la línea del Kremlin, ya que su líder es el vicepremier Igor Gaidar, arquitecto de la "terapia de choque" para introducir la economía de mercado y objeto de las críticas de los conservadores del disuelto Soviet Supremo.

Además de Opción por Rusia, integrado por muchos ministros y asesores de Yeltsin y el premier Viktor Chernomyrdin, el Partido de la Unidad y el Acuerdo en Rusia recoge también dos vicepremieres, Serguei Shajrai y Aleksandr Shojin, pero propone una mayor descentralización de la Federación Rusa.

Otro grupo menor que apoya la línea política de Yeltsin es el Movimiento Ruso para las Reformas Democráticas, liderado por el popular alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak, quien aboga a favor de eventuales enmiendas al proyecto de Constitución sometido a referéndum el domingo, para limitar los poderes del presidente, que considera exagerados.

En el área centrista, dos bloques políticos patrocinan una política económica más moderada, junto a iniciativas para disminuir las crecientes desigualdades sociales: el bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin, a favor de la descentralización, y sobre todo la Unión Cívica. Este último partido, liderado por el presidente de la asociación de dirigentes empresariales, Arkady Volski, representa a la ex clase dirigente del aparato industrial soviético, sobre todo en el sensible campo de la producción militar y estratégica.

El pequeño Partido Democrático Ruso, de Nikolai Travkin, completa el panorama del centro político: se trata de un grupo minoritario (Travkin afirma que espera obtener el 8% de los votos), pero prestigioso.

El ex presidente soviético Mijail Gorbachov afirmó que piensa votarlo en las elecciones del domingo.

Entre las fuerzas opositoras se destaca obviamente el Partido Comunista Ruso de Guennadi Ziuganov, que propone el mantenimiento de las estructuras democráticas pero quiere regresar a la planificación económica y la estructura federal de la era soviética.

Ziuganov, que lanzó la política de alianzas entre comunistas y extremistas nacionalistas al copresidir el Frente de Salvación Nacional, ha evocado la posibilidad de formar un frente opositor en el futuro Parlamento, junto con el Partido de los Campesinos.

Este partido, liderado por Mijail Lapshin, representa los intereses de los dirigentes de los koljoces, las granjas colectivas del ex régimen soviético, ferozmente opuestos a la reforma agraria patrocinada por Yeltsin.

El Partido de los Campesinos, a su vez, representa una nueva tendencia en el panorama político ruso: la creación de grupos sectoriales, que representan los intereses de determinadas categorías sociales, más allá de pertenencias ideológicas.

A este conjunto pertenece Cedro, el primer partido ecologista de la Federación Rusa, el Movimiento Dignidad y Misericordia, que reagrupa a inválidos y víctimas de Chernobyl bajo la presidencia del ex ministro soviético de la Cultura, Nikolay Gubienko, y el Movimiento de las Mujeres, partido feminista liderado por Alevtina Fedulova. Entre los grupos menores, se destaca el Partido Liberal Democrático Ruso, del muy nacionalista Vladimir Zhirivolski, que hace dos días fue golpeado por los guardias de seguridad de un teatro mientras intentaba subir al escenario para ofrecerle flores a una hermosa cantante.

Los Ciudadanos Tienen Ante sí Opciones Varias

MOSCU (Servicio exclusivo de "USA Today").— Uno está siendo sometido a juicio por el intento de golpe de estado contra Mijail Gorbachov; otro fue el arquitecto de un frustrado cambio en las reglas de la economía; un tercero es campeón de ajedrez y el cuarto se desempeña como Ministro de Relaciones Exteriores. ¿Qué tienen en común? Todos son candidatos a bancas en el Parlamento en las elecciones que se realizarán mañana en la Federación Rusa. Sus antecedentes diferentes y estilos de campaña electoral demuestran por primera vez en la historia que los ciudadanos rusos tienen ante sí verdaderas opciones en el momento de votar.

"En Estados Unidos están acostumbrados porque lo han hecho durante 200 años. Los candidatos saben besar a los niños y darle la mano a los votantes", comentó Mansur Shangareyev, un candidato en la ciudad de Ulyanovs, situada a 850 kilómetros al este de Moscú. "Rusia recién está en el comienzo de la pluralidad electoral".

Entre los candidatos figuran:

■ Anatoly Lukyanov, ex presidente del Parlamento Soviético. Tiene una complicada situación en la campaña electoral: es juzgado por traición –y enfrenta la pena de muerte– a raíz del golpe de estado de agosto de 1991. Tendrá una gran recompensa si gana: los integrantes del Parlamento tienen inmunidades y no pueden ser procesados.

■ Anatoly Karpov, un campeón de ajedrez convertido en político. En las últimas dos semanas de la campaña ni siquiera estuvo en Rusia, ha estado compitiendo en Europa y viene ocasionalmente los fines de semana. Su rival de todos los tiempos, Garry Kasparov, está recorriendo el país con la finalidad de lograr apoyo para otro partido político.

USA TODAY

■ Grigory Yavlinsky, autor del "Plan de 500 Días", que fue considerado por el ex presidente Gorbachov como instrumento apto para solucionar los problemas de la desastrosa economía soviética.

■ Yegor Gaidar, viceprimer ministro y líder de "Opción Rusa", el partido favorito para dominar la elección entre los trece movimientos que participan de la campaña electoral. "Opción Rusa" tiene estrecha relación con el presidente Boris Yeltsin.

■ Del otro lado del panorama están los comunistas, incluyendo un partido de gerentes de empresas industriales del estado llamado "Unión Cívica", un partido de los productores de las "granjas colectivas" denominado "Partido Agrario" y los que se aferran a las estructuras disueltas bajo el rótulo de "Partido Comunista". Entre los partidos menores aparecen uno que promueve los derechos de las mujeres y otro dedicado a plantear temas ecológicos.

Las elecciones para las 450 bancas de la Cámara de Representantes y 178 de la Cámara Alta, combina votaciones por partidos y candidatos individuales:

■ Los ciudadanos elegirán en los distritos al 50 por ciento de los miembros de la Cámara de Representantes y a la totalidad de la Cámara Alta.

■ Los partidos políticos recibirán por restos algunas bancas, en función de la votación que obtengan.

Pese a la diversidad, los ciudadanos parecieron aburridos y apáticos ante la tarea de reemplazar al Parlamento que el presidente Yeltsin disolvió en la violenta jornada del 4 de octubre.

"Los políticos harán lo que quieran, sin reparar en lo que votemos nosotros", dijo Lyudmila Ivanova, de 44 años, ingeniera de la ciudad de Kazan, en la región del Volga.

Otros ciudadanos dicen que darán su apoyo a Yeltsin. "No tiene sentido cambiar el curso de acción en estos momentos", apuntó Nikolai Vanyashin, de 58 años quien se desempeña en la industria estatal de armamentos. "El Presidente está actuando bien".

Para poder tener contacto con los electores en un territorio que tiene once husos horarios diferentes, los partidos políticos rusos han llevado a cabo gran parte de su campaña en las pantallas de televisión.

El gobierno asignó gratuitamente tres horas de emisión por televisión a cada partido. Varios espacios han tenido el mismo efecto de un somnífero, porque mostraron a los líderes partidarios en interminables alegatos sobre el programa de acción que proponen.

Los candidatos individuales y los partidos están utilizando affiches y volantes, pero muy pocos entran en contacto cara a cara con los votantes. Un obstáculo para desarrollar la campaña personalmente es el duro invierno bajo temperaturas polares.

En la campaña electoral faltaron otros dos elementos: dinero y Gorbachov. Lo único que Gorbachov dijo en público fue que probablemente vote por uno de los partidos que plantea una reforma económica gradual y no como la está haciendo su viejo rival Yeltsin.

En lo que respecta a los recursos financieros, los candidatos y los partidos políticos realizan reuniones para recoger fondos y están gastando bastante, aunque ninguno quiere hablar del tema.

"Sólo tengo fuentes legales de recursos, pero igual no deseo referirme a la financiación de la campaña", advirtió Pyotr Aven, ex ministro de Comercio, quien es el primer candidato de "Opción Rusa".

El Comité Central Electoral le asignó 16.650 dólares a cada partido, lo que equivale al costo de 15 minutos en la televisión nacional. Oficialmente, las contribuciones privadas están limitadas a 125 dólares, en el caso de ciudadanos individuales, y a diez veces ese monto, para las corporaciones. Los extranjeros, las organizaciones que cuentan con financiamiento estatal y las organizaciones delictivas no pueden financiar campañas, apunta Valery Bagin, miembro del Comité Central Electoral.

Pero, en una sociedad con vertientes de corrupción, no hay duda que algunos candidatos pueden ser proclives a ignorar las normas en vigor.

"Esta es la primera vez en que puede haber violaciones a las leyes electorales", admitió Bagin. "Pero, no puede haber muchas transgresiones, porque no hubo tiempo suficiente en la campaña".

9400630

EXISTE CRECIENTE TEMOR DE QUE NO APRUEBEN LA REFORMA

FINANCIAL TIMES

MOSCU (Servicio exclusivo de "Financial Times"). — Varios prominentes políticos rusos amenazaron con aplicar represalias contra los gobernantes de las repúblicas que están exhortando a votar en contra del proyecto de reforma constitucional que será presentado a plebiscito el próximo domingo. Existe creciente temor de que la reforma no resulte aprobada.

La amenaza de represalias, y advertencias sobre el caos que sobrevendría si el referéndum tuviera resultado negativo, reflejan la profunda preocupación que existe en el gobierno de la Federación Rusa y en los asesores del presidente Boris Yeltsin, quienes tienen gran incertidumbre sobre lo que puede ocurrir en la votación y temen el advenimiento de un nuevo período de inestabilidad política.

El proyecto de reforma debe obtener el 50 por ciento de los votos y deben participar, como mínimo, el 50 por ciento de los ciudadanos habilitados. Al comienzo, Yelstin y sus allegados consideraron que era posible lograr ese nivel de apoyo ciudadano, pero ahora consideran que la apatía y la hostilidad reinantes ponen en serio peligro los propósitos reformistas.



El jefe de asesores de Yeltsin, Sergei Filatov, advirtió a los Presidentes de las repúblicas de Rusia que exhortan a votar por "No", que las Fuerzas Armadas, las fuerzas de seguridad y el Ministerio del Interior muestran "enorme preocupación por la oposición planteada a la nueva Constitución", especialmente por parte de los gobernantes de Tatarstan, Bashkortostán y Tuva. Añadió que se prepara una respuesta del gobierno a la movilización opositora.

"Los que libran una guerra contra la Constitución... deben tener muy en cuenta el daño que provocan a la unidad de la Federación Rusa, porque se corre el riesgo de llevar a nuestra nación a la catástrofe", subrayó Filatov.

El director del Departamento de Relaciones con las Regiones Rusas, Nikial Medvedev, hizo una advertencia aún más directa: "Los grupos opositores no actúan con seriedad ni responsabilidad, pese a los trágicos hecho que se suscitaron el 4 de octubre, cuando fue necesario tomar por asalto la sede del Parlamento. En su condición de autoridades regionales, son responsables por sus actos, no sólo ante su conciencia, sino también ante el estado ruso".

Un comunicado difundido por los gobernantes de la república rebelde rusa de Chechenia —situada en la posición más extrema entre las repúblicas contrarias a Moscú— ratificó que en su territorio no se votará el domingo y expresó que el presidente Yeltsin hizo una declaración de guerra al amenazar con afianzar los controles fronterizos y suspender los servicios ferroviarios.

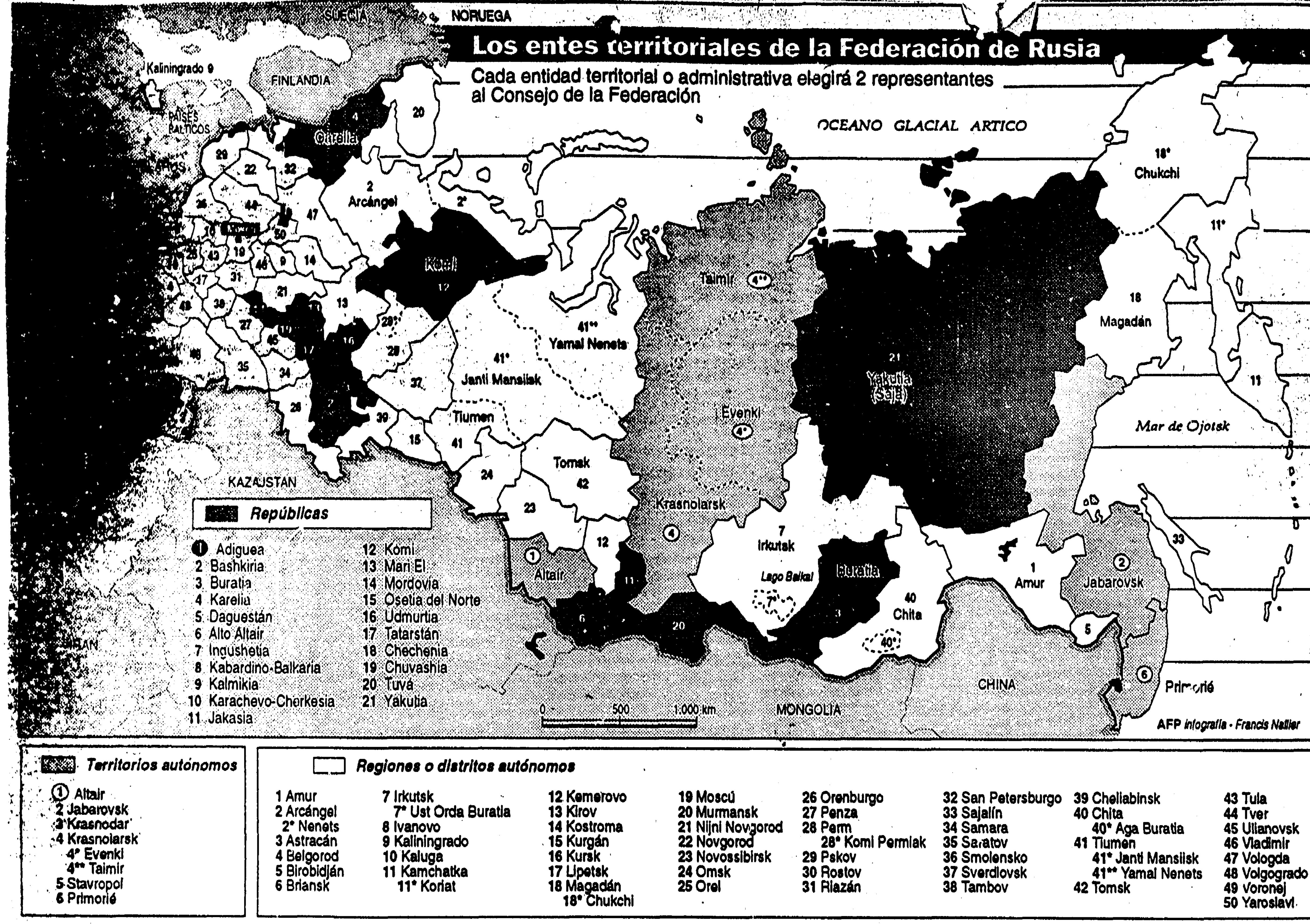
Chechenia, gobernada por el general Dzhokar Dudayev, declaró su plena independencia y se ha constituido en punto central de la agitación contra la Federación Rusa en la región Norte del Cáucaso. Sin embargo, otras repúblicas encabezadas por Tatarstán, insisten en su derecho a la soberanía. La mayoría de los líderes de sus partidos políticos se pronunció en contra de la Constitución propuesta.

El líder del movimiento liberal "Opción Rusa", Yegor Gaidar, indicó en reportaje publicado por un diario que la Constitución tiene "el sello de los acontecimientos registrados el 4 de octubre" y está muy lejos de ser un documento perfecto. Pero, pese a las reservas que le merece, indicó que "estoy convencido que el riesgo de su rechazo es incomprablemente mayor que el riesgo que puede derivar de su imperfección".

El alcalde de San Petersburgo, Anatoly Sobchak y líder del "Movimiento de Reforma Democrática", que apoya la nueva Constitución, dijo que teme una votación negativa en el plebiscito.

"La mayoría de los ciudadanos tiene un desconocimiento total del texto constitución o apenas conoce algunas generalidades sobre su contenido", apuntó.





Yeltsin da muestras de confianza en la victoria

Reconocimientos el presidente ruso viajó a Bélgica para firmar una declaración de cooperación económica con la CE.

MOSCU, 8 (AP). – El secretario presidencial de Boris Yeltsin pronosticó hoy que los partidos democráticos triunfarán en las elecciones parlamentarias que se celebrarán el domingo próximo, y negó que la nueva Constitución pudiera llevar a una dictadura.

Al faltar sólo cinco días para las cruciales elecciones, Yeltsin brindó una muestra de confianza en una victoria electoral, al viajar a Bélgica para firmar una declaración de cooperación económica con la Comunidad Europea (CE) de 12 naciones.

La declaración no llega a constituir un acuerdo de plena cooperación económica como Rusia quería, pero Yeltsin la considera un triunfo. "Resulta muy importante para nosotros, porque prueba que Rusia finalmente ha sido reconocida, Rusia ha sido aceptada en Europa", dijo Yeltsin ante periodistas en el aeropuerto local Vnukovo.

El presidente y otros funcionarios han estado tratando de presentar la mejor apariencia posible sobre la situación de la economía, para evitar que la votación del domingo, en que se elegirá un nuevo Parlamento y se considerará una nueva Constitución, refleje una protesta popular contra las condiciones vigentes.

La ciudadanía en general se debate con una inflación que se prevé ha de alcanzar para fin de año el 900 por ciento. Pero el primer viceprimer ministro Yegor Gaidar dijo ayer que la tasa de inflación mensual disminuyó en noviembre al 15 por ciento respecto del 26 por ciento que hubo en agosto.

Asimismo, el ministro de Finanzas, Boris Fyodorov, afirmó que la economía finalmente está empezando a estabilizarse.

El secretario presidencial, Serguei Filatov, dijo hoy a periodistas en el Kremlin que encuestas privadas encargadas por Yeltsin indicaban que el partido reformista Selección de Rusia, encabezado por Gaidar, figuraba en primer lugar de las preferencias en todas las regiones del país.

Otro bloque reformista, dirigido por el economista Grigory Yavlinski, figuraba en segundo lugar, añadió, seguido por diversos grupos opositores, como el Partido Agrario, los comunistas, y el Partido Liberal Democrático encabezado por el ultranacionalista Vladimir Zhirinovsky.

Participarán 13 partidos y movimientos políticos

MOSCU, 8 (ANSA). – Esta es la lista de los 13 partidos y movimientos políticos rusos que, tras reunir las 100.000 firmas solicitadas, podrán participar en las elecciones parlamentarias:

• **Bloque Opción Rusa** (200.000 firmas): refleja las posiciones políticas y económicas de la actual dirigencia del Kremlin. El líder es el primer viceprimer Yegor Gaidar.

• **Partido Agrario Ruso** (500.000 firmas): orientación centrista, apunta a proteger los intereses de los productores agrícolas. Encabeza la lista Mikhail Lapshin.

• **Partido de la Unidad del Acuerdo Ruso** (222.000 firmas): centrista, favorable a la descentralización del Estado y a una mayor salvaguardia de los intereses de las regiones. Su líder es el vicepremier Serguei Shajrai.

• **Partido Comunista de la Federación Rusa** (187.000 firmas): lucha por una mayor defensa social de los trabajadores y una mayor presencia del Estado en la economía. Su líder es Guenadi Ziuganov.

• **Partido Liberaldemócrata Ruso** (173.000 firmas): conocido por su posición radical populista y fuertemente nacionalista. Guiado por el excéntrico Vladimir Zhirinovski.

• **Bloque Yavlinski-Boldyrev-Lukin** (170.000 firmas): por el nombre de sus tres líderes, el economista Grigori Yavlinski, el ex jefe del departamento de control de la administración presidencial (con Yeltsin), Yuri Boldyrev, y el embajador ruso en Washington, Vladimir Lukin, críticos de la terapia de shock en economía y favorables a una mayor autonomía para las regiones y la propiedad privada.

• **Asociación Unión Cívica** en nombre de la Estabilidad, la Justicia y el Progreso (150.000 firmas): a favor de una más marcada presencia del Estado en la gestión de la economía nacional. Su líder es Arkadi Volski.

• **Movimiento Constructivo Ecológico Cedro** (150.000 firmas): de oposición, solicita una política más activa frente al desequilibrio ambiental en Rusia. Encabezado por una mujer: Liubov Lymar.

• **Movimiento Ruso de Reformas Democráticas** (135.000 firmas): apoya sustancialmente la política de Yeltsin, con reservas sobre los excesivos poderes que la nueva Constitución le reservaría al presidente. Su líder es el alcalde de San Petersburgo, Anatoli Sobchak.

• **Movimiento Dignidad y Misericordia** (130.000 firmas): reagrupa a las asociaciones de los inválidos y los miembros de la Asociacion Chernobyl. Lo encabeza el ex ministro de Cultura y famoso actor Nikolai Gubienko y el vicepresidente de la Academia de Ciencias, Alexander Frolov.

• **Movimiento Mujeres de Rusia** (127.000 firmas): lucha por una mayor presencia de las mujeres en la política. Guiado por Alevtina Fedulova, presidente de la Unión Nacional de Mujeres.

• **Partido Democrático de Rusia** (109.000 firmas): en pro del desarrollo de las condiciones de mercado a través de la privatización de los medios de producción. Lo lidera Nikolai Travkin.

• **Asociación Futuro de Rusia, Nuevos Nombres** (109.000 firmas), contraria al programa de privatización del ministro Chubais y a la política excesivamente filonorteamericana del gobierno. Lucha por la igualdad de derechos entre repúblicas y regiones. Su líder es Serguei Baburin.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV.MICROFILMACION

A C T A   D E   C I E R R E

ANEXO AL ROLLO: 1350 (JC)

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 06.MAY.94.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1994.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.Nro.9400630 REF.A: PROXIMAS ELECCIONES EN RUSIA (GENERALIDADES) Fs. 005/005.-

OPERARIO/S: Sdo.1a. J.GONZALEZ.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 x

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

Sgto.

Agustín Barboza.-

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.

Coronel

Walter A. Mesa.

FIN ANEXO

AL ROLLO

1350